00100.092176/2022-75

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII SUP. B AO Nº 116, TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2022

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)
2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)
1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)
2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
3º Secretário

Senador Weverton Rocha (-)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)
3ª - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

Ata da 1ª Reunião, realizada em 30 de março de 2022 9

Ata da 2ª Reunião, realizada em 28 de abril de 2022 35

Ata da 3ª Reunião, realizada em 29 de abril de 2022 140

Ata da 4ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2022 233

Ata da 5ª Reunião, realizada em 13 de maio de 2022 326

Ata da 6ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2022 426

1.2 – CPI DA PANDEMIA

Ata da 2ª Reunião, realizada em 29 de abril de 2021 435

Ata da 3ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2021 495

Ata da 4ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2021 664

Ata da 5ª Reunião, realizada em 6 de maio de 2021 828

Ata da 6ª Reunião, realizada em 11 de maio de 2021 993

Ata da 7ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2021 1127

Ata da 8ª Reunião, realizada em 13 de maio de 2021 1360

Ata da 9ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2021 1515

Ata da 10ª Reunião, realizada em 19 e 20 de maio de 2021 1680

Ata da 11ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2021 2033

Ata da 12ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2021 2208

Ata da 13ª Reunião, realizada em 27 de maio de 2021 2257

Ata da 14ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2021 2382

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

Ata da 15ª Reunião, realizada em 2 de junho de 2021 2536

Ata da 16ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2021 2704

Ata da 17ª Reunião, realizada em 9 de junho de 2021 2916

Ata da 18ª Reunião, realizada em 10 de junho de 2021 3148

Ata da 19ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2021 3200

Ata da 20ª Reunião, realizada em 15 de junho de 2021 3345

Ata da 21ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2021 3522

Ata da 22ª Reunião, realizada em 17 de junho de 2021 3643

Ata da 23ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2021 3648

Ata da 24ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2021 3833

Ata da 25ª Reunião, realizada em 23 de junho de 2021 4059

Ata da 26ª Reunião, realizada em 24 de junho de 2021 4107

Ata da 27ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2021 4272

Ata da 28ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2021 4514

Ata da 29ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2021 4706

Ata da 30ª Reunião, realizada em 1º de julho de 2021 4878

Ata da 31ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2021 5111

Ata da 32ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2021 5373

Ata da 33ª Reunião, realizada em 8 de julho de 2021 5636

Ata da 34ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2021 5785

Ata da 35ª Reunião, realizada em 13 de julho de 2021 5922

Ata da 36ª Reunião, realizada em 14 de julho de 2021 5967

Ata da 37ª Reunião, realizada em 15 de julho de 2021 6096

Ata da 38ª Reunião, realizada em 3 de agosto de 2021 6242

Ata da 39ª Reunião, realizada em 4 de agosto de 2021 6410

Ata da 40ª Reunião, realizada em 5 de agosto de 2021 6549

Ata da 41ª Reunião, realizada em 10 de agosto de 2021 6636

Ata da 42ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2021 6735

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

Ata da 43ª Reunião, realizada em 12 de agosto de 2021 6859

Ata da 44ª Reunião, realizada em 17 de agosto de 2021 6946

Ata da 45ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2021 7067

Ata da 46ª Reunião, realizada em 19 de agosto de 2021 7164

Ata da 47ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 2021 7298

Ata da 48ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2021 7395

Ata da 49ª Reunião, realizada em 26 de agosto de 2021 7518

Ata da 50ª Reunião, realizada em 31 de agosto de 2021 7627

Ata da 51ª Reunião, realizada em 1º de setembro de 2021 7670

Ata da 52ª Reunião, realizada em 2 de setembro de 2021 7813

Ata da 53ª Reunião, realizada em 14 de setembro de 2021 7911

Ata da 54ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2021 8020

Ata da 55ª Reunião, realizada em 16 de setembro de 2021 8191

Ata da 56ª Reunião, realizada em 21 de setembro de 2021 8208

Ata da 57ª Reunião, realizada em 22 de setembro de 2021 8379

Ata da 58ª Reunião, realizada em 23 de setembro de 2021 8574

Ata da 59ª Reunião, realizada em 28 de setembro de 2021 8697

Ata da 60ª Reunião, realizada em 29 de setembro de 2021 8864

Ata da 61ª Reunião, realizada em 30 de setembro de 2021 9085

Ata da 62ª Reunião, realizada em 5 de outubro de 2021 9260

Ata da 63ª Reunião, realizada em 6 de outubro de 2021 9436

Ata da 64ª Reunião, realizada em 7 de outubro de 2021 9553

Ata da 65ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2021 9706

Ata da 66ª Reunião, realizada em 18 de outubro de 2021 9710

Ata da 67ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2021 9777

Ata da 68ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2021 9850

Ata da 69ª Reunião, realizada em 26 de outubro de 2021 9901

1.3 – COMISSÃO TEMPORÁRIA DA COVID-19

Ata da 18ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2021 10048

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

Ata da 19ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2021 10101

Ata da 20ª Reunião, realizada em 7 de maio de 2021 10169

Ata da 21ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2021 10219

Ata da 22ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2021 10261

Ata da 23ª Reunião, realizada em 21 de maio de 2021 10303

Ata da 24ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2021 10359

Ata da 25ª Reunião, realizada em 28 de maio de 2021 10404

Ata da 26ª Reunião, realizada em 31 de maio de 2021 10444

Ata da 27ª Reunião, realizada em 7 de junho de 2021 10486

Ata da 28ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2021 10535

Ata da 29ª Reunião, realizada em 14 de junho de 2021 10580

Ata da 30ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2021 10627

Ata da 31ª Reunião, realizada em 21 de junho de 2021 10676

Ata da 32ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2021 10723

Ata da 33ª Reunião, realizada em 1º de julho de 2021 10777

Ata da 34ª Reunião, realizada em 5 de julho de 2021 10806

Ata da 35ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2021 10837

Ata da 36ª Reunião, realizada em 2 de agosto de 2021 10876

Ata da 37ª Reunião, realizada em 9 de agosto de 2021 10908

Ata da 38ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 2021 10930

Ata da 39ª Reunião, realizada em 20 de agosto de 2021 10973

Ata da 40ª Reunião, realizada em 26 de agosto de 2021 11015

Ata da 41ª Reunião, realizada em 8 de setembro de 2021 11016

Ata da 42ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2021 11057

Ata da 43ª Reunião, realizada em 27 de setembro de 2021 11092

Ata da 44ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2021 11126

Ata da 45ª Reunião, realizada em 8 de dezembro de 2021 11167

1.4 – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR *IN LOCO* A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

Ata da 1ª Reunião, realizada em 14 de março de 2022 11185

Ata da 2ª Reunião, realizada em 21 de março de 2022 11201

Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de março de 2022 11256

Ata da 4ª Reunião, realizada em 30 de março de 2022 11329

Ata da 5ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2022 11350

Ata da 6ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2022 11415

1.5 – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INVESTIGAR, *IN LOCO*, AS CAUSAS DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE E DE ATENTADOS NA REGIÃO NORTE.

Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de junho de 2022 11444

Ata da 2ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2022 (realizada em conjunto com a 25ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) 11458

Ata da 3ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2022 11507

1.6 – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de outubro de 2021 11525

Ata da 2ª Reunião, realizada em 9 de novembro de 2021 (realizada em conjunto com a 11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura) 11537

Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 2021 11561

1.7 – CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Ata da 7ª Reunião, realizada em 12 de março de 2020 11570

Ata da 8ª Reunião, realizada em 18 de novembro de 2021 11675

Ata da 9ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2021 11712

Ata da 10ª Reunião, realizada em 8 de dezembro de 2021 11765

Ata da 11ª Reunião, realizada em 9 de fevereiro de 2022 11790

Ata da 12ª Reunião, realizada em 17 de fevereiro de 2022 11798

Ata da 13ª Reunião, realizada em 23 de fevereiro de 2022 11851

Ata da 14ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2022 11909

Ata da 15ª Reunião, realizada em 1º de junho de 2022 11932

Ata da 16ª Reunião, realizada em 29 de junho de 2022 11951

Ata da 17ª Reunião, realizada em 11 de julho de 2022 11985

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

1.8 – COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE MODERNIZEM O PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO.

Ata da 1ª Reunião, realizada em 17 de março de 2022 11998

Ata da 2ª Reunião, realizada em 30 de março de 2022 12016

Ata da 3ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2022 12104

Ata da 4ª Reunião, realizada em 26 de maio de 2022 12107

1.9 – COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI PARA ATUALIZAÇÃO DA LEI Nº 1079/1950

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de março de 2022 12121

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dezenove minutos do dia trinta de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência de Ricardo Villas Bôas Cueva, reúne-se a Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação**. **Finalidade:** Instalação e deliberação do Regulamento Administrativo/Plano de Trabalho. **Resultado:** Instalada e Plano e Regulamento aprovados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/30

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Temporária Interna, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, para subsidiar a elaboração de minuta de substitutivo para instruir a apreciação dos Projetos de Lei nºs 5.051, de 2019; 21, de 2020; e 872, de 2021, que têm como objetivo estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil.

A presente reunião destina-se à instalação da Comissão.

Neste momento, reitero os cumprimentos do nosso Presidente – que é Presidente também do Congresso Nacional, o Senador Rodrigo Pacheco – e de toda a Mesa Diretora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo aqui... Já tive a oportunidade de conversar com Presidente, Secretário e membros da Comissão, e, neste momento, até em reconhecimento e gratidão à disposição, ao comprometimento e ao trabalho que o Presidente Rodrigo Pacheco tem realizado, em especial na instalação de Comissões Especiais de Juristas, com especialistas em temas importantes para o país, passo a transmitir aqui a saudação do Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco.

> Senhoras e senhores, como sabemos, a inteligência artificial tem influenciado, cada vez mais, a vida pública dos estados e a vida privada dos cidadãos. Em grande parte, isso se dá em proveito da sociedade, mas as consequências desse processo nem sempre são positivas, como sugerem inúmeras proposições, como a do PL 5.051, de 2019 – distopias e histórias de ficção científica hoje em dia cada vez mais frequentes no entretenimento popular.
> Com a expansão vertiginosa desse ramo nos últimos anos é chegada a hora de discipliná-lo e regulamentar o seu uso no Brasil. Como as novas tecnologias afetam a cidadania e a democracia? Como identificar a responsabilidade jurídica num evento provocado ou intermediado por inteligência artificial? Como combater o potencial discriminatório e racista de algoritmos como o de reconhecimento facial? Essas são apenas algumas das questões que precisamos explorar no Congresso Nacional nas deliberações legislativas sobre o tema.
> Por causa disso, esta Comissão de Juristas reuniu figuras qualificadas e relevantes da academia, da advocacia e do serviço público para instruir a apreciação dos projetos de lei ora em tramitação, proposições como o PL 5.051, de 2019; o PL 21, de 2020; e o PL 812, de 2021.
> A experiência do conhecimento da realidade jurídica brasileira e do direito comparado certamente ajudarão os Parlamentares a fazer uma apreciação mais técnica e consciente dos problemas e dos impactos regulatórios aqui contemplados. O desafio regulatório nesse caso é imenso, mas o assessoramento que esta Comissão prestará certamente será à altura.
> Eu, então, agradeço, em nome do Senado Federal, a participação de todas as senhoras e os senhores juristas por esse relevante serviço público prestado à nação.
> Muito obrigado. (*Pausa.*)

Presidente, como há uma tradição na Casa de transferência da condução dos trabalhos, eu concluo a apresentação da Comissão, sob a Presidência do Ministro Ricardo Vilas Bôas Cueva e da Dra. Laura.

Portanto, passo a Presidência dos trabalhos, a partir desse momento, ao nosso Ministro Ricardo Vilas Bôas Cueva e desejo boa sorte e bom trabalho a todos da Comissão no desenrolar desses trabalhos, também colocando à disposição o Senado Federal, a Liderança do Governo no Congresso Nacional, e tenho certeza também do acompanhamento de todos os Parlamentares.

Faço um registro, ainda a tempo, da presença do Deputado Eduardo Bismarck, que trata do tema na Câmara dos Deputados e que vem trabalhando nesse tema também já há bastante tempo, Deputado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PDT do Ceará; do Deputado Carlos Gaguim, que é do União Brasil do Estado do Tocantins; e da minha querida amiga Prefeita Josi Nunes, de Gurupi, lá do meu Estado do Tocantins.

Passo, Ministro, a V. Exa. a Presidência dos trabalhos.

Boa sorte! Estarei pronto para cumprir os desígnios da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado. (*Pausa.*)

Bom dia a todos.

Eu saúdo inicialmente o Senador Eduardo Gomes, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades presentes, os Parlamentares, e reitero os agradecimentos ao Senador Rodrigo Pacheco, estendendo a ele os nossos votos de uma pronta recuperação da gripe que o acometeu ontem e hoje e que o impede de estar aqui. Eu já havia tido oportunidade de agradecer pessoalmente a ele quando da promulgação da Emenda Constitucional 115 e no momento em que foi anunciada a criação desta Comissão.

Cumprimento cada um dos integrantes da Comissão, a começar pela Profa. Laura Schertel, Relatora; Profa. Ana Frazão; Prof. Bruno Bioni; Prof. Danilo Doneda; Prof. Fabrício da Mota Alves; Profa. Miriam Wimmer, que está representando aqui também a ANPD; Dr. Wederson Advincula Siqueira; Profa. Claudia Lima Marques, que deve estar nos ouvindo de Porto Alegre; Prof. Juliano Maranhão; Prof. Thiago Sombra; Prof. Georges Abboud; Dr. Frederico Quadros D'Almeida; Dr. Victor Marcel Pinheiro; Profa. Estela Aranha; Profa. Clara Iglesias Keller; Dra. Mariana Giorgetti Valente; e o Dr. Filipe Medon. Sintam-se todos cumprimentados.

Nós temos o enorme desafio pela frente de, num período bastante exíguo de 120 dias, a contar da instalação desta Comissão hoje, subsidiar a elaboração de uma minuta de substitutivo para instruir a apreciação daqueles três projetos de lei que já foram referidos agora pelo Senador Eduardo Gomes, o que demonstra que essa fase inicial de hesitação quanto à conveniência e a oportunidade de regular ou não a inteligência artificial no Brasil, que certamente agonia tantos profissionais em tantos países, já foi de algum modo superada.

Superamos esse umbral já com o projeto do Deputado Bismarck, que se encontra aqui – não é? –, e com os outros projetos da Câmara. A nossa missão, então, é ajudar a minutar o substitutivo do Senado, dando continuidade ao laborioso processo legislativo já iniciado na Câmara, no qual já houve algumas audiências públicas que nós vamos procurar recuperar, já houve a convocação da participação de todos os interessados para que falassem sobre esse tema, um tema que de fato desafia algumas questões muito importantes na área ética e que tem já motivado alguns estudos no âmbito da União Europeia, da OCDE e de vários outros centros em que se pensa o desenvolvimento dessa nascente tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já há um relativo consenso de que a inteligência artificial deve levar em conta pelo menos cinco princípios: o crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população; valores centrados no ser humano e na equidade; transparência e explicabilidade; robustez, segurança, proteção; e, finalmente, responsabilidade.

Também já há estudos que demonstram que há um consenso básico quanto à necessidade de criar um núcleo deontológico que, de alguma maneira, "vertebre" a regulação da inteligência artificial fundada em alguns núcleos, sobretudo a proteção da privacidade, necessidade de prestação de contas, *accountability*, responsabilidade, proteção e segurança desses sistemas, transparência e explicabilidade, justiça e não discriminação, controle humano da tecnologia, responsabilidade funcional e promoção de valores humanos.

Obviamente, há algumas escolhas difíceis a fazer sobre o caráter mais ou menos principiológico que deva ter essa regulação da inteligência artificial. Obviamente, é arriscado já de antemão oferecer respostas para perguntas que não foram ainda formuladas, porque sequer se conhece quais serão essas perguntas já que a tecnologia é ainda nascente, mas já é aplicada em alguns setores.

Algumas indicações da regulação em estudo na União Europeia são relevantes, todavia. Lá se discute muito uma regulação baseada na gestão de risco, definindo de antemão algumas atividades que podem implicar algum risco de tal monta que justificariam uma regulação mais intensa. E os exemplos dados nas minutas apresentadas são aquelas, por exemplo, técnicas subliminares que contornem a consciência de uma pessoa, a exploração de quaisquer vulnerabilidades de um grupo específico de pessoas associadas à idade ou deficiência física ou mental, a identificação biométrica em algumas circunstâncias que possam trazer risco a alguns daqueles valores elencados.

Portanto, nós temos um trabalho considerável pela frente, mas eu tenho a confiança de que a confiança em nós depositada não foi em vão e de que aqui se encontram alguns dos melhores representantes do que se pensa hoje, do que se estuda sobre o tema no Brasil.

Nós tivemos a oportunidade, todos sabemos, de fazer uma reunião prévia pelo Zoom, na qual já apresentamos uma minuta de regulamento e já apresentamos também um projeto, um plano de trabalho.

Eu procuro aqui... A Relatora, Profa. Laura, vai apresentar isso, mas de antemão eu gostaria já de consultá-los, já que nós tivemos a oportunidade de distribuir a minuta de regulamento e a minuta do plano de trabalho, sobre a anuência com relação a esses documentos. Estão todos de acordo? (*Pausa.*)

Então, eu coloco em votação o plano de trabalho e o regulamento da Comissão.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, não havendo... Foi aprovado, portanto, o regulamento com o plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Profa. Laura Mendes para sua exposição.

A SRA. LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES – Muito obrigada, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva.

Muito bom dia a todas e a todos. Cumprimento o Exmo. Sr. Ministro Ricardo Cueva, o Exmo. Deputado Bismarck, ilustres membros da Comissão, as senhoras e os senhores aqui presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer e parabenizar o Senado Federal, nas pessoas do seu Presidente, Exmo. Senador Rodrigo Pacheco, e do Relator da matéria, Senador Eduardo Gomes, pela criação desta Comissão de Juristas, responsável por subsidiar a elaboração de minuta de substitutivo para instruir a apreciação dos Projeto de Lei de inteligência artificial nºs 5.051, 872 e 21, de 2020. É uma iniciativa valiosa, pois permitirá o aprofundamento dos debates sobre parâmetros, princípios e diretrizes para regular o desenvolvimento e a aplicação de inteligência artificial no Brasil. Além disso, possibilitará que diversos setores da sociedade potencialmente afetados sejam ouvidos, por meio de audiências públicas, trazendo insumos plurais para o debate.

O tema é desafiador, é complexo, horizontal, multidisciplinar, internacional e está em pleno desenvolvimento. A inteligência artificial perpassa hoje todas as áreas da sociedade, do Estado e da economia, seja para realização de diagnósticos na área de saúde, para o auxílio à segurança pública por meio de policiamento preditivo, por exemplo, para gestão de processos e decisões nos tribunais, para personalização e gestão de conteúdo pelas plataformas e redes sociais. É de grande aplicabilidade a inteligência artificial também para fazer previsões por meio de métodos estatísticos, desde o já muito falado *credit scoring*, ou mesmo para auxiliar na gestão de riscos de seguradoras, por exemplo, ou para o auxílio na seleção de candidatos a empregos das empresas. A pandemia acelerou ainda mais essa transformação e aplicação, evidenciando que a inteligência artificial pode, por meio de uma análise de enorme volume de dados, auxiliar as autoridades públicas a combater, inclusive, a transmissão da doença.

Esses exemplos evidenciam a importância que a inteligência artificial tem atualmente, trazendo inúmeras oportunidades e benefícios socioeconômicos. Esses exemplos mostram, contudo, também, os impactos negativos que podem decorrer de uma utilização inadequada ou sem parâmetros e diretrizes. Afinal, basta pensarmos no risco de diagnósticos incorretos em razão de cálculos estatísticos errados, ou na discriminação de candidatos a empregos por meio de sistemas que utilizaram bases de dados históricas e enviesadas, ou mesmo em casos extremos, na perda de liberdade de pessoas que foram identificadas de forma equivocada por sistemas de reconhecimento facial utilizados por órgãos de investigação. Se, por um lado, estudos têm demonstrado os riscos dos sistemas de inteligência artificial, como a sua opacidade, complexidade, dependência de um grande volume de dados e potencial discriminatório, por outro, esses riscos podem ser mitigados por meio da regulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais do que isso, conforme afirma o Prof. Cass Sunstein, a partir de uma regulação adequada, é possível, inclusive, que os sistemas de inteligência artificial sejam desenhados para identificar a discriminação, algo impossível nas decisões tomadas por seres humanos. A regulação adequada é, portanto, um grande ativo para permitir o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias de inteligência artificial seguras e confiáveis em cumprimento com o direito infraconstitucional e com os valores e princípios da nossa Constituição. É também essencial para criar a segurança jurídica necessária para facilitara o investimento e a inovação.

Nesse sentido, entendo que qualquer esforço de regulação precisa partir de algumas premissas, que gostaria de compartilhar com todos para que possamos debatê-las nesta Comissão: aderência aos princípios e normas constitucionais, à dignidade da pessoa humana e ao Estado democrático de direito; pluralidade e diversidade de visões; diálogo entre direito e tecnologia; regulação propícia ao crescimento sustentável e à inovação; consistência com as normas atuais vigentes; interoperabilidade e diálogo internacional.

Estamos falando do presente e também do nosso futuro. Estamos falando de um tema afeto ao Brasil, mas também afeto à comunidade internacional. Estamos falando, acima de tudo, sobre a garantia de direitos previstos na Constituição Federal e que merecem e precisam ser protegidos mesmo sob condições tão diferentes como as que vivenciamos sobre a transformação digital.

É preciso garantir a dignidade da pessoa humana, fundamento da Constituição Federal, e os direitos individuais, como a capacidade do ser humano de se autodeterminar, os direitos da personalidade, à liberdade de expressão, de comunicação e informação, o devido processo legal, o direito à igualdade bem como à privacidade e à proteção de dados pessoais.

Como afirma Luciano Floridi, Filósofo e Professor de Oxford, o ser humano se diferencia não pelo que ele é, mas pelo que ele poderá vir a ser; o que nos singulariza não é um *plus*, mas um *minus*, é a nossa incompletude. Em suas palavras:

> Como viajantes, estamos nas mãos dos nossos anfitriões, os outros, a natureza, o mundo físico, mas também a sociedade, a cultura, o mundo que construímos, não apenas o mundo que encontramos. Nenhum de nós está nunca no centro, viajamos interminavelmente de centro em centro. A nossa dignidade reside em podermos ser os mestres das nossas próprias viagens e manter em aberto as nossas identidades e as nossas escolhas. Qualquer tecnologia ou política que tende a corrigir e moldar tal abertura corre o risco de nos desumanizar.

Presidente, com essas palavras iniciais, eu passo a palavra ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado, novamente agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, então, de colher as manifestações daqueles que quiserem falar e vou seguir a ordem, aqui, da nossa nomeação, da composição, o que me remete diretamente à Profa. Ana Frazão.

Eu pediria que cada um falasse por três minutos aproximadamente, tendo em vista sermos 18. Então, tentemos ser razoáveis aqui.

Por favor, Profa. Ana Paula Frazão.

A SRA. ANA DE OLIVEIRA FRAZÃO – Muito obrigada, Ministro. Bom dia a todos.

Inicialmente eu também agradeço a iniciativa do Senado na pessoa do Presidente, Senador Rodrigo Pacheco; na pessoa do Senador Eduardo Gomes.

Cumprimento, aqui, todos colegas e reitero a honra que é fazer parte de um grupo tão qualificado e liderado pelo nosso Ministro Cueva e pela Profa. Laura. Eu acho que não poderíamos ter uma liderança mais adequada e mais qualificada neste momento.

Tentando ser muito sintética, eu acho que todos nós aqui desta Comissão já temos alguma reflexão sobre esses temas, provavelmente não divergimos sobre os princípios e as finalidades que devem ser buscadas, mas acredito que temos divergências, sim, sobre como essas finalidades poderão ser mais bem alcançadas, ou seja, falar de regulação de inteligência artificial é ter que administrar uma série de *trade offs*, é ter que fazer uma série de escolhas e, portanto, eu acho que o como, o por quê e o quando são realmente perguntas fundamentais.

Embora eu tenha as minhas pré-compreensões, acredito que todos os membros aqui da Comissão também as tenham, eu acho que o Ministro Cueva foi muito feliz quando, na sua fala inicial, disse que estamos diante de um tema tão complexo que em relação a ele nem mesmo sabemos que perguntas deveremos fazer. Eu acho que é esse o espírito que a Comissão deve adotar; ou seja, apesar de ter claras as minhas pré-compreensões sobre o assunto, eu vejo aqui uma enorme oportunidade de aprendizado, de troca com colegas tão qualificados. Acho que são fundamentais os mecanismos de participação social, para que possamos ouvir a sociedade e os demais setores. E assim eu acredito que apesar do tempo ser muito exíguo, nós vamos conseguir, sim, entender melhor que perguntas devem ser feitas e que respostas nós poderíamos desde já apresentar para a sociedade, honrando toda confiança que foi depositada no nosso trabalho.

Então, são essas as minhas palavras, agradecendo enormemente e reiterando a enorme honra que é fazer parte desta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Obrigado.

Passo, então, a palavra ao Dr. Bruno Bioni.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO RICARDO BIONI – Bom, primeiramente, bom dia a todos e a todas. Gostaria de inicialmente agradecer a honra e a responsabilidade de fazer parte desta Comissão na pessoa do Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco, e também ao Senador Eduardo Gomes, que tiveram a serenidade e a sensibilidade de entender que o tema era complexo e que uma Comissão de Juristas tal como hoje está sendo instalada poderia oxigenar a discussão aqui na Casa e no trâmite legislativo.

Queria também agradecer a enorme honra de estar nesta Comissão presidida pelo Ministro Cueva e também relatada pela Profa. Laura Schertel Mendes. Como a Profa. Ana Frazão bem pontuou, a gente não poderia estar sob melhor liderança.

Gostaria aqui de ressaltar, na minha fala, que hoje o plano de trabalho e o regulamento que aprovamos há poucos minutos refletem e espelham a complexidade e também a posição de humildade que a gente tem, e a enorme responsabilidade de fazer esse debate sobre esse tema tão complexo de regulação. Não por outra razão, das três fases de trabalho, duas delas se dedicam e procuram ouvir a sociedade. Há uma primeira fase ali muito recheada de audiências públicas, abertura para receber insumos e contribuições via canais de participação do próprio Senado Federal, e também um segundo momento em que teremos um seminário internacional, que será uma oportunidade bem valiosa de entender como se consegue internalizar não só experiências do norte global, mas também – acredito – do sul global, ou seja, entender como dos dois lados do Atlântico mas também para baixo do globo a gente poderia oxigenar e pensar em modelos regulatórios que estejam bem sintonizados com as condições socioeconômicas e os desafios que a gente enfrenta no Brasil, que é um país pertencente ao chamado sul global.

A última coisa que eu gostaria de destacar é principalmente como a gente está formatando esses espaços, sempre privilegiando multissetorialidade, diversidade, e não poderia ser diferente, tamanha a complexidade do objeto sobre o qual iremos nos debruçar, e, a partir disso, verificar como a gente pode extrair dessa equação um resultado benéfico no sentido, exatamente, colocado pela Relatora, pelo Presidente também, e pela colega Ana Frazão, que me antecedeu, ou seja, como a gente consegue maximizar os benefícios dessa tecnologia e mitigar ao máximo os riscos da inteligência artificial. Dizendo em outras palavras: extrair ao máximo as externalidades positivas das atividades econômicas que serão potencializadas e otimizadas por essa área de conhecimento de inteligência artificial e mitigar ao máximo as externalidades negativas.

Dentro desse ponto de vista, uma das coisas que eu acho que chamam a atenção é o plano de trabalho estudado em quatro fases, eixos temáticos, em que, ao final, a gente pensa não só em um arranjo institucional de governança e que conte com uma perspectiva plural, mas também em arranjos de inovação, em como o Brasil pode ser um *player* e um país importante nessa disputa que se abre de arranjos econômicos também dentro da perspectiva internacional.

Obrigado mais uma vez. É um prazer estar aqui com vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Dr. Danilo Doneda.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado ao Presidente da Comissão, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva e à Relatora, Ministra Laura Schertel Mendes.

Antes de tudo, congratulo o Senado Federal, particularmente o Presidente Rodrigo Pacheco e o Senador Eduardo Gomes, pela opção de convocar esta Comissão de Juristas para tema cujo debate e reflexão serão essenciais para a viabilidade de uma solução regulatória adequada e ao nível que o Brasil merece, missão que será, certamente, exitosa, dada a composição desta Comissão, a liderança do Ministro Ricardo Cueva e a relatoria da Dra. Laura Schertel. Agradeço o convite para participar.

Nós brasileiros possuímos formidável bagagem na regulação de tecnologias, levando em consideração a proteção de direitos e garantias, da liberdade econômica e, ainda, experiências modelares de participação cidadã. Assim foi com o Marco Civil da Internet e com a Lei Geral de Proteção de Dados, essa última, uma normativa que, ao ser promulgada, já contava com considerável bagagem de debate, o que facilita e é fundamental na sua atual consolidação.

Assim, pode parecer que o desafio de regular a inteligência artificial seja um *continuum* dessa tendência. Nisso, porém, reside o risco para o qual é necessário estarmos bem atentos.

O tema da inteligência artificial, ainda que seja de importância fundamental e objeto de debates constantes, ainda não está consolidado a ponto de que tenhamos conceitos, ferramentas e institutos definidos com a necessária concretude, assim como estavam, na época, o Marco Civil da Internet e a LGPD, por exemplo. E é justamente esse motivo que justifica e legitima a presente Comissão de Juristas a buscar o melhor arcabouço regulatório possível, considerando que, no intrincado tema de inteligência artificial, deve-se procurar os temas sobre os quais é urgente, é possível ou é plausível, no atual estado do debate, propor uma regulação eficaz.

A bem da verdade, abordar inteligência artificial traz à tona metáforas que perpassam as próprias relações entre Direito e tecnologia, para não dizer o emprego da tecnologia pelo homem. Mais do que em qualquer dos sistemas anteriores, é a imagem do Golem que vem à mente, uma figura da metodologia hebraica. O Golem é um ser com formato indefinido, criado pelo homem para que o servisse, mas que não era dotado de alma. O Golem, no entanto, podia crescer e sair do controle do seu criador, voltando-se contra ele, ecoando, aos olhos contemporâneos, os temores que acompanham o emprego de tecnologias que possam fugir ao controle.

Hoje a Comissão enfrenta vários desafios. Há um lado que poderíamos chamar de sombrio na inteligência artificial, que reside da possibilidade de mecanização do elemento humano à medida que se confiam decisões fundamentais a mecanismos automatizados. Isso implica vários efeitos: a redução do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle humano sobre várias atividades, a desvalorização de competências humanas, a erosão da autodeterminação, a facilitação de condutas controversas e a escalada de preconceitos em vieses.

Portanto, acredito que nesta Comissão a centralidade do elemento humano deva ser enfatizada em todos os seus aspectos, em todos os pontos necessários. Nossa missão certamente será propor e pesquisar instrumentos e soluções regulatórios que não contradigam e não impeçam a aplicação da inteligência artificial, que pode ser, inclusive, necessária, mas que facilitem e incentivem a sua adoção, diminuindo riscos e garantindo a segurança jurídica dentro da centralidade do elemento humano.

E, com isso, faço minhas palavras de desejo de sucesso e êxito à Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Passo a palavra, então, ao Dr. Fabrício de Mota Alves.

O SR. FABRÍCIO DE MOTA ALVES – Obrigado, Presidente, Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Profa. Laura.

Quero primeiramente parabenizar, mais uma vez, pela brilhante iniciativa, o Senado Federal, promovendo o diálogo necessário com a sociedade através da visão de responsabilidade, de assertividade e de qualidade técnica sobre o assunto. Parabenizo o Deputado Eduardo Bismarck pela iniciativa, o grande responsável pelo pontapé inicial de toda essa discussão no Brasil.

Deputado, V. Exa. seguramente terá, nesta Comissão, apoiadores e incentivadores da sua proposta de regulação responsável sobre o tema.

Entendo que, entre todas as contribuições que esta Comissão poderá promover com a responsabilidade e a elevada qualidade dos seus membros, eu me associo ao interesse em discutir e debater a necessidade de uma possível ou necessária participação do Estado como agente de fiscalização e agente de promoção de incentivos necessários à aderência e à conformidade sobre esse tema.

Independentemente da qualidade técnica da proposta de regulação jurídica que se estabelece em torno da temática de inteligência artificial, é necessário pensarmos também na efetividade e na construção dos incentivos públicos e jurídicos necessários para que haja conformidade efetiva da sociedade em relação ao tema. E que haja também a necessidade de se pensar sobre instrumentos de verdadeira responsabilização em torno do tema, seja ela jurídica, seja ela administrativa.

Eu tenho certeza de que esta Comissão promoverá os debates necessários, com a participação social plural, que todos já observamos a partir da proposta deste regulamento, e com a cadência necessária para que o tema seja efetivo e muito bem promovido por este Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Dra. Miriam Wimmer com a palavra.

A SRA. MIRIAM WIMMER – Muito obrigada, Ministro.

Eu gostaria de começar enaltecendo a iniciativa do Senado Federal pela constituição desta Comissão nas pessoas do Senador Rodrigo Pacheco e do Senador Eduardo Gomes. Saúdo também aqui o Deputado Eduardo Bismarck, que foi um importante promotor desse debate no âmbito da Câmara dos Deputados, e faço uma saudação muito especial ao Ministro Cueva e à Profa. Laura Schertel, sob cuja liderança certamente alcançaremos êxito nesse desafio tão importante.

É uma honra e uma alegria participar desta Comissão ao lado de tantos juristas ilustres, tantos amigos queridos. Assim como a Profa. Ana Frasão, a minha expectativa é de muito aprendizado aqui neste ambiente.

Parece-me que, ao abordar esse tema, temos que partir sempre de uma perspectiva de riscos e benefícios. Não há dúvida de que a inteligência artificial é uma tecnologia já presente no nosso dia a dia que nos traz inúmeras vantagens. Ao mesmo tempo, os riscos precisam ser dimensionados e mitigados. Nesse sentido, parece-me que o nosso desafio é justamente encontrar a abordagem correta, para que o Brasil possa colher os benefícios dessa nova tecnologia, sem entretanto descuidar dos princípios constitucionais, mencionados tão bem pela Profa. Laura nas suas palavras de abertura.

E, nesse sentido, a minha posição aqui é um pouquinho peculiar, porque, além de ser jurista, eu sou também servidora pública, membro do Poder Executivo federal, atualmente em exercício na ANPD, e me parece que um aprendizado que nós podemos tomar, a partir de experiências anteriores de regulação de tecnologia já mencionadas pelo Prof. Danilo, como o Marco Civil da Internet, LGPD, diz respeito à importância do debate multissetorial. Isso é algo que nós vivenciamos no marco civil, na LGPD, e eu diria que partimos aqui de um ponto muito positivo, uma vez que a Comissão se propõe já, desde o início, a ouvir os múltiplos pontos de vista, os múltiplos setores associados a essa temática.

Eu chamaria atenção também para a necessidade de compreender e ouvir as reflexões sobre o tema que transcorrem no Poder Judiciário e no Poder Executivo, que são atores também relevantes nesse debate.

Eu acrescentaria, nesta fala inicial, uma reflexão sobre a importância de cuidar para que sejam preservados os avanços e as conquistas que já alcançamos no âmbito da LGPD. Então, a partir de um esforço enorme de múltiplos atores, conseguimos firmar certos conceitos, certos princípios, certas abordagens que me parecem que são importantes e que deveriam ser reforçados aqui no âmbito do debate sobre inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu menciono que me parece que a disciplina do tema não se esgotará nesse projeto de lei, uma vez que me parece que a temática demanda que também tenhamos abertura para mecanismos auto e corregulatórios, códigos de conduta e regras de boas práticas e que há também demanda para um debate ético, que talvez não se esgote no âmbito de uma legislação formal.

Com isso eu concluo, ainda dentro do meu tempo, agradecendo mais uma vez a oportunidade e me colocando à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Wederson Advincula Siqueira, que acho que nos assiste...

Ele se encontra *online* talvez? (*Pausa.*)

Não.

Então, a Profa. Claudia Lima Marques com a palavra por favor.

A SRA. CLAUDIA LIMA MARQUES (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada, caríssimo Presidente, Exmo. Prof. e Ministro Villas Bôas Cueva.

Eu queria agradecer muitíssimo o convite e a honra de estar aqui neste grupo de gigantes para tratar de um tema tão importante e saudar, em especial, a iniciativa do Senado, nas pessoas do Senador Eduardo Gomes e do Senador Rodrigo Pacheco, Presidente. Eu queria agradecer em especial e mencionar dois pontos apenas.

Primeiro, a importância desta Comissão sob a ótica do Direito Constitucional, como foi muito bem colocado pela Profa. Laura Schertel. Aqui, as lições sobre a preservação dos direitos humanos, dos direitos constitucionais e, principalmente, do patrimônio, que é o mercado interno de um país, segundo o nosso 219 da Constituição, são muito importantes para termos em vista, mas, no Direito Privado, me parece que estamos tratando de três temas importantíssimos para toda a organização da sociedade: igualdade, liberdade e fraternidade. O desenvolvimento tecnológico e a inteligência artificial podem muito bem atacar, tornar opaca a igualdade de todos, a liberdade de todos, e prejudicar o mercado e a proteção dos consumidores.

Então, acho que são muito importantes esses pontos, assim como – segunda e última parte da minha fala – pensarmos sobre as conexões ou os diálogos entre essa legislação e a legislação já existente ou sobre, de outra forma, as conquistas da nossa sociedade. (*Falha no áudio.*)... está sendo atualizado pelo Projeto de Lei 3.514, de 2015, já aprovado, de forma unânime, no Senado Federal, e está agora sob análise da Câmara dos Deputados, e é para a atualização quanto ao mundo digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida, aqui podemos fazer reenvios e nos aproveitar de todas essas conquistas já existentes, do aqui mencionado marco civil da internet, as conquistas importantíssimas da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e seus princípios, para avançar um pouco mais preservando essas conquistas e, ao mesmo tempo, abrindo-as para a inovação.

O art. 219 da Constituição está no Capítulo da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse é um tema também que temos que preservar permitindo o desenvolvimento científico, o desenvolvimento tecnológico do país, a autonomia e também a inovação.

Então, estou muito contente e faço eco a todos que aqui mencionaram a importância desta Comissão, não só do nosso aprendizado, mas do desenvolvimento e da colaboração ao desenvolvimento do direito brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Com a palavra o Prof. Juliano Maranhão.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Obrigado.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senado pela iniciativa nas pessoas dos Senadores Eduardo Gomes e Rodrigo Pacheco, cumprimentar também o Presidente Ricardo Cueva e a Relatora Laura Mendes pela iniciativa extremamente relevante neste momento de desenvolvimento da tecnologia no país. Também quero cumprimentar meus colegas que vão aqui enfrentar esse relevante desafio e cumprimentar também o Deputado Eduardo Bismarck por ter dado esse passo inicial para a discussão e o debate do tema.

É fundamental a organização desta Comissão, a exemplo do que se fez em outros países que regularam a inteligência artificial, para obter contribuições técnicas e um debate mais apurado em relação tanto aos riscos quanto aos benefícios da tecnologia.

Normalmente, o impulso inicial e primeiro para uma regulação da tecnologia parte dos riscos e das preocupações com seus impactos, mas nós temos que lembrar que a inteligência artificial traz uma série de benefícios a diferentes setores de aplicação na indústria, na saúde, na educação, no meio ambiente e em tantos outros. E, por esse motivo, os nossos olhos devem também estar atentos não só à mitigação dos riscos, como também a trazer incentivos ao investimento, à canalização de recursos, à desburocratização, para que haja investimento tanto público como privado, reunindo os diferentes campos de desenvolvimento, para estímulo e construção dessa tecnologia, tanto na administração quanto no setor industrial e também na academia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto importante, a que eu gostaria de chamar atenção já de início, é o fato de que nós estamos lidando com um tema essencialmente interdisciplinar, que vai ser enriquecido não só com uma discussão jurídica de políticas de regulação, mas também com as contribuições de cientistas da computação, de engenheiros da computação, de cientistas sociais e de todos esses campos do saber, além dos representantes dos diferentes setores da economia que empregam essa tecnologia. Certamente nós teremos oportunidades de ouvi-los nas audiências públicas que vão ser realizadas, de tal forma que a gente possa ter os melhores elementos para formar o nosso convencimento e encontrar o equilíbrio adequado entre o incentivo ao desenvolvimento dessa tecnologia e a mitigação dos seus riscos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Com a palavra o Dr. Thiago Luís Santos Sombra.

O SR. THIAGO LUÍS SANTOS SOMBRA – Bom dia, Ministro.

Primeiramente, agradeço a todos nas pessoas do Senador Eduardo Gomes e do Senador Rodrigo Pacheco.

Ministro Cueva e Profa. Laura, digo que é uma grata satisfação fazer parte desta Comissão junto de tantos colegas.

Nós temos um desafio muito importante pela frente não só pelo momento em que o Brasil se encontra em relação ao fomento da tecnologia como um todo, mas pelas oportunidades que nós podemos abraçar e aquelas as quais nós já perdemos. Eu dou um exemplo em relação ao que aconteceu com a covid-19 em que nós tivemos impossibilitada, por exemplo, a utilização de testes em massa por meio de inteligência artificial para a população como um todo. E há uma série de benefícios. Há uma pesquisa da FGV que diz que a inteligência artificial é capaz de fomentar o crescimento do PIB brasileiro em até 7% até meados de 2030. Então, os dados são relevantes.

As soluções que têm sido utilizadas para o incremento do desenvolvimento econômico e do bem-estar social são inúmeras, mas estamos falando de tecnologia. E o mais importante é que nós não deixemos aqui a nossa responsabilidade e as nossas atribuições transparecerem mais do que os nossos vieses. A máquina é muito fruto daquilo que é o viés do seu criador. Eu acho que por isso a Comissão teve a virtude de ser criada de uma forma tão multidisciplinar, tão plúrima, com tantas formações distintas e ser estruturada em quatro eixos que estão muito bem equilibrados. Para efetivamente até nos proteger dos nossos vieses, eu acho que a Comissão teve a sapiência de convocar, inclusive, audiências públicas que vão nos permitir cada vez mais ouvir a sociedade, ouvir outras pessoas, para que nós não nos enclausuremos aqui simplesmente nas nossas convicções. Acho que as oportunidades serão muitas, as contribuições serão extremamente ricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sinceramente acredito que a forma como o plano foi constituído, sob a Presidência do Ministro Cueva e da Profa. Laura, nós vamos ter plenas condições de atingir esses objetivos no prazo que foi estipulado pelo Senado da República.

Então, com essas palavras, eu quero, mais uma vez, agradecer e dizer que é uma grata satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Georges Abboud.

O SR. GEORGES ABBOUD – Obrigado, Presidente Cueva.

Antes de tudo, quero cumprimentar a liderança do Ministro Ricardo Cueva, da Profa. Laura – acho que constituem a liderança de que a gente precisa para fazer um belo trabalho nesta Comissão.

Basicamente, o desafio nosso talvez seja um dos maiores desafios em termos de regulação normativa, porque as novas tecnologias hoje constituem, na minha visão, o maior desafio do Estado, pois elas geram uma crise de estatalidade. Os métodos tradicionais de regulação e decisão são muitas vezes ineficientes ou inócuos para tratá-las, e muitas vezes o Estado tem receio em tentar analisar, trazer para o centro da estatalidade esses temas. E aqui eu cumprimento o Senado, porque a existência desta Comissão é uma resposta ao desafio, é uma ideia de que podemos fazer algo melhor para mitigar, vamos dizer assim, esse fenômeno que as novas tecnologias podem trazer – tanto os benefícios, quanto os malefícios.

Mas eu acho que, além da responsabilidade com o Legislativo que esta Comissão tem, ela tem uma responsabilidade com o Judiciário, porque, quanto melhor o trabalho aqui produzido, mais bem será decidida essa temática pelo Judiciário; e é uma responsabilidade com a sociedade, uma sociedade brasileira que, grande parcela dela, infelizmente tem experimentado muitas vezes mais os malefícios do que todos os benefícios que uma tecnologia devidamente regulamentada pode trazer.

Então, de minha parte, eu estou muito honrado em fazer parte de uma Comissão com tantas professoras e professores que eu profundamente admiro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Frederico Quadros D'Almeida.

O SR. FREDERICO QUADROS D'ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo? Alô. Oi.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Estamos ouvindo.

O SR. FREDERICO QUADROS D'ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Bom dia, Ministro Cueva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, estamos diante de um desafio muito grande, pois a inteligência artificial é cada vez mais utilizada em todas as faces da nossa vida cotidiana. Em alguns momentos, nós temos mais percepção desse uso, e, em outros momentos, nós nem percebemos, não é? Então, quando recebemos alguma notificação do celular sugerindo um contato, sugerindo um destino para o nosso deslocamento diário, sugerindo até uma rota de deslocamento, em todos esses pontos nós temos aplicações da inteligência artificial. E, fora esses, é claro, muitos outros com aplicações maiores, aplicações na área médica, na área militar inclusive.

Então, temos realmente um objeto muito amplo. Os eixos temáticos definidos aqui pela Dra. Laura, logo de início, destacam que temos que definir o objeto que vamos regular. Então, acho que isso é muito importante. E com a ajuda de todos, certamente, chegaremos a uma boa conclusão desse trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Victor Marcel Pinheiro.

O SR. VICTOR MARCEL PINHEIRO – Bom dia, Presidente.

Eu queria agradecer a grande honra ao Senado Federal, na pessoa do nosso Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco, e a liderança do Senador Eduardo Gomes; e agradecer ao Deputado Bismarck, que também tem capitaneado iniciativas fundamentais para esse debate.

Eu queria registrar a honra – na condição de cidadão, de servidor público aqui desta Casa, de advogado, de acadêmico – de poder participar desses debates sob relatoria da nossa Profa. Laura, que trouxe um plano de trabalho, aprovado pela Comissão, muito equilibrado.

Eu queria registrar a importância de, nesse debate tão complexo do ponto de vista técnico, nós não perdemos a dimensão da sua politicidade. Eu queria registrar aqui a fala da Profa. Ana Frazão, que trouxe que nós temos *trade-off* inerente à regulação dessa questão.

Então, embora nós tenhamos aqui questões múltiplas que, do ponto de vista técnico, são muito específicas e detalhadas e que avançam a cada dia, a politicidade desse tema, especialmente à luz da autonomia – isto foi bem colocado pela Dra. Laura – inerente do ser humano, de como escolhemos nossos caminhos e como somos influenciados nessa trajetória, é fundamental.

Esse é um tema muito difícil porque nós não temos, como foi colocado por outros colegas, um parâmetro já internacionalmente estabelecido ou pacificado de regulação, via legislação que a gente chama de *hard* ou *soft*. Temos algumas iniciativas, algumas diretrizes e propostas em discussão, mas ainda nada que realmente seja estabelecido no plano internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que nós, aqui no Brasil, temos um desafio maior, sem prejuízo, obviamente, dos benefícios e do potencial de inovação tremendo que essa tecnologia tem, de olhar para a nossa realidade brasileira, especialmente em face da experiência que temos com o Marco Civil da Internet, com a LGPD e até mesmo com as normas constitucionais, com a interpretação que faz delas a nossa Casa constitucional, o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista algumas peculiaridades do nosso sistema político e do nosso sistema social.

As pesquisas de índice de confiança no Brasil mostram, comparativamente, pelo menos, certa desconfiança da população em relação às instituições estatais, e acho que isso faz o nosso desafio ser ainda maior, porque nós estamos regulando, como o Prof. Fabrício colocou, a aplicação dessa tecnologia no âmbito público e no âmbito privado também. Nesse sentido, nós temos uma série de questões que afetam a esfera pública, e acredito que a nossa tradição, vamos dizer assim, de liberdade de expressão e de lidar com a coisa pública coloca um desafio adicional.

Vai ser muito bom trazer para a Comissão e ouvir a sociedade civil, ouvir as autoridades que foram convidadas para participar desse debate, ampliar esse debate multissetorial com diversos segmentos da sociedade, para que tragamos justamente essas diversas dimensões políticas, jurídicas, tecnológicas e institucionais para dentro dos nossos debates e para que possamos fazer essa reflexão à luz das características da nossa sociedade brasileira.

Então, agradeço, mais uma vez, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Com a palavra a Profa. Estela Aranha.

A SRA. ESTELA ARANHA – Olá! Bom dia a todos e a todas!

Primeiro, eu queria agradecer ao Senado Federal, ao Senador Rodrigo Pacheco e ao Senador Eduardo Gomes pela confiança nesta Comissão.

Também quero agradecer a criação da nossa Comissão ao Ministro Cueva e à Profa. Laura, como Relatora, e a confiança em todos nós.

A gente tem grandes desafios hoje. Como já falamos, não existe hoje nenhum diploma legal que tenha uma regulação tão ampla como um marco legal ou que dê parâmetros para inteligência artificial. Inclusive, nas discussões na Europa, são vários diplomas que dão conta de várias questões; elas não estão só num ato. Então, a gente tem um prazo exíguo, e esse é um grande desafio para a gente. Mas, enfim, tenho muita confiança no nosso plano de trabalho para fazer isso, dentro desse prazo, nos nossos limites.

Eu queria ressaltar também a importância da participação social nesse debate, dessa escuta ampla, que vai ser feita por meio de audiências públicas e por meio de consultas escritas. Desejo que toda essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

participação social esteja incorporada ao texto. Com certeza, com nosso plano de trabalho, com os membros desta Comissão, ela será bastante incorporada. Também quero ressaltar a importância disso, das visões plurais, como já foi colocado aqui, e da questão da diversidade.

Eu queria ressaltar também a importância de a gente, como o Ministro colocou, focar o nosso centro, que é o ser humano, nesse debate. E, principalmente, quando a gente está falando de fazer essa regulação, a gente, na verdade, está fazendo uma adequação de uma situação à legislação já existente. Na verdade, é a aderência do uso dessas novas tecnologias em relação aos direitos e garantias constitucionais que já existem em relação aos bens jurídicos já protegidos, individuais e coletivos, em relação à democracia.

Entre outras coisas, eu queria ressaltar a importância também, no nosso plano de trabalho, da opção pela regulação em cima de mudanças sociotécnicas, como parece indicar, e não por fazer a regulação de uma tecnologia, porque, sempre que a gente quer regular uma tecnologia, no mínimo a gente fica muito obsoleto muito rapidamente. Então, esses usos da inteligência artificial trazem muitas mudanças, que têm riscos, e a esses riscos eu acho que a gente tem que ter muita atenção. Primeiro, há os riscos que aquelas características dessa tecnologia aliadas aos usos trazem em relação à sua arquitetura, em relação às finalidades do uso, como viés, opacidade, a questão da transparência também. E também há outras questões regulatórias do desenvolvimento do próprio mercado, do desenvolvimento da segurança jurídica do próprio mercado.

E quero ressaltar a importância também de que regulação não necessariamente é contra o desenvolvimento econômico ou contra a questão do desenvolvimento científico e da inovação. Ao contrário, a gente vai trazer regras e parâmetros que vão deixar tudo com mais segurança jurídica. Isso é muito importante para o nosso desenvolvimento de mercado e, enfim, para ingressar em uma nova era.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Profa. Clara Iglesias Keller com a palavra.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

Bom dia a todos.

Começo agradecendo ao Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco, pela nomeação honrosa para fazer parte da presente Comissão. Na pessoa do Deputado Eduardo Bismarck eu cumprimento todas as autoridades presentes, bem como os membros desta Comissão na pessoa do nosso Presidente, Ministro Ricardo Cueva, e de nossa Relatora, Profa. Laura Schertel Mendes, parabenizando ambos desde já pela condução dos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dado que as tecnologias de inteligência artificial ainda estão longe da sua maturidade, apesar de estarem por todos os lugares, os processos de política pública que tratam de IA neste momento certamente vão contribuir para o que elas vão se tornar ao longo dos anos, para o que seria mais próximo da sua forma final.

Além de um mandato de cautela, essa percepção também é uma oportunidade para que o Parlamento use a evidência empírica que já existe sobre esses sistemas e as suas características, principalmente aquela evidência produzida dentro da realidade social brasileira, para contribuir para um desenvolvimento adequado à Constituição e ao nosso contexto socioeconômico. Então, há alguns pontos de atenção que eu gostaria de sugerir para futuros debates, já pensando na minuta e num possível substitutivo.

Em primeiro lugar, eu aponto a necessidade de consignação substantiva e procedimental de direitos, que se reflita, por exemplo, em medidas de promoção da igualdade social e antidiscriminatórias, que vão além da linguagem principiológica.

Sugiro também a gente refletir sobre a importância de mecanismos que permitam contestação do uso desses sistemas, lembrando que a ideia de contestação é um requisito normativo do direito, que nos protege da aplicação de padrões e normas de direito ou não que sejam aplicadas de forma equivocada.

Em segundo lugar, sugiro que a gente debata e tenha cautela com a sugestão de estímulo à autorregulação, em especial no art. 3º da versão atual. A mera existência de um instrumento normativo não é um indicativo de conformidade. E, acima disso, a literatura especializada contraindica arranjos autorreguladores em matérias de direitos fundamentais, que é o caso aqui, dada a multiplicidade de usos da IA, muitos deles afetando tais direitos. Sugiro, assim, a reflexão sobre esse dispositivo, sem prejuízo de se proporem arranjos híbridos, como a Dra. Miriam Wimmer já sugeriu em relação à regulação, dependendo do setor de que se trata e do grau de risco identificável.

Em terceiro e último lugar, muitos dos riscos em jogo aqui se relacionam com o fato de que essas tecnologias operam com base no uso massivo de dados. Enquanto a LGPD já cuida de alguns aspectos referentes à coleta e tratamento, um diploma muito importante para o nosso debate, muitas outras questões também necessitam de atenção dentro do escopo deste PL, como, por exemplo, segurança e governança participativa desses sistemas, lembrando aqui que eles se transformam constantemente, vão ganhando novas funcionalidades e características de acordo com a sua operação, até com base nos dados que vão coletando e aperfeiçoando essa operação.

Nesse sentido, eu encerro minha exposição. Nossa Comissão tem um trabalho imenso pela frente, mas tenho certeza de que, com a excelência dos membros e a participação multissetorial e diversa da sociedade civil, nós teremos a oportunidade de fazer um ótimo trabalho, que faça jus à tradição brasileira de regulação de tecnologia já tão colocada pelo Prof. Danilo Doneda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Com a palavra a Dra. Mariana Giorgetti Valente.

A SRA. MARIANA GIORGETTI VALENTE (*Por videoconferência.*) – Bom dia. Bom dia a todas, a todos.

Eu gostaria muito de agradecer a nomeação para fazer parte desta Comissão, agradecendo ao Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco; ao Senador Eduardo Gomes; ao Presidente da Comissão, Ministro Ricardo Cueva; e à nossa Relatora, Profa. Laura Schertel Mendes.

E eu gostaria de, além de agradecer a oportunidade de contribuir com esse tema, que é de imensa relevância social, louvar a iniciativa de instalação de uma Comissão para discutir os projetos de lei sobre inteligência artificial, dada justamente a relevância.

Eu divido a minha curta fala em dois pontos: um de aspectos gerais; outro de temas específicos.

Indo direto para os aspectos gerais, parece essencial que nós da Comissão consigamos pensar uma regulação que equilibre o incentivo ao desenvolvimento dessas tecnologias com a defesa de direitos, como a garantia do direito à privacidade, à não discriminação, à autodeterminação; em segundo lugar, que contemple as especificidades tecnológicas sociais e econômicas brasileiras e que saiba reconhecer também onde a tecnologia está incipiente demais – um pouco na linha do que a Clara falava e o Bruno também –, abrindo espaços para intervenções futuras e prevendo a participação de especialistas dos múltiplos grupos interessados; e que sejamos capazes de trazer participação para dentro, representando tanto os campos do conhecimento como os sujeitos múltiplos que são afetados por essas tecnologias.

Eu queria falar um pouco sobre os temas a serem trabalhados. Eu concordo com algumas exposições aqui já trazidas sobre temas que foram ressaltados, mas eu vou focar aqui três temas menos abordados, que me parece que é bastante importante que nós, como Comissão, discutamos.

Tema um. Eu tenho preocupação com o tema do uso de inteligência artificial pelo setor público e, particularmente no que diz respeito a decisões que afetam os cidadãos, parece-me que precisamos debater que requisitos especiais precisam estar presentes quando falamos de decisões algorítmicas tomadas pelo Estado, principalmente em relação a populações vulneráveis.

Tema dois. Precisamos enfrentar o tema – e aí informados por debates nacionais e internacionais – dos campos em que o risco das tecnologias é tão alto, em relação a potenciais benefícios, que estaríamos falando propriamente da necessidade de proibições. Várias jurisdições estão debatendo a proibição das tecnologias de inteligência artificial aplicadas ao reconhecimento facial na segurança pública, por causa do potencial de discriminação, estigmatização e revitimização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E três, o tema do direito autoral sobre as bases de dados, que é um dos temas mais importantes para o desenvolvimento dessas tecnologias, mas um dos menos tratados no debate público. As bases de dados que alimentam as tecnologias são, no Brasil em quase todo o mundo, protegidas com direito autoral, e vários países, especialmente no norte global, já previram permissões para as bases serem mineradas para pesquisa e desenvolvimento, e na medida em que nós no Brasil não fazemos isso, temos um problema triplo: um de insegurança jurídica; outro de qualidade das bases que estão à disposição, que está diretamente relacionado com a diversidade dos perfis representados e com a não discriminação e, por fim, uma desigualdade no cenário geopolítico, já que as bases de dados brasileiras sobre os sujeitos brasileiros podem ser mineradas onde existe essa autorização, e o contrário não é verdadeiro. Parece-me que esse é um grande e silencioso problema que nós teremos aqui oportunidade de debater e eu já queria deixar registrado.

Eu cumprimento os membros e membras da Comissão, com quem espero debater, aprender muito, e agradeço pelo espaço, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Finalmente, o Dr. Filipe Medon com a palavra.

O SR. FILIPE MEDON – Obrigado.

Bom dia a todos e todas.

Exmo. Sr. Presidente, Ministro Cueva; Sr. Eduardo Bismarck; Sra. Laura Mendes, nas pessoas dos senhores, saúdo também todas as autoridades, os membros que compõem esta Comissão e aqueles que nos acompanham.

Coube a mim a derradeira fala, nesta manhã tão importante. E o desafio se torna ainda maior tendo em vista os notáveis juristas que me antecederam. No entanto, gostaria de tecer brevíssimas considerações.

Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer pelo honroso convite para integrar esta Comissão, cujo resultado final poderá impactar decisivamente o futuro de milhões de brasileiros e brasileiras que, ainda que não o saibam, são afetados cotidianamente pela inteligência artificial em suas mais variadas aplicações. E como já foi dito, acerta este Senado Federal em ouvir a sociedade, dada a relevância do tema.

Esta Comissão será um espaço aberto para todas as vozes, em respeito à diversidade, e o Brasil tem tudo para ser pioneiro no mundo nesta área. Devemos considerar a inafastável premissa sobre o tema de que na linha do que defende Jack Balkin, embora cada vez mais estejamos rodeados de sistemas e robôs comandados por inteligência artificial, no fundo nossas relações não se dão com estes, mas, sim, com os seres humanos que se escondem por trás desses robôs e sistemas, e precisamos nos cercar dos cuidados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessários para que não haja uma irresponsabilização desses sujeitos. Por certo, devemos pensar na atribuição de responsabilidades com cautela, sob pena de inibir o desenvolvimento tecnológico e também econômico. Nada obstante, nosso foco deve ser a reparação integral das vítimas e em última instância a tutela da pessoa humana, que não é lesada por máquinas, mas pelos seres humanos que estão por trás delas.

Nessa direção, a definição apriorística de um regime de responsabilidade civil único, seja ele de natureza subjetiva ou ainda objetiva, deve ser rechaçada, porque não há como se pretender conferir resposta única a um problema que comporta inúmeras facetas, já que não é apenas uma a inteligência artificial.

Tenho a certeza de que esta Comissão encontrará sabedoria necessária para sugerir uma proposta de substitutivo que não engesse o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que salvaguarde os direitos fundamentais. E o cuidado precisa ser redobrado, a fim de que não venhamos a construir uma lei que apenas replique princípios e diretrizes já consagrados em diplomas internacionais, sem sugerir medidas concretas de correção, por exemplo, da tão falada discriminação algorítmica.

Mais importante do que a responsabilidade é, sem dúvida, a prevenção dos danos, e o desenvolvimento ético da inteligência artificial é o grande pilar nessa busca.

Agradecendo a todos uma vez mais, desejo um excelente trabalho para esta Comissão, colocando-me inteiramente à disposição desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Eu agradeço enormemente a participação de todos, tanto dos que puderam, presencialmente, participar desta sessão de instalação quanto daqueles que estão participando por videoconferência.

Como todos devem ter notado, nós acabamos de concluir a primeira etapa dos nossos trabalhos, que era exatamente a instalação da Comissão, a aprovação do regulamento, da nossa autorregulação aqui, e do plano de trabalho.

A Profa. Laura foi muito cuidadosa em levar em consideração todas as contribuições que foram feitas depois daquela nossa primeira reunião por videoconferência, preparatória deste ato de instalação. Incorporou todas as sugestões naquele bloco de eixos temáticos para o debate, que não necessariamente estarão contidos no texto final, afinal de contas, em quatro meses, seria difícil abarcar todos aqueles temas elencados ali, mas, pelo menos, no debate, estarão presentes. E são esses temas que vão dar coerência e congruência às audiências públicas – serão duas audiências públicas com dois dias cada uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra para a Relatora, Profa. Laura Schertel Mendes, para que ela, então, fale, em mais detalhes, sobre o nosso plano, sobre os próximos passos, sobre o que fazer. O próximo passo, já no dia 8 de abril, a gente vai comunicar, as audiências públicas. Então, por favor, Professora.

O SR. EDUARDO BISMARCK (Bloco/PDT - CE) – Ministro, Relatora, Dra. Laura, posso só dar uma palavrinha rapidamente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Por favor, Deputado.

O SR. EDUARDO BISMARCK (Bloco/PDT - CE) – Obrigado.

Eu vou, até porque... Eu gostei muito de ouvir todos os presentes aqui, mas, logo em seguida, eu tenho que me retirar para outro compromisso. Agradeço a palavra.

Ministro Cueva, Dra. Laura, Relatora, todos os nobres colegas operadores do Direito aqui presentes, quero dizer que estou muito feliz com a instalação desta Comissão. Sou autor do Projeto de Lei 2.120, que foi aprovado na Câmara dos Deputados. E a minha palavra, o que eu queria dizer é que hoje é só para a gente poder dar o espírito daquilo que norteou o nosso projeto lá, no sentido de tentar colaborar com esta Comissão.

Nós buscamos, justamente, não fazer um projeto que tentasse prever tudo aquilo que está envolvido na inteligência artificial. A gente fez um projeto de lei principiológico, mas que pretendia estabelecer alguns parâmetros, e muito focado também, é o que a gente buscou, em algo que desse a oportunidade de a gente ter o desenvolvimento da inteligência artificial aqui no Brasil, ou seja, que isso pudesse ser uma ferramenta de engrandecimento do país, que nós tivéssemos a criação de patentes, que nós tivéssemos o desenvolvimento dentro das universidades e, portanto, gerássemos riqueza para o nosso país. A gente queria muito isso quando criamos esse projeto no âmbito da Câmara, dialogando com alguns colegas Parlamentares. Depois – a Deputada Luisa Canziani foi a Relatora –, nós fizemos alguns ciclos de debate, nós temos relatórios elaborados pela nossa assessoria, pela Dra. Heloisa, que participou desse acompanhamento também, que pode disponibilizar para a Comissão, e ficam já à disposição de vocês, desses especialistas, para contribuir com o debate.

Então, eram essas minhas palavras. Eu estou à disposição, sigo à disposição de V. Sas., de V. Exas., para a gente poder construir isso que, com certeza, é uma sinalização que o Brasil dá para o mundo de que a gente está aí, sempre na vanguarda da questão tecnológica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Eu agradeço muito o Deputado Bismark pelo empenho e dedicação nesse tema – ele, que integra a Frente Parlamentar Mista da Inteligência Artificial. Essa generosa oferta de colocar à disposição agora desta Comissão do Senado todo o trabalho valoroso, importante que foi feito ao longo do debate legislativo na Câmara, sem dúvida, será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitada. Nós estamos procurando apenas dar continuidade a esse processo legislativo complexo, plural, que se iniciou ali por iniciativa do Deputado, naquele Projeto 21, que talvez seja o mais debatido dos três. Então, é muito importante contar com a sua participação. Desde logo, em nome de todos, eu reitero os nossos agradecimentos à sua participação aqui.

O SR. EDUARDO BISMARCK (Bloco/PDT - CE) – Obrigado, Ministro. Um bom dia a todos e bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Profa. Laura.

A SRA. LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES – Bom, eu queria, até antes de começar a apresentar rapidamente o cronograma, apenas agradecer aqui a contribuição de todos a esse plano de trabalho, ao cronograma; o engajamento de todos e dizer, Ministro, que concordo com o que foi falado aqui, que o trabalho é hercúleo, mas, certamente, com todos esses especialistas, com o trabalho, com esse engajamento que já se mostrou nesse início e sob a sua liderança, chegaremos aí a um bom termo.

E foi pensando, então, nesses quatro meses – como são 120 dias o prazo que temos para cumprir essa missão – que nós estamos propondo três etapas de trabalho, sendo a primeira a instalação da Comissão e a participação pública; a segunda, reuniões de trabalho e a experiência internacional; e a terceira etapa, redação, consolidação de subsídios para elaboração de substituto. Então, exatamente porque o tempo é curto, a primeira etapa já visa obter o máximo de contribuições possíveis da sociedade, dos setores, dos próprios agentes do Governo, do setor privado e da sociedade civil de uma forma geral. E, na segunda etapa, nós realizaremos, então, um seminário internacional também para colher insumos aí e experiências internacionais. E, na terceira, vamos, então, nos debruçar, discutir, debater sobre todos esses subsídios que receberemos para, então, consolidá-los numa minuta de um projeto.

Eu queria também comentar quais são os quatro eixos. Todo o plano de trabalho, assim como o cronograma já estão na página do Senado Federal. Então, quem quiser já pode ter acesso. Lembrando que esses eixos temáticos para o debate são eixos... Talvez num primeiro olhar as pessoas possam se assustar com a especificidade, com a quantidade de temas, mas a ideia foi exatamente estruturar esses temas de modo que sociedade, que todos possam contribuir também de uma forma bastante ampla. Então, os temas não são, de forma alguma, nada parecidos com o que pode vir a ser o projeto, até porque esse não existe. São realmente eixos temáticos para o debate, que a gente acha que podem contribuir muito. Acho que as contribuições que a gente venha a receber nesse formato ou sobre esses temas podem contribuir muito com o nosso debate.

Então, o primeiro eixo são conceitos, compreensão e classificação de inteligência artificial, o que compreende o próprio objeto a ser regulado e por que e como regular. Esse é o primeiro eixo.

O segundo são os impactos da inteligência artificial, e aí a gente passa tanto pelo contexto econômico e social como por benefícios e riscos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro são direitos e deveres. A gente fala de transparência, explicabilidade, revisão, atributos do *design* técnico, segredos comerciais e industriais.

O quarto e último trata da estrutura de governança, fiscalização e *accountability*, inclusive os regimes de responsabilidade.

Então, são quatro grandes eixos e, inclusive, nas audiências públicas, que estão agora no cronograma que todos podem ver aqui, a gente propôs uma divisão também conforme esses temas.

Até a nossa próxima reunião, nós precisamos trabalhar bastante para que a gente tenha o máximo de indicações de todos aqui em relação a especialistas que virão a compor essas audiências públicas. Então, a gente tem até o dia 8 de abril para obter todas essas contribuições, todas essas indicações, e então fechar a composição dessas audiências públicas, que ocorrerão nos dias 28 e 29 de abril e 12 e 13 de maio.

Como os senhores podem perceber, a gente tem, para cada eixo temático, um dia inteiro de audiência pública. É exatamente para que a gente possa debater todos esses temas de uma forma bastante ampla e profunda.

Nós teremos, então, uma reunião presencial no dia 18 de maio, que é exatamente o debate sobre as contribuições obtidas nas audiências públicas; nos dias 9 e 10 de junho, um seminário internacional; 24 de junho e 8 de julho estão aí, digamos, reservados para discussão do relatório.

Haverá uma suspensão das atividades da Comissão para que a gente não conclua os trabalhos e tenha que entregar o projeto, o relatório, durante a suspensão ou durante as férias aqui do Congresso. Então, haverá essa suspensão das atividades para que os trabalhos sejam concluídos no dia 12 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – E é sempre importante lembrar que nós devemos tentar alcançar o maior número de setores e de vozes que possam efetivamente trazer um quadro ainda mais completo, se possível, do que aquele que já foi atingido com as audiências públicas na Câmara dos Deputados no início do processo legislativo. A ideia é que haja realmente um amplo espectro de representantes de pontos de vista divergentes, o que é fundamental para garantir a legitimidade aqui de toda essa discussão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Está já projetado ali, não é?

A SRA. LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES – Perfeito.

Desde já, então, a gente gostaria de pedir aos setores da sociedade de uma forma geral, às empresas, ao setor privado e às entidades civis que possam já encaminhar sugestões sobre o tema, inclusive, se puderem, de forma estruturada também, ou talvez trazer sugestões sobre esses temas que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos propondo. O *e-mail* da Comissão é esse que todos já conseguem ver; no *site* consta tanto o cronograma como o plano de trabalho e o regulamento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – O Reinilson, que está aqui, é que vai nos secretariar nos trabalhos. Ele é servidor do Senado, tem experiência nisso e já nos tem emprestado um apoio decisivo para que possamos concluir os trabalhos no tempo que foi assinalado e da melhor maneira possível. Então, todos podem se reportar também a ele.

Eu consulto se há mais alguma observação ou manifestação antes de encerrar aqui a nossa reunião de instalação. (*Pausa.*)

Então, não havendo nenhuma outra manifestação, eu declaro encerrada esta reunião de instalação da Comissão de Juristas do Senado que vai se debruçar sobre o tema da inteligência artificial.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência de Ricardo Villas Bôas Cueva, reúne-se a Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil com a presença dos Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em quatro partes: **1ª Parte - Audiência Pública: Painel 1 – Inteligência artificial e regulação: objeto a ser regulado e aspectos sócio-técnicos**. **Finalidade:** Painel 1 – Inteligência artificial e regulação: objeto a ser regulado e aspectos sócio-técnicos. **Participantes:** Dr. Virgílio Almeida, Professor - UFMG; Dr. Ig Bittencourt, Professor da UFAL; Dr. Fabro Steibel, Representante do Instituto de Tecnologia e Sociedade - ITS/Rio; Dr. Virgílio Almeida, Professor - UFMG; Dra. Loren Spíndola, Coordenadora da Associação Brasileira das Empresas Brasileiras de Software (Abes); Dr. Fabro Steibel, Representante do Instituto de Tecnologia e Sociedade - ITS/Rio; Dr. Ig Bittencourt, Professor da UFAL; Dra. Loren Spíndola, Coordenadora da Associação Brasileira das Empresas Brasileiras de Software (Abes); Dra. Tanara Lauschner, Professora da UFAM; e Dra. Tanara Lauschner, Professora da UFAM. **Resultado:** Audiência Pública Realizada. **2ª Parte - Audiência Pública: Painel 2 – Inteligência artificial e regulação: modelos de regulação e abordagem**. **Finalidade:** Painel 2 – Inteligência artificial e regulação: modelos de regulação e abordagem. **Participantes:** Dr. Luca Belli, Professor da FGV/RJ; Dr. José Renato Laranjeira, Conselheiro e Membro Fundador do Lapin - Laboratório de Políticas Públicas e Internet; Dra. Tainá Aguiar Junquilho, Professora da UnB e do IDP; Dra. Ana Paula Bialer, Advogada e sócia fundadora em Bialer & Falsetti Associados; e Dr. Ivar Hartmann, Professor do INSPER. **Resultado:** Audiência pública realizada. **3ª Parte - Audiência Pública: Painel 3 – Inteligência artificial e regulação: fundamentos e princípios**. **Finalidade:** Painel 3 – Inteligência artificial e regulação: fundamentos e princípios. **Participantes:** Dra. Dora Kaufman, Professora da PUC-SP; Dra. Gabrielle Bezerra Sales Sarlet, Professora da PUC-RS; Dra. Caroline Tauk, Juíza Federal no Rio de Janeiro; Dr. Edson Prestes, Professor da UFRGS; e Dr. Paulo Rená da Silva Santarém, Pesquisador do IRIS - Instituto de Referência em Internet e Sociedade. **Resultado:** Audiência pública realizada. **4ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 1, de 2022** que: "Requer realização de Audiência Pública" **Autoria:** CJSUBIA. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Temporária Interna destinada a subsidiar elaboração de minuta de substitutivo para instruir a apreciação de projetos de lei aprovados pela Câmara dos Deputados que têm como objetivo estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil.

A primeira reunião, esta presente reunião que começa agora, se destina à realização da primeira audiência pública, que terá por eixo a compreensão dos conceitos, a compreensão e classificação da inteligência artificial.

O painel 1, que será presidido por mim, terá, então, por objeto a inteligência artificial e a regulação, qual é o objeto a ser regulado e os aspectos sociotécnicos da inteligência artificial. Como convidados, nós ouviremos hoje, nesta primeira sessão, que se estenderá das 9h às 10h45, o Prof. Virgílio Almeida, Loren Spíndola, Fabro Steibel, Ig Bittencourt e Tanara Lauschner.

Nós teremos, em seguida, das 10h45 às 12h30, o painel nº 2, que tem por título inteligência artificial e regulação, modelos de regulação e abordagem. A Presidência aqui será exercida pela Relatora, Profa. Laura Schertel e também a Profa. Estela Aranha. Os convidados serão Luca Belli, José Renato Laranjeiras, Tainá Aguiar Junquilho, Ana Paula Bialer, Ivar Hartmann.

Ainda hoje teremos um terceiro painel sobre os fundamentos e princípios. A Presidência, nesse caso e nesse painel, que será das 14h às 15h45, será exercida pela Clara Iglesias e por Miriam Wimmer. Os convidados aí serão Dora Kaufman, Caroline Tauk, Gabrielle Bezerra Sarlet, Edson Prestes, Paulo Rená da Silva Santarém.

E, ainda, amanhã teremos uma nova audiência pública sobre os impactos da inteligência artificial. Teremos um painel 4, dedicado ao contexto econômico-social e os benefícios; um painel 5, sobre experiências setoriais na segurança pública, na execução de políticas públicas, a inovação na indústria, transformação digital nas empresas e na proteção à criança; e um painel 6, sobre a gradação de risco e as hipóteses de riscos inaceitáveis e o princípio da precaução. Nesse último painel de amanhã, a Presidência será exercida pela Profa. Ana Frazão, que é membro da Comissão de Juristas e se encontra aqui, ao nosso lado.

Também aqui hoje, presencialmente, o Dr. Fabricio da Mota Alves, que também integra a Comissão de Juristas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convém ainda observar que as audiências terão seguimento nos dias 12 e 13 de maio e terão por objeto, então, os direitos, deveres, os atributos do design sociotécnico de confiabilidade da inteligência artificial; a questão da transparência e da explicabilidade; os regimes de responsabilidade civil; os instrumentos regulatórios para inovação. Com isso, nós pretendemos, então, cobrir os diversos aspectos que envolvem essa tarefa difícil de subsidiar os Senadores na elaboração de substitutivo aos projetos de lei aprovados pela Câmara.

Eu observo que nós temos por regra aqui, então, depoimentos ou apresentações de 15 minutos para cada um dos convidados. Depois, haverá um tempo de meia hora para debate.

Antes de dar início aos trabalhos de hoje, eu queria submeter a todos, já que temos quórum, o Requerimento n° 1, elaborado pelo Dr. Fabrício de Mota Alves, que tem por objeto a realização dessas audiências em formato semipresencial, de modo a ampliar o acesso de todos os interessados a essas audiências.

Então, submeto-o à apreciação de todos.

Aqueles que concordam com a sua aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o Requerimento n° 1, de modo a que essas audiências se realizem em formato semipresencial.

Como dito, então, no início, hoje o nosso painel, que em princípio se estende das 9h às 10h45, tem por objeto exatamente a delimitação do objeto a ser regulado e dos aspectos sociotécnicos.

Os pontos relevantes para o debate seriam fundamentalmente três.

Em primeiro lugar, qual o conceito de inteligência artificial adequado para o marco regulatório? Esse conceito precisaria ser explicitado em uma futura lei ou não? Ou poderíamos seguir o modelo que tem sido adotado por outros países que até agora não adotaram uma regulação abrangente da inteligência artificial?

A segunda pergunta relevante a ser respondida hoje é: qual deve ser o objeto da regulação? A inteligência artificial, desde a sua concepção, a sua aplicação concreta, ou os riscos para os indivíduos nas decisões automatizadas?

Em terceiro e último lugar: como essa tecnologia está em pleno desenvolvimento e ainda distante de sua maturidade, qual seria o papel do legislador em um cenário incerto e marcado pela exigência social de mitigação de riscos?

Esses são alguns eixos que talvez ajudem a balizar o debate de hoje e a objetivar esse debate tão importante para as audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, então, nós temos como convidados Virgílio Almeida, Loren Spíndola, Fabro Steibel, Ig Bittencourt e Tanara Lauschner.

Como o Dr. Fabro Steibel encontra-se aqui presencialmente, eu vou então pedir a ele que proceda à sua apresentação pelo prazo de 15 minutos.

Dr. Fabro com a palavra.

O SR. FABRO STEIBEL – Ministro, muito obrigado pela iniciativa, pela palavra. Agradeço à Casa do Senado por estar aberta.

Só vou aguardar um minuto para fazer o *upload* dos eslaides. (*Pausa.*)

Pronto.

É um prazer estar aqui. Meu nome é Fabro Steibel, do Instituto de Tecnologia e Sociedade.

Basicamente nós trouxemos dois axiomas para regulação da inteligência artificial no Brasil.

Pode voltar para o primeiro eslaide. Não, para trás. Isso.

Isso que nós estamos vendo ali é um dos desafios dessa regulação. Aquele uso de inteligência artificial talvez não tenha nada de semelhante com o que estamos querendo regular, mas ele é essencial para o desenvolvimento social, para o combate ao crime, para o combate à pobreza, para o desenvolvimento e outros.

Há pelo menos três tipos de aplicação de inteligência artificial naquele robô. Nenhum deles de grande risco, mas todos eles de uma grande necessidade de investimento e desenvolvimento. Por isso uma regulação de inteligência artificial deve partir do pressuposto de que, se de um lado nós temos que endereçar o risco, do outro lado nós temos que endereçar a inovação e o desenvolvimento.

Próximo eslaide, por favor.

Bom, meu nome é Fabro Steibel, eu sou afiliado da Berkman Klein Center, na Universidade de Harvard, já fiz parte do grupo de pensar o futuro, direitos humanos e tecnologias do Fórum Econômico Mundial, sou um dos membros do conselho do CNPD e Diretor-Executivo do ITS.

Talvez a gente possa pensar a regulação a partir do PL 2.120, que teve várias versões eu vou trazer algumas das histórias deles, mas o PL 2.120 é muito desenhado para lidarmos com riscos. E a imagem que está ali atrás talvez seja uma das grandes inspirações para quando a gente pensa o PL 2.120.

Esse é do exercício do MIT que coloca um desafio. Há um carro autônomo e ele vai ter que tomar uma decisão entre a pista A e B. E o que acontece? Você tem que decidir se ele atropela a criança ou se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

ele atropela a pessoa mais idosa. E esse é um enquadramento importante, mas talvez ele deixe de fora o enquadramento da inovação.

Próximo eslaide.

Então, o primeiro axioma que se traz com proposta é não definir a tecnologia como gênero, ou, se a definir, que se defina também como as espécies delas. E esse é mais ou menos o que o modelo europeu traz como como iniciativa. Então, no PL 2.120, na primeira versão que veio, havia uma tentativa de definir a tecnologia que tinha um erro de interpretação do mesmo referencial da OECD. Ele definia o agente, o sistema, mas não definia o modelo de dados, ele não definia os dados; numa versão posterior já veio. À direita a gente pode ver essa representação da OECD, do que seria esse sistema. Uma inteligência artificial sem o modelo de dados seria a mesma coisa que pensar o Fabro sem todo o conhecimento que ele tem. Então, dados, o produto e a ação são muito conectados.

Enquanto definição de gênero, nós estamos próximos: podemos pegar a da OECD, podemos pegar a da União Europeia, podemos pegar outras e adaptar, mas a grande inovação eu acho que vem da União Europeia, de não se limitar a definir a IA enquanto gênero. Então quando a gente olha a regulação europeia, ela vai trazer ali, logo no art. 3°, para definição desse tipo de tecnologia, ela vai colocar: leia o Anexo I. E essa estratégia de definir o gênero e definir espécies no anexo eu acho que é muito importante para a gente conseguir compreender como fazer a regulação. E o que há no Anexo I? Há tipos de tecnologias, algumas delas conhecidas como, por exemplo, a *reinforcement learning*, o aprendizado assistido; outras menos conhecidas, mas, por certo, há tecnologias que não estão aí e que talvez não mereçam ser regulamentadas nesse momento, talvez possam ser futuramente. *Machine learning*, que talvez seja o que a gente mais fala nos exemplos, está aí.

Então, esses são tipos de tecnologia e inteligência artificial que saem do geral e vão para o específico. Nós podemos pensar no mercado brasileiro e aplicações, quais são as tecnologias que colocaremos aqui ou não, mas essa me parece uma solução legislativa interessante e importante de seguir.

Se a gente faz isso, se isso é seguido, se a gente não define IA enquanto espécie, ou define enquanto espécie, mas não enquanto gênero, nós protegemos a inovação, principalmente aquela de baixo risco ou aquela que vai ser desenvolvida daqui a um tempo. Talvez a experiência do Marco Civil da Internet, quando nós pensamos numa rede de computadores, havia um consenso sobre o que era uma rede de computadores IA. Não creio que haja um consenso do que é essa tecnologia IA; pelo contrário, é bastante dissenso, pelo menos há 30 anos. Não sei se chegaremos tão rápido a esse consenso. Por isso, a ideia é de espécies.

Um segundo axioma e problema é pensar numa regulação una, sem escalas. É claro que a legislação que pensamos tem algumas aplicações e outras não, mas isso não é axiomático, isso não está na estrutura de regulação. E aí novamente eu vou puxar o exemplo da União Europeia. Quando a União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

Europeia faz a regulação dela, ela define pelo menos quatro categorias. A primeira, que já vem no Título II, ou seja, começa a se pôr, são usos, práticas que estão proibidas. E ali estão temas como reconhecimento facial para a segurança pública. Então, pode ser que, ao criar essa escala, tenhamos espaço melhor para pensamento regulatório de acordo com o grau de risco que aquilo oferece. Do outro lado do risco está a inovação.

No segundo, o Título III, eles vão pensar em sistemas de alto risco, e é muito interessante a saída estratégica aqui. Primeiro, também é definido pelo anexo, o anexo 3, e do alto risco é feita, primeiro, uma harmonização de legislações – inclusive tem brinquedos e armamentos no mesmo lugar; no caso é um bloco, mas nós temos também essa harmonização a ser feita aqui no Brasil sobre o que já está regulamentado em outras áreas. Depois ele passa para os tipos, identificação biométrica e outros. Essa daqui parece também ser uma boa estratégia. O grau de risco oferecido aqui é alto, não alto a pensarmos em moratórias, mas ele é alto. Portanto, são institutos como certificação, institutos como validação, revogação da certificação, que são necessários para a proteção da sociedade. Se pensarmos em brinquedos inteligentes, por exemplo, eles caem aqui, no alto risco.

Na terceira categoria eles vão dar alguns sistemas de AI. É uma categoria vaga, que se descreve basicamente em você fazer uso de dados pessoais em determinada circunstância. E aí nós podemos pensar objetos que não têm regulamentação própria, não precisam ser harmonizados, mas que, talvez, por se tratarem de dados pessoais, possam ter outros tipos de regulamentação. Há uma forte influência da GDPR nessa parte.

A última escala é aquela de provedores de pequena escala e usuários, em que há aquele tipo de inteligência artificial que, ao invés de risco, oferece benefícios, e ali você tem banco de dados públicos, facilidade de acesso, redução do custo de documentação, justamente porque eles oferecem menor risco, e aí você incentiva o desenvolvimento desse tipo de tecnologia.

Então, talvez o axioma dois seja aplicar a regulação escalável, o que permite separar o proibível do incentivável. O pensamento em risco é importante, mas nós não podemos esquecer o incentivável. A experiência da LGPD é um grande exemplo disso. Já vem nas inspirações essas duas escalas, mas muitas vezes falamos mais do risco. Pensar em escala permite falarmos do risco, mas também falarmos do incentivável.

De forma que a contribuição que o ITS traz são esses dois axiomas para a regulação: em vez de pensar a tecnologia de AI enquanto gênero, pensar nas suas espécies, principalmente as espécies enquanto tecnologia, enquanto ciência; em vez de uma aplicação una, pensar em uma escala que tenha proibido, alto risco, alguns tipos específicos e aqueles que são claramente incentiváveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E talvez a pergunta final seja: qual a contribuição do sul global? Porque até o momento eu citei bastante a legislação europeia, mas qual seria a adaptação que a gente deveria fazer? Parece-me que a adaptação é total. A lista de tecnologias listadas no Anexo 1, no anexo, é exemplificativa do mercado europeu, mas eu não sei se ela é exemplificativa do mercado brasileiro. A nossa indústria de *software* é consideravelmente peculiar, principalmente por *software* aberto. Talvez tenhamos, pela academia e pela ciência, que adaptar esse anexo para as tecnologias que façam sentido.

A segunda adaptação é a questão da escala. Não necessariamente o que oferece um risco na União Europeia oferece aqui, e vice-versa. O debate de reconhecimento facial e segurança pública é diferente num país onde você vai ter o racismo mais estruturado e diferente em outros países onde as origens dessa estrutura são diferentes. Então, talvez a escala mereça um debate para saber, em cada caixinha, o que deve ser colocado ou não.

Principalmente, a parte de inovação é um elemento em que a gente tem que pensar qual é a natureza da nossa indústria. Talvez o agro seja uma das indústrias que mereça ser incentivada com inteligência artificial. Está economicamente disponível, há uma necessidade associada ao clima, e as aplicações de inteligência artificiais são inúmeras.

Então, como finalização, eu volto àquela imagem inicial, que é de pensar numa regulação de IA que tenha os dois polos: de prevenção de riscos, mas também de inovação e pensando nas características nacionais que permitam, seguindo, talvez, esses axiomas, a gente colocar o que de brasileiro, o que de nacional, o que de peculiar nós temos através desse debate e das audiências aqui seguidas.

Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado, Dr. Fabro, pela contribuição importante ao debate.

Eu agora, então, chamo o Dr. Virgílio Almeida, da Universidade Federal de Minas Gerais, para iniciar a sua apresentação.

Bom dia, Dr. Virgílio.

O SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todas e a todos. Obrigado pela palavra.

Eu queria agradecer este honroso convite para participar desta audiência pública, mas eu queria fazer um esclarecimento inicial. Eu sou de um departamento de computação, e não da área de Direito. Então, não vou me arriscar aqui a colocar questões relativas ao Direito ou ao processo legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tom que eu pensei em apresentar e que vou apresentar aqui, nos eslaides que eu gostaria de compartilhar, é: quais são as dúvidas que eu vejo nesse processo? Quais são as perguntas que eu tenho e que talvez possam ajudar os legisladores a formular essa legislação tão desafiadora?

Os eslaides estão aparecendo? Estão aparecendo os eslaides?

Está ótimo.

Bem, eu sou professor do Departamento de Ciências da Computação da UFMG e sou professor associado ao Berkman Klein Center.

A primeira pergunta que eu me fiz, ao preparar as ideias aqui, foi por que regulação? E aí eu trago aqui um pequeno ponto elaborado por Norbert Wiener. Ele foi o criador da teoria cibernética do controle, e, num livro publicado nos anos 1950, chamado *The Human Use of Human Beings*, ele coloca o seguinte: o perigo da máquina – e aí é a máquina representando os algoritmos, as tecnologias – para a sociedade não vem na máquina em sim, mas no que o homem faz dela.

E aí, pensando nesse contexto da inteligência artificial, eu vou colocar rapidamente aqui algumas consequências da inteligência artificial que a gente já vê, seja no uso das plataformas, seja na interação com certos serviços bancários ou de governo. Então, a gente tem como preocupação a questão do *surveillance*, que é o vigilantismo por governos e empresas; a filtragem e moderação de conteúdo; vieses raciais e de gênero; anúncio direcionado com perfis questionáveis; contratação de candidatos a empregos com viés; reconhecimento facial; decisão sobre benefícios sociais; créditos; acesso a tratamentos médicos; inferências sobre orientação sexual; "diagnóstico" de transtornos emocionais; manipulação de crianças; identificação errônea de grupos vulneráveis e as chamadas *unintended consequences*. Essas são algumas das preocupações que a gente já vê. Não estamos falando do futuro. Essas são questões existentes no presente, no uso que fazemos de certos serviços e de certas plataformas no dia a dia.

Aí a pergunta é: se essas são as preocupações, qual o objeto a ser regulado? Então existem várias definições, e eu acho que elas têm que ser trabalhadas. Por exemplo, um sistema de inteligência artificial é um sistema baseado em máquina que pode, para determinado conjunto de objetivos definidos por humanos, fazer previsões, recomendações ou decisões que influenciam ambientes reais ou virtuais. Os sistemas de IA são projetados para operar com vários níveis de autonomia. Ou uma definição talvez mais formal seria: um sistema de inteligência artificial significa um *software* desenvolvido com uma ou mais das técnicas e abordagens – como mencionei, há inúmeras técnicas – e que pode, para determinado conjunto de objetivos definidos por humanos, gerar resultados como conteúdo, previsões, recomendações ou decisões que influenciam os ambientes com os quais interagem.

Aí a pergunta que eu me faço, olhando como um observador da questão, é... Sem uma definição tão ampla, a Lei de Inteligência Artificial não pode abordar adequadamente todos os sistemas que representam riscos também aos direitos fundamentais e que vão criar brechas perigosas. Vou mostrar aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

um pequeno exemplo. Por exemplo, sobre a regulação de um veículo autônomo: o que é que se está regulando? É o veículo com seus sistemas eletrônicos de controle? Ou se estão regulando os algoritmos de visão, que são usados pelas câmeras para posicionar o indivíduo, ou, por exemplo, os algoritmos de interação por voz, em que o comando do sistema é feito por voz, ou o controle no trânsito, como o veículo se posiciona em relação aos demais aspectos do trânsito? Então, isso mostra a complexidade que seria essa regulação.

Aí eu me pergunto: é este o momento para se criar uma legislação para a inteligência artificial?

IA refere-se a técnicas que permitem que os computadores aprendam, raciocinem, deduzam e comuniquem decisões que, no passado, eram da competência exclusiva de nós humanos. Então, quais são as preocupações que nós temos, concretas? A tecnologia de inteligência artificial leva a preocupações sobre a precisão dessa tecnologia e sobre aspectos de justiça, sobre como ela é empregada, sobre preconceitos raciais, de gênero e de idade, que podem, por exemplo, determinar candidatos a empregos ou forçar alguns tomadores de crédito a pagar taxas mais altas. E há as demandas da sociedade por regulamentação – a sociedade se sente frágil, vulnerável, nesse contexto – ou por uma maior transparência sobre como os sistemas funcionam e sobre suas deficiências.

A orientação e a regulamentação pelo Governo têm um papel a desempenhar, principalmente no uso comercial da inteligência artificial, que pode prejudicar o indivíduo, seja o cidadão, o consumidor, o funcionário, o empregado ou comunidades. E esses danos devem ser antecipados e evitados pela regulamentação. É o mesmo princípio que se aplica a outros produtos de consumo que têm o potencial de prejudicar as pessoas. A gente vê isso na questão dos medicamentos, a gente vê isso na questão dos alimentos. As empresas que podem ganhar dinheiro com esses produtos não precisam simplesmente se autorregular. Então, é necessário pensar numa regulação.

Qual a melhor abordagem para regular a inteligência artificial? O exemplo do contexto médico ou farmacêutico: há necessidade de constante inovação, mas governos e sociedades reconhecem que novos tratamentos ou medicamentos não podem simplesmente ser lançados ao público sem antes satisfazer os padrões regulatórios. O exemplo da Anvisa na questão da covid-19 foi extremamente importante para se entender a importância da regulação. Mas há complexidade também.

O impacto que a IA pode ter sobre os consumidores marginalizados ou candidatos a empregos sugere que agências do Governo devem ter um papel para lidar com esse preconceito.

A pergunta é: como deve ser implementada uma regulamentação de IA? Deve haver uma agência central para supervisionar a regulamentação? Ou cada agência governamental deve elaborar políticas em sua própria esfera de influência, como as agências de comunicação, a Anatel, ANPD, Anvisa? Lembrando que no Brasil muitas leis não funcionam porque a sua regulamentação ou é difícil de ser feita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

ou não é compreendida pela sociedade. Então, a implementação de uma lei de inteligência artificial deve ser cuidadosamente considerada.

Devido à complexidade, uma possível sugestão seria, por exemplo, um repositório centralizado de experiências em IA que todos os órgãos do Governo poderiam acessar. Existem várias possibilidades.

Qual a melhor abordagem para regular? A regulamentação não precisa ser única para todas as situações; não é *one size fits all*. Então, há uma dependência de contexto. A regulamentação pode levar em consideração áreas em que o risco de dano às pessoas é baixo e as vantagens potenciais são altas, mas, quando há risco para o cidadão, para o consumidor, para a própria sociedade, deve haver um regime regulatório, deixando claro que sem regras o sistema atual deixa os indivíduos ou os cidadãos com pouca ou nenhuma proteção contra o uso de IA, que afeta nossas vidas.

As diferentes estratégias que têm sido usadas. Vários governos estão discutindo isso – Reino Unido, União Europeia, Alemanha, China, Estados Unidos –, mas ainda não foram implementadas. Então, esse é um processo lento, que no Brasil tomou uma velocidade que nos deixa preocupados. E estabelecer práticas para auditoria e regras para tornar os sistemas mais transparentes...

Os Estados Unidos têm estratégias diferentes. Por exemplo, vários dos municípios e estados estão elaborando legislação para regulamentação de IA. Ou, por exemplo, as agências do Governo americano trabalham muito com as melhores práticas. A agência de responsabilização do governo, a Federal Trade Commission, a Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego, cada uma lançou as suas regras ou as suas normas. Isso faz parte também de um processo regulatório.

Alguns pontos a considerar – meu último eslaide aqui. Eu diria que o primeiro ponto a considerar, talvez porque eu tenha também tido uma participação – eu era, nessa época, secretário de política de informática e coordenador do marco civil do Comitê Gestor da Internet quando o marco civil foi aprovado... É um caso de sucesso que deve ser considerado. Primeiro, porque todo processo de consulta à sociedade foi feito, foi longo, feito com cuidado e envolveu todos os setores da sociedade, como o processo chamado multissetorial de construção do projeto do marco civil, e, quanto ao marco civil, a gente pode ver a importância que ele teve desde 2014.

A minha pergunta também pode ser: o que mudou desde a aprovação do marco civil?

Aqui eu tenho um ponto positivo que eu tenho pensado, sabe? Independentemente das questões políticas e institucionais que nós vivemos atualmente, há um elemento positivo na sociedade brasileira: o aparecimento de organizações da sociedade civil com conhecimento técnico elaborado. É fácil citar: a InternetLAB, a IDS, o próprio Fabro, a Democracia Digital, Transparência Brasil... São *think tanks* ou organizações da sociedade civil que têm um conhecimento adequado, conhecem o assunto, e eles têm contribuído muito nas discussões. Então, é importante que essas organizações da sociedade civil sejam devidamente ouvidas, e esse é um ponto positivo dos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Provavelmente, há um número de empresas, grupos, sociedades e governos reconhecendo a importância de se criar salvaguardas, estratégias de gerenciamento de risco e estruturas de governança para IA, mas estão em discussão ainda. Nós não temos ainda leis – pelo menos até o ponto que acompanho – aprovadas e implementadas por outros países.

Evitar legislações – e aqui é um ponto importante – que carregam o risco de criar algo que é chamado em Ciência Política de *path dependence*, a dependência do caminho; ou seja, criar uma legislação agora que vai dificultar as respostas às novas tecnologias que vão surgir. Então, é importante que a lei abranja os aspectos que a sociedade hoje considera preocupantes, mas não iniba questões que vão surgir de regulação das novas tecnologias.

Há uma tendência das discussões de regulações que apontam para medidas para se ter uma inteligência artificial explicável e se ter estratégias mais claras de gerenciamento de risco centradas em IA e monitoramento de sistemas.

Há também a discussão sobre ética. Essa discussão sobre ética gera controvérsias. Só na academia, muitos acham que ela é fundamental, outros acham o seguinte: ela, às vezes, lança uma fumaça sobre o papel que as empresas devem cumprir. Estamos aqui com regulamentos éticos. O importante é a formulação e a implementação de políticas públicas e legislações ou normas ou regulamentos que protejam a sociedade.

Eu acho que esses são os pontos que eu gostaria de trazer aqui para esta discussão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado, Prof. Virgílio, por sua contribuição.

Agora, então eu chamo a Dra. Loren Spíndola, que é Coordenadora da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes), para sua contribuição.

Por favor, Dra. Loren.

A SRA. LOREN SPÍNDOLA (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Ministro. Obrigada.

Eu gostaria de agradecer o convite em nome da Abes e também do meu amigo Eduardo Paranhos, com quem eu tenho o prazer de dividir a coordenação do grupo de trabalho de IA na Abes.

É muito importante a gente estar aqui mais uma vez para poder contribuir com a visão do setor de tecnologia neste debate tão importante que é o do marco legal de IA no Brasil.

Eu fico muito feliz de falar depois da fala do Prof. Virgílio, porque vocês não estavam conseguindo me ver, mas eu estava só concordando com tudo que ele estava falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar passar um pouquinho pelo que o setor pensa. Eu vou ser bem breve, porque acho que, ao final, o que vai importar é a gente ter uma troca.

Desde o início, qualquer ferramenta pode ser usada para o bem ou para o mal. Como dizem, até uma vassoura pode ser usada para varrer o chão ou para bater na cabeça de alguém. E, quanto mais poderosa a ferramenta, maior o risco e o benefício que ela pode causar. E, sem dúvida alguma, a inteligência artificial é muito poderosa, mas a gente não sabe nem de longe ainda todo o potencial que ela tem.

E, quando a tecnologia que a gente desenvolve muda o mundo, nós somos, sim, responsáveis por essa transformação. E a gente aceita esse papel, a gente aceita a responsabilidade. E é por isso que o setor privado desenvolveu melhores práticas, trabalhou junto com inúmeros fóruns para desenvolver princípios éticos, para desenvolver uma tecnologia responsável, robusta, transparente, com investimento em centros de inteligência artificial, em pesquisas... Enfim, a gente assume o nosso papel, só que o setor de tecnologia não consegue endereçar os desafios sozinho. A gente precisa de ajuda. E aí, por isso, a gente acredita ser necessária uma combinação de autorregulação com atuação do Governo.

Não dá para desassociar o fato de que a inteligência artificial, como toda e qualquer tecnologia, é global. Ela foi desenvolvida para atuar da mesma forma em qualquer lugar do mundo. E as empresas hoje que operam inteligência artificial são globais, atuam globalmente. E como é que a gente vai fazer isso se a gente tem leis e regulações diferentes entre os países?

O Prof. Virgílio já endereçou bem, o Fabro também. O objeto da lei. Não tem um consenso universal sobre a melhor definição de inteligência artificial. A gente tem o consenso, sim, de que ela não deve ser muito enigmática, porque, senão, depois, a gente não vai saber do que é que a gente está falando. E principalmente o conceito do que não é inteligência artificial. Aqui, eu queria fazer uma pausa para dizer que o PL 2.120 foi muito feliz em afastar a automação simples de inteligência artificial, ou, senão, o objeto da lei seria o Excel, que usa inteligência artificial, mas com riscos baixíssimos. Enfim, o Prof. Virgílio trouxe alguns conceitos de inteligência artificial, não vou repetir aqui. O Fabro também mencionou que o PL 2.120, que foi um dos únicos que trouxeram definição de inteligência artificial, se baseou na da OCDE. O.k., ela foi amplamente debatida, acho que, hoje, diante do que a gente sabe, é uma definição que atende bem.

Acho que o importante é que os sistemas de inteligência artificial que são usados por todos os setores... E diversos tipos de sistemas de IA oferecem diferentes tipos de benefícios, oportunidades, riscos e desafios regulatórios. Ao se propor um marco legal de IA no Brasil, é preciso ter a dimensão de que os sistemas de IA são diferentes entre si e que tentar agrupá-los sem considerar seu uso ou potencial risco é prejudicial para o desenvolvimento da tecnologia e aplicação no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí é que é interessante observar que a IA força o mundo a enfrentar semelhanças e diferenças em tradições filosóficas. A ética varia, sim, entre culturas. E, apesar de ser desenvolvida globalmente para ser usada em qualquer lugar da mesma forma, quando aplicada em determinado lugar, a IA se transforma.

Aí aqui eu pego o gancho para trazer o aspecto sociotécnico da IA. E é muito válido trazer esse olhar, porque, apesar de parecer óbvio, é muito pouco falado e, até aqui no Brasil, tem pouca literatura sobre o assunto. Um colega compartilhou comigo o trabalho do Prof. Henrique Cukierman, da UFRJ, que traz um olhar sociotécnico para o desenvolvimento de *software*. E aí, sendo muito simplista aqui, entre as várias analogias que ele faz, fica claro que esse olhar é ir além apenas de modelos matemáticos e algoritmos, e juntar o contexto do mundo real. E, para eu fazer isso, para eu juntar o técnico com o social, eu preciso ter um olhar interdisciplinar, multidisciplinar. É isso, por sua vez, a essência para a mitigação de vieses. E, justamente usando o olhar sociotécnico, que os próprios sistemas de IA usam, é importante trazer aqui que não vai ser um grupo homogêneo que vai conseguir esmiuçar toda a tecnicidade do assunto e desenhar uma lei que dá todas as especificidades da tecnologia.

A gente falou do objeto da lei, mas acho que tão importante quanto o objeto é o objetivo da lei. Qual o objetivo de um marco legal de IA no Brasil? Aonde o Brasil quer chegar com a tecnologia? E aqui eu imagino que seja criar um ambiente propício para a inovação, criar um ambiente que ofereça segurança jurídica para as empresas investirem na tecnologia, para que haja pesquisa e desenvolvimento, para que o Brasil se insira nas cadeias globais de valor, para que a sociedade tenha confiança de usar o máximo que a tecnologia tem a oferecer, pois são inúmeros os benefícios da inteligência artificial. Então, eu acho que, em suma, seria beneficiar todo mundo: sociedade, setor privado, Governo, academia, todo mundo tem que se beneficiar de um marco legal de inteligência artificial.

Mas o fato é que a IA é uma tecnologia em constante evolução, e a gente não tem como prever como ela vai estar daqui a um ano, nem daqui a um mês; a gente não tem bola de cristal! E parece realmente contraproducente, eu diria até utópico – não é? – a gente pretender que uma lei se sobreponha a realidades futuras, sob risco de prejudicar o desenvolvimento da própria tecnologia, e ainda pior, que se pretendam regular situações ou hipóteses não previstas atualmente, o que vai fatalmente tornar a norma inócua. E, ainda que não tenha uma lei específica sobre a inteligência artificial no Brasil, as empresas estão, sim, desenvolvendo soluções incríveis de forma séria e responsável.

Aqui eu adoro usar o exemplo da Linda. A Linda é um exame inteligente que detecta câncer de mama. Então, enquanto a gente tem o nosso sistema de saúde pública precário, sem mamógrafos, com uma fila gigantesca de mulheres tentando fazer o exame de mamografia para detectar câncer de mama, a Linda usa a inteligência artificial para analisar imagens que são capturadas por sensor infravermelho baseado num banco de dados com mais de 5 milhões de informações para auxiliar o médico a dar o diagnóstico, se há ou não a hipótese de câncer de mama, com uma porcentagem de acerto incrível. Enfim, o benefício social para a sociedade, por conta do sistema de saúde, para a própria mulher que está ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

angustiada e não consegue fazer o exame é imenso. E a Linda já está sendo usada hoje, em diversas prefeituras, e está na fase final de registro da Anvisa.

Então, olha só, a Anvisa analisou o sistema de inteligência artificial que a Linda usa, a acurácia dos dados, a responsabilidade no retorno do algoritmo, inúmeros testes, relatórios de desempenhos, qual a transparência, qual a estabilidade desse sistema. E foram longos e longos testes para provar que sim, que a Linda consegue, sim, ter uma taxa de aprovação alta baseada no banco de dados que eles usam.

Então, olhem só, o Brasil está mais próximo do modelo descentralizado dos Estados Unidos, onde as agências reguladoras exercem seu papel regulador dentro do setor que atuam. E, vejam, o Brasil já é signatário dos princípios da OCDE e de outros tantos princípios de fóruns internacionais. A gente tem uma estratégia brasileira de inteligência artificial. E as nossas agências reguladoras já estão atuando dentro do seu setor com base nos princípios que estão hoje disponíveis. É por isso que a gente defende um texto baseado em princípios, com abordagem de risco, com diretrizes claras para onde e como o Brasil quer chegar, e aí, somente se e quando necessário, o uso da inteligência artificial ser regulado, não a tecnologia em si.

Diferentes pontos dos projetos que estão apensados aqui no Senado são positivos, mas eu queria trazer alguns pontos, em especial do 2.120, que traz a questão do risco, que afasta a automação como definição de IA, que foca na proteção de direitos fundamentais, que fala de princípios que norteiam o desenvolvimento ético e responsável da tecnologia e, mais, da tentativa de estruturação de governança, onde o poder público já atua, já age onde deveria agir.

Para finalizar, trazendo mais uma vez a importância do olhar sociotécnico, eu queria deixar aqui registrado o pedido para que, quando esta Comissão tiver o relatório, ele seja objeto de consulta pública para que os nossos filósofos, acadêmicos, juristas, cientistas, engenheiros, cientistas políticos, enfim todo mundo, a sociedade inteira possa contribuir com seu olhar específico nesse projeto que é tão importante para o desenvolvimento do Brasil. A IA carece desse olhar multidisciplinar e é isso que vai garantir que a IA atue para diminuir a desigualdade na sociedade, para que a IA não tenha vieses, para que a gente possa usar ao máximo a tecnologia para que ela sirva com o seu propósito, que é aumentar e não substituir a tecnologia humana, é aumentar para nos auxiliar de forma ética, responsável e sempre focada no humano.

Bom, é isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado, Dra. Loren. É muito relevante a sua proposta de que se faça uma consulta pública. Isso será oportunamente apreciado e submetido à Comissão.

Eu agora passo a palavra ao Dr. Ig Bittencourt, Professor da Universidade Federal de Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Dr. Ig.

O SR. IG BITTENCOURT (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Para mim, é um imenso prazer estar aqui, com grande honra, com pessoas ilustres.

Se alguém puder desabilitar para eu poder compartilhar a tela, eu agradeço, porque eu vou usar alguns eslaides.

Quero dizer que a minha formação também não é na área do Direito. Então, para mim, da mesma forma que é para o Prof. Virgílio, é uma contribuição, eu diria, praticamente de um *outsider*, mas, de certa forma, o que eu quero trazer aqui bastante é uma reflexão sobre escopo, complexidade e implicações. Então, a minha apresentação inicialmente vai se descolar das anteriores e depois vai se aproximar.

Meu nome é Ig, eu sou professor da Ufal e, a partir de junho, da Escola de Educação a que vou estar vinculado na Universidade de Harvard.

Então, o que eu estou basicamente querendo trazer aqui de reflexão... Para isso daí, eu queria mostrar um pouco como a gente trabalha e como a gente tem trabalhado exatamente em problemas do Brasil. A gente faz pesquisa e desenvolvimento e, de certa forma, tenta promover a geração de *spinoffs* e políticas públicas, gerando impacto social e reduzindo a desigualdade social. Então, esse é o escopo em que a gente tem atuado, não é?

Dentre as várias políticas eu vou falar um exemplo, o do programa Brasil na Escola, em que a gente tem trabalhado com o Ministério da Educação. Qual é o desafio que a gente tem no país quando a gente fala de educação pública e básica? A gente tem uma desigualdade em diferentes dimensões no país. Uma delas é a da própria infraestrutura. E, às vezes, todas essas tecnologias de que a gente está falando são tecnologias que não necessariamente chegam, talvez, a grupos sociais que mais precisam. Então, a gente está trabalhando em uma solução que consiga chegar, de certa forma, a esse público que é mais vulnerável e às escolas mais vulneráveis. A gente tem aqui um cenário no país em que os estudantes escrevem, produzem texto, mas você não tem professores, nem profissionais qualificados que possam apoiar aquele estudante para superar suas limitações de aprendizagem. Então, a gente desenvolveu uma solução *mobile* de baixo custo em que a gente extrai esse texto, usa várias técnicas de inteligência artificial, entende cada caractere que está ali, processa isso, gera um *feedback* e entende como aquilo ali pode apoiar um estudante. Então, em cada coisinha dessa aqui que eu mostro, em cada aspecto desse aqui, você tem de 1 a "n" algoritmos de inteligência artificial trabalhando para dar esse *feedback*. Só nesse exemplo aqui que eu estou mostrando, a gente já testou mais de 80 algoritmos para gerar esse resultado, essa devolutiva para o estudante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu estou trazendo isso? Porque é um desafio relacionado – e uma reflexão sobre isto – ao que seria a IA e a como delimitar o escopo da IA e entender o escopo da tecnologia e essa dimensão tão bem falada pela Loren sobre a dimensão sociotécnica. Então, eu vou trazer aqui o que seria de resultado quando você dá um *feedback* como esse. Você gera um plano personalizado para o estudante. É outro tipo de inteligência artificial, num cenário em que você tem um conjunto de componentes e habilidades descritores, um cenário supercomplexo de muito pouca efetividade. Quando a gente bota para um ser humano pensar em como lidar em qual caminho percorrer, você usa a máquina para tentar ajudar qual seria o melhor percurso de aprendizagem desse estudante. E isso tem vários estudos mostrando – da mesma forma que na área de saúde – os ganhos que se tem em termos de aprendizagem.

E aí, com esse cenário, eu trago uma outra reflexão sobre o que também está presente nesse tipo de tecnologia. A gente conduziu um estudo e viu que esses ambientes educacionais muitos inteligentes estão estereotipados por gênero, gerando viés de cor. Isso tem afetado 2 bilhões de usuários registrados nesse sistema do mundo. Então, veja o impacto que isso traz.

Só para deixar claro: a gente está falando de estereótipo, mas estereótipo está na dimensão da crença, em como se estabelece na cultura, e isso pode levar a uma discriminação. A discriminação é exatamente a ação já, não é? Já está no campo do comportamento. Mas existe um estereótipo cultural que pode ter levado a essa discriminação ou a gerar preconceito.

Então, quando a gente pensa em escopo e complexidade de tecnologia e suas implicações, uma tecnologia que por um lado pode beneficiar também pode gerar um aumento de desigualdade. Então você tem um ganho de aprendizagem em ambos os escopos, porém você tem um ganho desigual – não é necessariamente por você ter uma tecnologia que ela é imparcial. E aí você aumenta a desigualdade.

E quando você pensa sobre isso... Aí é onde eu trago o que está por trás de tudo isso. Eu não vou me debruçar sobre isso, mas eu quero apenas mostrar o que caracteriza e leva a esse tipo de cenário, de situação. Quando você olha uma tecnologia inteligente, você tem que olhar como essa tecnologia é desenvolvida, como esse usuário final percebe essa tecnologia, como ela é usada e quais as suas implicações. Então, vejam, são muitos aspectos e não necessariamente todos esses aspectos estão relacionados a componentes da inteligência artificial. Dentre todas essas dimensões, você tem a dimensão daquelas pessoas que estão no desenvolvimento daquela solução, você tem os componentes que são reutilizados naquela tecnologia – e aí é onde podem entrar algumas coisas relacionadas a IA. Aí você tem um desafio aqui, porque muita coisa hoje em dia na tecnologia você reusa, esse reúso é caixa-preta, então a gente usa vários algoritmos que estão por aí em caixa-preta, ou seja, a gente não sabe como é aquele processo e não necessariamente como ele usou os dados ou quais dados eles usaram para chegar ao seu modelo para a tomada de decisão. Então esses são dois aspectos que envolvem inteligência artificial, mas não necessariamente uma tecnologia se limita a esses aspectos, sem contar que isso daqui é a base para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

você chegar a uma solução e à interação, em que você vai ter, entre humanos e máquina, um determinado tipo de comportamento que vai gerar essa implicação.

Um exemplo que você tenta... A gente pode fazer a reflexão que o Fabro trouxe de carros autônomos, em que você tem um cenário em que uma máquina pode calcular a probabilidade de bater e aí ele tem que tomar uma decisão do que ele fará, se desvia ou não. Será que esse problema que vai levar a bater é exclusivamente um problema da técnica de IA que está sendo utilizada? Por exemplo, isso pode ser um problema da capacidade de processamento da máquina em rapidamente responder a uma situação. Então, isso não necessariamente é um problema exclusivo daquela tecnologia inteligente, daquele componente inteligente que está sendo utilizado, mas, sim, outros aspectos podem estar relacionados e levar àquele problema ou àquela situação ou àquele risco a um determinado indivíduo ou sociedade.

Então, perceba, o que dá para se concluir e refletir sobre isso daqui? Você delimitar um escopo e chegar a uma definição do que é IA é um risco muito grande porque não necessariamente uma tecnologia inteligente se limita àqueles componentes inteligentes, não tem como a gente necessariamente ter clareza de todo o percurso e da evolução que aquilo vai ter ao longo do tempo. A gente está na quarta onda. Veja, esses algoritmos que estão sendo utilizados de aprendizados de máquina já foram uma onda da década de 90, depois foram descartados e agora estão voltando. Então a gente não sabe como estarão as próximas décadas, o desenvolvimento da tecnologia e que implicações e potenciais que a IA terá.

Ela, como os outros já falaram – não vou também tocar nisso aqui –, é até evasiva, não atinge só essa questão de veículos autônomos. Ela tem impacto na democracia, no bem-estar e na qualidade de vida dos indivíduos e no mercado de um modo geral. Então, quando eu trago isso daí e essa, digamos, transacionalidade do impacto da tecnologia inteligente, eu prefiro trazer um olhar, conectado um pouquinho ao que os demais falaram, principalmente Loren e Fabro, em que olhar por um todo e toda a engenharia da IA pode ser um risco, um perigo muito grande.

Então, eu acredito que a gente tem que ter um olhar duplo, inicialmente, ao comportamento dela e à implicação que ela traz à sociedade. E aí isso se conecta e se aproxima ao que o próprio Fabro trouxe inicialmente sobre um olhar (*Falha no áudio.*) ... que aquela tecnologia pode causar à sociedade. Então, de nada adianta a gente tentar olhar, na minha visão, toda a engenharia que está por trás, quando a gente poderia focar e delimitar o escopo de uma potencial regulação, caso esse seja o caminho, do comportamento da máquina e no estudo do impacto, ou seja, na implicação que ela traz à sociedade.

E aí perceba que isso também se conecta e isso nos livra de um cenário de complexidade em que a gente tem um comportamento de uma máquina, um comportamento coletivo de máquinas, um comportamento híbrido, em que a decisão não é exclusivamente da máquina, mas tem máquinas e humanos. Então, quando você tem o nível de escala e uma sociedade hoje em que você tem um comportamento global que envolve humanos e máquinas, se o olhar está em toda a engenharia disso, é um olhar muito perigoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso que, seja no nível do comportamento individual de uma máquina ou no híbrido de interação entre humano e máquina, num escopo nacional ou global, se a gente tem um olhar em cima de um comportamento dela e de sua implicação na sociedade, a gente consegue um pouco se livrar desse problema e tentar não restringir a própria capacidade potencial da inovação, que a própria inteligência artificial pode trazer.

E aí, quando penso aqui, com o que que eu queria finalizar a minha fala sobre essa perspectiva? Pensando um pouquinho no objeto de estudo e até na própria regulação. Eu acredito que, primeiro ponto, quando se tem uma delimitação de escopo nesse olhar duplo entre o comportamento e suas implicações, seu primeiro aspecto, o que é que isso envolve no fim das contas, a gente entender e talvez, se for o caso até, trazer numa potencial regulação? Essas demandas por transparência.

Então, a gente tem a dimensão de como aquela tecnologia é desenvolvida e o que é utilizado para aquilo. E aí traz a dimensão sociotécnica, você não está falando só do componente inteligência em si, você não está falando só dos dados que estão sendo utilizados, mas você também está falando das bases epistemológicas que levaram a uma máquina tomar uma decisão, se aquilo está ferindo o direito humano ou não. E você também está considerando os diferentes times que estão associados àquele desenvolvimento daquela tecnologia inteligente que por acaso envolve componentes de IA.

A outra é na evolução. Então, a gente precisa também talvez dar transparência a não só como aquela tecnologia chegou, mas como ela foi projetada para evoluir. Então, esse é outro aspecto, porque, se ela evolui usando, por exemplo, dados da *web*, e a gente tem uma *web* estereotipada, como é que isso pode ter implicações sociais em um determinado comportamento humano? Então, vejam que eu estou falando no campo da transparência.

E o outro é o que já foi comentado, que é a própria explicação da decisão.

E, por fim, o que eu já tinha trazido: a questão da função e de sua implicação naquele comportamento. Então, quando você dá transparência, talvez, a essas quatro dimensões e num olhar que não necessariamente independe da escala, você consegue dar clareza àquele grupo que está tomando a decisão sobre o uso ou não de uma tecnologia que pode ter implicações para a sociedade.

Então, a minha fala era nesse sentido.

Agradeço mais uma vez o convite e passo de volta a palavra ao Ministro. (*Pausa.*)

O senhor está no "mudo", Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado. Agradeço ao Prof. Ig por sua contribuição.

Antes de passar a palavra à Profa. Tanara...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IG BITTENCOURT (*Por videoconferência.*) – Eu acho que está no "mudo" ainda, porque eu não estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Hã?

Antes de passar a palavra à Profa. Tanara Lauschner, eu queria reforçar o pedido para que todos...

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência.*) – A gente não está ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Não está ouvindo?

O SR. IG BITTENCOURT (*Por videoconferência.*) – Agora se está ouvindo, Ministro.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência.*) – Agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Então, agradeço novamente ao Prof. Ig por sua contribuição.

Antes de passar a palavra à Profa. Tanara Lauschner, da Universidade Federal do Amazonas, eu queria reforçar o pedido para que todos os convidados, por favor, enviem os seus eslaides para que eles sejam incluídos no *site* da Comissão, ou melhor, no *site* do Senado, na página da Comissão, para que, então, todos tenham acesso a essa informação tão relevante.

Passo a palavra, então, à Profa. Tanara. Por favor.

A SRA. TANARA LAUSCHNER (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Ministro; muito obrigada ao grupo de juristas. Obrigada a todos pelo convite.

Bom dia a todos e a todas.

Eu também tenho uma apresentação. Acho que já estou aqui com os poderes para compartilhar... Não, ainda não. (*Pausa.*)

Não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Ainda não conseguiu compartilhar?

A SRA. TANARA LAUSCHNER (*Por videoconferência.*) – Agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Agora já está disponível, não é?

A SRA. TANARA LAUSCHNER (*Por videoconferência.*) – Isso. Agora, sim.

Eu sou também do Instituto de Computação da Universidade Federal do Amazonas. Então, da mesma forma que os dois professores de computação que me antecederam, o Prof. Virgílio e o Prof.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bittencourt, eu também vou me ater aqui às questões mais sociotécnicas, aos aspectos mais sociotécnicos do painel do que realmente à parte de legislação do assunto que está sendo tratado.

Deixe-me tentar passar... Agora foi.

Quando a gente fala por último, é bom, porque tem coisa que a gente não precisa mais falar, porque várias pessoas já falaram. Então, eu acho que a primeira coisa em relação à inteligência artificial – acho que foi bem colocada pela Loren e pelo próprio Prof. Virgílio – é o que é e o que não é inteligência artificial. Há vários artigos que trazem abordagens diferentes, escopos diferentes, definições diferentes para a IA.

Quando a gente fala de IA, a gente normalmente fala que é relativo à inteligência humana, que é uma inteligência artificial relativa à inteligência humana. Então, é processar informações para solucionar problemas ou criar produtos. E há uma definição também de 1955, muito antes de todas as tecnologias atuais com as quais a gente lida, de fazer uma máquina se comportar de um modo que seria chamado de inteligente se um homem tiver o mesmo comportamento; se um humano, corrigindo, tiver o mesmo comportamento. E veja que a gente está falando de inteligência, a gente não está falando de ética, a gente não está falando de moral, a gente não está falando de sabedoria. E é importante que a gente entenda que são conceitos diferentes e que vai ficando cada dia mais complexo dizer o que é IA e o que não é IA.

Aqui eu trago um paralelo de um artigo de 2018 de que eu gosto bastante, que é: "Espelho, espelho meu", que é um paralelo com a história da Branca de Neve, em que o espelho conhece todas as pessoas do reino e diz para a rainha todos os dias que ela é a mais bonita. E no dia em que o espelho identifica outra pessoa que é mais bonita do que a rainha, ele informa as características da pessoa – ela é branca como a neve, tem os lábios vermelhos como a maçã –; ele diz a localização, ele diz com quem mora e ele dá as preferências da pessoa, diz que ela gosta de maçã, e o nome da pessoa.

Então, imaginemos – e a gente consegue muito bem fazer um paralelo entre o espelho mágico da história da Branca de Neve com algumas tecnologias de IA –, que o espelho melhora a sua imagem refletida, ele deixa a rainha má mais bonita. E nós sabemos que hoje tem vários sistemas que ressaltam certas características do rosto de uma pessoa e amenizam outras características. O espelho é capaz de trazer informações de todo o reino, todos os dias, pela manhã, ou quando ele é perguntado, o que é similar a várias ferramentas que monitoram a internet e trazem notícias de acordo com o interesse do usuário. E é um espelho capaz de olhar profundamente a alma das pessoas e dizer suas preferências, como saber, por exemplo, o tipo de fruta de que a Branca de Neve gosta.

A gente também sabe que nós temos hoje produtos que são oferecidos e que se encaixam no perfil das pessoas e os sistemas conseguem identificar não só do que as pessoas gostam, mas com que tipo de mensagem a pessoa será mais bem influenciada de acordo com as suas preferências, com as suas crenças ideológicas. E aí a grande questão: o que a rainha faz com toda essa informação? O que a rainha faz, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

conto lá dos irmãos Grimm, com essa informação? E aí é que vem a grande discussão em uma regulação de IA. A gente está falando de mágica e a gente está fazendo esse paralelo com a mágica, vista assim por muitas pessoas, da inteligência artificial. Eu acho que o Prof. Virgílio fez muito bem o paralelo com o Marco Civil na Internet, que é uma lei principiológica. Então, é uma lei que traz os seus princípios, traz algumas partes técnicas também, e quando a gente pensa em regular a IA, a gente sempre tem que pensar pelo bem da sociedade também. Então, uma regulação que melhore o bem-estar do ser humano, que valorize o trabalho humano, que auxilie numa decisão humana, que seja independente de vieses, que respeite a privacidade dos dados pessoais e que promova a pesquisa e possa possibilitar a inovação contínua. Não é uma tarefa fácil, é um desafio muito grande, na verdade, conseguir conciliar todos esses pontos, e não à toa existe um grupo de juristas debatendo isso, existem grupos em vários países e, dentro dos países, vários grupos diferentes debatendo também como seria uma melhor regulação de IA.

Eu aqui vou me ater mais a essa última parte, que é promover a pesquisa e possibilitar a inovação contínua. E aí, no meu campo mais acadêmico, de pesquisa e formação, uma coisa importante é que a gente fala de muitas características que a gente espera que os modelos tenham, que os sistemas que usam IA tenham, mas a gente precisa que existam pesquisas nesse sentido para que os modelos, os métodos sejam explicáveis. Como se conseguiu chegar a determinada conclusão? E essa explicação e esse modelo precisa ser justo também, precisa ser livre de vieses. Como é que eu sei que o modelo é livre de vieses, que ele é justo? Eu tenho que verificar um conjunto de variáveis sensíveis e ver se o modelo está levando em consideração alguma dessas variáveis sensíveis para tomar a sua decisão, e aí eu vou ter que mudar o meu modelo.

Da mesma forma é a questão de ser explicável: eu muitas vezes tenho que construir outros modelos que possam explicar o funcionamento do modelo, de um modelo caixa-preta, mas esses outros modelos que são definidos para fazer a explicação da IA também são caixas-pretas. Então a gente entra meio que num círculo, num *deadlock* em relação a essa questão. Eu fiquei bem feliz porque tem um painel que vai tratar especificamente sobre transparência, sobre modelos explicáveis, que caminham juntos.

A gente também gostaria que de alguma forma fosse controlável, mas é muito complicado quando um modelo faz a execução, o conjunto de execuções que ele foi construído para fazer, em que ele toma decisões com base em fatos, com base num conjunto de dados e com base no que ele aprende. Então, aquela decisão, afinal de contas, foi tomada levando-se em consideração qual dessas variáveis?

E por fim, responsabilizável. É a grande questão trazida aqui pelos carros autônomos: de quem é a responsabilidade de um sinistro quando acontece um acidente? Como a inteligência artificial fez aquele carro se comportar daquele jeito? Então, como você usa a transparência, a explicabilidade para poder responsabilizar? E, além de tudo isso, essa resposta é confiável? Como eu sei se de fato o modelo está chegando numa decisão ou está me dando uma resposta que não seja mentira? Porque mesmo a mentira não existe no conceito de um modelo de IA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos falando da necessidade de investimento nessas pesquisas e aí falando também na formação, na conscientização dos desenvolvedores, dos pesquisadores, das pessoas desenvolvedoras e das pessoas usuárias desse tipo de tecnologia.

E aqui trazendo um pouquinho os Centros de Pesquisa Aplicada em Inteligência Artificial. São centros que têm o apoio do MCTI, do CGI, da Fapesp. Nós temos seis centros hoje, trabalhando com inteligência artificial nas mais variadas aplicações. O Prof. Virgílio, inclusive, coordena o Ciia-Saúde, da UFMG. Temos um edital cujo resultado deve sair em pouco tempo também.

E aqui trago mais um outro exemplo, que é o Projeto Super, que é um projeto que eu coordeno, da UFAM. Está aqui a página do Projeto Super. É um projeto financiado pela Samsung Eletrônica da Amazônia, dentro da Lei 8.387, a Lei de Informática, recursos de P&D.

Ele tem uma visão de fazer com que a gente forme mais alunos e com melhor qualidade, mais próximo ao que o mercado precisa nas áreas tecnológicas. Ele é, por definição, interdisciplinar, porque nós temos várias lacunas que precisam ser preenchidas, tanto na parte de conhecimento de Matemática, Física, inglês, a parte de habilidades socioemocionais.

A gente também, dentro da universidade, tem problemas com alunos em vulnerabilidade social, e os cursos de TI e de tecnologia, de um modo geral, são cursos que têm menos mulheres. Então, a gente também trabalha com inclusão, com a melhoria da infraestrutura, com a formação docente, tendo o aluno sempre como a parte central que vai não só receber o aprendizado, mas que também vai gerar projetos, vai gerar soluções.

A gente tem aqui um sistema de acompanhamento acadêmico. E é isto que eu queria ressaltar aqui rapidamente: é um sistema em que a gente usa inteligência artificial, usa *machine learning*, no intuito de fazer com que a gente tenha uma menor evasão dos alunos na universidade. Então, a gente usa mineração de dados para entender as características dos alunos que evadiram seus cursos, entender as características dos cursos da área que têm mais alunos evadidos, avaliar impactos de decisões administrativas e de eventos externos na evasão. A gente está vivendo uma pandemia que tem implicações muito sérias no número de formados e de evadidos das universidades e do ensino de um modo geral. A gente quer descobrir e propor estratégias que antecipem a evasão dos alunos, propor modificações nos cursos com maior evasão, preparar melhor as administrações de cursos e de universidades para períodos adversos.

Aqui é um pouquinho da arquitetura básica. Nós temos os dados, temos a limpeza e a padronização, temos um processo de mineração e aprendizagem de máquina e os relatórios que são analisados.

Por fim, a gente também tem, dentro do Projeto Super, uma formação específica em IA para alunos de graduação que já estão mais no final do curso. Então, a gente faz treinamentos, capacitações e cursos em IA, principalmente voltada a aplicações em saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui há alguns exemplos: classificação de patologias pulmonares a partir de gravação de auscultas pulmonares; identificação de arritmias cardíacas a partir de dados extraídos de sensores de *smartwatches*; reconhecimento de pacientes com doença de Parkinson, utilizando redes profundas; predição da mortalidade de pacientes com trauma cranioencefálico; detecção e localização de arritmias cardíacas em sinais de ECG, que é um pouco diferente daquele projeto com os *smartwatches*; e biometria multimodal com sinais de face e voz.

Aqui a gente tem mais coisas sobre o Projeto Super nas redes sociais.

Era um pouco isso com que eu queria contribuir aqui, neste momento, nesta audiência pública.

Mais uma vez, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado, Profa. Tanara.

Agradeço a todos os convidados pela clareza, pela objetividade das contribuições, que, sem dúvida, vão ser muito relevantes para o debate que se trava aqui, nesta Comissão.

Nós temos ainda um tempo até o encerramento do painel.

Eu já recebi indicações de que há algumas perguntas que devem ser elaboradas pela Profa. Ana Frazão, pelo Dr. Fabrício e também pela Dra. Clara. Se houver outras, por favor, indiquem.

Então, eu passaria a palavra à Dra. Ana Frazão.

A SRA. ANA DE OLIVEIRA FRAZÃO – Muito obrigada, Ministro.

Eu cumprimento aqui a todos.

É um prazer estar aqui, nesta audiência.

Parabenizo todos os expositores.

Da minha parte, eu gostaria apenas de provocá-los sobre o próprio PL.

Estivemos aqui ouvindo discussões que são extremamente interessantes, que são complexas. Mas, na opinião, então, dos nossos especialistas, quando a gente analisa esse PL, quais são os pontos que parecem mais preocupantes, ou seja, que deveriam ser incluídos e não estão presentes lá ou que deveriam ser excluídos diante de tudo que foi aqui mencionado?

Então, de uma maneira bem objetiva, Ministro Cueva, acho que seria essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Eu vou seguir o seguinte procedimento: vamos ouvir o Dr. Fabrício e depois a Dra. Clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se alguém que estiver assistindo por Zoom quiser fazer alguma pergunta, por favor levante a mão.

O Dr. Fabrício está com a palavra.

Depois, ao final das perguntas, então, abriremos a palavra, para os convidados responderem.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Obrigado, Ministro.

Primeiramente, quero parabenizar, pela exposição, os nossos convidados. Com certeza, são contribuições extremamente valiosas para a construção dessa massa crítica e da inteligência coletiva aqui dos membros da Comissão, na proposição de um substitutivo futuro a ser entregue ao Senado.

Em relação ao que foi exposto, muito me chamou a atenção parte da exposição, da fala do Prof. Virgílio.

Eu direciono, portanto, Professor, ao senhor este questionamento, mas ele é extensivo também aos demais especialistas que participaram desta oitiva, no sentido de antecipar um ponto de um debate, que será promovido ainda oportunamente – inclusive, eu serei o moderador desse debate –, em relação à regulação e ao órgão que, efetivamente, vai promover a regulação e a fiscalização.

O Professor muito bem falou sobre os aspectos em relação talvez à possível descentralização ou à possibilidade de uma fiscalização e até mesmo de uma regulação por vários e possíveis órgãos no âmbito da nossa administração pública. E, não por acaso, muito pelo contrário, a Profa. Dora Kaufman, em evento do qual participamos, inclusive, o Ministro e eu, antecipou uma opinião semelhante nesse sentido, de que talvez não seja uma boa solução centralizar a regulação e centralizar a fiscalização em um órgão apenas no âmbito da administração pública.

E eu pergunto ao Professor, sobretudo em função da visão que a União Europeia está promovendo no que diz respeito ao ponto, se não tratarmos ao menos de uma fiscalização e uma regulação central, mas possivelmente se haveria uma possibilidade, em sua concepção, de se idealizar algum tipo de trabalho coletivo central, ao menos de harmonização dos aspectos regulatórios? Talvez não a fiscalização promova-se através dessa proposta centralizadora, mas se ao menos uma harmonia central de regulação, interpretação e orientações pudesse ser algo bastante salutar.

Então, o meu questionamento, Professor, vai mais nessa direção, já antecipando um debate – até peço escusas por isso; estou me aproveitando aqui de sua presença neste painel já para antecipar um debate que nós vamos promover no painel mais à frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Obrigado.

Eu passo, então, a palavra à Dra. Clara para elaborar sua pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o nosso Presidente, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, meus colegas de Comissão. E cumprimento também todos os nossos palestrantes, a quem eu agradeço pelas valiosas contribuições.

Eu tenho uma pergunta um pouco mais conceitual, próxima a uma questão que foi levantada pelo Prof. Virgílio Almeida, mas naturalmente convidando todos os palestrantes para endereçar esse ponto, caso assim desejem.

O Professor falou sobre a definição, a dificuldade de se definir a inteligência artificial e os conceitos que a circundam, outros conceitos. Eu estive num debate recentemente em que se falava justamente sobre como o conceito de inteligência artificial, principalmente do ponto de vista sociológico ou até filosófico, sempre foi associado a algo que ainda está por vir. Sempre há algo que ainda não existe nesse momento, mas muito ligado ao imaginário de uma tecnologia que está no futuro e que não está presente neste momento. E, nesse debate, considerou-se muito se seria o caso, então, não só de estudos acadêmicos, mas até de propostas regulatórias se focarem mais no conceito de aprendizado de máquinas, de *machine learning*, que seria um conceito um pouco mais restrito do que o de inteligência artificial.

Então, se possível, gostaria de pedir ao Prof. Virgílio e, como já disse, aos demais contribuintes que esclarecessem um pouco mais a diferenciação entre esses dois conceitos e indicassem qual seria o mais adequado de constar como o escopo da regulação de que se trata aqui.

Agradeço a todos mais uma vez e fico ansiosa pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Há uma última pergunta que eu vejo que ia ser elaborada pela Dra. Estela Aranha.

Por favor, com a palavra.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e todas.

Enfim, eu vou pegar... A nossa discussão de inteligência artificial às vezes fica um pouco etérea para as pessoas de compreender. Então, eu vou pegar até o próprio exemplo que a Loren colocou aqui de uma aplicação que é muito importante para inteligência artificial, justamente para trazer de volta essas reflexões, em especial esse debate que me pareceu central nesta mesa sobre a necessidade de uma regulação central, única, como o Fabricio colocou, ou então uma regulação descentralizada, como parte dos participantes colocaram.

Um exemplo é um sistema de inteligência artificial para câncer de mama. Como eu não tenho os dados, porque eu não vim para falar isso, eu não vou nem falar qual é o exemplo concreto que houve nos Estados Unidos – é um programa muito famoso, de uma empresa muito famosa –, mas trago os problemas deles para a gente refletir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi um programa que foi muito usado, mas foi descontinuado justamente pelos seus problemas de resultados. Alguns pesquisadores levantaram grande parte desses problemas. Alguns questionaram, por exemplo, a maneira como esse programa foi treinado. Ele deveria analisar dados de pacientes reais, mas, na verdade, ele foi alimentado por dados hipotéticos de médicos do maior centro de tratamento de câncer nos Estados Unidos, a partir da recomendação de outros médicos. Então, essa é uma das questões que eu vou colocar.

Quando a Loren fala "esse sistema foi aprovado pela Anvisa", por exemplo, mas que critérios a gente tem, por exemplo, para aprovar o sistema? E esse tipo de decisão não é o tipo de decisão, por exemplo, que deve ser geral de sistemas de inteligência artificial, para a gente ter o que a gente chama de confiança de inteligência artificial? Ou cada agência vai fazer o seu e a gente não vai ter um sistema geral em relação à confiança, porque isso é essencial?

E aí, continuando isso, além do problema de ser alimentado pelos médicos, os dados também eram de um só hospital de ponta dos Estados Unidos, obviamente com uma população rica.

Então, a questão de vieses, tanto no diagnóstico, mas também nos tratamentos... Por exemplo: a maior parte de recomendação de tratamento eram tratamentos superavançados no hospital, que aplicados em outros países... Por exemplo: a Coreia não tinha no sistema público aquele tratamento; então, as pessoas achavam que o tratamento ideal não era acessível a elas, sendo que poderiam utilizar outros sistemas de tratamento. Então, isso na verdade tumultuava, e não é só uma questão de danos ou riscos individuais, mas de danos e riscos sistêmicos no uso desse sistema. E aí, como que a gente vai... Assim, essa regulação geral aponta isso, como é que a gente trata, de modo geral, esses problemas.

Entre outras coisas que foram descobertas também, eles usavam, por exemplo, recomendações médicas dentro do hospital, mas que não foram revisadas por seus pares, não eram necessariamente artigos científicos com revisão, como a gente conhece como ciência. E, aí, imaginem a qualidade desses dados. Hoje a gente tem toda essa discussão da covid, o que é a recomendação médica de um corpo de hospital que são estudos científicos revisados por seus pares – mais um problema de qualidade de dados que talvez a gente tenha que olhar.

Outra questão – falamos de *inputs*, de qualidade de dados, vieses, que são questões gerais – é a questão da responsabilização. Algumas pessoas... Inclusive, eu conheço pessoalmente uma pessoa que usou esse tratamento, e ela teve que retirar as mamas, pela recomendação desse sistema, e o médico dela usou a recomendação do sistema, e depois se descobriu que ela não precisava ter retirado as mamas. E como que a gente vai tratar, por exemplo... Hoje nós temos regras gerais de responsabilização que tratam em relação a isso, porque é em relação ao indivíduo sim, também, uma questão de dano, porque... E, aí, qual a responsabilidade desse médico que usa esse diagnóstico – como é que ele funciona? –, do grupo hospitalar que usava, que comprou esse sistema; dele em relação ao paciente, dele em relação ao lugar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde ele comprou? – porque ele comprou achando que ele estava comprando o sistema de última hora do mercado.

Então, a gente também fala "a regulação atrapalha o desenvolvimento do mercado", mas o mercado também compra esses sistemas e ele precisa ter segurança jurídica de saber que esses sistemas obviamente têm qualidade, etc. Não é necessário um padrão global para ele, porque, de repente, os hospitais e os médicos vão responder... Até porque o usuário final, o consumidor final está lá. Então, como que trata toda essa cadeia de responsabilização, desde a produção, *input* de dados, teste, autorizações, isso de modo absolutamente centralizado, absolutamente em cada área?

Então, é só um exemplo concreto para dizer do problema disso e de como é importante a uniformização, tendo regras obviamente unas, que vão ser especificadas em outras áreas. Então, eu queria um pouco que os debatedores colocassem este debate: a gente acha que hoje o sistema jurídico já consegue lidar com isso, e, portanto, nós só precisamos realmente fazer regulações descentralizadas de cada setor, ou a gente tem questões globais e centrais para discutir em relação à inteligência artificial?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Antes de passar a palavra aos convidados para suas breves respostas, já que o nosso tempo está escoando rapidamente, eu registro a presença aqui no Senado de um integrante da Comissão que é o Dr. Wederson Advincula Siquiera. Muito obrigado pela presença aqui.

Eu passaria, então, a palavra aos convidados.

Talvez possamos, já que o Prof. Virgílio foi agraciado com duas perguntas pelo menos, começar por ele. Depois, os outros, obviamente, sintam-se à vontade para responder.

Prof. Virgílio.

O SR. VIRGÍLIO ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Ministro.

Fui agraciado, como o senhor disse, não é? São perguntas difíceis, Ministro. Vamos lá.

A primeira questão levantada pelo Fabricio faz todo o sentido. Por quê? Primeiro, porque a inteligência artificial, da forma como estamos falando, não se refere a um setor específico. As agências que controlam são agências que trabalham setorialmente: Anvisa, Anatel, Agência Nacional de Águas... Então, a inteligência artificial é transversal a todas essas agências. Isso dificulta a implementação de um órgão centralizado. Segundo, nós temos visto que as agências têm sofrido problemas práticos da situação brasileira: contratação de pessoal qualificado, dificuldade de implementação de suas funções... A ANPD é um ótimo exemplo disso, com a dificuldade de implementação da ANPD. Então, eu acho que nós temos que pensar que criar uma nova agência para a inteligência artificial, com um quadro de pessoal qualificado numa área tão complexa e tão demandante pelo mercado, é muito difícil. Uma solução, dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

o contexto brasileiro, seria pensar realmente em ter funções dessas distribuídas pelas agências existentes. Essa, Fabricio, seria uma primeira possibilidade que eu vejo nessa discussão, sendo realista no que se refere ao Estado brasileiro. Ele não tem feito o papel de fortalecer as agências, como deveria ser feito.

A pergunta da Clara é mais complicada ainda, eu agradeço. Há dois aspectos aí que eu acho que eu saberia responder no momento. O primeiro é que alguns países que estão trabalhando com a questão da regulação tentam especificar quais são as tecnologias associadas à inteligência artificial. E aí colocam aprendizagem de máquina, aprendizagem profunda, aprendizagem reforçada, sistemas especialistas... São muitas as tecnologias. Esse é um caminho, por exemplo, que alguns países e a União Europeia têm tomado, de tentar especificar. Eu acho que o ponto que ela levantou aqui, de que a inteligência artificial trabalha sempre com algo que está por vir, pelo imaginário, acontece; eu acho que a gente tem que levar isso em consideração. Eu pensaria que uma possibilidade é pensarmos sempre nos efeitos desses sistemas, porque eles têm efeitos que podem causar prejuízos reais. E esses sistemas não trabalham com uma precisão absoluta, eles trabalham com probabilidades, com limites, que são muitos tênues, daquilo que deve ou não deve ser feito.

Eu talvez, pensando alto com vocês, pensaria em começar a questão de regulação abordando os impactos disso, ao invés de tentar ser muito específico quanto à tecnologia, mas, de novo, acho que isso vai ser discutido e aprofundado nessa Comissão.

Obrigado aos dois pelas perguntas tão instigantes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Eu agradeço.

Consulto aos demais convidados se gostariam de se manifestar também. (*Pausa.*)

Acho que o Dr. Fabro aqui movimentou a cabeça; por favor.

O SR. FABRO STEIBEL – Muito obrigado, Ministro. Vou ser bastante breve.

Talvez, quando a gente pensa numa questão de escala e de tipo, a gente consiga identificar melhor o nome dos bois. Então, por exemplo, reconhecimento facial: ele é superimportante para você identificar bois que estão doentes. Esse é o reconhecimento facial, mas não é de humanos. Portanto, ele não deve ter o mesmo grau de regulação de outros. A China está desenvolvendo tecnologia muito boa nisso; a gente, não. E aí, se nós colocamos uma carga de responsabilidade muito grande para reconhecimento facial, sem associar uma aplicação de alto risco, na verdade, a gente está no médio prazo se tornando consumidores de tecnologia, e não produtores.

Outro termo que é exemplificativo são carros autônomos. No exemplo que eu dei, havia um carro autônomo. Ele é um veículo que vai, na agricultura, olhando a terra para ver se ela está úmida para plantar semente. Ele é um veículo autônomo, mas em nada tem semelhança com um carro que a gente veria sendo dirigido por aí. Há exemplos intermediários, como na greve dos caminhoneiros, em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

houve experimentos com caminhões dentro de usinas de cana onde poderiam ser dirigidos de forma autônoma. Essas são implementações já bastante avançadas que têm a ver com carros autônomos, mas que não estão necessariamente com aquele carro da rua nem com aquele carro que não está na agricultura, sem efeito nenhum.

E, para finalizar, eu acho que tem uma importante agenda de clima associada à inteligência artificial. Eu vou compartilhar um experimento que eu vi quando a gente fez o China Dive; nós levamos um grupo de pessoas para ver a inovação na China. A inovação era bem simples, era uma garagem de ônibus, e criaram duas máquinas robôs. Uma das máquinas olhava o pneu; ela simplesmente tinha uma câmara e fazia reconhecimento de superfície para olhar o pneu. A diferença disso é que, em vez de você verificar os pneus das frotas a cada seis meses, você via toda semana; a economia de combustível era de 40%. Esse é o tipo de *startup*, iniciativa que a gente deve ver nascer e incentivar no Brasil. Então, pensando na regulação, é importante o alto risco ser protegido, mas também são importantes esses mecanismos de facilitação para esse tipo de tecnologia que pode ter um nome semelhante a outros que oferecem riscos, mas que está no oposto deste espectro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Tenho informação de que também a Dra. Loren e o Dr. Ig querem falar.

Por favor, Dra. Loren.

A SRA. LOREN SPÍNDOLA (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Ministro.

Bom, queria rapidamente também endereçar os pontos, mas corroborando o que o professor e o Fabro já falaram. Ingressando a primeira pergunta: quais pontos dos PLs já existem? Bom, tem inúmeros que são positivos, mas eu queria chamar atenção, até pelo tempo, para os que não o são. E aí aqui, rapidamente, de cabeça, foram apresentadas emendas ao PL do Senado; uma que propõe que todo e qualquer sistema de inteligência artificial deva ter a supervisão humana. Ora, o Fabro acabou de dar um exemplo disso. Nenhum sistema de inteligência artificial deve ser considerado como único, não é? Precisa-se analisar caso a caso. Enfim, tem spam – seja o Excel, o chatbot do WhatsApp – que não precisa de supervisão humana.

Por outro lado e pegando o gancho aqui da Dra. Estela, eu diria que foi até irresponsável o que aconteceu nos Estados Unidos. Não sei em que ano aconteceu, mas um dos princípios básicos que a gente defende para desenvolvimento de tecnologia é a acurácia dos dados. Pegar um sistema e treiná-lo com uma coleção de dados tão enxuta é irresponsável.

No caso do Linda, que eu citei aqui, são mais de 5 milhões de informações e não só imagens, estudos, diagnósticos comprovados. No caso do Linda, a Anvisa só autorizou com supervisão humana. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

decisão é sempre do médico. De novo, o sistema de inteligência artificial de hoje serve para aumentar a possibilidade, a inteligência do médico, mas a decisão é dele ainda. E, lembrando que saúde, se formos usar a União Europeia como exemplo, é sempre caracterizada como alto risco. Então, é uma abordagem diferente baseada em risco.

Um outro ponto que eu acho que vale apontar aqui e que foi apresentado nas emendas é a questão da adoção gradativa da tecnologia. Ora, de novo, não dá para a gente juntar e colocar num bolo só, é preciso analisar caso a caso. Os tipos de sistemas de inteligências artificiais são diferentes, não dá para propor que um sistema de baixo risco tenha uma adoção gradativa. Isso só vai impedir a inovação no Brasil.

Bom, a questão da descentralização acho que o professor respondeu muito bem. Eu queria só trazer o exemplo dos Estados Unidos. Os senhores já devem saber que, nos Estados Unidos, a Casa Branca emitiu uma carta de princípios, que são dez pontos que as agências reguladoras têm que seguir. Elas são baseadas ali, são as diretrizes que o Governo americano apresentou. E, com base nisso e no conhecimento que cada agência regulatória tem dentro do seu setor, ela vai agir. Claro, é caso a caso. Não dá para eu pensar em responsabilidade como um todo. Eu preciso realmente de um olhar interdisciplinar aqui para conseguir entender como é que os sistemas vão agir – e, de novo, é uma coisa nova. E por isso aqui, de novo, eu peço: vamos pensar no que a gente está para fazer.

Eu acho que foi o professor que colocou qual é o impacto da regulação. É isto: qual é o impacto? Se a gente tomar uma decisão muito drástica agora e começar a regular algo que a gente nem entende, o impacto vai ser: acabou a tecnologia no Brasil, as empresas vão embora, não vamos ter pesquisa e desenvolvimento. Já estamos tendo fuga de cérebros. Isso só vai aumentar isso.

Enfim, a gente vai apresentar nossas contribuições. Eu vou fazer questão de colocar, atendendo a pergunta número um, quais pontos que a gente acredita que não são positivos, que foram apresentados nos projetos de leis anteriores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Muito obrigado.

Professor Ig.

O SR. IG BITTENCOURT (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Ministro.

Eu vou ser breve. Eu só gostaria de tocar em dois pontos.

Primeiro, quero fazer coro com os demais sobre a importância de olhar não necessariamente para todo o percurso sócio-histórico-cultural do desenvolvimento da tecnologia em primeira mão, mas principalmente na implicação e nos riscos que o uso e uma tomada de decisão ou o comportamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

máquina podem causar à sociedade. Então, eu acho que esse deveria ser, na minha visão, o olhar e não necessariamente como aquela tecnologia está sendo em si construída. Isso é um segundo momento, mas, em primeira mão, a gente precisa entender qual a implicação e os riscos que aquela tecnologia tem e, depois disso, trazer outros aspectos. Por isso é que eu trouxe a importância da transparência.

Quando a Estela levanta sobre a cadeia de responsabilização, ela deve ser trabalhada e questionada depois de uma implicação sobre um determinado comportamento de máquina, e aí a importância da transparência, considerando como aquela tecnologia foi desenvolvida, como aquela tecnologia evoluiu, como ela tomou uma decisão e qual foi a implicação que ela teve na sociedade. Mas esse era o primeiro comentário que eu queria fazer.

E o segundo e último é sobre um olhar para o qual a gente precisa ter muito cuidado. Hoje a gente está com um *hype*, um olhar muito forte na aprendizagem de máquina, mas nem sempre foi assim. Décadas atrás a gente já teve esse olhar e ele foi desacreditado. E a gente não sabe o que vai acontecer daqui a 20 anos. A gente não sabe o que vai acontecer daqui a 10, 15 anos. Então o que tinha lá atrás, na década de 70... Por exemplo, um caso clássico que a gente tem da tecnologia é o de quando um sistema que fazia aplicação de insulina em diabéticos fez uma aplicação de uma dose errada e o paciente morreu. Então, isso é um exemplo típico de não se fazer nenhum uso de aprendizagem de máquina. Era uma abordagem mais clássica, que fazia uso de um tipo de sistema especialista, com regras de produção, e que o levou a uma decisão que levou à morte de um paciente. Então, o olhar não pode ser reduzir, na minha opinião, à aprendizagem de máquina. E, mais uma vez, eu acho que não deveria ser o olhar para uma concepção de IA em si, mas, de novo, na implicação dela.

E só para uma última fala, a gente pode ter dois olhares, que estão muito em voga, não é? Esse dirigido a dados, que leva a esses algoritmos de aprendizagem de máquina, mas também um olhar que não está sendo muito trabalhado hoje – e já está voltando a discussão que já houve no passado – e que é fundamentado em teoria. Então, você usa uma teoria, uma base epistemológica, e isso leva à representação do conhecimento que apoia uma tomada de decisão de uma máquina. Então, o perigo de a gente simplesmente tentar reduzir a um tipo de IA, isso pode gerar um limite muito grande daquela regulação que pode ser construída.

Era isso.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Eu agradeço novamente a todos os convidados pelas valiosas contribuições, que certamente são muito significativas para o nosso debate aqui no âmbito da Comissão de Juristas do Senado que vai trazer subsídios à elaboração do substitutivo aos projetos de lei já aprovados sobre a regulação da inteligência artificial. Agradeço a presença de todos aqui, de corpo presente no Senado e aqueles que se encontram também virtualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma... Eu reforço o apelo aqui para que todos enviem as contribuições que já fizeram, as apresentações, os eslaides, para a página do Senado Federal da Comissão´.

Declaro encerrado, então, esse painel, passando já, desde logo, a palavra às Presidentes do Painel n° 2 desta manhã, as Profas. Laura Schertel Mendes e Estela Aranha.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva.

Bom, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Ministro, Presidente da nossa Comissão, cumprimentar todos os membros da Comissão e também, nesse excelente painel que tivemos hoje, todos os palestrantes, todos os participantes que se dispuseram a contribuir e a tratar de um tema tão interessante e tão complexo quanto ao que nos cabe aqui nesta Comissão.

O nosso tema de agora, de certa forma, está muito conectado com o primeiro tema, que é exatamente a discussão sobre modelos de regulação – inteligência artificial e regulação: modelos de regulação e abordagem.

Eu queria cumprimentar a Estela Aranha, que preside e modera este painel comigo, que também está aqui presente *online*, e já também cumprimentar os nossos palestrantes deste painel: Prof. Luca Belli, da Fundação Getúlio Vargas; José Renato Laranjeira, do Lapin; Tainá Aguiar Junquilho, da Universidade de Brasília e do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa; Ana Paula Bialer, do Bialer & Falsetti Associados; e o Prof. Ivar Hartmann, do Insper. Esses são todos os nossos convidados para discutir esse tema da questão da modelagem regulatória.

Apenas, talvez, fazendo uma conexão com o nosso primeiro painel, esse primeiro buscou, talvez, um dos temas mais complexos, mais instigantes: exatamente o que é inteligência artificial, qual é o conceito. Será que uma futura lei precisaria tratar desse conceito?

O Prof. Virgílio também trouxe algumas reflexões sobre não só o que regular, mas também por que regular.

E é claro que, agora, o nosso debate, que também já se iniciou, eu diria, no primeiro painel, não é só o que regular e por que regular, mas também como regular. Então, acho que essa é a grande discussão. Nós já temos... E eu diria que a complexidade desse debate se dá não apenas pela complexidade do tema, pela complexidade dos impactos negativos e positivos que a tecnologia pode trazer, mas também pela complexidade do arranjo institucional que nós já temos hoje. Então é um tema que deverá ser regulado, implementado e aplicado por uma série de agências ou órgãos que já existem ou que, eventualmente, poderão vir a ser complementados por um outro órgão se o modelo centralizado viesse a decidir. Então, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é interessante é que é uma complexidade não só do tema, mas também do próprio arranjo institucional. Eu acho que essa é a discussão que nós gostaríamos, então, de continuar aqui.

Estela, pergunto se você gostaria de dar algumas palavras iniciais ou se a gente já passa para os palestrantes, como for melhor para você.

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha) – Você acha que a gente já coloca... Eu acho que coloca para os palestrantes para a gente ter mais tempo e, depois, a gente traz as provocações.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes) – Perfeito, excelente.

Bom, nós também pensamos em algumas perguntas gerais em relação a esse tema, basicamente: como esse futuro marco regulatório deverá se relacionar com a Lei Geral de Proteção de Dados, considerando que o tratamento de dados é um aspecto essencial para o funcionamento da inteligência artificial? Considerando que a inteligência artificial é aplicada em diversos setores, qual é a modelagem regulatória mais adequada? É possível que se estabeleçam regras e princípios para serem aplicados de forma descentralizada por agências? É possível adotar um modelo de regulação centralizada? Qual é a melhor estratégia regulatória a ser adotada? Deve-se adotar um modelo baseado em riscos ou um modelo baseado em direitos? E qual é a forma mais adequada de se regular a inteligência artificial? Seus reguladores devem usar padrões, regras, princípios ou uma combinação dessas normas?

Com isso, então, já gostaria de passar a palavra para o nosso primeiro palestrante participante desta audiência, Prof. Luca Belli.

Você tem a palavra.

O SR. LUCA BELLI (*Por videoconferência*.) – Bom dia. Muito obrigado pelo convite. É uma verdadeira honra estar aqui com vocês hoje. Muito obrigado especialmente à querida Laura Schertel e à querida Estela Aranha pelo convite e pela organização desse debate, que eu acho essencial nesse momento, por causa da complexidade do assunto que estamos tentando entender e talvez regular da melhor forma possível.

A minha participação vai ser, acho, um pouco mais original do que as outras, porque eu acho que muitas das observações e comentários que foram feitos e serão feitos baseiam-se nas experiências de ditos países ocidentais, principalmente Europa, América do Norte, especialmente Estados Unidos.

A experiência que eu quero trazer hoje é a governança da IA chinesa, cujo modelo regulatório, a meu ver, é extremamente evoluído, estruturado, coordenado e até refinado. Não é necessariamente o melhor, mas é o modelo que precisa ser estudado e ser compreendido, estudado e analisado da maneira mais compreensível possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou compartilhar uma pequena apresentação, se tiver a permissão para compartilhar. Perfeito. Eu peço desculpas para compartilhar em PDF, e não em PPT, porque o meu computador do escritório é levemente antigo, então, há uma certa alergia ao *zoom*, ao menos que não seja utilizado o PDF.

Enfim, a apresentação de hoje vai ser baseada nos trabalhos do projeto CyberBRICS, que eu coordeno no CTS (Centro de Tecnologia e Sociedade) da FGV, que eu também coordeno. Então, antes de virar coordenador do centro, era coordenador desse projeto, e agora encabeço os dois. Esse projeto para mim é particularmente interessante, porque é o único projeto no mundo que analisa as políticas digitais dos países do bloco Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

No âmbito desse projeto, um dos pilares principais da análise é regulação de dados e se tornou também a regulação da inteligência artificial. Caso estejam interessados em entender como esses países gigantes, essas economias emergentes estão regulando não somente a proteção de dados pessoais, mas também a inteligência artificial no âmbito, sobretudo, da proteção de dados, temos no nosso *site* cyberbrics.info uma ampla gama de publicações em acesso livre e também várias ferramentas interativas, como essa ferramenta de comparação dos marcos regulatórios sobre proteção de dados, que inclui também, desde o final do ano passado, uma seção dedicada à regulação da inteligência artificial.

O modelo chinês, a meu ver, é particularmente interessante, porque é o mais estruturado de maneira compreensível, sistêmica e coordenada. Aqui eu destaco alguns pontos principais que são muito interessantes de ver, depois são reproduzidos em novas experiências internacionais e apresentados como se fossem grandes inovações de outras experiências ocidentais, mas que, na verdade, existem na China há quase dez anos.

Primeiramente, combinação. A gente vai ver que é um nível monossetorial, ou seja, simplesmente no Governo, mas também multissetorial. No planejamento, não somente como estudos e consultas multissetoriais, mas também na implementação, em vários níveis, no curto, médio e longo prazo, coisa muito difícil em outros países nos quais a democracia exige mudança de governo a cada quatro, cinco anos, mais fácil na China, porém, pode ser considerado também como algo interessante.

Essa experimentação, aqueles protótipos de políticas que são, por exemplo, hoje em dia, adotadas por empresas como a Meta, antigo Facebook, e outros *stakeholders* na América Latina; esses protótipos de política existem na China há mais de dez anos.

Investimentos. Muito importante, porque na China a regulação não é simplesmente por meio de leis, por meio de padrões, mas também por meio de investimento, ou seja, estimular o que é desejável, e não somente proibir o que não é desejável.

Esses elementos chegam a uma abordagem sistêmica de regulação, que a gente vai ver, principalmente em três eixos principais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos começar com a coordenação.

Por que eu estou falando em coordenação em nível chinês? Desde 2014 foi criada a famosa CAC, a Administração do Ciberespaço da China, que é um super-regulador do ciberespaço chinês. Não é fácil compará-lo com outras experiências de autoridades ocidentais, porque é basicamente a consolidação de autoridade de regulação de dados, cibersegurança, conteúdos *online* e também aplicativos de IA. Então, a CAC também desempenha um papel instrumental na regulação de IA – a gente vai ver no final da apresentação –, mas também o que é muito interessante na China é que ela tem uma abordagem estruturada, baseada em princípios comuns, várias normas e várias regulações setoriais, mas todas coordenadas por meio de um órgão de coordenação de várias administrações. Então, essa coordenação monossetorial que eu estava mencionando é justamente a coordenação entre as administrações. Tudo bem que haja regulação setorial – é uma abordagem –, mas os setores não podem regular de maneira completamente discrepante, diferente e criando uma superposição ou até um conflito de regulações setoriais. Para evitar esses conflitos é criado esse órgão, que é um órgão típico da administração chinesa e muito útil para coordenar as regulações setoriais.

Planejamento. Aí algumas... Eu não vou claramente mencionar e analisar todas essas experiências, mas, antes de chegar aos documentos mais estruturados e refinados que foram elaborados no último ano, último ano e meio, já a partir de 2017 o Conselho de Estado da China, que é a maior autoridade administrativa chinesa, começou a criar um plano de desenvolvimento de IA no qual se encaixaram depois todas essas iniciativas que vocês veem aqui, que depois foram consolidadas nos demais instrumentos adotados nos últimos anos.

Então, esse plano de desenvolvimento é muito interessante até porque é a estratégia chinesa – basicamente, é como se fosse a Ebia chinesa – a estratégia chinesa de IA. Porém, é muito diferente da estratégia brasileira porque inclui objetivos estratégicos determinados. Não é simplesmente uma descrição do que poderia ser desejável. E é uma indicação de como alcançar esses objetivos desejáveis no curto, no médio e no longo prazo. Até 2025, para os chineses, é curto prazo. Para a gente isso já é muito longo prazo; para eles é curto prazo, já com a criação... O objetivo deles é a criação de um sistema inicial, como vamos ver nos próximos cinco minutos, já extremamente complexo para depois criar um sistema abrangente até 2030, ano no qual a China pretende ser a liderança mundial em inteligência artificial. Então, tem planejamento com objetivos estratégicos, orçamentos – vamos ver também – dedicados, coisa que é raro encontrar – esse tipo de elementos estratégicos – nas estratégias de outros países. A meu ver também, na Ebia (Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial) faltam esses segmentos estratégicos.

Os princípios de governança para a nova geração de inteligência artificial foram elaborados em 2019 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia chinês, que é um órgão essencial para a definição de princípios, mas também de diretrizes. Foram elaboradas várias consultas multissetoriais para definir quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

são os elementos essenciais mais eficientes. Esses princípios incluem também respeito aos direitos fundamentais. Eu sei que vários participantes aqui poderiam ser surpreendidos, mas também a China tem direitos fundamentais, uma constituição, e é essencial considerar o respeito a esses direitos para garantir a estabilidade social, aquilo que eles chamam de segurança social, que também é um princípio fundamental da IA, ou seja, de um lado utilizar a IA para manter a estabilidade social, mas, de outro lado também, desenvolver a IA para o bem-estar coletivo. O que significa? Significa que os chineses estão estudando IA e desenvolvendo IA há mais que uma década.

Eles estão considerando IA como uma prioridade nacional, mas estão entendendo também que, junto com os benefícios, tem também muitos efeitos colaterais, como o desemprego maciço, que pode ser criado se não houver uma estratégia. Essa estratégia chinesa de entender quais são os efeitos, os benefícios, mas também a externalidade negativa que a IA pode criar e prever como mitigar esses riscos.

Então, a estratégia é muito complexa, muito refinada, também porque almeja o bem-estar coletivo no sentido de eliminar, ou pelo menos mitigar, os efeitos colaterais negativos. Como é que eles estão vendo se essa estratégia, essas ideias e esses princípios na prática podem funcionar ou não? Por meio de experimentação, o que hoje em dia chamam de *policy prototypes*. Os chineses estão experimentando esses *policy prototypes* há décadas, por meio de zonas pilotos. Desde 2019, no âmbito do desenvolvimento da IA programado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, foram criadas 23 zonas pilotos, que basicamente são experimentos pilotos em nível municipal, em nível regional de como essas políticas funcionam. Aí vocês podem ver Xangai, várias outras. Basicamente, na prática, as municipalidades experimentam o que depois vão escalar. Então, antes de dizer: "vamos fazer essa lei, está aqui a lei, a gente não pode mais mudar a lei", a abordagem chinesa é muito mais inteligente: Como é que essa lei vai funcionar na prática? Será que essa lei, na prática, vai funcionar ou a gente vai ter que mudar tudo? Para evitar renovar, reformular totalmente a lei dois anos depois, os chineses experimentam a lei em nível municipal, o que, a meu ver, é uma técnica extremamente interessante.

Para finalizar, quase, investimentos, que são um ponto essencial. Vou ser muito breve, mas eu acho bastante contundente. Por quê? Porque no 14º Plano Quinquenal do Governo chinês, de 2021 a 2025, nos gastos para pesquisa e inovação, sobretudo em tecnologias digitais e tecnologia estratégicas, como IA, a previsão é de que aumente pelo menos 7% por ano.

Não quero que ninguém passe vergonha nesse momento, mas eu tomei a liberdade de colocar também como comparação a previsão orçamentária brasileira para fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica no Brasil. O que estamos vendo no Brasil é justamente o oposto do que está acontecendo na China. Eu entendo muito bem que a situação econômica seja diferente, porém, é impossível regular somente pela lei, é impossível regular somente pelos padrões; é necessário também incentivar a pesquisa, incentivar a elaboração e o desenvolvimento de IA se a gente quiser que o Brasil desenvolva IA. Se a gente quiser somente proibir... A gente vê o que aconteceu na Europa: eles proibiram e regularam pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

regulação, pela lei e pelos padrões por anos, até entenderem que não está dando certo, e agora estão investindo bilhões copiando basicamente o que faz a China, porque eles entenderam que não dá certo simplesmente proibir, senão, se você proíbe simplesmente, os talentos vão para a China, para os Estados Unidos, para outros lugares. É o que acontece talvez, ou o que pode acontecer ou está acontecendo talvez, infelizmente, já no Brasil.

Para terminar, a abordagem regulatória sistêmica chinesa nesse momento baseia-se principalmente nesses três eixos, encabeçados pela CAICT, que eu mencionei antes, pelo China Academy of Information and Communications Technology, uma *think tank* do Ministério da Ciência e Tecnologia, e vamos ver como é que esses três eixos... Basicamente são: princípios, padrões e regulação.

Um ponto essencial que eu queria destacar também para comparar com o PL 21, de 2020, é basicamente essa necessidade que é destacada desde o início nas regras de gestão sobre recomendações algorítmicas chinesas, que entraram em vigor em março, em 1° de março de 2022, de criar uma gestão de algoritmos baseada nas legislações procedentes, não somente na lei de cibersegurança de 2017, mas na nova lei geral chinesa de proteção de dados, a PIPL, na nova lei de segurança de dados e nas regras sobre provedores de serviço de internet. Ou seja, desde o início, a lei sobre a gestão de recomendação algorítmica exige que a regulação seja baseada nas leis que existem. É uma exigência.

E aí, somente para frisar também as diferenças de abordagem entre o modelo chinês, na substância, e o que está sendo proposto em nível brasileiro, o art. 17 dessas regras impõe a obrigação de explicabilidade – obrigação geral, não é uma obrigação simplesmente em caso de riscos para direitos fundamentais, somente em casos de certos tipos de riscos, não. Qualquer tipo de recomendação que possa criar influência ou ser utilizado para influenciar indivíduos precisa fornecer uma explicação, transparência total sobre o algoritmo. Para implementar na prática essa exigência extremamente, digamos, onerosa para os provedores, a China Academy of Information and Communications Technology, aquele órgão, aquela *think tank* do ministério que eu mencionei antes, já desenvolveu ferramentas para medir, testar e certificar o sistema de IA para analisar vieses potenciais, para analisar tipos de discriminação. Ao mesmo tempo, o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação criou um livro branco sobre o que é a IA confiável, mais uma vez definindo princípios sobre o que pode ser considerado uma IA confiável, quando é que existe a ausência de viés, quando é que um sistema pode ser considerado como explicável, o que é explicabilidade. Esse livro branco vai ser integrado às novas normas sobre ética de IA, que serão desenvolvidas no ano que vem, pelo MCTI, ou seja, o Ministério de Ciência e Tecnologia chinês.

O foco na ética da IA tem uma enorme sinergia entre esses princípios, o que foi adotado nas recomendações da Unesco, até porque a China é membro da Unesco e cooperou na elaboração dessas recomendações. O que é sugerido, por enquanto, nesses princípios, é a criação de comitês éticos nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centros de pesquisa e nas empresas que desenvolvem IA. Não é ainda uma obrigação, mas é um incentivo.

Está feito, último eslaide.

Então, para finalizar, o meu ponto principal é que a estratégia chinesa é construída nas três vertentes principais da teoria da regulação: incentivos, obrigações, padrões, todos juntos, na mesma abordagem, que é estruturada, coordenada e sistêmica para criar uma harmonia em uma visão da IA na China.

Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Prof. Luca Belli, pela sua excelente explicação e também por ter cumprido o tempo.

Eu já queria passar, então, a palavra para o José Renato Laranjeira, por favor.

O SR. JOSÉ RENATO LARANJEIRA (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos. É um prazer estar aqui hoje. Por isso, agradeço o convite desta Comissão.

Estou aqui para representar, por um lado, o Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin), entidade de pesquisa e incidência em temas relacionados a direitos digitais, e a Coalizão Direitos na Rede também, que agrega mais de 50 entidades da sociedade civil, centros de pesquisa, para discutir esses temas e também defender uma multiplicidade de pautas.

Nos endereçamentos que a gente tem apresentado, desde ainda a época dos debates da Câmara, do PL 2.120, temos ressaltado, por um lado, a complexidade do tema, e, por isso, a nossa preocupação com o tempo de 120 dias da Comissão é grande, dada a complexidade desta discussão, e também a importância de agregar, o máximo possível, visões de diferentes grupos, dados os impactos tão multifacetados dessa tecnologia.

Eu divido, então, a minha análise em dois prontos. O primeiro deles fala um pouco sobre o que o PL 2.120 traz, quais são as questões que deixa em aberto e também os problemas que causam. Por fim, também já ensaio uma possibilidade de como pensar numa proposta que vá além dos pontos que ele traz.

Inicialmente, foram citadas muitas das questões geradas pelos sistemas de IA, questões de como eles reforçam desigualdades na nossa sociedade a partir de estereótipos que estão incutidos no nosso convívio social como um todo. A partir disso, a leitura que temos defendido, em grande medida, é de que o PL 2.120 não resolve esse ponto. Não só ele não pode ser considerado uma regulação insuficiente, mas, na realidade, o que ele acaba por promover é um projeto de desregulação do setor. Isso porque seus princípios opacos, em geral, não apresentam grandes benefícios da forma como estão postos, e também pelo fato de reduzir direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu chamo a atenção principalmente às exposições relativas à transparência, à responsabilidade e não discriminação. A partir de uma leitura atenta de seus dispositivos, restringiam escopos de direitos previstos tanto na LGPD quanto no Código Civil, por exemplo, para dizer o mínimo.

Por conta do tempo, eu não vou entrar tanto em detalhes a respeito disso, mas podemos voltar a isso na parte das perguntas.

Mas o que se pode perceber é que o cenário que ele coloca tem um potencial muito grande de conduzir a uma automatização do racismo, que já é estrutural na nossa sociedade, e da desigualdade, acompanhada de mecanismos que, inevitavelmente, poderão gerar ainda mais opacidade e impotência por parte de indivíduos a respeito desse tema de inteligência artificial.

Indo além disso, é importante chamar a atenção para o fato de que o PL também não prevê nenhum mecanismo de governança. Ele não dá direcionamento de que o implementará e, por isso, tem a capacidade de gerar uma grande insegurança jurídica ao não determinar sequer um órgão regulador ou sequer um mecanismo dialógico que permita um intercâmbio entre os diferentes reguladores, dada a transversalidade desta família de tecnologias sob o nome de inteligência artificial.

Se pudermos pensar em um exemplo similar, talvez, nesse ambiente digital relacionado a esse relegamento sem uma centralidade, há as discussões, por exemplo, sobre o bloqueio de aplicativos; até hoje, estamos dependendo de uma interpretação mais clara a esse respeito.

Então, esse clima de incerteza aberto pelo PL 21/2020 tem o potencial de afetar gravemente não só, por um lado, o exercício de direitos fundamentais pela sociedade, como também a inovação pelo setor privado, ao determinar que a responsabilidade será predominantemente subjetiva, ou mesmo restringindo que a transparência só funcione quando forem afetados direitos fundamentais, e não interesses do indivíduo, como faz a LGPD, por exemplo. Então, isso vai afetar gravemente o exercício dos direitos fundamentais e, por outro lado, também poderá afetar muito a própria inovação, dada a insegurança jurídica que se vai criar.

Com base nisso, como seria interessante haver uma regulação no Brasil, levando em conta nossas particularidades! Aqui, nesse aspecto, não vou focar tanto os investimentos e incentivos, o que é fundamental, mas principalmente nessa parte da supervisão estatal.

Em primeiro lugar, é muito importante que o projeto preveja direitos e princípios específicos da inteligência artificial e também, por outro lado, obrigações particulares e bem delimitadas que garantam transparência, explicabilidade, revisão de decisões influenciadas por sistemas de IA e também inferências razoáveis, tudo isso em acerto com dispositivos presentes em outras normas, tudo isso somado a regras distintas para a responsabilização de cada agente no ciclo de vida da inteligência artificial, seja ele um desenvolvedor ou um aplicador, ou até mesmo ferramentas possíveis para que indivíduos afetados por esses sistemas possam recorrer dos efeitos desses sistemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, uma mescla de abordagem baseada em direitos com avaliações de risco que assegurem maiores cuidados para sistemas capazes de gerar mais impacto é o que a gente acredita ser o mais apropriado. Então, nesse sentido, seria uma mescla dessa visão que a Profa. Laura trouxe a respeito de uma regulação baseada em direitos e uma regulação baseada em princípios – perdão! –, em riscos. Isso significa que todo o sistema, não só quando ele for de alto risco, deve ser objeto de regulação.

Então, a lei incidirá integralmente sobre todos os sistemas, mas em diferentes gradações, como a LGPD, por exemplo. Lá direitos e princípios incidem sobre qualquer tratamento de dados e, com isso, empoderam o titular a exercê-los independentemente do risco da atividade. Ao mesmo tempo, prevê que tratamentos de maior risco deverão ser objetos de maiores cuidados técnicos e de governança, inclusive devendo ser objetos de relatórios de impacto, por exemplo.

Com isso, a estrutura de um projeto de IA é muito importante que faça o mesmo. Análises de risco deverão ser feitas caso a caso, e a resposta de seus impactos deve ser balizada por meio de direitos e obrigações mais específicos à realidade desses sistemas e aos setores e efeitos que eles vão causar. E isso vai ser fundamental para garantir coordenação com direitos previstos em outros diplomas, seja na própria LGPD, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil, a própria Constituição Federal, e, com isso, ampliar o grau de proteção dessas normas. E, por fim, esse arcabouço permitirá que a lei garanta meios para o indivíduo ou grupo exercerem maior controle sobre esses sistemas e contestarem seu uso e os impactos que causarem.

Passado esse âmbito mais talvez abstrato de quais são os principais mecanismos para existir nessa lei, também é muito importante que ela preveja instrumentos para sua aplicação por meio de modelos e estratégias regulatórias mais dialógicas, inclusive por corregulação. E aqui eu ressalto a importância de teorias como da regulação responsiva, que permite mecanismos de gradação de sanções a partir, visualmente, de uma pirâmide regulatória, que permite uma maior flexibilização da atividade de supervisão e sancionatória do Estado. Isso é fundamental para compreender as especificidades desses temas particulares em diferentes setores, principalmente no sentido de determinar como vão ser colocadas em prática, por exemplo, obrigações de transparência. Será que, por exemplo, num sistema de reconhecimento facial, o acesso a informação, a informação que se que se necessita compreender é a mesma de um sistema de recomendação de conteúdo de uma rede social, por exemplo? Apesar de precisarmos, como o Prof. Luca Belli ressaltou, acessar o funcionamento desse sistema, cada um deles vai ter particularidades específicas, o que é importante que um modelo regulatório mais dialógico acesse. E, por fim, também, esse modelo irá auxiliar a balancear a necessidade de produção de direitos e, ao mesmo tempo, não afetar a inovação responsável e centrada no ser humano a partir dessa interação.

E, no que diz respeito à governança, que foi um tema que já foi pouquinho falado aqui, eu acho que o Prof. Virgílio trouxe alguns pontos importantes a respeito da dificuldade de se criar um órgão no Brasil. Ele trouxe o exemplo do NPD, por exemplo. Isso envolve questões orçamentárias, técnicas e políticas. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

entanto, acreditamos que, ainda assim, é fundamental existir um órgão regulador central que justamente trabalhe como coordenador desses tantos atores setoriais regulatórios que dividem competências sobre a miríade de setores em que se aplica a inteligência artificial. Não só eles, como também eventuais entidades certificadoras, de padronização e até mesmo auditores, por exemplo. Se não houver essa figura, o risco em que a gente cai é o de ter uma grave insegurança jurídica pela dificuldade de gerir o trabalho desses tantos reguladores, que podem gerar riscos que vão além de suas competências, inclusive gerar efeitos para além delas.

Eu acho que o exemplo que o Prof. Ig trouxe, do sistema de educação que reforça, em grande medida, estereótipos e até mesmo vieses racistas, de gênero, é muito complicado, mesmo que a gente considere que o elaborador de uma política pública não enxergue esses riscos de antemão. Então, por isso a existência desse ator coordenado é muito importante, para evitar conflito de competência, a ausência de agências regulatórias mais concretas e também a existência de decisões regulatórias difusas e por vezes contraditórias.

No caso do Brasil, não necessariamente precisamos criar algo novo. Talvez até poderia ser o ideal, apesar de isso não ser um grande consenso... Por exemplo: na Europa, no âmbito da comunidade europeia, houve esse problema. O que se faz, por exemplo, no âmbito comunitário? Jogou-se essa competência para a EDPS, que é a autoridade supervisora, e é o que, por exemplo, na França se debate muito. Então, o que percebemos aqui é que esse ator pode muito bem ser uma oportunidade nacional de produção de dados, apesar de que vai ser necessário obviamente uma mudança considerável na sua estrutura e também a própria revisão, por exemplo, do seu *status* de autarquia, fora a ressalva técnica de que questões relacionadas à inteligência artificial vão muito além da própria proteção de dados.

E, além disso, outros exemplos talvez mais próximos de nós, no caso Argentina e México, têm autoridades que antes eram autoridades de acesso à informação e acabaram agregando competência de proteção de dados. Então, essa agregação de diferentes competências pode ser interessante.

Para além desse regulador, a existência de um conselho multissetorial e multidisciplinar, como também existe, por exemplo, o caso do CGI ou do próprio CNPD, a ser consultado em questões importantes como informações a serem consideradas segredos comerciais ou parâmetros para aferimentos de acurácia é muito importante, apesar de ser também fundamental avaliar quais são as questões a serem resolvidas nesse conselho – nesses conselhos já existentes – que ainda ficaram por terra.

Por fim, também, passando um pouco desse ponto, vemos como muito interessante a existência de disposições específicas relacionadas ao poder público, critérios específicos para transparência, como os que existem, por exemplo, na lei francesa de digitalização, e inclusive que se apliquem a áreas mais sensíveis, como segurança pública e defesa nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, faz sentido também que sempre a gente preveja mecanismos de participação popular nessa norma, assim como mais uma vez ressalto o exemplo da Lei de Proteção de Dados, e também precisamos pensar a existência, assim como existe no plano europeu, de potenciais sistemas que devem ser considerados como inaceitáveis dentro de nossa sociedade. Nisso podemos incluir questões de policiamento preditivo, uso de reconhecimento facial em espaços públicos, que têm já, comprovadamente, acelerado uma automatização da desigualdade, e também, potencialmente, o banimento de sistemas como o *social score* tanto para o setor público como o privado e também o reconhecimento de emoções, que, apesar da sua adoção comercial, tem sido baseado em padrões não científicos que não têm a fundamentação científica necessária.

Com essas contribuições, eu encerro minha fala.

Eu agradeço muitíssimo

Aguardo o momento de perguntas e respostas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, José Renato.

Agora, a Profa. Tainá Aguiar Junquilho, da Universidade de Brasília e também do IDP, que acho que está no plenário da Casa, vai falar.

Profa. Tainá.

A SRA. TAINÁ AGUIAR JUNQUILHO – Vocês me ouvem? Sim, não é? A gente sai do Zoom, mas o Zoom não sai da gente. Essa é a pergunta inicial do Zoom.

Bom dia a todos e todas.

Eu queria parabenizar a iniciativa da agenda de audiências públicas e da constituição desta Comissão de notáveis, o que demonstra que o Senado...

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha. *Por videoconferência*.) – Nós estamos sem o áudio aqui. Não sei se já liberaram o áudio dela...

A SRA. TAINÁ AGUIAR JUNQUILHO – Alô? Estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Não?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Não conseguimos escutar ainda, não é, Estela? Tainá, não escutamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha. *Por videoconferência*.) – Não, não escutamos. Não estamos escutando.

A SRA. TAINÁ AGUIAR JUNQUILHO – Vou falando "som, teste" até...

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha. *Por videoconferência*.) – Apenas aproximou a sua imagem.

Não sei se tem alguém da assessoria aqui que pode ajudar... Senão, qualquer coisa, eu acho que a gente talvez passe para outra pessoa e depois tente chamar a Tainá, por causa do tempo, que é super-restrito aqui.

O SR. WEDERSON ADVINCULA SIQUEIRA – Desse microfone, estão ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha. *Por videoconferência*.) – Agora, sim. (*Pausa.*)

Agora, acho que conseguimos.

A SRA. TAINÁ AGUIAR JUNQUILHO – Vocês me ouvem agora?

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha. *Por videoconferência*.) – Ah, ótimo. Bem-vinda, Tainá. Um prazer. Podemos iniciar sua contribuição. Muito obrigada.

A SRA. TAINÁ AGUIAR JUNQUILHO – Muito obrigada.

Eu estava brincando que sai do Zoom, mas o Zoom não sai da gente. A pergunta inicial é sempre: "Estão me ouvindo?". E vocês não estavam me ouvindo.

Eu queria parabenizar a iniciativa da agenda de audiências públicas e da constituição desta Comissão de notáveis, o que demonstra que o Senado está tratando com a seriedade merecida este tema.

Eu gostaria também de cumprimentar meus colegas debatedores e os colegas da Comissão, na pessoa das moderadoras, Dra. Laura Schertel e Estela Aranha, e também todos que estão nos assistindo.

Começo agradecendo imensamente também o convite que me foi realizado.

Eu participei do projeto Victor, do Supremo Tribunal Federal, que é o primeiro projeto de inteligência artificial aplicado a uma corte constitucional do mundo. Sou Vice-Coordenadora da Legal Hackers Vitória, Espírito Santo; Vice-Líder do Grupo de Estudos e Observatório de Políticas Públicas da UnB. Minha tese de doutorado foi sobre as aplicações éticas da inteligência artificial. Eu falo esse currículo não para me gabar, mas porque eu realmente sinto a minha participação como um retorno cidadão à sociedade das minhas pesquisas e de toda a minha trajetória. Então, para mim, é uma grande honra e um desafio também falar junto a tanta gente boa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que eu fui convidada para participar do eixo 1, que trata dos conceitos, compreensão e classificação da inteligência artificial, mas especificamente do painel 2, que trata da inteligência artificial e de regulação, modelos de regulação e abordagens, e eu tenho apenas 15 minutos – o que já é mais do que eu tive na Câmara, que foram 10 –, as minhas contribuições estão divididas aqui em duas partes. Primeiro, eu vou falar sobre o que uma regulação de inteligência artificial precisa conter, a partir de algumas conclusões da minha pesquisa de doutorado, e, depois, eu vou fazer algumas sugestões ao projeto atual.

Bom, vamos começar, então, com a pergunta: o que uma regulação de inteligência artificial precisa conter? Existem atualmente alguns modelos discutidos que é o de autorregulação regulada, a existência de uma legislação geral traçada pelo poder público que trace certificações mínimas vinculantes de governança para a inteligência artificial e posterior regulação dos órgãos de cada setor, que traga as especificidades da aplicação em cada área e realize uma abordagem baseada em riscos, assim como estabeleça formas ou órgãos internos de controle. Existe também um modelo setorial de existência de normas colocadas por cada área em que a inteligência artificial é aplicada e, nesse sentido, nós temos, aqui já no Brasil, exemplos, que é o exemplo da Resolução nº 332, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e também o modelo norte-americano traçado pela FDA (Food and Drug Administration), que colocou normas sobre a inteligência artificial aplicada na medicina. Nós temos também o modelo geral, que é a imposição de uma norma geral aplicável a todas as áreas, a exemplo da proposta de regulação da União Europeia.

O Prof. Luca muito bem explicou aqui o exemplo chinês, mas eu trago alguns outros exemplos. Quanto à China, quais são as pretensões chinesas com esse projeto? Ela tem as pretensões explícitas de se tornar líder em inteligência artificial. Por isso, ela lançou, em 2017, esse plano de desenvolvimento de inteligência artificial de nova geração, que é uma estratégia que delineou claros objetivos chineses em se tornar, no mundo, líder em inteligência artificial até 2030 e emergir como uma força motriz tanto no desenvolvimento tecnológico, como também no desenvolvimento de padrões éticos para a inteligência artificial. Então, ela lançou uma agenda com metas de investimentos e também com adaptações, revisões legislativas e éticas.

A União Europeia faz um movimento também e tem essa pretensão de se tornar pioneira na produção legislativa de controle de dados pessoais, primeiro com o controle de dados pessoais e depois agora a mesma pretensão de se tornar pioneira com a regulação da inteligência artificial numa abordagem que, a meu ver, assertivamente é baseada em riscos. E a gente tem um outro exemplo que eu trago aqui que é o exemplo da OCDE, que, além de princípios gerais, criou recentemente um chamado *framework* para ajudar no mapeamento de riscos e na classificação de sistemas de inteligência artificial. Esse *framework* leva em consideração os diferentes estágios do ciclo de vida do sistema de inteligência artificial, a identificação de atores de inteligência artificial relevantes para cada discussão, os resultados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

obtidos e esperados, o que ajuda a vincular a estrutura diretamente à responsabilidade e a esse gerenciamento de riscos.

O.k., mas e o Brasil? O sul global precisa se tornar competitivo na produção, na criação e no desenvolvimento da inteligência artificial. Então, como ele pode fazer isso? E o que uma regulação precisa conter? É preciso na regulação a existência de mecanismos de estímulo a empresas que promovam o que vem sendo chamado de *AI for social good* ou inteligência artificial para a promoção do bem-estar social.

E aí como você traz esse tipo de mecanismos? Previsão desses sandbox regulatórios, que são mais flexíveis, permitem que a tecnologia avance sem desestimulá-la, mas limitando-a. Também é possível fazer estímulos por isenções fiscais, então, projetos de inteligência artificial que resolvam problemas sociais tipicamente brasileiros, por exemplo, dores da coletividade, estímulos a políticas públicas de inteligência artificial para o futuro verde digital. A gente viu a tragédia recente de Petrópolis. Analisando, fazendo uma análise preditiva do clima, isso muitas vezes pode ser evitado por meio do estímulo ao desenvolvimento desse tipo de projeto. A Justiça brasileira tem também promovido muitos projetos de inteligência artificial. Há também a necessidade de preocupação com dados abertos para que se estimulem o uso desses dados e o desenvolvimento desse tipo de pesquisa. Então, é necessária a preocupação com os dados abertos. Deve conter também a responsabilização, a meu ver – não deve ser apenas principiológica –, deve haver regras para o mapeamento de riscos, sob pena de se tornar a legislação em uma carta de princípios, uma carta de conselhos, mas também deve haver o reconhecimento de limitações necessárias às consequências negativas que a inteligência artificial pode trazer.

Nesse sentido, um filósofo que provavelmente vai ser muito citado aqui e já foi inclusive, que é o Luciano Floridi, traz sete fatores essenciais para o que a gente chama de *design* ético da inteligência artificial: a necessidade da falsificabilidade e implantação incremental, que vai envolver a especificação e a possibilidade de testes empíricos ou requisitos mais críticos; uma condição de recurso ou meio essencial para que haja uma capacidade totalmente operacional de forma a saber o que pode funcionar ou não; uma implementação incremental de salvaguardas contra a manipulação de dados nos sistemas preditivos... A terceira condição que ele coloca é que o *software* intervenha na vida dos usuários apenas de maneira que respeite a sua autonomia. A quarta condição é a explicação e os propósitos transparentes explicáveis, que as operações e os resultados se tornem transparentes. A quinta é a proteção da privacidade com o sentimento do titular de dados. A sexta imposição que ele coloca como necessária e fundamental para o desenvolvimento ético da inteligência artificial é a justiça situacional. Aqui claramente os *designers* devem higienizar os conjuntos de dados quando treinam uma inteligência artificial, mas há igualmente um risco, como ele coloca, de esse desinfetante usado para limpar os dados ser muito forte, por assim dizer, e então remover importantes nuances contextuais que poderiam melhorar, inclusive, a tomada ética dessas decisões. Então, a preocupação com essa justiça situacional é importante e também o que ele chama de semantização amigável ao ser humano, o respeito ao fato de que a semântica é mutável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, mas isso é colocado pelo filósofo Luciano Floridi. E nós aqui na realidade latino-americana? Na minha pesquisa de doutorado, em analogia aos modelos de aprendizado de máquina que são desenvolvidos atualmente, eu trouxe também três *inputs* para obter, como *output* e conclusão, o mínimo ético de limitação e controle da inteligência artificial no sul global. Para isso, o que eu fiz? Eu analisei artigos de 2017 a 2021, produzidos em ética aplicada à inteligência artificial – são mais de mil artigos sobre a temática que eu avaliei –, comparei diretrizes internacionais e nacionais e entrevistei 11 atores ou *stakeholders* que aplicam a inteligência artificial, que estudam inteligência artificial, para trazer, como *output*, essa conclusão da pesquisa, que seria o mínimo comum. O que há de mínimo comum trazido pelos *stakeholders*, pelas diretrizes éticas internacionais e pelos artigos produzidos de 2017 a 2021 para regular eticamente a inteligência artificial. E a conclusão da minha pesquisa foi que o mínimo comum são os princípios.

Que princípios são esses que aparecem tanto na literatura, como nas diretrizes, como trazidos pelos atores? Eu chamei esses princípios de Trepes (a sigla: a transparência, a responsabilidade, a equidade, a prestação de contas, a explicabilidade e a preocupação com a sustentabilidade). Quais foram as principais preocupações éticas mínimas trazidas por esse conjunto aí que eu pesquisei? A proteção de dados e a privacidade, a questão dos vieses discriminatórios, e a opacidade algorítmica. Então essas são as maiores preocupações desses três conjuntos que eu pesquisei.

Quando se fala em impor limites éticos à inteligência artificial, mais uma vez a gente parte da premissa de que são, sim, muitas etapas em que o ser humano participa, desde a escolha do ente desenvolvedor, da respectiva equipe, da gestão e escolha da base de dados que será utilizada, até o desenvolvimento, o próprio desenvolvimento do algoritmo, o controle dos riscos e aferição também da acurácia ou da qualidade dos resultados, e medição do modelo produzido.

Em resumo, quando a gente fala em regulação, a gente não deve pensar apenas em limitação. Eu até eu sou fã do *podcast* da Profa. Ana – com a Profa. Kathleen –, e ela sempre fala isto: a gente não pode pensar que a regulação é necessariamente limitação, que vai trazer apenas – como ela fala – um argumento *ad terrorem* de que a regulação vai trazer coisas apenas ruins, não é? Mas o papel da regulação é, sim, trazer também uma maior confiabilidade, uma maior segurança para o ser humano que participa do desenvolvimento.

Nas entrevistas que eu realizei no doutorado, os desenvolvedores brasileiros se sentem atualmente inseguros de serem responsabilizados futuramente porque não têm essa segurança jurídica que pode ser trazida pela regulação. Bom, há limitação? Há, mas quais são? Atualmente, a gente tem um conjunto de princípios. Então, o que eu verifiquei aqui é que existem várias cartas de princípios já, só que elas não são ou não têm sido suficientes nem para dar segurança aos desenvolvedores, não é? Então essa é a primeira parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para eu não estourar meu tempo, na segunda parte eu queria trazer aqui algumas considerações sobre o atual PL – algumas notas de que eu senti falta.

No art. 3°, eu senti que falta conjugar ali alguns objetivos, conjugar objetivos que trazem a sua íntima relação com políticas públicas de inclusão digital. Sem inclusão digital a gente não pode falar também em desenvolvimento de inteligência artificial. Questão de governo digital, é importante – um incentivo – que isso seja colocado como objetivo para o Legislativo. Diminuição e redução das desigualdades também precisa ser um objetivo da promoção da inteligência artificial. Promoção do bem-estar social, como eu comentei em relação a essa sigla que a gente chama de inteligência artificial para o bem-estar social ou *AI for social goods*. E também educação.

O art. 5° vai trazer alguns princípios. E aí eu dou algumas sugestões.

Por exemplo, o inciso I do art. 5° traz a finalidade benéfica, o princípio da finalidade benéfica. Por que não a gente colocar ou trazer esta sigla, inteligência artificial para o bem-estar social, em vez da "finalidade benéfica"?

O inciso IV traz a busca pela neutralidade. E aí eu faço uma crítica: o que seria uma inteligência artificial neutra? A inteligência artificial, ao contrário do que muita gente pensa, não é neutra e nunca será. Então, se a gente coloca na legislação um princípio de busca pela neutralidade, a gente está colocando algo que a gente nunca vai conseguir alcançar. A gente pode reduzir os vieses, mas tornar uma tecnologia neutra que não é a gente nunca vai conseguir.

O inciso V do art. 5° traz a necessidade de transparência. E aí eu sugiro também a gente incorporar essa abordagem trazida já pela OCDE, que está brilhante, desse *framework* que ajuda a classificação em riscos de caso a caso, como já foi falado aqui, que realmente é o que acontece – não é? –, mas não traz o princípio da explicabilidade, que é um dos que eu comentei. Tanto atores quanto legislação atual quanto os artigos científicos mais recentes da matéria trazem a explicabilidade, e ela não está atualmente no projeto de lei, embora esse seja também realmente... A explicabilidade o que é? É um termo de difícil compreensão? Sim, mas se trata também da possibilidade de se questionarem, de se contestarem as decisões, as sugestões e as predições cujo risco seja alto, risco de dano seja alto. Então a explicabilidade é a necessidade de dar essa possibilidade de questionamento, de contestabilidade dessas sugestões, dessas predições, em especial quando o risco de dano da inteligência artificial seja alto.

No art. 6°, o inciso II reforça a necessidade de atuação setorial – eu acho interessante isso – e o inciso III traz a abordagem baseada em risco, mas não traz quem classifica. Quem classifica esses riscos? Se for cada órgão de controle setorial, que haja então a sugestão de uso desse *framework* criado pela OCDE.

Na educação e na capacitação humana, eu entendo que o projeto, além da inserção de programação na educação básica, também insira disciplina de ética nos cursos de tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, para eu não estourar meu tempo, principalmente, se o Brasil quer se tornar uma potência em inteligência artificial, ele precisa criar uma governança multissetorial, eu entendo, como é a atual do Comitê Gestor da Internet, com participação dos múltiplos atores, inclusive empresas, que classifique os riscos da inteligência artificial, que estipule ações educativas, que defina essa agenda de investimentos, quais os setores brasileiros que mais merecem investimentos iniciais, políticas públicas e privadas, já que a nossa Ebia, infelizmente, não fez, não é? Então, que haja aí esse órgão multissetorial – eu defendo isso –, garantindo, assim, a preocupação ética e a posição estratégica do Brasil.

Eu fico aí à disposição para maiores esclarecimentos e futuras contribuições, repetindo que para mim foi uma honra participar aqui do debate.

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha) – Muito obrigada, Tainá. É uma honra também para nós conhecer o resultado do seu estudo de doutorado, que é bastante interessante.

Agora a gente vai ouvir a advogada Ana Paula Bialer, a querida Ana Paula, que também está nas nossas discussões de proteção de dados.

Ana, a palavra está com você.

A SRA. ANA PAULA BIALER (*Por videoconferência.*) – Estela, muito obrigada a você e à Laura pela oportunidade e honra de poder participar de um grupo tão qualificado de colegas discutindo a temática de modelos de regulação de inteligência artificial.

Antes de procurar responder os questionamentos que a Laura trouxe, eu gostaria de dar um passo atrás para a gente olhar um pouco... O Zé Renato mencionou rapidamente a questão da ideia de regulação responsiva, e talvez esse seja o primeiro exercício a ser feito pela Comissão, que é a premissa regulatória que venha se buscar num marco legal de inteligência artificial, de se olhar efetivamente para uma regulação naquele modelo do *carrot and stick,* de fato se olhar para um modelo de regulação responsiva, em que a gente tenha uma estrutura de gatilhos da regulação que sejam diferentes na essência.

E me parece, quando a gente vem discutindo a regulação em diversas áreas do setor de tecnologia, que a regulação responsiva tem se adequado melhor por ser muito mais flexível e por permitir uma combinação de modelos legais e regulatórios que consegue evoluir com o tempo ao invés de ficar engessada no modelo regulatório *ex ante*, no modelo regulatório mais antiquado até.

Então, acho que essa é a primeira provocação, de que, de fato, se olhe para o marco legal de inteligência artificial como um marco legal de regulação responsiva e que permita uma combinação de incentivos à autorregulação e eventualmente a algum nível de comando e controle, caso a autorregulação seja frustrada.

E aqui talvez uma contribuição que eu acho que a gente não explorou ainda no painel, mas que me parece essencial para que consigamos ter um arcabouço que de fato seja capaz de fazer com que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

consigamos desenvolver, não é? Os colegas falaram há pouco de uma visão estratégica da China, em termos de um objetivo claro de onde se queira chegar. E daí não só uma política regulatória, mas uma política de fato de pesquisa e desenvolvimento e uma política industrial voltada ao desenvolvimento da inteligência artificial. E, quando nós vemos as várias estratégias nacionais, Estados Unidos, China, Japão, de fato, você tem montantes bastante relevantes que são dedicados ao desenvolvimento do sistema de inteligência artificial, antes que se fale da regulação daqueles sistemas dentro de uma determinada jurisdição.

Então, nós temos já a estratégia nacional de inteligência artificial, que é uma estruturação da visão do Brasil, mas de certa maneira tímida quando se compara com a estratégia de outros países. Então, me parece que o olhar, num primeiro momento, para essas iniciativas é importante. E, dessas iniciativas, surgir o incentivo à adoção do *soft law*, das iniciativas efetivas de autorregulação que o setor privado, em alguns casos em conjunto com a sociedade civil, a academia, poderia adotar para garantir que princípios e preceitos sejam efetivamente seguidos.

E aqui acho que é importante também a gente fazer a reflexão em torno do modelo regulatório da inteligência artificial como a adoção de um sistema que se encaixa dentro de todo o nosso arcabouço jurídico brasileiro. Muita da discussão que a gente tem visto em torno de como regular ou se é necessário regular, ela vem dentro de um olhar que por vezes desconsidera todo o nosso arcabouço legal. Uma das provocações da Laura foi no sentido de como é que um marco legal de IA conversa com a LGPD.

E me parece que aqui a gente tem um encaminhamento super-relevante de contornos para o desenvolvimento e a utilização da inteligência artificial. Ainda que não seja verdade que todas as bases de IA vão utilizar dados pessoais, muitas delas utilizarão, e nesses casos nós já temos uma LGPD bastante estruturada num arcabouço principiológico que deverá necessariamente guiar a utilização dessas bases, muito embora me pareça que a adoção em larga escala de dados pessoais no contexto de inteligência artificial talvez nos leve à necessidade de algumas reflexões da largura que alguns princípios da LGPD poderão ter naquele contexto, porque, se nós formos muito puristas ou extremistas quando da aplicação da LGPD no contexto de sistemas de inteligência artificial, a gente pode acabar deparando uma situação em que é absolutamente impossível a utilização de dados pessoais, tanto no momento de treinar o sistema, assim como no momento de utilização efetiva desses sistemas.

Então, voltando ao guia mestre, de se olhar para a estrutura de regulação responsiva, parece-me que a gente tem uma oportunidade de aqui considerar um marco legal que seja efetivamente principiológico. E aqui me parece bastante desafiador e não recomendado que se busque nesse marco legal um detalhamento dos direitos, como foi dito anteriormente, por quê? Porque a ideia do marco legal é que se aplique a utilização de inteligência artificial em contextos absolutamente distintos. E a gente costuma discutir muito a questão dos vieses, discutir muito a questão da potencial discriminação, do potencial uso do IA para aumento de desigualdades, mas a gente tem todo um outro cenário de utilização da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

inteligência artificial em que essas questões são muito distantes: nós temos, hoje em dia, antibióticos desenvolvidos 100% com o uso de inteligência artificial; a gente tem alimentos que são desenvolvidos 100% com o uso de inteligência artificial. Então, eu acho que a gente precisa temperar um pouco os exercícios que se fazem em torno da pergunta de quais os contornos do marco legal e de qual o modelo de regulação considerando essas duas pontas, né?

E me parece que, construindo em cima do conceito do *soft law*, se nós conseguirmos incorporar no marco legal incentivos para a adoção de sistemas de certificação, a adoção de padronizações para o desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial, esse pode ser um primeiro passo para que se tenha algum tipo de *oversight*, em termos do desenvolvimento e do uso da inteligência artificial, sem que a gente dê aquele passo adicional de procurar criar direitos e deveres que sejam muito engessados e que acabem, na prática, limitando o desenvolvimento desses sistemas.

Uma outra questão que foi levantada é a questão de se faria sentido ter isso de maneira centralizada ou pulverizada.

E aqui acho que a gente tem que enfrentar a dificuldade, a gente olha muito para uma estrutura de regulação responsiva. A gente tem olhado muito para a Europa como uma referência, mas a gente tem limitações estruturais dos nossos modelos legais e regulatórios que não podem ser desconsideradas. Preocupa-me um pouco, para além das dificuldades de criação de agência específica, dificuldades orçamentárias e realmente de formação de técnicos, conforme o Virgílio havia pontuado, a própria necessidade de se ter uma entidade dentro da Administração Pública brasileira para regulação específica de inteligência artificial. E, nesse sentido, a abordagem mais setorizada parece-me um caminho bastante interessante pelo qual se cria uma pulverização para as agências reguladoras, em específico, para que, dentro dos seus setores possam, de fato, até pelo conhecimento do setor e das implicações, estabelecer medidas específicas e eventuais restrições sobre a utilização da inteligência artificial no setor.

Então, caminhando aqui para procurar estruturar uma conclusão, parece-me que o grande desafio que nós temos agora em termos de modelo é uma construção de modelo que consiga trazer um pouco de dentes para a regulação, que eu acho que de certa maneira foi o que foi falado para alguns, mas conseguir incorporar uma flexibilidade tal que códigos de condutas ou guias de melhores práticas sejam incentivados e considerados no uso da inteligência artificial, eventualmente até como pré-requisitos ou condições para acesso, por exemplo, a estruturas de programas de financiamento público para o desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial; uma estrutura que de certa maneira se inspira na estrutura que nós já discutimos e já desenvolvemos no âmbito da proteção de dados pessoais, mas que aqui me parece que cria uma relevância e uma robustez ainda maior no sentido de se considerar um arcabouço normativo, principiológico e baseado em risco. E aqui, quando eu digo baseado em risco, é algo que na LGPD a gente tende a trazer pouco, e acho que a discussão aqui com relação à inteligência artificial torna esse ponto mais importante, que é a questão dos relatórios de impacto. E aqui, não só no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido de que há arrisco, portanto, há necessidade de sujeição a um conjunto de regras mais restritivas ou mais intrusivas. O que eu quero dizer com isso? Não é a mera existência do risco que deveria ser o gatilho para a aplicação de um arcabouço legal mais pesado. Se a gente olha desta forma, a gente desconsidera todas as salvaguardas adotadas por uma determinada organização para mitigação daqueles riscos. Então, a predefinição de determinados setores, determinadas atividades ou determinadas tecnologias como sendo de alto risco é algo que a mim me preocupa bastante como conceito porque é uma maneira em que a gente deixa de considerar eventuais estabelecimentos de comitês internos de governança, critérios para mitigação de vieses ou mitigação de riscos identificados no desenvolvimento de um determinado sistema de inteligência artificial, num contexto de um agente econômico ou até mesmo um setor. Esse é um cuidado que a gente tem que ter até mesmo na discussão de em que medida o ato hoje discutido na União Europeia seja ou deva ser uma referência na discussão do marco legal brasileiro.

E aqui eu queria fazer um comentário, caminhando para o final, para endereçar a questão dos documentos da OCDE, dos documentos da Unesco, que sem dúvida nenhuma acho que são fontes riquíssimas de debates que foram carregados durante meses e anos e que a gente tem que utilizar como referência para a construção do nosso marco legal, mas uma pitada de cautela: muitas vezes nós estamos falando de documentos que trazem conceitos que são amplos demais, e a gente acaba tendo a dificuldade de traduzir esses conceitos para um marco legal concreto que, uma vez adotado no Brasil, vai ser implementado por uma pluralidade de entes regulatórios e futuramente pelo próprio Poder Judiciário.

A Tainá mencionou a questão do princípio da explicabilidade e a dificuldade de procurar se traduzir e explicar o que é explicabilidade. A explicabilidade não é necessariamente entender absolutamente todos os caminhos que foram feitos pelo algoritmo. A gente tem a própria utilização da referência do Human-Centered AI, o que não significa que todo sistema de inteligência artificial tenha que ser revisto para um ser humano. Então, eu acho que a gente precisa também, ao fazer esse exercício estrutural, fazer um exercício de como a gente traduzir muitos desses conceitos em princípios que possam ser um pouco mais concretos no âmbito do desenvolvimento de um marco legal. Talvez não seja nem propriamente um marco regulatório, mas realmente um marco legal para o desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial no Brasil e que possa ser ou seja necessariamente revisto ao longo do tempo e ao longo dos anos.

E por fim, um alerta, uma preocupação é de que muitas das questões que a gente tem discutido acabam sendo muito pautadas em (*Falha no áudio.*)... viés, em questões que são muito menos decorrentes dos sistemas de inteligência artificial e muito mais decorrentes do ser humano que está hoje balizando o funcionamento desses sistemas de inteligência artificial, o que reforça a preocupação quanto ao arcabouço normativo, me parece, no sentido de se trabalhar muito e se incentivar a adoção de mecanismos de *soft law*, mecanismos que, de certa maneira, vão acabar sendo cobrados pela própria sociedade e pelas cadeias produtivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu digo isso até com base na experiência do que a gente tem vivenciado da LGPD: a LGPD incentiva uma estrutura de responsabilidade e prestação de contas, toda uma estrutura de *accountability* que, muito embora ainda não tenha sido fiscalizada e aplicada pelo ANPD, ela, de fato, vem sendo demandada pelo próprio mercado.

Então, o convite é para que a gente realmente considere esse espaço de regulação dentro do arcabouço normativo de que a Comissão tem a honra de participar e propor.

Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade de trazer as contribuições para este processo. Parabenizo o ciclo de audiências públicas que está sendo promovido.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Ana Paula. É sempre muito bom contar também com as suas contribuições nos debates.

E agora, para finalizar, o Prof. Ivar Hartmann, do Insper, vai fazer a última intervenção. Seja bem-vindo, professor.

O SR. IVAR HARTMANN (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Estela. Se puder só permitir o compartilhamento.

Então, bom dia a todos e a todas. É para mim também uma satisfação e uma grande honra não só poder contribuir para a discussão sobre esse futuro marco normativo, mas também compartilhar. Eu acho que é uma contribuição para a sociedade que todos nós estamos dando aqui, mas também compartilho este momento e este painel, dentro da audiência pública, com tantos e tantas profissionais que eu conheço e admiro, cujo trabalho precisa ser mais conhecido, precisa ser mais disseminado, especialmente no tema da regulação da inteligência artificial.

Eu acho que todos já enxergam os meus eslaides. Correto?

Então, seguindo aqui a proposta desse tema específico, nós temos possibilidades múltiplas de recortes. Cada painel, inclusive o nosso, tem um recorte mais específico em relação à inteligência artificial, porque, de fato, a discussão é bastante complexa, é muito rica. Então, no nosso painel, o objetivo era justamente discutir modelos de regulação. Então, é a isso que eu pretendo me ater.

Falando, então, sore regulação, modelos de regulação de inteligência artificial, eu separei aqui essa rápida fala em quatro partes. Primeiro, a questão que foi proposta, inclusive, explicitamente, a esta Mesa, a este painel, de uma suposta escolha, ou de preferência, ou de para que lado devemos ir em relação a um modelo focado em riscos e um modelo focado em direitos. Uma segunda parte sobre o *timing*, questões relacionadas ao *timing* da regulação e questões relacionadas à regulação por princípios, principiológica, que é o que já foi debatido aqui – eu gostaria de rapidamente retomar. Depois, questões relacionadas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

obrigações e boas práticas. Muito já se falou aqui sobre obrigações mais ou menos concretas, e, por último, a questão de uma agência independente, que eu acredito ser necessária, ser a melhor opção no contexto da regulação da inteligência artificial hoje, especificamente no Brasil.

A primeira questão diz respeito a uma suposta escolha entre uma regulação focada em risco ou direitos. Talvez não seja uma escolha entre, necessariamente, só um, ou só outro, mas talvez como dosar a presença de características e elementos desses dois modelos. E eu acho que não nos foi apresentada, no painel, essa obrigação de uma dicotomia, mas a gente vê em debates por aí afora, e não só no Brasil. Essa questão é colocada, às vezes, como uma dicotomia. Eu acho que é útil para nós aqui identificar as razões pelas quais ela não precisa e talvez não deva ser colocada como uma dicotomia. Então, nós não estamos diante de uma escolha necessariamente entre o modelo de regulação de riscos ou só via direitos. E me parece que essa é uma aparente dicotomia na versão atual do projeto de lei, e isso me preocupa bastante. Eu tenho diversas reservas em relação à versão atual do projeto e acho que essa é uma das razões pelas quais essas audiências públicas relacionadas à regulação da inteligência artificial são tão relevantes.

Eu acredito que não faça sentido tratar, como eu disse, essa questão como uma dicotomia no Brasil, primeiro porque nós já temos direitos, inclusive constitucionais, já reconhecidos, relevantes nesse contexto. E, portanto, mesmo que não se criem, a partir dessa regulação, novos direitos legais, mesmo na ausência disso, como um direito subjetivo a uma reparação, por exemplo, ainda assim, nós já temos direitos constitucionais, fundamentais e legais que já atuam neste cenário aqui. Portanto, uma escolha que abra mão de direitos já vai estar fora da mesa. Ela não pode sequer ser considerada. Esses direitos já existem aí. O que o PL pode fazer é descrever melhor ou normatizar melhor a maneira como esses direitos se aplicam no contexto da regulação da inteligência artificial.

Por outro lado, também o risco é inerente. Portanto, um sistema exclusivamente focado em direitos, parece-me, seria um grande problema. Falo, logo depois, também sobre a questão da responsabilidade objetiva, quer dizer, uma aposta num sistema unicamente de responsabilização posterior, no caso do Brasil, no caso da inteligência artificial, não me parece ser uma boa opção.

Vi que nós temos, inclusive, um painel para discutir os problemas do uso, da adoção do princípio da precaução no contexto da inteligência artificial e da sua regulação e normatização no Brasil. Eu gostaria de defender, aqui, neste contexto, se formos para o lado de direitos, algo que já defendi em uma publicação em 2009, que é: o princípio da precaução não se aplica a novas tecnologias que não têm impacto em grandes ecossistemas e não têm impacto, em médio e longo prazo, na natureza. Se nós estamos falando da aplicação de uma tecnologia que tem impacto em grupos da população, não se trata do princípio da precaução. Usar o princípio da precaução aqui para novas tecnologias significaria restrições imprevisíveis e desproporcionais de direitos, talvez, nem sempre dos consumidores, mas, certamente, restrições difíceis de prever e desproporcionais dos direitos das empresas, principalmente, que desenvolvem e colocam no mercado essas aplicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, ainda, quando nós estamos falando dessa suposta... Como eu disse, e quero reiterar, não acho que nos foi colocado aqui pelos organizadores e organizadoras isso necessariamente como uma dicotomia, não acho que foi isso que foi feito aqui, mas, por aí afora, isso frequentemente é feito. Então, para rejeitar mais uma vez essa possível dicotomia, acho que, independentemente do nível de aposta que um futuro marco adote em termos de responsabilidade civil comum dos elementos desse todo, nós temos que reconhecer que há complementaridade. Então, muito provavelmente, nós precisamos ter alguns elementos de responsabilidade civil, alguns casos específicos de responsabilidade civil reconhecida explicitamente na lei relacionada à inteligência artificial. Porém, não é só isso. Portanto, acho que, mesmo que nós tenhamos elementos de responsabilidade civil reconhecidos, novos e explicitados, essa lei precisa também lidar com regulação *ex ante*, ela precisa trazer a explicitação de regras de boas práticas, possibilidades de, em alguns setores... Já foi falado aqui também da necessidade de se reconhecer que inteligência artificial não é algo unitário. Existem aplicações diferentes, existem, inclusive, metodologias diferentes de inteligência artificial em setores e em ramos diferentes. Por não ser unitário, em alguns setores, em adição a uma responsabilidade civil que possa ser melhor delimitada na lei, nós talvez precisemos de obrigações de licenciamento prévio. Não em todo e qualquer setor, mas em alguns isso talvez seja necessário. Estou pensando aqui e um exemplo que me parece mais óbvio é justamente dos veículos autônomos.

E, no fundo, a minha maior preocupação, pelo menos no meu ponto de vista, é nós termos um cenário de essa regulação não trazer essa complementariedade bem dosada e nós acabarmos com algo que hoje acontece em vários países da América Latina – isso é o resultado que nós encontramos nesse estudo que está aí publicado recentemente na *Revista Digital de Direito Administrativo* da USP – de que, em relação ao reconhecimento facial e especialmente seu uso para a segurança pública, a base legal que é apontada por órgãos públicos para o uso dessa tecnologia de inteligência artificial é um artigo de exceção, ou seja, um artigo que diz "para efeitos [como é o caso da LGPD] de segurança pública, aqui a lei não se aplica". E isso é usado como base legal, como se fosse uma justificativa explícita – que não é – para o uso de toda e qualquer aplicação de inteligência artificial, por exemplo, nesse caso, na segurança pública. Então, isso eu acho que deve ser considerada uma preocupação. Existem problemas aqui de um vácuo normativo, se ele for continuado, prolongado.

E aí acho que isso também nos leva a esse terceiro ponto, em relação a *timing* e princípios. Então, em um capítulo no livro *Regulação e Novas Tecnologias* – inclusive tenho a honra de compartilhar o livro com o Prof. Luca Belli, que já falou aqui; ele tem um capítulo nesse livro, eu tenho também –, eu procuro abordar essa questão do *timing* da regulação. Quando nós estamos falando especificamente do Brasil e especificamente da regulação de inteligência artificial, está muito claro que nós já temos casos documentados de restrições a direitos fundamentais causadas pelo uso de inteligência artificial. Isso já está documentado, nós não estamos falando de um futuro possível. Nós já temos documentado volume de investimentos nessas aplicações que justifica se pensar em intervenções que não sejam apenas cartas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

princípios – e eu volto a isso logo em seguida –, de modo que, sob ponto de vista do *timing*, me parece que a regulação da inteligência artificial no Brasil hoje já está atrasada. Ela já deveria ter vindo. E certamente o que virá a partir de agora não pode ser algo exclusivamente principiológico. Nós precisamos inclusive ter obrigações para que empresas produzam os dados necessários para pensar a evolução dessa regulação, por exemplo dados em relatórios periódicos sobre o volume de decisões tomadas com inteligência artificial – usuários, pessoas, consumidores, cidadãos afetados e assim por diante.

Em relação a *timing* e princípios, gostaria de dizer ainda que não é mais o momento para um modelo legislativo focado exclusivamente em princípios e diretrizes. Eu não estou dizendo que os princípios não são relevantes, não são necessários; eu estou dizendo que são condição necessária, mas não suficiente. Esse futuro marco não pode ter exclusivamente princípios. Será em detrimento da proteção de direitos fundamentais de brasileiros e brasileiras se for esse o resultado desse processo legislativo.

Nós já vimos uma quantidade enorme nas dezenas de declarações de princípios sobre inteligência artificial, não só no Brasil, mas em outros países. Então, esse caminho em que se aposta exclusivamente no *soft law*, em questões relacionadas a governança, em que, às vezes, governança não é usada com o rigor com que foi usada aqui, hoje, nos debates, mas é usada diferentemente, como uma forma de dizer ausência de eficácia na norma.

Debates sobre ética e inteligência artificial são necessários. Eles já foram colocados, esses estudos já foram produzidos. Nós já temos esse conhecimento. Nós precisamos avançar necessariamente.

Já existe uma maturidade das evidências empíricas sobre o impacto da inteligência artificial, inclusive no Brasil. Esse impacto é positivo muitas vezes, mas existem vezes e existem situações em que esse impacto não é positivo, e isso está muito bem documentado.

E nós, inclusive, como acho muito bem ilustrado pelo trabalho de tantas pessoas que estão nesses painéis da audiência pública, sob o ponto de vista do desenvolvimento teórico sobre como a regulação da inteligência artificial deveria ou não funcionar, nós também já temos maturidade. No Brasil e afora nós temos milhares de trabalhos científicos publicados sobre esse tema. Então, nós precisamos avançar.

Uma parte desse avanço diz respeito a obrigações de boas práticas. Esse futuro marco não pode perder a oportunidade de estabelecer obrigações específicas, concretas, com eficácia, para ir além de qualquer escolha legislativa sobre a responsabilidade civil. Então, não pode ser só sobre responsabilidade civil. Tem que ser posteriormente analisada pelo Judiciário, precisa ser também sobre obrigações e regulação *ex ante*.

Eu falo aqui que a responsabilidade objetiva sozinha, nesse cenário, é o pior caminho porque nós precisamos reconhecer que, no fundo, aqui se trata de lidar com o risco de modo que a regulação sobre as exigências em relação à inteligência artificial devem ser exigências que o legislador faça de obrigações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

de meio e não de obrigações de resultado, e isso porque essa questão específica, esse objeto específico de regulação tem a imprevisibilidade como algo inerente. Não são casos como um caso de direito ambiental, em que a imprevisibilidade é um resquício, é algo residual que nós gostaríamos de abolir. Aqui, a imprevisibilidade é *by design*. Ela é necessária e inerente à operação do sistema. Esses sistemas e essas aplicações são desenhados para tomar decisões que nós não temos como prever perfeitamente antes.

E aqui, então, falando sobre exemplos de obrigações concretas desde já que são possíveis, mas que devem ser, claro, escalonadas, têm que ser orientadas pelas especificidades de cada setor, como já tinha mencionado, e têm que ser de estabelecimento gradual, mas, para dar um exemplo, no caso da propaganda algorítmica, que já traz impactos inclusive para a democracia, não só no Brasil, mas em diversos países, e um estudo recente, publicado na revista *Direito Público*, numa chamada especial – inclusive, acho que a Profa. Laura foi uma das coordenadoras, a Profa. Clara também, se eu não me engano... Espero não estar cometendo nenhum engano aqui –, o ponto lá, o argumento lá era: nesse mercado específico, propaganda algorítmica, em que há o uso disseminado de inteligência artificial, nós já temos evidências documentadas de problemas de restrições a direitos, e, no mínimo, já é possível obrigar não a revelação do código, não a revelação de dados, ninguém está falando em código-fonte, mas pelo menos revelar, em relatórios periódicos, os tipos de usos oferecidos no mercado dessa inteligência artificial. Isso já nos traria mais informação e mais informação do que nós temos hoje, sem criar qualquer tipo de obrigação que afete o que que a empresa pode ou não fazer no uso dessa inteligência artificial.

E, por último, eu chego à questão da agência independente. Eu estou convencido de que nós precisamos discutir uma agência específica e independente para regulação de inteligência artificial. Apostar que algo que envolve diversos mercados diferentes e algo que envolve um nível altíssimo de complexidade, como é o caso do objeto dessa regulação, e que envolve um nível altíssimo de especialidades das características... Isso não pode ser tratado por agências diferentes de maneira descentralizada.

Aqui, nós precisamos também reconhecer que existe um papel de uma *expertise* necessária para o jurista ou a jurista que vai atuar na regulação de IA. Então, já foi levantado aqui o exemplo... Falar sobre neutralidade, sobre um modelo ou uma aplicação de inteligência artificial ser obrigatoriamente neutra, falar sobre isso é reconhecer que não se sabe muito sobre o que é inteligência artificial e o que ela pode ou não fazer.

Aqui, menciono outro trabalho que foi publicado também recentemente sobre uma experiência tentando juntar as duas coisas e qual é o tipo de *expertise* que a jurista e o jurista precisam ter sobre tecnologia para ser a pessoa que toma decisões que vão impactar a sociedade e as empresas em relação à inteligência artificial. Assim como quem lida com direito tributário não pode ser totalmente incapaz de abrir uma planilha de contabilidade e falar que não entende nada do que está lá, pois, então, não poderia estar lidando com direito tributário, é a mesma coisa aqui. As pessoas que vão tomar decisões sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

inteligência artificial, provavelmente ou, eu acredito, necessariamente em uma agência independente, precisam ser uma jurista e um jurista que tenham um nível de *expertise* diferenciado em relação a aplicações de estatísticas em ciência de dados.

O último exemplo que eu trago aqui de outra publicação é relacionado a justamente o quanto as pessoas, os estudantes de direito, os juristas podem, por meio de exercício da atuação em projetos de desenvolvimento de inteligência artificial, nesse caso a construção manual de um *dataset* de treinamento, começar a perceber e entender quais são os problemas, por exemplo, com *datasets* de treinamento que são enviesados. Então, há certas coisas em que é preciso entender a prática para tomar boas decisões sobre como regular.

Vou encerrar, porque acho que, em relação à agência independente, fiz meu ponto em relação à necessidade de *expertise*. Acho que isso significa uma agência que poderia... E isto não é ideia minha, já são documentadas na literatura estas sugestões. A existência de uma agência específica para inteligência artificial não presume que ela não possa também apoiar, inclusive, como consultoria, a atuação de outros órgãos reguladores quando envolve esse tema.

É isso.

Vou compartilhar os eslaides depois.

E agradeço muito a oportunidade de compartilhar este painel com tantas pessoas que admiro.

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Ivar.

As contribuições foram muito importantes neste painel. Dá vontade de perguntar e aprofundar em um milhão de temas, mas, como a gente tem um tempo restrito, vou aproveitar... Depois, a Laura continua aqui, mas eu vou engatar um pouco na sua fala, pois, de certa maneira, é uma dúvida que perpassa por todas as falas, em especial a abertura pelo Prof. Luca e o seu encerramento, que é até sobre uma angústia nossa. Uma das principais críticas, por exemplo, ao principal diploma legal que se debate hoje, amplo, de IA, que é o da União Europeia, é de que as questões relacionadas à ética, principiologia foram, de certa forma, muito bem resolvidas e muito bem estruturadas, até porque tem um debate amplo, mas há um *gap* imenso entre essas questões principiológicas e a aplicabilidade delas. É claro que tem algumas questões que foram consideradas, como vedações de uso ou ranqueamento de riscos e muita certificação para mercado, mas a aplicação de fato daqueles direitos e daqueles princípios na prática não é resolvida por certificações de mercados e para disponibilidade de produtos.

Então, a pergunta que é para todos os participantes é: o que vocês têm visto, debatido e avaliado sobre essas propostas e debates que consegue resolver melhor essa questão na prática e como fazer para que esses princípios éticos, para que essa garantia desses direitos sejam operacionalizados numa legislação de regulação de inteligência artificial? É uma reflexão para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar para a Profa. Laura.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Estela.

Bom, eu também, primeiro, queria agradecer aqui a todos e a todas, acho que as contribuições foram muito interessantes.

E eu também vou fazer a minha pergunta já, inclusive, talvez me apoiando um pouco nessa pergunta da Estela. Eu vou fazer uma pergunta um pouco mais sobre governança, mas eu queria também deixar claro que é interessante a gente falar tanto de governança... E falo nesses dois primeiros painéis; a audiência começou agora e, nesses dois primeiros painéis, a gente falou muito de governança, de *enforcement*, de como isso poderia se dar, se as agências reguladoras poderiam fazer isso, etc. É interessante, nesse ponto que a Estela colocou, porque de fato a grande pergunta é: o *enforcement* é de que propriamente, é de princípios, é de regras, é de direitos?

Então, eu acho que essa é uma questão... Na verdade, primeiro, eu queria apenas reforçar esse ponto, porque eu acho que é um ponto muito importante e, inclusive quando a gente analisa o PL 2.120, eu acho que esse ponto é relevante, entender o que propriamente nele, o que propriamente... E, nos PLs que a gente já tem hoje, o que propriamente neles existe de concreto para a mitigação de riscos? Então, acho que esse é um ponto importante, inclusive, eu diria, para a legitimidade dessas normas ou desses futuros de uma futura norma; ter essa clareza de como isso vai se aplicar concretamente, como isso vai ter um efeito concreto na vida do cidadão, seja na eficácia de direitos, na implementação de direitos, como também na mitigação de riscos.

E aí eu já queria partir, na verdade, para a minha pergunta, que é exatamente sobre governança. Como a gente poderia pensar em um modelo de governança? E eu acho que aí vem muito tanto na fala do Luca, como na fala também da Ana Paula Bialer, quando fala de regulação responsiva. É muito interessante, a regulação responsiva hoje, talvez uma das facetas mais interessantes dela seja exatamente a faceta em que ela busca trazer, algumas teorias buscam trazer uma governança entre os diversos órgãos.

Então, aqui a pergunta seria: em que tipo de modelo de governança a gente poderia pensar, ou qual seria o modelo de governança mais adequado que permitiria essa coordenação entre esses órgãos ou entre esses diversos órgãos, caso de fato haja um modelo descentralizado? Então, acho que essa é uma pergunta interessante e talvez me parece que acaba se conectando com muitos dos outros pontos também trazidos.

Eu acho que o Victor Marcel também tem mais uma pergunta. Por favor, Victor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR MARCEL PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Profa. Laura e Profa. Estela, nas pessoas de quem cumprimento todos os meus colegas de Comissão, os nossos especialistas convidados hoje.

Em razão do tempo e de a minha curiosidade também em relação à governança já ter sido plenamente contemplada na pergunta das duas professoras, já pulo esta e vou fazer só um questionamento que acho que perpassou algumas falas de alguns especialistas hoje: a questão da explicabilidade. Nós vamos ter um painel específico sobre esse assunto, mas eu fiquei muito curioso com a fala, especialmente a do Prof. Luca, sobre a nova regulação da nova lei chinesa sobre esse assunto.

Nós, aqui no Brasil, temos a LGPD quando se fala em dados pessoais. Enfim, já tivemos a modificação legislativa recente sobre esse tema e ainda há muita dúvida no Brasil. Na União Europeia, também existe um debate bem intenso sobre o que é a possibilidade de uma explicação em âmbito de decisões ou sugestões algorítmicas. Acredito que... Fiquei interessado em saber se já há alguma prática, alguma regulamentação específica sobre o conteúdo desse direito, até que ponto ele pode ser efetivamente concretizado na prática, o que eu também estendo obviamente aos demais especialistas que quiserem se manifestar sobre essa questão, que acredito que é uma questão central para a gente poder trabalhar, enfim, a explicabilidade, a ideia de inferências razoáveis e, enfim, empoderar as pessoas que são afetadas por essas tecnologias no seu dia a dia a se relacionarem com elas e com os atores que as administram.

Eu agradeço. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dr. Marcel.

Passo, então, a palavra para o Filipe Medon, também membro da Comissão, que gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, parabenizo os participantes pelas falas tão esclarecedoras.

Dado o avançar da hora, eu tenho apenas duas breves e pontuais questões que eu gostaria de direcionar ao Prof. Ivar Hartmann. Na sua apresentação, o professor pontua que haveria novos elementos de responsabilidade civil a serem explicitados. Então, eu gostaria de pedir que o professor esclarecesse quais seriam esses elementos na sua opinião. Além disso, o professor também pontua que as obrigações deveriam ser de meio. E eu pergunto se esse raciocínio também poderia ser transposto àquelas situações em que nós temos aplicações de inteligência artificial no campo das relações de consumo.

Então, seriam basicamente essas as perguntas.

Agradeço mais uma vez a participação de todos, parabenizando-os uma vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Obrigada Filipe.

Podemos seguir a ordem de fala para as respostas? (*Pausa.*)

Sim, excelente.

O SR. LUCA BELLI (*Por videoconferência*.) – Vou começar, então, as respostas para otimizar o tempo.

As perguntas são bastante complexas, mas, na verdade, tem uma certa conexão entre elas. Na verdade, o objetivo principal da minha fala é justamente destacar como a abordagem sistêmica chinesa conseguiu considerar essas várias dimensões, justamente partindo de uma consideração muito simples. O item que pretendemos regular e os sistemas de inteligência artificial são extremamente complexos.

Eu acho que o que cada palestrante destacou hoje justamente é o enorme nível de complexidade do sistema de inteligência artificial. Portanto, de um lado, demandam competências não somente jurídicas, mas também de ciência de dados para entender o funcionamento e também para regulá-lo. Então, para entender, de um lado, como poderia ser uma estratégia regulatória interessante e palatável também para o Brasil, sem copiar, mas tomando inspiração do modelo chinês, e, do outro lado, como poderia ser um modelo de governança, mais uma vez sem copiar, mas entendendo o que está funcionando, por que está funcionando na China, é importante criar uma conexão entre a regulação e os regulados. É importante que qualquer tipo de regulação seja adotado, qualquer instrumento seja adotado – seja uma lei, seja um regulamento, seja uma regulação setorial ou não –, que isso possa ser utilizado pelos desenvolvedores, pelas empresas, que depois desenvolvem um sistema de IA, pelos pesquisadores que desenvolvem a IA.

Então, a constatação inicial que chega, depois de vários anos de estudos na China, é que simplesmente criar uma lei e uma autoridade independente à maneira francesa, à maneira europeia não resolve o problema. Porque eu acho que, como foi destacado pelos últimos palestrantes, aliás, pelos membros da Comissão, a experiência da regulação dos dados pessoais no Brasil é bastante interessante neste sentido: a gente tem uma lei e uma autoridade, e formalmente o Brasil é como a União Europeia, mas, de fato, a realidade é bem distante. Por quê? Porque é absurdo pensar que um tema tão complexo – estamos falando de proteção de dados que nem é tão complexo como a regulação à inteligência artificial – possa ser regulado e que a sociedade seja moldada imediatamente simplesmente pela aprovação de uma lei e a criação de uma autoridade.

O que é essencial é que haja uma interface regulatória entre o que o legislador quiser e o que o regulado precisa fazer. É aí que chega aquela abordagem extremamente interessante, que eu destaquei, multifacetada chinesa, que inclui criação de lei e uma estratégia de curto, médio e longo prazos. Em conformidade, a estratégia de criação de um órgão – aquele Xitong que eu destaquei, aquele órgão de coordenação das várias entidades que vão participar –, criação de leis com princípios, regras e direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

que precisam ser respeitados, e definição de regulamentos e padrões que se encaixam nessa base conceitual inicial explicam também essa base conceitual pelos desenvolvedores. Aquele papel da China Academy of Information and Communications Technology (CAICT), que eu destaquei, aquela elaboração de ferramentas para medir, testar, certificar o sistema de inteligência artificial é essencial para o desenvolvedor entender o que a lei quer. Se você coloca a obrigação de explicabilidade, francamente isso é uma obrigação interessante, mas para o desenvolvedor, que tem 50 mil variáveis no algoritmo e que talvez ele mesmo não saiba como explicar o resultado baseado no funcionamento algorítmico, é impossível cumprir a lei.

Então, aí a gente está na frente de uma escolha: ou de uma lei que a gente já sabe desde o início que não vai ter nenhuma importância, somente uma lei, de fato, inútil; ou de uma lei que possa ser traduzida em obrigações, em instruções específicas e inteligíveis, sobretudo, para o desenvolvedor – mas aí não é uma autoridade reguladora. Eu não vejo nenhuma autoridade reguladora neste momento capaz de fazer isso. Talvez por meio de uma nova autoridade que tenha um enorme componente de cientistas de dados e de desenvolvedores, inclusive, e que sejam também bem pagos, senão duas semanas depois vão ser contratados por Google e Facebook, e aí qualquer desejo do legislador se torna impactado.

Mas, enfim, fora dessas preocupações orçamentárias, é necessária essa governança que a Laura estava pedindo...

Qual poderia ser um potencial modelo? O modelo chinês é interessante porque conjuga o regulador com o *think tank* e o órgão de padronização. Aí a tradução dos comandos regulatórios, dos princípios e das instruções específicas, técnicas que podem ser utilizadas, que são utilizáveis para os desenvolvedores se torna mais harmoniosa. O modelo chinês não é perfeito e há, inclusive mesmo na China, muita competição entre reguladores, inclusive cada um quer brilhar e ser aquele que vai desenvolver a regulação, o padrão que vai ser depois o padrão nacional.

Eu acho que no Brasil esse tipo de complexidade e talvez conflito pode ser ainda maior devido ao sistema que não é monopartidário, mas é muito mais complexo até em nível político. Então, um sistema de coordenação ou talvez uma agência dedicada, com uma composição multissetorial, não somente para falar que o sistema multissetorial é fantástico, mas também para ter *expertise*, possibilidade de traduzir comandos regulatórios em comandos técnicos, na minha perspectiva, seriam mais eficientes. Porém, é claramente bastante ambicioso e necessário também dedicar um orçamento relevante. Como eu falei também, um elemento fundamental do Estado chinês, que é totalmente ausente no sistema brasileiro, é a previsão orçamentária considerável para suportar a pesquisa, o desenvolvimento e também a padronização técnica.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Luca.

Eu queria passar a palavra para o José Renato.

O SR. JOSÉ RENATO LARANJEIRA (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

Eu acho que o Prof. Luca vocalizou muito bem também uma boa parte do que eu penso a respeito desse tema de governança e, realmente, da aplicação prática de todos esses princípios éticos, que a própria Estela também mencionou.

Como eu falei na minha fala, na minha apresentação, nós não temos de fato esse órgão regulador central para coordenar isso, mas eu acredito que ele seja necessário. São muitas competências distintas em setores particulares que exigem uma coordenação nesse sentido. Então, a ideia de um órgão regulador é que ele talvez – inclusive bem mais do que ocorre, por exemplo, hoje – seja não só multissetorial, mas também multidisciplinar, porque, como o Prof. Luca disse, com o que concordo plenamente, há a necessidade de termos mais funcionários técnicos, cientistas de dados, engenheiros da computação, etc. – isso é fundamental. Então, nesse plano regulatório é necessário, eu vejo uma necessidade de centralização que dinamize essa miríade de atores regulatórios que vão participar disso. Então, esse é o primeiro ponto.

Para além disso, eu reforço a ideia de que seria, na realidade, talvez, um *steering committee*, que tivesse esse plano também de caráter multissetorial e multidisciplinar, um plano consultivo muito importante para auxiliar e apoiar tecnicamente o regulador nessa atividade. Também é necessário um concerto também com o Executivo, com o Poder Executivo aqui, no âmbito de política pública, eu digo, porque acho que todos os participantes aqui reforçamos também a necessidade de fomentar esse mercado para que o Brasil também alcance uma posição em que ele possa desenvolver sistemas não tanto por – agora é o outro telefone que está tocando aqui – seu aspecto econômico, mas também de incutimento dos valores que nós temos no país, nas diferentes regiões, nesses sistemas que a gente está usando. Então, nesse plano de governança, eu acho que isso é fundamental. Então, por um lado, um regulador central; por outro, essa figura de um comitê de apoio técnico.

Eu queria endereçar o ponto que também o membro da Comissão Sr. Victor também trouxe a respeito da explicabilidade. Eu acho, da experiência que nós temos até hoje, que talvez o enfoque na produção de dados seja muito interessante, porque existe uma discussão muito forte na doutrina sobre se existe ou não direito à explicabilidade nesses sistemas – até onde ele chegaria, o que que ele alcançaria e, inclusive, sua utilidade.

Eu acho que isso mostra que os dispositivos mais gerais a respeito de como seria esse direito à explicação, à transparência ou até mesmo à interpretabilidade... Existe também uma questão de nomenclatura aí a ser debatida. Eu acho que, da forma como está desenhado, de uma perspectiva muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

geral, como estamos nessas normas de proteção de dados, eu acho que ela é insuficiente, por conta dessa dificuldade de concatenação, de interpretação a partir disso.

Então, eu acho que alguns elementos que, por exemplo, estão na realidade não necessariamente no texto apresentado inicialmente pela comissão europeia do projeto europeu, mas principalmente nas emendas que têm sido apresentadas, são de uma maior especificação disso, mas ainda com caráter geral que permita que, caso a caso, o regulador possa determinar quais são as informações que ele acha necessárias.

Eu trouxe o exemplo na minha fala do reconhecimento facial e do sistema de recomendação de conteúdo, porque eles têm diferentes formas de influenciar a sociedade e eles têm particularidades que podem exigir diferentes informações a serem buscadas neles. Então, talvez de um sistema a gente precise analisar exatamente quais são os parâmetros de peso de cada informação, inclusive por meio do que se chama de contrafactuais. Em outros sistemas, talvez o que a gente precise é ter um acesso mais profundo à base de dados para a gente entender qual é a representatividade que tem nela.

Então, são muitas peculiaridades que eu acho que a gente vai conseguir por meio, na realidade, de uma criação de procedimentos que permitam ao regulador, com balizas bem determinadas, avaliar qual é o tipo de informação que deverá ser requerida a cada caso.

Bom, espero ter conseguido cobrir todas as perguntas. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Obrigada, José Renato.

Passo a palavra, então, para a Profa. Tainá Junquilho.

A SRA. TAINÁ AGUIAR JUNQUILHO – Estão me ouvindo? Só para conferir.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Sim.

A SRA. TAINÁ AGUIAR JUNQUILHO – Bom, é curioso, porque com esse debate de regras, princípios, efetividade dos princípios nós que somos do direito já estamos bastante acostumados, não é? E ele sempre vai surgir.

O direito hoje, inclusive, entende que os princípios são vinculantes. Mas como que a gente soluciona esse dilema de como vamos fazer valer esses princípios na prática? De fato, atribuindo e criando mecanismos de governança. Que mecanismos são esses? Então, para além dos princípios que a gente já, por meio de pesquisas que eu comentei aqui e os outros expoentes também comentaram, sabe que existem, essas diretrizes éticas e principiológicas. Para além delas, como a gente cria mecanismos de governança? Determinando pluralização das equipes, determinando a necessidade de confecção de relatórios de impactos, porque, de fato, esses impactos não podem ser previstos *a priori*, então precisam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

ser feitos continuamente esses relatórios de impacto e de uso de dados. E também uma governança feita por um ambiente experimental regulatório, *sandbox* de fato. Mas, principalmente, como eu comentei, há necessidade de um modelo, sim, de criação de uma governança multissetorial, de um órgão que faça uma governança multissetorial e multidisciplinar. Isso se faz necessário. Eu também entendo que se faz necessário.

Bom, então, esses são dados relativos às primeiras perguntas, à questão dos princípios, regras e também à questão dos mecanismos de governança.

Por fim, abordo a questão da explicabilidade – ao Prof. Victor, que é um caro colega também, agradeço a pergunta. É curioso, por quê? A explicabilidade... Existem artigos e existe um ramo de pesquisa dos engenheiros de *software* e de tecnologia da informação que se chama XAI (*explainable artificial intelligence*) ou explicabilidade da inteligência artificial. Esse é um ramo, portanto. E existe uma grande expoente, uma mulher que faço questão de citar, que é a Profa. Virginia Dignum, que faz inclusive parte da comissão de *experts* da União Europeia. Porém, todas essas comissões que estudam a explicabilidade concluem que você precisa do pessoal das ciências sociais – mais uma vez, a nossa relevância aí –, e não só do pessoal da engenharia de *software* e da tecnologia da informação, dos desenvolvedores, mas também de nós, seres humanos, no sentido de entender.

E aí, qual é a contribuição das ciências sociais? – e é por isso que o debate multidisciplinar é tão importante. Nós vamos responder o que é que o ser humano espera de explicabilidade, como uma aceitável explicabilidade. A explicabilidade, de fato, não é a mera apresentação do código. Isso não é suficiente. O ser humano é que vai determinar, por meio das ciências sociais, o que é que naquela cultura basta. O que é que basta para a fundamentação de uma decisão judicial? É a mesma discussão aqui. Será que, quando você fala ali no art. 489 do Código de Processo Civil, a mera transposição de um dispositivo justifica a decisão? Da mesma forma aqui na explicabilidade. A gente precisa entender o que é que o ser humano precisa e também espera. Mas o importante é entender que a explicabilidade precisa estar contida na legislação porque ela precisa gerar alguma forma de contestabilidade, ou seja, uma compreensão mínima para que possam ser contestadas essas decisões, essas predições, enfim.

Agradeço mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Profa. Tainá.

Passo, então, a palavra para a Dra. Ana Paula Bialer.

A SRA. ANA PAULA BIALER (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Laura.

Essa sua pergunta é excelente, e na prática eu acho que a resposta acaba sendo calcada muito na estrutura de *accountability*, de responsabilidade de prestação de contas que o marco legal venha a trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na prática, independentemente até do marco legal, as empresas que estão mais na ponta de desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial acabam adotando comitês internos, que procuram justamente fazer valer esses princípios – ainda que a gente não tenha na legislação nacional – os princípios da OCDE, refletir as preocupações éticas da Unesco, e por aí vai.

A partir do momento em que a gente tenha um marco legal, esse marco pode não só incentivar ou exigir a existência desses comitês dentro das organizações, sempre com a cautela ou a preocupação de que a existência do comitê talvez não seja necessária para absolutamente todos os desenvolvimentos e usos, e isso vai trazer uma dificuldade, por vezes, do desenvolvimento por empresas menores, e, num segundo momento, em termos de termos de legal, o incentivo a códigos de condutas ou guias de boas práticas, e, daí sim, acho que se caminha para um olhar que pode ser setorial para endereçar as preocupações específicas de setores ou utilização em determinados setores. Parece-me que pode ser um caminho que faz sentido e eu consigo ver como algo um pouco mais palpável.

Eu ouço a sugestão da criação de um comitê multissetorial, mas eu tenho uma dificuldade realmente de pensar em como, na prática, isso funcionaria. A partir do momento em que eu estaria olhando para sistemas de inteligência artificial que são desenvolvidos e aplicados no setor de saúde, setor de energia elétrica, setor de telecomunicações, setor de internet, como é que eu consigo, de fato, ter um órgão único, com especialistas que consigam trazer a visão de todos esses setores a ponto de poder entender as questões, propor salvaguardas e entender quais os caminhos de mitigação. É realmente uma dúvida e uma angústia genuína de olhar para isso e ver como é que se conseguiria ter uma centralidade para esse fórum. Talvez se a gente olhar esse fórum de uma maneira mais setorial, então a Anatel vai ter um, a Anvisa vai ter outro, talvez se consiga chegar um pouco mais próximo de um comitê que consiga propor e fazer, de certa maneira, um *check and balance* de medidas efetivas que sejam adotadas por setores específicos.

Com relação à pergunta da explicabilidade, eu entendo a preocupação de que se venha a ter algum tipo de transparência para uma compreensão mínima, mas, de outro lado, preocupa-me, como eu já mencionei, a definição que se venha a trazer – e eu insisto nesse ponto porque eu acho que realmente é um ponto que a gente precisa explorar para além da palavra explicabilidade –, a gente tem já visto hoje, e é inevitável o paralelo com a LGPD, mas a gente tem visto hoje na prática uma série de situações em que titulares exercem o direito de acesso pelo simples exercício do direito de acesso, com uma granularidade de perguntas e de vontade de detalhes a respeito dos dados pessoais que o usuário, o titular comum, o cidadão comum não consegue nem mesmo entender, e, muitas vezes, em situações específicas, vê-se aí algum grau de má-fé a respeito do possível mau uso que se faça dessas informações.

Quando a gente fala isso no âmbito de sistemas de inteligência artificial, eu acho que essa preocupação fica exponenciada na medida em que eu não estou falando de um titular, eu não estou falando de um indivíduo, mas eu estou falando de detalhes técnicos a respeito do sistema como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou esbarrar em discussões de segredo comercial de negócio e eu vou esbarrar no próprio funcionamento e no grau de transparência e explicação que se dê: isso pode ser usado para medidas de verificação da utilização e das bases de dados, mas também pode ser utilizado como maneira de se procurar by-passar os sistemas que muitas vezes são colocados em uso justamente para garantia de direitos.

Então, a minha preocupação e cautela com relação a essa discussão é de a gente conseguir um equilíbrio quanto à explicabilidade, no sentido de transparência a respeito de critérios gerais que sejam utilizados por um determinado sistema, mas que isso não seja um escrutínio detalhado do determinado sistema, porque senão a gente começa a esbarrar em outras questões e outras implicações que me parecem que mais fragilizam do que fortalecem o sistema e a própria discussão em torno do seu uso.

Sem dúvida, a discussão é muito complexa e o desafio diante de vocês não é pequeno.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Ana.

Bom, agora eu passo a palavra ao Ivar, e com isso a gente já vai encerrar porque a gente passou um pouquinho do tempo.

Por favor, Ivar.

O SR. IVAR HARTMANN (*Por videoconferência*.) – Obrigado. De fato, tem várias perguntas que foram feitas e abertas para todo mundo no painel, mas as pessoas já fizeram um excelente trabalho de endereçar as facetas de cada pergunta e eu acho que em muitos casos eu acabaria chovendo no molhado. Então, eu vou responder à pergunta que o Filipe Medon gentilmente fez, diretamente em relação a algumas das propostas da minha fala, e tem pelo menos duas partes essa pergunta, se eu entendi corretamente, não é, Filipe?

Primeiro é o que teria de novo nessa questão da responsabilidade civil envolvendo inteligência artificial. Eu não tenho nenhuma proposta inovadora a trazer aqui. O que eu fiz nesse aspecto foi relatar propostas, conclusões dessa vasta literatura que todo mundo aqui já mencionou que já existe, em relação a como ficaria a questão da responsabilidade e com o que ela é complementada. Então, o que haveria potencialmente de novo no caso da responsabilidade civil, se nós fossemos, no marco, por exemplo, adotar uma regra específica relacionada a responsabilidade civil e inteligência artificial, algo de potencialmente diferente seria nós termos um regime de boas práticas e de obrigações de boas práticas.

A empresa que está colocando no mercado e está operando no mercado uma aplicação de inteligência artificial tem duas opções. Ela pode aderir – e obviamente existe uma fiscalização necessária sobre se ela efetivamente aderiu – a um conjunto de obrigações muito concretas, muito específicas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

boas práticas, obrigações de meio. E, se ela aderiu, se isso foi verificado – e aí novamente eu não vejo como ser feito por qualquer dos órgãos já existentes hoje, entre agências e órgãos de regulação no Brasil, teria que ser de fato um órgão específico –, se esse órgão específico validou que essa empresa aderiu a essas regras de boas práticas, portanto, no momento em que essa empresa for processada judicialmente, ela está isenta de responsabilidade objetiva.

Portanto, isso seria uma causa de exceção na regra da responsabilidade objetiva. A empresa pode, por outro lado, entender que, naquele caso, naquele setor, no caso da sua aplicação, o melhor caminho a seguir – e aí se dá ampla liberdade, obviamente, para a empresa – é esperar, aguardar, digamos assim, o que vai acontecer como resultado de um processo judicial em que vão se produzir provas. Mas a existência dessa possibilidade...

Veja, eu não estou falando que, se ela adira às boas práticas, ela está isenta de qualquer responsabilidade. Não é isso; ela apenas está isenta de responsabilidade objetiva. Obviamente, mesmo que ela tenha aderido a todas as regras de boas práticas e as cumprido, ela ainda pode ser condenada e responsabilizada num regime de responsabilidade subjetiva. Isso me parece que, inclusive, cria muito mais segurança jurídica para empresas desse ramo do que hoje elas possuem no Brasil, mas, de novo, isso não é uma ideia minha; isso é o que vários autores e autoras sugerem que poderia ser um caminho.

Existindo ou não uma agência especializada... Quer dizer, um outro cenário é: essas regras e essas obrigações de meio em relação, por exemplo, em nível de explicabilidade, podem ser fiscalizadas por um outro órgão que não seja um órgão específico ou especializado em inteligência artificial.

A segunda pergunta eu acho que é absolutamente importante, porque nós temos que reconhecer, nestes debates aqui – acho que é papel depois do legislador também –, quais são os grupos que, majoritariamente, vão sofrer as consequências da boa ou da má regulação. E, obviamente, em termos de volume, nós estamos falando de consumidores. Portanto, há algo aqui profundamente relacionado a direito do consumidor.

Em relação a direito do consumidor, eu acredito que, esse regime especial para os casos de inteligência artificial, em que o fornecedor, o seu produto ou o seu serviço envolveu uma aplicação de inteligência artificial – isso é decisivo para uma eventual relação de causalidade entre o produto, o serviço e o dano –, que, mesmo quando se trata de direito do consumidor, essa possibilidade de isenção da responsabilidade objetiva pudesse ser aplicada – eu acho que deveria ser aplicada.

Então, veja, eu não estou falando que há ausência de qualquer responsabilidade. O meu ponto é: não haveria responsabilidade objetiva e, de qualquer forma, mesmo no direito do consumidor geral, hoje, a responsabilidade objetiva não é sempre automática em todo e qualquer caso. Então, acho que seria o caso de uma regulação específica, de uma legislação específica, de um microcosmo específico que deveria, em certos aspectos, prevalecer diante do CDC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Ivar.

Bom, Estela...

A SRA. PRESIDENTE (Estela Aranha. *Por videoconferência*.) – Desculpa.

Agradeço a todos.

Enfim, o debate é muito longo. Na verdade, o desafio é muito complicado. A gente está falando de regulação na área de uma tecnologia que ainda está em mudança, ainda está em construção. Por isso, sempre é o debate para a regulação sociotécnica, justamente porque é uma tecnologia que está em constante mudança. Ela tem os mais variados usos, e, obviamente, esses mais variados usos trazem impactos absolutamente diferentes, em um mundo em mudança e com um impacto obviamente, que é incomumente amplo e profundo o que a gente tem, em especial para, obviamente, saúde, a integridade física das pessoas, direitos fundamentais e também a democracia.

Então, são desafios bastante grandes. E, obviamente, com tudo isso de que nós estamos falando, o objetivo não é parar o desenvolvimento da tecnologia, mas, sim, fazer com que ele continue com seus benefícios para a sociedade, para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento dos diversos setores. Enfim, é um desafio hercúleo. E foi muito bom que vocês deram suas impressões e opiniões, para darem alguma ajuda para enfrentar esse desafio, que, obviamente, não se acaba tão cedo.

Laura, por favor...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Schertel Ferreira Mendes. *Por videoconferência*.) – Excelente!

Eu queria só agradecer. Foi uma honra e uma alegria muito grande moderar este painel e obter a contribuição de cada um de vocês, Luca, José Renato, Tainá, Ana Paula e Ivar. Muito obrigada por terem compartilhado o conhecimento, compartilhado as experiências de todos, e por terem ficado conosco apesar de o painel ter se estendido um pouco mais do que a gente imaginava.

Então, é isso.

Muito obrigada.

Declaro, então, encerrado este painel.

(*Suspensa às 13 horas e 01 minuto, a reunião é reaberta às 14 horas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Miriam Wimmer) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Acho que todos os painelistas já estão aqui presentes, então gostaria de declarar reaberta a primeira audiência pública da Comissão de Juristas do Senado responsável por subsidiar o substitutivo ao projeto de lei sobre inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de começar, de maneira muito breve, dizendo que para mim é uma enorme satisfação e uma grande honra moderar, junto com a Profa. Clara Iglesias Keller, esse painel de especialistas tão notáveis, que certamente trarão contribuições muito importantes para as reflexões da Comissão de Juristas.

Queria, muito rapidamente, explicar como vai ser a dinâmica. Cada painelista terá de 10 a 15 minutos de fala. Eu pediria que todos se atentassem ao tempo para que possamos, depois, ao final, ter ainda um período de 30 minutos de debate após as exposições iniciais.

Queria pedir que a Profa. Clara Iglesias também fizesse suas palavras de saudação, de abertura e já podemos dar início às exposições.

Por favor, Clara.

A SRA. PRESIDENTE (Clara Iglesias Keller. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Miriam Wimmer.

Muito obrigada a todos os palestrantes que aceitaram estar conosco neste painel para dar suas valorosas – certamente valorosas – contribuições aos debates que começaram hoje nessa Casa.

Partindo para esses debates, eu apresento nossa primeira palestrante, a Profa. Dora Kaufman. A Profa. Dora Kaufman é Professora da PUC-São Paulo, Doutora pela COPPE-UFRJ, colunista da *Época Negócios* e pesquisadora dos impactos éticos e sociais da inteligência artificial.

Professora, muito obrigada pela presença e, por favor, fique à vontade para começar.

A SRA. DORA KAUFMAN (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Só uma correção: eu tenho doutorado pela USP; na UFRJ é pós-doc. Bom, é só um detalhe.

A SRA. PRESIDENTE (Clara Iglesias Keller. *Por videoconferência*.) – Perdão, Professora.

A SRA. DORA KAUFMAN (*Por videoconferência*.) – Sem problema.

Boa tarde a todos. Eu não vou mencionar cada um dos nomes porque já come uma parte do tempo e a gente sempre fica aflita. Então, muito obrigada pelo convite. É um prazer compartilhar com os meus colegas aqui que vão também estar participando desse eixo.

Eu vou tentar... Tentar não, eu vou cumprir o prazo e vou fazer algumas premissas e depois eu tenho sugestões concretas para a Comissão dos Juristas do Senado que estão com a tarefa tão importante de construir um marco regulatório junto com o Senado e a Câmara dos Deputados para inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as premissas: a transferência de processos cognitivos e decisórios para máquinas, que é o que a gente está vivendo com a inteligência artificial, desafia as bases tradicionais do direito. Ela deixa de ser antropocêntrica e monocausal. Uma outra premissa que eu julgo importante é que qualquer marco regulatório para a IA, para ser eficaz, tem que obrigatoriamente contemplar a natureza da IA, o que é a natureza da tecnologia, a lógica dessa tecnologia, e ser flexível, porque essa tecnologia está evoluindo, assim como grande parte das tecnologias, numa velocidade acelerada. Então, para ter vida longa esse macro regulatório, ou pelo menos relativamente longa, é importante que seja flexível.

A opacidade das decisões dessa técnica específica que permeia praticamente toda a implementação de inteligência artificial hoje é inevitável; faz parte, como eu falei, é intrínseca à própria tecnologia, à própria técnica que a gente está considerando. Então, é impossível justificar plenamente um determinado resultado. Então, a legitimação daquele resultado vem muito mais pelos benefícios sociais gerados pela utilização daquele determinado sistema.

As propostas de regulamentação mundo afora contemplam uma modalidade de auditoria, mas, pela minha percepção, elas não equacionam propriamente como concretizá-las. Entre inúmeros obstáculos da auditoria que refletem a complexidade da tecnologia temos o fato de que o sistema de IA se modifica ao longo de um tempo com a entrada de novos dados. Então, na partida, o sistema pode estar em conformidade, e, logo em seguida, deixar de estar em conformidade.

Outra premissa que eu julgo importante é que os modelos mais complexos – logo são os que têm riscos potenciais maiores – em geral são desenvolvidos por várias equipes distintas e são treinados também em várias bases de dados distintas. Isso dificulta identificar a origem do dano e, consequentemente, os responsáveis.

E, como última premissa, no estágio atual da IA não é possível, eu não vejo como eliminar as externalidades negativas. Acho que todo o empenho do arcabouço regulatório é mitigá-las e contando inclusive com instrumentos legais que já existem. Nós não estamos partindo do zero. Existem regulamentações em relação à responsabilidade civil e criminal, defesa do consumidor, proteção de dados, em suma, uma série de outros instrumentos legais.

Então, objetivamente, quais são as minhas sugestões para a Comissão? Primeiro, qualificar e separar as responsabilidades do provedor entre desenvolvedores e fornecedores e entre usuário intermediário e usuário final. Acho que essas qualificações são muito importantes.

O fornecedor da tecnologia, particularmente no Brasil, não é necessariamente o desenvolvedor dos algorítimos de IA. Em geral é uma empresa, uma *startup*, que acessa o sistema de desenvolvimento por terceiro e o adapta e comercializa para o usuário intermediário, que é gestor de escola, gestor de centro de saúde, gestor de empresa, gestor de banco, gestores em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa separação, essa qualificação distinta entre quem é o desenvolvedor e quem é o fornecedor é muito importante. O que a gente verifica, na prática, é muito os fornecedores da tecnologia interagindo com a empresa que vai ser o usuário intermediário e que não foi o desenvolvedor da tecnologia. Aliás, no Brasil, raramente esses intermediários e fornecedores são, de fato, principalmente quando a gente fala de *startup*.

Uma outra sugestão é abordar... É uma sugestão com a qual eu acho que todos estão de acordo, é consensual: a abordagem baseada em níveis de risco, ponderando sobre a probabilidade da criação do risco e a gravidade de eventuais riscos sobre o usuário lesado. Então, a recomendação, como está seguindo a comissão europeia, é o foco nas aplicações de alto risco, privilegiando setores sensíveis. Além do alto risco, também privilegiar setores sensíveis, como educação e saúde.

Outra sugestão: rever os princípios jurídicos, responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva. Isso tem sido uma polêmica, acredito que todos estão acompanhando, mas eu acho que essa discussão sobre responsabilidades objetiva e subjetiva tem que levar em conta a lógica da IA. Eu acho que tem que rever os conceitos tradicionais e os usos tradicionais desses conceitos.

Só como inspiração, em 20 de outubro de 2020, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre o regime de responsabilidade civil aplicado para IA e justamente ele recomenda a responsabilidade objetiva nas hipóteses de sistema de alto risco e a responsabilidade subjetiva com culpa presumida nas demais. Então, isso é só uma referência de análise se faz sentido ou não a gente replicar no marco regulatório da IA no Brasil.

A quarta sugestão prevê auditoria do que é factível auditar. Parte significativa dos danos dos sistemas de IA provém de decisões dos desenvolvedores e de bases de dados tendenciosas. Então, a legislação poderia focar na obrigatoriedade de auditar as variáveis iniciais, que são os parâmetros decididos pelos desenvolvedores, e as bases de dados, sem tentar entender, de uma forma que seria infrutífera, ou enfrentar a opacidade, como eu já falei, intrínseca, técnica de IA. Então, de fato, não dá para ter uma auditoria plena desses sistemas de IA, mas existem duas partes fundamentais que são as variáveis iniciais, que são decisões dos desenvolvedores, e as bases de dados. Eu creio que, se forem feitas auditorias nesses dois conjuntos que compõem o sistema, a gente vai ter uma mitigação bastante significativa dos potenciais danos.

A quinta – são oito sugestões – é referente ao parecer da Relatora do PL 21, de 2020, a Deputada Luisa Canziani, na defesa de uma abordagem reguladora e fiscalizadora setorial. A centralização em um único órgão, agência me gera desconforto, porque eu acho que já tem um desafio para qualquer regulador e fiscalizador lidar com no mínimo dois domínios, o domínio da inteligência artificial e o domínio da aplicação do sistema de inteligência artificial. Então, pelo menos se for setorial, já tem a vantagem, na partida, de o regulador fiscalizador já ter o conhecimento daquele domínio ao qual vai ser aplicado, e, então, ele só precisa se preparar, se capacitar para ter um domínio básico sobre a inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha sexta sugestão é incluir os setores públicos e privados. Eu acho isso superimportante. Inclusive, grande parte do uso hoje na sociedade brasileira, abstraindo as plataformas e os aplicativos que, de fato, não são desenvolvidos no Brasil, pois, na sua grande maioria ou quase todas, são empresas multinacionais... O uso no Brasil tem sido muito forte na área pública. Então, eu acho que tem que incluir a área pública e a área privada.

A sétima é garantir que tenha um processo de recurso planejado, estabelecido, para um lesado contestar a decisão. Isso é um grande desafio, reconheço.

A oitava sugestão é preservar a flexibilidade e observar a adequação da futura legislação brasileira às práticas internacionais, ao que está sendo discutido, inclusive, nas iniciativas de regulamentação internacional, porque, hoje, mesmo com toda a rediscussão da hiperglobalização – acho que já é consenso também que vai diminuir essa hiperglobalização, ela está comprometida, tanto a partir da pandemia quanto com a guerra –, mesmo assim, nós estamos falando de plataformas de dados que têm que ter uma visão global.

Essas são as oito sugestões.

Eu ainda tenho um tempinho e eu queria só complementar com outros fatores que eu acho que devem ser considerados.

Pensar no marco regulatório. O projeto que vai estar sendo avaliado pelos órgãos reguladores é de uma área de intenso escrutínio público em que há litígios frequentes? Então, isso já é uma variável que qualifica. Se está numa área de litígios frequentes aquele projeto, aumenta a probabilidade de ter litígio em função da inteligência artificial.

Os clientes da linha dos negócios relevantes são particularmente vulneráveis? Então, projetos que lidam com usuários particularmente vulneráveis têm que ter uma atenção especial.

Os riscos da legislação são muito altos em termos de intensidade e de amplitude, quer dizer, englobam um número significativo de usuários e também com intensidade significativa?

Uma outra questão é: o algoritmo usado é protegido pelo segredo comercial? O art. 20 da Lei de Proteção de Dados fala sobre a questão do segredo comercial, relativiza, e eu acho que isso é uma grande discussão, porque em geral quase todos os algoritmos desenvolvidos pelas empresas ou usados pelas empresas estariam protegidos do segredo comercial. Então, seria inócua a fiscalização. Isso aí também sugiro que seja bastante discutido para se encontrar uma forma adequada.

O sistema auxiliará ou substituirá o decisor humano? Isso também é uma questão. Eu acho que, com todas as limitações da técnica que é utilizada hoje, que é de redes neurais profundas ou *deep learning*, tem que ser um parceiro do especialista humano. De alguma forma, a regulamentação poderia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

não sei de que maneira, evitar ou minimizar a substituição da decisão pura e simples, as decisões serem implementadas sem nenhum escrutínio, sem nenhuma avaliação de um ser humano.

Bom, também outra questão a ser considerada é o impacto é reversível e quanto tempo durará o impacto? Também essa qualificação da reversibilidade ou não do impacto, do tempo de duração acho importante.

E a última é sobre a base de dados: quem coletou os dados e formou a base de dados? As quatro ou cinco principais bases de dados que foram usadas, durante uma década, de 2009 a 2019, fortemente, quando elas finalmente foram auditadas, é surpreendente o enviesamento dessas bases sobre vários pontos de vista. Então, a auditoria foi feita dez anos depois, por iniciativa de pesquisadores ou de órgãos da sociedade civil; poderia ter sido feita na partida e teria evitado uma série de danos e alguns com consequências muito fortes, negativas.

Então, essas são as minhas – acho que já estourei o meu tempo, não quero desrespeitar – ponderações e sugestões iniciais para a Comissão.

Amanhã, a minha coluna da Época Negócios, a coluna de amanhã é absolutamente dedicada... O título começa dizendo isto: "A Comissão do Senado...". Então, essas questões estão lá na coluna de amanhã.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Miriam Wimmer) – Muito obrigada, Profa. Dora, pela sua exposição superobjetiva e dentro do tempo, a senhora respeitou perfeitamente. Eu lhe agradeço muito e também menciono que as contribuições da senhora foram extremamente objetivas, identificando premissas e também sugestões de maneira muito clara. Então, tenho certeza de que teremos um ótimo debate logo em seguida.

Antes de passar à próxima palestrante, eu queria registrar, aqui no Senado, a presença do membro da Comissão de Juristas, Dr. Wederson, e também registro que aqui pelo Zoom nos acompanham outros participantes. Então, eu vou citar aqui alguns: Dr. Filipe Medon, Dr. Victor Pinheiro, Dr. Estela Aranha, Dr. Danilo Doneda, Profa. Ana Frazão. Espero não ter me esquecido de nenhum de vocês e espero também que, ao final das exposições, todos possam contribuir com perguntas.

Eu tenho agora a grande satisfação de apresentar a Profa. Gabrielle Sarlet, da PUC do Rio Grande do Sul.

A Profa. Gabrielle é advogada; graduada e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará; Doutora em Direito pela Universidade Augsburg, na Alemanha, com tese validada pelo programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; pós-Doutora em Direito pela Universidade de Hamburgo, também na Alemanha, e igualmente pela PUC do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Gabrielle, a senhora tem 15 minutos. Por gentileza, fique à vontade.

A SRA. GABRIELLE BEZERRA SALES SARLET (*Por videoconferência.*) – Bom, eu queria externar toda a minha satisfação e honra de participar deste momento, um momento do qual acredito que todos nós vamos nos lembrar muito *a posteriori*, sobretudo pela relevância do tema que está sendo tratado aqui nesta sessão.

Agradeço imensamente ter sucedido a Profa. Dra. Dora, a qual eu leio atentamente e tenho acompanhado de maneira muito, muito, muito cuidadosa a produção, inclusive por me parecer uma grande representante nesse cenário que é particularmente um cenário masculino, um cenário que não admite muitas vezes uma fala advinda de uma mulher e, ainda mais, um cenário que muitas vezes exclui certas experiências como essa que a Profa. Dra. Dora vem nos mostrando, que é de percorrer diversas áreas e, por isso mesmo, poder contribuir com essa interdisciplinaridade, que me parece essencial para a discussão de qualquer tema com essa envergadura.

Após utilizar essas palavras para saudar a Profa. Dora, que me precedeu, eu gostaria também de agradecer à Relatora desta Comissão, Dra. Laura Mendes, bem como ao Ministro Cueva e a todos que tiveram essa iniciativa, sobretudo as Profas. Clara Iglesias e Miriam Wimmer, que agora fazem a moderação deste painel.

Eu entendo que talvez esse meu ponto de vista, ou melhor esse ponto de fala do qual eu não posso renunciar, me obriga necessariamente a lembrá-los de algo que é exatamente aquilo que eu comecei falando, que seria a questão da interdisciplinaridade, que por vezes serve para desmistificar certos pontos mitológicos que acabaram permeando o discurso acerca da inteligência artificial.

É com Dostoiévski que eu inicio essa breve intervenção, que diz que a inteligência por si só não é suficiente quando se trata de agir com sabedoria. Esse é um pequeno trecho tirado de *Crime e Castigo*, no qual nós podemos observar que a palavra inteligência é utilizada muitas vezes de forma um tanto quanto desvirtualizada quando nós tratamos de inteligência artificial, porque, na verdade, a inteligência artificial, como nós podemos dizer, consiste numa criação algorítmica que é destinada a cumprir finalidades determinadas e especificadas com base no recebimento de dados objetivos e estruturados para gerar resultados igualmente objetivos.

Portanto, trata-se de um lógos novo, que, na sua categoria principal, muito embora nós tenhamos que fazer menção aos *learnings*, que são os chamados algoritmos inteligentes, que, portanto, criam outros algoritmos, tornando essa uma verdadeira Torre de Babel para aqueles que não conseguem compreender num primeiro momento, nós temos aí uma visão artificializada que envolve, sem dúvida alguma, primeiro uma nova condição de sujeito; depois, dentro dessa nova condição de sujeito, nos é colocada a ideia ou a noção de que o tempo já não exerce o mesmo peso quando se trata das relações humanas – da mesma forma como o espaço nos foi retirado nessa base necessária para que nós possamos tomar as decisões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de qualquer sorte, eu gostaria de também fazer basicamente uma premissa ou mencionar uma premissa de que essa visão artificializada da inteligência impende uma funcionalização, uma funcionalização em que, na verdade, ela deva ser uma espécie de abordagem na qual o ser humano deva necessariamente preceder a tecnologia. Por quê? Primeiramente nós podemos advertir que a inteligência artificial, por si só, carece de uma espécie de acordo semântico para que nós possamos saber, num diagnóstico mais profundo, de que se trata, e em razão disso possamos fazer um prognóstico mais factível em relação ao futuro como um tempo da humanidade.

Então, na verdade, a inteligência artificial, como esse ramo da Ciência da Computação, se propõe a raciocinar, a perceber, a tomar decisões e a resolver problemas. Daí é que urge, dentro desse contexto que não é de forma alguma inarredável, saber que tipo de problemas os quais nós pretendemos resolver e quais são as medidas e molduras – uma vez que nós estamos numa sociedade informacional –, quais são as formas, quais são os formatos os quais nós utilizaremos para que essa utilização dessa tecnologia possa resultar em mais externalidades positivas do que propriamente externalidades negativas.

Alinho-me perfeitamente à posição da Profa. Dora quando diz que é basicamente impossível o afastamento completo das externalidades negativas. Porém, da mesma forma, entendo que se trata, portanto, de uma série de cálculos probabilísticos nos quais nós, principalmente das Humanas – e aqui eu me posiciono como uma jurista que se preocupa não só com o Direito como uma ferramenta, mas também com os efeitos dessa ferramenta sobre a sociedade –, pensamos que 10% de erro ou qualquer tipo de manejo não muito adequado podem vir a causar ou acirrar danos que podem ser de natureza irreparável.

De qualquer sorte, o que nós podemos dizer é que, na verdade, este é um momento em que, como dizia Marilena Chaui, se trata de uma grande nervura no real em que as potencialidades parecem estar todas à mão, não é? E, de fato, essa é uma preocupação para a qual nós temos que estar sempre alinhando a ideia de que a tecnologia, muito embora ela pareça ser completamente autônoma ou vá se tornando autônoma, se trata de uma ferramenta. E, nessa medida em que ela é uma ferramenta, ela pode não só trazer recursos novos de resolução de problemas culturalmente já considerados insolúveis, como a miséria, como a guerra e a própria ideia de uma pandemia em curso, mas também ela traz aí a necessidade de se estar muito atento ao contexto. E não é só isso: trata-se da necessidade de se pensar com maturidade em uma transição de um lugar de fala que no Brasil é extremamente departamentalizado e elitista para uma circunstância na qual nós possamos avançar por meio do diálogo, ou seja, da compartimentalização, do compartilhamento, para enfrentar esse tema que é extremamente complexo, hermético e que por isso mesmo alija grande parte da população que sofre de analfabetismo, sobretudo de analfabetismo funcional, sendo também vítima de uma grande e evidente divisão digital, portanto impedindo aquilo que para mim parece ser o ponto essencial que é trazer a Constituição ao seu lugar central, ao lugar em que ela deve se posicionar e deve orientar, portanto, qualquer tipo de regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me que, no momento, nós estamos numa circunstância bastante apropriada para essa discussão, uma vez que nós já temos aí uma espécie de mudança de giro da autorregulação para a autorregulação regulada, sendo que hoje a grande tendência que nos é apontada é de posições mais rígidas, como, por exemplo, essa recente tomada pela União Europeia com o Digital Act., que, portanto, sem dúvida alguma, vai nos levar – nós juristas – a pensarmos sobre a ontologia da inteligência artificial.

Portanto, nesse sentido, é importante nós sabermos que o conceito de inteligência artificial parece estar sempre vinculado à ideia de eficiência e ao desenvolvimento a qualquer custo. Ele tem que ser funcionalizado a um custo que necessariamente envolva para o cidadão a minimização de riscos, uma vez que esses riscos, dentro desse contexto atual, que é um contexto de uma guerra cibernética em curso, de uma grande problemática em relação ao aumento dos insumos e, portanto, dos alimentos... Nós temos aí grandes problemas a serem resolvidos num país que tende a ser o verdadeiro caleidoscópio em termos de classes, etnias e muito voltado a esse entusiasmo à importação da tecnologia e ao seu uso irreflexivo. Esses riscos sistêmicos advindos da inteligência artificial, portanto, trazem à tona essa ideia de uma global interconexão, mas também trazem um panorama geopolítico que implica uma tecnopolítica – não é? – e que vai certamente ser gravemente pensado ou vai ter expressões graves se nós não pensarmos bem em relação a essa questão do planejamento do futuro como um tempo do humano.

E perguntas como quem tem acesso aos dados, qual é a finalidade da coleta, quais são os modos de tratamento são perguntas que precisam estar uma vez pensadas não só a partir do contexto constitucional, alinhando, por exemplo, os arts. 1° e 3°, as competências do 22 e do 23, com o art. 218, na medida em que nós possamos reconhecer o direito à inovação, bem como o direito ao desenvolvimento, como um direito de matriz constitucional. Perguntas essas que trazem também à tona toda a necessidade de uma harmonia legislativa que não pode ser desconsiderada, na medida em que esse suposto esforço legislativo, essa medida de um esforço legislativo – concordo com a Profa. Dora Kaufman – traz uma necessidade de uma setorização sob pena de se tornar uma letra morta.

Então, o meu grande, digamos assim, ponto de vista, ou melhor, o ponto que mais me preocupa é exatamente a utilização ou o emprego da inteligência artificial no contexto do Estado democrático de direito.

E aí eu me projeto, pensando junto com todos os meus colegas juristas, bem como aqueles que se interessam pelo tema, que é necessário enfatizar a separação informacional dos Poderes como um princípio estruturante na Constituição Federal. E, para isso, há de se enfatizar também o devido processo informacional como sendo uma releitura ou uma ressignificação daquilo que nós chamamos de ampla defesa e contraditório, trazendo, portanto, a necessidade de se repensar a transparência como um direito fundamental implícito que só pode ser reconhecido ou melhor, deve ser reconhecido em face desse contexto informacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naturalmente, nós podemos dizer que para que esse ponto de vista, ou melhor, essa ideia da separação informacional possa vir a ter uma melhor aplicabilidade, nós temos que pensar que esses processos de inovação, ou seja, os usos dessas novas tecnologias na administração pública têm que ser feitos por meio de medidas preventivas que reforcem não só um novo conceito de interesse público como finalidade pública, mas também reforcem o dever de prestação de contas e a participação cidadã.

Nessa medida, é importante reforçar a grandiosa tarefa que foi dada à Comissão de Justiça, que empreendeu um anteprojeto da Lei Geral de Proteção penal, a que se dá a alcunha de LG penal, uma vez que, quando nós falamos de segurança, quando nós falamos de confiança, que é a base para qualquer tipo de utilização democrática da inteligência artificial, nós temos que pensar também que há áreas que são extremamente sensíveis, como segurança pública e saúde pública, que afetam diretamente a população. E afetam de maneira mais radical aqueles que já são naturalmente vulnerabilizados.

Portanto, para finalizar, penso que é importante para que a Comissão tenha em mente a ideia da separação informacional de Poderes a ideia do impacto, ou melhor, avaliação de impacto algoritmo que possa necessariamente trazer à tona a questão dos riscos, trazer também, numa composição, medidas de mitigação desses riscos que sejam concretas, e pensando naturalmente, dentro dessa circunstância, na ideia de auditabilidade que seja basicamente vinculada a três grandes eixos – a explicabilidade, a interpretabilidade e a contestabilidade – como partes inerentes àquilo que eu falei que seria o devido processo informacional.

Por fim, para dizer que não falei de flores, uma vez que o que assusta do humano é exatamente aquilo que o torna mais sublime, eu diria que esse tema permite alinhavar autores que são absolutamente, ou parecem absolutamente contraditórios, mas que, em razão da complexidade dos tempos vividos, eles se tornam importantes como substrato para projeções. E aí eu penso que nós estamos exatamente no momento em que é necessário alinhavar o princípio da responsabilidade de Jonas com o princípio da esperança de Ernst Bloch.

Nesse contexto, aí nós poderíamos pensar exatamente nessa revisão do tempo como o tempo do humano e o futuro – o futuro que nós queremos projetar num Brasil que, embora díspar, tende a se projetar e pode se projetar a partir das suas fragilidades e vulnerabilidades, num novo contexto em que se busca emancipação, sobretudo, em razão dessa separação entre o Norte e o Sul.

Há uma geopolítica, há um lugar a ser ocupado, e talvez nós possamos. E este é um momento, como eu disse, ímpar, não só para mim, como pesquisadora, mas talvez para todos nós como brasileiros.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Clara Iglesias Keller. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada a você, Profa. Gabrielle Sarlet. Foi um prazer escutar as suas contribuições valorosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos seguir agora para a nossa próxima palestrante, a Dra. Caroline Tauk.

Caroline Tauk é Juíza Federal no Rio desde 2012. É Mestre em Direito Público pela Uerj e Visiting Scholar na Columbia Law School. É membro da Comissão de Direito da Propriedade Industrial e Intelectual e Direito Econômico da Escola da Magistratura Federal da 2ª Região. Ex-Promotora de Justiça do MPRJ e ex-Advogada da União. É Juíza auxiliar de Ministro do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Comitê Gestor de Proteção de Dados do TRF da 2ª Região e representante do TRF2 para a LGPD no Conselho da Justiça Federal.

Dra. Caroline, seja muito bem-vinda. Por favor, fique à vontade para iniciar a exposição.

A SRA. CAROLINE TAUK (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Eu quero parabenizar a Comissão pelo debate e faço isso na pessoa do Ministro Ricardo Cueva.

Cumprimento a todos nas pessoas dos meus dois colegas de Uerj, Profa. Clara Iglesias e Prof. Filipe Medon. Com muito carinho, vejo que vocês estão na liderança disso e fico muito feliz por estar com vocês.

Como já foi dito, eu sou Juíza Federal. Embora muitos não saibam, no serviço público é o Judiciário que está na vanguarda no uso da tecnologia, à frente do Legislativo e à frente do Executivo, e é certamente um dos Judiciários do mundo mais inovadores nessa área. Nós temos hoje mais de 60 sistemas de inteligência artificial em uso no Judiciário.

Eu integro um grupo de pesquisa que estuda tecnologia no sistema de Justiça, conduzido pela Fundação Getúlio Vargas, o Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário, sob a coordenação do Ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça. E nós elaboramos uma nota técnica sobre o PL 21, de 2020, que é um dos que está aqui em discussão, a qual está disponível no *site* da FGV para consulta pública, dentro da FGV Conhecimento. Então, eu vou só destacar uns pontos que estão aqui, mas todas as informações completas estão lá para quem quiser ver depois com calma.

Eu vou destacar quatro pontos principais desse PL 21, de 2020, com foco na regulação, princípios e fundamentos, que é o tema que foi definido para esta mesa. Poderíamos falar de outras coisas, mas eu vou me limitar ao tema da mesa.

O primeiro ponto que eu gostaria de ressaltar é a importância de discutir esse tema no Brasil. O Deputado Eduardo Bismarck, da Câmara dos Deputados, foi o autor do Projeto de Lei 21, de 2020, e ele me convidou para participar da redação desse projeto de lei junto com a equipe dele, a quem eu agradeço muito a oportunidade. E, quando nós concluímos, em 2020, e apresentamos esse projeto de lei, a ideia era trazer especialistas, técnicos, pessoas de TI, pessoas da informática, da inteligência artificial para o debate. Então, o primeiro ponto que eu gostaria de destacar, com todo o respeito e admiração que eu tenho por todos os integrantes desta Comissão de Juristas, pelo menos pelo que eu verifiquei, quase todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são advogados, da OAB, a maior parte está relacionada à proteção de dados. Eu sei que é uma Comissão de Juristas, e por isso deve ser formada por profissionais do Direito, mas, como uma das pessoas que participou da redação do projeto de lei, eu me sinto no dever de dizer que a finalidade da criação do projeto de lei, a finalidade do legislador foi dividir o debate jurídico... Foi não dividir, aliás; foi deixar bem próximo o debate jurídico do debate tecnológico. Então, por mais que existam audiências públicas ouvindo os especialistas da TI, como a gente vai ter hoje, teve também na Câmara, o impacto da atuação deles não é o mesmo caso eles tivessem integrando a Comissão.

E, além disso, à exceção do Ministro Cueva e dos consultores legislativos, eu também não vi outros servidores públicos, e eles certamente teriam muito a contribuir. Eu comecei dizendo que o Judiciário está na vanguarda do uso da inteligência artificial no serviço público.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar é com relação à necessidade de regulação setorial. E aí é um elogio que eu faço ao Projeto de Lei nº 21, de 2020, que, em especial, está sendo debatido aqui hoje. A inteligência artificial não é homogênea, os sistemas de inteligência artificial são diferentes, operam em setores diferentes, geram riscos diferentes. É justamente em razão dessa diversidade que a gente não pode falar em uma regulação feita por um projeto de lei. A regulação é algo muito mais complexo, ela é detalhada, ela não poderia ser prevista em cerca de 10 artigos, 15 artigos, que é a média dos projetos de lei que a gente está aqui discutindo. A única proposta de regulação legislativa que existe hoje é a da comissão europeia, que tem mais de cem páginas, vem de um processo de três anos de discussão e ainda vai ser discutida por algum tempo.

Então, o art. 4º, lá no inciso VII do PL substitutivo, que substituiu o PL 21, prevê como fundamento que o poder público tem que observar o contexto regulatório específico de cada setor e fazer uma análise do impacto regulatório. Então, parece-me que o projeto anda muito bem nesse ponto e isso seria algo que me parece também importante ser mantido. Na nota técnica da FGV Conhecimento que nós fizemos, nós defendemos que o PL traga princípios para uma regulação setorial, e não uma regulação genérica para todos os tipos de sistema, porque, por meio dessas regulações setoriais feitas através de atos normativos editados por órgãos competentes, a gente poderia criar uma espécie de autorregulação regulada, e aí sim talvez seja uma boa saída.

No Judiciário, por exemplo, o CNJ já tratou da regulação do uso ético da inteligência artificial dentro dos tribunais. Nós já temos a nossa Resolução 332, de 2020, que usa muito do que está contido, inclusive, nesse projeto de lei, mas de forma mais específica para o Judiciário. Da mesma forma a Anvisa, por exemplo, ou a ANS, poderia regular o uso da inteligência artificial no setor de saúde e assim por diante.

O terceiro ponto que eu gostaria de destacar é com relação à necessidade de aprimorar o princípio da transparência, que consta no Projeto de Lei nº 21. Quanto à transparência e à explicabilidade, em especial essa parte dos fundamentos que estão lá no art. 5º, no inciso V, o PL associa a transparência à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de fornecimento de informações; é preciso que a pessoa tenha acesso às informações daquele sistema. É basicamente isso que diz lá o PL. O problema é que detalhes sobre essa transparência, sobre o que é transparência, ainda estão em discussão no Brasil e no mundo. E para a gente operacionalizar isso, e eu digo como quem atua na prática, eu não estou falando aqui como pesquisadora, mas, sim, como quem atua na prática, para operacionalizar isso e dar esse direito a alguém para que ele possa exercer isso, é muito complicado, primeiro, por uma dificuldade técnica. Alguns modelos computacionais, como nós sabemos, apresentam a chamada opacidade, não permitem uma explicação completa. Por mais que alguns não gostem de falar em opacidade, de toda forma é muito difícil ter aquela explicação completa.

Segundo: existem as dificuldades práticas para implementar isso. Quem é o destinatário dessa transparência? É para fazer uma definição que um leigo entenda ou é para fazer uma definição daquele sistema que só pessoas técnicas possam entender? Então, a princípio, essa parte do PL ainda gera dúvidas para saber como vai ser concretizado esse direito, esse fundamento que está lá previsto. Eu demonstro aqui uma preocupação do ponto de vista prático.

E o quarto e último ponto que eu gostaria de destacar é com relação à intervenção baseada no risco. O art. 6° do PL – do PL substitutivo, o PL n° 21 –, no seu inciso III, prevê que o grau de intervenção do poder público deve ser proporcional aos riscos concretos oferecidos por cada sistema. Isso me parece de uma nítida inspiração europeia, trazendo um risco maior quando tiver uma intervenção estatal maior, então o PL anda muito bem nesse ponto, e me parece que é um ponto também que poderia ser mantido, na minha humilde opinião, e isso atende, inclusive, aos pedidos que foram feitos nas audiências públicas anteriores, que foram feitas na Câmara, e diversas pessoas que integram a iniciativa privada, pessoas que trabalham no mercado com o desenvolvimento da inteligência artificial ressaltaram a importância de diferenciar os tipos de risco.

Então, em conclusão, se o objetivo do PL em geral, do legislador, fosse estabelecer um desenho de gerenciamento de riscos conforme a complexidade desses diferentes sistemas de inteligência artificial e consequentemente diversas formas de responsabilidade – eu não vou tratar disso aqui porque não é o tema objeto da nossa mesa –, seria preciso muito mais tempo do que os meses que foram conferidos a esta Comissão e parece também que seria necessária uma composição um pouco mais diversificada do que a composição dos integrantes da Comissão.

Na fase em que está hoje a discussão, tendo em vista o tempo curto para formalizar alguma coisa e concluir os trabalhos da Comissão, ao menos no que foi inicialmente previsto, me parece que uma abordagem principiológica e essa abordagem baseada na autorregulação regulada são a melhor saída para evitar o engessamento do desenvolvimento da inteligência artificial do Brasil e um prejuízo para o mercado brasileiro.

Com isso, eu encerro e parabenizo a todos os envolvidos na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Miriam Wimmer) – Muito obrigada, Dra. Caroline Tauk, pelo seu uso eficiente do tempo e também pelas contribuições relevantes que foram trazidas.

Eu destaco aqui o seu comentário sobre a importância de oitiva de diferentes perspectivas, para além da perspectiva jurídica, e comento que de fato as audiências públicas têm por objetivo, em parte, pelo menos, suprir essa deficiência, sem prejuízo de que esse debate seja aprofundado posteriormente.

Comento também que eu fiquei feliz com a referência à Uerj porque não apenas a senhora, o Dr. Filipe Medon, a Profa. Clara Iglesias são oriundos de lá, mas temos também o Prof. Danilo Doneda, que tem doutorado pela Uerj, eu própria tenho mestrado pela Uerj, então, é uma satisfação ver os cariocas aqui bem representados, sem nenhum detrimento das demais universidades aqui também presentes.

Dito isso, eu gostaria de passar para o próximo painelista. Eu tenho a grande satisfação de apresentar aqui o Prof. Edson Prestes, que é um orgulho para os brasileiros porque ele tem tido um papel de grande destaque na formulação desses padrões e critérios internacionalmente, por meio do seu trabalho não apenas na Unesco, mas também em outros fóruns internacionais.

Prof. Edson Prestes é Doutor em Ciência da Computação, Professor Titular no Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, líder do grupo de pesquisa em robótica envolvido em diversas iniciativas internacionais relacionadas à padronização e a robótica e ética. Ele foi membro do Grupo de Especialistas Ad Hoc da Unesco, que foi responsável por propor a primeira recomendação internacional sobre IA, aprovada muito recentemente, em novembro de 2021, por aclamação.

Prof. Edson, por gentileza, o senhor tem 15 minutos para trazer suas relevantes contribuições. Obrigada.

O SR. EDSON PRESTES (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Miriam, pela gentil apresentação. É um grande prazer estar aqui. Saúdo todos os meus colegas.

Falar sobre inteligência artificial é sempre muito bom e também é muito bom ver que a área de inteligência artificial está realmente no centro do nosso debate. Eu sou formado em Ciência da Computação, tenho doutorado na área de robótica, trabalhei por décadas na área de inteligência artificial e robótica. Há aproximadamente seis anos, tenho atuado muito na área de ética, inteligência artificial e direitos humanos.

Isso se deve ao fato de eu ter a compreensão do impacto da tecnologia na vida das pessoas, porque muito do que nós fazemos como engenheiros é criar sistemas e deixar os sistemas funcionando. Porém, há pouca reflexão sobre qual o impacto é feito na sociedade. Isso dentro do nosso âmbito universitário.

Quando você começa a pensar sobre esse impacto, você começa a observar que esse impacto é extremamente amplo. É um impacto em todos os aspectos da nossa vida, ou seja, desde a mais tenra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

infância até a nossa fase adulta, porque nós podemos ter, por exemplo, sistemas computacionais atuando com os nossos filhos, ensinando os nossos filhos a como estudar conceitos matemáticos. Nós poderíamos ter, por exemplo, sistemas computacionais nos ajudando dentro da indústria, fazendo o nosso trabalho, que ele seja o mais regulado possível. Nós poderíamos ter sistemas computacionais, então, identificando vítimas em caso de terremoto, deslizamento, ajudando os nossos idosos a manter uma vida saudável e assim por diante.

Porém, o que nós conseguimos observar atualmente é que esses sistemas, se não forem desenvolvidos de uma maneira responsável, irão afetar imensamente em inúmeros aspectos do nosso dia a dia, ou seja, se nós pegarmos todos os instrumentos de direitos humanos atualmente, nós vamos observar que cada um daqueles princípios vai ser afetado.

Basta nós vermos, por exemplo, sistemas que vão impactar no nosso dia a dia, na nossa privacidade, violando nosso direito à privacidade. Vão afetar a nossa vida, ou seja, tomando decisões de vida ou de morte, vão afetar os nossos valores das nossas culturas, porque eles podem simplesmente modificar esses valores, modificar nossos princípios. Podem, por exemplo, afetar nossas escolhas, a qualidade da informação recebida, isso afetando diretamente a democracia.

Então, esse tema tem que ser discutido da forma mais ampla possível. Aí vem um pouco de uma das críticas que eu tenho, por exemplo, a alguns trabalhos recentes, que focam muito no aspecto comercial, ou seja, aspecto comercial fazendo com que esses sistemas consigam ser distribuídos, gerar empregos, é um elemento dentro de um universo muito maior, porque os sistemas de inteligência artificial, os sistemas de robótica irão impactar o meio ambiente, já que eles precisam de energia para que consigam funcionar adequadamente. Vão impactar novamente o meio ambiente quando a gente pensa que vai ocorrer uma exploração do ambiente para extrair materiais nobres desse ambiente. Vão impactar as nossas comunidades vulneráveis, porque, se não tiverem capacidades digitais, ou seja, habilidades digitais, eles nunca vão ter um emprego em qualquer área tecnológica ou qualquer área. Vão impactar as pessoas mais pobres, quando nós imaginávamos que a nossa educação era forte na área de Stem. Vão impactar o nosso relacionamento humano quando a gente pensa que a relação humana está ficando objetificada.

Então, a discussão sobre inteligência artificial tem que ser uma discussão ampla. Nós temos sempre que pensar em ter comitês ou organismos que sejam multidisciplinares, multissetoriais. Por que a multidisciplinaridade? Porque a gente precisa avaliar a área de inteligência artificial sob diferentes pontos de vista, econômico, social, psicológico, na área de ciências mais duras, e assim por diante. Por que multissetorial? Porque a tecnologia vai atingir diretamente o cidadão comum, mas vai ser desenvolvida pelo empresariado, vai ter que ser legalizada ou vai ter que ser regulada pelo Governo e vai ter que ser monitorada por organizações não governamentais. Então, é importante que nós tenhamos comitês ou pelo menos observatórios que sejam multidisciplinares, com muitos *stakeholders*, e que sejam diversos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

porque nós precisamos ter diferentes tipos de visões. Esse é um dos pontos iniciais da minha fala, porque é muito importante que a gente tenha claramente essa visão holística sobre a área de inteligência.

Outro ponto muito importante é a própria natureza da inteligência artificial. Isso se faz importante porque existe uma conclusão sobre quais são os limites ou até onde devemos ir nessa discussão sobre inteligência artificial. Devemos, por exemplo, considerar sistemas de inteligência artificial com capacidade cognitiva similar à dos seres humanos? Existe muita discussão sobre isso, ou seja, sobre sistemas que vão ultrapassar a capacidade do ser humano. Isso pode acontecer daqui a 200 anos. Essa é uma discussão que não pertence a nós neste momento. O que pertence a nós são sistemas computacionais que têm certa habilidade de processar dados e de fazer inferências, que têm capacidades similares às do ser humano, mas que nunca substituem o ser humano em situações críticas. Esse é um ponto muito importante porque a gente começa a observar que a atribuição de responsabilidade tem que ser dada ao ser humano, ou seja, a atribuição final de responsabilidade sobre falhas tem que ser dada ao ser humano, nunca a uma máquina. Eu destaco isso porque existem grupos que querem que a atribuição de responsabilidade seja dada à máquina, e não ao ser humano. Isso aí está totalmente fora de cogitação.

Um ponto muito importante que nós devemos considerar diz respeito ao tipo de sistema ou ao tipo de inteligência artificial que pode ser desenvolvido no país. Existem certos tipos de aplicação que devem ser banidos, ponto. Temos que fazer uma análise de risco? Temos, mas existem certos tipos que têm que ser banidos. Vocês vão querer permitir, por exemplo, o desenvolvimento de sistemas que manipulem pessoas? Isso é algo extremamente importante, porque, além de poder afetar diretamente a democracia, vai afetar, por exemplo, de repente, a educação de crianças. Olhem o caso, por exemplo, do Baleia Azul, que a gente viu um tempo atrás, em que um sistema estava fazendo com que as crianças chegassem a cometer suicídio. São sistemas que tomam decisão de vida ou morte. Será que queremos, por exemplo, que um sistema consiga dizer que uma pessoa deve ou não receber uma vaga na UTI? Quem deve decidir isso é um especialista humano, porque ele tem a visão geral do problema, e não um sistema computacional, que é muito limitado em termos de dados e que pode ser contaminado por uma série de fatores, como, por exemplo, ruídos externos, uma base de dados mal-elaborada, o acesso de um *hacker* que contamina essa base de dados. Sistemas que não têm um mecanismo de segurança podem ser afetados diretamente por um *hacker*; esse *hacker* pode manipulá-lo, e você não tem ideia dessa manipulação.

Então, uma base, ou seja, uma classificação baseada em risco é essencial, e nós temos que definir que tipos de sistemas não podem ser desenvolvidos. Sistemas que matam pessoas, não apenas máquinas letais autônomas, mas sistemas que possam ser utilizados em uso médico que vão decidir se uma pessoa merece ou não viver têm que ser banidos; que manipulam crianças, adultos devem ser banidos, porque essas pessoas são as mais vulneráveis possíveis. Existem, óbvio, sistemas que não precisam de toda uma regulamentação, como *chatbots*, que, de repente, vão te recomendar qual é o melhor restaurante chinês da sua cidade. Lógico, então, que nós temos que ter classificações diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pontos importantes: temos que ter uma análise balizada em riscos; temos que ter sistemas que devem ser proibidos. Quanto à atribuição de responsabilidade, temos que ter atribuição de responsabilidade ao ser humano, ele tem que realmente ser responsável. Só que, para que nós tenhamos essa atribuição de responsabilidade, é necessário que a gente entenda como é que o sistema é desenvolvido. E isso implica dizer que não somente os desenvolvedores ou a companhia que desenvolveu o sistema são responsáveis, porque existe toda uma cadeia de produção.

Por exemplo, uma companhia pegou um módulo que desenvolvido por uma outra companhia que está operando em outro país. Mas a escolha dessa companhia para pegar esse módulo foi, por exemplo, por um terceiro, de repente pelo governo. E esse módulo não foi mais adequado. E, durante todo o ciclo de vida desse sistema, existem alguns componentes que não estão funcionando corretamente, como, por exemplo, um sensor em particular.

Não sei se vocês viram o caso recente do carro da Tesla que estava andando na pista do aeroporto e bateu no avião. O carro da Tesla é um dos carros mais avançados do mundo, e não conseguiu detectar a presença do avião. Simplesmente bateu. Isso aconteceu alguns dias atrás.

Aí vem um outro ponto muito importante: precisamos de regulamentação? Precisamos. E isso é urgente, porque atualmente, na área de inteligência artificial, como costumo dizer, a gente está no faroeste de inteligência artificial, porque eles estão navegando em uma zona basicamente livre dos direitos humanos. Por quê? Primeiro, as pessoas sabem o que são os direitos humanos, mas não sabem como aplicar os direitos humanos na área de tecnologia. E, se você não sabe como aplicar os direitos humanos na área de tecnologia, você não sabe como aplicar as leis corretamente.

Então, é importante que a gente tenha essa regulamentação, mesmo que, de uma certa forma, algumas pessoas digam: "Ah, mas isso vai engessar a inovação". De uma maneira, pode até parecer que está engessando a inovação, mas não necessariamente está engessando, porque você está dizendo o seguinte: "Eu não vou pôr em risco a vida de pessoas". A vida de uma pessoa é muito mais importante do que a inovação por si só. E, se as companhias seguirem o desenvolvimento responsável, elas vão continuar desenvolvendo algo que vai agregar valor à sociedade e não vai simplesmente machucar, ferir, denegrir pessoas.

E é muito fácil a gente ver inúmeros casos de sistemas que, por exemplo, são inerentemente racistas, pessoas sendo penalizadas por serem negras; casos de carro autônomos colidindo, matando pessoas; casos de comunidades sendo perseguidas; casos de pessoas ou de mulheres recebendo limites de crédito muito menores do que seus próprios maridos, sendo que ambos têm a mesma remuneração. Então, esse tipo de coisa a gente não pode permitir.

E um ponto muito importante que eu gostaria de enfatizar aqui é que todos nós, sem exceção, estamos expostos a esse tipo de tecnologia. Todos nós, sem exceção. Eu não sei se vocês já caíram em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

caso de *profile*, mas eu já caí em caso de *profile* e eu tive uma certa dificuldade em me justificar, porque esse caso de *profile* estava errado. Eu tive, sendo um doutor. Imaginem, por exemplo, uma pessoa sem o primeiro grau completo, sem o segundo grau completo.

Mas como é que nós fazemos isso? Nós fazemos isso estimulando as companhias, estimulando as pessoas que trabalham na área para desenvolvimento conjunto de *softwalls* na forma de recomendações técnicas, porque isso baliza o mercado, ou seja, se você tem normas técnicas, como agora a gente acabou de publicar uma norma técnica... Com uma norma técnica inserida num sistema computacional, você tem basicamente um selo de garantia, dizendo: "Olha, esse sistema está operando de acordo com níveis de transparência definidos pelo grupo de padronização tal". Ou citar, por exemplo, uma norma relacionada à privacidade de dados, proteção de dados. Isso adiciona valor, o.k.? E isso rege o mercado.

Mas o importante é que o próprio governo crie as suas regulamentações, e, nesse sentido, eu penso que uma das formas muito interessantes é o estabelecimento de *sandboxes* regulatórios, em que empresas possam experimentar uma tecnologia antes de levar essa tecnologia ao mercado, porque, a partir do momento em que você insere uma tecnologia no cotidiano das pessoas, você não consegue mais retirar, você cria vícios ocultos. Então, é importante que essa tecnologia seja realmente testada adequadamente.

Outros pontos que são extremamente importantes: como é que nós vamos monitorar se a tecnologia está sendo mal usada, se a tecnologia está sendo adequada? Nós temos que ter uma avaliação de impacto adequada. Nós temos que ter então planos, mecanismos, para termos uma supervisão do uso dessa nova tecnologia, assim como um mecanismo para reparação em casos de falha. Isso é muito importante que nós tenhamos.

Nós temos que pensar que a tecnologia vai embarcar, vai entrar em nosso dia a dia nesses diferentes níveis que eu comentei com vocês. Então, nós temos que fazer com que essa tecnologia não crie estereótipos e não faça com que pessoas vulneráveis se tornem ainda muito mais vulneráveis, porque isso pode ser amplificado facilmente.

Outro ponto: qual é o impacto dessa tecnologia no meio ambiente? É um problema global, e nós temos que lidar com esse problema, nós temos que pensar como isso pode ser feito.

Outro: como é que nós vamos, por exemplo, fazer com que haja uma igualdade de gênero nessa área tecnológica?

A gente sabe que várias profissões vão desaparecer, várias atividades vão desaparecer, e, nesse sentido, existem várias pessoas que vão estar desempregadas, que vão estar muito suscetíveis a perderem seus empregos no futuro. Como é que a gente pega essas pessoas e leva para os trabalhos do futuro?

A educação tem que ser realmente priorizada, para que não apenas as áreas técnicas sejam mais valoradas, mas, sim, a aquisição de *soft skills*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há o impacto da tecnologia na nossa saúde física, na nossa saúde mental.

Notem que, em toda essa discussão, todos esses pontos que eu levantei têm que ser pensados desde o início para que a gente consiga ter um desenvolvimento nessa área tecnológica de forma responsável.

Um ponto muito importante é o seguinte: nós temos que pensar que vivemos num mundo globalizado. Então, nós temos que fomentar a cooperação entre países, em escala regional, em escala internacional, porque, hoje, tudo que nós temos de tecnologia não é desenvolvida aqui no Brasil, é tudo fora. Inteligência artificial é a mesma coisa. Então, nós temos que ter mecanismos de colaboração para que esses sistemas operem de forma adequada, para que, quando algum tipo de problema ocorrer, a gente consiga saber como atuar.

Essas são minhas considerações iniciais sobre essa área de inteligência artificial, que é uma área fascinante, mas é uma área que a gente precisa discutir com muita cautela, porque ela é muito complexa, e nós não podemos levar em consideração apenas os aspectos econômicos, já que existem elementos de base que devem ser reforçados.

Muito obrigado. Muito obrigado, Miriam. Muito obrigado, Clara.

A SRA. PRESIDENTE (Clara Iglesias Keller. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada a você, Prof. Edson Prestes, pela sua contribuição muito valiosa, como as demais. Eu aprecio, em particular, a sua abordagem holística sobre os debates que a gente está tendo aqui hoje e gosto muito de como coloca a questão do engessamento da inovação, para dizer que a proteção de direitos é um dos fatores que devem moldar como essa inovação vai se desenvolver e a forma que essas tecnologias irão tomar. Então, agradeço muito.

Seguimos para o nosso próximo e último palestrante da mesa, o Prof. Paulo Rená. O Prof. Paulo é doutorando e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB, Professor no Ceub, pesquisador, servidor público federal e representante do Iris (Instituto de Referência em Internet e Sociedade).

Prof. Paulo, muito obrigada pela presença. Por favor, fique à vontade para começar.

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM (*Por videoconferência*.) – Olá, Clara. Tudo bem?

É uma imensa satisfação poder estar neste momento aqui sendo acompanhado não só pela sua moderação – você como colega –, mas da Miriam, compondo a mesa com tantas pessoas absolutamente gabaritadas.

Para falar, neste nosso terceiro painel, fechando este primeiro dia, a respeito dos fundamentos e princípios que a gente precisa olhar para regulação da inteligência artificial no Brasil, quero, primeiro, ressaltar aqui que o Iris é integrante da Coalizão Direitos na Rede, tem a missão de explorar, investigar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender os desdobramentos da internet na sociedade contemporânea e reconhece a relevância do debate democrático sobre a regulação da inteligência artificial, que é componente da nossa vivência humana no século XXI, como bem colocou o Prof. Edson.

Com a crescente relevância dessa pauta, eu quero aplaudir os esforços legislativos que, neste cenário ainda de pandemia e de crise política, buscam obter subsídios diversos a fim de estabelecer um quadro normativo condizente com a importância dos potenciais impactos para indivíduos, empresas e Estado. Toda pesquisa em inovação e desenvolvimento, soluções sejam em nome do mercado, sejam em nome do interesse público, deve sempre priorizar um uso consciente e ético em prol de um futuro melhor das pessoas e do planeta, respeitando o arcabouço dos direitos humano e demais garantias constitucionais, com um desenvolvimento de bem-estar inclusivo e sustentável. Nesse contexto, em vez de correr atrás de soluções, faz-se oportuno, então, fixarmos fundamentos consistentes e listarmos princípios coerentes para a disciplina legal da inteligência artificial, na ideia de anteciparmos as controvérsias jurídicas e viabilizarmos, tanto para atores públicos quanto privados, decisões econômicas, tecnológicas, jurídicas que sejam condizentes com essas garantias do Estado democrático de direito.

Então, venho aqui como pesquisador do Iris, sou também integrante do Aqualtune Lab, que é um coletivo relacionado a direito, raça e tecnologia, ambas ONGs integrantes da Coalizão Direitos na Rede, e Professor de Direito, Inovação e Tecnologia e de Responsabilidade Civil, temática em que milito desde a época dos debates sobre o marco civil da internet; lá se vão já 13 anos nessa área.

E o interesse, então, hoje é podermos contribuir apontando basicamente cinco pontos, ressaltando aqui também o louvável esforço do Senado em se abrir para mais participação notadamente pela constituição desta Comissão de Juristas, e especialmente pela convocação das audiências públicas. O Iris, então... Eu, aqui, em nome do Iris, apresento esses cinco pontos de análise. A título, claro, de considerações preliminares, iremos apresentar uma nota técnica até o prazo do dia 13 de maio.

O foco, então, são fundamentos e princípios para a regulação em inteligência artificial, mas antes dois aspectos contextuais e depois dois problemas pontuais bem específicos. O primeiro aspecto é a baixa abertura para a participação no debate do PL 21, de 2020, que, embora tenha sido proposto e tenha tido, digamos assim, espaço para que as pessoas fossem ouvidas, o texto aprovado pela Câmara, que substituiu a proposta original, ignorou uma série de riscos e problemas apontados por organizações da sociedade civil e pela academia do direito, da sociologia, da economia, da tecnologia. E é importante verbalizar a centralidade de se assegurar a ampla participação plural e um debate multissetorial tanto antes, quanto durante e também depois da definição dessas normas legais na parte de regulamentação, bem como na mensuração do cumprimento de objetivos e metas, da fiscalização do respeito a essas normas, incluindo a fiscalização do cumprimento de fundamentos e princípios.

Portanto, e até em respeito ao melhor desempenho dos mandatos eletivos do Senado, sugere-se que, sem esse cuidado democrático essencial e necessário ao amadurecimento do mérito do projeto de lei, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não seja votado enquanto esse requisito não for alcançado. Então, para abordar esse problema, além dos valorosos esforços da Comissão de Juristas, sugerimos uma consulta pública pelo Portal e-Cidadania do Senado, a partir do texto que vier a ser apresentado pela Comissão ao Senado. Aí tem um trecho da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial que estabelece a importância, até alinhada a diretrizes da OCDE, de que a norma seja redigida a partir de contribuições múltiplas.

E a dinâmica da Câmara dos Deputados aprovou um texto alheio a parâmetros e referências de países que são líderes no desenvolvimento e no questionamento de inteligência artificial, mas também a nossa própria experiência em abordar essa questão. Então, registro a sugestão de que, para suprir essa falta de um amadurecimento e de um desrespeito até que a Câmara cometeu com a participação pública, o PL possa passar por esse processo que dê sequência ao importante trabalho, à importante constituição desta Comissão.

O segundo ponto que eu quero ressaltar é o baixo grau de normatividade do atual texto em análise. Os trechos do projeto de lei contrariam formalmente as melhores práticas legislativas quanto à estrita legalidade, à exatidão de conceitos, à previsibilidade e até mesmo ao mínimo de segurança jurídica. A ementa, que propõe uma previsão mais abrangente, não corresponde exatamente à matéria que se tem no projeto de lei e se limita a uma abordagem quase metalegal, direcionada não exatamente a regular a inteligência artificial, mas é uma norma para futuras normas sobre inteligência artificial, uma orientação para novas normas específicas, sem adentrar, de fato, na necessária disciplina do desenvolvimento da aplicação da inteligência artificial no Brasil.

Um destaque que merece ser apontado aqui, por exemplo, é a referência, além da tautologia de se falar em agentes atuantes... Quem atua é agente, quem observa é observador, mas não tem uma definição de quem são esses agentes. É a ideia de agente de tratamento, que foi mal importada da LGPD para cá? São agentes indivíduos, ou são empresas, ou é uma distinção, por exemplo, como bem colocou a Profa. Dora, a respeito de fornecedores e desenvolvedores? Enfim, o texto não deixa claro sobre quem ele está falando, do que ele está falando. É necessário que esse tipo de definição fique claro numa lei que pretenda orientar o desenvolvimento da inteligência artificial no Brasil, um tema que, por si só – todos já repetiram –, é bastante pantanoso, mas, pelo menos, na parte do Direito, a gente tem que avançar com mais segurança.

E aí eu entro na questão propriamente dos princípios e fundamentos que se mostram absolutamente abertos a interpretações que são muito limitantes de direitos ou simplesmente omissos com relação a aspectos críticos que são urgentes. E aqui quero destacar, fazendo eco à fala do Prof. Edson e em diálogo com a questão racial, que para mim é absolutamente muito cara, que o Brasil recentemente aderiu à convenção da Organização dos Estados Americanos de enfrentamento ao racismo e outras formas de preconceito. O Brasil tem um compromisso internacional de combater o racismo, que é um tema central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

hoje no atual debate ético e jurídico da inteligência artificial, notadamente na questão do racismo algorítmico, como é, por exemplo, no reconhecimento facial.

Então, para ter uma fundamentação na lei que permita avançar... É claro que, se a gente olhar para as normas, como, por exemplo, da OCDE, tem um outro propósito que não o de uma lei. Mas até está dito isto no relatório aprovado na Câmara dos Deputados, apresentado em Plenário pela Relatora: que se abriu mão de um vínculo com a OCDE para fazer uma norma mais simples. Isso gerou uma incoerência. A Profa. Tainá Junquilho aqui, doutora, apresentou por exemplo uma lista sintética de princípios que dão alguma coerência – ela os chamou de Trepes (transparência, responsabilidade, equidade, etc.). Nessa simplificação em relação à OCDE, abriu-se mão da referência à equidade, não é? Qual o ganho que se pode ter em não se fazer um texto que faça referência a se ter a equidade como princípio? – quando, na verdade, deveria haver uma afirmação específica de uma proteção contra o racismo, de uma proteção contra qualquer outra forma de intolerância. Que a gente, como pontuou o Prof. Edson, não admita nenhum tipo de inteligência artificial. Não basta falar em mitigação, não é? A gente tem que falar como princípio em termos de eliminação. A medida da cobrança, a instância em que vai ser exigida, a proporcionalidade da exigência do princípio, a gente as discute na prática jurídica, na prática, enfim, tecnológica, econômica e etc. Mas a afirmação de um princípio da igualdade não pode ser na própria afirmação, numa abordagem tão débil, tão frágil.

O quarto ponto, que é o regime de responsabilidade, se mostra não só inconsistente: ele se mostra nocivo. A gente vê previsões que, de novo, remetem a outras normas, falam de CDC (Código de Defesa do Consumidor), falam da LGPD, mas não deixam claro em que instância vai se aplicar uma ou outra abordagem. Eu também concordo com o Prof. Edson de que não faz nenhum sentido impor a responsabilidade à máquina, à artificialidade, mas é uma questão importante que haja a definição da responsabilidade das empresas, a responsabilidade das pessoas jurídicas, das instituições e não efetivamente dos indivíduos – a não ser subjetivamente se entre os indivíduos houver de fato culpa. E, aí, como é que se vai fazer?

Não é nenhuma novidade a atribuição de responsabilidade objetiva depois no eventual direito de regresso para se avaliar a culpa ou até mesmo para uma redistribuição do ônus entre os integrantes da cadeia ou de desenvolvimento ou de aplicação da IA. Gostei da sugestão da Profa. Dora de que haja uma granulação entre os responsáveis, que é diferente do que a gente tem expresso no CDC, por exemplo. Acho interessantíssimo e enriqueceria a discussão, mas até vendo aqui o Prof. Filipe Medon, que ameaçou rasgar o seu livro no dia da aprovação do PL 21, é importante que a responsabilidade do serviço seja consistente. A gente não pode gerar mais problema na redação de uma lei, num cenário que já é, repito, pantanoso. A gente vai ter dificuldades em dizer quando tem dano, quando não tem dano – mas essa é uma dificuldade clara, que se repete, por exemplo, na LGPD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a quem cabe uma eventual indenização ou a quem cabe efetivamente realizar uma prevenção e assumir o risco? Ninguém é obrigado a atuar no campo da inteligência artificial. Quem está disposto a inovar tem que estar disposto a errar e a aceitar eventualmente a sua responsabilização por violar direitos de outras pessoas. A gente não pode livrar as empresas do ônus, porque isso significa impor o ônus às pessoas. E num país desigual como o nosso a gente sabe quem são as pessoas que irão arcar com esse ônus. A gente não pode ser um país que vai estar disposto a mais uma vez imprimir mais peso para as pessoas que já são vulneráveis a título de promover o avanço. Espero que a gente não avance em direção a um abismo de mais diferença, de mais desigualdade.

E, por fim, a ausência de métodos de fiscalização e a inexigência de análise de impacto para o desenvolvimento e aplicação da inteligência artificial. A gente tem nenhuma previsão de método de fiscalização, como, por exemplo, a análise de impacto. Para a inteligência artificial é interessante que a norma exija essa análise para a regulação por parte do próprio Estado na atividade de criação de novas regras. Isso é absolutamente importante. A gente, enfim, tem uma experiência bastante conhecida de formular normas sem essa preocupação. Mas o desenvolvimento da tecnologia não vai ter essa mesma obrigação? O arranjo regulatório do PL 21, de 2020, não tem, repito, nenhum mecanismo para garantir a efetividade nem de fundamento, nem de princípio, nem de objetivo, nem de diretriz. Ele afirma estímulos, ele aponta o dever de mitigar e não traz nenhum mecanismo que vincule, não traz uma dinâmica para governança. Eu acho importante a gente debater qual o modelo de governança, como foi feito na segunda mesa da manhã, mas o PL não tem nenhum, o texto que a gente tem hoje não tem nenhum.

Enfim, confio absolutamente na dedicação desta Comissão, que vai saber traduzir todos esses ricos aportes que foram apresentados neste dia e que serão certamente apresentados amanhã e também nos dias 12 e 13 de maio, além das contribuições que já começaram a chegar por escrito para a Comissão.

Então, quero novamente agradecer por esse espaço, não só em nome do Iris, mas também da sociedade civil e também das pessoas negras, que precisam ter a sua voz reconhecida nesse tipo de debate que tanto nos afeta.

Era isso. Agradeço imensamente a atenção e fico à disposição para as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Miriam Wimmer) – Muito obrigada, Professor Paulo Rená, pelas suas considerações muito objetivas. Eu conheço o Prof. Paulo já há bastante tempo e destaco aqui o papel que ele teve na construção do marco civil da internet. Então, para mim não foi surpresa ouvi-lo falar que precisamos definir direitos, deveres, responsabilidades, garantias, conceitos, porque foi um pouquinho o processo pelo qual nós passamos também na época do marco civil.

Então, prezados, nós concluímos essa primeira etapa de exposições e temos aí ainda 25 minutinhos para debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu proponho é o seguinte: eu vou abrir aqui a palavra para que os membros da Comissão aqui presentes e que nos acompanham *online* possam fazer alguma pergunta, alguma consideração; em seguida, nós passaremos de volta aos painelistas, na mesma ordem em que ocorreram as apresentações; e a Profa. Clara e eu também agregaremos uma ou outra questão que tenha suscitado dúvidas ou controvérsias ou interesses ao longo da exposição.

Eu registro aqui a presença do Dr. Fabricio da Mota Alves, também presente aqui no Senado, além do Dr. Wederson, que já tinha sido anunciado.

E eu pergunto inicialmente se o Dr. Fabricio ou o Dr. Wederson gostariam de fazer uso da palavra. O Dr. Fabricio já sinalizou que sim.

Então, por favor, Dr. Fabricio, por gentileza.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado, Presidente Dra. Miriam. É um prazer estar aqui mais uma vez. Estive aqui de manhã, estou acompanhando aqui um pouquinho agora na parte da tarde.

Eu queria só fazer um comentário direcionado um pouco à fala do que meu amigo Paulo Rená abordou em relação a um aspecto sobre a consulta pública. Ele sugeriu que fosse feita uma consulta pública e, de fato, eu já ouvi essa contribuição aqui ao longo do dia de hoje.

E eu queria só contextualizar essa questão porque ela é muito importante nesse debate na medida em que a Comissão obviamente vai produzir um documento, uma minuta, como foi determinado pelo Presidente do Senado, uma sugestão de minuta de substitutivo e ela encerra o seu trabalho, ela encerra a sua atuação.

E, obviamente, Rená, haverá o fluxo normal do processo legislativo em que esse documento será acolhido ou não pelo Relator, que é o Senador Eduardo Gomes. E ele tramitará, a partir dessa acolhida, como parte de seu relatório eventualmente. Evidentemente que há um esforço para que isso ocorra, na medida em que a Comissão foi fruto também do trabalho e do empenho do Senador Eduardo Gomes juntamente com o Presidente Pacheco.

Então, na medida em que o fluxo normal tramitará dessa maneira, eu acredito, Rená, que teremos oportunidade de promover, senão essa consulta pública nos moldes em que o amigo sugeriu, mas ao menos uma abertura pública para interpelações que sejam necessárias, inclusive apresentação de emendas, que é o fluxo normal do processo legislativo, ou seja, a partir do momento em que o substitutivo vier a ser acolhido e tramitar como emenda ao substitutivo do relatório do Relator, haverá o escrutínio normal dos demais membros do Senado Federal, inclusive através da participação de emendas e outras sugestões que possam vir a chegar para o Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só mesmo uma contribuição nesse sentido. Se o amigo quiser comentar algo a respeito, fica a critério aqui da Comissão. Mas é só no sentido de deixar claro que realmente haverá ainda o fluxo normal do processo legislativo em relação à matéria.

Era isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Miriam Wimmer) – Muito obrigada, Dr. Fabrício, pela recordação quanto ao procedimento que nós ainda teremos pela frente, as muitas discussões que ainda existirão ainda após a conclusão do trabalho da Comissão de Juristas.

Eu passo, então, a palavra ao Dr. Wederson para que ele também faça os seus comentários ou perguntas aos painelistas. Obrigada.

O SR. WEDERSON ADVINCULA SIQUEIRA – Boa tarde a todos. Eu confesso que eu vou me abster de fazer perguntas porque, com o dia de hoje, eu tenho muito mais dúvidas do que eu tinha antes de chegar aqui, tão produtivos foram os debates, não só desta tarde, mas também na parte da manhã.

São debates muito profundos. É interessante o antagonismo de posições que algumas vezes estabelece uma regulamentação necessária mais efetiva, mais forte, outras dentro de uma possibilidade de deixar um pouco livre dentro de um campo que favoreça mais a inovação.

São questionamentos interessantes que obviamente os Senadores debaterão também, e tentaremos trazer aqui a nossa contribuição.

Mas eu gostaria de destacar, principalmente neste primeiro dia, sobre a participação – e foi colocado aqui – das mulheres, o quanto ela foi produtiva para este debate. E aqui eu lembro muito, quando a gente fala em inovação, em tecnologia, os primórdios que nós temos da inovação e da tecnologia surgem exatamente com as mulheres, principalmente com Lady Lovelace, que foi a primeira pessoa que imaginou um computador. Isso, lá no século XVIII. Ela teve essa capacidade de pensar o que seria o computador, e o que ele é hoje, ou seja, em termos de tecnologia.

As primeiras programadoras que nós tivemos no mundo, que trouxeram grande avanço para a tecnologia, foram as mulheres, não é? Infelizmente isso foi se perdendo ali, na década de 70, 80, mas parece que nós estamos retomando aí um rumo interessante, que foi tão exitoso na evolução tecnológica do mundo.

São essas contribuições que gostaria de deixar. E parabenizo a todos pelo debate incrível mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Miriam Wimmer) – Muito obrigada, Dr. Wederson, inclusive pela recordação quanto ao papel das mulheres neste debate. Hoje temos uma mesa bem feminina também, o que corrobora aí as impressões que o senhor trouxe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria passar a palavra para minha comoderadora, a Profa. Clara, para que ela colete também as perguntas dos nossos colegas que estão *online.* Em seguida, a gente passa então aos painelistas. Por favor, Profa. Clara.

A SRA. PRESIDENTE (Clara Iglesias Keller. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Miriam Wimmer.

Bom, agora passamos então a coletar as perguntas de nossos colegas que estão *online.* Começo aqui, pela ordem das mãos levantadas, pelo Dr. Filipe Medon, por favor.

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência*.) – Muitíssimo obrigado. Boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer e parabenizar a todos pelas participações tão ricas. E sendo este painel sobre princípios, eu gostaria de propor uma questão aos participantes, até com maior enfoque ao Prof. Edson Prestes.

A carta elaborada pela Unesco traz a equidade e a não discriminação como princípios fundamentais. E a literatura especializada tem apontado que uma das formas de enfrentamento da chamada discriminação algorítmica seria justamente a adoção de uma postura ativa na programação dos algoritmos, para reduzir ou para evitar ditas discriminações. E isso envolveria a diversidade em todo o desenvolvimento e ciclo de vida da inteligência artificial, como já aponta a nossa Resolução 332 do CNJ, por exemplo.

Eu destaco também a defesa do Prof. Anupam Chander, da Universidade de Georgetown, sobre as chamadas ações afirmativas algorítmicas.

Diante disso, a minha pergunta é no sentido de buscar saber dos participantes se essa poderia ser uma diretriz para o tema em linha de princípios.

Agradeço mais uma vez e devolvo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Clara Iglesias Keller. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Filipe.

Passo para a pergunta da Dra. Estela Aranha. Por favor.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – Ainda não aprendi a usar o Zoom.

Obrigada.

E só para reforçar o comentário da importância da equidade de participação também na representação. Essa mesa é muito representativa, tanto na participação das mulheres quanto na questão de equidade também étnica, racial, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalto, até porque nós estamos fazendo uma mesa de princípios e fundamentos, como o Filipe já falou, a questão da igualdade, que é uma igualdade material que nós temos que buscar. E para buscar uma igualdade material, obviamente a gente também fala de reparação e medidas proativas.

Eu vou tocar em outro ponto, principalmente a partir da fala da Profa. Dora. Quando a gente está falando de fundamentos e princípios, justamente de regulação, a gente está procurando de um lado mitigar, inclusive, extinguir as externalidades negativas, que têm os impactos que o mercado não pode absorver, com custo ou com outras formas, e também adequar os impactos de uma nova tecnologia, no caso, às diversas garantias que existem de direitos fundamentais principalmente, mas de garantias legais e da própria legislação, da adequação dela na legislação.

A Profa. Dora iniciou falando que, pela própria natureza dessa nova tecnologia... Ela colocou de forma muito definitiva, e é uma questão que eu queria trazer também para discussão. Tem o problema da opacidade. Ela colocou que não é possível trazer essa explicabilidade, não é possível trazer transparência, e isso a gente vai trabalhar só no *trade-off*. Se você tem uma vantagem para a sociedade, então nós temos de suportar essa característica do sistema. Mas, como a gente está falando justamente dos fundamentos e princípios e, obviamente, de garantias, direitos constitucionais e direitos fundamentais, é justamente isso o que eu queria trazer.

Quando a gente está falando, por exemplo, de um processo de decisão automatizada, seja de qual modo das tecnologias, do que a gente chama de inteligência artificial hoje, mas daquelas que têm impacto na vida das pessoas em acesso a direitos, custos de consumo, termos de serviço, disponibilidade de serviços, enfim, de qualquer coisa que afete a vida das pessoas ou então que elas tenham equivalência de acesso a oportunidades, a efeitos legais, a efeitos materiais ou a algo significativo, a gente não pode, simplesmente, dizer que nós vamos ter o *trade-off,* porque a gente tem um problema de não cumprir garantias e direitos fundamentais e de diplomas legais internacionais e nacionais.

Então, eu queria um pouco que os debatedores, como a gente está falando de fundamentos e princípios, discutissem um pouco isto: como a gente consegue fazer esse equilíbrio das dificuldades naturais do sistema, dos *designs* da engenharia, dos sistemas de inteligência artificial e de como a gente atende, obviamente, os direitos fundamentais que não podem ser simplesmente ignorados. Ou então, na verdade, quando a gente não consegue cumpri-los, a gente não deve permitir o desenvolvimento da tecnologia, como a Profa. Clara já colocou aqui na mesa. Mas eu queria que fossem desenvolvidas um pouco mais essas questões desses princípios de direito: transparência, explicabilidade, devido processo legal, equidade, igualdade material e não discriminação, que o Filipe colocou.

A SRA. PRESIDENTE (Miriam Wimmer) – Muito obrigada a todos que formularam perguntas.

Profa. Clara, já vou então tomar a palavra aqui para encaminhar a pergunta para a Profa. Dora. Eu queria aproveitar para agregar mais um elemento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prestei muita atenção a sua fala, Profa. Dora. A senhora, claramente, salientou a dificuldade de identificação de responsabilidades nos sistemas de IA, inclusive falando que esses sistemas, muitas vezes, são treinados com várias bases de dados, com várias equipes, ao mesmo tempo salientando a importância de distinguir responsabilidades de desenvolvedores, de fornecedores, de usuário intermediário, de usuário final. E um dos temas que têm aparecido aqui recorrentemente nas falas, inclusive nas perguntas, diz respeito aos riscos de discriminação injusta, de viés. Eu sei que a senhora tem também debatido muito, academicamente, a questão da importância da diversidade, da importância de que diferentes perspectivas e visões de mundo sejam incorporadas na elaboração, no desenvolvimento e no uso dessas tecnologias.

Então, eu queria lhe passar a palavra, Profa. Dora, agregando mais esse elemento. E aqui eu vou ser muito antipática, porque, para que possamos terminar pontualmente, eu vou dar a cada painelista apenas 3 minutinhos para responder, sem prejuízo de que possamos continuar esse debate depois, em outro ambiente.

Então, por gentileza, Profa. Dora. Desde já agradeço.

A SRA. DORA KAUFMAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Vocês me fazem perguntas complexas e me dão três minutos para responder! Eu não tenho essa capacidade de síntese tão incrível, não é?

Bom, a primeira coisa. Eu acho que os princípios gerais – eu já escrevi, já falei bastante sobre esses princípios gerais, que eles foram elaborados, a base deles, a origem tem a ver com o evento de 2017 –, eu acho que eles não dão conta. Eu acho que eles são a capa de todas as regulamentações, de tudo, mas eles não dão conta. Aí há toda uma discussão de por que eles não dão conta. Eles não têm aplicabilidade prática.

Criar um marco regulatório para a inteligência artificial não é trivial. Se fosse, nós já teríamos vários no mundo, principalmente na Europa. Então, isso é uma constatação; é claro, há dificuldade. Ninguém ainda conseguiu. O que nós temos já aprovado e já em vigência é na China, mas a China não é, na minha visão, uma referência, porque ela tem um sistema de poder completamente diferente. Então, não dá para o Ocidente tomar como referência plenamente o que acontece na China.

Essa questão da opacidade que a Estela levantou não é uma visão definitiva, mas, assim, a técnica que existe hoje, que permeia a maior parte das implementações hoje, que é essa técnica com que eu acho que todos vocês têm familiaridade, o chamado, em inglês, *deep learning*, tem essa característica. A tal da opacidade tem a ver com como é que os algoritmos estabelecem correlações nas bases de dados, mas, como eu disse antes, e isso eu gostaria que fosse considerado com relevância, quando foram citados os principais sistemas utilizados no mundo que causaram os maiores danos, a origem do problema não estava nessa opacidade intrínseca ao sistema. Estava nas decisões, nas variáveis que os desenvolvedores escolheram na elaboração do sistema e na base de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são dois elementos que, até agora – a experiência do mercado, a experiência prática, real, tem mostrado –, são os dois originadores de grande parte dos problemas causados pelo sistema de IA, e esses dois são passíveis de auditoria. O meu ponto é assim: nós temos que entender as restrições da tecnologia e focar naquilo que a gente pode resolver. Isso já vai significar uma mitigação das penalidades negativas extremamente significativa.

Eu acho que os três minutos já foram...

Eu imagino – por isso que eu nem me preocupei em fazer uma crítica ao PL 21/2020, porque já fiz isso numa audiência da Câmara lá atrás –, eu acho, que a Comissão de Juristas vai propor elaborar um substitutivo muito mais completo, contemplando todas essas discussões que estão acontecendo desde julho do ano passado, quando foi feita a primeira audiência pública da Câmara para avaliar o PL 21 de 2020. Então, é esta a minha expectativa: que o Senado, começando pela Comissão de Juristas, traga soluções e propostas muito mais robustas.

Para finalizar mesmo: é fundamental saber que já vai ser uma grande contribuição mitigar os riscos, que tem que levar em conta as restrições da própria tecnologia. Se não se entender quais são essas restrições, vai ser inócuo tentar. Não adianta a gente falar assim: temos que reduzir ou temos que eliminar todas as discriminações.

Também é importante pensar no que nós temos. Se a gente não tiver o sistema automatizado por inteligência artificial, de decisão automatizada, o que nós temos? Qual é a opção? Qual é a alternativa? São as decisões das pessoas, e as decisões das pessoas são absolutamente enviesadas. Então, essa comparação também é importante de se ter, senão fica parecendo que nós temos uma sociedade igualitária, sem desigualdade, sem preconceitos, sem pressupostos e, de repente, tem um sistema de decisão automatizada que vai subverter toda essa harmonia que nós vivemos em sociedade.

Então, eu acho que qualquer regulamentação tem que focar no que é mais prioritário. Então, tem que ter foco, tem que ter uma perspectiva realista, e eu acho que tem que pensar também que não vamos, nem com esse marco civil, com esse suposto marco civil da inteligência artificial, nem com qualquer regulamentação, nem com qualquer diretriz, resolver os problemas da sociedade.

Então, é isso. É só o marco civil da inteligência artificial que crie diretrizes, que crie procedimentos, que balize o que é... Cada agência setorial, cada agência reguladora e fiscalizadora setorial vai propor, vai desenvolver e vai implementar no seu setor específico. Eu acho que isso é muito importante e é uma diretriz.

Eu imagino que a gente vá ter outras oportunidades de debater. Rogo que o documento que vai ser proposto pela Comissão de Juristas venha a público também e que a gente possa fazer uma crítica, fazer sugestões a esse documento. Em suma, que a gente fique...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que o Senado não dê caráter de urgência à finalização desse processo, como foi dado pela Câmara – para mim, não tem nenhuma justificativa esse caráter de urgência –, e que se tenha tempo, tempo para a sociedade discutir.

O tempo para discussão é fundamental sob todos os pontos de vista. Primeiro, os legisladores precisam aprender sobre essa tecnologia tão complexa, senão é difícil... Como é que eu vou votar um instrumento de lei se eu não entendo de que trata a tecnologia? Então, é preciso tempo para essa familiarização dos próprios legisladores.

E, segundo, quando você tem um amplo debate, ele já contribui em si, independentemente do resultado final. O simples fato de debater na sociedade já cria uma consciência, um conhecimento e uma consciência fundamental.

Então, mais uma vez, obrigada. É isso.

Boa sorte à Comissão! A expectativa é muito grande sobre o que ela... São 18 juristas. Eu lamentei desde o início – a Relatora Laura sabe disso, falei várias vezes com ela – o fato de que é uma comissão que só tem juristas. Isso contraria a interdisciplinaridade da temática da inteligência artificial, mas, pelo que eu fui informada, faz parte do regulamento do Senado, só podem ser juristas.

Também me chamou atenção o fato de que, em geral, as comissões têm 180 dias de prazo e essa tem 120. Quer dizer, é um tema muito complexo, mas foi diminuído até o prazo padrão das Comissões do Senado. Espero que isso não comprometa a qualidade do resultado final da Comissão.

Muitíssimo obrigada.

Passei dos três minutos...

A SRA. PRESIDENTE (Clara Iglesias Keller) – Muito obrigada, Profa. Dora Kaufmann, pelas suas contribuições ao longo de toda a nossa audiência.

Também estamos todos muito empenhados em aproveitar esse tempo, em partilhar também as nossas impressões e escutar todos os especialistas, como estamos fazendo aqui nessas audiências.

Parto agora para a Profa. Gabrielle Sarlet.

Professora, peço que fique à vontade para endereçar os comentários e as perguntas conforme desejado. Ainda, se possível, eu gostaria de colocar uma pergunta. Se possível, eu gostaria que a Professora aprofundasse um pouco mais o ponto que fez, já na parte final de sua fala, sobre o devido processo informacional como um pressuposto da regulação de inteligência artificial, o que pode ser interpretado como uma tarefa desafiadora, dado que as técnicas de IA operam com base na disponibilidade e tratamento de grandes volumes de dados, inclusive dados pessoais. Então, eu pediria que a Professora elaborasse um pouco mais sobre qual seria a forma de combinar essas exigências de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

como a tecnologia opera com os pressupostos teóricos de devido processo informacional e até com outros fundamentos da proteção de dados que já constam no LGPD que serão pertinentes para o caso, como o princípio da finalidade, por exemplo.

Por favor, passo-lhe a palavra e peço que observemos o limite de tempo de 3 minutos dado o já adiantado da hora.

A SRA. GABRIELLE BEZERRA SALES SARLET (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada. Obrigada a todos.

Agradeço pela oportunidade de voltar a esse ponto, que, no meu sentir, pode ser um dos maiores desafios, em razão de tudo isso que foi dito e da questão da opacidade e, sobretudo, da forma como nós vamos não só interpretar como manejar esse que me parece ser o direito fundamental implícito à transparência.

De fato, um dos pontos que exsurge dessa interpretação dos dias atuais que mais me leva a falar sobre separação informacional por um lado e, pelo outro, falar sobre o devido processo informacional é exatamente essa radiografia do Estado brasileiro, em que a esfera federal tem aderido, de maneira bastante efusiva e até, no meu entender, bastante irreflexiva, às técnicas de inteligência artificial.

Notadamente, aqui todos os colegas disseram, de forma brilhante, que há diversos tipos de inteligência artificial e, portanto, em razão dessa grande paleta de tecnologias, as quais nós chamamos de inteligência artificial, até se reafirma a necessidade, talvez, de um acordo semântico principiológico, já no próprio substitutivo, para que nós possamos entender exatamente o que nós estamos chamando de inteligência artificial.

No caso da esfera federal, o relatório da transparência digital mostrou que nós temos aí um cenário bastante preocupante. O primeiro cenário preocupante, ou a primeira faceta desse cenário, dá conta, como eu disse, dessa adesão, desse entusiasmo. Por outro lado, nós temos uma estratégia brasileira bastante frágil e ainda um tanto quanto entusiasta, mas sem mostrar, na completude, o que é exatamente essa estratégia, quais são os prazos, quais são os planos e a medida das políticas públicas a serem implantadas.

Assim, o grande tema que chegou no radar foi exatamente a ideia de interoperabilidade como sendo o grande desafio. E me parece que, alinhada à interoperabilidade, que vai, sem dúvida alguma, trazer resultados, inclusive nocivos, para adensar a confusão nesse diálogo, há um problema maior, que é, primeiro, a questão da base de dados, que já foi falada por todos, a base de dados que é o retrato do Brasil, o retrato de desigualdade, o retrato de exclusão. O outro lado, que é a grande mitologia que se atrela à inteligência artificial, é que, como num passe de mágica, esse Brasil, essa radiografia, fosse aparecer sem vieses, em exclusão, sem desigualdade. Esse passe de mágica é mitológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para que a gente possa entender que o Estado tem-se apoiado em inteligência artificial num Brasil desigual, num Brasil em que, graças à divisão digital e ao analfabetismo, nós temos que pensar também que esse mesmo Estado tem utilizado vários mecanismos, inclusive jurídicos, por meio de decretos, para se projetar como uma unidade monolítica informacional, ou seja, adensando, por meio da utilização da inteligência artificial, mecanismo de vigilância e mecanismo de controle, dando, portanto, ao cidadão, uma mínima condição de atuar como protagonista e, portanto, de atuar até mesmo nos direitos que já são consagrados, como o direito à informação, que é constitucionalmente assegurado, mas também com base no direito à explicação, que hoje foi trazido à tona exatamente em razão da promulgação da LGPD.

Parece que o devido processo informacional, Profa. Clara, traz as ideias: 1) da necessidade de se mostrar essa assimetria de modo bem claro; 2) de mostrar a necessidade de se instrumentalizarem a ampla defesa e o contraditório; 3) de se revisitarem alguns pressupostos constitucionais, que, em face do que estamos vivendo na sociedade informacional, parecem não fazer sentido. Parece ser necessário ressuscitar o Darcy Ribeiro para falar um pouco sobre o óbvio, e o óbvio é que a Constituição, bem como o catálogo de direitos e garantias fundamentais, ocupem o lugar central.

Então, em 15 segundos, deixo o meu cordial abraço.

Como eu disse, na verdade, parece-me que essa ligação entre a responsabilidade e a esperança pode ser um caminho. Eu insisto porque, de fato, parece-me que, ao dialogar, alinhavando Bloch e Hans Jonas, talvez a gente tenha a oportunidade de grandes debates, debates que alinham não só a técnica, mas também a discursividade, que é ínsita e que nós somos provocados a produzir de modo a impactar positivamente a realidade brasileira.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Miriam Wimmer) – Muito obrigada, Profa. Gabrielle.

Eu peço desculpas pela antipatia da interrupção, mas, realmente, são muitos temas para discutir. Se pudéssemos, ficaríamos aqui a tarde toda, mas, infelizmente, não é possível

Com isso, quero passar a palavra à Dra. Caroline Tauk.

Além das questões já colocadas, eu acrescentaria um elemento para sua reflexão, se possível. Na sua fala, a senhora falou muito sobre a necessidade de aprimorar a redação do PL no que tange às ideias de transparência e explicabilidade, ao mesmo tempo em que destacou os desafios técnicos associados a essas ideias.

Eu sei, por ser leitora dos seus textos, que a senhora também tem se debruçado sobre questão associadas à propriedade intelectual no campo da inteligência artificial. E a gente sabe, ao mesmo tempo, que, quando se discute propriedade intelectual, muitas vezes isso suscita uma tensão entre as demandas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

proteção dos direitos dos detentores de propriedade intelectual e, de outro lado, as demandas sociais por abertura de dados, por abertura de códigos-fonte, de modo a propiciar justamente a transparência e a explicabilidade.

Então, sob a ótica do nosso debate de hoje, que busca justamente explorar fundamentos e princípios de uma futura regulação, a minha pergunta, acrescentando-a às demais, seria sobre qual seria o ponto de equilíbrio entre essas diferentes demandas, esses diferentes interesses. De que maneira a futura legislação sobre IA poderia tratar do tema?

Muito obrigado, Dra. Caroline. Por gentileza.

A SRA. CAROLINE TAUK (*Por videoconferência*.) – Obrigada pela pergunta, Profa. Miriam.

Eu vou ser bem breve porque quero deixar o Prof. Paulo e o Prof. Prestes falarem.

Sendo bem objetiva então: a gente está falando de um projeto de lei que vai ter aplicação prática imediata depois que ele for aprovado, e isso vai, obviamente, desembocar no Judiciário, porque a gente sabe que, no Brasil, mais cedo ou mais tarde, tudo se judicializa. Então a gente tem que tomar cuidado com cada uma das palavras que estão nessa lei, porque, se não conseguirmos ser bem objetivos, a gente vai gerar um problema que vai desembocar no Judiciário, e a gente não vai ter só 80 Senadores decidindo, a gente vai ter 18 mil juízes brasileiros decidindo a questão, e aí vai ser uma insegurança jurídica bastante evidente.

Com relação a isso que você falou, esse equilíbrio entre o segredo industrial e comercial de um lado e, de outro, a necessidade de transparência: é um problema para o qual a gente não tem uma resposta ainda, mas o que a gente tem tentado fazer no Judiciário é, por mais que existam sistemas de inteligência artificial no Judiciário, que tenham os seus segredos, portanto que tenham os seus códigos-fonte em sigilo que não queiram ser abertos, uma vez que aquele sistema de inteligência artificial foi inserido no sistema público de Justiça, essa garantia ficaria um pouco mitigada, e aí eles teriam, como dever, fornecer à gente mais informações do que se eles estivessem aplicando aquele sistema na iniciativa privada, por exemplo. Então, ao menos dentro do serviço público, que é onde eu atuo e sobre o qual eu posso dar a minha opinião mais fundamentada, seria isto: iniciativa privada que faz parceria com o serviço público ou com o Judiciário em especial... O sigilo da fonte deles, o sigilo comercial, a fonte mesmo, o código-fonte, a gente os torna abertos para fins de controle, de transparência, de auditoria do Judiciário. É o equilíbrio que a gente encontrou por hora.

A SRA. PRESIDENTE (Clara Iglesias Keller. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Caroline Tauk, por todas contribuições aqui hoje e por ter se atido ao tempo nesta última rodada.

Passo agora para o Prof. Edson Prestes, mais uma vez deixando-o à vontade para endereçar os comentários e as perguntas já feitas pelos outros membros da Comissão. E aproveito ainda para adicionar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

e propor que ele aborde o seguinte. Considerando que o senhor participou do processo de elaboração da recente recomendação da Unesco, que trata sobre ética de IA, e que também foi presidente do grupo que criou o padrão, publicado em 2021, sobre ética em sistemas de IA e robótica, eu gostaria de perguntar qual o papel desse tipo de recomendação para o processo sobre o qual esta Comissão se debruça agora e quais seriam algumas recomendações específicas que o Professor gostaria de destacar.

Muito obrigada, Professor. Fique à vontade.

O SR. EDSON PRESTES (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Eu gostaria de começar discutindo equidade e não discriminação, como foi colocado pelo Filipe.

Quando a gente fala sobre inteligência artificial, a gente fala do ponto de vista holístico. Isso significa que a discriminação não é apenas relacionada à saída de um sistema de inteligência artificial. A gente está pensando em equidade de administração, em acesso a toda a infraestrutura necessária para que as pessoas consigam usar a inteligência artificial, ter seus valores e seus dados representados, para que ninguém fique de fora. Então é algo muito mais abrangente. E isso está muito presente, muito forte, na recomendação sobre ética e inteligência artificial, ou seja, não é apenas pensando no sistema, mas é como chegar nesse sistema, porque, se nós não melhorarmos nossas escolas, as pessoas não vão conseguir ter acesso a esse novo universo; se nós não melhorarmos a nossa infraestrutura digital, por exemplo, o acesso à internet, elas não vão ter seus dados representados, e isso vai impactar nos sistemas que elas vão utilizar.

Quanto à recomendação sobre ética e inteligência artificial: a ideia dessa recomendação é que ela possa servir como bússola para que os países estanciem suas estratégias nacionais de inteligência artificial, assim como guiar a maneira como as empresas e a sociedade civil devem atuar nesse tema. Por isso é que ela teve um grupo de desenvolvimento bem amplo em termos de conhecimento e ela teve também um escrutínio muito amplo, já que ela recebeu comentários de diferentes partes do mundo. Então, é um documento muito rico nesse sentido, porque nós ouvimos todos. Nós fizemos reuniões aqui, na América Latina, no Caribe, na Europa, na Ásia, e assim por diante, e fomos coletando as diferentes nuances em termos de princípios, de valores, em termos de atuação do governo e da sociedade civil. Então, nesse sentido, eu recomendaria fortemente olhar essa recomendação com muito cuidado e pegar os elementos básicos ou os elementos como transparência, explicabilidade, que é algo que é fundamental para nós, já que alguns sistemas não são todos inteligência artificial, eles são opacos e, devido a essa opacidade, eles têm que ser tratados de uma forma diferente.

Por exemplo, eu não posso simplesmente fazer um sistema para fazer uma cirurgia robótica baseado em *deep learning*. Como eu vou saber se a cirurgia final vai estar 100% correta? Ou, de repente, eu não vou ter um sistema baseado em *deep learning* que vai tomar uma decisão de vida ou morte, tem que ter humano na atuação desse sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesse sentido, existe alguns avanços na sociedade de que eu faço parte e, por sinal, o padrão que eu presidi... Nós publicamos muito recentemente, foi no final do ano passado, um padrão técnico sobre transparências e sistemas autônomos. Transparência não é somente pegar o código e fornecer aos auditores. Existem diferentes níveis de transparência e existem transparências, por exemplo, do nível zero e do cinco, e existem mecanismos para diferentes tipos de audiência. Por exemplo, a informação que você vai coletar e que vai ser fornecida por um auditor vai ser diferente de um usuário final, vai ser diferente de uma pessoa que está fazendo depuração no sistema. Então, esses diferentes níveis foram discutidos dentro de um grupo internacional de padronização e um padrão foi estabelecido.

E aí vem aquilo que eu havia comentado sobre utilização de normas técnicas. Você poderia, por exemplo, ter um sistema de inteligência artificial onde tem um certificado de que ele obedece determinados padrões e que ele está seguindo o nível zero, um, dois, três, quatro ou cinco. E, baseado nesses níveis, você pode dizer que esse tipo de sistema não pode atuar nesse tipo de modalidade, nessa situação crítica, nessa situação que não é tão crítica, e assim por diante.

Em termos da discussão sobre a nossa sociedade ser enviesada e o sistema ser enviesado, pode-se pensar assim: "Ah, não vou conseguir eliminar o viés do sistema porque a sociedade está enviesada.". A gente tem que pensar também o seguinte: você consegue pegar aquela pessoa que discriminou outra e perguntar por que ela não concedeu determinado crédito ou por que ela julgou aquela pessoa A como sendo mais criminosa do que uma pessoa B, coisas que você não consegue fazer com o sistema. São coisas diferentes, observam? Você consegue questionar, você consegue exigir a transparência, o que é diferente num sistema de inteligência artificial. E como é que se faz esse desenviesamento? Tem técnicas matemáticas para fazer isso.

Em termos de como atender os direitos fundamentais, isso é um ponto crítico que, por sinal, está agora em debate no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Nós conseguimos, no grupo de que eu participo, fazer com que eles criem uma nova visão sobre direitos humanos no contexto digital. Esta interpretação é muito importante: como é que a gente mapeia os princípios de direitos humanos no ambiente digital? Esse *gap* não é muito claro, e é por isso que a gente precisa ter esse ambiente multidisciplinar.

Acho que o meu tempo terminou.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Miriam Wimmer) – Muito obrigada, Prof. Edson pelas suas contribuições.

Passamos, então, ao nosso último painelista, o Prof. Paulo Rená.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir que ele, além de tocar nos temas que já foram aqui suscitados, abordasse um assunto que ele mencionou na sua fala, que é o tema da discriminação e do racismo algorítmico. Então, a minha questão seria considerando os fundamentos da regulação de IA e, mais especificamente, essas exigências de não discriminação e igualdade social, que são particularmente relevantes aqui no nosso país. Na sua opinião, Prof. Paulo, quais seriam os mecanismos ou os aspectos da operação de IA que precisariam ser contemplados no texto da lei para refletir essas preocupações?

Por gentileza, Prof. Paulo, três minutinhos.

O SR. PAULO RENÁ DA SILVA SANTARÉM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Miriam.

Bom, eu quero destacar, até em diálogo com o Prof. Edson na questão da possibilidade de uma explicabilidade dos limites e também com o que falou a Dra. Tainá Junquilho, que é importante que a gente afirme a explicabilidade. O limite em que ela vai ser aplicada, obviamente, a gente vai discutir depois, tanto quanto a gente afirma a igualdade, e depois a gente discute se a gente vai ter cotas, se a gente vai ter reserva de vagas etc. Mas, se a gente não afirma categoricamente que, mais do que igualdade formal, a gente precisa de igualdade material, a gente fica andando em círculos, reproduzindo diversas formas de exclusão.

Então, por exemplo, a garantia do direito à revisão humana de decisões inteiramente automatizadas – acabou ficando a LGPD sem essa garantia – e outra preocupação minha olhando para o 21, de 2020: não tem nenhum limite para a aplicação de inteligência artificial no âmbito da segurança pública. A gente está no debate da LGPD penal e não tem nada no texto que fale que, para a segurança pública, tem que ter qualquer tipo de salvaguarda.

A gente tem uma movimentação social pelo banimento do uso de reconhecimento facial na segurança pública, de maneira geral, muito por conta de esse tipo tecnologia ter se mostrado inafastavelmente racista. O Twitter não consegue explicar, de fato, porque que o *crop* da imagem dele retirava o Obama e deixava até um cachorro branco. Se ele não consegue explicar, ele tem que não oferecer essa ferramenta! É esta a ideia da explicabilidade: se você não consegue explicar porque é que a sua ferramenta comete uma discriminação, ela não pode ser oferecida para o público.

Então, uma proposta que a gente ainda vai amadurecer é, a partir do compromisso do Brasil, não só da Constituição da República e da Lei 7.716, de 1989... Mas, repito, o Brasil sancionou a Convenção Interamericana firmada na Guatemala em 2013 – assinou agora, em 2022, o decreto –, e lá tem os arts. 1°, 3°, 4° e 7°, que definem o que é discriminação racial, o que é discriminação racial indireta, o que é racismo, o que é intolerância. E a gente tem que assumir o compromisso de ser antirracistas, porque, senão, vai se reproduzir o racismo que vai estar nos bancos de dados. Se a gente for pegar bancos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

dados de prisão, a gente vai ter racismo. Se for reproduzir esse dado para poder dizer onde tem que ter mais policiamento, a gente vai, invariavelmente, reproduzir o racismo.

Então, a proposta que a gente vai apresentar é a ideia de uma proteção contra o racismo, a discriminação racial e as intolerâncias correlatas. Em que termos? Nos termos da convenção: prevenir, eliminar, proibir e punir o uso de sistemas para fins de distinção, exclusão, restrição ou preferência, inclusive com base em raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica que tenha o propósito ou o efeito de anular ou restringir o reconhecimento público ou o exercício em condições de igualdade de qualquer direito individual ou coletivo. É uma abstração, mas, de novo, sendo afirmada, a gente começa a já ter em que limite ela se aplica.

E o último ponto é a ideia de incluir, entre os princípios da lei, o antirracismo, expressamente, como obrigação de que sejam identificados e eliminados os vieses que ocasionem desigualdades raciais por qualquer vínculo causal entre o fenótipo e o genótipo de um grupo ou de uma pessoa com o seu traço intelectual, cultural, seu comportamento ou sua personalidade. Um compromisso desse, não afirmado, vira discussão de "se"; com um compromisso desse afirmado, a gente avança para o "como". E acho que a gente já passou da fase de... É sempre bom debater filosoficamente quais são as questões, mas, no processo legislativo, produzir um PL como esse do 21/2020 é desesperador.

Mas, de novo, reforço minha plena confiança no trabalho desta Comissão, que, certamente, vai contribuir enormemente não só pelas audiências, mas também pela qualidade de seus integrantes.

Muito obrigado, Miriam, muito obrigado, Clara e demais colegas de mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Clara Iglesias Keller. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Prof. Paulo René e muito obrigada a todos os contribuintes da nossa audiência de hoje. Foi um prazer escutá-los, assim como suas valiosas contribuições. Agradeço a presença dos meus colegas da Comissão de Juristas que acompanharam este dia de trabalho, em especial a minha co-moderadora, Dra. Miriam Wimmer, com quem é sempre um prazer trabalhar.

Boa noite a todos!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Miriam Wimmer) – Boa tarde, pessoal!

Com isso, declaramos encerrada a primeira audiência pública da Comissão de Juristas lembrando que amanhã tem mais.

Obrigada a todos.

Boa tarde!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 03 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência de Fabricio da Mota Alves, reúne-se a Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em três partes: **1ª Parte - Audiência Pública: Painel 4 – Contexto econômico-social e benefícios: desenvolvimento sustentável e bem-estar; concorrência e inovação; consumo e marketing, pesquisa e desenvolvimento de IA; bases de dados, direito autoral e mineração. Finalidade:** Painel 4 – Contexto econômico-social e benefícios: desenvolvimento sustentável e bem-estar; concorrência e inovação; consumo e marketing, pesquisa e desenvolvimento de IA; bases de dados, direito autoral e mineração. **Participantes:** Dra. Samanta Oliveira, Líder do Comitê de Proteção de Dados da ABO20 e DPO Brasil do Mercado Livre; Dra. Mariane Schettert, Presidente do instituto Igeoc e membro do Observatório Político do Setor de Serviços; Dra. Rosilda Prates, Presidente Executiva da P&D Brasil; Dr. Allan Rocha de Souza, Professor da UFRJ, PUC-RJ e IBDAUTORAL; Dra. Rogéria Leoni Cruz, Diretora Jurídica e DPO do Hospital Israelita Albert Einsten; e Gustavo Xavier de Camargo, Representante da P&D Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Audiência Pública: Painel 5 – Experiências setoriais: Segurança pública, execução de políticas públicas, inovação na indústria, transformação digital nas empresas, proteção à criança**. **Finalidade:** Painel 5 – Experiências setoriais: Segurança pública, execução de políticas públicas, inovação na indústria, transformação digital nas empresas, proteção à criança. **Participantes:** Dr. Pedro Hartung (representante de: Instituto Alana); Dra. Crisleine Yamaji, Gerente Jurídica de dados pessoais da FEBRABAN e Professora de Direito Privado do IBMEC-SP; Dr. Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Brasscom; Dra. Gianna Cardoso Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e Dr. Bruno Jorge, Representante da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). **Resultado:** Audiência pública realizada. **3ª Parte - Audiência Pública: Painel 6 – Inteligência artificial e riscos: gradação de riscos; hipóteses de riscos inaceitáveis e princípio da precaução**. **Finalidade:** Painel 6 – Inteligência artificial e riscos: gradação de riscos; hipóteses de riscos inaceitáveis e princípio da precaução. **Participantes:** Dra. Maria Cecília Oliveira Gomes, Data Privacy Brasil; Dra. Priscila Lauande Rodrigues, Advogada e Pesquisadora - Sapienza Università di Roma/USP; Dr. André Lucas Fernandes, Representante do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec); Dr. João Paulo Cândia Veiga, Professor da USP - Center for AI (USP/FAPESP/IBM); e Dra. Heloisa Estellita, Professara da FGV - SP. **Resultado:** Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/29

O SR. PRESIDENTE (Fabricio da Mota Alves) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Temporária Interna destinada a subsidiar a elaboração de minuta de substitutivo para instruir a apreciação dos Projetos de Lei n°s 5.051, de 2019; 21, de 2020, e 872, de 2021, que têm como objetivo estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, que será dividida da seguinte maneira: Painel 4 – contexto econômico-social e benefícios: desenvolvimento sustentável e bem-estar; concorrência e inovação; consumo e *marketing*, pesquisa e desenvolvimento de inteligência artificial; bases de dados, direito autoral e mineração. Quanto à duração do painel, está previsto para ter início agora, às 9h; sua conclusão será às 10h45.

São convidados hoje: Dra. Rosilda Prates, Presidente Executiva da P&D Brasil, que veio acompanhada do Dr. Gustavo Xavier de Camargo, Assessor Jurídico da P&D Brasil; Dra. Samanta Oliveira, Líder do Comitê de Proteção de Dados da ABO2O e DPO Brasil do Mercado Livre; Dra. Mariane Schettert, Presidente do Instituto Geoc e membro do Observatório Político do Setor de Serviços; Dr. Allan Rocha de Souza, Professor da UFRJ, PUC-RJ e IBDAutoral; Dra. Rogéria Leoni Cruz, Diretora Jurídica e DPO do Hospital Israelita Albert Einsten.

Logo em seguida, teremos o Painel 5 – experiências setoriais: segurança pública, execução de políticas públicas, inovação na indústria, transformação digital nas empresas, proteção à criança. Previsão de início às 10h45 e conclusão às 12h30.

Convidados: Dr. Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Brasscom; Dra. Mariah Rafaela Silva, Pesquisadora da UFF e O Panóptico; Dr. Pedro Hartung, representante do Instituto Alana; Dra. Gianna Cardoso Sagazio, Diretora de Inovação da CNI; Dr. Bruno Jorge, representante da ABDI; Dra. Crisleine Yamaji, Gerente Jurídica de dados pessoais da Febraban e Professora de Direito Privado do IBMEC-SP.

Por fim, o Painel 6 – inteligência artificial e riscos: gradação de riscos; hipóteses de riscos inaceitáveis e princípio da precaução, com início previsto às 14h e finalização às 15h45.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convidados: Dra. Maria Cecília Oliveira Gomes, Data Privacy Brasil; Dra. Joamila Brito, Cientista de Dados e membro da Rede PretaLab; Dra. Priscila Lauande Rodrigues, Advogada e Pesquisadora, Sapienza Università di Roma; Dr. André Lucas Fernandes, representante do IP.rec; Dr. João Paulo Candia Veiga, Professor da USP; Dra. Heloisa Estellita, Professora da FGV-SP.

Esclareço que o tempo de cada convidado será de 15 minutos.

Este primeiro painel será moderado pelos membros da Comissão, a Dra. Mariana Valente e o Dr. Victor Marcel Pinheiro.

Passo a palavra, então, aos moderadores, na pessoa da Dra. Mariana, para que faça, então, a condução dos debates com os participantes presentes e os participantes virtualmente presentes.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mariana Giorgetti Valente. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Eu gostaria de saudar o senhor primeiro, Dr. Fabricio da Mota Alves; o Sr. Presidente da Comissão, Ministro Villas Bôas Cueva; a Sra. Relatora, Laura Schertel Mendes; os Senadores e as Senadoras presentes; meu colega moderador do painel, Sr. Victor Marcel Pinheiro e todas as pessoas que nos assistem, em nome da Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de um substitutivo sobre inteligência artificial.

Como disse o Dr. Fabricio, hoje damos início ao segundo eixo das audiências públicas. Ontem, em três painéis, nós discutimos temas relacionados aos conceitos, compreensão e classificação de inteligência artificial; e hoje o dia se destina à colheita de subsídios de especialistas sobre os impactos da inteligência artificial, tendo em vista, em última instância, as contribuições para o marco legal que estamos aqui discutindo.

Eu saúdo, então, os participantes e agradeço a disponibilidade, especialmente dos convidados e convidadas.

Gostaria de passar a palavra para o meu colega Dr. Victor Marcel Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Victor Marcel Pinheiro. *Por videoconferência*.) – Desejo um bom-dia a todos e a todas que estão presentes aqui virtualmente e presencialmente no Senado Federal e também nos acompanhando pela TV Senado, pelo YouTube do Senado.

Queria cumprimentar todos colegas aqui de Comissão na pessoa Dr. Fabricio, que hoje está presidindo os trabalhos aí na sede do Senado Federal.

Queria cumprimentar também a Profa. Mariana Valente, minha colega aqui de comoderação da nossa mesa; cumprimentar todos os especialistas que gentilmente cederam o seu tempo para estar conosco aqui e debater temas tão importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, desde ontem, já começamos os debates e as reflexões sobre as diversas dimensões dessa nova tecnologia nos âmbitos mais diversos da vida social, especialmente com o referencial no Brasil, embora ela seja uma tecnologia de aplicação global. E acredito que esse painel de hoje tem a importância fundamental de mostrar realmente diversos benefícios e alguns dos riscos associados, obviamente, que essa tecnologia traz para essas diversas dimensões do nosso dia a dia, seja no consumo, seja para fins de pesquisa e educação, seja para fins de serviços de saúde, para fins de liberdade de expressão e democracia. Então, nós estamos muito animados com os nossos especialistas neste painel para podermos conhecer e aprender um pouco mais sobre quais são os impactos positivos e riscos associados à inteligência artificial nos diversos setores de suas atuações.

Então, como o Dr. Fabricio pontuou, cada convidado vai ter 15 minutos para sua exposição; na sequência, nós fazemos uma abertura para perguntas dos membros da Comissão e debate com os nossos convidados.

Então, sem mais delongas, eu queria passar a palavra para a Dra. Rosilda Prates, que está presente aí no Senado Federal. Agradeço e peço para nossa Secretaria fazer a passagem da palavra para a Dra. Rosilda.

A SRA. ROSILDA PRATES – Um bom-dia a todos.

Dr. Fabrício, Presidente desta Comissão, muito obrigada pela oportunidade de estarmos aqui. Agradeço também à Mariana e ao Dr. Victor pelo ambiente absolutamente propício no compartilhamento de informações e de expectativas, tanto do setor privado quanto da sociedade.

Eu sou Presidente Executiva da P&D Brasil, uma associação de indústrias que tem como DNA desenvolver tecnologia e uma área de P&D (pesquisa e desenvolvimento) tecnológicos bem estruturados, mas também faço parte de vários fóruns importantes dentro do próprio Governo, inclusive do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e do próprio Cati, que é um comitê de avaliação de tecnologias e investimentos em P&D, entre outros comitês de 4.0.

Então, a P&D Brasil tem uma preocupação muito importante em colaborar e em trazer as expectativas e as necessidades do setor produtivo, principalmente das empresas de base tecnológica nacional.

Então, eu gostaria que pudesse passar a apresentação, por favor.

De forma bem sucinta, mostramos o porquê da importância de estarmos aqui conversando e compartilhando algumas informações bem importantes.

A P&D Brasil é uma associação de indústrias de desenvolvimento tecnológico nacional que tem como finalidade agregar as empresas que têm este DNA de investir em P&D agressivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por gentileza.

Aqui, para dar uma contextualização rápida, nós temos um total de R$32 bilhões de faturamento, mas o mais importante é que, em função deste nosso DNA de desenvolver tecnologia e de investir agressivamente em P&D, a gente tem capacidade de exportação de quase um terço do total do nosso faturamento. No ano de 2020, a gente teve um investimento em P&D de quase R$1 bilhão. Isso deixa clara a importância do tema que hoje a gente está discutindo, o de inteligência artificial, porque ele é uma agenda absolutamente relevante na evolução tecnológica, na transformação digital, na inclusão digital e na capacidade de a tecnologia ser um indutor da melhoria da qualidade de vida do cidadão e do bem-estar do cidadão.

A P&D Brasil tem 10% do seu RH em pesquisa e desenvolvimento, nas áreas do conhecimento, justamente com esta preocupação de que as tecnologias sejam transformadoras. Para a P&D Brasil, inovação existe quando ela impacta efetivamente o ambiente, quando a sociedade é impactada por ela, quando a inovação e o produto chegam à sociedade. Por isso a inteligência artificial, como uma agenda absolutamente importante para esta nova onda, para este novo momento da tecnologia, é um tema, então, de absoluta responsabilidade, mas com foco na sua criticidade, na sua finalidade.

Pode passar, por gentileza.

A P&D Brasil, então, tem um investimento agressivo em P&D. Aqui a gente traz um diferencial importante das indústrias de base tecnológica nacional. O Brasil tem um dispêndio médio em P&D em relação ao PIB de 1,14%. Na P&D Brasil, o nosso dispêndio em P&D em relação ao faturamento bruto é de 2,86%. Ele é uma relação direta com o mesmo índice que os Estados Unidos hoje aplicam em pesquisa e desenvolvimento. Em relação ao nosso faturamento incentivado, ou seja, o faturamento que advém do estímulo de políticas e incentivos, como a Lei de Informática, nós investimos 16% em pesquisa e desenvolvimento.

Por isso este debate relacionado à tecnologia, à sua aplicação e à sua regulamentação é absolutamente importante e necessário para a discussão do conteúdo de que as empresas precisam ter previsibilidade, orientação e responsabilidade no uso da tecnologia, sabendo até onde ela pode contribuir e intervir na vida do cidadão.

Por gentileza...

Aqui é só para os senhores e as senhoras terem uma ideia dos ambientes de desenvolvimento tecnológico da P&D Brasil. A gente está, então, presente em automação bancária, automação industrial, energia, informática, redes, semicondutores, segurança, Telecom e ICTs.

Dentro da P&D Brasil a gente tem oito institutos de pesquisa, porque o que nos une, o que nos agrega é esse forte DNA de investir em P&D. Então, hoje a gente traz aqui algumas informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

importantes com relação à preocupação da indústria quanto à construção de uma regulamentação que estimule o ambiente com a responsabilidade, mas também com a preocupação de não amarrar os incentivos, a expectativa do investimento em P&D. Então, a gente precisa olhar o desenvolvimento tecnológico com esse olhar da finalidade, não é?

E aí eu gostaria de passar a bola para o nosso colega Gustavo Xavier, que é da nossa assessoria jurídica lá na P&D Brasil e pode complementar essa minha fala com questões mais técnicas e com o que a gente apurou internamente na contribuição do nosso GT com relação a esse tema.

Por favor, Gustavo.

O SR. GUSTAVO XAVIER DE CAMARGO – Muito obrigado, Dra. Rosilda.

Bom dia.

Dando continuidade à apresentação, é importante destacar que, do ponto de vista da indústria nacional, as tecnologias baseadas em inteligência artificial são absolutamente estratégicas, e elas são estratégicas em duas perspectivas, não é? A primeira, no desenvolvimento das próprias soluções: a indústria nacional desenvolvendo soluções baseadas em inteligência artificial. Mas também uma outra perspectiva bastante relevante é a indústria brasileira consumindo, não é? Ela é usuária, a indústria brasileira é usuária de soluções baseadas em tecnologia da informação e em tecnologias baseadas em inteligência artificial. Então é bastante relevante a gente observar que a inteligência artificial é aplicada, por exemplo, na otimização de processos industriais, otimização de processos logísticos, nas estruturação e racionalização das cadeias de suprimento. Existem uma série de aspectos, de melhorias que os sistemas de inteligência artificial trazem para os próprios processos produtivos.

Então é bastante importante a gente observar, na regulação de inteligência artificial, a existência de sistemas que podem gerar mais altos riscos e sistemas que podem gerar menos riscos, não é? As aplicações industriais, muitas vezes, são áreas onde a inteligência artificial gera baixo risco.

Essa visão baseada em risco é superimportante no momento de regulação efetiva da inteligência artificial, e é muito relevante, é muito importante que se leve em consideração a finalidade específica do uso do sistema de inteligência artificial, para a definição do risco.

Ontem o Prof. Fabro foi muito preciso no exemplo que ele deu sobre os veículos autônomos. O risco associado a um veículo autônomo utilizado nas fazendas, em processos agrícolas para plantio de sementes, por exemplo, é um risco muito diferente do risco associado a veículos autônomos que andam nas ruas, carros autônomos, não é? Então, a ideia de regulação baseada em risco e os riscos baseados na definição de finalidades específicas, isso é um aspecto bastante relevante, e essa diferenciação pode gerar um impacto muito grande não só na possibilidade de criação de soluções baseadas em inteligência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

artificial pelas indústrias brasileiras, mas também na adoção de soluções baseadas em inteligência artificial pelas indústrias brasileiras.

Então, quando a gente fala de regulação de inteligência artificial, nós falamos de uma regulação com um alto impacto econômico, porque a inviabilização de uma determinada tecnologia num processo industrial, em que essa tecnologia gera um baixo risco por excesso de obrigações regulatórias, pode gerar um resultado econômico bastante prejudicial para a indústria brasileira e para o desenvolvimento tecnológico brasileiro.

Outro aspecto bastante relevante, bastante importante com que a gente tem que se preocupar no processo de regulação é com relação às regras de responsabilidade civil. As regras de responsabilidade civil precisam também seguir essa sequência, essa perspectiva baseada em riscos. A gente precisa pensar a regulação e a alocação de responsabilidades baseada no risco e o risco baseado nas finalidades.

Essa perspectiva de responsabilidade baseada em riscos já foi suscitada, por exemplo, na resolução do Parlamento europeu sobre regime de responsabilidade aplicável à IA de 2020, em que o regime de responsabilidade subjetiva foi aplicado para as soluções baseadas em inteligência artificial de baixo risco. Então, é bastante importante a gente estabelecer um regime claro de responsabilidade civil, que leve em conta as categorias de risco das soluções baseadas em inteligência artificial, o.k.?

Outro ponto bastante relevante para se tratar na questão da regulação, do ponto de vista da indústria, na perspectiva da indústria, é a existência de um ambiente regulatório que incentive a inovação. A inteligência artificial é um grande vetor de inovação. A gente está entrando em uma nova geração de desenvolvimento tecnológico e o Brasil não pode ficar de fora desse processo de participação dessa nova geração de tecnologias como um *player* global. Então, a legislação precisa trazer sim uma regulação que permita o desenvolvimento de inovação, com *sandbox* regulatórios e outros mecanismos que viabilizem a inovação e que se crie um ambiente em que a inovação possa prosperar e a regulação venha a acontecer em cima dos processos evolutivos da própria tecnologia.

Um outro ponto bastante relevante e que também foi discutido na audiência pública de ontem diz respeito ao órgão de controle, à definição dos órgãos de controle. E essa é uma definição que, do nosso ponto de vista, precisa vir na lei, a lei precisa definir o modelo de regulação ou a existência de um órgão regulatório central, pelo menos para que esse órgão regulador central dê as bases de regras para aplicação das tecnologias de inteligência artificial e possa coordenar também as regulações setoriais, porque inteligência artificial é o tipo de tecnologia muito difícil de ser regulada de forma central.

A gente vai precisar que o sistema de regulação também seja visto do ponto de vista setorial. Como a gente está falando de aplicações específicas, de olhar os riscos a partir das finalidades específicas, isso gera uma necessidade regulatória também setorial. Então, é bastante importante a gente estabelecer quais vão ser essas regras e como esse processo vai acontecer, esse trâmite de responsabilidades regulatórias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

um órgão central, se ele vier a existir, e dos órgãos setoriais que vão ficar responsáveis pela regulação e pela fiscalização também do ponto de vista setorial.

Outro ponto bastante relevante é o estabelecimento de regras claras das responsabilidades fiscalizatórias e também dos sistemas sancionatórios. A LGPD fez isso com muito sucesso do ponto de vista da definição do arco sancionatório. A gente tem um arco sancionatório bastante preciso na LGPD. Então, essa ideia de um arco sancionatório pré-definido também ajuda a dar estabilidade para a indústria e facilita o ambiente competitivo.

Outro ponto bastante relevante do ponto de vista da atuação dos órgãos de controle, dos órgãos de fiscalização está na ideia de divisão das responsabilidades pelos atores na cadeia de valor da inteligência artificial.

Ontem também o professor trouxe uma ponderação bastante relevante no sentido de que uma determinada aplicação pode conter dezenas de sistemas de inteligência artificial embarcadas. Então, para uma determinada finalidade eu posso ter diversos sistemas de inteligência artificial e cada um dos *players* que fornecem esses sistemas individuais tem um grau de responsabilidade com relação à sua participação na solução global. No processo de fiscalização e de sanção do órgão responsável pelo controle regulatório, a gente precisa levar em consideração exatamente esse fluxo, essa cadeia, que muitas vezes é muito complexa, de fornecedores que compõe uma determinada solução específica, sob o risco de termos uma situação regulatória que possa prejudicar as pontas mais frágeis do processo de fornecimento.

A gente tem que sempre levar em consideração que a proporção de responsabilidade de um *player* é muito diferente da de outro. Eu posso ter, no oferecimento de soluções baseadas em inteligência artificial, a atuação de *startups*, de empresas de menor porte, e essas empresas têm, muitas vezes, um nível baixo de participação no aporte de tecnologia baseada em inteligência artificial frente a outros *players* que compõem a mesma solução. Então, entender esse *accountability* separado por fornecedor é bastante importante no processo de fiscalização e de aplicação de sanções.

Bom, acho que esse é o contexto geral que nós gostaríamos de passar.

E, como última mensagem, a gente gostaria só de reforçar que inovação tecnológica e proteção a direitos fundamentais não são excludentes; elas podem ser harmonizadas.

E um dos grandes legados dessa legislação certamente será esse processo de harmonização entre a inovação e a proteção de direitos fundamentais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mariana Giorgetti Valente. *Por videoconferência*.) – Agradeço muito, em nome da Comissão, a contribuição de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E gostaria de, imediatamente, convidar a Dra. Samanta Oliveira, que é líder do Comitê de Proteção de Dados da ABO2O e DPO do Mercado Livre Brasil – desculpe; me corrija, se falei errado –, a palavra é sua.

A SRA. SAMANTA OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Bom dia! Bom dia a todos e todas!

Quero começar parabenizando a Comissão de Juristas pelo esforço e dedicação no estudo do tema. Sabemos dos desafios e oportunidades a ele atinentes e depositamos, nesse processo democrático, do qual tenho a honrosa missão de participar, o desejo de um marco legal para a inteligência artificial que equilibre direitos fundamentais, inovação e, a partir disso, torne o nosso país uma referência a ser seguida.

Cumprimento meus colegas de mesa, os integrantes da Comissão de Juristas, na pessoa da Dra. Mariana Valente, do Dr. Victor Pinheiro, que mudaram esse painel, no qual a discussão se debruça sobre o contexto econômico-social e os benefícios da IA. Minha fala de hoje representa, aí, sim, a nossa associação, a ABO2O, e não exclusivamente posicionamentos do Mercado Livre, porque, assim, entendo que posso trazer informações do setor e ampliar o objeto de discussão.

Para contextualizar a dimensão do tema de IA, cuja regulação se pretende alcançar, vale parafrasear o Fabio Rua, em sua contribuição no livro *Inteligência Artificial: Sociedade, Economia e Estado*. O Brasil sozinho concentra 42% dos projetos de desenvolvimento da IA na América Latina. Segundo um estudo da consultoria Everis, em parceria com o instituto Endeavor, o número de empresas que criam soluções de IA no país subiu de 120, em 2018, para 206, em 2020, e continua crescendo progressivamente. De modo agregado, o estudo calcula que o volume de vendas na região gerou em torno de 4,2 bilhões no período, propiciando a criação de 38 mil novos postos de emprego. Vale destacar também que o perfil desses investidores que têm acreditado na expansão do mercado de IA na América Latina, ainda segundo a Everis e a Endeavor, se alteram entre capital semente, representando 49%, seguido aí de investidores anjos, de 23% do total, e o remanescente de 18%, outros tipos de investidores. Certamente tais números ilustram que a participação de todos os setores, por meio de sua pluralidade de visões, traduz benefícios que fomentam uma sociedade brasileira e mais igualitária.

Acredito que seja por isso, inclusive, que um dos tópicos trazidos ontem foi justamente: há necessidade de regular a IA? Essa é uma pergunta inicial relevante. A segunda seria: o que se deve regular? Em geral, a legislação surge para abordar os anseios da população ou se antecipar quando são identificados os riscos que possam afetar as pessoas. O que observamos no momento não é algo novo. O receio em geral está justamente em não conseguir compreender a dimensão dos riscos que sejam considerados inaceitáveis provocados pelos usos da IA no seu contexto de aplicação, com o que concordamos.

Por isso, acredito que os debates e reflexões anseiam alcançar transparência, ou governança ética e responsável, distanciando-se de preocupações de ordem meramente técnicas atreladas ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento da IA em si. Nesse sentido, parece que uma futura regulamentação deve seguir nessa linha, propor critérios para a classificação de alto risco ou de riscos inaceitáveis, considerando o uso da IA em seu contexto, sem inviabilizar o desenvolvimento da tecnologia, cujo potencial pode implicar ganhos de eficiência e facilidade para a sociedade.

Nesse sentido, a resolução da União Europeia, que já foi apresentada com maior propriedade pelos participantes da audiência de ontem, o Dr. Virgílio e o Dr. Fabro, pode novamente ser utilizada como essa fonte inspiradora.

Falando do atual estágio do desenvolvimento da IA e dos cuidados necessários para um desenvolvimento sustentável dela, ingressando efetivamente como tópico do bem-estar e benefícios, nada melhor do que usar uma referência no assunto para abrir esse tópico.

A OCDE determina que os desenvolvedores da inteligência artificial devem usar a IA para buscar resultados positivos para as pessoas e para o planeta, para aumentar capacidades e criatividades, ampliar a inclusão de pessoas, reduzir desigualdades econômicas, sociais e de gênero, entre outras, inclusive de proteção do meio ambiente. Essa disposição ressalta uma característica importante da IA: ela é uma tecnologia colocada à disposição da sociedade, e não o contrário. Ela pode e deve ser utilizada para diversos propósitos. Enquanto ela estiver sendo desenvolvida e utilizada para agilizar e aprimorar processos, reduzir custos, tornar serviços e políticas públicas mais assertivas e relevantes para o indivíduo, ela vai estar cumprindo o seu propósito.

Um exemplo dessa maximização de eficiências e que já foi inclusive mencionado na audiência de ontem, pela Dra. Tainá, foi a utilização de IA no próprio Judiciário brasileiro, aquela que ficou conhecida com Dr. Victor, cujos resultados, além de materializar o princípio da celeridade processual, entregam acesso à Justiça, direito esse constitucionalmente assegurado a todos os cidadãos. Esses dados podem ser visualizados anualmente no relatório *Justiça em Números*, que é elaborado pelo nosso CNJ.

A IA está, em determinado grau, inserida no nosso dia a dia. Nas relações de consumo, podemos identificar recomendações de músicas, vídeos, notícias, produtos adquiridos e facilitadores de atividades domésticas. Sobre outra vertente, vou citar aqui novamente o exemplo do livro que eu já comentei, dessa vez, a coautoria é da Juliana Oliveira Domingues, atual Procuradora-Chefe do Cade, que citou novamente um documento da OCDE, intitulado *Delivering Better Policies Through Behavioural Insights*, de 2019. O Documento apresenta uma coletânea de diversos estudos sobre a utilização de medidores eletrônicos de energia elétrica, que permitem o acesso instantâneo ao consumo de energia e aos valores das tarifas. Com essas informações, o consumidor pode tomar decisões sobre o seu consumo de energia, evitando a utilização em momentos nos quais as taxas estejam no horário de pico, por exemplo.

De acordo com os resultados apresentados pela OCDE, mais de um estudo afirma que a instalação desses instrumentos acarretou a diminuição do uso de energia elétrica, mostrando a relevância da IA para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fins de execução de políticas públicas no setor de energia. Os exemplos que citei, em especial esse segundo, apontam que a IA torna o consumidor mais consciente sobre suas próprias necessidades de consumo, criando melhores mecanismos de escolha e um mecanismo de compreensão sobre os produtos e serviços que adquire. Esse é inclusive o entendimento da própria Dra. Juliana Domingues, no livro que eu citei, com o qual estou de acordo integralmente.

Em termos de política pública, o mesmo exemplo serviu, de forma valiosa, para contribuir com a maximização e eficiência de políticas que já eram existentes na região. Por outro lado, no setor da saúde, trazemos novamente o exemplo do Projeto Linda, aqui citado pela Dra. Loren, da Abes. O Projeto Linda é baseado no desenvolvimento de uma IA que auxilia no diagnóstico de doença, de câncer de mama, que é a doença número um em morte de mulheres. Para auxiliar os médicos, o Linda desenvolveu um sensor infravermelho capaz de capturar a imagem da mama, e a IA realizar uma análise no banco de dados, com mais de 5 milhões de informações, para dar indicação ao médico se a imagem é suspeita ou não. A decisão é sempre do médico e do paciente, o que também reforça a legitimidade do processo da IA.

Muitas dessas tecnologias são benéficas e facilitam a nossa vida. A IA surgiu como uma tecnologia que possibilita, entre outras coisas, tratar uma grande quantidade de dados. E aqui eu reforço que esses dados podem ter caráter pessoal ou não, identificando características que possibilitem, inclusive, se forem dados pessoais, um tratamento individualizado aderente ou que contribuam com a formação de políticas públicas.

Por isso, enquanto setor privado, entendemos que o mais adequado seria regular as hipóteses da usabilidade dessa tecnologia de forma que ela se torne cada vez mais transparente, o que já se encontra parcialmente tratado no PL 21, de 2020. Ele prevê transparência sobre critérios gerais que orientam a aplicação e o monitoramento da inteligência artificial, e essa deve ser a tônica adotada.

Novamente, apenas destaco que essa é a mesma orientação trazida na resolução da União Europeia. Isso porque, dentro de qualquer espectro de IA, o ciclo de vida da inteligência artificial pode ser dividido em planejamento e modelagem, verificação e validação, aplicação e operação e monitoramento, sendo que os dois primeiros – o planejamento, a modelagem, a verificação e a validação – compõem um ciclo de desenvolvimento primário, por assim dizer, enquanto os demais estão atrelados ao caso de uso contextual, evolução e aprimoramento contínuos da IA.

É importante destacar ainda que existem legislações e regulamentações setoriais que podem e devem ser aplicadas subsidiariamente ou complementarmente às normas do marco legal que aqui tratamos. Isso porque inúmeros setores da economia brasileira já estão submetidos a regulamentações, inclusive sendo supervisionados por autarquias independentes e bem estruturadas, pegando aqui, por exemplo, o setor financeiro, o setor da saúde e fármacos. O uso de IA nesses domínios já está sendo paulatinamente regulamentado, especialmente para endereçar preocupações epistêmicas do sistema, como, por exemplo, normas relativas a gestão e acurácia, qualidade das informações, obrigações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

responsabilização e prestação de contas, obrigações de uso benéfico, transparência, segurança e robustez na análise de impacto, entre outras. Tais regulamentações podem ser objeto de contínua atualização de modo a entender que essas crescentes preocupações sejam endereçadas, ainda que já estejam submetidas a essas determinações, ao uso responsável de IA, prevendo, inclusive, obrigações de transparência e aplicabilidade. Citamos aqui a própria LGPD, o Código de Defesa do Consumidor, o Cadastro Positivo, entre outros.

Na dimensão normativa, em que questões de privacidade e questões éticas ganham relevância, temos a mencionada LGPD como marco normativo relevante a ser observado e também a competência normativa fiscalizatória da ANPD, que vem gradativamente adotando regulamentações, inclusive com previsão de regulamentar o exercício do direito de decisões automatizadas.

Como dito nos painéis de ontem, o modelo de regulação deve facilitar e incentivar a produção de tecnologias de IA por pessoas, empresas e organizações brasileiras para que o Brasil seja não apenas o consumidor, como também o produtor dessas tecnologias. Portanto, o modelo de regulação a ser estruturado deve ser aquele que visa a estimular o ambiente socioeconômico brasileiro, as capacidades de criação de soluções originais em termos de IA e que permitam a mitigação de problemas brasileiros, como desigualdades sociais, de raça e gênero e mudanças climáticas. Por isso, apesar de termos alguns modelos de legislações estrangeiras de IA, esse trabalho conduzido pela Comissão de Juristas é de suma importância para que nós possamos ter em mente as preocupações da sociedade brasileira e dos setores brasileiros econômicos.

Para solucionar essa questão, a IA pode ser dividida em categorias de alto risco e baixo risco: quanto mais arriscada a atividade ser desenvolvida pela IA, maior as restrições impostas à sua aplicabilidade contextual. Uma atividade de alto risco pode ser entendida como aquela que congrega as seguintes características: seja aleatória ou altamente autônoma, que é aquela que não consegue definir parâmetros que foram utilizados para obter os resultados ou que realize a atividade com mínima intervenção humana; dois, seja empregada por um setor que potencialmente causará sérios danos às pessoas, seja utilizada para um propósito que represente risco ao indivíduo, a gravidade do dano que o indivíduo estará sujeito em sua reversibilidade, considerando o direito da pessoa, potencialmente será afetada por ela, a possibilidade do dano se concretizar e o número de pessoas potencialmente afetadas pela utilização da IA.

A regulamentação não deve se dar sobre a tecnologia, mas sobre o uso dela. Quanto mais integrada com outras tecnologias, mais complexa a regulamentação. É preciso definir áreas de risco em que a IA deverá ser regulamentada, como, por exemplo, o setor de segurança pública, que vai ser objeto de um painel subsequente, os tipos que a IA podem trazer riscos em sua própria função. Quando a quando a IA for de baixo risco, por exemplo, a responsabilidade dos seus desenvolvedores deve se encerrar na medida em que demonstrar de forma clara a compreensão e observando os seus segredos comerciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para não me alongar mais, já me encaminhando para o final da minha fala, eu posso sumarizar aqui esse meu entendimento nesse espaço que é necessário um equilíbrio em diversos setores. O poder público deve incentivar o quanto antes o desenvolvimento do mercado de trabalho para que apresentem habilidades adequadas a trabalhar com novas tecnologias da informação, ao mesmo tempo poderá criar um ambiente para a validação das IAs, como foi mencionado, o *sandbox* regulatório. Do lado do setor privado, os desenvolvedores continuarão seguindo os padrões e os parâmetros utilizados pela IA de forma cada vez mais transparente e responsável para que possam continuar desenvolvendo essa nova tecnologia.

Enfim, são essas as minhas singelas contribuições que julgo importante compartilhar com todos nesse precioso tempo que me foi concedido.

Eu fico à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Victor Marcel Pinheiro. *Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer à Dra. Samanta Oliveira. E, já na sequência, passo a palavra para a Dra. Mariane Schettert, do Observatório Político do Setor de Serviços.

Então, Dra. Mariane, a senhora tem a palavra.

A SRA. MARIANE SCHETTERT (*Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia, pessoal.

Muito me honra estar aqui presente nesta Comissão de Juristas sobre inteligência artificial. Agradeço ao Dr. Fabricio da Mota Alves, Presidente da mesa, Dra. Mariana Valente, Dr. Victor Marcel Pinheiro e aos demais presentes do nosso painel.

Eu gostaria de pedir para a Bruna, que está nos ajudando, para colocar o nosso PowerPoint, mas eu posso já seguir, porque eu sei que o nosso tempo é curto.

Eu represento o Observatório Político do setor de serviços, que é uma associação nacional representativa de diversos segmentos do setor de serviços, como telecobrança, medicina diagnóstica, universidades privadas, consórcios, promotores de crédito, recursos humanos, terceirização de mão de obra e *marketing* promocional. O OPS busca não apenas representar o setor perante os ambientes institucionais e governamentais, mas também construir um espaço de debate na construção de ideias e atuação em defesa do setor de serviços.

Prestamos suporte para a Frente Parlamentar do Setor de Serviços e fornecemos subsídios técnicos e apoio operacional das atividades.

Eu gostaria – antes de entrar aqui no tema propriamente, que é as relações com o mercado – de falar um pouco de que a IA já está presente na nossa vida de várias formas. Eu fiz uma reflexão sobre isso, para trazer para vocês, e eu concordo com o que foi dito anteriormente de que a gente deve avaliar os riscos de acordo com as criticidades, porque hoje já estão presentes nas nossas vidas. Como exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários *chatbots*, como o *chatbot* do Banco Original, da Leroy, a Bia do Bradesco, a Lu do Magazine Luiza e tantos outros. Isso é uma inteligência artificial focada em linguagem que consegue entender a palavra, transcrever para a escrita e entender o que a pessoa está falando. Outra parte da inteligência artificial é o desenvolvimento dos manuais cognitivos – a Volkswagen é um exemplo disso. A robótica também é um tipo de IA, e hoje já existem diversos robôs construindo automóveis e fazendo algumas atividades, inclusive domésticas, nas nossas casas. Outras inteligências que facilitam as nossas vidas, como os sistemas de recomendação – como falou a Dra. Samanta –, estão presentes no YouTube, Spotify, Amazon e tudo mais. Há a IA na detecção de fraudes bancárias, que é um tipo de algoritmo de inteligência artificial de detecção de anomalias tão importante para barrar as fraudes hoje em dia. Os sistemas de localização, o Waze, além de todo tipo de aplicação para automatização de rotas, para grandes empresas de logística. A IA na educação que nós podemos presenciar nesses últimos dois anos de pandemia. Então foram situações presentes nos nossos dias, que trouxeram muitos benefícios, não é?

Mas existe aqui um outro lado que é a preocupação da sociedade e o medo da sociedade pela perda de empregos. O mercado se tornou muito mais dinâmico, e hoje a gente pode perder o emprego por defasagem intelectual, por empregos em que a sociedade hoje não enxerga mais valor. E existem aquelas profissões em que o trabalho humano é necessário, mas não é necessário mais um trabalhador, porque nós mesmos podemos executá-los. Então, esse é o cerne aqui da nossa apresentação.

O ponto que eu gostaria de trazer para atenção dos senhores e senhoras membros desta prestigiosa Comissão está relacionado a um aspecto fundamental da discussão sobre regulação jurídica quanto ao uso da inteligência artificial: a necessidade de se prever incentivos adequados para que os governos e as empresas promovam políticas e iniciativas de capacitação técnica, e educação da população para o uso de tecnologias.

Bruna, se você puder passar o Powerpoint...

Afinal, a essência das tecnologias baseadas em inteligência artificial deve ser a de promover a inovação, mas, sem educação, haverá empecilhos naturais para o aumento da competitividade e do crescimento econômico sustentável e inclusivo e a promoção do desenvolvimento humano e social, também diretrizes da regulação proposta nos projetos de lei em curso nesta Casa.

Não é por acaso que a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, apresentada pelo Governo Federal, em 2021, reconhece, como alguns dos eixos verticais para nortear as ações do Estado brasileiro, em prol do desenvolvimento de soluções e inteligência artificial, dois itens que convergem com o que estamos discutindo aqui: qualificação para o futuro digital e força de trabalho e capacitação.

Merecem destaque aqui alguns dos objetivos desses eixos por sua clareza e visão de futuro: preparação dos estudantes em conceitos gerais e no uso consciente da inteligência artificial; formação de professores para esta demanda; estímulo ao interesse na inteligência artificial; fornecimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento de base; e imersão no cotidiano de crianças e adolescentes no tema de inteligência artificial e ciência de dados, não somente como usuários, mas também como possíveis desenvolvedores e especialistas no assunto.

Para tanto, são previstas ações estratégicas que devem ser incorporadas ao substitutivo que esta Comissão deverá elaborar, particularmente voltadas a estimular o interesse dos brasileiros por disciplinas do grupo de STEM, matemática, ciências, tecnologia e engenharia – e aqui fazemos uma colocação importante: em português –, nessa idade escolar e com foco em promover conhecimento para o futuro.

Nós trouxemos aqui um exemplo do Governo dos Estados Unidos sob a liderança do então Presidente Barack Obama, que publicou um documento chamado "Preparando-se para o Futuro da Inteligência Artificial". Nesse documento, há diversas propostas baseadas na visão de pensar a educação em IA e no conhecimento do IA, interagindo com outras iniciativas para capacitar todos os estudantes americanos, desde o jardim de infância até o ensino médio, para aprender ciência da computação e desenvolver habilidades de pensamento computacional não somente como consumidores, mas como futuros desenvolvedores.

Aliás, esse documento reconhece que a ciência da computação é o novo básico das habilidades necessárias para promover oportunidades econômicas e mobilidade social, concentrando-se em esforço dos pais, professores, setores educacionais, governos e líderes do setor privado de todo o país, movidos pelo propósito de enfrentar o desafio de preparar a nossa futura força de trabalho.

Portanto, o OPS vem perante esta Comissão sugerir algumas mudanças no texto dos projetos de lei, de forma a contribuir para a construção de um substitutivo que preveja elemento especial para programas de inclusão de gênero, de raça nessas áreas.

São, enfim, objetivos que devem ser incorporados ao debate sobre o texto final, fruto do processo de regulação de IA.

Dito isso, gostaríamos de sugerir algumas complementações ao PL 21, de 2020, mais precisamente no seu art. 4°, que trata dos fundamentos da inteligência artificial. Propomos a inserção de um novo inciso que contemple a promoção de incentivos e propostas de capacitação, e a educação à inteligência artificial e à ciência computacional como fundamento da nova regulação, para que toda concepção sobre o assunto esteja sempre e definitivamente associada ao preparo da população brasileira sobre o tema.

No art. 5°, quando se trata do inciso IV, sobre a necessidade de se promoverem medidas para reforçar a capacidade humana e preparar a transformação do mercado de trabalho à medida que a inteligência artificial é implantada, entendemos que o texto possa ser mais bem desenhado para contemplar a capacitação e a educação da população, bem como a inserção de cadeiras de conteúdo específico de tecnologia computacional de dados nos currículos acadêmicos em todos os níveis educacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, inclusive, entendemos ser imprescindível a concepção de uma política nacional de inteligência artificial, como aliás já está sendo proposto neste Senado Federal, onde tramita de forma autônoma o PL 5.691, de 2019, de autoria do Senador Styvenson Valentim – acreditamos ser fundamental o apensamento ao PL 21, de 2020, e demais matérias que tramitam em conjunto. Inclusive, em nome da Frente Parlamentar em Defesa do Setor de Serviços, estamos direcionando um ofício ao Exmo. Sr. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Presidente desta Comissão, e ao Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, um apelo pela reunião dessas matérias.

Dessa forma, já me encaminhando para a conclusão, reforçamos a necessidade de não se negligenciar, nesse debate, a concepção de incentivos e mecanismos de promoção da educação, capacitação e força de trabalho orientado para tecnologias decorrentes do uso da inteligência artificial.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mariana Giorgetti Valente. *Por videoconferência*.) – Dra. Mariane, agradeço muito a sua contribuição.

Passo a palavra ao Dr. Allan Rocha de Souza, que é Professor da UFRJ e Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direito Autoral.

O SR. ALLAN ROCHA DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite e honrar esta Comissão, que está com um trabalho bastante difícil em suas mãos, no que eu puder contribuir. E eu imagino que todos nós estejamos aqui interessados justamente em avançar o tema, em aprofundar o tema e melhorar essa regulação. Obviamente, uma regulação não vai ser definitiva, até pela evolução da própria tecnologia, mas que ela permita que essa tecnologia se desenvolva.

O tema que eu vou tratar é um tema muito específico – muito mais específico –, chamado de mineração de dados e textos, tá? Eu vou compartilhar aqui a apresentação, se possível. (*Pausa.*)

Já estou aqui compartilhando.

Enfim, meu nome é Allan e eu sou o Diretor Científico do Instituto Brasileiro de Direitos Autorais.

O instituto tem por objetivo desenvolver pesquisas aplicadas em direitos autorais, inclusive nas suas fronteiras, nas suas relações com a inovação, com o desenvolvimento, com o direito de acesso, com o qual eles precisam estar sempre harmonizados. Esse trabalho dentro do instituto é desenvolvido por mim, mas também com o Dr. Luca Schirru e o doutorando Miguel Alvarenga, todos da UFRJ também, no Programa de Políticas Públicas e Desenvolvimento do Instituto de Economia.

Bom, a primeira coisa a tratarmos aqui é o que é de fato, o que é que estou falando quando a gente fala de mineração de textos e dados ou *data and text mining*. O que nós estamos falando, na verdade, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um processo de análise computacional de um grande volume de dados e de textos para você extrair as informações e dados de qualquer objeto que seja o seu foco. É uma prática comum, necessária e corriqueira tanto para a pesquisa contemporânea como, obviamente, para a inovação.

É essencial principalmente para quê? Para o desenvolvimento de qualquer pesquisa com grandes volumes de dados, e a pesquisa contemporânea hoje é bastante focada nesse tipo de análise. Ainda que ela não seja o único tipo de análise que se faça, ela passa a fazer parte integrante do dia a dia das pesquisas em qualquer das áreas, inclusive de humanidades, biológicas, médicas, químicas, ambientais e por aí vai.

É essencial para o desenvolvimento de tecnologias digitais, é parte intrínseca e inexorável do ecossistema de inovação estabelecermos uma limitação em favor da mineração, possibilitando a mineração de textos e dados, que vai dar, vai trazer mais segurança jurídica para todos os negócios intensivos em dados e vai também posicionar o Brasil, permitir que o Brasil entre nesse pequeno grupo de países que já têm essa possibilidade, e, com essa possibilidade de fazer a mineração de textos e dados, eles se colocam na frente do processo de inovação em relação aos demais países.

Para já dissipar alguns dos mitos ou algumas das possíveis projeções inadequadas sobre o que a mineração de dados faz e o que que ela pode fazer, é importante a gente falar o que ela não faz, o que não tem a ver com mineração de textos e dados. Não é permitido você fazer a mineração? Isso não quer dizer que você vá fruir das obras protegidas. Não haverá nenhuma fruição de obra protegida por direitos autorais, também não irão se disponibilizar essas obras ao público, também não vamos aproveitar economicamente das obras em si, muito menos prejudicar autores ou concorrer com a exploração do filme, da música, do livro, do texto científico do qual as informações e dados serão extraídos.

Então, não há nenhuma restrição, nenhum impacto direto, muito menos substancial sobre a exploração de obras protegidas por direitos autorais. É muito importante isso ficar claro porque a mineração não toca, não trata da exploração das obras em si. Por que que eu digo isso? Eu digo isso porque a própria legislação de direitos autorais estabelece muito claramente que dados e informações, assim como ideias, abstrações, sistemas, nada disso é protegido por direitos autorais. A única coisa que está protegida por direitos autorais é a expressão, a expressão concreta, aquela expressão literária, artística, científica e, hoje eu diria também, tecnológica, afinal de contas o *software*, todas as interfaces e assim por diante também são alcançados pelos direitos autorais.

Então, nós temos que afastar a ideia da obra em si, que é, por exemplo, aquela música ou aquele filme ou aquele livro ou aquele texto científico, dos dados sobre ela. Por exemplo, em uma pintura do Van Gogh, além da sua beleza intrínseca, há também vários elementos, como as suas dimensões, como o tipo de cor que é usado, o contraste entre as cores e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos esses são dados e informações sobre a obra. Não há obra em si. Então, é muito importante que nós façamos essa distinção, para facilitar o nosso entendimento do que que nós, na verdade, queremos.

Então, como ideias, procedimentos, dados, nada disso é protegido, é alcançado por direitos autorais, o que de fato é alcançado por direitos autorais, quando nós falamos de uma limitação em favor de uma mineração de dados e textos, é justamente o direito exclusivo do organizador desses dados, do compilador desses dados. Ou seja, do dono da base de dados.

Mas só que não são todas as bases de dados que são protegidas. Para que elas sejam protegidas, é preciso que elas tenham um elemento de originalidade e de criatividade – portanto, também de distintividade – com relação ou à sua seleção de dados – então, dados simplesmente comuns não fazem uma base de dados original suficiente para obter proteção –, à forma como eles são organizados e obviamente relacionados ou à sua disposição e apresentação.

A mineração permite você extrair algumas dessas informações, que não são por si protegidas, e usá-las com um grande volume de dados, conectá-las, interagi-las, para promover um entendimento melhor talvez até sobre a obra, mas como um conjunto de uma economia daquele setor e assim por diante, tendências de produção, de gosto, de obtenção, de utilização e assim por diante.

Então, quando a gente fala de mineração de dados e textos, a gente está atuando... Nenhum autor, nenhum artista vai ser minimamente afetado por esse tipo de limitação. Os únicos grupos que poderiam eventualmente ser afetados são os titulares de grandes bases de dados originais, o que não é o caso para a maioria do setor cultural.

Então, para já ficar claro que, quando a gente fala dessa limitação, a gente não está permitindo uma utilização, uma disponibilização ou usufruir, fruir daquela obra artístico-literária. Ao contrário: nós queremos é extrair dados e informações sobre essa obra ou sobre um conjunto de obras para podermos fazer os diversos tipos de análise e pesquisa.

Bom, dito isso, nós vemos que diversos países – e aqui eu trouxe só alguns exemplos: Japão, Singapura e União Europeia. Outros países – Canadá, Austrália, Estados Unidos e assim por diante – permitem expressamente a mineração de dados e textos. Há um paralelo entre esses países e o índice de inovação tecnológica, o grau de inovação tecnológica comparado nessas sociedades. Ou seja: não há, claramente, nenhum empecilho, nenhum problema com relação aos tratados internacionais. Caso contrário, não teríamos todos esses países tendo já incorporado... E note que todas essas incorporações foram recentes: 2021, 2018. Enfim, no fim da década passada para cá, diversos países fizeram essa modificação, para que entrem, sim, num ambiente competitivo com relação à inovação, para que possam entrar no clube dos países inovadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentre esses países, contudo, não está o Brasil. Infelizmente, nós não estamos. Por quê? Quem faz essa mineração de textos e dados no Brasil está, para usar uma palavra antiga, no limite da legalidade, para dizer o mínimo.

Então, esse mapa nos mostra, é um mapa que fala do direito à pesquisa, que é o grande impacto que se tem com essa restrição que os bancos de dados podem trazer, e aí nós vemos uma gradação entre os países identificados em verde, que são aqueles em que isso é possível de ser feito legalmente, sem problema, ainda que com alguns condicionantes, até os vermelhos, que são aqueles em que isso não pode ser feito, em que isso não está autorizado.

E a gente vê essa concentração grande na América Latina. E dá para ver Canadá, Estados Unidos, Austrália, Inglaterra, Alemanha, até a África do Sul, inclusive, todos esses países promovendo um ambiente, um ecossistema de inovação e principalmente de pesquisa que permite essas práticas essenciais para o desenvolvimento de tecnologias digitais, essenciais para a inovação contemporânea, essenciais para o desenvolvimento, para o futuro. Nós vemos que a nossa situação não está muito boa.

E nós temos algumas justificativas. Eu fui buscar principalmente na diretiva europeia mais recente, a de 2019, que traz algumas das razões pelas quais, agora, a União Europeia obriga os seus países, as suas nações a implementarem nas suas leis nacionais uma limitação expressa para mineração de dados e textos sem qualquer tipo de remuneração. Existem várias justificativas, e, dentre elas: promoção de um ambiente de inovação tecnológica, promoção da pesquisa, dar a segurança jurídica, obviamente ressaltando o que eu falei, no início, que é a questão de que esse ato de uma análise computacional dos dados e informações sobre, eventualmente, obras artísticas – não necessariamente sobre obras artísticas, mas também pode ser sobre elas – em nada afeta a exploração regular dessa obra.

Então, os autores, artistas podem ficar despreocupados, porque vocês não serão afetados na sua capacidade de serem remunerados pela utilização e fruição de suas obras. Aliás, é bom deixar claro que jamais os autores e os artistas teriam direito sobre esses dados e informações, porque eles não são apropriáveis como tais, eles só são apropriáveis enquanto organizados, enquanto coletâneas, portanto, enquanto base de dados, e essas bases de dados jamais são dos artistas, elas são na verdade dos grandes titulares. Então, isso é importantíssimo frisar.

Para que serve a mineração de textos e dados? E aí nós temos uma série de possibilidades e usos para esse instituto. É um instituto ainda pouco conhecido no Brasil, eu diria quase desconhecido, e intocado na nossa legislação. Na verdade, a primeira vez que isso veio foi justamente nesse processo de regulação de IA, e ainda bem que isso veio. Então, são vários... Um deles, que é essencial, é que não é possível o treinamento dos sistemas de inteligência artificial e dos algoritmos sem o uso, obviamente, substancial – o que não possível ainda – de dados, de grandes volumes de dados. E possibilitar utilizar esses dados para esse treinamento é essencial para a própria pesquisa científica contemporânea em todos os sentidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí há muito mais: no cruzamento de dados de múltiplas fontes, numa análise linguística e desse próprio material... Um exemplo de uma análise linguística: nós tivemos aqui algumas das falas não só hoje como ontem nos sistemas de tradução, por exemplo, que nós utilizamos ou que nós podemos utilizar agora muito mais livremente, eles estão muito mais aperfeiçoados. Eles necessitam justamente dessa mineração de textos e dados para análise de sintaxe, análise de conversão e assim por diante. Todas as análises de mídias sociais, tendências e assim por diante necessitam dessa mineração de dados e textos, assim como pesquisas em humanidades digitais... Enfim, é um conjunto infinito de exemplos, crescente a cada dia. Aqui eu trago apenas alguns.

Aqui é só para dar um exemplo deste eslaide aí. Se você olhar aqui na medRxiv, há pelo menos 21 mil artigos só sobre covid realizados num período de menos de um ano, publicados.

Impossível qualquer pesquisador fazer essa análise desses conjuntos de artigos, mas, com o auxílio de um sistema de inteligência artificial que possa fazer uma mineração de texto de dados, você consegue fazer uma análise pelo menos das tendências, dos focos principais, dos objetos que vêm sendo discutidos, e assim por diante. Então, a pesquisa científica contemporânea – inclusive a médica, e nós estamos esperançosamente saindo de uma pandemia – foi essencial. Se não houvesse esse tipo de possibilidade, nós não teríamos saído de onde estivemos, de forma razoavelmente rápida.

E aqui tem vários usos que são feitos e resultados (*Falha no áudio.*)

... que necessitam de fazer uso dessa técnica de análise computacional de grandes volumes de dados.

Bom, e para voltar a um ponto que é muito importante, esses dados e essas informações sobre determinadas obras, sobre determinado objeto, não são apropriadas pelos direitos autorais, não fazem parte dos objetos dos direitos autorais, inclusive as informações com relação à sua titularidade: quem é dono daquela obra, como eles são partilhados. Mas se essas informações sobre quem é dono dessa obra, qual o seu percentual de participação e assim por diante não são apropriáveis, menos ainda são as dimensões dessa obra, a sintaxe que ela usa, a sequência que ela usa e assim por diante. Isso aí é uma demonstração, é uma decisão recente que mostra claramente como as informações sobre uma determinada obra artística não são alcançadas pelos direitos autorais.

No entanto, uma vez organizadas e colocadas em um conjunto, como um banco de dados, elas passam a ser protegidas não como informação em si, mas pela sua organização, pela sua compilação. Desde que, obviamente, no nosso caso, haja algum critério de originalidade.

Bom, e aí nós chegamos a um outro ponto. Recentemente – bem recentemente –, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual produziu esse relatório sobre direção da inovação. E nessa direção da inovação, como um elemento essencial para a solução de diversos dos nossos problemas, um dos focos foi justamente as tecnologias digitais, como elas são e continuarão sendo essenciais; não só as tecnologias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

digitais, mas como o papel fundamental da pesquisa para o desenvolvimento dessas soluções, sejam soluções climáticas, soluções médicas, soluções sociais.

A essencialidade da pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias digitais e para a inovação é muito claro e transparente. Isso ficou mais claro e transparente agora e há um consenso internacional com relação a isso. No entanto, a pesquisa contemporânea não pode ser feita adequadamente sem que nós tenhamos a nossa legislação para fins de segurança jurídica mesmo, para dar segurança e uma limitação nesse sentido.

Para além disso – vou pedir mais 30 segundos, só para completar mesmo –, nós temos duas outras questões que se alimentam. Uma delas é a digitalização desse material, para que possa ser feita essa extração desses dados e informações, e também uma abertura e acessibilidade a esses dados e informações.

Obviamente não é possível a gente cobrir todos esses assuntos num tempo tão curto, mas a mensagem que eu quero passar para vocês é: essencialidade, urgência de nós termos uma limitação para mineração de texto de dados, sob pena de nós colocarmos na ilegalidade praticamente todas as pesquisas de ponta que se realizam no Brasil, colocarmos sob risco todo o ecossistema de inovação.

Sem essa chave, nós não teremos um ecossistema viável de inovação.

Muito obrigado a vocês. Um bom dia a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Victor Marcel Pinheiro. *Por videoconferência*.) – Gostaria então de agradecer ao Dr. Allan Rocha, pela sua exposição; e já, na sequência, passo a palavra para a Dra. Rogéria Leoni Cruz, do Hospital Israelita Albert Einsten.

Por favor, Dra. Rogéria, a senhora tem a palavra.

A SRA. ROGÉRIA LEONI CRUZ (*Por videoconferência*.) – Bom dia! Bom dia a todos e a todas, Dr. Fabricio, Dra. Mariana, Laura, Victor e demais painelistas.

Eu agradeço imensamente a oportunidade de contribuir nesta discussão representando o setor da saúde, um setor que é um dos mais sensíveis quanto à aplicabilidade da inteligência artificial, em razão das suas possíveis consequências, seja para o bem, seja para o mal, enfim, a gente falou aqui um pouco de responsabilidade.

E o que eu queria trazer para vocês é que a saúde é um campo muito explorado na parte de inteligência artificial. Ela pode possibilitar maior precisão, ela pode apoiar diagnósticos, identificar doenças, antecipar eventualmente cenários e também pode monitorar respostas a surtos e de doenças ao redor do mundo. A gente sai aí de dois anos de uma pandemia – e eu gosto de falar que a gente sai, eu sou positiva nesse sentido, enfim –, e nós vimos que, durante a covid, muita coisa foi feita nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Possibilitou-se, por exemplo, planejamentos de equipe com o uso da inteligência artificial, você conseguiu fazer planejamento de equipamentos, necessidade de mais hospitais, menos hospitais, equipamentos, materiais, enfim, apoiou a epidemiologia durante muito tempo ali para entender o que estava acontecendo dentro do nosso país e também teve a oportunidade de fazer georreferenciamento, através de outras ferramentas que já existiam, como o Waze. Enfim, houve a possibilidade de você, de alguma forma, trabalhar tudo isso.

É importante também destacar que, na área da saúde, ela pode também apoiar a distribuição de recursos públicos, por exemplo, de forma mais inteligente, de forma a coibir, por exemplo, a má judicialização, evitar fraudes. Então, na área da saúde você tem uma amplitude de uso muito grande.

Ao mesmo tempo, eu destaco que no início – e deve ser um início muito próximo, porque o tempo ficou muito reduzido – existia aí grande receio, por exemplo, quanto ao uso dessas ferramentas, mas aos poucos foi se compreendendo que a inteligência artificial não vai substituir as pessoas, ela vai aprimorar, ela vai expandir as nossas capacidades e pode nos tornar melhores naquilo que nós sabemos fazer. A autonomia do médico é preservada e sempre será preservada. E a tecnologia na medicina é fundamental, nos equipamentos, nas imagens, apoiando a precisão de diagnósticos; mas eu destaco também que os modelos de inteligência artificial não são testados para qualquer modelo. Nós precisamos ter um olhar crítico para isso. E, quando eventualmente for utilizado, é importante que se considere então o contexto dessa aplicação. Como os algoritmos não explicam qual o racional para se chegar a essa predição de determinada condição médica do paciente, é importante sempre então considerar as consequências, quando as coisas não dão certo. É importante que haja um olhar.

A saúde lida aqui com dados sensíveis. Portanto, a saúde, assim como outros segmentos, claro, é suscetível a maiores erros em si, quando não construído o algoritmo com as variáveis necessárias, primeiro, porque a ferramenta pode não ser tão precisa como deveria e, segundo, porque mesmo que o nível de precisão seja elevado, devem ser consideradas então as inúmeras variáveis. Não diferente disso, o mundo pensa dessa forma, não é? E a Organização Mundial da Saúde, no ano passado, soltou um guia de boas práticas justamente tratando sobre ética e governança de inteligência artificial na saúde. É um guia extenso, de aproximadamente 150 páginas, mas é um guia que tenta trazer essa discussão aprofundando justamente esses pontos importantes.

Ter transparência, então, do algoritmo é muito importante; saber as suas variáveis, como o algoritmo aprendeu, enfim, porque isso vai permitir um melhor entendimento do uso desta ferramenta. Além disso, ter dados heterogêneos. E aqui eu chamo a atenção para uma oportunidade que nós temos: o uso eventualmente de banco de dados. Talvez aí trabalhar como a gente pode trabalhar melhor os bancos de dados, como regulamentar isso talvez de forma mais transparente, porque o uso de dados heterogêneos aprimora as nossas ferramentas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O uso ético também de inteligência artificial começa, portanto, no acesso aos dados, na sua seleção, que não deve ser discriminatória. A gente tem visto inúmeros casos, muitas vezes, casos não necessariamente no Brasil, enfim, mas onde você vê algoritmos que não reconhecem, por exemplo, pessoas de outras raças ou alguma outra situação, havendo aí então uma condição discriminatória.

Há, portanto, obrigatoriedade de se fazer uso do modelo de forma responsável. E isso envolve conhecimento das suas características e compreensão do seu uso. Mais uma vez eu digo que a necessidade de compreender a finalidade daquela inteligência artificial é fundamental para o seu uso adequado. Não adianta nada a gente conseguir algo, por exemplo, na área de tuberculose se as imagens que foram utilizadas não são imagens de qualidade, por exemplo, nítidas; você vai induzir o seu algoritmo a aprender de forma equivocada.

A importância, portanto, da Lei de Proteção de Dados e do Quality by Design cada vez mais é percebida pelas organizações responsáveis. A questão de adesão aos requisitos da Lei de Proteção de Dados, você identificar se há ou não dados ali sensíveis, como eles foram tratados, se foram tratados. Enfim, é cada vez mais importante reduzirmos essa distância que existia entre a execução de desenvolvimento de um algoritmo, de uma inteligência artificial, e a adesão às boas práticas. Há necessidades, sim, de as áreas estarem ali numa governança múltipla. Não há um dono, é um programa e todos devem trabalhar neste sentido.

Lembro que a saúde trabalha com dados importantíssimos, e por isso eu fiquei feliz com o convite, porque é um dado sensível, é uma área sensível e é onde nós temos muitas oportunidades de ganho com a precisão dessas ferramentas. Portanto, lembrando que os dados genéticos não são passíveis de serem anonimizados, e aí é uma grande discussão.

Eu coloco aqui que – e eu não quero me alongar muito para permitir essa discussão, que é muito rica, com os painelistas – o médico, hoje, se apoia em ferramentas. Portanto, precisa existir responsabilidade no seu desenvolvimento. O desenvolvimento de um algoritmo deve ser ético, responsável, em razão do alto risco que ele traz quando não bem utilizado. É diferente de um algoritmo desenvolvido para induzi-lo na escolha de um filme, ou para você ouvir uma determinada música. Aqui, nós estamos falando do bem maior, que é a vida, que deve ser tutelada por nós.

O avanço da tecnologia é irreversível. Portanto, nós temos que garantir transparência, ética e responsabilidade no seu desenvolvimento e no seu uso.

Eu finalizo, destacando aqui seis princípios da Organização Mundial da Saúde quanto ao desenvolvimento de inteligência artificial: que ela proteja a autonomia humana; que promova bem-estar e segurança humana em interesse do público; que garanta transparência, inteligibilidade e explanabilidade; que promova a responsabilidade identificada; promova inclusão e equidade; e, por fim, que promova uma inteligência artificial responsiva e sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mariana Giorgetti Valente. *Por videoconferência*.) – Agradeço muito, Dra. Rogéria.

Eu vou tomar a palavra, então, para começar a conduzir os debates.

Vou fazer duas perguntas curtas aos participantes – acredito que o Victor também vá fazer uma pergunta – e, depois, a gente pode abrir também para as perguntas que venham de outros membros. A gente sabe aqui que o Fabricio da Mota já tem também uma pergunta a fazer.

Vou colocar uma pergunta transversal para ouvir vocês.

Muitos de vocês falaram dos benefícios da inteligência artificial nas respectivas áreas de atuação; alguns de vocês mencionaram também riscos e a necessidade de diferenciação de riscos; e também veio o tema de tecnologias sendo empregadas para a diminuição das desigualdades. A pergunta é: como uma lei pode melhor abordar questões como assimetrias de informações, vieses de julgamento e possibilidade de discriminação, heterogeneidade nos dados – que a Dra. Rogéria mencionou agora – e questões de segurança e proteção à vida? Então, concretamente, como esses riscos podem ser abordados ou essas questões podem ser abordadas em uma legislação?

E aí vou só embutir uma questão, porque eu creio que isso não tem muita relação com a fala principalmente do Prof. Allan, que falou de um outro tema.

Eu gostaria de saber, Prof. Allan, como você vê a disposição que entrou, então, no PL 2.120, a respeito dessa atividade da mineração de dados, que não se relaciona com direitos autorais, e se essa e outras questões, como a propriedade sobre produtos de inteligência artificial, por exemplo, devem estar numa lei neste momento?

E aproveito para colocar a questão sobre se os demais participantes têm alguma posição também sobre esses tópicos trazidos, tentando juntar as diferentes falas que foram feitas.

Passo a palavra aqui para o meu colega Victor Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Victor Marcel Pinheiro. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Dra. Mariana.

Eu queria agradecer a todos os palestrantes especialistas, que fizeram contribuições muito importantes aqui para a reflexão da Comissão.

Eu tenho uma pergunta pontual, para aproveitar a *expertise* dos senhores e das senhoras que compareceram hoje aqui. Um tema que é fundamental nesse debate, pontuado basicamente em todas as falas que nós temos recebido aqui na Comissão, é a questão da transparência e a possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

explicação para aquela pessoa que tem seus interesses afetados por um sistema de inteligência artificial do porquê de aquela decisão ou aquela sugestão ser oferecida a ela naquele momento.

E aqui eu acredito que nós temos uma oportunidade muito interessante de contar com pessoas que atuam de modo muito próximo nos setores específicos de aplicação de sistemas de IA, especialmente consumo, especialmente automação industrial e área da saúde, no sentido de que... No Brasil, eu acho que a nossa Lei do Cadastro Positivo, em 2011, e depois a jurisprudência do STJ – o nosso Ministro Presidente Cueva muito bem conhece – foram responsáveis por alguns avanços em termos, especialmente, de uma questão dos chamados *profilings*, ou seja, da categorização de pessoas em certos padrões de consumo e de comportamento social, que é um dos grandes temas candentes na regulação da IA. E isso obviamente se relaciona diretamente com a possibilidade de explicar para as pessoas o porquê de elas serem enquadradas nessa ou naquela outra categoria para fins de definição do seu perfil comportamental.

Então, especialmente à Dra. Samanta, à Dra. Mariane, que trabalham diretamente com setores que têm experiência nisso, eu questiono se há, enfim, algum aspecto que gostariam de destacar da experiência do setor, com a Lei do Cadastro Positivo e essa possibilidade de explicação dos *scores* e dos *profilings*, para que nós possamos aproveitar a reflexão na Comissão sobre a possibilidade de explicação e transparência desses sistemas para as pessoas que são por eles afetadas.

Com essa pergunta, eu vou passar a palavra ao Dr. Fabricio, que tem um questionamento também.

Dr. Fabricio, como o senhor está presencialmente aí no Senado, se algum outro colega da Comissão tiver um questionamento, eu peço para passar-lhe a palavra para fazer o questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio da Mota Alves) – Muito obrigado, Dr. Victor e Dra. Mariane.

Antes, porém, de formular o meu questionamento, faço apenas um alerta aos participantes, aos painelistas, em relação à apresentação: caso tenham ou tenham tido apresentação da qual se valeram, por gentileza, não deixem de encaminhá-la para o *e-mail* da Comissão: cjsubia@senado.leg.br.

Muito obrigado.

Registro aqui a presença da Relatora, a presença virtual da Relatora, Profa. Laura Schertel, que nos brinda aqui com a sua participação e o seu acompanhamento aqui dos trabalhos.

O meu questionamento é orientado aqui para o Dr. Gustavo e a Dra. Rosilda, em relação a um ponto que ele abordou. E, novamente, muito embora saiba que teremos um painel especificamente sobre essa temática, ela é de tal relevância que os painelistas têm trazido essa questão espontaneamente. Ela diz respeito exatamente ao aspecto da regulação e fiscalização, que é algo extremamente tormentoso em relação a como nós vamos desenvolver os instrumentos adequados para assegurar a eficácia e a aderência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

da norma. É uma norma de tal relevância que afeta direitos extremamente valiosos, e temos de enfrentar esse debate.

O Dr. Gustavo nos trouxe aqui a questão em relação à preocupação que ele manifestou, sobretudo em função da necessidade – e ele usou a LGPD como referencial –, de se desenvolver uma proposta de regime de sanções administrativas, uma proposta de fiscalização muito semelhante ao que está disposto na legislação de proteção de dados. Eu, enfim, já abordei essa questão e tive o privilégio, também, de participar de um painel, a convite da Profa. Laura em Lisboa, de que participaram a Profa. Dora Kaufman e o Prof. Domingos Farinho, Professor da Universidade de Lisboa. E ele trouxe uma colocação muito interessante, para além da discussão de um órgão de fiscalização e de regulação, da necessidade de sempre enfrentarmos, no desenvolvimento da política legislativa, com a qual nós estamos lidando, a visão de que, se não enfrentarmos essa questão, fatalmente o Judiciário irá fazê-lo, e da pior forma que se pode imaginar num espectro de resultados sociais, que é se arvorando de atribuições de regulação e de fiscalização, que não lhe competem numa visão de essência.

Então, eu gostaria de ouvir a sua posição em relação a essa questão, já traduzindo essa preocupação para o ambiente jurisdicional, o ambiente da atuação judicial.

Era basicamente isso.

Muito obrigado, Profa. Mariana e Prof. Victor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabricio da Mota Alves) – Desculpe-me, eu estava concentrado no painelista nosso colega presente.

A Dra. Estela, que é membro da Comissão, levantou a mão, e eu vejo também que a Dra. Samanta registrou interesse em se pronunciar.

Então, vou passar a palavra à Dra. Estela para que ela faça suas considerações.

Obrigado.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas!

Enfim, são temas muito ricos e complexos, então há várias perguntas, e eu queria entender um pouco mais, mas vou me concentrar no tema de mineração de dados, que, enfim, é um tema novo trazido aqui na Comissão. Eu também tenho uma série de questões em relação a isso, para entender mesmo melhor a proposta, até porque eu brinco dizendo que vim de anos de trabalho na mineração física, então essa história da mineração digital também me interessa. É óbvio que tem a questão, hoje, de acesso a dados, e a questão tanto, enfim, de propriedade intelectual, quanto de propriedade industrial ou de estar em mãos de empresas, independentemente de estarem licenciadas nesses regimes... É um problema muito grave para a pesquisa, para o desenvolvimento tecnológico, para o desenvolvimento industrial, para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

crescimento de *startups*. E eu acho que é um ponto de que nós temos que falar, inclusive, essas questões de licenciamento de dados intensivos, agora ainda mais com o 5G, senão a gente não tem o desenvolvimento da inteligência artificial. Isso é muito importante. Então, eu queria, por um lado, saber um pouco também sobre esse debate, se é o caso de se falar disso.

E outra coisa são algumas dúvidas sobre a mineração digital, pensando em alguns problemas.

Por exemplo, é claro que a gente não está falando que vai atingir o direito econômico de quem tem o direito autoral, mas existem ganhos financeiros e econômicos, e, obviamente, hoje, a gente já conhece o poder de extração de quem tem capacidade computacional, e, obviamente, isso vai gerar danos financeiros e econômicos. Então, eu tenho muito problema com essa concentração – a gente tem uma concentração de capacidade computacional –, em como limitar esse acesso.

Outra coisa: a internet também ainda é um recurso finito. A gente tem uma disponibilidade de acesso ainda pequena. Com o 5G, vai aumentar, mas a gente está trabalhando ainda com recursos finitos, e aí a mineração também interfere nessa disponibilidade de infraestrutura que nós temos.

A outra questão é a questão ecológica. A gente sabe que, hoje, as técnicas que usam a mineração para outras questões, não as que foram colocadas aqui, mas de cripto, entre outras coisas, têm questões de vestígios ecológicos ou de impactos ecológicos muito grandes. Como a gente trabalha se for colocar isso em outra escala? A minha preocupação... É claro, entendo e acho que é muito importante a necessidade da pesquisa e desse acesso para a pesquisa, para o desenvolvimento geral, para o desenvolvimento da pequena e média empresa, estou de acordo, mas eu justamente tenho medo dos grandes negócios, da capacidade computacional muito grande e de como funcionaria um sistema com equilíbrio, para impedir esse tipo de coisa. Então, é mais ou menos isso que eu queria entender.

Enfim, é muito pouco tempo para a gente conhecer, e para mim é um assunto absolutamente novo. Pode ser que outros membros da Comissão tenham mais domínio e já tenham essas perguntas respondidas, mas é um assunto que eu comecei a ver justamente nesta sessão. Por isso vieram essas curiosidades.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio da Mota Alves) – Agradeço, então, à Profa. Estela Aranha os seus questionamentos.

Eu vejo aqui que a Dra. Samanta tem a mão levantada.

Dra. Samanta, eu faço a proposta, que temos seguido aqui na Comissão, de passar a palavra a todos os membros do painel, se a senhora concordar, para que todos tenham a possibilidade de fazer as suas considerações finais, infelizmente, no período de mais ou menos três minutos, porque temos a hora dos nossos trabalhos. Podemos fazer assim?

A SRA. SAMANTA OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Podemos, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabricio da Mota Alves) – Perfeito.

Então, maravilha. Seguindo a ordem das apresentações, eu gostaria de passar a palavra à Dra. Rosilda e ao Dr. Gustavo, para suas considerações às perguntas e considerações finais, se possível, no período curto de três minutos.

Por favor, Dra. Rosilda e Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO XAVIER DE CAMARGO – Muito obrigado, Dr. Victor.

Bom, respondendo à questão do Dr. Fabricio, realmente, eu acredito que a posição do Prof. Farinho faz muito sentido, porque, se a gente tiver um sistema sem segurança jurídica, os custos de investimento também aumentam. Então, a segurança jurídica é fundamental para que se tenha um ambiente de produção tecnológica que incentive a inovação e que também garanta os direitos fundamentais.

Quando a gente fala de uma construção jurisprudencial, a gente fala de um grande tempo de estabilização do entendimento. Uma atuação regulatória mais forte permite que esse tempo de estabilização de entendimento com relação à legislação diminua. E, diminuindo esse tempo, você aumenta a segurança jurídica.

Então, é fundamental que a legislação traga um ambiente bastante claro tanto sancionatório quanto de fiscalização e de aplicação de sanções. É fundamental que se estabeleça quem são os órgãos que ficarão responsáveis por esse processo, até porque existe também uma questão de esclarecimento dos órgãos de regulação, num papel que vem sendo muito bem-feito pela ANPD, pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados. É um papel de esclarecer e de deixar mais claro, de diminuir arestas.

Então, ter um ambiente regulatório e uma organização regulatória clara permite também que os órgãos de regulação tenham essa postura participativa no processo de definição dos entendimentos com relação ao texto legal.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio da Mota Alves) – Um pequeno comentário, Dr. Victor e Dra. Mariana, moderadores aqui do nosso painel, não somente esclarecimento dos órgãos, mas, sobretudo, capacitação dos servidores e das autoridades que efetivamente vão atuar nesse órgão. A gente tem que se lembrar da importância dessa proposta de capacitação do Estado.

E aí eu uso emprestado até um pouco da fala da Dra. Mariane Schettert, que trouxe a necessidade, muito embora com um olhar voltado à população no aspecto geral, mas eu destaco dentro desse olhar a importância de capacitação de agentes do Estado para o enfrentamento dessas questões por esse viés.

Acho que a Dra. Rosilda quer fazer um comentário.

A SRA. ROSILDA PRATES – Isso! Dr. Fabricio, há uma preocupação grande quando a gente constrói políticas públicas quanto à sua execução, ao seu acompanhamento e aos resultados dela. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma agenda nova – digo nova porque nos últimos cinco anos isso se tornou uma necessidade –, se nós não nos preocuparmos agora com a capacitação, a preparação desses jovens, daqui a 10, 15 anos eles estarão sentados aqui para estabelecer políticas e estabelecer regulamentos que disciplinem esse novo ambiente. Então, acho que faz todo sentido a preocupação que a Dra. Mariane trouxe de termos na legislação a preocupação de incluir nos jovens, incluir na educação essa preocupação de preparação para essa nova tecnologia, esse novo ambiente de gestão, de governança de dados. Acho que faz todo o sentido.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio da Mota Alves) – Obrigado.

Até registro aqui a importância de receber o ofício que a Dra. Mariane nos trará, através do OPS, para direcionar o Ministro Cueva e a Profa. Laura no sentido de apensar os projetos sobre os quais esta Comissão está tratando ao projeto também que institui a Política Nacional de Inteligência Artificial, que está tramitando apartadamente.

Bom, Dr. Victor, vou devolver-lhe a palavra para que faça a condução – acho que a Dra. Samanta teria algo a acrescentar –, e aí, enfim, conduzimos aqui ao encaminhamento do painel.

O SR. PRESIDENTE (Victor Marcel Pinheiro. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente.

Sem mais delongas, eu passo imediatamente à Dra. Samanta Oliveira.

A SRA. SAMANTA OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Obrigada, pela palavra. Eu sei que o tempo é curto, então eu vou só sintetizar o que eu iria responder aqui sobre as duas perguntas que foram formuladas pela Dra. Mariane e pelo Dr. Victor.

Com relação à responsabilidade da base de dados, eu queria só mencionar rapidamente – depois eu posso apresentar o material com mais fundamentos – que já há uma discussão sobre governança, ética e transparência da base de dados dentro do MCTI, conduzido ali pelo Ebia, e inclusive a possibilidade de uma formação única da base de dados para eventuais testes, da qual os setores poderiam se alimentar e em que poderiam fazer a inclusão. Isso propiciaria, inclusive, a inserção de dados que fossem diversos, inclusivos e permitissem aí esse trabalho, reduzindo riscos, mitigando eventualmente potenciais vieses. Mas é uma discussão bastante longa. Eu só queria lançar a ideia aqui.

E o segundo item que eu gostaria de falar é, na pergunta do Dr. Victor, sobre a transparência algorítmica dos *scores* e a Lei do Cadastro Positivo. Atualmente, tanto IPs como IFs precisam apresentar essas informações para os gestores de bancos de dados, e aqui eu estou falando dos GBDs, como Quod, Serasa e similares, esse setor como um todo. Existe um manual em que as empresas ali precisam depositar informações que são previamente estabelecidas. É com base na leitura desse relatório, que tem uma linguagem unificada, centralizada pela Sipe, que os GBDs fazem as suas modelagens algorítmicas. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

está aí também uma janela de oportunidades nesse sentido. De novo, quero somente lançar a ideia, porque sei que o tempo é escasso e outros participantes convidados também desejam a palavra.

Muito obrigada pelo espaço.

Parabéns à Comissão de Juristas pelo belíssimo trabalho desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Victor Marcel Pinheiro) – Obrigado, Dra. Samanta.

Então, na sequência, a Dra. Mariane.

A SRA. MARIANE SCHETTERT (*Por videoconferência.*) – Bom, eu... (*Falha no áudio.*)

... do Dr. Allan, complementado pela Dra. Samanta, com relação à mineração de dados. São os dados que vão nos dar o caminho de onde a gente pode chegar.

Quanto ao ponto sobre criticidade e aplicação de riscos, falado pela Dra. Rosilda: nós temos, sim, que olhar para isso, porque os riscos têm que estar de acordo com a aplicação.

A Dra. Rogéria falou de um ponto muito importante e que me fez pensar aqui que a IA não vai ter solução para tudo, a IA vai ter que servir de apoio. O que é que a IA não consegue fazer, e foi o que ela falou? Isso para mim foi um ponto muito importante aqui: ela não consegue explicar o racional das suas respostas. Então, se ela não consegue, ela não consegue pensar como nós. Então, isto é um ponto importante para a gente pensar: ela não consegue tomar decisões éticas e não consegue, no nosso caso aqui de serviços, ter empatia para se colocar no lugar do consumidor.

Então, são esses três pontos. Eu gostaria que a gente trabalhasse e refletisse sobre eles. Essa é a minha contribuição.

Muito obrigada.

A SRA. MARIANA GIORGETTI VALENTE (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Dra. Mariane.

Você pode assumir, Dr. Fabrício. (*Pausa.*)

Eu vou, então, passar aqui para o Dr. Allan Rocha, seguindo a ordem.

O SR. ALLAN ROCHA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Vou ser o mais breve possível.

Obrigado pelas perguntas, Profa. Estela, e pelos comentários, Profa. Mariane.

Obviamente, em três minutos, eu não vou conseguir responder e tirar essas dúvidas sobre mineração de dados e texto, mas o que eu posso dizer é que é uma prática onipresente e necessária, mas o debate é extremamente escasso, é inversamente proporcional à sua prática. Então, isto é uma coisa de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos, sim: aprofundar o debate, no sentido do conhecimento. Isso faz parte desse processo de educação de que a própria Mariane falou, em breve. É essencial esse processo como um todo, mas a gente tem tentado levar as pesquisas nesse sentido e trazendo algumas reflexões de fora.

Bom, respondo bem pontualmente.

Com relação à capacidade computacional, eu vejo que a mineração ou uma limitação de mineração de textos e dados, justamente, permite, impede ou promove um ambiente de maior equilíbrio, porque permite, justamente, que evitemos essa superconcentração de poder em determinados grupos específicos, que, aí, podem usar o seu poder de domínio de mercado para, enfim, eventualmente, chegarmos a um caso até de abuso de poder, uma superconcentração, práticas anticoncorrenciais etc.

A mineração evita justamente isso. Ela permite que tanto os pequenos como os grandes utilizem esses mesmos dados para tentar, justamente, promover a elevação, avançar, dar passos além. É claro que isso aí eu posso explicar mais detalhadamente em uma outra oportunidade que nós tivermos, estou à disposição para isso.

Bom, com relação ao impacto ambiental, a mineração de dados e textos é diferente da *blockchain.* Ela não usa a da criptomoeda etc., onde concentra-se boa parte dessas questões. A mineração de dados não utiliza *blockchain*, é apenas uma prática de análise computacional de um grande número de dados, não de você fazer um *tracking*, um roteiro de onde cada item foi; então, eles não são necessariamente a mesma coisa e não têm necessariamente o mesmo impacto.

Então, com relação ao ambiental, claro, podemos também explorar melhor, mas só para aliviar um pouco a sua apreensão: não, não é a mesma coisa que a criptomoeda e não tem o mesmo impacto que um *blockchain* teria na sua sequência, até porque não tem um registro de cada operação. Não é essa a finalidade da mineração dos dados e texto; na verdade, no fundo, ela seria sinônimo de uma análise computacional de um grande volume de dados, espaços diversos para poder conectá-los e organizá-los para buscar tendências, padrões e assim por diante.

Estou tentando ser o mais rápido possível aqui.

Com relação ao artigo, à redação do artigo: primeiro eu quero parabenizar o fato de terem entrado nessa questão no projeto porque, senão, no que se quer, em várias outras iniciativas de promoção da inovação, o plano de estratégia da inovação, de TI... Nada disso entrou, e acho importante ter entrado. No entanto, a redação pode sim, pode e deve, ser melhorada nesse processo.

Eu irei fazer uma contribuição à consulta pública, mas posso também encaminhar via ofício para a Comissão algumas sugestões e algumas ponderações a esse respeito. Quem tiver outras perguntas também posso incluir nisso sem problema algum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, o artigo foi muito bom no sentido de abrir essa discussão e trazer isso para dentro. Ele é melhor do que o que nós temos, que nós não temos nada, mas ele pode, sim, e deve, ser melhorado nesse processo de apuração, de depuração de algumas das questões.

Por outro lado e para encerrar, esse é um tema, ao contrário de outros aspectos da inteligência artificial, que no mundo já está bastante maduro. Nós vimos ali por aquele mapa como nós e o resto da América Latina estamos atrasados. Então, isso não é um tema que seja tão impreciso ou ainda não discutido ou imaturo, como alguns outros aspectos da regulação da IA. Eu ainda recomendaria que esse tema, esse especificamente, essa limitação, virasse quase que um *spin-off* e tivesse uma regulação própria e até mais rápida e urgente. Eu acredito que ele sobrepõe, que seja de interesse muito amplo da sociedade e está mais maduro que vários outros aspectos da regulação da IA e poderia, então, já ser regulado, isso já ajudaria bastante, tiraria uma enorme quantidade de pesquisadores e de *startups* da sombra da ilegalidade.

E, para complementar, eu posso lhe garantir, até pela minha prática pessoal de pesquisa e de relações comerciais, que, em muitos dos acordos internacionais de pesquisa e convênios de que muitos de nós participamos, nós, brasileiros, acabamos perdendo espaço porque a mineração de dados não pode ser feita aqui no país. Então, esse processo de mineração e análise computacional dos dados acaba sendo feito em outros países com os quais nós temos algumas parcerias, mas quem de fato faz esse processo acaba sendo um pesquisador em Singapura, um pesquisador na Coreia, um pesquisador no Japão, um pesquisador nos Estados Unidos. Claro, nós acabamos obtendo resultado e compartilhando a análise daquele resultado, mas nós não somos aptos a fazer formalmente por conta da sombra dessa ilegalidade. Trazer isso para a legislação é fundamental se nós queremos ter uma pesquisa brasileira desenvolvida em todas as áreas com tecnologias digitais como um todo.

É isso. Fico à disposição para outros esclarecimentos.

O tempo não permite mais agora um assunto que... (*Falha no áudio.*)

Obrigado.

A SRA. MARIANA GIORGETTI VALENTE (*Por videoconferência.*) – Passo rapidamente, então, para a Dra. Rogéria fazer as suas considerações finais.

A SRA. ROGÉRIA LEONI CRUZ (*Por videoconferência.*) – Mariana, vou ser bem breve e vou em direção à sua provocação: o que nós poderíamos eventualmente estar propondo, o que fazer, como definir?

Acho que a primeira coisa seria definir, então, limites para a utilização de soluções baseadas em inteligência artificial, no sentido de garantir meios para entendimento de quais informações foram relevantes para o resultado do seu uso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo: talvez estabelecer condições de manutenção das suas propriedades ao longo do tempo e, consequentemente, supervisão e monitoramento de eventuais efeitos adversos decorrentes do seu uso.

Pautar, talvez, ações regulatórias no uso de inteligência artificial e promover condições seguras do uso de dados durante o seu desenvolvimento.

Também estabelecer meios de avaliar o impacto da interrupção de uso ou depreciação do seu desempenho. Por exemplo: se, ao longo do tempo, aquela inteligência perdeu a sua precisão.

E, por fim, gerar talvez elementos que permitam manter o potencial criativo, de maneira inclusiva, na sociedade. Acho que hoje às vezes isso fica restrito a grandes corporações, não é? Mas talvez permitir que essa criação, essa criatividade hoje possa ser mantida.

Agradeço a oportunidade e permaneço à disposição desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio da Mota Alves) – Bom, não havendo mais painelistas e membros que queiram fazer uso da palavra, eu encerro este painel, bastante profícuo e muito assertivo.

Peço apenas um minuto para o desfazimento da mesa, porque temos convidados aqui do painel seguinte que estarão presentes aqui conosco. Apenas um minuto de intervalo.

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabricio da Mota Alves) – Declaro aberto o próximo painel.

Vou passar a palavra aos moderadores, Dr. Thiago Sombra e Dr. Bruno Bioni, para que façam a condução dos trabalhos. O mesmo tempo regimental para todos os participantes, a mesma ordem dos trabalhos. Eu agradeço.

Então, o Dr. Bruno e o Dr. Thiago têm a palavra. Obrigado.

O SR. BRUNO JORGE (*Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos e todas!

Gostaria de agradecer a presença de todos os painelistas, dos convidados e das convidadas que estão acompanhando mais uma rodada, mais uma painel de discussão, desta vez sobre o tema experiências setoriais, segurança pública, execução de políticas públicas, inovação na indústria, transformação digital nas empresas e proteção a crianças e adolescentes.

Vou moderar este painel com o colega e também membro da Comissão de Juristas Thiago Sombra, a quem franqueio a palavra para a gente poder iniciar os trabalhos, considerando 15 minutos de exposição para cada participante.

O SR. THIAGO LUÍS SANTOS SOMBRA (*Por videoconferência.*) – Obrigado Bruno, obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente quero agradecer a presença e o interesse em colaborar.

Nós temos aqui alguns painelistas. Em primeiro lugar, apenas para anunciar a sequência dos trabalhos, ouviremos o Dr. Pedro, depois a Dra. Crisleine, depois o Dr. Pablo Nunes, a Dra. Jaqueline e o Dr. Sergio Paulo Gallindo, nessa sequência. Ao final vamos ter uma rodada de perguntas e a oportunidade de cada um poder endereçá-las.

Acredito que, sem mais delongas, podemos começar com o Dr. Pedro Hartung.

O SR. PEDRO HARTUNG – Bom dia a todas e todos!

É um prazer, em nome do Alana, representar aqui a nossa organização, que atua pela defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, inclusive dos direitos digitais em diferentes perspectivas, inclusive a proteção contra toda forma de exploração comercial no ambiente digital.

A missão de que fui incumbido aqui...

Antes disso, gostaria de agradecer o convite da Comissão, nas pessoas do Dr. Fabrício, do Dr. Bruno Bioni e de todos aqueles que nos acompanham, para que a gente possa fazer uma discussão – nessa missão que nos foi trazida – sobre como entender a criança, os seus direitos, no ambiente digital e no ambiente da inteligência artificial e suas aplicações.

Preliminarmente é importante a gente destacar que, quando se fala de direitos de crianças e adolescentes e inteligência artificial, a gente não está falando somente de produtos e serviços que crianças utilizam ou que são tipicamente do universo infantil, como brinquedos conectados, como, por exemplo, assistentes pessoais ou *chatbots* que crianças utilizam, reconhecimento facial e identificação biométrica em escolas.

Nós vamos falar aqui sobre todo o ecossistema tecnológico que se utiliza de ferramentas de inteligência artificial e suas aplicações que estejam no entorno ou que impactem, direta ou indiretamente, crianças no seu cotidiano, inclusive sobre todas as mídias digitais, as novas tecnologias de informação e comunicação, como também a internet das coisas, porque as crianças transitam nas *smart cities*, estão dentro dos lares onde tem objetos conectados o tempo inteiro.

Então, pensar sobre criança não é pensar somente numa realidade, entre aspas, "tipicamente infantil", mas é entender como o ecossistema tecnológico de inteligência artificial impacta o indivíduo que está numa fase peculiar do desenvolvimento. E aqui esta é a grande mensagem: uma criança e um adolescente não são um indivíduo qualquer e por isso que receberam da nossa legislação uma proteção especial e integral. Crianças e adolescentes são indivíduos que estão numa fase peculiar do desenvolvimento. Eles estão num momento tão sensível do desenvolvimento biopsíquico e emocional – inclusive, biologicamente, é um dos períodos de maior plasticidade cerebral do desenvolvimento humano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– que a nossa preocupação como sociedade, inclusive sociedade tecnológica e de dados, é nos preocupar, em primeiro lugar, com esses indivíduos, porque eles são mais vulneráveis.

Outro ponto fundamental: por que falar de criança numa discussão de inteligência artificial? Crianças representam um terço dos usuários de internet no mundo e no Brasil. Isso é muito significativo. Elas são um terço da população brasileira, e eu fico impressionado como elas são sub-representadas em todas as discussões políticas, mas fico feliz que a Comissão tenha incluído a criança como um ponto focal aqui, porque elas são 33%, no mínimo, de crianças e adolescentes no nosso país e representam um terço de usuários da internet no mundo, que só vêm crescendo. Quanto mais nova a geração, mais usuários e mais cedo elas se tornam.

E um terceiro ponto fundamental quando a gente fala de criança: todas as tecnologias impactam crianças de uma forma ainda mais grave, justamente pela sua vulnerabilidade. Sem dúvida que nós do Alana acreditamos em estratégias tecnológicas para apoiar o desenvolvimento dos indivíduos, especialmente crianças, e vemos muitas oportunidades para a inteligência artificial compor esse apoio do bem-estar e dos direitos e garantias de crianças e adolescentes, como, por exemplo: auxílio no desenvolvimento em processos educativos de crianças, especialmente de crianças com deficiência, apoiando uma educação personalizada, com tecnologias assistivas; benefícios de saúde, como já foi muito bem falado antes no diagnóstico médico e predições com maior acuidade; combate à desigualdade pela proteção de vulnerabilidades; e reforço positivo de oportunidades.

Sem dúvida, essas tecnologias e a inteligência artificial têm um poder muito grande para revolucionar algumas áreas da nossa sociedade, inclusive diminuindo a distância social, as desigualdades, esse abismo social em que, infelizmente, o Brasil ainda vive. Contudo, não é essa a aplicação que nós temos visto desse tipo de tecnologia de inteligência artificial. Infelizmente, o que ocorre hoje em dia e o cenário da inteligência artificial, o uso dela no mundo, desse recurso no mundo, está atrelado ao modelo de negócio típico do universo digital que é a exploração comercial dos usuários, nesse caso, de crianças, especialmente pela sua massiva presença no digital – um terço delas, como eu já bem falei –, e do seu comportamento e dados pessoais.

Então, ao invés de utilizarmos a inteligência artificial para a promoção de direitos e apoio ao desenvolvimento humano, nós temos visto o uso da inteligência artificial para a exploração comercial dentro de uma lógica de negócio, de um modelo de negócio típico do universo digital de grandes empresas de tecnologia e que tem um impacto significativo no desenvolvimento humano, especialmente no desenvolvimento humano numa parte que é a mais sensível, que é a infância e a adolescência.

E, aqui, destaco quatro grandes áreas desses impactos negativos – e, repito, nós não queremos proteger a criança da internet, da inteligência artificial; nós queremos proteger a criança na internet e dentro da lógica e das aplicações da inteligência artificial. Vou destacar aqui os efeitos negativos, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

isso nos ajuda a ter uma regulação adequada desse espaço, nos ajuda a entender como isso atravessa as vivências de infâncias e adolescências no Brasil.

O primeiro ponto: modulação comportamental, especialmente utilizada para uma modulação comportamental para o consumo. Nós sabemos que, hoje, a inteligência artificial é utilizada para microssegmentação publicitária, o que permite que crianças, desde pequenas, sejam endereçadas por mensagens comerciais altamente persuasivas, muito segmentadas a determinado *cluster* de crianças e desejos de idades, para permitir uma maior persuasão. E isso traz uma modulação comportamental especialmente voltada ao consumo.

Além disso, o que se impacta aqui, primeiro, é o direito de a criança ser protegida contra toda forma de exploração comercial e as suas próprias liberdades. Uma liberdade, já que estamos falando de direitos fundamentais, a liberdade de escolha, não pode ser ameaçada por uma alta persuasão de uma estratégia muito bem feita, muito bem pensada e mecanizada para o convencimento de determinados públicos, utilizando-se das suas vulnerabilidades pessoais, que são os dados pessoais, muitas vezes sensíveis, inclusive.

Além disso, a formatação das informações que as crianças recebem. Então, a inteligência artificial, muitas vezes, formata a forma como a criança acessa as informações, o que gera uma percepção de mundo, muitas vezes, enviesada ou não gera uma diversidade de informações tão necessária para o desenvolvimento infantil. Quando a gente fala de criança e adolescente, a gente precisa garantir uma diversidade de informações para que elas próprias possam ter uma visão de mundo mais completa, mais dialógica inclusive.

Além disso, oportunidades que podem ou não acessar. Decisões automatizadas por meio de inteligência artificial podem diminuir a diversidade de informações – e, por sua vez, as oportunidades que crianças encontram no seu cotidiano – e podem impactar não só o acesso à educação, mas acesso ao trabalho, enfim, até opções de cuidado, de autocuidado.

E, por fim, os impactos na privacidade desses indivíduos, como já foi muito bem falado por outras pessoas antes de mim – não vou investir tempo nisso –, e impactos no seu desenvolvimento biopsíquico e emocional.

Especificamente, quando a gente fala de inteligência artificial, a gente pode destacar, portanto, a questão da exploração comercial, feita pela publicidade microssegmentada; a discriminação e a exclusão sistêmica e automatizada por meio de vieses... E a gente sabe que esse já é um debate grande, mas, quando a gente fala de criança, isso fica ainda mais exacerbado, porque a criança, por estar nesse momento muito sensível do desenvolvimento humano, algoritmos com discriminação já embutidos, que tenham um viés específico na sua construção, podem gerar uma percepção de mundo que tem muito mais probabilidade de perdurar ao longo da vida do que para a gente, que já tem uma capacidade crítica maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da realidade. Uma criança que recebe esse tipo de estímulo enviesado da realidade, como estímulos com relação a racismo, machismo ou outras formas de percepção do mundo, têm uma propensão muito maior de carregar esse comportamento, essa visão de mundo se não for feita, realmente, uma diversidade e um processo de educação.

Mais uma vez, é o que a gente não tem visto: o uso dessas tecnologias para apoiar um modelo mais diverso e mais centrado no ser humano, nos seus direitos de inteligência artificial.

Além disso, limitações das oportunidades, das análises preditivas e perfis baseados, utilizados por inteligência artificial com relação à moradia, trabalho, saúde, escola. A gente sabe, por exemplo... Inclusive, recentemente, a gente viu no Reino Unido crianças que se rebelaram, fizeram protesto nas ruas contra o algoritmo utilizado pela escola para gerar a nota que elas receberam para aplicação depois para a universidade.

Então, isso já está acontecendo, as crianças já estão sendo afetadas nesse tipo de decisão séria para as vidas dessas pessoas, com relação à universidade, com relação a acesso à educação e, futuramente, ao trabalho.

Imaginem só: nós não fomos uma geração que teve a infância registrada na internet. Imaginem essas crianças, o uso dessas informações, desses dados pessoais no futuro, do trabalho, da saúde, em planos de saúde que se utilizam de dados coletados por relógios espertos e que, depois, são utilizados de forma que diminuam a garantia de direitos?!

E, por fim, o impacto no desenvolvimento e na experiência do brincar livre e não condicionado por predições ou algoritmos enviesados. E aqui vou trazer um exemplo muito evidente disso: nós compramos, inclusive, no Alana um brinquedo chamado Hello Barbie, que era uma boneca que tinha, pretensamente, uma aplicação de inteligência artificial para diálogo com a criança. A gente testou essa boneca, e era muito interessante ver que todo caminho que ela respondia, supostamente de forma inteligente para a criança, era enviesado para a questão da moda, para a questão de cores específicas, o que, além de funcionar como um grande promotor de vendas, no sentido de coletar informações do que a criança atualmente está pensando – e é isso que muitas vezes essas tecnologias dentro de casa fazem, ouvindo ali nos jogos de videogame; enfim, com todos os brinquedos inteligentes ou supostamente inteligentes, conectados, acabam fazendo isso –, gera uma ameaça à privacidade, ao mesmo tempo, enviesando uma conversa.

Até os assistentes... Nós, no Alana, acompanhamos alguns assistentes pessoais voltados para a criança que ensinam a hora em que ela vai tomar banho, em que ela vai escovar os dentes – o que pode ser uma facilidade para as famílias –, mas o que isso representa de emulação de interação? Não é a verdadeira relação pessoal necessária para a criança, mas acaba emulando uma relação e acaba diminuindo a interação, inclusive, da própria família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, por fim, terminando aqui já minha breve fala, as recomendações. E aqui é importante pensar para esta Comissão pontos importantes: nós precisamos colocar as crianças no centro da discussão. Elas não podem ser só mais um grupo pesquisado ou debatido por esta Comissão.

A criança, pela nossa legislação, pelo art. 227 da Constituição, recebeu prioridade absoluta, e é um dever nosso colocar isso no centro da discussão, inclusive, de inteligência artificial. É por isso que nós defendemos aqui os direitos da criança por *design* na inteligência artificial. Não basta só pensar nos efeitos disso, tem que vir antes, no próprio desenvolvimento, e pensar na intencionalidade: o que eu quero com essa inteligência artificial? É promover direitos, apoiar o desenvolvimento ou explorar comercialmente crianças?

E para isso trago como referência as recomendações da Unicef, que fez um trabalho excelente sobre inteligência artificial – o Comentário Geral 25 da ONU, que é atrelado à Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU –, além de toda a nossa legislação nacional, como o ECA e o próprio art. 14 da LGPD, que estabeleceram já de maneira muito clara: nós precisamos colocar o melhor interesse da criança em primeiro lugar, porque direitos de crianças e adolescentes são dados sensíveis, devem ser tratados como dados sensíveis, e nenhum legítimo interesse pode se sobrepor ao melhor interesse de crianças e adolescentes – conforme o art. 14 da LGPD.

Por isso é importante que a gente possa apoiar o desenvolvimento, que as tecnologias de inteligência artificial possam apoiar o desenvolvimento e o bem-estar das crianças, garantir a inclusão para as crianças e de todas as crianças, priorizar a justiça e não a discriminação para as crianças, garantir espaços livres de exploração comercial e de publicidade infantil.

Eu queria ver uma inteligência artificial que pudesse identificar a publicidade infantil em vídeos camuflados e que a gente possa realmente ter esse tipo de inteligência que proteja a criança e garanta espaços livres de publicidade; que proteja os dados de privacidade, garanta a segurança das crianças, forneça, como já foi muito bem falado, transparência, explicabilidade, responsabilidade com as crianças.

E antes de falar de educação de usuário... Porque, no fim, sempre a culpa cai em quem? No usuário e na família, sempre é assim. A família é a grande responsável, o pai e a mãe têm que dizer "não" e têm que educar etc. Mas, antes de falar disso, o que a gente gostaria de ver mesmo é uma educação para os governos e empresas sobre direitos da criança, para que os desenvolvedores e os agentes empresariais possam entender a relação da criança com a tecnologia e possam implementar isso.

Então, nesse novo projeto de lei ou substitutivo que venha a ser elaborado, o que nós precisamos é de uma educação e literacia de direitos da criança para os desenvolvedores e para empresas e governos desse tipo de aplicação de inteligência artificial. E, por isso, consentimento não é suficiente. A base do consentimento, que é muito utilizada em LGPD, não é suficiente. Nós precisamos de uma tecnologia por *design,* que garanta os direitos de crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já terminando aqui, é fundamental, portanto, pensar até nessa classificação recentemente utilizada pela União Europeia de risco inaceitável. Para nós, o risco inaceitável são aquelas práticas de aplicação de tecnologias de inteligência artificial que violem direitos de crianças e adolescentes.

E é assim que nós esperamos que a Comissão possa tratar, de maneira séria e grave, esse tipo de ameaça ou violação a crianças e adolescentes, porque é importante que novas legislações, especialmente com essa velocidade do mundo digital, dialoguem com as legislações já existentes e com o que diz a nossa própria legislação na proteção da criança, que garantem prioridade absoluta para os seus direitos. Há o art. 227, como já mencionei, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Comentário Geral 25 e outras leis específicas, como o Código de Defesa do Consumidor, o próprio Código Civil, que fala de adolescente e protege até 16 anos esse grupo, e, por fim, a própria LGPD, que estabeleceu o princípio do melhor interesse da criança acima de qualquer outro princípio.

No fim, eu queria citar aqui a Sonia Livingstone, que é uma grande pesquisadora sobre criança e mundo digital. Ela, em recente trabalho, disse que uma internet boa para as crianças é uma internet melhor pra todo mundo. Eu ouso aqui aplicar esse raciocínio dela e dizer que uma inteligência artificial boa para as crianças será uma inteligência artificial melhor para todos nós. Por isso, o nosso pedido é que esta Comissão coloque as crianças no centro de toda e qualquer discussão que possa ser feita sobre esse tema.

Muito obrigado.

O SR. BRUNO RICARDO BIONI (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Pedro. É sempre um prazer poder dialogar com você, com o Instituto Alana, resgatando a própria constitucionalização e prioridade absoluta desse titular, desse ente considerado inclusive como hipervulnerável.

Aviso à audiência que o próximo painel também vai desbravar e avançar nessa questão do que seriam considerados ou não riscos inaceitáveis.

Eu gostaria de passar, imediatamente, a palavra para a Dra. Crisleine Yamaji, Gerente Jurídica e DPO da Febraban, Federação Brasileira de Bancos, e também Professora de Direito Privado do Ibmec São Paulo.

A senhora tem 15 minutos.

A SRA. CRISLEINE YAMAJI – Obrigada, Bruno.

Agradeço, antes de mais nada, a oportunidade a toda a Comissão de Juristas nas pessoas do Bruno Bioni e do Thiago Sombra, que moderam este painel, e também na pessoa do Fabrício da Mota, que preside esta mesa. Mais uma vez, obrigada pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falar de experiência setorial de indústria e setor bancário traz uma dimensão para a gente da importância da inteligência artificial. Hoje a gente tem um setor que, já de longa data, utiliza tecnologia em sentido amplo, mais do que inteligência artificial, mas que vem, cada vez mais, trazendo a inteligência artificial para o foco da sua atuação, seja por um grande volume de clientes, grande volume de dados, dados que são não só os dados pessoais, já tratados pela LGPD, mas também dados financeiros, e aqui, especialmente por conta da pandemia, a gente teve aí uma mudança, a consolidação de uma tendência de mudança de um comportamento que se verificou especialmente no setor bancário.

A gente sabe aqui, da própria experiência, da importância da agência, que continua a existir, claro, mas o quanto se encaminha o serviço bancário, ou a busca do cliente, pelos canais digitais. E essa busca, é claro, leva a uma necessidade de identificação. No momento em que eu levo o meu RG na agência e sou bem identificada ali pelos sistemas presentes ou tenho formas de identificação que são analógicas, o digital passa a ser fundamental na identificação, e claro que isso envolve um volume de dados impressionante e, mais do que tudo, sistemas capazes de verificar com fins de prevenção à fraude, de correta identificação biométrica à distância, mas também de cumprir uma série de regulamentações de setor que levam a uma correta validação do cliente, um correto controle e também uma colaboração do setor bancário no combate à criminalidade, especialmente lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Nesse sentido também a inteligência artificial passa a ser muito usada pelo setor bancário na segurança cibernética e, especialmente se eu preciso do canal digital para identificação, eu preciso desse canal para uma eficiente melhoria da experiência do cliente. Não se pode falar de experiência do cliente sem se pensar numa personalização do serviço, e é claro que, para isso, a inteligência artificial passa a ser fundamental no universo financeiro.

Qual é a importância de tratar de tudo isso? O setor bancário vem, de longa data, usando tecnologia em geral, antes mesmo de pensar em inteligência artificial. E preocupa muito uma grande abrangência da inteligência artificial, um conceito que seja muito amplo e, por sua amplitude, traga uma enorme insegurança com sistemas que já existem.

A gente sabe que há uma série de *softwares* que envolvem a indústria hoje, bancária, mas não só bancária, a indústria como um todo, uma série de modelos matemáticos e lógicos que são envolvidos no processo, esse conjunto de processos computacionais que são usados também na execução de tarefas mínimas ou até em tarefas do processo fundamentais e que não necessariamente refletem uma forma de inteligência humana no próprio *software* ou no próprio modelo. São simplesmente padrões de uso que devem ser considerados para a gente começar uma diferenciação clara.

E eu acho que esse é um desafio bastante grande da Comissão de Juristas, essa definição e boa compreensão do conceito na inteligência artificial, não é? A gente vê, por exemplo, só para fazer referência, que a própria ideia de programa de computador já é definida na nossa legislação há bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo. E mesmo quando você vê, o conceito traz uma série de aspectos que estão sendo discutidos hoje no âmbito da inteligência artificial, como linguagem natural, a codificação, esse envolvimento humano na determinação da automação dos processos. Então aqui a gente ressalta o papel fundamental da Comissão nessa clara conceituação da inteligência artificial.

Depois, sem dúvida, há um forte apoio aqui, não teria como não apoiar uma ideia de ética na atuação dessa inteligência artificial, com respeito absoluto a direitos fundamentais. E aí é claro que todos os projetos de lei que já foram apresentados e começaram a discutir a matéria, sem dúvida, trouxeram, de forma bastante evidente, essa questão do respeito à dignidade, à liberdade, à democracia, aos direitos humanos e até mesmo, muitos deles, tendo dado como matéria-prima, muitas vezes, da inteligência artificial, trazendo também a proteção à privacidade.

Mas é importante lembrar que aqui a gente vai trabalhar numa seara em que há uma série de fontes, não é? A própria Lei Geral de Proteção de Dados, que com a atuação da ANPD, já tem uma excelente atuação, na nossa perspectiva, do ponto de vista dos dados pessoais, inclusive com previsões sobre o trabalho automatizado, que tem sido acompanhado de perto pela agência e que a gente acha importante que seja ali delimitado em relação a outras questões.

A gente tem uma regulamentação do cadastro positivo, a questão dos dados financeiros relacionados ao próprio sigilo bancário. Outros marcos legislativos, como o Marco Civil da Internet, na medida em que ele se aplique, ou a própria Lei do Software, como a gente mencionou, o direito concorrencial, o direito do consumidor. Então cada um já tem uma esfera que deve ser respeitada. E aqui essa busca fundamental do equilíbrio no diálogo das fontes e o respeito nessa leitura é fundamental.

Um outro ponto que eu gostaria de ressaltar é: o setor bancário já tem, de longa data, uma atuação, por conta dos controles internos e da regulamentação setorial, de abordagem baseada em risco. E a gente entende que essa é uma abordagem vincente: ela se mostra adequada e sob medida para uma regulação de criticidades.

Então, sem dúvida, um aspecto daqueles riscos, como vem já sendo discutido na Europa, do que é inaceitável, do que afronta efetivamente a vida, a dignidade, a liberdade, do que é um risco maior e do que é um risco menor, que pode ser abarcado numa política sólida com uma atuação diversa de monitoramento periódico ou de uma revisão, sem dúvida, essa análise de uma abordagem baseada em risco é fundamental, até mesmo para não considerar tudo com uma régua alta a ponto de estrangular o processo econômico. Então, a gente acha aqui que essa análise tem que ser deixada um pouco sob medida, ainda mais sabendo que a gente está aqui com um desafio, que a nossa Comissão vai enfrentar o desafio de traçar uma regra, uma norma ampla a ponto de abarcar, de forma transversal, todos os setores – setores tão diversos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvindo a fala do meu colega Pedro, aqui, eu fiquei pensando em quão diversos são os desafios que a gente tem que enfrentar aqui nesse processo da normatização da inteligência artificial, porque, sem dúvida, ela transborda fronteiras setoriais. É uma norma que deve ser ampla, mas, ao mesmo tempo, deve ter esse respeito pela regulação, pela especificidade setorial, lembrando, é claro, que a grande maioria dos agentes econômicos no país não são regulados.

Então, aqui também a Comissão vai enfrentar certamente um desafio. Acredito que a inteligência artificial ainda caminha para sua maturidade – ela ainda é bastante incipiente no país – e busca um ambiente de fomento, de desenvolvimento, mas ao mesmo tempo ela tem essa situação em que, sendo transversal, se aplica para setores regulados ou não.

Os setores regulados já estão um passo à frente. Eu digo, por exemplo, do nosso setor bancário, em que diversos aspectos dos riscos operacionais que são regulamentados pelo Banco Central perpassam a questão da própria tecnologia, chegando a ter aspectos da inteligência ou mesmo em relação a aspectos da própria segurança cibernética. Então, eles já delimitam em alguma medida essa atuação. Mas essa norma de caráter amplo, principiológica, com uma série de direitos e deveres transversais, sem dúvida, vai ter o desafio de olhar para todos os setores e ao mesmo tempo conseguir diferenciar aspectos.

Nesse sentido, há ainda uma dúvida efetivamente de quão maduros estamos para ter um órgão setorial, aqui, que encabece a inteligência artificial. Sem dúvida, a gente tem diversos desafios aqui na análise da legislação do setor. É importante a gente proteger o que é direito fundamental, sem dúvida, inclusive, dando a proteção adequada para o bem jurídico tutelado, também na esfera penal, se necessária, mas há uma dúvida de como isso pode ser regulado de forma administrativa, sabendo que aqui a gente vai ter que sopesar diversos interesses e diversas experiências de setores na matéria.

Outro aspecto que eu quero colocar é uma preocupação muito grande numa regulação, especialmente saindo da questão da gradação de riscos, um olhar para uma abordagem baseada em risco que paute um pouco uma atuação até de modelos preditivos, programáticos que coloquem uma política adequada para o tratamento da inteligência artificial, setor a setor, instituição a instituição, e que a gente também evite arranjos institucionais de fiscalização que imponham situações de *bis in idem*. Seria uma pena a gente encontrar essas situações, mas, ao mesmo tempo, eu entendo o desafio que se possa ter aqui em delimitar bem competências numa esfera de regulação e de fiscalização, ainda mais nessa situação de setores regulados e não regulados em que a gente corre o risco, a depender do peso que a gente dê aqui a alguns arranjos, de criar fortes assimetrias dentro de setores econômicos que a gente sabe que, apesar dessas delimitações do regulado ou não, acabam atuando de forma bastante transversal, vide, por exemplo, os serviços financeiros, em que, hoje, há forte atuação não só de agentes regulados, os bancos, mas também de outros novos agentes. E assim deve ser também por conta do incentivo à própria tecnologia e ao próprio desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui é um desafio muito grande pra Comissão pensar um pouco nesse arranjo institucional de fiscalização que efetivamente não imponha um ônus demasiado ao desenvolvimento econômico e tecnológico no país, que concorre em esfera internacional, inclusive do ponto de vista bancário, sendo um dos setores mais sólidos, do ponto de vista internacional também, e espera continuar com esse desenvolvimento.

Então, o desenvolvimento da inteligência artificial e da inovação no país não depende só de cooperações e parcerias, mas também de uma legislação e de uma regulamentação que deem espaço para esse aprendizado, para essa curva de aprendizado de longo prazo, não é?

E, por fim, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade à Comissão de Juristas e me colocar à disposição para o debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra. *Por videoconferência*.) – Obrigado, mais uma vez.

É muito importante a posição da Febraban. Isso já vem sendo utilizado já de longa data para o marco do setor financeiro, como uma fonte sobretudo de prevenção de fraude, que é um cuidado e uma atenção muito relevante para toda a indústria. E essa perspectiva dialética, não é? Eu vi partes com perceptivas, com cenários muito importantes, e acho que isso vai acabar engrandecendo a nossa visão no momento aqui de contribuir com as nossas sugestões para esse projeto de lei.

Sem mais delongas, eu queria passar a palavra à Gianna Cardoso, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A SRA. GIANNA CARDOSO SAGAZIO (*Por videoconferência*.) – Olá. Bom dia.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite à Confederação Nacional da Indústria para participar desta importante audiência pública sobre inteligência artificial. Eu represento aqui o nosso Presidente Robson Braga de Andrade, que, infelizmente, não pôde comparecer.

Não sei se todas as pessoas conhecem a CNI. A CNI representa todas as indústrias no Brasil, indústrias de todos os portes e de todos os setores. Então, eu falo aqui em nome da indústria brasileira.

A inteligência artificial é uma das tecnologias habilitadoras da indústria 4.0 e da indústria 5.0 e tem potencial para integrar inovações disruptivas que podem transformar a dinâmica do setor empresarial.

Além disso, espera-se um grande impacto na própria civilização, porque a inteligência artificial é central para essa próxima revolução industrial, que nós já estamos vivendo, paralelamente à indústria 4.0, no sentido de combinar o ser humano com a própria máquina. Então a gente tem, na indústria 5.0, um retorno a essa humanização da manufatura, mas nela a inteligência artificial é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela pode ser utilizada em sistemas ciber-físicos para processar e tomar decisões automizadas, sendo descentralizadas e autônomas. As suas aplicações podem produzir efeitos radicais sobre os processos, sobre os produtos, insumos, organizações, infraestruturas e mercados. Além disso, seu desenvolvimento habilita a evolução de outras tecnologias. Na indústria a inteligência artificial já tem aplicações consolidadas, mas tem um potencial ainda muito mais amplo.

No âmbito da CNI, nós coordenamos a MEI, que é a Mobilização Empresarial pela Inovação, um movimento que nasceu em 2008 e que hoje reúne mais de 500 das principais lideranças empresariais do país. E, no âmbito da MEI, nós fizemos um estudo, o Indústria 2027, que pode ser encontrado no nosso *site*. Esse estudo mostrou que todos os sistemas produtivos conviverão no futuro, mas já estão sendo impactados pelas tecnologias disruptivas, entre as quais a inteligência artificial é uma das mais importantes.

Então, a indústria brasileira deve se preparar para essas mudanças tecnológicas que já estão ocorrendo e que já estão nos impactando. Os modelos de negócios das empresas e suas cadeias de valor estão evoluindo para modelos integrados, conectados, inteligentes e servitizados.

Para a gente ter uma ideia: a inteligência artificial poderá adicionar até por volta de US$16 trilhões à economia mundial até 2030, aumentando em quase 15% o PIB mundial – esses são dados da PricewaterhouseCoopers; na América Latina, o impacto deve ser de algo acima de 5% do PIB total, o que é aproximadamente US$0,5 trilhão.

Ainda segundo as estimativas dessa instituição, a inteligência artificial impactará de diferentes formas e em diferentes períodos os setores da economia: 83% de todo o setor manufatureiro conseguirá adotar integralmente a tecnologia em seus processos num período médio entre 3 a 7 anos; 54% de todo o setor varejista conseguirá adotar integralmente a tecnologia nos seus processos em um curto período de tempo, de 3 anos; e 40% de todo o setor de saúde conseguirá adotar integralmente a tecnologia em seus processos num longo período, de aproximadamente 7 anos.

Então, o tema é muito relevante. Ele é tão relevante que, segundo um estudo da OCDE, o investimento global de *venture capital* só em inteligência artificial em 2020 movimentou cerca de US$80 milhões. Nos Estados Unidos existem 55 iniciativas nacionais para inteligência artificial em diversos temas; na China, são 22 iniciativas; e no Brasil temos hoje, de acordo com a OCDE, 10 iniciativas.

Os impactos da inteligência artificial já se fazem sentir em todos os setores da vida social. Em sociedades emergentes, como a brasileira, marcada por altos índices de pobreza e desigualdade, avançar nesse tema pode fazer toda a diferença e contribuir para a superação do nosso atraso tecnológico, estimulando, assim, um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Porém, é preciso tratar o assunto com toda a cautela que processos radicais de inovação exigem. Como a ciência já mostrou, os algoritmos, por mais inteligentes que sejam, falham. E, quando o assunto é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a saúde da população, um carro autônomo e eventuais acidentes, a segurança pública, a reprodução de preconceitos de raça e gênero, a disseminação do ódio, a quebra da ética e da privacidade, é normal e fundamental que as sociedades se protejam.

A OCDE traz princípios que buscam promover o uso da inteligência artificial de forma inovadora e confiável e respeitando os direitos humanos e os valores democráticos. Os princípios são: crescimento inclusivo; desenvolvimento sustentável e bem-estar; valores centrados no ser humano e na justiça; transparência e explicabilidade; robustez, segurança e proteção; prestação de contas.

O Brasil é um dos 42 signatários do princípio para o desenvolvimento de inteligência artificial da OCDE. O maior desafio que temos é combinar prosperidade com progresso tecnológico e processos de civilização. É preciso muita sabedoria para exercer a proteção sem engessar a inovação, pois, como a história ensina, não está dado que o futuro será melhor para todas as pessoas, povos e países automaticamente. Em outras palavras, fazer a inteligência artificial beneficiar a todos exige constante atuação responsável dos setores público e privado.

Dada a complexidade desse tema, a CNI e a MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação) realizaremos agora, no dia 9 de maio, uma reunião do GT de marco regulatório com especialistas para debater o PL, esse PL 2.120. Então, caso os senhores e as senhoras tenham interesse, podem vir participar, porque nós buscamos aprofundar em sobre como podemos aprimorar essa regulamentação.

Esse projeto de lei precisa ser cauteloso, a fim de trazer regramentos sem ferir os direitos individuais e dificultar os processos inovativos nas empresas.

Então, muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Ricardo Bioni. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Gianna, pela sempre valiosa contribuição da CNI. Acho que agrega, aglutina a visão de um setor, de uma indústria que é transversal, então não apenas é de um determinado setor específico.

A gente gostaria de passar imediatamente a palavra, para até otimizar o tempo, à colaboração e à contribuição do Sergio Paulo Gallindo, Diretor-Presidente da Brasscom.

Seja bem-vindo, Gallindo! Você tem quinze minutos.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Bruno. Obrigado também ao Thiago por essa possibilidade falar aqui.

Eu gostaria de projetar uma apresentação, se for possível. Não sei se alguém precisa me habilitar para isso.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Ricardo Bioni. *Por videoconferência*.) – Você já é coanfitrião, Gallindo. Acho que agora você já está habilitado para compartilhar sua tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – O.k. Vamos lá.

Conseguem ver aqui?

O SR. PRESIDENTE (Bruno Ricardo Bioni. *Por videoconferência*.) – Sim, pode prosseguir, por favor.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – O.k., muito obrigado.

Bom, eu estou aqui representando a Brasscom, que é a associação que representa as empresas de tecnologia da informação e comunicação e também empresas digitais.

Eu tenho uma formação, para quem não me conhece, que é dupla. Eu sou engenheiro e mestre em Ciência da Computação e também sou advogado e mestre em Direito Político e Econômico. Eu vou passar um pouco sobre esses dois temas no discorrer aqui da apresentação.

Essa é a Brasscom, é o nosso cartão de visita. São 87 grupos empresariais. Os modelos de negócio que as empresas têm, todos são trabalhados aqui, e inteligência artificial é claramente um deles, inclusive com um grande contingente de empresas que militam nessa área. A Brasscom tem uma representatividade importante em todas as geografias intensivas em tecnologia. A gente tem uma parte muito importante de governança interna. Inclusive neste ano a gente liberou um relatório sobre ISG no setor de tecnologia e, agora mais recentemente, um relato integrado de ISG na própria Brasscom.

Esse é o nosso propósito e pelo que a gente trabalha, então estamos contentes de termos sido lembrados nessa questão. Temos também vários associados institucionais, muitos deles são de instituições de ensino, o que faz também uma inserção da pauta de formação de talentos e também de pautas mais diversas dentro da ciência, tecnologia e inovação.

E esse é o setor, um setor que continua crescendo aqui no Brasil. O Brasil de fato tem vocação para a tecnologia: atingimos no ano passado 6,9% de proporção do PIB e chegamos a 1,9 milhão de profissionais no setor, com uma taxa de crescimento de 13,8%. Portanto, trabalhar inteligência artificial é fundamental para a continuidade da pujança do setor e a sua capacidade de empregabilidade. No ano passado, as empresas colocaram para dentro um montante de novos profissionais sem precedentes: 198 mil novos profissionais.

Bom, eu vou passar bem rapidamente por aqui, mas a questão das definições – a gente vai ver mais à frente – tem um papel importante e é um papel diferente entre definições técnicas e definições jurídicas, tá? Aqui, por uma definição minha mais técnica, ela é só uma aproximação daquilo que a inteligência artificial demanda: a inteligência é baseada em algoritmos, em capacidade computacional intensiva e também é dependente de uma abundância de dados. E isso é uma característica específica da inteligência artificial que traz alguns desafios quando a gente coloca isso numa lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Creio que todos já estão informados, mas essa questão de inteligência artificial já não é nova. A minha passagem por isso foi na década de 90, e fiz vários experimentos naquela ocasião na Universidade do Texas, em Austin. Isso é basicamente uma forma matemática de você ter assertividade em modelos de seleção. Basicamente, o que a inteligência artificial procura é isto: assertividade em seletividade, não é? Isso avançou bastante, e hoje a gente acha que isso é quase que uma mágica. Mas uma questão importantíssima e que precisa perpassar as nossas conjecturas em termos de segurança jurídica é que inteligência artificial não é só uma coisa. Aqui vocês estão vendo: são várias metodologias ou várias fenomenologias de inteligência artificial, cada uma com um paradigma técnico e cada uma com os seus cuidados que precisam ser tomados para que não haja invasão de privacidade ou comprometimento dos nossos deveres, das nossas prerrogativas.

A Brasscom tem sido bastante ativa: emitimos uma carta de princípios de inteligência artificial, estamos fazendo novas gestões, deve ter mais coisas sendo colocadas no espaço público, e atuamos muito fortemente no Projeto de Lei 21, de 2020, que é considerado dentro da Brasscom um bom projeto, mas existem, sim, possibilidades – e eu vou tratar disso – de melhoria a partir inclusive da contribuição desta Comissão.

Bom, em termos de conceituação, a gente tem uma conceituação teleológica que começa basicamente com a visão da OCDE e que é bastante etérea. Curiosamente, no projeto de regulamento europeu, ele chama para uma IA que seja claramente definida para garantir segurança jurídica. Então, aparentemente, a verbero europeia foi numa situação de procurar mais segurança jurídica. E eles, de fato, conseguiram fazer isso com uma técnica que, francamente falando, não é das melhores, mas que parece ser uma técnica necessária, no caso de inteligência artificial.

A primeira coisa que eu gostaria de destacar é que a União Europeia reconheceu a inteligência artificial como de categoria de *software*, e isso me chamou muito a atenção porque no Brasil nós tivemos várias polêmicas de bitributação de *software* e também de coisas de direitos autorais, então me parece adequado que a nova lei indique claramente que inteligência artificial é *software*. Temos repercussões importantes inclusive no âmbito tributário. Então, é importante que a lei dê essa segurança jurídica para todos nós.

No entanto, a própria União Europeia vai classificar a inteligência artificial, no seu anexo 1, como técnica. E ela tem aqui um rol de técnicas que é inclusive mais enxuto do que aquele que eu coloquei inicialmente. Acho que precisamos debater um pouco mais, para ter mais assertividade sobre o que essa inteligência artificial significa efetivamente e talvez fazer salvaguardas para não embotar a evolução da inteligência artificial. Eu sempre fui fã de que as leis não deveriam adentrar em tópicos tecnológicos, mas aqui parece ser uma exceção. Então, essa é uma primeira contribuição aqui para esse debate.

A segunda contribuição vem da análise das duas abordagens que temos aqui à mão. Não são as únicas, mas são as duas talvez mais importantes. A abordagem europeia é centralizada, e isso é em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função da própria estrutura da União Europeia, entre as características da União e dos Estados-membros. Ela é baseada em risco, o que a gente poderia traduzir aqui no português como potencial de geração de danos, e tem atividades de risco já estipuladas, o que é razoável do ponto de vista da gravidade dessas atividades, mas não é razoável que a gente faça uma avaliação do que é alto risco ou baixo risco de forma dura, porque baixo risco e alto risco são coisas que serão tratadas a partir do desenvolvimento das próprias tecnologias. Então, nesse sentido, o.k., mas a gente não pode abusar disso daí.

Por outro lado, a abordagem norte-americana mobiliza não para uma abordagem centralizada. Os Estados Unidos têm várias agências regulatórias, e essa ordem executiva faz um chamamento às agências regulatórias para o enfrentamento ou engajamento na inteligência artificial. Então, os Estados Unidos mantiveram a sua abordagem de não querer inovar e colocar uma agência regulatória para inteligência artificial; está delegando às agências regulatórias já existentes. Se elas são regulatórias, é porque elas merecem regulação, está certo?

A conclusão que eu trago aqui para debate é que nós podemos, aqui no Brasil, fazer um bom uso das duas experiências. Primeiro, nós já temos a centralização garantida na Constituição, no art. 22, inciso IV, porque nós estamos falando aqui de informática, e inteligência artificial é do ramo da informática. Então, isso já está garantido. Temos também agências regulatórias com focos técnicos altamente especializados. Veja, garantir higidez na inteligência artificial é matéria de especialistas. Muitos aqui já participaram e participarão desta Comissão. Então, é possível e necessário valorizar isso. Então, é também oportuno incluir na lei – isso também vem da União Europeia – o contorno da atuação do Estado. Isso é muito claro na preocupação da União Europeia e não está sendo tratado no projeto de lei que nós temos. E a ativação das agências regulatórias para que elas assumam o protagonismo da análise do impacto da IA dentro das suas áreas de controle. O exemplo mais emblemático seria o exemplo da própria saúde; a Anvisa está muito mais capacitada para analisar essas coisas do que qualquer outra entidade dentro do próprio Governo. Então, essa é uma sugestão que eu estou trazendo.

Outra coisa importante é que os países avançados adotam legislação tardia. Para quê? Para estimular a inovação. Então, é possível e é necessário que haja regulação? Sim. Mas ela tem que ser cirúrgica. O ponto mais possível, *ex post*, ou seja, deixe que os fenômenos tecnológicos se maturem, e a gente vai tratar da regulação na medida em que ela for efetivamente necessária.

Nesse sentido, eu queira colocar aqui também dois precedentes legislativos muito importantes. O primeiro diz respeito à responsabilidade civil. A LGPD consagrou um novo regime de responsabilidade civil para a parte de proteção de dados pessoais no art. 4 e o fez muito bem. E essa responsabilidade civil não é uma dicotomia; é uma responsabilidade civil acolhida pela doutrina e também é acolhida pelo STJ, sendo uma responsabilidade subjetiva imprópria. A recomendação aqui é que isso seja também cotejado dentro desta Comissão para o aperfeiçoamento da lei. E a LGPD também valorizou boas práticas, governança e códigos de conduta. Isso também deveria ser objeto do corpo da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que vou extrapolar um pouquinho, mas, se vocês me derem essa licença, estou terminando aqui.

Em termos das necessidades que o Brasil tem, ele precisa de mais fomento. Nós estamos muito atrasados em relação a investimentos em IA. Nós temos aqui um grande potencial de crescimento. A inteligência artificial já pulou para ser a quarta força em termos de investimentos no futuro. Temos algumas iniciativas aqui no Brasil do empresariado, mas os investimentos colocados pelo poder público são de apenas 1,3% daquilo que o empresariado está gastando. Então, o Estado precisa fazer uso de meios de fomento para a inteligência artificial.

Encerrando, eu já tinha colocado isto numa audiência pública aqui mesmo, no Senado: o arcabouço de uma lei de IA. Já comentei tudo, só queria acrescentar esta outra proposta: seria interessante concebermos um conselho consultivo multissetorial nos moldes do CGI, que é um grande sucesso. Para quê? Para que seja uma instância de coordenação e desenvolvimento de IA. A mobilização das agências reguladoras que nós já temos, em confluência com esse conselho consultivo, seria, a nosso ver, a relação possível do ponto de vista de custo e adequada do ponto de vista de uma governança geral em matéria de inteligência artificial.

Mil perdões pelo atraso!

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Ricardo Bioni. *Por videoconferência*.) – Nós lhe agradecemos, Gallindo. Obrigado pela contribuição, também relembrando alguns outros arranjos que já foram contemplados no ordenamento jurídico brasileiro, como a questão de corregulação na LGPD e também a própria perspectiva de multissetorialidade e governança em rede a partir do Comitê Gestor da Internet.

Então a gente vai passar a palavra para o nosso último painelista, que é o Bruno Jorge Soares, da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial).

A palavra é sua, Bruno.

O SR. BRUNO JORGE (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Bruno, na pessoa de quem cumprimento toda a Comissão de Juristas.

Agradeço o convite para participar deste momento tão importante.

O Brasil vem se debruçando sobre esse tema do ponto de vista das políticas públicas, como a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e seus programas, mas também no seu braço regulatório aqui no Senado – primeiro, isso se deu na Câmara e agora no Senado – sobre esse tema.

Eu vou colocar aqui, para me orientar, na verdade, uma apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente quer destacar aqui são três perguntas que têm orientado a nossa atuação.

A ABDI é focada na questão do aumento da competitividade e da transformação digital, que pode habilitar um novo padrão para a economia brasileira e para a sociedade em termos de serviços e produtos.

Deixe-me colocar aqui...

A ABDI está aqui em Brasília, somos ligados ao Ministério da Economia e temos, como foco, a transformação digital.

A primeira pergunta que eu coloco é: por que acelerar a adoção de inteligência artificial?

Os meus colegas da CNI e da Brasscom, além da Febraban e de outros, também colocaram a relevância estratégica da inteligência artificial hoje. Quando você pensa numa discussão mais ampla sobre os mercados digitais que a União Europeia está travando, sobre uma regulação específica de uma tecnologia que tem um propósito tão geral e uma aplicação tão ampla, muitas vezes a gente pensa na inteligência artificial só na parte de *software*, mas também podemos pensar na robótica, como foi colocado, na automação, na conectividade.

A inteligência artificial traz benefícios para a população, no sentido de serviços de saúde e sistemas de saúde mais eficientes, diagnósticos de saúde mais eficazes. Temos a possibilidade da individualização do ensino, naquilo que o nosso colega Hartung colocou, de soluções que tragam a melhor experiência e o respeito à individualidade do estudante, do aluno, da criança e do adolescente, que estão em processo de formação. Então, a inteligência artificial traz esses benefícios. E, para os negócios, para as empresas, traz redução de custos, traz redução de tempo, traz novos negócios. Num levantamento que a gente fez em parceria com o Instituto de Inteligência Artificial, identificamos mais de 500 *startups*, que são novos negócios que estão utilizando essa tecnologia para oferecer produtos e serviços para a sociedade, para as outras empresas, para o consumidor.

Então, o nosso papel na adoção da tecnologia e da inteligência artificial na ABDI é viabilizar arranjos e mecanismos que permitam que a gente trabalhe com as capacidades, com o aumento das capacidades. Aqui foi falado no painel anterior sobre a capacitação de servidores, de empresários e da mão de obra, quer dizer, é uma capacitação da sociedade como um todo. Por quê? Porque, por meio desses projetos-piloto que nós fazemos hoje na indústria, na agricultura e na saúde, a gente habilita, por exemplo, um produtor rural a usar a tecnologia de uma maneira mais adequada, que traga mais benefícios para esse produtor. Na indústria, o responsável pela operação tem mais segurança nas suas decisões. E essa capacitação vem por meio da prática. Por isso essa discussão da regulação é tão importante, porque a prática vai definir muito padrões que devem ser seguidos ou devem orientar *insights* que devem orientar a regulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acelerar a inteligência artificial é muito importante. Você vê estratégias de países – o Sergio Paulo, da Brasscom, trouxe essas experiências –, mas na ABDI nós estamos preocupados com as estratégias de desenvolvimento do país. E, nesse sentido, a inteligência artificial tem ocupado um papel central. Os Estados Unidos, por meio da sua ordem executiva, designaram uma comissão, e a lei de incentivo à política de inteligência artificial nos Estados Unidos, por exemplo, tem mais de mil páginas, destacando vários instrumentos de incentivo e regulação. O marco europeu também traz isso. A China também tem, na sua estratégia de desenvolvimento, a inteligência artificial, e vem se destacando como uma das lideranças tecnológicas do mundo por ter essa preponderância na inteligência artificial. Então, é uma tecnologia que o Brasil precisa no seu projeto de desenvolvimento ter no seu radar, ter como componente e ter isso no seu dia a dia das empresas, das políticas públicas e dos ambientes regulatórios.

E aí, considerando essa importância, existe uma relação muito importante entre dados e inteligência artificial. Aqui há muitos especialistas, principalmente na questão de proteção de dados. Em que sentido a Lei Geral de Proteção de Dados... Um dilema que a gente tem é sobre a explicabilidade dos mecanismos de IA, das soluções de inteligência artificial. Um pesquisador americano que estuda inteligência artificial na área de defesa escreveu um livro recente sobre o dilema do Centauro. Nós usamos a inteligência artificial para expandir as capacidades humanas, seja a capacidade de memorizar, de armazenar informações, de categorizar essas informações e de tomar melhores decisões. Então, quando um radiologista usa um sistema de inspeção de imagens de laudos para olhar um banco de imagens e chegar ao melhor diagnóstico, ele está expandindo a capacidade dele de diagnóstico. Por outro lado, como esse sistema de diagnóstico chegou àquela decisão? Se a gente exagerar na dose da explicabilidade desse mecanismo, a gente conseguiria fazer esse processo sem a inteligência artificial, ou seja, a gente estaria deixando de ganhar um benefício da tecnologia que está a serviço e construída para aquele propósito do melhor diagnóstico, para ter uma premissa de transparência e explicabilidade absolutas, não é? Então, é preciso ponderar essa questão.

Muitas soluções de inteligência artificial começam pela coleta de dados, que nem sempre tem seu propósito específico naquele momento. Quando a gente fala de mineração de dados, quem assume num caso clássico que o consumo de cerveja, por exemplo, num supermercado – esse é um caso que existe há mais de 30 anos de relação entre variáveis – estaria associado à compra de fraldas? Quem consegue chegar a essas relações? E aí as soluções de inteligência artificial precisam dos dados pessoais e das máquinas, e das coisas – a internet das coisas também é um ponto importante aqui.

E, por fim, como equilibrar inovação e regulação?

Ao analisar as estratégias dos países e das principais forças aí – basicamente a China, os Estados Unidos e a União Europeia; e aí eu retomo o debate para o Brasil –, a gente tem, pelo lado da China, por exemplo, um caráter muito forte regulatório e um incentivo também muito forte. A gente está falando de uma ordem de grandeza. Apenas para critérios, a China hoje forma dez vezes mais engenheiros, enfim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em inteligência artificial do que os Estados Unidos e tem um gasto *per capita* também muito grande em relação a esse tema. Do outro lado, a gente tem os Estados Unidos, que têm as grandes plataformas em que a internet está emergindo daquele ecossistema, e aí há o Vale do Silício e as grandes empresas de tecnologia; nós temos também uma grande potência em relação a isso, à inteligência artificial. E, no meio, nós temos a União Europeia, que, nos últimos 50 anos, não desenvolveu nenhuma grande empresa nova nessa área de tecnologia que pudesse fazer frente às grandes plataformas digitais – nós não temos uma grande plataforma, como as americanas ou as chinesas em função de volumes – ou desenvolveu um arcabouço regulatório que possa ser utilizado também como instrumento de inovação.

E aí eu fico pensando aqui nessas reflexões, nas interações com o setor público e o setor privado, qual é o projeto para o Brasil em relação a isso. Como calibrar a questão do incentivo com a regulação? Como calibrar a proteção da sociedade de direitos fundamentais e a inovação, que vai permitir com que o Brasil cresça e tenha um projeto de prosperidade, crescimento econômico, desenvolvimento e geração de empregos? Que essa inteligência artificial permita isso. Muitas vezes a gente fala que as tecnologias avançadas da indústria 4.0, por exemplo, como a robótica ou a inteligência artificial, tiram empregos, mas estudos recentes com empresas, acompanhando o painel de empresas, mostram que as empresas que investem nessas tecnologias contratam mais – contratam mais e contratam profissionais melhores, mais bem remunerados. Essa questão da capacitação passa a ser também um fator fundamental em relação a isso.

Então, encerrando aqui meu tempo, eu quero agradecer novamente o convite e fico à disposição para as perguntas e discussões.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Foi uma boa participação.

O Bruno falou dessa experiência internacional, especialmente o que os principais países desenvolvedores de soluções tecnológicas com inteligência artificial têm feito, especificamente China e Estados Unidos. Acho que é um bom parâmetro para que nós avancemos aqui numa melhor forma de regulação. Acredito que não temos mais perguntas. Só queria fazer um reforço de um aspecto que a secretaria nos solicitou anteriormente. É que todos aqueles que utilizaram algum tipo de apresentação possam encaminhar essas apresentações para a secretaria.

Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Ricardo Bioni. *Por videoconferência*.) – Acho que é isso. E, até por conta de que a gente está um pouquinho avançado no horário, a minha sugestão seria a gente tentar fazer um bloco de perguntas. Também tem aqui alguns outros membros da Comissão que gostariam de fazer alguns questionamentos de duas, no máximo três perguntas. E aí a gente devolve a palavra para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

painelistas, para reagirem a esses questionamentos e também fazerem alguma outra consideração que assim desejem.

Da minha parte, tentando estabelecer uma dialética, como o próprio Thiago Sombra colocou, com a apresentação de vocês, acabou sendo mencionado um pouco da abordagem da proposta de regulação de IA da União Europeia, alguma abordagem principalmente tocando em alguns riscos que seriam considerados inaceitáveis. E esse grau de inaceitabilidade decorreria necessariamente de alguns contextos, dois deles que a gente procurou tentar endereçar aqui e trazer algum tipo de experiência, ainda que a painelista ou o painelista que poderiam colaborar e contribuir no campo de segurança pública não pudessem estar.

E a proposta da regulação da União Europeia traz alguma coisa do que seria considerado esse risco inaceitável. Dois deles me chamam atenção: o primeiro, que tocou muito a fala do próprio Gallindo e também do Pedro, é o de que a IA poderia vir a explorar qualquer tipo de vulnerabilidade de grupos específicos, tais como de crianças e adolescentes em uma vulnerabilidade cognitiva. O segundo, também citado pela proposta de regulamentação da União Europeia, fala de identificação biométrica à distância, em tempo real e em espaços acessíveis, para efeitos de manutenção de ordem pública; isso está diretamente relacionado com tecnologias de reconhecimento facial. Então, eu gostaria de saber a opinião de vocês sobre essas regras proibitivas gerais e até mesmo as suas respectivas exceções, porque também a regulamentação da União Europeia traz alguns cenários para tanto. Esse seria o meu questionamento.

Eu vejo aqui também o Filipe Mendon... Eu não sei se você também, Thiago, gostaria já de fazer algum tipo de questionamento para esse primeiro bloco.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra. *Por videoconferência*.) – Eu queria aproveitar e endereçar uma pergunta especificamente ao Sergio e ao Bruno, quanto às formas de desenvolvimento da tecnologia, como vocês exploraram aqui, se vocês já enxergam, hoje, gargalos normativos ou de natureza regulatória que precisariam ser identificados especificamente pela Comissão, desde logo, na elaboração do projeto (*Falha no áudio.*) ... se existe algum outro aspecto, algum outro tema que deveria ser objeto da atenção aqui por parte de todos.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – Bom, eu fui citado aqui, duas vezes. Então, acho que...

Em primeiro lugar, sobre essa questão que tem na proposta da União Europeia sobre o uso de reconhecimento facial, pelo que eu entendi da proposta, ele é mitigado, ou seja, há hipóteses da União Europeia onde isso é possível.

A minha conjectura aqui para o Brasil é a seguinte: a gente já tem, no nosso arcabouço, salvaguardas para atuação das persecuções penais. Então, eu acho que a gente só precisaria pontuar, dentro dessas salvaguardas, as caracterizações de inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ser mais claro: a persecução penal poderia vir a usar – isso é só uma hipótese, isso é uma conjectura minha, pessoal, não é propriamente da Brasscom –, na hipótese de... Haveria, sim, a possibilidade de usar dados sensíveis humanos desde que seja autorizado pelo juiz. Então, o que eu acho que é impensável é você fazer um monitoramento da sociedade, de toda a sociedade continuamente. Isso é contrário à nossa privacidade e ao nosso direito de ir e vir. Mas, dentro de uma estratégia de persecução penal, dada a criticidade e o beneplácito do juiz, isso poderia ser feito, e eu acho que é até muito importante, até considerando a situação que a gente tem hoje no Brasil com relação à criminalidade.

Eu acho que essas ponderações é que têm que estar encaixadas na lei. É aquilo que eu chamei do delineamento do papel do Estado. É importante que isso esteja na lei e que, se não for exauriente, pelo menos dê um norte para que o Estado entenda qual é o seu papel no uso da inteligência artificial e aquilo que é vedado ao próprio Estado fazer. Eu senti essa cautela muito forte no documento da União Europeia.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Ricardo Bioni. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Gallindo.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – E acho eu fiquei devendo a do Thiago.

Thiago, se eu entendi bem, você está preocupado com a questão do uso e dos investimentos? Não sei se foi bem isso.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra. *Por videoconferência*.) – Não, não, a colocação no final é a seguinte: com o trabalho da Comissão, eu vou ter que lidar com uma série de temas de natureza regulatória desde logo e endereçar eventuais compatibilidades que nós vamos ter que fazer com alguma outra legislação sobre a perspectiva setorial ou geral: se já existiria algum aspecto regulatório, algum gargalo regulatório, algum obstáculo regulatório hoje que você enxerga, Sergio, que precisaria ser objeto de algum tipo de adequação ou de exame por parte da Comissão para evitar um incongruência futura.

Por que eu pergunto isso? Porque você fez até uma observação muito interessante sobre o papel das agências. Cada agência tem a sua regulação setorial. E precisaria ter aqui uma forma de compatibilizar quando houver um risco de não convergência. Então, se eventualmente você já veria algo em antecipação que precisaria ser olhado como uma forma de compatibilização.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – A minha resposta é não, mas é uma resposta precária, porque a gente não se debruçou sobre isso.

O entendimento que eu pelo menos tenho é o seguinte: o fato de a gente já ter agências regulatórias já faz com que essa matéria seja digna de regulação. Então, o que eu estou preocupado é que haja a valorização de boas práticas de governança e de códigos de conduta para que as próprias agências regulatórias comecem a trabalhar no impacto da IA nos mandatos que elas já têm. Está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O futuro pode demonstrar que a gente precisaria de alguma outra regulação em alguma outra situação; neste momento, a gente não fez essa avaliação na Brasscom. E eu arriscaria dizer que o setor produtivo em especial está o.k., mas a mobilização das agências eu acho que é muito importante. Elas é que têm a característica de tecnicidade para poder fazer essas avaliações e introduzir aquilo que for necessário para as próprias regulações que elas já têm.

O SR. PEDRO HARTUNG – Posso só...

O SR. PRESIDENTE (Bruno Ricardo Bioni. *Por videoconferência*.) – Eu não sei se... Acho que agora o Pedro gostaria de reagir, mas eu sei que o Filipe Medon, membro aqui da Comissão, também teria mais uma pergunta direcionada para o Pedro. Eu não sei se alguns dos outros painelistas gostariam de reagir ainda neste primeiro bloco, antes de franquear a palavra para o Filipe e também, consequentemente, para o Pedro.

A SRA. GIANNA CARDOSO SAGAZIO (*Por videoconferência*.) – Desculpa, Bruno.

Eu só queria dizer que, como eu informei na minha apresentação, nós continuamos estudando o tema junto com as empresas. Então, caso vocês tenham alguma questão específica, podem ficar à vontade para nos enviar, porque a gente vai se dedicar, vamos pesquisar com mais profundidade, consultar para que a gente tenha um posicionamento do setor empresarial, pelo menos das empresas com as quais a gente trabalha diretamente, para ajudar nessa formulação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Ricardo Bioni. *Por videoconferência*.) – A gente que agradece, Gianna.

Filipe.

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar os painelistas pelas contribuições tão ricas e agradecer pela participação.

Bom, primeiro, uma pergunta; depois, uma breve consideração. A pergunta que eu faço se direciona especificamente ao Dr. Pedro e tem em vista a regulação propriamente dita. Nós já estivemos juntos em outras oportunidades de debates sobre o tema e, inequivocamente, concordamos sobre a centralidade dos direitos fundamentais da criança frente à inteligência artificial.

E, pensando precisamente no cenário desse necessário protagonismo, a minha dúvida seria a seguinte: será que nós deveríamos tratar do tema como apenas um capítulo ou uma norma de eventual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marco legal da inteligência artificial ou isso deveria vir por meio de uma reforma mais abrangente do Estatuto da Criança e do Adolescente ou ainda numa lei especial? Então, a uma pergunta para o Dr. Pedro é: qual a sua perspectiva sobre essa forma de regulação?

Em segundo lugar, não poderia deixar de destacar que, apesar de não ter sido objeto de nenhuma das mesas de hoje, de objetos específicos, perpassou por diversas falas a defesa da responsabilidade civil subjetiva. E me parece importante e oportuno nós ressaltarmos que mesmo a aludida Resolução do Parlamento Europeu de 20 de outubro de 2020 não traz o regime de natureza subjetiva de forma pura, mas, sim, como tem entendido a doutrina europeia, com presunção de culpa e apenas para sistemas de baixo risco – isso está lá no art. 8° da aludida resolução, dentro de um cenário maior de quatro regimes a depender dos operadores, de quem está lidando com IA. Então, esse também é um ponto para ser considerado e visto com muito cuidado.

Devolvo a palavra e agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Ricardo Bioni. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Filipe.

Tem algumas mãos levantadas, mas eu gostaria de imediatamente franquear a palavra para o Pedro, já que ele teria duas reflexões para fazer, do bloco anterior e agora do Filipe. E aí, na sequência, a gente inicia o segundo bloco.

O SR. PEDRO HARTUNG – Muito obrigado.

É apenas para conversar um pouco sobre o que foi perguntado pelo Bruno sobre reconhecimento facial, identificação biométrica e essa classificação de alto risco, com que eu tendo a concordar justamente em função não... E discordando um pouco do que o meu colega Gallindo comentou sobre o juízo de admissibilidade por parte do juiz. É menos sobre admissibilidade de provas ou que possam ser decididas unilateralmente pelo juízo: a discussão sobre reconhecimento facial e identificação biométrica é mais sobre confiabilidade dessa tecnologia para identificação real do que está acontecendo.

Um estudo da Universidade de Essex apontou que o uso dessas tecnologias pode incorrer em cerca de 89% de falhas, o que impacta diretamente o direito de defesa e contraditório em questões penais e, no caso, o de crianças e adolescentes, em adolescentes a quem se atribui ato infracional na questão do socioeducativo. Então, é fundamental – existem já discussões no Brasil sobre isto, inclusive no metrô de São Paulo – que a gente tenha que ficar atento, sim, ao uso dessas tecnologias que impactam diretamente a fruição de direitos desses adolescentes, dessas crianças. Então, o alto risco é justificado no uso dessas tecnologias que impactam diretamente crianças.

Segundo: agora a pergunta do nosso colega Filipe Medon sobre qual é a melhor legística, quando a gente pensa em criança, tecnologia, em inteligência artificial. Sem dúvida, olhar para a criança é prioritário, é necessário, mas a boa legística, no que tange às crianças, as boas experiências nos trazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não é reformando o ECA a cada novo tema que aparece que a gente vai conseguir chegar à proteção, mas justamente incluindo a criança e seus direitos de forma transversal nas novas legislações, e não somente em um artigo. O que a gente pede aqui é que não tenha um capítulo ou um artigo da criança, mas que, em todos os artigos, a gente possa olhar para a criança e entender como essa regulação impacta diretamente a vida e a fruição de direitos e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. E aí, sim, pensar numa regulação adequada.

Então, o nosso posicionamento é o de que a lógica dos direitos da criança e do adolescente seja espalhada pela legislação, e que possa, em todos os momentos, haver uma reflexão de como esse público é direta ou indiretamente atingido pela regulação e pelas práticas de inteligência artificial.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Pedro.

Eu vou passar, primeiro, a palavra ao Bruno. Na sequência, à Estela Aranha, membro aqui da Comissão.

O SR. BRUNO JORGE (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

Ainda em relação ao primeiro bloco e à sua pergunta, Thiago, de como antever e se a gente já tem algum ponto identificado de lacunas regulatórias em relação ao uso da inteligência artificial.

E aí esse é um processo que está em desenvolvimento de uma forma muito clara. Neste momento, os riscos ainda não estão mapeados. Mas por isso é que é importante o desenvolvimento de projetos – e eu acho que vai ser objeto de um novo painel – do *sandbox* regulatório, dos espaços regulatórios, não é? É importante que esse mecanismo de inovação que a legislação hoje tenta regulamentar, de temas tão mutantes que nem a inteligência artificial... A gente está falando de um processo, imaginem, que começou nos anos 1950 com Alan Turing e vem se desenvolvendo nos últimos 60, 70 anos, enfim. E agora a gente está regulando pelos seus impactos, pela escala que esse processo tem na sociedade e também pelos benefícios que ele traz. Então, o uso de pilotos, de *test base*, de projetos de laboratório, enfim, de espaços controlados em que a regulamentação permita esse tipo de coisa, esse tipo de instrumento e mecanismo para o aperfeiçoamento dessa regulação, talvez venha ao encontro do que você colocou, Thiago, no sentido de a regulação prever, porque é quase impossível a gente não limitar algum desenvolvimento tecnológico que poderia acontecer quando se regula. Então, que esses mecanismos, como o *sandbox* regulatório, esses espaços de regulação que permitem, por exemplo, que um Pix acontecesse, para permitir, por exemplo, que a telemedicina aconteça, sejam previstos na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra) – Obrigado, Bruno.

Estela.

O SR. FABRÍCIO DE MOTA ALVES – Dr. Thiago, a convidada Crisleine gostaria de fazer algumas considerações, se for possível, antes de passar a palavra à Dra. Estela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra) – Claro.

A SRA. CRISLEINE YAMAJI – Obrigada, Fabrício.

Ainda sobre o primeiro bloco, em relação às provocações do sistema de identificação biométrica e da responsabilidade.

Julgar simplesmente o sistema sem entender a finalidade, a função, a necessidade, a adequação do uso me parece bastante prematuro da União Europeia, e condenar um sistema, vedando-o, leva a deixar de ter proveito em diversos aspectos desses sistemas. Trabalhando com o setor bancário, que se preocupa tanto em colaborar com o combate à criminalidade, a proteção à fraude, a gente vê como é fundamental às vezes contar com sistemas de validação e identificação precisos. E aqui mais para ponderar o fato de a gente colocar simplesmente o sistema como algo que traz um risco por si só inaceitável. A modulação é a destinação, é a finalidade que nos diz isso e esse é o aspecto que eu queria ponderar sobre isso.

Em relação à responsabilidade, falando um pouco da responsabilidade civil e concordando com outros colegas painelistas que abordaram o tema do nosso lado, também acreditamos aqui que a responsabilidade civil seja subjetiva, eventualmente com inversão aqui do ônus da prova, como é colocado na União Europeia. Eu só me permito discordar porque nem todos os países olham simplesmente pelo viés do risco baixo. A Itália tem diversos julgados inclusive anteriores à regulação da própria IA, que trazem uma análise de risco um pouco mais precisa, na medida em que a mitigação de riscos, ainda que um pouco mais altos – claro que o alto ou baixo aqui é muito analisado caso a caso –, é feita numa análise que leva a medida também da própria responsabilidade e a adoção de medidas de segurança adequadas, de uma postura diligente adequada, conforme determinados padrões e políticas que possam suportar aquela assunção de risco que diz respeito ao uso da inteligência em si.

Então, falando da responsabilidade civil, só para concordar com os colegas que estabelecem aqui a sua visão de responsabilidade civil subjetiva imprópria ou subjetiva com o ônus da prova *sui generis*, como gostam de falar alguns, mas sem limitá-la a riscos baixos e sim com adoção de medidas adequadas para as mitigações de risco que se apresentam.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Ricardo Bioni. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Crisleine.

Eu gostaria de fraquear a palavra para a Dra. Estela Aranha, membro da Comissão.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – Bom, novamente aqui – desculpem-me –, porque a gente tem tão pouco tempo para entregar os trabalhos que eu aproveito para fazer alguns comentários até na nossa própria Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, sobre segurança pública e a importância da discussão do tema, que eu acho que acabou ficando menor aqui. Mesmo que eventualmente seja excluída do diploma essa relação entre a segurança pública e também esses debates aqui, é só para levantar um exemplo – já que a gente teve a fala aqui do setor financeiro, por exemplo, setores obrigados pela lei de lavagem, pela lei de terrorismo – de como serão tratados esse tipo de dados e essas informações, como, por exemplo, o uso de sistemas preditivos, que pode acontecer nesses sistemas.

Eles não são propriamente... Podemos encaixá-los como segurança pública, persecução penal ou investigação criminal, mas eles, de certa forma, alimentam esses sistemas, e as consequências são exatamente as mesmas: a eventual violação de um direito, a violação do direito de ir e vir, por exemplo, a restrição de liberdade. Então, eles são absolutamente equivalentes em consequências e finalidades. Então, sempre que, enfim, uma reflexão de tratar... Quando a gente for tratar esses temas de, principalmente, separar os riscos, a gente deve olhar sempre a finalidade do uso da tecnologia, porque eu acho que ajuda.

Eu queria ressaltar também a necessidade de destacar só rapidamente a questão de criança e adolescente, mas eu não vou me alongar mais, porque a pergunta é um pouco mais longa.

O Sr. Sergio Paulo Gallindo – excelente apresentação, sempre muito boas suas contribuições – foi muito rápido. A gente não tem tempo. Então, eu queria entender um pouco mais. Quando a gente estava falando de regulação baseada em risco, você somente pontuou que deveria ser uma regulação *ex post* e não desenvolveu mais. Aí eu queria fazer um comentário, até pegando como bibliografia a Julia Black, no sentido da literatura clássica de regulação baseada em risco. Eu vou rapidamente colocar que, em geral, quando os riscos recaem sobre os indivíduos e podem ser compensados, obviamente essa regulação é composta por esse regime de responsabilidade *ex post*. Mas, quando existem riscos de danos individuais, quando se considera necessária uma abordagem preventiva – tais como aqueles que fabricam algum produto, fornecem algum serviço, podem ser obrigados, por exemplo, a ter uma autorização específica, como os serviços financeiros, aqui bem colocado –, quando os riscos recaem sobre indivíduos, mas não são compensáveis ou são aquilo que chamam de arrependimento profundo, como ameaça à vida, por exemplo, são requisitos impostos *ex ante*, mais onerosos, como, por exemplo, licenciamento, monitoramento, execução contínua, e os padrões de consentimento à exposição do risco são maiores.

Por outro lado, quando esses riscos são sistêmicos, embora ainda sejam compensáveis, eles não são individuais. É inadequado obviamente esses sistemas dependerem de consentimento individual, porque eles impactam toda a sociedade, e novamente é necessária a regulação *ex ante*, bem como a remediação *ex post*, como a gente está falando aqui sempre da regulação *ex ante* e *ex post* e, principalmente, da história de responsabilização, do regime de responsabilidade.

E, finalmente, quando esses riscos são sistêmicos e os danos não são compensáveis ou não são remediáveis, por exemplo, nas aplicações de segurança pública, então os regimes regulatórios *ex ante* geralmente são mais restritivos. Até a regulação do desenvolvimento deve ser mais restritiva, bem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

da sua implantação, do seu uso e da sua colocação no mercado; exige testes superextensivos, como a gente falou na questão de saúde, uma regulação super-rigorosa e, às vezes, até mesmo a vedação do uso da tecnologia. Então, diante dessa variedade que a gente tem de tecnologia, como a gente fala, de inteligência artificial, que é uma tecnologia geral, há uma variedade de riscos enormes, e, obviamente, cada aplicação tem o seu risco. Como que a gente faz para predefinir uma forma de regulação? Acho que a gente tem todas essas e no cardápio vai ter que usar todas essas, porque os riscos são muito diversos.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – É para eu falar?

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra. *Por videoconferência*.) – Gostaria de falar alguma coisa, Dr. Sérgio?

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – Eu não sei... Fui citado e não sei se eu posso falar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra. *Por videoconferência*.) – Fique à vontade. Temos alguns minutos ainda, fácil de concluir.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – Estela, eu acho que tudo que você falou está dentro do contexto que eu estava tentando explanar, certo? Os instrumentos de regulação estão aí para serem usados. Eu vou dar só um pequeno exemplo para identificar o que que estou falando: na questão de geração de energia elétrica, você tem um nível de risco para energia elétrica de matriz hidráulica e um risco totalmente diferente em matriz nuclear. Tudo é energia, mas o uso da energia ou a forma como a energia tem que ser tratada é diferente. É isto que, na verdade, entendo que os países mais avançados fazem: eles identificam aquilo em que é necessária uma regulação *ex ante* daquilo que é regulação *ex post.*

Nós estamos tratando aqui de uma tecnologia, e é uma tecnologia de uso geral. Então, crivar um tipo de adequação, seja *ex ante* ou *ex post, a priori,* não me parece razoável para uma tecnologia geral. A tecnologia de inteligência artificial vai estar na usina atômica nuclear e vai estar também na geração hidráulica, na geração hidrelétrica. A tecnologia inclusive vai ser diferente para essas duas coisas, mas é o uso da tecnologia que vai caracterizar aquilo que a gente deve fazer numa *ex post,* deixar fazer, deixar acontecer, daquela em que a gente tem que dizer que os cuidados são maiores e que precisa de outro regramento.

É mais ou menos essa a minha visão. Não sei se dialogou com a sua.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – Eu acho até que há concordância, porque o sentido é não regular a tecnologia, e sim seus usos. E aí, sim, temos esse cardápio completo de soluções que vamos ter que buscar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra. *Por videoconferência*.) – Com isso, acho que podemos encerrar o painel. Não temos mais perguntas no *chat* e, acredito, Fabrício, que presencialmente também não.

O SR. PRESIDENTE (Fabrício de Mota Alves) – Desculpa, Thiago. Houve um questionamento que chegou aqui da audiência, mas não será formulado então, não é?

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra. *Por videoconferência*.) – Já foi endereçado aos painelistas.

O SR. PRESIDENTE (Fabrício de Mota Alves) – Tudo bem, está o.k. Então, pode concluir.

Eu faço só um alerta no final, só uma advertência no final.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Luís Santos Sombra. *Por videoconferência*.) – Quero só agradecer a todos. Acho que foi uma excelente oportunidade de ouvir aqui posições muito distintas do setor empresarial e da sociedade civil.

Teremos outros painéis. Vamos retornar agora às 14h.

Quero reforçar o pedido que a Secretaria fez a quem utilizou uma apresentação: que a encaminhasse, para que nós pudéssemos aqui considerar nos nossos trabalhos.

Passo a palavra ao Fabricio, para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Fabricio da Mota Alves) – Está o.k.

Muito obrigado, Dr. Thiago, Dr. Bruno, demais membros da Comissão, nossos convidados painelistas.

Apenas faço o comunicado de que o painel que está previsto para hoje, às 14h, será exclusivamente virtual. Todos os membros, a Profa. Ana Frazão, assim como os painelistas, participarão na modalidade *online*.

Então, muito obrigado.

Retomamos os trabalhos às 14h.

Obrigado a todos.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Boa tarde a todos!

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência*.) – Tchau! Boa tarde! Obrigado.

(*Suspensa às 12 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Declaro reaberta a terceira reunião da Comissão. Na verdade, esta é a última do dia e a última desta primeira rodada de audiências públicas.

Vamos falar nesta tarde sobre um tema extremamente importante, instigante, que já apareceu aqui de diversas formas nos debates anteriores, cujo título é: "Inteligência artificial e riscos: gradação de riscos; hipóteses de riscos inaceitáveis e princípio da precaução". Então, vejam que é um tema que entra no âmago de várias das discussões fundamentais de uma regulação de inteligência artificial, ou seja, se regular, por que regular, como regular, quando regular. E muitas dessas discussões, como eu já reiterei aqui, apareceram em painéis anteriores. Muitos dos nossos expositores já mostraram a necessidade de pensarmos, sim, em um modelo que se baseia em riscos, em uma gradação de riscos. É claro que, a partir desse momento, as controvérsias existirão: como vamos fazer essa graduação de riscos, há riscos inaceitáveis que eventualmente justificariam, inclusive, o banimento de determinadas utilizações, como vamos lidar também com as questões de baixo risco.

E, para além dessa discussão, surge também uma que eu particularmente considero extremamente importante que é a própria discussão a respeito do princípio da precaução, ou seja, como lidar com as incertezas, com aquilo que não pode ser previsto. E nós sabemos que aqui talvez se concentre uma das grandes divergências a respeito do tema. Aliás, há uma controvérsia até sobre qual seria o conteúdo do próprio princípio da precaução, em que medida ele seria ou não aplicável à inteligência artificial, havendo desde aqueles que entendem que isso levaria a decisões irracionais até aqueles que entendem que precisaríamos considerar o princípio da precaução e que ele, inclusive, seria compatível até com modelos de regulação por evidências.

Então, eu acredito que aqui, neste momento, nós estaremos diante de vários dos dilemas da regulação da tecnologia, até aquela questão do quando regular, porque, se regulamos um pouco sem informação, temos o problema informacional; se esperamos um pouco, podemos ter informação, mas aí teremos o problema de poder e de controle, já que muitas vezes aquela tecnologia já causou danos irreversíveis e dificilmente será possível se conter essa própria trajetória que já foi então alcançada. Então, acredito que vai ser uma discussão bastante interessante.

E para isso nós temos cinco convidados especialistas nessa matéria, que vão contribuir conosco com toda a sua expertise nesses assuntos. Esses convidados são os seguintes: a Dra. Maria Cecília Oliveira Gomes, do Data Privacy Brasil; a Dra. Priscila Lauande Rodrigues, Pesquisadora da Sapienza Università di Roma/USP; Dr. João Paulo Cândia Veiga, do Center for AI (USP/FAPESP/IBM); a Dra. Heloisa Estellita, da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo; e Dr. André Lucas Fernandes, do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aproveito para cumprimentar a todos os nossos convidados e agradecer enormemente por terem aceito o convite. Quero cumprimentar também muito especialmente todos aqueles da Comissão que estão aqui conosco.

Estou vendo aqui a Dra. Estela, o Dr. Victor, o Dr. Danilo, a Dra. Clara, o Dr. Filipe, se tiver perdido algum, então, peço desculpas. Faço um cumprimento também muito especial ao nosso Presidente, Ministro Cueva, à nossa Relatora, Profa. Laura Schertel. E também desejo uma boa tarde e excelentes trabalhos para aqueles a que nos assistem.

Sem mais delongas então, já vamos iniciar a fase inicial da exposição dos nossos convidados, em que cada um terá 15 minutos para fazer as suas considerações. Portanto, já passo a palavra à Dra. Maria Cecília Oliveira Gomes.

Doutora, muito obrigada mais uma vez pela sua presença conosco.

A SRA. MARIA CECÍLIA OLIVEIRA GOMES (*Por videoconferência*.) – Boa tarde! Boa tarde a todos!

Agradeço o honroso convite da Comissão de Juristas e a oportunidade de contribuir para um debate tão importante quanto o que tem por objetivo abordar as audiências públicas que estão sendo promovidas.

Cumprimento a moderadora do painel, a Dra. Ana Frazão, os demais membros da Comissão que estão presentes e os caros colegas.

Pude acompanhar os debates e todas as contribuições têm sido muito ricas. Espero poder contribuir também através dos comentários e endereçamentos que irei fazer no presente painel. Sou Professora do Data Privacy Brasil, bem como doutoranda na USP, onde pesquiso o tema de relatório de impacto e risco e risco associado ao relatório de impacto. O painel se trata sobre inteligência artificial e riscos, gradação de riscos, hipóteses de riscos inaceitáveis e o princípio da precaução, que é tão importante quanto a Dra. Ana Frazão estava comentando.

Vale mencionar que há diversas formas de fazer gestão de risco em sistemas de inteligência artificial. E vários autores, no âmbito internacional, já vêm debatendo esse tema sob diferentes perspectivas, como na União Europeia, Unesco, OCDE, Conselho da Europa, National Institute of Standards and Technology, entre vários outros que já foram mencionados nas audiências. Conforme as recomendações da Unesco para questões éticas envolvendo IA, precisamos considerar que essas tecnologias podem ser de grande utilidade para a humanidade, mas também é preciso considerar que existem preocupações éticas fundamentais, como, por exemplo, em relação aos preconceitos que elas podem incorporar e exacerbar potencialmente resultando em discriminação, desigualdade, exclusão digital e uma ameaça à diversidade cultural, social e biológica e divisões sociais ou econômicas. Bem como há uma necessidade de transparência e compreensão do funcionamento dos algoritmos e dos dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os quais foram treinados e o seu potencial impacto, incluindo, mas não se limitando, a dignidade humana, direitos humanos, liberdades fundamentais, igualdade de gênero, democracia, entre outros.

Considerando esses aspectos e o que está previsto nos projetos de lei aqui analisados, decidi direcionar a minha fala para uma das formas de gestão de risco, que leva em consideração questões éticas e avaliam impacto nos direitos humanos, liberdades fundamentais, entre outros, que é a avaliação de impacto. A avaliação de impacto existe em diversas áreas e em diferentes contextos e é uma ferramenta que vem sendo utilizada há décadas. Só na área de proteção de dados estamos falando de quase 30 anos de debate sobre ela. Contudo, este é um debate recente no Brasil, levando em consideração a norma sobre relatório de impacto à proteção de dados pessoais, prevista na LGPD a partir de 2018. E, no que concerne às discussões envolvendo inteligência artificial, a avaliação de impacto tem ocupado um lugar de destaque como uma forma de avaliar riscos.

Nesse sentido, a avaliação de impacto pode seguir diversas metodologias, sendo a mais comum em proteção de dados – e a que vem sendo bastante debatida em inteligência artificial – a da abordagem baseada em risco ou, no inglês, *risk-based approach,* que já foi mencionada várias vezes nos painéis de ontem e de hoje das audiências. Essa é a metodologia que alguns atores internacionais têm discutido como caminho para avaliar riscos em sistemas de IA e é a que parece ser referenciada mais diretamente no PL 21, de 2020, o qual menciona gestão baseada em risco, em seu art. 6°, inciso III.

Vale indicar que as expressões "risco" e "formas de mitigação de risco" aparecem em outros artigos desse mesmo projeto, bem como aparecem mencionadas no PL 872, de 2021, no qual a mitigação de risco está indicada no art. 4°, inciso VII. Sobre isso é necessário compreender o que podemos considerar como gestão baseada em risco e mitigação de risco, que são mencionadas nesses projetos. Para isso é importante entender um pouco sobre o debate internacional envolvendo a abordagem baseada em risco.

Podemos considerar que existem perspectivas distintas nesse debate, isso porque a abordagem baseada em risco tem sido objeto de estudo e análise há anos sobre o quanto ela é adequada ou não para a prevenção de riscos aos direitos fundamentais, e isso porque ela tem sido interpretada por alguns setores de maneiras diferentes da sua real função. A variação de impacto ou a sua derivação, como um relatório de impacto previsto aqui no Brasil na LGPD, tem por função a prevenção de riscos aos direitos, bem como promover uma maior *accountability* e transparência. Essa função também vale para avaliação de risco em IA, e muitos dos debates têm se voltado para a reflexão de como através da avaliação de impacto é possível prevenir e evitar – é uma palavra muito importante – riscos éticos que envolvam direitos humanos e uma inteligência artificial.

Nesse cenário, temos na mesa orientações distintas sobre como essa variação de risco precisa ser feita. Para alguns setores, trata-se de uma mera conformidade legal, ou o que chamamos de *checklist compliance* ou *risk compliance*, na qual a preocupação é estar em conformidade com a regulação ou a lei, e não necessariamente com a prevenção de riscos aos direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em contrapartida, alguns acadêmicos têm se posicionado de que a abordagem baseada em risco precisa ser orientada a direitos e ter como norte central a prevenção de riscos aos direitos dos seres humanos. Portanto, não se trata apenas da escolha sobre qual metodologia vai ser utilizada, mas também de como ela vai ser interpretada – o que foi um pouco a provocação feita no Painel 2, de ontem, ao questionar riscos e direitos, na audiência. Eu concordo com o que foi mencionado de que não há uma dicotomia entre riscos e direitos, mas entendo que, na verdade, se trata da forma de interpretação e implementação dos modelos metodológicos.

Nessa perspectiva, a avaliação de impacto vem sendo debatida sobre a terminologia de "avaliação de impacto em IA", "avaliação de impacto ética" e "avaliação de impacto de direitos humanos", sendo que todas elas possuem como um guia uma abordagem voltada a princípios e a direitos, para que efetivamente possam ser prevenidos os riscos.

Algumas recomendações como a da OCDE falam da variação de impacto em direitos humanos e valores democráticos e listam modelos e referências a esses valores. Assim como acontece no Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, o relatório de impacto em IA pode considerar os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, as liberdades civis também previstas na Constituição Federal e os princípios éticos em IA, que estão sendo discutidos no cenário internacional, como por exemplo os dez princípios recomendados pela OCDE e os princípios recomendados pela Unesco.

Portanto, é imprescindível que seja considerada pela Comissão a adoção de avaliações de impacto em IA, que possuem sua sistematização no substitutivo; uma orientação à prevenção de riscos aos direitos com embasamento nos princípios éticos; e ter como eixo central de análise o ser humano, quando o sistema for a ele aplicado, podendo compreender tanto indivíduos quanto grupos.

É possível seguir diferentes abordagens metodológicas, como a abordagem baseada em risco, que já foi muito mencionada, a abordagem baseada em direitos ou a abordagem baseada em riscos e benefícios. Contudo, o mais importante é compreender que o ser humano é o eixo central dessa análise. E esse é um ponto que está ausente em todos os três projetos de lei ora analisados, quando o tema risco é abordado por eles. Eles se voltam para uma gestão, com uma abordagem baseada em risco através da menção de mitigação de risco, por exemplo, sem necessariamente procedimentalizá-lo ou criar o instrumento da avaliação de impacto como uma das formas de gerir e evitar esse risco, assim como parece se voltar para um momento *a posteriori*, ou seja, não foca em a abordagem baseada em risco ser feita em modelos de IA que ainda não foram disponibilizados no mercado e ainda não têm riscos concretizados.

É necessário que fique claro que essa avaliação precisa ser feita no momento do desenvolvimento da IA e que os riscos precisam ser avaliados e prevenidos antes de se concretizarem, sempre na lógica da prevenção e de se evitar o risco, o que está alinhado com o princípio da precaução, e não necessariamente da mitigação, o que pode ser entendido quando os riscos já se concretizaram e a tecnologia está sendo avaliada depois de ser disponibilizada no mercado. Compreendido isto, é possível avaliar como esse risco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será mensurado através da matriz de risco, que pode possuir gradações e níveis diferentes de mensuração, indo do mais simples, três níveis - baixo, moderado, alto -, até quatro a cinco níveis de risco, o que varia a partir do referencial que está sendo utilizado. E no cenário internacional existem hoje diversos tipos de sugestões de *frameworks* diferentes.

Um caminho que pode ser seguido quando for regulamentado o presente tema é se valer de estudo de caso em diferentes setores, para avaliar os tipos de risco em IA de maneira setorial, a partir de modelos de IA diferentes, sendo essa uma forma que se aproxima mais da realidade da avaliação de risco de um sistema específico e que pode servir como norte de análise e recomendação setorial sobre o tema.

Considerando esses pontos, recomendaria à Comissão a inserção da avaliação de impacto em IA orientada a princípios e a direitos, bem como a sua sistematização no substitutivo que será desenvolvido, a fim de que tenhamos uma prevenção de riscos aos direitos dos seres humanos, impactados pela IA de forma mais completa e efetiva.

Eram essas as minhas considerações iniciais sobre o tema.

Agradeço pela oportunidade e continuo à disposição para os debates. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) - Muito obrigada, Dra. Maria Cecília.

Vamos, então, já passar para a nossa segunda exposição.

Imediatamente, aqui, Dra. Priscila Lauande Rodrigues, por favor. A palavra está contigo.

A SRA. PRISCILA LAUANDE RODRIGUES (*Por videoconferência*.) - Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas!

Eu gostaria de cumprimentar os integrantes do presente painel, os membros da Comissão também presentes, na pessoa da Profa. Ana Frazão. Eu agradeço imensamente o convite que me foi feito, especialmente à Profa. Estela Aranha, a quem estendo os meus cumprimentos.

Quero dizer que muito me honra estar presente aqui, hoje, para tratar de um assunto de extrema importância e interesse para o Brasil, que é a regulação da inteligência artificial. E espero que eu possa contribuir com esse debate, trazendo uma visão voltada para os riscos que impactam as relações de trabalho.

Eu inicio me apresentando brevemente. Eu sou doutoranda pela Sapienza Università di Roma; Mestre em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas pela UDF. Faço parte do Comitê Científico do Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito do Trabalho. Sou pesquisadora do Núcleo Trabalho além do Direito do Trabalho, da USP, e sou advogada trabalhista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tema de que me ocupo é muito rico e amplo, mas irei me ater em tratar dos riscos que reputo mais impactantes nas relações de trabalho, sob a premissa de que o confronto da inteligência artificial com o direito não pode se ater somente ao plano do Direito Civil, mas também deve incorporar a proteção aos direitos sociais. Quanto mais as atividades de inteligência artificial correspondem ao trabalho, mais se torna imprescindível colmar essa lacuna. E o primeiro ponto que gostaria de destacar são os riscos em relação à ocupação e às mudanças das competências pessoais para acessar ou permanecer num mercado de trabalho que se torna cada vez mais restrito.

A inteligência artificial, a utilização de *big data*, a gestão por algoritmo já são uma realidade no mundo do trabalho. Ainda que considerada inicialmente, a IA se difunde por diversos setores distintos: do transporte com veículos autônomos, da pesquisa e segurança com os *drones*, da saúde com os robôs e as intervenções restaurativas e de melhoria do corpo humano; alcança não apenas os setores manufatureiros e de comércio, mas também a assistência médica, a educação, a agricultura e diversos outros.

Um estudo da OCDE de 2019, "The Future of Work", estima que empregos de média qualificação são crescentemente expostos a riscos: 14% dos empregos existentes podem vir a desaparecer como resultado da automação nos próximos 15, 20 anos e, adicionalmente, 32% podem sofrer mudanças radicais à medida que tarefas individuais venham a ser automatizadas. O nosso ordenamento jurídico já prevê essa proteção em face da automação, na forma da lei, no capítulo referente aos direitos sociais, art. 7º, inciso XXVII, dispositivo que ainda não foi regulamentado.

E o que se começa a se observar é um debate já crescente sobre uma taxação em razão da automação, como uma forma de diminuir os impactos sociais dessas demissões em massa e perdas de postos de trabalho, bem como a instituição de mecanismos de proteção social, instituição de uma renda mínima universal e outras formas de apoio à renda.

Outras iniciativas que seriam complementares dizem respeito à requalificação dos trabalhadores para o inferimento na indústria 4.0. Isso também foi abordado num projeto de lei em discussão, o PL 5.051, que estabelece a promoção da educação para o desenvolvimento mental, emocional e econômico harmônico com a inteligência artificial. Cito também a criação de políticas específicas para a proteção e para a qualificação dos trabalhadores; o PL 21, que prevê a instituição de medidas para reportar a capacidade humana e preparar a transformação do mercado de trabalho à medida que a inteligência artificial é implantada; e ainda o PL 872, que, ainda que não faça menção especificamente ao trabalho, estabelece como diretriz a promoção da educação digital.

Eu faço menção a uma iniciativa do sindicato alemão IG Metall, no projeto Arbeit 2020, que introduz um sistema cujo propósito é fomentar a capacidade de administrar essa inovação em processos de desenvolvimento digital nos locais de trabalho e que diz respeito substancialmente ao desenvolvimento e à atualização de habilidades, aprendizagem, tempo de trabalho e proteção de dados pessoais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O último contrato coletivo nacional do Metal Mechanics, assinado aqui na Itália, já passa a reconhecer essas novas competências pessoais dos trabalhadores, estabelecendo novos sistemas de classificação, avaliando não apenas as tarefas, mas também o reconhecimento de habilidades relacionais e de comunicação, bem como a capacidade de resolução de problemas, competências que agora estão sendo reconhecidas. Então, eu acho que uma pauta extremamente importante é a que se refere à formação de profissionais para atuar na área, à qualificação de trabalhadores de um modo geral ou ainda à requalificação dos trabalhadores que perderam seus empregos, visando promover um ambiente de igual oportunidade para todos.

Vejam que as aplicações da inteligência artificial podem, de fato, ter efeitos libertadores, especialmente se essa substituição se refere a trabalhos pesados, perigosos, penosos ou repetitivos. Entretanto, ela também pode estar associada com a mercantilização do trabalho humano, não associada à perda de empregos, mas à disseminação do trabalho precarizado.

Uma das últimas, mas não exclusivas, implicações desse fenômeno tem sido recentemente associada com a forma de trabalho da chamada *gig economy*. E aqui eu já passo para o segundo ponto da minha exposição para abordar o trabalho em plataformas digitais e a gestão algorítmica. Lembro que a gestão algorítmica não se limita ao trabalho em plataformas digitais, mas aqui, em razão do tempo, eu me limitarei a fazer esse recorte.

O trabalho de plataformas digitais diz respeito, então, à realização de processos intensos de produção de bens e serviços que são completamente externalizados de qualquer lugar produtivo tradicional. Aqui se observa uma dupla função: a de afirmar níveis enormes e constantes de extração de dados e informações sobre consumidores e trabalhadores, o *data mining*; e a de externalizar e decompor esse processo de produção em microtarefas, restaurando a uma unidade através da ação da gestão algorítmica. Nesse mecanismo de reprodução, a troca não envolve apenas o empresário e o trabalhador, mas também o cliente que utiliza o valor desses serviços.

De fato, as plataformas podem combinar eficientemente a oferta e a demanda de mão de obra e oferecer oportunidades ou uma renda adicional, inclusive para pessoas que enfrentam barreiras de acesso ao mercado de trabalho, tais como jovens, pessoas com deficiências, migrantes ou pessoas com responsabilidade de cuidado. No entanto, muitos desses trabalhadores são equivocadamente classificados como autônomos e, consequentemente, desprovidos de uma proteção social trabalhista, mas que, de fato, experimentam a subordinação e diferentes graus de controle pelas plataformas, por exemplo, no que diz respeito a níveis salariais ou condições de trabalho. Isso é feito através do que é chamado de gestão algorítmica, que é utilizado para designar tarefas, monitorar, avaliar e tomar decisões.

Aqui eu faço menção à proposta de diretiva da União Europeia publicada em dezembro de 2021, que ainda não foi aprovada, mas que traz esta inversão de um enquadramento jurídico, presumindo como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

relação de emprego quando há um efetivo controle do desempenho do trabalho. Esse controle pode ser observado quando estiverem presentes ao menos dois dos requisitos ali estabelecidos.

Essa mesma proposta de diretiva trata, em um capítulo específico, o Capítulo 3, a gestão algorítmica, estabelecendo transparência e uso de sistemas automatizados de monitoramento e tomada de decisão, em que as plataformas devem informar aos trabalhadores: quais são os sistemas de monitoramento automatizados utilizados para supervisionar e avaliar o desempenho do trabalho; quais são os sistemas automatizados de tomada de decisão que são usados e que afetam significativamente as condições de trabalho, em particular o acesso a tarefas, ganhos, segurança e saúde ocupacional, tempo de trabalho, promoção e sua situação contratual, incluindo restrição, suspensão ou rescisão de sua conta. Particularmente quanto ao sistema automatizado de tomada de decisão, devem informar os principais parâmetros que tais sistemas levam em consideração e a importância desses parâmetros na tomada de decisão automatizada, incluindo a forma como os dados pessoais ou o comportamento do trabalhador influenciam essas decisões, bem como os fundamentos das decisões de restringir, suspender ou encerrar a conta do trabalhador, de recusar a remuneração pelo trabalho realizado sobre o *status* contratual, ou qualquer decisão com efeitos similares.

Todas essas informações devem ser fornecidas ao trabalhador, assim como no caso de qualquer mudança substancial, devendo ser apresentadas de forma concisa, transparente, inteligível e facilmente acessível, usando linguagem simples e clara. Ainda devem assegurar recursos humanos suficientes, devidamente treinados, capacitados e com garantias contratuais para assegurar essa autonomia, para monitorar o impacto das decisões individuais tomadas ou apoiadas por sistemas automatizados de monitoramento e tomada de decisão. As plataformas digitais de trabalho não devem ainda processar quaisquer dados pessoais relativos aos trabalhadores que não estejam intrinsecamente ligados e sejam estritamente necessários para a execução do trabalho.

Outra questão importante diz respeito ao monitoramento humano de sistemas automatizados. Os Estados-membros devem assegurar que as plataformas monitorem e avaliem regularmente o impacto das decisões individuais tomadas ou apoiadas por esses sistemas, avaliando os riscos para a segurança e a saúde dos trabalhadores, em particular no que diz respeito a possíveis riscos de acidentes de trabalho, riscos psicossociais e ergonômicos; avaliar se as salvaguardas desses sistemas são apropriadas para os riscos identificados, tendo em vista as características específicas do ambiente de trabalho; bem como introduzir medidas de prevenção e proteção adequadas.

Já avançando para o final da minha fala, aqui também trago como parâmetro a proposta da União Europeia sobre regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial, que – como já foi mencionado aqui – propõe uma abordagem baseada no risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os usos de IA prejudiciais aos valores fundamentais são considerados inaceitáveis e são proibidos, entendidos esses como sistemas que implantam técnicas subliminares que exploram vulnerabilidades e distorcem o comportamento humano ou são usados para pontuação social algorítmica.

Especificamente quanto ao emprego, gestão dos trabalhadores e acesso ao trabalho por conta própria, a proposta trata como aplicações de alto risco. Os sistemas listados incluem aquele usado para recrutar, selecionar, anunciar vagas, selecionar, filtrar, avaliar candidatos durante entrevistas ou testes, tomar decisões sobre promoção e rescisão do contrato de trabalho, alocar tarefas, monitorar e avaliar desempenhos e comportamento. Isso significa que, potencialmente, todos os trabalhadores serão expostos a esses riscos. E, no contexto específico do emprego, esse risco é ainda agravado pela relação de subordinação existente entre trabalhador e empregador.

A proposta, então, seria estimular a produção de inteligência artificial embasada em pesquisas específicas relacionadas aos riscos no contexto das relações de trabalho e aplicar soluções éticas principalmente nos campos da equidade e não discriminação, *fairness*, responsabilidade, prestação de contas, *accountability*, e transparência guiada pelo princípio da precaução.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade e me coloco à disposição para o debate.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Priscila.

Já passo, então, a palavra imediatamente ao Dr. João Paulo Cândia Veiga.

O SR. JOÃO PAULO CÂNDIA VEIGA (*Por videoconferência*.) – Eu tirei a máscara aqui. O protocolo aqui na USP é de todos e todas usarem a máscara, mas, como eu estou sozinho na sala, eu posso tirar a máscara.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite de estar aqui na Comissão de Juristas para pensar o marco regulatório da inteligência artificial, agradecer particularmente à Profa. Ana Frazão e à Profa. Laura e cumprimentar a todos e todas neste evento importante, estratégico, eu diria, para a gente avançar na regulação de inteligência artificial.

Eu vou fazer uma pequena introdução aqui. Eu acompanhei algumas apresentações e ouvi que vários expositores falaram um pouco: "Ah, o Brasil está atrasado, enfim, tem dificuldade nisso e naquilo". Eu acho que a gente pode iniciar aqui a apresentação.

Bom, em primeiro lugar, eu não tenho formação jurídica, eu sou um cientista político que está tentando pensar o arranjo institucional do que seria esse marco regulatório, tá? Então, talvez eu destoe um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco aqui da maioria dos expositores, porque eu vou fazer uma apresentação com um recorte um pouquinho diferente.

Mas eu acho que toda essa discussão que nós estamos enfrentando agora – com muita responsabilidade pelo Senado Federal ao criar esta Comissão –, de alguma forma, é beneficiária de um ecossistema robusto, que foi desenvolvido no Brasil nos últimos 30 anos para ciência, pesquisa e inovação. Eu acho que, assim, a gente está aqui hoje discutindo regulação de inteligência artificial e acho que nós somos devedores de todo um esforço de bancos de fomento, de centros de pesquisa, de fundos que financiam a ciência, a inovação e a tecnologia, que fez com que o Brasil chegasse a 13° maior produtor de ciência no mundo.

Estou só chamando a atenção para que isso explica um pouco o fato de nós estarmos aqui discutindo o marco regulatório da inteligência artificial.

Seguindo em frente, eu acho que é importante a gente ter certa cautela de não avançar de forma açodada nessa discussão, porque, veja, a maior parte dos países desenvolvidos ainda não dispõem de marco regulatório da inteligência artificial; estão em discussão. Tem protocolos, tem leis infraconstitucionais em países europeus, as coisas estão avançando, mas não é por acaso isso; é porque é muito difícil regular inteligência artificial, devido à ubiquidade dessa atividade.

Já foi dito isso aqui por vários expositores: a gente está vivendo um momento de ruptura tecnológica onde qualquer atividade humana, teoricamente, pode ser substituída por uma máquina, e uma máquina pensante. Então, imaginar que nós vamos regular a inteligência artificial é um pouco pretensioso, para dizer o mínimo. Essa cautela, ao contrário de ser uma crítica, eu acho que é positiva. Isso nos dá mais tempo para pensar instrumentos que vão na direção da mitigação dos riscos, como foi apontado aqui pelas expositoras que me antecederam.

Dito isso, eu passo para o segundo ponto. Eu tenho uma pretensão aqui muito modesta de contribuir com sugestões, de forma muito tranquila. Não sistematizei isso de forma organizada, mas aqui na USP nós criamos um centro de pesquisa de inteligência artificial, junto com a Fapesp e a IBM. Pela própria configuração do centro, nós estamos muito próximos do setor privado, das empresas, dos grandes provedores, dos grandes desenvolvedores, das empresas que compram tecnologia, ferramentas, aplicações de inteligência artificial. E uma coisa que eu posso dizer para vocês com muita tranquilidade é que as empresas também não sabem muito bem como desenvolver esses protocolos que dizem respeito à ética da inteligência artificial, que dizem respeito à mitigação de risco. As empresas estão se perguntando, e toda semana nós recebemos aqui demandas de como montar esses instrumentos corporativos para, de alguma forma, neste momento se antecipar a uma futura regulação. As empresas estão trabalhando com isso, mas elas não têm respostas. As perguntas que estão sendo colocadas aqui as empresas também não sabem responder de maneira inequívoca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, indo ao ponto importante aqui, como pensar um arranjo institucional para o marco regulatório da inteligência artificial? Imagino que vocês, eminentes juristas, imaginam um órgão regulador, um órgão que faça fiscalização e auditoria. Agora, qual é a questão mais importante, o que vai muito na linha do que a Dr. Maria Cecília apresentou antes, de pensar *ex ante*, de pensar a precaução? No fundo, a proposta é você pensar protocolos multifocais de mitigação de risco. E o que eu escuto no setor privado, das grandes empresas e dos provedores? É preciso um marco regulatório embasado bastante num conceito que eu acho que os juristas desenvolvem com mais propriedades e qualificação do que os cientistas políticos, que é a discussão de uma regulação que possa resultar de um processo de aprendizado entre quem produz a regra e o tomador da regra jurídica.

O que eu estou querendo dizer com isso? Que, dentro do arcabouço institucional da inteligência artificial, deve haver o que os britânicos chamam de um consórcio. O que é esse consórcio? É um local, previsto pela regulação, onde as empresas apresentam, respondem uma série de indagações. Por exemplo, imagino que isso possa estar contido em um relatório anual obrigatório que as grandes empresas possam, obrigatoriamente, apresentar à sociedade, às autoridades, onde você tem, por exemplo, questões: como foi feita a coleta de dados? Qual foi o método utilizado para desenvolver o algoritmo? Qual é o protocolo utilizado pela empresa para reduzir o risco de viés algoritmo, tanto pelo desenvolvedor quanto pelo banco de dados? Porque o viés pode estar no banco de dados; não precisa estar necessariamente em quem está desenvolvendo o algoritmo.

Então, há uma série de perguntas que compõem um protocolo onde as empresas, dentro desse consórcio... Estou pensando muito na experiência britânica, em que isso acontece já há um certo tempo. E você aprende, ou seja, a autoridade reguladora, o setor privado e a sociedade civil passam por um processo de aprendizado, identificando onde, em que pontos da aplicação daquela ferramenta de inteligência artificial o risco é mais acentuado. Isso faz parte desse arcabouço institucional que eu estou sugerindo aqui para os juristas refletirem e eventualmente pensarem em como organizar isso do ponto de vista jurídico institucional.

Foi dito hoje, pela manhã, do *sandbox* regulatório. O *sandbox* é outra ferramenta muito interessante. Por quê? Porque você pode reduzir e mitigar o risco se você previr o teste do algoritmo antes de ele ser implementado, vendido por um desenvolvedor ou por uma empresa que vai utilizar. Então, o *sandbox* é uma ferramenta muito interessante e poderia fazer parte desse arcabouço jurídico institucional que os juristas vão propor daqui a menos de três meses.

Então, eu acho que são ideias para vocês refletirem e pensarem como construir esse arranjo institucional. E a ideia é esta: pensar num processo de aprendizado. Eu não estou dizendo que não tem que haver uma regulação *top-down*, com norma, sanção, penalidade e responsabilização; pelo contrário, eu acho que isso tem que fazer parte mesmo desse arcabouço regulatório, e vocês são os operadores de direito, que sabem fazer isso melhor do que ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou fazendo uma proposta contrária. Eu só estou sugerindo que possam ser adicionados, dentro desse arranjo institucional, esses instrumentos: o consórcio, em que as empresas são convidadas a discutir como elas constroem o algoritmo, qual é o protocolo que pode ser seguido, que perguntas elas devem responder. Há um outro protocolo sobre ética da inteligência artificial, e há uma discussão enorme a esse respeito. Como pode ser construída a ideia de um *accountability* algorítmico, uma transparência algorítmica? Como as empresas reagiriam a isso? E pergunta-se: que respostas as empresas teriam, obrigatória ou voluntariamente, respondendo dentro desse arcabouço regulatório, que demandaria do setor privado questões desse tipo?

Então, no fundo, o que eu estou sugerindo é, digamos, um recorte multifocal para análise de risco, na linha do que a Profa. Maria Cecília sugeriu: *ex ante*, que a gente possa trabalhar com o princípio da precaução, porque com isso nós vamos reduzir bastante o risco. Por quê? Porque nós vamos estar em diálogo com as empresas desenvolvedoras das ferramentas de inteligência artificial e, junto a elas, as autoridades públicas regulatórias vão poder, com muito mais propriedade, identificar riscos e construir o arcabouço legal de regras, normas e, eventualmente, é claro, de sanções que vão ser aplicadas.

Não vai dar tempo aqui de eu me estender mais do que essas colocações aqui, depois a gente pode mandar material com essas sugestões para os juristas refletirem e pensarem em como adicionar instrumentos de uma governança de risco. Eu vi muita gente falar em regulação, mas o pessoal fala pouco de governança, e é estranho isso porque, para um cientista político, a governança está no mesmo patamar da regulação. Se a gente não entender direito como vai se dar a governança desse marco regulatório, a gente não vai conseguir entender a efetividade da aplicação de regras e normas e eventuais sanções. Então, assim, eu estou falando de uma governança de risco embutida em protocolos dentro desse arcabouço institucional que os eminentes juristas estão aí refletindo, e vão trazer, digamos, um resultado, uma proposta daqui a menos de três meses.

Passando para um outro ponto, já encaminhando para o final, ontem, por coincidência – nós fazemos uma série de mesas-redondas sobre a discussão de inteligência artificial na questão da regulação e ética –, o Manoel Galdino, Diretor-Executivo da Transparência Internacional, apresentou uma pesquisa, que já foi divulgada pela Transparência Internacional, que aborda o resultado do uso de ferramentas de inteligência artificial por órgãos públicos. A Controladoria-Geral da União aplicou a pesquisa – mandou duas perguntas – para 44 órgãos públicos que fazem o uso de ferramentas de inteligência artificial.

Desses 44 órgãos públicos, em 28 deles a ferramenta tem tomada de decisão. E, na verdade, as perguntas vão nesse sentido que eu tinha relatado para as empresas: como os órgãos públicos trabalham com o problema da discriminação algorítmica, o direito à privacidade, que tipo de habilitação é desenvolvido, qual é o modelo estatístico embutido na ferramenta, os *inputs* e *outputs*? Tem um leque de perguntas aí que nós podemos organizar na forma de um protocolo para o setor público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí fica uma dúvida, e eu não tenho resposta e coloco para vocês: nós temos que pensar numa regulação, numa governança de risco para o setor privado e outra para o setor público ou nós podemos pensar numa regulação para o público e para o setor privado? Eu não tenho resposta para isso, mas acho que é uma boa indagação para nós refletirmos juntos.

E, por final, finalizando, a questão das licitações. Se vocês vierem passear aqui em São Paulo nos parques públicos, vocês vão perceber que quase todos eles são empresas privadas que receberam a concessão do poder público. E boa parte deles usa...

Estou terminando.

Boa parte deles usa reconhecimento facial no bom sentido, no bom uso, que é prevenir roubos e furtos, tudo isso. Imagino que essas empresas concessionárias têm o *compliance* da Lei Geral de Proteção de Dados; mas o que elas fazem com as imagens? Qual o nível de discricionariedade no uso das imagens? Isso nós não sabemos. Por que eu estou falando isso? Porque, na Lei de Licitações, acho que tem que estar embutido ali um protocolo que exija das empresas concessionárias a transparência e o *accountability* da ferramenta de inteligência artificial. Isso não existe, e tem que existir.

Por final, Profa. Ana Frazão, eu sei que a gente vai discutir aí riscos inaceitáveis e tal... Acho que a gente pode deixar isso para depois.

Eu termino aqui.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Professor.

Fique tranquilo que depois haverá mais uma rodada e aí eu acho que o senhor vai ficar à vontade para fazer os futuros comentários.

Então, agradeço e também já passo a palavra para a Dra. Heloisa Estellita.

A SRA. HELOISA ESTELLITA (*Por videoconferência*.) – Eu vou me controlar para esse dispositivo de inteligência artificial não me dar um cartão amarelo. (*Risos.*)

Bom, boa tarde a todos e a todas.

Eu também sou muito grata ao convite. E eu os cumprimento e agradeço, então, à Comissão, na pessoa da Ana Frazão; da Estela Aranha, que está aqui, minha amiga; do Danilo Doneda – a gente já trabalhou na LGPD-Penal. E cumprimento meus colegas de painel: a Maria Cecília, que já foi minha professora na Data Privacy Brasil; a Priscila; o João Paulo; e o André, que a gente ainda vai ouvir já, já.

Eu também vou fazer uma contribuição míni e também oferecer assim alguns pontos de vista sobre esse minimundo do direito penal, que deve ser utilizado só em casos extremos, mas que também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representa algumas barreiras, na linha do que falou a Maria Cecília, com relação à inadmissibilidade do uso de alguns modelos de inteligência artificial.

Eu vou fazer uma apresentação com PPT, mas muito mais pela boca torta de professora. Vou tentar ser didática, já que eu estou falando num ambiente que não é exatamente de penalistas. Ainda bem que não são os penalistas que vão controlar isso.

Deixe-me só procurar aqui... Aqui, pronto. Beleza.

Então, eu quero falar exatamente sobre... Haveria outros vieses, mas quero falar sobre essa questão da responsabilidade penal quando um dano é intermediado por uma máquina inteligente que tem algum grau, então, de decisão autônoma. Haveria outros aspectos que a gente poderia usar, mas aqui eu vou usar alguns para ilustrar como é a resposta penal e para que a Comissão saiba onde já existe uma regulação, onde é preciso tomar cuidado nesses poucos 15 minutos aí que tenho para falar sobre isso.

Então, o primeiro campo que eu acho que a gente tem que considerar com muito cuidado é o dos robôs, dos *killer robots* que estão sendo utilizados como armamentos militares.

De uma forma básica, há três graus de intervenção humana no uso dessas armas letais: sob comando humano, que é *human-in-the loop; human-on-the-loop*, em que a máquina toma as decisões sob supervisão apenas, portanto *ex post* de uma pessoa humana; e *human-out-of-the-loop,* quando as próprias máquinas selecionam os alvos sem intervenção humana.

Os grandes problemas que esses armamentos colocam – e nós todos aqui pensaríamos em guerra, não é? – são os seguintes. Nós vivemos num país extremamente violento, e essa violência não se manifesta só sob o ponto de vista de criminosos da sociedade civil, mas também de uma tendência que a América Latina nunca pode deixar de lado, que é a do uso desse tipo de armamento contra a população civil. E os grandes problemas aqui são: esses algoritmos de inteligência artificial têm dificuldade, justamente, de lidar com os conceitos mais fundamentais de direito humanitário, como, por exemplo, distinguir alvos militares de alvos civis, distinguir combatentes de não combatentes, uma questão discutida no Direito Penal Internacional até hoje, e, principalmente, dado que essas máquinas são utilizadas para efeitos letais ou de graves danos à integridade corporal, de obediência, como programar os limites do uso da força letal no âmbito do direito humanitário, que são todos critérios que envolvem juízos de valor, como, por exemplo, a necessidade de proteção da vida humana para uso legítimo de armas letais ser o último recurso disponível naquela situação e ser um ataque proporcional à ameaça. Como é que uma máquina poderia receber uma programação que atendesse a esses dispositivos?

De outro lado, há um temor justificado de aumento da severidade de ataques à população civil, em primeiro lugar, pelo aumento da severidade do ataque dessas armas e pelo emprego maciço delas, já que o custo é muito mais barato e, pela mesma razão do custo barato, o uso político contra a população civil nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

países sujeitos ainda a algum resquício de ditadura ou – já olhando para o futuro – a uma possível virada ditatorial.

A gente poderia pensar aqui numa aplicação do Estatuto de Roma, que é o do Tribunal Penal Internacional, e eu chamo atenção para isso apenas para destacar que a grande marca da entrada da inteligência artificial nessa intermediação entre conduta humana e vítima é a descaracterização do dolo, ou seja, quando eu falo em inteligência artificial, eu falo em perda da previsibilidade e, portanto, eu já estou falando, sob o ponto de vista penal, em culpa – eu vou chegar a isso um pouco adiante.

Outro âmbito muito utilizado...

E só quero ressaltar de novo: a questão dos *killer robots* não é só uma questão de Direito Penal Internacional e de conflitos armados internacionais, mas ela pode se tornar, em breve, uma questão de conflitos armados internos, especialmente voltados contra a população civil.

O outro âmbito em que isso é mais falado e tem sido mais explorado é o âmbito dos veículos autônomos, pelo impacto que isso tem de utilidade e supostamente de incremento de segurança no trânsito, que é fonte de vários danos que têm repercussão penal. E nós temos vários casos, inclusive alguns já com investigações criminais de acidentes envolvendo veículos autônomos ou semiautônomos.

Quais são os impactos... E aí vocês podem também pensar em outras lógicas, tá? Vocês podem pensar, por exemplo, nos *high frequency trading*, os algoritmos de operações de alta frequência na bolsa, qualquer situação entre o dano e um ser humano, que é quem eu posso responsabilizar penalmente, você tem um dispositivo com inteligência artificial capaz de decisões, ainda que parcialmente autônomas. Em todo esse ambiente, o Direito Penal vai enfrentar alguns problemas, mas também há algumas soluções.

No âmbito da tipicidade, que são os requisitos mínimos, se pensa em uma conduta de robôs. Eu acho que é cedo, acho que a gente não precisa pensar nisso agora, mas é interessante pensar se a conduta do veículo, por exemplo, que atropela um pedestre é uma conduta de ação ou é uma conduta de omissão de quem o programou equivocadamente. É uma conduta dolosa, ou seja, reconhecendo isso de fazer uma opção, ou é uma conduta culposa, previsível, mas não desejada?

No âmbito da antijuridicidade se discute bastante como programar os veículos autônomos para situações dilemáticas, não é? Um dano é inevitável, eu escolho qual é o menor dano. Como fazer esse juízo de proporcionalidade? Uma vida? Duas vidas? Uma vida de uma pessoa mais velha? De uma pessoa mais nova? Essas não são questões só de academia; essas questões estão sendo discutidas e um pouco, como disse o João Paulo, está sendo demandado por conta da indústria, que quer produzir e quer expandir o uso desses sistemas autônomos.

E, no âmbito da culpabilidade, há esse problema da previsibilidade individual, que pode se manifestar em várias pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só quero mostrar como essa questão do *black box* repercute no Direito Penal. O *black box*... Agora falando sob o ponto de vista de um penalista, que deve ser a coisa mais mirim para o pessoal de programação, não é? O algoritmo recebe um banco de dados, que, como inclusive a Maria Cecília falou, a gente tem que cuidar para que não seja já enviesado, o algoritmo processa e toma uma decisão. No nosso caso, um carro ou uma arma letal. O problema é que essa tomada de decisão aqui dentro não é necessariamente transparente e, às vezes, não é nem previsível e, muitas vezes, não é controlável ou auditável, um pouco aí na linguagem mais da avaliação de risco.

Essas duas palavrinhas são o ambiente das condutas culposas no âmbito do Direito Penal. Então, o impacto é disso aqui, não é? Como essa *black box* tem impactos no âmbito penal. Então vou mostrar para vocês aqui com um quadrinho.

Eu não tenho uma responsabilizar o carro ainda por um homicídio no trânsito. Então, eu vou começar a procurar as pessoas que estão por detrás. Eu posso chegar até o fabricante. Eu tenho fabricante, tenho programadora, eu tenho a vendedora e eu tenho o proprietário do veículo ou aquele que vai utilizar. Todas essas pessoas, desde que tenham colocado uma causa para esse acidente fatal, podem, eventualmente, ser responsabilizadas penalmente.

Então, o problema também não é novo. Nós temos veículos por aí. O que é novo é que esse equipamento que interage com humanos toma decisões autônomas, que podem ser imprevisíveis e incontroláveis e, no caso de algumas esferas de introdução de inteligência artificial, podem colocar em risco bens jurídicos fundamentais, como a vida e a integridade física.

No âmbito de uma responsabilidade por ação dolosa, que é aquela com intenção, vamos dizer assim, o Direito Penal atual não tem muito problema para responder. Todas as contribuições são puníveis, todos que conheciam que aquilo ia causar dano e puseram isso em ação são puníveis também; eles sabiam que iam causar danos ou contavam com a possibilidade ou com a alta probabilidade de causação de danos. O Direito Penal não tem problema... O Direito Penal positivo brasileiro não tem problema para lidar com isso. Ele tem respostas. Só que essa não é a regra, porque, normalmente, justamente a inserção de uma instância de decisão autônoma ou semiautônoma corta justamente esse controle, pelo menos no nível do conhecimento, de causação de um dano: "Eu não sei se vai causar dano ou não e, depois de causá-lo, não sei explicar".

Então, esse é o grande problema da introdução da inteligência artificial para que o Direito Penal consiga dar uma resposta. E isso é grave, porque a gente pode gerar lacunas de punibilidade em âmbitos de bens jurídicos de altíssima relevância, como eu disse. E, no Direito Penal, normalmente, prevalecem as condutas dolosas, ou seja, além de eu ter uma dificuldade de praticamente eliminar o dolo quando ponho inteligência artificial, eu tenho poucas figuras culposas e, ainda assim, vou ter dificuldade, eventualmente, de comprovar a culpa, se de fato o algoritmo tornar a conduta imprevisível ou incontrolável. Nesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

casos, a medida mais correta seria a não introdução desses mecanismos ou dessas máquinas com inteligência artificial no mercado.

Por outro lado, também não quero deixar de falar sobre riscos gerais da vida. Quando for introduzido o suficiente, não precisa haver risco, a gente simplesmente elimina certas atividades. Sempre brinco com meus alunos: "Quer não ter lavagem de capitais, nenhuma? Acabe com o dinheiro e com todas as instituições financeiras, e não há problema, acabou a lavagem!". E agora há a cripto.

Mas a gente suporta um risco, por exemplo, no trânsito; esse risco está regulado. Como o Direito Penal se aproveita desses âmbitos de vida tolerados e regulados? Ele exclui a imputação do resultado, e isso está ligado a uma recomendação, ao meu recado que eu queria deixar para vocês.

Também quero chamar a atenção para mais uma resposta que o Direito Penal pode dar para esse tipo de situação. E aí eu estou pensando neste cara aqui, estou pensando no fabricante. É o fabricante; estou pensando nele. Como que eu chego a ele? Eu consigo chegar a ele, principalmente se eu pensar em omissão. E aqui há omissão. Vamos pensar em um carro com defeito, em um automóvel hoje com defeito. O que que a empresa pode fazer depois que ela já o vendeu? O máximo que ela pode fazer é um *recall*. Leva o carro para atender ao *recall* o motorista que quiser. Correto? Com isso, se ele decide não levá-lo para fazer o *recall*, toda a responsabilidade a partir disso é exclusivamente dele. O que que é novo, quando a gente está falando em máquinas com inteligência artificial? O que pode ser novo? Isso não quer dizer que todos serão. Há uma tendência para uma manutenção do controle sobre o objeto, mesmo depois da perda do controle físico. Ou seja, o carro saiu da concessionária, mas o produtor – e aí teria que determinar quem dessa cadeia para trás – continua tendo certo controle sobre a máquina. Tanto é assim que vários os veículos autônomos têm lá um livro sobre quais atualizações em sistemas e opções são de competência do proprietário e daquele que vai utilizar o veículo. Será que a gente poderia sempre delegar um *update* ou a escolha de uma *feature* para o proprietário ou por aquele que vai utilizar o veículo, principalmente se essa *feature* ou esse *update* tem potencial para colocar em risco a vida ou integridade física das pessoas?

Quinze segundos, assim será.

Então, a gente tem aqui um controle perpetuado sobre a fonte de perigo que a gente não tinha até hoje nessas outras situações.

Minhas recomendações então: cautela, tal qual disse o João Paulo, cautela e respeito às estruturas que o Direito Penal já têm para responder às situações, e já tem, então ele não precisa de mais Direito Penal; e saber que o nível de regulamentação da tolerância do risco vai ter um impacto direto no Direito Penal. Isso vocês já sabem, mas eu queria mostrar que essa regulamentação, quanto mais precisa possível, também terá efeitos penais e efeitos bons no sentido de não utilizar muito o Direito Penal, mas também o utilizar quando tiver que ser utilizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era essa a minha contribuição. Quase tomei o segundo cartão. Agradeço a atenção de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Heloisa.

Já passo então a palavra para o Dr. André Lucas Fernandes.

O SR. ANDRÉ LUCAS FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas!

É um prazer falar diante desta Comissão e dos demais colegas interessados. Eu agradeço enormemente o convite feito e faço os cumprimentos gerais à Presidente da Mesa, Dra. Ana Frazão.

Eu estou aqui representando o Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife, que produz pesquisas, entre outras áreas, na área de inteligência artificial; além disso, eu sou advogado, com foco na área de direito e tecnologia, e meu doutorado, que atualmente acontece na Unicap de Pernambuco, conversa justamente sobre a aplicação dos sistemas de IA no Direito e a alteração das categorias jurídicas utilizadas ao longo da história. Além disso, destaco que nossa atuação conta com o suporte coletivo da Coalizão Direitos na Rede, que tem buscado discutir o aspecto humano das diversas tecnologias e regulamentações no Brasil.

Portanto, com vistas a este espírito de coletividade, é preciso colocar de pronto que o debate precisa ser aberto, plural, interdisciplinar, com representação regional e multissetorial. E fica o alerta: isso vale para futuras iniciativas de entidades regulatórias. Só assim, respeitando esses princípios, nós conseguiremos uma revolução madura e adequada para que, além dos importantes aspectos formais, tenha uma eficácia na aplicação.

O tema deste painel envolve o debate sobre os riscos da IA, o tratamento gradual desses riscos, o limite de riscos inaceitáveis e a aplicação do princípio da precaução. E eu vou tentar passar por todos eles.

Antes de tudo, para situar a minha contribuição, é preciso referenciar algumas premissas. A primeira é que o debate jurídico técnico só tem sentido quando o elemento humano é trazido à centralidade. Trata-se de uma questão de ordem antropológica. Não é possível discutir qualquer razão técnica sem pensar que ela, para além do debate inerte das formas, conta com a substância. A segunda premissa é a de que a inteligência artificial é como um guarda-chuva, um meme de *marketing* muito utilizado, que tenta dar conta de diversas técnicas e muitas das vezes fala acerca de coisas que não seriam conceitualmente definidas como IA, e não conta com essa essência, mas se converte em algo do tipo no uso. Isso é para reforçar o já dito anteriormente, aqui nessas audiências, de que não adianta pensar numa antologia no ser da IA, num conceito geral que a gente vai inserir na norma jurídica. A IA revela suas facetas e os riscos a partir das suas aplicações, dos usos, e isso só reforça aquela ideia que a gente sempre está colocando de que nenhuma técnica ou tecnologia é apolítica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira premissa, e última, é algo batido e peremptório: sempre há viés. Faz parte do elemento humano, da cognição, da epistemologia. Sempre há viés. Isso é uma premissa e não uma discussão. Nós cientistas sabemos disso faz pelo menos uns dois séculos e meio.

Então, premissas postas, é preciso tratar sobre os riscos da IA. A análise sobre os riscos se inicia com a constatação de um processo de aceleração da história, capitaneado por uma espécie de vontade econômica e técnica que busca executar aquilo que visualiza como futuro possível e – muito importante – rentável. A aceleração da história explica o motivo da nossa urgência em debater o tema, mas também explica a necessidade de reagir a esse movimento, que usualmente, por essa aceleração, essa ansiedade, leva à ocorrência de danos.

Muitos esforços têm se concentrado com vistas a prevenir riscos, especialmente em conjuntos principiológicos, numa tentativa de *softpolicy*, do qual se pressupõe que a adesão voluntária de empresas geraria a adequação necessária.

A resposta, como a gente analisa, da história das diversas indústrias de tecnologia se mostra inadequada. O processo de risco da IA está diretamente ligado a uma cultura distorcida de interação, de inovação com responsabilidade *ex post* ou de inovação sem balizas de responsabilização e tipificação dos riscos. Algumas pesquisas, como o HAI, de Stanford, mostraram que não só essas declarações de princípio fazem um aceno pequeno aos direitos humanos como ignoram os diversos riscos a direitos já existentes, como privacidade, liberdades civis, dignidade e igualdade.

Aqui a gente já pode destacar uma falha grave, a partir do aspecto regulatório, na proposta do PL 21-A, que tem capitaneado essas discussões e que veio da Câmara, e ele está, além dessa, com outras propostas em apenso.

Do ponto de vista jurídico, e a gente falando um juridiquês bem robusto, não está claro o conteúdo da hipótese para solucionar os suportes fáticos de obrigações e responsabilidades de empresas e criadores de IA; pelo contrário, a minuta traz uma anacrônica responsabilidade subjetiva de analítica dogmática frágil.

Aqui no IP.rec, a gente tem pesquisado atentamente esses aspectos, especialmente sugerindo modelos intercalares que não foram bem entendidos por parte da doutrina e são confundidos na prática, especificamente no que se refere a uma responsabilidade civil transubjetiva. Esse modelo, que já foi bem descrito por Pontes de Miranda, por exemplo, à exaustão, dá conta de uma atribuição dinâmica de prova com a devida fundamentação em termos de culpa, nexo causal e dano, só para fazer um *link* também com o aspecto cível do que a professora estava falando anteriormente.

Assim, e levando em conta a premissa posta anteriormente, é preciso destacar que numa lista nem um pouco exaustiva, a IA pode acarretar riscos de efeito inibitório de opiniões, que a gente costuma chamar pela expressão *chilling effect,* restrição aos direitos de reunião, de protesto, desdobramentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relativos ao racismo algoritmo, que vai ser muito bem tratado em outro painel, riscos de segurança à informação, vazamentos de dados, perfilamento inadequado, com falsos positivos na área de saúde, educação, bancária e creditícia.

Assim sendo, a gente pode dividir arbitrariamente ao menos quatro grandes categorias de risco na IA: as relacionadas aos dados, as relacionadas ao aspecto técnico, como os riscos de ataques adversariais, as relacionadas ao aspecto de confiança e ética e a de *compliance*. É sabido que o erro pode estar no conjunto de dados, mas também no modelo. Entretanto, mesmo com bons conjuntos de dados e modelos pretensamente adequados, há possibilidade de falhas relacionadas sobretudo à incorreção de *outputs*, falta de transparência e explicabilidade.

Isso tudo acontece num contexto em que: um, modelos e conjuntos de dados muitas vezes são importados, criando soluções anacrônicas no tempo e no contexto brasileiro; e, dois, há propaganda sobre as benesses da IA que são verdadeiras em parte, não trazem a explicitação dos processos de funcionamento da mesma inteligência artificial em todo o seu ciclo de vida, sendo exaltados princípios na mesma lógica genérica – todos são a favor da explicabilidade e da transparência, mas as soluções apresentadas se apropriam estrategicamente de caixa-preta e não preenchem os requisito em nível de boas práticas que os próprios princípios elencam. Do ponto de vista jurídico, o tratamento da inteligência artificial precisa ser granular portanto, pois, ao mesmo tempo em que depende da sua aplicação no tema específico – como saúde, educação, agronomia e outros que já foram citados aqui –, ele também acarreta um diálogo de fontes diversas, porque nem todo risco pode ser diálogo de fontes com o CDC, por exemplo, ainda que possa e deva nos casos em que a relação consumerista esteja estabelecida.

Os riscos envolvendo IA se revelam, então, em alguns casos paradigmáticos. Quanto ao trabalho, a IA está diretamente associada ao descompasso acelerado entre fechamento de postos de trabalho e reinserção de trabalhadores em novos campos, ou seja, a gente está falando de desemprego; quanto aos dados, à violação de privacidade; quanto ao tema da verdade, da opinião pública, a gente tem o tema das *deepfakes*; quanto à dignidade, racismo e vieses; quanto ao planejamento econômico público, a gente está falando de desigualdade de acesso, de volatilidade do mercado e centralização do poder decisório em pequenos grupos; quanto à segurança, armas autônomas e erros de vigilância, além de acidentes veiculares.

Do ponto de vista ambiental ainda, a IA consome muita energia e isso é um tema importante por si, pois a IA não é *a priori* ecologicamente correta. Se a premissa é a da inevitabilidade de progresso como linha reta ao futuro, então a gente deve definir onde e quando queremos a IA, fazer escolhas de cunho ético, político, jurídico e científico. Por isso é importante dizer que, apesar de precisarmos aprender com experiências estrangeiras, não podemos ignorar os riscos inerentes à nossa realidade e à realidade brasileira. Assim sendo, quando falamos de reconhecimento facial, por exemplo, estamos falando de racismo algorítmico e pessoas que sofrem cotidianamente com isso, e não da análise de saúde de animais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

ou de bois, como foi dito anteriormente. O debate é antropologicamente humano, apesar de essa fronteira estar sendo ampliada na Filosofia e na Filosofia do Direito, e isso exige o diálogo intra e até transdisciplinar, de que eu falei antes.

Se essa entrada é no humano, a análise dos riscos não pode, por exemplo, se justificar em uma medida autorregulatória que coloca humanos como meros carimbadores finais de uma decisão automatizada, sem que eles possam ter efetiva escolha no processo decisório no qual está envolvido uma técnica de IA. Isso quer dizer que, no exemplo de carros autônomos mesmo, de nada adianta pensar em riscos e responsabilidades direcionadas ao condutor, se, ao fim e ao cabo, o que tem sido praticado pelas empresas é um modelo de carimbagem, de mero o.k., que aumenta a desvantagem informacional, social e econômica do agente, ou melhor, não há agência humana nesses casos.

IA deve ser sempre uma técnica de auxílio ao humano, sempre! É preciso, portanto, graduar riscos e dialogar experiências com cada um desses setores. O debate sobre riscos envolve entender que todo aspecto humano que é afetado pela IA deve ter maior valoração. Isso não é uma novidade; é preciso não discorrer sobre a ideia de IA como um neófito. Existem bens jurídicos que já são tutelados com maior grau de cuidado do que outros, o que nos leva a duas medidas claras para tratar essa questão: primeiro, diálogo setorial para cada tipo de uso e construção de diretrizes que não necessariamente precisam estar todas em lei, mas em regulamentação futura; segundo, seleção de onde não queremos ir, como nos casos de reconhecimento facial para segurança pública.

Os riscos inaceitáveis envolvem, portanto, a violação de direitos que têm guarida na ordem constitucional e dela derivam. Um critério a ser lançado é quando há eventual reparação por um risco ocorrido – e aí a gente está falando já do dano pelo uso de reconhecimento facial, por exemplo, para auxiliar na restrição de liberdade ou averiguação de crimes não pudesse ser ressarcido *in natura* ou reconstituído ao status anterior, o *status quo ante*, como a gente gosta de falar no Direito. Se não se tratar de questão patrimonial ou de restauro por obrigação de fazer ou dar, estamos diante de um indício de impossibilidade de avançar na tecnologia e ter o risco como inadmissível, o que implica dizer, por questão lógica palmar, que uma aplicação como armas autônomas deve encontrar moratória ou impedimento global, assim como o reconhecimento facial para a segurança pública, o que me leva ao último ponto de encerramento.

No debate entre inovação e precaução, a economia de dados precisa ser retirada do espaço de nova indústria do petróleo, como se costuma dizer em algumas manchetes, como um aspecto positivo e amplamente alarmado por certos setores e pela mídia, relacionado a grandes lucros e a grandes futuros. Ela deve ser deslocada para a metáfora como um todo. Uma indústria desse tipo, como a do óleo, pode levar a graus de exploração imensa e danos coletivos sem precedentes, com a impossibilidade de restauração ao *status quo ante*. Portanto, o risco inerente deve ser devidamente regulamentado, chamando a depor o princípio da precaução, o tratamento voltado ao uso, em que a IA se substancializa com base em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras experiências que expressam o conjunto de metáforas que habita essa mentalidade coletiva industrial.

Nós conhecemos já no Brasil e temos desenvolvimento amplo no uso do "precaucionismo" no desenvolvimento de produtos e na proteção ao meio ambiente. Esse e outros pontos citados antes podem ser um caminho a seguir. E nada disso impede; ao contrário, fortalece, aprimora e sofistica a inovação.

Eu acho que era isso com que eu poderia colaborar por hoje. Estou aberto à continuidade dos debates e agradeço mais uma vez a esta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. André.

Tivemos aqui cinco excelentes exposições. Enfim, no seu conjunto, a gente percebe claramente a dimensão do quanto este debate é interessante, é complexo. Tivemos a oportunidade aqui de ouvir um pouco mais sobre os pressupostos dessa regulação pelos riscos, a questão da governança dos riscos; entramos em discussões metodológicas, como as relacionadas ao relatório de impacto; e também tivemos a oportunidade de verificar os impactos específicos da inteligência artificial em algumas áreas específicas do Direito, como o Direito do Trabalho e o Direito Penal. E aí a gente percebe o universo de questões e discussões em torno dessas matérias.

Eu tenho aqui algumas perguntas que eu gostaria de sugerir para os nossos convidados. Caso também os membros da Comissão as tenham, eu peço também que se inscrevam – já vi aqui que o Dr. Filipe está com a mãozinha levantada –, aí a gente faz uma rodada talvez de perguntas – o Dr. Victor também – para a Comissão e, depois, a gente divide o tempo restante para que os nossos convidados possam, então, reagir àquelas questões que lhes pareçam mais relevantes. Eu tinha, na verdade, quatro perguntas. Quanto a essas perguntas, a gente havia definido quando se pensou na própria configuração das audiências. Na primeira, muitos já falaram. Então, às vezes, a pergunta é direcionada talvez para aqueles que não apreciaram especificamente esse tema e, eventualmente, se sintam à vontade para tratá-lo agora nesta oportunidade.

A primeira questão: que riscos realmente são esses inaceitáveis, aqueles que não poderiam ser admitidos? A gente já teria como sistematizar esses riscos? Em segundo lugar, do ponto de vista metodológico, quais são as opções que nós temos realmente para a avaliação desses riscos? A Dra. Maria Cecília muito bem já apreciou a questão dos relatórios de impacto, mas, além desses relatórios, existiriam outras alternativas?

Essa pergunta aqui eu também já gostaria de conectar com a discussão sobre o princípio da precaução, porque, quando falamos de incertezas, não temos previsibilidade, que é normalmente a nota dos estudos de impacto. Então, como poderíamos prosseguir, do ponto de vista metodológico, quando estamos diante de incertezas? E como é possível dar uma operacionalização a esse princípio da precaução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja compatível, claro, com aquilo que estamos querendo proteger, mas que também não cause dificuldades ou desincentivos muito acentuados para a inovação?

Eu também teria uma última questão, que seria saber dos nossos convidados como eles veem o papel da supervisão do controle humano durante todo o processo, durante todo esse ciclo de utilização de inteligência artificial, portanto, desde a concepção e *design*, desenvolvimento, colocação no mercado, etc.; como eles veem isso diante dessa necessidade de uma mitigação de riscos e de se lidar também com as incertezas.

Sei que são, realmente, muitas questões. Por isso, a gente faz essa rodada, e, depois, claro, os nossos convidados ficam convidados ficam à vontade para reagirem entenderem mais conveniente.

Eu já gostaria de passar a palavra para o Dr. Filipe. Estou seguindo aqui a ordem das apresentações.

Dr. Filipe, por favor.

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Profa. Ana. Boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizá-los pelas falas tão enriquecedoras e que tanto contribuem para o nosso debate.

A minha fala virá de uma pergunta primeiro direcionada a todos os painelistas, porque a comissão europeia, na proposta de regulamentação da inteligência artificial, faz uma subdivisão em quatro níveis de riscos: seriam os níveis inaceitáveis, elevados, limitados e mínimos. Isso tem sido muito debatido, porque alguns criticam o próprio enquadramento feito pela comissão europeia. Então, há algumas questões que surgem aqui dentro, e eu gostaria de ouvi-los. A primeira é se essa divisão em quatro seria uma boa divisão ou se haveria uma divisão melhor. E, em segundo lugar, uma questão que seria um pouco prévia, que é se existe, de fato, a necessidade de regularmos isso em eventual lei, prever já quais seriam as atividades que estariam incluídas dentro de cada risco.

A segunda pergunta é um pouco mais específica, sobre algo que foi tratado, por exemplo, pela Dra. Heloísa, em relação aos riscos inaceitáveis, porque temos uma discussão central nos Estados Unidos – e também, me recordo, em Israel – quanto à utilização de algumas armas que são capazes de atirar para matar sozinhas, a partir de reconhecimento facial. Nos Estados Unidos, na discussão em torno das chamadas *shoot to kill decision*, decisões de atirar para matar, num primeiro momento, acabou ficando afirmado pelo Departamento de Defesa que deveria sempre caber ao ser humano, mas, após alguma reviravolta, já se passou a falar novamente na possibilidade de se delegar isso para a máquina, porque, se um ser humano tivesse que decidir, a inteligência artificial acabaria perdendo a sua utilidade, que é justamente conferir um pouco mais de dinamicidade a esse processo em contextos bélicos. Então, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de saber se essa questão específica dessa decisão de atirar para matar, por envolver uma questão de vida ou morte, deveria ser objeto de uma regulação *ex ante,* proibindo mesmo esse tipo de prática.

Agradeço mais uma vez e devolvo a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Filipe.

Passo a palavra, então, para o Dr. Victor.

O SR. VICTOR MARCEL PINHEIRO (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Profa. Ana. Dou meus boas-tardes aqui a todos e a todas presentes. Parabenizo-os também pelas excelentes contribuições que foram feitas hoje, neste nosso último painel da primeira etapa das audiências públicas. Acho que os temas colocados foram muito interessantes, levantam questões dos mais diferentes matizes, mas eu queria me focar especialmente em dois pontos.

Aqui me chamou a atenção a fala da Dra. Priscila Lauande a respeito, enfim, do impacto dos sistemas de inteligência artificial, com o surgimento dessa *gig economy*, dos aplicativos e produções gráficas. Os sistemas têm classificado, perfilado pessoas, trabalhadores com um rol de autonomia grande, e isso tem gerado um questionamento muito grande.

E eu queria perguntar para a senhora se entende, numa sugestão de projeto de lei, que existe pelo menos algum princípio ou alguma diretriz mais específica às relações de trabalho, para além da simples, vamos dizer assim, capacitação dos trabalhadores em face da automação e digitalização nas relações de trabalho; se a senhora vê algum espaço para avançar nesse sentido e como seria; como seria, talvez, um princípio de maior proteção especificamente nas relações de trabalho relacionado à IA – também estendendo aos demais participantes com certeza.

O segundo ponto é em relação à utilização da IA em um contexto de segurança pública. Eu gostaria de perguntar a todos os participantes – alguns fizeram pontuações específicas sobre isso – se consideram que o Brasil – acho que alguns comentaram – tem especificidades relevantes o suficiente para termos uma regulamentação talvez mais específica sobre esse ponto. A proposta de regulação da União Europeia traz alguns sistemas, algumas utilizações proibidas, como reconhecimento facial em massa para fins de segurança pública, com algumas exceções. E eu gostaria de saber, na opinião dos senhores e das senhoras, se existe espaço – e qual seria, na visão de vocês – para a regulação da utilização desses sistemas no contexto brasileiro, com todas as dificuldades, vamos dizer assim, democráticas que nós historicamente – já não é de hoje, já temos há muitos anos – temos, numa promoção de cultura de respeito a direitos fundamentais e, ao mesmo tempo, de combate à impunidade e promoção da segurança pública.

Então, são essas duas questões.

Eu agradeço. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dr. Victor.

Antes de passar a palavra para a Dra. Estela, eu queria só pedir aos nossos convidados que, se possível, nos enviem as apresentações em PPT, eventuais escritos ou materiais que tenham, porque isso vai ajudar enormemente o trabalho da Comissão.

Portanto, Dra. Estela, por favor, a palavra está contigo.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – Exatamente, Ana, até porque as contribuições deste, como de todos os painéis, são riquíssimas. E a importância desse painel é justamente a gente começar a discutir uma regulação sociotécnica. Obviamente, a ideia não é regular uma tecnologia em si, e, sim, na verdade, buscar as justificativas de regulação justamente dentro desses elementos de alteração da ordem, que o sistema jurídico não pode hoje abarcar. E a questão dos riscos é muito central, porque, na verdade, a gente está tratando de novos riscos, principalmente pelos novos usos dessas tecnologias novas. Enfim, a gente tem um monte de questões difíceis.

Eu já até adianto que eu acho que há uma questão importante, de separar um pouco essas formas de regulação. O André Fernandes colocou muito da definição do que é IA. Acho que, dentro dessa perspectiva sociotécnica, essa precisão terminológica não é tão importante, mas o importante, sim, é entender justamente esses efeitos, esses riscos que nós queremos regular.

Dentro disso, separando robótica de uma coisa que eu acho que é central e de que eu queria falar um pouco mais, que é o que a gente chama de decisões automatizadas, para adiantar até nossas reflexões, chutando uma definição de sistemas, *softwares*, processos, enfim, que tenham algum elemento computacional e cujo resultado sirva de base para uma decisão ou para um julgamento, obviamente, em uma questão crítica, que impacta a vida das pessoas, relativa a acesso a bens e serviços, a direitos, a custos, a termos, a disponibilidade, ou que tenha equivalência jurídica... Enfim, tem várias definições, não é? Eu queria falar mais sobre esse risco, sobre essas decisões automatizadas, porque é muito assunto, e robótica também tem outras coisas de segurança, saúde, etc.

Neste ponto de vista mais estreito, uma questão que foi colocada de certa forma aqui – não com ênfase, eu acho, mas que é muito importante – é sobre um dos riscos que a gente pode enxergar entre todos aqueles riscos éticos relacionados a direitos humanos, à questão de segurança, de saúde, a questões, enfim, de bem comum, que é a questão de disrupção de governança, de você passar algumas... É a questão de algumas decisões, inclusive de garantias de direitos fundamentais, entre outras coisas, mudarem de mãos nesse novo cenário. Então é um pouco sobre isso, a gente fala de mudança de poder: antes o poder público tomava algumas decisões que eventualmente vão ser tomadas no âmbito dessas decisões dentro desses algoritmos. Não necessariamente ele vai dar a decisão, mas ele vai embasar a decisão, e é muito difícil, a gente sabe, por uma série de motivos em que eu não posso me alongar aqui, a gente contrariar uma decisão, ou melhor, uma decisão não, mas contrariar algum elemento que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentar uma tomada de decisão vindo de uma tecnologia que tem um papel tão forte aí de recomendação para essa decisão.

Então, eu queria que vocês pudessem falar um pouco disso, dessa mudança desses lugares de poderes tradicionais para um poder de decisão do algoritmo, que obviamente vem de um lugar privado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dra. Estela.

Tenho a impressão de que não temos mais perguntas, então passo agora para aquela que talvez seja a parte mais desafiadora do nosso encontro, em que os nossos convidados de fato têm um tempo – que precisa ser curto infelizmente, entre três e cinco minutinhos no máximo – para reagirem a todas essas provocações. É claro, não esperamos aqui respostas de todos os pontos, mas daquilo que entendam pertinente.

Então, seguindo a nossa ordem, já passaria a palavra para a Dra. Maria Cecília.

A SRA. MARIA CECÍLIA OLIVEIRA GOMES (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Profa. Ana.

Obrigada também pelas perguntas dos demais membros da Comissão.

Acho que todos nós temos a tarefa difícil de conseguir responder a todas elas nesse tempo curto, mas eu vou focar a minha fala num ponto bastante específico que está alinhado com o que eu mencionei antes: como a gente sistematiza risco? Como a gente consegue pensar numa sistematização de avaliação de risco e, a partir daí, pensar em governança, pensar em gradação de risco, pensar em que tipos de classificação a gente pode ter para riscos e assim em diante?

Tem um ponto que é muito importante nesse debate sobre risco que tem relação com o princípio da precaução e o conceito de incerteza. Tanto o risco quanto a incerteza têm um elemento em comum que a gente chama de *ignoramus*, que quer dizer, em latim, algo que a gente desconhece, um desconhecimento. Então, a gente está lidando com um cenário e com conceitos em que a gente não tem previsão para todas as hipóteses de risco que poderiam acontecer. E a gente precisa pensar em *frameworks*, em desenhos com os quais a gente consiga estruturar avaliações de risco para diversos tipos de sistema de inteligência artificial em diferentes setores.

Como a gente consegue pensar e refletir diante desse elemento do desconhecimento? Muitos dos debates associados a isso casam com a gente pensar primeiro qual é o referencial metodológico que nós vamos seguir. Ontem teve um painel sobre isso: seria a abordagem baseada em risco ou a abordagem baseada em direitos. São referenciais metodológicos diferentes, mas que são um ponto de partida, o ponto de entrada para a gente pensar num *framework*. A partir da definição da metodologia que vai ser feita pela Comissão de Juristas, num substitutivo ou não – ou não haver uma indicação expressa de uma metodologia –, pode-se pensar em tipos de classificação e gradação de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O membro da Comissão Filipe perguntou em relação aos quatro tipos de riscos que são classificados hoje pela União Europeia. A gente pode pensar em *frameworks* de até cinco tipos de riscos, outros têm três tipos, o que acaba sendo, no final, como a gente consegue definir o que é baixo, moderado, alto e inaceitável. E como a gente define isso? A partir do referencial metodológico, do desenho da matriz de risco, do *framework* de risco e, a partir daí, da definição do que a gente vai poder considerar para cada um.

Só para poder finalizar, já que meu tempo já está acabando, em relação a esse ponto, o que eu sugeri na minha fala – e eu reforço – é a gente fazer estudos de casos. Por quê? A partir de estudos de casos setoriais, a gente consegue ter uma visão, uma fotografia mais próxima da realidade, então o quanto de risco representa uma determinada inteligência artificial quando a gente faz um estudo de caso. A partir de um relatório de impacto, isso pode ser feito, como eu mencionei, e a partir de outros tipos de análise, A Profa. Ana Frazão perguntou, inclusive, quais seriam os outros tipos de mecanismo. Código de conduta é um deles na minha visão também. Mas, a partir daí, a gente consegue classificar e pensar as diferentes formas de risco e, a partir daí, ter uma fotografia, senão acaba sendo uma classificação exemplificativa do risco feita a partir de debates entre o que eu considero como alto risco, o que eu considero como baixo risco.

Então, o estudo de caso setorial específico para tecnologias de inteligência artificial acaba dando um apoio técnico-científico para que essa decisão seja tomada. E ela sai da arena política, da pólis, no aspecto de apenas ser decidido entre conversas e debates, para ter o embasamento técnico-científico de como a gente consegue pensar nessa classificação de risco. Podem ser três, podem ser quatro, podem ser cinco, não tem problema nenhum em relação a isso; mas precisa ter um embasamento técnico-científico de como eu vou classificar esse tipo de risco.

Era isso. Foi o que deu para falar nesses poucos minutos.

Muito obrigada. Fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Maria Cecília. Aliás, incrível a sua capacidade de síntese agora, viu?

Passamos a palavra já para a Dra. Priscila.

A SRA. PRISCILA LAUANDE RODRIGUES (*Por videoconferência*.) – Obrigada. Eu agradeço os questionamentos. Realmente é um cenário de muitas dúvidas e incertezas.

Quanto à pergunta do Victor especificamente: nós temos esse dispositivo constitucional que protege em face da automação, mas que ainda não foi regulamentado. Eu faço menção também a um projeto que eu retratei, do sindicato IG Metall, aqui da Alemanha, que faz toda essa análise prévia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como essas tecnologias estão sendo introduzidas e faz um planejamento dessas inovações através do desenvolvimento e atualização de habilidades dos trabalhadores.

O que eu busquei abordar aqui, particularmente em relação aos trabalhadores, nesse contexto mais amplo que trata dos princípios gerais, diretrizes e fundamentos, são as preocupações que estão relacionadas com as mudanças no ambiente de trabalho ou até mesmo com a substituição dessas ocupações por um sistema de inteligência artificial. Acho que, associada a isso, também é preciso ter uma preocupação voltada para as repercussões sociais, como foi demonstrado.

Particularmente no trabalho, que tem essa relação de subordinação a que está submetido o trabalhador, esse poder empregatício, com suas diversas dimensões, diretiva, regulamentar, fiscalizatória, disciplinar e mesmo quando essas situações extremas são evitadas, trabalhando em um ambiente em que os sistemas de IA estão em vigor, aumentam os riscos de usos indevidos ou de abusos, particularmente em casos de monitoramento e vigilância do local de trabalho ou de práticas discriminatórias, como pontuação ou perfilização, que podem repercutir em restrições de acesso ao mercado de trabalho. Aqui a gestão de dados é fundamental, os trabalhadores precisam saber como seus dados pessoais estão sendo coletados, retidos, processados, divulgados e possivelmente vendidos e como esses dados relacionados ao seu comportamento no trabalho podem ser utilizados potencialmente contra eles.

Eu reforço mais uma vez a particularidade do trabalho em plataformas digitais e a gestão algorítmica, em que os trabalhadores são constantemente confrontados com pontuações de sua reputação algorítmica e testes automatizados. Aqui existem riscos específicos, tais como insegurança no trabalho, discriminação, isolamento social, excesso de trabalho, trabalho não estruturado, opacidade e incerteza quanto às responsabilidades legais e à presença de intermediários que podem complicar ainda mais os fluxos dessas informações.

Eu tomei por base a proposta de diretiva da União Europeia, mas eu acredito que cada um desses riscos desencadeia riscos cuja gravidade é tal que merece ser tratada através de uma legislação específica, dedicada.

Infelizmente, não dá para esgotar esse assunto, que é extremamente complexo, mas eu louvo a iniciativa da Comissão de trazer ao debate as questões trabalhistas e agradeço mais uma vez a oportunidade. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos, Dra. Priscila. É muito bom ouvi-la e também essa sua síntese tão precisa ao final, que realmente nos desperta para um tema tão importante, mas que às vezes não tem recebido a devida consideração.

Seguindo aqui, porque o tempo está apertado para todos, já passo, então, a palavra para o Dr. João Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. João Paulo, por favor.

O SR. JOÃO PAULO CÂNDIA VEIGA (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Dra. Ana Frazão. Vou ser muito rápido e breve aqui.

Eu acho que a Dra. Maria Cecília colocou a proposta de forma muito clara. Sou muito favorável a trabalhar com boas práticas, código de conduta, criar protocolos e fazer estudos de caso setoriais dentro daquele arcabouço institucional que eu sugeri aqui.

Eu não sei o nome, vocês vão poder dizer se vai ser uma câmara, um conselho, um comitê, em que o setor privado possa dialogar com as autoridades competentes para pensar nessa taxonomia de risco. Então, eu faço minhas as palavras da Dra. Maria Cecília.

Em relação à pergunta do Dr. Filipe, eu acho que a gente tem que ser bem assim cauteloso. Vamos usar a proposta da OCDE, que eu acho que é uma proposta interessante, tem uma taxonomia de alto, médio, baixo risco, mas vamos usar isso simplesmente como um *guideline* e vamos nós – acho que é uma tarefa, uma atribuição que a Comissão de Juristas poderia sugerir – criarmos essa taxonomia, a partir dessa proposta metodológica colocada pela Dra. Maria Cecília, que me parece perfeita.

E, para finalizar, em relação a atividades de alto risco – eu vi colegas aí defendendo o banimento do reconhecimento facial –, eu seria favorável a casos de alto risco, atividades de alto risco se houvesse uma regulamentação própria por parte do marco regulatório. E acho que o reconhecimento facial é um caso desses, não é? Mas eu seria contra banir. Vou dar um exemplo para o Dr. Victor que ele sabe muito bem, melhor do que eu. Algumas polícias militares estão usando, nas suas abordagens, câmeras *online* e isso tem produzido – vocês viram aí, tem saído nos jornais – uma queda no número de furtos, roubos, de crimes, não é? Isso é uma coisa muito positiva para a gente refletir. Então, tem atividades... Por exemplo, aquilo que acontece nos Estados Unidos, de o algoritmo calcular a probabilidade de incidência de um novo crime para quem está demandando a liberdade provisória, quando o juiz tem que tomar uma decisão sobre o que o algoritmo está sugerindo, eu acho que isso seria, eu pensaria, um algoritmo que deveria ser banido. Inclusive, tem já uma decisão do Conselho Nacional de Justiça a esse respeito.

Então, eu acho que tem atividades mesmo que a gente pode classificar como proibidas, vamos chamar assim, tá? Mas eu acho que são exceções, não é? E a gente tem que examinar tudo com muita cautela.

Eu paro por aqui, porque senão eu vou estourar o tempo aí.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. João Paulo. Foram excelentes considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já passo a palavra, então, para a Dra. Heloisa Estellita.

A SRA. HELOISA ESTELLITA (*Por videoconferência*.) – Então, vamos lá. Vou tentar atender duas perguntas com uma consideração só. A questão dos riscos (*Falha no áudio.*) (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Ela caiu, não?

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – Estava em dúvida se fui eu ou ela.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Eu também fiquei um pouco na dúvida, mas aí depois eu vi vocês interagindo e falei: acho que o problema não é... Eu acho... Será que talvez valesse a pena passar a palavra para o Dr. André, em razão do tempo, enquanto ela... Acho que eu vou fazer isso.

Por favor, então, Dr. André. Vou antecipar sua participação, até que a Dra. Heloisa entre novamente.

Agradeço desde já.

O SR. ANDRÉ LUCAS FERNANDES (*Por videoconferência*.) – Professora, obrigado.

Espero que ela volte logo.

De fato, é um desafio tentar responder essas perguntas. Eu já lanço um convite para que a gente faça, talvez, em outros momentos, rodadas de debate especialmente sobre esse aspecto do recorte multissetorial.

Eu vou tentar me dedicar a alguns pontos. Acho que, se eu tivesse urgência para falar e para salvar o mundo, eu iria tratar deles. O primeiro são as máquinas com decisão de matar; o segundo é o reconhecimento facial para a segurança pública.

Eu queria começar pelo exemplo do Prof. João Paulo. Há uma diferença, uma distinção fundamental no debate sobre segurança e sobre reconhecimento facial usado nesse aspecto, que são as câmeras que são usadas nos coletes de policiais e que ajudaram a reduzir arbitrariedades. A gente está tratando aí de monitoramento, mas não de vigilância propriamente dita, que é o problema desse reconhecimento facial cheio de vieses, como é o caso do outro exemplo que ele citou, o da reincidência de crimes nos Estados Unidos.

Então, a gente precisa ter uma distinção fundamental. Pensem comigo: essa câmera no colete do policial é o dispositivo concreto da regra de legalidade, que não permite e sanciona a arbitrariedade por parte do agente do Estado, que tem o dever do cuidado, que tem uma série de restrições na sua atividade. É muito claro o movimento que o dispositivo tem aí. Por outro lado, o uso de câmeras de reconhecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

facial nas cidades de forma irrestrita, sem finalidade definida, caminha para outro lado, que é o lado da vigilância. Então, acho que esse é o primeiro ponto.

Sobre a questão das máquinas de decisão, para matar, a gente tem um exemplo que é catastrófico: o uso de *drones* pelo Governo americano hoje. Acho que a gente pode estabelecer um paralelo inicial aí, para dizer que a gente precisa, sim, fazer uma escolha política, para que o direito acolha a escolha política de vedar isso, inclusive, no âmbito de discussões de tratados internacionais de direito público e direito penal internacional. É um sério problema. Acho que a Profa. Heloisa já falou sobre isso. Mas acho que a gente deveria se posicionar contra isso, em termos de um ambiente democrático, que preza, no âmbito constitucional, pela dignidade da pessoa humana. Mesmo no debate de guerra, a gente tem uma regulamentação específica.

No caso da governança, que é o último ponto de que eu poderia dizer, porque ele é superimportante, a gente está falando, sim, de um problema sério: o deslocamento de decisão para o setor privado. A gente precisa retomar esse debate, e, como eu disse, esse debate precisa ser multissetorial. Além de falar o nome bonito "multissetorial", a gente precisa aplicar instâncias multissetoriais. Então, se vai ser a ANPD que vai absorver essa competência ou se vai ser um órgão novo criado, com todas as dificuldades orçamentárias e tudo mais, a gente precisa da participação, no mínimo, dos quatro grandes setores: além do Governo, empresas, setor acadêmico e, com toda a certeza – eu falo isto deste local –, sociedade civil.

Eu acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dr. André.

A Dra. Heloisa conseguiu voltar, não é, Dra. Heloisa?

Então, por favor...

A SRA. HELOISA ESTELLITA (*Por videoconferência*.) – Este computador ficou com medo de eu tomar o cartão amarelo e falou: "Vou cortar a palavra dela". (*Risos*.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência*.) – Aqui ninguém está a salvo disso. Esse é um risco que todos corremos.

A SRA. HELOISA ESTELLITA (*Por videoconferência*.) – Eu sei.

Eu só queria fazer um acréscimo, então.

Eu acho que é isto: quantidade e qualidade do que vai ser afetado. Eu acho que, numa população majoritariamente negra ou parda, um programa de reconhecimento facial que não consegue lidar com isso não deveria nunca ser utilizado, ponto, acabou. Quando a técnica puder atender, aí a gente libera. Então, é claro que não é o banimento para sempre – não existe nada disso nem no direito –, mas ele não poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser usado enquanto não... Nós não distribuímos um medicamento que mata 50% das pessoas que tenham o gene tal. Ele mata as pessoas que têm o gene tal. Aí a gente constata que 50% da população brasileira tem o gene tal. E você distribui o medicamento? Então, acho que é bom senso.

O art. 43 do anteprojeto trata da questão do uso de câmeras e do reconhecimento de dados de forma simultânea. Você pode usar câmera de vigilância na segurança pública sem o reconhecimento automático a elas vinculado. Esse é o grande problema que era o que estava propondo, em parte, o metrô, embora ele não estivesse usando as câmeras ou não propusesse com o reconhecimento facial.

Com relação à decisão de atirar para matar, eu acho que é claro, é muito claro, é um dano irreversível à qualidade do bem jurídico (*Falha no áudio.*) ... do que existe. E eu acho que a gente não deveria usar esse tipo de equipamento enquanto a gente não tiver absoluto controle sobre o uso dele. Talvez nunca devesse usar. Às vezes tem umas coisas que a gente tem que abrir mão de usar mesmo.

Era isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana de Oliveira Frazão. *Por videoconferência.*) – Eu que agradeço, Dra. Heloisa. Foi excelente.

Indago aos meus colegas de Comissão se há alguma consideração final; senão, já me encaminharia para o encerramento, considerando que já passamos um pouquinho, mas, também levando em conta a qualidade e a complexidade das discussões, acho que a gente cumpriu aqui uma missão extremamente difícil. Conseguimos praticamente cravar em horário com contribuições extremamente ricas e, além de tudo, muito sedutoras, muito leves, ou seja, esta tarde passou de uma maneira muito divertida eu acho que para todos nós que gostamos do assunto.

Então, fica aqui, em nome da Comissão, um agradecimento muito especial à Dra. Maria Cecília, à Dra. Priscila, ao Dr. João Paulo, ao Dr. André, à Dra. Heloisa. Realmente foi um grande prazer tê-los aqui com a gente, poder aprender com a experiência de vocês. Muito obrigada mesmo.

Agradeço também a todos os membros da Comissão que nos assistem, a todos também que estão acompanhando aqui.

Declaro encerrada esta sessão. Muito obrigada. Uma excelente tarde a todos.

Esperamos todos novamente nos dias 12 e 13, quando teremos a segunda rodada das audiências públicas. Um grande abraço, então, e uma ótima tarde. Obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e doze minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, reúne-se a Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil com a presença dos Senadores Izalci Lucas e Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em três partes: **1ª Parte - Painel 7 - Inteligência artificial e riscos: vieses e discriminação**. **Finalidade:** Painel 7 – Inteligência artificial e riscos: vieses e discriminação. **Participantes:** Dra. Jamila Venturini, Codiretora Executiva da Derechos Digitales; Dr. Tarcízio Silva, Fellow pela Fundação Mozzila e curador na Desvelar; Denise Carvalho (representante de: Fernanda Carrera, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)); e Dr. Silvio Almeida, Instituto Luiz Gama e FGV EAESP. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Painel 8 - Atributos do design sócio-técnico de confiabilidade da IA: segurança, acurácia, transparência, ratreabilidade e monitoramento**. **Finalidade:** Painel 8 – Atributos do design sócio-técnico de confiabilidade da IA: segurança, acurácia, transparência, rastreabilidade e monitoramento. **Participantes:** Dr. Diogo Cortiz, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Dr. Alexandre Pacheco da Silva, CEPI - Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP); Dra. Fernanda Viegas, Google; Dr. Rodolfo Avelino, Insper e Laboratório de Tecnologias Livres (LabLivre) da UFABC; e Dra. Nina da Hora, Cientista da Computação, HackerAntirracist, Pesquisadora de cibersegurança. **Resultado:** Audiência pública realizada. **3ª Parte - Painel 9 - Direitos e deveres: transparência e explicabilidade; revisão e o direito à intervenção humana; correção de vieses**. **Finalidade:** Painel 9 – Direitos e deveres: transparência e explicabilidade; revisão e o direito à intervenção humana; correção de vieses. **Participantes:** Dra. Bianca Kremer, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e Coding Rights; Dr. Bruno Miragem, Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon); Dr. Renato Leite Monteiro, Data Privacy Brasil e Twitter; e Dr. Diego Machado, Universidade Federal de Viçosa (UFV). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Temporária Interna destinada a subsidiar a elaboração de minuta de substitutivo para instruir a apreciação dos Projetos de Lei 5.051, de 2019; 21, de 2020, e 872, de 2021, que têm como objetivo estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, que será dividida da seguinte maneira. Das 9h às 10h45, teremos o Painel 7, que tratará de inteligência artificial e seus riscos: vieses e discriminação. A moderação será do Prof. Danilo Doneda, que é membro da Comissão de Juristas. Em seguida, das 10h45 às 12h30, teremos hoje ainda o Painel n° 8, que tratará dos atributos do *design* sociotécnico de confiabilidade da inteligência artificial, nomeadamente segurança, acurácia, transparência, rastreabilidade e monitoramento. A moderação desse painel será feita pelo Prof. Juliano Maranhão, que também é membro da Comissão. À tarde, por fim, teremos ainda hoje, das 14h às 15h45, o Painel n° 9, que tratará de direitos e deveres: transparência e explicabilidade, revisão e o direito à intervenção humana e a correção de vieses. A moderação desse último painel do dia será feita pela Profa. Claudia Lima Marques e pela Profa. Clara Iglesias, que são também membros da Comissão de Juristas.

Assim, sem mais delongas, eu passo a palavra imediatamente ao moderador do Painel 7, Prof. Danilo Doneda.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Bom dia. Damos agora início ao Painel n° 7 das audiências públicas da Comissão de Juristas do Senado Federal, responsável por subsidiar a elaboração do substitutivo sobre inteligência artificial.

Este painel terá como tema inteligência artificial e riscos: vieses e discriminação.

O painel contará com a Profa. Denise Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; com Jamila Venturini, que é Codiretora Executiva da Derechos Digitales; com Tarcízio Silva, que é Fellow pela Fundação Mozilla e curador na Desvelar; e com Silvio Almeida, do Instituto Luiz Gama e da FGV Eaesp.

O tema do painel, relacionado a vieses e discriminação, traz à baila diretamente o fato de que ferramentas de inteligência artificial, algoritmos e outros são mais do que uma realidade tecnológica independente, autônoma em si, são elementos presentes e aplicados dentro de um tecido socioeconômico. Na medida em que essas ferramentas passam a ser necessárias e importantes e delas passam a depender diversos processos sociais, a inteligência artificial também passa a ser um importante elemento no equilíbrio das relações de poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, sempre lembro a máxima de Melvin Kranzberg de que a tecnologia não é boa, nem é má, nem é neutra. Nós podemos observar hoje vários casos, vários estudos que atentam para o fato de que, eventualmente, tecnologias de inteligência artificial podem exacerbar situações de discriminação, de desigualdade, desequilíbrio.

O diagnóstico dessas situações, principalmente a busca de ferramentas que as compensem, que as corrijam e que permitam que possamos aplicar soluções de inteligência artificial sem correr riscos de exacerbar situações de desigualdade, passa a ser uma das tônicas, um dos motivos principais pelo que essa própria Comissão foi constituída.

Nesse sentido, sem mais delonga, passo a palavra para a nossa primeira painelista, a Profa. Denise Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para que fale durante o tempo de até 15 minutos. E, após os quatro expositores, teremos uma rodada de cerca de meia hora para perguntas.

Profa. Denise, por favor. (*Pausa.*)

A Profa. Denise está temporariamente com uma questão técnica.

Por esse motivo, chamo a Jamila Venturini, que é Codiretora Executiva da Derechos Digitales, para a sua exposição de 15 minutos.

Por favor, Jamila.

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Danilo.

Bom dia a todas e a todos.

Vocês conseguem me escutar? (*Pausa.*)

Eu também tenho alguns probleminhas técnicos, mas espero que tudo funcione bem aqui.

Eu gostaria de compartilhar uma apresentação breve, também queria ver se isso seria possível. (*Pausa.*)

Neste momento, eu não estou conseguindo compartilhar a minha tela. Eu peço para a equipe técnica, se for possível ativar, ativar a tela de Mila Venturini, que é onde eu consigo controlar isso adequadamente.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Desculpe-me, Jamila. Só uma questão: será que você poderia, por favor, liberar o seu vídeo, porque pelo menos aqui não está aparecendo?

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – Eu estou com o vídeo ativado. Eu estou com um problema...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, deixe-me fazer o seguinte: eu posso liberar o vídeo do meu outro dispositivo, porque eu estou em dois dispositivos.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Agora está ótimo. Obrigado, Jamila.

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – Agora vocês me veem.

Eu gostaria de pedir para a equipe técnica liberar a possibilidade de apresentação de eslaides no usuário que se chama Mila Venturini, que é o outro usuário que eu estou utilizando. (*Pausa.*)

Isso. Muito obrigada.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Jamila, você está compartilhando sua tela?

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – Vou começar agora.

Vocês conseguem ver a minha tela compartilhada?

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Sim.

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – Excelente.

Eu não vou abri-la completamente, porque eu preciso ver a minha apresentação também. E, com isso, eu posso começar. Peço desculpas por esses detalhes técnicos iniciais.

Bom, antes de mais nada, bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer o convite, em nome da Derechos Digitales, para participar desta audiência pública.

A Derechos Digitales é uma organização de mais de 15 anos de existência, que tem sede no Chile e trabalha em nível regional na proteção e promoção de direitos humanos em âmbitos tecnológicos. Nos últimos anos, a gente tem se dedicado intensamente a produzir conhecimento sobre iniciativas de regulação e uso de inteligência artificial em alguns países da América Latina e, a partir dessas análises, das evidências que a gente obteve, a desenvolver propostas de políticas públicas que considerem o contexto latino-americano e, particularmente, os desafios que persistem em relação à garantia de direitos, como a liberdade de expressão, acesso à informação e privacidade, todos fundamentais para a construção de Estados democráticos.

A modo de exemplo, nós temos contribuído ativamente com discussões sobre o uso de tecnologias de vigilância automatizadas, com reconhecimento facial e também sobre regulação da moderação de conteúdo nas plataformas de redes sociais, inclusive quando essa é intermediada por sistemas automatizados no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nós levamos importantes reflexões sobre o uso de aplicativos de monitoramento de sintomas, no contexto da pandemia da covid-19, à Organização Mundial da Saúde e a outras instâncias, oferecemos contribuições ao relatório da Alta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissária de Direitos Humanos da ONU sobre inteligência artificial e privacidade e acompanhamos e contribuímos com as consultas da Unesco que deram origem à recomendação sobre ética na inteligência artificial, adotada em novembro de 2021. Todos esses materiais podem ser encontrados na nossa página derechosdigitales.org. e nas páginas que eu deixo como referência para vocês aqui também na minha apresentação.

Nesse sentido, é um prazer enorme contribuir com esta importante e pioneira discussão sobre regulação de inteligência artificial no Brasil. Nós saudamos muito a iniciativa do Senado Federal e, em particular, desta Comissão de abrir a discussão e participação pública de maneira ampliada. A minha intervenção hoje vai ter como base as pesquisas e experiências sobre as quais eu escrevi brevemente, as recomendações mais recentes em termos de inteligência artificial, que vêm também das discussões globais que a gente acompanha na Derechos Digitales. Mais do que trazer exemplos novos de vieses de discriminação, riscos, eu vou me deter em alguns aspectos regulatórios que me parecem importantes para a gente pensar em como mitigar e prevenir riscos e que deveriam ser incorporados a uma normativa de inteligência artificial.

Em termos de contexto, eu gostaria de iniciar ressaltando que o setor público tem cumprido um papel importante de incentivar o uso de inteligência artificial na América Latina, principalmente por meio da aquisição e da implementação dessas tecnologias. No entanto, em muitos casos, esse incentivo está acontecendo à custa das obrigações assumidas pelos Estados em nível internacional com relação à proteção dos direitos humanos e das melhores práticas que existem em termos de transparência, supervisão, prestação de contas ao público. A adoção desses sistemas, inclusive por parte dos Estados, prescinde de processos transparentes de licitação muitas vezes e se origina a partir de acordos diretos com empresas sem garantias de que foram tomadas medidas necessárias para mitigar e remediar eventuais violações de direitos fundamentais ou que foram consideradas opções menos danosas em relação a resoluções de determinado problema.

No caso de tecnologias de desenvolvimento próprio, dentro dos Estados, também não há medidas de transparência e revisão de decisões automatizadas que sejam suficientemente implementadas nos casos que a gente tem analisado. Além disso, o uso de sistemas de inteligência artificial tem sido incorporado, muitas vezes, em áreas sensíveis de políticas públicas e com sérios impactos ao exercício de direitos humanos. Eu trago dois exemplos a partir de um conjunto de estudos de casos que evidenciam problemas ocorridos em diferentes níveis de implementação.

O primeiro é um sistema chamado Alerta Niñez, implementado no Chile, no qual o banco de dados de famílias atendidas por programas sociais é utilizado como base para a previsão de vulnerabilidade de crianças e adolescentes, que, por sua vez, vai orientar a intervenção estatal. O mecanismo implica discriminação que legitima vigilância e controle diferenciado em relação a grupos que foram histórica e estruturalmente marginalizados, como mulheres, povos indígenas, população negra, entre outros. O viés da base de dados utilizada para o ranqueamento de pessoas impede por desenho que pessoas de alta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

classes sociais, por exemplo, sejam consideradas nesse sistema. Vocês podem conhecer mais desse caso no estudo do "Sistema Alerta Niñez e a previsão de risco de violação de direitos da Infância", de autoria do Matías Valderrama e apoio da Derechos Digitales.

O segundo exemplo que eu gostaria de trazer é o exemplo do auxílio emergencial que foi implementado no Brasil em 2020-2021. Uma pesquisa recente do InternetLab, que também contou com o apoio da Derechos Digitales, mostrou que a decisão sobre a entrega de recursos se deu por meio de um algoritmo sem revisão humana ou mecanismo de recurso administrativo. Nesse caso, a decisão algorítmica afetava o acesso a um direito fundamental, e a ausência de alternativas administrativas de recurso, caso houvesse uma negativa do benefício, terminou sobrecarregando o sistema judicial. Para além do êxito do programa em oferecer ajuda econômica a uma parcela importante da população durante a pandemia, a digitalização e automatização do processo implicaram ao menos quatro formas de exclusão segundo esse estudo: ausência de documentação; exclusão digital; limitações de acesso à Justiça; e bases de dados obsoletas e erros cadastrais.

Passo ao primeiro ponto que eu gostaria de ressaltar aqui.

Ainda que sirvam como marco de referência inicial, as declarações de princípio são insuficientes para oferecer garantias frente aos riscos que os sistemas de inteligência artificial representam. É necessária a regulação de políticas públicas para operacionalizar esses princípios, como já foi reconhecido pela Unesco, na Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial, que eu mencionei anteriormente, assim como pela Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos e outras especialistas internacionais, que têm enfatizado a necessidade de limitar a aquisição e o uso de certos sistemas até que existam evidências suficientes de que eles são capazes de cumprir com garantias de direitos humanos. No caso da Unesco, sua recomendação, que foi adotada de maneira unânime – é importante ressaltar – pelos 193 países que integram a organização, inclusive o Brasil, também enfatiza a necessidade de os Estados implementarem medidas efetivas para garantir a realização de estudos de impacto em direitos humanos em linha com o que prevê também os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos.

Se bem que um dos projetos em discussão hoje introduza um conceito de gestão de risco, nós consideramos que é necessário explicitar que o uso da inteligência artificial no setor público, além dos princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade, deve ser obrigatoriamente precedido de estudos de impacto aos direitos humanos que incorporem uma perspectiva holística e integrada desses direitos, ou seja, ele toma em consideração também os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais e que possam colocar particular atenção aos potenciais impactos a grupos de pessoas em condição de vulnerabilidade, inclusive crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, entre outros.

Esses estudos de impacto devem ser realizados de maneira participativa, ou seja, contar com instâncias de consulta em diversos formatos, não somente pela internet, de modo a facilitar a inclusão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

representantes de grupos potencialmente afetados, especialmente aqueles que historicamente foram excluídos das discussões sobre políticas públicas em geral e políticas de tecnologia de maneira específica.

Esses processos devem também incorporar perspectivas multidisciplinares que permitam a consideração, por exemplo, de elementos socioeconômicos que indiquem os efeitos da implementação de inteligência artificial pretendida sobre o aumento da pobreza e da desigualdade. Eles devem ser realizados de maneira prévia à implementação e orientar a adoção ou não de determinada solução tecnológica.

Além disso, o uso de sistemas de inteligência artificial por parte do setor público deve ser acompanhado de mecanismos periódicos de avaliação, monitoramento e prestação de contas durante todo seu ciclo de vida, uma coisa que atualmente não está presente de maneira uniforme nos casos que analisamos até o momento, como a gente pode ver nos quadros de síntese que eu trago.

O princípio da transparência e publicidade devem ser considerados para a publicação dos relatórios gerados e devem incluir informações sobre riscos ou abusos identificados, medidas de mitigação ou reparação previstas, assim como a justificativa para a continuidade ou interrupção das iniciativas em curso. Isso é muito importante para manter a confiabilidade no sistema por parte da sociedade também.

Vocês veem que eu estou enfatizando alguns pontos para a regulação do uso de inteligência artificial por parte do poder público. É importante enfatizar também que o Estado deveria ter o papel de incentivar e garantir que o setor privado incorpore esse tipo de mecanismo na implementação desses sistemas, como também ressalto a recomendação da Unesco.

Nessa mesma linha, o segundo ponto que eu gostaria de trazer à discussão, já caminhando para o final, é a necessidade de se estabelecerem limites à implementação de sistemas de inteligência artificial que impliquem alto risco ao exercício de direitos humanos. Esse ponto tem sido enfatizado por especialistas da ONU e também pela Alta Comissária para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, em seu informe "O Direito à Privacidade na Era Digital", de 2021. Nele, ela também ressalta a importância de uma regulação forte que dê conta de prevenir e mitigar danos aos direitos fundamentais trazidos para os sistemas de inteligência artificial e defende uma moratória aos sistemas de reconhecimento facial devido às suas implicações para a privacidade, a liberdade de expressão e associação, entre outros direitos.

Além disso, a disponibilização de sistemas de inteligência artificial no mercado deve ser precedida da apresentação de garantias concretas de que se trata de sistemas seguros, testados, estáveis, que passaram por análises de impacto prévias. Do contrário, eles também devem estar sujeitos a moratórias que condicionem sua adoção à apresentação desse tipo de garantias.

À moda de resumo, parece-me importante enfatizar a necessidade de revisar os termos da proposta de lei no que diz respeito às definições adotadas, se existe uma intenção de mitigar riscos derivados do uso de sistemas de inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contexto latino-americano é diverso em termos de implementação, e nós detectamos a existência de sistemas automatizados no âmbito público que, ainda que não necessariamente contemplem elementos de aprendizagem de máquina, por exemplo, igualmente apresentam novas camadas de opacidade na tomada de decisões sobre políticas públicas e um amplo potencial de violação a direitos fundamentais que merecem atenção.

Não é papel do setor público incentivar o desenvolvimento e o uso de tecnologias que podem implicar abusos aos direitos humanos e a deterioração das condições de vida das pessoas. Além disso, não existe espaço para experimentação em inovação livre quando se trata de tecnologias que representam riscos concretos ao exercício dos direitos fundamentais e que têm sido apontadas por diversos especialistas tanto no Brasil quanto no âmbito internacional. A adoção de sistemas baseados em inteligência artificial pelo Estado deve estar condicionada à implementação de análises prévias de impacto aos direitos humanos e de mecanismos de supervisão, monitoramento e fiscalização, de modo a enfatizar o desenvolvimento econômico sustentável, alinhado aos mais altos padrões existentes na matéria.

Finalmente, agora sim, reconhecendo os esforços realizados de ampliação das discussões sobre esse projeto de lei no âmbito do Senado Federal e desta Comissão, nós consideramos necessária a extensão do prazo de trabalho desta Comissão, para dar conta da complexidade envolvida na regulação do tema. Há a necessidade de envolver ainda mais atores nessas conversas.

Eu agradeço novamente o convite.

Eu fico à disposição para expandir qualquer um dos pontos apresentados no debate.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado pela apresentação, Jamila Venturini.

A Comissão agradece a presença da Senadora Rose de Freitas, que nos acompanha *online*.

Dando sequência aos expositores, passo a palavra para a Profa. Denise Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Profa. Denise será que o áudio está liberado da sua parte? (*Pausa.*)

Está liberado? Mas não está chegando, não é? (*Pausa.*)

Profa. Denise, eu vou passar, então, para o próximo expositor. Enquanto isso, aqui o Senado vai procurar resolver a questão contigo. A gente não consegue... Eu pelo menos não consigo ouvir nada.

Aproveito e agradeço a presença do nosso próximo expositor, Prof. Tarcízio Silva, que é *fellow* pela Fundação Mozilla e curador na Desvelar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Prof. Tarcízio.

O SR. TARCÍZIO SILVA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Dr. Danilo.

Queria pedir à equipe técnica para liberar o compartilhamento de tela para mim também, por favor.

Eu acho que... Já aparece corretamente a tela para vocês?

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Aparece, está tudo certo.

O SR. TARCÍZIO SILVA (*Por videoconferência*.) – Primeiro, bom dia a todas e todos.

Queria agradecer e louvar a iniciativa de abertura desses espaços de articulação junto à sociedade civil, ao setor privado e à academia, devido à importância da matéria em questão. E queria saudar os colegas também da Comissão e da mesa. É uma honra aqui estar ao lado da Denise Carvalho, da Jamila Venturini e do Silvio Almeida.

Trouxe aqui uma rápida apresentação do ponto de vista do debate sobre discriminação algorítmica, trazendo uma reflexão a partir de estudos e mapeamentos que eu tenho realizado, sobretudo no panorama de uma crescente articulação internacional para estudo, mitigação e combate ao racismo algorítmico.

Além de *fellow* da Mozilla, como o Dr. Danilo mencionou, eu sou assessor de tecnologia na Ação Educativa, organização que defende direitos humanos nos campos da educação, juventude e cultura; e membro da Coalizão Direitos na Rede. E, recentemente, publicamos o livro *Racismo algorítmico*, pela Edições Sesc, que eu vou compartilhar com a Comissão em sua integridade, que traz alguns dos casos que baseiam as reflexões que eu vou trazer aqui hoje.

Então, considerando as ricas colaborações que os demais especialistas trouxeram nos painéis anteriores e que outros especialistas trarão nos painéis seguintes, além deste, eu queria focar em quatro pontos bem específicos que eu acho que podem trazer alguns avanços na redação das propostas para o substitutivo.

O primeiro deles é uma reflexão rápida sobre a necessidade de imprimir um pouco mais de rigor e força normativa no texto, considerando um histórico que já temos de experiências sobre inteligência artificial e os seus danos em relação a práticas discriminatórias, sobretudo do ponto de vista que eu trago da minha pesquisa, sobretudo do ponto de vista do racismo.

Então, um dos artigos que temos hoje no projeto fala especificamente de neutralidade da tecnologia. E aí cito o Dr. Danilo Doneda, que mencionou, no início da fala, uma das pensadoras que fala que a tecnologia não é boa nem má nem neutra, porque ela é sempre, de fato, baseada no seu contexto, na sua aplicação e nas realidades materiais. Apesar disso, temos visto, sobretudo no setor privado, em mídia hegemônica, a ideia de que a inteligência artificial e os caminhos hoje da inteligência artificial são o único caminho possível ou que a tecnologia seria neutra e que deveríamos apenas nos adaptar, mas esse é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ponto já em muito superado por cientistas de campos como estudos da ciência e tecnologia em sociedade, não só na academia, mas na articulação com políticas públicas em torno do mundo. A tecnologia não é neutra e não é autônoma; ela é condicionada por valores que são construídos na inter-relação de setores e é controlável, sim, pelo homem na medida da sociedade civil articulada e a partir de articulações multissetoriais.

Nesse sentido, eu acho importante repensar como alguns desses princípios buscados são inerentemente falhos, especialmente a questão de se buscar essa neutralidade, porque reconhecer essa não neutralidade factual e material da tecnologia significa abrir espaços para discutirmos os caminhos que queremos imprimir ao desenvolvimento da tecnociência no Brasil.

Nesse sentido, há já uma ampla colaboração internacional sobre como as perspectivas principialistas sobre inteligência artificial têm suas limitações. Então, eu reforço a necessidade de observar a realidade material das desigualdades interseccionais que já são mapeadas na academia, na sociedade civil e em espaços regulatórios em torno do mundo para observar como a inteligência artificial pode intensificar questões, sobretudo a partir de perspectivas político-econômicas, antes de princípios éticos.

Eu posso citar aqui o trabalho do Luciano Floridi, que foi citado já por outro especialista nessas sessões, e do Josh Cowls, que mapeou diversos *semiworks* sobre ética da inteligência artificial e descobriu que boa parte dos princípios éticos da inteligência artificial, ao contrário do que se fala, não são novos. As propostas não são novas; já são uma espécie de espelho do que se discute em campos como o da bioética. Então, esse estudo de Luciano Floridi e Josh Cowls aponta alguns padrões em torno de conceitos de beneficiência, não maleficência – ou seja, evitar o impacto nocivo da inteligência artificial –, autonomia e justiça. E esses quatro itens, esses quatro princípios já são padrão em campos como a bioética, e talvez a explicabilidade, que seria o quinto princípio, seria a única questão nova, considerando a opacidade que a inteligência artificial pode trazer.

Então, eu reforço a necessidade de vermos a regulação da inteligência artificial não só de uma perspectiva principialista, mas, sim, dos mecanismos de *enforcement* necessários. E o compromisso, considerando todo o histórico que temos já registrado de discriminação e racismo algorítmico, sobre a inclusão explícita de antirracismo e discriminações negativas interseccionais.

E aí evoco o colega de Coalizão Direitos na Rede, que defendeu essa temática anteriormente também.

Um segundo ponto que eu gostaria de relembrar é a educação interdisciplinar sobre inteligência artificial e sobre a educação tecnológica. Tanto os projetos de lei apensados quanto algumas colaborações dos colegas especialistas apontam a necessidade de o Estado colaborar na formação de pessoas, na formação sobretudo de força de trabalho, mas eu gostaria de lembrar aqui que boa parte dos instrumentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e consenso sobre educação no Brasil, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, enfatiza que é função, por exemplo, nesses trechos que trago sobre o ensino médio, o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética, o desenvolvimento de autonomia intelectual e o pensamento crítico, e também a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.

O ensino básico e o ensino superior no Brasil não devem servir apenas ao setor privado e ao mercado de trabalho. E a inteligência artificial e a discussão nessa discriminação algorítmica e o papel dos algoritmos na sociedade não devem ser vistos como apenas uma ferramenta para fortalecer o mercado de trabalho, a força de trabalho, mas também como algo essencial para a própria formação cidadã dos brasileiros.

Eu trago, relacionando a questão da discriminação e do racismo no Brasil, uma pesquisa que realizamos em rede – foi o coletivo que realizou esta pesquisa, com o a apoio da Ação Educativa – sobre quais seriam essas prioridades antirracistas sobre tecnologia e sociedade no Brasil. Entrevistamos 113 especialistas de todo o Brasil sobre tecnologia, especialistas negros e negras dos vários setores, setor privado, sociedade civil, Governo, etc., e perguntamos quais são as suas prioridades em termos de problemas ou potenciais que a tecnologia digital, em especial a inteligência artificial, traz para a questão da população negra no Brasil. Esses especialistas apontaram diversos temas, e esteve em primeiro lugar o racismo epistêmico, ou seja, o modo que as colaborações de intelectuais, ativistas, gestores, desenvolvedores, etc. negros e negras no Brasil não são ouvidas ou não são consideradas. E a própria composição da Comissão de Juristas representou bastante como existe essa exclusão da população negra em espaços de decisão, como o espaço de reflexão legislativa.

Eu queria chamar a atenção para a importância de observarmos essa questão. Um conceito que tenho trabalhado, a partir de pesquisadoras e pesquisadores que trabalham racismo e tecnologia internacionalmente, é a ideia de dupla opacidade, porque ainda há uma denegação do racismo no Brasil e do seu impacto nas várias esferas da vida e uma negação do impacto social da tecnologia, uma queixa de que a tecnologia é neutra. E a relação entre esses dois fatores gera uma dupla opacidade e a dificuldade de debatermos de fato discriminação e racismo ligados a aspectos tecnológicos.

Então, nesse sentido, a recomendação é rever, com o tempo e com a articulação com os campos educacionais, as recomendações de incluir a inteligência artificial apenas como prática pedagógica ou como ferramenta nas salas de aula e nas escolas. Não. A inteligência artificial deve ser vista como algo com que todos concordamos, que afeta todas as esferas da vida. Então, precisamos envolver formação cidadã sobre esses aspectos, para que os cidadãos possam se articular e se conectar a conceitos de defesa dos seus próprios direitos e também colaborar para o desenvolvimento da inteligência artificial.

Um penúltimo item que eu trago, em que ecoa a colaboração de muitos dos outros especialistas, é a necessidade – precisamos – de tempo e de mais espaços de articulação neste debate sobre as diferentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

concepções de inteligência artificial. Já foi discutido como alguns sistemas autônomos poderiam entrar nas concepções atuais, que estão nas atuais redações dos PLs apensados, mas, para além da definição em si de inteligência artificial, eu solicito e recomendo que nós pensemos e discutamos como diferentes abordagens da inteligência artificial influenciam decisões sobre regras, sobre princípios e sobre a evolução na inteligência artificial no Brasil.

Discute-se sobretudo hoje perspectivas de aprendizado de máquina vinculadas a abordagens baseadas em *big data*, aprendizado profundo, o que seria essa perspectiva conexionista da inteligência artificial. E, de certa forma, a perspectiva simbólica relacionada ao papel de sistemas de especialistas, em que a gente tem um controle maior, mesmo sem a capacidade de escala de construção de sistema de inteligência artificial, tem sido deixada de lado, apesar de também ser inteligência artificial a depender dos conceitos e apesar de trazer muitas vantagens. Então, não é apenas aprendizado de máquina e aprendizado profundo que tratam de inteligência hoje, e reconhecer isso é importante para políticas públicas, no sentido de que há novas abordagens que tentam reunir, e aí o Prof. Ig Bittencourt mencionou isso nas respostas durante o debate, as perspectivas simbólicas e conexionistas de inteligência artificial não só para melhorar o potencial de qualidade, explicabilidade e inovação da inteligência artificial, mas também para levar em conta os *experts* de domínio, ou seja, profissionais de várias áreas, não só da computação, não só do grupo Stem, digamos assim, que têm muito a trazer para a tecnologia do ponto de vista dos domínios específicos. Então, não podemos permitir, a meu ver, que a inteligência artificial seja constituída apenas para enxugar custos, enxugar postos dos trabalhos, quando poderíamos fomentar o desenvolvimento de inteligência artificial que utiliza, de forma responsável e sustentável, os *experts* de domínios. Então, se um sistema é desenvolvido para, por exemplo, oferecer acompanhamento terapêutico, e há várias *startups* nesse campo, o conhecimento setorial da psicologia e de ciências cognitivas pode ser utilizado. E essas perspectivas neurossimbólicas levam em conta essa perspectiva multidisciplinar dos vários tipos de profissionais.

Para finalizar então, só queria reforçar que temos, sim, uma maturidade sobre tecnologias de altos danos sociais e baixos benefícios. A Jamila Venturini mencionou reconhecimento facial, e eu queria citar a necessidade de se discutir banimento e moratória reativa sobre algumas tecnologias como reconhecimento facial, biometria no espaço público e outros tipos de tecnologias que já são reconhecidas como geradoras de mais impactos nocivos do que positivos na sociedade.

Muito obrigado.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado, Prof. Tarcízio Silva.

Passamos agora à Profa. Denise Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Por favor, Professora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DENISE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Um bom dia a todos os presentes, a todas e "todes". Conseguem me ouvir agora?

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Sim, está ótimo.

A SRA. DENISE CARVALHO (*Por videoconferência.*) – Que ótimo! É um prazer estar aqui ao lado de todas as pessoas, todos e "todes" aqui presentes.

Aproveito o momento para saudar todos os colegas que já contribuíram conosco, os que estão aqui presentes, Tarcízio Silva, Jamila Venturini, Silvio Almeida, e todos os demais colegas.

Eu participo do grupo de pesquisa Laboratório de Identidades Digitais e Diversidade (Lidd), da UFRJ. Atuamos nas linhas de pesquisa de identidades e representações em ambientes digitais e tecnologias digitais, diversidade e estruturas de opressão, e hoje eu tenho a honra de representar a Profa. Dra. Fernanda Carrera, que nos coordena no Lidd, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nós participamos de um projeto de pesquisa que se chama "Algoritmos e Impactos Sociais: Hiper-ritualizações em Inteligência Artificial e Imagens Digitais". As pesquisas que nós realizamos têm o intuito de perceber as relações entre tecnologias, estruturas sociais e representações de subjetividades, e o nosso objetivo é mapear os modos de hiper-ritualização no sentido de reencenação de algo que já acontece na vida, no jogo das interações sociais. Então, nós procuramos analisar de que forma gênero e raça são manifestados em bancos de imagens digitais atrelados a determinadas prenoções e estereótipos. Nesse sentido, nós analisamos as imagens contemporâneas e as relações que existem com as ferramentas tecnológicas de inteligência artificial, e eu não posso deixar de dizer que a construção do corpo negro perpassa essas estruturas.

Eu destaco aqui a pesquisa da qual participamos e que foi publicada em 2020 em uma revista acadêmica da PUC de São Paulo, em que é reconhecida a importância das discussões a respeito dos algoritmos e mecanismos de buscas e seus vieses, que possivelmente ocorrem de forma discriminatória e racista. Essa pesquisa envolveu análise de três bancos de imagens digitais e, como resultado, nós verificamos que, numa busca por palavras, quando fazíamos a busca pela palavra "família" nesses três bancos de imagens digitais, as mulheres negras eram retratadas mais frequentemente sozinhas, sem uma companhia, sem um companheiro, sem a presença de uma figura masculina ao lado, ao contrário das mulheres brancas, que eram representadas com um companheiro, na companhia de um homem. Nesse sentido, nós começamos a identificar um resultado que está presente também em toda uma literatura já preexistente, literatura acadêmica, que determina e classifica, que identifica o preterimento afetivo da mulher negra nas relações afetivas e a solidão da mulher negra.

Partindo desse pressuposto de toda essa literatura, nós seguimos fazendo a pesquisa e verificamos que, numa busca pelo termo "família" também, no momento em que nós fazíamos a busca racializando as famílias, fazendo a busca como família branca e família negra, apareciam alguns resultados que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

chamaram a nossa atenção também. Percebemos que existe um pressuposto de um treinamento algorítmico que insere o branco como neutro, porque, quando digitávamos somente "família", apenas "família", apareciam famílias compostas por pessoas brancas. E, nesse sentido, quando os algoritmos fazem isso, inserindo as pessoas brancas como neutras, eles não estão racializando as pessoas brancas.

Quando inserimos a cor, como família branca, família negra, nós percebemos nos resultados a presença de indivíduos que, socialmente, nesse processo de hiper-ritualização do que acontece no mundo das inter-relações pessoais, acontecendo também no campo das imagens digitais... Nós percebemos que as pessoas racializadas eram pessoas negras, pessoas orientais, pessoas latinas. E, a partir daí, nós percebemos e chegamos também ao resultado de que a representação imagética e algorítmica das famílias, no caso desses bancos que foram estudados nesse contexto e nesse período, neutralizavam a branquitude.

E, nesse sentido, nós podemos ter algumas conclusões, de que o critério de relevância nos algoritmos buscava imagens que hiper-ritualizavam as imagens das mulheres negras como sozinhas, a solidão da mulher negra e, em consequência, numa análise mais aprofundada, o preterimento da mulher negra nas relações afetivas. Também percebemos que existia de certa forma um resultado algorítmico que desracializava as pessoas brancas, apresentando-as como neutras, como modelos universais, ou seja, sob um aspecto de neutralidade, e também percebemos resultados que evidenciavam privilégios de gênero e raça, manifestos em imagens contemporâneas.

E aí, nesse sentido, quando nós vemos esses resultados, nós verificamos que parte das cenas retratadas nessas imagens digitais, em anúncios de publicidade ou em quaisquer outras formas de imagens divulgadas e disseminadas no mundo contemporâneo reverbera esse processo de que existem valores e estruturas sobre os papéis de homens e mulheres que retratam o comportamento de homens e mulheres que já acontece na cena social e que é retratado novamente – usa-se o termo "hiper-ritualização" –, sendo hiper-ritualizado em imagens publicitárias, imagens digitais, nas imagens contemporâneas.

Nesse sentido, nós percebemos que comportamentos que já são culturalmente encenados na esfera das interações cotidianas acabam por ser reencenados e representados novamente, conforme o teórico que foi base dessa pesquisa, Erving Goffman. Ele afirma que esse fenômeno acontece, assim, também no campo da publicidade, no campo dos resultados de busca de imagens também.

E é preciso destacarmos a importância de que se tornem cada vez mais presentes tentativas de transformar todo o desenho político, tecnológico e produtivo para que as imagens postas em circulação sejam de fato representativas das diversidades corpóreas, raciais e de gênero que compõem todo o corpo social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A identificação de privilégio de gênero e raça, nas imagens contemporâneas, atesta a necessidade de que sejam feitos novos treinamentos, desenvolvidos treinamentos algorítmicos, na tentativa de evitar a desracialização da branquitude.

E, por fim, o pano de fundo dessa pesquisa nos mostra que isso acontece também em outros ambientes, como em processos de tecnologia de vigilância, que já foram mencionados pelos nossos colegas, em bancos de imagens digitais, em bancos de busca em geral.

E, nesse sentido, finalizando já a minha fala, as dinâmicas de poder que existem são reproduzidas nessas inteligências artificiais, nesses agentes artificiais aparentemente caracterizados como neutros e imparciais. Quando isso acontece, infelizmente são perpetuadas estruturas ideológicas, de representações e de subjugação de gênero e raça sobretudo e de classe também, de origem, de localização geográfica e de uma diversidade de fatores. E cabe a nós, pesquisadores e pesquisadoras, problematizarmos essas questões.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Obrigado, Profa. Denise. Nós que agradecemos.

E passamos imediatamente a palavra ao quarto painelista desta reunião, Prof. Silvio Almeida, do Instituto Luiz Gama e FGV Eaesp.

Por favor, Prof. Silvio.

O SR. SILVIO ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e todos.

Todos me ouvem bem?

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Sim.

O SR. SILVIO ALMEIDA (*Por videoconferência*.) – Ah, perfeito então.

Quero dizer, inicialmente, que é um prazer estar aqui e estou muito honrado pelo convite e também pela possibilidade de aprender tanto com as colegas e com os colegas que aqui me antecederam. Então, o meu muito obrigado por esta oportunidade.

Pois bem. Acho que, diante de tudo que foi dito aqui, percebe-se que há um acúmulo sobre o tema e sobre o debate em questão que não deixa dúvida não apenas sobre a necessidade de se estabelecer um parâmetro regulatório ao uso da inteligência artificial, mas também a todas as possibilidades. Então, eu quero enfatizar isso, ou seja, existem todos os instrumentos necessários para que se estabeleça um parâmetro regulatório nos marcos daquilo que determina o sistema jurídico brasileiro. Acho que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

estão postos, estão colocados. Acho que a discussão, daqui em diante, é como estabelecer isso, é como fazer isso da melhor maneira possível.

Eu gostaria, na minha intervenção – que quero que seja bastante breve, tendo em vista que as contribuições fundamentais já foram dadas pelos colegas e pelas colegas que me antecederam –, de me fixar em três pontos que, na verdade, reforçam aquilo que já foi dito. O primeiro deles é em relação à neutralidade; o segundo, em relação à relação entre tecnologia e política; e o terceiro ponto é sobre a relação entre racismo, ciência e tecnologia. Tudo isso para desaguar numa questão fundamental, que é sobre o como esta discussão que estamos tendo hoje e, permitam-me dizê-lo, como este momento que aqui estamos tendo hoje vai ser lembrado daqui a alguns anos, porque nós estamos nitidamente, diante da situação em que o mundo se encontra, diante de uma encruzilhada, ou seja, diante de um momento histórico, em que decisões vão ter que ser tomadas. E essas decisões que nós tomarmos aqui, como sociedade, digo eu, e, obviamente, os senhores e as senhoras que são os Parlamentares, representando o povo brasileiro, certamente vão repercutir nas próximas gerações. Então, este momento é um momento que será lembrado pelos brasileiros e pelas brasileiras daqui a alguns anos.

O primeiro ponto é sobre a questão da neutralidade, como já foi dito aqui. Não existe neutralidade quando se fala de tecnologia. Ponto. Esse é um ponto fundamental. A tecnologia é resultado do trabalho humano, é uma criação humana, e a própria noção de humanidade é resultado também de decisões que são tomadas no campo da interação social e da interação política. Então, nesse sentido, falar de neutralidade da tecnologia é também uma forma de se ocultarem objetivos políticos que estão na base de toda e qualquer criação tecnológica e de toda decisão que se toma a partir da tecnologia.

É nesse sentido que se pode dizer que toda tecnologia está inserida dentro de um contexto político ou ainda no interior de um projeto político. A tecnologia, ao mesmo tempo que resulta de projetos, de decisões ou de contextos políticos, também afeta esses mesmos projetos, decisões e contextos, numa interação que se dá de forma permanente. São clássicas as discussões, no campo da literatura sobre filosofia da ciência, sobre tecnologia, sobre filosofia, filosofia política, a respeito de como a ciência, a tecnologia e a ideologia estão intimamente ligadas. Há, inclusive, um livro clássico que fala a respeito disso que é *A falsa medida do homem*, em que fica bem evidente como as tecnologias ditas neutras, produzidas não faz muito tempo, não – está-se falando aqui do século XX –, foram utilizadas para reforçar a discriminação sobre grupos historicamente discriminados. Estou falando aqui de pessoas não brancas e estou falando aqui das mulheres. Então, é absolutamente central se ter no horizonte que a tecnologia é utilizada para que certos propósitos sejam alcançados. E esses propósitos estão inseridos dentro de um contexto político.

Agora, no interior disso, é importante que se saiba o seguinte. Quando se fala de racismo, quando se fala de discriminação em geral, é impossível separar o que chamamos de racismo ou de discriminação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

de tecnologia. O racismo, falando especificamente do racismo, da discriminação racial, só é possível sistemicamente se houver uma tecnologia que torne possível uma discriminação sistemática.

Eu quero aqui me remeter – sou um jurista de formação – a um caso clássico que foi julgado pela Suprema Corte americana, ainda nos anos 70, sobre testes de inteligência, ou seja, uma tecnologia, uma forma neutra, para se promoverem empregados dentro de uma empresa, uma companhia elétrica nos Estados Unidos, a Duke Company. Esse é um caso clássico da jurisprudência nos Estados Unidos em que testes de inteligência eram aplicados como critério de promoção dentro da empresa. A Suprema Corte americana julgou que se tratava de um caso... E esse é um conceito fundamental que deve estar no horizonte quando se tenta estabelecer uma regulação sobre isso. A Suprema Corte americana decidiu que aquilo se tratava de uma forma de discriminação indireta. Por que discriminação indireta? Porque não levava em conta os impactos históricos do racismo na sociedade americana, e esses testes de inteligência, na verdade, não eram testes de inteligência; eram testes que serviam como forma de selecionar as pessoas a partir de critérios sociais que não estavam apresentados de maneira evidente, ou seja, não se levava em conta que, até aquele momento, nos Estados Unidos, as escolas eram segregadas. Então, não se media inteligência ou capacidade intelectual; o que se media, na verdade – e é duvidoso que isso possa ser medido dessa forma –, a questão que se media naquele momento era como os conhecimentos dados em certas escolas onde só brancos frequentavam eram fundamentais na hora de estabelecer a promoção.

Então, vejam como se criou um parâmetro de discriminação indireta por trás de uma falsa regra de neutralidade. É sobre isso que se fala quando se quer estabelecer um parâmetro, portanto, de regulação do uso da inteligência artificial, é como essas tecnologias não são tecnologias que estão isentas de um problema que atravessa todos nós, que é o problema do racismo e das outras formas de discriminação, ou seja, por trás da neutralidade tecnológica, por trás da neutralidade científica, que torna possível a criação da tecnologia, existe uma série de atravessamentos sociopolíticos, que, ideologicamente, são disfarçados em torno do discurso ideológico da neutralidade tecnológica.

O discurso da neutralidade tecnológica é um discurso ideológico que esconde propósitos políticos e que, portanto, não leva em consideração, primeiro, a discriminação na sua concepção estrutural e a discriminação na sua concepção institucional. E é importante falar de institucional e estrutural neste momento, porque o institucional vai ser, vamos dizer, a concretização, vai ser a materialização e a criação do sujeito, ou seja, das pessoas que vão atuar segundo certos parâmetros que a sociedade decide e que torna automáticos, ou seja, as formas de educação, as formas de criação dos sentimentos, da nossa forma de nos relacionarmos com o mundo. Todos nós somos criados dentro de instituições; essas instituições se valem de tecnologias, se valem, portanto, de um conjunto estruturado de técnicas que vão ser fundamentais para que nós possamos reproduzir certos processos. Esses processos, obviamente, por estarem abrigados dentro de uma institucionalidade, são projetos, portanto, que estão dentro de um contexto social e político. E é fundamental que se diga isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Prof. Tarcízio falou aqui, de maneira muito evidente, muito acertada. Ele fez uma relação muito interessante entre a neutralidade da tecnologia e a negação do racismo e de outras formas de discriminação. Isso é muito interessante, porque demonstra que a ideia de que a tecnologia é apenas uma espécie de alavanca ou uma espécie de ferramenta, ou seja, que não serve a propósitos políticos específicos tem a mesma base da negação das discriminações ou da discriminação que se nos atravessa como sociedade.

Então, veja, eu acho que o grande papel que esta Comissão terá obviamente será fazer esse debate num nível institucional em que essas questões possam ser colocadas de maneira bastante clara para toda a sociedade. Eu me refiro aqui à impossibilidade de nós falarmos de democracia, algo que para nós é muito caro, e falarmos de república, algo que para nós é muito caro, sem que não nos atentemos ao fato de que a discriminação reproduzida de forma sistemática e sob o abrigo das instituições públicas e privadas torna impossível a concretização de algo que nós possamos chamar de democracia ou de república.

Então, o que está em jogo aqui neste momento, na verdade, é a viabilidade, diante do que nós estamos enxergando no mundo, diante do que o mundo nos apresenta hoje, de nós construirmos uma sociedade realmente democrática e construirmos também uma sociedade assentada sobre princípios que sejam republicanos.

E aqui eu estou me referindo diretamente a todo o impacto, por exemplo, que os algoritmos das redes sociais têm promovido na organização política brasileira. Senhoras e senhores, esse é um problema urgente, esse é um problema que ameaça a todos e todas nós, sem dúvida alguma. E é fundamental que os homens e as mulheres da política, que têm essa responsabilidade, estejam de prontidão para enfrentar esse problema tal como ele tem que ser enfrentado, de maneira democrática, mas de maneira também a apontar para as próximas gerações que nós não vamos ficar simplesmente observando o nosso mundo desmoronar.

Para terminar, eu gostaria apenas de mencionar alguns poucos pontos que podem ser, obviamente, objeto de uma discussão mais profunda. Vejam que aqui eu não falo especificamente de tecnologia, não é a minha especialidade. Eu sou um professor de direito, eu sou um jurista. Mas, como muito foi dito aqui, essa é uma discussão sobre tecnologia, mas que vai, necessariamente, ter que envolver diversos setores da sociedade, diversas formas de conhecimento, porque nós estamos falando aqui de algo que vai ser fundamental para a reprodução das nossas condições de vida, do ponto de vista material e do ponto de vista simbólico.

Dito isso, primeiro, será fundamental que nós possamos pensar sobre como estabelecer um controle democrático, um controle realmente democrático acerca da produção, acerca da criação e acerca do uso dessas novas tecnologias, que tem um impacto tão brutal em nossas vidas. E, quando eu falo de regulação democrática, eu falo de uma regulação que envolva, como já disse, diversos setores da vida social. Esse debate é um debate que vai ter que ser institucionalizado, dentro de instituições que são democráticas – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

todos nós temos que estar submetidos a isso –, e ter como parâmetro fundamental – e aqui já foi dito – o respeito aos direitos humanos, que é algo que tem que ser absolutamente negociável para cada um de nós. Pode parecer que não – e isso aqui já foi dito –, mas nós estamos falando aqui da vida e da morte. Há pessoas que estão morrendo por conta disso, por conta de desinformação, por conta de decisões que são orientadas de maneira equivocada. Nós estamos entrando em conflitos diariamente por conta de algo que nós achamos que não pode estar sob controle seja porque está sob um falso discurso de neutralidade e tecnologia de um lado, ou, então, por outro lado, por uma ideia de que não se pode estabelecer regulação em torno de um discurso que também nós vamos ter que enfrentar, um discurso que falsifica, que degrada a ideia de liberdade, uma liberdade que só é exercida com responsabilidade.

Quando eu falo de controle democrático, quando eu falo de um quadro inalienável de respeito aos direitos humanos, quero enfatizar também que nós temos os instrumentos jurídicos para isso. A Constituição não apenas permite esse controle democrático, não apenas permite que esses instrumentos sejam utilizados, mas exige que esses instrumentos seja utilizados seja por aquilo que dispõe o art. 5º da Constituição, seja por aquilo que também dispõem os artigos que falam sobre os princípios que devem reger a administração pública, que devem reger a ação dos homens públicos, aquilo que já falamos sobre transparência e publicidade, enfim, sob todos os princípios que estão na Constituição e que determinam que haja, de fato, um controle democrático sobre aquilo que afeta a vida de cada um de nós, sejam os que estamos aqui, sejam aqueles que virão depois de nós, os brasileiros e as brasileiras de um mundo melhor que todos nós queremos que exista.

Muito obrigado a todos e todas.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado, Prof. Silvio Almeida.

Agradeço também agora a todos os quatro expositores pelas brilhantes exposições. Foram todas, além de substanciais, muito diretas e com base empírica considerável, o que facilita tremendamente a legitimação, a consideração de todos os pontos aqui tratados.

Dando início a uma rodada de perguntas, eu vou propor, numa primeira rodada, três questões. Muitos temas foram abordados. Alguns que estão aqui nessas questões que eu vou fazer de alguma forma já estavam presentes em algumas falas. Então, deixo à discricionariedade, obviamente, dos painelistas abordá-las da forma que preferirem.

Primeira questão: como abordar o problema dos vieses de discriminação algorítmica, considerando a diversidade étnica e a estratificação social brasileiras? No que estudos e técnicas produzidos em outros países, em outros contextos podem auxiliar ou eventualmente até obstar a busca de soluções?

Segunda questão: vocês entendem que existam estudos que demonstrem que, por conta do risco relacionado a vieses de discriminação, determinados usos de ferramentas de inteligência artificial de fato deveriam ser vetados? Caso sim, quais seriam alguns desses usos? E qual o motivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira pergunta: como poderemos transformar o princípio da não discriminação, que é presente em várias declarações de direitos e também muitos documentos de ética e inteligência artificial, como podemos transformar esse princípio de não discriminação em medidas concretas para serem implementadas, até mesmo tecnicamente, em ferramentas de inteligência artificial?

Eu quero sugerir que as respostas sejam na ordem das apresentações, dando início pela Jamila Venturini.

Jamila.

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Danilo.

Eu acho que, das suas perguntas, o ponto que eu gostaria de retomar e enfatizar é relacionado a terceiros.

Nós já estamos caminhando para um consenso em relação à necessidade de limitar usos que representem um potencial excessivamente abusivo aos direitos humanos. E, aí, falando de exemplos concretos e retomando o que o Tarcízio também trouxe, o reconhecimento facial automatizado e à distância, ou seja, aquele que é desenvolvido, inclusive, em espaços públicos, é um desses casos em que se caminha para um consenso internacional relacionado às necessidades de limitar esse uso ao menos até que sejam apresentadas provas suficientes – e aí a responsabilidade de apresentar essas provas está sobre as empresas desenvolvedoras – de que esses sistemas são suficientemente seguros e capazes de oferecer garantias de que não oferecem novas formas de discriminação ou, inclusive, barreiras de acesso a determinados direitos fundamentais.

Eu gostaria de enfatizar também que, além do que já foi dito relacionado aos vieses de discriminação, pelos meus colegas, neste painel, de forma brilhante também em suas exposições, esse tipo de sistema tem sido utilizado para condicionar o acesso a direitos fundamentais. E esse é um ponto que me parece que é importante se manter à vista, na América Latina: sistemas de vigilância, sistemas de reconhecimento facial têm sido instalados em espaços públicos para identificar a possibilidade ou não de acesso a esses espaços.

E, dadas todas as falhas que já foram comentadas sobre esse sistema em relação a pessoas não brancas, por exemplo, é fundamental que isso seja considerado no momento de limitar justamente o uso desses sistemas de modo a não garantir ou não viabilizar novas formas de exclusão.

Eu deixo por aqui e fico atenta às próximas perguntas.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Obrigado, Jamila.

Prof. Tarcízio Silva, por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TARCÍZIO SILVA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado pelas questões. Eu acredito que todas são muito relevantes.

Em relação à segunda – eu gostaria de iniciar por ela –, reforço o que a Jamila Venturini mencionou sobre algumas tecnologias em que estamos caminhando para um consenso da necessidade de banimento ou o que eu coloquei no documento e não tive tempo de detalhar, mas vou enviar o documento para disponibilização, uma moratória reativa.

O que é isso? Há um discurso de que a moratória, em alguns casos de tecnologia, seria uma moratória *preventu*, evitando riscos possíveis, mas temos um grande histórico dos riscos e danos já realizados, seja pelas tecnologias presentes, seja pelos seus paralelos antes da algoritimização. Então, na relação entre reconhecimento de pessoas, no processo penal, e a questão do reconhecimento facial, em ambos temos grande impacto negativo documentado.

Além desse tipo de tecnologia, de biometria à distância e no espaço público, a questão de precificação baseada em estados emocionais também é muito importante ser observada, porque há muitas patentes nesse sentido e alguns outros tipos de tecnologias com sistemas de rastreamento de trabalhadores para construir modelos para prever sindicalização ou associativismo. Há um caso famoso disso feito pela empresa Amazon. E isso é uma imensa infração do direito de associação do trabalhador.

Em relação ao princípio da não discriminação e plataformização, eu queria também evocar a menção da Jamila à questão de acesso a serviços públicos ou a recursos essenciais. Então, a plataformização de serviços públicos é um problema – vimos isso durante a pandemia, no auxílio emergencial – e mesmo alguns outros instrumentos, como a LGPD e a ideia de consentimento informado individualizado, merecem ser dialogados com esse novo instrumento, considerando que, em contexto de vulnerabilidade – temos dezenas de milhões de pessoas famélicas no Brasil –, não podemos pensar no consentimento informado e totalmente livre para alguém que está passando fome e, eventualmente, precisa da sua biometria facial para receber uma cesta básica. Isso já foi documentado pela imprensa.

Então, acredito que são temas que precisam ser levados em conta nessa camada da matéria.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Obrigado, Prof. Tarcízio.

Segue a Profa. Denise Carvalho.

A SRA. DENISE CARVALHO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Partindo da questão de como pensar a respeito desses vieses, eu acho que é possível... Existem possibilidades diante de uma regulamentação, existem possibilidades também com relação a domínio de tecnologia, para que seja pensada, nas diversas etapas do processamento dos dados, a identificação desses vieses. É importante que seja feita uma regulamentação que alegue isso de alguma forma ou que fale sobre os profissionais. No período de pré-processamento dos dados, no período de coleta dos dados, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

pré-processamento dos dados – nas mesas, nas sessões que virão a seguir, nós teremos mais detalhes a respeito disso –, existe a possibilidade de verificação de que há formas de minorizar vieses no pré-processamento dos dados e no processo de criação e avaliação dos modelos algorítmicos que vão ser inseridos.

Também eu acredito que, em todas essas etapas de inserção dos dados, de pré-processamento, é importante que haja a percepção também... Eu acho que essa discussão é importante no sentido de que a percepção dos profissionais que atuam junto a esses mecanismos de inteligência artificial, a percepção sobre a existência de vieses históricos que já foram mencionados aqui, dos vieses nos modelos de dados... É preciso fazer uso de artifícios e estratégias que minorizem esses vieses no modelo e no pré-processamento dos dados e também os vieses de interpretação humana. Existem possibilidades... Quando nós falamos com profissionais do campo da computação, da ciência da computação, vemos que existem possibilidades, formas de elaborarmos procedimentos que façam com que esses profissionais estejam atentos a essas questões.

Com relação às tecnologias que eu acho que precisam ser pensadas – elas já foram mencionadas anteriormente pelos colegas, mas eu vou enfatizá-las novamente também –, há esses modelos preditivos, esses processos algorítmicos de dados e de ações com base em comportamentos, na tonalidade do comportamento psíquico e emocional do indivíduo, que também menciono. Acho que é importante haver uma preocupação com relação a esses mecanismos e a esses modelos matemáticos preditivos também, que dão acesso a determinados bens e serviços de acordo com os escores nos quais as pessoas são inseridas matematicamente nesse processamento dos dados.

Por fim, eu menciono também as tecnologias de reconhecimento facial, que, muitas vezes, são imprecisas, especialmente sobre pessoas racializadas, tidas como racializadas na sociedade.

Eu acredito que essas são algumas formas de tentarmos, ao máximo, diminuir essas questões problemáticas que foram trazidas aqui, nesta manhã.

Muito obrigada.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Obrigado, Profa. Denise Carvalho.

Prof. Silvio Almeida, por favor, seus comentários e respostas.

O SR. SILVIO ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – Bom, acho que as perguntas fundamentais aqui já foram respondidas.

Só dois pontos acho que são importantes, no caso, para que eu possa me manifestar.

O primeiro deles é sobre a questão dos vieses da discriminação ou da discriminação do ponto de vista estrutural, ou seja, aquela que se dá a partir de processos inconscientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que um dos pontos fundamentais para que a gente possa lidar com isso é pensar que a responsabilidade das pessoas que trabalham, que produzem, que criam essas novas tecnologias tem que se dar não apenas no sentido de não discriminar, mas de também demonstrar que tem ações antidiscriminatórias nos seus processos de criação, nos seus processos de uso dessas tecnologias. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que é fundamental que se demonstre mais do não estabelecer discriminação do ponto de vista negativo, mas que se demonstre também que se tenha positivamente ações que visem diminuir esse impacto ou, então, eliminar esse tipo de problema do processo de criação ou de uso dessas novas tecnologias ou da inteligência artificial.

Mais uma vez eu quero insistir naquilo que disse anteriormente sobre a necessidade de nós trabalharmos essa questão do ponto de vista político. Essa questão não pode ser trabalhada do ponto de vista político se houver uma regulação; uma regulação que vai se dar não apenas, acredito eu, com a imposição de certos parâmetros legais, mas também com a criação de grupos que acho que têm que ser multidisciplinares, mas formados também pelo setor público e privado, que possam, a todo momento, observar e estabelecer diretrizes ou dar recomendações sobre o uso dessas tecnologias, pensando tanto do ponto de vista de observar como essas tecnologias estão sendo criadas, ou seja, a demonstração de que existem práticas antidiscriminatórias no processo de criação dessas novas tecnologias, mas também na supervisão e na medição dos impactos do uso dessa inteligência artificial sobre a sociedade de uma maneira geral. Então, eu penso nisto, ou seja, em estabelecer mecanismos que legitimem e que tornem institucionais o controle democrático sobre o uso dessas novas tecnologias. Isso é fundamental.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO ALMEIDA (*Por videoconferência.*) – E que isso seja permanente.

E, por fim – e termino –, nós não podemos... Acho que algumas tecnologias têm que ser ou banidas ou entrar em moratória. Estou falando aqui... Já foi dito aqui sobre reconhecimento facial, sobre como isso é utilizado para se impedir o acesso a direitos fundamentais. Eu estou falando aqui, por exemplo, sobre questões relacionadas a crédito. Existem vários estudos que demonstram como existe, por meio da inteligência artificial, um racismo que vai cada vez mais impedindo as pessoas de ter acesso, por exemplo, a crédito.

E, às vezes, o racismo, ainda que não declarado, acaba impactando nos grupos minoritários justamente por conta de uma condição prévia dos grupos minoritários que não é levada em consideração quando da articulação dessas novas tecnologias.

É isso. Obrigado.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – O painel foi extremamente profícuo. Nós temos várias questões que foram levantadas a partir do que foi dito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de tentar aproveitar o pouquíssimo tempo que a gente tem para, primeiro, levantar o nome e agradecer a pessoas que nos dirigiram perguntas pelo Portal e-Cidadania: Kleber Aragão, do Distrito Federal; Douglas Henrique, de São Paulo; Rogério Eich, de Rondônia; Gabriel Ayupp, de Goiás; Luan Carlos, de Santa Catarina. Eles levantaram pontos a que, enfim, não teremos temos de nos deter, mas que ficam para registro e para reflexão posterior.

Perguntou-se, por exemplo, sobre se a inteligência artificial não pode ser também utilizada para reverter ou procurar evitar que vieses humanos sejam agudizados em situações sociais. Outros dois temas muito relevantes: fatores discriminatórios na Justiça criminal e na persecução penal; e também os efeitos para o trabalho, para o trabalhador brasileiro. E também como nossos dados, nossos rastros digitais são utilizados como matéria-prima para a inteligência artificial e qual a legitimidade disso.

Temos muito pouco tempo, mas eu gostaria de aproveitar para convidar três membros da Comissão a, muito rapidamente – mas muito mesmo –, fazerem seus questionamentos para a gente conseguir ter uma rodada de respostas.

Primeiro, Clara Iglesias.

Por favor, Clara.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Prof. Danilo Doneda.

Cumprimento todos os colegas de Comissão nesta audiência; o nosso Presidente, em primeiro lugar, claro, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva.

Agradeço imensamente a contribuição de todos os painelistas, imensamente valiosas.

Minha pergunta vai ser bem breve para dar tempo de todos podermos colocar nossas questões. Na linha dessa sugestão de banimento de algumas tecnologias que representam um risco demasiado grande, em especial para certas populações, a minha pergunta se refere a uma questão estrutural colocada diante desta Comissão, que é uma abordagem regulatória que poderia ser focada em riscos, em direitos ou em ambos – não são opções necessariamente excludentes.

A minha questão especificamente é, em primeiro lugar, se, do ponto de vista do potencial discriminatório dessas tecnologias, haveria uma recomendação explícita em relação a como tratar a questão, não de forma contraposta, mas de como harmonizar essa questão, riscos e direitos, principalmente considerando que, apesar de não serem discutidas hoje em dia dentro do espectro do banimento – como é, por exemplo, com o reconhecimento facial, em que existem algumas experiências em que essa questão do banimento é tratada –, outras tecnologias não são tratadas nesse âmbito, mas também representam riscos imensos para populações específicas. Por exemplo, tecnologias que avaliam uma empregabilidade, que condicionam a empregabilidade futura, etc. Elas não são tecnologias discutidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

no âmbito do banimento, mas representam riscos gravíssimos para populações específicas. Então, como tratar esses riscos dessas tecnologias sobre as quais não há um acúmulo em relação a banimento? E essa harmonização entre riscos e direitos seria uma opção?

Por favor, peço que fiquem à vontade para responder aqueles palestrantes que assim quiserem.

Muito obrigada desde já.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Obrigado, Clara.

Muito rapidamente, passamos à Mariana Valente.

Mariana, por favor, se puder em um minuto fazer a questão.

A SRA. MARIANA GIORGETTI VALENTE (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Obrigada, Danilo Doneda, obrigada, colegas membros e membras da Comissão e painelistas, principalmente. Eu aprendi muito com vocês.

Eu tinha muitas perguntas, mas, pelo tempo, vou focar em uma. Quero perguntar se vocês podem falar um pouco mais de experiência de outros campos. O Tarcízio Silva menciona a bioética, a Jamila Venturini fez referência à prévias de impacto que existem em outros campos, de outras formas, como o Direito ambiental. Eu estou pensando principalmente em experiências regulatórias, sejam internacionais no campo de inteligência artificial, sejam em outros campos também no Brasil, que poderiam contribuir como caminhos em uma legislação. E ainda, nesse sentido também, que particularidades brasileiras vocês pensam que poderiam ser consideradas para uma regulação brasileira? Se der tempo de mencionar e quem puder só abordar essas questões.

Obrigada. Espero que a gente possa dialogar adiante.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Obrigado, Mari.

Passo ao Bruno Bioni, que está presente no plenário.

O SR. BRUNO RICARDO BIONI – Obrigado.

Bom dia a todas e a todos. Eu gostaria de cumprimentar os demais membros da Comissão na pessoa do Presidente, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, e também o colega Danilo Doneda.

Para otimizar o tempo, eu vou direcionar as minhas perguntas a dois dos painelistas e agradecer a todos e a todas a generosidade de estarem contribuindo com a nossa Comissão.

A primeira eu direciono para o colega Tarcízio. Ele mencionou muito, na fala dele, a questão de entender como a epistemologia reforça e reproduz determinadas assimetrias e racismo. Nesse sentido, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

gostaria de perguntar como, por exemplo, no meio da técnica legislativa que a gente poderia adotar o que seria um possível endereçamento disso. Muito se falou, por exemplo, de diretrizes básica e até mesmo da atuação do poder público nesse letramento. Eu pergunto se um capítulo que poderia estruturar essa atuação do poder público, a exemplo do que faz, por exemplo, o Marco Civil da Internet, seria uma possível solução ou encaminhamento. E até pergunto para ele se há algo mais que poderia ser feito nesse sentido do ponto de vista de redação do texto do projeto de lei.

A segunda pergunta é direcionada para o Prof. Silvio Almeida, que falou muito sobre controle democrático e assimetria de poder, que também se dá do ponto de vista das instituições. Uma das propostas que foram discutidas ainda na Câmara dos Deputados era a criação de um conselho multissetorial que pudesse formalizar um espaço institucional que arejasse isso do ponto de vista da própria sociedade civil. Eu gostaria de saber se isso seria suficiente ou se algo mais poderia ser feito, lembrando que esse conselho multissetorial também seria inspirado na própria Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Pergunto também se haveria outros tipos de técnicas legislativas para articular essa fiscalização, esse arranjo institucional.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Obrigado, Bruno Bioni.

Temos uma derradeira pergunta na nossa Comissão, da Prof. Estela Aranha.

Estela, por favor.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todos. Estou sem voz, mas vou tentar. É um tema tão importante! Eu queria saudar todos os presentes, em especial na pessoa do amigo Silvio Almeida, com quem eu tanto aprendo sobre esse tema de racismo há tantos anos. Obrigado por tudo, Silvio.

Justamente vou iniciar minhas perguntas... Sei que não temos muito tempo, mas são questões centrais aqui para as nossas discussões. Como o próprio Prof. Silvio colocou, é uma decisão que a gente está fazendo para gerações.

O Prof. Silvio falou do tema do tema de discriminação indireta de modo geral na tecnologia, o que eu acho que casa muito bem com o debate sobre igualdade substancial quando a gente está falando de discriminação algorítmica. Normalmente, de modo geral – tem uma possível convidada para falar com a gente, a Sandra –, quando se tem correção de vieses no modo de programação e de computação, busca-se muito uma igualdade formal, mas não o alcance de uma igualdade realmente substancial.

Isso porque, como tudo que o senhor nos ensinou aqui e sempre nos ensina, Tarcízio, entre outras coisas, nós temos desigualdades na sociedade de um modo geral. E, para essa igualdade substancial, obviamente nós temos que ter ações afirmativas e ações de reparação. Então, eu gostaria que vocês comentassem sobre essa questão relacionada à inteligência artificial, como nós poderíamos tratar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

igualdade substancial, que é a igualdade que está nos direitos fundamentais, não só a igualdade formal, quando a gente está debatendo esse uso de tecnologia. Como nós também inserimos a proposta, até rapidamente sendo lógica, pois eventualmente são necessários até alguns vieses de correção, porque vieses não necessariamente são ruins. Se nós não usarmos vieses de correção, essa igualdade substancial nunca será alcançada, e sempre ficaremos no *status quo*. Gostaria que vocês comentassem.

A outra coisa, rapidamente, é sobre, o Prof. Silvio até comentou, o sistema de crédito. Quando a gente está falando dessa tecnologia, muita gente fala que o problema são os dados e que a tecnologia é neutra, na verdade a tecnologia em si não é neutra, especialmente quando a gente está falando de algoritmos e decisões automatizadas, em que a gente muda a lógica de decisão. Normalmente, a gente tem uma lógica de decisão de causalidade. O crédito... Porque você teve determinado comportamento, você não teria acesso ao crédito ou à política pública. Numa decisão automatizada, por meio de algoritmo, essa causa passa por correlação. Então, você não tem essa explicação, em especial em relação à pessoa sobre a qual você está decidindo. Não há fatos concretos da vida dela que justifiquem essa decisão. Isso é muito grave na questão de discriminação, porque, quando você faz a correlação, você justamente está formando grupos. E por que você colocou uma pessoa num grupo que não tem direito a um crédito, não tem direito por algumas características dela? Isso é um problema da tecnologia em si que leva ao aumento ou radicalização de questões de discriminação e piora inclusive a discriminação na sociedade; ao mesmo tempo, é muito difícil enxergar isso, e nós não temos legislação... Nos termos da legislação, você pode discriminar por motivo tal, mas quando você coloca uma decisão automatizada, às vezes você não sabe qual o motivo. Então, a gente não tem legislação para conter esse tipo de discriminação. O que vocês sugerem em relação a isso?

E, por último, em relação à questão de eventual moratória, hoje em dia vocês imaginam algum poder público falar: "Vou instituir uma política pública determinada", mesmo sabendo que nós temos estudos que garantem que hoje ela tem discriminação, inclusive racial ou de gênero, como, por exemplo, as tecnologias de reconhecimento facial, em que todos os estudos públicos, privados de universidades no mundo dizem que hoje, pelo estado da arte dessa tecnologia, ela tem problemas de discriminação? Então, vocês conhecem alguma outra política pública que o Estado institua que notadamente saiba que se tem discriminação e mesmo assim algum estado aplica? E o que vocês acham dessa questão em relação à tecnologia? Só porque a tecnologia é desconhecida ou a gente não entende muito bem ou não conhece os termos que a gente acaba fazendo isso?

Obrigada a todos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Obrigado, Estela. Muito obrigado.

E agora eu fico aqui um pouquinho na ingrata posição de passar aos painelistas pedindo para comentar, no tempo exíguo de aproximadamente dois minutos cada um, todos esses temas. Ressalto que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simples colocação de todas as questões é da maior relevância para os trabalhos da nossa Comissão, que vai certamente se debruçar sobre todos esses aspectos e tantos outros, mas passo aqui para comentários e perguntas, iniciando pela Jamila.

Por favor, Jamila. (*Pausa.*)

Não sendo a Jamila, passaria para a Profa. Denise Carvalho.

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – Enfatizando que...

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Ah, desculpe.

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – Eu estou tendo um pouquinho de eco, desculpem. (*Pausa.*)

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Pode falar, Jamila.

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – São dois pontos que me parecem chaves... (*Falha no áudio.*)... trazer um pouco para a realidade (*Falha no áudio.*)... ativar outros (*Falha no áudio.*)...

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Jamila, desculpe, não está chegando áudio aqui. Jamila, eu vou passar para a Profa. Denise porque o áudio...

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – Então, o que eu gostaria de enfatizar aqui é trazer muito à realidade como tem sido a aplicação desses sistemas na América Latina, então, dizer que esses sistemas e tecnologias automatizadas têm sido utilizados, sim, com foco em populações vulneráveis, a partir de mecanismos pouco transparentes, para ranqueamento de populações que possam orientar (*Falha no áudio.*)...

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Jamila, eu vou pedir para cortar o áudio porque não está vindo.

Profa. Denise Carvalho, por favor. (*Pausa.*)

Profa. Denise. (*Pausa.*)

Posso chamar o Prof. Tarcízio...

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – Alô?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva. *Fora do microfone.*) – Acho que uma solução seria que eles encaminhassem as respostas por escrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Nós estamos com problemas técnicos. Após sugestão do Ministro Ricardo Cueva de encaminhar respostas por escrito...

A SRA. JAMILA VENTURINI (*Por videoconferência.*) – ... e pedir para a equipe técnica deixar que eu controle os microfones. Está um pouquinho complicado.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Jamila, acho que a gente vai ter que encerrar aqui.

Profa. Denise, a senhora se encontra com o áudio ligado? Se desejar responder rapidamente às questões, eu lhe passo a palavra agora. (*Pausa.*)

Profa. Denise? (*Pausa.*)

Em face dos problemas técnicos que enfrentamos, infelizmente, nessa última parte do painel, peço desculpas aos painelistas que não tiveram a oportunidade de responder e deixo facultado a todos – seria uma grande oportunidade para nós também – a possibilidade de enviar por escrito comentários, perguntas, tanto quanto às questões que foram aqui encaminhadas quanto a qualquer outro tema relacionado ao trabalho da Comissão.

E aqui, em tempo, aproveito e encerro esse Painel 7 - Inteligência artificial e riscos: vieses e discriminação, já passando para o próprio painel, sendo moderado pelo Prof. Juliano Maranhão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Eu agradeço a moderação do Prof. Danilo Doneda e a todos os painelistas. Infelizmente, como ele bem acentuou, os problemas técnicos impediram que nós ouvíssemos as últimas respostas às perguntas que foram formuladas agora. Então, eu reitero o pedido de que apresentem comentários ou respostas por escrito.

Sem mais demora, eu passo agora, então, a palavra ao Prof. Juliano Maranhão, que será o moderador do Painel 8, sobre os "Atributos do *design* sociotécnico de confiabilidade da inteligência artificial".

Com a palavra o Prof. Juliano.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Obrigado, Ministro.

Antes de tudo, eu gostaria de cumprimentar o Ministro Ricardo Cueva, Presidente da Mesa, cumprimentar o colega de Comissão Danilo Doneda e os palestrantes desse Painel n° 8, e todos que estão acompanhando esta audiência pública.

Bom, o que nós buscamos com esse Painel 8, ao falar dos atributos do *design* sociotécnico de confiabilidade da IA? Nos painéis anteriores, nós discutimos uma série de riscos que advêm do uso dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

tecnologia – riscos ligados à privacidade, riscos de erro que podem afetar aqueles que são objeto de decisões automatizadas por esses sistemas e riscos de discriminação, como nós vimos no painel anterior.

Agora, existem esforços de entidades internacionais no sentido de consolidar melhores práticas e medidas de governança sociotécnicas para mitigar esses riscos e assegurar o desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial confiáveis. Por que medidas sociotécnicas? Porque não são medidas que se restringem apenas ao *design* do *software*, mas que também dizem respeito a aspectos organizacionais em relação às pessoas que estão envolvidas em todo o ciclo de desenvolvimento e aplicação do *software*.

Elas dizem respeito à segurança, ou seja, resistência contra ataques cibernéticos; dizem respeito à acurácia, ou seja, a redução, mapeamento e redução dos riscos de erro, seja em termos de precisão ou redução de falsos positivos, seja em termos de sensibilidade ou redução de falsos negativos. Elas dizem respeito à transparência, seja em relação ao uso da inteligência artificial, seja em relação à explicabilidade de seus resultados e os critérios relevantes para tomada de decisão; à rastreabilidade das decisões relevantes no ciclo de desenvolvimento da inteligência artificial, bem como sua documentação; e ao monitoramento dos sistemas de inteligência artificial durante seu emprego e registro de suas operações.

Então, o que nós buscamos, principalmente, é entender quais são as principais medidas técnicas e organizacionais para mitigar esses riscos e qual a melhor forma, numa regulação da inteligência artificial, de gerar comprometimento em relação aos agentes envolvidos no desenvolvimento e emprego desses sistemas com essas medidas organizacionais para mitigação de risco e as melhores práticas para o desenvolvimento da inteligência artificial.

Nós vamos, então, com relação a esses temas, contar aqui hoje com a contribuição do Diogo Cortiz, Professor da PUC-SP e pesquisador do NIC.br; Fernanda Viegas, cientista principal do Google e Professora de Ciência da Computação em Harvard; Rodolfo Avelino, Professor do Insper e especialista em cibersegurança; Alexandre Pacheco da Silva, Professor da FGV/SP e coordenador do Centro de Pesquisa e Inovação da FGV; Nina da Hora, Cientista da Computação e pesquisadora de cibersegurança.

Então, para dar início às contribuições, eu passo a palavra ao Prof. Diogo Cortiz para suas contribuições.

O SR. DIOGO CORTIZ (*Por videoconferência*.) – Bom dia para todos e todas, cumprimento todos da mesa também, uma mesa excelente, com ótimos nomes. Acho que dá para fazer uma discussão profunda sobre o tema.

E, para começar, toda vez que eu vejo essas discussões, eu fico pensando de que inteligência artificial a gente está falando. Porque, se a gente olhar, a gente já está sendo bombardeado por sistemas de inteligência artificial. Quando você abre o seu *streaming* de vídeo, as recomendações que aparecem na sua tela não são as mesmas que aparecem na minha, não são as mesmas que aparecem na de outra pessoa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

porque tem ali um sistema de recomendação que conhece o seu perfil e faz indicações. Quando você vai sair de casa e você coloca um endereço num aplicativo de mapa, existem modelos de *machine tuning*, que também vão calcular ali a melhor rota, pensar em desvios e até mesmo exibir propagandas, dependendo de para onde você está indo.

A gente tem inteligência artificial quando a gente faz uma tradução num sistema *web*, por exemplo, quando o cartão de crédito te liga e fala "você fez realmente essa transação?" ou bloqueia seu cartão logo de cara. É fraude às vezes, não é? Isso foi o sistema que detectou. Ou nos jogos a gente também tem inteligência artificial. Ou até num simples gesto de destravar o seu celular: faz um reconhecimento facial e é inteligência artificial.

Eu conto isso por quê? Todos os sistemas que eu discuti agora têm em comum o que a gente chama de inteligência artificial, mas, quando a gente vai investigar mesmo, cada um foi desenvolvido para uma tarefa específica, que utiliza técnicas totalmente diferentes. Então, o reconhecimento facial usa técnicas de processamento, visão computacional, um sistema de tradução usa técnicas de processamento de língua natural, e assim por diante.

Então, quando a gente começa a discutir sobre inteligência artificial, eu fico pensando: tá, mas o que é isso? De qual inteligência artificial a gente está falando? E eu, nos meus textos, nas minhas aulas, eu sempre tento levar essa ideia de que a inteligência artificial não é necessariamente uma tecnologia. Eu entendo a inteligência artificial como uma área de conhecimento, que tem, inclusive, o seu nascimento paralelo com a própria ciência da computação. Então, quando a gente pensa em discutir os problemas da IA, a gente tem que ter essa ideia de que a gente está falando de uma área muito ampla, que ela vai se materializar com diferentes usos, usando diferentes técnicas.

Então, quando a gente vai falar do desafio de se regular uma inteligência artificial ou pensar nos riscos, a gente tem que descer um pouco o nível e não pensar na inteligência artificial como um todo, porque os propósitos vão ser diferentes e os riscos também vão ser muito diferentes. Existe um risco "x", se eu utilizar a inteligência artificial num sistema que vai atuar em um processo migratório, por exemplo, mas existe um erro menor se eu colocar num sistema que vai fazer algum tipo de balanceamento em um jogo de futebol, pensando em um jogo de futebol de *videogame*, ou em um sistema de tradução. O risco acaba sendo diferente. Então, do que a gente está discutindo quando a gente vai falar sobre inteligência artificial? Eu gosto de discutir isso a partir do propósito de uso e dos riscos envolvidos naquela tarefa. E, aí, sim, pensar nos riscos que a inteligência artificial pode causar para a sociedade e os benefícios também que ela pode causar para aquela tarefa específica.

Eu acho que já dei este exemplo várias vezes: é a mesma coisa da energia. Você pode colocar painéis solares na sua casa, sem problema, mas você não pode ficar enriquecendo urânio, porque, dependendo do tipo de artefato que você vai utilizar, você vai ter critérios de segurança diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que para a inteligência artificial é a mesma ideia, só que a gente tem esse desafio ainda de começar a entender os potenciais usos. Há uma coisa que parece ser supertrivial para a gente, com que a gente já sendo bombardeado, que são os sistemas de recomendação, que muita gente ainda não discute com tanta profundidade, mas que, a meu ver, são os sistemas que podem trazer mais riscos do ponto de vista do indivíduo, da subjetividade humana. Inclusive, na China, há várias propostas de estudo sobre isso, e até mesmo o entendimento maior é até o de possíveis proibições para determinados casos.

Colocado isso, o que a gente pode discutir sobre o processo de desenvolvimento da inteligência artificial? Dentro da área de *design* – e aí eu estou falando do *design* como um todo, não necessariamente só de inteligência artificial –, a gente diz que o importante de qualquer artefato, quando ele vai ser desenvolvido, é começar com a pergunta: por quê? Por que a gente vai desenvolver isso? Qual é realmente o problema que a gente quer solucionar? Muitas vezes, a gente vem com o fim do caminho, que é "o quê", o que a gente vai desenvolver. A gente já vem com a proposta pronta para desenvolver esse artefato. Um caminho mais lógico, mais correto, que as empresas com maturidade já estão adotando, é começar com o porquê, depois o como e depois o quê.

Em todas essas etapas, é importante que a gente utilize uma maior integração, uma participação maior de diferentes áreas de conhecimento, que isso não fique só restrito à área de ciência da computação ou à área de *design*, mas que também possamos desenvolver as outras áreas, antropologia, filosofia, direito, etc., e pensar isso em todo estágio de desenvolvimento.

Nesse estágio de desenvolvimento, que a gente possa pensar em métricas de monitoramento para problemas que a gente já sabe que existem e, então, que isso possa ser implementado no momento do desenvolvimento e treinamento daquela inteligência artificial, para que, sim, ela possa, então, virar um produto comercial para uma aplicação em larga escala, mas para que ela também tenha um processo contínuo de monitoramento.

Eu acho que essa primeira parte de se pensar em indicadores, métricas, durante o desenvolvimento, durante o treinamento, de certa forma, vem acontecendo mais ou menos, mas muito por conta de um movimento que acontece na academia, hoje nas conferências, pedindo para os pesquisadores, na hora de submeterem um *paper*, já colocarem quais os limites éticos ou já fazerem validações, colocando ali no artigo, mas tendo um monitoramento constante disso, com indicadores que sejam plausíveis e que sejam operacionais, que a gente consiga medir de alguma forma, porque um dos desafios que nós temos hoje, ainda, como foi colocado na fala inicial, é do entendimento da inteligência artificial. Houve um grande progresso, dos últimos quatro anos para cá, de técnicas que nos auxiliem dessa forma.

Eu acho que, no estágio em que a gente está hoje, é como se a gente tivesse duas grandes áreas tentando fazer isso. Uma eu comparo muito com a ideia do behaviorismo, da psicologia comportamental, de que eu não quero entender muito bem o que está ali, no modelo, como o modelo está funcionando; eu quero verificar a entrada e a saída e ver como ele está se comportando. É muito baseado mesmo nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

proposta do behaviorismo: não importa o que está ali dentro; quando você entra no modelo, eu vou colocar os dados de entrada, comparar com os dados de saída, eu faço exercícios de contraparte, enfim, posso fazer uma série de análises.

Mais recentemente, vêm surgindo estratégias, e aí eu já faço uma conexão, mais ou menos, com a ideia de uma neurociência cognitiva, de você agora estudar, na neurociência cognitiva, o cérebro por meio de EEG ou ressonância magnética funcional. Na inteligência artificial, há estratégias similares, de você colocar algumas técnicas para entender o próprio mecanismo de funcionamento do modelo. Isso é uma coisa em que eu acho que temos um desafio técnico ainda. Apesar de as técnicas estarem evoluindo, ainda daquela explicação, como a gente espera, de uma inteligência artificial, a gente está um pouco longe.

Primeiro, com inteligência artificial, que a gente está falando... Porque vão ser técnicas diferentes com métricas diferentes. Então, as métricas que eu utilizo, por exemplo, para fazer algumas validações... Não estou falando só do desempenho, que seria acurácia ou precisão, revocação, mas existem técnicas que vão medir algumas outras coisas mais relacionadas a conceitos éticos, enfim, de vieses que funcionam bem para um determinado tipo de modelo, por exemplo, para processamento de imagem, mas que não funcionam tão bem, por exemplo, para a área de processamento de língua natural, e aí vão surgir outras técnicas, outras abordagens para a área de processamento de língua natural.

Então, se a gente for pensar numa regulação, como que a gente vai desmembrar isso, pensando na inteligência artificial como um todo? Eu, Diogo Cortiz, acho muito difícil pensar isso, porque não existe um bloco: isso é inteligência artificial. Não, eu entendo a inteligência artificial como uma área de conhecimento, e a gente vai ter frutos que vêm dessa área para usos específicos com técnicas específicas. E aí eu acho que vão trazer riscos totalmente diferentes. Então, eu acho que a regulação tem que partir daí. Então, não a inteligência artificial como um todo, mas os possíveis tipos de aplicação.

E um conceito... Acho que já está dando o meu tento aqui, mas eu vou dar um outro exemplo: a gente pensar também, no cenário nacional do ponto de vista da internacionalização das ferramentas de inteligência artificial, porque, se a gente está falando de um conceito de *design*, e esse *design* é centrado no humano, a gente tem que começar a pensar também num *design* centrado no humano e nas culturas locais, porque o que também acontece é que, muitas vezes, as ferramentas de inteligência artificial que a gente utiliza acabam sendo desenvolvidas por empresas de outros lugares, que são treinadas com dados de outros lugares, e essas empresas apresentam uma tecnologia global, muitas vezes, sem levar em consideração aspectos que são locais. Muitas vezes, isso pode ser sensível até mesmo para aquela sociedade onde aquela tecnologia está sendo aplicada, porque cada vez mais a inteligência artificial está sendo utilizada para tentar entender ainda mais sobre a subjetividade humana, e, muitas vezes, isso não está levando em consideração os aspectos locais, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso dar até um exemplo para tentar materializar isso: eu tenho uma pesquisa, já há três anos, na área de computação afetiva, que acaba sendo o uso de inteligência artificial para reconhecer, interpretar e, de repente, até simular os afetos e emoções humanas. E a gente desenvolveu um trabalho, no ano passado, que foi justamente adaptar um conjunto de dados que foi criado pelo Google. O Google criou um *dataset* que se chama GoEmotions, que tem lá 28 categorias de emoções, que foi com dados coletados do Reddit, que é uma rede social majoritariamente utilizada por americanos, cujo *dataset* foi anotado, via *mechanical turk*, por indianos, que é um *dataset*, por exemplo, para trabalhar com emoções, mas ele não foi pensado, por exemplo, para o português nem para a realidade brasileira. E a gente fez um projeto justamente de fazer essa "internacionalização" – entre aspas. Na verdade, a gente se inspirou no projeto e, junto com o Laboratório de Neurociência, com neurocientistas, psicólogos, linguistas, fez um *back*, uma adaptação das emoções para a cultura local brasileira, a gente coletou dados, a gente treinou os modelos, mas sempre pensando, colocando na realidade brasileira. Então, emoções que eram muito prevalentes na língua inglesa e para a cultura americana foram removidas e outras que eram muito da cultura brasileira, da língua portuguesa foram adicionadas. Então, a gente também tem esse aspecto. Nesse processo de *design*, temos que ter uma preocupação também com essa adaptação com as comunidades locais.

Gente, eu escutei os 15 segundos que eu escutava na CPI da Covid. Olha que legal! (*Risos.*)

Bom, com isso, então, eu acho que consegui mais ou menos colocar os meus pontos.

Eu agradeço mais uma vez e fico à disposição para possíveis dúvidas. Eu também estou ansioso para escutar os próximos participantes da mesa. Obrigado.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Obrigado, Prof. Diogo Cortiz.

Só já para deixar uma indicação para a discussão na fase final do debate, eu entendi que a sua contribuição apontou o caráter específico das aplicações de inteligência artificial, o aspecto contextual e as metodologias específicas que são desenvolvidas para essas atuações.

A pergunta, para você já elaborar na fase de debates, é: você, então, não acredita na possibilidade de um desenho de medidas sociotécnicas para o *design* de melhores práticas da inteligência artificial em geral? Ou seja, isso teria que ser um esforço específico para cada tipo de aplicação? Portanto, documentos como ISO 24027, sobre discriminações em IA em geral, ou ISO 38507, sobre implicações de governança no uso de IA por organizações, ou o programa de certificação em ética do *Institute of Electrical and Electronics Engineers*, esses esforços não seriam viáveis? Mas isso fica para o debate.

Eu passo agora a palavra à Fernanda Viegas.

A SRA. FERNANDA VIEGAS (*Por videoconferência.*) – Olá. Obrigada.

Eu queria saber se poderia compartilhar a minha tela, a minha apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Pode sim.

A SRA. FERNANDA VIEGAS (*Por videoconferência.*) – Posso. Está bom, eu vou tentar aqui. Deixa-me ver... Ah, perfeito.

Estão vendo a minha tela? Tudo bem? (*Pausa.*)

O.k. Então, está bom.

Eu sou a Fernanda Viegas, pesquisadora do Google e Professora de Ciência da Computação em Harvard.

Vamos entrar logo no assunto.

As minhas áreas de pesquisa têm a ver com interação humano-computador e humano-IA, também com essa questão de explicabilidade e interpretabilidade de IA e visualização de dados.

Hoje, especificamente, eu vou focar em explicabilidade e interpretabilidade e o que esses conceitos têm a ver com noções de transparência e confiabilidade para esses sistemas e vou tentar dar exemplos bem concretos de projetos nos quais o meu time esteve envolvido no Google, o que a gente sabe que funciona e o que até agora a gente sabe que não funciona e algumas ideias gerais para guias, para *guidelines*.

Então, por que a gente precisa de explicações? Por uma série de razões, e eu acho que o Prof. Diogo falou muito bem antes que essas vão ser contextuais, até pela questão de a própria tecnologia ser contextual. Às vezes, a gente vai precisar de explicações porque programadores precisam melhorar seus programas, debugar; às vezes, a gente vai precisar porque a gente quer identificar causas de erros e de parcialidade, vieses que talvez existam, mas também porque a gente quer capacitar os nossos usuários a fazerem melhores decisões, tomarem melhores decisões; e, finalmente, já foi dito isso na sessão anterior, porque essas explicações são o primeiro caminho para você conseguir ter recursos para consumidores se houver algum problema, se houver problemas com relação a decisões tomadas.

Quando eu penso em explicabilidade, eu não penso assim: vamos explicar *machine learning*, por exemplo. A explicabilidade vai depender de qual usuário a gente está falando, de qual situação a gente está falando. Então, eu penso mais em termos de um espectro que estou tentando colocar nesse eslaide. Na parte esquerda, você tem as pessoas que são *experts* nessa tecnologia. Essas são as que têm PhD em *machine learning*, que estão criando esses modelos, estão treinando esses modelos. Na coluna do meio, você vai ter profissionais. Essas são pessoas que não são *experts* em *machine learning*, mas estão começando ou vão começar a usar IA em nível profissional. Então, você tem um médico, ou você tem um jurista, ou você tem um arquiteto, um músico, e cada uma dessas pessoas tem suas próprias necessidades específicas com relação à tecnologia. E, aí, na parte direita, você tem um usuário leigo: consumidores, cidadãos, crianças, uma série de pessoas que, de novo, não são *experts* em *machine learning*, talvez nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

se importem com o fato de que *machine learning* seja parte da tecnologia com a qual eles estão interagindo, mas nós, enquanto criadores, temos responsabilidade de tratar essas pessoas com respeito e com certo nível de transparência para que, de novo, a gente as capacite para fazerem as melhores decisões.

Então, para terem uma ideia, a gente vai ter diferentes tipos de explicabilidade dependendo de onde nesse espectro você se encontra. Quanto mais para a esquerda você estiver, mais a sua explicação vai rodar em volta de conceitos matemáticos e técnicos, que é a linguagem de AI, é a linguagem dos modelinhos lá. Quanto mais para a esquerda você for, mais longe dessa linguagem você vai chegar. Então, por exemplo, para os profissionais, a gente tem que começar a traduzir esses conceitos técnicos e matemáticos para conceitos especializados. Por exemplo, se eu estou trabalhando com um sistema em medicina, muito provavelmente as minhas explicações vão ter que integrar algum tipo de conceito médico, porque só falar de matemática não vai ajudar o meu usuário.

E, finalmente, para o usuário leigo, a gente vai ter que pensar muito em conceitos de entendimento geral e realmente que sejam otimizados para a compreensão daquele usuário. Então, não adianta eu jogar na frente daquele usuário um monte de números e probabilidades e coisas e tal, porque provavelmente não vai significar nada para aquela pessoa. Como que a gente faz isso? Hoje em dia – uma outra nota –, a grande maioria das pesquisas e do trabalho que tende a acontecer, em termos de explicabilidade, tende a acontecer nesse ladinho aqui, que é o lado esquerdo, que é o lado dos *experts*.

Não é um grande choque, uma surpresa isso por quê? Porque a tecnologia está muito nova ainda, então os próprios *experts* estão tendo que entender melhor a tecnologia. Então, muitas dessas coisas acontecem nessa área.

Eu vou entrar rapidinho nessa área aqui para perguntar: no final das contas, *machine learning* é uma *black box*? Não, eu diria que não é uma *black box* completa. É uma caixinha bem complicada, mas a gente já tem hoje ferramentas e técnicas, por exemplo, para programadores compreenderem melhor os seus modelos. Isso é uma área extremamente ativa de pesquisa. Cada vez a gente tem mais técnicas, mais ferramentas para tentar entender como esses modelos estão funcionando.

Outra coisa: isso aqui são sistemas computacionais. A gente pode criar uma variedade de sondas para começar a entrar e a entender melhor como elas funcionam. E isso também está acontecendo.

Mas a gente tem uma série de limitações, que são tanto técnicas quanto humanas.

Então, em termos de limitação humana, uma coisa que a gente já sabe que não funciona: transparência total. Olha, se transparência total funcionasse, os *expert*s que criam esses sistemas saberiam tudo, já teriam entendido tudo. Então, transparência total é uma coisa que é complicada de as pessoas entenderem e interagirem com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que é muito complicada hoje em dia: nem sempre a gente consegue fornecer explicações no sistema inteiro de todas as decisões ou os *forecasts* que o sistema faz. Às vezes a gente consegue ter explicações pontuais: "Ah, o sisteminha fez essa decisão aqui porque o dado era esse e não sei o quê", enfim. Mas você dar uma explicação geral é uma coisa que ainda nos ilude.

Está bom? Então, a pesquisa continua aqui.

Está bom. Podemos identificar as causas de erros e parcialidade? Sim, em alguns casos, não sempre. Essa, de novo, é uma área extremamente ativa de pesquisa. A gente já tem, hoje, ferramentas de interpretabilidade para modelos. E também tão importante quanto interpretar e entender os modelos é entender os dados. Então, também já existe uma série de ferramentas. Mas, de novo, a gente precisa de mais, porque esses modelos estão evoluindo muito rapidamente, estão crescendo. Eles estão crescendo em complexidade. Então, a gente precisa *catch up*.

O que vocês estão vendo aqui, na parte direita, é um exemplo de uma das ferramentas que o meu time fez, que se chama What-If Tool, onde a gente integrou questões de métricas de *fairness*, para tentar fazer com que fique mais fácil, sem que a pessoa tenha que programar. Sem ter que saber programar, você pode começar de novo a sondar esses sistemas.

O.k.! Agora, vamos mudar um pouquinho e vamos olhar um usuário leigo. Quero dar um exemplo real do Google.

Então, deixem-me ver aqui.

Era um desafio que o time do Google Flights teve. Esse time tinha um modelo altamente preciso de previsão de preços. Se você estava procurando uma passagem entre São Paulo e Paris, ele podia lhe dizer especificamente: "Compre hoje, porque vai aumentar a passagem". O problema é que os usuários tinham zero confiança nisso. Ninguém usava isso. Então, o time tentou entender, tentou várias abordagens para tentar entender como a gente comunica para o usuário que a gente sabe o que a gente está falando aqui. Então, o primeiro passo que eles tentaram foi esta diretiva simples: "Hoje é um bom dia para você comprar a sua passagem". Não funcionou. As pessoas acharam: "Isso aí é papo de vendedor, não é confiável". E, se você olhar, essa abordagem não explica nada; ela só lhe diz para fazer alguma coisa, não está explicando nada. O.k.! Então, o time olhou isso, viu que não deu certo, e eles fizeram exatamente o contrário, eles explicaram tudo. A gente chama isso de transparência radical. Então, eles começaram a mandar mensagens do tipo: "É improvável que os preços caiam, e há 75% de chance de que eles aumentem em US$17 nos próximos cinco dias". "Ah, transparência! Perfeito!" Funcionou? Não. Por que não funcionou? Porque são muitas informações complexas ao mesmo tempo. As pessoas não só não entendiam todos esses números e essas palavras, mas se sentiam estressadas: "O que é que eu faço? O que é eu faço? Se eu não comprar agora, o que é que eu faço?". É estressante! Entende? Então, o que o time fez? O time teve que voltar e repensar a abordagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das coisas que a gente tem no Google, em que o meu time também esteve altamente envolvido, é esse Guidebook, chamado People+AI Guidebook. É uma série de *guidelines* que a gente fez, com mais de 150 pessoas no Google, do Alfabeto inteiro, do Alphabet inteiro, tentando entender quais são as *best practices* para a gente. Quando a gente vai criar *features* e produtos para usuários que são AI *empowered*, como a gente faz isso de maneira responsável? Então, fazendo isso, usando esse conjunto de *guidelines*, o time criou a seguinte experiência. Eles pegaram toda a faixa de preços. Vamos dizer, de novo, que você está procurando uma rota específica em um dia específico. Aí eles mostraram: "Olhe, para essa sua rota, a faixa de preço é esta aqui". Você tem uma visualização de baixos preços, preços médios e preços altos e também o seu preço de hoje: "O seu preço está aqui, nesta faixa. Olhe aqui. E o seu preço hoje é um preço típico". E, lá embaixo, eles também colocaram o histórico de preços para você entender coisas do tipo: "Olhe só, o preço sobe e desce, sobe e desce, sobe desce, sobe e desce; mas eu vejo aqui uma tendência de que o preço está começando a subir. Mesmo que ele desça, ele também está começando a subir. Então, de repente, é bom eu comprar".

Então, o que funcionou...

E aí as pessoas começaram a usar essa *feature* muito, muito. Começaram a confiar.

Então, o que a gente acha que funcionou? Primeira coisa, falar com os seus usuários, tentar entender como eles são, como essa comunicação de explicabilidade está funcionando ou não. Colocar os números em contexto: você tem uma faixa de variação de preço, você está visualizando esses dados em vez de estar me falando um monte de números. Informações sem jargão técnico: de novo, sai longe do modelo, mas traduz esse modelo para mim. Coisas que funcionam: esse preço é típico. Coisas que não funcionam: probabilidades e *confidence level*. E probabilidades e *confidence level* são exatamente a linguagem dos modelos, então você tem que traduzir isso.

Agora, eu vou falar – último exemplo aqui – de profissionais.

A gente trabalhou diretamente com médicos patologistas. Então, esses são médicos que olham imagens de tecido humano, que nem o que vocês estão vendo aqui, e tentam entender: "Tem câncer aqui?", e, se tiver, qual é o nível de câncer. E tinha um time no Google, o Google Health, que tinha um modelo, de novo, altamente preciso, mas no qual os médicos não confiavam – não confiavam. E estão certos, não é? Eles estão tentando tomar decisões de vida e morte. Se você fala assim: "Ah, eu olho essa imagem aqui e eu acho que é 91,27% de chance de ter câncer". O médico olha e fala assim: "O.k. E daí? E eu com isso? Como que você chegou a essa conclusão?". Então, a gente voltou e começou a falar com os médicos e a gente começou a entender o que é importante para eles: "Esquece o *machine learning*; quando você está tentando diagnosticar câncer, o que é importante para você?". E a gente começou a perceber que tem uma série de conceitos médicos, tipo – eu não sabia nada disto, mas aprendi – nível de estroma, glândulas normais, glândulas tubulares, que são coisas em que os médicos prestam muita atenção. E, na verdade, o que o médico ou a médica queria fazer? Ele queria que eu mostrasse assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Olhe, esse é o meu paciente; me mostra pacientes que nem esse meu paciente aqui, mas com mais *fused glands*, glândulas fundidas, ou mais glândulas *flag*, etc. Eles querem controle sobre o que eles querem ver, que tipo de singularidade eles querem ver. O que a gente fez? A gente pegou essa informação, voltou lá no modelo e, naquela sopa de dados altamente dimensionais, a gente conseguiu achar dimensões e direções, dentro daquela sopa de *high dimensional data*, que tinham a ver com esses conceitos médicos. Então, a gente conseguiu capturar esses conceitos médicos. E aí a gente transformou isso num *user interface*. Longa história. Os usuários começaram a usar. Os médicos adoraram, porque eles tinham controle sobre o sistema e o sistema falava a língua deles. E eles conseguiram calibrar muito mais efetivamente a confiança, para eles não confiarem demais e nem confiarem de menos no sistema.

Então, espero que vocês tenham visto que tem vários sabores de explicabilidade.

Antes de eu acabar, a última coisa que eu quero falar. Outro tipo de transparência que eu acho extremamente importante: documentação.

Esses sistemas hoje, esses dados são reusados de pessoa para pessoa, de projeto para projeto. Não há quase nenhuma documentação. As pessoas não colocam: "olha, esses são os vieses, essas são as limitações, é isso aqui que está no *dataset*, é isso aqui que está no modelo". É preciso documentar modelos e *datasets*. Isso é uma coisa em que regulação pode ajudar muito.

E já existem algumas pequenas iniciativas nisso. O Google mesmo tem o *Model Cards*, em que a ideia é documentar a proveniência do seu modelo ou do seu *dataset*, utilização (*Falha no áudio.*)... quais são as limitações.

Então, eu gostaria de deixar essa ideia de documentação, sendo uma ideia que eu acho extremamente importante.

E aqui os projetos e recursos que foram mencionados durante a apresentação.

É isso.

Obrigada, e eu fico à disposição para quaisquer dúvidas.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Muito obrigado, Fernanda Viegas. Muito interessante, por trazer experiências práticas e específicas do Google com relação à explicabilidade, que é uma das medidas técnicas fundamentais. E acho que isso conversa também com a apresentação do Diogo no sentido em que você traz a dificuldade da explicabilidade para diferentes públicos. Então, uma explicação para um médico é diferente da explicação para um jornalista e assim por diante, e também para o consumidor em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica a mesma pergunta para o nosso debate final sobre a possibilidade ou não de ter desenhos e modelos gerais sobre explicabilidade que depois poderiam ser adaptados e aplicados para campos específicos de uso da inteligência artificial.

Eu passo agora a palavra para Rodolfo Avelino, que é Professor do Insper e do Laboratório de Tecnologias Livres (LabLivre).

O SR. RODOLFO AVELINO – Bom dia a todos, a todas e aos companheiros que compõem este painel também.

Estou muito lisonjeado pelo convite. Agradeço à Casa o convite e espero atender as expectativas e contribuir para essa importante discussão, que, sem dúvida alguma, fará parte de um marco histórico, sobretudo dentro da área da tecnologia da informação.

O tema é abrangente e complexo, como já foi apresentado aqui na abertura do painel. Falar sobre atributos de *design* sócio-técnicos para inteligência artificial é um grande desafio, a partir do momento em que os modelos de inteligência artificial resultam num processo de classificação. Então, os modelos e os padrões de inteligência artificial naturalmente trabalham dentro de classificação. E como tratar isso dentro de um contexto não discriminatório foi parte da fala do painel anterior.

Diante disso, pegando o gancho da apresentação do colega Diogo e também da Fernanda, em que o Diogo traz de qual sistema e de qual inteligência artificial estamos falando, e a Fernanda apresenta mais concretamente ferramentas que estão aí à disposição, sobretudo comerciais, é importante que a gente acompanhe de fato essa evolução dessa ciência.

Ela começa assim em meados da década de 50, como uma ciência grande, e vem se especializando cada vez mais na velocidade da evolução tecnológica, passando pelo aprendizado de máquina e agora, numa imersão do *deep learning* ou no aprofundamento, por como essa ciência evolui e vem criando grandes ganhos sociais e técnicos dentro da nossa sociedade.

Também é importante considerar que, quando a gente está falando em inteligência artificial, a gente está falando dentro de uma estrutura computacional lógica. E eu tenho que considerar que a estrutura é composta em camadas, desde camadas que compõem infraestrutura, uma camada intermediária que dialogue com essa infraestrutura e tudo que roda em cima dessa camada intermediária, que são as aplicações que estão mais próximas desses usuários mais leigos.

O que a gente vem acompanhando, sobretudo considerando o conceito de governança da internet, onde a tecnologia hoje é movida? A gente vem acompanhando uma grande pressão de grandes corporações que hoje representam uma boa parte dos lucros e riquezas da TI, pressionando e propondo padrões e tecnologias que possam ser ali empregados comercialmente, ou seja, o que eu quero dizer é que, dentro da utopia da internet de 30 anos atrás, onde ela poderia ser um instrumento libertador e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democrático, hoje a gente tem um cenário muito diferente, onde essas empresas ditam regras e compõem todos esses espaços – eu digo que os espaços são essas camadas.

No meu ponto de vista, o que a gente vai acompanhar da implementação da inteligência artificial dentro desse contexto? A inteligência artificial deixará de ser uma questão lógica, ou seja, rodando numa camada muito próxima do usuário, e passará a ocupar toda a infraestrutura tecnológica. Estamos vendo muito isso hoje quando essa ciência é vendida como serviço. Hoje ela é o grande instrumento comercial e que vai atender os grandes modelos dessas grandes corporações.

O que eu quero dizer é o seguinte: com o modelo de inteligência artificial que será naturalmente adotado por pequenas e médias empresas, sejam elas *startups* ou não, que queiram adotar essa ciência dentro do seu processo produtivo, elas praticamente estariam reféns de adotarem essas soluções comerciais propostas por essas empresas. Aonde eu vou querer chegar é como um marco regulatório poderá considerar essas questões.

Por que estou dizendo isso? Porque, na infraestrutura da internet, isso já é regra – eu poderia dizer que isso já é regra. Uma empresa hoje nova que precisa de tecnologia não encontra ofertas razoáveis e financeiras que seu negócio possa ser suportado por empresas brasileiras de tecnologia; e ela, naturalmente, vai recorrer a grandes empresas, como Amazon, como Microsoft e como a própria Google, que representam hoje mais de 60% da infraestrutura de nuvem do mundo. Então, quando eu falo que hoje a tendência é cada vez mais a gente ter a inteligência artificial como serviço, eu chamo a atenção para essa questão.

Eu vou tentar sintetizar porque é bem complexo, e isso está muito intrínseco com o que eu venho pesquisando e observando dentro desse contexto nos últimos anos. Então, eu considero que, quando o marco regulatório brasileiro de fato surgir, ele deve considerar e fortalecer estratégias e o que a gente já tem como legislação em vigor. Como estratégias, eu chamo a atenção para a própria Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, que carece ainda de um olhar mais atento, sobretudo relacionado às suas estratégias, e que não traz metas claras. Ela apresenta boas estratégias; entretanto, não existem ali metas claras para que essas estratégias possam efetivamente ser implementadas, fiscalizadas e, eu diria, de uma certa forma cobradas.

E também, um pouco antes, a gente tem – e está diretamente relacionada a esse painel – a estratégia nacional de cibersegurança, que, em nenhum momento, traz ali especificamente, como uma infraestrutura crítica nacional, a tecnologia da informação e não considera também a inteligência artificial. Se a gente considerar a tecnologia como – eu considero – sendo uma infraestrutura crítica para um país, a gente tem que considerar tanto esse contexto de infraestrutura em que dados pessoais e corporativos estão sendo armazenados nessas infraestruturas internacionais e que também esses sistemas de inteligência artificiais estão sendo executados e armazenados dentro desse contexto internacional. Então, isso vai diretamente a uma estratégia de segurança nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando ainda o apoio e que o marco não precise ali se debruçar com características muito intrínsecas, a gente também tem que considerar que a inteligência artificial só funciona e depende, naturalmente, de dados. E aí, quando eu falo dados, eu estou falando de legislação que dialogue diretamente com o que já vem sendo discutido e fomentado com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira.

Os dados são fundamentais para a questão da inteligência artificial, ou seja, a questão da custódia, quem faz a custódia dos dados é importante. O marco tem que fortalecer isso. E os dados... Aí eu também talvez, Juliano, pegue ali o que você propõe de questionamento para a Fernanda e para o Diogo lá na frente. Os dados não são iguais. Os dados, dentro de um conceito de segurança da informação, dentro de uma governança de segurança da informação, têm que ser classificados. Então, eu tenho dados mais sensíveis e dados menos sensíveis, dados públicos. Eu tenho que ter regras e estratégias muito claras para a custódia desses dados sensíveis. Quanto mais sensíveis, sim, eu acho que o marco deve considerar.

E, na questão da inteligência artificial, eu também tenho que usar essa mesma lógica para tentar entender e considerar dentro de um marco o que eu tenho e quais sistemas de inteligência artificiais são críticos e quais não são. Então, provavelmente um sistema de inteligência artificial que vai me sugerir músicas não seja tão crítico quanto um sistema que é utilizado para apoio de uma decisão judicial, não é? Esse tipo de classificação também deverá ser contemplado, no meu ponto de vista, dentro de uma legislação. Então, em sistemas que trabalhem com questões sensíveis, eu tenho que classificar ali os seus riscos e, dentro dessa classificação, eu tenho que ter uma metodologia de avaliação e que essa metodologia possa ser clara e transparente, no sentido de que um sistema só possa ser implementado, ou seja, entrar em produção, a partir do momento em que ele tenha ali um aval ou tenha passado por uma avaliação e tenha sido aprovado o *compliance* desse sistema. Então, eu vejo que, dentro dessa questão de segurança, é necessário, sim, que o olhar para sistemas de inteligência artificial seja diferenciado. E aí eu submeto novamente ao questionamento do Diogo: qual é o tipo de inteligência artificial que nós estamos entendendo ser importante dentro de um marco regulatório?

Vamos ver aqui se eu estou seguindo a minha... Desculpem-me, eu gosto de me apoiar com uma apresentação, mas nesse momento eu não consegui preparar, mas estou seguindo dentro de uma lógica que eu penso ser interessante para que vocês reflitam depois e preparem um documento interessante para nós.

Ainda, tanto a estratégia nacional, que ela cita, quanto o marco regulatório talvez devam acompanhar, sobretudo, o que você já trouxe anteriormente: fóruns e comitês técnicos internacionais que já vêm acompanhando essas discussões, sobretudo de padrões e de melhores práticas da implementação e da governança da inteligência artificial e dos seus reflexos, tanto sociais quanto também relacionados à segurança da informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu chamo a atenção para alguns que já vêm sendo desenvolvidos e que sem dúvida alguma – alguns já formam – formarão, serão referência, sobretudo na indicação de padrões de sistemas de gerenciamento, padrões sobre diretrizes de avaliação de qualidade e que vão abordar a estrutura do ciclo de vida de dados, que é o que eu falei anteriormente que é uma das preocupações que eu tenho, o ciclo de vida de dados da inteligência artificial e os padrões sobre qualidade de dados, que aí entram diretamente na sua qualidade, na sua confiabilidade e no aprendizado de máquina. E aí, complementando, e acho que você cita quase que todos os que eu tinha anotado, os documentos que estão sendo produzidos e os que já foram produzidos pela Organização Internacional de Padrões, a ISO, e também pelo IEC (*International Electrotechnical Commission*), que sempre apoia a ISO nessas questões relacionadas mais à tecnologia da informação e comunicação, porque a ISO também, como a gente, precisa de apoios externos, como hoje na minha área de pesquisa de segurança da informação, cada vez mais o direito e a tecnologia estão falando o mesmo protocolo e produzindo coisas boas para a garantia da segurança.

E, dentro desses documentos, eu falaria e talvez chame a atenção para o que você já traz do 38.507, que vai falar ali das aplicações da governança e o uso atual e futuro da inteligência artificial; o 24.668, que vai trazer estudos de casos ali de aplicação de inteligência artificial; e o que vem especificamente sendo discutido e o que não está publicado ainda, a TR 5.469...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO AVELINO – ... que vai falar ali sobre sistemas de segurança funcional e da inteligência artificial.

Bom, eu vou fechar. Tenho mais considerações, mas eu vou deixar para o final. Eu gostaria de só fechar essa primeira passagem. Dentro do que eu penso nessas classificações, eu vejo que os órgãos públicos... E eu acredito que o desenvolvimento nacional de inteligência artificial por órgãos públicos deva ser tratado por meio de regulamentos internos. É uma provocação que você também traz. E ainda que a legislação deva se concentrar no contexto de uma governança de inteligência artificial, ela deve definir regras claras sobre a contratação de tecnologias por órgãos públicos, sobretudo para sistemas classificados de alto risco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO AVELINO – ... e que esses estejam ligados diretamente com uma infraestrutura crítica nacional. Hoje a estratégia nacional de cibersegurança não traz isso, não é?

Eu entendo como infraestrutura crítica ali, além da tecnologia da informação, as áreas de energia, saúde, comunicação. Então, deve-se propor uma metodologia que possa ser instrumento de avaliação de conformidade, antes de o sistema de inteligência artificial ser considerado elegível no processo de licitação. Então, que haja essa metodologia e que isso possa ser o marco para que, de fato, esse sistema possa ser elegível ou não num processo de licitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Perfeito, Rodolfo. Obrigado por sua contribuição.

Você chama atenção para um problema de concentração entre os grandes fornecedores de IA e a necessidade de estimular concorrência, em particular desenvolvimento nacional dessa tecnologia. E, para isso, você chama atenção para os dados, que são o principal insumo para o desenvolvimento dos sistemas de IA, e a necessidade de uma boa gestão desses dados, em particular a custódia dos dados e também sua qualidade, não é?

Eu, já para jogar para o nosso debate no final, achei interessante sua menção aos órgãos públicos, porque, de fato, a administração pública gera muitos dados, mas existe um problema de uniformidade nos dados da administração pública, em que diferentes órgãos muitas vezes usam vários sistemas de TI, os metadados não conversam. Então, eu gostaria de ouvir mais também sugestões sobre, primeiro, se uma regulação já deveria entrar nesse aspecto sobre a regulação de IA no setor público e quais seriam as medidas técnicas importantes para alcançar melhor qualidade dos dados, a melhor gestão dos dados no setor público.

Bom, eu passo agora a palavra ao Alexandre Pacheco da Silva, que é Professor da FGV Direito/SP e Coordenador do Cepi da FGV.

O SR. ALEXANDRE PACHECO DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, bom dia a todas, é um enorme prazer estar aqui, ocupando esta posição e contribuindo para este debate. É uma satisfação, eu diria um privilégio poder ocupar este espaço num debate tão relevante e sendo precedido por pessoas tão brilhantes, e imagino também que a gente tenha muita coisa a discutir ali com os integrantes da mesa.

Bom, eu queria aqui agradecer o convite do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva e aproveito para cumprimentar Victor Marcel Pinheiro e o Prof. Juliano Maranhão pela moderação e, obviamente, a todos os colegas da mesa e a todos os envolvidos nos trabalhos da Comissão de juristas, na pessoa do Ministro.

Bom, como recorte para minha fala e pensando em aproveitar também as contribuições que foram apresentadas antes desta minha entrada, eu decidi tratar da relação entre *design,* sociotécnica e transparência e eu dividi a minha fala em três aspectos. O primeiro deles é trabalhar dois sentidos de transparência que eu acho que são relevantes para este debate, e o segundo deles, o potencial conflito entre uma intervenção jurídica que venha ali proteger o segredo e, em alguma medida, criando tensões entre segredo e transparência. A gente vai tentar ver como dirimir ou como construir caminhos possíveis para uma solução. E, nesse sentido, a terceira parte da minha fala é justamente explorar os caminhos para a construção de uma norma que contemple a produção de informações relevantes para a compreensão de processos decisórios no âmbito da inteligência artificial, mas que consiga contemplar ali informações que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam ser protegidas como parte dos esforços relevantes de organizações que investiram muito para construir tecnologias que geram benefícios também para a sociedade.

Então, nesse sentido, eu me conecto diretamente – e é uma das propostas que eu vou tentar avaliar aqui – com a fala tanto do Diogo quanto da Fernanda, mas mais especificamente a última parte da Fernanda, no que ela fala de documentação, que eu acho que é um aspecto central para se discutir o que poderia ser uma contribuição da regulação num tema tão complexo quanto esse e levando em consideração, óbvio, todos os cuidados e as peculiaridades que foram trazidas ali na fala do Diogo, e eu corroboro também com alguns aspectos que foram trazidos na fala do Professor Rodolfo também.

Mas, como ponto de partida para essa minha contribuição, eu acho que preciso apresentar algumas peças relevantes. Não vou tomar tanto tempo de vocês, mas a ideia é montar um quebra-cabeça, para que vocês compreendam o que eu estou recomendando.

Bom, a primeira delas são dados. Acho que isso ficou muito claro na fala tanto do Prof. Rodolfo quanto do Prof. Diogo. Eles são, sem dúvida nenhuma, a matéria-prima, o elemento central, a base para o funcionamento de sistemas computacionais que vão, obviamente, aqui no nosso debate, utilizar ferramentas para fins de aprendizado, enfim, o que a gente está chamando de essa área de conhecimento da inteligência artificial.

Então, se dados são essa matéria-prima para processos decisórios e eles são a primeira peça desse quebra-cabeça que eu estou mencionando aqui para vocês, uma segunda peça justamente são os modelos de tomada de decisão, que ficaram tão claros ali dentro da reflexão que a Fernanda nos propôs e o próprio Prof. Diogo também nos trouxe aqui.

Essa complexidade de estruturas matemáticas é capaz de correlacionar dados e construir, a partir de inferências, a partir de correlações, conclusões que vão, em última instância, gerar decisões que impactam pessoas.

E há toda a complexidade de explicar como os modelos funcionam – em alguns casos, sendo possível; em outros, sendo muito difícil; ou, em alguns casos, hoje ainda nos faltam ferramentas para que a gente possa fazê-lo.

A apresentação dessas duas peças nos ajuda a compreender duas dimensões de transparência no âmbito dos debates de inteligência artificial: transparência sobre os dados utilizados e transparência sobre a tomada de decisão. E aí, juridicamente, quando a gente vai tratar de transparência, com esse dever de prestar e disponibilizar informações, eu vejo que há um avanço muito significativo em relação à ideia de transparência sobre os dados que são utilizados como *input*, como entrada para fins de geração de conclusões. Não estamos no mundo ideal ainda, longe disso, mas acredito que há avanços muito significativos dentro dessa dimensão de transparência. A gente percebe que a divulgação de informações sobre dados de entrada não tem sido muito resistida por parte de vários atores econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, um dos aspectos interessantes deste debate é a controvérsia que surge no contexto justamente da construção das interpretações sobre dados por meio de inferências e correlações por parte de um modelo. Nesse aspecto, a gente pode falar que, sem dúvida nenhuma, a discussão toda de possibilidade e de condições para que isso possa ser factível é uma discussão ainda em aberto, com muitos estudos e ferramentas ainda sendo testadas sobre isso, mas isso não deixa de lado o problema que a gente tem que enfrentar que é como compreender a decisão que foi, ali, obviamente, proferida e que potencialmente pode gerar prejuízos a pessoas.

Mesmo que a gente reconheça como absolutamente justa a proteção conferida ao segredo comercial, ao segredo industrial no direito brasileiro e também no direito de outros países, tendo em vista os esforços empenhados por um desenvolvedor de sistemas de inteligência artificial, temos que reconhecer também que a proteção do segredo cria um obstáculo de compreensão de casos em que uma decisão de um sistema de inteligência artificial é percebida como injusta, podendo prejudicar diversos indivíduos nesse sentido.

E aí, apenas para me ajudar na minha reflexão, em um estudo feito por Madaio, Stark, Vaughan e Wallach, intitulado "*Designing checklists to understand organizational challenges and opportunities around fairness*", eles, ao tratarem de sistemas de inteligência artificial, nesse trabalho publicado em 2020, vão descrever ali diversos tipos de resultados que podem ser considerados injustos, como foram tratados ali no painel anterior, que vão diretamente estar ligados a vieses sociais, vão estar ligados a ambientes nos quais uma ferramenta está inserida.

Agora, a injustiça dos resultados gerados por sistemas de inteligência artificial vai se expressar em danos concretos, desde perda de oportunidades, distribuição desigual de recursos, reafirmação de estereótipos sociais negativos, redução de autoestima de indivíduos em decorrência da exposição a conteúdos ofensivos e sub-representação de diversos grupos.

Agora, a questão para a gente é: onde nós vamos, em alguma medida, traçar a linha para definir o que vamos considerar transparência e como a transparência vai se converter em dever jurídico concreto? Porque nós vamos nos deparar com um problema enfrentado por diversos ordenamentos jurídicos – e a expectativa é que uma proposta de regulação aqui para o Brasil venha a dar uma resposta a este problema –: como podemos fomentar a adoção de ferramentas de detecção de vieses sociais, por exemplo, no desenvolvimento e em sistemas de inteligência artificial, preservando a proteção do segredo comercial e industrial dos desenvolvedores dos sistemas ou de outros membros dessa cadeia complexa que a gente observa?

Ao meu ver, um projeto de lei predominantemente baseado no estabelecimento de princípios para o desenvolvimento e o uso de sistemas de inteligência artificial não consegue oferecer uma resposta adequada a esse problema. Isso porque, em primeiro lugar, princípios, por sua estrutura abstrata e geral, não são capazes de estimular desenvolvedores a investir em ferramentas de detecção de vieses e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas associados aos sistemas de inteligência artificial na velocidade com que hoje nós esperamos que essas ferramentas sejam adotadas, pensando diferentes níveis de tamanho ali dos desenvolvedores, desde empresas de enorme porte a empresas de pequeno porte. O estímulo pode estar em custos habitacionais para empresas de grande porte, mas empresas nascentes vão ter vários estímulos para deixar de lado esses investimentos e priorizar, por exemplo, no aprimoramento das suas ferramentas.

Então, princípios, por mais que sejam fundamentais, não são suficientes diante do desafio de estimular, no desenho do desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial, escolhas importantes e medidas concretas que sejam capazes de mitigar resultados que possam ser considerados como injustos.

Nesse sentido, eu considero como fundamental que os projetos de lei que visem a enfrentar esse problema nas decisões injustas, ou, em muitos casos, ilegais, envolvendo sistemas de inteligência artificial, atuem no mínimo em três frentes. Esses são alguns caminhos que eu acho que são importantes.

O primeiro deles é a ideia de criação, a ideia de indicação de uma entidade, que não precisa ser necessariamente pública, mas eu acredito que como pública ela vai ter várias vantagens, uma autoridade regulatória para a construção de parâmetros de avaliação de risco em sistemas de inteligência artificial com a estipulação de níveis de risco, considerando, por exemplo, um nível de risco, que é o risco inaceitável. Eu acho que existem, ali, sistemas que, eventualmente, não estão prontos, pelas suas características, a ingressar no mercado.

Dois: estabelecimento de deveres de produção de informação por meio de relatórios internos de circulação restrita. É uma documentação detalhada sobre o funcionamento do sistema ou a arquitetura do sistema, e a gente pode discutir qual seria esse grau de detalhamento e como introjetar proteção ao segredo dentro dessa documentação. E outra, sem dúvida nenhuma, processos de testagem, implementação de medidas em ferramentas de mitigação de vieses e outros problemas associados a sistemas de inteligência artificial.

Três: criação de mecanismos de estímulo à construção de estruturas de governança interna, de governança tecnológica, desde comitês de ética, comitês de responsabilidade tecnológica, e uma gama variada de, vamos dizer assim, instâncias organizacionais que possam servir como forma ali de fiscalização e coordenação de esforços de estímulo a investimentos, cuidado e treinamentos internos envolvendo o uso de ferramentas de inteligência artificial.

Na primeira dessas frentes, eu não acredito que regulação deva ser pautada exclusivamente pela autorregulação, isso porque eu não enxergo a presença de custos habitacionais significativos perpassando todos os agentes que estão presentes no mercado, de maneira a incentivar investimentos espontâneos e volumosos no desenvolvimento de ferramentas de mitigação de risco associadas a decisões injustas num contexto de sistemas de inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há projetos superinteressantes sendo trabalhados, desde empresas privadas, como o AI Fairness 360, de entidades de pesquisa, como Oxford Standards for AI Governance, também de governos, como a iniciativa do Governo de Singapura em criar um modelo para governança de inteligência artificial.

Nesse sentido, o meu argumento aqui procura apontar para a necessidade de uma entidade, que eu considero importante que seja pública, de coordenação da criação de parâmetros de risco de sistemas de inteligência artificial, criando ali parâmetros de identificação, de gradação de risco e de validação de medidas que podem, sim, surgir por experiências bem sucedidas conduzidas por participantes do mercado.

E cabe ressaltar que, mesmo que possamos observar mudanças importantes em setores no desenvolvimento e no uso de sistemas de inteligência artificial, eu expresso aqui uma preocupação muito importante em termos de como podemos identificar e atuar em riscos de maneira padronizada, de maneira que medidas possam ser comparáveis e medidas possam ali fazer parte de indicadores fundamentais para a sociedade.

Passando agora para a segunda frente, que eu acho fundamental, porque lida com transparência e segredo, a frente de criação de deveres de produção, informação e documentação no desenvolvimento e no uso de sistemas de inteligência artificial, eu acredito ser fundamental uma proposta contemplar registros obrigatórios de informação, que podem assumir formatos de relatório ou podem assumir qualquer tipo de terminologia que a gente venha a utilizar para que esses registros ocorram e criem um corpo de documentação que seja capaz de ter descrições, numa primeira parte, da construção do sistema – modelos utilizados, registros de treinamento, testes feitos, métricas de desempenho, testes com usuário do sistema, de forma muito clara dentro da fala da Fernanda e da fala do Prof. Diogo –, com justamente a descrição desses processos. Eu acho que aqui essas falas corroboram a ideia de que a gente precisa ter essa trajetória muito bem construída. Da mesma maneira que a descrição de bases de dados utilizados pelo sistema em sua construção: características desses dados, como ficou claro na fala do Prof. Rodolfo, considerados grupos vulneráveis, atributos de representatividade, fonte dos dados e o ciclo pelo qual ele vai passar para esse desenvolvimento, entre outros.

A criação de um dever de registro de informações sobre justamente esse processo, essa trajetória, vai servir para dois propósitos. O primeiro deles é a criação de condições de análise posterior das decisões de sistemas de inteligência artificial, que vão ser questionadas sobre a sua legalidade. E a ideia é que ela é percebida como injusta, mas ela vai ser analisada se legal ou ilegal. Essas informações podem servir como subsídio para disputas que vão aparecer no contexto dos usos da inteligência artificial e do desenvolvimento da inteligência artificial. O segundo propósito, também muito importante, é o registro de todos os esforços que possam ser empregados para reduzir as chances de um sistema justamente gerar decisões injustas, como, por exemplo, a realização de testes, melhoramentos na composição da base de dados, utilização de técnicas de mitigação de vieses, dentre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia desse registro é justamente a demonstração, por parte de quem desenvolve e usa, não apenas de boa-fé desse desenvolvimento, mas também de esforços absolutamente importantes na demonstração concreta de respeito e cuidado com o usuário do seu produto, podendo ser utilizado como fator de mitigação de responsabilidade. Eu acho que um projeto de lei tem que expressar essa relação de esforços que possam ali atingir a responsabilização.

E, na minha visão, são dois caminhos possíveis. O primeiro deles, quando a gente vai pensar aqui, a nossa reflexão, é a criação justamente de uma autoridade regulatória, uma autoridade competente para receber e avaliar informações sobre arquitetura de sistemas de inteligência artificial e características das bases de dados utilizadas ali dentro de um compromisso que pode ser assumido, que é um compromisso de confidencialidade. Então, eu tenho uma autoridade pública que vai cuidar, vamos dizer assim, dessa coordenação e dessa avaliação das informações que são prestadas. Um segundo caminho seria justamente o de criar uma limitação do tipo de informação que seria colocada para essa autoridade. No primeiro caso, tudo sobre o sistema seria fornecido; num segundo caso, as informações que seriam fornecidas para essa autoridade pública seriam justamente descrições gerais do funcionamento do sistema. Mas as medidas que visam mitigar justamente problemas associados a sistemas de inteligência artificial seriam descritas, aí sim, num detalhe muito mais cuidadoso e, obviamente, num volume de informações mais significativo.

Eu, particularmente, sou favorável ao segundo caminho, a esse caminho em que a gente vai ter uma transparência que vai focar justamente em todas as informações que são relevantes para compreender quais foram as medidas de se evitar que um resultado indesejável aconteça e pensar que algumas informações podem ser úteis sobre o sistema para fins de apuração de por que aquela decisão indesejada aconteceu. Isso porque, quando a gente vai pensar nos potenciais riscos do vazamento de informações confidenciais que estão inerentes à primeira opção, eu acredito que o compromisso de confidencialidade, que é uma alternativa que está sendo posta no debate público de alguns países, essa alternativa de compromisso de confidencialidade, para uma autoridade pública ou privada, em si, não seria suficiente para impedir os potenciais danos que um vazamento, que uma disponibilização dessas informações poderia acarretar.

Por fim, para terminar a minha fala aqui, eu acho que um dos elementos fundamentais é nós pensarmos em estruturas de governança, estruturas essas que podem se materializar em comitês de ética, comitês de responsabilização tecnológica, que vão auxiliar tanto nos processos de desenvolvimento, participando em escolhas das medidas de mitigação de vieses, por exemplo, também no desenvolvimento de políticas internas e que também podem aproveitar experiências existentes em vários setores. A gente pode falar da área de saúde com comitês de ética já consolidados na área de pesquisa, como também, por exemplo, dando um exemplo prático, comissões de revisões de prontuários médicos no contexto de avaliação de erros ou outros cenários problemáticos dentro da saúde. Essas estruturas desempenham funções preventivas dentro da organização e podem ajudar novas configurações que vão atenuar problemas associados a tecnologias, aliás, a sistemas de inteligência artificial, como também podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajudar a garantir uma diversidade das equipes que vão fazer parte de quem desenvolve e de quem vai utilizar sistemas de inteligência artificial, ao mesmo tempo que podem ter ferramentas fiscalizatórias internas, tendo um papel no controle de qualidade dos registros de informações e nas ações que são feitas com dados e na montagem do sistema.

Paro aqui a minha intervenção, agradecendo muito o convite e a oportunidade de participar deste debate e, obviamente, me mantendo à disposição para toda e qualquer pergunta a respeito do tema, que eu acho instigante. É um privilégio estar aqui em meio a tantos colegas tão brilhantes.

Obrigado.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Muito obrigado, Alexandre. Há dois pontos interessantes aqui – você tratou, deu um panorama das medidas de governança para assegurar transparência – que eu gostaria que você abordasse na fase de discussão.

Num deles, você trouxe a oposição e os limites da explicabilidade diante do segredo comercial industrial. Essa oposição está presente, por exemplo, no art. 20, §1°, da LGPD, que simplesmente coloca esses dois pontos em oposição. Você acredita que uma regulação da inteligência artificial deveria ir além desse destaque, desse confronto entre proteção de segredo industrial e explicabilidade ou a previsão deveria simplesmente apontar a relevância dessa oposição?

Em segundo lugar, a gente vai ter um painel só para discutir arranjos institucionais, mas você menciona a preocupação com a avaliação do grau de risco, que obviamente traz, sugere uma abordagem com base em risco para regulação, em que essas medidas de governança deveriam estar focadas mais em sistemas de alto risco. Mas a pergunta para a gente debater é: seria possível nós estabelecermos uma classificação de riscos em geral, por tipos de aplicação, ou essa classificação deveria ser setorial? Ou seja: quais são as aplicações de risco na medicina? Quais são as aplicações de risco em telecomunicações? Quais são as aplicações de risco na área de educação? E assim por diante. Então, eu deixo esse ponto para a gente discutir na fase final.

Passo agora a palavra à Nina da Hora, que é cientista da computação e pesquisadora em cibersegurança.

A SRA. NINA DA HORA (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Obrigada pelo convite. Acho que foi um avanço as audiências públicas acontecerem com pesquisadores, organizações de sociedade civil e empresas. Lembro que, sem querer diminuir a importância dos juristas que estão discutindo a regulação, é importante a gente cada vez mais ter áreas e pessoas com contextos de vida diferentes discutindo problemas da inteligência artificial.

Ouvindo as falas dos colegas, eu preparei algumas provocações que, depois que eu ouvi, eu acho que vão acabar se encaixando no que foi proposto aqui por cada uma das pessoas que já participou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que a primeira delas é a gente tentar entender que os problemas que estão acontecendo nos últimos anos, no contexto brasileiro e no contexto mundial, não são problemas novos. A gente costuma debater e ouvir muito sobre: "Ah, a tecnologia está evoluindo, e agora nós estamos enfrentando esses problemas". Não, são problemas que já eram desafios, no início do desenvolvimento da inteligência artificial, só que num cenário muito menor e num contexto muito diferente. Agora, nós estamos falando de ferramentas de inteligência social aplicadas à sociedade e não aplicadas a laboratórios. Então, acho que é importante para quem está assistindo entender que o que a gente está debatendo e discutindo aqui não são problemas dos últimos cinco anos; são problemas que vieram junto com a evolução, mas que já eram conhecidos em seu início.

Como eu tenho – como é que eu posso dizer? – uma pesquisa direcionada à cibersegurança e IA muito mais com o foco em estudar os problemas de você implementar biometrias faciais, que é o meu estudo mais específico, e biometrias em geral... Se a gente entender o que vai ser a transparência e como isso vai ser aplicado e tentar prever os problemas que vão acontecer na implementação na sociedade... Nós, na segurança, costumamos falar que, a cada inovação, vamos ter, pelo menos, cem vulnerabilidades junto com essa inovação tecnológica. É importante eu dizer isso, porque, no meu lugar técnico aqui, nós trabalhamos com problemas; nós não trabalhamos com a ideia de que não vai dar problema, de que não vai ter vulnerabilidade. Nós sabemos que vai ter vulnerabilidade, mas, para mim, um dos maiores problemas da IA é que nós não sabemos quais são as vulnerabilidades. Então, o tempo que nós temos para descobrir as vulnerabilidades criadas pela interação da sociedade com essas ferramentas de IA... É muito curto o tempo que a gente tem para descobrir isso em relação ao tempo em que ela está impactando negativamente e positivamente a sociedade.

Então, para falar de transparência, eu sou uma pessoa... Eu apoio isso e estou ao lado de quem exige a transparência tanto nos processos de automatização quanto nas regras de decisão por trás desses processos de automatização. É um debate que está sendo feito não só no Brasil. Até as últimas leis que foram implementadas na Europa e nos Estados Unidos com foco em IA – todas elas – têm uma linha em que se diz: "Nós ainda estamos debatendo como lidar com a abertura das regras de negócios das empresas que são criadas no Vale do Silício ou na Europa".

No contexto brasileiro, nós precisamos entender que nós estamos lidando com empresas que não foram criadas aqui e que o contexto de criação das suas ferramentas não são contextos brasileiros. Por mais que tenha times, por mais que tenha o engajamento desses times brasileiros em tentar entender os problemas no Brasil para implementar ferramentas de IA, as regras de negócios que implementam essas ferramentas ou os *frameworks* que direcionam as empresas e suas equipes são *frameworks* que não foram criados no contexto brasileiro. E isso precisa ser debatido com maior transparência, principalmente para a sociedade, porque quem nos está assistindo... Além dos nossos colegas parceiros diários, estão nos assistindo também pessoas que estão extremamente preocupadas com os problemas que elas estão enfrentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o usuário – eu sou uma usuária também, porque, ao mesmo tempo que eu crio, eu estou usando as ferramentas – está preocupado em saber o seguinte: "Olha, eu estou lendo aqui, no anúncio, que o uso de biometria facial é mais seguro do que minha senha, do que eu colocar senha na rua, mas, ao mesmo tempo, eu não consigo abrir a ferramenta, porque ela não está me reconhecendo". Essa explicabilidade não é uma explicabilidade conectada a explicar o algoritmo por trás, não é uma transparência conectada somente à documentação. Esse tipo de explicabilidade direcionado à sociedade, que não engloba só a nós, só os nossos colegas com habilidades iguais ou diferentes... A explicabilidade e a transparência para essas pessoas precisam ser algo muito bem desenhado.

Em uma das falas, foi dito que a explicabilidade para o jornalismo é uma coisa, mas, para o direito, é outra e, para a computação, é outra, e eu concordo com essa afirmação. Mas e a sociedade? Eu acredito que uma das questões que precisaria ser discutida, antes de pensar a regulamentação, é pensar como você inclui a sociedade nesse debate. E, sinceramente, no Brasil, a gente está caminhando, infelizmente, para fazer um debate sempre com áreas e pessoas que já estão bem engajadas nessa discussão, sem se preocupar em fazer a tradução correta do que a gente está falando, do que a gente está propondo. E isso para mim se encaixa muito mais no contexto brasileiro de explicabilidade e transparência. Então, não seria só documentação.

Eu defendo o modelo de *model cards*, que foi criado por algumas pesquisadoras e cientistas que trabalharam em empresas de grande porte de tecnologia e hoje estão mais como professoras universitárias ou trabalhando em organizações da sociedade civil. Só que o *model cards* não vai ser entendido por quem está na sociedade e não está nas principais áreas hoje que ocupam um lugar de debate e discussão sobre esse tema.

Um outro ponto – e aqui agora eu vou ter que tirar meu chapéu técnico: as limitações das ferramentas de IA são conhecidas por nós. Nós já sabemos disso. E me parece que agora, quando os problemas começaram a ficar um pouco mais insustentáveis de lidar – porque essa é a verdade; os problemas sempre existiram –, está todo mundo com: "Ah, existe a restrição da IA", "O desenvolvedor vai até um certo ponto", "Há explicabilidade que o desenvolvedor não vai resolver", "A transparência total do código não existe, no processo não existe". Essas falas eu acho importantes, só que elas não são falas atuais. E eu preciso dizer isso aqui para quem está nos assistindo. As restrições e limitações de uma tecnologia sempre foram conhecidas, sempre são conhecidas. Você começa a desenvolver o projeto, você começa a desenvolver o *software*, você vai mapear, por meio de engenharia de requisito, quando você está conversando com o cliente ou com os clientes, você vai mapear o principal ou os principais modelos para desenvolver aquele *software* e você vai conhecer as limitações desse *software*. Não é à toa que existem os *designers* para nos ajudar a entender público-alvo, a limitar um pouco mais o escopo do projeto. Isso tudo é conhecido. O que é problemático, quando a gente coloca no contexto de IA, é que você não consegue saber muito bem como vai ser esse escopo, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um exemplo aqui: assistentes pessoais. Quando as assistentes pessoais surgiram, que são um tipo de tecnologia de IA ligada a reconhecimento de voz – e algumas, a reconhecimento de voz em um ambiente –, elas surgiram muito na ideia de uma assistente pessoal: "Ah, me ajuda, me diz qual é minha agenda de hoje", "Me lembra de beber água". E hoje, gente, tem assistente pessoal sendo utilizada, sendo remanejada para ajudar pessoas com deficiência. Isso era esperado no modelo de desenvolvimento desta IA? Bom, pela regra do negócio dessas empresas, eu não sei; mas, com toda certeza, diante das limitações e restrições de uma assistente pessoal, isso não era esperado. E está acontecendo, e as empresas estão mudando suas regras de negócio para caber dentro desse acontecimento.

Então, a sociedade acaba direcionando, sim, e ajudando a moldar qual vai ser o futuro da IA. Se a sociedade ajuda por meio da interação, a sociedade é o primeiro público que precisa entender e participar desse debate. E precisa ser ouvida. É muito bom pessoas como eu estarem falando, tentando desconstruir, desmitificar o que são as IAs, as diferentes IAs, os modelos algorítmicos hoje utilizados em diferentes áreas, mas eu preciso ouvir esses problemas, porque cada problema é um contexto diferente.

E no Brasil nós temos um fator que em outros países, que a gente usou como exemplo aqui, não é um problema mais, que é o acesso às ferramentas e o acesso a uma educação digital.

Então, quando nós trazemos o debate da explicabilidade, dizendo que há uma dificuldade de entendimento do desenvolvedor, do gerente do projeto e não tem como você ter uma explicabilidade que seja totalmente transparente por conta das limitações de um modelo de aprendizagem, nós precisamos entender que isso não basta para quem está fora desse público. E ao meu ver a regulamentação precisa estar debatendo isso e precisa estar englobando isso. Não tem como a gente regulamentar ferramentas de IA, sejam de voz, sejam de reconhecimento facial, sejam de modelos algorítmicos usados em moderação se a gente não entende os contextos brasileiros para isso. Então, tem problemas que estão surgindo que vão além da tecnologia. Eu arrisco dizer que todos os problemas que nós estamos enfrentando hoje oriundos de ferramentas de IA são problemas sociais.

E aí venho para o meu último ponto: não podemos direcionar essa conversa a pensar que as ferramentas de IA vão resolver problemas sociais. Tecnologia não resolve problemas sociais, porque, quando a gente coloca essa responsabilidade numa máquina ou em um algoritmo... E aqui eu vou diferenciar: uma máquina existe sem algoritmo, uma máquina pode existir sem o algoritmo; quando a gente fala de robótica, eu não estou falando necessariamente de uma inteligência artificial. Quando eu direciono essa responsabilidade, eu não consigo entender, eu perco o conceito de responsabilidade. Então, quando a gente fala "a responsabilidade da IA", "a responsabilidade da máquina", "a responsabilidade do algoritmo", a gente está empobrecendo o conceito de responsabilidade, que é diretamente ligado às relações humanas. Então, quando nós propomos ferramentas com a ideia de que elas vão resolver um problema social, nós temos que pensar e repensar muito bem isso, porque aí você não tem como solicitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da legislação brasileira o entendimento da responsabilidade se ela ficou no ar, porque uma máquina não tem a capacidade que nós temos de entender um erro.

Esse é o meu principal exemplo quando eu estou dando aula. Como nós diferenciamos de uma forma muito simples? Uma máquina com uma IA não reconhece erros. Nós precisamos dizer a ela que ela está errando. E, mesmo assim, quando nós categorizamos esses erros, ela ainda pode não entender muito bem; vai depender de quantos dados a gente tem disponíveis para dizer isso, para imputar isso. Nós seres humanos temos a noção de um erro. E a gente toma a decisão de consertá-lo ou não. Essa é a diferença.

Então, precisamos lidar com essas restrições de forma muito – eu vou me permitir aqui usar um termo menos formal – de forma muito brasileira. Eu acho que é ótimo olhar os exemplos de fora, eu acho que é ótimo olhar o avanço das leis, como da última agora, os avanços da lei da Europa em relação à inteligência artificial, as documentações, porque os outros países estão mais avançados no debate, sim, mas no Brasil nós estamos enfrentando dilemas que são muito específicos da nossa cultura.

E aí, de fato, para enfrentar esses dilemas, nós precisamos entender: a maior das empresas de tecnologia hoje que estão enfrentando esses questionamentos da sociedade são empresas que não são brasileiras. Eu preciso destacar isso aqui não como algo nacionalista, mas é pensando que ela foi moldada, foi pensada, as regras de negócio foram pensadas numa outra cultura. Quando a gente entra em um debate sabendo disso, acho que as coisas ficam um pouco mais horizontais, e o meu medo é justamente a gente não deixar o debate horizontal a ponto de pender a dizer que a regulação ou as tomadas de decisões a partir dessa possível regulação da IA vai ficar nas mãos de poucos, porque hoje a criação dessas tecnologias já está nas mãos de poucos. A gente está debatendo aqui tentando mitigar. Essa é a minha principal fala.

Eu não acho que, com as possíveis regulações, nós vamos conseguiu acabar com o viés algorítmico, o viés racial, com o racismo algorítmico. Não. Nós vamos conseguiu mitigar, porque o viés racial e o viés de gênero são problemas sociais e eles estão sendo reproduzidos em larga escala por tecnologias de IA. Então, vamos sempre tentar situar o debate a partir dos problemas sociológicos, na verdade, problemas sociais que nós estamos enfrentando.

Vale aqui, nos últimos segundos, dizer que os vieses – é plural, são vários vieses; não é só o viés implícito – estão em todos nós. É uma característica humana; não é uma característica algorítmica. Então, mesmo colocando em uma equipe 50% de pessoas negras e 50% mulheres, nós ainda vamos vieses. Podem ser vieses em relação ao capacitismo, podem ser vieses em relação à classe social. Esse debate talvez não caiba para a regulamentação, mas é um debate que cabe a gente aprofundar com as empresas que hoje têm essa tomada de decisão de como as ferramentas de IA vão ser socializadas na nossa sociedade.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Obrigado, Nina.

Acho que você toca em um ponto muito importante, que é a justificação da tecnologia perante a sociedade em geral como forma de ampliar o debate democrático e trazer o engajamento da sociedade, do cidadão comum nesse debate regulatório, que de fato ainda é bastante especializado. E confirma a sua preocupação uma série de perguntas que nós recebemos durante os debates – Ana Beatriz, do Rio de Janeiro; Júlia Teresa, de Minas Gerais; Meiriele Rodrigues, de Goiás; Jéssica Mequilaine, de São Paulo –, com preocupações do gênero, perguntando se haverá uma substituição completa da mão de obra humana. Há a preocupação do James Richard, do Distrito Federal, se a IA vai subsidiar decisões ou vai substituir decisões e se isso é adequado ou não. Então, a ampliação deste debate é realmente muito importante.

Eu agradeço as perguntas que foram encaminhadas.

Com relação a sua nota, Nina, eu gostaria de colocar agora para o nosso debate final.

Eu coloquei uma provocação para cada palestrante que seria: como gerar esse engajamento, essa ampliação do debate democrático já que ele pressupõe um acesso e o conhecimento do cidadão comum à tecnologia? Essa deveria ser uma obrigação dos desenvolvedores em particular em divulgar e procurar instruir a sociedade em geral sobre tipos de aplicação ou deveria haver um órgão, governamental ou não, responsável por fazer essa educação da sociedade civil em relação à inteligência artificial? Então, fica essa pergunta para o debate final.

Todos os pontos que eu procurei tocar e de provocação aos palestrantes, e agora eu vou abrir um espaço para que cada um comente, dizem respeito à adequação ou não de uma legislação sobre inteligência artificial incluir medidas de governança e de melhores práticas no seu regulamento ou se essas medidas de governança deveriam ser definidas por meio de outros arranjos, por exemplo, por entidades de autorregulação ou por autoridades setoriais, especificando as regras específicas de melhores práticas para cada tipo ou campo de aplicação.

E, com relação ao setor público, se deveria haver medidas de governança não só para o desenvolvimento da inteligência artificial por órgãos públicos, desenvolvimento interno, ou para a contratação de inteligência artificial perante terceiro, se isso também deveria ser objeto de regulação. E o jogo aqui também é: qual o grau de detalhamento? Se houver uma indicação de medidas de governança na legislação, qual deveria ser o grau de detalhamento, ou seja, deveria haver um compartilhamento aqui de competências entre autoridades setoriais, entidades de autorregulação setorial ou associações setoriais?

Então, essa é a grande pergunta que está na mesa aqui da Comissão para debate. E nós gostaríamos muito de ouvir as contribuições específicas com relação a essas perguntas e com as provocações que eu procurei fazer ao longo das intervenções de cada palestrante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou seguir a ordem novamente e passar para o Diogo Cortiz.

O SR. DIOGO CORTIZ (*Por videoconferência*.) – Acho que a colocação que você fez foi bastante pertinente. Eu penso sempre qual é o nível em que a gente vai fazer isso. Um *framework*, vamos pensar assim, geral de governança e de inteligência artificial, se a gente for propor algo nesse sentido, ele vai ter que ser mais abrangente, porque, como a gente já viu, existem vários diferentes tipos de aplicação, com diferentes técnicas, com diferentes usos, com diferentes necessidades. Então, ele vai ser um pouco mais amplo e talvez ele vai ficar muito parecido com o que já acontece, meio que organicamente, por meio das organizações privadas, as próprias empresas, as *big techs*, ou organizações internacionais de fazer aqueles princípios. Então, os princípios funcionam justamente como um guia para mostrar um caminho, mas não determinam exatamente o que tem que ser feito. Numa regulação geral, não dá para ser muito específico, porque, senão, você vai...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIOGO CORTIZ (*Por videoconferência*.) – ... inviabilizar o próprio desenvolvimento da tecnologia e o próprio uso dela, porque, às vezes, você vai colocar algum tipo de regulação que dá superbem para fazer com visão computacional, mas que, por exemplo, para processamento de língua é totalmente impossível.

Então, a gente tem que ter esse cuidado de pensar o nível em que a gente vai fazer isso para não cair em normas muito específicas, sei lá, como normas da ABNT que determinam quanto de tomada tem que ter por metro quadrado. Estou fazendo essa comparação meio no limite para mostrar exatamente essa sensibilidade.

Mas eu passo a palavra, para não ocupar tanto tempo também.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Obrigado, Diogo.

Eu passo a palavra, então, à Fernanda Viegas.

A SRA. FERNANDA VIEGAS (*Por videoconferência*.) – Olá, obrigada.

Primeiramente, gostei muito, foi ótimo estar aqui para todas as falas. Eu concordo com tudo, tudo que foi dito.

Dois pontos que me vêm à cabeça quando a gente pensa em termos de medidas de governança... Eu gostaria de colocar aqui dois incentivos, de repente, acho que esse seria o conceito. Um é o incentivo de como a gente pode fazer com que... Várias pessoas, vários palestrantes falaram de processos de mitigação, de como você consegue resolver problemas, tentar adereçar o que funcionou, o que não funcionou. Será que a gente tem um jeito de incentivar que esses processos, essas informações sejam mais livremente compartilhadas? Então, em vez de a gente ver isso como problema, a gente veria isso como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

uma oportunidade: o que essa empresa fez? O que esse estudo fez? O que funcionou, o que não funcionou? Então, um incentivo nesse sentido eu acho que seria ótimo.

O outro é: quais metodologias participatórias fazem sentido e seriam operacionais? A Nina, por exemplo, colocou muito bem colocado: tem várias questões aqui – a maioria – que a tecnologia não vai resolver, tecnologia por tecnologia, somente, não vai resolver. A gente precisa de várias partes interessadas, vários *stakeholders*, e vários desses não vão ser pessoas tecnológicas. Como é que a gente traz essas pessoas e essas vozes com uma metodologia para realmente entender soluções que vão além do técnico?

Então, duas coisas: o incentivo de metodologias participatórias e o incentivo de compartilhamento de processos e de técnicas de mitigação.

Eu vou passar a palavra.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Muito obrigado, Fernanda.

Eu vou passar a palavra agora, então, ao Rodolfo Avelino.

O SR. RODOLFO AVELINO – Bom, em relação a essa questão, sobre a regulação, como a administração pública pode tratar isso, como a regulamentação deveria tratar, eu acredito também que ela não deva ter essa preocupação de abranger toda a complexidade. Eu acho que é bem o que eu estava tratando de você poder tratar sobretudo os aspectos mais críticos e que põem mais riscos, e eu acho que um dos instrumentos após essa classificação é o tipo de dado que essa solução vem manipular, de acordo com a sua sensibilidade

Vejo também... E também, na minha fala, tentei ser um pouco mais claro sobre isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO AVELINO – Era a questão de que ela possa articular com outras legislações que já estejam ali em vigor e também outras estratégias, porque a tecnologia por si só tem que ser tratada nos seus mais diversos aspectos – infraestrutura, entre outros. E o papel do Estado nesse sentido, e talvez ali a legislação possa ter um olhar especial, é fomentar e ter um olhar inicial ali nas soluções e empreendimentos nacionais e, depois, caso não existam soluções nacionais, ter um olhar ali para fora, não é? Acho que essa medida e o Estado como um grande consumidor de tecnologia poderiam ali, sim, alavancar novas possibilidades.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Muito obrigado, Rodolfo.

Eu passo a palavra, então, agora ao Alexandre Pacheco.

O SR. ALEXANDRE PACHECO DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, tem algumas frases que impactam e impactam muito. Eu queria começar essa minha fala com uma frase da Nina que eu acho muito legal para emendar numa provocação: "Tecnologia não resolve problemas sociais, mas em alguma medida a gente precisa se perguntar se as tecnologias que estão no campo da inteligência artificial não podem ali nos ajudar a compreender melhor por que que alguns problemas sociais ocorrem".

Nesse sentido, quando a gente vai pensar ali um *framework* geral, que eu acho que é importante a gente fazer, ele pode nos ajudar, independentemente do setor, a entender que tipo de informação os setores vão ter que coletar, as empresas vão ter que coletar a respeito dos seus sistemas. Entender os processos é um elemento muito importante, e padronizar que informação será coletada, em que momento e de que forma pode ajudar a comparar, inclusive, a entender que boas práticas podem ser replicadas de maneira geral, que boas práticas são setoriais, que boas práticas podem ser extrapoladas aí. Nesse sentido, eu acho que pensar, por exemplo, metodologias participativas, como a própria Profa. Fernanda mencionou, ou como que a gente entende como os problemas são resolvidos é central.

E aí, respondendo à pergunta do Prof. Juliano de maneira muito sintética, eu acho que o §1° do art. 20 da LGPD não inclui informações sobre, por exemplo, se eu testei ou não o meu sistema, se eu adotei uma medida de mitigação ou não a viés ou outras informações que são fundamentais para que a gente possa entender que esforços foram feitos no sentido de evitar que resultados indesejáveis ocorram. E, se a gente não tem essas informações, elas não vão ser parte do processo de auditoria, que foi a solução que o §2° do art. 20 criou, delegando à autoridade nacional de proteção de dados pessoais esse papel de instaurar uma auditoria.

Então, nesse sentido, a gente tem um risco de que auditorias não tenham o mesmo material, a mesma documentação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE PACHECO DA SILVA (*Por videoconferência.*) – ... a mesma informação disponível para avaliar problemas que possam ser comuns dentro de um mesmo setor ou comuns entre empresas de setores diferentes. E aí, se a gente não tem uma legislação que consegue dar sentido para essa auditoria ou dar os meios para que ela ocorra da melhor maneira possível, a gente, no final das contas, tem uma norma de difícil aplicação.

E, para terminar, por mais que o *framework* – eu gostei muito da fala do Prof. Diogo – tenha que ter princípios, eu acho que, por exemplo, eu preciso de normas e regras concretas para dizer para o agente: "Esse tipo de informação você vai ter que recolher".

Se ela vai adquirir características específicas de um setor, eu acho que essa porta a gente tem que deixar aberta, para que os setores possam dizer que, dentro do *streamwork* geral de informações que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessárias sobre arquitetura e tudo o mais, essas, especificamente, possam ser definidas, cada uma de acordo com uma autoridade pública, que eu acho que é fundamental.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Obrigado, Alexandre.

Passo a palavra para Nina da Hora.

A SRA. NINA DA HORA (*Por videoconferência.*) – Bom, eu vou muito na linha... Pensando aqui na proposta, nas provocações que você trouxe, eu acho que tem que estar um pouco mais alinhado com o sistema educacional brasileiro dentro do contexto que nós temos hoje.

Nós começamos a evoluir muito cursos, oficinas, dando acesso à universidade para quem não necessariamente está matriculado em cursos que envolvem programação, cursos de tecnologia de IA, cursos que envolvem, enfim, a parte muito técnica e exata dessa construção. O Brasil está fazendo esse movimento.

Eu acredito que falta um movimento pelo qual você consiga conectar mais com a parte de reflexão e crítica: filosofia, sociologia e, quiçá, história e geografia também. Por quê? Porque, quando você conecta esses universos... E aí eu acho que nós temos que talvez...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NINA DA HORA (*Por videoconferência.*) – ... instigar as empresas que estão fornecendo esses cursos, esses acessos mais digitais para esse outro lugar, porque é importante pensar sobre o que você está criando.

Até mesmo na própria engenharia de *software*, nós temos ali algumas falas e *frameworks* e formas de criar *frameworks* que são uma visão neutra, e neutralidade na tecnologia não existe, mas, quando a gente estuda engenharia de *software*, tem estas falas: "Ah, se você tem um requisito funcional e um requisito não funcional, analisa aqui dentro dos testes. Ah, ele não faz parte desse escopo, vamos retirar". Não existe um debate que leve a pensar por que aquilo ali não é um requisito funcional perante o uso que vai ser feito na sociedade, e há uma visão muito mais focada em construção de *software*. Então, eu faço muito autocrítica estando na área de ciência da computação, porque é a área hoje que está formando pessoas no Brasil que estão participando dessas tomadas de decisões.

Eu não acredito que o desenvolvedor seja o único responsável pelas criações tecnológicas, porque o desenvolvedor está recebendo instruções, está conversando com o cliente, fazendo levantamentos de requisito em algum nível – um analista de sistema, por exemplo –, está tendo que pensar dentro de um grupo limitado como é que vai ser esse algorítimo, e, muitas vezes, o primeiro desenvolvedor não é o que termina o algorítimo. Então, a gente tem que tomar muito cuidado com essa responsabilidade do desenvolvedor. E, quando a gente eleva um pouco a discussão antes de chegar ao desenvolvimento, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente consegue entender que a responsabilidade está muito mais na gestão daquela equipe e daquele negócio e nessas tomadas de decisões automatizadas.

Então, acho que, para o lado da educação, a gente precisa trazer um pouco mais o pensamento crítico, e aí, para que a empresa, de alguma forma, o setor governamental que está tornando isso acessível... O CGI tem um grupo de debate, o Ebia, de debate de inteligência artificial e avanços no Brasil. Conectar com essas duas áreas... A responsabilidade eu não acredito que seja somente do desenvolvedor, por esses motivos que eu disse.

E o segundo ponto, sobre organização e governança de dados e governança de tecnologia no geral, a provocação que eu faria, a pergunta que eu faria é: de onde vieram esses dados? E, quando eu falo de onde vieram, não é instituição, não é organização. Eu estou querendo provocar aqui que nós já temos e utilizamos dados na sociedade que são dados enviesados. São dados que, na sua coleta, foram enviesados, são dados que, no seu armazenamento, foram enviesados, tanto na segurança pública quanto na saúde e na educação. E, quando a gente trabalha com essa realidade, a gente vai trabalhar sabendo que os dados não vão nos dar todas as respostas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NINA DA HORA (*Por videoconferência.*) – ... e que nós não podemos – desculpem-me os estatísticos – confiar 100% no que os dados estão nos retornando. Nós temos que tomar muito cuidado com essa porcentagem, essa certeza, esse absolutismo.

O SR. JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO – Obrigado, Nina.

Nós já avançamos aqui no horário. Acho que surgiram diversas questões interessantes. A função das audiências públicas não é propriamente esgotar todo o debate, mas, em particular, levantar quais são as questões relevantes e aquelas que são as preocupações da Comissão, porque existe oportunidade – e aqui fica o convite a todos – de encaminhar contribuições. O prazo para as contribuições à Comissão de Juristas para o projeto de lei de inteligência artificial foi estendido para 10 de junho. Então, deixo esse lembrete e convido todos a trazerem as contribuições e a continuarem a acompanhar o debate para entender quais são as questões que estão na mesa aqui de discussão.

Muito obrigado.

Declaro encerrado os trabalhos... Ah, não, isso é função do Ministro Ricardo Cueva!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Na verdade, convido a todos para, às 2h, aqui estarem presentes – ou virtualmente – para o Painel 9, que será moderado pelas Profas. Claudia Lima Marques e Clara Iglesias.

Declaro, portanto, suspensa a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 12 horas e 38 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas.*)

A SRA. CLAUDIA LIMA MARQUES (*Por videoconferência.*) – Declaro reaberta a reunião da Comissão de Juristas para estabelecer o marco legal da inteligência artificial.

Este é o Painel 9. Direitos e deveres: transparência e explicabilidade; revisão e o direito à intervenção humana; correção de vieses.

Sejam todos muito bem-vindos. Saúdo a todos na pessoa do nosso Presidente, o Ministro Cueva, e da Dra. Clara Iglesias, que me acompanha nesta moderação.

Sejam todos muito bem-vindos!

Diretos e deveres. No Marco Legal da Inteligência Artificial, frente à ordem jurídica já existente, dois problemas se colocam. O primeiro é o uso coerente das fontes legais já existentes, que asseguram direitos individuais e coletivos, pois os desafios da inteligência artificial são múltiplos, mas são conhecidos: a opacidade, a complexidade, os preconceitos ou vieses, a imprevisibilidade do comportamento autônomo e futuro da inteligência artificial e dos seus vários sistemas, decisões conduzidas, manipuladas, discriminações.

Os projetos existentes estão sendo analisados, e estas audiências públicas visam justamente estabelecer e dar voz a esses problemas. Seriam suficientes apenas princípios? Precisamos de que tipos de regras para regular esses direitos e deveres e a inteligência artificial?

Estamos aqui justamente para discutir e inovar na regulamentação. Parece necessário assegurar direitos individuais, mas também coletivos, direitos que possam distinguir entre níveis de riscos aceitáveis e não aceitáveis, riscos já identificados e também abarcar os riscos futuros. Temos que estabelecer quais os bens, os direitos humanos, enfim, os valores a proteger, e como esses direitos e deveres vão incentivar a iniciativa privada e o Estado a prevenir danos, a incentivar investimentos em documentação, informação, mitigação de riscos, sistemas digitais eficientes e confiáveis, normas gerais e normas concretas para proteção e responsabilização em temas mais sensíveis, em grupos vulneráveis e para casos de acidentes e futuros riscos.

Temos aqui também o dever de aprender com as lições dos outros países, como a proposta de regulamento da União Europeia, que traz coerência, diálogo entre as fontes. Aqui no Brasil, temos o Código de Defesa do Consumidor, que regulamenta créditos, saúde, mas também temos que pensar em exceções, em diferenças, por exemplo, no uso militar.

Outra lição importante é a identificação da cadeia da inteligência artificial, ainda mais se há alto risco. Temos os fabricantes, os criadores, os importadores, o distribuidor, os utilizadores profissionais, os operadores, os fornecedores de dados, os terceiros, os intermediários, aqueles que fazem a gestão, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

certificação, a avaliação. Quem é o fornecedor? É aquele que coloca marca, aquele que modifica substancialmente. E como se fará a diferença entre grandes e pequenas empresas?

Outra lição importante são os tipos de medidas, medidas de prevenção de danos, mitigação de risco, gestão desses riscos, medidas corretivas, porque é um dever recompor a segurança, dever de mitigar os danos, dever de informar os acidentes, sanções. Defesa individual e coletiva pressupõe também autoridades, fiscalização, acompanhamento no tema e mesmo medidas proibitivas.

Já há consenso de que não se deve colocar no mercado inteligência artificial que empregue técnicas subliminares que distorçam decisões, comportamentos que explorem vulnerabilidades de grupos – idosos, crianças, deficientes – e que levem a tratamento prejudicial e discriminatório de parte da nossa população.

São grandes temas que este painel vai tratar.

Passo a palavra para a Profa. Carla Iglesias, para que apresente os nossos convidados.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Profa. Claudia Lima Marques, em especial pela colocação sucinta e precisa das discussões que inspiram o presente e painel.

Saúdo e cumprimento a todos os presentes, em especial os nossos palestrantes do dia, que serão escutados na seguinte ordem: Profa. Bianca Kremer, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa e da instituição Coding Rights; Dr. Bruno Miragem, do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor e também da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Dr. Renato Leite Monteiro, do Twitter e do Data Privacy Brasil; e Prof. Diego Machado, da Universidade Federal de Viçosa.

Sem mais delongas, passamos para a primeira palestrante. Então, Profa. Bianca Kremer, por favor, fique à vontade para começar.

A SRA. BIANCA KREMER (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

Muito boa tarde a todas e todos.

Eu cumprimento os ilustres membros desta Comissão, senhoras e senhores aqui presentes, presencial e remotamente, e eu reservo meus especiais cumprimentos às Ilmas. Dras. Claudia Lima Marques, Clara Iglesias, moderadoras deste presente painel. Eu parabenizo também o Senado Federal pela criação desta Comissão de Juristas e pelo recebimento de insumos e contribuições multissetoriais da sociedade brasileira.

Eu sou professora de Direito Digital no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e integro a Coding Rights, uma organização da sociedade civil comprometida, há cerca de uma década, com a proteção dos direitos humanos no desenvolvimento, regulação e uso das tecnologias a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

partir de uma perspectiva de gênero, raça, classe e sexualidade. A Coding Rights, entre outras redes, também compõe a Privacy International Network, a rede Fair do Banco Interamericano de Desenvolvimento, focada no debate e promoção de uma inteligência artificial que promova justiça social, e a Coalizão Direitos na Rede.

A Coding Rights, por meio das pesquisadoras Joana Varon e Paz Peña, vem desempenhando, nos últimos três anos, um extenso trabalho de pesquisa e mapeamento dos impactos da inteligência artificial no Brasil e na América Latina, em parceria com outras especialistas e organizações internacionais do eixo sul global.

Um mapeamento de projetos de inteligência artificial implementados no setor público na região que tem impacto em questões de gênero e suas interseccionalidades demonstra que a região está em fase de testes pilotos de inteligência artificial no setor público, principalmente nas áreas de policiamento, sistema judiciário, educação, saúde pública e na distribuição de benefícios sociais. Análises aprofundadas de alguns desses sistemas bem como um *framework* analítico e seus impactos em direitos humanos podem ser acessados no *site* notmy.ai e, em breve, em português e espanhol no domínio queinteligencia.org. E também estão sendo disponibilizadas informações detalhadas dessa pesquisa em nossa contribuição técnica a ser encaminhada a esta ilustríssima Comissão de Juristas.

Na sessão de instauração da presente Comissão, o Ministro Ricardo Cueva salientou o consenso básico presente nos estudos sobre regulação de inteligência artificial no Brasil e no mundo quanto ao núcleo deontológico de promoção da não discriminação e dos valores humanos para o uso e fomento das técnicas de inteligência artificial, mas que algumas escolhas difíceis ainda deveriam ser feitas, sobretudo, considerando tratar-se de uma tecnologia ainda nascente, mas já aplicada em diversos setores da sociedade.

E a afirmação do Ministro ganha concretude quando observamos o levantamento sobre o uso de inteligência artificial pelo setor público brasileiro realizado pela Coding Rights para a mesma pesquisa mencionada anteriormente. Nós enviamos pedidos de acesso a informação a 45 ministérios e agências federais, buscando compreender se os órgãos utilizam ou fazem testagem, ainda que em fase piloto, de sistemas de inteligência artificial ou aprendizado de máquina para desenvolvimento dos seus trabalhos e funções, incluindo a implementação de políticas públicas. Os resultados iniciais consolidados em outubro de 2021 indicam que a maioria dos entes do setor público brasileiro já declarou testar ou utilizar algum tipo de inteligência artificial. Então, são 23 entes públicos que fazem uso desses sistemas sem a presença de um panorama regulatório em vigor de aferição de riscos, e pouco ou nada se sabe sobre se existem análises de impactos de danos possíveis.

Ainda na ocasião da instauração da Comissão de Juristas, a Profa. Ana Frazão destacou que o Ministro Ricardo Cueva foi muito feliz em dizer que não sabemos exatamente que perguntas devemos fazer diante desse cenário e que as potenciais divergências que existem não recaem sobre os princípios e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as finalidades das tecnologias de inteligência artificial, e, sim, sobre sua aplicação. E, na direção das perguntas que precisam ser feitas, antes mesmo de abordarmos neste painel elementos como correção de vieses algorítmicos, critérios de transparência e explicabilidade, a proposta de Coding Rights é um questionamento central e que até o presente momento tem figurado à margem, apesar de essencial: queremos realmente certas tecnologias de inteligência artificial no setor público?

Essa pergunta se desdobra em outras não apenas complementares como igualmente importantes. Quem são os atores interessados nos diferentes usos de tecnologia de inteligência artificial no setor público e que usos são esses? Há pessoas afetadas negativamente por essas tecnologias? Em caso positivo, quem são e qual a extensão de violação de direitos em jogo, seja ela potencial ou efetiva?

Então, entre os mapeamentos realizados pela Coding Rights de projetos de inteligência artificial na América Latina, nós destacamos o Projeto Hórus, um sistema de predição de gravidez na adolescência, como um exemplo bastante eloquente de como as aparentes soluções tecnológicas de inteligência artificial podem apoiar políticas públicas discriminatórias quando adotadas pelo poder público sem uma efetiva aferição de riscos, sejam eles individuais ou coletivos. As pesquisadoras Joana Varon e Paz Peña apontaram que tal sistema começou a ser testado em 2015 pela Microsoft, em uma parceria firmada entre a empresa e a Província de Salta, na Argentina, oferecendo um sistema piloto que prometia ser capaz de ajudar o poder público a combater a evasão escolar e a gravidez na adolescência por meio de uma ferramenta preditiva. E a plataforma continha um conjunto de dados de mais de 12 mil mulheres, de 10 a 19 anos, que incluía informações como idade, bairro, etnia, nível de escolaridade da pessoa chefe de família, presença ou não de deficiências físicas e mentais, número de pessoas que dividiam a casa e até mesmo a disponibilidade ou não de água quente. Então, nesse sistema os algoritmos identificavam certas características nas pessoas que as tornassem potencialmente sujeitas a gravidez precoce, alertando o governo para que ele tomasse medidas de prevenção.

A tecnologia prometia, portanto, a previsão de quais meninas, ainda crianças, estariam predestinadas a ter uma gravidez na adolescência, cinco ou seis anos depois, com uma acurácia prometida de 86%. E surgiram muitas críticas a essa plataforma na época, com um destaque para a análise técnica desenvolvida pelo Laboratório de Inteligência Artificial Aplicada da Universidade de Buenos Aires, que analisou a metodologia empregada pelos engenheiros da Microsoft. Eles concluíram pela existência de resultados superdimensionados, erros estatísticos grosseiros, bancos de dados tendenciosos e coleta inadequada de dados pela estigmatização de mulheres pobres.

E, mesmo diante das críticas, a iniciativa continuou a ser testada no país, inclusive em outras províncias argentinas, como La Rioja, Chaco e Terra do Fogo, e também foi exportado para a Colômbia, no Município de La Guajira, e para o Brasil, em 2019, quando a Microsoft impulsionou a exportação desse sistema e fomos o quinto país na América Latina a receber o Projeto Hórus. E a primeira cidade a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

testar o programa foi Campina Grande, no Estado da Paraíba. Então, a princípio, ele foi dito para supostamente subsidiar a melhoria das ações do chamado Programa Criança Feliz ou da primeira infância.

E nós da Coding Rights questionamos o Ministério da Cidadania por maiores informações sobre o acordo de cooperação técnica firmado com a empresa Microsoft, através de pedidos de acesso à informação. E como resposta recebemos as informações de que não houve repasses financeiros para empresa a Microsoft e que os bancos de dados utilizados para a construção de ferramentas analíticas e de inteligência artificial foram três: Sistema Único de Assistência Social; Cadastro Único (CadSUS); CadÚnico e CadSUAS, do Ministério de Desenvolvimento Social, ou seja, toda a base de dados que compunha a plataforma era oriunda de programas sociais no Brasil. E a coleta e informação dos bancos de dados, portanto, se deu sobre a informação de crianças pobres, do sexo feminino, em situação de vulnerabilidade social.

E, questionado, mais uma vez, por nós, o Ministério da Cidadania informou que o acordo de cooperação vigorou por seis meses, até meados de março de 2020, e não havia informações referentes à presença ou não de margens de erro nas tecnologias envolvidas durante esse período. E o ministério também alegou que, como se tratou de um piloto, eles não poderiam atender à solicitação de dados estatísticos, abro aspas: "[...] porque o seu uso e sua efetividade estavam sendo resultados apenas como insumos a Microsoft".

Então, o Projeto Hórus, nesse primeiro momento, foi um exemplo de como o Brasil e também outros países da América Latina estão sendo submetidos a fases de testes e projetos piloto de uma ampla variedade de sistemas de inteligência artificial em parceria com grandes empresas privadas de tecnologia para supostamente ajudar a implementar serviços públicos. E os sistemas de inteligência artificial são instrumentos que automatizam e que conferem *status* de resolução tecnológica a decisões ideológicas, ou como afirma Cathy O'Neil, a cientista de dados da Universidade de Harvard e autora da obra *Algoritmos de Destruição em Massa*, algoritmos são modelos matemáticos imbuídos de opinião. Então, quando nós condicionamos a disponibilidade de benefícios sociais e outros serviços públicos à tomada de decisão algorítmica, há, sim, implicações sociais em jogo, e sobretudo quando consideramos a existência de vieses algorítmicos. E na minha tese de doutorado, eu conceituo vieses como pesos desproporcionais a favor ou contra algo ou alguém.

Então, uma decisão enviesada ou tendenciosa ganha contornos de unilateralidade e é composta pela visão de mundo, experiência, valores e inclusive a intuição de um sujeito ou grupo, em relação ao contexto no qual está inserido. E as pessoas podem desenvolver vieses a favor ou contra indivíduos, grupos étnicos, orientações sexuais, povos, religiões, partidos, posicionamentos políticos, ideologias, enfim, muitos outros elementos. Mas nessa direção, o objetivo é trazer que os vieses algorítmicos são o fenômeno a partir do qual as pessoas incorporam sua visão de mundo e não raras vezes preconceitos nas tecnologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a inteligência artificial não é tão inteligente assim, muito menos neutra, como já vem sido trazido em outros painéis. Em apertada síntese, os algoritmos reconhecem padrões nos dados, e a sua aplicação segura no contexto social, sobretudo em larga escala, pressupõe testagem e treinamento. E é justamente nas etapas de treinamento que os vieses podem aparecer e ser mitigados.

Então, a primeira coisa que um desenvolvedor traz – e a Nina da Hora foi muito feliz em trazer isso na sua fala – é construir um modelo e decidir o objetivo dessa tecnologia: para quê, essa tecnologia. Então, quanto mais complexo for esse objetivo, mais difícil vai ser traduzi-lo em algo computável. Então, quando a gente promove bens jurídicos indeterminados, como otimização de recursos, melhoria da oferta de serviços, garantia da efetividade, tudo isso ainda carece de concretude para ser passível de computabilidade e automação. E as decisões precisam ser tomadas para definir o que de fato é otimizar, melhorar e efetivar, dentro do objetivo definido.

A segunda coisa que desenvolvedores fazem, quando constroem um modelo, é realizar coleta de dados. E os vieses podem aparecer nessa etapa também, em duas formas: a primeira quando os dados coletados não trazem uma boa representação da realidade e a segunda quando os dados refletem preconceitos existentes. Nesse caso, como o sistema Hórus foi treinado apenas com dados de pessoas do sexo feminino, pertencentes a programas sociais, ele estava atrelando o fenômeno da evasão escolar e da gravidez exclusivamente a essas pessoas, sem considerar, por exemplo que homens também são responsáveis por gravidez. E adolescentes não ficam grávidas sozinhas, e que pessoas mais abastadas também estão suscetíveis à gravidez. Então, a ferramenta estaria penalizando mulheres pobres e vulneráveis em relação a homens e mulheres mais abastados, justamente porque o sistema foi treinado com estigmatização dessa parcela da população.

Por último e não menos importante, desenvolvedores também realizam a chamada etapa de preparação dos dados, que envolve selecionar quais atributos ou variáveis o algoritmo deve considerar. Então, ele vai escolher quais atributos escolher, considerar ou ignorar, e isso vai influenciar diretamente na acurácia da predição de modelo. Então, a correção de vieses é um processo extremamente difícil e que traz muitos desafios no campo da regulação;

Notar o impacto de um viés em um modelo não afasta a dificuldade de identificar o exato momento em que esse viés foi introduzido e descobrir como retirá-lo do modelo. Além disso, os modelos de testagem, ainda que levados a cabo, não são perfeitos. Então, no centro da Not my A.I., que é a pesquisa, as pesquisadoras partem da afirmação de que a retórica do Vale do Silício "*move fast, break things*", que é mova-se rápido e quebre coisas, não tem lugar na defesa dos direitos humanos e do meio ambiente; então, propõem uma mudança de paradigma: "*move slow, prove no harm first*", ou seja, mova-se devagar e prove que não há dano, não há risco.

O efeito exponencial das novas tecnologias sobre a vida das pessoas ganha contornos ainda mais dramáticos com a automação de processos promovida pela inteligência artificial. Consertar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discriminação em algoritmos não é algo que possa ser facilmente resolvido e trata-se de um processo contínuo que permeia todos os aspectos da sociedade, como foi trazido no painel anterior. São antigas dinâmicas sociais de poder com o uso de novos aparatos tecnológicos. Por vezes, antes de pensar em mitigar vieses, devemos perguntar: esse sistema é realmente adequado e indicado para essa situação? Esse sistema deveria existir?

Então, a Rede de Observatórios de Segurança realizou um levantamento em 2019 demonstrando que 90,5% dos presos por reconhecimento facial no Brasil são negros, evidenciando a mais bem acabada forma de racismo algorítmico. E a Coding Rights promoveu um relatório também em 2021, sobre reconhecimento facial no setor público e identidades trans, vocalizando as percepções e impressões de ativistas trans sobre o potencial de transfobia em tecnologias de validação na Carteira Nacional de Habilitação e de reconhecimento facial como prova de vida no INSS.

Então, por fim, eu busquei contribuir com o debate trazendo luz para esses fatos de que os vieses não são facilmente sanáveis na via técnica e que os inúmeros benefícios econômicos da inteligência artificial devem e precisam ser reconhecidos e sopesados tendo como força motriz e epicentro do debate sempre a proteção e a preservação dos direitos fundamentais.

E eu reitero os meus mais elevados votos de estima e consideração a esta Comissão, agradecendo pelo riquíssimo espaço de troca e aprendizado.

Passo a palavra à Ilma. Moderadora.

Muito obrigada.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Profa. Bianca Kremer, pela valiosa contribuição.

Nós colocaremos as perguntas ao fim de todas as disposições. Por ora, passamos, então, para exposição do Dr. Bruno Miragem. Por favor, Dr. Bruno, fique à vontade para começar.

O SR. BRUNO MIRAGEM (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

Em primeiro lugar, minha saudação a todos. Cumprimento o Presidente desta Comissão em especial, o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, os seus integrantes, nas pessoas das Profas. Claudia Lima Marques e Clara Iglesias Keller, que coordenam este painel, os demais colegas de painel e todos os presentes nos debates.

A minha contribuição a esta Comissão, que reúne tanto especialistas conhecidos e acreditados sobre o Direito e a disciplina jurídica das novas tecnologias nas suas mais variadas quadras, como também especialistas em temas correlatos aos das novas tecnologias da inteligência artificial, vai no sentido de apresentar especialmente algumas sugestões – se me permitem – para o exercício desse múnus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a que esta Comissão se coloca exatamente de traçar um marco regulatório, portanto, um projeto de lei propriamente, um marco legislativo sobre o tema da inteligência artificial.

Nesse sentido, eu me permito inicialmente fazer duas considerações de ordem mais geral. A atividade legislativa sobre novas tecnologias tem representado um grande desafio no Brasil em diversos sistemas jurídicos. E, de fato, nós temos exemplos de que a técnica legislativa utilizada para disciplinar novas tecnologias vem se transformando sensivelmente em relação à técnica legislativa tradicional. O grande exemplo disso – há, inclusive, nesta Comissão, personagens que participaram ativamente da elaboração da Lei Geral de Proteção de Dados – é a própria Lei Geral de Proteção de Dados, uma lei que vai, em primeiro lugar, estabelecer uma série de remissões legislativas, se não expressas, implícitas em termos temáticos, naquilo que nós conhecemos, a Profa. Claudia aqui está e fez referência no início, como "diálogo das fontes", ou seja, a ideia de que uma lei, isoladamente, não é mais capaz de trazer todos os aspectos relativos a uma determinada matéria, a ideia da hiperespecialização, que foi ponto durante largo tempo da técnica legislativa tradicional, hoje se abre mais para uma sistematização de normas. E a Lei Geral faz isso com muita precisão, expressamente, indicando esta ideia de aplicação combinada de diversas legislações, reconhecendo campos de legislações específicas.

Nesse aspecto, inclusive, faço referência ao próprio direito do consumidor, porque está prevista expressamente a defesa do consumidor na Lei Geral de Proteção de Dados, ao contrário do projeto de lei que foi aprovado na Câmara dos Deputados, pelo menos na sua versão original, onde, entre os fundamentos da lei, não havia a defesa do consumidor, onde havia a livre iniciativa e a defesa da concorrência, numa inspiração, talvez parcial, na Lei Geral de Proteção de Dados, mas não a defesa do consumidor, o que me parece bastante correto de aqui estar.

Mas, mais do que isso, a ideia também dessa aplicação sistemática, essa abertura a outras leis em matéria de novas tecnologias, nós já temos percebido no direito brasileiro a partir de uma aplicação combinada, até agora, de três leis, sobretudo: o marco civil da internet, de 2014; a Lei Geral de Proteção de Dados; e o Código de Defesa do Consumidor. O modo de fazer essa articulação é que vem a ser uma opção legislativa, inicialmente, desta Comissão e, ao final, do próprio Congresso Nacional.

Em temas específicos, como, por exemplo, em matéria de responsabilidade por danos, a Lei Geral de Proteção de Dados fez uma opção, em matéria de consumo, por exemplo, que foi a de encaminhar a legislação própria (art. 45 da LGPD). Foi a melhor solução? Isso ainda se está a ver, porque, na verdade, quando nós falamos da inteligência artificial, agora, especificamente, ela não prescinde... O que é a inteligência artificial em termos práticos? A rigor, ela vai ser um instrumento ou um modo que vai intervir, sobretudo, em tratamento de dados, de maneira que não é possível se falar em inteligência artificial sem considerar as exposições já existentes na Lei Geral de Proteção de Dados, seja do ponto de vista conceitual... Nisso também há uma inovação de técnica legislativa muito expressiva na Lei Geral de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proteção de Dados; ela relaciona princípios e os define, coisa que não temos em legislações precedentes. Aqui também é possível fazer isso.

O projeto de lei que veio da Câmara, inclusive, fazia isso, mas não será possível, não vai ser útil e, aliás, será inclusive prejudicial em nível de proteção elevado e eficiente às pessoas em geral se as definições da lei ou do marco legal da inteligência artificial eventualmente contrariarem, restringirem, limitarem ou forem minimamente distintas de definições que já existam na Lei Geral de Proteção de Dados – digo aqui conceitos legais.

Por outro lado, a remissão a esses regimes de responsabilidade, que é o que eu falava, deve considerar também as características de cada sistema. De novo aqui, no tocante ao direito do consumidor, sabemos todos, o regime de responsabilidade é o regime de responsabilidade objetiva, mas fundado, sobretudo, num conceito determinante, que é o conceito de defeito. A rigor, tudo o mais em matéria de legislação sobre novas tecnologias, tratamento de dados, inteligência artificial ou como tais, no futuro, vai estar concentrado exatamente no preenchimento de sentido do que signifique o defeito na aplicação tecnológica ou, assim, no tratamento de dados, mas não, evidentemente, uma alteração substancial no tocante à própria natureza da responsabilidade, o que não apenas não faz sentido, mas contradiz, inclusive, todo um caminho de evolução do nosso próprio sistema jurídico em relação à responsabilidade fundada no risco, não é?

De modo que o que aqui talvez seja uma grande contribuição possível deste marco legal da inteligência artificial seja de um lado reconhecer que a sua aplicação, digamos assim, não se dá exclusivamente numa situação determinada, mas numa multiplicidade de situações, relações jurídicas do direito público, relações jurídicas do direito privado, relações jurídicas do mercado de consumo, com disciplina própria, relações jurídicas havidas em outros sistemas que possam ter um regime próprio de responsabilidade; e o marco legal da inteligência artificial traçar, sim, os critérios para que, no âmbito de cada regime, se estabeleçam, então, as condições para verificação das condições de imputação própria de responsabilidade nesses regimes.

Um exemplo aqui, que é um exemplo conhecido, se não de todos, da imensa maioria dos senhores, é a própria... que é uma alternativa, não estou dizendo que seja a mais correta, mas olhando para o direito comparado, do regulamento da proposta, regulamento europeu, em que você trabalha com – vou chamar – esferas ou níveis de risco, o que aqui também já foi objeto de considerações, quer dizer, níveis de risco que se iniciam, inclusive – e é uma tônica comum aqui em diversas manifestações –, das práticas proibidas. Portanto, não se estabelecer uma autocontenção, eventualmente, do legislador de deixar de estabelecer na lei práticas proibidas.

As práticas discriminatórias, sabemos todos, são proibidas, as práticas discriminatórias que podem decorrer, e aqui, sim, em matéria de tecnologia, tanto de erros, equívocos mesmo, da aplicação tecnológica em si. Esses equívocos são conhecidos. Na área da identificação biométrica, por exemplo, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma extensa literatura, que foi aqui mencionada, inclusive, pela exposição que me antecedeu, sobre erros propriamente ditos de classificação, e que vão resultar em práticas danosas ou discriminatórias, até situações em que ou a programação própria da aplicação tecnológica, os comandos que lhe são pré-determinados ou o seu resultado, como todos que trabalham na área conhecem, poderão dar causa a um resultado ilícito antijurídico danoso.

Então, eu acho que esta perspectiva da identificação de erros, equívocos e de programação ao resultado contrário a direito permite um preenchimento de condições para imputação de responsabilidade nos diferentes sistemas, ao contrário de se estabelecer uma regra única, comum e geral numa lei sobre inteligência artificial que poderia eventualmente resultar em situações em que a sua aplicação não fosse a melhor. Por outro lado também, uma distribuição – isso aqui também anotei da manifestação inicial da Profa. Claudia Lima Marques – e uma identificação mais precisa em relação aos sujeitos que vão participar, vamos dizer assim, dessas situações jurídicas onde haja a aplicação da inteligência artificial.

Lá na lógica da técnica legislativa do Código do Consumidor, trabalhou-se com um sentido: a cadeia de fornecimento ou a imputação específica a sujeitos determinados. Na Lei Geral de Proteção de Dados, trabalhou-se com a noção de agentes de tratamento fixando em duas posições fundamentais: controladores e operadores.

Aqui também há uma decisão a ser tomada na redação do projeto de lei: se essa indicação será uma indicação mais genérica em relação a esses sujeitos, se a distribuição de deveres será a todos eles ou individualmente a cada um deles. Talvez a melhor referência, entretanto, não seja aquela, numa tradução mais apressada que se possa fazer do regulamento europeu, que vai fazer referência a partes interessadas, porque, a rigor, partes interessadas são todas direta ou indiretamente. Eu falo aqui da terminologia jurídica brasileira. A importação desse conceito por si só talvez possa sugerir mais dificuldades do que propriamente auxiliar. Partes interessadas não é uma expressão da nossa tradição jurídica – pelo menos não aqui. Aqui, o que nós temos são sujeitos em relações jurídicas pertencentes ou não a um grupo, a uma cadeia de responsabilidade, de deveres, ou parte desta relação. E aqui, então, fica uma sugestão, enfim, para que também considerem a não tradução *stricto sensu* dessa terminologia europeia automática, buscando trazer conceitos do Direito brasileiro.

Por fim – eu não sei como está o meu tempo aqui –, eu faria duas considerações em matéria sobretudo de riscos a serem considerados também no tocante à aplicação de inteligência artificial em dois tipos de contratos: o primeiro deles, em matéria de seguros, que é um tema de que me ocupo por diversas razões. Em alguns contratos, o uso da inteligência artificial terá uma aplicação e uma repercussão imensamente maior do que em outros. No contrato de seguro, parece evidente já hoje que essa repercussão é enorme. Ela muda completamente a gestão de risco no contrato de seguro. Na ideia do contrato de seguro como sendo um contrato no qual o segurador não tem conhecimento ou terá conhecimento sobre o risco a ser segurado a partir das informações prestadas pelo tomador de seguro, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um instrumento que é próprio, que é a declaração inicial do risco, essa estrutura tradicional do contrato é hoje completamente subvertida, numa ideia de que, pelo tratamento de dados e com o uso de inteligência artificial, ou se prediz a possibilidade de risco futuro, ou o próprio segurador terá múltiplas fontes de busca dessas informações.

E mais, com a possibilidade que já há de gestão do risco ao longo da contratação, que também é algo que não existia na visão tradicional, ou seja, a gestão, por meios tecnológicos, ao longo da contratação, altera substancialmente o contrato, a sua execução e, ao mesmo tempo, coloca o próprio segurado numa posição de maior, se não vulnerabilidade, nos contratos de consumo, dependência dessa tecnologia e dessas informações que serão capturadas em tempo real, pelo segurador.

No contrato de consumo, da mesma maneira, tanto que se discute hoje, em grande medida, as questões da recusa de contratação e da diferenciação de contratação em matéria de contrato de consumo também à luz do tratamento de dados e do uso da inteligência artificial. Portanto, de novo, falhas nessa utilização, quanto, se não falha, uma utilização ilícita ou abusiva. Há discriminação, as velhas e conhecidas práticas abusivas do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. As situações, de fato, hoje, com o uso da inteligência e o tratamento de dados, passam a nos dar exemplos diferentes da realidade, mas, na essência, são aquelas condutas proibidas no art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. Caberá um marco legal nessa matéria, ou eventualmente estabelecer uma remissão expressa ou implícita a essa regra do Código de Defesa do Consumidor, ou, inclusive, redigir norma própria em relação a essas duas situações concretas: recusa indevida de contratação, discriminação ou diferenciação indevida de contratação em razão do uso da inteligência artificial no tratamento de dados.

Por fim, aí, sim, em termos mais gerais, a questão da inteligência artificial e da sua aplicação nos contratos em geral, nos denominados contratos inteligentes, *smart contracts*, ou como se queira chamar, que alteram substancialmente uma etapa. Altera toda a figura do contrato em várias dimensões, mas em uma etapa fundamental, que é a etapa da execução. Aqui, essa automatização do contrato em matéria de execução inviabiliza, em muitas situações, a própria rediscussão ou mesmo subordina uma das partes a erros na execução do contrato, sem ter a oportunidade de uma correção imediata ou no momento. Já há exemplos sobre essas situações, que também merecem a reflexão desta Comissão.

Agradeço imensamente a oportunidade. Teria outros aspectos, mas farei também chegar à Comissão, se assim me for permitido, essa contribuição por escrito. Agradeço a oportunidade mais uma vez e cumprimento o Senado Federal e a Comissão por abrir esses debates e liberar esses debates tão importantes para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos, Dr. Bruno Miragem. Com certeza, ficaremos muito felizes de receber a sua contribuição, bem como a de quaisquer interessados.

Enquanto escutamos a próxima fala, eu vou checar de novo. O prazo acaba de ser estendido, salvo engano, e informarei, na minha próxima intervenção, o prazo para envio das contribuições.

Passo agora a palavra para o Dr. Renato Leite Monteiro. Por favor.

O SR. RENATO LEITE MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

Presidente desta Comissão, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Profa. Claudia Lima Marques, Profa. Clara Keller, membros da Comissão de Juristas, demais componentes deste painel, também gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes que porventura estejam nos escutando e também os parceiros desta série de debates, representantes de organizações da sociedade civil, da academia, das empresas de tecnologia e de entidades setoriais.

Agradeço pela oportunidade de falar aqui hoje. É uma honra grandíssima mesmo poder dividir este espaço com todos vocês.

Como foi adiantado aqui pela Profa. Clara, sou líder de privacidade e proteção de dados do Twitter e também sou fundador do Data Privacy Brasil. Para fins de contexto, boa parte do que aqui apresentarei foi objeto da minha pesquisa de doutorado que tive a oportunidade de defender recentemente.

Para iniciar o nosso debate, eu gostaria de partir de alguns pontos. Primeiro, explicabilidade, que é o objeto aqui do nosso painel, ou o direito à explicação, como eu prefiro chamar, não deve se confundir com a publicização de códigos-fonte. Inclusive, isso já foi objeto de manifestação aqui pelo Prof. Alexandre Pacheco. Explicabilidade, portanto, está relacionada a empoderar o indivíduo e a sociedade com informações úteis sobre processos automatizados que os permitam entender esse funcionamento e tomar decisões sobre esses. Assim, parto da premissa de que já existe um direito à explicação derivado da Lei Geral de Proteção de Dados e também de outras normas, como a Profa. Claudia Lima Marques falou, do nosso diálogo das fontes. Todavia, podem, sim, existir limitações para a implementação desse direito, tais como a parcialidade algorítmica, segredo de negócio e a inerente complexidade do sistema de inteligência artificial e aprendizagem de máquina, mas é possível superá-las em alguma medida e dar efetividade ao direito à explicação a partir de instrumentos jurídicos já existentes que serão abordados mais à frente.

Sob o ponto de vista corporativo, no Twitter, temos o compromisso de adotar os princípios fundamentais de IA responsável – justiça, explicabilidade, privacidade, segurança – e garantir que nossos produtos existentes e futuros sejam criados cuidadosamente. Portanto, queremos ajudar as pessoas a entender como as decisões algorítmicas são tomadas e nos responsabilizar publicamente perante elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transparência e explicabilidade são importantes à medida que trabalhamos para conquistar a confiança das pessoas.

Com essas bases estabelecidas, eu gostaria de dividir a minha fala em dois momentos, se o tempo assim o permitir: um mais técnico-jurídico sobre os fundamentos legais do direito à explicação, da explicabilidade; e outro mais prático, com exemplos reais de iniciativa em torno da explicabilidade de algoritmos.

Sabemos que existe uma crescente preocupação global sobre enviesamento de algoritmos e se podemos confiar nas empresas de tecnologia para moldar a inteligência artificial de forma justa, equitativa, aberta e fácil de compreender. No Twitter, uma das minhas funções é acompanhar as discussões de órgãos legislativos em todo o mundo sobre a melhor forma de regulamentar questões de privacidade e algoritmo de forma mais ampla e adequada. Como consequência, uma grande parte da construção de sistema de IA é garantir a sua confiabilidade – as pessoas precisam compreender como eles funcionam e ter forma de escolha e controle sobre eles. Comunicar o que está acontecendo por trás dos algoritmos, favorecer e facilitar a explicabilidade deste são ações fundamentais para ganhar a confiança das pessoas ao longo do tempo.

Sob uma perspectiva regulamentar, existe uma necessidade crescente de fornecer orientações claras e acessíveis sobre a forma como os dados são utilizados e como as pessoas podem controlá-los.

Sob o ponto de vista local, no Brasil – a gente tem visto bastante essa discussão na União Europeia –, também gostaria de tratar do direito à explicabilidade à luz da regulação dos princípios de proteção de dados no contexto brasileiro, inclusive como o Prof. Bruno Miragem mencionou aqui. Gostaria de partir dessa premissa de que, sim, existe um direito à explicação no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados.

Eu gostaria aqui de propor um conceito para nortear a presente linha argumentativa. O direito à explicação pode ser entendido como o direito de receber informações suficientes e inteligíveis, que permitam ao titular de dados e à sociedade entenderem e compreenderem, dentro do seu respectivo contexto e limites de cognição, a lógica, a forma e os critérios utilizados no processo automatizado, com o fim de evitar práticas discriminatórias, ilegítimas e indesejadas, que podem ter impacto no plano individual e coletivo, para que possam eventualmente ser desafiadas e revisadas por meio do exercício de direitos e do devido processo legal. Desta forma, deve ser compreendido como parte do mecanismo de *oversight* e inserido no regime mais amplo de responsabilização, de *accountability*, para proteção de direitos fundamentais. Com este conceito em mente, a existência desse direito pode ser justificada a partir de interpretação sistemática da LGPD, especialmente a partir dos seus fundamentos, princípio da transparência, livre acesso, prevenção, não discriminação e *accountability*, bem como direito de revisão de decisões automatizadas e de outros instrumentos, obrigações e transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sua existência também pode ser justificada a partir de uma argumentação de matriz constitucional, especialmente a partir de noções da dignidade da pessoa humana no contexto de autodeterminação informacional e do devido processo legal na sua forma do devido processo informacional. A partir da perspectiva do Direito Civil, o direito à explicação também encontra seu fundamento na ideia de livre desenvolvimento da personalidade. Todavia, o principal desafio em relação a este direito não consiste em justificar a sua existência – a gente já partiu dessa premissa –, mas, sim, em garantir a sua concretização tendo em vista suas limitações de ordem técnica, legal e institucional. A principal lacuna na compreensão do problema diz respeito à implementação prática dele. Ainda é incerto como instrumentalizá-lo.

Não obstante as limitações existentes, é possível superá-las em alguma medida e dar efetividade ao direito à explicação a partir de instrumentos jurídicos já existentes, como obrigações de transparência, relatórios de impacto e poderes de obtenção de informações, que devem ser balanceados com suas limitações aos direitos de terceiros, tais como o segredo de negócio e a propriedade intelectual. É possível, portanto, se valer de uma caixa de ferramentas – esse termo aqui que o Prof. Bruno Bioni adora utilizar – regulatória e técnica, empregada a partir de uma análise contextual que leva em conta o risco envolvido e a opacidade do sistema algorítmico, e, dois, o destinatário, sujeito de direitos, como centro da explicação, considerando-se o contexto no qual está inserido, o seu nível de cognição, suas necessidades e a complexidade do sistema.

Mas existe uma pergunta muito importante ao nosso debate: quais são essas limitações técnicas, jurídicas e institucionais para efetivação de direito à explicação? É possível observar, no mínimo, três dificuldades para a compreensão do processamento algorítmico de dados pessoais. Isso aí também é chamado de três tipos diferentes de opacidade. A primeira é em relação ao segredo de negócio, que deve ser balanceado e ao mesmo tempo garantido – e eu vou tratar mais sobre esse tema um pouco mais à frente. A segunda é a natureza técnica dos sistemas algorítmicos, que dependem de conhecimentos matemáticos, como foi tratado previamente aqui em outros painéis, sobre programação e tecnologia da informação, para serem plenamente compreendidos. A terceira forma é relacionada a determinadas aplicações de *machine learning*, que possui uma opacidade intrínseca ao seu modo de impulsionamento.

Devido à limitação de tempo, eu gostaria de focar em mais detalhes da limitação relacionada ao segredo de negócios. Há uma tendência crescente nas leis que versam sobre proteção de dados e regulação algorítmica para proteger segredos comerciais, visto que, pelo menos para os cidadãos, não parece haver necessidade de detalhar as minúcias nos códigos que compõem algoritmos específicos de inteligência artificial e de aprendizado de máquina. Essas limitações apoiam ainda mais a noção de que o objetivo da explicabilidade é capacitar e empoderar as pessoas, e não as sobrecarregar com informações que não compreendem ou utilizam, muito menos publicizar códigos e linhas de programação, que são protegidos por instrumentos elementares no Direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, destaca-se que, no Brasil, na LGPD – e muitos de vocês aqui colaboraram ativamente na redação e na discussão da LGPD –, o termo "segredo comercial" aparece em 14 passagens, na maioria das vezes como elemento balizador e balanceador do acesso às informações sobre o processo e o tratamento de dados pessoais. Esse número de recorrências demonstra, no mínimo, a preocupação que o legislador brasileiro já teve e tem, após amplo debate, em também proteger o segredo comercial, que deve ser balanceado com a efetivação de direitos e liberdades fundamentais. Portanto, faz-se necessário identificar um equilíbrio na divulgação de informações com a proteção de propriedade intelectual, a manutenção de segredos comerciais envolvidos e a garantia da segurança diante dos agentes que poderão utilizar as informações expostas, inclusive para tornar os modelos de IA vulneráveis e os indivíduos externos. Isso porque a revelação de informações operacionais pode não apenas ser demasiadamente técnica e exaustiva para aqueles que a solicitam, como também pode aumentar os riscos de manipulação não éticos ou ilegais dos sistemas de IA.

O outro desafio de que quero rapidamente falar é o direito à explicação e suas eventuais limitações institucionais decorrentes da capacidade de atuação de entidades supervisoras. Nós falamos aqui muito da ANPD e também da possibilidade de outorgar a competência para reguladores setoriais. É necessário, entretanto, equipar a capacidade e dar uma autonomia ainda maior à autoridade e às autoridades para obter essas informações necessárias para defender os direitos fundamentais garantidos aos nossos cidadãos. Em suma, uma estrutura regulatória que garanta a explicabilidade já é possível através de instrumentos que possam colaborar para identificar os impactos que a decisão automatizada pode ter em direitos e liberdades fundamentais, numa sociedade como a nossa que é intrinsecamente influenciada pelo algoritmo.

Por isso, regulamentações futuras como esta que nós estamos discutindo aqui na Comissão devem visar a eficácia de medidas técnico-regulatórias sobre transparência algorítmica e o impacto dessas em direitos e liberdades fundamentais, e como essas podem e devem ser compatibilizadas com limitações cognitivas do sujeito de direito e com regulatórios como os instrumentos relacionados ao segredo de negócio e propriedade intelectual. Dessa forma, o direito à explicação pode ser compreendido como uma forma de prestação de contas, primeiramente, em relação ao titular e sujeito de direitos e, em segundo lugar, em sentido mais amplo, em relação à própria sociedade.

No meu tempo restante, na minha segunda parte da fala, eu gostaria de trazer alguns exemplos concretos que talvez possam ser úteis para o nosso debate. Por isso, eu gostaria de mencionar algumas iniciativas que temos desenvolvido no Twitter.

Como plataforma pública e em tempo real, o Twitter é onde as pessoas podem ter acesso a cada lado de um assunto, descobrir notícias, compartilhar suas perspectivas e se engajar em conversas. Acreditamos que uma tecnologia responsável também inclui estudo de efeitos que ela pode ter ao longo do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos que utilizar tecnologias de aprendizado de máquina, o *machine learning*, por exemplo, pode impactar centenas de milhões de tuítes por dia e por vezes, apesar de o sistema ter sido concebido pensando em ajudar, ele pode comportar-se de forma diferente do pretendido, de modo que essas mudanças sutis podem começar a ter impacto nas pessoas que utilizam a nossa plataforma.

Nós do Twitter queremos ter certeza de que estamos estudando essas mudanças e as utilizando para construir um produto e um serviço ainda melhor, promovendo ainda mais o debate público e saudável.

Acreditamos que o caminho para a criação do sistema de aprendizado de máquina responsável, responsivo e dirigido pela comunidade é o de colaboração, que é o que nós temos feito aqui. Nesse sentido estamos trabalhando para melhorar os nossos algoritmos de aprendizado de máquina, por meio de iniciativa que envolve toda a empresa, chamado de *responsible ML initiative* ou então iniciativa de aprendizado de máquina responsável, que consiste em quatro pilares: assumir a responsabilidade pelas nossas decisões algorítmicas; equidade e justiça de resultados; transparência sobre as nossas decisões e como chegamos a elas; controle e escolha algorítmica.

A nossa experiência recente sugere que, embora investir na melhoria da acuidade dos modelos e fazer investimentos na explicabilidade seja importante, as aplicações mais impactantes de uma aprendizagem de máquina responsável pode vir da própria alteração do produto e do serviço, da abordagem ou da experiência das pessoas mais diretamente. E aqui eu trago dois exemplos concretos.

Em outubro de 2020, usuários do Twitter manifestaram a preocupação de que o modelo que era utilizado para recortar imagens não servia a todas as pessoas de forma equitativa. Alguns de vocês devem se recordar desse caso. Pouco tempo depois, publicamos a nossa avaliação de enviesamento algoritmo que confirmou que o modelo não estava tratando todas as pessoas de forma justa, apesar das pequenas discrepâncias encontradas. Comprometemos a não mais utilizar o modelo de ML para cortar imagens, uma vez que a decisão de como ajustar uma imagem é mais bem tomada pelas próprias pessoas. Dessa forma, em maio de 2021, começamos a lançar mudanças na forma como as imagens aparecem no Twitter. Agora as fotos de aspecto padrão não aparecem cortadas na linha do tempo de celulares, por exemplo.

Mas o nosso trabalho não parou aí. Em agosto de 2021, realizamos o primeiro desafio sobre o enviesamento algorítmico e convidamos a comunidade especializada a analisar o nosso algoritmo para identificar adensamentos adicionais e outros potenciais danos. Os resultados das descobertas confirmaram nossa hipótese. Não podemos resolver desafios sozinhos, e a nossa compreensão de enviesamento de IA pode ser melhorada com diversas vozes que contribuem para o debate público.

Isso mostra que a aprendizagem de máquina responsável é um campo de estudo em evolução, e, como tal, não há respostas fáceis. Queremos nos envolver com as pessoas que utilizam o Twitter, com a comunidade de pesquisa, para aprofundar as normas, e com os organismos reguladores nacionais e internacionais, para nos ajudar a tomar decisões ainda melhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, entendemos que qualquer iniciativa legislativa deve evitar criar barreiras adicionais para novos interesses no mercado, além de prever uma avaliação técnica e metodológica dos impactos e dos atores envolvidos. Do contrário, a consequência pode ter um efeito não intencional de criar desequilíbrios de poder, que pode impactar negativamente ainda mais os próprios cidadãos.

Agradeço aqui muito oportunidade. Ficamos à disposição, tanto eu quanto o Twitter, para poder colaborar ainda mais com esta Comissão.

Obrigado.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Renato, pela sua contribuição.

Conforme prometido, informo a todos os palestrantes bem como a nossa audiência que o prazo para envio de contribuições à consulta pública para esta Comissão foi prorrogado até o dia 10 de junho.

Isso dito, convoco o nosso quarto e último palestrante do painel, Prof. Diego Machado.

Por favor, fique à vontade.

O SR. DIEGO MACHADO – Boa tarde a todas e todos.

Eu gostaria de cumprimentar todos os moderadores, todas as moderadoras: Profa. Claudia Lima Marques, Profa. Clara Iglesias.

Eu também gostaria de cumprimentar todos os integrantes da Comissão de Juristas responsável por esse tão importante e relevante trabalho de propor um substitutivo para a regulação, o marco legal da IA no Brasil, a quem agradeço o honroso convite de participar e de poder contribuir para esse debate.

Cumprimento também todos os meus colegas de painel.

Eu tenho uma apresentação. Já está aí?

Pode voltar alguns... Essa é a terceira, se não me engano. Pode colocar um atrás.

Está bom.

Bom, a minha contribuição, indo já direto ao ponto que eu gostaria aqui de trazer para então suscitar algumas reflexões gira em torno dessa concepção, dessa ideia, dessa noção de contestabilidade na inteligência artificial. Isso, a meu ver, pode ser um vetor interessante e muito relevante em termos normativos para se orientar um regime jurídico, com direitos, deveres; regime esse que, sim, pode ser modulado com uma abordagem também pelo risco. Nesse sentido, eu faço até coro a alguns outros painelistas que me precederam, em dias anteriores, que falaram sobre abordagem regulatória e da existência de uma falsa dicotomia entre uma abordagem baseada em direitos e uma abordagem baseada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

em riscos, de modo que uma abordagem baseada em direitos é com certeza passível de ser modulada a partir também de modular, em termos de carga regulatória, deveres incidentes sobre agentes de inteligência artificial a partir de uma análise de avaliações de risco.

O que eu gostaria primeiramente de ressaltar é a importância dessa ideia de contestabilidade justamente a partir de casos que mostraram o contrário: uma incontestabilidade de certos sistemas de inteligência artificial em dois casos concretos.

Um caso que ocorreu na Holanda – eu não me arrisco sequer a pronunciar – foi um caso que recentemente recebeu bastante notoriedade ou repercussão porque gerou uma série de multas, até pesadas, ao Governo holandês em razão da aplicação de sistemas de aprendizado de máquina para se criar um sistema de perfilamento de risco, de se identificarem ali possíveis fraudadores a um sistema de benefícios, a um programa de benefícios, enfim, para genitores para o cuidado de seus filhos. E uma série de casos são relatados de pessoas que foram, até mesmo antes propriamente do oficial lançamento desse programa, notificadas com dívidas altíssimas, superando 100 mil euros, que eram baseadas em benefícios que foram recebidos ao longo de uma série de anos. Esse caso teve uma repercussão muito grande porque isso causou consequências ou desencadeou uma série de situações bastante dramáticas na vida de uma série de pessoas, uma série de famílias ali na Holanda, o que mostrou, a meu ver, uma invisibilidade desse sistema de inteligência artificial aplicado.

Outro caso muito recente e próximo de nós é o caso o metrô de São Paulo, em que nós vimos uma decisão liminar, até confirmada em sede recursal recentemente, no início deste ano, fruto de uma ação civil pública que foi proposta pela Defensoria Pública de São Paulo juntamente de outras organizações, outras entidades e em que se obteve uma decisão favorável em que se impediu a implementação do sistema de reconhecimento facial, em curso, no metrô de São Paulo. E um aspecto interessante que se vê na decisão, na fundamentação, é a ausência de informações que foram prestadas pela ré. Na verdade, sequer havia informações sobre quais critérios ou como se dava o funcionamento daquele sistema e havia até mesmo uma resposta um tanto vaga, dizendo que, se houvesse eventual tratamento de dado pessoal, cairia dentro das hipóteses de segurança pública, o que determinaria, então, a não incidência, a não aplicação da LGPD. Enfim, uma opacidade bastante relevante aqui ao se revelar a ausência, ao se mostrar a ausência de informações que pudessem informar a população, enfim, a sociedade a respeito de como se dava o funcionamento desse sistema.

Bom, a ideia de contestabilidade, a noção e até mesmo o termo passou a aparecer em uma série de documentos, muitos deles já citados aqui anteriormente por outros painelistas...

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de colocar, de trazer aqui alguns desses documentos que abordam e trazem essa ideia de se contestar a inteligência artificial, de se impugnar, de se objetar não só resultados, decisões, mas até mesmo, enfim, sistemas.

A recomendação da OCDE... Nós temos ali no princípio da transparência e explicabilidade a referência que a transparência que se deve ter, se deve assegurar na implementação desses sistemas de inteligência artificial deve possibilitar que as pessoas que sejam impactadas de forma adversa, de forma negativa por esses sistemas, possam se opor, possam contestar, possam *challenge* esses resultados, essas decisões. Resultados são um tema bastante amplo em termos computacionais: pode ser uma recomendação, pode ser uma predição, pode ser uma decisão.

Pode passar.

Um outro documento que nós temos, talvez não tão citado, é um modelo de ética em inteligência artificial australiano, em que – aliás, talvez seja o único, pelo menos do meu conhecimento – há um princípio da contestabilidade expressamente previsto. E ele faz menção, na descrição, na explicação desse princípio, justamente à possibilidade de se opor, de se impugnar os resultados do uso de sistemas de inteligência artificial.

Pode seguir.

Também encontramos a ideia de contestabilidade numa recomendação de 2020, do Conselho da Europa, relacionada aos impactos a direitos humanos, em razão da aplicação de sistemas algorítmicos. E aqui, numa das previsões relativas à obrigação de transparência e *accountability*, temos ali também uma menção bem expressa à contestação. Pessoas, indivíduos e grupos impactados devem ser possibilitados de ter efetivos meios de contestar essas determinações, decisões, esses resultados que causam esses impactos em suas vidas.

Pode seguir.

Outro documento nós temos... Esse aqui, na verdade, é uma recomendação do comissário de privacidade do Canadá. Há uma proposta de lei, um projeto de lei no Canadá que visa a reformar a PIPEDA, que é uma lei de proteção de dados ou que regula a atividade de tratamento de dados pessoais, mas aplicada apenas ao setor privado. E, nas recomendações do comissário de privacidade, ele propõe efetivamente a criação de um direito de contestar decisões automatizadas, sendo esse um mecanismo que, nas palavras do próprio comissário, em suas recomendações, é um direito que complementa outra previsão que ele recomenda que figure na lei canadense: o direito à explicação relevante.

Pode passar, por gentileza.

Bom, em termos de direito vigente, são dois os exemplos que eu quero ressaltar. Acho que diversos de vocês ou todos certamente conhecem a previsão de GDPR a respeito da contestação. Deve haver esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito a uma contestação como uma salvaguarda, nas hipóteses em que uma decisão totalmente automatizada for autorizada, for permitida. Entre as salvaguardas ressaltadas e apontadas expressamente no texto da GDPR, além da intervenção humana, temos a possibilidade de manifestar o ponto de vista e contestar a decisão.

Em seguida, temos a lei até que foi citada por alguns que me precederam, a lei de proteção de dados chinesa. No art. 24, ela faz menção ali então a um direito que seria justamente o direito à explicação e que também deve assegurar a possibilidade de uma pessoa, de um titular de dados se recusar. Então, se exigir que não haja o tratamento de suas informações pessoais para tomada de decisão totalmente automatizada, que é uma forma também de impugnação. Não há efetivamente ali a expressão contestação.

O que se percebe desses documentos é que há uma prevalência da ideia de contestação *a posteriori* ou *ex post*, como que um recurso que se deve assegurar a todo titular de dados. Então, a indivíduos. E temos ali alguns documentos que também trazem uma dimensão coletiva muito claramente. Mas há uma prevalente menção, uma prevalente percepção de que essa ideia de contestação se dá a partir de uma decisão automatizada. Então, em contextos de decisão ou de resultados automatizados.

Bom, no direito brasileiro, eu quero aqui pensar – pode deixar no eslaide anterior –, eu proponho pensar a contestabilidade a partir de uma perspectiva da Profa. Mireille Hildebrandt, que é dar proteção jurídica desde a concepção. A proposta dessa Professora é a de que em um Estado democrático de direito, em que então nós uma série de tecnologias, que integram verdadeiras infraestruturas informacionais, como nós vemos a aplicação de inteligência artificial em uma série de áreas, em uma série de aspectos, que podem inclusive integrar infraestruturas críticas, como foi dito no painel anterior, há uma necessidade de se articular essas tecnologias que têm impactos muito relevantes na vida dos indivíduos e na sociedade com os direitos fundamentais, com as normas constitucionais. Então, há uma necessária compatibilização de modo até mesmo a integrar esses preceitos constitucionais de direitos fundamentais dentro e no contexto da aplicação dessas tecnologias, dessas infraestruturas tecnológicas.

Nesse sentido, a ideia de contestação não deve se reduzir apenas a algo que seja como um recurso, um mecanismo *ex-post*. A contestabilidade deve ser entendida com uma condição técnica e material para se exercer uma série de direitos fundamentais, como o direito à privacidade, o direito à proteção de dados pessoais, o direito à tutela jurisdicional adequada, o devido processo legal. São direitos que dependem, sim, dessa possibilidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO MACHADO – ... de participar de uma atividade de tratamento de dados, de impugnar, de contestar não só decisões, não só resultados, mas inteiros sistemas.

Pode passar, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No direito brasileiro, eu coloquei aqui a LGPD como parâmetro para a gente perceber como uma série de previsões, uma série de disposições normativas permitem criar essas condições técnicas e integrá-las a sistemas de inteligência artificial. Portanto, nós temos, em primeiro lugar, o direito de acesso a deveres de informação. Sem acesso à informação – e aqui colocaria as explicações de decisões, de resultados, de sistemas de inteligência artificial – não se pode impugnar e contestar resultados, predições, decisões tomadas de forma automatizada. O direito de revisão muito claramente é uma forma de se objetar, de se impugnar uma decisão automatizada tomada. O direito de oposição é também, a gente não pode esquecer, um mecanismo importante.

E, muito rapidamente, gostaria de destacar os deveres de registro e documentação com relação às atividades de tratamento de dados pessoais e avaliação de impacto.

Pode passar.

Eu gostaria de, ao final, trazer apenas duas recomendações. A previsão de deveres de registro e documentação não está clara no projeto de lei como está no Congresso Nacional. Isto foi, inclusive eu achei muito interessante, muito abordado no painel anterior: a necessidade de termos registros de documentação, como é desenvolvido ou como são desenvolvidos esses sistemas, durante toda a criação, a concepção, o treinamento, o desenvolvimento, melhor, desses sistemas e a sua execução.

Então, esses deveres são muito importantes para se ter essa rastreabilidade sobre as mudanças de código, a forma como foram feitos esses testes, as realizações de testes, os treinamentos, melhor dizendo, a validação desses dados, as bases de validação, os *inputs* e *outputs*. Essa documentação é muito importante, para que, tendo acesso a elas, se possa impugnar, para que se possa contestar, para que se possam identificar, por exemplo, vieses discriminatórios. Então, esse é um ponto importante.

Por fim, há uma avaliação de impacto de direitos fundamentais. Mais uma vez, ao final, nós podemos ter um relatório, um documento também, que é muito relevante, mas, principalmente, uma atividade de avaliação de riscos a direitos fundamentais, que se dá, então, desde a concepção e durante todo o desenvolvimento desses sistemas e mesmo durante a sua execução. A atividade de avaliação de riscos e de impactos deve ser constante. É um mecanismo, é um processo iterativo. Isso, com certeza, milita para a construção desses sistemas contestáveis.

Agradeço a oportunidade e devolvo a palavra para os moderadores.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Prof. Diego Machado.

Muito obrigada a todos os palestrantes.

Seguimos agora para as perguntas. Caso os nossos membros da Comissão tenham perguntas, por favor, podem, desde já, se manifestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Filipe Medon já se manifestou.

Antes de passar a palavra para o Dr. Filipe e para o Presidente, registrarei duas perguntas da moderação. Depois escutaremos os membros da Comissão. E, depois, eu passo a palavra para cada um dos palestrantes, para que possam endereçar esses pontos.

Eu gostaria de destacar as seguintes dúvidas e de escutá-los sobre as mesmas.

Em primeiro lugar, atendo-me um pouco ao tema do nosso painel, o conceito de transparência como requisito de legitimidade tem sido discutido bastante no âmbito dos debates de tecnologia em muitas dimensões, entre elas o que seria uma transparência desejável e útil para a compreensão da população em geral e, como a gente já viu no painel anterior, até de pessoas diferentes, com níveis de formação em tecnologia e níveis de interação diferentes com os próprios sistemas. Então, nesse sentido de favorecer regras de explicabilidade e de transparência, eu pergunto: qual seria o papel de um futuro regulamento que vise promover a transparência diante dessas dificuldades?

Em segundo lugar, coloco também uma pergunta em relação a ideia de explicabilidade e a tão importante ideia de contestação, muito bem colocada por muitos de vocês e, agora, na última apresentação, com mais atenção, pelo Prof. Diego Machado, que traz alguns exemplos de contestação que já existem no direito brasileiro, que traz também as ideias de contestação por desenho, *by design*, da Profa. Mireille Hildebrandt. Eu gostaria de escutar o Prof. Diego novamente – nós já o escutamos –, mas também os outros palestrantes sobre quais seriam as suas sugestões em relação a mecanismos de contestabilidade, pensando não só no desenho, como coloca o Prof. Diego, mas também na importância de que esses mecanismos sejam operantes junto com os sistemas, pensando aqui que os sistemas de inteligência artificial estão em constante mutação.

Eles são desenhados em um determinado momento. Podemos aqui desenhar esse mecanismo de contestação, mas esses sistemas estão em transformação constante, até a partir da sua própria operação – recolhem dados, vão se refinando, estão em constante revisão. Então, sob essa perspectiva, qual seria a visão de vocês?

Isso posto, passa para o Dr. Filipe Medon colocar a sua questão.

Por favor, Dr. Filipe.

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Profa. Clara, pela passagem da palavra.

Primeiro, eu gostaria de saudar todos e todas que estão participando desta audiência, na pessoa do nosso Ministro Cueva, que preside esta Comissão, e da Profa. Claudia, claro, que também preside essa mesa específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho duas perguntas a fazer aos painelistas. Antes, eu gostaria de agradecer-lhes pelas falas tão ricas e iluminadoras sobre esses temas tão complexos que estamos discutindo aqui e que se conectam, de forma indissociável, com a mesa anterior.

Bom, a primeira pergunta que eu faço é dirigida especificamente ao Prof. Bruno Miragem. A pergunta, Professor, que eu gostaria de fazer ao senhor diz respeito à noção de defeito que o senhor acabou tangenciando em sua fala. Do ponto de vista do Direito do Consumidor, o senhor acredita que os atos autônomos praticados pela inteligência artificial, especialmente no contexto do *machine learning*, poderiam ser considerados defeito ou, como alguns estudiosos acreditam – cito aqui o Prof. David Vladeck, da Universidade de Georgetown –, haveria uma presunção de defeito no caso desses atos autônomos da inteligência artificial, o que seria, segundo o Prof. Vladeck, provado pela própria existência do dano, então, tanto aquela IA é defeituosa que aquele dano veio a acontecer? Então, essa seria uma primeira pergunta.

Uma segunda pergunta, já de forma geral, seria no sentido de que os professores e professoras acham que seria necessário o retorno, embora não propriamente tenha sido incorporada na prática a LGPD, um possível retorno da revisão por pessoa natural das decisões automatizadas. E, em sendo feito esse retorno, por meio desse projeto de lei de inteligência artificial, será que ele deveria obedecer a critérios de dimensionamento tal qual era feito pelo §3° que foi vetado da LGPD?

Eram essas as considerações.

Devolvo, mais uma vez, a palavra as Profas. Clara e Claudia.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Filipe.

Passamos agora a palavra para o Presidente da nossa Comissão, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva.

Pedimos desculpas, Ministro, por não ter privilegiado a sua pergunta em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Victor Marcel Pinheiro) – Só para esclarecer... Boa tarde a todos, Dra. Clara, Prof. Claudia.

Aqui estou representando ingratamente, obviamente, a função de Presidente *ad hoc* aqui neste momento em razão de um imprevisto na agenda do Ministro. Então, levantei a mão aqui pelo nosso sistema na condição de Presidente *ad hoc* da mesa presencial, mas claramente queria cumprimentar todos, nas pessoas das nossas moderadoras, Profa. Claudia Lima Marques e Profa. Clara Iglesias, e rapidamente fazer os meus questionamentos aos nossos palestrantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa parte das minhas indagações já foram feitas pela Profa. Clara e pelo Prof. Filipe, mas eu gostaria de só focar em pontos atuais. Acredito que especialmente quando pensamos em LGPD e explicabilidade, decisões automatizadas, pensamos no art. 20.

Eu gostaria de aprofundar a pergunta no sentido de se nós devemos ter, vamos dizer assim, um pouco mais de densidade normativa em relação ao regime jurídico atualmente já reformado da LGPD nesse ponto, desde algumas diretrizes, enfim, do art. 29 Working Party, da União Europeia, ou outras diretrizes. Nós uma ideia de possibilidade de contestação ou explicação de decisões que influenciam decisivamente uma pessoa e, na nossa legislação, nós temos ainda um caráter de decisões automatizadas em caráter exclusivo ou, vamos dizer assim, mais próximas de uma decisão totalmente automatizada. Será que nós temos que mudar talvez a redação no contexto de inteligência artificial para avançar para sistemas que influenciem decisivamente uma tomada de decisão, ainda que não de modo exclusivo?

Eu faço também coro aqui à pergunta do Prof. Filipe em relação à intervenção humana. Acredito que nós temos um desafio aqui de pensar como isso será possível. Há sistemas de inteligência artificial que fazem milhões de decisões num espaço de tempo muito curto. Tem pesquisas interessantes que mostram a impossibilidade de se revisar absolutamente todas as decisões... Então, até que ponto, do ponto de vista técnico e jurídico, nós conseguimos pensar em modelos alternativos de intervenção humana no momento de contestação de uma decisão?

O Prof. Diego trouxe uma questão muito interessante sobre o que eu vou chamar aqui de modelos de governança regulatória ou caixa de ferramentas regulatória, como foi tratado por um dos nossos palestrantes, de se pensar em mecanismos individuais e coletivizáveis não necessariamente de ações coletivas, mas de instrumentos coletivizáveis de, vamos dizer assim, compreensão e questionamento prévio e posterior à tomada de decisão. Foram trazidos alguns exemplos aqui de auditorias e estudos de impacto, mas, se os palestrantes pudessem aprofundar um pouquinho sobre o que acham interessante que esteja em nível de regulação no marco eventualmente proposto pela Comissão, acho que seria interessante conhecer.

E o último questionamento que a Profa. Clara trouxe dos nossos debates da manhã é se existiria a possibilidade de se pensar em diferentes níveis de explicação e contestabilidade, conforme a finalidade que quer a pessoa que pede acesso àquela informação – se ele é um programador, se ele é um profissional técnico da área específica atingida, se ele é o titular dos dados ou o usuário final do sistema. Nós poderíamos pensar se faz sentido uma regulação diferenciada, conforme o nível, o foco da explicação em um determinado caso concreto.

Agradeço e devolvo a palavra para as nossas moderadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Victor. Desculpe-me o engano. Para mim, aparece no Zoom tão somente Presidente. Você está num lugar, o Presidente, em outro, e por isso não imaginei que fossem a mesma pessoa.

Dessa forma, a minha ordem estava correta.

Prossigo e passo a palavra para a Dra. Estela Aranha.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – Bem, boa tarde a todos.

Este é outro painel também que tem 1 milhão de questões, mas eu gostaria... Eu poderia fazer 1 milhão de questões e acho que a gente vai aprofundar o debate, mas eu gostaria de falar sobre um tema que aflige muito a todos em relação a isso que é um pouco em relação a como a gente vai trazer... Muitas das questões que vocês colocaram aqui estão muito claras nos princípios, acho que elas estão claras nas legislações de modo geral, como guias éticos ou princípios ou valores que vão ter que nortear a inteligência artificial, mas como a gente vai ultrapassar isso e trazer para a conformidade dos sistemas?

A gente está falando... Enfim, a gente ainda não tem uma taxonomia própria de inteligência artificial. Então, eu vou usar um pouco a americana do nicho, porque ela concretiza, como atributo sociotécnico dos sistemas, alguns desses princípios que ainda, na taxonomia da proposta de legislação, por exemplo, da União Europeia, não são colocados como atributo do sistema. Por exemplo, quando se fala de transparência, essa taxonomia americana fala de explicabilidade e interpretabilidade. Enfim, a gente tem três conceitos aqui. Como a gente vai tratar essas conformidades?

Há também a questão de a*bsence of bias*, de você tirar esses vieses como atributo sociotécnico. E aí como garantir a conformidade dos sistemas para além de ser, obviamente, um princípio de não discriminação? Como a gente concretiza?

Também uma pergunta para o Diego, da questão da contestabilidade. Eu acho que ela poderia se encaixar em mais de um chapéu de princípios, seja no *oversight*, na supervisão humana, que eu acho que tem alguma coisa, mas também é um tema que, em geral, não está nas legislações, nos parâmetros internacionais, mas nós temos um direito fundamental escrito na Constituição, que é o devido processo, e, quando se trata de tomada de decisão, tem afetação pegar o grande impacto que equivale a uma decisão legal. A gente também tem que observar, obviamente, que todos os sistemas têm que ser conforme a legislação, em especial os direitos fundamentais.

Então, queria que vocês desenvolvessem um pouco isto: como, na prática, a gente poderia pensar em sistemas de conformidade para que essas questões fossem observadas, supervisionadas e acompanhadas.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dra. Estela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço aos palestrantes que fiquem à vontade para endereçar os pontos que desejarem. Peço que o façam dentro do tempo de quatro minutos e que também usem a oportunidade para já fazer eventuais colocações finais.

Muito obrigada.

Passo, então, para a Profa. Bianca Kremer.

A SRA. BIANCA KREMER (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Professora.

Bom, como são muitas perguntas e muitas inquietações que nós já trazemos de longa data, eu vou me furtar a fazer um recorte de algumas inquietações que vão muito ao encontro do que a Profa. Clara trouxe sobre transparência como requisito de legitimidade. Que transparência desejável é essa? O que é essa transparência desejável? E a pergunta – eu sou uma pessoa movida a perguntas quando eu penso em inteligência artificial e regulação – é: qual é o papel desse regulamento?

Eu acredito que existam algumas questões que precisem ficar estressadas no processo de regulação de inteligência artificial não só observando o panorama brasileiro e as nossas vicissitudes próprias, como também observando a experiência internacional. O tratamento e a regulação de inteligência artificial englobam e tensionam nos aspectos da LGPD, mas não necessariamente precisam e devem ser tratados como uma extensão do *modus operandi* de regulação da Lei Geral de Proteção de Dados.

A gente precisa lembrar que inteligência artificial precisa de dois insumos essenciais para funcionar, para que seja uma condição de possibilidade: bancos de dados massivos – obviamente, falando de aprendizado de máquina, fazendo um recorte, assim, a partir disso, uma síntese – e grande poder computacional.

Na minha fala, eu trouxe que existem diversas frentes e, entre elas, três frentes em que os vieses algorítmicos de fato se desdobram, não apenas no banco de dados. Então, tratar a regulação de inteligência artificial como uma questão de banco de dados seria, de alguma maneira, reduzir o seu escopo aos escopos da LGPD. O objetivo principal da LGPD, pelo que percebo, nunca foi proibir o tratamento de dado nenhum. A LGPD permite o tratamento de todo e qualquer dado, mas enfoca na construção, no fomento de uma autodeterminação informativa.

A pergunta que a Profa. Clara nos traz é a seguinte: qual é, então, o papel desse regulamento de inteligência artificial? Tenho para mim que a minha contribuição seria trazer para debate de todos que o objetivo é a mitigação de riscos, partindo da premissa de que toda e qualquer atividade que envolva automação e inteligência artificial envolverá risco.

A fala da Profa. Nina foi muito feliz, no painel anterior, no sentido de demonstrar que, quando há uma solução tecnológica, necessariamente acompanhada dessa solução vêm, nas palavras dela, cem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

problemas atrás. Isso significa dizer que os tensionamentos sociais vão ao encontro da produção da tecnologia.

Então, para a apertada síntese, por conta do meu tempo, eu traria que, para o processo de mitigação de riscos, que deve ser levado em consideração como elemento central da regulação da inteligência artificial, precisamos levar em consideração não apenas o grau de risco, como muitos dos especialistas estão trazendo, como, principalmente, a gravidade do risco. Então, não apenas mitigar, coibir vieses, como reconhecer a necessidade de que gravidades maiores que levem em consideração violações à vida, violações da integridade física e psicofísica das pessoas, levando em consideração o tecido social brasileiro, principalmente, e, para dar concretude ao que eu falo, sistemas de reconhecimento facial para a segurança pública, por exemplo – não a única tecnologia, mas a que vem desdobrando problemas ainda mais dramáticos na nossa vida –, talvez seja um ponto que nós precisemos levar em consideração.

Eu finalizo, para respeitar o tempo dos meus colegas, trazendo que precisamos lembrar que já existe um movimento de banimento do reconhecimento facial, um tipo de tecnologia em diversos aspectos da nossa sociedade. No ano passado, o Comitê Europeu para a Proteção de Dados e a Autoridade Europeia já apresentaram uma opinião conjunta pelo banimento desse reconhecimento de pessoas nos espaços públicos. E também, nos Estados Unidos, diversas cidades já aderiram a esse banimento, como, por exemplo, Oakland, São Francisco, Mineápolis, que foi o lugar em que houve o falecimento, o assassinato de George Floyd e a movimentação do movimento Black Lives Matter, além de que, nos Estados Unidos também, as empresas IBM e Amazon já interromperam a venda de tecnologias de reconhecimento facial para a vigilância em massa desde 2020.

Então, esses são alguns pontos essenciais que eu queria trazer. Talvez, respondendo – talvez perguntando mais do que respondendo –, Professora, qual o papel do regulamento, precisemos expressar que são regulamentos distintos, com possibilidades e necessidades de regulação distintas. Inteligência artificial e automação afetam cada vez mais a condição de possibilidade de existir, ser, estar e bem viver e precisa ser dada a devida concretude e seriedade a esse aspecto. Eu iria também pensar em questões relativas à revisão por pessoa natural, mas, por força do tempo, prefiro e opto por respeitar os espaços dos meus colegas de fala.

Muito obrigada.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Profa. Bianca, pelas contribuições e pela sua consideração em relação ao tempo.

Passamos, então, para o Dr. Bruno Miragem.

O SR. BRUNO MIRAGEM (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, vou responder a três aspectos aqui, três pontuações que foram colocadas. A primeira, pelo Prof. Filipe Medon, e agradeço a pergunta, sobre a questão do defeito. Eu acho que aqui essa noção, que vem lá do Direito do Consumidor, pode auxiliar muito. Na verdade, defeito é falha, e essa falha é medida a partir de uma expectativa legítima, seja de segurança, seja de utilidade. Aqui é a ideia de uma expectativa legítima de utilidade, aquela classificação mesmo, tradicional em diversos sistemas jurídicos, para efeito de concepção, inclusive, lembrando aqui o que a Dra. Bianca nos trouxe, sempre há riscos. Há uma fórmula muito útil no Direito do Consumidor, que funciona magnificamente bem até hoje, que é: só se admitem os riscos normais e previsíveis. Riscos normais e previsíveis, portanto, são da vida em sociedade.

Aquilo que foge da normalidade representa a falha, que nós vamos trabalhar com a ideia de periculosidade adquirida. O defeito pode ser de concepção – algo faz muito mais mal do que bem – e, nesse sentido, não deve ser utilizado; ou pode ser um defeito de execução na fabricação, na utilização propriamente dita; ou, às vezes, de informação, que tem tudo a ver também aqui com a questão do dever de esclarecimento.

Pode haver uma presunção de defeito? Indiscutivelmente, sim. E, a todo tempo, nós temos essa situação. A fórmula, inclusive, que nos demonstra isso é uma fórmula legislativa que foi bem usada no Código do Consumidor e bem usada na LGPD, que é aquela fórmula "só não responderá quando provar". Se eu indico esta fórmula "só não responderá quando provar", em certa medida eu estou presumindo um defeito ainda que sem dizer. Mas, em rigor, o fundamento desta fórmula é exatamente a presunção do defeito.

No tocante – uma pergunta da maior relevância também – ao dever transparência, se é possível trabalhar em diferentes níveis, eu não tenho dúvida de que sim, em matéria de tecnologia em geral e em inteligência artificial em particular. Há um dever de transparência que se estabelece a partir de uma informação prestada ao público em geral. E eu posso trabalhar com a ideia do direito à informação adequada e clara, a ideia de informação como meio para o atingimento de um resultado, que é o esclarecimento, e, nesse sentido, tendo em vista o horizonte do destinatário desta informação, e aí a ideia de informação simplificada, informação acessível. Isso especialmente nas tecnologias de inteligência artificial que serão utilizadas para o público em geral em contratos de consumo ou mesmo em relações de direito público, mas de utilização geral – as pessoas terem acesso e compreensão –, mas também há um nível técnico. Esse nível técnico de informação vai se dar em diferentes momentos ou em diferentes relações – frente a associações, frente a órgãos públicos. Em todos os modelos de auditagem ou de auditoria desses modelos, há aqui um dever de transparência, que vai ser prestar as informações num nível técnico e especializado sem maior dificuldade.

O que é importante só notar é que nós não devemos – e nós já incorremos nisso em diversas decisões – incorrer apenas na enunciação do dever de transparência. Eu sempre chamo a atenção para um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

julgado, que é conhecido de muitos aqui, que envolve inteligência artificial, que é o escore de crédito, que deu causa à Súmula 550 do STJ, que diz que há dever de transparência sobre os critérios utilizados na pontuação de crédito para os consumidores. Muito bem, agora como se pratica este dever de transparência? Que informações? De que modos são disponíveis? Como isso não ficou preciso, porque, na verdade, nem caberia a uma súmula de tribunal fazer isso, tampouco a um acórdão, cabe ao legislador estabelecer aqui os meios para esse fim.

E, por fim, no tocante à revisão por pessoa natural, aí me parece claro – e foi antecipado inclusive pelos colegas – não mais considerar um direito de revisão amplo, em toda e qualquer situação, porque é absolutamente impraticável e não haveria como fazer. Como se eleger isso? Seja pela intensidade do risco, pela repercussão do risco... Então, não só a intensidade – riscos mais elevados, riscos médios, dentro desse modelo de intensidade –, mas também em matéria de repercussão, como inclusive já disse a Dra. Bianca, no sentido de riscos de danos mais graves implicarem eventualmente um reforço desse dever de revisão. Ou deveres de revisão genéricos sobre critérios – não da decisão individualmente tomada, mas modelos de auditagem a partir de requerimento de pessoas eventualmente afetadas sobre o sistema, e não sobre a decisão individualmente tomada por prejudicial.

Enfim, seria, em rápidas palavras, a contribuição que eu teria agora ao final, agradecendo mais uma vez a oportunidade.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos, Dr. Bruno Miragem.

Passo a palavra para o Dr. Renato Leite Monteiro.

O SR. RENATO LEITE MONTEIRO (*Por videoconferência*.) – Obrigado aqui pelas perguntas à Comissão. Eu acho que eu vou tentar endereçar várias das perguntas a uma resposta única, até pela questão do tempo.

Então, um aspecto muito importante que foi mencionado aqui pela Profa. Clara Keller é justamente o de uma regulamentação futura, que pode, que deve tratar a questão de dificuldade de transparência nesses sistemas também. Eu acho que, embora a transparência algorítmica seja parte importante do aprofundamento da compreensão de como esses sistemas funcionam, na verdade o objetivo a longo prazo deve ser capacitar as pessoas a ter um controle sobre esses algoritmos com os quais elas interagem. Então, até como o Prof. Bruno Miragem falou aqui, essa é uma questão em que, às vezes, a transparência por si só pode nem ser tão útil – uma transparência demasiada, como foi mencionado em outros painéis.

E aí eu acho que tudo isso se encaixa, se a gente vai trazer para a regulação – pegando um pouco aqui do que a Profa. Estela Aranha falou –, em como, na verdade, implementar isso. E aí eu vou voltar aqui para uma ideia que eu mencionei na minha fala, de uma caixa de ferramentas regulatória. O Prof. Luciano Floridi, nas suas pesquisas também sobre explicabilidade e transparência, propõe um modelo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

explicação que é tridimensional: que foca na precisão da explicação, ou seja, que tem que levar em consideração o sujeito; na simplicidade da explicação – e aí tem a questão da informação demais e da transparência demais, que pode não ser tão útil –; e na relevância da explicação, o contexto e o destinatário daquela explicação.

É até algo que – vou pegar uma cola aqui, Profa. Clara, se ela me permitir, no texto da minha tese de doutorado – eu menciono: que a gente não pode ou não poderia ou não deveria confundir obrigação de transparência com o próprio direito à explicação. Na verdade, obrigação de transparência constitui um passo fundamental para a garantia da explicabilidade. Então, obrigações de fornecimento de informações por si só podem não ser tão úteis para se realmente entender como o algoritmo funciona, como um processo automatizado se dá, ao ponto que se possa entender o impacto que isso terá no indivíduo, em direitos e liberdades fundamentais na sociedade, para que possa contestar. E, aqui ainda na minha pesquisa de doutorado, eu propus uma caixa de ferramentas, uma solução de uma caixa de ferramentas regulatória em que – de forma bem simples eu mencionava – é necessária uma abordagem contextual de risco *versus* opacidades do sistema, com variáveis norteadoras do modelo de explicabilidade. A construção de um modelo de explicabilidade deve levar em conta dois fatores: o nível de opacidade do sistema considerado e o grau de risco envolvido no domínio, no contexto da aplicação, exatamente como vários aqui dos nossos painelistas mencionaram.

Sobre a ótica do sujeito de direitos, também casando com muita coisa que foi mencionada aqui, nessa caixa regulatória que eu propus na minha pesquisa eu falei que era necessário serem considerados elementos para que o destinatário esteja no centro da explicação construída. São eles quatro elementos: o contexto; a necessidade daquele sujeito – se ele é um consumidor, se ele é um usuário, se ele é um engenheiro, se ele é um desenvolvedor, se ele é o regulador –; a complexidade do próprio sistema; e efetivamente a possibilidade de desafiar a decisão. E aí eu convivo justamente com a regulamentação futura, que ela leve em consideração os elementos para criar um processo holístico, um procedimento que permita o atingimento dessa respeitabilidade.

Então, agradeço muito novamente a oportunidade e parabenizo aqui o Senado e a Comissão de Juristas. Fico à disposição.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Renato.

Essa é minha derradeira intervenção no painel de hoje. Então, antes de passar a palavra ao Prof. Diego Machado, eu me despeço de todos, agradecendo encarecidamente mais uma vez pelas contribuições e à Profa. Claudia Lima Marques pela companhia na moderação deste painel.

Prof. Diego, por favor.

O SR. DIEGO MACHADO – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou procurar ser assim... São muitas coisas, eu vou tentar abordar o máximo que eu conseguir aqui.

Primeiramente, sobre a ideia de contestabilidade, eu acho que é interessante, eu gosto do raciocínio analógico. Vejam, é analogia com mínimo existencial. A proteção existencial, uma das formas de compreendê-la é que ela fornece as condições materiais necessárias para o exercício de uma série de direitos e liberdades fundamentais. A contestabilidade, portanto, como condição técnica e material para também o exercício de direitos e liberdades fundamentais, como alguns citados aqui, proteção de dados pessoais, privacidade, devido processo legal, acesso à jurisdição... Então, tem uma série de instrumentos, uma série de formas ou de mecanismos privados e institucionais que podem gerar ou permitir o exercício e a concretização desses direitos, tornando esses sistemas contestáveis. Eu falo mecanismos privados, porque a gente tem que lembrar também que, tal como agentes de tratamento, eles devem também ter procedimentos, mecanismos, salvaguardas, procedimentos internos para se permitir contestação, revisão, acesso, exercício de direitos. A gente também deve pensar da mesma forma com relação aos agentes de inteligência artificial, sejam aqueles que aplicam – os aplicadores –, mas também eu acho que até mesmo, em certa medida, para desenvolvedores também, se a gente fala da necessidade de se pensar em todo o sistema, em todo o ciclo de vida, melhor dizendo, desse sistema de inteligência artificial. Mecanismos, então – alguns eu mencionei: deveres de registro e documentação –, permitem também a auditabilidade desses sistemas. As auditorias também são outra forma de assegurar isso.

Sobre intervenção humana, acho que é interessante a gente pensar: intervenção humana não significa revisão humana. Revisão humana é uma das formas de intervenção humana. A intervenção humana eu acho que é necessário, sim, que se dê, mas pensando em todo o ciclo de vida de uma implementação do sistema de inteligência artificial. Falou-se aqui dos enviesamentos das bases de dados tanto no treinamento como na validação. Então, a própria ideia de que existem dados brutos como se fossem dados objetivos que pudessem capturar a realidade complexa da vida humana é, como tem uma obra, sobre um oximoro. Não existem dados brutos. Então, permitir registros desses sistemas, acesso, ainda que de alguma forma restrita, por terceiros, por algum terceiro confiável, instituições, enfim, é muito importante, permite também essa contestabilidade. É uma forma também de intervenção humana. Deve-se pensar intervenção humana, mas de forma, então, holística, não apenas na revisão de decisões humanas. Eu tendo a achar que não há necessidade de colocar novamente a revisão por pessoa natural.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO MACHADO – Eu tenho dúvida sobre a utilidade de se fazer um maior detalhamento normativo com relação a essas informações ou explicações – nós temos o termo "critérios e procedimentos". Por quê? Dentro da literatura da ciência da computação, fala-se em explicações globais de todo o sistema e explicações locais, que são específicas de certas decisões. Existem sérios problemas ainda, mesmo com técnicas de explicação dentro da inteligência artificial explicável, *explainable* AI, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

existe uma série de desafios ainda que estão em curso. Essas técnicas não são precisas, não são extremamente confiáveis.

Aliás, é importante a gente lembrar também que explicação não é justificação. Eu acho que muitas vezes o que nós queremos para a intervenção e restrição a direitos é justificação ou, em um termo do John Rawls, razões públicas. Muitas vezes o que a gente entende como explicações são explicações descritivas, e não uma explicação, uma justificação normativa para uma restrição a direito.

Sobre instrumentos coletivos, que o Victor perguntou, eu acho que, sim, a gente deve pensar ações coletivas, ainda mais no nosso sistema. Eu acho que inevitavelmente elas serão possíveis mecanismos, sim, utilizados. Mas nas avaliações de impacto, dentro dos seus processos, pode-se pensar em uma participação de coletividade ou de grupos sociais eventualmente impactados participando de eventuais momentos procedimentais dessas avaliações de impacto. E também vale lembrar que uma autoridade competente, uma autoridade reguladora, atuando como autoridade e garantia em defesa dos direitos desse marco legal, vai atuar, então, em prol da coletividade, de interesses coletivos também.

Acho que falei tanto, que até ainda sobrou algum tempinho, mas essencialmente eram esses os pontos que eu queria destacar.

Sobre explicação, eu acredito que aí entra mais uma vez a autoridade. Quanto a esse maior detalhamento em procedimentalismo a ser adotado em certos setores, aí uma atuação infralegal, por regulamento ou por uma autoridade, talvez seja mais interessante.

Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade.

Eu fico com essas considerações.

A SRA. CLAUDIA LIMA MARQUES (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Somos nós que agradecemos esse brilhante e muito profundo painel e todas essas apresentações. O tema realmente de assegurar direitos e imputar deveres é um dos mais importantes, e eu acho que o consenso no painel é que não pode haver retrocessos. O tema da inteligência artificial toca direitos humanos e toca o dia a dia de nossa sociedade.

Realmente, muito obrigada, por todas essas sugestões e colaborações.

Devolvo, assim, a palavra, agradecendo também à Profa. Carla, ao nosso Presidente, Prof. Victor Marcel.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Victor Marcel Pinheiro) – Na condição de Presidente *ad hoc* presencial da nossa audiência neste momento, eu queria parabenizar todos os palestrantes deste último painel,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente as moderadoras, Profas. Claudia Lima Marques e Clara Iglesias, pelo debate profundo que foi feito.

Antes de a gente encerrar, eu queria passar um aviso aqui da nossa Secretaria, de que as atas das reuniões passadas serão votadas amanhã – teremos a oportunidade de votá-las amanhã –, e também fazer o convite para que os senhores e as senhoras, todos que nos acompanham pela TV Senado e aqui presencialmente, estejam presentes no dia de amanhã, porque teremos mais três painéis.

Faço aqui a leitura dos painéis de amanhã.

Das 9h às 10h45, Painel 10. "Regimes de responsabilidade civil", com moderação dos membros da Comissão Filipe Medon e Danilo Doneda. Convidados: Anderson Schreiber, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Caitlin Mulholland, da PUC do Rio de Janeiro; Nelson Rosenvald, do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil; e a jurista Gisela Sampaio, do BMA Advogados.

Das 10h45 às 12h30, Painel 11. "Arranjos institucionais de fiscalização: comando e controle, regulação responsiva e o debate sobre órgão regulador", com moderação dos membros da Comissão Fabricio da Mota Alves e Frederico Quadros. Convidados: Paloma Mendes, da Associação Brasileira de Governança Pública de Dados Pessoais; Fernando Filgueiras, da Universidade Federal de Minas Gerais; Andriei Gutierrez, da Câmara Brasileira da Economia Digital; da Raquel Lima Saraiva, do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife; e Rony Vainzof, da Fecomercio; perdão, o último convidado é o Rafael Zanatta, da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa.

Por fim, o nosso último painel amanhã, das 14h às 15h45, Painel 12. "Instrumentos regulatórios para inovação: códigos éticos e melhores práticas; avaliações de impacto; *sandboxes* e outros", com moderação do membro da nossa Comissão Georges Abboud. Convidados: Jackline de Souza Conca, do Ministério da Economia; Marcela Mattiuzzo, do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio internacional; Ricardo Campos, da Universidade de Frankfurt e Opice Blum, Bruno Vainzof Advogados; Norberto Andrade, Meta; Bruno Magrani, da Zetta; Carlos Affonso, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS/RIO).

Então, se não há mais questionamentos ou considerações a fazer, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 49 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2022, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quatro minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência de Danilo Doneda, reúne-se a Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil . Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em três partes: **1ª Parte - Painel 10 – Regimes de responsabilidade civil**. **Finalidade:** Painel 10 – Regimes de responsabilidade civil. **Participantes:** Dr. Anderson Schreiber, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Dra. Caitlin Mulholland, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ); Dr. Nelson Rosenvald, Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil; e Dra. Gisela Sampaio, BMA Advogados. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Painel 11 – Arranjos institucionais de fiscalização: comando e controle, regulação responsiva e o debate sobre órgão regulador**. **Finalidade:** Painel 11 – Arranjos institucionais de fiscalização: comando e controle, regulação responsiva e o debate sobre órgão regulador. **Participantes:** Dra. Paloma Mendes, Associação Brasileira de Governança Pública de Dados Pessoais.; Dr. Rafael Zanatta, Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa; Dr. Fernando Filgueiras, Universidade Federal de Goiás (UFG); Dr. Andriei Gutierrez, Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net); Dra. Raquel Lima Saraiva, Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec); e Dr. Rony Vainzof, Fecomercio. **Resultado:** Audiência pública realizada. **3ª Parte - Painel 12 – Instrumentos regulatórios para inovação: códigos éticos e melhores práticas; avaliações de Impacto; sandboxes e outros.**. **Finalidade:** Painel 12 – Instrumentos regulatórios para inovação: códigos éticos e melhores práticas; avaliações de Impacto; sandboxes e outros. **Participantes:** Dra. Marcela Mattiuzzo, Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio internacional (IBRAC); Dr. Carlos Affonso, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS/RIO); Dr. Bruno Magrani, Zetta; Dr. Ricardo Campos, Universidade de Frankfurt e Opice Blum, Bruno Vainzof Advogados; Dr. Norberto Andrade, Meta; e James Görgen, Chefe de Divisão de Economia 4.0 (representante de: Jackline de Souza Conca, Ministério da Economia). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Temporária Interna destinada a subsidiar a elaboração de minuta de substitutivo para instruir a apreciação dos Projetos de Lei nº 5.051, de 2019; nº 21, de 2020; nº 872, de 2021, que têm como objetivo estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil.

A presente reunião destina-se à realização de audiências públicas e será realizada da seguinte maneira: das 9h às 10h15, Painel 10, sobre regimes de responsabilidade civil, moderado por Filipe Medon e Danilo Doneda. Convidados: Anderson Schreiber, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Caitlin Mulholland, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Nelson Rosenvald, do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (Iberc); e Gisela Sampaio, do BMA Advogados. Cada um dos convidados terá o tempo regimental de 15 minutos.

Após, teremos o Painel 11, das 10h15 até 12h30, sobre arranjos institucionais de fiscalização: comando e controle, regulação responsiva e o debate sobre órgão regulador. A moderação será de Fabricio da Mota Alves, que está aqui ao meu lado, e Frederico Quadros Os convidados são: Prof. Fernando Filgueiras, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Andriei Gutierrez, da Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net); Raquel Lima Saraiva, do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec); Rafael Zanatta da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa; Rony Vainzof, da Fecomercio; e Paloma Mendes, da Associação Brasileira de Governança Pública de Dados Pessoais.

Por fim, encerrando nossa série de audiências, o Painel 12, que será realizado após o almoço, das 14h às 15h45, sobre instrumentos regulatórios para inovação: códigos éticos e melhores práticas; avaliações de impacto; *sandboxes* e outros. O moderador será Georges Abboud. Os convidados serão: Jackline de Souza Conca, do Ministério da Economia; Marcela Mattiuzzo, do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio internacional (Ibrac); Ricardo Campos, da Universidade de Frankfurt e Opice Blum, Bruno Vainzof Advogados; Norberto Andrade, da Meta; Bruno Magrani, da Zetta; e Carlos Affonso, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS/RIO).

Agora, passo à moderação do Painel 10, que como havia mencionado, trata justamente de um dos temas mais comentados, presente inclusive incidentalmente em vários os outros painéis, que são os regimes de responsabilidade civil para inteligência artificial.

A moderação será feita por mim e pelo meu colega Filipe Medon, a quem passo a palavra para uma breve introdução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Filipe.

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas. Saúdo todos na pessoa do nosso Presidente, Ministro Cueva, e do meu amigo Danilo Doneda, com quem tenho a honra de dividir esse painel na manhã de hoje.

Cumprimento também os ilustres palestrantes que falarão nesta manhã, dando prosseguimento a essas audiências públicas que têm sido tão ricas.

Pois bem, o tema que nos cabe hoje é de particular relevância. Como pudemos notar ao longo das mesas que nos antecederam, como o Prof. Danilo nos lembra, o tema da responsabilidade civil sempre acabou sendo lembrado de alguma forma. Ainda que não fosse o objeto direto das mesas, a discussão veio à tona dada a sua importância. E hoje nós temos a oportunidade de ouvir especialistas de renome sobre a matéria que tanto nos inquieta. E precisamos tomar o cuidado com os riscos sedutores que o tema apresenta evitando os caminhos mais fáceis.

A verdadeira busca aqui, o norte deve ser a reparação integral das vítimas, porque é este o grande escopo das normas de responsabilidade civil na atualidade. Por certo, precisamos conjugar isso com o necessário e salutar desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, que não pode ser deixado de lado, mas o grande foco, por comando constitucional, deve ser a reparação integral das vítimas. Em termos técnicos, precisamos nos questionar sobre a real necessidade de legislarmos nesta seara da responsabilidade civil no Brasil diante da sua interface com a inteligência artificial, sem nos esquecermos de que há muitas inteligências artificiais, o que acarreta riscos distintos e, consequentemente, soluções jurídicas distintas.

O desafio é grande. Por isso, devolvo, sem mais delongas, a palavra ao Prof. Danilo, que modera presencialmente os trabalhos deste primeiro painel.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado, Filipe, pela introdução, contextualização, é sempre bom lembrar que o tema dos riscos na regulação da inteligência artificial tem sido chamado à baila em várias sessões e em várias discussões e está presente, de maneira bastante concreta, em várias propostas que vem se articulando a nível internacional e também nacional. A sua necessária ligação ou não com o regime de responsabilidade civil é tema que ainda necessita, entende a Comissão, de maior aprofundamento, dada a disponibilidade e muitas vezes a pertinência de que outros instrumentos de mitigação e de contemplação do fenômeno do risco sejam também igualmente contemplados com o fim justamente de fornecer uma solução compatível com a tutela e garantia de direitos na sociedade, mediante a introdução cada vez mais aguda de instituições e ferramentas de inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base nisso, temos o prazer de abrir o painel, que me permito dizer estelar, de responsabilidade civil chamando, em primeiro lugar, o colega e amigo Anderson Schreiber, da Uerj, para falar pelo tempo de 15 minutos.

Por favor, Anderson, a palavra é sua.

O SR. ANDERSON SCHREIBER (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Prof. Danilo. A minha fala vai ser muito breve e objetiva.

Eu quero, em primeiro lugar, elogiar a iniciativa dessas audiências; em segundo lugar, quero entrar diretamente no tema. O objetivo da minha fala é tentar explicar por que não faz sentido que um projeto de lei sobre inteligência artificial contenha um dispositivo que prevê que as normas sobre responsabilidade civil dos agentes que atuam no desenvolvimento e operação dos sistemas de inteligência artificial devam se pautar pela responsabilidade civil subjetiva.

Em primeiro lugar, não faz muito sentido que uma lei ordinária crie uma norma dizendo que há preferência por um certo regime de responsabilidade civil, porque uma lei ordinária posterior naturalmente teria que especificar, concretizar essa preferência – isso tornaria o dispositivo anterior totalmente desnecessário. Segundo, se houvesse alguma preferência dentro do ordenamento brasileiro, não há nenhuma dúvida, de acordo com a nossa doutrina, com a nossa jurisprudência, inclusive o Código Civil, de que a preferência seria pela responsabilidade civil objetiva, que é o regime de responsabilidade civil que tem se aplicado a atividades que apresentam risco superior ao risco ordinário – o 927, parágrafo único, do Código Civil é expresso nesse sentido. A legislação consumerista também adota o regime de responsabilidade objetiva, embora com algumas peculiaridades, de maneira que a introdução de uma nova tecnologia, como é a inteligência artificial, sem dúvida alguma, se enquadraria dentro desse conjunto de hipóteses e atrairia, dentro do nosso sistema jurídico, a responsabilidade civil objetiva.

E, por fim – aqui vai uma opinião muito pessoal –, parece-me que eleger um regime único para todos os usos de inteligência artificial é um equívoco, seria mais ou menos a mesma coisa que a gente produzir uma norma que dissesse que todos os usos das técnicas da medicina seriam regidos por responsabilidade civil subjetiva ou objetiva ou por algum outro regime híbrido que pudesse ser concebido. A inteligência artificial é um instrumento; ainda que dotado de altos graus de autonomia, é um instrumento que atende a determinadas atividades, e são essas atividades e o modo como essas atividades se organizam que geram ou não geram danos e, portanto, atraem ou não atraem um determinado regime de responsabilidade civil. O Código de Defesa do Consumidor, por exemplo, ensinou muito a comunidade jurídica nacional ao distinguir a situação do fornecedor da situação do profissional liberal, por exemplo, que, às vezes, utilizando-se do mesmo tipo de técnica, acabam sendo enquadrados em regimes de responsabilidade civil diferenciados.

Então, não acho que seja produtivo a gente pensar em um regime único ou na eleição legislativa de um regime único de responsabilidade civil para a inteligência artificial sem diferenciar essas hipóteses,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, como todos nós sabemos, são tão ricas, variadas, múltiplas. Acho que é preciso muita cautela e muita prudência na eleição desses regimes.

Por fim, o fato de que a inteligência artificial é utilizada para determinadas atividades faz com que, no fundo, nosso ordenamento já contenha normas que podem ser aplicadas aos usos da inteligência artificial. O advento da inteligência artificial por si só não produz um *gap*, uma omissão, um buraco negro de aplicação da responsabilidade civil. As normas gerais de responsabilidade civil já encontradas no nosso sistema jurídico dão conta, a princípio, de novos usos que começam a ser introduzidos. É evidente que é interessante que a gente tenha norma detalhando um pouco mais isso, mas sempre a partir das hipóteses de utilização da inteligência artificial. A gente tem que, talvez, evitar este risco, esta tentação que o Filipe mencionou na sua apresentação, a de querermos agora, de repente, regular de todas as formas a inteligência artificial para torná-la mais segura. A responsabilidade civil é um tema que depende ainda, a meu ver, de alguma reflexão.

Com isso, encerro minha participação antes do tempo estimado.

Muito obrigado a todos.

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Prof. Anderson, pela sua fala tão rica, técnica, como de costume, e objetiva.

Aproveito para registrar a presença virtual dos seguintes membros da nossa Comissão: Profa. Ana Frazão, Bruno Bioni, Clara Keller, Estela Aranha e, agora, também Frederico D'Almeida.

Dito isso, passo a palavra para a Profa. Caitlin Mulholland, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pelo tempo regimental de até 15 minutos.

A SRA. CAITLIN MULHOLLAND (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Filipe.

Bom dia a todas e todos!

Eu teria uma apresentação para compartilhar com vocês, mas eu não tenho acesso ao aplicativo de compartilhamento de tela. Então eu vou, aproveitando aqui o pouco tempo que tenho para me manifestar, dispensar essa apresentação e partir imediatamente para o nosso assunto do dia.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Caitlin, desculpa, você está com acesso liberado já, me disseram.

A SRA. CAITLIN MULHOLLAND (*Por videoconferência*.) – O.k. Então, vamos lá! (*Pausa.*)

O bom de falar após o Prof. Anderson Schreiber é que nós temos uma visão muito semelhante no que diz respeito à responsabilidade civil e inteligência artificial. Então, muito possivelmente eu vou complementar a fala do Prof. Anderson com algumas informações que podem servir de subsídio para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

adoção de um sistema de responsabilidade civil no que tange aos danos ocasionados pela inteligência artificial que tenham como regra geral a responsabilidade civil objetiva, invertendo, muito entre aspas, aquilo que usualmente a doutrina mais tradicional reconhece como regra da responsabilidade subjetiva como sendo aquela que preferencialmente seria aplicada.

Então, a gente tem que responder três perguntas fundamentais quando nós estamos diante da aplicação de sistemas de inteligência artificial para que a gente alcance efetivamente o reconhecimento do regime que seria ou que será aplicado caso os danos se concretizem numa determinada sociedade.

A primeira pergunta é justamente identificar que inteligência artificial a gente está mencionando. Aqui na Comissão já foi debatido em outras ocasiões qual seria o conceito ou o conteúdo dessa inteligência artificial. E, obviamente, esses sistemas diferenciados vão gerar também formas de olhar para a responsabilidade civil de maneira diversa.

A segunda pergunta é: a que danos nós estamos nos referindo? Essa qualificação do dano tem uma relevância prática evidente, considerando principalmente o fato de que o sistema de inteligência artificial trabalha com meio de uso massivo de dados. E, uma vez ocasionado um dano decorrente da aplicação de um sistema de IA, esse dano terá uma natureza evidentemente coletiva.

E a terceira pergunta, que é justamente aquela a que se refere este painel, é: qual o regime aplicável a esse tipo de responsabilidade civil?

Então, respondendo a primeira pergunta, nós precisamos identificar uma tipologia para a inteligência artificial justamente porque cada um dos tipos de aplicação de inteligência artificial que nós já reconhecemos vai gerar como consequência o reconhecimento também de determinadas características.

Hoje, nós temos uma classificação muito aberta. Essa classificação é uma classificação de localização mais do que propriamente um aprofundamento conceitual, em que há uma distinção entre o que nós conhecemos como IA fraca ou limitada e a forte, que eu vou chamar aqui de criativa. A IA forte, criativa, inclusive, não é reconhecida como sendo ainda aplicada na nossa sociedade. Obviamente, nós não podemos desconsiderar que o avanço tecnológico pode levar ao desenvolvimento de inteligências artificiais fortes, mas, a princípio, nós estamos diante de uma realidade que impõe ou em que se verifica a aplicação dessa inteligência artificial fraca.

A distinção entre as duas basicamente diz respeito à capacidade de tomada de decisões com base em determinados insumos. A inteligência artificial fraca vai ser, em tese, caracterizada por uma transparência e capacidade de explicabilidade, ou seja, é possível, na aplicação desses sistemas, que se reconheça a forma como a tomada de decisão na química foi a constituída, permitindo, portanto, aí uma transparência ou relativa transparência em relação à aplicação desse sistema; enquanto a inteligência artificial forte ou criativa vai se caracterizar por uma opacidade e por tomada de decisões erráticas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

portanto com uma potencialidade ou probabilidade de desconhecimento da metodologia ou dos critérios que foram utilizados para a tomada de decisão.

Ainda em relação ao conceito de inteligência artificial, nós temos ali uma ideia, um componente da inteligência artificial que diz respeito a sua autonomia ou a sua capacidade de aprendizado. E aqui nós temos duas situações ou dois conceitos: a inteligência artificial é supervisionada ou ela toma decisões de forma relativamente independente, ou seja, haveria uma dependência de uma supervisão humana para a tomada de decisão; e a inteligência artificial não supervisionada, que dependeria de forma absoluta e única da própria máquina, ou seja, sem que houvesse aí uma interferência humana.

Por que eu estou me referindo a essa classificação? Porque cada uma dessas identificações conceituais da inteligência artificial pode levar ao reconhecimento de determinados riscos diversos que vão eventualmente modular a forma através da qual o regime de responsabilidade civil será identificado.

Segunda pergunta: quais são os danos? E aqui obviamente eu trago, exemplificando situações em que já existe a verificação de danos cometidos ou ocasionados em nossa sociedade, dentre eles, danos principalmente de natureza extrapatrimonial, em que nós podemos identificar a aplicação de sistemas que determinam discriminações decorrentes de perfilamentos baseados em sistemas, em base de dados que são mal formuladas ou mal alimentadas, assim como por meio de fórmulas ou algoritmos que geram decisões enviesadas.

Temos também exemplos de danos físicos que podem ocorrer principalmente com a aplicação dessas tecnologias em IOT, em instrumentos conectados à internet. A gente tem o exemplo clássico dos carros autônomos, que, imagino eu, está longe de ser uma realidade no nosso país, mas que nós devemos considerar.

E, como mencionei no início da minha fala, evidentemente sem desconsiderar a possibilidade de uma atuação individual daquele que sofre um dano decorrente da aplicação do sistema de inteligência artificial, os danos por conta da característica específica dos insumos que são utilizados pela inteligência artificial, que são uma base de dados que nós vamos conceituar como *big data*, têm uma característica primordialmente coletiva, atingindo os interesses da coletividade da sociedade de uma forma geral. Essa conceituação dos danos traz uma consequência direta na identificação do regime da responsabilidade civil justamente porque hoje, no ordenamento jurídico brasileiro, nós identificamos que as hipóteses em que há danos coletivos concretizados são hipóteses que impõem a responsabilidade civil objetiva.

Dito isso, é importante a gente retomar uma ideia, o conteúdo ou a fundamentação da responsabilidade civil contemporânea hoje, que é baseada principalmente em três princípios fundamentais: injustiça do dano, solidariedade social e os princípios – e aqui eu coloquei no mesmo conteúdo, mas, evidentemente, os conceitos são distintos – da prevenção e da precaução. Todos esses princípios servem como elementos ou fundamentos para alimentar ou proporcionar ao desenvolvedor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

sistemas de inteligência artificial uma gestão dos riscos adequada no que diz respeito ao desenvolvimento e à aplicação de sistemas de inteligência artificial.

Não vou mencionar, não vou entrar em minúcias a respeito desses três princípios, mas o que eu posso dizer, desde já, é que esses princípios não só são reconhecidos por meio de legislações específicas já em vigor como também são decorrentes do reconhecimento, na Constituição Federal brasileira, da necessidade de atendimento a eles.

Em relação, portanto, à gestão desses riscos, é importante, se nós adotarmos, se nós advogarmos por uma modulação do regime de responsabilidade civil que será aplicado, identificar a classificação habitual que está sendo adotada na União Europeia relacionada à classificação dos riscos, que vão desde riscos proibidos ou atividades que seriam proibidas de aplicação dos sistemas de inteligência artificial até aquelas situações em que existe um risco mínimo decorrente da aplicação desses sistemas.

A avaliação desses riscos vai se dar principalmente por meio – ou pelo menos eu considero – de dois requisitos. Primeiro, a avaliação da probabilidade de um dano se concretizar, tendo em vista um risco já conhecido. Se o risco for desconhecido, nós teremos aí a aplicação do princípio da precaução, e, portanto, o risco desconhecido passa a ser um risco alto ou até mesmo proibido. O segundo requisito seria a gravidade dos seus efeitos, ou seja, uma vez identificada, *a priori*, a capacidade danosa, seja em relação à qualidade do dano, seja em relação à quantidade dos danos, ou seja, a capacidade de atingir um número expressivo de pessoas, nós teríamos aí a possibilidade de classificar um determinado risco como sendo ou alto ou proibido.

Mas por que eu me refiro, mais uma vez, à classificação desses riscos? Porque, justamente, através dessa avaliação dos riscos, e, sem dúvida nenhuma, em acordo com o que o Prof. Anderson Schreiber já identificou, nós teríamos...

A inteligência artificial, de fato, é uma aplicação, uma tecnologia que impõe, por sua natureza, habitualmente, na sua aplicação, riscos. Portanto, através da análise desse risco – a gente concebe esses riscos –, a gente consegue identificar, via de regra ou regra geral, a responsabilidade objetiva como sendo a preferencial a ser aplicada. Esse termo "preferencial", inclusive, como o Prof. Anderson já mencionou, deve ser evitado. Ou bem nós temos um sistema que adota um determinado regime e outro, excepcionalmente, ou bem nós já utilizamos legislativamente, ou bem nós já utilizamos os sistemas, as regras de responsabilidade civil já identificadas no nosso ordenamento, que é o posicionamento que eu acho o mais adequado.

Se nós pensarmos que a responsabilidade subjetiva seria a preferencial, como previsto no projeto de lei de forma bastante equivocada, nós traríamos um problema evidente na responsabilidade civil, que é o fato de que a vítima do dano seria obrigada a identificar a conduta culposa, ainda que objetivamente considerada, do agente desenvolvedor da inteligência artificial, algo que seria demasiadamente gravoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou pesado para essa vítima, porque geralmente estaríamos diante de uma dificuldade decorrente do ônus da prova, que ficará a cargo da vítima, e também de uma eventual opacidade do sistema, que não permitiria aí a identificação da motivação ou da fundamentação dos elementos que geraram aquele determinado dano.

Em relação à responsabilidade objetiva, faz mais sentido a sua adoção, justamente porque nós estamos diante de uma responsabilidade, de uma atividade que gera riscos ou uma atividade que é potencialmente perigosa. E essa responsabilidade objetiva já vem identificada como cláusula geral no Código Civil, no art. 927, parágrafo único, portanto, já teríamos aí uma norma a ser aplicada.

Alternativas que a gente teria a essa responsabilidade civil. Nós temos três já reconhecidas: seguro obrigatório, fundo de compensação e um eventual patrimônio de afetação, sendo que seguro obrigatório é uma solução já aventada na proposta de regulação europeia e que eu considero bastante adequada, levando em conta os riscos decorrentes e previamente identificados na aplicação da inteligência artificial.

Pois bem, já terminando aqui os meus 15 minutos, a minha opinião é no sentido de considerar a responsabilidade civil da inteligência artificial com base na regra do art. 927, parágrafo único, atividade de risco, permitindo aí, eventualmente, a adoção de uma responsabilidade civil subjetiva, tal como nós temos no Código de Defesa do Consumidor.

Muito obrigada, Prof. Filipe, Prof. Danilo.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado, Caitlin.

Passo já a palavra para o Prof. Nelson Rosenvald, do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (Iberc), instituto que, semana que vem, promove o congresso nacional, que certamente virá a tratar desse e de outros temas.

Por favor, Prof. Nelson.

O SR. NELSON ROSENVALD (*Por videoconferência*.) – Bom dia.

Danilo, me ouve bem?

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito bem.

O SR. NELSON ROSENVALD (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Bom dia.

Obrigado, Prof. Danilo; obrigado, Prof. Filipe, pela oportunidade. De fato, as falas anteriores, dos Profs. Anderson e Caitlin, facilitam muito minha vida aqui hoje.

Deixe-me botar aqui meu acusador de tempo para facilitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A responsabilidade civil é e será o repositório de todas as disfuncionalidades do ordenamento jurídico, seja quando há uma violação ao contrato, uma infração à propriedade ou, mais recentemente, a direitos da personalidade, seja na experiência recente com a LGPD, seja, hoje, com a inteligência artificial, que é o nosso tema, porque a grande questão aqui, em sede de responsabilidade civil, é pesar a interação entre inovação de um lado e regulação do outro, um ecossistema no qual o mote é a incerteza.

E o PL 2.120, no art. 6°, inciso VI, quando traz a responsabilidade subjetiva para os agentes que atuam nessa cadeia, infelizmente trouxe uma grande simplificação que contradiz a própria complexidade do que se quer regular, porque, como bem dito aqui antes, as tecnologias digitais emergentes são marcadas pela imprevisibilidade, pela opacidade. Muitas vezes o aprendizado se dá sem o controle humano direto, ou seja, os algoritmos são contextualizados, eles demandam soluções específicas para problemas específicos. Então, em matéria de responsabilidade civil não pode haver um "*a priori*", porque tudo depende, como o Prof. Filipe Medon já colocou em outra situação, da tipologia, da autonomia concreta, da inteligência –*smart contracts* é um assunto; cirurgia robótica é outro; carros autônomos, um terceiro. Em uma mesma tipologia, como na dos carros autônomos, podem existir diversos graus de autonomia em relação ao condutor.

Por isso, eu elogio o processo da União Europeia, que vem, desde 2017, com calma, no sentido de que amanhã a pessoa não deixe de ser indenizada por danos patrimoniais ou existenciais que sofreu. Inclusive, há uma resolução agora, de 3 de maio de 2022, enfatizando esse mesmo caminho sensato, equilibrado. Mas, no Brasil, não. No Brasil, a questão se tornou premente agora.

Eu, por coincidência, hoje publiquei, no Migalhas de Proteção de Dados, um artigo com seis argumentos apenas para contribuir para esse debate. E venho aqui hoje como um civilista para falar de argumentos específicos de responsabilidade civil.

O primeiro deles: a expressão responsabilidade subjetiva, apesar de ser tradicional, é indesejável. Ela traz uma insegurança jurídica, porque qual responsabilidade subjetiva é essa de que estamos falando? Alguns doutrinadores trabalham com a ideia de culpa, do *faute*, do código francês. Eu prefiro trabalhar com a noção que vem desde Ihering, que foi assumida no código alemão, no código de Portugal e no código brasileiro, de que o núcleo da responsabilidade subjetiva está no ilícito. E o ilícito não é algo subjetivo, é uma violação objetiva de deveres, conforme está nos arts. 186 e 187, ou seja, existe já dúvida aqui. E, mesmo para os que defendem a responsabilidade subjetiva enucleada na culpa, que culpa seria essa? Poderia ser uma culpa presumida, como diz a resolução do Parlamento europeu de outubro de 2020, que até é interessante, como a técnica de inversão do ônus da prova apenas para atividades de baixo risco.

E as incertezas vão aumentando à medida que entramos na responsabilidade objetiva na inteligência artificial, porque, como diz o Ugo Pagallo, aqui é uma zona cinzenta de imputação, porque existem diferentes tipos de tecnologias digitais emergentes na estrutura e na função.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

Então, por mais que nós possamos aplaudir a cláusula geral do risco, existem outros nexos de imputação. Podemos aplicar uma responsabilidade civil indireta por fato de terceiro em alguns casos tendo uma relação com a máquina de patrão e empregado; ou, em alguns casos de tecnologia, uma relação de pais para com os filhos menores. Por vezes, o nexo de imputação objetivo estará numa responsabilidade civil pelo fato da coisa, como já há no Código Civil também – a inteligência artificial sendo vista como uma coisa inanimada ou como um animal. Em suma, esses vários nexos de imputação objetiva subvertem a pretensa primazia da responsabilidade subjetiva.

E, para vocês verem a dificuldade, apenas na questão do uso das palavras existem caminhos intermediários entre a responsabilidade subjetiva e objetiva. No próprio CDC, o que nós temos é uma responsabilidade civil subjetiva do fornecedor, com alto grau de objetividade, porque se aboliu a discussão da culpa, mas ainda há discussão do ilícito, que é o defeito do produto ou do serviço, que é a desconformidade a um padrão esperado de segurança, o que é diferente do risco da atividade do 927, parágrafo único, onde não interessa se houve uma atividade lícita ou ilícita: basta que aquela atividade de risco seja, por sua natureza, algo que cause uma quantidade numerosa de danos ou danos qualitativamente graves. A própria ideia que eu vejo alguns colegas expressarem do risco da atividade como uma atividade perigosa pode ser algo de outros códigos, de outros países, como o código italiano, mas aqui no Brasil não, pois não há necessidade do perigo da atividade: basta uma potencialidade lesiva, porque nem todo risco indica perigo. Uma inteligência artificial que gere danos por ofensa a direitos fundamentais por discriminação é risco inerente, é responsabilidade objetiva, sem que se use a palavra "perigo". E, mesmo quando o projeto faz uma exceção à responsabilidade civil do Estado como responsabilidade objetiva, o cuidado também é necessário, porque vamos utilizar a teoria do risco administrativo.

A teoria do risco administrativo está desatualizada, porque infelizmente alguns tribunais, como o STJ, ainda interpretam a omissão do Estado como responsabilidade subjetiva, quando, na verdade, deveríamos pensar além da responsabilidade do Estado como proteção de direitos fundamentais e sempre uma responsabilidade objetiva.

E, como o Prof. Anderson bem colocou, uma outra falha de origem da própria ideia do projeto de lei é querer mimetizar aqui uma pretensa hierarquia abstrata que possa existir do 927, parágrafo único, como se a responsabilidade subjetiva fosse a regra, e a responsabilidade objetiva fosse exceção. Isso não existe. São nexos de imputação distintos. O *caput* do 927 trabalha com a ideia da antijuridicidade da conduta, enquanto o parágrafo único já trabalha com a ideia de danos causados por atividade de risco inerentes.

Mas eu quero ampliar o debate, e o que a Profa. Caitlin me colocou já me atualizou muito. É que vivemos um estado da arte hoje que não é o da responsabilidade civil: é o da gestão de riscos, pensando em prevenção de riscos tangíveis e precaução com relação a riscos hipotéticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando um projeto de lei afunila muito na questão da obrigação de indenizar por uma sentença do juiz, se é subjetiva ou objetiva, a gente fica preso àquela velha ideia da *liability*, aquele mecanismo Caio *versus* Tício, onde há uma imputação de danos por um nexo causal entre um dano e uma conduta com base num certo nexo de imputação. Em matéria de inteligência artificial, isso deveria ser só epiderme, a parte visível do *iceberg*, porque a melhor forma de regular a responsabilidade civil na inteligência artificial é trabalhando com essas camadas adicionais de responsabilidade, que são a *accountability* e a *answerability*, porque, quando a *accountability* traz parâmetros regulatórios preventivos na inteligência artificial e atribui a obrigação a um agente sobre como o algoritmo é criado, qual é o seu impacto social, trazemos, então, uma interação entre a responsabilidade civil clássica, a *liability*, e uma regulamentação que é capaz de fortalecer todo o sistema com uma governança de dados, e essa governança de dados pode se dar *ex ante* ou *ex post*. A governança *ex ante* é algo que muita gente já falou aqui nessas audiências: é um guia para o desenvolvedor, são padrões de cuidado, como você alimenta seu *machine learning*, como você treina seu *deep learning*, como você mitiga danos, ou seja, é uma planificação para o risco de maior impacto negativo, *compliance*. Mas o que me interessa aqui é como a *accountability* pode contribuir no debate da responsabilidade civil, mesmo judicial, porque, quando a *accountability* vem *ex post*, depois do dano, ela pode servir para um guia para o próprio magistrado.

Por que isso? Porque, quando um juiz fixa a responsabilidade civil, mesmo objetiva, ele não pode apenas olhar para a tipologia ou para a autonomia concreta da específica inteligência artificial que está envolvida no dano; não, o magistrado tem que apartar quem é o agente cauteloso daquele que nada faz. Tem que haver um incentivo a comportamentos estratégicos em termos de segurança. E aí que surge a função promocional da responsabilidade civil. Temos que investir em sanções positivas, em sanções premiais, em que haja uma imputação objetiva, mas especial para aqueles agentes com excepcional diligência, ou seja, aqueles que superaram as expectativas de conformidade ao regulamento, aqueles que agem proativamente para mitigar danos.

O que eu quero dizer é que responsabilidade civil hoje em dia não é só compensar nem punir ou prevenir; é recompensar virtudes, é estimular a passagem do mínimo ético para o máximo ético. E hoje vocês sabem que o que as empresas mais apreciam é a reputação, é exatamente o grande ativo material. É uma corrida para a ESG. E a governança só faz sentido na imputação objetiva. Ao contrário do que tenho ouvido, não tem nada a ver *accountability* com responsabilidade subjetiva. Todos os incentivos, mesmo em matéria de análise econômica do direito para *accountability*, estão na responsabilidade objetiva.

E a minha parte final é dedicada a outra camada da responsabilidade, que é a *answerability*, que é a explicabilidade, que é importante no contexto da responsabilidade civil, porque há uma imensa dificuldade em auditar os algoritmos de *machine learning* e *deep learning*. Então, nós temos que ter um procedimento de justificação de escolhas onde haja uma compreensão holística do cenário da inteligência artificial, para que haja previsibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, neste momento, eu já não estou na função compensatória nem na função promocional da responsabilidade civil, mas na função preventiva, porque a *answerability* traz uma ideia de supervisão. Ela complementa a governança, que é a *accountability*, e complementa a *liability* tradicional, ou seja, ela permite verificar o controle sobre um processo – e isso é importante – mesmo quando o comportamento desejável não pudesse ser especificado com antecedência. Então, se há uma entidade de supervisão, mesmo *ex post*, mesmo depois do dano, passa a ser possível separar os comportamentos aceitáveis daqueles que são inaceitáveis.

Então, qual é a minha conclusão sobre tudo isso? Nós não vivemos mais uma época de direito de danos. É um direito além dos danos na responsabilidade civil pela inteligência artificial. A responsabilidade civil aqui não quer apenas conter danos, o que já é importantíssimo, mas também conter comportamentos. Então, para isso é importante que venha um arsenal de instrumentos – como dizem os alemães, um acordo de captura mútua –, em que não apenas entre a responsabilidade civil, essa expandida, que eu coloquei aqui, da *liability*, da *answerability* e da *accountability,* mas que tenhamos também políticas públicas, ações coletivas, um direito administrativo sancionador e, como a Profa. Caitlin colocou, sistemas de seguro obrigatório e fundos coletivos.

Portanto, a minha conclusão é essa, não apoiando o PL pelo que ele colocou. Nós precisamos tratar esse tema com muito cuidado e muito carinho.

Quero agradecer a atenção de vocês e passar a palavra de volta ao Prof. Danilo.

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Prof. Nelson, pela sua fala tão densa e clara.

Passo imediatamente a palavra para a Profa. Gisela Sampaio da Cruz Guedes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e do BMA Advogados.

A SRA. GISELA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Filipe, obrigada.

Cumprimento todos na pessoa do Filipe e na pessoa do Danilo. É um prazer estar aqui hoje com vocês.

Eu pergunto se consigo compartilhar a minha tela. Consigo?

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Consegue, sim, Gisela.

A SRA. GISELA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Não, não consigo. Está dizendo que o *host* desabilitou a opção.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Dizem que agora consegue.

A SRA. GISELA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Ah, sim. Agora, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão vendo a minha apresentação?

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Sim.

A SRA. GISELA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Bom, gente, é o problema de falar por último: eu, na verdade, só me junto aos professores que já falaram antes de mim. De certa forma, o problema de falar por último é que a fala fica um pouco esvaziada, mas vamos lá.

A única diferença entre a minha apresentação e o que já foi exposto pelo Prof. Anderson Schreiber, de maneira muito objetiva, mas precisa, e a diferença entre a minha apresentação e a participação da Profa. Caitlin é que eu trouxe aqui alguns exemplos para ilustrar o que a gente está falando, mas a fala no fundo é a mesma.

Este é o nosso índice.

O que eu acho? Enfim, de tudo o que eu li nesse meio tempo, até para preparar essa apresentação – eu venho estudando esse tema, embora eu não tenha ainda me manifestado publicamente –, é que são tantos tipos de inteligência artificial... O Prof. Carlos Affonso fez um esforço, em um livro coordenado pelo Prof. Tepedino e pelo Rodrigo da Guia, que foi nosso aluno lá na Uerj, de tentar enquadrar esses tipos em dois grandes grupos: aplicações de inteligência artificial que substituem comportamentos humanos, a exemplo dos carros autônomos, dos robôs superinteligentes, que de fato substituem uma conduta humana; e um segundo grupo, que são aquelas aplicações de inteligência artificial que analisam grandes quantidades de dados, mas se limitam a emitir uma recomendação. E aí a gente tem também diversos exemplos: aplicativos de assistência médica, aplicativos que recomendam investimentos financeiros, aplicativos que recomendam determinado projeto de trânsito ou que simplesmente recomendam um bom filme, uma boa bibliografia, um livro, uma música. Enfim, são aplicações de inteligência artificial completamente diferentes, que geram riscos completamente diferentes.

Então, assim, se a gente trouxesse para esse painel não quatro, mas dez, quinze, vinte especialistas de responsabilidade civil, eu acho que a fala seria a mesma porque quem é da área sabe que é impossível colocar a inteligência artificial no mesmo saco, todas essas aplicações no mesmo saco. E aí o que eu queria dizer é o seguinte...

Só para ilustrar o que eu estou falando, eu vou pegar esses dois primeiros exemplos do carro autônomo e do aplicativo de assistência médica. Só para pegar um exemplo de uma aplicação que substitui um comportamento humano e um exemplo de uma aplicação de inteligência artificial que, na verdade, só emite uma recomendação.

Então os dois exemplos estão aqui. A gente precisa identificar quem são os sujeitos dessas duas relações jurídicas. E eu diria para vocês o seguinte, pegando um pouco carona nessa expressão de que o regime da responsabilidade objetiva seria o regime preferencialmente adotado: eu acho assim que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

tem aqui claramente situações muito diferentes, mas, sem dúvida, nesses personagens que estão em cinza, nos dois exemplos... E aqui, quando eu estou usando o exemplo do carro autônomo, só para deixar claro, estou me referindo assim àquele carro autônomo nível cinco, em que simplesmente o proprietário vai no banco do carona, e o carro o conduz ao local de destino, sem que o proprietário do carro tenha muita ingerência ou muito pouca ingerência, tá? E no outro exemplo eu estou falando do aplicativo de assistência médica, que recomenda um determinado tratamento, mas, no fundo, no fundo, quem aplica o tratamento e decide no final das contas é o médico.

Nesses dois exemplos, se me dissessem assim: "Gisela, você só pode escolher um regime para os personagens em cinza". Sem dúvida nenhuma, eu escolheria, como o Anderson, como a Profa. Caitlin, como o Prof. Nelson, o regime da responsabilidade objetiva, por entender que essas atividades, em maior ou menor grau, não deixam de ser uma atividade de risco. Agora, a pessoa que está por trás, o usuário da inteligência artificial, que é essa bolinha que eu destaquei em vermelho, que é o proprietário do carro, o médico, em relação a esses, sim, eu acho que o buraco é muito mais em baixo. Acho que se já é difícil estabelecer regime único para os personagens que estão em cinza – e, se eu tivesse que estabelecer, eu estabeleceria o regime da responsabilidade objetiva –, para os personagens que estão em vermelho, ou seja, o proprietário do carro e o médico, é impossível, eu acho que, francamente, é mais discutível ainda se a gente poderia ter um único regime.

Eu vou entrar agora no primeiro exemplo, o do carro autônomo. Em relação ao carro autônomo, uma outra coisa que eu queria dizer é que as circunstâncias fáticas para a responsabilidade civil são extremamente relevantes. A responsabilidade civil é uma área em que é muito difícil a gente adotar uma solução em abstrato para, na verdade, todo tipo de situação. Então assim, se ocorreu um acidente, o proprietário do carro responde? Em caso positivo, em qual regime de responsabilidade ele responderia? Depende, não é? Qual é o nível de autonomia do carro? É um carro com autonomia nível cinco ou é um carro com autonomia nível um? O proprietário tinha que fazer alguma atualização de *software* que deixou de fazer? O dano atingiu outro carro autônomo? O dano atingiu o condutor ou o dano atingiu um pedestre? Então, são circunstâncias que vão influenciar também, para a gente aferir o regime de responsabilidade civil do proprietário do carro.

Agora, de modo geral, em relação ao fabricante, ao montador, em relação ao fornecedor de tecnologia, em relação ao comerciante, por que a gente diz que, se a gente tivesse que adotar um regime, a gente adotaria o regime da responsabilidade objetiva? Porque na verdade esses personagens já estariam de certa forma atraídos pelo Código de Defesa do Consumidor.

O Prof. Nelson destacou, na fala dele, um ponto que eu também acho importante, que é o seguinte: quando a gente pensa com a cabeça do Código Civil de 1916, onde os doutrinadores da época costumavam dizer que a responsabilidade subjetiva é a regra e a responsabilidade civil objetiva é a exceção, hoje essa afirmação já pode ser colocada em xeque, porque se a gente fosse fazer uma pesquisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

se a gente fosse contratar uma inteligência artificial de jurimetria para fazer uma pesquisa... Vem cá, no final das contas, estatisticamente, existem, no TJ do Rio ou no STJ, no TJ de São Paulo, e por aí vai, mais casos de responsabilidade civil objetiva ou mais casos de responsabilidade civil subjetiva? Eu diria para os senhores que seguramente existem mais casos de responsabilidade civil objetiva, por conta do CDC. Então, não dá mais para dizer que a responsabilidade subjetiva é a regra e a objetiva é a exceção. A gente tem uma cláusula geral de responsabilidade objetiva no nosso sistema, ao lado de uma cláusula geral de responsabilidade subjetiva. Só que a força do CDC trouxe para o nosso sistema uma enxurrada de casos de responsabilidade objetiva.

Eu acho que como, na verdade, nós temos tipos de inteligência artificial muito diferentes, para mim a melhor solução não seria adotar um regime único, nem para esses personagens em cinza. Mas, se eu tivesse que adotar um regime único, eu adotaria o regime da responsabilidade civil objetiva. Para o personagem vermelho, como eu disse, eu acho que seria mais absurdo ainda se pensar em um regime de responsabilidade civil único.

Pegando agora o exemplo do médico, se o médico usa o aplicativo de assistência médica para, na verdade, respaldar uma decisão dele ou como fonte de pesquisa, no fundo, quando ele aplica o tratamento para o paciente, foi uma decisão dele. Se ele consultou só aquela inteligência artificial ou se ele consultou outras fontes de pesquisa, como ele deveria ter consultado, porque provavelmente essa será a orientação do Conselho Federal de Medicina e de outros órgãos de classe, muito bem. Mas ele não pode chegar e falar: "Olha, eu apliquei o determinado tratamento baseado nesse aplicativo aqui de inteligência artificial, que me disse que o diagnóstico era esse e que o tratamento adequado seria aquele". Não. Ele não pode se valer dessa escusa para se eximir do dever de indenizar.

Só que quando a gente olha para o médico, a situação do médico é diferente da situação do proprietário do carro. Por quê? Porque o médico, na maior parte das vezes vai se submeter ao CDC, que, mesmo trazendo como regra a responsabilidade objetiva, previu também uma importante exceção para o profissional liberal. Então, na verdade, o médico, a meu ver, pelo menos numa análise perfunctória, acho que ele continuaria se submetendo a um regime de responsabilidade civil subjetivo.

Agora, a inteligência artificial, os criadores, desenvolvedores da inteligência artificial que está por trás desse aplicativo... Aí vai depender muito. Como aqui nesse caso o aplicativo não substitui a conduta humana, ele só, na verdade, recomenda a adoção de um determinado tratamento, vai depender de quão inofensiva foi essa recomendação. No caso de um médico, ela pode ser muito pouca inofensiva. Agora, um aplicativo que me recomenda, por exemplo, um filme para eu assistir, o potencial lesivo desse aplicativo é muito baixo. Então, assim, circunstâncias fáticas relevam sempre a responsabilidade civil.

Falando um pouco do regime, eu diria para vocês o seguinte: mesmo olhando para todos esses personagens que envolvem o carro autônomo, eu diria que hoje, se a gente tivesse uma série de carros autônomos na rua causando inúmeros acidentes, que é uma realidade que hoje a gente não tem no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a verdade é a seguinte, eu acho que provavelmente a resposta que o nosso ordenamento daria, até mesmo quando ele desse um pitaco para falar da responsabilidade civil do proprietário do carro, que na verdade não é o condutor, embora existam argumentos para os lados, eu acho que provavelmente o que iria prevalecer seria a responsabilidade objetiva. Por quê? Porque, no caso específico de acidentes de veículo, a gente tem uma jurisprudência reiterada do STJ dizendo que o proprietário do veículo automotor – aqui eu estou falando do proprietário do veículo automotor não autônomo – responde solidária e objetivamente pelos atos culposos, até se ele emprestar o cargo para um terceiro condutor. Eu trouxe aqui um acórdão de 2022; poderia ter trazido um acórdão de dez anos atrás, porque esse já era o entendimento, mas trouxe de 2022 só para dizer que continua sendo esse o entendimento.

Então, a gente tem responsabilidade civil pelo fato da coisa, teoria da guarda, o parágrafo único do art. 927. Do outro lado, a gente poderia falar numa culpa *in eligendo* na escolha do *software,* a gente poderia falar que ele fez uma intervenção ou uma alteração não autorizada no *software.* Essa realmente seria uma falha humana, mas para eu ter isso aqui eu teria que ter um carro não de nível 5, mas um carro que comportasse mais uma ingerência humana na atividade, e poderíamos falar numa falha da atualização do *software,* a justificar: "Olha, aqui houve uma falha humana. A gente tem que pensar mais na responsabilidade subjetiva". Mas assim, provavelmente, no caso dos veículos, hoje a resposta que a jurisprudência daria provavelmente seria a resposta da responsabilidade objetiva, tanto para o fabricante, desenvolvedor da inteligência artificial, quanto para o próprio condutor. Agora, no caso do médico não; no caso do médico eu acho que já seria diferente. No caso, se a gente olhar para o médico, eu acho que provavelmente a resposta da jurisprudência seria: "O médico vai responder subjetivamente", porque até a responsabilidade dos cirurgiões plásticos, eu pelo menos me filio à essa corrente, é subjetiva, então o médico estaria enquadrado aqui na exceção do Código de Defesa do Consumidor.

O que eu quero mostrar com isso? Por que eu estou comparando esses dois exemplos? Porque, assim, se a gente quiser ter uma lei regulando a inteligência artificial, eu acho que talvez faça sentido, com o desenvolvimento da inteligência artificial no Brasil... Eventualmente a gente ter uma lei, por exemplo, que regulasse o problema dos carros autônomos e diferenciasse o carro nível 5 do carro 4, do carro nível 3, 2, 1. Agora, fazer uma lei que pegue ao mesmo tempo o desenvolvedor da tecnologia do carro autônomo nível 5 e que pegue o desenvolvedor da inteligência artificial que está por trás do aplicativo que só recomenda um determinado tratamento médico e colocar todo mundo no mesmo saco e colocar também, na outra ponta, o proprietário do veículo e o médico no mesmo saco, isso é um absurdo!

Eu acho que o caso do proprietário do veículo e do médico seria um absurdo maior. Mesmo no caso dos personagens que estão por trás da inteligência artificial, ou seja, o desenvolvedor da inteligência artificial do carro e o desenvolvedor da inteligência artificial do aplicativo, eu acho que já é um problema colocar todo mundo no mesmo saco. E, se fosse para colocar, definitivamente não seria para fazer como fez o projeto, colocando como regra a responsabilidade civil subjetiva para todo mundo, porque, na verdade, isso é ir contra a maré, isso é ir contra não só a evolução da responsabilidade civil, mas contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também as soluções que estão sendo dadas em outros ordenamentos. Então, na minha opinião, não tem como esse projeto de lei funcionar dessa forma.

Eu acho que esta Comissão tem um desafio enorme. Há pouco tempo, vivi uma experiência parecida, porque fui chamada para fazer parte de um grupo de trabalho para botar de pé um projeto de lei para reformar o direito das garantias brasileiro. Eu posso assegurar para vocês que a gente trabalhou durante seis meses. Tivemos reunião toda quarta-feira – eram reuniões de duas horas, que ocorreram até nos feriados –, e foi superdifícil colocar de pé esse projeto. Tudo bem que era um projeto de uma magnitude grande, que tinha por objetivo alterar quase 200 artigos do Código Civil. Aqui o escopo, talvez, seja um pouco menor, mas, por outro lado, acho que os desafios aqui são até maiores, porque ou a gente vai ter leis setoriais, como uma lei para regular os veículos autônomos e outra lei... E aí a gente vai ter um retalho, um conjunto de leis, porque aplicar uma solução única para todos esses personagens, na minha opinião, é definitivamente impossível.

Já estou me encaminhando para a conclusão. Só para corroborar as falas anteriores, a minha conclusão é que há a impossibilidade de se estabelecer um regime único de responsabilidade civil para tantas formas de aplicação de inteligência artificial. Mesmo considerando uma única forma de aplicação isolada de inteligência artificial, eu acho que é muito difícil aplicar uma solução abstrata sem considerar as nuanças de cada caso. E eu acho que a gente tem hoje uma responsabilidade civil no Brasil que tem elementos sólidos, doutrina especializada. Tenho dúvida se a gente precisaria ter um projeto de lei nesse sentido.

Com isso, encerro a minha fala, respeitando o prazo regimental.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado, Profa. Gisela.

Agradeço, na pessoa da Professora, todos os painelistas, que cumpriram extremamente bem o tempo atribuído e que foram extremamente substanciosos, visto que temos agora 40 minutos para os debates e que esse é um tema que, desde sempre, acarretou dúvidas e questionamentos.

Então, eu vou propor... Eu e o Filipe vamos propor algumas perguntas, para depois passá-las diretamente para os membros da Comissão.

A primeira pergunta que eu faço a todos – é claro que alguns temas já foram tocados, mas eu a faço agora de uma forma mais direta, talvez – é: o ordenamento jurídico brasileiro confere uma resposta adequada à questão da responsabilidade civil pelos danos causados pela inteligência artificial, ou é necessária uma intervenção legislativa? Em outras palavras, é ou não é o caso de o PL tratar de responsabilidade civil? Se a resposta for "sim", a responsabilidade civil deve ser um instrumento central ou residual e supletivo?

Passo a palavra para o Filipe Medon, porque ele tem perguntas certamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Prof. Danilo.

Bom, de forma bastante objetiva, as perguntas que dirijo aos painelistas são as seguintes: o eventual estabelecimento por via legal de regimes diferenciados de responsabilidade civil, caso a primeira pergunta seja positiva, em função dos riscos representados por cada tipologia desta, seria coerente com o ordenamento jurídico brasileiro? Uma tipologia desse gênero deveria abranger somente as gradações de alto e baixo risco, ou seria necessário estabelecer uma maior variedade de níveis de risco? E mais: deveríamos prever abstratamente quais atividades são de alto ou baixo risco, como num anexo, a exemplo daquilo que tem sido defendido na União Europeia, num tom harmonizador entre os países que compõe o bloco?

E a segunda pergunta é sobre a prática da adoção de seguros de responsabilidade civil obrigatórios ou os fundos complementares a que aludiu a Profa. Caitlin. Será que estes seriam uma solução regulatória adequada? Quais seriam as vantagens e os eventuais problemas da adoção de seguros e fundos?

Dito isso, eu passo a palavra para a Profa. Clara Iglesias.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Filipe, desculpa interromper, mas a gente podia fazer... São três perguntas. Vamos passar pelos painelistas para depois passar para a Comissão? Desculpe-me aí a mudança de ordem, mas passo a palavra, na ordem de apresentação, para o Anderson Schreiber.

Por favor, Anderson.

O SR. ANDERSON SCHREIBER (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Prof. Danilo.

Começando sobre a primeira pergunta, sobre ser ou não o caso de o PL tratar de responsabilidade civil, a minha opinião é que de jeito nenhum. Acho que o PL, para poder tratar de responsabilidade civil, teria que necessariamente passar por uma especificação das várias hipóteses e situações de responsabilidade civil, e isso acabaria por desnaturar o PL, não é? O PL tem um caráter um pouco mais geral, é um PL de um primeiro momento da inteligência artificial, e ficaria impossível fazer esse tipo de especificação. A responsabilidade civil acabaria engolindo o PL.

Então, a minha opinião é de que de jeito nenhum. Isso por diversos motivos. A Profa. Gisela já bem expôs aqui uma série de hipóteses diferentes. O Prof. Filipe Medon aqui, que é um dos moderadores do painel, tem um livro fabuloso sobre inteligência artificial e responsabilidade civil, que eu tive a honra de orientar. E o processo de orientação, como o Filipe sabe, foi justamente nesse sentido. Quer dizer, é difícil partir de uma definição geral e abstrata de responsabilidade civil para a inteligência artificial. Então, toda hora a gente ficava ali: " Mas qual é o grau de autonomia do condutor, não é? Ah, é um acidente com um carro autônomo... Bom, mas quem é a vítima? É o próprio condutor? É o condutor de outro veículo? O outro veículo também é autônomo? Não é autônomo? É o pedestre que é atropelado?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, as situações lesivas são muito variadas. E o regime de responsabilidade civil e regras específicas de responsabilidade civil se alteram conforme a hipótese. Eu acho que a responsabilidade civil hoje, no Brasil, sofre de um mal enorme que é a generalidade, a erva daninha da generalidade. Todo mundo acha que sabe responsabilidade civil, porque é um setor do Direito Civil que tem poucas normas, muitas cláusulas gerais. Todo mundo acha que entende disso, e a gente tem pouca especificação. O projeto de lei é uma intervenção legislativa, a meu ver, que só seria útil se fosse muito específico, o que foge do escopo deste PL em particular.

Sobre a segunda pergunta – se a tipologia seria coerente –, eu acho que depende um pouco da tipologia. É difícil analisar isso de novo em abstrato, genericamente. A gente teria que trabalhar sobre essa tipologia, e esse é um trabalho lento, gradual, que depende de uma interação entre o conhecimento jurídico e o conhecimento técnico, e que, de novo, teria que ser muito específico. A meu ver, foge também do propósito do PL.

Por fim, sobre os seguros e fundos de responsabilidade civil, eu tenho defendido essa ideia há muitos anos, mas também é algo que depende de amadurecimento. Dentro do campo dos seguros obrigatórios, a gente também tem uma série de espécies diferentes. Vai ser um *first party insurance,* vai ser um *third party insurance*? Que tipo de seguro é mais eficiente no campo da inteligência artificial? Se são fundos, quem contribuirá para esses fundos, quem será o gestor desses fundos? Também é uma regulamentação altamente específica. O PL, a meu ver, se for tratar disso, vai acabar tendo que delegar essa especificação para alguma entidade ou, enfim, por algum caminho aí.

Eu acho que a autorregulação também tem um papel aí, e outros sistemas de prevenção de danos precisam atuar. Portanto, acho que é um caminho, mas também precisa ser mais específico. O que me preocupa é um projeto de lei que traz diretrizes gerais, o que é muito importante – isso é muito importante neste momento –, acabar entrando por iniciativas muito específicas que demandem uma disciplina muito detalhada e isso acabe por dificultar o trabalho da Comissão. Essa é a minha opinião.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Obrigado, Prof. Anderson.

Profa. Caitlin, por favor.

A SRA. CAITLIN MULHOLLAND (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Prof. Danilo.

As minhas palavras vão ao encontro do que o Prof. Anderson já ponderou na sua fala, na sua resposta. De fato, o projeto de lei tem uma natureza principiológica fundante, e qualquer outra matéria que fuja a essa principiologia seria neste momento muito equivocada pelo vício da antecipação, ou seja, uma falta de maturidade em debates. Por mais que nós estejamos aqui e a Comissão tenha sido instituída para possibilitar esse diálogo, de fato nós temos aí uma falta de amadurecimento sobre o debate, enfim, sobre responsabilidade civil e outros institutos que a gente possa considerar como adequados para fazer frente aos danos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu diria que nós já temos, no ordenamento jurídico brasileiro, algumas soluções que já são maduras. A gente pode começar pelo Código de Defesa do Consumidor. No Código de Defesa do Consumidor, quando estabelece a responsabilidade civil objetiva baseada na falha, no dever de segurança e, portanto, no defeito do produto, já há um critério bastante específico e maduro no que diz respeito a essa responsabilização, ou seja, se a gente imaginar que a inteligência artificial defeituosa pode... Primeiro, se a gente imaginar que o sujeito a quem a inteligência artificial está sendo destinada e aquele que desenvolve a inteligência artificial estão dentro, são partes de uma relação de consumo, não há nenhuma dúvida de que a gente estaria diante aí de uma aplicação direta do CDC, conforme o projeto de lei mesmo menciona em um dos parágrafos do art. 6°.

Da mesma forma, nós temos já o reconhecimento, na Constituição Federal, da responsabilidade civil do ente público. E aí eu concordo com o Prof. Nelson: o risco administrativo está absolutamente ultrapassado, mas o fato é que a Constituição Federal reconhece também uma responsabilidade objetiva. Então, se a gente está diante de uma aplicação de um sistema de IA pela administração pública ou por algum órgão da administração pública, a gente já teria uma solução legislativa, mais uma vez, reconhecida, madura, aplicada. Portanto, a gente não teria, pelo menos em duas áreas que são bastante amplas, a necessidade de uma legislação específica.

E, para complementar, nós ainda temos uma lei geral, que é o Código Civil, que previu essa cláusula geral no parágrafo único do art. 927, bastante desenvolvida pela doutrina, mas muito pouco aplicada pela jurisprudência, que diz respeito à cláusula do risco, à cláusula geral de risco, que impõe uma responsabilização objetiva caso estejamos diante de um dano ocasionado por uma pessoa, por um agente que atue habitualmente numa atividade que traga riscos desproporcionais.

Então, os elementos já existem, a legislação já existe. Já existe um amadurecimento e um respeito em relação a esses requisitos. Portanto, concordo com o Prof. Anderson Schreiber que seria muito maléfico – vou usar essa palavra – tratar, nesse projeto de lei, de qualquer aspecto relacionado à responsabilidade civil.

Respondendo à segunda pergunta, os regimes alternativos, se a gente puder falar dessa forma sobre o seguro – na verdade, é a terceira pergunta, sobre a adoção de seguros –, eu acho que a gente tem uma solução que é bastante possível e eu acho que é muito bem-vinda. Tanto seguros, contratação de seguros, como também haveria uma seguridade, acho, necessariamente, obrigatória quanto à constituição de fundos coletivos que já existem e já são maduros, como os fundos relacionados ao direito do consumidor e os fundos ambientais.

E a gente teria uma limitação ou a necessidade aqui, sem dúvida alguma, de uma regulação. Aí a necessidade da identificação de critérios que determinariam como será realizado o aporte a uma seguridade obrigatória. Para mim, é evidente que isso ficaria a cargo daqueles que se beneficiam da implementação, do desenvolvimento e da aplicação dos sistemas de IA. Em relação aos fundos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

compensação, a gente tem aí já, de uma forma bastante robusta, a atuação do Ministério Público no que diz respeito a ações coletivas que possam ser intentadas, principalmente ações civis públicas que possam permitir uma constituição desse fundo.

Sobre regimes diferenciados de responsabilidade civil para inteligência artificial de acordo com os riscos, essa é a proposta que está sendo aventada na comunidade europeia, a constituição de gradação de risco, essa gradação de risco impondo também níveis diferentes de responsabilidade civil: riscos proibidos, identificados previamente, as atividades proibidas, enfim, estariam proibidas, e, portanto, a gente não estaria falando de uma responsabilidade; responsabilidade por riscos altos de IA, a gente teria responsabilidade objetiva; responsabilidade por riscos medianos, a gente teria a adoção de uma responsabilidade por presunção de culpa e, eventualmente, constituição para todas elas, constituição de seguros; e, riscos mínimos, a gente teria que avaliar também de uma maneira subjetiva.

Acho o projeto muito interessante para um amadurecimento que existe na comunidade europeia, que não é o nosso caso. Portanto, acho que questões... Essa classificação agora seria também precipitada.

Obrigada, Filipe.

Obrigada, Danilo.

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Profa. Caitlin.

Passamos, em seguida, a palavra para o Prof. Nelson Rosenvald. (*Pausa.*)

A SRA. GISELA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Você está no mudo, Prof. Nelson. Você está no mudo.

O SR. NELSON ROSENVALD (*Por videoconferência.*) – Então, vamos ver... Agora está bom?

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Está bom, sim, Nelson.

O SR. NELSON ROSENVALD (*Por videoconferência.*) – Bacana.

Muito obrigado.

Vamos à primeira pergunta então.

Essas tecnologias digitais emergentes, de fato, são dificilmente conciliáveis com os pressupostos normativos que exigem estabilidade, constância dos fatos jurídicos. Por isso é tão difícil para a gente fazer enquadramento, porque as soluções são casuísticas. E o que sobra? Um tratamento assistemático da matéria, porque, a meu ver, não cabe hoje um microssistema de robótica com princípios e linguagem própria. E o próprio PL sobre o qual a gente está discutindo parte da ideia de uma inteligência artificial, mas qual o conceito de inteligência artificial? Porque isso é um gênero terminológico que abrange um tanto de coisa. E os especialistas sabem muito mais do que eu que nós não chegamos à época da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

singularidade tecnológica, nós estamos apenas no nível da eurística. Então, o que eu penso, dentro do Direito Civil, é que, numa perspectiva unitária de ordenamento jurídico em sociedades plurais como a nossa, nós não devemos procurar solução por setores, e, sim, por problemas, ou seja, além da responsabilidade civil, trabalhar com a responsabilidade administrativa, com seguros obrigatórios, eventualmente, com outras áreas do Direito. É esse arsenal instrumental que é importante.

Eu reconheço que a proteção que nós temos hoje é fragmentada. Eu tenho o Código Civil, CDC, o Marco Civil da Internet, a LGPD. E é aquilo que eu coloquei na minha fala: há um *continuum* entre a responsabilidade subjetiva e a objetiva, com hipóteses, inclusive, de culpa presumida que são interessantes e podem funcionar em alguns casos, principalmente onde se necessita de uma estrutura pericial para se identificar falhas.

Mas nós voltamos aos problemas. E qual é o problema? É a insegurança jurídica, ou seja, como mensurar a responsabilidade civil? Então, sempre, quando eu trato desse assunto, procuro lembrar o Hans Jonas, quando ele diz: a lógica não é a eurística do medo, é o princípio da responsabilidade. É que a ética na nossa civilização tecnológica é aceitar riscos, gerir procedimentos, ou seja, trabalhar com *accountability* e *answerability*. Eu sempre bato nisto: tem que ter um devido processo legal para essa história toda, garantias legais, estabelecimento de padrões. Então, a gente tem que amadurecer bastante essa discussão.

Quanto à pergunta do Filipe – e aqui também, agora, eu vou colocar o contador do tempo –, o regime subjetivo limita as nossas ferramentas, porque nós já temos proteções mais interessantes, não apenas o parágrafo único do 927, o CDC, mas outros métodos de imputação dentro do Código Civil mesmo.

O Prof. Ugo Pagallo fala de uma coisa que eu tenho a convicção de que a gente pode aplicar aqui no Brasil: aquele princípio da equivalência funcional. Então, quando a gente fala de responsabilidade civil indireta, já existe no Código Civil. Por quê? Um humano responde pelo que o algoritmo decide fazer, um robô pode ser visto como empregado, e a gente pode aplicar a responsabilidade objetiva do 932 e do 933 do Código Civil, basta que o exercício da função tenha contribuído para causação do dano. E não importa se o patrão teve culpa na seleção ou na supervisão do auxiliar, porque a chamada *vicarious liability* é uma responsabilidade objetiva. O importante é que a máquina seja identificada, rastreada. Daí a explicabilidade. Então, se, hoje em dia, eu sou responsável pela irregularidade de um ajudante B que é um humano, por que também não serei responsável ao terceirizar deveres para um algoritmo, já que eu também me beneficio dessa delegação? E mais ainda: se o hospital utiliza um robô para uma cirurgia, um da Vinci, que é controlado por algoritmo, mesmo apesar do cumprimento do dever de cuidado, ele será responsável se o paciente sofrer danos quando o robô funciona de maneira imprevisível. Então, tudo isso já está no Código Civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mesmo quando a gente sai da inteligência artificial como meio de indústria e vai para a tecnologia assistiva inteligente, pense em um dano causado por uma babá robô: a gente pode utilizar, como comparação, a responsabilidade civil dos pais por danos causados aos filhos menores ou do curador por danos causados por um curatelado. E são hipóteses de responsabilidade objetiva.

E, quando vêm aquelas questões ainda que são duvidosas: "Mas quem treinou? Quem tratou a inteligência artificial?" Ou: "Quem é o responsável? Quem projetou ou quem vendeu?". Só a responsabilidade objetiva é capaz de permitir uma resposta com base na solidariedade passiva, porque a discussão de culpa só vem depois no regresso.

E, Filipe, a sua pergunta é tão interessante que ela me permite uma continuação com base no que a Profa. Caitlin já disse: que a Comissão Europeia verdadeiramente apresentou essa proposta com quadro regulamentar em 2021. Fizeram o *risk based approach*, uma risquificação para cada situação, independentemente de um regime prefixado em lei. Então, tem riscos inaceitáveis, que seriam proibidos; tem atividades de alto risco, que seriam autorizadas, mas diante de uma série de obrigações; e tem os sistemas de baixo risco, que estariam sujeitos à responsabilidade por culpa presumida e obrigações de transparência muito leves.

Mas a realidade deles – eu só quero abrir esse parêntese – é que eles querem unificar sistemas jurídicos distintos. Então, às vezes pode ser um pouco delicada essa importação do sistema europeu, até porque nós já temos a nossa cláusula geral do parágrafo único, a responsabilidade do CDC. Então, para evitar – e é essa a minha preocupação – discricionariedade dos magistrados, é compatível, a meu ver, que, além do 927, parágrafo único, tenhamos um rol mutável para as atividades de alto risco, que sempre ele seja dinâmico, seja alterado conforme o nosso desenvolvimento.

E, como eu estou falando muito já, eu creio que o Prof. Anderson e a Profa. Caitlin já falaram muito bem das questões relacionadas ao seguro obrigatório e aos fundos compensatórios.

Obrigado.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado, Prof. Nelson.

Passo a palavra para a Profa. Gisela Sampaio.

A SRA. GISELA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Bom, só para fazer coro aos demais, eu compartilho mais ou menos da mesma opinião.

Mas indo na ordem das perguntas, Danilo, quando você me pergunta se a gente precisa de um PL sobre inteligência artificial, eu não sei se a gente precisa de um PL. A gente precisa, de fato, discutir o assunto. Talvez tenha alguma vantagem em se ter um PL sobre inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, para mim, a segunda pergunta é mais fácil de responder: a responsabilidade civil deve estar nesse PL? Na minha opinião, o Prof. Anderson Schreiber respondeu: "De jeito nenhum"; a Profa. Caitlin falou que seria maléfico; o Prof. Nelson, em outras palavras, foi no mesmo sentido. Eu diria que é assim temerário. E eu tenho uma opinião muito particular sobre esse assunto, porque... O que acontece? A responsabilidade civil é uma área do Direito Civil, uma subárea do Direito Civil, que se espraia para outros campos. E a verdade é a seguinte: toda vez em que a gente tem uma lei – e aí eu vou excepcionar o CDC, porque eu acho que o CDC é um diploma muito bem feito –, de modo geral, quando a gente analisa as leis especiais brasileiras e analisa aquelas leis que pretendem ser uma espécie de microssistema e acabam tratando também de responsabilidade, normalmente essas leis cometem pequenos ou grandes pecados. Por quê? Porque o especialista do setor não necessariamente é um especialista de responsabilidade civil. Então, eu falo para os meus alunos da graduação assim: "Se você quer desaprender responsabilidade civil, vá estudar responsabilidade civil pelos livros de Direito Ambiental, pelos livros de propriedade intelectual, pelas áreas específicas". E eu não estou falando mal desses profissionais, não. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: o sujeito que é especialista em Direito Ambiental pode saber muito sobre o Direito Ambiental, mas não necessariamente ele sabe sobre responsabilidade civil, que é uma área muito difícil, não é? O sujeito que é especialista em propriedade intelectual pode saber tudo sobre marcas e patentes, mas a lei lá de propriedade intelectual, no art. 210, quando foi falar de lucros cessantes, confundiu enriquecimento sem causa com responsabilidade civil. Então, assim, se é para tratar de responsabilidade civil, eu acho que é uma área muito sensível que exige, de fato, uma especialidade, e a responsabilidade civil acaba sendo muito maltratada nesses microssistemas.

Para além disso, como todos nós já explicamos, a gente tem hipóteses de inteligência artificial muito diferentes, aplicações muito diferentes. Então, eu diria que é temerário a gente ter num projeto de lei uma regra única que se aplique para todas as aplicações de responsabilidade civil. E aí não sou eu, Caitlin, Filipe, Nelson e Anderson que estamos falando isso: eu acho que é qualquer estudioso de responsabilidade. Se for um estudioso que se dedique a algum aspecto mais setorial da inteligência artificial, talvez ele não tenha a mesma opinião, mas quem estuda responsabilidade civil não tem como pensar de uma maneira muito diferente.

Quanto à terceira pergunta, da gradação de risco, eu estou junto com a Profa. Caitlin. Eu acho a ideia inteligente e interessante, e precisaríamos de critérios, e infelizmente estamos num estágio muito menos avançado do que os europeus, não é? Então, a Europa, que é formada por vários países desenvolvidos, que têm tecnologias já na prática muito mais avançadas do que a que a gente tem no Brasil... Porque, no fundo, aqui no Brasil, a gente está discutindo qual é a responsabilidade do fabricante do carro autônomo, qual é a responsabilidade do condutor do carro autônomo, mas a verdade é que a gente não tem ainda muitos carros autônomos em circulação, não é? Assim, eu tenho até dúvida: a gente precisaria ter um diploma específico para regular essa situação? Tudo bem que o direito não precisa vir sempre a reboque das transformações sociais, ele pode exercer uma função promocional, sem dúvida, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

me parece que a gente não tem muita maturidade ainda para tratar disso, de estabelecer essa graduação de risco, essas tipologias.

Vamos assistir, como sempre fazemos, ao que a Europa está fazendo e, claro, com os devidos cuidados de importar soluções que às vezes funcionam num país e não funcionam em outro. Eu neste momento esperaria a discussão evoluir na Europa para depois começar a tratar disso no Brasil, sem prejuízo de a gente discutir o tema no meio acadêmico, nessas sessões de audiência pública etc.

E finalmente, sobre seguro obrigatório, eu acho que todo mundo reconhece que esse é o caminho. Já estamos falando isso há algum tempo. O direito securitário se desenvolveu. Se a gente for ver hoje o leque de seguros – eu até advogo para algumas seguradoras –, a gente tem hoje um leque de tipos de seguro muito maior do que a gente tinha há 20 anos, mas, assim, o Anderson chamou a atenção para um problema também importante: a gente vai estabelecer o quê, um fundo? Quem vai gerir o fundo? Também essa é uma discussão que merece uma grande atenção e também não é um problema que a gente vai conseguir resolver rapidamente. Enfim, é só para me filiar aí às respostas anteriores.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado, Profa. Gisela.

Passo a palavra imediatamente para o membro da nossa Comissão Clara Iglesias Keller.

Por favor, Clara.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Obrigada, Prof. Danilo Doneda.

Cumprimento a todos os meus colegas de Comissão na pessoa dos moderadores, Prof. Danilo e Prof. Filipe Medon; agradeço imensamente aos palestrantes pelas contribuições excelentes.

Acho que o Prof. Danilo definiu melhor do que eu poderia quando disse que de fato é um painel estelar em responsabilidade civil, e a minha pergunta é a pergunta de uma operadora do direito público para esse painel estelar de civilistas e se refere à questão de prova de dano no âmbito das operações das tecnologias. Qual é a minha preocupação? Independentemente do regime, seja ele de responsabilidade subjetiva, seja de responsabilidade objetiva, a gente tem uma questão de aferir os danos possivelmente causados por essas tecnologias. E qual é a minha preocupação aqui? É que em geral os efeitos das tecnologias, principalmente as tecnologias digitalizadas, são extremamente difíceis de serem computados, provados e apurados empiricamente. Eu sinto essa dificuldade muito grande em pesquisas empíricas, por exemplo. Imagino que esse desafio também se reflita no âmbito do próprio processo judicial, que precisa apurar esses efeitos.

Então, um exemplo fora da inteligência artificial é quando a gente fala em polarização política advinda de dinâmicas de fluxo de informação e atenção em redes sociais. Existe toda uma discordância aí sobre a pesquisa empírica, sobre como de fato aferir esses efeitos, se de fato esses efeitos acontecem etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no âmbito da inteligência artificial, que é o que a gente está falando aqui, hoje, a gente tem tecnologias que são em geral opacas, que, ainda que transparentes, têm um ônus, carregam um ônus técnico, quando a gente fala em entender e como elas funcionam etc., e, pela própria natureza coletiva desses danos, nem sempre eles são tão evidentes e fáceis assim de serem apurados.

Então, resumindo essa minha inquietação, que talvez tenha ficado um pouquinho longa demais, a minha pergunta é se vocês teriam recomendações para a Comissão em relação a possíveis dispositivos. Já ficou claro que não devem constar regras de responsabilidade civil no PL, mas existe alguma sugestão em relação a como tratar esses possíveis efeitos danosos? Ou, então, se não para o PL, para uma futura operação dessas regras quando essas tecnologias estiverem já implementadas.

Agradeço mais uma vez a todos e peço desculpas se a pergunta ficou um pouco confusa.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Está ótimo, Clara. Muito obrigado.

Peço licença para, antes de passar aos painelistas, agradecer perguntas enviadas ao Portal e-Cidadania por Guilherme Cézar, da Bahia; Gabriel Ayupp, de Goiás; Pedro Lincoln, de São Paulo; Guilherme Gilson, de São Paulo; e Angélica Maria, do Maranhão, tratando de vários temas que foram incidentalmente tratados, como processo democrático, combate a *fake news* com inteligência artificial e outros.

E, numa última rodada de respostas que teremos dos nossos painelistas, eu somente passo a palavra antes ao meu colega Filipe Medon para acrescentar uma última questão.

Por favor, Filipe.

O SR. FILIPE MEDON (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Prof. Danilo.

Bom, são duas perguntas bastante objetivas. A primeira delas é: responsabilidade civil objetiva significa necessariamente um efeito resfriador à inovação? Então, em matéria de compatibilização de regulação e inovação, será que nesse sentido nós podemos pensar em soluções intermediárias que comportem regras atuais para os desafios futuros?

E uma segunda pergunta é mais específica do direito do consumidor: será que os atos autônomos da inteligência artificial, especialmente no contexto do *machine learning*, representam um defeito do produto à luz do Código de Defesa do Consumidor, ou, como dizem alguns especialistas, como o Prof. David Vladeck, da Universidade de Georgetown, nós teríamos aqui uma presunção de defeito que se comprova pela própria ocorrência do dano?

Dito isso, devolvo a palavra imediatamente à Profa. Caitlin.

A SRA. CAITLIN MULHOLLAND (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Profa. Clara, como sempre com perguntas e provocações tão instigantes, e Prof. Filipe, por essas últimas duas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Profa. Clara, eu vou ousar ampliar a sua pergunta para tratar de um tema que eu e a Profa. Gisela tanto amamos, que é o tema do nexo de causalidade.

Nós temos dois problemas. Na verdade, nós temos três problemas, que são justamente os elementos da responsabilidade civil: dano, quais danos, como descobrir esses danos; fator de imputação, afinal de contas, de atribuição de responsabilidade civil, culpa, risco, defeito; e, por fim, acho que o mais difícil nesse caso específico, que é a causalidade.

Então, a partir da sua pergunta, pensando em fundamentos já existentes, eu vou também ousar fazer uma comparação entre aplicações de inteligência artificial e direito ambiental – a Profa. Gisela já sorriu, provavelmente já imaginando aqui que a resposta seria semelhante.

A gente já tem todo um arcabouço legislativo e um amadurecimento também doutrinário e jurisprudencial que identificam a responsabilidade civil por dano ambiental com fundamento no princípio da precaução, ou seja, danos vão acontecer, danos ocorrerão necessariamente, danos previsíveis e danos imprevisíveis. Quando a gente fala de inteligência artificial ou de danos decorrentes da inteligência artificial, nós já conseguimos perceber que esses danos poderão ou não ser *a priori* identificados, ou seja, aquilo que o Prof. Nelson Rosenvald já comentou a respeito de *accountability* ou gestão de riscos, como eu falei, vai considerar *a priori* situações que já são identificadas, identificáveis. E aí os danos vão ser identificados também como consequência desses riscos verificados através desses estudos de relatórios de impacto ou de gestão de riscos decorrentes da inteligência artificial. Então, eu diria que os danos vão ser identificados toda vez em que os riscos que são usualmente reconhecidos na aplicação da inteligência artificial se concretizarem.

Evidentemente eu estou dando uma resposta à Profa. Clara, que é uma resposta absolutamente abstrata, porque a gente está se referindo a danos que podem ser *a priori* identificados por conta de um relatório de impacto e de gestão de riscos realizados pelo desenvolvedor e aplicador da inteligência artificial, mas nós também podemos pensar, com base no princípio da precaução, em algumas situações que dizem respeito aos danos futuros ou situações que sejam verificadas *a posteriori* mesmo, que hoje nós não temos a condição de identificar, mas futuramente poderíamos verificar, como sendo consequência da aplicação da inteligência artificial. Então a gente pode falar, por exemplo, de situações em que o dano venha a se espraiar não só socialmente, mas também pelo tempo, e que, portanto, a gente vai ter uma possibilidade tipicamente reconhecida no Direito Ambiental, que é a possibilidade de verificação no futuro de um dano que ainda não é verificável nesse momento.

Então, a minha resposta, Profa. Clara, é uma não resposta, ainda é uma resposta muito em abstrato, mas pensando nos fundamentos que a gente tem hoje da responsabilidade civil. Como provar os danos? Acho que o principal problema não é só a identificação do dano que é tipicamente associado à atividade desenvolvida na implementação dos sistemas de inteligência artificial, mas é a causalidade. Como provar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

a relação de causa e efeito entre a aplicação da inteligência artificial e o dano que se pressupõe como consequência desta aplicação? Isso para mim vai ser o problema.

Portanto, não é recomendável... Eu diria, mais uma vez vou usar essa palavra: é maléfico falar de responsabilidade civil num projeto de lei quando a gente tem elementos que são tão dificultosos de identificar diante de uma aplicação de inteligência artificial.

Prof. Filipe, a responsabilidade objetiva resfria a tecnologia? Eu retorno a pergunta dizendo o seguinte: com a defesa do consumidor, quando entrou em vigor em 1990, tinha um grande debate a respeito de: "Nossa, a responsabilidade objetiva do fornecedor vai acabar com o desenvolvimento das tecnologias de produção, de produtos e serviços!". Muito pelo contrário, a gente hoje vê que não só não acabou como se desenvolveu. Eu acho que a gente está confundindo aqui um conceito... Nós, não, mas se confunde um conceito de responsabilidade objetiva com um conceito de excludente de responsabilidade. A responsabilidade objetiva não impede que seja argumentado ou seja levantada uma excludente de causalidade que afaste a responsabilidade civil daquele que desenvolve o sistema de inteligência artificial. Não exclui; muito pelo contrário, existe a possibilidade do afastamento.

Então, a responsabilidade civil objetiva eu acho que inclusive estabelece um parâmetro previamente reconhecido pela indústria que vai permitir a ela, indústria, desenvolver produtos e serviços que já tenham antecipadamente reconhecido aqueles riscos. Acho que facilita, não resfria. Permite, na verdade, o reconhecimento antecipado.

E a última pergunta é: a falta de explicação ou de explicabilidade, a inexistência da explicabilidade é um defeito? Eu diria que sim. Se a gente está diante de um sistema opaco cujos requisitos, cujo procedimento de tomada de decisão não é justificado, ou é impossível de ser explicado por conta da opacidade dos sistemas, a gente está diante de um defeito. E aí é algo para se identificar se esse defeito ultrapassa aquilo que é razoável, ou se essa potencialidade, se essa falta de explicação ultrapassa o que seria razoavelmente esperado, sopesados os direitos daqueles que eventualmente sofrerão danos. Há de se identificar e investigar se essa aplicação de inteligência artificial deve ser permitida. Eu acho que, enfim... Eu trouxe mais dúvidas, não é? Mas, enfim, é o que eu consigo explicar nesse momento.

Obrigada, Profa. Clara, Prof. Filipe.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado, Profa. Caitlin.

Passo a palavra para o Prof. Nelson Rosenvald, para responder no prazo exíguo de dois minutos. Nelson, por favor.

A SRA. GISELA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Nelson, você está mudo.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Sem som.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON ROSENVALD (*Por videoconferência*.) – Se me der quatro minutos, vai ser ótimo, sabe por quê? Porque eu queria responder as duas. À primeira, da Profa. Clara, Sr. Danilo, eu só queria acrescentar a ótima resposta da Profa. Caitlin, porque esse seu exemplo que é a questão da prova é mais um argumento em prol das ações coletivas. Por quê? Porque teve um caso, no Rio de Janeiro, do Ministério Público, em que dois colegas nossos ajuizaram uma ação contra uma empresa da qual eu não vou dizer o nome, por *geopricing* e *geoblocking.* E aí tem uma ponderação, uma colisão de direitos fundamentais, porque se de um lado existe a necessidade da transparência e da explicabilidade, de outro lado havia ali o segredo comercial, ou seja, havia propriedade material daquela empresa. Então, uma ação coletiva é um instrumento capaz de transpor essa fronteira e essas dificuldades de uma forma muito mais eficiente do que em ações individuais.

E, respondendo à pergunta do nosso Prof. Filipe Medon, eu aposto muito naquilo que o Prof. Frank Pasquale fala, que são soluções intermediárias para compatibilizar as regras que a gente já tem e os desafios futuros. Porque, olhem bem, se nós pensarmos apenas na *lie ability* como temos hoje, o juiz decidindo Caio *versus* Tício, o fornecedor vai dizer amanhã que não tem obrigação nenhuma de indenizar porque o dano foi causado de uma maneira imprevisível, ou seja, o robô causou dano no exercício regular da tarefa dele, já que aquele dano não decorreu de um defeito, mas justamente do perfeito funcionamento da máquina, ou seja, a lesão não decorreu de um desvio à segurança, mas foi da autonomia criativa da máquina.

Então, o que isso causa, Prof. Filipe? Uma lacuna de responsabilidade, porque as formas tradicionais de atribuição da responsabilidade já não servem mais. E é por isso que eu defendo aquela ideia do Prof. Jack Balkin de que, diante dessa inédita interação da inteligência artificial com o ambiente social, a gente não olhe mais o defeito do CDC pela *lie ability*, mas pela *accountability,* ou seja, façamos *guidelines* abstratos dizendo: "Fornecedor, independentemente disso ou não, você tinha que fazer um *backdoor* obrigatório no seu algoritmo, um recurso de desligamento automático, um *shutdown*, um botão de pânico", ou seja, isso já é um defeito algorítmico do *design*. Da mesma maneira, hoje o fornecedor diz assim: "Ah, isso não é mais defeito". Por que não é mais defeito? "Porque passou do prazo de garantia contratual, já é exaustão pelo uso normal". Mas, se nós pensarmos na ideia de defeito pela *accountability*, o desenvolvedor do *software* vai ter que atualizar o algoritmo durante o tempo em que a tecnologia estiver no mercado. Então, a ideia é: quem assume uma melhor posição horizontal hierárquica tem esse ônus, esse múnus de fazer escolhas e justificá-las. Então, é isso que eu defendo, Prof. Filipe.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado, Prof. Nelson.

Passamos a palavra para a Profa. Gisela Sampaio, para a resposta no menor tempo possível.

Por favor, Gisela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GISELA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Bom, no menor tempo possível, concordo com as exposições anteriores. Eu só queria acrescentar o seguinte: na pergunta da Clara, eu concordo com a Caitlin, você tem um problema muito maior de nexo de causalidade do que propriamente de identificação do dano em razão de dois fatores. Primeiro, porque não é qualquer circunstância que interfere na produção do dano que pode ser considerada a causa do dano e, segundo, porque eu acho que na inteligência artificial vai se pôr muito o problema das concausas, especialmente quando a conduta humana tiver alguma interferência na inteligência artificial. Então, acho que vocês vão ter um problema. Tem que pensar nesse aspecto das concausas.

Em relação à pergunta do Filipe, Filipe, é claro que não freia, óbvio que não; na verdade, eu acho que o fato da responsabilidade ser objetiva só traz para primeiro plano a importância do nexo de causalidade, sem querer puxar a sardinha para a gente – não é, Caitlin?

E, sobre a terceira pergunta, eu concordo também com o que a Profa. Caitlin e o Prof. Nelson já responderam.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Muito obrigado, Profa. Gisela.

Agradecemos muito a todos os painelistas: Prof. Anderson Schreiber; Profa. Caitlin Mulholland; Prof. Nelson Rosenvald; Profa. Gisela Sampaio.

Imediatamente encerro, com muito êxito, esse primeiro painel do dia, passando para o Painel 11, moderado por Fabricio da Mota Alves e Frederico Quadros.

Muito obrigado a todos.

A SRA. GISELA SAMPAIO (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada. (*Pausa.*)

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Bom dia a todos!

Declaro aberto, então, o Painel 11: "Arranjos institucionais de fiscalização: comando e controle, regulação responsiva e o debate sobre órgão regulador". Estará aqui na moderação, além de mim, o colega membro da Comissão Frederico Quadros. Os nossos convidados são: Fernando Filgueiras, da Universidade Federal de Minas Gerais; Andriei Gutierrez, da Câmara Brasileira da Economia Digital; Raquel Lima Saraiva, do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife (IP.rec); Rafael Zanatta, da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa; Rony Vainzof, da Fecomercio; Paloma Mendes, da Associação Brasileira de Governança Pública de Dados Pessoais.

O tempo dedicado aos painelistas é de 12 minutos.

Vamos iniciar, então, com o primeiro expositor, Fernando Filgueiras, por gentileza.

Seja bem-vindo! (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode falar daí mesmo.

O SR. FERNANDO FILGUEIRAS – Olá! Bom dia a todas e todos!

A discussão sobre o órgão regulador é uma discussão importante na construção do PL de inteligência artificial porque, de alguma forma, será o meio a partir do qual nós vamos organizar a maneira pela qual a regulação, de fato, vai tomar efeito, principalmente no âmbito da sociedade. É muito interessante nós observarmos algumas questões anteriores, para discutirmos a composição desse órgão regulador e especificarmos as questões relativas a esse órgão regulador.

Se nós observarmos algumas experiências internacionais... Por exemplo, nos Estados Unidos, essa discussão sobre a regulação da inteligência artificial tem avançado. E ela tem avançado muito também no processo de convergência internacional gradativa, que é o de regular a partir da avaliação dos riscos da inteligência artificial. No caso norte-americano, por exemplo, eles criaram agora... Estão discutindo no Congresso norte-americano a Lei de Responsabilidade Algorítmica, que atribui à Federal Trade Commission (FTC) a regulação de algoritmos, em particular dos algoritmos de inteligência artificial, nessa perspectiva de riscos, da avaliação dos riscos desses algoritmos para a sociedade, estabelecendo uma responsabilidade e dando à FTC poder para aplicar regras e criar procedimentos específicos para a regulação da inteligência artificial.

Nos Estados Unidos também, associada a isso, há uma discussão já também avançando no Congresso norte-americano, que é a discussão sobre uma carta de direitos relacionados a uma sociedade algorítmica. Então, de alguma forma, o que se propõe no Congresso norte-americano hoje é a criação de uma carta de direitos específica para as questões do mundo digital. Eu acho que isso é um avanço, considerando, inclusive, a perspectiva que eles dão para a regulação de inteligência artificial baseada nos problemas de cibersegurança e de proteção de direitos. Por isso eles apostam muito na avaliação de impacto dos algoritmos de inteligência artificial. E, de alguma maneira, o que está acontecendo nos Estados Unidos hoje é a definição dos requerimentos para a avaliação de impacto dos algoritmos baseada em determinados princípios que estão sendo fixados na lei, como, por exemplo, acurácia, robustez, confiança nos algoritmos, impacto na produção da equidade no âmbito da sociedade, como também temas relacionados à privacidade, segurança, segurança pessoal e pública, eficiência, intemporalidade, relação custo-benefício, transparência e explicabilidade.

Já no caso europeu, a mesma perspectiva dessa questão dos riscos também se coloca, mas o que na lei de inteligência artificial da União Europeia está sendo proposto é exatamente essa avaliação dos riscos da inteligência artificial, estabelecer já de cara algumas proibições, como o caso, por exemplo, de sistemas de reconhecimento facial aplicados na área de segurança pública – pelo menos no projeto, tal como está sendo discutido na Comissão Europeia, já estabelecer como uma proibição, não é? –, e estabelecer procedimentos para a avaliação do impacto dos algoritmos e os seus efeitos na sociedade como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estabelecem categorias de risco e também, num sentido muito principiológico, estabelecem os princípios a partir dos quais essa questão vai ser realizada. E é aí que entra a discussão sobre o órgão regulador, porque, se nós compararmos, por exemplo, a experiência norte-americana e a experiência europeia tal como ela está sendo construída agora na regulação da inteligência artificial, são duas maneiras diferentes.

No caso norte-americano, um processo mais policêntrico em que já se atribui a regulação às agências reguladoras existentes, como é o caso, por exemplo, da FTC, da FDA e de uma série de outras agências reguladoras, num modelo mais descentralizado e coordenado – certo? – para a realização do processo de controle, auditoria e da própria regulação e certificação de algoritmos de inteligência artificial; diferentemente do caso da União Europeia, que cria o Conselho Europeu de Inteligência Artificial, cuja função é exatamente harmonizar e facilitar estratégias regulatórias nos Estados-membros da União Europeia. E, no caso do nível nacional, caberá a cada Estado-membro na União Europeia designar uma ou mais autoridades competentes e uma autoridade supervisora nacional, ou seja, criando quase uma estratégia não propriamente de descentralização, como no caso dos Estados Unidos, mas uma estratégia um pouco mais centralizadora e policêntrica.

Essas são as tendências que se apresentam na questão da criação dos órgãos reguladores da inteligência artificial. Primeiro, a internacionalização de padrões e boas práticas para governança de inteligência artificial, considerando que seus impactos muitas vezes não se restringem apenas à questão territorial. Então, a criação desses padrões internacionais tem se tornado uma discussão muito importante.

E lembramos aqui, que acho que é uma questão que já foi dita aqui várias vezes nas audiências públicas desta Comissão: regular a inteligência artificial não é igual regular uma coisa, como um carro, por exemplo, em que o Estado pode estabelecer determinados parâmetros de segurança ou aquilo que ele quer regular, passar isso para a indústria e de alguma forma criar uma relação de comando e controle com a indústria para estabelecer esses padrões e regular, portanto, essas coisas.

Nós estamos falando de uma tecnologia de propósito geral que tem diversas aplicações, as mais variadas, que tem sido crescentemente ubíqua em diversos modelos de negócios, os mais variados. Então, eu penso que essa discussão sobre o órgão regulador deveria partir da premissa das capacidades já existentes no Estado para poder exercer esse tipo de regulação e esse tipo de controle das atividades que são realizadas a partir da inteligência artificial.

Eu acho que, nesse sentido, seria um modelo mais descentralizado do órgão regulador que pudesse, de alguma forma e ao mesmo tempo, exercer uma série de atividades coordenadas, ou seja, um modelo mais policêntrico da regulação. Em vez de criarmos uma agência reguladora específica, estabelecermos um modelo mais policêntrico que possa ser coordenado a partir de um conjunto de parâmetros, de critérios, de requisitos que estejam presentes na lei, ou seja, uma série de princípios que orientem esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

processo regulatório, e criarmos então um modelo organizacional mais policêntrico que possa ser coordenado como algo, talvez, na direção de um conselho nacional de inteligência artificial.

Essa coordenação, portanto, trabalharia com as capacidades já existentes no Estado para exercer o processo regulatório em diferentes modelos de negócios. Então, por exemplo, no caso de inteligências artificiais que, de alguma forma, estejam produzindo algum tipo de conluio e prejudicando a concorrência, cabe ao Cade exercer ações regulatórias nessa inteligência artificial. Em inteligências artificiais aplicadas na área da segurança pública, cabe ao Ministério da Justiça exercer mecanismos regulatórios e relações de comando e controle sobre essas inteligências artificiais. Na área de saúde, a mesma coisa. Exatamente por ser uma tecnologia de propósito geral, nós temos diversas aplicações, as mais variadas, o que torna a criação de um órgão único de regulação de alguma forma até descabida, porque vai lidar com temas dos mais diferentes, vai lidar com questões das mais diferentes com impactos dos mais diferentes.

O que é necessário nesse sentido para a criação do órgão regulador? Eu acho que é exatamente esse modelo de uma natureza mais policêntrica que possa trabalhar com as capacidades já existentes, porque regular a inteligência artificial não é propriamente regular a tecnologia em si, sejam modelos de *machine learning*, de *deep learning*, ou de visão computacional. O que nós estamos regulando são modelos de negócios que usam essas tecnologias para atingir determinados fins, para atingir determinados propósitos.

Nesse sentido, a regulação de uma inteligência artificial na área de saúde é muito diferente da regulação de uma inteligência artificial aplicada, por exemplo, na regulação de mercados e no combate a conluios, exercido pelo Cade, por exemplo.

Nós precisamos lembrar que a inteligência artificial não é uma coisa em si. Ela é uma ferramenta que pode ter diferentes usos, diferentes propósitos, mas o processo regulatório deve se ater a esses modelos de negócio. Um PL de inteligência artificial, portanto, pode avançar se definir uma série de princípios, uma série de parâmetros regulatórios dessa tecnologia de propósito geral, definir um órgão regulador, que, em vez de concentrar esse processo de agencificação numa única organização que vai exercer o processo regulatório em si e essas relações de comando e controle do Estado com os desenvolvedores de *software*... Nós podemos falar aqui muito mais no modelo policêntrico, em que as questões se atêm aos modelos de negócios que os algoritmos dessas soluções incorporam para atingir determinados objetivos.

Então, volto a frisar, só citando como exemplo, que acho que regular uma inteligência artificial que estabeleça relações de mercado, cria conluios, por exemplo, no mercado financeiro, ou na definição de preços, e prejudica a concorrência...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FILGUEIRAS – ... é muito diferente de regular uma inteligência artificial que usa, por exemplo, imagens ou dados biométricos para poder estabelecer algumas políticas e algumas ações na área de saúde. Então, são questões muito diferentes que se atêm a princípios e formas de responsabilização muito diferentes.

Então, o debate sobre o órgão regulador não é criar uma agência reguladora específica para inteligência artificial, mas criar capacidades no âmbito das agências já existentes – e aí a gente pode falar tanto das agências reguladoras ou, no caso, de ministérios – para lidar com esse tema da inteligência artificial, criar capacidades regulatórias para, então, esse órgão regulador poder atuar muito mais em direção a um processo de coordenação junto aos diferentes ministérios do que propriamente uma agência singular.

É isso, pessoal. Muito obrigado.

O SR. FABRÍCIO DE MOTA ALVES – Obrigado, Prof. Fernando.

Passo a palavra agora ao convidado Andriei Gutierrez, da Câmara Brasileira da Economia Digital.

O SR. ANDRIEI GUTIERREZ – Bom dia! Bom dia a todos!

Muito obrigado pelo convite. É um grande prazer estar aqui com vocês para poder conversar um pouquinho, a gente amadurecer um pouco mais esse tema. Eu fico muito feliz de estar aqui, na presença de vários colegas, inclusive com todo o debate que a gente teve sobre privacidade, proteção de dados pessoais, em que a gente avançou muito no Brasil, criou muita massa crítica, e acho que é um pouco isso que a gente está fazendo agora também com a inteligência artificial para buscar o consenso, para buscar o amadurecimento para o melhor não só para a preservação de direitos fundamentais, para a segurança jurídica para as organizações, mas o melhor para o país.

Nesse sentido, vou fazer minha intervenção aqui. Eu queria fazer cinco considerações iniciais e depois farei meus comentários em torno aqui do objeto da audiência pública de hoje.

Como considerações iniciais, eu acho que é muito importante... Tendo muito orgulho e sendo membro dessa comunidade de privacidade e proteção de dados pessoais, eu faço reflexão de que a inteligência artificial, diferentemente da privacidade, é uma tecnologia e não um direito fundamental. Eu acho que essa é uma primeira baliza que a gente tem que ter em mente quando a gente for olhar para esse objeto de regulação que é a inteligência artificial.

Nesse âmbito, eu diria que talvez, não necessariamente, esse modelo que foi adotado, que foi muito bem-sucedido, inclusive, aqui no Brasil, para olhar, regular e trazer segurança jurídica no âmbito da privacidade e da proteção de dados pessoais, não seja o melhor modelo para a gente traçar um marco legal para a inteligência artificial, que é uma tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como terceira consideração, eu acho muito importante a gente ter sempre em mente que a inteligência artificial vai ser muito importante para o desenvolvimento econômico e social do Brasil no século XXI, seja para a nossa competitividade, seja para o ganho de escala e produtividade da economia brasileira, mas também para o desenvolvimento econômico e social. A gente tem que sempre lembrar que não são só as empresas, não é só o setor privado que vai usar a inteligência artificial, mas também o setor público, na melhoria da gestão, na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos. Então, é sempre muito importante a gente ter isso em mente quando a gente for olhar o nosso objeto de regulação.

Tão importante quanto é olhar e ter em mente que a regulação da inteligência artificial não vai tratar só dado pessoal e viés. O que sair aqui deste debate, do Congresso Nacional, vai regulamentar a maneira como as organizações brasileiras estão usando inteligência artificial dentro dos seus sistemas produtivos. A gente, às vezes, fala muito da IA, mas eu queria lembrar que a inteligência artificial é, muitas vezes – e vai ser cada vez mais –, uma camada de aplicação dentro de um sistema produtivo. Dou uns exemplos bem diferentes e diversos em que a gente não necessariamente usa dados pessoais: prospecção de petróleo em águas profundas, eventualmente na automação de prospecção de petróleo em águas profundas; na agricultura, em plantios e colheitas mais inteligentes, que usam inteligência artificial, como, por exemplo, na seleção de um tomate, se deve ser colhido ou não, se deve ser descartado ou não. Então, o objeto do nosso estudo aqui é muito maior, o que aumenta ainda mais a responsabilidade deste nosso debate, a responsabilidade aqui da Comissão.

Por fim, nessas considerações iniciais, eu tenho mais duas considerações. A primeira: é importante que a gente tenha um marco regulatório. Eu vi no painel anterior a pergunta: será que precisamos de um projeto de lei para discutir isso? Acreditamos que sim, para trazer segurança jurídica não só para os cidadãos, mas trazer segurança jurídica para o Estado, trazer segurança jurídica para o setor privado, para o setor produtivo.

Uma última consideração que eu trago aqui, que eu acho que é muito importante a gente ter em mente, é que o debate vem avançando. Pessoalmente, confesso que, ano passado, eu fiquei muito impressionado, muito bem impressionado com como o debate avançou, sobretudo na Câmara dos Deputados. Eu acho que o Projeto de Lei 21, que vem da Câmara dos Deputados, traz elementos muito importantes de avanço para este debate que eu acho que deveriam ser levados em consideração por esta Comissão. Certamente há muita coisa para se aprimorar, mas eu acho que ali a gente já tem um bom modelo para começar esse debate, para avançar ainda mais, aprimorar e, na linha da minha fala inicial, buscar o consenso, buscar a harmonização e buscar, sobretudo, um ponto de equilíbrio que traga segurança jurídica para o país, para os cidadãos e para as organizações no médio e longo prazo.

Agora, entrando no objeto específico, eu tendo a concordar aqui com a fala do Prof. Fernando. Eu observei algumas audiências públicas, sobretudo a primeira, a fala do Prof. Virgílio, as perguntas que houve. E eu tendo a concordar: a gente olha aqui a importância de se ter um modelo descentralizado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

regulação para inteligência artificial – eu diria descentralizado, setorial e especializado. E acho que, nessa linha, falando dos avanços do Projeto 21, do Deputado Eduardo Bismarck, que foi relatado pela Deputada Luisa Canziani, ele foi muito feliz em trazer esta perspectiva: olhar a partir de um modelo descentralizado. Mas aí a gente debate: o que poderia ser aprimorado? Eu vi muito o debate que ocorreu na primeira audiência pública e acho que ele trouxe algumas pistas muito interessantes de, talvez, onde a gente pode avançar a partir de onde o Projeto de Lei 21 parou.

Eu acredito que, no modelo de governança da inteligência artificial no Brasil, a gente pode avançar. Qual é o modelo ideal? Certamente a gente ainda tem que amadurecer. Eu teria algumas pistas. Talvez, um comitê intergovernamental com essas diferentes agências regulatórias e com outros órgãos ministeriais, para conseguir fazer essa harmonização regulatória. Talvez isto seja muito importante: a gente ter esse elemento.

Por exemplo, a gente que vem do setor privado vê um modelo centralizado. Tem o risco de uma autoridade regulatória subir a barra demais, a outra subir a barra de menos. Tem o risco de a gente não ter, por exemplo, uma preocupação, um olhar para a interoperabilidade, não só interoperabilidade técnica, mas também interoperabilidade provavelmente de boas práticas, de eventuais medidas de mitigação de riscos.

Então, acredito que tem espaço para um comitê intergovernamental, mas que deve ter a participação da sociedade civil. E aí eu acho que esse comitê intergovernamental deveria ter como parte um conselho da sociedade, um conselho multissetorial, porque aí a gente teria uma participação – como a gente já criou uma tradição no Brasil – rica do setor privado, da sociedade civil, da academia e do Governo, é lógico, que já vai estar nesse comitê.

Então, acho que esses são os dois pontos iniciais que eu traria aqui, defendendo o nosso modelo regulatório, o nosso debate que a gente está trazendo aqui. Primeiro, regulação descentralizada, setorial e especializada. Segundo, é necessário que a gente avance em um modelo de governança. E é importante a gente ver isto: os órgãos de poder que já existem já têm poder sancionatório – e não só setoriais, mas também a gente pega, como o professor mencionou, o Cade. Eu traria aqui a ANPD. A ANPD eu acho que tem um papel muito importante, sobretudo amparada não só pela LGPD, mas, pelo art. 20 da LGPD, ela tem um papel importantíssimo no debate sobre vieses por qualquer tipo de sistema que vai usar a inteligência artificial. Mas é preciso essa harmonização, esse debate no âmbito governamental, enfim, das diversas agências.

Terceiro elemento que eu trago – e é superimportante: por que esse elemento descentralizado é eficiente? Aí eu pego aqui um pouco o gancho do debate da primeira audiência pública de hoje, quando a gente começou a discutir – e, em algumas audiências públicas atrás, também a gente tem discutido – como é que deve ser a classificação de riscos. Deve a legislação brasileira já ter uma categorização de riscos logo de saída? Um anexo, como foi defendido em algumas audiências públicas, como fez a União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Europeia? E eu acredito que esse modelo descentralizado tem que vir também com uma regulação baseada em risco, mas *ex post*. A gente já discutiu isso um pouco antes. E eu acho que tem limites. A legislação tem um mérito fundamental de traçar as balizas: quais são os riscos que estão na mesa? Riscos a direitos fundamentais, risco à vida, risco ao meio ambiente... Quais são os limites e os parâmetros lá em cima, numa baliza mais alta. Eu imagino que esse comitê intergovernamental vai ter a importância, o papel de fazer uma categorização de categorias de níveis de risco. E as agências regulatórias, os poderes constituintes, que são empoderados para fazer a regulação, esses poderes vão descer na definição dos riscos, na aplicação dos riscos.

E aí eu pego esse... Já entro no último ponto: a aplicação e a definição de risco têm que ser contextuais e, mais importante, elas têm que ser proporcionais às medidas de mitigação de riscos que são propostas àquele risco. Então, eu vou trazer um exemplo aqui para vocês de medida extrema de mitigação de risco.

Por exemplo, os aviões – trago aqui um exemplo – já são automatizados há muito tempo. Um avião faz muita atividade que não necessariamente exige uma pessoa natural ali no controle. Mas, mesmo assim, a gente entende que é uma atividade de altíssimo risco, que envolve não só as vidas ali, mas também envolve as vidas de uma cidade, das pessoas, porque pode cair o avião, e que exige que aquele sistema seja tutelado em tempo real por um piloto e um copiloto, não é? Então é uma medida extrema de mitigação de risco, para não proibir, no caso, um sistema automatizado de ser aplicado num eventual modelo.

Mas, enfim, você tem diversas medidas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRIEI GUTIERREZ – E é importante que a gente tenha este olhar: a aplicação do risco, a definição do risco pela agência lá na ponta tem que ser proporcional às diferentes medidas de mitigação de risco.

E um último ponto que eu acho importante a gente trazer aqui é que, quando eu falo de sistemas produtivos que vão usar a inteligência artificial, é importante a gente ter em mente que não necessariamente a inteligência artificial é de alto risco; pelo contrário, a maioria dos usos de inteligência artificial no Brasil vão estar em soluções, em produtos que não necessariamente são de alto risco – são de baixo risco ou, às vezes, de médio risco. O que a gente está falando aqui, entendo eu, são de casos extremos de alto risco. Então é muito importante que o legislador, no caso aqui a Comissão técnica e depois o legislador, tenha isto em mente: que é importante esse equilíbrio para regulamentar não só esse alto risco, esse altíssimo risco, e trazer segurança jurídica, mas não inviabilizar o desenvolvimento econômico e social e a competitividade do Brasil nesse novo cenário, nessa nova era digital que vai ser, sobretudo, impulsionada por inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. Mais uma vez agradeço o convite e agradeço aqui a possibilidade de estar participando pela camara-e.net.

O SR. FABRÍCIO DE MOTA ALVES – Obrigado, Andriei.

Vou passar a palavra agora a Raquel Lima Saraiva, do IP.rec.

Por gentileza.

A SRA. RAQUEL LIMA SARAIVA – Bom dia. Bom dia a todas e todos.

Eu gostaria de cumprimentar os integrantes desta Comissão de Juristas, na pessoa do Dr. Fabrício de Mota Alves, que é um dos moderadores deste painel, já agradecendo a oportunidade de estar aqui e contribuir com essa discussão.

Eu falo em nome do IP.rec (Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife), um centro independente e multidisciplinar de estudo sobre direito, tecnologia e sociedade, que produz pesquisas e trabalha ainda nas frentes de incidência política, comunicação e capacitação sobre diversos temas, entre eles a inteligência artificial. O IP.rec também é parte da Coalizão Direitos na Rede, entidade formada por mais de 50 organizações da sociedade civil e da academia que se dedicam também aos temas dos direitos digitais, entre acesso à internet, liberdade de expressão, privacidade e proteção de dados pessoais, e inteligência artificial.

E, a partir desse espírito de coletividade, eu preciso pontuar que o debate da regulação de tecnologia aqui, em referência à inteligência artificial, precisa ser aberto, plural, interdisciplinar e diverso, respeitando a diversidade regional e o caráter multissetorial. A inteligência artificial é uma tecnologia transversal – afeta diversos setores –, e é por isso que é importante que todos tenham sua vez de intervir no debate e expor suas ideias.

No caso da coalizão e do IP.rec, nós temos acompanhado de perto esse PL, desde o início das discussões, e para nós é uma satisfação enorme estar aqui fazendo esta exposição hoje.

O tema desta audiência pública em específico são os arranjos institucionais de fiscalização, mas eu queria iniciar estabelecendo algumas bases, sem as quais a gente não pode sequer iniciar o debate de tratamento da regulação de IA e muito menos sobre aspectos da sua governança.

Primeiramente falando, a inteligência artificial é um conceito extremamente amplo, que abarca diversas técnicas, ou seja, não existe uma inteligência artificial, como já foi falado aqui por diversos convidados antes. Existem técnicas diversas que são classificadas tecnicamente dentro do arcabouço de modelos de inteligência artificial. Do ponto de vista científico, a ausência de uma definição específica é um dado que merece ser levado em consideração pelo legislador no contexto desse debate. Não por acaso essa foi uma questão repetidamente apontada em contextos de definições internacionais de valor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normativo ou referencial, como no caso das recomendações do Conselho de Inteligência Artificial da OCDE, das recomendações da Unesco e também no debate em torno da proposição do AI Act na União Europeia.

Os textos dos projetos de lei sobre inteligência artificial em tramitação não são exitosos em estabelecer uma definição funcional para fins legais. A definição proposta no art. 2° do PL 21, por exemplo, tem relação direta com uma parte do conceito proposto pela OCDE, mas inclui elementos que prejudicam sua precisão e compreensão. É o que ocorre, por exemplo, ao estabelecer como critério a capacidade ampla e pouco objetiva de – abro aspas: "[...] aprender a perceber e a interpretar o ambiente externo, bem como interagir com ele [...]". Perceber como? De que forma? Interpretar como? De que forma? E também essa interação: de que forma se dá? Isso não está claro, e essa definição do objeto a ser regulado deve ser prontamente revisitada, avaliando-se inclusive os benefícios de incluir uma definição do tipo em primeiro lugar e quais elementos e enfoques devem tomar parte dela em caso afirmativo. Se a gente não sabe que evento a gente está regulando, como pensar mais à frente? Como pensar em cenários possíveis de governança se nem sequer temos definido e delineado qual o objeto da regulação?

Nesse sentido também a gente precisa mencionar que as noções científicas sobre inteligência artificial não podem ter como referência, como alguns querem fazer supor, o futuro distópico de obras ficcionais criadas por Isaac Asimov ou Philip K. Dick. As três leis da robótica, de Asimov, nada mais são do que pura ficção, sem nenhuma conexão com a realidade, e a própria confusão entre inteligência artificial e robótica já põe numa vala comum coisas completamente diferentes, já que nem toda IA é um robô com forma humanoide, como tratado nos livros.

E, ainda sobre esse ponto, a IA não é uma inteligência, como faz crer esse título que lhe foi dado. Há uma enorme discussão na literatura de diversas áreas da computação, como neurociência, linguística, ciências cognitivas, que também – pasmem – estudam inteligência artificial sobre o que seria de fato uma inteligência, tendo duas correntes representadas pelos estudos de Chomsky e Vygotsky como as mais expressivas. Por isso que o debate precisa ser interdisciplinar, precisa envolver as mais diversas áreas do conhecimento numa discussão tão importante quanto esta que estamos travando agora.

Um outro ponto que eu gostaria de mencionar, pois tem relação íntima da forma como vemos, é a questão de governança aqui tratada. O PL 21, da forma como está redigido, não traz qualquer consequência ou sanção, a não ser um modelo de responsabilidade civil, que se mostra, na nossa opinião, no mínimo temerário. Por enquanto, vale comentar que, sem qualquer sanção num modelo de regulação principiológica, como é o que está posto hoje no texto do projeto, o PL não abarca a miríade de problemas que podem ser causados no uso de ferramentas de inteligência artificial, como já apontado brilhantemente por falas nos painéis anteriores.

Mas, apenas para estressar também esse ponto, a gravidade do tema exige que a legislação estabeleça um arcabouço legal robusto, que vá além da prescrição de recomendações de ética e boas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

práticas, que se restrinja a uma abordagem principiológica, como a utilizada pelo texto do PL 21, da forma como saiu da Câmara dos Deputados. Se há a compreensão de que é necessário firmar um marco específico para o objeto em questão, ele deve servir para suprir as lacunas e insuficiências de outros regramentos já consolidados, que podem servir de fonte normativa em determinados casos, como o Código de Defesa do Consumidor ou a própria Lei Geral de Proteção de Dados.

Por isso, também consideramos que a centralidade do ser humano não está suficientemente afirmada e operacionalizada na versão atual do PL 21. E esse diagnóstico se expressa no modelo de responsabilidade sugerido e na ausência de prerrogativas bem definidas quanto ao direito à intervenção humana, por exemplo. A própria Alta-Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, em suas recomendações sobre o uso de ferramentas baseadas em IA, expressa que regulações robustas, que deem conta da mitigação dos riscos dessas ferramentas, são necessárias para a proteção de direitos humanos; uma discussão que deve ser feita no âmbito desta Comissão, de pôr o ser humano no centro dessa discussão, já que é quem de fato sofrerá os efeitos das referidas ferramentas.

Então, eu chego ao tema mais específico deste painel, que é o de governança.

Muito se debate sobre se seria necessária uma autoridade específica de fiscalização em matéria de inteligência artificial, mas uma autoridade administrativa fiscalizatória, como eu já falei, nesse modelo de regulação principiológica que ora se põe é um contrassenso. Afinal, o que será fiscalizado se não há previsão de sanções para o descumprimento das obrigações ou se não há sequer obrigações, parâmetros e boas práticas metrificadas a serem cumpridas pelos agentes de inteligência artificial?

Ademais, a discussão sobre autoridades específicas de fiscalização vem sendo posta em todas as tentativas de regulação de novas tecnologias desde a LGPD e a criação da ANPD, como por exemplo, no PL 2.630, que é o PL de *fake news*. Mas será que seria realmente necessário esse empilhamento de novas autoridades para tratar de cada matéria que passa a ser regulada no país? Na nossa opinião, não. Não é necessário, porque o Judiciário pode e deve dar conta dessas demandas advindas de descumprimentos legais, seja qual for a matéria tratada. Nesse sentido, o Judiciário precisa também ser habilitado e capacitado a tratar desses novos temas da melhor forma possível.

Especificamente nesse caso, entre as hipóteses já levantadas em diversas instâncias de debates nesse sentido, entendemos que em governos anteriores houve experiências positivas de conselhos setoriais que tratavam de matérias específicas. Assim, talvez o melhor modelo legislativo para o caso da inteligência artificial seja, para além de uma autoridade reguladora ou coordenadora – que por questões orçamentárias, por exemplo, pode ser muito difícil de ser implementada –, a existência de um conselho multissetorial e interdisciplinar de profissionais com notório saber sobre diversas disciplinas que envolvem a inteligência artificial. Dentro desse conselho, é preciso que haja paridade nos critérios de representação setorial entre governos, empresas, sociedade civil e acadêmicos. Ainda que seja uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

estrutura que tenha segurança legal, mas que, onde quer que ela esteja alocada, não seja subserviente, ou seja, que caiba a ela dar concreção às decisões.

Em última nota, acho que a gente deve refletir ainda sobre algumas outras sugestões que apareceram nesse debate sobre a autoridade, sobre a governança, de vinculação dessa estrutura a outras estruturas já existentes, como a própria ANPD ou mesmo o Comitê Gestor da Internet, mas eu acredito que em relação à ANPD é preciso destacar que a matéria de inteligência artificial é muito mais ampla do que as questões de proteção de dados que lhes são inerentes. Há interseções, claro, óbvio, e há noções importantes que a gente deve estabelecer quanto ao uso de dados para a alimentação das ferramentas de inteligência artificial. Mas a discussão da IA é muito mais ampla do que somente esses dados de que ela precisa para funcionar. E quanto ao CGI, não só, mas principalmente pelo conjunto de atribuições relevantes não relacionadas à inteligência artificial que o CGI presta ao Brasil, com a organização e o favorecimento do ambiente multissetorial de governança da internet, talvez também não seja a melhor alternativa.

E para finalizar, eu queria enfatizar e pedir a esta Comissão e a esta Casa que não repitam a forma apressada de análise de um projeto de lei tão importante como aconteceu na Câmara dos Deputados. Esse debate precisa e merece ser mais aprofundado, mais bem colocado do ponto de vista da interdisciplinaridade, da diversidade de gênero, de raça e regional e entre os setores.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL LIMA SARAIVA – Como eu já mencionei no início, não só as empresas produtoras de tecnologia, mas a sociedade civil e especialmente a academia têm muito a dizer e vêm dizendo há muito tempo, mas precisam ser ouvidos para que essa seja uma regulação realmente efetiva na nossa sociedade.

E por aqui eu encerro. Nós do IP.rec certamente contribuiremos de forma escrita a esta Comissão, com outros apontamentos sobre essa proposta de regulação, mas eu novamente agradeço e agora eu me coloco à disposição para os debates.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado, Raquel.

Vou passar a palavra agora ao Rafael Zanatta, da Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa, que se encontra virtualmente.

Obrigado, Rafael.

O SR. RAFAEL ZANATTA (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Fabricio. Muito obrigado pela oportunidade.

Eu queria saudar os membros da Comissão de Juristas, fazer um agradecimento enorme pela oportunidade desta discussão democrática e também apresentar rapidamente a posição do que é o Data

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Privacy Brasil, o que nós somos, antes de iniciar propriamente as contribuições substantivas aqui nesta audiência pública.

Então, o Data Privacy Brasil é um espaço de articulação entre duas organizações que são distintas. Existe uma escola, chamada Data Privacy Ensino, fundada 2018, e existe uma associação sem fins lucrativos, focada em pesquisa, fundada em 2020. Eu sou Diretor dessa organização civil, junto com o Bruno Bioni, que também compõe a Comissão de Juristas.

Nós somos uma organização que produz pesquisa; uma organização de 25 pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas, sociologia, relações internacionais, direito, economia, sempre com um enfoque na produção de diagnósticos e pesquisas de interesse público que possam contribuir com discussões regulatórias. Por isso que eu fico muito contente de estar aqui nesta manhã, porque é precisamente esse o espírito da junção entre a Comissão e a nossa ONG. E nós temos uma visão muito clara também de que o eixo de análise tem que ser centrado em direitos nessa discussão sobre os direitos digitais. Então, nossa perspectiva é uma perspectiva focada em questões que são muito notórias no Brasil, assimetrias de poder profundas, uma situação de desigualdades aguda. O Brasil é um país semiperiférico, com uma centralidade do eixo social na sua visão normativa constitucional. E acreditamos, temos trabalhado para que os direitos digitais sejam direitos fundamentais de todas e todos. Então, esse é o nosso objetivo institucional.

Nós produzimos uma série de materiais e notas técnicas. Eu vou explicar um pouco como que é essa trajetória do debate de IA está relacionada com produções prévias da Data Privacy e como nós temos nos posicionado sobre esse assunto.

O ponto de partida, Fabricio e caros membros, é um posicionamento muito claro que a Data Privacy tem feito de que é preciso ir além de um debate de autorregulação, de um discurso meramente principiológico. Isso é um consenso também acadêmico e científico no nosso campo.

O Brent Mittelstadt, que é do Oxford Internet Institute, tem um *paper* muito conhecido em que ele faz uma grande varredura das produções de princípios sobre ética e IA e contrapõe justamente a precariedade de outros mecanismos de junção profissional, de histórico fiduciário que, por exemplo, na medicina existe e que no campo de IA não existe, de modo que a mera produção de valores éticos ou normativos é absolutamente insuficiente para lidar com o tamanho da complexidade do problema regulatório que se apresenta em IA.

Há também um debate grande sobre uma certa captura, por meio de uma grande influência da indústria, do setor privado e de agentes econômicos tentando transformar o que seria uma discussão jurídica, uma discussão regulatória, numa discussão meramente de formulação de princípios éticos abstratos, fragilizando, fazendo uma desidratação do que seria uma capacidade normativa relevante nessa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem falado isso bastante. Inclusive, na primeira contribuição feita na consulta pública pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no final de 2019, na qual a Data Privacy apresentou um texto em 2020, esse posicionamento já foi muito claro por parte da organização, com uma ideia de que é preciso a incorporação de obrigações positivas com relação aos direitos humanos e a incorporação de modalidades de *due diligence* em aspectos discriminatórios, em especial com enfoque em grandes grupos populacionais. Os aspectos discriminatórios foram muito bem apresentados na audiência de ontem. Eu acompanhei algumas apresentações, e esse foi um dos grandes enfoques do debate de ontem, nas audiências públicas.

O que também se tem na literatura científica sobre o problema dos princípios frouxos é que eles se mostram absolutamente insuficientes, eles não dão conta de uma análise compreensiva da dimensão dos riscos que se apresentam hoje na expansão massiva de sistemas de aprendizado em máquina e IA e há um enfoque datado de uma certa perspectiva de um consumidor individual e as escolhas que ele pode fazer nesse mercado. Isso tem sido amplamente criticado, em especial por um texto que nós traduzimos, da Prof. Julia Black e do Prof. Andrew Murray, que são professores de ciência política na London School of Economics.

As críticas que eles formulam, com as quais nós também concordamos, são justamente sobre o problema de uma centralidade somente em princípios ou de autorregulação, que é incompatível com a inexistência de características-chave de uma certa profissão em IA, que não se apresenta hoje de forma bem estruturada. Portanto, a mera dependência em códigos de conduta seria uma espécie de muleta. E hoje o debate que se coloca governamental... E há um certo consenso em centros como a OCDE, no Centro de Inteligência Artificial e Democracia, fundado pelo Marc Rotenberg, de uma necessidade de uma virada de página para que os estados nacionais enfrentem a complexidade desse desafio regulatório e possam encará-lo à sua altura.

Essa orientação da complexidade se relaciona a um segundo ponto da minha fala, que é objeto também do debate hoje. Como encarar essa complexidade de uma perspectiva de um estímulo à policentralidade? – uma perspectiva de regulação policêntrica, como foi dito pelo colega professor da Federal de Goiás, anteriormente. Então, o que significa de fato estruturar uma visão de estado e de regulação onde atores inter-relacionados podem agir conjuntamente para endereçar problemas e valores normativos compartilhados?

Esse é um grande debate colocado hoje no campo e se relaciona também a uma visão policêntrica. O Don Tapscott tem um livro famoso sobre *global solution networks*, em que ele vai identificar a centralidade de agentes que geralmente não são muito teorizados, não são muito discutidos na literatura: centros de produção de pesquisa, *think tanks*, coalizões de advocacia de interesse público, como a própria Coalizão Direitos na Rede do Brasil, centros de formulação de *policy*. As próprias empresas e associações privadas que também se posicionam como *delivery network* se comprometem com algumas condutas e modificações de comportamento e executam. Essa teia é muito mais complexa do que uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

bidirecional, digamos, entre um regulador e um regulado. Essa visão muito míope do começo do século passado de que a regulação era só o Estado e os agentes regulados numa relação de comando e controle tem sido amplamente questionada nessa literatura sobre regulação.

E como é que ela eventualmente pode ajudar a proteger direitos? Um ponto central é uma pactuação sobre quais comportamentos que devem ser modificados. Regulação é fundamentalmente um processo de influência de organizações sobre outros grupos de organizações. Que tipo de comportamento que deseja ser modificado? Regulações é sobre isso fundamentalmente. Então, um dos debates colocados aqui é justamente quais são os valores normativos em jogo e quais são os objetivos pactuados para uma regulação? Sem isso, é impossível, talvez, aprofundar uma discussão sobre como executar.

O que nós temos defendido é que esses valores precisam estar bem claros no modelo de IA. É preciso encarar o desafio de assumir um compromisso normativo com a mitigação de discriminações por negligência ou sub-representação em dados, uma garantia de testes dinâmicos, participativos, a garantia de inclusão de grupos potencialmente afetados e especialistas, como a cara colega Raquel comentou, e a submissão de sistemas, a revisão por especialistas independentes. Tudo isso faz parte do conjunto de valores que nós podemos assumir, valores esses que estão relacionados tanto a uma perspectiva de valores constitucionais, como o devido processo, como antidiscriminação, que no Brasil é um valor constitucional claramente posto a Constituição, valores normativos que são consensualizados na sociedade, mas também valores democráticos, de diálogo, de participação da própria autodeterminação informativa, vista por um prisma coletivo de valores democráticos, e também de *performance* funcional. Nós não podemos cair no erro de um enfoque simplesmente em *performance* funcional, de tratar esse problema simplesmente como problema de efetividade, eficiência e *expertise*. Há três outros campos valorativos muito importantes aqui.

E como que é a regulação policêntrica poderia funcionar? Acho que um ponto rápido, para sintetizar a minha fala, é que é preciso muito cuidado com os chavões e com as importações de conceitos de regulação responsiva. Esse é um tema que nós estudamos há muitos anos, e a própria dinâmica de como a regulação responsiva se apresenta em redes de governança que são mais complexas são difíceis de operação em países periféricos, porque nós temos uma sociedade civil muitas vezes pouco financiada, precarizada, um próprio combate ao discurso científico, problemas de financiamento em universidades públicas e quem faz pesquisa no Brasil, instrumentos regulatórios ainda pouco porosos a essa pressão pode ser exercida pelas redes transacionais de advocacia e também processo de captura e influência do dinheiro por meio de *lobby* corporativo, formas sutis de corrupção, influência, organização de eventos, junto com agentes decisórios, uma série de problemas que o John Braithwaite, que foi quem cunhou esse termo, já identificou num *paper* muito famoso escrito em 2004.

Isso nos coloca também este duplo desafio: acho que é um desafio enorme de identificação de quais são os objetivos normativos – eu não vou entrar nesses pontos agora; nós temos um posicionamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

claro sobre quais são esses objetivos normativos, na perspectiva da Data Privacy –, mas também o desafio de uma estruturação de regulação policêntrica que esteja à altura do enfrentamento deste desafio de inclusão dos atores civis nessa teia mais complexa de pressão, de advocacia de interesse público.

Então, não dá para falar sobre esse assunto... Antes de entrar especificamente na questão de qual é a autoridade, acho que há problemas mais cruciais em jogo, como o apoio à pesquisa científica. O Brasil vive hoje o problema de um discurso anticientífico, de precarização do conhecimento interdisciplinar e científico do país e de políticas públicas de fomento à ciência. Há o problema de fortalecimento da estrutura de direitos difusos – nós já temos uma tradição forte do Fundo de Direitos Difusos, que precisa se direcionar para esse tipo de projeto – e da inclusão e fortalecimento dessas redes de advocacia de interesse público. É preciso procedimentalizar essa participação; é preciso pensar também as avaliações de impacto pelo prisma dos direitos de participação; é preciso pensar nos inquéritos civis colaborativos entre um sistema de Justiça forte e entidades civis especializadas, como muitos falaram aqui; e desenvolvimento de capacidades institucionais para essas perícias técnicas, auditorias civis e *due diligence* centrada em direitos humanos e discriminação abusiva.

Então, caros, acho que esse é um pacote muito mais complexo da discussão do que simplesmente a definição de qual autoridade entra em campo. Acho que a nossa contribuição é trazer esses elementos para a discussão. É algo que pode ser, sim, endereçado numa perspectiva jurídica.

Encerro por aqui, Fabricio, e agradeço pela oportunidade de fala.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Obrigado, Zanatta.

Vou passar a palavra agora a Rony Vainzof, da Fecomercio.

O SR. RONY VAINZOF – Olá! Bom dia a todos e a todas!

Cumprimento todos e agradeço à Comissão de Juristas, na pessoa do seu Presidente, Ministro Cueva; da sua Relatora, a Profa. Laura; e dos colegas aqui presentes, os Profs. Fabricio, Frederico e Danilo.

Também cumprimento os demais painelistas e o público que está assistindo a esta audiência pública.

Começarei falando aqui sobre a importância da IA e da regulação baseada em risco.

A inteligência artificial tem se tornado essencial para a sobrevivência e a competitividade de países e dos negócios, e, logicamente, não é diferente a importância dela no Brasil para o setor de comércio e serviços, trazendo maior eficiência, com redução de custos e aumento da qualidade no atendimento dos consumidores finais, e melhorias em seu controle de estoque e nas práticas de reabastecimento, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celeridade das entregas, nos sistemas de transporte inteligentes, no atendimento ao cliente por meio de *chatbots* e assistentes virtuais, no *marketing* e na publicidade, apenas para citar alguns exemplos.

Entendo que o ponto-chave de atuação regulatória e jurídica deve se voltar à modelação de níveis escalonados e à criação de salvaguardas proporcionais para a mitigação de riscos a depender da aplicação da IA. Tem sido palavra comum que o risco é substancialmente diferente se considerarmos um *chatbot* de atendimento para uma autenticação de clientes por reconhecimento facial, para um *score* de crédito, para uma cirurgia assistida por robô, para carros autônomos ou para inteligência artificial em infraestruturas críticas, por exemplo. Ou seja, o nível de risco deve ser baseado numa abordagem setorial e casuísta.

O marco legal pode trazer balizas gerais de governança, em especial em torno do uso de IA que traga alto risco, para que os órgãos reguladores setoriais possam aplicá-las em seus contextos específicos e práticos, uma vez que há uma dinâmica intensa das aplicações e usos da inteligência artificial.

Cito alguns casos em que certamente requisitos de governança poderiam auxiliar na mitigação de vieses. O estudado e conhecido caso Compas, nos Estados Unidos, utiliza inteligência artificial para avaliar a possibilidade de reincidência criminal, no qual vieses indiretos das variáveis dos dados utilizados, como endereço, grau de escolaridade, prisões, em vez de condenações, têm o potencial de trazer vieses prejudicando pessoas negras.

Um outro caso, mas agora de IA no recrutamento de candidatos, discriminava mulheres por uma falha no treinamento do sistema. Por quê? A base de dados para treinamento do algoritmo era formada por currículos enviados durante a década anterior, quando a maioria dos candidatos era formada por homens. O algoritmo, então, aprendeu a favorecer homens e penalizar mulheres, considerando, diante desse viés, os concorrentes do sexo masculino mais aptos para o cargo.

Na Nova Zelândia, citando um outro exemplo, um sistema de passaporte teve um problema de sub-representação no treinamento para checar a autenticidade das fotos. Quando alguns descendentes de asiáticos foram tirar o passaporte, não foram aceitos, pois o modelo considerou que eles estavam com os olhos fechados.

Na Itália, um aplicativo de gestão de entregadores de alimentos não garantiu procedimentos para contestar as decisões automatizadas adotadas, incluindo a exclusão de alguns dos entregadores de oportunidades de trabalho. Segundo a autoridade, não garantiu a exatidão e correção dos resultados utilizados para avaliação dos usuários entregadores. O aplicativo, conforme a decisão, terá que modificar o processamento de dados dos seus entregadores e verificar se os algoritmos de reserva e atribuição de encomendas de alimentos produzem formas de discriminação, além de pagar uma multa de 2,5 milhões de euros.

Já na Hungria, a autoridade sancionou um banco por utilizar IA para análise de fala e voz que determinava quais clientes deveriam ter prioridade no retorno, de acordo com o seu estado emocional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o problema, segundo a autoridade, foi de falta de transparência e de ausência do direito a oposição, além de uma discussão sobre a necessidade de consentimento para tal finalidade; ou seja, vieses podem estar presentes não apenas no algoritmo, mas também nos dados usados para treinar o algoritmo. As partes interessadas, inclusive, especialmente os programadores e desenvolvedores de IA, devem aplicar ética *by design* e mitigar preconceitos desde o início do desenvolvimento de uma tecnologia de IA.

Ao lado de um *approach* regulatório baseado em risco, devemos ter também o *accountability*; ou seja, idealmente, legislações que envolvem a dinâmica de tecnologias de dados e algoritmos devem abordar elementos de *accountability* e governança de forma flexível para uma organização conseguir adaptar cada um deles aos seus riscos e requisitos específicos, por meio de seus próprios processos de avaliação que fazem parte dos seus programas de desenvolvimento de novas tecnologias baseados em prestação de contas.

Somado ao *approach* regulatório baseado em risco e ao *accountability,* eu defendo também a corregulação. Por quê? É cada vez mais relevante para o Estado contar e admitir a contribuição especializada e prática dos mais variados setores da iniciativa privada e do seu conhecimento inerente à dinâmica de constante revisão de conceitos, de forma a absorver melhor incertezas e desenvolver parâmetros de eficácia legal.

Segurança jurídica e proteção de direitos fundamentais podem se dar por meio do instituto da autorregulação regulada. A lei, nesse caso, traz parâmetros mínimos de governança no desenvolvimento, emprego e monitoramento dos sistemas de inteligência artificial que são capazes de balizar o dever de cuidado a ser tomado tanto para o trabalho de conformação pelos agentes quanto para a atividade judicante do Poder Judiciário.

Esses parâmetros mínimos orientarão instituições de autorregulação no desenvolvimento de códigos de conduta específicos para diferentes setores de atividade econômica e de possível emprego da tecnologia, podendo ser reconhecidos posteriormente por autoridades públicas setoriais competentes.

Inclusive, como acontece na União Europeia para o tema de proteção de dados, códigos de conduta podem contar com supervisão e para entidades privadas com um órgão de monitoramento para aplicá-los de forma que as autoridades competentes passem a agir como metarreguladores, avaliando a eficácia dos códigos de conduta e os órgãos de monitoramento setoriais por elas aprovados.

Sobre a questão do órgão regulador, considerando a inteligência artificial como tecnologia, podendo ser utilizada em diferentes contextos e setores, entendo que a normatização e fiscalização serão mais eficazes se forem realizadas por órgãos reguladores já constituídos e que detenham competência para a regulamentação setorial, como mencionado anteriormente por outros colegas: Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Senacom, Cade, Bacen, Anvisa, ANS, CFM, entre outros órgãos e autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também considero pertinente a criação de um conselho composto por integrantes das entidades reguladoras setoriais existentes, com representatividade também multissetorial pela iniciativa privada, academia e sociedade civil. Tal conselho poderia ficar vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que tem a responsabilidade pelo tema no Governo Federal. O referido conselho teria algumas funções, e uma delas seria a de facilitar diretrizes para uma aplicação eficaz e harmonizada da legislação, contribuindo para a cooperação entre as autoridades setoriais e prestando aconselhamento e conhecimentos especializados a elas, incluindo coletar, compartilhar conhecimentos técnicos e boas práticas.

Para concluir, em que pese haver aplicações de IA de alto risco, a grande maioria das aplicações de IA têm riscos baixo ou médio de causar danos físicos ou psicológicos, violação a direitos fundamentais ou danos ao meio ambiente. A opacidade e resultados imprevisíveis, até mesmo para desenvolvedores, se observam em algumas metodologias mais complexas, como a aprendizagem de máquina profunda ou *deep learning*. Mesmo essas metodologias não impedem os envolvidos de mapear riscos presentes no seu ciclo de desenvolvimento e emprego e de adotar medidas proporcionais para a mitigação de riscos. A escolha da estratégia regulatória deve ser consistente com o comportamento apresentado pelos agentes regulados e permanentemente adaptadas e otimizadas, ou seja, defendo uma regulação responsiva.

Medidas de persuasão e autorregulação usualmente são menos custosas tanto no sentido do custo econômico da sua implementação e manutenção como no sentido do custo social da criação de um ambiente de vigilância e desconfiança. Assim, mantêm-se comandos regulatórios, mas oferecendo, como primeira opção, a tentativa dialogada da solução do problema, buscando entender as razões do mercado agente regulado com a possibilidade de controle por parte dos demais administrados. A regulação também deve impulsionar investimentos IA, sempre preservando direitos e garantias fundamentais, e evitar intervenções *ex ante* que possam limitá-la ou inibi-la.

A abordagem baseada em graus de risco e *accountability*, complementada por códigos de conduta setoriais e autorregulação regulada, limita os riscos de violação a direitos fundamentais e promove a supervisão e a execução eficazes, ao associar requisitos aos sistemas com riscos elevados nos casos setoriais práticos.

Um dos parâmetros relevantes, como eu já disse, é o da ética *by design*, para mitigar vieses desde o início do desenvolvimento da tecnologia de IA. Isso pode ser alcançado, por exemplo, pela atuação multidisciplinar. Os desenvolvedores precisam ir além de buscar a precisão da aplicação de IA para atingir a sua finalidade, precisam refletir e incorporar aspectos éticos e legais nela. Do outro lado, profissionais da área humana precisam também entender mais como as aplicações de IA são desenvolvidas para conseguirem ajudar a incorporar preceitos éticos e jurídicos.

Assim, somando todas essas sugestões, penso que reforçaríamos a confiança, a aceitação em investimentos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONY VAINZOF – ... em inteligência artificial e, ao mesmo tempo, geraríamos proteção a direitos e garantias fundamentais.

Muito obrigado.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado, Rony Vainzof.

Passo a palavra agora à Profa. Paloma Mendes, representando a Associação Brasileira de Governança Pública de Dados Pessoais.

Eu vou fazer apenas um reforço de um alerta: todos aqueles que, porventura, tiverem utilizado PowerPoint ou qualquer outra apresentação que encaminhem para o *e-mail* da Comissão. A gente agradece. Obrigado.

Profa. Paloma.

A SRA. PALOMA MENDES – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer imenso participar de um debate tão importante e necessário em nosso país e uma responsabilidade enorme falar depois de tantos profissionais parceiros e competentes, engajados com essa temática.

Como eu já fui apresentada, sou Paloma Mendes Saldanha, professora e pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco. Carrego comigo vários outros chapéus, mas hoje estou aqui representando a Associação Brasileira de Governança Pública de Dados Pessoais (GovDados).

Quero, desde já, agradecer ao Ministro Ricardo Cueva, na pessoa do nosso moderador, Fabrício da Mota Alves, pelo trabalho que vem sendo realizado por esta Comissão. Cumprimento ainda o Prof. Danilo Doneda e o Prof. Frederico Quadros.

Vamos ao conteúdo.

O nosso painel traz um título bastante reflexivo, no meu ponto de vista, e bastante pertinente para juntarmos todas as falas que foram trazidas e coletadas aqui, para tentar falar, de fato, sobre qual seria o arranjo institucional de fiscalização mais adequado quando o assunto é a regularização de sistemas apoiados em inteligência artificial. E aqui eu não entro no debate sobre a necessidade ou não de uma regulação por entender que esse é um ponto que não se trata mais de um debate; isso, para mim, é um fato posto. Então, estamos lidando com uma tecnologia de inúmeras aplicabilidades e com impacto direto e relevante nas relações jurídicas, políticas, econômicas, mercadológicas e sociais. Portanto, estamos falando de uma tecnologia que não pode ser desenvolvida unicamente sob a perspectiva da autorregulação, além de que precisamos entrar no cenário cibergeográfico da corrida regulatória para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

começar a participar da construção dos limites tecnológicos e da construção de uma ampla governança democrática sobre essa temática.

Então, é importante iniciar atentando ao fato de que, ao colocarmos a debate os modelos de comando, controle e regulação responsiva, não estamos apenas falando ou querendo falar sobre os sistemas apoiados em inteligência artificial, estamos trazendo à tona não só uma realidade brasileira de legislação baseada unicamente na punição, mas também estamos promovendo a reflexão sobre se o nosso contexto atual e a temática atual permitem, solicitam e desejam a continuidade desse modelo exclusivamente punitivista.

Enxergo, então, que, num contexto em que, cada vez mais, como foi dito aqui pelos demais colegas, a construção colaborativa e os parâmetros e interesses multissetoriais são corretamente levados em consideração para a criação do *design* inicial e do desenvolvimento propriamente dito de uma estrutura, seja ela arquitetônica, econômica, política ou jurídica, no âmbito nacional ou internacional, falar em uma regulação, comando e controle, a meu ver, é retroceder, é dar seguimento a uma antiga hierarquia de gerenciamento tradicional baseada numa execução de processos organizacionais executados de forma verticalizada dentro dos quais não cabe qualquer tipo de questionamento por parte de quem está cumprindo a sua obrigação.

E eu digo isso por perceber e entender que a figura de quem regula deve adotar estratégias regulatórias que levem em conta as mais variadas assimetrias de informações existentes entre os mais diferentes atores na cadeia de produção, aplicação e uso da tecnologia no Brasil, ou seja, é necessário que não só a gente pense numa regulação que respeite a diversidade cultural e o contexto do povo brasileiro, os valores e os princípios da nossa Constituição e os direitos fundamentais devidamente tutelados, mas que a gente pense também numa regulação que assegure o desenvolvimento amplo de novas tecnologias em prol do nosso desenvolvimento econômico. E, aí, pensar numa regulação responsiva cai muito bem por se tratar de um modelo regulatório que dá ênfase a questões principiológicas sem deixar de trazer obrigações ou regramentos necessários para garantir a efetividade de questões éticas que devam ser observadas no desenvolvimento de sistemas apoiado em inteligência artificial, porque é isso que a gente está regulando.

Diferentemente do sistema exclusivamente punitivista, na regulação responsiva, encontramos punição e conscientização caminhando juntas, porém separadas. E o que eu quero dizer com isso? Antes de punir por ter violado uma regulamentação, enquanto órgão regulador, eu preciso conscientizar para gerar um senso de responsabilidade que vai relevar o regulado para um caminho da autorregulação e da autoavaliação. A ideia da teoria – porque, sim, estamos falando de uma teoria – é trazer uma menor intervenção estatal para quem tem o senso de responsabilidade pelo cumprimento do que foi determinado na regulação e um aumento dessa mesma intervenção naqueles atores que são movidos unicamente pela racionalidade econômica, desconsiderando qualquer linha do contexto regulatório. Por isso é que a teoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

traz a figura da pirâmide como padrão para entendimento dela em todas as suas vertentes: conceito, aplicabilidade, penalidades, como muito bem colocou aqui o eslaide do Rafael Zanatta, ou seja, quanto mais correto, do ponto de vista regulatório, for um ator corporativo, por exemplo, menor seria o grau de intervenção estatal em suas atividades. Eles ficariam num nível mais baixo da pirâmide, trabalhando numa perspectiva de autorregulação regulada, ou seja, a gente teria uma adoção de regras privadas como forma de gerenciamento de riscos, evitando o descumprimento de uma legislação aplicável àquele setor que está em discussão, no nosso caso: sistemas apoiados, inteligência artificial.

Inclusive, é importante dizer, mencionar que a teoria ainda traz a possibilidade de inclusão de mecanismos de recompensa aos regulados pela adoção de medidas que vão além do cumprimento do que foi regulado, do que está descrito naquela legislação e, aí, também já foi citada aqui, a questão das certificações tanto no âmbito da proteção de dados pessoais quanto no âmbito dessa questão da inteligência artificial.

E esses que estariam ali na base da pirâmide só subiriam ao topo dessa pirâmide se houvesse uma violação das normas legais de forma recorrente. Então, o regulador, caso isso viesse a acontecer, teria legitimidade para agir num grau intervencionista mais avançado, de modo a impor sanções a partir de instrumentos mais coercitivos, mais onerosos para que aquilo que foi regulado, a obrigação que foi regulada se tornasse efetiva, cumprida. E aí o grande desafio para implementação desse *design* regulatório não seria nem o topo, nem a base, porque a gente já teria isso muito bem definido sobre autorregulação ou punição discricionária. A grande questão seria o meio dessa pirâmide, onde a gente encontra os regulados em negociação, digamos assim, com o regulador e a presença de, por exemplo, cartas de aviso ou responsabilidade civil, responsabilidade penal, criminal, entre outras possibilidades que poderiam entrar e estar estabelecidas já dentro desse instrumento regulatório.

Um exemplo mínimo e bem simplificado de penalidades construídas com base na teoria da regulação responsiva – e aí, quando eu falo mínimo, é mínimo mesmo, é uma percepção minha – seria a nossa LGPD, que traz desde advertência e multas até a proibição de atividades de processamento de dados, podendo todas as penalidades serem aplicadas de forma gradativa, isolada ou cumulativa.

E, para implementar esse modelo, precisaríamos também esclarecer alguns itens e organizar a nossa estrutura. Como foi dito aqui, a gente não tem como falar sobre um modelo regulatório que a gente não tem como aplicar de forma efetiva, mas a gente tem como construir essa aplicabilidade. Então, a gente teria que definir quais seriam as soluções consensuais, como se daria o monitoramento dos compromissos assumidos, como seriam tratadas as infrações reiteradas, como se justificaria o escalar da pirâmide da regulação responsiva, qual seria o grau da publicidade das informações dos processos de fiscalização, entre outras questões que eu poderia deixar para vocês de forma escrita posteriormente.

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) – e aí pegando o que o nosso querido Andriei colocou – tem um projeto que começou em 2020 e que tem como meta repensar o seu atual modelo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulação a partir da construção de um modelo regulatório totalmente responsivo e inteligente até 2026. Acredito que esse seja, sim, um exemplo brasileiro interessante que poderia ser observado por esta Comissão.

E, do ponto de vista do conteúdo propriamente dito da regulação para sistemas apoiados e inteligência artificial, penso que podemos olhar para o regulamento do Parlamento europeu – apenas olhar –, que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial a partir de uma proposta que tem uma abordagem regulamentar horizontal e que se limita aos requisitos mínimos necessários para dar resposta aos riscos e aos problemas associados à IA, sem restringir ou prejudicar indevidamente a evolução tecnológica ou aumentar desproporcionalmente o custo de colocação no mercado de soluções de inteligência artificial, ou seja, uma proposta que atende ao modelo colaborativo da regulação responsiva trazida aqui em minha fala nos moldes do atendimento aos direitos individuais, direitos coletivos, sem criar restrições ao desenvolvimento econômico, que está necessariamente atrelado ao nosso tema, trazendo ainda a percepção da necessidade de inserir uma gradação de risco, como também já foi falado aqui, quanto a implementação e uso dos sistemas apoiados em inteligência artificial.

E aí eu passo para a estrutura – estou finalizando já.

Teríamos um glossário? Sim. Precisamos esclarecer, como bem colocou Raquel Saraiva, o que estamos falando, o que estamos regulando. A gente tem visto muitas dúvidas e a adoção de termos incorretos, que podem prejudicar o entendimento do que de fato está sendo regulado. Teríamos princípios norteadores? Com certeza. E já temos isso dentro do nosso PL 21. Teríamos indicação de medidas de governança? Sim. As oito principais características da boa governança precisam estar presentes: Estado de direito, transparência, responsabilidade, orientação por consenso, igualdade, inclusão, efetividade, eficiência e prestação de contas. Teríamos um texto abrangente? Ou um texto com regras técnicas detalhadas? Bom, se não quisermos limitar o desenvolvimento tecnológico e se não quisermos colocar em vigor uma regulação já desatualizada, o texto deve ser abrangente. Mas isso não significa um texto unicamente principiológico, como também não significa um texto vazio de regramento, que despreza os mais variados tipos de tecnologias digitais ou as mais variadas aplicabilidades ou tipos de inteligência artificial.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PALOMA MENDES – Que seja um texto que também visualize a existência atual de diplomas legais, que já tratam e resolvem questões de responsabilidade civil e administrativa, mas que também seja um texto que incentive e provoque a necessidade de um modelo organizacional de gestão de riscos e que regulamente, desde já, a avaliação de impacto algorítmico – trazido pelo professor na primeira fala –, que não é mencionada nem na LGPD nem na RGPD, mas que funciona como ferramenta para obter responsabilidade algorítmica ao avaliar o impacto dos sistemas apoiados em inteligência artificial nos direitos individuais e coletivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E para que isso tudo aconteça – já me encaminhando para o final –, ao contrário de algumas falas aqui já postas, precisamos pensar num órgão regulador e fiscalizador independente e com formação multissetorial e multidisciplinar que atue em parceria com as diversas agências existentes no país. Como é que eu consigo isso? A partir de um engajamento em prol de uma regulação responsiva que vai me garantir uma regulamentação de caráter participativo, regramentos, penalidades em formato piramidal, um uso de ferramentas de governança e a presença de um órgão regulador e fiscalizador multissetorial e multidisciplinar que dê conta de toda a complexidade que a temática demanda.

Encerro minha fala por aqui e fico disponível para o debate.

Obrigada.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado, Profa. Paloma.

Vamos passar agora à rodada de questionamentos. Temos uma relação de membros da Comissão interessados.

Vou passar primeiramente a palavra ao membro da Comissão Frederico Quadros e, em seguida, nesta sequência: Prof. Danilo, Prof. Bruno Bioni, eu farei um questionamento, Clara Iglesias e Estela Aranha. E aí peço a gentileza dos convidados painelistas... (*Pausa.*)

O Victor também? Bom, então, o Victor também.

Bom, vou restringir o tempo para dois minutos, tendo em vista a quantidade de questões e de membros que irão questionar; e para dois minutos para resposta também. Peço desculpa aos painelistas, para que a gente não avance muito no tempo, o.k.? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

O SR. FREDERICO QUADROS D'ALMEIDA – Bom dia.

Várias pessoas aqui colocaram esta questão de uma fiscalização mais descentralizada, e eu acho que realmente é procedente em certa medida porque, como já foi dito em outros painéis inclusive, nós temos várias aplicações e vários graus de risco diferentes. Então, de fato, tratar tudo unicamente, de uma única forma, não é muito fácil.

Mas eu fiquei com uma dúvida. Eu queria que quem se sentisse apto a responder... Não teríamos o risco, nesse caso de uma regulamentação muito fragmentada, de o próprio órgão que estaria regulamentando... Não digo nem ser capturado, mas ele tem interesses naquela área. Por exemplo, vamos falar sobre aplicações na medicina: então, ele não poderia acabar invadindo um pouco demais em questões de privacidade ou em outras questões para ter um desempenho melhor na medicina? Ou na segurança pública, não é? Então, poderia haver uma tendência de aquele órgão regulador não estar tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

vinculado ao interesse coletivo, mas mais a um interesse daquele setor específico. Eu queria ver como vocês pensam sobre essa situação e como a gente poderia dar para ela uma solução.

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – Obrigado, Fabricio.

Estamos debatendo sobre sistemas de regulação, informações regulatórias, porém, como bem apresentou o Prof. Rafael Zanatta, ainda não definimos quais direitos estão sendo afetados, como isso vai afetar a nós como sociedade e qual a forma regulatória ideal. Estamos perscrutando tudo isso. E, quando falamos em risco, quase sempre, tratamos do termo no sentido lato, quando, na verdade, esse sentido lato inclui também risco sobre saúde, segurança, direitos fundamentais.

Então, vou comentar, muito rapidamente, algumas das falas aqui por uma pergunta, na verdade, transversal. O Prof. Fernando Filgueiras mencionou a desejabilidade de uma regulação setorial, porém, calcada, com vetores de princípios e diretrizes que seriam comuns. Aí eu pergunto para ele: de onde adviria isso, de formulações de *soft law*? Teríamos regras vinculantes? E haveria um grau de organização entre esses órgãos? Isso porque a gente já vê, hoje em dia, por exemplo, inclusive no Brasil – desculpe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANILO CESAR MAGANHOTO DONEDA – ... sistemas, por exemplo, de diagnóstico médico, funcionando com inteligência artificial, com certificações que não são de inteligência artificial, que nos trazem preocupações quanto a isso.

Em relação, muito rapidamente, ao que o Andriei colocou aqui, em relação à desejabilidade de segurança jurídica, com regras procedimentais e um comitê interministerial, eu pergunto para todos e para o Andriei também: esse modelo, com os riscos que nós temos aqui nessa acepção mais ampla que eu coloco, não seria até um risco de ser uma inclusão sobre competências do Congresso Nacional com o risco de fulminar, justamente, a segurança jurídica que se pretende? Os grupos de trabalho com interesse são úteis, necessários para tantas coisas aqui, mas, enfim, essa definição de objeto é um ponto muito importante.

E, só terminando, o Andriei até começou fazendo uma menção que eu achei muito pertinente à construção conjunta, coletiva que foi muito exitosa em passos anteriores e faço votos de que ela continue nesse projeto de lei.

Muito obrigado, Fabricio.

Desculpe quanto ao tempo.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Bruno Bioni, por favor.

O SR. BRUNO RICARDO BIONI (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Fabricio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, antes de mais nada, agradecer a todos os painelistas pela generosidade nas contribuições, que foram excelentes.

A minha pergunta, de maneira bem breve.

Pareceu-me que, durante as falas, tem convergências em algum sentido, por exemplo, a própria questão de uma regulação descentralizada, algumas divergências quando se fala em corregulação ou autorregulação regulada, e aí eu não vou entrar muito nas questões de terminologia e no refinamento teórico por trás de todos esses jargões do campo da regulação, mas a minha questão principal em que me parece que há uma possível divergência ou não convergência é a seguinte: é possível ter uma regulação descentralizada na visão dos painelistas, ainda que conte com uma possível autoridade, caso ela venha a existir? E me parece que uma outra questão é: como haveria a repartição e a definição de competências e atribuições por parte dessa autoridade? Como isso, ao final, pode ser agregado com o que foi mencionado sobre um possível conselho multissetorial, que é algo muito parecido, no final do dia, como está posta a questão do arranjo institucional na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que conta com uma Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, conta com um conselho multidisciplinar e se tentou, minimamente, dividir e repartir competências dessa autoridade frente a outras, como, por exemplo, de produção e de defesa do consumidor?

Então, para sintetizar mais uma vez a minha fala: regulação descentralizada é compatível com uma nova autoridade? Sim ou não? E, se sim, como se daria a eventual repartição de competências?

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Obrigado, Bruno.

Eu mesmo farei uma formulação.

Bom; uma das panelinhas, mais especificamente a Dra. Raquel Lima Saraiva, colocou questões que eu achei bastante interessante, e é nesse sentido que eu formulo para todos os painelistas em relação especificamente à necessidade de previsão de um regime sancionatório.

Evidentemente, falamos muito em órgão regulador, mas eu gostaria de dar o enfoque para o poder fiscalizatório desse órgão. De fato, fiscalizar o que especificamente? Vamos construir que tipo de regime sancionatório nessa legislação? Vamos trabalhar tipos infracionais abertos? Vamos desenhar tipos infracionais específicos? Vamos delegar para uma possível autoridade o mecanismo de detalhamento desses tipos infracionais?

Há aspectos a serem vencidos, os aspectos constitucionais. Precisamos especificar também os limites do nosso processo legislativo. Podemos prever essa autoridade? Podemos discutir novas atribuições legais às autoridades existentes? O próprio conselho, que foi dito quase que por unanimidade entre os painelistas, ficaria vinculado a que órgão especificamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Rony mencionou o Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação, mas eu questiono aos demais também quais as suas visões em relação a esses aspectos, aspectos estruturantes da administração pública, direito administrativo em sua essência, e aspectos relacionados ao regime sancionatório, à definição de obrigações.

Muito obrigado.

Próximo membro a questionar seria a Dra. Clara, que está virtualmente.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Fabricio.

Cumprimento a todos e agradeço imensamente aos palestrantes pelas contribuições.

Sendo bem breve e o mais objetiva possível, eu tenho duas perguntas. A primeira delas se refere a um ponto levantado pelo Prof. Rafael Zanatta, quando ele fala dos muito importantes limites da regulação principiológica. Aqui, vem sendo usada muito mais como um subterfúgio para a não regulação, como uma parte do que, na verdade, deveria ser um *mix* de estratégias regulatórias que se complementam, certo? Então, deixo essa pergunta para todos os palestrantes que quiserem sobre ela se posicionar. E a minha pergunta é: em que grau deve o regulamento já indicar, favorecer algumas estratégias regulatórias ou se cabe a ele apenas consagrar os direitos protegidos e deixar essa escolha de estratégias a cargo do regulador?

E a minha segunda pergunta é sobre essa sugestão de um conselho. Eu, particularmente – e não cabe aqui a minha opinião –, tendo a concordar com a ideia de centralização, em algum grau, de um órgão que possa dar diretrizes gerais, além, é claro, de guardadas as competências específicas. Mas a minha questão com a sugestão de um conselho – e sobre isso eu gostaria de ouvi-los a todos – é que, tradicionalmente, os conselhos, na administração pública brasileira, têm funções consultivas não vinculantes de elaborar políticas públicas e não de executá-las. Então, se estamos aqui preocupados com uma regulação que tenha dentes, como diz o título de um dos artigos que o Prof. Rafael Zanatta trouxe, até ponto seria útil termos um conselho, como esse órgão centralizador, ao invés de um órgão que execute políticas públicas?

Esses são os meus pontos.

Muito obrigada pelo tempo e a todos os palestrantes mais uma vez.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Obrigado.

Passo a palavra à Dra. Estela Aranha.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Enfim, muitas questões, e a gente tem que ser breve aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está falando, sempre para lembrar, de uma tecnologia que ainda está sendo desenvolvida – há mudanças –, variáveis em mudança, mas ela tem um impacto profundo e enorme, que precisa de uma perspectiva, em geral, em relação a esses impactos tão amplos na sociedade. Isso que é muito importante entender, porque a gente...

E acho que tem um consenso aqui da necessidade de uma regulação policêntrica. E uma regulação policêntrica obviamente não exclui regulações setoriais ou mesmo uma autoridade central para tratar de alguns temas.

Quando a gente fala de regulação, estamos falando de uma regulação garantidora, que, no mercado, quando você joga para o mercado, ela está garantindo resultados, seja por meio dessas agências que tratam de risco, como questões de saúde, meio ambiente ou de mercado mesmo, de infraestrutura, para regular. Mas são essas agências também garantidoras de efetivação de responsabilidade pública, de garantias do Estado em relação aos cidadãos. Como colocaram até os membros da última mesa, o poder público tem a obrigação e a responsabilidade objetiva em relação à garantia de direitos.

E quando a gente está falando de inteligência artificial, a gente tem algumas questões em que o Estado teria obrigação de garantir a efetividade, uma questão de garantia de direitos e assimetrias de poder. Como o Zanatta falou, é muito importante você ter um órgão que faça esse contrapeso. E outra coisa é o chamado *trustworthy* em AI, a confiabilidade. Se a gente não tiver confiança, inclusive o desenvolvimento do mercado não é possível. E para ter confiança, obviamente, a gente precisa cuidar de uma série de requisitos básicos, técnicos, em especial saúde, segurança mesmo, a nossa, e os direitos humanos. E aí, em várias agências descentralizadas, a gente não tem primeiro em todos os âmbitos de regulação obviamente. Alguns setores que são regulados. Então a gente não tem essa amplificação.

Também falaram muito de regulação responsiva. E quando a gente está falando de segurança, de saúde, de direito humanos, a gente está falando inclusive de não colocar produtos no mercado. Não é só da vedação de risco, como de alto risco, como de características técnicas mínimas para que aquele produto chegue ao mercado e funcione, como tenha que funcionar, com segurança, que garanta a saúde e que o consumidor, seja ele de *business* ou seja ele consumidor final, tenha confiança e garantia de que aquele produto vai alcançar. Isso é importante para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento da tecnologia. Se a gente não tiver confiança, isso não existe.

E aí se são somente diretrizes sem ter ninguém para acompanhar, eis a minha pergunta: como é que a gente consegue garantir essa fiscalização da confiança na inteligência artificial? Porque senão o mercado não desenvolve. Como que a gente consegue fazer também essa garantia de direitos em outros setores que não são os regulados? E aqui os setores regulados vão tratar das regulações obviamente super específicas para as áreas, mas que não vai ter *expertise* em relação à inteligência artificial... Concluindo, que não vai ter *expertise* em relação à inteligência artificial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa discussão é no mundo inteiro e diz de uma questão extremamente técnica. A gente não consegue democratizar tão fácil esses conhecimentos, questão de fiscalização, etc. E também tem a questão obviamente – de alguma forma, foi colocado aqui no início – de algum conflito de interesses. Uma coisa é querer um produto melhor para a aplicação na saúde e outra coisa é ver todas essas garantias de segurança, de direitos humanos, etc, em relação a isso.

Então, a minha pergunta para os debatedores é esta: nesse cenário, essa alta descentralização, sem nenhum órgão executivo que centralize a garantia de direitos e a garantia de confiança principalmente, e o papel do Estado como garantidor, se só responsivo, como é que você garante que esses produtos não teriam que ter um cardápio maior de regulação? Como é que esses produtos que não deveriam estar no mercado, por exemplo, a gente consegue regular numa regulação responsiva?

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Obrigado, Dra. Estela.

Prof. Vitor Marcel Pinheiro.

O SR. VICTOR MARCEL PINHEIRO – Bom dia a todos.

Cumprimento meus colegas de Comissão, na pessoa do Dr. Fabricio e do Dr. Frederico, que fazem a moderação do painel, todos os convidados, que gentilmente compareceram hoje, presencial e virtualmente ao nosso debate.

Para ser bem sintético, em dois minutos, eu tinha três perguntas. Uma sobre uma possível organização da governança em órgão, em autoridade, mas acho que a pergunta já foi tratada e colocada. Então fico em duas perguntas. A primeira delas, nós tínhamos em um dos painéis, de manhã, uma discussão muito interessante sobre responsabilidade civil, e acredito que um dos debates foi para mecanismos *ex ante*, talvez, de padrões de conduta, regras mais rígidas de *hard law*, de auditoria, de certificação de sistemas e gostaria de questionar, a primeira pergunta, no seguinte sentido. Qual pode ser, enfim, uma articulação de um sistema de certificação para fins de definição de responsabilidades e governança dos sistemas de inteligência artificial?

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR MARCEL PINHEIRO – Nós temos a proposta europeia, que articula um conselho europeu nacional e entidades certificadoras privadas e, se os senhores e as senhoras enxergam algum espaço para certificação como um dos elementos na articulação do sistema de governança.

E a segunda pergunta, endossando um pouco o que o Dr. Fabricio colocou, é se, vamos dizer assim, nessa pirâmide regulatória que a Dra. Paloma trouxe, há algum espaço para o Direito Administrativo Sancionador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é um dos temas que está na mesa e que nós temos que, enfim, fazer uma reflexão se temos algum espaço para isso, ou se caminhamos para a responsabilidade civil e talvez, em via judicial, como colocado de manhã por alguns palestrantes e para a autorregulação regulada e outros modelos.

Mas são essas as duas questões que eu trago.

Muito obrigado.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado.

Tendo em vista que temos ainda uma boa condição de tempo, vou conceder três minutos então aos painelistas, até por que foram muitos questionamentos, muitos membros, e vou seguir a mesma ordem de suas apresentações.

Passo a palavra primeiramente ao Prof. Fernando Filgueiras, por três minutos, Professor.

Obrigado.

O SR. FERNANDO FILGUEIRAS – Vou ser bastante sintético aqui.

Muitas vezes a impressão que eu fiquei ouvindo as perguntas e alguns comentários... e eu queria muito insistir num ponto que eu coloquei na minha fala. A gente tem que pensar em inteligência artificial como uma ferramenta para alcançar determinado objetivo, ou seja, um determinado propósito.

Ela é uma ferramenta de propósito geral, que pode servir para várias coisas diferentes. Então, ela não é algo específico.

E muitas vezes o que me parece aqui é que a gente quer... Vou fazer uma homologia aqui com a indústria automobilística, a gente não quer regular o carro que um conjunto de ferramentas produziu, que a indústria automobilística produziu, mas a gente quer regular a chave de fenda que foi utilizada para apertar os parafusos, e eu acho que isso não vai funcionar. Certo? Eu acho que isso não vai funcionar.

Então, como ela é uma ferramenta de propósito geral, eu acho que é muito difícil imaginar um único órgão regulador que pudesse assumir toda essa função de regular as questões relacionadas à inteligência artificial.

Quando se fala num modelo policêntrico, portanto, o que é necessário regular são os modelos de negócios, diferentes modelos de negócios, aplicados a diferentes setores da economia e da sociedade, que são otimizados e realizados a partir de inteligência artificial.

Então, por exemplo, nós já temos vários instrumentos. Hoje já se sabe que inteligência artificial aplicada em relações comerciais produz muitas formas de definição de preços que são organizados a partir de conluios; já literatura demonstrando isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, cabe ao Cade regular essas relações no sentido de atingir os benefícios da concorrência preços...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FILGUEIRAS – ... cabe à saúde regular diversos mecanismos que podem utilizar a inteligência artificial para alcançar os objetivos da política de saúde.

Então, eu acho que a regulação policêntrica tem esta característica: ela precisa olhar, sobretudo, para os modelos de negócios que são otimizados pela inteligência artificial, mas é necessário um mecanismo de controle – perdão –, um mecanismo de controle e de coordenação dessa regulação. E aí eu acho que um conselho ou uma autoridade nacional pode cumprir bem com esse papel no sentido de definir diretrizes para a regulação da inteligência artificial, definir parâmetros que estejam presentes na lei, definir requisitos da avaliação de impacto dessas inteligências artificiais aplicadas em diversos setores e uma autoridade ou um conselho que tenha, portanto, a representação de vários setores da sociedade.

Eu não vou conseguir avançar na pergunta do Dr. Fabricio, mas eu acho que aí, sim, também atuando, inclusive, com as sanções já existentes no ordenamento jurídico e nos mecanismos de regulação existentes.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Obrigado, Professor.

O Sr. Andriei Gutierrez, por gentileza.

O SR. ANDRIEI GUTIERREZ – Vou ligar aqui o meu tempo para eu não me perder.

Depois dessa quantidade de perguntas, a gente fica até meio perdido por onde começar. Mas, enfim, eu acho muito rico este debate e, pela quantidade de pessoas, de especialistas e de juristas que quiseram se manifestar, eu acho que está explícita a importância central desse tema para o nosso objeto aqui, para a nossa regulação.

Quando a gente discute sobre o debate até agora – e eu mencionei que achei que o PL 21 avançou muito nessa visão descentralizada, mas tinha elementos em que era necessário a gente avançar, sobretudo na governança –, eu acho – e aí concordo com a fala do Prof. Frederico –, que a gente tem, sim, esse risco de ter uma regulação fragmentada; de ter, por exemplo, agências regulatórias em que setores tenham um poder mais forte de influência do próprio setor privado, em que a régua vai ficar baixa demais, ou de outros em que a régua vai ficar alta de menos ou alta demais.

Então, eu acredito, sim, que é importante que a gente tenha um comitê centralizado, um comitê interministerial com essas agências, intergovernamental – eu mencionei –, porque tem que fazer parte, é técnico – eu acho que a fala do Professor foi muito feliz –, é algo técnico, tem que ter os especialistas que estão trabalhando nas agências regulatórias, tem que ter, eventualmente, Ministério da Justiça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

especialistas que estão olhando, defesa do consumidor, sim, com um conselho multissetorial. Aí eu concordo que tem que ter também a participação multissetorial.

Não é ausência de sanções – não é ausência de sanções –, o que eu acho que a gente vai ter que discutir aqui e entrar é: quais são as atribuições em lei desse comitê interministerial? Na minha opinião – e aqui com caráter extremamente pessoal –, talvez a classificação das categorias de risco, não a definição e a aplicação que eu acho que vão ficar lá na ponta pela agência regulatória, enfim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRIEI GUTIERREZ – Interoperabilidade. Poxa, por que esse comitê não pode trabalhar numa base de dados nacional de sotaques para a gente evitar vieses regionais tão importantes? Isso não tem que ficar a cargo de uma empresa ou de outra, de uma organização; isso é importantíssimo para a política pública nacional. Por exemplo, um eventual poder de você buscar padrões de medida de mitigação de riscos para essas agências regulatórias e, talvez – eu estou aqui especulando, em caráter pessoal –, até discussão sobre dosimetria de sanções que, eventualmente, podem ser aplicadas pelas agências regulatórias.

E digo aqui, é um tema extremamente complexo, quando você vai ter, por exemplo, saindo completamente do campo de produção de dados pessoais, um acidente de perfuração de petróleo em águas profundas, como já aconteceu aqui em Frade, em que o sistema automatizado, eventualmente, teria uma camada de inteligência artificial. Quem vai regular isso? Você tem reguladores já, você vai ter Ministério Público, você tem diversas autoridades que estão ali; ou, então, um acidente com uma barragem como a de Mariana ou de Brumadinho que tem, eventualmente, um sistema automatizado que tinha uma camada na gestão ali de inteligência artificial.

Então, eu acho muito importante que o olhar seja especializado, mas concordo com vocês, a gente tem que ter essa governança, a gente tem que ter essa centralidade, até para a própria segurança jurídica para o setor privado.

Obrigado.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado, Sr. Andriei.

Passo a palavra, agora, à Dra. Raquel Saraiva.

Por gentileza.

A SRA. RAQUEL LIMA SARAIVA (*Por videoconferência.*) – Obrigada pelas perguntas. Acho que o tempo é muito curto para a gente responder todas. Eu vou eleger algumas aqui que eu posso responder, que eu posso endereçar, mas, certamente, a gente vai levar em conta esses questionamentos que foram feitos, aqui hoje, na contribuição escrita que o IP.rec vai enviar posteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à pergunta do Dr. Frederico Quadros sobre o risco de a fiscalização não estar vinculada ao interesse coletivo, mas ao interesse setorial específico, eu acho que é por isso que a gente precisa defender a representação multissetorial nesse conjunto, nesse eventual conselho que venha a ser, talvez, o centralizador da fiscalização desse PL e que esse conselho tenha, realmente, paridade de representação setorial entre o setor público, o setor privado, a academia e a sociedade civil, formada por especialistas nesse âmbito – eu concordo com o que o Andriei comentou antes –, formada por técnicos especialistas no assunto e que eles, de fato, representem interesses sociais, porque a gente pode ter também um problema que se dá por outro lado, uma autoridade única que, por ventura, não possa invadir o limite das competências temáticas setoriais de outros órgãos que já existem e que vão implementar essas medidas e fazer uso também de ferramentas de inteligência artificial nas suas atividades. Então, no nosso entendimento, esse conselho deveria ser o mais diverso possível...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL LIMA SARAIVA – ... para representar todos esses interesses e evitar que se caia nessa questão, talvez, de captura de interesses.

Em relação à vinculação desse conselho, o MCTI também foi uma opção que a gente considerou válida. Eu acho que vale um pouco de discussão ainda sobre até o contexto político em que a gente vai implementar, talvez, essa medida futuramente, mas também foi uma opção que a gente ventilou nos debates internos.

Bem, acho que, pela exiguidade do tempo, eu fico por aqui, mas a gente vai enviar contribuições posteriormente.

Obrigada.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado, Sra. Raquel.

Agora, o Prof. Rafael Zanatta.

Por gentileza.

O SR. RAFAEL ZANATTA (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

São muitas questões relevantes, então eu quero fazer alguns esclarecimentos conceituais básicos para fechar bem esta discussão.

Primeiro, regulação responsiva não é desregulação. Nunca foi. Regulação responsiva sempre foi pensada como uma estratégia de combate a movimentos do "reaganismo", do "thatcherismo", de eliminação das funções estatais de regulação. É uma regulação vista em outro prisma, de forma colaborativa, dialogada, mas sempre com capacidade sancionatória. Sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, respondendo ao segundo ponto, é claro que há espaço para o direito administrativo sancionador. Deve existir. Não deve existir nenhuma dúvida sobre isso. Nenhum grupo de *policymakers* ou de reguladores do mundo, sério, está pensando nesse debate somente pelo prisma de uma regulação *ex-post*, civilista. Isso não existe. Os grupos que estão articulados e produzindo estão, todos, pensando num conjunto de obrigações que devem ser assumidas, obrigações *ex-ante*, especialmente relacionadas às atividades de alto risco em sistemas de IA e um compromisso com condutas e obrigações de mitigação desses riscos.

Infelizmente, eu não pude entrar nisso na minha fala hoje porque tínhamos um direcionamento mais específico, mas isso está na contribuição da Data Privacy Brasil e das principais ONGs do mundo que estão trabalhando nesse tema. Nós fazemos parte também de um centro da OCDE, de ONGs que assessoram a OCDE nesses temas, e isso é um consenso muito grande. E é preciso, então, olhar isso dessa perspectiva.

Infelizmente, o PL original, o PL colocado à discussão, colocou a discussão num patamar muito frágil – uma discussão, como disse Clara, absolutamente principiológica, fraca, incompatível, inconsistente com tudo que há de debate sério feito nas principais universidades do mundo, nos principais centros de pensamento sobre isso –, então não tem que ser tomado como referência para uma discussão renovada que pode ser feita agora sobre esse assunto.

Eu espero ter esclarecido esses pontos, mas também coloco todo o material do Data Privacy e de outros centros de pesquisa, porque esse é um trabalho fundamentalmente coletivo, de várias organizações, como disse a Raquel, que são dedicados ao tema, à disposição. Espero ter esclarecido esses pontos básicos para a gente concluir.

Obrigado.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado, Prof. Zanatta.

Dr. Rony Vainzof.

O SR. RONY VAINZOF – Dr. Fabricio, Dr. Frederico, Dr. Danilo, demais colegas das Comissão de Juristas, que debate rico e importante, não é?

Eu acho que é muito relevante a gente pontuar aqui que a discussão da regulação de inteligência artificial é uma regulação de uma ciência, de uma tecnologia, de uma ferramenta. A gente não pode se esquecer de que é uma discussão diferente do que foi a LGPD, por exemplo, que protege um direito, uma garantia fundamental, que é a proteção de dados pessoais.

Eu olho aqui para os colegas e vejo todos eles no debate que a gente teve do marco civil da internet, como foi dito anteriormente. Eu acho que a gente tem que analisar a perspectiva regulatória do debate da inteligência artificial muito mais no âmbito do que foi o marco civil da internet, que foi comemorado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

aplaudido nacionalmente, multinacionalmente, globalmente, com mérito, do que de uma legislação parecida com a LGPD, por exemplo, como o Andriei comentou aqui. Então, eu acho que esse é o ponto de partida.

Muito relevantes aqui os comentários de todos, principalmente do Prof. Danilo, em relação a como garantir, na prática, então, a questão aqui da proteção dos riscos. Eu acho que aí é uma carência mesmo que se tem no PL original de garantias mínimas na legislação, como foi comentado aqui por alguns colegas, acerca de governança. Creio que precisamos ter, sim, garantias mínimas de governança. Mas por que garantias mínimas de governança? Porque somente com a aplicação prática, somente com os órgãos reguladores setoriais em conjunto com as entidades públicas e as entidades privadas que desenvolvem, aplicam e utilizam as ferramentas, é que se vai conseguir não só destrinchar a questão do risco como mitigá-lo utilizando esses requisitos mínimos de governança.

Então, respondendo às perguntas, partindo dessa introdução, em relação a eventuais conflitos de órgãos reguladores setoriais, que acho que foi a questão do Dr. Frederico. Eu acredito, primeiro, que a gente já tem os órgãos setoriais e acredito que, tendo eles requisitos mínimos de governança e também diretrizes por meio do conselho que foi conversado aqui, a gente supriria uma eventual questão bem colocada como esta.

Em relação à proteção dos riscos na prática e à interlocução das autoridades, acho que a ANPD é um belo exemplo de interlocução com autoridades e de como isso pode se dar na prática, e vejo que esse conselho pode motivar também essa interlocução das autoridades em relação a casos que envolvam proteções de direitos de forma multissetorial.

A pergunta do Bruno, em relação à regulação descentralizada ser compatível com uma nova autoridade: como eu disse, não é o que eu defendo, uma autoridade central para isso, mas, obviamente que, se a legislação caminhar para uma autoridade central, você tem mecanismos de descentralização, como o instituto da autorregulação regulada. Então isso é possível.

Pergunta do Dr. Fabricio, sobre a previsão do regime sancionatório: eu acredito que a gente deva seguir as sanções já previstas setorialmente, além, obviamente, do Poder Judiciário em relação à responsabilidade civil.

Enfim, basicamente é isso. Eu tinha anotado outras questões, mas acho que eu fiz um resumo de todas. Muito obrigado.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado, Dr. Rony.

Profa. Paloma.

A SRA. PALOMA MENDES – Agradeço as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também vou tentar ser breve, vou tentar abarcar o máximo possível das questões.

Corroboro a fala do Prof. Rafael Zanatta e, já atendendo aqui a pergunta do Dr. Frederico sobre a descentralização da fiscalização, se não traria um direcionamento para o interesse de cada agência, eu respondo: eu entendo que sim, eu entendo que sim, por isso é que eu reforço o que disse na minha fala inicial quanto à visualização da necessidade de um órgão específico que dê conta da complexidade do nosso tema, mas que consiga, ainda assim, interagir com as demais agências, de modo a ele ser colocado como um órgão efetivamente responsável por definir e fiscalizar o uso, a aplicabilidade e as sanções atreladas ao descumprimento das obrigações que fiquem designadas dentro daquela norma regulatória. E, assim como o próprio Rony colocou aqui, se apresenta a nossa ANPD, que consegue, como um belo exemplo, trabalhar de forma muito colaborativa.

Quando a gente fala de obrigações a serem designadas, eu penso que a gente precisa ainda amadurecer muita coisa. Apesar de já termos várias questões definidas dentro do nosso ordenamento jurídico, precisamos olhar no contexto do desenvolvimento da tecnologia, especificamente da inteligência artificial, para o que vem sendo aplicado no nosso cenário brasileiro, mas também no cenário internacional. E aí, quando a gente fala de obrigação, a gente pode trazer como exemplo uma coisa que o professor aqui já colocou, que eu trouxe na minha fala e que eu acredito que alguém já tenha falado aqui também, no sentido de a gente tentar documentar a avaliação de impacto algorítmico, materializar essa avaliação de impacto, que não está regulamentada nem pela LGPD nem pelo RGPD, nem em nenhum outro documento a que eu tenha tido acesso, por exemplo. Para quê? Para que a gente possa ter, a partir desse documento em mãos, a realização de uma auditoria, por parte desse órgão fiscalizador, no intuito de entender ou perceber...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PALOMA MENDES – ... qual é o grau de risco de violação aos direitos individuais e coletivos que já estão tutelados em nosso ordenamento jurídico e aí começar a adentrar o que a gente chamou, durante todo este debate, de categorização dos riscos, como algo extremamente necessário para fins de mitigação, como o Andriei colocou para cá.

Houve perguntas sobre como criar regulação responsiva, que acho que vou trazer na contribuição escrita; se cabe no Direito Administrativo sancionador, com certeza cabe – aí eu reitero e corroboro a fala do Prof. Rafael Zanatta –; e teve também a questão de se esse poder sancionador ou se essa punição, na verdade, esse poder punitivo, deveria estar restrito ao Poder Judiciário ou não, que eu acredito que não, porque a gente estaria trazendo para o Poder Judiciário uma questão muito além do que entra no seu poder e na sua necessidade de atuação enquanto poder. É isso.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado, Profa. Paloma.

Temos ainda alguns membros, e eu estou incluído entre eles, com pequenos, breves comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra à Dra. Clara e, logo em seguida, eu falarei, se a Dra. Estela não quiser se posicionar. Eu falo então após a Dra. Clara.

Muito obrigado.

A SRA. CLARA IGLESIAS KELLER (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Fabricio. Muito brevemente, o meu comentário é até como agradecimento pelo debate a todos os participantes de hoje, meus colegas de Comissão.

Eu gostaria apenas de ecoar as palavras de alguns dos participantes, principalmente do meu Prof. Danilo Doneda, que fez referência ao histórico de processos regulatórios de construção de políticas públicas para tecnologia, que nós temos no Brasil, especificamente falando do marco civil, e lembrar principalmente que foi um debate que levou muitos anos de amadurecimento, muita participação, e não foi à toa que se tornou uma lei realmente de vanguarda, mas que de fato tomou todo um processo de amadurecimento.

Acho que nós então temos um desafio talvez tão grande quanto ou maior que este e me sinto muito honrada de estar aqui ao lado de todos vocês, pegando os *inputs* de todos os participantes tão ricos destas audiências, para fazer uma pequena parte desse processo.

Muito obrigada a todos.

É isso.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Obrigado.

Dra. Estela.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – É só um comentário que o Fabricio pediu para colocar aqui da angústia do debate.

É muito importante este debate multissetorial, mas, sobre essa solução de centralização, nós temos só dez setores da economia com agências reguladoras no Brasil, é um ínfimo espaço. Por exemplo, toda relação de consumo que não seja de infraestrutura não está dentro de agências reguladoras, então, quando se pensa nesse outro modelo que foi majoritariamente defendido aqui nas mesas, a gente fica angustiada para entender o que fazer com quase todo o resto em relação a isso. Só esse comentário.

O SR. FABRICIO DA MOTA ALVES – Muito obrigado.

O que eu teria a acrescentar seriam apenas alguns pontos que foram trazidos aqui pelos convidados.

Penso que temos que enfrentar de fato essa questão, e esse painel foi um dos painéis em que mais me empenhei, com a anuência dos demais colegas, do Ministro Cueva e da Profa. Laura, para que fosse de fato formatado, porque vejo aqui, até pelo interesse dos membros e pela participação dos painelistas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como esse assunto é extremamente relevante para se pensar um modelo de regulação jurídica dessa questão.

O marco civil da internet, que foi trazido por alguns convidados, eu não enxergo como um modelo adequado em relação a esse ponto. Por quê? É uma lei espetacular, muito bem construída, um debate democrático excepcional, talvez o único, ímpar, até um pouco mais interessante do que foi a própria LGPD, na sua formatação. Mas o modelo final, o modelo sancionatório final do marco civil é um modelo falho, justamente por não ter a previsão específica do órgão com as atribuições legais para a sua aplicação.

Nós temos um regime sancionatório, no art. 12, que hoje o Judiciário entende que deve aplicar por sua própria conta, o Executivo não define se deve ou não aplicar. O decreto de regulamentação se esforça, de alguma maneira, mas não chega a lugar algum em relação a esse aspecto. Então, nós temos uma lei magnífica, mas que não traduz a eficiência, a aderência necessária em vários aspectos. Então, isso é bastante preocupante.

Trazendo um pouco do que a Raquel nos colocou em relação ao PL 2.630, lá existe ou existia... Não me lembro como está, confesso que não li o atual substitutivo do Deputado Orlando, posso estar equivocado, mas eu me recordo do debate, quando passou aqui no Senado, em que havia o intuito – e particularmente acho isso bastante preocupante – de atribuir ao Judiciário o poder de polícia, o poder de aplicar as sanções – é claro, através do seu mecanismo jurisdicional –, o que eu acho um modelo também bastante preocupante.

Eu me recordo de que – mais uma vez – eu participei de um debate em Lisboa, a convite da Profa. Laura, do Ministro Gilmar. Nesse debate, o Prof. Domingos Farinho, que é da Universidade de Lisboa, trouxe a preocupação de, no momento da formulação da política legislativa, nós exercermos a opção institucional de definir esse aspecto na construção do modelo de regulação, e não deixar para que o Judiciário, posteriormente, faça o seu *enforcement*, substituindo, muitas vezes, aquele órgão de regulação e de fiscalização, sob pena de não se permitir a própria definição, inclusive em caráter técnico, a quem de fato deva exercer esse papel. Enfim, são apenas alguns comentários.

Já avançamos em nosso tempo. Adoraria conceder mais palavras e mais tempo aos painelistas, mas eu acredito que o nosso painel deva, então, se encerrar.

Vou suspender, então, a nossa sessão. Voltaremos, posteriormente, com mais um painel, moderado pelo membro da Comissão Dr. Georges Abboud, e com convidados já relacionados pelo Prof. Danilo, no início dos nossos trabalhos.

Está suspensa a nossa reunião. Retornaremos às 14h.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 12 horas e 43 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas.*)

O SR. GEORGES ABBOUD – Boa tarde. Estamos dando reinício aqui à nossa audiência pública, declarando-a reaberta, referente à Comissão de inteligência artificial.

O nosso painel é o 12°, Instrumentos regulatórios para inovação: códigos éticos e melhores práticas; avaliações de impacto; *sandboxes* e outros.

Eu serei o moderador, Georges Abboud. Temos os nossos convidados, e eu seguirei uma ordem aqui que eu preestabeleci.

Comunico que temos um prazo de até dois minutos de exposição para cada moderador e moderadora.

Então, dito aqui uma boa-tarde a todos e a todas, daremos início com a manifestação do Carlos Affonso, que requereu uma antecipação, inclusive por questões já explicadas e já deferidas pontualmente aqui.

Caríssimo Carlos, a palavra está com você por até 12 minutos.

O SR. CARLOS AFFONSO (*Por videoconferência.*) – Agradeço o gentil convite da Comissão de Juristas do Senado Federal para esta exposição e pergunto se todos conseguem ver a minha a minha tela. (*Pausa.*)

Sim, que bom.

Então, antes de mais nada, agradeço muitíssimo este convite, especialmente para este painel em que se procura investigar instrumentos regulatórios para a inovação, muito no espírito do que já consta do PL 2.120, e procura explorar derivações desse dispositivo. Fico muito feliz em poder fazer parte deste debate com colegas, com amigos queridos e fico à disposição depois para qualquer questionamento. Infelizmente tenho que sair um pouquinho mais cedo.

Basicamente, o que eu gostaria de trazer para essa discussão, de início, é um olhar sobre como a regulação de inteligência artificial se comunica com a experiência brasileira de regulação da internet, e me parece que aqui temos algumas lições que foram aprendidas nos últimos 20 anos que podem ser úteis para mapearmos os caminhos que vão ser seguidos em termos de regulação de inteligência artificial.

Acho que um primeiro ponto que chama a atenção aqui é entender como o Brasil tem uma tradição importante de experiência multissetorial na construção de uma regulação para tecnologias, mas, em especial, para a internet na figura do Comitê Gestor da Internet, e, em especial, aqui eu trago a edição da sua Resolução n° 3, que trata dos princípios para a governança e uso da internet. Então, acho que aqui é importante a gente entender o papel que o Brasil já desempenha nesse cenário, como isso é fundamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no seu aspecto interno e como o Brasil é reconhecido internacionalmente, justamente por essa natureza, por esse DNA da iniciativa brasileira para a regulação de internet.

Ao mesmo tempo, precisamos compreender que as transformações tecnológicas são simplesmente centrais. Nós estamos falando aqui de transformações que impactam a maneira pela qual será o nosso futuro compartilhado a partir de aplicações, de desenvolvimentos, de inteligência artificial e, também, de uma percepção, que eu acho que é algo que a gente consegue extrair bastante da experiência brasileira sobre internet, que é a ideia de que nem toda nova tecnologia necessariamente vai demandar uma nova lei. Acho que aqui temos um ponto também de destaque que a Comissão de Juristas traz para essa seleção dos temas das audiências públicas, que é justamente pinçar essa noção de instrumentos regulatórios para que possamos pensar aqui numa verdadeira caixa de ferramentas que podem ser adotadas para diferentes setores, diferentes momentos, diferentes ferramentas, e acho que esse é um ponto bastante importante.

Eu vou utilizar, para o tempo que tenho na minha fala, esses últimos dois pontos colocados nesse eslaide, que me parecem bastante importantes. O primeiro é entendermos que uma regulação sobre inteligência artificial no Brasil precisa estar conectada ao contexto brasileiro: é importante entender como experiências internacionais servem de inspiração, apontam caminhos, mas, ao mesmo tempo, é importante entender o contexto brasileiro no qual elas se inserem. E, adicionalmente, é importante conectarmos princípios à prática, especialmente com a explosão que nós tivemos, nos últimos anos, de cartas, de declarações sobre princípios éticos para a inteligência artificial.

Nesse ponto, chamo a atenção de que o PL 21, de 2020, já traz no seu art. 7°, inciso também VII, a ideia desse "estimulo à adoção de instrumentos regulatórios que promovam a inovação". Este me parece um ponto bastante positivo: que você tenha na própria redação do projeto de lei uma ligação entre a regulação e a promoção de inovação no fim da linha, e com os exemplos trazidos no próprio inciso VII, de ambientes regulatórios experimentais, como *sandboxes*, análises de impacto e autorregulações setoriais. Então, esse me parece um ponto muito feliz do PL 21, de 2020.

Justamente em cima dessa redação, eu gostaria de trazer esses dois pontos que comentei.

O primeiro, então, é um olhar para o contexto brasileiro. E por que isso me parece importante? Eu trago aqui, inclusive, um artigo da Profa. Chinmayi Arun, uma Professora indiana, atualmente Diretora-Executiva do Centro para a Sociedade da Informação da Faculdade de Direito de Yale. A Profa. Arun, olhando para questões de desenvolvimento de inteligência artificial para o sul global, destaca muito uma preocupação sobre o desenho de ferramentas para mundos, para realidades que não são necessariamente aquelas nas quais vão ser efetivamente aplicadas – então, aqui, a importância de se fazer uma avaliação de impacto no desenvolvimento e na aplicação de ferramentas de inteligência artificial ganhando bastante destaque. E é importante que essas análises de impacto regulatório e as análises de desenvolvimento de algoritmos de aplicações de inteligência artificial não sejam simplesmente análises em abstrato, mas que possam efetivamente produzir resultados que levem a transformações da própria ferramenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, essa noção de importação de tecnologias que não são apropriadas necessariamente ao contexto local. De nada vale, aqui, pensarmos em aplicações de inteligência artificial que não funcionam, por exemplo, em dispositivos mais baratos, mais simples, que talvez sejam aqueles mais acessados pela população brasileira. Ao mesmo tempo, não vale também importar tecnologia que, no final das contas, possa reforçar desigualdade, criar novos danos, tornando-se não apenas imprestável ao objetivo alcançado, mas também, quando a gente olha em especial a adoção de tecnologias pelo setor público, criando uma certa situação de aprisionamento àquele conhecimento que é detido muito mais pelo fornecedor do que pelos agentes públicos que vão utilizar essa tecnologia na ponta.

Acho que, com isso, partindo aqui para o final da minha exposição, percebemos que, nos últimos anos, tivemos uma verdadeira explosão de cartas de declarações sobre princípios éticos com relação à inteligência artificial. E essa não é uma fala que gera um efeito detrimental a esse movimento; ao contrário, esse movimento me parece bastante importante.

E este daqui é um gráfico desenhado pelo pessoal do centro de pesquisa Berkman Klein, de Harvard, que faz um mapeamento de alguns dos principais documentos sobre princípios éticos de inteligência artificial, e nesse eslaide nós temos alguns desses princípios mais importantes, como privacidade, *accountability*, transparência e explicação, não discriminação, um controle humano da tecnologia, promoção de valores humanos.

Então, é importante a gente, olhando esse eslaide, entender que existe verdadeiramente uma constelação de princípios e, debaixo deles, as suas derivações, os seus detalhamentos, que são encontrados em cartas, em declarações que são publicadas por empresas, por governos, por conjunto de associações do terceiro setor, também por centros acadêmicos. Mas estamos num momento, em 2022, passados pelo menos cinco anos de exploração dessas cartas, de dar mais concretude a esses princípios. Esse é o verdadeiro momento de levar à prática os princípios que constam de todas essas declarações.

E como é que esse caminho dos princípios à prática acontece? Olhando pelo viés do Estado, isso se dá a partir das estratégias nacionais, como no Brasil nós temos a Ebia, mas também, olhando pelo viés das entidades, na aplicação de relatórios de impacto de inteligência artificial. E aqui nós temos vários modelos, nós temos várias situações em que esses relatórios de impacto vêm sendo desenvolvidos, mas eu gostaria de destacar que um relatório de impacto de inteligência artificial deve mapear os benefícios dessa tecnologia, identificar os valores e os interesses aplicáveis a essa aplicação de inteligência artificial, trabalhar com a questão de confiabilidade, segurança e transparência e principalmente identificar os riscos.

E por que me parece que isso é importante? Eu queria encerrar aqui trazendo alguns exemplos de como isso pode ser aplicado na prática. Chamo a atenção para um relatório recente do Centro para a Quarta Revolução Industrial, do Fórum Econômico Mundial, que, olhando especificamente a experiência brasileira, olha como o Estado em si pode não apenas servir como a entidade reguladora de questões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ligadas à inteligência artificial, mas também dar o exemplo, através dos mecanismos de contratações públicas. E por que isso aqui é importante? O Estado tem um papel de formatação de um mercado, na medida em que tudo que a gente está aqui discutindo sobre avaliações de risco e relatórios de impactos de inteligência artificial vale para as empresas, mas vale também para o poder público, e justamente por isso é importante prestarmos atenção em como, quando o Estado, quando o poder público se preocupa com essas questões, ele dá o exemplo.

E aí, vou encerrar com dois exemplos muito rapidinhos. Esse relatório do Centro para a Quarta Revolução Industrial trata de dois casos em São Paulo em que foram adotados expedientes que mostram a complexidade de o Estado contratar aplicações de inteligência artificial e como isso deve, de certa maneira, aterrissar os princípios sobre os quais nós estávamos discutindo. Esses são casos em que se valeu de um instrumento presente em especial na Lei de Inovação, a chamada Encomenda Tecnológica, que foi utilizada.

Eu vou detalhar mais só um dos exemplos, porque estamos apertados já no tempo, que é o caso do Metrô de São Paulo, mas esse aqui não é o caso do Metrô de São Paulo para discutir reconhecimento facial, que talvez seja o caso mais conhecido de aplicação de inteligência artificial e as suas repercussões, já, enfim, bastante discutidas na imprensa. Esse é um outro caso, esse é um caso em que o Metrô de São Paulo tinha interesse em contratar uma solução de inteligência artificial que mapeasse e gerasse um mecanismo de manutenção preventiva da qualidade dos trilhos. Só que não existia uma aplicação no mercado *software* de prateleira que pudesse resolver essa questão. Então, aqui nesse eslaide a gente tem um ponto desse exemplo que detalha como, através de instrumento desenhado a partir da entrega tecnológica, se criaram condições para que fosse experimentado com os riscos de aplicação de uma tecnologia de inteligência artificial para esse cenário, criou-se uma equipe multidisciplinar para avaliar os resultados, com o engajamento do mercado e a construção de um conselho independente de especialistas para avaliar como essa ferramenta terminaria sendo aplicada.

Eu queria, então, só encerrar, dizendo que esse é um exemplo. Nós temos outros exemplos também que são tratados, inclusive, nesse relatório do Centro para a Quarta Revolução Industrial, que é o exemplo do Hospital das Clínicas, mas eu deixo aqui os eslaides e as referências desses exemplos para a continuidade desse debate, e desde já agradeço a oportunidade de trazer aqui essas manifestações, e que elas possam ajudar nesse debate para a construção de um marco, não só um marco legal, mas um componente regulatório como um todo no Brasil, que possa justamente levar adiante esses debates tão importantes sobre a aplicação de princípios éticos para o desenvolvimento de inteligência artificial no país.

Agradeço mais uma vez.

O SR. GEORGES ABBOUD – Muito obrigado, Carlos Affonso, que falou aqui representando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o Instituto de Tecnologia e Sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac), Marcela Mattiuzzo.

A SRA. MARCELA MATTIUZZO (*Por videoconferência.*) – Boa tarde a todas e todos. Primeiro eu pergunto se conseguem me ouvir.

O SR. GEORGES ABBOUD – Perfeitamente.

A SRA. MARCELA MATTIUZZO (*Por videoconferência.*) – Ótimo, muito bom.

Eu queria agradecer, inicialmente, o convite para participar da audiência pública e dessa discussão, nas pessoas do Presidente da Comissão de Juristas, Ministro Ricardo Vilas Bôas Cueva, e também do nosso moderador aqui desse painel, Georges Abboud. Muito obrigada.

Já considerando o nosso tempo um pouco exíguo aqui na exposição, queria começar a minha intervenção mencionando que eu vou falar sobre três temas particulares: primeiro, um pouco da relevância dos mecanismos regulatórios alternativos e da regulação assimétrica baseada primordialmente em risco, para fins de desenvolvimento e inovação; segundo, sobre as especificidades dos instrumentos de boas práticas, avaliação de impacto, *sandboxes* e outros; e, por fim, da necessidade de compatibilização desses mecanismos com uma estrutura de *enforcement* adequada.

Então, primeiro comentando sobre esse primeiro ponto, da regulação assimétrica baseada primordialmente em risco e os mecanismos alternativos de regulação, como todos sabem, a gente está aqui no contexto dessa Comissão discutindo projetos de lei que têm uma pretensão de transversalidade, ou seja, a gente não está falando de discussões setorizadas. Consequentemente, quando a gente pensa nessa temática, a gente, automaticamente, entende a necessidade de uma flexibilidade dos instrumentos regulatórios para lidar com essa complexidade. Afinal de contas, a gente está falando de sistemas que são muitos diferentes entre si e cuja característica incomum seria basicamente o uso da inteligência artificial. Isso quer dizer que atribuir a todos esses sistemas ônus regulatórios idênticos não parece uma alternativa adequada, muito menos razoável.

O objetivo de adotar instrumentos regulatórios e mais flexíveis é exatamente evitar que as regras se tornem, em primeiro lugar – quando a gente está falando de uma regulação de tecnologia que se desenvolve muito rapidamente –, obsoletas muito rapidamente e que a gente precise passar por um novo processo legislativo, que tem toda a sua complexidade; de outro lado, também, obviamente, a gente pensa na preocupação de garantir que o próprio desenvolvimento tecnológico não fique engessado por conta da regulação que está colocada por meio daquelas regras. Os mecanismos de regulação alternativa, de regulação responsiva, são formas de criação de regras que permitem um diálogo mais constante e perene entre os reguladores e os regulados, exatamente para tentar atingir esses objetivos e, de alguma maneira, fugir dessas armadilhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, como o Prof. Carlos Affonso já falou na intervenção dele, anterior à minha, não é trivial pensar nessa alternativas e muito menos desenhar, em concreto, como elas poderiam funcionar. Então, esses mecanismos que esse painel tem o objetivo de discutir hoje são alguns caminhos que vêm sendo apontados, mas eles mesmos precisam, ainda, de um nível de concretização maior para a gente conseguir aplicá-los de fato.

Um ponto que eu queria passar, antes de falar efetivamente sobre cada um dos mecanismos, é que pensar em qual instrumento utilizar, no caso concreto, implica, necessariamente, como dito, reconhecer a multiplicidade do uso da inteligência artificial e, talvez mais importante, reconhecer que essa multiplicidade gera diferentes níveis de risco. A gente já teve painéis aqui, no âmbito das audiências públicas, para discutir esse tema em maior profundidade, mas eu queria enfatizá-lo.

Parece bastante evidente imaginar que um passo anterior a considerar qual mecanismo regulatório efetivamente vai ser adotado é entender que você precisa fazer uma avaliação preliminar de risco que seja, e que atividades de maior risco vão comportar uma carga regulatória possivelmente maior enquanto atividades de menor risco uma carga menor.

Não precisa de nenhuma grande elucubração técnica para a gente saber que um sistema de inteligência artificial cujo objetivo último é, por exemplo, mostrar um anúncio num *site* para um usuário na internet implica um nível de risco diferente de um sistema de inteligência artificial que visa a fazer uso do reconhecimento facial, por exemplo, para identificar possíveis suspeitos do cometimento de um crime. Então, a gente precisa ter essa noção muito bem sedimentada quando vai fazer uma discussão sobre essas ferramentas regulatórias.

Partindo, então, mais propriamente, para as especificidades dos instrumentos que a gente pode debater e começando pelos instrumentos de códigos de ética e boas práticas, como também o Prof. Carlos Affonso já comentou, a gente tem uma infinidade de iniciativas mundo afora do desenvolvimento de guias nesse sentido, especificamente voltados para a inteligências artificial.

E eu acredito que hoje a gente tem um consenso, provavelmente uma unanimidade na comunidade acadêmica, de que essas iniciativas são importantes e, em alguns casos, talvez, elas até sejam essenciais para essa área.

A lógica desses códigos de ética e desses guias é sempre tentar fornecer parâmetros mínimos, ainda que não necessariamente vinculantes, para o desenvolvimento dos sistemas e eles partem da premissa de que, necessariamente, a gente tem muito para aprender com os agentes que se engajam nos processos de desenvolvimento e, portanto, uma troca contínua e uma atualização contínua desses materiais é também uma forma de disseminar conhecimento e manter a comunidade engajada.

A gente também tem uma outra perspectiva importante de considerar que é a perspectiva setorial. Existem, como já dito, especificidades do desenvolvimento dos sistemas em setores variados. Pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

muito diferente fazer um sistema de inteligência artificial para diagnosticar doença e um sistema de inteligência artificial para encontrar falhas no sistema de distribuição, por exemplo, de uma grande rede de varejo.

Os códigos de ética e os guias de boas práticas permitem que essas diferentes subcomunidades dentro do grande ambiente da inteligência artificial troquem experiências e busquem atualizar os seus sistemas para estarem em linha com as melhores práticas, mantendo-se conectadas com, digamos assim, a grande comunidade.

Mas, obviamente, até porque a lógica desses guias e desses códigos é, via de regra, de que não existe uma obrigatoriedade – eles não são cogentes propriamente –, o impacto concreto depende muito do nível de engajamento dos diferentes atores. Isso vai desde o nível de consciência sobre a relevância em aplicar aqueles eventuais princípios na prática até questões, como, por exemplo, sinalizações de autoridades reguladoras de que a observância do guia vai ser levada em consideração, por exemplo, na análise de um processo sancionador ou algo do gênero.

Pensando, então, num outro elemento, que são as avaliações de impacto, acho que tem um ponto bastante importante para ser destacado. Quando a gente fala de avaliação de impacto, no mais das vezes, a gente está falando de algum tipo de documento, algum tipo de instrumento em que os agentes regulados teriam de explicitar tanto os riscos trazidos pelo sistema de inteligência artificial, quanto os benefícios trazidos por esses sistemas, quanto, ainda, as formas de mitigação desses eventuais riscos, e, assim, ajudar na análise sobre como aquela ferramenta pode, eventualmente, vir a ser regulamentada de uma forma mais específica.

Uma das principais vantagens da adoção desse tipo de mecanismo do ponto de vista do regulador é que ele coloca no agente que pretende desenvolver o sistema o ônus de trazer essas informações, o que, quando a gente fala nesses desenvolvimentos tecnológicos complexos, é muito relevante, inclusive pensando do ponto de vista de economia de recursos públicos, porque pode ser muito difícil obter essas informações de maneira precisa. Mas é evidente que, exatamente porque o custo não é trivial, desenvolver um ferramental como esse não é trivial, não parece ser algo que faz sentido para absolutamente todo e qualquer uso de sistema de inteligência artificial. De novo, se o objetivo central é avaliar um impacto, então, uma premissa mínima da adoção de uma ferramenta como essa é pensar em algum tipo de critério por meio do qual a gente pode concluir que o impacto potencial é suficiente para justificar a análise ela mesma.

Acho que o tema de *sandboxes* vai um pouco na mesma direção. Então, quando a gente está falando de *sandboxes* regulatórios, no mais das vezes, a gente está falando em utilizar um grupo de empresas como teste para desenvolvimento de projetos inovadores dentro de determinadas regras que estão colocadas naquele contexto e que, não necessariamente, vão valer para outros agentes econômicos. E o objetivo costuma ser avaliar o desempenho para, eventualmente, construir regras com base na forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concreta, como aquelas empresas, aqueles agentes desempenharam as suas atividades. Isso tem sido usado em muitos setores intensivos em inovação, no Brasil inclusive. Temos exemplos do Bacen, da CVM, da Susep, entre outros.

Para funcionar aqui, no contexto da inteligência artificial, provavelmente, a gente teria algum desafio de categorização e segmentação. Então, como já falei várias vezes, a gente está falando de uma regulação transversal. Então, se a gente quiser fazer uso de uma ferramenta de *sandbox*, o que, em si, faz sentido, a gente precisa dizer o que propriamente a gente quer endereçar com essa ferramenta, o que ela é capaz de endereçar e o que ela não é. E, talvez, também faça sentido aqui uma discussão, por exemplo, de parcerias com agentes, autoridades específicas que tenham essas especificidades setoriais.

Passando para o final da minha intervenção já, eu queria partir para essa questão da compatibilização do *enforcement*.

Acredito que, como ficou claro, essas ferramentas regulatórias ensejam, todas elas, em níveis distintos, uma interação muito relevante entre o público e o privado e um diálogo constante para que a gente consiga mobilizar o desenvolvimento das ferramentas de controle na direção desejada, permitindo a inovação.

A questão que fica muito evidente, portanto, é que, para que elas funcionem e façam sentido, é muito necessário que exista um interlocutor ou um grupo de interlocutores que esteja apto tecnicamente e empoderado a fazer esse diálogo e concretizar eventualmente essa regulação.

Pensando especificamente nos desafios desta Comissão e da proposta de substitutivo, parece-me que esse é um ponto central. Para além de discutir quais ferramentas são adequadas, como mobilizá-las, como adequar o grau da carga regulatória, tendo em vista os riscos concretos, enfim, a gente precisa necessariamente debater como estabelecer um mecanismo de *enforcement* efetivo; caso contrário, a gente vai fazer um esforço bastante considerável para construir uma regulação e, provavelmente, isso não vai ser aproveitado da melhor maneira.

E, por fim, eu acredito que isso se conecta bastante com o tema que, enfim, não é o foco aqui desta audiência, mas que é a necessidade de discussão, em nível de política pública no Brasil, sobre os rumos da inteligência artificial no país.

Esse movimento está acontecendo em todas as nações que têm algum nível de expressividade nessa discussão. A gente poderia entrar aqui em detalhes enormes sobre Estados Unidos, China, União Europeia, Europa, mas é inexorável que esse debate está se colocando em todas essas nações.

Os Estados Unidos têm um plano ousado e complexo, que vai desde a política migratória até questões de política industrial, sobre esse tema. A mesma coisa na China, que tanto tem um investimento enorme no próprio desenvolvimento quanto uma mobilização regulatória muito importante sobre esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema, quanto na Europa, que, como todos sabem, tem hoje uma discussão de uma possível regulamentação do tema da inteligência artificial muito desenvolvida e que está consumindo muitos recursos da Comissão Europeia.

Então, a gente precisa ter isso no horizonte brasileiro também. A gente precisa entender que essa é, eminentemente, também uma discussão de política pública e que a regulação precisa andar *pari passu* com esse desenvolvimento; caso contrário, provavelmente, a gente não vai chegar muito longe.

Eram essas as minhas considerações iniciais.

Agradeço novamente o convite para participar e fico à disposição.

Obrigada.

O SR. GEORGES ABBOUD – Muito obrigado, Marcela.

Dando aqui continuidade à nossa audiência pública, representando a Meta, eu chamo o Norberto Andrade.

Por gentileza, está com a palavra.

O SR. NORBERTO ANDRADE (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, muito obrigado pela oportunidade de participar desta audiência pública. É uma honra poder falar sobre o trabalho que na Meta estamos a desenvolver na área de inteligência artificial, regulação e políticas públicas. Obrigado também pela oportunidade de muito civicamente poder contribuir para este painel sobre instrumentos regulatórios para a inovação.

O meu nome é Norberto Andrade. Trabalho na Meta como Líder de Política Global para a Governança de Inteligência Artificial e tenho tido a oportunidade de seguir esses trabalhos regulatórios de inteligência artificial também através do grupo de peritos da OECD para inteligência artificial e dentro da empresa Meta eu lidero uma equipe que se ocupa precisamente em analisar e propor soluções aos desafios consignados a revolução e governança de novas tecnologias, nomeadamente com inteligência artificial.

Nesta minha intervenção, irei me debruçar sobre, em primeiro lugar, a necessidade de governança experimental, e, como através de processos de experimentação regulatória, em nossa opinião, podemos alcançar melhores maneiras de governar e regular esta tecnologia.

A inteligência artificial, como todos sabemos, está a se transformar em uma área de crescente atividade regulatória e, como tal, apresenta questões importantes em torno, por exemplo, de diferentes abordagens regulatórias, em torno do âmbito de aplicação, da definição de certos conceitos, mas também em termos de coexistência e interação com estruturas jurídicas e normativas existentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inteligência artificial apresenta também desafios novos e complexos a essas estruturas jurídicas existentes. Portanto, decidir que tipo de regulamentação será a mais apropriada, viável e equilibrada não é tarefa fácil. E uma futura regulação terá que entender a complexidade da tecnologia, antecipar os seus efeitos, tanto em nível individual como coletivo, terá que produzir os direitos dos usuários e de populações impactadas no campo da privacidade, da autonomia digital, da segurança e da não discriminação, pelo menos citar alguns, e isso num mundo possivelmente automatizado. Terá também que promover inovação tecnológica e terá que coordenar e encontrar o seu espaço num universo de leis existentes, evitando duplicações contra decisões ou mesmo tensões jurídicas.

Em nível técnico, como tecnologia em inteligência artificial, também apresenta desafios adicionais devido à sua complexidade intrínseca, opacidade, à sua natureza dinâmica, às dificuldades em avaliar o seu impacto.

Então, para responder a todas essas perguntas e enfrentar esses desafios, nós acreditamos que é necessário mais experimentação e inovação regulatória no campo da inteligência artificial.

Novas regras serão necessárias, mas tais normas deveriam ser testadas antes de serem promulgadas. É por isso que defendemos que a regulação da inteligência artificial deve ser baseada em evidências, em programas e em metodologias específicas, como os *sandboxes* regulatórios, mas também como programas de prototipagens políticas, do inglês *Policy Prototyping,* que providencia um campo-teste seguro para avaliar diferentes abordagens e modelos regulatórios de inteligência artificial. Isso para entender o seu impacto real e para antecipar como funciona a prática. E tudo isso antes da sua implementação e promulgação em lei.

Foi com esse espírito de experimentação normativo que nós criamos o Projeto Open Loop. Trata-se de um programa experimental de governança, conduzido por um consórcio global de atores, que conecta formuladores de políticas e empresas de tecnologia, ou seja, aqueles que constroem e desenvolvem a tecnologia com aqueles que a regulamentam, mas também com acadêmicos e membros da sociedade civil, e o objetivo é propor recomendações pragmáticas e empíricas baseadas em conhecimento e evidências técnicas.

O Open Loop é uma espécie de laboratório de inovação regulatória que desenvolve e testa ideias normativas. Essas podem ser baseadas em propostas de lei, mas também em códigos de conduta, em propostas acadêmicas no campo de tecnologias novas e emergentes. Trata-se de exercícios de governança experimental onde utilizamos diferentes metodologias. Por meio de *sandbox* regulatórios, o plano é contribuir para a avaliação e melhoria de estruturas jurídicas existentes enquanto que, por meio desses programas de prototipagem de políticas, apoiamos a cocriação e teste de novas estruturas de governança.

Antes de entrar um pouco mais nos estágios do programa Open Loop, convém distinguir essas duas metodologias: o *sandbo*x regulatório por um lado e o programa de prototipagem de políticas pelo outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambos pertencem à família de governança experimental, mas realizam tarefas distintas e operam em contextos diferentes, ou seja, em ambientes regulatórios diferentes. *Sandboxes* regulatórios operam no contexto da legislação existente e permitem o teste de inovações tecnológicas sob a supervisão de um regulador. Os *sandboxes* regulatórios são úteis ao tentar reformar as regras existentes para acomodar novos avanços tecnológicos. Por exemplo, muitos têm conhecimento que os *sandboxes* regulatórios foram usados no campo financeiro das *fintechs* para experimentar mudanças nas normas regulatórias financeiras existentes. Por outro lado, a prototipagem de políticas opera na ausência de legislação existente e direta e permite a experimentação normativa de uma nova estrutura regulatória, ao invés de simplesmente atualizar uma estrutura jurídica existente para acomodar uma nova tecnologia, enquanto que os *sandboxes* regulatórios são mais formalistas por natureza e operam dentro dos limites de uma legislação existente, os programas de prototipagem são, em si, menos formalistas e fornecem, além do mais, uma plataforma de governança experimental mais holística. Ou seja, permite-nos examinar e testar diferentes instrumentos regulatórios e não regulatórios.

Portanto, dada a dificuldade em avaliar o equilíbrio mais apropriado e viável entre diferentes instrumentos de governança, leis, regulamentos, princípios éticos, *standards*, códigos de conduta e muitos outros, num tópico complexo como a inteligência artificial, esses programas de prototipagem podem fornecer uma plataforma de teste para explorar diferentes combinações entre esses instrumentos.

Sendo um pouco mais concreto sobre esse programa Open Loop, esse projeto comporta quatro etapas fundamentais.

Primeiro, reunimos um grupo de empresas de tecnologia, nesse caso empresas que forneçam produtos ou serviços baseados em tecnologias de inteligência artificial, que são os participantes.

Em segundo lugar, criamos, em colaboração com esses participantes, assim como com acadêmicos, reguladores, legisladores e membros da sociedade civil, criamos o que nós chamamos de protótipos normativos sobre tópicos específicos relacionados com a inteligência artificial. Por exemplo, imaginem um quadro normativo sobre transparência e explicabilidade em sistemas de inteligência artificial. Tais protótipos normativos poderão ser desenvolvidos do zero ou baseados em quadros normativos existentes meramente em propostas legislativas, e isso vai depender, obviamente, da jurisdição e da região em que desenvolvemos esse tipo de programa.

Em terceiro lugar, temos já os protótipos e os participantes, solicitamos aos participantes que apliquem e cumpram as normas dos protótipos no contexto das suas próprias aplicações específicas de inteligência artificial. Ou seja, pedimos que apliquem as regras e os requisitos que fazem parte desse quadro normativo, desse protótipo, nos seus procedimentos internos de desenvolvimento dos seus produtos e serviços. E, durante esse processo, testamos e avaliamos esses protótipos em condições do mundo real, recolhendo informações dos participantes enquanto eles aplicam esses protótipos aos seus produtos e serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trazemos perguntas sobre, por exemplo, em que maneira esses protótipos são claros, em que maneira são tecnicamente viáveis, em que maneira são operacionais e eficazes. E, através desse *feedback* que vamos recolhendo, aprendemos os efeitos desses protótipos no mundo real, tanto os pontos fortes como as suas limitações.

Em quarto lugar, continuando com a sequência de passos importantes que normalmente caracterizam esses tipos de problema, utilizamos essas informações recolhidas para melhorar as propostas normativas desses protótipos e para emitir recomendações empíricas aos formadores de políticas, com base nas conclusões do programa e do *feedback* analisado. Tentamos, também, que esse programa seja o mais transparente possível, publicando tudo o que analisamos e escrevemos, em Creative Commons, incluindo os próprios protótipos.

Falando em protótipos, só para vos dar uma ideia, em programas anteriores, mormente num programa que analisamos na União Europeia sobre a avaliação de risco de inteligência artificial, estruturamos esses protótipos em duas partes: uma é a parte normativa; a outra é a parte operacional.

A parte normativa é basicamente um documento base utilizado, neste caso, para abrir uma exceção dos riscos, escrito como se fosse uma lei, um regulamento, com artigos e incisos. Trata-se, obviamente, na realidade, de um documento riquíssimo, privado de qualquer vinculação à normatividade jurídica, mas cujo objetivo é obter o *feedback* de um conjunto dos participantes sobre o seu conteúdo para avaliar os méritos e os deméritos desse documento.

Depois temos a parte operacional. Esta é uma espécie de manual que complementa a parte normativa. Trata-se de um documento de orientação que fornece detalhes práticos sobre como, neste caso específico, conduzir uma avaliação de risco. Essa parte operacional contém uma lista, por exemplo, de valores volventes para a inteligência artificial, uma taxonomia de danos que podem ser causados por esses sistemas, mas também exemplos de medidas mitigadoras. E, sobre o que o Prof. Carlos Affonso estava comentando, dos passos, dos princípios para a prática, esse tipo de manual é um passo nesse sentido de ajudar a operacionalizar esses princípios através de exemplos, de taxonomias, de procedimentos específicos.

Como programa global estamos ativos em diferentes partes do mundo, na Ásia e na América Latina. Estamos a colaborar, por exemplo, com o Governo de Singapura e com o Governo do México, também com as autoridades de proteção de dados pessoais e com empresas de inteligência artificial em cada uma dessas regiões para testar, com sete processos específicos, sobre – no caso desses dois programas – explicabilidade e transparência da inteligência artificial.

Na Europa, como referi, onde também desenvolvemos um programa, estabelecemos parcerias com dez empresas de inteligência artificial para cocriar e testar um processo de avaliação do risco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência artificial semelhante às avaliações de impacto de proteção de dados, do regulamento geral de proteção de dados.

Cada um desses programas termina com a publicação de uma série de recomendações empíricas sobre como aperfeiçoar esse quadro normativo que propusemos e analisamos como protótipo.

Para terminar, penso que os governos, os legisladores e as autoridades reguladoras, por meio de suas agências, dos seus próprios mecanismos, devem explorar a implementação desse tipo de metodologia, tanto sendo observatórios, como programas de prototipagem políticas, como métodos para testar ordens futuras, assim como outros instrumentos de governança, no campo da inteligência artificial.

Penso que isso é uma oportunidade para o Brasil, que aliás tem mencionado, em documentos estratégicos, como na Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, a necessidade de promover abordagens inovadoras para a supervisão regulatória, como, por exemplo, os tais *sandboxes* regulatórios.

Termino agradecendo, mais uma vez, a oportunidade de poder falar sobre esse trabalho e fico à disposição para a fase de perguntas.

Muito obrigado.

O SR. GEORGES ABBOUD – Muito obrigado, Norberto Andrade.

Agora, eu vou chamar o James Marlon Azevedo, Chefe de Divisão de Economia 4.0, representando aqui o Ministério da Economia.

Então, James, por favor.

O SR. JAMES GÖRGEN (*Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Vocês estão me ouvindo, Georges?

O SR. GEORGES ABBOUD – Perfeitamente, perfeitamente.

O SR. JAMES GÖRGEN (*Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos e a todas, meu nome é James Görgen, como o Georges falou, eu represento aqui hoje a Subsecretária de Inovação e Transformação Digital do Ministério da Economia, Jackline Conca, que, em virtude de alguns compromissos de última hora, não pôde comparecer.

Nós trabalhamos, já há dois anos, acompanhando o debate sobre inteligência artificial no Brasil e no mundo e temos uma compreensão dos caminhos que precisamos seguir, já estamos formando essa compreensão há algum tempo. Para isso, a gente acompanha, dentro do país, muito a discussão em torno da estratégia brasileira de inteligência artificial, criada pelo Governo e dirigida, liderada pelo MCTI, e também desse debate que se acelerou nos últimos meses do marco legal no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente entende que ambas as iniciativas vão ajudar a definir os princípios para o estabelecimento das diretrizes e também vão nos ajudar a trabalhar de forma mais não açodada sobre uma agenda pública que possa conseguir consolidar uma legislação. Eu acho que o Carlos Affonso foi feliz ao falar sobre um pacote regulatório. A gente não pode só trabalhar numa lei; neste caso, isso tudo deriva para uma quantidade enorme de normas infralegais que vão precisar ser desenvolvidas e, como o Norberto falou, de experiências, de protótipos de políticas públicas e de *sandboxes* que a gente vai precisar criar nesses espaços e nesses ambientes de inovação, de governança pública no Brasil.

A gente vem acompanhando de perto, o Ministério da Economia vem contribuindo internamente no Governo com notas técnicas, com comentários sobre os PLs, tanto o 21 quanto o 872, e a gente já tem um pouco de massa crítica acumulada para contribuir, inclusive agora na consulta que o Senado está fazendo.

A gente, com isso, gostaria de saudar a iniciativa do Senado, do Presidente e desta Comissão de Juristas, na figura do Ministro Cueva, também do próprio Georges e dos demais colegas, porque é importante, nessa agenda pública da inteligência artificial no Brasil, a gente abrir os canais de escuta, tanto do Legislativo quanto do Executivo, como a gente vem fazendo na Ebia, para receber essas contribuições de todos os setores da sociedade e sem decidir de uma forma açodada sobre um tema que ainda está em construção no mundo todo.

Então, a gente está trabalhando para, antes de regulamentar a matéria – e eu acho que a Casa agora, o Senado vai trabalhar nesse sentido, deu para perceber que se tirou um pouco o pé do acelerador e isso é importante nessa discussão e em discussões de tecnologia no geral – acompanhar o amadurecimento das tecnologias associadas à disciplina de IA e também os seus impactos na sociedade. Eu acho que é um bom momento para que a gente comece a fazer essa reflexão – e esses painéis todos que estão ocorrendo, essas audiências são fundamentais para isso, para acumular esse conhecimento, para se poder produzir algum substitutivo, uma proposta legislativa um pouco mais consistente –, e a gente quer contribuir para isso de todas as formas possíveis.

A nossa principal preocupação nessa regulamentação, no que está se buscando, é garantir que o país proporcione às nossas empresas e à sociedade as condições ideais para que as empresas sejam competitivas, se desenvolvam, acelerem a geração de bons empregos e de renda e também inovem, mas, ao mesmo tempo, protegendo o cidadão dos impactos negativos que essas tecnologias podem acarretar.

A gente entende, nesse sentido, que o trabalho precisa ser feito de um ponto de vista muito detido em relação a todo o arsenal que a gente já tem – o Carlos Affonso mostrou aquele eslaide gigantesco de cartas, de princípios, de todo o material de conhecimento acumulado que os outros países já nos propuseram e já nos viabilizaram –, levando em consideração tudo isso que já foi feito.

No caso da Sepec (Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade), do Ministério da Economia, a que a nossa subsecretaria está vinculada, a gente já tem uma visão geral sobre o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisaria ser feito sobre a regulamentação de IA no Brasil. Antes de tudo, é essa discussão sobre o que fazer, quando fazer e como devemos fazer isso. Eu acho que, além da discussão do marco legal, a gente precisa ver como o Estado vai regulamentar tudo que vem abaixo disso, o que deriva disso e também qual o momento adequado para que cada coisa seja feita.

A gente entende que a regulação, obviamente, deve levar em conta o nível, a natureza do risco e questões éticas quanto aos direitos humanos, à privacidade dos dados pessoais, ao empreendedorismo, à inovação e a outros valores e princípios considerados fundamentais pela sociedade. Deve entender, também, qual é a dose regulatória apropriada – isso é difícil, mas é essencial na nossa opinião –, sob pena de inibir a inovação e o aumento de bem-estar ou de gerar frustração e resistência social em relação ao avanço tecnológico. Nós precisamos ser suaves nessa implementação para que isso não gere resistência de parte a parte de todos os envolvidos.

E acho que a Marcela já mencionou e a gente concorda que tem que haver uma distinção entre sistemas de IA que não incidem diretamente sobre as relações humanas, como sensores de IOT, por exemplo, e aqueles que são fundamentais para a vida e a democracia, como carros autônomos e redes sociais. Então, esses níveis de risco que a maioria dos países estão adotando para analisar o impacto precisam ser bem construídos no caso do Brasil, porque a gente tem a peculiaridade de uma sociedade que já tem muita experiência sendo posta em prática no varejo, de várias empresas, multinacionais principalmente, e, ao mesmo tempo, a gente não tem um ecossistema formado. Então, a gente tem essa carência de informação, mas também de descobrir os níveis dessa futura avaliação de impacto algorítmico, avaliação de impacto de risco.

A gente também crê que é importante observar a regulação setorial pelas agências e entidades que tenham competência técnica sobre o objeto de IA, mas é importante, também, que, por ser uma tecnologia, uma disciplina transversal, a forma como ela impacta cada setor da atividade humana pode ser muito distinta. Só que, ao mesmo tempo, o Estado precisa ter um guarda-chuva, digamos, um arcabouço regulatório suficientemente horizontal para tratar os desiguais de forma igual quando for necessário, algumas medidas que são passíveis de serem analisadas e implementadas para um setor que afeta em outros, de forma a não criar dispersão normativa, a não criar problemas do ponto de vista da concatenação e coordenação de todos esses setores que vão explorar o desenvolvimento de soluções de IA.

Então, eu acho que o trabalho forte vai ser feito nesse sentido do *sandbox* e da prototipagem de políticas públicas. Eu acho que esse é um papel que o Estado brasileiro, neste caso, o Governo, o Poder Executivo vai ter, a partir do que o Poder Legislativo nos enviar. Nós vamos ter que colocar à prova essas futuras normas para cada segmento de aplicações, não tem como escaparmos disso, e aí a discussão da regulação setorial *versus* autoridade nacional para cuidar do tema se impõe, se coloca de forma bastante forte, e nós precisamos ver como vamos tratar: se o melhor é uma ou outra, ou se um modelo híbrido, como alguns países já cogitam. Eu acho que isso é importante a gente também ter em mente nesse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem também a questão dos direitos autorais da propriedade intelectual. Nossa subsecretaria cuida da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual do Governo, então isso é algo muito importante, muito caro para nós. A gente tem esse estudo recente do Núcleo de Inteligência em Propriedade Intelectual, que analisou as patentes nos segmentos de máquinas e equipamentos que tenham IA (*Falha no áudio.*)

O SR. GEORGES ABBOUD – James?

Eu acho que perdeu a conexão.

O SR. JAMES GÖRGEN (*Por videoconferência.*) – ... e concluiu que apenas...

Vocês estão me ouvindo?

O SR. GEORGES ABBOUD – James, nos últimos 30 segundos, caiu o vídeo. A gente perdeu a conexão com você. Assim, se você puder retomar...

O SR. JAMES GÖRGEN (*Por videoconferência.*) – Bom, eu acho que eu vou retomar da parte do estudo do Núcleo de Inteligência em Propriedade Intelectual.

O SR. GEORGES ABBOUD – Perfeito.

O SR. JAMES GÖRGEN (*Por videoconferência.*) – Porque isso é muito caro para nós. Nós somos a subsecretaria que lidera a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual.

Então, esse estudo do núcleo de inteligência analisou patentes nos segmentos de máquinas e equipamentos que tenham IA embarcada e concluiu que apenas 10% do total dos pedidos foi depositado por residentes. E, desses, os dez principais depositantes residentes são universidades, mais precisamente seis são universidades e instituições de ensino públicas, o que sinaliza uma lacuna de participação das empresas brasileiras no desenvolvimento e patenteamento de tecnologias nesse setor.

Então, a gente acha importante, nesse sentido, trabalhar de uma forma mais principiológica, que a gente consiga incentivar e fomentar essas áreas todas que precisam da inovação, para que a gente comece a produzir conhecimento local, para que isso possa ser regulado. Então, essas coisas meio que andam em paralelo, mas a gente acha importante que as experiências sejam mais concretas dentro do país, para que isso possa começar a ser regulamentado.

Dou o exemplo do próprio *AI Act*, já citado, da Comissão Europeia, que foi precedido, neste ano, por um profundo debate em um ambiente de consultas públicas que eles fizeram, e, mesmo assim, vai ter um custo de *compliance* bem alto, dado o rigor e a robustez desse dispositivo, dessa regulamentação.

Depois, eu queria encerrar com duas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, a discussão do ambiente regulatório experimental, então do *sandbox*. No ano passado, o Governo aprovou o marco legal de *startups*, em que uma das grandes inovações da legislação é a implementação de *sandboxes* regulatórios para essas questões ligadas à estrutura financeira das *startups*. E a gente trabalhou com um modelo que tem algumas referências importantes que eu acho que podem ser usadas, de alguma forma, nesse substitutivo que se venha a trabalhar.

Principalmente, os programas devem ser bem estruturados e monitorados pelos reguladores, sem que isso os autorize a deixar de zelar pela segurança social e estipular medidas de fiscalização e prevenção de riscos; trata-se de afastamento ou modulação de incidência de regulação, e não de uma mera desregulamentação ou revogação de normas de qualquer natureza; aplica-se sempre a um conjunto de atores, serviços ou produtos específicos, selecionados ou qualificados por critérios objetivos em bases colaborativas, com obrigações e deveres claros dos envolvidos, mas não tendo efeito *erga omnes* nem criando expectativa de direito – acho que isso é importante também; é uma ferramenta de testagem real das soluções inovadoras, mas também das próprias regulações, devendo ser encarado como mecanismo de aperfeiçoamento da ação estatal – isso, para nós, é fundamental –; e também, obviamente, tem que ter essa delimitação no tempo e o seu escopo, como a Marcela já mencionou.

No caso de IA, exatamente, a gente não se debruçou sobre isso no marco legal das *startups*.

Bom, eu ia dar o exemplo do C4, mas eu acho que vou encerrar por aqui.

Então, no caso de IA, a gente corrobora um pouco a discussão que está sendo feita na União Europeia e nos Estados Unidos sobre o regime de responsabilidade objetiva aplicada à proteção de dados, em que a suspensão temporária dos efeitos das zonas vigentes é interessante para atingir o equilíbrio entre a proteção das pessoas e da sociedade em geral, para evitar esses impactos negativos, mas, ao mesmo tempo, fomentar a promoção da inovação.

Então, eu acho que isso resume.

Eu queria dar um exemplo também, de dentro do C4IR, desse trabalho que, no caso, o Affonso mencionou. A gente teria alguns comentários a serem feitos. Mas talvez, se tiver oportunidade mais adiante, eu complemento.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Georges.

O SR. GEORGES ABBOUD – James, se você quiser, pode complementar. Você está no embalo de raciocínio, e um minuto a mais, dois, três não é um problema.

Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAMES GÖRGEN (*Por videoconferência*.) – Perfeito, então. Que bom que a gente tem um pouco de flexibilidade nesse sentido.

Citando novamente o estudo que o C4 lançou agora em maio – também a gente participou desse trabalho, porque a gente faz parte do comitê executivo que monitora e que ordena o C4IR –, houve essa aplicação aos casos de uso. Aqui, num deles especialmente, que é o do metrô também, e vou mencionar, a aplicação da avaliação de impacto do algoritmo, para a organização do planejamento da fase interna de contratação. Então, no modelo canadense, foi aplicada essa avaliação – a IA, como a gente chama em português – para tentar ver os diversos riscos envolvidos, e são quatro níveis de riscos envolvidos, dentro do questionário para melhor tipo de contratação dessas soluções de compras públicas.

Foram considerados critérios como: impactos positivos de automatização, a sensibilidade do debate público sobre o tema, a vulnerabilidade dos usuários, o impacto nas relações de trabalho, a diversidade da representação da equipe de desenvolvimento da solução de IA, a existência de divisão responsável por zelar pela governança da solução, a existência de proteção do algoritmo por direito de propriedade intelectual, a dificuldade de interpretar ou explicar a tomada de decisão do algoritmo, se o sistema de IA substituirá decisões humanas, a possibilidade de reverter decisões tomadas pelo sistema, a duração e natureza dos seus impactos e a utilização de dados pessoais como fonte dos dados que alimentam o sistema.

Eu acho que daqui também se podem retirar algumas noções importantes para a regulação do Estado, baseado nesse modelo de compras públicas. Então, é justamente essa necessidade de criação de capacidade interna dos órgãos para a regulação, a questão da capacidade de absorção do conhecimento para a disseminação, em várias das áreas que vão ser reguladas, todo esse trabalho de proteção dos dados e não só de limpeza, da coleta de informações das bases de dados, mas de proteção de tudo isso, principalmente em relação à saúde, a dados sensíveis. Então, existe toda uma preocupação em relação a isso também; a coordenação integrada das equipes – e aqui volta a discussão de regulação setorial ou autoridade nacional: até que ponto uma agência reguladora precisa falar com outra, que precisa falar com a proteção do consumidor e com a própria ANPD, para que isso possa ser desenvolvido de uma forma bastante equilibrada e concatenada.

Então, é importante essa coesão das equipes, de elas serem multidisciplinares e a gente ter forças-tarefas dentro desses *sandboxes* ou dessa prototipagem das políticas, para que elas possam atuar de uma forma concomitante em soluções que vão ser pertinentes a mais de um setor da economia, para que não haja nichos de especialização e outras áreas descobertas. Então é importante a gente ter um corpo, no Estado brasileiro, capaz de dar conta, mesmo considerando toda a flexibilidade, toda a celeridade com que a tecnologia vem evoluindo, mas é importante a gente contar com uma massa crítica interna bastante robusta, para acompanhar os desdobramentos desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer, Jorge, mais uma vez, aos colegas de mesa também, e dizer que o Ministério da Economia está aberto para contribuir a qualquer momento.

E fico também disponível para as perguntas.

Um abraço.

O SR. GEORGES ABBOUD – Muito obrigado, James.

Agora, falando pela Zetta, Bruno Magrani.

O SR. BRUNO MAGRANI (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Georges. Obrigado a todos pelo convite para participar.

Estou tentando projetar aqui minha tela.

Um segundo.

Prontinho.

Creio que vocês estejam vendo a minha tela.

Eu trouxe uma apresentação rápida, mas começando aqui já.

Eu estou aqui representando a Zetta. Sou Presidente da Zetta. A Zetta é uma associação que foi criada, no ano passado, para representar empresas nacionais e latino-americanas de tecnologia que atuam no setor financeiro.

Aqui eu trago alguns exemplos das empresas que são representadas pela Zetta, como Nubank, como o Mercado Livre, como a Cora, a Acesso, a Creditas, enfim, várias outras. São empresas então, como eu falei, que oferecem produtos que vão, desde contas transacionais, através de aplicativos, empréstimos, serviços financeiros no celular, de maneira geral, mas também criptoativos, *marketplace*, investimentos e uma série de outras conectividades, com infraestrutura no setor financeiro, Pix e uma série de outras atividades típicas de *fintechs* no Brasil.

A Zetta foi criada num movimento recente de aumento da competição no setor financeiro. Então nós temos visto, ao longo dos últimos anos, as ondas de inovação tecnológica, chegando em diferentes setores do mercado, e a gente acredita que a Zetta representa então essa onda da chegada da tecnologia no setor financeiro.

Dessa maneira, ela foi criada com três pilares em mente. O primeiro pilar é o de promoção da competitividade, da criação de limite econômico dinâmico, competitivo e com regras que favoreçam a atuação dos novos entrantes; o segundo componente, obviamente, de inovação, de uso da tecnologia para promover melhoras no setor financeiro, especialmente para a experiência das pessoas que utilizam o setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro. Isso já tem sido materializado através da oferta de, por exemplo, serviços financeiros gratuitos.

Hoje em dia são muito comuns e muito populares esses produtos: a abertura de contas digitais no seu telefone, contas transacionais, seja para Pix, contas de pagamento, contas de depósito, em que isso é feito de maneira totalmente não personalizada, ou seja, você não precisa ir numa agência física, é feito diretamente através do celular, e isso tem sido possibilitado pela tecnologia, que ajuda não só nesses sistemas em si, mas ajuda também no modelo de negócios. E o terceiro componente, que talvez seja um dos mais diretamente relacionados ao tema aqui da nossa audiência hoje, é um pilar de promoção da inclusão financeira.

Então eu mencionei que a Zetta foi criada na esteira dessas *fintechs*, que têm trazido mais competição para o setor financeiro brasileiro e, ao trazer competição, para entrar no setor regulado, para competir com *players* que têm históricos de dados creditícios de anos e anos, de décadas na verdade, que têm um conhecimento do cliente muito mais aprimorado, essas empresas tiveram que fazer investimentos massivos em tecnologia, especialmente na área de aprendizado de máquina e de inteligência artificial, para tentar comparar ou passar, porque a gente espera que diversas delas já estejam passando, a qualidade de análise creditícia necessária para a oferta de alguns desses produtos, especialmente e obviamente produtos de crédito.

Com isso, as empresas da Zetta têm conseguido promover, conciliando a tecnologia com esse modelo de negócios muito mais simples e com uma análise de dados muito mais aprimorada, incluir e oferecer serviços financeiros a uma parcela da população que até então os grandes bancos não conseguiam incluir, simplesmente porque, às vezes, não fazia sentido econômico, as análises de crédito não eram aprimoradas suficientemente para a tomada de decisão ou não existiam dados sobre as pessoas. Então, essas empresas de tecnologia têm feito esses investimentos na onda de uso da tecnologia no setor financeiro.

Então, só para ilustrar um pouco o que eu acabei de mencionar, nós fizemos recentemente uma análise com as empresas associadas à Zetta, em torno de 25 empresas hoje em dia, e perguntamos em quais tipos de tecnologias essas empresas vêm investindo. A gente vê que 83% das empresas da Zetta têm feito investimentos massivos na área de aprendizado de máquina; quase 60%, na área de inteligência artificial; em torno de 50% obviamente no aprimoramento de ferramentas de conhecimento do cliente, que é, inclusive, um requisito regulatório para todo mundo que opera no setor financeiro e que vai adquirir novos clientes; sem contar os investimentos na área de *big data* e de biometria para reconhecimento facial.

A última coisa que menciono aqui é sobre a representatividade da Zetta, para focar no tema da nossa audiência: o que significa, então, o impacto social que a Zetta tem tido ou que as empresas da Zetta têm tido? Significa algo como 92 milhões de contas criadas. A gente está falando aqui de 40% da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população brasileira que possuem algum tipo de conta com as empresas que estão associadas da Zetta. Em termos de pequenas e médias empresas, nós estamos falando de quase seis milhões de cadastros; do índice de satisfação de cliente que é acima do restante do setor; e de uma representatividade em todo o Brasil, até porque, ao oferecer uma conta digital, que é o produto básico que diversas das empresas associadas oferecem, não é necessário ter uma agência, então tem um componente também de inclusão financeira muito alto, apesar de que a gente vê uma concentração grande ainda dos clientes da Zetta na Região Sudeste.

Bem, para tratar especificamente do tema da nossa audiência, a Zetta preparou uma contribuição até um pouco mais longa, que nós vamos submeter diretamente à Comissão, mas, sem prejuízo desta Comissão, porque tem muito mais detalhes do que o tempo me permitiria fazer hoje, eu trouxe alguns destaques que eu achei que era importante mencionar.

Primeiro, eu quero só reforçar algo que já foi dito aqui por alguns colegas de painel, que é a nossa sugestão, a nossa recomendação de que a regulação de inteligência artificial realmente foque nos usos de alto risco para a sociedade. Não são todos os usos que ensejariam uma regulação, e eu acho que uma regulação que possa engessar a parte de pesquisa, de coleta e de desenvolvimento de novas tecnologias baseadas em dados pode ser "detrimental" para a inovação.

Para além disso, a gente tem defendido uma abordagem que leve em consideração, eventualmente, um marco legal de abrangência geral, mas isso conjugado com normas setoriais específicas, tendo em vista que os usos de inteligência artificial variam muito e a gente acha que faz mais sentido que essa abordagem seja setorial.

Inclusive, nessa linha, o setor financeiro já dispõe de diversas normas específicas que tratam já, hoje em dia, da regulação de inteligência artificial, seja através das normas que falam de avaliação, custo de normas e cálculo prudencial, seja através das normas do Banco Central que falam sobre governança e gestão de risco e, obviamente, sendo o Banco Central o regulador, não é somente uma norma que não tem fiscalização; muito pelo contrário, o Banco Central faz um trabalho constante de fiscalização e auditoria das instituições financeiras e de pagamentos que são autorizadas a funcionar e já conta com normas relacionadas à cibersegurança e hospedagem em nuvem. Quer dizer, eu mencionei aqui o Banco Central, mas não é o Banco Central o único regulador que atua sobre esse setor, nós temos também a CVM, a Susep, etc.

Então, a gente vê que o setor financeiro já conta com algumas normas quando a gente fala, para começar, da segurança e qualidade das evidências dos sistemas de inteligência artificial. Será que esses sistemas estão utilizando os dados adequados? Será que eles estão calibrados da maneira certa? Será que eles estão fazendo alguma análise de uma maneira que não deveria ser feita? Isso tudo já é coberto pela fiscalização dos órgãos reguladores do setor financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista também dos direitos, dos efeitos concretos do sistema de inteligência artificial sobre a vida das pessoas, também o sistema brasileiro já dispõe de diversas normas. Então, a gente já tem aqui, por exemplo, a própria LGPD, que fala de privacidade e autodeterminação informativa. Não preciso repetir aqui, nós temos diversos especialistas sobre o assunto, é só para pontuar, sem contar o CDC, o Código Civil e as regras específicas, mais uma vez, do setor financeiro, regulações do Banco Central que tratam de normas, por exemplo, de prevenção de fraude e normas de conduta que evitam danos mais severos para o usuário do setor financeiro.

Então, nós já temos, nesse panorama regulatório, tanto quando a gente olha para as normas de aplicabilidade geral quanto para as normas específicas setoriais para o setor financeiro, uma série de direitos que tratam, por exemplo, sobre propósito benéfico da inteligência artificial, transparência e livre acesso, não discriminação, segurança, responsabilidade e prestação de contas, autonomia, etc.

Com base nisso, tentando manter minha contribuição aqui curta, como eu falei, em benefício do tempo, as ponderações que nós trazemos para esta Comissão são, exatamente, de se fazer um juízo sobre a necessidade e a oportunidade para a criação de novas regras, especialmente pensando nessa abordagem setorial. Se a Comissão concordar com essa abordagem, que seja feita uma análise prévia de quais são as normas setoriais já existentes e da eventual necessidade de atualização dessas normas.

Então, por conta disso, seria importante conversar com os órgãos reguladores específicos, fazer uma análise e uma atualização, tentar entender os desafios que podem existir em relação a essas normas, e nós também, da Zetta, como entidade do setor, estamos à disposição para participar desse trabalho, tendo em vista garantir o uso de inteligência artificial de uma maneira que seja benéfica para todos.

Então, só concluindo, quero destacar, mais especificamente sobre o painel, que acho que já foi muito rico quando falou tanto dessa abordagem de outras alternativas, *sandbox* e tudo mais, mas, só para concluir, quero destacar que a Zetta vê com muito bons olhos mecanismos de incentivo à construção de melhores práticas setoriais. Inclusive, nós já temos feito isso no âmbito da lei de proteção de dados. Por exemplo, a Zetta conta com DPOs, especialistas em privacidade, em diversas empresas que eu mencionei. Esses especialistas têm se debruçado sobre temas do setor financeiro.

Um tema recente que tem sido objeto de discussão para a tentativa de uniformização de regras e melhores práticas do setor tem sido exatamente as notificações para incidentes de segurança relacionados ao Pix. Então, nós temos visto... Por exemplo, um desafio no Pix é que, se você envia um Pix para outra pessoa, ainda que você não seja cliente dessa outra instituição, o fato de você ter enviado esse Pix, sua chave Pix pode ficar com essa outra instituição e, eventualmente, esses dados – as instituições têm a obrigação de retenção desses dados transacionais para fins de reporte ao Banco Central e tudo mais –, quando esses dados são vazados, cria-se a pergunta: quem deveria notificar? O que deveria ser notificado? Em que situação deveria haver a notificação? Então, a Zetta começou um grupo de trabalho junto com o Banco Central, e recentemente nós estabelecemos um ponto de contrato com a ANPD para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

tentar avançar na construção de melhores práticas setoriais sobre esse ponto, e a gente teria, obviamente, o maior prazer em nos debruçarmos também no tema da inteligência artificial.

Para finalizar, e eu sei que já estou com o tempo estourado, mais um minutinho, eu queria fazer uma ponderação sobre o uso de *sandbox*. Eu sei que *sandboxes* têm sido, recentemente, utilizados como uma estratégia para garantir a inovação em setores altamente regulados não só quando a gente fala em inteligência artificial, mas mesmo quando a gente fala do setor financeiro... Existe, por exemplo, uma iniciativa do próprio Banco Central para a criação de *sandboxes*, em que as empresas teriam uma dispensa regulatória de cumprimento de algumas normas para fazer experimentos com projetos mais inovadores.

A ponderação que eu faço é que, apesar de, conceitualmente, a ideia ser muito louvável, é muito importante ter atenção sobre a maneira com que esse *sandbox* será implementado. Eu acho muito importante que não se invista somente na ideia do *sandbox* como alternativa de respiro para que as empresas operantes num dado setor possam inovar, possam construir ferramentas novas, porque, muitas vezes, o próprio processo de elaboração do *sandbox* é feito somente por chamada. Ele tem que ter um processo de seleção. Esse processo de seleção vai escolher somente algumas empresas que vão poder fazer aquele... Todas essas etapas são etapas que desestimulam à inovação.

Então, na verdade, eu queria propor, para finalizar, que a ideia do *sandbox* seja tratada não tanto como uma exceção regulada procedimental, quase que cartorária, para permitir a inovação, mas, sim, através de outro tipo de abordagem que o Banco Central tem utilizado de maneira muito bem sucedida, que é a abordagem da regulação proporcional, que nada mais é – faço um paralelo com o mundo da regulação de inteligência artificial – do que uma abordagem que utiliza uma ponderação de risco de forma muito bem segmentada e escalonada. Então o Banco Central tem o seu papel, por exemplo, de evitar riscos sistêmicos para o setor financeiro. O que ele faz é dizer "olha, se uma instituição começa a operar e ela tem limites de transações muito pequenos, não vale a pena eu, Banco Central, olhar para a instituição..." Não precisa nem pedir autorização. Então, ao criar essa, digamos, escada, ele não só dá previsibilidade para o inovador, mas ele permite a inovação e ele regula, obviamente de maneira muito eficaz, aqueles atores e aqueles usos que trazem um risco maior. Então eu acho que vale a pena utilizar como parâmetro a abordagem de regulação proporcional do Banco Central quando a gente fala em *sandbox*, mas não especificamente o *sandbox*, que é do setor financeiro.

Com isso eu encerro e agradeço mais uma vez pela participação.

O SR. GEORGES ABBOUD – Muito obrigado, Bruno.

Agora passo a palavra para o Professor da Universidade de Frankfurt e sócio do escritório de advocacia Opice Blum, Bruno e Vainzof, Ricardo Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO CAMPOS (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Georges Abboud, pela condução dos trabalhos.

Eu vou compartilhar aqui a minha tela.

Queria agradecer também o convite a mim dirigido na pessoa do Ministro Ricardo Cueva e também da Relatora Laura Schertel Mendes e também agradecer aos colegas participantes deste painel.

Este raio de luz que entra aqui é a prova mais clara de que existe sol na Alemanha! Estou falando de Frankfurt, na Alemanha, num final de tarde/início de noite do início do verão.

Como o Georges bem mencionou, eu tenho uma dupla atividade: além de ser docente nas áreas de Tecnologia e Proteção de Dados e Direito Público em Frankfurt, eu atuo também como sócio no escritório Opice Blum, sou Coordenador da Área Digital da OAB Federal da ESA nacional e também sou Diretor do Instituto Legal Grounds, que tem atuado na formulação e participação de políticas públicas dentro do setor de tecnologia no Brasil.

O ponto de partida da minha abordagem segue a ideia – eu espero que todos estejam vendo a minha tela como um todo – de que a regulação de inteligência artificial é um caso típico de regulação estatal sob condições de incerteza. Esse foi um ponto que talvez tenha perpassado, mesmo que de forma indireta ou colateral, as abordagens do painel de hoje.

E a questão central que se coloca no início é: regular ou não regular? E aqui a gente tem uma diferença de investimento muito grande...

Georges, eu não sei se vocês estão aqui no eslaide sobre Estados Unidos e União Europeia. A União Europeia...

O SR. GEORGES ABBOUD – Não, Ricardo, a gente está no eslaide em que está escrito "o caso de regulação...".

O SR. RICARDO CAMPOS (*Por videoconferência.*) – É porque numa reunião anterior deu problema justamente neste ponto.

O SR. GEORGES ABBOUD – Agora sim, regular ou não regular, União Europeia e Estados Unidos. Perfeito.

O SR. RICARDO CAMPOS (*Por videoconferência.*) – Isso. É interessante perceber, por exemplo, que a União Europeia, no ano de 2021, investiu 1,5 bilhão de euros, e isso corresponde somente a um décimo dos Estados Unidos. Talvez isso revele, de forma implícita, as várias iniciativas europeias impondo regulação de serviços digitais. Então, a gente vê os Estados Unidos principalmente num polo de incentivo à inovação, à criação de um ambiente propício à inovação; e a União Europeia tentando mesclar regulação com inovação, mas com peso muito forte na inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse ponto eu gostaria de chamar atenção para um artigo que saiu recentemente sobre o impacto do GDPR sobre o mercado de aplicativos de celular. Eu sei que é muito perigoso falar nesse tom do GDPR e da proteção de dados, até mesmo porque eu dou aula sobre o assunto, publico sobre o assunto, mas agora a gente começa a colher algumas experiências positivas e negativas sobre o impacto no setor de inovação, em produtos de inovação. E aqui, usando dados sobre 4,1 milhões de aplicativos no Play Store do Google, de 2016 a 2019, foi documentado que o GDPR induziu à retirada de cerca de um terço dos aplicativos disponíveis, um terço. Naturalmente, pode-se dizer que faz parte, queremos aplicativos que sigam, de certa forma, padrões europeus de direitos e garantias, mas, para a questão da inteligência artificial, talvez seja interessante tentar evitar efeitos colaterais em inovação justamente como esses. Eu vou dar um exemplo claro para o setor de *startups* no Brasil.

Um ponto que eu gostaria de destacar aqui também é que a inteligência artificial tem uma característica um pouco diferente da proteção de dados. A proteção de dados não é um produto econômico em si, é muito mais uma limitação jurídica a determinadas condutas, principalmente com relação a dados pessoais, enquanto a inteligência artificial, e agora no mundo, com a União Europeia e o Brasil nesta discussão em que a gente se encontra, incorpora esse caráter *sui generis*: é, ao mesmo tempo, um produto extremamente maleável e transversal e também um objeto de regulação. Então, ele é, ao mesmo tempo, regulação à inteligência artificial e um produto. Justamente por conta desse caráter *sui generis*, toda regulação em inteligência artificial deve levar em consideração não só a proteção de direitos, também a proteção de direitos, mas aspectos ligados à inovação.

Este é outro ponto importante decorrente do primeiro: a regulação de IA não deve ser encarada enquanto regulação de um produto concreto. Isso pode surgir *a posteriori*, dependendo do impacto de um determinado produto dentro da sociedade, mas o mais importante, e isso tem sido um ponto central na discussão sobre regulação de inteligência artificial na Alemanha, principalmente nos críticos da abordagem europeia, ela deve ser vista muito mais como a regulação de um processo e não de um produto ou de um ato ou de posições individuais, porque a IA tem a característica de ser, ou poder ser, vários pontos dentro de uma cadeia econômica, de regulações ou de relações sociais. Um exemplo é a possibilidade de estar acontecendo esta reunião aqui ou até mesmo cadeias logísticas complexas, globais, em vários pontos da cadeia (empresas, transportes, geração de tecnologia). É aplicada em diversos pontos da cadeia a inteligência artificial.

Um ponto interessante, retomando, então, a questão do impacto negativo do GDPR em aplicativos seria de se pensar para o caso das *startups*. Aqui foi mencionado em diversos pontos. O Carlos Affonso, no início, falou de análises de impacto; a Marcela colocou de forma central a questão da avaliação preliminar de risco; o Norberto Andrade mostrou como Meta atua de forma proativa em questões de avaliação de risco e dos próprios produtos; o Bruno Magrani deixou claro, também, que a discussão brasileira deveria ser orientada apenas no alto risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente olhar só para o setor de *startups* é uma questão muito interessante em que, também, eu sigo uma linha dos críticos da tradição europeia de regulação de IA.

O mercado de *startups* não é comparável aos outros tipos de mercado. Por quê? Ele é extremamente complexo e deve partir de que determinados riscos desconhecidos devem ser aceitos pela própria regulação. Aqui, todos esses pontos que eu listei das falas anteriores... Por exemplo, a avaliação preliminar de risco. Se se exigir isso de uma *startup* que vai tentar inovar em um setor de alto risco – e aqui a gente pode pensar tanto em dados relacionados à cidade, em dados relacionados à saúde ou dados relacionados à tráfego aéreo – a gente pode estar impedindo um grau de acesso maior, porque a *startup* tem uma diferença muito grande de uma empresa petrolífera. Por quê? Uma *startup* pode ser criada por duas pessoas, por uma pessoa, por um pequeno hospital, no interior. Então, o que se deve evitar aqui – é até uma crítica à segmentação de risco e como ela é dificilmente aplicada para o setor dinâmico de *startups*, se deveria pensar – e a gente do Instituto Little Grounds vai fazer uma proposta de texto, de redação de texto, e vou me esquivar agora de entrar em pormenores – em uma solução para a absorção desse risco de inviabilidade de inovação. Seria um fomento, por exemplo, de uma agência privada, fomentada por uma iniciativa estatal, que pudesse criar um *pool* para absorção desses relatórios preliminares de riscos para *startups* pequenas. E aí teríamos que ter um recorte, talvez, ligado ao capital. Lembrando que várias leis no mundo, hoje, a lei de *fake news*, por exemplo, no Brasil, coloca como corte 10 milhões de usuários, no Brasil; a lei alemã Netzwerkdurchsetzungsgesetz coloca 2 milhões. Então, aqui seria um caso muito importante de se pensar como evitar externalidades negativas e impactos negativos na inovação no setor de *startups*.

Aqui, encaminhando já para os três últimos minutos da minha fala, seria interessante a gente pensar como o direito lida tradicionalmente com riscos desconhecidos, porque, como eu disse, o tema central, para mim, da regulação de inteligência artificial é uma regulação sob condições de incertezas e o Brasil também não precisa ser o primeiro do mundo a regular inteligência artificial. Talvez essa seja também uma tarefa importante da Comissão, como já foi mencionado anteriormente, de colocar um freio numa competição global para a regulação de inteligência artificial.

Aqui a gente tem modelos tradicionais, modelos *ex ante* e *ex post* e também a concentração em produtos claros, serviços centrados em casos específicos ou até proteção ligada ao indivíduo. Disso, a gente tem dois problemas que surgem.

A dimensão do conhecimento nesses âmbitos dinâmicos é muito interessante porque o conhecimento não está mais no regulador, o regulador estatal indispõe de conhecimento sobre as próprias aplicações. A gente já tem percebido isso tanto na discussão de proteção de dados, também na regulação de redes sociais e, agora, isso ainda potencializa-se na questão da regulação de inteligência artificial.

E aqui, me valendo dos meus últimos segundos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGES ABBOUD – Ricardo, se precisar de algum minuto adicional, fique à vontade.

O SR. RICARDO CAMPOS (*Por videoconferência*.) – Está bem, talvez dois minutos, Georges, para concluir.

O SR. GEORGES ABBOUD – Claro, fique à vontade.

O SR. RICARDO CAMPOS (*Por videoconferência*.) – E essa dimensão do conhecimento coloca dois paradigmas tradicionais do direito, que é um direito centrado em normas e textos legais, codificações ou um direito centrado também em princípios abstratos, materializado, valores abstratos e aqui entra um conceito muito importante do Direito Administrativo alemão que migrou para o plano europeu, que é a autorregulação regulada ou corregulação, porque ela estabelece, de certa forma, um meio-termo entre uma tradição europeia de regulação, em que se estabelece uma regulação universal, e uma estadunidense, setorializada, porque dá abertura para uma participação setorial maior, e também a questão da geração de conhecimento por critérios e procedimentos estabelecidos pelo direito.

Aqui a gente tem vários exemplos. A gente tem agora um exemplo, é o primeiro exemplo no mundo, oficial, do serviço de nuvem, que foi feito por uma importante empresa chamada Scope Europe, que foi creditada no âmbito europeu, que é até um caso muito interessante de ser replicado no Brasil. Há diversos outros casos, como eu listei aqui, há um caso na Espanha muito importante sobre investigações em clínicas farmacêuticas e aqui entra justamente esse novo momento. A gente tem no Direito Constitucional, Georges Abboud é professor de Direito Constitucional, uma frase do Peter Häberle que praticamente moldou uma geração de constitucionalistas, de abertura para interpretação da Constituição para indivíduos. Aqui a gente teria, com a autorregulação regulada, a abertura da sociedade para produção de normas setoriais e *standards* setoriais das empresas e por setores.

E um caso, e aqui, Georges, já entrando nos meus últimos segundos, muito interessante para o Brasil, até muito mais interessante para a Alemanha, a transformação do que tem acontecido na medicina, com o *data-driven medicine*. E aqui está acontecendo uma revolução. Se a gente pensar no modelo anterior, em como era feito, medicina e geração de conhecimento eram muito mais baseados na formação de experiência dentro de organizações – aqui o hospital, universidades e empresas privadas – e o papel central do método, que partia de uma pergunta, e aí você ia averiguando, através de casos, e, no final, você tinha, então, o resultado. Hoje, com a possibilidade de dados, algoritmos e inteligência artificial, você tem um processo oposto. Você colhe o máximo de dados possíveis, cria relações produzidas por algoritmo e cientistas de dados e médicos olham, apenas no final, para pontos nodais dessa relação de dados. E, a partir dali eles começam, então, a desenvolver evidências práticas.

O Brasil, praticamente um continente em que se encontram todas as etnias do mundo, deve se utilizar dessa experiência de dados e inteligência artificial na saúde para tentar ser um dos pioneiros no mundo na geração de tecnologia para novas terapias, para novos procedimentos. E a gente tem condições,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

através desse PL da *fake news*, de não impedir que inovações ocorram, que a gente crie, e aqui é o ponto central – e aqui entro nos meus dez últimos segundos... Sob condições de incerteza, a regulação de setores tecnológicos e dinâmicos deve se orientar muito mais para modelos que colocam no centro a dimensão da geração do conhecimento e não modelos herméticos com objetivos concretos.

Então, agora, eu termino aqui, agradecendo a participação.

Como eu disse, a gente vai encaminhar à Comissão, então, propostas concretas de redação, mas a mensagem central é aqui que a gente deve ter cuidado e deve partir de que a gente está regulando um setor sob condição de extrema incerteza e que o mais importante é criar mecanismos nessas condições de geração de conhecimento entre o Estado e a sociedade.

Agradeço, então, a participação, pela possibilidade de estar participando e também de conhecer vários colegas expositores.

O SR. GEORGES ABBOUD – Muito obrigado, Ricardo, pela última exposição do dia.

Temos, ainda, alguns minutos aqui da nossa audiência.

Eu gostaria de perguntar se algum membro da Comissão gostaria de fazer alguma pergunta para os painelistas.

A Estela Aranha levantou a mão.

Estela, por gentileza.

E aí vamos designar um minuto para a pergunta e dois a três minutos para a resposta, para a gente poder tentar aproveitar, ao máximo, aí os nossos 15 minutos, está bom?

Estela, por gentileza.

A SRA. ESTELA ARANHA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas.

Desculpa, porque eu estou com pouca voz, mas eu teria alguns pontos para os palestrantes, em geral, comentarem.

A primeira questão é sobre o que se falou muito pouco nas outras audiências, sobre o modelo de regulação híbrido, que a gente, obviamente, considera as questões setoriais, mas também que há algum modo central de regulação dos impactos dessa tecnologia de inteligência artificial na sociedade. Sempre lembrando que nós estamos falando de regulação de impactos e não da aplicação em si ou da tecnologia em si, inclusive para que a lei não se torne obsoleta a partir do surgimento aí de uma próxima nova tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão sobre a qual eu gostaria que os palestrantes, de modo geral, também falassem é... São duas coisas que eu acho que a gente tem que, assim... É claro que a importância do desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial no mercado ninguém nega, de modo nenhum, mas, justamente a necessidade de confiança nelas que é essencial para que esse mercado se desenvolva.

Então, só pontuando aqui, rapidamente, algumas coisas. Em relação, por exemplo, ao debate de investimentos, porque nos Estados Unidos é super-regulado e eventualmente na Europa não é regulado, a primeira coisa: a gente tem que diferenciar muito, por exemplo, o que é desenvolvimento tecnológico do que é o mercado concentrado, com muito dinheiro investido em poucas empresas para se ganhar lucro.

Eu gostaria de saber, por exemplo, quais patentes que existem nos Estados Unidos para o desenvolvimento de qualquer tecnologia, inclusive de inteligência artificial, de 5G ou de outros mercados super-regulares que a Europa não tem e vice-versa. Isso porque, de modo geral, a Europa é autossuficiente com as suas patentes, muitas das quais os Estados Unidos não são em termos de tecnologia, mesmo os Estados Unidos sendo absolutamente desregulados e a Europa não. Ou quase, não é? Tem algumas regulações setoriais fortes, como saúde. O FTC iniciou agora alguma coisa em relação ao consumo.

Essa é uma questão muito importante quando a gente está falando de desenvolvimento tecnológico, até porque o debate... Você tem, hoje, na grande literatura, que, nos Estados Unidos, de um modo geral, a gente não teve grandes desenvolvimentos tecnológicos na inteligência artificial, a não ser uma capacidade incremental devido, obviamente, à grande captura de dados, cada vez maior pelo que a gente já sabe, e à grande capacidade computacional. Isso, obviamente, potencializa o uso dessa tecnologia, mas não significa um desenvolvimento tecnológico, principalmente se ele estiver concentrado em algumas grandes empresas.

E a outra questão com que eu me preocupo muito é em relação ao risco, porque o risco alto é o risco independentemente de quem está gerando risco. Então, acho que... É claro que nós temos – e eu tenho – uma preocupação muito grande, sempre falo, com as *startups*, com pequenas e médias empresas e eu acho que tem que ter, sim, uma proteção especial em relação a esses regimes, justamente para evitar essa concentração. Mas que essa proteção nunca envolva, obviamente, riscos: riscos à saúde, à segurança e riscos aos direitos humanos, de modo geral, nem à confiança em relação à inteligência artificial.

Então, o risco independe do agente que está empreendendo. E, ainda, o impacto do risco também na sociedade, porque o impacto do risco, inclusive, impacta o próprio mercado de inteligência artificial, que se diminui a confiança se a gente não tiver padrões mínimos de qualidade nos diferentes requisitos de que a gente falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria também falar um pouco sobre essa questão. Por exemplo, a gente sabe que o mercado – e a gente tem representantes de *fintechs* –, o mercado financeiro tem uma super-regulação, justamente porque o risco é muito alto e o impacto é muito grande, enfim.

Mas são essas pontuações das últimas falas. Enfim, tem um milhão de coisas, mas já acabou o tempo aqui.

O SR. GEORGES ABBOUD – Obrigado, Estela.

Quem gostaria de começar?

E, aí, os outros painelistas podem levantar a mão, que eu vou chamando na sequência que aparecer aqui para mim.

Alguém gostaria de começar? (*Pausa.*)

Bruno?

O SR. BRUNO MAGRANI (*Por videoconferência.*) – Acho que a Marcela havia "desmutado" antes de mim.

O SR. GEORGES ABBOUD – Marcela?

Então, a Marcela e, depois, o Bruno.

A SRA. MARCELA MATTIUZZO (*Por videoconferência.*) – Posso começar.

Acho que, enfim, a Estela trouxe muitos pontos. Vou tentar me ater a alguns deles e, aí, acho que o restante das pessoas também pode complementar.

Essa questão inicial sobre como a gente pode mesurar, talvez, a importância do desenvolvimento regulatório *versus* efetivamente a inovação e como isso está colocado nas diversas jurisdições.

Eu acho que, assim, essa questão de patentes é um possível caminho. Salvo engano, existem relatórios sobre isso que, especificamente, trazem, por país, quantas são as patentes relacionadas a temas de sistemas de inteligência artificial e que demonstram de fato, por exemplo, que a Europa estaria atrás em relação à China e aos Estados Unidos, prioritariamente. Isso até, em alguma medida, talvez justifique a estratégia que a própria Europa diz que ela está adotando de ser o celeiro regulatório do mundo.

Então assim: "Ó, se eu perdi a corrida da inovação, eu não vou ficar atrás na disputa regulatória. O meu mercado consumidor é muito relevante, então eu vou tentar impor padrões regulatórios que as outras nações vão ter que acabar seguindo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, salvo engano, também vários outros relatórios utilizam muitas outras métricas. Então, assim: quantidade de investimento, *venture capital*, pesquisa feita em inteligência artificial nessas variadas nações etc., que eu acho que podem servir, em alguma medida, de parâmetro, se a gente quiser encontrar variáveis que nos ajudem a verificar essa questão.

E aí, enfim, há as diversas estratégias que essas jurisdições estão adotando, tendo em vista essa questão. Mas acho que uma constante assim que eu acho que está colocada é: todas essas jurisdições estão totalmente cientes de que tem mesmo um balanceamento aí que precisa ser feito. E elas estão mobilizando não só as estruturas regulatórias isoladamente consideradas, como as políticas públicas de política industrial, enfim. Todo mundo falou nisso. O Ministério da Economia trouxe essa preocupação aqui, para que se tenha um todo coerente que possa ser mobilizado para essa questão.

Então, acho que a gente precisaria aqui... Enfim, não dá para trazer todas as variáveis aqui, nesse contexto, mas acho que isso é um ponto, de fato, muito importante de ser olhado para o desenvolvimento da regulação.

O SR. GEORGES ABBOUD – Obrigado, Marcela.

Bruno.

O SR. BRUNO MAGRANI (*Por videoconferência.*) – Sem ter pretensão de talvez responder a todas as perguntas da Dra. Estela, mas um ponto que eu gostaria de mencionar é voltar à questão da regulação baseada em risco. Aí eu queria reforçar aqui que o setor financeiro, talvez mais do que qualquer outro setor, é um excelente exemplo de como a regulação baseada em risco pode ser utilizada de maneira eficaz.

É interessante porque, como a gente está falando de setor regulado, quer dizer, na regulação baseada em risco, em regulações que levem em consideração diferentes tipos de risco, essa é uma preocupação com que o setor financeiro internacional lida há 50, há 60, há 100 anos.

Então, eu acho que tem muito do ponto de vista do aprendizado de criação de políticas públicas baseadas na abordagem de risco. Eu acho que o setor financeiro pode ter muito a contribuir. Ele pode ter a contribuir também, especialmente o setor financeiro brasileiro, porque o Brasil hoje em dia virou um grande exemplo de promoção da competição, não é? Então, o pêndulo que a gente vê aqui, diferentemente talvez do pêndulo da regulação de tecnologia, está na direção oposta. Então, talvez a gente esteja vendo globalmente o setor de tecnologia gradualmente sendo mais regulado. E, dependendo de como você olha, o setor financeiro já é muito regulado e, a cada crise financeira, tende-se a criar regulações cada vez mais estritas.

Mas, desde 2013, o Banco Central vem adotando esse modelo que eu mencionei: criação de licenças específicas, uma abordagem que leve em consideração esse modelo que eu mencionei de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

regulação proporcional. A regulação proporcional é uma que leva muito em consideração o risco que a atividade, que a instituição traz para a sociedade.

Eu acho que tudo isso pode ser muito rico para a discussão de inteligência artificial, se a gente for olhar para esse modelo híbrido, efetivamente, em que você tem uma regulação, de maneira geral, um marco legal um pouco mais principiológico e abstrato. E depois regulações setoriais que levam muito em consideração a realidade de cada um dos setores.

O SR. GEORGES ABBOUD – Obrigado, Bruno.

Mais alguém quer fazer alguma consideração?

Temos mais alguns minutos, sobre esse ponto, lançado pela Estela. (*Pausa.*)

Bom, então, se ninguém se manifestou, aqui, hoje, pontualmente, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Hoje eu fui aqui acompanhado, ao longo desta Presidência, dos Professores Danilo Doneda e do Professor Juliano Maranhão, que registro a presença.

Agradeço a todas e a todos os painelistas aqui, que nos abrilhantaram com esta audiência pública.

Ganha o Brasil, ganha a sociedade e ganha muito conhecimento a Comissão para fazer uma melhor produção normativa, o que é uma grande responsabilidade que todos carregamos aqui.

Então, encerrada aqui mais uma audiência pública da nossa Comissão de Inteligência Artificial.

(*Iniciada às 09 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e onze minutos do dia dezoito de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, reúne-se a Comissão de Juristas responsável por subsidiar elaboração de substitutivo sobre inteligência artificial no Brasil. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª até a 5ª reunião, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Balanço das audiências públicas. **Resultado:** Balanço realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/18

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Temporária Interna que se destina a subsidiar a elaboração de minutas de substitutivo para instruir a apreciação dos Projetos de Lei 5.051, de 2019, 21, de 2020, e 872, de 2021, que têm como objetivo estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil.

Antes de iniciarmos a reunião, há algumas atas pendentes de aprovação ainda – estão disponíveis nos *sites* da Comissão –, as Atas da 1ª à 5ª Reunião, que eu submeto à aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foram aprovadas, então, as atas.

A reunião de hoje se destina à realização de um balanço das audiências públicas realizadas até hoje.

E, para isso, eu passo a palavra, então, à Relatora, Profa. Laura Mendes.

A SRA. LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES (Como Relatora.) – Obrigada, Ministro.

Bom dia a todas e a todos. Eu cumprimento o nosso Presidente da Comissão, Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, todos os colegas e membros desta Comissão e as senhoras e os senhores presentes que nos assistem.

Hoje realizamos a sexta reunião ordinária da Comissão de Juristas, que, como muitos dos senhores têm acompanhado, tem trabalhado intensivamente para ouvir a sociedade e obter subsídios de todos os setores sociais para o cumprimento de suas atribuições. Por solicitação do Presidente da nossa Comissão, farei hoje um rápido balanço das audiências públicas realizadas ao longo do último mês. Foram quatro dias intensos de debates plurais e multissetoriais, dos quais participaram cerca de 60 convidados, em 12 painéis que totalizaram mais de 20 horas de audiências públicas, todas realizadas no formato híbrido para permitir a maior participação possível. Todas as audiências foram gravadas e transcritas, e o material está acessível na página da Comissão no *site* do Senado.

Gostaria de agradecer, neste momento, todo o apoio prestado pelo Senado Federal na realização dessas audiências públicas, em especial da Presidência do Senado, do gabinete do Senador Eduardo Gomes, na pessoa do Senador e na pessoa também da sua assessora, Dra. Adriana Nunes; da Secretaria-Geral da Mesa, na pessoa do Dr. Gustavo Sabóia e de toda a sua equipe. Cito aqui Leando, Renilson e todos os demais servidores que apoiaram tecnicamente e operacionalmente a realização das audiências públicas.

Gostaria de destacar que a Comissão prorrogou o prazo para o recebimento de contribuições por escrito para o dia 10 de junho.

Para fazer esse balanço das audiências públicas me vali de todo o material gravado, transcrito, bem como das anotações e reflexões dos membros da Comissão que me foram enviadas, as quais agradeço imensamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos fazer aqui um balanço a partir de cada um dos quatro dias. No primeiro dia, nós debatemos questões muito interessantes e que nos parece que precisariam ser debatidas no início de qualquer reflexão sobre regulação. Por que e quando regular a inteligência artificial? O que é regular? Como regular? Nesse primeiro ponto de por que e quando regular ficou claro aqui, com as discussões dos nossos primeiros painéis, que todos os participantes destacaram essa necessidade da regulação como forma de mitigação dos seus riscos. Falou-se aqui em alguns dos riscos, como o Prof. Virgilio Almeida: vigilantismo, perda de autonomia, riscos de discriminação e risco à participação democrática. E cito aqui também o Prof. Edson Prestes, que, numa afirmação muito interessante, colocou que todos os direitos humanos podem ser afetados pela inteligência artificial e que estamos falando, então, no fim do nosso futuro, e é por isso que precisamos ter a máxima cautela nessa regulação e também buscar uma discussão multissetorial, plural e diversa – exatamente em relação a esses efeitos. Então, parece haver um grande consenso sobre o *timing* e sobre a necessidade de regulação.

E o que regular? Também houve um consenso em relação a isso, de que é preciso observar a diversidade de aplicações de inteligência artificial e de contextos e os contextos de sua aplicação, e não elaborar uma única regra para todas as situações. É preciso uma regra diferenciada de acordo com as suas aplicações, os seus riscos e diferentes contextos.

Também se falou sobre quais setores deveriam ser regulados e muito se discutiu. E eu diria que também houve um consenso em relação a esse ponto, de que tanto o setor público quanto o setor privado precisam ser regulados. Inclusive aqui eu queria dizer que alguns dos painelistas citaram expressamente a importância da área criminal. E a área criminal em segurança pública tem um aspecto talvez ainda mais sensível não só pelos efeitos na liberdade individual das pessoas, mas também pelo fato de que ela é, eu diria... Há uma grande lacuna no nosso ordenamento porque a Lei Geral de Proteção de Dados aplica-se apenas em termos gerais, genéricos a essa área. Então, nós não temos ainda uma LGPD penal, nós não temos uma regulação específica, o que torna essa área ainda mais sensível.

E talvez a última pergunta do dia e talvez a mais sensível e interessante: como regular? E aqui me parece também ter havido um certo consenso não só desse primeiro dia, mas – e é algo que eu vou retomar depois, ao final deste balanço – em todos os quatro dias, em todos os doze painéis: houve, de certa forma, um consenso sobre a necessidade de que tenhamos princípios, normas gerais, mas também a concretização desses princípios por meio de procedimentos e normas concretas. Foi muito interessante como esse ponto foi levantado ao longo de todos os painéis, ao longo de todos os temas. Então, esse também é um ponto importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A discussão sobre responsabilidade civil, que sempre vem à tona seja nas matérias de jornais, seja nos debates acadêmicos, também é um tema importante, mas os painelistas deixaram claro que precisamos, sim, discutir um sistema *ex-post* de reparação, mas também toda a sistemática de proteção não pode se resumir a isso. Nós precisamos também de instrumentos *ex-ante* amparados em uma gradação de riscos. É preciso, inclusive – e isso também foi falado ao longo de muitos dos painéis, eu diria do começo ao fim –, decidir também sobre o que não pode ser implementado ou nem sequer desenvolvido. Falou-se da necessidade de eventualmente se banirem alguns usos de tecnologias com riscos inaceitáveis, especialmente quando pensamos em manipulação da democracia, de crianças ou quando se trata de sistemas de vida ou morte.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Bom dia a todos. Bom dia, Dra. Laura, bom dia, Ministro Cueva.

O objetivo da minha passagem por aqui hoje é não atrapalhar, por isso que eu não vou falar nada. Mas quero dizer que, ainda amanhã, teremos reunião de Líderes com o Presidente Rodrigo Pacheco na intenção de discutir alguns temas que devem ser debatidos antes das eleições e toda a dificuldade de calendário da Casa.

Então, serve também, além de cumprimentá-los, Ministro, para me colocar à disposição. Se houver alguma deliberação que precise de entendimento na Casa, estou à disposição para levar amanhã na reunião de Líderes. Nós temos um almoço lá na reunião com todos os Líderes.

Quero dizer da minha satisfação de ver aqui a Comissão em funcionamento. E, no dia a dia que a gente vive no Brasil, entendo que cada vez mais é preciso o entendimento desta Comissão para balizar esses temas todos que nós estamos discutindo sobre inteligência artificial e sobre a vida moderna, a vida nas redes.

Participei agora, minutos atrás, de um evento da Meta falando sobre a segurança na internet 50 mais. Fui muito à vontade para esse evento, porque eu estou com 56 anos e estou com toda dificuldade. E lá nós levantamos uma curiosidade interessante. Eu vou só comentar aqui, mas já vou sair.

Todos os instrumentos da rede foram construídos, propagados e defendidos por pessoas muito jovens, muito jovens, todos conhecidos aí. Mas, curiosamente, eu fiz uma lista por vontade própria, aí que vem um pouquinho da... eu disse que eu sou especialista digital de ouvido. Os maiores influenciadores do mundo têm acima de 60 anos. A rede hoje é feita pelos jovens para dar influência aos maduros. Então, a gente tem que buscar uma coisa aí nesse centro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado por essa passagem, bem-vindos. E quero dizer que eu me coloco à disposição. Se amanhã tiver algum encaminhamento da Comissão que precise de deliberação ou qualquer coisa assim... Amanhã é um dia importante, mas, a qualquer momento, todas as vezes em que for convocado para ajudar no andamento dos trabalhos, podem contar comigo.

Muito obrigado.

A SRA. LAURA SCHERTEL FERREIRA MENDES (Como Relatora.) – Queria então registrar mais uma vez – não é, Ministro? – o nosso agradecimento aqui ao gabinete do Senador Eduardo Gomes por todo apoio e por todo incentivo, inclusive, à criação da Comissão.

Então, prosseguindo, ao terminar esse balanço do nosso primeiro dia, ficou claro que nós precisamos de um sistema de reparação civil, de discutir a responsabilidade civil, mas também precisamos pensar em regras *ex ante*, inclusive discutir e debater se há tecnologias, quais delas, em quais usos e em quais contextos precisariam ser banidas. Como eu comentei, isso foi algo que foi falado desde o começo até o fim dos painéis nas audiências públicas.

E, ao lado de princípios, falou-se muito que a futura norma precisa também contar com obrigações concretas e procedimentos que orientem concretamente os desenvolvedores e toda a cadeia de desenvolvimento e de aplicação. Princípios podem ser muito eficientes para orientar o Poder Judiciário, mas nem sempre são igualmente eficientes para orientar o setor privado, desenvolvedores etc.

Então, essa regulação tem a responsabilidade de concretizar os direitos fundamentais na área de tecnologia, pensando inclusive em normas de incidência específica diante de riscos tão concretos e atuais.

Passando agora então para o nosso segundo dia, nós discutimos aqui painéis relacionados a contextos econômicos e sociais e também se iniciou a discussão sobre algumas experiências setoriais além da discussão sobre riscos e o princípio da precaução.

No painel sobre o contexto econômico-social e mineração de dados, discutiu-se a importância da mineração de dados especialmente para a pesquisa e como isso está crescentemente presente nas legislações recentes sobre o tema, sem que a fruição das obras e remuneração de autores e artistas seja afetada.

Eu cito aqui o Alan dos Santos, Professor, que disse: há um paralelo entre os países que permitem a mineração de dados e o grau de inovação tecnológica. Quem faz essa mineração de dados no Brasil muitas vezes está no limite da legalidade. Possibilitar essa mineração de textos e de dados é essencial para a pesquisa científica contemporânea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, passando para o... Nesse painel, a gente também discutiu outros temas como, por exemplo, o tema da saúde. E eu cito aqui a Dra. Rogéria Cruz, que tratou especificamente da inteligência artificial na área de saúde. Ela destacou seis princípios da OMS, da Organização Mundial da Saúde, quanto ao desenvolvimento de inteligência artificial: que ela proteja a autonomia humana; que promova o bem-estar, a segurança e o interesse público; que garanta transparência, inteligibilidade e explanabilidade; que promova a responsabilidade identificada, a inclusão e a equidade; e também uma inteligência artificial responsiva e sustentável.

Nesse painel, a gente ainda teve a presença do Dr. Pedro Hartung, que falou sobre a necessidade da proteção das crianças no contexto de aplicações de inteligência artificial. Ao afirmar que temos uma geração de crianças cuja infância já foi registrada na internet, é necessário evitar que as escolhas que elas fizeram impactem o futuro e modelem o comportamento delas. Afirmou também que crianças e adolescentes precisam estar no centro de discussões de regulação de tecnologia, não somente por serem uma população particularmente vulnerável a seus efeitos, mas também pela representatividade em números: consistem em um terço dos usuários de internet no mundo.

No painel dedicado a riscos, nós tivemos inúmeras discussões, mas eu queria citar aqui a pesquisadora Maria Cecília Oliveira, que fez uma importante contribuição ao indicar que os três projetos de lei ora analisados carecem de uma procedimentalização da avaliação de risco. Então, embora se discuta muito que a avaliação de riscos e que a própria análise de riscos deva e deve ser talvez o principal norte, o principal guia de todos os projetos ou da regulação de uma forma geral, a procedimentalização dessa avaliação ainda precisa ser feita ou construída.

É preciso também considerar a adoção de avaliações de impacto orientada a princípios e a direitos, a fim de que se tenha uma prevenção de riscos aos direitos humanos de forma efetiva, tendo como eixo central de análise o ser humano e a obrigatoriedade de essa análise ser realizada em momento anterior à colocação da tecnologia no mercado.

Ao final desse debate, os painelistas concordaram com a necessidade de que certos usos precisam ou poderiam ser banidos, a exemplo de máquinas com decisão de vida ou morte, reconhecimento facial para fins de segurança pública, entre outros.

Chegamos então ao nosso terceiro dia de audiências públicas, em que debatemos o risco das aplicações de IA, ou seja, continuamos debatendo esses riscos, em especial sob o ponto de vista da discriminação algorítmica e dos vieses dos algoritmos. Debatemos o risco de que essas aplicações possam exacerbar e consolidar as desigualdades estruturais presentes na nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Discutimos também a necessidade de a regulação levar em conta o princípio da igualdade substancial para corrigir eventuais vieses.

Um importante alerta foi feito para o risco de discriminação nas aplicações pelo setor público, que podem ser ainda mais danosas para o cidadão se sistemas de autuação, fiscalização ou de implementação de políticas públicas passem a selecionar e a classificar os indivíduos no âmbito das competências privativas do Estado. Ao reconhecermos o preconceito e o racismo estrutural no país, não é possível aceitar que técnicas de *machine learning,* que são extremamente hábeis para aprender sobre o nosso passado por meio de exemplos, simplesmente reproduzam, codifiquem e consolidem para o futuro essa discriminação pretérita e atual da sociedade. A solução justa nesses casos é exatamente a abertura para um futuro diferente, mais igualitário, e não a reprodução de estruturas discriminatórias e racistas.

Como conclusão das Mesas de Risco e Discriminação, neste terceiro dia de audiências, destaco que elas reforçaram ainda mais a necessidade de buscarmos soluções concretas e eficazes para além de normas gerais e princípios, garantindo a igualdade formal e material estabelecida na nossa Constituição Federal.

Conforme a fala do Prof. Tarcizio Silva, existe a necessidade de vermos a regulação da inteligência artificial, não só de uma perspectiva principialista, mas também dos mecanismos de *enforcement* necessários e o compromisso considerando todo o histórico que temos já registrado de discriminação e racismo algorítmico sobre a inclusão explícita de antirracismo e discriminações negativas e interseccionais. Afinal, em muitas áreas vitais para o indivíduo e a sociedade, aprender com o passado significa exatamente não repeti-lo, e, para que isso se torne realidade no contexto das tecnologias de inteligência artificial, precisamos de padrões, obrigações, procedimentos, auditorias e orientações concretas e eficazes para toda a cadeia de desenvolvimento e aplicação.

Chegamos, enfim, Ministro, ao nosso quarto dia e último das audiências públicas. Discutiu-se muito tanto responsabilidade civil quanto todo um sistema de *enforcement,* de governança e de fiscalização. Em relação à responsabilidade civil, eu acho que, neste último ponto, é importante dizer que há temas talvez com maior consenso e temas também com maiores controvérsias.

Em relação à responsabilidade civil, houve uma crítica firme dos especialistas ao regime adotado pelo PL 21, de 2020, que estabelece a responsabilidade subjetiva como regime principal. Debateu-se sobre a real necessidade da futura lei de criar um regime específico de responsabilidade civil ou se bastaria aplicar o regime de responsabilidade atualmente vigente. Foi mencionada também a proposta do Parlamento europeu – e aqui menciona, inclusive, uma fala da Profa. Dora Kaufman nos primeiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

painéis mas que também dialoga muito bem com esse painel de responsabilidade civil. Ela trouxe, inclusive, o exemplo da proposta do Parlamento europeu que estabelece a responsabilidade objetiva para as aplicações de alto risco e a subjetiva com presunção de culpa para as demais aplicações.

Em relação ao sistema de *enforcement,* houve um debate importante sobre o regime de governança a ser adotado: se descentralizado pelas agências reguladoras ou centralizado eventualmente por uma agência central. Debateu-se também que, mesmo num regime descentralizado, haveria necessidade de se criar um mecanismo de coordenação, o que não foi estabelecido ainda nas propostas normativas em análise. Houve um grande debate sobre a natureza desse órgão ou entidade, bem como sobre as suas competências.

Para conclusão, de modo geral, nós vimos em todos os dias das audiências a necessidade de irmos além dos projetos atuais, de modo a trazer mais concretude, uma maior concretude na aplicação de direitos, normas e obrigações. Estamos numa fase de maior maturidade sobre os riscos reais da inteligência artificial e podemos dar um passo adiante em relação às declarações de princípios éticos que marcaram toda essa última década. A complexidade do fenômeno exige uma combinação de instrumentos regulatórios: normas concretas, normas gerais, instrumentos *ex ante* mais instrumentos *ex post,* sempre respeitando a diversidade de aplicações e de riscos de inteligência artificial.

Eu agradeço, aqui, Ministro, mais uma vez, a todos os membros da Comissão, que se engajaram tanto em todos os debates, que encaminharam as suas reflexões, e espero ter feito um balanço que esteja aí, digamos, de alguma forma de acordo com o que a maioria da Comissão pensa.

Passo a palavra para o senhor, caso também queira fazer algum tipo de complementação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Villas Bôas Cueva) – Gostaria apenas de cumprimentar a Profa. Laura pela completude, precisão, clareza e objetividade do relatório, que será colocado à disposição no *site* da Comissão para o público em geral e para que os integrantes da Comissão que eventualmente queiram fazer sugestões ou acréscimos possam diretamente encaminhá-las à Relatora, Profa. Laura, para que eventualmente haja alguma modificação no texto.

O texto realmente é muito preciso e consegue em poucas palavras sintetizar muito bem todo esse esforço que se fez aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento a todos os integrantes da Comissão pela participação, pelo empenho que tiveram ao longo das audiências públicas e, com isso, acho que podemos, então, encerrar esta reunião, que foi muito bem-sucedida para dar um retrato dos trabalhos até agora realizados com as audiências públicas.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada, então, esta sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, e ainda dos Senadores não membros Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Jean Paul Prates, Rose de Freitas, Simone Tebet e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Ministério da Saúde, em especial pela Secretaria De Atenção Especializada à Saúde (SAES), cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, que comprovem ações do órgão no sentido de prover o Sistema Único de Saúde (SUS) com Ventiladores artificiais para o atendimento a pacientes com COVID-19, como termos de referências, atas de reuniões, planilha de distribuição por unidade da federação, critérios de distribuição, entre outros." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2021** que: "Reqer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito do fornecimento de EPI, como máscaras cirúrgicas, máscaras n95, aventais, luvas descartáveis, sapatilhas, saneantes, óculos de proteção, especificando os termos de referência, editais, atas de reuniões, contratos, cópias das notas fiscais e ordens bancárias emitidas, além de eventuais orientações sobre o uso correto desses dispositivos" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito do fornecimento, pelo Ministério da Saúde, de máscaras inapropriadas para uso em estabelecimentos de saúde e quais medidas foram tomadas em relação à empresa fornecedora." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela ANVISA, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito do fornecimento, pelo Ministério da Saúde, de máscaras inapropriadas para uso em estabelecimentos de saúde e quais medidas foram tomadas em relação à empresa fornecedora." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito da falta de medicamentos no SUS para o chamado "kit intubação" e medidas adotadas pelo Ministério para suprir eventual falta." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelo Ministério da Relações Exteriores, informações e documentos sobre a viagem a Israel, entre os dias 6 e 10 de março, de Delegação brasileira chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, cópia de todos os documentos e comunicações com o Ministério da Saúde, encaminhados ou recebidos, a respeito da crise de fornecimento de oxigênio aos estados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), cópia de todos os documentos e comunicações com o Ministério da Saúde, encaminhados ou recebidos, a respeito da crise de fornecimento de oxigênio aos estados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelas empresas produtoras e fornecedoras de oxigênio hospitalar e representantes do setor, listados neste requerimento, cópia de todos os documentos e comunicações com o Ministério da Saúde, encaminhados ou recebidos, a respeito da crise de fornecimento de oxigênio aos estados" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 10 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito da crise de fornecimento de oxigênio aos estados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 11 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, informações a respeito da crise de fornecimento de oxigênio hospitalar." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 12 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, informações relativas à crise de fornecimento de oxigênio hospitalar no estado." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº 13 de 2021** que: "Requer que sejam informadas, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, quais providências foram tomadas para evitar o fechamento, e garantir a reabertura de leitos hospitalares fechados por falta de recursos humanos nos Hospitais Federais do estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 14 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhadas, pelos órgãos listados neste requerimento, cópias de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito das ações de comunicação no combate à pandemia da Covid-19, como, por exemplos, cartilhas, campanhas publicitárias em mídias digitais e físicas, atas de reuniões, etc, inclusive a discriminação dos respectivos contratos, valores gastos e demais custos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 17 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de dados obtidos na CPMI das Fake News que tenham pertinência temática com o combate à Covid-19, para serem utilizados na CPI da Pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 18 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, do Ministério da Economia, cópia de documentos referentes a negociações e aquisição de vacinas, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 19 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelo Ministério das Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores, informações e documentos sobre a adesão do Brasil ao consórcio internacional de vacinas contra a Covid-19, Covax Facility, promovido pela Organização Mundial da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelo Ministério da Saúde, em especial pelo Departamento de Logística em Saúde - DLOG, cópia de documentos referentes a negociações e aquisição de vacinas, como: Termos de referências; Editais; Atas de reuniões; Contratos; Notas fiscais; e Ordens bancárias emitidas." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 21 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, e pela sua Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações, cópia de todos os documentos referentes a negociação e aquisição de vacinas para o combate a COVID, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; e Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, e pelo Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis - DEIDT, cópia de todos os documentos referentes a negociação e aquisição de vacinas para o combate a COVID, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; e Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 23 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos - SCTIE, do Ministério da Saúde e pelo Departamento do complexo Industrial e Inovação em Saúde, cópia de todos os documentos referentes a negociação de vacinas e aquisição de vacinas para o combate a COVID-19, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; e Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 24 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos - SCTIE, do Ministério da Saúde e pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – DAF, cópia de todos os documentos referentes a negociação de vacinas e aquisição de vacinas para o combate a COVID, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; e Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos referentes a negociação de vacinas e aquisição de vacinas para o combate a COVID, como: Termos de referência para compra de vacinas; Termos de cooperação; Contratos; Convênios; Atas de reuniões; Notas técnicas; e Ofícios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados pelo Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito do fornecimento, ou não, pelo Ministério da Saúde, de seringas e agulhas para a vacinação da população contra a COVID, com termos de referência, atas de reuniões, notas fiscais, ordens bancárias emitidas e planilha de distribuição por unidade da federação, devendo ser enviado, também, eventuais pedidos de Estados que não foram atendidos pelo Ministério." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 27 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito da previsão de recursos e da fixação de despesas do orçamento de 2021 para as ações de combate à pandemia no âmbito do SUS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados, pelos órgãos listados do Ministério da Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, a respeito das providências tomadas pelo Ministério para garantir fornecimento, aos Sistema Único de Saúde (SUS), de testes de Covid-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, que relatem a necessidade de abertura de leitos (geral, de enfermaria e de UTI) para o tratamento da COVID-19, incluindo qual foi a resposta do Ministério da Saúde à solicitação." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO Nº 30 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Ministério da Saúde, em especial pela Secretaria de Atenção Especializada em Saúde (SAES), cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, acerca da habilitação e cancelamento de leitos de UTI e de enfermaria durante o período da pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO Nº 31 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Ministério da Saúde, em especial pelo Departamento de Regulação, Avaliação e Controle, informações sobre o número mensal de leitos (geral, UTI e enfermaria) disponíveis a partir de março de 2020 até o presente, e sobre quantos foram habilitados e cancelados por estado e municípios mensalmente durante o período." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO Nº 32 de 2021** que: "Requer a remessa, pela Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis, de cópias das atas de reunião, resoluções e decisões decorrentes em cumprimento à Portaria SVS nº 28, de 2 de setembro de 2020." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO Nº 33 de 2021** que: "Requer a prestação de informações e a remessa de documentos, pelo Departamento de Logística e pela Secretaria de Vigilância em Saúde, acerca dos testes de covid-19 que venceram ou chegaram perto de vencer que estavam guardados em depósito no aeroporto de GuarulhosSP." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO Nº 34 de 2021** que: "Requer a prestação de informações, pelo Fundo Nacional de Saúde, de todas as transferências de recursos financeiros repassados às unidades da federação realizadas na ação do orçamento de combate à covid-19, informando os critérios utilizados para a definição de valor por unidade da federação." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO Nº 35 de 2021** que: "Requer a prestação de informações e a remessa de documentos, por diversos órgãos e entidades, acerca produção e distribuição de cloroquina e do tratamento precoce." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO Nº 36 de 2021** que: "Requer a prestação de informações e a remessa de documentos, pela a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, acerca das ações de vigilância no mapeamento da pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 35 - REQUERIMENTO Nº 37 de 2021** que: "Requer a remessa de cópias das atas de reuniões, registros em áudio e/ou vídeo das reuniões, resoluções do Centro de Operações de Emergência Para o Novo Coronavírus, em cumprimento à Portaria nº 3.190, de 26 de novembro de 2020." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 36 - REQUERIMENTO Nº 38 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Ministério da Saúde, em especial pelo Departamento de Logística, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, que comprovem ações do órgão no sentido de prover o Sistema Único de Saúde (SUS) com Ventiladores artificiais para o atendimento a pacientes com COVID-19, como termos de referências, atas de reuniões, planilha de distribuição por unidade da federação, critérios de distribuição, contratos, cópia das notas fiscais e ordens bancárias emitidas, entre outros." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO Nº 57 de 2021** que: "Requer que seja formulado pedido oficial desta CPI para que os pesquisadores Deisy de Freitas Lima Ventura, Fernando Mussa Abujamra Aith e Rossana Rocha Reis produzam relatório atualizado acerca do mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2021** que: "Requer diversas informações e documentos listados a órgãos públicos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2021** que: "Requer a elaboração de estudos comparativos pela Consultoria do Senado Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO Nº 81 de 2021** que: "Requer ao Tribunal de Contas da União: 1) Arquivo eletrônico contendo cópia integral de todos os processos abertos para apurar desvios de recursos federais repassados a Estados, Distrito Federal e Municípios em razão da pandemia da Covid 19; 2) Arquivo eletrônico contendo cópia integral do processo aberto para apurar supostas omissões do ex-ministro Eduardo Pazuello na gestão da pandemia da Covid 19; 3) Arquivo eletrônico contendo cópia integral do relatório de auditoria produzido em razão de requerimento aprovado pela Comissão Técnica da Covid do Senado Federal." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO Nº 82 de 2021** que: "Requer Arquivo eletrônico (planilha) contendo os registros (data, local, autoridades envolvidas etc) elativos aos deslocamentos do presidente Jair Bolsonaro pelo comércio de Brasília e entorno do Distrito Federal desde 01/03/2020." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - REQUERIMENTO Nº 90 de 2021** que: "Requer o compartilhamento, com esta CPI, do inquérito civil instaurado pelo MPF destinado a apurar se houve improbidade administrativa no contrato firmado entre o Consórcio Nordeste e a empresa Hempcare." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - REQUERIMENTO Nº 92 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de informações pelo MPCE" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - REQUERIMENTO Nº 94 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de informações pelo MPF - Empresa Hempcare" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - REQUERIMENTO Nº 96 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de informações pelo MPDFT" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO Nº 98 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas informações pelo Ministério da Saúde" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO Nº 101 de 2021 que: "Requer o compartilhamento de informações pelo Departamento de Polícia Federal - DPF" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 48 - REQUERIMENTO Nº 103 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de informações pela Procuradoria da República no Distrito Federal - PRDF" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO Nº 104 de 2021** que: "Requer informações ao Instituto Butantan" **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 50 - REQUERIMENTO Nº 105 de 2021** que: "Requer documentos à Controladoria Geral da União" **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 51 - REQUERIMENTO Nº 107 de 2021** que: "Requer documentos junto à farmacêutica Pfizer" **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 52 - REQUERIMENTO Nº 110 de 2021** que: "Requer convocação do diretor-presidente da Anvisa, Sr. Antônio Barra Torres" **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 53 - REQUERIMENTO Nº 117 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Eduardo Pazuello" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 54 - REQUERIMENTO Nº 121 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Antônio Barra Torres, diretor-presidente da Anvisa." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 55 - REQUERIMENTO Nº 122 de 2021** que: "Requer que seja convocado o senhor Marcelo Queiroga." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 56 - REQUERIMENTO Nº 128 de 2021** que: "Requer a convocação do Presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - REQUERIMENTO Nº 129 de 2021** que: "Convoca o Ministro da Saúde Marcelo Queiroga, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 58 - REQUERIMENTO Nº 130 de 2021** que: "Convocação de Nelson Luiz Sperle Teich, ex-Ministro de Estado da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 59 - REQUERIMENTO Nº 131 de 2021** que: "Convocação do Luiz Henrique Mandetta, ex-Ministro de Estado da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 60 - REQUERIMENTO Nº 132 de 2021** que: "Convocação de Eduardo Pazuello, ex-Ministro de Estado da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 61 - REQUERIMENTO Nº 137 de 2021** que: "Requer o compartilhamento de dados Inquérito das Fake News, em curso no Supremo Tribunal Federal." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 138 de 2021** que: "Requer seja determinado ao PRODASEN a instituição de grupo de trabalho de TI dedicado a esta CPI, especialmente para a constituição de bancos de dados destinados a armazenar os documentos eletrônicos que serão enviados a esta comissão, para fins de acesso remoto aos membros desta Comissão." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 139 de 2021** que: "Solicita aos 26 Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de até 200 mil habitantes, o envio a esta CPI, em 15 dias, em meio magnético, de cópia integral: 1. de todas as notas de empenho (em PDF), 2. de todas as ordens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancárias (em PDF), 3. de todas as notas fiscais (em arquivo XML), 4. de todos os processos administrativos de despesa – independentemente de ter havido licitação ou dispensa ou inexigibilidade (em PDF) relativos à aplicação de TODOS os recursos federais destinados a cada um daqueles entes federados para o combate à COVID 19, incluindo, ainda: 4. os extratos bancários (em arquivo Excel) e 5. os documentos bancários de comprovação de todas os débitos e créditos ocorridos nas respectivas contas (em arquivo PDF)." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 140 de 2021** que: "Solicita às 27 Diretorias Gerias de Polícia Civil e à Diretoria Geral da Polícia Federal o envio de cópia integral (em PDF) de todos os inquéritos ou investigações em qualquer fase, relativos à aplicação de TODOS os recursos federais destinados aos Estados, DF e Municípios de até 200 mil habitantes para o combate à COVID 19, bem como de todos os bancos de dados criados pelos respectivos órgãos policiais, relativos à mesma matéria." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 141 de 2021** que: "Solicita a 27 Procuradorias Gerais de Justiça (dos Estados e do Distrito Federal) e ao Ministério Público Federal o envio, em PDF, de cópia integral de todos os inquéritos ou investigações em qualquer fase, relativos à aplicação de TODOS os recursos federais destinados aos Estados, DF e Municípios de até 200 mil habitantes para o combate à COVID 19, bem como de todos os bancos de dados criados pelos respectivos órgãos policiais, relativos à mesma matéria." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2021** que: "Solicita a cada um dos 27 Tribunais de Contas Estaduais, aos Tribunais de Contas Municipais e ao Tribunal de Contas de União o envio, em PDF, de cópia integral de todos os processos de investigações, em qualquer fase em que se encontrem, bem como de todas os relatórios de auditorias e inspeções (com seus anexos e papeis de trabalho), relativos à aplicação de TODOS os recursos federais destinados aos Estados, DF e Municípios de até 200 mil habitantes para o combate à COVID 19, bem como de todos os bancos de dados criados pelos respectivos órgãos policiais, relativos à mesma matéria" **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 143 de 2021** que: "Solicitação do envio, em PDF, de cópia integral de todos os processos de investigações, em qualquer fase em que se encontrem, bem como de todas os relatórios de auditorias e inspeções (com seus anexos e papeis de trabalho), relativos à aplicação de TODOS os recursos federais destinados aos Estados, DF e Municípios de até 200 mil habitantes para o combate à COVID 19, bem como de todos os bancos de dados criados pelos respectivos órgãos policiais, relativos à mesma matéria." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 152 de 2021** que: "Requerimento de Informações aos Prefeitos de Capitais." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 153 de 2021** que: "Requerimento de Informações ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 154 de 2021** que: "Requerimento de Informações aos Governadores de Estado e do DF." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 156 de 2021** que: "Requer informações à PGR e à PF." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 157 de 2021** que: "Requer que o Facebbok Brasil encaminhe vídeo para a CPI." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 73 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 158 de 2021 que: "Requer informações ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 174 de 2021** que: "Requer à CPMI das Fake News: conteúdo apurado durante os trabalhos no que diz respeito à pandemia." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 175 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal: conteúdo do inquérito das fake news no que diz respeito à pandemia." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 176 de 2021** que: "Convoca o presidente da ANVISA, Antônio Barra Torres, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 191 de 2021** que: "Requerimento de Informações a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sobre medicamentos, laboratórios e fabricantes." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 192 de 2021** que: "Requerimento de Informações as Prefeituras dos Municípios de Capitais, sobre protocolos e medicamentos adquiridos, dentre outras informações." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 193 de 2021** que: "Requerimento de Informações sobre vacinas ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 194 de 2021** que: "Requerimento de Informações aos Governadores de Estado e do DF sobre protocolos medicamentosos." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 81 - REQUERIMENTO Nº 195 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Luiz Henrique Mandetta, ex-Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 82 - REQUERIMENTO Nº 196 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 83 - REQUERIMENTO Nº 200 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 84 - REQUERIMENTO Nº 201 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Nelson Teich, ex-Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 85 - REQUERIMENTO Nº 217 de 2021** que: "Requer que sejam convocadas as seguintes pessoas: 1. ANTÔNIO ÉLCIO FRANCO FILHO - ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde; 2. EDUARDO PAZZUELO - Ex-Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 86 - REQUERIMENTO Nº 235 de 2021** que: "Convoca Luiz Eduardo Ramos, Ex-Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Eduardo Pazuello, Ex-Ministro da Saúde, e Rodrigo Otávio da Cruz, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 87 - REQUERIMENTO Nº 267 de 2021** que: "Requer o compartilhamento do acervo documental da CPMI FAKE NEWS na parte em que haja correlação com disseminação de notícias falsas relacionadas a pandemia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 88 - REQUERIMENTO Nº 270 de 2021** que: "Convoca Nelson Teich, ex-Ministro de Estado da Saúde." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 89 - REQUERIMENTO Nº 271 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Luiz Henrique Mandetta, ex-Ministro de Estado da Saúde." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 90 - REQUERIMENTO Nº 272 de 2021 que: "Convoca o Sr. Antônio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para prestar depoimento a esta Comissão" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 91 - REQUERIMENTO Nº 273 de 2021** que: "Convoca o sr. Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 92 - REQUERIMENTO Nº 276 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 93 - REQUERIMENTO Nº 277 de 2021** que: "Requer à Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (AM) o envio de cópia de todas as correspondências, oficios e demais comunicações que façam referência, ainda que indireta, apedidos de auxílio material ou humano, bem como de envio de suprimentos, msumos e equipamentos médicos e hospitalares, em especial oxigênio hospitalar, com as respectivas respostas do Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 94 - REQUERIMENTO Nº 278 de 2021** que: "Requisita ao Ministério da Economia cópia de contratos, convênios e demais ajustes celebrados pela União." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 95 - REQUERIMENTO Nº 279 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde que preste informações e encaminhe documentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 96 - REQUERIMENTO Nº 280 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde o envio de informações e documentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 97 - REQUERIMENTO Nº 281 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Comunicações o envio de informações e documentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 98 - REQUERIMENTO Nº 282 de 2021** que: "Requisita ao Ministério da Saúde cópia do inteiro teor dos processos administrativos concernentes à celebração de contratos de fornecimento de vacinas contra a Covid-19, bem como de seus insumos, ainda que não tenham sido concluídos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 99 - REQUERIMENTO Nº 283 de 2021** que: "Requer ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República cópia de todos os atos normativos editados pelo Governo Federal com a finalidade de regulamentar a Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, notadamente quanto às medidas restritivas previstas em seu art. 3°." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 100 - REQUERIMENTO Nº 284 de 2021** que: "Requer ao Ministro da Saúde cópia de todos os atos normativos editados pelo Governo _Federal com a finalidade de regulamentar a Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 101 - REQUERIMENTO Nº 285 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde o envio de cópia de todos os documentos, produzidos no Ministério ou sob sua guarda, que recomendem, avalizem, incentivem ou tolerem, direta ou indiretamente, , o uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19, ainda que para uso preventivo da doença ou logo após os primeiros sintomas, inclusive documentos e informações produzidas por aplicativos de informática como o TrateCov, desenvolvido pelo próprio Ministério." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 102 - REQUERIMENTO Nº 292 de 2021** que: "Requer a atualização do estudo intitulado "A linha do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19", elaborado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Universidade de São Paulo (USP) no âmbito do projeto "Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil", coordenado pelos professores Deisy de Freitas Lima Ventura, Fernando Abujamra Aith e Rossana Rocha Reis, a ser apresentado à CPI no prazo de 30 dias" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 103 - REQUERIMENTO Nº 298 de 2021** que: "Requer informações ao Tribunal de Contas da União: a) discriminação de informações orçamentárias e financeiras de recursos repassados pela União aos entes federativos; b) discriminação sobre os contratos firmados pelo Ministério da Saúde e que foram auditados pelo TCU; b) cópia de relatórios produzidos para apuração de fatos e responsabilidade em casos correlatos ao objeto desta CPI." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 104 - REQUERIMENTO Nº 299 de 2021** que: "Requer a informação ao Supremo Tribunal Federal: a) documentos enviados no inquérito instaurado pelo Procurador-Geral da República para apurar as responsabilidades no colapso da saúde em Manaus." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 105 - REQUERIMENTO Nº 300 de 2021** que: "Requer informações às Secretarias Estaduais de Saúde e à Secretaria de Saúde do Distrito Federal dados acerca de: a) Carência dos medicamentos e insumos que compõem o Kit intubação em todo o país, bem como do suprimento de oxigênio; b) Detalhamento de recursos recebidos pelas secretarias do governo federal. Incluir descrição do valor recebido, data de recebimento, ação orçamentária e status (aprovado, empenhado ou pago), e objeto executado." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 106 - REQUERIMENTO Nº 301 de 2021** que: "Requer informações à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República a respeito de propagandas, campanhas ou inserções midiáticas realizadas pelo Governo Federal em temas relacionados à pandemia do COVID-19, sua prevenção e tratamentos, : 1. O valor total despendido; 2. Sobre cada inserção, campanha ou propaganda: a. valor da contratação; b. contratante; c. mídia de veiculação (se impressa, rádio, redes sociais, etc); d. se publicidade via influenciadores digitais, incluir nome dos influenciadores; e. forma de contratação; f. data de veiculação; g. conteúdo específico, quando possível com link de acesso à íntegra do conteúdo; h. público-alvo; i. expectativa de público efetivamente alcançado; j. valor das despesas individualizadas; k. Indicar a modalidade de licitação em cada uma das contratações realizadas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 107 - REQUERIMENTO Nº 302 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde: 1. As datas de anúncios de vacinas realizadas pelo Ministério, a quantidade de vacinas anunciadas em cada oportunidade e o cumprimento da entrega das vacinas nos prazos indicados; 2. A quantidade de equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool gel, etc.) efetivamente distribuídos pelo Ministério, com a discriminação do insumo, data e destinatário da distribuição e valor gasto; 3. Sobre propagandas, campanhas, publicidade ou inserções midiáticas realizadas pelo Ministério em temas relacionados à pandemia do COVID-19, sua prevenção e tratamentos: a. valor da contratação; b. contratante; c. mídia de veiculação (se impressa, rádio, redes sociais, etc); d. se publicidade via influenciadores digitais, incluir nome dos influenciadores; e. forma de contratação; f. data de veiculação; g. conteúdo específico, quando possível com link de acesso à íntegra do conteúdo; h. público-alvo; i. expectativa de público efetivamente alcançado; j. valor das despesas individualizadas; k. Indicar a modalidade de licitação em cada uma das contratações realizadas. 4. A indicação do (s) responsável (is)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela concepção e desenvolvimento do aplicativo TrateCOV, bem como dos especialistas consultados para a curadoria dos tratamentos recomendados. 5. A disponibilização da íntegra do conteúdo do aplicativo, bem como o seu código-fonte e seus documentos preparatórios (gráficos, fluxos de informação) e a indicação do valor despendido para desenvolvimento do aplicativo; 6. A justificativa oficial do Ministério para a retirada do ar do aplicativo TrateCOV; 7. O número de acessos ao aplicativo TrateCOV, por data e localidade bem como a quantidade de diagnósticos e indicação de tratamento indicadas; 8. A discriminação de todos os dados relativos aos medicamentos adquiridos com a finalidade de auxiliar no tratamento de pacientes com suspeita de ou acometidos de Covid-19, contendo: a. nome do medicamento e de seu princípio ativo; b. fornecedor; c. quantidade adquirida; d. data de compra; e. valor de compra por medicação; f. valor total de compra; g. modalidade de licitação em cada uma das contratações realizadas. 9. A respeito dos medicamentos adquiridos, requer-se, por medicação: a. a quantidade expedida para cada ente da federação, b. a quantidade efetivamente utilizada até a presente data; c. a quantidade de medicação em estoque. 10. Os dados acerca da efetiva carência dos medicamentos e insumos que compõem o Kit intubação em todo o país, bem como do suprimento de oxigênio; 11. A discriminação dos protocolos expedidos pelo Ministério da Saude para atendimento a pacientes suspeitos de acometimento pela COVID-19, bem como a sua data e forma de sua divulgação para os profissionais de saúde; 12. A indicação do valor destinado pelo Governo Federal para o governo de Amazonas e a cidade de Manaus quando do acometimento da crise gerada pela superlotação dos hospitais em 2021. Envio com detalhamento por ação, empenho e pagamento; 13. A discriminação de todos os contratos firmados pelo Ministério para o combate à Covid-19, contendo empresa contratada, valor do contrato e discriminação do objeto do contrato. Indicar qual foi a modalidade de licitação aplicada em cada uma das contratações; 14. Plano de trabalho, em todas suas versões, formulado pelo Comitê de Operações de Emergência (criado pela portaria 188/2020) para auxiliar a aquisição de bens e serviços necessários para a atuação na situação de emergência (conforme aludido na portaria nº 188/2020 do Ministério da Saúde)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 108 - REQUERIMENTO Nº 303 de 2021** que: "Requer à Procuradoria-Geral da República: a) documentos enviados no inquérito instaurado pelo Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal para apurar as responsabilidades no colapso da saúde em Manaus." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 109 - REQUERIMENTO Nº 304 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores: 1. Relação de reuniões, eventos e outras ocasiões em que a Pasta atuou para conseguir vacinas e insumos para o país, contendo: a. Data de reunião, evento ou ocasião; b. Partícipes; c. Objeto ou ata da reunião, evento ou ocasião. 2. Acordos, doações, cooperações técnicas ou outros benefícios recebidos pelo país, intermediados pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo: a. Descrição do objeto ou benefício; b. Publicação ou formalização do acordo, doação, cooperação técnica ou outro benefício. 3. Gestão do orçamento destinado para enfrentamento à pandemia a. Detalhamento de execução da integralidade dos recursos recebidos pela ação 21C0 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) em 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 110 - REQUERIMENTO Nº 305 de 2021** que: "Requer informação ao Ministério da Economia: 1. Justificativa para a ausência de indicação de recursos para o combate à Covid-19 no Projeto de Lei Orçamentária de 2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 111 - REQUERIMENTO Nº 306 de 2021 que: "Requer ao Ministério da Defesa : 1. A discriminação de todos os dados relativos aos medicamentos adquiridos com a finalidade de auxiliar no tratamento de pacientes com suspeita de ou acometidos de Covid-19, contendo: a. nome do medicamento e de seu princípio ativo; b. fornecedor; c. quantidade adquirida; d. data de compra; e. valor de compra por medicação; f. valor total de compra; g. modalidade de licitação em cada uma das contratações realizadas. 2. Sobre compra de insumos para produção própria de medicação com a finalidade de auxiliar no tratamento de pacientes com suspeita de ou acometidos de Covid-19: a. princípio ativo; b. fornecedor; c. quantidade adquirida; d. data de compra; e. valor de compra por princípio ativo; f. valor total de compra; g. modalidade de licitação em cada uma das contratações realizadas; h. quantidade de medicação produzida a partir dos insumos. 3. Sobre produção de cloroquina ou hidroxicloroquina: a. O quantitativo de comprimidos de cloroquina 150 mg produzidos com cada quantitativo de insumo de sal difosfato adquirido; b. O quantitativo de comprimidos de cloroquina produzidos por mês em 2020; c. O quantitativo de comprimidos a serem produzidos em 2021; d. O quantitativo de comprimidos distribuídos por ente da federação, por mês; e. O quantitativo de comprimidos em estoque pelas Forças Armadas (ou por contratados para este finalidade); f. O quantitativo de comprimidos em estoque por ente da federação. 4. Sobre doação recebida de cloroquina ou hidroxicloroquina ou princípios ativos: a. a lista de doadores, nacionais ou estrangeiros; b. a data de doação; c. o quantitativo recebido, por medicação ou princípio ativo. 5. Sobre o orçamento utilizado na fabricação de remédios: a. Total do valor utilizado da ação 21C0 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) para produção de cloroquina, hidroxicloroquina ou princípios ativos; b. Detalhamento de execução da integralidade dos recursos recebidos pela ação 21C0 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) em 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 112 - REQUERIMENTO Nº 307 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Cidadania: 1. Indicação dos recursos recebidos do governo federal e os efetivamente executados usados no pagamento do auxílio emergencial até a presente data, com discriminação do valor por mês; 2. Indicação de número de beneficiários, mês a mês; 3. Indicação de valor médio de benefício mensal por indivíduo por estado da federação, mês a mês. 4. Listagem com número de fraudes ao auxílio e medidas tomadas para resolução." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 113 - REQUERIMENTO Nº 308 de 2021** que: "Requer informação à Casa Civil da Presidência da República: a) discriminação dos instrumentos normativos expedidos a respeito da pandemia no âmbito de todos os órgãos da Administração Pública Federal, contendo data, órgão responsável, ementa ou resumo e íntegra ou link de acesso ao normativo na internet;" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 114 - REQUERIMENTO Nº 340 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministra Ana Arraes, informações acerca de todos os processos, de qualquer tipo, relacionados ao Plano Especial de Acompanhamento das Ações de Combate à COVID-19 em andamento naquela Corte de Contas, mediante concessão de acesso aos autos a representante indicado por esta Comissão." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 115 - REQUERIMENTO Nº 342 de 2021** que: "Requer aditamento ao RQS 139/2021" **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/04/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas pelos administradores públicos federais, estaduais e municipais.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho elaborado pelo Relator e de requerimentos.

Questão de ordem, Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A questão de ordem, Sr. Presidente, é uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Só um minutinho.

Senador Ciro, por favor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Um pouco antes de o senhor chegar, nós estávamos discutindo com os membros da Comissão, e nós gostaríamos de fazer uma sugestão para o bom encaminhamento desta sessão de hoje. Qual é a nossa sugestão? Que nós votássemos tudo que for necessário para a realização das sessões na próxima semana, todos os requerimentos de informações, mas, no que diz respeito a plano de trabalho e convocação de outras pessoas que não serão ouvidas na próxima semana, nós gostaríamos de mais tempo em uma reunião subsequente, até porque o plano de trabalho foi entregue apenas ontem à noite. Então, nós gostaríamos de mais tempo para analisar tanto o plano de trabalho quanto os requerimentos de convocação de pessoas. Eu acho que isso seria mais inteligente e daria mais oportunidade aos Senadores de estudarem todo esse material, que será fundamental para o bom andamento da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu peço a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Marcos Rogério pediu antes; depois será V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu peço a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, porém, gostaria de deixar consignado, uma vez que o Senador Ciro mencionou a questão do plano, que esta é a previsão do art. 108, §1º: a disponibilização. Ele até mencionou a disponibilização ontem à noite, mas eu não tomei conhecimento desse plano de trabalho. Eu acho que ele não foi disponibilizado ainda. Até este momento, não há plano de trabalho.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Os requerimentos foram apensados ontem à noite; o plano de trabalho não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – O plano de trabalho eu acho que ainda não foi.

Mas, Sr. Presidente, na forma do disposto nos arts. 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal e com base no que estabelecem os seus arts. 145 e seguintes, encaminhamos a V. Exa. a presente questão de ordem para que seja estabelecida a exigência do funcionamento presencial da presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, é totalmente pacífico, tanto na doutrina como na jurisprudência, o entendimento de que o Poder Legislativo possui duas grandes funções institucionais, quais sejam, a de legislar e a de fiscalizar o funcionamento do Governo.

Para cumprir essa última missão, as Casas Legislativas contam com diversos instrumentos, como a convocação de ministros de Estado, o requerimento de informações, a possibilidade de sustação de atos normativos exorbitantes, o trabalho de suas Comissões de fiscalização e controle, entre outros. Entretanto, nenhum desses instrumentos é mais forte do que a realização do inquérito parlamentar, por intermédio das CPIs.

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, no Mandado de Segurança nº 24.831, julgado em 22 de junho de 2005, cujo Relator foi o Ministro Celso de Mello, o Parlamento recebeu dos cidadãos não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas também o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes do Estado, respeitados, nesse processo de fiscalização, os limites materiais e as exigências formais estabelecidas pela Constituição Federal. O direito de investigar, que a Constituição da República atribuiu ao Congresso Nacional e às Casas que o compõem – art. 58, §3º –, tem, no inquérito parlamentar, o instrumento mais expressivo de concretização desse relevantíssimo encargo constitucional, que traduz atribuição inerente à própria essência da instituição parlamentar.

Nesse mesmo sentido e em diversos outros, como no caso dos MS 24.849, 26.441 e 37.760, este último que determinou a instalação da presente CPI, o Excelso Pretório deixou muito clara a obrigação de as Casas Legislativas darem andamento ao inquérito parlamentar, quando atendidos os requisitos constitucionais para tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, dar andamento ao inquérito parlamentar não pode, em hipótese alguma, ser entendido como uma questão formal, ou seja, não se pode admitir que a Casa Legislativa instale uma CPI sem que esse Colegiado tenha condições para o seu funcionamento, em verdadeira fraude ao texto constitucional. Citando novamente o Ministro Celso de Mello, em seu voto na Medida Cautelar nº 33.663, as Comissões Parlamentares de Inquérito, que atuam no Parlamento, devem dispor, na condução do procedimento investigatório, de todos os meios necessários e pertinentes à colimação de seus objetivos. Entre esses meios, destaca-se, sem dúvida, o poder de tomar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, de ouvir indiciados e de inquirir testemunhas sob compromisso, bem como de realizar acareações. E, deve-se ressaltar, de realizar muitas dessas atividades em sessões secretas, quando o tema ou a conveniência da investigação assim o exigir.

Ora, todas essas providências são comprometidas, se não inviabilizadas, se a CPI não funcionar de forma presencial. Efetivamente, a oitiva e eventual acareação de testemunhas e de indiciados não se limitam à atividade de ouvi-los da forma que acharem mais conveniente. O procedimento demanda cuidados especiais. Impõe-se que seja assegurado que sejam ouvidos sem qualquer forma de ameaça e coação e que, nesse procedimento, não sejam instruídos e orientados, salvo nos casos assegurados pelas normas de processo penal. Ademais, é fundamental que haja a necessária interação entre interrogado e interrogando, que permita avaliar, corretamente, as reações e o comportamento do primeiro.

Tudo isso fica absolutamente comprometido se não se realizar de forma presencial. Além disso, não se pode admitir que as inquirições sejam interrompidas ou até encerradas por falhas de comunicação, tão características de sua realização de forma remota, por mais avançados que sejam os recursos tecnológicos. E essa questão é ainda mais grave quando se constata que, por serem rotineiras nesse tipo de procedimento, não se pode assegurar se as falhas são reais ou fictícias, fornecendo poderosos instrumentos para que os inquiridos se livrem de responder sobre pontos indesejados.

Isso sem considerar a necessidade de sigilo de alguns depoimentos, bem como da separação de testemunhas. Não há como, sem ser leviano, assegurar que depoimentos desse tipo não acabem sendo vazados, por mais que se busquem garantias tecnológicas.

Esses problemas existem, mesmo na interação entre os Senadores da CPI, fundamental para o bom andamento dos trabalhos, que fica extremamente prejudicada se não for presencial. Ou seja, tudo conduz à impossibilidade da realização da CPI de forma não presencial, se se deseja que ela atinja verdadeiramente seus objetivos.

Não é por outra razão, Sr. Presidente, que a Casa suspendeu o funcionamento de outras CPIs durante a pandemia e que o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, estava aguardando o momento sanitário mais adequado para promover a devida instalação deste Colegiado. Conforme lembrou S. Exa. para os veículos de imprensa à época, o momento não era de "fazer funcionar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma Comissão que exija a presença física, para exame de prova, para elaboração de laudos periciais, exames de documentos, inquirição de pessoas, incomunicabilidade de testemunhas. São requisitos de uma CPI que exigem que a CPI seja presencial". Entretanto, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal, o Presidente registrou que "obviamente decisão judicial se cumpre, e eu vou cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal, porque tenho responsabilidade institucional e cívica, mas será o único órgão a funcionar presencialmente no Senado Federal".

Assim, realizar a CPI, de forma não presencial, será fazer um simulacro de inquérito parlamentar, equiparado a não a instalá-la, o que o Supremo Tribunal Federal decidiu ser inconstitucional.

Impõe-se, dessa forma, se se quer que a CPI exista para cumprir a sua missão constitucional, que ela funcione presencialmente, ou estaremos cometendo uma fraude com o povo brasileiro.

É a presente questão de ordem que apresento para deliberação de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para contraditar, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para toda questão de ordem eu vou estabelecer um tempo mínimo, para que não pareça para quem está nos vendo, neste momento, que a gente está querendo protelar ou não fazer a CPI. É um direito fazer questão de ordem, mas vamos estabelecer um tempo mínimo de três minutos para questão de ordem. Então, toda vez em que se for ler, que se fizer já uma questão de ordem lendo, que se estabeleçam três minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas serão três minutos, aqui na CPI.

O ordenamento da CPI, a forma como ela vai funcionar cabe a mim, como Presidente, fazê-lo.

Só um minutinho.

Senador Rogério Carvalho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Presidente e todos os colegas Senadores.

A primeira questão, Presidente, é que hoje só há uma situação em que se questiona o trabalho remoto da Justiça brasileira que é audiência de custódia. Portanto, todo o resto da Justiça brasileira tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionado de maneira remota. Portanto, esses argumentos, no momento de pandemia e no momento extraordinário que vivemos, não se sustentam. Ademais, é importante dizer que esta CPI foi a garantia do direito da Minoria de exercer a sua função plena parlamentar e foi concedida por uma decisão da Corte Suprema do Brasil, da Corte Constitucional do Brasil. Portanto, não se sustentam o requerimento e a questão de ordem do colega Senador Marcos Rogério, por quem eu nutro um grande respeito e admiração.

Por fim, Sr. Presidente, nós estamos funcionando de forma semipresencial. A manipulação de provas, em tempos de tecnologia, basicamente se dá por meios eletrônicos, e não em meios físicos. É possível, com toda a tecnologia, a gente fazer acareações, audiências públicas, reuniões secretas, tudo o que a gente precisar de forma presencial, semipresencial ou remota. A tecnologia nos permite isso em tempos extraordinários, que é o que nós estamos vivendo.

Por fim, eu quero só lembrar que, depois de indicado o Relator, na sessão inicial da instalação da CPI, ele anunciou que, na sessão seguinte, seriam apresentados requerimentos de convocação. Portanto, nós temos aqui todas as condições para apreciarmos requerimentos de convocação, porque, em tempo, foi anunciado, e esse anúncio foi feito pelo próprio Relator, já apontando qual seria a pauta previsível de hoje que estamos aqui para discutir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci e, depois, Senador Randolfe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só quero lembrar que essa matéria foi discutida em Plenário. O Senador José Serra fez uma nota técnica, a Senadora Mara Gabrilli colocou a nota técnica claramente e foi decidido que na CPI pode ser feito virtualmente. É só para lembrar dessa sessão em que foi questionada essa questão de ordem do Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Izalci, por nos lembrar dessa sessão.

Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para corroborar os argumentos dos colegas Izalci e Rogério Carvalho.

Em primeiro lugar, Presidente, há o funcionamento de audiências – inclusive de audiências de inquérito e de investigação, audiências de custódia –, que, em tempos de pandemia, é regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, Resolução 314. Quero, *ipsis litteris,* fazer a leitura para o Sr. Presidente e demais colegas. O uso da videoconferência como modalidade válida de realização de procedimentos criminais foi regulamentado por essa resolução. De acordo com essa decisão do CNJ, as audiências e os atos em processos penais e de execução penal – fala-se de processos penais e de execução penal – deverão ocorrer em tempo real, permitindo a interação entre o magistrado e as partes, e pelo instrumento da videoconferência.

Corrobora isso a circunstância do tempo de pandemia que vivemos. Foi por isso que, ainda no início da pandemia, no ano passado, o então Presidente em exercício Antonio Anastasia, depois referendado pelo Presidente Davi Alcolumbre, inclusive do mesmo partido de S. Exa. o Senador Marcos Rogério, estabeleceu o Ato da Mesa Diretora n° 7, instituindo o sistema de funcionamento remoto do Congresso Nacional. Isso foi corroborado também, à época, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia. Tanto é assim que nós já alteramos, inclusive, a Constituição, já fizemos emendas à Constituição através do sistema remoto.

No mais, a resolução é um ato do Presidente Rodrigo Pacheco, Presidente desta Casa, inclusive liberado, eminente colega Marcos Rogério, para o funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito. No seu art. 2°, diz: "A CPI da Pandemia reunir-se-á nas dependências do Senado Federal, em sistema semipresencial, para sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente [...]". Fala-se aqui em sistema semipresencial inclusive para a eleição.

Além do mais, Presidente, o senhor tem o art. 89 do Regimento, para ordenar e dirigir os trabalhos desta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite apenas uma ponderação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não vou esticar esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, lógico, até porque eu não vou permitir esticar, senão fica muito... As pessoas não estão entendendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério com a palavra por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa.

São duas pequenas e brevíssimas ponderações, Sr. Presidente.

A primeira é em relação ao tempo da questão de ordem: o 403 estabelece o tempo de cinco minutos. Mas, em relação a esse ponto que o Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. usou muito mais do que cinco minutos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, agradeço, só estou lembrando o que diz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. se apega, quando é favorável à posição de V. Exa., aos cinco minutos. Está certo, é verdade, o artigo diz isso. V. Exa. usou muito mais, e eu não cortei a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, e eu agradeço a V. Exa. pela tolerância. Apenas em relação à questão da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não enxergo uma questão nisso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque foram estabelecidos três minutos como padrão, e o Regimento diz cinco.

Em relação à questão da reunião da instalação e eleição, o ato da Presidência foi específico para essa finalidade. O que eu estou questionando aqui são os depoimentos de testemunhas, de convidados desta Comissão pelo sistema remoto.

Em relação à questão dos Senadores, mesmo quando você tem o sistema presencial, não é obrigatória a permanência aqui. Tem que ter dois Senadores para se tomar o depoimento de alguém.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu só estou... A questão de ordem é em relação à oitiva de testemunhas, de depoentes por videoconferência. É isso. O apelo que estou fazendo na questão de ordem é que se faça presencialmente em relação a esses depoimentos e não em relação aos Senadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, se V. Exa. me permitir, eu queria tentar colaborar com o melhor ordenamento dos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito democrática, regimental, plural. Todos nós nos conhecemos e nos respeitamos, mas nós estamos diante de uma evidente obstrução. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito era para ter sido instalada em fevereiro. Os senhores não quiseram a instalação; nem o Governo – não quiseram. Nós tivemos que conquistar a instalação no Supremo Tribunal Federal, ou seja, até para começar nossos trabalhos...

Hoje nós chegaremos a 400 mil mortos! Antes de qualquer coisa, nós temos que saber o que é que nós podemos fazer, esta Comissão Parlamentar de Inquérito pode fazer para que a gente atrase esse calendário. Isso é de uma falta de sensibilidade! Querer discutir como vai ser um depoimento que só acontecerá na terça-feira, fazendo com que nós percamos tempo dessa forma? Isso não vai dar bem.

Eu já conheci – e estou aqui há muitos anos no Congresso – muitas tropas de choque, mas essa é a primeira que recorre ao Supremo Tribunal Federal numa questão já decidida e é a primeira que recebe, por meio eletrônico, requerimento feito pelo Governo para registrar aqui, ou seja, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Isso nunca deu certo em lugar nenhum. Então, nós vamos nos respeitar, mas deixe a Comissão trabalhar, deixe a Comissão cumprir o seu papel. Nós não temos como continuar desta forma: atrasando, atrasando, atrasando, atrasando. A sociedade quer esta CPI. Todas as pesquisas de opinião pública realizadas demonstram isso.

O próprio Governo que os senhores representam apresentou 23 questões e, a partir daí, colocou 23 itens obrigatórios. Então, nós temos um roteiro já estabelecido não pela Comissão, não apenas pelo requerimento, mas pelas questões que foram postas pelo Governo.

Num telefonema ao Senador Kajuru, o Presidente da República disse, em alto e bom som e em português claro, que precisava dispersar o foco da CPI, precisava investigar Estados e Municípios, porque senão um relator qualquer iria apresentar um relatório contra ele. Ora, não há segredo nisso, absolutamente nenhum segredo – nenhum segredo.

Os senhores levantam suspeição a cada dia, até a suspeição na primeira instância de um procedimento do Presidente desta Comissão. Não tem nada a ver. O que é que tem a Justiça com a Comissão Parlamentar de Inquérito? Nós não temos jurisdição com a Justiça; nenhuma, absolutamente!

Aqui nós vamos caminhar democraticamente pela maioria, mas vamos caminhar dessa forma. Nada vai obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos os colegas!

Eu quero primeiramente ressaltar o equilíbrio que nós tivemos na primeira sessão aqui, o respeito entre os colegas. Isso acho que eleva o nível, a harmonia num momento tão sério da nossa Nação.

Eu queria responder ao Senador Renan Calheiros, com todo o respeito a ele... Ele não respondeu à questão de ordem do nosso colega Marcos Rogério, que é uma questão, no meu modo de entender, nada de procrastinar, absolutamente. É legítima. Até porque eu não entendo como é que se faz uma acareação tecnologicamente. Vai que o sinal na hora cai, na hora de uma resposta importante! A gente sabe como é que funciona um inquérito. Então, tem certas situações que não tem realmente de como você fugir. Essa é uma questão óbvia.

Sobre a questão do mandado de segurança, Senador Renan, é um direito que cabe, independente de... Olha, o povo brasileiro está com a atenção... Tem razão. O povo brasileiro está olhando aqui cada um de nós, o que é que cada um de nós vai fazer, qual é a intenção de cada um de nós aqui com esse trabalho. E nós temos que ter muita responsabilidade com o País neste momento. O mandado de segurança foi legítimo, foi buscar, da mesma forma que esta CPI veio através da Justiça, mandando fazer o Supremo Tribunal... O povo brasileiro que é contra o Governo e o povo brasileiro que é favor do Governo acha que existe um conflito de interesse do senhor. A gente recebe isso. O povo brasileiro dos dois lados acha que existe um conflito de interesse, com todo o respeito, porque o senhor tem um filho que é Governador. Não tem como fazer meio relatório. Se fosse possível, tudo bem! Mas não tem como fazer meio relatório.

Então, assim, só para a gente procurar ter o respeito nesta Comissão, que eu acho bacana, todos nós aqui temos qualidades, temos virtudes. E a gente, poxa... Vamos fazer uma coisa não... A forma democrática, como o senhor falou, eu não vejo isso. Foi combinado um plano de trabalho entre os sete. Todas as reuniões são feitas entre os sete: vamos lá, vamos jogar. A gente, poxa, tem que ser ouvido. Nunca nós somos ouvidos para fazer um trabalho aqui independente, um trabalho sério.

Então, quero apoiar a questão de ordem do Senador Marcos Rogério. Eu acho importante que a gente possa ver tecnicamente como é que pode funcionar daqui para a frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E vamos credenciar a Dra. Thaís, viu, Presidente? Não nos esqueçamos de credenciar a Dra. Thaís...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe eu explicar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão, eu tive uma reunião ontem à noite com o Vice-Presidente, Senador Randolfe, e com o Relator, Senador Renan Calheiros, e, até aquela hora, já tinha mais de 200 requerimentos. Já eram 11h. E hoje de manhã chegamos a 288 requerimentos até o momento em que saí do meu gabinete até aqui. Então, não foi feita uma reunião de sete Senadores. O Senador Otto está na Bahia, o Senador Humberto está em Pernambuco, o Senador Tasso viajou no mesmo dia. Só tinha nós três, não tinha mais nenhum Senador que estivesse fazendo... Até porque eu tinha dado um prazo até o meio-dia de ontem para que houvesse a colaboração dos outros Senadores. Então, o plano de trabalho não tem muito segredo, vocês vão analisar. E o Senador Ciro colocou uma coisa pertinente: quer dar uma olhada antes para poder contribuir mais ainda, que é o importante para a gente.

Em relação ao Senador Marcos Rogério, é um direito regimental pedir para a gente suspender. Veja bem, a CPI... Eu fui muito claro na minha posição. Minha posição – e isto eu deixei claro, Senador Eduardo Girão – é de que eu não gosto de interferência e não aceito interferência de outro Poder em relação ao Senado, mas, a partir do momento em que o Presidente do Senado acatou a decisão, cumpre a nós fazermos. Nisso eu me posicionei dentro do grupo de Senadores. Eu disse: "Olha, eu não acho, não acho justo".

Então, veja bem, em momento algum, eu achei que uma decisão do Supremo obrigando a gente a fazer alguma coisa aqui no Senado seja justa, nem para formação da CPI e nem para tirar um Senador, alguma coisa. Eu não acho isso. Eu acho que nós temos que decidir os nossos problemas aqui dentro do Senado. Essa é a primeira questão.

Em relação à questão de ordem do Senador Marcos Rogério, que é regimental, que é um direito dele, nós já tínhamos discutido isso. Nós dissemos: "Hoje nós vamos aprovar o plano de trabalho e os depoentes, ou convidados, ou testemunhas, para que a gente inicie na terça-feira, dia 3, para ouvir essas pessoas". Então, essa é uma pauta que já está definida. Vai ser semipresencial? Vai, vai ser semipresencial.

Agora, se eu fosse convidado ou chamado e tivesse que dar uma solução, este é o melhor espaço para a pessoa falar, para poder se defender ou para contribuir com o Brasil. Não há espaço maior. Uma pessoa que é acusada de um fato pode vir aqui e aquela versão que está sendo dada ser desmentida aqui dentro da CPI por ela mesma. É um espaço que não é para prejulgar ninguém. Eu não concordo com o prejulgamento. Não entro nesse discurso. Eu quero aqui fazer um trabalho respeitando os meus colegas. Todos são iguais aqui. Ninguém é melhor do que ninguém aqui dentro.

Então, nós vamos continuar com o trabalho.

A Mesa, neste momento, não acata essa sua questão de ordem. Eu peço, Senador Marcos Rogério, que contribua para a gente poder trabalhar. Nós temos uma boa relação. Eu quero fazer um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bom trabalho e tenha de mim a certeza de que a gente vai ser o maior equilíbrio aqui para a gente fazer o melhor no Brasil. E eu tenho certeza de que V. Exa. quer a mesma coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Senador Omar, Presidente, o testemunho de V. Exa. é verdadeiro e é recíproco, da minha parte, o respeito que tenho por V. Exa. nessa relação sempre muito franca e respeitosa, desde a nossa atuação na CAE.

O que V. Exa. mencionou em relação à decisão do Supremo no grupo de Senadores é verdadeiro, e eu vi a posição de V. Exa. Apenas esposei aqui minha preocupação em relação aos depoimentos, porque V. Exa. já disse na sessão anterior que o Presidente, o Vice e o Relator estarão presencialmente aqui – eu também quero fazer o esforço para estar presencialmente aqui em todas as reuniões. Com relação aos convidados, aos inquiridos é que apresentei essa questão de ordem com a preocupação de que a gente estivesse presencialmente. Acho que é o modelo correto, acho que é o modelo recomendável, mas a decisão de V. Exa. está tomada e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...vamos à frente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu agradeço.

Eu vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora, eu queria, Sr. Presidente, que nós retomássemos a partir da sugestão que fizemos na reunião anterior, sem prejuízo do plano que apresentaremos, que especificará as etapas da investigação na forma do fato determinado no requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu gostaria de propor, inicialmente, alguns requerimentos de informação – passarei a lê-los – e alguns requerimentos de convocação, especificamente os dos quatro últimos Ministros da Saúde – os três ex-Ministros que exerceram o cargo durante a pandemia e o atual Ministro da Saúde.

Eu submeterei também à consideração de V. Exa. a convocação do Presidente da Anvisa e a do ex-Secretário de Comunicação do Governo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Com esse aí eu não vou concordar, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos votar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu não concordo com que ele seja votado hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos fazer o seguinte...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... porque o Regimento não permite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já havia sido anunciado na última reunião.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não foi colocado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... no sistema, e o sistema exige 48 horas, Senador Renan.

Eu gostaria, Senador Renan... Eu não quero insistir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer só um acordo aqui.

É só um minutinho, Ciro! Desculpa, Senador Ciro!

Na terça-feira, vamos ouvir o Ministro Mandetta...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e o Ministro Teich. Na quarta-feira, iremos ouvir o Ministro Pazuello, o ex-Ministro Pazuello. Na quinta-feira, iremos ouvir o atual Ministro Queiroga e o Presidente da Anvisa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 10... Nós votaremos, nesta semana, a convocação para os dias 10, 11 e 12. Nós iremos fazer reuniões na terça, na quarta, na quinta e, talvez, na sexta-feira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O número de pedidos em relação aos requerimentos que foram protocolados pelos Srs. Senadores é de quase 300. Eu quero sistematizar, para que, na semana que vem, a gente possa... Há muitos pedidos dos Srs. Senadores que são parecidos. Há o mesmo pedido para convocar o Ministro Pazuello, há o mesmo pedido de informação para Estados e Municípios. Às vezes, um pede "até 200 mil habitantes"; outro, "500 mil". São coisas em que podemos chegar a um acordo sem muita discussão, para dar celeridade ao trabalho. É essa a proposta que eu quero fazer aos Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, se me permite uma tentativa de contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu acho que é assim: quanto a ouvir os ex-Ministros, obviamente toda a Comissão está de acordo em ouvi-los, numa ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cronológica.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... cronológica, sem qualquer resistência.

Com relação a outras autoridades, há requerimentos, e nós vamos votar.

Eu apresentei vários requerimentos também convocando Governadores e outras autoridades.

O que eu proporia aqui era que a gente buscasse, para ficar algo equilibrado, colocar um convocado que é fruto da sugestão do Relator ou dos Parlamentares que são de oposição, alternando com convocações que estão sendo sugeridas também pelas bancadas mais ligadas ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a semana que vem é unânime. Vamos fechar a semana que vem...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É o que eu sugeri no início, Sr. Presidente. Eu fiz essa sugestão, conversando aqui com o Senador Randolfe e com os demais membros. Vamos fechar a pauta da próxima semana, de acordo com a sugestão do Relator, com os Ministros e com o Presidente da Anvisa.

Na próxima semana, nós, respeitando o Regimento, analisaremos o plano de trabalho e as demais convocações. Podemos hoje aprovar todos os requerimentos de informação, eu não tenho o menor problema. Agora, no que diz respeito à convocação de pessoas, até também respeitando a ideia do Senador Marcos Rogério, nós temos que intercalar, até respeitando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Intercalar não. Nós temos que apreciar cada nome.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apreciar. Aqui só virá quem for convocado por maioria, é a regra. Eu não posso fazer acordo para convocar...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Renan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ninguém em detrimento da verdade que se quer numa comissão parlamentar de inquérito.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Renan, não vai ser convocado ninguém que não seja aprovado. Isso é lógico. Isso é óbvio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Então, não dá para fazer acordo político.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ninguém está fazendo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Srs. Senadores...

Prazer, Senadora Leila, tê-la aqui presente com a gente.

Senadora Leila, do Distrito Federal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos! Saúdo o também o Vice Randolfe e o Relator, Senador Renan.

Todos sabem que eu não sou membro desta Comissão, mas eu estou aqui representando o PSB, como Líder, e também a Bancada Feminina, que, desde a última sessão, já se pronunciou a respeito da sua participação. Então, estaremos aqui presentes nas reuniões presenciais na medida do possível, claro, para não criarmos aglomerações. E eu vim participar e acompanhar a discussão a respeito do plano de trabalho, depois eu gostaria de me pronunciar, Sr. Presidente.

Obrigada pela saudação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem Senadores pedindo...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu acho que vocês poderiam votar os requerimentos e, no segundo momento, se reunirem para fazer a alternância, estipular quem viria primeiro e, depois, fazer esse trabalho de alternância. Eu acho que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não há... Só quero deixar claro para todos os Senadores: todos os requerimentos dos Senadores serão apreciados. Veja bem, ninguém faz um requerimento sem ter um objetivo de contribuir com a investigação, seja quem quer que seja. Nós não vamos aqui fazer o seguinte: "Não vou convocar ou convidar fulano porque...". Não, não tem isso! Seja ministro, seja assessor, seja Governador, seja Prefeito, seja secretário, seja quem quer que seja, presidente de empresa, o dono da Pfizer, sei lá... Nós temos que acabar... Senão parece que a gente está fazendo o seguinte: "Cirurgicamente, vamos aqui só chamar alguém que vai falar mal do Presidente ou do...". Não será isso! Não vai ser isso! A CPI vai ter transparência e vai ser técnica. Cada um tem sua opinião. Eu não creio que um Senador vai se prestar a fazer um requerimento só para protelar as coisas.

Então, Senador Marcos Rogério, Senador Girão, Senador Jorginho, Senador Ciro, Senadora Leila, Senador Izalci, Senador Rogério Carvalho e Senadores que estão nos vendo neste momento, não é uma CPI cirúrgica, é uma CPI plena. Está bom? Não é cirúrgica. Eu não me permito... Eu não tenho aqui nada a proteger A, B ou C. Só que a gente vai ter equilíbrio. As pessoas ficam dizendo: "Vai convocar fulano?". Espera aí, calma. Não é assim. A gente também não pode expor uma pessoa aqui pelo simples fato de que não gosta da pessoa, não vai ser isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar logo o requerimento? E eu quero passar a palavra depois para a Senadora Zenaide e para o Senador Jean Paul, que estão nos vendo neste momento.

Só um minutinho? Em respeito aos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Está disponível o plano de trabalho? Só para me informar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu passo a palavra em um minutinho.

Senadora Zenaide Maia, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Vamos votar os requerimentos também.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Só um instantinho, porque senão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu queria falar sobre as questões de ordem que eu ouvi aí.

Eu não tenho dúvida de que esta CPI... E o que realmente o povo brasileiro quer saber é quem são os responsáveis por 400 mil mortes. E vão investigar, como falou agora o Senador Omar e o Senador Renan Calheiros. A população brasileira quer saber isto: quem é responsável por deixar faltarem vacinas, por não ter uma publicidade educando o povo para se prevenir quanto à Covid-19, por deixar faltar oxigênio. É isso a essência do que o povo brasileiro realmente quer. E eu não tenho dúvida de que nesta CPI, administrada por todos aí, os 11, nós vamos descobrir. E a população está vendo isso, não está querendo nada além disso, seja quem for esse responsável. Eu não tenho dúvida de que os 11 componentes... E eu, como a Senadora Leila, a gente vai continuar acompanhando. É importante isso. Aqui... Como o Senador Omar Aziz falou, a gente está aqui em nome da quantidade de 400 mil pessoas que morreram, e muitos de morte evitável, porque deixaram faltar oxigênio, porque deixaram faltar o *kit* intubação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente e Sr. Relator, aproveito para cumprimentá-los, pela primeira vez aqui, pela Liderança da Minoria – farei como a Senadora Leila: participarei regularmente como Liderança da Minoria aqui na CPI, sempre que possível presencialmente –, mas, ao cumprimentá-los pelo início dos trabalhos, queria salientar, em uma época agora de discussão do plano de trabalho, a importância de que a CPI trabalhe tanto sobre o que aconteceu quanto sobre o que acontece agora, neste momento, em relação ao combate da pandemia. Por que digo isso? Porque vejo uma preocupação em se trazer a linha cronológica, a metodologia essencialmente cronológica, de pegar do passado até hoje. E uma das razões pelas quais nós defendemos que a CPI fosse instalada neste momento, ainda no curso da pandemia, é justamente a possibilidade que ela tem de mudar o curso de algumas metodologias, de alguns hábitos, de alguns protocolos e de alguns acontecimentos, que estão acontecendo agora e, provavelmente, estão levando pessoas à morte.

Neste momento, enquanto estamos discutindo o plano de trabalho, quero ressaltar que ontem o Ministério da Saúde achou – achou! – num aeroporto, não sei onde aí, 100 mil doses da vacina CoronaVac. O Ministério da Saúde "achou"! Esse é um fato, para dar um exemplo, de coisas que nós temos que arrumar tempo no plano de trabalho, sempre reservar um pedaço das reuniões para discutir o presente, o que a gente ainda pode mudar; não o que já aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ao Senador Renan, como Relator, ao definir o plano de trabalho, e ao Presidente, ao definir a forma de atuar das nossas sessões, peço que reservem sempre um tempo para as coisas atuais, as coisas que estão acontecendo na mesma hora e que, dependendo do esclarecimento e da discussão que nós tenhamos, podem ainda ser corrigidas.

Outro exemplo: estamos neste momento, Senador Omar, com falta absoluta de medicamentos para intubação. Todos aqui sabem disso. Mas a situação é crítica, porque as entidades de saúde, as unidades de saúde, tanto públicas, quanto privadas, quanto filantrópicas, todas elas, não têm condição mais de comprar medicamentos. Isso é uma coisa que foi interrompida, porque o Governo Federal, o Ministério da Saúde, requisitou dos fornecedores, diretamente dos fornecedores de quem eles compravam, toda a sua produção, centralizou a distribuição, e não está dando conta de distribuir isso de forma conveniente.

Nós temos aqui cidades como Mossoró, no Rio Grande do Norte, que estão à beira do colapso. Pessoas estão intubadas e vão se despertar sem remédios, sem anestésicos. Imagine a situação de uma sala com 60 leitos, com 60 pessoas despertando com um respirador, um tubo na garganta, por falta de remédios, porque as entidades – repito – privadas, filantrópicas, públicas não estão conseguindo comprar os medicamentos diretamente de seus habituais fornecedores, com quem eles têm contratos regulares.

Para isso, tem que ser aberto espaço. Meu ponto é este: durante os trabalhos da CPI, todos os dias eu farei esse mantra: tem que haver nem que seja meia hora de discussão sobre o presente, sobre o que a CPI ainda pode fazer para salvar vidas. Precisamos introduzir isso não só no plano de trabalho, como na metodologia e na pauta das agendas das reuniões, toda vez que nos reunimos, falar do presente, falar do que ainda pode ser mudado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean Paul, na última reunião da CPI, na terça-feira, aqui todos concordaram com uma coisa: várias CPIs já foram feitas, e geralmente, CPI onde tem desvio de recurso, desvio de função, quando se inicia a CPI ou se inicia uma investigação do Ministério Público, cessa. As pessoas fogem, uma não conversa com a outra e tal. Cessam os desvios que estão tendo ali, pelo medo do que pode acontecer. Diferentemente, a CPI da Covid não vai cessar o vírus de infectar as pessoas. Então, nós estamos conscientes de que, ao mesmo tempo em que vamos investigar, também vamos procurar fazer propostas, proposituras, para que a gente possa ter vacina, ter remédio, ter EPIs. Isso já foi dito aqui por todos os Senadores, que também concordam com o que V. Exa. colocou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É unânime aqui dos Senadores que não basta a gente estar aqui investigando, mas também tentando melhorar o atendimento e diminuir o número de óbitos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Perfeito. Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar em votação...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, eu gostaria já de colocar a nossa demanda para analisar esse aspecto dos medicamentos para a intubação, e da centralização feita pelo Ministério da Saúde, porque o Governo do Rio Grande do Norte e as cidades que estão envolvidas nesse desespero estão oficiando o Ministério da Saúde, sem resposta condizente. Então, se o Ministério resolveu centralizar a distribuição desses medicamentos, que ele dê satisfação, dê resposta aos Governos locais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Senador Jean Paul, nós estamos em uma votação agora.

Eu vou passar a palavra ao Relator, para que a gente veja os requerimentos, agora.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, voltando ao que fizemos aqui anteriormente, na reunião da semana passada, eu encareço que V. Exa. submeta à apreciação os seguintes requerimentos de informação. Nós estamos solicitando o inteiro teor dos processos administrativos de contratações e das demais tratativas relacionadas às aquisições de vacina e insumos, no âmbito do Ministério da Saúde. Igualmente estamos requisitando toda...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – V. Exa. poderia só citar os números dos requerimentos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente citará na hora de apreciar. Se V. Exa. puder simplificar em favor de uma maior produtividade...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É porque são 280. À medida em que V. Exa. coloca o número, a gente sabe qual é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está equivocado, não são 280...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se puder atender. Se não, eu faço questão depois e pergunto ao Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sem problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque interrompe.

Igualmente estamos requisitando toda regulamentação feita pelo Governo Federal no âmbito da Lei 13.979, que trata das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, especialmente sobre temas como isolamento social, quarentena e proteção de coletividade.

Solicitamos também todos os registros de ações e documentos do Governo Federal relacionados a medicamentos sem eficácia comprovada, tratamentos precoces, inclusive indicados em aplicativos como TrateCov, plataforma desenvolvida pelo Ministério da Saúde.

Estamos requerendo também todos os documentos e atos normativos requerentes a estratégias e campanhas de comunicação do Governo Federal e do Ministério da Saúde em particular, além dos gastos associados.

Pedimos também, Presidente, além disso, documentos e informações sobre planejamento e critérios de definição dos recursos para o combate à Covid e sua distribuição entre os entes subnacionais, além da suplementação orçamentária, obviamente.

Estamos requerendo também todos os contratos, convênios e demais ajustes da União que resultaram em transferências de recursos orçamentários para Estados e capitais, inicialmente. E, no caso emblemático do caos de saúde pública no Estado do Amazonas, estamos solicitando que as autoridades sanitárias de Manaus, da prefeitura e do Governo, encaminhem todos os pedidos de auxílio e de envio de suprimentos hospitalares, em especial oxigênio, além das respostas do Executivo federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, há um equívoco aqui nesse requerimento. Esse requerimento tem que ser encaminhado à Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas, porque a Secretaria Municipal de Manaus é atenção básica, ela não tem nenhum hospital, não tem absolutamente nada com urgência e emergência, que é tudo de responsabilidade do Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. O requerimento está...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que você pede aqui são os esforços e tal, o oxigênio... Isso não foi tratado com o Município, foi tratado com o Estado. Eu só quero que mude aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há problema. Eu estou pedindo das autoridades de Manaus, não estou pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Secretaria Municipal de Saúde de Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, se me permite... Sr. Relator, só...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Dez segundos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Relator, por favor...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Até por economia processual, por que nós não aprovamos todos os requerimentos de informação? Para que ficar citando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque os requerimentos de informação terão que ter um parecer de cada um e votados, têm que ser aprovados pela maioria. Claro!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Requerimento de informação, Sr. Relator...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Requerimento de informação, Sr. Relator?!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não vamos transformar esta Comissão Parlamentar de Inquérito numa batalha eleitoral, política.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O que é que tem a ver isso, Senador?!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se alguns dos senhores têm problemas a ajustar nos seus Estados...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quem está mostrando que tem problema para ajustar é o senhor, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... precisa ter fato determinado para isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem fato determinado...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Todos têm fato determinado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai ser assim. Nós queremos investigar...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor está com medo de aprovar os requerimentos de informação, é isso o que o senhor está mostrando!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou com medo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então, vote!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou com medo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então, vamos pedir as informações!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que com medo está quem não quer que a Comissão...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor está demonstrando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa obstrução não tem mais sentido, as pessoas estão sem entender.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu pedi a V. Exa. foi um prazo para sistematizar somente todos os requerimentos. Como ele é Relator, ele tem, lógico, prioridade. É por isso que está havendo isso. Todos os requerimentos serão aprovados, só estou pedindo para sistematizar. São quase 300 requerimentos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aprovados não, apreciados. Serão apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, apreciados, mas eu me antecipo, pois, para mim, qualquer tipo de informação que um Senador quiser é justo ele ter essa informação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Vejam bem. Eu estou colocando essa questão, porque o Relator é lógico que tenha prioridade como Relator de pedir essa informação. Por isso, ele se antecipa em cima do quê? Do requerimento com que foi criada a CPI, tanto pelo Senador Randolfe quanto pelo apensamento feito pelo Senador Eduardo Girão. É isso o que estou entendendo desses requerimentos aqui, que estão contemplando, mas é lógico que nenhum Senador vai fazer um requerimento de informação que nós não vamos apreciar; vamos apreciar todos. Só peço aos Senadores um prazo para poder sistematizar. São muitos requerimentos, Srs. Senadores! Só isso. Não tem problema para mim, não tem problema!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para contribuir.

Acho que V. Exa. faz uma colocação e uma ponderação correta. Acho que, pelo número de requerimentos apresentados, há que se ter uma sistematização para que nós possamos votar.

E, com relação ao requerimento em pauta, eminente Relator, efetivamente, a sugestão é a Secretaria Estadual de Saúde, porque no requerimento de V. Exa. está escrito que seja requisitado à Secretaria Municipal de Saúde. Seria à Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas o envio de cópia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É isso o que estou querendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Desculpe, eu não ouvi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi este o requerimento apresentado: é pedir informações ao Governo do Estado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, é porque, quando V. Exa. leu o requerimento... Está aqui!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi isso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É só isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Autoridades sanitárias de Manaus.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É que as autoridades sanitárias, eminente Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – De Manaus? Inclui as do Governo do Estado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Renan, Senador Renan, está escrito literalmente aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está errado, está errado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas V. Exa. leu errado, então. Eu só estou querendo corrigir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu li o correto. O requerimento é que pode estar meio capenga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É apenas para fazer a correção.

E que fique registrado em ata que o requerimento trata, portanto, de Secretaria Estadual de Saúde e autoridades sanitárias correspondentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que fique registrado, então. Está corrigido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos permitir que o Relator...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos ouvir o Relator, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, estamos requerendo também, no caso emblemático, com a correção devida ao requerimento, essas informações.

E há estes requerimentos de convocação do atual Ministro da Saúde e dos três ex-Ministros da Saúde, de convocação do Presidente da Anvisa e de requisição à Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal do material até então apurado, que trata de *fake news* e do que é correlato com essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, nós discutimos aqui, inclusive o Senador Ciro apresentou a proposta, que nenhum Senador vai pedir informações irrelevantes ou que não tenham sentido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Informações, como eu disse desde a instalação, demoram para chegar. Então, nós estamos simplesmente pedindo as informações. Se vão depois convocar outras pessoas em função... É outra história.

O que eu gostaria de pedir e reforçar é que todos os requerimentos, como foi proposto aqui, todos, de qualquer Senador, de informações fossem aprovados, como sempre aprovamos em todas as CPIs de que eu participei – de que eu participei, sempre. Aprovaram todos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os requerimentos todos são apreciados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se a maioria entender que é o caso, aprova, mas não há essa coisa de aprovar todos, porque isso não será em benefício da verdade que se quer aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Informação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o telefonema do Presidente para o Kajuru. Como?!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se V. Exa. fez o requerimento, vamos pedir as informações. Estou dizendo informação, ninguém pode me negar solicitar uma informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu tenho muita dificuldade...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já estou aqui há muito tempo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas eu tenho muita dificuldade de compreender o papel...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que os senhores estão tentando desempenhar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou dizer a V. Exa. um exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tenho muita dificuldade!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, estou com a palavra. Só um minuto, então, deixe-me concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um requerimento aqui solicitando informação ao Tribunal de Contas da União. Há alguma dificuldade de solicitar ao Tribunal de Contas as informações relacionadas à pandemia? (*Pausa.*)

Não.

Ao Ministério Público Federal há problema? À Polícia Federal há problema?

É isso que eu estou dizendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma questão de ordem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Informações, Renan. Informação qualquer um pode pedir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadores, deixem-me propor um encaminhamento aqui para tentarmos compor.

O Senador Ciro pertinentemente apresentou aqui no início que... Não havia concordância na convocação, por exemplo, do Sr. Fabio Wajngarten. Nós construímos um acordo aqui, nós temos um roteiro proposto pelo Relator de convocações para começarmos o serviço na semana que vem, pacificado.

O que o Relator está propondo são os primeiros requerimentos que têm a ver em especial com os depoimentos que teremos na semana que vem, sem prejuízo, sem embargo da apreciação dos demais requerimentos. O Sr. Presidente já fez uma convocação nova de reunião para a terça-feira seguinte à semana que vem. Nessa nova reunião, que será uma reunião deliberativa, aí apreciaremos o conjunto dos demais requerimentos. Então, eu acho que nós poderíamos compor para começar o serviço, para começar o trabalho. O Relator está propondo requerimentos pertinentes com os depoimentos da semana que vem. A gente conclui a semana que vem, inaugura a Comissão Parlamentar de Inquérito, recolhe os primeiros depoimentos com as informações que vão chegar e, na terça seguinte, como propôs o Relator, como propôs o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu me comprometo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... nós faremos a apreciação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Randolfe, me desculpe... Presidente, me desculpe, só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tem... É através das informações que vão convocar ou não, gente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se não tem informação...

Está bom.

Pois não, Presidente. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou querendo aqui deixar todo mundo falar à vontade...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... até porque nós estamos iniciando e tal. Eu não quero aqui dar uma de, porque eu estou presidindo, ser melhor do que ninguém, mas isso tudo dá para se ajeitar.

Eu não aceito, como Presidente, que nenhum pedido de informação pertinente dos Senadores não seja votado. Quem não quiser dar informação – o órgão – que vá à Justiça, e a Justiça que diga. Agora, aqui na CPI, todos os pedidos de informações dos Senadores serão apreciados e votados – apreciados e votados. Se alguém estiver contra, justifica. "Ah, eu quero saber quanto se gastou no Município do interior da Paraíba". É um direito que o Senador tem de pedir ou não, se ele tiver alguma coisa que falaram para ele que houve lá.

Vejam bem. É só pedir para sistematizar, mas nem para isso há compreensão de se esperar dois dias para sistematizar! Já que V. Exas. querem apreciar, eu não tenho como... Entrando um requerimento atrás do outro no sistema, vindos de todos os gabinetes, eu não tenho como ser... Eu não sou o The Flash para pegá-los e colocá-los para votar aqui. Só foi isso que eu pedi, Senador Izalci. Eu não estou me negando a votar requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O meu entendimento é que nós vamos votar todos os requerimentos.

Eu, se for por voto de desempate, votarei a favor de qualquer informação que vocês queiram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. me permite uma ponderação, Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o Senador Humberto, no remoto, está solicitando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A ponderação que faço a V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o Senador Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

Depois, o Senador Humberto Costa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – V. Exa. faz uma ponderação absolutamente coerente com a condução dos trabalhos: é preciso sistematizar.

O que o Senador Ciro propôs aqui foi que nós aprovássemos aqui aqueles que virão na semana que vem para dar depoimento a esta CPI. Acho que nisso nós estamos de acordo.

Agora, com relação aos requerimentos de informação, eu tenho sete requerimentos de informação que estão aqui, todos dentro do objeto da CPI. Então, quando se sistematizar, que se votassem todos conjuntamente, e que não se votasse fatiado hoje, porque o Relator apresenta alguns aqui, dos quais um ou outro pode ter... Eu acho que informação... É aquilo que já foi dito: não há por que temer pedido de informação. Então, a proposta que faço, na linha do que V. Exa. mencionou, é que: sistematize todos, inclusive os do Relator, e votaremos todos juntos. Pode ser na próxima semana ou quando V. Exa. pautar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um minutinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, depois, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Humberto Costa, que está remotamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Queria me inscrever, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Abram o som do Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu primeiramente gostaria de pedir a V. Exa. e ao Secretário da Mesa, a quem fosse, que tivesse condições de acompanhar as demandas de quem está no remoto. Senão, nós vamos ter membros de primeira e de segunda classe dentro da CPI: quem está presente fala, quem não está presente não fala. Essa é uma questão relevante.

A segunda coisa que eu considero, pelo menos no caso específico de Manaus... Não quero dizer que haja qualquer irregularidade praticada pela prefeitura, porém há uma questão concreta: na crise que se desenvolveu em Manaus, as UPAs, por exemplo, foram espaços onde aconteceram internações e, em alguns casos, até intubações. Portanto, a demanda de oxigênio, por exemplo, é algo que também entraria na responsabilidade municipal em qualquer outro lugar. Por isso, eu quero colocar que concordo com o requerimento apresentado pelo Senador Renan, em que se deve incluir também a prefeitura. Obviamente que, se a prefeitura considerar que não é de sua responsabilidade, ela vai responder e dizer: "Olha, isso não foi da minha alçada". Porém, por conta dessas questões que eu estou dizendo, até Unidade de Saúde da Família foi usada para atendimento emergencial, e não foi só em Manaus, foi em muitos lugares. Então, a própria informação da prefeitura deve ser: "Eu demandei para o Governo do Estado, e não recebi. Eu demandei para o Ministério da Saúde, e não recebi". Ou, então: "Eu cumpri a minha responsabilidade de fazer". Então, eu queria fazer essa colocação.

Eu sou favorável a que nós possamos fazer os pedidos de informação no maior volume possível para todos e tal. Agora, eu acho que é importante fazer uma seleção, porque nós sabemos que aqui há uma discussão política de como nós devemos encarar o objetivo central da CPI, que é para garantir a investigação sobre a postura do Governo, e outras tentativas que existem de tentar desviar esse foco. Então, eu acho que é importante não aprovar caso por caso como a gente tem feito em todas as CPIs.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu posso falar, Sr. Presidente, agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oh, Senador Humberto, V. Exa. está remotamente, e as pessoas estão aqui. Eu disse que, primeiro, iria falar um e o senhor falaria depois.

Agora, o senhor querer conhecer mais sobre o funcionamento de saúde do meu Estado, aí já é demais! As UPAs não têm... A atenção básica que a Prefeitura de Manaus tem não tem utilização de oxigênio, a não ser no Samu, no transporte de pacientes que é feito pela prefeitura. Nas Unidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Básicas de Saúde, não era utilizado; elas o utilizavam principalmente nos hospitais de referência. Então... Mas vamos fazer um ofício para a prefeitura, e, daqui a cinco, dez dias, ela responde dizendo que não tem nada a ver. Aí, depois, vocês fazem para o Estado. Eu só quis, aqui, cortar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nada impede de fazer para os dois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, nada impede, mas tudo bem! Eu só quis, aqui, botar para ter celeridade na informação, mas, já que querem mandar, vamos mandar só para a prefeitura... Não! Só vou mandar para Manaus só!

Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o que eu tenho a propor, o que eu gostaria de falar com o senhor e com os membros desta casa é que não existe a menor tentativa de nós impedirmos qualquer tipo de andamento da CPI. O que nós queremos... Porque, senão, eu vou ter que recorrer ao Regimento, Senador, que talvez tenha sido até produzido pelo senhor – foi o senhor que redigiu esse Regimento –, ao art. 108, que impede até a votação desses seus requerimentos, porque eles não estavam no sistema 48 horas antes.

O que eu quero é que sejam votados todos os requerimentos em bloco. O que o senhor quiser destacar para que seja votado separadamente, tudo bem, não tem o menor problema! O senhor destaca, e nós votaremos separadamente. Mas eu não vejo problema nenhum para esta Casa os Senadores terem acesso às informações.

Então, nós votaremos em bloco e, caso o Relator deseje que algum requerimento seja votado em separado, nós votamos. Vamos fazer isso, Sr. Presidente?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidamente aqui para complementar o colega Ciro Nogueira, eu queria, por favor, aqui, apoiá-lo, porque informação... Como colocou o Senador Renan Calheiros – e eu concordo com ele –, temos que apurar toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade. Então, informação, gente, isso é uma coisa tão básica, Senador Eduardo Braga. Requerimento de informação, eu acho que não tinha que ter travamento para isso. Poxa, vamos aprovar, aprova-se o que o Senador Renan quer, todos; aprova-se o que o Senador Eduardo Braga quer, o Senador Izalci, o que eu... Sabe? É para dar celeridade. É para dar celeridade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Desde que dentro do fato determinado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro, dentro do fato determinado. O Senador Randolfe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vamos dispersar o foco, não é bom...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, o Senador Randolfe acabou de falar uma coisa aqui, ele disse: olha, vamos aprovar o que o Relator colocou, porque está relacionado com a semana que vem, com os trabalhos da semana que vem, só que essas informações demoram. Essas informações demoram, talvez não cheguem a tempo para ajudar nos trabalhos da semana que vem. Então, vamos aprovar as dos trabalhos da semana que vem e já as outras, porque, senão, vai travar. Só isso. É trabalhar em... Vamos aprovar em bloco, resolve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai travar, nada vai deter esta Comissão de fazer...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Omar, me perdoe: existe uma clara maioria aqui das pessoas que querem aprovar isso. Até agora só o Relator é que está com uma posição divergente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira, enquanto V. Exas. estão falando, eu já mandei sistematizar aqui pelo menos os requerimentos de pedido de informação.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Pronto, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Certo? Inclusive os feitos pelos Senadores e os outros, e aí a gente vai agora passar o dia todo aqui discutindo um a um. Porque eu pedi para fazer um trabalho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, uma questão de encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho. Eu não tenho pressa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de encaminhamento depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou aqui para a gente fazer a CPI, só não dá é para querer dizer que um pedido de informação é mais importante do que o outro. Para mim, o Senador que faz um pedido de informação é tão importante como qualquer um de nós, ninguém é maior do que a CPI aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem o Presidente é maior do que a CPI, nem o Vice-Presidente é maior do que a CPI, nem o Relator é maior do que a CPI. A CPI é maior do que todos nós aqui, e a pandemia é muito mais importante do que essa discussão que nós estamos travando aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho. Só um minutinho, Senador Rogério.

Nós vamos votar os requerimentos de informações, correto? Em relação ao Fabio Wajngarten e à Pfizer, nós iremos votar terça-feira a convocação dele aqui em Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu tenho uma sugestão de encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou colocar em votação primeiro.

Em votação o requerimento de informações que o Senador Renan Calheiros leu aqui e também os convocados para, a partir de terça, quarta e quinta-feira, serem ouvidos. Na terça-feira será ouvido o ex-Ministro Mandetta, o ex-Ministro Teich; na quarta-feira, o Ministro Pazuello; e na quinta-feira, o Ministro Queiroga e o Presidente da Anvisa.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. Estão aprovados os pedidos de informações.

Agora, estou aguardando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu pedi uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora uma questão de ordem para V. Exa., Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria sugerir como encaminhamento que os demais requerimentos de informações fossem apreciados na próxima... Como é reunião administrativa, na próxima terça-feira, e já haveria tempo regimental... Tempo suficiente para o processamento, e aí nós deliberaríamos sobre os requerimentos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu estou confiando na sua palavra, Presidente. O senhor disse que colocaria hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou mandando sistematizar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, eu estou mandando sistematizar, e vamos votar. Quem quiser votar contra o pedido, que vote. É o normal.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu tenho requerimentos que não são pedidos de informação, mas são...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

Sr. Presidente, são requerimentos de convite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não serão apreciados hoje, Senador Luis; só na semana que vem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só na semana que vem, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, eu quero... Se for na semana que vem, não tem problema, só que eu não quero que se deixe esse espaço, porque são pessoas importantes pelo fato determinado, é sobre tratamento precoce. Eu quero que essas pessoas venham aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... para que nós possamos deliberar. O.k.? Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, nessa questão de convites e convocações, nós decidimos – já está aprovado por este Plenário –, na semana, terça, quarta e quinta. Certo? Então, a semana tem sete dias; nós vamos ficar três. E tem as reuniões ainda administrativas, que nós temos que fazer. Então, essas três são...

O Senador Líder Alessandro, com a palavra, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De certa forma, o senhor já encaminhou a questão que eu ia apresentar, mas só recordo aos colegas e a V. Exa., em especial, que essa questão toda, esse debate se prolongou desnecessariamente, porque V. Exa. já tinha apresentado a decisão, no sentido em que os requerimentos que já estavam acordados sejam apreciados, e os demais serão apreciados na próxima reunião, na terça-feira.

Há de se seguir uma ordem lógica mínima nos trabalhos. Não há como um requerimento de um Senador deixar de ser apreciado; é claro que ele será apreciado, é claro que ele será votado.

Então, é um pedido, é um apelo que eu faço a todos os colegas, para que a gente tente ter o foco mais claro e faça essa tramitação de uma forma tranquila. Não há como, repito, o requerimento de um Senador da República, do nosso Senador da República ser apresentado e não ser apreciado – é claro que serão apreciados.

Então, que a gente possa ter um encaminhamento e o andamento dos trabalhos mais produtivo, já parabenizando pelo início, que promete uma semana, a próxima semana de muito trabalho e de muitas informações relevantes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu vou suspender a reunião por meia hora, enquanto sistematizamos. Depois, vamos ver requerimento por requerimento. Pode ser?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só a título de informação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os requerimentos de informação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu fiz uma proposta de encaminhamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, são muitos requerimentos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu fiz uma proposta de encaminhamento e quero colocar para apreciação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inclusive, tem que ver se o senhor vai apreciar também os que vieram diretamente do Palácio do Planalto, que a imprensa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está divulgando hoje. Nós não podemos votar requerimento para tirar o foco da investigação que nós estamos fazendo. O Brasil não vai perdoar nenhum dos senhores que está fazendo isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o foco da CPI não pode ser aquele que é dado pelo Relator. Os dois requerimentos de CPI, Sr. Presidente, foram subscritos pelos Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Marcos, também não pode ser o que veio do Palácio do Planalto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator deve respeitar o Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Houve 20 requerimentos feitos no Palácio do Planalto

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta CPI não pode ser a CPI do ódio, Sr. Presidente, do direcionamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Houve 20 requerimentos feitos no Palácio do Planalto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com todo o respeito, a direção dos trabalhos desta CPI está a cargo de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Há 20 requerimentos feitos no Palácio do Planalto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Votar também os que vieram do Palácio, essa é a proposta?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, é bom respeitar o direito de cada Senador falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas é uma pergunta. Nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É uma pergunta: vamos votar os 20 vieram do Palácio do Planalto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos votar os que vieram do Palácio também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Vamos votar se foi assinado por um Senador, Senador Renan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os que foram feitos pelo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor não vai impedir de votar nenhum requerimento, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, vamos votar tudo, mas vamos votar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não contem comigo para votar favoravelmente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu sei quais são os requerimentos que o senhor não quer, Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Vote contrário.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Omar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu respeito muito o senhor, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É rápido. Só a título de informação, são quantos requerimentos de informação, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem mais de 300 requerimentos aqui, entre informações, convites, convocações e outras coisas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k. Obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inclusive, vários que vieram do Planalto diretamente com a assinatura da pessoa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não sei qual é o medo que o Relator tem das informações que virão a partir dos requerimentos! Qual é o medo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Medo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, V. Exa. está apresentando um medo absurdo aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Talvez o medo seja de quem quer o obstruir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A não ser que V. Exa. considere os Senadores dessa bancada menores do que V. Exa., porque o requerimento que eu apresento ou que outro Senador apresenta tem o mesmo peso que o de V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que eu sei, pelo tempo que estou na Casa, é que essa coisa de tropa de choque, de pegar Senadores novos, com carinha de novos, para vir aqui defender coisa indefensável do Governo... Isso não vai passar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Afaste o seu ódio, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai passar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Afaste seu ódio, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai passar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acalme-se, Senador, respire!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tropa de choque... Eu nunca vi tropa de choque recorrer ao Supremo Tribunal Federal! Tropa de choque é tropa de choque. Recorrer ao Supremo?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, posso fazer uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço aos senhores...

A Senadora Leila, não.

Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma questão de encaminhamento feita pelo Senador Rogério e eu queria submetê-la à apreciação deste Plenário. Após apreciar o questionamento, aí, sim, eu vou pedir um tempo. Caso a questão dele não seja aprovada...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Omar, só um segundo.

Foi feito um encaminhamento, e eu só não levei em conta a questão do Regimento, que impedia a votação dos requerimentos do Senador Renan, confiando na palavra que o senhor me deu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim, sim, sim, sim.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu confio na sua palavra, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas a minha palavra vai ser mantida!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser mantida. Vai ser mantida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, a Senadora Leila fez uma questão de ordem. Depois que a Senadora falar, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que aconteceu foi o seguinte, Senador Eduardo. Tenho aqui vários pedidos de informações. Eu, pessoalmente, só pedi um tempo, estou pedindo para a gente suspender por meia hora a sessão até sistematizar, para a gente analisar os pedidos de informações e submetê-los a votação. Eu não vejo dificuldade nisso, nenhuma dificuldade nisso. Aliás, por que vamos só pedir informações de um lado e não do outro que as pessoas querem? Então, não, nós vamos dar transparência a tudo.

E o Senador Renan e o Senador Randolfe também concordam, até porque tem um monte de pedidos do Senador Randolfe aqui, de informação, são vários! Tem do Senador Eduardo Braga, tem de outros Senadores aqui. Então, não vejo... Mas a prioridade agora é a semana que vem, os que nós vamos ouvir na semana que vem.

Para essas informações, nós vamos dar um prazo. O prazo de encaminhamento à Secretaria da Mesa do pedido de informações do Senador Renan é de 5 dias úteis para responder à CPI.

A reunião está suspensa por meia hora.

(*Suspensa às 10 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 21 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a nossa reunião da CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra ao Líder do MDB, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimentar V. Exa. porque creio que, prudentemente, V. Exa. suspendeu os trabalhos para que nós pudéssemos, junto aos membros da CPI e aos membros a direção desta CPI – V. Exa., Senador Randolfe e Senador Renan Calheiros –, buscar o entendimento para que pudéssemos viabilizar a votação, no dia de hoje, de um número efetivamente creio que quase recorde de requerimentos que deram entrada numa importante CPI como é esta, que trata do enfrentamento à pandemia no meio da pandemia.

Portanto, eu gostaria de dizer, em nome do MDB, do nosso entendimento para que aprovássemos em bloco, Sr. Presidente, os requerimentos de pedido de informação como listados. E aí eu pergunto a V. Exa. se leio só os números dos requerimentos ou se V. Exa. o fará de acordo com a lista que está para que nós possamos votar, depois, obviamente, de ouvido o eminente Relator. Mas creio que encontramos um entendimento importante para avançarmos nos pedidos de informação e para darmos curso àquilo que o Brasil precisa, que são encaminhamentos para salvar vidas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, acho que já foi citado pelo nobre Líder Eduardo. Apenas parabenizar o bom senso da sua atitude no que diz respeito a esse acordo e pedir... Tenho o Requerimento nº 148, em que fiz um aditamento apenas para acrescentar alguns itens no pedido de informações. E eu gostaria que ele fosse votado também com esse aditamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Senador Omar Aziz, no mesmo caminho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... do Senador Ciro Nogueira, dois requerimentos que não estão nessa lista, que já entraram, estão no sistema desde hoje pela manhã: o Requerimento 158 e o Requerimento 156. Também apenas, nada mais, pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Vejam bem, o que eu falei aos Srs. Senadores é que está entrando no sistema toda hora e não dá para eu sistematizar. Isso foi sistematizado de manhã, bem cedo. Quando se entrou, às 9h, não estava ainda...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Só para esclarecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. só está fazendo um adendo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É o 139, desculpe-me. Eu falei 148. É o 139, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a questão do Senador Eduardo Girão, sem problema também, vamos colocar os dois pedidos de informação do Senador.

Eu vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros, para que leia o número, o autor e o tema, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quando chegar ao 139, eu passo a palavra para fazer o adendo ou posso ler diretamente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja com ele quais são os números.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Senador Ciro.

Está perfeito.

Requerimento do Senador Randolfe Rodrigues: requer que sejam encaminhados, pela Anvisa, cópia de todos os documentos e comunicações encaminhados ou recebidos a respeito do fornecimento, pelo Ministério da Saúde, de máscaras inapropriadas para uso em estabelecimento de saúde.

Requerimento...

Porque aqui tem por ordem de Senador.

Requer a prestação de informações e a remessa de documentos por diversos órgãos e entidades acerca da produção e distribuição de cloroquina e do tratamento precoce, Senador Randolfe Rodrigues.

Requerimento de informações à Anvisa sobre medicamentos, laboratórios e fabricantes, do Senador Marcos Rogério.

Requerimento que pede a remessa, pela Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis, de cópias das atas de reunião, resoluções e decisões decorrentes do cumprimento à Portaria SVS nº 28, de 2 de setembro de 2020, Senador Randolfe Rodrigues.

Requerimento que requer ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República cópia de todos os atos normativos editados pelo Governo Federal, com a finalidade de regulamentar a Lei 13.979, de 20...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só os números, porque vai ser divulgado tudo isso aí. V. Exa. vai ler...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Distribui cópia de todos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só os números, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o Relator lê... Não, autor e número. Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o autor e o número.

E aí vai ser distribuído para todos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser colocado à disposição de todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O Senador Renan Calheiros requer... (*Pausa.*)

Requerimento 283, do Senador Renan Calheiros; 308, do Senador Alessandro Vieira; 37, do Senador Randolfe Rodrigues; nº 7, do Senador Randolfe Rodrigues; nº 8, também do Senador Randolfe; nº 29, do Senador Randolfe; o 35 – não tenho aqui em mãos o nome o Senador –, que requer a prestação de informações e a remessa de documento por diversos órgãos e entidades à Conitec; o 59, do Senador Alessandro Vieira à Consultoria do Senado Federal; do 105, do Senador Angelo Coronel; do 143, do Senador Ciro Nogueira; do 17, do Senador Randolfe Rodrigues; do 174, do Senador Alessandro Vieira; do 267, do Senador Renan Calheiros; do 57, do Senador Alessandro Vieira; do 101, do Senador Eduardo Girão; do 9, do Senador Randolfe Rodrigues; do 154, do Senador Marcos Rogério; do 194, do Senador Marcos Rogério; do 139, do Senador Ciro Nogueira; do 157, do Senador Randolfe Rodrigues; do 34, do Senador Randolfe Rodrigues; do 104, do Senador Angelo Coronel; do 35, também...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador, 35 tem vários já na relação. V. Exa. já leu três vezes, mas deve ser o mesmo requerimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu também não tenho o nome do Senador.

Do 58, que requer diversas informações, do Senador Alessandro Vieira; do 307, do Senador Alessandro Vieira. Aí lá vem: do 18, do Senador Randolfe Rodrigues; do 58, do Senador Alessandro; do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

278, do Senador Renan; o nº 1, do Senador Randolfe; o nº 2, do Senador Randolfe; o nº 3, do Senador Randolfe; o nº 5, do Senador Randolfe; o nº 10, do Senador Randolfe Rodrigues; o nº 13, do Senador Randolfe Rodrigues; 14, do Senador Randolfe Rodrigues; 20, do Senador Randolfe Rodrigues; 21, do Senador Randolfe Rodrigues; 22, também do Senador Randolfe Rodrigues; 23, do Senador Randolfe Rodrigues; 24, do Senador Randolfe Rodrigues; 26, do Senador Randolfe; 27, do Senador Randolfe também; 28, do Senador Randolfe; 30, também do Senador Randolfe; 31, do Senador Randolfe Rodrigues; 33, do Senador Randolfe Rodrigues; 36, do Senador Randolfe Rodrigues; 38 também; 58, do Senador Alessandro Vieira; 98, do Senador Eduardo Girão; 153, do Senador Marcos Rogério; 158, do Senador Eduardo Girão; 193, do Senador Marcos Rogério; 279, do Senador Renan; 280, do Senador Renan; 282, do Senador Renan; 284 também; 285 também; 302, do Senador Alessandro; 281, do Senador Renan; nº 6, do Senador Randolfe; 19, do Senador Randolfe; 58, do Senador Alessandro; 35/2, do Senador Alessandro Vieira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... 305/2; 306/2, do Senador Alessandro Vieira; 304/2, também do Senador Alessandro Vieira; 92, do Senador Eduardo Girão; 96, que requer o compartilhamento de informações, do Senador Girão; 90, do Senador Eduardo Girão; 94, do Senador Eduardo Girão; 25, do Senador Randolfe Rodrigues; 152, do Senador Marcos Rogério; 192, do Senador Marcos Rogério; 107, do Senador Angelo Coronel; 58, do Senador Alessandro Vieira; 82, do Senador Eduardo Girão; 140, do Senador Ciro Nogueira; 156, do Senador Eduardo Girão; 103, do Senador Eduardo Girão; 156, do Senador Eduardo Girão; 58, do Senador Alessandro Vieira; 303/2, do Senador Alessandro Vieira; 141, do Senador Ciro Nogueira; 138, do Senador Ciro Nogueira; 14, do Senador Randolfe Rodrigues; 58, do Senador Alessandro Vieira – alguns estão repetidos, como bem lembrou aqui o Senador Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o tempo de fazer, foi muito escasso para a gente fazer....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O 301 é do Senador Alessandro Vieira; 277, do Senador Renan; 12, do Senador Randolfe Rodrigues; 11, do Senador Randolfe Rodrigues; 58, do Senador Alessandro Vieira; 300, do Senador Alessandro Vieira; 137, do Senador Randolfe Rodrigues; 175, do Alessandro Vieira; 268, do Senador Renan; 269, também; 299, do Senador Alessandro Vieira; 142, do Senador Ciro Nogueira; 58, do Senador Alessandro Vieira; 81, do Senador Eduardo Girão; 298, do Senador Alessandro Vieira; e 292/2, do Senador Alessandro Vieira. Faltou o 141, do Senador Ciro Nogueira, com o devido aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem dois do Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cadê os dois do Senador, quais são os números?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O 82 e o 101.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi lido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi lido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam os requerimentos de informação permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Há dois requerimentos, meu e do Humberto, que não foram lidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minuto.

Estão aprovados esses requerimentos.

Por favor, o requerimento de informação do Senador Humberto Costa e do Senador Rogério Carvalho.

Veja os números, por favor. (*Pausa.*)

Senador Otto Alencar, da Bahia, assistindo à gente.

Um abraço, Senador Otto.

Senadora Soraya...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria, Sr. Presidente, antes da deliberação, fazer a retirada de dois requerimentos assinados por mim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, vamos votar primeiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que pedem informações ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k. Pode pedir. Peça, Senador. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já? Já está pedido?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Retiro os dois que pedem informações ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estão faltando votar os dois...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria... Eu estou aqui pedindo para verificar porque tem um requerimento de minha autoria, que é o de nº 340, que não está aqui na relação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar junto com o do Senador, para votar junto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É o 340.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 340, do Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E os do Senador Rogério Carvalho e do Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E mais uma vez, Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. para retirar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para retirar dois requerimentos de informações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... os dois requerimentos de informação ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan vai passar o número, para retiramos de pauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – O senhor falou que foi lido, mas não foi lido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Me dá só os números, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto, está aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Senador Eduardo Girão, os Requerimentos 82 e 101, que não foram lidos, também vou colocar junto com os outros, para a gente aprovar também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Omar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu quero parabenizar V. Exa. pela condução da sessão, agradecer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... ao Relator Renan Calheiros e também ao Vice-Presidente Randolfe, por esse entendimento. Eu acho que informação é a matéria-prima que todos temos para verificar se tem ou não indícios, se tem algum problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aprovação em conjunto, em bloco, é uma medida importante. Então, parabenizo V. Exa. e parabenizo o Relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ficou demonstrado há pouco, Senador Izalci... A Senadora Leila não participou, nem o Senador Jorginho, mas o que ficou demonstrado claramente é que todos nós temos objetivos em comum em relação a tentar ajudar nessa questão da pandemia.

Divergências sempre haverá – não tem jeito, isso é política; há divergências de encaminhamento, de pensamento, o que é normal –, mas espero que sempre prevaleça o consenso aqui. Eu vou procurar sempre o consenso, para que não pareça – e é isso que nós não queremos – que as pessoas que estão nos vendo neste momento achem que aqui cada um quer tirar... Que é um cabo de força. Com isso, a postura do Senador Eduardo Braga, como Líder do MDB, do Senador Renan e do Senador Randolfe foi muito importante para a gente chegar nesse consenso.

Então, eu quero agradecer a compreensão e a ajuda que os senhores estão me dando para a gente presidir esta sessão.

Então, só estou aguardando os dois requerimentos, do Senador Rogério e do Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estou passando aqui. Estou passando.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Os números, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, a gente encaminha à Secretaria. Pode ser?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Pode ser.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, pronto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Diga só os números.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Precisa dos números.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já protocolou... É que os números só saem depois.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, com relação àquela questão do Amazonas, eu acabei tomando a liberdade, Relator e amigo Renan Calheiros, de a gente fazer o ajuste para a Secretaria Estadual e Municipal, para que nós possamos... Eu pediria a V. Exa. que orientasse a Secretaria para ajustar o texto de acordo com a competência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Adendar ao requerimento do Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Opino favoravelmente,

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor. Só estão faltando dois requerimentos. Eu não creio que vocês tenham tantos requerimentos assim aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vai ficar para terça feira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, só um minutinho, só para aprovar o requerimento do Senador Eduardo Girão e o pedido do Senador Eduardo Braga, que ele já fez aqui. (*Pausa.*)

Então, estão aprovados os requerimentos por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença de todos.

Está convocada essa reunião para terça-feira, às 10h da manhã.

Tem a ata. Cadê a ata? Tem que aprovar a ata.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Terça-feira, às 10h, iremos ouvir o Ministro Mandetta. Logo em seguida, iremos ouvir o ex-Ministro Teich. O.k.?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na quarta-feira, o Ministro Pazuello...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na quarta-feira, o Ministro Pazuello; na quinta, o Presidente da Anvisa e o Ministro Queiroga.

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia quatro de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Jean Paul Prates e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru e Lucas Barreto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Luiz Henrique Mandetta, em atendimento aos requerimentos 131/2021, 195/2021 e 271/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento do Sr. Nelson Teich. Oitiva do Nelson Teich, em atendimento aos requerimentos 130/2021, 201/2021 e 270/2021. **Resultado:** Oitiva adiada para 05.05.2021. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 374 de 2021** que: "Requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a disponibilização de servidoras para auxiliarem nos trabalhos desta CPI." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

Estão marcadas para a presente reunião as oitivas dos Srs. Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich.

Antes eu tenho um requerimento aqui da Mesa, que será útil para todos os Senadores da Comissão, que solicita ao Tribunal de Contas da União a disponibilização de duas servidoras para auxiliar nos trabalhos desta CPI.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Primeiro, eu gostaria de um esclarecimento sobre duas coisas. Eu espero que esta seja a última vez que a Comissão coloque requerimentos que não estejam na pauta 48 horas antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu não sou contra isso, mas que não aconteça porque está ferindo radicalmente o nosso Regimento.

E o segundo sobre o qual eu queria um esclarecimento: esse requerimento não está pedindo duas servidores; ele está identificando as servidoras. Eu queria saber o motivo pelo qual se chegou a esses nomes dessas servidoras. E eu soube até que essas servidoras já estão aqui na CPI, acompanhando os trabalhos. O correto seria nós pedimos ao Tribunal de Contas que cedesse dois servidores para auxiliar os trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro, eu vou... Eu não sei quem são as servidoras, eu não sei se elas estão aqui, então não posso afirmar nada, da mesma forma como estou colocando aos senhores que, necessariamente, eu posso pedir qualquer pessoa para me auxiliar aqui sem depender de falar com ninguém, como V. Exa. pode também.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito, eu só gostaria de saber, Sr. Presidente, como se chegou aos nomes dessas servidoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou sendo aqui bastante democrático para a gente ter o trabalho, até porque se é uma servidora ou servidor, eu não conheço as pessoas. Estou sendo sincero com V. Exa. Não sei quem são.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas alguém sabe, não é, Sr. Presidente?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Pela ordem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para questão de ordem.) – Eu queria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para questão de ordem.) – Eu queria aqui, por gentileza... Já conversei com o Senador Renan Calheiros antes de começar a sessão, analisei o plano de trabalho, que ainda não foi votado aqui nesta sessão, e eu gostaria de pedir, através desta questão de ordem, algo que eu considero justo, equilibrado para que esta Comissão possa ter mais credibilidade perante a sociedade.

Então, infelizmente, o plano de trabalho que eu protocolei aqui talvez não tenha chegado ao conhecimento do Senador Renan Calheiros, mas eu repito que já conversei com ele, e ele foi acessível ao pedido que eu vou fazer aqui, que é para que a gente tenha uma alternância. Ora se ouve alguém relativo ao Governo Federal, o.k., concordo plenamente, o nome que se quiser chamar, mas também a gente precisa ouvir órgãos importantes com relação ao outro requerimento. A gente não pode esquecer que são dois requerimentos que definiram esta CPI, o requerimento do Senador Randolfe e o meu requerimento, que foi aprovado, subscrito pela maioria dos Senadores desta Casa.

Então, eu queria ler a questão de ordem aqui, porque eu considero que nós vamos ter o apoio aqui dos colegas.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, Sr. Senador Omar Aziz, apresento questão de ordem com fulcro no art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a decisão do Exmo. Presidente do Senado Federal de apensar os Requerimentos nºs 1.371 e 1.372/2021, o escopo desta CPI passou a ser a investigação das ações e omissões do Governo Federal no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, entre outros ilícitos, valendo-se, para isso, de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública.

Sendo assim, extrai-se do teor do Requerimento nº 1.372/21 que o objeto da investigação deve ser também apurar fraudes na aplicação de recursos federais destinados ao combate à Covid-19 por parte de gestores estaduais e municipais.

Nesse sentido, destaco a Lei nº 1.579, de 1952, que dispõe que as CPIs poderão, abro aspas: "determinar diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar da administração pública direta, indireta ou fundacional informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença".

Entretanto, Sr. Presidente, a despeito do desejo dos 45 Senadores signatários do Requerimento nº 1.372, de 2021, não há, no plano de trabalho, até o momento, nada que se assegure a investigação de irregularidades na aplicação dos recursos federais pelos entes estaduais e municipais, conforme preconizado no requerimento que norteou a criação e instalação desta CPI.

Com efeito, destaco que, até o final do ano de 2020, a Polícia Federal – uma das entidades mais acreditadas pelo povo brasileiro – já havia realizado 61 operações policiais para apurar indícios de irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvios de recursos públicos. Essas investigações vão desde compras de máscaras e aventais, até aquisição de respiradores e contratos de hospitais de campanha para atender os pacientes com Covid-19, em contratos que movimentaram algo próximo a R$2 bilhões.

Como resultado, Governadores e secretários de saúde foram afastados e, alguns, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conclua, por favor, Senador, que...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... tiveram a prisão autorizada pela Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador, não dá para V. Exa. pedir uma questão de ordem e passar meia hora falando sobre a questão de ordem; não é a primeira vez. Que V. Exa. seja objetivo na sua questão de ordem! O que eu estou entendendo é que V. Exa. acha que nós estamos fazendo uma convocação ou um requerimento cirúrgico, esquecendo os Estados e Municípios e só tratando do Governo Federal. Não vai acontecer isso aqui, não, Senador. Quanto a todos aqueles que estiverem sujeitos à votação de requerimento, para se convidar, convocar, como testemunha, ou coisa parecida, ou pedido de informações, será aprovado por este Plenário; não é uma coisa minha, ou sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, V. Exa. me pega, no início da sessão, para fazer uma questão de ordem de meia hora? Aí, fica difícil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, eu tenho cinco minutos para fazer a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já passaram, Senador. Eu estou lhe dando mais tempo ainda. Por isso que eu estou pedindo para V. Exa. concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

Presidente, para contraditar e para V. Exa. resolver.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixe, deixe-me concluir, Presidente; me dê mais dois minutos de tolerância, por favor.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou pedir aos Srs. Senadores e Senadoras que, para qualquer questão de ordem, vamos ser bastante sucintos, porque sabemos qual é... V. Exa. está fazendo uma explanação de que todos nós temos conhecimento aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Ao seguirmos o plano de trabalho, tal como foi apresentado e ainda não votado, incorreremos em um desvirtuamento da relevante prerrogativa parlamentar de fiscalizar a Administração Pública, limitando indevidamente e mesmo impedindo a apuração das irregularidades que devem ser investigadas pela Comissão. Ora, Presidente, não cabe à CPI e, em especial, ao nobre Relator, por consequência lógica, se omitirem de investigar tudo aquilo que está sedimentado nos objetivos transcritos em ambos os requerimentos aprovados, em grave afronta ao que consagra o §3º do art. 58 da Constituição Federal.

Sr. Presidente, não se coaduna com os preceitos republicanos e com o respeito à tradição desta Casa, a mais antiga de nossas instituições, sobrepujar um legítimo instrumento de investigação parlamentar de forma enviesada, em clara afronta ao papel de controle do Legislativo. Sr. Presidente, para concluir, ao enveredar por esse caminho, o nobre Relator parece revelar a intenção de resguardar tais gestores, na linha da suspeição já arguida. Ora, trata-se de deliberada e inaceitável tentativa de se insurgir contra o desejo de uma maioria mais que qualificada do Senado Federal.

Diante do exposto, Sr. Presidente, e para não mais me alongar, peço para que V. Exa., em atenção aos ditames regimentais e constitucionais, atenda ao que foi estabelecido pelo Presidente do Senado, no sentido de que sejam preservados os objetivos dos dois, dos dois requerimentos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Assim...

Só para concluir, por favor, colega...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vá lá, colega!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... meu irmão Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. tem todo o tempo do mundo!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Assim, seria chamado um convidado convocado relacionado a um requerimento e outro relacionado ao diverso, de forma a permitir que tenhamos o maior número de informações possíveis sobre os fatos a serem investigados, dentro do prazo regimental. Tal demanda ora formulada encontra embasamento, por analogia, no art. 94, §1º, do Regimento. Aí, eu não vou citar aqui, porque o tempo já foi.

Ademais, quero ressaltar que, em que pese termos enviado, desde a semana passada, ao gabinete do Relator, nossa sugestão de plano de trabalho, a qual engloba expressamente o conteúdo do meu requerimento, ou seja, a investigação de desvio de recursos públicos federais destinados para Estados e Municípios, o meu plano de trabalho foi completamente ignorado pelo Relator.

Diante disso, buscando uma justa adequação no formato desta CPI, venho suscitar a possibilidade de complementarmos o plano de trabalho apresentado pelo Relator – e repito, ainda não votado –, somando a esse trechos da minha sugestão, promovendo assim uma equiparidade no tratamento dos Requerimentos 1.371 e 1.372, fato que não se vislumbra até o momento.

Então, eu peço, Presidente, para que a gente tenha um equilíbrio nesta CPI, que seja algo realmente justo, independente. Eu peço ao senhor que possa acolher – eu já conversei com o Senador Renan Calheiros sobre isso –, para que a gente possa de alguma forma atender e fazer com que sejam alternados os depoimentos, para que venha toda a verdade, não apenas uma parte da verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe e depois Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E Senadora Eliziane.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, a questão de ordem é para a gente começar os trabalhos.

Presidente, é em toda sessão, homem – em toda sessão. Parece que ficam embromando, empurrando com a barriga, atrasando o serviço. Estamos com depoente aqui esperando. O plano de trabalho está consagrado. Já houve várias comissões parlamentares de inquérito em que, em algumas, o plano de trabalho foi apresentado e votado, sim, sim; e outras em que não foram votados. Eu lhe dou uma lista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E outra coisa: é só ler.

Ciro...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Cite uma. Estou pedindo para o senhor falar uma!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ciro, Marcos, Girão, bora trabalhar, homens! Vamos trabalhar!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu queria que o senhor me citasse uma CPI em que não foi aprovado o plano de trabalho, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calma! O Palácio do Planalto está tranquilo. Não precisa de o senhor ficar desesperado assim, não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Olha, eu não gostaria de viver para ver o dia de hoje, Senador, em que o senhor é contra votar um plano de trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ciro, o Palácio do Planalto está tranquilo. Não precisa de você ficar desesperado em nome deles, não, homem!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não estou desesperado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique tranquilo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Desesperado está o senhor que parece que quer encobrir o desvio dos Governadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não! Eu sou oposição ao Governador do meu Estado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas não parece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu sou oposição ao Governador do meu Estado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não parece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu sei que você está com a assessoria direta da Dra. Thaís, lá do Palácio do Planalto. A Dra. Thaís o deve estar assessorando diretamente. Está fazendo os seus requerimentos. As suas orientações estão vindo diretamente de lá. Mas tenha calma, porque esta CPI vai investigar. Ela vai conduzir o seu trabalho. Não adianta...

E outra coisa, deixe-me falar o que o Senador Renan já falou anteriormente, o Senador Renan já falou: ô tropa de choque atrapalhada, homem! Vão para o Supremo Tribunal Federal para tentar obstruir toda vez. Parece que tem uma coisa pessoal contra o Relator. Toda vez! Tem uma paixão aí pelo Relator, homem. Toda vez ficam querendo questionar os trabalhos do Relator. Está no plano de trabalho aqui feito. Olha aqui: emprego de recursos federais. Só era ler, homem! Só era ler! Só era se dar ao trabalho de ler o plano de trabalho. Está aqui.

Então, Presidente, a minha questão de ordem é para a gente trabalhar. Já temos depoentes aqui. Vamos começar os depoimentos. Que V. Exa. indefira essa questão de ordem...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu gostaria de saber por que o senhor é contra votar o plano de trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Teve aqui um exercício de maioria. Eu sei que vocês não tão acostumados. Democracia se faz com respeito à minoria, mas respeitando sobretudo a vontade da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, para concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Oito Sras. e Srs. Senadores votaram no Presidente Omar e na gente para ser Vice-Presidente. O Senador Omar designou o Relator. Agora vamos trabalhar. Toda vez ficam obstruindo; toda vez, embromando; toda vez, atrasando esta CPI. Homem, bora trabalhar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem. Eu fiz a questão de ordem aqui e Senador Randolfe fez as considerações dele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, com a palavra o Senador Marcos Rogério, pela inscrição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu gostaria também de falar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois a Senadora Eliziane.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Depois sou eu, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, apresento a presente questão de ordem também para questionar o plano de trabalho.

O plano de trabalho, ao delimitar a extensão do escopo da investigação, acaba por restringir excessivamente a investigação a ser realizada quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados por ações de prevenção e combate à pandemia, ou seja, o plano de trabalho apresentado pelo Relator de forma monocrática, em descumprimento ao requerimento do Senador Girão, sem discussão e votação pela Comissão, é mais um plano de ataque do que um roteiro de investigação.

O plano de trabalho afirma que – aspas – "ouvimos os membros do colegiado e procuramos atender a todas as sugestões que chegaram ao nosso conhecimento" – fecha aspas. Contudo, Sr. Presidente, o plano de trabalho não foi discutido com os integrantes da CPI e sequer votado. As linhas gerais do plano de trabalho abordam a investigação a ser empreendida em relação às ações realizadas pelo Governo Federal: ações de enfrentamento à pandemia, com ênfase em vacinas e outras medidas para contenção do vírus; assistência farmacêutica, com ênfase em insumos para tratamento de enfermos; estruturas de combate à crise, com ênfase na atribuição de responsabilidade e competências; colapso da saúde no Estado do Amazonas; ações de prevenção e atenção à saúde indígena; e emprego de recursos federais, com esvaziamento da atuação desta CPI em relação à investigação quanto ao uso de verbas federais pelos entes federados – o que acaba por permitir que um órgão auxiliar do Legislativo, que é o TCU, tenha atribuição para fiscalizar a utilização das verbas federais pelos entes federados, ao tempo que veda que esta CPI, em estrita observância ao despacho do Presidente do Senado, venha perseguir semelhante objetivo.

O roteiro de trabalho não detalha a linha de ação da CPI para que seja possível investigar possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitação, superfaturamentos, desvios de recursos públicos, assinaturas de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, Sr. Presidente, que utilizaram recursos originários da União Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 03/05, Sr. Presidente, portanto no dia de ontem, o *site* da UOL repercute a informação de que – abre aspas – "o Senador Renan Calheiros (MDB-Alagoas), afirmou hoje que a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado não tem como objetivo investigar possíveis desvios de dinheiro nos Estados no contexto da pandemia da Covid-19" – fecha aspas. Na referida matéria, o Relator ainda declarou – abre aspas: "Acho que esta CPI não é uma CPI para investigar desvios de recursos" – fecha aspas. Ora, a seletividade é muito evidente, mas espero, com todo o respeito, que não prevaleça. Os que tanto quiseram CPI neste momento não podem pensar que farão uso dela para projetos pessoais ou de poder, selecionando a quem investigar. Aqui vale a regra: recebeu recurso federal? A CPI tem que investigar a todos, doa a quem doer.

Por fim, Sr. Presidente, indago a V. Exa.: o plano de trabalho vincula os requerimentos dos membros desta CPI?

É a presente questão de ordem.

Agradeço a V. Exa. por meu ouvir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, eu queria também me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Se há alguém, Senador Marcos Rogério, que tem insistido na questão técnica de apurar fatos relacionados, seja onde for, seja Estado, Município... Eu tenho insistido muito nisso, tenho falado isso publicamente. Eu não sou proprietário da CPI, o Senador Randolfe não é, o Senador Renan não é. Quem decide, no final, sempre será o Plenário. E eu vou poder mostrar isso no decorrer do tempo. Acontece que nós mal começamos, a gente ia ouvir a primeira pessoa hoje, o ex-Ministro Mandetta. Nós nem ouvimos ainda.

Então, veja bem, a pedido do Senador Ciro, eu tenho que publicar... Só se houver um acordo para a gente votar o requerimento antes de 48 horas. E eu espero que a gente faça esses acordos até para dar celeridade.

No caso específico, não vamos colocar aqui Governo, Oposição. Eu sou uma pessoa muito transparente e quero colaborar com todos. Não dá para a gente fazer uma CPI e achar que a gente mandou bilhões e bilhões para os Estados e Municípios e que nada aconteceu lá. É obrigação nossa fazê-lo.

Agora, a prioridade que... A gente queria seguir a cronologia, por isso da chamada primeiro – o que foi consenso aqui – dos ministros que assumiram, chamar as pessoas responsáveis pela produção de vacina. Mas eu creio – viu, Senador Eduardo Girão? – que, com o tempo, tudo isso que nós estamos discutindo agora – são fatos que estejam relacionados à Covid – nós temos obrigação de fazer, seja em qualquer Estado, seja no meu Estado, no Estado de qualquer um dos senhores. Sem essa questão de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja oposição, ou situação, ou perseguição. Eu acho que o objetivo de todos nós é vacinar todos os brasileiros.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro. Claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então vamos trabalhar em cima disso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas isso não está no plano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso não está no plano de trabalho.

Eu queria só contraditar rapidamente o Senador Randolfe, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, olha...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... ele foi desrespeitoso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem foi desrespeitoso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele foi desrespeitoso, falando que tem paixão por Relator. Isso aqui não é brincadeira, isso aqui a gente... A regra da boa convivência é o respeito, é o respeito. Eu quero o andamento desta CPI para investigar tudo e não apenas, como eu percebo, inclusive, pelo plano do trabalho aqui... Inclusive, estou distribuindo à imprensa o plano de trabalho do Senador Renan Calheiros, que ficou muito bom apenas para o Governo Federal, apenas focado no Governo Federal, acoplado ao plano de trabalho que foca também Estados e Municípios.

Se a gente aprovar os dois, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o Senador Randolfe, que sempre vai ao STF... O senhor sempre vai ao STF também. Eu acho que o senhor não pode criticar quem vai buscar o direito no STF, porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu gostei do "também".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é, pois é. Porque eu acho que a gente não pode ter esse tipo de dois pesos, duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos focar, Presidente. Vamos focar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar aqui: a leitura feita pelo Presidente Rodrigo Pacheco foi muito clara. Quando a pessoa... O seu pedido de CPI prevê Estados e Municípios. Quando ele diz... Quando ele recebe o documento do Supremo Tribunal Federal, ele coloca muito claro: relação a Estados e Municípios, todos os fatos correlatos a recurso do Covid. Está claro. Vai ter que haver investigação, até porque foi isso que foi aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, vamos alternar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, aí é uma outra coisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos alternar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho. O senhor me desculpa. É uma proposta sua de alternar; a minha proposta é seguir a cronologia da Covid. É outra coisa.

Que os Governadores, caso a gente tenha, com as informações que foram solicitadas pelos senhores... Nós não recebemos nem as informações dos Estados. Vamos aguardar. O senhor já recebeu? V. Exa. pediu informações de Estados e Municípios, há o requerimento do Senador Ciro Nogueira que pedia a Estados e a Municípios acima de 200 mil 2habitantes. O que nós votamos aqui primeiramente foram Estados e capitais. Vamos esperar pelo menos chegarem as informações para, depois, nos debruçarmos sobre as informações e, em casos concretos correlatos, faremos tudo isso que o senhor está dizendo, Senador Eduardo Girão. Eu não vou me furtar a fazê-lo. Não espere de mim outro procedimento, só que agora eu acho que nós temos uma cronologia a seguir. Espero que haja a compreensão de V. Exa. e que nos ajude a fazer essa investigação com toda a transparência, sem dizer essa questão de querer usar isso como palanque político para 2022.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, uma ponderação a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não farei isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem está inscrito agora é a Senadora Eliziane, pela ordem. Depois o Senador Izalci, V. Exa. e a Senadora Simone Tebet.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que o Ministro Mandetta está aí desde as 10h, e o senhor fica postergando a decisão.

Será que o Senador Eduardo Girão não sabe que qualquer requerimento tem de ser votado no Plenário da CPI? Ele apresenta o requerimento, e ele será aprovado ou não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É óbvio. Não pode ser alternância como ele quer. Ele apresenta o requerimento, que vai ser votado pelo Plenário, como foram votados os requerimentos de convocação e de informações. E cada um vota com a sua consciência. Não é por alternância, como V. Exa. quer; é votação no Plenário. Cada um vota com a sua consciência. Quer convocar fulano de tal, convoca. V. Exa. quer que se convoque, outro não quer; ganha a maioria. Isso é óbvio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Otto, já há vários requerimentos aprovados...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, mas vai ser colocado em votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos alternar?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. Alternar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos lá, Presidente.

Presidente, V. Exa. me assegura a fala?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou assegurar a fala da Senadora Eliziane Gama, até porque existe uma questão que é importante: a participação das mulheres nesta CPI. Elas não são titulares nem suplentes, mas a importância delas nesta CPI será de uma grande ajuda.

Senador Girão, o senhor tem a minha palavra de que todos os comprometimentos de investigação, independentemente de quem quer que seja, serão feitos. Nós não começamos a ouvir nem a primeira pessoa, e já está criando caso em relação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, não é só isso não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dê-me um tempo pelo menos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... o Ministro Pazuello já mandou comunicar que não pode vir, que está gripado. Eu recebi essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Ministro Pazuello vai chegar um comunicado aqui. Eu fui comunicado hoje de manhã. O Ministro Pazuello teve contado com dois coronéis auxiliares dele neste final de semana que estão com Covid. Segundo a informação que eu tenho, ele vai entrar em quarentena e não virá depor amanhã. Essa é a informação. Não é oficial, é extraoficial.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já falaram com V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eles já conversaram comigo sobre isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É para postergar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que eu disse que tem que mandar... Eu tenho de comunicar V. Exas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele anda sem máscara e não pode vir na CPI?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente Omar, só lembrando exatamente isto: que vai sem máscara para o *shopping* e não pode vir para a CPI.

Presidente, quero cumprimentar V. Exa. Na verdade, quero parabenizá-lo. V. Exa. tem tido uma postura de muita coerência, de muita firmeza e também de muita serenidade na condução dos trabalhos.

Cumprimento V. Exa., cumprimento o Senador Renan Calheiros pela sua postura, aliás, pelo plano de trabalho. Acho que nós precisamos focar aqui na política nacional. Nós temos o SUS (Sistema Único de Saúde), que tem que ser valorizado, que tem que ser prestigiado, e precisamos estar trabalhando nessa direção, até porque, ao final, os encaminhamentos... Independentemente de indiciamentos, nós também teremos os encaminhamentos com boas propostas para o Brasil.

Mas, Presidente, eu queria centrar aqui fundamentalmente na palavra de V. Exa. agora há pouco. Nós tivemos, desde o início dos trabalhos, e eu participei do primeiro dia aqui de sessão... De lá para cá, a gente viu a imprensa nacional sempre destacando exatamente a falta de um membro, de uma mulher aqui, no colégio, na Comissão. Eu queria fazer um pedido a V. Exa. de uma concessão. Nós tivemos a postura do Presidente Rodrigo Pacheco. Aliás, eu queria parabenizá-lo, primeiro, pela implantação da Liderança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feminina. Eu estou vendo aqui a nossa Líder Simone, que, aliás, trabalha com muita maestria a condução dessa Liderança. Ele fez a implantação dessa Liderança aprovando um projeto de lei de nossa autoria. E, nos trabalhos da Comissão que faz o acompanhamento da Covid, ele criou, teve uma iniciativa – só pedindo aqui aos colegas – muito importante, que foi, sempre no início dos trabalhos, dar um espaço, na verdade, para uma fala de um membro representante da Comissão.

O que é o meu pedido a V. Exa.? Eu estou vendo aqui a Simone Tebet, nossa Líder, a Soraya, a Leila – não sei se há mais outra mulher – e eu. Nós somos, então, hoje, quatro mulheres participando desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há a Senadora que está aqui, a Senadora Zenaide.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Senadora Zenaide, minha querida Zenaide, na internet, no sistema do Zoom.

Presidente, e no melhor cenário aqui, nosso, por não sermos membros da CPI – no melhor cenário –, nós seremos o 18º integrante a inquirir na Comissão, porque a gente tem que esperar todos os membros titulares, que são 11, e depois os sete suplentes. Então, se a gente corre, chega aqui às 10h da manhã em ponto e faz a assinatura, a gente vai ser a 19ª a falar. Eu não estou pedindo aqui que haja um membro titular na Comissão; não é isso o meu pedido. O que eu quero pedir a V. Exa.? Que as mulheres tenham a oportunidade de se inscrever na lista ou de membro titular, ou de suplente. Eu acho que a gente, na verdade, vai ter a oportunidade de pelo menos inquirir.

Eu não estou aqui pedindo para votar; eu acho que aí já é de fato membro. Quem quiser votar contra vote, Senador Ciro, não há nenhum problema, V. Exa. tem todo o direito de votar contra.

Então, eu estou fazendo aqui um "pela ordem" ao Presidente da Comissão, pedindo que, se possível, possa colocar isso aqui em apreciação aos membros, para que a gente possa minimamente ter um pouco mais de oportunidade antecipada de inquirir. Senão, não há nenhum problema, Senador Ciro. Eu quero dizer que eu espero 18 Senadores, e eu serei a 19ª a falar, até porque eu cheguei aqui, nesta Comissão, às 10h da manhã, junto com os demais colegas. Eram 9h30 da manhã...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu cheguei às 9h30.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... fiz a minha... Cheguei antes de V. Exa. e vou me inscrever sem nenhum problema, a gente espera 18. A gente fala, mas a gente vai falar!

Mas eu queria que V. Exa. fizesse a apreciação do pedido.

Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero fazer um apelo. A Senadora Simone está inscrita. Eu só quero fazer um apelo: o convidado já está esperando aqui há um tempão. Eu acho que, amanhã, caso não venha o ex-Ministro Pazuello, eu vou pedir para o meu gabinete entrar em contato com o Ministro Teich para que nós fizéssemos com ele amanhã, e hoje só ouviríamos o Ministro Mandetta. Correto?

E amanhã, esses requerimentos que há para ser votados, Senador Ciro, conforme o acordo feito na semana passada por V. Exa., que pediu para a gente adiar para esta semana... E eu não publiquei porque eu achei que nós tínhamos entrado num acordo de que nós votaríamos aqui os outros requerimentos, correto?

V. Exa. fez esse apelo para mim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Não, é porque o colega Senador fez uma colocação aqui para mim, e acho que fui mal interpretada, até para esclarecer: o meu pedido é que a gente possa se inscrever. Eu não estou pedindo vaga cativa na Comissão, mas que a gente tenha oportunidade de se inscrever, entre suplentes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas qualquer Senador pode se inscrever aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente. Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... após os titulares e suplentes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Poderia se inscrever uma representante da Liderança como se fosse uma titular.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu não concordo, Sr. Presidente. Isso aí não está no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aí eu tenho que pedir, tenho que ter a anuência dos Senadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Presidente, a minha questão de ordem é um minuto, se V. Exa. permitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Izalci estava na frente, Simone. Só um minutinho, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Presidente, se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Só para tentar colaborar com a organização dos trabalhos, em reunião de oitiva só é permitida questão de ordem que trate da reunião. (*Fora do microfone.*)

São reuniões convocadas especificamente para ouvir determinada pessoa. Se a questão de ordem for sobre aquele fato... Era isso somente, Presidente, que eu gostaria de passar para V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é um minuto a minha questão aqui.

Foi feito o Requerimento 96, de 2021, que requeria o compartilhamento de informação com o Ministério Público do DF – aqui do Distrito Federal –, notadamente uma cópia integral da Operação Falso Negativo. Ocorre que o referido processo foi movimentado pela 12ª Vara Criminal Federal de Brasília, tendo em vista que os recursos públicos investigados têm natureza federal.

Então, eu queria pedir a V. Exa. se poderia já encaminhar o ofício também para a 12ª Vara. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. É só a mudança de vara.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Passou da hora de chamarmos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer a V. Exa. pela deferência que fez à Bancada Feminina. A Bancada Feminina foi questionada por parte da imprensa e também por membro desta Comissão da ausência presencial, embora estivéssemos virtualmente assistindo à implantação da CPI na semana passada, e eu venho neste momento dizer que a Bancada Feminina se faz presente, sim, nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, mesmo sem direito a um assento. Por quê? Para, à luz dos fatos e apenas sob a luz dos fatos, buscar a verdade. Ou, como diriam no juramento num tribunal do júri: toda a verdade, nada mais que a verdade.

Os fatos desta CPI, Sr. Presidente, são sabidamente conhecidos e determinados – talvez esse seja o grande diferencial desta CPI – e, infelizmente, continuados. Não são fatos de luz, são fatos de escuridão, porque nós estamos diante da perda de mais de 400 mil vidas de irmãos e irmãs brasileiras – vidas interrompidas, vidas paralisadas, vidas perdidas. Por isso, a Bancada Feminina, Sr. Presidente, não poderia se fazer ausente neste momento. O que nós queremos é, com toda a isenção... Porque somos uma bancada heterogênea; nós não somos oposição, nem situação, nós temos Senadoras que representam os mais diversos matizes ideológicos.

Então, eu quero dizer aos Srs. Senadores: não tenham medo da palavra e da fala de uma Senadora neste momento, nesta Comissão. Nós estaremos aqui porque nós queremos buscar a verdade, sob a luz dos fatos, buscar a luz da vida. Nós, que temos o dom de conceder esta mesma vida, estamos vendo mães e filhos perderem para esse coronavírus, para essa pandemia, prematuramente, o convívio e a vida de muitos familiares.

Então, é com esse espírito, Sr. Presidente, que a Bancada Feminina se apresenta neste momento. Estão aqui a Senadora Eliziane, a Senadora Soraya, a Senadora Leila, e Senadoras, as demais, estão no modo virtual, na defesa da vida. Não nos move, repito, nenhum outro sentimento, Sr. Presidente. Por isso é que nós queremos, independentemente do escopo do objeto desta CPI, que foi apresentado aqui na questão de ordem pelo Senador Girão – apenas para finalizar –, colocar um ponto que entendemos muito claro: o despacho do Presidente Pacheco, quando anexou o requerimento do Senador Girão, foi taxativo, e não poderia ser diferente, à luz do que já decidiu o Supremo Tribunal Federal e a própria Constituição Federal. Ele deixou muito claro aqui que a fiscalização dos recursos da União será feita independentemente de ser responsabilidade do Governo Federal ou dos demais entes, mas – mas, repito, mas – excluiu as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios na forma do Regimento, o que diz isso, o que diz a Constituição, o que diz o Supremo Tribunal Federal.

Por isso que eu entendo, Sr. Presidente, que essa discussão é infrutífera. Basta apresentar os requerimentos, e o Plenário, V. Exas. vão deliberar.

Não é porque o recurso é federal, foi repassado para Estados e houve malversação do dinheiro público que ele pode ou deve ser investigado por esta Comissão – isso é uma atribuição, uma decisão, obviamente, colegiada do Plenário –, mas, única e exclusivamente, de acordo com a Constituição, se os recursos federais, quando repassados e mal utilizados, tiverem de alguma forma autoridade federal envolvida. Mas essa é uma questão que vai ser decidida pelos membros desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da minha parte, eu só quero desejar a todos muita sabedoria. Que Deus possa iluminar o Relator e demais membros, porque nós precisamos passar deste tenebroso e longo período de lágrima e dor que a sociedade brasileira está vivendo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Simone.

Eu vou... Eu vou...

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – É apenas pela ordem, Sr. Presidente, para sugerir o encaminhamento na linha do que o Relator já sugeriu, no sentido de que as questões de ordem apresentadas que não tenham ligação com os atos desta reunião, que são oitivas, sejam recolhidas por V. Exa. e decididas oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. O.k. É isso que nós faremos amanhã.

Eu vou... O Requerimento 374, de 2021, que solicita ao Tribunal de Contas da União a disponibilização de duas servidoras para auxiliarem o trabalho da CPI.

Aqueles que concordam com a sua aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

3ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 374, DE 2021

Requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União a disponibilização de servidoras para auxiliarem nos trabalhos desta CPI.

Autoria: Senador Omar Aziz)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu convido o ex-Ministro Dr. Mandetta para que possa sentar-se aqui, à mesa. (*Pausa.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou estipular... Antes de eu falar com o Ministro sobre os termos do art. 203, nós faremos o seguinte: a proposta da Mesa é cinco minutos de pergunta, cinco de resposta, três de réplica e três de tréplica para os titulares.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão diferente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não! Pois não!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria tomar como base a nossa CPI da Fake News, que tem uma quantidade de integrantes muito maior – são mais de 60 –, e o Senador Angelo Coronel, o Presidente, adotou uma estratégia que, para um Comissão que tem 11 membros titulares e sete suplentes, eu acho que cabe muito bem, que era de definir um tempo: 15 minutos, em que se faria inquirição e resposta também. Sempre funcionou muito bem. Eu acho que cinco minutos, com tréplica, réplica, não seria o ideal. E, como V. Exa. tem a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que eu estou tentando é que a pessoa que está sendo aqui inquirida responda a você uma pergunta e você possa ter o direito de que a resposta seja objetiva, da forma como V. Exa. fez. O que acontece? Se V. Exa. fizer uma pergunta e a pessoa que está sendo inquirida aqui responder e a resposta não lhe satisfizer, você só vai falar lá no final.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, no caso lá se utilizava aquele tempo todo para que fossem feitas pergunta e resposta e, inclusive, podia ser feito assim. A minha preocupação é que cinco minutos é muito pouco para se fazer uma formulação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. me permite uma sugestão, um encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Veja, nós estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, a grande propriedade dos membros desta Comissão é inquirir as testemunhas e, eventualmente, algum investigado. Para inquirir, o método da inquirição – arguo aqui o depoimento, inclusive, de um delegado que esteve na CPI, que é o colega Alessandro Vieira – necessita de tempo para buscar a verdade da inquirição. Cinco minutos, de fato, Presidente, são totalmente insuficientes. Então, no escopo da questão de ordem apresentada pelo Senador Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seriam 15 minutos entre o Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dialéticos? Seriam 15 minutos dialéticos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem, não há problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perguntando, respondendo; perguntando, respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A proposta que estou fazendo é de 16 minutos, acima de 15 inclusive, mas tudo bem, será dessa forma, sem problema nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho, inclusive, que nós podemos estabelecer 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso não tem... Não há nenhum tipo de discussão que a gente possa levar... Fica a proposta do Senador Humberto Costa: seriam 15 minutos de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acho que poderíamos estabelecer 20 minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, são 15.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sem o tempo do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Relator não tem tempo, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Relator vai... Até porque, creio eu, quando tiver chegado no quarto ou quinto Senador, muitas das perguntas que o Senador está preparado para fazer já deverão ter sido respondidas. Sempre isso aconteceu, em qualquer lugar, até porque, como é fato determinado, não há muito como você fugir daquele fato.

Então, eu vou pedir ao Dr. Mandetta... Eu vou ler aqui, Dr. Mandetta... O senhor faz, sob a palavra de honra nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, o senhor está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. O nosso convidado é testemunha.

Eu vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros, para que ele possa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma colocação a respeito do tema.

Eu acho que ao Ministro Mandetta poderia V. Exa. disponibilizar um tempo para que ele pudesse discorrer sobre o período em que esteve à frente do Ministério, mostrando desde o início, quando ele assumiu, até o fim, certamente, inclusive, mostrando a curva epidemiológica da doença nesse período. Depois o Relator formularia as perguntas que deseja.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, por mim, não vejo problema nenhum. Acho que tudo o que será perguntado ao ex-Ministro Mandetta é relacionado ao trabalho dele. O que ele vai responder depois será o que ele vai expor agora aqui, mas, se quiserem, eu dou o tempo, e, se ele achar por bem querer esse tempo, é diferente. Isso não é uma audiência pública, em que a pessoa vem aqui... Isso aqui é uma CPI. Ele não veio aqui... Mas eu dou, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Prorrogação quem decide é V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tudo bem. Eu vou dar dez minutos.

Dez minutos é tempo suficiente para ele falar ou tem que ser mais? (*Pausa.*)

Então, eu darei ao ex-Ministro Mandetta dez minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vocês é que decidem.

Sr. Presidente, apenas para fazer uma...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Bom dia a todos e a todas, em tempo que cumprimento o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz, o Relator, Senador Renan Calheiros, e em vossos nomes cumprimento a todo o Senado da República. Por favor transmitam ao Presidente Senador Rodrigo Pacheco meu respeito à condução dos trabalhos desta Casa Legislativa.

Cumprimento a todas as Senadoras aqui presentes, Senadora Eliziane Gama, Leila Barros, e em especial as duas Senadoras por Mato Grosso do Sul, Senadora Simone Tebet e Senadora Soraya Thronicke. Por favor, transmitam a todas as Senadoras o meu respeito e a minha admiração pelo trabalho de todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este episódio coronavírus é um episódio fulcral, Senador Ciro. Se o Eric Hobsbawm for escrever *O Breve Século XXI*, ele vai começar pela grande pandemia. O vírus se transformou num ataque global, mundial, e não há nenhum raciocínio individual que prevaleça sobre o raciocínio coletivo.

A minha presença no Ministério da Saúde remonta ao ano de 2019. No ano de 2019, nós encontrávamos um Ministério e várias ações acabaram se conspirando favoravelmente para soluções em 2020. Nós estávamos com o País com o retorno do sarampo e abrimos logo de cara um retorno pela vacina.

A vacina foi um instrumento de reinserção do Brasil nos fóruns multilaterais. A vacina foi como nós entramos na Organização Mundial da Saúde, foi como nós entramos na ONU e foi também a vacina a única pauta sugerida para o Brasil para a assembleia de 2020, em que a proposta brasileira seria a vacina como um patrimônio global da humanidade, um valor global, quase que vaticinando a discussão sobre futuras epidemias. Foi ali que nós demos os passos da atenção primária: Saúde na Hora, Médicos pelo Brasil, o Conecta SUS, que foi feito no início dessa gestão, para fins de construir uma conectividade numa rede completamente desprovida de conectividade.

Mas os dois fatos principais no mês de dezembro, que impactaram, foi que nós conseguimos, pela primeira vez, habilitar a totalidade de leitos de UTI que estavam pendentes no Ministério da Saúde. Foi a maior habilitação da história do SUS.

Nós zeramos o déficit de habilitação de 2019, 2018 e 2017. Naquele mesmo mês, nós entregamos a renovação da frota Samu com 40% de ambulâncias novas, já que ela não tinha sido renovada nos anos anteriores. Isso possibilitou que as unidades de CTI e urgência estivessem mais bem equipadas.

Nós fizemos o seguimento dessa epidemia por semanas epidemiológicas, a cronologia. E nessa cronologia, nós iniciamos uma série de ações de acompanhamento tempestivo dessa evolução, de antecipação à Organização Mundial da Saúde, da percepção da gravidade da epidemia, da mobilização dela do Ministério da Saúde – do ministério e com outros ministérios, interministeriais –, uma abordagem sistêmica e integral dessa pandemia. E logo no início dos meses, em dezembro, nós captávamos, pelo Ministério da Saúde, rumores de uma pneumonia atípica, sem nenhuma manifestação nem da Organização Mundial da Saúde nem da China.

O Brasil foi um dos primeiros países que... No dia 3 de janeiro de 2020, nós questionamos a Organização Mundial da Saúde a respeito desses rumores. Somente no dia 24 – em 24, não é? – de janeiro é que a Organização Mundial da Saúde faz a sua reunião para fazer a análise da informação da China, e a informação que tínhamos era muito primária. Nós tínhamos uma informação: trata-se de um vírus novo, da classe coronavírus, que faz uma pneumonia, que tem transmissão comunitária e tem transmissão entre humanos. Basicamente era essa a informação que nós tínhamos, era a pedra bruta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira reação da Organização Mundial da Saúde foi dar um alerta internacional nesse comitê dela de emergência e manter todos os voos da China, manter o funcionamento. A orientação era que nós tínhamos que simplesmente ficar vigilantes. Somente no dia 30 de janeiro é que a Organização Mundial da Saúde faz esse reconhecimento, e ela recomenda que o Regulamento Sanitário Internacional seja cumprido.

No dia 28 de janeiro, a gente faz a reunião do nosso primeiro escalão e coloca para ser diária a comunicação com as pessoas. Qual a razão de você comunicar diariamente? Nos princípios básicos da gestão de epidemias, a comunicação, o plano de transparência total de informações para se adquirir credibilidade, para evitar as *fake news*, para construir a primeira linha de defesa que ocorre exatamente dentro das famílias, ela é: organizar um plano de comunicação direto com a sociedade. Passamos a fazê-lo ainda no mês de janeiro. Questionamos uma série de situações de como construir as soluções para esta pandemia, soluções que passaram por verificar legislação, competência de Estados, Municípios, a quarentena, o isolamento, a falta de legislação sobre quarentena – a última vez que isso tinha sido utilizado no Brasil foi em 1917, na gripe espanhola. Eu vim a esta Casa e, com o entendimento tanto da Câmara quanto do Senado, nós votamos a lei que garantiu a ambiência mínima de legislação para podermos fazer uma série de medidas que precisávamos fazer. Organizamos as posições e reforcei a questão de definir critérios de isolamento, restrição, obrigatoriedade de exames, isso tudo sendo competência do Legislativo; saúde indígena, em que foi feita a adoção de medidas não farmacológicas para os profissionais de saúde indígena – a Organização Mundial de Saúde só decreta a epidemia do coronavírus uma emergência de saúde pública de interesse internacional em 30 de janeiro –; o primeiro repasse mensal ao Previne Brasil; a abertura, o encaminhamento da pandemia via atenção primária, em 31 de janeiro; elaboramos o projeto de lei, trouxemos a esta Casa; fizemos o treinamento, através da Fiocruz, para fazer os exames de PCR-RT para todos os laboratórios centrais dos Estados. E o Brasil também fez, por minha determinação, a capacitação de todos os países da América do Sul e Central.

A Comissão Intergestores Tripartite, que reúne Estados, Municípios e Governo Federal, foi convocada especificamente para o coronavírus, para que eles construíssem os seus planos de contingência em cada Estado, e deliberamos que ela seria permanente. O SUS é um grande pacto federativo, é ali que se trabalham União, Estados e Municípios, por pactuações. A partir do momento em que eu a convoquei permanente, eu solicitei ao Conass e ao Conasems que viessem para o Ministério da Saúde. Talvez aquele momento tenha sido o momento em que o SUS estava mais uno, já que as pactuações eram feitas de maneira típica de situação de emergência.

Organizamos a operação de retorno de brasileiros que estavam em Wuhan, na China, com a organização de quarentena. Estreitei, procurei, provoquei reunião com o Embaixador da China, mesmo sabendo das dificuldades momentâneas – Presidente, se eu estiver exarando, eu paro no momento em que estiver falando, mas ainda estamos bem no começo –, o embaixador da China, quando presto solidariedade e encaminho carta para o ministro da saúde da China. Esse ministro da saúde da China se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

tornara, além de um ministro de Estado com quem eu me encontrava sistematicamente nas reuniões do Brics, ele se tornara uma pessoa com quem estreitei relações de amizade. E a China, nesse momento, havia fechado as exportações de todos os equipamentos de proteção individual, de todos os respiradores, deixando somente para consumo interno da China. E o Brasil, assim como o resto do mundo, concentrou as suas compras, tanto a parte pública quanto privada, nessa ótica, nessa lógica de economia da península asiática, onde 94% desses equipamentos de proteção individual são produzidos. Há uma dependência, houve uma desindustrialização do mundo ocidental muito grande, que optou pela compra internacional. Nesse momento, não havia mercado.

Nessa reunião, também provocada pelo Brasil, eu me desloquei a Assunção e fizemos a reunião de ministros de saúde do Mercosul, em Assunção, com o ministro da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, quando fizemos todo o trato sobre o trânsito de fronteiras internacionais e decisão de nos comportarmos em bloco, articulados com os povos andinos.

Ainda, naquele momento, nas reuniões de primeiro escalão, as compras, os demais insumos, portaria de repasse de recursos para Estados e Municípios, campanhas de esclarecimento à população que deveriam ser feitas no âmbito do Ministério da Saúde, capacitação de agentes comunitários, o recebimento e o diálogo contínuo com todos os senhores – uma situação difícil de atender com a presteza que deveria um Ministro de Estado pela pletora de solicitações de Senadores a respeito da situação em seus respectivos Estados, mas, nessa época, no mês de fevereiro, janeiro e fevereiro, nós não tínhamos nenhum caso identificado de vírus no Brasil. Nós estávamos em estágio de vigilância, nós fazíamos os testes e os testes davam negativos para o coronavírus, basicamente era um adenovírus e, em alguns, o H1N1.

Também da reunião com o Embaixador do Japão sobre a crise do transatlântico submetido à quarentena, declaramos e caracterizamos que, em 11 de março, somente em 11 de março, dez dias após o Brasil ter questionado a Organização Mundial de Saúde sobre "estamos em pandemia?" – houve inclusive uma resposta do Presidente diretamente ao Brasil dizendo que não –, somente em 11 de março é que a Organização Mundial da Saúde decreta, reconhece uma pandemia, o vírus como pandemia, ou seja, ele estava presente em todos os continentes.

Ali, naquele momento, ficou claro que não estávamos frente a um vírus pesado, um vírus lento, como é característica dos vírus SARS, MERS, típicos daquela região, que eram vírus pesados, vírus que você, com um bloqueio, eliminava. Este não! A partir do momento em que é uma pandemia, é transmissão humana, é transmissão sustentada, está nos cinco continentes. Trata-se de um vírus leve, trata-se de um vírus competente para fazer a transmissão inter-humana na velocidade com que fez em todo o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso disparou uma corrida mundial de insumos e testes. O mercado teve um aumento assustador de preços, desaparecimento dos itens, países ricos bloquearam exportações, retiveram insumos, equipamentos necessários e parte dos editais de compra de equipamentos dando vazio.

O grupo de trabalho com a CGU, órgão do ministério para a lisura dos processos de compra... A CGU foi a primeira a ser provocada. Na sequência demandei reuniões com o Supremo Tribunal Federal com a presença do Presidente do Senado, do Presidente da Câmara e todos os Ministros daquela Corte para dar ciência dos fatos; reunião com a Procuradoria-Geral da República e câmara técnica, com todos os promotores estaduais e federais que compuseram uma tomada de decisão conjunta com o ministério.

O Tribunal de Contas da União, na pessoa do Presidente José Múcio, fez uma reunião com todos os conselheiros e a designação de dois técnicos do TCU para acompanharem permanentemente as ações do Ministério da Saúde coordenadas entre os órgãos da República para o enfrentamento da pandemia.

O vírus é maior do que todas essas estruturas individualmente. Este vírus não ataca indivíduo; este vírus ataca a sociedade. E ele ataca o Legislativo, o Judiciário, o Executivo, o sistema de saúde, o sistema de educação. Todos esses pontos foram levantados para que nós tivéssemos união para podermos fazer um investimento.

Atenção básica sem material, sem máscara, sem equipamentos de proteção individual, impossibilitando a utilização do nosso exército de agentes comunitários de saúde, da nossa rede capilarizada em todo o País.

A iniciativa de se fazer por telemedicina, que não era normatizada, não era ainda legalizada, que fizemos por portaria e implantamos um programa para fazer o atendimento, a consulta médica, a prescrição e os atestados que fossem necessários.

Para os testes, testes rápidos, de difícil compra, ausentes, começamos a convocar, chamar toda a iniciativa privada. Os testes foram adquiridos pela Vale do Rio Doce dentro da China, por conjuntos bancários, e doados ao Brasil por essas empresas que se prestaram a fazer esse trabalho.

Nós preenchemos 5.811 vagas no Mais Médicos para médicos detentores de registro, CRM, em 1.920 Municípios. Organizamos o cadastro e cadastramos 4 mil médicos para dispor para a atenção básica.

Nós ultrapassamos 100 casos confirmados somente no dia 14 de março.

A reunião da PGR, a determinação urgente para que se verificasse e se redimensionasse, baseado no que aconteceu em Bergamo, na Itália, a rede de gás e oxigênio disponível e o seu redimensionamento para o enfrentamento em uso coletivo.

A determinação para uso o mais rápido possível da estratégia de telemedicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alteração no rito de habilitação de CTI, universidades públicas e privadas de saúde, não fechamento dos cursos; o sexto ano de Medicina, para que ele iniciasse os seus trabalhos, por serem jovens, sob orientação de outros.

Suspensão de cirurgias eletivas; unidades hospitalares que deveriam fazer, todas, os seus planos de contingência.

E a coordenação pelas secretarias estaduais.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia, esclarecimento sobre a lista de medicamentos.

Passamos, no dia 16 de março, uma parcela única para o teto de média e alta complexidade de R$424.154.750,00.

O Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo coronavírus em povos indígenas, feito em 16 de março.

Em 17 de março, o primeiro óbito no Brasil pelo novo coronavírus.

A reunião diária do gabinete de ministros em que participaram secretarias, assessores de ministros, diretorias de integridade.

Em 18 de março, a reunião do primeiro escalão em que nós introduzimos todo o ordenamento de atendimento para os pacientes brasileiros.

Habilitação de 2.540 leitos de UTI em 18 de março por 90 dias, com a necessidade de ampliação.

Ministério da Saúde e empresas produtoras de equipamentos médicos e similares para intensificar a produção de respiradores no Brasil. Aqui, Senador Humberto, aquelas firmas que tenho certeza de que eram típicas do começo dos anos 2000, que produziam respiradores, a Takaoka, antiga Takaoka, a Magnamed, todas elas muito pequenas e que tinham uma capacidade de produção de não mais de 800 respiradores até agosto. Nós chamamos Brastemp, Crysler, Fiat, Positivo, Flex, fizemos um *pool*, escalonamos a produção, e eles entregaram 15 mil respiradores até o mês de agosto.

Habilitação de mais de mais 2.500...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Mandetta, eu dei tempo suficiente... Eu, primeiro, acolhi um pedido do Senador... Eu era contra, está certo? E eu pensei que você ia fazer uma exposição... Até porque, como vai haver perguntas, e aí nas perguntas o senhor pode responder tudo isso. Mas já ultrapassa 20 minutos, e eu tinha dado 10 minutos, o senhor pediu mais um tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem prejuízo, porque nós vamos fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que é sem prejuízo.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não tem problema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque V. Exa. irá depois...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Eu já no início percebia que seria... Falei: vou falar até o limite que for razoável, e aqui tem outro espaço.

Quando eu questionei a Comissão se podia ter colocado por semana epidemiológica, isso teria sido muito rápido. Fica uma sugestão: quem tiver explicações a dar possa fazer o recurso da parte audiovisual, porque fica muito mais fácil do que por escrito.

Enfim, para concluir, aqui nós temos essa narrativa por semana, que é como o Ministério da Saúde trabalha: semana epidemiológica – semana 1, 2, 3, 4... E, nessas semanas, todas elas têm pontos que impactaram diretamente a condução da epidemia. Então, elas estão todas aqui devidamente relatadas.

O que só me resta dizer foi a tomada de decisão em cima de três pilares: a defesa intransigente da vida, que foi o princípio número 1 – não haveria nenhuma vida que não fosse valorizada –; o SUS como meio para atingir; e a ciência como elemento de decisão. Esses foram os três pilares sobre os quais nós construímos o eixo de prevenção, de atenção, de testagem, de hospitalização e de monitoramento da doença. Eles estão todos aqui. Se houver algo a que eu possa me socorrer, eles estão todos aqui.

E eu fico à disposição dessa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, Relator da CPI da Pandemia.

Pois não, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente, só para... Eu já tinha me inscrito com V. Exa., mas só para V. Exa. também organizar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, Senador Randolfe, Senador Humberto Costa, Senador Eduardo Girão, Senador Ciro Nogueira, Senador Eduardo Braga, Senador Marcos Rogério, Senador Otto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Senadora Simone aqui está se inscrevendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá.

Dos titulares, quem está inscrito são essas pessoas.

Senador Tasso, como titular, vai fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Abre o som do Senador Tasso, por favor.

Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) – Sim, eu me inscrevi, eu levantei a mão aqui pelo vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Então, é o seguinte: Senador Randolfe, depois Senador Tasso. O acordo feito aqui era: um presencial, um semipresencial. O.k.?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para eu entender: vão todos os titulares, depois todos os suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí depois os não membros? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os não membros. É isso. Só que amanhã, Senadora Eliziane, a pedido seu e das Senadoras mulheres nós termos uma reunião para a gente ver como contempla a participação das senhoras.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com o nosso apoio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o apoio de todos os Senadores aqui, é lógico. Uma discussão bem ampla, porque a participação de todos... Por mim podem vir os 81. Eu vou abrir a palavra para todos eles sem problema nenhum. Mas, no caso específico das senhoras mulheres, há consenso. O Senador Ciro, o pessoal que mais apoiou... Eu acho que é o partido que mais tem mulher na Câmara e mais mulher no partido dele aqui mesmo, no Senado. Não tem ninguém que tenha mais mulher do que o PP. Então, ele vai ser acuado pelas mulheres do partido dele.

Bom, Senador Randolfe... Desculpe, o Senador Renan; depois, o Senador Randolfe; aí, o Senador Tasso; e, depois, o Senador Humberto. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito; Senadoras; Lideranças presentes; em primeiríssimo lugar, eu quero agradecer a presença, nesta Comissão, do Ministro Mandetta. Sua presença é muito importante, fundamental mesmo, para que a gente possa avançar nesse depoimento e, através dele, recolher informações, considerações, números, testemunhos. É exatamente tudo o que nós queremos no foco determinado da nossa investigação.

Esta é a nossa primeira reunião de oitiva, mas será uma semana muito importante, para que nós possamos dar os primeiros passos. Nós estamos tendo algumas dificuldades, hoje, novamente verificadas aqui, com enfrentamentos, tensões. Eu estou dizendo isso para, em meu nome, como Relator, fazer uma autocrítica, pedir desculpas e dizer que, hoje, eu estou demonstrando – e serei assim, em todas as reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito – que eu não vou, de forma nenhuma, aceitar a provocação de amigos e de companheiros; eu, calado, estaria errado.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito não será nem do Governo, nem da oposição. Nós temos aqui um compromisso fundamental, que é a busca da verdade, esteja onde estiver. Qualquer meio que for necessário para que nós possamos acessar a verdade nós vamos ter que fazer, dentro do fato determinado, porque a Comissão pode tudo, absolutamente tudo, no limite da Constituição e no limite do despacho do Presidente do Senado Federal.

Então, Ministro Mandetta, o Brasil e o mundo nos acompanham, e nós precisamos saber, ao longo dessa investigação, se houve – por ações, ou por omissões, ou por negligências, ou por desídias, ou por incompetência – o que foi mesmo que nos levou a esse quadro dantesco de mais de 400 mil mortos, de milhões de infectados e de milhões também de sequelados. A sua presença, hoje, aqui, fundamentalmente objetiva que V. Sa. nos ajude nesse objetivo, nesse propósito. E me permitam os Srs. Senadores e V. Sa., porque eu vou começar a fazer as perguntas.

Ministro Mandetta, durante a sua gestão, em 3 de fevereiro do ano passado, o Ministério da Saúde, devido à infecção pelo coronavírus, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), por meio da Portaria 188 e conforme o Decreto 7.616. Ficou, então, estabelecido o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública, o COE-Covid-19, como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional. Uma das competências do COE, como todos sabem, é a de articular-se com os gestores estaduais, distritais e municipais do SUS. Diante disso, pergunto a V. Sa.: como o Ministério da Saúde estabeleceu o diálogo com Governadores e Prefeitos?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Sr. Relator, o COE tem uma das funções angulares que é o monitoramento de todo o andar da epidemia e as sugestões. Toda pactuação é feita de maneira tripartite no SUS. Quando fiz a primeira tripartite, passei à permanente. Então, era através do Conselho Nacional de Secretários Estaduais, Conselho Nacional de Secretários Municipais e o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Saúde a deliberação contínua. Todos os dias, durante o mês de fevereiro, março, de segunda a segunda – somente um dia nós não trabalhamos, que foi a Sexta-Feira Santa –, das 7h30 da manhã às 9h30 da manhã, com a presença de todos os representantes do Estado, Municípios, TCU, etc., no Auditório Emílio Ribas, eram feitas todas essas pactuações. E, em qualquer momento que ocorresse a necessidade, eles estavam presentes dentro do Ministério da Saúde para deliberação. De uma maneira tripartite, eram todas as pactuações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que unidade do ministério ficou responsável por coordenar as esferas do SUS quanto à aquisição de bens e à contratação de serviços necessários para o enfrentamento da pandemia?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O nosso sistema de governança organiza-se em secretarias especializadas de atenção primária, atenção especializada, atenção indígena, gestão do trabalho, e elas remetem à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que então organiza todas as demandas, necessidades de abastecimento, sempre coordenadas pelo Ministro, com a presença do Secretário também, que eu esqueci, de Vigilância, que era o Wanderson Kleber de Oliveira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como funcionava essa coordenação durante o seu período à frente do Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – De maneira harmônica, com reuniões diárias; com tentativas de compra; frustrações por muitos processos deles se darem vazios; articulação internacional; o próprio fuso horário com a China, nós revezávamos o período noturno, nós trabalhávamos de 20h a 21h, cada dia um ficava para tentar argumentar com os chineses; além de esforços interministeriais. Ela funcionava de uma maneira muito harmônica e muito em consonância com o que nós deliberávamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Brasil é um país de dimensões continentais, composto por Municípios de grandes heterogeneidades sociais, econômicas, culturais e geográficas. Nesse contexto, a prestação de apoio técnico e a normatização realizadas pelo Ministério da Saúde, de acordo com as atribuições da Lei nº 8.080, a Lei Orgânica da Saúde, são elementos fundamentais de suporte às cidades, notadamente aquelas de menor porte e arrecadação também, que tantas vezes não possuem sequer técnicos capacitados para organizar adequadamente a prestação da atenção à saúde da população. Assim, nós fazemos alguns questionamentos, Sr. Ministro. Quais normas técnicas foram elaboradas em sua gestão para guiar os Municípios, no combate à Covid, uniformizando a atuação do Sistema Único de Saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sr. Relator, seriam talvez as inúmeras que estão aqui. A função do Ministério da Saúde é antecipar, dialogar e antecipar, colaborar, dar suporte técnico, fazer as portarias de acordo com a necessidade do sistema de saúde e das deliberações desses Municípios que são muito frágeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos inúmeras portarias técnicas: o protocolo de atendimento, o protocolo de atendimento respiratório, a organização da unidade básica de saúde como porta de entrada, a telemedicina. São todas elas portarias, porque a telemedicina, ao mesmo tempo em que faz o registro, ela comunica à secretaria municipal, que dispara o monitoramento dos casos suspeito lá dentro do Município.

A portaria técnica sobre até sistema de sepultamento, isso tem que ser padronizado em Território nacional – é duro padronizar. Nem o luto esta doença nos dá o direito de tê-lo. Mas é feito dentro de parâmetros científicos, técnicos, com orientação técnica do Ministério da Saúde.

A questão de protocolos medicamentosos, portarias técnicas do Ministério da Saúde. Enfim, temos uma lista grande de portarias sobre testagem... E elas estão todas no *site* do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais manuais e protocolos de manejo de pacientes ou de caso suspeito de Covid foram editados de que o senhor se lembra na sua gestão?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós editamos a portaria sobre fluxo de entrada dentro do sistema – de os pacientes fazerem a sua entrada pela atenção primária; fizemos o fluxo de teleatendimento completo; fizemos o fluxo de todos os hospitais, de acordo com o plano dos Estados para que se separasse... Há uma confusão entre leitos de CTI existentes e colocar pacientes com Covid ao lado de pacientes que estão em leitos existentes: você contamina. Então, você precisa de leitos de CTI em separado para esses pacientes – também foi feita a orientação. A orientação sobre a metragem de todos esses CTIs, já que não se pode trabalhar com o conceito rígido de normas de CTI numa situação como essa. Foi feita a orientação de todo protocolo de exames de testagem de PCR. A própria compra dos *kits*, você faz a coleta nasal e oral. Isso tudo é feito dentro de técnicas; todas elas foram padronizadas.

Enfim, há um número quase que diário ou semanal: nós temos duas, três orientações técnicas para Estados e Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta mais direta, mas também uma oportunidade: a recomendação de que os pacientes deveriam procurar os serviços de saúde apenas quando apresentassem sintomas mais severos da Covid – como falta de ar, por exemplo –, dada em certo momento da sua presença no ministério, o senhor considera hoje que foi adequada?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Isso não é verdade, Senador.

Nós estávamos no mês de janeiro, no mês de fevereiro, e não havia um caso registrado dentro do País. O que havia naquele momento eram pessoas em sensação de insegurança, de pânico, porque viam, no mundo inteiro, situações, a televisão passando hospitais sendo construídos na China, a própria Itália com o seu *lockdown*. E as pessoas procuravam hospitais no intuito de fazer testes. Naquilo, 99,9999% dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos eram de outros vírus e 0,0001% era indefinido. Nós só fizemos transmissão comunitária depois do dia 24 de março. Num momento de virose... Para viroses, a orientação sempre foi que você observe a virose, que você não vá imediatamente para o hospital, porque aglomera. E, se você tiver lá, sim, um paciente positivo, ele vai contaminar na sala de espera.

Eu tenho visto essa máxima ser repetida e eu tenho percebido que é mais uma guerra de narrativa. Todas as orientações são para dar entrada pelo sistema de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tendo em vista o que estabelece o art. 16 da Lei Orgânica da Saúde, o ministério elaborou um plano estratégico detalhado para viabilização de medidas de gestão e de assistência farmacêutica previstas no Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus? Em caso positivo, em que momento da pandemia?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – A data precisa, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não precisa, mas uma referência.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós iniciamos os protocolos a partir do momento em que nós tivemos o primeiro caso positivo no Brasil – foi no dia 26 de fevereiro, na Quarta-Feira de Cinzas. Depois disso, nós ficamos fazendo casos pontuais. Somente em 24 de... Somente em março é que nós falamos: temos transmissão sustentada, ou seja, temos uma situação de pandemia.

As orientações foram feitas em algum momento nessa data, mas muito claras, muito específicas e todas elas no *site* do ministério, todas elas para consulta pública e todas elas verbalizadas diariamente por mim, porque, em situação de pandemia, você cria muitas falsas versões. Nós combatíamos naquela época, por exemplo, a teoria de que: "Olhe, cidades quentes, tropicais não vão ter problema". Eu me lembro dessa teoria, ela era uma cantilena. Eu alertava Manaus, tinha uma preocupação com Cuiabá: "Olha, não. Cuidado! Não acreditem, se preparem". Nós tínhamos a teoria de isolamento vertical: "Olhe, isole só os idosos". Não era verdade, a gente tinha que orientar. Todas as nossas orientações foram assertivas, foram pela ciência. Embora algumas pessoas tenham compreendido, outras não compreenderam, mas nós tivemos todas as nossas afirmações comprovadas pelo decorrer da doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As atribuições delimitadas pelo referido Plano de Contingência Nacional para o Ministério da Saúde, que deveriam, por exemplo, monitorar estoques de insumos e medicamentos no âmbito dos Estados, eram realistas e exequíveis?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Tem que monitorar, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos a lista de tudo que era necessário. Nós sabíamos, por exemplo, sobre esses *kits* de intubação. Esses medicamentos relaxantes musculares tiveram um aumento expressivo na Europa, nos Estados Unidos. Nós olhávamos o que passava lá. Eu não pude ler aqui, mas eu liguei o Brasil – eu fiz o maior comitê de especialistas *ad hoc* ao ministro, quase 50 – à sociedade europeia, à sociedade norte-americana e tinha os números deles diariamente comigo, em diálogos com o Ministro da Saúde da Itália, com a equipe da saúde da Inglaterra, e sabíamos o que eles passavam lá. Então, há o monitoramento de quais medicamentos, quais gases, qual o tamanho da estrutura, o que estava acontecendo. O Ministro da Saúde apropriava e procurava antecipar os problemas. Talvez por isso, naquela chamada primeira onda, muitas dessas ações tenham passado despercebidas, porque o sistema teve dificuldade, mas ele atravessou. E, depois, na segunda onda, como ela foi em paralelo, o sistema estressou, e aí essas preocupações vieram à tona.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram promovidas ações, por exemplo, para garantir e monitorar o estoque estratégico de insumos laboratoriais para diagnóstico da Covid-19?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Com toda dificuldade, Senador Renan.

Nós tínhamos uma dificuldade enorme no mundo de ter os *kits*. A Fiocruz era a nossa única fonte de produção e, ainda assim, para produzir, dependia de reagentes trazidos do mercado internacional. Nós tínhamos uma produção, naquele momento, aquém do que nós precisávamos. O mercado estava congestionado, convulsionado. Ainda assim, nós tomamos todas as medidas. Iniciamos o processo para aquisição de 24 milhões de *kits*, que depois acabou... Eu fui exonerado, e não pudemos fazer todo o plano que faríamos. Era: testagem, separar, monitorar, evitar a transmissão.

Nesse primeiro mês de fevereiro e março, o que nós tínhamos era um SUS que, perigosamente... Nós ficamos quase a zero no Brasil de máscaras. Essas máscaras que hoje são tão comuns, as pessoas usam um pouco e largam, na época, isso era um produto que levou o Presidente dos Estados Unidos a vir em público com uma máscara na mão. Não havia nem para a rede privada. As pessoas falavam: "Usa a de pano e esteriliza". Nem lavanderias hospitalares nós não temos mais na quantidade que tínhamos para poder esterilizar máscara de pano. E as pessoas continuam tendo fraturas, apendicites, infartos. Nosso sistema ficou extremamente vulnerável e próximo do colapso, mesmo sem ter casos de Covid naquele momento em número suficiente, por conta do próprio mercado, que foi completamente absorvido pela fúria de aquisição de países como Estados Unidos e Europa, sem nenhum tipo de... Era a lei do capitalismo mesmo; quem pode mais adquire.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram promovidas ações para monitorar o estoque de medicamentos no âmbito federal e estadual?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Todos esses medicamentos eram monitorados. Nós tínhamos a Secretaria de Atenção Especializada, a SAE, era uma das competências. Nós tínhamos uma coisa que, em saúde e também em várias áreas de almoxarifados no mundo, de logística, é a curva ABC. Você tem tanto em estoque (A), você tem tanto em consumo (B), qual é a capacidade de fazer a reposição (C)? Essa curva ABC foi colocada como o rito de uma série de medicamentos e de situações em que você tinha sinal amarelo, sinal vermelho. E você teria, por obrigação, que entrar, como Ministério da Saúde pactuado com Estados e Municípios, quando o sistema estadual e municipal não tivesse condições de... Foi por causa disso que o Ministério da Saúde fez, a pedido dos Estados e Municípios, a compra de equipamento de proteção individual. A briga, a guerra de respiradores entre as unidades da Federação, com ordens judiciais para dentro do Brasil, para retirar um do outro... O Ministério da Saúde entra e organiza e pacifica toda a questão de monitor, respirador e pacifica isso para todas as unidades federativas. Depois que ela entra para o normal, isso volta para a competência de Estados e Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo especialistas, uma das ações mais efetivas para o controle e a disseminação da Covid-19 é a realização de testagem em massa da população, política essa que foi recomendada principalmente após os bons resultados terem sido observados em países que a adotaram, como Alemanha, Coreia do Sul, já no início da própria pandemia.

Ainda assim, o Brasil não lançou essa estratégia em nenhum momento, incluído o período compreendido em sua gestão. Por que sua gestão não estruturou uma política de testagem em massa da população?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sr. Senador, no mês de março, nós iniciamos todo o processo de aquisição da testagem: 24 milhões de testes. Não adianta comprar só o teste; tem que processar os testes de maneira automatizada.

Nós fizemos o *pool* de laboratórios, Dasa e outros, uma série de parceiros – isso era de responsabilidade do Secretário Wanderson –, para construirmos toda a lógica de testagem, entrega do resultado, através de aplicativo, diretamente para a pessoa e para a Secretaria de Saúde. Disparamos o processo de aquisição com todas as dificuldades, mas isso só foi recebido, só foi assinado o recebimento dos testes... Já era o Ministro subsequente, o Ministro Teich, e depois eu soube que os testes não foram... Essa estratégia não foi utilizada. Essa era, de uma maneira muito clara, a nossa estratégia: testar, testar, separar para diminuir o índice de transmissão desse vírus, o RT do vírus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro Mandetta, havia impedimento técnico para tanto?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não havia o teste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não havia o teste.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não havia como você adquirir, era uma carência mundial. Nós fizemos um convênio com a Organização Pan-Americana da Saúde, com a Opas, para, via intercedência com a Opas, aumentar a produção. Ela nos solicitou 15 dias. Nós entramos em contato com a Mundial da Saúde. Nós fizemos licitações. A Fiocruz entrou em compra internacional, a iniciativa privada brasileira também.

No início, nós tínhamos aqueles chamados testes rápidos, que eram testes... E o próprio PCR-RT, que é o padrão ouro. Aquele seria o nosso guia, e os testes rápidos seriam testes complementares auxiliares. Lembrando que, a cada vez que se testa, os contactantes ficam em casa, os contactantes ficam em isolamento com o protocolo. Não é só a testagem; é coleta, testagem e, após a testagem, as medidas referentes àquele teste positivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em sua avaliação, a testagem realizada pelos Estados e Municípios foi apropriada?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que nós tivemos, num determinado momento, um caminho traçado pelo Ministério da Saúde para testagem, para utilização da atenção primária, para regularizar a questão... E tínhamos um caminho, nós sabíamos para onde nós iríamos. Nós tínhamos claramente que nós iríamos testar, bloquear o máximo possível os contágios, identificá-los cedo e nós iríamos tratar, via atenção primária, e ampliar a nossa rede de atendimento hospitalar.

Isso era a maneira como nós focávamos. Nós não tomamos nenhuma medida que não tenha sido pela ciência, e a ciência é essa, é isso que recomendávamos. Agora, *a posteriori*, nós vimos pararem muitas coisas e não colocarem outras no lugar. A testagem é uma delas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o apoio dado pelo Ministério da Saúde a Estados e Municípios para a compra de respiradores e, por exemplo, ampliação de leitos de UTI durante a sua presença no ministério?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan... Permita-me, Ministro Mandetta, fazer um apelo, pela ordem, ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu acabo de ser informado, Senador Renan, de que esta CPI deixou de ser transmitida neste momento pela TV Senado, para que seja transmitida a sessão do Congresso. Apelo a V. Exa. para entrar em contato com o Presidente do Senado, porque reputo esta CPI, a matéria, de interesse do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com certeza. Esta Presidência fará isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, ontem eu informei ao Senador Presidente Omar, quando ele estava saindo aqui, no revezamento, informei a ele também, Senador Eduardo, e ele estava, se não me engano, tomando providências em relação a isso. Realmente procede.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta Presidência tomará providências, colegas Senadores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu havia feito uma pergunta, Ministro Mandetta: qual foi o apoio do Ministério da Saúde a Estados e Municípios para a compra de respiradores e ampliação de leitos de UTI.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós iniciamos, Senador, com um cálculo, lá no início ainda, no mês de janeiro, de que nós precisaríamos de algo em torno de 2 mil. Lembro a V. Exa. de que nós falávamos naquele momento de um vírus pesado, de um vírus, como vinha sendo transmitido, um vírus lento. A partir do mês de março, quando nós vimos que era um vírus competente, um vírus leve, nós redimensionamos isso para 15 mil. Para se abrirem 15 mil leitos em 37 dias, que foi o que a gente conseguiu, nós fizemos com os Estados a seguinte situação: olha, na indústria nacional, quem vai escalonar, quem vai levar para cima a indústria nacional é o Ministério da Saúde.

Fizemos os requerimentos, juntamos grandes empresas produtoras de mecânica fina, como essas que eu já citei anteriormente – tenho receio de citá-las e perder a memória de alguma, mas foram todas, todas fizeram *pro bono* –, para poder escalonar a entrega de 15 mil, lembrando que os leitos são o respirador, o monitor e mais toda a rede que vem por trás. E os Estados e Municípios continuaram as suas tentativas, não era inibitório, não era que eles não procurassem, eles procuraram até o momento... Nós abastecemos todos os Estados e Municípios no decorrer daquele tempo, passamos aquela primeira onda sem ter desassistência – viver ou morrer é desígnio de Deus, agora, dar a chance para a pessoa lutar pela vida é dever do Estado. Passamos a primeira, dando essa oportunidade para as pessoas lutarem por suas vidas, por conta desses mecanismos, e gradativamente os Estados e Municípios fizeram as suas ações complementares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que não se obteve sucesso na compra centralizada de respiradores pelo Governo Federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Obtivemos, Senador: foi dali que saíram quase 15 mil respiradores, a um custo de R$13 mil o respirador, para todo o Território nacional. Se não tivesse sido aquela estratégia, com certeza, agora... No início, quando todos queriam comprar de uma maneira desorganizada, vamos assim colocar, era briga entre Estado A contra Estado B, eram empresas vendendo isso para duas, três vezes a sua capacidade de entrega, inflação... Então, naquele momento, quando... O Ministério da Saúde, é sua função monitorar, entrar; nós entramos, arbitramos, fizemos a encomenda e conseguimos garantir o abastecimento de toda a rede nacional, que foram esses respiradores, inclusive os que estão até hoje segurando a epidemia. E todos os 15 mil foram entregues.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A coordenação do Ministério da Saúde poderia ter evitado as dificuldades que levaram à responsabilização de gestores de Estados e Municípios?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, aí já é mais distante do ministério. O que a gente faz é pactuar as linhas macro. Esse recurso é para enfrentamento do corona de acordo com o seu plano de contingência. Por exemplo, ao mandar um recurso para uma cidade de pequeno porte, muita gente fala assim, "Ah, mas ela não tem CTI"; mas ela tem necessidades: ela precisa da ambulância, que às vezes está estragada; ela precisa de uma sala de estabilização; ela precisa reforçar o seu atendimento, abrir estruturas laterais... Então... Agora, como ela faz isso? A saúde no Brasil é um histórico de municipalização, é um histórico de atividades estaduais.

Quanto ao primeiro recurso que nós passamos, nós passamos pela ótica do *per capita*.: "Quantas pessoas moram aí?" Acho que foi R$2 por pessoa.

Quanto ao segundo recurso que passamos, já passamos pela ótica de produção, remetendo para bipartite. Por quê? Em Estados, por exemplo, como o Pará, a rede de hospital todinha de Belém do Pará é do Estado, não é do Município. Então, quando você passa direto para o Município, penaliza o Estado. Isso tudo é pactuado, isso tudo é organizado com esses Municípios e os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Relator, só para comunicar aos colegas que o sinal da TV Senado já está restabelecido para a transmissão de CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito bom, parabéns a V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) **–** Sr. Relator, eu só queria fazer uma breve interrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não entendi... Se a compra de respiradores era centralizada e se havia uma integração perfeita com os representantes dos Estados e Municípios, por que, ainda assim, os Estados partiram para comprar respiradores? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Sa...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Porque há um hiato, Senador, entre a tentativa, antes da pactuação... "Olha, o Governo Federal vai ter que entrar para arbitrar", porque chegou um momento em que você tinha a ordem judicial do Estado A contra o Estado B, para entrar dentro da fábrica e falar... Bom, ele tinha 40 prontos. Ele iria entregar para a cidade A, aí eu entrei com uma ordem judicial para... Eles começaram a predar e escalonar preço.

Então, há um período em que essa competição aqui dentro ficou de uma maneira insustentável. Nesse momento é que entra o Ministério da Saúde e fala: "No nível nacional, nós vamos fechar o preço, nós vamos escalonar a produção e nós vamos entregar os respiradores".

O Brasil foi o país que comprou os respiradores pelo valor mais baixo do mundo e os entregou 100% na ponta. Isso não impede de os Governadores, de os Prefeitos, enfim, daqueles que têm iniciativa, tentarem comprar através de representantes, comprar da China, comprar da Coreia, comprar desses lugares, coisa que o Ministério da Saúde tentou também, em nome de todos, mas as licitações davam vazias, davam sobrepreço... O Ministério da Saúde, nós tomamos a decisão de pegar a indústria nacional, que estava acanhada, e usar plataformas de produções enormes de outras indústrias similares, abrir os respiradores, fazer a cópia de todas as peças, organizar as prensas e produzi-los todos aqui. O Brasil se utilizou... O Ministério da Saúde se utilizou dessa estratégia, que foi o que pacificou a questão dos respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Houve continuidade na política de expansão de leitos iniciada na sua gestão?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Após a minha saída? Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabe informar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acompanhei isso a média distância. Me parece que o financiamento dos leitos, que era a maneira como nós tínhamos colocado para induzir para que os gestores tivessem as condições de pagá-los, parece que ela perdurou durante aquele período e depois ela foi suspensa mais no final do ano, mas eu não saberia dizer por que foi. Agora, no meu período, eu posso afirmar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Considerando a avaliação feita pelo Tribunal de Contas da União, nós gostaríamos, eventualmente, de saber se foram adotados ou não critérios técnicos para a disponibilização de recursos aos entes subnacionais, como, por exemplo, a incidência *per capita* da doença, as estimativas de sua propagação, a taxa de ocupação de leitos e a estrutura dos serviços de saúde existentes.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Tinha. O primeiro repasse nós fizemos sob a ótica do *per capita*, porque nós não tínhamos casos, mas nós sabíamos que todos tinham que se preparar. Então foi passado: "Quantos habitantes moram aí? Vou dar tanto de dinheiro por habitante". Essa foi a primeira ótica para que eles pudessem se organizar através de medicamentos, enfim, das necessidades que eles teriam.

O segundo repasse já é um repasse feito sob a ótica de: terá que ser pactuado na bipartite. Por quê? Alguns Estados têm hospitais; outros Estados não têm hospitais, quem os têm são os Municípios. Então, arbitrar daqui a cada Estado levaria muito tempo. Então, nós pactuamos o quê? Isso aqui é um recurso para ser repassado na ótica da produção de média e alta complexidade dos Estados. Agora, onde será alocado? Pelo critério da bipartite.

E o critério guarda-chuva, o cobertor geral, é o plano de contingência. Assim como nós fizemos o plano nacional de contingência e enfrentamento do coronavírus, todo Estado teve que fazer o seu plano estadual e todo Município teve que fazer o plano municipal, e as despesas deveriam ser alocadas de acordo com o plano municipal, estadual ou federal do enfrentamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Durante sua gestão, Ministro, alguma empresa ou entidade apresentou perspectivas de vacinas com resultados promissores?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, naquele momento nós tínhamos uma lista de iniciativas. A Organização Mundial da Saúde dava publicidade a isso.

Nós torcíamos... Nós sabíamos, tínhamos a perfeita convicção: doença infecciosa a vírus a humanidade enfrenta com vacina desde a varíola, passando por pólio, passando por difteria, por todas elas. A porta de saída era vacina! Nós monitorávamos, mas elas ainda estavam ou no momento de concepção de fórmula ou na Fase I, que é a fase em que você está no ratinho, dentro do laboratório. Infelizmente, a grande maioria das vacinas, das ideias, morrem na Fase I.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em maio, depois de eu ter saído do Ministério, é que a primeira vacina começa a ter o primeiro teste em humanos, que é a Fase II. Os laboratórios normalmente concluem a Fase II, que é um estudo menor, e ali é que eles começam a fazer o contato com os países para dizer: "Olha, minha vacina na Fase II marcou "x" por cento de proteção. Vou para a Fase III, mas a Fase II é muito promissora". Ali é que eles começam a abordar os países com a proposta de encomendas, não é nem compra: encomende ao preço tal tantos milhões de doses. Se ele passa da Fase III...

O mundo adotou uma coisa chamada *fast track*, metodologia rápida. Em tempos normais, você faz Fase I, Fase II, volta, tem 2A, 2B, 3A, 3B, 4, aí você autoriza. O mundo optou, por decisão do mundo... Fazendo a Fase III, você pode protocolar na agência o pedido do registro, mas a partir do momento da Fase II, que já tem teste em humano – é um número menor, é dentro de um protocolo internacional –, é que os laboratórios começam a oferecer. Então, na minha época não foi oferecido, mas eu rezava muito para que fosse. Teria ido atrás delas como atrás de um prato de comida. A gente sabia que a saída era pela vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, na época não havia ainda plano diretriz para a aquisição das vacinas.

E dos insumos para a aplicação – seringas, agulhas, por exemplo?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós tínhamos, Senador, naquele ano, realizado a maior campanha de gripe da influenza. Nós conseguimos antecipar um prazo com o Butantã, para que não tivéssemos a coincidência de uma epidemia de gripe com uma epidemia de coronavírus. Aquele ano, nós tínhamos mudado as cepas dessa vacina – eram cepas atualizadas – e nós aplicamos um recorde de 80 milhões de doses em 34 dias, com seringa, agulha, luva, material, e o SUS funcionou para, em 35 dias, vacinar 80 milhões de doses, com uma dose em cada pessoa, toda ela adquirida, enfim, organizada através da pactuação.

Havendo necessidade, o SUS é o melhor sistema para aplicar as vacinas. Basta tê-las e basta ter os insumos. Fazendo com organização, nós temos histórico de megacampanhas de vacinação, em que a gente consegue vacinar o fundo de vale da Amazônia, consegue vacinar as favelas, consegue vacinar o Pantanal, consegue vacinar o Jequitinhonha e consegue vacinar a Avenida Paulista. O SUS é muito bom; basta colocar os insumos. Nós nunca tivemos dificuldade em abastecê-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para nós, a pergunta que faremos vai permitir uma consideração muito importante para que nós possamos atingir o nosso propósito. Como se deu o processo de elaboração e a discussão do anteprojeto da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro? Que ministérios instruíram esse processo? V. Sa. chegou a receber orientações do Presidente da República sobre o conteúdo do anteprojeto encaminhado ao Congresso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Esse projeto de lei nasce, se V. Exas. atentaram para a data em que o Brasil reconhece a emergência... Nós reconhecemos dia 3 de fevereiro. Qual é o critério para você decretar emergência, no Território nacional, de uma doença infecciosa? É transmissão sustentada. É quando você tem uma doença que você está mantendo a transmissão de pessoa a pessoa em todo o Território nacional. Isso só ocorre em março, mas decreta-se a emergência em fevereiro, por conta da perspectiva de trazer aqueles brasileiros que estavam na cidade de Wuhan – foi feito um voo daqui até lá –, de lá trazê-los para cá, e não havia legislação para amparar.

Há muito, o Brasil assinou o acordo internacional que está não sei se no Senado ou na Câmara. Ele foi promulgado. Nós precisamos agora colocar esse regimento sanitário internacional que nós acordamos com o mundo – e já foi validado pelo Congresso... Nós precisamos agora colocar isso no nosso marco legal, e não tínhamos feito isso. O Wanderson Kleber, que é quem tem essa incumbência, trouxe. Eram 86 artigos.

Eu trabalhei pessoalmente para que ele fosse um projeto de lei que pudesse ser feito com os artigos de que precisávamos naquele momento – se não me engano, são 16 ou 17 artigos. Vim pessoalmente aqui. Conversei tanto com o Presidente Rodrigo Maia quanto com o Presidente Davi Alcolumbre na véspera. Expliquei o alcance, a necessidade. Eu me reuni com todas as bancadas na Câmara. Houve algumas sugestões, nós adaptamos ali, mas ele foi feito realmente no âmbito de uma iniciativa do Ministério da Saúde, para poder amparar essa operação Wuhan, e ela foi votada, se não me engano, em 24 horas. Ela foi votada na Câmara, e, no dia seguinte, o Senado reconheceu a urgência. Foi votada às 10 da noite, e foi sancionada no dia seguinte, que é o que deu as condições para se fazer aquela operação de repatriamento. E é a mesma lei que dá as condições de se transitar durante toda esta pandemia, é aquele marco legal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda sobre a Lei 13.979, Ministro, sua redação originária previa em seu art. 3º a possibilidade de as autoridades sanitárias brasileiras adotarem, no âmbito de suas competências, medidas para a proteção da população, tais como o isolamento social. Contudo, o Governo Federal nunca encampou essa medida e ainda tentou impedir que Estados e Municípios determinassem o isolamento, conforme recurso interposto junto ao Supremo Tribunal Federal no bojo da ADI 6.341. O isolamento naquela fase da pandemia seria adequado ou contraindicado?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Adequado. Adequado, porque você...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por quê?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Por causa do índice de transmissão do vírus. O vírus era muito competente. Nós estávamos com um sistema que não tinha, naquele momento, condição de responder. Essa doença infecciosa... Está aqui o Senador Otto, médico ortopedista como eu, e nós sempre aprendemos que doença infecciosa viral é prevenção. Para isso não há outra maneira. Não é possível se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer gestão de doença infecciosa sem separação. Quando se tem hepatite, quando se tem doença infecciosa, separa-se talher, copos – o Senador Humberto, aqui também, já é veterano de várias epidemias. Não é possível se fazer qualquer tipo de gestão sem prevenir infecção.

E por que era importante naquele momento? Primeiro, porque tínhamos baixo número de casos. Segundo, porque essa doença, ela entrou... Diferentemente de outras doenças infecciosas, ela entrou pelos ricos. Ela era uma doença que, no início, estava no Einstein, estava no Sírio, estava no Leblon, estava na Barra da Tijuca, estava em Ipanema... Ela não estava no povão. Quando ela entrasse nas pessoas que estão nas áreas de exclusão e essas pessoas viessem em direção ao Sistema Único de Saúde, esse sistema tinha de ser preparado e redimensionado.

Então, naquele momento, era fundamental que se fizesse uma fala una de prevenção de todos os brasileiros e se fizesse isolamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, de onde partiu, quais foram as razões para a resistência quanto ao isolamento proposto por alguns Estados e Municípios?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, Sr. Senador, o que eu vi foi o que todos viram. Nós fizemos as recomendações, como eu lhes disse, em três pilares: vamos preservar vida, nessa doença, quem não valoriza a vida em primeiro lugar tem dificuldade com ela; o segundo pilar, SUS, para poder fazer isso como meio, com as inúmeras ações que fizemos; e o terceiro pilar a ciência. Fora disso daí, eu não posso... Eu vi vários que ficaram fora desse tripé e que acabaram conspirando a favor...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só para esclarecer: mas a lei permite que Estados e Municípios possam tomar medidas de isolamento, a lei que foi aprovada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não foi essa a pergunta.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não a tenho em minhas mãos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, só estou querendo deixar claro que a lei aprovada permite...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, se puder interromper no meio eu também vou querer interromper, Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu não a tenho em minhas mãos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero que a gente possa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra está com o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei de onde partiram as resistências para o isolamento. E ele disse que essas questões foram colocadas publicamente por vários atores, foi essa a resposta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Mas a lei que é de iniciativa do Governo permite...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, aí eu vou querer também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continuando, Presidente, continuando já para encerrar.

A Presidência da República se colocou publicamente contra a adoção da política de isolamento social, defendendo o uso de uma estratégia chamada de isolamento vertical, mesmo que nunca tenha apresentado claramente à sociedade um plano com relação a isso para seu emprego no País. Qual era a sua resposta em relação à adoção das políticas de distanciamento social?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sr. Senador, todas as recomendações as fiz com base na ciência, vida e proteção, as fiz em público em todas as minhas manifestações de orientação dos boletins, as fiz nos conselhos de ministros, as fiz diretamente ao Presidente, as fiz diretamente a todos os secretários estaduais, todos os secretários municipais, a todos aqueles que, de alguma maneira, tinham no seu escopo que se manifestar sobre o assunto. Sempre as fiz de acordo com o que é preconizado para doença infecciosa epidêmica, no quadro que estávamos enfrentando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então houve, permita-me simplificar, e pergunto se é isso mesmo, discordância de sua posição com a do Presidente da República?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim, senhor.

Eu sou médico, Senador. Eu não tenho... Naquele momento ali era uma decisão de... Fiz aqui no início, o Presidente falou aqui: "A testemunha tem que falar a verdade. O senhor assim promete?" "Juro, prometo." Jurei, na minha formatura; jurei quando tomei posse como Deputado Federal, defender a Constituição, o princípio da vida. Ali não era uma situação de diferenças políticas. Aqui peço desculpas aos Senadores que não consegui atender: o Senador Izalci, que me ligava sobre Brasília, a sua angústia; o Senador Omar, sua angústia sobre Manaus, etc., mas ali era um momento republicano, ali era um momento absolutamente... Eu conversava com o Governador do Ceará, com a Governadora Fátima, do Rio Grande do Norte, assim como conversava com o Governador de São Paulo, todos eles para que nós fizéssemos aquilo que se esperava de união. Era a única maneira de sair. Então, as enfrentei e coloquei a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

todos com muito respeito. Nunca discuti com o Presidente, nunca tive discussão áspera, mas sempre as coloquei de uma maneira muito clara, ao Líder do Governo, enfim, a esta Casa, ao Senado, à Câmara. Solicitei comissão externa, solicitei apoio da USP, da Unicamp, da Universidade Federal de Pernambuco, do Evandro Chagas, de medicina tropical. Na questão relacionada a medicamento, falei: "que faça uma pesquisa".

Nós não temos problema nenhum, nós, médicos, não temos problemas nenhum com as drogas terapêuticas. Se nós não as respeitarmos, como que nós vamos usar morfina, Senador Girão? Que é um medicamento duro de ser usado. Usar quimioterapia? Cai cabelo, machuca a pessoa. Porque existe um princípio: prescrevo-lhe porque tem um benefício, vou correr o risco para atingir o benefício. Se você não tem qual é o risco... Se você sabe o risco, mas não sabe o benefício, você cai em um princípio filosófico da Medicina de Hipócrates, que é *non nocere*, não se pode ser mais nocivo, sem essa relação risco/benefício não se prescreve.

Então, sempre baseado no que eu tinha de melhor a oferecer para o meu País, como médico, como cidadão, como pessoa que estava ali com a melhor equipe de saúde pública da história daquele ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Ministro.

Uma nova pergunta sobre esse mesmo tema.

Houve alguma comunicação oficial a respeito do tema entre o ministério e a Presidência da República?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O ministério apresentou ao Ministério da Saúde alguma proposta técnica sobre o assunto à Presidência da República?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim.

O Ministério da Saúde não só apresentou, o Ministério da Saúde foi o primeiro a criar o conselho interministerial, *a posteriori* foi criada um conselho sob a coordenação da Casa Civil, do Ministro Braga Netto, foram feitas reuniões de ministros com a presença do Presidente, em vários momentos nos quais foi explanado e reexplanado.

Eu, no dia 28 de março, Senador, achei por bem escrever uma carta ao Presidente da República, uma carta pessoal. Eu pedi uma reunião específica que foi feita no Palácio do Alvorada, dentro da biblioteca, com a presença de todos os ministros. Entreguei nas mãos dele essa carta. Se quiser, posso lê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não precisa, Ministro.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... dando a ele todo o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode dispor para esta CPI o conteúdo da carta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, V. Exa. está inscrito logo após o Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode disponibilizar a carta para a Comissão. E eu ainda tenho uma última pergunta, Ministro, sobre isso.

A Presidência da República apresentou, em algum momento, alguma proposta técnica sobre o tema ao Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

Proposta técnica vindo da Presidência ao Ministério? Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Ali o que havia realmente era um mal-estar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre esse tema, o isolamento vertical?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não.

Ali nós seguíamos o que nós tínhamos de seguir, as recomendações que nós tínhamos em nossas mãos e o que a gente presenciava, o que era público, isso não é nenhuma novidade para ninguém, para os senhores, para a imprensa, enfim, é que havia, por parte do Presidente, um outro olhar, uma outra decisão, um outro caminho que ele decidiu do seu convencimento, não sei se através de outros assessores, de pessoas que não estavam ali no Ministério da Saúde, mas, do Ministério da Saúde, nunca houve nenhum assessoramento naquele sentido de embasar aquelas medidas; pelo contrário, era muito constrangedor até para um Ministro da Saúde ficar explicando que nós estávamos indo por um caminho, e o Presidente estava indo por outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, segundo noticiado pela mídia, o Presidente da República, no dia 21 de março de 2020, teria declarado que já estaria ocorrendo um aumento da produção de cloroquina pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército. Uma semana depois, V. Sa. afirmou que a cloroquina não seria o remédio que veio para salvar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanidade. Àquela altura, portanto, a ordem para aumentar a produção desse remédio partiu do Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não partiu do Ministério da Saúde. A única coisa em relação à cloroquina que o Ministério da Saúde fez, após consulta ao Conselho Federal de Medicina e aos conselheiros todos, *a doc* e do ministério, era para o uso compassivo. O uso compassivo é uma utilização que se faz quando não há outro recurso terapêutico para os pacientes graves em ambiente hospitalar, mesmo porque a cloroquina é uma droga que, sim, para uso indiscriminado e sem monitoramento, tem margem de segurança estreita. Então, ela também não é um medicamento, não é aquela coisa, assim, "se bem não faz mal, também não faz". Ela é um medicamento e, como todo medicamento, ela tem uma série reações adversas, ela tem uma série de cuidados que tem que ser feitos, e a automedicação com cloroquina e outros medicamentos poderia ser muito, muito perigosa para as pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Obrigado, Ministro.

V. Sa. sabe ou lembra quem determinou a ação?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não passou pelo Ministério da Saúde, Senador. Eu não sei se isso foi diretamente a algum, provavelmente a algum... Foi uma determinação feita, na minha época, como ministro, à margem do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Perfeito, perfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mesmo porque a cloroquina nos é produzida regularmente para uso a que se convém, que é malária, lúpus, pela Fiocruz. E nós tínhamos já a quantidade necessária para aquilo a que ela se presta. Ela não é um medicamento difícil de ser comprimido, é uma produção relativamente simples, e não havia necessidade... Nós tínhamos um estoque muito bom de cloroquina para atravessarmos aquele momento, no que dizia respeito ao que ela necessitava, mesmo que usássemos para os pacientes de ambiente hospitalar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma outra pergunta sobre o mesmo tema: naquela fase da pandemia, o Governo Federal fez algum planejamento para distribuição de cloroquina para Estados e Municípios?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Através do Ministério da Saúde, não, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E quanto à preservação da saúde indígena, houve alguma ação do ministério para distribuição de cloroquina para as comunidades indígenas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Naquele momento em que eu estava no ministério, não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Já estou me encaminhando para o encerramento.

Em uma entrevista concedida ao jornalista Pedro Bial, V. Sa. relatou que entregou por escrito ao Presidente da República uma previsão de que a pandemia ceifaria a vida de 180 mil brasileiros.

Em abril do ano passado, quando de sua saída do ministério, o número de mortes tinha alcançado, se não me engano, cerca de 2 mil vítimas, perdão, 6 mil vítimas.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mil novecentos e cinquenta e duas, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mil novecentos e cinquenta e duas, menos de duas mil.

Quais foram os fundamentos utilizados para chegar nesse número de 180 mil? Qual foi a reação do Presidente diante da sua estimativa? Que providências ele lhe pediu que fossem tomadas para evitar que esse cenário se concretizasse? Que soluções foram apresentadas ao Presidente?

Desculpe ter acumulado essas perguntas todas, mas porque, como elas têm a ver uma com as outras, se V. Sa. pudesse respondê-las de uma só vez, seria mais interessante.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Os cenários não são projetos de adivinhação. Tem pessoas que acham que isso é uma coisa, é um chute; isso tem uma técnica, isso tem uma ciência para se fazer. Então, como ele tem variáveis, eu constituí três, pedi três cenários: me dê um cenário otimista, um cenário otimista imaginando que o Brasil fosse uma ilha, como a Nova Zelândia, que a gente tivesse um colchão social, que a gente tivesse condição de fechar, enfim...

Coloquei ao então Secretário Gabbardo e falei: "Me faça o cenário mais otimista de todos. Que tudo dê certo, que todo mundo faça, que nós tenhamos aquela disciplina oriental e que nós tenhamos todos os nossos passos acertados". Eles estimaram... E falei: "O cenário é até 31 de dezembro de 2020; não vamos ultrapassá-lo para 2021". Então, lá do Gabardo, veio um cenário de 30 a 40 mil óbitos.

Ao Secretário Wanderson eu disse: "Me traga o realista, com as dificuldades do Brasil, com as dificuldades de distanciamento, com as dificuldades de nosso mundo ocidental, que é a mesma que você tem na Itália, que você tem nos Estados Unidos, no mundo ocidental, esse nosso direito de ir e vir, as conquistas, o brasileiro com toda a sua característica de abraço, de beijo, de vínculo familiar, de almoço, enfim, essa nossa mistura maravilhosa, mas, assim, com a gente enfrentando, cada um fazendo a sua parte dentro do máximo das suas possibilidades". O Secretário Wanderson me trouxe um cenário que seria de 80 a 90 mil óbitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ao infectologista Julio Croda: "Me dê o cenário se nós formos... Se não fizermos a testagem, não conseguirmos, não tivermos uma performance técnica e se a nossa questão social falar mais alto e se for muito complexo, com o que vocês sabem do vírus, sem que a gente consiga interromper nada". Ele me deu, até 31 de dezembro, 180 mil óbitos.

Eu levei, expliquei; 180 mil óbitos, para quem tinha na época menos de mil, era um número muito difícil de você fazer uma assertiva dessa. Eu acho que ali ficou dúvida, porque tinha ex-secretários de saúde, Parlamentares que falavam publicamente: "Olha, essa doença não vai ter 2 mil mortos; essa doença vai durar de quatro a seis semanas". Havia uma construção também de pessoas que falavam absolutamente o contrário. E eu acho que, naquele momento, o Presidente entendeu que aquelas outras previsões poderiam ser mais apropriadas para aquele momento. E foi nesse dia mesmo que eu entreguei essa carta para ele explicando essas situações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para um pequeno detalhamento: V. Sa. respondeu e muito bem, de maneira convincente, sobre as premissas que ensejaram o cálculo e os estudos, mas qual foi a reação do Presidente diante da sua estimativa? Houve reação?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, Senador Renan, todas as vezes em que a gente explicava, conversava – e isso, às vezes, no ambiente do Conselho de Ministros, eu não era uma voz solitária no Governo, não –, eu tinha a concordância de um número enorme de pessoas. O Presidente, no mais das vezes, ele compreendia, ele falava: "Então, vamos, vamos... Dê seguimento!", porque você não pode ser Ministro sem relatar. Eu achava que eu estava fazendo um bom trabalho, inclusive, mas passavam-se dois, três dias, e ele voltava para aquela situação de quem não havia, talvez, compreendido, acreditado, apostado naquela via.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele recomendou...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Era uma situação dúbia. Mas, eu volto a repetir: eu nunca tive uma discussão áspera com o Presidente, eu nunca tive! Era sempre: eu explicava, ele entendia, mas infelizmente, na prática – aí é uma coisa pública –, vocês todos viam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos tratando, exatamente, da discussão, do acalorado...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não, eu explicava com tranquilidade, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, eu sei, eu sei. É isso, exatamente isso!

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – E ele compreendia, ele falava: "O.k., eu entendi".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele recomendou, em algum momento, alguma providência para que aquelas estimativas não se concretizassem?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não recomendou?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Aquilo ali ficou como uma coisa assim: tem outras pessoas que também falam outras coisas. Enfim, não, não, não, não foi aquilo que foi capaz de unir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer, o Presidente não apresentou nenhuma solução, nenhuma sugestão nesse sentido em função da declaração?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Senador, eu me lembro de o Presidente sempre questionar a questão ligada à cloroquina, como a válvula de tratamento precoce, embora sem evidências científicas; eu me lembro de o Presidente, em algumas vezes, falar que ele adotaria o chamado confinamento vertical, que era também algo que a gente não recomendava. Eu acho que ele tinha uma outra, provavelmente, eu não saberia lhe dizer, mas provavelmente uma outra fonte que dava para ele – aí ele teria que dizer –, que dava para ele o porquê. Do Ministério da Saúde nunca houve a recomendação de coisas que não fossem da cartilha da Organização Mundial da Saúde, dessas estruturas todas. Era o que a gente tinha, não por sermos donos da verdade; não, pelo contrário, nós éramos donos da dúvida. Eu torcia muito para que aquelas teorias: "Ah, o vírus não vai chegar no Brasil, não vai ter!"... Agora, se eu adotasse aquela teoria e chegasse, teria sido uma carnificina, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida!

Todos sabemos e acompanhamos que – já estou no final – a sua forma de tratar a pandemia desagradava e era contestada pelo Presidente da República e por muitos de seus assessores também. Quem eram os principais críticos no Palácio do Planalto e entre os Ministros do Governo da sua forma de enfrentar a pandemia?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, frontalmente, eu não consigo me lembrar de ninguém frontal, porque não... Agora, eu tinha... Por exemplo, chegou-se a uma hora que era um dilema: "Vou optar pela economia, e não pela saúde". Então, seria natural que o Ministro da Economia tivesse um contato maior com o Ministro da Saúde, o que não ocorreu.

Algumas... Mesmo na hora que foi para o Palácio do Planalto, que era o Ministro Braga Netto, o que havia era sempre assim, uma tentativa... Me pediram, por exemplo, um dia, para eu não falar na coletiva, para eu simplesmente estar e sair. Então, eu estive e saí. Depois que eu saí, ficaram outros ministros. Mas como a imprensa fazia perguntas técnicas sobre a pandemia, os outros ministros não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

sabiam responder. Aí mandaram eu voltar. Mas, assim, dizer que eu tivesse um ministro que fosse frontalmente contra mim...

Teve o episódio lastimável do Ministro Onyx gravado com ex-Ministro Osmar, na televisão, falando que tinham que me tirar do cargo, etc., mas nada que tenha sido frontal, sentado numa mesa, nada nesse sentido, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Deixe-me fazer uma interrupção aqui.

Dr. Mandetta, quem já exerceu uma função de governar, ser gestor de um Estado, geralmente quando um secretário vai conversar com o Governador de algum assunto que o Governador às vezes não concorda, sempre tem um ministro, tem um secretário que chega e diz: "Olha, Mandetta, não vai tratar desse assunto com o Presidente, ele não gosta de tratar disso". Alguém alguma vez fez esse tipo de pedido dentro do gabinete do ministro, do Palácio, chamou antes para ter uma conversa com o senhor, antes que V. Exa. tivesse uma reunião com o Presidente?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Especificamente do Presidente, nós tivemos alguns momentos. Por exemplo, eu chamei para o Ministério da Saúde, que ia lá diariamente, o Ministro Wagner Rosário, da CGU. Todos os dias, o Ministro Wagner Rosário ia ao Ministério da Saúde ou para assinar, ou para aconselhar, ou para testemunhar atos administrativos, então, eu conversava com ele. O Ministro Tarcísio – quando tomou-se a deliberação de fazer o hospital de campanha aqui na divisa entre Brasília e Goiás, por ser uma área mista, foi o único hospital feito pelo Governo Federal – também era alguém que conversava comigo e conversava muito com o Presidente; foi ele que organizou inclusive a ida até lá ao Entorno de Brasília, o que acabou se transformando num episódio muito desagradável. No dia em que houve uma reunião, na semana anterior a eu sair, estava certa a minha saída... Eu acabei permanecendo por todos os ministros militares, de alguma maneira, falaram: "Olha, é melhor a gente seguir a ciência". Eu almocei com o então Ministro da Defesa Fernando, que me aconselhou, falou: "Converse com o Presidente". Eu ia lá todo dia de manhã ou de tarde, falava: "Presidente, estou aqui. Alguma orientação, alguma coisa sobre as coletivas?". Mas nada que tenha sido assim: "Olha, vá lá e faça isso"; uma coisa guiada, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já estou encaminhando para o encerramento, Presidente Omar.

Em entrevista ao *El País* de agosto do ano passado, V. Sa. disse que – aspas: "Ele se aconselhava muito pouco com os ministros. Tinha um aconselhamento paralelo. E, quando você tem pessoas que te aconselham falando o que você quer ouvir, dizendo que você está certo e que isso vai acabar, não escuta a ciência". Quem eram essas pessoas a que V. Exa. se referia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, Senador, eu, por exemplo, testemunhei várias vezes reunião de ministros em que o filho do Presidente, que é Vereador no Rio de Janeiro, estava sentado atrás tomando as notas da reunião. Eles tinham constantemente reuniões com esses grupos dentro da Presidência. O Ministro da Saúde é um ministro que é convocado pelo Presidente para conversar, ele é chamado para conversar, ele é chamado para prestar as suas explicações. Eu estive dentro do Palácio do Planalto quando fui informado, após uma reunião, que era para eu subir para o terceiro andar porque tinha lá uma reunião de vários ministros e médicos que iam propor esse negócio de cloroquina, que nunca eu havia conhecido. Quer dizer, ele tinha um assessoramento paralelo. Nesse dia, havia sobre a mesa, por exemplo, um papel não timbrado de um decreto presidencial para que fosse sugerido, daquela reunião, que se mudasse a bula da cloroquina na Anvisa, colocando na bula a indicação de cloroquina para coronavírus. E foi, inclusive, o próprio Presidente da Anvisa Barra Torres, que estava lá, que falou: "Isso não". E o Ministro Jorge Ramos falou: "Não, não, isso daqui não é nada da lavra daqui. Isso é uma sugestão". Mas é uma sugestão de alguém. Alguém pensou e se deu ao trabalho de botar aquilo num formato de decreto.

Então, por essas questões indiretas – de: "Ah, está tendo uma reunião com outros médicos, com outras pessoas, com outros auxiliares..." –, eu imagino que ele construiu fora do Ministério da Saúde alguns aconselhamentos que o levaram para essas tomadas de decisões que ele as teve, mas eu não saberia lhe nominar a cada uma delas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Thaís Amaral participava dessas reuniões?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Thaisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Thaís.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Thaís Amaral...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é? Não lembra.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, eu tinha a minha assessora de assuntos internacionais: Thaisa. Mas não me recordo se o nome...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Thaís.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não me recordo desse nome.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma entrevista, V. Sa. disse que o Presidente queria reduzir o número de entrevistas sobre a Covid, amenizar os números e empurrar a responsabilidade para Governadores e Prefeitos – prática que, aliás, parece continuar nestes dias. Pergunto: que ações específicas V. Sa. pode mencionar como exemplo dessa conduta do Presidente? Havia algum outro plano de comunicação para substituir as entrevistas diárias concedidas pelo Ministro da Saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Aquelas entrevistas só existiam porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, estou terminando. Faltam duas.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... não havia o plano... Não havia... O normal, quando se tem uma doença infecciosa, é você ter uma campanha institucional, como foi, por exemplo, aids: havia uma campanha onde se falava sobre aids, como se pega, e orientava as pessoas a usarem preservativo. Era difícil para a sociedade brasileira fazer, mas havia uma campanha oficial. Não havia como fazer uma campanha, não queriam fazer uma campanha oficial. Então, havia necessidade de manter a questão das informações. Mas, realmente, era para... Havia um pedido assim: "Coloque o número, essa coisa... Por que não coloca o número dos curados e está colocando só o número..." Então, a gente passou a colocar – se é uma informação, vamos colocar a informação, a informação positiva. Mas não havia essa iniciativa de comunicação.

E me perdoe: eu perdi uma parte do raciocínio da pergunta. Não sei se a contemplei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Poderia mencionar alguma como exemplo dessa conduta do Presidente?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que é o próprio questionamento, não é? O questionamento inicial sobre atitudes de Governadores. Você tinha uma situação dúbia; você tinha alguns Governadores que estavam fazendo, e são públicas.

Você teve o Governador Caiado tendo uma reação difícil dentro do Estado de Goiás; o Governador de São Paulo, uma situação difícil. Começou-se uma narrativa em relação aos governos dos Estados em relação às medidas que visavam diminuir a concentração de pessoas e segurar o sistema enquanto eles se preparavam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para um exercício de memória: que ações iniciadas durante sua gestão – é a penúltima pergunta – foram descontinuadas depois da sua saída do ministério?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que foi descontinuada – e não colocaram nada no lugar – a questão do acesso, da telemedicina como porta de entrada; eu vejo a questão da testagem, cujo processo de compra foi iniciado e, ao chegar, não foi executado daquela maneira como a gente pensava no plano – era um plano pensado em aconselhamento, acolhimento, entrada, testagem, separação de positivos e contactantes, diminuição de risco e medidas por índice de transmissão, e acompanhamento dessas ações –; eu acho que a questão da pesquisa – a gente orientou a realização de uma pesquisa sobre medicação, sobre cloroquina. Nós aguardávamos a pesquisa. O próximo ministro fez uma portaria sem aguardar a conclusão da pesquisa. Que eu possa me lembrar, os pontos principais são esses.

Depois, são ações mesmo. Eu não posso falar nada sobre vacinas, porque as vacinas não existiam quando eu estava no ministério, mas, se eu me lembrar do plano, é lógico que a gente teria uma iniciativa muito... Nós seríamos muito proativos na direção de vacinas para podermos tê-las como uma solução.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, o que motivou – é a última pergunta – sua exoneração em 16 de abril?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que foi exatamente essa... Eu não pediria jamais demissão do cargo. Eu fui nomeado para ser Ministro da Saúde do Brasil pelo Presidente. O cargo de Ministro da Saúde é, em situação de pandemia... Eu tinha um paciente doente. Eu tinha que ficar com o meu paciente, à revelia de tudo e de todos, baseado no que eu tivesse de melhor. Eu acho que o Presidente não gostou, não quis, achou por bem ter um outro ministro, também colega, que vem aí na sequência, o Teich – ficou lá 20, 30 dias – e depois encontrou um ministro que parece que é com quem ele teve melhor afinidade nas suas ações.

O meu compromisso era com o meu paciente chamado Brasil. E eu não o deixaria em hipótese alguma, mas também não negociaria os valores, não negociaria a formação que eu tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Após sua saída, V. Exa. teria percebido algum tipo de represália ou de perseguição de agentes ou órgãos do Governo em decorrência de suas ações frente ao ministério?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Causou-me muita estranheza o fato de eu ser o primeiro Ministro da Saúde do Brasil a quem se imputou uma quarentena de 180 dias. Eu acho que naquele momento... Isto é uma coisa que eu até sugiro: que se regulamentem melhor os critérios de quarentena, porque não poder trabalhar naquele momento por ter... Eu acho que aquele momento era um momento até para que todo mundo que pudesse ajudar poder trabalhar. Acho que aquilo dali não teve...

Não é que seja perseguição. Foi um entendimento da Comissão de Ética da Presidência da República de que o ex-Ministro da Saúde não poderia... E foi só a mim. Ao outro ministro não foi dado esse entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou plenamente satisfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Às questões de internet, às questões de *fake news*, a essas a gente está bem habituado, e elas foram conforme o de costume.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem o couro grosso já.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Senador Randolfe, que, por 15 minutos, irá conversar com o Dr. Mandetta. Logo após, é o Senador Tasso Jereissati. Depois, em seguida, o Senador Humberto Costa.

Senador Randolfe, por 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu vou ser bem rigoroso. Eu queria que marcassem os 15 minutos, porque eu vou encerrar exatamente nos 15 minutos.

Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, como os primeiros questionamentos o Relator muito bem fez sobre o histórico da chegada do vírus, Sr. Ministro, eu queria partir, então, de um questionamento para ficar claro o que o Sr. Relator fez, respondido por V. Sa.

Quais eram os adversários que o senhor percebia no Governo às medidas que propunha para o enfrentamento da pandemia? V. Sa. disse que houve uma reunião do Palácio do Planalto em que estava o filho do Presidente sentado a uma mesa e outros interlocutores. V. Exa. poderia declinar qual dos filhos do Presidente estava presente e qual o papel dele nessa reunião e dos demais que estavam e que eventualmente se opunham às suas diretrizes?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Olha, a presença...

Eu tinha dificuldades... Por exemplo, relações com a China: eu tinha um Ministério de Relações Exteriores que eu precisava muito porque eu era dependente de insumos que estavam na China, insumos que eu tinha que trazer para dentro do Brasil. Então, era mais do que necessário que nós tivéssemos um bom diálogo com a China. Então, eu tinha dificuldade com o Ministro de Relações Exteriores. O outro filho do Presidente que é Deputado, Eduardo, tinha rotas de colisão com a China, através do Twitter, mal-estar. Eu fui até certo dia ao Palácio do Planalto, e eles estavam todos lá, os três filhos do Presidente, e mais assessores que são assessores de comunicação. Disse a eles: "Olha, eu preciso conversar com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador da China, eu preciso que ele nos ajude, pedir uma reunião com ele. Posso trazer aqui?". "Não, aqui não". Eu ia trazer essa... Acabei fazendo por telefone. Eu ia fazer essa reunião na Opas, que é um mecanismo internacional. Então, isso era difícil...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, existia uma oposição a qualquer diálogo com a China?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Existia uma dificuldade de superar essas questões. No início, há uma viagem do Presidente para a Flórida, e ele encontra o Presidente Trump. Na volta dessa viagem, inclusive, foi o dia em que eu recebi o Senador Jorginho Mello e o Senador Nelsinho Trad no meu gabinete, preocupados porque um dos secretários havia contraído a doença. E foi naquele mesmo dia à noite que eu fui no Congresso. O Senador Nelsinho Trad, já contaminado, deu um beijo na testa da Senadora Mara Gabrilli. Ali eu percebi e falei: "Eles não estão entendendo". Quer dizer, não havia ninguém compreendendo a extensão daquele problema. Era um momento em que o Presidente Trump chamava o vírus de vírus chinês, havia um mal-estar da China com os Estados Unidos, e aqui, de alguma maneira, fazia-se esse tipo de conflitos com a China, que eu achava, naquele momento, que dificultava muito a boa vontade. Por isso eu fui até a embaixada, por isso eu liguei para o Ministro da Saúde pedindo pessoalmente que eles ajudassem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Supremo Tribunal Federal, em decisão liminar do Ministro Marco Aurélio, em 14 de março de 2020, depois ratificada pelo Plenário em 15 de abril de 2020 – V. Exa. sai do ministério no dia 16 de abril –, deliberou, decidiu sobre a competência no enfrentamento à pandemia, que essa responsabilidade era, por óbvio, tripartite: da União, dos Estados e dos Municípios. Entretanto, antes, o Presidente da República procurou centralizar, unificar a política de combate à pandemia somente no Governo central.

V. Exa. imagina, se não tivesse havido essa decisão do Supremo Tribunal Federal, repartindo e assegurando as competências de Municípios e de Estados, qual teria sido o impacto da pandemia? Seria mais eficaz se tivesse ficado somente sob o controle do Governo Federal?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É muito difícil de lhe responder, Senador Randolfe, muito difícil. Eu acho muito complexo que o Poder central consiga entender as particularidades. Eu entendi aquela divisão de funções basicamente como reconhecimento do pacto federativo do SUS, quer dizer, nós estávamos ali pensando em como organizar uma doença, mas eu não saberia lhe dizer como teria sido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o senhor considera a decisão do Supremo Tribunal Federal plena, perfeita, conforme a Constituição e que não retira as atribuições...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... do Governo Federal?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, pelo contrário. Era exatamente aquilo que nós estávamos fazendo: monitorando aconselhamento, fazendo portarias técnicas e, quando tínhamos situação, alertando. Eu me lembro, em Fortaleza, de o Governador ter flexibilizado num domingo, de ter falado: "Olha, eu vou abrir tudo amanhã". E nós recebemos os números de Fortaleza, às 10h30, 11h da manhã, e os números eram assim: vai ser uma espiral absurda. Eu falei: "Ele não deve estar tendo esses números. Não é possível que ele tenha deliberado isso dessa maneira". Eu liguei do meu gabinete...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele, o senhor fala o Presidente da República?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O Governador. Não, o Governador do Ceará. Eu liguei para ele e falei: "Olha, vou lhe mandar os últimos números – que nós estamos aqui no nosso monitoramento – sobre Fortaleza, para que o senhor embase a sua decisão de uma maneira consciente do que há aqui". Ele os viu, retificou o próprio decreto no dia seguinte, e era assim, com essa harmonia entre os entes federativos, que a gente imaginava que poderia construir uma situação melhor para todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, as perguntas sobre vacinas, por óbvio, vamos deixar para os próximos, para os seus sucessores, mas me permita. Em abril de 2020, foi anunciado o consórcio internacional Covax Facility. O Brasil só aderiu através de lei, a rigor da MP 1.003, e agora Lei 14.121, em março de 2021. E aderiu ao instrumento do consórcio do Covax Facility em setembro de 2020. Até 18 de dezembro de 2020, 190 nações do globo já haviam aderido, e, assim mesmo, quando o Brasil aderiu, foi somente com a cota mínima para imunização da população, de 10%.

O senhor atribui isso, esse atraso, a essa política externa que o senhor relatou por conta do Ministério das Relações Exteriores? Essas orientações que eram dadas por parte do Ministro Ernesto Araújo, das pessoas mais próximas do Presidente da República?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Acho que principalmente de Relações Exteriores, porque havia o mundo, o multilateralismo estava em xeque para essas pessoas, e aquilo é um esforço multilateral. A impressão que eu tenho é que quem representou o Brasil lá nesses fóruns, embora o assunto fosse um agrupamento de países, não deve ter sido... Eu não estava no ministério, mas não deve ter sido o Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, na sua obra *Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus*, na p. 28, há um relato que me parece muito interessante: "Uma semana antes de viajar...". Abro aspas aqui para citar, Presidente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Uma semana antes de viajar, meu chefe de Gabinete, Robson Santos [...], me informou que havia recebido da Presidência uma solicitação para exonerar quatro integrantes da minha equipe: João Gabbardo [...], Erno Harzheim [...], Francisco [...] Figueiredo [...] e Jacson Barros [...].
> Com o pedido já vinham quatro novos nomes para substituí-los, todos do Rio de Janeiro e sem qualquer experiência em gestão do SUS. Não havia sido isso o combinado. Quando assumi a pasta, o presidente me garantira que a escolha da equipe seria de minha responsabilidade. Pedi para falar com Bolsonaro e fui até o Palácio da Alvorada com o Robson para tentar entender o que estava acontecendo e fazê-lo compreender que aqueles cargos eram peças fundamentais na engrenagem do ministério.
> Ele alegou que aqueles quatro nomes que estavam no ministério [abrem-se aspas] não eram "gente nossa" e que, por sugestão do filho, Flávio Bolsonaro, queria trocar essas pessoas.

Eu lhe pergunto: alguma dessas trocas... Parece-me que as trocas não chegaram a se concretizar, lhe pergunto: por quê? Posteriormente à sua saída, os nomes sugeridos vieram a assumir algum desses postos? E por fim, a que o senhor alega essa iniciativa do Presidente da República de substituir os seus quatro secretários?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que... Eu não me lembro dos nomes, Senador Randolfe, eu não tenho... Eu procurei, na época de redigir o livro, não tenho nenhuma anotação dos nomes, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Os nomes que eram indicados?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É. Mas, assim... O Ministério da Saúde, há muitas gestões, necessita de uma... Passou muito tempo com gestões mais de acomodamentos políticos do que de acomodamentos técnicos. Foi uma das razões pelas quais eu aceitei ser Ministro da Saúde, para que a gente pudesse montar uma equipe técnica. Essas pessoas não eram pessoas que foram escolhidas por eu não ter nenhum vínculo com elas, pelo contrário, foi desempenho, mérito, entrevista. O Wanderson Kleber de Oliveira é enfermeiro do Hospital de Forças Armadas aqui de Brasília, um dos melhores técnicos do mundo em epidemia, foi quem desvendou zika a campo, quem enfrentou febre amarela, é pós-graduado no CDC, pelo SUS. Gabbardo, idem, 43 anos de sistema. Erno Harzheim foi o secretário municipal revelação do Brasil, com os melhores indicadores, enfim. E assim nós fizemos o trabalho.

Quando eu voltei – eu ia para a Suíça na semana seguinte –, eu recebi essa informação de troca dessas pessoas. Eu argumentei que isso não... Aí eu entendi, eu acho, que eles se preocupavam mais com a questão do Rio de Janeiro, com alguma coisa relacionada àquilo. Eu fui para Genebra e na volta veio a pandemia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não saberia dizer qual era essa coisa do Rio de Janeiro?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Qual era... Não, assim, imagino que deva ser alguma coisa porque eram todos do Rio de Janeiro. Não sei se quem levou a ele levou alguma coisa de Rio de Janeiro, porque eram quatro pessoas do Rio de Janeiro. Mas, quando eu volto, como volta a pandemia, eu digo: "Olha, vou continuar com essa equipe na pandemia", e continuei. Então esse assunto não prosperou, foi um assunto que ficou ali como um registro de um momento. Mas ele não, não deu seguimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, para mim faltam três minutos, eu vou fazer então... Vou suprir o método dialético de perguntas e respostas e fazer todas as perguntas. Aí eu peço a S. Exa. o Ministro que se atenha à resposta destas e peço a V. Exa. o tempo somente para ele concluir as respostas, que considero importante ter nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Ministério da Saúde, durante sua gestão, recebeu alguma pressão ou ordem direta por parte do Presidente da República e seus assessores para tomar medidas ou manifestar contrariedade contra a adoção das medidas de combate à Covid-19 recomendadas pela Organização Mundial de Saúde, como isolamento e quarentena?

Dois. Na sua avaliação, a postura e as ações do Presidente da República contra o isolamento social tiveram impacto no agravamento da pandemia e no aumento do número de mortes no Brasil?

Três. A tragédia brasileira poderia ter sido evitada? O Brasil tinha condições de enfrentar de forma melhor esta pandemia?

E, por fim, Sr. Presidente, em março de 2020, o Governo lançou a campanha O Brasil não pode parar, manifestando oposição a quaisquer medidas de isolamento. V. Sa. teve conhecimento antecipado dessa campanha? Se sim, V. Sa. tentou se contrapor a ela? E qual a opinião de V. Sa. sobre essa campanha?

São essas as minhas perguntas, Presidente. Eu peço só ao senhor a condescendência para que o nosso depoente possa responder a elas.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Vamos lá. Eu vou responder a elas bem objetivamente para tentar me ater ao tempo dado pelo Presidente.

Em relação a se o Ministério da Saúde foi pressionado – a primeira pergunta –, não; ele foi confrontado, ele foi publicamente confrontado. E isso dava uma informação dúbia à sociedade. O objetivo do Ministério da Saúde era dar uma informação, e o Presidente dava outra informação. Então, essa dubiedade. Mas diretamente a mim, pressionado para mudar, somente com atos que ele executava. Se a postura trouxe um impacto, sim. Você não pode, em tempos de epidemia... Você tem que ter a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

unidade. Você tem que ter a fala única. Esse vírus não ataca... O raciocínio não é individual. Esse vírus ataca a sociedade como um todo. Ele ataca a educação, a cultura, o esporte, o lazer. Ele ataca tudo: a economia, o emprego, microempresas. Ele ataca o sistema de saúde a ponto de derrubá-lo, e, aí sim, o sistema de saúde não pode atender quem tem apendicite, quem tem... Lá em Manaus, por exemplo, tinham 60 crianças em UTI neonatal que dependiam de oxigênio. E, acaba o oxigênio, você faz o quê? Elas não estão... Você começa a fazer mortes correlatas, etc. Então, você tem, sim, esse impacto, porque você... Houve uma ruptura, não é? A medicina ficou completamente dividida. O conselho, de uma maneira, não consegue se pronunciar. As pessoas começaram a ver... "Sim, eu posso fazer isso, eu sou leal, eu faço dessa maneira".

A tragédia: sim, o Brasil podia mais, o SUS podia mais, a gente poderia mais. Poderíamos estar vacinando já desde novembro do ano passado.

E essa campanha O Brasil não pode parar... Eu me lembro de que isso daqui apareceu e saiu muito rápido, porque essa campanha foi uma campanha feita pelo Prefeito de Milão, e ele fez, e 15 dias depois Milão assistiu a uma das maiores tragédias sanitárias. E o vídeo era exatamente igual. Não passou pelo Ministério da Saúde, ele simplesmente estreou, mas, depois que estreou, ficou pouco tempo e foi retirado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati, por favor, abra... Por 15 minutos.

Senador Randolfe, assuma aqui por favor que eu estou tentando fazer contato com o Ministério do Exército. É que agora já não seria mais presencial, mas semipresencial, e eu tenho que ter a certeza, porque está mantida a presença do General Pazuello amanhã aqui, às 10 horas da manhã, porque até agora nós não recebemos nenhum comunicado oficial, nada oficial. E, se não tiver tempo, se não tiver tempo de receber oficialmente, eu não mudarei, será presencial a presença do General Pazuello aqui. Então, eu não vou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente Omar, o Ministro Pazuello não precisa ficar de quarentena; basta ele fazer o teste, o que seria já uma demonstração de boa vontade com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, tive toda boa vontade em relação ao que foi comunicado para mim hoje cedo. E o que me foi comunicado foi que o Ministro Pazuello teve contato com dois oficiais que são assessores dele, esses oficiais contraíram o coronavírus, o Ministro Pazuello estava preocupado em transmitir aqui na sessão e ficaria de quarentena. O.k. Então me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunica, que eu vou passar aos membros da Comissão, porque a decisão final é do Colegiado, não é minha, sozinho.

Então, eu desci há pouco, saí daqui, fui lá, liguei: "Não, tá chegando." Esse "tá chegando" vem desde às 8h da manhã.

O Senador Ciro disse: "Não, ele vai fazer virtual". Eu não tenho, absolutamente... Primeiro, para fazer virtual, tem que ter toda uma estrutura montada e saber se lá, onde ele estará virtualmente, não vai cair o sistema, e muita coisa...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Já não ficou definido aqui para a Comissão que poderia ser feito de forma virtual?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Semivirtual, mas tem que ser comunicado com antecedência, porque o Senado precisa se deslocar para o lugar, para que se faça o *link* com a Comissão e não haja nenhum subterfúgio de dizer que o *link* caiu, está certo?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque é simples, a gente entra e sai na hora que quer.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí caiu internet... Aí... É isso que eu quero dizer. Por isso é que tenho de ser comunicado, para que a Secretaria daqui possa tomar as providências.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só para uma correção: este Plenário não decidiu autorizando depoimentos virtuais em nenhum momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós decidimos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A questão de ordem foi que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O que foi decidido aqui é: semivirtual a presença de Senadores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os depoimentos seriam presenciais. Isso está nas atas aí, é só procurar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para... Eu reiterei a V. Exa. naquele momento justamente nesse ponto. V. Exa. pode, neste momento, até mudar de posição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, naquele momento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tudo o que nós falamos aqui está gravado, é simples, é só ver.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então solicite a sua assessoria, Sr. Presidente, porque eu reiterei a V. Exa. justamente este apelo: para que fossem presenciais os depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe o que é? Deixe eu dizer uma coisa: se o Ministro Pazuello está de quarentena, não tem problema a gente esperar 14 dias para ele vir aqui. Não tem problema – você está me entendendo? –, mas será presencial. Sabe por quê? Não haverá subterfúgios na minha presidência. Então, nós vamos esperar. Eu só quero que seja comunicado pelo Comando do Exército que o Ministro Pazuello teve contato. Eu não quero exame nenhum. Para mim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apelo a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, o Exército tem fé pública, e principalmente o Comandante do Exército tem fé pública. Se ele disser para mim que isso ocorreu, eu não preciso pedir nenhum exame, nenhum teste. Zero. A palavra do Comandante do Exército basta para mim. Mas será presencial, Senador Ciro e Senador Marcos Rogério. Eu espero 14 dias, mas ele vem aqui para ser ouvido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só estou registrando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sem problema!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu gostaria então, Presidente, que o senhor esclarecesse a questão de ordem que foi formulada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão de ordem é o seguinte: foi pautada... Se houve um entendimento que os depoentes seria semipresencial, foi um equívoco. Semipresencial é a presença dos Senadores. Dos depoentes, será presencial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa foi a resposta, e eu reiterei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu agora me deslocar para tentar resolver esse problema, porque nós estamos com a maior boa vontade para resolvê-lo. Se o General Pazuello se sente preocupado, e nós também estamos preocupados que ele venha para cá com coronavírus, não há problema: a gente espera. A CPI vai demorar 90 dias. O que vai acontecer é que, como o Ministro Pazuello falou em "pixuleco", aí o Fábio falou que o Ministro era incompetente, vai só demorar um pouco para a gente chegar às conclusões. Só isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente Omar, mas para não ter nenhum prejuízo para o andamento dos trabalhos da CPI, existiria, por parte da maioria da CPI, impedimento para ser remota?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Existe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual seria a justificativa de uma testemunha se recusar a comparecer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, meu Líder, se o caso é suspeita de Covid, esperamos a quarentena, sem problema nenhum. Por que até semana passada não tinha pressa, e agora tem pressa de ouvir?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito, Sr. Presidente. O senhor tem razão. Eu só quero esclarecer que todos os depoimentos de testemunhas serão presenciais, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito. V. Exa. Está mudando a posição, Sr. Presidente, em relação à questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Se V. Exa. Entendeu de uma forma e eu não me interpretei bem, eu peço desculpas a V. Exa., Senador Marcos Rogério. Eu fui mal interpretado. Eu quis dizer que era semipresencial a presença dos Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quanto a isso eu concordei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas depoimento via remota não é uma coisa como nós estamos fazendo aqui. Está aqui o ex-Ministro Pazuello tranquilamente respondendo...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mandetta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe. O ex-Ministro Mandetta vai responder a todos os senhores. Então, se o caso específico do Ministro Pazuello é a questão da Covid, nós aguardamos 14 dias. Está certo?

Eu quero que V. Exa. assuma. Eu só quero dar um pulo lá em baixo, quero conversar com o General do Exército, General Paulo Sérgio, para saber qual é a decisão que eles irão tomar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, no sistema remoto, Senador Tasso Jereissati com a palavra, para questionar o depoente.

Pode liberar o som do Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente Randolfe, Relator Senador Renan, Ministro Mandetta, Sras. Senadoras, eu vou tentar ser breve, Ministro Mandetta, e fazer uma pergunta só e tentar... Apesar de ela não ser tão objetiva, para mim é muito importante para entender o pensamento e as atitudes do Presidente Bolsonaro, e que eu considero fundamental nesta CPI.

Eu imagino, e eu acompanhava pessoalmente todas aquelas suas coletivas, as que V. Exa. dava àquela época, e ninguém sabia direito o que aconteceria, o que se devia fazer, etc., quando nós começamos a notar uma evidente confrontação do Presidente com V. Exa. Quando eu digo confrontação, não era através de palavras, mas através de atitudes: o senhor defendendo de uma maneira enfática o afastamento social e o uso de máscaras, e, durante esse período em que o senhor vinha à televisão falar do afastamento social, porque na época era a única arma que se conhecia mundialmente, em função das experiências anteriores, e V. Exa. já explicou bem isso, o Presidente o afrontava. E foram dezenas. Chegou alguém a nos falar aqui que foram mais de 60 aglomerações sem máscara a que o Presidente foi, que presenciou, durante essas suas apresentações na televisão.

Eu imagino que V. Exa., em algum momento, ia não só a uma reunião de ministros, mas pessoalmente ao Presidente e explicava cientificamente: "Presidente, o afastamento social é por causa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

disso, disso e daquilo, segundo a organização tal, o instituto tal, segundo o que aconteceu na gripe espanhola ou na Aids, etc., etc. É fundamental. Isto vai causar milhares, dezenas de milhares de mortes, se nós não adotarmos uma atitude de afastamento social e uso de máscara". Eu queria entender, quando ele continuava a fazer, qual era a argumentação dele: se ele realmente acreditava em alguma outra teoria, se ele realmente fazia aquilo por puro impulso – por impulso: "Porque eu gosto de estar perto do povo, eu gosto de ir ali, e eu não acredito nisso, eu não acredito e pronto" – ou se tinha alguma coisa por trás disso, alguma ideia por trás disso.

O senhor falou uma coisa que me chamou a atenção: que o senhor presenciou, determinada vez, uma reunião com vários médicos, e, inclusive, o filho do Presidente estava presente também, em que esses médicos contrariavam as suas indicações e as suas recomendações. Esses médicos tinham alguma teoria, alguma argumentação científica, alguma base histórica na contra-argumentação? O senhor falou aí do Ministro Osmar Terra, e a pergunta é – ele foi o grande defensor, contra o isolamento social e repetia que não iria haver mais de 2 mil mortes –: ele tinha alguma teoria atrás disso ou era apenas uma opinião pessoal dele? E qual foi a argumentação dele, por exemplo, dentro dessa mesma ideia, que eu quero entender, o que tinha atrás do pensamento do Presidente e de seus assessores, para que não fosse feita uma campanha que todos os países do mundo estavam fazendo àquele momento?

Essa é a minha questão, e só essa questão, em homenagem aqui ao nosso Presidente Randolfe, para economia de tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Tasso.

Com a palavra o depoente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – É muito difícil você entender qual é a teoria. A impressão que eu tenho é que havia algumas teorias que eram mais simpáticas. Uma delas era: o brasileiro vai se contaminar, ele mora em aglomerados, ele mora sem esgoto, então, vai se atingir o coeficiente de proteção de rebanho. Acho que essa pode ter sido talvez a inspiração dessas pessoas para levar até o Presidente, eu acho que esse era um argumento que eles poderiam colocar nesses termos.

Nessa reunião desses médicos com os outros ministros, não estavam os filhos não, estavam outros ministros, vários, Jorge Ramos, estava Barra Torres, estava Ministro Heleno, enfim... Olha, você sobe para a reunião e estavam dois médicos, aquela Nise Yamaguchi, que era chamada para dar essas coisas sobre cloroquina...

Eu acho que basicamente existia outra versão. Nós tínhamos um caminho, nós tínhamos uma caminhada com o que tínhamos ali do Ministério da Saúde, acoplado com tudo que a gente tinha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições mais históricas, Adolfo Lutz, Fiocruz, fazendo, ligando com Harvard, ligando com o que a gente tinha de melhor e convivendo. Era uma época, e isso é comum em pandemia, começam teorias, elas brotam diariamente: teorias sobre o teste, teorias sobre... Porque é o desconhecido, a ciência vai tateando. Há pessoas que, embora tenham feito essa previsão que o senhor cita do nosso colega de Câmara, o Osmar, ainda hoje ele falou: "Está vendo, agora estão caindo os casos, conforme eu previ". Nós estamos em 410 mil, ele previu 800, mas ele está mantendo firme que é conforme a previsão dele. São pessoas que acreditam, não é uma coisa assim... Eles acreditam naquele caminho. Não é errado acreditar naquele caminho, só que as evidências científicas têm que ser a base para a tomada de decisão.

Então, o que eu posso dizer, Senador Tasso, é isso. Se eu alertei o Presidente? Alertei, falei. Só o término, o final dessa carta: "Nesse sentido, tendo em conta que a atuação do Ministério da Saúde no preparo, vigilância e resposta à pandemia, em consonância com o regulamento sanitário internacional do decreto de 30 de janeiro de 2020, fundamenta-se nos fatos apurados, nas evidências científicas e na observância dos princípios e regras que alicerçam os direitos e garantias fundamentais de todo cidadão brasileiro, recomendamos expressamente que a Presidência da República reveja o posicionamento adotado, acompanhando as recomendações do Ministério da Saúde, uma vez que a adoção de medidas em sentido contrário poderá gerar colapso do sistema de saúde e gravíssimas consequências à saúde da população brasileira".

Quer dizer, tudo o que eu podia fazer em termos de orientar "não vai nesse caminho, que esse caminho é extremamente perigoso" foi feito. Agora, ele tinha provavelmente outras pessoas que diziam: "Olha, isso que o Ministro da Saúde está falando está errado; vá por esse caminho". É uma decisão dele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senador Tasso, mais alguma pergunta ao depoente? (*Pausa.*)

Só liga o som do Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Ele tinha consciência de que não adotando as posições científicas aceitas mundialmente as consequências poderiam ser de uma mortandade em enorme escala no Brasil?

O senhor... V. Exa. alertava ele...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim, senhor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** ... qual era a consequência da não obediência a esses ditames internacionais?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alertei sistematicamente, inclusive fazendo as projeções. A projeção de 180 mil óbitos até 31 de dezembro e, na verdade, nós tivemos 191 mil. Nós erramos por 11 mil. Eu dei por Estado e por cidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Tasso.

Eu estou dando sequência, o próximo é o Senador Humberto Costa.

Pergunto ao Senador Otto Alencar se...

É porque não consta aqui na relação, eu já vou providenciar a inscrição de V. Exa.

Senador Humberto, os seus 15 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Ministro, eu quero continuar nessa tecla.

Recentemente, um ex-assessor de V. Exa., chamado Ugo Braga, disse em um programa de internet que nesse evento ao qual V. Exa. se referiu, no dia 11 de abril de 2020, em Águas Lindas de Goiás, o Presidente da República, em determinado momento, teria dito ao Governador Caiado a seguinte frase: "Vamos contaminar todo mundo logo de uma vez". Em uma alusão à disseminação de Covid-19 para atingir a imunidade de rebanho.

No dia 3 de abril, V. Exa., ou poucos dias antes, essa é uma matéria do dia 3 de abril da revista *IstoÉ*, diz que numa conversa com o Presidente, em que travava esse diálogo sobre a necessidade ou não do isolamento social, V.Sa. teria dito a ele: "Nós estamos preparados para o pior cenário com caminhões do Exército transportando corpos pelas ruas com transmissão ao vivo pela internet".

Eu pergunto a V. Exa., primeiro, V. Exa. ouviu o Presidente da República travar esse diálogo com o Governador Caiado?

Segundo, qual foi a resposta do Presidente da República a essa sua colocação de que nós poderíamos em breve estar assistindo àquela romaria de caminhões do Exército com vários corpos?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Bom, nessa ida à Águas Lindas, eu me lembro que era exatamente por esse hospital de campanha que o Ministro Tarcísio estava organizando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção. Eu disse a ele: "Cuidado, porque se for até lá nós vamos... Vai acabar aglomerando. Não vamos, tem que ter muito cuidado".

Eles queriam ir de carro, acabou mudando e fomos de helicóptero. Eu fui dentro do helicóptero com o Presidente. O combinado era chegar, olhar, o público bem separado, mas na hora em que o helicóptero, que ele olhou, que ele viu que o público estava na beirada, ele desceu do helicóptero, subiu as rampas e foi até as pessoas.

Eu fui até onde estava a comitiva do Governador Caiado. Quando ele volta de lá, ele vai em direção para dar um abraço no Governador Caiado e fala essa frase em tom de brincadeira, não é uma coisa... Fala em tom de brincadeira: "Vamos contaminar logo todo mundo". Mas o Governador Caiado sacou muito rápido um frasco de álcool em gel, usou nas suas mãos e ainda passou um pouco na mão do Presidente para dar aquela certa sensação ali... Isso foi uma coisa pontual.

E a outra é em relação à...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – À dos caixões.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... *Istoé*. Eu usei essa figura de linguagem porque o Secretário Wanderson tinha dito numa coletiva que a próxima normativa técnica que ele ia dar era exatamente sobre sepultamento. E o Presidente achou que aquilo era muito mórbido. "Pô, vocês vão baixar uma regra sobre caixão?" Mas é necessário, porque você tem toda a questão de lençol freático e, por isso, dois sacos plásticos grossos; você tem uma série de coisas ali. E, no dia dessa reunião, explicando, explicando, foi o dia que eu entreguei essa carta, inclusive, eu falei: "Olha, o senhor tem que estar preparado para todos os cenários, inclusive, para um cenário de colapso funerário", que, infelizmente, aconteceu em Manaus, que é aquela cena de Manaus com as pessoas enterrando as pessoas com trator, jogando os caixões um em cima do outro. Foi nesse sentido. Logicamente que ele escutou, mas não foi isso o suficiente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas ele respondeu o quê?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – A sensação que eu tinha era de que eu era o mensageiro da má notícia. Você sabe que, quando você dá as notícias que você tem que dar... E eu acho que lealdade é isto: você não deixar a pessoa depois dizer: "Olha, eu não fui assessorado, não me foi explicado". Eu usei essa figura de linguagem e acho que isso só serve, no final das contas, para acabar falando "Ah! Esse ministro só me traz notícias duras", e acabou gerando mais distanciamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pergunto isso a V. Sa. porque, com toda certeza, V. Sa. teve acesso a dois estudos: um promovido pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONG Conectas, juntamente com pesquisadores da Universidade de São Paulo, da Faculdade de Medicina; e um outro estudo produzido pela Universidade de Michigan, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas.

O primeiro estudo, que analisou não somente as frases e falas do Presidente e outras pessoas do Governo, mas mais de três mil resoluções legais administrativas e, mais do que administrativas também, jurídicas, em que a posição do Governo leva claramente à uma conclusão de que o Presidente da República assumiu por conta e risco a adesão à tese de que a busca da imunidade coletiva ou imunidade de rebanho deveria ser... Foi a linha que ele adotou. Tanto que várias vezes ele disse: "Isso é como chuva, todo mundo vai se molhar. Quando 70% tiver pegado, está tudo bem", o que, se é verdade, Ministro, é uma ação altamente criminosa, sabendo, inclusive, das consequências em termos de números de mortes e mais.

Então, pergunto a V. Sa. se V. Sa. manifesta algum reconhecimento de que possa vir a ser essa a teoria a que V. Sa. se referiu na sua resposta ao Senador Tasso Jereissati. É possível que o Presidente tenha adotado essa estratégia?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Acho que sim, porque essa era uma fala muito comum dessas personagens que eu citei. Eu me lembro de que eles se apropriaram de um estudo feito sem muita técnica científica, uma constatação.

Eles falaram assim: os doadores de sangue de Manaus, logo depois da primeira onda, saiu – eu não me lembro onde, se foi publicado, mas enfim – que mais de 50% teriam anticorpos contra a doença e que, portanto, já estaria muito próximo do fim, ainda em julho, junho ou julho, do ano passado. Olha, se Manaus, 50%...

Uma outra coisa que eu acho que foi muito negativa, quando me perguntaram da interrupção: o inquérito epidemiológico da Universidade Federal de Pelotas, porque ele parou de ser feito, porque ele era nossa bússola. Eu contratei para fazer todos os Estados. Você sabe quantas pessoas têm anticorpos. O inquérito da cidade de São Paulo em janeiro desse ano deu 13% – feito pela cidade –, ou seja, 87% poderiam ter, por isso que eu disse: "Vocês terão uma epidemia".

A impressão que eu tenho era que era alguma coisa nesse sentido, o principal convencimento – mas eu não posso afirmar, você tem que perguntar a quem de direito – era um entendimento assim: "As pessoas vão contrair isso, porque moram em favela, porque estão aglomerados, porque não têm esgoto, porque o brasileiro vai se contaminar e vai morrer só quem tem que morrer; só está morrendo idoso". E embarcaram nessa teoria. A impressão que eu tenho é que isso pode ser, mas não saberia, a não ser que alguém informe.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão que eu queria trazer para V. Exa.: nós precisamos aprender com erros e acertos, afinal de contas muita gente considera que essa pode ser a primeira de uma série de emergências sanitárias que nós vamos enfrentar.

E eu vi que V. Sa. falou de todo trabalho que foi feito lá, mas eu gostaria de levantar alguns questionamentos.

Primeiro, nós tivemos um intervalo de aproximadamente uns dois meses entre o que aconteceu na Europa, particularmente na Itália, e já tinha acontecido na China, em termos de mortes, em termos de colapso do sistema de saúde, enfim... Nós tivemos esse espaço de tempo. E V. Sa. fez aí uma descrição de uma série de ações, mas muitas dessas ações não aconteceram.

Por exemplo, houve, no dia 12 de março, um compromisso do Governo de garantir 2 mil leitos de UTIs para Estados e Municípios. V. Exa. saiu do Governo me parece que no dia 16 de abril e entregou apenas 17% desse número de leitos, apenas 350, com uma distribuição desigual pelo Brasil e 15 Estados fora desse desenho. Eu lhe pergunto por que não foi cumprida essa? Por que não foi cumprida a questão dos testes?

V. Exa. no dia 18 de março, junto ao Presidente da República, numa entrevista coletiva, chegou a dizer que a testagem seria um desperdiço de dinheiro – testar a população brasileira.

Durante o período em que V. Sa. estava lá, o Brasil ocupou – acho que a posição hoje é até pior –, o Brasil ocupou a posição de número 60 entre 75 países em termos de testagem, está certo?

Então, eu quero ouvir de V. Exa. o que gerou essa... Além disso, a questão de equipamentos de proteção individual foi meramente porque o comércio, o mercado estava extremamente aquecido? Ou será que não houve, da parte da equipe de V. Sa., uma certa dificuldade de promover isso?

Segundo, muitas dessas coisas o Brasil tinha condição de produzir – produzir! No entanto, não produz. E, ao mesmo tempo, nós tivemos cortes absurdos no Governo Bolsonaro, inclusive no orçamento do Ministério da Saúde, dinheiro para instituições que poderiam ter feito esse desenvolvimento. A Fiocruz vivia passando um pires, aqui, para pegar emenda parlamentar, no ano de 2019, quando V. Sa. era o Ministro.

Então, eu queria ouvir isso que V. Sa., porque vai servir também – se, de fato, o meu julgamento é correto –, vai servir para que, em outras situações, quem lá estiver no ministério possa ter um desfecho melhor.

É o que eu pergunto a V. Sa.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Vamos lá: sobre esses 2 mil leitos iniciais, eles foram feitos, foram contratados, eles conseguiram entregar algo em torno de mil; esse era um número inicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós, em março – nós fizemos esse primeiro movimento ainda em fevereiro –, quando, em março, nós vimos que era um vírus altamente, que ia precisar de muito mais, nós conseguimos fazer o maior esforço industrial de todos os países do mundo. Eu saio com a entrega de 350 dessa escala, dessa *scale-up* – como a gente chama –, dessa força-tarefa de várias multinacionais que entraram naquilo, mas ela vai por semana e pacifica todo o Território nacional com quase 15 mil respiradores. Esse é um *case* de profundo sucesso.

Nós tivemos uma informação da China, Senador Humberto, que até hoje é questionada. Ora, nós vimos uma epidemia numa cidade chamada Wuhan, de 12 milhões de habitantes; foi a primeira vez em que a maioria de nós aqui escutou que existia uma cidade chamada Wuhan. Onde estão as cidades de 4, de 3, de 7, de 8, de 1, de 2 milhões, como Belo Horizonte, como Brasília, na China? Eles fizeram um hospital de campanha, televisionaram, permaneceram cinco semanas, desfizeram o hospital de campanha. Onde está a epidemia de Pequim, que tem 26 milhões de pessoas? A informação da China é objeto, hoje, de investigação internacional pela própria Organização Mundial da Saúde, tentando entender por vias indiretas.

A China, quando ela proibiu exportação... Se 94% dos itens são de lá, e ela fecha a exportação por mais de 30 dias, é porque ela mandou abastecer só o seu mercado interno, e o mundo ficou em compasso de espera. Então, era muito difícil se entender o que estava acontecendo lá. Somente quando entrou no mundo ocidental, somente quando a Itália caiu – o primeiro caso brasileiro, 26 de fevereiro, foi no dia em que a Itália decretou *lockdown*, na região da Lombardia, em Milão –, aí que nós fomos ver: caiu o sistema de saúde da França; na Inglaterra, as enfermeiras com saco de lixo na cabeça; depois de um tempo, nós vimos cair Nova York, Califórnia, Florida. Aí que o sistema foi caindo no mundo ocidental, e a gente conseguiu ainda, com muito esforço – não foi pouco, não! –, a gente conseguiu não deixar desabastecer o Brasil, ativar o setor industrial inteiro.

Agora, contra cortes de orçamento, Senador Humberto, aí isso é um histórico em que a gente pode colocar, aqui, o SUS inteiro – não é? A gente tem vários cortes de orçamento, a gente tem inúmeros cortes de orçamento. Que a Fiocruz passeia por aqui, com o pires na mão, todo ano, pedindo emenda – eu fui Deputado Federal por oito anos. É hábito dela pedir emendas, assim como de outras instituições.

Então, o que a gente fez foi o máximo das nossas possibilidades com ciência, com todo o denodo, e conseguimos passar aquela primeira onda com o máximo de atenção e carinho com o povo brasileiro, que era o que era possível fazer pelo SUS.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, Sr. Presidente, eu queria somente entregar ao ex-Ministro Mandetta aqui um documento do Datasus, porque ele foi muito enfático em dizer que não houve, no período que ele estava no ministério, nada em relação à cloroquina que não fosse nas suas aplicações habituais. Eu tenho aqui um registro do Datasus referente à data de 27 de março até 16 de abril, em que há, sob o nome do programa Covid-19, o envio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todos os Estados do Brasil de 560 mil unidades da cloroquina. Pode ser que V. Exa. não soubesse, mas eu vou passar...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** ... e V. Exa. poderá...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – As ações foram para a cloroquina de uso hospitalar, para uso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas está escrito aí Covid-19.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Para uso compassivo em ambiente hospitalar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Aquele nos casos graves.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Graves e moderados e graves, porque os hospitais falaram: "Olha, embora você coloque isso, essa medicação não é hospitalar". Os hospitais não trabalham com cloroquina. Cloroquina é sempre uma coisa de atenção primária. Então, foi solicitado e foi remetido a eles no âmbito do uso compassivo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O.k.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Humberto.

Próximo inscrito para questionar o depoente, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) **–** Muito obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues, meu colega Senador.

V. Sa. Luiz Henrique, permita-me chamá-lo assim, porque é o nome do meu primogênito, Luís Henrique, eu fico mais à vontade ainda.

Francisco de Assis, grande pacifista e humanista, tem uma frase que é muito inspiradora que diz o seguinte: as palavras podem até convencer, mas é o exemplo que arrasta. A gente viu várias aglomerações do Presidente da República. Inclusive, o Senador Izalci Lucas aqui presente fez um requerimento, eu acolhi prontamente, pela independência, e apresentei esse requerimento para ver a agenda presidencial desses encontros. E eu queria saber a opinião do senhor com relação à liderança maior do País dando esse tipo de exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Olha, eu acho que todos nós, em algum momento, acertamos e erramos. Existe a necessidade de se ver em que circunstâncias que isso se dá. Se há o dolo intencional, se há aquela coisa: "Vou fazer exatamente para confundir, para induzir", eu acho que isso é o que divide.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Então, o senhor considera que foi um equívoco de sua parte a despedida do Ministério da Saúde, em abril de 2020, em que a gente já tinha números preocupantes da pandemia? O senhor foi flagrado abraçando, cantando, sem máscara, aglomerando no interior do próprio Ministério da Saúde. E em novembro de 2020, numa situação mais delicada ainda que a Nação vivia, o senhor estava jogando sinuca em ambiente de aglomeração, sem máscara, ao lado de pessoas sem máscara. Isso foi um erro ou isso é hipocrisia?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não. A Teresa era funcionária do Ministério da Saúde. Naquele momento, o Ministério da Saúde estava muito comigo, Senador. Na semana anterior, eu já era ameaçado de demissão, e eles desceram todos para o chão do Ministério da Saúde para me receber e comemoram que eu permaneci; e eu os mandei trabalhar.

Nós trabalhávamos com o conceito de biossegurança forte. O uso do colete do SUS não era nada além do que a recomendação do Wanderson, já que ternos e gravatas, como não são lavados todos os dias, podem ser elementos de transmissão.

Conseguimos atravessar com toda a equipe sem nenhum caso. Naquele dia foi o dia em que foi testado todo mundo no teste rápido, e a Teresa é uma funcionária de carreira, e eu a abracei simbolicamente, despedindo. Não deveria, mas era muita emoção naquele momento ali. Era uma equipe muito unida.

Quanto ao segundo ato, nós estávamos em novembro, estávamos em eleições municipais. Todas as cidades estavam já com as suas regras estabelecidas. Esse estabelecimento estava aberto, era um sábado à noite, estávamos eu e meu filho tendo uma conversa de pai para filho, e você pede alguma coisa para comer, estava ali, e eu vi que eles bateram fotografia. Mas, dentro do que eram as regras da minha cidade. Assim como depois, voltando de uma visita que faço anualmente – e este ano já fui, e foi nesse dia que eu fui a Aparecida: eu sou devoto de Nossa Senhora Aparecida –, e desci pelo litoral e parei ali para ver uma praia. E parei durante duas horas e fui embora também. Mas todas elas dentro das regras que eram estabelecidas para aquele momento nos locais em que eu estava.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

V. Sa. falou aí que no dia 3 de janeiro do ano passado o Brasil emitiu um comunicado – não sei se é essa a expressão – para a OMS, perguntando se existia uma pandemia. No dia 24 de fevereiro, a OMS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respondeu, dizendo que existia. Eu lhe pergunto: por que o senhor, como Ministro da Saúde do Brasil, não recomendou expressamente que quase um mês depois, no dia 21 de fevereiro, uma festa tradicional do Brasil chamada Carnaval... Inclusive o senhor deu uma entrevista – e estou aqui com ela – a UOL (ao Bastidores do Poder, Rádio Bandeirantes, que foi republicado pelo UOL), dizendo o seguinte: "Coronavírus preocupa no Carnaval, mas não tem como parar a vida". Ou seja, por que o senhor não falou com o Presidente, não pediu, de alguma forma, aí para que as pessoas não realizassem – as Prefeituras, os Estados –, não realizassem o Carnaval no Brasil, Ministro?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Primeiro, com o Presidente, com certeza, não teria sido o mais fecundo.

Agora, a gente seguia, nesse momento, Senador Girão, as recomendações da OMS. A OMS não mandou fechar voos da China; as feiras de negócios continuaram a acontecer. Expressamente ela dizia que não era para fazer restrição de movimentação. Não havia nenhum caso registrado dentro do Brasil. Nós estávamos sob efeito de vigilância, os brasileiros... O mundo estava ainda andando.

Eu não posso... Até para ilustrar, eu fui um dos poucos ministros de Estado do mundo convidado para o Fórum Econômico de Davos, na Suíça. O Presidente do Estados Unidos Trump estava lá; não tinha ninguém de máscara, não tinha nenhum álcool em gel. Isso era no dia 22, 23 de janeiro. As reuniões eram todas em salas fechadas, estava frio do lado de fora, tinha delegação de China para todos os lados, e não havia nenhum tipo de alerta sobre absolutamente nada, embora a gente já captasse. Esse era o mundo, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Esse era o mundo. No mundo inteiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agora, o Presidente pediu para que não se realizasse o Carnaval.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Presidente da República.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Essa informação... Não para o senhor?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas ele chegou a falar isso publicamente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – A mim, não. Nunca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Outra pergunta: o senhor falou que o Brasil foi pioneiro em comprar 15 mil respiradores. Eu não lembro o preço unitário que o senhor falou.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Treze mil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Treze mil? Treze mil reais?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É. Para a indústria brasileira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Preço barato. Realmente tenho que parabenizar pelo...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Aqui conseguiu o melhor preço, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agora, como é que o senhor me explica, se há uma mínima comunicação, que o senhor disse que existia, entre o Ministério da Saúde e os governos dos Estados e prefeituras... Por exemplo, o Consórcio Nordeste, que reúne nove Governadores de Estados do Nordeste, comprou 300 respiradores de uma indústria – não me pergunte o que é que tem a ver, eu que lhe faço a pergunta, se o senhor sabe –, da indústria da maconha, de empresas que comercializam o produto à base de maconha. Eu não sei o que que isso tem a ver com Covid e com respirador, mas comprou a um preço de R$150 mil, e até hoje esses respiradores não chegaram.

E a minha capital, Fortaleza, por exemplo, comprou respiradores, acredite, por R$234 mil a unidade, enquanto foi por R$13 mil que o Ministério da Saúde comprou. O senhor tem como, de alguma forma... Não havia informação nenhuma de que Governadores e Prefeitos estavam fazendo essa festa com esses valores?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Senador, nós fazemos aquilo que é da nossa competência. Nossa competência àquele momento foi: vamos organizar a indústria nacional e vamos fazer uma encomenda de 15 mil e vamos dar a ela todas as condições de material, equipamento, agilidade para ser feito, no menor tempo possível, o maior número de respiradores de que a gente necessita. Agora, entre ela estartar e ela entregar, é esse *gap* que a gente vai aumentando. Ninguém tinha, naquele momento, 15 mil respiradores em cima da prateleira. E tudo pactuado dentro do sistema. Isso não os impede de tentar comprar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, à época eu conversava muito com o Ministro Moro, Senador Girão. E o Ministro Moro me mandou, para dentro do Ministério da Saúde, por solicitação do ministério, o então Superintendente da Polícia Federal. Eu fiz a reunião com ele e falei: "Estou repassando todos esses recursos aqui. Os senhores devem fazer toda essa parte de monitoramento, para que vocês possam fazer...". Dei para eles os dígitos, os localizadores todos para que eles pudessem fazer o zelo pela coisa pública.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Mais uma pergunta: diante de tantas mortes e risco de colapso nos hospitais, com grande carência de vacinas e quase impossibilidade de se fazer um *lockdown* 100% efetivo, em uma guerra que a gente vive, que a gente viveu no período em que o senhor era ministro, não dispondo de "armas certificadas" – entre aspas – para fazer esse combate e devendo usar todos os recursos possíveis, apoiando a autonomia do médico e do paciente, evitando a perseguição e menosprezo a dezenas de milhares de médicos que adotam, disponibilizar na rede pública de saúde, com os necessários cuidados na sua administração, os diversos medicamentos seguros e com evidência científica... E eu faço aqui um parêntese: evidência científica é uma coisa muito usada, muito batida, mas a ciência está dividida com relação a tratamento preventivo, profilático ou tratamento imediato ou precoce. Existe uma divisão clara; alguns países adotam, outros não. E é importante que, nesta CPI, a gente possa ter um equilíbrio para ouvir, para buscar a verdade.

Eu lhe pergunto: o senhor não considera que errou por ter sido um opositor à opção do tratamento precoce ou imediato, proporcionando à população pelo menos o direito, pelo menos o direito a essa tentativa de tratamento extremamente segura, segundo especialistas e médicos renomados que nós tivemos a possibilidade de ouvir aqui no Senado já, amplamente disponível e a um excelente custo-benefício, com chance de reduzir a mortalidade, transmissão, a síndrome pós-Covid e até prevenir a infecção em um país em que menos de 10% dos Municípios possuem leitos de UTI? Será que o senhor vai ter algum remorso se no futuro, dentro de pouco tempo, se confirmar a expectativa de muitos médicos brasileiros reunidos em associações que estão fazendo com resultados clínicos evidenciados? Eu queria saber do senhor isso. O senhor vai ter remorso?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, Senador. Aqui é ciência, aqui é estudo.

Eu jamais, na minha vida, tomei decisões sem estudar. E a gente quando estuda, principalmente quando tem uma situação como essa em que você tem uma doença que não está determinada, a gente tem que acreditar nas bases do seu estudo. Aqui tem advogados, aqui tem engenheiros. A base da Medicina é ramo da Filosofia; ela é Hipócrates. Ali, ela diz que, sem diagnóstico, não há tratamento. Parece uma coisa simples, mas quanta gente erra isso mundo afora! Ali ela diz *non nocere*, não pode sem risco-benefício, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do mesmo modo que bate na tecla da cloroquina, existem, por exemplo, pessoas que preconizam...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não estou falando só de cloroquina. Estou falando de ivermectina.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Tem pessoas que preconizam ivermectina também sem fundamento científico. Ela é inerte? "Ah, se não servir para nada, pelo menos serviu para matar verme", como eu escuto. "Não, pode usar porque está sendo usado em tal lugar". Tem que restar comprovado, tem que estar dentro da agência, tem que estar dentro da bula, tem que estar dentro do compêndio.

Eu tenho aqui a bula – eu não vou ler, porque ela é muito grande. Eu tenho a bula da cloroquina e a bula da ivermectina. Eu recomendo a todos vocês que leiam para que vocês possam saber pelo menos os efeitos colaterais.

A autarquia federal responsável de fazer exatamente a proteção da sociedade a isso – ela é fruto da Revolução Francesa – são os conselhos. O conselho deveria ter dado o parâmetro. Os médicos ficaram cada cabeça uma sentença.

Eu tenho, por exemplo, ozonioterapia intrarretal, que está sendo preconizada. Eu vi cloroquina sendo usada como nebulização, partindo de comprimido com talco. Essa via inalatória é uma via tão... De margem de segurança muito menor do que a gastrointestinal. Então, o que está vendo, não.

Eu espero que alguma substância funcione. Se tem uma pessoa que espera muito da ciência, sou eu. Agora, alguém tem que ser racional, alguém tem que falar: "Eu vou pelo estudo".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Deixe-me só fazer a última pergunta: na gripe H1N1, em que não havia evidência científica de que medicamentos como oseltamivir, nome comercial do Tamiflu, seriam eficazes para o tratamento da enfermidade, que médicos, graças à autonomia do médico, do paciente e de apoio que receberam, começaram a prescrever, mesmo assim obtendo ótimos resultados. Somente mais tarde veio a comprovação científica da sua eficácia na redução de tempo de hospitalização, o que resultou em grande número de vidas poupadas.

A pergunta que eu faço nos 15 segundos que restam: em outras palavras, para o senhor, a administração do Tamiflu para o H1N1, quando não havia evidência científica de sua eficácia, foi um crime?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, ela foi um acerto da ciência. A ciência não comete crime, doutor; a ciência vai à luz dos fatos, quer a gente goste do resultado ou não. A ciência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte da dúvida. Não existe verdade absoluta; você vai lá e submete a sua verdade, e submete aos pares – e submete aos pares. Se não fosse assim, o Iluminismo não teria existido, a era da ciência, nós estaríamos nas trevas, nós estaríamos ainda com crendices e "bruxices". Para isso existe a ciência, para isso ela é feita, para tomar decisão baseado nela. Para o bem, quer eu goste, quer eu não goste, ela está ali, é límpida, igual água de rocha. Tem que colocar ali. E, muitas vezes, a gente acredita numa coisa e depois a gente fala: "Puxa, o que eu acreditava realmente não era... Ela mudou". E é assim, a nossa lavra é dessa maneira. É assim com o meu filho, que tem 25 anos e é residente de cirurgia geral, e é assim com meu pai, que tem 90, é médico e é meu conselheiro de filosofia.

Nós temos aí... Eu estava aqui hoje, eu estava usando este anel de médico aqui. Esse meu avô deu para o meu pai, o meu pai deu para mim, e eu dei para o meu filho. E é por ali que a gente vai, é assim. E, quando a gente fala: "O cientista tem que decidir dessa maneira", a Igreja Católica já fez loucuras até com Galileu Galilei, fê-lo desfazer que a Terra era o centro do universo.

Então, não existe. Deixe-os trabalhar, eles vão trazendo. No caso da H1N1, eles trouxeram a evidência científica, foi, colocou, fez, ótimo, usamos, foi, consertou, depois veio a vacina, a vacina... Acabou de usar o medicamento. Existem os consensos, os consensos são mundiais. Eles são mundiais: os Estados Unidos procuram, a Europa procura, todos os países procuram hoje uma solução entre as substâncias que existem. Substâncias primárias demoram para ser sintetizadas, mas alguém tem que ficar dentro do livro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

O Senador Ciro Nogueira é o próximo a questionar o depoente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) – Ministro Mandetta, muito obrigado pela sua presença aqui, nesta Casa.

Eu vou volta a um tema que foi abordado pelo Relator, porque houve um equívoco da sua parte no que diz respeito às datas. O senhor diz que foi de janeiro para fevereiro, mas essa recomendação aconteceu no mês de abril. Em sua gestão, o senhor chegou a recomendar que as pessoas com sintomas leves da doença não procurassem atendimento médico; elas deveriam permanecer em casa – e é uma frase até um pouco difícil para pessoas que querem acreditar na ciência – fazendo orações, tomando chá e canja de galinha. O hospital ou posto de saúde somente deveria ser procurado em caso de febre alta ou desconforto respiratório. No entanto, sabe-se que a Covid-19 frequentemente é uma doença silenciosa, progressiva, que demanda cuidados médicos imediatos diante de tantos fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria saber o que levou o senhor, que é um médico, a fazer essa recomendação, que, no meu ponto de vista – não sou médico – é uma recomendação equivocada, que resultou em enorme subnotificação e sem dúvida contribuiu para que muitos transmitissem o vírus sem saber que estavam infectados, que vários sofressem o agravamento da doença sem qualquer assistência médica e milhares adentrassem os hospitais de todo o País quando a doença já estava em estado avançado, acabando perdendo sua vida. Considerando que metade dos pacientes que são internados precisam ser intubados, que dois terços dos pacientes que são intubados acabam não resistindo, o senhor não acha que essas recomendações suas foram fundamentais para atingirmos esses exorbitantes números de mortes no nosso País?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Senador Ciro Nogueira, ontem eu recebi essa pergunta, exatamente nessa íntegra, do Ministro Fábio Faria. Acho que ele inadvertidamente mandou para mim a pergunta; quando eu ia responder, ele apagou a mensagem. Então, vou responder para o senhor, mas também para o meu amigo, que foi Parlamentar comigo, Ministro Fábio Faria.

Olha, quando a gente tem uma doença viral, você tem alguns princípios. Os princípios primeiros são: temos vacina? Não temos. Temos medicamento retroviral? Não temos. Como vamos conduzi-la? Vamos observar o paciente, vamos vê-lo, vamos cuidar desse paciente. Ontem, até por conta dessa pergunta, eu fui ver qual era a recomendação da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, ontem. Ela é exatamente: entre em contato com o seu provedor de saúde imediatamente se você sentir os sinais de perigo – dificuldade de respirar, perda da capacidade de fala, confusão, dor no peito. De cada cem pessoas, Senador – cem –, 85 vão evoluir bem, vão fazer formas leves, muitas vezes formas de espirro ou assintomáticas, e vão sair tomando chá, vão sair da maneira como a gente se trata. Quinze por cento vão ter algum grau de complicação. Desses 15%, você vai ter um número aproximadamente de 90% que vai ser forma moderada, não vai precisar intubar, e 5% vão evoluir para intubação, com medicamento ou sem medicamento.

Nós construímos toda uma lógica de atendimento, que era aumentar a porta de entrada da atenção primária, abrir as unidades de saúde até meia-noite, inclusive em cidades pequenas, trazer a telemedicina para que todos pudessem ter um aconselhamento médico ou de um enfermeiro de nível superior, monitorar todos esses pacientes com ligações diárias. Agora, quando se criou essa narrativa, ela é uma narrativa muito interessante de internet. Eu percebi essa narrativa vindo, vindo, ela é repetida, ela é repetida, ela sobe nos *trending topics*, depois ela abaixa, normalmente ela flutua. Eu a vejo como uma guerra de narrativa, sabe? Uma guerra de narrativa de quem só fez por ciência. Eu só fui no que eu tinha em cima da minha mão, em cima da mesa: o que é ciência? O que está na Organização Mundial da Saúde? O que preserva a vida? O que a gente pode fazer pelo SUS? Agora, o ideal é que eu tivesse os equipamentos de proteção individual. O ideal é que eu tivesse as máscaras, que eu pudesse mandar meus agentes comunitários visitarem em casa. Seria o grande diferencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós preparávamos, naquela hora, o plano de manejo de áreas de exclusão, que são as favelas, para se fazerem microssistemas lá dentro e áreas de organização, que não pudemos terminar, mas o atual Secretário do Rio, Soranz, que é da Fiocruz, implantou lá agora e estão colhendo os frutos daquele sistema de monitoramento dentro de favela com essas informações.

Então, a luta ali é uma luta renhida. Agora, tem que ter a decisão de estar do lado da ciência. Esse era o que nós tínhamos.

Falar de tratamento seria, naquele momento, criar um *kit* ilusão. A pessoa poderia falar: "Não, eu posso ir, que, se eu tomar isso daqui...". E foi assim que eu perdi amigos. Eu perdi tantos amigos que tomavam esses medicamentos prévios e falavam para mim: "Olha, se der algum problema, eu tomo isso daqui". Eu tenho um amigo meu que não vacinou pai e mãe de 95 e 90 anos de idade – amigo que me ligou e que falou: "Meu pai e minha mãe estão doentes". E eu falei: "Mas não vacinou?". Ele falou: "Não vacinei porque eu embarquei nesse negócio daí. Eu dei para eles tomarem ivermectina, cloroquina". Se pegar quantos entraram lá dentro... "Não, eu...". Está errado? Não está errado? É assim: é lavar as mãos, usar máscara, manter distância – não temos ainda uma substância – e, lógico, cuidar... Cuidem! Não aglomerem! Esse é o principal... De tudo o que eu falei, eu acho que essa foi a mensagem que, graças a Deus, aonde eu vou as pessoas falam: "Eu escutei. Eu organizei a vida da minha mãe, da minha tia, da minha avó, da minha sobrinha, dos mais vulneráveis".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Para esclarecer, Ministro Mandetta. Esta frase é sua? O senhor recomendou que as pessoas ficassem em casa fazendo orações, tomando chá e canja de galinha?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Primeiro, orações eu faço todo dia. Eu não tive nem um dia, Senador, que eu tenha entrado no...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, eu só gostaria de saber se a frase é sua.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... no Ministério da Saúde que eu não tenha rezado uma ave-maria.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu também rezo todos os dias!

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – E hoje, antes de vir para cá, eu li a oração de São Jorge.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Você faz muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Caldo de galinha é uma coisa também que eu aprendi com a minha avó, com a minha mãe que deve se tomar quando você está doente; repouso, orações, hidratar... As recomendações lá são: prepare um quarto separado, hidrate, monitore, use o termômetro. Elas são assim...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** Ministro, só para esclarecer. É verdade ou não, Ministro?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Se o senhor está dizendo... Porque o senhor consultou isso em algum lugar. Eu posso ter dito, não me lembro. Mas, enfim, a pessoa que está com virose deve fazer repouso, deve tomar um alimento hiperproteico. Agora, na linguagem do povo brasileiro, uma canja de galinha é uma alimentação hiperproteica. Ele entende, ele sabe o que eu estou falando. Repouso... Ele sabe do que eu estou falando. Não tomar golpe de ar, tomar chá, chá de raiz de fedegoso... Quantas vezes falei: "Tome, é bom, hidrata".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** Perfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É sim, deve ser.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** Vamos para o próximo ponto, Sr. Presidente.

Ainda no mês de março do ano passado, o Ministério da Saúde requisitou toda a produção nacional de ventiladores mecânicos pulmonares, a fim de centralizar a distribuição desses equipamentos. A medida gerou atrito com Governadores e Prefeitos que já tinham contratado a aquisição desses produtos. No entanto, no dia 24 de março, foi noticiado pela imprensa que o senhor autorizou a exportação de ventiladores e máscaras para a Itália. Isso é verdade?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Máscara...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** E ventiladores.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não é verdade. Máscaras, apenas máscaras. Três milhões de máscaras. Nós estávamos na Quaresma...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** E aqui nas nossas informações constam respiradores.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Respirador, não. Respirador, não. Isso aí foi exatamente na sequência de quando a Economia solicitou que a Receita Federal fechasse as exportações. O Ministro da Saúde da Itália telefonou, o Roberto Speranza, e pediu em caráter humanitário que liberasse... Ele tinha adquirido, e não foram liberados os respiradores. Foram liberadas apenas as máscaras, com ciência do Presidente, 2 milhões de unidades, que davam para meio dia de atendimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Dois milhões e meio.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Dois milhões e meio, não é?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Dois milhões e meio.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Que davam exatamente, segundo ele me falou, para meio dia de consumo da Itália.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor acha correto...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Acho.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ...enquanto o País estava precisando...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Acho. Acho que, quando a gente tinha um pouco ainda para segurar e eles não tinham nada, estavam morrendo, o Presidente, quando eu conversei com ele, falou...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Esse material não faltou ao País?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, nessa quantidade nós conseguimos receber o último navio que saiu da China. Ele chegou e conseguiu restabelecer a nossa quantidade mínima, mas, sim, sim, é uma decisão de que fiquei muito orgulhoso de ter tomado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

Outra situação, Sr. Ministro, diz respeito, na sua gestão, à estrutura de atenção básica ao SUS, referência internacional de atendimento público no mundo. Em 19/3, mais de um mês depois de a Organização Mundial da Saúde ter declarado emergência sanitária internacional e reconhecido o estado de pandemia, o senhor contestou a recomendação do Diretor-Geral Tedros Adhanom de que toda a população fosse testada e que aqueles que estivessem com Covid-19 ficassem isolados, chegando a afirmar que o teste em massa seria um desperdício de dinheiro público. Com base em que critério o senhor proferiu essa orientação?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós não tínhamos transmissão sustentada, a transmissão sustentada é do dia 24. E, depois, quando ele fez essa fala... O mundo tem 8,5 bilhões de habitantes. Fazer uma testagem em 8,5 bilhões de pessoas – ele estava dando uma orientação para o mundo –, diante de uma probabilidade enorme de eu fazer o teste hoje e hoje à noite me contaminar ou amanhã me contaminar, que foi a contestação que fiz para ele... Como testar 17 bilhões de pessoas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Planeta se a capacidade de produção do Planeta não chegava a três? Ela era uma orientação infundada. Eu disse a ele que ele reconhecesse a pandemia e, na pandemia, você faz a testagem de acordo com o zoneamento epidemiológico. Era uma discussão técnica. Porque a orientação dele, quando ele fala "vamos testar 100% da população do mundo", seria inexequível.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

Minha última questão, Sr. Presidente.

Queria um esclarecimento – sei que já foi tocado por outras pessoas que fizeram arguição – no que diz respeito à cloroquina. Nas suas palavras... Eu queria entender se a cloroquina funciona para casos graves ou não. Nas suas palavras: "O Ministério da Saúde está propondo um protocolo [são palavras duas] de uso de cloroquina para pacientes graves hospitalizados para que a gente possa oferecer uma alternativa terapêutica a curto prazo." Eu queria entender se, na sua opinião, ela funciona ou não funciona, porque existiu essa recomendação.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – A cloroquina, Senador Ciro, na China, veio como uso compassivo. O que é a palavra "compassivo"? Por compaixão. "Olha, eu não tenho elementos, então eu vou experimentar uma droga A, B ou C". Eles experimentaram de tudo, porque era novo. Eu me lembro de que houve uma discussão no ministério sobre broncoscopia, um tipo de exame invasivo em que eles entravam no brônquio do indivíduo para lavar o pulmão – lógico que a gente viu que aquilo era um absurdo.

E aí a Organização Mundial de Saúde falou assim: "O.k., acho que deve ser testada para uso dos graves, compassivo". Então, nós adotamos o uso compassivo, mas, ao mesmo tempo, eu solicitei para o Prof. Rizzo que ele fizesse o estudo com mil pacientes sobre cloroquina. Ao mesmo tempo em que eu falei "utilize nos pacientes graves", eu coloquei para que se pesquisasse. Mas a confusão que se dá é que eles queriam, depois eles criaram a teoria de que ela deveria ser usada em larga escala, em uso na atenção primária indiscriminado, em larga escala. Esse daí, como não havia comprovação, eu particularmente nunca recomendei que fosse adotado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas quando o senhor fez essa recomendação, o senhor achava que fosse...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Para uso compassivo e associado a uma pesquisa. O uso compassivo é aquela coisa, a última tentativa, a tentativa heroica. A gente tem a esperança, tomara que ele funcione. Infelizmente, ele não funcionou nem como uso compassivo, nem para o caso moderado, e até agora não tem convencimento sobre o tratamento no caso primário.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Ciro Nogueira.

Ato contínuo, Senador Eduardo Braga. Suas perguntas ao depoente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente, caro Ministro Mandetta, primeiro quero lhe agradecer por estar aqui nesta CPI acho que ajudando o povo brasileiro a compreender como salvar vidas, que, em última análise, é a principal missão desta CPI, nosso eminente Relator, querido Renan Calheiros. E, nesse sentido, Ministro Mandetta, eu ouvi muito atentamente as suas falas iniciais, busquei anotar a cronologia, porque acho que neste caso a cronologia é fundamental.

O amigo disse que, retornando de Davos, no dia 28 de janeiro, reuniu o primeiro escalão do Ministério da Saúde, diante das informações de que o mundo estava enfrentando uma possível pandemia, que ainda não estava declarada como pandemia, mas algo grave estava acontecendo.

No dia 30 de janeiro, dito por V. Exa., a Organização Mundial da Saúde estabeleceu estado de alerta mundial para a Covid-19.

No dia 3 de fevereiro, o Ministro Mandetta disse também que houve o reconhecimento de emergência no Brasil.

No dia 11 de março de 2020, a OMS declara pandemia mundial para a Covid-19.

Qual é a minha grande dúvida, Ministro Mandetta? Sabendo que essa doença era uma doença infectocontagiosa, como foi dito pelo Ministro Mandetta; sabendo que ela se transmite, portanto, por contágio, das gotículas, como foi dito inúmeras vezes; ora, sabendo também que essa doença não estava ainda no Brasil – o Ministro Mandetta disse aqui várias vezes que, até o dia do Carnaval, não havia doente no Brasil –, Ministro, por que nós não estabelecemos barreiras sanitárias nos aeroportos, evitando que uma doença que entrou no Brasil...

O primeiro paciente brasileiro, em 26 de fevereiro, veio da Lombardia, da Itália, e ficou internado no Albert Einstein, hospital de classe alta ou classe média alta. O primeiro paciente da minha querida Manaus foi exatamente no dia 13 de março, Ministro, e ele veio de Londres.

Ora, Ministro, nós não deveríamos ter feito uma barreira sanitária nos aeroportos, evitando assim que essa doença invadisse o Brasil e contaminasse milhares de brasileiros, como fez? Essa é minha primeira pergunta.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – V. Exa. está coberto de razão, Senador. As barreiras são feitas de acordo com o tamanho da sua fronteira. Nós temos, de fronteira seca terrestre, 17 mil quilômetros; da Atlântica, navios e transatlânticos, uma enormidade que eu diria incomensurável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de se dizer; e a aérea. Elas são de responsabilidade da Anvisa, as fiscalizações de portos e aeroportos. Não havia como se fazer proibição de voos. Não havia nem recomendação para isso no mundo inteiro, eles não fizeram essa recomendação.

Eu me lembro de que, na semana anterior ao Carnaval, eu fiz uma reunião na sexta-feira de Carnaval, e, até então, somente as pessoas oriundas da China ou em contato com gente da China é que eram suspeitas. Só que nós falamos: mas o indivíduo sai da China, troca de avião na Alemanha, para passear, vai até a França, vai a Portugal, entra em contato com todo mundo... Quer dizer, que orientação é essa?

O mundo globalizou. As probabilidades, a lei das probabilidades, são progressões geométricas e infinitas. Então, ficávamos nós aqui no Ministério da Saúde com a vigilância, correndo atrás disso. Mas teria sido pouco eficaz, eu imagino, que a gente conseguisse com tantas probabilidades.

Mas deveríamos ter mais fiscais de vigilância, principalmente em portos e aeroportos? Sim. Era subdimensionado. Eu cobrava da Anvisa. Eu acho, aí os senhores podem levantar, mas eu acho que concurso público para fiscal portuário e aeroportuário há muitos anos não há. Essa categoria está gradativamente sendo aposentada. Mas era cobrado muito da Anvisa sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, eu apenas quero insistir dizendo o seguinte: a coordenação nacional pertencia e pertence ao Ministro da Saúde.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Certeza.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Acho que engenheiro de obra pronta é sempre muito fácil, e apontar o dedo também é muito espaço. No entanto, eu sempre questionei por que que o Ministério, Estados e Municípios não cuidaram do grande meio de transporte do século XXI. Se nós estivéssemos falando da gripe espanhola, eu não tenho dúvida de que transatlântico, cruzeiro, etc., talvez fossem o grande veículo da mobilidade do vírus. Entretanto, no século XXI, Ministro, se nós tivéssemos fechado os aeroportos brasileiros por uma barreira sanitária, muito provavelmente nós teríamos conseguido frear ou desacelerar o ritmo que aconteceu de pandemia no Brasil. Essa é uma opinião, e acho que o Brasil, lamentavelmente, não avançou nessa direção.

Eu gostaria de fazer também uma outra pergunta a V. Exa.: desde a primeira curva, desde a primeira onda de contaminação ou da pandemia, como queiram chamar, eu creio que nós tivemos dois grandes desafios no Brasil, para não dizer dois grandes problemas. Primeiro, é absolutamente verdadeiro reconhecer que, no início, não se conhecia direito a doença. Até a existência de um protocolo não existia, mas é fato que, logo a seguir, os melhores hospitais, as melhores práticas da Medicina, identificou-se um protocolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início não se falava de uso de corticoide. Logo depois ficou claro que, no período da inflamação, o corticoide era a diferença entre você ir para a UTI ou não ir para a UTI, em vários casos. Eu, que tive Covid, sei o efeito que o corticoide teve para desinflamação de forma positiva.

Por que nós não conseguimos pegar a definição bem-sucedida de protocolos dos hospitais de ponta e não unificamos no Brasil?

Segundo: por que não estabelecemos um planejamento e um treinamento de profissionais?

Ministro Mandetta, lamentavelmente, houve muito erro na técnica de intubação! Lamentavelmente, um país da dimensão continental que tem o Brasil, muitas vezes, em função do uso máximo da força de trabalho da saúde, nós fomos obrigados a usar médicos que não estavam treinados para fazer intubação! E, um ano, dois meses e nove dias depois, nós ainda temos carência de treinamento.

Pergunto a V. Exa., ao Ministro Mandetta: será que não faltou planejamento? Será que não faltou a uniformização de um protocolo nacional para salvar vidas? Será que não faltou treinamento, para que os profissionais... E aqui eu quero dizer a minha homenagem aos profissionais de saúde deste País, verdadeiros heróis, e do mundo, porque eles estão há um ano, dois meses e nove dias, na linha de frente do combate, na linha de frente do combate!

Mas, Ministro, qual a sua resposta sobre esses três pontos?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Veja bem, Senador, é a história de como voltar no tempo. O País optou por uma linha de educação em saúde em que determinou um curso de 7,4 mil horas para esse profissional médico. Formava-se um número relativamente pequeno... Acho que na época de meu pai não passavam de oito faculdades de Medicina no Brasil. Na minha época já eram mais ou menos 50 ou 60. Nós fizemos uma expansão muito grande, nós passamos de 140 para 340, mais os médicos brasileiros que foram se formar no Paraguai, na Bolívia, e o Brasil tem um problema muito grave de não fazer educação continuada dessas pessoas. Mesmo os que se formaram há muito tempo não precisam demonstrar nada de capacidade. A gente dá um CRM, e o cara fica com o CRM o resto da vida, sem passar por um congresso, um curso, nada! Isso talvez fosse interessante para quando o Juscelino Kubitschek, que foi o único Presidente médico deste País, quando ele fez esse formato: o médico brasileiro vai sair cirurgião geral e clínico geral. Como eles eram poucos, eles eram muito bem informados. Eles iam para o interior e conseguiam ir com uma... Foram verdadeiros heróis que desbravaram este País. Agora ela está muito complexa.

Eu acho que a formação médica é o pano de fundo dessa pergunta de V. Exa. Nós temos um número insuficiente de intensivistas, nós temos um número insuficiente... Se acontecer a infantilização da doença, que pode ser o capítulo final dessa pandemia, quando você pressiona de cima para baixo e chega, o vírus começar a ficar muito transmissível para zero a 20 anos e começar a levar criança em estado grave, o número de CTIs pediatria, especializados em intensivismo pediátrico no Brasil, é muito baixo. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos ter um outro colapso, só que para a infância e a adolescência. Então, são problemas estruturais que nós temos muito graves, acho que sim.

Protocolo, sim. Ali, naquele momento, nós fizemos os protocolos hospitalares de oxigênio e aguardávamos exatamente as novidades. Por exemplo, no começo, a gente tinha linha de pesquisas sobre corticoide andando, tinha uma linha de pesquisa sobre o anticoagulante. Falava-se muito em anticoagulante naquela época, mas ainda não se sabia em que momento, em que fase... Falava-se muito das terapias com outras drogas, e nós botamos a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Incorporação de Insumos *full time* para exatamente protocolos, protocolos, protocolos. A ideia era essa.

A do corticoide foi a primeira de consenso mundial. Ela reduz em 30% a chance de a pessoa ser intubada e, mesmo sendo intubada, ela reduz 54% a chance de óbito. Então, o corticoide se impôs.

Hoje você já tem muita coisa. Nós começamos fazendo ventilação com alta pressão, depois de 60 dias eles viram que a pressão mais baixa do ventilador dava uma condição melhor, com ciclos menores. A padronização também foi *a posteriori.* A fisioterapia respiratória, inclusive, trabalhou demonstrando muita coisa por produção. Do início, nós saímos do zero e fomos construindo.

Agora, hoje você tem, na rede médica e de enfermagem no Brasil, um dos países que mais perdeu médico, enfermeiro e fisioterapeuta no mundo. Quer dizer, nós já não tínhamos muito... E aqueles que lá permaneceram contaminaram sua mãe, seu pai, sua mulher, seus filhos, perderam pais, filhos... Esse pessoal está completamente, mentalmente arrasado. Então, assim, meu respeito absoluto. Lutaram como gigantes. Não "quebraram a mão", como a gente diz. Há lugares que não pagaram nem o salário e eles continuaram indo.

Então... Mas temos um problema de educação em saúde. A enfermagem brasileira está fazendo curso, Senador Braga, a distância, o MEC autoriza. Você abre a internet a R$39,90. E o enfermeiro é que vai manipular diretamente, dentro do seu intracath, o medicamento. Então, assim, há algumas coisas que são discussões pertinentes para esta Casa, de pano de fundo, que eu acho que essa pandemia vai exigir de todos nós uma reflexão muito séria sobre a qualidade desses profissionais, mas concordo com o senhor que os nossos índices estão muito aquém daquilo que a gente precisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Sr. Presidente, só pra concluir: falamos de barreiras sanitárias, falamos de planejamento, falamos de treinamento, nunca é tarde para começar... Um ano, dois meses e nove dias depois nossos intensivistas precisam de uma reciclagem... Isto não quer dizer que nós não estejamos aqui aplaudindo os trabalhadores da saúde. A minha reverência, a minha homenagem...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Só um adendo, Senador, para que fique claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os intensivistas são poucos, então, o que aconteceu foi a entrada de muito médico recém-formado sem residência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Exatamente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não é nem que ele não seja intensivista; ele não fez a residência. Botaram o cara de branco e falaram: "Você vai lá dar o plantão. Eu estou precisando fechar a escala".

Então, assim, o intensivista eu até...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, o que eu estou tentando dizer é que, um ano, dois meses e nove dias depois, as universidades federais, neste País, de norte a sul, poderiam ter uma orientação do ministério para fazer um grande intensivão sobre intubação, por exemplo.

E, Sr. Ministro, eu gostaria de fazer apenas uma última pergunta, porque o meu Estado, o Estado do Amazonas, é um dos fatos determinados desta CPI.

V. Exa. foi ministro e acompanhou o grande problema que impactou a rede de saúde do meu Estado na primeira onda, onde nós vivemos a mesma coisa que o Brasil enfrentou com relação à questão dos equipamentos de proteção individual, em relação a respiradores etc.

Eu pergunto, Ministro: faltaram recursos aos Estados e aos Municípios repassados pelo Governo Federal na gestão de V. Exa. para que pudessem buscar a compra de equipamentos de proteção individual ou respiradores? Foi estabelecido um preço de referência? Foi estabelecida alguma orientação com relação à forma de comprar, se é que os recursos foram repassados?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Os recursos foram repassados. Não acho que foi uma questão de recursos, não. Eles tinham os recursos, eles poderiam fazer o uso que estivesse dentro do plano de contingência. Adquirir respiradores não é função do Governo Federal. Quando ele repassa, ele fala que tem que estar na referência do que se vai fazer para a Covid, mas não dizer, olha, isso você pode, você não pode comprar. Esse é um critério deles.

Agora, Manaus, naquela cronologia, acontece junto com Fortaleza, Ceará. É interessante que o vírus... Ao mesmo tempo, essas duas. O Pará, que é ali no meio, foi um pouco depois, assim como o Amapá foi um pouco depois do Pará. Depois, ela foi descendo pelo litoral e ela foi uma epidemia em diferentes momentos, em diferentes regiões. Ela não foi em paralelo como essa segunda. Então, naquela pandemia é mais factível de se analisar a performance dos governos, porque eles tinham o mesmo problema sobre a mesa e tomaram decisões diferentes com os seus técnicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A impressão que eu tenho, Senador, entrando um pouco, porque conheço a sua ansiedade – por várias vezes, dialoguei com V. Exa. sobre o Amazonas, sobre as características do Amazonas –, é de que lá houve uma interrupção. Eu falava com um secretário e, daqui a pouco me ligavam e falavam: não, foi demitido aquele, agora vem um outro. Aí entrou uma secretária que não era de lá, que não conhecia a rede, não conhecia o ministério.

Eu mandei para Manaus um grupo de especialistas em gestão de crise, médicos especialistas em gestão de situação de crise, para poder mediar o conflito entre prefeitura e Estado... Ali me parece que vocês terão que fazer uma imersão própria para ver, porque aquilo não se repetiu em outras unidades federativas. Lógico... "Ah! Aqui eu decidi comprar, paguei um pouco mais, um pouco menos". Mas a impressão que eu tenho é de que ali existe um fator. Vocês passaram por uma epidemia em 2019 de H1N1, dura, que nós conseguimos, no final das contas, a questão das vacinas; por uma epidemia em 2020, onde a performance não foi boa, nem estadual, nem municipal, inclusive com colapso funerário; e por uma em 2021, onde perdeu-se até a noção de oxigênio, que foi para mim a coisa mais grave que eu vi até agora. Então, acho que ali, V. Exa...

Eu estou à disposição, assim, para depois nós nos debruçarmos e vermos no que eu posso ajudar para que isso não ocorra mais com Manaus, mas tem características ali que são...

Mas não houve, não houve falta de dinheiro, e eles tomaram as decisões da compra dos seus equipamentos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Presidente, eu quero agradecer ao Ministro Mandetta e dizer mais uma vez: não faltou dinheiro; faltou competência, gestão, transparência e fiscalização, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

O próximo é o Senador Marcos Rogério, mas só para, a pedidos, declinar o nome de todos os inscritos.

Como membros efetivos, após o Senador Marcos Rogério: Senador Otto Alencar e, por último, como efetivo, o Senador Jorginho Mello. Em seguida, os membros suplentes: Senador Alessandro Vieira, Senador Rogério Carvalho, Senador Luis Carlos Heinze. E, por fim, os não membros que estão inscritos: Senador Izalci Lucas, Senadora Eliziane Gama, Senador Fernando Bezerra, Senador Jean Paul Prates e a Senadora Leila Barros, agora.

Senador Marcos Rogério, por gentileza, para indagar o depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro cumprimento o Ministro Mandetta, que comparece a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de reiterar aqui, antes de começar a fazer as perguntas ao Ministro Mandetta, que minha maior preocupação nesta CPI é que nossos trabalhos se desenvolvam de forma isenta e imparcial, sem prejulgamentos, porque, se não for assim, estaremos diante de um tribunal de inquisição.

Sr. Ministro, no dia 11 de março de 2020, V. Exa. foi ouvido na Comissão Especial da Câmara dos Deputados para falar sobre a pandemia do coronavírus, que havia sido reconhecida como tal pela Organização Mundial da Saúde exatamente naquela data. Naquele dia, já havia mais de 118 mil casos no mundo. O senhor declarou que considerou um reconhecimento tardio da pandemia por parte da OMS. Que tipo de impacto esse reconhecimento tardio pode ter causado, principalmente porque, naquela data, já havia infectados, ao redor de todo o globo, com ampla circulação entre os países de todos os continentes? Qual o impacto dessa declaração tardia da OMS?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Meu caro Senador Marcos Rogério, nós tivemos um alerta mundial dum vírus chamado SARS. Foi toda essa pressão, aí falaram: "Não, esse vírus é lento". Aqui no Brasil, foram construídas salas de isolamento com fluxos dentro de pronto-socorro – isso era 2002. Acho que os mais experientes aqui talvez lembrem. Depois, na sequência, nós tivemos uma epidemia de H1N1, que veio acompanhado com um medicamento. Depois, nós tivemos uma de MERS, mesma coisa: preparamos para que viesse da península asiática, e ela não veio. Por sorte, não aconteceu, ou seja... O Brasil deu um alerta de emergência internacional com o zika vírus. Quase que as Olimpíadas não foram feitas no Brasil por causa daquele alerta de microcefalia em gestante, mas aquilo não se repetiu fora do Nordeste, ali daquela região de Pernambuco, região de alguns Estados ali. Nem a Bahia não foi muito afetada, mas o mundo inteiro teve uma emergência colocada.

Então, quando se dá uma emergência mundial, o mundo inteiro pede informações.

Eu acho que, entre os rumores, que nós perguntamos, 3 de janeiro; a China ter falado que tinha um vírus em 10 de janeiro; a Organização Mundial da Saúde falar que ela ia dar um alerta, não uma emergência, em 24 de janeiro; depois, somente em 30 de janeiro, que ela falou: "Tem uma emergência, mas ela está confinada à China, mantenham os voos, mantenham o ritmo mundial"; para, depois, em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde falar: "Olha, é uma pandemia"... Eu acho que esses 45 dias, aqui, de espera por essa sentença: "Olha, é um vírus rápido", eu acho que isso fez com que vários...

Eu conversava muito com os ingleses – o Boris Johnson, por exemplo –, eles estavam nessa linha; os Estados Unidos estavam nessa linha; a Itália estava nessa linha; o Brasil estava nessa linha de: "Olha, é um vírus. Vamos nos preparar, mas não vai precisar parar nada". De repente, só quando entrou no mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocidental – o primeiro país que caiu foi o Irã, mas ficou aquela coisa, o Irã tem um embargo, o Irã é teocrático e tal –, após a Itália cair, a França cair, a Alemanha cair e a Inglaterra cair, em intervalo de 15 dias, aí que o mundo foi apresentado à doença. A minha crítica é porque eu acho que eles levaram muito tempo para fazer isso. Nós poderíamos ter organizado muito melhor o mundo inteiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sabemos que, no início do mês de março, diversos Estados brasileiros já registravam os primeiros casos de infectados com o coronavírus, liderados por São Paulo, 19 casos; Rio de Janeiro, 8 casos; e Bahia, 2 casos – justamente os três Estados que costumam reunir mais pessoas por ocasião do Carnaval, inclusive estrangeiros. Segundo dados oficiais do Ministério do Turismo, somente os destinos principais receberam 36 milhões de visitantes. Sob sua gestão, o Ministério da Saúde já havia declarado Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da infecção pelo novo coronavírus, no dia 3 de fevereiro de 2020, mais de um mês antes de a OMS reconhecer a existência da pandemia. Mesmo assim, diversas cidades do País, principalmente São Paulo e Rio, realizaram normalmente o Carnaval.

Poucos dias depois, o País começou a ver sua espiral de casos subir. Já na primeira quinzena de março, eram 893 casos suspeitos no Brasil. E todos sabemos que, em muitos Estados, inúmeras cidades demoraram a realizar a testagem de uma parcela minimamente significativa da população. O que se viu foi, logo, o aumento do número de casos e de mortes, diante de um sistema de saúde insuficiente para o atendimento. Acredito que seja desnecessário perguntar se era ou não prudente realizar o Carnaval, diante daquele quadro, porque não teria o menor sentido pensar diferente, se já vivíamos a necessidade de medidas sanitárias para evitar a contaminação.

A pergunta é: considerando a intensa circulação de pessoas no Carnaval, e o contato com os estrangeiros, e seu reflexo nacional, é possível aferir, ainda que empiricamente, o grau de impacto que isso pode ter causado nos primeiros meses seguintes? Nós teremos que, já em maio, o Brasil passou de 30 mil casos de Covid.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É difícil falar como aferir, mesmo que empiricamente. O Brasil é um continente, Senador. Se eu falar da importância do Carnaval, talvez, para o Estado do Amazonas, talvez ela não seja tão grande como é a Festa do Boi-Bumbá. A Zona Franca de Manaus se comunica, por exemplo, com rotas internacionais de negócios que se comunicam muito mais com Miami e com rota internacional de China – pela própria característica da Zona Franca de Manaus – do que com o eixo Carnaval.

A Organização Mundial da Saúde, naquele momento, dizia: "Não parem". Ela sequer mandou suspender os voos da China para os Estados Unidos, para o resto do mundo. Continuou funcionando normalmente. Eles têm 1,6 bilhão de pessoas e o turismo de negócio deles é absurdo. Tinha uma feira atacadista de calçado no Rio Grande do Sul, lá na terra do Senador Heinze, que ficou nesta situação: vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a feira? Porque os chineses descem lá para fazer a aquisição daquilo ali. E nós consultamos as orientações e era: "Faça!". Então, foi um mês de informações dúbias.

Eu trabalhava diariamente esperando. Cadê os casos? Vamos testar. Vamos testar através dos laboratórios. Capacitem os laboratórios, coloquem nos laboratórios os testes. O próprio teste do primeiro caso, que foi feito pelo Fleury, o Fleury teve que passar pela contraprova do Adolfo Lutz, do SUS, porque ele não tinha padrão ouro, só nós tínhamos o padrão ouro – mesmo o laboratório Fleury, em São Paulo. O Einstein tinha que mandar os seus primeiros casos para o SUS. Então, nós fizemos uma alta vigilância – alta vigilância.

Sabíamos que se fosse um vírus lento, como o SARS, como o MERS, provavelmente ele ficaria contido na península asiática; se ele fosse um vírus extremamente competente para andar, nós teríamos uma pneumonia de interesse mundial. E acabou dando essa segunda. Lá pelo dia 11, 12 de março é que eles reconheceram isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. fez menção, agora há pouco, indagado que foi...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Só um minutinho. É que eu não estou conseguindo escutar o Senador, se ele pudesse...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É para aumentar o som para ele me ouvir.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, é que ele está falando ao telefone, está entrando aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem.

Para que não haja posterior exploração equivocada da fala de V. Exa., o que V. Exa. alegou, agora há pouco, em relação à declaração do "fique em casa". Em relação à questão dos medicamentos, o senhor tem conhecimento de algum medicamento que tenha sido utilizado pelos milhares de médicos do mundo que tenha na bula a indicação para Covid? Porque pensar diferente, e por isso estou fazendo essa pergunta, neste momento, considerando tudo que está sendo administrado pelos médicos aos pacientes, seria o mesmo que afirmar que estão administrando placebo ao paciente. Se se afirmar que, para administrar para a Covid tenha que ter na bula a prescrição para Covid, considerando ser essa uma doença inusitada e que ainda não há nenhum medicamento protocolado com registro específico para Covid... É a indagação que faço a V. Exa. considerando a fala anterior sobre estar na bula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Olha, Senador, eu acho louvável que pessoas leigas tenham essa percepção que V. Exa. tem. Olha, tem tantos remédios aí no mundo, tem tantos remédios na farmácia, será possível que não pode dar um remédio desse? Vamos salvar as pessoas. É nobre. É bonito. Assim que a humanidade anda. Só tem uma coisa nessa história: aqueles que estão presos na verdade científica têm que demonstrar. É assim que funciona. Tenho certeza de que se eu falasse o que eu acho, por exemplo, que seria maravilhoso na promoção de justiça, eu posso ter um critério que V. Exa., em menos de dois minutos, falaria: "Olha, Aristóteles não colocou. O princípio do direito romano não deixa". Nós já temos mais de ano – não é? –, entre os primeiros casos na China. Daqui... No segundo semestre vai fazer dois anos.

Os países do mundo inteiro estão procurando, Senador. A China procurou, a Alemanha procurou, os Estados Unidos procuraram, todo mundo procurou, todo mundo procura. É louvável que as pessoas queiram sugerir e fazer. Agora, até agora, nós não temos uma coisa assim: "Este medicamento é para a Covid". Não temos.

E esses grupos vão, de tempos em tempos, escolhendo uma droga. No começo era a cloroquina; depois da cloroquina, veio o Annita; depois do Annita, veio a ivermectina; depois da ivermectina, veio... Outro dia, estavam querendo colocar um medicamento para câncer de próstata. Olha, agora já tem medicamento que é da classe dos mAb. A cada hora está saindo um.

O problema não é só a cloroquina. Nós não temos problema nenhum com... Se tem uma coisa que médico gosta é de droga terapêutica. A gente manipula coisa pesada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Gostaria de ouvir V. Exa...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Então, nesse assunto, eu acho louvável que a pessoa que não é dessa... Que queira, que se tente tudo, mas é preciso ter uma coisa chamada Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Eu quero fazer esse teste? Eu submeto à Conep. Eu testo, é fácil de testar, eu explico para a Conep, vou dar o remédio e vou dar a farinha, a mesma caixinha, com a mesma coisa. Tem um grupo externo que vai fiscalizar. Aí eu vou ver, em quem tomou farinha ou em quem tomou remédio, se há diferença dos dois grupos. Isso chama-se estudo duplo-cego randomizado. E os que foram feitos até agora não mostraram eficácia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Eu compreendo as explanações de V. Exa., embora o que nós temos observado, Brasil afora e mundo afora, é a utilização de uma série de medicamentos sem que se tenha passado por esse controle. Alguns foram até objeto de estudos. Por exemplo, é o caso da colchicina, que muitos médicos estão administrando ao paciente e que é um medicamento indicado para gota. Mas há estudo em Ribeirão Preto, São Paulo, e há estudos no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Canadá indicando a sua utilização. Não passou por nenhum teste, não passou por nenhuma comprovação científica ainda, mas administra-se, e há médicos dizendo que há bons resultados.

Mas, no Brasil – e não sei, não tenho esta informação em relação a outros países do mundo –, adotou-se uma cultura de administrar um negócio chamado *kit* Covid. E eu sou da ideia de que quem administra medicamento ao paciente é o médico; o resto, é "palpitagem", é palpiteiro de plantão. Isto acontece no dia a dia: quantas bulas nós não recebemos nos nossos whatsapps da vida de alguém dizendo que se tomar chá de quina, isso é bom para Covid? Se tomar o chá de picão, é bom para Covid; se fizer a nebulização de não sei o quê, isso é bom para a Covid. A gente recebe isso o tempo todo e não é de médicos, não é de especialistas, nem é da classe política. Em época de pandemia e Copa do Mundo, a gente tem muitos, alguns milhões, de especialistas em criar soluções que não estão assentados para oferecer essas soluções. Repito: quem deve administrar medicamento ao paciente é o médico.

Agora, nós temos uma situação hoje, no Brasil, em que se administra genericamente ao paciente de Covid – isso é na rede SUS e em muitos particulares também: "Vamos, diagnóstico Covid". Primeiro, tem que entender o que é diagnóstico: é só o teste? Ou é uma sequência de exames que vai aferir como é que está a questão de infecção, complicação aqui, complicação lá? Não, é o teste da Covid.

Bom, está com Covid? Então, você tem aqui o *kit*. É a tal da azitromicina, é um corticoide ou anticoagulante, é uma vitamina D e outros medicamentos mais. Se você não tem um diagnóstico complementar, um exame que identifica o quadro real do paciente, esse protocolo é um protocolo correto? Porque ele está sendo administrado no Brasil inteiro.

Concluo com V. Exa., fazendo a última pergunta. Na visão do senhor, que conhece e acompanha o Brasil há muito tempo: qual o impacto da corrupção na preparação do Brasil para enfrentar a pandemia? Os bilhões que foram para a corrupção, apurados na Lava Jato, no mensalão e no petrolão e desviados para investimentos em outros países, fizeram ou não falta à estruturação da rede de saúde no Brasil?

São os questionamentos que faço.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Fazem desde o dia que Cabral pisou aqui. Isso aí é um problema que este País tem que tomar a sua decisão de enfrentar não como uma coisa esporádica, mas enfrentar todo dia. Isso daí é fruto... Isso aí é base de inúmeros problemas, não só na saúde, na educação, na nossa falta de preparo para uma série de ações mundo afora.

Agora, falta repetir, Senador: acho louvável que todos queiram ter a solução. A única coisa que a gente deve solicitar para eles é que não pode testar, é proibido. Esta Casa aqui mesmo fez... É proibido fazer teste em ser humano, senão a gente vai para uma medicina meio mengeliana. Esse negócio de ligar uma nebulização, bater um comprimido, amassar como amassa um alho... O comprimido tem talco. Aí, coloca numa solução ali e coloca a pessoa para inalar. A menina morreu. Será que morreu da inalação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Morreu do talco? Morreu do quê? E ninguém... E, assim, nós estamos achando graça. E não dá para ser assim.

Agora, precisa esta Casa fazer alguma lei? Não! Estão todas elas aí. Agora, querer fazer mau uso da lei... Aí, os exemplos também foram públicos, de quem deveria cumprir a lei.

O que eu fiz foi me ater à questão ciência, não tem outro caminho para sair disso. Se a gente sair da ciência, a gente quebra o nariz e quebra o nariz das pessoas junto. E as pessoas entram nesse transe de que elas precisam daquilo dali. Há interesses comerciais grandes, Senador.

Eu tenho situações de que você... Principalmente os que ficam na internet falando: "Eu sou médico, eu não perco nenhum paciente, eu sou ótimo, eu dou isso, eu dou aquilo", porque virou agora... Aquilo dali é terra de ninguém nesse assunto. Ligue lá no consultório dele e pergunte: "Quanto que é para acompanhar o meu caso aqui? Eu estou com Covid, eu estou preocupado". "Olhe, por telemedicina é R$2 mil". O cara está atendendo 50 por dia. São 100 mil por dia, durante uma pandemia, vendendo, muitas vezes, isto que o senhor falou: a esperança de tudo se acertar.

Poxa, se eu tratar uma coisa aqui... Oitenta e cinco por cento vai funcionar? Um cara que vai ter 85% de chance de acertar, é um bom... E os que não funcionarem? "Olhe, realmente esse caso era mais grave e tal". Quer dizer, tem que ter muito cuidado. Sabe, eu acho que a gente tem que ter muito cuidado, a gente está lidando com a boa-fé das pessoas. E acho que a gente mecanismos inúmeros aí, que já deveriam ter se manifestado, já deveriam ter colocado os pingos nos is. Mas eu digo: enquanto eu estive no Ministério da Saúde, eu fiquei em cima do que é científico. Certo ou errado, eu vou por ali, rezando para que alguma coisa funcione; rezando até para a cloroquina funcionar. Rezava por ela também, rezava por ivermectina, rezava por todas elas. Uma hora é colchicina, outra hora é Annita, outra hora é isso, outra hora é aquilo. Cada hora vai vir uma, porque elas fazem parte e elas vêm com o mesmo risco de origem: a ausência de um estudo duplo-cego randomizado na Conep. E aí começa a dar margem para tudo. E não demora; é estudo para 60, 90 dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, o seu tempo já...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Líder do PSD, meu amigo, sempre meu Líder, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Agradeço, Presidente Omar Aziz. Quero também agradecer a presença do Ministro Mandetta.

Da forma como ele enfrentou todas as perguntas, é muito difícil perguntar depois de tantos colegas que formularam tantas perguntas que eu gostaria de ter formulado. Mas ouvi todas as respostas e apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou voltar a um assunto que o Senador Eduardo Braga colocou aqui. É a questão, Ministro, das barreiras sanitárias.

Eu sei que essa doença chegou de avião, chegou pela classe média alta e alta, e foram identificados perfeitamente os principais locais onde a doença chegou. As barreiras sanitárias são fundamentais para contenção de todo tipo de virose e de outras doenças também. Eu, por exemplo, enfrentei na Bahia, quando fui Secretário da Saúde, o cólera, que veio dos canaviais de Pernambuco e de Alagoas para a Bahia. Coloquei barreiras sanitárias em todas as entradas do meu Estado para controlar a doença. Em um período de oito meses, nós já tínhamos um silêncio epidemiológico – silêncio epidemiológico é você não ter mais nenhum caso da doença no seu Estado em função das barreiras sanitárias.

O que eu pergunto é o seguinte: por que o Ministério da Saúde, através da Anvisa ou do próprio Ministério, não estabeleceu um convênio de cooperação técnica com os departamentos de vigilância sanitária dos Estados, para trabalhar em cooperação técnica e conter essa doença para que não se espalhasse para todas as classes sociais? Isso é perfeitamente viável. Em alguns Estados, inclusive, a doença chegou mais tarde porque os departamentos de vigilância funcionaram nesse sentido. Mas a dificuldade que tinha, inclusive o meu Estado, de estabelecer essa cooperação com o Ministério da Saúde e também com a Anvisa era muito grande. Então, a primeira pergunta é por que não houve essa cooperação. Nós temos um sistema tripartite, e é perfeitamente viável essa cooperação técnica. A primeira pergunta é essa.

A segunda pergunta é a seguinte: a Covid-19 é uma doença virótica e, claro, ela só pode ser evitada ou redutível por vacinação. Não existe nenhuma medicação que, se tomando antes, possa evitar a doença. A medicação que se está usando hoje são aquelas medicações que, depois de a doença contaminar o paciente, podem ser usadas para diminuir os efeitos letais da doença. Por exemplo, a ivermectina há profissionais de saúde que usam na primeira fase da doença, que é a fase da boca, da mucosa, onde o vírus passa de quatro a cinco dias para depois descer para a forma mais grave, que é a pneumonia virótica e a microtromboembolia. Então, se usa realmente na primeira fase.

Outras medicações – dexametasona, anticoagulante, Clexane, heparina –, uma série de antibióticos que está se usando, começou com azitromicina, já se está em Rocefin, Avalox, que são antibióticos mais potentes. Também oxigênio e outras medicações são usadas.

A única crítica que sempre fiz à hidroxicloroquina não é pelo uso dela no ambiente hospitalar, como o Ministro falou; é uma receita geral para o Brasil inteiro tomar, porque a hidroxicloroquina é uma medicação que pode causar parada cardíaca ao paciente que é portador de arritmia, o coração bate sem o ritmo normal. E o que é que a hidroxicloroquina faz? Ela aumenta o espaço QT, que é o espaço entre um batimento e outro. Se ela aumentar muito o espaço QT, o coração para e não volta a bater mais se você não estiver num ambiente hospitalar, tiver um cardioversor para fazer o choque, para o coração voltar a bater. Então, a medicação com hidroxicloroquina, receitar para o Brasil inteiro, de forma desordenada, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

minha opinião, é uma grande irresponsabilidade, seja por médico, por curioso, pelo Presidente da República ou quem quer que seja. Na Bahia, um dos meus colegas, desavisado, que não sabia que tinha arritmia, perdeu a vida porque tomou hidroxicloroquina, no Município de Ilhéus. Então, essa é uma coisa muito grave.

Agora, o que eu pergunto é o seguinte a V. Exa., que conviveu com esse momento todo no Ministério da Saúde: a doença Covid-19 é assintomática, leve ou moderada em 85% dos pacientes?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Um pouquinho mais.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Oitenta e cinco por cento dos pacientes?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Coloca moderada, pode ir a 95%.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Até 95% dos pacientes.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Oitenta e cinco, leves e assintomáticas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Até 95% dos pacientes, e só desenvolve a forma grave, de dez, 5%.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Cinco por cento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Que é a pneumonia virótica.

O que eu pergunto é o seguinte: existia a consciência, dentro do Governo, de que, dando a hidroxicloroquina, o paciente, que não iria ter problema nenhum, se tomasse a água ficaria bom também... Eu pergunto é isso: existia essa consciência de que deveria se dar porque a maioria ficava boa e só a minoria ia para a forma grave? Isso eu pergunto, se existia essa consciência dentro do ministério, porque é muito fácil: 95% tem a forma leve, assintomática, eu vou dar a hidroxicloroquina; se o cara ficar bom, fui eu que mediquei, ele está bom. O que eu pergunto é isto: se existia essa consciência, porque, se existisse, é crime, é crime contra aquele que tomou a medicação de forma desordenada.

E, com a hidroxicloroquina, no mínimo, o paciente tem que fazer um eletrocardiograma para saber se ele tem arritmia, hipertensão, uma coisa dessa natureza.

Então, são as duas perguntas.

E a última pergunta que eu faço, que eu considero mais grave do que V. Sa. falou, é identificar quem, dentro de um Governo, tenta alterar a bula de uma medicação para que essa medicação seja a medicação de escolha para a doença. Eu vou dizer o que é medicação de escolha: é como o Tamiflu para H1N1. Nós não temos medicação de escolha para Covid-19. Vamos ter daqui a oito anos, oito meses, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

ano – vamos ter, sim. O cara vai comprar na farmácia a medicação e vai tomar depois de contrair a doença, tomar e melhorar. Mas o Tamiflu não evita o H1N1; você toma depois que tem a doença.

Então o que eu pergunto é isso, eu queria perguntar, e V. Exa. pode até afirmar se souber: quem quis alterar a bula da hidroxicloroquina? O que é um fato muito grave; se fosse permitido isso, seria a coisa mais grave na Medicina, que é uma falta de ética, de transparência, de honestidade médica, de integridade médica. O médico, acima de tudo, tem que ser honesto. Até aquele que não é médico e quer receitar tem que ser honesto, para não levar a óbito a pessoa que vai usar a medicação.

São as três perguntas que eu faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, eu posso, dentro do que V. Exa. perguntou, Senador Otto, fazer mais algumas perguntas, Ministro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só para ajudar, porque se trata de quem entende, quem é médico. O Dr. Otto Alencar já, por mais de uma vez, provou que é médico, ele já atendeu aqui em Plenário alguns Senadores que tiveram problemas, então...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Só foram dois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas já atendeu.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – E não pagaram a consulta, nenhum dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles não pagaram a consulta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – E não pretende atender mais nenhum, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Uma pergunta que eu quero fazer: todo médico que tem Conselho Regional de Medicina sabe dos efeitos colaterais que tem a cloroquina? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: quando a gente era criança, a mãe da gente dava... O vírus ficava um tempo dentro do corpo e o próprio corpo tirava a gripe da gente, e a gente achava que era chá de limão com mel, mas não, eram cinco, seis dias, e a gente ficava bom, não é, Dr. Rogério? Era isso que acontecia, e a mãe da gente dizia: "Não, quem te curou foi chá de alho e tal". E não era; era um ciclo. Que eu saiba é isso, pelo que eu li é isso. Eu lhe pergunto, e isso é uma pergunta: aqueles médicos que prescreveram cloroquina após todos os órgãos terem dito que a cloroquina não salva do Covid, mas cria efeitos colaterais, esses pacientes que têm esses efeitos colaterais, quem vai ser responsável por isso? Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

estão pedindo para virem médicos aqui que defendem. Eu tenho dito: olha, é melhor não trazer. Porque a gente quer saber quantos pacientes foram salvos, quantos pacientes atenderam, saber os pacientes que foram atendidos para a gente saber, hoje, se eles têm efeitos colaterais, para responsabilizar quem prescreveu esse medicamento. Aí... Porque a CPI vai além disso: vai comunicar aos médicos que irresponsavelmente... Porque, no meu Estado, houve médica que veio de São Paulo para atender em Manaus, e prescreveu inalação de cloroquina, e matou mulheres. Houve médico que inalou cloroquina e morreu.

Então, veja bem, a responsabilidade do profissional... De um leigo não, o cara fala o que quer, "toma isso que é bom, não sei o quê", mas o profissional de Medicina... Por isso a pergunta, junto com a que o Senador Otto fez, é: todo médico que está no Conselho Regional de Medicina sabe dos efeitos colaterais que a cloroquina causa no ser humano? É a primeira pergunta. Caso sim, nós vamos fazer uma investigação também daqueles pacientes que têm hoje efeitos colaterais do que foi prescrito pelos médicos, para que eles respondam no Conselho Regional de Medicina.

Por isso eu quero também... Estão dizendo que a gente não quer ouvir os profissionais de saúde médicos que defendem a cloroquina. É bom eles virem, porque depois nós vamos atrás dos pacientes deles para saber como é que eles estão hoje.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Bom, posso responder a isso, Sr. Presidente.

Primeiro, pelo Senador Otto. E aqui eu peço uma licença, neste momento, para chamá-lo de "Dr. Otto", porque ele deu uma aula aqui, abordando até cardiologia, até intervalo de...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Otto disse que ortopedista não é médico, outro dia.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É, mas eu vou lhe dizer: eu sou ortopedista...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Dr. Mandetta, só para esclarecer. O senhor me fez aquela pergunta, e eu até... A Sbot nem entendeu direito. Eu sofro *bullying,* Mandetta também, desde que me formei médico ortopedista, dizendo que ortopedista não é médico. E eu sou médico, fiz todo o curso de Medicina, fiz residência como ele fez. Até o sexto ano, eu fazia cirurgia geral, clínica médica. Aí você me chamou de médico e, como eu sofro *bullying* aqui dentro do Plenário... Inclusive, toda pessoa, Mandetta, que entra aqui neste Senado...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mas eu também sou solidário, eu sou ortopedista...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. Toda pessoa que entra mancando aqui no Senado o Senador Tasso Jereissati diz que fui eu que operei, e não fui eu que operei... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nunca operei ninguém de Brasília. Quando ele brincou, eu disse: "Olhe, sou médico ortopedista"...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O Caiado, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Como sempre, fazem *bullying* com a gente há muito tempo. Aí, o conselho, a Sbot (Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia) entendeu errado, e eu até me retratei, porque eu não tive nunca a intenção de desqualificar. Logo eu, que sou ortopedista e vivi a vida inteira de cirurgia, trabalhando nos hospitais. E como você também. Está explicada, então, a coisa agora a você?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – E especialista em cirurgia de quadril.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Agora, eu quero dizer aqui ao Senador Tasso que ele não continue com essa brincadeira, senão, eu vou perder os meus doentes aqui, o Kajuru, o Cid, essa turma toda que ainda confia no meu trabalho.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Então, voltando aqui... V. Exa. não estava na hora, eu pedi licença e peço licença aqui para chamá-lo não de "V. Exa.", não de "Senador", mas vou chamá-lo de "Dr. Otto", porque a aula que foi dada aqui sobre efeito colateral, ciência e ilusão – Senador Wellington –, ciência e ilusão... Quer dizer, havia a consciência, a consciência do fato de que estava se fazendo uma indução a uma utilização, mesmo sem evidência científica? Sim, havia. Eu disse textualmente: "Não se pode promover, não se pode fazer propaganda de algo que não tem consistência. Aguarde, aguarde o estudo e se renda ao estudo". Quanto tempo que aguardam um estudo? Isso não é estudo. Estudo de duplo-cego para cloroquina é um intervalo curto de tempo. Ela é uma medicação via oral.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Pois é.

Mas eu dizia... A pergunta do Senador Otto é se havia consciência de que isso estava sendo feito por parte do Governo. E eu disse a ele que eu dei a eles exatamente essa explicação. Parece que eu estava me vendo na explicação que V. Exa. dava. Isso foi consciente, sim, e não houve nenhum momento em que eles não tiveram isso.

Cooperação técnica para essa questão de vigilância. Ali há uma área cinzenta, Senador, ali há a Anvisa, ali há a vigilância sanitária estadual, a vigilância sanitária municipal. Os técnicos da Anvisa são insuficientes. Eles estão... Eu não sei... A maioria daqueles que ficavam em aeroportos, que ficavam naquele quadradinho da Anvisa – às vezes, as pessoas falavam assim, "olha, eu tenho que viajar para um país que exige vacina de febre amarela", e a gente procura no aeroporto o local da Anvisa –, eram ainda aqueles oriundos da antiga Funasa, antiga Sucam, lá de trás, que foram envelhecendo e foram... Então, são funcionários que fazem contrato por tempo, não têm aquele vínculo de capacitação. Então, a cooperação técnica sofre por causa disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, deveriam... Eu vou aqui responder agora especificamente a do Presidente Aziz: deveriam saber, Presidente, deveriam saber, sim, a bula e, mais do que a bula, deveriam saber a farmacodinâmica completa dessa droga. Prescrever e falar "eu vou na tentativa e erro"...

E chamo atenção para uma coisa. Quais são os pacientes que complicam? Quais são os que vão parar em hospital e ser intubados? Nessa última onda agora, 86% tinham mais de 60 anos; na primeira, eram quase 90%. Quem é que tem uma arritmiazinha cardíaca? Quem é que tem um rim um pouco obstruído? Quem é que tem opacidade de visão? É exatamente esse. Quem é que estava com maior receio, porque era exatamente a faixa etária dele que estava todo dia morrendo, morrendo, morrendo? Perguntei ao meu pai, que tem 90 anos, e ele falava: "Essa doença é para a minha geração, meu filho. Estou perdendo meus amigos, colegas médicos, todos". O meu pai, se tomar uma cloroquina... Ele tem oito stents, e uma prótese de aorta, e uma prótese renal. A probabilidade de ele enroscar é enorme! Então, esses sofreram em dobro, porque eles tinham muito medo do que tomar, porque eles tinham as comorbidades. E esse negócio de tratar como "joga isso daí para a população" foi muito complicado. Eu acho que muita gente tropeçou no destino aí por... No mínimo, o princípio da cautela, que é um dos princípios da Medicina, foi roto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E a bula?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu estou com a bula aqui, que eu vou deixar como sugestão, comentada pela Farmanguinhos, que é a produtora da cloroquina. Então, ela pegou do Goodman...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Quem quis alterar a bula?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Ah, sim, a questão da bula. Foi uma reunião, eu saindo de uma reunião de ministros... Eu iria ser demitido naquela segunda-feira, mas eu fui demitido na outra semana, portanto dez ou doze dias antes de eu ser demitido. Na reunião, todos sentamos lá, eu cheguei e sentei e havia um papel em branco, mas sem papel timbrado, sem nada, à frente de todos da reunião, que era uma minuta, uma sugestão de minuta. Eu perguntei... Estava o Ministro Jorge Ramos, e eu falei: "Mas, Ministro, isso daqui é um decreto para quem? Para o Presidente?". Ele falou: "Não, não, não, não. Isso daqui não... Pensaram aí, mas isto aqui está fora de questão. Eu já falei que juridicamente isso aqui não existe e tal". E foi a única coisa que houve, mas existia, alguém teve essa ideia. Não saberia dizer para V. Exa. quem a teve, mas isso aconteceu e foi quando o presidente da Anvisa falou: "Olha, isso não pode, isso não tem...". Imagino até que deva ter sido alguém externo, que vem para essas reuniões sem saber como é que funciona até a competência do próprio gabinete, do próprio Presidente. Acho que deve ter sido alguma coisa nesse sentido, mas ela foi prontamente encerrada, rechaçada naquela reunião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Jorginho Mello, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem, muito boa tarde a todos os senhores e a todas as senhoras!

Cumprimento o Ministro Mandetta.

Hoje é um dia triste para nós de Santa Catarina pelo ocorrido lá no meu Estado, na cidade de Saudades, onde um jovem adentrou uma creche e tirou a vida de três crianças com dois anos a três anos de idade e de duas professoras. Eu quero lamentar isso, um fato muito triste para todos nós, que a gente tem que lamentar e procurar saber agora o que levou esse jovem de 23 anos a fazer isso, com um facão. Infelizmente, foi uma tragédia.

Quero cumprimentar o Ministro Mandetta. Nós somos devotos da mesma santa, Nossa Senhora Aparecida. V. Exa. é devoto de Nossa Senhora Aparecida, e eu também.

Lembro-me de quando eu estive no seu gabinete, junto com o Senador Nelsinho, todo assustado, pedindo orientação do que nós faríamos. Eu fui para casa, e o Senador Nelsinho veio a uma reunião e ainda beijou a Senadora Mara, o que foi bem famoso... Mas com o maior carinho e a boa convivência dele.

Ministro Mandetta, eu queria pedir a V. Exa... Lá no meu Estado, o Município de Rancho Queimado e Chapecó fizeram um tratamento inicial, um *kit* Covid. E o resultado foi extraordinariamente positivo. Eu queria perguntar a V. Exa. se o senhor ouviu falar sobre isso, se o senhor conhece, porque evitou mortes, limpou o hospital e foi um resultado extremamente surpreendente.

Eu queria perguntar a V. Exa.: o ataque inicial da cloroquina não foi utilizado, muitas vezes, porque foi defendida pelo Presidente Bolsonaro? Lá eles fizeram exatamente isso, até porque, pela Lei do Ato Médico, a Lei 12.842, de 2013, o médico tem autonomia individual e coletiva para receitar o que ele entender que pode receitar. Então, por exemplo, muitas pessoas foram salvas porque os médicos receitaram, fizeram o primeiro combate a esse vírus até então sem remédio, mas estávamos lutando no escuro... Quando V. Exa. era Ministro, ainda não havia nem vacina, era chutômetro.

Então, por exemplo, o Carnaval. O senhor, mesmo não concordando com a cloroquina, o senhor anunciou e encaminhou para os Estados uma quantidade... Foram distribuídos, no dia 24 de março de 2020, 3,4 milhões de unidades do medicamento. Foi para atender fatos leves ou graves? Eu gostaria de saber, porque senão há uma contradição, ser contrário e fazer essa distribuição através do Ministério da Saúde. Foi no dia 25/03/2020.

E eu queria perguntar também sobre o Carnaval.

O Carnaval teve a etiqueta respiratória, que foi o senhor que lançou, que fez, alegando que o Carnaval é a vida que segue: "Estamos colocando uma etiqueta respiratória para lavar as mãos várias vezes por dia; se for espirrar, colocar o cotovelo à frente". Falar isso no Carnaval é meio difícil, porque as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas têm que ter mais etiqueta respiratória. Não foi um erro não ter suspendido o Carnaval, que foi 20 dias depois dessa etiqueta?

Queria perguntar o que que o senhor acha dos 420 bilhões que foram mandados para Estados e Municípios, se isso foi suficiente para o combate à pandemia em todos os aspectos: compra de leitos, remédio, equipamentos, respiradores, até porque há Estados que estão respondendo a investigações no Ministério Público Federal, que é o caso de Santa Catarina e outros Estados, por terem pagado folha de pagamento, outras despesas, funcionários, com esse dinheiro. Então, eu queria saber a sua impressão sobre esse volume de dinheiro encaminhado. Foi suficiente? O senhor acha que foi suficiente? Se tivesse sido empregado totalmente para o combate à Covid, nós teríamos evitado muitas mortes desse volume a que nós estamos chegando? Até porque muitas coisas que a gente fez com o remédio e continua fazendo é uma luta no escuro, é uma adivinhação. Não tem nada de ciência, porque é a vacina agora, e uma vacina que foi construída com muita rapidez. O senhor, que é médico, sabe a quantidade de anos que se demora para ter eficácia numa vacina.

E eu queria também ver a sua opinião sobre o *lockdown*.

Muitas empresas, muitos empregos nós perdemos. Se tivesse feito um protocolo sobre como trabalhar, como se proteger, rígido, e não tivesse proibido muitas atividades de funcionar, o senhor acha que o resultado seria pior ou seria melhor do que o que aconteceu? Hoje nós estamos passando por uma dificuldade muito grande: empresas fecharam as portas, desapareceram. Empresas de eventos, por exemplo, 15 meses sem entrar um centavo, desapareceram, elas não estão em dificuldade. As microempresas, que sustentam hoje 56% do emprego formal no Brasil, passam por uma dificuldade tamanha, graças ainda a uma linha de crédito que o Senado aprovou, que a Câmara aprovou, que nós aprovamos, que foi o Pronampe, que salvou alguns milhares de empregos. Então, eu pergunto, para encerrar, a V. Exa., sobre esse aspecto, se a gente poderia... Se o *lockdown*, da forma como cada Estado fez, cada Município fez, foi uma bagunça danada: pode ficar sentado, no outro não pode consumir bebida de álcool até tantas horas, enfim, foi uma bagunça geral. Se tivesse havido um protocolo nacional, nós não podíamos ter evitado o fechamento de muitas empresas e a perda de muitos empregos?

Agradeço a V. Exa. e espero que a nossa santa proteja o Brasil, evitando todas essas tragédias e todas essas mortes que nós estamos vendo todo santo dia.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Amém.

Bom, primeiro, lamentar, Senador Jorginho, por esse ato que ocorreu em Santa Catarina hoje, mas reforçar para todos que, neste momento, talvez o Ministério da Saúde deveria estar trabalhando na síndrome pós-Covid. A sanidade mental, o equilíbrio, a saúde mental é uma das mais atingidas por essa doença, tanto pela parte do vírus propriamente dito como do total. Então, já está na hora de a gente fazer os ambulatórios pós-Covid em todo o Território nacional, para poder reestruturar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não conheço o de Chapecó, porque ou se faz uma coisa como uma pesquisa e demonstra, ou se faz como uma coisa, uma iniciativa de médicos que vão fazer isso, vão entregar, e isso daí você vira lenda. A lenda é: ouvi falar que lá, não sei onde, funcionou muito bem. Outro dia...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Eu estive lá, eu estive lá. Isso é verdade.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim, mas, se não há técnica de registro, com comissão externa, etc...

Eu me lembro de que, até dois meses atrás, as pessoas falavam assim: a Índia está usando uma série de medicamentos, de ivermectina, e por isso está ótimo. Eu me lembro, faz 45, 30 dias isso. Então, assim, eu volto a dizer, gente... Eu acho até que vocês não devem... Quem sou eu, não é, o Senado da República, eu os reverencio... Mas deixa isso no campo da ciência, deixa isso para eles baterem boca, porque a gente politizar e discutir se é a favor ou contra drogas, elas vão ser secundárias aqui dentro. O Conselho Federal de Medicina é a autarquia federal, criado em 1958, exatamente para dar essa normativa. E ele fala o seguinte: eu não vou dar nenhuma normativa, cada cabeça é uma sentença. Então, nem culpabilizar o médico não vai culpabilizar, porque ele falou: cada um faça o que quiser, nós estamos em estado de natureza. É igual ao Humboldt, Locke fala: antes do Estado, tem o estado de natureza. Em Medicina, nós estamos abandonados do ponto de vista coletivo. Não há posição coletiva, há posição individual.

Então, eu não conheço o caso específico, mas não vi que Chapecó, pelos números que vi a distância, não vi que ela tenha sido muito poupada. Não conheço especificamente isso daqui.

Carnaval. A gente já comentou isso também três ou quatro vezes. Suspender ou não suspender o Carnaval. Organização Mundial de Saúde: não suspender voos, viagens, barreiras, etc., etc. No Brasil, nenhum caso até então, embora sendo testados. Pode ter tido impacto? Claro que sim, assim como jogos de futebol, finais de campeonato, academias, reuniões familiares, igrejas, cultos, cultos de massa... As pessoas pensam no Carnaval, é uma festa profana, mas existe muita gente que faz agrupamentos de igreja, agrupamentos evangélicos, agrupamentos católicos, enfim, aquele feriado é um tempo em que as pessoas se apropriam. Isso é difícil e foi difícil.

A Índia agora está discutindo exatamente isto: deveria ter tido o feriado deles, que eles fazem às margens do Ganges, ou não?

Se foram suficientes R$420 milhões? Nós passamos muito mais que isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Quatrocentos e vinte bilhões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Isso deve ser... O senhor deve ter computado tudo, não é? Aí não saberia lhe dizer, eu não sei a que fim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Isso.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Estou dizendo em saúde, enquanto eu estava, que é o que eu posso falar, no período em que eu estava lá, os repasses que eu fiz tinham um objeto, eles tinham razão de ser, eles estavam dentro do plano de contingência e foram repassados aos Estados e Municípios para que eles fizessem bom uso. E estávamos construindo um sistema satisfatório.

Em relação à *lockdown*, o Brasil não fez nenhum *lockdown*, o Brasil fez medidas depois do leite derramado. Depois que a gente chega e fala assim: "Vai entrar em colapso o sistema de saúde, então fecha. Vai acabar o remédio, então fecha. Lá em Manaus, acabou o oxigênio, então fecha".

A gente foi sempre um passo atrás desse vírus em relação a essa questão de *lockdown*. Aqueles que fizeram preventivo pela técnica foram muito poucos.

A própria Araraquara que fez, fez depois do leite derramado, ou seja, fez depois que o sistema está sendo atacado pelo vírus. Aí não é que você faz porque você vai decidir, aí o vírus impõe.

Esse vírus não negocia nada com ninguém, Senador, não negocia com microempresário, com grande, com pobre, com rico, com torcedor do Bolsonaro, do Lula, do Palmeiras, do Corinthians, ele é, fato, ponto. Ele está aí e vai pegar carona, é só dar mole para ele.

Quem quer jogar a favor do vírus, está aqui a cartilha a favor do vírus. Quem quer jogar contra o vírus, está aqui a cartilha.

O mais importante que nós perdemos foi a continuidade de equipe. Nós perdemos uma coisa que é muito difícil, Senador, que é construir uma comunicação direta com a sociedade, como eu construí ali dentro, em que ela tinha credibilidade e falava: "Eu quero saber o que é que esse Ministro fala". Isso foi uma pena, isso foi horrível, que se tivesse qualquer outro lá poderia ser. Nós perdemos completamente o vínculo com as pessoas.

Então, eu vejo que nós estivemos, nesse assunto *lockdown*, sempre atrás, sempre fazendo fechamentos para ver se não piorava ainda mais a situação. É o que eu vi. E a economia sofrendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Antes de V. Exa. sair do ministério, o senhor deixou um planejamento sugerindo um *lockdown* antecipado e não depois?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Isso daí a gente tinha, ali dentro, o nosso grupo que estava construindo, junto com o Wanderson, todos os critérios.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois é, mas tem esses critérios?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Um dos critérios... Estou tentando me lembrar pela memória.

Um dos critérios era que quando chegasse a 80% de taxa de ocupação hospitalar teria que ser começado a levantar imediatamente a comissão de crise, cruzar com o índice de transmissão e tomar as medidas prévias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, Ministro, mas acontece que a P1, a variante lá em Manaus, foi letal a tal ponto que, quando chegou em 70%, em um dia, já estava faltando oxigênio.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não foi um dia...

Eu estava lá.

Eu sei quantos telefonemas eu recebi naquele momento de angústia que a gente passou, assim mesmo aumentamos o número de leitos, lá foi aumentado o número de UTIs e tal.

O que estou perguntando, porque até o dia que o senhor ficou deve ter ficado algo que o senhor estava planejando. *Lockdown* antecipado, por exemplo.

Agora, na Inglaterra, segundo eu li ontem e vi ontem, a Inglaterra fez um *lockdown* total e já está experimentando fazer *show* com 5 mil pessoas, seis mil pessoas, baseado na vacinação que foi feita, lógico, e também no *lockdown* que eles fizeram total.

Havia algum planejamento nesse sentido...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... para o...

Mesmo que o senhor fosse continuar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Presidente, deixe a gente perguntar, Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, é porque parece que a P1 um apareceu no dia do doente. Uma das coisas que tinha que ter sido feita eram os inquéritos endemiológicos e o mapeamento, que nós paramos de fazer, Senador. Esses casos de Manaus, essa cepa foi captada no Japão por seis japoneses que visitaram Manaus e voltaram para o Japão, porque nós não fizemos a testagem. Provavelmente essa cepa estava ali dentro em processo de expansão. Ela não começa assim, começou hoje, amanhã acabou o sistema. Ela vai pegando ar, ela vai pegando ar, e você se testa, você observa... Nesta sala aqui, antigamente, com a cepa anterior, um caso positivo contaminaria oito pessoas. Opa! O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está acontecendo que agora um caso positivo nesta sala está contaminando 30 pessoas? E está acontecendo isso na outra sala e na outra sala... Você fala: Opa! Antes que isso aconteça na cidade inteira, vamos entender se é uma cepa nova. Então, faltou ali preparo, estudo de monitoramento de cepa. Mas, enfim, eu acho que isso é uma coisa que a gente podia depois... Eu me comprometo, como me comprometi com o Senador Braga, de a gente discutir muitas coisas relacionadas a Manaus.

Eu me lembro, aqui neste Senado, de que tanto o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, quanto o Senador Trad, Nelsinho Trad, naquela viagem com o Senador Jorginho, os dois se trataram de Covid com aquela primeira orientação. Os dois ficaram, os dois tiveram lá as suas dificuldades respiratórias e passaram por aquilo ali tomando Novalgina. Era o que havia, era o que eles tinham, com todo o suporte, com todo o monitoramento. Olha o risco! Provavelmente, outros Senadores, pelo perfil que eu conheço, tomaram todos os *kits*. É difícil, não é fácil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, vamos para a inscrição.

Os suplentes inscritos são o Senador Angelo Coronel, o Senador Alessandro Vieira, o Senador Rogério Carvalho, o Senador Luis Carlos Heinze, o Senador Izalci Lucas, a Senadora Eliziane Gama, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Jean Paul Prates, a Senadora Leila Barros e a Senadora Simone Tebet.

Eu vou propor – eu acho que muito se discutiu – reduzirmos o tempo de 15 para dez minutos? Pode ser? (*Pausa.*)

Pode ser?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – É só reduzir a posse de bola agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que, pela quantidade de perguntas que foi feita, para muitos já foi esclarecedor. O que vocês querem colocar, muitas vezes, são opiniões dos Senadores...

Eu estou fazendo uma proposta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que para os suplentes seria justo manter o mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu não estou falando de suplentes, eu estou falando de Senadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, é só fazer um apelo e as pessoas vão diminuir o tempo. Acho que aqueles que tiverem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Quem quiser só dez minutos, eu não estou impondo, não. Eu estou dizendo, estou fazendo uma pergunta. Não estou nem fazendo diferenciação, Senador Randolfe.

O Senador Angelo Coronel está via remota.

Por favor, Senador Angelo Coronel com a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, senhores e senhoras.

Eu vou direto ao assunto para evitar que o tempo seja estendido.

Dr. Mandetta, vou fazer três perguntas simples, só mesmo para esclarecimentos.

Às vésperas de sua demissão, o senhor concedeu entrevista coletiva no Ministério da Saúde, na tarde do dia 8 de abril de 2020, portanto, oito dias antes de ser confirmada a sua saída. Pela manhã daquele dia 8, o senhor havia se reunido com o Presidente Jair Bolsonaro. Sobre esse encontro, o senhor declarou em coletiva: "A reunião foi para colocar situações, colocar os números que nós temos, o Presidente dando suas orientações, uma reunião de trabalho boa, bom clima, toda a equipe tranquila, todo mundo trabalhando. Foi muito bom. E devemos ter outra", palavra do Dr. Mandetta. E o senhor prosseguiu: "O Presidente é muito parceiro, muito voluntarioso; tem um pensamento muito forte no Brasil. E a gente vai dando passos rumo a uma unidade, unidade muito boa por parte do Governo". Oito dias depois de fazer esse comentário, o senhor foi demitido do cargo de Ministro da Saúde. Desde então, passou a criticar fortemente a postura do Governo Federal. Virou, inclusive, um dos mais duros críticos do negacionismo do Governo e do Presidente Bolsonaro.

Pergunto: o que aconteceu nesse intervalo? A mudança de postura do senhor com relação ao Governo foi apenas porque perdeu o cargo do poderoso... Cargo de Ministro da Saúde? Porque, às vésperas de sair do Governo, o senhor elogiava a postura do Presidente e só passou a criticar no segundo momento? Fica essa primeira pergunta.

Uma segunda pergunta, Sr. Presidente.

Em março de 2020, a gestão do senhor fechou contrato com a empresa Reagen Produtos para Laboratório por dispensa de licitação no valor de R$3,2 milhões. Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), houve sobrepreço de 1,2 milhão. Além disso, apesar da dispensa de licitação para acelerar a compra, a empresa ainda pediu mais prazo para entregar os produtos contratados. Acredito que seja bem provável que ministros não se envolvam com compras; mas como o senhor explica os contratos emergenciais firmados na sua gestão, em especial o contrato com a Reagen? O senhor recebeu pressões ou pedido de alguém para essas compras emergenciais?

Para concluir, Sr. Presidente Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Mandetta, só por curiosidade: o Ministro Pazuello, em uma de suas entrevistas na sua saída do Ministério da Saúde, disse que recebeu muita pressão de Parlamentares para liberação de verbas. O senhor também recebeu essas pressões?

Agradeço, Sr. Presidente Omar Aziz, pelo espaço concedido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Ministro.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Vamos lá, Senador Angelo Coronel.

Primeiro, na permanência. Cada vez que se conversava com o Presidente, ele compreendia. A gente falava: "Olha, não pode aglomerar; não vamos aglomerar; vamos usar máscara; usa o álcool gel". Então, a gente saía de lá, sim, animado, porque era um corpo total que falava: "O.k.". E ele compreendia, ele falava que ia ajudar. Só que passavam dois, três dias e ele voltava para aquela situação de aglomerar, de fazer as coisas. Isso foi indo até que chegou uma hora que ficou realmente muito difícil para ele me manter no cargo, já que eu deixei claro que eu não abandonaria o cargo jamais e que, se ele quisesse, ele me demitia. Ele me demitiu e ele continuou fazendo a mesma prática. Então, agora, como cidadão, eu posso, sim, criticar, porque eu não vi, mesmo após eu ter saído, mesmo após eu ter visto negar o uso de máscara, negar o uso de higiene das mãos, negar a compra de vacina, negar a questão da testagem, negar... Uma série de negações, negações, negações...

De mim, como cidadão, hoje, 410 mil vidas me separam do Presidente, até o momento, até o dia de hoje.

Quanto a compras, devem ser endereçadas a quem de direito. O ministério faz muitas compras; o nosso ministério é um dos ministérios mais responsáveis por compras de uma série de produtos. Esse deve ter sido alguma coisa, uma compra, mas não me lembro de nenhuma empresa ou de nenhuma gestão com que tenha sido feita. A Juliana está aqui, ela está escrevendo aqui; enfim, posso perguntar lá. Não tem mais nem senha dentro daquele Ministério da Saúde, para poder saber do que se trata, mas vou procurar saber lá.

Quanto à fala do Ministro Pazuello, eu acho que ele é que tem que explicar – não é? – que pressão é essa. O que eu conheço é a pressão legítima de Parlamentares da Câmara, do Senado, para que se levem os recursos para os seus Estados. Eu acho que isso para qualquer um que é um homem público, eu acho que isso é absolutamente, eu entendo como legítimo. Eu fui o Ministro em 2019 que mais recebeu Senadores e Deputados, no âmbito do ministério, e vim a essas duas Casas inúmeras vezes. E acho normal, entendo normal, porque entendo que essas pessoas públicas não estão aqui a convite de ninguém; elas estão aqui eleitas. E a gente que está num cargo... Eu não disputei, eu não quis disputar a última eleição. Eu estava Ministro; vocês estão eleitos. Eu os recebia, mas nunca vi absolutamente nada que não tivesse sido absolutamente dentro do que se espera de homens públicos; nunca, nunca presenciei nada que pudesse desabonar a conduta de quem quer que seja que tivesse estado lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O.k., Presidente, sem nenhuma réplica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador. (*Pausa.*)

Eu não estou ouvindo o Senador Angelo Coronel. (*Pausa.*)

Ah! Obrigado, Senador; obrigado pela participação.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, tentando ser o mais objetivo possível: que providência ou providências relevantes V. Sa. tentou adotar no Ministério da Saúde, e não conseguiu, e por qual razão?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Olha, eu acho que as primeiras seriam aquelas relacionadas a se eu tivesse o ritmo do vírus. Eu acho que a falta de clareza da China e da Organização Mundial da Saúde, durante 45 dias, foi determinante não só para o Brasil, mas para o mundo. Depois, a falta de condições internacionais, a falta de liderança; o mundo claramente não tem governança mundial para um problema como esse; eles vão ter que se entender. Foram os Estados Unidos passando por cima, a Alemanha passando por cima; houve a guerra das máscaras; houve medidas completamente desumanas, naquele período, mundialmente, que não deixavam, que nos imobilizaram; a nossa desindustrialização é um crime, é uma burrice. Eu gostaria muito de ter podido contar com muita coisa.

Agora, a única coisa que eu posso dizer, Senador, é que todas as medidas que eu tomei foram pela ciência e com o máximo de zelo com que eu podia tomar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Ministro, é fato que o Presidente da República e Ministros com grande poder de decisão, como Paulo Guedes, até o dia 28 de março de 2020, pelo menos, nunca se interessaram em sentar e analisar os dados da saúde?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim, é fato. O Ministro Paulo Guedes, a primeira vez em que ele escutou o Ministro da Saúde explicar o que era a doença foi no dia dessa reunião em que o Trad foi. Foi lá na CCJ, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, com a presença do Ministro Ramos, com a presença do Presidente do Banco Central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava indo para o Rio de Janeiro, eles pediram para eu voltar. Essa reunião foi feita por conta da votação, por parte da Câmara, do reajuste do BPC. E lá é que eu pude explicar o que era a doença. Foi a primeira vez que o Ministro da Economia soube. Isso nós já estávamos – eu não sei a data precisa – provavelmente em março. Foi a primeira vez que o Ministro da Economia me ouviu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Sa. alertou direta e objetivamente o Presidente da República, em reuniões presenciais e através de documento escrito, no sentido de que a conduta presidencial de gerenciamento da crise iria levar o Brasil a uma catástrofe, com milhares de mortos? Se sim, quem pode confirmar esse seu relato?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Todos os ministros. Nós tínhamos reuniões de ministros na presença de todos. Todos os ministros que participavam todas às terças-feiras. Teve reuniões específicas sobre isso. Além de eu ter entregue uma carta em mãos ao Presidente. Nessa carta, além daquele trecho que eu li, coloquei claramente: imperioso – imperioso –, sobretudo, zelar pelos médicos, enfermeiros e todos os profissionais de saúde, por serem a principal linha de frente do trabalho em saúde no País, constituindo o grupo de maior risco, uma vez que são os mais expostos – por escrito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Ministro, V. Sa. alertou o Presidente da República no sentido de que a realização de gastos públicos relevantes com medicamentos como a cloroquina, sem aval científico relevante, poderia ser enquadrada como crime de improbidade?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Inclusive, o parecer, dentro do nosso ministério, da AGU, que trabalhava comigo, é que, quando um ministro vai fazer a compra de qualquer item, ele tem que passar pela Conitec, que é a comissão de incorporação técnico-científica. Eu não posso, como ministro, decidir comprar um remédio qualquer porque eu quero, eu preciso passar por um comitê técnico. E esse medicamento não passava no comitê, porque o primeiro item do comitê é: onde está a evidência científica?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Então, esses gastos todos foram feitos sem passar pela incorporação na Conitec, portanto, a minha AGU colocou claramente que aquilo não seria correto do ponto de vista da probidade administrativa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Aproveitando essa sua resposta, eu gostaria que o senhor reservasse algum tempo para esclarecer não só à CPI, mas a quem nos acompanha, essa diferença que existe entre a autonomia na relação médico-paciente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o desenvolvimento de uma política pública com gastos. Na autonomia médico-paciente, como o Conselho Federal de Medicina já assinalou, é possível você ter uma certa liberalidade no uso de medicamentos fora da bula, mas não é possível fazer uma política pública, muito menos gastar centenas de milhões de reais, sem evidências científicas qualificadas. É isso mesmo?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Exatamente, por isso que você tem que passar por essa comissão de incorporação; caso contrário, você teria uma... Imagine na coisa pública a diferença básica. Na iniciativa privada, você pode fazer tudo, desde que a lei não lhe proíba; e, na coisa pública, você pode fazer tudo, desde que a lei te autorize.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – E a lei não autoriza que o Ministro da Saúde proceda dessa maneira sobre a sua ótica pessoal ou de quem quer que seja. Não pode o interesse particular... Senão nós estaríamos em completa distonia com o princípio da coisa pública.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** E, para encerrar, Sr. Presidente, economizando o tempo da CPI.

V. Sa. entende que é possível afirmar com clareza que as ações e omissões do Governo Federal contribuíram de forma expressiva para a disseminação do vírus, o aumento no número de internações e de mortes no Brasil?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Entendo que esse é o trabalho de V. Exa. e de todos os pares dessa... Cabe a mim relatar quais eram as orientações dos órgãos científicos, técnicos.

Nós sabíamos das dificuldades que teríamos; nunca fomos iludidos de achar que isso aqui seria uma solução igual à da Nova Zelândia. Mas posso lhe dizer que o Brasil podia ter feito muito melhor – eu acho que esse é o ponto. Assim, é o meu sentimento como gestor e a minha frustração de não ter sido capaz de explicar isso de uma maneira ainda mais clara, mesmo escrevendo, desenhando, explicando: "Olha, o vírus é um bichinho que está no ar". Foi realmente lamentável.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, Sr. Relator, Ministro Mandetta, com quem eu tive a honra de compartilhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um mandato, no mesmo período, de Deputado Federal, com quem eu tive grandes embates durante o debate sobre o Programa Mais Médicos...

Eu tinha várias perguntas, mas aqui eu acho que várias questões foram esclarecidas. Acho grave esse debate sobre a prescrição ou a recomendação de medicamento não validado cientificamente. Acho mais grave ainda a sugestão de alterar a bula de um remédio para que ele possa ser levado ao consumo humano. O Estado tem a tarefa de proteger a vida e não de colocar em risco a vida da sua população. Então, isso é uma situação gravíssima.

Mas, Ministro, o que me faz refletir é que nós estamos com 408 mil mortos neste momento e nós tivemos um certo tempo entre o anúncio da existência de um vírus e a transmissão comunitária no Brasil. A gente teve algum tempo para, pelo menos, saber que era um vírus altamente contagioso, saber... Quando começou a transmissão, era informado que era um vírus altamente contagioso, que ninguém conhecia bem ao certo, que não tinha um tratamento específico para esse vírus, que não tinha tratamento definido para a doença Covid. Certo? Ou seja, nós estávamos tentando tirar do que tinha acontecido, do que estava acontecendo na Itália, depois na Espanha, na Inglaterra e na Alemanha alguma experiência que pôde ser utilizada aqui. E a gente já sabia de antemão que a única arma possível para enfrentar ou para, pelo menos, reduzir a mortalidade era evitar que as pessoas se infectassem. E para evitar que as pessoas se infectassem tinha um mecanismo, o isolamento. Depois ficou claro e provado que além do isolamento a gente começou a descobrir quais eram os tipos de insumos que poderiam ser utilizados para ajudar na higienização ou na antissepsia ou na desinfecção, como a gente queira chamar, álcool em gel. O uso de máscara ficou comprovado que reduz bastante a transmissão; pode evitar até 95%, dependendo da qualidade da máscara, do risco de você se contaminar, pelo menos pelo ar. E o que que me chamou atenção nisso tudo? Algumas declarações.

A primeira declaração, do Presidente da República: "É uma gripezinha". "É uma gripezinha" significa dizer o seguinte: "Meu filho, se exponha. Minha filha, se exponha. Vai passar". Porque numa gripezinha, como disse o Senador – porque eu estou aqui desde o começo – Omar Aziz, a minha mãe me dava limão com mel ou mel com chá de alho e limão, certo? E estava tudo bem, era um expectorante. Mas a gripe mesmo ia embora quando o ciclo do vírus se ia. E ele passou essa ideia para a opinião pública.

Depois, o que é mais grave ainda: o Ministro do Desenvolvimento Social do Governo Jair Messias Bolsonaro, médico, ex-presidente do Conselho Nacional de Secretários estaduais de Saúde, presidente do Conass, ex-Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra, vai a público e diz: "Ah, vai morrer menos do que morreu com H1N1. Toda epidemia tem um ciclo. Vão morrer 900 pessoas".

Depois, Sr. Presidente e Sr. Relator, empresários do entorno do Presidente... E eu faço questão de dizer aqui nesta Comissão: o dono do Madero, desse restaurante que as pessoas frequentam, – o dono do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Madero! Madero! Guardem esse nome – disse que morreriam 5 mil pessoas. Mas tudo bem. Deixe morrer 5 mil pessoas, e a gente salva empregos, a economia. É assim mesmo.

Depois, declaração do Ministro da Economia: nessa mesma direção. Declarações do Presidente do Banco Central: nessa mesma direção.

Então, meus amigos, caros colegas Senadores e Senadoras, nós estamos diante não de um negacionismo desprovido de dolo ou um negacionismo que representa uma ação culposa, mas, na verdade, de uma tese que prevaleceu desde o início desta pandemia: a tese de que era preciso deixar as pessoas expostas para adquirir naturalmente imunidade e resolver rapidamente o problema econômico, do emprego, da renda. E isso foi feito de forma intencional, porque, se não fosse intencional, Senador Ciro Nogueira, o Presidente não sairia passando a mão no nariz e pegando na mão das pessoas. O Presidente não aglomeraria. O Presidente não sairia no final de semana no entorno de Brasília para aglomerar. O Presidente não faria decreto e nem vetaria lei que obrigava o uso de máscara, e ele o fez. O Presidente não impediria que Prefeitos e Governadores, na tentativa de conter a expansão do vírus... Não tentaria impedir, no STF, com uma ação, dizendo que ele tinha de coordenar e proibindo que Governadores e Prefeitos fizessem isolamento social efetivo. O STF interveio e colocou a lei que diz que é concorrente a atribuição de Prefeitos, Governadores e Presidente da República na área da saúde. São concorrentes. Então...

É discurso mesmo, porque isso é fundamental, e esta é uma Casa para fazer discurso em defesa da vida!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador Rogério. V. Exa. tem o direito de falar até a hora em que o senhor quiser. É que...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o nosso convidado precisa se levantar e ir... (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, ele vai me ouvir aqui.

Segure aí, porque o que estou falando é algo muito importante para a gente não se perder.

Esta é uma investigação sanitária, sobre crime de saúde pública contra a vida, porque, Ministro, dez respiradores a mais ou a menos não iriam provocar 408 mil mortes. Prescrever ou não cloroquina não iria provocar 408 mil mortes, a não ser que a cloroquina fosse um artifício para gerar nas pessoas a ideia de que elas estavam protegidas e poderiam se expor. A não ser que fosse para isso... E a gente tem clareza em estar apontando todos os elementos para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a gente pegar todos os eventos e todas as falas do Presidente e da sua equipe, agiu como promotor da expansão da pandemia, porque, por trás, tinha uma tese, da imunidade de rebanho. A gente trabalha com o conceito da imunidade de rebanho com vacina. É com vacina, e não expondo as pessoas a uma câmara de vírus, transformando o Brasil num meio de cultura para novas cepas.

Para concluir, no Orçamento de 2019, não tinha, Senador Renan Calheiros, recurso para Fiocruz. Foi preciso a oposição, Humberto Costa – eu estava lá no Congresso –, tencionar para colocar 2 bilhões no Orçamento da União para aprovar o Orçamento de 2019 para 2020, que é o dinheiro da transferência de tecnologia, para a AstraZeneca estar aqui hoje.

O Brasil, Sr. Ministro, não tinha plano de imunização até dezembro de 2020. O Brasil deixou de responder 11 correspondências da Pfizer, e sugiro que sejam solicitados ao diretor, ao ex-diretor da CNM, que tem essa documentação, ou mesmo à direção da Pfizer, esses *e-mails*, que foram mandados para o Ministério da Saúde, oferecendo a vacina no mês de setembro do ano passado, e o Governo não deu a menor bola.

Nós só fomos ter, Presidente, plano nacional de imunização sabe quando? Quando o Ministro Lewandowski pediu e obrigou que o Governo apresentasse o plano de imunização, e aí o Presidente mandou uma medida provisória com R$20 bilhões para compra de vacinas. Tarde! Tarde, sabe por quê? Porque a curva fez isso. A gente chegou ao final do ano, as pessoas se contaminaram com uma nova cepa muito mais contagiosa, e a gente viveu uma explosão, a gente viveu Manaus no Brasil inteiro, Sr. Presidente – viveu Manaus no Brasil inteiro.

Nós podemos ter agora...

Olha o outro absurdo – para encerrar, Sr. Presidente –: querem transformar educação em atividade essencial. Parece que a crueldade vem de dentro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador já...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estou concluindo, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram mais de 15 minutos já.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu vou concluir, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque se V. Exa... Ele não vai nem responder.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele não precisa responder nada. Eu só estou fazendo uma declaração – só estou fazendo uma declaração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão das escolas – só para eu concluir, Sr. Presidente – a questão das escolas é essencial. Com essa cepa que pega todos, sabe o que significa, Ministro? Uma terceira onda de proporções inimagináveis. Então, todas as ações do Governo são no sentido de expor a população, de forma natural, ao vírus, em torno da tese da imunidade de rebanho, sem vacina, largando à própria sorte e agindo contra a vida dos brasileiros. Isso é doloso, é uma ação dolosa deste Governo contra a vida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

V. Exa. pode se dirigir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele não fez nenhuma pergunta a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou só fazer um comunicado aqui. Eu estou permitindo que o Ministro Mandetta possa sair.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, mas nós poderíamos conceder ao Ministro o sagrado direito. Poderíamos conceder o sagrado direito. Enquanto isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o mesmo Ministro falou que aquele remédio para a próstata também não tem eficácia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só um encaminhamento.

Eu acho que nós podemos conceder ao Ministro o direito sagrado de ele se retirar.

Nós acabamos de receber, Presidente – o senhor comunicou à Direção da CPI –, um comunicado do Comando do Exército sobre a participação do ex-Ministro Eduardo Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou ler agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, acho que V. Exa. poderia fazer a leitura do comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou ler.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E sugiro que V. Exa. já determinasse a data de comparecimento do ex-Ministro a esta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ler: "Sr. Presidente, cumprimento cordialmente V. Exa...".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Enquanto V. Exa. lê, o nosso Ministro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Mandetta não poderia aproveitar, enquanto V. Exa. lê...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já pedi para ele ir.

> 1. Cumprimentando cordialmente V. Exa., informo que o General de Divisão EDUARDO PAZUELLO, convocado para audiência nessa Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, encaminhou expediente no qual apresentou fato superveniente a convocação, no sentido de haver tomado contato com dois servidores do Poder Executivo Federal, recentemente acometidos de Covid-19.
> 2. Do exposto, encaminho a V. Exa. a documentação referida, ao tempo em que solicito a possibilidade de análise da situação, bem como a adoção das providências consideradas cabíveis.
> Respeitosamente,
> General de Divisão FRANCISCO HUMBERTO MONTENEGRO JUNIOR. Secretário-Geral do Exército.

É o Secretário-Geral do Exército a quem a Comissão encaminhou a convocação do ex-Ministro Pazuello, que é a forma como o Exército autoriza, e ele está nos encaminhando isso. E nós já tínhamos conversado com o General Paulo Sérgio sobre esse assunto.

> Do [...] [General de Divisão] Eduardo Pazuello
> Ao Sr. Comandante do Exército
> [...] Convocação para a audiência [...]

Este é um ofício que ele mandou ao Comandante do Exército.

> [...] Convocação para audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.
> 1. Sobre a convocação deste Oficial General, informo-vos que tomei conhecimento, ontem, que dois servidores do poder executivo federal que estavam em contato direto comigo apresentaram laudo positivo para a COVID-19.
> 2. Por conseguinte, apresento a V. Exa. duas propostas para atender a convocação da CPI:
> - Manter a data/hora da audiência prevista anteriormente, alterando para a forma remota;
> - Adiar o referido depoimento para um outro momento mais oportuno, a ser definido pela própria comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu proponho que ele seja ouvido dia 19, daqui a 15 dias, aqui neste plenário.

Fica dessa forma definido.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Agora Senador Luiz Carlos Heinze.

O Senador Randolfe vem aqui.

Após ele, vem o Senador Marcos Rogério... Aliás, agora é Marcos do Val primeiro, depois Senador Luis Carlos Heinze. É um remoto e um aqui presente.

Senador Marcos do Val, desculpa. Depois o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu passo a palavra porque a minha pergunta já foi contemplada pelos meus amigos Senadores. Então, eu passo a vez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Então, ato contínuo, passamos para o Senador Luis Carlos Heinze, que é o próximo.

O senhor tem 15 minutos para questionar o depoente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, meu colega Deputado Mandetta, prazer.

Infelizmente, Deputado, ex-Ministro, é uma CPI política.

Senador Renan, V. Exa. tem mais anos de política do que eu, mas eu estou sentindo essa questão. PDT tem candidato a Presidente, PSDB tem candidato a Presidente, PT tem candidato a Presidente, e outros mais. Seguramente, alguém está de um lado para derrotar o atual Presidente da República. Esse é o ponto, Mandetta.

Agora uma pergunta sobre uma pesquisa realizada em Manaus. V. Exa. diz que o Conep é sério, acredito que seja.

Eu vou lhe apresentar algumas perguntas – vou fazer quatro ou cinco –, porque esse caso é grave.

A Prevent Senior tem uma carteira de mais de 400 mil idosos fortemente atingidos pelo Covid-19. No entanto, no início de 2020, passam a adotar o tratamento ambulatorial com hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina e outras vitaminas e, desde então, têm tido um resultado importante na redução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do tempo de internação e mortalidade. Por que o senhor, na época, passou a fazer críticas públicas e desabonadoras acerca da empresa? Isso aconteceu, e eu recebi.

É um ponto importante para mim, porque essa empresa – eu conversei com eles – está publicando os dados, Senador Renan – preste bem atenção –, publicando os dados do tratamento que fizeram com, não sei, centenas, milhares de pacientes. E são pessoas idosas.

O senhor é citado nos agradecimentos de estudos feitos por Borba e colegas de Manaus nos quais as doses letais de cloroquina, como definidas na literatura, foram administradas a pacientes idosos hospitalizados levando a uma mortandade inaceitável, que ainda está sendo esclarecida pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público estadual do Amazonas, dada a repercussão mundial no sentido de desabonar o uso da cloroquina. Qual foi a natureza do seu envolvimento nesse trabalho?

O estudo em questão teve a participação de várias instituições e autoridades, pesquisadores de diversos órgãos citados do Estado e da Federação sob sua gestão. Por que estudar o uso de cloroquina em pacientes graves quando é razoável esperar maiores ganhos na fase precoce oligossintomática da infecção?

O que motivou a escolha de cloroquina como fármaco a ser aplicado em pacientes graves, quando, desde a década de 40, é reconhecida a hidroxicloroquina, que tem menor toxicidade e melhor tolerância?

Uma vez que há indicação de que foram utilizadas doses elevadas superiores a duas vezes a dose limite, o que norteou a escolha da dosimetria?

Crucialmente, por que os sujeitos das pesquisas foram expostos a uma dose letal?

Não estão aqui o Senador Eduardo Braga e o Senador Omar Aziz, que eu gostaria que estivessem, para ouvir. Trata-se do Estado deles. E esta Casa, Sr. Presidente, ajudou a financiar essa pesquisa, com recurso também do Senado Federal.

Alta dose: 600mg, quatro comprimidos de difosfato de cloroquina, duas vezes ao dia, por 10 dias seguidos. Morreram 16 pacientes, Senador Bezerra, dos 41 testados.

Baixa dose, Senador Girão: 450mg. Morreram seis pacientes em 40 testados.

Eu vou lhe deixar as perguntas, todas, e gostaria que o senhor me respondesse.

Confio na Conep, posso confiar. Agora, eu levei cinco meses – V. Exa. era Ministro, passou o Ministro Nelson Teich – e consegui sentar com o Pazuello para registrar um projeto com ivermectina, de duas cientistas do Estado de Pernambuco, da Universidade Federal de Pernambuco, lincado também ao hospital Santa Casa, que V. Exa. conhece, do Rio Grande do Sul.

Alguma coisa sobre isso, se o senhor puder me falar? Aí, depois, eu dou sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Meu caro Senador Heinze, a quem de direito que fez a pesquisa devem ser colocados esses questionamentos. Eu acho que é pertinente. Eu acho que deve se perguntar às pessoas que se comprometem a pesquisar. Não é porque está fazendo uma pesquisa... Alguém autorizou essa pesquisa, com essa dosagem. Eu acho que tem que ser investigado, visto, enfim.

Agora, Senador Heinze, eu sou de Mato Grosso do Sul. O senhor, do Rio Grande do Sul, o senhor conhece o meu Estado, o senhor já esteve lá várias vezes. Nós dois somos do agro, sou proprietário também, sou produtor rural. Eu vi no meu Estado a aftosa. O senhor provavelmente não a viu no seu Estado porque o Rio Grande do Sul acabou com a aftosa muito antes do que outros Estados, Santa Catarina também. Mas eu me lembro de pessoas que passavam creolina no lombo do gado, jogavam cal no chão do mangueiro e falavam que a vacina era coisa de gente equivocada. O meu Estado teve que sacrificar milhões de cabeças, milhares de cabeças, nós ficamos embargados durante dois anos, sem poder vender nem dentro do Brasil porque havia produtores... E nós precisamos, na época, fazer um grande convencimento, gastar com Iagro, gastar com sanidade animal, ir lá, pegar o frasco da vacina, voltar, guardar, porque as pessoas tinham essa crendice.

O que diferencia crendice de ciência? Alguém tem que sentar e falar: "Vamos lá, faça assim e assim". Procure uma universidade de primeira linha, não precisa ser na Conep, faça no conselho de ética da universidade, registre a pesquisa, coloque isso daí sob supervisão de terceiros. Isso não é uma coisa difícil de fazer. Eu não vejo... Eu vejo assim: é um achismo. O achismo é a coisa mais próxima do caos quando você tem doença: "eu acho que é assim", "na minha opinião é assim", "o meu protocolo é assado", o meu não sei o que... Isso aí é o caminho mais perto para o desastre. Tem que ter alguém que olhe, fiscalize, e fale o.k., mesmo assim sujeito a revisão permanente, porque é assim que as coisas são. Agora, quem fez pesquisa, fez errado, fez com dose maior, dose menor, responda: quem autorizou a pesquisa? Quem estava supervisionando a pesquisa? Quem são as pessoas que pesquisaram? Pergunte a eles e a verdade sempre prevalece.

Ah, Prevent Senior. A crítica que eu fiz foi a seguinte, Senador. Eles fizeram um plano de saúde louvável somente para idosos. Ótimo. Eu acho que os idosos... Puxa vida, até que enfim alguém viu os idosos como um pessoal que precisa comprar um plano de saúde e foi para a administração dos riscos. Só que essa doença... Eu já havia comunicado lá que casas asilares, asilos de pessoas de terceira idade... E o hospital deles é somente de pessoas de terceira idade. Ali o cuidado tinha que ser duas, três, quatro, cinco, seis, dez vezes maior do que o cuidado num hospital convencional.

No mês, se não me engano, de março, na cidade de São Paulo, que era quem abastecia os números, nós chegamos, em final de março, numa situação em que quase 70% dos óbitos era concentrado num mesmo hospital. Agora, eles são pessoas sérias, fizeram lá a revisão dos seus procedimentos, recalcularam enfermagem, fizeram protocolos de biossegurança lá dentro, adotaram isso daí, não sei baseados no quê, mas estão dentro da regra. O Conselho falou "pode tudo", eles fizeram o que eles acham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é certo e devem ter lá o ponto de equilíbrio. Mas que, no início, embora a gente falasse "atenção, idosos, está na hora de cuidar"... Num hospital que era só de idosos, quando pegou em um, foi pegando em todo mundo, de cima abaixo.

A crítica era nesse sentido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O senhor falou em ciência. Do médico virologista francês Luc Montagnier, Senador Girão, laureado com o Nobel de Medicina – não é qualquer um. Em entrevista recente ao jornal francês *France Soir,* o cientista afirmou que tomará hidroxicloroquina e azitromicina, dois medicamentos baratos, genéricos e sem patentes, caso contraia o vírus da Covid.

Satoshi Omura, outro vencedor do Nobel da Medicina. A principal contribuição de Omura foi a invenção da ivermectina, outro medicamento sem patente que tem demonstrado constante eficácia no tratamento da Covid-19. Seu posicionamento a favor do medicamento foi externado logo depois que a Associação Médica de Tóquio passou a recomendar ivermectina para evitar o agravamento da doença.

Cientistas.

Aqui eu tenho Didier Raoult, outro renomado cientista, que foi execrado. E aqui, Senador Renan, Senador Randolfe, começa a história. Esse Didier Raoult, cientista francês, falou isso. O Trump, nos Estados Unidos, replicou. Aí veio a turma do Biden, matou o Trump e ajudou isso na eleição. Na sequência, Bolsonaro fala isso, depois de vários médicos falarem isso aqui também. Hoje é uma questão política.

Dr. Mandetta, Dr. Humberto Costa, eu nunca vi assassinato de reputação da classe médica brasileira. Há mais de 14 mil médicos chamados Médicos pela Vida, Senador Girão, do Amapá ao Rio Grande do Sul, utilizando esses protocolos. Não tem números.

Rancho Queimado, 419 casos, duas mortes. Dr. Armando Taranto aplicou esse tratamento na comunidade de Rancho Queimado, de que o Senador Jorginho Mello falou aqui. Duas mortes, dois óbitos. Nesse processo aqui, a Prefeita gastou R$49 mil. Duas mortes com pessoas de 84 anos, os dois com 84 anos.

Eu tenho aqui Ilhabela, São Paulo. O Prefeito Cássio Prado é médico; 6.052 casos, 34 óbitos – 0,56% a letalidade.

Porto Seguro, na Bahia, a Dra. Raíssa, hoje Secretária da Saúde: 150 mil habitantes, 18.566 pessoas infectadas, 153 óbitos.

Eu estou juntando, Senador Renan, esses números do Brasil, para nós discutirmos aqui. Não tenho medo de discuti-los, tenho certeza do que falo. Eu tive Covid, a minha esposa teve Covid, nos salvamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive quatro assessores com Covid, e duas esposas deles com Covid, seis pessoas. A minha filha, a minha neta, o meu neto, com Covid, e tudo com esse tratamento.

Deputado Mandetta, Marrocos, 36 milhões de habitantes. A letalidade de mortes por milhão, 244, usa esse tratamento.

Camarões, país pobre, Senador Randolfe, 41,7 mortes por milhão de habitantes. El Salvador, que agora destituíram o Supremo Tribunal Federal deles, usa o tratamento, 329 mortes por milhão de habitantes. E o Brasil, com 1.929, não usa esse tratamento. Isso é importante. Falaram que não tem recomendação. Como é que vai ter recomendação, Dr. Mandetta, se a pandemia começou em janeiro, fevereiro do ano passado? Que recomendação eu vou ter?

Esses médicos estão usando esse tratamento aqui. São dezenas, milhares de médicos que estão fazendo esse tratamento no Brasil e estão achando resultados positivos.

E o caso da Aids? O cara não procurava Aids. Usou um remédio de câncer, e hoje está curando a Aids.

Estão usando isso aqui e está dando resultado.

Então, a Big Pharma, senhoras e senhores, a Big Pharma está norteando isso aqui. Um mercado bilionário, trilionário de vacinas está norteando isso aqui e assassinando reputações.

Senador Randolfe, o seu Estado tem o primeiro protocolo nesta direção – o seu Estado. Parabéns ao Dr. Pedro Omar, médico – coronel, médico – que implementou esse processo. E aqui eu tenho... O Governador é do PDT, o Prefeito da capital é do Cidadania, oposição ao Governo, e adotaram esse procedimento. E eu queria que o Brasil o adotasse, Senador Renan.

Seguramente, Senador Girão, nós não teríamos 400 mil mortes se não fosse esse caso de médico de direita, médico de esquerda, cientista de direita, cientista de esquerda.

O Dr. Paolo Zanotto, cientista da Universidade de São Paulo, já sofre, Dr. Mandetta, três processos administrativos porque ele ousou, dentro da USP, fazer isso aqui. O.k. Qual é o problema? Tem gente que é contra? Trabalhe contra. Ele é a favor. Trabalhe a favor. Esse cientistas não podem fazer isso. E médicos.

Aqui é a ciência que está mandando. Estou lhe dando dados concretos. Estou pegando... Falei agora com a Dra. Raissa, de Porto Seguro, médica, hoje Secretária de Saúde. O processo começou em abril do ano passado. São dados reais. Ninguém está inventando nada. E a letalidade é muito menor nesses casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso de Manaus, Deputado Mandetta. Para Manaus, por exemplo, o Governo Bolsonaro liberou, ano passado, 93 bilhões extraorçamentários – começou no seu mandato como Ministro –, extraorçamentários, para os Estados e Municípios.

O meu Estado, Rio Grande do Sul, tinha 900 leitos de UTI. Com o dinheiro que foi do Governo Federal para os hospitais, que foi também para as Prefeituras, que tinham que aplicar 11% em saúde, saltou de 900 para 3.005 o número de leitos de março do ano passado para março deste ano. Esse é o dinheiro que foi do Governo Federal para lá. Essas coisas aconteceram.

Vacina, Dr. Mandetta. O senhor ouviu falar de vacina de aftose. Vou falar. V. Exa. é pecuarista e também sabe o que pode fazer. O Senador Wellington Fagundes estava aqui. Quando fala, a crítica aqui é em cima do Governo brasileiro. E a União Europeia? Eu ouvi crítica, no dia 1º de abril, da Organização Mundial da Saúde contra a Europa, que estava muito aquém da vacinação. A Alemanha vacinou 30 milhões de habitantes. Nós temos 46, 47, 48 milhões.

Tudo errado aqui? Não! Tem coisas certas. O que nós não podemos fazer aqui é politicagem. Talvez V. Exa. seja candidato a Presidente – quem sabe, a Vice-Presidente, não sei, na coligação com alguma chapa dessa aqui. O povo está julgando e julgará.

O que eu gostaria é que os médicos viessem, médicos de um lado e médicos de outro lado, e que falem desse assunto. A Medicina vai falar. Eu não falo por mim. Sou agrônomo, mas faz três semanas que estou focado nisso aqui. Estou lendo, estou ouvindo, conversando com pessoas que conhecem o assunto. Não sou chutador, o.k.? Falo com as pessoas e vejo esse médico que me emocionou quando falou em Rancho Queimado. Passou 1.804 pessoas; testou 419 positivos. só dois óbitos. Tratou todo mundo desde o início do tratamento, precoce, na hora certa. Sabem quanto a Prefeitura aplicou? Quarenta e nove mil reais. Está bom.

E vamos parar com esse assassinato de reputação desses médicos pela ciência e também pelo interesse econômico. A Pfizer já está registrando um substitutivo da cloroquina. Cloroquina custa R$50, R$60, R$70 a caixinha; ivermectina R$20 ou R$30. Esse remédio quem sabe custe R$500, R$1 mil, R$2 mil. Esse remdesivir custa US$1,5 mil, Senador. Quem pode comprar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Conclua, colega, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado. Já falei.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Heinze. Esta Presidência teve a tolerância necessária para que V. Exa. pudesse concluir o raciocínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Mandetta.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Volto a repetir, Senador, acho louvável procurar, mas acho importante submeter e discutir, porque assim que é feito. Não tem como a gente falar: eu torço por "a" ou por "b". Para mim, uma substância "a", "b" ou "c", desde que ela se imponha... As academias da Europa, dos Estados Unidos, Nova York, Califórnia, todo mundo quer, todo mundo está procurando. Então, tomara que Rancho Fundo tenha descoberto a maneira de...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Rancho Queimado.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Rancho Queimado, perdão. É que eu fiquei com aquela música bonita do Rancho Fundo. Que Rancho Queimado tenha descoberto a fórmula e ela se imponha, espero que sim.

Lá na minha casa eu fiz diferente, Senador. Moro com a minha mulher, médica, que atende pacientes com Covid; meu filho, que é residente de cirurgia geral num hospital Covid; minha sogra, que tem 87 anos; e eu. Fizemos uma metodologia de prevenção, de lavar a mão, de tirar a roupa, de colocar, de botar a lista no chão...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Concordo, concordo, concordo.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... de não abraçar, de não beijar, de almoçar em ambientes separados. Conseguimos atravessar o ano passado todinho, meu pai não pegou, minha mãe não pegou, eu não peguei, minha mulher não pegou, meu filho não pegou e minha sogra não pegou. Hoje estamos vacinados.

Então, acho assim: são modelos, poderíamos ter pegado nós todos e poderíamos estar nos 85% que tivessem formas leves e que saíssem do outro lado, e estaria tão feliz como V. Exa. ficou pela contaminação geral que citou aqui. Então, é só uma questão de qual é o risco que cada um corre. Não é que não tem tratamento a doença; tem a prevenção. Quem executa a prevenção tem alta probabilidade de não contrair. Eu particularmente prefiro a vacina, acho que a vacina, desde Jenner, desde a varíola, que a gente exterminou, todas elas, inclusive as vacinas que vieram depois para o mundo animal, as vacinas foram responsáveis pela redução da mortalidade infantil. Enfim, prefiro as vacinas. Não acho inteligente expor as pessoas para contrair doença acreditando em remédios; acho que a vacina tem mais possibilidade de organizar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Gostaria, Sr. Presidente, só para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor. O seu tempo já se concluiu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sei. O que o Deputado Mandetta, Ministro, puder nos responder, o.k. O que não puder, eu vou fazer um convite ao Conep, aos próprios pesquisadores que estão aqui relacionados, porque isso aqui, para vocês terem ideia...

Eu não tenho medo de desafio, Renan; desta questão aqui. O Senador Omar: "Ah, já quer trazer médico". Eu vou trazer os médicos aqui. Essa pesquisa foi publicada em uma revista de ciência chamada *Jama*, internacional, para assassinar a reputação de um produtozinho de R$50, R$70. Você imagina? Assassinaram a reputação no mundo e tiveram que se retratar por causa desta pesquisa, que eu quero saber a fundo quem é o responsável, e o Ministério Público já está investigando. Dr. Mehra, da Harvard Universidade, fez uma pesquisa também contra a cloroquina e teve que se retratar. Não se pode fazer isso com remedinho barato que o seu Estado, Senador Randolfe, está usando. E aqui há o protocolo do seu Governador e dos 16 Prefeitos do Amapá usando esse protocolo. Aqui está o protocolo!

Isso eu gostaria que o Brasil tivesse. Seguramente, eu não teria 400 mil mortes, teria 200 mil, porque hoje negaram o que esses médicos receitaram.

E o Conselho Federal de Medicina, Ministro Mandetta, autorizou usar. O médico é o responsável e usa o que ele quiser. Pronto, quem quiser usar, pode usar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Heinze.

A próxima, no sistema remoto, é a Senadora Zenaide.

Senadora Zenaide?

A Senadora Zenaide está...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Primeiro, eu quero parabenizar esta Comissão bem formada, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

esse olhar diferenciado. O que a gente está querendo saber é como chegamos a mais de 400 mil óbitos. Com certeza, quem trabalhou nisso aí...

Mas eu queria que... Como não é muito para perguntar, porque eu não sou membro, eu queria dizer primeiro o seguinte: todos nós sabemos que as doenças causadas por vírus não costumam ter uma medicação específica para tratamento na fase adulta, então, as vacinas são essenciais.

Outra coisa, eu sou médica, mas isso não me dá o direito de prescrever um medicamento que a ciência não já tenha provado que tenha eficácia terapêutica comprovada para aquela patologia. Eu não posso ficar praticando achismo. Vou fazer para isso e para aquilo.

Gente, há 30 estudos no mundo, no mínimo, sobre essas drogas. Hidroxicloroquina, ivermectina, todas essas que apareceram pessoas para dizer e todas provaram que não há eficácia, quisera que houvesse. Meu Deus, como eu queria que houvesse eficácia terapêutica, o que já é uma raridade.

Na verdade, as vacinas é que salvam vidas com as viroses. Foi assim... Eu acho que houve duas coisas no mundo que mais aumentaram a vida média do homem e da mulher também – o que eu quero dizer é de todos os seres humanos –, que foram justamente o tratamento de água e as vacinas.

Agora, eu queria dizer o seguinte: não adianta dizer o contrário. Eu acredito que... Tenho certeza de que, se o Governo Federal tivesse assumido a coordenação, não negasse a gravidade, mesmo depois de muito tempo – claro, porque houve uma época que ninguém sabia –, mas, já sabendo que havia, por que uma pandemia, uma virose tão grave como essa não tem uma campanha publicitária dizendo às pessoas como precisam se defender?

Isso aqui não somos nós que estamos criando. O mundo todo viu, a gente já tinha experiência de outro. Por que Wuhan fechou a cidade toda enquanto não chegavam as vacinas?

Então, gente, vacinas é essencial.

E não adianta essa história de todo mundo. É como...

Agora, eu falo pelo ex-Ministro Mandetta: se há experiência, cadastre, registre, faça. Você não pode fazer... Ciência não é achismo, não, gente! A ciência é uma coisa importante. Não adianta dizer que um médico tem autonomia para prescrever qualquer medicamento. Você pode, e eu, que sou médica, posso, mas para aquele que a ciência já provou que tem eficácia terapêutica comprovada. Você não pode sair fazendo experiência com isso.

Acho que tem de esquecer esses medicamentos, porque isso não existe, e tentar atender ao máximo os pacientes em UTI com um bom serviço. A gente sabe que essa doença é muito mais grave do que tudo, porque afeta não só o sistema respiratório. Mas sabemos que há vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existe o erro do Governo, sim! Negou, não assumiu a coordenação, mudou de ministro por quatro vezes, por três ou quatro vezes, durante a pandemia!

Quem foi a favor do isolamento social e do uso de máscara? O mundo todo fez isso. Em 1929, já houve isso. É preciso isolar! Na minha casa... Sou filha de um pequeno agricultor. Com 16 anos, quando tinham sarampo, meus irmãos bem mais velhos eram isolados dentro do quarto, para que a doença não pegasse nos outros. Querem mudar isso com história de dar medicamento? É médico de direita ou de esquerda?

Eu quero dar um exemplo aqui. Aqui, na capital do Rio Grande do Norte, mais de 40% dos óbitos estão na capital, e o Prefeito, que é médico, adotou esse *kit* anticovid, com corticoide, com hidroxicloroquina, com ivermectina, com isso tudo, e não funcionou. O que não pode acontecer é as pessoas quererem se aproveitar, porque mais de 80% têm a forma leve ou, então, nem têm sintomas, e dizer que isso ocorreu porque estavam tomando a ivermectina ou a hidroxicloroquina ou seja o que for! Não é, gente! Vamos lutar pela vacina, não vamos permitir... Se isso resolvesse, a gente não estava com mais de 400 mil óbitos. Isso é muito grave! Há menos de cinco dias, eram 400 mil, e já são 410 mil!

Então, não existe tratamento específico para essa virose, por enquanto. Isso tudo é achismo, não é ciência. A vacina é que, realmente, vai resolver esse problema. E, como nós não temos vacina suficiente, porque o Governo não a comprou em tempo hábil, nós vamos lutar pelo distanciamento social, pelo uso de máscara e pela higienização das mãos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Dr. Mandetta...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – A Senadora Zenaide foi colega minha no Parlamento como Deputada Federal. As colocações dela são basicamente aquelas que eu fiz aqui, hoje à tarde.

Quero só lembrar – aqui fiquei vendo a Senadora Zenaide falar – que, quando eu era Deputado, houve a pílula do câncer. Era uma conversa muito parecida com isso aí. Eram pessoas dentro do Plenário, eram Parlamentares falando: "Cara, eu estou sendo pressionado, eu tenho que votar isso aí". Entrou lá um projeto de lei. Colegas médicos nossos de diferentes partidos ficaram encantados com aquela história, referendando uma teoria. Eu fui o único Parlamentar naquele dia, Senador Humberto, na Câmara, a levantar a mão e a falar... Eles iam votar por acordo. Eu falei: "Eu gostaria de declarar meu voto contrário". E declarei o voto contrário, dizendo que em ciência isso não se fazia. Então, estou muito acostumado a ficar do lado da ciência. Eu nunca vi tamanha agressão! Na época, falaram que eu estava... Era a indústria farmacêutica, era uma conspiração dos poderosos, que era porque eu não queria que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descobrissem a cura do câncer, etc. etc. A Câmara votou, esta Casa aqui votou e a Presidência da República sancionou.

O Brasil gastou os 10 milhões numa pesquisa e, no final, falaram assim: "Bom, já que ela não tem serventia para nada, podia dar ela como complexo vitamínico". Então, não é assim que faz ciência, não. Ciência é para gente que está a fim de fazer sério. Senta lá, bota na frente dos caras... A Alemanha está procurando, o mundo inteiro, o PIB está parado, a economia parada. Vocês acham que nós vamos parar porque o conceito de alguém vai ser assim ou assado? Seria muita inocência da nossa parte a gente achar que é um grande complô mundial contra medicamento A, B ou C, não é? Tudo tem limite.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Dr. Mandetta.

Pergunto à Senadora Zenaide se tem mais alguma indagação.

Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só quero dizer ao povo brasileiro: faça o distanciamento social. Vacine-se quando a vacina chegar. Use a máscara. Higienize as mãos. Não existe tratamento, como, aliás, não existe para a maioria das viroses. Existe prevenção com vacinas. Vamos salvar vidas. Eu acho que esta CPI está certa, temos que mostrar de onde veio o erro e parece que continua, porque não há como não dizer que é necessário fazer isso. E vamos fazer o seguinte: já que vidas não sensibilizam este Governo, vamos falar de economia. País doente não se recupera economicamente, gente. Vamos falar das cifras, já que a vidas não estão dando essa importância toda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigada, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Mandetta.

Mandetta, a gente tinha embates, diferenças políticas, mas na hora em que o negócio era paciência mesmo, a gente estava do mesmo lado.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado Senadora Zenaide.

A próxima inscrita a indagar o depoente é a Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem 15 minutos para os questionamentos, indagações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, não há nenhuma dificuldade. Muito pelo contrário. Mesmo se for eu, eu cedo a palavra para ela. Mas quando anunciado, parece que eu estava. Mas eu faço questão que a Senadora Eliziane fale, então, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Agradecemos o cavalheirismo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu vou falar depois do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e peço, Senador Izalci, perdão pelo equívoco aqui desta Mesa.

Então, Senadora Eliziane Gama, 15 minutos.

Em seguida, Senador Izalci.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu lhe agradeço, Presidente Randolfe, pelo equívoco, porque falar depois do Senador Izalci... Ele esgota todas as perguntas que V. Exa. possa imaginar. Então, eu estou feliz de não ter que falar depois dele, senão eu não teria mais perguntas para fazer. (*Risos.*)

Sr. Ministro Mandetta, eu queria cumprimentar V. Exa. e iniciar com o seguinte: eu lembro que eu participei da primeira reunião que o senhor fez ainda como Ministro da Saúde, na Câmara dos Deputados, e ali participamos todos nós, do Senado, da Câmara dos Deputados, e V. Exa. explanou o cenário que estava por vir, não é? Apresentou o do momento e apresentou o que estava por vir. Quero dizer que fui para casa naquele dia muito preocupada e disse: Meu Deus do céu, o cenário é um cenário terrível, catastrófico. E alguns até achavam que o senhor estava pregando o caos naquele momento.

Eu vi agora a publicação de uma carta que V. Exa. mandou ao Presidente da República. Infelizmente, depois, Ministro, os números foram piores ainda do que V. Exa. relatava naquele momento de expectativa.

O nosso tempo, de fato, aqui é muito pouco; então, vou ser bem aqui concisa para que V. Exa. possa me responder.

Algumas pessoas falavam em números – "Vão morrer mil pessoas, 800 pessoas" – que eram apresentados naquele momento por alguns integrantes, inclusive, do Governo. Hoje nós chegamos a mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 400 mil mortes no Brasil, chegamos a bater recordes internacionais. Todo mundo já falou aqui das ações que foram feitas e das que não foram feitas pelo Governo Federal. A minha pergunta para o senhor é específica, é direta: o Governo central, o Governo Federal poderia ter evitado essas 400 mil mortes que hoje nós estamos acompanhando no País?

Quero fazer aqui outras perguntas, Ministro. O senhor falou, agora há pouco, aqui que tinha um aconselhamento paralelo e que o filho do Presidente participava, inclusive fazendo algumas anotações. O senhor e sua equipe, em algum momento, se sentiram intimidados com a presença de alguém que, em tese, não era integrante da equipe técnica do Governo? Ao mesmo tempo, ele atrapalhava o dinamismo das atividades? Até que ponto, por exemplo, ele chegou a fazer alguma interferência, chegou a agir, chegou a intervir impedindo, por exemplo, que algumas das ações do Ministério da Saúde viessem a acontecer?

A outra pergunta é: alguns ex-ministros e aliados do Governo do Presidente Bolsonaro afirmam nas redes sociais que o Ministro Paulo Guedes disse, no primeiro dia da pandemia oficialmente reconhecida no Brasil, que o senhor, o seu ministério saiu com R$5 bilhões para combater a doença. Estão dizendo que o senhor nunca falou desse dinheiro e não falava desse dinheiro. Eu queria que o senhor falasse um pouco dessa declaração e aproveitasse até este espaço aqui para dizer se existia esse volume, o que foi feito ou se é apenas mais uma falácia dos aliados do Governo.

Uma outra informação que eu obtive agora há pouco – alguém me ligou aqui no telefone até me pedindo que eu fizesse esse questionamento ao senhor – é que teria havido, por exemplo, uma reunião sua com o então Ministro da Justiça Sergio Moro e que o senhores teriam procurado a Procuradoria-Geral da República com o objetivo de buscar um apoio jurídico e uma forma legal para agir em relação a portos e aeroportos do Brasil, fechando-os naquele momento, antes da primeira morte por Covid-19, no ano passado. Houve, de fato, essa reunião? Houve algo nesse sentido e nessa direção?

Uma outra pergunta, Ministro: a imprensa atesta que o senhor teria sido o pivô da primeira crise entre o Presidente da República e os Governadores do País, mais precisamente em março do ano passado, quando o Presidente não teria gostado de vê-lo ao lado do Governador de São Paulo, João Doria. Isso naturalmente foi colocado, inclusive, pela imprensa. O senhor, no exercício do seu cargo de Ministro, chegou a ser alertado, admoestado pelo Presidente ou enfrentou desconforto por causa desse relacionamento com os Governadores? Só lembrando que eu fui Vice-Presidente da Comissão que acompanha as ações do Covid no período de pandemia, e nós conversamos com os Governadores e Prefeitos, e a informação era sempre a mesma: não havia comando da política nacional e não havia comunicação com o Governo Federal. Os Governadores reuniam-se entre si para tentar encontrar alternativas, assim como também os Prefeitos, através da Confederação Nacional de Municípios, mas não havia um entendimento, uma conversa, uma interlocução com o Governo Federal.

De fato, houve esse alerta ao senhor em relação a essa conversa com os ministros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, mais recentemente, Ministro Mandetta, alguns dias atrás, o Ministro Guedes disse que longevidade é incompatível com saúde do Tesouro. Queria que o senhor comentasse um pouco acerca dessa fala do Ministro da Economia.

E quero finalizar, Ministro, fazendo uma pergunta para o senhor para o futuro. A gente está vivenciando tudo isso neste momento. Eu vejo claramente uma inação do Governo Federal, que é muito clara, é muito patente: o elementar, o básico, o uso de máscara, o uso de álcool gel, a aglomeração. Eu fico, Ministro, até me perguntando, como alguém que não é da área, mas sou muito humana e defendo a vida, até como cristã que, na verdade, sou – eu não consigo entender, sinceramente eu não consigo entender –: o que passa pela cabeça do Presidente da República e por que ele incentiva a aglomeração? Eu não consigo entender. Por que ele não incentiva o uso de máscara? Por que ele não incentiva o básico, que nem tem custo para o Governo Federal? Eu não consigo entender. Eu fico me questionando: meu Deus, o que passa pela cabeça do Chefe maior do Poder Executivo brasileiro, que não orienta o mínimo? Parece-me algo, às vezes, até intencional. Será que ele quer mesmo que as pessoas morram? Eu estou fazendo, assim, uma pergunta com toda a alma, com uma verdade dentro de mim, porque eu não consigo entender isso. E parece algo tão elementar que não precisaria a gente estar questionando isso aqui, meu Deus do céu! O atual Ministro, agora, fazendo o incentivo da máscara... Ele fala e, no outro dia, o Presidente deixa de lado, não considera o nível de importância daquilo que, de fato, é elementar.

E, de fato, agora para finalizar, Presidente, Ministro, durante o seu governo, a gente já via ali uma defesa grande em relação a medicamentos, a incentivo de medicamentos sem comprovação científica. O senhor, em algum momento, foi pressionado, na verdade, a fazer, de fato, essa defesa do uso – e aí eu coloco especificamente – da cloroquina e da ivermectina, que foram, na verdade, medicamentos sempre incentivados e orientados pelo Governo Federal? E a gente sabe que está num momento de pandemia em que não há um medicamento... Até agora, inclusive, a gente não tem um medicamento, não é?

E eu queria cumprimentá-lo quando V. Exa. falou, agora há pouco, acerca do papel do Conselho Regional de Medicina. Gente, aqui nós somos Parlamentares. Eu não sou médica, eu não sou da área médica, eu sou jornalista, como aqui também há médicos, mas nem todo mundo tem conhecimento da área médica. Então, há coisas que me parecem que não são de nossa responsabilidade. Eu acho que a gente precisa trabalhar a normatização, a legislação, mas há coisa que é muito própria da área técnica da saúde, até mesmo questionar se usa ou não usa cloroquina. Eu acho que não sou eu que tenho que dizer, sabe? Quem tem que dizer isso é o médico. Se o médico entende que tem que aplicar e tem que usar cloroquina, então vamos usar. Se ele também disse que não é para usar, não vamos usar. E aí vai ivermectina e todos os demais medicamentos. Uma apologia transformou, na verdade, esses medicamentos num caráter ideológico, e isso pode matar como pode salvar vidas, a depender do tipo de receita, ou melhor, do tipo de orientação que é dada pela classe médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Ministro. Eu queria parabenizá-lo e lhe dizer que o senhor fez muito pelo Brasil, o senhor orgulhou muito o Brasil, e eu, pessoalmente, fiquei muito triste quando o senhor saiu do Ministério da Saúde. Foi uma grande perda para o Brasil. Infelizmente, foi uma grande perda para os brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

A senhora terá cinco minutos ainda de crédito, se quiser posteriormente usar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Coisa boa demais. Mas deixe-me ouvir o Ministro primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está bem.

Com a palavra o depoente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu não estou entendendo o sorriso do Líder Fernando. (*Risos.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Bom, Senadora Eliziane Gama, primeiro, agradeço a conclusão de vossa fala.

Quando a gente trabalha, quando a gente faz um trabalho como médico ou, enfim, como eu fiz ali, como Ministro, a coisa que mais nos conforta é quando alguém faz um elogio e agradece. Então, em meu nome... Minha vaidade fica muito elevada, mas transfiro esse elogio de V. Exa. para a equipe. Era uma equipe absolutamente ímpar, que dificilmente vai se reunir novamente, pelo perfil das pessoas, pelo momento de vida que estava e como elas conseguiram fazer com que isso chegasse até o SUS como um todo. Essa equipe nunca se intimidou. Uma das perguntas que V. Exa. me faz é se essa equipe foi intimidada. Nunca tiveram, ninguém teve nenhuma coragem de chegar para mim e dizer: "Quero que faça assim porque tem que ser assim". Não dava nem espaço para isso. A equipe ficou desconfortável de ver que todos os arrazoados que tínhamos, depois de explicar uma, duas, três, quatro... Todas as vezes eu explicava, as pessoas entendiam, mas, passava um ou dois dias, faziam o contrário do que tinham entendido. Então, isso era desconfortável, e era uma coisa pública, não era uma coisa... Não havia uma briga por trás de uma porta. Era simplesmente um Ministro dando suas orientações e um Presidente fazendo outras coisas que ele achava, provavelmente por estar sendo assessorado por outras pessoas que não eram daquelas que estavam ali no Ministério da Saúde, que era o ministério técnico para tal.

Esse Ministro Guedes, da Economia, saiu... Eu vi aquilo. Um desonesto intelectualmente, uma coisa pequena, um homem pequeno para estar onde está. Quando eu estive na Câmara, o recurso que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara... Falou: "Olha, nós temos aqui que, se foi votado, que seria usado pelos Parlamentares, nós vamos debater como fazer". E ele falou: "Ele saiu com R$5 bi e não comprou vacina". As pessoas, nessa internet aí, nesse mundo... Há um mundo virtual que é muito também responsável por essas coisas, sabe? Eu acho que o Presidente, muita gente acha que a vida é daquele mundo virtual, se pauta por quantos *likes* ou pelo que acontece ali, enquanto o vírus e a doença estão no mundo real, estão aqui, ó, estão no mano a mano. E esse Ministro não soube nem olhar o calendário para falar: "Puxa, enquanto ele estava lá, nem vacina sendo comercializada no mundo havia". Eu tenho muita... Só posso lamentar. Diferentemente do Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Este, sim, ligava, perguntava, mandava informações que captava no mercado, extremamente atencioso com coisas de economia e impacto nas coisas públicas, ajudou muito. O desse da Economia não ajudou nada. Pelo contrário, falava assim: "Já mandei o dinheiro, agora se virem lá e vamos tocar a economia". Vamos tocar a economia talvez tenha sido uma das vozes que tenha influenciado o Presidente.

Longevidade *versus* saúde do Tesouro. Isso daqui... Eu peço desculpas aos idosos do Brasil por estarem incomodando o Ministro da Economia. A geração de vocês aqui, a nossa geração, principalmente da Soraya, da Leila, que é esportista, da Eliziane, das mulheres que estão aqui... As mulheres vivem mais que os homens porque elas se cuidam mais, elas são mais atenciosas, elas previnem mais, elas têm mais atenção ao assunto saúde. Os homens são muito menos ocupados do tema saúde. Então, tenho certeza de que vai vir das mulheres o exemplo para a gente viver mais pela prevenção. E o século XXI vem com coisa boa, vem com genética, vem com terapia gênica. A ciência, essa mesma da qual as pessoas debocham, falam: "Ah, cientista, eu quero que ele fale que isso aqui é bom, que aquilo ali é ruim"... Essa mesma ciência que é responsável pelo aumento da longevidade é que vai fazer com que Deus as abençoe para que sejam úteis. Mas que vai ser na geração delas, que são mais jovens do que eu, que, com certeza, nós vamos ver as pessoas viverem uma média de 90, de 100, de 110 anos. Espero que isso seja uma realidade em breve e que vivam muito mais e melhor.

O que passa na cabeça do Presidente, que é a pergunta da Senadora Eliziane, eu acho que a primeira coisa para responder é que tem que ter sentimento, tem que ter coração para tomar a decisão pela vida. Aí eu acho que não é bem na cabeça o problema, é mais coração.

E a pressão por medicamentos, não. Não, de espécie alguma. Ali a gente sabe que, na hora em que tivesse, a gente iria colocar. Volto a repetir: nosso mantra era ciência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado. Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para finalizar aqui, Ministro. Eu queria perguntar em relação ao comportamento do Ministro da Economia naquele momento, durante a sua gestão. Como é que se deu, se havia também interferência em relação às ações técnicas do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também lembrando aqui, até para que não fique nenhum tipo de algo confuso, a minha defesa é exatamente pela ciência, tecnicamente respaldado na ciência. Aliás, eu até uso lá que a gente trabalha isso muito. É a junção da fé, do otimismo, da esperança e da ciência que vai realmente salvar o Brasil.

Mas eu queria também que o senhor nos colocasse se houve interferência do Ministro da Economia.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, não. Interferência direta no Ministério da Saúde, não. Eles tinham assim: "Quando que vai liberar? Quando que vai abrir? Quando que vai...". Eu falava: "Não é uma questão de quando abrir ou quando não abrir. Nós precisamos abastecer, nós precisamos colocar as máscaras, colocar os equipamentos, precisamos trazer os equipamentos". Achavam muitas vezes que eram soluções... Acho até que esse diagnóstico meio precipitado que eles botaram na cabeça deles de que o problema era logística, porque eu vi muito esse negócio: " O problema é logística, não é?". Aí, vieram com sucessores para logística...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Aí veio o Pazuello, não é?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... como se o problema fosse logística.

Então, eu acho assim... Comigo não... Eu só achei distante... Num momento em que o que mais ameaça a economia é um problema de saúde, aí é dedução minha, pessoal... Se fosse um problema de educação... Se fosse um problema de outra área e eu fosse ministro, eu iria até o ministro par e falaria: "Escuta, me explique o que está acontecendo para eu pautar minhas ações". Mas isso nunca aconteceu, havia um distanciamento.

E o Presidente começou a repetir este mantra "entre saúde e economia, prefiro ficar com a economia", quando isso é um falso dilema, porque é óbvio que todas as sociedades que não resolveram o problema de saúde demoraram o dobro do tempo que as outras, quando optaram pela economia em detrimento de solucionar as duas juntas. Não é que haja uma melhor que a outra, mas havia, sim, um distanciamento, um distanciamento... Distanciamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senadora Eliziane.

Senador Izalci Lucas, de antemão, logo com um pedido de desculpas desta Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Não, não se preocupe, não, Presidente. Eu quero, inclusive, como a Senadora Eliziane praticamente esgotou as perguntas, encaminhar.

Eu vou fazer o encaminhamento, Presidente, primeiro como contador e auditor que sou e depois como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nós temos hoje um orçamento, conversando com V. Exa., Senador Luiz Mandetta... Senador, não, Deputado e Ministro, meu amigo. E eu diria já a V. Exa. que, se um dia eu chegar ao Executivo, como Governo, V. Exa. seria muito bem como Ministro ou como Secretário de Saúde. V. Exa. tem todo meu respeito e admiração pelo seu trabalho.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós temos aí um orçamento, Mandetta, do ministério em torno de 132 bilhões, conversando com V. Exa. Aqui no DF, nós devemos ter 8,3 bilhões. E a gente sequer tem controle de estoque de medicamentos. Aqui é assim. No sistema, não há nenhuma integração entre hospital, posto de saúde... Você pega dez receitas médicas iguais, você vai a dez lugares e pega o mesmo medicamento, porque não há integração de sistema. Eu fui contador de hospital. Então, eu conheço bem o que acontece nos hospitais privados. Quando você pede lá 30 gotas de dipirona, são 30 gotas. No hospital público, vai uma caixa, vai uma... As pessoas vendem pelo menor preço, entregam pela metade, não há controle.

O que impediu todos os ministros e também os secretários de informatizarem realmente o Sistema Único de Saúde, já que nós estamos no século XXI? Eu, como Presidente da frente, sei que, em vários países, tudo isso já é 100% digital. É natural você hoje... Para V. Exa., como médico, seria muito fácil abrir o computador e ter todo o prontuário do paciente, inclusive todos os exames. Então, como nós temos um sistema universal, o que é que impede ou o que foi que impediu?

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, com esse controle, essa implementação dessa informatização, a gente vai reduzir aí, no mínimo, 30%, 40% do custo de corrupção, inclusive dando mais tempo para o cidadão cuidar da sua família ou utilizar seu tempo. Hoje, aqui na Capital da República, as pessoas ainda acordam de madrugada e pegam ônibus, com 4 ou 5 horas para ir e para voltar, para marcar uma consulta, sendo que bastaria apertar aqui e, em um segundo, você teria a consulta já solicitada. Então, eu gostaria exatamente de...

E, nesta CPI, como eu disse ao Senador Renan, que é o nosso Relator, uma das propostas não é só apurar irregularidades, é propor também melhorias na legislação e no controle. É por isso que falei da criação, inclusive, de uma sub-relatoria de legislação e indicação para o Executivo, para melhorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos agora, na Comissão do Futuro, a incumbência de trazer... Inclusive, a primeira convidada da audiência pública é a Presidente da Estônia, porque lá, sim, é 100% digital. Lá é do tamanho do DF ou um pouquinho menor do que o DF, mas lá tudo é digital, seja na educação, seja na segurança.

Na educação, nós já percebemos: o Brasil demorou muito a colocar luz na educação. Hoje a gente percebe que 70% dos alunos sequer têm internet, sequer têm acesso à tecnologia. E, na saúde, é a mesma coisa. Acho que esta Comissão da Covid vai trazer luz também à falta de gestão pública no sentido de a gente colocar no século XXI essa questão.

Essa é a minha primeira indagação. V. Exa., como Secretário que foi do Mato Grosso e agora também como Ministro, talvez possa nos ajudar com relação a isso. Houve uma tentativa na área da segurança no sentido até de incentivar essa integração de informação, pois, por incrível que pareça, também não tem, muito menos na educação.

Isso foi como Presidente da frente. Agora, como contador.

E, como Presidente da frente, V. Exa. acabou de dizer que também é do agro. Eu participei de várias reuniões, junto com o Senador Wellington, que acabou de sair, e fui o Relator, inclusive, de um projeto de lei no sentido de tentar, com toda a estrutura que existe no Brasil de vacina animal ou da indústria farmacêutica animal, a possibilidade de a gente produzir a vacina humana nessa estrutura. Então, nós já aprovamos aqui no Senado. Eu perguntaria, pela experiência de V. Exa., se também concorda que a gente pode talvez vislumbrar uma solução para a vacina com relação à utilização da plataforma do Sindan, que já se dispôs não só a colocar toda a plataforma nas condições da Anvisa, para que a Anvisa possa realmente fiscalizar e autorizar... V. Exa. concorda com isso?

E quero já reforçar também... V. Exa. acabou de dizer que as pessoas não valorizam, pelo jeito que V. Exa. colocou – e é verdade –, ciência, tecnologia e inovação. Nós aprovamos aqui uma medida provisória que foi fruto de uma audiência pública que nós fizemos – na do Covid – em que o Ministro Guedes, pela primeira vez, falou em recursos e colocamos 20 bilhões para a compra de vacinas. Nós temos agora – tínhamos, porque cortaram do Orçamento – 200 milhões, segundo o Ministro Marcos Pontes, para fazer já Teste 1 e 2 em três vacinas 100% nacionais, das Universidades de Minas e de São Paulo. E, evidentemente, para fazer o Teste 3, com 25 mil pessoas, ficaria em 710 milhões, até o Teste 3, mas cortaram do Orçamento. Então, V. Exa., como Ministro e também experiente nessa área... Acho que é muito clara essa questão das mudanças, das variantes. É muito melhor a gente ter o domínio da vacina e poder realmente enfrentar as novas variações do que propriamente comprar vacina todo o tempo. Então, indago a V. Exa. sobre essas questões.

Com relação ao resto, eu já fui contemplado com as perguntas dos nossos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes de passar a palavra ao depoente, é só comunicar – a Presidência já devia ter comunicado, mas o faz agora – às colegas Senadoras e aos colegas que há um lanche e um café lá no fundo. Então, embora um pouco tarde, está comunicado. Foi providenciado, principalmente, a partir da chegada, em peso, da Bancada Feminina. Faço isso advogando, aqui, pelo Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que, diga-se, de passagem, Sr. Presidente, está aqui desde as 10h da manhã e ainda...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... só teve uma representante com direito a fala. Então, nós trocamos esse lanche agora pela reunião amanhã cedo, o que, tenho certeza, de forma carinhosa, vai ser atendido pelo nosso Presidente, para que possamos pelo menos ter uma Senadora na lista de inscrição dos Senadores titulares e uma na relação dos Senadores suplentes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já advogo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E que não seja...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Alternado, obviamente, com a alternância das colegas, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone, manifesto aqui a posição, inclusive, da direção desta CPI. Já era para ter sido no dia de hoje – já era para ter sido no dia de hoje! Como não houve acordo com o Plenário o plano da CPI, não deliberamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aproveite que V. Exa. está aí e decide logo, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, mas eu tenho fé de que não haverá mais resistências amanhã para, inclusive, incluirmos, dentre as falas prioritárias, uma representante da Bancada Feminina.

Passo a Presidência para o seu titular e passo, de imediato, ao Dr. Mandetta, o depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Primeiro, gostaria de agradecer à Senadora Leila Barros por, gentilmente, ter me mandado uma barrinha de cereal, que foi o que me salvou aqui até agora, já que o lanche estava muito distante.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Fiquei preocupada com o senhor, Ministro.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) **–** Como aqui não tenho mais o Líder do Governo, nem o da Oposição, agora sou um simples cidadão... Obrigado, Senadora Leila. Quando eu estava no Governo, o meu Líder do Governo falava: "Serve lá uma barrinha". Não é, Fernando? Obrigado, obrigado a você.

Sistema de informática é o prioritário em termos de gestão. Por que não sai? Primeiro, pelo histórico. São mais de 400 programas nesse Ministério da Saúde que não falam entre si. Os Estados criaram outras ferramentas; os Municípios, outras ferramentas. Bons projetos que o Ministério Público, etc., criminalizou, que pararam. Enfim, muito difícil para a coisa pública andar com o sistema de informática.

Qual foi feito no ano passado? Fui até o Tribunal de Contas da União, expliquei. Fizemos um desenho de todo o País, o impacto do investimento, e escolhemos, de comum senso, um Estado para levantar todas as dificuldades naquele Estado – como seria a conexão, como seria a rede, o que seria fibra ótica, o que seria satélite, o que seria carência de pessoas, qual seria o sistema, etc., etc., etc. Estado escolhido: Alagoas. Fui lá, junto com o Governador Renan Filho, e começamos a informatização, um programa chamado Conecta SUS, para, com as dificuldades que tivéssemos em Alagoas, sentarmos com o Tribunal de Contas da União e falarmos: "Olha, isso deve se repetir, em maior ou menor grau". Por que Alagoas? Porque é um Estado que tem uma Zona da Mata com cidades de bom perfil econômico, como a capital, etc.; tem a sua parte mais difícil do Polígono das Secas; tem cidades médias; tem cidades em que você tem uma conexão muito boa; e tem cidades em que você tem uma comunicação muito ruim; tem distritos. Então, ele foi o Estado escolhido para fazer o piloto do Conecta SUS. Teria sido, neste ano de 2021, a pactuação nacional para a informatização, para chegar a 2023 com o prontuário eletrônico universal como base. O primeiro Estado a ser informatizado teria sido Alagoas. Mais uma das políticas que foram interrompidas.

Na questão de fábricas do agro ou fábricas humanas, tanto faz, fábrica é fábrica. O que ela vai... Tem que ser com qualidade e certificado pela agência que regulamenta. Agora, colocar dentro a tecnologia... Se ela se prestar para aquele nível, a mesma máquina que faz um comprimido para uso animal faz para uso humano. É só uma questão de você ter toda a certificação dos processos.

Investimento em pesquisa. Nós queimamos, Senador Izalci, US$40 bilhões pela nossa dependência só em saúde. – é a balança comercial saúde. Só nessas brincadeirinhas de remédio, ciência, ressonância,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

tomografia, são US$40 bilhões. Você queima a safra de soja do Mato Grosso inteiro, do Mato Grosso do Sul inteiro e de meio Paraná só para pagar a nossa dependência tecnológica em saúde. São inúmeras as coisas que nós poderíamos fazer aqui, algumas que nós fizemos no passado e paramos de fazer por não termos a política e a coerência de fazer investimento contra resultado. Acho louvável a gente colocar o dinheiro para fazer as vacinas, etc., mas há que se criar uma cultura no Brasil de investimento para gerar patente, para gerar o produto, para gerar dinheiro. A USP tem 1,2 mil itens patenteados; um corresponde ao faturamento de 99% de todos os outros. É um medicamento chamado Vonau. Só um corresponde a todas as outras patentes da USP somadas. Então, está mais do que na cara de que ou a gente acorda ou a gente vai ficar sempre assim, fora da festa, produzindo produtos primários, mandando dinheiro e fazendo superávit para pagar a nossa dependência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com todo o respeito, Senador Renan, com relação a Alagoas, onde eu, inclusive, no mês de julho, vou passar pelo menos uma semana, como sempre faço, eu quero só dizer....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou aconselhá-lo a não procurar o Senador Renan; procure o ex-Senador, gente boa, Benedito de Lira. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está certo, mas me deixe só dizer o seguinte: a proposta que nós lançamos aqui na Comissão é exatamente de a gente fazer políticas públicas de Estado para Estados e Municípios, mas tomando como referência a Região Metropolitana do DF, porque aqui é apenas um Município em um só Estado. Assim, todas as vezes que os Prefeitos ou os Governadores vierem aqui, fica fácil de você mostrar. "Olha, está aqui implantado. Você implanta no resto do Brasil".

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Só que o DF, dificilmente, espelha a complexidade de um Estado. E ele é muito rico, é muito...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nem sempre, Mandetta. Eu vou dizer a V. Exa...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu escolhi o Estado de Alagoas... E, na época, não fui eu; foi um grupo lá que escolheu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu entendi.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – ... exatamente para retratar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu entendi perfeitamente. Eu só quero lhe informar – e até para informar a todos os que estão nos assistindo, pois as pessoas pensam que Brasília é a Esplanada – que Brasília, hoje, tem 3,2 milhões de habitantes, mais 2,6 milhões em volta, na Região Metropolitana. Nós temos aqui, a 10km de Brasília, a 10km do Congresso, Santa Luzia, que não tem nada, é zero, assim como Sol Nascente e Pôr do Sol, que precisam realmente... É só para termos uma vitrine e um piloto aqui.

Parabenizo V. Exa. e parabenizo também Alagoas. Não sei se já está implantado o sistema lá. Alagoas já chegou a concluir o processo?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Quando eu deixei o ministério, estavam em processo final de ver a conectividade toda... Exatamente quando a gente ia lançar, foi quando eu deixei o ministério.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, prezado Ministro Mandetta, esta CPI está unida para apontar caminhos que possam aprimorar a legislação sanitária brasileira, para que a gente possa estar mais preparado, ainda no decorrer desta pandemia, porque ela prossegue, mas, sobretudo, para as novas ocorrências que possam surgir no nosso futuro.

E esta CPI está dividida na tentativa de querer criminalizar eventuais erros, equívocos ou omissões. Na realidade, eu tive a alegria de ver o seu testemunho, Ministro, de que V. Exa., escolhido pela sua capacidade técnica, independente de indicação partidária, V. Exa. teve na figura do Presidente da República, o Presidente Jair Bolsonaro, a liberdade para compor a sua equipe e, segundo palavras de V. Exa., a melhor equipe já montada na história do Ministério da Saúde.

E aqui pinço dois eventos que marcam a sua passagem quando do enfrentamento da pandemia: a edição do alerta de emergência nacional de forma rápida, expedita, célere, já antevendo a gravidade do que nós iríamos enfrentar, e a iniciativa de V. Exa., apoiado pelo Presidente da República, na aprovação da Lei 13.979, que é a que dá o arcabouço para que a gente possa definir as medidas de enfrentamento no curso da pandemia.

Mas veja, Sr. Presidente, Sr. Relator, mesmo com essa equipe altamente qualificada, eu não tenho dúvida de que o Ministro Mandetta pode lamentar alguns equívocos e pode estar também amargando algumas frustrações. Tento aqui vincular a possível equívoco o não financiamento à vacina brasileira – na realidade, muito reclamado por muitos membros aqui do Senado que o Brasil deveria, desde o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primórdio no enfrentamento, ter definido recursos para a produção, aqui no Brasil, de uma vacina 100% brasileira – e a frustração... Mesmo o Ministro tendo dado a ordem para um amplo programa de testagem e ter iniciado as compras dos *kits*, a gente percebe que essa foi uma diretriz não seguida pelos Estados e pelos Municípios brasileiros, que pouco fizeram ou nada fizeram do ponto de vista da testagem como instrumento de enfrentamento da pandemia.

Eu queria também, Sr. Presidente, aqui destacar que no dia de hoje eu tive a curiosidade de puxar os dados computados até ontem em nível mundial, Senador Renan, que são fornecidos diariamente pela Universidade de Oxford, e o Brasil se encontra, hoje, na 38ª posição com 69,9 mil casos por milhão de habitantes. E veja que curioso é: essa performance brasileira é igual à do Reino Unido, ela é igual à da Itália, ela é inferior à da França, da Espanha e de Portugal. Eu cito esses países porque esses países todos têm governos de tendências político-ideológicas distintas. Esses governos todos tiveram políticas de isolamento social mais duras ou mais brandas. E tudo leva a uma avaliação de que essa doença efetivamente é nova, desconhecida, e que está a desafiar a ciência, está a desafiar os pesquisadores, está a desafiar os gestores.

Nós não podemos nem alardear que esta vacinação em curso será suficiente para lograr a imunização da população brasileira ou mundial. Talvez seja preciso, Senador Renan, novas campanhas de imunização no próximo ano. Isso ainda não é dado. E é por isso que eu queria também conhecer a opinião do Ministro em relação a uma opção que foi feita pelo Governo brasileiro após ele ter saído do Ministério, que foi a aposta feita na parceria com a AstraZeneca, com a Universidade de Oxford, para que, num acordo de transferência tecnológica, pudesse permitir ao Brasil fabricar vacina.

Interessante saber, porque a população brasileira precisa saber que são no Brasil as duas únicas plantas da América Latina e da África que produzem vacina, e que o Brasil vai ser, dos países emergentes, Senador Renan, o primeiro a produzir a vacina 100% nacional.

Eu falo isso porque eu sei que V. Exa. vai ter muita dificuldade para poder provar dolo, intenção, má-fé em relação às ações do Governo brasileiro. O Governo brasileiro pode ter tido falhas, pode ter cometido equívocos, pode ter mal avaliado, mas nós vamos assistir, no curso deste ano, as iniciativas se provarem acertadas. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, logo, logo, tanto o Butantan, quanto a Fundação Bio-Manguinhos vão nos dar a tão sonhada autonomia para a produção da vacina aqui no Brasil.

Eu queria, por fim, Sr. Presidente, sabendo que o Ministro Mandetta foi Secretário Municipal de Saúde, Deputado Federal, conhece como poucos o Sistema Único de Saúde do nosso País, porque viveu por dentro... E aqui, Senador Renan, é importante, porque está se tentando provar que, pela política de distanciamento ou pela política de tratamento precoce, isso pode ter contribuído ou não para o maior ou menor número de óbitos no Brasil. Vai ser difícil, Senador Randolfe, traçar essa trajetória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta que também tem que ser feita no Sistema Único de Saúde, subfinanciado há anos – e aí o testemunho do Ministro Mandetta –, é: quanto nós investimos por saúde e por habitante relativo a outros países? E as dificuldades que ele vivenciou, como Ministro da Saúde, de demandas acumuladas para atender Estados, Municípios, santas casas? A pergunta, Senador Renan Calheiros, que tem que ser respondida: se não tivesse havido a decisão do Governo Federal e do Congresso Nacional de alocar recursos adicionais para financiar o enfrentamento da pandemia, quantos brasileiros a mais teriam morrido? Olha que não foi pouco dinheiro! Só com a rubrica do Covid, foram R$57,8 bilhões. Só com compensação de recursos do FMP e do FPE, se alcançaram R$127 bilhões, Ministro Mandetta. Na hora em que as atividades pararam por causa do *lockdown*, em que se procurou proteger a população – e era correto –, faltou dinheiro no caixa das prefeituras e dos Estados brasileiros. E quem foi que bancou a diferença nesse caixa para que não fossem interrompidos os serviços essenciais de saúde, de segurança pública, de educação?

Senador Renan, eu não sei se V. Exa. sabe, mas é bom saber: nós paralisamos as aulas das crianças e dos adolescentes brasileiros. O Brasil já vai com mais de 70 semanas com a educação pública parada. Você sabe por quantas semanas se paralisou na Europa e no mundo rico? Doze semanas. Sabe por quantas semanas ficaram paralisados os países da América Latina? Vinte e duas semanas. A pergunta é, Senador Renan: nessas políticas de isolamento, é preciso, sim, flexibilizar, para que a gente possa atender a interesses múltiplos, porque, com essa criança que vai repetir um ano e talvez dois, o prejuízo para a Nação é quase que irrecuperável.

Por isso, eu quero encerrar esta minha manifestação para dizer que eu acho que o Ministro Mandetta inaugurou bem a fase de depoimentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi correto, foi sincero, foi transparente, falou do que ouviu, foi equilibrado nas respostas mais duras que recebeu do Relator e de outros Senadores, mas um fato ele não vai poder negar: ele, como Ministro da Saúde, deixou um arcabouço que vem servindo como guia para que aqueles que o sucederam pudessem ter implementado.

Eu encerro a minha intervenção perguntando a ele: como avaliar, como poder imputar se uma política de isolamento mal ou bem-sucedida é responsável por mais ou menos mortes? Como uma política de tratamento precoce poderá ser criminalizada por mais ou menos mortes e não deixar de pesar e de considerar as medidas concretas e efetivas que foram tomadas pelo Governo Federal?

Nós estamos ainda por assistir às próximas cenas deste filme.

Nós queremos nos solidarizar com os brasileiros que perderam entes queridos, amigos, pessoas próximas; um número excessivo, grandioso, que nos remete à obrigação de a gente poder aperfeiçoar a legislação para que a gente possa se desincumbir das nossas responsabilidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu tenho a impressão de que, se tivermos equilíbrio, se tivermos bom senso, a gente poderá fazer um grande trabalho, que o País espera, sem se deixar levar por paixões políticas, partidárias ou ideológicas. Acho que o que o País menos quer, neste exato momento, é transformar esta CPI em palanque eleitoral, para que, aqui, a gente possa desfilar as nossas vaidades ou se valer de críticas, se servindo da dor de milhões de brasileiros.

O Brasil não espera isso da gente. O Brasil espera que a gente possa apontar caminhos que nos levem às respostas que nós precisamos para que o Brasil possa superar esta pandemia, se reencontrar com o crescimento, o desenvolvimento, recuperar emprego e recuperar renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Mandetta, por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Caro Senador Líder do Governo, Fernando Coelho, alerta de emergência nacional, PL 3.979, liberdade completa, equipe técnica. Esse foi o compromisso, e assim se deu. Mas, no final, houve assim uma possibilidade de troca. Mas eu acho que foi, sim. Eu acho que, há muito tempo, não retirando aqui o mérito dos meus antecessores, mas sucedi o Ministro Occhi, que era a primeira vez que lidava com o ambiente da saúde; antes do Ministro Occhi, o nosso colega Ricardo Barros, também colega de muita visão do Parlamento, mas de pouca vivência do Sistema Único de Saúde... Se formos voltando no tempo, vamos ver vários momentos em que ou o Ministro ou a equipe embaixo não era uma equipe extremamente técnica.

Eu não quis disputar a última eleição. Não gostei da última legislatura. Não quis. De 2014 até 2018, foi um ano de "fora, Dilma", um ano de "fora, Cunha", um ano de "fora, Temer". No quarto ano, eu disse "fora eu". Fiquei na minha casa, fui trabalhar.

Eu estava me mudando para o Rio de Janeiro quando eu fui chamado. Eu falei: "se for técnico, eu vou". O problema foi que, na hora em que veio a necessidade do trabalho técnico, aí, naquele momento, não queriam mais um trabalho técnico. Aí é que está o equívoco. Eu não consigo entender por que chamou um Ministro e disse a ele: "Seja um Ministro técnico, tenha uma equipe técnica!" Eu montei a melhor. Eu me assessorei com o que nós temos de melhor. Se não são os melhores, são aqueles que mais tempo estão expostos a decisões duras em saúde. Duras! E na hora dessa gente trabalhar, esta liderança não quis uma liderança técnica.

Portanto, eu não posso deixar de me colocar aqui, na fala de V. Exa., já que é uma pergunta de V. Exa.

Não financiamento de uma vacina brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo começa com a concepção. Conceber uma vacina! Conceber uma vacina, agora que o Butantan... Parece-me que agora que o Butantan conseguiu conceber uma vacina se utilizando de uma parceria, socorram-me aqui, que eu não estou me lembrando, é de um hospital...

Mount Sinai! Mount Sinai, com o vírus... New Hampshire...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ministro, eu não quero interromper V. Exa., é por que tem declarações de V. Exa. de que preferia adquirir a vacina do que financiar a pesquisa da vacina. Eu, eu posso...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não.

Não, enfim, eu digo, as vacinas, a plataforma da Organização Mundial da Saúde, ela tinha, quando eu era Ministro lá, quantas vacinas estavam em desenvolvimento no mundo. Na plataforma, cada vacina que estava em desenvolvimento no mundo. No mundo! Informou que estava em desenvolvimento de vacina no mundo. Lógico que se nós tivermos uma vacina aqui será muito bom, mas nós não tivemos essa opção, não, de fazermos investimento em vacina daqui. Nós tínhamos conceitos, ideias, mas entre o conceito e a ideia, e o mundo é global, você tem que ter muita parceria internacional para fazê-la.

Talvez aqui a Fiocruz, o Butantan talvez também tenha condições de fazer essa teia mundial, para depois descrever e poder fazer Fase 1, Fase 2 e Fase 3; mas é importante.

Os dados em posição do Brasil, acho que isso daí é digno de nota. A opção pela AstraZeneca/Fiocruz, eu acho que foi uma decisão válida, você optar... Acho que a Oxford é uma instituição séria. A opção de se querer a transferência da tecnologia pra produzir a IFA também é uma opção correta, assim como a outra. O Ministério da Saúde estava, quando eu estava lá presente, ao lado dessa instituição, tanto da Fiocruz quanto do Butantan. Nunca tivemos... Nunca tive nenhum problema de lados nessa história, sempre aquele que puder correr mais, que corra e faça.

E acho que agora, os demais aspectos fazem parte da discussão típica desta Casa. Acho que vocês têm total condições de fazerem essa discussão, de balizarem a sociedade e concluírem.

Volto a repetir, Senador, trabalhei com muito orgulho para o Brasil como Ministro da Saúde. Os meus valores, os conheço bem. A quem eu mais tenho que dar satisfação é à minha consciência. A minha consciência é absolutamente tranquila pela tomada das decisões que foram tomadas naquele momento. Acho que teria muito a colaborar em muitos itens, porque acho que tem que melhorar a legislação para poder ter performance, inclusive governança em tempos de emergência e calamidade.

Fico imaginando se fosse uma guerra convencional! Acho inadmissível, numa guerra convencional, você prescindir de militares. Acho que seria, seria impensável, numa invasão militar ao Brasil, nós sermos comandados por um médico, ou um padre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho impensável um Presidente de Banco Central ou um Ministro da Economia que não seja economista ou formado naquela área ali. Acho que esse foi um erro que a gente pagou. Foi duro, duro! Agora, parece que estamos pelo menos com alguém que tem um linguajar; ele não tem muita experiência. Mas foi muito duro, foi virar muito as costas para tudo aquilo que pessoas ficaram, por dez, vinte, trinta, quarenta ou cinquenta anos estudando, para não serem sequer ouvidas.

Então, acho que isso é governança. E acho que governança em emergência ou calamidade é uma coisa... Esta Casa vai ter que colaborar com um marco legal de governança muito melhor do que esse que nós temos. Há um vazio, há um *vacuum legis* que precisa ser preenchido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O problema é que há pecados por ação, por omissão e por obediência.

Agora, aqui, vou fazer uma ressalva, Dr. Mandetta: o Brasil já teve ministro que não era da área de saúde. E foram muito bons, porque montaram uma equipe. E ali não era o Exército Brasileiro. Era um cidadão que foi para lá...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mas era uma equipe, Senador. Talvez eu tenha me expressado errado. Não estou falando da figura do ministro. O Ministro Serra, talvez, tenha sido o ministro que mais impactou a história do Ministério da Saúde contemporâneo. Ele era economista, mas a equipe... Eu acho que o desmanche da equipe é que é complicado. Mas, enfim, essa é uma decisão para todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos o Senador Jean Paul. Depois, só vem mulher, porque eu não vou colocar mais homem para falar aqui, não!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Omar, eu vou fazer o seguinte, Senador Omar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ou fala agora ou não fala nunca mais!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não! Eu vou passar a minha vez para o último. Eu vou ser a bandeja aqui, o final, para dar vez às Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu disse que só falava mulher agora.

Então, Senadora Leila Barros...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas não pule a minha vez. O último serei eu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou fazer só um resumo final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois será a Senadora Simone.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Prometo ser rápido.

Senadora Leila, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila, Senadora Simone...

A Senadora Rose de Freitas ainda está aqui? (*Pausa.*)

Senadora Rose de Freitas...

O Senador Rodrigo Cunha está por via remota.

Depois da Senadora Leila, vem a Senadora Simone e o Senador Rodrigo, e encerro com o Senador Jean Paul.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, quem vai encerrar sou eu, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Rodrigo já ganhou carona na Bancada Feminina. Disse "mulheres"!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila, por favor...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu cumprimento, primeiro, o senhor, Senador Omar Aziz, pela condução dos trabalhos, assim como o Vice-Presidente, Randolfe Rodrigues, e o Relator, Renan Calheiros.

Cumprimento também, de forma muito carinhosa, pela presença, o Ministro Mandetta.

Eu acho que foi bem desgastante! Nós estamos finalizando esta audiência.

Eu fiz questão de passar o dia aqui praticamente ouvindo o senhor para fazer alguns questionamentos, mas, durante a própria audiência, já foram sanados muitos dos meus questionamentos. Mas eu quero cumprimentar o senhor pela tranquilidade, pelo preparo e pela transparência aqui nas respostas não só ao Relator, mas também aos membros titulares e suplentes, assim como aos Senadores que estão participando desta Comissão nesta audiência de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que vou ser repetitiva, Ministro, mas eu tenho uma curiosidade muito grande sobre algo que me tem incomodado muito. O senhor falou, comentou sobre o distanciamento da equipe econômica na gestão da crise quando o senhor era presidente. A gente sabe que, desde o início da crise, percebe-se essa falsa dicotomia entre saúde e economia, com muitas discussões sobre o prejuízo à saúde *versus* os prejuízos à economia, o que, sem sombra de dúvida, também gera sofrimento e, indiscutivelmente, muita miséria. O que a gente está vendo é um cenário de miséria em nosso País. Pessoalmente, eu não tenho dúvida de que, a exemplo de países que enfrentaram a pandemia em curto prazo, a abordagem mais eficaz seria enfrentar essa pandemia com todo o vigor e depois estabelecer condições que permitissem a abertura gradual da economia.

Então, eu pergunto ao senhor de forma muito clara: O senhor buscou trabalhar em conjunto com o Ministro Guedes no combate à pandemia? Se a economia não procurou, se o senhor tentou em algum momento, esboçou em algum momento essa relação com o Ministro Guedes? E qual foi o grau de cooperação e coordenação entre os dois Ministérios? Até porque a gente sabe que sem vida não existe economia, nem vice-versa, não é? Então, eu acho que é muito preocupante o que o senhor passou para nós aqui. Foi o que mais me chamou a atenção, fora vários outros temas.

Dentre eles, a minha segunda pergunta, que nós vamos encarar nas próximas reuniões, porque eu faço questão, vou estar presente aqui junto com a Bancada Feminina, que é a questão do medicamento, da cloroquina. No seu entendimento, qual a razão de o Presidente ter insistido na cloroquina, no tratamento da Covid? O senhor acredita... E não há aqui paixões. Eu estou sendo muito clara, objetiva, porque mais para a frente isso vai ser muito importante para outros questionamentos a outras figuras que estarão aqui nesta Comissão. O senhor acredita que pode ter havido algum beneficiamento nas várias compras de cloroquina?

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

E mais uma vez felicito o Ministro Mandetta por estar aqui conosco nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro Mandetta.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Senadora Leila, o distanciamento da equipe econômica era real. Eu não posso negar. Eu dialogava um pouco com o segundo escalão sobre algumas questões, mas entre ministros, telefonemas, recados para conversar com o Ministro não eram respondidos. Algumas reuniões no ambiente de gabinetes de ministros. Havia uma visão muito menor da gravidade. Eu dizia: A crise vai longe. Eles imaginavam, no início... O Ministro ainda imaginava e falou que o Brasil cresceria 2,5%, na expectativa dele, mas que com a Covid cairia para 2%. Cairíamos 0,5% do PIB. Eu disse: Olha, não está compreendendo o tamanho da confusão. É bem mais do que isso. Então, era sempre uma coisa muito distante uma do outro. Acho até, ouso dizer de que essa ideia de que iria haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um efeito rebanho e que acabaria em setembro, outubro, como eles pensaram: Olha, em setembro, outubro isso acabou, porque já tem o efeito rebanho. Acho que isso acabou induzindo a fazerem a proposta de um auxílio de R$600, imaginando que levaria três, quatro meses de auxílio e depois ele se desfaria, não vendo que a doença estava só no seu primeiro terço. Ainda tinha a segunda terça e a terceira terça para completar.

Então, acho que sempre houve um distanciamento. Para pautar decisões econômicas num momento de epidemia de saúde infecciosa me parece que teria sido necessário que esses dois Ministérios tivessem notas técnicas conjuntas, porque acho que muitas tomadas de decisões acabaram sendo equivocadas, até por pessoas do mercado, até por pessoas que estavam lá com seus empreendimentos e que precisavam saber qual era a perspectiva, para onde que nós estamos indo?

Eu disse a todos eles quando ia crescer, quando ia ser o aumento, quando é que ela ia estabilizar, quando é que ela ia cair, o intervalo para ter uma segunda onda, o número possível de mortes em 2020, o número possível de mortes até o final da pandemia. Todas essas informações eles tinham. Agora, por que pautaram de uma maneira diferente, eu realmente fico em dívida com a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra à Líder da Bancada Feminina, comunicando à Senadora Simone Tebet que dificilmente algum Senador será contrário à participação efetiva das mulheres.

Nós daremos a palavra a uma mulher escolhida entre vocês – eu não sei qual vai estar aqui –, tanto nos titulares como no suplente. Após o Relator fazer o questionamento, após o Vice-Presidente fazer os seus questionamentos, logo em seguida, será a terceira inscrita para se posicionar, da mesma forma que será também uma das primeiras como suplente, para vocês não ficarem esperando o dia todo aqui. Nós vamos fazer essa...

Eu creio que não vai ter problema nenhum para que a gente possa, a partir de amanhã, já ouvindo aqui o Dr. Nelson Teich, que estará aqui às 10h – porque o ex-Ministro Pazuello vai só estar dia 19. Antes de a gente iniciar a sessão, eu vou conversar com os Senadores e aí ter uma decisão.

Eu acho que a Líder da Bancada conversa com as Senadoras que estão presentes aqui, de preferência que estejam presentes em Brasília, mas nada contra se tiver também remoto. Eu estava vendo aqui a Senadora Rose de Freitas, do Espírito Santo, muito presente em todas as reuniões. Daqui a pouco, se ela quiser falar, eu vou passar-lhe a palavra. Mas eu acho que fica definido dessa forma para que a gente não tenha nenhum mais... Eu acho que, chegou aqui, é só dizer: "Hoje eu sou a representante feminina", e acabou a conversa.

Senadora Simone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, desculpe-me. São 30 segundos.

Só para comunicar, com a permissão da Senadora Simone, a V. Exa. que, a partir das informações prestadas pelo depoente ex-Ministro Mandetta, estou protocolando – e peço, inclusive, a rápida apreciação – o requerimento convocando o Ministro Paulo Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Só o cumprimento, Presidente Omar, pela sua decisão, que demonstra sua sensibilidade em relação às mulheres. Eu realmente fico muito feliz com a sua postura e, para mim, não é nenhuma surpresa a postura de V. Exa. com a adoção dessa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não vale Eliziane, você é minha amiga. (*Risos.*)

Senadora Líder Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Então, faço eu os agradecimentos, Presidente, porque V. Exa., na realidade, deu uma decisão salomônica. Nós somos as últimas e V. Exa. também nos colocou como primeiras e, além de tudo, atendeu ao pedido – no Direito, nós falamos *ultra petita* ou *extra petita*, além ou fora do pedido – que fizemos muito além do que imaginávamos.

Agradecemos-lhe, em nome da Bancada Feminina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem a palavra agora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Ministro Mandetta, é uma honra tê-lo aqui. Obrigada. É um orgulho para Mato Grosso do Sul tê-lo tido como Deputado Federal, representando Mato Grosso do Sul na Bancada Federal do nosso Estado, e como Ministro da Saúde.

V. Exa. demonstra, na tarde de hoje, toda a disposição a favor do Brasil, colocando não só a ciência, mas o coração, a alma, o sentimento de brasileiro acima de qualquer posição. Não foi por outra razão que entrou como Ministro e não foi por outra razão que abriu mão do poder de ser Ministro no momento em que percebeu que já não podia mais servir ao País como achava que deveria. Então, nesse aspecto, eu começo, Sr. Presidente, também na mesma linha, dizendo que os colegas não podem confundir a firmeza dos posicionamentos dos membros desta Comissão ou mesmo daqueles que não são membros, como eu, com qualquer manifestação parcial. Nós estamos aqui em busca da verdade. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos aqui em defesa da vida, de vidas inúmeras, milhares, centenas de milhares que foram interrompidas prematuramente por esse relógio. O relógio da vida parou prematuramente para centenas de milhares de brasileiros. E nós não podemos nos esquecer disso e não podemos perder a nossa capacidade de nos indignar. É verdade que não chegamos à média de 4 mil, que agora está caindo para 2 mil e, se Deus quiser, semana que vem, cai para mil. E, se tudo der certo – e Deus nos ouça e tenha misericórdia desta Nação –, nós conseguiremos baixar para 500 mortes diárias, 300, 200, mas cada vida importa.

E é importante, portanto, entender que esta CPI, diferentemente de todas as CPIs da história do Congresso Nacional, não é sobre uma CPI, sobre um fato determinado, é sobre fatos continuados de omissão, de negligência, de imprudência, de imperícia, dolosa ou culposa, não importa, e não importa de que autoridade. Nós não estamos aqui para dizer que a responsabilidade é do Governo Federal ou do Governo do Estado ou do Governo municipal, mas não caiu do céu essa pandemia no Brasil. E ela não está descoordenada, descontrolada por outra razão a não ser por falta de planejamento estratégico, por falta de vontade política, por falta de ação, Sr. Presidente.

Então, nesse aspecto, eu começo apenas para justificar que aqui ninguém está preocupado com o processo eleitoral de 2022. Nós não seríamos dignos do mandato que temos, diante de tanta dor, de tanto calvário, se algum de nós estivesse preocupado aqui com o processo eleitoral de 2022. Esse não é o posicionamento da Bancada Feminina.

Eu deixo aqui alguns questionamentos, Ministro – vou chamá-lo ainda de Ministro porque orgulha muito o nosso Estado –, num pingue-pongue de "sim" ou "não", porque aí vem a pergunta realmente subjetiva, mas, obviamente, fique à vontade.

O senhor entregou um ofício, uma carta para o Presidente da República no dia 28 de março.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor diz, no dia 16 de março, que, sem a participação do Ministério da Justiça, foi editado o Decreto 10.277, de 2020, que instituiu o Comitê de Crise para supervisão e monitoramento dos impactos da Covid e mais ações, e outros setores foram integrados às medidas sanitárias, repito, sem a participação do Ministério da Saúde. O senhor confirma?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor também alega, em seguida, que, embora não tenha medido esforços dentro do Ministério para proteger a saúde da população e, via de consequência, preservar vidas, apresentou orientações e recomendações que não receberam apoio do Governo Federal, embora tenham sido embasadas em especialistas e autoridades de saúde nacionais e internacionais – por exemplo, orientações como isolamento social e a necessidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

reconhecimento da transmissão comunitária –, repito, no dia 28 de março de 2020. Naquele momento, nós estávamos diante de transmissão comunitária, e o Governo ainda se recusava a reconhecer. É isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** V. Exa. também acrescenta que alertou o Governo Federal ou a Presidência da República de que outras viroses viriam no ciclo da epidemia, agravando ainda mais a epidemia da Covid-19. Procede?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Alto risco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** E, por fim, o senhor diz que o Ministério da Saúde, fundamentado em fatos apurados, em evidências, princípios, direitos e garantias fundamentais do cidadão, recomendou expressamente que a Presidência da República revisse o posicionamento adotado, acompanhando as recomendações do Ministério, uma vez que a adoção de medidas em sentido contrário poderia gerar o colapso do sistema de saúde e gravíssimas consequências à saúde da população.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Aí vêm as duas perguntas que faço, Ministro.

Quando o senhor diz que poderia haver um colapso do sistema de saúde, por mais subfinanciado que o SUS seja, embora esteja, em nível universal, em todos os Municípios brasileiros, o senhor entende que, apesar de todas as dificuldades, se, naquele momento, todos esses procedimentos – máscara, isolamento social, reconhecimento da transmissão comunitária, informe publicitário, campanha, o Presidente usando máscara e dando exemplo à população, visitando hospitais, reconhecendo a dor das famílias –, o senhor entende – e não estou falando em número de mortes, porque o senhor já respondeu, mas em mais do que isso – que nós teríamos diminuído a falta, a escassez de oxigênio, a falta de oxigênio que asfixiou inúmeras vítimas da Covid, a falta de leitos, a falta de medicamento e o *kit* intubação?

De forma objetiva, é minha pergunta, e fique à vontade para responder. Diante de tudo isso, dessa omissão, dessa falta de reconhecimento, o senhor entende que, se tudo isso tivesse acontecido, nós hoje poderíamos até ter milhares de mortes, mas nós teríamos um maior conforto a essas famílias que, quando batessem à porta do SUS, teriam mais leitos disponíveis, teriam mais remédios, teriam mais *kits* intubação e oxigênio para salvar as vidas?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Teríamos feito muito melhor, Senadora.

Essa segunda onda que nós estamos passando é o ápice desse tipo de decisão tóxica, equivocada. Se tivéssemos tido a oportunidade de dar exemplo, de fazer uma coisa que se chama educação em saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

promoção em saúde, que é feita não só pelo Ministro, não só pelo Presidente, mas é feita pelos ídolos, pelos atletas... Era assim que nós fazíamos, por exemplo, com a vacina do Zé Gotinha. Era o Ronaldinho, eram os... Utiliza-se do que o País tem de melhor para unir. Eu acredito que teríamos tido uma onda muito menor. E, principalmente, se houvesse equipe técnica, teria adquirido a vacina, essa segunda onda não teria acontecido, teria sido suprimida por vacinas, porque vacinou acima de 60 anos, duas doses, a gente já quebraria o colapso do sistema hospitalar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

O Brasil é um país de muitos contrastes, é um país continental com uma colcha de contrastes. Oitenta por cento ou mais da população brasileira ou é analfabeta ou tem, no máximo, até o ensino médio, o que significa que a informação não chega a todos os cantos com a mesma rapidez e não chega para todo mundo da mesma forma. Se nós temos dificuldade de entender essa pandemia, o que dirá uma pessoa que, muitas vezes, mal sabe escrever o nome e não consegue ler ou escrever ou, se lê e escreve, não consegue ler e entender o que leu ou o que escreveu. Então, diante disso, eu pergunto se o senhor estava naquele momento, embora fosse o início da pandemia, preparando uma campanha de publicidade maciça, porque tão importante quanto usar máscara e isolamento é dizer e chegar para o cidadão comum que ele precisa, por uma questão de sobrevivência, usar máscara e se isolar.

Se sim, essa campanha nacional foi apresentada, essa proposta foi apresentada à Secretaria de Governo ou à Casa Civil ou ao Presidente da República? E houve alguma recomendação por parte, portanto, do Planalto para que essa campanha não fosse levada adiante.

Eu gostaria que, rapidamente, o senhor pudesse me esclarecer.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nós iniciamos, com o Departamento de Comunicação do Ministério da Saúde, a discutir uma campanha que o Ministério da Saúde, com seu orçamento, iria contratar quando, depois, fomos para esse segundo gabinete – foi levado para lá – o Secom, que era o Secretário Wajngarten. Ele colocou que iria fazer uma campanha, que iria chamar artistas, enfim, que não ia haver custo. Mas acabou que a campanha que nós faríamos era uma campanha de conteúdo, explicando as consequências. E a campanha que eles iriam sugerir era uma campanha mais ufanista, vamos todos vencer o vírus, verde e amarelo, aquela coisa Brasil.

O conteúdo da campanha, a informação, é que desdobra qual é a informação do Governo. E eles não queriam dar a informação de que, se você entrou em contato, fique em casa, não circule, não aglomere. Aquilo era dúbio em relação ao Presidente. Aquilo imobilizou-os.

O que me restava era usar a nossa tradição oral, verbal e conversar com as pessoas e chegar lá na ponta, em Três Lagoas, em Selvíria, no Mato Grosso, no Amazonas; chegar uma mensagem limpa para eles lá na ponta para que eles pudessem construir suas linhas de defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, Ministro, agradecendo, já indo para a última pergunta. Aliás, é uma pergunta em forma de indignação.

Nada me chamou mais atenção, eu acompanhei ou aqui ou do meu gabinete toda a sua fala, do que a fala depois reforçada na pergunta feita pelo Senador Otto de que o senhor participou de uma reunião para a qual foi chamado e sobre a mesa havia um documento sem timbre, portanto um decreto possível a ser assinado pelo Presidente da República...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não sei de quem é a autoria.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... de quem é a autoria, sugerindo a alteração de uma bula de remédio para permitir a inclusão nessa bula de que a cloroquina poderia ter um efeito – não sei se tem porque eu não sou médica, eu sou daquelas que confia na ciência – de que teria um efeito curativo ou, enfim, de proteção ao coronavírus.

O que me espantou, Ministro, foi o fato de que, embora os próprios ministros tenham se recusado a dizer que esse documento era oficial, ali um servidor público federal colocou aquele documento sobre a mesa. Não é um cidadão comum. É um servidor público federal na porta do lado da Presidência da República.

Burlar, alterar bula de medicamento, pelo Código Penal, é crime. Pena de 10 a 15 anos. Falsidade ideológica. Não se abriu uma sindicância, um processo administrativo para demitir uma pessoa que comete um crime dessa grandeza diante de uma pandemia como essa.

Fica aqui a minha maior perplexidade diante desse fato. O que demonstra que, de alguma forma, houve erros e esses erros precisam ser punidos, seja de quem for. Repito: do Prefeito, do Governador, da autoridade federal porque nós estamos falando de crime contra a humanidade.

Pandemia não atinge apenas o cidadão ou a cidadã brasileira. A nossa ação ou a nossa omissão interfere na vida das pessoas de outras nacionalidades. É por isso que nós hoje somos pária para o mundo.

Eu agradeço imensamente e fico aqui na indignação também de uma fala sua quando disse que testemunhou em várias reuniões de ministros que um filho do Presidente estava sentado atrás tomando as notas da reunião. Eles tinham constantemente reuniões com esses grupos.

Eu não vou nem perguntar nesse final de tarde se estamos falando de *lobbies*, de laboratórios, de remédios, se estamos falando aí de que grupos são esses. Mas fica a pergunta aqui no ar, não precisa responder, se nós temos ali um governo paralelo agindo como governo oficial.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que... Perdão, Presidente. Posso responder?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se V. Exa. quiser.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O que nós assistimos era uma assessoria dessas pessoas no entorno do Presidente. Você ia ao gabinete eles estavam lá, você ia a sala ao lado... Nunca os vi conversando com laboratórios especificamente, mas havia um alto grau... Eles que preparam essas lives, essas coisas, e era por ali que eles, quase como se eles fossem o mundo virtual, preparassem para o mundo virtual e para o mundo real. Eu me lembro de que, quando o Presidente fez a famosa fala dele à Nação chamando de "gripezinha", no dia seguinte houve reunião de ministros. Nenhum ministro sabia que ele faria uma fala, convocaria horário de rádio e televisão para as 8h da noite. Uma surpresa para todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean Paul.

A Senadora Rose pediu inscrição ou não? Não, tá bom. Depois, Senador Rodrigo Cunha, e a gente encerra a reunião.

Senador, por favor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Ministro, obrigado por estar conosco até esta hora, cansados, todos, imagino. Se eu estou cansado, imagino V.Sa.

Quero resumir a minha pergunta, já finalizando esta audiência, ajudando aqui a Relatoria e a todos que estão nos assistindo, com uma rápida, pediria que anotasse, uma rápida avaliação sua, conceitual, como se estivéssemos aqui, em graus de zero a dez, em relação a duas coisas: à efetividade geral da medida e ao efeito que ela teve no Brasil, se foi bem aplicada ou não. Dois critérios: efetividade geral da medida, tecnicamente, medicamente; segundo, como ela foi, qual foi o impacto dela no Brasil, se foi bom ou ruim. De zero a dez, se puder.

E faço isso pela relevância do seu depoimento, Ministro, não apenas como Ministro que ocupou, por um ano e três meses, o cargo de Ministro da Saúde, e deles, dois meses dentro da pandemia, dois meses iniciais, aqueles meses de embate, de choque, de grande ignorância sobre o tema, de todos, palpites, possibilidades, testes, medos, medidas rápidas e firmes que V. Exa. teve que tomar, geração de dados que, a meu ver, foram falhas – até hoje são, porque até hoje temos um consórcio de imprensa gerando dados oficiais –, integração com os gestores, Estados e Municípios, sobre o que, provavelmente, a gente vai falar sobre isso também muito aqui.

Mas enfim, com o seu critério e o distanciamento histórico que tem, a experiência como médico, gestor público e político e Parlamentar, me dizer: testagem, qual a efetividade técnica disso, de zero a dez, e como ela foi feita no Brasil, de zero a dez. No período todo, não apenas no da sua gestão, como observador externo agora, mas observador extremamente qualificado e primeiro depoente desta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo: confinamento, ou isolamento, ou distanciamento, de qualquer tipo, vertical ou horizontal, mas basicamente isolamento, medidas de isolamento.

Terceiro: tratamento precoce ou preventivo, que até hoje, enfim, essa confusão. Esses medicamentos, kit, como V.Sa. se referiu, "kit ilusão." Qual a efetividade disso?

Quarto: protocolos. Protocolos comuns, normais, uso de máscara, álcool gel etc.

E por fim, busca da vacina.

Cinco itens, de zero a dez, duas vezes.

A segunda coisa é inverter um pouquinho a lógica aqui do Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo, e pedir para finalmente, a segunda e última pergunta aqui, nos dizer, num resumo de toda a sua história aqui, observando e fazendo parte, como protagonista principal, como Ministro, e na saída, qual foi o maior obstáculo que o Ministro Mandetta enfrentou e que o fez sair do Governo: recursos humanos, recursos financeiros disponíveis para trabalhar ou o superior hierárquico?

Obrigado, Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Posso responder, Presidente? Acho que sim, não é?

Bom, caro Senador Jean Paul Prates, são difíceis algumas perguntas porque elas precisam, exatamente, de pesquisa para responder. Por exemplo, qual é o grau que eu dou de eficácia ou de impacto à testagem. Países que conseguiram fazer a testagem... São dois testes, basicamente. Um é o PCR-RT, aquele que enfia a haste no nariz e na garganta. Ele é o padrão ouro. Ele tem o falso negativo, quando você não consegue pegar. Mas, se deu positivo... Ele não existe falso positivo, ou é ou não é. Então, ele tem essa capacidade. Nesse daqui, eu diria que a gente perdeu muito por não ter usado esses *kits* aqui e eles terem envelhecido, terem perdido o prazo de validade dentro da guarda do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma pergunta, Ministro. É em cima dessa resposta, uma curiosidade. Quantos *kits* PCRs foram comprados para o Brasil? A quantidade de *kits*.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Olha, eu lhe mando por escrito especificamente, mas seriam 24 milhões de testes – foi o que nós dimensionamos – para serem utilizados em usinas de exames. Quando começaram a chegar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, só foram 24 milhões?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não, a primeira compra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O total, o total.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – A nossa ideia era... Isso o PCR-RT, tá? Não estou falando do teste rápido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, é esse...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O teste rápido passou de 20 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque a capacidade laboratorial de fazer um teste desse e dar o resultado, no Brasil, se não me engano, era em torno de 20 mil por dia. E a quantidade comprada não era compatível com o número de testes. Então, a quantidade de testes ia vencer, porque nós não tínhamos... É isso o que eu quero lhe perguntar. Eu só estou...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que nós iríamos comprar mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não. Eu só quero saber qual era a capacidade laboratorial que nós tínhamos. Até porque, no início, V. Exa. falou: "Olha, inclusive o Einstein não tinha condições. Nós mandávamos para o Fleury e não tinha condições". Lá no Estado do Amazonas, quem fazia era o pessoal do... Era o Estado...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O Lacen.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O Lacen. Hoje não. Hoje há dois ou três laboratórios lá que conseguem fazer. E alguns mandavam para fora e demorava uma semana. O cara já ia para o limite da doença e já descobria quando estava para ser intubado. É isso o que eu queria só... Se o senhor não puder responder hoje, eu queria...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Vou tentar fazer de uma maneira bem resumida.

A ideia era montar uma usina central com os grandes, com as usinas de exame, Dasa, Pardini, com esse pessoal que tem uma musculatura enorme. Coletar com aquela vareta lá em Manaus, lá em Roraima, lá no Rio Grande do Sul, despachar isso no mesmo dia para a central, produzir o resultado na central e informar cada cidade de origem da coleta, ou seja, coletar e entregar com 24 horas. Nós fizemos a nossa parte de adquirir os *kits*. Eles fizeram a parte deles de colocar as máquinas e, depois, quando começaram a chegar, o Ministério da Saúde resolveu não fazer e não concluiu. Agora, isso é muito interessante de tê-la inteira, parte por parte. Isso era da incumbência do Secretário Wanderson. Eu vou pedir para ele que faça por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Desculpe, Senador Jean Paul. Mas era uma curiosidade minha, porque, quando começou a vencer o *kit* que foi distribuído, era porque Estados e Municípios não tinham capacidade laboratorial para fazerem os testes. Aquele teste rápido era na hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Botava ali, era um negocinho numa palhetinha e você via lá se dava IGG ou não. Eu fiz vários, mas depois fui desaconselhado: "Olha, isso aí não tem validade nenhuma".

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Estava dando muito falso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – E, como o próprio Ministro disse, não adianta nada testar sem depois ter o resultado e o monitoramento, porque o teste é para justamente ajudar no isolamento, etc. e tal. Por isso é que eu coloquei cinco itens.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Por isso, eu acho que isso daqui é uma pergunta que eu tenho que mandar como um documento acessório, porque ela é grande, mas com o fluxograma, onde coletar, onde colocar, era composto de *drive thru*, era composto de escala, reagente, enfim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas as notas que eu pedi são bem gerais, da sua visão de...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Mas teria sido um impacto alto se o tivéssemos feito, e não o fizemos. Acho que isso daqui teria um impacto muito alto. Eu não sei dizer de zero a dez, como V. Exa. me solicitou.

Confinamento ou isolamento. O máximo que você não aglomerar. Não aglomerou, você evita caso. Ponto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nota dez o isolamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Nota dez. Não aglomerou, você evita caso.

Se você permaneceu naquela: "Olha, eu tenho que sair. Bom, eu tenho que sair, não tem jeito. Eu preciso ir trabalhar". Álcool gel, máscara, distância, você diminui bastante a possibilidade. Agora, aglomerei, fui à festa, fui jantar com três, quatros amigos... De todas as medidas feitas, medidas até agora, sabe quais são aquelas que mais caracterizam transmissão? Jantares a um metro de distância, sem a máscara, com presença de bebida alcoólica, entre quatro ou seis pessoas. É aquela coisa assim: são meus amigos, eu só vou à casa deles, nós vamos ficar lá dentro, batendo papo. São as reuniões que mais contaminam pessoas no mundo. São essas. Quando você fala: não faça isso, cai a transmissão. O vírus precisa de proximidade, gosta de proximidade e, é lógico, dos grandes eventos, que, daí, são festivais, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o Brasil aplicou isso, de zero a dez, três, cinco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não. Muito pouco. Muito pouco, quase nada. Nós aplicamos normalmente isso depois do leite derramado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – "Olha, vai acabar o oxigênio! Olha, vai acabar o remédio! Olha, não vai ter... Os médicos estão avisando que já têm 98% de gente no hospital, vai ficar gente na UPA!" Aí é que as Prefeituras e Governos chegavam e falavam assim: "Olha, está proibido o comércio".

A gente deveria ter feito mais educação para que isso fosse das pessoas, como é na Ásia, no Oriente. Eles lançam menos mão dessas medidas rígidas, porque construíram um código de educação muito forte. Era comum... Eu não sei, aqui acho que a maioria viajava antes da pandemia. Quando você via pessoas asiáticas, elas já usavam máscaras em voos internacionais há muitos anos – há muitos anos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – A Senadora Leila deve ter feito jogos de vôlei... Na década de 90, eles já as usavam. Por quê? Eles já vêm se preparando para... Eles já vêm se preparando porque sabem da gravidade que é a questão viral.

O vírus mudou muitas coisas na humanidade. O fato de os militares prestarem continência para não encostarem a mão um no outro é da Medicina militar, porque eles sabem que, em tempos de guerra, a transmissão de doença pela mão, de um pegar na mão do outro, é o que faz surto de diarreia, de vírus, e é por isso que, muitas vezes, perde-se uma guerra. Por isso é que eles andam com as duas mãos para trás, uma segurando o punho do outro lado. Por isso é que os japoneses se cumprimentam à distância assim. As epidemias têm essa força de mudar padrões, inclusive, de comportamentos. Fico imaginado, hoje, quem é que vai conseguir dar um beijo, dois beijos e ainda falar, como antigamente, "três para casar". Hoje em dia, só se for para o cara que quiser morrer. Mas enfim...

Protocolos, medidas não farmacológicas. Estas daqui são as principais: lavar as mãos – e isso pode ser feito em qualquer lugar do Brasil –; lavar as mãos com água e sabão; lavar as mãos uma vez, duas vezes, cinco vezes, dez vezes; ou o álcool, enfim; usar a máscara. Seriam dramáticas se nós as tivéssemos feito. Dramaticamente teríamos diminuído o número de casos.

A vacina, dramático... Publicação de Israel agora, depois que vacinou: só 0,8% das pessoas que tomaram a vacina acabaram tendo que ir para o hospital. É quase nada perto do número em que eles estavam anteriormente A vacina terá um impacto frontal, como esperado na história. E ela vai ser a saída permanente. Se vamos ter de tomá-la todo ano, se vai ser bianual, isso a ciência também vai nos dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O obstáculo que me fez sair. A primeira coisa é deixar muito claro: eu nunca pedi para sair, eu não pedi demissão. Eu deixei muito claro que médico não abandona paciente. O Presidente, no dia da minha exoneração, depois que ele me comunicou, eu disse a ele que o.k., que eu deixaria o ministério... Dei conselhos para ele como última vez. Falei: "Cuidar do Rio de Janeiro, cuidar de Manaus. Não troque a equipe". Ele falou: "Você não quer que eu altere a sua exoneração para 'a pedido'?". Eu disse: "Não. Eu prefiro que seja exonerado pelo senhor mesmo. Pode sair com a sua lavra. Eu acho melhor". Porque, senão, eu estaria até hoje, provavelmente numa CPI como esta, e as pessoas falando assim: "Mas o senhor desistiu, o senhor não quis mais continuar". Não, não teria dinheiro, não teria nada, eu ficaria lá, só que eu não mudaria. Deixei claro que eu não mudaria. Não mudaria a orientação. E, se houvesse mudanças, seria mudança por parâmetro científico. Aí eu mudaria. Caso contrário, eu seguiria com as minhas orientações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Quero cumprimentar o Presidente Omar pela decisão que teve em atender a Bancada Feminina. Quero aqui também deixar claro que eu fiz questão de só falar depois de toda a Bancada Feminina.

Quero cumprimentar também o Ministro Mandetta pela sua transparência, pela forma também extremamente preparada que demonstrou durante todo este dia, que eu venho acompanhando desde cedo.

Eu queria aqui fazer alguns apontamentos.

O fato incontestável é que o Brasil, de fato, não está fazendo uma boa gestão de combate à pandemia. Os dados que os nossos colegas apresentaram aqui deixaram isso mais do que claro para todo o Brasil. Mas o que nós precisamos, de uma vez por todas, é identificar quais as motivações que nos levaram a carregar esse peso, que é irreversível, de mais de 400 mil brasileiros mortos.

Sendo assim, Sr. Ministro, eu tenho aqui alguns questionamentos. Um é direcionado ao plano de gestão da pandemia, pelo qual eu gostaria de questionar acerca de um ponto que considero determinante. A sensação, até o momento, de fato, é que os brasileiros acham ou têm certeza, inclusive, de que a condução da pandemia não teve uma coordenação conduzida de forma estratégica e colaborativa entre os entes federados. Ao que assistimos, na verdade, foi uma judicialização de conflitos entre a União, os Estados e os Municípios. E, sem dúvida nenhuma, o que também chamou bastante a atenção foram as constantes tensões públicas entre os entes.

Então, nesse sentido, Sr. Ministro, eu gostaria aqui de questionar: há conhecimento da intenção da criação de um plano de gestão que envolvesse todos os entes federados de combate à pandemia? Se sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando isso aconteceu? E mais: quais as razões para que isso não tenha sido efetivado à época? Em sua avaliação, o que isso comprometeu na condução do Governo Federal de combate à pandemia?

E outro ponto do meu questionamento é direcionado justamente à viabilização da vacinação. Aqui acompanhei atentamente a explanação do colega Líder Izalci e eu vou mais ou menos nessa linha, porque o senhor afirmou aqui em vários momentos durante o seu depoimento que sabia, desde o início da pandemia, que a saída para a pandemia seria exatamente através da vacina. E, como sabemos, tivemos o desenvolvimento de vacina contra o coronavírus em um ano, ou seja, foi uma velocidade muito rápida, mas também com alto nível de eficácia, de acordo com o que foi anunciado pelos laboratórios, que isso foi possível graças aos investimentos destinados rapidamente às pesquisas. Sendo assim, hoje, 4 de maio de 2021, temos conhecimento do desenvolvimento de vacinas totalmente brasileiras. Porém, ainda há um longo caminho para viabilizá-las, nos deixando assim vários passos atrás no combate ao efetivo problema da pandemia.

Dessa forma, Sr. Ministro, termino aqui fazendo esses questionamentos: existia no início da pandemia a definição de um plano de trabalho efetivo para viabilizar pesquisas nacionais para o desenvolvimento de vacinas? E houve, por parte do Governo Federal, investimento mais contundente para os laboratórios viabilizarem essas pesquisas? Caso seja negativa esta pergunta, de quem é a responsabilidade por essa missão?

São, esses os dois questionamentos, focados tanto na questão da viabilização da vacina quanto no plano de gestão de economia. São essas perguntas que eu gostaria de fazer.

Também aproveito aqui para mencionar um fato que foi falado sobre o prontuário eletrônico, em que o Estado de Alagoas foi escolhido para ser o modelo piloto. Inclusive, eu tive a oportunidade de conversar com V. Exa., enquanto Ministro, no Ministério da Saúde, sobre esse assunto e recentemente, ao assumir a Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, estive com o Ministro de Ciência e Tecnologia e também com o Ministro das Comunicações para saber do andamento desse projeto, que seria o modelo para ser replicado em todo País. Infelizmente, como V. Exa. deve saber, não foi dada sequência. Então, parou no meio do caminho um projeto que tinha tudo para ser uma referência e ser multiplicado por vários outros Estados.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Bem, Senador Rodrigo Cunha, plano de gestão da pandemia... Sim, o plano de gestão, no âmbito do Ministério da Saúde inicia-se com o plano nacional e, depois, se desdobra com o plano estadual, que todos os Estados fizeram – Alagoas tem o seu plano de contingência estadual –, e depois todos, o conjunto de cada Município brasileiro que teve que fazer o seu plano de gestão municipal, é da somatória dos três.

O SUS é um pacto federativo harmônico, cabe ao Ministério da Saúde zelar. Somente no momento em que eles falaram: "Vamos agora para outros ministérios"... Aí entra Ministério de Cidadania,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Economia, porque o plano... O vírus não só ataca o ser humano, mas ataca educação, ataca esporte, ataca cultura, ataca lazer, acaba emprego. Nesse momento, eu não vi a construção dessa proximidade. Mas, no âmbito do SUS, sim. No âmbito do SUS, foi feita, inclusive, a gestão permanente dele com três pernas: federal, estadual e municipal diariamente. Dentro do Ministério da Saúde, ele funcionou tripartite na sua plenitude.

Vacinação, ciência... O Ministério da Ciência e Tecnologia é o ministério-chave que habilita a questão. Eu me lembro de o Ministro Pontes colocando recursos e estando muito animado com um vermífugo chamado Annita. Ele fez um evento, inclusive para toda a imprensa, para todo o Governo, ele colocando os recursos para um vermífugo denominado Annita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem fez, Ministro?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – O Ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia. Isso foi uma... À época, no conselho de possibilidades científicas dele, sugeriram a ele, e ele fez lá... E ciência tem disto: às vezes, você se convence de um caminho, e ele não se materializa. Eu lembro, eu ainda Ministro, que a grande aposta, a grande expectativa do Ministro Pontes era sobre esses efeitos similares aos da ivermectina. Havia um grupo grande que propunha exatamente que esse Annita fosse a grande solução para diminuir, para essa coisa de tratamento precoce, primeira fase, etc. Esse eu sei que recebeu bastante recurso. E, infelizmente, eu não estava mais no ministério para saber qual foi a conclusão. Não me lembro de ele falando, naquele momento, de vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo menos o nome é bom, não é? O nome do...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Annita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... tratamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – É verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, o senhor me permita, porque acho que há informação relevante que o Dr. Mandetta traz, que o Ministro traz.

No anúncio da eficácia da Annita no combate à Covid por parte do ministério, o senhor tem notícia se chegou a ser ampliada a produção do medicamento? O que houve em relação a isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Não tenho notícia. Quando eu deixei o Ministério da Saúde, isso estava em gestação. Não sei qual foi.. Eu soube que, no final, restou-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovado que não teria a eficácia desejada. Agora, não sei se, entre aquele momento em que se lançou a ideia e a conclusão, foi induzida alguma produção, se foi feito compra daquilo dali. Eu não saberia lhe dizer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor sabe se veio a ocorrer custo, gasto, por parte da União, em relação a isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não. Enquanto eu era Ministro, no âmbito do meu Ministério da Saúde, não, mas eu não saberia dizer para V. Exa., porque não acompanhei a execução orçamentária nem do Ministério da Saúde, nem dos outros ministérios, depois que eu de lá fui exonerado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Presidente, me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador Kajuru. Com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, primeiro, o meu respeito ao senhor.

Lamentavelmente, eu estou assim participando desta CPI. E hoje nem ouvi a palavra do Senador Alessandro Vieira. Assim como ele, eu... Só nós dois somos responsáveis por esta CPI. Do contrário do nosso mandado de segurança, ela não existiria. Então, é muito triste estar ausente dela. Ele é suplente, eu sou totalmente ausente – eu não vou participar de algo que não me convide.

E eu envio mensagens ao senhor, ao Renan, ao Randolfe, pelo respeito que tenho por cada um dos senhores, mas lamento, porque é muito triste participar de uma CPI desta forma.

Vamos lá.

Senador Renan Calheiros, eu estou muito triste com o senhor. O senhor deveria ter entrado num assunto que não entrou, porque não quis. O senhor tinha toda a condição de entrar e não entrou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou fazê-lo agora.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Os demais Senadores também poderiam ter entrado, porque eu enviei a mensagem e mostrei o motivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Eu não recebi mensagem nenhuma.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – E todos vocês foram ausentes.

Gente, vamos parar com hipocrisia!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Kajuru, eu não recebi mensagem de V. Exa., não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Não, não, não. Eu não disse ao senhor. Eu disse que enviei mensagem ao Renan, ao Randolfe, ao Otto, à Simone, e eu não disse ao senhor. Eu disse que eu mandei a vários...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – ... integrantes da Comissão. Correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço desculpas, Kajuru.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpas, Kajuru. Eu não vi também. Eu estava sem o celular.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Os senhores podem não ter visto, mas eu enviei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mandou...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Porque é muito grave o que eu enviei. E enviei também ao nosso convidado, para não dizer convocado, ex-Ministro que aí está, o Mandetta.

Eu deixei claro que este momento nosso hoje faltou demais e, na minha opinião, termina com uma triste conclusão, qual seja: o principal assunto não foi discutido. Qual? E o Presidente Omar Aziz, independente como é, vai entender o que eu quis dizer. Qual é o principal assunto que não foi discutido hoje? O assunto de que, em agosto do ano passado, o Governo teve a Pfizer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – ... ao seu dispor para vender vacinas e o Governo rejeitou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aí...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Isso é fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, Senador. O senhor tem razão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Isso não é mentira, Presidente! Presidente, isso não é mentira! Isso aí o ex-Secretário de Comunicação do Presidente da República, o Fábio Wajngarten, declarou à revista *Veja* – está lá em palavras. Isso é fato! E o ex-Ministro que aí está, que é um homem sério e que eu, até então, queria ver Presidente da República – agora estou com dúvida, a menos que ele fale a verdade –, sabe que isso é verdade. Isso aconteceu! Em agosto do ano passado, o Governo brasileiro recusou comprar vacinas da Pfizer para evitar... Quantas mortes?! Quantas vidas perdidas, meu Deus do céu?! E nós não vamos discutir isso aqui na CPI? Nós vamos passar por isso batido, passar esse assunto para frente, sendo que o Ministro que está aí sabe que isso aconteceu?

E o futuro convidado de vocês, o ex-Secretário de Comunicação, vai confirmar isso a vocês, como ele disse em imprensa escrita, declarando à revista *Veja.* Pelo amor de Deus!

Desculpem a verdade, Presidente, com todo o respeito aos senhores. Esta reunião nossa, hoje, foi inútil em relação à falta dessa verdade. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já concluiu? (*Pausa.*)

Já concluiu?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Kajuru, não tenha dúvida de que a CPI vai se aprofundar muito no porquê de o Brasil não ter comprado vacina da Pfizer. Acontece que, naquele momento, o Ministro Mandetta não participou de absolutamente nada em relação à Pfizer, pelas informações que nós temos.

Você pode respondê-lo?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Posso ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a gente sabe que é, a partir do Ministro Teich, que começa a... Até porque não havia nem vacina na época em que o Ministro estava no ministério.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (Para depor.) – Eu acho que eu posso ajudar, auxiliar e corroborar com o raciocínio do Senador Kajuru.

O Senador Kajuru me telefonou há uns 10, 15 dias, perguntando quais são os pontos, por onde se vai, qual seria o roteiro... Eu disse que, na minha época, era assim, assim, assim. Depois que eu deixo o ministério, houve alguns pontos que vocês devem ver. O principal deles deve ser vacina, porque é muito claro que nós perdemos o *timing*. Nós deveríamos ter comprado isso assim que foi oferecida a Fase 2, em julho, agosto. Disse a ele que tenho informações, rumores, de dentro do Ministério da Saúde, de que a Pfizer teria ido até o Ministério da Saúde e de que não teria sido atendida, de que não teria sido efetivada a reunião. Na época, não tinha havido ainda essa entrevista do – eu esqueço o nome – Secretário Fábio Wajngarten. Eu disse que isso daí é uma coisa que vocês deveriam pesquisar com essa Pfizer, pesquisar se houve isso ou não houve, porque o não comprar a vacina em julho ou agosto para iniciar a vacinação em novembro com um *mix* de vacinas... Nós não deveríamos ter comprado uma vacina, não; nós deveríamos ter comprado três, quatro, cinco, seis marcas diferentes. Nós não teríamos tido a segunda onda. Então, eu acho que isso daí é um ponto que vocês deveriam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, muito importante.

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu acho que é para isto que o Senador Kajuru deve estar chamando a atenção: se isso aí não foi assim conduzido.

Eu disse a ele que... Bom, agora, eu acho que, com a entrevista do Secretário Wajngarten, ele já esclareceu que sim, que houve negociações com Pfizer, mas que o Ministério da Saúde... Pelo menos a entrevista que eu vi corrobora os rumores e as informações daquele período.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próprio Governo disse que o contrato era leonino, que o que queriam que o Brasil assinasse na época era um contrato em que a empresa não assumia nenhuma responsabilidade.

Eu acho que ouvimos a todos, Senadores e Senadoras...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, só um aspecto. Eu acho que o Senador Kajuru traz uma questão, que o Ministro Mandetta também comentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo ficou durante... E aí eu quero pedir a sua opinião, como médico e como Ministro da Saúde que foi e que, na sua gestão, iniciou as primeiras tratativas de vacina, as primeiras informações sobre vacinas...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA (*Fora do microfone.*) – Informações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As primeiras informações sobre vacinas.

A pergunta que lhe faço é a seguinte. A informação é a de que, no mês de agosto, o Governo brasileiro não adquiriu – o Presidente da República não adquiriu – o imunizante da Pfizer, porque o Presidente da República insistia em não assumir a responsabilidade civil por efeitos adversos, que era uma exigência, ao que me parece, de todos os imunizantes. Para, inclusive, vir a ser adquirida a vacina tanto da Pfizer como da Janssen – hoje foram adquiridas 100 milhões de doses da Pfizer e 38 milhões de doses da Janssen –, foi necessário que este Congresso Nacional fizesse uma lei, lei de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, a qual relatei aqui no Senado. Foi necessário aprovar, em tempo recorde... E aqui eu recordo que, no mesmo dia em que estávamos discutindo a lei eu e o Senador Rodrigo Pacheco, foi necessário o Presidente da Casa ir convencer o Ministro Pazuello sobre a necessidade da lei. Coloco esse fato e esses dados... Na sua opinião...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, há uma especulação muito grande! V. Exa. traz um assunto aqui, que confunde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho! Que confunde a população brasileira, porque há gente que está gravando vídeo dizendo: "Olha, o Presidente não comprou a vacina, porque o Congresso não aprovou a lei". Vejam bem: através de uma simples medida provisória...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas isso é que eu vou perguntar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Através de uma simples medida provisória, o Presidente... Nós autorizamos, através da PEC da guerra, ao Presidente fazer tudo que ele quisesse para salvar vidas. Veja bem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, mas se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, você traz um assunto que não é o momento, mas tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, acho que é o momento, Presidente. Com licença, só vou pedir a opinião do Ministro. O Ministro participou das primeiras tratativas sobre vacina.

O que o Presidente da República alegava, o que o então Ministro Pazuello alegava era que o Brasil não podia assumir a responsabilidade civil por efeitos adversos. Foi feita uma lei para isso. Isso está na lei. A Lei 14.125 diz isso. Está na lei. A lei diz isso.

A pergunta que faço ao Ministro é exatamente o que o senhor está indagando. O senhor acha que era necessário o advento de uma lei, de uma norma, para isso? Era necessária uma lei? Lembrando até que a vacina da Pfizer tinha sessenta e tantos países que já tinham adquirido o imunizante. O senhor, no Ministério da Saúde, faria essa exigência?

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Eu não li os termos todos, não seria correto da minha parte, mas, a partir do momento em que o Governo distribui um medicamento... E pode ser uma aspirina, pode ser um antibiótico, pode ser o que for. Se o efeito colateral... Se o indivíduo processar, no caso, o Governo brasileiro ou porque aquilo dali não estava acondicionado, enfim, a produção não estava certa, ele vai brigar contra a União. Parece-me que é assim que se... E a União depois chama a parte fabricante como uma parte, mas o indivíduo, normalmente, questiona ou o Município ou o Estado, enfim... E depois... Acho que isso é uma coisa mais do mundo do Direito, mas, mesmo que fosse, eu, como Ministro da Saúde, se tivesse algum óbice, teria que vir de imediato... Enfim, não dava para não comprar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A iniciativa não poderia ser...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Não havia nenhuma... Nada que pudesse ser maior do que uma vacina para uma doença infecciosa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. Obrigado.

Antes de encerrar, Sr. Ministro, eu vou pedir à Secretaria e, se V. Exa. puder... Amanhã vou perguntar isto ao Ministro Teich: quantos PCRs foram comprados? Qual a quantidade que nós perdemos por falta de laboratórios para fazer os exames laboratoriais? E por que ele não deu continuidade àquilo que o senhor tinha feito como planejamento? Haveria um laboratório central, e esses exames todos iriam para lá, para a gente ter um teste muito mais eficiente do que o teste rápido. Então, não sei quanto custou. Mas, se a sua assessoria pudesse mandar isso o mais rápido possível para cá, seria muito importante, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que amanhã a gente conversasse com o Ministro Teich e perguntasse a ele por que não foi dado encaminhamento.

Há outra questão, Ministro. No primeiro momento, quando aconteceu a primeira onda em Manaus, eu conseguia falar com o Ministro Mandetta. Eu disse isso em todos os lugares. E, depois, com o acirramento, com a quantidade de mortes, eu não conseguia mais falar com V. Exa. Todas as vezes que eu ligava... Eu ligava para V. Exa., ligava para o Aleluia, ligava para outras pessoas, esperava um retorno, e não havia retorno. E o sufoco que o Amazonas estava passando naquele momento era muito grande! Nós não tínhamos respiradores, nós não sabíamos a diferença entre respirador e ventilador. Nós tínhamos perdido todos os Médicos da Família, médicos cubanos, que tinham saído. E os processos seletivos para a minha região não deram certo – V. Exa. sabe disso –, principalmente no interior, onde não há profissionais capacitados para fazer uma intubação. Se, em São Paulo, tivemos problemas em hospitais de grande nome por falta de médicos intensivistas, imagine na nossa região, em que vivemos esse problema!

Por isso, hoje, eu entendo a quantidade de vezes em que V. Exa. estava na televisão: é que o Governo, naquele momento, não queria fazer propaganda, e V. Exa. tinha de explicar o que estava acontecendo.

Então, em relação a isso que falei, faço uma autocrítica, porque a informação... A imprensa brasileira ajudou a salvar muitas vidas, porque manteve este compromisso de dizer: "Use máscara, use gel, não faça aglomeração". É o que está acontecendo.

No dia 26 de dezembro, o Governador do Amazonas decretou *lockdown*, houve uma manifestação, e ele recuou. No dia 11 de janeiro, estava faltando oxigênio, e morreram centenas de pais de família. O que há de gente órfã neste Brasil... Por isso, quando as pessoas falam em *pizza* e que esta CPI não vai dar em nada, quando vejo pessoas querendo discutir essa questão, digo que nós não estamos aqui por nós mais. A minha geração usufruiu... A geração que está aí não vai mais ter o direito de aglomerar, de se sentar à mesa e tomar um drinque; um não pode mais pegar o copo do outro.

Um planejamento é o que nós temos que fazer, para a compra de vacinas no ano que vem, para não passarmos o que nós estamos passando hoje. Se a Pfizer tivesse fornecido as vacinas, 70 milhões de vacinas, nós teríamos vacinado 35 milhões de brasileiros com as duas doses. E, talvez – eu não posso dizer que não aconteceria –, o sofrimento de filhos que perderam os pais, que ficaram órfãos, de maridos que perderam suas esposas, de irmãos que se foram e de amigos que se foram...

Esta CPI é diferente, sim! Ela está na casa de cada brasileiro. Ela não é uma CPI abstrata, não é aquela CPI que, quando começa uma investigação porque houve desvio de recursos ou porque houve corrupção, cessa a corrupção. Esta CPI não cessa a infecção pelo vírus da Covid-19. Nós temos que continuar trabalhando e, ao mesmo tempo, ouvindo quem vem aqui, tirando o máximo deles, para que a gente possa também ser propositivo, para que a CPI não fique somente nas acusações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso fazer essa mudança para evitarmos que mais famílias sofram. Chegamos a 400 mil, a mais de 400 mil. Em 60 dias, pela projeção, nós teremos meio milhão de irmãos brasileiros que se foram com essa doença. Serão mais órfãos, mais sequelados... O Brasil não está preparado, o sistema de saúde não está preparado para fazer fisioterapia para quem tem o pulmão comprometido. E quem vai para um fisioterapeuta particular paga R$200, R$250 a hora. Então, tem gente hoje com problemas na cabeça, com problemas nos rins, fazendo hemodiálise por causa da Covid. E talvez as pessoas, os pseudomédicos, os cientistas que prescreveram medicação sem ouvir a ciência tenham contribuído para muitos sequelados hoje neste Brasil.

Por isso, agradecemos a sua presença, Ministro Mandetta.

E amanhã, às 10h, ouviremos o ex-Ministro Nelson Teich aqui na sessão.

Antes disso, eu quero aqui...

O SR. LUIZ HENRIQUE MANDETTA – Sr. Presidente, será que o senhor poderia... Só para eu corrigir uma falha aqui, que a minha assessoria me trouxe: na hora em que eu li o valor dos leitos, de R$13 mil, são US$13 mil, e ainda assim os mais baratos. Mas eu entregarei os dados que citei aqui, caso tenha confundido, porque estava escrito aqui "reais", mas eram US$13 mil. Perdão. Porque depois podem dizer que eu faltei com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia cinco de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Alessandro Vieira e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Paulo Rocha, Rodrigo Cunha, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Nelson Teich, em atendimento aos requerimentos 130/2021, 201/2021 e 270/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 15 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor Fabio Wajngarten, ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 185 de 2021** que: "Requerimento de Convocação do Sr. Marcellus Campêlo, Secretário de Saúde do Amazonas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 249 de 2021** que: "Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Ernesto Henrique Fraga Araújo, ex-ministro de relações exteriores." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 257 de 2021** que: "Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Marcellus José Barroso Campêlo, secretário de estado de saúde do Amazonas." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 321 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI a Sra. Nísia Trindade Lima." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 329 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Fábio Wajngarten." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 330 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Ernesto Araújo" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 331 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Dimas Tadeu Covas" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 399 de 2021** que: "Requerimento de Convocação do Sr. João Paulo Marques dos Santos." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 412 de 2021** que: "Requer a convocação da Senhora Marta Díez, presidente da subsidiária da farmacêutica Pfizer no Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 422 de 2021** que: "Requer a convocação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Sra. Nísia Trindade Lima, Presidente da Fiocruz." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 430 de 2021** que: "Requer a a convocação do Senhor Fernando de Castro Marques, Presidente da União Química Farmacêutica Nacional, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/05

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Nelson Teich e à apreciação de requerimentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria, antes de nós começarmos, pedir a V. Exa. que nós possamos aqui fazer uma homenagem às centenas de milhares de pessoas que faleceram. E ontem nós tivemos o falecimento de um artista renomado, muito conhecido, muito querido, e acho que essa morte dá uma dimensão simbólica do que nós estamos vivendo, não é?

Perdemos muitas pessoas da área da cultura, perdemos da área do jornalismo, perdemos profissionais de saúde, perdemos, inclusive, Parlamentares, e eu pediria a V. Exa. que nós fizéssemos aqui uma homenagem ao ator Paulo Gustavo e também às mais de 410 mil pessoas que faleceram e às suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é, em especial, a todas as famílias enlutadas e a Paulo Gustavo, ao que ele representava para a cultura brasileira. A cultura é o espelho e a mensagem de um povo. Que a memória, agora, de Paulo Gustavo, a memória desses brasileiros e o impacto que o Brasil tem neste momento com a perda desse artista tão querido, que deixa um vazio enorme na alma brasileira, inspirem os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Que o nosso trabalho seja em honra a Paulo Gustavo e a tantos milhares de famílias brasileiras.

Então, nesse sentido, solicito a V. Exa. um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a minha... É mais para uma informação que eu peço a V. Exa.

Ontem, foi desmarcada a oitiva do ex-Ministro General Eduardo Pazuello. V. Exa. foi instado a conversar com o Comandante do Exército Brasileiro, o General Paulo Sérgio. Conversei com V. Exa. a respeito do tema. É claro que, pelo respeito que tenho ao Exército Brasileiro e, sobretudo, ao Comandante do Exército... E ele tem fé pública de dizer que o ex-Ministro Eduardo Pazuello tinha tido contato com dois coronéis...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Assessores.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Assessores. E que esses assessores estavam contaminados pela Covid-19. Eu não quero, de maneira nenhuma, deixar de acreditar nisso. Eu acredito piamente. No entanto, por se tratar de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a verdade tem que ser plenamente dita na sua essência, se por acaso o próprio ex-Ministro da Saúde, que vai vir aqui no dia 19, desejar, ele pode até trazer a confirmação realmente desses testes que foram feitos, desses PCRs que foram feitos e confirmados, porque dá um conforto maior ainda ao próprio ex-Ministro Pazuello. Como General, eu acredito nele, mas, como existem na imprensa – eu li – várias matérias questionando isso, não fica bem para a instituição do porte do Exército. Seria até confortável que ele pudesse trazer... Eu sei que ele deve ter convivido com essas pessoas e, por isso, deixou de vir aqui. Jamais ia duvidar da palavra de um General do Exército, mas é confortável... Já que a essência da CPI é a verdade, somente a verdade, de forma transparente, correta e ética, se for o caso... Se ele não trouxer, não há problema nenhum, mas, se vier, fica muito mais confortável ainda para o ex-Ministro Eduardo Pazuello.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, ainda sobre o ator Paulo Gustavo, o Paulo Gustavo fez o Brasil rir com leveza, sem preconceitos. A personagem inspirada em sua mãe conquistou nossas famílias.

Nós o perdemos. A dor e a solidariedade nos unem por ele e pelas mais de 400 mil vítimas da Covid.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou responder ao Senador Otto, logo após o pedido do Senador Humberto, do Senador Randolfe e do Senador Renan, dizendo que o ator Paulo Gustavo fez milhões de brasileiros sorrirem com os filmes e as suas atuações. No meu Estado do Amazonas, não foi diferente: perdemos grandes artistas. Um ícone nacional e internacional foi o Zezinho do Carrapicho, que cantou para o mundo todo o Tic Tic Tac. Assim como ele, grandes artistas parintinenses e amazonenses, infelizmente, também se perderam pela Covid. Então, eu vou pedir um minuto de silêncio e respondo a V. Exa. logo em seguida.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar, Senadores que estão aqui e Senadora Eliziane, para esclarecer de uma vez por todas: eu entrei em contato com o General Paulo Sérgio. O General Paulo Sérgio tem relevantes serviços prestados ao Estado do Amazonas, onde ele atuou como Comandante, no Município de Tefé, do Exército Brasileiro, atuou no Comando Militar da Amazônia e, por dez anos, serviu lá. Liguei para o General Paulo Sérgio, primeiro, para comunicá-lo, dizendo que, com a convocação do ex-Ministro da Saúde Sr. Pazuello, não era o Exército que estava vindo aqui, deixar muito claro e separar o Pazuello do Exército Brasileiro. O Exército Brasileiro não está sendo ouvido na CPI. Disse ainda que, nesse sentido, era importante a gente separar as coisas, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se colocasse dúvida da participação do General Pazuello. Fiz isso como Presidente da Comissão, para que não haja nenhum desentendimento entre instituições. Não seria o Exército Brasileiro que estaria aqui.

Ele me comunicou no dia seguinte, ontem de manhã, que, infelizmente, dois assessores do General Pazuello que estiveram com ele numa reunião no final de semana tinham testado positivo. Aí disse a mim que iria mandar um comunicado à CPI, e eu falei: "Nós aguardamos". E esperamos. Depois, houve uma proposta do próprio Pazuello de fazer via remota, tanto é que houve o comunicado do Exército, da Secretaria do Exército Brasileiro e, ao mesmo tempo, uma solicitação do ex-Ministro Pazuello de fazer via remota ou presencial, passada a quarentena. Nós decidimos aqui ouvi-lo depois da quarentena, no dia 19.

Então, o General Paulo Sérgio é conhecidamente um homem de respeito e de trabalho, e eu, de forma nenhuma, duvidei em nenhum momento do que ele me comunicou. Então foi isso. Por isso que não fomos mais além disso, viu, Senador Otto? E, se colocarem qualquer outra coisa na imprensa, foram essas as conversas que eu tive com o General Paulo Sérgio, que, volto a repetir, prestou relevantes serviços no Estado do Amazonas por dez anos, é uma pessoa que conhece muito a região, tem o respeito de todos nós, e adotou, dentro do Exército, política de proteção que teve um número reduzido de militares que se contaminaram pelo Covid através do trabalho dele.

Então, essa questão está... Acho que nós estamos sanados nessa questão. Vamos agora para a pauta de hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só 30 segundos, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Vamos fazer chegar à mesa de cada um dos colegas membros efetivos e suplentes desta CPI essa publicação que foi organizada pelo Senado na gestão do Presidente Renan Calheiros, no ano de 2006. É uma publicação riquíssima: *O Supremo Tribunal Federal e as comissões parlamentares de inquérito.* Consta aqui um breve histórico sobre as comissões parlamentares de inquérito e toda a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal desde o início da República e desde o advento do instituto de comissões parlamentares de inquérito no ordenamento constitucional brasileiro, que data da Constituição de 1934.

Eu queria agradecer ao Relator, Senador Renan Calheiros, que trouxe a esta Comissão, trouxe para nós a necessidade de republicação dessa publicação, porque é de 2006, quando S. Exa. era Presidente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, o Deputado Aldo Rebelo era Presidente da Câmara dos Deputados e a Ministra Ellen Gracie era Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Foi uma publicação à época feita pelo Senado junto com o Supremo Tribunal Federal, e nós providenciamos a republicação, sem embargo, Presidente Renan. A publicação aqui está com a jurisprudência consolidada até o ano de 2006, mas, sem embargo de nós já estarmos atualizando para haver uma segunda edição com o que tiver consolidado de jurisprudência de 2006 até a data atual. Mas, pela urgência que havia, Presidente, resolvemos providenciar de imediato 150 exemplares dessa publicação, e aqui eu destaco o nosso agradecimento ao Relator, à época Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora me devolva o meu, que você levou. Eu tinha recebido um livro desse do Senador Renan, emprestei para o Randolfe, e não voltou.

Determino que a Secretaria conduza o Dr. Nelson Teich à Mesa para o início do seu depoimento. (*Pausa.*)

Dr. Teich, o senhor foi convocado como testemunha para esta audiência. Eu vou ler um protocolo aqui nosso, do Código de Processo Penal.

O senhor promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, o senhor está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Se for interessante o senhor usar dez minutos para expor alguma coisa... Senão, nós passaríamos diretamente ao Relator. O senhor fique à vontade.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (*Fora do microfone.*) – Eu tinha escrito um texto de introdução.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. Quantos minutos são?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (*Fora do microfone.*) – Uns cinco minutos, mas eu falo um pouco da minha história.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Nelson Teich vai usar da palavra por primeiro, depois eu passarei ao Relator para fazer as perguntas.

Fique à vontade, Dr. Teich.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Bom dia a todos.

Exmo. Presidente, Senador Omar Aziz; Exmo. Relator, Senador Renan Calheiros; Exmo. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Exmos. Senadores que integram o Congresso Nacional, gostaria de agradecer o convite para comparecer perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vejo nos trabalhos desta Comissão uma oportunidade rara de debater com a sociedade as reconhecidas dificuldades e ineficiências do sistema de saúde brasileiro, tanto público quanto privado, bem como de discutir medidas de médio e longo prazo que possam vir a ser adotadas para melhor prepará-lo não só para o enfrentamento de crises pandêmicas como essa, mas também para aprimorar o atendimento cotidiano à população, em especial aquela menos favorecida, que é atendida pelo SUS. Sou bastante grato pela oportunidade de dar minha contribuição para esse debate, o que farei de forma franca e honesta. Meu compromisso é com a minha própria biografia, com a sociedade e com as futuras gerações.

Registro inicialmente, como já mencionei em outras oportunidades, que devo a minha formação toda ao sistema público, inclusive a Faculdade de Medicina que eu fiz foi na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), a residência que eu fiz em Clínica foi no Hospital de Ipanema, que hoje é um hospital do ministério, e a minha formação em Oncologia foi no Instituto Nacional de Câncer, todas elas instituições de referência.

Comecei a minha vida médica trabalhando numa cidade do interior e, ao longo da minha formação, eu tenho MBA em Gestão de Saúde, que foi feito pelo Coppead, no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, também tenho Mestrado em Economia da Saúde na Universidade de York, que é uma universidade que aconselha o sistema de saúde inglês, e tenho formação em Gestão e Empreendedorismo pela Harvard Business School.

Na iniciativa privada, eu fui fundador de uma empresa que, no seu segmento, se tornou a maior, antes das consolidações, e ela era dedicada ao tratamento de pessoas com câncer. A gente fez um movimento na época de radioterapia em que a gente elevou o patamar da radioterapia no Brasil como um todo. A gente beneficiou um país inteiro fazendo isso.

Antes de eu assumir o ministério, trabalhei como assessor da Secretaria de Ciência e Tecnologia, na área de oncologia, incorporação de novas tecnologias. E, na última eleição, eu também contribuí para a discussão dos planos, na eleição do atual Presidente Jair Messias Bolsonaro. Na evolução, o meu convite soou de uma forma natural; eu acabei sendo, na saída do Ministro Mandetta, uma opção que foi escolhida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria deixar claro que é importante a gente frisar que as deficiências do sistema de saúde brasileiro são históricas, porque elas se tornaram ainda mais evidentes durante o combate à pandemia, que levou toda a estrutura a um ponto de estresse máximo. A rapidez da propagação do vírus e o pouco conhecimento científico contribuem muito para dificultar os sistemas em geral; eles não estão preparados para uma sobrecarga aguda tão grande. Então, diante desse norte, é difícil imaginar que fosse possível criar um sistema eficiente da noite para o dia, principalmente em meio à pandemia. Uma coisa que eu percebi rapidamente é que um sistema preparado é um sistema que já era preparado, ninguém consegue se preparar da noite para o dia.

Durante a minha gestão, que foi um período curto em que eu estive à frente do ministério, a gente iniciou um programa de controle de transmissão que previa dois projetos que foram iniciados no período em que eu estive: um programa de testagem e um que avaliava distanciamento. A ideia era a elaboração de um protocolo nacional que realmente trabalhasse a transmissão – a gente pode falar um pouco sobre isso. Os países que realmente tiveram sucesso no controle foram aqueles que de início controlaram a transmissão. E a ideia era mesmo trabalhar a parte de testagem, isolamento, rastreamento. Isso envolveria não só o Ministério da Saúde, mas outros ministérios. A gente vai falar um pouco sobre isso certamente.

Também a gente discutiu o início da revisão do diagnóstico e tratamento da doença. E aí não estou falando em tratamento com remédio, estou falando em oxigênio e em começar precocemente a fisioterapia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Talvez fosse melhor aprimorar um pouco a qualidade do som que nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falar mais perto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que Dr. Nelson Teich fala baixinho mesmo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu falo baixo mesmo. Aqui melhorou um pouco agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele fala baixinho.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Agora vai.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora melhorou um pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Já está acabando. É só o finalzinho também.

Iniciamos também, no período, a revisão do diagnóstico e tratamento, como eu falei. A gente estabeleceu um programa de visita aos hospitais e às cidades para entender exatamente o que estava acontecendo no lugar e entender a realidade não só da situação da doença, mas dos profissionais de saúde. A gente promoveu medida de auxílio a Estados e Municípios, habilitação de leito, elevação do Teto MAC, fornecimento de respiradores, EPI, liberação também das verbas. No âmbito da vacinação, eu trouxe a vacina de Oxford, da AstraZeneca, para o Brasil através dos estudos clínicos. Comecei abordagem com a empresa Moderna, e a gente, na época, no período em que eu estava, fez uma entrevista, uma conversa inicial com a Janssen, que foi para iniciar a parte de estudo também. Lamentavelmente, a minha passagem no Ministério foi curta, de modo que não pude dar seguimento ao desenvolvimento desses projetos.

As razões da minha saída do Ministério são públicas. Elas se devem, basicamente, à constatação de que eu não teria a autonomia e a liderança que imaginava indispensáveis ao exercício do cargo. Essa falta de autonomia ficou mais evidente em relação às divergências com o Governo quanto à eficácia e extensão do uso do medicamento cloroquina para o tratamento da Covid-19. Enquanto a minha convicção pessoal, baseada em estudos, era de que naquele momento não existia evidência de sua eficácia para liberar – a gente vai falar um pouco sobre isso –, existia um entendimento diferente por parte do Presidente, que era amparado na opinião de outros profissionais, até do Conselho Federal de Medicina, que, naquele momento, autorizou a extensão do uso. Isso aí foi o que motivou a minha saída. Sem a liberdade para conduzir o Ministério conforme as minhas convicções, optei por deixar o cargo, agradecendo ao Presidente o convite e a oportunidade de exercer a função, na esperança de ter deixado alguma contribuição com os estudos iniciados e com as diretrizes traçadas.

Feitos esses rápidos esclarecimentos, eu fico à disposição para responder aos questionamentos de V. Exas., não sem antes reconhecer e agradecer o trabalho dos profissionais de saúde num momento tão difícil como este e me solidarizar com as pessoas hospitalizadas e com aquelas famílias de pessoas que faleceram, que são mais de 400 mil pessoas.

E fica aqui também uma mensagem para aqueles que sofrem de doenças não Covid, que é uma coisa que a gente não pode esquecer neste momento – a gente sabe que o sistema sofre em relação a isso –, e para aqueles que enfrentam as sequelas da Covid, que hoje são um número crescente, com a esperança de que a recuperação dessas pessoas seja rápida e plena.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui e estou à disposição para as perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Dr. Nelson.

Eu irei passar ao Relator, que tem tempo disponível para fazer as perguntas necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença honrosa de V. Exa. nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. O Brasil conhece sobejamente sua competência profissional, sua formação, seu espírito público e o quanto V. Sa. se expôs e se dedicou para ajudar o País em momento crucial de pandemia, de mortes, de negacionismo material e imaterial, de desídia, de negligência.

Ontem nós tivemos aqui o depoimento do ex-Ministro Mandetta, que foi um depoimento primoroso sob todos os aspectos, convincente, afirmativo, verdadeiro, com informações, com números, com bastidores, com testemunhos, absolutamente com tudo de que nós precisávamos. Foi um depoimento que, me permitam dizer, esteve além da expectativa que nós tínhamos.

Eu estou citando esse fato para dizer, Ministro Nelson Teich, que as expectativas que esta CPI tem com relação ao depoimento de V. Exa. hoje é a mesma expectativa, porque todos nós aqui estamos unidos em torno do objetivo de buscar a verdade e de dar as respostas que a sociedade cobra de todos nós.

Mais uma vez, muito obrigado.

Vamos às perguntas.

Ministro, durante sua gestão, alguma medida estava em andamento para produção ou importação de vacinas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Não, no período que eu... A vacina a gente pode separar em basicamente três pontos: quando se têm os estudos clínicos, você ainda não tem uma vacina, está começando o estudo, o desenvolvimento dela; outro é quando você tem uma produção e já começa a ter uma venda antecipada; e depois é quando você tem os resultados e você já sabe que a vacina funciona.

No meu período, não havia uma vacina ainda sendo comercializada – era ainda o começo do processo da vacina – e foi quando eu trouxe a vacina da AstraZeneca para o estudo ser realizado no Brasil, para o Brasil ser um dos braços desse estudo, na expectativa de que, trazendo o estudo, a gente tivesse uma facilidade na compra futura, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi feito algum mapeamento dos estudos ou foram feitos contatos com laboratórios que tinham capacidade tecnológica para eventual produção de vacinas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Nesse momento, não. Nesse momento a gente basicamente tinha Janssen, tinha Moderna, tinha AstraZeneca, cada uma com... Algumas com tecnologia diferente. Na época era bem um começo de tudo, e, aí, minha preocupação realmente era que a gente entrasse nesse circuito do desenvolvimento. Naquele momento o meu foco eram as vacinas que vinham sendo desenvolvidas no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que ações iniciadas durante sua gestão, de que o senhor se recorda, foram descontinuadas depois da sua saída? V. Sa. se lembra?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, é difícil comentar sobre o que foi feito depois que eu saí, porque, na verdade, eu não continuei tendo contato com o ministério. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, de memória, com o objetivo de ajudar o propósito desta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A minha preocupação é só falar de uma forma superficial de problemas complexos, porque eu estaria... Como é que eu vou falar? Aqui não é uma questão de eu não me comprometer, é uma questão de eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, claro.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – ... falar de uma forma sem conhecimento, sabe?

Eu acho que uma coisa que vai ficar marcada aqui neste depoimento é que a minha condução é técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – E tudo que eu faço é baseado em informação, informação de qualidade. Quando eu não tenho essa informação, eu vou buscá-la, mas eu realmente não me coloco de uma forma superficial para problema complexo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

E fique V. Exa. completamente à vontade, porque a investigação aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, será verdadeiramente técnica. Nós aqui somos de partidos diferentes, fomos indicados por Lideranças diferentes, mas temos aqui um só objetivo, que é a busca permanente da verdade. Por isso a importância que nós estamos dando – porque nós o conhecemos – ao seu depoimento hoje, aqui.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu agradeço, Senador. Eu só estou colocando isso para a gente – algumas coisas eu vou marcando ao longo do depoimento – só para poder deixar algumas coisas bem claras, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo, ótimo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Embora eu entenda plenamente o objetivo da... Tanto que eu agradeço muito a chance de estar aqui para poder esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós é que agradecemos.

O Presidente da República, no dia 21 de março de 2020, teria declarado que já estaria ocorrendo um aumento da produção de cloroquina pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército. O ex-Ministro Mandetta, ontem, aqui nesta Comissão, como já falei, garantiu que essa decisão não passou pelo Ministério da Saúde na sua gestão.

Em 23/04, V. Sa. declarou que a recomendação pelo Ministério da Saúde para qualquer medicamento para o tratamento da Covid só ocorreria no dia em que houvesse evidência científica clara sobre o efetivo funcionamento do medicamento.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunto, Ministro: na sua gestão, o Laboratório Químico Farmacêutico do Exército continuava a produção de cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Excelência, eu não participei disso. Se aconteceu alguma coisa, foi fora do meu conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não sabia da produção pelo Exército?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. Nesse momento, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem teve conhecimento nem informação do ritmo em que a produção ocorria?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E de quem teria determinado a produção?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Também não, porque ali eu tinha uma posição muito clara em relação não só à cloroquina, mas em relação a qualquer medicamento. Quer dizer, é o que eu sempre falo: eu não sou a favor ou contra um medicamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Sa. foi consultado sobre isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. Sobre isso, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nenhum momento?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por ninguém do Governo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

Havia algum planejamento para distribuição de cloroquina para Estados e Municípios?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Que passasse pela minha orientação, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não passava pela orientação do ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou passava do ministério e não pela orientação de V. Sa.?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Bom, do que eu vivi, naquele período, a gente nem falava em cloroquina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não ouvia falar?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não falava, porque, na verdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E as declarações públicas de setores do Governo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Na verdade, o que acontece? O dia a dia, era um dia, era um dia a dia extremamente intenso, porque era um momento muito difícil. Faltavam respiradores, faltava EPI, as mortes aumentando, os casos aumentando. E foi um assunto que não chegou a mim, em relação à produção de cloroquina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, quanto à preservação da saúde dos povos indígenas? Como ex-Ministro, até conheço um pouco essa realidade. Eu queria saber: houve alguma ação do Ministério da Saúde para distribuição de cloroquina para aquelas comunidades? É uma pergunta objetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Do meu conhecimento, não. Nunca me foi passado, pelo Robson, que estava sendo distribuída cloroquina para a população indígena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor afirma que não houve a distribuição de cloroquina.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. Se aconteceu a orientação sem eu saber... Ela pode ter acontecido, mas nunca sob a minha orientação. A minha orientação era contrária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sua orientação era contrária e o senhor não sabe se houve a distribuição?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu estou falando isso, porque sempre é possível acontecer alguma coisa. É uma máquina muito grande. Mas não era do meu conhecimento e, se tivesse sabido, não deixaria fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito bem. Em sua saída do ministério, Sr. Ministro da Saúde, o senhor afirmou: "Não vou manchar a minha história por causa da cloroquina". Em sua opinião, a recomendação sem fundamentos científicos para prescrição da cloroquina macula a reputação do Ministério da Saúde?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É uma conduta que para mim, tecnicamente, era inadequada. Até eu vou explicar isso, porque isso não é para a cloroquina; é para qualquer medicamento. Existe uma metodologia para você incorporar um medicamento. Normalmente, quando você vai incorporar... E aí eu vou citar o exemplo da cloroquina, até é um exemplo importante. Quando você faz um estudo clínico, e era isso que eu recomendava na época, ainda existia muita incerteza... E o que eu colocava é que, se tivesse que estudar ou que fazer algum medicamento, isso deveria ser feito através de estudo clínico. Por que através de estudo clínico? Num estudo clínico, as pessoas são monitoradas de perto, você acompanha muito de perto as pessoas, os pacientes. Quando você... Então, por exemplo, até o estudo nos hospitais era mais seguro, porque esse doente, essa pessoa pode fazer eletro; ela é vista todo dia; ela pode fazer exames; se ela tiver intercorrência, ela está dentro de uma instituição que dá condição de ela ser cuidada rapidamente.

Quando você extrapola isso para o ambulatório, esse nível de cuidado, normalmente, se não for num estudo clínico, não é acompanhado. E qual é o problema prático disso? Mesmo num estudo clínico e, em geral, quando você tem o recrutamento das pessoas que vão fazer o estudo, aquelas pessoas com maior risco de ter complicação são excluídas. Então, na prática, você só consegue ter o teste real quando ele é usado em larga escala.

O problema de você trazer o medicamento para o uso ambulatorial para doença leve ou moderada é que a chance de ser extrapolado para prevenção é grande, e, cada vez, você aumenta mais o espectro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que vai ser exposto a um medicamento de forma não controlada e com risco. Eu acho que um exemplo claro que fica disso é o uso de cloroquina com nebulização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Ministro.

Por que, em sua avaliação, era tão grave a recomendação do emprego desse medicamento para o suposto combate da Covid-19, a ponto de ser um dos motivos da sua saída do ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É um medicamento que tem efeitos colaterais de risco. Na realidade, ali o problema era a gente não ter ainda dados concretos do benefício, mas, essencialmente, era a preocupação do uso indevido mesmo, sabe? Isso é o que eu falei: não vale para a cloroquina; vale para qualquer medicamento. Então, ali era muito mais uma discussão de condução do que do remédio especificamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem.

A entrada de Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde deu-se inicialmente no cargo de Secretário-Executivo...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Hã-hã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... segundo cargo mais importante da pasta, não é isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Hã-hã. É um cargo importante. Os outros também são, mas é um cargo muito importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, na hierarquia, é tido como um segundo lugar?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso, segundo. Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No entanto, o próprio Pazuello, que nunca atuou na área de saúde anteriormente, afirmou desconhecer completamente o SUS.

As perguntas: a nomeação de alguém sem nenhuma experiência na área de saúde pública, em um dos momentos mais dramáticos enfrentados pelo Ministério da Saúde no desafio de proteger a população, era adequada no entendimento de V. Sa.?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Vou responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquele momento... Quer dizer, uma coisa com que eu me preocupei, quando eu assumi, foi manter o que vinha sendo feito para não parar coisas que já vinham em andamento e que podiam ser importantes. A ideia da conversa com... Quando eu conversei com Pazuello, eu tinha uma referência dele em relação a um projeto, que era o projeto Acolhida, e tinha a relação da atuação dele nos Jogos Olímpicos. Ali eu tinha uma preocupação grande com o problema de execução. Eu tinha ali uma malha que eu teria disponível, que era a malha do Exército, além de toda a estrutura que eu teria já existente. E ele trabalharia sob a minha orientação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, essa indicação foi feita por V. Sa.?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Do nome dele? Foi o senhor que o indicou?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não, não! Ele foi indicado para mim pelo Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ah, ele foi indicado pelo Presidente da República?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. tinha conhecimento da experiência do seu Secretário Executivo em matéria de saúde quando fez sua nomeação, quando assinou a nomeação dele?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu tinha... Embora ele não tivesse experiência em saúde, eu contava que, sob a minha orientação, ele executasse de forma adequada o que fosse definido na minha estratégia de planejamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. já explicou que a indicação não foi sua, foi do Presidente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não! Eu digo assim: na aceitação de ele ocupar o cargo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu sei.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – ... porque o Presidente indicou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou fazer já outra pergunta: em algum momento dessas tratativas, V. Sa. resistiu à indicação do Secretário Executivo como Ministro?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu parei para pensar. Eu conversei com ele, ouvi o que ele tinha para falar, ouvi a experiência dele, ouvi os pontos que ele colocou, e me pareceu que, naquele momento, em que eu precisava ter uma agilidade muito grande na parte de distribuição, para ajudar ali no problema que a gente tinha de EPI, de respiradores, ele poderia atuar bem. Agora, o fato de tê-lo nomeado não significa que ele iria continuar caso eu não "performasse" bem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso quer dizer que a indicação do Presidente já preencheu, no seu entendimento, os critérios de confiança?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não! Eu decidi depois de falar com ele, não pelo Presidente, não foi porque o Presidente o indicou. O Presidente até o indicou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Presidente sugeriu. Ele o entrevistou e confirmou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo o respeito, querido amigo, eu estou fazendo perguntas ao depoente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não! É para não parecer que a indicação foi imposta, porque a narrativa está sendo conduzida para isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pergunto o que eu entender.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Presidente levou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é V. Exa. que responde.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Ministro Teich estava dizendo que entrevistou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, eu acho que o Ministro Teich, com toda a honestidade, está explicando direitinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, está indo muito bem o Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso que o senhor está falando... Ele está falando aqui aquilo que o senhor está falando. Fique tranquilo, porque, em momento algum... O Dr. Nelson Teich disse que ele foi indicado pelo Presidente, mas que houve a vontade dele na nomeação. Isso está claro para todos nós. Então, não há como induzir mais do que isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só não está claro para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Relator tem o direito de fazer quantas perguntas ele quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu tenho o direito de dizer que não está claro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos deixar o Relator trabalhar!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que eu não aceitei.

Então, Ministro, que tipo de relação de confiança, ao final e ao cabo, ficou estabelecida entre ele, Pazuello, e V. Sa., por favor?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, nós trabalhamos juntos ali ao longo do período que eu tive. A gente... Eu defini as coisas que tinham que ser feitas. A gente conversava sobre como conduzir, e ele ia executando o que eu falava. Na verdade, quem definia era eu. Quem trabalhava a estratégia, quem discutia o que fazer era eu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo!

Então, quais as atribuições do Secretário Pazuello durante a sua gestão, já que era o senhor que atribuía a competência e a responsabilidade?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Naquele momento, o mais importante para mim era conseguir atender aos Estados e Municípios as dificuldades que eles viviam diante da pandemia. Então, estava relacionado à distribuição e obtenção dos EPIs, dos respiradores, mas, naquele momento, foi isso, porque uma coisa importante é a gente entender o momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele era especialista em operação, logística?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A qualificação dele era como alguém que tinha experiência em estruturar operações complexas rapidamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele atrapalhou, travou, sabotou alguma ação de sua gestão? Ou ao contrário: ajudou o senhor ou contribuiu bastante?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho que ele fez o papel dele. A gente, na época, eu me lembro, por exemplo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, contribuiu bastante.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Contribuiu, acho que ele fez o papel dele. A gente – lembro – buscando ventiladores, respiradores, antes até de ir para distribuição, a gente tentava levar direto. A gente tentou trabalhar essa distribuição. Aquele momento, realmente, era um momento bem difícil, porque era uma coisa que estava faltando no mundo, era uma competição mundial por EPI, por respirador, e, naquele momento, eu me via atuando dedicado e conseguindo entregar as coisas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Houve progresso dele no cargo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Como assim?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele ascendeu, estudou, passou a ter conhecimento que não tinha antes?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acredito que sim. A gente conversava, a gente estava perto, e eu conversava com ele sobre o porquê das coisas e o que estava sendo feito, como é que isso ia ser trabalhado. Eu acho que, naturalmente, ele deve ter assimilado alguma coisa nesse período.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E, com a sua saída do ministério, o seu então Secretário Executivo, que o senhor acha que evoluiu bastante, Pazuello, já se mostrava suficientemente qualificado para representar a autoridade sanitária máxima do País?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Então, eu só queria colocar que eu não falei que ele era altamente qualificado. Eu só falei que ele tinha tido uma evolução, já que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu queria ouvir o que o senhor verdadeiramente acha.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Então, isso é uma coisa importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na posição de Ministro, eu acho que seria mais adequado um conhecimento maior sobre gestão e saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ontem, o ex-Ministro Mandetta disse que foi escolhido pelo Presidente Jair Bolsonaro por ser o perfil técnico e sempre pautou os trabalhos do Ministério da Saúde em orientações técnicas. Defendeu que o isolamento social seria necessário quando do agravamento da pandemia. Afirmou ainda que a prescrição de cloroquina, como uma forma de tratamento precoce, sem qualquer comprovação científica, como disse V. Exa., seria medida temerária e inadequada. Além disso, alertou o Governo Federal de que o número de mortes por Covid poderia chegar a 180 mil. Por fim, informou ter sido demitido porque sua forma de atuação não se alinhou com as do Presidente da República. V. Exa. também é médico e, ao que tudo indica, também foi escolhido para a pasta devido ao seu, e aqui foi ressaltado no início, honroso perfil técnico.

Assim, indago, V. Sa. compartilha das orientações quanto a necessidade de que a pessoa à frente do Ministério da Saúde deve se pautar por uma atuação eminentemente técnica?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. compartilha das orientações... Melhor dizendo, o Presidente da República chegou a lhe mostrar a carta enviada pelo ex-Ministro Mandetta?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. teve autonomia para formar sua equipe de trabalho?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim, e isso é uma coisa importante.

O Pazuello entrou na Secretaria Executiva, mas as outras secretarias foram todas mantidas em nível técnico.

Então, foi até o que eu coloquei no começo. Eu tinha uma preocupação grande de que o trabalho que havia sido iniciado fosse continuado, até porque você entra num processo naquele momento bem difícil, então, qualquer coisa que fosse travada ou atrapalhada seria ruim. Então, ali, a gente... Todas as outras secretarias foram mantidas em nível técnico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República assumiu com V. Sa. o compromisso de permitir uma condução técnica dos trabalhos do ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, ele nunca falou nada em contrário, então, eu assumi que sim, que a minha conduta ali deveria ser... Eu seria... Até por ser uma pessoa técnica, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria muito razoável esperar que eu fosse conduzir sem ser de uma forma técnica. Então, eu assumi que teria autonomia para conduzir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele nunca palpitou nem permitiu que alguém palpitasse na definição de suas políticas públicas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, isso não.

A única coisa em que havia uma discussão era sobre a cloroquina.

Inclusive, quando eu entrei, a nossa discussão, a gente até era mais... Não houve, nunca houve uma coisa específica sobre tentar interferir no que eu fazia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. aceitou a missão e apenas 29 dias depois desistiu dela?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu, com a experiência que eu tive na área de gestão, quer dizer, fiquei na gestão em saúde quase 30 anos, com a formação que eu tinha... Inclusive, uma das coisas que eu também me esqueci de colocar foi que eu fundei um instituto de educação e pesquisa na área de oncologia que se tornou um dos maiores do Brasil. Eu achei que era uma pessoa que tinha o preparo para conseguir conduzir o País na pandemia e depois dela. E é uma honra você poder ajudar o teu País, principalmente num momento tão difícil. Então, ali era uma combinação de eu achar que tinha o preparo e a condição e o momento que eu achei que ajudar o Brasil seria uma coisa importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, de alguma forma o senhor se sentiu enganado pelos compromissos que teve por ocasião do seu convite?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, eu não diria enganado, eu diria que, no final, percebi ao longo daquele período, e não precisava de um período longo para perceber isso, que eu não teria a autonomia necessária para conduzir como eu acreditava que fosse a forma mais correta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual foi a real causa, o real motivo do seu pedido de demissão?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Bom, o pedido específico foi pelo desejo de ampliação do uso da cloroquina.

Mas o que eu quero colocar é que isso era o momento – isso eu já falei mais de uma vez –, esse era um problema pontual, mas isso refletia uma falta de autonomia e uma falta de liderança.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Após a sua saída do ministério, V. Sa. teria percebido algum tipo de represália ou de perseguição de agentes ou órgãos do Governo? Porque ontem o Ministro Mandetta disse que isso aconteceu com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, senhor. Comigo não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ótimo.

Seu antecessor no ministério promovia entrevistas coletivas diárias para informação da população sobre o estado da pandemia. E afirmou ontem, nesta Comissão, que o Presidente solicitou que as entrevistas diminuíssem, mesmo sem ter um plano de comunicação formal sobre a Covid-19. Na sua gestão, percebeu-se efetivamente uma diminuição das entrevistas em relação a gestão anterior. Por que motivo isso aconteceu? V. Sa. foi orientado nesse sentido pelo seu superior? Quem foi que deu essa sugestão para diminuir as entrevistas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É, na verdade, essa sugestão nunca veio do Presidente. O que aconteceu? Quando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Veio de quem?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu vou falar agora. Eu vou explicar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá, por favor.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – O que aconteceu? Quando eu entrei, existia um clima de politização e disputa muito grande. Era um clima muito tenso. Então, eu via que as coisas que eu falava eram mais usadas do que ouvidas. Então, existiu ali um momento, um primeiro momento, em que a ideia era só tentar diminuir um pouco a tensão. Esse momento é um momento em que eu tomo um pouco mais de conhecimento do dia a dia do ministério. Eu já tinha algumas coisas bem definidas na minha cabeça em relação ao que fazer. Até, na verdade, eram cinco pontos que eu tinha ali: um era a parte de testagem, outro era a parte de isolamento, a parte de revisão da linha de cuidado, o quarto eram as visitas e o quinto era informação. Então, ali a ideia era... Inclusive, eu achava que aquelas coletivas deveriam ser até um pouco mais técnicas, no sentido de não só passar números, mas tentar passar alguma comunicação para a sociedade, sabe? Então, ali era um momento em que eu estava também estudando até a melhor forma de aquelas coletivas acontecerem. Então, essencialmente foi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas houve alguma orientação?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Alguma recomendação? Nem formal que fosse...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da Secretaria de Comunicação?

Quando tratou do não acolhimento pelo Presidente da República das orientações técnicas do ministério, o ex-Ministro Mandetta, ontem aqui, especulou que a Presidência da República teria um aconselhamento paralelo. Pelo que ouvimos, aparentemente não tinha uma abordagem científica para a gestão da pandemia, mas participava de reuniões com o Presidente – a imprensa ontem publicou fotos, vídeos de várias dessas reuniões com ele e esse comando paralelo – e o instruía a tomar decisões contrárias à orientação do ministério. Ele falou até que tentaram mudar a bula da cloroquina. Questionamos, Ministro: V. Sa. teve uma experiência semelhante como Ministro da Saúde?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não. Quer dizer, eu conversei com o Presidente algumas vezes, mas, sendo muito honesto com o senhor, eu fazia o que eu achava que eu tinha que fazer no dia a dia. Eu também não ficava discutindo muita coisa, entendeu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – À exceção daquela famosa entrevista que o senhor estava falando com a imprensa e o Planalto tomou decisões. Aquela foi uma exceção?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É, aquilo ali foi uma situação ruim, porque... Até conversei com eles depois, e eles pediram até desculpa em relação a isso. Aquela condução foi uma condução ruim realmente. Aquilo ali trouxe uma percepção ruim para todo mundo. Isso ali foi... A forma de conduzir ali me pareceu inadequada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma pergunta muito importante para a Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor participou ou não participou de reuniões em que membros desse aconselhamento paralelo se fizeram presentes?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta objetiva.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

Consegue identificar quem eram os principais conselheiros do Presidente da República em assuntos relacionados à pandemia...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... já que havia uma orientação contrária à orientação do Ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu nem sabia que tinha isso. Na verdade, é o que eu falei, eu ia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presenciou, no dia da entrevista, não é?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É. Ali no dia da entrevista foi ruim. Mas ali são coisas distintas em relação a uma comissão paralela. Eu acho que não... Em relação à comissão paralela, eu nunca tive nem conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bem.

Algum Ministério ou outro órgão do Governo Federal rivalizava com o Ministério da Saúde para assumir protagonismo e tomar decisões na condução das ações contra a pandemia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como Ministro, V. Sa. recebeu pedidos ou sugestões que contrariavam as evidências científicas ou as melhores práticas de gestão até então observadas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Incorporação da cloroquina. Expansão do uso da cloroquina. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Em seus 29 dias, o Presidente da República fez 15 declarações contra o isolamento, públicas. Três em favor da cloroquina. Várias ofensas a Governadores que decretavam medidas restritivas e críticas à decisão do Supremo Tribunal Federal de autonomia correlata dos Estados, Municípios e Presidência da República.

Na sua gestão, as mais célebres frases fora: "E daí?". Quando as mortes somavam cinco mil: "Não sou coveiro". E até o convite para um churrasco quando chorávamos já 9 mil mortes. Quais declarações V. Exa., como médico, reputa mais graves para a explosão do contágio?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, aí eu vou ser técnico mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. É tudo que nós queremos.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Esse tipo de avaliação, esse tipo de mensuração tem que ser feito de uma forma muito científica, porque eu conseguir projetar, a partir de palavras, o quanto isso impactou em mortalidade, isso é muito difícil. Então, eu acho que isso talvez, provavelmente, seja uma função da CPI. Mas a partir de um comportamento, mensurar consequências de casos e mortes, eu acho que eu não seria... Não tem nem como fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou passar para o Senador Randolfe. Quinze minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro, o senhor esteve presente na reunião ministerial, dia 22 de abril...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que se tornou de conhecimento público depois...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Hã-hã.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... por ordem do Supremo Tribunal Federal.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em determinado momento da reunião tem a descrição do seu... O senhor começa a situar a equipe de Governo sobre a circunstância da pandemia. Eu pergunto ao senhor: qual a reação do Presidente da República naquele momento? Qual a reação de parte da equipe do Presidente da República à sua exposição?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, eu não lembro isso. Isso tem um ano. Então... Mas a minha preocupação, naquele momento... E o senhor deve ter reparado isso assistindo àquela reunião. Naquele momento, o que eu fazia honestamente era pensar a hora em que eu deveria falar, o que eu deveria falar de forma bem objetiva. E ali eu coloquei o que eu achava importante em relação à pandemia, tanto em relação a Covid quanto em relação a não Covid. Mas aquilo foi uma coisa que ficou, que foi falada, e depois a reunião seguiu. Então, a gente não teve uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor se recorda da fala do Presidente da República naquela reunião? (*Pausa.*)

Eu vou recordar para o senhor.

Ele diz aqui... Tem a sua exposição, em seguida tem intervenção do Ministro Braga Netto, aí o Presidente diz:

> Ontem eu liguei pro Diretor-Geral da Polícia [...] Federal. Chegou ao meu conhecimento uma nota, que era dele, sobre o passamento de um patrulheiro. E ele enfatizou que era Covid-19. Eu liguei pra ele.
> Por favor, o que mais? Ele era obeso, era isso? Bem... Como é?

Aí segue o Presidente. Braga Netto interrompe dizendo:

> Como... comorbidades.

Aí segue o Presidente da República:

> Comorbidades. Mas ali na nota dele só saiu Covid. Então vamos alertar a quem de direito, ao respectivo ministério, pode botar Covid, mas bota também tinha fibrose... montão de coisa. Eu não entendo desse negócio, não. Tinha um montão de coisa lá, para exatamente não levar o medo à população. Porque a gente... Olha, morreu um sargento do Exército, por exemplo. A princípio é um cara que tá bem de saúde, né? Um policial federal, né? Seja lá o que for, e isso daí não pode acontecer. Então a gente pede esse cuidado com os colegas, tá? A quem de direito, ao respectivo ministério, que tem alguém encarregado disso, né? Pra tomar esse devido cuidado pra não levar mais medo ainda para a população.

O que o senhor entende dessa fala do Presidente da República? Qual a mensagem que ele passou para o senhor naquela reunião ministerial? Enfatizando, a partir da sua exposição, qual o sentido da mensagem aqui descrita pelo Presidente?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – O senhor pode repetir aí para mim, só para eu ouvir o que senhor falou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, teve o diálogo, teve a fala do Presidente da República.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – O senhor repetiu... É porque a fala foi longa. A fala foi longa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A fala? Perfeitamente, vou relatar e voltar aqui para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele disse: "Ontem eu liguei pro Diretor-Geral da Polícia [...] Federal".

Só recordando ao senhor, primeiro tem a sua exposição; em seguida o General Braga Netto faz uma abordagem sobre a sua exposição – lhe interrompe e faz uma abordagem –; em seguida, na fala do General Braga Netto, o Presidente da República intervém e diz o seguinte:

> Ontem eu liguei pro Diretor-Geral da Polícia [...] Federal. Chegou ao meu conhecimento urna nota, que era dele, sobre o passamento de um patrulheiro. E ele enfatizou que era Covid. Eu liguei pra ele.

Aí continua o Presidente:

> Por favor, o que mais? Ele era obeso, era isso? O que mais tinha? [segundo o Presidente, referindo-se ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, perguntando se, além de Covid, tinha algo que tinha agravado].

Mais adiante, o Presidente diz:

> Comorbidades. Ali na nota dele só saiu Covid. Então vamos alertar a quem de direito, ao respectivo ministério, pode botar Covid, mas bota também tinha fibrose... montão de coisa. Eu não entendo desse negócio, não. Tinha um montão de coisa lá, para exatamente não levar medo à população. Porque a gente... Olha, morreu um sargento do Exército, por exemplo. A princípio é um cara que tá bem de saúde, né? Um policial federal, né? Seja lá o que for, e isso daí que pode acontecer. Então, a gente pede esse cuidado com o colegas, tá? A quem de direito, ao respectivo ministério, que tem alguém encarregado disso, né? Para tomar esse devido cuidado para não levar mais medo ainda à população.

Essa é a fala do Presidente da República, ao que me parece, se dirigindo ao senhor e à conduta do Ministério da Saúde em relação ao registro de óbitos por Covid.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, eu não vejo isso como uma fala para mim. Eu vejo isso como uma fala do Presidente, uma fala de uma pessoa que realmente não respondeu de uma forma técnica, que se colocou como um leigo. A minha função ali como uma pessoa técnica especializada era tentar conduzir o ministério numa outra direção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Eu só queria pedir a sua opinião. Nessa fala, me parece que o Presidente da República – e aí eu quero perguntar ao senhor – pede, nessa reunião, que as mortes registradas não sejam somente registradas como Covid, mas com eventuais outras razões que levaram à morte. Isso não interferiria nos dados técnicos do ministério?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Acredito que não, porque, se a pessoa morreu de Covid e isso está na declaração de óbito, independentemente de haver outras causas, aquilo vai ser computado como Covid. Então, ali seriam os diagnósticos secundários, mas isso não mudaria as coisas. Do ponto de vista técnico de mortalidade, eu acho que não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor afirmou, na resposta ao Relator, que, em nenhum momento, se sentiu pressionado pelo Presidente. O senhor, em nenhum momento... O que levou o senhor a achar que, em nenhum momento, ocorreu nenhum tipo de pressão do Presidente da República em nenhuma circunstância durante a sua passagem pelo ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Vou ser honesto com o senhor. Eu ali ia fazer o que eu tinha o que fazer, fizesse ele o que fizesse. A minha única questão era se eu devia continuar ou não, se eu ia ter autonomia ou não. Então, não ia ter coisa que ele fizesse que me pressionasse. É simples assim.

Eu tinha que seguir o que eu achava que era correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – E aí eu passei aquele período...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E qual a influência disso no seu pedido de demissão?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Foi justamente eu não ter tido autonomia de ter tido um desejo dele de estender o uso da cloroquina. Então, essa foi... Se existiu alguma tentativa de interferência, pode ter sido essa, mas, fora isso, eu segui o que tinha que fazer, independente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Só para colaborar com a pergunta do Senador Randolfe, em que momento o senhor percebeu, teve a certeza de que não tinha mais autonomia para continuar no cargo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Essa é a pergunta bem objetiva do senhor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Exatamente. O Relator perfeitamente completou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** É só para ajudar, no papel de Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E fez muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Naquela semana, teve uma fala do Presidente ali na saída do Alvorada, onde ele fala que o Ministro tem que estar afinado e cita o meu nome especificamente. Na véspera, pelo que eu vi, teve uma reunião – acho que com empresários – onde ele fala que o medicamento vai ser expandido. À noite, tem uma *live*, onde ele coloca que espera que, no dia seguinte, vá acontecer isto, que vai ter uma expansão do uso. E aí, no dia seguinte, eu peço a minha exoneração.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado. Muito importante essa informação do senhor.

Eu já vou entrar na questão das vacinas, mas ainda sobre as razões que, ao que me parece ficam claras agora, levaram ao seu pedido de demissão.

Qual é o papel da Dra. Mayra Pinheiro no ministério? Me parece que ela participou de uma... Há duas passagens que eu quero destacar aqui sobre a participação dela no ministério: uma coletiva em que o senhor não estava presente e em que ela comunica o protocolo para uso da hidroxicloroquina; e uma reunião em que me parece que ela faz críticas duras à Fiocruz. Qual é a informação que o senhor tem da atuação dela no Ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – No período em que eu estava lá, minha relação era mais ligada à parte de recursos humanos. Então, ali a minha cobrança com ela era em relação a... Tinha alguma coisa em relação aos residentes, pelo que eu me lembro. Mas era muito focado nisso. Não teve... Quer dizer, a parte da... Isso que o senhor falou da cloroquina foi depois da minha saída, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hum-hum...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Foi depois da minha saída. Mas, essencialmente, a minha relação com ela era uma relação voltada basicamente na área de recursos humanos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor chegou a receber ordens diretas do Presidente da República para mudar o protocolo sobre o uso da cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. A gente conversava, e ele comentava que ele tinha a posição dele, mas uma ordem eu nunca recebi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O que levou à sua demissão foi a *live*, o anúncio?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, foi... Aquela sequência mostrou que eu não tinha, que eu não teria autonomia para conduzir, e ali não tinha sentido eu continuar. E até em respeito ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, à posição dele, ele que me colocou lá, ele que foi eleito pela sociedade, então, até numa posição natural, já que não havia uma autonomia, e isso era um pré-requisito básico para eu continuar, a única... O que eu... Na minha opinião, naquele momento, o certo seria eu sair.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na reunião ministerial, o General Braga Netto enfatizava a necessidade de um plano de saída do isolamento. O senhor considerava que naquele momento, 22 de abril, era prioridade esse plano de saída?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu diria que sim e eu vou explicar para o senhor. Provavelmente eu vou lhe dar uma explicação que é fora do que normalmente é colocado.

Uma coisa que é importante e que eu colocava sempre é que economia e saúde não são coisas distintas. E eu quero explicar por quê. Você tem... Quando você avalia a sociedade, o nível de saúde de uma sociedade, você tem o cuidado em saúde, mas você tem uma coisa que são os determinantes sociais da saúde e você tem economia, você tem educação, você tem onde a pessoa mora, você tem uma série de coisas. Talvez uma ou duas décadas atrás – eu não sei exatamente como está hoje – achava-se até que a educação era o principal fator de saúde de uma sociedade. A economia é um fator muito importante para uma sociedade. Então, qual é o problema prático? Quer dizer, o que aconteceu que eu achei que foi ruim? A economia foi tratada como dinheiro e empresa, e a saúde, como vidas, sofrimento e morte, mas, na verdade, tudo é gente. Quando você fala da economia, você não está falando de empresa, de emprego, de dinheiro; você está falando de gente, entendeu?

Qual é o problema prático que você tem? Quando você tem um atraso econômico, esses problemas vão acontecer mais na frente. Você vai ter problema ligado à educação, à economia, ao recurso financeiro das famílias, e é muito difícil você medir isso. E você tem um presente onde você tem as mortes, você tem o sofrimento, você tem tudo. Então, é muito difícil você comparar os dois impactos, embora eles existam. Então, quando você discute distanciamento, você não está discutindo distanciamento de dinheiro ou em liberar a economia, você está falando da vida das pessoas. Esse é que foi o grande problema que eu achei. A gente tratou economia como dinheiro e saúde como vida, mas é uma coisa só. Isso leva a um grande problema que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor acredita que se criou, artificialmente, uma incompatibilidade entre ambos, que não existe?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim. O que é difícil é você medir, porque, mesmo com as coisas da economia, por exemplo, que vão acontecer lá na frente, em teoria, você pode ter algum tempo para sanar o problema, e a morte está acontecendo agora, você tem que atuar agudamente nisso. Mas, na economia, os determinantes sociais da saúde têm que ser percebidos como coisas que vão afetar a vida das pessoas, a mortalidade, uma série de coisas, mas é difícil medir isso, é difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que eu sempre tentei trazer foi isso, quer dizer, quando eu falava em economia, eu falava em pessoas, eu não falava em dinheiro ou empresas, entendeu? Isso é o que eu queria dizer que era uma coisa só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu tenho que entender para poder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro. Só salve meu tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

A única diferença do Dr. Teich para o Presidente Bolsonaro é a cloroquina, então.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Presidente, eu acho que... Eu diria que eu tentei deixar claro: a cloroquina foi o fator determinante, mas o problema maior era a falta de autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem. Pelo que o senhor respondeu, o senhor respondeu sobre questão de isolamento físico e tal...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, eu queria até colocar mais algumas coisas sobre isolamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, pelo que eu entendi, é por isso que estou perguntando. A sua diferença para sair do Governo só foi a cloroquina, mais nada? As aglomerações, negar a ciência e outras coisas, nada? Só foi a questão da cloroquina?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não é questão de se virar, não é questão de se virar. Eu acho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Assimilar.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Assimilar. Não, não. O que é que acontece? Na minha função como Ministro, tendo autonomia, obviamente eu teria que trabalhar o distanciamento, todos os mecanismos de proteção. Então, independentemente... Quer dizer, o Presidente ali podia ter as atitudes dele, mas a minha postura seria buscar tudo que fosse importante para a sociedade, porque o que é importante colocar aqui é o seguinte: quando eu falava sobre isolamento, sobre distanciamento, a ideia era que a gente tivesse um programa nacional para que a gente pudesse ter uma conduta homogênea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nesse sentido então, por isso eu lhe perguntava, porque eu considerei perfeita a sua ponderação de que não há incompatibilidade entre saúde e economia, na abordagem que o senhor tinha... O senhor considera que foi um erro essa abordagem que foi feita, inclusive pelo Presidente da República, de que se tinha que escolher entre salvar vidas ou salvar a economia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Naturalmente é uma posição diferente da que eu tenho. Então, é diferente é diferente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor não subscreveu a Medida Provisória 966, que ficou conhecida como a MP da cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a razão para o senhor não ter subscrito foi exatamente essa divergência que o senhor tinha sobre o protocolo do Governo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só concluindo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em consideração ao tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, nós contribuímos com V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São dois minutinhos. E eu agradeço tanto ao Relator quanto a V. Exa. Melhoraram, inclusive, as minhas indagações.

Mas só uma última pergunta. Sob vossa gestão começaram as tratativas sobre vacinas, inclusive com a AstraZeneca/Fiocruz. O senhor lembra se no contrato com a AstraZeneca/Fiocruz já tinha ali a responsabilidade civil para efeitos adversos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Ali era uma discussão só do estudo clínico, não era uma discussão ainda de compra de vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Da aquisição.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, em nenhuma das tratativas, durante a sua gestão...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... teve diálogo com a AstraZeneca, Butantan?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Só discussão sobre o desenho do estudo clínico, não sobre a aquisição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas o único diálogo foi com a AstraZeneca? Não teve com as outras? Pfizer...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Na minha gestão, a gente teve uma conversa com a Janssen; com a Moderna, eu comecei a contactar a Moderna, e acho que no meu período foi isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Butantan, não?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Butantan... Eu não tenho certeza se o Anderson conversou com o Butantan em paralelo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito. Mas só para lhe perguntar: em nenhuma dessas conversas teve algum diálogo sobre a responsabilidade civil por efeitos adversos?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Foram só sobre os estudos clínicos?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Só.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O.k., obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E agora uma representante da Bancada Feminina, depois o Senador Tasso, que não vai brigar com as mulheres – ele não é doido, de jeito nenhum.

Quem vai falar pela Bancada Feminina? (*Pausa.*)

Senadora Eliziane.

Depois, V. Exa. aí no Ceará é quem vai falar, Senador Tasso Jereissati, por via remota. Depois, Senador Humberto Costa, Senador Eduardo Girão, Senador Marcos Rogério, Senador Jorginho Mello e Senador Ciro Nogueira, que são os que estão inscritos aqui.

Tem mais algum? (*Pausa.*)

Senador Otto Alencar, depois do Senador Ciro Nogueira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

Eu quero inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por 15 minutos, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu queria inicialmente cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela sua postura, pela sua decisão da inclusão de uma representação feminina neste Colegiado na parte de inquisição, de inquirir aqui os que estão convidados.

Eu queria iniciar, Ministro, com o senhor do ponto que, na verdade, foi bem abordado agora há pouco pelo colega Randolfe e também pelo Relator Renan, que é acerca da questão do uso da cloroquina. O senhor colocou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Eliziane.

Senador Ciro, ontem nós acordamos isso. Não diga isso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Não ficou definido isso em momento nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não diga isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Olhe, ninguém, Presidente, ninguém mais do que o meu partido respeita o papel das mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei disso, Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ninguém, não tem um partido político desta Casa que tenha mais representantes mulheres. Agora, se foi um erro das Lideranças não indicarem as mulheres, a culpa não é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho, Senador Ciro, que o que nós estamos entendendo é que a contribuição dos Senadores e das Senadoras... E aqui todos somos iguais, não tem diferença, a única diferença nesse momento é que nós fomos indicados para uma Comissão, só essa.

Agora eu quero fazer um apelo ao Senador Marcos Rogério e ao Senador Ciro – e ontem eu fiz esse apelo a V. Exa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Nós ficamos de discutir, Presidente, esse foi o apelo que V. Exa. fez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós teremos uma reunião após ouvir o Dr. Teich. Eu só peço para que a gente...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas olhe, Presidente, eu vou aceitar hoje, aqui, em respeito à Senadora. Nada contra a Senadora, mas isso não está em Regimento, não foi acordado pela Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – É isso. É isso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – E a gente fica sempre com o papel de ser o vilão dessa situação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Porque nós queremos cumprir o Regimento, queremos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – É isso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... que o trabalho seja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... levado a sério?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro, longe disso, porque eu fiz um apelo a V. Exa...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas não aconteceu isso, Presidente, isso não foi acordado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não há vilões aqui, Deus o livre. Não existe isso. O senhor tem um posicionamento e eu tenho que respeitar seu posicionamento, como eu respeito o posicionamento do Senador Marcos Rogério.

Vamos conversar. Já acertamos uma conversa logo após ouvir o Dr. Teich – nós teremos uma reunião da Comissão – em que vamos tratar desse assunto.

Eu vou assegurar a palavra à Senadora Eliziane. E esse assunto vamos encerrar agora. Vamos encerrar, Senadora Eliziane, e vamos tratar diretamente sobre os questionamentos que a senhora vai fazer ao Dr. Teich.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Presidente. Só não entendo por que tanto medo das vozes femininas aqui, Ciro e Marcos Rogério.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Está vendo? É por isto que nós não queremos, Presidente: porque as pessoas ficam querendo dar uma outra versão, como se nós estivéssemos perseguindo as mulheres. Quem perseguiu as mulheres foi seu partido, que não a indicou, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só o seguinte...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos lá! Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, nenhum Senador... Só um minutinho, vamos esclarecer isso porque, neste momento, as pessoas podem interpretar errado o Senador Ciro Nogueira e o Senador Marcos Rogério.

Isso foi uma concessão feita por nós. Não está no Regimento, o senhor tem razão. Em tudo isso não há absolutamente nada que V. Exa. não tenha razão. E ontem eu fiz esse apelo para V. Exa. para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente pudesse dar, a pedido das mulheres... Mas, no teor do Regimento, nós estamos, sim, fazendo uma concessão neste momento – foi isso que nós fizemos. E não é uma concessão porque elas são mulheres, é uma concessão porque elas têm uma representatividade igual à nossa, foi essa. O nosso entendimento, o meu entendimento foi esse, mas não tiro... Então, dizer que o Ciro é contra a mulher, não é verdade, estou longe disso. Até porque eu acho que a maior bancada feminina é do PP, tanto no Senado como na Câmara.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, a título de informação para o Senador Ciro – não é debate, é só uma informação, Senador Ciro: nós conseguimos aqui no Congresso Nacional a Liderança feminina. A nossa Liderança feminina, Presidente, em que somos 12 Senadoras, nos permite ter, inclusive, direito a destaque, com a alteração do Regimento que nós fizemos. Eu acho até que é algo que a gente precisa debater, Senadora Simone Tebet: em casos de Comissões que não tenham a participação de uma mulher, que a nossa bancada indique uma mulher. Eu acho que de fato nós precisamos alterar.

Agora, vamos analisar do ponto de vista da razoabilidade, Senador Ciro. Esta Comissão tem 18 membros, entre titulares e suplentes. E a gente não tem uma representação feminina. Então, é uma concessão que foi colocada. Como o Presidente Rodrigo Pacheco...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... abre, faz uma concessão, abrindo o debate da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós estamos em pleno depoimento! Por favor!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Criado pelo senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fiz um apelo a V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Simone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiz um apelo de ouvir a representação de uma Senadora da República. Não é um... Eu não estou fazendo nenhum favor, não, eu estou dando...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pedi para a gente conversar daqui a pouco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não é concessão, não; é compensação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, há uma grande diferença...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem.

Há uma grande diferença de privilégio e prerrogativa. Privilégios são inadmissíveis num Estado de direito, e as mulheres desta Casa nunca vão pleitear. Prerrogativas são diferentes. Nós pedimos ao Plenário desta Comissão, na data de ontem, que pudéssemos ter direito a uma fala na lista dos titulares, na lista dos suplentes. V. Exa., com toda a grandeza, numa decisão salomônica, pôs aos membros desta Comissão, aos que estavam presentes – havia Senador que não estava...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A senhora está enganada, Senadora, eu estava aqui presente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e V. Exa., quando deliberou ao final...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A senhora não fale inverdades, Senadora!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... quando deliberou ao final...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu estava aqui presente! Em minuto nenhum esta Comissão deliberou sobre isso!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... deliberou ao final...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos ouvir a Simone!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa., enquanto Presidente, deliberou ao final...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pergunte aos demais se deliberou ou não deliberou. Pergunte aos demais!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estava aqui...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Não deliberou em hora nenhuma!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e fez uma concessão ainda maior à bancada: que nós teríamos o direito de ser a primeira – nós não pleiteamos – na lista da titularidade, o que nós agradecemos, Sr. Presidente.

Então, o que eu quero dizer neste momento, até porque fica muito ruim essa exposição desta Comissão... Nós somos muito maiores do que isso, e o País está precisando neste momento mais do que nunca de união e harmonia e que nós possamos priorizar aquilo que é relevante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É apenas para dizer, Sr. Presidente, que a questão de ordem já foi resolvida; ontem já foi, de alguma forma, decidido pela Presidência desta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por que 18 homens vão falar e 2 mulheres não podem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Só um minutinho!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele decidiu em Plenário, Ciro! Ele decidiu ontem, Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, ele decidiu, tanto que nós reunimos a Bancada Feminina nesse sentido. Pelo amor de Deus!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, peço que me assegure a palavra para uma manifestação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, é muito medo da voz das mulheres! Eu fico pasma com isso!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É sim, Senador Ciro! Por favor, Senador!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por que desse *show*? Qual o porquê do *show?*

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É óbvio que é! É óbvio que é!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir, por favor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aqui há Parlamentares da base do Governo e da Oposição, há mulheres que apoiam o Governo e mulheres que fazem oposição ao Governo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aqui não é uma questão política, aqui é uma participação feminina, das mulheres, Senador Fernando!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas não é isso não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Fernando, nós temos mulheres que são da base do Governo, e elas vão falar, Senador! Por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas não pode ser ao arrepio da representatividade que o povo elegeu!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós não vamos ter direito a voto!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve uma inversão de ordem!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele decidiu sobre uma questão de ordem!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não pode ser rasgado o Regimento!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não se está rasgando o Regimento!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ninguém está rasgando o Regimento! Aqui nós não temos direito a voto, Sr. Presidente! Nós não temos direito a apresentar um requerimento! Nós não temos direito a votar, nós estamos apenas pedindo, gentilmente, uma inversão de ordem na Comissão!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Omar, resolva a questão de ordem! Resolva a questão de ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós não estamos pleiteando aqui a titularidade na Comissão, apenas uma inversão de ordem para falar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Total desequilíbrio!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para as Senadoras...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não adianta, esse bate-boca não vai resolver...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que... Veja...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. não está equilibrado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o gesto de V. Exa. em tentar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor, você sabe que eu tenho um carinho pessoal por você. Você não pode se alterar dessa forma, Senador Fernando!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aliás, nenhum deles!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o gesto de V. Exa. em tentar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... atender o apelo da Bancada Feminina não encontra respaldo no Regimento Interno.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A gente nem vai votar – a Soraya lembrou muito bem –, a gente não tem nem direito a voto nesta Comissão! A gente só quer falar, Senador Fernando!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando há um ambiente de convergência, de entendimento, esse caminho é o caminho do bom senso, é o caminho da razoabilidade. Quando não há, é a regra regimental que manda, é ela que determina. Todo o Senado Federal tem absoluto respeito pela Bancada Feminina e por sua representação nesta Casa. Agora, foi feito o gesto, votado por todos nós, em relação à Liderança feminina. Agora, quando da ocupação de assento numa Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente, isso tem peso não só na questão da votação, da deliberação dos requerimentos aqui. Isso tem peso em relação à narrativa que está sendo feita no âmbito desta Comissão e para a sociedade.

O que se busca aqui me parece que é engrossar o coro daqueles que querem dar peia no Presidente Bolsonaro, com todo respeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus, Senador Marcos!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não dá para entrar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí, espera aí, espera aí, espera aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente! Eu não vou aceitar isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é isso?

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso não é verdade! Isso não é verdade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A nossa bancada é plural.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Soraya aqui, PSL, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui a Senadora Soraya.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa. que imponha regra regimental.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso não é verdade! Isso não é verdade! Isso não é verdade!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que desequilíbrio! Que desequilíbrio!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só pegar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso não é verdade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se não é verdade, é só ouvirem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Estão colocando uma cortina de fumaça!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, com as mulheres, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não é verdade, Senador Marcos do Val! V. Exa. seja coerente com a sua própria história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, se a Bancada Feminina quer assento nesta Comissão para agir como titulares da Comissão, pegue o bloco, forme um partido político e terão assento nesta Comissão como membros titulares. Ao contrário disso...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não crie fatos diferentes, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Marcos Rogério, eu entrei do mesmo jeito que o senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Podem falar!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu entrei nesta Casa do mesmo jeito que o senhor, Senador. Votos legítimos! Voto da população. Eu entrei nesta Casa como o senhor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não se trata de questão sexista. Aqui as prerrogativas são asseguradas pelo Regimento Interno. Então, esse discurso de sexismo, com todo o respeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Entramos todos pela mesma porta!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Entramos todos pela mesma porta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A reunião está suspensa.

(*Suspensa às 11 horas e 50 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 52 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Ontem, ao final da sessão, ainda com a presença...

Só um minutinho, por favor. Eu vou esclarecer...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por favor! Senadora Eliziane!

Ontem, ao final da sessão – só um minutinho, por favor –, eu até fiz um apelo ao Senador Ciro, que preside a Bancada do PP, a maior bancada feminina que há na Câmara e no Senado. E, no final, no final...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Simone. Só um minutinho, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu vou falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... no final, eu disse o seguinte: que, a partir de agora, nas reuniões da CPI – só um minutinho –, falaria primeiro o Relator; depois, o Senador Randolfe, como Vice-Presidente – e hoje também foi questionado isso e nós vamos, depois, discutir –; e, logo em seguida, nós passaríamos a palavra a uma das 12 mulheres. E V. Exa., Senador Ciro, estava aqui. E ninguém me contestou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Não diga isso! Então, eu quero, por favor, que se coloque, agora, no final da sessão, para ver se alguém concorda ou discorda.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – O senhor está dizendo que eu concordei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. disse que faria uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. ficou quieto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu peço para o senhor rever as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aqui. Pegue as imagens de ontem, eu falando.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Pegue as imagens, e o senhor vai ver que eu não concordei com isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Ciro, todo mundo concordou...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – V. Exa., Sr. Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma discussão inútil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Depois nós vamos discutir...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – V. Exa. disse que faria a reunião...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A palavra está assegurada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... por 15 minutos, à Senadora Eliziane. Vamos lá. Vamos tocar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto.

Presidente Omar, muito obrigada. Eu... É muito lamentável que a gente tenha todo esse debate, mas vamos lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor, Senador Marcos do Val, eu não posso falar?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Pode.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, pronto. Por favor, a gente não pode falar nada que vocês ficam – sabe? – descontrolados. Com todo o respeito. Pelo amor de Deus.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É você, Senador Ciro. V. Exa. começou a ficar descontrolado desde ontem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Ficam provocando.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, pronto. E nem você comigo, Senador Ciro. E nem V. Exa. comigo. Nem V. Exa. comigo...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor, Senador Ciro. V. Exa. está assim desde o início desta CPI. O que é isso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não. E nem eu aguentando grito de homem, Senador Ciro. Por favor. O que que é, Senador? O que que é, Senador? V. Exa. pensa o quê, Senador, que V. Exa. vai calar a gente? Do jeito que V. Exa. não admite meu grito, eu também não admito o seu grito. Pelo amor de Deus!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero pedir desculpa ao Dr. Teich, que está aqui, veja bem, sendo testemunha e está tirando um dia de trabalho dele. Ele está aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – E relevem. Ele já vem com essa impressão do Governo e tem a mesma daqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor!

Eu acho o seguinte: nós vamos acirrando um negócio que não é... Se fosse um fato muito relevante, mas não é nada! Nós vamos... Eu já pedi um apelo ao Senador Ciro e ao Senador Marcos: nós vamos ter uma reunião daqui a pouco, vamos tratar disso lá.

Senadora Eliziane, por favor.

Senador Randolfe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu quero iniciar o debate de onde começou. Senador Ciro, V. Exa. não fique me olhando dessa forma achando que vai me intimidar, não. Tá bom?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – O que é isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, está bom. Não, Presidente, é só para dizer, porque o Senador Ciro vira para mim como se estivesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Existe... Não é qualquer um que me olha de cara feia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Está bom, está bom, vamos lá!

Ministro, eu queria iniciar com o senhor pelo que foi questionado, agora há pouco, tanto pelo Relator da Comissão, quanto pelo Vice-Presidente da Comissão, acerca da questão do uso da cloroquina. O senhor citou, por exemplo, uma reunião com empresários que se deu, depois teve uma live e, na sequência, V. Exa. fez o pedido de sua demissão. Nesse ínterim, Ministro, entre a reunião com a classe empresarial, que é o que me parece, seriam empresários da área farmacêutica... É isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Eu não sei dizer para a senhora. Na verdade, eu ouvi isso depois. Então, eu não sei dizer exatamente com quem foi a reunião. Isso eu ouvi na mídia, para te falar a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nesse ínterim, entre a reunião da classe empresarial e o seu pedido de demissão, o senhor teve alguma conversa anterior com o Presidente Bolsonaro? O senhor recebeu, por exemplo, algum tipo de pressão que levasse, nesse ínterim, ao seu pedido de demissão?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

O senhor ficou muito pouco tempo no Ministério, algo aí em torno... Menos, na verdade, de 30 dias.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Hã-hã.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E aí os colegas já fizeram as várias perguntas referentes às razões que o levaram a fazer o pedido de demissão. Eu diria ao senhor, eu estaria, por exemplo, falando errado ao dizer que o seu pedido de demissão se deu, além da questão da cloroquina, também pela posição negacionista do Presidente Bolsonaro?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Objetivamente, não. Eu quero deixar bem claro: a minha saída foi porque eu não tinha autonomia para implementar aquilo que eu achava que era certo. Todas as coisas que levavam a esse conceito tiveram peso, mas, especificamente, a razão essencial foi que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

eu precisava de autonomia e precisava de liderança. Sem isso, eu não ia conseguir fazer o que eu tinha que fazer em termos de estratégia, ação, tudo. Então, essencialmente, foi isso. A cloroquina foi realmente pontual, mas existiam outras coisas que aconteceram que já foram colocadas, mas a minha saída essencialmente foi porque eu não teria a autonomia e a liderança para conduzir da forma que eu achava que devia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

Nós tivemos ontem, aqui, a presença do Ministro Mandetta, e ele falou acerca desse aconselhamento paralelo, parece que um governo paralelo, não é? O senhor disse agora que o senhor não teve o conhecimento. O senhor, inclusive, deixou claro que, talvez, teve conhecimento aqui, com essa informação ontem, do Mandetta, mas nós temos, na verdade, algumas fotografias de reuniões, com a presença, por exemplo, de um dos filhos do Presidente da República que não integra o Governo – seria um Vereador.

O senhor chegou a participar de algumas das reuniões ministeriais com o Governo, com a equipe do Governo, com a presença do filho do Presidente da República?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – As reuniões dos ministros, não. Eu tive algumas reuniões com o Presidente, mas lembrar da presença de um deles na reunião eu não lembro, é difícil; tem um ano também, é difícil lembrar. Eu nunca me dirigi a eles, eu nunca conversei com eles, nunca discuti nada com eles. Se existia alguma... Eles podiam estar, em algum momento fisicamente ali, mas eles não tiveram nenhuma interferência em qualquer reunião que eu tivesse feito com o Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor não lembra ou o senhor afirma que não havia a presença de nenhum deles? É bom lembrar até porque a gente está aqui com o senhor na condição de testemunha. Não é isso? Só para confirmar, Presidente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o art. 203 do Código de Processo Penal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente!

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu não lembro, eu não lembro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor não lembra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou seja, o senhor pode ter participado de reuniões com a presença dos filhos do Presidente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Se eles estavam na reunião, não foram pessoas que tiveram alguma participação ativa, senão eu lembraria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo.

Sr. Presidente, ou melhor, Sr. Ministro, acerca da questão das vacinas, o Randolfe fez uma pergunta agora há pouco. Lá atrás – o senhor esteve no ministério de abril a maio, esteve por pouco tempo ali –, já se começava, na verdade, o debate. O senhor faz referência aos laboratórios Janssen e Moderna. Mais na frente, nós tivemos um debate muito acirrado, inclusive de forma muito clara, colocando que o Presidente da República, o Governo brasileiro não teria levado adiante as tratativas que deveriam ser levadas para termos, por exemplo, acesso à vacina. A gente já poderia ter tido vacina no final do ano passado, e, portanto, hoje, haveria uma quantidade bem maior, não é?

O senhor, pelo pouco tempo que o senhor ali passou... Mas, lá atrás, o senhor já iniciou as conversas. Por exemplo, há uma fala sua em uma coletiva. O senhor disse o seguinte: "A gente está conversando com possíveis laboratórios que vão produzir vacina, para que a gente consiga garantir, caso surja, uma vacina, para que o Brasil tenha uma cota, uma parte". O senhor sai em seguida, depois de terem iniciado essas tratativas.

Considerando a experiência que o senhor viveu e, ao mesmo tempo, o cenário em que nós chegamos à vacina, apenas agora no mês de janeiro para fevereiro, o senhor acha que a gente poderia ter agilizado mais? O Brasil poderia ter tido acesso mais rápido a essas vacinas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senadora, eu não tenho acesso ao que aconteceu no ministério depois que eu saí. Todas as informações que eu tenho são informações que eu vejo na mídia. Eu acho que uma opinião dessas, baseada em fatos da mídia, seria superficial. Eu acho que eu não tenho dado forte o bastante para opinar sobre isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo.

Durante a sua rápida passagem pelo ministério, o senhor, na verdade, realizou algumas ações importantes, entre elas um plano de diretrizes para o distanciamento. Eu pergunto ao senhor: o senhor obteve algum tipo de engajamento do Presidente da República? Ao mesmo tempo, esse plano teve, além de algum engajamento dele, o engajamento, por exemplo, de alguns dos ministros, do Ministro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Economia, por exemplo? Qual era a posição deles em relação a esse plano? E, ao mesmo tempo, qual é a sua avaliação? Por que esse plano foi totalmente abandonado com a sua saída?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Bom, esse plano fazia parte – acho que esta é uma coisa importante de a gente colocar – de um programa para controlar o distanciamento, controlar a transmissão, perdão! O que é que acontece? Quando a gente olha, como eu falei, os países que tiveram sucesso, eles controlaram a transmissão. Então, esse projeto foi feito justamente para que a gente começasse uma discussão sobre estratégias de distanciamento. Uma coisa que eu deixei clara na época era que isso não era ou para começar a distanciar ou para sair do distanciamento; era um programa para a gente começar a entender melhor.

Eu até vou lhe explicar um pouco isso. Por exemplo, hoje, o que é que acontece? Hoje, os distanciamentos acontecem, normalmente, nos programas que a gente tem chamado de *lockdown*, quando a cidade fica em uma situação muito crítica. Então, você tem uma sobrecarga dos hospitais, você tem uma sobrecarga da UTI. E o que acontece na prática? A gente não tem aprendido, a gente não aprende com o que a gente está fazendo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É só ele acabar de falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos, só atenção ao depoimento...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Só para terminar de acabar de falar lá atrás.

Então, deixe-me recuperar aqui o que estava lhe falando.

Então, o que acontece hoje? Hoje, o que é o ideal? O ideal é, quando você faz qualquer medida de distanciamento, que você tente entender qual é o impacto daquilo que você está fazendo. Vou dar um exemplo prático. Hoje, às vezes, a gente se bloqueia à noite, bloqueia o final de semana, mas você não sabe, por exemplo, o que acontece durante o dia. Eu vi o maior número que saiu na imprensa dizendo que 86% das pessoas não conseguem fazer *home office*, o que quer dizer que a maioria delas tem que interagir durante o dia, talvez indo para o trabalho. Então, se você não sabe exatamente o que está acontecendo, a sua implantação é mais uma medida, porque você não tem o que fazer, porque está no limite do que você realmente tem alguma coisa de estratégia.

Então, a ideia disso, de você ter testagem, de você ter um programa de distanciamento mais cientificamente trabalhado, o projeto era esse. E esse projeto que a gente começou no período em que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiquei é o que há até hoje no *site* do Conass e Conasems. Quem trabalhou muito à frente disso foi o Denizar Vianna, que na época era meu assessor. Então, o projeto, hoje, ainda existe; se eu não estou enganado, eu vi isso essa semana, no *site* do Conass e o Conasems, com algum ajuste. O Conass e o Conasams hoje ainda têm isso como referência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem.

Ministro, eu resgatei aqui também uma outra fala do senhor que diz o seguinte: "É fundamental estar na ponta, entender o que acontece no dia a dia, ver o que está sendo feito. Esse entendimento foi importante para desenho de ações implementadas em seguida. Cada cidade a que a gente vai e a gente está mais bem preparado para o desafio".

Eu quero fazer uma pergunta sobre essa questão da ponta, especificamente sobre o caso de Manaus, em que nós tivemos a falta aí do oxigênio e infelizmente várias pessoas vieram à óbito com esse colapso na falta de oxigênio.

Se essa sua defesa tivesse sido colocada na prática, a gente evitaria, por exemplo, o que a gente vivenciou e acompanhou em relação a Amazonas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Em relação a Amazonas, em relação ao que aconteceu, eu acho que o grande impacto é a informação, você pode visitar uma cidade onde vai fazer um diagnóstico e saber se vai faltar oxigênio ou não.

Eu tinha colocado cinco pontos e um dos pontos em que a gente ia começar uma discussão era justamente sobre informação. A falta de informação impede que você faça um diagnóstico do momento. E, quanto mais detalhada ela for, mais você consegue ver uma linha de tendência e antecipar uma coisa que vai evoluir, porque, ao fazer um diagnóstico daquilo que já está acontecendo, a chance de você mudar aquilo é muito pequena.

Então, o programa de informação é fundamental para que você consiga antecipar movimentos. Nesse caso, mais importante que uma visita no lugar é ter uma estrutura de informação em tempo real mais complexa. Isso que eu acho que faria grande diferença, porque você consegue antecipar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E, nessa mesma linha, Ministro, o Ministro Mandetta, por exemplo, que o antecedeu, dava entrevista, se não me falha a memória, diariamente, dava entrevista coletiva para a sociedade, dava os números, passava orientação, enfim. Já na sua gestão, a prática das entrevistas foi suplantada. E isto o senhor coloca muito bem: informação é fundamental para o enfrentamento de um caso que é novo, de um vírus que é novo; ninguém sabe o que é, qual o tipo de tratamento, qual o tipo de medicamento, principalmente no momento em que o senhor estava na gestão, em que nem sequer se vislumbrou a prática em relação à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina tinha já naquele momento, tanto que a gente já teve em outros países do mundo já perto do final do ano.

Por que o senhor suspendeu as entrevistas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Na verdade, elas não foram suspensas, aconteceram coletivas.

Num primeiro momento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não no mesmo ritmo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não no mesmo ritmo, mas elas aconteceram.

Num primeiro momento, como eu coloquei, primeiro eu queria entender o que estava acontecendo, queria entender melhor o ministério. As informações continuavam saindo diariamente, só que não em coletiva, mas elas existiam diariamente.

E, ali, a minha preocupação era, como eu falei... Eu achava que aquela... Mais do que passar os números, era tentar interpretar um pouco melhor. Então, a ideia era tentar, vamos dizer assim, melhorar um pouco a comunicação até, por incrível que pareça, mas eu também não esperava sair em 30 dias.

Então, tem um período ali em que eu estava avaliando a melhor forma de conduzir, mas nunca houve um objetivo de reduzir a comunicação, nunca! Nunca, pelo contrário, eu sempre fui uma pessoa que defendeu a informação muito. Então, reduziram, realmente, naquele período, mas nunca houve um objetivo de reduzir ou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Da sua parte.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É, da minha parte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** É, mas foi feita alguma recomendação em relação à suspensão dessa temporalidade...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... da continuidade das...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... das coletivas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Ali eu realmente estava tentando entender, porque, querendo ou não, você... Era um momento muito difícil, muito complexo e eu tinha que minimamente entender o que estava acontecendo. No espaço de uma semana, oito, nove dias, foi o tempo que eu precisava para minimamente começar a me comunicar com as pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E, para finalizar, Presidente Randolfe, nós tivemos... Eu queria fazer uma pergunta para o senhor de forma mais direta. No seu Governo, havia ali a indicação do General Pazuello. O General Pazuello, Ministro, foi imposto como uma condição? Por que eu pergunto isso? Porque, na sequência, quando ele estava no ministério, ele falou uma frase ao lado do Presidente da República e disse: "Olha, manda quem pode, obedece quem tem juízo", mais ou menos algo dessa natureza. A presença dele no ministério... O senhor chegou – e aí é muito bom a gente lembrar –, quando o senhor foi colocado como Ministro da Saúde, houve uma expectativa nacional pelo seu perfil técnico, pela sua postura, pelo seu histórico. E aí, depois, veio a colocação do secretário e o senhor saiu logo, quer dizer, o senhor não passou nem um mês no ministério, tudo muito rápido. A gente até ficou se questionando: "Meu Deus, o que de fato aconteceu?".

O General Pazuello foi imposto? Foi colocado como condição? Porque depois ele falou exatamente essa frase, ou seja, ele estava dentro do perfil que, em tese, teria que ser feito, independentemente de questões da ciência ou avaliações técnicas. Ele foi imposto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A resposta bem objetiva é não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ele foi imposto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Se ele tivesse sido imposto, eu saia com uma semana em vez de um mês. Entendeu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu que agradeço.

O próximo, no sistema remoto, é o Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso, V. Exa. com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) **–** Obrigado, Presidente, Dr. Teich, Relator Renan, Sra. Senadoras, Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, Ministro Teich, de agradecer a sua presença e a franqueza com que V. Sa. está tratando, está respondendo as nossas questões e tenho duas perguntas a fazer.

A primeira eu tenho um pequeno diagnóstico para fazer. Dois Ministros médicos e técnicos, certo? Ministro Mandetta e Ministro Teich. Dois Ministros que seguem a ciência e a técnica e as orientações, os protocolos das grandes instituições internacionais. Os dois demitidos; ou pedem demissão ou demitidos. No fundo, foi a mesma coisa.

Pontos fundamentais que me parecem não o pontual, mas o fundamental dessa discordância: primeiro, evidentemente, o conhecimento, não desprezar a ciência e o conhecimento; e, segundo, não desprezar a gravidade da pandemia, tratá-la com toda a gravidade com que ela merecia. Já começa desde o início, quando os ministros técnicos falam da gravidade e o Presidente fala de gripezinha.

Outro ponto: vacina. Mas V. Sa. já deixou bem claro que não era bem... Na sua época, era muito inicial a questão da vacina.

Cloroquina: também ficou muito claro pelas declarações de V. Sa. que isso foi inclusive o pontual, o ponto máximo que o senhor não podia ser conivente com aquela recomendação ou protocolo de cloroquina.

Outro ponto, que não foi muito conversado até agora, mas me parece também que é comum a todos os dois ministros técnicos que ou se demitiram ou foram demitidos, é a questão do distanciamento social e do uso da máscara. Eu me lembro de que V. Sa. esteve uma vez aqui no Senado e eu tentei tirar de V. Exa., e eu notei até uma certa indignação por parte de V. Exa. quando eu fiz a pergunta, porque V. Sa. não tinha, até aquele momento, se declarado a favor do distanciamento social e eu notei que V. Exa. disse: "Eu? Absolutamente. Eu sou absolutamente a favor do distanciamento social". Mas aqui tem dois pontos que o senhor se declarou naquele momento, mas, publicamente, desta maneira se falava sobre o assunto com certo constrangimento.

E aqui também me vem a lembrança de uma entrevista coletiva em que estava presente V. Sa. e o depois Ministro Pazuello, seu Secretário naquela época, em que um jornalista lhe fez a seguinte pergunta: "Ministro, por que é que V. Exa. [naquela época] está liberando barbeiro, cabeleireiro, salão de beleza e uma porção de outras coisas? Qual é o motivo? Qual é a argumentação técnica?". E V. Sa. olhou espantado para o Pazuello ao seu lado e disse: "Eu não sabia de nada disso". E o jornalista disse: "O senhor não sabia?". Aí ele perguntou para o Pazuello: "Isso foi hoje? Eu não estou sabendo de nada disso". Aí me parece também que há um claro distanciamento de V. Sa., assim como do Ministro Mandetta, em relação a outra questão fundamental das causas, do drama que nós vivemos hoje: é a discordância em relação à questão do distanciamento social e uso da máscara, insistentemente feito pelo Presidente da República com todos os ministros. E até agora, com o... Mesmo com o Ministro Queiroga, eu noto isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tem a ver com distanciamento e autonomia, porque, evidentemente, se o Ministro da Saúde... E que naquele momento, como V. Sa. classificou, não existia ainda a vacina nem a perspectiva de uma vacina a curto prazo, a grande arma era o distanciamento social, ou único, e uso de máscara, e V. Exa., como Ministro da Saúde, tomando conhecimento de uma atitude do Presidente de abrir para cabeleireiro pela imprensa, pelos jornais; aliás, depois dos jornais. Eles que o avisaram. E também o seu olhar, imediatamente para o lado, em direção ao seu Secretário Pazuello.

Então, isso me parece que dá uma distância fundamental entre a sua diretriz, que é o distanciamento social e o uso de máscara, por essa iniciativa do Presidente e a sua evidente discordância, se é que eu estou correto, e autonomia. O senhor não tinha autonomia nenhuma, porque como é que isso... Uma coisa como essa pode acontecer?

E a outra é da informação, de que a Senadora Eliziane falou, e que não é só a questão das entrevistas coletivas. O Ministro Mandetta fazia não só as entrevistas coletivas... Isso pode ser sequenciado, cada um tem seu ritmo, sua estratégia de comunicação, mas a comunicação é fundamental.

Assim, mas também desapareceu o retrato numérico da Covid no Brasil, de óbitos, de casos, etc., que ele fazia todos os dias. Daí nasceu, inclusive, a necessidade do consórcio de imprensas. O Ministério da Saúde deixou de ser o informante da imprensa ou a fonte de dados da imprensa para que ela pudesse divulgar, na nossa televisão, jornal, rádio, etc., a atualização dos dados do coronavírus. Isso me parece que em sua gestão também desapareceu e se precisou fazer esse consórcio de imprensa.

Essas afirmações que me parece que são comuns aos dois Ministros, técnicos e médicos, e foram razões da demissão ou pedido de demissão, conferem, na sua opinião?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Senador, a entrada do consórcio de imprensa em relação aos dados aconteceu depois da minha saída. Não foi no meu período.

Em relação à comunicação, foi o que eu coloquei. Existiam boletins diários... Não existia uma comunicação na televisão, mas existiam os boletins diários, existia uma comunicação diária, ela continuava, e o que eu realmente fazia naquele momento era tentar trazer, mesmo voltando nas coletivas, para que aquela coletiva tivesse um tom muito mais de informação mesmo... Porque, no final, ela estava assumindo um tom político muito forte. Então, eu também queria mudar um pouco o tom da coletiva tirando-a de uma situação que parecia mais política do que qualquer outra coisa, mais um confronto, e aí eu realmente, naquele momento, foi como eu falei: eu estava entendendo a situação do ministério e pensando qual seria a melhor forma de conduzir. Mas, em momento algum, eu deixei... A informação deixou de existir. E as coletivas, realmente, aconteceram numa frequência menor, mas nunca com qualquer objetivo de blindar ou tirar informação da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, não... Eu queria... V. Sa. não respondeu à minha pergunta. Eu quero...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Qual, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Dois ministros médicos, eminentemente técnicos, seguidores das ciências e das orientações das entidades de saúde internacionais, tiveram diferenças fundamentais com a Presidência da República. A cloroquina, V. Exa. deixou claro que sim. A vacina, V. Exa. disse que ainda não existia no seu momento. Agora, distanciamento social e uso de máscara... Aí dei como exemplo...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Ah é! Não...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... essa entrevista coletiva que V. Sa. deu ao lado do Secretário Pazuello àquele tempo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Tá. Posso responder?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – E a quarta é o desprezo pela gravidade da pandemia.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Então...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Une os dois Ministros? É comum ao dois Ministros demitidos técnicos e médicos?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, V. Exa. podia só... O terceiro ponto é o do distanciamento?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Distanciamento social e uso de máscara.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Esse aí era o quarto. O terceiro era...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O desprezo profundo, o desprezo...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – O distanciamento...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... ou não importando a gravidade da pandemia, já que o Presidente dizia que aquilo era uma gripezinha que rapidamente iria se acabar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Em relação ao distanciamento, a minha proposta era realmente que... Me lembro de que, na época, falavam em distanciamento vertical, distanciamento horizontal. Realmente, eu não via isso: não era nem um nem outro. Para mim, o que a gente tinha que fazer era um programa em que a gente trabalhasse o distanciamento como uma das ferramentas de uma estratégia de redução da transmissão, que aí teria testagem, teria o distanciamento, que seria ajustado de acordo com as necessidades. E, além disso, você tem que ter o rastreamento, quarentena de contato. Esse tipo de estratégia foi o que deu mais certo. Então, a minha estratégia era voltada a esse bloco. Era um bloco de que para botar bloqueio de transmissão: combinando tudo – testagem, isolamento, rastreamento, quarentena.

Em relação ao uso de máscara, à postura do Presidente, naturalmente a minha posição é diferente, porque a minha proposta ali era outra. Agora, naquele momento, o que eu estou fazendo ali é tentando construir uma política, tentando construir uma forma de condução. Então, nesse momento, eu estou fazendo o que eu acho que é correto para tentar buscar essa condução, essa forma de levar aquela situação daquele momento. Mas, obviamente, a minha posição em relação ao distanciamento, em relação à máscara, é clara. Ela é clara: eu sou... Existe uma necessidade de você usar máscara, fazer distanciamento em situações em que você tem momento de transmissão ou que você tem principalmente a sobrecarga.

Mas um detalhe aí do que o senhor está falando que eu acho importante falar é o seguinte: essas medidas de testagem, de isolamento, rastreamento e quarentena, elas se aplicam em qualquer momento. Então, em relação à calamidade, à situação, eu me lembro, acho que foi na primeira coletiva, em que me perguntaram quando é que ia acabar a pandemia, aonde é que isso ia chegar... Eu me lembro que eu falei: "Olha, eu não sei e ninguém sabe", porque naquela época tinha muito modelo matemático, muita previsão que era feita...

E o que é que acontece? A pandemia traz uma situação única: ela tem uma extrema incerteza, um extremo desconhecimento. E a gente está vendo o que está acontecendo hoje. Você tem uma evolução em que você pode ter variantes, você não sabe quantas vacinas vão funcionar. Então, aquela realidade daquele momento é a mesma realidade de hoje. Quando é que isso vai acabar, que tamanho vai ser esse problema a gente ainda não sabe.

Esse programa em que a gente tem que buscar, de isolamento, de testagem, de rastreamento, é importante que, mesmo que não tenha sido feito antes, seja feito agora, porque, quando os casos começarem a acabar, nada impede que surja uma outra variante, você não sabe o que vai acontecer e você pode voltar para o momento inicial.

Eu tenho até aqui alguns dados que acho interessantes, porque a gente fala em testagem em massa, testagem... (*Pausa.*)

Pessoal, eu precisava que vocês fizessem silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas, peço a atenção do Plenário para darmos continuidade ao depoimento, para garantirmos a palavra ao depoente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Então, eu vou colocar aqui uma coisa para vocês, para vocês verem como funciona.

Os lugares que tiveram melhor resultado... Você tem, por exemplo, Taiwan; você tem Vietnã; você tem Japão. Só para vocês terem uma ideia, Taiwan fez 23 mil testes por milhão, o Brasil fez 217 mil. Taiwan fez 23 mil... Isso são dados de hoje, de ontem. Então, esses lugares fizeram pouco teste. Então, na verdade, não é o teste que faz a diferença, é um programa de controle da transmissão, da qual o teste faz parte; é a forma correta de usar dentro de um ciclo de controle que vai fazer a diferença. Isso vale para qualquer dia, inclusive para hoje.

Felizmente, as curvas parecem que estão diminuindo no Brasil. E aí é hora de você ficar mais atento ainda, porque a gente nunca sabe se surge uma variante nova, o que pode estar acontecendo num futuro próximo. Por isso é que estou querendo colocar...

Em relação ao distanciamento, ele vai acontecer dentro de um trabalho maior, que é um trabalho de controle de transmissão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, última questão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Última questão bem rápida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Tasso. Pode falar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O senhor avalia, como técnico que hoje naturalmente ocupa, que, se nós tivéssemos desde o início da pandemia o trabalho perfeitamente homogêneo e orgânico dentro do Governo como um todo, não só no Ministério da Saúde, mas, evidentemente, liderado na questão da pandemia e nas medidas a tomar pelo Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde, e tivéssemos uma continuidade nesse programa, os resultados sobre mortes e casos no Brasil hoje seriam diferentes?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, é muito difícil falar uma coisa como essa, porque isso é uma opinião, não é um fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Sim, mas como opinião.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não, eu vou dar, eu vou dar... Mas eu só quero deixar claro que é uma opinião. Aí vou colocar coisas que eu... A minha impressão no período do ministério...

Qual é o problema que você tem quando você tem uma pandemia como a Covid? Porque ela sobrecarrega o sistema, e os sistemas não são feitos para trabalhar com ociosidade, eles são feitos para trabalhar com eficiência. Por isso é que o controle da transmissão é tão importante, porque, se você deixa os casos crescerem, você começa a ter dificuldades. Países com grande qualidade de cuidado, como o Japão, tiveram isso. Então, o que acontece? O sistema de saúde brasileiro foi se ajustando ao longo de anos e governos. Isso não foi uma coisa que aconteceu da noite para o dia. Mas o que acontece? Um sistema não consegue se preparar da noite para o dia para enfrentar uma pandemia quando ele é sobrecarregado, tanto que você vê a realidade que aconteceu nos países da Europa, isso tudo. Então, isso que eu estou dizendo é... Isso que V. Exa. comentou o que seria... Não é um... Tem de ser um enfrentamento Brasil; não é enfrentamento do Ministério da Saúde, porque a gente tem pessoas pobres, a gente tem pessoas que vivem em lugares aglomerados no seu dia a dia, pessoas que moram com várias pessoas em um único cômodo, em um lugar com pouco espaço. Então, quando você faz um programa desse, é um programa que vai envolver você fazer o teste, você vai ter de isolar, você vai ter de dar condição para quem não tem condição de se isolar, você vai ter que rastrear... Talvez você tenha que usar medidas tipo assim: uso da telefonia para você conseguir acompanhar quem esteve do lado, quem vai fazer quarentena... Essa pessoa também tem que ser protegida, ela tem que ter condição de se isolar. Então, é muito complexo você conseguir fazer um sistema funcionar a ponto de regredir significativamente as mortes que a gente teve.

Naturalmente, o que eu que posso dizer... O nosso sistema foi eficiente? Não. Por que eu posso dizer isso? Porque eu sei que tiveram alguns que tiveram muito sucesso. Eu tenho uma comparação, eu tenho uma referência. Agora é óbvio que, em condições ideais, a realidade seria diferente. A pergunta é... Talvez um dos grandes momentos que a gente tem hoje na CPI seja a gente mapear as fragilidades e as ineficiências do sistema, para que a gente consiga enfrentar situações futuras, porque nada é mais importante do que estar preparado. Ninguém consegue se preparar da noite para o dia para uma situação como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Teich.

Próximo inscrito...

Senador Tasso... Agradeço ao Senador Tasso.

Próximo inscrito, Senador Humberto Costa, e 15 minutos para o depoente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, para começar, eu queria aqui comunicar que o Presidente declarou há poucas horas que vai hoje emitir um decreto para impedir Prefeitos e Governadores de fecharem serviços e ainda declarou "Pode ter certeza que esse decreto será cumprido". Só para que haja conhecimento de todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – V. Exa. poderia repetir?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Presidente da República anunciou que vai hoje emitir um decreto proibindo que Prefeitos e Governadores fechem serviços e disse: "Pode ter certeza que esse decreto será cumprido". Apenas para que se tenha conhecimento de como o Presidente está enfrentando as coisas.

Ministro Teich, é um prazer recebê-lo aqui. Eu teria algumas perguntas a fazer a V. Sa.

Primeiro, quando V. Sa. assumiu, obviamente estava muito em discussão o tema do isolamento. V. Exa. falou na tese do isolamento horizontal, que talvez fosse a melhor opção para o Brasil, embora em alguns lugares, como na Espanha, na Suécia, principalmente na Suécia, em Milão, na Itália, e na França, inicialmente esse isolamento foi adotado e depois foi retirado. O senhor inclusive apresentou um documento chamado Estratégia de Gestão de Riscos, que flexibilizava bastante essa temática, mas mesmo assim ele não foi implementado. A minha pergunta é se houve algum tipo de pressão de fora do ministério, dentro do Governo, para que o senhor não adotasse essas medidas. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, Ministro: aqui já foi dito que V. Sa. estava numa entrevista coletiva no dia 20 de março de 2020, quando um jornalista transmitiu a informação de que o Presidente da República havia editado um decreto mudando o conteúdo do que seriam serviços essenciais. Naquele momento, falou-se, inclusive, que dizia respeito a salões de beleza e academias etc. Eu pergunto a V. Sa.: V. Sa. disse que não sabia, que depois questionou, que houve um pedido de desculpas, mas V. Sa. concordava com o teor desse decreto? Aquele era o momento para promover a determinação de que esses serviços fossem considerados essenciais?

A terceira pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) **–** Talvez fosse melhor fazer uma a uma, porque aí você vai acompanhando.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho melhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Está bom. Então o senhor pode responder essas duas, e eu tenho outras aqui a fazer.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) **–** Tá.

A primeira. Quando eu estava lá no ministério, eu fui questionado pelo Conass e Conasems, em uma reunião que a gente teve. À época, no Conass era o Beltrame o Presidente, e ele disse que o Ministério da Saúde tinha que ter algum tipo de posição e liderança, e eu coloquei para ele que a gente já estava fazendo aquilo, que a gente já estava com aquele documento em andamento. Então, ao final, a gente combinou. No final de semana, teve reunião, e eu coloquei que... Eu já tinha até combinado de apresentar numa coletiva, mas eu falei que não iria apresentar para que a gente tivesse a participação do Conass e do Conasems para que aquele projeto fosse um projeto Brasil, não só do Ministério da Saúde. Isso foi revisto no final de semana, aparentemente estava o.k, mas, na semana seguinte, quando a gente teve uma reunião, houve uma preocupação do Conass de que aquele talvez não fosse o melhor momento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – E aí eu optei por segurar um pouco até conseguir trabalhar um pouco melhor com o Conass e o Conasems, porque para mim era importante que aquilo fosse um documento Brasil, não só um documento do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Dr. Teich, só um minutinho. Eu queria só pedir a atenção ao Plenário, durante a fala do depoente, para não interromper o raciocínio tanto de quem estiver inquirindo quanto do depoente. Estou assegurando o tempo tanto para as respostas do depoente quanto o tempo para as perguntas do Senador Humberto Costa.

Por favor, doutor.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Em relação àquela entrevista, àquele decreto, o decreto dizia que teria de acontecer de acordo com a orientação do Ministério da Saúde – o próprio decreto diz isso. Mas é óbvio que, idealmente, esse tipo de discussão deveria ter sido prévia. Eu acho que ali foi uma coisa que podia ter sido um pouco... A forma de fazer poderia ter sido um pouco mais estruturada. No decreto... Eu não lembro as palavras, mas no decreto diz que tem que ter uma participação do Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas V. Sa. concordava com o teor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, ali, o que acontece? Cada situação tem que ser avaliada de acordo com o momento. Normalmente, ali a gente tem que tentar entender exatamente o que aquilo quer dizer, por que aquilo foi feito. Então, eu estou tentando ser técnico.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Técnico.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Então, por exemplo, digamos que as pessoas que estariam sendo tratadas como prioridade fossem pessoas que, naquele momento, estivessem vivendo com grandes dificuldades financeiras e estivessem com grandes problemas. Eu teria que abordar isso com detalhes e, por isso, eu acho que a discussão prévia seria ideal, mas eu acho que a gente deveria avaliar caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Senador Humberto, só para complementar a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) **–** E o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O tempo será descontado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Só para complementar a sua pergunta.

Na entrevista, o Ministro foi surpreendido com o decreto.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor não sabia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor tem certeza se o Pazuello sabia que estava havendo o decreto? Sob pena de falar a verdade.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, pela reação dele, não, ele não sabia também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não sabia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Acho que ele não sabia. É óbvio que... A minha impressão é de que ele não sabia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Impressão ou é o que o senhor...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Nunca aconteceu nada que me apontasse o contrário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu queria que, nas suas outras respostas, o senhor comentasse o fato seguinte, de que o senhor falou que reduziram as entrevistas, o senhor reduziu, mas que o senhor falasse um pouco sobre aquelas entrevistas coletivas que passaram a ser feitas lá no Palácio do Planalto, comandadas pelo Ministro General Braga Netto. Mas o senhor pode responder isso no decorrer da outra questão que eu quero saber.

Eu pergunto a V. Sa...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, quais são essas reuniões mesmo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor falou que tinha intencionalmente reduzido aquelas entrevistas coletivas que aconteciam no Ministério da Saúde.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso num primeiro momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, na época, o que foi colocado e terminou acontecendo é que elas passariam a ser lá no Palácio do Planalto, comandadas pelo Chefe da Casa Civil. Então, eu pergunto se isso, de fato, aconteceu, enfim.

Mas eu queria perguntar a V. Sa. muito direto, mas muito diretamente: quem foi que pressionou V. Sa. para adotar esse protocolo da cloroquina, com o qual V. Sa. não concordava? O senhor pode nos revelar aqui?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – O senhor pode fazer só a primeira pergunta, a anterior, só para eu responder...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A primeira pergunta é sobre as entrevistas coletivas que passaram a ocorrer no Palácio do Planalto, sob a direção do Ministro Braga Netto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso aí, no meu período, nunca foi colocado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Então, foi na época do Mandetta?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu não lembro. Não lembro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) **–** As entrevistas coletivas durante o seu...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu mantive nos lugares... Eu mantive no lugar em que eram antes, que era onde o Mandetta fazia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) **–** Que era no Palácio do Planalto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) **–** Não, era no ministério.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Acho que era no... Eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** O senhor não lembra?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu lembro, eu lembro, mas era no mesmo lugar onde o Mandetta fazia, eu não mudei o lugar da entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em nenhum momento as entrevistas coletivas mudaram para o Palácio do Planalto, sob a condução do Ministro Braga Netto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Que eu lembre, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Bom, tudo bem. Minha pergunta sobre quem pressionou ou quem sugeriu ou quem queria que V. Sa. adotasse esse protocolo da cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso aí é uma coisa pública, Senador. Existia um desejo do Presidente para fazer isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto a V. Sa. se V. Sa. chegou a pensar algum tipo de política de comunicação para aquele período, feita pelo ministério?

Uma das maiores verbas de comunicação do Governo Federal é do Ministério da Saúde, que nunca fez uma campanha em torno disso. O Ministro Mandetta ontem disse que o Secretário de Comunicação o demoveu de fazer uma campanha, dizendo que ia fazer uma campanha gratuita e tal.

V. Sa. pensou ou chegou a conversar, e qual foi a posição da Secretaria de Comunicação, se houve essa sua intenção?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim, houve a intenção, não é? Porque o ministério mantinha alguma comunicação, fosse por mídia social, alguma coisa assim. Então, existia alguma comunicação. Ali deu para perceber que a gente tinha que intensificar isso. Então, em algum momento ali no meu período, a gente ia trabalhar a comunicação. Nunca houve uma colocação clara para mim de que seriam coisas superficiais. Isso aí, não. Minha proposta era de a gente intensificar a comunicação em relação ao que fosse necessário para ajudar no enfrentamento da pandemia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas o senhor não chegou a conversar sobre isso com a Secretaria de Comunicação, a Secom?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Para ser honesto, eu conversei com uma pessoa que agora... Era da parte que eu não lembro se era da Secom.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas essa pessoa estimulou o senhor a fazer a campanha ou tentou demovê-lo também?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não. Ali eu já fui decidido a fazer. Não tinha... Não era uma discussão, era uma definição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas não houve tempo para implementar?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não houve tempo para isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) **–** Procurou quem?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, eu não me lembro do nome da pessoa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Mas como um Ministro não lembra quem procura...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. A pessoa veio a mim, a pessoa veio a mim. É que é uma pessoa, às vezes, nova. Isso tem um ano. Isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Que seja nova, mas tem uma função, senão o senhor não o procuraria.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. Aconteceu de ele me procurar, porque ele queria que eu visse a campanha que estava sendo desenhada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Ele quem?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, eu posso pesquisar isso. Eu posso ver na minha agenda da época da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Com que legitimidade ele o procurou? Que cargo ele ocupava?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** O senhor tem que nos ajudar...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu vou ajudá-lo, mas, às vezes, eu não consigo lembrar. Isso tem um ano. Foi uma situação isolada em que eu estava começando a avaliar a parte de comunicação. Então, realmente... Eu posso buscar isso aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Eu exerci um cargo de Ministro no século passado, eu lembro de tudo que me diz respeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Dr. Teich, esses encontros fizeram parte da agenda oficial do ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acredito que sim. Eu vou ter que rever, Senador.

Está bom. Vamos propor para esta CPI requisitar a agenda oficial do ministério.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Outra pergunta: V. Sa. deu uma entrevista ao jornal *O Globo*, no final do ano passado, em que falava da sua saída:

> Foi um gatilho que me fez enxergar que eu não teria autonomia e legitimidade para fazer as mudanças que precisavam ser feitas. Eu poderia ter pegado carona com o Conselho Federal de Medicina (que defendeu à época a possibilidade de prescrição mais ampla, até então restrita aos pacientes graves) [no caso de cloroquina], mas como vou aprovar um remédio que não funciona?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sua avaliação, como um técnico, como um médico altamente renomado e reconhecido, como o senhor julga a posição do Conselho Federal de Medicina em relação a essa temática da cloroquina? Até porque eu já apresentei um requerimento aqui, porque eu quero que o Presidente do Conselho Federal de Medicina venha aqui para explicar esse posicionamento. Qual é a opinião de V. Exa., que foi Ministro e é um profissional altamente renomado no nosso País, sobre essa postura do CFM?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho que é uma postura inadequada, porque ela pode estimular o uso de um remédio de que a gente não tem comprovação, em condições em que o paciente pode estar mais exposto a não ter os cuidados necessários para o uso do medicamento. Então, a minha posição é contrária.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Penúltima pergunta, Dr. Teich: o Ministro Paulo Guedes de alguma forma o ajudou ou o atrapalhou nesse período em que o senhor estava lá no Ministério da Saúde? Ele atendeu as suas demandas e preocupações, enfim, ou não?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Na época, eu não tive muito contato com o Paulo Guedes. A gente nunca teve discussão de dificuldade de orçamento para trabalhar o enfrentamento da pandemia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Com ele especificamente, não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu vou fazer uma afirmação aqui, Ministro, e eu queria que o senhor dissesse se o senhor concorda ou não.

A Universidade de São Paulo, por meio do Departamento de Saúde Pública, de alguns de seus pesquisadores, participou de uma pesquisa com a Conectas, que é uma ONG da área de saúde, e chegaram à seguinte conclusão. Depois de analisar as falas do Presidente e mais de 3 mil decretos e normativas, eles chegaram à conclusão de que o Presidente da República adotou uma tese de que a melhor maneira de enfrentar a pandemia da Covid-19 era garantindo a transmissibilidade mais ampla possível para que fosse gerada a chamada imunidade coletiva, natural ou de rebanho. Obviamente que isso tem uma implicação muito grande.

Assim como – ontem eu falei – uma pesquisa da Universidade de Michigan com a Fundação Getúlio Vargas também colocou claramente que o Presidente da República tinha todos os mecanismos para fazer face à pandemia e os teria utilizado no sentido oposto, que há uma grande responsabilidade dele em relação a tudo o que está acontecendo.

Eu pergunto a V. Sa. se V. Sa. concorda ou não com essas colocações que foram feitas por esses pesquisadores – e eu aqui estou sendo tão somente uma pessoa que reproduz essas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Para eu dar uma opinião sobre isso, eu teria que entender no detalhe a metodologia que eles usaram, porque a gente fala sobre ciência, mas a ciência tem limitações. A ciência, como qualquer coisa, é uma ferramenta: ela pode ser bem usada ou mal-usada. O que faz diferença é a metodologia, é a qualidade do estudo. Até em relação... Como é que eu funciono hoje? Hoje você tem instituições mundiais que são uma referência em avaliar qualidade de estudo, compilar e trazer resultado. Então, para eu dar uma opinião sobre isso, eu teria que ter uma avaliação técnica muito boa sobre a metodologia e a qualidade do estudo. Sem isso, eu não consigo lhe dar uma opinião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas a sua avaliação, de quem participou desse processo todo, que conversou com integrantes do Governo, que recebeu sugestões e ideias... O senhor, em algum momento, acredita que essa possa ser uma das teorias que justificaram as condutas e posicionamentos do Governo e do Presidente?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Na minha época isso nunca foi colocado, nunca foi discutido, nunca foi colocado como uma estratégia. Isso eu posso garantir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., eu agradeço a V. Exa. e queria aqui, no pouco tempo que me resta, fazer uma colocação.

Eu entendo, Sr. Relator – e V. Exa. vai ter a responsabilidade de expressar o que nós discutimos aqui –, que esta CPI precisa discutir, muito seriamente, essa tese. Eu, inclusive, já fiz o requerimento para que os pesquisadores pudessem vir até aqui e fazer exatamente o que o Ministro Teich pediu, ou seja, nos falar da metodologia, nos falar dos resultados, porque, se isso é verdadeiro, se o Presidente da República fez tudo o que fez dentro de uma concepção de que quanto mais gente se contaminasse no espaço de tempo mais curto possível era o melhor caminho, porque não iria haver custos, se manteria aí o equilíbrio fiscal e, ao mesmo tempo, isso seria efetivo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Seria a imunização natural.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

Inclusive, eu juntamente com o Senador Rogério já pedimos aqui a convocação – ou o convite – do Deputado Osmar Terra, talvez o maior disseminador dessa teoria sem fundamentação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu quero expressar o meu pessoal apoio, meu voto aqui na Comissão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque eu acho que essa tese foi a grande responsável pelos 410 mil mortos que temos até agora. E mais, se essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tese é verdadeira, ela representa um crime doloso contra a vida humana no nosso País. Então, eu quero, em todas as reuniões desta CPI, eu vou abordar essa temática, porque eu acho que é isso que a CPI precisa comprovar ou não comprovar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Ministro.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes de passar para o próximo, Ministro, ficou uma dúvida aqui na inquirição do Senador Humberto. Eu pergunto a V. Exa. se V. Exa. poderia dispor espontaneamente da agenda de sua passagem sobre o ministério para ficar claro com quem V. Exa. teve contato sobre política de comunicação do Governo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A pessoa que trabalhava na minha comunicação, o nome dela, era Renato Strauss.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Renato Strauss.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Ele era a pessoa responsável.

E, nesse dia, essa reunião que eu tive foi uma reunião em que as pessoas levaram, para me apresentar, o programa de algumas divulgações que seriam feitas pelo ministério, para minha aprovação e para minha avaliação. E aí, nesse dia, eu comentei com a pessoa que eu ia rever a comunicação em relação à transmissão da pandemia. Então, eu acredito que isso esteja na minha agenda. A minha agenda é absolutamente pública.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É essa pessoa que o senhor não lembra?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso, essa pessoa que se sentou comigo nesse dia, porque ele foi lá para me apresentar um programa que seria veiculado para fazer uma escolha sobre qual seria a melhor propaganda, a divulgação que seria feita. E, ali, eu aproveitei e comentei. Eu não o chamei especificamente para uma discussão sobre uma melhora da comunicação. Foi uma reunião em que ele foi me apresentar um material para que eu avaliasse, e, aí, eu comentei. Mas não foi uma reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode disponibilizar?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Claro!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Apenas para contribuir: a agenda do Ministro, no ministério, é a agenda do ministério. Essa informação tem que ser solicitada ao ministério. A agenda é pública. Se ele tem uma agenda particular, ele poderia ceder, mas, como documento – e já há boa vontade por parte do Ministro –, não haveria problema. Mas esse procedimento, formalmente, deve ser endereçado ao Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Marcos.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – E, aí, o que eu coloco aqui é que, obviamente, por mim não existe qualquer problema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – E o que eu quero realmente colocar é isto: não foi uma reunião específica para isso. Eu conversei sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Porque naquele momento eu tinha... Mas foi a pessoa que foi me apresentar divulgações que seriam feitas, para que eu escolhesse uma delas. Basicamente foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Como V. Sa., como depoente, está sob o compromisso do Código de Processo Penal, no art. 213, de dizer a verdade, então, claramente, aqui, o Dr. Teich disse que não recorda o nome da pessoa, mas se dispõe a trazer posteriormente o nome da pessoa, que consta nas anotações da agenda pessoal dele, e dispor para esta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (*Fora do microfone.*) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Dr. Teich.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – ... uma explicação rápida aqui. É o seguinte: eu tenho um compromisso total com a transparência. Então, eu estou sendo absolutamente verdadeiro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Então, se eu, por um acaso, fiz aquilo, e eu não consigo lembrar a pessoa que foi encontrar comigo, que eu nunca tinha visto antes... Eu acho que isso não é uma... Não é impossível...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. Em absoluto. Em absoluto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Estou sendo absolutamente transparente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – ... e honesto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Inclusive, só para responder ao Senador Marcos Rogério, o seu compromisso de verdade aqui já dá conta para o senhor, posteriormente, trazer essa informação à CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, faço um apelo a V. Exa. que não impute essa condição ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não está ocorrendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não está ocorrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. fez uma ponderação com base no Código Penal. V. Exa. está tentando construir, com relação a ele...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não estou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... uma obrigação de fazer que ele não tem condições...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em absoluto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de afirmar aqui, a não ser que ele diga que: "eu tenho a informação e sei onde está". Porque ele passou menos de 30 dias no Ministério da Saúde. Pode ser que disponha dessa informação e...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... queira declinar. Agora, V. Exa. fazê-lo

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... o Ministro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... fazer o compromisso de trazer a informação aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... já se dispôs.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. De contribuir... Mas V. Exa. não pode impor a ele essa condição...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Ministro já se dispôs a trazer a informação para a CPI. Não há polêmica.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não. Mas aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não, mas não sob... Do ponto de vista penal, o que V. Exa. fez tem consequência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Ministro já se dispôs a contribuir com a CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguimos então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Ministro tem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Próximo, Senador Eduardo Girão.

O depoente está à sua disposição. O senhor tem 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente quer corrigir a...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, eu não tenho acesso a essa agenda hoje. Eu não tenho nada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não tem a informação, então?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso, Sr. Presidente. Senão, V. Exa. impõe uma condição ao depoente...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não tenho a informação. O que eu coloquei é que eu não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que tem implicações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, apresentaremos requerimento para requisitar a agenda do ministério desse período. Não há polêmica.

O próximo inscrito, Senador Eduardo Girão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão, Senador Marcos Rogério, Senador Jorginho Mello, Senador Ciro Nogueira, Senador Otto Alencar e aí esgotam-se os titulares.

Aí, vamos para os suplentes: representante da Bancada Feminina, que falta declinar quem será, se a Senadora Kátia ou a Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sou eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já está definido?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Leila, então. Senadora Leila.

Senador Angelo Coronel, Senador Alessandro Vieira, Senador Marcos do Val, Senador Rogério Carvalho, Senador Luis Carlos Heinze.

Aí, os não membros: Senador Fabiano Contarato e a Senadora Simone Tebet.

Desculpe-me. Então, vou corrigir com a Secretaria. Checarei com a Secretaria. Peço só para a Secretaria fazer a devida correção, porque o Senador Fernando Bezerra, de fato, havia pedido a tempo a inscrição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Mesa corrigirá, Senador Bezerra, com certeza.

Senador Eduardo Girão, V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O depoente está à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente desta sessão agora, neste momento, Senador Randolfe Rodrigues.

Seja muito bem-vindo, ex-Ministro Nelson Teich. Eu... Acompanhando atentamente cada palavra, cada pergunta de cada colega, a gente vê realmente uma análise técnica, uma análise que não tem nenhum tipo de interesse político, partidário. O senhor não é candidato a nada, não é pré-candidato. E isso eu acho que traz mais credibilidade aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem a gente viu uma questão de que a vacinação no Brasil, se tivesse começado em novembro do ano passado, teria poupado muita vida. Eu acho que o interesse de todo brasileiro é que começasse em julho do ano passado, em abril do ano passado, mas o mundo só começou a vacinar, o Planeta só começou a vacinar em dezembro. Então, a gente vê o nível de comprometimento de algumas informações.

Eu queria também dizer para o senhor, que entrou no dia 16 de abril – não é isso? – no Ministério da Saúde...

Eu, inclusive, tive a honra de visitá-lo num dia dramático para os cearenses, aliás, para todos os nordestinos, que foi quando estourou aquele escândalo do Consórcio Nordeste, que não recebeu, pagou antecipado – só no meu Estado foram 50 respiradores pagos antecipadamente pelo Governo do Estado –, e esses respiradores não chegaram até hoje. Eu fui, no dia 1º de maio, num feriado, ao Ministério da Saúde. O senhor me recebeu muito bem – não estava na agenda, porque foi uma emergência –, juntamente com os Senadores Rodrigo Cunha, que participou de forma remota, e o Senador Styvenson Valentim – um de Alagoas, outro do Rio Grande do Norte –, e o senhor, naquele momento, teve muita compaixão, teve uma atenção. O senhor estava no meio de um furacão, mas ali o senhor conseguiu enviar – e eu agradeço, em nome do povo do Ceará – os respiradores para cumprir aquela lacuna que foi deixada pelo Consórcio Nordeste.

Acho que o sentimento mais nobre do ser humano é a gratidão. Então, eu lhe agradeço, Ministro.

Eu queria também colocar, numa forma muito de pinga-fogo, como aquele programa da década de 70. Inclusive, há uma entrevista muito marcante do Chico Xavier lá, que eu já vi algumas vezes. Bem rápido, pergunta e resposta.

Quando o senhor assumiu o Ministério da Saúde, o que exatamente o senhor encontrou no ministério, particularmente, na questão de aquisições de insumos? O que o senhor encontrou?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Era uma situação bem difícil, porque havia uma carência mundial na aquisição de insumos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Um dos aspectos relevantes que o senhor revelou ao deixar o comendo da pasta foi a necessidade de se implantar um sistema de informações.

Quando o senhor assumiu o ministério, ele possuía algum tipo de sistema de informações? Como eram tomadas as decisões?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – O ministério tem... Quer dizer, você tem centenas de sistemas que existem hoje funcionando. O meu maior problema era entender o que acontecia na ponta, porque, por exemplo, eu tinha informação de hospitais em que a mortalidade era de 80% e outros em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela podia ser de 30%. Então, não ter acesso ao que acontecia na ponta me dificultava a entender o que estava acontecendo nos diferentes lugares do País e me dificultava também, por exemplo, criar uma política de boas práticas onde eu pudesse pegar os lugares com melhor resultado e interagir com outros.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Esse tipo de informação eu não tinha, e, a partir do instante em que você não tem esse tipo de qualidade de informação, as suas decisões são menos precisas, as suas ações estão mais sujeitas a erro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Seguindo nesse mesmo rumo, Ministro, o Ministério da Saúde, todos nós sabemos, é o que tem o segundo maior orçamento – só perde para a educação o ministério. São bilhões e bilhões de reais que o Congresso Nacional, inclusive, autorizou o Governo Federal a disponibilizar especificamente no combate à Covid-19. Existe algum sistema integrado – essa pergunta é muito importante –, existe algum sistema integrado que gerencie a distribuição e o emprego desses recursos federais disponibilizados a Estados e Municípios, ou seja, como se pode acompanhar a execução dos recursos?

E eu falo isso, porque foi na época do senhor, justamente naquele momento em que o senhor ficou ali, nos 29 dias, que começaram a crescer rapidamente os hospitais de campanha. Começaram a montar os hospitais de plástico, muitos em estádios municipais. Em vários Estados, aconteceu isso. E esses mesmos hospitais, cinco meses depois – foram cinco meses, em alguns casos –, foram desmanchados da noite para o dia. E todos que acompanhavam a pandemia no Brasil sabiam que viria a segunda onda; os especialistas diziam isso.

Eu queria saber a sua opinião sobre a montagem – tudo bem! – dos hospitais, mas também sobre a desmontagem deles cinco meses ou poucos meses depois, sabendo-se que viria a segunda onda.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Essa é uma discussão de estratégia, porque... Sendo muito franco, a gente nunca sabe se vai haver uma segunda onda, se vão ser três. Então, são algumas escolhas que você tem que fazer como gestor em que você se prepara para diferentes cenários. Um dos cenários podia ser uma segunda onda, porque isso já tinha acontecido em doenças como, por exemplo, a gripe espanhola.

Então, o que me parece ali é que faltou algum planejamento nessa saída, porque o ideal era que você realmente desativasse algumas coisas que estivessem ociosas, mas que você tivesse condição de reativá-las no caso de uma necessidade. Então, para mim, ali era uma discussão mais de estratégia e planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, de certa forma, isso pode ter colaborado, essa falta de planejamento, com a morte de muitos brasileiros que ficaram nas filas agora e foram atrás dos hospitais de campanha, que não existiam?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso é difícil dizer, porque eu teria que casar exatamente onde é que estavam os hospitais de campanha, onde é que as pessoas morreram, qual era a diferença de um lugar para outro. Acho que tem de haver uma análise um pouco... Para dar uma opinião sobre isso, eu tenho que ter mais dados, com mais conteúdo, com mais detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Faltou planejamento de quem?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho que faltou um planejamento do sistema. Eu acho que existe aí uma coisa que eu notei – esta é uma opinião –, a gente nunca teve uma necessidade tão grande de liderança e coordenação, porque, ao longo das últimas décadas, talvez, a gente nunca teve uma situação como uma pandemia. Então, o que existiu até hoje me parece muito mais colaboração e interação do que uma posição de liderança, até porque, hoje, o próprio sistema do SUS deixa claro que ele é tripartite e que nele há uma equivalência entre as partes.

Eu não estava mais no ministério na época em que houve essa necessidade de aumento dos leitos, quando você tem uma segunda onda, mas a minha impressão é a de que deve haver mais estratégia e planejamento, e acho que isso tem que ser um movimento Brasil. Eu acho que a liderança deveria caber ao Ministério da Saúde, mas acho que esse é um movimento Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ministro, cerca de 90%... Eu vou falar uma coisa... O senhor fala muito em ciência, e eu acho bacana isso. É importante. Agora, a ciência está dividida. A gente percebe que, por exemplo, nessa questão de tratamento imediato ou precoce, ou preventivo, ou profilático, existe uma divisão clara no meio científico. Inclusive, nós fizemos – o Senador Randolfe apoiou, inclusive; aliás, todos os Senadores aqui apoiaram – um debate de quatro horas, aqui no Senado Federal, ouvindo cientistas renomados pró e contra. Então, eu acho que muitas conclusões nós tivemos ali. Inclusive, estão disponíveis na TV Senado para quem quiser assistir a esse debate.

E é isto que eu quero perguntar para o senhor: cerca de 90% dos procedimentos médicos não possuem evidências científicas tipo 1A. É razoável exigir isso em plena pandemia somente para o tratamento imediato ou precoce? O senhor considera que é justa a aplicação de dois pesos e duas medidas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu vou dizer como é que eu já coloquei isso, como é que normalmente funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para eu avaliar os estudos, eu tenho que ter acesso à metodologia, para eu poder entender. Eu vou dar um exemplo prático, por exemplo, digamos que a qualidade do estudo... Hoje existem instituições que avaliam a qualidade do estudo. Então, eu vou dar um exemplo simples: digamos que eu pego pessoas com câncer de próstata e eu quero saber o que funciona melhor, se é a cirurgia ou se é a radioterapia. Aí eu vou olhar historicamente e vejo que na cirurgia a mortalidade é menor ou a sobrevida é maior, só que, quando eu olho para trás, eu vejo o seguinte: o cirurgião prefere operar o tumor pequeno, ele não quer operar o doente que tem a comorbidade, ele quer operar o doente mais rígido, e o que não é isso ele joga para radioterapia. Então, na verdade, são duas populações distintas, eu estou comparando populações distintas, e não só no tratamento. Então, esse tipo eu estou colocando como exemplo de metodologia. Por isso é que você tem que ter uma avaliação muito precisa da metodologia.

Em relação ao que o senhor está falando, o que eu digo quanto à liberação de tratamento precoce ou de algum tratamento preventivo, quando ele é acompanhado de um risco que eu considero real para as pessoas, já que eu talvez não tenha o acompanhamento adequado e eu não tenho, eu não consigo... As pessoas mais idosas são as que usam mais remédios, não se sabe qual é a interação medicamentosa. Então, eu acho que, numa situação como essa – daí foi a minha posição –, o mais adequado seria esperar o resultado dos exames clínicos de melhor qualidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto.

Eu lhe pergunto: é lícito acreditar que o atraso na adoção dos corticoides, por exemplo, em virtude dessa prática de exigência de prova científica 1A, foi responsável por um expressivo número de mortes que poderiam ter sido evitadas?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Nesse caso, a gente tem que ver como é que a ciência evolui. Se você for usar tudo que você acha que pode funcionar para todo mundo, você vai causar um mal enorme provavelmente. Então, é por isso que a ciência tem uma sequência, tem uma lógica, porque, da forma que a gente está falando, há aqueles remédios que funcionam, mas há aqueles que não funcionam e podem ser prejudiciais. Então, aí a gente tem que ter uma sequência lógica de incorporação da ciência.

Então, eu acho que pessoas podem ter deixado de ficar curadas, de sair pela dexametasona? É possível, mas, naquele momento, você não tinha esse dado. E esses estudos são feitos justamente para você entender o que é e o que não é, porque, por exemplo, eu não sei se eu começasse a usar "dexa" para todo mundo, do doente inicial, talvez eu também fizesse muito prejuízo.

Então, eu acho que aí existe uma qualidade metodológica e técnica que tem que ser seguida. A ciência evolui dessa forma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma última pergunta. O senhor acredita que, de alguma forma, o Presidente da República – que, no meu modo de entender, respeitosamente, errou em ter mostrado um remédio, em ter feito essa apologia –, mas, se não houvesse essa decisão, essa postura do Presidente da República, com os resultados clínicos que têm sido apresentados no mundo, muitas pessoas, eu entrevistei vários médicos também, *lives* e tudo, do Brasil e do exterior, o senhor acha que esse tratamento, que é um procedimento que existe há muito anos, o tratamento... O médico, o senhor que fez o juramento de Hipócrates, que é salvar vidas, da forma como for. Por exemplo, a ivermectina, segundo os cientistas com que a gente conversou, mostra que não tem nenhum tipo de contraindicação, até crianças de 15kg, adolescentes podem, são administrados para vermífugo, mas tem efeito também antiviral.

Eu lhe pergunto: se o Presidente não tivesse mostrado o remédio, será que esse... Existiria menos animosidade política com relação a isso? E quem sabe mais vidas poderiam ter sido salvas de brasileiros? Já que muitos, como o Senador Heinze colocou aqui ontem, Municípios brasileiros adotaram isso, Estados adotaram isso, outros países têm no protocolo, a associação médica do Japão, médicos europeus, tantos casos, será que a gente não poderia ter poupado a vida brasileira? Será que essa cegueira política de um lado e de outro não comprometeu a gente ter poupado vidas e sofrimento dos brasileiros?

Essa pergunta é muito importante, porque esses medicamentos viraram palavrão. E isso é muito grave, porque eles existem há décadas. Tem medicamento... Por exemplo, a cloroquina, há 70 anos, a ivermectina tem 30 e ganhou até Prêmio Nobel quem fez. Então, eu queria lhe fazer essa última pergunta.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho que são duas situações distintas: uma é o Presidente mostrar a caixa, por exemplo; e a outra é o remédio funcionar ou não. A minha indicação do remédio depende de eu ter uma comprovação de funcionamento, independente do que o Presidente faça, entendeu? Então, o problema que eu vejo, em relação a você liberar medicamentos de uma forma indevida, é que você não sabe como eles vão ser usados, você não sabe se a dose vai ser alta, você não sabe como é que isso vai acontecer no dia a dia. Então, até para se proteger a sociedade, você tem que tomar esse tipo de cuidado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas a autonomia médica o senhor defende?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho que a autonomia médica assume que todo médico tem o conhecimento máximo sobre tudo o que ele faz. Se isso não é verdade, a autonomia médica tem que ser avaliada e acompanhada, porque, quando você permite que uma pessoa utilize de forma inadequada os recursos, eu acho que de alguma forma você pode estar prejudicando a sociedade. E isso é uma coisa que tem que ser discutida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor já concluiu, Senador Girão? (*Pausa.*)

Muitíssimo obrigado, Senador Girão.

Senador Marcos Rogério, 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O depoente está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Dr. Teich, o senhor é um médico conceituado, bastante respeitado entre os seus pares e foi convidado a assumir o Ministério da Saúde em meio a um grande desafio em saúde pública que é a pandemia do novo coronavírus; talvez, em nenhum outro momento, um desafio tão grande. Sabemos que não é fácil tomar uma decisão como essa de deixar uma carreira exitosa no setor privado para assumir um cargo de Ministro da Saúde, sobretudo num momento tão delicado. Assim, mesmo diante dessa situação, mesmo conduzido à pasta da saúde por um curto intervalo de tempo, eu quero parabenizá-lo pela disposição em colaborar com o povo brasileiro.

O *site* UOL, em 07/05/2020, noticia que V. Sa., abro aspas, "conduziu reuniões com governadores e representantes das secretarias de saúde estaduais e municipais e que repassou R$5,3 bilhões", fecho aspas, com a finalidade de, abro aspas, "os Estados e Municípios estruturassem os seus próprios planos de contingência", fecho aspas.

Assim, Ministro, levando em conta que esta CPI também tem como objetivo investigar a correta aplicação de recursos federais pelos entes subnacionais, indago: em qual contexto se deu esse repasse de verba federal? Qual foi o instrumento de transferência de recursos? E no que foram aplicados tais valores pelos Estados e Municípios para estruturar seus planos de contingência? Esse plano de contingência estadual e municipal utilizou recursos federais para compra de equipamentos de proteção individual, de oxigênio medicinal, de equipamentos de terapia intensiva e, ainda, para contratação de profissionais de saúde?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Senador, eu fiz o repasse de verbas parlamentares, mas eu não tenho como... Não existe como... A gente não tem um retorno detalhado sobre o uso do recurso. Ele vai e eu não tenho esse dado da utilização dos recursos. Quer dizer, ele foi repassado a partir de verba parlamentar e ele foi usado de acordo, acredito eu, da melhor forma possível.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esses R$5,3 bilhões fariam parte das emendas parlamentares ou eram recursos do próprio ministério voltados ao enfrentamento da pandemia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acredito que voltados ao enfrentamento da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Então, convênio do próprio ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É, o que eu... Eu tenho aqui os documentos... Das portarias que foram liberadas. Eu tenho aqui. Mas acho que da portaria é uma liberação voltada para o enfrentamento, na minha opinião, pelo que eu entendi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas eram recursos destinados objetivamente para estruturação da rede de atenção à saúde nos Estados e Municípios?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – À rede de atenção já tinha acontecido um repasse anterior e esse repasse eu... Quer dizer, ele seria para ajudar na estruturação do atendimento à Covid, pelo que a secretaria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso aí foi o que eu entendi, que, na hora em que eu fiz, era isso que eu entendia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse momento, a impressão... Quando V. Exa. assume o Ministério da Saúde, qual a impressão que V. Exa. teve com relação ao papel do Governo Federal, ao papel do Ministério da Saúde no enfrentamento à pandemia? Ele tinha um papel de coordenação, de formulação de políticas públicas, ou ele era mais um financiador da ação lá na ponta, nos Estados e Municípios?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu vou lhe dar a minha posição também pessoal: o que eu encontrei... A minha opinião é que, como eu falei antes, a gente tinha uma relação tripartite, mas sem uma condição de liderança e coordenação do ministério naquele momento. E como eu falei também, isso me parece uma situação que aconteceu de como o sistema se ajustou. Ele não era uma... Isso era a realidade do momento.

Eu acredito que, numa situação em que você precisa de liderança e coordenação, esse papel deve ser exercido pelo ministério. Mas isso é uma coisa que você não consegue construir da noite para o dia, você precisa construir isso trabalhando junto com as outras partes. Inclusive, eu achava que deveria ter... Não só, deveria ter também atuação na saúde suplementar, deveria ter alguma interação. Por isso, a iniciativa privada que contribuiu... No meu período, eu conversei com o pessoal do Todos pela Saúde.

Então, eu vejo realmente o ministério como a grande liderança, mas acho que isso deve ser construído, porque o sistema hoje não foi desenhado, ao longo dos últimos anos e governos, nesse sentido, entendeu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa visão que V. Exa. traz, essa constatação, na verdade, em parte se deve à decisão que o Supremo Tribunal Federal tomou à época, determinando aos Estados e Municípios a linha de frente no enfrentamento? E, em razão também do modelo do SUS, esse modelo tripartite, que embora seja fundamental para a universalização do acesso à saúde, tira de certa forma, em certa medida, esse papel de liderança, ou esse papel de comando centralizado?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É. Da forma como a gente trabalha hoje o sistema tripartite, pelo que eu pude perceber, existe uma divisão de responsabilidades e tarefas e ações. Aquele... A decisão do Supremo Tribunal Federal trabalha que existe uma autonomia de Estados e Municípios, mas isso aí acho que... A gente nunca...

Em situações como essa, você precisa de muita cooperação e coordenação. Então, eu acho que isso aí não desfaz o sistema tripartite e não desfaz a necessidade de uma cooperação entre as partes. E acho que um dos aprendizados que a gente tem com a Covid é a necessidade de você realmente resgatar uma posição clara de liderança e coordenação do ministério, e acho que isso vai acontecer também quando ele tiver um gerenciamento maior das informações, do que acontece ao longo do caminho, até de tudo como está sendo feito em Estados e Municípios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Na mesma matéria do *site* UOL, a reportagem relata que, abro aspas: "O Ministério diz ainda que em menos de 30 dias foram habilitados 3.236 leitos de UTI voltados exclusivamente para o combate ao coronavírus em 23 Estados, além do DF, totalizando um repasse de R$450 milhões para manutenção destes leitos".

V. Sa. pode nos contextualizar como se deram as tratativas para que o Governo Federal socorresse os Estados, por meio da transferência de verbas para leitos nesses Estados?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Esse repasse foi feito pela Saes, e a orientação que eu dei é de que a gente fosse liberando a habilitação e a verba de acordo com os leitos estarem realmente disponíveis para uso e com as necessidades de cada cidade. Basicamente a orientação foi essa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa estruturação nos Estados passou justamente por esse auxílio do...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – O que eu coloquei para a Saes é que a gente teria que avaliar as necessidades das cidades, dos Estados e Municípios, e que a gente teria que avaliar e liberar para o começo da operação dos leitos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, eu queria fazer algumas perguntas objetivas, até para que não pairem dúvidas, com relação a alguns atos da administração pública federal, por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O que nos interessa aqui é a verdade, nada mais do que a verdade, esteja ela onde estiver e doa a quem doer.

O Presidente Bolsonaro em algum momento lhe deu ordem direta para instituir o uso de cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O Presidente não deu ordem a V. Exa.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Ordem direta, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Vou reformular a pergunta: V. Exa. recebia ordens de outros ministros?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Para fazer liberar a cloroquina? Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Exa. não recebia ordens de outros ministros e sobre esse assunto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sobre liberação de cloroquina, também não recebeu ordem de outros ministros?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Outra questão: quem no mundo primeiro defendeu o uso da cloroquina para tratamento de Covid, Ministro?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Bom, no conhecimento que eu tenho, o primeiro estudo que mostrou, que criou uma esperança grande foi um estudo *in vitro*. Depois, teve um estudo francês que caiu.

O que acontece: a maioria dos estudos *in vitro,* eles, quando você evolui para o estudo em humano, aquilo não se repete, não é? Naquele momento, criou-se uma grande esperança. Então, acho que, naquele momento, criou-se uma grande expectativa em relação à cloroquina. Isso é o que eu me lembro em relação ao começo da cloroquina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. tem conhecimento de países, ainda que nessa fase de estudos, certificações, comprovações, que fizeram uso do medicamento?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sobre outros países, eu não tenho essa informação detalhada, Senador. Eu sei que você teve, por exemplo, nos Estados Unidos, uma autorização temporária que depois foi retirada. Mas saber exatamente o que estava acontecendo nos diferentes países eu não sei. E, para ser honesto com o senhor, a minha decisão independeria do que aconteceria em outros países. Eu tenho uma decisão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, não é isso que estou indagando a V. Exa.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, é só para deixar claro para o senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Perfeitamente.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – ... por que eu estou colocando essa resposta em relação a outros países.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a linha de raciocínio. O.k.

Indago a V. Exa., na linha do que já foi instado a falar há poucos minutos, com relação ao papel do médico e à autonomia da relação médico paciente: os médicos que recomendam o uso de cloroquina – que recomendaram ou que recomendam – cometem crime ou falta ética?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acredito que eles, neste momento, com a informação que a gente tem hoje, eu acho que é mais uma... É relacionado mais à competência. Eu não sei... É difícil julgar em relação a crime – crime, eu não sei dar uma posição sobre isso. Em relação à parte ética, eu acho que essas pessoas acreditam no que elas estão fazendo, mas a minha impressão é de que essa prescrição é inadequada. Então, seria, na minha opinião, mais uma coisa em relação à competência do que falar uma coisa criminal, por exemplo. Então, eu não sei se eu caminharia nessa direção.

O que a gente tem hoje, como eu comentei... Existem hoje instituições mundiais, nos Estados Unidos, Organização Mundial de Saúde, Cochrane, Europa, que avaliam as drogas novas, avaliam... Então, o que eu faço é pegar essas instituições que são consideradas como uma referência e balizar o que eu recomendo com base no que elas falam.

Como eu coloquei antes, não existe uma defesa ou uma acusação de um remédio. Se, em algum momento, existir algum estudo de qualidade referendado que diz que o remédio funciona em determinadas situações, eu vou recomendar. Não é uma defesa, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma médica que faz uma paciente aspirar cloroquina comete um crime ou não?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Ela fez uma coisa errada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, errado!

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Errado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, se um médico prescrever veneno de rato para uma pessoa dizendo que aquilo cura, não é crime também? É uma coisa errada? É o quê?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não, Senador. Eu não estou dizendo que não é crime, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Coisa errada é uma coisa, crime é outra.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você levar a óbito uma paciente, como levaram a óbito uma paciente no meu Estado, porque mandou aspirar cloroquina...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso falar, sim, Eduardo. Eu sou Presidente da Comissão, eu só estou querendo ajudar, porque o ex-Ministro Teich está levando a Comissão... Nada objetivo...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Eu não me lembro, eu não me..." Eu vou fazer umas perguntas daqui a pouco, e, talvez, se ele não se lembrar, não adianta! Trazer uma pessoa para depor que não lembra, que diz o seguinte: "Houve, saiu, mas a cloroquina..." Houve intervenção, mas não sabe quem interveio. Então, fica difícil para a gente! E ele está sob juramento aqui.

Eu estou querendo não é questionar cloroquina, eu só estou querendo entender o posicionamento médico em relação à prescrição errada de um medicamento. Eu não estou entrando no mérito da cloroquina.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Deixe-me... Eu preciso responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só para... O depoente vai ter o momento. É apenas para...

A narrativa que está sendo buscada aqui... É porque há um esforço de narrativa para criminalizar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A cloroquina!

Eu estou tomando o depoimento de um depoente e quero a impressão dele sobre esse protocolo com a recomendação médica. É isso! Não se trata aqui de se V. Exa. determinou o uso ou não determinou o uso. É apenas com relação ao exercício da profissão.

Com relação ao uso do medicamento, é uma coisa; a prescrição de um medicamente sabidamente veneno ou animal, é outra coisa.

Indago V. Sa. – e aí pode complementar o raciocínio que estava tendo antes – se existe algum medicamento registrado no mundo que tenha na sua indicação, na sua bula, a recomendação para Covid?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – No mundo, que eu saiba, tem o remdesivir e tem agora os anticorpos monoclonais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – São para Covid?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eles são usados para Covid.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já tem registro no Brasil?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A gente já tem autorização de uso do remdesivir e, obviamente, medicamentos como corticoides que hoje já existem e já são usados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas esses medicamentos são para Covid?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eles são usados para uma série... O remdesivir está sendo indicado para Covid, e o corticoide é usado para muitas coisas, inclusive para Covid.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a visão que V. Exa. tem com relação ao chamado "*kit* Covid"? Explico: não necessariamente que contenha a cloroquina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou a hidroxicloroquina; azitromicina, um corticoide, um anticoagulante, uma ivermectina, vitamina D. Enfim, esses medicamentos têm indicação direta para Covid, porque, caso não tenham, os médicos estariam indicando placebo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho que não têm indicação para Covid. Os médicos estão indicando remédios que não funcionam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É um erro ou é um crime?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu vou aproveitar e responder ao Presidente.

Presidente, a minha colocação quando a gente fala em crime é que eu não tenho o conhecimento jurídico para opinar. Se dentro da lei uma pessoa que prescreve um remédio que claramente pode levar à morte de forma inadequada é considerado um crime, isso vai ser um crime. A minha preocupação aqui é que eu não tenho conhecimento jurídico. E, para quem não tem conhecimento jurídico, realmente é um mundo muito distante para afirmar alguma coisa de tamanha gravidade. Então aqui é só uma limitação de conhecimento jurídico, basicamente isso. Agora que é completamente errado você prescrever nebulização com comprimido de cloroquina claramente é. Agora, se a lei tratar isso como um crime, então vai ser crime. Agora é a lei que vai dizer, não sou eu que vou dizer, entendeu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Só para colaborar e pedindo a sua licença e a licença do Presidente, a definição do que vai ou não vai ser crime caberá à Justiça criminal. Só para que a gente possa avançar na nossa inquirição sobre fatos concretos sobre os quais a testemunha pode falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Isso. Agradeço.

Eu vou fazer a última pergunta, Sr. Presidente, e já caminhando para o final, me dando por satisfeito com a honestidade do Ministro no trato dos temas aqui, independentemente da posição dele. Mas as falas de V. Exa. significam muito para quem busca uma investigação isenta e imparcial.

Ministro Teich, no seu perfil na rede social LinkedIn, V. Sa. publicou um artigo em 03/04/2020, portanto, duas semanas antes de assumir como Ministro da Saúde. Nesse artigo, o senhor aborda projeções...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só para falar a V. Exa., nós já ultrapassamos, e bastante, os 15 minutos a que V. Exa. tinha direito. Como eu o interrompi e o Senador Alessandro também o interrompeu, nós vamos dar para V. Exa. mais alguns minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer só essa pergunta e encerro, Sr. Presidente.

Nesse artigo, o senhor aborda projeções e modelos matemáticos utilizados ao redor do mundo na construção de cenários a respeito da evolução da pandemia. Em determinado trecho a respeito das incertezas associadas a essas estimativas, V. Exa. afirma, abro aspas: "As projeções que são feitas tomando por base modelos matemáticos alimentados com premissas incorretas causam grandes problemas. Os números gerados pelos modelos, que deveriam ser tratados apenas como possíveis cenários, cercados de enorme incerteza quanto à sua possível realidade, acabam sendo tratados como uma evolução provável, quase como um fato concreto" – fecho aspas.

No dia de ontem nesta CPI, o ex-Ministro Mandetta tornou pública uma carta ao Presidente Bolsonaro, em que alertaria sobre a possibilidade de o Brasil ter 180 mil mortes por conta da Covid-19. Infelizmente, para nós e para muitas famílias, essa doença, até o momento, já levou a vida de mais de 400 mil brasileiros, de acordo com dados do Painel coronavírus, do Ministério da Saúde, atualizado no último dia 4 de maio, às 19h25. Para ser mais específico, 411.588 vidas.

No seu artigo, o senhor aborda a projeção do Imperial College London, o qual, em 27 de março de 2020, projetou um cenário mais pessimista: 1.152.283 mortes no Brasil por conta do coronavírus. E, a respeito desse estudo, o senhor anotou que, abre aspas: "Com medidas de supressão precoce, as projeções do número de mortes pelo Imperial College para o Brasil cairiam para 44.212, uma redução de 96%" – fecha aspas.

A sua conclusão foi que, tanto em um cenário quanto em outro, as projeções do Imperial College seriam exageradas.

Fiz todas essas considerações para ouvir de V. Sa., como médico e como gestor, se é possível imputar a qualquer gestor público do Brasil e do mundo alguma responsabilidade por estudos, projeções, estimativas a respeito de previsão de mortes por conta da pandemia do coronavírus.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu só coloquei no comentário, no texto... O modelo matemático é simplesmente um exercício matemático, e você vai chegar a diferentes números, dependendo da premissa que você assumir. O que eu vejo em relação à Covid é que há muito desconhecimento sobre a história natural da doença, sobre a evolução, sobre as coisas novas que acontecem, sobre novos medicamentos, sobre vacina. Então, com essas variáveis não sendo computadas de forma adequada, você pode chegar a números que são simplesmente um exercício.

Então, o que eu vejo: o modelo matemático pode tentar te ajudar a enxergar, mas, na minha opinião, você não tem que usar o modelo matemático para gerir, porque você tem que assumir que você tem que mapear todos os cenários possíveis, e, você agindo da forma correta hoje, é a única chance que você tem de trabalhar melhor o futuro. Então, eu não me basearia em modelos matemáticos. Eu acho que a gente tem que se basear em informação de qualidade, mas não em exercício matemático. E, realmente, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu falei é o seguinte: um exercício matemático, um modelo acaba criando uma realidade, um parâmetro que é tratado como um fato, quando, na verdade, ele não é. Então, essa é a minha opinião sobre o modelo matemático. Eu acho que ele é muito usado, mas eu, como gestor, não usaria um modelo matemático como uma certeza do futuro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa. Obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, rapidamente, segundos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Só porque o senhor, na hora, citou o meu nome aqui, e eu estava virado aqui para o Senador Heinze, mas não era questionando a sua interferência, não. O senhor deve e pode falar o tempo que for.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu falei... Não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas era só porque o senhor fez uma pergunta para ele sobre crime em caso de nebulização da cloroquina, e eu quero repetir para o senhor, porque o senhor não estava aqui no momento: a ciência está dividida com relação a esse assunto, uma divisão clara que nós vamos ver aqui na CPI, e vai ser uma oportunidade para restabelecer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos ver.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Um crime talvez tenha sido o que ocorreu, na minha opinião – respeito quem pensa diferente –, no seu Estado, onde o Ministério Público está, inclusive, fiscalizando aquela superdose que foi dada de cloroquina – não foi nem a hidróxido, foi cloroquina – em pacientes que não podiam receber aquela superdose. Ali foi que se misturou tudo e desqualificou um trabalho sério que estava sendo feito no País.

E eu quero só ressaltar, já encerrando: existem dezenas de estudos científicos, inclusive metanálise – o Dr. Nelson sabe disso –, além de especialistas renomados em Medicina baseada na evidência, como a Dra. Tess Lawrie, que é a favor desse tipo de medicamento. E muitos estudiosos apontam nos estudos contrários falhas justamente decorrentes de doses inadequadas e tóxicas. Só para passar isso, mas a verdade vai triunfar com o tempo. Eu espero que o Ministro Teich não tenha remorso de algumas posições com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Meu amigo e Senador Eduardo Girão, eu torço para que tenha uma doença que não leve mais ninguém. Eu torço por um remédio que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leve mais ninguém. Todos nós torcemos, o objetivo é o mesmo aqui. Ninguém está aqui querendo "ah, quanto mais morte é melhor", pelo amor de Deus.

Senador Jorginho, só vou fazer um questionamento ao Ministro e passo a palavra para o senhor. É importante isso.

Ministro Teich, ontem o Ministro Mandetta... Eu fiz uma pergunta a ele e eu quero lhe fazer essa pergunta porque isso é muito importante do ponto de vista de planejamento e de recursos públicos que foram utilizados. O Ministro Mandetta encomendou uma quantidade bastante significativa de PCRs – eu não sei a quantidade, e ele também não soube me responder a quantidade de exames que foram comprados. Aí eu disse: "Ministro...". Eu disse, eu fiz esse questionamento e falei: "Olha, a quantidade está vencendo, venceram alguns PCRs porque nós não temos, no Brasil, laboratório suficiente para que a gente possa atender à demanda diária de...". A informação que eu tenho é de que o Brasil todo só tem condições de analisar em torno de 25 mil testes de PCRs. Só que o que se comprou pelo Governo na época do Ministro Mandetta... E ele não soube me responder – por isso que eu vou lhe perguntar, porque V. Exa. sucedeu o Mandetta – quantos testes foram comprados, qual a capacidade real, e se houve planejamento ou não.

Ele me disse que ia fazer um grande laboratório. Eu não quis questionar, porque já estava no final, mas é impossível você centralizar todos os exames de PCR num lugar só. Imagine, lá na Bahia do meu Senador Otto, lá no interiorzão, pegar aquele PCR e trazer para Brasília. Quando voltar, o paciente já deve ter ido a óbito, e não... Então, é uma questão muito séria de planejamento. Porque eu não tinha... Eu perguntei ao Ministro, não quis polemizar, mas me sinto na obrigação nesse momento de lhe perguntar, já que o senhor o sucedeu: quantos PCRs foram comprados pelo Governo Federal? Qual é a quantidade que o Brasil tem hoje de capacidade de fazer? Porque eu, para fazer um PCR, são só dois ou três laboratórios no meu Estado, e aí demora, às vezes, quatro, cinco dias. Por isso...

E me falou que o projeto era um grande laboratório. Eu discordo da centralização: do ponto de vista operacional, centralização nenhuma serve. E eu queria saber disso.

Por isso, Senador Jorginho, estou fazendo essa pergunta, em relação ao que foi me respondido ontem. Se o senhor puder me dar essa informação, eu ficaria muito grato. Já requisitei ao Governo Federal, ao Ministério da Saúde, a quantidade de PCRs que foram comprados e a validade deles; porque se jogou dinheiro fora, se esses PCRs venceram.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – O número de PCR – aqui eu tenho, eu trouxe esse dado – que a gente tinha, na época, a comprar, ainda não estava definitivo, eram 24 milhões de testes. No período em que eu estava, a gente lançou um programa que era o Programa Diagnosticar para Cuidar, em que ele combinava tanto o teste PCR quanto a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O que eu perguntei para o senhor... Porque o Ministro Mandetta disse ontem que ele iria criar um grande laboratório... Quantos ele comprou ou ele encomendou?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Vinte e quatro milhões foi o número que a gente teve.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Na gestão do Mandetta?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E qual é a capacidade laboratorial no Brasil por dia, para a gente saber a quantidade de teste? E qual é o tempo de vencimento de um teste desse?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Existia um programa de expansão dos laboratórios, isso aqui eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas o programa de expansão era um programa só.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Era um programa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, nós compramos os testes antes de expandir os laboratórios.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Em paralelo. Tanto que, quando eu estava lá, eu assinei um projeto que era o Centro de Diagnóstico Emergencial, que foi feito com o Dasa. A gente estava...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E como seria esse centro?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Deixe-me ver aqui se eu tenho os dados todos. (*Pausa.*)

Vou ter que procurar o dado aqui, se o senhor não se importar em esperar um pouco. Esse trabalho aí quem coordenava era o Anderson. O Anderson trabalhava com o Ministro Mandetta e ele continuou comigo justamente para dar sequência ao trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Muito bem, eu vejo que o senhor, com razão, tem dificuldade.

Mas eu vou pedir para pedirem informação ao Ministério da Saúde de quantos foram encomendados, quanto custou e qual é a capacidade real. E, sobre esse centro que possivelmente ia ser feito e não foi, qual seria a capacidade real, porque nós vamos provar por "a" mais "b" que, de 24 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de testes, nós não teríamos capacidade... E venceria o prazo desses testes e nós não teríamos feito, por isso que venceu. Não venceram muitos testes?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A informação que eu tenho, a informação da mídia é de que tinham testes para vencer. Estendeu-se a validade deles, mas ainda tinham alguns testes com alguma possibilidade de vencimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Para a gente não chegar aqui... Ontem, por exemplo... Essa era a pergunta para o Ministro Mandetta, ele me respondeu já estava no final. Por isso que eu estou fazendo essa pergunta, para que a gente tenha informações sobre essa questão de testes.

Obrigado, Ministro.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, a gente tinha esse... Deixe-me olhar aqui para o senhor. Tem o Boletim COE Covid-19 nº 12, que é um boletim de 19 de abril. Ele traz bastante informação. Então, é um período em que eu já estava lá. E, dia 20, se eu não me engano, é quando a gente assina com o Dasa para justamente começar esse processo de incluir Lacen, incluir laboratório privado, para justamente criar uma estrutura nacional para dar conta do volume de testagem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) **–** Sr. Presidente, pela ordem, só para fazer um comunicado à Mesa, com a permissão do Senador Jorginho. Eu encaminhei, agora há pouco, à Secretaria-Geral da Mesa, e já deve estar no sistema, a substituição de um dos membros da Comissão, que está na vaga de suplente do Democratas, substituindo o Senador Zequinha Marinho, em absoluta concordância com ele; em seu lugar, o Senador Fernando Bezerra. Apenas comunicando a V. Exa. que já está como membro suplente nesta Comissão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Jorginho Mello.

Desculpe, Senador, é só para contribuir com o debate.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) **–** Não tem nada, não.

Eu quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras.

Ministro, agradeço o senhor por estar aqui. O senhor é um médico reconhecidamente bem sucedido e teve a coragem de assumir o Ministério num momento de muita turbulência, no meio de uma pandemia, numa substituição. Então, quero cumprimentá-lo por isso e pelas respostas tranquilas, serenas, seguras, até porque é seu estilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria lhe perguntar bem pontualmente: qual é a sua opinião, até porque o senhor foi ordenador, o senhor repassou para os Estados e Municípios através da lei que o amparava, a Lei Complementar 173, volumes de recursos acentuados e, pelas informações que a gente tem, Estados e Municípios, em muitos casos, utilizaram para pagar dívidas, para colocar em dia salários, executar obras... Qual é a sua impressão? O que o senhor tem a dizer sobre exatamente isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para expor.) – Eu não tenho a informação precisa – o senhor está me passando essa informação –, mas o recurso deveria, no meu conhecimento, deveria ser usado para ações relacionadas à Covid. Então, eu acho que, se foi usado de uma outra forma, isso tem que ser avaliado para saber realmente qual é a implicação disso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Mais uma pergunta, Ministro. Na sua gestão o Presidente Bolsonaro sancionou a Lei 13.993, de 2020, com a orientação de inibir exportações de produtos médico-hospitalares e de higiene essenciais no combate à Covid-19. O senhor acredita que isso ajudou a evitar o desabastecimento interno de produtos relevantes para o combate à pandemia?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Quando você mantém no País, você guarda para o País os recursos, ainda mais num momento difícil como aquele, você fortalece a infraestrutura do País para combater a Covid. Essa é a minha impressão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mais uma pergunta, Sr. Ministro: o senhor tem conhecimento de que alguma pessoa morreu por ter tomado cloroquina, hidroxicloroquina ou ivermectina com orientação médica? O senhor conhece algum caso específico?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A única... Em relação a usar, eu sei que há pessoas que usaram e tiveram problema. A gente acompanhou até em relação ao que o Presidente falou. Há pessoas que morreram por inalação, que foi um uso indevido. Agora, eu não tenho como saber exatamente o que foi prescrito, por quem e para que pessoa para poder julgar. O que eu sei é só o que é informado na mídia. Eu teria que ter acesso ao prontuário, acesso à prescrição, porque senão é informação de quem está de fora, é uma informação superficial.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então o senhor não tem informação sobre isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Informação para que eu possa opinar para ter lá um prontuário para atender exatamente o que foi feito e como foi feito, para eu dar uma opinião técnica, eu tenho que ter acesso a essa informação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu agradeço a minha manifestação e concluo.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador. (*Pausa.*)

Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Desculpe.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, são apenas dois questionamentos, Ministro. Agradeço sua presença aqui.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** Eu noto no seu semblante que o senhor veio aqui para contribuir, falando a verdade a esta Comissão.

Acho que, quanto ao que o Senador Jorginho Mello colocou **–** para ficar mais claro, eu sei que o senhor não tem muito conhecimento **–**, o senhor tem acompanhado **–** o senhor é um interessado nesse setor **–** que existe uma quantidade enorme de denúncias contra os recursos que foram repassados pelo Governo Federal para os Estados e desvio desses recursos, não é, seja na compra de respiradores superfaturados, seja na compra de respiradores que não chegaram. Acho que o senhor tem conhecimento disso, não é? Foi uma série enorme de desvios nos Estados, e, para uma parte desta Comissão, de que eu faço parte, é fundamental que nós esclareçamos esses fatos. Algumas pessoas não acham isso importante; eu acho isso muito importante.

O senhor acha que, se isso for verdade, isso atrapalhou o combate, isso pode ter causado mortes de pessoas no nosso País?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) **–** Senador, qualquer uso indevido do dinheiro público é ruim e vai ter consequências que vão ter que ser analisadas através de documentos. Eu não posso imputar coisas ao uso indevido do dinheiro, mesmo sabendo que ele, com certeza, prejudica a sociedade, não é? A gente tem... A gente, como um país que não é um país rico, tem um recurso financeiro infinitamente menor do que os países desenvolvidos, de alta renda. Agora, o uso indevido do dinheiro sempre é prejudicial para a sociedade e para o sistema de saúde. Então, isso é o que eu posso dizer. Agora, exatamente o que aconteceu e qual o impacto, isso depende de um levantamento da informação e dos dados.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha última pergunta, Sr. Teich, diz respeito à questão da cloroquina, quando o senhor assumiu o ministério, não é? Existia um protocolo de uso da cloroquina para pacientes graves ou hospitalizados. O senhor acha isso correto, pelos estudos que o senhor tem, ou isso não é recomendado?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Uma coisa é a gente... A gente começava a ter dados, naquele momento, de que o medicamento não era eficaz. Então, o que eu sempre recomendei era que a gente tivesse estudos clínicos para que a gente pudesse avaliar o resultado. No caso dum estudo que mostra que o remédio não funciona, a gente tem que rever o protocolo, não é? Se eu não me engano, a Organização Mundial de Saúde, em 5 de junho, coloca que a hidroxicloroquina e a cloroquina não deveriam ser recomendadas. Então, a minha postura, a minha posição é sempre muito objetiva e simples: se você tem uma validade científica que mostra o uso, você recomenda; se não, não.

A partir do instante em que você tem dados que apontam que não funciona, o ideal seria rever o protocolo. Então, aí tem que ver se esse uso está sendo usado na pesquisa, se não é na pesquisa. É aquela coisa... Porque o que acaba acontecendo é o seguinte: como eu trabalho tudo com complexidade no detalhe, quando eu dou uma resposta, eu acabo não conseguindo não trazer essa complexidade na resposta. Porque o sistema de saúde é absolutamente complexo, é muito detalhe. Então, não tem como eu trabalhar problemas que envolvem muitas – como eu vou dizer? – variáveis ou muitas situações sem tentar minimamente trabalhar com o mínimo de complexidade a resposta.

Então, sendo objetivo com o senhor, é o seguinte: a partir do instante em que eu tenho um dado que mostra que não funciona, o ideal é que você não continue. E uma coisa que também eu uso na prática é o seguinte: você tem várias agências que fazem isso, que estudam isso. Quanto mais consenso é isso, mais natural que aquilo seja a verdade em relação a uma droga ou a uma tecnologia. E, aí, seguir essa orientação, para mim, é a condução adequada, entendeu? Por isso, essa é a forma como eu trabalho.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sim, mas, na prática, só para esclarecer, foi um erro ou um acerto a utilização da cloroquina para esse tratamento?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Enquanto a cloroquina fazia, era estudada e você não sabia o resultado, não sabia o quanto ela era benéfica ou não, você está diante de uma situação de dúvida. A partir do instante em que você tem o resultado, o uso eu colocaria como errado, porque você já tem um dado que mostra que aquilo não funciona. Então, são dois momentos distintos: um é até você ter a informação; outro, depois dela.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar para a Senadora Leila Barros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Um minuto, só um minutinho a V. Exa.

Eu queria só prestar a minha solidariedade ao colega Nelson, porque realmente ele entrou, na minha opinião, numa fria, aceitando ser Ministro da Saúde e, passando um mês, sendo demitido.

Quando o Nelson entrou aqui, eu o vi entrando, fiquei até com... Para lhe prestar solidariedade, porque realmente foi uma coisa... Um mês só e ser demitido porque não aceitou que fosse receitada uma droga pelo Presidente da República para todo o Brasil é uma coisa...

Eu ouvi há pouco o Senador Girão falando que a hidroxicloroquina é antiviral. Nunca foi antiviral. É para um protozoário, malária, o *plasmodium*. Eu fico olhando assim... Esses caras não se formaram em Medicina, não ficaram no banco, não fizeram residência, não estudaram nem química, nada disso, e receitam, assim, na maior... Sabem como é? "Não, pode tomar porque não tem nenhum problema". Dizem que não tem efeito colateral nenhum. A hidroxicloroquina tem efeito colateral no coração. A ivermectina é neurotóxica. Se tomar uma droga, tomar ivermectina com uma quantidade maior do que está prescrito, ela é neurotóxica, dá problema no fígado. Como é que se receita desse jeito?

Então, o que eu defendo é que cada um tenha o seu espaço. Por exemplo, o Presidente da República, se ele falar sobre o Exército, eu vou respeitar. Ele entende do Exército. Mas se ele falar de Medicina... Pelo amor de Deus!

Então, quando o meu colega, Dr. Nelson, entrou aqui, eu vi os seus passos na direção, eu fiquei com pena do meu colega...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Estou-lhe prestando solidariedade, porque não é fácil assumir um ministério e, com 30 dias, ser demitido do ministério porque não quis concordar com a receita dada pelo Presidente da República, que é um membro, um ex-membro do Exército Brasileiro, com todo o respeito que tenho pelo Exército.

Por isso que eu queria lhe prestar solidariedade...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... pelo momento difícil que você passou, meu colega, sobretudo naquela fatídica reunião do passa a boiada, porque aquilo... Quando eu via o seu rosto na televisão eu ficava com pena do que você estava passando ali. Eu, por exemplo, se estivesse naquela situação – aliás, eu nunca aceitaria ser ministro do Bolsonaro –, sairia naquele mesmo momento, porque o senhor passou uma dificuldade. Eu vi que você não aceitava o palavrão, não aceitava a agressão, que não era um ambiente de palavrão nem de agressão daquela natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, minha solidariedade. Espero que você nunca mais passe por esse momento de aperto que você passou na sua vida.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Desculpa só por ter intervindo na fala do Senador Otto. Foi porque eu achei que não tinham concluído, que a lista dos titulares não tinha sido concluída. Eu estou aqui para aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O Senador... Só para... Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Não, o senhor pode falar quanto o senhor quiser, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Angelo Coronel, depois, de forma remota; Senador Alessandro Vieira; Senador Marcos do Val, de forma remota; Senador Rogério Carvalho; Senador Luis Carlos Heinze; Senador Fernando Bezerra, já como membro da CPI.

Oi, Senador?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Este Senador, Presidente. Eu queria 20 segundos só, se V. Exa. me permite.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Eu posso aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu só estou dizendo aqui quem vai falar, os próximos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Vinte segundos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) **–** Senadora, se me permite.

Ministro Teich, o senhor pediu demissão, não é?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) **–** Isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O senhor não foi demitido; o senhor pediu demissão, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É, eu pedi para sair. Eu pedi para sair.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Os Parlamentares não membros: Senador Fabiano Contarato e Senadora Zenaide Maia, de forma remota, os dois, após a gente ouvir os Senadores que estão inscritos.

Então, Senadora Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) **–** Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço também aos membros desta Comissão a oportunidade de falar pela Bancada Feminina.

Ministro Teich, agradeço, em nome desta Casa, a sua presença e a sua disponibilidade por estar respondendo, de forma muito tranquila, aos questionamentos aqui de todos nós, Senadores, membros titulares, suplentes e os que estão participando.

Sobre os meus questionamentos, numa entrevista que o senhor deu à CNN, no dia 27 de dezembro de 2020, o senhor afirmou: "Ficamos para trás em relação ao mundo, principalmente em relação aos países ricos, mas também àqueles que se assemelham ao Brasil do ponto de vista econômico". Segundo: "O Presidente deixou muito clara a posição dele, e ele não vai mudar de posição. Ele não quer ser uma liderança da vacinação no Brasil. Não adianta ficar reclamando". E a terceira: "A pergunta hoje é: se o Presidente não quer assumir a liderança, como é que a gente conduz para ter o que é necessário para o País sem a liderança dele?".

Eu pergunto ao senhor: na sua opinião, no cenário da maior crise sanitária da história do País, quem tem a responsabilidade e as condições necessárias para assumir a liderança? Pode o Presidente da República não querer assumi-la?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) **–** Eu coloquei aqui antes: para mim essa liderança tem que ser do Ministério da Saúde e, indiretamente, tem que ser do Governo como um todo. Então, essa é a minha posição. Essa liderança deveria ser do Ministério da Saúde e do Governo como um todo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** O.k., mas só dizendo que o senhor citou isso à CNN no dia...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, mas isso é correto. Eu confirmo 100% do que a senhora comentou.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma entrevista à CNN, o senhor citou seis itens que considera essenciais para a vacinação: liderança, coordenação, planejamento, estratégia, informações e poder de execução.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acrescentei comunicação. Eram sete.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

Perguntado sobre em quais deles o Brasil falhou, o senhor respondeu: "Erramos em todos".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito!

Perguntando sobre em quais deles o Brasil falhou, o senhor respondeu: "Erramos em todos". O senhor pode elaborar sobre como, por quais razões e por responsabilidade de quem nós falhamos em cada um desses sete itens?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Essa situação desses sete itens que eu coloquei é uma situação em que você tem uma gestão perfeita, tá? O meu diagnóstico, o que eu vi é que hoje isso não existe, em função de como o sistema foi se ajustando ao longo do tempo. A grande parte dos pontos da saúde é resolvida em nível estadual e municipal. Só que a Covid traz a necessidade... É uma sobrecarga que demanda realmente liderança e coordenação, porque você tem que ter uma definição de estratégia, de planejamento, tudo isso. E isso não aconteceu porque o sistema não tinha uma preparação prévia para atuar dessa forma.

Então, neste momento, eu não estou dizendo que é culpa deste Governo ou de um governo anterior. Eu digo que é como o sistema se colocou, porque essa combinação aí é muito difícil. Ela acontece – a senhora vai entender o que eu estou falando muito bem – em alta *performance*. Isso aí é construído ao longo do tempo. Liderança, coordenação, isso tudo vai acontecendo. Você não consegue isso por decreto. Você vai sendo... Eu digo sempre que o líder é aquele que é melhor estar com você do que estar sozinho. Então essa liderança é conquistada. Mas, como a gente nunca teve uma necessidade tão grande ao longo dos últimos anos, acho que isso não aconteceu. Não houve essa necessidade. Só que isso, para mim, é o que a gente tem que aprender com a Covid para construir daqui para frente. Entendeu? Mas esses pontos eu acho que são fundamentais para uma gestão de alta *performance*.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito!

O ex-Ministro Mandetta falou ontem do desinteresse do Ministro da Economia – eu sei que o senhor já respondeu, mas eu gostaria de questioná-lo sobre mais uma situação – em relação à pandemia do ponto de vista da saúde e da falta de cooperação e parceria por parte daquele ministério.

Como foi a sua relação como Ministro com o Ministério da Economia? O senhor obteve daquele ministério mais ajuda ou teve dificuldades para o enfrentamento da pandemia?

Eu sei que o senhor esteve lá por pouco tempo, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não! No período em que eu lá estive, a gente tinha o recurso necessário disponibilizado para poder atuar. Então, até por isso, não houve uma necessidade grande de eu interagir com o Ministro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Mas as equipes interagiam?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sempre existe interação de equipes. Você tem... Agora não existia a necessidade de uma interação específica para alguma coisa, porque a coisa, pelo menos do ponto de vista de recurso vindo do Ministério da Economia, estava acontecendo. Então, naquele momento em que você tem um monte de problemas para resolver, quando você não tem uma área que não é um problema naquele momento, ela acaba ficando em segundo plano, porque você não precisa fazer alguma coisa naquele momento. Entendeu?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Alguns colegas Senadores falaram ontem de países que tomaram caminhos diferentes quanto ao enfrentamento da crise, inclusive com base na tese da imunidade de rebanho, como foi o caso da Suécia, da cidade de Milão e do Reino Unido no começo. Porém, sabemos que, nesses locais onde se optou inicialmente por uma postura mais cética em relação ao isolamento social, em algum momento os governantes reconheceram o seu erro e mudaram a estratégia.

Eu sei que o Senador Humberto perguntou isso, mas eu tenho um questionamento: em algum momento, o senhor, como Presidente, ou melhor, como Ministro – perdão ! –, se convenceu dessa tese?

E, na sua opinião, por que no Brasil o Governo nunca reconheceu que errou, que a tese de imunização de rebanho falhou?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Essa tese de imunidade de rebanho, em que você adquire a imunidade através do contato, e não da vacina, isso é um erro. Então, a imunidade você vai ter através da vacina, não através de pessoas sendo infectadas. Então, isso aí não é um conceito correto.

Então, o que acabou acontecendo – eu até comentei antes – é que você teve nos lugares uma sobrecarga dos sistemas, porque você teve muito mais casos que o sistema podia receber. Isso é mais um item que deixa claro como é importante você já estar preparado gerencialmente para enfrentar uma pandemia, entendeu? Isso é mais uma coisa que a gente vai ter que aprender. Mas essa imunidade de rebanho, através de infecções, não, isso é um erro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Obrigada, Sr. Presidente, e obrigada, Ministro, pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** De forma remota, Senador Marcos do Val... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, o Angelo pediu para retirar a assinatura. Por isso que eu vou chamar uma outra pessoa, de forma remota; depois, V. Exa. O acerto foi um presencial e outro de forma remota, tá?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, boa tarde a todos. É um prazer muito grande estar falando aqui.

Bom, eu vou querer fazer algumas perguntas rápidas aqui ao Ministro.

É muito questionável, quando fala da hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina, que eram remédios que não precisavam nem de receita nas farmácias, eram vendidos há mais de 50 anos, e somente agora passaram a ser um problema a gerar ataque cardíaco – sempre geraram, mas numa medida bem baixa, e isso eu ouvi de vários médicos. O meu questionamento dentro disso é que alguns médicos – ou uma boa parte dos médicos – defendem e querem ter a liberdade de receitar o tratamento precoce e outra parte dos médicos condenam plenamente, dizendo que isso não tem efeito nenhum e que é charlatanismo.

Então, eu queria, dentro da Medicina – eu sei que é difícil um conceito comum, geral, até porque cada um vai para sua especialidade, porque acredita que, na sua especialidade, ele tem um melhoramento, um rendimento melhor... Mas isso é questionável, porque existe um grupo expressivo de médicos brasileiros que são favoráveis ao tratamento precoce, têm números, comprovam, estão trabalhando dentro dos hospitais utilizando, mas não em casos graves, em início de sintomas. Quero deixar claro isso e também que, quando o Ministro se posiciona contrário, se posiciona contra toda a categoria médica, que é favorável. Eu acho que é uma posição muito desconfortável perante seus parceiros de carreira.

Outro fato que eu queria colocar é o seguinte: o brasileiro está questionando o atraso nas vacinas. Eu vi que a primeira vacina que foi aplicada no mundo foi dia 8 de dezembro de 2020, no Reino Unido. A primeira vacina no Brasil foi dia 17 de janeiro de 2021, apenas um mês depois.

Outro ponto que eu queria colocar: a utilização do tratamento preventivo ou tratamento inicial, conforme for, não inviabiliza ou não deixa, como é o meu caso, eu tomo todos os dias... Aliás, repetindo, todos os dias eu tomo vitamina D, vitamina C e, finais de semana, eu tomo uma hidroxicloroquina e uma ivermectina. Isso foi um médico que me receitou, na receita mesmo, fui à farmácia e adquiri a medicação, mas isso não impede de eu ter o meu álcool gel, não impede de eu estar usando máscara, de estar fazendo o meu isolamento social, de estar procurando a vacina. Eu ainda não estou na categoria de ser vacinado. Então, eu estou ansioso para ser vacinado. Então, uma ação não interfere na outra. Se a gente está numa guerra em que a gente praticamente desconhece o inimigo, como dizer que essa tática ou essa munição é a que funciona e a outra não funciona? Nós temos que usar de todas.

E aí eu queria, por último, eu tenho mais duas últimas perguntas. Ao aceitar o seu convite, o convite de virar Ministro do Governo, vendo o Ministro Mandetta saindo, deixando, largando o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e você, assim, assumindo o Governo, o que efetivamente você esperava? E o que efetivamente foi decepcionante?

Última pergunta, Ministro. Durante o período em que você ficou no ministério, se você viu ou ouviu algo no sentido de corrupção, superfaturamento de aparelhos médicos, superfaturamento de testes, recursos que não estavam sendo usados? O senhor presenciou ou ouviu, ou tomou ciência de algum movimento nesse sentido?

Agradeço a disponibilidade e obrigado pela fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem está nos vendo, nos ouvindo – e aí eu vou pedir cautela –, o Senador Marcos do Val falou que toma uma medicação e disse nacionalmente qual é a medicação. Eu recomendo a quem está ouvindo, se for tomar qualquer medicação, por favor, procure um profissional médico para... Não vá pegar a corda, porque, quando a gente fala isso – viu, Marcos? –, como você é referência, às vezes, as pessoas podem utilizar sem saber.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, só complementando a sua fala, eu deixei claro que eu fui receitado por um médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, não, eu ouvi, por isso que estou aqui fazendo isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Importante reforçar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com eu vi que V. Exa...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É importante reforçar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, quando a gente fala em uma medicação dessa, alguém pode ouvir e vai tomar. Então, ele colocou muito claro que foi receitado, por isso que ele está tomando.

Senador Teich. (*Pausa.*)

Nelson Teich

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Senador, em relação à primeira pergunta, eu não sei lhe dizer por que que os médicos prescrevem já que existe hoje, dentro das instituições de referência mundial, um consenso em relação aos medicamentos. Eu não posso falar por eles, mas seria... Eu colocaria como inadequada ou errada essa prescrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que o senhor colocou em relação a... Por que talvez não... Se eu estiver falando a pergunta errada, o senhor me corrija, mas por que não fazer alguma coisa? Primeiro, porque, se a coisa não funciona e pode ter risco, não tem sentido fazer, porque você coloca risco sem agregar benefício.

Em relação aos médicos, eu tenho muito respeito pela classe médica, eu tenho um respeito muito grande, porque eu conheço profissionais de altíssima qualidade, mas o meu maior compromisso é com a sociedade, não é com os médicos.

Em relação à vacinação, a gente realmente começou um mês depois. A gente teve algumas coisas que foram ruins, porque a gente teve aquele atraso da AstraZeneca, em relação àquele erro que eles cometeram na Inglaterra, quando deram metade da dose e fez parar o estudo. Isso atrasou a liberação do medicamento. E a gente teve também um período em que as vacinas eram compradas sob risco, quer dizer, isso foi pelo que acompanhei. O que acontece? Tem um momento em que você não sabe se a vacina funciona e você compra a dose no risco de, se aquela vacina não funcionar, você poder perder aquilo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Vou esperar só um pouquinho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Então... E a gente... Nesse período em que você tem os contratos de risco, a gente tem os países mais ricos investindo pesado na compra.

Por exemplo, o número que eu tenho, que eu vi na mídia, que os Estados Unidos investiram foi de mais ou menos US$18 bilhões. Isso aí equivale hoje a mais ou menos R$100 bilhões. Se a gente olhar o orçamento do Ministério da Saúde para 2021, que eu vi que é de 131, dá para ver a diferença de poder que os países têm para tentar antecipar e entrar nesse tipo de contrato de risco.

Eu acho que vale a pena entrar no contrato de risco, mas são cenários. E, depois, você tem as vacinas quando elas já têm a confirmação de resultado e aí você já tem muitas doses já compradas e, quando você entra comprando depois, você entra no final da fila. Então, isso vai explicar por que a gente tem tanta dificuldade nesse momento de receber as doses compradas, não é? Fora todas as incertezas.

Uma coisa em relação à Covid é que ela é cercada de muita incerteza e muitas dificuldades. Então, muita coisa acontece que, no meio do caminho, aquilo muda o cenário, porque alguma coisa diferente aconteceu. Então, por exemplo, se a Índia tiver essa crise, provavelmente a gente tem risco de ter menos insumo ou menos vacina. A gente tem que entender que, em situações mundiais como essa, você está sempre no risco de acontecer alguma coisa que não era prevista. Então, isso tudo fez com que a gente, apesar de ter começado com um mês, ficasse com essa dificuldade que tem hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem um ponto que eu queria colocar, que eu até separei aqui: a gente, nesse momento... Quer dizer, a gente tem hoje, pela Organização Mundial da Saúde, quatro vacinas em Fase IV, mas a gente tem que atentar que existem hoje... Só para vocês terem uma ideia, hoje tem um estudo... Só em Fase III, tem 26 vacinas. E essas vacinas mais novas já vão sendo preparadas para as novas variantes. A gente tem que entender que a mesma incerteza que a gente tinha lá atrás, a gente tem hoje. Então, o fato de a gente... Hoje a gente tem que parar e ver também as vacinas que estão sendo desenvolvidas, além das que a gente tem hoje, porque pode ser que essas vacinas possam ser as melhores opções no futuro. Então, isso tudo é muito importante. Aí já entra na parte de estratégia e planejamento, entendeu?

Então, isso aí é mais ou menos o que eu podia falar. Se tiver alguma pergunta objetiva que eu não tenha respondido, o senhor, por favor, pergunta que eu respondo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Faltou só uma pergunta, Ministro. Na sua entrada, qual era a expectativa que você tinha, ao entrar para ser Ministro, aceitar o convite? E essa expectativa foi frustrada em tão pouco tempo, em 29 dias. E, se durante o período, o curto período em que o senhor ficou, o senhor viu ou ouviu algum comentário, ou presenciou qualquer ato de corrupção, de superfaturamento de equipamento, de testes, algo que você poderia aproveitar o momento e nos repassar.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Bom, a primeira pergunta é... Só para eu relembrar. A primeira é... Ah! A minha entrada.

Quando eu entrei, qual era a minha expectativa? Era ajudar o Brasil. Eu achava que tinha experiência, que tinha formação e que eu poderia trazer uma forma... Eu tinha esperança de trazer uma forma eficiente de abordar não só a Covid, mas o período pós-Covid. E você só consegue saber exatamente as suas oportunidades quando você está dentro. Você não consegue saber as coisas de fora. Até você entrar, só lá dentro é que você consegue entender realmente qual é a sua oportunidade, qual é o recurso que você tem.

Em relação à corrupção, não, porque eu sempre deixei muito claro que... Até porque quanto mais liberdade a gente tinha para gastar, mais rigoroso tinha que ser o processo interno. Então, eu nunca vi nada ligado à corrupção no período em que eu estive lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado, Senador Marcos do Val.

Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) **–** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, o senhor me perdoe pelo rigor das perguntas, mas é porque a situação exige.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor já manifestou, por várias vezes, ao longo dessa sessão, que é contrário ao uso da cloroquina e hidroxicloroquina para tratamento de Covid, seja precoce ou não. Correto isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Presidente da República foi informado com relação à sua posição durante a sua gestão como Ministro da Saúde?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Hoje, hoje pela manhã, o Presidente da República, Jair Bolsonaro, usou as seguintes expressões: ele se referiu a quem é contra a cloroquina e não apresenta alternativas medicamentosas como canalha. Ele disse ou insinuou que essas pessoas atuam por interesses econômicos, no sentido de que teria mais vantagem vender vacina do que vender remédio. E ele voltou a insinuar uma suposta guerra biológica criada, causada pela China.

Eu indago a V. Exa. se o senhor se enquadra em algumas dessas categorias descritas pelo Presidente da República?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. Não concordo com nenhuma delas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Hoje, Sr. Ministro, nós temos absolutamente claras evidências de que não existe nenhum estudo clínico sério, referendado mundialmente, que aponte no sentido de utilizar esses medicamentos para tratamento de Covid. Correto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas, mesmo assim, o senhor tem ciência, através da mídia que seja, de que o Brasil fez gastos vultosos com esse tipo de medicamento?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim. Isso eu só sei pela mídia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor afirmou, nesta sessão, Sr. Ministro Teich, que nunca participou de reuniões – nem sequer ouvir falar de reuniões – com técnicos que recomendavam essa ampliação no uso da cloroquina?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas o senhor também afirmou que esta foi a motivação principal da sua saída, a causa pontual da sua saída do Ministério?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, é possível entender que a responsabilidade pela persistência na indicação de um medicamento para o qual não existe nenhuma referência clínica médica séria no mundo é de responsabilidade exclusiva do Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É. O Presidente tem a posição dele de defender a cloroquina. Eu saí em função disso, e ele mantém a posição dele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas essa posição é exclusivamente no tocante ao contato que teve com o senhor do Presidente da República? Nenhum outro auxiliar dele serviu de base para essa mesma teoria?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu nunca conversei com ninguém, até para ouvir essa opinião. Eu só conversava direto com o Presidente. Então, nós...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

V. Sa. acredita que o Brasil poderia ter acesso a um volume maior de vacinas com a continuidade das providências que V. Sa. tomou durante a sua gestão? – o início do contato com a AstraZeneca, o andamento do contato da Moderna, Janssen. Enfim, seria possível ter mais vacinas do que o Brasil dispõe hoje?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acredito que sim se a gente tivesse entrado nas compras de risco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – São duas coisas distintas: uma é o consórcio, que é o do Covax Facility, que a gente poderia ter adquirido doses em maior quantidade; e a outra é daquela fase que eu falei em que você pode fazer compra no risco: que, se a vacina não dá certo, você perde.

Isso eu acho que é uma discussão que tem que... Esse tipo de posição eu acho que tem que ser uma posição Brasil, porque é um grande volume de dinheiro, onde você coloca no risco. Eu acho que aí você tem que ter uma posição Brasil – não pode ser só Ministério da Saúde.

Mas, tendo uma estratégia mais focada em vacina, provavelmente a gente teria tido mais vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que tomar só... Tentar trazer também para... Essa é a minha posição, mas, a situação que existe hoje, a gente tem que lembrar que as vacinas, em média, levavam dez anos para serem desenvolvidas – a mais rápida levou quatro –, e o que aconteceu em relação à Covid foi um negócio... É totalmente fora do padrão, não é? Então... Mas eu acho que, numa estratégia onde a gente tivesse foco na vacina, a gente provavelmente teria um acesso maior e mais precoce à vacinação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O contrato firmado com a AstraZeneca – o senhor tem conhecimento – é um contrato da modalidade que o senhor descreve como contrato de risco: foi firmado antes do encerramento da pesquisa. É isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu não sei lhe dizer. Eu acho que ele foi firmado em junho... Eu não sei a data, eu sei que tem uma data onde ele é firmado, eu já não estava mais no ministério. Mas eu... O contrato original com a Astra, eu acho que ele é, se eu não me engano, um contrato de risco.

E aí eu queria até, Senador, só rapidamente, um comentário. Quando fechei a vinda das vacinas do teste, eu fechei com a Oxford. A AstraZeneca nem estava envolvida, só para o senhor saber. Eu fechei direto com a universidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Durante a sua fala, o senhor se referiu a vacinas e contatos que o senhor teve, mesmo que incipientes, com a Oxford, com a Moderna e com a Janssen, subsidiária da Johnson & Johnson. O senhor não se referiu à Pfizer. Tem algum motivo para isso? Ou é só...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A Pfizer, na época, não tinha essa disponibilidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Por fim, como nós temos um bocado de tempo disponível, eu queria que o senhor aproveitasse para esclarecer, mais uma vez, para quem acompanha a CPI e para os colegas Senadores e Senadoras a diferença que existe entre autonomia do médico, na sua relação com o paciente, e o desenvolvimento na política pública com gastos elevados baseados em teorias que não têm nenhum tipo de lastro científico sério. É preciso fazer a diferenciação porque, infelizmente, parece que ainda não entenderam.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Numa prescrição médica em que você compra o remédio – embora eu questione a posição técnica –, isso é um direito do paciente, seja por que motivo for, de comprar o remédio. Quando você fala em dinheiro público e como a gente não tem volumes grandes de recursos comparados ao que a gente precisa, aí eu acho que você não pode usar em coisas que você sabe que não funcionam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Como última pergunta, Sr. Presidente, as ações e omissões do Governo Federal, que claramente não seguiu esse diagnóstico que o senhor fez nos 29 dias em que teve disponibilidade... O Brasil não teve uma liderança nacional, o Brasil não teve uma política de isolamento, de testagem, e chegamos a este quadro de hoje: mais de 411 mil mortos. A pergunta é: essas ações e omissões contribuíram para acelerar o processo de disseminação do vírus ou, pelo contrário, não contribuíram para retardar essa disseminação?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, isso cai dentro daquela situação em que eu precisaria de um dado científico e técnico para responder. Isso é uma pergunta que... É uma opinião em cima de uma situação que eu acho grave. Então, essa aí... Sem alguma base científica, eu não tenho como lhe responder.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Qual seria a base científica indicada para ter essa resposta, porque ela é muito importante para a CPI?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acho que você tem estudos que você pode avaliar... Hoje existem grupos no mundo que estão estudando o impacto das iniciativas e das não iniciativas.

Eu vou dar um exemplo simples, que é o seguinte. Digamos que eu tenho um lugar em que eu tenho muito câncer de pulmão e eu resolvo controlar, melhorar o problema de câncer de pulmão naquela região. Aí vem um estudo para mim que diz que quem usa isqueiro tem mais câncer de pulmão. É óbvio que não é o isqueiro, é o tabagismo, mas qual é o problema prático? Quanto mais complexa é a situação, mais desinformação você tem, mais incerteza, mais difícil é você entender o que é cigarro, o que é isqueiro. Qual o problema prático para as políticas? Se eu não consigo enxergar o que é que é realmente a causa, em vez de eu fazer uma política para combater o tabagismo, eu solto uma lei para proibir venda de isqueiro.

Existem hoje grupos no mundo que estão tentando entender exatamente o que faz diferença.

Vou até dar um exemplo para o senhor. Eu tenho acompanhado a evolução de vacinação no mundo. A Bloomberg tem uma página onde ela bota num gráfico a evolução da vacinação e a evolução de casos novos. O senhor vai olhar... Às vezes, não tem correlação. Então, por exemplo, Seychelles agora, que é o lugar que mais vacinou no mundo, está tendo que fazer bloqueio. Você pega Maldivas, quanto mais vacina mais caso tem. Você pega o Chile, não teve sucesso. Quando você pega, por exemplo, Reino Unido e Estados Unidos, quando você vê a queda da curva, eles tinham vacinado um percentual muito baixo da população. Então, a pergunta hoje é: o que realmente faz diferença?

É por isso que eu falo que hoje existem métodos de pesquisa que tentam ver pesquisas desse tipo nessa linha. Aí, no caso, eu traria especialistas para fazer isso. Não sou eu a pessoa que vai lhe dar informação técnica de uma metodologia detalhada, mas eu sei que tem pesquisadores que têm condição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de avaliar e desenhar esse tipo de estudo. E acredito que esteja sendo discutido em centros de pesquisas no mundo já.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Agradeço pela sua fala.

E só registro: V. Sa. não é nem agente comunista da China, nem um corrupto contumaz, nem um canalha. V. Sa. é um médico muito bem qualificado que fez um grande esforço pessoal, assumindo uma missão difícil num momento difícil do Brasil. Então, parabéns pelo seu verdadeiro patriotismo!

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Ser patriota não é usar uma farda ou fazer patriotada; é defender o seu País além e fora do seu interesse pessoal, que foi o que o senhor fez. Então, parabéns e muito obrigado em nome dos brasileiros!

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Alessandro. Inclusive cumprimento V. Exa. pelas perfeitas inquirições, a melhor até agora nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos passar ao Senador Rogério.

Só para confirmar uma informação, Dr. Teich, o senhor havia dito aqui que não participou de nenhuma reunião com o Presidente da República sobre o uso da hidroxicloroquina, correto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não. Em reuniões com ele, eu falei sobre o remédio. Eu tinha a minha posição clara de que eu não ampliaria o uso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) **–** Mas teve ou não teve reunião sobre o assunto?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Teve reunião em que esse assunto foi falado. Se o senhor considerar isso uma reunião sobre o assunto, a resposta é sim, tive, tá?

Só para deixar claros alguns conceitos, você pode estar com a pessoa, e ela fazer um comentário. Então, se um comentário significa ser uma reunião, a resposta é sim, tá? Só para a gente deixar isso bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Teve uma reunião com uma pauta específica sobre esse tema?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sobre essa pauta específica, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a reunião do dia 23 abril de 2020, que consta em sua agenda, às 10h, que tem a seguinte pauta: "Reunião com o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, local Palácio do Planalto, Gabinete do Presidente da República, 3º andar, apresentação de estudo sobre o uso da cloroquina no combate à Covid-19. Participantes: Denise Viana, Secretária de Ciência e Tecnologia; Ministro Walter Braga Netto; Ministro Luiz Eduardo Ramos; Deputado Vitor Hugo; Deputado Hiran Gonçalves; Deputado Dr. Luiz Antonio Teixeira; e Mauro Luiz de Brito Ribeiro, do CFM".

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Essa reunião foi a reunião em que o CFM leva para o Presidente o documento onde ele amplia a autorização de uso da cloroquina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, ocorreu essa reunião?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa reunião era com essa pauta?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Essa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O CFM fez isso nessa reunião?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Fez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Então, houve. Desculpa.

A reunião do CFM, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então ocorreu?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Houve sim. Então, pode colocar que sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Mudo o que eu falei. Houve.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Dr. Teich.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só para esclarecer.

Desculpe estar interrompendo, Presidente. Só para esclarecer: o Ministério Teich fala que não houve reunião técnica para discutir o uso da cloroquina; houve uma reunião do CFM e que foi discutido esse assunto que era a ampliação do uso da cloroquina. Não houve uma discussão técnica com estudos, com impactos e tal sobre os efeitos da cloroquina ou não, até porque o Ministro revelou que à época tinha muito dúvida, porque não se tinha nenhum estudo conclusivo sobre o uso da cloroquina. É só para poder colocar no horizonte temporal.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, só um comentário. Não foi uma reunião para discutir; foi para o CFM apresentar o documento ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Senador Rogério Carvalho, o depoente... Serão 15 minutos para sua exposição, para os seus questionamentos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Relator, cumprimentar o Ministro Teich.

Em primeiro lugar, quando se trata de controle de doenças infecciosas, existem tecnologias da saúde pública bastante conhecidas. E as tecnologias da saúde pública são as vigilâncias, principalmente a vigilância epidemiológica, que tem suas técnicas, dentre elas nós temos os bloqueios, bloqueios de aeroportos, bloqueios de entrada e de contato.

Quando você não tem conhecimento sobre uma doença, do ponto de vista sanitário, você tenta, ao máximo, evitar que uma pessoa contaminada ou infectada entre em contato com pessoas não infectadas. Essa é uma regra básica, universal, cientificamente aceitada, não há discussão sobre isso.

Nós tivemos, no mundo, países que fecharam suas fronteiras, tiveram alguns casos, tiveram transmissão comunitária, fizeram o isolamento e conseguiram conter a expansão da pandemia com muita eficiência. Nós também, apesar de não termos feito de forma sistemática e contínua, mas, toda vez que nós reduzimos o contato e isolamos, há um efeito na redução de casos novos, no número de doentes e no número de mortes. Então, não há dúvida de que, do ponto de vista epidemiológico, do trabalho de controle da expansão da pandemia, essa técnica está assentada sobre uma regra universal que funciona. Ponto! Eu estou afirmando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, o que nós vimos, do início da pandemia até agora, é uma ação deliberada – e eu tenho aqui registros do Osmar Terra, que era Ministro do Desenvolvimento Social, dizendo que tinha que deixar as pessoas expostas. Essas mesmas falas do Ministro Osmar Terra foram reproduzidas, e eu vou encaminhar para o Relator da CPI todas as gravações em que o Osmar Terra... E já fiz um requerimento para convocar o Deputado Osmar Terra para prestar esclarecimentos à CPI sobre por que ele disse, o tempo todo, que, em 14 semanas, baseado em que, essa pandemia se extinguiria; baseado em que haveria imunidade de rebanho, deixando as pessoas se exporem a um vírus do qual ninguém sabia da gravidade, ninguém sabia do seu potencial de letalidade.

Então, eu acho que aí temos um problema. E um problema... Se a gente pode falar de flagrante delito, nós temos um flagrante delito, ou seja, um delito continuado do Presidente da República, porque, ainda hoje – ainda hoje – ele declara que vai fazer um decreto para acabar com as restrições impostas por Prefeitos e Governadores, impedindo que aquilo que se mostrou mais eficaz na expansão do contágio e da pandemia, que é o isolamento social, deixe de acontecer. E ele faz isso desde o começo da pandemia.

Outra questão que eu queria trazer para reflexão é que os estudos atuais mostram que no cromossomo 6 tem alguns genes já identificados que estão associados com os casos graves, que tem um componente genético, porque a Covid – e o senhor, como médico, sabe – é uma doença inflamatória com uma característica de doença autoimune muito potente, o corpo agredindo o próprio corpo, por uma reação provocada por um vírus – ainda que seja provocada por um vírus. E a cloroquina, ao que me parece, não tem ação anti-inflamatória comprovada, eficaz, e nem tem ação antirretroviral. Toda a terapêutica que me parece estar dando resultado são aquelas que se dão a partir da associação de anti-inflamatórios – o corticoide –, o anticoagulante, porque o processo inflamatório gera um processo de coagulação, pode gerar um processo de coagulação por roubo de carga na cascata de produção da reação anti-inflamatória e você pode ter coagulação intravascular disseminada, e hoje a gente já percebe o uso de anti-inflamatórios utilizados em doenças autoimunes, como artrite reumatoide, que dialoga com a fisiopatologia da doença. Então, me parece que a gente está negligenciando completamente toda a produção de conhecimento sobre a epidemia, a pandemia, como ela se expande e o tratamento da doença.

A pergunta que eu faço para o senhor: existia no Ministério da Saúde, quando o senhor chegou, além da Conitec... A Conitec não é uma comissão específica para a Covid, é uma comissão para a incorporação de novas tecnologias no rol, na lista de ações e serviços de saúde e insumos que o ministério oferece, para garantir a integralidade. Havia uma comissão técnica para definir protocolo de tratamento contra a Covid? Essa é uma pergunta, e já podia responder, que aí eu termino aqui a minha indagação.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – A gente tinha um acompanhamento diário de tudo que estava surgindo no mundo em relação a tratamento. Naquele momento, a gente não tinha qualquer medicamento, mesmo a dexametasona, que foi apresentada depois, que tivesse mostrado benefício contra a Covid. Isso que o senhor está falando é já o quadro que evoluiu para o quadro inflamatório, que é o doente mais grave, que é a exceção, mas naquele momento em que eu estava, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

tinha um grupo que trabalhava diariamente o que estava saindo na literatura, mas não existia naquela época um medicamento que fosse cientificamente comprovado como eficaz em qualquer das fases, mesmo na fase mais grave.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, Ministro, o senhor há de convir que nós estamos já há um ano, muito se evoluiu, e nós continuamos defendendo... Nós que eu digo, o Governo continua defendendo o uso de uma droga que já foi descartada por vários estudos feitos por vários centros de que não tem nenhuma eficácia nem contra o vírus nem no tratamento da doença, não é isso?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, pronto.

Para concluir, Sr. Presidente, eu queria aqui também trazer mais duas informações que corroboram...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Rogério, é rápido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Guarde meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está preservado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Os estudos que V. Exa. mencionou que não comprovam a eficácia da cloroquina são de quando?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – São estudos que têm... São vários estudos randomizados de duplo-cego que foram feitos por vários...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Mais ou menos em abril...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Do ano passado.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – ... em doentes hospitalizados. Tem um estudo do Jama, tem um estudo do New England...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu posso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria pedir para vocês, se puderem, perguntarem para ele o seguinte: se ele poderia detalhar essa reunião da cloroquina? Algum detalhe, algum bastidor, o que marcou na memória dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A outra coisa para perguntar era se...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Relator está se referindo à reunião do dia 22 de abril...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Vinte e três.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vinte e três de abril.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se podia detalhar algum aspecto, quem falou, quem estava presente, o que é que discutiram.

E uma outra coisa: se a pessoa que teria levado o plano de comunicação teria sido o Hugo Braga?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, não foi o Hugo. O Hugo eu saberia. Foi uma pessoa que trabalhava lá, mas não era o Hugo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor se submeteu à quarentena? Porque ontem o Mandetta disse aqui que foi condenado a uma quarentena de 140 dias, e que os outros ministros não passaram por quarentena.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Quarentena profissional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Profissional. O senhor passou por quarentena?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não passei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a última pergunta: o senhor ou suas empresas têm contrato com o Governo?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca teve?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Nunca tive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para o depoente poder responder, porque inclusive ele deseja responder, Líder Fernando.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, em relação à reunião do dia 23, foi uma reunião onde o Presidente do CFM, essencialmente, apresenta um documento onde o CFM valida o uso de cloroquina em pacientes com doença leve a moderada, desde que de acordo com critério médico. Essencialmente, foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – E a consequência da reunião?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A consequência da reunião foi que esse documento do CFM se torna público e isso passa a ser uma posição do CFM.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Voltando aqui, Presidente.

Então, nós estamos diante de um delito continuado por parte do Presidente, porque ele insiste em manter ou em aglomerar ou em impedir a medida mais eficaz de combate à pandemia, que é o isolamento, quando nós temos suscetíveis... Ou seja, nos inquéritos que foram feitos... Inquérito é você testar a população ou parte da população para ver qual percentual já tem imunidade ou tem IgG... IgG?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – É IgG e IgM, dependendo da fase.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – IgG.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – IgG, IgM e IgA, os três.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – IgG?

E menos de 20%, 25% em alguns casos... Nós temos 75% da população suscetível.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Manaus tinha menos de 25.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Manaus, que teve a segunda onda, menos de 25! Portanto, nós temos 75% da população suscetível. Se temos 75% da população suscetível, o risco de uma terceira onda... E a necessidade de manter isolamento de alguma forma e de proteção é premente, ela não está extinta.

Então, eu queria aqui concluir dizendo que nós estamos diante de uma ação – e eu vou repetir – dolosa por parte do Governo central que é manter uma determinada linha que expõe a população brasileira ao risco de se contaminar.

E, por fim, Presidente, queria dizer aqui que a informação de que nós tínhamos 560 milhões de doses contratadas... Foi agora confirmado que são 280 milhões de doses, metade, o que significa que vacina metade da população brasileira, nós não temos vacina para toda a população brasileira.

E também queria deixar uma última pergunta para o Ministro. O senhor avisou ao Presidente da República na reunião, ou disse em algum momento numa entrevista no dia 20 de abril de 2020, que nós poderíamos ter uma segunda onda de Covid-19? O senhor confirma essa declaração que o senhor deu e que, depois, nós vimos que aconteceu? O senhor deu essa declaração, não foi? O senhor informou ao Governo que poderíamos ter uma segunda onda.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – É, o que eu... Isso era uma coisa que eu falava... Quer dizer, eu colocava isso claramente, porque... O que acontece? Como a gente tem um desconhecimento da doença... E o que está acontecendo agora, por exemplo, é a evolução das variantes, que, em minha opinião pessoal, eu acredito que tenham impacto grande nas novas ondas, e você vê que isso pode evoluir com novas variantes em cima das variantes. Então, a mensagem que fica é que a gente não sabe como vai evoluir. A gente vê o mundo alternando os epicentros da doença entre os diferentes países. É pouco provável imaginar que isso vá acabar agora. Então, a gente não sabe exatamente onde vai acabar. A gente vê as vacinas surgindo, a gente vê vacinas que, quando são testadas em países que têm cepas, em algumas delas mostram eficácia menor. Então, existe ainda um grande grau de incerteza. Então, a gente hoje tem que se comportar como deveria ter se comportado desde o começo e, aí, a gente ainda tem algumas agravantes, porque a necessidade de informação aumenta, porque agora você tem que conhecer quais são as variantes, como é que elas evoluem, como é que elas estão sendo distribuídas, como é que elas respondem à vacina, como é que elas respondem à reinfecção e como é que elas podem caminhar. E a gente passa a ter necessidade de uma coisa que vai ser uma rotina daqui para frente, que é um laboratório de avaliação genética, para a gente poder fazer o mapeamento genético, até para ver como é que essas variantes e essas evoluções vão acontecer. Isso vai ser fundamental para a estratégia e o planejamento do enfrentamento da Covid. E eu quero deixar claro: a gente está no meio dela e a gente não sabe nem quando vai acabar nem o que vai acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a mensagem que eu deixo aqui é a mesma que eu coloquei antes: existe um nível de incerteza muito grande. É gestão em tempos de absoluta incerteza e desconhecimento do que pode acontecer amanhã.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Esta Presidência vai suspender por cinco minutos, para um *pit stop* necessário ao Ministro, para ele também fazer um rápido lanche ali atrás, e aí nós retomaremos em seguida. Na ordem, os próximos são: Senador Luis Carlos Heinze; Senador Fernando Bezerra, agora como membro desta Comissão, para nossa honra; Senador Fabiano Contarato, no sistema remoto; Senadora Simone Tebet; e Senadora Zenaide Maia – esses três últimos como não membros.

A sessão está suspensa por cinco minutos.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senador.

(*Suspensa às 14 horas e 49 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 57 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando, então, os trabalhos, passamos, pela ordem dos inscritos, ao Senador Luis Carlos Heinze.

V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Nelson Teich, ex-Ministro, é um prazer estar conversando com o senhor. O senhor foi Ministro por um período, já estava no Governo e, quando Ministro e médico que o senhor é, o senhor não recomendava hidroxicloroquina. Havia algum tratamento específico que o senhor recomendava, quando inúmeros médicos usaram esse procedimento? Ou era para ir para casa e tomar paracetamol ou dipirona?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Senador, naquele momento, a gente não tinha uma droga específica para a Covid. A minha preocupação na época, que inclusive foi um dos braços que eu levantei – eu disse ao senhor que eram cinco pontos, quatro foram colocados ali –, era justamente você tentar antecipar, de alguma forma, o tratamento. Pela experiência que eu tenho em oncologia, quanto mais precoce o tratamento, maior a chance de cura. Mas essa antecipação você teria... Por exemplo, quando a gente foi para Manaus, a gente viu lá o uso de tendas; para tentar evitar a intubação, a gente vê oxigênio de alto fluxo, que depois foi colocado. Então, existia uma ideia o tempo todo de tentar fazer um diagnóstico mais precoce possível para poder começar a tratar, naquela específica situação, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com coisas que já estavam assim... Que podiam funcionar. E aquilo, obviamente, é sempre baseado em acompanhamento, em avaliação clínica. Mas, naquele momento, a gente não tinha um medicamento em que, assim, a base científica mostrasse – base científica que eu digo são essas referências que eu coloquei antes – um resultado positivo. Por isso que eu não recomendava.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor sabe que, quando o Presidente Bolsonaro falou que era uma gripezinha, já tinha sido dito pelo ex-Presidente Trump, dos Estados Unidos, não sei se o senhor acompanhou, e que eles falaram isso – primeiro, o Trump, nos Estados Unidos – quando um cientista renomado mundialmente, Didier Raoult, francês, senegalês, usou esse termo. Dali para cá, Sr. Ministro, ex-Ministro, foi essa guerra política. O Biden e a turma da esquerda, nos Estados Unidos, foram contra o Trump porque ele falou.

O que o senhor viu aqui hoje, embora sua posição seja de médico, é uma guerra política em cima dessa questão. Os médicos têm que cuidar da medicina. Se o senhor é de esquerda ou de direita não interessa; adote o procedimento. Vou lhe mostrar. O Prêmio Nobel da medicina, o cientista francês Luc Montagnier falou na hidroxicloroquina, falou na azitromicina; falou que ele usou. Outro Nobel da medicina Satoshi Omura, do Japão, também falou a mesma coisa. Estou lhe falando em Didier Raoult – cientistas; não são chutadores, não é coisa que não tem fundamentação.

Não sei se o senhor sabe – gostaria de que o senhor me respondesse –, o Ministério da Saúde, na época do Mandetta – não sei se o senhor está sabendo – patrocinou, juntamente com esta Casa e não sei mais quem, que a Fiocruz fizesse uma pesquisa, que foi publicada na *Jama*, atropeladamente.

Senador Randolfe, Senador Relator, eu estou apresentando um requerimento para que nós possamos ouvir os Presidentes da Conep e da Fiocruz, que vêm explicar essa pesquisa. Essa pesquisa – e outra que vou lhe mostrar – tinha um objetivo: criminalizar a cloroquina, e fizeram isso.

Lá em Manaus, na alta dose, 600mg, quatro comprimidos de difosfato de cloroquina – não usaram hidroxicloroquina; usaram cloroquina, que é pior, em pacientes doentes –, duas vezes ao dia, dez dias seguidos, morreram 16 pacientes dos 41 testados. O senhor sabia disso? Baixa dose, 450mg, três comprimidos de difosfato de cloroquina, com redução. Morreram 6 pacientes de 40 testados.

Isso é um crime. Aqui está a publicação da *Jama*, Senador Renan, e essa publicação disse que não prestava, que não funcionava. Fizeram um ato criminoso, e alguém, Sr. Ministro, tem que ser responsável por isso.

Hoje, o Ministério Público de Manaus, lá do Amazonas, está investigando esse fato. O Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, de Goiás e de Minas Gerais já também têm trabalho a esse respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além desse, Sr. Ministro, há um outro trabalho da *Lancet*. Um artigo foi realizado, envolvendo uma análise com mais de 96 mil pacientes, e concluiu que o tratamento com cloroquina não era eficiente no combate à Covid, na linha de V. Exa., de autoria de Mandeep Mehra, Sapan Desai, Frank... Bom, aqui estão os nomes. Resultado... Pressão de médicos, cientistas do mundo, Senador Renan. O resultado da auditoria revelou tratar-se de uma fraude grave, e os autores foram obrigados a publicar uma retratação no mesmo periódico, *Lancet*. Está aqui, Ministro. Eu não estou chutando, não digo qualquer coisa. Aqui há fatos científicos comprovados.

V. Exa. disse que não tinha condições de receitar. O Conselho Federal de Medicina autorizou médicos brasileiros a usarem o que quisessem. Qual é o tratamento? Ivermectina, cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, vitaminas, sei lá, um pacote de tratamentos que podiam fazer.

É uma guerra, Ministro. Fazer o que nesse momento? Vai para a casa? Vai dormir? Quando estiver mal, vai... E não há leito de intubação, leito de UTI.

Aqui eu tenho uma lista de quase 14 mil médicos – eu vou lhe dar evidências – que usaram esse tratamento e o adotaram do Amapá ao Rio Grande do Sul, os chamados Médicos pela Vida.

Em Rancho Queimado, no Rio Grande do Sul, de 419 pacientes, houve 2 óbitos – 2 óbitos! –, 0,47% de letalidade; em Gramado, no Rio Grande do Sul, de 7.999 pacientes, houve 121 mortes, 1,58% de letalidade; em Ilha Bela, em São Paulo, de 6.052 pacientes, houve 34 mortes, 0,56% de letalidade; em Porto Seguro, Senador Otto, de 18.566 pacientes, houve 153 óbitos, 0,82% de letalidade; em Floriano, no Piauí, de 6.914 pacientes, houve 121 mortes, 1,75% de letalidade; em Porto Feliz, do Prefeito Cássio Prado, que é médico, no Estado de São Paulo, de 6.497 casos, houve 70 mortes, 1,07% de letalidade.

Aqui, Sr. Ministro, há evidências, fatos. É gente que, contrariando as esquerdas e aqueles que eram contra, fez trabalhos. Estou juntando 40, 50 Municípios.

Senador Otto, a Dra. Raissa, do seu Estado, foi criticada...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode falar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Peço a palavra pelo art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode terminar a sua inquirição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em seguida, eu concederei a palavra, pelo art. 14, para o Senador Otto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi criticada, inclusive, com a Secretaria de Saúde não recomendando. Não havia recursos no ano passado. A comunidade, a sociedade, os empresários bancaram esse tratamento. E o fizeram, e aqui estão os números.

Países, Ministro... Em Marrocos, são 244 mortes por milhão; em Camarões, 41 mortes por milhão; em El Salvador, 329 mortes por milhão; e, no Brasil, 1.929 mortes por milhão. Acho que aqui há evidências em face do que acontece.

Aqui há duas situações que mostram um ataque criminoso a uma substância, e muitos médicos são contrários.

Portanto, é importante que nós possamos ter... Esse é um tratamento, Sr. Nelson Teich, que, como o senhor sabe, não tem recomendação, mas, dentro do Ministério da Saúde, nós temos 99 Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do SUS até fevereiro de 2021, e 73, com pelo menos uma forma de medicamento, só usam *off-label*, e os médicos podem recomendar. Esses médicos perseguidos usaram esse tratamento.

Diga-me a sua posição depois do que eu lhe disse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Teich, por favor...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Em relação ao uso *off-label*, a gente não pode – como vou dizer? –, talvez, misturar as coisas. O uso *off-label* é aquela situação em que você vai usar embora não esteja na bula, mas isso só se aplica a remédios que sabidamente funcionam. Então, são duas coisas distintas: o uso *off-label*...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui funcionaram. Estou lhe mostrando casos que funcionaram!

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Vou responder ao senhor.

Esse material que o senhor tem, eu... Não eu, mas um grupo tem que avaliar... Um grupo neutro tem que avaliar tecnicamente a metodologia desses estudos.

Então, hoje, o que é que eu digo ao senhor? Qual foi a minha colocação? Há instituições que são referência mundial, e eu me baseio nelas. Então, se eu... Ainda mais quando essas instituições conduzem para a mesma orientação, eu fico mais confortável e mais seguro em seguir essa orientação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em relação ao que o senhor colocou, o que eu faria seria uma condução técnica, mas, neste momento, com base no que eu tenho, eu não recomendaria, justamente por eu tratar de instituições de referência mundial.

Respeito as opiniões, principalmente de pessoas de renome, mas isso não é uma razão para eu perder a minha linha técnica de avaliação e liberação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Com relação às vacinas, o Brasil está fazendo o que pode. O Governo já comprou 85 milhões de vacinas, é um problema difícil. Até ontem, acho que o dado era que tinha 44 milhões de vacinados. Apesar das críticas, Ministro, isso é um problema mundial, não é um problema do Brasil. Então, é bom que a gente diga isso. O Brasil está fazendo todo o esforço para poder produzir vacina nossa e também para importar as vacinas que são necessárias para produzir pelo Butantan, pela Fiocruz, enfim, por outros de que nós estamos importando. A Alemanha tem 31 milhões de vacinas, disse ontem, repito hoje ao senhor. Quanto às críticas aqui ao Governo brasileiro, a Organização Mundial de Saúde fez crítica à União Europeia.

Em 1º de abril, foi publicado um trabalho – eu não sei o dado atual agora, de 1º de maio, por exemplo. A Alemanha tem 31 milhões de pessoas vacinadas. Eles estão atrás, e as empresas não entregaram as vacinas. A crítica que... A AstraZeneca, não sei quantos milhões de doses, contrataram e não entregaram. Então, isso não é um problema do Brasil.

Não sei se V. Exa. sabe, o Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje, está produzindo vacinas, patrocinando vacinas. Há em torno de dez projetos em andamento, dos quais, o mais adiantado é o da USP, em Ribeirão Preto, e o do Hospital de Clínicas, em Ribeirão Preto – já na Fase II ou III –, para que nós possamos produzir, Senador Bezerra, aqui no Brasil essa vacina. Da mesma forma, a Universidade Federal do Paraná, de Minas Gerais e também de Santa Catarina. Daqui a pouco, Senador Renan, vamos estar produzindo vacinas nossas aqui no Brasil.

E outro trabalho que nós estamos fazendo... Eu foco duas coisas: combate à pandemia com tratamento preventivo... Conforme, Senador Randolfe, eu lhe mostrei ontem, o Estado do Amapá fez um protocolo com diversos produtos, diversos produtos, entre os quais hidroxicloroquina, ivermectina, em vários tratamentos. Está aqui no protocolo: 50, 30, 40 situações, e um deles é isso aqui. É um Estado que fez com o apoio do Ministério Público estadual.

E uma questão importante, só para lhe colocar, nós estamos trabalhando, aqui no Brasil – é bom que saibam e vou repercutir... O Senador Wellington Fagundes levantou uma questão para nós usarmos os laboratórios de medicamento veterinário. Há quatro grandes laboratórios no Brasil que têm condição de produzir 1 bilhão de doses de vacinas. Nós estamos focando, Senador Randolfe, para que esses laboratórios – já discutimos com a Fiocruz, com o Butantan, com a Anvisa, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Agricultura e com o Ministério da Ciência e Tecnologia – possam produzir vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escreva o que eu vou lhe dizer, escrevam os colegas que estão aqui: o Brasil terá vacina suficiente – suficiente – produzida por esses laboratórios, para vacinar os 200 milhões de brasileiros duas, três, quantas vezes quiser, porque a pandemia pode permanecer e nós temos que vacinar, no ano que vem, de novo. E o Brasil, Ministro, será exportador de vacina.

Então, o que eu quero colocar aqui: tiremos esta questão ideológica e política, porque o fato é um, o foco é um, é um só. Derrotaram o Trump nos Estados Unidos e querem derrotar o Bolsonaro aqui com essas questões. Agora, o que eu estou lhe falando... Eu sou um técnico, sou um agrônomo. Estudei, estou pesquisando, estou olhando essas questões, o que temos aqui são fatos.

E essa questão criminosa de que essa Lancet se retratou está aqui, se retratou em cima de... Queimou um produto no mundo, um produto que custa R$50, R$70. Daqui a pouco, querem vender esse aqui. A Pfizer já está registrando um produto para substituir a cloroquina. O meu, que custa R$50, R$60, não vale. Agora, o do Dr. Marcos Rogério, que vai custar R$500, vai valer. É isso aqui.

Então, infelizmente, Sr. Ministro, alguém está interessado politicamente, estão assassinando reputações de colegas médicos que adotam postura... Dr. Paolo Zanotto, cientista em São Paulo, já tem três processos na USP, porque ele ousou, ousou dizer o que está fazendo. A Dra. Raíssa saiu do hospital lá de Porto Seguro, o Estado a tirou do hospital, porque adotou esse procedimento, resolveu assumir.

Eu tenho aqui 14 mil médicos, 15 mil médicos. E quantos médicos adotam esse procedimento e tem medo? Tem hospitais do Brasil que, se o doutor quiser receitar, ele não pode, é proibido receitar. Como? Por que não? Se ele está dando resultado. Estou lhe mostrando resultados, países e Municípios. Estou juntando aqui, Senador Omar, mais de 50 Municípios brasileiros que adotam esse procedimento e têm resultados positivos em cima do que aconteceu.

Veja, Rancho Queimado, volto a falar, falei ontem e repito aqui. O médico atendeu 1.819 pacientes, 1.819, 419 com Covid, dois óbitos. Sabe quanto ele gastou, doutor? Quarenta e nove mil reais, a Prefeitura de Rancho Queimado gastou. Então, não tem segurança? Como não tem segurança? Um médico reunia Prefeitos, Vereadores, as Lideranças da comunidade e, dessa forma, eles aplicaram o tratamento. Dois óbitos com pessoas de 84 anos – 84 anos! – e ele dá a *causa mortis* dessas pessoas. São evidências, e a Medicina também se faz por evidências o que os médicos, colegas seus no Brasil inteiro, do mundo inteiro estão fazendo. O que nós não podemos é queimar um produto, queimar um produto que é sério, que é certo.

E repito o que disse ontem e vou repetir de novo aqui: morreram 410 mil brasileiros até ontem. Seguramente, se nós tivéssemos tido a coragem de adotar o procedimento, deixado a politicagem de lado, quem sabe não tivéssemos 200 mil mortes no Brasil? De certeza, pelos dados que estou mostrando aqui para vocês, desses Municípios, se nós tivéssemos adotado um procedimento sem a política, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminalizar ninguém, seguramente nós teríamos menos mortes no Brasil e no mundo. Os países que adotaram estão mostrando esse procedimento.

A Índia, que adotou o tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Senador, o senhor já ultrapassou mais de cinco minutos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já vou concluir, não tem problema.

A Índia, que adotou o procedimento, resolveu deixar de lado e adotar a vacina. Olha o surto de reinfestação e voltaram ao tratamento precoce. Tratamento precoce e vacina! Isso é que eu estou preconizando. Vamos trabalhar esse tratamento como coquetel, como o caso que o Amapá identificou, um coquetel de produtos, vitaminas e produtos, "n" produtos, de acordo com o caso. E, quando trata no primeiro dia, no segundo dia ou no terceiro dia, tem sucesso. Agora, pegar um paciente com dez dias, está morto. Por isso, quero dizer, tem doses... O meu trabalho, vacina e também trabalhos precoces e com a Medicina a mostrar enquanto não tiver outras evidências.

Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está prescrevendo o tratamento precoce?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu fiz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Recomendando?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, eu fiz. Estou comentando, porque ouço médicos, cientistas; não é da minha cabeça, Senador Renan.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é da minha cabeça e gostaria que esses médicos...

Já pedi que eles viessem aqui, vão falar, são eles que vão falar. O que eu falo é porque eu ouço médicos falando, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente Omar, como o Senador Heinze me citou duas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... eu vou invocar o art. 14, até para responder a ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele também se referiu a mim como falando...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele me citou duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu respeito a opinião de todos. Eu cursei Engenharia Civil por alguns anos e me formei em Engenharia Civil. Agora, o que não dá, Senador Luis Carlos Heinze, é pessoas que nunca passaram na porta de uma faculdade de Medicina quererem saber mais do que um médico.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não. Eu estou falando cientistas. Aqui há cientistas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Senador, o senhor já falou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui tem sacanagem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se tem sacanagem, o senhor que está dizendo. Eu não estou falando isso, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, está aqui: retratação. Está aqui a retratação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

Eu estou dizendo o seguinte: eu não prescrevo remédio, eu não debato. Tem quem debata isso por mim. Mas eu... Tem aqui, neste Plenário, o Dr. Otto Alencar, tem o Dr. Rogério Carvalho, tem o Dr. Teich, o Dr. Humberto Costa. É impossível eu debater prescrição médica com um deles.

Senador Otto com a palavra, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para explicação pessoal.) – Presidente, muito obrigado.

Eu queria apenas dizer ao Senador Heinze, com todo respeito que eu tenho por ele, que, primeiro, eu não me coloco, Senador Heinze, como alguém de esquerda, muito menos faço politicagem na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medicina, absolutamente. Eu tenho quase 50 anos de formado em Medicina, fui professor da Universidade Federal da Bahia por concurso, formei vários médicos... E tenho responsabilidade científica muito grande de proferir as minhas opiniões, não por jornais ou capas de revistas – absolutamente! –, na parte científica. Então, eu repilo a colocação de V. Exa. Politicagem é sobretudo posições políticas e de esquerda nesse sentido, até porque meu pensamento foi de centro social, com todo respeito a todas as manifestações ideológicas e doutrinárias.

Agora, leviano é uma doença como a Covid-19, Senador, em que 90% a 95% das pessoas que têm a doença cursam assintomático, leve ou moderado; se tomar um copo de água, é a mesma coisa que tomar um comprimido ou dez ou vinte de hidroxicloroquina. A água é melhor, porque não dá efeito colateral. Então, como 90% a 95% das pessoas cursam dessa forma, não custa nada um charlatão receitar hidroxicloroquina, o doente ia ficar bom de qualquer jeito, e ele diz que foi a hidroxicloroquina que salvou o paciente. V. Exa. deve saber que só mais ou menos 8% ou 5% dos doentes desenvolvem a forma grave, que é a pneumonia virótica, que cursa com microtromboembolia – não sei se V. Exa. sabe o que é microtromboembolia. E parte desses pacientes que desenvolvem a doença... A maioria não desenvolve glicoproteínas. V. Exa. sabe o que é glicoproteínas? Sabe o que é? Não sabe...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... já ouvi falar. Estou ouvindo, estou escutando as pessoas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É anticorpos. Anticorpos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Já ouvi.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só uma parte desenvolve.

V. Exa. é agrônomo, eu não sei se V. Exa. está confundindo aquilo que se faz nos animais com o que se faz nos humanos. Tem uma diferença muito grande. V. Exa. falou até nos laboratórios de bovinos para utilizar em humanos. Pode se readaptar. Mas, certamente, da maneira que V. Exa. falou, com tanta raiva de quem se coloca contra àqueles que prescrevem de forma correta e não são médicos, nesse laboratório de utilização para bovinos, uma vacina antirrábica não ficava inadequada para V. Exa.

Então, isso é o que eu gostaria de colocar, até porque V. Exa. me citou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... duas vezes sem eu provocá-lo. Então, eu estou respondendo uma provocação de V. Exa., citando Porto Seguro, dizendo que lá teve esses casos. E a informação de V. Exa. é completamente equivocada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por quê? Estão errados os números?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está completamente equivocada!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estão?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Até porque eu já lhe disse e repito agora – V. Exa. não entendeu, paciência! – que para 90% a 95% dos pacientes basta tomar água, porque não desenvolvem a forma grave. Então, se dá hidroxicloroquina e diz: "Não, foi hidroxicloroquina que curou", mas não foi. É porque os doentes cursam assim; só os 5%, 8%, às vezes, 10% cursam para a forma grave.

E, se V. Exa. tiver, por exemplo, a forma grave, que é a pneumonia virótica com microtromboembolia, com obstrução pulmonar, com coágulos, com sangue pisado no coração, o senhor pode tomar uma carreta de hidroxicloroquina que o senhor não fica bom, porque não tem remédio, ainda, de escolha para isso. O remédio de escolha que tem ainda, que dá alguma condição, o ano passado, que é o Remdesivir – o Nelson Teich deve saber disso –, eu mandei, o ano passado, para a Anvisa, no mês de maio, para ser liberado. Liberaram este ano agora, em março deste ano. Estão fazendo a mesma coisa com a vacina Sputnik, que não estão querendo liberar. E tem eficácia a vacina.

Então, eu não conheço, Dr. Nelson, nenhuma virose – não sei V. Exa. – que possa ser evitada por medicamento precoce. Será que quem toma uma carga de medicamento analgésico, uma criança, deixa de ter sarampo, porque tomou analgésico? Não. Vai ter sarampo. Só não tem sarampo se tomar vacina; varíola, a mesma coisa; H1N1, a mesma coisa; paralisia Infantil, só vacina.

As doenças viróticas, Senador, são redutíveis ou evitadas por vacina, por vacinação! Depois que você tem a doença, se desenvolve alguma coisa nesse sentido. O que você pode desenvolver? Para a H1N1, hoje tem uma medicação de escolha para H1N1 que é o Tamiflu. E, daqui oito meses, Senador Heinze, vai ter também um tamiflu da Covid-19. Mas agora, por enquanto, não tem isso! Não tem! Então, não há como querer confundir as pessoas numa doença que cursa levemente, moderadamente, ou é assintomática em mais de 90% dos casos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí dão hidroxicloroquina...

Eu vou concluir, Senador. Pode ficar tranquilo. Eu vou concluir, até porque eu nunca interrompo V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sempre muito fidalgo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sempre muito fidalgo. Eu sei disso e o considero muito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero falar, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu interrompo. Se V. Exa. quer, não precisa nem ir pedir ao Presidente que eu interrompo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque eu...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero falar só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço, Sr. Presidente, respeitosamente... É entre os dois. Eu acho que são opiniões absolutamente divergentes. V. Exa., como médico, está falando como médico. Nesta Comissão são Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é que V. Exa. não estava aqui. É que ele citou o Senador Otto, é por isso que ele está respondendo.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele me provocou duas vezes, Senador Marcos Rogério, falando sobre Porto Seguro, sobre uma médica lá que passa hidroxicloroquina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor como médico vai ouvir médicos falando! Não sou eu falando. Cientistas falando!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Senador Heinze quis me dar uma lição aqui. Eu não aceitei a lição dele, porque eu me acho mais capacitado do ponto de vista médico do que o próprio Senador Heinze. Esse é o problema!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não quis lhe dar uma lição.

Senador Otto, eu o respeito. Agora, vou lhe dizer o seguinte, eu trago evidências, eu trago evidências, eu trago evidências! E os médicos vão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não quero fazer uma consulta com V. Exa. de jeito nenhum! Eu não me arrisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não! Eu trago evidências de médicos cientistas. Não estou chutando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Para encerrar, eu lhe peço desculpas, Senador. Vamos desenrolar o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um falou como médico, outro falou como agrônomo. Está tudo resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Senador Renan Calheiros – Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito –, quero cumprimentar o Ministro Nelson Teich pela sua presença aqui para trazer informações e esclarecimentos sobre os fatos que são alvo de investigação desta CPI. Quero me congratular com essas informações. E, sobretudo, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o Ministro foi muito preciso no sentido de fazer uma defesa da ciência, uma defesa da técnica. Muitas vezes em indagações que aqui foram dirigidas ao Ministro Nelson Teich, ele sempre trouxe uma palavra de moderação, de ponderação, sobretudo para não se projetar em cima de determinadas questões que foram colocadas para ele no sentido de lincar as práticas de distanciamento social, de tratamento precoce e os números de infectados ou os números de óbitos, no sentido de que nós estamos diante de uma doença nova, desconhecida, que ainda está em desenvolvimento. Chamou a atenção para os riscos das novas variantes que poderão levar a novas preocupações e novos desafios. Eu estava, há pouco, aqui, vendo as notícias que vinham da Inglaterra, e lá já estão recomendando, Senador Humberto Costa, a terceira vacinação. Mais de 30 milhões de ingleses já estão caminhando para a terceira dose, para poder reforçar, no sentido de dar uma condição de maior proteção para a imunização.

Então, eu quero me congratular, Ministro Nelson Teich, pela forma muito elegante, uma postura muito eficiente, para que a gente possa, de fato, perseguir aqui a verdade, mas que a gente possa primar os trabalhos pelo equilíbrio, pela independência e para que a gente possa, ao final, alcançar aquilo que o Ministro Nelson Teich sublinhou, diversas vezes, no sentido de que o sistema de saúde pública do Brasil não estava preparado para esse desafio da pandemia, não estava preparado para maior integração, para um planejamento centralizado. Isso ele repetiu ao longo das suas respostas. Inclusive, em uma frase que eu procurei aqui pinçar, ele disse: "Não se prepara o País da noite para o dia para um enfrentamento da pandemia".

E isso é verdade, absolutamente verdade, porque, em alguns momentos, alguns companheiros, alguns membros aqui desta Comissão tentaram, de certa forma, forçar uma narrativa de que o Presidente Bolsonaro, por não estar atento às recomendações do distanciamento social ou em relação ao tratamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precoce, que ele poderia ter perseguido a imunidade de rebanho – uma coisa muito distante uma da outra, até porque as estatísticas que hoje estão disponibilizadas pela Universidade Oxford, pela Universidade Johns Hopkins.... A gente pega os dados de ontem, que eu já tive a oportunidade de trazer a esta Comissão.

Peguem os dados de números de casos por milhão de habitantes da Inglaterra, de Portugal, da Espanha, da Itália, da França. Esses números estão muito em linha com o número do Brasil. Em cada país desse, com matizes políticas e ideológicas distintas, com políticas de distanciamento social – em alguns, mais duras; em outros, mais brandas –, você não tem muita diferença, a estatística não mostra muita diferença em relação ao instrumento da utilização mais ou menos efetiva do distanciamento social.

Querer avançar para levar à responsabilização ou à criminalização pelo elevado número de óbitos no Brasil me leva, aqui, a perguntar: ora, se a estatística que está sendo consolidada, depois de um ano e dois meses de pandemia, mostra que o Brasil é o 38º país do mundo nesse *ranking*, o que leva o Brasil, embora esteja nesse *ranking* em 38º, a estar no *ranking* de óbitos como a terceira posição? Por que, depois de infectados, muitos aqui morrem, quando todos nós sabemos que a estatística também traduz que 85% dos casos, como aqui foi dito, se apresentam de forma leve ou moderada, o que não leva sequer à internação ou à hospitalização? Então, a minha pergunta – e eu queria aí o apoio do Ministro Nelson Teich – é: por que nós aqui estamos perdendo muitas vidas depois que essas pessoas entram no hospital, entram no sistema hospitalar brasileiro? O que aconteceu com o nosso sistema hospitalar nesses últimos dez, quinze, vinte anos? Nós estávamos preparados? Nós tínhamos leitos suficientes? Como estava a estrutura hospitalar brasileira para poder ter levado o Governo Federal, que tinha acabado de assumir, com pouco mais de um ano de Governo, a contratar mais de 18 mil leitos de UTI junto à rede pública, junto à rede filantrópica, junto à rede privada? Aí a minha indagação: será que a gente se houve bem na preparação de profissionais, no treinamento de profissionais?

Eu acho que é isto que nós precisamos tirar de conclusões nesta CPI: precisarmos de uma legislação sanitária mais robusta; precisamos saber onde estão os gargalos do nosso sistema de saúde pública para cobrir os investimentos que não foram feitos no passado, para priorizar, como consequência desta situação que nós estamos enfrentando.

Eu queria ouvir – essa seria a minha primeira indagação ao Ministro Nelson Teich, ele que teve a oportunidade mesmo que por um período muito curto –, como médico, como gestor da área de saúde do Brasil, a visão dele sobre como se encontrava todo o sistema de saúde do Brasil para o enfrentamento desta pandemia. O que poderia ter sido feito lá atrás não deste Governo, mas de todos os outros governos?

Aqui não estou querendo apontar para os governos que vieram antes do Presidente Bolsonaro. O que nós não fizemos ao longo do tempo? Não quero aqui personificar, mas, por certo, deixamos de fazer alguma. E o que nós poderemos fazer a partir de agora? Quais são as prioridades que devem ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendadas para que a gente possa ter um sistema de saúde mais qualificado, uma resposta hospitalar mais eficaz, eficiente, para que a gente possa preparar o nosso sistema de saúde para outras ocorrências que podem surgir? Então, essa seria a minha primeira indagação.

E a segunda e última indagação para poder concluir a minha intervenção: V. Sa., Ministro Nelson Teich, falou que teve a oportunidade de trazer para o Brasil os testes da vacina da AstraZeneca/Oxford. E certamente esse primeiro passo que V. Exa. deu foi que teve sequência na assinatura do protocolo de transferência de tecnologia do Brasil com a AstraZeneca. Vocês percebam, e que quero aqui reiterar... Bote a África toda, Presidente Omar Aziz, bote toda a América Latina: só tem duas fábricas de vacina em funcionamento e todas as duas no Brasil, uma do Butantan e uma da Fundação Bio-Manguinhos. E olha que escolha acertada do Governo Federal ao assinar esse protocolo de transferência de tecnologia para que a gente possa produzir aqui a nossa própria vacina, o nosso próprio IFA! E, se Deus quiser, estaremos produzindo 100% aqui no Brasil já a partir do segundo semestre deste ano. E, se se confirmar o cenário que nós estamos vendo na Inglaterra de que vai ser preciso o reforço da vacinação, nós não vamos mais ficar dependendo de fornecedor nenhum, a gente vai produzir aqui a nossa vacina. E isso foi escolha, isso foi opção do Governo Federal, para que o Brasil pudesse ter a sua própria vacina. Então, eu queria ouvir também V. Exa. sobre esse processo de transferência de tecnologia. Como o senhor vê isso? O que nós poderíamos recomendar para que a gente não ficasse nessa dependência absoluta? O que precisaria também ser feito do ponto de vista da indústria de saúde pública no Brasil, para que o Brasil possa responder a outros desafios?

Então, eu deixo essas duas indagações para merecer a atenção e as respostas do Ministro Nelson Teich.

Muito obrigado.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Muito obrigado pelas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minuto, Ministro. O senhor vai ter em torno de quatro minutos.

É que o Senador Fernando Bezerra faz uma pergunta interessante, até porque realmente o número de óbitos que chega... Qual é a razão que ele fala?

Eu estava lendo, na semana passada, um amigo meu me mandou... Eu estou esquecendo o nome do americano que falou em sindemia, que é uma somatização da pandemia com os problemas sociais, somatizado a algumas doenças crônicas que as pessoas têm e que causam um número de mortes muito grande. É lógico que eu não estou aqui dando uma de... Eu li. Não vou dizer que estou certo ou não. E o Brasil é muito propenso a isso por falta de políticas públicas e algumas coisas mais, que, normalmente, nós teremos de discutir no momento correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que me chamou a atenção no meu Estado, e é por isso que eu falo isso aqui, é porque nós temos uma incidência... E o Eduardo foi Governador e sabe disso. Nós temos a maior incidência de HPV do Brasil lá no Estado do Amazonas; hepatite, hanseníase, tuberculose e outras "oses" mais, inclusive malária. Há muita gente com malária que toma o quinino, que é a cloroquina, o que afeta muito o fígado das pessoas e, com isso, elas ficam com problemas crônicos para o resto da vida.

Então, quando você levantou essa coisa, isso é importante, essa pergunta foi muito... É uma coisa que nós temos que debater em algum momento, o Senado vai ter que debater isso, o Congresso vai ter que debater.

E eu li, o Humberto leu, e até sugiro ler, é importante. É um americano que criou, na década de 90, a questão da sindemia, que é a pandemia somatizada a problemas sociais, doenças e outras coisas mais.

Então, só para reforçar a pergunta, Dr. Teich, porque eu vejo que o senhor é um estudioso, para que possamos colaborar com isso.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – O problema, começando da última parte da pergunta, que foi, o senhor falou em...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vacinas, transferência de tecnologia, produção, indústria nacional, insumos.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Como é que eu vejo isso? A gente tem que fazer escolhas, não há uma coisa certa ou errada. Quando você, por exemplo, depende da China ou da Índia, onde você tem 90%, 94% do seu insumo, do seu equipamento vindo de lá, você, naturalmente, fez uma escolha econômica, porque você achou que desse lugar você vai trazer mais barato e isso vai liberar recursos para você usar em outras áreas da saúde.

Quando você tem uma situação como esta, você vê o risco que é depender tanto de um país, de outros países. E aí pergunta agora é a seguinte: qual é a nossa estratégia, qual é o equilíbrio ideal entre eu desenvolver o Brasil e buscar a maximização do custo? E essa é uma decisão que vai ter que ser tomada, mas, isso para mim, é uma decisão que é uma escolha estratégica que o País tem que tomar. Então, isso aí... É óbvio que, se a gente conseguir produzir com mais eficiência e mais barato do que no exterior, isso é o melhor dos mundos, mas, se a gente não tem essa realidade, se eu tenho que escolher entre o que é de menor custo e o que me deixa mais protegido do resto do mundo, a gente vai ter que trabalhar. Porque se a gente pensar hoje, você pega a China e pega a Índia, são 2,8 bilhões de pessoas. Se a gente tiver um problema na China, se a gente tiver um problema na Índia, o impacto que isso pode ter mundialmente é enorme, porque eles vão se proteger. Então, essa é uma decisão estratégica, mais do que qualquer outra coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao como se preparar, o que eu comentei antes? Os sistemas de saúde não têm tanto recurso. Então, só para os senhores terem uma ideia, com base em 2020, os números que a gente tem do SUS: o SUS hoje tem mais ou menos 212 milhões de pessoas; 47,5 milhões, ou um pouquinho mais, têm saúde suplementar; o restante depende exclusivamente do SUS, são 165 milhões de pessoas. Se a gente pegar o recurso do sistema público e dividir pelas vidas do SUS, isso dá mais ou menos uns R$2.200 por pessoa, por ano. É óbvio que esse número vai variar a depender de onde você pesquisa, há sempre uma variação, mas não vai ser uma coisa gritante.

Se você olhar países como os Estados Unidos... Por que eu estou citando Estados Unidos? Porque vacina é a tecnologia, coisa nova, e na vacina, tecnologia nova geralmente tem um padrão mundial, ela tem um padrão local. Eles hoje têm mais ou menos R$65 mil, R$66 mil para gastar, por pessoa, por ano – que foi um dado de 2020 –, comparado com 2.200 do SUS, mais ou menos. Se você quer um país, como o Reino Unido, que é uma referência do nosso SUS, são mais ou menos R$24 mil por pessoa, por ano. Só estou colocando a gente aqui num contexto de qual é a realidade financeira: hoje, do nosso financiamento em saúde, mais ou menos 43% vêm da saúde pública, que é mais ou menos... Você divide federal, estadual e municipal. O restante, as pessoas acham, às vezes, que isso é saúde suplementar, convênio; não é. Um pouquinho mais da metade é gasto do bolso. As pessoas têm que pagar por isso, seja se ela tem um sistema público ou suplementar, se é o sistema público... Então, essa é a realidade do País, está certo?

Então, esse financiamento é que vai definir... Por que eu estou colocando isso? Para os países como o nosso, é muito mais difícil sem tentar trabalhar custo, muito. Então, o que acontece? Por que eu estou falando isso? Os sistemas de saúde têm que funcionar com a eficiência máxima. Com eficiência máxima, você normalmente evita ociosidade. Você está falando em equipamentos, está falando em leitos, você está falando em recursos humanos. E aí eu não estou discutindo carências existentes no momento, porque você pode ter um sistema que no momento já tem carência de leito, de profissional de saúde, de equipamento. Eu não estou discutindo essa deficiência do momento. Eu estou dizendo em relação a como se preparar para o futuro. Se você tem um sistema que trabalha assim no limite, a chance de você fazer com que esse sistema responda a uma sobrecarga é mínima, praticamente nenhuma, principalmente quando você não tem informação em tempo real e complexa e de qualidade para entender, fazer um diagnóstico rápido e evoluir.

Por que eu estou falando isso? Final disso tudo: o mais importante é controlar a transmissão, porque você tem que tentar não sobrecarregar o sistema, até porque, quando tudo isso passar – algum dia a Covid vai passar –, se você criou uma estrutura que é além do necessário, você vai assumir que teve um gasto que foi para o momento, você pode ter alguma perda. O que você pode fazer agora também é o seguinte: o que era deficiente antes, o que eu posso aproveitar da estruturação da Covid para eu melhorar a eficiência e a infraestrutura do sistema? Então, isso seria como eu conduziria, entendeu? Então, ele valeria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma coisa fundamental que foi colocada são as doenças não Covid. E hoje a gente também tem o Covid longo, que você vai ter que trabalhar, tem que se preparar para isso. Por exemplo, se você olhar o que aconteceu com cirurgia de câncer, com diagnóstico de câncer, houve uma queda significativa, são pessoas que vão ter consequências futuras, seja de tratamento mais agressivo, seja de morte. Então, realmente o sistema... E o que aconteceu com o sistema? Para ele poder se adaptar rapidamente à Covid, ele teve que sacrificar um pouco as outras doenças. Então, na prática, além de tudo, você sacrificou o sistema como um todo quando você aborda o não Covid também.

Isso que eu estou falando é o seguinte, é a definição de estratégia e planejamento, seja para evitar, em pandemias futuras, que você tenha uma quantidade grande de pessoas com a doença, seja para você definir como é que você quer se estruturar em relação à dependência externa e como é que você tenta aproveitar esse momento para sanear deficiências anteriores. Isso seria como eu conduziria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E esse contrato, essa transferência de tecnologia não foi assinada ainda, não é? A transferência de tecnologia AstraZeneca e Fiocruz?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não foi assinado. Não foi assinado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a situação nossa em relação a ter insumos vai piorar com essa declaração de hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque hoje continuaram as ameaças do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje foi ruim, viu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E as pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele chama de guerra química e tal. E aí a gente está dependendo... Estamos na mão dos chineses para trazer o IFA. Nós não temos produção do IFA aqui e nem vamos ter tão cedo. A gente depende da Índia para alguns insumos, depende da China para outros insumos. Então, eu acho que essa... Não é momento de a gente cutucar ninguém – não é o momento. Nem aqui entre nós, sabe, Fernando? Você é o Líder do Governo, e eu tenho respeito muito grande por V. Exa., até porque você é capaz de tirar água de pedra, caboclo. É algo difícil, mas você tira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Neste caso é mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu estou lhe falando, porque agora ele está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não subestime...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não dá para subestimar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não. O assunto foi desviado. Eu só queria fazer uma última pergunta ao Ministro Nelson Teich.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você fez uma pergunta que ele não respondeu, inclusive, sobre a questão das doenças: por que o número de mortes?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não. Só quero mais uma última pergunta para dar oportunidade aos outros Senadores.

Mas ele, ao falar, falou que o sistema já trabalhava no limite, e aí veio a pandemia. Então, a pergunta que eu deixo para reflexão, porque eu sei que é muito difícil estimar isso, mas houve escolhas e houve opções, ocorreram opções e escolhas por parte do Governo Federal e por parte do Congresso Nacional. E a escolha foi a transferência vultosa de recursos que foram aportados ao sistema de saúde. Sem esses recursos, será que poderia se estimar em que situação nós estaríamos hoje? Um sistema que estava sob limite, sem recursos, subfinanciado, quantos brasileiros mais não poderiam perder as suas vidas?

Então, para mostrar também que tem muitas ações que merecem o reconhecimento daquilo que foi decidido, definido, para que a gente possa fazer um julgamento mais equilibrado e mais justo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu agradeço.

Vou passar para o Senador Fabiano Contarato, pela via remota, por favor.

Depois a Simone. (*Pausa.*)

Você tem que ativar o seu microfone, Contarato. (*Pausa.*)

Não estou te ouvindo. Teu microfone... (*Pausa.*)

Nada ainda. Eu que tenho que ativar ou ele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teu computador, Contarato, deve estar com algum problema. Nós não estamos conseguindo te ouvir. (*Pausa.*)

Enquanto você ajeita aí, eu vou passar para a Senadora Simone...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora estou.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está me ouvindo? Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Já estamos ouvindo. Pode falar, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores. Obrigado, ex-Ministro, pelo comparecimento.

Eu confesso que hoje eu estou um tanto quanto estarrecido. Não estamos aqui... Os Senadores me perdoem a fala de quem defende hidroxicloroquina, ivermectina, mas V. Exas. não estão fazendo a correlação entre causa e correlação. Você pode, efetivamente, ter a utilização de determinada medicação em determinada cidade e diminuir o número de óbitos, mas isso não é comprovação científica, porque senão nós estamos aqui acabando com a ciência.

Quem faz ciência são os cientistas, dentro do laboratório, com pesquisa com seus pares. Então, por favor, daqui a pouco estamos defendendo que a Terra é plana!

A digital deste Governo nessa quantidade de óbitos já está impregnada. E eu quero fazer o alerta nesta Comissão Parlamentar de Inquérito de que não é só do Presidente da República: é de quem, de qualquer forma, tenha concorrido para esses crimes, para essas mortes.

Hoje nós lamentamos a morte do querido Paulo Gustavo, e em sua pessoa saúdo aqui todas as famílias, externo meus sentimentos às famílias dos 412 mil mortos. Agora, essas são mortes evitáveis. Nós estamos falando de gente que está morrendo todos os dias no Brasil já havendo vacina para aplicar.

Nós temos aqui que analisar uma conduta, porque contra fatos não há argumentos. O que se dizia, "é só uma gripezinha", "não passa de 200 mortes", "cloroquina resolve", "gente morre todo dia", "máscara nos faz respirar ar viciado", "eu obedeço ao comandante"... Olha, Sr. Presidente, com todo o respeito, essas pessoas são responsáveis por estar sendo violado o principal bem jurídico, que é a vida humana. Não vamos aqui baixar o nível e falar que hidroxicloroquina e ivermectina... Você poderia ser o Prêmio Nobel de Medicina, mas quem faz ciência são os cientistas, dentro dos laboratórios, pesquisando isso, debatendo com seus pares, não é fazendo da população brasileira cobaia, porque é isso que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo feito. Quando o Governo repudia uma vacina com comprovação científica e difunde a utilização de uma medicação sem nenhuma comprovação científica, ele está sendo diretamente responsável. E o art. 29 do Código Penal é claro: quem, de qualquer forma, concorre para o crime, responde pelo mesmo crime na medida de sua culpabilidade. E mais ainda: quem deixou de praticar um ato... A omissão é penalmente relevante quando esse agente tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Então, tenhamos mais respeito com a ciência, tenhamos respeito com os nossos cientistas, porque analisar... Como muito bem disse o Senador Otto: então, você pode tomar água todos os dias... Então, o que te salvou foi a água? É óbvio que não! Por favor, respeitem a ciência, é isso que eu peço.

E aqui a minha fala vai para o ex-Ministro com alguns questionamentos, e eu peço aqui que ele seja objetivo para respondê-los naquilo que for possível.

Ontem o ex-Ministro Mandetta falou sobre uma minuta de decreto presidencial que alteraria a bula da cloroquina para permitir o uso contra a Covid-19. O senhor chegou a ver ou ouvir algo sobre isso?

O senhor hoje mencionou uma reunião com o Conselho Federal de Medicina, quando foi apresentado um protocolo de uso ampliado para a cloroquina. Após a apresentação inicial do Conselho Federal, qual foi a reação do Presidente e dos demais participantes? Havia algum médico ou especialista contrário ao uso da cloroquina naquela reunião? O senhor sinalizou algum tipo de discordância em relação à posição do CFM?

Outro questionamento.

Uma das principais recomendações dos cientistas e autoridades sanitárias para combater o Covid é evitar aglomeração, coisa que o Presidente propositalmente, dolosamente, intencionalmente faz questão de burlar.

Apesar disso, o Presidente da República foi repetidamente responsável por reunir grandes grupos de pessoas, sem qualquer preocupação com a disseminação do vírus. Nos últimos meses, ele tem viajado o País, realizando grandes eventos e reuniões, o que não só produz aglomeração, mas também serve para disseminar o vírus, até porque ele e membros de sua comitiva raramente usam máscaras ou obedecem às regras de distanciamento.

Assim, gostaria de saber se o senhor, pessoalmente, alertou o Presidente ou demais ministros sobre o risco – esse risco ao qual... E, se o senhor fez isso, qual foi a reação dele?

Além disso, o Ministério da Saúde chegou a preparar diretrizes para os demais órgãos do Governo Federal sobre a realização de reuniões e eventos? Porque o Ministério da Saúde tem essa responsabilidade. Quais são as campanhas para combater, para prevenir a difusão desse Covid-19? Elas foram seguidas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tribunal de Contas da União identificou que os gastos do Governo Federal com campanhas de publicidade relacionadas à Covid se focaram na divulgação de medidas econômicas, e não nas medidas de prevenção à contaminação e disseminação da doença. Dos mais de 83 milhões gastos, apenas 800 mil foram investidos na divulgação de medidas preventivas. O senhor mencionou um encontro com o responsável pela área de comunicação do Governo. A campanha discutida tinha qual ênfase? Houve resistência por parte da Secom ou de outros órgãos do Governo para realizar campanhas de publicidade com enfoque em prevenção e distanciamento social? Na sua avaliação, qual foi o impacto de mais essa omissão do Governo Federal na disseminação do Covid-19 pelo Brasil?

O Governo Federal tem sido muito criticado – e corretamente criticado – por omitir dados e reduzir ou eliminar a transparência das informações relativas à pandemia. Durante o seu período à frente do Ministério da Saúde, o Presidente Bolsonaro ou algum outro membro de seu gabinete pediu para que o senhor alterasse o conteúdo ou a forma de divulgação das informações sobre Covid-19?

Como avalia as ações tomadas pelo Ministro Pazuello, ao alterar a forma de contar e divulgar o número de óbitos causados pela Covid-19?

Finalizo aqui, Sr. Presidente, agradecendo esta oportunidade e, mais uma vez, pedindo aos colegas que tenham a humildade de enaltecer a ciência, de enaltecer os cientistas, porque ficar falando que o médico X, Y ou Z, na localidade Z, aplicou hidroxicloroquina, como se com isso fosse feita uma correlação entre causa e efeito, é você acabar, de uma vez por todas... Então, acabe com a Anvisa, acabe com a comunidade científica, acabe com os estudiosos, acabe com a Academia. Tenhamos humildade e vamos respeitar.

Agora, não é porque o Senador tem uma formação "a" ou "b" ou "c"... Vamos respeitar a ciência. É a ciência que tem que ser dita. E a ciência, o trabalho dela é fazer a verificação, discutindo com seus pares dentro de laboratório, não é utilizar a população brasileira como cobaia, porque isso já está sendo feito desde o início dessa pandemia, que vitimou 412 mil brasileiros e brasileiras. Nós já temos mais de 15 milhões de brasileiros infectados, que estão com sequelas irreparáveis.

Mas eu volto a falar: a digital nessas mortes, nessas lesões corporais está impregnada pelo Chefe do Executivo e seus ministérios. E, volto a dizer: todos têm que ser responsabilizados. E faço um apelo ao Relator, o querido Senador Renan Calheiros, que tenha essa sensibilidade de atribuir, efetivamente, a responsabilidade a essas pessoas, porque a saúde pública é um direito social expresso no art. 6º, mas há uma ratificação desse direito social no art. 196, quando diz que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado.

E eu não posso aqui me furtar, como sempre usei o Sistema Único de Saúde, a ouvir Senador falar que o SUS não está preparado. Temos um Sistema Único de Saúde que é exemplo para o mundo. Quem defende Estado mínimo agora está vendo a importância do Sistema Único de Saúde. Eu defendo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado com "e" maiúsculo, que dê efetividade a essa garantia constitucional, a esse direito humano essencial, que é o direito à saúde pública como uma proteção ao principal bem jurídico: a vida humana, que está sendo violada sistematicamente pelo Governo Federal e seus ministros. Eu não tenho dúvida disso.

Agradeço a compreensão do Presidente e do Ministro que aqui se faz presente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado. Obrigado, companheiro.

Vou passar...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senador, o senhor poderia, por favor, me fazer umas perguntas, porque ele fez tantas que eu acho que ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a maioria das perguntas que ele fez o senhor já respondeu ao longo aqui, que eu vi.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Há alguma que o senhor sugira, assim, mais específica, Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, uma pergunta que eu tinha feito e que ele repetiu agora, o Ministro, o Senador Contarato – e V. Exa. demonstrou boa vontade para respondê-la, mas eu acho que, como elas aconteceram cumulativamente... –, é sobre o detalhamento da reunião a que o Senador se referiu também, a reunião da cloroquina.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Tá. Nessa reunião, essencialmente, o que aconteceu foi: o Presidente do CFM veio com um documento, conversou com o Presidente, colocou para ele o que o CFM faria, que seria estender a autorização de uso para a doença leve, dependendo da condução do médico que estivesse vendo àquele momento, e basicamente foi isso que foi falado, acabou a reunião e eles saíram. Não teve uma extensão disso. Foi realmente uma, uma... Levar o documento para o Presidente. A essência foi isso, Senador. A essência foi. Não teve uma coisa maior do que isso. Foi só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Contarato. (*Pausa.*)

Senador Contarato, mais algum questionamento que ele deixou de responder?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Presidente, só queria que ele esclarecesse se em algum momento ele alertou o Presidente sobre as medidas restritivas, utilização de máscara, os seus ministérios; porque isso é uma constante no Governo Federal. E as campanhas com a Secom? Por que dos R$83 milhões gastos apenas 800 mil foram investidos na divulgação de medidas preventivas? Nós temos que trabalhar com prevenção, porque a saúde pública é um direito de todos. Então, eu gostaria de ouvir isso do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No caso específico do dinheiro, ele passou menos de um mês, 29 dias, quer dizer, não teve nem tempo de fazer propaganda. Mas em relação à questão do isolamento, ele já respondeu isso várias vezes. Mas eu peço a V. Exa. para responder novamente para o Senador.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Em relação ao isolamento, a minha posição era que a gente trabalhasse os critérios e trouxesse aquilo para um programa de controle de transmissão, que é o que eu tenho falado aqui durante o depoimento. Isso era o que era o objetivo. E, obviamente, quando eu apresento um documento desse, quando a gente discute isso com o Conass, com o Conasems, eu deixo uma posição muito clara do que eu sou a favor, quer dizer, ali não era uma posição radical de ser a favor ou ser contra tudo. Aquilo você tinha... O problema hoje da Covid, tudo isso, é que você tem ações específicas que têm que ser dirigidas por informação, pela situação do momento. E a abordagem radical de "ah, é a favor de *lockdown*", "é contra o *lockdown*", naquele momento até foi uma coisa ruim, porque transformava uma discussão que poderia ser técnica em uma discussão política.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone Tebet, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente; Relator, Senador Renan; Ministro Teich, muito obrigada pela presença.

Eu começo fazendo aqui um pedido de desculpas a V. Exa. Pedir desculpas porque hoje pela manhã V. Sa. acabou presenciando uma cena lamentável aqui nesta Comissão, mas quero tranquilizá-lo de que isso faz parte da democracia. Esse é o bom debate, o bom embate...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Claro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e nós sempre conseguimos resolver os nossos problemas apesar das nossas diferenças.

Mas trago novamente essa questão à baila porque, nas tratativas hoje, no início da manhã, vi nitidamente o constrangimento de V. Sa., o que me lembrou também o constrangimento que vi na sua expressão facial e corporal – aliás, diz o ditado popular que os gestos muitas vezes valem mais do que mil palavras –, não só na reunião ministerial com o Presidente da República e os ministros, extremamente constrangido naquele momento, como também naquela coletiva ao vivo em que foi surpreendido com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decreto presidencial de que V. Sa. não tinha conhecimento e, pelo que me deixou muito claro ali, não concordava.

Então, assim... Faço, portanto, esta primeira consideração porque vejo em V. Sa. aqui não uma testemunha; vejo em V. Sa. aqui um homem da medicina, da ciência, um profissional capacitado a responder não só como testemunha, mas como técnico. Então, vejo V. Sa. aqui como um perito, como médico legista, como aqueles que vão muitas vezes a um depoimento, em um processo, tentar ajudar a formar o juízo de conhecimento, a buscar a verdade, que é o que nós queremos aqui.

Aqui a Bancada Feminina, todas nós estamos aqui em defesa da vida e em busca da verdade. É isso que nós queremos. Então, é com esse espírito que eu peço a V. Exa. que possa responder aos questionamentos na sua opinião, sem nenhuma preocupação com o que vai dizer. Aqui as perguntas que faço não são à testemunha, mas ao homem, ao profissional que tem tudo na vida profissional.

Aliás, começo por isso, Sr. Ministro. O senhor tinha tudo, profissionalmente falando: conhecimento, capacidade, reconhecimento; um homem, repito, da ciência, da medicina e da educação. O senhor trouxe o seu tudo para o tudo de todos no Ministério da Saúde. O senhor procurou trazer toda a sua bagagem, todo o seu conhecimento, todo o seu espírito público em nome do tudo que é a vida de cada um de nós. Foi essa sensação que eu tive quando eu o vi no Ministério da Saúde.

Acontece que o senhor, muito rapidamente, saiu do ministério. Menos de um mês. E o tempo todo diz aqui que o ponto nevrálgico ou ponto crucial foi o embate ou a não concordância que teve com a tal da cloroquina, que, aliás, Sr. Presidente – fazendo parêntese aqui –, nós temos que tomar muito cuidado.

Nós temos prerrogativas como Senadores da República, mas nós também não podemos cometer crimes. Nós temos que tomar muito cuidado. Nós estamos em rede nacional e nós não podemos ter Senadores que não sejam médicos fazendo aqui apologia a um medicamento, que nós não sabemos se tem eficácia, sob pena de exercício ilegal da medicina, independentemente de eu concordar ou não, mas nós temos que tomar muito cuidado com o exemplo que nós damos aqui na Comissão. Repito: nós estamos ao vivo.

Acontece, então, que o senhor disse que a divergência foi com a cloroquina, mas, ao mesmo tempo, disse que isso refletiu o todo. Sobre a cloroquina, eu não quero mais discutir – acho que já fomos longe sobre esse assunto –, eu quero entender esse "todo". Então, eu vou fazer perguntas bem rápidas e objetivas – se o senhor puder me dizer sim ou não – e, depois, uma pergunta subjetiva em que o senhor possa se alongar, se for o caso.

O senhor disse que o Presidente não interferiu. Eu pergunto: o senhor entrou com um propósito – pelo período que estava, não tinha vacina ainda – de avançar com testagem em massa e com uma campanha de afastamento social – não de *lockdown*, mas de afastamento social –, para voltarmos o mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rápido possível à retomada da economia e com estudos clínicos em relação à vacina. Eu pergunto ao senhor: quantas reuniões o senhor teve com o Presidente da República nesses menos de 30 dias?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH (Para depor.) – Se eu me lembro bem, quatro reuniões.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Oficiais ou apenas foram encontros?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu acredito que estavam na minha agenda.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nessas reuniões oficiais, o que dizia ou o que disse o Presidente da República sobre o programa de controle de testagem?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Isso eu não discuti com ele. Isso aí eu fui fazendo o que eu achava que tinha que fazer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O que o Presidente disse em relação a uma possível fala do senhor, se é que teve, em relação à campanha de afastamento, à campanha publicitária ou quando o senhor falava a respeito do afastamento social, da importância do exemplo, enfim?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Ele nunca me abordou em relação a isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o senhor nunca conversou com ele a respeito também em reuniões oficiais?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Especificamente não, mas eu estava tocando um projeto, que logo foi esse que foi publicado e hoje está no Conass e no Conasems.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor disse que o Presidente não interferiu, mas eu perguntaria... Diante de toda essa experiência que o senhor tem e diante até das colocações aqui, o problema da mortalidade, da carnificina, do calvário que as famílias estão passando, neste momento de dor e de lamento, é por conta da falta de dinheiro – isso não faltou, realmente, e o que não faltou foi por parte do Congresso Nacional, a injeção bilionária de recursos públicos por parte do Congresso Nacional, diga-se de passagem –, mas foi dito muito que a questão aqui era financeira. Eu pergunto: efetivamente, seria isso o problema todo dessa quantidade de mortes no Brasil?

Havia divergência sobre, de uma certa forma, o que o senhor pensava e o que o Governo pensava em isolamento social, tanto é verdade que volta e meia o Ministro da Economia e o próprio Presidente falavam da impossibilidade de *lockdown* e mesmo de isolamento. Eu pergunto: na experiência do senhor, o senhor acha que, se nós tivéssemos feito aquilo que o senhor pensava para o País em termos de política sanitária e de isolamento social, nós teríamos esse número de mortes? Eu não estou especificando se mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou menos, mas esse número de mortes? **O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH –** Só um instantinho, Senadora. Eu estou só procurando um número aqui para passar o número certo porque eu fiz essa conta. Eu acho que – deixe-me ver se eu consigo achar aqui – uma coisa que eu dei... Eu avaliei a nossa evolução de mortes e casos e eu vi que, quando você pega o pico de mortes na segunda onda em relação à primeira, o número de casos aumentou 68% e a mortalidade aumentou 180% ou 160%, o que me sugeriu que o vírus tinha uma letalidade maior.

Em relação ao uso de recurso financeiro, não é só dinheiro que faz diferença. É a eficiência com que o sistema funciona. Então, hoje o país que mais gasta dinheiro com saúde são os Estados Unidos, e eles tiveram um cenário muito ruim. Se pegar Luxemburgo, que é o país mais rico do mundo em termos de PIB *per capita*, a gente chegou a ter 1.260 mortes. Então, por que eu estou falando isso? É uma combinação de recurso financeiro, obviamente, mas com uma eficiência na condução do sistema.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** É essa pergunta, Ministro. A eficiência do sistema faria com que nós diminuíssemos o número de mortes no Brasil? Essa eficiência do sistema implicaria, naquele momento, um certo isolamento social?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – A eficiência do sistema, sim, mas não só sobre o isolamento social.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Não. A pergunta é, primeiro...

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sobre o isolamento, sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** No uso de máscaras?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Sim.

Eu quero até quero fazer um comentário. O que acontece? Normalmente, você tem, vamos dizer, três blocos da parte da transmissão. Primeiro, a gente lá tem os suscetíveis, os infectados, esses que recuperaram. Com a variante, você pode ter um problema porque o recuperado pode voltar a ser suscetível. Então, você tem que ter esse cenário. Mas a outra coisa é: o que está acontecendo hoje e nas próximas, talvez, duas semanas é uma consequência do que já aconteceu anteriormente, da transmissão que já aconteceu. Daqui para frente, você vai ver que, em algum momento nas semanas futuras, o que você fizer hoje vai fazer diferença. Então, o distanciamento é importante, porque três coisas são fundamentais: o tempo que a pessoa transmite; durante o tempo em que ela transmite, o quão intensa é a transmissão – e aí a variante pode ser mais transmissível –; e o quanto as pessoas interagem. Quando você faz a restrição, o isolamento, o *lockdown*, seja o nome que você vai dar, você restringe o contato e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

naturalmente, você vai fazer os casos e mortes caírem. O problema prático é como você consegue sair disso. E aí a gente tem agora uma opção, que é a vacina, mas que está um pouco lenta.

Então, o que estou dizendo é o seguinte: enquanto a gente não tinha a vacina, a minha sugestão na época era justamente um controle da transmissão, que envolveria testagem, isolamento, rastreamento, quarentena. Qual é o problema prático? Você precisa ter não só um sistema de saúde funcionando, mas um sistema social que consiga abraçar as pessoas que não conseguem se afastar. Então, esse isolamento é necessário, trava os casos e trava as mortes, diminui a sobrecarga do sistema, mas esse planejamento não é simples, porque, na prática, enquanto você não tem uma solução... O que é o ideal hoje? Enquanto você faz o distanciamento e começa a vacinar, em algum momento você tem uma proteção e você consegue sair do distanciamento. Então, por que estou colocando a dificuldade que é de você gerir uma situação como essa? Agora, o que é inegável é que, quando você só tem a opção do distanciamento e da máscara, essa é a opção que você tem que seguir. A resposta a sua pergunta objetiva é sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor acha que houve, havia vontade política do Governo – eu não estou dizendo do Presidente da República, porque um governo não é personalista nem personalíssimo, por mais que alguns entendam que seja. O Governo é ele e sua equipe, e, obviamente, o Chefe do Executivo – eu já fui Prefeita duas vezes – é responsável, obviamente, pelas decisões certas ou equivocadas daqueles que são nomeados de livre nomeação por ele.

A pergunta é: o senhor acha que havia vontade política desse Governo, no sentido de dar suporte, não só autonomia, mas liderança a V. Sa. em relação a uso de máscaras, gel, isolamento social, campanha publicitária e testagem em massa?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Eu vou ser bem objetivo. Quando eu falei que eu não tinha autonomia, eu não tinha autonomia e liderança, porque, eu... Quer dizer, na minha... Como é que eu vejo isso? Eu acho que, em situações como a da Covid, em que você tem uma situação Brasil, você precisa de liderança e coordenação. E aí você tem que receber essa autonomia para ter liderança para poder ir buscar essa liderança e essa coordenação. Então, realmente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. respondeu todas as perguntas. Eu agradeço.

Se me permitir, desculpe a ousadia, mas é pelo elogio que faço, o reconhecimento ao seu trabalho, à capacidade. Eu tive o cuidado de buscar sua biografia, mas, com todo o respeito, acho que o Governo queria um garoto propaganda, ele queria alguém que fosse uma vitrine para que pudesse continuar fazendo aquilo que entendia ser o certo, rejeitando a ciência, contrariando, e, em nome do negacionismo, contrariando todas as orientações científicas, profissionais e médicas.

Então, aqui não vai... Aqui não é nenhum demérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Ao contrário, é um elogio que faço a V. Sa. Parabenizo-o não só pela entrada, por ter tentado lutar pelo bom combate, mas por ter tido a coragem de sair rapidamente e não ter o seu nome manchado em toda essa história.

Muito obrigada.

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Antes de passar para o próximo orador, eu preciso aprovar os requerimentos de convocações para a semana que vem, porque, se abrir a Ordem do Dia, nós não podemos votar requerimentos.

Ainda faltam a Senadora Zenaide e o Senador Rodrigo Cunha.

Senador Renan, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, só um minutinho, que eu tenho que votar os requerimentos.

Vejam os requerimentos de pedidos de informação também, quais são? Esses?

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É para ler os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Esses requerimentos de convocação para terça-feira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Requerimento que convoca Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan. Senador Alessandro Vieira.

São poucos, eu vou citar o nome e os requerimentos.

Convoca Ernesto Henrique Fraga Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores, Senador Marcos do Val.

Convoca também o Ernesto Araújo, o Ministro das Relações Exteriores, o Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca Fabio Wajngarten, ex-Secretário Especial de Comunicação Social, o Senador Randolfe Rodrigues.

Novamente, no mesmo sentido, o Senador Alessandro Vieira.

Convoca Fernando de Castro Marques, Presidente da União Química Farmacêutica, Senador Omar Aziz.

Convoca Marcellus Campêlo, Secretário de Saúde do Amazonas, Senador Marcos Rogério.

Marcellus Campêlo, também Secretário do Amazonas, Senador Marcos do Val.

Marta Díez, Presidente da Pfizer, o Senador Omar Aziz.

Nísia Trindade Lima, Presidente da Fiocruz, Senador Alessandro Vieira.

Nísia Trindade, também, Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos aprovar esses requerimentos, de comum acordo. Eu conversei com todos. Terça-feira seria o ex-Secretário Fábio Wajngarten com a Pfizer. Quarta-feira seria a presença da Fiocruz e a presença do Butantan. E na quinta-feira a presença do ex-Ministro Ernesto Araújo e a Sputnik.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite, só uma rápida ratificação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Dra. Marta Díez assumiu a representação da Pfizer no Brasil em fevereiro deste ano. O Governo brasileiro tinha tratativas com a Pfizer desde o ano passado. Então, eu queria só complementar, Senador Renan e Senador Presidente. Junto com a Dra. Marta Díez, também o antecessor dela à frente da Pfizer no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ou seja, seria um depoimento com a presença dos dois, do antecessor da Dra. Marta Dias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Secretário de Saúde do Estado do Amazonas, posterior... Esse também será ouvido aqui por nós.

Aqueles que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para acrescentar, Presidente, Dr. Carlos Murillo, antecessor da Dra. Marta Díez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, Carlos Murillo e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos chamar os dois para virem, está certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente. Dr. Carlos Murillo e Dra. Marta Díez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a gente também, na quarta-feira, vai ouvir tanto a Fiocruz quanto o Butantan juntos, porque eu acho que, tratando-se de vacina, nós não precisamos fazer duas reuniões. Vamos ouvi-los, até porque eu acho que não há divergência em relação às informações que nós queremos saber de IFA, de uma série de coisas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, qual é a ordem amanhã? Quem fala primeiro: o Ministro ou o Presidente da Anvisa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã é o Ministro, o Ministro Marcelo Queiroga. É Queiroga o nome dele. Eu o chamo de Quiroga. Até peço desculpas, mas é Queiroga. É o Ministro que fala primeiro. E o Ministro está há pouco tempo também. Ele vem aqui mais mostrar como ele encontrou...

Em votação os requerimentos de convocação.

Aqueles que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a pauta da semana que vem, e, posteriormente à semana que vem, já o Secretário...

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2021

Requer que seja convocado o Sr. Dimas Tadeu Covas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 249, DE 2021

Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Ernesto Henrique Fraga Araújo, ex-ministro de relações exteriores.

Autoria: Senador Marcos do Val

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 330, DE 2021

Requer que seja convocado o Sr. Ernesto Araújo.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2021

Requer a convocação do Senhor Fabio Wajngarten, ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 329, DE 2021

Requer que seja convocado o Sr. Fábio Wajngarten.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 430, DE 2021

Requer a convocação do Senhor Fernando de Castro Marques, Presidente da União Química Farmacêutica Nacional, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Senador Omar Aziz

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento de Convocação do Sr. Marcellus Campêlo, Secretário de Saúde do Amazonas.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 257, DE 2021

Requer seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Marcellus José Barroso Campêlo, secretário de estado de saúde do Amazonas.

Autoria: Senador Marcos do Val

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 412, DE 2021

Requer a convocação da Senhora Marta Díez, presidente da subsidiária da farmacêutica Pfizer no Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

Autoria: Senador Omar Aziz

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 321, DE 2021

Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI a Sra. Nísia Trindade Lima.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 422, DE 2021

Requer a convocação da Sra. Nísia Trindade Lima, Presidente da Fiocruz.

Autoria: Senador Omar Aziz)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor declina de novo aí a ordem da semana que vem? Fica Fábio Wajngarten, Marta Díez e Carlos Murillo para...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria... Eu só queria uma questão.

Eu acho que, para cada cidadão que está sendo convocado, tem uns dez requerimentos, está certo? Eu mesmo apresentei vários em relação a isso daí. Eu acho que seria importante que se desse a público todos os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que dissessem respeito a essas convocações, porque as pessoas nos cobram.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Eu já pedi isso umas dez vezes para a Secretaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – As pessoas perguntam: "Rapaz, mas vocês não apresentaram requerimento..."

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade. É verdade. Eu já pedi tanto para fazer isso, mas a gente tem dificuldade de comunicação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Exa. em relação aos requerimentos para que a gente votasse um requerimento de minha autoria em relação ao Sr. João Paulo Marques dos Santos, que é o Secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Amazonas. Era esse o nome que eu havia indicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Secretário de Estado é Marcellus Campêlo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas o requerimento que eu apresentei e que estou solicitando é o 399.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem. Sem problema nenhum. Eu não sei nem quem é.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, por mim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para acrescentar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pode chamar a Secretaria toda, se quiser. Não tem problema nenhum.

O.k.

Então, vamos votar...

Qual é o número?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o 399.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o 399.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, o Regimento Interno do Senado Federal é muito claro no art. 146. Diz exatamente assim: "não se permitirá na CPI a convocação de agentes do Poder Judiciário, da Câmara Federal e dos Estados".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exatamente fez isso o legislador lá atrás para, numa posição como essa agora – não é o caso do Senador Marcos Rogério, pelo qual eu tenho grande estima e admiração –, pudesse numa CPI, próximo de uma eleição, convocar Prefeito, convocar secretário, convocar Governador para fazer politicagem.

Então, eu encaminho contra o requerimento do nobre Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Regimento, quando vai tratar dessa questão, está no 146: "Não se admitirá Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matérias pertinentes à Câmara dos Deputados, às atribuições do Poder Judiciário, aos Estados". Tem que ler o comando: "sobre matérias pertinentes".

O que nós estamos apurando aqui – e esse foi o objeto do segundo requerimento – é que onde houve recursos federais encaminhados há competência federal para investigar. Veja V. Exa. que essa lógica é tão comezinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, eu não vou entrar em debate em relação ao meu Estado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não... Eu estou contraditando o Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu sou a favor do seu requerimento, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Eu agradeço, mas eu não estou questionando V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pode... Todo requerimento, se for para convocar qualquer pessoa do Estado do Amazonas, eu voto favorável, para não passar lá no Estado que eu estou tentando fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não. V. Exa. não, de jeito nenhum. Eu só estou contraditando o argumento do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sou literalmente... Eu sou favorável a qualquer requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito. Eu estou contraditando o argumento de fundo do Senador Otto porque é importante, Sr. Presidente. Não é V. Exa., não. V. Exa. está agindo com muito acerto na condução.

O que eu estou questionando aqui... É porque é o seguinte: quando há presença de recurso federal, há convênio federal, há competência federal para investigar. Veja V. Exa. que o Tribunal de Contas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um órgão auxiliar do Congresso Nacional no controle de contas – o poder de controle é do Parlamento. A função é lá, poder é aqui –, pode investigar.

Agora, como que alguém que defende a Constituição vai dizer que o tribunal pode e o Parlamento não pode. Claro que pode. A Polícia Federal pode, o Ministério Público Federal pode, o Parlamento também. O requisito é: há recurso federal, há convênio, há equipamento? Há competência federal para investigar.

Aliás, há precedentes justamente nesses termos. Por isso, estou fazendo a contradita para não parecer que estamos fazendo algo aqui casuístico. Não é.

Agradeço a V. Exa., e V. Exa. não quis em nenhum momento criar nenhum obstáculo a que a investigação fosse nessa extensão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu apenas citei o artigo. Não estou me referindo ao Amazonas. Agora, é claro que o Plenário é soberano para decidir isso, e eu tranquilamente posso votar até a favor, não tem nenhum problema. Só citei o artigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – (*Falha no áudio.*)

... há uma decisão do Tribunal de Contas da União do ano passado, portanto não tem nada a ver com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sob a Presidência do José Mucio, de que não é competência do Tribunal de Contas.

Eu peço até para requisitar essa decisão para auxiliar a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só um minutinho!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, deixe-me esclarecer um fato aqui, para não se achar que estou contra a convocação do agente que foi citado pelo nobre Senador Marcos Rogério.

Na minha preocupação de defender o Regimento Interno do Senado, que todos nós temos a obrigação de conhecer – eu não gosto de ser regimentalista, mas sempre o leio para não passar batido –, eu apenas o citei, mas, se vai ao Plenário, eu voto a favor, sem problema nenhum, desde que tenha, como o Senador Marcos Rogério falou, alguma conexão, algum nexo, para não ficar chamando também todos os Prefeitos ou Governadores, para emparedar e dificultar a investigação que é o fato determinado no requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Qual é o fato determinado no requerimento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Ele está respondendo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por favor... Eu estou falando.

Qual é o fato determinado no requerimento? O primeiro requerimento do Senador Randolfe falava na questão que aconteceu no Amazonas; é um fato determinado. Qual é o outro? A fiscalização do repasse dos recursos federais a Estados e Municípios. Então, nós temos que seguir aqui a legislação como ela está escrita, e não como cada Senador acha que deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, Senador, sinceramente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu jamais faria isso.

Eu sei a posição de V. Exa. qual é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E até destaco o seu desprendimento, a maneira de agir. Eu estou apenas citando o fato real da lei, para que nós não possamos aqui sair de dentro da legislação. É só isso, mais nada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para o senhor ter uma ideia, Senador... É só um minutinho, Senador! Como é que falta oxigênio, com pessoas gritando por falta de oxigênio, e a gente, que está na CPI da Covid, não vai convocar as pessoas que são responsáveis no Estado do Amazonas e aqui no Governo Federal? Não há justificativa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tanto é que o seu requerimento, Senador Randolfe, é extensivo ao Estado do Amazonas pela falta de oxigênio, para apurar responsabilidades. E, mais do que ninguém, o Secretário de Saúde do Estado do momento tem como nos explicar o que aconteceu.

Por isso, Senador Marcos Rogério, eu sou a favor. Você está me entendendo? O Estado do Amazonas é um dos itens a ser investigado na CPI. Ele está ali citado literalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., Senador Omar, desde o início, demonstrou, muito claramente, na condução dos trabalhos, a intenção justamente de fazer a investigação chegar aonde ela tem de chegar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... sem blindagem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem blindagem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, não pode haver em relação... Se chegou recurso federal, se há indícios de algum desvio, de algum crime, tem que ser investigado!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Cumprimento V. Exa. e o homenageio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, por gentileza... Presidente, o pleno acordo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o Senador Marcos continuar falando, ele vai me convencer a votar contra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Pois vote!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se ele continuar argumentando, ele me convence a votar contra. Eu estou querendo votar a favor do requerimento dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Que coisa boa!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Olhem só, o que o Senador Otto colocou é o seguinte: é o fato determinado da CPI. Lembremos o célebre telefonema do Presidente Jair Bolsonaro para o Senador Kajuru. Qual o objetivo que se quer? Dispersar! Eu sou oposição, Senador Renan, ao Governador do meu Estado. Eu poderia querê-lo aqui. Mas não vamos dispersar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o fato determinado desta CPI? Ações e omissões do Governo Federal no que tange ao combate à pandemia da Covid-19, notadamente os acontecimentos de Manaus, no Estado do Amazonas, e os fatos conexos – e os fatos conexos.

Então, na preliminar, estava tudo de acordo. Se insistir nessa argumentação de tentar ampliar, de desviar, aí vou acabar tendo que votar contra algo de que eu já estava convencido a votar a favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então vamos votar como está, nesse escopo, mas sem a abrangência que se quer, porque abrangência, Senador Renan, é aquele telefonema. É o que o telefonema diz. Então vamos votar o que foi estabelecido por essa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., eu agradeço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar, Senador Omar, só eu colocar a minha posição regimental.

Eu, por exemplo, nesse caso de Manaus, Amazonas, voto a favor, porque está no requerimento, foi assinado e encaminhado pelo Senador Randolfe Rodrigues. Então, não há nenhum problema. Eu apenas citei aqui um fato determinado. Só isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu voto a favor do requerimento dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente, só porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... meu nome foi citado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, mas só um minutinho. V. Exa. vai já falar. Primeiro, eu vou votar o requerimento, e aí já está...

Requerimento do Senador Marcos Rogério.

Quem aprova permaneça como está. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 399, DE 2021

Requerimento de Convocação do Sr. João Paulo Marques dos Santos.

Autoria: Senador Marcos Rogério)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está aprovada já a pauta da semana que vem e, posteriormente, as outras semanas que virão.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Senador Omar Aziz, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A ordem da semana que vem, só para V. Exa. ter que declinar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De novo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, espere aí, espera aí, espere aí. Já falei dez vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas só para ficar claro. Terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá, dez vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Terça-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Terça-feira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fábio Weingarten...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Fábio e Pfizer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pfizer são os dois da Pfizer? Só queria confirmar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O anterior...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. colocou o ex-dirigente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... da Pfizer; quarta-feira, Butantan e Fiocruz; e na quinta-feira, o ex-Ministro Ernesto Araújo e a Sputnik.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k.?

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente Omar Aziz, obrigado pela oportunidade.

Eu estava acompanhando o debate aí. Eu queria deixar muito claro, muito claro, que, em relação a esta CPI, Senador Renan Calheiros, com todo respeito a quem pensa diferente, mas a gente está ouvindo, a gente está caminhando nas ruas, nos mercados, conversando com as pessoas nas feiras, e existe uma expectativa de que esta CPI possa realmente cumprir um papel para a Nação, com justiça.

Então, questionamentos aqui que a gente fez no início já foram vencidos, certas situações. Mas eu faço um apelo para os senhores, até para que esta CPI, para que a imagem do Senado Federal seja resguardada, a imagem nossa, do trabalho que a gente está se propondo a fazer, para o qual a sociedade está atenta.

O meu requerimento é um requerimento muito claro. Não tem como a gente tentar interpretar da maneira como a gente quer. O meu requerimento, assinado por 45 colegas respeitáveis aqui, a maioria do Senado Federal, é para investigar bilhões de reais de verbas federais enviadas para Estados e Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há outra forma de se entender diferente. Inclusive eu relaciono lá os fatos determinados, que são operações da Polícia Federal, de que todo o Brasil tomou conhecimento.

Então, assim, tenho vários requerimentos nesse sentido. O Senador Marcos Rogério tem vários requerimentos nesse sentido, outros colegas aqui que pediram para a gente apresentar. Então, para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador. O.k., Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para concluir, Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para concluir. Posso concluir, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, eu estou aqui, eu estou desde 10h da manhã aqui. Olha só, eu não almocei. V. Exas. se levantam, vão, voltam. Aí eu tenho que... As pessoas que estão em casa têm direito de falar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu posso só concluir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu respeitosamente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só concluir? V. Exa. me dá um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a sua questão de ordem se estende muito. Eu já entendi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é questão de ordem, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu assinei o seu requerimento, é extensivo. E, aí, eu vou repetir novamente: o Presidente do Senado Federal, quanto apensou o seu pedido de CPI extensivo, fez um despacho dizendo que tudo aquilo que tenha conexão será investigado, e falou em relação a Governadores e Prefeitos, ainda, inclusive. Então, não tem dúvida da CPI, não tem dúvida!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Olha, se o senhor me der um minuto, para eu concluir, eu quero deixar isso claro aqui, porque, se a gente entender diferente do que a gente fez, do pedido de CPI aprovado e apensado, se der uma interpretação que a gente quer, seja para blindar "a", ou "b", ou "c", eu acredito que isso é uma fraude contra o povo brasileiro, Presidente Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu faço, eu faço!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., de manhã, veio aqui prescrever remédio, como se fosse médico. E, agora, o senhor volta aqui só para ofender a gente?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor está me acusando de prescrever? Eu não sou nem médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu não sou nem médico! Como é que eu vou prescrever remédio?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E como o senhor estava prescrevendo cloroquina aqui, rapaz?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu fiz perguntas respeitosas, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O que eu acho é que a gente não pode, nessas horas... Existe o TCU...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que conversa é essa? Que conversa é essa, rapaz?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se existe o TCU, que é um órgão auxiliar do Legislativo, para ver contratos federais, por que a gente não pode ver aqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, só para colaborar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador...

Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar...

Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... à Senadora Zenaide Maia, remotamente. Por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Estão falando várias coisas aqui, mas eu queria perguntar: como o senhor mostrou aí que não existia vacina, quando, então, o senhor era o Ministro, o senhor chegou a mostrar ao Presidente da República que mais grave do que os efeitos colaterais desses medicamentos, como hidroxicloroquina, ivermectina, mais grave do que isso era a falsa esperança que dava ao povo brasileiro, dizendo que quem tomava esses remédios ou não tinha a doença, ou, se tivesse, era curado e não se agravava? O senhor mostrou isso, a gravidade dessa falsa esperança?

E, segundo, o senhor sabia, conversou com ele, sobre a importância de mostrar ao povo brasileiro, fazendo campanhas publicitárias, porque não tem como o senhor fazer o povo acreditar em fazer distanciamento social... Falou com o Presidente sobre esses dois assuntos juntos, a falsa esperança de cura pela hidroxicloroquina, a falsa esperança de que, quanto a esses medicamentos, quem tomava não tinha a doença, ou, se tivesse, era fraca? É mais grave do que os efeitos colaterais dados por ela, junto com a falta de uma publicidade sobre a gravidade da doença, de uma publicidade educativa, ensinando ao povo como se defender. O senhor chegou a falar com a Presidente da República sobre a gravidade de não fazer isso naquele momento?

O SR. NELSON LUIZ SPERLE TEICH – Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ter que encerrar... Eu vou ter que encerrar a sessão, porque...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, pessoal.

Eu vou ter que encerrar a sessão, porque, quando abre a sessão do Senado, a Ordem do Dia, não tem mais reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

Presidente, terminou, foi?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Abriu a Ordem do Dia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E a questão dos requerimentos de informação? Tem gente que a gente vai ouvir por requerimento pedindo informação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã, eu voto todos os requerimentos de informação, todinhos! Está bom? Pode ser?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Voto todinhos! Amanhã eu quero votar todos os requerimentos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada a reunião.

A gente convoca para amanhã, às 10h da manhã, para nós ouvirmos o Ministro Marcelo Queiroga.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dez minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Jorginho Mello e Jean Paul Prates, e ainda dos Senadores não membros Eliziane Gama, Simone Tebet, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Rose de Freitas e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcos Rogério e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, em atendimento aos requerimentos 122/2021, 129/2021, 200/2021 e 276/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da ANVISA, em atendimento aos requerimentos 110/2021, 121/2021, 128/2021, 176/2021 e 272/2021. **Resultado:** Oitiva adiada. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 341 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Saúde, informações sobre a compra de exames para a detecção da Covid-19 do tipo PCR por parte do Ministério da Saúde durante o período de março" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 347 de 2021** que: "Requer sejam encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, que comprovem ações do órgão no sentido de prover o Sistema Único de Saúde (SUS) com ventiladores artificiais para o atendimento a pacientes com COVID-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 348 de 2021** que: "Requer sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Amazonas, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, que comprovem ações do órgão no sentido de prover o Sistema Único de Saúde (SUS) com ventiladores artificiais para o atendimento a pacientes com COVID-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 350 de 2021** que: "Requer à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Amazonas e Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (AM), o envio de cópias de todas as correspondências, ofícios e demais comunicações que façam referência, ainda que indireta, a pedidos de auxílio material ou humano, bem como o envio de suprimentos, insumos e equipamentos médicos e hospitalares, em especial oxigênio hospitalar, com as respectivas respostas do Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 353 de 2021** que: "Requer ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria dos dados fiscais referentes aos recursos da União transferidos aos 26 estados, ao Distrito Federal, às capitais e aos municípios com mais de quinhentos mil habitantes para o combate à pandemia do Covid-19." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 354 de 2021** que: "Requer à Procuradoria da República no Distrito Federal a cópia integral do Inquérito Civil n. 1.16.000.000183/2021-81." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 356 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, os vídeos e as atas das reuniões da Anvisa que trataram da questão da liberação da vacina Sputnik V." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 357 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do CNTBio, Paulo Augusto Viana Barroso, informações sobre Adenovírus replicante." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 361 de 2021** que: "Rquer ao Tribunal de Contas da União cópias integrais da TC 014.575/2020-5 e da TC 019.895/2020-8, com os respectivos apensos." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 362 de 2021** que: "Requer à Procuradoria da República no Distrito Federal cópia integral do Inquérito Civil 16.000.000183/2021-81 e respectiva Ação de improbidade administrativa." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 363 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde cópia integral de lista de documentos." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 364 de 2021** que: "Requer documentos ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 365 de 2021** que: "Requer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF 1 cópia integral da ação de improbidade administrativa ajuizada pela Procuradoria da República no Amazonas, em decorrência do Inquérito Civil nº 1.13.000.00061/2021-04." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 366 de 2021** que: "Requer à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) cópias integrais das atas e gravações audiovisuais (ou qualquer outra modalidade de registro) de todas as reuniões com empresas/instituições produtoras e fornecedoras de vacinas para a Covid-19 (Pfizer, Instituto Butantan, Fiocruz entre outras)." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 368 de 2021** que: "Requer ao Tribunal Regional Federal – TRF cópia integral do Inquérito nº 4862, que foi encaminhado a uma das Varas Criminais da Seção Judiciária Federal de Brasília." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 372 de 2021** que: "Requer ao Ministro da Saúde informações sobre o retorno do financiamento do leitos de UTI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 373 de 2021** que: "Requer informações ao Ministro da Saúde, em razão de denúncias referente ao atraso por parte do Ministério da Saúde em dar resposta às ofertas de aviões com oxigênio para o Estado do Amazonas por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo governo dos Estados Unidos (EUA)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 375 de 2021** que: "Requer Ministério de Relações Exteriores, o Senhor Carlos Alberto Franco França, informações sobre declarações do Embaixador brasileiro na França, quanto ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 376 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, informações sobre a viagem a Israel entre os dias 6 e 10 de março." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 377 de 2021** que: "Requer ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre leitos em hospitais ligados à estrutura do Ministério da Defesa." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 378 de 2021** que: "Requer sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leitos em hospitais ligados à estrutura do Ministério da Defesa." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 379 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre leitos em hospitais ligados à estrutura do Ministério da Defesa." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 380 de 2021** que: "Requer ao MInistério da Justiça e Segurança Pública informações sobre a ação da Polícia Rodoviária Federal de "monitorar redes sociais para identificação de ações adversas que atentem contra os objetivos da missão", realizada no âmbito da operação de auxílio do Governo Federal para debelar a crise sanitária que se instalou no Estado do Amazonas." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 381 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores informações documentadas acerca da viagem de comitiva oficial do governo brasileiro a Israel." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 382 de 2021** que: "Requer informações sobre a disponibilização do chamado "kit covid" no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil e sobre a aquisição, a produção, os estoques e a dispensação dos medicamentos cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento da covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 383 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre o incentivo financeiro destinado aos Estados e Distrito Federal, para estruturação de unidades de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações e para Vigilância Epidemiológica." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 384 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Comunicações informações sobre o posicionamento institucional e as estratégias da Pasta acerca da comunicação e divulgação de informações sobre vacinas no Brasil, especialmente no que tange à futura vacinação contra a covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 385 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos informações e o envio de documentação sobre o estado geral do fornecimento de apoio às comunidades e povos tradicionais para o enfrentamento da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 386 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a oferta de ações e serviços de saúde sexual e reprodutiva durante a pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 387 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre o processo que levou à contratação da empresa Talktelecom Comércio de Equipamentos de Informática e Serviços Empresariais S/A." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 388 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre a não participação do Brasil na iniciativa internacional para financiar pesquisas voltadas à imunização e tratamento da covid-19, lideradas pela União Europeia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 389 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre a decisão no primeiro semestre de 2020 de não endossar a Resolução da Assembleia-Geral da ONU, a qual demanda uma ação global para acelerar rapidamente o desenvolvimento, a produção e o acesso à remédios, vacinas e equipamentos médicos para fazer frente ao coronavírus." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 390 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a oferta de vacinas da farmaceutica Pfizer ao governo brasileiro." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 391 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde acerca das medidas deste Ministério relacionadas a aquisição das vacinas Sputnik V e Covaxin." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 392 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação informações a respeito da atuação do MCTI no que se refere à compra e ao desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 393 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a aquisição de medicamentos do chamado "kit intubação" para abastecimento emergencial do SUS em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 395 de 2021** que: "Requer informações às Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 396 de 2021** que: "Requer informações a Est. e Munic. sobre contratação de oxigênio para os hospitais e fornecimento de EPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 397 de 2021** que: "Requer informações a Estados e capitais sobre folha de pagamento." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Retirado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 398 de 2021** que: "Requerimento de Informações ao Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (IABAS)." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 404 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Comunicações: 1. Planos de Comunicação anteriores e atuais elaborados pela Secretaria Especial de Comunicação Social que tenha como tema a pandemia de covid-19, com respectivas indicações orçamentárias e de execução e avaliação de seus resultados e impactos; 2. Plano de Comunicação elaborado pela Secretaria Especial de Comunicação Social e assinado pelo então Secretário Flávio Rocha, referido na reportagem da Folha de São Paulo, de 04/05/2021, intitulada "Sem tomar vacina, Bolsonaro boicota plano do governo de combate à Covid: Saúde e Comunicação elaboraram estratégia para vacinar presidente em evento público, mas Bolsonaro se recusa a tomar imunizante"" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 405 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Justiça e Segurança Pública informações acerca da condução dos cuidados com a saúde indígena ao longo da pandemia de coronavírus no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 406 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos informações acerca da condução dos cuidados com a saúde indígena ao longo da pandemia de coronavírus no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 407 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Defesa informações acerca da condução dos cuidados com a saúde indígena ao longo da pandemia de coronavírus no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 408 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações acerca da condução dos cuidados com a saúde indígena ao longo da pandemia de coronavírus no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 409 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Cidadania informações acerca da condução dos cuidados com a saúde indígena ao longo da pandemia de coronavírus no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 410 de 2021** que: "Requer a 12.ª Vara Criminal da Justiça Federal de Brasília, em meio eletrônico arquivo eletrônico contendo cópia integral do procedimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigativo criminal aberto em razão da "Operação falso negativo." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 411 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde cópia integral: 1) Processo nº 25000.039379/2020-21, tendo sido contratada a TALKTELECOM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS EMPRESARIAIS S/A, no valor de R$ 46.800.000,00. 2) Processo nº 25000.035465/2020-64 , tendo sido contratada a Empresa Topmed Assistência à Saúde Ltda, no valor de R$ 144.009.900,00." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 414 de 2021** que: "Requer informações: a) ao Ministério Público Federal em Sergipe: disponibilização do teor e resultados das investigações acerca de possíveis ilícitos na montagem do Hospital de Campanha de Aracaju; b) ao Ministério Público Federal na Bahia: disponibilização do teor e resultados das investigações de possíveis ilícito na compra dos respiradores pelo Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 415 de 2021** que: "Requer as seguintes informações: a) ao destacamento da Advocacia-Geral da União no Ministério da Saúde: íntegra dos pareceres proferidos referentes à compra e produção de cloroquina e/ou hidroxicloroquina; b) à CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde): acesso a pedidos de compra e produção de cloroquina e outras drogas para o tratamento da Covid-19." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 418 de 2021** que: "Requer a gravação da reunião ministerial realizada em 22 de abril de 2020." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 423 de 2021** que: "Requer ao Comando do Exército informações referentes à produção de comprimidos de cloroquina." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 424 de 2021** que: "Requer à FIOCRUZ cópia do inteiro teor dos processos administrativos que antecederam a celebração de contratos de aquisição do sal difosfato para produção de cloroquina." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 425 de 2021** que: "Requer à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) informações sobre produção e destino de comprimidos de cloroquina." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 426 de 2021** que: "Requer à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) cópia do inteiro teor dos contratos de aquisição do sal difosfato para produção de cloroquina, durante os anos de 2017 a 2021, ainda que não tenham sido concluídos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 427 de 2021** que: "Requer à Presidência da República informações sobre todas as reuniões - realizadas, a partir de 1 o de janeiro de 2020, para tratar, direta ou indiretamente, de qualquer tema relacionado à pandemia da covid-19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 428 de 2021** que: "Requer à Secretaria-Geral da Presidência da República, cópia integral do(s) processo(s), pareceres e documentos que instruíram a edição do Decreto n° 10.282, de março de 2020, bem como de suas posteriores alterações." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 429 de 2021** que: "Requer ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS) cópia integral de todos os relatórios de auditoria ou de inspeção técnica cujo objeto tenha relação com a pandemia da covid-19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 432 de 2021** que: "Requer cópia integral do processo administrativo que tratou da alteração do Plano de Contingência Nacional." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 433 de 2021** que: "Requer informações sobre o armanezamneto, fracionamento e distribuição de comprimidos de hidroxicloroquina." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 434 de 2021** que: "Requer informações sobre aquisição de comprimidos de Cloroquina 150 mg." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 439 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Sergipe cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 440 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Ceará cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 441 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Maranhão cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 442 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Piauí cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 443 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 444 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para a Controladoria Geral da União – CGU, acerca dos processos administrativos, fiscalizações, ações de auditoria pública cujo objeto seja a suposta aplicação irregular das verbas destinadas ao combate da COVID-19 nos Estados e capitais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 445 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para a Procuradoria Geral da República - PGR, acerca dos processos administrativos, fiscalizações, inquéritos civis públicos, ações de improbidade cujo objeto seja a suposta aplicação irregular das verbas destinadas ao combate da COVID-19 nos Estados e capitais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 446 de 2021** que: "Requer a prestação de informações em meio digital pelos 26 Estados da Federação, suas respectivas capitais e Distrito Federal, acerca do panorama geral dos gastos desses governos com a pandemia." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 447 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras acerca da aquisição direta, por estes entes federados, de vacina SARS COV-2." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 448 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras acerca da aquisição direta e aplicação, por estes entes federados, de testes rápidos para a detecção de covid-19." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 449 de 2021** que: "Requer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestação de informações em meio digital pelos 26 Estados da Federação, suas respectivas capitais e Distrito Federal, acerca do panorama geral dos gastos desses governos com a pandemia." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 73 - REQUERIMENTO Nº 450 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras acerca da quantidade de óbitos nos anos de 2019, 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 451 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras acerca das tratativas para a aquisição direta, por estes entes federados, de doses da vacina Sputnik V." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 452 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretaria de Saúde do Estado do Ceará acerca da retenção de medicamentos pelo Governo do Ceará." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 453 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Alagoas cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 454 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Pernambuco cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 455 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde das Capitais brasileiras acerca de fornecedores que tenham, eventualmente, sido contratados para a prestação de serviços no enfrentamento à pandemia da COVID-19 e que prestaram serviços para candidatos na respectiva circunscrição eleitoral no pleito de 2020." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 457 de 2021** que: "Requer a prestação de informações em meio digital pelo Ministério da Saúde quais autoridades dos Estados da Federação, seus municípios e do Distrito Federal fizeram solicitação das substâncias, Azitromicina, Ivermectina, Cloroquina e Hidroxicloroquina para uso nas suas respectivas unidades da federação." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 458 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Consórcio Nordeste cópia de todos os documentos relativos às movimentações bancárias, a lista dos servidores públicos lotados no órgão e a lista de todas as contratações de serviços e aquisições de equipamentos realizadas em 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 81 - REQUERIMENTO Nº 459 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de 300 (trezentos) respiradores contratados pelos estados da Região Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 82 - REQUERIMENTO Nº 460 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de 450 (quatrocentos e cinquenta) respiradores contratados pelos estados da Região Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 83 - REQUERIMENTO Nº 461 de 2021** que: "Requer sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Estado da Bahia cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 84 - REQUERIMENTO Nº 462 de 2021** que: "Requer sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Paraíba cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 85 - REQUERIMENTO Nº 467 de 2021** que: "Requer explicações sobre o depoimento do ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 86 - REQUERIMENTO Nº 469 de 2021** que: "Requer seja concedido a todas Entidades de direito público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de respectivas autarquias e fundações) e Entidades de Direito privado, o prazo de 10 (dez) dias úteis para o envio dos documentos requeridos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 87 - REQUERIMENTO Nº 470 de 2021** que: "Requer a prestação de informações em meio digital pelos 26 Estados da Federação, suas respectivas capitais e Distrito Federal, acerca da Folha de Pagamento desses Entes Federativos." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 88 - REQUERIMENTO Nº 471 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, Sandra de Castro Barros, informações sobre a existência de um estoque de comprimidos de cloroquina." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se às oitivas dos Srs. Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, e Antonio Barra Torres, Presidente da Anvisa. E há ainda requerimentos em pauta para apreciação.

Eu quero comunicar: os Requerimentos aprovados nºs 139 a 143, de autoria do Senador Ciro Nogueira, mencionavam informações de Municípios de até 200 mil habitantes. Há um erro material, uma vez que a referência será somente a Municípios a partir de 200 mil habitantes. Nesse sentido, a Secretaria fará a devida retificação nesses requerimentos.

Eu vou aguardar a chegada do...

Ministro, por favor, desculpa. (*Pausa.*)

Eu vou aguardar a chegada do Relator para que a gente inicie os trabalhos.

Pois não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Estou com o Senador Tasso na linha, ele está pedindo uma questão de ordem antes de iniciar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. poderia passar para ele?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo ao Senador Tasso Jereissati, por favor. Eu não o estou vendo no vídeo. Estou vendo Izalci, Marcos e Otto. Ah, estou vendo-o agora.

Senador Tasso, com a palavra, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Omar Aziz, muito obrigado pela deferência.

Eu gostaria de colocar que ontem o Presidente da República fez as declarações mais graves e sérias que eu já vi um Presidente da República do Brasil fazer, de que haveria... De que a pandemia, o coronavírus, poderia fazer parte de uma guerra química provinda da sua origem, evidentemente ele não fala o nome, mas da China. Isso é muito grave. Se nós estamos vivendo uma guerra química, é uma das piores situações mundiais desde a Segunda Guerra Mundial; se não, nós estamos fazendo uma injúria e uma calúnia contra o nosso maior fornecedor de vacinas neste momento.

Eu gostaria de fazer um requerimento verbal agora, mas que estou enviando por escrito, para que convidássemos a Abin, o responsável pela Abin, para vir a esta Comissão e explicar essa questão de guerra química, se existe isso, se não existe, porque, se não existe, é um verdadeiro boicote intencional à compra de vacinas ou envio de vacinas da China.

É esse o requerimento que eu vou apresentar e queria apresentar já verbalmente, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza o requerimento do Senador Tasso Jereissati será apreciado pela Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra ao Senador Izalci, que também pede uma questão ordem aqui.

Senador Izalci. (*Pausa.*)

Eu não estou te ouvindo. O Senador Izalci, eu não estou conseguindo ouvi-lo.

É lá nele ou é aqui? (*Pausa.*)

Senador Izalci, é o seu computador aí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu estou no celular. Agora, Presidente, está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já estou ouvindo agora V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu fiz uma questão de ordem que V. Exa. acatou, mas, de qualquer forma, o Senador Girão apresentou um requerimento, que é o item 47, o Requerimento 410. É só para reforçar a questão de ordem que V. Exa. já acatou, a questão é lá da 12ª Vara, está no item da pauta de hoje, o 47. Só para reforçar, para ficar aprovado o requerimento que V. Exa. acatou como questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi enviado, Senador Izalci. Já foi corrigida a vara que V. Exa. pediu. Nós já corrigimos, já enviamos, tá?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguém pediu aqui?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Só uma pergunta. Eu sei que não membros falam após os titulares e após os suplentes, mas qual é o tempo que os não membros têm para questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o mesmo tempo de todos, Senador, quinze minutos. Geralmente, está interagindo entre o Senador e o que nós estamos ouvindo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Quinze minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quinze minutos. Geralmente, pergunta, responde; pergunta, responde.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O.k., mas quinze minutos no total.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É igual para todos.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O.k.

Muito obrigado. Eu vou tentar ser disciplinado, então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – ... só uma questão de ordem – uma questão de ordem mesmo –, que é sobre a ordem dos trabalhos nossos, Presidente.

Presidente, veja, nós estamos em uma Comissão que trata do enfrentamento da pandemia, da Covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – São necessárias aqui nesta Comissão, por óbvio, todas as medidas de segurança, em especial aos membros desta que estão comparecendo ao Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, eu queria sugerir a V. Exa. – é, inclusive, uma sugestão conjunta desta Presidência – que oficializássemos a S. Exa. o Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, para que fosse assegurado aos membros efetivos e suplentes desta Comissão o exame periódico, a periodicidade de exames em virtude da circunstância de todos nós estarmos neste ambiente da Comissão, frequentando este ambiente da Comissão diariamente e, além disso, porque a ampla maioria de nós estamos retornando para os nossos Estados em voos e retornando novamente para cá. Então, é só uma questão administrativa para que esta Presidência encaminhe à Presidência do Congresso Nacional para que sejam assegurados exames periódicos, semanalmente pelo menos, aos membros desta Comissão em proteção aos próprios membros, mas em proteção também às pessoas com quem temos tido contato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, nós faremos isso imediatamente.

Ontem eu e o Senador Randolfe, na hora em que o Presidente Rodrigo Pacheco estava presidindo a reunião, pedimos para ver se há condições de fazermos num ambiente um pouco maior, até porque há muita gente aqui, alguns convidados nossos precisam de alguns assessores para trabalhar. Solicitamos, e o Presidente ficou de ver a estrutura e nos dar uma posição. Eu, mais tarde, vou ligar para ele para saber como está o encaminhamento. Mas hoje, já preocupado com a questão de haver muita gente aqui dentro, nós procuramos o Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, posso intervir para contribuir, para colaborar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – É, me parece, Senador Randolfe, que a Presidência e a Vice-Presidência desta Comissão, neste próprio ambiente, já podem estabelecer algumas regras, como, por exemplo: o distanciamento entre os assessores pode ser bem maior do que o observado neste momento, porque temos um corredor bem maior. Portanto, se cada um de nós tiver a consciência de estabelecer o distanciamento necessário, nós já fazemos uma evolução bastante razoável diante das necessidades.

Por exemplo, eu soube que o Corpo de Bombeiros está ocupando o Auditório Petrônio Portella por razões óbvias. Então, neste momento, o Auditório Petrônio Portella está ocupado, mas eu acho que, aqui dentro desta sala, se os Srs. Senadores concordam, dá para fazer um espaçamento. Aqui nós trabalhamos normalmente com três ou quatro vezes mais Senadores e assessores do que nós estamos trabalhando. O que não pode é os assessores ficarem colados uns nos outros quando nós estamos falando e tratando de um protocolo que deve ser atendido por todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir à Secretaria...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só para responder... Responder não, para contribuir.

Vou pedir para a Secretaria da Mesa orientar os assessores que ficam aqui, até para ficarem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, é o distanciamento que todo mundo tem de fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Ciro Nogueira, por favor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Peço que essa preocupação seja levada também não só aos Senadores e suplentes, mas aos nossos funcionários que estão aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É extensivo a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só para os Senadores não, é para todos os servidores que estão aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A nossa preocupação é, inclusive, em relação a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É para todos eles, até porque, se um deles pegar, passa para a gente também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E, Presidente, o senhor pode até pedir ao Presidente Rodrigo Pacheco que todos os nossos assessores e servidores façam semanalmente o teste rápido do PCR para que, semanalmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me parece que já tem uma regulamentação, Senador Ciro e Senador Eduardo, por parte da Presidência da Casa, em relação aos servidores e assessores, de uma regularidade do teste. Pela frequência na CPI... Existe, obviamente, já uma regularidade a cada 14 dias. Pela frequência da CPI, nós poderíamos reduzir essa frequência para ser semanalmente. Nesses termos eu acho que é o requerimento que temos que fazer a S. Exa. o Presidente do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Tasso está com uma mão erguida.

Senador Tasso Jereissati, V. Exa. quer falar alguma coisa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá. Já é para o depoente.

Ministro Queiroga, eu até peço desculpa, porque eu falava Ministro "Quiroga", e não é. Desculpa, é "Marcelo Queiroga".

Eu vou passar ao nosso Relator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não. Desculpa.

O senhor pretende fazer uma preliminar ou já quer que a gente possa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Posso fazer uma saudação aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que V. Exa...

Com a palavra o Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito; Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, ilustre Relator; Senador Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente da Comissão; saúdo todos os demais Senadores em nome do Senador Ciro Nogueira.

Não é a primeira vez que eu estou nesta Casa participando de uma audiência como esta, não de CPI, mas de audiências públicas. E, na outra oportunidade, nas duas outras oportunidades, essas audiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram muito importantes para o nosso País. Agora, eu venho contribuir com os senhores na qualidade de Ministro de Estado da Saúde.

Como todos sabemos, vivemos um momento especial da vida sanitária do mundo: a pandemia da Covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu vou pedir para as pessoas fazerem um pouco de silêncio. O Ministro Marcelo Queiroga está aqui explanando. E eu, com o barulho que está aí de conversa, não estou ouvindo – nem eu que estou aqui do lado dele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Só uma breve indagação: foi submetido ao compromisso de dizer a verdade o Sr. Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Na condição de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa. Desculpa.

Ministro, o senhor promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, Sr. Senador. Esse é o nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, o senhor está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Então, como eu dizia aos senhores, desde março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a Covid-19 como uma pandemia, e, desde então, essa doença tem infelicitado a sociedade mundial de forma marcante, especialmente o nosso País, o Brasil. Hoje, como os senhores bem sabem, já temos mais de 400 mil óbitos. Cabe a nós, os homens públicos, oferecer as respostas que a sociedade brasileira enfrenta de nós.

Então, foi com esse espirito que aceitei a convocação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Jair Bolsonaro para conduzir o destino do Ministério da Saúde nessa época sanitária de grande gravidade.

Nós só temos um inimigo: o vírus, o novo coronavírus. E temos que unir as nossas forças para cessar o estado pandêmico dessa doença. Essa pandemia, ela não é apenas uma pandemia; ela é considerada uma sindemia, porque além dos aspectos sanitários, nós temos aspectos socioeconômicos muito importantes que criam desfechos que são muito desfavoráveis e podem levar o nosso País a uma situação muito complexa.

Então, entendo que a minha participação aqui nesta reunião, juntamente com os senhores do Senado Federal, e eu estendo à Câmara dos Deputados, ela visa a buscar, sim, soluções para o enfrentamento eficaz desse problema. E aqui eu destaco que a solução que nós temos para o problema da pandemia é a campanha de vacinação. Então, precisamos vacinar a nossa população.

A vacina contra a Covid é uma resposta da ciência. Nunca em tão pouco tempo tivemos vacinas eficazes para combater uma doença viral como a Covid. Os senhores sabem as dificuldades que temos com a dengue, para a qual ainda não temos uma vacina específica. Pois bem. Então, a ciência nos prodigalizou com vacinas, e o Brasil, ele tem um destaque especial, porque o Brasil é um país que, reconhecidamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem competência em vacinar a sua população. Tanto é que nós temos dois institutos públicos que são o orgulho da população brasileira e têm sido responsáveis pela maior parte das vacinas ofertadas à sociedade.

Ao contrário dos meus ilustres antecessores que estiveram aqui no meu lugar, o ex-Deputado Mandetta e o Dr. Nelson Teich, eu sou o Ministro de Estado da Saúde. Essa é a diferença. Então, compete a mim liderar as políticas públicas no enfrentamento a essa doença. E o médico – o Senador Humberto Costa, que é meu colega, sabe –, no dizer também do nosso ilustre antecessor, Ministro Adib Jatene, ele tem, Senador Eduardo Braga, a missão de curar. Quando o médico não consegue curar, aliviar; quando não consegue curar e aliviar, confortar. Os médicos têm que ser especialistas em gente.

Então, esse é o meu espírito. Esse é o compromisso que eu assumo, que já assumi com os Srs. Senadores e com toda a população brasileira. E é isso que tenho feito, Senador Omar Aziz, desde o primeiro dia em que assumi a gestão. Aliás, a minha posse foi em uma cerimônia reservada, uma cerimônia fechada, porque não havia motivos para solenidades ou comemorações. E desde então, temos dialogado com todos os segmentos da Medicina e das outras profissões de saúde, por que não dizer? O meu primeiro compromisso oficial como Ministro foi uma visita à Universidade de São Paulo, à congregação da Faculdade de Medicina da USP, onde discutimos os pontos principais que já colocamos em prática à frente do Ministério da Saúde.

É claro que, quando eu assumi, nós estávamos diante do pico da segunda onda e aquela situação, uma situação de extrema gravidade, requereu do Ministro da Saúde e de sua equipe um pronto atendimento aos Estados e aos Municípios em relação a insumos estratégicos necessários para o enfrentamento à pandemia. Aqui me refiro particularmente ao chamado *kit* de intubação, sedativos, anestésicos, bloqueadores neuromusculares. E esses itens foram dispensados para Estados e Municípios de tal sorte a atender as necessidades das secretarias municipais e estaduais de saúde.

Por outro lado, fizemos uma série de ações coordenadas pelo nosso Presidente da República com outros ministérios, aqui, em particular, o Ministério das Relações Exteriores, liderado pelo nosso Chanceler Carlos França. E essa ação visou ao diálogo tanto com instituições multilaterais, como com embaixadas de países produtores de vacinas ou de insumos, porque há a necessidade de reforçar o nosso programa nacional de imunização com doses, doses prontas ou com IFA para abastecer as nossas indústrias de fabricação de vacina. E nós temos tido sucesso nessa iniciativa: mais de 77 milhões de doses de vacinas já foram distribuídas para secretarias estaduais e municipais, o que faz do Brasil o 5º país que mais distribui doses de vacinas. E essas vacinas são aplicadas nas 38 mil salas de vacinação espalhadas por todo o Brasil. E, desde que esse processo siga a lógica tripartite estabelecida e pactuada entre Estados, União e Municípios, nós temos certeza de que teremos eficiência na entrega de doses para a nossa população. E esses resultados já fazem aparecer... Nós já temos uma redução de óbitos em pacientes com a faixa etária maior, e isso já é um alento, isso já é uma esperança para a saída dessa situação difícil.

Então, para além da campanha de vacinação, nós ampliamos, Senador Randolfe Rodrigues, a nossa relação com organismos multilaterais da saúde pública. Participamos já em mais de uma reunião com o Presidente da Organização Mundial da Saúde, Sr. Tedros Adhanom, com quem até hoje mantemos um relacionamento muito fluido; com outros diretores da Organização Mundial da Saúde, a exemplo da Dra. Mariângela Simão, que é Diretora da OMS; com a Organização Pan-Americana de Saúde, seja a sede mesmo da Organização Pan-Americana, com seus diretores, o Dr. Jarbas Barbosa, seja aqui no Brasil, com a representante, a Dra. Socorro Gross. Ou seja, a nossa relação com os organismos multilaterais da saúde pública é extremamente produtiva e caminha em um crescente, e isso tem sido fundamental para conseguirmos insumos estratégicos para o nosso sistema de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além das ações com os organismos multilaterais, estreitamos, mais ainda, a nossa relação com o Conass, presidido pelo Secretário Estado de Saúde do Estado do Maranhão, o Dr. Carlos Lula, e com o Secretário, o Presidente do Conasems, o Dr. Wilames.

Enfim, temos todo um ambiente favorável para que possamos, através das políticas públicas, dar as respostas que a sociedade brasileira quer de nós.

É claro que eu só tenho pouco mais de 40 dias à frente do Ministério da Saúde e não tenho condições de me ater a todos os detalhes de um ministério extremamente complexo como é o Ministério da Saúde, que, nesta condição sanitária, é o foco da atenção de todos os brasileiros.

Temos também, nesse diálogo com a comunidade científica, estabelecido um vínculo de resgate das sociedades científicas para participar do diálogo com o Ministério da Saúde. Então, presidentes das sociedades científicas correlatas com o enfrentamento à pandemia da Covid-19 estão em permanente diálogo comigo. Aqui eu destaco a Associação de Medicina Intensiva Brasileira, presidida com muita proficiência pela Dra. Suzana Lobo. A terapia intensiva é estratégica. Os senhores sabem que são eles que enfrentam as síndromes respiratórias agudas graves, que são as principais causas de óbito da Covid.

Estamos com eles, sob a liderança do Professor Carlos Carvalho, dialogando com os técnicos do ministério para a elaboração de Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica, conforme dispõe a lei do Sistema Único de Saúde, a Lei 8.080, de 1990, que foi complementada com a lei que criou a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Essa lei foi de 2011. Eu considero a Conitec como uma comissão estratégica neste momento, porque é ela que tem a prerrogativa de fazer os Protocolos Clínicos e as Diretrizes Terapêuticas e tem um olhar técnico sobre uma questão técnica de um ministério que é eminentemente técnico. Essa posição da Conitec tem que ser colocada em consulta pública, fica em consulta pública para receber a contribuição da comunidade científica, mas também de todos os brasileiros.

A partir daí, vamos buscar consensos, que é o que eu entendo que é o espírito desta douta Comissão. Não devemos aprofundar nossas divergências. Nós devemos, sim, construir consensos, criar estradas pavimentadas para a saída dessa situação sanitária complexa e devolver a cada brasileiro a alegria de nos darmos as mãos sem precisar lavá-las depois com álcool, de as pessoas terem o direito de trabalhar e ganhar um salário com o suor do seu trabalho, que é um direito fundamental da pessoa humana. Isso consta da Declaração dos Direitos Humanos e consta da nossa Constituição Federal, a Constituição Cidadã, de 1988, que consagrou a dignidade da pessoa humana como seu pilar fundamental, sendo que o direito à saúde é um direito fundamental, conforme o art. 196. A Ministra Cármen Lúcia disse que o art. 196 é conhecido, Senador Randolfe Rodrigues, até nos bares: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas [...]".

É dever do Ministério da Saúde proteger o Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Saúde do Brasil é um patrimônio de cada um dos 220 milhões de brasileiros e deve ser um compromisso de qualquer cidadão que assume o Ministério da Saúde. Então, Srs. Senadores, eu gostaria de pedir aos senhores um voto de confiança para que o nosso trabalho que tem sido feito no Ministério da Saúde possa ser continuado, possa ser aprimorado e, para tanto, os conselhos, as recomendações e as demandas que vêm do nosso Parlamento são fundamentais para o sucesso dessa iniciativa.

Então, Senador Omar Aziz, eu agradeço muito a V. Exa. pela oportunidade de estar diante dos senhores, que são os legítimos representantes dos seus Estados, da nossa Federação e da nossa Nação. E conclamo para que juntos consigamos deter essa pandemia, que tem criado tanta infelicidade para o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me disponho a esclarecer os pontos que sejam suscitados pelos senhores. Aquilo que eu eventualmente não souber, eu posso, através da nossa assessoria, trazer esses dados para os senhores, de tal sorte que esse é o nosso espírito.

Muito obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, antes de o Relator iniciar, quero só entregar ao Relator a notícia que acaba de ser veiculada: o Instituto Butantan acabou de anunciar a redução da previsão do recebimento de matéria-prima da vacina. O Sr. Dimas Covas, diretor do instituto, responsabiliza a falta de alinhamento do Governo Federal, em especial com a China. É só para subsidiar o Sr. Relator nos questionamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a fala de ontem também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a fala de ontem também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Líderes; Srs. Senadores; Sras. Senadoras, eu quero, em primeiríssimo lugar, agradecer a honrosa presença entre nós do Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Como V. Exa. sabe, ministro, o senhor está aqui na condição de depoente, de testemunha. E, portanto, digo isso de uma forma gentil, está obrigado a responder a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem prerrogativa de autoridade judicial na condução da investigação e, para tanto, V. Exa. acaba de prestar compromisso.

Ontem nós tivemos aqui um depoimento verdadeiro do Ministro Nelson Teich, que, a exemplo do Ministro Mandetta, deixou clara a existência de um gabinete paralelo, que não era, segundo o ministro, órgão consultivo, mas que dispunha de recursos e de políticas públicas, especialmente sobre cloroquina e sobre produtos para o chamado tratamento precoce, já que essas decisões de política pública e de recursos para o tratamento precoce e para cloroquina política pública de recursos para o tratamento precoce e para a cloroquina não passavam pelo Ministério da Saúde. Foram, como eu disse, dois grandes depoimentos. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito começou muito bem – muito bem! –, para mim além de qualquer expectativa. E a expectativa que nós temos com relação ao seu depoimento, Ministro, é exatamente igual à expectativa que tivemos com relação ao depoimento dos outros dois ministros.

Com a permissão de todos, Presidente, passo às perguntas.

V. Exa. assumiu o Ministério da Saúde há um mês e meio, mais ou menos 45 dias, com a missão de reorientar a política de enfrentamento da pandemia da Covid no País em seu pior momento – V. Exa. já reconheceu – de maior número de casos e mortes. Pergunto: nesse curto período em que V. Exa. esteve à frente da pasta da Saúde, já foi possível fazer um diagnóstico da situação e definir uma estratégia para revertê-la?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, naturalmente estamos trabalhando fortemente nesse diagnóstico – já temos o diagnóstico. Nós precisamos investir fortemente na vacinação da nossa população. Nós temos que orientar a nossa população a aderir às medidas não farmacológicas, que parecem simples, e são simples, mas é necessário um reforço reiterado, como por exemplo o uso das máscaras. Aqui, antes de começarmos esta sessão, o Senador Omar Aziz, o senhor mesmo e os demais Senadores, nós buscávamos os protocolos de segurança. Então, temos que investir nas medidas não farmacológicas. Nós temos que adotar uma política de testagem para orientar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

isolamentos de pacientes que sejam contaminados, bem como dos seus contactantes. E nós temos que fortalecer o nosso sistema de saúde para que ele seja capaz de atender aqueles casos mais graves, aqueles pacientes com síndromes respiratórias agudas graves, sobretudo aqueles que precisam de ventilação mecânica.

É claro que essa não é uma política que é executada só pelo Ministério da Saúde. O Sistema Único de Saúde é um sistema tripartite – União, Estados e Municípios –, e a pactuação é feita de tal forma a delegar atribuições específicas para cada ente federativo. Estamos com a nossa equipe técnica trabalhando para ter diretrizes gerais que devam ser colocadas para a sociedade brasileira e para as secretarias estaduais e municipais, que naturalmente necessitam de uma pactuação com Conass e Conasems para que tenhamos mais sucesso no enfrentamento a essa doença.

Essa é uma doença que, até há pouco tempo, Senador Renan, V. Exa. sabe, era uma doença desconhecida, uma doença que nós não tínhamos um tratamento específico para ela. Nós tínhamos outras situações não pandêmicas, mas semelhantes, que causavam síndromes respiratórias agudas graves, mas a evidência e o conhecimento científico foi produzido ao longo do tempo.

Então, estamos trabalhando fortemente, de maneira diuturna, para apresentar determinados protocolos, protocolos assistenciais, protocolos que definam e disciplinem a mobilidade urbana, a questão do distanciamento social, a adoção de uma política publicitária mais intensa para trazer a adesão da população. Nós sabemos que não é uma tarefa simples. Vários sistemas de saúde do mundo, vamos dizer assim, tiveram muita dificuldade no enfrentamento à Covid-19. Aqui eu destaco: o sistema de saúde inglês, o sistema de saúde italiano, o próprio sistema americano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não dá para comparar porque nenhum chefe de Estado nem de governo desses países tratou o vírus como gripezinha. Então, essas comparações são ineficazes, não dá.

Eu queria perguntar a V. Exa., na sequência, o seguinte: em sua opinião, o que faltou ao Brasil para evitar que esses trágicos números de mortos e o colapso, referido aqui por V. Exa., do sistema de saúde que estamos enfrentando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós não temos uma resposta exata para essa situação, porque nós lidamos com um vírus que tem uma imprevisibilidade biológica extrema. Esse vírus tem capacidade de mutações, o que aconteceu com a variante P1, que foi muito mais intensa do que aquela primeira onda. Então, se há alguma coisa que nós podemos fazer a mais, é procurar focar nos nossos consensos, é buscar uma forma mais homogênea de tratar essa situação. É uma situação complexa que exige decisões que não são simples e que exige a adesão de todos para que tenhamos o resultado.

O que foi feito de bom? Por exemplo, a medida provisória que o Presidente da República editou com R$20 bilhões para vacinas e que foi aprovada pelos Srs. Senadores; o auxílio emergencial, que foi aprovado por esta Casa. E aqui eu já cumprimento os Srs. Senadores por apoio a essa medida importante.

Eu, como Ministro da Saúde, como o senhor destacou, há 45 dias na pasta, estou procurando, de maneira muito determinada, buscar esses consensos e trazer os subsídios úteis para que o nosso Governo consiga, em parceria com Governos de Estados e Municípios, dar as respostas que a sociedade exige de nós – não é só do Poder Executivo ou do Ministério da Saúde, é de todos os homens públicos desta grande Nação, dos Prefeitos dos mais de 5 mil Municípios, dos Governadores dos Estados, dos Parlamentares, enfim, de todos nós. Unir a população brasileira é o que precisamos fazer, Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, se V. Exa. me permitir, eu perguntei, no seu entendimento – e me permita lembrar de novo, gentilmente, a prerrogativa da Comissão Parlamentar de Inquérito, nós estamos aqui para ouvi-lo –, o que faltou para evitar esse grande número de mortes e esse colapso do sistema de saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que faltou verdadeiramente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O fortalecimento do nosso Sistema Único de Saúde. Os senhores sabem as condições em que o sistema de saúde do Brasil estava antes desta pandemia: UTIs lotadas, dificuldades nos pronto atendimentos, problemas em formação de médicos especialistas. Isso foi o que faltou, foi um dos pontos que faltou, sobretudo para atender os pacientes com síndromes respiratórias agudas graves, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Exa. descreveria a condução do ministério quando chegou? Estava funcionando a contento diante da pandemia, com orientações corretas do ponto de vista científico? A articulação com Estados e Municípios era adequada? O monitoramento de insumos, equipamentos e testes estava acontecendo? Havia transparência no planejamento de ações e na própria divulgação, que foi referida aqui por V. Exa., desses dados? São perguntas objetivas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, de maneira objetiva, eu sou aqui testemunha e eu posso testemunhar pelos fatos que eu presenciei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E isso se deve aos 45 dias que eu estou à frente do Ministério da Saúde.

Essa função de avaliar os meus antecessores, não só o meu antecessor imediato como os demais... Existem instâncias próprias para fazer esse tipo de avaliação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esta Comissão é uma delas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A instância própria é essa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, o senhor está aqui como testemunha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta é a instância.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não tem esse negócio de dizer de jogar para terceiro. V. Exa. até agora... O Senador Renan tem feito perguntas muito objetivas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor está tratando de questões de Municípios, não sei o quê, e tal, e isso aí não é objetivo.

Ele lhe fez uma pergunta simples: o que faltou? Faltou *lockdown*, faltou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não faltou dinheiro, não faltou dinheiro, não faltou dinheiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso o senhor já declarou. O senhor já declarou e disse que não faltou dinheiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. O senhor já declarou e disse que não faltou dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o que faltou?

É só como testemunho até para preservá-lo. Eu estou aqui para preservá-lo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Exatamente. Eu sou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem que responder... E aqui não é o achismo, é "sim" ou "não".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sim, Senador. Mas, só como testemunha, ele tem que responder por tudo aquilo de que ele tem conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já chegou ao Ministério há 45 dias. Ainda não tem consciência do que encontrou?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas não é isso. Não se pode...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, mas o senhor está perguntando anteriormente, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou com a palavra para perguntar. Eu peço aos meus queridos amigos que, por favor, permitam que eu possa cumprir minha missão. Eu fiz autocrítica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Vamos deixar o Relator trabalhar, homem!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e disse que não vou bater boca com ninguém. Disse até ao Senador Omar Aziz que, se tiver dificuldade para localizar as mulheres nesse debate, que é fundamental, porque são as maiores vítimas da pandemia, coloque-as antes de mim. Não há problema nenhum. Mas eu quero que me deixem fazer a minha parte, cumprir o meu papel.

Queria ouvi-lo, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu peço desculpas se eu não estou sendo claro e objetivo, mas, assim, eu testemunho sobre os fatos que eu conheço, não é? Então, eu cheguei ao Ministério da Saúde e encontrei uma situação onde a logística de distribuição de insumos acontecia de maneira apropriada, tanto que foi possível atender a Estados e Municípios. Isso eu falo do que eu encontrei.

Agora, o que aconteceu na parte anterior...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer que o colapso, o colapso aconteceu, mas a distribuição era apropriada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que aconteceu o colapso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o colapso decorre de uma imprevisibilidade biológica. Nós temos um vírus que tem uma contagiosidade maior do que aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

vírus da primeira onda, nós temos esse vírus que possivelmente é mais letal. E houve uma pressão excessiva sobre o sistema de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-me inverter a pergunta.

Quais medidas tomadas por V. Exa. nesse período de 45 dias ou que estejam no seu planejamento não faziam parte da condução das gestões anteriores?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou me esforçando aqui para ver se V. Exa. responde, no cumprimento da prerrogativa constitucional do depoimento.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que eu posso falar para V. Exa. é que, desde o primeiro dia da nossa gestão, eu tenho procurado fortalecer o programa de vacinação do Brasil, eu tenho procurado incentivar as medidas não farmacológicas. E, naquele momento difícil que eu assumi, nós socorremos Estados e Municípios, que foi em continuidade ao que já tinha sido feito, já vinha sendo feito pelo Ministério da Saúde.

O julgamento de valor a respeito da gestão anterior eu não tenho os elementos para fazer, Senador – só como cidadão, não como Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. entende que sua chegada ao ministério representa uma sinalização de mudança de posicionamento do Governo Federal acerca destes assuntos como distanciamento social, adoção de medidas de higienização e de vacinação. É isso que V. Exa. está dizendo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sua chegada é uma mudança?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, é uma mudança. Nós pretendemos fazer ajustes nas políticas que vinham sendo colocadas em prática, e isso já tem sido feito, Senador. Eu acho que a sociedade brasileira já tem visto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A sua chegada – é só a pergunta objetiva – é uma mudança?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Governo Federal não tem um plano formal e claro de comunicação – o senhor, há pouco, citou isso aqui – para informar adequadamente a população sobre a Covid-19, tanto em relação às medidas de higiene e distanciamento social quanto em relação à vacinação contra a Covid.

O primeiro Ministro da Saúde deste Governo esteve nesta Comissão, nesta semana, e afirmou que o Presidente da República solicitou a diminuição das entrevistas que eram dadas em sua gestão, o que efetivamente se verificou nas gestões seguintes após a sua demissão. Também o Ministro Teich disse que houve essa recomendação.

Qual é o planejamento de V. Exa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele não disse isso! O Ministro Teich não disse isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não falou isso! Não crie uma retórica que não existe!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos embora deixar o Senador trabalhar!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Ele foi perguntado e ele respondeu que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se quiserem falar, se quiserem gritar, me avisem que eu paro! Se quiserem gritar, me avisem que eu paro! Avisem! Eu gosto muito de vocês dois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro, Senador Fernando Bezerra, qualquer pergunta...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

Qualquer pergunta que o Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eles replicam depois, Presidente, se quiserem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todo dia isso aqui não dá! Todo dia não dá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Espere aí, espere aí...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Não é todo dia, não!

Você disse que tinha um gabinete paralelo. O Ministro Mandetta, hora nenhuma... Indagado, negou que tivesse gabinete paralelo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, espere aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ô Fernando, quer tomar o lugar do Relator, é? Quer tomar o lugar do Relator?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quer tomar o lugar do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, Fernando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fernando, vamos deixar o Relator trabalhar, homem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou falando é porque isso está nas notas taquigráficas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas dá licença...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, tem uma obstrução aos trabalhos aqui em curso!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Fernando chegou ontem! Chegou ontem! E já está assim...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Ministro Mandetta... O Senador Renan disse que ele mentiu. Vou lhe dizer que ele mentiu, porque tinha uma instrução normativa sobre uso de cloroquina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, isso é impraticável. Eu não posso cumprir o meu papel...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, isso não pode, Presidente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou entrar com requerimento aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso não pode, Presidente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É mentira que ele falou... Ele mentiu, ele mentiu!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Este senhor ontem aqui chegou a recomendar remédio de animal para humano.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou recomendando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos que ter responsabilidade nisso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – V. Exa. mente. V. Exa. é um mentiroso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, não terá condições assim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não recomendei tratamento animal. Jamais!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, claramente tem um time aqui que não quer que a CPI trabalhe...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero que a CPI trabalhe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que quer obstruir esse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem um time que quer esconder Prefeitos e Governadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem um time que tem gabinete anexo ao Palácio do Planalto que não quer o trabalho da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não vou bater boca, definitivamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a CPI vai trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para os Srs. Senadores que a gente mantenha aqui o equilíbrio necessário para a gente continuar o trabalho. Se há divergência em relação às perguntas do Senador Renan Calheiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu posso fazê-las.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No momento oportuno, Senador Renan Calheiros, qualquer Senador pode dizer que não é verdade. Agora, no momento oportuno, por favor. O Senador Renan Calheiros, como qualquer outro Senador, vai fazer a pergunta que quiser para o Ministro Queiroga – está certo? – e ele vai responder. Na hora, V. Exa. pode se contrapor: "Olha, o Senador Renan Calheiros perguntou isso..." e desmentir na hora ou qualquer coisa. Agora, se for fazer essas intervenções, não vai ser legal. Eu espero que todo mundo me compreenda. Eu fico aqui numa situação... Todos nós somos iguais aqui. Eu só estou aqui por uma questão de... Mas não sou melhor do que ninguém. Eu só espero que todos tenham... Nós somos aqui, temos relações 365 dias por ano. Então, o Senador Renan pergunta o que quiser. Depois, V. Exa. pode se contrapor, vai ter o tempo necessário para fazê-lo.

Por favor, vamos continuar, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, Ministro...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não pode dizer que eu recomendei remédio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Heinze, V. Exa. já me ouviu, agora é o seguinte: quando for a sua hora o senhor fala o que quiser.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não minta a respeito disso, eu não falei isso. Não falei isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, Senador, V. Exa. está aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Na hora em que eu tiver tempo, vou explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ter seu horário, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Onde se viu recomendar remédio para animal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor! V. Exa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nunca fiz isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não mintam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não mintam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não mintam", não. Não fale no plural. "Não minta", está bom? Não fale no plural, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, Ministro, qual é o planejamento de V. Exa. para a comunicação sobre a pandemia? Serão feitas campanhas de conscientização e informação da população? Em que linha essas campanhas seguirão?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou tentando fazer perguntas objetivas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, excelente pergunta V. Exa. faz. E eu, desde o primeiro dia em que assumi o ministério, tenho dialogado fortemente com a imprensa. Dezessete coletivas realizadas, 493 matérias publicadas, 2.902 demandas de imprensa atendidas, duas campanhas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas isso não é campanha, Ministro. Isso é entrevista.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de publicidade no ar, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é entrevista a jornalista. Isso não é campanha. Eu estou falando de campanha de comunicação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se o senhor me permitir, eu posso esclarecer, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Claro!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Duas campanhas de publicidade estão no ar, uma sobre medidas preventivas, outra sobre vacinação, veiculação 30 de março a 6 de maio, investimento de R$23 milhões, 427 inserções; rádio, cerca de 40 mil inserções; mídia exterior, cerca de 6 milhões de inserções; internet, 35 milhões de impressões. Ou seja, Senador, eu concordo com V. Exa., nós temos que ampliar a comunicação com a nossa sociedade, isso é fundamental. E é um compromisso do Ministério da Saúde levar informações corretas para a população brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, respondendo objetivamente, V. Exa. retomou as entrevistas que estavam suspensas desde o período do Mandetta. É isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O Ministério da Saúde tinha em seu estoque, em dezembro do ano passado, mais de 7 milhões de testes de Covid, em função do Acórdão nº 842, de 2001, do Tribunal de Contas da União, do Plenário do Tribunal de Contas da União, sendo que a quase totalidade venceria em dezembro de 2020 e em janeiro de 2021 – portanto já passou. Nesse contexto, a Anvisa autorizou a prorrogação do prazo de validade desse produto por mais quatro meses. Diante disso, o Tribunal de Contas da União determinou ao Ministério da Saúde, em abril deste ano, a destinação imediata aos *kits* de testes fornecidos pela Organização Pan-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Americana da Saúde (Opas) que estão com prazo de vencimento para maio. Assim, pergunto, Ministro: esses testes ainda estão em condições de uso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, outra pergunta importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... porque, conforme eu falei, uma das estratégias nossas é ampliar a testagem. Esse teste é o teste RT-PCR. Ainda existe um pequeno estoque desses testes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não foi essa pergunta!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... no ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda estão em condições de uso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Sr. Senador, estão em condições de uso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estão em condições de uso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Estão em condições de uso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde já deu uma adequada destinação a esses *kits*?

Esses testes são solicitados por Estados e Municípios, e nós os remetemos, segundo as solicitações. Mas vamos ter um papel mais ativo para encaminhar esses testes e que eles tenham uma destinação própria, que é identificar aqueles indivíduos que estão positivos.

O Tribunal de Contas, Ministro, identificou a ausência de uma política nacional de testagem da Covid, o que impede um adequado monitoramento da evolução da doença e dificulta o planejamento de ações para o seu combate. Eu pergunto: quando V. Exa. assumiu o cargo de Ministro, existia alguma ação do Ministério da Saúde em andamento visando à colaboração e à implementação de uma política nacional de testagem da Covid-19?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador... Bom, eu respondo pela minha gestão, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou perguntando sobre quando o senhor assumiu. Isso é uma pergunta objetiva. Não estou perguntando pela sua gestão. Chegarei lá, daqui a pouco. Eu estou perguntando...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Foram distribuídos testes de RT-PCR para Estados e Municípios. E o Brasil é um dos países que realizou testes de uma maneira forte. Agora, nós precisamos fazer um redirecionamento nessa política. E essa política vai, inclusive, em relação ao tipo de teste que nós vamos utilizar, não é? Esse RT-PCR é um teste importante, mas ele não dá uma resposta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não havia uma ação do ministério em curso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, existia, sim, uma ação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não! Eu... Existia e portanto...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Existia, sim, Sr. Senador! E existem uns dados publicados em relação aos casos testados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não... Existia ação visando à elaboração e à implementação de uma política de testagem? O senhor responde "sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador! Existia uma estratégia de testagem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, se existia, o senhor poderia fazer um detalhamento dessa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o teste de RT-PCR foi dispensado para Estados e Municípios, conforme solicitação de Estados e Municípios, e esses dados são públicos.

Agora, em relação à nossa gestão, Senador, nós vamos mudar essa política para ofertar o chamado teste de antígeno rápido, porque ele é capaz de oferecer uma resposta mais rápida...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ...e, aí, orientar melhor a questão do isolamento dos pacientes contaminados, os seus contactantes. Estamos no fim da elaboração dessa política, para discutir com o Conass e o Conasems e adotar essa ação estratégica de aprimoramento da testagem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegamos. Então, quais as diretrizes e perspectivas atuais sobre essa testagem? O que é que o senhor está fazendo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ontem lançamos um programa chamado Prevcov, que se baseia num diagnóstico sorológico da Covid no Brasil, e isso vai contar com um teste rápido da Abbott. Então, nós vamos adquirir testes rápidos, testes de antígeno rápido, para, a partir daí, discutir com o Conass e o Conasems a política que está sendo elaborada pela nossa equipe técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação ao uso da cloroquina para tratamento precoce da Covid, que parece ter se tornado uma obsessão do Presidente da República, como confirmaram em depoimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito tanto o Ministro Mandetta quanto o Ministro Teich: V. Exa., sinceramente, recebeu alguma orientação do Presidente da República, expressa ou velada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador. Não recebi nenhuma orientação do Presidente da República nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. compartilha da opinião do Presidente da República sobre o tratamento precoce, especialmente sobre o uso da cloroquina para pacientes de Covid-19?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, essa é uma questão técnica que tem que ser enfrentada pela Conitec. Eu aqui já me referi acerca dos protocolos clínicos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei ao senhor... A Conitec virá na sequência. O senhor compartilha esse ponto de vista do Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, segundo o decreto-lei que regulamenta a Conitec, eu sou instância final decisória. Então, eu posso ter que dar um posicionamento acerca desse protocolo, de tal sorte que eu gostaria de manter o meu posicionamento final acerca do mérito do protocolo quando o protocolo for elaborado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro Queiroga, eu acho que o senhor não entendeu a sua posição aqui. O senhor é testemunha. O senhor tem que dizer "sim" ou "não". Agora, dizer que o senhor vai dizer que não pode falar, porque não sei o quê... O senhor está aqui como Ministro da Saúde e como médico. O senhor não está aqui como presidente não sei do quê, e tal. Então, como Ministro da Saúde e como médico, eu peço para V. Exa. responder. Senão, nós vamos encerrar esta reunião agora. Nem vamos continuar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou perguntar novamente, Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. compartilha da opinião do Presidente da República sobre o tratamento precoce, especialmente sobre o uso da cloroquina para pacientes da Covid-19? Objetivamente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, essa é uma questão de natureza técnica. Ela tem que ser enfrentada da forma técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então não compartilha?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não em relação à opinião pessoal de qualquer cidadão brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, tecnicamente, o senhor não compartilha com o Presidente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, existem duas correntes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A resposta é do depoente, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu estou aguardando a resposta. Estou aguardando a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Ministro, só um minutinho.

Todos nós estamos aguardando a resposta. É uma resposta... Não tem três palavras; só tem uma: "sim", "não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não cabe construir a resposta do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí... Quer ver como é simples?

Senador Heinze, que defende: o senhor compartilha da opinião de que se possa dar cloroquina para combater o coronavírus?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Omar, Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É simples: é "sim" ou "não". Claro!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – *Kit* antidrogas, conforme está sendo feito nos Governos dos Estados do Pará, do Amapá e outros Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só "sim" ou "não". Só "sim" ou "não". Se ele não quiser responder, é direito dele, agora se ele disser: "Ah, não posso, não vou responder"...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é direito. Ele prestou compromisso de que responderia, ele é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De que falaria a verdade, então é isso que eu estou questionando, só isso.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas qual é a posição oficial do ministério? Porque a população tem que saber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é oficial, é ele.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A população tem que saber.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, essa é uma matéria técnica, existem correntes da medicina, uma corrente é contrária ao uso desse medicamento para tratamento precoce, outra corrente defende o tratamento precoce. Essa questão precisa de um posicionamento técnico. Existe na Lei nº 8.080 a previsão da Conitec, que elabora os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas. Essa decisão tem que ser avaliada quanto ao mérito da qualidade da evidência científica, tem que ser avaliada em relação a questões econômicas de incorporação de tecnologias. Essa questão é colocada em audiência pública, e o ministério, o Ministro da Saúde é a última instância a opinar sobre o tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, com todo o respeito, não estamos tratando de instância, é uma pergunta objetiva: o senhor compartilha com o que o Presidente pensa ou não? É essa a pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, eu estou aqui na condição de testemunha, o senhor está pedindo para eu fazer um juízo de valor a respeito de uma terapêutica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está obrigado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o Relator está tentando induzir a testemunha. Isso não é permitido.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ô, não, senhor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, senhor! Até minha filha de 12 anos falaria "sim" ou "não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, não se trata de "sim" ou "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, senhor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não se trata de "sim" ou "não", a questão é: se o Presidente deu ordem para fazer ou não. Ele responde sobre fatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não foi ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não é essa a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi ordem, não faça a pergunta por mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa ele já respondeu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não faça perguntas por mim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, cada um não vai ter a sua oportunidade de perguntar? Não tem um espaço para cada um?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai, mas não cabe direcionamento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não cabe a você direcionar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A V. Exa. cabe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu não estou direcionando! Quem está falando é você!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. e outros aqui tentam direcionar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma manobra de obstrução.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o depoimento das testemunhas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é obstrução clara.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É impedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor compartilha ou não as opiniões do Presidente? É uma pergunta objetiva. O senhor pode dizer "sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu, como Ministro da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor compartilha, então?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Querem induzir o depoente, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... como testemunha, não tenho que fazer juízo de valor a respeito das opiniões do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – espere aí, só um minutinho.

Uma pergunta mais fácil. É porque o Renan também, às vezes, coloca uma dificuldade... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não retiro a minha, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para as pessoas entenderem a pergunta.

Ministro Queiroga, o senhor é a favor de prescrever cloroquina ou não é a favor? Sim ou não? É mais fácil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não foi essa. Eu perguntei: o senhor compartilha o...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quer induzir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que o Presidente defende – inclusive ontem defendeu novamente. O senhor compartilha ou não? É a pergunta!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu peço a V. Exa. que entenda a minha posição, como autoridade sanitária, que vou ter que me manifestar no momento correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nada ver com isso aqui, aqui não é fórum...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se eu me manifesto agora, Senador, eu estou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não é fórum de cloroquina, não; isso é uma CPI...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Claro que é, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – ... a ciência já mostrou que cloroquina...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que investiga fatos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente Omar Aziz, pela ordem, por gentileza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não tem polêmica, nem controvérsia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Polêmica existe, sim!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não existe, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Existe sim, porque nós vamos ouvir aqui, se esta Comissão deixar, nós vamos ouvir cientistas e médicos renomados pró e médicos renomados contra o tratamento precoce. A ciência não tem posição definida, Senador.

Só fazer uma colocação, Senador Omar Aziz, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sinceramente... Eu vou ouvir, sim, Senador Eduardo. Hoje, por exemplo, eu fui procurado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou indagando, estou fazendo interrogações. Eu não vou permitir esse debate paralelo, senão eu estaria, sim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, Senador Renan...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe querer conduzir as respostas do depoente, com todo o respeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não vou nem te responder, porque estou vendo a tua tentativa de obstrução.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou nem te responder.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... uma sugestão de encaminhamento, por favor. Por favor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa-me falar aqui uma coisa: ele só não só é...

Veja bem, o Ministro Queiroga não está sendo investigado. Então, se estivesse sendo investigado, ele poderia dizer-me assim: "Eu não vou responder".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está aqui como testemunha, ele tem a obrigação de falar a verdade, até porque V. Exa. fez um juramento aqui.

Então, e o senhor me desculpe, eu só estou querendo conduzir os trabalhos.

Se ele fosse investigado, ele podia dizer: "Não vou responder", e ninguém podia obrigá-lo a responder. E V. Exa., que já presidiu uma CPI, já relatou CPI, sabe, meu querido colega Marcos Rogério: ele fez um juramento, é uma resposta "sim" ou "não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sobre fatos, Sr. Presidente, é verdade. Sobre fatos, mas não sobre – não, não, não – opinião; sobre fatos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Isso é opinião. Isso é opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor compartilha?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, conforme eu já externei para V. Exa., eu não faço juízo de valor acerca da opinião do Presidente da República. Essa é uma questão de natureza técnica. É assim que o Ministério da Saúde tem que tratar essa questão.

Essa medicação como outras foram suscitadas no tratamento da Covid-19 desde o começo, quando essa doença começou a ser enfrentada pela comunidade médica. No começo, o uso compassivo foi feito em diversas instituições do País, e já existem estudos controlados que mostram que, naqueles pacientes mais graves, naqueles pacientes que estão hospitalizados em UTI, esse tratamento não tem efeito; nos pacientes com Covid intermediária, esse medicamento não tem efeito.

Eu estou tratando da questão do ponto de vista médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu vou passar para a pergunta seguinte, porque confesso que não conseguimos a resposta com relação a essa.

Ministro, há alguma pressão para que esse medicamento seja mantido nos protocolos do SUS?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o protocolo clínico e a diretriz terapêutica serão elaborados pela Conitec, conforme preconiza a lei. Não há pressão nenhuma. Essa é uma questão, uma matéria de natureza técnica. Ela tem que ser enfrentada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há pressão, a exemplo do que aconteceu no período do Ministro Mandetta e do Ministro Teich?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu posso responder pela minha gestão. Então, na minha gestão, não houve qualquer tipo de pressão de quem quer que seja para a manutenção de qualquer fármaco em protocolo clínico e diretriz terapêutica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que, após um mês e meio de gestão, V. Exa. ainda não revogou o protocolo que inclui a cloroquina no arsenal terapêutico contra a Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque não há protocolo, Senador. O que há é uma orientação que foi feita em 2020, e nós vamos substituir pelo protocolo clínico, que é o que determina a lei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que já não fez nesses 45 dias?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque, Senador, não é tão simples assim. Esse protocolo está sendo elaborado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são as recomendações mais atuais a respeito da condução clínica de pacientes com Covid em casos leves, moderados e graves? Hoje a orientação do Ministério da Saúde está em harmonia com a das sociedades de especialidade sobre essa condução?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que disciplina a política pública no SUS são as políticas públicas do SUS, não são as orientações das sociedades científicas – vou deixar isso bem claro. Isso é o requisito que está na nossa legislação. É claro que as sociedades científicas devem participar dessa construção e estão participando dessa construção.

Agora, destacar... O senhor fala das sociedades científicas. O Conselho Federal de Medicina, que é uma autarquia pública federal, exarou um parecer acerca do tema, o que também precisa ser considerado. Eu estou aqui para buscar os consensos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Infelizmente, não é o melhor exemplo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estou aqui para buscar os consensos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Infelizmente, não é o melhor exemplo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Também não é minha função julgar o Conselho Federal de Medicina, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em sua gestão, Ministro, está havendo – novamente objetiva – distribuição de cloroquina a Estados, Municípios e comunidades indígenas, como ocorreu anteriormente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não autorizei distribuição de cloroquina na minha gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas está havendo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não tenho conhecimento de que esteja havendo distribuição de cloroquina na nossa gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Aliás, sobre isso, Presidente, eu queria passar às mãos de V. Exa. um requerimento nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2° da Lei 1.579, de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno, para que seja convocada a Sra. Mayra Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência, já tem, inclusive, requerimento, viu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mais um requerimento, adicionalmente. Passo às mãos de V. Exa.

Dois dos Ministros que o antecederam, Mandetta e Teich, foram levados a deixar o cargo em razão da falta de autonomia e discordâncias com o Presidente da República, que agia publicamente para contrariar as orientações técnicas do Ministério da Saúde e desautorizar os atos dos titulares da pasta. O Ministro Teich chegou a dizer ontem, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que pressupôs que poderia agir tecnicamente quando foi convidado, mas que pediu demissão logo que percebeu que não teria autonomia para trabalhar.

V. Exa. também é médico e, antes de assumir o Ministério, ocupava o cargo de Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, o que, sinceramente, nos leva a crer que sua nomeação também teve motivação técnica. Pergunto: quando lhe foi feito o convite para ser Ministro da Saúde, que compromissos o Presidente da República fez com V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, recebi uma única recomendação do Presidente da República: para que todos os recursos públicos que chegassem ao Ministério da Saúde fossem revertidos em políticas públicas para atender nossa sociedade. Não tratei com o Presidente acerca de protocolos, acerca de medicamentos, não houve nenhuma conversa dessa natureza, e o Presidente me deu autonomia para que eu constituísse uma equipe técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunto na sequência: houve compromisso de apoiar uma condução técnica, baseada em evidências científicas? É uma pergunta objetiva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Objetivamente: sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Sim": então mudou a orientação.

Que compromisso o Presidente exigiu de V. Exa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente... O compromisso que ele exigiu, eu já falei para o senhor: foi para que usasse os recursos públicos para atender a população brasileira e para que eu constituísse uma equipe técnica. É isso que nós estamos fazendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sua nomeação deu-se sob a condição de cumprimento de alguma ordem específica, como a recomendação do tratamento precoce para Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. teve autonomia para formar sua equipe ou houve indicação do Presidente de pessoas para assumirem ou se manterem cargos importantes do ministério...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, o Presidente me deu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como foi o caso da indicação do Eduardo Pazuello como Secretário-executivo, apesar de sua total inexperiência para a área de saúde, lá atrás, conforme nos informou ontem o Ministro Teich?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador. Eu recebi autonomia para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem alguém no ministério que não preenche as especialidades...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – para ser autoridade de saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador. Todos os meus secretários foram escolhidos conforme critérios técnicos: o Secretário-Executivo, que está aqui, é o Dr. Rodrigo Cruz, é um economista; o Secretário de Atenção Especializada à Saúde, o Dr. Sérgio Okane; e os demais secretários que integravam a gestão anterior são pessoas de perfil técnico. E eu achei por bem mantê-los, mas tenho autonomia para tirá-los a qualquer momento, desde que seja o interesse público e o interesse do direcionamento da nossa gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo a imprensa, o senhor tem bom relacionamento pessoal com membros da família do Presidente da República. Até que ponto esse relacionamento pode interferir em suas ações à frente do ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, em nenhum ponto. A nossa gestão é uma gestão autônoma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua posição técnica a respeito da política de distanciamento social para a prevenção da disseminação da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já externei aqui para os senhores e repito, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Neste momento da segunda onda, com pico de casos – como foi reconhecido aqui também por V. Exa. – e mortes por Covid, não deveríamos ter restringido a circulação de pessoas em âmbito nacional?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, essa questão das políticas de restrição de movimentação de pessoas tem que ser aplicada de acordo com o momento epidemiológico e com a situação de cada Município, de cada Estado. O que eu acho que é necessário, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhorar ainda mais o que podemos fazer, é o próprio Ministério da Saúde fazer um direcionamento, um disciplinamento em relação a essa questão. É isso que estamos trabalhando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor acha que é necessário isso, mas há convergência do seu entendimento com o do Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, o Presidente da República nos deu autonomia para que nós tomássemos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque havia um aparente entendimento, uma aparente convergência também com o Ministro Mandetta e com o Ministro Teich.

Como V. Exa. pretende agir quando for desautorizado pelo Presidente, assim como foram todos os seus antecessores no ministério, sem exceção?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, é uma conjectura, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou apontando fatos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Uma possível desautorização. Eu entendo que o Presidente da República é o Chefe do Estado, é o Chefe do Poder Executivo, e eu exerço um cargo de confiança do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não foi essa a pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A minha posição é tomada de acordo com as circunstâncias...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se o senhor for desautorizado, como foi o Mandetta, o que é que o senhor fará nesta condição?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, é uma questão de uma conjectura. Eu tenho que subsidiar o Presidente com informações técnicas para que o Presidente tome as melhores decisões. O Presidente da República, ele pode nomear ou demitir um ministro a qualquer momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso nós sabemos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É atribuição dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso nós sabemos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Agora, o que eu vou... A minha tomada de decisão... Eu vou tomar decisão sobre algo que não está acontecendo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A autonomia, capacidade técnica e experiência em gestão de saúde são qualidades essenciais para uma atuação eficiente no comando do ministério? Eu estou fazendo perguntas objetivas. O senhor acha que são qualidades essenciais? Ou dá para exercer cargos sem preencher essas qualidades?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só "sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Sim"?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Sim".

Foi adequada a designação de alguém sem formação ou experiência em gestão de saúde para assumir o Ministério da Saúde e sua manutenção à frente da pasta por dez meses durante a pior crise sanitária pela qual o Brasil e o mundo já passaram? V. Exa. escolheria um secretário executivo com esse perfil para a sua equipe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a competência de escolher o ministro é do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Exa. falou, há pouco, que, preenchendo os pré-requisitos técnicos...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quem julga isso é o Presidente da República, não sou eu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não. Quem julga somos nós. E V. Exa. deveria julgar também como Ministro. O senhor nomearia uma pessoa sem especificidade para ser ministro ou ser secretário executivo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu nomeei o Dr. Rodrigo Cruz, que tem qualificação técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O tempo do verbo está errado. O senhor nomearia?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor nomearia? Essa é uma pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou interferir novamente.

Sr. Presidente, observe o 213 do Código de Processo Penal, que se aplica absolutamente a esse contexto. Isso é direcionamento da testemunha. Olhe o que diz o 213 do CPP.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está sendo invocado aqui. "O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, explique para o colega que não é um tribunal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso que o Relator está tentando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é pessoal. É sobre o preenchimento de requisitos para o cargo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, o senhor explique ao colega que aqui não é tribunal...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Futurologia e achismo não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou sendo provocado toda hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Futurologia e achismo não cabem aqui, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vou responder. Não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu acho que o Ministro Queiroga está indo bem, está respondendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! Mas não cabe direcionar. Não cabe... Sr. Presidente, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não, eu não, eu não estou entendendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é uma pergunta pessoal. Sobre qualidade e especificidade, é pergunta pessoal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a única coisa que o Ministro Queiroga se negou a responder, e, pelo fato de ele ser testemunha, não poderia se negar a responder, foi sobre a cloroquina. O resto ele está respondendo. Independente se está sendo direcionado ou não, ele não está se colocando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas quando ele diz, quando ele diz que não vai fazer o exercício...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, isso aí quebra a lógica do meu interrogatório, das minhas perguntas. Eu não vou ficar com essa divisão, com esse paralelismo aqui, com essa obstrução. Eu peço a V. Exa. que, por favor, assegure que eu cumpra o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou sendo assessorado aqui porque é impossível um presidente, qualquer presidente sentar aqui e saber: 203, 408, e tal. É difícil. Aí você pede à assessoria, para aquele negócio que está ali, para poder explicar. Então, ele está me dizendo aqui, salve...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na narrativa do fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do fato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é o caso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas, olhe, eu acho que já respondi ao Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já respondeu. Então, vejam bem...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nomeação tem que obedecer a caráter técnico, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, interrupção indevida.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nomeação tem que obedecer ao caráter técnico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não enxergaria V. Exa., que é um homem de tanta qualidade, respondendo o contrário, que dá para preencher sem especificidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um homem que passou, no mínimo, seis anos numa universidade para se formar em Medicina, mais dois de residência, mais não sei quantos anos para se tornar o que foi não pode chegar aqui e a gente não ter respeito por ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem o mínimo...

Ele mesmo... Para ele, o ministério não é atividade fim da vida dele; ele sai do ministério, que é passageiro, e vai continuar, como profissional que é, respeitado no meio. A condição dele aqui como testemunha mostra, Ministro Queiroga – Dr. Queiroga, porque hoje o senhor está Ministro, mas doutor o senhor vai ser o resto da vida. E por mérito, não foi por escolha; mérito seu –, que V. Exa., quando está colocando isso... Isso vai ficar eternamente na sua vida. Por isso, eu lhe aconselho: o ministério, o cargo de qualquer coisa passa na nossa vida. A nossa vida vale mais do que um cargo que você possa exercer momentaneamente ou temporariamente. Por isso, eu aconselho a V. Exa. ser bastante objetivo e falar somente a verdade aqui, para que não haja, mais tarde, problemas pessoais para V. Exa., porque, pelo andar da carruagem, se troca de Ministro da Saúde como se troca de camiseta para gente vir aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No momento em que passamos, Ministro, no momento em que passamos a triste marca de 400 mil mortos pela Covid no Brasil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Posso fazer, Presidente?

No momento em que passamos a triste marca de 400 mil mortos pela Covid no Brasil, o Presidente da República, que passou algumas semanas afastado da comunicação sobre a pandemia, reapareceu ontem com declarações de que pode editar um decreto para proibir medidas de Estados e Municípios que restrinjam a circulação em Território nacional, como toque de recolher, por exemplo, ou *lockdown*. Classificou como excrescência – o Presidente da República classificou como excrescência! – a decisão do Supremo Tribunal Federal de garantir autonomia concorrente a Estados, Municípios e Governo Federal no exercício da competência concorrente para estabelecer medidas sanitárias restritivas. Disse, por fim, que, se baixar o decreto, será cumprido; e que não ousem contestar.

Pergunto: V. Exa. está de acordo com essas declarações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A competência de editar o decreto é do Presidente da República. E o Ministro da Saúde opina em relação à matéria técnica da saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, não foi isso que eu perguntei. Eu perguntei: V. Exa. está de acordo com essas declarações?

Eu não estou aqui querendo saber de quem é a competência de editar decreto. Eu sei de quem é a competência. Eu não iria perguntar isso a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Marcelo, eu peço a V. Exa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu peço desculpa a V. Exa., mas V. Exa. me pede para fazer juízo de valor acerca das opiniões do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é juízo de valor; é o exercício do cargo que V. Exa. exerce. Não é juízo de valor.

V. Exa. é a principal autoridade de saúde do Brasil. Nós estamos perguntando isso nesta condição e levando em conta a sua biografia, porque eu conheço muitos dos seus amigos que dizem que o senhor é uma pessoa boa, verdadeira. Esse depoimento tem que expressar a verdade – e apenas a verdade. É isto que nós queremos de V. Exa.: a verdade. Colabore com a verdade que esta Comissão Parlamentar de Inquérito quer encontrar. Por favor, ajude o Brasil nisso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Marcelo, por favor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que nós vamos adotar são medidas para evitar essas situações extremas onde haja fechamentos de cidades etc., porque, nessa questão desses fechamentos nacionais, não há também um consenso acerca desse tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor concorda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A questão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou não concorda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de discutir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, é sobre o decreto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o que o Presidente vai fazer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falo do decreto e das declarações.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não tenho que fazer juízo de valor a respeito do decreto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas não é juízo de valor. Eu quero saber se o senhor concorda ou não concorda.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se o senhor quer que eu concorde ou não, o senhor está pedindo que eu faça um juízo de valor acerca do tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não! Eu estou querendo saber... Se o senhor concorda, ótimo! Se o senhor não concorda, melhor ainda! Eu só quero saber: o senhor concorda ou não concorda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que o Presidente falou comigo acerca desse tema é que ele queria assegurar a liberdade das pessoas. Com assegurar a liberdade das pessoas, eu concordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor concorda com as declarações do Presidente.

V. Exa. foi consultado sobre a conveniência da proibição de medidas de distanciamento social neste momento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não fui consultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde está participando da elaboração da minuta de decreto presidencial com o teor sugerido ontem pelo Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, senhor. Não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi consultado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não estou participando da elaboração desse decreto, nem fui consultado sobre o tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mais uma ação na área de enfrentamento da Covid que se anuncia no Palácio, e não se informa sequer o Ministro da Saúde.

V. Exa. agirá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não o informam pelo menos!

Como V. Exa. agirá caso seja solicitado que prepare esse normativo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, vamos avaliar. Se isso houver, vamos avaliar do ponto de vista técnico e vamos dar opinião ao Presidente da República diante de um caso concreto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro Mandetta disse a esta Comissão que o Presidente da República guiava-se pelas orientações de um aconselhamento paralelo de pessoas que ele não soube nominar, mas que participavam de reuniões no Palácio do Planalto e tinham influência sobre a condução da pandemia, mesmo contra orientações técnicas do ministério.

Neste momento, as políticas de gestão sanitária da pandemia na esfera federal advêm do Ministério da Saúde, ou continua existindo esse aconselhamento paralelo? De onde saiu essa ideia do decreto? Que percepção o senhor tem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não tenho conhecimento desse aconselhamento paralelo. Eu fico no Ministério da Saúde na maior parte do meu tempo e não tenho conhecimento da elaboração desse decreto, do mérito desse decreto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi o senhor que sugeriu o decreto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, há um aconselhamento paralelo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não posso falar de um aconselhamento paralelo de que eu não tenho conhecimento. É isso que eu não posso fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, foi o senhor que sugeriu o decreto? É isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, há um aconselhamento paralelo!

V. Exa. fez parte no passado desse grupo de pessoas que aconselhavam o Presidente extraoficialmente sobre políticas de saúde ou sabe identificar o nome de alguma pessoa que participava?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador. Não tenho conhecimento disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente nunca escondeu sua oposição à política de vacinação em massa da população brasileira. As declarações contra a vacinação foram fartas. O Presidente disse que não compraria vacina da China. Chamou a CoronaVac de "vacina chinesa do João Doria", ao dizer que o Governo não a compraria. Comemorou com a frase "mais uma que Jair Bolsonaro ganha".

Com a suspensão temporária dos estudos da Fase III da CoronaVac, em razão da morte de um voluntário, que, na verdade, tinha se suicidado – depois se verificou –, disse que a vacinação não seria obrigatória em seu Governo, que as pessoas teriam que assinar um termo liberando o Governo da responsabilidade, se tomassem a vacina. Declarou que não tomaria a vacina e, depois, que seria o último a tomar. Mesmo com 66 anos, ainda não se vacinou.

Faço questão de citar, entre aspas, a declaração mais célebre, Ministro, do Presidente da República sobre a vacina da Pfizer, que seria cômica se não fosse tão nociva e verdadeiramente antipedagógica: "Se você virar um jacaré, problema seu. Se você virar o super-homem, se nascer barba em alguma mulher e o homem começar a falar fino...", eles não têm nada a ver com isso.

Pergunto, Ministro: qual V. Exa. avalia ter sido o impacto desse posicionamento do Presidente da República em relação à vacinação? – que não foi um posicionamento pontual. Eu tenho aqui cem frases horrorosas nessa direção. Não sei qual é a mais horrorosa. Qual foi o impacto dessas declarações nesse processo de enfrentamento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, essas são posições externadas pelo Presidente da República, que eu penso que não têm impacto na campanha de vacinação. Pesquisas mostram que mais de 85% da população brasileira quer receber a vacinação. E o Governo enviou uma medida provisória ao Congresso Nacional alocando mais de R$20 bilhões para a aquisição de vacinas. E, do ponto de vista prático, o que se vê é o país que é o quinto país em distribuir doses de vacinas. É isso que é o meu entendimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em português claro, o senhor acha que ele falou essas coisas todas, mas isso não impactou a população, a população não acreditou, não ouviu?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Minha opinião é que nós estamos implementando uma campanha de vacinação que está sendo bem-sucedida. Fazer juízo de valor acerca do que o Presidente fala não é uma competência do Ministro da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou pedindo juízo de valor. Estou quero saber o seguinte: podemos acreditar que esse tipo de declaração acabou ontem e que não vai continuar? O senhor, como ministro, como representante da área de saúde, poderia nos afiançar isso? Ou vamos ter eternamente que conviver com essa condição?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente da República tem apoiado a campanha de vacinação, é isso que eu posso dizer a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso. Eu perguntei sobre as declarações.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas, Senador, eu não posso fazer juízo de valor a respeito da declaração do Presidente ou de qualquer brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso é uma questão dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existem várias críticas com relação ao ritmo da imunização contra Covid no Brasil. Se a vacina estivesse disponível, nosso Programa Nacional de Imunizações (PNI), um dos mais avançados do mundo, teria capacidade de vacinar mais de 2 milhões de pessoas por dia. Vamos, como todos sabem, a passos lentos, não é? Ontem divulgaram que, das mais de 500 milhões de doses, só a metade seria cumprida. E hoje o Butantan suspendeu, porque não pode mais trazer insumos da China, circunstância agravada pela declaração do Presidente da República.

Pergunta-se, Ministro: o Governo Federal demorou para firmar acordos para a aquisição de vacina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, logo que a Anvisa aprovou a primeira dose de vacina, ela começou a ser aplicada, que foi a vacina da CoronaVac. O Governo brasileiro fez um acordo com a AstraZeneca, Universidade de Oxford, e transferência de tecnologia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A pergunta é a seguinte: o Governo demorou para firmar acordos? É uma pergunta pontual, porque...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu assumi o Ministério da Saúde há 45 dias, e esses acordos não foram firmados na minha gestão. Eu não tenho como precisar ao senhor se houve demora, se não houve, porque eu não participei dessas negociações. O que eu posso assegurar ao senhor é que a iniciativa Covax Facility, uma iniciativa liderada pela Organização Mundial da Saúde, que merece a credibilidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Perguntarei sobre isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de todos nós, ela tem dificuldade de entregar vacinas. Vacinas que estavam previstas para o mês de janeiro nós conseguimos a metade dessas doses agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu vou perguntar agora sobre isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... final de abril e maio, não é? Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Exa. conseguiu...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... a dificuldade de vacinas é mundial, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Exa. conseguiu o adiantamento de doses da iniciativa Covax Facility e do contrato da Pfizer. Por que isso não foi feito na gestão anterior?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que V. Exa. fez de diferente para atingir esse resultado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não; eu estou perguntando.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sei, Senador. Agradeço a pergunta de V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu louvo a sua competência, mas o que o senhor fez de diferente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, Senador. Na realidade, nós não conseguimos adiantamento do Covax Facility. Ele já era para ter nos entregue essas doses em janeiro. Então, há uma dificuldade de vacinas em nível mundial. O que fizemos foi dialogar com o Presidente da OMS, com a representação da OMS Opas aqui no Brasil. E o cenário epidemiológico do Brasil é muito grave. Então, conseguimos que essas doses, que deviam ter sido entregues em janeiro, fossem entregues agora.

Em relação à Pfizer, foi feito um contrato de 100 milhões de doses da Pfizer, e nós conseguimos uma antecipação dessas doses, e estamos aqui – já adianto para V. Exa. – na iminência de fechar um novo acordo com a Pfizer de 100 milhões de doses, que já está só nas finalizações legais, então, o que seria um aporte adicional muito importante para o nosso programa de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que pode ser feito para acelerar, portanto, a vacinação de forma geral?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mais doses, Senador. E aí precisa um ativismo maior do nosso Governo, o que tem ocorrido, sob a liderança do Ministro das Relações Exteriores, Carlos França. Nós temos um diálogo permanente com a Embaixada da China, com a Embaixada da Índia, com a Embaixada do Reino Unido, dos Estados Unidos. Então, a parte de relações diplomáticas está fluindo de uma maneira satisfatória. Também temos dialogado com as farmacêuticas que produzem essas vacinas. Eu estive esta semana, na segunda-feira, no Instituto Butantan, onde dialoguei com o Dr. Dimas Covas, inclusive verificando a produção de uma nova vacina, que é a Butanvac, que é uma esperança para o nosso País, uma vacina totalmente produzida no Brasil. Enfim, há essa dificuldade em obtenção de doses para acelerar o nosso programa, mas estamos trabalhando para trazer um maior número de doses para o Brasil.

Os senhores têm discutido aqui um projeto de lei para que os parques de vacinação animal sejam utilizados para fabricação de vacinas humanas, é uma excelente iniciativa. Estamos trabalhando com a OMS, com a Anvisa, para verificar a adequação desses parques, buscando os parceiros para transferência de tecnologia. Então, é um desafio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E declarações como a de ontem não impactam nisso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós temos que trabalhar do ponto de vista pragmático. O senhor é um homem experiente, é um Senador de que todos nós reconhecemos a liderança e sabe que nós temos que adotar o pragmatismo nas nossas relações internacionais, nas nossas relações exteriores, para ter esses insumos aqui que são fundamentais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No ano passado, quando começaram a surgir as primeiras perspectivas de vacinas viáveis, como a da Pfizer e a da Sinovac, o Presidente da República afirmou que não tomaria iniciativas para a compra dessas vacinas, porque ainda não haviam sido autorizadas pela Anvisa. Chegou a desautorizar publicamente seu antecessor no ministério, em 19 de outubro de 2020, quando o então ministro assinou um protocolo de compra de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

vacinas produzidas pela Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. Mais recentemente, porém, o Ministério da Saúde iniciou negociações para a compra de vacinas ainda não autorizadas pela Anvisa. Vimos dois episódios recentes em que o Governo tentou importar mais de 40 milhões de doses da vacina russa Sputnik V e 20 milhões de doses da indiana Covaxin, e a Anvisa negou a autorização.

Pergunto, portanto, Ministro: o Governo Federal foi cauteloso em excesso ao não negociar a compra de vacinas no ano passado ou foi precipitado demais neste ano ao negociar vacinas que acabaram desautorizadas pela Anvisa? A que se deve essa mudança de atitude? O ministério errou no passado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, é mais um juízo de valor que eu tenho que fazer acerca da gestão anterior. Posso falar em relação à nossa gestão. Nessa iniciativa da Sputnik, o Ministério da Saúde tem uma tratativa para 10 milhões de doses. As outras doses são uma iniciativa dos Governadores da Região Nordeste. A posição do Ministério da Saúde é de que, desde que essas vacinas sejam aprovadas pela Anvisa, o Ministério da Saúde vai adquirir, sejam as 10 milhões que o Ministério da Saúde tratou diretamente com a União Química, sejam as outras que os Governadores do Nordeste têm negociado com o fundo russo. Então, precisa-se da aprovação da Anvisa. Com a aprovação da Anvisa, o Ministério da Saúde considera o mesmo em relação à Covaxin. Esse é o ponto de vista do Ministério da Saúde hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, o que diz a legislação sobre a compra de vacinas antes da autorização da Anvisa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta objetiva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... eu não posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta objetiva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não tenho conhecimento específico em relação à legislação, porque eu sou médico, não conheço detalhes dessa legislação. O que eu posso atestar para V. Exa. é que, uma vez a Anvisa autorizando, o Ministério da Saúde vai adquirir essas doses. Esse é um compromisso, porque nós precisamos reforçar o nosso programa de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia alguma vedação no início das negociações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço, Senador. Eu desconheço. Quando eu assumi o Ministério, já havia esses acordos em relação à Covaxin, em relação à vacina russa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa legislação mudou do ano passado para este?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor assumiu agora, recentemente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu assumi recentemente, mas eu sou médico, como o senhor sabe, e nós temos uma assessoria jurídica que nos dá esse tipo de opinião quando suscitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Eu estou encaminhando para o encerramento.

Um dos casos que demonstrou inabilidade do Ministério da Saúde na condução e no planejamento da vacinação contra Covid-19 foi a não contratação de vacinas da Pfizer, que ofereceu 70 milhões de doses ao Brasil já em agosto de 2020. O Governo Federal declarou que a empresa tinha exigências contratuais draconianas que impediam a assinatura do contrato, inclusive por falta de amparo legal. A Pfizer informou que as condições do contrato proposto eram padronizadas e tinham sido aceitas por todos os países onde houve negociação – as mesmas, as mesmíssimas. Após as tentativas serem praticamente paralisadas, somente em 2021 o Congresso Nacional foi informado da necessidade de modificações na legislação, para que a aquisição do imunizante fosse finalmente feita, o que, lamentavelmente, colocou o Brasil no fim da fila para entrega do produto.

Questionamos, Ministro: qual era o cronograma de entrega proposto pela Pfizer em 2020?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não participei dessas tratativas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor está tratando do contrato da Pfizer. O senhor não teve acesso a isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, eu posso falar, eu posso telefonar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como vai tratar de um contrato sem ter acesso ao anterior?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu assumi o Ministério da Saúde há 40 dias e essas tratativas foram feitas no ano passado. Eu não participei dessas tratativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor não está tratando com a Pfizer? O senhor acabou de dizer!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Estou tratando com a Pfizer através do nosso secretário-executivo. Nós temos um contrato, na iminência de ser assinado, de cem milhões de doses. Aqui eu posso antecipar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não leva em consideração os contratos anteriores e as tentativas, o histórico?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelência, a relação com a Pfizer é uma relação muito boa, sem nenhum tipo de problema. Nós temos a possibilidade concreta de termos mais cem milhões de doses da Pfizer, sendo 35 milhões de doses já no mês de setembro. Agora, eu não posso...

Aqui eu sou testemunha, como os senhores têm aqui reiterado e é o que eu sou. Eu não posso falar sobre um contrato que foi firmado em uma gestão anterior. Eu não posso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, me desculpe. O senhor está tratando, através do seu ministério, de pessoas delegadas, de novas aquisições. Como é que trata de novas aquisições sem levar em conta as tentativas de negociação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, novas aquisições com a vacina que já tem registro definitivo na Anvisa, que as questões legais que foram suscitadas e foram motivos de uma aprovação de uma lei – , certo? – já foram resolvidas. É bem diferente, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então vamos ver um outro ângulo dessa questão. Quantas pessoas o senhor está vacinando hoje no Brasil, por dia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, no mês de abril, houve dias em que ultrapassamos a meta de 1.800 indivíduos vacinados. Essa média, infelizmente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Um milhão!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Um milhão, desculpe! Obrigado, Senador Humberto Costa.

Essa média não tem sido mantida, porque há irregularidades em relação à recepção de doses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu pergunto objetivamente: qual seria o impacto dessas 70 milhões de doses no seu calendário? Quantos dias, quais idades, quais faixas de comorbidades nós teríamos avançado, se tivesse havido a compra lá atrás?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, na hipótese de ter essas doses, isso fortaleceria o nosso programa, mas fizemos um acordo com a Covax Facility...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O impacto, o impacto! Só o impacto!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Fizemos um acordo com a Covax Facility para que eles nos entregassem 10 milhões de doses e nós não recebemos. Então, o fato de assinar o contrato não quer dizer que essas doses serão entregues, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os contratos firmados com outros fabricantes de vacina, como AstraZeneca e Sinovac – estou encerrando, Presidente –, continham cláusulas semelhantes àquelas propostas pela Pfizer, aquelas cláusulas que o Presidente falava lá atrás que eram extravagantes. Os outros contratos tinham as mesmas cláusulas, especialmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei a V. Exa. Eu estou fazendo uma afirmação.

Especialmente no que tange à isenção de responsabilidade do laboratório por eventos adversos.

O que o senhor acha deste fato de as cláusulas estarem contidas em todos os contratos, as que foram rechaçadas pelo Presidente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o contrato da AstraZeneca é uma encomenda tecnológica que foi feita com a Fiocruz e, portanto, se reveste de características distintas.

Essa questão da Pfizer, a questão jurídica já foi superada. Do ponto de vista objetivo, nós já temos a vacina da Pfizer no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso – e nós estamos caminhando para encerrar –, a assinatura do contrato com a Pfizer realmente demandava modificação na legislação brasileira?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu sou médico, eu não tenho os elementos para fazer esse tipo de afirmação. O fato é que os senhores aprovaram uma lei, e eu os felicito por isso, porque é um reforço para o nosso programa de imunização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Ministério da Saúde não informou, já em 2020, por ocasião do início das tratativas, que a legislação brasileira não permitia a assinatura do contrato proposto pela Pfizer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não estava no Ministério da Saúde, eu não sei dizer ao senhor acerca desse ponto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Caso realmente fosse necessário alterar a legislação, por que o Poder Executivo, que tem iniciativa de projetos de lei, não propôs, já em 2020, alteração da legislação, o que só foi feito por proposição apresentada pelo Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, que resultou na Lei 14.125, de 10 de março de 2021, e não pelo Poder Executivo, que deveria ter feito? Por que isso, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não tenho esse elemento para informar a V. Exa. Eu não fazia parte do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Está bem.

O Presidente da República tem anunciado que estão garantidas mais de 500 milhões de doses de vacina para este ano. V. Exa. também tem alardeado a contratação de mais de 560 milhões de doses, como declarou em audiência à Comissão da Covid deste Senado Federal, presidida pelo nosso querido Senador Confúcio Moura, que também é médico como V. Exa.

O próprio Ministério da Saúde, em suas redes sociais, divulgou essa informação. No entanto, Ministro, em documento oficial dirigido à Câmara dos Deputados, nesta semana, as áreas técnicas do ministério informaram que somente a metade desse número de vacinas está contratada, cerca de 280 milhões de doses, o que é insuficiente para vacinar todos os brasileiros até o fim de 2021. Pergunto: a que se deve um equívoco tão grande por parte de V. Exa. e do próprio Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelente pergunta, Senador Renan. Na realidade, nessa informação que foi feita de maneira imprecisa para o Deputado Gustavo Fruet, não se consideram as vacinas da Fiocruz, porque esse acordo é feito através de transferência, de TED. Então, não há um contrato entre a Fiocruz e o Ministério da Saúde. E essas doses da Fiocruz não foram ali consideradas. De tal maneira que o Ministério da Saúde já vai fazer uma retificação dessa informação que foi prestada de maneira imprecisa à Câmara dos Deputados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que o ministério divulgou como contratadas doses de vacina que ainda estão em negociação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde não divulgou doses que estão em negociação. As doses contratadas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foi que deu essa informação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa informação técnica, conforme eu já falei para V. Exa., está imprecisa e será corrigida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas foi dada por quem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Foi dada por um técnico do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que está imprecisa, todos nós sabemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós vamos apurar as responsabilidades dessa informação, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

Qual é a verdade, Ministro? Quantas doses estão efetivamente contratadas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós já falamos acerca do número total de doses contratadas, não é? Então, aqui, olha: 562.902.040 doses de vacina. Isso aqui é o calendário atualizado que está no *site*...

Só um minuto, Rodrigo. Espere aí. Espere aí, então, qual é o número exato?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se, por favor, puder nos dar o número exato...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quatrocentos e trinta milhões, Senador. Eu estou aqui sendo informado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sob compromisso das vacinas efetivamente contratadas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quatrocentos e trinta milhões estão contratadas, segundo aqui me informou o nosso secretário-executivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não são 560, como afirmava V. Exa.? São quatrocentos...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A observação da Fiocruz, que não tem contrato, mas isso está assegurado dentro da encomenda tecnológica que foi feita pelo Ministério da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Podemos... Podemos...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... que são essas 100 milhões de doses que perfazem as 560, não é? Eu, inclusive, Senador, posso encaminhar para a Presidência da Mesa esses dados de uma maneira muito clara.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Podemos esperar, portanto, precisão e transparência na comunicação do ministério a partir dessa declaração?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Excelência. Esse é o nosso compromisso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou satisfeito, absolutamente satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Peço até, viu, Ministro, um pouco de desculpas pela veemência, porque a responsabilidade aqui desta Comissão Parlamentar de Inquérito é muito grande. Nós temos 90 dias para iluminar os compartimentos desse enfrentamento à pandemia. E V. Exa. está chegando agora, mas sabe que são tortuosos, difíceis de serem iluminados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu não quero de forma nenhuma, nesta minha intervenção, parecer que queira cercear o direito do Relator de conduzir os seus trabalhos, nem tampouco fazer qualquer tipo de censura ou crítica. Mas é importante observar que ocorreram, durante essa fala do Relator, diversas perguntas sobre conjunturas, conjecturas sobre a opinião da testemunha sobre situações hipotéticas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um instantinho, Sr. Relator.

... sobre situações hipotéticas. A testemunha, que é como o Ministro se apresenta, deve responder sobre fatos determinados de que tenha participado ou que tenha presenciado. A CPI investiga fatos determinados, não situações hipotéticas, fruto do exercício de futurologia que o Relator queira fazer. Então, eu só observo, porque nós temos que pedir a compreensão do Relator, sem... E aqui, pelo apreço que tenho ao Senador Renan... Acho que ele tem um enorme desafio, e todos nós confiamos no trabalho do Relator para que possamos alcançar a verdade. Mas eu queria deixar registrada essa situação inusitada que ocorreu aqui com o Ministro Marcelo Queiroga. Tanto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu chamo até a atenção, Sr. Presidente – porque acho que depois a Comissão pode fazer uma reflexão sobre o que ocorreu nesta sabatina –, porque, em muitos momentos, as perguntas eram, digamos assim, sucedidas antes de a resposta ser dada. Era um encaminhamento. Todos que acompanharam pela televisão ou que estiveram aqui presentes sentiram que houve, de fato... Eu não quero... De novo, eu não quero criticar. Não quero tecer qualquer crítica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente Omar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu acho que nós temos que fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... uma reflexão sobre a forma como foram conduzidas as inquirições.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Há várias pessoas inscritas pela ordem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente! Presidente! Só na sequência... Um segundo! Só na sequência, só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, só para responder à questão de ordem do Senador Fernando Bezerra, não cabe a mim dizer o que o Relator vai fazer nem a nenhum dos Srs. Senadores. Longe de mim aqui cercear a pergunta de um Senador. Mas – vamos deixar claro – esta Comissão irá analisar o relatório final. Caso seja encontrada alguma coisa dentro do relatório que não condiz com o que V. Exa. está colocando, Senador Fernando, será votada e retirada. E eu votarei a favor para ser retirada. Aliás, não voto, mas, se depender de mim, será votada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só para fazer uma pequena observação... Na última vez, eu pedi a palavra pela ordem, e o senhor iria me dar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Só rapidamente indo ao sentido dessa discussão, agora, em que os ânimos estão mais calmos, mais serenos. Eu acho que isto é muito importante, esse equilíbrio.

Sobre a pergunta que o Senador Renan Calheiros fez – e tem o direito de fazer – para o Ministro, eu percebo... Não sou jurista, mas de uma forma muito clara... Eu posso responder e eu discordo do que o Presidente falou ontem; isso aí é uma opinião minha. Agora, eu percebo – respeito o Senador Renan Calheiros e quem pensa diferente – que o senhor induziu, não foi uma vez, não, mas várias vezes hoje...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixe-me só concluir!

... a percepção do Ministro, inclusive com intimidação, como um promotor de acusação. E isso não é correto. Eu acho que isso tira um pouco a imparcialidade que a gente procura ter nesta Comissão. É só uma opinião minha.

E outra coisa, só para concluir...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não cabe esse tipo de debate aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, cabe, mas só para concluir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está julgando o Relator aqui previamente, Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se você comparar, se o senhor comparar as perguntas que o senhor fez ao Ministro Mandetta, quem comparar vai ver que nós não temos uma equidade nisso aí.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso aqui não é tribunal de filme americano. Senador Girão, vamos parar com isso. Não é tribunal de filme americano, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É outra coisa. Só mostrando que realmente nós estamos computando tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu vou... É a opinião de cada um, é lógico. Agora, todos os Senadores têm direito a fazer pergunta, principalmente os titulares. Então, aquilo que vocês acharem que podem fazer, sem problema nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer só uma pergunta, que é de interesse de todos: essas vacinas serão entregues até o final do ano, esses quinhentos e poucos milhões de vacinas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – É o compromisso, Senador. Agora, o senhor sabe que há questões de desembaraço aduaneiro, de insumos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tudo bem, é porque nós falamos em quinhentos e poucos milhões de vacinas, e o Brasil todo quer saber o prazo de entrega e em relação ao planejamento para o ano que vem também, para a gente adquirir.

Eu vou passar ao Senador Tasso Jereissati, via remota, para que ele tenha 15 minutos para fazer as perguntas necessárias ao Ministro Queiroga.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado aí pela deferência do Senador Randolfe Rodrigues, que teria a preferência neste momento, assim como a nossa querida Bancada Feminina também, que teria preferência. Eu agradeço essa gentileza. Essa gentileza se deve ao fato de eu ter feito um requerimento que eu aproveito para pedir que seja, se for possível, se todos aceitarem, que seja votado ainda hoje, por causa da gravidade do tema, em relação à declaração do Presidente da República, ontem, dada em cadeia nacional de televisão, em todos os jornais, uma das declarações mais graves – e eu tenho repetido isso, porque realmente têm acontecido coisas, neste País, totalmente inusitadas –, mais graves que eu já vi de um Presidente da República no nosso País. Em circunstância normal, essa declaração já seria gravíssima: há uma possibilidade de que haja uma guerra química iniciada... Ele não citou China, mas, evidentemente, ele falou da China, que foi o país em que a pandemia começou, e falou inclusive o país em que mais cresce o seu produto interno bruto, e que era o início de uma guerra química mundial e que disso os militares tinham conhecimento.

Isso é muito grave, Presidente. Se a China está iniciando uma guerra não só contra o Brasil, mas contra o mundo inteiro, a fim de dominar o mundo, e os militares têm conhecimento disso, a agência de inteligência tem conhecimento disso, é gravíssimo, é gravíssimo! Isso tem repercussão internacional. Os americanos devem estar em polvorosa, por exemplo; os europeus, pior ainda.

Mas, se ela não for, o estrago – vai caber à Senadora Kátia Abreu levar – nas relações comerciais brasileiras vai ser um estrago gigantesco, e como a China é o maior comprador de produtos brasileiros, principalmente produtos primários brasileiros nesse momento...

Mas especificamente em relação à vacina, eu gostaria de fazer uma pergunta diretamente ao nosso Ministro Marcelo Queiroga. Primeiro eu queria dizer, Sr. Ministro, que tenho o maior respeito por V. Sa., por V. Exa., e que sem dúvida nenhuma houve um passo para melhor, muito importante, muito grande, dado com a mudança do Ministro de Saúde – Ministro Pazuello completamente alheio às questões de saúde –, com a mudança para V. Exa., que é um médico respeitado e conceituado em todas as áreas. Por isso, queria fazer essa avaliação ontem.

Mas especificamente em relação a essa declaração do Presidente – e faço com todo o respeito e preferia, pediria a V. Exa. que fosse muito objetivo na resposta –, a China, não sei se é o único, mas é o provedor de pelo menos 90% das nossas vacinas. As consequências serão imediatas. V. Exa. disse aí que está tendo constantemente reuniões com a China, com a Embaixada da China, e sabe o tamanho do mal-estar que isso pode produzir e vai produzir, como já produziu com declarações anteriores, na entrega de vacinas ao nosso País. É terrível!

Não, eu sei que o senhor tem constrangimento em fazer alguma crítica ao Presidente da República, eu entendo, mas queria aqui que demonstrasse se essa dificuldade... E eu já sei, porque no início do ano, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

início da distribuição de vacina no Brasil, houve já dificuldades diplomáticas com a China, que depois se tentou contornar e aos poucos foi se contornando e melhorando essa relação. Agora, essa é a pior de todas as declarações feitas com a China – e repito: o maior fornecedor de vacinas para o Brasil.

A primeira pergunta que eu faço é a seguinte. V. Exa. disse aí também – e eu tenho certeza, até antes de ser Ministro – que V. Exa. estava convivendo com todas as entidades internacionais, nacionais, científicas que avaliam e estudam o desenvolvimento desse vírus, portanto, entidades altamente imparciais e com credibilidade mundial. Existe algum indício nas conversas com essas autoridades, entidades, instituições de que haja uma guerra química, que o vírus seja produto de uma guerra química promovida por um determinado país, que no caso parece ser a China? Só "sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Eu desconheço, Senador, esses aspectos. O que eu posso dizer para o senhor em relação à China, como eu já aqui reiterei para os demais Senadores presencialmente, é que a nossa relação com o Embaixador da China é a melhor possível. E eu espero que esse ambiente...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Desculpe, Ministro, essa é a segunda pergunta. A primeira pergunta é a seguinte: nas entidades mundiais de respeitabilidade e credibilidade internacional com que o senhor tem convivido, estudado, trocado ideias, trocado informações, há algum indício de que isso seja produto – algum indício, não é que seja declarado – de uma guerra química vinda da China?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço de indício de guerra química vinda da China, Senador, e também...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... com relação às opiniões das organizações internacionais de saúde.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – V. Exa., que está tratando com dificuldades com a vacina da China, concorda que uma declaração nessa altura para o Ministério da Saúde, como desempenho funcional do esforço que V. Exa. está liderando, não é um enorme desserviço para esse esforço de estreitar relações com a China?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As relações com a China, pelo que eu entendo, são excelentes, inclusive o Brasil e a China são parceiros comerciais muito sólidos, participam de um bloco econômico importante, e a relação com o Embaixador chinês, Senador, tem sido muito boa. Naturalmente que essa é uma relação em que nós dialogamos quase que semanalmente, liderados pelo Ministro das Relações Exteriores.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Ministro, me desculpe... Todos dizem – eu não tenho a felicidade de conhecer o Embaixador chinês – que é um grande boa-praça.

Estou falando da China: não é um desserviço uma declaração desse nível para o esforço que V. Exa. está conduzindo para aumentar a importação de IFAs da China? Só isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa. mesmo disse que o Presidente da República não fez menção à China. Então, eu espero que essas questões das relações entre Brasil e China continuem de maneira positiva e que nós não tenhamos impacto para o nosso programa de imunização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Desculpe, Ministro, eu sei que o senhor é um homem extremamente inteligente, nós temos amigos em comum que já valorizaram essa inteligência. O senhor sabe perfeitamente que o Presidente não falou em China, mas todos os indícios que ele deu levavam à China. Eu não vou menosprezar a sua inteligência. Agora, V. Exa. não entendeu isso, que poderia ser a China, ou que deveria ser a China. Não acredito nisso. Isso precisa ficar registrado.

Agora, só para finalizar, só para finalizar, Ministro, voltando aqui, porque, em algumas perguntas que o Relator fez, não ficou claro para mim. É só também, por favor, para o nosso entendimento, porque o Brasil precisa de uma orientação. Está em estudo, está em evidência. Algumas coisas já são reconhecidas mundialmente, em todos os países, e o senhor conhece muito melhor do que eu, mas eu vou falar três coisas aqui que eu queria saber se V. Exa. concorda ou discorda.

Tratamento precoce com cloroquina e ivermectina, o senhor concorda ou discorda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já aqui informei a V. Exa. que essa matéria vai ser enfrentada tecnicamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, não, ela não vai ser... Ministro, por favor. O senhor é Ministro da Saúde há 42 dias e o senhor não tem uma opinião sobre isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tenho, Senador, mas essa opinião será prestada no momento oportuno.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, diga. O momento oportuno é este.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Existe um regramento legal a que eu preciso obedecer.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, no seu caso, o senhor está obedecendo aqui a um juramento. O senhor não tem opinião sobre isso ainda? Não me faça, Ministro, pelo amor de Deus...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, existe uma divergência...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Fazer uma avaliação... Quero saber a sua opinião. Essas divergências são discutidas há muitos meses. Eu tenho uma opinião e com certeza V. Exa. tem uma opinião muito mais abalizada do que a minha. Só o senhor afirmar: "sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, está sendo elaborado um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica no Ministério da Saúde, e eu sou a última instância decisória. Se eu manifesto uma opinião aqui, eu vou invalidar todo esse procedimento de elaboração do protocolo clínico e da diretriz terapêutica.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, Ministro, os tratamentos da pandemia já têm mais de um ano. Não é possível que o senhor não tenha chegado, nem o Ministério... Se o Ministério da Saúde...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelência, o tratamento é conduzido pelos médicos, eles têm autonomia para decidir a conduta.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a orientação? Se o Brasil não tem uma orientação sobre esse assunto do Ministério da Saúde, nós estamos muito mal, Ministro, o senhor me desculpe.

Vou passar. Fica registrado aqui, Presidente, que não foi respondida essa questão.

Isolamento social e, se necessário, *lockdown.* Eu ainda não vi nenhuma declaração urgentíssima, importantíssima, da liderança e da articulação nacional da contenção da pandemia. O senhor é a favor ou contra?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Medidas extremas, elas podem ser colocadas em prática dentro de cenários específicos. Num Município onde o estado epidemiológico está muito grave, pode-se, eventualmente, ter um fechamento maior, mas, como uma medida nacional... Nós temos um país continental, Senador, e uma medida como essa não vai surtir o efeito desejado, até porque existe uma dificuldade muito forte de adesão da nossa população. Esse é o meu posicionamento.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, se eu entendi claro... Só para dizer se o senhor entendeu mal ou o senhor entendeu corretamente. Da iniciativa do Presidente da República em proibir que Estados e Municípios – como V. Exa. mesmo disse, o Brasil é um país continental e as questões regionais são importantes –, de proibir que Governadores e Prefeitos tomem essa iniciativa, o senhor discorda? "Sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já mencionei ao Senador Renan e... O Presidente da República em nenhum momento falou essa questão para mim, até porque essa matéria já foi disciplinada pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Então, eu acho que é um assunto...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – No Supremo... Eu queria a posição do Ministério da Saúde para o Brasil, para os Prefeitos, para os Governadores e para os cidadãos sobre o assunto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde vai elaborar um protocolo sobre esse tema e, aí, vai ser descrito de maneira muito clara acerca dessas questões de mobilidade. O objetivo é que as medidas sanitárias impeçam que nós tenhamos uma situação extrema. Hoje nós estamos assistindo a uma queda no número de casos, e os Estados e os Municípios estão flexibilizando todas essas ações. Então, o que precisamos, Senador? Vacinar nossa população e insistir nas medidas não farmacológicas de uma forma efetiva. O que ocorre? É que fazemos um pouco de cada uma dessas ações, e isso gera um impacto inferior – do que nós queremos. Então, é preciso ter uma harmonia em relação a essa política para que saiamos desse cenário.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, pelo que entendo, o senhor acha que Estados e Municípios devem ter o direito de fazer essa política de distanciamento social, ou de *lockdown* até se for o caso, conforme as características e o momento epidemiológico de cada um desses Estados e Municípios, concorda? Só isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso tem sido feito no Brasil, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Tem, mas o senhor concorda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Claro que eu concordo, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, ótimo! Então, ótimo! É só isso que eu queria saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu não ia até fazer mais nenhuma pergunta, mas, se o Presidente permitir, eu recebi aqui do médico sobre autonomia do médico.

É evidente que aqui é uma pergunta do médico: "O senhor acredita na Medicina baseada em evidência científica?". Claro que o senhor acredita.

Os consensos classificam o tratamento em três classes: Classe I, evidências fortes e deve ser usado; Classe II, deve ser utilizado, mas as evidências são menos importantes; Classe III, não tem evidências e está contraindicado. Como fica a autonomia do médico nessas circunstâncias? O médico pode, por conta própria, prescrever medicamentos da Classe III? Essa é a minha pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a autonomia, o direito do médico de prescrever está disposto no Capítulo II do Código de Ética Médica, no inciso II. Então, é direito do médico prescrever medicamentos dentro do que a ciência recomenda e dentro da legislação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Mas V. Exa. conhece esses três?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Conheço, Senador. Agora, o senhor fala sobre... Só para adicionar ao que V. Exa. coloca com muita propriedade, aí são os graus de recomendação, e existem os níveis de evidência científica. Então, evidência científica de nível A é aquela que é advinda de estudos, ensaios clínicos randomizados. Então, quando temos diversos ensaios clínicos randomizados todos do mesmo sentido, se constrói uma evidência de nível A. A evidência de nível B é uma evidência mais fraca. E a evidência de nível C se baseia em opiniões pessoais, em estudos observacionais; e não quer dizer que o médico não possa prescrever, até porque nós não temos evidência de nível A para todas as situações em Medicina. A autonomia do médico é um instituto milenar. A Medicina baseada em evidência é algo dos anos 80 do século passado para cá.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – A minha pergunta é bem objetiva. Aqui está escrito que, para o caso de cloroquina para a Covid, a cloroquina é classifica no nível 3 para o tratamento de Covid.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, mas essa recomendação é de quem, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu acho que é... Aqui é das... Isso foi um médico que me mandou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço para conferir, por favor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, vamos supor que essa seja a recomendação da Sociedade Brasileira de Infectologia, que é muito bem dirigida pelo colega Clovis Arns, é uma opinião dessa sociedade. E o que nós queremos fazer é trazer todos esses especialistas, juntamente com os técnicos do Ministério da Saúde, e pacificarmos essa situação de uma vez por todas. Há um agrupamento de colegas que defendem fortemente esse chamado tratamento precoce com esses fármacos e há outros colegas que se posicionam contrariamente. O Ministério da Saúde quer acolher todos para que cheguemos a um consenso. Essa questão do tratamento precoce não é decisiva no enfrentamento à pandemia. O que é decisivo é justamente a vacinação e as medidas não farmacológicas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Inclusive, está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já ultrapassamos bastante.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, só uma observação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Uma pequena colaboração: Sr. Ministro, V. Exa. conhece o fato de que na Conep nós já temos estudos realizados avaliando o uso da cloroquina e hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, Sr. Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor sabe apontar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Conep é uma instância que autoriza a pesquisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor sabe apontar o resultado desse exame?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Existem, Senador, inclusive estudos feitos aqui no Brasil, pelo Instituto Coalizão, que comparam fármacos, a cloroquina, a hidroxicloroquina em situações...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O resultado desse estudo, V. Exa. sabe apontar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. Obrigado.

Vamos lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Estamos aqui há duas horas e meia.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Estou tentando colaborar, e peço desculpas aos colegas, porque existe, já existe na Conep a informação que é referida por V. Exa. como que necessitando produzir. Então, quero só ajudar V. Exa., que está como testemunha, com o compromisso de dizer a verdade, para que o senhor possa apresentar a verdade completa.

Peço desculpas aos colegas pela facilidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, por 15 minutos, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, vamos dar prioridade à Bancada Feminina. Eu falarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Bancada Feminina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Mara Gabrilli. O que ficou acertado é que as Senadoras, tanto no momento de titulares e suplentes... O que será feito é que elas terão de se inscrever aqui. Pode ser a primeira, a décima, mas será feita inscrição normalmente. Por isso que a Senadora Mara Gabrilli...

Eu passo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, por favor.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Bom dia a todos.

Obrigada, Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, eu acho que tem alguma coisa ligada aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Quero cumprimentar o nosso Relator Renan Calheiros, agradecer a presença do Ministro da Saúde Marcelo Queiroga, dizer que sinto muito orgulho de representar a Bancada Feminina do Senado nesta CPI. Muito obrigada, viu, Senador Omar Aziz?

Ministro Queiroga, todos nós sabemos que o ritmo da campanha de vacinação contra a Covid-19 está sendo considerado lento, sobretudo quando comparado a outros países. Eu represento um grupo dos mais vulneráveis, que são as pessoas com deficiência e as pessoas com comorbidades, onde se incluem muitas pessoas com doenças raras. Essas pessoas, Ministro, elas estão desesperadas, porque a maioria, quando contrai o Covid numa situação dessa, morre. E elas ainda não foram vacinadas, sobretudo, a gente sabe, por falta de vacinas. Diante disso, eu lhe pergunto: o senhor considera, Ministro, que houve falhas do Ministério da Saúde no que diz respeito à aquisição de vacinas? E quais foram essas falhas?

Em relação ao grupo de pessoas com deficiências permanentes... Porque o PNO utilizou como critério inicial o recebimento do BPC, diferentemente do critério utilizado para a população idosa, público para o qual não se restringiu a quem receberia BPC ou não. Qual foi esse critério técnico utilizado para se chegar a essa delimitação?

E, também, em relação às pessoas com doenças neurodegenerativas, com paralisia cerebral, com tetraplegia ou paraplegia, com síndrome pós-pólio, que na maior parte dos casos têm em comum a insuficiência respiratória, a insuficiência renal, a vulnerabilidade a infecções urinárias, muitas dessas pessoas são dependentes de ventilação mecânica, e a gente não viu a inclusão desses grupos no PNO como comorbidades.

Além disso, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas com esquizofrenia e outras condições que também geram maior dificuldade de interação social, elas foram consideradas? Se sim, Ministro, por que elas não foram listadas explicitamente?

A gestão do Ministério da Saúde referente às medidas de prevenção e de controle da pandemia da Covid-19, sobretudo as medidas de distanciamento social e o uso de máscara. Essa medida é respaldada por aspectos de uma natureza técnica ou elas sofrem interferência de instâncias políticas ou dos desejos do Presidente da República? Que interferências seriam essas?

E eu também queria saber se os técnicos do Ministério da Saúde, diante de uma piora de índices epidemiológicos, por exemplo, referentes agora à Covid-19, se esses técnicos indicarem um *lockdown* em determinada região, o senhor teria autonomia para sugerir essa medida ao menos em localidades com quadros sanitários mais graves ou sem disponibilidade de leitos de terapia intensiva?

E quero agradecer, Ministro, pela disponibilidade de vir falar conosco aqui na CPI.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Mara.

Ministro, por gentileza.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Obrigado, Senadora.

O que eu posso dizer para senhora é: a partir do momento em que eu assumi o ministério, já existiam essas contratações de dose e o programa de imunização já tinha começado desde janeiro, não é? Então, o nosso objetivo, como eu disse, é ter mais doses para acelerar a nossa campanha de vacinação e contemplar não só a população do PNI, como também os outros brasileiros acima de 18 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a esses grupos prioritários, eu entendo muito justas essas ponderações que V. Exa. traz hoje. Nós vamos encaminhar ao PNI para que eles façam a discussão técnica. Vale dizer que isso não é uma discussão somente do Ministério da Saúde e não é o Ministro da Saúde que indica quais são os grupos que devem ser prioritários ou não. Isso é feito por um comitê do programa nacional de imunização com a participação de Estados e Municípios. Isso é pactuado de maneira conjunta, na tripartite.

Em relação a essas medidas sanitárias de mobilidade social mais intensas, isso é definido pelo Município ou o Estado. O que nós vamos fazer com o Ministério da Saúde é procurar estabelecer uma regra geral para que a gente procure uniformizar essas condutas, porque, se nós adotarmos essas condutas de uma maneira mais homogênea, talvez tenhamos mais sucesso no enfrentamento à pandemia. Essas medidas não farmacológicas são importantes. Eu tenho, desde o início quando assumi o Ministério da Saúde, reiterado a importância do uso das máscaras e das demais medidas sanitárias. Não é uma tarefa simples, porque depende da adesão da população. É por isso que precisamos passar uma mensagem uniforme.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Mara, V. Exa. ainda está com tempo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Mas, Ministro, eu gostaria de saber se esses casos, por exemplo... Eles não foram levados à reunião tripartite? Eles não foram discutidos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, esse plano foi elaborado em outubro, a partir de outubro do ano passado. Eu não participei da elaboração. E essas reuniões acontecem com uma certa periodicidade. E essa colocação que V. Exa. faz hoje nós vamos levar ao PNI e vamos dar uma resposta objetiva a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora. (*Pausa.*)

Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Ministro, eu muito agradeço e digo que é urgente... Eu cheguei a comentar que, no primeiro momento, quando eu contraí a Covid-19, a gente percebeu que muitas pessoas com deficiência não estavam sendo contaminadas. Mas, no decorrer da pandemia, com a aparição de novas cepas, está acontecendo um extermínio de pessoas tetraplégicas, de pessoas com doenças neuromusculares, de pessoas com doenças raras, com pós-pólio.

Então, eu peço para o senhor emergência nessa avaliação e também a avaliação de não restringirmos dessa forma a quem recebe BPC, porque as pessoas que não recebem BPC são pessoas com deficiência que saem para trabalhar e que estão correndo risco, um risco muito grande. Elas têm vulnerabilidades respiratórias e renais e vulnerabilidade a infecções generalizadas. Então, é um grupo que está sofrendo, que está sofrendo por conta também da vulnerabilidade com relação a cuidadores. Como nós não temos a profissão regulamentada, sabemos da dificuldade de fazer com que essas pessoas sejam vacinadas junto com a pessoa com deficiência. Se elas não forem vacinadas, a gente vai perder tempo, não vai adiantar. Eu, por exemplo, fui infectada pela cuidadora. Então, a gente sabe que essas pessoas vivem sucessões de vulnerabilidades. E a gente tem urgência para resolver em que lugar elas estão na fila. Elas precisam ser vacinadas urgentemente.

Obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, como eu falei, nós vamos encaminhar ao PNI, para que essas considerações que a senhora faz, que são muito procedentes, sejam analisadas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Alô!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode falar, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Ministro, eu queria saber o critério técnico utilizado para fazer essa delimitação das pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada. A gente sabe que essas pessoas, sim, apresentam uma maior vulnerabilidade em muitas situações, mas, para a Covid, esse não pode ser um critério só, esse corte. Então, eu queria entender tecnicamente esse critério utilizado, fazendo uma delimitação: para as pessoas receberem a vacina, terem que receber o Benefício de Prestação Continuada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu vou pedir à coordenação do PNI que faça essas respostas para a Senadora, para esclarecer esse ponto.

O Ministro da Saúde não tem conhecimento de todos os detalhes técnicos de todas as medidas que são tomadas no ministério. Mas, hoje mesmo, eu vou pedir à coordenadora do PNI para fazer essas explicações para a senhora, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Antes de passar... O próximo inscrito seria este Senador, mas, como estou no exercício da Presidência, então, passarei a palavra, de pronto, para o Senador que vem a seguir, que é o Senador Ciro Nogueira.

Antes de lhe passar a palavra, Senador, se V. Exa. me permite, faço um comunicado desta Presidência.

Informamos aos Srs. Parlamentares presentes que a Presidência do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, deferiu o pedido realizado por esta Comissão referente à realização semanal de testes para a detecção de Covid-19. Os testes – e aqui informo a todas as Sras. Senadoras que estão participando desta Comissão, aos Srs. Senadores, às senhoras assessoras, aos senhores assessores e aos demais servidores e servidoras – serão realizados todas as quintas-feiras, tendo início na próxima semana, em horário a ser divulgado pela Secretaria da Comissão.

Determino à Secretaria da Comissão que já tome as providências necessárias para organizar esse fim.

Serão disponibilizados testes para os Senadores, assessores indicados pelos partidos e Liderança do Governo e equipe técnica que tem acesso à sala da reunião.

Feito o comunicado, passamos, então, para o Senador Ciro Nogueira, para fazer as suas indagações e questionamentos ao Ministro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator. Ministro Marcelo, muito obrigado pela sua presença.

Ministro, apenas para restabelecermos a verdade a esta Comissão e até esclarecer, mais uma vez, à população e à imprensa que nos assiste: ontem o Ministro Teich nos afirmou claramente que não foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientado pelo Presidente da República a não dar entrevistas. Isso ficou bem claro. Qualquer dúvida da Comissão é só pegar as gravações ou notas taquigráficas. Eu gostaria de saber, para ficar bem claro: o senhor também foi orientado ou não a não dar entrevista?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não fui orientado...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então, restabelecida a verdade a esta Comissão... Sr. Ministro, dois dias atrás esteve aqui o ex-Deputado, Ministro Mandetta, com uma declaração, no meu ponto de vista, não sei se é absurda, mentirosa, criminosa. Acho que a mais correta é: desleal. Mesmo com todo o juramento de dizer a verdade, numa inquirição, se não me engano, do Senador Randolfe ou do Senador Kajuru, ele disse que, se não fosse a má gestão do Ministério da Saúde, a população brasileira estaria imunizada no mês de novembro. Olha que absurdo!

A primeira pessoa imunizada no mundo – acho que foi uma inglesa – foi no mês de dezembro. Eu queria perguntar: o senhor vê condições de a população brasileira ter sido imunizada no mês de novembro do ano passado, se não existiam vacinas registradas ou autorizada pela nossa Anvisa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Impossível, não é?

O primeiro país do mundo a vacinar foi a Inglaterra, em dezembro, com a vacina da Pfizer. Como é que nós poderíamos começar a nossa campanha em novembro? Quer dizer, muito difícil.

Vale dizer que o Brasil, Senador Ciro, já em maio começou as tratativas com a pesquisa, não é? Uma pesquisa realizada em parceria com a Universidade de Oxford, Unifesp, que é uma instituição pública federal, para ter essa vacina aqui no Brasil.

A própria Pfizer fez pesquisa aqui no Brasil: mais de 2,9 mil sujeitos na pesquisa, em duas instituições brasileiras. E a discussão da encomenda tecnológica começou já no ano passado, em 2020. Tanto que há perspectiva de se ter a vacina com IFA nacional, produzida pela Fiocruz, já no segundo semestre. A despeito de a Universidade de Oxford ser uma prestigiosa universidade inglesa, a primeira vacina utilizada lá não foi da Universidade de Oxford, não é? Foi a vacina da Pfizer.

Eu acho que já é quase um milagre da ciência termos vacinas para Covid-19 em tão curto espaço de tempo. Vivemos uma condição sanitária muito grave não só no Brasil, mas internacionalmente, e a questão das vacinas tem se revestido de importância fundamental, até que hoje se fala em diplomacia da vacina. A dificuldade é tão clara, que até a própria Organização Mundial da Saúde, que é a referência mundial, tem dificuldades em entregar as doses do Covax Facility para o mundo todo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito. Esclarecida essa mentira que foi dita aqui, apesar de o ex-Ministro Mandetta estar sob juramento.

Vamos para o outro ponto, Sr. Ministro.

O senhor criticou, na segunda-feira, a inclusão de determinados grupos não previstos inicialmente no plano de vacinação de Estados e Municípios, afirmando que essas medidas descumprem o pacto feito com esses mesmos Estados e Municípios em torno do plano nacional de imunização. Eu faço duas questões: de que forma essas decisões de inclusão desses grupos não previstos por Estados e Municípios prejudicam a vacinação, conforme acertado pelo plano nacional? E a segunda questão: o que pode ser feito para se corrigirem esses desvios?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É se cumprir, Senador, o que é pactuado na tripartite. É o caráter democrático do SUS. Então, o que se pactua na tripartite tem que ser aceito pela bipartite, até porque eles participaram da discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que ocorre é que Estados e Municípios – não vou dizer que isso seja deliberado para prejudicar o programa – incluem grupos que não estão entre aqueles que foram discutidos na tripartite, e isso gera uma divergência muito forte. Chega ao Ministério da Saúde: "não, porque Estado tal está vacinando a segurança"; "Estado qual está vacinando a educação". E isso gera uma desarmonia muito grande, que atrapalha o andamento do nosso programa. A solução é termos doses de vacina.

E o compromisso do Ministério da Saúde – aqui o Senador Renan me inquiriu várias vezes e com propriedade, porque a responsabilidade final é do Ministro da Saúde mesmo – é ter doses de vacina para que nós consigamos atender todas essas prioridades no mais curto espaço de tempo, em um primeiro momento para atender àqueles que estão no PNI, aquela população do PNI, que também sofre alterações em face da inclusão de grupos pela tripartite, e depois vacinar a população brasileira de uma maneira geral.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Talvez, Presidente Randolfe, deveria ser um dos focos dessa CPI nós avaliarmos essa situação de como melhorar esse tipo de gestão no nosso País.

Sr. Ministro, falar um pouquinho sobre novos medicamentos, acho que isso é importante. Existe uma discussão muito grande e acho que um foco muito grande nessa questão da cloroquina, mas o que me preocupa são realmente os medicamentos que venham para dar uma solução e diminuir a quantidade de mortos no nosso País.

O que o senhor tem a dizer sobre esses novos medicamentos, em especial o Regen-Cov?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Senador – foi bom o senhor tocar nesse assunto – concedeu um registro emergencial para um coquetel de anticorpos monoclonais. E esse seria um tratamento específico para Covid. Ainda não há publicação em revistas científicas, mas as informações que obtivemos dão conta de que, quando esse medicamento é aplicado em uma fase inicial da doença, em indivíduos que têm comorbidades, ele pode reduzir o desfecho composto de internação e óbito em até 70%. Então, se isso se confirma, seria uma droga, seria um medicamento útil no enfrentamento à Covid-19. O laboratório que produz esses anticorpos monoclonais, a Roche, apresentou uma proposta ao Ministério da Saúde para oferecer uma quantidade desses medicamentos para que nós adquiríssemos no SUS.

Como eu falei aqui, as inovações precisam ser avaliadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, a Conitec, que avalia a eficácia, a segurança, a efetividade, o custo-efetividade, o impacto orçamentário, as condições de implementação. Então, eu já pedi para a Conitec fazer uma análise rápida dessa medicação, com o apoio do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Instituto Nacional de Cardiologia, que tem uma *expertise* muito grande nesse tipo de análise. E, posteriormente, vamos fazer uma audiência pública para discutir esse assunto de uma maneira clara e verificar qual seria, primeiro, a evidência científica acerca desse medicamento, se ela é de qualidade, se ela é boa o suficiente para que esse fármaco seja considerado do sistema de saúde; segundo, se o impacto orçamentário é tolerável para o nosso sistema de saúde e como seria a logística de distribuição desse medicamento se ele for considerado para incorporação no sistema público de saúde. Eu acho que essas questões têm que ser analisadas com presteza, até porque pode ser um medicamento útil que, se assim for, seria incorporado para ser mais um reforço no atendimento aos enfermos com Covid-19 no estágio inicial da doença.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

Sr. Ministro, que esforços têm sido feitos pelo ministério, principalmente nas negociações com a saúde suplementar? O que poderia ser feito por esse setor, que é tão importante no nosso País, para nos ajudar neste momento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelente, Senador. É uma excelente pergunta.

A saúde suplementar são aqueles indivíduos que são beneficiários dos planos de saúde. Nós temos cerca de 48 milhões de brasileiros que têm planos de saúde. Eles têm participado na assistência dos pacientes com Covid. A saúde suplementar brasileira tem crescido muito. Agora, o Ministério da Saúde tem um diálogo frequente com a ANS, que é uma agência autônoma, para que haja uma ampliação dessas ações também em outros focos que não só assistência à saúde. Por exemplo, na atenção primária, que a agência possa ter um diálogo com as operadoras de plano de saúde, que têm colaborado conosco, para que eles também nos auxiliem em relação a medidas não farmacológicas, como máscaras, etc. Então, uma série de ações pode ser coordenada por esse setor, que é um setor importante, que tem receitas de contraprestação superiores a R$243 bilhões todos os anos e que participa da assistência à saúde no Brasil. Também nós precisamos conhecer melhor os resultados em relação à disponibilidade de leitos, uma série de ações que devem ser coordenadas em conjunto com o Ministério da Saúde para ampliarmos as possibilidades na assistência e no enfrentamento à pandemia da Covid-19.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito, para finalizar, Sr. Ministro, vou repetir uma pergunta que eu fiz aos seus antecessores. Acho que o senhor tem acompanhado a quantidade de denúncias que têm proliferado pelo País de desvios de recursos públicos, desses recursos oriundos de transferências do Governo Federal, como nunca houve na história deste País. Tanto recurso foi mandado para Estados e Municípios, seja para... Essas denúncias dizem respeito à compra de ventiladores superfaturados ou alguns que não foram nem entregues a esses Estados e Municípios; desvios de recurso público na aquisição de medicamentos.

O senhor acha que, se isso tiver ocorrido, isso prejudicou o combate à pandemia no nosso País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, uma excelente pergunta, até porque eu vou reafirmar aqui: a única recomendação que eu recebi do Presidente Bolsonaro foi para que eu cuidasse para que os recursos públicos do Ministério da Saúde fossem investidos em políticas públicas capazes de resolver esse cenário pandêmico. Então, é lamentável que isso exista, não é? O Governo Federal, como todos sabem, é um Governo que tem um limiar baixíssimo em relação a esse tipo de prática. E nós temos que melhorar as nossas instituições de controle para que não aconteça esse tipo de situação, que, sem dúvida, é muito prejudicial ao sistema de saúde do Brasil.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Só uma última pergunta, Sr. Presidente, para finalizar, até para complementar essa pergunta.

Existe alguma denúncia que esteja sendo investigada de algum desvio de recursos públicos dentro do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço ter denúncias no Ministério da Saúde sendo investigadas acerca desse tema.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Alguma investigação da Polícia Federal em operação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essas investigações são feitas no âmbito da Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e, acredito, pelos senhores aqui nesta douta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas nenhuma chegou ao seu conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, nenhuma chegou ao meu conhecimento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou plenamente satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Ciro.

Seguindo a ordem dos inscritos, seria o Senador Eduardo Braga. Na verdade, seria o Senador Humberto, mas ele pediu para substituir a ordem dos inscritos. Como o Senador Eduardo Braga não está aqui, vou passar para a sequência a inscrição de S. Exa. e passo então para o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Senador Randolfe Rodrigues.

Muito bem-vindo a esta Casa, Ministro.

Eu queria começar perguntando para o senhor, de forma assim muito objetiva. Nós tivemos uma eleição, no ano de 2000, que foi autorizada pelo Ministro Barroso, e a gente estava no meio de uma pandemia. Eu queria saber do senhor se, de alguma forma, pode ter colaborado com a ampliação, com o contágio do vírus em nossa população brasileira a realização dessa eleição, que teve, em muitos locais, aglomerações, andar nas ruas, comícios... Eu queria saber... Já que muitas pessoas são assintomáticas, a maioria das pessoas que são infectadas pelo coronavírus são assintomáticas e continuam transmitindo sem saber, eu queria lhe perguntar sobre o impacto... Isso pode ter agravado uma segunda onda no nosso País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, nós temos, nessa segunda onda, a implicação de uma variante do vírus, essa variante P1, e têm sido alardeadas pelas autoridades sanitárias essas questões dessas aglomerações. Não só o processo eleitoral, mas como as festas de final de ano, as férias, o Carnaval... Então, todas essas situações em que as pessoas fazem aglomerações e muitas vezes não adotam as medidas não farmacológicas contribuem para aumentar a circulação do vírus.

É por isso que nós temos, de uma maneira reiterada... Eu sei a sensibilidade que tem esse tema, sobretudo porque as pessoas não aderem com facilidade. E é fundamental um posicionamento do Ministério da Saúde de uma maneira clara acerca do tema, para que tenhamos mais sucesso no combate à pandemia; ou seja, a vacinação associada a essas medidas não farmacológicas, se elas forem levado a cabo com eficiência, dificilmente nós vamos ter a necessidade de um fechamento maior de uma determinada cidade, enfim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tranquilo, tranquilo, mas as eleições podem ter contribuído para a disseminação do vírus no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em tese, sim, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bem.

A missão do Ministério da Saúde é promover a saúde da população mediante integração e construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os Municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania. Pergunta que eu faço ao senhor: como o ministério está atuando para cumprir de forma mais adequada essa missão?

Outra pergunta já engatada: existe um sistema de informação para apoiar o processo de tomada de decisão? O senhor encontrou isso no ministério?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira pergunta: como é feito o controle dos recursos, que não foram poucos? Foram bilhões e bilhões de reais de verbas federais repassados a Estados e Municípios. Inclusive, há muitas operações da Polícia Federal em Estados e Municípios, de que o Brasil quer saber a resposta, e esta CPI é o lugar para isso – inclusive, o meu requerimento foi nesse sentido. Eu queria saber do senhor: como o ministério acompanha? Tem como acompanhar ou rastrear a aplicação desses recursos, Ministro Queiroga?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelente pergunta, Senador.

Naturalmente, em relação a informações, nós temos, na Secretaria de Vigilância em Saúde, informações epidemiológicas detalhadas acerca de número de casos, número de internações, número de óbitos, que permitem acompanhar a evolução epidemiológica da doença. Essas políticas públicas de saúde são organizadas de maneira tripartite entre a União e os entes subnacionais, através do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde... Então, tudo ali é pactuado. E as verbas são encaminhadas da União para Estados e Municípios, que têm que colocar essas políticas públicas a serviço da população. O Ministério da Saúde tem trabalhado fortemente, por exemplo, na habilitação de leitos, sejam leitos da parte rotineira da assistência à saúde, mas, sobretudo, os leitos Covid. Esses recursos têm ido de forma tempestiva para Estados e Municípios. Na realidade, existem, dentro do sistema de saúde, mecanismos de auditoria para avaliar não só a realização de procedimentos como a aplicação desses recursos e instituições de controle do Estado, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União, enfim... Esta própria Comissão Parlamentar de Inquérito vai trazer esclarecimentos, eu não tenho dúvida, acerca de todas as questões da apropriação, da alocação dos recursos que foram dispendidos pelo Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A corrupção, então, pode, de alguma forma, ter colaborado – supostos desvios em Estados e Municípios – para mortandade de mais brasileiros?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, não só no ambiente pandêmico, como fora da pandemia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor encontrou o Ministério da Saúde depois de três ministros do atual Governo, mas o senhor é um conhecedor da saúde, uma pessoa que tem uma experiência, embora não tenha tido experiência em gestão pública.

Mas o senhor é um cidadão brasileiro que acompanha e que mostra ser realmente um missionário por, em um momento tão difícil, servir ao País nessa situação. Eu lhe pergunto. O senhor acredita que o sistema tão defasado que o Brasil tem de saúde... Não é prioridade há muitos governos no passado a saúde brasileira. Isso é público e notório pelo número de UTIs que a gente tinha no começo da pandemia. Eu lhe pergunto se, de alguma forma, o descontrole, a falta de interesse, a falta de prioridade na saúde pública de Governos anteriores que protagonizaram até desvios, como mensalão, petrolão, mandar dinheiro do povo brasileiro para ditaduras como Cuba, Venezuela, Moçambique, de alguma forma isso pode ter enfraquecido o sistema público de Saúde, o SUS?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sistema público de saúde tem que ser prioridade, não é? A Constituição assim assegura. E, se o nosso sistema de saúde for capaz de atender as necessidades, com certeza, nós teremos melhores resultados. Não só no enfrentamento à pandemia, Senador, o senhor me permita, não é só a questão da Covid. Nós temos uma série de outros males que afetam a nossa sociedade que a pandemia da Covid afeta, como as doenças cardiovasculares, o câncer... Essas doenças têm menos oportunidade agora, nesse contexto em que os nossos hospitais estão muito sobrecarregados com assistência, e nós temos que nos preparar para isso. Então, se houvesse uma prioridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior ao longo das décadas anteriores... E a gente sabe que a Constituição Federal foi um marco; antes da Constituição, a situação ainda era pior. Então, estamos construindo o SUS, que é um patrimônio de todos os brasileiros.

Por exemplo, Senador, agora em março, houve concurso para residência médica em terapia intensiva, sobraram 600 vagas; ou seja, foram ofertadas 600 vagas com bolsa, e essas vagas não foram ocupadas. Nós, imediatamente, em diálogo com o Ministro da Educação, a Comissão Nacional de Residência Médica e a Associação de Medicina Intensiva Brasileira, vamos ofertar essas vagas novamente. Fizemos modificações na matriz de competência da Medicina intensiva para que tenhamos esses profissionais para atender no nosso sistema de saúde. São várias ações que têm de ser feitas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Uma pergunta sobre esse palavrão com que se chamaram alguns medicamentos que existem há décadas... Então, virou um palavrão pela politização que aconteceu, mas a verdade, o tempo é o senhor da razão e vai mostrar muita coisa. Eu quero perguntar para o senhor. Considerando que dezenas de estudos demonstram a eficácia dos medicamentos no tratamento precoce da Covid e que muitos desses são ensaios clínicos randomizados, duplo-cegos e prospectivos, e inclusive metanálises, até a de uma das maiores especialistas em Medicina baseada em evidências, a Dra. Tess Lawrie, e da metanálise, do Dr. Andrew Hill, que fizeram o NIH, que é o mesmo do Ministério da Saúde, que seria comparado ao Ministério da Saúde nos Estados Unidos, passar a permitir o uso *off-label* da ivermectina, e a mais recente publicada em *preprint* anteontem, a do Dr. Karale, da renomada Clínica Mayo, dos Estados Unidos, eu lhe pergunto: não é verdade que a comunidade científica está dividida? O Presidente do CFM mentiu ao afirmar que, além dos estudos contrários, há outros tantos favoráveis sobre esses medicamentos? Pergunta que eu lhe faço.

A última. Os estudos científicos são 100% à prova de erros, de vieses e de interferências?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, pois não, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Só para fazer um registro e um cumprimento também duplo. Eu quero cumprimentar o Ministro e cumprimentar também o Senador Ciro Nogueira, porque, após o advento das perguntas do Senador Ciro Nogueira, o interrogado começou a fazer juízo de valor. E isso é muito bom, significa uma evolução no próprio depoimento. Lembrando, como lembrou o Senador Tasso Jereissati, que, em nenhum momento lá atrás, nós pedimos para ouvir o Ministro sobre juízo de valor. Nós pedimos para ouvi-lo sobre fatos correlatos à investigação. De modo que eu parabenizo V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta Presidência também faz o mesmo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu quero responder aqui ao meu amigo Renan... Muito obrigado pelas suas palavras carinhosas, Senador. Talvez, se o senhor parar um pouquinho de fazer esses exercícios de futurologia, até porque nós não temos uma bola de cristal, as coisas possam fluir com mais razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colega, vamos dar sequência? Vamos dar sequência.

A Presidência também cumprimenta o Ministro, porque, a partir do depoimento, da intervenção do Senador Ciro, o Ministro teve uma mudança na condução. Então, vamos dar sequência... Eu acho que isso é o que contribui com as investigações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Presidente! Presidente! V. Exa. faz comentários e permite ao Relator, mas não permite à bancada!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com todo o respeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o depoente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Bom, Senador, a resposta para V. Exa. acerca desses ensaios, desses estudos envolvendo esse chamado tratamento precoce é a mesma que eu respondi aqui ao Senador Renan. Então, existem realmente duas correntes que discutem esse assunto de uma maneira muito calorosa, e a solução que o Ministério da Saúde tem para resolver essa questão é a elaboração de um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica na forma da lei. E isso está sendo feito. Todas essas questões devem ser discutidas pela parte técnica, e, após a discussão da parte técnica, esse protocolo clínico e essa diretriz terapêutica serão colocados em consulta pública, em que essas divergências serão discutidas amplamente para depois haver um posicionamento final do Ministério da Saúde, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Se houver questionamentos, vai caber ao Ministro deliberar sobre o protocolo. E isso tem que ser feito – aqui, Senador Renan... Isso tem que ser feito de uma maneira célere, porque nós não podemos ficar, a essa altura do campeonato, sem ter uma política pública clara a respeito desse tema, não é?

Eu fiz aqui... Quando eu falei em relação ao Regen-Cov, essa medicação, eu inclusive citei que não havia publicação científica a respeito do fato, e a minha opinião, que eu aqui trouxe à luz, foi em função do que estava em relação à Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não reclamei. Eu não reclamei.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não fiz um juízo de valor acerca da incorporação ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não reclamei. Eu falei apenas que o senhor tratou diferentemente esse medicamento e a cloroquina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, a cloroquina é o mesmo tratamento. Não só a cloroquina como tocilizumabe, como todos os outros medicamentos que possam ser considerados para o tratamento da Covid-19. A azitromicina também é outro medicamento, a ivermectina, o corticoide, a dexametasona... Toda essa evidência – permita-me, Senador Girão – foi construída ao longo de um tempo relativamente curto.

Então, o primeiro medicamento que mostrou uma eficácia foi a dexametasona, um medicamento antigo, como é a cloroquina – a cloroquina é mais antiga –, e esse medicamento é útil nos pacientes que têm insuficiência respiratória, esses que precisam de oxigênio. Já há, mais ou menos, um consenso na classe médica. Quanto a isso, não há divergência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso precisa ser colocado, Senador, em um protocolo clínico, para a gente convergir. A convergência vai trazer benefícios claros para os nossos pacientes, e, nos pontos de divergência, essas divergências serão superadas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

Eu só peço ao Presidente que reponha os três minutos que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Acrescento quatro minutos, inclusive, a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado pela sua tolerância e justiça.

Considerando que o FDA somente pode autorizar o uso emergencial de uma vacina ou medicamento se não existir tratamento adequado, aprovado e disponível para a doença, será que isto pode ter contribuído para uma grande resistência aos medicamentos do tratamento precoce, agravada por terem perdido patente e serem de baixo custo? Essa é uma curiosidade que eu tenho, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, isso são teorias que carecem de uma comprovação mais forte, e eu não quero emitir um juízo de valor muito específico acerca desses conflitos de interesse que há em relação à indústria. É um tema que tem sensibilidade. Por exemplo: o medicamento Tocilizumabe é um medicamento que é usado para o tratamento de afeções reumáticas, inclusive faz parte da Rename, Srs. Senadores. Esse medicamento começou a ser utilizado fora da prescrição do bulário no tratamento da Covid, e a evidência vem sendo construída. Precisa ser analisado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor é cardiologista, não é isso?

O SR. MARCELO QUEIROGA – Sim, sou cardiologista.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, vou fazer uma pergunta específica para o senhor sobre o tema.

Considerando que a ivermectina e a hidroxicloroquina, que têm sido utilizadas há décadas por bilhões de pessoas, incluindo crianças e grávidas, em diversas partes do mundo, também para uso contínuo e preventivo, são consideradas extremamente seguras; considerando-se as críticas de se associar arritmias ao uso da hidroxicloroquina, conforme demonstra o consenso científico atual, como o *Statement Journal of Arrhythmia*, da Sociedade Europeia de Cardiologia, de que, nas doses adequadas, não provoca arritmias graves; considerando-se que a Covid-19 também ataca o fígado e o alto risco de hepatoptose do paracetamol, amplamente utilizado, médicos demonstram o equívoco de associar com hepatite e cirrose, com base em mera observação de pouquíssimos casos, somente relatados no Brasil, do uso de ivermectina, que tem apenas dois registros. Repito: apenas dois registros de casos com essa doença do fígado, segundo a LiverTox, do Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos – é a última pergunta –; sob a orientação do médico, avaliação e consentimento de cada paciente, nas doses adequadas, esses remédios não são seguros? V. Sa. considera que esses médicos realizam crime ao prescrevê-los?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, conforme eu já respondi aqui ao Senador Renan Calheiros e aos demais Senadores, essa questão técnica será avaliada na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, de uma maneira própria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E como eu sou instância que vou definir isso em última consequência, eu gostaria de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, tranquilo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... reservar o posicionamento do ministério, se houver a necessidade de o Ministro ter que definir a questão do protocolo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tranquilo. Então, já que não deu para o senhor responder, considerando as dificuldades que estamos tendo de recursos humanos para atender às demandas da pandemia, notadamente na falta de médicos, há um gargalo – a pergunta que eu faço –, há um gargalo na formação de médicos no Brasil? Que medidas o senhor pensa em adotar para atenuar o problema relatado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa é uma questão complexa, que tem sido discutida há muitos anos. Médicos na atenção primária, abertura de escolas médicas, isso merece uma atenção do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, aqui do Congresso Nacional, para que tenhamos uma oferta maior de profissionais de saúde que sejam qualificados. Há a questão dos médicos do exterior, que precisam passar pelo processo de revalidação do título de especialistas, e nós temos que qualificar esses profissionais, porque nós sabemos que a Covid deixa desnuda essa situação que nós temos na assistência à saúde do Brasil.

Aqui discutimos esse esforço hercúleo que União, Estados e Municípios têm feito para levar insumos, habilitar leitos de UTI, e, infelizmente, Senador Eduardo Braga, de cada dez pacientes que estão em intubação orotraqueal, nós temos uma mortalidade que às vezes chega a 70%, não é? Então, é uma mortalidade alta, e isso em parte se deve à necessidade de prepararmos melhor os nossos recursos humanos no sistema de saúde. Isso é prioridade absoluta, e não é só em questão de assistência especializada à saúde, mas também desde a atenção primária, Senador Randolfe, é necessário priorizar a atenção primária – não é só em relação ao setor público, é em relação também à saúde suplementar.

Nós precisamos investir em novas tecnologias, como o programa de telessaúde. Os senhores aprovaram agora, durante a pandemia, uma lei que tornou mais acessível a telemedicina. Eu acho que é uma ferramenta importante, não só no suporte e assistência, mas também em relação a programas de tele-educação, programas de tele-UTI, para que UTIs com grande *expertise* possam dar suporte às UTIs que estão em locais mais remotos. Muito a se fazer. Muito a se fazer, e para mim, como médico, que tenho mais de 30 anos de formado, a principal conclusão que temos dessa pandemia é a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde, e isso inclui o fortalecimento do complexo industrial da saúde.

Nós não podemos ficar reféns de importação de insumos estratégicos, como a questão dos insumos farmacêuticos ativos para a produção de vacinas. E nós temos instrumentos no Ministério da Saúde, como as PDPs, que podem ser muito úteis para encomendas tecnológicas. Enfim, temos que nos unir para fortalecer o Sistema Único de Saúde e para oferecer as respostas que a sociedade exige de todos nós, de quem está no Poder Executivo, de quem está no Poder Legislativo e no Poder Judiciário.

O fenômeno da judicialização da saúde é outra questão que precisa ser discutida de uma maneira aprofundada. A gente assiste a decisões judiciais que interferem na entrega da aplicação de uma segunda dose, e tudo isso leva a prejuízos para a concretude das políticas públicas no nosso sistema de saúde, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguimos, então, com o Senador Eduardo Braga. V. Exa. tem 15 minutos para indagar o depoente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, colegas Senadores, primeiro, esta CPI foi instalada com o objetivo, a meu juízo – e eu fui um dos que assinaram a CPI –, com o princípio inicial de salvar vidas, afinal de contas, 414.399 brasileiros já morreram por causa da Covid-19, uma relação de 197 por 100 mil habitantes – isso é dado oficial do Ministério da Saúde.

Eu não posso deixar de dizer, Senador Randolfe, o caso do Amazonas, porque, no caso do Amazonas, que é fato determinado desta CPI, 12.691 mortos e uma relação, Ministro, de 306 por 100 mil mortos, ou seja, quase duas vezes a média nacional por 100 mil mortos.

O senhor falou em situação extrema. O senhor não acha isso já uma situação extrema, Ministro? É a primeira pergunta que eu faço a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, é uma situação de grande dificuldade sanitária, Senador, é uma situação em que nós conhecemos a peculiaridade do Estado que o senhor já governou. A cidade de Manaus concentra a maior parte da população e lá, infelizmente, nós tivemos essa variante do vírus, essa variante P1 – que não é uma invenção de Manaus; é uma mutação do vírus –, que afetou muito fortemente a nossa sociedade. E temos os aspectos peculiares, a assistência à saúde em Manaus. Houve essa questão do oxigênio, que é um ponto de interesse e que precisa da atenção de todos nós, seja no sentido de adotar medidas para fortalecer o sistema de saúde no Estado do Amazonas, sobretudo nas outras cidades do interior, um Estado muito grande, que tem populações indígenas. Nós conhecemos o contexto e o que aconteceu em Manaus, no Amazonas, com esse número de mortes, serve de alerta para que estejamos absolutamente vigilantes, para que não tenhamos uma terceira onda dessa doença, que pode ser muito perigosa para a nossa população.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, V. Exa. concorda que estamos em situação extrema?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É. Felizmente, Senador, nós estamos diminuindo o número de casos, estamos diminuindo o número de óbitos. A pressão hoje sobre o nosso sistema de saúde é menor, inclusive no Estado do Amazonas, e é um momento em que não é momento de relaxar; é momento de insistir fortemente, seja para ampliar a nossa campanha de vacinação, seja para aderirmos fortemente às chamadas medidas não farmacológicas.

É isso que nós temos tentado fazer no Ministério da Saúde, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, se 414 mil mortos não é situação extrema, eu não sei mais o que é situação extrema. Nós estamos diante de uma situação extrema. E o que eu não consigo entender é que, um ano, dois meses e dez dias depois, a Conitec ainda não foi capaz de dirimir a dúvida sobre um protocolo para salvar vidas.

Fica um advogado querendo dar opinião sobre protocolo, um engenheiro querendo dar opinião sobre protocolo, um não médico querendo dar opinião sobre protocolo, e V. Exa. disse que será célere, mas não diz quando! Sr. Ministro, minha pergunta: quando a Conitec vai apresentar um protocolo para definir o tratamento para salvar vidas no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, de acordo com o nosso decreto-lei que regulamenta, a Conitec, uma vez demandada, tem até 180 dias para definir essa posição, mas entendemos a urgência, e já está sendo elaborado esse protocolo. Já, inclusive, liberamos algumas notas técnicas, e nós vamos cobrar para que essa posição seja a mais rápida possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aqui eu queria, com a permissão de V. Exa., dizer que, para controlarmos esse problema epidemiológico, não é a assistência à saúde em si dos pacientes que estão hospitalizados que fará a grande diferença. É importante a assistência à saúde nos grandes hospitais, mas é fundamental que tenhamos sucesso na nossa campanha de vacinação, que tenhamos a adesão da sociedade de uma maneira muito forte...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Chegaremos lá, Ministro! Chegaremos lá! Nós queremos começar pela grande discussão neste País: cloroquina é certo ou errado? Quem vai definir é a Conitec. Que defina! Nós estamos a um ano, dois meses e dez dias vendo brasileiros morrerem e uma discussão política, se cloroquina é correto ou não é correto. Eu tomei cloroquina para malária, mas não para Covid. Portanto, a Conitec precisa se reunir.

Agora, Sr. Ministro, vamos, então, à vacinação, que é fundamental. A minha pergunta a V. Exa. é: se nós temos a definição do volume e se há a definição com a Fiocruz e com o Butantan, V. Exa. precisa encaminhar, Sr. Presidente, para esta Comissão, o cronograma de entrega das vacinas até dezembro deste ano, para que esta Comissão possa ter entre os seus documentos essa previsão de forma definitiva, porque nós já ouvimos inúmeras previsões que não foram correspondidas, e nós precisamos ter convicção. Veja, pelo dado do Ministério da Saúde – este dado é do Ministério da Saúde de hoje –, já foram distribuídas, nada mais nada menos, do que 71.389.120 doses para uma população do grupo prioritário, que deveria ser de 80.530.000 brasileiros, ou seja, 161 milhões de doses. Nós distribuímos 71; faltam 89 milhões de doses para podermos cumprir o grupo prioritário. A minha pergunta a V. Exa. é: em que cronograma nós cumpriremos o grupo prioritário, tendo em vista que faltam 89 milhões de doses? V. Exa. poderia encaminhar imediatamente...

Eu vou aguardar o debate do Presidente com a Senadora, em respeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Desculpe, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, terminado o debate, Sr. Ministro, a minha pergunta é: quando teremos a entrega dos 89 milhões de doses de vacina que faltam?

A outra questão, que diz respeito também à vacinação, é que, estudando de forma detalhada o volume de vacinas que V. Exa., ou seja, o ministério distribuiu para os Estados, faltam aplicar 25,664 milhões de doses. No meu próprio Estado, que foi encaminhado 1,625 milhão de doses de vacina, faltam aplicar 795 mil. Eu pergunto se não é o caso... Para não se repetir o erro que aconteceu ano passado, em que se autorizou a aplicar a segunda dose, depois faltou a segunda dose, etc., não está faltando gestão sobre a aplicação dessas vacinas e os estoques correspondentes, já que nós estamos com um déficit de 89 milhões?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, é uma excelente pergunta que o senhor me faz. O nosso cronograma está sendo atualizado semanalmente, fica no *site* do Ministério da Saúde, e nós pudemos oficialmente entregar esse documento para o senhor. Se o senhor verificar aqui embaixo, há variáveis. Por exemplo: não recebimento dos insumos, questões logísticas e operacionais dos laboratórios, atraso nas entregas das doses prontas, e aguarda a aprovação da Anvisa. Essas são as variáveis que interferem na entrega dessas doses. O Ministério da Saúde, assim que recebe as doses, repassa para Estados e Municípios. E aquele "doses distribuídas" é o que nós distribuímos. Há, naturalmente, às vezes um pequeno atraso entre a dose chegar ao Estado e ir para o Município. E há também questões relacionadas à informação ao sistema Datasus. Então, é por isso que a gente vê "doses entregues", "doses distribuídas" e "doses aplicadas". Muitas dessas doses já foram aplicadas, mas existe um retardo de informação ao Datasus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer para V. Exa. que, por exemplo, o Estado de São Paulo informa primeiro para o Estado de São Paulo, e depois é informado para o sistema, para o Datasus. E há várias unidades básicas de saúde, várias salas de vacinação em que a informatização não é plena. Então, aqueles dados são fornecidos um pouco tardiamente. É por isso que há essa divergência. E naturalmente podem existir também questões operacionais na aplicação das vacinas, que fica a cargo dos Municípios – é o sistema tripartite. Claro que o Ministério da Saúde, o senhor tem razão, tem que estar vigilante para esses aspectos, para dar o suporte necessário para que os Municípios consigam fazer chegar essa vacina ao braço dos brasileiros, que é objetivo de todos nós.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, e com relação às 89.670.940 doses que faltam para completar o grupo prioritário de vacinação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, é isso que eu falei para o senhor: nós estamos trabalhando fortemente para conseguir essas doses a que me referi, do contrato com a Pfizer. Todo dia dialogamos com a indústria farmacêutica, com as embaixadas, há a questão da China que foi trazida à baila, a vinda de insumos farmacêuticos ativos. Havendo esse reforço, o nosso sistema de vacinação é capaz de dar as respostas. Outras iniciativas, como, por exemplo, a utilização de parques da indústria de vacina animal, podem ser utilizadas. Agora, particularmente, não entendo que isso, a curto prazo, trará as respostas para o nosso sistema de saúde. Ou seja, precisamos fortalecer a produção do Instituto Butantan, da Fiocruz, e conseguirmos mais doses prontas para poder acelerar a imunização do grupo prioritário e partir para a vacinação da população brasileira como um todo. Esse é o objetivo do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, eu creio que os contratos de vacina são fundamentais, principalmente olhando para o segundo semestre. E eu quero dizer que, ainda há pouco, quando o senhor afirmou que: "Ah, a Anvisa ainda não aprovou", mesmo a Anvisa não tendo aprovado, nada impede que o ministério possa contratar a vacina e aguardar a aprovação para poder receber as vacinas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Foi o que houve, Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... em relação à Covaxin, né? Em relação à Sputnik, nós temos 10 milhões de doses contratadas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Que eu acho que vocês precisam ampliar, em função do problema da insegurança de suprimento. O Brasil precisa ampliar os seus leques. Nós temos insegurança de suprimento.

Mas, na falta de vacina, Ministro, a única coisa que pode salvar vidas é o uso de máscara, o distanciamento e o álcool em gel. V. Exa. concorda com isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Concordo, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E por que o Ministério da Saúde não entra com uma campanha publicitária imediatamente, instruindo de forma correta o cidadão brasileiro, independentemente de cor partidária, independentemente de opção política, a usar máscara, respeitar o distanciamento e usar o álcool em gel?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde, eu já informei ao Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A propósito, Ministro, na esteira da pergunta do Senador Eduardo Braga, V. Exa. poderia encaminhar para esta Comissão Parlamentar de Inquérito as campanhas publicitárias do Ministério da Saúde...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para o enfrentamento à pandemia que estão em curso agora?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza nós vamos encaminhar. Nós vamos encaminhar essa campanha. Eu aqui já mencionei ao Senador Renan Calheiros essa iniciativa.

Eu acho que todos os senhores podem atestar que eu tenho me comunicado com a imprensa diariamente, tenho feito coletivas, tenho me empenhado pessoalmente acerca da campanha em relação ao uso das máscaras. Isso é fundamental. Essas medidas não farmacológicas são tão importantes como a questão da vacinação. A busca, a prospecção de novas doses não se restringe a estas duas vacinas: Covaxin e Sputnik. Há outras vacinas que são consideradas pelo Ministério da Saúde, tudo no intuito de ampliar a oferta de doses para o Programa Nacional de Imunizações.

Eu participei pessoalmente de uma reunião de cúpula entre o Brasil e a Rússia, onde o Presidente da República discutiu com o Presidente Putin a questão da vacina Sputnik. O Presidente, ele, inclusive, solicitou ao Presidente Putin que encaminhasse doses para o Brasil, e o Putin disse: "Mas, Presidente, há óbices com a vigilância sanitária". O Presidente disse: "Olha, assim que houver a superação desses óbices, nós queremos a vacina".

Então, este é o espírito do Ministério da Saúde: ter mais doses de vacina para vacinar a população brasileira.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O problema, Ministro, é que enquanto esses óbices existem, brasileiros estão morrendo. E o Ministério da Saúde tem que entrar imediatamente com uma campanha massiva de informação, e não de desinformação, sobre o uso da máscara, do álcool em gel e do distanciamento.

A minha última pergunta, se o Presidente me permite...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, ainda há pouco, respondendo ao Senador que me antecedeu, V. Exa. falou da situação dos profissionais de saúde, etc., e do índice de letalidade, lamentavelmente, daqueles que vão para a intubação. Creio que o Brasil precisa urgentemente colocar, em suas universidades federais, um plano de reciclagem e treinamento para os médicos, porque nem todos são intensivistas, nem todos são anestesistas, portanto com ampla experiência em intubação, e, pela pandemia, estão atuando nas UTIs, fazendo intubação. E nós, em um ano, dois meses e dez dias, não conseguimos lançar um programa de treinamento e reciclagem desses profissionais. Enquanto isso, brasileiros estão sofrendo nas UTIs e estão morrendo.

Então, Ministro, a minha pergunta é: há um programa em andamento para que as universidades federais Brasil afora possam criar um programa de treinamento e de aperfeiçoamento dos profissionais que estão atuando na frente da pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, estamos trabalhando nessa iniciativa em parceria com o Ministério da Educação. Aqui já citei para o senhor a iniciativa junto ao Ministério da Educação; a Comissão Nacional de Residência Médica abrir vagas para qualificar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intensivistas. Mas isso não é suficiente. Nós temos que ter uma ação mais rápida e imediata e estamos fazendo isso em parceria com a própria Amib.

Intubação orotraqueal é um procedimento que na Covid se reveste de peculiaridades. Já temos uma nota técnica, que já está divulgada no *site* do ministério, acerca de aspectos técnicos, mas muito mais de que uma nota técnica. Esse é um procedimento prático, que é necessário que o médico treine. Inclusive, na assistência, nos hospitais, se recomenda que aqueles que têm mais habilitação para fazer o ato da intubação seja o médico que faça isso aí.

É uma ação que o Ministério da Saúde pode e deve liderar e estamos vigilantes para esse aspecto – não é só o ministério; Estados e Municípios, a própria Ebserh, que é a empresa que gere os hospitais universitários...

Então, essa preocupação que o senhor externa é muito pertinente e estamos muito atentados para esse aspecto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, encerrando, Sr. Presidente, eu quero apenas dizer ao Sr. Ministro que o Conitec precisa, para ontem, definir o protocolo. É inadmissível que, um ano, dois meses e dez dias depois do início da pandemia, o Conitec ainda esteja estudando como aplicar um protocolo. Enquanto isso, os hospitais de ponta do Brasil já definiram um protocolo. No início dessa doença, era justo que não se tivesse um protocolo, que se tentassem todas as experiências. Mas agora, depois de um ano, dois meses e dez dias, já é tempo suficiente para que o Conitec possa apresentar os estudos e apresentar definitivamente ao Ministro da Saúde e ao povo brasileiro um protocolo para salvar vidas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, só porque é um tema relevante e pertinente com a indagação do Senador Eduardo Braga: sobre a vacina Sputnik, Ministro, por que V. Exa. não faz uso do art. 8º, §6º, da Lei 9.782, sobre a competência do Ministério da Saúde, em caso de omissão, utilizar das prerrogativas para autorização excepcional de uso de uma vacina já testada e comprovada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, não sei se V. Exa. assistiu à conferência de imprensa com a Organização Mundial da Saúde. A vacina Sputnik também encontra dificuldades na Organização Mundial da Saúde. Então, não há um consenso amplo acerca desse tema. E o Brasil tem... A nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao longo do tempo, foi se aprimorando e hoje ela é considerada uma das agências de vigilância sanitária mais importantes do nosso País, de tal maneira que há instâncias no âmbito da Anvisa que podem sofrer algum tipo de recurso em relação à decisão que foi tomada, para que essa vacina obtenha o aval da Anvisa. Uma vez obtido o aval da Anvisa, nós a colocaremos no programa de vacinação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar ao Senador Otto Alencar, que fala por via remota.

Com a palavra o Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Nós temos uma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, qual a sequência da lista de oradores?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois é você, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente! É que eu estava presidindo e não a usei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, será o Randolfe e depois V. Exa.

O Senador Otto já... (*Pausa.*)

Senador Randolfe...

Depois eu passo a palavra para o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olha, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Otto está com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem 15 minutos, Senador Otto, para fazer os questionamentos necessários.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço a V. Exa.

Quero também saudar o Ministro da Saúde, o Dr. Marcelo Queiroga, e desejar a ele sucesso à frente dessa missão, que é uma missão muito difícil. Imagino os problemas todos que serão levados em consideração para a sua decisão.

A primeira coisa que eu gostaria de perguntar, Ministro... V. Exa. é membro, é Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Essa Sociedade Brasileira de Cardiologia, como V. Exa. conhece, não recomenda o uso da cloroquina ou hidroxicloroquina associada ou não à azitromicina, enquanto não houver evidência científica de que se empregue em pacientes com Covid-19. Não seria, portanto, um equívoco lançar protocolo com orientações?

Eu vi que V. Exa. não respondeu afirmativamente ao Senador Renan Calheiros a respeito desse tema. Eu sou médico também. E V. Exa. sabe, tanto quanto eu sei, que a ciência não se dobra a uma determinação de um leigo, de alguém que não conhece a Medicina, não tem conhecimento científico, da ciência.

Portanto, essa é a pergunta que eu faço. Além dela, eu pergunto, para V. Exa. responder de forma positiva... Eu espero que seja positiva. Eu, se estivesse sendo perguntado... Eu nunca fui a uma CPI, mas, se estivesse sendo perguntado, eu responderia muito positivamente, não tergiversaria a respeito da pergunta. Eu pergunto a V. Exa., que é cardiologista: se um paciente usa hidroxicloroquina ou cloroquina e é portador de doença do coração, de arritmia, esse uso inadequado pode levar o paciente a uma parada cardíaca? Essa é a primeira pergunta que eu faço a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sr. Senador, é uma excelente pergunta.

Independentemente de o paciente ter Covid ou não, esses medicamentos, como outros medicamentos, podem causar arritmia. A hidroxicloroquina é uma medicação que prolonga o que nós chamamos de intervalo QT. Naturalmente, isso precisa ser...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Espaço QT.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É. Intervalo QT.

Então, isso aí precisa ser avaliado pelo médico. A prescrição é feita por médicos. Como o senhor sabe – o senhor é médico –, o médico tem autonomia para escolher o que é melhor para o seu paciente, não é? Mas esses fármacos, a despeito de haver essa propriedade de causar arritmias, prolongar o QT, são medicamentos seguros, são usados há muito tempo, não é? E, mesmo em estudos com pacientes que têm Covid, o problema que se detecta não é um problema de segurança, é mais relativo à questão da eficácia. Isso é o que se discute.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naturalmente que o mérito da elaboração de um protocolo clínico e de uma diretriz terapêutica tem que ser decidido no âmbito da Conitec, como eu já falei aqui para os senhores. E é isso que a Conitec está fazendo. O Senador Eduardo Braga me pede para que faça isso com celeridade. Vamos procurar dar celeridade, colocar em consulta pública, discutir isso amplamente, porque, indiscutivelmente, existe uma divisão da classe médica. Existe um grupo de médicos que defendem esse tratamento de uma forma muito determinada.

E eu estou no Ministério da Saúde não como presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, mas como Ministro da saúde. E os protocolos clínicos são definidos em lei. A Lei 8.080 é clara: a competência é da Conitec. Eu estou encaminhando e demandando para quem de direito. Não são as sociedades científicas e nem são os hospitais privados que elaboram protocolos. Quem elabora protocolo para o SUS é a Conitec. Não sou eu que estou dizendo isso, quem está dizendo isso é a legislação. E vamos ampliar esse debate, vamos colocar em consulta pública e vamos harmonizar essa situação. Porque o que não pode é a gente ficar o tempo inteiro cultivando divergências, divergências acerca de uma questão que não é a fundamental do enfrentamento da Covid – não é a fundamental.

A questão fundamental – aqui eu volto a destacar – é prover aos brasileiros uma ampla campanha de vacinação, a questão das medidas não farmacológicas. E para aqueles pacientes que são mais graves, que estão em necessidade de intubação ou insuficiência respiratória aguda, já há um consenso que esses medicamentos do tratamento precoce não têm um papel. A discussão é apenas do uso na fase precoce. Isso precisa ser dirimido, precisa ser pacificado, harmonizado no âmbito de uma discussão técnica. É sobre isso que eu solicito a compreensão dos senhores.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Ministro, o senhor não consegue responder "sim" ou "não". O que eu perguntei foi muito claro. Eu perguntei se o senhor concorda ou não com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, que declarou textualmente que não recomenda o uso da hidroxicloroquina. E eu perguntei também... E V. Exa. respondeu que a hidroxicloroquina só pode ser usada com orientação médica, mas o Presidente da República pegou uma caixa de hidroxicloroquina, levantou e mandou o povo brasileiro usar a hidroxicloroquina.

Eu pergunto se V. Exa. pode responder afirmativamente. E repito, Ministro: a ciência, o conhecimento científico não se dobra ao leigo, a quem não conhece e orienta o tratamento médico, seja em qualquer instância. Eu quero saber se V. Exa. concorda ou não com a entidade que V. Exa. presidiu, porque ela não recomenda a hidroxicloroquina. E V. Exa. não consegue responder...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a posição da Sociedade Brasileira de Cardiologia está posta, como o senhor aí declarou. Eu, como Ministro da Saúde, vou observar a legislação. Não são as sociedades científicas que definem as políticas públicas do âmbito do Sistema Único de Saúde. Se fossem as sociedades científicas a definirem as políticas públicas de saúde, eu temeria pelo sistema de saúde do Brasil.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa. realmente não consegue responder, Ministro, lamentavelmente. O senhor é médico, fez o juramento de Hipócrates, mas não consegue responder àquilo que eu pergunto. Respondeu, afirmativamente, foi até positivo, que a hidroxicloroquina realmente aumenta o espaço QT e pode levar o paciente à parada cardíaca. Não é assim que o senhor falou? Pode levar ou não pode levar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já falei, Senador, que não só a hidroxicloroquina, como outros medicamentos que são usados *off label*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu estou perguntando, Ministro, sobre a hidroxicloroquina. Eu estou perguntando sobre a hidroxicloroquina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador existem outros medicamentos *off label* que podem levar a problemas, não só esse.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não estou perguntando... Ministro, por favor, eu estou perguntando sobre a hidroxicloroquina e não sobre outros medicamentos.

Sinceramente, nós somos médicos, estamos falando aqui na ciência. Não precisa botar a política na ciência. Eu quero saber se para o coração ou não para o uso da hidroxicloroquina de forma indeterminada por um paciente que tem doença do coração. É isso que eu quero perguntar a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já respondi a V. Exa., Senador. Se o senhor não compreendeu, eu peço desculpa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, V. Exa. respondeu afirmativamente que para o coração se tomar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pode ter arritmias cardíacas, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, não pode o Presidente da República receitar para o povo brasileiro hidroxicloroquina para que todos possam comprar na farmácia e tomar. Isso é uma coisa de grande falta de responsabilidade, Ministro. Tem pessoas... Um colega de V. Exa., aqui no meu Estado, tomou hidroxicloroquina, não sabia que era portador de doença cardíaca e de arritmia e foi a óbito. Quantos tomaram pelo Brasil afora? V. Exa. tem que orientar o Presidente para ele não tomar essa atitude de querer medicar, receitar a população do Brasil com hidroxicloroquina, que é uma medicação que pode ser usada sob controle. O paciente tem que fazer, no mínimo, um eletrocardiograma, um ecocardiograma para poder tomar essa medicação. É isto que eu queria que V. Exa. entendesse que não pode ser assim: V. Exa. ser Ministro da Saúde e achar que o Presidente da República pode receitar hidroxicloroquina para o País inteiro. E olha que ele é líder, ele teve uma votação expressiva, muitos são os seus seguidores no Brasil que acham que ele está certo. E ele não está certo, está errado, está equivocado em fazer isso.

A outra pergunta que eu faço a V. Exa. é a seguinte: no ano passado, quando foi levantada a questão das vacinas, em agosto, de julho para agosto do ano passado, o Ministro Pazuello foi perguntado se ele assinaria o protocolo para a compra da vacina da Pfizer. Ele respondeu o seguinte: "Se tiver a demanda, eu vou comprar a depender do preço da vacina". No fim do ano passado, o Presidente da República, perguntado sobre a Covid-19, disse que a Covid-19 estava indo embora. O senhor concorda com essas duas declarações do Ministro Pazuello e do Presidente da República de que a doença estava indo embora? Parecia até, como ele falou, Ministro, que era imagem figurativa: essa doença veio de avião pela classe média e alta, parecia que o vírus ia pegar o avião e voltar para Milão, voltar para a China. O senhor concorda com essas declarações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu sou Ministro da Saúde, não compete a mim fazer juízo de valor acerca da opinião do Ministro Pazuello ou do Presidente da República.

O que nós fazemos, aqui no Ministério da Saúde, é fazer recomendações sanitárias próprias para o enfrentamento da Covid-19. Isto eu tenho feito desde o primeiro dia do meu mandato: trabalhado por uma ampla campanha de vacinação, incentivado o uso de medidas não farmacológicas, procurado atender Estados e Municípios. Sobre o que não está na minha alçada, não compete a mim emitir juízo de valor, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque aqui eu estou trabalhando para melhorar a condição sanitária do Brasil. Eu peço o apoio, a confiança dos senhores. Esse é um trabalho diuturno. Faço isso para buscar consensos e não aprofundar divergências. Eu peço a atenção de todos os brasileiros que aqui nos assistem pela TV Senado, para que observem esses dados.

Acho que essas perguntas que o senhor me faz são perguntas instigantes, mas que eu procuro responder dentro do limite do que eu posso responder a V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, a segunda pergunta. O senhor foi textual e disse, na sua posse, que daria continuidade ao trabalho do seu antecessor. A que trabalho o senhor vai dar continuidade, do seu antecessor? Ele não usava máscara, ele não prescrevia às pessoas que pudessem fazer o isolamento físico. Eu não gosto de falar isolamento social, parece uma distinção entre as classes sociais.

Quanto ao isolamento físico, o próprio Presidente nunca deu a noção, o exemplo de que as pessoas deveriam ter o isolamento físico, para não haver contaminação em massa da doença, como aconteceu em vários Estados do Brasil.

Então, eu quero saber o seguinte, a avaliação da gestão do ex-Ministro Eduardo Pazuello deixou muito a desejar, por todas as avaliações médicas, de entidades. Não houve compra de vacina. Tivemos quatrocentos e tantos mil óbitos. Isso foi, para o Brasil, muito ruim. Quer dizer, o senhor vai continuar esse trabalho? Por exemplo, o Eduardo Pazuello estava, agora há poucos dias, sem máscara. Ele não estimulava o isolamento físico entre as pessoas. Ele chegou a colocar, Ministro, no *site* do Ministério da Saúde, a recomendação do uso de cloroquina.

Um dos nossos Senadores, que já até faleceu por Covid-19, de uma lembrança muito grande que eu tenho dele, porque era um grande Senador, o Senador Major Olimpio, perguntou a ele por que ele colocou aquilo no Ministério da Saúde, dentro do Plenário do Senado Federal. Logo depois, ele retirou. Ou seja, o Ministério da Saúde recomendou isso.

Nós tivemos aqui o Mandetta e houve uma reunião para mudar a bula da hidroxicloroquina. Então, o senhor está num ambiente em que vai receber pressão para que as determinações, os protocolos sejam idênticos ao que aconteceu no período do Ministro Eduardo Pazuello.

O Mandetta saiu porque não quis atender a ordem do Presidente da República de medicar, receitar hidroxicloroquina. O Nelson, da mesma forma. Nenhum dos dois, médicos, renderam-se à determinação...

(*Interrupção do som.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... eu quero parabenizá-lo por isso. O senhor vai se render à ordem do capitão? O senhor vai se render, Ministro, à ordem do Capitão Jair Bolsonaro e seguir aquilo que ele pretende fazer na saúde pública, no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A recomendação que eu recebi do Excelentíssimo Senhor Presidente da República já foi externada por mim, aqui, nessa douta Comissão.

O que eu tenho feito no Ministério da Saúde é de conhecimento de todos os senhores e as posições que nós tomamos são posições baseadas em recomendações técnicas. Eu tenho procurado cumprir a legislação brasileira em relação à incorporação de tecnologias em saúde e à edição de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, obedecendo à legislação. É isso que temos feito.

E peço a confiança dos Srs. Senadores, inclusive ao Senador Otto Alencar, que tem feito um trabalho excelente no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, o que eu perguntei a V. Exa. era se ia seguir – na posse, o senhor disse que ia dar continuidade ao trabalho – ou não o trabalho que foi iniciado por longo tempo pelo Ministro Eduardo Pazuello.

Eu quero dizer a V. Exa. que, lamentavelmente, nós estamos vivendo um momento dramático na vida do povo brasileiro. Só vacinamos até agora, se não me engano, com duas vacinas, 10% da população. Não é isso, Ministro? Não são 10% com duas doses?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Da população imunizável, Senador, da população do PNI, nós já superamos 17% da população vacinada com duas doses. E a prova dessa eficiência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Com duas doses, não, Ministro. Com duas doses, 10%...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Duas doses, Senador. Senador, duas doses, da população vacinável do PNI, nós já superamos 17%.

E a prova da eficácia dessa ação já se reflete em queda de óbitos de indivíduos idosos. Isso, inclusive, foi externalizado pelo Dr. Eric Topol, que é uma das principais autoridades médicas do mundo, e ratificado pelo Presidente da World Heart Federation, Professor Fausto Pinto, e pela Presidente do American College of Cardiology, a Dra. Dipti Itchhaporia.

Então, a nossa campanha de vacinação está caminhando. Nós precisamos buscar mais doses, é uma tarefa de todos nós.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

Ministro, o senhor concorda que o isolamento físico também contribui para isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já, Senador... Obrigado, porque é uma oportunidade de eu reiterar: o isolamento físico é importante, o uso de máscaras é importante. Eu tenho feito isso todos os dias, todos os dias...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Muito bem!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... desde que assumi o ministério. Inclusive, fiquei feliz, porque, quando cheguei aqui à Comissão Parlamentar, havia uma preocupação com testagem, com distanciamento entre os Exmos. Srs. Senadores, a assessoria... Então, é necessário união, nossa união para vencer o vírus, que é o único inimigo dos brasileiros neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Já ultrapassamos em bastante o tempo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é.

Eu quero até parabenizar V. Exa., porque, enquanto V. Exa. defende o isolamento físico, o Presidente da República não defende, ele faz aglomerações, também não usa máscara. Já é um grande avanço. Eu acho que a presença de V. Exa. pode muito bem melhorar a situação que nós estamos vivendo no Ministério da Saúde. Vivemos um momento muito difícil, inclusive com dificuldades de ter acesso a informações. Teve que a imprensa fazer um levantamento para informar quantas pessoas foram acometidas pela doença, quantos pessoas foram a óbito, porque até isso se escondia no Ministério da Saúde.

E a ciência, Ministro, quer transparência, quer liberdade para o exercício da Medicina na sua essência, quer o conhecimento científico. A ciência tem que ter a importância de saber que é mais importante o paciente que o Presidente da República. A orientação clínica da mesma forma, sobretudo numa doença desta, de que a Medicina ainda não conhece perfeitamente as manifestações clínicas. Eu posso fazer, Ministro, quatro perguntas a qualquer cientista do mundo, e ele não vai responder sobre essa doença nova que chegou até agora. Nós temos medicações em ambiente hospitalar para diminuir os efeitos letais da doença: a dexametasona, o anticoagulante Clexane, a heparina, o antibiótico para não deixar permitir que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre a infecção bacteriana, o oxigênio, uma série de medicamentos, inclusive o remdesivir, sobre o qual, no ano passado, eu encaminhei um ofício para a Anvisa para liberar e só vieram a liberar neste ano. A Anvisa analisou sem nenhum interesse em que essa medicação pudesse chegar aqui ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, a expectativa que eu tenho é de melhora de V. Exa. na sua atuação. Desejo boa sorte. O médico tem que ter autonomia, tem que ter altivez para, frente a uma indicação equivocada na Medicina, não se dobrar, não fazer genuflexo e atender a quem não entende absolutamente nada da Medicina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa sorte, Sr. Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro, primeiramente, eu queria aqui fazer uma consideração, porque julgo o senhor um dos profissionais mais competentes da Medicina brasileira, Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia... V. Exa. antes, inclusive, me dizia que era da mesma cidade de Celso Furtado. Eu digo que, inclusive, V. Exa. se alinha entre duas grandes personalidades dessa cidade, da sua cidade, junto com o eminente Celso Furtado, que foi ministro, foi o fundador da Sudene. Então, tenho as melhores referências e tenho aqui uma impressão a seu respeito de que a condução no Ministério da Saúde teve uma significativa melhora a partir do seu advento.

Dito isso, Ministro, e indo direto aos questionamentos – porque reportando que estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito e o seu testemunho é fundamental para o trabalho final a ser concluído por esta CPI... Então, dito isso e na referência médica que o País tem no senhor, eu lhe faço uma primeira pergunta objetiva para encerrarmos essa história da cloroquina: o senhor, como cardiologista, se um paciente o procurasse pedindo que fosse receitada, o senhor preconizaria o uso da hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, eu aqui já falei de maneira reiterada que o protocolo clínico será discutido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas a pergunta é pessoal e direta: o senhor, como cardiologista...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É porque, Senador, eu estou aqui como Ministro de Estado da Saúde e eu sou uma instância final na elaboração desse protocolo. Se eu manifestar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E esse protocolo... O senhor fala que esse protocolo vai ser substituído. Esse protocolo vai ser substituído quando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, a equipe está trabalhando, e o protocolo, mesmo sem estar aprovado, vai para consulta pública, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita, Ministro, a ausência da modificação desse protocolo está custando... Veja, hoje nós estamos com uma média de mortos... Já chegamos a uma média superior a 3 mil, chegamos a ser um dos países que, por semana, mais matava por Covid-19 no Planeta. Hoje, nós estamos numa terrível estabilidade – V. Exa. sabe disso –, mas com uma média altíssima de mais de 2 mil mortos. Essa emergência sanitária será que não é o bastante para já mudar esse protocolo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ou, aliás, já para definir esse protocolo, até para dizer: hidroxicloroquina – se alguém concorda, se alguém acha isso – tem que ser recomendada ou não tem que ser recomendada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, Senador, não é a ausência do protocolo que está criando essa situação sanitária. O protocolo, Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêutica, em tese...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o protocolo clínico, se me permite, é o enfrentamento, não é isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, o protocolo clínico... Vamos supor, a questão do tratamento farmacológico hospitalar. Já há praticamente um consenso de que esses medicamentos a que V. Exa. faz alusão não teriam utilidade neste momento. Então, a questão que se discute aqui é se eles teriam alguma utilidade no início da doença, no chamado tratamento precoce. Isso precisa ser dirimido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, Ministro, é a isso que me refiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Outro ponto, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É porque isso é um instrumento...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Os protocolos clínicos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Permita-me: o senhor não concorda que isso é um dos instrumentos de enfrentamento da pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E é por isso que eu determinei à Conitec para fazer essa avaliação, e está sendo feita.

Agora, um aspecto, Senador: todas essas medicações – e o Senador Otto Alencar ainda há pouco falava da dexametasona... Essa prescrição... Na bula da dexametasona, não consta a sua indicação no tratamento da Covid-19. Portanto é uma prescrição fora do bulário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma medicação fora do bulário. Não é uma indicação específica.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É para conter a informação, Dr. Queiroga.

.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, não consta do bulário! Não consta do bulário! É um fato concreto. Não consta do bulário. Se o senhor mostrar que consta do bulário, para o tratamento da Covid-19... Certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então... Consta do bulário? Isso é indiscutível. Então, um protocolo clínico, Senador, um protocolo clínico, em tese...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos ao protocolo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... em tese, deveria estar contendo medicações que estejam aprovadas pela Anvisa e com aquelas indicações constantes do bulário. Isso, em tese.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como não consta do bulário que os medicamentos para intubação são específicos para cloroquina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, Senador, o que eu estou falando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, por favor, não é? Não nos faça...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que eu estou falando é que não consta...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... não nos faça aqui parecer bobos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu estou falando que não consta do bulário. Prescrição consta do bulário ou não consta do bulário. E isso vai ser motivo de avaliação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, assim, objetivamente, uma pergunta. Nós estamos com um ano de pandemia, 410 mil mortos. Qual é o protocolo hoje da Conitec?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, hoje, Senador, existe uma série de medicações em que existem consensos em relação ao seu emprego. Uma delas é a dexametasona, o corticoide. Isso deve constar do protocolo clínico, não é? As questões relativas às técnicas de intubação orotraqueal, o uso de anticoagulantes, o uso de outros anti-inflamatórios, como é o caso do tocilizumabe. Nós temos um estudo agora, que foi publicado, do Recovery. Essa questão será discutida de maneira técnica, no âmbito correto, que é a Conitec. Foi assim que se estabeleceu a lei. Eu apenas quero que se cumpra a lei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que o senhor acha dessa circunstância de ter um ano e ainda não ter tido mudança no protocolo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, o conhecimento foi sendo consolidado ao longo do tempo, Senador. Então, hoje, nós temos – hoje – um conhecimento maior, e é por esse motivo que, no meu entendimento, já cabe a edição de um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica para o enfrentamento dessa situação. No entanto – volto a afirmar –, o que é fundamental é a campanha de vacinação, ter uma campanha de vacinação ampla no Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já vamos falar sobre isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós temos as dificuldades que já foram aqui externadas, e o esforço nosso é conseguir doses. Além disso, é reiterar as medidas não farmacológicas. Eu estou aqui para buscar consensos para que nós consigamos superar essa dificuldade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só uma pergunta, Ministro: no protocolo hoje da Conitec, tem hidroxicloroquina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não há protocolo da Conitec, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Voltamos à mesma situação. Nós estamos há um ano sem protocolo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não há. Nós precisamos fazer, Senador, e é isso que eu já determinei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, Ministro, só para destacar. O senhor está dizendo "precisamos fazer", mas eu quero reiterar. Estamos há uma média trágica de mais de 2 mil mortos por dia, 410 mil mortos, mais de 410 mil mortos a números de hoje.

Mas, seguindo, Ministro, ainda sobre a hidroxicloroquina. O senhor encontrou um estoque de 4 milhões de comprimidos de cloroquina parados no ministério quando o senhor assumiu?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não me ative a esse fato, eu não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas tem ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não sei, Senador, se há esse estoque de cloroquina no ministério. Posso buscar essas informações e trazer para V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não sabe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas me permita: ao tomar posse, V. Exa. não teve um relatório de tudo que...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ao tomar posse, Senador, existe um departamento de armazenamento de medicamentos que é um mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não lhe entregaram um relatório de tudo que estava lá?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não me deparei com essa situação para verificar os estoques desse fármaco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... até porque a minha urgência inicial era suprir de insumos, para *kit* intubação, para oxigênio... Essa era a preocupação imediata, era a emergência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E eu concordo com o senhor. É mais importante, inclusive, que hidroxicloroquina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tenha dúvida, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É muito mais importante.

Inclusive, uma das notícias, é óbvio que antecede sua gestão, é que o Governo havia sido alertado sobre o risco de compra e produção e de priorizar a hidroxicloroquina em relação a medicamentos de UTI como esse. Inclusive, eu concordo com o senhor: é muito mais importante essa circunstância da necessidade desse tipo de medicamento do que da hidroxicloroquina. V. Exa. sabe a situação dramática que cidades do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País, inclusive a capital do meu Estado, vivem, de pacientes tendo que ser amarrados pela ausência dos medicamentos de intubação.

Mas, Ministro, seguindo então nos questionamentos, V. Exa. falou de vacina. Rapidamente: qual momento V. Exa. considera que o nível de imunização com a vacina pode representar redução das medidas sanitárias e pode tranquilizar a população? Qual é o nível de imunização que V. Exa. considera mais seguro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, no mínimo, nós temos que atingir a população prevista no PNI, os 78... Agora subiu um pouco a meta, 80 milhões. Essa é a população que a gente deve buscar atingir o mais rápido possível. Agora, assim, mesmo que nós consigamos atingir essa população o mais rápido possível, ou quando conseguirmos, que eu espero que agora, no começo do segundo semestre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso corresponde a quantos por cento da população?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Devemos usar, Senador, continuar usando, insistir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... quero aqui reiterar, insistir no uso das medidas não farmacológicas. Isso é fundamental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual é o percentual...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Só, Senador, para voltar a adicionar um tema a respeito dos *kits* de intubação: pelo que está pactuado na tripartite, isso é competência de Estados e Municípios; a União tem ido em socorro – e eu acho correto. Deve fazê-lo. Com a população do PNI uma vez alcançada, nós já teremos um nível de imunização satisfatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Voltemos ao PNI. A população ideal a ser alcançada é 70%?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É em torno de 78 milhões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós temos hoje quantos? Percentual...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em torno de 78 milhões. Hoje, com as duas doses, na última vez em que eu verifiquei, temos 17,1% da população com as duas doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor faz esse questionamento, Ministro? Porque não é verdadeira essa propaganda... Veja, não corresponde à realidade nós propagandearmos que somos o quinto que mais vacinamos no mundo, se nós, percentualmente, somos o 56º ou o 58º que vacinamos. Ou seja, V. Exa. está inclusive dizendo aí concretamente qual é a realidade. A realidade não... Não adianta nós termos 35 milhões de doses, se temos, como V. Exa. já disse, um percentual que é muito abaixo do que necessitamos. V. Exa. estava dizendo aqui: "Precisamos de 70% dos brasileiros e brasileiras vacinados". Nós não temos isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que se afirma em relação à publicidade é que foram distribuídas 77 milhões de doses, não que foram vacinados 77 milhões de brasileiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse é um ponto. Até porque, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é só sobre a argumentação, a minha indagação aqui é exatamente sobre a argumentação, sobre o percentual.

Seguindo, Ministro, me permita: qual é a opinião de V. Exa. sobre o isolamento vertical?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, esse termo "isolamento vertical" entrou à baila no começo dessa pandemia, mas hoje isso aí é algo que foi abandonado, não é? Então, o que nós pregamos, na realidade, seria o distanciamento entre as pessoas, a observação do contexto epidemiológico da pandemia e, em situações estritamente consignadas onde a pandemia está num nível maior e com colapso no sistema de saúde, eventualmente, naqueles Municípios de um país continental como o Brasil, se adotarem medidas mais severas. No momento, o que nós temos é um ambiente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem notícia de algum país do mundo que adotou o isolamento vertical?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não conheço esse tipo de adoção de isolamento vertical, embora muitas pessoas defendam que aquelas pessoas mais idosas devessem ficar em casa. Eu até concordo, mas não como uma estratégia de isolamento vertical.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas V. Exa. tem conhecimento de que o Presidente da República defendeu ardorosamente essa tese?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, isso é um posicionamento do Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Ministro, pela informação.

Eu pergunto a V. Exa.: qual é a sua opinião sobre o que chamam de imunidade coletiva, imunidade de grupo ou, como alguns utilizam, abro aspas, "imunidade de rebanho", fecho aspas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como estratégia, obviamente, como estratégia de resposta à Covid.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A estratégia que o Ministério da Saúde defende é vacinação da população. É essa a estratégia, certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E sobre essa estratégia, qual é a opinião de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A estratégia é a vacinação, vacinar a população brasileira. O problema é que, se nós defendemos esse tipo de estratégia, a gente pode contar com um aumento de óbitos, não é? Então, é por isso que o entendimento... E nós hoje temos uma esperança que são as vacinas, porque as vacinas é que vão trazer, sim, a imunidade da população brasileira, e, mesmo com a vacina, Senador, nós temos que manter a nossa vigilância genômica, porque surgem variantes desse vírus. Essa questão das vacinas, talvez elas precisem ser atualizadas, nós não sabemos ao certo ainda se precisamos vacinar todo ano para Covid, é possível que sim, não é? Eu estou falando isso, é possível que sim, mas a gente não tem uma base científica sólida. Precisamos avançar. Nós temos um vírus que é o inimigo de todos nós e temos que buscar todos os subsídios para enfrentar com sucesso a situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas eu pergunto ao senhor objetivamente a opinião de V. Exa. sobre essa estratégia como resposta de enfrentamento à Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A minha estratégia é vacinação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor condenaria essa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não estou condenando, eu estou dizendo que a estratégia é a vacinação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor apoiaria alguém que adota a imunidade de rebanho?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu apoio a vacinação, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, obviamente o senhor seria contra qualquer um que adotasse a estratégia de imunidade coletiva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vacinação da população é a conduta do Ministério da Saúde para superação dessa crise sanitária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a leitura: quando não apoia, significa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que contraria. Quando não apoia, contraria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, eu acho que ficou clara a resposta do Ministro em relação a isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós todos aqui concordamos que a vacinação é o caminho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ainda não terminei, peço...

Meu querido Presidente, quando eu estive aí nesse posto, fui tolerante com todos os colegas. Peço só dois ou três minutos de tolerância, da mesma forma.

Então, já dando sequência, Ministro, V. Exa., em resposta ainda há pouco, falou que o processo eleitoral, as eleições acabaram resultando em algumas aglomerações e os eventos de final de ano também, o que pode ter contribuído para o agravamento da pandemia. V. Exa... Essa é uma opinião de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É. Já falei aqui, os senhores sabem. E essa questão é válida para todos – não é, Senador? –, todos, sem exceção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

É importante essa contribuição de V. Exa., Relator, Senador Renan, porque o Presidente da República realizou, pelo menos, 40 eventos de aglomeração no Palácio do Planalto, vários outros eventos de aglomeração aqui. Então, é importante essa compreensão de que as aglomerações contribuem para o agravamento da pandemia, para aumentar o grau da infecção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto a V. Exa., só para V. Exa. reiterar, que eu acho que é importante, todos os brasileiros e brasileiras estão nos assistindo: o que V. Exa. acha do uso de máscaras?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Desde o primeiro dia do meu mandato, eu tenho, de maneira reiterada, recomendado o uso de máscaras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu sou testemunha disso, quero cumprimentar V. Exa., mas também destacando que ontem o Presidente da República destacou que já encheu o saco esse negócio de usar máscaras.

Diante disso, Ministro... Eu coloquei isso, porque claramente existe uma opinião do Ministro da Saúde abalizada, respeitada pela ciência e uma outra, diametralmente oposta, do maior mandatário da Nação, de quem deve servir como exemplo. Eu achei importante aqui que as opiniões do Ministro foram abalizadas nesse sentido.

Eu lhe pergunto, e já concluo agora, Presidente: por que, diferentemente dos demais países do mundo, o Brasil não possui um comitê científico de resposta à pandemia? E, se existe, como está estruturado e quem deve ser incluído nesse comitê?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós vamos criar... Eu já anunciei, desde o início da nossa gestão, que iríamos criar uma secretaria extraordinária de enfrentamento à pandemia da Covid-19. Essa secretaria ainda não foi criada, porque foi necessária uma medida provisória e um decreto. Essa situação já foi resolvida e agora a secretaria será criada. Então, teremos uma secretária que vai exercer essa função com diretorias e com comitês que nos auxiliarão na questão do acompanhamento da doença – da pandemia; não da doença –, da pandemia e trazer as respostas que a sociedade espera de nós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Medida que merece o nosso aplauso, mas quero aqui destacar, como V. Exa. acabou de dizer, inclusive colocando o verbo no tempo certo: vai ser criada. Agora: um ano de pandemia e 410 mil mortos; um ano de pandemia, mais de 410 mil mortos.

Só para concluir, Ministro, o senhor há de convir comigo, voltando sobre a vacinação, que a imunização dos brasileiros ocorre com as duas doses, perfeito? A imunização total.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É. Uma dose, já temos um efeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um grau de imunização.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E, dependendo do tipo de vacina que a gente use, pode ser maior ou menor. Embora não exista uma comparação entre as vacinas, como V. Exa. sabe, a vacina da Pfizer tem uma eficácia, a vacina da AstraZeneca também, mas, mesmo a vacina da CoronaVac, que é uma boa vacina... Com isso já temos uma proteção da população. É claro que o objeto é avançar com as duas doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com as duas doses.

Nesses termos de duas doses, só lembrando que nós estamos com 7% somente da população vacinada. É importante deixar claro esse dado.

Ministro, desculpe algum eventual excesso, reitero meus respeitos por V. Exa. O nosso dever aqui, como membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, é fazer as perguntas para buscar a verdade nessa investigação e é por isso que a denominação desta Comissão é Comissão de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São 14h12 e nós temos ainda dois titulares para falar, seis suplentes e cinco não membros. Então, nós temos ainda 11, 13... A 15 minutos cada um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Só se puder sugerir: nós fizemos um pequeno intervalo de 10, 15 minutos... Seria muito importante fazer isso também com o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, eu já estou aqui... Na outra sala... Lógico, o Ministro também precisa ir... Ele está aqui, a gente ainda se levanta, mas o Ministro não se levantou nem por um segundo aqui.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ministro é assim, não é, Senador Humberto Costa? V. Exa. já...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas Ministro é ser humano!

Já está na outra sala o Presidente da Anvisa. Eu, por mim, não tem problema... Às 16 horas, se houver votação... Eu conversei com o Presidente há pouco. O Presidente me disse que vai haver Ordem do Dia, começa às 16 horas, e há 4 matérias a serem votadas. Então, vejam bem, eu estou comunicando aos senhores e senhoras Senadores como é que está aqui a quantidade de Senadores a falar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu quero ouvir vocês. Por mim não tem problema...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Minha sugestão, Presidente...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente pode suspender por 20 minutos e voltar daqui a pouco, não tem problema...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Minha sugestão, Presidente. No dia em que os Ministros da Saúde estavam marcados, demorou muito a audiência com o ex-Ministro Mandetta. Para o outro dia foi marcada audiência com o Ministro Teich. Eu acho que nós poderíamos esgotar a audiência aqui com o Ministro da Saúde, já poderíamos de antemão comunicar ao Presidente da Anvisa que não seria hoje o depoimento dele, e poderíamos remarcar para a próxima terça-feira, de modo que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Terça-feira já tem: Fábio Wajngarten e Pfizer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Marcamos outra data.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos fazer amanhã, Presidente. Fazemos amanhã!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que essas duas audiências por dia vão complicar os nossos trabalhos, nós temos que rever isso. É impossível, porque a quantidade de Senadores que se inscrevem, e são 15 minutos para cada Senador... É impossível a gente ter duas audiências por dia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por mais que a gente se esforce. Se vocês quiserem, a gente termina aqui, depois de ouvir 11 Senadores... Então, 11 Senadores: vai dar em torno de duas horas e meia, quase três horas, se for...

É isso, não é? Trinta minutos cada um.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, dá mais! Dá umas cinco horas ainda de reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Vamos fazer conta aqui.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. *Fora do microfone.*) – Onze dá quase três horas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Onze dá quase três horas?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Duas horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, quase três horas. Vamos botar três horas...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma sugestão. Eu acho que o Presidente da Anvisa está esperando. Já podíamos avisar a ele que não será hoje, porque a audiência com o Ministro da Saúde é muito importante para a população.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei, é lógico, lógico. Nós vamos ouvir o Ministro.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu, por exemplo, cheguei aqui cedo, antes de começar, às 9 horas da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., Senador Reguffe, com certeza, é o primeiro inscrito após os suplentes. É o senhor que vai falar. Eu só estou aqui querendo conversar com os Senadores para mostrar qual é a nossa situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Posso fazer uma proposta de encaminhamento, Presidente?

Concordo com V. Exa. que realmente nós estamos aprendendo que duas audiências...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não conseguimos fazer duas audiências ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, mas eu queria sugerir que nós esgotássemos hoje. Dê um intervalo se for o caso, mas que esgotássemos as duas audiências no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As duas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esgotaríamos hoje as duas. Suspenderíamos na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, a gente pode suspender na Ordem do Dia e voltar, porque tem quatro projetos para serem votados, dos quais o Presidente Rodrigo Pacheco me disse que talvez dois sejam retirados. Agora, nós sabemos muito bem que uma sessão do Senado pode demorar dez minutos para votar um projeto, como pode demorar três horas. Nós sabemos disso. Não tem como a gente falar em tempo de votação. E o Ministro Queiroga, nós temos que concluir o trabalho com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica muito complicado porque nós vamos para os nossos Estados no final de semana, não estamos segunda-feira aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, aqui só tem uma coisa certa: é que hoje, se nós formos ouvir, será só o Ministro Queiroga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não. A proposta do Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O outro, V. Exa. poderia decidir com o Relator uma outra data. Não precisamos ficar aqui cada um dando uma sugestão, uma coisa... O importante é que hoje nós pudéssemos, inclusive, para liberar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ouvir a Anvisa é muito importante por uma razão: as vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qualquer decisão que o Presidente encaminhar conta com a minha colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ouvir a Anvisa é importante porque a luta nossa é a vacina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, para encontrar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Presidente da Anvisa ficaria transferido para terça-feira; faríamos na quarta-feira com o Sr. Fábio Wajngarten; na quinta-feira faríamos o Sr. Ernesto Araújo e a Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito. Por mim está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está todo mundo de acordo?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Todo mundo de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou ter que me levantar e ir lá conversar com o Presidente da Anvisa.

Eu vou suspender por 20 minutos.

(*Suspensa às 14 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 36 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando, então, os trabalhos, o próximo inscrito é o Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

O Senador Marcos Rogério não estando, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro – seja bem-vindo! –, eu queria, antes de fazer minhas perguntas, fazer algumas afirmações. Primeiro, Ministro, se não fosse o SUS, mesmo da forma como ele estava no começo de 2020, nós teríamos uma tragédia muito maior. E ele estava mal em 2020 porque foi desfinanciado, especialmente no Governo atual. Só para V. Exa. possa confirmar depois,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o orçamento do Ministério da Saúde, entre 2016 e 2020, deixou de ter, em valores reais, R$22,5 bilhões. O Governo do Senhor Jair Bolsonaro acabou com um programa importantíssimo, que teria desempenhado um grande papel agora, que foi o Mais Médicos. Portanto, nós precisamos sempre olhar, identificar para poder fazer as nossas críticas.

Segundo, nós tivemos aqui dois ex-Ministros da Saúde que afirmaram claramente que não tinham autonomia para trabalhar. Saíram por conta das interferências do Presidente da República nas suas atuações, não é? E V. Exa. aqui disse hoje que tem plena autonomia. Isso significa também que V. Exa. é o principal responsável pelas políticas públicas de saúde que estão sendo e que venham a ser implementadas. É importante que o Relator possa fazer constar essa colocação do Sr. Ministro.

Ministro, o senhor falou aqui que era importante um isolamento inteligente, a adoção de medidas não farmacológicas, só que, quando a gente vai discutir as medidas não farmacológicas... Máscaras: esse Governo sempre combateu o uso de máscaras. Até mesmo o filho do Presidente da República, de forma jocosa, chegou a dizer que as máscaras deveriam ser utilizadas em outra parte do corpo humano. Aglomerações, evitar aglomerações: o que mais esse Presidente da República fez até hoje foi fazer aglomerações e desrespeitar o isolamento social, além de indicar esses tratamentos que são completamente ineficazes. Mas V. Exa. falou que é importante fazer o isolamento no próprio local... Aliás, V. Exa. falou hoje da queda do número de casos, da queda do número de mortes que está acontecendo nesse momento, mas V. Exa. sabe que isso não caiu do céu; isso foi resultado de um processo de isolamento que aconteceu agora por iniciativa única e exclusiva dos Governadores e dos Prefeitos, que está propiciando agora essa queda no número de casos. Só que o Presidente da República entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal para impedir esse processo de isolamento social, que está resultando agora na redução do número de mortes e do número de casos.

Pergunto a V. Exa.: significa que V. Exa. discorda da decisão do Presidente da República de ter tentado, via Supremo Tribunal Federal, derrubar qualquer tipo de isolamento social que tivesse sido definido pelos Governadores e Prefeitos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, V. Exa. já esteve no meu lugar como Ministro e sabe a responsabilidade do exercício desse cargo. E a minha função é pugnar por políticas públicas na saúde, que elas sejam efetivas para o enfrentamento das doenças. Eu tenho, de maneira reiterada, afirmado acerca das medidas não farmacológicas, das medidas relativas ao isolamento social, e é esse o meu papel. O meu papel, como Ministro, não é ser um crítico das ações seja do Presidente da República ou de outros integrantes do Governo. Eu tenho, sim, que usar a minha capacidade de convencimento para persuadir todos os brasileiros a se associarem a nós, e tomar medidas que sejam eficientes e capazes de vencer a pandemia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O principal papel do dirigente maior do sistema de saúde no Brasil, que é o Ministro da Saúde, é coordenar todo esse processo e dizer o que é certo e o que é errado do ponto de vista de política de saúde pública.

V. Exa., o tempo inteiro, aqui, se esquivou de dizer o que o pensamento de V. Exa. leva como consequência: é que o Presidente da República, na verdade, tem sido um aliado do vírus, e não um aliado do enfrentamento ao vírus.

Há outra questão importante: ainda assim, V. Exa. diz que tem autonomia, que é ouvido. O Presidente falou ontem desse decreto. Até agora, V. Exa. foi chamado para opinar sobre esse eventual decreto ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É uma demonstração de que, talvez, a sua autonomia seja uma coisa que esteja mais na sua cabeça do que na do Presidente.

V. Exa. falou em pragmatismo, V. Exa. falou que está retomando com o Ministro das Relações Exteriores as ações para favorecer o relacionamento com países que exercem papel importante na produção de insumos na pandemia.

Aquela fala do Presidente da República ontem, dizendo, quase explicitamente, que o vírus nasceu na China, provavelmente em um laboratório, como parte de uma guerra bacteriológica ou virológica, dentro do seu pragmatismo o senhor acha que isso ajuda ou atrapalha esse esforço que V. Exa. está fazendo para garantir ao Brasil esses insumos, decorrente de uma boa relação com a China?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vamos continuar trabalhando, Senador, para manter as boas relações que o Brasil tem com a China. No que tange à questão da saúde, eu e o Ministro Carlos França estamos trabalhando juntos. Amanhã nós temos uma audiência agendada com o Embaixador chinês. Eu estou com muitas esperanças de que consigamos ampliar essas ações com a China, independentemente de quaisquer fatos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Imagino que ajudou muito a fala do Presidente. O senhor, amanhã, vai chegar à Embaixada da China e vai ser recebido de braços abertos, imagino eu.

Há outra coisa, Ministro: o senhor tem colocado que a vacinação é a coisa mais importante. V. Exa., inclusive, chegou a ir à Organização Mundial da Saúde e lá pediu a sobra de vacinas dos outros países. Não é que sejamos orgulhos! Não, não, não! Mas o Brasil, ao contrário, sempre exerceu um papel de liderança importante no campo da saúde em termos internacionais. Eu senti isso no período em que fui Ministro da Saúde. Hoje, nós estamos em uma espécie de mendicância vacinal, pedindo que a sobra dos outros venha para cá.

Enquanto isso, o Brasil, por meio dos Governadores e do Governo Federal, adquiriu ou contratou 66 milhões de doses da vacina Sputnik V. O próprio Governo Federal adquiriu 10 milhões. No entanto, eu não vejo, da parte do Ministério da Saúde – e V. Exa. falou aqui em busca de consensos, consensos técnicos... Eu não vi ainda o Ministério da Saúde fazer qualquer movimento para a construção de um consenso técnico que envolvesse os produtores da vacina na Rússia e a Anvisa, cujo quadro técnico todos nós respeitamos – mas houve, por exemplo, no caso da CoronaVac, a busca do encontro de um consenso técnico para aprovar o uso da vacina –, e nós estamos abrindo mão de 66 milhões de doses que foram encomendadas.

Pergunto a V. Exa.: V. Exa. vai fazer algum movimento, como o Ministério da Saúde, que tem até o poder, se quiser, de aprovar a vacina – eu nem defendo isso –, para encontrar esse consenso técnico entre Anvisa e produtores da Sputnik?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o senhor fala aí da nossa reunião com a OMS, em que nós teríamos pedido o que o senhor considerou sobras, não é? Lá no meu Estado da Paraíba, seu vizinho, o José Américo de Almeida dizia que pedir só ofende a quem nega, não é? Então, eu peço, nós temos humildade para pedir, para buscar para o povo brasileiro as vacinas de que o povo brasileiro precisa, não é? Então, vamos trabalhar juntos.

Em relação à Sputnik V, respondendo mais objetivamente à pergunta de V. Exa., eu tenho uma interação muito forte com o Governador Wellington Dias, que coordena essa estratégia dos Governadores do Nordeste. Estamos trabalhando juntos para superar esse impasse regulatório e termos a vacina da Sputnik

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V aqui no nosso País, para que ela possa ser útil para fortalecer o nosso Programa Nacional de Imunizações. Vamos fazer isso, Senador. Com certeza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu entendo que pedir não é problema, principalmente quando a gente cumpre a nossa parte. O problema é que o Brasil não cumpriu a sua parte. O Brasil só começou a vacinar em janeiro – e V. Exa. citou isso porque o Butantan e o Governo de São Paulo viabilizaram a CoronaVac. Se dependesse do Governo Jair Bolsonaro, até agora a gente estava se vacinando só com o pouco que foi produzido pela Fundação Oswaldo Cruz.

Então, eu faço este desafio a V. Exa.: que, a partir de amanhã, caia em campo para trazer para uma mesa a Anvisa e a Sputnik, para nós construirmos um consenso técnico que permita que essas 66 milhões de doses venham para o nosso País.

Sr. Presidente, por último eu quero dizer que eu fui Ministro da Saúde, e o Ministro da Saúde não é juiz de definição dos procedimentos de incorporação tecnológica ou de definição de protocolos. V. Exa. tem todo o direito de ter uma opinião. E até eu ajudarei V. Exa. aqui a ter uma opinião. Eu acredito até que V. Exa. é uma pessoa tão competente e tão preparada e me parece ser um Ministro interessado em conhecer, num espaço de tempo curto, tudo o que está acontecendo. Talvez conheça este artigo da revista *Nature*. Ele levou em consideração 63 ensaios que eram potencialmente elegíveis para analisar cloroquina e hidroxicloroquina. Incluiu 14 ensaios não publicados, 14 publicações, pré-impressões, envolvendo 9.011 pacientes. Ao final, a conclusão é de que o tratamento com hidroxicloroquina está associado ao aumento de mortalidade em pacientes com a Covid-19 e não há benefício da cloroquina. Não existe polêmica, não existem duas posições, não existe cloroquina, que não está provado que não é eficaz... Está provado que não é eficaz, não tem eficácia. É muito boa para malária, é muito boa para lúpus, para alguns casos de artrite reumatoide, mas, para a Covid-19, não é. E V. Exa. não pode comparar, por exemplo, com corticoide. É lógico que a bula do corticoide não tem indicação para a Covid, até porque ele é utilizado nos casos inflamatórios que existem em inúmeras doenças neste mundo.

Então, eu quero, mais uma vez, perguntar a V. Exa.: V. Exa. concorda com o Presidente da República, que defende esse tratamento que ele chama de precoce, com cloroquina, com ivermectina, com essas coisas que estão provadas que não servem para nada no que diz respeito à Covid-19?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós defendemos, Senador, a autonomia do médico na prescrição dos medicamentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sabia que V. Exa. não iria responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Ou seja, não concorda.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E nós vamos, Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É.

Por último...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós vamos submeter todas essas questões à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Lamento que V. Exa. ignore o conhecimento científico hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa... V. Exa... O decreto-lei foi enviado pela Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff; a Conitec foi instalada no Governo e na gestão do Ministro Alexandre Padilha, o que eu considero um avanço para o sistema de saúde do Brasil; e o decreto-lei coloca o Ministro da Saúde como instância de recurso. Eu só me manifestarei acerca do mérito de todas essas questões, como Ministro da Saúde, na hora oportuna. É isso que eu gostaria de discutir com V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só garanto que a Presidenta Dilma não ia mandar ninguém tomar cloroquina, com toda certeza.

Por último, eu queria concluir dizendo o seguinte: Sr. Presidente, Sr. Relator, eu estou, a cada dia, mais convencido daquela tese dos pesquisadores da Universidade de São Paulo. Eu, inclusive, apresentei aqui um requerimento convidando o Vice-Governador do Estado do Amazonas, que hoje deu uma declaração gravíssima – gravíssima, gravíssima! – em que ele deixa absolutamente clara uma insinuação de que teria havido uma aliança entre o Presidente da República e o então Governador do Estado do Amazonas para que, em Manaus, fosse feita a experiência da imunidade de rebanho, ou seja, não fazer nada para que as pessoas se contaminassem em grande escala, com isso adquirissem uma imunidade natural e assim ninguém gastasse dinheiro com tubo de oxigênio, ninguém gastasse dinheiro com teste, ninguém gastasse dinheiro com vacina, ninguém gastasse dinheiro com hospital. Então, eu queria que, o mais rapidamente possível, nós ouvíssemos o Vice-Governador do Amazonas, porque é mais um que termina corroborando com essa nossa tese de que a estratégia do Presidente da República para enfrentar a pandemia da Covid-19 foi a constituição da imunidade natural ou imunidade de rebanho, o que caracteriza um crime com dolo eventual, ou seja, com essa orientação arriscou-se a provocar a tragédia que nós estamos vivendo no Brasil hoje.

Muito obrigado.

Sr. Ministro, muito obrigado. Desculpe qualquer coisa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Só a respeito disso, lembrar ao Senador Humberto Costa que ainda ontem aprovamos requerimento convocando autoridades do Estado do Amazonas a se fazerem presentes nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, salvo engano inclusive requerimento de S. Exa., que será o próximo a falar, o Senador Marcos Rogério, ao qual passo a palavra para os seus quinze minutos, com a tolerância desta Presidência, e o depoente está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores; de modo particular o Ministro de Estado Marcelo Queiroga.

Sr. Presidente, antes de apresentar as minhas perguntas ao eminente Ministro, eu gostaria de fazer algumas considerações iniciais que considero importantes, em razão dos acontecimentos e da linha de condução dos interrogatórios.

A pandemia, como significa o próprio conceito, é um flagelo de âmbito mundial que desafia todos os governos e todas as sociedades, um problema de complexidade continental planetário que tanto envolve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o conjunto da humanidade quanto as especificidades do comportamento individual e das condições físicas, biológicas de cada ser humano.

Em um País como o Brasil, de dimensões continentais, são múltiplos os problemas e desafios da mais alta complexidade. Não é possível que esta CPI atue para praticar o reducionismo de transformar essa tragédia mundial como um problema simplório que possa ser explicado pelo uso ou não de cloroquina, por exemplo. Isso é simplesmente ridículo!

Não podemos transformar esta CPI em CPI da cloroquina. O problema é amplo e complexo e assim deve ser tratado. Esse não é um tribunal de inquisição. O Relator, com todo respeito, não se conforma com as respostas que não atendem suas expectativas, interrompe o depoente quando entende que sua narrativa preconcebida não está sendo seguida. Isso é inadmissível. O Relator pergunta conduzindo o depoente a responder o que ele, o Relator, quer ouvir, e demonstra irritação quando a resposta não corresponde à sua expectativa.

O Ministro fala em imprevisibilidade biológica, e isso é ciência! Mas não agrada o Relator. Há uma seletividade quando ao que se considerar como ciência. É preciso que isso fique bem claro nesta Comissão e para todos que estão acompanhando os trabalhos desta CPI.

Esta CPI precisa ter uma visão ampla de recolher informações com a maior amplitude possível e não preencher um rascunho do relatório já previamente elaborado pelo Relator. Para isso, é fundamental que as testemunhas tenham liberdade para dizer o que sabem e não o que o Relator quer que elas digam. As testemunhas não podem ser induzidas.

Temos consciência dos poderes desta Comissão semelhantes àqueles das autoridades judiciárias; mas também a elas, às autoridades judiciárias, não é dado induzir ou constranger testemunhas ou permitir que assim o façam advogados ou membros do Ministério Público. É a lisura do processo investigatório ou apuratório, que todos precisamos defender e preservar.

Nesse sentido, Sr. Presidente, feitas essas breves observações, passo a fazer algumas poucas perguntas ao Relator...

Inicialmente, indago de V. Exa... O Governo norte-americano se posicionou favorável à quebra de patentes de vacinas. Nessa linha, o Senado aprovou, no dia 29 de abril, projeto que permite a quebra temporária de patentes de vacinas, testes de diagnósticos e medicamentos de eficácia comprovada contra a Covid-19, o qual seguiu para análise da Câmara dos Deputados. Eu gostaria que o senhor esclarecesse se, no caso da Pfizer, por exemplo, a partir do momento em que a patente dessa vacina for quebrada e for instalado um laboratório para produzi-la de acordo com os critérios da farmacêutica, levando-se em consideração que, segundo especialistas, o processo para repassar a tecnologia de um produto novo, sobretudo de vacinas que utilizam plataformas novas, leva entre 12 e 18 meses, a autorização se dará automaticamente ou precisará passar ainda por um processo de análise pela Anvisa, para ser utilizada no Brasil? Essa seria considerada uma vacina genérica, por assim dizer, ou não, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, o senhor traz um assunto muito delicado, é um tema sensível que versa sobre a questão das patentes. Naturalmente, isso é uma matéria mais afeta à questão das relações exteriores, mas o meu temor em relação a isso é o de não termos condições, mesmo com a quebra da patente, de produzir essas vacinas aqui no Brasil e, como o nosso programa de vacinação também está calcado em vacinas como a Pfizer e a Janssen, de isso interferir de maneira negativa no aporte de vacinas para o Programa Nacional de Imunizações. É claro que isso é uma opinião inicial. O senhor traz esse tema para mim, e eu vi que o Presidente Biden se manifestou na imprensa sobre o tema. Isso carece de uma análise mais detida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sobre a compra de vacina, indago: há diferença entre contratação de vacina e compra de vacina? O Governo tem o controle sobre o volume de produção e entrega ou depende dos laboratórios?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Depende dos laboratórios. Há um contrato para as entregas, essas entregas, às vezes, não acontecem da forma que está contratada. E o pagamento só é feito uma vez que a vacina chega ao Brasil. Esse é o roteiro.

Até agora, a maioria das vacinas aplicadas aqui, no Brasil, foi do Instituto Butantan e da Fundação Oswaldo Cruz. Na Fundação Oswaldo Cruz, existe uma encomenda tecnológica. Nós vamos ter autonomia para produção da vacina, com o IFA já produzido no Brasil, que é um avanço extraordinário.

Isso, inclusive, vai justamente de encontro ao que eu defendi aqui, numa pergunta anterior: o desenvolvimento do complexo industrial da saúde. Eu estive visitando o Instituto Butantan, e lá existe já uma vacina totalmente nacional, que está sendo pesquisada. Além dessa vacina totalmente nacional do Butantan, há mais três outras vacinas sendo analisadas – de Minas Gerais, de Ribeirão Preto e da Universidade de São Paulo. Então, temos um cenário futuro que aponta para uma autossuficiência do Brasil na produção de vacinas muito útil para o enfrentamento dessas situações pandêmicas ou não.

Eu destaco, Senador Marcos Rogério, se V. Exa. me permitir, que está em curso uma campanha de vacinação contra a gripe. E as pessoas não chamam a atenção para essa campanha, ninguém está querendo saber qual é o mecanismo de ação dessa vacina. Essa vacina é integralmente produzida no Instituto Butantan. E o Brasil, no ano passado, durante a primeira onda, vacinou contra a gripe 90% da população que estava prevista para vacinar – foi vacinada. Agora, a campanha da gripe está encaminhada muito bem, o Governo adquiriu essas doses do Instituto Butantan. Ou seja, estamos construindo um cenário futuro muito bom para as questões da vacina. Existem os parques de vacinação animal que podem ser aproveitados e, aí sim, Senador, o Brasil passaria a exercer o seu grande papel de liderança global, até socorrendo países daqui da América Latina com vacinas contra a Covid e contra outras situações possíveis de serem imunizadas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

A frustração, Sr. Ministro, de entrega obviamente impacta a meta de vacinação. Como o ministério lida com isso? Trata-se quebra de contrato? Isso é algo que só acontece com o Brasil ou em outros países também?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a gente tem uma situação peculiar, porque nós precisamos dessas doses. Então, simplesmente romper esses contratos talvez vá expor mais ainda o nosso Programa Nacional de Imunizações. Nós temos buscado o diálogo, vários ministros têm ajudado, a exemplo da Ministra Tereza Cristina, que tem um relacionamento excelente com a China e isso tem sido uma atividade que tem me recompensado muito como Ministro da Saúde, de ter o apoio de outros ministérios para que consigamos os nossos objetivos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Ministro, V. Exa. já disse que é preciso ampliar o diálogo com Estados, Municípios e diversos atores da sociedade para vencer o novo coronavírus, palavras de V. Exa. "Ou seja, criar uma grande união nacional, com um propósito de vencer a pandemia", fecho aspas. Como V. Exa. está conduzindo essa ação? E complemento, quanto foi transferido para os Estados e Municípios brasileiros, Sr. Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Neste ano, os senhores sabem das peculiaridades do Orçamento deste ano, mas, apesar dessas questões, nós já temos um orçamento total, incluídas medidas provisórias de crédito extraordinário, de R$144 bilhões, e já foram repassados para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados e Municípios 32,8 bilhões. Mais de 1 bilhão foi repassado para enfrentamento da Covid-19: habilitação de leitos de UTI... Assim que chegam essas solicitações dos Estados, independentemente de qual Estado for, o Ministério da Saúde prontamente habilita os leitos, apoia o envio de insumos estratégicos, por exemplo, ventiladores artificiais, insumos estratégicos, como medicamentos... Ou seja, nós temos uma relação harmônica com o Conass e o Conasems, representados pelos seus presidentes, mas também com os secretários estaduais de saúde e os secretários municipais. Eu tenho participado de audiências virtuais com os secretários e presenciais. Eu creio que estamos obtendo um bom consenso em relação a essas medidas que são eficientes no sentido do enfrentamento da pandemia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Além dos bilhões e bilhões repassados, a suspensão de dívidas dos Estados e Municípios brasileiros também.

Além dos desvios de recursos por atos de corrupção envolvendo Estados e Municípios – e isso está detalhado no requerimento que deu origem a esta CPI, no segundo requerimento –, temos recebido notícias de que muitos entes da Federação não conseguiram aplicar os recursos. Indago: o ministério tem um levantamento sobre o cronograma de aplicação, principalmente considerando o fechamento do exercício financeiro? E faço aqui uma ponderação para reflexão, caso negativa a resposta. Porque, caso não haja, Ministro, é imperativo que haja, porque é sabido que, em muitos casos, ficaram milhões nas contas de Estados e Municípios sem serem gastos. V. Exa. tem esse controle?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a bem da verdade, desde que eu assumi, eu tenho trabalhado muito e tenho buscado, sobretudo, atender essa emergência sanitária. Esses outros aspectos mais detidos do ministério têm ficado a cargo da nossa Secretaria Executiva, e eu os apresentarei a V. Exa. no primeiro momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Se falamos tanto em ciência – e de fato temos que nos preocupar com decisões baseadas em conclusões científicas –, como, para o caso de mortes, querem supor muitos, deduzir que foram causadas pelo uso de cloroquina ou por qualquer outra medida? Alguém tem uma prova científica sobre esse aspecto? Chegou isso para o ministério ou para alguma autoridade? Ora, queremos invocar a ciência sobre para o que interessa a alguns. Ciência! Ciência! Ciência! Mas, com todo respeito, Sr. Ministro, senhoras e senhores, não podemos desprezá-la também diante de algumas acusações tão sérias, quando se rotula o Presidente do Brasil como genocida.

Eu espero, Sr. Ministro, que V. Exa. – com o entendimento que tem, com a compreensão que tem do tamanho do problema, com o orçamento que nós temos e com o sistema do SUS que nós temos também, que é descentralizado – possa cumprir a missão que assumiu não só com o Presidente da República, mas com o povo brasileiro, de garantir vacina, suprimento e que nos ajude a livrar o Brasil dessa pandemia que assola a todos nós.

Agradeço a V. Exa. pelas respostas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse é o nosso objetivo, Senador. Vamos trabalhar fortemente para cumprir esse compromisso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone Tebet com a palavra, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de começar, eu começo a questionar até o nome que estão dando a esta CPI: se deve ser CPI da Pandemia ou CPI da Cloroquina? Porque não se fala em outra coisa, a não ser nela. E eu confesso que isso me deixa muito preocupada. Nós estamos em rede nacional e vendo muitas vezes autoridades aqui, que inclusive não são profissionais da área da saúde, fazerem verdadeira apologia a um remédio que efetivamente não tem eficácia comprovada. O próprio Ministro já deixou claro que há um comitê que está avaliando a eficácia ou não. Significa que o próprio Ministro admite que não há eficácia comprovada do medicamento.

Então, uma vez resolvido isso, nós que não somos médicos – e eu, que sou leiga – não podemos nem dizer que é eficaz nem que não é eficaz, mas não podemos cometer o equívoco de passar essa dúvida à sociedade num momento em que nós estamos falando de saúde pública, de pandemia, e que o uso indevido de um medicamento pode, sim, levar à morte ou a efeitos colaterais, seja ele qual for. Então, eu realmente me preocupo muito com essa exposição tão grande de um medicamento que passa agora a ficar na mente e na memória da população brasileira e que, no desespero, eles possam, indevidamente, sem orientação médica, recorrer a esse medicamento.

Bom, Sr. Presidente, desculpe o desabafo, mas gostaria de, em sua pessoa, na pessoa do Relator e no do Ministro Marcelo Queiroga – é um prazer tê-lo aqui, é uma honra tê-lo aqui – começar agradecendo, inclusive, em nome da Bancada Feminina. V. Exa. foi de uma generosidade com o seu tempo num dos momentos mais difíceis do início da sua gestão, quando nós, muito angustiadas, pedimos uma audiência virtual. V. Exa. nos atendeu praticamente um dia depois, quando nós estávamos no desespero de vermos famílias inteiras sendo dizimadas por conta da pandemia do coronavírus, morrendo, mas principalmente morrendo simplesmente porque não conseguiam respirar. Então, o *kit* intubação, que, em determinado momento, fez falta no Brasil afora, levou a bancada a pedir uma audiência a V. Exa., e V. Exa. prontamente não só nos atendeu como também procurou, dentro do possível, distribuir, de forma proporcional, o *kit* intubação à maioria dos Municípios brasileiros, especialmente das capitais. Então, fica aqui o meu agradecimento, o meu reconhecimento.

Eu não pensaria e não imaginaria algo diferente, pelo conhecimento, pela capacidade de V. Exa., por ser V. Exa. um homem da ciência, muito diferente – aliás, diga-se de passagem e com todo o respeito, vou dizer isso pessoalmente – do ex-Ministro Pazuello.

Mas o senhor também não é só o protagonista dessa história, Ministro. O senhor não só tem a caneta na mão e a capacidade de decidir sobre a vida das pessoas, no sentido de auxiliar a salvar vidas no Brasil. V. Exa. também é vítima da descontinuidade da gestão pública de saúde pública no Brasil num dos momentos mais sérios, que é o momento desta pandemia. Basta ver que, neste momento, em menos de um ano e meio, nós tivemos quatro trocas de comandantes no Ministério da Saúde. V. Exa. agora é o quarto comandante.

Mas o comando maior, seja ele de que forma for, do Ministro ou do Presidente, tem que ser único, tem que ser uma só voz. Não é possível termos o Presidente dizendo algo, o Ministro da Saúde dizendo outro. Talvez seja por isto, por essa contraposição de ideias entre ministérios é que nós tivemos, de cima para baixo, a queda do Ministro Mandetta, que foi exonerado, e, de baixo para cima, a queda do Ministro Nelson Teich, que pediu para sair. E eu não sei se digo para um lado ou para o outro a saída do Ministro Pazuello. Acredito até que a saída dele tenha sido, de alguma forma, o medo da possível instalação desta CPI. De qualquer forma, fico muito feliz que a CPI pelo menos tenha servido para isso, e agora nós temos um homem da ciência sentado no Ministério da Saúde. Digo isso com toda a sinceridade, e quem me conhece sabe o quanto eu primo por ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós temos dois problemas, Ministro. Nós temos uma tempestade perfeita. Nós temos falta de uma orientação única e nós temos a descontinuidade nas ações do Ministério da Saúde. Eu cito dois exemplos: o Ministro Pazuello orientou a aplicação da primeira dose sem reservar a segunda dose, no dia 21 de março do ano passado – foi do ano passado, acredito, não é? Ou foi deste ano. No ano passado, não havia vacina –, alegando que depois viriam outras doses que cobririam. Pois bem, nós tivemos oito capitais com paralisação de imunização, a imunização paralisada, por falta de vacina. E essa orientação só mudou graças à intervenção de V. Exa. no dia 26 de abril. A orientação do Ministério da Saúde disse que não, que pudesse reservar as doses ou pelo menos é a informação que eu tenho e acredito que seja verdadeira; de qualquer forma, se for, eu o parabenizo por isso. Então, essa falta de vacina, de alguma forma, respingou nessa atual gestão.

Outro exemplo que é importante citar sobre essa descontinuidade e essa visível diferença de gestão do gestor passado e de V. Exa. é em relação aos protocolos: uso de máscara, isolamento, álcool em gel. Aliás, a imagem vale mais do que mil palavras. O Ministro anterior foi literalmente, entre aspas, "desmascarado" no shopping da cidade que mais sofreu com essa pandemia. Sem máscara, andando num shopping, ele foi desmascarado, e pode-se dizer o que for nesta Comissão ou no passado, ele simplesmente não respeitava ou respeita um protocolo mínimo do uso de máscara numa cidade que agonizou por falta de ar. Nós vimos mulheres, homens, jovens morrendo porque não tinham um respirador, não tinham um tubo de oxigênio. Crianças recém-nascidas sendo transferidas para outras capitais para poder sobreviver, Ministro.

Eu preciso fazer! Eu preciso, como mulher, como mãe e como cidadã fazer esse desabafo. Sei que V. Exa. não merece ouvir, mas eu preciso dizer porque aí vêm os questionamentos de quem está aqui, como cidadã brasileira, chorando a morte de outros filhos, os filhos de outras mães, das mães de outros filhos.

Ministro, o Ministro Pazuello disse que "manda quem pode, obedece quem tem juízo". Simples assim. Eu pergunto a V. Exa.: V. Exa. tem realmente autonomia, liberdade e liderança na atual posição de Ministro do Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, Sra. Senadora. O Presidente me conferiu autonomia para que eu constituísse a equipe técnica do Ministério da Saúde e nós já estamos trabalhando fortemente para contribuir com o Brasil para superar essa crise sanitária.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. entende que, em determinado momento, quando nós tivermos posicionamentos divergentes entre o que pensa o Planalto e o Ministério da Saúde, possa vir a haver alguma interferência nesse sentido?

V. Exa. teve essa conversa com o Presidente? Foi lhe dada carta branca para agir independente do resultado técnico que vier do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente só me pediu para que cuidasse com a gestão do Ministério para que os recursos fossem aplicados de maneira própria, e é isso que nós estamos procurando fazer.

Naturalmente que esses protocolos estão sendo construídos, e é função minha orientar o Presidente tecnicamente em relação às questões sanitárias, não só o Presidente, mas a todos os brasileiros, isso é uma função do Ministro da Saúde.

Eu espero que eu tenha êxito e, para isso, eu preciso do apoio de todos, sobretudo aqui dos Srs. Senadores que são pessoas de grande espírito público, experientes e eu tenho certeza de que vão me ajudar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da minha parte, V. Exa. pode contar com isso, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante dessa fala de V. Exa. sobre orientar o Presidente da República, V. Exa. chegou, depois, ou por telefonema ou pessoalmente, ainda que tenha sido recente, a fazer alguma orientação ao Presidente sobre essas polêmicas que ele vem insistentemente fazendo, especialmente como aconteceu ontem a respeito de um embate com o nosso maior comprador de *commodities* no Brasil e o nosso maior fornecedor de insumos de vacinas, que é a China?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não conversei com o Presidente desde ontem, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro, eu pediria a V. Exa., porque o tempo é muito curto, se V. Exa. pudesse, eu estou particularmente preocupada com o calendário de vacinação.

V. Exa. já teve que, infelizmente, eu não digo que desmentir, mas desconstruir a fala, mais de uma vez, a respeito do calendário de gestões passadas em relação ao recebimento – não à contratação, mas em relação ao recebimento – de vacinas. E nós sabemos a razão do mercado, a razão disso. Mas, se V. Exa. pudesse nos passar, depois, por escrito, quantas vacinas realmente foram contratadas, quantas vão ser, mês a mês, liberadas, para que nós não fôssemos surpreendidos, não tivéssemos más surpresas em relação a isso... Porque eu tenho convicção de que foi o atraso de vacinas, foi o grande erro de não se contratar no devido tempo com a Pfizer... Para ser Presidente da República, ser gestor, é preciso ter coragem. Independentemente de cláusulas, do que quer que seja, que estivessem escritas naquele contrato com a Pfizer em agosto do ano passado, tinha que se ter assinado aquele contrato, garantindo 100 milhões de doses. Nós já teríamos salvo, quem sabe, pessoas muito queridas, como o nosso artista e eterno comediante Paulo Gustavo, que eu acho que representa todos aqueles que não têm comorbidade, aqueles que não estão na faixa etária considerada de alto risco e que estão perdendo as suas vidas.

Aliás, aqui me permita: é difícil alguém que não tenha perdido a graça com a morte dele. Acho que é um... Ele nos fazia realmente chorar de rir, no momento em que, hoje, a gente infelizmente só chora lágrimas de dores e de tristeza. Então, fica aqui a minha pergunta, a minha pergunta principal, Ministro.

V. Exa. anunciou que solicitou a criação do protocolo do Covid para a Conitec. Sei que V. Exa. está cansado, mas eu vou com outra ótica, não vou nem perguntar quando foi, porque deve ter sido dentro desse um mês. V. Exa. solicitou especificamente a análise da eficácia da hidroxicloroquina, da cloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – De todos os medicamentos, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estava expressa também a hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, todos os medicamentos utilizados no enfrentamento da Covid.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, com isso, repito, V. Exa. admite...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa questão será pacificada com a edição do protocolo. A consulta pública vai servir para externalizar as divergências que há acerca do tema, sem analisar o que as sociedades, sem deixar de considerar o que as sociedades científicas dizem e também sem deixar de considerar as experiências pessoais de milhares de médicos assistenciais. É preciso pôr um fim a essa questão, e o Ministério da Saúde tem que fazer isso, e eu sou o árbitro desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então V. Exa. admite que a eficácia não está comprovada, uma vez até que solicitou por parte da Conitec... Não está comprovado...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que nós queremos fazer, Senadora, é cumprir...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A eficácia não está comprovada; se estivesse comprovada, não estaria sendo feita essa consulta a...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, o protocolo clínico e a diretriz terapêutica são previstos em lei, não é? Então, nós queremos que se cumpra a legislação do sistema público de saúde, dando espaço amplo ao contraditório, e que se garanta que os brasileiros tenham o melhor atendimento possível.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, pelo que V. Exa. disse no início e pelo que está na matéria aqui – "Queiroga admite que eficácia de tratamento precoce não foi comprovada" –, eu entendo que – de forma correta, inclusive –, eu entendo que V. Exa. respondeu à minha pergunta.

E aí vem a minha última pergunta. Ora, se eu não tenho um medicamento comprovado, seja ele qual for – cloroquina, ivermectina, seja ele qual for –, não tem que haver, em caso de dúvidas, num momento de pandemia, oficialmente, por parte do Ministério da Saúde, uma campanha publicitária dizendo "aguardem a decisão do conselho, do comitê, porque nós não temos a eficácia"? Não tem que ser o processo inverso, Ministro? Não é esperar. É agir antes, sob pena até de prevaricação, quer dizer, de omissão diante de uma situação de ordem pública. É esta dúvida, Ministro, que eu deixo aqui para V. Exa., para que V. Exa. possa, junto com a equipe... Que a equipe possa ser orientada nesse sentido, porque volto a repetir: a CPI da Pandemia virou a CPI da cloroquina, e ao invés de trazer mais certezas, está trazendo mais dúvidas. Não tendo protocolo, não se pode falar de eficácia de medicamentos; consequentemente, tem que ser no processo inverso, dizendo literalmente: não usem cloroquina enquanto não tivermos a comprovação da eficácia, até porque todo e qualquer medicamento tem efeito colateral, que pode até levar à morte.

Então, fica aqui um apelo a V. Exa.: que possa fazer uma campanha publicitária. E aí, desculpe-me a provocação, Ministro, de forma muito carinhosa, porque, assim, rezo para V. Exa., que está nas minhas orações, para que lhe dê muito sabedoria para que possa ajudar o País neste momento de tanta dor, mas fica aqui realmente uma provocação: em caso de o comitê ter como resultado final que a cloroquina não é eficiente, que outros medicamentos não são eficientes, que eles têm efeitos colaterais, isso vai ser imediatamente publicado, oficialmente, por parte do Ministério da Saúde? Vai haver campanha publicitária nesse sentido?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Publicado no *Diário Oficial da União*, como determina a legislação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em campanha publicitária, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Agora, Sra. Senadora, nós devemos relembrar que essa questão não começou hoje, que Municípios, médicos, que o Conselho Federal de Medicina já se posicionou acerca do tema, não é? Então, isso não é uma situação tão simples assim. Eu entendo que nós devemos, celeremente, resolver essa questão para avançarmos no que realmente vai fazer a diferença, porque, aliás, isso não está atrapalhando o avanço das nossas iniciativas para imunizar a população brasileira e para incentivar o uso das medidas não farmacológicas. É um desafio. Nós temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construir um ambiente mais harmônico, porque a senhora falou aí do ator que, infelizmente, faleceu – eu me solidarizo com toda a família dele –, mas cada vida, como a senhora mesmo colocou, cada vida é importante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Ministro. Espero imensamente que V. Exa., mesmo com o resultado final desse comitê, possa, realmente, não só publicar no *Diário Oficial*, fazer as propagandas devidas, mas, mais do que isso, continuar com a sua liderança e com a sua autonomia, porque nós não queremos mais ter um quinto Ministro, até porque eu, particularmente, por ser um homem da ciência, estou satisfeita com V. Exa.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só dois minutinhos, meu querido amigo Rogério Carvalho.

Ministro, baseado no que a Senadora Simone Tebet perguntou para V. Exa., até para muitas pessoas que estão nos assistindo, quando falam em siglas, nós mesmos, às vezes, não estamos acostumados com isso. Eu queria que o senhor dissesse o que é a Conitec, está subordinada a quem e quem faz parte dessa composição.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Então, Conitec é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, foi criada por uma lei sancionada pela Exma. Sra. Presidente da República à época, Dilma Rousseff. Ela é composta por 13 membros – 12 são funcionários públicos e um é integrante do Conselho Federal de Medicina. A Conitec atua apoiada por Núcleos de Avaliação de Tecnologia em Saúde, que são demandados de acordo com o encaminhamento da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Existe um decreto-lei, de que aqui não me recordo do número, que é o decreto-lei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não precisa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, e aqui há toda a definição e regulamentação da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não, Ministro Queiroga, é só para que as pessoas que estão nos vendo, e muita gente acha que aqui tem um grupo que defende uma coisa e outro grupo que defende outra, e não é isso. É porque às vezes, as pessoas interpretam erradamente e é bom esclarecer.

Veja bem, esse conselho, para quem está nos vendo agora e ouvindo, analisa protocolos clínicos.

Só um minutinho.

No art. 12, parece, fala sobre essa questão de protocolo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Protocolo que pode ser utilizado.

A Anvisa, às vezes, demora 30 dias para liberar uma vacina, porque tem as informações necessárias, e nós já temos aí alguns milhões de brasileiros infectados. E, desde quando esses fármacos que o senhor fala, cujo nome não quer citar, mas fala em fármaco... O senhor não cita a cloroquina. O senhor passou o dia todo aqui e não citou uma vez o nome cloroquina, só fármacos. Em momento algum. Foi o único ministro que esteve aqui que não cita o nome cloroquina, fala em fármacos. Tudo bem. O senhor é especialista, eu não sou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas há quanto tempo a Conitec está analisando os fármacos que poderiam ser utilizados como protocolos para evitar o agravamento da doença da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Desde que eu assumi o ministério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Desde que eu assumi o ministério, eu encaminhei à Conitec o pedido de avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas antes, não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, antes eu não tenho conhecimento que estava.

Agora eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para deixar clara a situação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu encaminhei à Conitec o pedido de avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Só para deixar claro à população: a Conitec é ligado ao Ministério da Saúde e, há mais de um ano, se fala, e aí eu não vou falar em fármaco, vou falar em cloroquina. Desde o primeiro momento, é de conhecimento que o maior líder da Nação, o Presidente Jair Bolsonaro, defende essa medicação. Eu, se eu fosse Presidente, teria já mandado, há um ano, que a Conitec já tivesse analisado isso e hoje nós não estaríamos neste debate aqui, Ministro. Está certo? Veja bem, porque eu estou perguntando: a Conitec é subordinada a quem? É subordinada ao Ministério da Saúde. Por que lá atrás, lá atrás, há mais de um ano, quando começou a se falar que a cloroquina pode ajudar... E eu espero que possa. Veja bem, eu não tô aqui dizendo que pode ou não pode. Longe de mim aqui questionar cientista, mas, se há um ano, Ministro... E aí eu lhe faço uma pergunta bastante objetiva: por que o ministério, há um ano, com o Governo defendendo essa medida, já não analisou essa medicação ou outras medicações para que pudesse estar no protocolo hoje de todos os Estados brasileiros, de todas as cidades brasileiras? É essa pergunta.

Quando o senhor diz: "Olha, eu só entrei há 45 dias", eu respeito o senhor, o senhor não tem responsabilidade sobre isso, mas, já que o Governo, em sua maioria, defendia, e defendia com afinco essa medicação, a Conitec, que é, volto a repetir...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ligada ao Ministério da Saúde, já poderia ter analisado isso.

Era só isso, Ministro.

V. Exa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, só pedir licença a V. Exa., porque eu queria passar aqui ao nosso Presidente. Saiu agora publicada no *Diário Oficial da União* a dispensa da licitação para aquisição dos 100 milhões de doses da vacina da Pfizer, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O.k.

Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. e cumprimentar o Relator.

A Conitec, primeira comissão de incorporação tecnológica definida no Brasil, foi feita no Estado de Sergipe, quando eu era Secretário de Estado da Saúde, e foi a nossa experiência que inspirou o Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Padilha a criar uma comissão em função de a gente ter um princípio constitucional chamado de princípio da integralidade, e não havia nenhum órgão no Ministério da Saúde que definisse o que fazia parte ou deveria fazer parte do rol de procedimentos, de ações e serviços a ser ofertado para garantir o direito à saúde.

Então, a Conitec... E eu queria, aqui, chamar a atenção do Relator e do Presidente, que, neste momento, a ler o celular, o Presidente da Comissão, eu queria chamar a atenção de que esta comissão de incorporação tecnológica define, para além do CFM, o que pode e o que não pode ser utilizado no Sistema Único de Saúde.

Portanto, está aqui uma nota do Ministério da Saúde que orienta o uso da cloroquina na Fase I, na Fase II, na Fase III, e isso não tem autorização legal. "Ah, mas os médicos podem, por livre iniciativa, pela liberdade dada pelo Conselho, pelo registro, prescrever". Não no Sistema Único de Saúde, porque, no Sistema Único de Saúde, está subordinado o padrão de integralidade àquilo que é incorporado como tecnologia do SUS. Então, não é fato, não procede que o Ministério da Saúde não indica. Está aqui documento do Ministério da Saúde que diz que usa a cloroquina, que deve usar, e diz em que fases, e nunca passou pela Conitec. Além de passar pela Conitec, tem que ter autorização da Anvisa para que possa ser incorporado como um insumo a ser utilizado pelo Sistema Único de Saúde.

Então, essa é a primeira questão. E aqui não estou perguntando, eu estou afirmando que o Ministério da Saúde já adotou, sem Conitec. Portanto, uma ilegalidade flagrante, Sr. Presidente.

A segunda questão: a *Nature* é prestigiada, é uma instituição de prestígio no mundo? Não precisa o senhor responder. Todos sabem que é. E ela diz, nas conclusões do estudo: "Conclui-se que o tratamento com hidroxicloroquina está associado ao aumento da mortalidade em pacientes com a Covid-19, e não há benefício da cloroquina". Não precisa, aqui, ninguém perguntar se a *Nature* tem credibilidade ou não tem. Ela tem credibilidade universal. Está aqui Harvard, estudo de Harvard. Está aqui a *Chronicle*. Então, nós não precisamos discutir essa questão. Para mim, isso está dado. E mais, tem uma coisa mais grave: a recomendação sem ter passado pela Conitec, descumprindo a lei, por livre vontade do Presidente da República, que mandou usar – mandou usar! –, colocando em risco a vida das pessoas.

Eu queria fazer mais uma pergunta – agora é uma pergunta –, Sr. Ministro. O senhor é a favor ou contra a quebra de patentes? É uma pergunta: sim ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Em relação às vacinas, sou contra, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto: o senhor é contra a quebra de patentes. Os Estados Unidos definiram que vão liberar – o dono das patentes! – as patentes para o mundo inteiro. O senhor é contra.

Segunda pergunta. As eleições, segundo o senhor, aglomeraram. A pergunta que eu faço: as aglomerações que o Presidente Bolsonaro faz, sistematicamente, ajudam a proliferar o vírus? Sim ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já me manifestei a respeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estou perguntando de novo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Toda aglomeração deve ser dissuadida, independente de quem a faça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto, muito obrigado.

A outra questão é a seguinte. O ex-Ministro Osmar Terra, que foi Ministro do Presidente Jair Messias Bolsonaro, e há um requerimento nosso convocando Omar Aziz...

Aliás, Osmar Terra! Osmar Terra! Desculpe, Omar.

O ex-Ministro Osmar Terra afirmou que esta pandemia teria 14 semanas, que morreria menos gente do que quando da H1N1 – nós já estamos com 415 mil mortos aproximadamente. E ele defendeu a livre circulação das pessoas, foi contra *lockdown*, contra qualquer tipo de isolamento, porque ele disse que isso iria protelar, que deveria deixar as pessoas se contaminarem para adquirirem naturalmente a imunidade. A minha pergunta é: o senhor é a favor ou é contra a imunidade adquirida naturalmente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já me manifestei acerca do tema, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como foi que o senhor se manifestou, por favor?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A vacinação é a forma adequada de obter a imunização da população.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, a pergunta que eu faço agora ao senhor é a seguinte. Como o senhor se vê na condição de Ministro de um Governo que proíbe o uso de máscaras, aglomera, é contra e não age em prol da vacina, que proibiu, e agora diz que vai proibir de novo, qualquer tipo de isolamento social, que defende uma droga que sequer faz parte do rol, da lista de ações, serviços e insumos do Sistema Único de Saúde, fora de qualquer amparo científico? A minha opinião é: o senhor acha, sinceramente que vai conseguir mudar o rumo do controle da pandemia no Brasil?

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para depor.) – Senador, eu me sinto honrado em ocupar a função de Ministro de Estado da Saúde e utilizarei todos os meios ao meu alcance para ajudar o nosso País a enfrentar essa pandemia. Disso o senhor pode ter certeza.

Eu tenho certeza de que temos o apoio do Congresso Nacional para que consigamos esse objetivo. Esse é o meu forte desejo, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não tenha dúvida. O senhor terá o apoio do Congresso Nacional.

Como no ano passado, foi o Congresso Nacional que adotou o auxílio emergencial, que aprovou a lei que obrigava o uso de máscara, que foi vetada pelo Presidente da República. Foi o Congresso Nacional que tomou todas as iniciativas que ajudaram a conter a pandemia, junto com a pressão da sociedade, junto com a mídia, junto com o Judiciário, mas nós tivemos um grande sabotador.

Nós tivemos um grande adversário e um grande *promoter*, um grande promotor da pandemia: Jair Messias Bolsonaro. Porque ele proibiu o uso de máscaras, porque ele aglomerou, porque ele se negou a comprar vacina. O senhor sabia que ele só emitiu a medida provisória para compra de vacina por determinação do Ministro Lewandowski? O senhor sabia, Presidente, em dezembro de 2020? Senão, não teria vacina nenhuma. Foi a decisão do Lewandowski que obrigou a apresentação de um plano nacional de imunização.

Então, eu queria, para finalizar, e aqui os meus colegas Senadores que vêm aqui na defesa, aqueles que estão seguindo o pedido do Presidente, pedido esse feito ao Senador Kajuru... Porque o Presidente fez um pedido ao Senador Kajuru e alguns colegas estão vindo aqui cumprir o pedido do Presidente Kajuru...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente Bolsonaro.

Eu quero aqui dizer como sanitarista, médico, mestre, doutor, professor de saúde pública: nós estamos diante de uma catástrofe sanitária porque não houve o seguimento da determinação básica do controle de uma epidemia, que é muito simples: se tem alguém infectado, isola; e se a gente tem muita gente infectada e a gente não sabe mais quem é, e aí eu não posso fazer separação, isola todo mundo para poder conter e retomar o controle. Isso não foi feito. E, quando foi feito, teve um agente altamente empoderado, o mais poderoso da República, que se postou contra.

Então, eu quero aqui dizer que eu não acredito. E quero desejar a V. Exa. fé, força, do fundo do meu coração. E quem sabe, com a graça de Deus, o senhor vai convencer um homem que é Presidente deste País, que disse "e daí", quando teve 5 mil mortes, 10 mil mortes; que disse não era coveiro; que disse que 70% iam pegar a doença; que defendeu e agiu na defesa da imunidade de rebanho junto com seus apoiadores, empresários e assessores, como Osmar Terra.

Então, eu peço a Deus que o senhor tenha força, fé e capacidade de mudar o destino e a mente que tem operado... Hoje mesmo ele declara que vai decretar – decretar – o fim do isolamento social. Hoje mesmo ele boicota V. Exa., quando ele agride a China, quando ele insinua uma coisa gravíssima que nenhum chefe de estado pode fazer, que é acusar uma nação de espalhar um vírus por interesse econômico. Isso é de uma gravidade que eu não faria parte, por nenhum segundo, de um Governo com tamanha irresponsabilidade com o seu País, com a sua economia e com o seu povo.

Boa sorte para o senhor. Que Deus lhe abençoe e muito obrigado a todos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma pergunta – eu acho pertinente – ao Ministro, em 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A sua Coordenadora de Assistência Farmacêutica se encontra aqui? Está entre os seus assessores?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ela não pode informar ao senhor sobre o tal estoque parado de 4 milhões de comprimidos de hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu posso encaminhar para V. Exa. tempestivamente essa informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma segunda pergunta: na campanha publicitária do Ministério da Saúde, vai estar a expressa recomendação do uso de máscaras?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa campanha já está sendo veiculada, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em hipótese alguma isso será alterado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, o Ministério da Saúde tem esse direcionamento. Então, vamos trabalhar forte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Há debate sobre isso? Há debate sobre isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Há debate na Secretaria de Comunicação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não que seja do meu conhecimento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, não é do seu conhecimento, mas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é do meu conhecimento. Eu sou Ministro da Saúde, eu não tenho interferência na Secom, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Mas se a Secom do Governo, a Secretaria de Comunicação do Governo Federal, orientar, na campanha publicitária de prevenção à Covid-19, não ter uso de mágica...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso é uma hipótese com a qual eu não trabalho, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso não pactuará...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tenho usado máscara de maneira sistêmica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu passar ao Senador Marcos do Val remotamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só em função do desdobramento do depoimento do Ministro, e como nós estamos obrigados aqui força de lei, eu gostaria de fazer mais duas perguntas adicionais pelo o que ele falou, com a aquiescência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Relator pode se posicionar a hora que ele bem...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Antes das perguntas do Relator, faltam quantos? O senhor pode ler os próximos, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faltam: Senador Alessandro Vieira, Senador Angelo Coronel remotamente, Senador Luis Carlos Heinze e V. Exa. é o próximo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu vou ficar aqui até V. Exa. falar.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu lhe agradeço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Meus questionamentos, Sr. Presidente, foram todos relacionados a fatos e avaliações técnicas de um Ministro de Estado da Saúde. Eu fiz questão de colocar aqui muitas vezes. Com um perfil técnico, reafirmado também em muitas oportunidades aqui pelo Ministro.

No entanto, eu quero fazer uma pergunta complementar estritamente vinculada a esses fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., Ministro, presenciou alguma manifestação do Presidente da República em defesa do tratamento precoce, inclusive em relação à cloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Em relação a esse fato específico, o que o Presidente... Eu vi foi o Presidente definir a autonomia do médico. Isso, ele sempre falou, em relação a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta concreta: o senhor – desculpe a ênfase – presenciou alguma manifestação...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Numa única oportunidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-me terminar a pergunta: o senhor presenciou alguma manifestação do Presidente da República em defesa do tratamento precoce?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Como Ministro da Saúde, em uma única oportunidade, em Chapecó...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em uma... Não; já respondeu, em uma única oportunidade.

E quanto à desnecessidade de aglomeração ou de outras medidas não farmacológicas de combate à Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não presenciei o Presidente falar disso enquanto Ministro da Saúde, nesses temas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas manifestações ocorreram, que o senhor confirmou que em uma oportunidade, em reuniões públicas ou privadas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não entendi a pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa manifestação que o senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Do Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... afirmou que viu em uma oportunidade.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente falar numa manifestação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi manifestação pública ou privada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Manifestação pública, em Chapecó. O Presidente fez menção que tinha usado um remédio. Ele não citou o nome. Ele defendeu um atendimento imediato naquele momento. E ele disse que tinha tomado um medicamento e que, para ele, ele achava que tinha feito efeito. Foi isso que eu entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra coisa, Ministro, e eu queria...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estou respondendo à pergunta do Senador Renan Calheiros – não é? –, se eu havia presenciado, como Ministro da Saúde. Eu estou aqui de maneira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que circunstância, e V. Exa. já respondeu.

Há uma outra pergunta que eu não posso deixar de fazer, em função do cumprimento do meu papel como Relator.

A imprensa nacional está mancheteando que o hospital de sua família, que estava fechado, com dificuldades financeiras, foi recentemente reaberto com dinheiro público. E agora, colocado à venda.

Eu não acredito em tudo que se diz, mas é verdade esse fato que a imprensa está reverberando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Qual é o hospital, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O hospital de sua família.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, meu sogro tem um hospital chamado Hospital Santa Paula. Esse hospital estava alugado ao Estado da Paraíba já há algum tempo, muito antes de eu assumir a minha condição de Ministro. Eu não tenho nenhum tipo de relação com a gestão do hospital, de tal sorte que a informação que eu posso lhe dizer é essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos do Val, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Boa tarde a todos. Obrigado, Presidente.

Ministro, eu quero dar os parabéns pelo desafio enorme. Enquanto outros abandonaram o barco, o barco afundando, pelo número de mortos, você teve a coragem de assumir esse barco com todas essas peculiaridades aí que todos os outros Senadores, colegas estão sempre colocando.

Tenho uma dúvida aqui, todos estão falando e eu também não deixarei de falar, é sobre a hidroxicloroquina. Ela foi vendida na farmácia, sem receita, durante muitos anos, mais de 50, 60 anos, por muitos anos, eu nem era nascido ainda. E fala-se do problema que ela gera, de coração, que as pessoas podem morrer de ataque cardíaco se usarem a hidroxicloroquina. Bom, então, alguns órgãos do Governo, ao longo desses 60, 70 anos, foram omissos, deixando as pessoas comprarem isso na farmácia sem receita e morrendo. Eu não entendo por que exatamente agora esse remédio passou a ser um veneno.

O único problema que eu vejo quando o discurso é o do tratamento precoce, como eu disse ontem publicamente que um médico me receitou e, é claro, eu fiz o uso, o único problema é que pessoas que acabam fazendo o uso dizem que não têm necessidade da vacina. Disso eu discordo completamente, e isso me incomoda muito, porque uma coisa é um paliativo para você tentar achar meios de sobreviver perante o que nós estamos vendo até a chegada da vacina... Meu grande sonho é ser vacinado. Então, eu faço todos os procedimentos: isolamento, uso álcool gel, máscara, enfim, tudo o que pode ser feito, eu faço – tudo. Eu não escolho um ou outro, ou, porque o Presidente tem uma posição e a oposição tem outra posição, eu vou de acordo com a posição que ocupo politicamente. Muito pelo contrário. Eu sigo todas as regras. Onde estou eu escuto, porque é uma doença nova, ninguém conhece, ninguém sabe, vai passar a ser conhecida ao longo dos anos.

Então, reforço os meus parabéns pela coragem – pela coragem – de assumir o Ministério.

Eu também queria saber mais sobre a comissão, a Conitec, que o senhor citou. E queria saber até do Presidente da CPI se nós podemos chamar o responsável pela Conitec para a gente poder também esclarecer um pouco esse assunto e ele passar a ser de menor, ser tocado menos nesta CPI e a gente abordar outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fatos. Então, gostaria de pedir ao Presidente da CPI, se nós pudermos, para convocar o responsável pelo Conitec.

Bom, uma pergunta que eu tenho agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, V. Exa. pode requerer através de um ofício e nós, na medida do possível, traremos, sim, sem problema nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já tem requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já tem requerimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já temos três requerimentos no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, V. Exa. pode assinar um desses também para ser um dos autores, por favor. Tá?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não. Estando aí, me sinto contemplado.

Ministro, nós temos uma estimativa de que a cada dez pacientes que são intubados oito evoluem a óbito, morrem, ficando apenas dois. Eu tenho escutado isso de vários médicos. E essa estatística leva a um questionamento meu. Isso é devido a quê? À quantidade de leitos com médicos que não estão preparados para fazer o procedimento de intubação, ou é falta de medicação específica para intubação, ou é uma estatística que, independentemente da Covid, acontece mesmo? Porque hoje, quando a gente fala de intubação, eu já coloco a pessoa com a possibilidade de 80% de não sobreviver. E com as pessoas que foram intubadas aconteceu exatamente isso. Então, é a minha pergunta. Depois eu gostaria de fazer outra. Mas essa é a minha pergunta: o senhor sabe me dizer se isso é alguma inabilidade ou algum problema na medicação ou é uma estatística independente da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – É um conjunto de fatores, Senador.

Primeiro, os pacientes que vão ao setor público são pacientes mais graves. A doença, em si, é grave, é uma doença sistêmica, é uma doença que leva a uma síndrome respiratória aguda grave e que requer uma equipe muito treinada para dar uma assistência a esses pacientes a ponto de termos índices de mortalidade mais baixos. Então, os grandes centros nacionais têm taxas de mortalidade mais baixas, inclusive hospitais públicos. Mas essa não é a realidade do sistema de saúde como um todo. Então, é por isso que precisamos fortalecer o nosso sistema de saúde, qualificar melhor os profissionais de saúde. Aqui não são só os médicos, são os médicos, são os enfermeiros, são os fisioterapeutas. É um grande desafio.

Talvez, como eu falei aqui, a grande missão que essa pandemia nos traga é a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde como um todo, para que do Acre até o Rio Grande do Sul nós tenhamos uma assistência mais homogênea.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, só para finalizar, reforço aqui a minha gratidão pela coragem de o senhor está assumindo um Ministério tão delicado num momento que vai ficar para a história. A família é penalizada por isso. Tenho certeza de que a sua família está pagando um preço alto pela sua decisão de estar à frente.

O senhor não está sozinho, pode contar com um grande número de Parlamentares que estão caminhando, estão... Estamos aqui aprovando projetos para que se possa dar velocidade, para que mais vidas possam ser salvas. Esses questionamentos são importantes também. A gente não pode ficar de braço cruzado e calado diante do que está acontecendo, a gente precisa perguntar. Quanto mais conhecimento a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem fica mais fácil até ajudar, até contribuir. E agradecer. Sinto-me já contemplado pela oportunidade e pelas perguntas.

Sucesso! Estarei aqui sempre à sua disposição.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estamos todos torcendo pelo Ministro. Que dê certo; porque a ciência, com certeza, o conhecimento dele, se sobressairão.

Senador Alessandro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, só uma pergunta pertinente.

A hidroxicloroquina tem algum tipo de registro na Anvisa para o enfrentamento à pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não senhor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi, inclusive, rejeitada. Não é isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não tenho a informação se foi analisada para esse fim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando o Presidente da Anvisa estiver aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Perfeito, mas é que me parece que é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele também não pode saber...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Porque isso, inclusive, encerra a discussão. Não pode ser adotado em nenhum protocolo, seja onde for, pelo Ministério da Saúde, um medicamento que não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Foi dito isso pelo Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, existe uma série de medicações de prescrição *off-label*, em relação ao tratamento da Covid-19. Aliás, todos esses medicamentos são ditos de prescrição *off-label*, não só a hidroxicloroquina e a cloroquina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, tem uma situação – não sei se é lenda urbana, Ministro –, em que um navio de guerra americano, com 900 marinheiros...Eles iam sair ao mar... Os 900 marinheiros tomaram a tríplice viral, um deles estava infectado e ninguém foi a óbito nem nada. Mas deve ser lenda urbana.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, vou tomar a liberdade de, considerando o tempo que nós já estamos aqui, reiterar o juramento que V. Exa. fez de, perante esta Comissão, como testemunha, falar a verdade e não se recusar a citar, enfim, relatar fatos sobre os quais o senhor teve algum tipo de contato direto ou indireto.

No dia 16 de março, V. Exa. anunciou que a política do ministério é a do Governo do Bolsonaro, não a do Ministro da Saúde; a Saúde executa a política do Governo. É fato essa afirmação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Claro. Dentro do regime presidencialista, a política é a do Governo Federal. E eu sou o Ministro da Saúde. Não existe um Ministério da Saúde dissociado da Presidência da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Qual é a política do Governo Federal para o combate à pandemia, Sr. Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já disse aqui, de maneira reiterada, em relação à pandemia: vacinação da nossa população; caminhar com o programa de vacinação forte; o uso de medidas não farmacológicas; procurar apoiar Estados e Municípios com insumos estratégicos necessários para o enfrentamento à pandemia; trabalhar fortemente para a adoção de protocolos em relação à mobilidade urbana; ampliar a testagem da nossa população com testes rápidos e testes de antígeno. Enfim, vamos procurar contribuir com o Brasil, com os Estados e com os Municípios para pôr fim a essa pandemia, que está infelicitando de maneira tão forte a nossa gente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Ministro, o senhor relata um mundo ideal que não corresponde à realidade da política do Governo, em particular do Senhor Presidente da República. Então, a pergunta, volto a repetir, lembrando a situação de que o senhor está aí como testemunha – é perceptível que o senhor, além de ser um homem habilidoso, está muito bem treinado para usar suas respostas de uma forma evasiva; eu entendo e respeito, porque é um direito de V. Exa. –, mas objetivamente: qual é a política que o Ministério da Saúde vai implementar? É a do Ministro, Doutor, médico, Queiroga ou é a do Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu repito e reitero o que eu falei para V. Exa.: se o Presidente da República pensar de forma diversa, ele é o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – E o senhor vai implementar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Estou fazendo isso, Senador Renan Calheiros. E o Presidente da República tem nos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pensando de forma diversa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – De forma diversa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não estou pensando de forma diversa. Eu estou trabalhando no Ministério da Saúde. Fui nomeado pelo Presidente da República e estou trabalhando conforme as orientações técnicas dia e noite.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Dr. Queiroga, me permita adentrar um pouquinho mais nessa questão, porque parece que nós temos uma dificuldade de consubstanciar, de materializar aqui qual é efetivamente a política que nós teremos no Ministério da Saúde.

O senhor verbaliza... Não é a primeira vez. O senhor é um bom profissional da Medicina, respeitado. O senhor verbaliza tudo aquilo que a ciência recomenda, como, por exemplo, não fazer a indicação, como política de saúde, usando recursos públicos, de tecnologias ou medicamentos que não foram inseridos no sistema. O senhor já falou isso aqui várias vezes. No entanto, este Governo já fez isso e continua fazendo. Então, eu preciso compreender qual será a postura de V. Exa., qual é a postura de V. Exa. neste momento em que o senhor faz parte de um Governo que não cumpre aquilo que a ciência e V. Exa. verbalizam;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

cumpre aquilo que o Presidente verbaliza no cercadinho, nas *lives*, nas conversas para animador de torcida. Seja claro, por favor, Sr. Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu já fui bastante claro. Se eu não fui claro, eu peço desculpas a V. Exa., mas a política é essa que eu aqui externei. Está sendo colocada em prática, nós estamos trabalhando fortemente em relação à campanha de vacinação, estimulando as medidas não farmacológicas. Eu assumi o Ministério da Saúde há 45 dias: tenho trabalhado de maneira diuturna para que tenhamos sucesso com a pandemia. Agora, a pandemia é gerida não só pelo Ministério da Saúde, Senador. Nós temos uma... Estados e Municípios e o SUS têm uma organização tripartite, e eu, como Ministro da Saúde, tenho uma condição de liderança. Temos que trabalhar em harmonia com Estados e Municípios e construir políticas públicas que sejam eficientes. É isso o que nós temos feito no Ministério.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Ministro, o senhor, durante o início do seu depoimento, referiu a existência de uma política nacional de testagem. O senhor confirma que existia – existe – uma política nacional de testagem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

Foram distribuídos testes para Estados e Municípios. Essa política faz parte da Secretaria de Vigilância em Saúde, que aqui, eu posso, num primeiro momento, encaminhar para V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, no entendimento de V. Exa., uma política nacional de testagem consiste em distribuir para os Estados os *kits* de testes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, existe uma política de testagem no Ministério da Saúde. Eu já, aqui, externei para V. Exa. que nós vamos fazer modificações, porque o RT-PCR demora para que tenha um resultado, e nós vamos buscar esses testes mais modernos, os testes rápidos, com antígeno, para orientar melhor a questão do isolamento do paciente contaminado, dos seus contactantes.

É isso que nós vamos fazer.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Ministro, a Dra. Mayra Pinheiro continua fazendo parte da equipe do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Dra. Mayra Pinheiro é Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor, como Ministro da Saúde, como gestor de saúde pública, o senhor admite o uso de recursos públicos para a divulgação, disseminação, defesa do emprego de tecnologia, remédio ou procedimento que não foi inserido adequadamente no Sistema Único de Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não admito, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Então, imagino que não vai voltar a acontecer o que já aconteceu, o emprego de recurso público, a distribuição de remédios para catequização de profissionais, inclusive a criação de um aplicativo que automaticamente referendava a indicação desses medicamentos? Não vai existir mais?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Na nossa gestão, não há esse tipo de política, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Parabenizo V. Exa. por isso.

V. Exa. disse que já fez a solicitação junto à Conitec do estudo específico do protocolo para tratamento, seja preventivo, seja hospitalar, da Covid. O senhor pode informar o número desse protocolo para que seja acompanhado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, eu não tenho esse protocolo agora, mas eu...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas é possível fazê-lo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... posso passar, num primeiro momento, para V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

V. Exa., pelo que eu posso entender, já afirmou, mais de uma vez, que não participou, nem ouviu falar de reuniões com técnicos que fariam uma espécie de assessoria paralela do Senhor Presidente da República. É fato isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É fato, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor nunca participou, nem nunca ouviu falar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nunca participei, volto a reiterar para V. Exas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nem nunca ouviu falar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Estou ouvindo falar agora e não participei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Então, eu posso entender e deixar consignado que o único responsável pela política de saúde que o Brasil vai enfrentar durante a gestão de V. Exa. é V. Exa. e o Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Ministro, a gente falou aqui, várias vezes, sobre a questão do respeito à ciência e a necessidade do respeito à ciência para que a gente possa fazer o emprego de recursos públicos e salvar vidas. E, aí, chegamos, não há como não chegar, na questão da cloroquina, multidebatida.

Ao ser questionado pelo Sr. Relator, V. Exa. começou a expressar, mas não concluiu, o conhecimento que tem de pesquisas, de qualidade elevada, sob o ponto de vista de evidência científica, que apontam a inutilidade desse medicamento para casos graves, para casos intermediários e V. Exa. parou no momento dos casos leves. Eu pergunto se V. Exa. também tem ciência de estudos que apontam essa ineficácia.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Há estudos observacionais que apontam alguns resultados positivos, há outros em contrário. E essa questão é onde reside a divergência. Isso vai ser dirimido pela Conitec, depois vai ser colocado em consulta pública, para que se tenha uma pacificação sobre esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. deu uma grande contribuição, em entrevista ao jornal *O Globo*, quando ensinou aos brasileiros que existe uma gradação entre evidências científicas. Correto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor mencionou isso, inclusive, nesse depoimento.

Os estudos observacionais que V. Exa. cita estão situados em que ponto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nível C, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nível C?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nível C.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor vai me dizer que não existem estudos de nível A que apontem que esse medicamento não é efetivo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, na fase inicial da doença, ainda carece de uma definição maior, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso será avaliado pela Conitec.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor desconhece... Por exemplo, o depósito de pesquisas PubMed me parece que é o mais referido, não é?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Evidentemente, eu o conheço, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Evidentemente, como eu disse!

Então, Ministro, fazendo uma busca, nós encontramos lá 93 estudos feitos pelo mundo afora, da mais alta qualidade sob o ponto de vista de referência e de evidência científica, que recusam a utilização desse medicamento. Então, V. Exa. ainda entende que é preciso comparar essa quase centena de estudos de classe A, com evidência científica, com estudos de classe C a título de quê?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse assunto, Senador, será enfrentado pela Conitec, como, de maneira reiterada, eu afirmei para V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. pode confirmar para esta Comissão e para quem nos acompanha que o consumo desses medicamentos, sobre os quais não resta dúvida razoável na ciência no tocante à ineficácia, sobre os quais... Não há dúvida nenhuma, após três depoimentos apenas nesta CPI, de que a aquisição, a produção e a distribuição desses medicamentos se deram em desacordo com a legislação. O senhor sabe apontar se houve um aumento significativo no consumo desses medicamentos? Posso citar rapidamente a cloroquina e a ivermectina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não tenho esses dados para informar para o senhor de maneira precisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, eu, sinceramente, desejo que V. Exa. consiga compatibilizar, ao longo de sua gestão, o apreço e a oportunidade política de fazer uma nova saúde no Brasil... Acho importante, acho louvável que V. Exa. tenha isso, mas que tenha condições de compatibilizar isso com o juramento de respeito à vida que V. Exa. fez.

Seus dois antecessores médicos relataram exatamente o mesmo quadro, com as melhores intenções, com as melhores referências científicas, mas esbarraram em um muro de ignorância. Um foi demitido, o outro pediu demissão. Uma terceira, em menos de 24 horas, também não aceitou o convite feito, por enfrentar esse mesmo muro de incompetência e ignorância.

Então, peço que V. Exa., pelo amor e pelo respeito que V. Exa. tem, pela carreira que construiu pelos seus méritos, no momento em que enfrentar esse muro, também tenha esse discernimento para não comprometer a sua carreira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Angelo Coronel, por via remota... (*Pausa.*)

Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Relator, Senador Renan Calheiros; Sr. Ministro Marcelo Queiroga...

Ministro, o senhor está vendo aqui uma CPI política em cima desses fatos.

O Governo Bolsonaro é um governo sério. Estive, por 20 anos, com Bolsonaro. Ele é brutão, grossão, mas é sério, humano, procura fazer o melhor pelo Brasil. Eu passei pelos Governos Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma, Michel. Em 22 anos, Senador Marcos Rogério, eu não vi o que... Nesses dois últimos anos, em termos de corrupção, não está se ouvindo falar isso aí. Parece que alguém quer que volte o sistema que tínhamos antigamente.

Eu vou falar alguma coisa rápida sobre esse processo que estamos trabalhando. Vou lhe citar o Dr. Luc Montagnier, cientista, Prêmio Nobel de Medicina; Satoshi Omura, Prêmio Nobel de Medicina; e um cientista, Didier Raoult, advogando sobre a cloroquina, ponto. Vou lhe entregar esse material.

Um colega aqui falou em uma pesquisa da Harvard. Preste atenção, Senador Renan, Senador Omar Aziz, aqui está: retratação. Tiveram que se retratar. Foi fraudulenta a pesquisa. E eu vou lhe entregar isso aí, viu, Ministro? E até para o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Para mim não precisa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não? O.k. Está bem.

Aqui há uma pesquisa, Sr. Ministro, publicada na revista *Jama*, onde o ex-ministro Mandetta foi elogiado na pesquisa. Há recursos, parece-me, do Senado Federal, acho que do Ministério da Saúde. E nesse estudo... Eu estou pensando – falei com seu advogado-geral aí da AGU, seu colaborador – no que eu posso fazer em cima desse processo.

Nisso aqui foram usadas superdosagens. Houve mais de 20 mortes no Estado de Manaus, no Estado do Senador Omar Aziz. Nós temos que investigar isso aí. Como é que o senhor vai... O senhor é médico. Como é que o senhor vai recomendar uma dosagem seis vezes maior para pessoas de certa idade? Alguma coisa tinha que acontecer, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso vai estar com o senhor também.

Quem autorizou essa medicação *off-label*? Está aqui: existem mais de 90 processos *off-label* no Ministério da Saúde, de inúmeras doenças. Se essa doença começou em fevereiro, março do ano passado, não podia ter medicação O que eles tão usando? O que os médicos podem receitar, de acordo com o Conselho Federal de Medicina.

O colega Alessandro fala aqui em cima de pesquisas... Eu vou lhe passar aqui, Ministro, 236 estudos randomizados, padrão ouro, para remédios reposicionados para o combate ao Covid. Está aqui. Quem quiser pode pegar.

Quando se fala na questão da pesquisa, aqui há uma pesquisa que, lá no meu Estado, chama-se de campeira. Rancho Queimado, Santa Catarina; Gramado, Rio Grande do Sul; Ilhabela, São Paulo; Porto Seguro, Bahia; Floriano, Piauí e Porto Feliz, São Paulo. Eu peguei os casos de médicos que usaram esse tratamento. Somamos os seis Municípios: 339 mil habitantes. Contam com 46 mil casos de doença e tiveram, juntos, 501 óbitos. Preste atenção, Ministro: a letalidade média do Brasil hoje é de 2,8. E, nesses Municípios que ousaram fazer isso aqui, a letalidade é de 1,01. Senador Renan, se tivéssemos aplicado esse procedimento normal no Brasil... Aqui, Ministro, estão mais de 14 mil médicos, do Acre, do Amapá ao Rio Grande do Sul, que adotaram esse procedimento. Estão aqui! Hoje, quem sabe, nós teríamos 160 mil óbitos no Brasil; mas, agora, infelizmente, nós estamos aqui vendo se é médico de direita ou médico de esquerda.

Enquanto um colega falava sobre esse assunto, me liga – o senhor deve conhecer – o Professor Dr. José Antônio Ramires, cardiologista, professor da USP. "Senador, estou me oferecendo para explicar o que o colega médico estava falando aqui".

Posso convidá-lo, Senador Omar Aziz, para falar sobre esse assunto.

Então, é isso que eu quero colocar: são evidências, fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu não entendi. Como é?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse médico, enquanto eu estava ouvindo – aqui estou desde as 9h, 10h da manhã – o que outros Senadores falavam, me ligou, através do Deputado Celso Russomanno, que estava com ele, e se ofereceu para vir aqui. Ele é cardiologista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje pela manhã, logo cedo – eu cheguei aqui às 8h da manhã –, a Dra. Yamaguchi, que é cardiologista, estava no meu gabinete se oferecendo para vir aqui também, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que, no debate, independentemente de posicionamento, de quem pense de uma forma, é papel do Senado ouvir a todos. No momento certo, vamos ouvir, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que, no caso dela, já tem até requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ouvir sim, viu, Senador Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E uma das maiores defensoras disso é a Dra. Yamaguchi, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem requerimento dela, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela esteve no meu gabinete bem cedo hoje, e eu disse a ela que a ciência tem que debater com a ciência. Não somos nós, Parlamentares, que vamos debater com a ciência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Então, o que eu quero, Ministro, é que nós possamos debater esse tema, quem é a favor e quem é contra. Cientistas!

Quando alguém, Senador Renan, falava que eu sou agrônomo, o.k. Mas eu não falo como agrônomo, estou ouvindo médicos, cientistas falarem sobre isso, cardiologistas, imunologistas, infectologistas, enfim, gente de todas as áreas. Por isso é que eu falo.

No vacinômetro hoje, Ministro, nós já temos 45 milhões de brasileiros vacinados. Estamos na frente da Alemanha. Eu vejo aqui uma reportagem, enquanto os colegas falam... Podemos ter errado em alguma coisa, mas são 45 milhões vacinados e vacinas já compradas para o restante.

Estou vendo aqui uma nota da União Europeia. A Organização Mundial da Saúde criticando a União Europeia, porque, dos 27 membros, apenas 4 atingiram a meta; e 23 estão fora da meta. Aqui fala assim: "A AstraZeneca deixou de entregar 70 milhões de doses". Os problemas que nós temos aqui a Europa tem. Não vale para nós, mas nós temos que corrigir esses problemas. Eu só queria colocar.

Eu não falei hoje, Senador Renan, que eu quero usar vacina de gado. V. Exa. votou, deve ter votado, um projeto do nosso colega Wellington Fagundes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não vou responder a V. Exa. Eu já deixei claro...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom! Então, escute. O senhor falou de mim, e eu vou lhe falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem provocação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário sejam utilizadas na produção de vacinas contra a Covid-19. Aprovado nesta Casa.

Imagine, Ministro... Eu tenho quatro plantas aqui que podem produzir um bilhão, dois bilhões de doses, que podem propiciar duas, três, doses para o povo brasileiro, 600 milhões de doses, e podemos ser exportadores de vacinas.

Está aqui! Projeto aprovado nesta Casa com o aval do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Ciência e Tecnologia, e também da própria Anvisa. É possível fazer isso. Esses laboratórios já estão interagindo, Senadores Wellington Fagundes, Izalci, Nelsinho Trad, com o Butantan para ver se o Butantan quer envasar com eles, o.k.? É possível fazer com que nós... A vacina será Butantan, mas que eles possam envazar.

Existe a Covaxin inglesa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Indiana.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... indiana, que pode ser utilizada ou outras também. Já temos cinco vacinas, Senador Omar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tá bom?

Cinco vacinas brasileiras, com recurso do Ministério da Ciência e Tecnologia: uma no Hospital de Clínicas de São Paulo; na USP, em Ribeirão Preto; na Universidade Federal de Minas Gerais; na Universidade Federal do Paraná; e na Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que o Relator do Orçamento retirou o dinheiro, 100 milhões, para fazer a vacina, retirou o dinheiro e colocou onde ele bem quis. O Relator do Orçamento fez isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Poderia agora, no primeiro PLN ou em qualquer outro projeto que nós fôssemos votar, repor não só esses 100 milhões, mas qualquer outro tipo de recurso que é necessário para fazer a vacina brasileira, seja a ButanVac, seja qualquer outra vacina.

Agora, no corte do Orçamento, o Ministério da Ciência e Tecnologia ficou sem o dinheiro para essa vacina, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eles têm orçamentário e não têm financeiro.

Ontem, Ministro, Senador, eu estava lá tratando desse assunto, e vai sair o recurso, eu lhe garanto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou... Não, nós estamos torcendo para isso, Senador. Não estamos longe, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, vou lhe dizer que vai sair.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu estou lhe afirmando que, nos cortes, foram cortados 100 milhões.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou lhe dizer que já vai sair.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou lhe afirmando isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, são 720 milhões para cinco vacinas, para entrar nas fases 2 e 3, Ministro – o Ministro conhece melhor do que eu esse assunto –, para termos vacinas brasileiras que poderão ajudar, porque esse problema não vai terminar neste ano, teremos outros anos também. Só para colocar nesse sentido.

O Governo Bolsonaro, no ano passado, liberou extraorçamentário para hospitais, Estados e Municípios R$73 bilhões para a saúde. No meu Estado, Ministro, os hospitais filantrópicos tinham 900 leitos de UTI Covid, em março do ano passado. Em março deste ano, 3.003 leitos de UTI Covid. Triplicou, porque foram liberados diretamente aos hospitais quase R$600 milhões. Para prefeituras e Estados, que tinham que liberar 11% e mais recurso direto, tem quase R$1 bilhão, Senador Girão, que possibilitaram que se aumentassem os leitos.

Nós temos também... Nós levamos ao Ministro Pazuello ainda, no dia 10 de março, criticando os *kits* de intubação e falando da questão dos leitos de UTI. No ano passado, foi liberada a autorização de 20 mil leitos; neste ano, já tem autorizada a renovação de 22 mil leitos. Isso já representa R$26 bilhões para 22 mil leitos. E a sua meta, Ministro, deve chegar a 30 mil, 35 mil leitos de UTI nas 1.824 santas casas e hospitais filantrópicos do Brasil. Isso está acontecendo neste Governo. Também no ano passado, Ministro, sobraram R$23 bilhões nas contas das prefeituras, dos Governos estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse dinheiro, um projeto da minha autoria, autoriza que possam ser utilizados este ano esses recursos; que as prefeituras e os Governos estaduais possam repassar.

O caso de Manaus, que falam da questão do oxigênio... Em 31 de dezembro, sabe quanto tinha na conta do Fundo Estadual de Saúde lá do Amazonas, do Governo do Estado e das prefeituras? R$681 milhões. Esse é um dos fatos determinados desta CPI.

Agora, eu pergunto, o senhor hoje é Ministro: O senhor que seria o responsável por comprar o oxigênio em Manaus ou em qualquer Município do Amazonas? Ou seria o Governador, o secretário ou o Prefeito?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Conforme o que está pactuado na tripartite, esse insumo é de responsabilidade dos Prefeitos e dos Governadores. Todavia, o Governo Federal tem apoiado fortemente Prefeitos e Governadores nesse sentido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O dinheiro foi liberado, Ministro. Sobraram R$681 milhões.

Então, o que nós temos que ver é a forma... Eu mostrava ao Ministro Pazuello o chamado *kit* intubação, Senador Girão. No meu Estado, Midazolam custava R$2,80, em março do ano passado. Midazolam, este ano, em março, custa R$24, na média do Rio Grande do Sul.

O Governo Federal comprou aqui 7,8 milhões de doses e distribuiu para os Estados, a partir daquela iniciativa. Comprou por R$3. Alguém ganhava, ou laboratório ou distribuidora. Comprou e doou. Dessas 7,8 milhões, tem dois milhões de poucos que a Vale doou, mas seis milhões, cinco milhões foi o Governo que comprou.

Então, Ministro, vamos trabalhar. Eu vou lhe deixar uma proposta. Estes dados aqui, se não tem protocolo... Se esta Comissão quiser, Senador Omar Aziz, vamos trazer cinco, seis cientistas que falem a favor e falem contra. Vamos ter um programa. Conforme eu mostrei, estes Municípios têm letalidade de um, Senador Girão, um! E o Brasil tem 2,8. Tem países que adotam esse procedimento, países! Esses cientistas vão falar, não sou eu que vou falar. Falam eles em cima do que serve e do que não serve. Então, esse é o fato que tem e eu gostaria que fosse discutido esse assunto.

Outro ponto importante, Ministro, na questão da vacinação. Ouçamos essas cinco vacinas que estão na fila e que logo, logo nós teremos vacina, nossa, brasileira. Vamos discutir com Butantan, com Fiocruz, com Covaxin. E no caso da vacina... Alguém falou aqui na questão da vacina Sputnik. Então, a Anvisa não prevaricou. Os técnicos nossos, Senador Renan, foram à Rússia, e não permitiram que eles entrassem dentro do laboratório, Senador. Como é que fica isso? Se eu vou lá fazer uma fiscalização e não consigo entrar, Senador Girão, como é que fica? Falta documentação, faltam elementos. Eles não podem aprovar. A responsabilidade, amanhã, vai ser de alguém que assinou autorizando.

Tem que vir, torcemos que venha o quanto antes, é só o Governo russo ou quem fabrica essa vacina na Rússia mandar essa documentação toda, a completa documentação, permitir que os técnicos façam vistoria e tem vacina, 40 ou 50 milhões de doses parece que já foram compradas pelos Governadores, pelo próprio Governo Federal.

Então, isso, Ministro, era o que eu queria colocar. É importante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador. Já ultrapassou bastante o seu tempo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não ultrapassou. O senhor falou do meu tempo. Terminou agora o meu tempo. Eu estou cuidando do tempo. Se me dá licença, vou falar dez minutos a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que a gente fizesse, Sr. Ministro, uma discussão sobre esse plano. Se eu lhe apresento seis prefeituras, estou buscando 60, 70 prefeituras que usaram esse protocolo, por conta deles.

O caso de Porto Seguro, que eu tinha aqui... Em Porto Seguro, o índice de letalidade é 1; do Estado da Bahia, é 2 ponto alguma coisa.

Ontem um colega disse que a água cura. Tá bom! Eu acho que água de Porto Seguro é melhor do que a água... Está aqui. Na Bahia, 917 mil casos, 18.907 mortes, letalidade de 2.,6, um pouco mais baixo do que do Brasil.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, está atingindo o Estado da Bahia, por favor, vamos ter respeito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas eu estou falando. Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o seu tempo já ultrapassou e muito, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Faz dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, Senador. Mas ninguém...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Total de casos em Porto Seguro: 18 mil... Quando eu estou falando, não deixe que falem. Outros aqui chegam fazendo dez perguntas durante a reunião. Eu tenho que ter o meu tempo, estou aqui desde as 10h da manhã. Sou igual a qualquer um outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor já tem 17 minutos, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Porto Seguro, 18 mil casos, 153 mil mortes, 0,82.

Vamos discutir essa questão de um protocolo decente e vamos discutir a questão da vacinação, Ministro. Isso é extremamente importante. De que forma podemos somar forças, arrumar o recurso – e vamos arrumar – para as vacinas brasileiras, chinesa, indiana, russa, não interessa! Nós podemos produzir vacina aqui e o Brasil ser exportador de vacina.

Muito obrigado.

Obrigado, Senador.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Interessa qualquer vacina, de qualquer lugar do mundo; "não interessa chinesa", não! Interessa, sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não. Foi contrário? Não, não, Ministro, o senhor interpretou mal. Não me interessa se é chinesa, indiana...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, nos interessam todas as vacinas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou dizendo: qualquer uma, qualquer um serve, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque eu mesmo parabenizei o Ministro Queiroga, porque ele, naquela reunião da OMS... Um ano atrás o Brasil não queria nem comprar, queria impor condições para comprar uma vacina.

Já o Ministro Queiroga, com a sua humildade e responsabilidade como médico, fez um apelo à OMS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu já fiz a chinesa, eu já tomei. Pronto!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu querido amigo de Brasília, Senador Reguffe, que prazer tê-lo aqui.

Com a palavra o Senador Reguffe, agora, por 15 minutos. Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não sou membro desta CPI, não fui indicado pelo meu Partido, mas faço questão de estar aqui. Esse é um depoimento importante para a população brasileira, depoimento do Ministro da Saúde do Brasil. Então, eu faço questão de estar aqui.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Cheguei aqui cedo, fui o segundo Senador a chegar aqui e acompanhei todo o depoimento, vi todas as perguntas de todos os membros da Comissão e as suas respostas, para agora poder ter a minha vez de colocar aqui os meus questionamentos a V. Exa.

Antes, queria dizer que eu assinei os dois pedidos, os dois requerimentos para instalação da CPI. Assinei o requerimento para investigar a União, o Governo Federal, e assinei também o requerimento para investigar os Estados, Municípios e Distrito Federal pela aplicação dos recursos federais, que também precisam ser investigados.

Há uma série de denúncias de desvio de dinheiro público, inclusive, com operações da Polícia Federal, e isso precisa ser investigado. Qualquer desvio de dinheiro público é algo grave; na saúde, mais grave ainda – numa pandemia, é uma crueldade! Então, é preciso investigar a União, mas é preciso também investigar os Estados, Municípios e Distrito Federal pela aplicação dos recursos federais.

Antes de começar os questionamentos, eu queria, primeiro, parabenizar V. Exa. Acompanhei aqui desde de manhã cedo, fui o segundo Senador a chegar à Comissão, estou aqui desde cedo. Eu queria parabenizar V. Exa. pela sua educação e pela forma respeitosa como respondeu todos os questionamentos. Eu acho que a gente não perde nada na vida sendo educado e respeitoso com os outros. Então, eu queria, primeiro, parabenizar V. Exa. pela sua educação.

Agora, no que condiz aos questionamentos, Sr. Ministro, é preciso também falar do Governo Federal e da atuação do Governo Federal nesta pandemia.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) decretou a pandemia em 11 de março do ano passado. Em 11 de março do ano passado, o mundo tomou consciência de que vivíamos numa pandemia. O próprio Senado Federal aqui decretou sessões remotas, nós começamos a trabalhar de casa. A partir de março, foi colocado que a grande solução era a vacina... No dia 11 de março... Pois a medida provisória que o Governo Federal soltou sobre a vacina – a grande medida provisória para buscar recursos para a vacina –, a MP 1.015, de 2020, só saiu no dia 17 de dezembro! Ela foi editada apenas no dia 17 de dezembro de 2020! A pandemia foi decretada no dia 11 de março, e, apenas no dia 17 de dezembro de 2020, foi editada a medida provisória de R$20 bilhões para compra de vacinas, a MP 1.015, de 2020. Em agosto e setembro, teve as MPs 994 e a 1.004, com valores ínfimos, mas a grande medida de R$20 bilhões apenas em dezembro.

E aí, Sr. Ministro, é importante que se diga ao País, porque está morrendo muita gente, e nós estamos muito atrasados na vacinação. Às vezes, se coloca em termos absolutos, mas, em termos proporcionais, nós não estamos nem entre os 50 do mundo, e o Brasil está entre as 10 maiores economias do mundo! Então, isso é grave. Nós perdemos até agora 414 mil vidas, com famílias sofrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro questionamento que eu queria fazer a V. Exa. é sobre a vacina. V. Exa. respondeu a vários Senadores aqui, mas a sociedade não sabe ainda qual é a previsão do Ministério da Saúde, clara e objetiva, para a vacinação da população. Quando serão vacinados os que têm 50 anos? Quando serão vacinados os que têm 40 anos? Quando serão vacinados os que têm 30 anos? Quando serão vacinados os que têm... Quando será vacinada toda a população? "Ah, mas depende realmente dos outros países para a vacina." Eu entendo isso, mas é importante a população ter uma expectativa. Qual é a expectativa? O que V. Exa. poderia dizer? É claro que depende dos outros países, depende de como se vai poder comprar vacina, mas qual é a expectativa? O que V. Exa. poderia dizer para a população? Qual a expectativa que tem, no seu interior, pelo menos, de quando serão vacinados os de 50, 40, 30 e toda população? Qual é a expectativa de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Então, a expectativa, Senador – obrigado pelas considerações que o senhor fez a meu respeito – é de que tenhamos a população brasileira acima de 18 anos vacinada até o final do ano, desde que todas essas doses contratadas cheguem.

Agora mesmo, eu trouxe aqui para o nosso Senador Omar Aziz a publicação no *Diário Oficial da União* da dispensa de licitação para aquisição de mais 100 milhões de doses da vacina Pfizer. Então, creio que teremos já esse segundo contrato com a Pfizer firmado. E é uma esperança para nós conseguirmos ampliar o nosso programa de vacinação. Agora, a luta por doses, por mais doses, é uma luta diária. O senhor pode acreditar que nós não temos descanso de um minuto. Eu chego ao Ministério da Saúde às 7h30 da manhã e, às vezes, eu saio após meia-noite. Nós temos dialogado fortemente com as embaixadas, com as indústrias que produzem doses prontas, dialogado com a Fiocruz... Segunda-feira eu fui ao Butantan, tive um diálogo muito produtivo com o Dimas Covas e os diretores do Butantan. Eu estou procurando fazer a minha parte. Não depende só de mim. Eu sou Ministro da Saúde do Brasil e eu tenho um compromisso de trabalhar para salvar vidas do povo brasileiro. Antes eu era médico assistencial, eu cuidava dos meus pacientes. E hoje, eu tenho a responsabilidade de cuidar da população do Brasil. Eu sei que é um peso muito grande para os meus ombros, mas vou me esforçar, vou dar o que existe de melhor em mim para que consigamos superar essa crise sanitária, não medirei esforços para isso, isso eu posso garantir a V. Exa.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas, Ministro, o final do ano não é muito longe, não, com alguns países já caminhando para o fim da vacinação, inclusive adotando medidas, já...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, Senador, na medida em que tenhamos a população do PNI toda vacinada, nós já vamos conseguir ter um impacto muito forte em relação à queda de óbitos etc., e um cenário epidemiológico mais favorável no País. Eu gostaria muito de trazer uma notícia melhor para V. Exa., mas essa meta de vacinar a população até o final do ano já é uma meta arrojada dentro do contexto que nós temos atualmente, infelizmente.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas precisa tentar ser mais rápido.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vamos trabalhar, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Queria fazer esse apelo a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós estamos discutindo com outras farmacêuticas, estamos procurando incentivar os dois institutos para que eles consigam produzir mais. Essa proposta do Senador Heinze de vacinas em parques animais é uma proposta a ser estudada. Há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras vacinas que podem também ser produzidas em outras indústrias brasileiras... Enfim, há um cenário que pode ser favorável. Agora, nós não podemos baixar a guarda. Temos que trabalhar todos os dias para isso.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Ministro, um segundo questionamento é o seguinte, é uma coisa que passa despercebida, de que pouca gente fala. Muita gente que tem o vírus, que tem a Covid, que tem o coronavírus se interna, vai para a UTI e depois tem alta com sequelas e simplesmente o Estado brasileiro, os governos estaduais não têm uma política pública para essas pessoas. Existe algum estudo, alguma política pública sendo gestada no interior do Ministério da Saúde para tratamento e acompanhamento daquelas pessoas que saem do coronavírus com sequelas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador. Nós estamos trabalhando nessa questão, nessas síndromes pós-Covid. O Professor Fábio Jatene, da Universidade de São Paulo, eu estive com ele na Fiesp, na segunda-feira, e tratamos desse assunto. E estamos avançando nesse tema. Esse é um tema muito importante, não só o das síndromes pós-Covid, como das outras doenças prevalentes, como das doenças cardiovasculares, o câncer.

Nós sabemos que está, felizmente, caindo o número de casos, mas nós podemos ter uma segunda onda de doenças cardiovasculares, das cirurgias eletivas que estão represadas. Há um cenário sanitário de complexidade e estamos trabalhando, seja na Secretaria de Atenção Primária, seja na Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, para construir essas políticas públicas, para fortalecer os hospitais públicos, sobretudo, e para garantir que esses leitos Covid que foram habilitados permaneçam habilitados à disposição dos nossos pacientes. Estamos trabalhando nesse contexto. Eu espero, no próximo mês, trazer esse conjunto de medidas e apresentá-lo à sociedade brasileira.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Um outro questionamento, Sr. Ministro, diz respeito aqui, ao Distrito Federal, que é a unidade da Federação que eu represento, pela qual eu fui eleito.

O Distrito Federal, que é a capital da República, no dia 7 de fevereiro deste ano, era a unidade da Federação que mais havia vacinado em termos proporcionais. Agora, dados oficiais, o Distrito Federal despencou para a nona posição, em termos proporcionais, e para a 21ª, em termos absolutos.

Eu queria questionar V. Exa.: é o Ministério da Saúde que está dando poucas doses para o Distrito Federal ou é o Governo do Distrito Federal que está sendo ineficiente e não está agindo da forma correta na vacinação da população do Distrito Federal?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, toda essa política da vacinação é coordenada pelo Programa Nacional de Imunizações. E as doses são distribuídas de maneira equânime, considerando a população que foi ali incluída dentro do PNI. Não há distinção entre Estados e Municípios, exceção se faça ao Estado do Amazonas, onde houve aquela pandemia e foi criado um fundo para ofertar mais vacinas para aquele Estado naquele momento. Mas, pessoalmente, desconheço que haja algum tipo diferenciado de tratamento ao Distrito Federal.

Também eu não tenho aqui todos os elementos para passar para V. Exa. acerca do que ocorre no Distrito Federal em relação à campanha de vacinação. Mas posso verificar, no Programa Nacional de Imunizações, com a coordenadora, e lhe passaria essas informações no primeiro momento.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu faço esse apelo a V. Exa., porque, de duas, uma: ou o Ministério da Saúde não está tratando o Distrito Federal da forma devida, porque o Distrito Federal despencou de primeiro para nono, em termos proporcionais, ou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo do Distrito Federal não está sendo eficiente na política de vacinação – de duas, uma. O fato é que os dados oficiais mostram a queda da vacinação aqui no Distrito Federal, aqui na Capital da República.

Quarto questionamento, Sr. Ministro.

Há várias denúncias, neste momento, e muito disse me disse também de falta de insumos, de pessoas dizendo que vai faltar oxigênio, de pessoas também falando de uma terceira onda.

Eu queria saber, no âmbito do Ministério da Saúde, o senhor vê a possibilidade de termos uma crise grande de falta de oxigênio no País e uma crise de grande desabastecimento de insumos nos hospitais do nosso País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Felizmente parece que nós já passamos o pico dessa segunda onda e a pressão sobre o sistema de saúde tem caído. Então, com isso, a pressão sobre o fornecimento desses insumos, do oxigênio, dos chamados *kits* de intubação orotraqueal, também caiu. Eu tenho um termômetro pessoal, que são as ligações que recebo dos secretários de Estado, dos secretários de Municípios, até dos Srs. Parlamentares. Então, a situação sanitária agora, desde que mantenhamos as medidas não farmacológicas, que avancemos na nossa campanha de imunização, é de um cenário em que vai haver uma queda da pandemia. Isso não significa dizer que devamos relaxar.

Sobre essa questão dos insumos estratégicos, o Ministério da Saúde já providenciou uma licitação internacional e nacional, sem estabelecimento de fixação de preço, para que consigamos um estoque maior no ministério para suportar os Estados e os Municípios. Eu aqui volto a dizer que a obrigação de buscar esses insumos é de Estados e Municípios, mas, diante do caráter pandêmico da doença, do grande número de casos que tivemos em face dessa variante, o Ministério da Saúde socorreu Estados e Municípios. Esse é um assunto que está, sim, no nosso alvo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu tenho outros questionamentos, mas eu vou respeitar o tempo. Só vou fazer aqui um encerramento e um último questionamento a V. Exa. – mais um minuto; quero ser disciplinado no tempo.

Mas quero dizer o seguinte: eu acho que nesse momento cada um tem que fazer a sua parte, cada um tem que cumprir a sua obrigação, assumir sua responsabilidade e fazer sua parte. Eu, no meu mandato aqui, tento fazer a minha, com toda dignidade. Aqui, fui o Parlamentar do DF que mais destinou recursos para a saúde pública do Distrito Federal. Destinei só neste ano R$11,2 milhões para equipamentos para os hospitais públicos do Distrito Federal e para a compra de medicamentos para a rede pública do Distrito Federal, para a compra de tomógrafos, para a compra de ventiladores mecânicos, de oxímetros... Tento fazer a minha parte.

Acho que esse é um momento, Ministro, de união. É triste ter mais de 400 mil mortes no País, e o tempo todo se incentivar a divisão. Eu queria que o senhor conversasse com o Presidente da República e o fizesse ver que o momento não é de divisão. O País precisa de solidariedade, precisa que as pessoas se unam, precisa que as pessoas entrem numa corrente de amor ao próximo, de solidariedade. O senhor, provavelmente, é pai, é filho, tem amigos que estão no hospital internados, então é muito importante que, nesse momento, a vacina, por exemplo, não seja uma questão ideológica. Vacina é a chance da humanidade de salvar vidas, não é uma coisa de direita ou de esquerda. Vacina é a chance real que a gente tem de evitar que um brasileiro morra. Então, eu queria fazer este apelo a V. Exa.: que tente ter essa conversa com o Presidente para unir o País, para unir... A gente precisa, nesse momento, ter solidariedade com o próximo. E, aí, o Presidente também – e eu sempre acho que a gente se afirma pelo exemplo –, quando sai sem máscara nas ruas, não dá um bom exemplo para o País, e é importante que esse exemplo seja dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria – e V. Exa. se mostrou tão ponderado aqui – que conversasse construtivamente. É isso que eu queria dizer de coração. Não é uma coisa contra ou a favor, mas é uma coisa para o momento que a gente vive. Nós vivemos uma pandemia, e há vidas sendo perdidas.

E o último questionamento é com relação à quebra de patentes.

O Presidente norte-americano, Joe Biden, deu ontem um grande exemplo para o mundo. Mesmo com prejuízo para os Estados Unidos, ele falou "momentos extraordinários exigem medidas extraordinárias" e defendeu a quebra de patentes, porque é importante vacinar mais gente, salvar vidas, e eu queria perguntar... V. Exa. já falou aqui que não acha que é uma boa ideia a quebra de patentes. Essa é uma posição já oficial do Ministério da Saúde ou ainda é uma reflexão que será feita no âmbito do Governo Federal, para que se tenha uma posição oficial sobre a quebra de patentes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não sou um especialista nesse tema. Isso é uma opinião...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E quero agradecer a V. Exa. as respostas e ao Presidente a benevolência do tempo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Como eu disse, Senador, eu não sou especialista nesse tema. Eu tenho receio de que essa medida possa, de alguma maneira, prejudicar o rito de entregas de vacinas para o Brasil, mas é um tema que a OMS também discute, e temos que evoluir no entendimento dessa matéria, que é sensível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Eu quero saber, Sr. Presidente, como é que vai ficar a questão do tempo, justamente porque começou a Ordem do Dia, há Senadores inscritos ainda, eu estou o dia inteiro aqui, esperando para falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora vai falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora vai já falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mesmo com a Ordem do Dia caminhando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não há impedimento para... Só há impedimento para deliberação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, então que fique esclarecido, porque está na dúvida. Então, podemos permanecer tranquilamente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não há problema, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está bom. É isso. Obrigada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ótimo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, a senhora... Eu vou dar... O Senador Angelo Coronel...

Pela ordem, Senador Angelo Coronel, por favor. (*Pausa.*)

Senador Angelo Coronel, tem que ligar o som.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Estou ativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente Omar, pela abertura do tempo para mim, porque eu estou aqui em trânsito. Mas eu queria aproveitar para fazer duas perguntas simples ao nosso Ministro Queiroga.

Ministro, eu o acho realmente um craque, porque não é fácil conduzir uma pasta numa pandemia de grande magnitude como essa, em que o senhor prega que o distanciamento social é importante, o senhor prega que o uso de máscara, de álcool em gel, é imprescindível, mas você não acha que está na hora de o Ministério da Saúde destinar uma verba específica, convocando artistas, que são bons formadores de opinião, para aumentar isso que tanto o senhor prega e que também os cientistas pregam, que é o uso da máscara, do álcool, do distanciamento social? Há algum entrave que o impede de fazer isso? É alguma falta de verba? Porque, na grande mídia, nós não vemos nenhuma propaganda a esse respeito.

E uma segunda pergunta é o seguinte: também não está na hora de acabar com essas brigas com imprensa e começar o Ministério da Saúde a divulgar os números reais dos óbitos, dos internamentos que estão acontecendo no dia a dia no Brasil? Eu acho que já chega de um consórcio de empresas reunidas divulgar algo que não é oficial. Eu acredito que o oficial deve sair do Ministério da Saúde.

Então, ficam essas duas perguntas, às quais eu gostaria muito que V. Exa. respondesse.

Obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Muito obrigado, Senador.

O senhor tem razão. Nós estamos trabalhando com essas questões publicitárias. Eu, aqui, anteriormente, já falei os números em relação às inserções. O Ministério da Saúde tem que ser, sim, a referência desses dados epidemiológicos em relação à pandemia da Covid-19. Esses dados, inclusive, estão disponíveis no *site* do ministério, mas reconheço que precisa ser ampliada essa questão, para que tenhamos o ministério como a referência para a sociedade brasileira.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Faltou responder, Ministro, a questão da verba destinada à propaganda institucional...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... com a grande mídia brasileira.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já falei aqui de manhã. Eu vou pegar aqui... Eu vou pedir que me informe o montante de recursos que foi investido com campanhas. (*Pausa.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Se não tiver agora, Ministro, não tem problema.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu passo para V. Exa...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O importante é que a mídia seja feita.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu passo para V. Exa. esses números.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Angelo, ele vai passar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Inclusive utilizando artistas, o que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci Lucas! (*Pausa.*)

Senador Izalci Lucas. Depois, Senador Jean Paul Prates...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Senadora Soraya, Senadora Eliziane, Senador Fabiano Contarato e Senadora Zenaide. Aí acabou.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está triste, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O papel nosso é trabalhar. O que é que a gente vai fazer?

Senador Izalci!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Será que o Ministro não quer, Presidente, comer? Um intervalo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já teve.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele é gente, como...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ministro não come, não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Já fez, mas um segundo intervalo, gente, visto o adiantado da hora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois do Senador Izalci, vamos tomar uma água.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero começar a minha fala fazendo uma questão de ordem.

Nós já estamos, Presidente, recebendo os documentos dos requerimentos de informação. Então, eu gostaria de perguntar a V. Exa. se V. Exa. vai fazer a normativa de acesso aos documentos, principalmente os documentos sigilosos que estão chegando já para análise. Então, essa é a primeira fala.

Com relação...

V. Exa. quer responder ou já entro nas perguntas, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, nós estamos definindo onde nós vamos colocar esses documentos. Tem alguns documentos que são sigilosos, e nós temos que ter um critério para poder acessar. Assim que nós tivermos... Eu acho que, na terça-feira, nós já teremos uma posição, porque é necessário ter um cofre para guardar esses documentos. Tem a responsabilidade de que não se vazem dados de ninguém. Mas essa é uma preocupação... E a imprensa toda está perguntando também: "Quem é que vai tomar conta disso?" Quem vai tomar conta disso é o Senado. O Senado tem a responsabilidade de que não se vaze nenhuma informação. Algumas são públicas a que todo mundo pode ter acesso; outras são sigilosas, e a gente tem que ter todos os cuidados necessários para que a gente não cometa nenhum crime, deixando vazar essas informações.

Então, no momento certo, Senador, nós vamos tratar sobre esses assuntos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É só porque já chegaram, inclusive, inquéritos. Mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só chegou um inquérito até agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente. Eu sei.

Bem, eu vou entrar, então, Presidente, na minha fala com o Ministro.

Ministro, primeiro, agradeço a forma como V. Exa. tem colaborado com a CPI. Eu quero, inicialmente, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, só um minutinho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a reunião.

O Presidente do Senado está pedindo para encerrar a reunião porque ele vai colocar em votação as matérias. São duas matérias para serem votadas. Terminando a votação, a gente retoma aqui, para concluir com os Senadores que estão faltando.

Eu não posso fazer nada, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Não, eu só queria saber se a gente vai ter condições de fazer pergunta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai. Vai.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se a gente vai conseguir falar, porque nós abrimos mão, e muita gente extrapolou o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Estou tranquila, Senador. Se o senhor falou, não me preocupo, é só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando o Relator e o Doutor Queiroga, que agora vai descansar, porque ele vai lá para o meu gabinete.

Não há problema nenhum.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pelo que nós lemos aqui, parece que é muito clara a letra do Regimento Interno, dizendo que não pode coincidir com a Ordem do Dia. Aí a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tudo bem. Vamos suspender a reunião?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma pergunta...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Eu quero falar, né? Aí nós abrimos mão do tempo, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou seguir a orientação do Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só uma pergunta técnica ao Ministro, Presidente.

Ministro, ao paciente com Covid recomenda-se receber visitas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Desde que exista o controle adequado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, visita externa, qualquer tipo de visita.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, há que haver um regramento de acordo com cada instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a recomendação é o isolamento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Há hospitais que disponibilizam uma televisita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é porque o Ministro Onyx, eu acho que resolveu correr o risco de visitar o Sr. Eduardo Pazuello no dia de hoje. Estranho porque ele informou a esta CPI que ele estava infectado com a Covid-19.

Então, me parece que é uma infração sanitária por parte de S. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Colega Randolfe, em processo penal, isso é condução coercitiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, nós vamos voltar assim que terminar a sessão do Senado. Voltaremos, e o senhor será o primeiro a falar, Senador Izalci.

Obrigado.

(Suspensa *às 16 horas e 54 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 36 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Izalci estava com a palavra. Depois, a Senadora...

Senador Izalci, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Pois não, Presidente.

Presidente, primeiro, eu quero trabalhar mais na linha...

Ministro, com relação, lógico, às apurações, nós apresentamos diversos requerimentos, convocações que ainda não foram deliberadas, e nós estamos aguardando toda a documentação, mas eu tive a oportunidade de falar com o Ministro Mandetta e gostaria de perguntar a V. Exa. sobre isso.

O grande problema que eu vejo na saúde, já há algum tempo, é exatamente a falta de informatização do Sistema Único de Saúde. E, consequentemente, também, em todas as Secretarias Municipais, há falta da informatização, há falta de informação, de controle, há falta de gestão mesmo do sistema de saúde. Eu não tenho nenhuma dúvida que grande parte do desvio de recurso, da corrupção na questão da saúde é falta realmente de entrar a questão da informatização, o que vários países já estão fazendo, e o Brasil está muito atrasado com relação a isso.

Aqui, para V. Exa. ter uma ideia, aqui no Distrito Federal, sequer tem controle de estoque de medicamentos. E acredito que seja realidade em outros lugares, mas na Capital do País acontece isso. Não tem nenhuma interação, nenhuma integração entre hospitais, unidades de saúde, postos de saúde, nada. Se você pegar dez receitas aqui, do mesmo medicamento, você vai em dez lugares diferentes e pega o mesmo medicamento. Para o senhor ter ideia, basta ver a corrupção que está aqui; a cúpula da saúde foi presa, e os argumentos do advogado de defesa tirou da prisão, alegando que era recurso federal. Portanto, nós vamos verificar isso aqui.

Mas, não só há a questão de controle, há a questão da dignidade. O cidadão hoje, Sr. Ministro, sai de casa às 6h da manhã, pega um ônibus, duas, três horas para chegar a um hospital e marcar uma consulta. E aí, muitas vezes, nem marca a consulta, uma coisa que você pode fazer em alguns segundos, utilizando os aplicativos. Então falta, realmente, as pessoas... Eu fico, assim, indignado, como as pessoas vão para o hospital público: parece que estão pedindo um favor. Há uma falta realmente de dignidade da pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humana. E há vários países, como eu disse – a Estônia, por exemplo; nós vamos fazer uma audiência pública agora, nos próximos dias, com a Presidente da Estônia –, 100% digitais.

E, na prática, o próprio Ministro Mandetta disse que havia alguma dificuldade. Ele tentou. Foi feita, inclusive uma proposta inicial, lá em Alagoas. Mas eu vejo assim: o sistema é único, é universal. Cabe ao Ministério da Saúde incentivar ou determinar ou condicionar esse controle, essa informatização para que haja realmente o controle, o planejamento. Não se planeja nada. Você não tem informação correta. Então, a minha sugestão... Eu sei que nós estamos em pandemia, mas eu garanto que nós vamos economizar, no mínimo, 30% dos recursos se tivermos controle, se tivermos informática, se tivermos realmente a determinação de termos uma gestão eficiente.

Outra coisa, Ministro, que acontece muito no Brasil, lamentavelmente, e eu fui um dos pioneiros disso aqui no DF, na questão da educação. Nós não podemos continuar financiando Fies, ProUni. E eu tive o privilégio de começar em Brasília, em 1998, um projeto chamado Cheque Educação e, depois, veio o ProUni. Nós temos que compatibilizar as necessidades do País com as bolsas ou com o financiamento. Se falta médico, temos que financiar mais médicos. Se faltam clínicos, se faltam físicos, se faltam enfermeiros, se faltam auxiliares de enfermagem, nós temos que patrocinar, com recursos do Fies e do ProUni, exatamente aqueles profissionais que estão faltando no Brasil. Isso é política pública. Agora, é iniciativa do Executivo. Então, levando em consideração que há essa discussão, inclusive, nos cursos de Medicina, indo para a saúde...

Há realmente divergência com relação a isso. Não sei o que V. Exa. pensa sobre isso, mas estavam tirando da educação a questão da formação e jogando tudo na saúde. Eu queria sugerir que, além da questão de informatizar o mais rápido possível o sistema, também se fizesse essa questão da prioridade com relação ao Fies e ao ProUni, exatamente para esses profissionais que faltam no mercado, que o Governo precisa e não há condição...

Eu tenho, inclusive, uma PEC, a PEC 200, desde 2011, que permite ao Governo Federal solicitar, se precisar, em qualquer área, principalmente Medicina – outras atividades, mas principalmente Medicina –, para que os alunos que se formam nas universidades públicas possam prestar serviço onde há necessidade. Ou o aluno... Lógico, recebendo salário normal, mas é inadmissível você não ter médico em vários Municípios do Brasil e nas capitais você ter excessos de médicos, muitos deles formados nas universidades públicas e que acabam não dando a contrapartida para a sociedade. Então, eu acho que a gente não pode deixar de atender vários Municípios por falta de médico, por falta de enfermeiro ou de profissionais da saúde.

Então, eu, já dentro dessa perspectiva, acho que a CPI tem o papel não só de apurar as irregularidades, mas também de contribuir com a melhoria da legislação, com a melhoria da gestão pública. Então, com relação a essa contribuição, eu queria ver se V. Exa. poderia se comprometer nesse sentido.

Eu sei que há resistência. Nunca se gastou tanto com informática nesses Estados, mas nunca funcionou, porque não há interesse em que se tenha controle.

O escândalo, a corrupção no sistema de saúde no Brasil é gritante, decepcionante. Há uma indignação quando a gente vê desvio de recurso público na área de saúde – as pessoas morrendo e não tem.

E outra coisa, Ministro: a questão nós aprovamos na Comissão do Covid, Paulo Guedes falou pela primeira vez, disponibilizando R$20 bilhões para a compra de vacina. Eu espero que aconteça isto agora no Orçamento: nós tínhamos R$200 milhões no Orçamento para os testes 1 e 2 da vacina nacional, da Universidade de Minas e da Universidade de São Paulo, e para fazer o teste 3. Serão necessários para essas três vacinas R$710 milhões. É nada, é quase nada, se você avaliar o benefício que é você dominar – e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil tem todas as condições para isso – a questão da vacina nacional. Nós temos, talvez, os melhores profissionais de pesquisa na área do vírus e temos uma rede, inclusive, magnífica, mas como sempre falta recurso. Então, eu sei que tem muito a ver com o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas eu acho que o Brasil é único, o Governo é um só. Tem que compatibilizar essa conversa com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Ministério da Saúde para que a gente realmente ter a nossa vacina, porque V. Exa., que é médico, sabe que todo dia tem uma variante diferente. Se a gente tiver que comprar vacina para cada variante, não vamos a lugar nenhum. Então, a prioridade tem que ser a autonomia na produção da vacina nacional.

Então, eram essas minhas considerações.

Eu queria perguntar a V. Exa. se V. Exa. está providenciando essa questão da informatização do Sistema Único de Saúde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, obrigado pelas considerações do senhor, são considerações pertinentes. Nós vamos tomar providências para avançar com o aprimoramento do processo de informatização do Ministério da Saúde.

Acerca da formação dos profissionais de saúde, isso é prioridade absoluta. Nós estamos atentos a esse ponto. Já, em parceria com o Ministério da Educação, vamos ofertar bolsas para medicina intensiva.

Sobre a questão da pesquisa da vacina, obviamente há que serem feitas pesquisas com a vacina nacional. Há essas dificuldades orçamentárias, mas é possível superar essas questões para não paralisar as pesquisas com a vacina a que o senhor fez alusão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só para complementar, eu tive agora uma reunião com o Ministro da Ciência e Tecnologia.

Nós temos no Brasil 16 institutos de pesquisa. E é bom já começarmos a levantar esta questão: nós estamos trabalhando com a metade do contingente necessário para os institutos de pesquisa, que são os melhores do mundo, e, na prática, a metade desses que restam tem já condições de aposentar, já está numa idade de aposentar.

Eu queria – viu, Ministro? – que houvesse realmente um esforço concentrado para que a gente tenha realmente, eu digo, concurso, porque há uma proibição generalizada – como uma decisão sem levar em consideração que cada caso é um caso –, mas você não pode simplesmente suspender concurso de tudo. E aí os pesquisadores agora todos aposentando, não são como qualquer profissional que você anuncia e substitui no dia seguinte; há vários profissionais que você anuncia e substitui. Agora, para pesquisador levam-se dois, três anos para ter a transição de uma pesquisa nova.

Então, eu queria perguntar, primeiro, com relação a essa questão da informática, se tem resistência? Se o senhor acha que nessa gestão do senhor tem condição de a gente promover, de fato, a informatização? O Ministro Mandetta e outros anteriores não fizeram e me foi dito, inclusive, que há uma resistência grande. Não sei quem é que tem interesses diferentes, mas não tem lógica, no século XXI a gente estar ainda totalmente analógico.

Mas, com relação à pesquisa, eu queria pedir a V. Exa. também que houvesse realmente uma aproximação maior entre a saúde, ciência, tecnologia e os institutos de pesquisa que são demandados. Então, eu vejo assim, é lamentável – no Brasil é assim –, cada ministério parece que é um governo diferente, cada secretaria estadual também parece que é um governo diferente, a educação não fala com a saúde, a saúde não fala com a cultura, lamentavelmente é assim. Então a gente precisa mudar isso, e a saúde, para nós, é escancaradamente sem controle, lamentavelmente. Eu fico, assim, abismado aqui no DF com a falta total de controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês vão ver, daqui a pouco, aprovamos já os requerimentos. A hora que começarmos a convocar e ver o processo, as pessoas não têm controle. As pessoas vendem para o governo, colocam um preço baixo, mas na hora de entregar entrega a metade, 70% do produto. Não tem controle com relação à atuação dos profissionais.

O que custa hoje você digitalizar os exames, o prontuário? Na hora em que o médico vai atender o paciente, na hora em que abre o computador, tem lá tudo isso. É coisa simples de fazer, mas precisa ter vontade política de fazer, determinação para fazer.

Então, eu gostaria de pedir que V. Sa. se empenhasse nisso. Eu tenho certeza de que vai dar mais dignidade às pessoas e vai reduzir a corrupção, o descontrole e a ineficiência do serviço de um modo geral na saúde.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, queria, inicialmente, até pedir, é quase como se fosse um pela ordem inicialmente, em relação à questão da visita que o inquirente Pazuello recebeu do Ministro Onyx.

Saber de V. Exa. se tem alguma coisa que a gente possa fazer, porque, de fato, o Estado de S.Paulo revelou aqui que ele foi flagrado em foto chegando e saindo do hotel de trânsito de oficiais, onde mora o Pazuello, no Setor Militar Urbano aqui de Brasília.

E, para quem está nos assistindo em casa, isso aqui é um inquérito parlamentar. Claro que todos nós aqui sabemos, mas se aplica – estou do lado de quem mais sabe desse assunto aqui na Casa, Delegado Contarato – o Regimento do Senado, mas, subsidiariamente, plenamente, o Código Penal e o Código de Processo Penal, e, no art. 342, está escrito: crime de falso testemunho, fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, essa primeira era uma questão de ordem, não faz parte da minha inquisição ainda, mas queria que V. Exa., depois de já ter sabido disso, está aqui a foto da visita publicada no jornal, saber o que a gente faz diante disso, é uma pergunta até.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, torcer para o ex-Ministro Pazuello não estar com Covid e não contaminar o Onyx.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a primeira coisa.

A segunda: não foi o ex-Ministro Pazuello que foi ao Onyx. O Onyx que foi fazer uma visita. Isso é uma questão pessoal deles. Ninguém pode proibir alguém de visitar alguém mesmo que esteja com suspeita de Covid. Eu não tenho como... Nós não temos poder para isso. Agora, eu espero que, se o ex-Ministro Pazuello estiver com Covid, o Ministro Onyx não se contamine. Vamos torcer para isso. No mais, não podemos fazer mais nada. Vamos tocar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos esperar que seja assim, que não seja apenas uma alegação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sobre essa questão que foi levantada, eu acho que o Ministro Pazuello continua equivocado ao extremo. Nós o estamos tratando dignamente, como testemunha. Ele não é acusado de nada. Ele não é investigado. Então, a sutileza da vinda dele como testemunha é uma coisa muito mais digna, muito mais digna. Se ele estiver querendo vir só na condição de acusado, aí é uma outra questão. Nós não estamos pretendendo acusá-lo de nada absolutamente. E o Supremo Tribunal Federal estabelece gradações diferentes com relação à testemunha e com relação ao acusado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que ele continua completamente equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença.

Mas, veja bem, eu não estou aqui para defender ninguém. Não foi o Ministro Pazuello que saiu do local em que ele mora para ir à casa de ninguém. Foi alguém que foi à casa dele, ao local em que ele está. Ele não está cometendo crime nenhum.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, é apenas porque causa espécie que o Ministro saia para visitar uma pessoa doente, mas tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente. A informação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque a imprensa está dizendo que pode haver uma busca e apreensão. Nós não cogitamos isso, não cogitamos isso. Isso seria uma requisição em caso gravíssimo. E eu confio no bom senso dele. Eu acho que isso não vai acontecer. Agora, ele precisa colaborar e deixar de usar o Exército como biombo para não vir à Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso é extremamente irresponsável.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A consideração do Relator é somente pela circunstância, é que o ex-Ministro Eduardo Pazuello, ao que me parece, considera pedir um *habeas corpus* para não comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. É por isso a consideração de S. Exa. o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não vejo, sinceramente, eu não vejo crime.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se S. Exa. assim considera, que o Relator coloca muito bem, é que isso pode acarretar uma mudança de qualificação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, Sr. Presidente – é apenas uma ponderação –, esse alarde todo faz parecer que a CPI tem poderes para determinar, de maneira cautelar, a suspensão dos direitos civis de membros da sociedade ou ex-integrantes do Governo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em momento nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque querer, neste momento, questionar se ele recebeu, se não recebeu, com todo o respeito, Sr. Presidente, isso não é papel da CPI.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, em momento nenhum. Senador Marcos, a única coisa que causa espécie é o Ministro, o Ministro, uma pessoa que está em exercício no Ministério, ir visitar uma pessoa que se diz doente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso não é objeto da CPI.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é objeto da CPI, com todo o respeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cabe-nos desconfiar do assunto, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E há outro aspecto: o Ministro da Saúde está aqui o dia todo, tirando um dia de trabalho para prestar depoimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Prossiga, prossiga.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e essa perda de objetividade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos às minhas perguntas, vamos às minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está com a palavra, por favor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O comportamento dele foi de má-fé, contraditório. Isso viola a boa-fé objetiva... (*Fora do microfone.*)

... e a Comissão Parlamentar de Inquérito tem competência, sim, para determinar condução coercitiva caso reste caracterizada má-fé, como ele está demonstrando, com todo o respeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se estiver mentindo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso do acusado, não tem, porque o Supremo desfez a condução coercitiva. Ela não existe mais. Ela é emblemática de uma época que ficou para trás.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que conduza os trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero saber qual foi o crime que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o ex-Ministro Pazuello cometeu hoje. Ele recebe a visita de alguém. Qual é o problema, pelo amor de Deus?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É apenas um ato que inspira desconfiança. Mas vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso que as pessoas acham que a gente quer politizar isso aqui, rapaz!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso, Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tranquilo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo amor de Deus!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando não têm lógicas as coisas, não têm lógica. Agora, ou eu me comporto... Pegar... Olha, se eu estou doente, e uma pessoa vai me visitar... Quem pode ficar doente é quem me visita. Eu não estou... Quem vai se fazer mal é quem está me visitando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E outra, Sr. Presidente: não foi dito que ele está doente. Ele teve contato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só estou falando se estiver. Pelo amor de Deus!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele está de quarentena.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos lá, Presidente! Vamos seguir!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Ministro, eu queria explorar aqui um pouco o Ministro.

Ministro, obrigado por estar com a gente até esta hora, voltar agora, depois de um segundo ou terceiro turno... É muito valioso para nós, e a gente quer lhe agradecer, antes de mais nada, por essa deferência a nós, inclusive nesta cansativa jornada aqui de hoje.

Eu queria explorar um pouquinho dois assuntos. Um é a requisição da produção nacional de equipamentos, anestésicos, sedativos... Eu queria saber se isso está existindo mesmo. O Ministério da Saúde requisitou produção nacional desses medicamentos? Se sim, por quê? Isso tem resultado em uma redistribuição, uma realocação desses medicamentos de alguma forma? Com que lógica? Com qual critério?

Eu digo isso porque – eu já falei isto duas vezes aqui – a rede pública e a privada, inclusive hospitais beneficentes e tal, que estão atendendo Covid estão tendo dificuldades em fazer cumprir seus contratos de fornecimentos regulares. E me chegou a isso... Por exemplo, lá em Mossoró, perto de seu Estado também, conhecido como Rio Grande do Norte, instituições públicas e privadas tiveram seus contratos desordenados alegadamente por essa questão da requisição. Eu queria entender qual é o critério, qual é a lógica dessa redistribuição e como está sendo canalizada essa questão dos pedidos dessas entidades.

Segunda coisa, ainda a respeito desses medicamentos, e temos um projeto aqui, na Casa, do Senador Lasier Martins, que deve ir à pauta nesta ou, senão, na próxima semana. Em relação ao preço desses medicamentos. As mesmas fontes de informação, fontes do terreno, dos hospitais, dos lugares, não assessorias técnicas, me dizem que alguns desses medicamentos aumentaram de R$5,00 para R$150,00 a ampola. Não sei se vocês estão acompanhando esse processo, mas isso nos levou a fazer um projeto aqui, como eu disse, do Senador Lasier.

O custeio desses hospitais – e aí é irrelevante se públicos ou privados, é mais a questão da ordem de grandeza – tem aumentado na ordem de 300% em alguns casos. O que o Governo Federal está fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes que nós tenhamos que sair para soluções tipo tabelamentos, congelamentos, que é o que está se inspirando por aí, e correr o risco de ainda ter mais dificuldades de entrega desses produtos?

É a segunda coisa, para anotar aí. Como é o mesmo assunto...

O terceiro item desse assunto é a questão das UTIs pediátricas, já que o vírus está chegando a faixas de idade mais tenras, digamos assim. Em relação a recursos para os Estados. No meu Estado, nós recebemos, em 2020, cerca de R$300 milhões. Vou arredondar para não complicar muito. Foram R$296,4 milhões no ano passado para a Covid, em 2020. Ano inteiro. Este ano, 2021, estamos no quinto mês, metade do ano praticamente, recebemos 10% do valor. Qual é o critério e por que está havendo atraso ou redução, não sei se é um atraso ou se é uma redução definitiva, desses recursos Covid, recursos federais transferidos pela União para o combate do Covid no Rio Grande do Norte? Até agora, repito, quinto mês, mês de maio, R$32 milhões apenas. Isso está consubstanciado em vários ofícios que estão enviados. Eu estou só colocando a questão aqui a público, mas tudo isso está consubstanciado em comunicações diretas do Governo do Estado e do próprio mandato do Senado e dos três Senadores juntos ao Ministério da Saúde. Na pior fase da pandemia, nós estamos contando com 10% dos recursos do ano passado.

E a terceira coisa diz respeito, mais uma vez, a essa questão da Conitec. Aí, é a questão da cloroquina e tal. Eu queria saber se V. Exa... Quando foi iniciado, na verdade, esse procedimento de avaliação da cloroquina na Conitec? Uma data aproximada, quantos meses, que dia foi, etc.

E percebi que V. Exa. é um defensor da Conitec, dos procedimentos de definição de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para medicamentos no âmbito do SUS, o que é louvável. Então, eu pergunto: V. Exa. concorda que não é possível a dispensação de medicamentos sem a avaliação da Conitec? Sim ou não?

Seria possível a elaboração e a divulgação de uma orientação oficial sobre o medicamento, qualquer que seja, no âmbito do SUS, seja por meio de nota técnica, seja por meio de nota informativa, que não seja por meio dos procedimentos oficiais da Conitec? Sim ou não?

Ainda nesse sentido, V. Exa. precisa se manifestar se a orientação contida na Nota Informativa nº 17 – um número cabalístico –, de 2020, que orienta sobre cloroquina, está ou não valendo como orientação do Ministério da Saúde, sob o seu comando, a partir dos 45 dias do seu comando. Essa orientação, Nota Técnica Informativa 17, de 2020, está valendo ou não?

Basicamente, é o que eu queria perguntar, aduzindo a seguinte pergunta, responda se estiver à vontade de respondê-la: o senhor como cardiologista e médico, se não estivesse como ministro, mas no exercício da sua chamada autonomia médica, assinaria uma receita de cloroquina, de ivermectina ou de annita para Covid? Quais seriam as suas expectativas diante desse efeito do remédio: preventivas, evitar pegar o vírus ou tratamento precoce?

Obrigado, Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, em relação aos insumos para o *kit* de intubação, o Ministério da Saúde, em parceria com a Anvisa, acompanha a produção da indústria nacional para assegurar que haja uma distribuição equânime entre o sistema público e o sistema privado.

Do meu conhecimento, antes do início da nossa gestão, houve uma requisição administrativa desses insumos. O Ministério da Saúde acompanhou essa questão dos preços, dos preços elevados e, salvo melhor juízo, houve uma ação da Anvisa que aplicou uma multa.

Eu peço para posteriormente confirmar essa informação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para confirmar se a requisição implica colocar todos esses medicamentos num lugar centralizado e redistribuí-los conforme critérios do Ministério da Saúde. É isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso respeitou contratos existentes anteriormente – o nosso Secretário está me passando essa informação –, e isso foi distribuído conforme o pactuado com o Conass e Conasems. Inclusive, existem atas do Ministério da Saúde com Conass e Conasems para que essas distribuições sejam feitas obedecendo a critérios de natureza técnica.

Em relação...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Normalmente, num tempo de guerra, quando há uma requisição, os contratos acabam não sendo cumpridos exatamente nas quantidades e destinatários que estão ali, porque justamente a razão de requisitar é redistribuir de outra forma. Se não precisasse fazer isso, não precisava requisitar, concorda? Os contratos seriam cumpridos diretamente, não teria por que o Estado se meter nisso. Se o Estado se mete e requisita, é porque ele vai transformar aquilo tudo num bolo só e vai redistribuir conforme ele achar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E foi redistribuído...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é o que nós queremos entender melhor. Se puder enviar essa informação para nós...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Foi redistribuído, Senador...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... conforme pactuado com Conass e Conasems.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Então, se puder, depois, eventualmente também nos enviar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Podemos passar...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... porque essa questão está ecoando, no nosso ouvido, o tempo todo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Podemos passar para o senhor...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... porque esses hospitais nos ligam e dizem: "Olha, eu tinha um contrato, e ele foi confiscado".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Podemos passar para o senhor esses dados.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em relação ao protocolo, isso foi uma das primeiras ações da nossa gestão, isso já está em análise pela Conitec para elaborar o protocolo e ser disponibilizado.

Em relação a essa orientação, não foi uma orientação feita na nossa gestão, e é uma orientação que fala a respeito de doses seguras, não é um protocolo clínico. Serve para que doses mais altas não sejam administradas para os pacientes, até porque, se pegarmos em perspectiva, havia prefeituras que aplicavam esses medicamentos, hospitais privados...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu conheço uma.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O senhor conhece o cenário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na capital do Rio Grande do Norte...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós vamos substituir qualquer tipo de orientação que haja pelo protocolo, pelo protocolo clínico e a diretriz terapêutica, conforme a legislação do Sistema Único de Saúde.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só uma pergunta ancilar em relação a isso: se a orientação dá uma dose segura, então, a liberdade ou a autonomia médica tem limite, não é?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A autonomia médica tem limite...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, bingo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... está limitada pelo que é comprovado cientificamente e pela legislação, assim diz o Código de Ética Médica.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem, perfeito!

E, sobre o senhor receitar ou não, o que diria?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, esse é um tema que será enfrentado tecnicamente, conforme aqui eu já reiterei. Eu sou a parte decisória final em relação ao protocolo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, antes de assumir o Ministério, não receitaria?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, antes de assumir o Ministério, eu atuava como cardiologista intervencionista, que é uma especialidade da Cardiologia. Eu não estava lidando com esse tipo de paciente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu conheço ortopedista que está indicando e eu conheço oftalmologista, lá em Natal, que está indicando Ivermectina. Enfim, ainda bem que a sua responsabilidade não permite fazer isso.

Obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Soraya, que está desde manhã cedo aqui. A Senadora Eliziane vai aguardar a sua colega Senadora Soraya; depois, a Senadora Eliziane.

Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tanto faz, na ordem, na ordem correta. Não quero pular na frente, não. Se for a Eliziane... Sou eu mesma?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é você, é você, é você!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Presidente.

Parabéns pela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As únicas duas mulheres que estão aqui são vocês duas. Por isso que eu disse que ela iria aguardar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada e parabéns pela condução dos trabalhos, principalmente em não politizar. Foi o que o senhor disse agora em relação à visita do Ministro Onyx ao... A suposta visita, porque pode ter entrado no hotel e ter ido falar com outra pessoa. Ninguém sabe. Então, é por aí que tem que ser mesmo.

Sr. Ministro, obrigada por nos aguardar até agora. Espero que tenham dado um lanche para o senhor, porque ninguém é de ferro, não é? E obrigada mesmo pela paciência e pela educação com que tem tratado aqui esse evento do dia de hoje.

Bom, primeiro para nortear a minha primeira pergunta, Ministro, eu gostaria de saber quem faz a comunicação do Ministério da Saúde. É a Secom ou está por conta de um departamento interno do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – O Ministério da Saúde tem a sua assessoria de comunicação própria.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E é ela que vai tocar essa campanha de vacinação, que está sendo parece que gestada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É a assessoria de comunicação própria do Ministério da Saúde. Naturalmente, essa questão da pandemia é algo que envolve o Governo como um todo e são ações, às vezes, conjuntas, porque o Ministério da Defesa também tem ações com enfrentamento à pandemia, o Ministério da Ciência e Tecnologia também tem ação em relação à pandemia. E existe também a Secom e o próprio Ministério das Comunicações. Então, existe uma ação interministerial em relação a essa questão da política geral de comunicação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, existe um alinhamento entre as comunicações. Eu digo isso pelo seguinte: para nós, que estamos de fora, é mais fácil perceber; nós, que estamos no dia a dia, lidando com as pessoas. É importante esclarecer, nessa comunicação que está acontecendo, que seja diferenciada, Ministro – o senhor vai ser o porta-voz; o senhor, que é a autoridade máxima sanitária do País –, que seja esclarecido para a população o que é tratamento precoce, o que é tratamento preventivo, o que é isolamento social, um nome que assusta, e o que é distanciamento físico.

É importante, porque precoce e preventivo são palavras que se confundem. Para nós, dentro do vernáculo, o que se entende por precoce ou preventivo é antes de pegar o vírus? É depois que pegou o vírus? Mas, antes de pegar, eu posso tomar a medicação? Então, não está claro, na cabeça da população, no coloquial. Então, de uma forma coloquial, não técnica, essa comunicação para o povo tem que ser feita, porque fica...

Eu acredito que não são coisas tão difíceis de se explicar, mas são importantes de saber. Que venham do senhor, do Ministro, o mais alto cargo! É importante que saibamos as diferenças, porque fica tudo numa zona muito nebulosa. Então, ia ser orientação única. Essa campanha precisará abordar claramente essas questões. No nosso dia a dia, a gente perde realmente a questão.

Então, humildemente, o que tenho visto, desde o dia em que o senhor assumiu – eu imagino o que seja pegar um ministério, receber um ministério no meio de uma pandemia –, mas o gerundismo tem tomado conta das questões: "Estamos fazendo, estamos alinhando, estamos gestando, estamos...". Então, existe um senso de urgência muito grande, porque estamos numa pandemia. E principalmente fazer com que as pessoas, nessa estratégia de comunicação, voltem para tomar a segunda dose. Eu não vi aqui... E o que eu quero é ajudar. Nós temos que nos unir. A nossa obrigação aqui maior é nos unir para salvar vidas. O que está sendo investido? Tem garoto-propaganda? Cadê o Zé Gotinha? Porque eu vi também que o Zé Gotinha está preparando uma surpresa. Que surpresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que saiamos do gerundismo e consigamos fazer já, para ontem.

E quero lembrar que salvar a economia é salvar vidas.

A minha pergunta para o senhor, objetivamente: em 45 dias no Ministério, quantas vezes o senhor se reuniu com o Ministro Paulo Guedes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com o Ministro Paulo Guedes, pessoalmente, com o Ministro Paulo Guedes, uma vez, e, em reuniões com o Presidente da República, diversas vezes. Então, tenho uma interação com o Ministro Paulo Guedes muito boa.

Em relação a investimentos em campanhas publicitárias, eu já aqui disse anteriormente, Senadora: R$23 milhões, de 30 de março a 6 de maio; 427 inserções em TV e diversas outras ações.

Agora, eu concordo com V. Exa. em relação ao objeto da campanha. Tem que ser uma campanha que a população entenda. Ainda vamos avançar. Não é gerundismo, porque isso é algo que vai acontecendo ao longo do tempo. A prioridade é em relação à vacinação, em relação às medidas não farmacológicas para conseguirmos o objetivo que desejamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor concorda que essas palavras estão no imaginário da população?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Concordo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A pessoa não sabe se tem que tomar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A prevenção da Covid é a vacinação, viu, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que é que é precoce? O que é que é...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A prevenção da Covid é a vacinação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ótimo. Mas então...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o uso das medidas não farmacológicas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... acabar com esses termos, acabar com esses termos numa linguagem única, porque isso confunde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O.k.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Gostaria de saber quantos médicos o senhor tem na equipe; se o senhor tem uma junta médica, fora esse comitê que existe aí. Para o dia a dia, o senhor tem uma junta médica com que o senhor conversa diariamente ou o senhor toma essas decisões sozinho?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, há vários médicos na equipe do Ministério, funcionários do Ministério, e, no meu Secretariado, tenho eu, tem o Raphael, tem o Hélio, tem a Mayra, tem o Sérgio. Então, somos cinco médicos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Cinco médicos na cúpula...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Cinco médicos; um farmacêutico, que é o Professor Arnaldo Medeiros, Secretário de Vigilância e Saúde; e um economista, que é o Rodrigo Cruz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E vocês, como médicos, conversaram entre si?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, claro. Claro, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não é um comitê praticamente... É um comitê permanente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Além disso, nós temos consultores técnicos que participam conosco...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – São médicos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Médicos, médicos, professores universitários, as sociedades científicas a que eu já fiz aqui menção.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem cuida hoje da logística, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Questão logística? A Secretaria Executiva é que controla todas as questões logísticas, além de que nós temos o Departamento de Logística, que é liderado pelo Sr. Roberto Dias.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Ministro, a iniciativa privada entrou em campo para ajudar na aquisição de insumos para a intubação, como o caso de sedativos, neurobloqueadores, analgésicos, dentre outros. Sabemos que, para a pandemia, não faltaram recursos, e, pelo que tenho visto, inclusive na sua fala de hoje, o Governo Federal não vai deixar que faltem recursos. A questão é a seguinte... Também sei que existem dúvidas em relação a se se libera para a iniciativa privada adquirir vacinas ou não. Eu digo iniciativa privada quem? As clínicas de vacinação.

Eu estive em reunião com o Sr. Geraldo da ABCVac. Eu estou falando daqueles que têm permissão legal para fazer a vacinação, que sabem, que têm a *expertise* de buscar lá fora no mercado e adquirir vacinas e aplicar, tanto que os serviços deles estão sendo utilizados. Eles têm uma reserva de 5 milhões de doses que não virão para o Brasil de forma alguma, porque muitas fábricas de vacina reservam lotes para vender para o Poder Público de países e certos lotes, que são em número menor, para vender para a iniciativa privada, porque eles querem abrir mercados.

Então, quando falam que vai faltar vacina para a população se a iniciativa privada adquirir – a iniciativa privada, eu digo, aquelas autorizadas por lei para comercializar e aplicar vacinas –, nós teríamos, nós já temos essa reserva de 5 milhões de doses que essa fábrica não irá vender para poder público algum; então, se esses 5 milhões não vierem para o Brasil, irão para a iniciativa privada de outro país.

O senhor considera isso? Eu sei que ainda não houve conversa desse ramo, de um ramo tão importante para a vacinação. A iniciativa privada não está em interlocução com o Governo, pelo menos até o último minuto que eu soube, não há interlocução com o principal ramo de negócios de vacinas no Brasil. Isso é preocupante. Eles podem ajudar.

Então, eu quero saber: em relação aos insumos para intubação, o Ministério da Saúde já conseguiu retomar as rédeas? Porque não faz sentido deixarmos que a iniciativa fique adquirindo lá fora sendo que nós temos dinheiro e condições. Nós estamos trabalhando para isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, posso responder a V. Exa.?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em relação à aquisição desses insumos do *kit* intubação, conforme pactuado, isso é atribuição de Estados e Municípios.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde entrou nesse contexto por conta da condição pandêmica e pelas dificuldades desses insumos, que se acentuaram muito em função do pico que tivemos. Felizmente, estamos vencendo esta situação epidemiológica grave, mesmo lentamente. E houve o apoio da iniciativa privada, liderado pela Vale e por outras indústrias que nos doaram esses insumos.

Além dessas ações, tivemos doações da Espanha, de Portugal, e o Ministério da Saúde também está fazendo uma licitação internacional, tudo no sentido de reforçar o estoque do Ministério da Saúde, porque não é só o enfrentamento da pandemia em si, há cirurgias eletivas represadas e uma série de situações e precisamos estar precavidos para essa questão. Então, o Ministério está atento e acompanhando.

Além disso, a Anvisa permitiu, diminuiu o chamado "período da quarentena biológica" de 15 para 7 dias, para ter mais ofertas desses insumos. E foi permitida a importação direta pela iniciativa privada, de tal sorte a aumentar a perspectiva de suprimento desse insumo que é o chamado *kit* de intubação orotraqueal.

Em relação à vacina, eu podia até perguntar aos senhores, porque há uma legislação específica, não sei se já foi aprovada ou se está na iminência de ser aprovada, que permite que, após atingir o número de pacientes do PNI, a iniciativa privada possa adquirir vacinas. Aí uma parte seria alocada para o PNI, outra parte...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É porque houve uma confusão. Quando se falava em iniciativa privada adquirir, parece que são as empresas comprarem. Na verdade...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que nós defendemos, Senadora, é que o PNI é a forma mais eficiente de levar vacina para os brasileiros. Agora, se os Srs. Parlamentares do Senado, do Congresso Nacional, acharem por bem aprovar essa legislação, é uma legislação e nós temos de cumprir a legislação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas, do Ministério da Saúde, há o esforço do Ministério da Saúde para adquirir mais doses da vacina. Eu já anunciei aqui as 100 milhões de doses da Pfizer, e vamos continuar trabalhando para trazê-las.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que algumas atitudes podem ser tomadas, assim, pelo próprio, direto pelo Executivo, sem passar pelo Legislativo; mas, enfim, satisfeita em relação a isso.

Gostaria de saber do senhor como está a interlocução com os Estados? Eu me recordo do Ministro Mandetta dizer que não recebia informações suficientes dos secretários de saúde das unidades da Federação. Eu pergunto para o senhor se o senhor tem esses boletins periódicos e, se não tem – só para que sejamos objetivos, eu gostaria de conseguir terminar com o meu tempo aqui –, se o senhor não recebe, se tem algum Estado que não lhe dá informações que o senhor precisa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, existem secretarias especializadas no Ministério da Saúde que cuidam dessa pauta. E a articulação com os Estados é feita direto com o Conass e o Conasems.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E chegam para o senhor diariamente as informações dos Estados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Chegam sempre que nós requisitamos, eu pessoalmente como Ministro, mas são temas que são tratados pelas secretarias temáticas do Ministério da Saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Existe algum Estado que está lhe devendo informações, que traz dificuldade de interlocução, que não ajuda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço, Senadora, se há Estados que criam dificuldades. Nós temos um bom relacionamento com os secretários estaduais de saúde. Todos que nos procuram nós procuramos atender da melhor forma, e a relação com o Conass e o Conasems é uma relação harmônica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que bom!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pelo menos até o momento em que eu estou aqui no ministério.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque é importante que nós saibamos como tem agido a nível... Não é somente investigar o dinheiro, os recursos que vão para a pandemia, mas também a colaboração para conseguirmos aferir realmente a culpabilidade, caso haja nesse processo todo.

Semanas atrás, a Comissão Temporária do Covid aqui do Senado Federal recebeu o Dr. Fabrício Silva.

Senador Omar, tem mais um pouquinho? Porque ele falou no interregno, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Pode ficar à vontade...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, que bom, obrigada.

Essa Comissão temporária aqui do Senado Federal, presidida pelo Senador Confúcio, que é médico, tem recebido vários profissionais da área de saúde, inclusive o Dr. Fabrício Silva, que foi quem me tratou quando eu tive Covid, cardiologista, trouxe um protocolo sobre atendimentos graves, porque sabemos que o índice de mortalidade na intubação é de cerca de 70% a 80%, por falta de *expertise* dos médicos. E aí eu vi que o senhor formou um grupo agora de orientação. E eu me lembro, conversando com o Dr. Fabrício, eu não vi se esse tipo de apoio para os médicos...

Ai, gente, eu não quero ser chata, mas está atrapalhando muito...

Desculpa, não estou conseguindo raciocinar. (*Pausa.*)

Bom, voltando. Eu me lembro, eu recordo agora ele me dizendo que seria importante, uma das boas ideias seria ter uma linha direta para os médicos, até por FaceTime mesmo, por ligação de vídeo, ter alguém do Ministério da Saúde 24 horas podendo trazer essas orientações de como intubar, porque às vezes você precisa mostrar a situação, às vezes nós temos residentes lá na ponta. E aí o senhor me disse que falta implementar, está implementando a situação de telecomunicação... Bom, mas uma ligação assim, eu acho que, para salvar uma vida, é uma coisa tão simples! Então, muitos recursos nós já temos. É importante que tenhamos esse acesso fácil porque, quando nós entramos dentro do *site* do Ministério, tinha que ter um médico, um ligue 0800, sei lá o que, porque precisa salvar essa vida.

Então, a angústia... Eu brinquei sobre gerundismo, mas é porque tudo demora semanas e semanas. Eu entendo, mas se contratássemos médicos que estão acostumados a lidar com situação grave para fazer esses plantões 24 horas, nós poderíamos salvar muitas vidas, porque muita gente não morre de Covid, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

morre na intubação, morre no tratamento, por falta de *expertise*. Natural, errar todos erram, normal, mas o que precisamos é corrigir os erros.

Então, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa, porque eu estou acompanhando *pari passu,* mas sugerir isso que o Dr. Fabrício me sugeriu: essa linha direta e essa facilidade.

Por fim, Ministro, eu queria saber o que o senhor tem feito para evitar novas crises por falta de oxigênio e terminar parabenizando-o por assumir essa grande missão, por ter tido essa coragem. Da mesma forma que a entrada do novo Chanceler Carlos França acalmou o mercado, acalmou os ânimos de nós brasileiros, a sua entrada também acalmou bastante os nossos ânimos. Por isso, eu parabenizo o Governo pelas substituições, por nomes que realmente nos trazem esperança. E eu já vi no trabalho do Ministro França, acontece uma coisa e ele já está ali no outro dia trabalhando para resolver. Então, com certeza, o Presidente, nomeando alguém técnico, busca acertar. Portanto, não há que se falar em dolo. E eu vejo aqui a sua boa intenção e lhe digo, sem medo de errar, que quanto mais técnico o senhor for, se ficar atento apenas e tão somente à ciência, preso à técnica, mais o senhor vai ajudar o povo brasileiro e, consequentemente, honrar a indicação do Governo Bolsonaro.

É a hora de unirmos os brasileiros e a população brasileira é afável por natureza. Nós estamos vivendo um momento de muito maniqueísmo, de muito ódio criado não sei por quê. Mas o seu discurso, o seu discurso, a sua fala pode ajudar, pode acalmar, pode acalentar, porque...

E aqui vai, por fim, o meu testemunho. Eu acabei de sair do Covid, com plano de saúde, com tudo à minha disposição. Meu marido, graças a Deus, ficou assintomático. Tive pessoas no gabinete que passaram mal também. É sofrido, é sofrido. E aí a gente pensa nas pessoas lá na ponta. Então, o senhor disse que está trabalhando 24 horas. Eu fico muito feliz porque a gente não consegue dormir pensando na vida de cada brasileiro, de cada pessoa. E o seu discurso de paz, de harmonia, de segurança, como um patriarca – é assim que a população vê os líderes desta Nação –, é muito importante neste momento. É o momento de unir o povo brasileiro para que a gente consiga se salvar.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar a palavra à Senadora Eliziane, remota.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência.*) – Boa noite, Presidente Omar. Queria cumprimentar V. Exa. e agradecer-lhe pela sensibilidade em relação às mulheres, cumprimentá-lo pelo seu trabalho na condução da CPI. Queria cumprimentar o Ministro.

E aqui, para ganhar realmente os nossos 15 minutos, eu vou direto às perguntas, Sr. Ministro.

A gente, que já chega ao final... Eu acho que eu sou a última a perguntar hoje, eu não sei, eu acredito que seja eu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ainda tem o Senador Fabiano Contarato e a Senadora Zenaide Maia, que está aguardando como última de hoje à noite.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ainda tem a Leila, que está dando tchauzinho ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Leila está aí também?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Então, assim, quando a gente chega a esta reta final, a gente já tem praticamente esgotadas as nossas perguntas. Mas até em nível de esclarecimento – porque aqui nós somos uma Comissão de inquérito, então a clareza da informação é fundamental para os encaminhamentos que, ao final, serão dados a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CPI –, Ministro, o Presidente da República fez uma declaração, e eu quero ler exatamente aqui a sua fala quando ele diz o seguinte: "É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é uma guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês".

Aí eu quero, primeiramente, fazer duas perguntas para o senhor e saber se o senhor me confirma esses dois dados.

Primeiramente, o senhor tem conhecimento de que o Brasil – naturalmente o senhor como Ministro da Saúde, não é? – tem pouca participação no que tange à produção do IFA, não é isso, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, o Brasil ainda não produz IFA nacional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto.

Ainda há uma outra confirmação que eu gostaria de ter do senhor. Segundo os dados da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos, apenas 5% dos IFAs são fabricados no Brasil, sendo que os outros 95% são importados, dos quais mais de 70% provêm da China e da Índia. É isso, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, eu não tenho esses dados da indústria farmacêutica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor confirma que a nossa participação é muito minoritária?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso é fruto da desintegração do complexo industrial da saúde no Brasil, que não vem de hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto.

A minha pergunta para o senhor, a primeira – porque a gente está nesta interação de forma mais imediata e, inclusive, é muito importante esta sistemática da CPI – é a seguinte: o Presidente da República, com as suas insinuações especificamente contra a China, na sua opinião, coloca em risco o plano de vacinação que foi elaborado pelo seu Ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde tem uma relação muito boa com o Embaixador da China, e estamos trabalhando para ampliar ainda mais essa relação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Outra pergunta, Ministro: então o senhor acredita que declarações como essas não influenciam, por exemplo, no que é o objetivo básico hoje no Brasil, que é a garantia da vacinação para todos os brasileiros?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, esse assunto já foi discutido aqui amplamente na parte da manhã. Eu sou Ministro da Saúde, não compete a mim fazer juízo de valor acerca das declarações do Presidente da República.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Outra pergunta, Ministro, ainda sobre as declarações do Presidente da República. Por exemplo: o Ministério da Saúde – naturalmente que tem a responsabilidade primária por ter a função estratégica no Brasil do enfrentamento à pandemia – está focado especificamente nessa produção.

Quando a gente cria, na verdade, esse inimigo externo através dessas suposições, fica muito claro, na verdade, uma certa instabilidade, naturalmente, uma dificuldade para se chegar de fato a esse objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu dou um dado de constatação. Por exemplo, hoje, pela manhã, nós já sentimos, na verdade, esse impacto quando o Instituto Butantan reduziu a previsão de recebimento de matéria prima da vacina e aí coloca, na verdade, a responsabilidade, diante de todo o cenário que nós acompanhamos, porque hoje, por exemplo, a fala de uma representação política tem um impacto em todos os sentidos – na economia e, sobretudo, no momento de fato que se está vivendo. Na verdade, quando a gente tem informações do Instituto Butantan; coloca, na verdade, a culpa nessa falta de alinhamento do Governo Federal, ou seja, se não há alinhamento com o Governo Federal, o impacto é diretamente em cima, exatamente, dessa produção da vacina.

O senhor concorda com essa colocação, com essa avaliação que é feita pelo Instituto Butantan?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A China é o maior parceiro comercial do Brasil.

Hoje, de manhã, os meus secretários executivos se reuniram com a Sinopharm, que é uma farmacêutica chinesa, e há discussões em relação a aquisições de doses da Sinopharm.

Amanhã eu tenho reuniões com o nosso Chanceler Carlos França, e vamos nos encontrar virtualmente com o embaixador chinês.

A discussão é uma discussão fluida, e eu espero que tenhamos, sim, o IFA Chinês, como tivemos até agora.

Esse é o empenho do Ministério da Saúde, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, o ex-Ministro Mandetta e também o Teich – recebemos ontem ele na CPI – disseram que o tratamento precoce não tem eficácia.

Ontem, o Presidente da República classificou de hipócrita quem não defende a cloroquina.

O próprio Ministro Teich deixou muito claro que a saída dele do ministério se deu exatamente por não se submeter, por exemplo, àquilo que foi estabelecido pelo Governo em relação ao uso da cloroquina.

O senhor é uma pessoa tecnicamente muito respeitada no Brasil, a sua vinda para o ministério, inclusive, trouxe e se formou uma expectativa positiva por conta da sua formação técnica e, diante da informação que nós recebemos aqui, de dois ministros; os dois colocaram de forma, inclusive, muito clara, acerca desta imposição da utilização da cloroquina.

O senhor não se sente ofendido, Ministro, como alguém que é da ciência e alguém que defende realmente a ciência como uma ação fundamental para o enfrentamento de qualquer tipo de doença, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, a mim não cabe fazer juízo de valor acerca do que o Ministro Mandetta e o Ministro Teich falaram aqui, na CPI, compete aos Srs. Senadores.

Do meu ponto de vista, o Presidente da República apenas defendeu a autonomia dos médicos.

E nós, como eu já aqui, de maneira exaustiva, já afirmei, a Conitec está elaborando um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica sobre o tema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade, eu não estou pedindo que o senhor faça um juízo de valor acerca dos dois ministros; eu estou perguntando acerca da sua posição submetida a um cenário em que se faz a orientação exatamente contrária a ciência, constatada aí pelos dois ministros que lhe antecederam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que o Presidente disse a mim, Senadora... O que o Presidente disse a mim era que defendia a autonomia dos médicos prescreverem. Então, não foi isso o que ele me disse.

Essas outras questões, eu volto a responder a senhora da mesma forma: são opiniões do Presidente da República, e não compete ao Ministro da Saúde emitir juízo de valor sobre a opinião do Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Só para colaborar, Senadora Eliziane, e para fazer um esclarecimento a V. Exa.: não está sendo demandado de V. Exa. um juízo de valor; está sendo demandado de V. Exa. a manifestação clara sobre qual será a sua postura na hipótese de receber uma ordem ilegal.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente me deu uma autonomia para conduzir o Ministério da Saúde. Eu espero que assim seja, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E na hipótese de não acontecer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma hipótese, uma hipótese que não se materializa. A gente tem que trabalhar para atender às necessidades do povo brasileiro e salvar vidas. É essa a função do médico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Hoje o senhor assegura que tem total autonomia, ou seja, todas as orientações, encaminhamentos e protocolos nascem exclusivamente em decisões autônomas do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Absolutamente, Senadora. Nós temos autonomia para constituir a nossa equipe. Eu hoje cheguei aqui às 11h da manhã e tenho dito isso de forma reiterada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, no dia 24 de março, durante o seu discurso de despedida com o Ministro da Saúde, o General Pazuello, falou que há interesse político sobre a pasta e aconselhou V. Exa., Ministro Queiroga, a não ceder às pressões. O senhor poderia dizer quais seriam essas pressões a que ele estaria se referindo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não sei, Senadora. Eu apenas não recebi pressão nenhuma de políticos. É o que eu posso afirmar para a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

Ministro, o Ministro Mandetta disse que, por trás do chamado tratamento precoce, haveria uma engrenagem com profissional cobrando até R$2 mil por acompanhamento via telemedicina. Da parte da indústria poderia haver algum *lobby* para incentivar o uso de cloroquina ou ivermectina? O que o senhor, na verdade, tem a dizer sobre essa possibilidade? Inclusive o Ministro Teich colocou que a sua demissão, o seu pedido de demissão se deu logo após uma reunião com a classe empresarial, depois de uma *live* do Presidente; na sequência ele tomou a decisão de pedir a demissão. O senhor tem alguma informação de que haja, esteja havendo, por exemplo, *lobby* para incentivar o uso da cloroquina e também da ivermectina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, para finalizar, eu queria a sua opinião de forma direta. Ministro: hoje, no Brasil, não há necessidade de *lockdown* como medida restritiva em nenhuma região do nosso País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, isso é uma decisão que deve ser tomada considerando o ambiente epidemiológico de cada Município e tomada pelo gestor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

público municipal. O que o Ministério da Saúde está trabalhando é com a orientação que discipline para que cada um não possa fazer aquilo da sua forma. É essa a posição do Ministério hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Então, o senhor admite a possibilidade de, respeitando as particularidades, assim fazer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Um fechamento mais forte, dependendo do contexto epidemiológico, Senador. Eu já, inclusive, me manifestei dessa forma. Agora, um *lockdown* em uma nação como o Brasil, de forma global, eu entendo que é muito difícil se ter sucesso em uma medida dessa natureza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor concorda que, em alguma região do Brasil, hoje, pode haver, sim, uma aplicação do *lockdown* como medida restrita, é isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Hoje, Senadora, a situação é uma situação em que está havendo uma diminuição de casos, há vagas de leitos de UTI, de tal maneira que estamos assistindo a uma reabertura das cidades, e eu acredito que tenhamos um contexto epidemiológico mais satisfatório. É por isso que nós estamos trabalhando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

Só para fechar de fato, Ministro, diante da sua história técnica, da sua história de vida, da sua caminhada profissional, o senhor está inserido em um Governo em que as avaliações são extremamente preocupantes. Nós temos um Brasil que bateu o recorde mundial em alguns momentos, pela quantidade de mortes e de casos num prazo de 24 horas. Hoje, temos mais de 410 mil mortos no Brasil, uma situação extremamente gritante. Vários Estados e Municípios brasileiros entrando com ação no Supremo Tribunal Federal para tentar assegurar vacinas, para tentar assegurar as medidas restritivas através do *lockdown*. Considerando sua história técnica e como profissional da área da saúde, o senhor está confortável nesse ministério, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, perdão, eu não ouvi a última consideração da senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pergunto, diante do cenário caótico que nós estamos vivenciando no Brasil, com mais de 400 mil mortes, vários casos, inclusive com recordes mundiais, em alguns momentos, de casos de contaminação do vírus e também de mortes no prazo de 24 horas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que eu posso dizer à senhora é assumir um compromisso com os Srs. Senadores de trabalhar de maneira muito intensa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A minha pergunta não foi essa, Ministro. A minha pergunta é: analisando a sua história política, ou melhor, a sua história técnica como profissional da área da saúde, todo seu histórico e o reconhecimento que o senhor, indiscutivelmente, teve e tem como médico, o senhor está, hoje, como Ministro da Saúde, de forma confortável nesse Ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se eu estou confortável? Eu estou trabalhando, viu, Senadora? E me sinto muito entusiasmado em trabalhar pelo Brasil. Ninguém fica...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... confortável com uma situação sanitária como esta, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Eliziane.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Senador Omar, muito rapidamente, pela ordem, para dar oportunidade ao depoente...

V. Exa. afirmou que só em uma oportunidade presenciou o Senhor Presidente Jair Bolsonaro defendendo medidas contrárias àquelas da lógica.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para expor.) – Comigo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Contra a máscara... Uma só.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Comigo, presencialmente. Não, contra a máscara, não. O Presidente falou a respeito de um tratamento imediato e fez menção à possibilidade, quer dizer, ao fato de ele ter usado um medicamento, e, no momento, ele não disse o nome do medicamento. Foi em Chapecó. Eu reitero o que eu falei para V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. esteve no programa do jornalista radialista Sikêra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, não cabe reinquirir a testemunha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e presenciou a fala do Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não assisti ao programa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor não estava lá?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não assisti. Eu estava com o Presidente em Manaus, mas não assisti ao programa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fabiano Contarato, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Ministro pelo comparecimento.

Eu quero alertar ao Ministro que o senhor está aqui na qualidade de testemunha, e eu quero lembrar que calar a verdade é crime previsto no art. 342, com pena de reclusão de dois a oito anos e multa... De dois a quatro anos e multa. Eu nunca vi... Com todo o respeito aos colegas Senadores, mas agora é neste momento que eu tenho que me manifestar. Eu nunca vi uma testemunha aqui na frente negando a verdade e faltando com a verdade.

E eu pontuo o porquê. O senhor fala que o senhor assumiu o Ministério e que o senhor não é responsável pelos atos anteriores. Errado. Por quê? Porque a saúde pública é direito de todos e dever do Estado, expresso no art. 196, e um dos princípios que rege a Administração Pública é a impessoalidade.

Então, é o Ministério da Saúde. Não importa se hoje o senhor é o Ministro da Saúde e semana passada ou retrasada foi outro. Então, não exclua a responsabilidade do senhor nessa pasta do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que eu reputo importante é que o senhor fala aqui que a responsabilidade na aquisição de insumos é de Municípios e Estados. Errado. Isso não é. O Estado brasileiro é pessoa jurídica de direito público externo. É o Estado brasileiro que tem competência para celebrar contrato para aquisição. O senhor não vai ver ninguém querendo vender para Estados subnacionais. Então, são pontos em que nós temos que estar lançando luz para que não tenha dúvida.

Eu quero fazer também um alerta – e permita aí, com toda a humildade, Senador Renan Calheiros. Quando se falou do Pazuello e aí se disse que condução coercitiva o Supremo já acabou. Alerta também. Ele impediu isso para investigado. Agora, para testemunha, é dever dela dizer a verdade e comparecer. Se não comparecer, cabe a condução coercitiva para testemunha.

E isso nós temos que também... Por favor, eu tenho que...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao meu irmão Fabiano... Não, tranquilo, Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu não vou entrar no mérito se o Pazuello cometeu...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não. Não quero falar sobre isso não. Só, Presidente, só pedindo, até em respeito à saúde de todos nós aqui, se o senhor puder colocar... Apenas isto: se o senhor puder colocar a máscara, eu acho que fica uma coisa mais coerente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É porque os óculos me embaçam, mas vou tentar.

Eu vou fazer uma pergunta muito objetiva para o senhor. O senhor sabe a diferença de um médico para um cientista?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – De um médico para um cientista?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O cientista é quem faz pesquisa, quem publica. Eu sou um médico.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. O senhor não pode fazer testes usando de cobaia pacientes no seu consultório, porque, só após a aprovação de uma medicação pela Anvisa, é que se pode fazer essa utilização.

Então, eu fico estarrecido quando eu vejo senhor, com todo o respeito, como Ministro da Saúde e questionado ao senhor se o senhor acha... Qual a opinião do senhor a respeito do uso de cloroquina ou ivermectina no combate à Covid. A resposta é uma só: se não foi aprovado pela Anvisa, não é aconselhável, não tem que se utilizar esse tipo de medicação.

Então, o senhor falar assim: não, isso tem que ver, tem que analisar. Não é. O senhor me perdoe, mas o senhor está faltando com a verdade. O senhor está colocando no lixo uma história da vida do senhor. Eu faço um apelo. O senhor tem uma história de vida. O senhor é um médico, o senhor tem uma carreira.

Não se deixe levar por um momento, por um *status* de estar aqui como Ministro da Saúde. O senhor tem uma responsabilidade muito grande, porque, volto a falar, a saúde pública é uma garantia constitucional, mas é um direito humano essencial. Está lá no art. 6º e está no art. 196.

Então, quando o Senador Renan Calheiros questionou o senhor: o senhor prescreveria uso de ivermectina ou cloroquina para o combate à Covid? A resposta que eu queria ouvir do senhor era: claro que não, porque essa medicação não foi passada pela Anvisa, porque tem que ser...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a diferença. O médico pode ser um cientista, mas não necessariamente todo médico é um cientista. E nós não podemos fazer da medicina utilizando os brasileiros como cobaia. Jamais você pode falar que numa determinada região do País, porque se utilizou uma medicação e houve a redução do número de óbitos, que há uma correlação, um nexo causal, porque só quem pode fazer isso é a ciência, é através do trabalho científico, debate com seus pares, para tentar trazer isso.

E aí, sim, efetivamente colocar à disposição da população brasileira. Após a realização desses testes, cabe à Anvisa e não, ao Conselho Federal de Medicina.

E aí eu faço um alerta, que o representante do Conselho Federal de Medicina tem que estar aqui. E eu quero, faço questão de também estar aqui, porque jamais ele pode determinar esse tipo de coisa.

E outra coisa – o Senador Jean Paul também falou –: a nota técnica que está lá na utilização da cloroquina, o senhor, como Ministro, já deveria ter revogado há muito tempo. Porque, se não há isso, o que mantém essa nota técnica? Porque quando o Presidente, ou o senhor, ou qualquer pessoa, ou um Senador aqui tem a capacidade de difundir a utilização de uma medicação sem nenhuma comprovação científica... Nós estamos falando para a população brasileira, que não tem muito, cuja maioria não tem conhecimento científico, falando o seguinte: "Olha, podem sair". É como se as pessoas que fizessem uso de cloroquina ficassem tranquilas para poderem trafegar, transitar na rua. E aí, de 100%, 1% que vem a óbito, fala: "Não, mas 99%, porque tomaram cloroquina, se salvaram". E não é isso!

Por favor, respeitem a ciência. Eu queria pedir aos colegas Senadores: respeitem a ciência. Não é porque um médico ventilou a hipótese de que o uso de hidroxicloroquina e ivermectina vai reduzir que o senhor vai aceitar isso como ciência. Não é isso. Eu ontem falei e hoje eu repito: daqui a pouco nós estamos discutindo se a Terra é plana. Parece que nós estamos num momento de total retrocesso. E nós não podemos fazer isso, não podemos admitir esse tipo de comportamento aqui.

Eu quero também aqui deixar claro que me chama a atenção com relação ao hospital lá da família do senhor. Olha, Senador Renan, eu acho que essa quebra do sigilo fiscal e bancário tem que ser vista, porque a lei que trata de combate à corrupção estabelece as situações em que o Ministro de Estado não pode ter esse tipo de vinculação. Então eu acho, isso seria prudente, e recomendo, com toda humildade, que fosse postulada a quebra do sigilo bancário e fiscal, para avaliar efetivamente essa aquisição, esse hospital que está aí insinuando-se como pertencente à família do ora depoente, que eu acho que tem que ser avaliado em todos seus aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda tem alguma pergunta, Senador?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tenho, tenho pergunta, sim. Estou com sete minutos.

Em resposta ao Senador Tasso, o senhor disse que mais importante que a cloroquina são as medidas de prevenção, como vacina e máscara. Em resposta ao Senador Otto, o senhor também disse que – aspas – "o uso de máscara é importante". Na sua opinião, todas as pessoas, em um mesmo ambiente, devem usar máscara para evitar o contágio?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador. Devem usar máscara, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Esta semana, o Ministro da Justiça, Anderson Torres, fez o seguinte comentário: "Cabe a quem está perto dele se cuidar", referindo-se ao Presidente da República. O senhor concorda com essa afirmação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As orientações são para todas as pessoas, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Na terça-feira, o Presidente da República falou que elas – aspas – "já encheram o saco". E disse anteriormente que máscara é "coisa de marica". Em reunião com empresárias, na semana passada, publicou foto com aglomeração de mais de 20 pessoas sem ninguém utilizar máscara. O senhor acha esse comportamento adequado, Sr. Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As orientações, Senador, para o uso de máscara são para todas as pessoas; todas, sem exceção.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ninguém está acima da lei, nem o Presidente da República.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Volto a dizer a V. Exa.: orientações para todas as pessoas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sobre a vacina, o Presidente da República chegou a dizer que – aspas – "a melhor vacina é o vírus" e que seria – aspas – "o último a se vacinar".

V. Exa. considera que as autoridades públicas têm papel importante de influenciar a população nas companhas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Já aconselhou o Presidente a se vacinar ou a utilizar máscaras, que são medidas importantes – o senhor mesmo aqui reconhece?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Aconselhei, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E ele?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ele passou a usar máscara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ele tem medo de virar jacaré.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Houve recentemente um corte no orçamento do Ministério da Saúde, houve corte nos orçamentos dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Fico imaginando como a ciência brasileira, os cientistas vão se debruçar sobre esse vírus, Senador Renan, se não tem verba e se não há essa comunicação. Eu não consigo achar razoável.

A população brasileira tem que ouvir isso, porque o Governo Federal cortou quase 20% do Ministério da Saúde, cortou dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia e fez um aporte de quase 22% para o Ministério da Defesa. O que é prioridade neste Governo? Qual o principal bem jurídico que deve ser protegido pelo Governo, pelo Estado brasileiro? Eu não tenho dúvida: é a vida humana. Por isso que no Código Penal, o abre-alas dos crimes começa com os crimes contra a pessoa, com o art. 121, homicídio, o 122, induzimento, instigação e auxílio ao suicídio e assim sucessivamente.

Mas quando você retira verba, em plena pandemia, corta o orçamento do Ministério da Saúde, corta o orçamento do Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia a minha pergunta é: eu gostaria de saber o que o Ministério da Saúde juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia têm feito para viabilizar o desenvolvimento dessas vacinas. O que vocês têm feito para viabilizar esse...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu concordo com V. Exa. acerca das questões orçamentárias. Nós temos que trabalhar para ter uma recomposição das verbas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério da Saúde. Nós temos dialogado com o Ministro Paulo Guedes. Eu concordo também que temos que incentivar a pesquisa em relação a vacinas. Isso é importante para o futuro do País.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Diversas pesquisas, Sr. Ministro, e levantamentos estatísticos mostraram que o ritmo de vacinação contra o Covid avança de forma mais lenta entre pessoas negras. Dados da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, apontavam que brancos eram quase o dobro dos vacinados quando comparados aos negros. Dificuldades no alcance de grupos majoritariamente negros, como população de rua, quilombolas. A falta de uniformização nos critérios de vacinação de quilombolas e de trabalhadores e de apoio em hospitais explicam parte desse déficit de vacinação.

Eu já fiz um requerimento de informação, que é o 1.281, ao Ministério da Saúde, sobre esse tema. Mas, como ainda não obtive a resposta, insisto aqui em perguntar. De forma objetiva pergunto: quais são as políticas elaboradas e implementadas pelo Ministério da Saúde com objetivo de reduzir as desigualdades raciais na vacinação contra o Covid-19?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu concordo com V. Exa. que não pode haver discriminação de qualquer natureza.

Esse requerimento que V. Exa. fez ao Ministério da Saúde amanhã mesmo eu vou procurar e determinar que seja feita a resposta imediata a V. Exa. à Coordenação do Programa Nacional de Imunizações.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só por curiosidade, o senhor já tomou ivermectina ou hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, senhor. Nunca usei.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ah, tá bom.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tomei vacina.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu queria só saber o seguinte: o senhor enaltece tanto a Conitec, mas por que V. Exa. ainda não revogou a nota técnica?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma orientação que foi feita em relação à segurança de doses. Essa medicação é prescrita em Municípios, em hospitais, e foi essa a justificativa que eu obtive da equipe.

A minha posição pessoal eu já disse aqui, de maneira reiterada: elaboração do protocolo clínico e a diretriz terapêutica, que têm que ser feitos de maneira célere.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só, para finalizar, Sr. Presidente, com todo respeito.

A falta de transparência das informações sobre a pandemia tem sido uma das principais características da resposta do Governo Federal à Covid. Não por outra razão, formou-se um consórcio de veículos de imprensa para divulgar informações sobre óbitos, casos e, agora, vacinas. Atualmente, esse consórcio segue trazendo informações mais atualizadas sobre o ritmo de vacinação no Brasil. Não é hora de o Governo Federal reassumir sua responsabilidade de ser o principal veículo de informação para a população brasileira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – De acordo com V. Exa., essa iniciativa vai ser retomada, e o Ministério da Saúde deve ser a fonte de referência, sim, para informações à população.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E o Governo Federal não deveria contribuir de forma mais efetiva para a coleta dessas informações nos Estados e Municípios sobre a vacinação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essas informações são repassadas por Estados e Municípios, pelas secretarias municipais e estaduais, e são levadas ao Datasus.

Existem alguns Estados que não informam diretamente ao Datasus, eles têm sistemas próprios. É o caso do Estado de São Paulo, é o caso do Estado do Rio Grande do Norte, é o caso da cidade de Salvador.

O Senador Izalci Lucas aqui lembrou a necessidade de se aprimorar o sistema de informação do Ministério da Saúde, com o que eu concordo, e, assim sendo, naturalmente, nós teremos informações de mais qualidade, que serão úteis não só para a gestão pública, mas para também atender ao requisito de publicidade próprio da administração pública.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só para finalizar.

O senhor, na qualidade de médico, como médico que é, o senhor sabe que médico é aquele que desenvolve ações profissionais para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde. Isso está expresso na Lei 12.842, de 2013, no art. 2º. O cientista, por outro lado, é aquele que realiza estudos clínicos para avaliar o funcionamento e a segurança de determinada droga em humanos, depois de feito isso em laboratório.

Eu faço um apelo, como cidadão e como Senador: ovacione e respeite a ciência e não difunda uma cultura de utilização de uma medicação sem nenhuma comprovação científica, porque isso está aumentando as consequências e a pandemia em que nós estamos.

O Estado brasileiro e esse Governo Federal, juntamente com os Ministros que por ali passaram, têm a digital nessas mais de 412 mil mortes e quase 15 milhões de contaminados.

Eu tenho familiar que perdi, eu tenho familiar que sobreviveu e está com sequelas e quem é responsável por isso, não tenho dúvida, seja por ação ou omissão, é o Chefe do Executivo, porque o Estado brasileiro é que é competente para dar efetividade a esse bem jurídico que é a saúde pública como um direito humano universal, como um direito constitucional expresso no art. 196.

Por favor, honre o diploma do senhor, ovacione e respeite a ciência!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, só uma questão.

O senhor respondeu agora ao Senador Alessandro que não estava naquele programa de TV.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não assisti ao programa de entrevistas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

Presidente, eu vou pedir, mais uma vez, que não haja...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor estava ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estava em Manaus, no programa de entrevistas, num ambiente fechado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que imponha respeito à Comissão. Não pode aqui...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e eu não assisti, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não; mas o senhor não estava no programa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ficar esse patrulhamento em cima do depoente, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estava em Manaus, onde foi gravado o programa que, depois, foi exibido. Eu não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já tiveram oportunidade de se manifestar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... assisti ao programa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É para garantir... Diz respeito aqui ao depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que mantenha a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Diz respeito ao depoimento. A pergunta é objetiva e diz respeito ao depoimento e ao juramento de dizer a verdade do depoente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, o Vice-Presidente pode ficar todo o tempo interferindo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., Sr. Presidente, não pode permitir isso!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pode, pelo Regimento, interferir o tempo todo, a reunião inteira?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor estava em Manaus naquele programa de entrevistas?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há um flagrante...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estava em Manaus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor estava em Manaus.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O programa foi gravado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o senhor vai concordar com isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor estava presente no estúdio?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Ô, Senador Randolfe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro reconheceu apenas uma oportunidade. V. Exa. está citando outra oportunidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Senador Renan...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – É só para confirmar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Porque foi a segunda oportunidade do depoimento do Presidente da República contra o uso de máscaras, contra as medidas de isolamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Parabéns!

Sr. Presidente, só uma informação que eu considero muito importante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! O Relator tem direito de falar, por favor. Porque é uma questão muito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi novamente atacada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que, em sua *live* de hoje à tarde – que aliás continua –, disse o seguinte: "Sabe o que eu diria para o Senador? Prezado Senador, frase não mata ninguém; o que mata é desvio de recurso público que o seu Estado desviou. Vamos investigar o teu filho que a gente resolve esse problema. Desvio mata, frase não mata".

Eu queria, com a permissão dos senhores, Presidente, dizer, com todo o respeito ao Presidente da República, que o que mata é a pandemia, pela inação e inépcia, que eu torço não seja dele, porque nós não queremos fulanizar isso aqui.

Com relação ao Estado de Alagoas, ele não gaste o seu tempo ociosamente, como tem gasto o seu tempo, enquanto os brasileiros continuam morrendo.

Aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, se houver necessidade, todos, sem exceção, serão investigados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Relator, só para fazer uma ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há vários pedidos de informações do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um minutinho!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor ouve...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estou dizendo que há vários pedidos de informações do Senador Eduardo Girão em relação aos Estados brasileiros, inclusive em relação a Alagoas. É só para registrar, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim, há, mas eu queria só deixar claro, diante da declaração do Senador Renan Calheiros, que eu discordo da fala do Presidente no aspecto de que frase não mata e que desvio mata. Os dois matam! Os dois!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o senhor fazer colocações aí, como o senhor tem feito desde a primeira sessão, com o Mandetta, com quem o senhor teve um tratamento cordial, extremamente cordial... Parecia até um jogo aqui de perguntas e respostas que já se sabiam. Ontem, com o Teich, e agora, com o Marcelo Queiroga foi uma afronta de uma forma que eu até me sinto constrangido como Senador da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – V. Exa. tem muito constrangimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu me sinto constrangido como Senador, porque a sua parcialidade, Senador Renan Calheiros, o Brasil todo está vendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O senhor tem muitos constrangimentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Com as suas declarações para o jornal *O Globo* e para vários outros jornais, de quem é o culpado e de quem é o inocente, eu não concordo. Eu acho que a gente tem de buscar a verdade, toda a verdade. Essa é a independência. Agora, o senhor, infelizmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Torço para que o...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu torço para que o senhor seja tão firme assim quando estiver com Governadores e Prefeitos aqui. Aí eu quero ver a mesma postura...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu torço para que o Presidente da República não seja culpado, não seja o responsável por essa inércia...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor já deu declarações, o senhor já deu declarações, o senhor já deu declarações na imprensa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por essa inação. Eu torço por isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o Presidente da República não é objeto de investigação nesta CPI, Sr. Presidente, com todo o respeito. Peço que imponha limite aos membros, inclusive, ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente não é objeto de investigação, ninguém está dizendo isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Quem falou isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só o Marcos Rogério que falou isso até agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. deve estar com os ouvidos tapados, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Zenaide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só o Senador Marcos Rogério que falou isso daí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Randolfe, me respeite. Se V. Exa...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Obrigada, gente....

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. o tempo todo, Senador Randolfe... V. Exa. o tempo todo, Senador Randolfe, fica patrulhando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... Palácio do Planalto!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem algum problema...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Gente, deixem-me falar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. Tem algum problema com isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Zenaide, toda vez que a senhora vai falar tem algum problema aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. se põe no tamanho da sua estatura, Senador Randolfe. Me respeite!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Que é maior que a sua, é muito maior que a sua!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me respeite! Me respeite! Me respeite!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Por favor, gente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu respeito a quem se dá ao respeito!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se dê ao respeito!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, eu respeito a quem se dá ao respeito, não é o seu caso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa., eu faço um apelo. Aqui não tem Senador de primeira ou de segunda categoria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já até passei a palavra para a Senadora Zenaide.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator tem preferência na fala, é verdade, agora, os demais Senadores que estão aqui, todos devem ter o mesmo tratamento, e não o Vice-Presidente ficar usando o microfone quando quer e outros também.

Quando quer pedir pela ordem, alguma coisa, o.k., agora, para reinquirir o depoente não pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero pedir aos Senadores, porque as Senadoras não estão fazendo isso, só os Senadores estão fazendo isso, eu vou pedir para que a gente mantenha a nossa relação aqui sem... As coisas que nós estamos torcendo aqui é para que a gente possa acertar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou vendo aqui o Ministro Queiroga. Ele passou desde as 10h da manhã – são 8h da noite –, e o Brasil está precisando dele neste momento, está certo? E ele está aqui, porque ele podia estar lá...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E eu aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Ele podia estar hoje no Ministério da Saúde, que eu acho que ele estaria também produzindo muito. Então, ele perdeu um dia todo e eu espero que a gente não estrague no final o que ele está fazendo aqui.

Então, eu vou passar para a Senadora Zenaide e depois para a Senadora Leila para que a gente encerre a presença do nosso querido Ministro aqui, e eu espero mesmo que ele dê certo. Eu estou torcendo muito, eu acho que todos nós, o Brasil torce por isso.

Podemos até ter divergência de pensamento, mas para quem já perdeu amigos, parentes tem que torcer para não perder outro parente, outro amigo, e só nós podemos fazer isso agora neste momento, dando total apoio, independentemente de cor partidária.

Olha, eu me lixo para... Eu levo pancada de manhã, de tarde e de noite das redes sociais, mas eu sei que essas pessoas que estão fazendo isso talvez não saibam nem porque estão fazendo, e eu nem posso me preocupar com isso.

Então, Senadora Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Ministro, eu fiquei ouvindo aqui o dia todo e vi que o senhor disse que ia pautar o seu trabalho na pandemia na prevenção e em adquirir vacinas.

A primeira pergunta, Sr. Ministro: o senhor tem ideia de que o senhor continua deixando autorizado – porque o senhor está autorizando aí – o uso de medicação sem eficácia terapêutica confirmada? O mais grave que eu considero desses medicamentos não são só os efeitos colaterais, gente! O mais grave é a falsa esperança que se dá à população brasileira.

E agora eu respondo à minha Colega Soraya Thronicke sobre o que eles consideram que é pregado sobre esses medicamentos: é que são preventivos, e fazem o tratamento precoce. Isso faz com que as pessoas se sintam com coragem de aglomerar, de saíram à rua. É a impressão, infelizmente, do porquê alguns colegas médicos prescrevem... E eu continuo afirmando que o médico tem liberdade de prescrever aquilo que a ciência comprovou que tinha eficácia terapêutica para aquela doença.

Então, a pergunta que eu faço é a dificuldade do senhor. Primeiro, eu acho que o senhor deveria fazer uma publicidade não só pregando o distanciamento social, porque o senhor disse que ia investir na prevenção, no distanciamento social, mas o uso de máscara, sustando esse protocolo que foi criado aí, não esperando essa história de... (*Falha no áudio.*)

... sustando o uso da cloroquina, da hidroxicloroquina e da ivermectina, até que se tenha comprovada a eficácia terapêutica. Por que essa discussão aqui? A gente tem provas de que há mais de noventa estudos, mas, com certeza, trinta que fizeram estudo dizem que não tem eficácia.

Então, para mim, o mais grave deste País é ficar aqui com essa história de que tem eficácia, e o senhor permitir o uso?! O senhor não era para permitir o uso! O senhor tinha que fazer propaganda. Por que o que eles dizem a quem toma cloroquina? Que serve para prevenção; que quem toma ivermectina e hidroxicloroquina não vai ter, ou então tratamento precoce.

Dois, eu sei como vai ser, mas eu queria perguntar ao senhor: como o senhor vai fazer uma campanha publicitária, educando o povo para manter o distanciamento social, usar máscara e fazer a higienização das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãos, se o Presidente da República faz isso todo dia, é contra isso? Ele aglomera, não usa máscara. É a minha pergunta.

Eu acho que, até hoje, não acredito que haja nenhum país do mundo com a pandemia nesse nível. Hoje, agora, terminou com 2.550 mortos, gente! Nós já estamos com 416.949. É uma média de 2,5 mil pessoas por dia, gente! E em um mês?! Por favor! Em dez dias... São 75 mil!

Por isso, Sr. Ministro, que nós o chamamos aqui, porque a gente sempre achou que esta CPI não era só para investigar o passado. A gente tem que ir ao passado para saber porque estamos aqui. Eu não tenho dúvida – e eu queria aqui dizer aos colegas que eu percebo perfeitamente – de que existe assim... O Ministro Mandetta saiu porque não concordava com o tratamento também. O Teich também não concordava.

E eu acho que o senhor, como médico, não devia permitir o uso de medicamentos, principalmente mentindo para a população: que tomando ivermectina não vai pegar e que com hidroxicloroquina também não vai pegar. É o tratamento preventivo, gente. O que previne viroses, quem previne a Covid-19 são as vacinas.

Outra coisa: as vacinas, e eu estou vendo que o senhor tem um interesse grande... Eu sei que o senhor é um técnico que tem o maior respeito por isso. O senhor já deixou claro que a população brasileira só vai, provavelmente, estar vacinada em dezembro. Até lá, a única maneira de não sobrecarregar o SUS, que já está – eu falo como outros – precisando de oxigênio para respirar...

E queria lembrar ao Sr. Ministro e aos colegas que aqui se está falando só dos óbitos da Covid. Tem centenas de pessoas, de brasileiros e brasileiras morrendo, porque o SUS está voltado só para Covid, e pessoas há um ano, mais de um ano com diagnóstico de tumor não têm como ser operadas, não podem chegar lá. Então, a gente tem que contar esses óbitos também.

Então, Sr. Ministro, a pergunta é a seguinte: se o senhor quiser que as medidas protetivas de distanciamento social para evitar... Já que a gente só terá vacina para todo mundo em dezembro, o senhor vai ter que fazer publicidade, campanha publicitária em redes grandes de televisão e em todos os lugares, primeiro, dizendo que não aconselha o uso da cloroquina, da ivermectina; segundo, que não aglomerem – quem puder não aglomere –; terceiro, que usem máscaras. Eu queria saber como o senhor vai executar isso aí com todos esses problemas que eu mostrei. A campanha de aglomeração o senhor vai ter que lidar... Eu não sei como o Estado brasileiro vai pagar uma publicidade dessas se o próprio Presidente da República vai lá e desmancha.

Outra coisa que eu queria dizer aqui: eu estou percebendo aqui que existe uma defesa, como se quisessem, o Governo quisesse legalizar o uso de cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina para poder legalizar, para não ser punido quem usou – quem usou –, quem prescreveu sem eficácia terapêutica e quem usou o dinheiro público para comprar esses medicamentos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senadora, em relação à veiculação de publicidade, aqui eu já falei, de manhã: de 30 de março a 6 de maio, foram investidos R$23 milhões, 427 inserções na televisão, 40 mil inserções em rádio, 6 milhões de inserções em mídia; internet, 35 milhões. Então, essas campanhas já estão sendo realizadas pelo Ministério da Saúde acerca de vacinação, acerca de medidas não farmacológicas, e isso deve ser ampliado, para que haja uma conscientização maior da nossa sociedade.

Em relação aos fármacos aqui mencionados, desde 11h da manhã, eu tenho dito, de maneira reiterada, que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS já está trabalhando nesse assunto para que a gente supere essa discussão de uma vez por todas e parta para cima dos pontos que são relevantes acerca do enfrentamento da pandemia da Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às outras doenças, estou absolutamente de acordo com V. Exa. sobre termos de ter um olhar especial, porque são doenças prevalentes e são também doenças que levam à morte da sociedade brasileira, particularmente as doenças cardiovasculares e as doenças oncológicas.

Estamos trabalhando também com as síndromes pós-covid, como eu já fiz menção aqui na Comissão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Ministro, eu queria só dizer ao senhor o seguinte: o senhor vai ampliar essa campanha e vai dizer ou pelo menos não aconselhar a população, dizendo que não têm eficácia nem estudo científico a hidroxicloroquina e a ivermectina na prevenção ou cura da doença, quando tratada precocemente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Após a manifestação...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Se não fizer isso, o senhor está concordando com o uso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Após a manifestação da Conitec, Senadora, todos esses aspectos serão enfatizados, como aqui eu já disse de maneira reiterada.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Mas eu queria dizer ao senhor que era para ser o contrário. Queria que o senhor dissesse: "não usem" até a Conitec mostrar que tem eficácia. Não é deixar usar. Eu acho que isso daí teria de ser invertido.

Agora, eu estou falando sobre isso porque eu observo que é como se houvesse uma maneira, uma insistência muito grande, eu quero dizer aqui, por parte do Governo. Não tem como negar. Não tem história de esquerda, de direita, não. Não tem como negar que o Governo insiste em querer que as pessoas usem ivermectina, cloroquina, hidroxicloroquina.

Isso não pode ocorrer, gente!

Há algum motivo. E eu vejo isso. Eu acredito que não vão encontrar essa eficácia. Não só os efeitos colaterais, a mim, o que preocupa é a falsa ilusão de que "estou protegido com ivermectina ou com hidroxicloroquina". Isso é cruel.

Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, Renan.

E obrigada a todos os colegas por estarem, aqui, me ouvindo a uma hora desta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Valeu, Zenaide.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, obrigada pela oportunidade.

Rapidamente, quero cumprimentar o Ministro Marcelo Queiroga.

Já estamos no avançado da noite, todos muito cansados. Eu acompanhei desde o início.

Ministro, eu vou ser muito rápida. Eu tenho apenas uma pergunta, até porque eu me sinto contemplada pelos questionamentos dos colegas. Essa minha última pergunta, eu nem a faria, mas eu fui provocada, e acho que estou diante da maior autoridade na área da saúde do nosso País, e nós abrimos aqui um debate na Casa sobre a questão das aulas presenciais tanto na rede pública como privada do nosso País, principalmente na rede pública. Eu gostaria de saber do senhor algumas posições.

Diferentemente do que tem sido dito por alguns colegas, desde que iniciamos as reuniões da Comissão, sobre o fechamento das escolas do mundo, segundo números obtidos do *site* da Unesco em relação aos dias de aula presencial perdidos em diversos países até o dia 30 de abril de 2021, a situação brasileira não é tão diferente. São 30 semanas, na Alemanha; 27 semanas, no Reino Unido; 38 semanas, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itália; 41 semanas, no Canadá; 52 semanas, nos Estados Unidos; 50 semanas, na Argentina; 48 semanas, na Colômbia; 46 semanas, no Peru; 51 semanas, na Bolívia; 49 semanas, no Chile; e, vejam, aqui no Brasil, segundo o *site* da Unesco, são 49 semanas. E vale lembrar que, exceto pelos Estados Unidos, trata-se de uma lista de países que tiveram menos mortes e menos contaminações do que o Brasil e, sobretudo, se encontram em situação menos grave neste momento. Vale destacar ainda que, por sete meses, o Brasil liderou o triste *ranking* de número de mortes por milhão de habitantes por dia, no mundo; e, neste momento, lidera essa lista há quase dois meses.

Considerando essa realidade, Sr. Ministro, eu indago ao senhor o que o senhor pensa, na condição de Ministro da Saúde, como eu falei, a maior autoridade nesta área, sobre a volta às aulas na conjuntura atual da pandemia no País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E a segunda, na sua...

Pois não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, pode continuar, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

E, na sua opinião, essa decisão deve ser tomada por cada gestor local, observando a realidade que vive, ou pelo Congresso Nacional, de cima para baixo, uma decisão centralizando essa decisão. O senhor, como autoridade nesta área, o que o senhor orienta a gente para esse debate dentro da Casa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senadora, na segunda-feira passada, no domingo passado, eu estive com a representante da Unicef no Brasil, a Dra. Florence, e tratamos sobre essa questão da escola, do retorno às aulas. E nós achamos esse assunto absolutamente relevante. Eu vou tratar com o Ministro Milton, porque a minha opinião pessoal é o retorno às aulas, não só por conta da questão da educação em si, mas é porque, nas aulas, sobretudo, nas escolas públicas, a segurança alimentar e outros pontos são importantes. Eu vou aprofundar essa discussão e trazer esses pontos para a senhora, e, aqui, para os Srs. Senadores. É algo muito relevante. Saúde e educação são prioridades absolutas do Estado brasileiro, e nós precisamos contemplar essa necessidade dentro das discussões. O Ministério liderará, com o Ministério da Educação, e isso naturalmente será discutido com Estados e Municípios, com os Secretários de Educação de Estados e Municípios, para termos um posicionamento uniforme.

Eu estive no Rio Grande do Sul, há pouco mais de 15 dias, e lá discuti com o Governador Eduardo Leite. Essa também é uma preocupação dele. Enfim, vamos avançar nesse debate, Senadora.

Muito obrigado pela sua pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – De nada.

Ministro, só mais uma: o senhor falou que, a próxima semana, o senhor já estará com o Ministro da Educação para conversar sobre essa pauta/

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu vou ligar para ele amanhã. Viu, Senadora? Só em homenagem à sua pergunta e à sua preocupação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

É muito importante, Sr. Ministro. Realmente, nós estamos sendo pressionados. Eu acho que vale, está na hora de a gente debater, não só no Congresso, mas no Executivo federal, essa questão. Então, eu peço ao senhor uma atenção especial a essa questão do retorno às aulas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Leila.

Encerramos, assim, a presença do Ministro.

Ministro, eu quero agradecer a sua presença. Por mais que, às vezes... (*Pausa.*)

Só um minutinho aí... Randolfe, eu vou me despedir do Ministro aqui, só um minutinho.

Eu quero... Se houve algum excesso, nós pedimos desculpa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma honra, Senador; é uma honra participar desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A preocupação de todos, inclusive de V. Exa., é a mesma nossa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma honra participar desta sessão com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero aqui, no final, lhe fazer dois pedidos a V. Exa. Um, existem milhares e milhares de brasileiros, talvez milhões, neste momento, que conseguiram sair com vida da Covid, mas conseguiram sair com muitas sequelas. É possível que, ao mesmo tempo em que o senhor está cuidando da questão das vacinas, dos protocolos e de uma série de coisas que eu sei que têm tirado muito o seu tempo, que uma equipe do Ministério da Saúde possa se preocupar em termos de a gente ter uma política em relação aos sequelados. Muita gente saiu com o pulmão com 50%, 60%, e não tem dinheiro para pagar um fisioterapeuta. E o sistema de saúde nos Estados e nos Municípios está voltado somente para a Covid. Existe fila para fazer operação na área de Cardiologia, na área de Ortopedia, uma série de coisas está represada no sistema brasileiro; não é só no meu Estado do Amazonas, é no Brasil todo.

Então, esse apelo que eu faço a V. Exa. é para que a gente possa... E pode contar com a ajuda desta Comissão e do próprio Congresso Nacional para que a gente possa ter clínicas de reabilitação para inúmeras sequelas que nós estamos tendo hoje em brasileiros pós-Covid. A vida dessas pessoas mudou e mudou para pior, muito pior! Uma pessoa que saiu depois de estar intubado ou passou muito tempo dentro de uma UTI, saiu uma outra pessoa, infelizmente, muito pior do que entrou naquele sistema. E V. Exa., como médico, uma pessoa que tem por profissão a Medicina e por vocação, porque ninguém é médico se não tiver vocação para ser médico, uma vocação muito grande...

Nesse sentido, todos nós, da Comissão, queremos agradecer a sua presença aqui. Pode contar conosco. E a gente espera que esse debate, que durou muitas horas, contribua para que a gente melhore a saúde do povo brasileiro.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Presidente. Muito obrigado ao senhor; muito obrigado ao Senador Renan Calheiros, o Relator da CPI; obrigado a todos os Senadores. E eu peço desculpas se cometi alguma impropriedade, mas é uma reunião muito prolongada, mas estou certo de que estamos contribuindo com a democracia do Brasil.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem, só para... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos aqui vários pedidos de informações. Existe um requerimento do Senador Marcos Rogério que aumenta de cinco para dez dias o prazo para mandar informações.

Está deferido o seu requerimento, até porque nós já tínhamos votado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só o aumento não precisa ser votado. Está deferido por...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De ofício, Presidente. Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Comunicar as pessoas que têm até dez dias, porque cinco, realmente, às vezes, é um número bastante pequeno para que você dê as informações.

Temos vários requerimentos de pedidos de informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem aprova todos os requerimentos de pedido de informação, incluindo o do Senador Randolfe, permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só um esclarecimento antes de V. Exa. terminar, encerrar, que é um miniesclarecimento. É óbvio, Presidente, que requerimentos de informações que tenham a ver com o depoimento fazem parte, automaticamente, de qualquer depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, eu só... Vamos fazer o seguinte: mas não pode ser oral. Tem que ser escrito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ao mesmo tempo em que você acha que tem alguma informação que a pessoa que está aqui dando a informação não tem, pede para o assessor fazer por escrito, dê entrada e eu faço como fiz com o Eduardo Girão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, com o Senador Eduardo Girão. Correto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que ele deu entrada em vários, hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É. Parabéns a V. Exa.! Cautela, é nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Pode ser assim? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Havendo número regimental, coloco em votação as Atas das 2ª e 3ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Está encerrada a reunião.

Convocamos, às 10h de terça-feira, a audiência com o Presidente da Anvisa.

Um abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia onze de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Alessandro Vieira, Eliziane Gama e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Rose de Freitas, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke e Oriovisto Guimarães. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da ANVISA, em atendimento aos requerimentos 110/2021, 121/2021, 128/2021, 176/2021 e 272/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a Fiocruz, está marcado para o dia 26 para ela estar presente aqui. O Presidente da Fiocruz pediu para a gente permutar a data ou com o Butantan ou com a União Química, porque, no dia 26, a Fiocruz completa 101 anos, e eles têm uma programação nesse dia. Eu vou tentar mudar a data: no dia 25, seria a Fiocruz; no dia 26, o Butantan. É só uma permuta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Paz e bem a todos!

Que tenhamos uma semana produtiva!

Eu queria apenas relembrar, Sr. Presidente, que faz uma semana exatamente que eu fiz uma questão de ordem para que fossem incluídos no plano de trabalho, que ainda nem sequer foi votado, os fatos determinados pelos meus requerimentos, pelo meu requerimento, que reuniu a assinatura de 45 Senadores, que visa a investigar os bilhões de reais que foram enviados de verbas federais para Estados e Municípios, e que a gente fizesse de forma alternada.

Na semana passada, nós tivemos aqui um momento muito emotivo, que nos emocionou a todos. Foi feito um minuto de silêncio pelo ator brasileiro, uma pessoa muito humana, Paulo Gustavo. Inclusive, nesse fim de semana, tivemos uma entrevista com a mãe do Paulo Gustavo, a Dona Dea Lucia Amaral, que, inclusive, fez um desabafo sobre essa questão de que desvio de verbas federais em época de pandemia é assassinato. Estou, inclusive, com o vídeo dela aqui. Se o senhor permitir que a gente possa, de alguma forma, sentir esse clamor de uma mãe, que falou por várias outras mães... É algo que realmente dá o tom para que a gente possa buscar toda a verdade, não apenas uma parte da verdade.

Então, eu queria pedir autorização para o senhor se eu posso colocar aqui a fala da D. Dea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu assisti ao Fantástico domingo, eu acho que todo mundo assistiu. Ela faz um apelo emocionante. Ela não fala exclusivamente, ela diz que o desvio acarreta a morte e tal, nós assistimos.

Em relação ao seu requerimento, o senhor tem toda razão, Senador Eduardo Girão. O que nós tínhamos acordado aqui é que nós estávamos esperando as informações dos Estados para que, em cima das informações dos Estados, nós pudéssemos fazer as convocações necessárias. Como nós demos cinco dias de prazo e a maioria está pedindo um pouco mais porque tem que detalhar todos os gastos... Não adianta o cara chegar aqui e dizer que recebeu 400 milhões e gastou 400 milhões sem dizer em que, tanto de Estados e Municípios. E ainda teve um adendo do Senador Ciro Nogueira, que pede que seja acima de 200 mil habitantes, quer dizer, é um número bastante... Então, na hora em que chegarem esses dados – e V. Exa. que fez o requerimento, inclusive, pedindo essas informações –, a partir disso, nós vamos, sim, chamá-los, não tenha dúvida sobre isso. Só que a gente precisa ter um fato para chamar. Nós vamos chegar aqui e dizer: "Olha, o governo tal pegou esse dinheiro e gastou com uma coisa em que não era para gastar", aí baseado em fatos concretos, que é o que diz a CPI.

Então, V. Exa. está cheio de razão, eu não discordo um centímetro do que você disse. Só vamos aguardar essas informações para que possamos nos debruçar.

Uma outra coisa é como que a gente vai operar esses documentos secretos, porque muitos dos senhores fizeram requerimentos que são secretos, que não podem vazar. Como é que nós vamos ter acesso a isso? Eu pedi para a gente fazer uma normativa sobre essa questão. O Senador que tiver acesso a esse tipo de informação vai ter que deixar lá a digital dele... A digital, que eu dito, é a responsabilidade da pessoa se vazar.

Então, V. Exa. está certíssimo, Senador Eduardo. Nós não vamos passar o pano em cima de ninguém. Fique tranquilo que não vai acontecer isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas essa questão de ordem o senhor pretende responder nesta semana?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A questão de ordem que eu fiz na semana passada exatamente sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre convocar?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sobre alternar, chamar alguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, eu só estou aguardando as informações, Senador, sem problema nenhum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como nós tínhamos feito uma cronologia de ouvir os ministros e os ex-ministros – eu acho que dia 19, com a presença do ex-Ministro Pazuello, a gente encerra esse ciclo de ministros –, nós ficamos de ouvir a Fiocruz e o Butantan. E o Fabio Wajngarten e o Ernesto você sabe as razões, não é de... A partir daí nós faremos – como V. Exa. fez a questão de ordem –, a partir de informações concretas, sem a gente chegar aqui também e expor pessoas sem ter algo concreto, sem ter algo que... Como diz a CPI e lido pelo Presidente, Senador Rodrigo Pacheco: fatos determinantes correlatos à CPI. Foi isso que foi aprovado no dia em que foi lido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Izalci pediu primeiro. Um minutinho, Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Questão de ordem também, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, é só para reforçar. Eu participei pelo menos de umas cinco CPIs já, tanto na Câmara quanto mista. E aqui, no Senado, eu sou Relator, inclusive, da CPI... (*Falha no áudio.*)

O Senado talvez tenha um dos sistemas mais seguros e mais bem adequados para essa questão do sigilo. Então, já é bastante conhecido o sistema, é bastante seguro. E, lógico, quem acessar vai deixar a digital lá e, então, todo mundo vai saber quem acessou qual documento. Isso aí não tem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente espera até amanhã e já dá uma posição para V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já chegaram alguns documentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já estão chegando alguns documentos, que eu pedi para a Secretaria da Mesa trancar num cofre.

Quem está responsável? Era o menino cujo filho pegou Covid...

Nós tínhamos um...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é o nome dele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Leandro estava nos secretariando aqui porque o Felipe... E, aí, um dos filhos dele pegou Covid e ele não vai vir trabalhar estes dias por causa disso.

Quem é que ficou com a chave?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, a chave que eu digo é quem está com o acesso lá.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui duas observações e encaminhar uma proposta.

Nós recebemos aqui na semana passada o Ministro Queiroga. Na minha avaliação, ele omitiu uma série de informações sensíveis aqui ao nosso Colegiado, alegou que estava há muito pouco tempo no ministério, mas, aparentemente, ele não estudou diversas questões de que deveria ter conhecimento.

Perguntado se havia continuidade de distribuição – infelizmente, temos que voltar para o nome desse remédio –, ele disse que não sabia se havia distribuição de cloroquina na sua gestão, sendo que, ontem, uma matéria do jornal *O Globo* mostra que, entre o fim de março e abril, já depois de ele ter tomado posse, foram entregues 127,5 mil comprimidos a dois Municípios do interior de São Paulo. Além do mais, ele disse que não havia mais protocolo de cloroquina no SUS. No entanto, a orientação do Ministério da Saúde continua a ser a de fazer-se o tratamento precoce para a Covid-19. Por essa razão, eu estou pedindo, Presidente... O Senador Rogério Carvalho e eu assinamos um requerimento pedindo a reconvocação do Ministro Queiroga, que, quando V. Exa. entender pertinente, poderá votar.

A outra observação que eu queria fazer... Eu não quero aqui criar uma animosidade da CPI com o ex-Ministro Pazuello, mas, realmente, é preocupante que o Ministro tenha demandado não vir aqui para poder fazer a quarentena e, no domingo passado, ter saído do hotel, ter ido ao Palácio da Alvorada tomar café da manhã com 20 pessoas e só voltar aqui agora no dia 19. Então, queria fazer este registro, porque a mim me parece um certo desrespeito a esta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos analisar... No momento oportuno, a gente analisa a reconvocação do Ministro Queiroga se for necessário. Por enquanto nós vamos manter essa nossa... Até o dia 27... Nós temos a Anvisa hoje; o Sr. Fábio Wajngarten amanhã; a Pfizer no dia 13;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

18, Ernesto Araújo; 19, o ex-Ministro Pazuello; dia 20, a Mayra Dias; dia 25, Butantan; 26, Fiocruz – e não são 120 anos, são 121 anos da Fiocruz –; e, 27, União Química. Aí já expliquei para os senhores que a gente vai fazer a permuta entre Butantan ou Fiocruz. Então, a gente vai ver isso no devido tempo.

Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero fazer aqui um pela ordem que pode, num primeiro momento, parecer elementar, mas não é, porque os desdobramentos decorrentes dessa situação poderão ter um impacto muito importante nesta Comissão.

Eu peço ao senhor que, como Presidente, todas as vezes em que a gente estiver ouvindo um convocado, V. Exa. coloque, de forma clara e formal, a condição na qual ele está sendo ouvido, se testemunha ou investigado. E por que faço essa colocação, Presidente? Nós, por exemplo, nos requerimentos que foram encaminhados ao Pazuello, no levantamento que nós fizemos, não há essa definição. Ao mesmo tempo também, nós já temos inclusive decisão do Supremo Tribunal Federal, colocando até... Houve uma votação, inclusive empate, até colocando que, na situação de investigado, esse convocado poderia até se esquivar de estar aqui presente na Comissão, na condição de investigado. Então, eu pediria a V. Exa. que deixasse isso claro nessas definições, e que especificamente ao ex-Ministro Pazuello houvesse, se não foi colocado, uma clareza de que ele está sendo chamado e convocado na condição de testemunha, e não de investigado, exatamente para impedir que ele possa arguir essa condição e não comparecer a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos os depoentes aqui fizeram o juramento e sabem o que está sendo investigado. Não será diferente com o ex-Ministro Pazuello.

Senador Marcos Rogério, V. Exa. pediu a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, todos estão na condição de testemunha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para consignar, já que requerimento a gente apresenta e é tramitado e a gente não faz aqui manifestação sobre requerimento que apresentou, exceto quando a gente quer provocar um efeito lá fora. Então, considerando a fala do colega, agora há pouco, sobre reconvocação de depoente que já compareceu a esta CPI, eu queria consignar que me parece haver um movimento muito claro, por parte da Oposição, de focar a investigação no Governo Federal e numa tentativa muito clara de blindagem de Prefeitos e Governadores, e isso se mostra cristalino neste momento, quando se fala na hipótese de reconvocar o Ministro da Saúde a esta CPI, que esteve aqui na última quinta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou começando a entender que o grande problema do enfrentamento da pandemia começa a ser o papel de alguns integrantes desta CPI, quando buscam tirar o Ministro da sua função do enfrentamento aos problemas reais do Brasil, para colocá-lo aqui de castigo, das 10 da manhã às 8 da noite. Não bastasse fazerem isso na semana passada, agora vêm com essa hipótese.

Eu até não descarto a hipótese da necessidade de haver uma reconvocação desse ou daquele depoente, a depender do avançar das investigações e se confirmando omissões, se confirmando contradições, a necessidade de se fazer. Mas nesse momento, com todo o respeito, me parece uma tentativa muito clara de obstruir os trabalhos reais de investigação. Ao invés de buscar ouvir os homens públicos que receberam milhões e milhões de reais para combater a pandemia, estão querendo pessoalizar cada vez mais a investigação, falando-se até em entrar dentro da casa do Presidente. Isso é algo absolutamente reprovável.

É preciso, Sr. Presidente, haver o mínimo de equilíbrio em relação aos trabalhos desta CPI. As primeiras semanas foram dedicadas integralmente a oitivas que atenderam o comando da CPI e a Oposição, focadas no Governo Federal. É preciso agora ir um pouco além: os documentos estão chegando, as revelações estão aparecendo. É preciso seguir o caminho do dinheiro, é preciso começar a olhar para os indícios – operações da Polícia Federal nos Estados.

Está claro que a intenção da Oposição é impedir que sejam investigados atos de corrupção. Isso nós não podemos aceitar. Enquanto isso, fica falando aqui o tempo todo: "Cloroquina, cloroquina, cloroquina". E corrupção? E roubalheira? E desvio de dinheiro? Isso nos interessa também.

Então, eu cumprimento V. Exa. pela cautela. Algumas semanas atrás, tivemos aqui a aprovação de dois requerimentos, inclusive, no Estado de V. Exa., e V. Exa. deixou claro que não haverá blindagem por parte dessa Presidência, mas é preciso ter muito cuidado quando se fala em reconvocação do Ministro da Saúde, no momento em que todos nós sabemos como está a situação no Brasil real.

Então, faço esse apelo aqui apenas para posicionar com relação a isso.

E um outro aspecto que eu queria alertar, Sr. Presidente: os depoentes que estão vindo aqui... Isso aconteceu na passada em dois momentos, dois ou três momentos. Um dos requisitos que faz com que o depoente esteja aqui, e não remotamente, é a cautela de não ter o depoente orientação, mas o mesmo comando que prevê a não orientação do depoente também prevê que ele não seja constrangido ou que ele não seja ameaçado.

Essa semana vi várias manifestações de ameaças a depoentes. Aconteceu quando estava aqui e agora está acontecendo antes de vir. Quando se diz que depoente pode ser preso durante a CPI, isso é uma ameaça clássica. Então, eu quero fazer um apelo aqui a V. Exa., como Presidente desta Comissão, que alerte a todos nós que temos que ter a cautela de não praticarmos, de maneira direta ou indireta, ameaça a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem quer que seja, porque aqui se deve seguir a cartilha para todos, sem seletividade e para não gerar também nulidade no processo. A prova, para ser válida, tem que ser obtida licitamente.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No caso específico do atual Ministro Queiroga, tinha dois advogados da AGU acompanhando-o; um deles, inclusive, estava sentado ao lado dele aqui, orientando-o, e foi permitido isso – viu, Senador? –, que ele tivesse dois advogados da AGU. Ele solicitou e eu permiti que estivesse do lado. Estava sentado bem ali, naquela cadeira, um advogado da AGU, orientando o Ministro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. fez essa concessão a ele?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente não pode ser orientado. A regra é essa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas veja bem, para que a gente não mostrasse que a gente não tem interesse... Que o interesse nosso é prejudicar alguém... O sentido foi dos melhores possíveis.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., porque a orientação acontece, sobretudo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, muitas vezes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quando o advogado vai dizer: "Olha, não pode falar sobre isso".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É obstaculizar a tomada do depoimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente Omar Aziz, por favor, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra; depois, Senador Alessandro, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente Omar Aziz, Sr. Senador Relator, Renan Calheiros, Sras. e Srs. Senadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu só queria fazer aqui uma ponderação, Sr. Presidente, para que a gente possa, de fato, buscar o equilíbrio durante os depoimentos, durante as interrogações, as indagações, para que o trabalho seja o mais técnico possível e a gente possa segurar as nossas paixões partidárias, políticas ou ideológicas.

Eu, na realidade, quero também, Sr. Presidente, chamar atenção da responsabilidade da CPI no momento em que os indicadores econômicos apontam para uma retomada forte da economia brasileira. Ontem, o Banco Central revisou a taxa de crescimento do Brasil; hoje pela manhã, importantes instituições financeiras já falam de um crescimento neste ano de mais de 4%. Isso significa a volta do emprego, isso significa um dos melhores anos para o Brasil do ponto de vista da sua balança comercial. Já há indicadores de que o déficit das transações correntes será zero esse ano.

A valorização do real... Há pouco tempo, se imaginava que o real pudesse ultrapassar a casa dos R$6 por dólar; agora, tudo muito mais próximo de R$5, criando, portanto, um ambiente de mais confiança, com o investimento direto do capital estrangeiro saindo de 34 bilhões para mais de 60 bilhões até o final do ano. Isso tudo é importante para que a CPI, de forma equilibrada, não possa se transformar em palanque político para que a gente possa criar problemas para esse cenário mais alvissareiro, mais positivo, que é bom para todo mundo, é bom para o Brasil. Ninguém pode torcer contra o Brasil.

É muito importante que, portanto... V. Exa. vem conduzindo muito bem os trabalhos desta CPI. Eu queria reforçar a minha confiança para que a gente possa manter esse equilíbrio, que é muito importante para todos os que aqui têm assento e para todas as correntes de opinião: que a CPI possa, de fato, cumprir com os seus objetivos, esclarecer as dúvidas, formular as críticas e, sobretudo, apresentar uma proposta de valorização e de aprimoramento da legislação sanitária brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro e, depois, o Senador Luis Carlos. Aí eu vou convidar o Presidente da Anvisa, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Para tentar objetivar e facilitar os trabalhos desta Comissão, observe-se que nós já temos 45 minutos aproximadamente do tempo que seria dedicado à coleta de depoimento da testemunha convocada.

Sugiro a V. Exa. três medidas simples e objetivas. A primeira delas: a antecipação do horário da audiência para as 9h. A segunda: a redução do tempo destinado ao questionamento individual de 15 para 12 minutos – é uma mudança singela, três minutos apenas a menos por Senador, e estaremos poupando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma hora só com os 20 integrantes. E a terceira, Sr. Presidente: que V. Exa. tente limitar um pouco o tempo das falas que são absolutamente desconectadas do objetivo desta sessão.

É preciso que os colegas se atentem e quem nos acompanha: nós não estamos em audiência pública; nós estamos em um depoimento duma CPI. Nós não estamos num espaço de debate entre oposição e situação. Todos os Senadores que estão aqui nesta Comissão estão investidos da função de investigadores. Então, não cabe esse debate. Se alguma das testemunhas se sente constrangida, cabe a ela, testemunha, ou a seu advogado alegar. Esse posicionamento como advogados de parte ou como promotores não cabe aqui, todos têm que apurar a verdade.

Então, sugiro a V. Exa. que siga nesse sentido, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão do horário, Senador, se depender da Comissão, eu tenho que colocar aqui em votação.

Os Senadores concordam que a gente comece 9h da manhã e seja de 12 minutos?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Concordo que comece às 9h, mas reduzir de 15 para 12 eu não concordo, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu irei fazer o que os Senadores aqui... Por mim, eu pouco... Eu não faço questionamento... Eu às vezes pergunto uma coisa ou outra. Eu não uso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente, de pleno acordo com os encaminhamentos do Senador Alessandro, com a exceção da limitação para 12, porque eu acho que são necessários os 15 minutos.

O restante, se nos atermos aqui aos depoimentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São três questionamentos pertinentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só para tentar ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu acho que uma ideia, no encaminhamento concreto da proposta do Senador Alessandro, eu acho que o melhor seria nós termos um tempo para comunicação inadiável, para intervenção, e termos um outro tempo para o interrogatório – para o interrogatório. Acho que organizaria melhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... nós termos um tempo para o interrogatório e nós termos um tempo menor para comunicações inadiáveis, para questão de ordem, para...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Faz algum tempo que eu não concordo com o Senador Renan, mas eu concordo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só tem um problema...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... plenamente com essa... Até porque nós tivemos aqui, Presidente, casos, no meu ponto de vista, absurdos – e aqui eu não quero fazer nenhum juízo de valor de intervenção de Senadores. É que nós estávamos com uma testemunha aqui, a pessoa passou 15 minutos falando e não fez um questionamento para a testemunha. Então, são situações até constrangedoras para um depoimento de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não sou eu que vou cobrar, não é? "Faça a sua pergunta."

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, o Parlamentar tem total liberdade, não há nenhuma condição prévia para o exercício da função.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria deixar isso consignado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acato a questão de ordem do Senador Alessandro para ser 9h, com a anuência de todos os Senadores, o.k.? A questão de 12 minutos não foi aceita. E a questão de que a gente se atenha ao propósito da CPI... Isso aí é pertinente demais. Eu, às vezes, abro, para não ser troglodita aqui e querer cercear. Mas tem um grande problema: nós não temos como mudar o horário do Sr. Fabio Wajngarten nem da Pfizer, porque eles já estão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

Então, na próxima semana, com o Ernesto Araújo, Eduardo Pazuello e Mayra, eu quero que vocês digam que é 9h da manhã.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não é possível mudar o horário dos depoimentos, mas é possível já preservar o início às 9h30 para essas comunicações urgentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Então, a partir de amanhã, nós vamos começar 9h.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às 9h a gente começa. Aí as questões nossas internas aqui a gente debate e 10h em ponto a gente começa o debate. Está o.k.?

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero só fazer uma colocação aqui. O Senador Girão vem insistindo na questão de Governadores e Prefeitos. O colega aqui faz a sugestão de trazer novamente o nosso Ministro Queiroga.

Talvez as senhoras e os senhores não tenham noção: nessa questão da cloroquina, o valor gasto não passa de R$200 mil, em torno de R$200 mil. O que Senador Girão fala aqui... Prefeitos e Governadores é de R$73 bilhões. Agora, eu vou falar assim: se comprou ou não comprou, se deu ou não deu, o.k. Então, esse é o ponto a que eu chamo a atenção dos colegas Parlamentares: não passa de R$200 mil. O ministério tem um orçamento de R$200 bilhões e repassou para Estados e Municípios, em 2020, R$73 bilhões, que eu acho que é o que nós temos que investigar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já tinha colocado aqui que, oportunamente, a gente vai discutir isso; não vai ser amanhã, nem depois.

E eu deixei claro isso, que, em relação à reconvocação dele, são as contradições que o próprio Governo tem feito ele passar. É só isso. E tem acontecido isso. Ele defende uma coisa, e parte do Governo Federal defende outra totalmente contrária ao que ele falou aqui. É essa a questão; mas no momento oportuno, não é o momento.

Eu vou pedir para entrar o Dr. Antonio Barra Torres, Presidente da Anvisa. E ele veio acompanhado de alguns diretores, que podem ficar aí, se acomodar por aí, por favor. (*Pausa.*)

Eu vou pedir... Eu vou pedir para o senhor... (*Pausa.*)

Pode apertar ali. Isso.

O senhor faz, sob palavra de honra, nos termos do art. 213 do Código de Processo Penal, a promessa de dizer a verdade de que souber e lhe for perguntado?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Sim, senhor. Faço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O senhor tem interesse de falar alguma coisa antes ou já posso passar para o Relator?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Uma breve declaração, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, fique à vontade!

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente desta CPI, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, todos aqueles que nos acompanham, um cordial bom-dia.

Gostaria, primeiramente, de manifestar profundo pesar e respeito pelas famílias que perderam seus entes queridos nesta pandemia e todos os demais brasileiros que, fruto de tudo que tem ocorrido, têm tido, de maneira exponencial, aumentada a sua dificuldade de ter acesso a recursos de saúde no Sistema Único de Saúde.

Gostaria também de manifestar meu mais profundo reconhecimento ao trabalho das servidoras e dos servidores concursados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no seu trabalho incansável de buscar soluções e bem atender ao País neste momento tão difícil.

Estendo essas breves palavras a todo o quadro de diretores que estão aqui presentes no dia de hoje graças à autorização do Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, desta CPI.

Por fim, dizer que a agência é sempre pautada na transparência, na publicidade de seus atos e, portanto, não caberia aqui nenhuma declaração mais alongada minha no sentido de falar aquilo que a agência já fez no transcurso desse desafio.

Assim, agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – O senhor está acompanhado de quantos diretores?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Estou acompanhado de todos, Sr. Presidente. A doutora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os diretores da Anvisa estão aqui também?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Estão ao fundo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pediu para eles participarem e eu permiti que participassem aqui.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Agradecemos a gentileza do Sr. Presidente desta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo, então, dizendo que, dada a transparência dos nossos atos, entendo que aproveitaremos melhor o tempo se eu encerrar aqui as minhas palavras para estar apto, portanto, a responder, na sequência, àquilo que os senhores desejam que seja esclarecido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou esclarecer aqui aos Senadores e Senadoras que a inscrição é aberta 30 minutos antes da sessão. Então, os Senadores e Senadoras, 30 minutos antes, já podem se inscrever. E, pela inscrição aqui, o Senador Renan Calheiros, que... Senador Marcos Rogério como primeiro; Senador Randolfe, segundo; Senadora Eliziane, Senador Humberto Costa, Senador Eduardo Girão e Senador Otto Alencar. Quem tem que se inscrever: o Senador Jorginho Mello, o Senador Fernando Bezerra.

Vou passar ao Relator, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A lista de suplentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, Senador Omar Aziz e Senador Randolfe Rodrigues, a criação da Anvisa, sem dúvida nenhuma, foi um marco na vigilância sanitária do Brasil. É muito importante a existência de uma agência eminentemente técnica e com autonomia para evitar que as questões de saúde da população brasileira sejam contaminadas por interesses meramente políticos, eleitorais ou ideológicos.

Conheço e tenho, Presidente Omar Aziz, Senador Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente, muito respeito também pela qualidade técnica dos servidores e dos diretores da Anvisa.

Como todos lembram, a Anvisa foi criada por lei em 1999, através da Lei nº 9.782, da qual tive a honra e a satisfação de, já como Senador, ajudar na mobilização e na própria aprovação.

Cumprimento a todos e inicio as perguntas.

V. Sa., Presidente, é médico e fez carreira na Marinha do Brasil, uma das mais antigas e respeitadas instituições brasileiras, onde atingiu o honroso posto de contra-almirante, o que evidencia a sua qualificação técnica para o cargo que ocupa.

Qual foi – primeira pergunta – a importância da sua experiência profissional como médico para suas atividades como Diretor-Presidente da Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Sr. Relator, eu acredito que essa experiência tenha sido um grande facilitador, muito embora eu não possa esquecer também a experiência como gestor, porque, na verdade, no trabalho como diretor da agência – e aqui estão todos os diretores –, V. Exa. poderá facilmente constatar que há diretores de todas as áreas de formação acadêmica. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos diretor economista, temos diretor advogado, diretor farmacêutico. Mas é claro, como integrante da área da saúde, eu penso que facilita, mas acredito que também a minha experiência como gestor. Eu tive oportunidade de dirigir algumas unidades de saúde da Marinha e, na minha formação também na área militar, fiz o curso de MBA de gestão em saúde, pelo Instituto Coppead, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. À época que fiz esse curso, que já tem alguns anos, ele era o mais bem ranqueado no Brasil. Então, eu acho que é um conjunto de coisas que dão um certo conforto para enfrentar esses desafios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República, alguns de seus familiares e o ex-Ministro das Relações Exteriores causaram animosidades com autoridades da China, ao criticar aquele país em vários momentos da pandemia.

A declaração mais recente é da semana passada e já causou obstáculos ao envio de insumos para a produção da vacina do Instituto Butantan, o que interrompeu a produção do nosso principal imunizante. O Presidente insinuou, sem muita sutileza – é o seu estilo –, que "ninguém sabe se [o vírus] nasceu em laboratório ou se nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. [...] Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que [...] estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu o seu PIB? Não vou dizer para vocês," – falou o Presidente.

Pergunto a V. Sa.: existem problemas com medicamentos, vacinas, insumos, equipamentos ou outros produtos de origem chinesa submetidos à Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sr. Relator, no mundo, hoje em dia, nós temos dois grandes países que detêm a primazia na produção principalmente daquilo que hoje todos já ouviram falar, que é o IFA (Insumo Farmacêutico Ativo); um deles é a índia, o outro é a China. Então, de maneira direta ou indireta, esses países acabam influenciando em boa parte o percentual... Eu não saberia aqui dizer exatamente, mas é um percentual, com certeza, maior que 50% da produção de medicamentos no mundo. Então, de fato, durante o transcurso da pandemia, observamos essas dificuldades. Há momentos em que o IFA demora um pouco mais a chegar ou chega um pouco depois e vem realmente desses dois países. Então, o impacto deles na produção de medicamentos, praticamente do mundo todo, é imenso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta, concretamente: existe problema ou não existe problema?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, temos visto esses problemas pontuais que têm acontecido, de demora de entrega de IFA, tanto para a CoronaVac, até mesmo para a AstraZeneca, porque também recebe insumos vindos da China. A resposta é sim, tem havido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu falo especificamente criados em função de impactos de declarações do Presidente da República, seus filhos e do ex-chanceler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ah, sim, entendo. Eu não tenho a informação do nexo causal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor não tem informação do nexo causal...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Do nexo causal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... mas houve problemas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, tem sido noticiado, temos acompanhado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Existem dados que sugiram que os produtos de origem chinesa submetidos à avaliação da Anvisa recebem proporcionalmente mais avaliações negativas do que produtos oriundos de outros países?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não. Não procede.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não existem dados que demonstrem isso?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não existem dados que demonstrem isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A população brasileira pode confiar na chancela dada pela Anvisa aos diversos produtos que aprova?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, Sr. Relator. Eu tenho dito isso repetidas vezes. Inclusive, na questão vacinal, já disse isso publicamente. Aproveito para reiterar: eu tenho 57 anos e, embora médico – portanto, já poderia até pleitear a vacinação um pouquinho mais cedo –, eu hoje sou um médico gestor; eu não ou mais um médico de atender na emergência, como fiz durante 20 anos. Então, assim que a minha faixa etária for contemplada, irei ao posto de saúde e tomarei a vacina que estiver lá, aprovada pela Anvisa.

Então, conclamo a população para que acredite e confie nos produtos aprovados pela Anvisa, principalmente neste momento tão importante, as vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Existe algum outro aspecto técnico que, no âmbito da saúde, desabone a China ou os seus produtos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não existe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A Anvisa não concedeu autorização de uso emergencial da vacina Covaxin, da empresa indiana Bharat Biotech, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi objeto de negociação para o fornecimento de 20 milhões de doses ao Ministério da Saúde. Além disso, a agência negou a certificação de boas práticas de fabricação à sua fábrica na Índia.

Pergunto: trata-se de uma vacina de baixa qualidade, insegura ou ineficiente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – De maneira nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – De maneira nenhuma, Sr. Relator. Foram eventos que acontecem em protocolos de análise, e esperamos que sejam superados. Acrescento que a Índia tem uma tradição muito forte de superação de discrepâncias apontadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais problemas motivaram a negativa da certificação de boas práticas de fabricação pela Anvisa, por favor, Presidente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A questão específica da certificação de boas práticas é fruto de uma inspeção presencial – os nossos servidores estiveram lá. Ela envolve uma sequência que o senhor... Não sei se terei tempo. Eu tenho aqui os documentos, que eu poderia inclusive listar aqui. O senhor permite?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Posso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Então, eu vou aqui abordar, eminente Relator – talvez seja até a próxima pergunta do senhor – em relação à questão também da própria importação.

Vou falar logo da importação, pelo Ministério da Saúde, faltou... Houve a ausência do relatório técnico. O que é isso? É o relatório da autoridade reguladora do país de origem, que aponta a qualidade, segurança e eficácia e comprova essa qualidade, segurança e eficácia através se da publicidade que dá aos métodos pelos quais se chegou naqueles índices.

Então, esse é um documento condicionante. Sem ele não é possível autorizar uma importação excepcional, então, no caso da importação, isso foi o motivo.

Mas V. Exa. perguntou sobre a questão da inspeção na fábrica. Então, foram vários os pontos. Foi apontado que o método de potência da vacina não utilizava um método de controle específico para quantificar o conteúdo antigênico e a potência da vacina. Vamos traduzir o que é isso. Uma vacina é tão potente quanto ela consegue induzir no organismo do vacinado a geração de defesa, a geração de defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imunitária contra aquele agente, isso é a potência da vacina. Não basta o atesto dessa potência, é necessário mostrar todo o processo, como se chegou a esse valor. Esse processo não foi demonstrado.

Não havia também... Tudo isso eu estou falando da pergunta objetiva...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Anterior.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É importante, Dr. Barra Torres, porque eu acho que é a curiosidade do Brasil todo saber sobre a questão, principalmente de vacina, que salva.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O senhor tem o tempo todo para explicar o português mais fácil do mundo para as pessoas que estão nos vendo neste momento...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... saberem, porque tem termos técnicos que...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – São difíceis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... nós aqui não conhecemos...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** ... e olha que a gente está embutido nisso aqui. E tem pessoas nos assistindo que querem saber, têm interesse em saber.

A questão da vacina da Índia, se eu entendi, quando ela é produzida, ela não tem higiene, é isso?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu vou chegar lá, tem um outro ponto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ah, está bom.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu vou chegar lá.

Então, o próximo ponto.

A ausência da validação da inativação viral. A plataforma dessa vacina trabalha com o próprio coronavírus sendo inativado. Essa inativação não pode também ser simplesmente atestada, ela tem que ser validada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é validação? Validação é realizar um processo exaustivo, às vezes, e obter sempre o mesmo resultado, então, é analisar uma, duas, três, quatro, dez, vinte vezes e chegar sempre ao mesmo resultado. Isso torna aquele procedimento um procedimento válido.

E por que tem que ser inativado o vírus? Porque essa vacina precisa utilizar o vírus Coronavac... Desculpe, o vírus da Covid inativado, ou seja, sem a possibilidade de causar doença, mas com a possibilidade de causar defesa, então, essa validação da inativação viral não foi demonstrada.

A pergunta que o Sr. Presidente citou é esterilização. Não adota as precauções necessárias para garantir a esterilidade do produto. Esse produto precisa vir completamente isento de qualquer contaminante bacteriano ou de qualquer outro agente que possa induzir a uma outra infecção. Isso não foi demonstrado.

Pureza. Não possui estratégia de controle adequada para garantir a pureza. A pureza, o que é? Pureza é a inexistência de qualquer outro agente, mesmo que não seja contaminante. Vamos dar aqui um grosso modo: uma poeira, um elemento externo, uma molécula que não era para estar lá. Isso não pode existir numa vacina e não foi bem demonstrado.

Não conformidades identificadas representavam risco significativo à fabricação e à garantia de qualidade, implicando em risco sanitário aos usuários.

Todas essas situações que elenquei são não conformidades. E essas não conformidades, que foram motivo de análises de todas as cinco vacinas já aprovadas pela Anvisa... Todas passaram por esse *screening*, por esse teste, por essa avaliação e, nesse caso, isso também não foi demonstrado.

Já citei qualidade e não conformidades com potencial impacto na segurança.

Avaliação clínica dos dados disponíveis não permitiram, portanto, estabelecer um risco-benefício favorável à vacina, porque, quando analisamos o uso emergencial... O uso emergencial já é uma situação de certa excepcionalidade. A situação confortável, Senadores, é o registro. O registro é aquela análise mais longa, que estabelece perfeitamente qualidade, segurança e eficácia. E, vejam, mesmo assim têm sido apontados problemas em algumas vacinas que já têm registro, daí a necessidade do rigor. Mas, no caso do uso emergencial, sempre se avalia o risco-benefício. Quando esse risco-benefício é favorável, o uso emergencial é autorizado com uma série de condicionantes, inclusive de uma monitorização intensa.

Eu concluo essa resposta quanto à questão da planta fabril desta vacina reiterando que a Índia tem uma tradição de responder rápido a esses apontamentos, e o Ministério da Saúde tem feito reuniões com a Anvisa a respeito desse novo pedido de importação, o que, aliás, é feito em qualquer análise vacinal. São reuniões prévias justamente para que essas discrepâncias sejam sanadas, através de documentos que chegam. E acreditamos que, nos próximos dias, poderá haver uma assunção de um novo pedido por parte do Ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, concretamente houve precipitação do Ministério da Saúde ao contratar 20 milhões de doses de uma vacina que veio a ser rejeitada pela Anvisa? Concretamente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, não sei se houve precipitação. Nós analisamos o material que recebemos, e a questão da aquisição vacinal é uma questão toda do Ministério da Saúde. Eu tenho sempre dito que a Anvisa não compra nem um comprimido de Aspirina, nem um Band-Aid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não perguntei sobre a Anvisa, eu perguntei se houve precipitação do Ministério da Saúde ao contratar 20 milhões de doses de uma vacina que depois veio a ser rejeitada.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é uma pergunta concreta: houve ou não houve precipitação?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não houve, porque esse processo pode ainda ser aproveitado. Então, entendo que não houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

Houve pressão de autoridades federais pela aprovação da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Considerando que se trata de uma rejeição com base nas condições da fábrica da Índia, como V. Sa. colocou aqui, há perspectiva realista e breve de resolução dos problemas para reanalisar e aprovar o uso da Covaxin no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, senhor. Com base na tradição, que eu já disse, de a Índia ser rápida na resolução de problemas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve pressão de autoridades públicas ou da indústria farmacêutica para que a Anvisa minimizasse ou afrouxasse seus critérios e avaliações para aprovação de vacinas contra a Covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existe espaço para que a Anvisa desburocratize a aprovação de vacinas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse espaço já foi exercido por nós e tudo que foi possível desburocratizar já foi feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. Teve alguma reunião ou contato com algum representante da empresa de Precisa Medicamentos, que participa das negociações para a compra da Covaxin?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor. Não me recordo de ter tido. As minhas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Teve, não teve ou não se recorda?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não me recordo. E, muito provavelmente, não tive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. tem conhecimento de algum problema que a Precisa Medicamentos tenha tido em contratações com órgãos públicos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não sei disso, desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tem conhecimento da recente rescisão do contrato com a Petrobras e do não cumprimento do contrato para a entrega de medicamento para doenças raras com o Ministério da Saúde?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Desde a criação da Anvisa, esta é a primeira pandemia de espectro global que a Anvisa vivencia. Tomar vacina protege contra a Covid-19, evita mortes. O nosso propósito, nesta Comissão, é estancar essa máquina de mortes que continua a levar brasileiros. Não tomar vacina é um caminho para a morte. Qual o critério utilizado pelo órgão regulador quanto ao risco *versus* benefícios de um imunizante já em uso no mundo, de comprovação da sua eficácia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O critério é que o tratamento não pode ser pior do que a doença, nem apresentar mais dúvidas do que a doença. Esse é o grande norteador da avaliação risco e benefício.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A Anvisa autorizou o uso emergencial da CoronaVac, do Butantan, e da AstraZeneca, da Fiocruz, mesmo com pendências de informações por parte dos seus desenvolvedores. Entretanto, na época da aprovação, por exemplo, da CoronaVac, a mesma era pouquíssimo utilizada no mundo. Portanto, sem muitos dados do mundo real. Passados quase cinco meses, desde a aprovação por parte da Anvisa dessas vacinas, outras já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

foram aprovadas e estão sendo utilizadas em dezenas de países ao redor do mundo. A Anvisa tem conhecimento dos resultados dessas outras vacinas em uso no mundo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hoje apenas os laboratórios públicos estão produzindo vacinas humanas no Brasil, especificamente Fiocruz e Butantan. As grandes multinacionais, como, por exemplo, a Pfizer, Novartis, entre outras, produzem vacinas em seus países e exportam para o Brasil, ou seja, os empregos, a tecnologia, as divisas e o conhecimento não ficam aqui e, sim, nos países dessas grandes empresas. Isso significa dizer que a soberania do Brasil também está ligada diretamente, no caso da pandemia, à produção de vacinas no País, desde os insumos até o envase? Na sua opinião, o Brasil está no caminho certo de manter monopólio estatal na produção de vacinas humanas ou uma das lições que a pandemia está nos dando é o atraso e o descaso total em termos de produção de vacinas humanas no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Entendo que a produção de insumos essenciais, e aí amplio esse conceito para qualquer campo da atividade humana, se deu por comprovado, com o advento da pandemia, que é estratégico, é soberano e é essencial. A opinião que tenho, Senador Renan Calheiros, é que, ao longo de décadas e décadas de capitalismo – que qualifico como selvagem –, que visava ao lucro exclusivamente da empresa, à mão de obra barata e à atratividade fiscal, fábricas e mais fábricas foram colocadas em países onde havia atratividade fiscal, mão de obra mais barata, fartura de insumos. Isso foi muito bem num período não pandêmico.

Quando houve a pandemia e quase 7 bilhões de pessoas querem o mesmo produto, essas potências que fabricam esses insumos, é claro, demonstraram para o resto do mundo o quanto foi errado investir nesse conceito. Portanto, transformar o País, amanhã ou depois, em autossuficiente nesses insumos e em quaisquer outros insumos essenciais – a pandemia está mostrando muito bem isso – será um fator de força e de soberania nacional, com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra vacina que consta no planejamento da vacinação contra a Covid-19 é a russa Sputnik V, produzida pelo Instituto Gamaleya, cuja importação não foi autorizada pela Anvisa. A empresa União Química afirma ser capaz de produzir 8 milhões de doses por mês em Território nacional. A aprovação é aguardada pelo próprio Ministério da Saúde e também pelos Governadores do Nordeste, que assinaram contrato para a aquisição de 37 milhões de doses.

Por outro lado, o fundo russo responsável pela Sputnik V anunciou que vai processar a Anvisa por ter disseminado supostas informações falsas sobre seu produto em razão de pressões destinadas a proteger interesses da indústria farmacêutica norte-americana. Foi o que falou o fundo russo.

Pergunto a V. Sa.: quais são definitivamente os entraves para a autorização de uso da Sputnik V?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A autorização de uso emergencial da vacina Sputnik V encontra-se, neste momento, Sr. Relator, em análise na agência através da submissão de documentos pela empresa União Química. No momento de hoje exato, estamos num ponto em que essa análise encontra-se parada para que a Sputnik – perdão –, para que a União Química forneça as informações. Então, quanto ao uso – é uma pergunta objetiva de V. Exa. –, esse é o *status* atual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são as reais perspectivas de correção dos problemas apontados e de obtenção da autorização de uso da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esta potencialidade é toda do desenvolvedor, a de apresentar respostas aos quesitos já, por várias vezes, apresentados a esses desenvolvedores. Tão logo eles apresentem, a análise será feita – ela será feita dentro do prazo legal –, e o nosso posicionamento será firmado.

É muito importante que se entenda que esse processo que fizemos de interrupção ou de negativa da autorização excepcional de importação – aí é outra questão – não deve somar a esta marca Sputnik V nenhum pensamento negativo. Isso faz parte do processo. Infelizmente, uma série de acusações e questionamentos feitos pelo próprio desenvolvedor nos obrigou a colocar de maneira mais clara os motivos desse nosso indeferimento do pedido de importação excepcional por parte de governos, conforme V. Exa. citou.

O que conclamo àqueles que nos assistem é que, tão logo essa situação seja resolvida – e esperamos que seja resolvida –, não se credite a essa marca, a esse nome, a essa vacina nenhuma característica ruim. Realmente, é uma preocupação, dada toda essa movimentação que ocorre – é claro que estamos aqui para esclarecer –, que, amanhã ou depois, a nossa população tenha receios em relação a essa vacina. Não é essa, de maneira nenhuma, a nossa intenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As fábricas da União Química que produzirão a vacina Sputnik V já têm certificação de boas práticas de fabricação pela Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Têm, sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como a decisão tomada ontem pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, dando prazo de 48 horas para a Anvisa se justificar e enviar documentos afeta esse processo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não afeta em nada, respondemos em quatro horas ou cinco, se não me engano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde tem trabalhado para o licenciamento da Sputnik V, para que ele seja concluído?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O Ministério da Saúde, Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não tenho conhecimento de nenhum trabalho do Ministério da Saúde nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Junto à Anvisa, não tem trabalhado? Não tem conversado? Não tem mantido contatos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor, até porque essas respostas têm que vir do desenvolvedor. Eu não vejo nem utilidade de que algum agente busque influenciar nesse sentido. Objetivamente, não tem nenhuma ação no Ministério da Saúde em relação à Sputnik V, resolver questões regulatórias. Não há...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tem havido pressão de autoridades públicas ou de agentes privados para aprovação, para desaprovação da Sputnik V?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Para desaprovação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Para aprovação ou desaprovação.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Para aprovação, a pressão é a que está na mídia, é essa que nós recebemos todos os dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, tem havido pressão...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Está na mídia, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... pela mídia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não é pela mídia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ou por autoridades públicas ou privadas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É através da mídia. Nós temos visto, acho que todos nós temos assistido aos telejornais, em que os agentes públicos, certamente desejosos de atender bem a sua população, têm cobrado, têm efetuado gestões inclusive judiciais, temos vários acionamentos no STF em relação, não só a essa vacina, como a outras. E é lógico que isso exerce uma pressão. A pressão que vejo é essa, que é, aliás, ostensiva, pública, não vejo nada demais em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode confirmar se recebeu correspondências do Instituto Gamaleya antes ou depois da decisão da Anvisa de 26 de abril, no sentido de não ter sido detectado nenhum adenovírus replicante em amostra da Sputnik V?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, confirmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a resposta da Anvisa, já que V. Sa. confirma?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Na verdade, esse envio que recebemos foi indireto, ele não veio diretamente do fundo soberano russo, ele veio através dos governos que estão buscando essa importação. Eu tenho aqui, em minhas mãos, está à disposição desta CPI, o inteiro teor desse documento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós gostaríamos de receber.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Está à disposição. Já deixo hoje aqui mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – E se desejarem também ter o registro do requerimento, está à disposição. Essa cópia já fica aqui hoje. E os senhores poderão, ao analisar o documento, constatar que há uma parte inicial dele em que, de maneira surpreendente – não estamos acostumados a ver isso –, o fundo soberano tece críticas pessoais a integrantes da Anvisa, o que, no ambiente regulatório, é inédito. E, no final, elenca todas as justificativas ou respostas que tem para os questionamentos apontados, mas insiste na mesma linha de ação inicial. Afirma, mas não comprova.

De toda sorte, recebemos também, além desta correspondência, que é a pergunta objetiva de V. Exa., outros documentos que se encontram sob análise neste momento e, dentro do prazo fixado por lei, efetuaremos o posicionamento da agência, até porque os governos estaduais efetuaram protocolos em datas diferentes e a lei preconiza até 30 dias.

Então, continuamos na busca por respostas. É claro que, por exemplo, se no Estado que protocolou por último encontrarmos respostas satisfatórias, na medida em que o produto é o mesmo, se houver uma decisão positiva aqui, ela vai retrogradar, é claro, aos Estados que não tenham sido contemplados.

Isso é o que temos no momento. O documento está à disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bem, nós aguardamos a remessa dos documentos por V. Sa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Já entreguei aqui, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora uma pergunta objetiva, Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A agência promoveu análises próprias em lotes da vacina para chegar às suas conclusões ou baseou-se em laudos externos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A agência não procede a análise laboratorial. Então, é importante a pergunta de V. Exa. para que a população entenda: nós não pegamos vacina e colocamos no microscópio para analisar; a análise é feita através dos documentos apresentados pelos próprios desenvolvedores, que, em sendo partícipes dos mais elevados fóruns regulatórios internacionais, como é o caso da Anvisa, seguem um regramento que permite a confiabilidade, permite ver que aqueles documentos apresentados e, refazendo todos os cálculos...

Por exemplo, em toda a nossa equipe de análise vacinal, nós temos estatísticos e matemáticos que refazem aqueles cálculos, verificam se a eficácia de fato é aquela que foi apresentada. Para isso, é preciso ter o que se chama de dados-base, os dados brutos de onde o desenvolvedor chegou às suas conclusões. Isso foi assim com todas as cinco vacinas já aprovadas e, com esta, nós estamos tendo essa dificuldade, entre outras que posso elencar aqui quando for oportuno – eu tenho aqui toda a relação dos problemas relacionados a esta vacina, que nós apontamos e esperamos que sejam superados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. alguma vez discutiu a vacina Sputnik V com algum representante da empresa Pfizer ou com algum representante do corpo diplomático dos Estados Unidos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Em momento algum. Não conheço nenhum representante do corpo diplomático dos Estados Unidos. Desde que estou aqui em Brasília, recebi na agência, por solicitação de audiência, diversos diplomatas, posso citar de quais países se for do interesse desta CPI, mas, dos Estados Unidos da América, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O senhor gostaria que eu citasse?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Então, eu vou puxar pela memória, Senador: Cazaquistão; Rússia; Paraguai; Índia; por videoconferência, Canadá; e, possivelmente, mais, mais alguns ainda, mas, de plano, eu diria esses para o senhor. Tivemos também contato com autoridade não diplomática: com o Ministério da Saúde do Chile, também por videoconferência, o que é uma prática, durante a pandemia... Eu lembro que, antes, nem tanto, mas agora, durante a pandemia, ela não é rara, os embaixadores presentes aqui no Brasil solicitarem audiência, mas sobre o caso concreto dos Estados Unidos, que o senhor perguntou: eu sou incapaz de reconhecer o embaixador se ele passar na minha frente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual tem sido a reação dos diretores e servidores da Anvisa em face da ameaça de processo feita pelos produtores da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nenhuma. Entendemos que é algo que pode acontecer e, se acontecer, nós teremos os canais em quem confiamos, isentos, legítimos, para efetuar nossa resposta. Não temos preocupação em relação a isso e não temos também reação em relação a isso. No nosso próprio País recebemos diversos questionamentos do egrégio Supremo Tribunal Federal, efetuamos nossas respostas, alguns processos já foram conclusos, outros permanecem em aberto, e vamos tocando a vida.

A principal preocupação dos servidores da Anvisa é o salvamento de vidas, tentar diminuir esse problema ao máximo. Todas essas outras, é lógico que impactam, mas são satélites, são corolários, são órbita; o centro é o combate à pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a repercussão diplomática que esse embate pode trazer ao País e à reputação da Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Qual embate, eminente Senador? Não entendi o embate.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Esse embate com relação à autorização para a contratação da Sputnik, de que nós estamos tratando.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Entendi.

Olha, eu espero, Senador, que não haja impacto nenhum, porque é uma questão regulatória. Não está em questão a amizade entre os países. Brasil e Rússia têm uma tradição de negócios e de parceria já bastante antiga, em vários setores. A Rússia é um país superlativo em todos os campos da arte, da ciência, do esporte... Quem não assistia aos desempenhos formidáveis da Rússia nas Olimpíadas de antigamente? Então, é só um exemplo. Ou seja, é uma questão regulatória, ela tem começo, meio e fim, e nós esperamos que ela chegue a um bom fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não espero que isso impacte, de maneira nenhuma, o entendimento entre os países. Isso é uma outra questão, pelo menos na minha ótica, como brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Somente em 3 de fevereiro de 2021 a Anvisa retirou a exigência de estudo de Fase III em Território nacional para autorização de uso emergencial de vacinas contra a Covid-19. Pergunto: por que a Anvisa adotou essa medida tão tardiamente, em data posterior ao início da imunização contra a Covid no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu entendo, Senador, que foi quando foi possível, em face de tudo que estávamos monitorizando, inclusive no cenário mundial. Agora, é curioso que, por exemplo, nós tivemos desenvolvedor vacinal que alegou que "olha, a Anvisa é muito rigorosa, então não temos interesse de submeter nenhum pedido nesse momento". Então, logo nessa data que V. Exa. relembrou agora, em que foi abolida essa necessidade do estudo clínico Fase III no Brasil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 3 de fevereiro.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato. Não houve pedido. Nós esperávamos que, naquele dia, empresas que haviam até elencado essa questão como sendo um óbice imediatamente protocolassem os seus pedidos. Entretanto, isso não aconteceu, o que nos levou a acreditar que não seria esse o verdadeiro motivo de não ter havido aqueles pedidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa está sensível à necessária agilidade para a aprovação de insumos para o enfrentamento da Covid-19?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu penso que sim, Senador Renan, e isso se traduz nos prazos de aprovação vacinais que nós temos registrado, que colocam o Brasil numa posição de liderança quanto a isso. Eu posso dizer aqui, rapidamente: no uso emergencial que todos acompanharam, no dia 17 de janeiro, nós utilizamos ali nove dias, nove dias corridos. Nenhum outro país no mundo aprovou em uso emergencial nessa mesma velocidade e todas as outras que depois vieram, inclusive aquelas que obtiveram registro. Então, no quesito de, quando o dossiê estava pronto, efetuamos a análise e mostramos o resultado, e foram cinco resultados "sim" na questão do uso emergencial e do registro, os nossos tempos são tempos inferiores a qualquer agência reguladora mundial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a pergunta concreta a V. Sa.: a conhecida flexibilização de normas pela Anvisa poderia revelar que antes havia certo preciosismo técnico por parte da agência?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, ela revela que foi uma evolução natural do processo, e não só no caso vacinal. Nós poderemos abordar aqui, se for do interesse da Comissão, por exemplo, questões ligadas a outros itens e que nós já, desde 2020, início e meio de 2020, quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

questão vacinal no mundo era uma promessa, não havia nada concreto ainda, toda facilitação, desburocratização regulatória já estava instalada. Então, essa questão da dispensação do estudo clínico Fase III no Brasil, principalmente, veio quando ela pôde efetivamente chegar com segurança.

E é importante voltar a um ponto, Senador, falando daquela que é a certificação mais nobre para um medicamento, que é o registro. Os senhores vejam que mesmo vacinas que têm registro precisam ter um acompanhamento muito amiúde, muito rigoroso, porque, com tudo que foi feito no Brasil e no mundo para chegarmos a condições ideais de registro, problemas surgem depois. Nós estamos hoje mesmo com uma situação de uma determinada vacina no Brasil em que tivemos que intervir e efetuar restrições, ou melhor, sugestão de restrições quanto a seu uso em parcela da população.

Então, essa matemática é extremamente complexa. Na hora em que a gente flexibiliza, essa flexibilização traz a reboque uma série de condicionantes, uma série de acordos têm que ser firmados entre o desenvolvedor, entre aquele país que está autorizando, uma monitorização muito mais rigorosa precisa ser feita, e isso no uso emergencial, que dirá na situação do registro. E mesmo assim, vejam o que tem acontecido no mundo todo, e recentemente tivemos que intervir aqui no País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A negativa de aprovação das vacinas Covaxin e Sputnik V deu-se de alguma maneira – pergunta concreta – por preciosismo da agência?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, em absoluto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa possui cópia dos contratos de transferência de tecnologia e dos contratos de manufatura do Butantan e da Fiocruz, atuais produtores de vacina contra a Covid no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa tem conhecimento de que as verbas públicas federais e estaduais investidas nos laboratórios públicos Fiocruz e Butantan também terão como destino o pagamento de *royalties* milionários para os laboratórios desenvolvedores das vacinas em seus países de origem, nesse caso, do Butantan para a Sinovac e da Fiocruz para a AstraZeneca?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua opinião sobre essa questão?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Está sendo trazido a mim nesse momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Opinião técnica...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... por V. Exa. Eu não tenho tempo de refletir sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Há o investimento com recursos públicos...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... do Governo Federal e estadual nessa...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nessas duas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... no Butantan e na Fiocruz, só que quem recebe todo o *royalty* são as empresas de fora, com dinheiro público.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Veja bem, eu não tenho, eminente Presidente, eminente Relator, essa matéria que V. Exas. apontaram escrita ou lida. Eu estou ouvindo agora pela primeira vez. A ideia que os senhores apontam, que afirmam que é isso que está rezando esses contratos, é lógico que leva a uma saída de divisas para esses países. Agora, teria sido essa uma condição determinante? Eu não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu queria saber qual sua opinião técnica e se V. Sa. considera a remessa de *royalties* com dinheiro do povo brasileiro para as desenvolvedoras internacionais de vacina numa pandemia global, como o caso da pandemia do novo coronavírus?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse não é um assunto regulatório, Excelência. Então, opinião pessoal: toda evasão de recurso não justificado em troca de um benefício concreto e palpável não deve ocorrer. Essa é a minha opinião pessoal, mas esse não é um tema regulatório, até porque a Anvisa não participa de nenhum contrato, aquisição; a Anvisa não compra absolutamente nada a não ser materiais para sua própria subsistência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A Anvisa tem conhecimento de quando se dará a produção do IFA por parte da Fiocruz e do Butantan?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a capacidade instalada para a produção do IFA do Butantan e Fiocruz?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não é do nosso conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quanto está sendo investido de dinheiro público para a construção das fábricas do IFA por parte da Fiocruz e Butantan?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nenhum documento oficial contendo essa informação chegou à Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Na semana passada, nesta Comissão, o ex-Ministro Mandetta declarou que participou de uma reunião no Palácio do Planalto em que foi proposta a mudança da bula do medicamento cloroquina para incluí-lo no tratamento da Covid-19. Disse ainda o Ministro Mandetta que teria sido V. Sa., que exercia interinamente o cargo de Diretor-Presidente da Anvisa, quem rechaçou essa possibilidade. Afirmou também que o Presidente contava com um aconselhamento paralelo para tomar as suas decisões na contramão da orientação técnica do Ministério da Saúde.

Pergunto: V. Sa. se recorda de quem estava presente a essa reunião, qual era a origem do documento e quem o elaborou ou defendeu?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, eu me recordo. Inclusive, lógico, acompanhei pela televisão o depoimento do Ministro Mandetta e confirmo, de minha memória, que estávamos lá o General Braga Netto, Ministro-Chefe da Casa Civil; o Ministro Mandetta, evidentemente; eu; a Dra. Nise Yamaguchi; havia um médico sentado ao lado dela de que não me recordo o nome; e, realmente, não tenho na minha memória um registro das presenças dos Ministros Jorge e Ramos

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Jorge Oliveira e Ministro Ramos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. participou...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – E...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A pergunta do senhor é mais ampla. Depois, o senhor pergunta também, além dos participantes, o senhor pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem elaborou ou quem defendeu o documento, ou a mudança na bula.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse documento foi comentado pela Dra. Nise Yamaguchi, o que provocou uma reação – eu confesso – até um pouco deseducada ou deselegante minha. A minha reação foi muito imediata de dizer que aquilo não poderia ser, porque... Talvez não seja do conhecimento de V. Exas., mas só quem pode modificar uma bula de um medicamento registrado é a agência reguladora daquele país, mas desde que solicitado pelo detentor do registro. Então, vamos trocar isso em miúdos. O laboratório X fabrica o remédio. Então, o laboratório X descobre, através de estudos clínicos, que aquele remédio tem uma outra utilização. Isso representa benefício para a sociedade e, obviamente, ganho de dinheiro para aquele laboratório. Então, ele anexa um pesado dossiê de estudo clínico comprobatório de que aquela nova indicação é comprovada, dá entrada na agência reguladora do país e solicita alteração de bula por inclusão, por supressão, por ajuste.

Então, quando houve uma proposta de uma pessoa física fazer isso, isso me causou uma reação um pouco mais brusca. Eu disse: "Olha, isso não tem cabimento, isso não pode". E a reunião, inclusive, nem durou muito mais depois disso. Eu acho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Parabéns. Parabéns!

Essa reunião aconteceu no Palácio do Planalto?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Aconteceu em uma daquelas salas de reuniões do 4º andar, porque ali era onde se reunia o então chamado Grupo Executivo Interministerial e Anvisa – foi criado pela Lei 13.979, de 7 de fevereiro de 2020, para o enfrentamento da pandemia –, então eu estava lá na qualidade de integrante do grupo. E, depois dessa proposta, o Ministro Mandetta se retirou, eu me retirei logo depois, a reunião já estava chegando ao fim.

Agora, eu não tenho a informação de quem é o autor, quem foi criou, quem teve a ideia. A Doutora, de fato, perguntou dessa possibilidade e pareceu estar, digamos, mobilizada com essa possibilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

V. Sa. participou de outras reuniões de aconselhamento do Presidente da República?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu não faço, nunca fiz, Senador, nenhuma reunião de aconselhamento do Presidente da República em ações de saúde. Eventualmente o Presidente fazia perguntas da área regulatória, vamos dizer assim, da área do meu trabalho, não é? E eu procurei sempre me manter muito dentro da minha área de atuação, porque entendo que o grande conselheiro de um Presidente deva ser o seu Ministro ou os seus Ministros, cargo esse que não ocupo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe dizer quem eram os principais conselheiros do Presidente no que tange à condução da pandemia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor, não saberia dizer e, até pela minha própria formação militar, eu sempre coloquei essa figura na figura do Ministro de Estado, do Ministro de Estado da pasta, do assunto que for. É saúde? Ministro da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na sua opinião técnica, há indicação para uso da cloroquina para pacientes com Covid-19?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, existe hoje, no Brasil, ainda, um estudo em aberto chamado Coalizão 5, que avalia dados de uso em casos leves. Ele tem previsão de acabar dia 31 de dezembro do corrente ano. Até o presente momento, no mundo todo, os estudos apontam a não eficácia comprovada em estudos ortodoxamente regulados, ou seja, placebos controlados, duplo-cego e randomizados. Então, até o momento, as informações vão contra a possibilidade do uso na Covid-19, essas que falei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua posição sobre o tratamento precoce da doença?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A minha posição sobre o tratamento precoce da doença não contempla essa medicação, por exemplo – não contempla –, e contempla, sim, a testagem, o diagnóstico precoce e, obviamente, a observação de todos os sintomas que a pessoa pode ter e tratá-los, combatê-los o quanto antes. Essa doença mostra que, quando ela acomete nível pulmonar, já é um pouco tarde para atuar, os resultados são muito ruins no diagnóstico de médio prazo e tardio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já discutiu a indicação de tratamento precoce contra Covid-19 com o Presidente da República?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. Procuro me manter completamente fora disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. recebeu demandas para facilitar ou, de alguma forma, auxiliar na instituição de tratamento precoce da Covid-19, a exemplo do uso de cloroquina e ivermectina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor; nunca recebi tal demanda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde adquiriu máscaras KN95 chinesas. Alguma dessas máscaras tinha o termo "*non-medical*" – ou "não para uso médico" – em sua embalagem; outras foram proibidas pela Anvisa após a FDA americana detectar a falta de eficiência na filtragem. Ainda assim, essas máscaras foram distribuídas aos Estados, e o ministério recusou-se a substituí-las quando alertado da desconformidade com as indicações do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fabricante. A Anvisa foi, então, acionada pelo ministério, e V. Sa. encaminhou documento, em 13 de janeiro de 2021, afirmando que as máscaras chinesas atendiam aos requisitos mínimos, mas que as que indicavam "*non-medical*" na embalagem não poderiam ser usadas por profissionais de saúde.

V. Sa. confirma esse fato?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Confirmo. Eu tenho aqui em minhas mãos a sequência completa desses eventos também, se for do interesse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Poderia descrever rapidamente o que aconteceu exatamente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Posso, sim, senhor.

Então, de caráter geral, em nenhum momento, foi autorizada pela Anvisa a utilização de máscara de uso não médico pelos profissionais de saúde. A Anvisa alertou o Ministério da Saúde quanto à existência de máscaras objeto de importação pela pasta cujo uso, como respirador N95 – respirador N95 é o nome da máscara –, estava interditado, informando ser cabível o uso desses produtos como máscara de uso não profissional devido ao contexto de escassez de máscaras na pandemia, ou seja, não seria razoável promover o descarte; poderia ser usado como uso não médico, não uso de saúde.

Então, no dia 10 de novembro de 2020, vem o ofício do ministério solicitando a importação. No dia 16/11, a Anvisa informa, através de ofício, que as máscaras não são indicadas para uso médico por profissional de saúde, portanto não cabendo importação em caráter excepcional. No dia 14 de janeiro de 2021, o ministério faz duas solicitações de autorização de uso excepcional para importar primeiramente 100 mil máscaras KN95, depois 102 mil máscaras triplas e depois 20 mil máscaras descartáveis faciais. Nosso posicionamento informa que as máscaras triplas possuem registro no País e da legislação vigente. Para a KN95 e para as máscaras descartáveis faciais apontamos aqui o que deveria ser apresentado, que seria o comprovante de qualificação da OMS ou registro válido no país de origem. Não houve apresentação por parte do ministério, resposta à solicitação. E esse processo foi encerrado, após duas reiterações de 15 dias sem resposta, em 31/03.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O ministério recolheu e substituiu essas máscaras após a decisão da Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu tenho que checar aqui na minha lista, Senador.

Eu reitero que chegou-se a ser dito a respeito de descarte... O nosso posicionamento foi não; descartar não, porque ela tem uso bom, tem uso eficaz em situação não médica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas, no caso citado, teria que haver a substituição dessas máscaras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ah, sim, teria que haver a reposição por outras adequadas para o uso médico, não é? Isso teria que ter.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Houve pressão ou ingerência do Ministério da Saúde para aprovar o uso dessas máscaras?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, nenhum tipo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em fevereiro deste ano, o Líder do Governo declarou que iria enquadrar a Anvisa para eliminar exigências para a aprovação de vacinas, sob a alegação de que os diretores da agência estavam "fora da casinha e nem aí para a pandemia". Como V. Exa. recebeu essa declaração do Líder do Governo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Na Câmara, não é, Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Na Câmara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Líder do Governo na Câmara. Para preservar o nosso amigo Fernando Bezerra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Claro. Na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O Fernando Bezerra não faria isso nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Concordo inteiramente.

Como V. Sa. recebeu essa declaração do Líder do Governo na Câmara?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Recebi muito mal, e não só eu, mas os servidores da casa se sentiram profundamente ofendidos por essa declaração, primeiro, porque ela não é verdadeira. As pessoas que trabalham na Anvisa já abriram mão de tudo de que um ser humano pode abrir mão. Já abriram mão de família, tempo livre, final de semana, hora de sono. E ouvir de uma autoridade do cenário político nacional que "não estão nem aí" foi muito, muito ruim. Eu não sou capaz de qualificar o quanto foi ruim ele dizer que não estávamos nem aí para a pandemia.

A questão de enquadrar, "sim" ou "não", eu prefiro não comentar, a menos que V. Exa. pergunte objetivamente. Me pareceu muito mais grave dizer que "não está nem aí para a pandemia". A questão de enquadramento tem outras questões envolvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** De que forma poderia enquadrar a agência? O que ele queria dizer com isso no seu entendimento?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse verbo "enquadrar", Excelência, é até usado no meio militar, não é? Quando o superior repreende o subalterno, ele enquadra o subalterno. Então, o verbo "enquadrar" tem um sentido de força, de poder, policial talvez. Enfim... Agora, não consigo entender como um legítimo representante do povo, monocraticamente, poderia fazer esse enquadramento a não ser, é claro, dentro da democrática garantia da liberdade de expressão. Penso que tenha sido isso. Penso também que tenha sido um momento dos menos felizes do Deputado, e é o que esperamos que seja, não é? Porque, na época, foi muito ruim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Obrigado.

Qual é o efetivo grau de autonomia que a Anvisa tem para a realização de suas atividades?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Excelente pergunta de V. Exa., que eu gostaria de me alongar um pouquinho mais na resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, fique à vontade.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É preciso que se entenda como é que é a agência, o funcionamento dela. A agência é formada por servidores concursados. Então, são pessoas que vão dar 30 anos de serviço ao Estado brasileiro. Ela é... Ao contrário do que a imprensa hoje mesmo noticiou, ela é uma agência de Estado, ela não é uma agência de Governo. Ela trabalha para o Estado brasileiro.

Esses servidores são agrupados na agência em áreas técnicas específicas. Então, nós temos uma infinidade de áreas que perfazem um total de abrangência do Produto Interno Bruto de: 22,8% do Produto Interno Bruto brasileiro é regulado pela Anvisa. Então, nós temos especialistas de todas as áreas.

Essas áreas técnicas possuem gerências e essas gerências, quando são gerências afins, de assuntos afins, são agrupadas numa gerência geral. Então, por exemplo, os senhores veem muito na TV, dando entrevistas e esclarecendo à população, o Gerente-Geral de Medicamentos. Ele é um líder de outros gerentes que, por sua vez, lideram um outro grupo de pessoas iminentemente técnicas. Acima das gerências gerais, nós temos os diretores, que estão presentes hoje aqui na sua totalidade. É lógico que essa coletividade de servidores da casa são pessoas das mais diversas origens do Brasil, dos mais diversos pensamentos e orientações políticas, times de futebol, como tudo que tem que ser. É um grupo heterogêneo do ponto de vista cultural e social, mas unido perante o trabalho que tem de desempenhar. E não há possibilidade de que um diretor, um diretor-presidente ou um diretor exerça poder de mando sobre essas pessoas no sentido de que eles, ao custo de seus próprios CPFs, firmem juízos que não sejam os próprios, juízos técnicos que não sejam os próprios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, quando nós temos um fiscal da Anvisa num aeroporto, o CPF que está cadastrado para anuir uma autorização de importação é o daquele servidor. Então, se, por exemplo, um diretor tiver a vontade de que ele autorize um determinado produto a entrar e ele disser "não", aquele produto não vai entrar, porque será impossível que um diretor cadastre o seu CPF no sistema e "by-passe" a autoridade do servidor.

Então, quando a agência sofre acusações de que se comportou seguindo essa ou aquela orientação política, revela um natural desconhecimento da atuação dessa mesma agência. Seria preciso um poder de convencimento sobrenatural para que toda uma coletividade de técnicos se flexionasse ao desejo de quem quer que seja. Então, realmente...

Agora, de onde vem esse desconhecimento? Esse desconhecimento vem... Eu penso que, durante muito tempo em que essa atividade, que é muito hermética, realmente ela é difícil de ser entendida, ela ou não teve uma oportunidade ou não houve uma gestão no sentido de torná-la mais divulgada. Esta era uma de nossas plataformas, por assim dizer, quando chegamos na agência: torná-la mais transparente e mais conhecida da população, através da divulgação do trabalho. Entretanto, quando veio a pandemia, essa prioridade, se por um lado deixou de ser prioridade, por outro lado a própria pandemia acabou dando um grau de conhecimento e transparência. Hoje em dia a Anvisa é conhecida por toda a população brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou lhe repetir uma pergunta, Presidente da Anvisa, que fiz ao Ministro Queiroga e que ele evidentemente acabou não respondendo. Isso é um argumento até para trazê-lo de volta para prestar um novo depoimento. Evidentemente que não é o caso de V. Exa.

O Presidente da República nunca escondeu sua oposição à política de vacinação em massa da população brasileira. As declarações contra vacinação foram fartas. O Presidente disse que não compraria vacinas da China, chamou a CoronaVac de "vacina chinesa do João Doria" ao dizer que o Governo não as compraria. Comemorou, com a frase "mais uma que Jair Bolsonaro ganha", a suspensão temporária dos estudos de Fase III da CoronaVac em razão da morte de um voluntário, que, na verdade, tinha se suicidado. Disse que a vacinação não seria obrigatória em seu Governo, que as pessoas teriam de assinar um termo liberando o Governo da responsabilidade se tomassem a vacina. Declarou que não tomaria a vacina e, depois, que seria o último a tomar.

Cito entre aspas as declarações mais conhecidas do Presidente sobre a vacina da Pfizer, uma piada de mau gosto, nociva e antipedagógica. Aspas: "Se você virar um jacaré, é problema seu. Se virar um super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou um homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso" – fecha aspas.

Pergunto: qual V. Sa. avalia ter sido o impacto desse posicionamento do Presidente da República em relação à vacinação no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Todo o texto que V. Exa. leu e trouxe à memória agora vai contra tudo o que nós temos preconizado em todas as manifestações públicas, pelo menos aquelas que eu tenho feito e aquelas de que eu tenho conhecimento, que os diretores, gerentes e funcionários da Anvisa têm feito. Então, entendemos, ao contrário do que o senhor acabou de ler, que a política de vacinação é essencial; nós temos que vacinar as pessoas. Entendemos também que não é o fato de vacinar que vai abrir mão de máscara, de isolamento social e de álcool gel imediatamente – não vai acontecer.

Experiências no mundo têm mostrado até uma velocidade melhor em relação a isso. Nós temos visto experiências sendo feitas no Reino Unido e outros países da Europa, inclusive com *shows* musicais, com pessoas testadas antes, testadas depois, numa expectativa de se voltar gradativamente à normalidade. Eu diria até que o meu pensamento era um pouco mais sombrio em relação a isso, mas vejo que podemos estar mais perto, talvez, de um momento melhor.

Mas, sem dúvida alguma, passa pela necessidade da vacina. Nós temos, sim, que nos vacinar. Se todos nós estamos sentados aqui, nesta sala, é porque um dia, ou pai, ou mãe, ou responsável nos levou pela mão e nos vacinou.

Então, discordar de vacina e falar contra vacina não guarda uma razoabilidade histórica, inclusive. Vacina é essencial e essas outras medidas inclusive.

Então, eu penso que a população não deve se orientar por condutas dessa maneira. Ela deve se orientar por aquilo que está sendo preconizado, principalmente pelos órgãos que têm linha de frente no enfrentamento da doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem.

Em algum momento houve algum tipo de ingerência do Governo Federal na Anvisa para dificultar a aprovação de vacinas, especialmente da CoronaVac, no final do ano passado?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não. Não houve nenhum tipo de interferência, nenhum tipo de pressão em relação a isso. Inclusive, é muito importante, se V. Exa. permitir que eu esclareça essa questão agora, ou se V. Exa... Não sei se terá uma pergunta específica...

Falo agora, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode falar. Eu terei mais uma pergunta sobre essa questão.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Então, talvez até a minha colocação agora esclareça essa próxima pergunta de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de pontuar, primeiramente, o seguinte: no caso da interrupção de algumas horas dos testes da CoronaVac, primeiro, foi noticiado que interrompemos os estudos da CoronaVac. Não é verdade, os estudos clínicos prosseguiram; nós interrompemos os testes com os voluntários testadores. Quem foi que decidiu? Quem, dentro da Anvisa, tomou essa decisão? Foi o Comitê de Avaliação de Estudos Clínicos, Registro e Alteração Pós-Registro de Medicamentos para prevenção ou tratamento da Covid-19. Isso é um comitê de 15 pessoas, por decisão unânime: farmacêutico, estatístico, biólogo, médico, biomédico, estatístico e outros.

Então é um grupo multidisciplinar que é o mesmo grupo que trabalha na análise de todas essas vacinas. Então, não foi uma decisão da Diretora titular, não foi uma decisão do Diretor-Presidente substituto, essa decisão foi uma decisão de um comitê técnico formado por servidores concursados.

E por que tomou essa decisão? Qual foi o fato de que nós tomamos conhecimento? O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo, que era um dos envolvidos no estudo clínico Fase III, notificou, por meio eletrônico, no dia 6 de novembro de 2020, às 20h14. Se V. Exas. buscarem referência na imprensa, verão que, nesse final de semana, houve um ataque *hacker* a sistemas do Ministério da Saúde e com reflexo na Anvisa. Esse comunicado para nós foi reenviado no dia 09/11, uma segunda-feira, às 18h24, e foi recebido por esse comitê que acabei de declarar. O óbito havia ocorrido no 29 de outubro. Então, 29 de outubro ocorre o óbito e no dia 09/11 nós recebemos a notificação.

E por que decidiu, esse comitê, parar com o teste? Porque era um óbito sem informação de nexo causal com a vacina em teste. Não havia informação se havia nexo ou não, não estava estabelecido isso no documento, e foi considerado que a relação de risco/benefício, diante desse quadro de desinformação, era muito desfavorável.

Eu tenho aqui em minhas mãos, Senador Renan, e já oferto também à Comissão, se desejar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... anexar, o documento que recebemos do instituto... Perdão, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Nesse documento está escrito aqui: "evento adverso: morte. O centro classificou o evento adverso como sendo improvável e não esperado".

Senhoras e senhores, quando nós temos o desenvolvimento de um medicamento e ele resulta num óbito e esse óbito é esperado – ele é esperado –, não há uma necessidade de interrupção do teste, porque era um óbito esperado, era algo que guardava de plano relação com o que estava sendo feito. Quando ele vem rotulado de improvável, não deveria ter acontecido e não esperado, nós temos que ter, para que os testes prossigam, neste documento, alguma informação que diga, o que depois foi alegado inclusive pelo próprio instituto desenvolvedor, que nós sabemos desde o início que tratava-se de... Eu não vou repetir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui a *causa mortis* para preservar o nome do testador, a agência tem que se manter no rigor da ética. Entretanto, a *causa mortis* que foi amplamente divulgada na imprensa, não por nós, não era do nosso conhecimento, não estava aqui. Inclusive aqui havia referência que a *causa mortis* estava em análise pelo Instituto Médico Legal.

Então, o que pairou na mente desses servidores, naquela noite de segunda-feira, foi o seguinte: recebemos essa notificação segunda-feira de noite; amanhã de manhã outras pessoas vão ser vacinadas. Uma próxima morte que ocorra será de responsabilidade de quem tinha a informação e o poder de interromper o teste.

É importante frisar que o poder de interromper o teste era um poder do instituto desenvolvedor, que não o fez. Então, quando a informação chega para a Anvisa na noite de segunda-feira, dia 09, era a Anvisa a última barreira capaz de dar seguimento ou de interromper esse teste.

E a decisão, reitero, não foi minha, não foi da diretora titular da área, foi desse comitê. Mas quero afirmar que concordei com ela – e a diretora de área também concordou – e concordo até hoje. Foi uma decisão baseada nas informações recebidas naquele momento, com a iminência de prosseguimento dos testes na manhã seguinte e sem o esclarecimento necessário. Naquela noite, por iniciativa nossa, foi convocada uma reunião com o instituto desenvolvedor, Instituto Butantan, para o dia seguinte, em que foi revelado tratar-se de um caso ainda em análise do IML, conforme estava aqui também, e que o próprio desenvolvedor ainda não tinha o fechamento de toda essa questão.

Os senhores poderão dizer... Eu vou falar agora em termos de hipótese, para não atingir a ética: imaginemos um caso semelhante a esse. Um caso semelhante a esse, num outro país – não é aqui –, numa outra agência, num outro cenário. E fosse o desenvolvedor vitimado por um autoextermínio. Não há garantia de que esse autoextermínio não tenha relação com o novo medicamento. Qualquer possibilidade precisa ser comprovada na minúcia. Uma alteração de estado de consciência, por exemplo, pode levar a isso.

O fato é que o procedimento de interromper, não o estudo, os testes, a meu juízo, foi um procedimento correto. E, tão logo a informação correta foi obtida – isso se dá no dia 11 – o período de análise do material recebido permitiu retomar, autorizar a retomada dos testes. Mesmo assim, o Comitê Independente que avaliza essa questão determinou: prossiga na investigação completa da *causa mortis*.

Então, Senadores e Senadoras, não houve neste processo nenhuma outra coisa a não ser a técnica no sentido de buscar preservar um próximo testador de não ter esse mesmo evento. A nossa agência não teria nenhuma defesa se uma segunda pessoa morresse, sabendo esta agência que dias antes ocorrera um óbito com a sua completa elucidação ainda não realizada. Esse foi o motivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Permita-me – já estou quase que concluindo – reiterar, objetivar uma pergunta, de certo modo já respondida, mas era importantíssimo objetivá-la.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em sua opinião técnica, a vacinação contra Covid deveria ser obrigatória no Brasil ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, é uma resposta um pouquinho mais longa também. Não tem como ser "sim" ou "não" nisso aí.

Senador, o meu desejo – o meu trabalho, o meu empenho – é que as pessoas, vamos dizer assim, briguem para se vacinar. Eu quero ter o poder de convencer as pessoas para que elas busquem a vacinação a todo custo – aquelas que acreditam, as que acham que não tem tanta importância e aquelas que negam.

Eu venho do meio militar. No meio militar existe quem dá a ordem e quem cumpre a ordem. Então, para nós, na nossa cultura, isso é muito claro, mas como médico, como pessoa, eu acredito no convencimento, eu acredito no desejo da população de se vacinar. E é possível chegar a isto com campanha de informação; é possível chegar a isto com oportunidades como esta, em que o Brasil inteiro está nos assistindo; é possível chegar a isto com resultado transparente, claro, isento de influência política ou de qualquer natureza: as pessoas buscarem.

Eu temo, Senador, que uma determinação emanada desta Casa, por exemplo, onde estão os legítimos representantes do nosso povo, a confecção de algum tipo de lei, por exemplo, que obrigue isso a acontecer, suplante um trabalho que é muito mais, talvez, até lento. Para os senhores, se os senhores votarem regime de emergência, amanhã ou depois tem uma lei nesse sentido. Mas eu acredito no convencimento: a gente convencer as pessoas para que elas venham efetivamente a aderir. Àquilo que é imposto, as pessoas não aderem, não adianta – em que pese, Senador Renan Calheiros, que o mundo todo já sinaliza uma virtual obrigatoriedade. Os senhores vejam que já há países elencando que, se não tiver no passaporte determinada vacina, não vai nem entrar naquele país. Isso é um outro capítulo para discussão. A Organização Mundial da Saúde precisa se manifestar nesse sentido. Se são vacinas aprovadas pela OMS, não há razoabilidade que um outro país diga que não vai entrar naquele país com aquela vacina. Esse é o posicionamento que temos na nossa agência.

Agora, já vão sendo com uma naturalidade esses dispositivos que obrigam as pessoas a se vacinarem, que compelem, digamos assim – compelem. Então, como disse ao senhor, não é uma resposta de "sim" ou "não", eu acredito muito no convencimento. Não acredito que a obrigatoriedade vai produzir efeitos verdadeiros, efeitos de adesividades à população. Sempre vai haver algum escapismo para isso.

Não sei se respondi completamente ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A Anvisa já começou os testes e exames laboratoriais e outros também da ButanVac?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Da ButanVac sim, senhor. Ela submeteu os pedidos de anuência para estudo clínico Fase II e Fase III. Essa análise já começou; observamos algumas discrepâncias, e já informamos ao desenvolvedor, que agora ficou de nos responder, tanto ela quanto a outra, a Versamune, que não é a do Butantan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** No início da pandemia, em 15 de março de 2020, V. Sa. foi fotografado em uma manifestação a favor do Presidente da República, sem máscara e diante de uma grande aglomeração de pessoas, apesar das recomendações de sentido contrário. Pergunto a V. Sa.: como autoridade sanitária, V. Sa. compartilha do posicionamento do Presidente da República contrário às medidas de distanciamento social e à utilização de máscara?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, destarte a amizade que tenho pelo Presidente, a conduta do Presidente difere da minha nesse sentido. As manifestações que faço têm sido todas no sentido do que a ciência determina. Na última *live* de que participei com o Presidente, inclusive, permaneci o tempo todo de máscara, o que causou até uma certa estranheza por parte de alguns integrantes da imprensa, a ponto de comentarem isso, até com referência elogiosa. Então, são formas diferentes, de pessoas diferentes.

Agora, quanto ao evento especificamente que V. Exa. apontou, naquela época, em março, especificamente no dia 15 de março de 2020, o que preconizava o Ministério da Saúde, tornado explícito em 13 de março, era o seguinte: máscaras faciais devem ser utilizadas por profissionais da saúde, cuidadores de idosos, mães amamentando e pessoas diagnosticadas com coronavírus. Não havia, no mês de março, o consenso geral do uso de máscaras por parte da população. Se formos buscar fotografias e coisas daquela época, veremos que isso não havia. O comércio estava aberto. Naquele dia, inclusive, o meu planejamento era fazer supermercado e depois almoçar em algum restaurante, porque eu não tenho cozinha em casa.

Então, o regramento quanto ao uso de máscara era esse aí. A própria Organização Mundial de Saúde, pouco antes, no dia 29 de janeiro, havia, inclusive, colocado dúvida quanto a essa eficácia. Esse foi um processo que veio evoluindo ao longo do tempo, e hoje ninguém mais tem dúvida quanto ao uso de máscara. No Distrito Federal, por exemplo, isso se torna obrigatório somente em abril. Eu não estou dizendo isso para justificar alguma coisa. Estou dizendo apenas para situar o arcabouço legal e regulatório daquela época.

Também contrariando o que até recentemente a imprensa cita, que eu compareci a manifestações, no plural, isso não é verdade. Eu estive no Palácio do Planalto, em conversa particular com o Presidente naquele dia. Havia, sim, uma manifestação na área em frente do Palácio do Planalto. E, quando cheguei, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente deslocou-se para a proximidade dos seus apoiadores, o que é comum. O Presidente tem essa interação com o público. Ele fez isso e faz isso diversas vezes. Eu o cumprimentei com o cotovelo, que era o cumprimento preconizado na época; ainda não se usava esse toque de mão. Tirei algumas fotos. Aguardei que ele terminasse ali a interação com seus apoiadores. Tratamos do assunto que tínhamos a tratar, e cada um foi para o seu lado.

É óbvio que, em termos da imagem que isso passa, eu hoje tenho plena ciência de que, se pensasse por mais cinco minutos, eu não teria feito, até porque esse assunto nem era um assunto que necessitasse de urgência para ser tratado. De minha parte, digo que foi um momento em que não refleti sobre a questão da imagem negativa que isso passaria. E, certamente, depois disso, nunca mais houve esse tipo de comportamento meu, por exemplo.

Mas sobre o fato em si, a questão da máscara, em que é sempre batido, não havia esse uso disseminado na época. Eu busquei ali manter toda a distância que fosse possível e usar os cumprimentos cabíveis também naquela época.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já estou encerrando.

O posicionamento de V. Sa. reproduz aqui no Brasil o que aconteceu com o Comandante do Exército norte-americano que, certa vez, foi fotografado com o Presidente Donald Trump. Ele deu uma entrevista coletiva, pediu desculpas e disse que não poderia ter deixado se fotografar, que aquilo seria muito ruim para a instituição.

Não se justifica a presença do representante da maior instituição de vigilância sanitária do Brasil em um evento desse tipo. Claramente, o Presidente da República queria passar uma mensagem para a sociedade e acabou, com as presenças de V. Sas., passando coletivamente essa mensagem, o que acabou sendo muito ruim para o País e para a própria agência. Mas eu concordo com V. Exa., e V. Exa. demonstra, pelas palavras, que se arrepende de ter estado presente naquela manifestação.

Eu estou...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É apenas para corrigir... Há uma pergunta que V. Exa. fez quanto à planta fabril da União Química. A planta fabril da União Química de insumo ainda não está certificada. A que está certificada é a de produtos estéreis, ou seja, a da vacina em si. Essa está certificada; a de insumos, ainda não. Então, é só para deixar bem correto o que falei agora há pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por 15 minutos.

O Senador Marcos Rogério, Dr. Antonio Barra Torres, pode fazer perguntas e o senhor responder ao mesmo tempo. Senão, ele pode usar o tempo que ele quiser para lhe fazer as perguntas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento o Dr. Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa.

O Congresso Nacional, desde o começo da pandemia, sancionou várias leis para regular e possibilitar um cenário mais humano e um enfrentamento eficaz do coronavírus, tais como as Leis 13.979, 14.019 e 14.035, todas de 2020, entre outras. Nesse conjunto de normas, cabe sempre à Anvisa apresentar os critérios técnicos para regulação e implementação das medidas sanitárias e de saúde. Não obstante, pedido de autorização excepcional para importação da vacina Sputnik V foi objeto de decisão liminar do Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, no último dia 13 de abril. Contudo, a Anvisa rejeitou a importação de doses da Sputnik V por supostas falhas de segurança. Feitas essas considerações, Presidente, gostaria de perguntar a V. Sa. o seguinte: como o senhor avalia a judicialização dessa questão referente à liberação de vacinas destinadas à imunização contra o coronavírus?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador, a judicialização de processos eminentemente científicos pode ser boa ou não tão boa assim. Por que que eu digo isso? É lógico, se for constatado que há um histórico de deslizes, de condutas inadequadas, despropósitos de uma agência reguladora – e aí, eu tenho que particularizar que é o meu trabalho –, é lógico que a ação judicial vai ser boa, porque ela vai buscar corrigir aquilo ali, ela é uma salvaguarda dos direitos do cidadão.

Na questão dos prazos, que é principalmente isso que houve de ação para conosco, a delimitação de prazos gera a situação de que a análise científica tem que ser feita dentro daquele universo temporal.

Vamos analisar recentemente o que aconteceu com a Sputnik. O prazo era 30 dias, fizemos uma proposta de que, se houvesse a identificação de discrepância, o cronômetro fosse travado e, até que o desenvolvedor apresentasse a resposta, não se contasse o tempo. Essa proposta nossa não foi aceita pelo egrégio Supremo Tribunal Federal e manteve-se o prazo de 30 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro desse prazo de 30 dias, ficou também definido que, caso a agência não se manifestasse, haveria um caminho aberto para a aprovação. Então, obviamente, isso é um fator balizador – nós somos legalistas, cumprimos o que a lei determina – do quanto tempo nós temos para emitir o nosso juízo de valor, à luz da documentação disponível naquela época, sem a possibilidade de uma dilação do prazo com o cronômetro travado. Então, longe de ser nenhum tipo de crítica, não é, até porque temos cumprido, temos feito assim... Acredito que, no caso da Sputnik, do que já entendo hoje, se houvesse a possibilidade de travar o cronômetro e só voltar a disparar com os documentos, talvez não fosse nem mesmo isso suficiente, porque, conforme posso demonstrar aqui, se V. Exa. desejar que eu demonstre, os problemas apontados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou fazer perguntas específicas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, senhor, pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Então, entendo que são as duas questões...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Era só em relação à questão da judicialização...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... as duas questões...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... se isso representa risco regulatório ou não quando se tratando de...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Representa, Senador, um balizador que muitas vezes torna o nosso trabalho... Ele tem que ser ainda mais intenso do que já é numa unidade de tempo ainda mais curta. Então, aumenta o nosso desgaste contra uma unidade de tempo que a gente considera minimamente razoável. Quando esse prazo é diminuído, torna-se mais difícil o nosso trabalho, isso é um fato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

A introdução de uma vacina considerada inadequada pela Anvisa por decisão judicial poderia, em sua opinião, gerar desconfiança generalizada da população em relação a toda a campanha de vacinação contra a Covid-19?

Vimos que a Anvisa tem sido bastante criteriosa com os requisitos técnicos para a aprovação de vacinas contra a Covid-19, como demonstra o recente caso dessa vacina, a Sputnik V. Não há dúvida de que os procedimentos da agência visam a garantir a eficácia e a eficiência do imunizante, bem como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança da saúde dos brasileiros. Sabemos que essa vacina já tem sido utilizada em vários países, e aí passo a fazer algumas considerações e gostaria de ouvir V. Sa.

Pelo que apurei, há problemas graves de desenvolvimento dessa vacina, sendo o maior deles a replicação de adenovírus no processo fabril, quando, na verdade, trata-se de uma tecnologia que se denomina não replicante. Esse ponto, ao que parece, fulmina a segurança da vacina, é característica crítica e grave. Essa replicação pode trazer efeitos inesperados nas pessoas na medida em que pode causar a própria doença, promover a inflamação de tecidos e órgãos e ainda afetar a capacidade reprodutiva das pessoas. Essa afirmação está correta, Diretor?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, está.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** A vacina Sputnik foi avaliada por alguma autoridade de peso ou simplesmente foi aprovada no peito nesses ditos 60 países?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu pediria agora a permissão de V. Exa. para responder de maneira completa a sua indagação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – V. Exa. indaga quanto à questão dos países... É sempre dito que foi aprovada em 60 países, então nós temos aqui algumas considerações a tecer a esse respeito.

Eu gostaria até de responder de maneira mais ampla, se V. Exa. me permitir, abordando toda a questão dessa vacina. É possível? Pode ser?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Essa cópia... Isto aqui é uma cópia reprográfica colorida de um encarte que existe na nossa agência. Foi oferecido pelo Sr. Tagir Sitdekov – ele é o Vice-CEO, ou pelo menos era, do Russian Direct Investment Fund, que é o fundo soberano russo –, no ano passado, numa das várias reuniões que aconteceram; esta especificamente não comigo.

Eu trouxe aqui a capa, tenho aqui o cartão, e a p. 19 apresenta "*Phase III Study*", que é o estudo clínico Fase III. Aqui vem: "*Current status*", *status* corrente, o que que está acontecendo com o estudo clínico Fase III. Países... Aí vem aqui: "*Current status: on going*". *On going* significa "em andamento". Países... Vários países, inclusive o Brasil.

Não havia, em 2020, nenhum estudo clínico Fase III em andamento no Brasil, como não há no dia de hoje.

Essa vacina é a primeira a ser registrada no mundo, registrada na Rússia, em agosto de 2020, e logicamente – eu faria a mesma coisa – há a ênfase na questão dessa primazia, que é importante. É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

esperança para o mundo: "Olha, temos vacina registrada". Porém, no mesmo ano de 2020, eu ressalto, já havia uma referência de algo que não aconteceu, que foi o estudo clínico Fase III em andamento no Brasil.

Corrida vacinal, Senador, não é quem larga na frente; é quem chega na frente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Isso.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É o final do processo.

Quanto aos países que V. Exa. citou, e é um argumento que tem sempre sido elencado, na Anvisa, através da sua Assessoria de Assuntos Internacionais, nós temos um diplomata da Academia Rio Branco, do Instituto Rio Branco, do MRE, que é servidor, ele trabalha lá, trabalha na Anvisa, é o Chefe da Assessoria Internacional, e há outros ali da mesma origem dele. Através dele, nós entramos em contato com 58 países que pertencem ao rol daqueles países que tem sido dito que usam a Sputnik. Eu gostaria de citar quais os países, eu acho que é importante: Angola, Armênia, Azerbaijão, Eslováquia, Filipinas, Gabão, Gana, Guatemala, Honduras, Índia, Iraque...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Deixe-me fazer um apelo a V. Exa...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Em vez de citar os 58 países, eu pergunto: quais desses países têm dados técnicos da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Vou responder ao senhor: desses 58, 24 responderam que não estão utilizando a vacina. Eu estou dando dados da nossa decisão do dia 26, segunda-feira, 26. Vinte e quatro países responderam que não estão utilizando a vacina. Então, não são 58.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não estão utilizando a vacina.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, não estão utilizando a vacina. Então, já caiu esse número que foi dito, "olha, estão utilizando". Não, não estão ou pelo menos não estavam à época da nossa análise. Não estavam utilizando a vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O Brasil tem relação muito boa com o México. Foi solicitada informação técnica ao México?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foi solicitada ao México...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Qual foi a resposta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... que tem uma sólida agência regulatória, que declinou de nos informar e disse que tinha acordo de confidencialidade... Quando eu digo "disse", o documento escrito está conosco. Não deu informação nenhuma, porque tinha acordo de confidencialidade.

Um outro país dessa lista de países...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... é a Argentina. Também tem instância regulatória. O documento está aqui. Encaminhou um relatório elaborado ao nosso pedido, que foi o de buscar responder aos questionamentos, mas é um documento de quatro páginas e que não traz a elucidação daquilo de que nós precisávamos e acrescentou informação adicional de que, pelo ordenamento administrativo argentino, a decisão é uma decisão do Ministério da Saúde argentino, que comunica essa decisão à agência regulatória daquele país.

Onze dos 58 não responderam. Eu tenho aqui toda a lista dos 11. E, daqueles que efetivamente estão em uso da vacina, as respostas que obtivemos foram de que houve uma contratação de "x" doses e a recepção até aquele momento ainda era inicial, um quantitativo pequeno em relação ao que foi pedido.

Nenhum desses países, tirando México e Argentina, possui estrutura regulatória madura, sênior, com toda a certificação que as grandes agências mundiais, inclusive a Anvisa, possuem. Consequente a isso, a própria monitorização de efeitos adversos nesses países acaba fornecendo uma informação a menor do que seria cientificamente esperado, mesmo considerando que há poucas doses em cada país, mas, quando se somam os tais 58 – que já vimos que não são 58, são bem menos do que isso –, teria que haver um número de eventos adversos a maior, e não há. Há uma informação que, se olhada de plano, se pensa: estamos diante de uma situação excelente. Não se sustenta.

E, para concluir – para concluir –, da Argentina vem uma informação que é bastante relevante, nós temos que ter muita atenção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É que na Argentina a vacina Sputnik V comparece com um percentual de 57% da vacinação, 57%. Entretanto, dos eventos adversos apontados – e aí, veja bem, não estou falando de evento adverso grave, eventos adversos no geral –, ela comparece com 92%. Então, na questão dos países que é tão falada, "poxa, mas está aprovado em tantos países", o número não é esse. Pode até estar aprovado, mas que esteja utilizando a vacina na data da nossa decisão, 23 disseram que não tinham utilizado. Mais vinte e poucos receberam doses muito pequenas da vacina, e 11 simplesmente não responderam o nosso questionamento, do número de 64. Essa é a resposta objetiva à questão dos países que o senhor perguntou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a colaboração de V. Sa., porque isso é esclarecedor à Comissão e aos brasileiros. Pelo que eu apurei e V. Exa. confirma aqui, a Anvisa foi a primeira autoridade de peso regulatório no mundo que avaliou com alguma seriedade os documentos disponíveis sobre a Sputnik. Foi a primeira agência a fazer uma crítica séria à vacina russa.

Pergunto a V. Sa.: a Anvisa enviou técnicos à Rússia. A equipe de inspeção teve acesso às instalações da Gamaleya as quais abrigavam importante etapa do processo de produção, o que permitiria o exame *in loco* de aspectos de qualidade?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não teve, e explico por quê. A nossa missão foi uma missão tratada com tranquilidade, tinha uma proposição de data de início, que, a pedido dos nossos anfitriões, foi postergada, pouco tempo, poucos dias, mas foi um pouquinho postergada. Tivemos algumas barreiras ali a vencer de documentos, o que é normal em qualquer tipo de viagem dessa natureza. Contávamos com um observador da Embaixada do Brasil em Moscou, observador totalmente neutro. E, quando das tratativas da nossa ida a Moscou, foi colocado por nós que tínhamos interesse de visitar, de visualizar o local do controle de qualidade dessa vacina. E o local de controle de qualidade dessa vacina é o Instituto Gamaleya.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutor, o seu tempo já foi esgotado, e, com certeza absoluta, outros Senadores irão fazer perguntas sobre a vacina russa. Aí, essa explicação que o senhor vai demorar um pouco para dar para o Senador Marcos Rogério, o senhor aproveita... Todos vão perguntar sobre essa vacina russa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, se o senhor me permite, apenas uma pergunta para finalizar, e a resposta vai ser objetiva. Não vai gastar tempo.

Houve alguma divergência interna entre os quadros técnicos da agência e a diretoria colegiada quando a decisão de não autorizar a vacina russa aconteceu, foi tomada?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nenhuma divergência, unanimidade entre todo o quadro técnico e todo o colegiado da Diretoria. Unânime.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Vice-Presidente Randolfe Rodrigues com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Dr. Barra Torres, eu queria cumprimentá-lo e cumprimentar também todos os técnicos da Anvisa aos quais reputo pela qualidade técnica. Aqui também cumprimento o Sr. Presidente e o Sr. Relator.

Inicialmente, Dr. Barra Torres, eu queria destacar aqui e registrar o ato de profunda dignidade de V. Exa. aqui ao registrar que foi inadequado o comparecimento a uma manifestação pública de aglomeração feita pelo Presidente da República. Eu acredito que aqui o senhor trouxe algumas contribuições importantes a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E aí eu queria logo iniciar sobre o que foi perguntado também pelo Sr. Relator, Senador Renan Calheiros, sobre a dita reunião da chamada bula preparada pela hidroxicloroquina. Pelo que o senhor me falou, estava presente um médico; a Dra. Nise Yamaguchi... Em relação ao médico, por acaso, seria o Dr. Otávio Berwanger?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Eu não tenho... Eu não tenho memória disso, Senador. Era um médico e me parecia alguém da relação da doutora, mas não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ele? Não tenho essa convicção. Eu não saberia identificá-lo, inclusive, fisionomicamente, não saberia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor afirma... Mas quem, nessa reunião, falou sobre a bula...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... foi a Dra. Nise? Foi ela que argumentou?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ela. Ela fez uma proposta absurda, porque – já declarei – ninguém, nenhum de nós aqui pode propor isso. Isso é o laboratório que tem o registro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para ficar claro, quem mais estava nessa reunião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nessa reunião, eu me lembro, com certeza, conforme citei, dessa doutora, do doutor de que eu não me recordo o nome, eu próprio, do Ministro Mandetta, e do Ministro Braga Netto.

Eu vi até um depoimento do Ministro em que ele cita o Ministro Jorge e o Ministro Ramos. Eu não tenho essa convicção, esse registro na minha mente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Desculpe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Algum filho do Presidente estava presente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não, com certeza, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Ministro Braga Netto estava?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, porque, na época, ele era a autoridade máxima desse grupo executivo interministerial e a Anvisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A quem o senhor... Ao surgir a ideia da indução, da preparação da bula, o senhor, pelo que eu entendi aqui, reagiu...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Reagi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... inclusive veementemente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... de maneira até deseducada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

Passando... Voltando, então, ao assunto das vacinas, que eu acho que é um esclarecimento importante. No intuito do esclarecimento mesmo, Dr. Barra Torres, a Anvisa estabeleceu regulamentação de uso emergencial de vacinas para Covid em dezembro de 2020. Não lhe pareceu um pouco tarde em relação a outros países que já tinham feito isso desde o início do ano de 2020?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, eu penso que não, inclusive a primeira vacinação ocorre também próximo a essa época. Eu acho que não. Penso que não. Acho que foi quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguimos chegar lá, porque, como o senhor sabe, Senador, é abrir mão de uma série de recursos de segurança.

O registro é a zona de conforto. O registro é a análise mais longa, é muito mais pesada a análise, e, quando o registro é dado, praticamente não há aqueles condicionantes de longo prazo: "Olha, tem que monitorizar isso por 'x' meses, 'x' anos". Há uma monitorização, mas não é como é a do uso emergencial. Então, o uso emergencial é uma situação, como o próprio nome diz, emergencial e, portanto, para o regulador, tremendamente desconfortável, mas a necessidade impõe.

Então, para chegar nesse ponto – e é importante lembrar: nunca houve, em 22 anos de Anvisa, nenhum protocolo de uso emergencial –, nós tivemos que criar, tivemos que refletir, analisar, pesar muito do risco-benefício, para chegar nesse documento. Então, penso que não houve essa questão.

E, se nós compararmos a defasagem de tempo entre o primeiro vacinado no mundo e o primeiro vacinado no Brasil, nós vamos chegar a exatos 39 dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Ainda em relação ao uso emergencial, ficaram de conhecimento público as manifestações do Presidente da República contra a CoronaVac, que hoje é a vacina que mais imuniza brasileiros.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sem dúvida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Oito de cada dez brasileiros são imunizados com a CoronaVac. O Presidente...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Devemos muito à CoronaVac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É importante inclusive esse reconhecimento por parte da Anvisa.

O Presidente da República, em algum momento, chegou a telefonar ao senhor sobre o registro da CoronaVac, fazer algum contato?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. Senador, deixe-me responder aqui com uma analogia.

No meio militar, de onde eu venho, uma das coisas que é ruim e causa irritação nos demais é aquele cidadão que quer ser alguma coisa que ele não é. Aí começa a frequentar outros círculos, começa a emitir certos conceitos. Então, eu sempre me posicionei muito dentro da minha área de atuação. Então, a minha área eu acho que é muito rica, é muito nobre, eu me realizo muito na Anvisa. Não tenho desejo, almejo nenhum outro lugar a não ser exatamente o lugar onde eu estou agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., quando esteve com o Governador João Doria – e eu os recebi na Anvisa –, colocou uma coisa muito importante ali. V. Exa. disse que essa era a missão da minha vida, se recorda?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Então, Senador, eu encaro exatamente assim. Então, eu entendo que o assessor do Presidente para assuntos de saúde é o Ministro, é o Ministro da Saúde. E nada pior de quem é de fato assessor ter outras pessoas orbitando, dando opiniões que nem sempre são as mesmas. Isso só aumenta o grau confusional e leva a problemas administrativos sérios.

Então, não é do meu feitio esse tipo de coisa, não fiz, não faço e farei, sim, toda vez em que for perguntado em assuntos regulatórios, assuntos da agência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito importante esse depoimento de V. Exa. a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pergunto a V. Exa., aí voltando ao tema da vacina Sputnik. Na entrevista coletiva do dia 26 de abril, em uma entrevista coletiva – já foi perguntado inclusive pelo Relator –, foi dito o seguinte: "adenovírus replicante detectado em todos os lotes". Houve apreciação de lotes da vacina Sputnik?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Essa é informação do desenvolvedor. O desenvolvedor coloca isso de maneira clara nos documentos que ele envia a nós dizendo que, em todos os lotes, foi observado um valor diferente de zero.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, Dr. Barra Torres, me permita, nós vamos chegar aí, mas essa informação, me parece, é da apresentação da Anvisa em 26 de abril de 2020.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Confere.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a informação de que teria ocorrido a apreciação, a avaliação de lotes por parte da Anvisa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não houve?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não, não, não. Quando se refere, eminente Senador, à questão da presença em todos os lotes, essa é a informação que o instituto nos passa, e ele coloca um índice que vai até "x". Qualquer coisa até "x" é diferente de zero; o preconizado é o zero. Mas, se V. Exa. me perguntar: "Mas não existem vacinas que tenham a presença de vírus replicantes?". Pode existir, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é preciso haver nessa ocasião, Senador? É a documentação de que a eventual presença de vírus replicantes é autoextinguida em "x" horas ou em "x" dias, ou que esses vírus replicantes foram mapeados e se comprovou que não causam mal nenhum.

Então, nós temos: primeiro problema, a existência pura e simples; segundo problema, se existem, onde está o mapeamento do que eles fazem no corpo? Também não havia. Então, nós só tínhamos uma informação de algo que não deveria estar lá e sem o mapeamento da sua trajetória.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas me permita: o senhor informou agora que as documentações que recebeu foram do Fundo Soberano Russo. A Anvisa não recebeu nenhuma documentação do Instituto Gamaleya?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, é meio misturada, essa limitação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Porque, veja, eu tenho aqui e vou fazer chegar até o senhor...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É o mesmo que eu tenho aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... uma carta oficial do Centro Gamaleya, de 26 de março de 2021...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Está aqui, é essa mesmo que eu acabei de mostrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E essa carta diz que não há nenhum RCA registrado, ou seja, nenhum vírus replicante registrado.

Além dessa, Dr. Barra Torres, há uma outra documentação também, de data inclusive anterior, que diz novamente: "Nenhum adenovírus competente de replicação foi detectado". Também é do Instituto Gamaleya, aliás, esse segundo documento é da congênere da Anvisa, que é o serviço federal de supervisão na saúde; a congênere da Anvisa lá na Federação Russa.

Temos um terceiro documento que dá conta exatamente do que o senhor está falando aqui, veja: "Adenovírus replicante, zero". Aqui onde está por 50, na carta aqui apresentada pelo Instituto Gamaleya, fala que isso é padrão, não é que tenham sido detectados.

A Anvisa recebeu essas cartas do Instituto Gamaleya?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu estou até pedindo, porque eu já cedi a minha cópia à CPI, até para compararmos se é a mesma que o senhor tem. A que eu tenho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu tenho a tradução aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Temos tudo isso; a minha está traduzida para o português, que deve ser exatamente isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A original foi em russo; a outra via em inglês.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, sim, sim, sim, perfeito.

Senador, a questão é a seguinte: primeiro, a análise regulatória não se pauta pela afirmação. Se fosse isso, seria muito simples, porque nós teríamos um atesto, e o nosso problema estava resolvido. A análise regulatória repete e repassa praticamente todos os passos que são apresentados para se tentar observar o mesmo resultado. Quando há uma afirmação de "olha, a minha eficácia é de 50%, é de 50,38%, é de 70%", não basta a afirmação; é necessário que todos os cálculos sejam apontados para que nós possamos ver como se chegou naquele valor. Então, nós temos, de fato, uma contraposição de informações, diga-se de passagem, nesse documento enviado após a nossa decisão, na segunda-feira. Então, os documentos que tínhamos naquela época ali, que estão públicos desde a segunda-feira...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Desculpe, Dr. Antonio Barra Torres, mas, veja, essa documentação que nos chega aqui é datada de março. Essa decisão da Anvisa é de abril.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Na decisão de abril, Senador, que é pública, na própria segunda-feira, todos os argumentos que fomos, digamos assim, que nos levaram, levaram tanto as três áreas técnicas – nós estamos falando aí talvez de 30 ou 40 pessoas das três áreas técnicas –, mais o diretor relator e mais os cinco diretores – isso tudo está publicizado na segunda-feira, à disposição de quem quer que seja que acesse o nosso *site* –, mostram claramente as informações recebidas sem o mecanismo de chegada nas informações. Esse é um dos problemas.

Se V. Exa. me permitir, eu tenho aqui situação que eu reputo como muito mais grave do que a do vírus replicante, que é a questão da ausência dos estudos de toxicidade reprodutiva e mais aproximadamente 12 ou 13 itens. O que é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vou...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Desculpe, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Apenas para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse rigor, Senador, regulatório, ele foi empregado nas cinco vacinas já aprovadas. E as cinco vacinas passaram por ele. Nenhuma delas teve uma aprovação tácita; todas tiveram o bate e volta de informações que faz parte do processo: argumentação científica na pergunta, argumentação científica na resposta. É isso que nós precisamos para progredir nesse processo, apenas isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas só para entender... Veja, o senhor mesmo admitiu aqui que não há a testagem *in loco*...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não há...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não foi verificado o lote da vacina.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não é feito assim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não é assim, inclusive, o procedimento da Anvisa. É feito a partir das informações que tem.

A informação, que me parece que é a informação que havia sido divulgada, é sobre o adenovírus replicante. Os documentos do Gamaleya dizem aqui que não existe detecção do adenovírus replicante. São as informações que constam.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato. Elas conflitam. Elas conflitam totalmente com o que eles apresentam para nós e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas conflitam com o quê? Com qual testagem?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Com os próprios... Com os próprios documentos. Com os próprios documentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas tem algum documento que indica a existência de adenovírus replicante?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Tem. Estão publicizados desde segunda-feira. Não sei se eu tenho eles aqui comigo, mas posso ofertá-los à CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Porque, veja, os documentos dos testes, os próprios documentos dos testes feitos pelo Instituto Gamaleya, ao que me parece, são esses. E estes documentos aqui, quando nós... Quando fala aqui, em relação ao adenovírus, da coleta de adenovírus replicante, todos constam que zero, que não foi detectado nenhum adenovírus replicante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É verdade.

Nos documentos que temos, Senador, eles constam até 1 x 10^3, o que, no caso, é 1 x 10^3 até 1 x 10^2, dez ao quadrado, e isso, obviamente, não é zero. Nós temos esses documentos. E esses documentos nortearam parte – reitero: 1/14, 1/15 – dos problemas que ocorrem com essa vacina que precisam de esclarecimento.

Então, reitero, existem os documentos que não mostram esse mesmo zero. Só por isso já seria o caso de podermos avançar ainda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É. O documento é o mesmo. É este aqui, olha. Acho que é o mesmo que o senhor tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acho que sim. Bom, depois a gente checa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse aqui já está de posse da CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... já está ofertado à CPI.

Só por isso, Senador, somente por uma eventual existência de dados conflitantes, nós precisaríamos ter esclarecimentos. E enviamos o rol dos nossos questionamentos ainda dentro do prazo hábil de análise. Não tivemos resposta. Não havia outra coisa a fazer naquele dia, naquela segunda-feira, do que decidir da forma que fizemos. Mas, reitero, não é porta fechada; nós temos condição...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para concluir em relação a esse caso da vacina Sputnik, para ficar bem claro para todos.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece-me que a vacina já foi utilizada, já foi aplicada... Aí tem o dado que o senhor contesta de 60 países, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, eu não contesto. É que alguns não responderam; 11 não responderam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, não responderam! Não é que não tenham...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. Onze simplesmente ignoraram a interpelação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Segundo dados, 20 milhões de doses foram aplicadas. As notícias que temos é que elas foram aplicadas na Índia, na própria Rússia...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... na Hungria, no México e na Argentina.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Tenho aqui. Confirmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Nesses países em especial, o senhor tem notícia de algum efeito adverso relevante por conta da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Já citei na resposta ao Senador quanto à questão da Argentina, em que a Sputnik comparece com 57% do universo vacinal e é responsável por 92% dos efeitos adversos na Argentina.

O México, infelizmente, nada respondeu. Ele atestou que tem um acordo de confidencialidade e que não iria, de maneira nenhuma, contrariar isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Rússia e Índia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A própria Rússia é o país com quem nós temos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sim.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perdão. Não o País. As instâncias de produção e de regulação russa são os órgãos de que nós estamos tentando obter informações, sem sucesso nesse sentido.

E V. Exa. citou também a Índia. Eu tenho aqui a referência de que a própria Índia... Ela não apresentou a nós essas respostas. Foi indagada efetivamente, mas não apontou para nós as respostas do que perguntamos.

Esse é o cenário dos países.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Por último, Presidente, eu pergunto ao senhor, Dr. Barra Torres: o senhor compartilha da informação de um responsável pela curadoria de saúde do Governo que, em relação à política de enfrentamento da pandemia, um manda e outro obedece? É simples assim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Da curadoria de saúde?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** De uma autoridade da saúde, de uma autoridade de saúde no enfrentamento à pandemia.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Se eu tenho conhecimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, não.

Eu lhe pergunto se o senhor compartilha da opinião de alguma autoridade da saúde, no enfrentamento à pandemia, de que a máxima em relação ao enfrentamento à pandemia ou à vacina tem que ser sempre "um manda e outro obedece"?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. De maneira nenhuma. Qualquer ação de saúde é pautada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pela técnica?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... por ciência. Se... A questão hierárquica é uma outra questão. Não tem nada a ver com isso. Então, não é a minha filosofia, por exemplo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

Cumprimento-o por isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado, Senador Randolfe.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, senhores colegas e Sr. Antonio Barra Torres, vamos aqui, então, direto às perguntas.

Dr. Barra Torres, neste domingo o Presidente Bolsonaro reuniu mais de 1,5 mil motociclistas em um passeio pelas ruas de Brasília. O senhor é motociclista; é destacado, inclusive, no seu próprio currículo. E eu pergunto ao senhor: qual a sua opinião acerca dessa aglomeração? E a segunda pergunta: o senhor esteve presente nesse evento? Foi convidado para esse evento?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) **–** Não. Não estive presente nesse evento. Sou contra qualquer tipo de aglomeração nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As mídias sociais dos grupos de motociclistas... O motociclista normalmente tem mídias de computador, enfim... Então, apareceram vários motogrupos citando essas questões, mas eu realmente não compareci. Aliás, encontrava-me também me preparando – além de ser sanitariamente inadequado, claro, não é o preconizado –, me preparava para estar aqui hoje com as senhoras e os senhores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor acha que...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Desculpe, era domingo, Dia das Mães, não é isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, Dia das Mães.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Domingo, Dia das Mães. A minha está no Rio de Janeiro; não pude passar com ela, infelizmente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo, mas o senhor não concorda com esse tipo de aglomeração?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não concordo. Qualquer coisa que fale de aglomeração, não usar álcool, não usar máscara e negar vacina são coisas que não têm nenhum sentido no ponto de vista sanitário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dr. Barra Torres, sobre portos e aeroportos, é verdade que o senhor chegou a recorrer ao Presidente Bolsonaro contra decisão do então Ministro Mandetta que queria a suspensão de novos cruzeiros no Brasil enquanto se mantivesse o estado de emergência? Ao mesmo tempo também, quais as medidas sanitárias que a Anvisa tomou no início da pandemia em relação a portos e aeroportos? E por que não houve essa sugestão por parte da Anvisa acerca da suspensão de voos do exterior quando do início da pandemia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – As medidas sanitárias de portos, aeroportos e fronteiras, eminente Senadora, foram tomadas e graduadas no decorrer da pandemia. Então, obviamente, houve uma fase inicial em que a própria Organização Mundial de Saúde – o Ministro Mandetta inclusive citou isso –, durante 45 dias, não emitiu nenhuma orientação quanto à restrição. Muito pelo contrário – eu tenho aqui –, a Organização Mundial de Saúde dizia: "Não há que se restringir nem cargas, nem pessoas". Isso no início da pandemia.

Nesse momento, contrariando o que a OMS preconizava, a Anvisa não concordou e foi além. Então, nós instituímos, naquele primeiro momento, protocolos de ação do nosso pessoal de portos, aeroportos e fronteiras, com comunicação a todas as empresas aéreas, para que buscassem identificar, no interior das aeronaves, quaisquer pessoas, passageiros que, porventura, apresentassem qualquer sinal que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levasse a supor um estado gripal e, por conseguinte, um possível estado de Covid-19; comunicação ao comando da aeronave; comunicação do comando da aeronave, por rádio, com o aeroporto onde se destinava o pouso. Com a chegada dessa aeronave, a mobilização da equipe, tanto da Anvisa quanto do centro de investigação epidemiológica e vigilância sanitária local, Cievs – que não são órgãos federais; são órgãos das vigilâncias sanitárias locais –, para que um eventual passageiro, se avaliado de acordo por essa equipe, fosse, então, conduzido ao Cievs para testagem e monitoramento pelo Cievs e identificação de todos os contactantes e procedimento de acompanhamento semelhante. Isso numa época em que não se preconizava pela OMS nenhum tipo de medida – nós já atuávamos dessa maneira.

No transcurso do início do evento pandêmico, da sua decretação até a presente data, só em termos de abordagens em aeronaves e ações em aeroportos, é de praticamente 30 mil o número das ações de abordagem da Anvisa nesses casos.

Com a evolução do cenário internacional e com a evolução do quadro de pandemia, nós fomos aumentando o rigor, a ponto de que hoje, por exemplo, todo tráfego marítimo de turismo, por exemplo, está bloqueado no Brasil. Houve o final da temporada naquela época. Tentou-se imaginar uma possibilidade. Eu recebi vários pedidos de audiência de setores da área náutica de turismo em agosto do ano passado, quando se pensava na possibilidade de voltar através de uma queda da primeira onda...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... e dissemos "não". Então, mantemos fechado até hoje.

A área terrestre se mantém fechada exceto para cargas, guardadas particularidades muito pontuais, locais, das cidades espelho ou de acordos binacionais ou de ações humanitárias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – E, na questão aérea, eu tenho aqui a data: quando nós efetuamos a restrição de todo e qualquer voo internacional que pousasse no Brasil; e também, mais recentemente, falando agora do final do ano passado e início desse ano, as recomendações para restrição total de voos do Reino Unido, da África do Sul; e, agora, a última recomendação, em relação à Índia.

Agora, era interessante notar, Senadora Eliziane, que acordo à Lei 13.979, de 7 de fevereiro de 2020, a Anvisa tem papel assessorial nessa tomada de decisão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ela assessora três ministérios inicialmente: Saúde, Justiça e Infraestrutura. Depois, houve o acréscimo da Casa Civil, enquanto perdurou essa configuração de grupo interministerial.

Mais recentemente, a Anvisa deixou de fazer parte do grupo titular, que é esse grupo agora que tem altíssimas autoridades brasileiras, onde está, inclusive, o Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, e a possibilidade de chamar entidades para participar. Então, nessa última configuração, a Anvisa ainda não tomou parte.

Agora, ao longo da pandemia, foram diversas ações de controle de fronteira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo.

Presidente Barra Torres, o nosso tempo é muito limitado. Eu queria que o senhor me respondesse apenas a seguinte pergunta.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** "Sim" ou "não", até porque o meu tempo já praticamente foi embora.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Vou tentar ser objetivo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor chegou, de fato, a recorrer ao Presidente da República em relação a essa possível decisão do Ministro Mandetta de suspensão de novos cruzeiros para o Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Em que época isso, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, veja bem... Temos a informação de que o Ministro Mandetta teria, durante a sua gestão como Ministro da Saúde, pedido...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, é só para situar. É lá no início então?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Isso.

A suspensão de novos cruzeiros no Brasil...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E o senhor teria recorrido ao Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... da República para que essa decisão não fosse tomada?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. O que aconteceu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Agora eu acho que entendi qual é o episódio a que V. Exa. se refere.

Houve, numa reunião dos grupos, porque naquela época... Nós estamos falando muito no início, eu tenho dúvida se já... Não, já havia o grupo interministerial de enfrentamento porque ele é de fevereiro, ele é de 07 de fevereiro.

Houve uma decisão tomada, numa determinada tarde – à tarde –, quanto a uma suspensão imediata de cruzeiros marítimos – imediata, ou seja, decisão tomada às 16h para cumprir naquele exato dia. Instalou-se um caos no setor de navios no Brasil. A própria autoridade marítima brasileira, que é a Marinha, precisa ser avisada disso, porque isso, sem um universo de horas ou pelo menos de dias – seria o ideal – para que isso se desse, isso causa o que acabou causando naquela noite. E eu comecei a receber uma série de informações dos portos controlados pela Anvisa de situações como: pessoas, por exemplo, na prancha para embarcar no navio de turismo e tendo que tirar a bagagem e descer.

Então, naquela... Foi uma tarde/noite. Houve uma série de telefonemas, inclusive conversei com, na época, o Secretário Executivo João Gabardo sobre isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo. Mas, Presidente, a pergunta é direta...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O meu tempo está acabando.

O senhor chegou a recorrer...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... ao Presidente da República, pedindo que essa suspensão não ocorresse?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Em absoluto. Eu recebi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Tudo bem.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

Bom, desculpa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, não. Eu gostaria de ouvi-lo o dia inteiro, mas, infelizmente, o meu tempo é muito curto.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, está bem. Eu entendo. Perfeito. Eu entendo, Senadora. Eu entendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A minha outra pergunta é referente... Causou-nos muita estranheza, por exemplo, termos o Secretário de Comunicação do Governo tratando, na linha de frente, acerca da negociação, por exemplo, com a Pfizer em nome do Governo, em detrimento, por exemplo, do Ministério da Saúde e até mesmo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O senhor também acha estranho? E a minha pergunta direta: o Secretário de Comunicação também chegou a tratar com o senhor em relação à questão da Pfizer?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não. Nunca. Os contatos foram muito rápidos com ele e não tratamos de nenhum assunto da minha área.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo.

Nós estamos acompanhando agora, Presidente, acerca da produção da primeira vacina para a Covid-19, a ButanVac, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Em junho seriam produzidas 40 milhões de doses. E registre-se que a ButanVac, após acordo com universidades americanas, está produzindo a própria matéria-prima, portanto, o IFA, mas a Anvisa ainda não autorizou, por exemplo, testes em humanos. Eu pergunto o seguinte: hoje, qual seria o principal entrave para que a gente ainda não tenha uma resposta em relação a esse teste? Ao mesmo tempo, também, o Presidente Bolsonaro é informado pela Anvisa quando precisa decidir sobre pendências do Instituto Butantan?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Olha, a primeira pergunta é sobre a questão dos entraves da ButanVac. Eu gostaria de citar aqui, já que estamos falando de entraves, a vacina Versamune também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são dois protocolos de vacinas ditas genuinamente nacionais a serem produzidas aqui no Brasil. Os dois protocolos neste momento estão com discrepâncias a serem atendidas pelos desenvolvedores, tanto o Butantan quanto o desenvolvedor da Versamune. Então, no momento o nosso tempo para responder está travado – o cronômetro, digamos assim –, à espera desses documentos.

Eu não seria capaz aqui, agora – não me preparei para isso, mas posso encaminhar para a senhora, se assim for o desejo –, de dizer quais são os problemas que cada uma está apresentando. Mas isso é normal dentro do processo. Com todas as outras cinco foi assim também. Há uma dúvida? Manda documento, responde. Sanou? Prossegue. Então, podemos encaminhar à senhora.

Agora, quanto à segunda pergunta que a senhora faz, eu sempre respondi perguntas que me foram feitas, claro – não tenho por que... –, em relação a procedimentos da agência, não só em vacina como em qualquer outro tema – e sem nenhuma em particular. Então, houve ocasiões em que o Presidente perguntou: "Como é que está o protocolo da AstraZeneca? Como é que está isso? Como é que está aquilo?". E eu sempre disse.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Presidente fez pergunta especificamente sobre a ButanVac?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, sobre a ButanVac, não. Nem ButanVac, nem Versamune, nenhuma das duas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

Presidente, nós tivemos aqui algumas informações de que poderia estar acontecendo, por exemplo, um governo paralelo. Presença de pessoas que não integram o Governo em algumas reuniões do Governo. O senhor chegou a participar de reuniões com a equipe do Governo, em que havia presença de não integrantes do Governo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, absolutamente. E não tenho nenhuma participação, como já disse aqui, em assuntos de saúde. Eu entendo que sobre assunto de saúde quem fala é o Ministro. A minha área é a área regulatória. Então, sobre esse tipo de colocação que eu tenho visto na imprensa, de que existiria... Eu não tenho, nem a Anvisa tem nenhuma participação assessorial, de decisões ligadas à área do Ministério da Saúde ou paralela à área do Ministério da Saúde, em momento algum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor confirma que não esteve presente em nenhuma reunião técnica, com membros do Ministério da Saúde, onde houvesse, por exemplo, mais diretamente a presença de algum dos filhos do Presidente da República?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nunca aconteceu com a minha presença. Eu tive várias reuniões no Ministério da Saúde: eu tive reuniões com o Ministro Mandetta – o Ministro Mandetta esteve na agência em duas ou três oportunidades –; com o Ministro Teich, foi muito breve, não chegou a acontecer; com o Ministro Pazuello chegou a acontecer. Mas não, reuniões de trabalho com presença de outras pessoas, principalmente essas que a senhora agora apontou, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A presença da Dra. Nise Yamaguchi nas reuniões se dava exatamente de que forma, de que maneira? E, ao mesmo tempo também, considerando aqui o meu tempo, o senhor tem informação de que ela atua como conselheira do Presidente da República quanto à defesa da cloroquina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Olha, eu não tenho a informação de que ela atue como conselheira, nem do Presidente, nem de quem quer que seja, mas ela é uma pessoa que sempre se posicionou favorável a essa tendência. Então, ela tem o nome dela muito ligado a essa substância, ao seu emprego, no caso da Covid-19. Agora, realmente, não é do meu conhecimento que ela seja uma conselheira ou uma pessoa que atue nesse sentido; não tenho esse conhecimento, se ela faz isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo. E, para finalizar, qual a sua opinião... A gente está num debate, inclusive, neste momento, no Congresso Nacional, acerca da licença compulsória temporária de patentes das vacinas para esse período. Qual a sua opinião sobre isso, Presidente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse é um tema riquíssimo, Senadora, difícil. Não tem resposta fácil, mas eu vou tentar ser rápido para usar o tempo a que a senhora tem direito. Eu entendo, Senadora, que, para uma patente ser quebrada, precisa ter um objetivo isso. Então, vou dar um exemplo bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode ficar à vontade.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado. Muito obrigado, Senador Randolfe.

A vacina da Pfizer, por exemplo, é uma vacina de altíssima tecnologia. O Brasil não domina essa tecnologia. Tem algum sentido propor uma quebra dessa natureza? A meu juízo, não tem sentido. Não tem sentido porque quebra e não produz, não adianta nada. Agora, é importante que nós lembremos sempre as forças que estão mobilizadas nesse caso, porque é um empreendimento em que 7 bilhões, quase, de pessoas querem todas o mesmo produto. E os fabricantes desse mesmo produto são poucos. Portanto, a defesa dessas patentes, a defesa desse direito de, obviamente, com total justiça, auferir seus lucros, é uma defesa muito pesada. Agora em termos humanistas – em termos humanistas –, se há a possibilidade de determinado país efetuar uma quebra de patente, produzir e vacinar essas pessoas, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médico, como ser humano, não vejo por que não. Agora, gostaria de deixar claro: não é um tema regulatório. Então, a Anvisa não tem manifestação nesse sentido. Isso não é tema regulatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E, para finalizar, minha última pergunta: os cargos de direção da Anvisa, o critério para esses cargos é um critério técnico ou passa por algum tipo de avaliação de membros do Governo, especificamente pelo Presidente da República?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A indicação, Senadora, é sempre uma mensagem do Presidente da República ao Senado Federal, à Comissão de Assuntos Sociais, para que haja a sabatina. Esse é o mecanismo. Nós temos hoje, no nosso quadro de diretores da Anvisa, com muito orgulho, dois representantes da área técnica da agência, servidores de carreira: Dra. Meiruze Sousa Freitas e Dr. Romison, que já vêm trabalhando... Por exemplo, o Dr. Romison ainda é diretor substituto. Ele já vem no enfrentamento da pandemia por três períodos consecutivos de seis meses, porque ele constava da lista tríplice, como também Dra. Meiruze. Quando não há uma indicação imediata – e isso aconteceu –, para que a agência não pare, ela emite uma lista tríplice. Essa lista tríplice é enviada ao ministério. Para cada cargo vacante, essa lista tríplice vai ao ministério e do ministério vai à Casa Civil. Aí é feita uma escolha, e esse critério de escolha é um critério que não pertence à agência. Esse é o regramento vigente hoje no Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

O próximo inscrito, que falaria pelo sistema remoto, é o Senador Tasso, mas S. Exa., parece-me, declinou... Se S. Exa. o Senador Tasso quiser se manifestar, basta fazer o registro aqui junto à secretaria, que lhe passarei a palavra de imediato.

Então, o Senador Humberto tem 15 minutos para fazer seus questionamentos ao depoente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Sr. Presidente da Anvisa, é importante nós situarmos aqui que V. Exa. está aqui como Presidente da Anvisa, mandatado. V. Exa. não é do corpo técnico da Anvisa. Portanto, aqui, nós não estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

julgando a Anvisa nem seus técnicos. Aliás, nem estamos julgando V. Exa. V. Exa. é tão somente uma testemunha.

Fiquei muito feliz por saber que existe alguém no Governo – de toda sorte, a agência é vinculada ao Governo – que condena a prática do Presidente da República de fazer aglomerações, de andar sem máscara e de disseminar o vírus. Aliás, a estratégia do Presidente da República e do seu Governo, desde o início, é disseminar a Covid-19, na expectativa de conseguir que 70% – ele fala esse número cabalístico – da população sejam contaminados e que, com isso, se estabeleça a chamada imunidade natural coletiva ou de rebanho. Isso, para mim, é a tese do Governo. O Governo expôs o povo brasileiro à doença e à morte, cometendo um crime de dolo eventual, porque sabia que poderíamos chegar a isso.

O senhor concorda com a ideia da imunidade de rebanho? Sim ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É mais uma divergência de V. Exa. com o Presidente da República.

Fico feliz que V. Exa. tenha se arrependido não só de ter participado de um ato contra a liberdade, contra a democracia – o que já era razão suficiente para censurá-lo, mas V. Exa. se arrepende –, mas se arrependeu também de ter transgredido o Código Penal em dois pontos importantes, ou melhor, três pontos: por promover perigo para a vida ou a saúde de outrem; por ter infringido medida sanitária preventiva ao participar de aglomeração; e, terceiro, por causar epidemia.

Então, eu, sinceramente, fico feliz por ter encontrado alguém nesse Governo que considera que as atitudes do Presidente da República são absolutamente equivocadas.

Mas, Sr. Presidente, eu queria perguntar a V. Exa. o seguinte. Primeiro, o Presidente do Butantan vem aqui na semana que vem. Ele tem outra versão do caso. Assim como a representação da Sputnik estará aqui também na semana que vem. Nós vamos ouvir outra versão. Eu vou, depois, perguntar a V. Exa. sobre isso.

Quem informou o Presidente da República de que teria acontecido aquele evento adverso de uma morte durante a realização da Fase III da CoronaVac? Foi V. Exa. ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse evento adverso, Senador, foi publicado no portal da Anvisa, naquela mesma noite.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não foi V. Exa. que pessoalmente comunicou a ele, não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Vou chegar lá, Excelência. Foi publicado no portal da Anvisa naquela mesma noite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Rede Globo, através do portal G1, inclusive, também efetuou a mesma notícia naquela noite, tornando-se, portanto, uma notícia pública. Inclusive, o próprio Dr. Dimas, que virá aqui durante esta semana, ele certamente poderá confirmar isso porque também ele próprio relatou que teve acesso pela imprensa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado. Entendi que não foi V. Exa. que reservadamente informou o Presidente. Ele deve ter tomado contato pela própria mídia.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foi público. Desculpe-me, Senador. Como tentamos fazer, todos os atos da Anvisa a gente publica no portal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro, V. Exa. agiu corretamente.

Mas eu pergunto, ao ter a informação do que aconteceu, ele disse: "Morte, invalidez, anomalia, esta é a vacina que o Doria queria obrigar a todos os paulistanos tomá-la. O Presidente disse que a vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha."

Depois, em janeiro de 2021 – aquela primeira afirmação foi em novembro de 2020 –, o Presidente diz, depois que foi dito que a eficácia da CoronaVac era de 50,38%: "Essa de 50% é uma boa?", e diz que João Doria estava desmoralizado pela baixa taxa de sucesso da sua vacina.

O senhor acha que esse tipo de fala do Presidente da República, essas dúvidas que ele levantou sobre diversas vacinas ajudam o processo de enfrentamento à pandemia ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu entendo que não ajuda, Senador, e coloca esse tipo de declaração na conta de uma verdadeira guerra política que se instaurou num tema que deveria ficar eminentemente na área da ciência. Como V. Exa. sabe, o evento adverso grave que ocorreu não envolve nem deformidade nem nenhum tipo de transformação, foi um óbito, foi uma morte.

Então, é bastante específico e pontual. Agora, quando isso vem num cenário de forte ação política de ambos os lados – se é que se pode dizer lados, partes envolvidas, que, na verdade são inúmeras – chegamos a uma situação ruim, onde a ciência acaba se misturando com a área política, não é adequado. A política é muito boa para as áreas políticas, não para as áreas da ciência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Parabéns! Eu acho que o Presidente deveria ouvir muito mais o senhor, viu? Parabéns pela sua opinião aqui. Está mostrada uma cisão dentro da cidadela bolsonarista e eu o parabenizo, com toda certeza.

Eu pergunto: o Presidente da República – nem ninguém do Governo – nunca o pressionou nem para antecipar nem para retardar qualquer tipo de avaliação de medicamentos ou vacinas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O Presidente Bolsonaro tem mantido comigo uma conduta muito ética em qualquer ação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Ele nunca chamou a Anvisa de "minha Anvisa", não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, ele defende sempre a Anvisa. Nesse ponto, como Presidente da casa, eu tenho que agradecer as referências que ele sempre faz, muito elogiosas, aos servidores – e isso é uma realidade, está na imprensa, inclusive –, que ele sempre faz. Agora, naquilo que tange à influenciação – "faça isso, faça aquilo, dê esse parecer ou não dê esse parecer" –, o Presidente nunca o fez, Senador, nunca o fez.

Acredito também, Senador, que a minha forma de ser é muito transparente. Então, não há possibilidade desse tipo de coisa comigo, mas, ainda que eu...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu não teria nenhuma dificuldade de liberar o seu sigilo telemático, de WhatsApp...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não há nenhum problema, eu não tenho...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O Presidente nunca fez pressão?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, nunca fez nenhum tipo de pressão e, se o fizesse, Senador, não só o Presidente, como qualquer Governador, Senador, Deputado ou quem quer que seja, a minha conduta... Eu estou aqui para me pautar numa linha...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Parabéns!

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Se eu ficar tergiversando para lá e para cá, não tem linha, vira uma sinuosa, não existe...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Isso é muito importante, inclusive porque é uma conduta completamente diferente da do Ministro da Saúde, que veio aqui e ficava o tempo inteiro: "Eu não vou fazer juízo de valor", "Eu não vou dizer se está certo usar máscara ou não", "Eu mandei fazer um estudo para ver a cloroquina". Está claro, mais do que nunca, que o Dr. Queiroga tem que voltar aqui, tem que voltar aqui!

Agora, V. Exa. também tem sorte... Sorte, não, V. Exa. foi aprovado pelo Congresso...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O senhor estava lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... mas eu acho que, se V. Exa. não tivesse mandato, V. Exa. não continuaria a partir de amanhã, a julgar pelo Presidente da República.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por último, eu queria fazer uma última colocação, mas aí não é um julgamento contra V. Exa., é um julgamento do Presidente da República que eu estou fazendo aqui. Eu queria só fazer minha última pergunta.

Olhe, me desculpe, eu respeito muito o corpo técnico da Anvisa, inclusive há pessoas na Anvisa que sabem do meu esforço para se tentar encontrar um consenso técnico para se liberarem todas as vacinas que são colocadas aqui, mas, me perdoe, vou fazer uma crítica construtiva. Eu acho que o detalhamento que V. Exa. trouxe hoje da análise que a Anvisa fez sobre a vacina Sputnik... Eu não sei se é adequado, até porque há um processo de continuidade, há um pedido de recurso, tanto da União Química quanto do Consórcio Nordeste.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. também não disse que são dois processos diferentes: a União Química fez um pedido de autorização emergencial...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É diferente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... o Consórcio Nordeste fez um pedido de liberação excepcional para importação, que requer meramente um relatório técnico...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Que não veio...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... sobre o qual há muitas divergências. Como a Sputnik vem aqui, nós vamos ouvir, mas eu me permito fazer essa consideração, até porque o Presidente da Anvisa, quando faz esse detalhamento, termina por levantar uma aura de desconfiança sobre a vacina que não está comprovada.

V. Exa. falou, por exemplo, na Argentina. Semana passada, saiu uma avaliação do Ministério da Saúde da Argentina de que com a Sputnik, nos casos que foram levantados, apenas 0,2% das pessoas tinham sido acometidas pela doença depois de terem sido vacinadas e que o percentual dos mortos era de 0,0005%. Então, eu não estou querendo aqui contestar o que V. Exa. disse, estou querendo dizer apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que V. Exa. precisa ter mais cuidado, faltam informações, ainda precisamos fazer esse esforço. Eu fiquei muito feliz quando V. Exa. disse aqui que esse esforço está sendo buscado.

Às vezes há uma diferença cultural tão brutal, que eu estou dizendo "a" e o outro está entendendo "b", e eu espero que se resolva, sabe por quê? Porque são 66 milhões de doses de vacinas encomendadas. Se elas já estivessem sendo administradas, nós estaríamos salvando vidas. Veja, por exemplo: lá na Europa, a AstraZeneca... Alguns países resolveram suspender a utilização da AstraZeneca, porque houve alguns casos de coagulação sanguínea. E qual foi a decisão da agência central? Foi dizer o seguinte: o benefício que se pode ter prejuízo é muito maior! A quantidade de pessoas que, sem tomar aquela vacina, pode morrer pela Covid-19 é muito maior do que as que podem ter um problema de coagulação. Então, temos que levar isso em consideração.

Mas V. Exa. disse aqui uma coisa muito importante, Sr. Relator. Ele foi perguntado por V. Exa. se o Ministério da Saúde está fazendo alguma gestão para que todas as vacinas venham a ser aprovadas, e S. Sa. disse que não. E repetiu. V. Exa. perguntou duas vezes, e ele disse que não. E o próprio Ministro da Saúde disse aqui que não, diferentemente, por exemplo, do Ministério da Saúde, quando, em 2020, nós tivemos um risco de não termos imunoglobulina para atender ao SUS, para atender à população brasileira, e não havia registro da imunoglobulina chinesa. E ela foi aprovada, inclusive por unanimidade, porque houve esse esforço de construção de um consenso técnico para isso. Ia faltar para atender à população.

Naquele momento, foi o Ministério da Saúde... Eu tenho aí muitas divergências com o Ministro Mandetta, com a gestão dele, mas ele assumiu a frente, o ministério assumiu a frente para que isso se resolvesse. O Ministério da Saúde do Brasil encomendou 10 milhões de vacinas da Sputnik, encomendou mais não sei quantos milhões de vacinas da vacina indiana, e não faz nada, não faz nenhuma articulação... Não é para passar por cima dos técnicos da Anvisa, não, mas para procurar construir essa situação de consenso técnico.

Há pouco tempo, a ideia de fazer a Fase III no Brasil era uma coisa fundamental. Exigia-se e ninguém admitia aprovar um remédio na Anvisa que não tivesse uma Fase III com os brasileiros. E tem razão. Nós temos uma conformação genética diferente. É logico que tem razão. Mas, em meio a uma pandemia, em meio a uma situação como esta, a Anvisa tomou a decisão correta: "Não, se foi aprovado em tal lugar, vamos então aqui também levar em consideração; vamos analisar o estudo, enfim...". Então, essa questão eu considero bastante importante, bastante relevante.

Eu me considero satisfeito com as questões que V. Sa. respondeu e faço uma última pergunta, que diz respeito exatamente... Lógico, eu não quero que V. Sa. antecipe nenhum julgamento, mas pelo menos do sentimento que V. Sa. tem: será possível nós termos em breve a Sputnik à disposição dessas 33 milhões de pessoas que podem ser beneficiadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu peço a Deus, Senador, que os desenvolvedores russos estejam com a mesma vontade que nós estamos de ter essa vacina aprovada. Nossa vontade de encontrar soluções é total. Eu espero que eles deixem um pouquinho o discurso do processo, de que vão nos processar, vão mover ações contra nós e apresentem argumentos científicos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Está errado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A nossa disponibilidade de trabalho é imediata e ela é plena, Senador. Fique muito tranquilo quanto a isso. Se houver a possibilidade, o Brasil patenteará através da Anvisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu queria só aproveitar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Caso seja também do interesse da CPI, eu posso deixar aqui toda a documentação que temos a respeito da CPI, da Sputnik, perdão. São 600 páginas aqui impressas, fazendo a ressalva de que aqui há propriedade industrial e uma série de outros itens. Está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente. Peço à Secretaria para fazer o registro, autuar o recebimento da documentação por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O próximo inscrito, Senador Eduardo Girão. V. Exa. tem 15 minutos à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) **–** Muitíssimo obrigado, Presidente desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues.

Seja muito bem-vindo, Dr. Antonio Barra Torres. O senhor tem respondido de forma objetiva, com muita transparência, o que lhe é peculiar. Outras vezes que o senhor esteve aqui no Senado também foi dessa forma. E eu tenho algumas perguntas aqui para fazer para o senhor no estilo Pinga-Fogo, programa que existia na TV Tupi na década de 70.

E é o seguinte. Ficou muito claro aqui para nós, e o senhor deixou isso evidenciado, que a Anvisa é um órgão de Estado. É uma instituição de Estado e não de governo. Isso é uma coisa que realmente é importante que fique muito clara, e a gente vê isso aqui. Eu lhe pergunto: o processo de análise técnica e aprovação de vacina segue um protocolo reconhecido internacionalmente. A Anvisa faz isso de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica. Considerando esse referido protocolo, pode-se dizer que houve retardo na análise das vacinas AstraZeneca e CoronaVac? E eu já emendo com a pergunta: ou o senhor considera que houve atraso na entrada dos pedidos pelas farmacêuticas para aprovação das referidas vacinas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Eminente Senador Eduardo Girão, eu entendo que nem uma coisa, nem outra coisa; nem houve atraso das empresas, nem atraso da Anvisa.

As empresas todas mantinham conosco uma fase chamada pré-submissão. São reuniões em que a equipe técnica da Anvisa e a equipe técnica do desenvolvedor conversam. Para quê? Para que, na hora de entregar os documentos, os dossiês, eles estejam os mais corretos possíveis. Então, há essa fase.

Depois que protocolou, a Anvisa foi recordista mundial na questão do uso emergencial que V. Exa. citou da CoronaVac e da AstraZeneca. Nós fizemos esses dois protocolos emergenciais em nove dias. O Reino Unido fez um protocolo em nove dias. Então, tanto o setor regulado produtor de vacinas quanto a Anvisa, acredito que tenham feito o melhor, o que era possível fazer de ambos os lados em termos de celeridade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Considerando os objetivos da Anvisa e os trabalhos realizados por ela, eu lhe pergunto: a agência tem sofrido... Porque a gente sabe do mercado bilionário que se move de indústria farmacêutica. Não é brincadeira, é uma das indústrias mais poderosas do mundo, que tem um *lobby* atuante.

A agência tem sofrido *lobby* dessas empresas? Aprovação de vacinas, de medicamentos, como a gente teve um medicamento de altíssimo custo, que é o remdesivir... Eu lhe pergunto se tem, de alguma forma, a presença de Parlamentares envolvidos nesse eventual *lobby*. Eu lhe pergunto sobre isso. Se, sim, o senhor poderia citar algumas empresas ou eventuais Parlamentares que fazem ou que fizeram esse *lobby?* É por conta desse *lobby* que o tratamento imediato ou precoce é tão combatido aqui no Brasil, já que é um procedimento antigo de médicos? Eu queria entender... Ou é a politização em cima de medicamentos por declarações de autoridades públicas que erraram, no meu modo de entender, como o Presidente da República, em mostrar remédios? Eu lhe pergunto se isso deixou turvo o debate em torno de medicamentos que existem há décadas no Brasil.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu considero, Senador, que toda e qualquer pressão diferente do clamor natural das pessoas por soluções... Eu tenho sempre dito isto: qual é a maior pressão que a Anvisa sofre? São 410 mil mortos. Essa é a maior pressão que a Anvisa sofre. Só que, evidentemente, essa questão foi politizada muito cedo e permanece politizada.

O diretor, que está numa esfera de decisão um pouco mais alta, recebe as informações, os subsídios do processo de decidir, de tomada de decisão das áreas técnicas, que são os servidores de carreira. Esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidores já ultrapassaram há muito tempo o limite de renúncias que eles têm a fazer, já renunciaram a tudo. É um sacrifício. Não é diferente, claro, do enfermeiro, do motorista de ambulância, do médico que está lá no hospital. É toda uma coletividade que está ao máximo da sua capacidade e, quando sofrem colocações – e nós tivemos algumas colocações políticas muito ruins, acusatórias em relação aos servidores –, isso logicamente impacta no psiquismo dessas pessoas, que já está atacado pela doença, porque, tendo ou não tendo Covid, todos nós estamos sofrendo um ataque psicológico maciço, e aí vem um outro questionamento, muitas vezes de maneira agressiva, de maneira inadequada, que leva ainda a um estado muito pior de moral dos nossos servidores. Então, eu vejo que isso é muito ruim, isso é muito triste.

Para que os senhores tenham uma ideia, a hospitalização e a morte, é claro, já frequentaram e frequentam a Anvisa. Nós perdermos alguns já. Servidores que foram remanejados de locais voluntariamente – voluntariamente... "Olha, eu quero ir para porto, aeroporto e fronteira", que é onde se tem mais contato com pessoas, se arriscando ao contágio. "Eu quero ir porque eu sei que esse setor pode ser reforçado". Tudo isso nós tivemos.

Então, em que pese a discussão ser importante, a elucidação é muito importante, mas é claro, pressões outras que não a do motivo básico não somam, dificultam o processo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Então, essa questão de *lobby* de empresas, de Parlamentares...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não, não. Nós temos... Por exemplo, na minha agenda e na dos diretores tem "n" setores que solicitam reuniões, setor produtivo... E a gente vê nitidamente quem é, de fato, produtor e quem é lobista. O produtor vem e diz: "Eu sou o dono da empresa farmacêutica tal, eu tenho esse, esse e esse dossiê". Perfeito.

E as outras pessoas que às vezes tentam fazer *lobby,* a gente recebe e depois começa a dar, efetivamente, a prioridade que tem que ter, que, no meu modo de ver, no caso, é baixa. Para o *lobby*...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... não vejo necessidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria lhe perguntar também o que circulou no grupo de Senadores há cerca de um mês, sobre uma esperança com relação a um medicamento desenvolvido aqui, com pesquisadores brasileiros envolvidos, que tem um baixíssimo custo em relação ao remdesivir, por exemplo, que custa R$13 mil, isso para hospitais públicos... Mas a proxulatamida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Proxalutamida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** Isso. Inclusive, se eu não me engano, eu queria lhe perguntar se há pedido na Anvisa para liberação desse medicamento, porque eu presenciei debates que aconteceram na Câmara dos Deputados, semana passada, dizendo que pode estar turva a discussão desse medicamento no Conep (Conselho Nacional de Ética em Pesquisa), inclusive os desenvolvedores, os pesquisadores têm colocado muito isso.

O senhor acha que, de alguma forma, a guerra ideológica chegou ao Conep? E como é que está essa questão da Anvisa com relação a esse medicamento brasileiro?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A questão, Senador, se alguma guerra política ou ideológica chegou ao Conep eu não tenho como responder a V. Exa. Eu não tenho esse dado, eu não tenho um contato pessoal maior com os servidores do Conep, então eu seria incompetente para responder objetivamente a esse quesito.

Na questão que V. Exa. aponta da proxalutamida, a Anvisa foi procurada por um grupo de pesquisadores daqui do Brasil que têm contato com um pesquisador, que é estrangeiro – salvo melhor juízo, ele é estadunidense –, que teria o interesse de desenvolver no País um estudo duplo-cego, randomizado, placebo controlado para as ações da proxalutamida. Chegamos a fazer duas reuniões com esse grupo, em que passamos todo o regramento, tudo que é necessário, e esse grupo ficou de retornar. Um dos pontos que apresentamos foi, sim, a necessidade da interlocução com o Conep, porque, sem ética em pesquisa, absolutamente, não dá para fazer nada, a ética tem que prevalecer na seleção dos voluntários testadores, enfim, é fundamental. E esse grupo não voltou mais a contato conosco.

Eu queria deixar claro aqui para os eminentes Senadores e Senadoras que nós não temos nenhum preconceito contra nenhum tipo de possibilidade. Quando a ciência coloca preconceito, ela fecha os olhos e deixa de analisar coisas que eventualmente venham a ser boas. Nós tivemos uma série de pedidos de reuniões. Tivemos um grupo que nos apresentou um crachá eletrônico que combateria o vírus. Então, recebemos esse grupo, conversamos, analisamos, explicamos: "Olha, as possibilidades que os senhores têm para protocolar alguma coisa são essas". Um outro grupo, numa outra época, apresentou uma tinta de parede contra o mosquito da dengue. Recebemos, analisamos. Depois vem um outro grupo que trouxe um mosquito geneticamente modificado para combater a dengue. Então, chegou lá e disse "olha, eu tenho aqui alguma coisa de pesquisa científica brasileira, internacional e acho que vai poder ajudar pessoas", vamos fazer algumas reuniões, vamos passar o que precisar ter e vamos separar obviamente o que é ciência do que não é ciência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** Perfeito. Inclusive, eu tenho colocado aqui que a ciência está dividida com relação a esse tratamento dito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preventivo, precoce ou imediato. Eu, inclusive, espero que esta Comissão possa ouvir os dois lados, para que a gente busque a verdade sobre esse tema.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É interessante, Senador, se o senhor me permitir: houve, ao longo do tempo, desde quando começou a pandemia, no início, por exemplo, houve muita esperança em relação a hidroxicloroquina, logo no início, com muitos trabalhos sendo feitos ao longo do mundo. Isso, depois, meio que mudou o foco. Então, tivemos uma fase ali em se que falava mais em ivermectina; uma fase mais em nitazoxanida. Foram, digamos assim, possibilidades que, naquela época, principalmente 2020, tiveram peso, tiveram valor. Hoje, no mundo, tem estudos, ainda, que vão ser concluídos, em 2027, 2029, 2030, abordando alguns desses medicamentos, mas a sinalização que temos, neste momento, agora, é um pouquinho menos favorável, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Também parece que o tamiflu era desfavorável no início do H1N1; depois se mostrou eficiente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É, teve uma trajetória sinuosa; teve.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mais uma pergunta: uma reportagem do G1, no dia 7 de maio, diz que a Universidade Federal do Ceará desenvolveu uma vacina contra a Covid-19 e pediu autorização da Anvisa para iniciar testes em humanos, após sucesso nos testes em camundongos. A HH-120-Defenser, que é o nome da vacina, teria um custo muito baixo, em torno de 0,44 centavos por dose, segundo a reportagem do G1. Se levarmos em conta que temos 240 milhões de pessoas no Brasil, então, seriam necessários 480 milhões de doses. Isso significa que a imunização de todo o País, com duas doses, custaria pouco mais de R$21 milhões. A dose de vacina mais barata comercializada hoje é a CoronaVac, que custa R$16 cada dose; é uma diferença brutal.

Eu lhe pergunto: considerando esses dados extraídos na reportagem, o senhor poderia nos informar o estágio atual do processo de aprovação da HH-120-Defenser para testes em humanos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, eu estava até conversando agora com a minha assessoria, eu não tenho nenhum registro de memória, pelo menos, e acho que é um assunto tão relevante que, se, de fato, houvesse um protocolo conosco, eu o teria, obrigatoriamente, porque são 22,8% do PIB, mas a prioridade hoje é muito focada em vacina. Então, eu teria esse registro. Eu não tenho esse registro na minha memória, mas, se V. Exa. permitir, enviaremos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vou lhe passar a matéria aqui.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não. Sim, senhor, enviaremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Os grandes laboratórios de vacina, como a Pfizer, por exemplo, têm a garantia legal da isenção de responsabilidade pelos efeitos adversos. A Pfizer só aceita comercializar a vacina se o ente público assumir o pagamento de quaisquer indenizações que sejam pleiteadas por pessoas prejudicadas pelos efeitos colaterais decorrentes da vacina.

A Lei nº 14.125, de 2021, em vigor desde 10 de março de 2021, em seu art. 1º, autorizou expressamente que a União, os Estados, o DF e os Municípios assumam essa responsabilidade. A Pfizer também impôs que só irá comercializar as vacinas para o Poder Público, porque está garantida a isenção de responsabilidade. Eu queria... Inclusive, há um requerimento meu hoje sobre esse assunto, chamando a AGU também, para que a gente possa entender esse despacho, essa orientação dela. Mas a Anvisa poderia ter feito algo com relação a essa situação da Pfizer, é isso que eu queria lhe perguntar, para facilitar a entrada dessa vacina no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, essa vacina, ela está registrada por nós. Então, em havendo por parte do Ministério toda a efetivação da negociação, conforme, aliás, vem sendo noticiado que isso tem avançado, eu acredito que não haverá nenhum tipo de óbice, porque o registro já tem, ela é uma vacina registrada no Brasil. Houve, lá numa fase mais inicial, uma alegação da Pfizer, inicialmente, de que os nossos parâmetros regulatórios eram rigorosos e eles não teriam vontade de efetuar qualquer protocolização aqui no Brasil. Logo depois, quando nós flexibilizamos tudo isso, e foi um momento em que esperávamos que fosse haver ali a chegada desse fabricante, ele não chegou. Depois, houve uma colocação também – não foi por documento oficial, mas isso foi noticiado – de que a Pfizer esperaria uma sinalização de compra efetiva para então efetuar a submissão à Anvisa. Tudo isso é passado. Tudo isso já aconteceu. O fato é: depois que houve a submissão, nós efetuamos a análise, efetuamos o registro e, agora, inclusive, ela já está sendo utilizada. Já temos notícia, no Rio de Janeiro, por exemplo, de que já há pessoas vacinadas com Pfizer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Eu quero agradecer, Sr. Presidente. Me considero satisfeito com as respostas.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Senador Otto Alencar, o senhor tem 15 minutos, com a tolerância deste Presidente. O depoente está à sua disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só, antes, queria só determinar à Secretaria que todos os documentos repassados pelo Sr. Barra Torres sejam colocados no cofre da CPI sob o sigilo desta Comissão Parlamentar de Inquérito. No momento oportuno, a direção desta CPI vai estabelecer o protocolo para que as senhoras e os senhores membros da CPI possam ter acesso aos documentos, até pela recomendação que V. Exa. deixou sobre os documentos em relação à Sputnik.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É exatamente nesse sentido, Sr. Presidente, que eu queria enfatizar, muito importante: aquele documento sobre o evento da CoronaVac, ali, traz dados de um cidadão brasileiro que precisam ser preservados eticamente. Então, seriam sob sigilo. E bem aquele dossiê maior que é o teor total da Sputnik.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente. Então reitero: determino à Secretaria da Comissão que sejam autuados os documentos no cofre da Comissão Parlamentar de Inquérito sob o sigilo devido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senador Otto Alencar, 15 minutos para V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** V. Exa. vai contar o meu tempo a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente e com toda a tolerância desta Presidência, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) **–** Dr. Barra Torres, é um prazer conhecer o senhor, meu colega.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu nunca tinha estado antes com o senhor em momento nenhum.

Ouvi aqui as suas colocações e começo questionando com a seguinte pergunta: no dia 27 de março de 2020, o senhor encaminhou um protocolo ao Hospital Einstein para estudo da hidroxicloroquina. Confere?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) **–** Confere.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** No dia 4 de abril de 2020, o Presidente da República Jair Bolsonaro, dando uma entrevista ao Datena, no ar, disse que a Anvisa tinha protocolo, e disse exatamente assim: "Liguei há pouco para o Barra e ele já me respondeu que manda imediatamente o protocolo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anvisa para o tratamento da hidroxicloroquina". Eu pergunto: quem está com a verdade, o Presidente ou o senhor? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: o senhor tem conhecimento do Parecer Técnico 7.440, de 2021, que foi exarado pelo Presidente da CTNBio, Dr. Paulo Augusto Barroso, do órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia responsável pela biossegurança no nosso País? E esse parecer técnico é textual quando, na análise provocada pela União Química Farmacêutica Nacional – textual –, ele diz que considera que

> as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente [...] [e da] saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa [...] [de nenhum problema para a] saúde humana.

Ou seja, a vacina Sputnik, segundo o parecer técnico do órgão de biossegurança do País – do País! –, o responsável por isso, disse que, pela análise, não existe nenhum problema quanto à biossegurança. Ou seja, essa questão do adenovírus replicante aqui foi rebatida. O senhor concorda, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Então o senhor discorda do órgão do Governo mesmo? O senhor discordo do órgão de biossegurança, que é a CTNBio.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – São situações diferentes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, não... Discordo de V. Exa.

Terceira pergunta: considerando que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O senhor não quer que ele responda uma por uma (*Fora do microfone.*)

em vez de fazer todas?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pode ser.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Talvez fosse melhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sabe por quê? Senão, ficam muitas perguntas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pode responder às duas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A questão do CTNBio...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não. A primeira foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O senhor prefere pela ordem cronológica?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Exatamente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A primeira, Senador, o que houve de aprovação de protocolo foi protocolo de pesquisa, de estudo aqui no Brasil; não de uso. Os protocolos de uso já havia no ministério, mas aí é uma questão do ministério. Quanto à Anvisa, ela não aprova protocolos de uso em lugar nenhum. Ela aprovou naquele caso relativo ao Hospital Israelita Albert Einstein protocolo de pesquisa e, salvo melhor juízo, não foi um só não. Teve também um grande estudo chamado Coalizão V. O estudo Coalizão V previa fase leve, moderada e grave. A fase moderada e a grave já se encerraram e não mostraram resultados satisfatórios. A fase leve tem data de encerramento em 31 de dezembro do corrente ano, 2021. Jamais aprovamos protocolo de tratamento com medicação *off-label*. A Anvisa não trabalha em absoluto com *off-label*. Eu quero crer que, conforme V. Exa. colocou, se foi essa frase, foi uma frase equivocada, porque não tratou de protocolo de tratamento em momento algum.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** A frase é do Presidente da República...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Que chama o senhor de Barra: "Barra, me mande o protocolo", e o senhor disse, de pronto: "Vou mandar". A frase não é minha. Não atribua a mim aquilo que o Presidente da República falou.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não estou atribuindo ao senhor. Estou dizendo a frase que V. Exa. relatou. Não estou atribuindo ao senhor não. Mas o fato foi esse: é protocolo pesquisa e existe sim. Vai concluir em 31 de dezembro de 2021 para casos leves.

A outra questão que V. Exa. apontou do CTNBio, essa é uma análise de todo e qualquer organismo geneticamente modificado que adentra Território nacional. Esse é o órgão competente para dizer se o adentrar Território nacional desse tipo de material está dentro dos padrões de segurança internacionais que não comprometem qualquer seguridade sanitária brasileira. Isso é uma coisa.

E é muito importante esse dado – aliás, eu gostaria de dar esse depoimento –, é muito importante para a própria futura produção dessa vacina no Brasil, porque nós temos, respondendo aqui ao Senador Humberto Costa, que colocou... Eu realmente não tive a chance de citar isso naquele momento, mas há dois processos distintos de Sputnik: um é a importação, a autorização excepcional para a importação por parte de demandantes, que, em sua imensa maioria, são os Governadores do Nordeste e do Norte; e tem a Sputnik feita no Brasil, que é aquela que a empresa União Química está avançando para chegar lá.

Então, essa chancela da CTNBio é muito importante para o que se espera que seja feito pela União Química aqui no Brasil. Então, são coisas diferentes. Uma coisa não anula a outra. São diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu discordo de V. Exa., mas V. Exa. é o Presidente da Anvisa, é quem dá as ordens.

Considerando, Dr. Barra Torres, que a Anvisa não testou diretamente a vacina... Ela não testou a vacina, não é isso?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Teste de laboratório, microscópio, lâmina, não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não. Não testou então?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não. E não testa nenhuma outra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Nem solicitou a testagem a empresas especializadas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não é esse o processo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Também não solicitou?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não é esse o processo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Simplesmente se ateve à documentação existente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, nós nos ativemos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Só isso.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... mas não simplesmente, Senador. É o que fazemos no processo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Que, após a reunião ocorrida em abril e transmitida pela internet, a Anvisa recebeu correspondência oficial do Instituto Gamaleya, esclarecendo não apenas a inexistência do adenovírus replicante na sua vacina Sputnik, como também refutando a possibilidade da presença de qualquer adenovírus replicante em índices ditos seguros, consoante orienta a FDA, dos Estados Unidos. É uma agência americana que tem credibilidade. Não é isso mesmo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Como a nossa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pois é.

Que a vacina da Oxford/AstraZeneca, de igual tecnologia... A vacina Oxford/AstraZeneca é a mesma tecnologia da Sputnik, é a mesma da Sputnik. A diferença é que, na Oxford/AstraZeneca, o vírus é retirado de chimpanzés, não é isso mesmo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Adenovírus, chimpanzé.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pois é.

Foi aprovada pela Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foi.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Fazendo uma observação que hoje mesmo a Anvisa mandou cancelar a AstraZeneca em pacientes gestantes.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Exatamente. Então, tem risco.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Tem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Como tem a Oxford risco também.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Até que seja esclarecido que risco.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E V. Exa., inclusive, é médico do setor de angiologia; sabe que uma tromboembolia mata.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, claro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não é isso mesmo? Mata.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, claro, é mortal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Então, todas as duas têm efeitos colaterais que precisam ser observados e acompanhados...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Muito de perto, muito de perto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Muito de perto.

Mas foi aprovada pela Anvisa...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foi.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... tanto a de Oxford como a AstraZeneca, diante de eventos sérios, como eu acabei e citar ao senhor.

E pergunta é a seguinte: tendo a Anvisa avaliado dossiês regulatórios de outras vacinas, essa agência insiste em afirmar haver a presença de adenovírus replicantes em índices não seguros apenas na Sputnik V, mas não na outra que é a mesma tecnologia? A Anvisa passou lotado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E, de outra sorte, qual a razão de não ter sido dado o tratamento similar à vacina Sputnik V àquele atribuído, como eu falei, à Oxford/AstraZeneca e aceitar apenas a informação oficial do fabricante?

Questão segunda. Essa questão segunda, eu queria a acuidade e a atenção de V. Sa.

Na apresentação dos eslaides, a ser interpretados como manifestação técnica que fundamentou a decisão da Diretoria Colegiada da Anvisa, da Diretoria-Geral de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária, exatamente no eslaide nº 08, para ilustrar a proposta de inconsistência da vacina Sputnik V, documentada na literatura científica, foi inserida uma reportagem da revista *Science*, datada de 9 de abril de 2021, com a seguinte manchete, Dr. Barra Torres: "Última vacina russa chega envolta de grande dose de mistério". Isso aí foi considerado pela Anvisa como uma referência à Sputnik, e não era. Essa referência, Dr. Barra Torres, era feita à outra vacina russa, a EpiVacCorona, confere?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não tenho essa informação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Tem sim, mas é verdade.

Essa referência da revista é à vacina...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu não tenho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... EpiVacCorona...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... que é outra vacina que não é a Sputnik, mas, no momento, para desqualificar a Sputnik... E eu nem conheço o Embaixador russo e, se estivesse na Rússia, era opositor à Vladimir Putin, porque é um ditador. Então, eu gosto da democracia, seria oposição a ele. Não tem nada a ver com os russos, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. já teria sido preso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não tem problema, não. Uma prisão por patriotismo não me causa nenhum dano, tranquilamente.

Então, foi feita essa relação de forma incorreta, injusta à Sputnik V.

Pergunta: como manter a autoridade e credibilidade no posicionamento técnico da Anvisa quando se verifica um equívoco dessa gravidade, ainda mais quando o Instituto Gamaleya afirma que a Anvisa não soube ler a documentação entregue no que se refere à replicação do adenovírus e cometeu grave erro na interpretação com danos irreparáveis à vacina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, inclusive, acrescentar e não vou afirmar, mas, desde que a vacina Sputnik foi encaminhada à Anvisa – e foi uma das primeiras encaminhadas –, se postergou por muito tempo a análise dela. Veio se analisar agora, se postergou por muito tempo. E foi uma vacina cujo contrato foi assinado lá atrás com o consórcio do Nordeste. Então, eu não quero crer que essa discriminação odiosa contra os Estados do Nordeste continue no Governo e, sobretudo, seja contaminada a Anvisa.

No meu Estado, por exemplo, Dr. Barra Torres, eu luto, desde o início do Governo, para ter um empréstimo. E nós temos condição de tomar empréstimo. Nós estamos agora no espaço fiscal B, e o cerco implacável contra o meu Estado da Bahia pelo Governo é muito grande.

Então, eu não quero crer que V. Exa. permita... Eu vi que V. Sa. tem personalidade, tanto é que discordou do Presidente da República, teve altivez para discordar, um médico que não se rendeu, não se ajoelhou, não fez genuflexo à pressão do Presidente e discordou dele.

Era isso que eu queria perguntar.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, em relação aos métodos de análise da agência, eles são métodos realmente que não são laboratoriais, são métodos de análise de documentos que são fornecidos pelos próprios desenvolvedores. E essa foi a mesma técnica analítica usada em todas as vacinas – nas já aprovadas e naquelas que, porventura, ainda possam ser aprovadas.

Quanto à questão do vírus replicante, por exemplo, nós trabalhamos com as afirmações dos institutos. Essas afirmações têm de vir atreladas a todo um arcabouço que nos permita crer naquelas afirmações. Elas não podem estar desatreladas de toda a metodologia que levou até a construção daquele raciocínio. Isso estava presente na aprovação da AstraZeneca, mas não estava presente na aprovação da Sputnik, pelo menos na análise feita até aqui.

Como o senhor bem colocou, novos documentos foram acostados a esse processo e encontram-se sob análise. Não há nenhuma porta fechada, absolutamente, e a nossa preocupação é de não a levarmos a um rótulo de vacina que não seja boa, que seja ruim. Não queremos isso. Nós queremos, ao contrário, ter a convicção de aprovar vacinas boas, conforme essa própria tem condição de ser.

V. Exa. colocou a questão de um determinado eslaide que foi apresentado naquela coletiva que fizemos logo depois, no dia seguinte, salve melhor juízo, na terça.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Foi o 08.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não foi na terça, não; foi na quinta-feira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O eslaide 08.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Na segunda-feira foi a decisão. Quero crer que foi na quinta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que aconteceu? O primeiro movimento dos desenvolvedores, nesse caso, foi de partir para um ataque depois da reunião, depois da reunião de segunda – dados publicados à noite, a reunião foi noturna. No dia seguinte, terça-feira pela manhã, em toda a mídia, internacional e nacional, havia promessas de processo, havia ataques dizendo que éramos subservientes aos Estados Unidos da América. Eu reiterei aqui que o Embaixador americano nunca pisou na Anvisa. Eu nunca fui à Embaixada americana. Não sou capaz de conhecê-lo, Senador, se ele passar aqui na minha frente. "Olha, o Embaixador", não sei quem é.

Então, foi dito por eles que nós éramos subservientes a governos estrangeiros, éramos disseminadores de *fake news* e que nós mentíamos. Isso não é uma atitude – e eu não vou tecer nenhum tipo de comentário ou crítica –, não é a atitude encontrada num ambiente regulatório. Normalmente se contrapõem... É o duelo dos cientistas: um fala uma coisa, o outro refuta, e assim vai. Então, foi uma coisa um tanto quanto chocante isso aí, o que acabou motivando fazer aquilo que não queríamos, que foi ir à imprensa e explicar: "Olha, esse ataque que a gente está recebendo, na verdade, não é um ataque devido, porque nós temos essas e essas e essas pontuações. E o vírus replicante é uma delas".

Eu citei a ausência total, eminente Senador, de estudo de toxicidade reprodutiva. Não tem dados sobre a ação dessa vacina em espermatozoide e óvulo, em testículo e ovário. Não tem estudo sobre feto, nem em animal, nem em camundongo tem. Não tem nos dossiês enviados a nós. Então, a questão do vírus replicante, que acabou se tornando, digamos assim, um ponto de honra...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas nenhuma dessas vacinas tem o que o senhor citou agora. Nem a Oxford, nem a AstraZeneca.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foram todos enviados. Nós temos esses estudos. Têm, têm, sim.

Senador, eu reitero: o dossiê está publicizado, por gentileza. V. Exa. terá todo o acesso. E o que não estiver ali e que desejar, basta oficiar e requerer que nós traremos. Tem problema nenhum. São vários itens, Senador. São mais de 14 itens...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já ultrapassamos...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... que levam a uma preocupação muito grande.

E eu queria só concluir, para não me estender aqui na...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... todos os relatórios de inspeção sobre as vacinas, as que foram aprovadas e as reprovadas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito. Eu pediria, por favor, para a Dra. Samia anotar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É porque, Presidente... Inclusive, já pedimos para ser autuado...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Aprovadas e reprovadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso. O Dr. Barra Torres já declinou aqui em relação à Sputnik. Seria de bom tom para esta Comissão Parlamentar de Inquérito ter todos os relatórios de todas que foram analisadas até agora.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu não terminei...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Estou aguardando a conclusão do Dr. Barra Torres. Eu só queria uma réplica, se for possível, Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Quando nós tivemos a divulgação desses dados, Senador, nós tivemos amplas manifestações da comunidade científica nacional principalmente de compreensão e de apoio à decisão tomada aqui no Brasil. Tivemos amplas manifestações nesse sentido. Porque, de fato, havia – e eu acho que ainda há – uma expectativa muito grande. Esperamos ter mais essa vacina. E, quando houve aquela informação nossa inicial de que infelizmente não seria naquele momento, à luz dos documentos que possuímos, a comunidade científica nacional toda se mobilizou para saber os porquês. Então, foram "n" pedidos de reunião para que nós explicássemos, o que nós atendemos. E, logo depois, tivemos esse convencimento dessa mesma comunidade.

A Anvisa não postergou, Senador, a análise nem dessa vacina, nem de nenhuma outra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quando foi que o pedido da Sputnik chegou à Anvisa, Dr. Barra Torres?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu tenho que pedir que separe aqui, que são...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi umas das primeiras que foram encaminhadas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu tenho que pedir aqui, Senador – eu trouxe essa informação –, se eu podia separar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se eu não me engano, tem cinco meses.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É, mas não é corrido, Senador, até porque a lei nos obriga a dar respostas antes disso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se eu não me engano, tem cinco ou seis meses que chegou à Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O senhor quer ver uma coisa?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Então, o senhor acha, num momento de pandemia, de uma gravidade de uma doença dessa, postergar por cinco meses a análise de uma vacina é tempo bom? É rápido?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. Isso é crime. Isso é um crime. A questão é: esse tempo de cinco meses não é um tempo corrido conosco.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor sabe que... O senhor é médico? A gente trabalha de plantão, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu, por exemplo, dei muito. O senhor deu muito plantão?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Uma porção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu também dei vários plantões.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Emergência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eram 24 horas sem dormir. Então, um caso desse exige análise urgente **–** dedicada, aplicada, correta, mas urgente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – V. Exa. pode ficar tranquilo quanto a isso. Isso foi feito. Agora, existem os períodos em que a gente pede documentos e há uma demora na volta desses documentos. Então, realmente, se for pensar que esses cinco meses foram cinco meses passados pela Anvisa... O senhor sabe que o acionamento judicial hoje é imediato. Nós tivemos várias ações de STF respondidas e respondidas sem retorno de crítica do próprio Supremo Tribunal. Então...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas, por exemplo. Por exemplo, só fazendo... Fui eu que provoquei, em abril de 2020 **–** eu encaminhei a V. Sa. **–**, a questão do Remdesivir, que era uma droga que já estava sendo testada nos Estados Unidos no ano passado, em ambiente hospitalar, com bons resultados. A análise, Presidente, veio a ser feita e concluída em março deste ano, ou seja, uma medicação que, em ambiente hospitalar, salva vidas. Ao contrário do que o nobre Senador Eduardo Girão falou, ela custa R$19 mil por unidade.

Nós tentamos quebrar a patente para vir por R$5 mil. O laboratório que produz o Remdesivir, Presidente, o Gilead, na Califórnia, quebrou a patente para 127 países do mundo, só não a quebrou para o Brasil, diante **–** sabe de quê, Presidente? **–** da maneira obtusa com que se relacionava com o mundo o ex-Chanceler, de triste memória, Ernesto alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Araújo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Araújo. Não ficou uma boa lembrança.

Então, quebrou-se a patente do Remdesivir para 127 países, Girão, e não se quebrou para o Brasil. Foi por isso que eu entrei... Depois de dez meses que solicitei à Anvisa a análise do Remdesivir foi que a Anvisa veio liberar agora, em março. Eu fiz isso em abril do ano passado, mas ela veio liberar em março uma droga que, comprovadamente, em ambiente hospitalar, se bem aplicada, está salvando vidas. Custa R$19 mil. É cara, mas uma diária na UTI custa, pelo SUS, R$1.680. Então, é melhor comprar Remdesivir e comprar vacina do que deixar as pessoas superlotarem os hospitais, morrendo por falta de oxigênio, amarradas às cordas por falta de *kit* intubação.

Eu falo assim – e me perdoe até minha maneira de falar – porque me comove muito, Dr. Barra Torres, passar o que a gente está passando no Brasil hoje. Isso me comove muito. É um negócio por que, como médico, eu não esperava passar, pela maneira como o Governo Federal e o Ministro Pazuello fizeram as orientações protocolares por causa da doença.

Inclusive, até V. Sa. mesmo... Quando nós pedimos na Bahia para fazer barreira sanitária no aeroporto de Salvador e nos aeroportos da Bahia, V. Sa. negou, e a Anvisa não fez as barreiras. V. Sa. sabe que, em viroses, barreiras sanitárias são fundamentais para se evitar a disseminação da doença. O Governador pediu, provocou a Anvisa. Não havia por que a Anvisa não passar para o nosso departamento de vigilância sanitária para fazer as barreiras. Barreira sanitária é fundamental para qualquer tipo de virose, para qualquer tipo de doença. Eu trabalhei nisso como Secretário de Saúde de 1991 a 1994, e controlamos a cólera na Bahia fazendo barreiras sanitárias. E isso é coisa de urgência. Ninguém pense que isso é eletivo! Essa é uma doença que precisa de urgência, para salvar vidas. Não é uma coisa de... Essa é uma coisa séria!

Então, a urgência é esta de que estou falando aqui para o senhor. Que a Anvisa possa verificar esses casos! Eu jamais viria aqui para politizar isso, absolutamente, até porque eu o respeito muito do ponto de vista pessoal. Eu jamais vou me dirigir do ponto de vista pessoal ao Presidente, aos seus familiares ou a quem quer que seja! Não farei nunca isso. Ele pode ter tentando até acertar. O próprio Presidente errou, mas não reconhece o erro. É até falta de grandeza não reconhecer o erro diante de tantos desacertos e descompassos na orientação da saúde pública na pandemia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Senador.

Vou passar a palavra ao Senador Rogério Carvalho, mas peço a anuência... Espero que ele não fique aborrecido hoje, até porque já foi chamada a sua atenção dentro de casa por causa disso.

O Senador Otto tocou no assunto da barreira sanitária.

V. Exa. orientou o Ministério da Saúde sobre barreira sanitária no Brasil no início da pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – A lei, Senador, que define esse processo é a Lei nº 13.979, de 7 de fevereiro de 2020, que estabelece para a Anvisa um caráter assessorial na parte de trânsito de pessoas e de controle sanitário do trânsito de cargas em todo o Brasil.

Então, a resposta é sim, nós emitimos daquele momento até agora 299 notas técnicas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Ministério da Saúde?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, eram três ministérios no início, agora são quatro. Na verdade, agora até mudou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nenhum tomou nenhuma providência.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, tomou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quais foram as providências?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Por exemplo, fechamentos de aeroportos para vindas de estrangeiros para o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Onde?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, tivemos vários. Vários!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para te dizer...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nós temos tudo isso documentado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No meu Estado até hoje você entra no aeroporto... Ontem, eu vim de Manaus para cá, o avião lotado. Diminuíram o número de voos, mas aumentou o número de passageiros dentro dos voos, sem nenhum controle. Ninguém mede a sua temperatura, você entra no avião sem nada. Até hoje, nada é feito. O que aconteceu foi que os outros países fecharam as fronteiras para a gente. E o que aconteceu no início da pandemia no meu Estado, no Amazonas, é que ela entrou via Miami, Los Angeles, nas férias que a classe média alta tem todo final de ano. Está certo? Não foi o pobre, não foi o trabalhador de fábrica, não foi o camelô, foram as pessoas que tinham poder aquisitivo que vieram de outros países e não houve nenhuma fiscalização no aeroporto de Manaus, um aeroporto que tem voo diário Miami-Manaus. É mais fácil você ir para Miami de Manaus do que ir para São Paulo.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É, é mais perto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem, isso foi cobrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora mesmo, qualquer um de nós aqui entra nos aeroportos para vir para cá e não tem fiscalização nenhuma por parte de nenhum órgão do Governo nem da Anvisa. Isso é uma questão.

Laboratórios genéricos, os laboratórios que produzem remédios genéricos produzem a cloroquina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – De genéricos, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Genéricos não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu tenho um respeito muito grande pelo Dr. Dimas Covas, que eu entendo ser uma pessoa que tem conduzido muito bem o Butantan. E a grande reclamação é de que até hoje a Anvisa não permitiu que fossem feitos estudos clínicos em pessoas em relação à ButanVac. O que está faltando para isso, Presidente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – São documentos, discrepâncias que foram apontadas e que estão com eles para nos responderem. É um processo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É importante porque a quantidade de produção de vacina, neste ano, caso seja aprovada, lógico, com todos os requisitos feitos pelos técnicos da Anvisa, é em torno de 40 milhões de doses.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, vai ser muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Será muito bom. Obrigado.

E parabéns, porque V. Exa. aqui hoje passa para o Brasil o que a ciência pensa. Está certo? Isso é importante, independente da formação ou não. O senhor tem uma formação militar de hierarquia, de disciplina, mas, acima de tudo – foi o que eu disse para o Ministro Queiroga aqui –, o cargo passa, mas a sua profissão vai continuar.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Para sempre.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, parabéns pelo seu posicionamento sobre isolamento, sobre vacina e sobre aglomeração. É muito importante que quem está nos ouvindo ouvir de um profissional, de uma pessoa que está num cargo muito importante e que pode ajudar a salvar muitas vidas, dar esse depoimento aqui.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Sr. Presidente! Sr. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor poderia fazer um intervalo, Presidente, de 15 ou 20 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Posso, se vocês quiserem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Posso falar primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele fala e eu faço o intervalo. Pode ser, Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque ele precisa também tomar uma água, alguma coisa. Isso aqui não é uma máquina, não, é um ser humano.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Anvisa, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, a nossa Constituição é muito clara quando estabelece que a responsabilidade pela saúde não é só do Estado, é de toda a sociedade, de todos os setores, mas o Brasil definiu na sua Constituição que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado e, para garantir esse direito, criou o Sistema Único de Saúde, assentado em três princípios fundamentais e em um quarto, que está escondido, mas acaba sendo um princípio, porque ele se repete permanentemente: o princípio da integralidade, da universalidade, da descentralização e da complementariedade, que está sempre presente no texto constitucional e nas leis orgânicas da saúde, porque diz que a responsabilidade é do Município, complementada pelo Estado e pela União e, quando o Estado não complementa, é responsabilidade da União; ou seja, eles se complementam e, então, a complementariedade está aí conformada. Portanto, são ações concorrentes.

E nós temos no Brasil, formalmente, 5.801 operadores de sistemas de saúde: 5.570 Municípios que operam sistemas de saúde; 26 Estados e o Distrito Federal, que operam sistemas de saúde; a Anvisa; a ANS; e mais alguns institutos nacionais que têm poder de operar sistemas de saúde. A operação do sistema de saúde se dá pela emissão de norma, pela regulação, pela produção, pela gestão, pelo gerenciamento, pelo financiamento, e há uma complementariedade em tudo, porque a Anvisa normatiza umas coisas, os Estados normatizam, os Municípios normatizam, todos se complementam para garantir o princípio fundamental, que é o acesso universal e a integralidade.

Mas há uma questão fundamental na saúde que diz que, para fazer saúde, a gente precisa de cinco requisitos fundamentais que todos precisam praticar: a proteção à vida, a prevenção, a cura, a reabilitação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a promoção à saúde. Esses cinco itens, todos eles, estão, de alguma forma, direta ou indiretamente, vinculados à Anvisa. A proteção à vida é, de fato, o grande objeto da Anvisa, porque ela regula o que vai para o consumo humano e ela tem que ter, ao mesmo tempo, a agilidade de regular o que vai para o consumo humano em tempo para garantir a própria vida.

Portanto, aqui eu queria, primeiro, parabenizar V. Exa. porque, ao longo de toda a oitiva, V. Exa. se posicionou, de forma clara, defendendo aquilo que se acumulou de caminhos para a proteção da vida, para a prevenção, para a cura e para a reabilitação, baseado naquilo que a civilização adotou como a melhor forma de legitimar, que é a ciência, quando se trata de determinadas decisões relacionadas com o bem maior, que é a vida. Então, o senhor está de parabéns!

Eu queria fazer três questionamentos. O primeiro é em relação à cloroquina.

Quanto à cloroquina, a Anvisa disse, expressamente, que a única indicação recomendada é a que está na bula. Porém, o Ministério da Saúde emite um documento, uma nota técnica, orientando aqueles que fazem saúde pública nos Estados e nos Municípios, hospitais, etc., com fases distintas para o uso da cloroquina, sem passar pela Conitec, e, se tivesse passado pela Conitec, mesmo assim teria que ter passado pela Anvisa, para saber se aquela droga ou aquela substância tem, na farmacopeia dela, a possibilidade de garantir aquele uso específico. Pergunta: por que que a Anvisa não interferiu na defesa da vida, quando a cloroquina foi indicada, sem amparo científico, para uso massivo da sociedade brasileira? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta... Então, por que a Anvisa não interveio, já que ela tem poderes regulatórios para tal? Por que ela não interveio, já que ela tem como função precípua a defesa da vida, a proteção à vida?

Dois: no *site* da Anvisa, sai um documento "desrecomendando", ou dizendo, não recomendando a ivermectina para o tratamento da Covid-19 ou para combater o coronavírus. E diz quais são os efeitos colaterais. O que aconteceu, que, dias depois, a mesma Anvisa troca o documento, retirando os efeitos colaterais e ainda mantém que aquilo não tem efeito efetivo, mas retira os efeitos colaterais? A que tipo de interferência a Anvisa se submeteu e por que ela mudou de posição? Acho isso uma questão importante, porque nós estamos falando aqui o tempo todo que a Anvisa é um órgão de Estado e que tem que se reportar à sociedade brasileira, e por isso o senhor tem mandato para dirigir a entidade.

Por fim, o senhor fez MBA, na UFRJ, que é considerada, Presidente, uma das melhores faculdades de Medicina do Brasil. Ficou já entre as três, quatro melhores, nunca fica abaixo num *ranking* entre as cinco melhores do Brasil.

E o Professor Amilcar Tanuri, que é professor titular, é doutor em genética, é doutor em virologia, escreve numa análise que ele faz da Sputnik V o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A vacina Sputnik V já teve sua eficácia e segurança analisadas em vários testes clínicos publicados em revistas de alto nível mostrando uma eficácia de 91.6% e um ótimo perfil de efeito adverso. Este nível de eficácia é o maior dentre as vacinas de vetor adenoviral, como AstraZeneca, que apresentou uma eficácia de 76% e a da J&J [já aprovadas pela Anvisa] que teve uma eficácia de 85,4%. A eficácia da Sputnik V é comparável com as vacinas a base de mRNA [da Pfizer] da BioNTech-Pfizer com uma eficiência de 95% e da Moderna com 94,1%. Além disso, a Sputnik V tem uma temperatura de armazenagem de -18°C facilitando sua aplicação nas condições brasileiras.

Ele vai descrever, mostrar que não existem elementos biológicos ativos na composição da vacina; portanto, não causaria nenhum efeito, ou seja, nenhum efeito do ponto de vista da doença propriamente, e nenhuma doença decorrente da atividade biológica dos seus componentes. Ele discorre isso daqui. E, por fim, o final, no meio, ele diz: "Outro dado importante sobre a segurança é que a vacina Sputnik V já vem sendo utilizada na Argentina e México, onde mais de 6 milhões de doses já foram utilizadas". Seis milhões de doses superam qualquer teste de primeira, de terceira fase, que é em humanos, porque são 6 milhões de pessoas que tomam a vacina.

> As primeiras avaliações feitas pelo Ministério da Saúde destes dois países indicaram uma alta eficiência da vacina e um perfil de segurança muito bom quando comparado com as vacinas, como a da AstraZeneca e Sinovac [que são as que nós adotamos no Brasil] em uma população de profissionais da saúde [portanto, populações controladas, que estão dentro de estabelecimentos de saúde, Sr. Relator; portanto, ali]. O estudo de vacinação oficial do governo mexicano confirma que o Sputnik V é a vacina mais segura com 7 vezes menos efeitos adversos por dose administrada do que as vacinas [...] da Pfizer e da Moderna.

Já o estudo argentino com profissionais de saúde vacinados apontou que a taxa de infecção de profissionais de saúde vacinados apontou... De infecção de Covid-19, após a primeira dose da vacina é duas vezes...

> Já o estudo argentino com profissionais de saúde vacinados apontou que a taxa de infecção de Covid, após a primeira dose [...] é 2 vezes menor para a Sputnik V, em comparação com as outras vacinas. Além disso, nenhum caso de morte foi registrado no estudo, após a vacinação completa contra a Sputnik V. Estes dados de avaliação pós implementação são de uma importância para se aferir a segurança e eficácia de vacinas na vida real.

E aí eu pergunto a V. Exa. a última pergunta. O Presidente da República, de quem o senhor aqui, em algumas ocasiões, fez questão de diferenciar a sua postura como médico e como Presidente da Anvisa da postura dele, enquanto Presidente, de aglomerar, de proibir o uso de máscaras, de negar a vacina, de estimular o contágio, de defender a imunidade de rebanho pela contaminação livre e não pelo uso de vacina em massa... A pergunta que eu faço é... O Presidente, recentemente, disse que a China tinha sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

responsável pela criação do vírus. O Presidente, no passado, disse que a vacina da China tinha 50%, que não prestava. A pergunta é: a Sputnik V sofre deste preconceito, o preconceito por vir? Porque, veja, este Governo tem dito que quer acabar com o marxismo cultural. Olavo de Carvalho, o Presidente, eles disseram em vários momentos que não vieram aqui para construir, vieram aqui para destruir. E a Rússia é uma ex-república comunista; a China, uma república comunista. Será que é esse tipo de preconceito que está impedindo que a gente tenha no Território brasileiro 66 milhões de doses, que equivalem a 100% de todos, quer dizer, a 200% de todos que receberam primeira e segunda dose no Brasil?

Então, Presidente, eu aqui faço um apelo a V. Exa., já que V. Exa. demonstrou, nesta Casa, nesta oitiva, que o que o dirige é a ciência, a proteção à vida, o desejo de este País sair desse atoleiro sanitário em que o Presidente da República insiste em nos manter. Eu pergunto a V. Exa.: o que pode ser feito... As duas primeiras questões: o que pode ser feito para a gente sanar e trazer todos esses estudos que existem sobre a Sputnik para termos 66 milhões de doses e salvarmos 100, 200 mil vidas, que não têm preço?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar... V. Exa. quer que ele responda?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá. Por favor. Já tinha encerrado o tempo, mas por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador Rogério Carvalho... Senador, o que pode ser... Vou manter a ordem inversa da cronológica. O senhor concorda?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Concordo. Claro que sim.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O que pode ser feito sobre a Sputnik? Eu espero, Senador, que essa pergunta esteja na mente dos que têm as respostas aos questionamentos que apontamos e que mandem para nós o quanto antes, junto com processo, sem processo. O processo em que fomos ameaçados eu acho que faz parte. Não vai ser talvez nem o primeiro, nem o último. Faz parte. O acionar da Justiça faz parte numa democracia, mas que venham as respostas.

V. Exa. apontou a questão da replicação viral, que é, de fato, um dos itens que apontamos com maior ênfase. Eu gostaria... Eu tenho... Sr. Presidente, o meu tempo. Posso aumentar um pouquinho o tempo aqui da minha resposta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade, até porque as suas respostas são de importância para o esclarecimento não só daqui, mas de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado. Eu queria poder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade, fique à vontade. Depois a gente vai suspender por 20 minutos e voltamos. O.k.? Pode ser, Líder Fernando Bezerra? (*Pausa.*)

O nosso Presidente precisa tomar uma água pelo menos, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Alguns pontos, eminente Senador Rogério Carvalho, foram elencados como as lacunas de informação.

O primeiro deles foi a ausência do relatório técnico da autoridade internacional que concedeu o registro. A própria autoridade técnica que concedeu o registro não acostou ao processo... E aí vamos falar: que processo? O Senador Humberto Costa lembrou com muita propriedade, são dois: um é o desenvolvimento de vacinas no Brasil, firma União Química, que vai fazer a Sputnik no Brasil; o outro é a importação excepcional, que é mais a ênfase de V. Exa.

Nos documentos recebidos, faltava o relatório técnico, que é justamente aquele que firma e mostra por que firmou a qualidade, a segurança e a eficácia. Não basta um atesto puro e simples, é preciso que todo aquele processo seja demonstrado de maneira que quem analisa ou investiga – investigação científica – possa cumprir as etapas e chegar no mesmo lugar. Isso não veio.

Foi demonstrada uma falta de controle do processo e das matérias-primas em relação a agentes adventícios. O que é agente adventício? Agente adventício é qualquer micro-organismo, qualquer fragmento de cultura celular que não deveria estar ali – tem que vir puro –, e, para isso, para que não esteja presente na vacina, o desenvolvedor tem que mostrar qual foi o mecanismo de controle que ele usou, de filtragem que ele usou, de segregação da linha produção que ele usou. Essa informação também não veio.

A caracterização incompleta da substância ativa, não tendo sido pontuadas as suas características físicas, químicas e biológicas, ou seja, estamos lidando com adenovírus modificado, e modificado com material genético do novo coronavírus. Portanto, é necessário que, em toda caracterização física, química e biológica, venha demonstrado: "Olha, o pH é tal, a temperatura ótima é tal". Nada disso estava presente.

Prosseguindo, esse tema, agora, Senador, é um tema em que estive, particularmente, já trabalhando com isso há algum tempo; é um tema que sempre me causou uma certa dificuldade, mas vamos lá: a ausência de validação, qualificação de todas as metodologias de análise. O que é a validação de um processo? Validação é repetir aquele processo *ad nauseam*, e não chegar a resultado díspar; é repetir uma vez, duas vezes, vinte vezes e chegar àquele mesmo resultado. Depois de um número, "x" vezes, é dito: "Esse processo está validado". Também não veio, também não se mostrou a validação dos processos. Tudo isso que eu estou dizendo aqui é muito de que as informações foram colocadas, mas não foram comprovadas no processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou prosseguir, tem outros itens diferentes. Controles de qualidade implementados insuficientes em relação ao produto ou em relação ao processo. Controles de qualidade que demonstrasse a estabilidade, se ele está com algum grau de contaminação, sim ou não, e aquelas características físico-químicas que já citei anteriormente. O período de acompanhamento dos testadores voluntários. Testadores voluntários precisam ser acompanhados, e esse período varia de um a dois anos. Não é preciso esperar dois anos para protocolar, senão nós não estaríamos salvando vida na Covid-19, mas tem que ser apontado: "Olha, eu vou acompanhar meus testadores voluntários durante dois anos, e, agora com três meses, eu estou protocolando". Sem problema nenhum, está mostrando ali que vai acompanhar até dois anos. Esse prazo, Senador, não é apontado, não é definido.

A empresa não conseguiu demonstrar que o processo, em escala comercial do produto... O processo é igual à escala comercial, ou seja, no projeto piloto, foram 5 litros numa bancada. Ele é analisado, validado, estudado, enfim, dissecado. E existe o produto, no final da linha de produção, que aí vai para dezena de milhar, centena de milhar. Do que precisa ter certeza quando se analisa uma autorização? É que esse material que é feito sobre os 5 litros de bancada – e foi o que chegou para nós – tem um estudo chamado comparabilidade, ou seja, ele foi comparado e ele é exatamente igual ao produto da escala industrial. Também não veio, também não temos acesso a esse dado. Só para você ter uma ideia, quando se muda de uma escala de bancada para uma escala industrial, passa de 5 litros para mil litros. E tem que vir para nós a documentação que diga: "Olha, eu testei, eu fiz a comparabilidade; o que você está analisando com 5 litros é igual ao que eu vou te entregar com dezenas de milhares de litros, ou quanto seja possível".

Foram apresentados dados de caracterização referentes a apenas um único lote. Quando se mandam resultados por lote, minimamente são três lotes; veio apenas um, este que citei desse lote de bancada. A prática analítica prevê, no mínimo, informações vindas de três lotes.

A questão do potencial de liberações de vacinas que não sejam semelhantes àquelas estudadas e que apresentem problemas que impactam no seu uso seguro, ou seja, é preciso ter a certeza o país que vai adquirir aquele produto de que o que ele está adquirindo vindo daquela fábrica – e, no caso concreto, são nove; nós inspecionamos duas; são nove fábricas –, de que a garantia daquilo que foi ofertado virá daquela fábrica, que é a que foi inspecionada, e que, portanto, temos total certeza de que o que foi feito naquilo que nos disseram que ia ser feito de fato é o que chegou para nós.

Isso é um compromisso que tem que ser assumido pelo desenvolvedor. Ele tem que apontar isto claramente: "Olha, eu estou testando o lote que veio da linha de produção tal e você vai comprar dessa linha de produção".

São coisas, Senador, que – eu sei que o senhor é médico, eu também –, são coisas que para nós, da prática médica, a gente talvez nunca tenha parado para pensar nisso, mesmo o senhor, que tem estudado muito sobre esse tema, já demonstrou grandes conhecimentos aqui. Mas eu confesso, falando por mim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que há coisas que eu precisei me debruçar muito, junto com a minha área técnica, até para tentar entender, internalizar esse conhecimento. Porque digo que há determinadas situações aqui que eu, confesso, não tinha parado para refletir, da importância desses dados.

Não vou citar a questão da ocorrência do vírus replicante. Qual é o problema do vírus replicante? Em si, muito pouco. Adenovírus? Muito pouco. Agora, é exato, o senhor falou muito bem: adenoviroses respiratórias. Agora, eu preciso ter o estudo que comprove que esse adenovírus, embora replicante numa taxa que não é aceitável internacionalmente – internacionalmente, em vacinas, Senador, é zero, não ter vírus nenhum –, mas, vamos lá, foi documentado, tem vírus replicante? Está no documento deles que tem vírus replicante. Mas foi mapeado esse vírus, foi acompanhada a sua vida e chegou-se à conclusão de que com "x" horas, dias, ele está inativado. Ou foi acompanhado que ele não está inativado, mas ele se fixou nesse, nesse e nesse tecido e não causou problema nenhum a esse tecido. Essa informação também não está lá.

Outro item que não foi possível superar: toxicidade reprodutiva, Senador. Não tem estudo. Não foi enviado... Não estou dizendo que não tenha. Pode ser que chegue agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sabemos que não tem.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pode ser que chegue...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não tem interferência, não é, Dr. Barra? Sabemos que não tem interferência neste nível, até porque nós estamos falando de um vírus modificado com algum...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Geneticamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim. Com alguns segmentos com inatividade. Então, tem algumas coisas que, me desculpem, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para a gente... Eu acho que poderia passar, tecnicamente, ao Dr. Rogério Carvalho, que é Senador da República, mas é médico por profissão. Ele tem mais capacidade técnica de entender o que o senhor está dizendo do que nós aqui. Porque vocês estão falando uma linguagem técnica, mas creio eu, Presidente, eu não sei quantos técnicos avaliam, analisam isso aí...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foram três grupos que têm mais de 70 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Setenta pessoas. É impossível haver o boicote contra A ou B porque vazaria. É impressionante, mas, não tenham dúvida, não dá para você, num grupo de 70 pessoas: "Vamos boicotar fulano?". Aí todo mundo: "Ê, vamos!". Não dá, porque vazaria. Além do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais, tem a equipe técnica, a diretoria que também analisa isso, e eles também não se prestariam a isso. Eu passo a crer, com esse depoimento, pela quantidade de pessoas que analisam isso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma pessoa só – uma pessoa só – na Anvisa pode impedir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu não sou, eu não sou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou falando de quem sabe, tem algum pouco de conhecimento da Anvisa: uma pessoa só, ela pode impedir que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só se os outros 69 não sabem nada...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... o pensamento de outras 50... Porque não é votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eles estão lá analisando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, mas e difícil a gente ir por esse caminho. Não corresponde ao fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou falando na prática só, porque, tecnicamente, não vou entrar no debate.

Eu estou dizendo que são tantas pessoas que seria impossível fazer um boicote à vacina A ou B. Eu queria que a Sputnik tivesse hoje... Até dei uma declaração dizendo que, se o Presidente russo, o Putin, tomou, porque, pelo menos... Só se foi enganação, não é? Ele apareceu lá e tomou a vacina. Se o Putin, que é um homem muito bem informado, muito mais informado do que todos nós juntos aqui e talvez o Brasil todo... Talvez ele tenha mais informações *on-line*, ali, sobre tudo o que está acontecendo no mundo e sabe, se quiser, o que está acontecendo aqui nesta sala neste momento... Por isso que estou preocupado com o Otto, porque ele pode ser preso, porque ele disse que ia fazer oposição lá ao Putin. Eu quero dizer que ele tomou, e eu, por esse ângulo, até defendi e defendo a vacina. Disse: se o Presidente Putin tomou a vacina, por que eu não posso tomar?

Mas o senhor está dizendo uma coisa muito verdadeira, que eu fui entender agora. Para se ver como o debate é bom. O senhor disse: "Olha, são 12 laboratórios. Um laboratório pode ser diferente, e nós não temos a garantia, pela Sputnik, de que o que virá, virá desse laboratório que nós estamos testando". Então, há várias coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Fantástico, há duas semanas, fez uma visita à Sputnik, lá na Rússia. Tiveram dificuldade, mas fizeram uma matéria. Eu assisti à matéria, e dei uma ré. Quando eu vi aquela matéria, se aquilo lá for fato, realmente nós temos de estar preocupados com tudo isso.

Mas eu vou parar por 20 minutos. Daqui a pouco a gente volta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só antes... Até para esclarecer todo esse debate...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos, na volta você fala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para esclarecer todo esse debate, Presidente, nós já requisitamos... Era fundamental, o quanto antes, o Dr. Barra Torres e a Anvisa declinarem para conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... todos os processos de registro de vacinas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... das que foram registradas e de vacinas que foram rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente aguarda que o senhor encaminhe para nós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele já trouxe. Ele já disponibilizou para a CPI o da Sputnik. Já pedimos, inclusive para autuar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Mas os outros, para a gente fazer comparativos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Os outros das duas vacinas que são similares, que têm a mesma tecnologia.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – São cinco. Mandamos todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos Rogério, vamos suspender um pouquinho.

(Suspensa às 14 horas e 42 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 03 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando, no sistema remoto, temos o Senador Angelo Coronel.

O Senador Angelo Coronel está conectado? (*Pausa.*)

Parece que o Senador Angelo Coronel está conectado.

Senador Angelo Coronel, o senhor tem 15 minutos. O Dr. Barra Torres, depoente, está à sua disposição. Fique à vontade.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, senhores, senhoras, ouvintes, povo brasileiro.

Eu vou fazer três perguntas ao Dr. Antonio Barra Torres, que eu não sei se até então alguém perguntou, porque já teve muitas interlocuções por parte de colegas.

Presidente da Anvisa, em 2020, por que a Anvisa entrou com um pedido de liminar no STJ para proibir que a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia retirasse do Aeroporto de Salvador profissionais da vigilância sanitária para medir a temperatura de passageiros que desembarcavam naquele aeroporto? Naquele momento, a Polícia Federal retirou os profissionais; a Anvisa não colocou nenhum profissional da agência e também não deixou que o Estado da Bahia aferisse a temperatura. Queria que o senhor me respondesse sobre isso.

A segunda pergunta: em qual fundamento a Anvisa se baseia para não cumprir a Lei nº 14.124, promulgada pelo Presidente da República em 10 de março deste ano, ao não deferir autorização excepcional e temporária para importação da vacina Sputnik V, conforma manda a lei? Estamos diante, Sr. Presidente, de uma prevaricação, porque lei é para ser cumprida e, nesse caso, a Anvisa descumpriu essa norma legal.

E a terceira e última pergunta: em que base científica a Anvisa pode sustentar as afirmações de que a vacina Sputnik V representa ameaça à segurança humana? Porque, inclusive, ela foi atestada pelos órgãos, pela CTNBio, do Ministério da Ciência e Tecnologia, dizendo que a vacina estava apta, e a Anvisa, além de descumprir essa norma do Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda assim, não cumpre a Lei 14.124, que autoriza a compra de vacina em caráter excepcional.

Essas são as três perguntas, Sr. Presidente Barra Torres.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Angelo Coronel, obrigado.

Dr. Barra Torres, fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador Angelo Coronel, a questão que V. Exa. apontou referente à questão da aferição de temperatura no Aeroporto de Salvador, vamos recapitular rapidamente aqui.

Em 18 de março de 2020, houve uma reunião que contemplou integrantes do Governo do Estado da Bahia, Anvisa, Polícia Federal, administração do Aeroporto de Salvador, Bahia, quando se mostrou a questão de realizar a barreira sanitária através da verificação de temperatura de passageiros e tripulação. Isso foi em 18 de março de 2020.

No mesmo dia, em 18 de março de 2020, a Anvisa negou esse pedido com base em ser aquela ali uma área exclusiva de atuação federal, a saber tanto da Anvisa quanto da Polícia Federal e da própria Receita Federal, e o entendimento, àquela época, Senador, foi que essa realização dessa atividade ali terminaria por ser mais uma concentração de pessoas, seria um problema à circulação de pessoas naquele ponto. Entretanto, não foi objetado que essa realização fosse feita na chamada área não federal do aeroporto, que é justamente aquela área quando se chega – vou dar o exemplo aqui do Aeroporto JK – no aeroporto, desce ali do veículo, então tem todo aquele saguão até a área do *check-in*, naquela área, não é uma área de atuação sanitária federal. Então, ali não há nenhum óbice a que se realizem medidas, inclusive como essa que V. Exa. citou, que é a aferição de temperatura.

Aqui no GDF, por exemplo, foi utilizado. Houve, realmente, essa interlocução conosco aqui, nós apontamos que no nosso entendimento não seria adequado na área federal do aeroporto, na área interna, mas que nessa área poderia ser feito, e foi feito durante algum tempo aqui, os senhores devem se lembrar, havia ali uma câmera de corpo inteiro, havia pessoas prestando esclarecimentos, orientando quanto ao uso de máscaras e coisas dessa linha de ação. Isso foi no dia 18 de março.

No dia seguinte, 19 de março, houve uma ação judicial promovida pelo Estado da Bahia e, também, no dia 19 de março, a decisão de primeira instância que foi favorável à Justiça Federal. Nós fizemos uma nota técnica quanto a essas questões, principalmente sobre o controle de temperatura – que eu vou exemplificar já, já –, em 20 de março. Em 21, enviamos o recurso ao TRF da 1ª Região; em 22 de março a decisão foi favorável à Anvisa; em 26 de março foi feito o recurso do Estado da Bahia para o Supremo Tribunal Federal; em 8 de abril saiu a decisão favorável do Supremo Tribunal Federal à Anvisa.

A questão da verificação da temperatura, eminente Senador, não tem fundamentação científica. Ela é uma medida coadjuvante, é uma medida educativa, ela é usada no Brasil inteiro, hoje mesmo, quando entramos aqui no Senado Federal, tivemos a nossa temperatura aferida, mas ela não tem eficácia perante a Organização Mundial de Saúde na medida em que indivíduos que estão com a Covid e são assintomáticos transmitem o vírus e têm temperatura normal e outros que estão com processos infecciosos, uma infecção urinária, um abscesso dentário, por exemplo, podem ter elevação de temperatura, e não tem nada a ver com a Covid e, de outro lado também, a elevação da temperatura, mesmo no paciente com Covid, se ele tem a intenção de mascarar o sensor, ele toma um antitérmico e consegue passar livremente. Por esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

motivo, a verificação da temperatura, em si, tem valor como medida coadjuvante e educativa, porque ela desperta nas pessoas o senso de que estão passando ali por uma verificação, que há uma situação de pandemia e que elas têm que tomar cuidado, mas, cientificamente falando, não é uma medida eficaz. Mesmo assim, não houve nenhum óbice a que essas verificações, essas atuações fossem feitas nas áreas não federais dos aeroportos de todo o Brasil – citei a questão do GDF e uma ação semelhante do grande Estado da Bahia. O grande Estado do Maranhão também entrou com uma ação semelhante e teve também um transcurso e um desfecho semelhantes. (*Pausa.*)

Desculpe, Senador Angelo Coronel, eu não respondi as outras duas. Desculpe, Presidente, eu não respondi.

O eminente Senador pergunta também, à luz da Lei 14.124, o que houve para que não conseguíssemos aprovar a importação excepcional de vacinas da Sputnik V. Na verdade, faltou, Senador, o relatório firmado pelo país de origem com a agência reguladora de origem nos mostrando, de maneira sólida, transparente e categórica, os dados de qualidade, segurança e eficácia. Mesmo assim, diante dessa ausência, nós entramos em contato com 53 dos tais sessenta e poucos países que fazem uso da vacina Sputnik V, dos quais: 11 não responderam; 23 relataram que não estavam usando absolutamente nenhuma dose, embora constassem dessa lista de 60 países. E, daqueles que nós conseguimos obter respostas, as informações são de que as quantidades disponibilizadas eram muito pequenas e que a própria rede de monitorização daqueles países não era uma rede que permitisse dar dados confiáveis quanto ao acompanhamento do que aconteceu com as pessoas que tomaram essa vacina. Dois países que têm estrutura regulatória sedimentada, amadurecida e de respaldo mundial fazem parte do grupo que nos deu informações: o México e a Argentina.

O México disse que tem um acordo de confidencialidade e não poderia nos responder nada do que foi perguntado. E na Argentina, a agência argentina nos enviou prontamente as suas observações, entretanto não foram observações que respondessem aos quesitos apresentados. E também pontuou que, por razões de governança daquele país, existe ali uma interação com o Ministério da Saúde, que teria sido efetivamente o órgão que autorizou essa vacina na Argentina.

Quanto à questão da CTNBio e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a análise lá feita é uma análise de uma outra certificação. É uma análise que é mandatória para todo organismo geneticamente modificado que entre num país. Isso é uma coisa muito séria. Um organismo geneticamente alterado, um micro-organismo geneticamente alterado, se ele não tiver uma avaliação de segurança muito boa, pode, sim, levar a transtornos em tudo o que se refere à vida nesse novo país onde ele adentra. Então, a certificação da CTNBio é quanto à biossegurança do componente fundamental da vacina. É muito importante essa certificação para a produção que se espera da fábrica União Química, do laboratório União Química, que é um laboratório que já é certificado pela Anvisa, numa parte de sua linha de produção. Certamente, já com essa chancela da CTNBio e do MCTIC, poderá, tão logo tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito toda a resposta a quesitos formulados pela agência, dar início à sua linha de produção, o que vai ser bom, muito bom para o Brasil.

Mas é diferente, Senador, da análise que fizemos para tentar autorizar a importação emergencial, que não foi possível. Foram, na verdade, dados que buscamos de toda maneira: buscamos esse primeiro relatório que não veio – ele não contém as informações completas –; tentamos usar dados a que já temos acesso por conta do estudo que está sendo analisado na União Química, tentamos ali também; e fizemos também a inspeção *in loco* na Rússia, em duas plantas fabris. Infelizmente, não foi possível autorizar naquele momento, mas não é uma porteira fechada, não é um processo concluso, porque novos documentos podem ser apresentados. Aliás, já foram apresentados, e outros estão chegando, e encontram-se sob análise neste momento. Esperamos que tenha um bom desfecho.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Sr. Presidente Barra Torres, Presidente Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Para fazer aqui uma réplica.

Presidente Barra, essa vacina está sendo usada já na Argentina atualmente? Sabe me informar?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, Sr. Senador. Está sendo usada na Argentina em 57,8% do universo vacinal naquele país.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Quer dizer, olhe bem, senhores, povo brasileiro, essa vacina que está com essa polêmica, a compra da Sputnik V, é usada na Argentina, país vizinho ao nosso, largamente, sem nenhum problema até então registrado. E, aqui no Brasil, a gente vê que o descumprimento da Lei 14.124 é flagrante. Eu ouvi a sua explicação, mas, como a lei diz que a autorização é excepcional e temporária para importação de um produto já sendo utilizado em um outro país, inclusive vizinho aqui no Mercosul, eu acho, Presidente Barra, que... Eu não sei. Eu não quero aqui classificar se isso é até uma má vontade da sua pessoa, porque o senhor é o Presidente; existe um corpo técnico na agência que eu sei que lhe dá também um subsídio para que o senhor coloque até a sua caneta, a sua assinatura, para autorizar essa importação.

Mas eu queria neste momento, em nome do povo brasileiro que está sofrendo, mães enterrando os filhos, filhos enterrando mães e pais... Nós não podemos mais esperar, quando a gente vê uma fonte de suprimento das nossas necessidades de importação, por questões até um pouco burocráticas... Eu queria fazer esse apelo ao senhor, como Presidente da Anvisa: que o senhor se reúna com seus técnicos para ver se dá essa autorização de hoje para amanhã, para que esse lote de vacina da Sputnik tenha autorizada a sua importação, porque, se o humano na Argentina está tomando, se um ser humano lá usa – o Brasil e a Argentina são países coirmãos –, então, se o ser humano lá usa e não está tendo problema, eu não vejo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por que não utilizar no Brasil, já que uma lei reveste a Anvisa de subsídio até para se resguardar dessa compra, dessa autorização de importação.

Então, eu queria que V. Sa. – não é pedir demais; eu peço em nome, repito, de pais chorando enterrando filhos, de filhos enterrando pais e mães –, que o senhor, ao sair desta CPI, se reúna, repito, com seus técnicos. Eu lhe peço pelo amor de Deus! Faço isso de coração ao ver, toda semana, todos os dias, pessoas tendo suas vidas ceifadas por falta de imunização. Não podemos perder essa oportunidade, Sr. Barra Torres. Então, eu deixo aqui esse apelo para que V. Sa., ao terminar esta sessão, convoque seus técnicos e diga: "Não podemos mais esperar, nós temos que autorizar que essa Sputnik venha para amenizar mais ainda ou amenizar um pouco o sofrimento pelo qual as famílias brasileiras estão sofrendo, perdendo os seus entes queridos".

Então, muito obrigado pela sua consideração.

E gostaria muito de ouvir nos jornais o senhor falar: "Autorizada a importação da Sputnik V para o Brasil."

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quer comentar alguma coisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, eu queria apenas agradecer ao Senador Angelo Coronel.

Senador, nosso esforço, nosso empenho é buscar essas soluções. Realmente nos dói muito ver essas cenas que V. Exa. citou, mas também entendemos que não podemos criar outras cenas também de choro à beira de leitos de hospital por motivos causados por produtos que não tenham eventualmente uma segurança confirmada por nós. Mas V. Exa. tenha a tranquilidade de saber que a Anvisa é composta por brasileiros que não estão alheios a esse sofrimento. Estamos fazendo tudo que é possível.

Muito obrigado, eminente Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Só para completar meus 15 segundos. Eu queria só deixar registrado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Barra Torres, quer dizer, o senhor fica preocupado em pessoas usarem a vacina e terem uma refrega e terem um problema colateral; mas eu quero deixar registrado que, na Argentina, essa vacina estão usando largamente e não estão tendo esse problema. E o ser humano argentino, eu não tenho dúvida, é igual ao ser humano brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Angelo Coronel.

Dando sequência, então, Senador Alessandro Vieira.

V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O depoente está à sua disposição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Barra Torres, quero registrar de início a satisfação em ver o bom cumprimento do serviço público que V. Exa. exemplifica aqui. Fica realmente como uma referência, sob o ponto de vista da objetividade e da clareza nas afirmações. Então, faço esse reconhecimento, como reconheço também que, todas as vezes que foi solicitado, se apresentou com muita transparência e presteza nas informações que pedi como Senador pelo Estado de Sergipe.

V.Sa. já confirmou a sua presença na famosa reunião no Palácio, onde se discutiu um decreto para alterar a bula de um medicamento. Eu indago quem convidou V. Exa. a participar dessa reunião.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – O convite veio, Senador, pela gestão do grupo, via Casa Civil. Naquela época, a Anvisa, pela Lei 13.979, fazia parte do grupo interministerial e Anvisa. Era o único órgão que não era ministério que fazia parte desse grupo. Então, chegou uma convocação para mim de uma reunião. Essa reunião, que eu me lembre, foi mais para o fim do dia, quase de noite, e obviamente era para tratar de algum tema de combate à pandemia. Elas aconteciam com frequência – essas reuniões. Então, o convite veio dessa maneira que lhe falei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A condução da reunião foi feita também pelo Ministro Braga Netto?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato. Ele era, na época, o coordenador desse grupo. Foi por ele, sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Além do tema da liberação da cloroquina através de decreto, quais foram os outros assuntos tratados nessa reunião?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, eu não me recordo de outro tema ter sido tratado nessa reunião. E, como ela não terminou, pelo menos para mim, pessoalmente, não terminou exatamente de maneira ortodoxa, dada a minha reação ali, eu não lembro. Eu me lembro muito desse ponto focal. Aliás, é o ponto que foi citado pelo Ministro Mandetta também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

O senhor também já afirmou, em diversas oportunidades neste depoimento, sua posição técnica contrária à utilização do medicamento cloroquina, hidroxicloroquina, para tratamento de casos de Covid. Eu indago, com relação à sequência de atos normativos emanados da Anvisa, partindo da Nota Informativa nº 1, de 2020, destinada ao Ministério da Saúde e ao Comitê de Crise, se recomendou que a utilização da produção de hidroxicloroquina fosse apenas para as indicações terapêuticas previstas na bula.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Em seguida, nos meses de março e abril, também temos a RDC 351 e a RDC 372, restringindo quantidades e estabelecendo uma forma específica para a prescrição...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** ... para a receita de controle especial, a famosa receita que fica retida na farmácia para melhor controle.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Receita retida, exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** No mês de julho de 2020, através da RDC 405, e, em seguida, em setembro, com a RDC 420, ocorre uma flexibilização: passa-se a abrir mão da receita retida, da receita especial, e se abre uma possibilidade maior da prescrição e da aquisição direta desses medicamentos. O senhor pode me esclarecer qual foi a base técnica disso?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ainda sob receita, porque essas medicações nunca foram pela norma de livre aquisição, de chegar à farmácia e "eu quero comprar". Tinha sempre que haver a apresentação de receita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A flexibilização se deu porque começamos a ter, talvez, nessa época... O senhor reportou que foi em junho ou julho, me parece.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O que é que aconteceu? Houve também – isso é inegável –, por conta dessa questão do uso *off-label*, um consumo bem maior do que a produção, numa velocidade avassaladora. Então, várias medidas tiveram que ser tomadas para garantir o uso de quem precisava efetivamente pela bula, que ó lúpico, o malárico e o artrítico – são basicamente esses três grupos de pacientes. Então, nesse momento, nós começamos a receber uma enxurrada de reclamações de que estava havendo uma dificuldade imposta pela Anvisa, porque agora tinha que ter receita especial, que tinha que ficar retida. Então, como nessa hora essa questão já começou a ser mais bem equacionada, nós entendemos que era hora de desburocratizar e voltar ao *status* anterior.

Isso não aconteceu só com a hidroxicloroquina. Isso aconteceu com outras medicações que sumiram da prateleira pelo uso *off-label*. Isso aconteceu com a ivermectina, isso aconteceu com a nitazoxanida. Houve uma procura muito grande e aí ele sumiu. Tinha mãe que queria tratar criança para verme e não conseguia comprar ivermectina mais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A Anvisa nunca recomendou ou referendou esse uso *off-label* desses medicamentos para o atendimento da Covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, nunca referendou isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nós tivemos até, se o senhor me permite...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Houve épocas, inclusive, de doações que foram feitas ao Brasil, e essas doações de países estrangeiros tiveram, na parte da importação, o nosso aval, porque não tinham como não ter. O consumo de hidroxicloroquina no Brasil mensal é de 3,45 milhões de comprimidos para pessoas que precisam desse medicamento. E, quando houve essa avassaladora procura por causa do uso *off-label*, nós tivemos que tomar medidas, inclusive aceitar doações. Recebemos aí de alguns laboratórios que doaram 1 milhão, 2 milhões. Isso aí aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor tem ciência, ao menos por ouvir falar, de que houve emprego desse tipo de medicamento para atendimento a casos de Covid...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, plenamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** ... inclusive com recomendação do Ministério da Saúde?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Existem duas recomendações do ministério, uma bem precoce, no início do enfrentamento à pandemia, que foi até reportada pelo próprio Ministro Mandetta – encontrava-se no protocolo –, que era o uso compassivo naquela época. Depois, o Ministro Teich me parece que não teve nenhuma ação nisso. E, na gestão Pazuello, houve uma ampliação desse uso para outras indicações.

Eu queria pontuar que, na fase inicial – e isso foi gradativo –, era um cenário de grandes incertezas e havia vários estudos em andamento, como existem até hoje. Nós temos um estudo que vai acabar só em 31 de dezembro desse ano. Sobre ivermectina e nitazoxanida tem estudos que vão acabar em 2030, por exemplo. Mas, naquele início de ano, era um cenário de incertezas.

Então, até imagino, infiro, que isso possa ter sido adotado em face dessa questão. Agora, a Anvisa não tem essa atuação quanto aos programas nacionais de saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

Para finalizar, o Presidente da República verbalizou, em inúmeras oportunidades, não fazer a aquisição da vacina Pfizer por não se tratar de uma vacina homologada pela Anvisa. O senhor tem ciência dessas afirmações?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu ouvi pela imprensa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** E o senhor sabe informar se as aquisições que foram feitas, de outras vacinas, foram feitas já com a homologação da Anvisa, ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Aí, Senador, vou citar o que vi dessa situação porque, reitero, a Anvisa não adquire nada, não participa de aquisição para nenhum insumo do SUS, nem de nada. A gente compra o material de trabalho interno na agência.

Parece-me que essa afirmação feita pelo nosso Presidente talvez tenha sido mais no sentido de concretização de tratativas. Porque, vamos nos lembrar, a AstraZeneca já estava tratada muito antes. Já vem se noticiando a questão da transferência da tecnologia, da Fiocruz começar a ter uma linha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção. Com a própria CoronaVac, todos devem se lembrar, houve aquela questão inicial: compra, não compra e, depois, compra. Quando foi decidido pela compra, salvo melhor juízo, ainda não tinha certificação da Anvisa. Então, eu penso que tenha sido uma referência... Agora, acabou o depoimento do regulador, estou entrando no campo da opinião. Não sei se interessa aos senhores a minha opinião.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, interessa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A minha opinião é a de que a referência foi a questão do pagamento. Imagino aí alguma coisa contratual – "olha, eu tenho intenção, eu quero". O mundo inteiro fez isso. No mundo inteiro, quando começou a questão da vacina, todos os governos se apressaram em dizer: "Olha, não sei nem como é que vai terminar, mas eu quero".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todo não, o nosso não fez isso.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Fez na AstraZeneca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, bem depois. Num primeiro momento, nós não fizemos o que tínhamos que fazer.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu digo, Senador, no ano passado, em 2020.

Acho que foi isso. Agora, eu não tenho informação desse dado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas, objetivamente, o senhor tem a informação de que a Anvisa não tinha concluído sua análise e de que não tinha homologado, por exemplo, a aquisição de doses da vacina Sputnik?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, a Sputnik não está autorizada...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Que até hoje não está autorizada.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, a Sputnik não está autorizada até agora. O Governo Federal demonstrou interesse, acho que em 20 milhões de doses, e os governos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Dez milhões de doses. E os governos dos Estados do Nordeste em um número maior, parece-me que 38 milhões ou coisa desse gênero. O Amazonas pediu 1 milhão. Então, quer dizer, houve aí diversas fontes desejando a vacina, mas não foi possível atender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Então, eu posso concluir que não era necessária a homologação da Anvisa para a aquisição de nenhuma das vacinas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, é uma conclusão que eu acho que deveria ser dita, proferida, por quem efetua a compra. Parece-me um raciocínio, agora...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** No regulamento da entidade que V. Exa. preside...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** ... existe um normativo que impõe essa...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Tem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Geralmente, a compra está condicionada à aprovação.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É. Mas eu gostaria só de acrescentar, Senadores, o uso, o uso, não a compra, o uso. O uso, em Território nacional...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas a encomenda também. Na encomenda está dito lá que você só vai pagar se ela for autorizada pela Anvisa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É. Isso o que o Senador Humberto Costa está lembrando é o que eu infiro que seja... Eu não tenho esse... Eu não li esse dado que o Senador Humberto Costa citou, mas acredito que tenha sido isso: fez-se um protocolo de intenção condicionando o pagamento ao registro na Anvisa. Agora, a lei regulatória diz o seguinte: tem que ter o registro ou a autorização emergencial para usar, para injetar nas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** E agora, ao contrário, se a gente produzisse em Território brasileiro a Sputnik, um exemplo...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É o que a União Química pretende fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por exemplo, para exportar pode?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, porque o que vai determinar é a regra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Entendi, é o país que vai receber.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não só isso, Senador. Aí, me permita uma colocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não teríamos, o Brasil não teria responsabilidade nenhuma.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Teria, posso responder ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, eu queria...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Teria, teria. Nós colocamos numa resolução nossa a vacina e o oxigênio na anuência de exportação da Anvisa. Ou seja, se alguém produzir oxigênio aqui e resolver exportar para qualquer país, só vai conseguir exportar se a Anvisa disser: "Pode exportar". E antes de a Anvisa dizer "pode exportar", ela consulta o Ministério da Saúde: "Ministério da Saúde, estamos bem de oxigênio? Podemos exportar para algum país? Podemos ceder para algum país?". Então, nós tomamos essa medida de colocar vacina e oxigênio na lista de anuências de exportação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o que eu quero saber, por exemplo. A Sputnik, especificamente, não está aprovada para vacinar ninguém. Mas a União Química... A União Química, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A União Química.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se ela produzir a vacina no Brasil, um exemplo, ela pode exportar para a Argentina? Vender para a Argentina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pode, se nós dermos a anuência de exportação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Era isso que eu queria saber.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... e se a Argentina aprovar o uso da Sputnik fabricada no Brasil para ser usada na Argentina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Marcos do Val, de forma remota. Com a palavra o Senador Marcos do Val.

Depois é você, Fernando.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Obrigado, Presidente.

É um prazer estar falando aqui com o Presidente Barra Torres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, a minha dúvida é a seguinte: a hidroxicloroquina, ou cloroquina, pelo que eu sei, foi criada em 1946, se não me engano. Em 1955, a OMS começou também a utilizá-la. Então, tem mais de 66 anos que a hidroxicloroquina estava nas farmácias brasileiras sem necessidade de receita médica. E quando houve o início da pandemia – e a fala do Presidente sobre o uso dela, de que ela poderia auxiliar... Até confirmando a informação que eu tenho, a informação que eu tenho é de que fizeram testes já no período em que a pessoa já estava em estado grave, hospitalizada, e esse remédio acabou virando veneno nesse teste. E aí, começou essa onda de que era um remédio que não fazia efeito nenhum, que fazia mal, que não tinha efetividade nenhuma.

Bom, então a minha dúvida é o seguinte: foram 66 anos em que esse remédio estava sendo vendido nas farmácias sem receita médica e, de uma hora para outra, veio esse discurso de que ela causava arritmia, problemas cardíacos, infarto, mortes súbitas e tudo mais. Quer dizer, tornou essa medicação como se fosse um veneno absoluto e assustador. Assim que a imprensa, todo mundo sempre faz um discurso até hoje, até agora, há poucos minutos. Aí eu pergunto: quem prevaricou, quem deixou de, durante 66 anos, avisar que essa medicação seria tão perigosa, tanto ao ponto que todos colocam, ou ela não é tão perigosa, mas se tornou obrigatória a receita médica para não haver uma evasão e acabar esvaziando as farmácias para outras doenças?

Pode ter sido uma estratégia também, mas essa estratégia de exigir a receita para que não faltasse para as outras enfermidades causou uma sensação de "Opa, espera aí, essa medicação é perigosíssima, ao ponto de dar um infarto"!

Eu queria saber a posição da Agência: ela prevaricou, não prevaricou, as medidas que foram tomadas foram de precaução? Qual é a sua posição referente a isso? Porque até hoje, como o senhor mesmo já repetiu aí, diversas vezes, há testes ainda, sendo utilizada a hidroxicloroquina na fase inicial da doença – isso que eu sempre escutei, na fase inicial –, e isso deve durar até final do ano. Bom, então não há conclusão nenhuma.

Muita gente tem afirmado que "já está, comprovadamente, confirmado que a hidroxicloroquina não tem efeito". Essa afirmação é uma mentira, porque isso a gente pode ter no dia 31 de dezembro deste ano, conforme o senhor nos colocou aqui, certo?

Então, a minha pergunta é essa: Houve prevaricação durante 66 anos? Essa medicação ainda não pode ser afirmada como não tendo efeito, ou pode continuar sendo afirmado que ela está em processo de pesquisa e essa resposta teremos na data tal?

Essas seriam as minhas perguntas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as perguntas que o senhor fez, vamos recapitular a história. A cloroquina é, aproximadamente, ali dos anos 30, salvo melhor juízo, pela Bayer alemã; e, conforme V. Exa. pontuou, precisamente, a hidroxicloroquina, 1946, com uma utilização mais ampla a partir de 1955, por aí.

A hidroxicloroquina é um produto, digamos, bem mais, cronologicamente falando, mais moderno, mais avançado e, consequentemente, com efeitos colaterais a menor do que a sua irmã mais velha, por assim dizer, a cloroquina.

E o que acontece? É exatamente como estávamos agora, há pouco, falando: a Anvisa teve que tomar, como reguladora de mercado também... A agência não só trata da parte sanitária, mas também é reguladora de mercado. Nós vislumbramos que produtos utilizados no tratamento *off-label* estavam levando a um consumo maior sem uma previsibilidade de reposição, por parte dos próprios produtores, principalmente no caso da cloroquina e da hidroxicloroquina, que são medicações de um custo de produção relativamente baixo, principalmente a cloroquina, que acaba não interessando muito a certos produtores, que preferem produtos mais custosos e que têm um retorno de mercado melhor.

Então, não houve uma adaptação do setor produtivo a ponto de suprir a demanda. Tivemos, inclusive, várias denúncias também de pessoas com a receita, porque receita sempre precisou, mas era receita comum. Chegava-se na farmácia com uma receita de três caixas, daqui a pouco, voltava-se, mais três – mais três, mais três – e, no final, fazia-se, inclusive, estoque do produto.

Então, foi necessário que a Agência realizasse, por tempo determinado – e já foi revogado isso – a ortodoxia maior na questão da receita; então, receita especial com retenção, uma via fica retida, e com definição também de quantidade máxima a ser adquirida por cada pessoa, por cada comprador. Tivemos, inclusive, várias reclamações nessa época também, porque algumas pessoas entenderam que era uma medida da agência para dificultar o acesso a pessoas; o intuito não foi esse. E, tão logo essa situação voltou se não a uma normalidade, mas, pelo menos, a um grau de administração do problema melhor, nós revogamos essas situações.

Senador, quanto ao uso *off-label*, a Anvisa não tem ação em uso *off-label*; a Anvisa tem a ação no uso de bula. E, quanto ao uso *off-label*, as entidades de classe são aquelas que se manifestam quanto a isso, são os conselhos regionais, o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e as associações de especialidade. O que vemos, no cenário científico mundial atual, em relação a esse medicamento, é que muitos estudos foram feitos sem método, e os que foram feitos com metodologia mais ortodoxa são estudos que darão respostas ainda num tempo mais à frente, principalmente na questão do uso leve, conforme V. Exa. muito bem apontou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu já te agradeço. Está respondido, fico feliz com a resposta e é exatamente dentro do que eu sempre pensei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que vale afirmar aqui a todos os Senadores, todos os que estão assistindo, à imprensa que o discurso de que as pesquisas já apontaram ineficácia da hidroxicloroquina, essa frase não é uma verdade; ela pode se tornar uma verdade, mas atualmente ela não é uma verdade; ela ainda está em pesquisa, em outro processo, no processo inicial da doença. Mas era isso que eu queria pontuar, porque eu fiquei com muita dúvida: uma medicação ser vendida sem receita, com aquela receita básica que o médico fazia só para botar o horário de dosagem, e ela, de repente, virar um remédio que virou um veneno e que poderia matar do coração qualquer pessoa. Isso para mim sempre foi um discurso mentiroso de quem era contrário a esse tratamento ou a essa prevenção.

Bom, te agradeço, desejo aí ainda mais sucesso e está ganhando grandes admiradores pela transparência e tua equipe. A Anvisa sempre foi um órgão de que todos nós brasileiros nos sentimos muito orgulhosos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Fernando Bezerra; depois... Eu só quero avisar que nós teremos sessão do Senado e, iniciando-se a sessão, eu sou obrigado a encerrar esta sessão. Então, Senador Fernando Bezerra, com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu dei início, queria pedir permissão ao Presidente Omar Aziz, para fazer um breve registro, porque é importante constar das notas desta reunião. Durante as indagações feitas pelo Relator, o Senador Renan Calheiros, se suscitaram dúvidas sobre a presença da pesquisadora, da Dra. Nise Yamaguchi, em reuniões no Palácio do Planalto, no âmbito do comitê criado para acompanhar as ações de enfrentamento à pandemia.

Eu quero registrar, Sr. Presidente, que a legislação federal, através de norma específica, regula a figura do colaborador eventual. E peço para constar na ata da reunião que existe uma portaria, a Portaria 1.814, de 2019, que define a figura da colaboradora eventual: colaboradora eventual é pessoa sem vínculo com a administração pública federal convocada a prestar colaboração de natureza técnica especializada ou a participar de evento de interesse do ministério em caráter eventual.

É importante que a gente vá fazendo essas observações para que não fique aqui ilação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nada contra. Eu acho que o Presidente tem que falar com a sociedade organizada, com cientistas e tal, ninguém é contra isso. Agora, somos contra é a pessoa chegar com um decreto e pedir para o Presidente da Anvisa botar na bula. Somos literalmente contra isso. Há uma diferença muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na realidade, suscitou-se a legitimidade da presença dela numa reunião ou não. Então, estão aqui justificadas a legitimidade e, sobretudo, as propostas que podem ser trazidas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Líder, se V. Exa. me permite: ouvi, na outra sessão, falarem sobre essa questão do decreto, sobre a questão de bula de cloroquina e, hoje, de novo, esse assunto vem à baila. Nós estamos diante da clássica figura do chamado crime impossível. É como você tentar matar alguém dando um tiro só com pólvora ou, então, com bala de algodão: crime impossível. Pergunta... Ele já respondeu aqui hoje: é possível mudar bula de remédio por decreto? Crime impossível. Eu não sei a quem interessa essa cortina de fumaça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ninguém está incriminando ninguém, até porque nós o estamos ouvindo como testemunha, ninguém está sendo investigado aqui. O crime impossível...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi repetido tantas vezes aqui que parece que estão querendo inventar crime onde não tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Houve pessoas que me perguntaram sobre o Carlos Bolsonaro. Eu não vejo problema nenhum de o Carlos Bolsonaro estar numa reunião. Qual é o problema? Eu fui Governador e, muitas vezes, havia pessoas que não eram secretários que participaram de reuniões. Isso não quer dizer nada, absolutamente nada. Não vejo crime, não dá para criminalizar isso. Agora, pólvora pode matar, é só aspirar! Tu vais ver se não morre!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Mas eu queria formular a minha indagação ao Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres.

Queria cumprimentá-lo pela exposição, pela transparência, pela clareza dos dados, cumprimentá-lo pelo gesto de trazer toda a diretoria colegiada para esta CPI, mostrando, portanto, a importância da Anvisa neste momento crucial que a Nação brasileira vive. De certa forma, todos nós queremos que a vacina seja acessível à população brasileira o quanto antes, mas aqui ficou evidenciado de forma contundente que a Anvisa é uma agência de Estado e que ela não sofre pressões indevidas de quem quer que seja e ela tem garantida a sua autonomia para poder fazer a defesa dos interesses nacionais, a defesa dos interesses do Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero, ao cumprimentar V. Exa., cumprimentar todo o corpo técnico da Anvisa e parabenizá-lo pelo trabalho até aqui desenvolvido, esperando que a gente possa acelerar, sim, as análises dos novos pedidos de registro de vacina para que a gente possa ampliar a velocidade do programa de imunização brasileiro.

A minha pergunta: em 2019, a Anvisa foi admitida como membro do Comitê Gestor do Conselho Internacional de Harmonização de Requisitos Técnicos para Registro de Medicamentos de Uso Humano, o chamado ICH, entidade que reúne agências reguladoras, representantes da indústria farmacêutica e observadores independentes de todo o mundo, que é responsável pela emissão de recomendações relativas à padronização da atividade regulatória relativa a medicamentos, vacinas e demais produtos farmacêuticos.

Nesse sentido, qual é o papel desempenhado pela Anvisa nessa entidade e qual é a importância da participação do Brasil nesse comitê, especialmente quanto às medidas sanitárias adotadas durante a pandemia do novo coronavírus?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador, primeiramente, queria agradecer a sua imensa gentileza com as suas palavras.

Eu queria pontuar que a iniciativa dos diretores estarem aqui hoje, em primeiro lugar, partiu deles. Numa reunião na semana passada, eles manifestaram esse desejo de estarem juntos aqui comigo. Eu disse a eles: "Olha, eu jamais poderia pedir isso a vocês, mas se vocês estão dizendo que querem ir... Eu não sei se pode, mas vamos tentar".

Eu queria também deixar registrado que eu não precisei tentar, porque, quando da minha primeira vinda, e não foi possível que eu prestasse o meu depoimento, o Senador Omar Aziz, sem que eu pedisse absolutamente nada, disse: "Olha, se o senhor desejar trazer os seus diretores, os diretores da Anvisa e quem mais for possível, dentro logicamente... Não há lugar para todos...". Mas foi uma iniciativa do Presidente Omar Aziz, a quem eu agradeço.

É muito importante esse depoimento que o senhor deu agora para os servidores que estão nos acompanhando verem, na sua fala, esse seu reconhecimento.

Esse órgão que o senhor citou, Senador é o ICH, e a letra chave desse órgão é o H, o H é a harmonização. E à Anvisa faltava ter duas titularidades mundiais para ficar em pé de igual com o que há de mais desenvolvido no mundo regulatório. Faltava o ICH, que é esse aí. Nós somos hoje membros *full*, gestor, não falta mais degrau nenhum para subir; e o outro é o PIC/S, que é o Pharmaceutical Inspection Committee Scheme. O PIC/S é mais sobre inspeções farmacêuticas, e o ICH é harmonização de procedimentos.

Então, a importância de ser membro gestor é imensa, porque, primeiro, que a interlocução fica ombro a ombro, não tem desnível; segundo, o acesso às informações também é muito mais facilitado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque existe ali os protocolos de confiança, *reliance*, que a língua inglesa prevê para esse tema, que permite que essa interlocução seja transparente e veiculando informações que são importantes. Quer dizer, digamos assim, sem ninguém imaginar que ia ter pandemia... E nós estamos falando como o senhor apontou o ano de 2019, foi um degrau de força que a Anvisa subiu para o que ela ia enfrentar, e ninguém sabia que ia enfrentar.

E a segunda certificação, que foi essa do PIC/S, é mais recente, já foi durante a pandemia. Mas hoje o Brasil tem assento nos principais fóruns regulatórios mundiais, através da sua pequena agência ali do Guará, que, tão logo acabe a pandemia, estão todos convidados a conhecer.

Obrigado, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

Eu vou fazer só uma última pergunta. Eu não quero insistir, porque V. Exa. já tratou sobre a questão da prescrição *off-label*, mas, ainda sobre essa matéria, dá para inferir quais são os custos para se incluir em bula um novo uso para um medicamento já registrado, incluindo a realização de pesquisas com o rigor exigido pelo processo de regulação? Esse processo tem sido impeditivo para reposicionar medicamentos sem patentes e baratos para o combate à nova doença? Qual é a avaliação que V. Exa. faz dessa afirmação?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu penso, Senador, que isso não seja um óbice.

Vamos falar de micro e macro. Na análise micro, seria uma questão de taxas federais que existem para que determinados protocolos sejam analisados e tramitem. Isso é normal, isso não é um fator impeditivo.

Eu acho, sim, que a questão do custo – agora vamos falar de custo –, por parte do desenvolvedor, seria justamente bancar, financiar um estudo clínico, Fase I, Fase II, Fase III, com vários voluntários testadores, para que, com essa robustez, possa ser protocolada – e aí pagando uma taxa que, no caso, vai ser irrisória – a análise pela agência reguladora, seja a Anvisa ou qualquer outra no mundo. Então, o que eu vejo de gasto de dinheiro vai ser justamente no desenvolvimento do estudo clínico.

Por certo, medicações que estão em uso *off-label*, sem dúvida alguma, os donos do registro dos laboratórios devem estar atentos a se vislumbrar essa possibilidade e tratarem de fazer, porque representa, logicamente, mais ganho para as empresas deles.

Então, eu não creio que seja um impedimento propriamente alterações de bulas de produtos já registrados. Creio que não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A parte de taxas não seria o problema. Agora, quanto à questão de quanto vai custar o estudo, aí somente os laboratórios é que podem dizer efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Em seguida, a Senadora Rose de Freitas, mas, antes disso, o Senador Jorge Kajuru me pediu um segundo, e depois falará o Senador Tasso Jereissati, após o Senador Jorge Kajuru, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente Omar Aziz. Jamais vou usar o tempo de 15 minutos, tanto, que eu pedi ao senhor apenas 30 segundos. E permita-me: em algum momento, eu só fiquei 15 minutos fora da reunião, até porque as minhas redes sociais transmitem ao vivo, do começo ao fim. Fiquei só 15 minutos, numa reunião do Partido Podemos.

Questionou-se aqui uma notícia publicada na imprensa, vinda do Palácio do Planalto, ao Presidente da Anvisa ou não, Presidente Omar Aziz?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Em algum momento, já se questionou – questionou-se no bom sentido – o Presidente da Anvisa, sobre uma notícia vinda do Palácio do Planalto, publicada agora mesmo na imprensa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. A gente está aqui e eu não tenho informação, não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Então, me permita fazê-la e dizer o seguinte: como eu estou acompanhando nas redes sociais e ouvindo todos os segmentos, Presidente Barra, é impressionante o tamanho do reconhecimento, de respeito e admiração que o senhor ganhou, no dia de hoje, em todo o Brasil, por não recusar responder a nenhuma pergunta e por ser sincero demais em algumas delas.

Só que aqui, agora, no jornal O Antagonista, a notícia com o título é a seguinte: "[Presidente] Bolsonaro está 'bufando de raiva' com depoimento de presidente da Anvisa". O senhor crê que isso – informação de imprensa, jornal O Antagonista, sério, reconhecido... O senhor crê que isso seja procedente ou não? Sim ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador Kajuru, boa tarde.

Senador, não vi realmente. Estou totalmente desconectado de qualquer mídia eletrônica, e os servidores da Anvisa que estão comigo estão fazendo a gentileza de me manterem assim, porque aí eu permaneço focado nas respostas a esta CPI. Agora, veja bem, não tenho como avaliar, Senador. As respostas que falei aqui são rigorosamente verdadeiras e não sei se provocariam esse tipo de reação que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referido *site* que o senhor citou está provocando. Eu realmente não tenho nem como avaliar e também não tenho controle sobre isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Mas, se depois, para concluir, o senhor tomar conhecimento que procede que o Presidente realmente ficou bufando de raiva com o seu depoimento aqui na CPI, qual seria a sua reação?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A minha reação é continuar vivendo como sempre fiz, Senador. Não vou... Não modifico em absolutamente nada. Acho que as amizades existem para atravessar qualquer tipo de problema, se é que está havendo algum tipo de problema, não tenho a menor ideia. Volto a dizer ao senhor: não vi notícia nenhuma, mas de minha parte não há o que ser mudado. Nós estamos trabalhando numa linha que me parece adequada, me parece correta, e é nela que a gente vai continuar. Então, não vou ter reação nenhuma, não, Senador. Eu vou manter a minha conduta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Obrigado.

Obrigado, Presidente Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado.

Senador Telmário está mostrando uma lista. Eu sei, Senador Telmário, eu estou vendo aqui, amigo. É que, se você ficar dois minutinhos aqui, você vai me entender um pouquinho.

Ainda temos a Senadora Rose de Freitas, que fala pelas mulheres; o Senador Tasso Jereissati, que é titular; depois, Senador Izalci Lucas; e, depois, Senador Telmário.

Senadora Rose Freitas, por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) **–** Boa tarde, Presidente. Antes de mais nada, queria até saudá-lo. Tenho assistido às sessões, tão importantes, que demarcam no Brasil a luta que está sendo travada nesta CPI para esclarecer os fatos, mostrar à população a defesa do Congresso Nacional, dos seus interesses, pela vida dos brasileiros e, sobretudo, Sr. Presidente, para que situações como esta nunca mais se repitam no Brasil.

A minha pergunta, Sr. Presidente... Eu recebi muitas perguntas, eu me inscrevi para falar exatamente porque eu sempre tive uma posição em relação à Anvisa, no início desse processo, achando que a Anvisa demorou, que a Anvisa não se colocou como uma instituição que deveria atuar, principalmente, na vigilância sanitária, em situações de risco e, mais do que isso, no que é uma situação de vida ou morte neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em reunião extraordinária, Presidente, da Diretoria da Anvisa que foi realizada na segunda-feira 26/04, o Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, o Sr. Gustavo Mendes Lima Santos, apresentou, Sr. Presidente da Anvisa, laudo técnico em forma de eslaides, em que afirma que a Sputnik V teve adenovírus replicante, detectado em todos os lotes apresentados da vacina Sputnik. Era o eslaide, inclusive, nº 6. Ele utilizava dessa afirmação para declarar que não se sentia seguro para que a vacina fosse aplicada nos brasileiros.

Muito bem. Mas, numa carta enviada pela União Química, a empresa que representa a vacina no processo de pedido de autorização emergencial junto à Anvisa, no dia seguinte, terça-feira, dia 27/04, os russos perguntam onde a Anvisa conseguiu os lotes da Sputnik que foram analisados e onde foram encontrados alegadamente os tais adenovírus replicantes. Na quarta-feira, no dia 28, o Gerente-Geral, o Sr. Gustavo Mendes, vai ao Twitter e admite que nenhum lote da Sputnik havia sido testado.

A minha pergunta ao senhor é: como a Anvisa pode negar o pedido de importação da Sputnik, baseando-se – aí que é a questão – em um laudo técnico, no mínimo, falho, por não dizer que ele não era um laudo técnico que assegurava a impossibilidade da utilização da vacina? Será que a vacina, que já está aprovada, Sr. Presidente, e sendo aplicada em mais de 68 países ao redor do mundo, será que essa vacina, aplicada em países como a Argentina, o Chile e o México, não teve esse aspecto exaustivamente avaliado pelas agências sanitárias desses países?

O senhor realmente, Presidente, acredita que os técnicos da Anvisa sabem mais do que os outros países que estão lutando, como nós, nessa pandemia, onde essa vacina foi aprovada, e não tiveram o cuidado de fazer as mesmas observações, principalmente depois de erros, que nós diríamos gritantes, como esses mencionados e que foram abordados pela Anvisa?

Quando a Anvisa – é a minha pergunta – irá reavaliar a sua posição, que a nossa ver, sempre de leigos, equivocada e tendenciosa até, com relação a uma vacina que é considerada uma das mais eficazes e segura do mundo?

O povo brasileiro – e eu me considero uma parte dele aqui, como representante – está lutando para se imunizar, para se proteger dessa terrível doença. Então, eu perguntaria sobre a apresentação: o que está errado e o que está certo: a apresentação do dia 26/04 ou as posteriores, as outras posições que foram adotadas pela Anvisa? Eu gostaria de obter essa resposta.

Há uma carta também, enviada pela União Química, do dia 27/04, que está exatamente questionando onde a Anvisa adquiriu os lotes testados – testados.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Aham, perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Eu pergunto se a Anvisa tem condições, desde o dia em que ela tomou essa posição, de pensar no que foi dito, no que foi colocado, já que não testou nenhuma vacina da Sputnik.

A minha pergunta é essa, porque eu me preocupo em momentos em que nós, sob a Presidência do nosso Presidente Rodrigo, estamos todos ansiosos para que todos consigam – o senhor e outros mais – agilizar o processo de proteção ao povo brasileiro. E só há uma coisa que protege o povo brasileiro, contra a sanha de alguém não, mas, contra a pandemia: somente a vacina, Sr. Presidente!

Era a minha pergunta.

Obrigada.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Senadora, boa tarde.

Indo objetivamente para a resposta ao que a senhora perguntou, esse eslaide 06, que o Dr. Gustavo Mendes apresentou, trata de informações sobre lotes – não que nós tenhamos constatado; são informações que vieram do próprio desenvolvedor russo. De fato, a Anvisa não faz teste de bancada, teste laboratorial em vacinas. Ela analisa a documentação que é enviada por parte do desenvolvedor, no caso, o desenvolvedor russo.

Então, eu tenho aqui em minhas mãos e inclusive já está de posse da CPI todo o dossiê vindo dos desenvolvedores russos – são 600 páginas somente sobre a questão do vírus replicante. E lá está bem demonstrada a presença, que é diferente de zero. Vacina não é para ter vírus replicante, tem que ser zero. E os dados que estão demonstrados nos documentos dos próprios russos mostram número superior, número diferente de zero. Então, essa é a colocação.

A posição que o Dr. Gustavo Mendes apresentou não é a posição pessoal dele. Ele lidera um grupo de 15 especialistas das mais diversas especialidades, que é o grupo responsável pela análise de todas as vacinas já aprovadas e daquelas que porventura vierem a ser aprovadas. Isso é apenas uma gerência. Foram três gerências – também a de fiscalização e a de monitorização, com um número um pouquinho maior de servidores – que foram unânimes em demonstrar, infelizmente, a impossibilidade de aprovar, à luz dos documentos recebidos naquela época.

Quanto à questão de a vacina ser aprovada em 60 países, demonstramos aqui hoje país a país dessa lista de 60, que dos 60, 23 não haviam recebido, até aquela nossa decisão, nenhuma dose da vacina. Portanto, não a haviam ainda utilizado. Onze países não responderam, e o restante informou que recebeu quantitativos muito pequenos. E os dois países com agências regulatórias de grande porte, México e Argentina: o México alegou impossibilidade de nos atender com respostas, face a acordo de confidencialidade com o desenvolvedor; e a resposta da nossa agência irmã argentina, a Anmat... Veio uma resposta que não contemplou todas as nossas questões apontadas. Então, permanecemos num cenário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de incerteza e tivemos que decidir, porque já era findo o prazo. E a decisão foi no sentido de não autorizar a importação excepcional, mas documentos estão chegando, e esperamos que possamos analisar direitinho e, se possível, até mesmo rever para o futuro. Mas aquela foi a decisão do momento, tecnicamente embasada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero agradecer à Senadora Rose de Freitas.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)

... Senador Omar Aziz, Dr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa, senhoras e senhores.

Presidente Omar, na verdade, eu não tenho uma pergunta. Vou fazer muito brevemente, respeitando a sua paciência, umas observações.

Primeiro, as posições da Anvisa e do Dr. Antonio Barra Torres sobre as polêmicas questões que nós estamos discutindo aqui ficaram muito claras – muito claras – para mim nessa exposição do Dr. Barra Torres, sua posição sobre tratamento precoce, sobre cloroquina, sobre uso de máscara, distanciamento social, o porquê da Sputnik, o porquê da negativa, por enquanto, da vacina da Sputnik.

E quero ratificar, diante desse seu depoimento, meu respeito pela Anvisa, que é uma instituição que tem que ter sua credibilidade e sua respeitabilidade preservadas para a segurança de todos os brasileiros.

O senhor foi aqui para mim... E eu queria dizer: não o conheço pessoalmente, infelizmente; estou tendo a oportunidade agora, Presidente Omar. Mas queria dizer aqui para o Presidente Omar que ele, o Dr. Barra Torres, foi o exemplo de que deveria ser todo aquele que aqui viesse ser testemunha nesta Comissão de que V. Exa. é o Presidente. O que ele fez de extraordinário? Disse a verdade. Simplesmente disse a verdade com franqueza, sem receio, em nome da ciência e de sua instituição, de dizer aquilo que era verdade sem se preocupar de desagradar ou agradar alguém.

Meus parabéns, Dr. Barra Torres.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero inicialmente também parabenizar aí o nosso Presidente Antonio Barra Torres, da Anvisa. Já o conheci inclusive por ocasião da sabatina. Quero aqui parabenizar não só V. Sa., mas também toda a equipe da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Praticamente estou contemplado aí com as perguntas, mas, só para fechar alguns itens, pediria para V. Sa. dar uma posição: como é que está a situação hoje da ButanVac? Eu vi alguns Senadores criticando, dizendo que tanto o Instituto Butantan como a Fiocruz estão construindo e a tecnologia vem fora, vão ter que pagar provavelmente *royalties*. Óbvio: se o País não desenvolve, não investe em ciência, tecnologia e pesquisa, evidentemente que vai ter que pagar mesmo, não tenha dúvida disso. E vale a pena, porque o que não vale a pena é exatamente não ter a vacina e ver todos os dias 2 mil, 3 mil, 4 mil pessoas morrendo em função disso. Então, eu queria saber como é que está a situação hoje da ButanVac.

Segundo, da mesma forma, eu acho que já ficou claro, mas o que eu entendi é que, no caso da Sputnik, só depende de eles apresentarem alguns detalhes que estão faltando. Pelo menos é o que eu entendi, somente para confirmar.

Agora, eu perguntaria também assim: com relação à fabricação, por exemplo, da cloroquina, isso passa pela Anvisa? Porque os Ministros da Saúde, tanto o Mandetta quanto o Ministro atual, nenhum deles sabia de nada com relação à produção da cloroquina no Exército Brasileiro. V. Exa. sabe quem autorizou, quem determinou a produção de cloroquina no Exército?

E a última fala é com relação à questão das barreiras sanitárias. Lá atrás, por que não houve iniciativa alguma nesse sentido no início da pandemia? Alguém aventou essa hipótese? Houve alguma espécie de pressão para evitar essa medida de barreira sanitária?

São essas as minhas indagações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – São as minhas indagações.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Obrigado, Senador Izalci Lucas. Boa tarde.

ButanVac, Senador, neste momento, tem um protocolo de estudo clínico Fases II e III em análise na Anvisa. Observamos, na análise inicial, alguns pontos que precisavam de melhor esclarecimento. Já oficiamos ao desenvolvedor e estamos agora aguardando o retorno deles para que o processo continue.

Eu cito sempre: temos a ButanVac e temos também a Versamune, que são vacinas que estão, neste momento, em análise de estudo clínico Fase II e III com a Anvisa.

A Sputnik, Senador – V. Exa. entendeu de maneira correta –, depende agora dos nossos desenvolvedores, desenvolvedores russos, para que eles nos enviem informações que possam resolver essas questões que nós apontamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira pergunta de V. Exa. é quanto à questão da produção da cloroquina pelo Exército Brasileiro. Senador, o que ocorre? A cloroquina é um medicamento de custo, para a venda, muito baixo. Então, muito pouca gente que obviamente visa a um lucro maior se interessa em produzir. São chamados medicamentos que são negligenciados. São aqueles em que as grandes empresas não têm muito interesse, porque o custo final é muito barato. Então, eles precisam ser feitos, realmente, por laboratórios estatais. Isso é assim praticamente no mundo todo. Quanto à questão do laboratório do Exército Brasileiro, que é um laboratório, aliás, muito capaz, como é o laboratório farmacêutico da Marinha ou da Força Aérea Brasileira, eu não sei, eu desconheço como teria sido essa interlocução.

Agora, é importante trazer aqui, Senador Omar Aziz, o conceito de que, quando nós temos um aumento do uso *off-label* – e foi o que aconteceu –, fosse eu o gestor, eu realmente estaria preocupado em aumentar a produção, para que não faltasse para quem precisa usar, que é pessoa que tem malária, tem lúpus e tem artrite reumatoide. Então, eventuais aumentos de produção por laboratórios estatais podem ser perfeitamente assim compreendidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Líder Telmário, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Desculpa, Líder, a minha aflição. Quando eu vi o Kajuru falar na frente sem estar inscrito, é claro que eu fiquei tenso.

Mas eu quero parabenizá-lo pela condução do trabalho; parabenizar o Relator, o Senador Renan; e, sobretudo, eu quero parabenizar o Presidente da Anvisa, o médico e Almirante – vou chamar assim – Antonio Barra Torres, e toda a equipe da Anvisa pelo grande desempenho hoje, com muita responsabilidade, com muita serenidade. Trouxe as respostas que, naturalmente, eu acredito, são todas de boas intenções, a título de fazer esclarecimento.

Mas, Sr. Presidente, eu queria aqui... Eu tenho visto o Presidente sendo massacrado e, às vezes, politizam esta CPI a título de querer pegar o Presidente como se ele fosse o grande responsável pelos óbitos no Brasil. Quem é que, em sã consciência, gostaria disso? Pelo contrário! O que ele quer é um país acontecendo, funcionando, como está o Japão e como estão outros países acontecendo. Então, houve uma politização, um grande exagero. E querer jogar no colo do Presidente todos os óbitos é um absurdo.

Por exemplo, o meu Estado. No meu Estado, o que a Prefeitura de Boa Vista fez? Tudo politizado. A Prefeitura, que é do MDB, em Boa Vista – todas as Prefeituras do Brasil trabalharam de mãos dadas, as capitais, com o Governo do Estado; em Roraima, não –, o que ela fez? Ela fechava os postos sábado e domingo e até a atenção básica, que é quem tem que dar médico, tem que dar as consultas médicas, tem que dar o remédio, e não fazia isso. A doença agravava, iam para o hospital. E, aí, é claro que a medicação básica, o primeiro protocolo utilizado, não ia consertar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu peguei Covid e tratei o meu Covid com azitromicina, com cloroquina, com ivermectina e com dipirona. Tratei o meu Covid dessa forma, porque eu peguei a doença no início – peguei a doença no início –, então não tinha um outro protocolo, esse era o caminho. Não tem jeito.

Agora, Sr. Presidente, eu acho que, neste momento, era mostrar... Eu pensei que, nesta CPI, nós iríamos tratar do quadro brasileiro, arranjar uma solução para o que nós estamos vivendo. Então, no quadro brasileiro hoje, a média de mortes no Brasil caiu 28%. Está aqui no *Correio Braziliense* – no *Correio Braziliense*. A Saúde, o Ministério da Saúde acabou de distribuir – distribuiu ontem, na data de ontem – 1,12 milhões de vacinas para a população. E, olha, como tem, às vezes, o grande contraste: "Ah, a vacina não entrou, o Presidente não trouxe".

Olhe só as Ilhas Seychelles, que foi o país... "Covid avança nas Ilhas Seychelles"; país mais vacinado do mundo, o Covid avançou. Já com a segunda dose. E ainda querem culpar o Presidente por qualquer acréscimo nessa doença. É uma doença que ainda está realmente a ser estudada, os grandes países não chegaram...

Mas eu queria aqui, Presidente, trazer dados que eu acho fundamental a população brasileira ver. O Brasil aplicou, na data de ontem, mais de 1,77 milhões de doses de vacina, melhor resultado de maio e o segundo melhor da vacinação desde o início, 17/01/2021. O Ministério da Saúde possui 77.936.143 doses disponíveis, o suficiente para vacinar 18,5% da população brasileira. Já foram distribuídas pelo Ministério da Saúde 69,173 milhões de doses de vacina, equivalente a 88,5% das doses disponíveis. Mais do que isso, Sr. Presidente: foi administrado um total de 54.922.856, o que equivale a 79,6% das doses distribuídas. E 36.530.506 pessoas, 17,4% da população brasileira, já receberam a primeira dose da vacina e 18.392.350 pessoas, 8,8% da população brasileira, já receberam a segunda dose. O Brasil é o quarto país do mundo que mais vacinou. O Brasil é o quarto país do mundo que mais vacina em número de pessoas que receberam pelo menos uma dose de vacina, perdendo apenas para os Estados Unidos da América, Índia e Reino Unido, formado por quatro países, a saber: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.

O Presidente Jair Bolsonaro destinou 5,5 bilhões – 5,5 bilhões! – para produção e aquisição de vacina. E é esse cara que é genocida? É esse cara que está contra a população? É esse cara que é contra vacina? Foram 5,5 bilhões! Só não vê quem não quer, só não enxerga quem não quer. Só estão politizando esta CPI porque querem, mas o Presidente está fazendo a parte dele e bem feita – e bem feita!

A Fiocruz anunciou que esta semana começará a fabricar a vacina trazendo ingrediente farmacêutico ativo totalmente produzido no Brasil. Assim, acaba com a necessidade de importação de matéria-prima de imunizantes. Isso foi possível graças ao acerto do Presidente Jair Bolsonaro. Isso foi graças ao acerto do Presidente Jair Bolsonaro, que é o cara que está aí fazendo no que a China, no que a Rússia... Olhe só: isso foi possível graças ao acerto do Presidente Jair Bolsonaro. Em 26/06/2020, o Ministério da Saúde enviou ofício à embaixada britânica, oficializando o interesse para o licenciamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da tecnologia de produção para aquisição do IFA. Em 08/09/2020, finalizou com o contrato de encomenda tecnológica entre a Fiocruz.

Portanto, Sr. Presidente, o Brasil tem feito isso. E agora está aí a medida provisória no sentido realmente de se levar a saúde para a população.

Presidente, se eu ainda tenho tempo, eu tenho três perguntas ao Presidente da Anvisa. Posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode fazer.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Obrigado, Presidente.

Primeira pergunta: sabe-se que, para haver anotação em bula sobre a indicação do remédio, é necessário que o fabricante apresente um dossiê com a comprovação de eficácia do medicamento. Isso requer bastante investimento em dinheiro por parte do fabricante. Parece-me que todos os medicamentos de que foi solicitado uso emergencial para Covid ou que tenham prescrição em bula, como o remdesivir, têm patente, ou seja, há obviamente interesse econômico das fabricantes para o seu uso. O senhor sabe dizer se todos esses remédios que foram aprovados devem ser utilizados na fase inicial da doença? A cloroquina e a ivermectina não têm patente, ou seja, não há interesse econômico envolvido para aprovação da Anvisa. Nesse caso, quem poderá pedir a alteração do bulário ou a aprovação para uso emergencial se não há fabricante interessado em fazê-lo? Primeira pergunta.

Segunda: a despeito de não haver registro da Anvisa contra o Covid, os médicos estão impedidos de receitar? Como se dá isso?

Terceira: muito se viu na mídia o apelo do consórcio nordestino para a compra da Sputnik. O senhor ou sua equipe em algum momento foram pressionados ou constrangidos a promover a aprovação da vacina? O senhor concorda com a fala propalada pela imprensa de que os critérios utilizados pela Anvisa foram os políticos?

E última pergunta, Sr. Presidente da Anvisa: a despeito de não haver registro da Anvisa contra o Covid, o médico está impedido de receitar? O fato de não ter na bula quer dizer que o remédio não tem eficácia contra determinada doença?

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador Telmário, boa tarde.

V. Exa. pontuou muito bem. Só quem pode pedir a alteração de bula, seja por inclusão, retirada, acréscimo, substituição é o detentor do registro. Então, o detentor do registro vai fazer a investigação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clínica, o estudo clínico, vai documentar tudo e protocolar um pedido de alteração de bula, a ser feito em acordo, vigilância e observação pela agência reguladora cabível.

Então, V. Exa. começa a sua oração com uma informação muito precisa. É exatamente isso.

V. Exa. pergunta também se o médico é proibido de receitar alguma coisa que não esteja na bula. Não, ele não é proibido de receitar para uma alguma coisa que não esteja na bula. É o que se chama prática *off-label*, fora da bula. Ela é tão antiga quanto a medicina. Ela tem importância capital principalmente em medicações para doenças raras, por exemplo, que muitas vezes não têm medicação com registro, e é necessário usar alguma medicação que amenize aquele quadro, aquele sintoma.

Então, é uma prática regulada não pela Anvisa, mas pelos conselhos de classe: Conselho Federal de Medicina, conselhos regionais e as associações médicas de especialidade.

V. Exa. pergunta se houve algum tipo de critério político nas decisões da Anvisa. Nunca houve, Senador. Quero dizer, nunca houve... Eu sou testemunha ocular desde que eu chego lá, em meados de 2019. E não vejo nada de politização, até porque é uma coletividade muito plural, muito heterogênica, o que é bom. Temos lá pessoas das mais diversas localidades deste imenso País, diversas orientações políticas, diversos credos. Então, não vejo nada disso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário, satisfeito?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Muito obrigado! Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador, pela participação.

Por último, o Senador Fabiano Contarato, nosso querido Senador do Espírito Santo.

Com a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o comparecimento ao Presidente da Anvisa.

Aqui, eu quero fazer um contraponto quando alguns Senadores falam que não é responsabilidade do Presidente da República. Isso não se trata de politizar. Trata-se de entender que quem é pessoa jurídica de direito público externo, com capacidade de celebrar contratos com outros países, é o Estado brasileiro, através do Presidente da República e dos seus Ministérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não vamos excluir a responsabilidade e tirar o foco, porque, contra fatos, não há argumentos.

A responsabilidade é dele tanto por ação como por omissão, uma vez que a omissão é penalmente relevante quando a gente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado. Então, isso tem de ser responsabilizado.

Acho que o Ministro da Saúde tem que comparecer novamente, porque, na minha concepção, ele faltou com a verdade, omitiu muita coisa. E nós queremos, sim, mais esclarecimentos do Ministério da Saúde.

Agora, eu queria saber do Presidente da Anvisa: uma de suas funções na Agência é normatizar, controlar, fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde. Houve alerta, por parte da Anvisa, a respeito da ineficácia desses remédios – cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, para o tratamento da Covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador Fabiano Contarato, boa tarde!

Senador, nós temos várias manifestações da agência numa série de processos do enfrentamento da pandemia, onde vai sempre pontuada a inexistência, pelo menos até o presente momento, de indicações outras por parte destes medicamentos que já apontamos para o enfrentamento da Covid-19. Portanto, esse uso permanece para nós em uma atividade que é chamada atividade fora de bula, ou off-label, sobre a qual a nossa agência não tem um poder de controle. Esse é um controle mais dos órgãos de classe, Conselho Federal e Regional de Medicina de cada Estado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu volto a falar com o senhor: a Lei nº 9.782, de 1999, determina, no art. 7º, inciso III, que compete à Anvisa propor políticas, diretrizes e ações de vigilância sanitária, atuar em circunstâncias especiais de risco à saúde. O senhor, em algum momento, foi provocado pela diretoria ou pela equipe técnica da Anvisa para intervir em alguma postura ou diretriz quanto a medicamentos, protocolos ou diretrizes do Governo Federal quanto ao combate à pandemia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Objetivamente, não, Sr. Senador. Eu queria ressaltar que a agência, seu corpo de servidores são aqueles que estão lá, alguns há 22 anos. Então, certamente, partiria, poderia partir deles esse tipo de provocação, mas, respondendo objetivamente a V. Exa., não partiu nesse sentido. Atribuo inclusive ao fato desses que estão lá há muito tempo e são muito senhores das suas atribuições – de aonde podem ir, aonde têm que ir e aonde é esperado que se avance –, é justamente esse conceito que eu apontei anteriormente, de que não é uma atribuição nossa interferir na questão do uso *off-label*, e também não temos uma atribuição, pelo menos tão direta assim, na questão dos programas nacionais de saúde. Existem órgãos de controle – acho que todos sabem, o TCU e o MPF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– que já efetuaram questionamentos ao Ministério da Saúde nessas questões objetivas que V. Exa. apontou.

Então, não temos, pelo menos de plano, uma ação nesse caso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A Anvisa, Sr. Presidente, realizou ações de fiscalização para evitar a oferta indevida de *kits* Covid sem eficácia comprovada para o tratamento da doença?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Objetivamente, não, Senador. Fiscalizações... Nem recebemos denúncia contra isso, nem, tampouco, tivemos ação de iniciativa nossa em relação à identificação de *kits* Covid à venda em qualquer lugar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, Sr. Presidente, com todo o respeito, esta é uma função da Anvisa: fiscalizar – ela não precisa ser provocada. Então, a omissão da Anvisa é latente. Nós temos aí, é pública e notória – o senhor pode percorrer as farmácias – a venda de *kits* Covid, induzindo a população... Porque o que se passa para a população é: se de mil pessoas que usam hidroxicloroquina, uma morre, 999 foram salvas pela cloroquina, e não é isso. Nós temos que ter responsabilidade com a ciência.

Eu faço uma pergunta a V. Exa., Sr. Presidente, o senhor sabe a diferença entre um cientista e um médico?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, V. Exa. prefere que eu comece pela pergunta anterior?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A pergunta anterior, Senador... Todas essas medicações que têm sido ditas hoje, que fazem parte de *kit* Covid, são medicações sob receituário médico, todas elas.

Uma vez havia o receituário simples, que era o receituário vigente da hidroxicloroquina ou da cloroquina. Quando esse produto começou a faltar no mercado, nós tivemos que colocar no receituário controlado. Os demais... Já foram retirados, hoje não é mais assim. Os demais medicamentos, como ivermectina, nitazoxanida, são medicamentos sempre vendidos com receita médica. Então, caímos naquela mesma situação anterior, essa fiscalização não cabe à Anvisa, os conselhos de classe regulam o uso *off-label*. Esse uso é um uso fora de bula e é um uso tão antigo quanto a própria prática da Medicina. Se formos analisar a Medicina ao longo dos milênios em que ela existe, o advento da receita, o advento da bula é recentíssimo e é sobre esse que a agência tem ação. No uso *off-label*, quer seja unitário ou formando *kits*, esse controle, o controle do uso *off-label* é dos conselhos de classe, não é uma atribuição da agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

Agora, eu só queria, mais uma vez, enaltecer aqui a ciência, Sr. Presidente, porque a ciência se faz com pesquisa, com seus pares, dentro de um laboratório.

O médico não pode utilizar dos seus pacientes no seu consultório para fazer ciência. Isso é muito grave! Nós temos que respeitar a ciência.

Então, esta CPI tem que ter um foco efetivamente para responsabilizar quem que por ação ou omissão tem ocasionado um dano maior diante dessa pandemia que está violando o principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde.

Eu pergunto a V. Exa.: V. Exa. já fez uso de hidroxicloroquina ou ivermectina como tratamento precoce para Covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – V. Exa. pergunta se fiz uso durante a minha, o meu acometimento...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Agora, na pandemia.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – No meu acometimento de Covid?

V. Exa. pergunta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Não, não, como tratamento preventivo, para evitar.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não existe comprovação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Respondendo objetivamente: para evitar não usei absolutamente nada disso, não tem comprovação de uso profilático de nada disso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

Agora, V. Exa. também foi visto com o Presidente da República percorrendo caminhos... O senhor sabe que ele é contra a utilização de máscaras, distanciamento social, contra o uso da vacina e difunde a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica.

Qual a opinião de V. Exa. sobre esse comportamento do Presidente da República?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador Fabiano Contarato, todas as manifestações que tenho feito ao longo desta pandemia, manifestações públicas, têm sido enfatizando o uso da máscara, do distanciamento social e do álcool em gel quando não for disponível água e sabão. Inclusive, no portal da Anvisa, existem vários vídeos que a população tem até acessado, me parece que são vídeos até razoáveis do ponto de vista didático, em que isso é bem pontuado.

V. Exa. também pode se recordar de uma última *live* de que participei a convite do Sr. Presidente em que usei a máscara durante todo o período em que lá estive, foram talvez ali quase duas horas. Então, esse é o posicionamento sanitário mundial, é o posicionamento que professo.

O evento a que V. Exa. se refere foi em março do ano passado. Aliás, já foi objeto hoje aqui da nossa CPI. Já depus a respeito disto: um momento pontual, em que, naquele momento exatamente, o uso de máscaras ainda não era disseminado. Não havia recomendação do Ministério da Saúde, inclusive, no sentido do uso amplo das máscaras, que era muito focado na questão de pessoas portadoras da doença, mães amamentando e ambiente hospitalar. E procurei manter ali a distância que foi possível, tratei do assunto que tinha que tratar e cada um seguiu para o seu lado. Não houve nenhuma repetição de evento semelhante àquele, de minha parte. Então, esse tem sido o posicionamento que adoto no enfrentamento dessas questões. Comungo da preocupação de V. Exa. em relação a isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Obrigado, Sr. Presidente.

Só para finalizar, eu gostaria que o senhor me esclarecesse o seguinte. Em março deste ano, uma comitiva do Governo foi à Israel para conhecer um *spray* nasal para combater a Covid-19. Essa viagem custou mais de R$400 mil reais aos cofres públicos. Desde então, a Anvisa recebeu qualquer notificação dos desenvolvedores desse *spray*? Houve pedido de início de testes no Brasil? Na sua estimativa, quanto tempo demoraria até que esse *spray* se torne disponível para o público?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, eu até citei isso hoje. Nós temos recebido uma série de contatos das mais diferentes técnicas possíveis no enfrentamento à pandemia e temos adotado não ter preconceito contra nenhuma, ouvir o que as pessoas têm a dizer, e dizer: "Olha, se desejam submeter à nossa análise, o regramento é este que aqui está". Alguns submetem e alguns não submetem. Nós tivemos recentemente reuniões com um grupo que queria desenvolver, V.Exa. tem conhecimento, a proxalutamida. Esses grupos estiveram conosco, fizeram duas reuniões e depois não avançaram.

A questão do *spray* nasal, que foi bastante comentado na época, eu confesso a V. Exa. não ter, de memória, registro de que esse grupo tenha falado conosco. Não posso ser categórico quanto a isso. O que eu posso ser categórico é que não houve a entrada de protocolo de pesquisa em relação a essa medicação que foi apontada lá pelo grupo de Israel como tendo resultados favoráveis no paciente baixado, paciente internado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão de quanto tempo isso pode evoluir, Senador, se um protocolo chega para nós sem nenhuma tratativa prévia, geralmente ele vem repleto de inadequações. Não é o ideal. O ideal é que os grupos conversem conosco, tenham as reuniões com o nosso grupo técnico para, quando derem entrada no processo, ele já venha bem redondo, vamos assim dizer, sem arestas, para que a nossa resposta seja rápida.

Nós temos cumprido os prazos que a lei preconiza sempre um pouquinho antes, sempre aquém do máximo prazo legal, mas não tivemos mais notícias, pelo menos que eu me lembre aqui, dessa questão do *spray* nasal. Mas posso me comprometer aqui com a Comissão a verificar isso no nosso protocolo e transmitir a esta CPI para que V. Exa. possa ter acesso, caso tenha ocorrido.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Agora, Sr. Presidente, a Anvisa aprovou o uso da vacina da Pfizer, mas, quando ela finalmente chegou ao Brasil, o Ministério determinou que ela fosse aplicada com intervalo de três meses, apesar de a bula da Pfizer prever intervalo de 21 dias. A Anvisa concorda com essa possibilidade de aplicação da vacina da Pfizer? Em que ela se baseou?

Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, quanto à questão do intervalo entre as vacinas, o que está previsto na bula, realmente, é o intervalo ideal. É uma pergunta também técnica, muito importante, mas também bastante específica, e não tenho, aqui na minha memória, o registro disso, inclusive de alguma manifestação nossa nesse sentido, mas comprometo-me também aqui, publicamente, a enviar para esta CPI a resposta objetiva da questão do nosso entendimento quanto às doses da vacina da Pfizer, primeira e segunda, conforme V. Exa. acabou de relatar.

Eu peço que a minha assessoria tome nota para que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu posso te responder, Fabiano. A verdade é que eles querem aplicar todas as doses que vieram, porque só são cinco dias de prazo e eles não têm como acondicionar abaixo de setenta e poucos graus, entendeu? Então, agora, com a próxima leva da vacina, para que eles possam vacinar com a Pfizer, que vai chegar daqui a dois, três meses somente. Senão eles adotariam como foi feito com a CoronaVac: você manda mil vacinas para o Município, são aplicadas em 500 pessoas. Quatorze ou quinze dias depois, as outras 500 são aplicadas, porque você pode acondicionar em qualquer potezinho de gelo. A geladeira vai mantê-la. Então, essa é a diferença, porque não há vacina suficiente. Então, 21 dias é uma coisa, três meses é totalmente diferente. E a primeira dose praticamente não imuniza quase nada. Só a segunda dose que imuniza. Eu acredito que seja isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela paciência e compreensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – É só uma curiosidade: quando V. Sa. foi acometido da Covid, em maio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teve Covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Tive.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... V. Sa. tomou cloroquina? Só por curiosidade.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada. Eu quero aqui agradecer ao Dr. Barra Torres, quero agradecer aos diretores da Anvisa e dizer – viu, Humberto? – que talvez, para algumas pessoas, a participação do Barra Torres não trouxe novidade, mas trouxe, sim, a consciência de que a Anvisa é a favor da ciência. Isso é muito importante para a gente. E as precauções que ele está tendo são importantes, porque, lá dentro, na hora que nós tivemos aquele intervalo, eu perguntei a ele: "Qual é a vacina que você vai tomar?". Ele disse: "Qualquer uma aprovada pela Anvisa. Se tiver lá, à disposição, eu tomo". Então, a gente pode confiar.

Quanto àqueles que não querem se vacinar, tenham certeza de que a Anvisa está correta em ter suas preocupações.

Muito obrigado pela sua participação.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está convocada a reunião amanhã, às 9h30.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Eliziane Gama e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Zenaide Maia, Mecias de Jesus, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Irajá e Soraya Thronicke. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Foram aprovadas as atas das 4ª, 5ª e 6ª reuniões, dispensadas as suas leituras. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Fabio Wajngarten, Ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência, em atendimento aos requerimentos 15/2021 e 329/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Fabio Wajngarten, ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 4ª, 5ª e 6ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas. (*Pausa.*)

Nós estamos iniciando antes para que a gente possa discutir alguma situação que os Senadores... Para que a gente inicie às 10h, pontualmente, a oitiva do Sr. Fabio Wajngarten... Foi isto que nós acordamos a partir de ontem, que nós iríamos iniciar mais cedo, para não atrasarmos as oitivas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu solicito a palavra pela ordem, na forma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Pois não, Senador Marcos Rogério.

Depois fala o Senador Humberto Costa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – O pedido se dá na forma do art. 14, inciso X, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, para indagar de V. Exa. quando será convocada a reunião deliberativa deste Colegiado destinada a votar os requerimentos de convocação de autoridades estaduais e municipais, para falar a respeito de irregularidades na utilização de repasses federais para o combate à Covid-19.

É sabido por todos que o requerimento do Senador Girão também tem como foco a investigação da correta aplicação dos recursos federais no âmbito dos Estados e Municípios.

Só para se ter ideia, Sr. Presidente, somente até outubro do ano passado, foram realizadas 51 operações da Polícia Federal abrangendo 18 Estados da Federação, com operações em prefeituras e governos estaduais. Isso representa, nessas investigações, apenas nessas, a movimentação de cerca de R$2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões em recursos públicos destinados ao combate à Covid. Há suspeita de superfaturamento na aquisição de insumos para prevenção e combate à pandemia, fraudes nas compras de respiradores, superfaturamento em contratos para a compra de máscaras, entre outros. Portanto, Sr. Presidente, a convocação de autoridades estaduais e municipais é medida urgente.

Veja o caso do Estado do Amazonas, Sr. Presidente. É tão grave a situação que levou a Operação Sangria – deflagrada pela Polícia Federal em conjunto com a Controladoria-Geral da União e Ministério Público Federal, com o objetivo de investigar desvios de recursos – a determinar busca e apreensão na casa de secretários, na residência do Governador, no palácio, tudo autorizado pelo Ministro Francisco Falcão, do STJ. Foi pedida a prisão do próprio Governador, há pedido de afastamento do Governador do cargo. Portanto, Sr. Presidente, nós estamos diante de situações gravíssimas. Segundo a Polícia Federal, os ilícitos envolvem desvios de recursos públicos da ordem de, no mínimo, R$3 milhões.

Eu sei que V. Exa. tem tido zelo na condução dos trabalhos desta CPI. Nós já aprovamos dois requerimentos relativos ao Estado do Amazonas, queremos aprovar em relação a outros Estados da Federação. Mas, veja, esse Governador tem pedido de afastamento do cargo!

A situação, portanto, é uma situação gravíssima, e eu queria fazer um apelo a V. Exa. que declinasse aos membros desta CPI em que momento nós vamos colocar para votação o requerimento de convocação do Governador do Estado do Amazonas. E V. Exa. já deixou claro para esta Comissão que não atua aqui para blindar o Estado de V. Exa., porque nós já aprovamos dois requerimentos de lá, mas eu queria que V. Exa. sinalizasse para a Comissão quando é que nós vamos pautar a convocação do Governador. Começando por esse, que é uma situação mais evidente, e já há elementos robustecendo os trabalhos da CPI, mas eu tenho aqui a relação de todas as outras operações da Polícia Federal que aconteceram no âmbito dos Estados: o que se apurou, o que se detectou, quais são as fundadas suspeitas que há.

Portanto, é a palavra pela ordem que faço a V. Exa., rogando que possamos ter data e hora para votar esses requerimentos, também fazendo com que essa investigação se aprofunde na busca de possíveis malfeitos que aconteceram nos Estados e Municípios.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A CPI, criada inicialmente pelo Senador Randolfe e depois apensada pelo Senador Eduardo Girão, é muito clara. E V. Exa. fala bem: eu não tenho blindado ninguém. Até porque, se foi convocado alguém de algum Estado, foi do Estado do Amazonas. De outro Estado, ninguém, nenhum secretário, nenhum assessor, ninguém. O que eu pedi ontem ao Senador Eduardo Girão é a mesma resposta que eu darei à V. Exa.: eu só estou aguardando o pedido de informações que fizemos a todos os Estados, para que V. Exa. tenha acesso, e, no início de junho, depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ouvidas as pessoas que já estão convocadas, o Secretário de Saúde do Estado do Amazonas será chamado para ser ouvido.

Posteriormente, não tenha dúvida nenhuma de que todos esses requerimentos que V. Exa. está pedindo serão encaminhados para que sejam analisados por V. Exa. e a gente possa votar e não deixar absolutamente nada que tenha que ser investigado por esta Comissão. Nós vamos investigar tudo e todos, sem nos preocuparmos com isso. Não há preocupação de blindagem. Eu só pedi esse... Ontem eu pedi ao Senador Eduardo Girão – no mesmo caminho que V. Exa. está fazendo – para esperar somente as informações para, baseado nas informações a que nós vamos ter acesso, fazer alguma coisa realmente polposa.

Em relação ao Estado do Amazonas, é diferente. O Estado do Amazonas está sendo investigado pela falta de oxigênio também, correto? Ali, quando o Senador Randolfe fez a CPI... Aliás, ele pediu assinaturas baseado em possíveis omissões do Governo Federal e no problema – e todos vocês foram solidários ao meu Estado – relativo à falta de oxigênio que houve lá. E nós temos que apurar o que houve, aí temos que saber de produção de oxigênio, uma série de coisas. Tanto é que o secretário de saúde já está convocado para vir aqui prestar depoimento para esta CPI. E os Governadores ou qualquer outra pessoa que tenha que ser chamada não terão, de forma nenhuma, por parte da Mesa, nenhum tipo de preocupação.

Eu acho que ontem ficou claro que quem quer falar a verdade vem aqui e sai aplaudido por todos, porque o Presidente da Anvisa veio aqui, não se escusou de nenhuma resposta, não tangenciou em nenhuma resposta, falou aquilo que pensava e todos nós, seja independente, oposição, situação, achamos que ele fez o caminho certo. Então, não vejo problema de as pessoas virem aqui e falarem a verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto, depois Senador Girão e depois Senador Ciro, pelos pedidos.

Senador Humberto, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Pois não.

Sr. Presidente, na verdade, eu quero abordar uma outra questão, que também está vinculada ao tema dos Estados e dos Municípios.

O Líder do PT, o Deputado Paulo Rocha, fez uma solicitação à Consultoria Jurídica do Senado Federal sobre o alcance da decisão relativa à CPI poder investigar ou não Estados e Municípios. E, mais do que isso, nós solicitamos que se estabelecessem os limites que devem ser impostos aos requerimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de informação que são endereçados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no âmbito da CPI da pandemia.

Eu estou aqui com a nota informativa que, a julgar que isso aqui reflita, de fato, a verdade dos fatos, os pedidos de informação, muitos que nós fizemos, teriam que ser refeitos, refeitos! Como certamente alguns já foram para Estados e Municípios, é importante que, se tiverem chegado, permaneçam sob sigilo, inclusive, para os integrantes da CPI. Por quê? Porque essa informação da secretaria, da assessoria jurídica do Senado estabelece que só poderemos buscar informações sobre temas relativos à aplicação do recurso financeiro para a pandemia que tenha sido do Governo Federal. Então, há uma série de determinações aqui que seria bom que V. Exa. visse.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No meu entendimento, Senador Humberto – E eu acho que, no entendimento de todos – são fatos correlatos em relação aos recursos específicos que foram repassados –, veja bem, os Governadores e Prefeitos têm que prestar esclarecimento a esta CPI dos recursos específicos que nós votamos aqui, no Senado, que foram repassados para eles...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... sobre o Covid. Agora, recursos estaduais, isso não é competência nossa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí está claro. Então, o que nós aprovamos, e eu botei para votar, no meu entendimento, é muito claro, dito pelo Presidente do Senado: são fatos correlatos e recursos que nós aprovamos. Não é o recurso que é passado, números estratosféricos de que estão falando aí...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, sim! Tem que ser a transferência voluntária para a Covid.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! A transferência que foi feita. Veja bem, nós aprovamos aqui recursos para todos os Estados brasileiros. Lembra disso, não é verdade? Recursos que foram repassados para Estados e Municípios. São esses recursos de que nós sabemos o destino deles.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O problema é que nós fizemos aqui, aprovamos diversos requerimentos de informação que são extremamente amplos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Podem ser amplos, mas o que o Governador ou o Prefeito tem que responder...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei, Presidente. Às vezes, o Governador, o Prefeito, o secretário não tem esse conhecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só uma...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E nós não podemos correr o risco de divulgar aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, pela ordem, está o Senador Girão, o Senador Ciro...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deixe-me concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, V. Exa. vai ter...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não estou falando especificamente de nenhum requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não! Ele está falando, porque tem vários.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu estou falando de qualquer um.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Me perdoe, você está falando do nosso requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não, não...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Você está citando o trabalho da consultoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou dizendo aqui, o trabalho da consultoria...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então, é sobre o nosso requerimento, é de minha autoria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não é só o seu, não!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É, é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento do Senador Ciro Nogueira: a partir de 200 mil habitantes...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para passar as informações dos recursos específicos que foram repassados pelo Governo Federal para a Covid.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele está certo, então.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é para média e alta complexidade, não é para as outras coisas do SUS, não!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não! Não estou o questionando ele, não! Ele está tomando as dores aqui eu não sei por quê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas é isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Na verdade, foram daqui, por exemplo, requerimentos, pedindo a descrição da folha de pagamentos durante um ano, não sei o quê. Isso tudo envolve recursos que são do Estado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor pode... Só uma dúvida, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É isto que eu estou dizendo: que os requerimentos devem ser refeitos. Os que não forem refeitos têm que ser guardados para serem devolvidos e virem os requerimentos de resposta correta. Isso é da Consultoria Legislativa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Humberto, o senhor pode me tirar uma dúvida aqui sobre o seu posicionamento? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hein, Senador Humberto? (*Pausa.*)

Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se o senhor quiser, eu leio a decisão final.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Humberto, você pode tirar só uma dúvida? E até foi o Presidente que colocou muito bem essa questão. Quer dizer que, se, nesta CPI, nós detectarmos que recursos que os Estados brasileiros deixaram de pagar nas suas dívidas por conta do Covid, e houve desvio desses recursos, não vão ser averiguados?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qualquer recurso da Covid, sendo voluntário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não estou entendendo. Só um minutinho. Espera aí. Espera aí, só um minutinho.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ele está colocando que só recurso voluntário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um exemplo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não sou eu, não, rapaz!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Deixe-me explicar para me tornar mais claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um exemplo, Senador. Um exemplo.

Um Município ou um Estado recebeu 100 milhões – um exemplo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom? Recebeu 100 milhões. Pegou esses 100 milhões; 50 milhões ele gastou para pagar prestação do INSS, que ele está devendo. Lógico que isso é desvio de função do recurso. O recurso era específico para o Covid; se o Prefeito fez isso, errou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas eu estou falando especificamente isso: todos os Estados brasileiros deixaram de pagar suas dívidas por conta de uma medida acertadamente acordada pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas as dívidas que os Estados deixaram de pagar são recursos próprios.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sim, mas deixaram...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não são recursos do Governo Federal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu posso terminar a minha fala?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – São recursos que deixaram...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu quero ler... Não sou eu; é a Consultoria Legislativa do Senado Federal. Ela diz aqui o seguinte: entendemos que todos os requerimentos de informação ou de oitiva de agentes públicos ou de testemunhas relacionados à transferência de verbas federais para entes federados subnacionais devem levar em consideração cinco filtros, de forma cumulativa. Somente serão objeto de investigação pela CPI da Pandemia os recursos federais: primeiro, voluntários; segundo, destinados à área da saúde; terceiro, especificamente ao programa de combate à Covid; quarto, que se limitem a investigar os casos em que haja denúncias formalizadas, inquéritos instaurados ou, no máximo, fortes indícios que indiquem a ocorrência de violação das normas constitucionais e legais que balizam o manejo de recursos federais repassados aos entes federados.

Não sou eu; é a Consultoria Legislativa do Senado.

Vou passar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Senador Omar Aziz, Presidente desta reunião, desta CPI, eu queria, em primeiro lugar, parabenizar pelo nível que a gente está tendo aqui, de serenidade, de diálogo, de pacificação. Eu acho que todo mundo... A regra da boa convivência é o respeito, e eu acho que a população espera da gente isto: o exemplo aqui. E embora tenhamos divergências, muitas vezes, profundas divergências de ideias, como acredito, no meu requerimento de CPI – que foi assinado por 45 colegas, a maioria do Senado Federal –, muito claro, eu relacionei as operações da Polícia Federal em 18 Estados da Federação, se não me engano, e os fatos determinados estão lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente está vendo, por enquanto, aqui, Sr. Presidente – e eu, particularmente estou tendo a maior paciência do mundo nesse aspecto, acredito –, é que está sendo ignorado, até agora, o meu requerimento, que é apensado ao requerimento original do Senador Randolfe, que visa ao Governo Federal apenas, eventuais ações e omissões do Governo Federal. O meu, além de ações e omissões do Governo Federal, também faz um rastreamento para que a gente possa olhar, pelo menos, para esses bilhões de reais que foram destinados a Estados e Municípios no enfrentamento da pandemia.

Então, o que a gente viu até agora, Presidente Omar Aziz, sendo bem objetivo, foram só depoimentos relativos a agentes públicos do Governo Federal. O.k.! Está sendo produtivo? Está sendo produtivo, tirando os excessos que a gente tem colocado aqui e tudo, mas a alternância é importante para o equilíbrio.

Eu já estou sabendo que amanhã na pauta nós temos requerimentos predominantemente da oposição para que se ouçam novamente agentes públicos federais. Por que a gente não pode amanhã incluir também, para alternar, fazer um do Governo Federal... E eu digo aqui para todos: de minha parte, assino todos os requerimentos para chamar o Governo Federal, para a gente buscar a verdade. Mas, por que a gente não começa, a partir de amanhã, a votar? Porque eu acredito que está pegando mal a gente só estar olhando um lado. Como a gente diz no Nordeste, está penso, está pendente para um lado, e a gente precisa trazer para o equilíbrio, se a gente quer realmente fazer justiça aqui, de uma forma imparcial.

Então, eu queria pedir ao senhor, Presidente, que amanhã o senhor coloque na pauta também requerimentos que são do grupo independente, por exemplo. Eu tenho vários requerimentos de convocação, de convite, e eu queria lhe pedir que amanhã o senhor possa colocar na pauta para que a gente possa equilibrar um pouco os dois requerimentos que deram origem a esta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, amanhã nós iremos votar requerimentos de informações e de convidados. Com certeza, faremos isso. Não tenha dúvida.

A questão Governadores e Prefeitos foi aquela informação que nós estávamos esperando, mas não vejo problema em a gente convocar...

Acho que agora, por exemplo, tem um pedido seu da Dra. Nise Yamaguchi. Ela vai ser chamada. Amanhã nós vamos votar o pedido que é seu, inclusive.

E há pessoas que são pró e contra a cloroquina que virão aqui debater sem problema nenhum. Eu acho que isso é até salutar.

Ontem, por exemplo, eu pessoalmente vou lhe falar, Senador Girão, que passei o tempo todo prestando atenção no que o Dr. Barra Torres falou. Ele foi muito explícito em relação à vacina da Índia e à vacina Sputnik. Eu fiquei convencido pelas explicações dele. Até então, eu tinha outro conceito e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudei o meu conceito. Mas todo homem público... E aí a gente sempre faz um apelo ao Presidente: fazer autocrítica não é mau, não é ruim para a gente não; fazer autocrítica é bom para todos nós. Eu faço autocrítica. Naquilo em que estou equivocado, eu tenho coragem de dizer: "Olha, eu estava errado. Estava pensando uma coisa diferente, e não era isso". Então, eu achei, em relação à Sputnik e à vacina da Índia, as explicações que o Presidente da Anvisa nos deu ontem muito esclarecedoras no meu ponto de vista, muito esclarecedoras. Tem que ter paciência para a gente também não trazer uma vacina para cá que possa trazer outros tipos de contaminação, como ele falou sobre a impureza da vacina indiana. Quer dizer, nós temos que ter essa preocupação. Por isso, para mim, fazer autocrítica não é problema, Senador.

Senador Ciro Nogueira, por favor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Presidente, antes de tudo, quero começar minhas palavras aqui, com o meu sentimento de orgulho de ter o senhor conduzindo os trabalhos desta CPI, de forma isenta como o senhor tem colocado. Eu concordo perfeitamente: jamais vamos convocar ou Governadores, ou Prefeitos, ou secretários sem as informações necessárias. Não tem sentido isso – não tem sentido. Eu concordo plenamente com o senhor.

Agora, quero dizer que jamais um setor tão respeitado desta Casa como a nossa Consultoria, que eu respeito, que eu utilizo, pode ser utilizada na tentativa de não apurar desvio de recurso público neste País. Eu fiquei com vergonha do trabalho dessa Consultoria. E essa vergonha não foi só minha. Diversos consultores da ativa me procuraram revoltados com esse relatório – consultores aposentados – em que o interesse público está sendo jogado na lata do lixo, como se não fosse interesse público...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, Senador Ciro...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Deixe-me concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só mais um minutinho...

Eu, como Presidente, não fiz, não pedi essa informação.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, não estou falando disso, não. Estou falando desse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não procurei a Consultora para falar sobre esse assunto, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa posição não é de todos os consultores.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Deixe-me falar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Consultoria do Senado é uma das mais respeitadas consultorias de todas as instituições do Brasil.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Exatamente, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que nós estamos vendo aqui é algo inacreditável...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu disse isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque que nos agrida...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente, ou o senhor vai cassar a minha palavra... Eu estou com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – .... agrida o Relator, agrida o Presidente, agrida as mulheres...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Depois o senhor fala, Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas agredir a Consultoria...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, não me venha com essa coisa assim, Senador Renan, que ninguém respeita mais a mulher que o meu partido, que tem como Líder do partido uma mulher. A Líder do nosso bloco, do seu bloco foi indicada uma mulher; a Presidente da Comissão é uma mulher, e é o partido que tem mais mulheres nesta Casa, seja na Câmara, seja no Senado. Então, não venha com esse discurso fácil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito bom ouvir isso, porque eu tenho o sentimento de pedir desculpa às mulheres.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não venha com esse discurso fácil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro, por favor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Deixe-me concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Ciro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então, esse trabalho, esse requerimento que nós aprovamos, além de constitucional, Presidente – além de constitucional –, ele defende o interesse público. Eu quero dizer aqui nesta Comissão... E aqui tem pessoas mais experientes que eu, como o Senador Fernando Bezerra e o Senador Renan Calheiros. CPI se sabe como se inicia, mas não se sabe como termina. Quem pensar que vai esconder desvio de recurso público... Não vai acontecer nesta CPI, não vai, porque a população vai exigir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quem estiver já com relatório pronto no seu bolso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para dar uma informação sobre isso...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... a população brasileira não vai dar respaldo.

Qual o trabalho de uma CPI e que resultado ela transmite depois? É o relatório? Se o relatório não contar com a sintonia da sociedade, Presidente, ele vai ser jogado na lata do lixo. É isso que esta Casa quer? Eu tenho certeza de que a maioria não, que tem pessoas aqui que não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O requerimento de V. Exa., Senador Ciro...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Deixe-me falar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho...

O requerimento de V. Exa. já foi aprovado e já foi encaminhado...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, não estou falando disso, porque aqui nós vamos ter um debate...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... aos Governadores e Prefeitos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor vai ver que eu estou fazendo um exercício... Eu não tenho bola de cristal, mas deixa ver aqui, quando chegar aos desvios dos Governadores e Prefeitos, quantos aqui vão defender, como eu vi discurso fácil aqui de que nós não podemos convocar Governadores, que nós não podemos convocar secretários que roubaram dinheiro público. Aquelas palavras daquela mãe, domingo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... a mãe do Paulo Gustavo, aquilo doeu na voz, na cabeça das pessoas, e eu tenho certeza de que vai doer na consciência dos nossos Congressistas. Quem desvia recurso público do nosso País e da saúde é assassino! É assassino! E esta Casa tem que punir severamente. Desviar recurso público já é um crime, muito maior esse crime no combate à pandemia.

E é por isso que eu tenho certeza de que nós vamos contar com a sua isenção para que possamos cumprir o nosso papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria trazer algumas informações e fazer uma reflexão sobre a sugestão e a colocação do Senador Humberto Costa.

Primeiro, a informação: o volume de recursos que o Governo Federal transferiu para Estados e Municípios brasileiros alcança R$173 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que vocês têm que chegar num acordo, porque...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Espere aí, espere aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas me deixe falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. diz um número, o Senador Luis Carlos Heinze diz outro, todo mundo... Qual é o número real?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, deixe-me falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho, porque tem que chegar num acordo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Se V. Exa. me ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque passam uma informação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ouvi-lo, só que eu quero saber, porque é o seguinte: Senador Marcos Rogério, eu assisti à entrevista de V. Exa., e o senhor falou em 200 bilhões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Quase isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quase 200. Ele, 170.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Cento e setenta e três, Sr. Presidente. Deixe-me... Se V. Exa. permitir, V. Exa. vai compreender.

Desses 173, 100 bilhões foi dinheiro transferido, dinheiro vivo, transferido para Estados e Municípios. De que forma? Sessenta bilhões através da rubrica Covid, para apoio; e 40 bilhões foi a compensação de FPM e de FPE que foi dada aos Estados e aos Municípios brasileiros. Então, em dinheiro – em dinheiro – foram 100 bilhões. Em suspensão e pagamento da dívida com a União e com bancos públicos, importou 73 bilhões. Então, é muito dinheiro que foi transferido para os Estados e Municípios brasileiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Essa é uma discussão que não vai chegar a lugar nenhum.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Espere aí, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um pouquinho de paciência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – CPI é como disse o Senador Ciro Nogueira há pouco: ela começa de uma forma e ninguém sabe onde ela...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estou sendo interrompido duas vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... termina no fato determinado. Eu vou contar só um fato a V. Exa. que talvez tenha que vir para cá.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, espere aí, só um minuto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O *Estadão,* há três dias que publica manchete de recursos secretos no Orçamento da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Que V. Exa. sabe que não tem nada de secreto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não sei. Eu acho que essa é uma investigação pertinente que haja aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não temos dúvida nenhuma.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nenhuma dúvida!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Essa sim, tem fato determinado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. está querendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. quer fugir de uma situação trazendo outra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Essa, sim, tem fato determinado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente... Lamentável!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Lamentável que V. Exa. esteja querendo enfrentar uma situação trazendo outra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não, não estou trazendo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Enfrente a situação!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Nós temos um rumo de investigação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria concluir, Sr. Presidente. Eu só queria concluir.

Em relação à observação do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não tem nem o que dizer, a defesa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Espere aí, Senador Renan. Esta Casa aprovou a Lei Complementar 173, que definiu o programa de enfrentamento da pandemia e definiu os recursos, e nos recursos está a suspensão das dívidas. Portanto, o objeto que vai ser investigado é aproximadamente 173 bilhões que foram transferidos a Estados e Municípios. É fato conexo, aprovado por lei pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Não se pode fugir dessa situação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Tudo é fato conexo. O Orçamento é fato conexo. Tudo que tratou de saúde e Covid...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não há problema nenhum. Se V. Exa. que disse que não ia ser como Sergio Moro, juiz universal, V. Exa. quer ser o Relator universal de todos os fatos da República?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu quero ser o Relator...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É preciso ter calma. É preciso ter calma, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu quero ser o Relator que trabalha para buscar a verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos aqui defendendo... Nós estamos aqui defendendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos aqui defendendo a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ... respeito à memória de quase 400 mil brasileiros que morreram.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. não me deixa falar. V. Exa. está me atropelando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É isso que precisa ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu acho que, veja bem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu tenho ouvido V. Exa. com calma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, olha só...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... com calma, com respeito, com atenção. Eu tenho ouvido V. Exa. Eu não interfiro na fala de V. Exa. Eu apenas estou questionando a colocação do Senador Humberto em relação aos fatos que devem ser investigados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Fernando Bezerra, Senador Renan, V. Exas. são duas pessoas experimentadas no Congresso Nacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ... amigos, amigos pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas eu acho que... Veja bem, não há... Quando eu ouço o discurso do Senador Fernando Bezerra, do Senador Ciro Nogueira e do Senador Eduardo Girão, está parecendo que a gente está aqui querendo proteger... Longe de mim!

Eu só quero dizer o seguinte: eu fui Governador do Estado, e a questão dos repasses, o não pagamento das dívidas, que nós, do Senado, aprovamos – não foi o Governo que fez não, fomos nós aqui que aprovamos –, foi porque a queda da arrecadação foi muito grande, ia comprometer as outras atividades fins do Estado, porque o Estado brasileiro e os Municípios não têm só uma atividade fim, não. Não é só o Covid, não. Há outras inúmeras atividades fins para que o Estado funcione. E uma das regras que nós fizemos foi: "Não dá para pagar a dívida agora nesse momento, vamos suspender até o final do ano", mas não foi... Foi por causa da queda da arrecadação, porque a economia, cambaleante como ela está... Foi isso que nós fizemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repasse real – real! – de recurso é isso que o senhor colocou, que foi para o Covid. Foi um dinheiro que eles podiam gastar com Covid da forma que eles quisessem. E muitos dispensaram licitação, compraram a... Isso tem que ser investigado sim. Não tenha dúvida, Senador Fernando Bezerra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu tenho dado oficial aqui, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ninguém vai me...

Agora, a questão do não pagamento da dívida, por favor... Nós sabemos por que nós aprovamos isso. Nós não aprovamos isso... Nós aprovamos isso porque a arrecadação do Estado, repasse do FPE, repasse do FPM caíram, e os Estados não teriam condições de manter a folha, porque você não podia demitir... O que aconteceu com as prefeituras, para ganhar eleição? A maioria das prefeituras pegou o dinheiro do Covid, contratou centenas de pessoas, chegou no final de dezembro, demitiu todo mundo – para trabalhar só no Covid, como se o Covid tivesse terminado dia 31 de dezembro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria passar uma informação de grande relevância.

Primeiro, no ano de 2020, a União fez transferências voluntárias para o combate à Covid, ou seja, dinheiro exclusivo para Covid, de R$32 bilhões, sendo R$23 bilhões para Municípios e R$9 bilhões para Estados. Em 2021, foram R$2,3 bilhões, sendo R$1,7 bilhão para Municípios e R$600 milhões para Estados.

Então, a gente primeiro precisa apurar os números, porque o que não é transferência voluntária esta Casa não tem competência para apurar. Esta Casa só tem competência para apurar aquilo que são transferências voluntárias. As não voluntárias são de responsabilidade de tribunais de contas do Estado e não do Tribunal de Contas da União, dos Parlamentos estaduais, dos Ministérios Públicos estaduais, senão vamos acabar com a República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazer o seguinte: nós já decidimos que nós vamos esperar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa: as pessoas dizem...

Olha, nós vimos as desinformações que foram colocadas na internet sobre bilhões que foram repassados para os Estados, até repasses obrigatórios foram colocados naqueles valores. Até dentro do grupo de Senadores postaram valores que qualquer Governador recebe, independentemente de quem seja o Presidente da República, pelo amor de Deus! Isso houve muito. Essas desinformações de números são complicadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos investigar, sim, Senador Fernando Bezerra, todos aqueles que tiverem fatos correlatos em relação à Covid. Todo recurso que foi repassado, seja um ou um milhão, tem que ser investigado, se houve ou não. Eu tenho conhecimento de coisas absurdas que foram cometidas, mas não vou prejulgar ninguém, porque não é meu papel prejulgar quem é que fez ou não. Na hora em que chegar, não tenha dúvida de que nós vamos saber, e a gente tem uma equipe técnica preparada para, minuciosamente, saber se os recursos foram utilizados realmente para a Covid ou foram utilizados como subterfúgio para fazer outras coisas, dentro da prefeitura do Estado, usando dinheiro da Covid.

Então, eu vou agora convidar o...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – É uma informação apenas, Presidente, antes de o senhor chamar o convidado ou o convocado.

Sr. Presidente, eu queria saber acerca... Nós tivemos aí, estamos tendo, uma situação em relação ao ex-Ministro Eduardo Pazuello. Ele não compareceu a esta Comissão, e a informação é de que teria tido contato com outras pessoas que estariam com Covid. E a CPI, ao que me parece, solicitou uma cópia desse exame de Covid. Eu queria saber...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não foi pedido, solicitado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem vou pedir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A segunda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho para mim que o General Comandante do Exército, o General Paulo Sérgio, tem fé pública. Foi ele que me informou...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Viu, Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, é exatamente essa informação que eu queria saber.

Sim, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem me informou que o General e ex-Ministro Pazuello teve contato com dois assessores que estavam com Covid... Quem me informou é uma pessoa que tem fé pública para mim, chamada General Paulo Sérgio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, seria deselegante demandar um documento comprovando isso, aí seria demais para mim.

Então, nesse sentido, é o seguinte: o que eu estou vendo é que o próprio General Pazuello não tem absolutamente nada, até porque ele está andando. Ele não tem nada. Está marcado para o dia 19. A gente vai aguardar o ex-Ministro Pazuello aqui no dia 19. Até lá eu não vou nem... O que sai ali... Dizem: "Olha, ele não vem, ele quer um *habeas corpus*". Isso tudo são versões, não tem nada de fato concreto até agora, não recebi.

Por exemplo, nós recebemos um comunicado da Pfizer: há uma senhora que foi convidada para vir para cá, mas ela está no Chile, porque ela é do Chile e ainda não está no Brasil. Então, só virá para cá um outro senhor que foi convidado – foram convidadas duas pessoas da Pfizer. Isso é um fato concreto, e eu fui comunicado. E o próprio senhor queria fazer a audiência por videoconferência, e eu disse que... Eu não aceitei, como não aceitei a do Pazuello e não aceitarei a de ninguém que queira fazer por videoconferência. Essa foi uma decisão que nós tomamos aqui já.

Agora, as outras ilações e versões e tal, eu tenho que aguardar um pouco. Eu não pediria ao general do Exército. Confiei, confio na palavra dele, foi ele que me informou, e, pelo sim, pelo não, nós marcamos para o dia 19.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E está mantido o dia 19. Não, Presidente, exatamente, acho que os seus esclarecimentos são importantes. É isso que a gente precisa entender, porque as informações que, na verdade, a gente acaba acompanhando na imprensa são exatamente o inverso, de que havia uma disposição, inclusive dele, do que o senhor acaba de colocar, que é um pedido de *habeas corpus* tentando realmente não vir, junto ao Supremo Tribunal Federal. E, como nós fizemos ontem a ressalva, o pedido na condição de testemunha o obriga a vir, a não ser que seja, de fato, por uma questão de saúde.

Mas obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço para o Sr. Fabio Wajngarten adentrar ao recinto aqui, por favor.

(*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode sentar.

Eu vou, como é de praxe... Como testemunha, Sr. Fabio, o senhor promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (*Fora do microfone*.) **–** Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A partir deste momento, o senhor está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nós temos aberto a palavra para falar...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu gostaria, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, o senhor fique à vontade.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) **–** Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, bom dia. Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, bom dia. Sr. Relator, Senador Renan Calheiros, bom dia.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é uma honra estar aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito para relatar aos senhores, às senhoras e à população brasileira o que vivi como Secretário Especial de Comunicação da Presidência da República.

Participei da luta do Governo para combater esta terrível pandemia, a maior crise sanitária da história do Brasil. Participei da luta e venceremos.

Posso garantir, desde já, que venho com o propósito de colaborar nas investigações que estão sendo realizadas por esta CPI e me disponho a fornecer todas as informações que forem solicitadas e estiverem ao meu alcance neste momento.

Sr. Presidente, Sr. Relator, com os meus pais, aprendi que a honestidade e a verdade são valores inquebrantáveis, que guiam a nossa vida, nossa trajetória pessoal e profissional. Sem elas, não somos dignos da existência humana.

Tive a felicidade de ter uma sólida educação judaica, rezo todos os dias. Além disso, frequento as reuniões do Templo de Salomão, em São Paulo, que me ensinou a ser forte e a ser crente. Aconselho-me com o Pastor Malafaia e o Missionário R.R., para buscar sempre os caminhos da fé. Participei de um governo temente à Deus, que protege a família, sempre em nome da Pátria. Não poderia me limitar a ser um passageiro sem ajudar outras causas.

No hebraico, a palavra vida não existe no singular, pois viver sempre tem o sentido duplo, a vida não se completa... A vida não é completa se a gente não cuidar uns dos outros. Este ensinamento carrego comigo em todas as minhas atitudes. Não podemos fechar os olhos às agruras e às dificuldades dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros, não podemos ser omissos ou insensíveis aos problemas alheios, só porque estamos aparentemente invulneráveis a eles.

Faço esse preâmbulo, Sras. e Srs. Senadores, porque todos esses aprendizados e ensinamentos me acompanham na trajetória de quase dois anos em que estive no Governo do Presidente Jair Bolsonaro. Trabalhar num governo eleito democraticamente e poder ajudar o Presidente da República e seus Ministros a mudar o Brasil foi uma honra e, ao mesmo tempo, um desafio profissional e pessoal. Nunca os valores e princípios familiares e religiosos me foram tão úteis e necessários.

Vim da iniciativa privada com forte influência familiar, que me fizeram adotar uma postura de eficácia no meio burocrático brasiliense. Como advogado e profissional de mídia há 22 anos, mais precisamente no setor de pesquisa de dados, acumulei experiência profissional que me trouxe ao gabinete no Palácio do Planalto, do qual muito me orgulha. Trabalhei muito, sempre busquei as melhores opções de comunicação para o Governo, a fim de melhor atender à população brasileira, dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sempre privilegiando o fim público.

A complexidade dos problemas que chegavam à Secretaria Especial de Comunicação era enorme. É desafiador comunicar adequadamente desde um simples gesto do Presidente da República até uma medida governamental que influi no cotidiano de toda a sociedade brasileira, é muita responsabilidade. Isso explica em parte porque estou ocupando essa cadeira na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Homem oriundo da iniciativa privada, jamais me conformei com a inércia da burocracia, embora sempre tenha respeitado a legislação em vigor. O excesso da burocracia que o setor público nos impõe não pode ser entrave e prevalecer em casos excepcionais, como o da pandemia que a população brasileira padece e que necessita de tanta urgência. O próprio Congresso Nacional reconheceu essa necessidade, quando aprovou leis de caráter excepcional que permitiram que o Governo Federal ajudasse a população brasileira, especialmente os mais carentes.

A minha formação, o perfil funcional da comunicação e o desejo de alcançar o bem-estar da população me fizeram participar ativamente do Governo, opinando sobre as mais variadas articulações e decisões de diversas áreas, até porque, Senadores, a comunicação de um governo interage com toda a máquina governamental.

Uma delas envolveu exatamente a compra de imunizantes pelo Governo brasileiro. Quando soube, em novembro do ano passado, que a Pfizer iria endereçar uma carta ao Governo brasileiro, procurei imediatamente tentar auxiliar em eventual impasse.

Como Secretário de Comunicação da Presidência da República, era bombardeado diariamente por dezenas de pautas da mídia cobrando informações e posicionamento do Governo do tema da imunização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquela altura, o maior desejo da sociedade era um só: vacinas. Daí vi por bem levar o assunto Pfizer ao Presidente Bolsonaro na busca de uma solução rápida. E assim foi feito.

A perda da vida de cada brasileiro é dolorosa para o País e para todos nós. Eu mesmo perdi amigos muito próximos.

Um desses meus amigos, Senador Girão, Sras. Senadoras e Senadores, era um dos mais notáveis Senadores que já passou por esta Casa: o Senador Major Olimipio, morto prematuramente, em plena ascensão política. Fiz o que pude no período de sua internação. Acompanhei de perto a aflição e a dor da família e de sua esposa, D. Claudia, com a qual falei dois dias antes de ele falecer, oferecendo uma remoção para outro hospital, e D. Cláudia disse: "Fábio, ele não tem condição de ir para a sala do lado para fazer uma tomografia".

Perdi também meu o amigo o Professor Antônio Veronezi, Reitor da Unisa.

Acompanhei o drama de Nabhan Garcia, internado na UTI do Albert Einstein durante 31 dias, que felizmente sobreviveu ao Covid, como eu.

Contraí Covid em março de 2020, foi um dos primeiros a sofrer com a doença no País, quando pouco se sabia sobre ela e seu tratamento. Fiquei 26 dias isolado em casa, seguindo as recomendações médicas da época, compartilhando diariamente a evolução do meu estado de saúde nas redes sociais para que outras pessoas obtivessem alguma informação sobre a evolução da doença. Fiquei com sequelas pulmonares, mas venci a doença. Sou um entre milhões de brasileiros que sobreviveram à Covid-19.

Reporto esses exemplos tão próximos de mim para também me irmanar com os familiares dos mais de 425 mil mortos brasileiros.

Como disse, a dor é insuportável e a solidariedade, obrigação de cada um de nós, especialmente do homem público. A dor coletiva de uma nação e de todos os agentes do País, estejam eles no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário... É assim que eu penso, é assim que agi.

A minha atitude proativa em relação ao laboratório produtor da vacina foi republicana e no sentido de ajudar, até porque acredito que a perfeita integração entre os setores público e privado é vital para construir uma sociedade mais justa e mais eficiente.

Senadores e Senadoras, também não foi a primeira vez que deixei a poltrona de passageiro e decidi apoiar uma causa da sociedade.

Não fui passageiro quando do desastre de Brumadinho. Em um sábado de manhã bem cedo aqui no Brasil, já hora do almoço em Israel, dia sagrado para os judeus, pedi ao Embaixador Yossi Shelley que solicitasse ao Primeiro-Ministro daquele país que enviasse ao Brasil especialistas em soterramento para novamente ajudar vítimas de uma tragédia enorme. Como podem observar, Srs. Senadores, Sras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadoras, essa minha iniciativa também não se relacionava diretamente com a comunicação *stricto sensu*. Foi útil, e o resto da história todos sabem.

Também não fui passageiro no caso do motorista brasileiro preso na Rússia. Recebi a história originalmente do jornalista carioca Eduardo Semblano e do amigo jogador Felipe Melo. Atuei internamente no Governo brasileiro para encontrarmos uma solução junto ao Governo russo, e, felizmente, o final foi feliz.

Contribuí ainda para que o Presidente Jair Bolsonaro sancionasse a Lei Romeu Mion, nome do filho mais velho do apresentador Marcos Mion, que sofre do transtorno do espectro autista. Quem me conhece há mais tempo, quem convive com a minha família sabe o tanto que esse tema do autista nos é importante.

Então, para encerrar, excelentíssimas autoridades presentes e brasileiros que me ouvem, faço um questionamento: o que todas essas histórias têm em comum? O que é a existência de um gestor público revestido de fé pública que assessorou o Presidente da República do Brasil e dispôs transitoriamente de meios para agir em prol de muitos? O ente público que, por dever de ofício, tem a missão de resolver problemas deve atender tudo e a todos, não deve escolher missão. Isso foi um dos aprendizados que tive na minha convivência com o Presidente Jair Bolsonaro. O Presidente Bolsonaro superou um ataque covarde, superou inúmeras cirurgias em muitas semanas de internação médica, e nunca desistiu, e nunca perdeu a fé. Contando com a oração de milhões de brasileiros, ele sabe como poucos qual é a fronteira entre a vida e a morte. Com ele, também aprendi a ser resiliente e a ter persistência e determinação para as boas causas.

Estou certo, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadores e Senadoras, que, ao final dos trabalhos, a CPI contribuirá para o aperfeiçoamento do Estado brasileiro e para a melhoria do combate da pandemia do Covid-19.

Conhecendo o espírito público de V. Exas., tenho a certeza de que teriam agido exatamente como eu agi. Como disse o escritor Kopp, não existe o direito à vida, sem o direito de defesa à vida.

Meu muito obrigado pela atenção e fico à disposição de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Relator, Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente Omar Aziz, Vice-Presidente Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Líderes partidários, em primeiro lugar, Presidente, eu quero sinceramente agradecer a contribuição do Presidente da Anvisa ontem, que teve humildade para assumir erros, indicar os caminhos da ciência e confirmar as principais linhas de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havia um ministério paralelo, as pessoas desse grupo vão sendo identificadas gradualmente e se ensaiou – e isso também é muito grave – uma fraude quanto à bula da cloroquina, que foi impedida pelo próprio Presidente da Anvisa, segundo aqui ele colocou.

Igualmente ficamos contentes com o empenho dele na vacinação, na coordenação do uso de medicamentos eficazes e a constatação óbvia de que as declarações preconceituosas estão interferindo na regularidade do fornecimento dos insumos para vacinas.

Outro ponto a destacar rapidamente é o sincero arrependimento dele com relação ao comportamento reprovável na pandemia, como a defesa da aglomeração e não uso de máscara.

Foi um depoimento altivo de um militar, médico, que prioriza a ciência e não a subordinação ou a subserviência, como verificamos lamentavelmente em outras autoridades da saúde, um exemplo a ser observado por aqueles que vêm aqui, mas só pensam em cargos. Um depoimento a favor do País, das famílias de mais de 425 mil vidas perdidas.

Só espero que o Presidente da República, que tem nos prestigiado com a sua audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito, como todo o Brasil, tenha assistido à aula de ontem vinda do Presidente da Anvisa.

Passamos às perguntas, Sr. Presidente.

V. Sa. participou do atual Governo no período de abril de 2019 até março de 2021, com prestígio junto ao Presidente da República, ainda que a comunicação governamental durante a sua gestão tenha recebido críticas quanto ao seu relacionamento com a imprensa.

Faço a primeira pergunta para o Secretário Fabio Wajngarten: no exercício de suas funções à frente da Secom, V. Sa. tinha liberdade para estabelecer as estratégias de comunicação da Presidência da República?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Posso responder, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor!

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) **–** Obrigado pela pergunta, Senador.

Eu sou advogado, atuante no setor de publicidade, pesquisa e planejamento de mídia. Sou da velha guarda da Comunicação, onde a minha paixão é TV, rádio e jornal. Ao contrário de muitos da minha geração que se deslumbram com as novas mídias e com as plataformas digitais, eu sou um entusiasta, um apaixonado pela velha mídia. Talvez, por essa razão, eu me aproximei do Presidente ainda na campanha e o ajudei a aproximá-lo dos veículos de mídia tradicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo objetivamente a sua pergunta, Senador, eu sempre tive toda a liberdade possível para comandar a Secretaria Especial de Comunicação, sem absolutamente nenhuma interferência de ninguém.

Vou mais além, Senador, se o senhor me permite, para deixar muito claro: eu vim da iniciativa privada, larguei família, larguei três filhas, uma delas com necessidades especiais – peço perdão à minha esposa por publicitar isso –, para vir morar em um hotel em Brasília, para acordar às 3h50 da manhã, para sair de São Paulo. Ao menor sinal de interferência, eu teria ido embora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A chegada da pandemia alterou de alguma maneira a política de comunicação do Governo Federal?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, de forma alguma, Senador, de forma alguma. Sempre atuei de maneira técnica, de maneira objetiva, da mesma maneira com que atuei desde o primeiro momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi sua proposta ou modelo de comunicação para o Governo Federal no que tange à pandemia, considerando que isso fazia parte das atribuições do seu cargo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Obrigado pela pergunta, Senador.

A Secom fez campanhas desde fevereiro de 2020, aos primeiros sinais da pandemia. Mesmo antes, acho que devo ter sido um dos primeiros brasileiros a ser contaminado. Eu fui contaminado na volta de uma viagem aos Estados com o Presidente, em março de 2020.

Eu tenho uma linha do tempo das campanhas; se o senhor quiser, eu posso encaminhar ao senhor. A Secom, em conjunto com o Ministério da Saúde, realizou 11 campanhas. Estivemos no ar todos os meses, desde fevereiro de 2020 até o presente momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Campanhas vinculadas à pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sim, Senador. Nós tivemos, em todos os meses, desde fevereiro de 2020, campanhas informativas, campanhas educativas, campanhas publicitárias, totalizando 11, sendo 4 da Secom e 7 do Ministério da Saúde.

Eu tenho aqui as campanhas, os nomes delas, os impactos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Sa. pudesse entregá-las à Comissão Parlamentar de Inquérito, seria muito bom.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Com muito prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a ênfase buscada para as campanhas de informação sobre a pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O senhor quer acompanhar comigo? O senhor quer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu gostaria que entregasse à Comissão e eu estou fazendo uma pergunta, na sequência, de qual é a ênfase dessas campanhas.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Vamos lá.

Em fevereiro de 2020: uma campanha do órgão Ministério da Saúde, medidas de prevenção.

Em março: Ministério da Saúde, medidas de prevenção, informações e sintomas, protocolos e orientações.

Em abril: Ministério da Saúde, protocolos, informações, convocações de estudantes mais o TeleSUS.

Em maio: Ministério da Saúde e Secom – fizemos uma campanha com o tema TeleSUS, ações de combate à pandemia, orientações de saúde.

Em junho: Ministério da Saúde, TeleSUS, medidas de prevenção.

Em julho: Ministério da Saúde e Secom, medidas de prevenção, informações regionalizadas, retomada com segurança.

Em agosto: Ministério da Saúde, Secom, informações regionalizadas, retomada com segurança.

Em setembro: Ministério da Saúde, também Secom, cartilha digital de crianças, retomada com segurança.

Em outubro: Ministério da Saúde, atendimento precoce.

Em novembro: Ministério da Saúde, atendimento precoce.

Em dezembro: Ministério da Saúde, Ministério do Turismo, esclarecimentos da vacinação, protocolo de segurança do turismo.

Em janeiro de 2021: Ministério da Saúde, esclarecimento de vacinação, vacinação e prevenção.

Em fevereiro: Ministério da Saúde, vacinação e prevenção.

Em março – acho que já quando eu deixava a Secom, Senador: Ministério da Saúde, vacinação e prevenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em abril: Ministério da Saúde e Secom, vacinação e prevenção, orientações de vacinação, ações sobre a vacinação.

Em maio: estão previstos o Ministério da Saúde, vacinação e prevenção.

Eu tenho um quadro-resumo, Senador, que, se o senhor me permitir, com relação às inserções.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – No meio TV, as campanhas foram plurais, as campanhas foram multimeios... Pode virar o papel, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, pode sim, por favor.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nós tivemos 19,5 mil inserções em TV, com cobertura nacional em 54 emissoras. Nós tivemos rádio: 272 inserções em 2123 emissoras. Nós tivemos mídia exterior digital, que são esses painéis eletrônicos interativos: 152 milhões de inserções. Nós tivemos mídia exterior estática, sem digital: mais de 3 mil pontos pelo País. Nós tivemos internet e *banners*, as plataformas digitais – internet e vídeo: 1,1 bilhão de exibições; *banners* informativos, internet e vídeo: 375 milhões de visualizações de vídeo e das campanhas.

Posso explicar um pouquinho disso, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, por favor, fique à vontade, mas rapidamente, porque nós precisamos, na sequência, objetivar.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Posso parar, posso parar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, fique à vontade.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A impressão que se tem, Senador, porque eu, inclusive, acompanhei a audiência ferrenha e cativa da CPI, é uma impressão equivocada em dizer que o Governo não comunicou, Senador, com muita técnica, com muita isenção, com muito profissionalismo. A gente fez campanhas todos os meses, com muita mídia técnica, com muita mídia regionalizada. "Ah, mas por que que pode passar a impressão de que a gente não comunicou?". Porque a comunicação evoluiu, Senador. Nós estamos aqui na bolha de Brasília. Eu fiquei imerso aqui dois anos. Nos fins de semana, quando eu ia para casa, a realidade era outra, outra. O que se passa aqui em Brasília, às vezes, não é o que se passa fora daqui. Então, a gente está na guerra do zap aqui, a gente está aqui na guerra da informação, enquanto a grande população longínqua sequer tem conectividade com a internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu não quero me alongar aqui. Depois, se mais especificamente alguém perguntar sobre a técnica de mídia, com muito prazer responderei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quais ministérios V. Sa. tratou de assuntos relacionados à pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A Secom tinha uma área de articulação. Eu, pessoalmente, não tratei com outros ministros, mas sempre muito próximo do Ministro Ramos, sempre muito próximo da Casa Civil, de onde eu ficava, lá no Palácio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca tratou com nenhum Ministro da Comunicação sobre a pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, o Ministro da Comunicação só entrou em julho. O Ministro Fábio Faria só entrou em julho. Claro, com ele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, com outros ministros, ministérios afins? Nunca tratou com ninguém sobre a comunicação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, na realidade, a comunicação da Secom da Presidência tem um papel de transversalidade. Ela é centro de Governo, ela atua por todo o Governo. A gente atendia todo o Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas especificamente nunca tratou com nenhum Ministro da Comunicação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tratei com o Ministro Fábio Faria, caminhamos juntos sempre.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque o Fábio Faria era hierarquicamente superior?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sem dúvida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas com outros ministérios: Fazenda, Ministério da Saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ministro Ramos, muito próximo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro Ramos. Ministério da Saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ministro Ramos, muito próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministério da Saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A minha área de articulação sempre falava com a área de articulação do Ministro Pazuello. Eu, poucas vezes, como disse na entrevista à revista *Veja*, conversei com o Ministro Pazuello – não mais do que um bom-dia, um boa-tarde, um boa-noite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministério da Economia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Ministério da Economia é sempre focado nos programas econômicos. Aliás, o Ministro Paulo Guedes, sempre muito ativo em trazer a onda econômica paralela à onda da saúde. Eu sempre aprendi, com o Ministro Paulo Guedes e com o Presidente Bolsonaro, que o Brasil sofria das duas ondas: da onda da economia e da onda da pandemia. Então, tive contatos com o Ministro Paulo Guedes. Vou expor, mais para frente, se demandado, também como o senhor quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. ainda colabora com o Governo Federal após a sua exoneração?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não, de forma alguma. Eu fui matar a saudade das minhas filhas, eu engordei 20 quilos, Senador. Eu tenho que voltar à minha saúde. Realmente, dos dois anos aqui, eu saio daqui muito cansado e preciso retomar um pouquinho da minha vida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Suas empresas, quais são?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não tenho muitas empresas, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu tenho uma empresa de pesquisa de mídia. O que que ela faz especificamente? Ela grava as propagandas que são passadas na TV e eu coloco essas propagandas no banco de dados. Então, por exemplo, eu alimento o mercado publicitário sobre quantas vezes as Casas Bahia anunciaram, quantas vezes a Marabraz anunciou, quantas vezes os anunciantes estiverem presentes na televisão, quais foram os produtos anunciados, qual o preço dos produtos. A gente inventou, Senador, por exemplo, relatório de *merchandising* em televisão, presença de celebridades em televisão, então, ranqueamento de celebridades em propaganda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas empresas o senhor tem?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma empresa?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Uma. A FW...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela teve aumento de faturamento durante o seu período no Governo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Presidente, eu ponho à disposição do senhor. A minha empresa foi devastada, a minha empresa perdeu em quase 50% o faturamento do Governo. Oxalá eu tivesse continuado nela! Eu resolvi devolver ao Brasil o que o Brasil me deu. Naquele momento, eu tinha condições financeiras de abrir mão do dia a dia da minha empresa e foi isso que eu decidi fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é o processo da...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Só para deixar bastante claro, Presidente, no meu CPF, tenho duas empresas: uma é absolutamente inativa, que emitiu uma nota fiscal em 2015; e uma outra empresa, que é onde se emitem as notas da empresa de pesquisa – só para deixar absolutamente transparente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Como é o processo para realização de campanhas publicitárias pelo Governo Federal?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Da Secom ou dos ministérios, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o processo como um todo, o que cabe à Secom...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendeu? O que cabe aos Ministérios. Como é a complexidade desse processo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – São dois cenários possíveis. O primeiro cenário possível é: se é uma campanha institucional da Presidência da República, a Secom lidera a campanha; se vier de algum ministério, a Secom apenas audita a campanha, a Secom vê valores de negociação de mídia, a Secom só certifica a campanha se vier de algum ministério. Uma vez demandado, por exemplo, vamos fazer uma campanha do Covid oriunda do Ministério da Saúde ou da Presidência da República, posso citar a de fevereiro, a primeira que fizemos. Era o começo da pandemia, pouco se sabia de protocolos, a gente emprestou a figura de celebridades. Isso também, mais para frente, se alguém quiser saber, uma celebridade – um artista, um esportista –, ela traz a reputação dela, para carregar no tema, para dar maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alcance, maior engajamento. E aí a gente faz testes, a gente demanda uma concorrência aberta entre as agências licitadas, e uma comissão decide qual agência fez a melhor proposta criativa. A partir do momento da proposta criativa, a gente decide a agência vencedora, e ela apresenta um *template* das primeiras peças publicitárias. Uma vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma comissão da Secretaria de Comunicação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É um grupinho pequeno, o gerente de mídia, o gerente... Eu não participava, eu já...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quando trata de publicidade específica de outro ministério?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Já vem pronto, a gente não participa da decisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso das campanhas relacionadas ao enfrentamento da pandemia, quem define a linha adotada na comunicação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Depende dos dois casos, Senador: se a Secom liderar, a Secom; se for verba, se for campanha do Ministério da Saúde, a Secom só ampara e certifica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem aprova as peças e os projetos?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Mesmo caso. As peças criativas, se vier da Secom, área de criação da Secom; se vier dos ministérios, o próprio ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a origem dos recursos utilizados?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Qual recurso, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da campanha.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Se eu não me engano, cada ministério tem o seu orçamento de comunicação, assim como a Secom também tem. E isso, pelo que eu aprendi no tempo em que eu fiquei aqui, o senhor tem duas variáveis: o orçamento e o contrato; um sem o outro, o senhor não pode executar uma campanha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o órgão responsável pela execução do orçamento destinado à comunicação das ações de enfrentamento à pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não quero cometer nenhum deslize, porque eu não entendo da legislação em vigor. Eu entendo que cada ministério tem o seu orçamento, e a Secom tem o seu orçamento também. Se eu não me engano, Senador, a cada 12 meses, esse orçamento é recomposto, reconstruído. A Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a cada 12 meses, renova o seu orçamento, dependendo do orçamento total.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem é o ordenador de despesas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A Secom tem um ordenador próprio. Se eu não me engano, acho que é um AGU da Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas lembra o nome dele?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não me lembro, Senador. Não me lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Se V. Sa. pudesse informar depois, seria muito bom.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem define como se dará a distribuição da publicidade entre os veículos e demais meios de comunicação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Repito: nos dois casos, se vier do ministério, da área de mídia dos ministérios, que está dentro das Ascoms dos ministérios; se vier da Secom, é área de mídia da Secom. A mídia faz parte, é um departamento dentro da área de comunicação de toda e qualquer empresa. Nas empresas, o senhor pode ter área de criação, área de planejamento, área de mídia. O senhor perguntou especificamente mídia, ou seja, distribuição de verbas em meios. O que são meios? TV, rádio, jornal, *outdoor*, digital e/ou dentro de cada meio, o senhor tem os veículos específicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E quem define os critérios...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Mídia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... eu perguntei, para...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Cada campanha tem o objetivo de atingir um determinado público alvo. Dependendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas e os critérios para o atendimento desse público? Não tem critérios?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tem, lógico. O maior critério de todos, que norteou a minha gestão, é o critério da tecnicidade e o da economicidade. Tecnicidade e economicidade.

Então, com a evolução da comunicação, Senador, a gente tem que sempre procurar atingir o maior número de pessoas com a menor verba possível.

Vou dar um exemplo concreto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Um exemplo concreto: a gente tem o horário nobre da televisão, onde o maior número de pessoas estão ligadas assistindo; é o valor mais caro da mídia, mas, tendo em vista que os orçamentos são restritos, a gente não consegue estar na mídia o tempo inteiro no horário nobre. Então, cabe ao bom profissional de mídia executar o melhor plano para atingir o maior... pessoas com o menor custo possível ou o tamanho do seu bolso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A responsabilidade pela condução de campanhas de publicidade de utilidade pública vinculadas às ações de enfrentamento da pandemia é da Secom, do Ministério da Saúde ou de ambos os órgãos?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De ambos, Senador, de ambos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como isso funcionou enquanto V. Sa. esteve à frente da gestão federal?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A gente esteve presente, Senador, em todos os meses. A Secom entrou com quatro campanhas, o Ministério da Saúde com sete campanhas, sempre de forma integrada, comunicando de acordo com a evolução do conhecimento da pandemia. À medida que a pandemia ia evoluindo, a nossa comunicação ia evoluindo paralelamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. presenciou ou teve notícia de alguma interferência ou orientação do Presidente da República em relação a alguma campanha publicitária da pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, eu vou, com todo o respeito ao senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não apenas a mim; é que V. Exa. é obrigado, na forma da lei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Lógico, a mim mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... tem compromisso de falar a verdade, apenas a verdade.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Lógico, sem dúvida nenhuma.

Se tivesse ocorrido qualquer interferência, eu pegaria a minha mala e voltaria para a minha empresa e para a minha família em São Paulo, Senador. O Presidente nunca pediu que fizesse campanha sobre nenhum tipo de nenhum tema, jamais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor demandou agência de publicidade para alguma campanha de uso de máscara, de uso de álcool em gel e para evitar aglomerações?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Inúmeras. Inúmeras, Senador. Inúmeras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Lembra de alguma?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pode citar?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro.

Só um minutinho, por favor.

Tem peças, tem peças impressas, tem peças... Tem várias. Na primeira campanha, o apresentador Otávio Mesquita, já em fevereiro, já falava de distanciamento e já falava de álcool. Na primeira campanha, desde fevereiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Como?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Presidente está perguntando: "E o que o Otávio, especificamente, tem a ver?"

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ah, porque isso faz parte do cunho criativo. A gente utilizou uma celebridade para trazer o prestígio dele, para reter a atenção da população em casa. Assim como usamos jogadores, assim como... Eu citei o exemplo que está na capa da campanha. É o que está na capa. Já mostro para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o seu posicionamento, Secretário...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Aqui!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sobre as medidas não...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É a primeira, é a primeira... Perdão, perdão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o seu posicionamento sobre as medidas não farmacológicas de combate à pandemia, tais como distanciamento social, uso de máscara e higiene das mãos?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Se o senhor puder, Senador, porque eu estava aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o seu posicionamento sobre as medidas não farmacológicas de combate à pandemia, tais como distanciamento social, uso de máscara e higiene das mãos?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Minha opinião pessoal?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – À medida que os protocolos de conhecimento da pandemia foram evoluindo, eu sou totalmente a favor dos protocolos, Senador, totalmente. À medida que a população, a ciência, os médicos vão evoluindo, conforme descobrem sobre os tratamentos da pandemia, eu acolherei tudo o que eles falarem.

Vou dar um exemplo para o senhor. Quando eu fui vítima da Covid, não se falava em ficar sete dias, 14 dias. Eu fiquei 26 dias até ter o teste negativado. E demorou tudo isso para... Fiquei sozinho em casa. Hoje, parece que o protocolo é outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor sempre defendeu essas medidas sanitárias?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu sempre acompanhei o que a Medicina falava à época do conhecimento dos fatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca houve nenhuma interferência de setores do Governo com relação a isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma, Senador. Nenhuma, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante a sua gestão na Secom, houve orientação específica para não realizarem campanhas para informar à população sobre medidas não farmacológicas? É uma pergunta objetiva.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca, Senador. Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca, Senador. Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a despesa com campanha de utilidade pública relacionada com as ações de saúde de utilidade pública, tais como uso de máscara, isolamento social, vacinação, entre outras?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tenho o total de verba para o assunto pandemia. De fevereiro de 2020 até o presente momento, R$285 milhões. Isso combinando Secom e Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento houve planejamento de ações de comunicação para atribuir responsabilidades a Governadores e Prefeitos pelas consequências da pandemia ou para desestimular medidas de isolamento social que causassem prejuízos econômicos?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, de forma alguma, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não houve nenhuma ação de mídia, de comunicação, nenhuma campanha de publicidade em que visasse confrontar, em que visasse contrariar.

Tem uma nova linha do tempo com todos os temas, Senador: em fevereiro, foram medidas de prevenção; em março, protocolos e orientações; em abril, protocolos e convocações de estudantes; em maio, Ministério da Saúde, com o TeleSUS; em junho, Ministério da Saúde; em julho, Ministério da Saúde, com informações regionalizadas – essas foram as novidades; em agosto, Ministério da Saúde também, a continuidade de informações regionalizadas, atendimento precoce; novembro, Ministério da Saúde, com atendimento precoce; em dezembro, a retomada do turismo, Ministério da Saúde, esclarecimentos sobre vacinação; em janeiro, esclarecimento da vacinação, prevenção e vacinação; em fevereiro, Ministério da Saúde, prevenção e vacinação; em março, Ministério da Saúde, prevenção e vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer que não houve?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conforme relatório do TCU, a Secom executou um orçamento de aproximadamente R$83 milhões em campanhas publicitárias de divulgação das ações de enfrentamento à pandemia. A maior parte das peças publicitárias foi direcionada a ações do Governo para preservação do emprego e renda da população, em detrimento das campanhas do Ministério da Saúde. Isso sugere uma prioridade dada aos aspectos econômicos sobre os sanitários?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou referindo dados do Tribunal de Contas...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A Secom, tanto a Presidência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... já auditados.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... a Presidência da República, a Secom do Presidente Bolsonaro sempre se preocuparam com as duas ondas, até porque esta verba pequena, oriunda da Secom – pequena entre aspas, 85 milhões é uma verba que muito anunciante gostaria de ter –, em tempos passados, essa verba era muito maior. A gente teve o orçamento reduzido muito, muito e muito. A gente tinha a verba do Ministério da Saúde para comunicar sobre a saúde e a gente tinha a verba da Secom para comunicar um pouco...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, secretário...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem determinou que os recursos para as campanhas de publicidade governamental fossem distribuídos dessa maneira?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma pressão externa, nenhuma influência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem determinou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. determinou.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para introduzir o tema da vacinação, vou lhe repetir uma pergunta que fiz ao Ministro Queiroga na semana passada e ao Presidente da Anvisa ontem.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredito que, com mais razão, essa pergunta precisa ser respondida pelo responsável pela comunicação da Presidência da República.

O Presidente da República nunca escondeu sua oposição à vacinação dos brasileiros. As declarações contra a vacinação foram muitas. O Presidente disse que não compraria vacina da China, chamou a CoronaVac de vacina chinesa do João Dória, ao dizer que o Governo não as compraria. Comemorou com a frase "mais uma que Jair Bolsonaro ganha" a suspensão temporária dos estudos de Fase III da CoronaVac, em razão da morte de um voluntário, que na verdade foi um caso de suicídio. Disse que a vacinação não seria obrigatória em seu Governo, que as pessoas teriam que assinar um termo liberando o Governo da responsabilidade se tomassem vacina. Declarou que não tomaria vacina e, depois, que seria o último a tomá-la. E realmente ainda não a tomou. Sua declaração que ganhou maior repercussão sobre a vacina da Pfizer foi a seguinte: "Se você virar um jacaré, é problema seu. Se você virar um super-homem, é problema seu. Se nascer barba em alguma mulher aí, ou o homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso".

Pergunto a V. Sa., como perguntei às autoridades do Governo que aqui estiveram: qual V. Sa. avalia ter sido o impacto desse posicionamento do Presidente da República em relação à vacinação?

Se puder responder objetivamente é melhor porque outras pessoas perguntarão também a V. Sa.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro! Pois não, pois não. Senador, eu acho que os atos do Presidente pertencem a ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a pergunta não é essa.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, não acabei. Não acabei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é: qual o impacto das declarações?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, pois não. Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que pertencem a ele, nós sabemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não. Então, eu não posso especular, não posso imaginar o que passava pela cabeça dele no momento em que ele falou isso. O que eu imagino? O que eu imagino? Durante um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não foi isso também que perguntamos, com todo o respeito. Nós perguntamos qual o impacto disso na comunicação, que é uma aferição do então secretário. O que ele falou, por que ele falou, o que passava na cabeça dele, isso aqui não nos diz muito respeito.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O impacto de uma mensagem, Senador, é composto pelas várias formas da emissão da mensagem. O Presidente é uma, a minha campanha na televisão é outra, a campanha de rádio é outra. Eu vou dizer ao senhor: tem impacto? Tem impacto. A gente faz campanhas para contrapor, a gente faz campanhas para complementar, a gente faz campanhas para... O que passa na minha cabeça? Eu convivi com o Presidente muito, muito tempo, muito próximo, Senador. Eu imagino que ele falar "não vou tomar vacina", eu imagino que seja ele aguardar até o último brasileiro ser vacinado e ele tomar junto com o último brasileiro. E por essa razão, eu busquei tanto trazer vacina. E eu não... Eu, na posição dele, eventualmente, faria exatamente a mesma coisa. Repito aqui, muito claro: lutei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com relação às frases ou...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Lutei muito, lutei muito e continuo lutando, perdi um monte de amigos, sou totalmente a favor da vacina, com a eficiência, com a eficácia a maior e a melhor possível. As que o senhor citou, a CoronaVac, sem nenhum demérito... Eu sou filho de médico cardiologista, vacina boa é qualquer uma. Mas – mas –, a CoronaVac teve os seus resultados adiados por quatro, cinco vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas não foi essa a pergunta. Eu citei frases do Presidente da República...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É, eu citei frases do Presidente da República e perguntei, na avaliação do Secretário de Comunicação, de que forma essas frases impactaram a população – na sua avaliação; não é o que passa na cabeça do Presidente nem se o senhor concorda com essas frases, como o senhor falou.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Concorda com todas as frases?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não sei qual é o alcance de uma fala presidencial, Senador. A fala de um Presidente da República é carregada pelos veículos de comunicação que a exibem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor concorda, repito, com todas as frases?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, eu não falei isso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falou.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, eu não concordo com todas as frases.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor disse que concorda com ele e acha que o que...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele está dizendo que não sabe avaliar a repercussão, não é a frase....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou pedindo a interferência dos senhores.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Vou responder, Senador, como já respondi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo o respeito, eu não estou pedindo a interferência dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! A palavra está com o Relator.

A palavra está com o Relator, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou pedindo a interferência dos senhores, com todo o respeito e amizade que eu tenho por vocês.

Então, voltando, para que V. Exa. não perca sua lógica, que é muito importante para esse depoimento.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não. Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E também que enseje V. Exa. a dizer inverdade. Não é isso que nós queremos.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor concorda com as frases do Presidente e disse que faria o mesmo que ele fez e citou uma delas.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não disse isso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Disse.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não disse que concordo. Não disse isso. Falei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor disse que...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não disse isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, vou fazer a pergunta novamente.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O senhor se refere a impacto do pronunciamento do Presidente. Essa é a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso, mas o senhor falando, destacou uma frase e disse que concorda com ela. Eu perguntei: e com as outras? Concordaria com as outras? E que pensa igual ao Presidente nesse aspecto.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não falei isso. Desculpe, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o impacto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – *Data maxima venia*, eu não falei isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

Qual é o impacto...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O impacto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... das declarações? De todas as declarações?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

A população brasileira recebe inúmeras mensagens de diferentes meios e de diferentes conteúdos, Senador. O discurso presidencial é um. A televisão, a narrativa, o rádio... É um complemento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

informações que vai resultar na tomada de decisão da população brasileira. Impacta? Impacta. É único? Não, não é.

O senhor está perguntando objetivamente: eu sou a favor da vacina? Sou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não perguntei se é único. Eu perguntei se impacta. Impacta?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Complementando com os outros, tem impacto. Adicionado aos outros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Complementando com os outros. Sem os outros não tem impacto? É isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O conjunto de percepção de recebimento de uma mensagem é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu fiz uma pergunta, com todo o respeito...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu fiz uma pergunta objetiva. As declarações estapafúrdias do Presidente impactam a sociedade?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Presidente é o líder máximo da Nação, Senador. Combinado com as outras formas de recebimentos de mensagem, formam a decisão na cabeça da população e da audiência a que ele se refere, Senador. Ou seja, é único? Não, não é. Tem muita gente que não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu não perguntei se é única.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... que não escuta o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu sei que não é única. Eu quero saber se impacta. Se impacta, de que forma impacta? É essa a pergunta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Então, para cada público alvo, para cada pessoa que recebe a informação, Senador, tem um impacto diferente. A gente tem... Por exemplo, eu tenho uma pessoa em casa que não quer saber do Presidente e não quer saber de política. Não quer saber de nada. Para ela não impacta. Para alguém que está 24 horas do dia acompanhando o que se passa aqui em Brasília, impacta. Para cada público alvo, tem um impacto diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, impacta, fazendo um raciocínio lógico, impacta para as pessoas que gostam do Presidente, é isso que o senhor está respondendo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. Não é... Independentemente se gosta ou não gosta, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se o senhor puder responder objetivamente, porque o senhor responde, junta alhos com bugalhos, e a gente quer pegar a linha lógica e não consegue.

De que maneira impacta? Volto a fazer a pergunta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu entendo, Senador... Nós estamos falando exatamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos fazendo um interrogatório.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. está prestando um depoimento.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Assumiu o compromisso de dizer a verdade.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E apenas a verdade.

Eu estou fazendo uma pergunta objetiva: declarações estapafúrdias como essa impactam?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Elas compõem – compõem – os elementos para formar uma opinião de um público alvo que o senhor deseja.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer que eu repita as frases?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um exemplo, só para ajudar, para a gente pular também, porque vamos ficar aqui duas horas com negócio de impacta ou não impacta. Nós temos que dar celeridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele não responde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não responde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma pergunta aqui: quando o Presidente... E aí não é prejulgamento; é um exemplo. O Presidente disse: "Olha, quem tomar a vacina pode virar jacaré". Impacta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Impacta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – É só isso, só um exemplo.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Vou responder. Vou responder. Vou responder. Vou responder. Vou responder... Vou responder para o senhor. Vou responder para o senhor. A forma metafórica com que o Presidente fala isso talvez seja a mesma forma de quando uma Anvisa ou quando algum órgão internacional suspende a utilização de alguma vacina, esse é o ponto. Não estou aprovando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, naquele momento... Eu não sei a que momento o senhor se refere dessa fala do Presidente, sei que ela ocorreu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São várias...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sei que ela ocorreu, não estou questionando. Naquele momento, talvez, a vacina não tivesse sido aprovada pela Anvisa, não tivesse sido certificada, esse é o ponto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ele fez isso há três dias, quatro dias.

Dando sequência...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... qual seria o objetivo da comunicação do Presidente com essas declarações, já que o senhor exercia o cargo de Secretário de Comunicação do Governo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, as manifestações do Presidente, Senador, pertencem a ele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com essas manifestações... Mas isso era feito em função de demandas de comunicação. Ele conversava com V. Sa. sobre isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, as minhas conversas com ele eram sempre sobre a forma, a técnica da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem o orientava? Ele não conversava sobre isso com V. Sa.?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, de forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem o orientava a fazer esse tipo de raciocínio para a população?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Acho que o senhor tem que perguntar para ele, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou perguntando...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não conversava, eu não conversava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando para V. Exa., que estará obrigado a responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não faça isso!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não conversava, Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso é um desrespeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não pode falar isso não! Você não pode falar isso aqui não!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não pode dizer "pergunte a ele". Você está aqui...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Peço perdão, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está aqui como testemunha. Você vai responder "sim" ou "não".

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Peço perdão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, mandar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não precisa pedir perdão, precisa apenas responder; responder, somente isso.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, lógico. Perdão, Senador, tudo certo. Meu perdão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você faz uma pergunta para uma pessoa que é testemunha, aí ele responde "pergunte a ele"... Você acha ainda que tem razão de fazer um negócio desses? Pelo amor de Deus!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Diga "não" ou "sim"...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Peço a V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator tem todo direito de fazer as suas perguntas, e o depoente responde os fatos na medida do seu conhecimento. Agora, não pode querer emparedar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pode querer trazer o depoente e induzir as respostas do depoente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou aqui para ser...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é isso, amigo! Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não precisa pedir perdão; precisa responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho!

Não é para induzir. O inquérito e a testemunha... O Relator tem que ir procurando... Se eu perguntasse aqui para ele uma pergunta... Nada disso, até porque eu acho que isso do Presidente é a forma de ele agir. Ele não... Talvez ele não perceba que faça mal, e faz. Brincando ou não... Ele é brincalhão às vezes...

Por exemplo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha só, só um minutinho.

"Olha, se você tomar vacina e depois tu ficar com a voz afeminada, não vem me culpar!". Você concorda com isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Cada um tem o seu senso de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu estou perguntando: você concorda com isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É isso!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é depoimento, é opinião!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente não é convidado para ser comentarista do Presidente, com todo respeito!

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não é opinião, eu estou perguntando sobre a atribuição dele como Secretário de Comunicação, não é sobre a opinião dele. Isso não é opinião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ótimo! Ele não trabalhava não era nessa função específica?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos continuar, por favor?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos tentar recuperar as perguntas para a gente avançar, sair dessa...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual seria o objetivo de comunicação, de comunicação, do Presidente com declarações desse tipo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, eu entendo que, durante a gestão da área de comunicação, da minha gestão na Secom, a gente fez todas as campanhas possíveis de utilidade pública, de informação. A gente abasteceu o Presidente com todas as informações e sempre com a maior tecnicidade e profissionalismo, como se fosse um anunciante privado buscando os resultados e retornos de investimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem comanda as contas do @jairbolsonaro no Twitter?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é objeto da CPI, Sr. Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a palavra ao Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é objeto da CPI?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É objeto da CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas. estão pedindo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um fato conexo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas. estão pedindo quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está garantida a palavra do Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou tratando de...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas. estão pedindo quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está garantida a palavra ao Relator.

É objeto da... O Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... tem a liberdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou tratando de comunicação com o... Tratando de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Relator tem liberdade para fazer seus questionamentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está fazendo uma pergunta sobre...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que é quem pode me informar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... uma página do Presidente da República, que não é investigado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, assegure a fala ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque tem a ver com as demais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está assegurada a palavra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem a ver com as demais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Assegure a fala do Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço a V. Exa... Eu peço a V. Exa... Nós estamos diante de uma provocação que tenta quebrar, por via ilegal, sigilo de comunicação do Presidente da República.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se há um provocador aqui, não sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, a palavra do Relator está garantida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se há um provocador aqui, não sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está garantida a palavra ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem comanda as contas @jairbolsonaro, que têm 6,7 milhões de seguidores?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Todos os perfis pessoais do Presidente da República pertencem a ele, com nenhuma interferência da Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem comanda a conta da saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... que tem 1,3 milhões? Sabe indicar o nome?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E da Secom?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu inventei o perfil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E da Secom?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu inventei... A gente criou, durante a minha gestão, o perfil secomvc. É um perfil com bastante alcance, com bastante engajamento, do qual eu tenho muito orgulho. Um desses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem comanda?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A área de... A área digital da Secom cria os conteúdos e ela é veiculada dentro da Secom. O secomvc é o perfil institucional da Secretaria de Comunicação, que partiu do zero e vai indo muito bem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. SA., enquanto responsável pela comunicação do Governo Federal, recebeu a incumbência de realizar campanhas de informação no que se refere à importância da vacinação? Sim ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sim, muitas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Fez?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Muitas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá.

Já relacionou aqui...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Já, já.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... na Comissão?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Já, já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que essas campanhas não ocorreram?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. Ocorreram, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ocorreram, não é?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ocorreram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer que todas ocorreram?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Todas. Inúmeras campanhas. Eu repito para o senhor: estivemos no ar com onze campanhas, quatro da Secom, sete do Ministério da Saúde, dos mais diversos tipos, desde o começo da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu me referi especificamente à comunicação, ressaltando a importância da vacinação.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Várias campanhas, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Várias campanhas foram feitas e veiculadas. É isso que o senhor está respondendo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

O Presidente da República deu alguma orientação em relação a essas campanhas, em linha de pensamento sobre a vacinação em massa da população brasileira?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma interferência do Presidente da República em nenhuma campanha do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em entrevista à revista *Veja*, em 22 de abril, V. Sa. afirmou que a empresa Pfizer teria oferecido prioridade no fornecimento de 70 milhões de doses de vacinas ao Brasil, tão logo houvesse a aprovação da Anvisa.

Segundo V. Sa., essa proposta foi formalizada por meio de uma carta, correto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Correto.

O número não está correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O número de?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O número das vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Setenta milhões.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não está correto.

Nunca tive acesso a esse número, se o senhor me permitir explicar, com muito prazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, V. Exa. falou do... V. Sa. falou desse número na entrevista.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, o número nunca falei.

O número eu nunca falei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A revista está mentindo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está imprecisa?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não estou dizendo isso, estou dizendo que nunca partiu de mim, em nenhuma reunião com a Pfizer, o volume de 70 milhões.

Oxalá a gente tivesse 70 milhões, infelizmente nunca foram disponibilizadas 70 milhões.

Eu adoraria que a gente tivesse 70 milhões.

Nas propostas da Pfizer, no começo da conversa, ela falava em irrisórias 500 mil vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa proposta foi formalizada por meio de uma carta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não, não foi isso. Não era uma proposta.

A carta à qual eu me refiro, da revista *Veja*, era uma carta datada de 12 de setembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como foi formalizada a possibilidade de venda das vacinas da Pfizer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu acho, Senador, como...

Respondendo objetivamente, eu não participei do começo dessa oferta nem sei quando ela começou. O assunto veio a mim, para a Secretaria de Comunicação, para deixar claro a todos, através de um dono de veículo de comunicação.

Por que que o Secretário entrou no assunto da Pfizer e das vacinas? O dono de um veículo de comunicação me disse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nós chegaremos lá, chegaremos.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, pois não, pois não.

Desculpe-me.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. teria acesso à cópia dessa carta ou não houve a carta referida na entrevista?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tenho a carta, está aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A carta existe.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tenho, tenho a carta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, a carta existe, porque V. Sa. tinha dito, na resposta anterior, que a carta não existia.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, eu disse que o valor, a quantidade de vacinas não era 70 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ah, não. Isso já foi... Falei com relação à carta.

Segundo V. Sa., essa proposta foi formalizada por meio de uma carta, correto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quando essa carta foi enviada?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Doze de setembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. teria acesso à cópia dessa carta para fornecer a esta Comissão? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

V. Sa. sabe dizer quem mais no Governo recebeu essa correspondência?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A carta é endereçada ao Presidente da República, ela é endereçada ao Gabinete do Presidente, ela é endereçada ao Ministro Paulo Guedes, ela é endereçada ao Ministro da Saúde...

Eu acho que há mais um, Senador Randolfe?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com cópias ao Sr. Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, ao Ministro do Estado da Casa Civil, Walter Braga Netto, ao Ministro do Estado da Saúde, Sr. Eduardo Pazuello, ao Ministro do Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes, ao Embaixador do Brasil para os Estados Unidos, Sr. Nestor Forster.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. também afirmou que o Ministério da Saúde sequer teria respondido à carta da fabricante do imunizante.

V. Sa. confirma essa declaração?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pelo que eu... Como eu fui acionado dois meses depois, eu fui acionado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, uma pergunta, por favor.

V. Exa. falou que o Ministério... V. Sa. falou que o Ministério da Saúde sequer respondeu à carta.

Eu fiz uma pergunta, por favor, objetiva. V. Sa. confirma que o Ministério da Saúde sequer respondeu à carta, que falou à revista Veja?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Em 9 de novembro, quando eu recebi essa carta... Eu recebi a carta 9 de novembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou perguntando isso.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Até o 9...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando se V. Exa. confirma o que disse à revista *Veja*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Até o 9...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... que o Ministério da Saúde sequer respondeu à carta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, até o 9 de novembro, ninguém havia respondido a essa carta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito obrigado.

V. Sa. afirmou guardar correspondências eletrônicas, registros eletrônicos e cópias das minutas dos contratos. Correto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Toda correspondência tratada com a Pfizer encontra-se no computador funcional da Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pode compartilhar esses dados com a Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Com muito prazer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) **–** Sr. Presidente, apenas para reposicionar... O Relator perguntou se ele pode compartilhar, e ele disse que está no computador da Secom. Então, o correto é esta CPI aprovar requerimento solicitando essa informação. Ele não tem mais acesso à Secom. É apenas para reposicionar aqui, dentro do devido processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas, na entrevista que ele deu, ele afirmou guardar – guardar. É por isso que eu fiz exatamente essa colocação. Se ele guardou, por favor, disponibilize aqui para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A pergunta do Sr. Relator é se o senhor guardou, se o senhor possui ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Na revista, o senhor disse que guardou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Na Secom.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Todas as minhas trocas de informação estão no computador da Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, o senhor não guardou? O senhor não falou a verdade para a revista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não se trata de falar a verdade. Todos estão guardados no computador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, vamos ouvir o depoente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A pergunta do Relator é objetiva: o senhor possui esses documentos ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não possui?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu, em minhas mãos, não tenho nada. Tenho só essas cópias aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor falou à revista que guardou. Não era verdade o que o senhor falou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sim, mas guardou significa: no computador que eu utilizei na Secom, lá está.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não. Aí é uma guarda pública.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Isso não é guardar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor falou induzindo uma guarda pessoal.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor, por favor!

O senhor guardou ou não guardou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Em minhas posses, não tenho nada. Está tudo guardado no computador da Secom. Eu não tenho nada além do que está no computador da Secom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não foi correta a resposta à revista?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, eu entendo que está guardado, que está preservado. Se alguém logar com a minha senha de usuário no computador da Secom lá, o senhor vai encontrar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ainda há a sua senha lá?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual motivo o levou a guardar essa documentação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Uma... Pois não, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... forma da resposta à revista *Veja*? Estou perguntando aqui...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São fatos conexos.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu, mais uma vez, faço um apelo a V. Sa. para que V. Sa. possa objetivamente responder. Senão, nós vamos passar horas aqui sem que tenhamos respostas conclusivas. E isso já ensejou uma volta do Ministro Queiroga. Nós não gostaríamos que isso ensejasse uma volta de V. Sa. aqui novamente.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Reitero ao senhor, Sr. Relator, que estou absolutamente à disposição do senhor, estou absolutamente à disposição dos demais para responder a todas as perguntas com a máxima verdade, conforme o meu juramento que fiz aqui ao começo da reunião.

Toda preservação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando V. Sa. se retirou das negociações? Objetivamente.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, eu nunca participei de negociação, Senador. Eu nunca participei. É isso que... Se o senhor permitir, eu explico toda a linha cronológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estamos analisando uma entrevista. O senhor disse na entrevista que participou das negociações.

O senhor está negando a entrevista que deu?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não falei isso, Senador. Eu acho que... Eu posso explicar todo o contexto, a linha do tempo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu gostaria que V. Exa. fosse objetivo, respondesse às perguntas que estão sendo feitas. Somente isso.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. deu uma entrevista com uma grande tiragem da revista, e nós estamos conferindo o conteúdo da entrevista, em primeiro lugar, para perguntar na sequência.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro. Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É essa a lógica do depoimento que V. Exa. presta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro, claro. Até porque, Senador, eu decidi dar entrevista porque havia muitos rumores, muitos rumores com relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegaremos lá, chegaremos lá. Estamos numa sequência.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando V. Sa. se retirou das negociações referidas na entrevista?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca, nunca participei de negociação, Senador. O que eu busquei sempre foi o maior número de vacinas para atender à população brasileira, uma vacina que tinha maior eficácia. Isso foi o que eu busquei sempre com bombardeios da imprensa em cima de mim e com muitos amigos doentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. relatou que abriu as portas do Planalto aos diretores da Pfizer e os trouxe a Brasília para várias reuniões.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer uma pergunta: onde essas reuniões ocorreram? Onde essas reuniões ocorreram?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Na linha cronológica do tempo, Senador, a carta foi enviada 12 de setembro. O dono do veículo de comunicação me avisa, em 9 de novembro, que a carta não havia sido respondida. Nesse momento, eu mando um *e-mail* ao Presidente da Pfizer, que consta nessa carta. Eu respondi essa carta no dia em que eu recebi; 15 minutos depois, Senador, o Presidente da Pfizer do Brasil. Eu respondi para Nova York. O Presidente da Pfizer do Brasil, o Sr. Carlos Murillo, que virá aqui amanhã, me liga: "Fabio, muito obrigado pelo seu retorno", no dia 9 de novembro, e foi o primeiro contato com ele.

Seguindo os contatos que eu tive com o CEO Carlos Murillo, em Brasília, pela primeira vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde essas reuniões ocorreram?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... em 17 de novembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O local onde as reuniões ocorreram?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – No meu gabinete.

Em 17 de novembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No Palácio?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – No Palácio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A primeira vez em 17...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem participou delas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu, o meu assistente, o Sr. Carlos Murillo e a Diretora de Comunicação da Pfizer, nesse dia, 17 de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a participação de V. Sa.?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nesse encontro?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nesses encontros.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nesse encontro, o CEO da Pfizer, Carlos Murillo, me agradeceu por ter respondido à carta e nada mais. Ele disse que queria o Brasil... Frase dele, muito bem lembrada pelo meu assistente que acompanhou a reunião: "Eu quero que o Brasil seja a *vitrine* na América Latina, na vacinação da Pfizer", que naquele momento era a maior perspectiva de eficácia, eficiência. Isso no dia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem falou isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Presidente da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da Pfizer.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Presidente da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor falou: "Meu Presidente", eu estava pensando que estava se referindo ao Presidente da República.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, o Presidente não participou disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República, a propósito, participou das reuniões ou foi informado da proposta da empresa para o fornecimento prioritário de vacina? É uma pergunta concreta: ele participou das reuniões ou foi informado?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desta reunião ele não participou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou das reuniões?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu só participei desta com o Presidente da Pfizer. Eu nunca mais o vi além dessa vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente participou da reunião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desta não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi informado?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desta reunião ele foi informado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Naquela oportunidade, qual foi o valor – agora chegou o momento de tirar a dúvida – oferecido por dose da vacina?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não se discutiu isso nesse momento, Senador. Foi uma visita rápida, cordial, em que ele agradece pela minha proatividade e por ter respondido a carta, nada além disso. Falamos de comunicação, porque a diretora dele era de comunicação, e de nada mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quer dizer que não havia valor, não havia...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nada! Nesse momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... indicativo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nada!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não havia proposta, não havia nada?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não na Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Havia clareza acerca do cronograma de entrega da Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. Nesse momento, ainda não; nessa reunião, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O que leva V. Sa. a crer que as vacinas realmente seriam entregues ainda no ano passado, como afirmou à revista *Veja*?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nada. Inclusive, isso foi motivo, na reunião seguinte, de eu questionar severamente a diretora no dia 7 de dezembro. Aí sim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou fazendo uma pergunta com todo o respeito.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nesse momento, na linha cronológica, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia... Vou repetir a pergunta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia clareza acerca do cronograma de entrega da Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nesse primeiro momento, em 17 de novembro, não se falou em cronograma da Pfizer. Existia uma demanda mundial, e o produto era escasso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que o leva a crer que as vacinas realmente seriam entregues ainda no ano passado, como V. Sa. afirmou à revista *Veja*?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Havia uma promessa da Pfizer, se o Brasil se manifestasse no tempo adequado, de que ela envidaria os maiores esforços para aumentar a quantidade e diminuir o prazo. E foi exatamente isso que eu exigi deles nos dois outros encontros que tive com eles...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não se manifestou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... não mais com o Presidente da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não se manifestou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Como assim, Senador? Não entendi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – O Brasil não se manifestou? O Brasil, o Brasil!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu atuava sempre de forma reativa e responsiva, nunca de forma proativa em procurar a Pfizer. É só para deixar isso claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estamos discutindo isso. Estamos discutindo o que o senhor falou à revista, que não houve sequer resposta do Ministério da Saúde. E afirmou agora que o Brasil não se manifestou sobre a proposta. É isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não falei isso, Senador. O que eu falei é que uma carta endereçada a seis pessoas da República, e eu como...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor falou que o Brasil não se manifestou ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sim, sim, sim!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor acabou de falar. Acabou de falar.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Brasil está nos acompanhando.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É claro, é claro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma audiência enorme. Setenta por cento da população brasileira apoiam a Comissão e querem que a Comissão acesse a verdade.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É claro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O seu depoimento aqui é um dos depoimentos mais estratégicos. Por isso eu citei ontem o indiscutível depoimento do Presidente da Anvisa. V. Sa. tem muito a colaborar com o Brasil...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É claro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... na busca da verdade, apenas nisso. Nós não podemos crer que V. Sa. frustre essa expectativa, sobretudo depois da entrevista à revista *Veja*.

Em que medida a negociação para a compra de vacinas é de competência da Secom?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma, Senador. Em nenhum momento, a Secom negociou valores, negociou condições contratuais. Eu vou explicar isso mais para frente, se o senhor questionar e permitir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. entende que tinha capacidade técnica para essa negociação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Entendo que sim, Senador, e explico o porquê: era uma negociação internacional...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, vamos responder! O senhor acha que tinha capacidade técnica para a negociação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Entendo que sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por quê?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Porque eu sou... Primeiro porque minha formação é jurídica; segundo, porque tenho histórico de negociação de contratos internacionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem o auxiliou na tarefa?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor nunca conversou com ninguém sobre isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nesse momento, até 9/11 da carta e 17/11, ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tratou dos assuntos porque é jurista?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém o auxiliou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, o senhor pode imaginar qual era a pressão da imprensa em atacar o Governo dizendo que não tinha vacina e a quantidade de mortos e contaminados aumentando toda hora. Eu não seria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda não tem vacina suficiente.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Exatamente, e, contrariando isso, eu fiz o movimento, Senador. Estamos do mesmo lado, e eu adoraria que o Brasil inteiro estivesse vacinado pela Pfizer, que é a vacina que tem 96% de eficácia. Estou junto com o senhor nessa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa... Eu espero que fique comigo em outras também.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Estarei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. avalia que sua participação pode ter representado uma ingerência em assuntos de competência do Ministério da Saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, de forma alguma, porque eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Avalia que não houve ingerência...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ao tratar das negociações sozinho?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, eu não tratei de negociação. Foi isso que eu já disse para o senhor. Não negociei. O meu intuito foi de ajudar, criar atalhos e encurtar o caminho para que a população brasileira tivesse a melhor vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, essa negociação o senhor a chama de "ajudar", mas se considerava tecnicamente capaz para fazê-la, não precisava de ajuda, porque era jurista... Nós estamos depreendendo tudo isso das suas respostas. E acha que não teve ingerência de competência – não é isso? – no Ministério da Saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não tive, porque eu não participei de negociação propriamente dita. Eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só estava ajudando?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu quis encurtar e aproximar pontas, diante da negativa de uma carta que não foi respondida, e a Comunicação sofria com isso através dos inúmeros questionamentos que a gente recebia, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve algum outro episódio em que ministros ou outros integrantes do Governo Federal atuaram em questões de competência do Ministério da Saúde? Além deste, há outros episódios?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De a Secom atuar em outros temas, é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou outros ministros atuarem em áreas que não são de suas competências, não são afins?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço, Senador. Não posso afirmar isso porque eu não testemunhei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como era visto por outros setores do Governo a atuação do Ministro Pazuello no exercício do cargo de Ministro da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, eu entendo que eu não posso opinar com relação ao que outros ministros, outros entes governamentais tinham de opinião a respeito do Ministro Pazuello.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não... V. Exa. disse que o ministro não havia respondido a carta da Pfizer. V. Exa. entrou para ajudar, recebeu os representantes da Pfizer, teve reunião com eles, informou ao Presidente da República, se sentia capacitado para fazer as tratativas... Eu estou perguntando: de que forma o ministro se posicionou nessas questões? Apenas isso.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu levei, uma vez... Todos os meus atos que realizei eu levei a conhecimento do Presidente da República, até porque a minha proximidade com o Presidente sempre foi muito maior fisicamente e de relacionamento do que com qualquer outro ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como era vista a atuação do Ministro Pazuello nessas questões, como Ministro da Saúde? É uma pergunta objetiva.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Por parte de quem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por parte de V. Sa. Eu não iria perguntar isso a outro.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O senhor está perguntando a minha opinião com relação à atuação do Ministro Pazuello?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pazuello. Exatamente.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Para o senhor e para outros setores que eventualmente tenham conversado com o senhor. É provável que o senhor, durante esse tempo, tenha conversado com alguém sobre isso.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, quanto à opinião de terceiros, fica mais difícil opinar.

A minha opinião com relação à gestão do Ministro Pazuello: eu entendi que ele ocupou um espaço, diante da saída do Dr. Teich. Eu lamentei muito a saída do Dr. Teich, que é um médico técnico, que é um médico preparado. Adoraria que a gente tivesse um médico na pasta, adoraria que a gente caminhasse de forma mais tranquila. O General Pazuello, o ex-Ministro Pazuello foi corajoso de assumir uma pasta no pior momento da história do Brasil e, talvez, no pior momento da história do mundo. Poucos teriam tido a coragem que ele teve de sentar num ministério, no meio da maior pandemia que o Brasil já teve, Senador. É isso que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. considera que houve incompetência e ineficiência do então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, como afirmou a revista *Veja*?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A revista *Veja* não nomenclatura ao Ministro Pazuello a incompetência. Eu entendo que a incompetência é ficar refém da burocracia. Acho que a burocracia, a morosidade na tomada de decisões, que é característica da Administração Pública, é um problema nos casos excepcionais, como a gente tem da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode esclarecer que fatos e situações específicas o levaram a essa conclusão?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro! A mera não resposta da carta, o não retorno na velocidade adequada. Em meio a uma pandemia, a gente precisa se reinventar e a gente tem que criar um ambiente que possibilite salvar cada uma das vidas, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República atuou diretamente na tomada de decisões sobre compra de vacinas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Presidente Bolsonaro assinou uma medida provisória dando 20 bilhões para a compra de vacinas, Senador. Se o senhor dividir 20 bilhões por 200 milhões de habitantes, isso corresponde a R$100 por habitante. Além disso, o Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já falou sobre isso. Disse que estava sentado em cima de um cheque de 20 bilhões e que não iria comprar vacina tal, qual...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O fato é que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele falou sobre isso.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O fato é que ele assinou uma medida provisória que abriu 20 bilhões para a compra de vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República... A assinatura de acordo com a Pfizer para aquisição de vacinas foi procrastinada?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Presidente Bolsonaro sempre disse, Senador, que compraria toda e qualquer vacina, uma vez autorizada pela Anvisa. Tão logo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso que eu estou perguntando. Eu estou perguntando se a assinatura do acordo com a Pfizer para aquisição de vacinas foi procrastinada.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Naquele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta objetiva.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, Senador.

A celebração do contrato com a Pfizer era decorrente de três cláusulas que foram adjetivadas como abusivas, draconianas ou leoninas. São elas, se o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegaremos lá. A pergunta é objetiva: a assinatura de acordo com a Pfizer para aquisição de vacinas foi procrastinada?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Entendo que não, Senador, porque não havia segurança jurídica quando da assinatura num tempo anterior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que razão a sua avaliação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Porque havia uma lacuna legal, tal qual ocorria na Copa de 2014, quando o Congresso Nacional criou e possibilitou a execução e a isenção ou a responsabilização do Estado brasileiro em temas excepcionais, como foi na Copa do Mundo e como está sendo agora na pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram as consequências do atraso para a imunização da população brasileira?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Na realidade, Senador, entendo que cada morte vale muito para cada família, para cada pessoa. Contudo, nesse tempo de que a revista fala, ou que eu falo, a Pfizer, em nenhum momento, ofereceu grandes quantidades de vacina nesse intervalo entre o momento de agora *versus* o que poderia ter no passado. Isso foi objeto de grande discussão minha com a Pfizer, porque eu sempre busquei mais vacina no menor prazo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo V. Sa. declarou à revista *Veja*, a minuta de contrato pela Pfizer trazia três cláusulas leoninas. V. Sa. poderia descrever quais seriam essas cláusulas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, era o que eu ia explicar agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque tem uma lógica aqui...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro, claro, claro, claro!

A primeira cláusula, Senador, era o foro de potencial solução de conflitos. A Pfizer, uma empresa internacional, exigia que fosse a câmara arbitral de Nova York, e não o tribunal brasileiro, como o Governo queria. A segunda cláusula, Senador, era a isenção completa de responsabilização e indenização. E a terceira cláusula era a criação de uma medida provisória onde o Brasil teria que elencar ativos e bens em casos de processos internacionais. Essas são as três cláusulas que impediram, ou que empacaram, ou que emperraram que a negociação avançasse de forma mais rápida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta sobre o mesmo tema: cláusulas semelhantes existiam nas propostas de outras empresas ou instituições?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu nunca tive contato com outros contratos ou com outras empresas. Qual foi a lição de casa que eu fiz, Senador? Eu fui perguntar se essas cláusulas existiam em outros países. E o que me foi dito é que o contrato em questão era um contrato de adesão. E, aí em determinado momento, fui falar com o Professor Dr. Ives Gandra Martins pai, e ele me deu uma aula do que era um contrato de adesão. Contrato de adesão ou o senhor assina naquelas condições, ou não tem um negócio. Então, em termos de pandemia, em termos de excepcionalidade, em termos de vidas humanas, a gente tinha que ter criado – e aí eu volto à burocracia, Senador –, a gente tinha que ter nos unido e criado essa atmosfera para compra imediata de Brasília. Mas, sobre isso também, eu vou falar, depois, se questionado pelo senhor, os movimentos que eu fiz para fora do Governo, para que possibilitasse isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As objeções faziam sentido, a seu ver, em sua opinião?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ao meu ver, é uma decisão bastante equilibrada e difícil de ser tomada. O Professor Ives Gandra Martins pai disse que a AGU, no papel dela, protegeu o Estado brasileiro. Se a gente tivesse tido, como teve no caso da talidomida, efeitos colaterais, em função de isenção de responsabilização, seria um problema muito grande para o Estado brasileiro. Por outro lado, o lado da Pfizer, que, em casos excepcionais, uma vacina é testada cinco, seis anos, e a Pfizer teve apenas seis meses, também é de se compreender a razão pela qual a Pfizer exige essa cláusula. Decisão que eu aprendi, o parecer que eu aprendi com o Professor Ives Gandra Martins é: havia uma decisão difícil de ser tomada, razão pela qual os entes políticos deveriam ter criado, de forma mais rápida, uma atmosfera que possibilitasse a assinatura do contrato, como foi feito posteriormente pelo Presidente Pacheco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como as dificuldades apresentadas pelas referidas cláusulas justificariam a paralisação das negociações de compra?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Acabei de responder ao senhor, Senador. Não havia histórico de jurisprudência brasileira; havia uma lacuna legal e uma insegurança jurídica muito grande para a celebração do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais foram os responsáveis por dificultar as negociações?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não participei da negociação, Senador, em nenhum momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor não sabe quem foi que dificultou as negociações?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Para o senhor ter ideia, eu nunca pisei no Ministério da Saúde durante a gestão Pazuello.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas precisava pisar para dificultar?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não participei de nenhum episódio de negociação de vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, V. Sa. não sabe quem dificultou as negociações?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não... Pois não. Não entendi a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. não sabe quem dificultou as negociações?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não, não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Apenas o então Ministro da Saúde, como V. Sa. informou à *Veja*, ou houve ações nesse sentido por parte de outros conselheiros do Presidente da República?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço, Presidente. Desconheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como "desconheço"? O senhor informou à *Veja* que o Ministro da Saúde... Eu estou perguntando agora se, além do que o senhor informou à *Veja*, o senhor tem outras pessoas, sabe de outras pessoas, ouviu falar de outras pessoas que dificultaram a negociação. O senhor já falou com relação ao ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, falei que eu não participei de nenhuma negociação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. sabe o que significa "pixulé"?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, nunca ouvi esse termo, a não ser recentemente falado. Não procurei dar atenção ao tema – me perdoe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acha que o Ministro Pazuello se referia a V. Sa. ao utilizar a expressão ou a alguém?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não sei o que é "pixulé", Senador, desculpe. Se o senhor puder me explicar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Pixulé" foi uma expressão pronunciada pelo Ministro Pazuello.

Há uma versão que corre na República, e eu queria tentar confirmar ou não com V. Sa. Ao falar "pixulé", o ministro se referia a V. Sa., ao utilizar essa expressão?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu nem sabia que tinha tido isso, Senador – nem sabia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, muito bem.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não sei o que significa isso, nem sabia o que é isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não soube da declaração do ministro?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, com todo o respeito, com toda a verdade, não soube. Não soube mesmo. Não sei nem o que significa "pixulé".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Melhor assim, não é?

Os ex-Ministros Mandetta e Teich disseram a esta Comissão que o Presidente da República guiava-se pelas orientações de um aconselhamento paralelo – ontem também repetido aqui pelo Presidente da Anvisa – de pessoas que participavam de reuniões no Palácio do Planalto e tinham influência sobre a condução da pandemia. Entre eles, o filho do Presidente da República, mesmo contra as orientações técnicas do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, nesta Comissão, o Diretor-Presidente da Anvisa, Barra Torres, mencionou o nome da médica Nise Yamaguchi na reunião em que se tentou a mudança da bula da cloroquina para incluí-la na Covid.

Primeira pergunta: V. Sa. confirma a existência desse aconselhamento paralelo já afirmado pelos Ministros Mandetta, Teich, e, ontem, pelo Presidente da Anvisa?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não confirmo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não confirma?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não confirmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não existe?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ah, nunca participou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – E não confirmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nunca participou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca participei e não confirmo. E desconheço qualquer coisa nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. fez parte desse grupo de pessoas que aconselhavam o Presidente extraoficialmente sobre políticas de saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, Senador. Não conheço, nunca participei, me surpreendi com a declaração do ex-Ministro Mandetta quando trouxe esse tema. E olha que eu convivi bastante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A pergunta agora já foi outra.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. fez parte desse grupo que aconselhava o Presidente especificamente sobre políticas de saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não. Nunca, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe identificar ou tem informações sobre quem eram as pessoas que conversavam com ele sobre saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. Eu desconheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com qual frequência V. Sa. falava com o Vereador Carlos Bolsonaro?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Poucos, muito poucos, Senador, muito poucos. Inclusive, o Senador Carlos Bolsonaro, no começo da minha gestão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é: com qual frequência?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma frequência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não falava?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma frequência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não falava?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não falava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca falou com o Carlos Bolsonaro?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Muito poucas frequência. Era o filho do Presidente com mais distanciamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Muito poucas frequência" é difícil de catalogar como resposta. "Muito poucas frequência"?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. falava ou não falava com o Vereador Carlos Bolsonaro?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não falei com o Vereador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca falou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Muito... Assim, cabe numa mão o número de vezes que eu falei com o Vereador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Meu Deus! O senhor não responde objetivamente!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A resposta objetiva, Senador: o número de vezes que eu falei com o Vereador Carlos Bolsonaro cabe numa mão. Durante a minha gestão, durante a minha gestão, Carlos Bolsonaro deve ter frequentado a Secom duas vezes ou três vezes em dois anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por telefone?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Muito menos. A minha origem é São Paulo, da qual o Deputado Eduardo Bolsonaro me conhecia. Eu nunca tive contato com o filho do Presidente, do Rio de Janeiro, Carlos Bolsonaro. E me tornei mais próximo do Senador Flávio à medida que eu passei a conviver com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tinha alguma função no Planalto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. Nunca teve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque no inquérito sobre os atos antidemocráticos, Carlos Bolsonaro depôs e disse assim – aspas: "Fábio encaminha, de forma habitual, prévias de possíveis manchetes do dia seguinte nos meios de comunicação".

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Verdade. Eu, por minha conta, usando a tecnicidade da Secom e para quem me pedia, eu, sem nenhuma falha durante os dois anos que ficava, mandava todo o resumo de mídia às 7h da manhã e às 9h da noite. Era mais do que um *clipping*, porque trazia o que se passou durante o dia e o que poderia ser a manchete do dia seguinte. E 40, 50 destinatários e quem tivesse interesse... Era do meu celular que esses relatórios saíam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma especialidade. Eu queria até cumprimentá-lo por ela, porque a sua especialidade na declaração do Vereador era de que V. Sa. encaminhava de forma habitual prévias de possíveis manchetes.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Isso. Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que o indicava que os jornais iriam dar manchete sobre cada assunto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O que acontecia no dia anterior eu resumia às 8h da noite, e, de fato, isso era manchete no dia seguinte. Eu mostro o exemplar para o senhor. Era uma lista de transmissão em que toda a mídia jornalística, o que havia de assunto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual vai ser a manchete de amanhã? O Presidente está perguntando.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não fiz, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nas conversas...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Provavelmente, provavelmente vai ser a nossa interação aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nas conversas que V. Sa. presenciou dentro do Planalto, ouviu algum integrante do Governo ou mesmo aliado defender a tese de imunização de rebanho?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não. Nunca, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou seja, pelo contágio, e não pela vacina? Isso foi defendido publicamente por várias autoridades do Governo.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sim... O que... Não entendi, Senador. Perdão, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou falando... Tudo bem. Estou falando o seguinte: das conversas que V. Sa. presenciou dentro do Planalto, ouviu algum integrante do Governo ou mesmo aliado defender a tese de imunização de rebanho, ou seja, pelo contágio?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Quanto mais pessoas pegarem, mais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, e não pela vacina.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. Desconheço isso, nunca aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. Eu, não; até porque eu não sou a favor. Nunca ouvi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. não é a favor, é muito bom, mas nunca ouviu essas coisas do Governo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço. Desconheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. disse que o Presidente da República não poderia ser responsabilizado por não ter conduzido o processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compra das vacinas, pois ele teria sido instruído com informações erradas. V. Sa. disse isso à revista *Veja*. Veja que tem contradições com a lógica que V. Exa. adota agora. E acabou de dizer que ninguém falava com o Presidente sobre nada e que não tinha grupo que o auxiliava nessa consultoria com relação à pandemia e os problemas de saúde. Quem orientou o Presidente nesse sentido?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Explico, Senador. O que eu quis dizer na entrevista é justamente sobre as três cláusulas que eram impeditivas para a celebração do contrato, inclusive, foi objeto de fala do Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem orientou o Presidente nesse sentido? V. Exa. referiu na revista *Veja*. É uma pergunta objetiva.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu desconheço quem tenha orientado. O fato é que a gente buscava sempre acelerar a celebração do contrato da Pfizer para que a melhor vacina chegasse rápido aos brasileiros. Infelizmente, havia uma lacuna legal e a gente... O...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Deixe eu só lembrar o que o senhor falou para ajudá-lo na memorização da resposta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. disse que o Presidente da República não poderia ser responsabilizado por não ter conduzido o processo de compra das vacinas, pois ele teria sido instruído com informações erradas.

Pergunto: quem o instruiu, quem o orientou nesse sentido? O senhor falou isso à revista, objetivamente.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O mais objetivo e o mais claro e o que é de notório saber de todos, Senador: o Presidente sempre disse que compraria toda e qualquer vacina, uma vez aprovada pela Anvisa. Esta é, esta é a posição dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não foi isso que o senhor falou à revista *Veja*. O senhor não pode tentar passar a ideia de que nós não estamos perguntando objetivamente sobre os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sr. Fábio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor precisa responder!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Fábio, o senhor só está aqui por causa da entrevista da revista *Veja;* senão, a gente nem lembraria que o senhor existiu. Você está me entendendo? Só por causa disso. Não tem outra razão para você estar aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele deve estar muito arrependido de...

(*Interrupção do som.*) ter dado a entrevista. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você chamou o Pazuello de incompetente na revista, você disse que a Pfizer tinha cinco escritórios de advocacia e o Governo não tinha... Estava perdido. Essa é a única razão. Ninguém nem chamaria o senhor aqui. Não chamaríamos, não tinha por que chamá-lo.

Então, o Senador Renan está sendo muito claro. E aí eu peço até para as pessoas que apoiam o Governo: ele não seria chamado, só foi chamado porque ele deu uma entrevista. Ele se ofereceu para vir aqui. E, aí, ele está aqui tangenciando sobre as perguntas. Depois a gente toma uma medida mais radical e aí vão dizer que nós somos isso e aquilo.

Por favor, não menospreze a nossa inteligência. Ninguém é imbecil aqui. Não faça isso com a gente. Todo mundo aqui está aqui por uma qualidade. A única qualidade que não chega aqui é menosprezar minha inteligência, pelo menos, nas suas respostas. Então, o Senador Renan está demorando demais porque V. Exa. está o tempo todo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não está respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não está respondendo. O senhor está mentindo aqui para todos nós. Agora...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Mentindo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está. O senhor falou o seguinte... O senhor falou, chamou ou não chamou o Pazuello de incompetente?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A revista não diz isso, e eu não chamei. Basta ler a revista. Não chamei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não chamei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está advertido do que significa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está advertido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está confiando em quê, lá na frente, meu amigo? Porque deixe eu lhe dizer uma coisa.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso tem consequências futuras. Só quem já enfrentou processo sabe que isso não acaba amanhã. Não acaba amanhã. A gente se sente meio protegido quando tem o poder por trás da gente. Depois que não tem o poder, a gente fica abandonado, e, aí, é o arrependimento. Eu estou lhe dando um conselho: seja objetivo e verdadeiro aqui na CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não minta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para lembrar ao depoente a capa da revista *Veja*: "Houve incompetência".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não minta.

Eu vou citar um fato aqui que V. Exa....

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... exagerou na mentira, hoje, aqui, no depoimento. V. Sa. citou uma fala da campanha com Otávio Mesquita como modelo de esclarecimento, mas mentiu para a CPI, porque falava para o Brasil...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, vamos ter que respeitar, ninguém está aqui para ser humilhado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente, vamos garantir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, estou mostrando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está aqui para falar a verdade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou dando conselho a ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou mostrando uma mentira concreta. Ele...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo o respeito, com todo o respeito, ele citou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, me garanta a palavra, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero lhe ouvir, Senador, quero que V. Exa. esclareça (*Fora do microfone.*) em que momento o depoente faltou com a verdade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a reunião por cinco minutos e eu vou pedir para o advogado que está acompanhando conversar com ele.

(*Suspensa às 11 horas e 46 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 59 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan com a palavra. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Fabio Wajngarten, com todo respeito que o senhor merece aqui na Comissão: se V. Exa. não for objetivo nas suas respostas, nós iremos dispensá-lo desta Comissão, pediremos à revista *Veja* que mande a degravação, e o convocaremos de novo, mas já não mais como testemunha e, sim, como investigado. Então, é uma decisão que V. Exa. tem que tomar para que possa contribuir. Caso eu veja que V. Exa. está tangenciando em relação às perguntas, eu irei dispensar o seu depoimento aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Podemos retomar, Presidente? (*Pausa.*)

Então, voltando aonde paramos: V. Sa. disse que o Presidente da República não poderia ser responsabilizado por não ter conduzido o processo de compra das vacinas, pois ele teria sido instruído com informações erradas – na revista *Veja.* Pergunto: quem orientou o Presidente nesse sentido?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Senador, o Presidente Bolsonaro sempre disse que compraria todas as vacinas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... uma vez aprovadas pela Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... perguntei quem orientou o Presidente nesse sentido.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço qualquer orientação com relação à pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, não há registro formal das orientações referidas por V. Exa. na revista *Veja?*

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço qualquer orientação. A minha vontade pessoal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor está negando que conhece a orientação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço que o Presidente tenha recebido qualquer orientação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor falou isso na revista *Veja*, está aqui a matéria!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor já falou isso. O senhor está retirando o que falou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A matéria consta de minhas falas e a matéria consta de interpretação do jornalista. A matéria consta de aspas e de conteúdo do jornalista. Tanto a vontade do Presidente, que disse que compraria todas as vacinas aprovadas pela Anvisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Dois Ministros da Saúde...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não foi sobre isso a pergunta, mais uma vez, e não adianta V. Exa. responder no sentido contrário ao que está sendo perguntado. V. Exa. já abusou desse expediente em algumas oportunidades.

E o expediente que eu gostaria de registrar foi que V. Exa. citou como melhor exemplo da campanha de vacinação a feita com a participação do Otávio Mesquita, como o que havia de melhor com relação ao enfrentamento da pandemia. Sabe o que é que significa? Otávio Mesquita é contra o isolamento social. A campanha foi esta: contra o isolamento social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois Ministros da Saúde deixaram o cargo em razão da falta de autonomia e interferências do Presidente da República em questões técnicas, em contrariedade ao conhecimento científico, como confirmaram depoimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Depois de sabermos dessa interferência direta do Chefe do Executivo nos assuntos do Ministério da Saúde, V. Sa. ainda avalia que o Presidente da República deva ser totalmente eximido de responsabilidade quanto ao atraso da compra de vacina da Pfizer, como declarou à revista *Veja*?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Entendo que sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Entendo que sim. O Presidente sempre demonstrou que compraria, sempre reafirmou, sempre assegurou que compraria toda e qualquer vacina, uma vez aprovada pelo órgão regulatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dois ministros... Em agosto de 2020, ainda não havia demonstração científica da eficácia da vacina da Pfizer, mas as pesquisas estavam avançadas, havia boas perspectivas de eficácia e vários países já estavam em negociação para a sua aquisição. No seu entendimento, a negociação para a contratação, ainda que anterior à autorização da vacina, seria a medida correta a ser tomada naquele momento?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O senhor está coberto de razão. No mesmo dia em que eu tomei conhecimento de que havia a possibilidade de ter a vacina da Pfizer no Brasil, eu não medi esforços em concretizar isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É do seu conhecimento subvenção de *sites* e influenciadores digitais ligados ao Presidente da República via prestadoras de serviço?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não entendi a pergunta, Senador. Com todo o respeito, não entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor, no início, declarou aqui que as campanhas eram extensivas e falou da participação de influenciadores e de *sites*.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Celebridades...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é objetiva. É do conhecimento a subvenção de *sites* e influenciadores digitais ligados ao Presidente via prestadores de serviço?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, de forma alguma, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não havia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, a Secom sempre atuou de forma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não havia? A pergunta é objetiva: havia ou não havia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A pergunta está controversa, Senador. Explico para o senhor. Explico objetivamente ao senhor: a utilização de celebridades, influenciadores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não de falei de celebridades.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O senhor falou influenciadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou fazendo uma pergunta objetiva.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É que, no mundo moderno...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando se é do seu conhecimento, no mundo moderno, na expressão de V. Exa. – como V. Exa. se considera contemporâneo dele –, é de seu conhecimento a subvenção de *sites* e influenciadores digitais ligados ao Presidente via prestadores de serviço?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, de forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não existia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não existia no Governo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não existia subvenção a *sites* e influenciadores digitais? O Governo nunca pagou um centavo com isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Zero. Na minha gestão na Secom, zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O meio pelo qual a Secom...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As ações nas redes sociais, pelos apoiadores do Presidente, receberam orientação para divulgar tratamento precoce e uso de medicamentos?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Zero. Nunca aconteceu sob a minha gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou perguntando sobre a sua gestão...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e sobre o Governo.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Zero. Eu respondo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. está obrigado a falar sobre o cargo que exerceu.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perfeito. Em nenhum momento, aconteceu isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está certo.

O senhor demandou das agências de publicidade alguma campanha para uso de máscaras, do uso do álcool e evitar aglomerações, por exemplo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Inúmeras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. se referiu à do Otávio Mesquita, que foi no sentido contrário, foi a favor da aglomeração, porque era a volta às aglomerações. V. Sa. está respondendo no sentido contrário.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, acho que cabe aqui uma correção. A campanha em que eu me refiro ao Otávio Mesquita é de fevereiro... Março e abril de 2020. Não se falava em aglomeração, não se falava de máscara, não se falava em...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falava sim.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falava sim, falava da volta ao trabalho.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso foi antes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só uma pergunta, documentos obtidos pela Agência Pública...

Conhece a Agência Pública? (*Pausa.*)

Conhece a Agência Pública?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não conheço, Senador, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por meio das repórteres Giovana Fleck e Laís Martins, revelam que cada um dos influenciadores, em questão, recebeu, por meio da agência Calia, um roteiro com alusões explícitas ao tal atendimento precoce, que constituía o cerne da campanha denominada cuidados precoces.

Os valores somariam 23 mil. Foram assim distribuídos: Flavia Viana, 11,5 mil; João Zoli, 6 mil; Jessica Tayara, 3 mil; Pam Puertas, 2,5 mil.

O senhor confirma esses valores?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Confirmo. Se não me engano, o total dos cachês dos influenciadores acho que deu R$23 mil, somados todos, se eu não me engano.

E por que, naquele momento, a agência sugeriu que usasse os influenciadores? Porque eles têm muitos seguidores e isso daria maior credibilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além da agência Calia, que outras agências foram contratadas para esse fim?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Além da agência Calia, quais agências trabalhavam na comunicação do Covid? É isso que o senhor está perguntando?

Quais...

O Ministério da Saúde detinha licitadas acho que, se não me engano, quatro ou cinco agências e a Secom outras três.

E para cada *job*, cada campanha havia uma mini concorrência entre as agências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto a Secom gastou em campanhas desta natureza?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Duzentos e oitenta e cinco milhões de reais em 14 meses de pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, já me encaminho para o final.

Em outubro do ano passado, o então Ministro da Saúde anunciou a assinatura de um protocolo de intenção de compra de 46 milhões de doses da vacina CoronaVac, produzida pela empresa chinesa Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan, ligado ao Governo do Estado de São Paulo.

O Ministro foi elogiado pela atitude, inclusive neste Congresso Nacional. No entanto, o Presidente da República, já no dia seguinte, desautorizou o seu Ministro e disse que sua decisão é a de não adquirir a vacina, a referida vacina, que chamou de vacina chinesa do João Doria.

Em vídeo transmitido pela internet, Pazuello, ao lado do Presidente Bolsonaro, respondeu: "É simples assim, um manda e o outro obedece".

Hoje, a CoronaVac é o principal imunizante no programa brasileiro de vacinação da Covid.

Pergunto: A que V. Sa. atribui a oposição do Presidente à contratação de doses da vacina CoronaVac em outubro do ano passado?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, eu entendo que por dois motivos.

Em outubro do ano passado, não havia perspectiva de aprovação da CoronaVac até porque a Sinovac adiou sucessivamente a divulgação dos relatórios. Em 23 de dezembro, ela foi novamente adiada.

E com relação às outras vacinas, se o senhor tiver interesse, a própria Oxford suspendeu os testes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor discutiu com ele essa questão?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, nunca discuti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São vários os episódios em que o Governo adotou posições temerárias quanto à comunicação e à transparência das ações de enfrentamento à pandemia. Por exemplo, como nos disse o ex-Ministro Mandetta – e Teich também –, o Ministério da Saúde parou de realizar coletivas de imprensa para informar à população. Além disso, em 6 de junho de 2020, já na gestão Pazuello, os dados foram infectados e obtidos pela... Óbitos, melhor dizendo, pela Covid tiveram sua metodologia alterada, dificultando acompanhamento da evolução da doença, situação que ensejou a formação de um consórcio de veículos de imprensa para manter a organização desses dados e sua divulgação a brasileiros.

Quem orientou a interrupção das coletivas de imprensa que eram realizadas por Mandetta e Teich, já confirmadas aqui em seus depoimentos? Quem orientou a suspensão dessas entrevistas à imprensa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço, Senador. E cada ministro tem a liberdade de escolher quando quer falar e quando não quer falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas eles disseram que isso foi orientação que recebeu do Planalto. Não foi V. Exa. que deu a orientação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não sabe quem a deu?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não dei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – E, de forma alguma, eu orientaria a não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. não deu e não sabe quem a deu?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não dei, não testemunhei que alguém deu e sou totalmente a favor que a população recebesse a todo momento informações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Isso aí nós já perguntamos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Sr. Relator, só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nós contamos o fato que...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** É fazer só uma breve...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... os ministros disseram aqui que foram instados pelo Palácio do Planalto...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Sobre essa afirmação, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... a suspender as entrevistas coletivas. Eu estou perguntando, já que V. Sa. era o Secretário, se foi o senhor que deu essa orientação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Ministro Teich disse justamente o contrário.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É isso que eu ia falar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Indagado...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É bom o senhor citar qual o ministro, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A minha atuação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi o senhor que deu essa orientação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca foi. E, justamente no período do Ministro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe quem deu?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não sei, e nunca teve. No período do Ministro Teich, eu o incentivava a falar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por que o Presidente era contrário a essa estratégia das entrevistas coletivas diárias pelos Ministros da Saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu desconheço essa ordem ou essa orientação do Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As coletivas de imprensa foram substituídas por algum outro meio de prestar contas e informações à sociedade?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Inúmeras, inúmeras matérias, conteúdos na Rádio Nacional, na EBC, campanhas de publicidade, contatos com jornalista, matérias... Todo momento, o Governo se preocupou, quer seja na pessoa do Presidente, que ainda fala no cercadinho, com os ministros nas suas coletivas... Todo momento, o Governo se preocupou em passar informação. E tenho em mim que eu sou um amante da comunicação e sempre incentivarei a prestação de contas à população.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora, V. Exa., de certa forma, respondeu, porque, como amante da comunicação, ressaltou o papel desses órgãos, digamos assim, cumulativos que atuaram em função da necessidade do suprimento das entrevistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem tomou a decisão de alterar a metodologia de divulgação dos dados sobre a pandemia, Secretário?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu desconheço isso. Soube que formou-se um consórcio, e sou totalmente oriundo da área de dados e pesquisa, de termos a maior transparência possível sempre – sempre!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Secom foi consultada sobre isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A Secom nem participou disso e nem sabia disso. Foi pela imprensa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi consultada? Não foi consultada?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A ONG Repórteres sem Fronteiras divulgou, em janeiro deste ano, que o Presidente Bolsonaro e seus filhos fizeram 469 ataques a jornalistas e veículos de imprensa, somente no ano de 2020, primeiro ano da pandemia de Covid. Além disso, metade dos seus ministros também promoveram ataques à imprensa.

Segundo a ONG, as jornalistas mulheres foram as mais atacadas. Entre as ofensas, ameaça judicial, retirada da credibilidade e impedimento de cobertura.

Pergunto sobre isso: esses ataques faziam parte da estratégia de comunicação da Presidência da República para a condução da pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Em primeiro lugar, Senador, minha solidariedade a todas as mulheres. Eu tenho uma esposa e três filhas mulheres. Jamais seria conivente com qualquer ataque a qualquer mulher. A minha deferência máxima a elas sempre.

Com relação a ataques de jornalismo, eu prego a boa informação, eu prego a boa relação, a relação respeitosa. Em nenhum momento, incentivo; em nenhum momento, contribuo. "Ah, mas o senhor já atacou jornalista?".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei isso.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ah, desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu até que gostaria muito de saber o que é que o senhor teria atacado ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu contei um fato da ONG Repórteres sem Fronteiras, uma divulgação, em janeiro deste ano, de que o Presidente e seus filhos fizeram 469 ataques a veículos de imprensa somente em 2020 comprovados pela pesquisa, no primeiro ano da pandemia. Além disso, metade dos seus ministros também – metade! – promoveram ataques à imprensa.

Segundo a ONG, as jornalistas mulheres foram as mais atacadas entre as ofensas, ameaça judicial, retirada da credibilidade e impedimento da cobertura.

Esses ataques... Agora vem a pergunta: esses ataques faziam parte da estratégia de comunicação da Presidência da República para a condução da pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca tive participação nem mesmo a Secom. Nunca. Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não está negando os ataques. Isso aí já está comprovado.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O senhor está perguntando se era uma estratégia da comunicação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E fazia parte da comunicação.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... e eu estou respondendo que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Secom concordava com essa estratégia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A Secom sempre foi muito técnica durante a minha gestão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Concordava ou não concordava com a estratégia revelada pela pesquisa?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Precisa analisar caso a caso, Senador, precisa analisar caso a caso. É muito difícil o senhor reagir quando o senhor tem uma inverdade publicada por uma jornalista. Eu mesmo fui vítima disso. Muitas vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode informar se teve conhecimento de algum episódio em que o governo Bolsonaro perseguiu jornalistas ou veículos de imprensa em razão do seu trabalho na cobertura da pandemia ou de críticas ao Governo Federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca. Perseguição a jornalistas, nunca. O Presidente sempre deixou muito claro que ele compactua com a maior liberdade de imprensa possível, com a liberdade de expressão. Isso é pétreo nele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou concluindo, Presidente, para a conclusão.

A utilização de redes sociais para a divulgação de informação sempre foi uma das estratégias mais importantes adotada pelo Presidente da República para a sua comunicação, inclusive no que tange a aspectos sanitários relacionados à pandemia. Pergunto: o Sr. Tercio Arnaud Tomaz, apontado como líder do chamado gabinete do ódio do Presidente da República, chegou a influenciar, produzir ou indicar os veículos que deveriam divulgar as campanhas publicitárias produzidas durante sua gestão à frente da Comunicação do Governo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Respondendo objetivamente ao senhor, Senador, o único gabinete que eu conheço na Presidência da República é o Gabinete da Secretaria Especial de Comunicação. O Sr. Tercio nunca fez parte do quadro da Secom. O Sr. Tercio nunca participou de decisões estratégicas, seja qualquer conteúdo que a Secom determinou, iniciou, veiculou, planejou. Nenhuma interferência do Sr. Tercio Arnaud na Secom!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Houve contratação ou dispêndio de recursos públicos para veiculação e impulsionamento de publicidade governamental...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca. Durante a minha gestão da Secom, nunca houve impulsionamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... contendo informações sobre pandemia nas redes sociais?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A Secom sempre fez um planejamento de mídia digital muito técnico, usando a plataforma do Google AdSense.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então houve contratação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não! Não de impulsionamento! De planejamento de mídia e de veiculação nas plataformas, de mídia digital tradicional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual foi o montante de despesas vinculado a essa ação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Qual ação, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que V. Sa. acabou de referir.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De mídia digital? Quer o dado por meio em cada campanha? (*Pausa.*)

Se eu não me engano – eu preciso confirmar este dado –, Senador, o meio digital ocupa hoje 35% do total de meios que a gente faz. Portanto, se a gente teve 285 milhões em 14 meses, o senhor pode ter 35% de digital e o resto para mídia tradicional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que empresas receberam esses valores?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Só o Google. Só o Google. Em minha gestão, nunca houve investimento direto em blogues, em *sites*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foi o responsável pela contratação e liquidação dessas despesas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A Secom e os respectivos ministérios, dependendo das campanhas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voltando à sua entrevista à revista *Veja*...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... V. Sa. afirmou que as negociações iniciais com a Pfizer foram apoiadas por cinco escritórios de advocacia. Segundo apurações preliminares feitas pela equipe desta Comissão Parlamentar de Inquérito, no início eram três os escritórios que apoiavam a Pfizer do Brasil. Ao tomar conhecimento, o Presidente Jair Bolsonaro teria intervindo no sentido de que as negociações fossem feitas exclusivamente com a Pfizer da América Latina. Tal intervenção teria ensejado o envolvimento de dois outros escritórios de advocacia. Quais foram os escritórios que atuaram nas negociações com a Pfizer no Brasil?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço. Desconheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu a sua atuação? (*Pausa.*)

A sua!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Com relação ao episódio da Pfizer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ao tomar conhecimento, no dia 12 de setembro, que havia enviado uma carta aos seis destinatários da carta, um dono de um veículo de comunicação: "Fabio, tem uma carta, e ninguém respondeu. A carta chegou ao Amin, ou a carta se perdeu". Eu, imediatamente, liguei... Mandei um *e-mail*. Mandei um *e-mail* e telefonei para o *headquarter*, para a sede da Pfizer em Nova York, e não consegui contato. E, 15 minutos depois ou meia hora depois, devolveram o *e-mail* para mim e pediram o telefone. Eu passei o meu telefone, e o CEO da Pfizer brasileiro, Carlos Murilo, me telefonou. Assim, origina-se a minha entrada no caso da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os escritórios de advocacia representavam formalmente a fabricante da vacina?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu desconheço, Senador. Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma a intervenção do Presidente da República que aqui descrevemos. Quais seriam esses dois escritórios envolvidos após a intervenção do Presidente? Também não sabe?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. também participou das negociações com a Pfizer da América Latina?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não participou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço qualquer negociação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não participou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não participei de nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve algum acordo para remuneração de V. Sa. por participar das negociações?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, foi exatamente esse o motivo da minha entrevista à *Veja*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Feito com escritórios ou empresas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma maneira isso, nego veementemente isso. Boatos maldosos traziam esse assunto à tona, razão pela qual decidi ir à revista *Veja*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na medida do possível, Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar a palavra ao Senador Eduardo Girão.

Quinze minutos, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Presidente Omar Aziz, eu agradeço essa oportunidade.

Quero aqui dar as boas-vindas aí para o ex-Secretário de Comunicação Fabio.

A primeira pergunta que eu queria fazer é: a Resolução nº 8, de 9 de setembro de 2020 – é da Casa Civil essa resolução –, cria um grupo de trabalho para aquisição e distribuição de vacinas. A Secretaria que o senhor chefiava fazia parte, Fabio, desse grupo de trabalho? O senhor participou de alguma reunião desse grupo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Entendo que sim, Senador. A Comunicação era transversal. Eu, pessoalmente, muito no começo da pandemia, participei, e depois não participei mais, mas entendo que membros da Secom tenham participado sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tem certeza dessa informação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Que membros da Secom participaram de reuniões geridas, lideradas pela Casa Civil? Entendo que sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor levou ao Presidente da República, segundo o seu depoimento à revista *Veja*, as supostas dificuldades da Pfizer para concretizar a celebração do contrato para a venda de vacinas ao Governo Federal. Por que o senhor ou alguém de sua equipe – já que o senhor está dizendo que alguém pode ter participado... Por que o senhor não levou ao grupo de trabalho criado para tratar da aquisição de vacinas ou ao Ministro da Saúde? Fazia parte das suas atribuições, como Secretário de Comunicação, negociar a aquisição de vacinas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, no primeiro momento em que eu tomei contato com o tema das vacinas, eu o enderecei ao Presidente da República – isso foi em 9 de dezembro, em tese, eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me recordo, provavelmente no semestre anterior – e nunca mais participei de qualquer reunião de comitê interministerial. Talvez no *kick off*, na primeira reunião, eu tenha participado e/ou outros membros da Secom. No primeiro momento em que efetivamente soube da inação com relação à carta, eu mergulhei de cabeça para fazer com que os brasileiros tivessem vacina.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor foi escalado pelo Presidente da República para negociar pessoalmente com a Pfizer a aquisição de vacinas? Se positivo, com quem o senhor tratou desse tema e quais foram os resultados obtidos?

O Decreto 4.334, de 12 de agosto de 2020, disciplina as audiências concedidas a particulares por agente público. E no art. 3º determina que o agente esteja acompanhado e faça registro especificando as pessoas presentes e os assuntos tratados. O senhor poderia fornecer esses registros? Essas reuniões constaram da sua agenda oficial, Dr. Fabio?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Registro da reunião eu não tenho, não tenho ata e as reuniões constaram na minha agenda oficial. A reunião sempre teve testemunha, inclusive funcionários da Secom, outros entes políticos. As reuniões todas foram de portas abertas, com muitos participantes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor passou os resultados dessas reuniões... Estou pegando aqui a informação da matéria da revista *Veja*, né? A pergunta que eu lhe faço é: o senhor passou os resultados dessas reuniões ao grupo de trabalho criado para aquisição de vacinas? E ao Ministério da Saúde, passou também os resultados dessas reuniões? O que exatamente o senhor fez para envolver a estrutura do Governo nas negociações com a Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ótima pergunta, Senador. A primeira reunião foi com o Presidente Carlos Murillo, com o Presidente brasileiro, em 17/11, oito dias depois de eu ter respondido à carta. Essa reunião foi meramente um bate-papo. E ele agradeceu por eu ter respondido a ele, à correspondência.

Em 7/12, eles trouxeram a caixa, a tal da caixa de armazenamento. Naquele momento nem se falava de contrato, naquele momento falava-se muito da dificuldade logística da Pfizer, que a caixa... a Pfizer exigia... a vacina, o produto, em si, exigia -70 graus de armazenagem. Então, eles trouxeram a caixa, fizeram um FaceTime com o engenheiro, mostrando que a caixa não seria um impeditivo para se ter a Pfizer. Essa foi a segunda reunião.

E, na terceira reunião, de fato, a gente tentou buscar – ficou na lousa da Secom, quatro meses – as três cláusulas chamadas de leoninas, que impediam a maior velocidade para contratação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses foram os três temas únicos que foram tratados. Na primeira reunião, um agradecimento. Na segunda reunião, caixa. Na terceira reunião, um pouco mais de quantidade de vacinas, no menor prazo possível. Foram os três tópicos conversados, sempre com inúmeras testemunhas, inúmeros presentes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – E sempre de comportamento reativo, Senador. Sempre reativo. Nunca procurei a Pfizer, nunca pedi reunião, nunca, nada. Eu não mandei carta de livre e espontânea vontade, eu nunca pedi reunião, nunca, nada. Sempre me comportei de forma reativa para acelerar, encurtar a chegada da melhor vacina naquele momento. A gente não tinha outra perspectiva de vacina. Da CoronaVac, sequer havia sinais de aprovação, enquanto a Pfizer estava aprovada no FDA e com campanhas abertas em Israel, com grande eficácia.

Por essa razão, eu decidi entrar como motorista nesse caso da Pfizer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor falou inclusive na revista *Veja* – se eu estiver enganado, o senhor me corrija – que foi por um sentimento de idealismo seu.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Mais do que isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – De querer, de humanidade.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, mais do que isso: eu estava muito abalado, com muitos amigos, o avanço da pandemia, filho de médico... E confesso ao senhor, Senador – aqui, de novo, eu vou pedir desculpas à minha esposa –, eu tenho uma filha que não fala; me dá desespero em saber que, se ela estiver com falta de ar ou não, eu não vou ter como saber. Então, a minha filha de 10 anos, em que pese não ser alvo principal da doença, neste momento, a doença é tentativa de acerto e erro. Então, eu, de fato, pelo conjunto desses fatores – muitos amigos internados, muitos amigos falecendo, incerteza com as outras vacinas, contrastando com a aprovação do FDA, contrastando com a efetiva vacinação em Israel –, não restou outro caminho senão acelerar a Pfizer no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

A AGU...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Gostaria de fazer uma colocação, com a aquiescência do Senador Girão.

É o seguinte, esse depoimento tem se encaminhado para um terreno muito ruim, muito ruim! Aqui, estiveram dois ex-Ministros que confirmaram a existência de uma consultoria paralela. Feita a pergunta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao depoente, ele disse desconhecer a existência, mas é o contrário: V. Sa. é a prova da existência dessa consultoria. V. Sa. é a primeira pessoa que incrimina o Presidente da República, porque iniciou uma negociação, em nome do Ministério da Saúde, como Secretário de Comunicação e se dizendo em nome do Presidente; é a prova da existência disso.

Eu queria, Presidente, sugerir a V. Exa. requisitar o áudio da revista *Veja* para nós verificarmos se o Secretário mentiu ou não mentiu. Se ele não mentiu, a revista *Veja* vai ter que pedir desculpas a ele; se ele mentiu, ele terá desprestigiado e mentido ao Congresso Nacional, o que é um péssimo exemplo. Eu queria dizer que vou cobrar a revista *Veja*: se ele não mentiu, que ela se retrate a ele; e, se ele mentiu à revista *Veja* e a esta Comissão, eu vou requerer a V. Exa., na forma da legislação processual, a prisão do depoente. Apenas para dizer isso e para não dizerem que nós não estamos tratando a coisa com a seriedade que essa investigação requer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, não cabe, não cabe ao advogado fazer questão de ordem, mas cabe aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – V. Exa. está com a palavra, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe, não cabe ao Relator ou a qualquer membro desta CPI ameaçar o depoente de prisão, com todo respeito, Sr. Presidente; com todo respeito!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São os termos do...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E V. Exa., sendo Presidente desta Casa, inclusive tendo publicado um livro que eu estou lendo com muito cuidado, deveria saber que prisão só pode acontecer em flagrante. V. Exa. nem poderia posteriormente pedir a prisão dele em razão de eventual contradição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe, Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o Relator está pedindo agora, está pedindo agora!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe, não cabe!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe! A prisão, no caso de depoimento fraudulento, é no momento do depoimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Cabe, porque é falso testemunho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é abuso de autoridade, Senador Renan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é abuso de autoridade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Marcos Rogério está sugerindo a prisão agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Marcos Rogério está sugerindo a prisão agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., quando o depoimento não agrada o intento de V. Exa., V. Exa. descarta, desqualifica. É isso que está muito claro desde o início da CPI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, não há tempo definido, Presidente, de continuidade da oitiva. V. Exa. poderia atender o pedido do Relator, solicitando, imediatamente, a gravação à revista *Veja*, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., primeiro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Imprensa trabalha de forma rápida. Eu tenho plena convicção de que nós receberemos de forma imediata, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, "bora" atender o Relator e atender o Senador Marcos Rogério. Vamos manifestar agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, só estou advertindo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Requisitava agora, e nós ficamos aguardando. Não há tempo definido de prazo aqui para a realização das oitivas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só estou advertindo V. Exa., Sr. Presidente, de que nós estamos diante de uma flagrante ilegalidade. Mais do que isso: nós aprovamos recentemente, neste Congresso Nacional, e talvez o Relator e alguns Parlamentares possam dar uma olhadinha no que nós aprovamos aqui sobre abuso de autoridade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Abuso de autoridade é mentir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós estamos diante de um clássico caso de abuso de autoridade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Isso é que é abuso de autoridade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... querendo enquadrar o depoente. Não é a primeira vez...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, para atender ao Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que tentam enquadrar o depoente para produzir conteúdo para confirmar uma narrativa pronta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, para atender ao Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com todo respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e atender ao Senador Marcos Rogério...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todo mundo já falou?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... vamos requisitar agora, neste momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou pedir. Nós vamos requisitar, sim, até porque é importante a gente saber. Se tem a gravação da revista, ele vai dizer aqui quem falou ou não, porque tudo o que ele falou na revista *Veja*, todas as perguntas ele negou. Ele negou que a Pfizer tinha cinco escritórios jurídicos, disse que a AGU e o Ministério da Saúde não tinham ninguém lá para tratar desse assunto, e nega várias questões. Então, eu tenho que aqui... Creio que alguém está mentindo: ou é a revista *Veja*, ou o depoente, mas não é o caso extremo de a gente fazer qualquer coisa extrema. Não é isso que nós queremos; nós queremos ter as informações. Primeiro saber.

Então, eu vou pedir para requerer à revista *Veja* que possa nos dar o áudio da gravação sem cortes. A gente vai pedir isso agora.

Eu acredito que o depoimento do Sr. Fabio está prejudicado hoje. Eu vou encerrar a sessão, vou dispensar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente. Presidente, V. Exa. não pode encerrar. Não, Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o Relator fez todas as perguntas que quis; agora é a vez dos Senadores. V. Exa. poderia ter feito isso antes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não. Não, Presidente. V. Exa. tem que aguardar a resposta da revista *Veja*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dando um conselho aqui, mas tudo bem.

Continua o Senador Eduardo Girão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. suspenda; não encerre, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou passando a palavra para o Senador Eduardo Girão. Vamos continuar. Vocês querem continuar, vamos continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. pode suspender, Presidente, temporariamente, enquanto aguardamos o áudio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Girão vai fazer as perguntas. É o tempo necessário. Sabe que horas a gente vai terminar? Lá pelas 6h da tarde.

Senador Eduardo Girão, com a palavra, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Senador Omar Aziz, Presidente, permita-me um comentário aqui sobre esse fogo cruzado que a gente tem visto, sobre esse momento.

Permita-me concluir, eu tenho tempo ainda para utilizar.

Eu quero reafirmar aqui que muito me preocupam os caminhos que estão andando, que nós estamos trilhando nesta CPI. A cada vez, a cada dia eu me convenço mais, com todo respeito a quem pensa diferente. Nós, que estamos tentando fazer um trabalho independente, um trabalho sério, sem palanque político, com o encaminhamento que a gente vê aqui... A diferença é abissal.

É uma coisa assim acintosa quando a gente vê a cortesia com que foi tratado aqui o ex-Ministro Mandetta, um jogo, uma coisa, como a gente diz no jargão do futebol, jogada ensaiada, e a intimidação de um cidadão, de um cidadão que merece respeito, que não merece ser humilhado, que não merece ter ali uma indução. Então, isso pega mal para os trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, o senhor me desculpe. Ele não está sendo humilhado, ele está sendo bem tratado. Sabe o que acontece? Humilhado é 425 mil mortes neste Brasil. Essas pessoas estão sendo humilhadas porque não tem vacina no Brasil, essas pessoas estão sendo humilhadas. Ele? Ele está muito bem protegido, todo mês tem o dinheirinho dele para comer. Que humilhação? Humilhação é o povo pobre que não tem dinheiro para comer, rapaz! Não é assim não, Eduardo. Devagar! Ninguém está humilhando ele. Eu não humilho ninguém. Você me conhece. Eu sou uma pessoa boa. Eu disse lá dentro: "Eu não quero fazer isso porque, a esta altura, a família dele está assistindo, os filhos, as filhas deles estão assistindo, e eu me coloco no lugar dele". Longe de mim querer humilhar alguém aqui. Agora, não dá para esquecer mais de 425 mil vidas. É isso que eu estou dizendo.

O que nós estamos querendo extrair dele é o que ele falou na *Veja*, e ele diz: "Não, não falei. Não foi isso". E é verdade. Ele não falou do Pazuello. Você falou da equipe, você disse que a equipe era incompetente. Ele não citou nomes, ele disse a equipe. Na entrevista, ele fala "a equipe do Ministério da Saúde é incompetente"; ele não falou o Pazuello. Eu perguntei até errado.

Mas não faça isso. Não queira vitimizar ele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem, não tem... Nas redes sociais não tem vítima. Todo mundo é santo, todo mundo é família, mas, por detrás das bocas, a gente sabe muito bem o que acontece.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é. É isso que a gente quer descobrir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há os hipócritas do Twitter que se ajoelham, que pedem pelo amor de Deus. Esses hipócritas é que são responsáveis por isso. Não é ele não!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É por isso que a gente tem de buscar toda a verdade, Presidente Omar. E esta CPI está indo por um caminho que não quer ver...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça as perguntas, Senador Eduardo Girão. Faça perguntas!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não. Eu tenho tempo. Vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça as perguntas, faça as perguntas!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu vou fazer, mas eu preciso colocar aqui para o senhor que 425 mil, como o Senador Renan colocou ali na plaquinha dele, 425.711 vítimas... A gente precisa ter respeito com essas pessoas, a gente precisa ter humanidade com essas pessoas, e não fazer panfleto, não fazer algo com objetivos políticos de poder. A gente precisa ser justo.

A mãe do ator Paulo Gustavo deu um grito para a sociedade domingo, deu um grito mostrando que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas deu um grito contra vocês, que defendem a cloroquina, que defendem aglomeração! Não foi contra quem não defende não, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, o senhor está sendo desrespeitoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – V. Exa. faça a pergunta!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não me acuse, que eu não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça a pergunta!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não defendo cloroquina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça a pergunta, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu defendo autonomia médica. E que o senhor traga aqui... Se o senhor quer ver a verdade ou quer ficar fazendo narrativa, como a gente tem visto aqui, traga cientistas de um lado e cientistas do outro. Mas isso não se quer, não se vota. Amanhã tem votação aqui, e eu quero ver se vão pegar os requerimentos da gente para buscar o que a mãe do Paulo Gustavo falou. Desvio em pandemia mata, é assassinato! É assassinato!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não vamos pegar a consultoria jurídica do Senado...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Negligência e negacionismo também!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... para querer blindar. Vamos pegar o que está lá no requerimento.

Mas eu vou fazer a última pergunta, Sr. Fábio.

A AGU é o órgão da Presidência da República que presta assessoramento jurídico à União, além de representá-la judicial e extrajudicialmente. Diante deste fato, o senhor, se fosse Ministro da Saúde, assinaria um contrato com cláusulas leoninas, conforme o senhor citou na declaração à revista *Veja*, se houvesse um parecer da AGU orientando que só fosse assinado se houvesse garantias legais para tal? O senhor assinaria?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Excelente pergunta, Senador.

Por conta da lacuna, por conta do beco sem saída, da insegurança jurídica, criou-se uma lei propícia para a aquisição de vacinas. Isso possibilitou, um pouco mais tarde, a concretização dessa assinatura. Era, de fato, uma decisão bastante difícil. Em conversa que tive com o Professor Dr. Ives Gandra, uma das maiores autoridades, ele mesmo mencionou exatamente isso. Era bastante justa a solicitação de ambas as partes: a Pfizer, que não teve o tempo devido para desenvolver e testar a sua vacina – normalmente seis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinco anos, e ela teve seis meses –, e, na contrapartida, uma nação que poderia estar em risco por conta de processos judiciais. É bastante complexa essa decisão de assinar um contrato isentando completamente de responsabilização e indenização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por que o governo não editou medida provisória?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou no tempo ainda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Randolfe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou no tempo, Sr. Randolfe Rodrigues. Mas o senhor vai ter o seu tempo depois para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu dou a palavra ao Senador Eduardo Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Então, eu acredito que, com essas explicações, para mim, eu me sinto contemplado com as respostas do Fábio. E espero que a gente tenha um trabalho cada vez mais buscando a justiça e não apenas um lado da verdade, mas toda a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Tasso Jereissati, via remota.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Sr. Fábio, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, na linha que nós estávamos discutindo, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Fábio. Sempre aparece para nós que estamos de fora do Governo que tem alguma coisa atrás do Presidente, que aconselha ou dá diretrizes de maneira diferente do que o Governo, através de seus ministros, o faz. V. Exa. traz isso à luz, porque muitas das coisas que V. Sa. diz, como, por exemplo, que é totalmente a favor do distanciamento social, totalmente a favor do uso de máscara, ao mesmo tempo que o senhor diz isso, está o ministro, o Presidente da República, que não dava nenhuma orientação diferente, fazendo isso diariamente, desde lá até agora. Então, ele tá fazendo justamente o contrário do que é a orientação, inclusive, do que também aqui...

Mas, relativamente à própria Secretaria de Comunicação, houve, em março de 2020, um fato que chamou atenção: saiu um vídeo, difundido por vários ministros, chamado "O Brasil não pode parar". Esse vídeo, inspirado até numa campanha feita pelo Presidente, pelo Prefeito de Milão, que causou um desastre epidemiológico lá em Milão, esse vídeo circulou a tal ponto que o Ministro Luís Eduardo Barroso emitiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um parecer proibindo a distribuição desse vídeo, para suspender a contratação e veiculação de qualquer campanha que contrariaria recomendações científicas no controle da Covid-19. O Ministro ressaltou que a OMS e o próprio Ministério da Saúde recomendavam a adoção de medidas de distanciamento social. No entanto, esse vídeo circulou. Foi à revelia... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parou de falar, Senador Tasso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não consegui entender, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não conseguiu entender, Senador.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não consegui entender o trecho final da pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O trecho final ficou mudo. (*Pausa.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora estou, Senador. É o final. Ele não entendeu, nem a gente ouviu aqui.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Esse... (*Falha no áudio.*)

... circulou, que foi circulado em vários (*Falha no áudio.*)

... chamado "O Brasil não pode parar", baseado, inclusive, ou copiado da Prefeitura de Milão, ele foi proibido, a sua difusão, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo (*Falha no áudio.*)

... Luís Roberto Barroso. Ele considerou que qualquer (*Falha no áudio.*)

... do Governo para difundir ideias que contrariassem as diretrizes da Organização Mundial de Saúde não podia ser veiculado.

É essa a minha pergunta: isto foi vindo da Secretaria de Comunicação, que V. Exa. (*Falha no áudio.*)

... exercia cargo chefe?

Deu para ouvir agora, Omar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou traduzindo aqui, porque está picotando, mas eu acho que ele entendeu. Eu entendi a pergunta: se o vídeo veio da Secretaria, para veicular "O Brasil não pode parar", quando a OMS pedia que não houvesse mais aglomeração. É isso, Senador Tasso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O vídeo foi proibido pelo Supremo, pelo Luís Roberto Barroso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim. É porque o Luís Roberto Barroso proibiu.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Eu entendi. Qual o mês? Só pergunta qual o mês da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem o mês, Senador Tasso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... 2020.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Março de 20.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Março, não é? Março de 20.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... "O Brasil não pode parar".

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, boa tarde. Em março, consta na minha planilha uma campanha do Ministério da Saúde que falava de medidas de prevenção, informações e sintomas, protocolos e orientações.

Contudo, de fato, eu me recordo de um vídeo circulando, "O Brasil não pode parar", eu não tenho certeza se ele é de autoria, de assinatura da Secom. Eu não sei se ele foi feito dentro da estrutura ou por algum... E circulou de forma orgânica. Eu não tenho essa certeza, posso confirmar para o senhor.

O que eu tenho absoluta convicção: pelo meu controle aqui na planilha, em março, o Ministério da Saúde fez uma campanha, protocolos e orientações, informações sobre prevenção, transmissão, com 232 milhões de impactos, 476 mil. E uma campanha, Senador, *pro bono* em que a Secom conseguiu... Ela foi produzida e veiculada *pro bono* no valor de R$600 mil, em março, a que o senhor se refere.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Com licença.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Logo no começo da pandemia.

E cabe mencionar aqui, Senador, que eu fiquei fora o mês de março inteiro, acometido pela Covid. Os 26 dias de março eu fiquei fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Ou foi produzido pela Secom, e foi... (*Falha no áudio.*)

... as pessoas irem para a rua, irem para seus negócios, irem trabalhar, contrariando as instruções de todas as instituições mundiais de prevenção à pandemia. Ou foi produzido pela Secom ou havia um grupo de comunicação paralelo do Governo distribuindo esse tipo de vídeo aos seus ministros, porque ele foi difundido pelos ministros do Governo Bolsonaro. Então, eu queria que fosse isso bem esclarecido.

Uma outra pergunta: em determinado momento, quando, se não me engano, começou ou a Anvisa autorizou o início de vacinação da vacina do Butantan, o Governo brasileiro enviou uma missão de caráter científico a Israel com objetivo de discutir tecnologia de combate à pandemia e conhecer um *spray* nasal que o Presidente chamava de milagroso.

V. Exa., V. Sa. que estava tão empenhado na vacina da... (*Falha no áudio.*)

... todo Brasil empenhado em ter mais vacina... (*Falha no áudio.*)

... o Governo tira todo o seu foco de uma vacina, de procura de ter mais vacina, de comprar mais vacina, de autorizar mais vacinas, para que uma comitiva científica vá a Israel ver um produto nasal que o Presidente chama de milagroso.

Dessa comitiva faziam parte, além do senhor, que, pelo que eu sei – posso estar enganado –, não é cientista, não tem nada a ver com a saúde... Foi parte da estratégia de comunicação isso? Ou foi uma coisa séria? O outro foi o Ministro Ernesto Araújo, que também eu... Pode ser, é Ministro das Relações Exteriores; o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, que também, pelo que eu saiba, não tem nenhum conhecimento médico... (*Falha no áudio.*)

... o Deputado Federal Helio Lopes – também desconheço qualquer... Posso estar não conhecendo... (*Falha no áudio.*)

... aqui no Senado, supremacia racial. E apenas foi um representante... (*Falha no áudio.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FABIO WAJNGARTEN (*Fora do microfone.*) – Presidente, Presidente. Eu acho que... Se o senhor puder falar que não está dando para ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tasso, nós não estamos ouvindo V. Exa., Senador. O seu fone, peça para alguém dar uma olhada aí. Ou é a internet que não está funcionando. A gente não consegue ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, para não ter nenhum tipo de percalço, pode conduzir para outro e eu vou procurar ver o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, na hora em que o senhor estiver à disposição o senhor entra, está bem?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar para o Senador Marcos Rogério.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Senador. Calma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele já falou muito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só mais um pouquinho.

Sr. Presidente, Sras. e aos Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está vendo, não é, Marcos? É perseguição contra você!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – A voz do contraditório sempre incomoda mais, Sr. Presidente!

Cumprimento aqui V. Exa. na condução dos trabalhos, bem como o depoente Fabio Wajngarten.

Sr. Presidente, antes de fazer pouquíssimas perguntas, eu queria fazer algumas considerações que reputo extremamente importantes.

Primeiro, para consignar que o depoente que comparece em CPI responde sobre fatos e na medida do seu conhecimento. Ninguém é convocado aqui para ser comentarista de posição alheia ou de comportamento alheio, a não ser que isso esteja ligado diretamente ao exercício da função. Pelo visto, só é bom o depoimento quando responde o que o Relator quer ouvir; se não confirma o que ele quer, então o depoimento não é bom, não serve. Foi o que aconteceu hoje na sessão desta Comissão, isso ficou muito claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A oposição, na sanha justiceira e vingadora, ao ver a matéria do Secretário Fabio Wajngarten, apressou-se em convocá-lo. E, quando ele não parte para o ataque ao Presidente da República ou ao Governo – talvez fosse isso que alguns esperavam aqui –, protestam, ameaçam, rechaçam e, então, ele não presta mais. Porque até ontem as entrevistas todas eram concedidas para dizer: "Não, esse é o homem-bomba do Governo".

Olhe, Sr. Presidente, esta CPI não é acompanhada só pelos membros que estão aqui nesta sala. Os brasileiros têm muito interesse nesta CPI, sobretudo pelo que veem, pelo que assistem, pelo que testemunham.

Veja, no caso do depoimento de ontem, Sr. Presidente: o Relator elogiou o depoente e fez uma espécie de relatório preliminar sobre a reunião de ontem com o Presidente da Anvisa. Só esqueceu de dizer que o depoimento de ontem afastou a acusação que pesava contra o Governo em relação à agência reguladora, de que ela era manipulada politicamente pelo Governo. E a evidência saltou aos olhos e aos ouvidos aqui ontem de que isso não é verdadeiro.

Quanto às manifestações sobre condutas pessoais do Presidente e o protocolo, nenhuma surpresa. E não poderia ser diferente. Ou ele trouxe algum fato aqui que a sociedade brasileira já não conheça?

Um dos problemas do Presidente da República é que ele não é hipócrita nem dissimulado. O excesso de transparência, franqueza e normalidade termina por expô-lo diante de um patrulhamento que quer que as pessoas públicas usem máscara até para ir à praia.

Ninguém desconsidera o valor da fineza e da alta intelectualidade, mas o Brasil, Sr. Presidente, se cansou de tanta retórica misturada com a mais cavernosa roubalheira. Entre a polidez e o caráter, os brasileiros decidiram ficar com o caráter. As famílias de bem deste País, os trabalhadores em geral, os empresários, os produtores rurais, os pecuaristas, os servidores públicos estavam cansados de produzir diariamente e ver o fruto do seu trabalho espoliado às escondidas, quando não distribuídos graciosamente para os amigos do poder ao redor do globo.

Isso enfraqueceu o País. Nossos índices de educação são vergonhosos; nossa saúde, precária. Nas últimas duas décadas, o número de leitos de UTIs do SUS caiu, não aumentou. Obras inacabadas, promessas vazias, como a da transposição do Rio São Francisco... E agora ficamos aqui discutindo etiqueta, rascunho de um decreto produzido por não sei quem, para mudar bula de remédio, como se decreto mudasse bula de remédio. Com todo o respeito – com todo o respeito –, é risível alguém dar valor a esse tipo de coisa.

Veja que está clara aqui, está evidente, cristalina a cortina de fumaça que tenta se levantar. É como acusar alguém de tentativa de homicídio mesmo sabendo que a arma é de brinquedo e a bala é de algodão: crime impossível. Mas é isso que tentam fazer com o Presidente Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, veja, concluo meu raciocínio e não estou aqui legitimando condutas e comportamentos, seja do Presidente ou de quem quer que seja, que ofendam o protocolo de cautela. Não é disso que estou tratando. Só quero dizer que há dois pesos e duas medidas quando se trata do Presidente e quando se trata de outros gestores públicos. Por quê? Porque Governadores, porque Prefeitos, porque secretários, porque membros do Judiciário... Há Presidente de Tribunal de Justiça, Senador Girão, fazendo festinha Brasil afora, cantando samba, em festa de aniversário. Com todo o respeito... E aí, quando vaza a informação, ou vaza a foto, ou vaza o vídeo, vem a público para dizer: "Foi mal, não era para ter vazado ou não era para ter feito". O Presidente não é dissimulado, não tenta esconder o que faz a despeito das advertências e do protocolo.

Então, Sr. Presidente, estou fazendo essas ponderações, e com a ressalva de V. Exa., que tem tentado ficar num ponto de equilíbrio na Comissão, porque há arroubos de um lado, apelos de outros, mas é preciso que aqueles que nos acompanham estejam atentos ao conjunto dos comportamentos.

Eu, a par das falas do Secretário Wajngarten, nem teria muitas perguntas a fazer. Acho que o Relator foi à exaustão com as questões aqui tentando produzir até além daquilo que o depoente poderia oferecer, mas eu queria apenas fazer aqui alguns breves questionamentos objetivos.

Os contatos que V. Sa. fez, manteve com a empresa Pfizer, foram contatos voluntários ou cumprindo determinação do Presidente ou de alguém do Governo?

O Presidente da República ou algum membro do Governo, em algum momento, atuou, segundo o seu conhecimento, para dificultar a estruturação da rede de saúde e a compra de vacinas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – De forma alguma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você recebeu ordem para boicotar a campanha de orientação e prevenção em relação aos protocolos de combate ao coronavírus?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca, jamais, se tivesse recebido qualquer coisa nesse sentido pegava a minha mala e teria ido embora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se você fosse gestor com as responsabilidades decorrentes do encargo, com base nas condições contratuais apresentadas inicialmente pela Pfizer e que foram objeto de pelo menos três manifestações – a advocacia interna do Ministério da Saúde, a AGU e a Controladoria-Geral da União –, pergunto: a par dessas recomendações técnicas e jurídicas, teria assinado o contrato com a farmacêutica naquele primeiro momento?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não teria, conforme respondi aqui ao Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma decisão muito difícil de ser tomada, ambas as partes tinham a sua razão, parafraseando o Professor e Dr. Ives Gandra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, estou fazendo esses questionamentos e ainda me restam ali cinco minutos – não estou extrapolando o tempo de V. Exa. e desta Comissão –, para dizer que este Parlamento, esta Comissão, por vezes, tenta passar à sociedade uma inverdade.

Veja, V. Exa., que a vacina da Pfizer, o contrato com a Pfizer só avançou por iniciativa deste Senado Federal.

O povo brasileiro não tem memória curta, não. Às vezes tentam dar uma tangenciada na verdade que as pessoas estão ouvindo, mas o contrato com a Pfizer só avançou quando o Presidente Rodrigo Pacheco, a par das condicionantes que estavam lá, absolutamente ilegais, ofensivas à soberania nacional, desrespeitosas à sociedade brasileira, quando coloca em desconfiança a probidade ou a honestidade no trato e cumprimento dos tratos... O Brasil não são esses "paisecos" que pegaram dinheiro do Brasil e deram calote no Brasil. O Brasil não, o Brasil não dá calote, o Brasil honra os seus compromissos, mas as condicionantes pediam garantias ao Brasil que o Presidente não tinha autoridade para declinar sem que o Parlamento fizesse o que foi feito.

Então, Sr. Presidente, a bem da verdade, é bom que a sociedade saiba que, se hoje nós temos um contrato com 100 milhões de doses da Pfizer, de que já começam a chegar as vacinas, se temos outro contrato assinado de que, a partir de setembro, começa a ser entregue também, isso se deu em razão desse papel exercido pelo Presidente do Senado, pelo conjunto dos Senadores, confirmado pela Câmara e sancionado pelo Presidente da República, que autorizou a celebrar o contrato, a despeito das cláusulas leoninas que constavam no contrato. Ou alguém nega que nós fizemos isso aqui? A verdade é a verdade!

Quando ficam olhando no retrovisor do tempo para imputar ao Presidente conduta criminosa, irresponsável em razão da vacina da Pfizer, com todo o respeito, com todo o respeito, é a tentativa de construir uma narrativa preconcebida de condenação. Querem colocar o carimbo de culpado no peito do Presidente da República!

Nosso papel é investigar, aprofundar nas investigações, buscar os fatos, buscar as provas, estejam elas onde estiverem, para, ao final, construirmos um parecer que será submetido a voto neste Colegiado e no Senado e que terá como testemunha maior a sociedade brasileira.

Faço essas ponderações, Sr. Presidente, apenas em razão do que vi, a que assisti aqui hoje e a par da memória que tenho acerca especificamente dessa questão da Pfizer, em que o Senado Federal teve um papel decisivo que deu oportunidade ao Brasil de, com essa exceção que se fez, assinar esse contrato e outros; apenas para colocar na mesa a verdade que é tão pregada, mas, às vezes, negada para dar lugar à conveniência dos interesses movidos por alguns quando de suas manifestações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa., agradeço ao depoente pelas contribuições que deu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar a palavra para o Senador Humberto Costa.

E, no final da sessão, irei falar como é que foi que o Senado aprovou esse projeto, por que nós tivemos que tomar a iniciativa – não agora, lá no final, porque, senão, vou atrapalhar até a discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Posso falar, Presidente? (*Pausa.*)

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Dr. Fabio Wajngarten, seja bem-vindo.

Eu quero começar por uma das coisas que eu acho mais grave e que foi abordada pelo Senador Tasso Jereissati, que diz respeito àquela publicidade chamada "O Brasil não pode parar". A Secom, no dia seguinte à circulação desse material, emitiu uma nota dizendo que aquela era uma campanha experimental e, portanto, assumiu a responsabilidade por aquela campanha negativista, negacionista, defensora da imunidade de rebanho, que já nos causou aí 425 mil mortes.

Mas não foi só aí. Nós temos aqui várias peças... Instagram, está aqui. Eu vou passar para o Presidente depois e para o Relator.

"O Brasil não pode parar". Está certo? Aqui.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Eu não tenho isso aí.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Secom, "O Brasil não pode parar".

Ainda em Instagram, SecomVc: não, os jovens voltam para casa após passarem o dia tomando cuidados básicos de higiene para não contaminarem os idosos, que, repetimos, devem ficar em isolamento.

Portanto, essa campanha tem autoria. Ninguém faria uma campanha dessa sem que o Presidente da República tivesse conhecimento e que V. Sa. também, como Secretário de Comunicação, tivesse conhecimento.

Portanto, essa é uma das questões graves que estão colocadas aqui neste momento em que nós estamos interrogando V. Exa. Eu estou aqui com todos esses dados. Aliás, se alguém quiser, eu tenho até aqui no meu celular – no meu celular, eu tenho aqui – essa campanha na parte de vídeo, que termina, Sr. Presidente – eu vou passar para V. Exa. também –, assinando "Pátria Amada Brasil". Portanto, uma coisa efetivamente oficial, está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vou passar, porque eu não vou perder o tempo que eu tenho para falar, mas está aqui. Eu posso até mostrar o finalzinho dela, daqui a pouco eu mostro o finalzinho dela.

O ilustre...

(*Procede-se à reprodução de vídeo no celular.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Todo mundo lembra isso. Chegou para todo mundo.

Agora, olha como termina aqui, Relator. No final termina com o "Pátria Amada Brasil". Vou mostrar já.

Mas não foi só essa, são muitas outras.

S. Sa. falou aqui que o SecomVc era institucional, pago com dinheiro público – não é?, – e falou de várias campanhas que ele fez.

Veja o tipo de campanha que foi feita tratando de vacina. Era assim: "Ninguém pode obrigar ninguém tomar a vacina". "O Governo do Brasil preza pelas liberdades dos brasileiros". "Tudo será feito, mas impor obrigações definitivamente não está nos planos". E são muitas outras, são muitas outras campanhas.

Eu não quero fazer acusação aqui ao Fabio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto, só para o senhor desligar o...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou desligar aqui. Está desligado.

Bom, esse SecomVc, inclusive, comete uma improbidade administrativa, porque ele na verdade não respeita o princípio da impessoalidade.

Por exemplo, esse SecomVc respondendo a críticas que pessoas fizeram ao Presidente da República. Está aqui: "Não tivesse sido politizado de maneira irresponsável, o tratamento precoce, com os medicamentos indicados para isso, teria salvado muitas vidas". É o que o Presidente e o Governo buscam sempre!

Existem vários... Por exemplo, responde a um blogue aqui: "*Fake news*". É *fake* realmente, mas foi a Secom que respondeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Bolsonaro é expulso, aos gritos de 'Fora Bolsonaro', do jogo Flamengo e Atlético." Aqui ele responde ao Marcelo Adnet – é o Marcelo Adnet –, em nome da Secom, porque o Marcelo Adnet havia feito uma paródia com o Presidente da República.

Então, eu pergunto se, durante o período em que V. Sa. esteve à frente da Secretaria de Comunicação, entende que obedeceu ao princípio da impessoalidade ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Alô!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Senador, boa tarde!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Boa tarde!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Todo o fluxo de publicação das peças digitais seguiam um caminho e passavam por aprovação do AGU responsável pelo atendimento da Secom. Nenhuma peça, na minha gestão, era publicada sem autorização do AGU responsável pela Secom.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito! Portanto, também precisaremos ouvir a Secom.

Aqui existem verdadeiras pérolas. Alguém escreve...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Senador, é só um detalhe: quem era o AGU responsável?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Eu não... Era muito distante de mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não havia um AGU responsável para o senhor declinar o nome agora, aqui?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nem todas as peças passam pela minha aprovação. A gente tem, especialmente, uma vertical digital...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou ter meu tempo de volta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É uma vertical digital. E, para peças mais polêmicas, passava pelo AGU sempre.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aí diz um aqui: "No mundo todo, são raros os casos de vítimas fatais do coronavírus entre jovens e adultos. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase totalidade dos óbitos se deu com idosos. Portanto, é preciso proteger essas pessoas e todos os integrantes dos grupos de risco com todo o cuidado, carinho e respeito. Para esses, o isolamento; para os demais, distanciamento, atenção redobrada e muita responsabilidade. Vamos, com cuidado e consciência, voltar à normalidade".

Essa era a política de comunicação da Secom.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Em que mês foi isso, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Março, 25. Deve ser no ano passado, em 25 de março.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É só para frisar aqui que, exatamente nesse período, era o mês de março, mês em que eu estava totalmente ausente da Secom desde o começo. Mas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Acho que tem... Acho que vocês...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Mas não é desculpa isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu respeito...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não é desculpa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu respeito V. Sa.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não é desculpa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu acho que ou o seu secretário executivo, o seu segundo, trabalhava contra o senhor ou há uma Secom clandestina.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. Eu explico para o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** "Aquela matéria, não foi o Governo que fez". Há uma rede clandestina que produzia isso. Talvez fosse essa rede que aconselhasse o Presidente Bolsonaro, como a gente já viu aqui. Deve ter vários braços essa assessoria, não é?

Bom, afora isso, há aqui o estímulo, por uma propaganda governamental, a que as pessoas utilizem medicamentos. Não é que não tenha comprovação, é que tem comprovação que não serve para Covid!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto a V. Sa.: no período lá em Manaus, em que V. Sa. ainda era – agora nessa segunda onda – a Secom. O Ministério da Saúde mandou médicos para apregoar o tratamento com esses medicamentos. A Secom, por acaso, deu suporte a quem quer que seja para defender, lá em Manaus, esse tratamento que o senhor chama de "atendimento precoce"? Esse negócio já mudou de nome umas 200 vezes – era "tratamento precoce", mudou para "atendimento precoce" –, mas, no fundo, é a mesma coisa: é cloroquina, ivermectina e mais dois ou três que não servem para isso. Eu pergunto: o senhor deu algum suporte, lá em Manaus, para que houvesse esse trabalho?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu corroboro com a opinião do senhor que mudou continuamente à medida que a gente foi aprendendo com a pandemia. À medida que os tratamentos foram evoluindo, à medida que a ciência trouxe novidades e novas informações, a comunicação ficou paralela às informações de aprendizado da pandemia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Então o Presidente Bolsonaro está dizendo besteira, porque ainda ontem ele disse que era para tomar cloroquina. O senhor concorda com ele ou não concorda? Uma vez na vida, discorde dele, porque o senhor está assumindo uma situação aqui inglória: quer se defender e quer defender o Presidente. Mas me responda pelo menos isto: o senhor discorda? O senhor tomaria cloroquina de novo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não tomei cloroquina quando eu fiquei doente, porque não existia cloroquina em março. Se ela fosse comprovada, eu ia submetê-la ao meu médico, que cuidou de mim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Ela já existia, só que nunca foi indicada para isso.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não existia, Senador. Com todo o respeito ao senhor e à ciência médica, filho de médico que sou, eu peguei Covid em março. A palavra cloroquina não existia em março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar. *Fora do microfone*.) **–** O remédio tem, não é?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Para a aplicação do Covid, não se... A palavra cloroquina, se eu não me engano...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Deixe eu só terminar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Isso nunca existiu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Deixe eu só terminar aqui?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, pois não, pois não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu quero falar sobre essa questão da Pfizer.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Claro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Sinceramente, eu sinto até, assim, uma certa empatia com V. Exa.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu acho que V. Exa. foi dar uma entrevista, empolgou-se, falou demais, e nós estamos aqui agora numa situação difícil, porque nós não sabemos se foi fanfarronice de V. Exa., se foi a *Veja* que não reproduziu o que V. Sa disse...

Eu até pergunto: A *Veja*, naquele período, recebeu alguma carta ao leitor que o senhor tivesse mandado dizendo que pedia que corrigisse... O senhor não mandou, não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, ainda não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O.k.

Aí vai precisar mandar.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tá, pois não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas ela diz algumas coisas assim...

Eu fui Ministro da Saúde. Se há um ministério nessa Esplanada que tem competência, experiência e *expertise* para negociar contrato internacional, contrato de medicamento antirretroviral para aids, de vacina, de tudo, é o Ministério da Saúde. Eu não consigo entender por que é que o senhor entrou nesse negócio, talvez com a melhor das intenções, mas levanta uma dúvida muito grande. Por exemplo: eu vou perguntar ao senhor... O senhor disse que não tem conhecimento de nenhum escritório de advocacia que tentou negociar com a Pfizer.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nenhum.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhum.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nem de ninguém que tentou negociar com a Pfizer, mesmo sem ser...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhum.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nenhum?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhum.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nem ninguém que tentou negociar com a Pfizer, sem ser de..

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhum, como eu também não negociei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor conhece o Dr. Frederick Wassef?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Conhece?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele não teve nenhuma participação em nada disso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço. Creio que nunca teve.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito. Porque os rumores são muito grandes. Como eu não quero fazer nenhuma acusação, eu estou perguntando a V. Sa.

V. Sa. conhece essa agência Calia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual a sua relação com ela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu a conheci quando assumi a Secom. Agência vitoriosa duma licitação do Governo anterior, que não o meu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas ela, neste Governo, ganhou uma dispensa de licitação no Ministério do Turismo no valor de 23 ou 27 milhões. O senhor confirma?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não... A Secom não tem ingerência nesse tema, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas nem de saber quem são as agências que trabalham no...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Na Secom, sim; nas pontas, não.

E eu, inclusive, tentei, de forma muito efusiva, muito ativa, centralizar, através de um novo decreto, a comunicação do Governo todo. Então, cumprimento o senhor por falar isso. Acho que a gente poderia criar novos mecanismos para a gente tirar das pontas dos ministérios, porque não é função dos ministérios terem as respectivas agências de publicidade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Bom, eu vou terminar, Presidente. Meu tempo está acabando. Eu acho que hoje nós tivemos, apesar de todo esse... Nós tivemos aí, sem dúvida, alguém que trouxe mais dados para que nós possamos trabalhar, não é? Entre eles... Como eu disse, ele, infelizmente, foi um dos condutores da tese da imunidade de rebanho, porque a comunicação do Governo só fez aumentar a exposição das pessoas ao vírus, não é? E eu imagino que, se o Presidente Bolsonaro disse ao Ministro Pazuello que um manda e o outro obedece, eu tenho certeza... Embora V. Sa. seja uma pessoa que está querendo aqui ser leal ao Presidente da República, a responsabilidade dele é absolutamente clara: 420 mil pessoas mortas. Tem nome e assinatura aí: chama-se Governo Jair Bolsonaro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Humberto.

Esta Presidência teve a tolerância devida para que V. Exa. pudesse concluir, assim como teremos com o próximo inscrito, que é o Senador Ciro Nogueira.

V. Exa. tem 15 minutos.

O depoente está pedindo um intervalo. Vamos suspender, então, por cinco minutos e retomamos em seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 13 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 33 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.? Vamos reabrir a sessão? (*Pausa.*)

Havendo concordância dos Parlamentares presentes, eu coloco em votação o Requerimento nº 534, de minha autoria, que requer a gravação que originou a matéria da revista *Veja*, com o Sr. Fabio Wajngarten, veiculada, no dia 22 de abril, pela internet e, no dia 28 de abril, na Edição Impressa nº 2.735.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqueles que concordam com a sua aprovação permaneçam como se encontram.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... têm que cumprir o prazo de 48 horas, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem problema. Se ela viesse hoje, seria até melhor, porque nós não precisaríamos chamá-lo novamente aqui, mas, já que vocês querem, então, não tem problema, a gente aprova em 48 horas; eu vou seguir o rito, sem problema nenhum. Nós solicitamos, e à solicitação somente verbal dificilmente nós vamos ter acesso, por isso que eu estou querendo fazer o requerimento, porque, se a gente tivesse isso hoje, nós terminaríamos hoje mesmo. Então, a sessão dele não será encerrada; eu suspenderei a sessão e marcarei uma nova sessão para ouvi-lo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Perfeito, mas vamos (*Falha no áudio.*) ... o Regimento; é muito (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, pois é, sem problema nenhum. Só estou comunicando que esta sessão não será encerrada hoje.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então está tudo bem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a sessão. E, no dia em que nós tivermos acesso aqui à *Veja*, ele virá aqui novamente. O.k.?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. Eu concordo, eu concordo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, peço a palavra a V. Exa.

Veja, a medida que V. Exa. está impondo, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não estou impondo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ia votar o requerimento, V. Exa. questionou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe eu fazer uma ponderação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema nenhum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qualquer inquirido em CPI pode ser objeto de reconvocação. Havendo fatos novos, provas novas, pode ter um novo requerimento para convocação. Veja V. Exa. que, ontem, eu critiquei, aqui, o requerimento que foi anunciado de reconvocação do Ministro da Saúde para esse momento, porque veio na semana passada, mas pode haver a reconvocação. Então, o que dialogo com V. Exa. é que encerremos o depoimento do depoente no dia de hoje. Vindo o documento e havendo provas, havendo evidências que justifiquem a reconvocação, não haverá óbice nem por parte dos governistas. É o apelo que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos decidir isso no final.

Eu, agora, passo a palavra ao meu querido amigo Senador Ciro Nogueira.

Pois não, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como se diz, no meu querido Piauí, meu amado Piauí, Senador Renan, na minha Pedro II, Marcos Rogério – e um dia eu ainda vou levá-lo lá –, nada melhor do que um dia atrás do outro, nada melhor do que um dia atrás do outro!

Eu me lembro, no início desta CPI, das narrativas que se traziam a esta Casa, por parte dela. Eram: a cloroquina mata, e, até agora, pelo menos, para as pessoas que passaram por aqui nós perguntamos isso, nada ficou provado. Nós vamos, no devido momento, escutar os dois lados para ter essa definição.

A Anvisa – como você muito bem, Marcos Rogério, colocou –, manipulada; que o Presidente da República proibia de se aprovarem as vacinas. Nós tivemos orgulho da pessoa que esteve aqui ontem, pessoa com que eu comungo de diversas opiniões e atitudes, e divirjo, às vezes, do Presidente da República. E nós tivemos orgulho do Presidente da Anvisa que está neste Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proibição de entrevista. Nós perguntamos aqui ao Ministro Teich; perguntamos ao senhor hoje, aqui, se existia essa determinação; ao Ministro Marcelo Queiroga, e foi categoricamente desmentido isso. A única pessoa que falou aqui nesse sentido foi o Mandetta, mas esse, se pudesse chegar às 7h da manhã lá no ministério e sentar no balcão para dar entrevista, ele terminaria às 10h da noite – só queria saber de dar entrevista. Todas as vezes, Presidente, em que eu procurei esse ministro para tentar ajudar o Piauí a levar infraestrutura para as pessoas que estavam precisando lá, nos hospitais, estrutura lá, para equipar os nossos hospitais, não consegui nada – nada, nada, nada! –, porque ele só se preocupava em dar entrevista.

Tem algumas situações, Dr. Fabio, algumas narrativas em que eu acho que o senhor pode ajudar esta Comissão. Aquilo que foi falado aqui...

O senhor chegou hoje aqui como um homem-bomba que iria levantar uma série de situações. Eu noto, no semblante de alguns membros desta Comissão, a decepção, a decepção porque a verdade está prevalecendo – a verdade está prevalecendo nesta Comissão. E uma das narrativas já foi esclarecida não só pelo senhor, mas pelo Presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, de que o Presidente Bolsonaro só pôde assinar a compra das vacinas da Pfizer quando foi editada a medida provisória.

Outra narrativa que se diz – e eu espero, não só com o senhor, mas até no depoimento da Pfizer, nesta semana – é a mentira de que o País era para estar imunizado se nós tivéssemos comprado lá atrás as vacinas da Pfizer. Que a Pfizer ofereceu vacinas suficientes agora, naquela época, e eu queria que o senhor esclarecesse isso. Se ela ofereceu vacinas suficientes para imunizar o nosso País no primeiro semestre ou só no segundo semestre, como que o Governo brasileiro comprou. Eu queria que o senhor me esclarecesse se existia oferta naquela época, nas tratativas de que o senhor participou, de vacinas, no primeiro semestre, que fossem suficientes para imunizar a nossa população.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Senador Ciro, nos meus 13 encontros com a Pfizer, o primeiro com o Presidente do Brasil, o Sr. Carlos Murillo, que virá aqui amanhã, falamos de... Ele me agradeceu por ter respondido a carta e nada mais. No segundo e no terceiro encontro, os únicos adicionais a esse, dos 13 encontros, as minhas questões, as minhas exigências, se assim eu posso dizer, eram sempre de defender o Brasil com relação ao aumento das vacinas e à diminuição do prazo.

A quantidade de vacinas que a Pfizer ofereceria, em tese, ao Brasil eram vexatórias, eram indescritíveis. Quando a diretora jurídica disse a mim que conseguiria 500 mil doses, eu falei que isso era menos do que um bloco da Avenida Paulista, em São Paulo, e disse que a conversa não continuaria se ela não mudasse de postura. E, por diversos momentos, nesta mesma reunião eu notei que havia espaço para melhorar a negociação.

Respondendo objetivamente à sua pergunta, não havia, de forma alguma, quantidade ofertada pela Pfizer para encurtar o prazo.

Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Essa é a narrativa, Presidente. Outro dia eu vi até o senhor nisso aqui. O senhor disse que, se não fossem esses erros, nós já tínhamos 70 milhões de brasileiros imunizados. Nunca existiu essa oferta, Presidente. Nós fomos, por conta de uma narrativa errada, de mentiras que estão sendo disseminadas no nosso País, levados a esse erro. Não houve essa oferta de vacina da Pfizer, e nós vamos poder, Senador Renan, inquirir a Pfizer quando ela vier aqui.

Outra situação, Dr. Fábio, diz respeito ao foco desta CPI. O senhor é um homem muito ligado à mídia digital, ao sentimento da população. Pelo que o senhor conhece, o senhor acha que população brasileira tem mais interesse em discutir o uso da cloroquina ou os desvios de recursos públicos que levaram milhares de pessoas a morrerem no nosso País por falta de assistência?

Eu faço essa pergunta porque eu coloquei aqui no meu *site* – eu vou passar aqui para a Comissão – a pergunta. Está aqui: "O que você acha mais importante ser investigado nesta CPI?" O uso da cloroquina, 14%; desvio de recurso público do Covid, 86%.

O senhor acha que a população brasileira está mais interessada em quê?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, eu tendo a concordar com os resultados da sua enquete. É uma enquete informal, tendo a concordar com ela.

Se o senhor puder fazer um pedido ao Senador, eu não sei quem foi que mencionou a mãe do Paulo Gustavo. No meu ponto de vista, eu acho que a CPI, com todo respeito, Presidente, não deveria chamá-la por respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não quero a sua opinião. Eu quero que você responda a ele.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois eu respondi, respondi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bom.

Próxima pergunta, Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito, Sr. Presidente.

Eu até sugiro aos membros desta CPI que... As pessoas podem dizer: "Não, Ciro, essa pesquisa não tem valor científico; é apenas no seu *site*. Faça os senhores, os membros do Partido dos Trabalhadores, do Cidadania, do MDB, da Rede, do Podemos, façam essa enquete. Vocês vão ter uma grande surpresa com a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Presidente e meu querido amigo Ciro Nogueira, V. Exa. citou meu nome falando sobre as questões. Eu tenho tentado me manter... Tem várias vezes que eu quero fazer uma pergunta e eu não... Eu me contenho, porque é meu papel neste momento aqui me conter bastante. Eu acho que cada um faz seu papel aqui dentro da CPI, pessoas que acreditem nisso ou não.

A prática, por exemplo. Eu fui Governador – não é? –, mas eu não me lembro de ter que comprar vacina de HPV, porque eu fui o primeiro Governador a vacinar todas as crianças de 11, 12 e 13 anos no meu Estado. Depois, a Presidente Dilma lançou no Brasil todo, mas eu fui o primeiro Governador do Brasil a comprar vacina de HPV. Por quê? Porque a maior incidência de câncer de colo de útero é no meu Estado do Amazonas, através do HPV, mas eu não me lembro um dia de ter chamado o secretário, a secretária de comunicação para tratar sobre vacina. Eu chamava o pessoal da área, não é? Aliás, se a secretária viesse falar para mim "Olha, tem uma empresa ali que quer vender vacina", eu dizia: "Isso daí não é da sua conta. Quem tem que tomar conta disso é outro setor.". Porque o setor que tinha os preços era a Secretaria de Fazenda e, através daqueles preços que eram recolhidos no Brasil todo, você mandava para a secretaria e ela comprava em cima disso.

Uma vacina de HPV custava, numa clínica particular, Dr. Rogério Carvalho, R$250. Uma criança pobre não vai tomar uma vacina de R$250. Nós conseguimos comprar essa vacina por R$60, bem abaixo, e isso me orgulha bastante. Sabe por quê? Porque eu sei que, se a gente começar a imunizar essas crianças agora, futuramente, nós vamos extinguir o câncer de colo de útero nas mulheres, que custa mil vezes mais caro tratar do que a vacina; porque a prevenção é muito mais barata. Uma vacina – e aí eu louvo a sua participação –, uma vacina que evita que agrave um paciente, ela evita que ela vá para uma UTI. E uma UTI custa pelo SUS mil e poucos reais, mas, no hospital particular, tem UTI que custa R$20 mil, R$30 mil/dia.

Então, nós estamos no mesmo barco, Senador Ciro, no mesmo barco, não tem diferença. Nós queremos é vacina. Nós queremos vacinar Pfizer... Nós queremos... Ontem, quando o Presidente da Anvisa falou aqui sobre a Sputnik, sobre a vacina da Índia, eu me curvei à ciência! Eu vou estar discutindo? Ele disse: "Olha, para a vacina da Índia, não há prova de que não tem impureza". Ótimo. Então, vamos esperar até as provas. Vacina Sputnik: tem 12 laboratórios na Rússia que fazem, e a gente não sabe de qual é o laboratório que vem. Foi isso que ele falou aqui. E que a Sputnik não consegue provar. Então, também não dá para dizer: "Não, tem que aprovar na marra!". Não é assim. E eu fiz um questionamento, eu disse: "Olha, eu vi o Presidente Putin tomando a vacina. Se ele tomou, eu acho que é boa, porque ele tem mais informações que todos nós.". Então, não há diferença.

Então, Fábio, ele está te fazendo as perguntas, é normal. Você veio aqui... Ninguém está aqui atrás de crucificar, matar ninguém. Nós estamos atrás de justiça. E sabe qual é a justiça? São duas doses de vacina para cada brasileiro. É nisso que todos nós estamos empenhados, e acabou. Então, não tem – viu, Senador Ciro? – nenhuma má vontade do ponto de vista de a gente poder procurar uma solução para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. Tenha certeza disto: não vai haver da minha parte... E os discursos políticos, esta é uma Casa política.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não tenho dúvida disso, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, depois Senadora Eliziane, depois Senador Jorginho Mello, e aí eu passo para os suplentes, tá?

Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Fabio... Sr. Fabio...

Eu faço questão, Sr. Relator, Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Comissão, de ler aqui um trecho da carta da Pfizer que o senhor Fabio acaba de declinar a esta CPI. A carta é do dia 12 de setembro, certo, Sr. Fabio? O senhor teve contato com a Pfizer a partir de que data?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Nove de novembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só nove de...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nove de novembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E essa carta ficou esses dois meses onde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então essa carta chegou ao Governo brasileiro, endereçada ao Senhor Presidente da República; ao Sr. Vice-Presidente da República; ao Ministro da Economia, Paulo Guedes; ao Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello; ao Sr. Walter Braga Netto; e ao Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, uma carta falando, Presidente e Sr. Relator, uma carta oferecendo vacina ao Brasil chegou no dia 12 de setembro, e o senhor teve contato quando?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nove de novembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nove de novembro. Então, durante dois meses, nenhuma dessas autoridades respondeu à Pfizer. É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele desconhece, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria que o senhor respondesse. Durante dois meses, nenhuma dessas autoridades respondeu à Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pelo teor dessa carta, o senhor está correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado.

Sr. Relator, queria que registrasse, acho que é uma informação importante nesse momento. Sr. Relator, acho que o depoente acaba de entregar uma informação muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele acaba de confirmar que, durante dois meses que chegou uma carta da Pfizer oferecendo vacina aos brasileiros, essa carta não teve resposta.

Repito: essa carta foi endereçada ao Presidente da República, ao Vice-Presidente da República, ao Ministro da Saúde, ao Ministro da Economia, ao Embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Dois meses sem resposta, essa carta.

E eu quero aqui destacar um trecho da carta, Sr. Relator:

> A potencial vacina da Pfizer e da BioNTech é uma opção muito promissora para ajudar seu governo a mitigar esta pandemia. Quero fazer todos os esforços possíveis para garantir que doses de nossa futura vacina sejam reservadas para a população brasileira [...] [destaco, Sr. Relator, este trecho da carta; Sr. Presidente, destaco este trecho da carta] porém celeridade é crucial [repito: porém celeridade é crucial] devido à alta demanda de outros países e ao número limitado de doses [está na carta que acabou de ser entregue a esta CPI]. Como deve ser do conhecimento de Vossa Excelência, fechamos um acordo com o governo dos Estados Unidos [da América] para fornecer 100 milhões de doses de nossa potencial vacina, com a opção de oferecer 500 milhões de doses adicionais. A Pfizer tem o maior contrato com o governo dos EUA em termos de valor para uma vacina contra a [...] [Covid] até o momento [...]. Está na carta da Pfizer, Sr. Presidente; está na carta, Sr. Relator. Celeridade! Dois meses para algum integrante do Governo fazer o primeiro contato, que foi no dia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... segunda-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nove de novembro.

O senhor pode declinar de novo como foi esse contato no dia 9 de novembro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Com muito prazer.

Senador, ao receber a carta decorrente de um dono de veículo de comunicação – disse que a carta havia se perdido ou, por alguma razão, a Pfizer não tinha obtido qualquer resposta –, imediatamente eu respondi o *e-mail* e imediatamente eu me botei à disposição da Pfizer. E, no mesmo dia, ainda logo após o almoço – foi uma segunda-feira que eu cheguei de São Paulo –, o Presidente da Pfizer, Carlos Murillo, entrou em contato comigo por telefone.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No mesmo dia 9...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nove de novembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nove de novembro.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nove de novembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E aí teve essa história que precisaria de segurança jurídica por parte do Governo brasileiro – que o senhor acabou de responder ao Senador Marcos Rogério e respondeu também ao Senador Ciro Nogueira –, ou seja, só poderia... O Governo brasileiro, segundo parecer da AGU e de outras instituições jurídicas, não tinha segurança jurídica para fazer o contrato, correto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu lhe pergunto: por que o Governo brasileiro não editou a medida provisória?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Respondendo ao senhor... E a razão pela qual também, também... Boa pergunta. Respondendo a vossa pergunta e respondendo ao Senador Presidente e ao...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, e ao Senador Marcos Rogério, que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... disse que o Senado e tal... E passaram essa mentira...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sim, sim.

Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... como se o Senado que... O Congresso é que não tivesse aprovado. É isso... Essa mentira foi cantada e decantada nas redes sociais como se nós tivéssemos atrapalhado a compra e não tivéssemos votado a lei.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por isso que ele está lhe perguntando...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** ... por que o Governo não editou uma medida provisória, como está cansado de editar, sem necessidade da gente. É isso.

O senhor vai responder também ao Senador Marcos Rogério. Foi ele que puxou esse assunto aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Dê o desconto do meu tempo devido, viu, Presidente? Por gentileza.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Foi exatamente por isso, Senador Randolfe, que eu agi. E foi exatamente por isso que eu resolvi dar a entrevista para a *Veja*. Muitos boatos maldosos falavam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu acho que agora, Sr. Relator...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... sobre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Desculpe lhe interromper. Desculpe lhe interromper.

Sr. Presidente, Sr. Relator, acho que agora sim; agora estamos avançando bem. Estamos avançando bem.

Por favor, prossiga.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Exatamente por isso eu entrei e respondi imediatamente à Pfizer naquele mesmo dia e entrei em contato com o Presidente e cobrei que avançasse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No mesmo dia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nove de novembro. No dia que eu tive conhecimento da carta não respondida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um momento, um momento.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor entrou em contato com o Presidente da República dia 9 de novembro?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ao...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com o Presidente da Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Senador está certo também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com o Presidente da República também?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nesse exato momento em que o Presidente da Pfizer me ligou, eu subi para o Gabinete do Presidente. Eu peguei autorização com ajudante de ordens, peguei ajudante de ordens, pedi autorização e, por volta – depois do almoço – das 14h30, eu falei: "Presidente, estou com o Presidente da Pfizer na linha". Ele despachava com o Ministro Paulo Guedes nesse momento. O Ministro Paulo Guedes fala, abre aspas: "É esse o caminho. É esse o caminho. O caminho são as vacinas", fecha aspas. Paulo Guedes, Ministro Paulo Guedes, conversa rapidamente com o Presidente da Pfizer. E o Presidente escreve num papel: Anvisa; uma vez aprovado pela Anvisa, nós vamos comprar todas as vacinas. Uma conversa breve, uma conversa rápida, desligou, cumprimentou, e eu desci e voltei para a minha sala. Isso aconteceu no 9 de novembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No 9 de novembro?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – No mesmo dia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIO WAJNGARTEN – No mesmo dia. O Presidente não mandou nada. O Presidente, Senador, com todo respeito, foi informado no primeiro momento em que eu tive o primeiro contato com o CEO da Pfizer, Carlos Murillo, que virá aqui amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então me diga: quais foram as providências do Presidente da República nesse momento? Já que o senhor acaba de dizer que o Presidente da República teve notícia no dia 9 de novembro... Ou seja, mesmo dois meses depois, no dia 9 de novembro, o Presidente da República teve contato com o CEO da Pfizer. Quais foram as providências do Sr. Presidente da República nesse momento?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Os atos de meio, Senador, eu não sei quais foram. O ato final: ele promulgou uma medida provisória que deu 20 bilhões para a compra de vacina. Então, entre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas a chamada segurança jurídica...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vou aqui reportar, inclusive, uma questão em particular que o senhor tinha...

O senhor fez um contato comigo no dia 22 de fevereiro saudando a iniciativa do projeto de lei deste Senado Federal sobre a segurança jurídica em relação a vacinas. Eu lhe pergunto: por que nesse dia 9 de novembro também não teve uma medida provisória sobre vacina? Não seria essa a primeira medida?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não conheço qual é o rito político ou o rito jurídico nesse sentido da Administração Pública, eu não tenho experiência nisso. Mas procurei o senhor, efetivamente, muito bem recomendado... Vi o empenho do senhor com relação às vacinas, que era exatamente igual ao meu, exatamente igual ao de muitos brasileiros, inquieto, aflito. Eu sempre busquei trazer o maior número de vacinas para a população brasileira. O senhor lembra a hora em que a gente se falou ao telefone?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente! Foi na madrugada do dia 22 para o dia 23.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Madrugada, uma e meia da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi em fevereiro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi em 22 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Pois é, veja bem, o Sr. Fabio diz que... Eu falei que era o Ministro Pazuello que ele tinha chamado de incompetente. Já pedi desculpa. Não, ele disse que houve incompetência da equipe.

Se, no dia 12 de setembro, um dos ministros que receberam essa carta da Pfizer tivesse procurado o Presidente para comprar a vacina, 12 de setembro... Porque V. Exa. só foi procurar porque o dono de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emissora de TV... Como você não podia dizer "não" para o dono da emissora de TV, você se preocupou em procurar dois meses depois da carta. Então, do dia 12 de setembro até 22 de fevereiro, foram 6 meses.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Não, Senador, 40 dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, de 12 de setembro... Pera aí! Pera aí! Em 12 de setembro, o Paulo Guedes, que disse: "É o caminho", ele tinha a carta. O Paulo Guedes tinha a carta. Por que não tratou disso em setembro com o Presidente? O Vice-Presidente Mourão tinha a carta. Por que não tratou com o Presidente? O outro...

Quais são os outros que receberam?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro da Economia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, 12 de setembro, 12. Nós estamos falando de data. A data é 12 de setembro, quando a Pfizer manda um comunicado para o Brasil oferecendo vacina. Então, do dia 12 de setembro ao dia 22 de fevereiro, foram 6 meses. Peguem o número de mortes em 6 meses...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É, exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está me entendendo? É para você ver que nenhum desses assessores... Se você não tivesse tomado a iniciativa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foram 283 mil mortos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ...nós não teríamos até hoje, nós não teríamos até hoje a Pfizer. Então, você teve... Preocupado... Alguém te ligou e disse: "Olha, estamos mandando. A Pfizer está reclamando que vocês não estão recebendo". Você tomou iniciativa, e é louvável a sua iniciativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente: 273 mil mortos. Se fossem 500 mil doses de vacinas, então, nós teríamos 250 mil vacinados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não estou dizendo nem que a gente evitaria; eu só estou dizendo para você que, do dia 12 de setembro ao dia 22 de fevereiro, em que ligaram para você, são quase seis meses. E, mais, essa medida provisória poderia ter sido editada em setembro do ano passado, em outubro, no dia que eles quisessem, porque era uma coisa simples, está certo? Então, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para gente levar encaminhamento em relação a isso. Não culpo o Presidente. Não estou culpando o Presidente, mas os assessores dele poderiam ter conversado com ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para seguir a linha de raciocínio, Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para seguir a linha de raciocínio sobre essa medida provisória...

Sr. Presidente, o senhor me permitiu, o senhor estará me devendo, a partir de agora, 3 minutos e 52 segundos. Tá bom? Muitíssimo obrigado. (*Risos.*)

Tá bom. Obrigado, Presidente.

Então, veja só, 12 de novembro. Então, em 12 de novembro, o senhor faz o contato com o Presidente da República. É através do senhor... Fala com o CEO da Pfizer, no dia 12 de novembro, e não é editada a medida provisória.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perdão, 9 de novembro.

Não foi editada a medida provisória, como já ficou claro. Só que, dois meses depois, Sr. Relator Presidente Renan, meu caro depoente, o Governo editou a medida provisória. No dia 6 de janeiro de 2021, o Governo editou a medida provisória que tratava sobre vacina. Essa medida provisória, Sr. Relator, poderia ter facilitado a compra. Nessa medida provisória, um membro deste Parlamento, o Senador Randolfe Rodrigues, que fala com o senhor agora, Sr. Presidente, que fala com o depoente, que fala com esse Relator, fez uma emenda à medida provisória para que desse segurança jurídica ao Governo, a segurança jurídica fosse dada ao Governo e à Pfizer para fazer a comercialização.

Eu queria, Presidente, só chamar sua atenção... Presidente... Presidente, Sr. Relator, queria só chamar a atenção porque eu acho que é importante. Essa medida provisória do Governo foi editada no dia 6 de janeiro, não versou... Um membro deste Parlamento, este Senador que vos fala, fez emenda a essa medida provisória. Qual foi a orientação da assessoria jurídica do Ministério da Saúde para o Relator na época sobre essa emenda? Rejeite a emenda.

Dias depois, o Sr. Presidente do Senado e do Congresso Nacional manda mensagem para mim, exatamente no dia 18 de fevereiro, dizendo: "Muito boa a emenda". Dois dias depois, nós promovemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma reunião junto com os executivos da Pfizer e da Janssen. Resultado dessa reunião: o Sr. Presidente desta Casa, Senador Rodrigo Pacheco, disse: "Vou procurar o Sr. Pazuello para convencê-lo" – para convencê-lo. No dia 22 de fevereiro. É quando, inclusive, na madrugada de 22 para 23, o senhor faz o contato conosco parabenizando pela movimentação. Só conseguiu ser convencido, toda a cúpula do Ministério da Saúde, no decorrer desse dia 22 de fevereiro.

Eu queria fazer essa cronologia, Sr. Relator. Da carta, se vão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seis meses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... seis meses.

De fato, o senhor está certo, não teve medida provisória. Aliás, teve. E uma medida provisória que rejeitou o dispositivo do projeto, que só o Congresso aprovou depois, convencendo o Sr. Eduardo Pazuello.

Eu acho que essa contribuição agora do depoente, Sr. Presidente, Sr. Relator, é fundamental. Conta para nós a história da negativa em relação à Pfizer.

Então, eu me dou por satisfeito em relação à história sobre a vacina.

Eu queria só perguntar uma outra coisa, já que se falou tanto aqui em dinheiro, em corrupção.

Ah, perfeito! Obrigado, Ana Cristina.

O texto original desta MP 1.026, Senador Humberto, de 6 de janeiro, continha o dispositivo que dava segurança jurídica à Pfizer. O Governo mandou retirar.

Então, a pergunta do projeto... Pena que...

O Senador Marcos Rogério foi embora?

O Senador Ciro já foi?

Eles já foram mesmo?

É, mas é porque é o seguinte, isso responde aos dois colegas. E a pergunta que não foi respondida foi respondida agora. Está aqui a história toda sendo contada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As informações eu vou trazer aqui para o Relator e esta Comissão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, já que falou tanto... Já que foi falado tanto em desvios, em dinheiro, acho que era importante também termos esclarecimento aqui, Dr. Fabio, Sr. Fabio. Em dezembro do ano passado, no dia 16 de dezembro, se eu não me engano, houve uma solenidade no Palácio do Planalto, sob a coordenação do Presidente da República, a respeito do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Na ocasião, o senhor trabalhava na área de comunicação do Planalto. Nesse evento, foram apresentadas informações e eslaides sobre o tal programa. Chama a atenção uma das informações a respeito de uma encomenda tecnologia. Cadê? Encomenda tecnologia. Está aqui: encomenda tecnologia, no valor de 1,9 bilhão. Eu repito, R$1,9 bilhão. O senhor tem conhecimento de para qual empresa foram destinados esses recursos? De que encomenda tecnológica trata essa informação? Se esse valor trata de algum tipo de pagamento para transferência de tecnologia, alguma vacina, algum pagamento de *royalties*?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço, Senador. Nem... Desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é uma apresentação sua.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Da Secom, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, está aqui.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Da Secom?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dia 16 de dezembro.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu acho que a Secom...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Houve uma solenidade do Palácio do Planalto, sob a coordenação do Presidente da República, Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid. Nessa ocasião, o senhor trabalhava na área de comunicação. Nesse evento, foram apresentadas informações e eslaides sobre o programa e tinha, no programa aí de investimentos, de comunicação, uma encomenda tecnológica, 1,9 bilhão. O senhor tem conhecimento?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, eu acho, Senador, só para corrigir, o responsável pelo conteúdo do evento é o proponente do evento, o ministério proponente. Pelo que o senhor está dizendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que, no caso, é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É o Ministério da Saúde. Se é sobre vacinação, era o Ministério da Saúde. A Secom só executou o evento. Eu desconheço esse eslaide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E o senhor não sabia, então... Era o Ministério da Saúde...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não estou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Sr. Eduardo Pazuello?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não estou dizendo que foi ele. Se o evento versou... Eu não compareci a esse evento. Se o evento versou sobre vacinação, naturalmente tem a partida do Ministério da Saúde.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Última pergunta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Senador Randolfe, só um aparte, só para poder esclarecer, mas se toda questão relacionada à saúde é a pasta da saúde, como o Sr. Fabio Wajngarten foi negociar aquisição de vacina? Eu não consigo compreender isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Com a autorização de quem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Com a autorização de quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu reitero, então, a pergunta do Senador Marcos Rogério.

O senhor fez a primeira... As negociações do senhor sobre vacina, ou melhor, o diálogo que o senhor estabeleceu foi a pedido do Presidente da República?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Foi por iniciativa própria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Foi no ímpeto de ajudar a população brasileira a ser atendida e a ter o maior número de vacinas possível no menor prazo possível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas a contragosto do Presidente da República?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, a contragosto não. Eu não o consultei quando eu respondi o *e-mail*, eu não o consultei quando o CEO da Pfizer me ligou. Contudo, no primeiro contato com o CEO da Pfizer, para minha alegria, eu imediatamente peguei o telefone e levei ao gabinete...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Depois desse contato, o senhor não teve mais nenhum outro contato com algum representante da Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tive. Disse anteriormente. Eu tive no dia 17/11... No dia 9, foi o contato telefônico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – No dia 17/11, ele veio me agradecer pela resposta. No dia 7/12, não mais ele, a Diretora Jurídica junto com a Relações Governamentais daqui de Brasília me trouxe a caixa de armazenamento. E, no dia 9/12, ela veio falar do *status*, numa reunião rápida na Secom, com relação aos impeditivos contratuais. Foram esses três encontros...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Só para concluir, Sr. Presidente.

Espere aí. Deixe-me ver se eu entendi, porque eu fiquei... Deixe-me ver se nós entendemos aqui nesta Comissão. Teve o lançamento de uma campanha de comunicação também no Ministério da Saúde em 16 de dezembro, e o senhor não tem nada a ver com essa campanha, como o senhor declara aqui, nesta Comissão. Entretanto, o senhor participa de vários encontros com os executivos da Pfizer, conversando sobre vacinas.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Primeiro... Pois não. Pode responder, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Por favor.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não foram vários encontros...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Foram três?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Foram: 17/11, 7/12 e 9/12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Três.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Com o CEO da Pfizer, só um, no dia 17/11. Todos com muitas testemunhas, todos com portas abertas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor estava autorizado por alguém para fazer...?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, por ninguém. Exatamente no comportamento de ajudar, conforme o Presidente sugeriu aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Última pergunta, Presidente.

O senhor também é empresário? O senhor tem empresas registradas sob o seu nome?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tenho uma empresa. Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma empresa?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Uma empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa empresa, em algum momento, prestou serviços para algum órgão público, para a Presidência da República?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca, Senador! Nunca, Senador! Jamais!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor tem conhecimento de um processo da Comissão de Ética Pública da Presidência da República que fala de conflito de interesses envolvendo uma empresa sua? E esse processo foi requisitado pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tenho conhecimento. E, ao que eu sei, esse processo foi julgado, e eu fui absolvido desse processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na Comissão de Ética Pública?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Na Comissão de Ética...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No Tribunal de Contas da União não, não é?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Onde? Perdão, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Esse processo foi requisitado para o Tribunal de Contas da União, está sob a égide do Tribunal de Contas da União. Não houve nenhum julgamento no TCU, certo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Entendo que sim. Desconheço... Eu até desconhecia que estava... Eu achei que estava resolvido por conta da absolvição no Comitê de Ética.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, chegou a ser, inclusive, noticiado na imprensa. Essa sua empresa... Então, mesmo a Comissão de Ética tendo apurado que existia conflito de interesses entre uma empresa sua, a função que o senhor ocupava no Governo e o exercício de atividade empresarial dessa empresa com o Governo, o senhor nega que tenha tido qualquer tipo de negociação entre essa empresa...?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhum. Nenhuma relação. Uma empresa de pequeno porte, com faturamento pequeno, nove, dez, doze funcionários. E eu repito que o objeto da empresa é gravar as propagandas que são exibidas na televisão, catalogá-las e disponibilizá-las ao mercado publicitário. Em nada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E se nós dissermos que esta CPI tem informações de outras empresas suas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Isso não procede. Isso absolutamente não procede, Senador. Existe uma outra empresa chamada Wajngarten, que emitiu uma única nota fiscal em 2015, e ela está absolutamente adormecida, e nada mais consta na minha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, existe outra empresa?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Mas isso eu falei anteriormente. Eu falei, logo no começo da sessão, ao Senador Renan: são duas empresas abertas, uma delas emitiu uma única nota fiscal e as outras...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Última pergunta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem absoluta tranquilidade de que esta CPI pode, inclusive, se quiser, fazer a quebra de sigilo fiscal, bancário dessa empresa e de que o senhor mesmo poderia disponibilizar esse sigilo para a CPI?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A decisão da CPI é soberana. Eu acolherei toda e qualquer determinação da CPI. Não temo nada, não tenho nada a esconder, respeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antecipadamente, mesmo que a CPI não deliberasse, o senhor poderia dispor do sigilo para a CPI?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu acho que cabe à CPI deliberar isso, desde que resguardada, resguardada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oportunidade... Isso vai ser...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... resguardada a minha privacidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Fabio, pela sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane Gama, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas, vou pegar aqui dos últimos questionamentos que foram feitos referentes à Pfizer.

O senhor fala, Sr. Fabio, que a carta chegou ao seu conhecimento através de uma provocação de um dono de uma empresa de comunicação. O senhor pode declinar o nome?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Pois não. Marcelo de Carvalho, dono da RedeTV, que, naquela ocasião, tinha uma apresentadora que era casada com o General Manager da Pfizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele trouxe a informação, então, direto da Pfizer, fazendo a provocação ao senhor?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – "Fabio, tenho uma carta da Pfizer que foi enviada ao Governo e não foi respondida". Falou que perdeu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fabio, depois que você fez a ligação – na verdade colocou o Presidente da República em contato com a direção da Pfizer –, nesse momento, a partir desse momento, como se deu a sua atuação? Você continuou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na conversa com a Pfizer ou você parou aí? E, ao mesmo tempo, ali, naquela conversa com o Presidente da República, ele lhe deu alguma recomendação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Presidente da República não me deu nenhuma recomendação. O Presidente disse que aguardaria a aprovação da Anvisa e disse que compraria toda e qualquer vacina, uma vez aprovada pela Anvisa.

Consequentemente à resposta da carta, o CEO Carlos Murillo pediu uma agenda comigo para agradecer por eu ter respondido, e essa agenda aconteceu numa terça-feira, 17/11, na Secom.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Até aí, então, a partir desse momento, você não tratou mais de questões relativas à Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Um mês depois, no dia 17, o Presidente da Pfizer, Carlos Murillo – que virá aqui amanhã –, no 07/12, conforme disse anteriormente, Senadora, a Diretora Jurídica e a Diretora de Relações Governamentais estiveram na Secom trazendo a caixa que em tese protegeria, viabilizaria a conservação das vacinas a -70 graus.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E essa conversa se deu apenas com você, com nenhum representante do Ministério da Saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Exato. Eu acho que elas estiveram no Ministério da Saúde e elas vieram na Secom depois. Eu não posso ter certeza disso. Acredito que essa caixa tenha rodado Brasília inteira ou parte de com quem elas tinham agenda em Brasília.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas, a partir daí, também não houve novo encaminhamento da sua parte?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Da minha parte, depois no 09/12, essas mesmas duas pessoas, sem nenhum prévio agendamento: "Estamos em Brasília, Fabio, você poderia nos receber no dia 9?". Eu falei: "Pois bem". O assunto era de suma importância. Eu recebi novamente as duas representantes da Pfizer, a Sra. Dra. Shirley, Vice-Presidente jurídica, e a senhora das relações governamentais, Eliza, para que a gente entendesse quais eram os impeditivos.

Foram estes: um encontro com o Presidente e dois encontros com as duas senhoras da Pfizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nesse momento, como se dava a sua conversa, na mesma temática, com o Ministério da Saúde? Houve, no seu entendimento, ineficiência do Ministério da Saúde em dar continuidade a essas conversas, a esses diálogos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu desconheço como eram os avanços das tratativas lá, mas, nas tratativas ou nas conversas que eu tive, eu sempre exigi mais vacina, menos tempo, para minimizar os problemas da pandemia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sr. Fabio, eu queria que o senhor nos respondesse aqui, de forma clara – acho que isto, inclusive, é importante para você e também para o andamento da CPI –, acerca da sua entrevista para a revista *Veja*. O senhor confirma que, de fato, o senhor não passou a informação para a revista *Veja* acerca da incompetência do Ministro Pazuello?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Jamais! Jamais adjetivei, rotulei, emiti opinião, até porque o meu contato com o ex-Ministro Pazuello, conforme dito, foi de bom-dia, boa-tarde, boa-noite, nada além disso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou seja: a manchete da revista *Veja*, segundo a sua opinião, não é verdadeira?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A manchete serve para vender a tiragem, a manchete serve para trazer audiência, a manchete serve para chamar a atenção, conforme a gente conhece.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Só lembro que a manchete estava entre aspas exatamente com a informação acerca da incompetência.

Sr. Fabio, quanto à pergunta acerca da campanha "O Brasil não pode parar", o senhor respondeu ao Senador Tasso, agora há pouco, que o senhor não tinha, na verdade, certeza. Não é isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não consegui ouvi-lo direito. Eu acho que o Senador vai voltar. Eu não entendi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas eu pergunto ao senhor: a campanha "Não pode parar" teve a concepção da Secom...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não tenho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... da Secretaria de Comunicação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A que versa sobre a Covid? A senhora está se referindo ao "Brasil não pode parar"?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A toda a campanha, à campanha "O Brasil não pode parar", que teve *banner*, que tinha a marca da Secom,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi publicada nas redes sociais oficiais da Secom e que, depois, foram retiradas do ar. O senhor afirma que essa campanha não foi feita, não foi concepção da Secom?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não afirmei, Senadora. Eu preciso checar. Aqui no meu rol das campanhas, ela não consta, talvez porque ela não tenha saído nessa época relacionada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor não consegue lembrar que tudo isso aconteceu? Inclusive, houve provocação junto ao Tribunal de Contas da União referente à licitação, porque, no mesmo período aí, houve uma contratação de R$4,8 milhões, se não me foge a memória, ou de R$4,5 milhões. Houve uma provocação ao Tribunal de Contas da União. Houve a retirada do ar. Houve uma publicidade feita pelo General Ramos em que ele afirmava, categoricamente, que também a campanha não era da Secretaria de Comunicação. Com todos esses fatos, publicidade na imprensa, essas provocações aos órgãos de fiscalização e controle, mesmo assim, o senhor não lembra que essa campanha não era da Secretaria de Comunicação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Em que mês foi isso, Senadora, por favor? Em que mês foi isso? Março?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** No mês de março.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Esse é exatamente o problema...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Março de 2020.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Na primeira semana de março, eu fui para os Estados Unidos com o Presidente e, de lá, fiquei internado em casa por causa da Covid, Senadora. É exatamente por isso que eu lamento não poder responder para a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Deixe-me ler para você aqui um trecho da matéria da revista *Época*, que foi feita, que foi, na verdade, publicada pelo jornalista Guilherme Amado. Ele fala... Em parte da matéria, diz o seguinte: "O Secretário Fabio Wajngarten, que ainda não está totalmente recuperado da Covid-19, apresentou o material a Carlos Bolsonaro e a outros assessores do chamado 'gabinete do ódio' [entre aspas], e o martelo foi batido pelo zero dois." Essa informação que foi publicada pela revista *Época* não é verdadeira?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma, Senadora, de forma alguma.

O mesmo jornalista em questão rotulou um simples banho de mar no Rio Jordão para mim, de forma a criminalizar, de forma a adjetivar a minha fé. Então... Desde então, esse jornalista tem intenção de não reportar o que acontece. Sem nenhum prejuízo a ele, estou disposto a conversar com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Portanto, a concepção em tese não saiu do senhor, da Secretaria de Comunicação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – E nunca teve aprovação de ninguém. Nunca teve contato com ninguém.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

Vou aqui... É referente à outra pergunta em relação a sua autonomia: o senhor falou, agora há pouco, respondendo ao Senador Renan, que, se o senhor não tivesse autonomia na Secretaria, o senhor pediria demissão do cargo. Ao mesmo tempo, por exemplo, a imprensa dá conta de que o senhor chegou a recusar três cargos que foram oferecidos pelo Governo e resolveu realmente não assumir nenhum cargo no Governo Federal. Explique melhor para a gente como se deu esse seu pedido de demissão e, ao mesmo tempo, por que não aceitar estar em nenhum cargo do Governo Federal?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Ministro Fábio Faria entendeu que era necessário e que ele julgava oportuno fazer mudanças no comando da Comunicação, eu acolhi a decisão dele, e foi ofertado a mim, à época, um cargo eventualmente na Apex, um outro cargo na assessoria do Presidente, mas a minha vontade de contribuir com o Brasil é única e exclusivamente no tocante à comunicação, à publicidade, no tocante ao que eu possa agregar. Eu decidi voltar para casa, ficar com a minha família e retomar, passada a quarentena – eu não entendo direito, mas parece que tem uma quarentena –, e deixar a vida pública por enquanto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ainda acerca da autonomia. O senhor falou agora há pouco que, em questões relativas, por exemplo, à publicidade que tivesse uma certa polêmica, ela sempre vinha precedida de uma orientação jurídica, não é? Isso acontecia para todas as campanhas publicitárias ou apenas para algumas dessas campanhas publicitárias, e, ao mesmo tempo, era exclusivamente de assessoria jurídica ou havia, por exemplo, uma avaliação de outras pessoas que não fossem do jurídico acerca dessas campanhas publicitárias antes que elas viessem a ser colocadas no ar?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Referente a campanhas publicitárias, Senadora, elas têm um fluxo gigante. A agente cliente, o demandante passa um *briefing* para essas três agências, elas devolvem o cunho criativo, a vencedora executa a campanha... A responsabilidade das peças é da agência de publicidade que cria a peça, inclusive, a autoria dela.

Com relação aos *posts* do SecomVc ou peças digitais, como são de rápida produção e veiculação, a responsabilidade é do AGU responsável pela Comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Acerca do Carlos Bolsonaro...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... ainda fazendo referência à publicidade, à publicação que foi feita na imprensa, ele costumava fazer algum tipo de avaliação de campanhas publicitária*s* junto à Secom?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nunca chegou a fazer nenhuma intervenção?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Em nenhum momento?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nenhuma sob a minha gestão. Nenhuma, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor nunca participou de nenhuma reunião com ele, com o Carlos Bolsonaro?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca fui próximo dele, Senadora. Nunca fui próximo dele, nunca tive intimidade com ele, nunca tive relação qualquer com ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo.

A outra pergunta é referente à questão do painel, acerca dos dados do Painel Coronavírus, não é? Eu queria que o senhor... Por exemplo, o pesquisador Paulo Lotufo afirma o seguinte: que a Secom buscou maquiar os dados do Painel Coronavírus, inclusive criando outras categorias de informações. Eu queria que o senhor, de forma muito rápida, porque o nosso tempo, realmente, é muito pouco, nos explicasse como se dava, na verdade, a atuação da Secom, exatamente na divulgação dos dados de mortos e contaminados pela Covid no Brasil.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Agradeço demais a pergunta. O autor desse comentário, que eu vi recentemente, faz dois, três dias, será objeto dum processo de calúnia, injúria e difamação de minha parte. Eu nem sei quem é. Foi um professor da USP que fez esse comentário, e desconheço qualquer atitude que não fosse a de melhor informar, de melhor abastecer a população com informações verdadeiras e corretas no tocante à pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Fabio, no início aqui da sua fala, o senhor fez uma colocação, inclusive, até muito emocionada, quando o senhor falou da sua posição religiosa, não é?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Da sua posição acerca do seu amor, do compartilhar de um princípio, que é o princípio cristão da entrega, da solidariedade...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Judaico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Judaico, melhor dizendo, da entrega, da solidariedade e da partilha, não é? Ao mesmo tempo, eu queria fazer uma pergunta para o senhor especificamente acerca de tudo que nós estamos vivenciando no Brasil. A gente vê aí, por exemplo... Aqui mesmo, nós tivemos a partida do colega Major Olimpio; milhares de famílias, em todo o Brasil, sofrendo, na verdade, o que estão sofrendo e, ao mesmo tempo, a gente vê o Presidente da República incentivando a aglomeração, colocando, por exemplo, o uso da máscara como se realmente não fosse essencial. Agora mesmo, esta semana, no Dia das Mães, de forma muito clara isso vem acontecendo, numa contradição àquilo que é orientado pela Organização Mundial da Saúde. Eu pergunto ao senhor: esse comportamento do Presidente da República... Não é contraditório, por exemplo, aquilo que o senhor colocou no início da sua fala, exatamente de amor e de solidariedade, de tentar, por exemplo, impedir que mais mortes ocorram no Brasil?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A senhora... Eu não posso opinar sobre o comportamento do Presidente. Eu posso concordar com a senhora que toda morte é muito dolorida, é muito sofrida. Eu senti demais o falecimento do Major Olimpio. Eu o conhecia desde 2016. Eu caminhei com ele durante a campanha dele. No que eu ajudei o Presidente, eu ajudei o Major da mesma forma.

Senadora, tudo que vem a mim... Eu procuro ajudar as pessoas, da melhor maneira possível. Com relação à pandemia, a senhora também tem razão, com relação aos males que ela causa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para finalizar, Presidente: ainda acerca da Pfizer, lá atrás... A imprensa sempre colocou acerca da disposição que houve, por parte da Pfizer, da contratação, num primeiro momento, de 70 milhões de doses da vacina, não é? Esse número nunca foi conversado com o senhor por representantes da Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca, nem perto, nem perto, Senadora! Na minha terceira reunião com as representantes da Pfizer, elas ofereciam coisa de 500 mil doses, 1 milhão de doses, e eu cheguei a comparar que isso era um quarteirão na Avenida Paulista, ou um bairro na Avenida Paulista. Sempre busquei incrementar, e muito, e muito! Defendendo o Brasil, eu falei: "Vocês não podem. Se o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil não fechar com vocês, vai ser uma vergonha para vocês. Vocês têm que tratar o Brasil conforme o tamanho do Brasil. Não menosprezem o Brasil!". Muitas vezes, eu falei isso na única reunião que eu tive, com relação a ela.

Ainda há uma passagem curiosa, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Inclusive, ao final, cumprimentou pela forma com que eu fui realmente incisivo no tocante a aumentar a quantidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E, só para aproveitar esses segundos finais, Fabio, você fez uma comemoração, pelo seu aniversário de 45 anos, com a presença de várias pessoas, numa clara demonstração, realmente, de aglomeração, num momento em que nós tínhamos aí, naquele momento, o Brasil estava atingindo a marca trágica de 160 mil mortos no Brasil. O senhor foi correto nessa comemoração?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A festa dos meus 45 anos, depois de um ano e meio, de eu não ter tempo para botar um *short*, foi realizada na praia, num lugar totalmente aberto, com álcool gel, com máscara, com todas as medidas possíveis, Senadora. E, além disso, se a senhora pegar a barra de contaminados, a senhora vai ver exatamente que, na semana da realização da festa, foi ao menor nível de casos de Covid, desde a segunda onda. Então, na semana do 1º de novembro, foi onde teve a curva barrigada de não ter casos. E, se a senhora me permitir, se a senhora me perguntar se eu faria de novo, agora, com o momento atual, a senhora tenha a certeza de que eu não faria. E muitos convidados... Há também outro elemento: só foi permitido entrar na festa quem apresentasse o teste negativo. Para a senhora saber, a melhor amiga da minha esposa ameaçou não apresentar o teste, e a gente não a deixou vir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor não se arrepende de ter feito naquele momento?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Naquele momento, havia a curva de baixa, todos os protocolos de segurança foram cumpridos. Se fosse hoje, eu não faria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigada, Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, permita-me um pela ordem, aqui, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Porque eu traduzi a interrogativa da Senadora Eliziane, mas está me incomodando muito essa questão da campanha fantasma, essa tal campanha O Brasil Não Pode Parar, que é conhecidíssima, tem aí, toda amarela e azul, enfim... A única coisa que eu quero que a gente faça aqui é pedir, por escrito, que o depoente esclareça isso, de uma vez, porque é muito estranho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Jean Paul, o senhor está na ordem de inscritos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para terminar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque o próprio depoente disse aqui que uma campanha dessa tem um fluxo gigante de aprovações... de orçamento. Não é possível que ela tenha passado em branco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor está inscrito...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E pior, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o senhor está inscrito. No seu momento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

Presidente, pela ordem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero deixar registrado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... o senhor faz o registro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... aqui o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu vou conceder pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se for pela ordem. É pela ordem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Não, Presidente...

Não, Presidente, é só sim ou não do Fabio, porque eu deveria ter feito esta pergunta. É só para saber se ele gravou ou não a entrevista que ele deu à revista *Veja*.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não sei, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, se o senhor mesmo, o senhor mesmo não gravou.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ah! Eu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É sobre a ordem dos trabalhos?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é sobre o art. 14 mesmo, é apenas para consignar a V. Exa., que me citou várias vezes, durante a fala, na condição de inquiridor, com relação aos meus questionamentos, que, aqui, a gente não para, mesmo quando está ausente. Eu estava comendo no meu gabinete...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e voltei para cá. Aí, quero fazer, dentro desse uso do art. 14, um apelo aos membros da CPI.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E faço isso diretamente a V. Exa. Estou usando, Senador Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estou aqui, desde as 9h de manhã, e estou esperando a minha vez para falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, só para deixar claro para V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou concluir, e não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quinze segundos, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O art. 14 é regimental e sagrado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É regimental, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas quero fazer um apelo com relação aos depoentes que vêm aqui, para a gente ter o cuidado – isso vale para o Wajngarten, mas vale para quando estiverem sentados ali, outros também – de não trazer fatos desconexos do objeto da CPI para a exposição pessoal dos depoentes. Eu vi, citada aqui, inclusive, uma provocação em relação a familiar, a contratos da vida pessoal do depoente. Isso não é objeto da CPI.

Estou fazendo aqui um alerta, embora esse caso não tenha sido... Assim, não houve a exacerbação, mas apenas para a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas os contratos foram...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ter com foco aquilo que é objeto da CPI, seja na instância federal...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... seja na instância estadual ou municipal, para a gente não descambar aqui, senão, daqui a pouco...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só esclarecendo a V. Exa. que a pergunta teve a ver com o objeto desta CPI – só deixando claro. O próprio depoente não arguiu nenhuma questão de ordem pessoal com relação a isso e respondeu diretamente à pergunta, só para deixar claro.

Mas, em seguida, então, o próximo inscrito, o Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. tem 15 minutos, o depoente está à sua disposição.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela tolerância...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, só a lista, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Deputado Fernando...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O Senhor pode passar para nós a lista.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Senador Jorginho, só para declinar a lista dos próximos inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por favor, para a gente se organizar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa., Senador Jorginho Mello, na sequência, Senador Luis Carlos Heinze; posteriormente, Senador Marcos do Val, no sistema remoto; Senador Rogério Carvalho... Perdão. Senador Luis Carlos Heinze, Senador Marcos do Val, Senador Rogério Carvalho... A Senadora Leila está inscrita pela Bancada Feminina, certo?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bancada Feminina, como suplente. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como suplente. Perfeitamente.

Então, na ordem: Senador Luis Carlos Heinze, Senador Marcos do Val, no sistema remoto; Senador Rogério Carvalho, presencial; Senador Angelo Coronel, no remoto. É porque não estava aqui, na relação, o Senador Angelo Coronel. Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Alessandro Vieira, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E os não membros: Senador Giordano, Senador Fabiano Contarato, Senador Jean Paul Prates, Senador Jorge Kajuru, Senadora Zenaide, Senador Izalci Lucas.

Senador Jorginho, por gentileza.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem! Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. e Sras. Senadoras, eu queria cumprimentar o Dr. Fabio, dizer que ele me causou até surpresa, a sua manifestação, a sua posição aqui. Eu entendo que, na revista *Veja*, V. Sa. não estava sob juramento, e aqui, sim. Lá pode ter sido um desabafo, alguma coisa parecida, mas me causou estranheza.

Eu só queria recolocar algumas datas. Por exemplo, em 12 de setembro, a Pfizer encaminhou uma carta que chegou ao Governo brasileiro, dizendo: "A potencial vacina [...] é uma opção muito promissora para ajudar seu governo a mitigar esta pandemia". Então, a vacina não estava pronta, não é? Era uma expectativa de vacina. Isso em 12 de setembro. O senhor ficou sabendo em novembro desta carta? Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em fevereiro, 23 de fevereiro, a Anvisa autorizou essa possível compra. Dia 23, no mesmo dia, o Senado da República, através do Presidente, Rodrigo Pacheco, inicia um projeto para autorização para compra. Dia 24 de fevereiro foi aprovado. Dia 02 de março foi para... Dia 24 foi mudando a legislação; dia 02 de março foi para Câmara, foi aprovado na Câmara; dia 10 de março foi sancionada. Então, que dizer que nós poderíamos comprar essa tal vacina da Pfizer a partir desta data. Essa recolocação que eu gostaria de fazer.

Passo a perguntar agora ao senhor... O senhor é um homem de mídia. Todas as campanhas feitas pelo Governo Federal, dezenas de coletivas de imprensa realizadas no Palácio do Planalto, no Ministério da Saúde, o senhor entende que contribuiu para auxiliar a população nas medidas preventivas? Sim ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Sim, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

No início da calamidade pública, ocorreu uma orientação do Ministro Mandetta no sentido de "fique em casa; só busque o médico se sentir falta de ar". Obviamente, o Ministro Teich e o Pazuello modificaram essa mensagem informativa. O senhor teve participação nessa mudança de mensagem através da comunicação, para orientar as pessoas: "Se tiver sintomas, procure auxílio médico"? Se o senhor considera importante essa mudança no Ministério da Saúde.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, o protocolo de atendimento ao Covid evoluiu conforme a gente recebeu novos ensinamentos da doença. Repito ao senhor que, quando eu tive Covid em março, não se falava de máscara, não se falava de distanciamento, não se sabia aonde a doença ia parar. À medida que fomos adquirindo, em que as autoridades médicas iam provendo novas informações, a gente comunicava, e a população passava a ser informada paralelamente aos novos protocolos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor reconhece que era fala constante do Presidente Bolsonaro dizer que compraria todas as vacinas, desde que devidamente aprovadas pela Anvisa?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Reconheço de forma pétrea. O Presidente sempre disse que compraria todas as vacinas, uma vez aprovadas pela Anvisa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor reitera que o Presidente Bolsonaro sempre se mostrou preocupado com o que poderíamos chamar dos dois lados: a crise para salvar vidas e para salvar os empregos também?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sempre falou, usou o termo "as duas ondas", a onda da economia e a onda da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem.

Eu quero lhe perguntar também se o processo, a sua saída, a sua saída da Secretaria de Comunicação foi de forma ríspida, foi de forma consensual, foi de forma acordada para que o senhor pudesse empreender um novo, uma nova fase de trabalho na sua vida?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sempre de forma conciliatória, sempre sem nenhuma rispidez, nada, nenhum transtorno, nenhuma faísca, nenhum ruído durante a minha saída. Respeito decisões, e assim foi feito.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** A sua entrevista à *Veja*, o senhor foi procurado pela revista *Veja*?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não me recordo se eu fui procurado ou se eu procurei. O que eu explico ao senhor, o que me incomodou demais foram comentários maldosos com relação ao meu comportamento com a Pfizer, e eu não... Eu não permitiria, e eu não me permitiria ser refém dessa situação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O senhor recebeu uma carta de agradecimento da Pfizer pela sua desenvoltura, pela sua participação. O senhor se recorda quem mais recebeu essa carta de agradecimento? Que mais autoridade recebeu?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, eu nem acho que eu deveria me vangloriar por causa dessa carta. É dever de todo brasileiro buscar o maior número de vacinas. Pelo que eu li ontem numa matéria de *O Globo*, sei que o Presidente Pacheco recebeu; sei que o presidente... O Senador Randolfe recebeu; sei que o Ministro Paulo Guedes recebeu; e eu sei que eu recebi essa carta, um mês antes da minha entrevista à *Veja,* a qual o senhor pode ter certeza que eu vou enquadrar e da qual vou me orgulhar para o resto da minha vida.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem. Eu cumprimento V. Exa. e agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Jorginho.

Iniciamos, então, a lista com os suplentes. O primeiro é o Senador Luis Carlos Heinze. V. Exa. tem 15 minutos, com toda a tolerância desta Presidência. O depoente está a vossa disposição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, Wajngarten, prazer estar com vocês aqui neste debate, você trazendo essas posições sobre a revista *Veja.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu saí ontem e acabei não podendo voltar, eu queria fazer um... Cumprimentar o Barra Torres, em nome de toda equipe da Anvisa, pela sua posição, pelas suas manifestações. Também os seus diretores, em nome da Dra. Meiruze, e também o quadro de funcionários da casa pelo excelente trabalho que vem fazendo agora, ao longo principalmente da pandemia. Sempre foi, mas, ao longo da pandemia, o trabalho da Anvisa é reconhecido. Nós também temos que cumprimentá-los pelas posições que tiveram ontem aqui, o que mostra que não tem interferência, Senador Marcos Rogério, do Presidente Bolsonaro, não é teleguiado, a Anvisa ou quem quer que seja. Também foi comentado aqui... Vocês viram a fala do Presidente Barra Torres sobre a forma que eles trabalham. Então, quero fazer esse registro.

Hoje é o dia do enfermeiro, da enfermeira. E eu queria comemorar cumprimentando as enfermeiras e os enfermeiros de todo o Brasil pelas 13.847.191 vidas salvas. Essas mulheres, homens, têm uma parte nesse processo.

Também lamento as 425 mil mortes, mas vamos comemorar a vida. E seu caso, Wajngarten, foi um desses tantos, como eu também me salvei – entendeu? – em cima desse processo. Então vamos comemorar.

E meus cumprimentos às enfermeiras, aos enfermeiros de todo o Brasil pela sua data e pelo trabalho valente, hercúleo, que estão fazendo ao longo desse processo. Da mesma forma, aos médicos, fisioterapeutas, psicólogos, aos motoristas de ambulância, todo o quadro que trabalha em cada canto deste País, salvando as nossas vidas.

Wajngarten, o Brasil hoje está na frente da Inglaterra em número de vacinas aplicadas, é o quarto país. De uma certa forma, o que nós temos aí, todo o empenho do Governo, desde o início do processo... O Ministro Mandetta fala que podiam ter vacinado em outubro, novembro. Não. A primeira vacina no mundo foi aplicada na Inglaterra dia 8 de dezembro. Então existe o empenho.

E as negociações, quando você falou do ano passado, AstraZeneca com a Fiocruz já estava negociada; CoronaVac com o Butantan já estava negociada. Claro que as empresas estão tentando oferecer vacina, e o Brasil fez a sua parte também, logo depois negociou com a Pfizer esse contrato, pelos relatos que nós já ouvimos aqui.

Você sabe também, que comandou a área de comunicação do Governo, a campanha cerrada que nós temos contra o Presidente Bolsonaro em cima de esquerda, em cima de direita. A guerra do Doria, quem é o dono da vacina, "sou eu", enfim, o Butantan com recursos federais, que sempre tiveram, e a campanha muito grande que tem nos grandes meios de comunicação do Brasil. A revista *Veja* é um desses meios de comunicação. Qual é a sua visão sobre esse assunto? Porque você, como é da comunicação, sabe do que gastava o Governo Fernando Henrique, Lula, Dilma, Michel, enfim, com comunicação e o que é gasto pelo Presidente Bolsonaro. Qual é a tua visão sobre esse assunto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – O senhor tem razão, os volumes de investimento em mídia são muito menores, a mídia e a comunicação evoluíram, hoje a gente tem muitas opções para comunicar para cada público-alvo diferente. O tema da pandemia, como o senhor bem disse, foi altamente politizado. Existe um desespero para quem vai ser o pai da vacina; eu entendo isso que seja completamente equivocado, e quem perde com isso é a população brasileira.

Entendo que o comportamento do Presidente, conforme o senhor bem disse, ele falou sempre que compraria as vacinas, ele teve atitudes correlatas a essa no que diz respeito a envio de verbas e salário emergencial. O Presidente Bolsonaro botou uma Itália inteira em fila na população brasileira, 64 milhões de brasileiros em pé, recebendo o auxílio emergencial através da Caixa, o maior programa social que o Brasil já teve. Então, combinado esse auxílio emergencial, o salário emergencial, com as vacinas, eu entendo que cumprimos o papel. Se Deus quiser, nós vamos sair dessa com o menor... Lamentavelmente, os 425 mil mortos farão falta sempre – sempre. E eu espero que o Brasil retome a vida normal, assim como o mundo inteiro também.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Você sabe, deve ter comunicado também isso aí o ano passado, já o ano passado o Presidente já tinha colocado recursos à disposição. Sobraram do orçamento...

Ainda o ano passado, eram R$20 bilhões para compra de vacinas. Então, não foi má vontade, desleixo com relação a Pfizer ou com qualquer empresa que seja. É bom que se diga isso. Tinha dinheiro à disposição. Se tivesse a vacina, poderiam ter comprado. As negociações existem.

E você sabe também que a própria União Europeia... Eu vi agora a fala da Organização Mundial da Saúde, no início de abril, criticando as empresas de vacina que não entregavam as vacinas na Europa, que já tinha atrasos lá. Dos 27 países do bloco, apenas três tinham cumprido as metas no início do mês de abril. Então, isso não é um problema apenas do Brasil.

As negociações são essas, existem. Tem as instâncias regulatórias, que é o caso da Anvisa, comemorada ontem por todos os Parlamentares que estavam aqui, em cima das posições que a Anvisa adota.

Então, também é importante que você reconhece e sabe que isso existe. Não é problema apenas do Brasil.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sem dúvida, Senador.

Reitero aqui que o Presidente sempre disse que compraria todas as vacinas uma vez aprovadas pela Anvisa. Reitero aqui, conforme dito anteriormente, que o Presidente destinou R$20 bilhões em vacinas.

Reitero aqui que o Presidente botou 64 milhões de brasileiros na fila, através da Caixa Econômica Federal, o que corresponde a uma Itália inteira, para receber o salário emergencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está correto no que o senhor fala.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O ano passado, 20; e, esse ano, mais 24 bilhões; quer dizer, não é falta de dinheiro. Inclusive, na negociação com a Pfizer, já tem até dinheiro depositado para o seguro. Os processos foram feitos, os devidos processos legais, e nós chegamos... Então, não é falta de dinheiro, não é desleixo por parte do Governo, porque houve interesse, houve intenção. E as coisas estão caminhando para que nós possamos ter todo esse processo de vacinação.

E também um reconhecimento aqui ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que já, desde o ano passado, desde o início da pandemia, começou um processo num programa para que nós pudéssemos ter a nossa própria vacina. Tem dez projetos de vacinas em andamento no Brasil. Vou citar três, as que estão mais avançadas. E vê que não é ranço de Governo. A USP, que muitas vezes critica o Presidente, a USP recebeu... E é a vacina mais avançada hoje é da USP de Ribeirão Preto. Já tem um trabalho avançado. A primeira vacina, quem sabe a mais adiantada do Brasil seja a da USP de Ribeirão Preto, patrocinada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A segunda: Hospital das Clínicas de São Paulo. E a terceira: Universidade Federal de Minas Gerais. Depois, Senador Jorginho, tem Santa Catarina, tem Paraná e outras vacinas também. Esse é um processo importante a que eu me refiro aqui.

Estamos trabalhando também – isso é importante para a sociedade brasileira entender –, esforço do Governo Federal... E tive uma reunião, ainda nessa segunda-feira, depois da reunião que houve na Comissão Covid do Senador Confúcio, que preside essa Comissão, com as dez maiores empresas de medicamentos humanos do Brasil, através do seu sindicato e as empresas representadas; da mesma forma, o sindicato das indústrias de medicamentos veterinários, o Sindan, para que nós possamos, eles, produzirem vacinas no Brasil, seja a indiana, que está negociando com o Brasil e deve ser reconhecida, seja vacinas chinesas, que já estão em negociação, seja a própria vacina Sputnik, que logo, logo também estará autorizada. Então, programas de vacinas existem. É um trabalho que está sendo realizado com recursos públicos.

Falta algum recurso para 2021? Claro, mas nós vamos trabalhar e vamos conseguir o recurso. Então, esse é um ponto importante. O Waldery, lá do Ministério da Economia, estava conosco na Comissão da Covid na semana passada e nós cobrávamos dele, do Secretário Waldery, sobre o recurso. Ele foi taxativo: o recurso existirá para que nós possamos ter as nossas vacinas – são 10 projetos em andamento neste instante.

Então, não são apenas coisas negativas ou querer achar, vamos dizer assim, culpados no processo. Existe o empenho, existe a direção e soluções nesse processo. Então, só para... Você deve ter também acompanhado essa questão e comunicado isso, porque é importante, afinal, são coisas positivas e, infelizmente, você, que faz parte da comunicação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para certa parte da mídia brasileira, isso não interessa, essas notícias positivas não interessam. Interessa, como disse Alexandre Garcia numa *live* que fiz com ele... "Sinto vergonha dos meios de comunicação em que trabalhei, porque aquilo parece uma TV fúnebre, só faz nota de enterro, Covid e falecimento." Aqui eu ressalto os quase 14 milhões de vidas que foram salvas ao longo desse período. Faço um registro dos enfermeiros, enfermeiras, médicos, hospitais, principalmente as santas casas, hospitais filantrópicos, que têm um papel extremamente importante, já que 60% a 70% do SUS estão nesses hospitais.

Então, é o relato que faço e deixo essas questões para a reflexão da sociedade brasileira.

E há mais um ponto, Sr. Presidente. Vou insistir naquilo que os colegas Parlamentares estão insistindo: temos que, também, verificar a questão dos recursos destinados a Estados e Municípios. Eu recebo nas minhas redes sociais diretamente esse processo: o dinheiro de Brasília, mas também o dinheiro dos Estados e dos Municípios, que esta Comissão tem que começar a fazer também essa investigação. Sei, Senador Marcos Rogério, que já foram encomendados para a Polícia Federal, ou para o Ministério Público Federal, números, dados e posições que ajudem a nossa Comissão, mas é importante que também nós façamos esse papel de buscar saber se esse dinheiro foi bem ou se foi mal aplicado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Heinze.

O depoente está pedindo um intervalo de...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como já tivemos um intervalo, eu vou submeter ao Plenário.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode prosseguir?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o Presidente Omar tem, em todas as sessões, dado 20 minutos para um lanche rápido...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...eu acho que é uma questão humanitária.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, não, é porque já foi concedido, já tivemos um intervalo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Cinco minutos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...para ir ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o seguinte: o depoente está pedindo um minuto, um *pit stop*, rapidamente. Vamos dar, então, dois minutos de suspensão da sessão, está bem?

(*Interrupção do som.*)

Na ordem, Senador Rogério Carvalho, aí tem o Senador Angelo Coronel no remoto, Senador Fernando Bezerra e Senador Alessandro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rogério, Angelo Coronel no sistema remoto, Fernando Bezerra, Alessandro Vieira, Leila Barros. E, aí, depois, nós teremos os não membros, que começa com o Senador Giordano e segue com Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Kajuru, Zenaide e Izalci.

(*Suspensa às 14 horas e 56 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 3 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando, então, só informando que não tinha se inscrito e se inscreveu agora o Senador Angelo Coronel. Como ele é membro efetivo, eu o chamarei logo após o Senador Rogério Carvalho... Perdão, o Senador Otto Alencar, membro efetivo, não tinha se inscrito e se inscreveu agora. Como S. Exa. é membro efetivo, eu o chamarei logo após o Senador Rogério Carvalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só uma pequena interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – As pessoas estão perguntando por que é que nós disponibilizamos aqui o número de mortes do dia. Eu fiz isso e vou todos os dias atualizar. Isso aqui é para que nós não esqueçamos por que é que nós estamos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós estamos aqui por causa disto: por causa dessa tragédia que, se tiver responsável, vai ter que ser punido, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Rogério Carvalho, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, em primeiro lugar, eu queria recolocar duas questões que, ao final das falas que me antecederam, foram ditas. Primeiro, só tem Pronampe este ano, só tem bem e só tem dinheiro para saúde, Senador Renan Calheiros, por uma emenda minha ao PLN 2 que retirou essas áreas do superávit primário. Senão, não teria Pronampe, não teria bem e não teria recursos para a saúde.

O Governo Federal não tomou nenhuma medida no sentido de assegurar recursos para conter os danos sociais, econômicos e sanitários da pandemia. Portanto, não é fato que o Governo tenha tido essa preocupação. Também não é fato que o Governo tenha tido esta preocupação em reduzir danos sociais, econômicos e sanitários durante o ano de 2020, porque todas as medidas nasceram no Congresso Nacional, foram aprovadas pelo Congresso Nacional. E nós tivemos, na prática, um Governo que obstruiu, que vetou, que atrapalhou, que não assegurou... E pior, pagou R$600 por um período, numa desorganização em que muitas pessoas tiveram acesso ao benefício sem necessitar e outras pessoas que tinham necessidade não tiveram acesso ao benefício, depois prorrogou por três meses e nós ficamos, janeiro, fevereiro, março, até abril, sem o benefício. Então, não é fato que o Governo cuidou dos danos sociais e econômicos da pandemia.

E eu quero aqui dizer que o Sr. Fabio Wajngarten também contribuiu com a estratégia do Presidente da República, a estratégia de promover a pandemia no Brasil. O Presidente da República disse que era uma gripezinha; o Presidente da República disse que 70% iam pegar, proibiu o uso de máscara, aglomerou; o Presidente da República proibiu o isolamento social – foi o STF que chamou o feito à ordem –; o Presidente da República não se preocupou em comprar vacinas e em apresentar um plano nacional de imunização – o plano nacional de imunização só foi apresentado por determinação do Ministro Lewandowski, que determinou que o Ministério da Saúde apresentasse um plano nacional de imunização, e aí surgiram os 20 bilhões –; o Presidente disse que estava sentado em cima de um cheque de R$20 bilhões, mas que não compraria vacinas. Então, vamos colocar as coisas factualmente.

V. Sa. diz que agiu o tempo todo para assegurar uma boa comunicação. Mas aqui eu quero só mostrar para o senhor que, no dia 2/3, a CNN já informava que a hidroxicloroquina "não funciona contra Covid e pode causar efeito adverso". Dois de março de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 20 de março de 2020, a Anvisa alerta sobre o uso da hidroxicloroquina e cloroquina – a Anvisa alerta –, dizendo que pode causar efeito danoso.

No dia 21, Bolsonaro anuncia aumento da produção de cloroquina.

V. Sa. ao invés de ajudar o Brasil a conhecer o tamanho do problema, V. Sa. faz divulgações do tipo: "Quase 3 milhões de vidas salvas ou em recuperação; um dos menores índices de óbitos por milhões entre grandes Nações; um dos países que mais recupera infectados sempre com índice de recuperação acima dos 95%".

Eu queria dizer que grande Nação para V. Exa. é país que tem mais de 100 milhões de habitantes.

E o senhor disse que a gente está numa posição muito boa, e, na verdade, quando a gente coloca em 100 milhões, a nossa posição só fica atrás dos Estados Unidos, como morte, relação morte e casos no mundo. Então, nós não tivemos... E V. Exa. faz a divulgação pela metade, negando ao brasileiro a informação correta.

"A cloroquina, medicamento que tem apresentado bons resultados, poderá ser receitada para todos os pacientes diagnosticados com coronavírus no Brasil. O novo protocolo de tratamento foi divulgado nesta quarta-feira", 20/5/2020. Secom.

"O Governo do Brasil investiu bilhões de reais para salvar vidas e preservar empregos, estabelecer parcerias, investir na...". "Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina". Ou seja, contra a vacina.

No dia 20 de outubro: "Tratamento precoce pode salvar vidas".

E aqui está. Segundo o portal em que está essa questão de que o Brasil tem mais... Tem o País como uma grande Nação – e foi o senhor que definiu que tem que ser mais de 100 milhões, em documentos do próprio, feitos por V. Sa. –, o senhor disse que o Brasil era uma grande Nação que tinha poucos... Que a relação por milhão era menor. O Brasil só perde para os Estados Unidos.

E a Covid-19. Tem um artigo aqui do Professor da USP que diz que V. Exa., num estudo que ele fez, ele mostra que V. Exa. desinformou o Brasil durante todo o período em que esteve à frente da Secom, que toda a sua atuação foi na mesma linha do Presidente Jair Messias Bolsonaro, de levar o povo a se contaminar e adquirir naturalmente imunidade e levar aos 425.711 mortos.

O crime sanitário do Governo? Já não precisamos mais de elementos. Agora, nós precisamos saber o crime contra a vida. Quantas mortes evitáveis, poderíamos ter evitado, se não fossem coisas desse tipo que estão aqui? Mentiras!

Como a que o senhor contou no dia de hoje. O senhor disse... O senhor disse que nunca negociou nada com a Pfizer; o senhor participou de negociação com a Pfizer. O senhor disse que ele alegou que seus encontros com representantes da Pfizer haviam sido registrados; não há informação no *site* do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo. O senhor disse que estava afastado da Secom em março de 2020; mentiu de novo. V. Exa. estava numa *live* com Eduardo Bolsonaro. E V. Exa. – deixe-me abrir aqui que é para todo mundo ver – e Flávio Bolsonaro... (*Pausa.*)

Deixe-me pegar aqui o vídeo... Pronto.

(*Procede-se à reprodução de vídeo de celular.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso já é suficiente, Sr. Presidente, para dizer que V. Exa. mentiu nesta oitiva! V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora é a minha vez de falar. O senhor é uma testemunha, e eu não estou perguntando nada a V. Exa. Eu estou afirmando o resultado da reunião, porque eu estou aqui há cinco horas ouvindo V. Exa.!

O senhor disse que não tinha conhecimento de campanhas da Secom, nem mesmo as polêmicas que seriam de responsabilidade de um AGU. O senhor mente! O senhor cuidou de tudo pessoalmente, inclusive convalescendo de Covid, como mesmo atestou em *live* com Eduardo Bolsonaro. É impossível que o chefe da Secom não se ocupe das campanhas do Governo, especialmente a "O Brasil não pode parar", que teve, inclusive, reflexos judiciais.

O senhor disse que a Secom sempre fez campanhas de prevenção da Covid. O senhor não fez campanha nenhuma de prevenção da Covid! Nenhuma! Isso não é campanha de prevenção da Covid, isso é o estímulo para que as pessoas se largassem à própria sorte, tomando medicamento que não tinha evidência científica para adquirir imunidade naturalmente, transformando o Brasil numa câmara de vírus, a exemplo do que aconteceu no Holocausto! O senhor, com a sua origem, devia saber dos riscos que isso representa para a humanidade e para uma sociedade!

O senhor disse que a Secom sempre fez campanha de prevenção da Covid... Usou dinheiro público para a Secom agir por meio de peças publicitárias: 37 milhões. Um terço não foi... Foi para *sites* que o senhor disse que não tinha controle.

E, por fim, Sr. Presidente, eu quero dizer que a Pfizer conseguiu... E, Sr. Relator, eu queria que V. Exa. requisitasse o tempo que levou a Pfizer para conseguir o registro da Anvisa. E a Pfizer não apresentou nada de documentação, porque disse que estava nos Estados Unidos, que tinha muita produção, e se negou a entregar; e, mesmo assim, ela teve o seu registro aprovado na Anvisa. A Janssen, Janssen da mesma forma. Agora, a Sputnik V e a Covaxin vivem essa agrura, esse périplo. Sabe por quê, Presidente? Sabem por quê, Sras. e Srs. Senadores? Porque isso significa que setores que se preocuparam e que combateram essa tese mortal que levou 425 mil brasileiros, 426 mil brasileiros à morte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa tese mortal tinha dignos combatentes: Governadores, o Congresso Nacional. Esses, sim, conseguiram negociar 37 milhões de doses, que podem ser mais, e não chegam ao Brasil.

E, por fim, Sr. Presidente, eu quero dizer... Eu não costumo falar isto, mas eu tenho, de bancos acadêmicos universitários na Medicina, seis anos, mais dois de mestrado, mais cinco... Olha: seis anos de Medicina, dois anos de residência, dois anos de mestrado – são dez – e mais cinco para concluir o meu doutorado: 15 anos para ser mestre, doutor, especialista em saúde pública. E não existe nenhum motivo para chegar a 425 mil ou 426 mil mortos, se não é por negligência sanitária. E a negligência sanitária foi incorporada, na verdade virou uma militância do Presidente da República, para aglomerar, para proibir o uso de máscaras, para impedir Governadores e Prefeitos de agirem, para negar a necessidade de vacina, para indicar ilegalmente medicamentos que não passaram pela Conitec nem pelo crivo da Anvisa, em nota técnica, para obrigar Estados e Municípios a prescreverem. Isso mata! Sabe por quê? Porque é encaminhar as pessoas para o caminho da morte.

Nós precisamos, Presidente, provar nesta Comissão os crimes contra a vida, porque, contra a saúde pública, nós não precisamos mais fazer nada. Mas, contra a vida, a gente precisa trazer os acadêmicos aqui para esta Comissão, para provar estatisticamente quantas mortes evitáveis nós tivemos. É só olhar a atuação do Ernesto Araújo; é só olhar a atuação do ex-Ministro do Desenvolvimento Social, que sai peregrinando pelo Brasil, dizendo que, em 14 semanas, tinha acabado essa pandemia; é só olhar a atuação global em todas as frentes deste Governo. Este é o Governo da morte! Este é o Governo que levou 426 mil brasileiros à morte! Eu teria vergonha de assumir a defesa de uma face tão macabra, tão nefasta, como é a deste Governo do Brasil no momento.

E o senhor? Com toda a franqueza, olhando nos seus olhos, o senhor veio aqui para mentir, porque o senhor negociou com a Pfizer, porque o senhor foi atrás da Pfizer, porque o senhor estava negociando contrato com a Pfizer, e está negando tudo aqui, mas tudo se revelará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem uma pergunta?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nenhuma. Eu só quero afirmar o que eu vi aqui durante todo o dia de hoje, uma farsa e uma mentira atrás da outra.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério, perdão, Senador Rogério Carvalho.

Na sequência, pelo sistema remoto, o Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Não pude ficar presencialmente por problemas de ordem pessoal. Tinha que vir para a Bahia, mas acompanhei aqui as declarações que foram dadas pelo ex-Secretário de Comunicação do Governo Jair Bolsonaro.

O mês de março, Sr. Presidente, foi um mês rico em revelações. Primeiro, a viagem dos cientistas a Israel atrás do *spray* nasal, grandes cientistas – inclusive o Dr. Fabio Wajngarten foi a Israel também, em busca do *spray* nasal. Nesse mês de março – aliás, lembrando Júlio César, os ídolos de março –, o Ministro Pazuello foi demitido e saiu atirando, dizendo que saía para não ter que se submeter a propina ou pixulé. Depois foi demitido, quase que ao mesmo tempo, o ex-Secretário de Comunicação, Sr. Fabio. Depois foi demitido, também, o outro cientista que foi a Israel, o cientista e ex-Chanceler Ernesto – não me lembro o sobrenome dele porque foi uma figura obtusa e insignificante. Mas foram demitidos três, numa coincidência muito grande.

Eu vi as respostas sempre muito evasivas do atual ex-Secretário de Comunicação. Não enfrentou, como deveria enfrentar. E, em todas as perguntas, sempre foram perguntas... Até, em algum momento, houve uma certa ironia na resposta ao Relator, Senador Renan Calheiros.

Sr. Presidente, quando ele diz que não disse à revista *Veja* as concepções que ele tem do ex-Ministro Pazuello...E a revista *Veja* não tem nenhum representante, neste momento, aqui, para que pudesse contestar as declarações dele.

Portanto, estou encaminhando um requerimento a V. Exa., Sr. Presidente – vou fazê-lo agora –, para que nós possamos fazer uma acareação entre o ex-Secretário Fabio, que está aí ao lado de V. Exa., e os repórteres da *Veja* que tomaram a sua entrevista, para que seja uma coisa justa em que ele possa, à frente daqueles a quem deu a entrevista, repetir o que falou. Alguém está mentindo, está faltando com a verdade, ou ele ou, então, os repórteres. Portanto, vou encaminhar a V. Exa. o requerimento para uma acareação. Que ele seja aprovado e que, na data oportuna, decidida pelo Presidente Omar Aziz ou por V. Exa., seja feita essa acareação. Não pode ficar a dúvida.

Acho, inclusive, que o Senador Rogério Carvalho mostrou, agora mesmo, uma confirmação de que o Sr. Fabio Wajngarten faltou com a verdade. Ele...Numa prova material não há como discutir, basta olhar e ver as declarações do ex-Secretário que você sabe, perfeitamente, que ele faltou inteiramente, quase que o tempo todo, com a verdade nas suas declarações.

Portanto, Sr. Presidente, vou encaminhar e espero que possa ser pautada, assim que tiver oportunidade, uma acareação entre o Sr. Fabio e os repórteres da *Veja* que investigaram, fazendo uma coisa justa. Para que a *Veja,* também, que é uma revista que tem credibilidade, tenha condições de encaminhar aqueles que entrevistaram o Sr. Fabio Wajngarten.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que responder ao...

Fernando Bezerra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não fiz pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não fiz pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Relator, prezado Dr. Fabio Wajngarten, quero, inicialmente, agradecer a presença de V. Exa. a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, cumprimentar os membros desta Comissão.

E queria começar com uma notícia boa, Sr. Presidente: em abril foram distribuídas 25,9 milhões doses no Brasil. Em maio, vamos distribuir 32,9 milhões doses e, em junho, existe uma estimativa de, no mínimo, 40 milhões, podendo chegar a 50 milhões de doses a serem distribuídas.

Acho que esse gesto do Senador Renan, de apor uma placa atualizando, dia a dia, o número de óbitos, acho que é uma justa homenagem a todos os brasileiros, familiares que vieram a perder entes queridos e, sem dúvida nenhuma, o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito é de encontrar caminhos para fortalecer a legislação sanitária brasileira e poder produzir ações concretas que venham a salvar vidas durante, ainda, esta pandemia e em outras que, certamente, poderemos enfrentar no futuro.

Mas faço uma sugestão ao Senador Renan e ao Presidente Omar: que a gente também pudesse colocar uma placa atualizando o número de vacinas distribuídas, porque quem está nos assistindo está querendo saber se os nossos esforços junto ao Governo Federal, às instituições, às embaixadas, aos fornecedores de vacina, se nós estamos conseguindo ampliar o número de vacinas distribuídas para levar esperança aos brasileiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tudo que temos feito aqui é uma pressão, sagrada, no sentido de agilizar o calendário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E eu estou concordando, apenas que não só a mensagem dos que venham a falecer, mas a mensagem das vacinas que começam a ganhar maior celeridade na entrega, para levar esperança aos brasileiros que estão nos assistindo e que, certamente, confiam nas nossas ações.

Quero também, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Líder Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa.

Esse é o objetivo da CPI, é vacina. Pode colocar o número de vacinas, eu acho bom.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu acho que era só colocar do lado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode colocar. O objetivo é esse. O número de óbitos não é o objetivo, o objetivo é a vacina.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É só uma sugestão botar uma plaquinha, porque todos nós somos solidários, todos nós lamentamos e todos nós buscamos solução para esse grave problema.

A segunda informação, antes de me dirigir ao Dr. Fabio, é esclarecer um pouco, porque ficou uma discussão muito grande sobre a carta da Pfizer e, para quem está nos assistindo, parece até que o Governo brasileiro começou a fazer o contato com a Pfizer a partir de setembro, e não é verdade.

Eu vou entregar ao Relator que os contatos com a Pfizer se iniciaram em 28 de maio, de maneira formal, e houve sucessivas reuniões. E não ficaram sem respostas essa carta que foi dirigida, mencionada, porque, se pegarmos aqui a linha do tempo – e, certamente, a Pfizer vai trazer amanhã –, nós vamos verificar que, no dia 16 de setembro, a Pfizer encaminha o ofício e, em outubro, tem reunião técnica para discutir logística de armazenamento, e esse processo de negociação com a Pfizer perdurou até a assinatura do contrato, que só se efetivou no início deste ano.

Mas era só para corrigir a percepção de quem está de fora se houve ou não desdobramentos quanto a isso.

Em relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Mas está negando a linha do tempo que o depoente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não; estou falando é que, pelos depoimentos que foram prestados....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela já expôs aqui para todos nós uma linha do tempo diferente dessa que V. Exa. está...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não. Ele falou da carta do dia 15 de setembro. Existem outras tratativas com a Pfizer, feitas através do Ministério da Saúde, que, por certo, ele desconhecia, mas tratativas que se deram em muitas ocasiões: em maio, em junho, em julho, em agosto, em setembro, em outubro, em novembro, em dezembro, culminando com a celebração do contrato de compra de seis milhões de doses de vacina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não; a palavra está garantida para o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou passar ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês já falaram, deixem o...

Senador, a palavra está com V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado.

Eu vou passar, vou disponibilizar, Senador Renan Calheiros, essas informações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu só pediria que V. Exa. tivesse a mesma presteza quando eles me interrompessem e eu estivesse falando. Somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tivesse a mesma presteza quando eles me interrompessem e eu estivesse falando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, V. Exa. tem todo o nosso carinho e respeito; V. Exa. fala a hora que quer. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan, a gente o ouviu aqui por quase duas horas. Eu só tenho 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou de romper o Relator com o Presidente. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Queria também esclarecer, porque também foi alvo de muitas indagações e de muitas perguntas, a tal campanha "O Brasil não pode parar". Essa campanha, na época, teve uma nota oficial da Secom negando, como o Secretário aqui negou; não foi uma nota produzida internamente na Secom. Teve ações que foram levadas à apreciação do Supremo Tribunal Federal. O Ministro Barroso extinguiu as ações em função das declarações que foram prestadas à época pela Secom.

Então, só estou trazendo informações, porque, certamente, quando o Relator for se debruçar sobre esse tema, muitas documentações serão acostadas para que ele possa ter a correta compreensão dos fatos que aqui foram alvos dos depoimentos e dos relatos.

Mas, Sr. Presidente, antes de dirigir os meus questionamentos ao ex-Secretário Especial, gostaria de fazer algumas considerações acerca dos resultados desta Comissão Parlamentar de Inquérito ao longo dessas primeiras semanas de trabalho.

Tivemos a oportunidade de ouvir depoimentos valiosíssimos de alguns dos nossos depoentes, incluindo os Ministros da Saúde e o Presidente da Anvisa, que atestaram a autonomia desses órgãos para comporem suas equipes com autonomia e livres de qualquer ingerência política, mostrando o espírito republicano do Governo Federal em garantir o pleno exercício de suas competências constitucionais e legais para que pudessem fazer frente aos enormes desafios que se impuseram em razão da situação de emergência que vivemos, sobretudo, no caso da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que, reiteramos, é um órgão de Estado, e não de Governo, como bem atesta o depoimento de ontem do Sr. Antonio Barra Torres.

Notamos que a indicação do Presidente Bolsonaro observou a competência e qualificação técnica exigidos para o cargo, condição que se reflete na diretriz que norteia a gestão e as decisões daquela agência para garantir a segurança sanitária, a saúde e o bem-estar da população brasileira. Inclusive, a agência não tem qualquer viés político: já aprovou cinco vacinas e poderá aprovar outras tantas, inclusive, a vacina indiana e a vacina russa.

Hoje, recebemos aqui o ex-Secretário, Dr. Fabio Wajngarten, para que possamos indagar, no âmbito das competências daquela secretaria especial, que, sobretudo, é responsável pela coordenação e acompanhamento da divulgação de políticas, programas e ações do Poder Executivo, quais foram as suas contribuições, as contribuições da comunicação social do Governo durante a pandemia do novo coronavírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que um dado – não sei se surpreendeu –, mas foi um dado expressivo porque alguns Parlamentares e alguns veículos de mídia imaginavam que o Governo Federal nada tinha feito do ponto de vista de comunicação em relação à pandemia, as orientações para a população. E, para mim, foi um dado positivo a informação de que foram investidos em mídias, nos mais diversos veículos, R$280 milhões desde o início da pandemia, e, como bem observou o Senador Renan Calheiros, desses 280, 83 milhões foram auditados pelo TCU, que foi a mídia veiculada diretamente pela Secom, mas outros quase 200 milhões foram veiculados pelo Ministério da Saúde, e essa mídia que foi veiculada, que foi divulgada ela não só ressalvou a proteção aos empregos, à renda dos brasileiros mais vulneráveis, mas também as orientações das medidas de proteção e de cautela para o melhor enfrentamento da pandemia. E aqui, muito bem exposto pelo Sr. Secretário que os critérios de veiculação atenderam aos requisitos da tecnicidade e da economicidade.

Portanto, Sr. Presidente, eu agora me dirijo ao Secretário para, especificamente, fazer algumas indagações.

Especificamente, Sr. Secretário, em relação às campanhas de vacinação do Governo Federal, V. Sa. considera que os conteúdos veiculados fomentam e encorajam a população brasileira a se vacinar? Essa é a primeira pergunta. Pode ser uma resposta objetiva.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Sa. poderia mencionar quais foram as ações da Empresa Brasileira de Comunicação durante a pandemia? A EBC foi um instrumento utilizado pela Secom para promover campanhas de orientação em relação à pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Foi, Senador. A Agência Brasil fez 2.120 reportagens; a Rádio Nacional, mais 150; a TV Brasil fez 840; a Agência Brasil, 4.391 notas. Foram 940 fotografias, 5 mil reportagens na Rádio Nacional, na TV Brasil DF, São Paulo, Rio de Janeiro, de janeiro a dezembro... Perdão, Distrito Federal e São Paulo, de janeiro a dezembro, foram feitas 976 entrevistas. Senador, a gente teve campanhas de janeiro a março, até o último mês que eu estive aqui, todos os meses presentes com campanhas informativas para a população brasileira.

Eu queria só aproveitar o espaço e pedir licença, Senador Omar, que em nenhum momento menti com relação ao que foi divulgado na revista *Veja*. Deixo absolutamente claro que não fiz nenhuma adjetivação ao General Pazuello, ao ex-Ministro Pazuello. Em nenhum momento, o chamei de incompetente; em nenhum momento, falei de doses, de quantidade de doses à vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso está esclarecido. Eu mesmo disse que V. Exa. tinha dito que tem incompetentes. Não citou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... literalmente. Eu mesmo já esclareci isso.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Sr. Secretário, qual a opinião de V. Sa. sobre as veiculações realizadas diariamente, através da Voz do Brasil, a fim de esclarecer os cidadãos sobre as ações do Governo e do Estado brasileiro no combate à Covid-19?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) **–** O Presidente da TV Brasil, Sr. Glen Valente, tem larga experiência lá na gestão de comunicação. Eu entendo que caminha em ótimas mãos, sob o comando do Sr. Glen Valente, Presidente da EBC.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** E finalmente, Sr. Secretário, o Ministério da Saúde criou um *site* para divulgar compras realizadas para apoio a Estados e Municípios em ações de enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus, batizado de Localiza SUS, que reúne informações sobre recursos despendidos e materiais adquiridos no enfrentamento à Covid-19.

Qual a opinião de V. Sa. sobre as informações disponibilizadas no Localiza SUS, considerando, inclusive, a disposição constitucional da publicização dos atos da Administração Pública?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Toda e qualquer iniciativa que fornecer à população conteúdos relevantes eu sou totalmente a favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) **–** Finalmente, além das campanhas publicitárias, V. Sa. considera que as dezenas de coletivas de imprensa, que foram realizadas no Palácio do Planalto e no Ministério da Saúde, contribuíram para o conhecimento da população brasileira acerca das ações governamentais realizadas na pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) **–** Em conjunto com as outras ações contribuem demais para o esclarecimento da população.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) **–** Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Fabio, eu quero só retomar, porque já passamos muitas horas, o compromisso que V. Exa. tem de dizer a verdade perante esta Comissão.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) **–** Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor tem uma relação com o Presidente Bolsonaro que remonta ao ano de 2016. Correto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor teve participação ativa muito relevante na própria fase de campanha e depois do início dos trabalhos do Governo Federal. Correto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma informal na campanha e depois, quando fui nomeado, em abril de 2019, não no começo do mandato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Por que o senhor foi exonerado do cargo, Sr. Fabio?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Porque o Ministro Fábio Faria entendeu que ele deveria fazer mudanças na estratégia de comunicação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor atuou em benefício da Pfizer. Nas palavras de V. Exa., em benefício da contratação de mais vacinas. O senhor atuou também em benefício da contratação junto a outros fornecedores que não a Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, atuei em favor de a população brasileira ter mais vacinas, Senador, sempre buscando minimizar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor atuou em benefício de mais algum outro fornecedor?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, negativo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Qual foi o *e-mail* que o senhor utilizou para os contatos com a Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Foi fabiow@secom.gov.br.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor também teve contatos telefônicos com a Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Poucos contatos telefônicos. Poucos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor pode dizer qual foi o número utilizado para fazer esses contatos?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Provavelmente, o meu número pessoal de São Paulo – depois passo para o senhor, se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não precisa dar.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois ele passa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não. O senhor apenas vai informar à CPI...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Lógico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... porque vai ser objeto...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Combinado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... de solicitação de quebra de sigilo de dados. Então, eu preciso do número para evitar um vasculhamento dos seus dados todos.

O senhor relatou uma reunião no próprio gabinete do Presidente da República com a presença do Ministro Paulo Guedes em que o senhor fez contato e colocou o Ministro Paulo Guedes em contato com o CEO da Pfizer, não é isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não foi uma reunião. Eu apenas... Exatamente no momento em que falava com o CEO da Pfizer, no primeiro momento, passei o telefone. Eles falaram por 30 segundos, 45 segundos, e eu retirei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Presidente da República passou alguma recomendação com relação a essa situação de contratação com a Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Passou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Qual?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ele escreveu num papel a palavra Anvisa e disse que compraria as vacinas uma vez aprovadas pela Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor afirmou para esta Comissão que o Presidente mantém – e o senhor considerou, inclusive, cláusula pétrea – a definição de comprar qualquer vacina desde que com a aprovação da Anvisa. Confere?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Confere.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não é verdade. O Presidente, na entrevista à Jovem Pan, no dia 21/10/2020, disse, com clareza, que não compraria vacina da China mesmo com a autorização da Anvisa. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Isso quando foi, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em 21/10/2020. O Presidente da República, em entrevista à Jovem Pan, informou que não compraria vacina da China mesmo com a anuência da Anvisa.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Naquele momento, eu acho que nem tinha a Anvisa. A Anvisa só foi aprová-la bem depois.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não é isso que eu estou perguntando a V. Exa.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não entendi.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não estou perguntando isso a V. Exa.

O senhor informou que, ao longo de todo o processo de ação do Governo Federal no combate à pandemia, o Presidente da República tem uma postura ativa de defesa da vida e que ele defende a compra de vacinas desde que com o aval da Anvisa. E a frase seria: "Compro qualquer vacina desde que com o aval da Anvisa".

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não foi isso que o senhor falou aqui?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Estou informando a V. Exa. que não é verdade. No dia 21/10/2020, o Presidente da República disse, com todas as letras, à Jovem Pan: "Não compro vacina da China mesmo com a aprovação da Anvisa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor relatou, na sua entrevista à revista *Veja*, que o Senhor Presidente da República era abastecido por informações erradas, não sabendo dizer se por dolo ou incompetência com relação à pandemia. O senhor mantém essa afirmação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu entendo que o Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A pergunta é objetiva: o senhor mantém essa afirmação que o senhor fez? O senhor afirmou que o Presidente da República era informado – não sabe dizer se por dolo ou incompetência – de forma errônea com relação à pandemia. O senhor mantém essa afirmação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Estou pensando para responder, Senador. Eu mantenho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Mantenho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor sabe informar quem são as pessoas que informaram, de forma equivocada, o Senhor Presidente da República?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não sei informar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Como é que o senhor chegou a essa conclusão de que alguém informava, de forma equivocada, o Senhor Presidente da República?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Porque a gente tem uma carta que demorou a ser reagida pelo excesso de burocracia e pelo excesso de formalismo no momento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Essa carta era endereçada também ao Senhor Presidente da República?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Essa carta o Presidente está endereçado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, eu vou pedir novamente que o senhor repita a resposta. O senhor diz, textualmente, que o Presidente da República é informado, de forma errada, equivocada, não sabendo se por dolo ou incompetência, sobre a pandemia. O senhor faz essa afirmação no mesmo contexto em que o senhor afirma que há incompetência ou negligência – e aí frisa –, incompetência por parte da equipe do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, textualmente, o senhor é testemunha aqui.

Quem são as pessoas que, no seu conhecimento, informaram ou induziram a erro o Senhor Presidente?

Eu compreendo o seu objetivo. Todo o seu trajeto até chegar a essa cadeira onde o senhor está tem o objetivo de defender o Presidente da República. Compreendo e respeito, é um direito de qualquer cidadão, mas o senhor tem que respeitar a inteligência dos brasileiros e o papel desta CPI.

O senhor foi a público, procurou uma revista de circulação nacional para atribuir culpa a um órgão do Governo e isentar de culpa o Presidente da República.

Nesse contexto, o senhor diz: um grupo informa de maneira equivocada o Presidente da República.

Quem é esse grupo? Quem faz parte desse grupo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, eu entendo que não seja atribuição do Presidente da República responder a cartas. Apenas a formalidade a ele endereçada traz o respeito. O protocolo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Eu peço ao Sr. Presidente que reitere à testemunha o compromisso que ele tem aqui de estar na condição de testemunha e de dizer a verdade.

A pergunta é objetiva: quem são as pessoas que orientam de forma equivocada o Senhor Presidente da República?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ninguém está acusando o Presidente de nada. Veja bem, nem ele está acusando.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sim. Senador, conforme respondi anteriormente, o protocolo e o formalismo que a carta da Pfizer traz, ela endereça a seis pessoas, que detêm inúmeros assessores.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Então, pronto!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... que detêm inúmeros assessores, e não cabe ao titular da Pasta ou aos titulares das Pastas responderem às correspondências.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Tem um sujeito oculto, então? Porque o senhor está querendo me dizer que ou são negligentes ou incompetentes.

A lista, Senador Randolfe, se eu não estiver enganado: Vice-Presidente Mourão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Vice-Presidente Milton Mourão; Ministro de Estado da Casa Civil, Walter Braga Netto; Ministro de Estado da Saúde, Eduardo Pazuello; Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes; Embaixador do Brasil para os Estados Unidos, Sr. Nestor Forster; e o próprio Presidente da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Todos eles são omissos ou incompetentes. É essa a afirmativa de V. Exa.?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não falei isso, Senador, com todo respeito ao senhor. Eu falei que o sistema público exige uma burocracia em excesso. Principalmente, em tempos de pandemia, a gente deveria criar mecanismos para superá-la.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor decidiu romper a burocracia e fazer contatos diretos com uma empresa multinacional para negociar condições de contratações de vacina.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não foi isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Foi esse o seu ato heroico?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não foi isso que eu falei, Senador. No momento em que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É o que consta na sua entrevista à revista *Veja*. Pergunto, novamente, se a entrevista corresponde à verdade.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu expliquei em detalhes. Explico novamente ao senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não preciso de explicação. Preciso de uma resposta muito objetiva.

O senhor não negociou condições de contrato com a Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Em nenhum momento, eu entrei no mérito. Eu busquei sempre a maior quantidade no menor tempo possível. Nada além disso. Nada além disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Negociar quantidades não faz parte de um processo de negociação, na visão de V. Exa.?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, na minha interpretação, isso chama preocupação com o ser humano, Senador. Em momento de pandemia, com um monte de amigos contaminados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A sua preocupação comove a todos nós. Certamente, comove a todos os brasileiros. Mas estamos falando aqui de questões objetivas.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Veja, o senhor diz a esta CPI que não negociou com a Pfizer. Mas o senhor diz à revista *Veja* que a Pfizer foi brilhante, irretocável, baixou o valor da unidade, melhorou as condições para entrega. O senhor diz que, com o aval do Presidente da República, movimentou e mobilizou setores da sociedade. O senhor se refere, inclusive, ao Ministro Gilmar Mendes como uma das pessoas que o senhor procurou, com o aval do Presidente da República, para tratar sobre vacina.

Não foi isso que o senhor falou?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Posso responder?

Não tem nenhum aval do Presidente. Como já disse anteriormente, eu procurei inúmeros setores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É textual, na revista *Veja*, o senhor dizendo que mobilizou, com o aval do Presidente da República, diversos setores da sociedade.

Objetivo, está na revista, impresso, revista que o senhor procurou para dar declarações. Essa matéria, neste ponto onde o senhor diz que tinha aval do Presidente para fazer o que fez, não é verdadeira?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, vou repetir de novo, para deixar absolutamente claro e transparente. Eu procurei inúmeras pessoas para trazer segurança jurídica, para que a gente pudesse comprar, adquirir a Pfizer.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Fábio, veja, esses recursos...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Uma delas foi o Senador que estava...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... esses recursos para fugir...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não é não; vou complementar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É um recurso para fugir. A pergunta é objetiva! O senhor disse à *Veja* que tinha aval do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está dizendo à CPI que não tinha aval?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Presidente da República em nada sabia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Alessandro, deixa eu trazer só uma informação que eu acho que é importante para esse debate que está ocorrendo. A carta chegou ao gabinete do Presidente no dia 14 de setembro. No mesmo dia 14 de setembro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Senador Fernando Bezerra, eu peço a V. Exa. que, com todo o respeito, aguarde a conclusão lógica do que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Fernando Bezerra, da mesma forma que o Senador Renan, quis corrigi-lo, eu corrijo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) **–** Eu não quis interromper, eu quis só trazer uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por favor, eu acho que o Senador Alessandro está sendo muito objetivo. Ele não está... Ele está perguntando só sim ou não? Não tem outra resposta.

Não tem outra resposta! Infelizmente é uma realidade. Se tivesse outra resposta a gente esperaria duas horas para ele responder. É sim ou não. Eu não creio na má-fé dele, eu não estou dizendo que ele teve má-fé. Agora, que ele teve uma participação, dois meses depois que todo mundo recebeu a carta, ativa... Até porque ele disse que recebeu um telefonema de uma pessoa, dono de uma televisão... Se esse dono da televisão não tivesse ligado para ele, ele não teria ido procurar a Pfizer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** O Presidente mandou a carta para o Ministério da Saúde, pedindo providências.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, aí é outra conversa! Mas o Ministro da Saúde também recebeu à época.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Eu só vou pedir, Sr. Presidente, a reposição do tempo, graças à contribuição do Sr. Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Fica tranquilo. Desculpa!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não, não há necessidade, o senhor está fazendo o seu papel. Tenho certeza de que está muito bem contemplado para fazê-lo e tem todas as condições e responsabilidade para tanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Objetivamente, o senhor informou ao Brasil, através da revista *Veja,* que agiu, mobilizando a sociedade, setores da sociedade – o senhor exemplifica os setores –, com o aval do Presidente. O senhor responde isso para dizer que o Governo não teve omissão.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não estou com a revista em mãos, se o senhor puder ler o trecho que fala que o Presidente...

Eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** Tenta procurar aí. Tem, mas até achar aí vai ser difícil.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Reitero aqui, Senador, se o senhor me permitir, que, de fato, não só procurei figuras da República, como o Ministro Gilmar Mendes, o Presidente Fux, o Dr. Aras, o Senador Randolfe, outros Presidentes de Associações, filantropos, donos de veículo, para que pudessem ajudar a viabilizar a compra da Pfizer. E tenho muito orgulho desse... Eu procurei todas as pessoas que pudessem contribuir para que se viabilizasse a compra das vacinas da Pfizer. Não medi esforços.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Na verdade, o senhor tinha que procurar só uma pessoa: o Presidente. Mais ninguém. (*Fora do microfone.*)

A única pessoa, Dr. Fábio, que tem poder para decidir... Nenhum desses nomes que o senhor falou decide absolutamente nada, seja o Ministro do Supremo, seja o Procurador-Geral da República. A pessoa que podia decidir, que o senhor tinha que convencer, era o Presidente. Só ele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Sr. Presidente, só para ajudar a memória do nosso simpático depoente.

A pergunta da revista *Veja*: "O Congresso acaba de criar uma CPI para apurar as responsabilidades por mortes ou se houve inoperância durante a pandemia".

E aí o senhor responde: "O Governo não pode ser acusado de inoperância. Eu era o Secretário de Comunicação do Governo. É minha obrigação reportar o que o Planalto fez através da minha pessoa. Antevi os riscos de falta de vacina e mobilizei, com o aval do Presidente, vários setores da sociedade".

E aí segue a sua resposta.

O senhor conseguiu se recordar agora.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu li aqui, Senador. Em nenhum momento, o Presidente sabia previamente que eu contactaria todas essas pessoas. O Presidente sabia...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Então, o senhor mentiu à *Veja*? É melhor mentir à Veja do que à CPI. Aqui dá cadeia. Lá pode dar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo, uma desmoralização, mas aqui é cadeia. Então, o senhor mentiu à *Veja*. O senhor não tinha aval do Presidente?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, não tinha... Não tem nenhuma mentira, Senador. Não tem nenhuma mentira. Eu tenho muito orgulho de ter procurado todas as pessoas que procurei para tentar resgatar as vidas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Voltando aqui à nossa sequência e, ao final, o nosso Presidente avalia a condição da testemunha. O senhor relata que pessoas ligadas ao Ministro Pazuello estavam plantando notícias falsas, dando conta de que sua ajuda à Pfizer se dava por interesses pessoais, interesses escusos. Quem eram essas pessoas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Os boatos maldosos que eu ouvi e que me levaram a procurar a revista *Veja*... As informações e os boatos que recebi eram pessoas justamente do Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não pode me dar um caso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não conheço ninguém de lá. Nunca tive contato com ninguém de lá. Isso me deixou extremamente magoado. Foi um dos motivos, inclusive... Quando o senhor perguntou por que eu saí do Governo, esse foi um dos motivos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** A sua mágoa é com o pessoal da Saúde?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Essa questão dos boatos?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. Foi uma questão de talvez não ter tido uma defesa enfática a meu respeito, talvez de honra comigo mesmo, talvez do não reconhecimento por isso, conforme dividi com o Senador Randolfe. Eu tenho a consciência absolutamente tranquila e honrosa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** As suas reuniões, Sr. Fábio, com a Pfizer se deram exclusivamente no ambiente do Palácio do Planalto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Exclusivamente na minha sala, com inúmeras testemunhas. Isso poderá ser atestado quando eles vierem aqui, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor indicou quem são essas testemunhas que acompanharam as suas reuniões?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O senhor quer os nomes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É importante se o senhor estar apontando.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perfeito, perfeito. Na primeira reunião, no dia da... Com o CEO da Pfizer, em 17/11, foi assessorado por um assistente da Secom de nome João Paulo Dondelli; no dia 17/11, uma reunião a quatro pessoas. No dia 7/12, toda a equipe da Secom participou, mais o Deputado Filipe Barros, que passava por um momento com uma agenda lá perto da Secom, eu o convidei para entrar, a porta escancarada, e ele ouviu toda a reunião, dessa que a gente falou da caixa de conservação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor sabe informar por que o Governo optou por fazer compras de vacinas cuja etapa de testes ainda não se encerrou, como é o caso da Precisa, da Covaxin...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e resistiu a fazer a compra da vacina da Pfizer?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu desconheço o processo de compra do Ministério. Nunca convivi com eles.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Por final, eu não gosto de superar meu tempo, Sr. Presidente, o senhor conversou com o Dr. Ives Gandra sobre a questão do contrato com a Pfizer, as cláusulas denominadas leoninas no contrato de adesão. Ele é um grande jurista. Eu tenho certeza de que ele orientou o senhor e o informou de que cláusulas dessa natureza não são aceitas pelo nosso Poder Judiciário.

Vocês chegaram a falar sobre isto: a validade dessas cláusulas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Falamos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Falaram?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Falamos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor reportou ao Senhor Presidente da República esse relato que o senhor teve do Dr. Ives?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A conversa foi ontem, Senador. A conversa foi ontem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ah, o senhor conversou com ele agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A conversa foi agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** Com quem?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Com o Professor Dr. Ives Gandra, o jurista.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Ah, então, o senhor reportou como o grande motivo e justificativa, para não fazer a contratação, essa situação das cláusulas leoninas. Mas o senhor só verificou agora?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A conversa foi agora?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Ontem?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não conhecia, não conhecia. Eu não conhecia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) **–** Foi ontem?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Lógico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Lógico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Sr. Presidente, eu apenas reforço – e, aparentemente, pode ser uma tendência nesta Comissão – que a decisão ou não... E não há nisso nenhuma ameaça, Senador Marcos Rogério; há o justo alerta à testemunha. Cabe a V. Exa., Sr. Presidente, definir se é ou não caso de determinação de prisão em flagrante por mentir à CPI, e essa decisão, ao que caminha nesta CPI, será constante.

É impressionante a disponibilidade de vir até aqui com essa desfaçatez.

Desejo a V. Exa. saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora Leila Barros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) **–** Sr. Presidente, só uma informação: V. Exa. fez um pedido mais cedo do áudio à revista *Veja*. O senhor já o recebeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles já liberaram 16 minutos de áudio, estão em todos os *sites*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas chegou a V. Exa.?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Estou aqui, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O seu pedido está aqui nas redes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A palavra da Senadora Leila Barros é agora. Ela vai falar.

Senadora Leila Barros, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Então, Sr. Presidente, primeiro, enfim, eu não sou membro desta Comissão, mas represento a Bancada Feminina.

Eu gostaria de sugerir ao Relator; ao senhor, Presidente, também; e ao Vice, Senador Randolfe, que solicitem à Secom os contratos de comunicação, com data das veiculações, o conteúdo, o veículo e os pagamentos efetuados. Eu acho que é importante nós nos inteirarmos de todas as ações, porque foram apresentados números aqui, mas eu acho importante que o nosso nobre Relator faça esse requerimento junto à Secom.

E, por fim, a Senadora Eliziane veio comentar a respeito do áudio. Então, saiu no *site* da *Veja* Abril agora, neste exato momento, às 15h42...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mostre aí, Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, eu vou colocar um comentário do então Secretário da Comunicação a respeito da incompetência do Ministério da Saúde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem.

Eu vou pedir à Senadora Leila...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Esse é o objeto da CPI, Sr. Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou fazer um apelo a V. Exa., Presidente, que V. Exa. vai...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Marcos Rogério, é objeto da CPI!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tem que assegurar a fala da Senadora Leila, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. terá oportunidade.

Sr. Presidente...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Estou com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Só vou fazer um apelo a V. Exa., porque isso está se tornando recorrente. Hoje, de três vídeos foram colocados os áudios aqui. Como não conseguem quebrar sigilo ou colocar lá...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas é a entrevista que ele está negando, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Senadora! Não fique nervosa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nervosa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ela não está nervosa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cuidado! Cuidado!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só estou alertando V. Exa. porque isso, Sr. Presidente...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Cuidado mesmo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... está se tornando um hábito nesta Comissão e tem muito vídeo por aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Agora todo mundo é afetado nesta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que, daqui a pouco, todos nós vamos começar a trazer vídeo para cá.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Seguros são eles! Seguros são eles, o resto está afetado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, eu só estou alertando porque isso não é um protocolo, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é questão de ordem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Posso falar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é uma questão de ordem. Isso é uma questão de ordem...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu tenho a palavra, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e esse não é o protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Garanta a palavra à Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, com todo o respeito que tenho por V. Exa., estou tentando aqui – e tenho tentado – manter aqui uma relação cordial.

Nós solicitamos, aqui neste Plenário, para que a revista *Veja* nos encaminhasse. E eu falei: "Eu espero até a hora que chegar". Eles não mandaram para cá diretamente. O que eles fizeram? Como o jornalismo é transparente, eles soltaram o vídeo... Soltaram o áudio, desculpa. Eles preferiram fazer o seguinte: vamos mostrar para todo o Brasil...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O Brasil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. E não é mais nenhuma novidade o que ela vai dizer, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não estou alegando isso, Senador. Eu só estou dizendo que é um precedente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é *fake news*. Deixe-me dizer: não é uma *fake news*, que o cara monta um vídeo. Não é um negócio que o cara faz para denegrir a imagem, se o cara tem sido julgado nem nada, como está acontecendo diariamente com todos nós aqui, Senador. Isso aí é uma outra coisa. Isso é público. A revista *Veja* botou no *site* dela, e isso foi matéria discutida desde o primeiro momento sobre a declaração dele. E ele dizendo: "Não falei". Eu, inclusive, pedi desculpa porque eu tinha dito que ele tinha chamado o Pazuello de incompetente e, depois, eu fui ver que ele disse "houve incompetência", mas não falou Pazuello, veja bem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Falou do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já pedi desculpas a ele.

Agora a Senadora vai mostrar um negócio que é público.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É público e nós vamos sair daqui e vamos passar vergonha porque a gente não questionou aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só estou alertando V. Exa. porque... Esse caso tem conexão?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Se o senhor trouxer alguma coisa pública, não há problema. Agora *fake news*, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, Senador, olha o precedente que V. Exa. está abrindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Há uma Senadora falando, Presidente. Vamos assegurar a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É impressionante!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dizendo, Senador Marcos Rogério, que isso aí não é nada, não é nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Eu não estou dizendo que é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu sei, tudo bem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Senadora Leila está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu só vou me limitar a apresentar o áudio a V. Exas. e deixo, de repente, para o Relator, por eu não ser membro, que ele faça os questionamentos que ele relembre ao ex-Secretário Fabio Wajngarten sobre esse áudio que saiu agora no *site* da *Veja*.

(*Procede-se à apresentação de áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Era só isso que nós tínhamos perguntado, e ele não lembrava o que ele tinha falado, só isso,

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só para relembrar, Sr. Presidente.

E aí eu pergunto ao Secretário sobre a autenticidade desse áudio. Por favor, Secretário.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Me parece que o áudio é verdadeiro, Senadora, me parece que o áudio é verdadeiro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, o senhor lembrou que, por algum momento, o senhor falou sobre a incompetência não do Ministro Pazuello, mas, sim, do Ministério da Saúde. Confere?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca neguei isso, Senadora. Eu falei exatamente isso. Houve um excesso de burocracia no sistema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Está bom. Olha, todos estamos aqui desde às 9h, às 10h da manhã, e em nenhum momento o senhor falou: "Eu nunca neguei isso".

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Falei, Senadora, falei.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas, enfim, nada mais a dizer, Sr. Presidente.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Leila, campeoníssima, tem uma canhota fulminante que derrubou muitos jogadores mundo afora e fez muito a gente sorrir. Por isso que eu digo: muito cuidado com a Senadora Leila.

Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Senador Jean Paul Prates, por favor, e, depois, o Senador...

O Senador Contarato aqui no vídeo. Não o estou achando.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Não há problema. A gente inverte e participa do mesmo jeito.

Eu queria voltar e falar um pouquinho sobre campanhas de publicidade, Secretário.

Eu acho que é uma constatação geral, sem maiores pesquisas, que as campanhas de publicidade institucional e de conscientização das pessoas durante a pandemia pareceram mais fracas do que em outros governos em outros países. Além de pífias – esta é a minha consideração –, me parecem também contraditórias, como nessa peça aqui. Tem uma campanha aqui da Secom. Não dá para negar, tem uma logomarca da Secom. Cita-se uma aspas do Presidente da República dizendo: "Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina".

Aí eu pergunto: qual é mensagem que se quer passar com esse tipo de campanha? O que ajuda num momento como este... O Primeiro-Ministro de Israel, por exemplo, aparece tomando vacina, recomendando, fazendo até uma campanha um pouco lúdica, mas bem forte, em relação a todos se vacinarem. Todo Chefe de Estado, a mesma coisa. Qual a razão de a Secom publicar uma aspas do Presidente dizendo que ninguém é obrigado a tomar vacina, num momento como este? Qual o debate que está na cabeça do Presidente a ponto de ele querer salientar a negativa da vacina, e não a positiva, o comando, o estímulo?

Outra é essa, que eu não consegui, até agora, entender o que aconteceu com essa campanha que a Senadora Eliziane colocou inicialmente e eu quis aqui reforçar, essa campanha "O Brasil não pode parar". Essa campanha me parece com essa de Milão: "Milão não para". Gerou 4,4 mil mortos. Essa é uma campanha genocida, uma campanha que manda as pessoas para a rua no começo da pandemia, sem ninguém conhecer nada sobre ela. E já deu para ver aqui que V. Sa. não estava alheio a essa campanha, primeiro, porque uma campanha dessa – V. Sa. mesmo afirmou – é tomada ao longo de vários meses, não é uma coisa criada só em março de 2020, aprovada e emitida. Depois, tem aí também um vídeo, uma *live* onde você diz que está trabalhando normalmente aprovando campanhas, e a campanha dessa época era exatamente essa.

Aí vem um imbróglio que o Senador Fernando colocou aqui, em que entrou o Judiciário, entrou tudo, e essa campanha sumiu. A campanha some, virou uma campanha fantasma. Ela é negada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

próprio criador, porque ela é assinada pela Secom. Está claro, ela é assinada pela Secom. A campanha desaparece. Aí *O Globo*, três dias depois, coloca aqui: "A Secom apaga postagens com *slogan* "O Brasil não pode parar" e diz que a campanha não existe". O senhor pode explicar isso para a gente rapidamente? Depois eu sigo aqui. A campanha existiu ou não existiu? Foi aprovada pelo seu chefe, que era V. Sa., ou não foi? Houve um arrependimento eficaz? Isso é comum também. Em estratégia de comunicação, você erra, puxa de volta. Qual o problema de reconhecer isso, esse erro? Houve erro? Houve campanha? Não houve campanha? Foi uma campanha apócrifa? Se não houve campanha, quem fez essa campanha? De onde surgiram essas peças aqui, na internet? É um fantasma isso?

Eu queria começar com isso e, em seguida, continuar aqui com as redes sociais.

Por favor.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Pois não, Senador.

Eu lembrei do tema na hora em que eu fui ao intervalo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Opa!

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Essa foi uma campanha... Conforme o colega Senador falou, ela estava em fase de teste, e o próprio Ministro, superior, meu chefe, à época, da pasta, rodou essa campanha sem a aprovação. Em nenhum momento esta campanha teve autorização de veiculação. Em nenhum momento. De fato, as peças foram concebidas; de fato, as peças estavam em fase de avaliação, conforme o comentário do colega Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito! Não tem problema.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Em nenhum momento, ela foi autorizada e acho que até comentaram aqui que ela foi objeto de disputa judicial e circulou no grupo do WhatsApp de ministros. Eu nem sabia dessa veiculação, por isso eu peço perdão de não ter me recordado...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, ela rodou e V. Sa., quando chegou à chefia, voltou ao trabalho normal, mandou suspender? Foi V. Sa. que mandou suspender ou ela suspendeu sozinha?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ela não chegou a ser veiculada, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não chegou a ser veiculada. Foi produzida e vazada, digamos assim. Vazaram vídeos então dela?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pelo que o próprio colega falou, o Ministro Ramos assumiu esse vazamento ou esse disparo acidental ainda numa fase de teste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Tudo bem. Sem problema. Agora, me diga assim: qual é a intenção dessa outra campanha que eu mencionei aqui? Por que o Presidente tem que ser destacado dizendo que ninguém é obrigado a tomar vacina? Isso é bom para quê? Isso ajuda em quê?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – À época, provavelmente, poderia ser a opinião dele e a gente repercutiu uma fala dele. De quando é essa... Isso não é uma campanha...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Uma campanha de 1º de setembro de 2020. O Governo do Brasil investiu bilhões de reais para salvar vidas e preservar empregos, estabeleceu parcerias e investirá na produção de vacinas. Setembro de 2020.

Recursos para Estados e Municípios, saúde e economia, tudo será feito, mas impor obrigações definitivamente não está nos planos. Mas impor obrigações definitivamente não está nos planos. A campanha é claramente para liberdade dos brasileiros, algo assim, mas isso é campanha que se faça em plena pandemia?

A liberdade de você tomar vacina... Não entendo bem a lógica.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, isso não é uma campanha. Isso é um *post* singular que retrata, apenas um *post*...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas é da Secom, não é?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É da Secom. Um *post* que reporta e retrata provavelmente uma fala do Presidente, uma aspas, eu não sei do que se refere com relação à opinião dele.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Os canais oficiais, esses que mencionaram aqui – A Voz do Brasil, EBC, o Palácio do Planalto – têm canais, daqueles canais de WhatsApp, Telegram que disparam mensagens para vários grupos previamente formados? Não é rede social, não, canais de WhatsApp e Telegram. Existem canais oficiais do Governo brasileiro disparando mensagens?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço. Não creio.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não tem?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não creio. Desconheço. Até onde eu sei, não tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Existe algum perfil que V. Sa. considera como sendo o perfil oficial de redes sociais do Presidente da República? Vou lhe facilitar.

Esse perfil que o Presidente usa desde que foi eleito, até antes. Justiça seja feita, ele usa como conta pessoal, mas é uma mistura um pouco complicada entre perfil pessoal e perfil profissional ou institucional porque ele utiliza para anunciar nomeações, desde que se elegeu, depois atos, exonerações, comentários sobre suas ações.

Esse perfil é oficial ou não é oficial?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O perfil é pessoal dele. É o perfil verdadeiro dele, certificado pela plataforma.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Perfeito. E ele utiliza para atos também de Governo, anuncia coisas e comenta. Enfim, e comenta coisas pessoalmente também e posta também coisas da sua vida privada.

Esse perfil V. Sa. sabe dizer se ele é administrado, acessado, editado ou atualizado, mesmo que em revezamento ou em cogestão, senha compartilhada, por funcionários públicos federais?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não sei responder ao senhor. Entendo que os perfis pessoais do Presidente sejam comandados por ele.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Mas como chefe da comunicação institucional do Governo Federal nunca soube que alguém tivesse acesso a essa conta que fosse do Governo Federal? Um funcionário do Governo Federal ou cargo comissionado do Governo Federal não toca nessa conta do Presidente Bolsonaro?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma, de forma alguma.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Existem outros canais mais informais para fomentar memes, replicar ou compartilhar postagens alheias para demonstrar apoio a declarações e teses do Presidente? Outros canais informais que sejam parte da estratégia de comunicação do Governo, ou seja, aquelas contas que não são criadas necessariamente pelo Governo, mas são de alguma forma fomentadas para repercutir, para comentar em blogues, para, enfim, fazer o chafurdo na internet que a gente conhece e nas redes sociais? Existem essas contas bancadas pelo Governo ou patrocinadas pelo Governo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma, Senador. Como eu disse no começo da minha oitiva, eu venho da mídia tradicional, sou apaixonado por TV, rádio e jornal, não tenho nem grande conhecimento, não sou ativo nas redes sociais. Embora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas o Governo é, ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – No que diz respeito aos perfis institucionais, o Governo está bem posicionado no digital, com relação aos perfis oficiais, institucionais, o SecomVc, o planalto.gov.br, o Planalto, as posições da TV Brasil, todos os perfis institucionais, o Governo está na vanguarda da comunicação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Qual é a função? O senhor disse aí várias vezes que não tem relação mais próxima com Carlos Bolsonaro, que é o filho do Presidente, que normalmente é apontado como sendo o líder, ou digamos assim, o administrador dessas outras contas que não são necessariamente do Governo. Isso faz parte da estratégia, foi alguma vez objeto de reunião de estratégia do Governo, da comunicação do Governo institucionalmente com o grande público? Inclusive, ou não, na pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nunca, Senador. Nunca, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nunca se misturaram contas pessoais com contas institucionais, nem nos seus usuários ou pessoas que tenham senhas?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma, de forma alguma.

Respondendo mais objetivamente ao senhor, falando um pouquinho de evolução de comunicação, se a gente voltar e analisar, a comunicação tradicional colapsou. A comunicação tradicional, com a eleição do Macron, com a eleição do Trump, com a eleição do Presidente Bolsonaro, colocou em cheque toda a mídia tradicional.

Então, com um telefone na mão, o senhor teria um poder de irradiação de uma mensagem muito grande. Mas eu tenho certeza de que isso foi um hiato de tempo. E eu não acho que isso se repetirá. Isso, estudando muito o que pode acontecer na mídia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Institucionalmente não existe?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Zero, nada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Rapidamente, em outro capítulo, o senhor esteve aí, na época até festejou efusivamente, numa missão a Israel.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi em março deste ano já?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Foi.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi deste ano? O senhor esteve presente nessa missão?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Estive.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi lá.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essa missão, segundo postagens suas e de outras pessoas, teve uma agenda intensa e bem-sucedida. Depois de dois meses dessa missão, já há algum resultado concreto? Tratou de medicamentos, vacina também, ou foi só o *spray* de nariz?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, tratamos. Tratamos de vacina. O Hospital Hadassah, de Jerusalém, está iniciando uma fase 3 de vacina. Existem perspectivas de remédio, de acordo de cooperação. A viagem, de fato, Senador, foi extremamente produtiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – De vacina ou de *spray*?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O mote da viagem, o motivo da viagem era o *spray* do Hospital Ichilov...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo amor de Deus...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, Senador, só, com todo respeito, com todo respeito ao senhor...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para complementar uma coisa.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só porque eu me esqueci de fazer o complemento da pergunta. Houve alguma outra missão programada pelo Governo, em plena pandemia, desse tipo de, "vamos agora lá atrás de vacina", especificamente, ou foi só essa atrás de *spray*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. Essa, em que fomos a Israel, do meu ponto de vista, se o senhor me permite, porque estava lá, a gente levou quatro escalas para chegar lá, a viagem foi extremamente cansativa, foi...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Imagino.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não pudemos sair do hotel, e das reuniões mais produtivas foi a com o Hospital Hadassah, que está em fase 3 de uma vacina com desenvolvimento próprio do hospital de Israel, que, inclusive, neste momento, tem uma comitiva do hospital, na Argentina, para fazer um acordo de cooperação. Eu espero que o Brasil... Não estou mais no Governo. Eu espero que todas as tratativas que lá foram tratadas tenham seguimento aqui.

Respondendo, Senador Renan. Além do *spray*, que merece um acompanhamento – é óbvio que ele não está pronto...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Está sendo usado em Israel esse *spray*?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Ele foi testado em alguns casos. Teve uma eficácia de 95%, pelo que a gente apreendeu...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Poucas amostras.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Poucas, poucas. Um universo muito pequeno.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Oitenta pessoas.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Um universo muito pequeno.

Mas, no meu ponto de vista, o saldo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Mas valia uma viagem dessa assim? Oitenta pessoas testaram um *spray* que ninguém viu antes.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – E as vacinas...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Valia a viagem ou era a vacina?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A vacina do Hospital Hadassah, no meu ponto de vista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou satisfeito. A vacina era o objetivo da viagem.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – V. Exa. não tenha dúvida.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por que não houve outras viagens, por exemplo à Rússia ou a lugares que realmente fabricam vacina e que estavam muito adiantados? E estão encalacradas na Anvisa, justamente por falta de... Talvez por falta de visita, por falta de acesso à informação.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Aí eu não posso informar ao senhor, Senador. Mas, de todo o modo, tenha a certeza, tenha a absoluta convicção, de que a reunião com o Hospital Hadassah, da qual eu participei – fui membro no *board*, que fique muito claro isso –, de forma voluntária e honorária aqui no Brasil...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É um hospital de ponta e pioneiro em novos tratamentos de doenças, principalmente do melanoma metastático. Fiz inúmeros...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Estou satisfeito.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O Hospital Hadassah tem grandes chances de trazer uma vacina surpreendente, vinda de Israel.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

A última pergunta diz respeito às suas atividades na comunicação.

O Presidente Bolsonaro – embora nesse perfil pessoal do Twitter – publicou, em 28 de fevereiro, um apanhado de recursos que, inclusive, ensejou aqui, vai ensejar, várias discussões, sobre a questão de recursos de repasse do Governo Federal para cada Estado. E eram números estratosféricos, bilhões e bilhões. Aqui a gente nunca viu essas bilhões. Lá no meu Estado não chegaram esses bilhões todos. Mas misturava, de alguma forma misturava lá, recursos obrigatoriamente transferíveis, recursos do Covid, enfim, tudo isso. Fez uma salada e parece que fez uma distribuição bilionária de recursos.

É função da Secom conferir e evitar essa publicação de informações erradas, distorcidas ou de fonte duvidosa? Porque ali o Presidente não cita fonte nenhuma. Ele só botou os Estados e botou os bilhões lá e deixou por isso mesmo. E aquilo causou uma confusão danada, um monte de desmentidos. Cada Governador saiu dizendo que não recebeu aquilo. Como é que a Secom vê esse tipo de coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A Secom sempre busca...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Checa a fonte?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A Secom? A Secom, como repito ao senhor, tem responsabilidade em cada uma das postagens e/ou campanhas. Cada uma das postagens que tenha temas mais sensíveis é submetida à AGU. Entendo que toda comunicação deve ter o princípio de informar e ter utilidade pública.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Perfeito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado Senador.

Senador Giordano, por favor. Quinze minutos.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP. Para interpelar.) **–** Obrigado, Excelência. Boa tarde, Sr. Fabio Wajngarten.

Sr. Fabio, a primeira pergunta que eu tenho aqui é: relacionado ao processo de aquisição da vacina Pfizer, somente recentemente, com a edição da Lei 14.121, de março de 2021, foi autorizado ao Governo Federal assumir a responsabilidade civil em relação aos efeitos adversos pós-vacinação. Condicionantes havia para realização do contrato de aquisição não só da Pfizer, mas também da vacina Janssen. V. Sa. entende que esses entraves poderiam ter atrapalhado a aquisição imediata da vacina?

Vou retomar a pergunta. Relacionado ao processo na aquisição das vacinas Pfizer, somente recentemente, com a edição da Lei 14.121, em 10 de março de 2021, foi autorizado ao Governo assumir a responsabilidade civil em relação aos efeitos adversos pós-vacinação. Condicionantes havia para a realização do contrato de aquisição não só da Pfizer, mas também da Janssen. V. Sa. entende que esses entraves poderiam ter atrapalhado a aquisição imediata da vacina?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Entendo que sim, Senador...

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP) **–** Sim.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... que havia impedimentos anteriores para a celebração da compra.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP) **–** O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi importante essa lei para provar realmente a responsabilidade do Governo quanto à compra da... Porque eu tinha esse *timing*. Esse *timing* dessa lei tinha expirado mesmo? O.k.?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sem dúvida. O.k.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP) **–** Outra coisa: entende que, caso houvesse a assinatura do contrato sem a segurança jurídica conferida por lei, poderia trazer responsabilidades?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Poderia, poderia, poderia.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP) **–** Mais uma coisa, Sr. Fábio: V. Sa. poderia esclarecer qual o motivo que o levou a conceder a entrevista relevante aos fatos trazidos à revista *Veja*?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Conforme falei anteriormente, Senador, eu estava absolutamente incomodado com os boatos maldosos com relação à minha pessoa no tocante ao tema da Pfizer.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP) **–** O.k.

Só para finalizar – desculpa, Presidente –, só para finalizar, por questão de curiosidade, o senhor tem ciência junto ao Governo, porque o senhor andou do lado do Governo todo esse tempo, trabalhando na Secom, o senhor sabe se tem algum estudo do Governo Federal junto a algum medicamento pós-tratamento do Covid, independente da vacina? O Governo está atrás de outras soluções também, comprimidos, alguma coisa, o senhor conhece algum estudo que o Governo Federal está praticando, algum estudo ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço, Senador.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP) **–** Desconhece?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Desconheço, Senador. Não sou técnico, desconheço.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP) **–** Agradeço a participação. Obrigado.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** A Anvisa, não tem nada na Anvisa para...

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP) **–** Não, Presidente, não tem nenhum tipo de medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – ... cloroquina, sobre que eles não decidiram ainda.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP) – O.k. Obrigado, Presidente, pelo esclarecimento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já abriu a sessão lá do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é quando começa a Ordem do Dia, ainda não iniciou a Ordem do Dia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, posso aproveitar uns minutos?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes do nosso querido...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Contarato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria só renovar uma pergunta ao depoente, rapidamente. É só uma perguntinha, Contarato.

"O Brasil não pode parar", só para avivar a minha memória, "O Brasil não pode parar", o que o senhor respondeu quando perguntado, inclusive, por mim?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Respondi ao colega Senador aqui agora, Senador, que foi uma campanha que estava em fase de testes, que, quando apresentada ao ministro titular da pasta, ainda em fase de testes, ele disparou, por engano, num grupo de zap. Agora, eu lembrei do caso quando houve o comentário lateral.

A campanha, de fato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer que nenhum órgão do Governo formal de comunicação veiculou a campanha?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não. A campanha não teve autorização minha para veiculação. A campanha não foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta não foi essa. Algum órgão oficial do Governo veiculou ou ela vazou apenas para um *site*, como o senhor afirmou? É uma pergunta objetiva.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É lógico. Ao levar ao Ministro Ramos essa campanha, pelo que ouvi aqui do colega, pelo que entendi, ele disparou para o grupo de ministros. E de lá eu não sei mais o que aconteceu. De fato, não houve autorização para veiculação de nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa., com todo o respeito, mais uma vez mente, porque está aqui uma postagem na Secom, oficial, da campanha "O Brasil não pode parar", e está aqui também no *site* Governo do Brasil, também, a postagem oficial.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O que... Perdão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não quero... V. Sa., mais uma vez, mente. Mentiu diante dos áudios agora publicados, mentiu por ter mudado a versão com relação à entrevista que deu e continua mentindo, continua a mentir.

É evidente que essa decisão vai ser uma decisão do Presidente desta Comissão, mas este é o primeiro caso de alguém que vem à Comissão Parlamentar de Inquérito e, em desprestígio da verdade e do Congresso e da representação política, mente. O Presidente pode até decidir diferentemente, mas eu vou, diante do flagrante evidente, pedir a prisão de V. Sa. Ele pode decidir diferente, mas eu vou pedir, porque o espetáculo de mentiras que nós vimos hoje aqui é algo que não vai se repetir e não pode servir de precedente, não pode servir de precedente. V. Sa. não vai desprestigiar esta Comissão Parlamentar de Inquérito mentindo, não vai!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Consta a requisição de S. Exa. o Relator desta Comissão para, até o final deste depoimento, ulterior deliberação da Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Na sequência, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sras, e Srs. Senadores, eu quero, mais uma vez, também alertar o depoente que ele está aqui na qualidade de testemunha. E vou lembrar que calar ou mentir é crime expresso no art. 342, com pena de reclusão de dois a quatro anos.

V. Sa. fala que não houve, com relação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos só garantir a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

Senador Fabiano, por gentileza, o depoente está à sua disposição.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O depoente, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Peço a sua atenção aos questionamentos do Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu quero fazer os questionamentos diretamente para ele porque eu reputo isso como ele estar em estado flagrancial, Sr. Presidente. Olha, a Constituição Federal é clara: qualquer do povo pode, a autoridade policial e seus agentes devem prender quem quer que se encontre em flagrante delito.

V. Sa. tem mentido deliberadamente aqui. V. Sa. disse que a Secom nunca fez propaganda de tratamento precoce, e nós provamos que fez; o senhor falou que o ministro não era incompetente e foi provado que foi. Isso é estado flagrancial!

Eu cansei de ser utilizado, como delegado de polícia, Senador Renan, somente para atuar de forma contundente contra pobres, afrodescendentes e semianalfabetos. Está mais do que claro que esse depoente está praticando o crime previsto no art. 342 com pena de reclusão de dois a oito anos. Ou seja, o estado flagrancial está aí. Contra fatos não há argumentos, e isso tem que ser dito.

O senhor citou, na relação com a Pfizer, cinco escritórios de advocacia, mas, em nenhum momento, o senhor citou quais são esses escritórios.

Ora, aqui eu falo outro ponto. A Secretaria de Comunicação, sob sua gestão, em 22 de setembro de 2020, publicou um tuíte com o seguinte teor: "Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação. Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo país", fecha aspas. Isso foi o senhor que fez.

Leio o trecho da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, aspas: "reconhecendo e assegurando o exercício da competência concorrente dos governos estaduais e distrital e suplementar dos [...] [governos municipais], cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção das medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas entre outras" –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grifei – "sem prejuízo da competência geral da União para estabelecer medidas restritivas em todo o território nacional".

Em 18 de janeiro de 2021, o STF soltou a seguinte nota, Sr. Presidente: "A Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal (STF) esclarece que não é verdadeira a afirmação que circula em redes sociais de que a Corte proibiu o governo federal de agir no enfrentamento da pandemia da Covid-19".

Pergunta: o senhor considera que o Presidente da República não tem qualquer responsabilidade em estabelecer medidas de isolamento? O senhor acha que o Presidente não tem nenhuma responsabilidade em determinar medidas de isolamento? A pergunta é objetiva.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pode responder?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Claro.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Posso comentar só um pouquinho a respeito da peça "O Brasil não pode parar", Senador? Se o senhor permitir, só para esclarecer...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não. Por gentileza, eu estou aqui no meu tempo, o senhor vai responder o que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor está à disposição dele, na condição de depoente. Eu recomendo que o senhor responda diretamente ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, só alertando que a Ordem do Dia já começou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos um Senador inscrito, e eu vou assegurar a palavra para ele pelo tempo regimental. Enquanto nós não formos comunicados pela Presidência desta Casa, a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito terá sequência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A pergunta é simples: O senhor não considera que o Presidente da República não tem qualquer responsabilidade em estabelecer medidas de isolamento? Eu vou ser mais claro, didático: quem tem competência, quem é pessoa jurídica de Direito Público externo para celebrar contratos do Brasil, do Estado brasileiro para aquisição de vacinas ou insumos é o País, através do Presidente da República, e a saúde pública é um direito constitucional expresso no art. 6º, que está mais ratificado no art. 196, quando diz que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pergunta é clara e objetiva: o Presidente não tem qualquer responsabilidade em estabelecer medidas de isolamento? Eu quero ouvir isso do senhor.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – No meu ponto de vista, Senador, eu acho que há que se analisar a decisão do STF, se ela versa sobre isso ou não. Eu não conhecia...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** A decisão fala que a competência é concorrente e fala que sem prejuízo da competência geral da União. Eu não estou sendo claro no que eu estou falando?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Se a competência é concorrente, tanto Estados e Municípios quanto o Presidente da República podem decidir...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Devem decidir.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... devem decidir quanto a medidas de isolamento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** V. Sa. deturpou deliberadamente a decisão do Supremo por meio da nota com a Secom, porque foi isso que a Secom fez na nota! Você quer que leia novamente? Está aqui: "Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições foram delegadas a cada um dos 27..." Essa é a nota que V. Exa. publicou, e não foi isso. Veio o Supremo, a Suprema Corte e falou: "Não foi isso que foi dito".

Então, a pergunta é: V. Sa. deturpou a decisão do Supremo Tribunal Federal?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – De forma alguma. As decisões do Supremo merecem ser acatadas integralmente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Mas não foi isso que a nota está falando. Não foi isso que o senhor falou na nota na Secom. E o senhor tem responsabilidade. Nós estamos numa pandemia!

Sr. Presidente, nós estamos, depois de 14 meses de pandemia, apenas agora o Ministério da Saúde fez propaganda! Apenas!

Está sendo violado, depoente, o principal bem jurídico que é a vida humana! Quanto que vale uma vida humana? Quanto vale a vida de um filho, de um pai, de um avô, de um sobrinho? É sobre isso que nós estamos falando, e a responsabilidade de V. Sa. é patente. E V. Sa. está aqui, presencialmente, sistematicamente, faltando com a verdade, distorcendo. V. Sa. fala que nunca fez propaganda de tratamento precoce, e foi provado aqui que fez. Isso é estado flagrancial. Por que o pobre, Senador Randolfe, diuturnamente, é subjugado e autuado em flagrante?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem, os senhores me perdoem, eu não faço parte desta Comissão como titular nem suplente, mas este depoente tinha que sair daqui preso, em estado flagrancial, por violar o art. 342, com pena de reclusão de 2 a 4 anos.

Continuo na pergunta: o Presidente da República orientou o senhor a fazer alguma publicação nesse sentido? Porque foi o senhor que fez essa publicação. O senhor era o representante da Secom.

Eu estou perguntando: o Presidente da República orientou o senhor a fazer alguma publicação falando que a competência era dos Estados? Porque não foi essa a decisão, é preciso que a população brasileira entenda isso! O que o Supremo fez foi: declarou a competência concorrente, sem prejuízo da competência geral da União. E assegurar esse direito humano essencial, como o direito à vida, é um dever do Estado brasileiro. Volto a frisar: somente o Estado brasileiro, através do Presidente da República, é que tem competência para firmar os contratos na aquisição de vacinas e insumos.

Então, V. Sa. está aqui sistematicamente, deliberadamente mentindo.

Aqui tem outro ponto.

O senhor afirmou à Revista *Veja*: "O Presidente está totalmente eximido de qualquer responsabilidade sobre isso". Olha só, olha só, Senador Renan, o depoente afirmou: "O Presidente está totalmente eximido de qualquer responsabilidade sobre isso". Cheguei a ouvir hoje aqui de membros da base do Governo que estaríamos investigando aqui um crime impossível. Ora, com todo o respeito, eu sou professor de Direito Penal há 22 anos. Crime impossível está previsto no art. 17, quando fala: "quando, por ineficácia absoluta do meio ou absoluta impropriedade do objeto". Não é o caso! Nós estamos ultrapassando os 420 mil mortos, 15 milhões de infectados. O que temos aqui é uma hipótese diversa. O agente público é responsável na medida de suas atribuições e competências.

Quem representa o Brasil no exterior como Chefe de Estado para a compra de vacinas? Quem tanto se vangloria de ter a caneta Bic e de que poderia adquirir insumos para a produção de vacinas em Território nacional? Quem tanto se vangloria disso, de ter a caneta Bic, que poderia firmar os contratos, senão o Presidente da República? Quem acusou o principal parceiro comercial do Brasil de produzir vírus em laboratório, se não foi o Presidente da República, afetando as relações diplomáticas, a economia do País? Quem deixou de adquirir máscaras e medicamentos para intubação, enquanto determinava ao Exército que produzisse milhões de comprimidos sem qualquer eficácia para o tratamento da doença? Quem foi que fez isso, depoente?

São essas as respostas que o Brasil espera e serão respondidas nesta CPI.

Ora, com todo o respeito, Senador Omar Aziz, o estado flagrancial aqui está presente a todo o momento neste depoimento. Por favor, não vamos apequenar o Senado. Não vamos apequenar uma Comissão Parlamentar de Inquérito porque, se depois esse depoente não sair daqui preso por estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

flagrancial do art. 342, esta Comissão não vai ter condição de fazer qualquer outra coisa! Volto a frisar a premissa constitucional: ninguém pode ser preso, salvo em flagrante delito ou por ordem judicial, e ele está aqui deliberadamente mentindo, faltando com a verdade, omitindo. Ele se contradiz e foi desmascarado aqui inúmeras vezes!

Então, eu espero que este Senado, essa Comissão Parlamentar de Inquérito dê uma resposta à altura no estado flagrancial que esse depoente está aqui praticando.

Só para concluir. Em 5 de junho o Presidente da República declarou, aspas: "Acabou matéria do Jornal Nacional", se referindo ao atraso na divulgação de dados referentes à pandemia, principalmente número de mortes e o número de casos confirmados. A pergunta é clara: o senhor participou de discussões sobre a mudança da forma e horário de divulgação das informações sobre a pandemia?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – (*Fora do microfone.*)

... participei, Senador. Nunca participei.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Nunca participou?

Sr. Presidente, são essas as minhas considerações. Eu espero que esta CPI tenha o comportamento de não só demonstrar que no Brasil, infelizmente, só quem fica preso são pobres, afrodescendentes e semianalfabetos. Nós estamos diante de um estado flagrancial de um crime do art. 342. Eu não poderia de me manifestar na qualidade, porque, antes de ser Senador, eu sou Delegado de Polícia por 27 anos. Eu já inquiri inúmeras pessoas, inúmeros depoentes, procedi acareações. E esse depoente faltou com a verdade e está em estado flagrancial.

Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para um esclarecimento de fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pela ordem, Senador Renan Calheiros. Depois, Senador Marcos Rogério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Presidente, eu, na ausência de V. Exa., ponderei aqui, em algumas oportunidades, diante da repetição inacreditável de mentiras comprovadas com os fatos contrários, em desprestígio a este Congresso, à representação política e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito... O Brasil espera que nós apuremos aqui, nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, se houve genocídio ou não. Nós já perdemos esse número de brasileiros que nós vamos lembrar aqui e este senhor vem a esta Comissão descaradamente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repetidamente mentir! Nós vamos, na forma da Comissão, requisitar de V. Exa., diante do flagrante evidente, uma ordem de prisão. Se...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Art. 342 do Código de Processo Penal, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Se V. Exa. assim não determinar, nós vamos ter que fazê-lo individualmente, tanto eu quanto o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Art. 342 do Código de Processo Penal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Humberto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Art. 342 do CPP.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não pode acontecer, isso é um desprestígio ao trabalho que nós estamos fazendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um desrespeito a milhões de mortes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Sr. Relator. Só um minutinho. Só um minutinho.

Vocês não vão diminuir a CPI, nem V. Exa., nem V. Exa., Senador Contarato. Não é porque uma pessoa vem aqui e desde de manhã se contradiz toda hora que nós vamos acabar com a CPI, vai diminuir a CPI. Eu não posso aceitar isso. Uma coisa tem em relação ao depoimento dele aqui. Ele foi chamado aqui como testemunha. Na hora que apareceu o áudio, ele, com você, Senador Randolfe, ele não mentiu nenhuma vez. Todas as perguntas que V. Exa. fez o senhor conduziu para ele falar a verdade; com o Alessandro, a mesma coisa, o Senador Alessandro.

Então, nós temos que ter muita cautela para que não pareça que aqui nós somos um tribunal que já estamos ouvindo e condenando. Nós sempre reclamamos desse tipo de comportamento, eu sempre reclamei e V. Exa. sempre reclamou. Nós não prejulgamos as pessoas. E não é impondo a prisão de alguém que a CPI não vai dar resultado. A CPI hoje teve uma informação que nós não tínhamos: que metade do Governo, que metade da cúpula do Governo sabia, desde o dia 2 de setembro, que a Pfizer estava oferecendo vacina para a gente. Ele que trouxe a informação, nenhum de vocês sabiam disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

nenhum de nós sabíamos disso. Talvez tenha sido a informação mais importante de toda a CPI, de toda a CPI: que o Governo... E aí eu vou ter que citar aqui novamente, cadê os nomes?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor me citou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou lhe dar a palavra. O senhor sabe porque eu o citei? Porque V. Exa. disse bem assim: "Se não prender acaba a CPI agora". Não é assim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não acaba a CPI; estou falando é que ninguém pode ser preso salvo em flagrante, e está aqui fazendo afirmação falsa, se negando a falar a verdade como testemunha. Ele está em estado flagrancial, é só isso que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se depender de mim, eu não vou mandar prender o Sr. Fabio Wajngarten. Se V. Exas. acharem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Infelizmente, quem fica preso é pobre...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade, não faça isso!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É isso mesmo, Sr. Presidente. Ele está em estado flagrancial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fabiano Contarato, eu tenho um respeito tão grande pelo senhor, acho o senhor uma pessoa competente e justa. Veja bem, a única coisa que eu não gostaria é de ser injusto com uma pessoa, porque aquilo que não quero para mim eu não quero para os outros. Eu já fui muito injustiçado, Fabiano. Você não sabe como minha família sofre, você não sabe o que é minha filha com 12 anos ir para a escola e as pessoas falarem do pai e da mãe sem ter prova nenhuma. Você não sabe o que eu estou recebendo de vídeos de bolsonaristas, nem por isso eu estou aqui com o estômago. Eu não estou com o estômago aqui.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, com todo o respeito, eu estou falando de estado flagrancial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor vai me ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sofri e sofro e sei que sou injustiçado, mas eu não posso levantar com a cabeça baixa; eu tenho que levantar... Eu tenho filhos em escola, como ele tem. Se a gente não tiver um pouco de respeito pelo ser humano... A gente não pode tornar o País pior do que já está, então tem que ter equilíbrio aqui para não tornar o País pior!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu respeito o senhor, mas então nós vamos rasgar o estado flagrancial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tomarei essa decisão, está certo, eu não tomarei essa decisão. Eu tenho tomado decisões aqui muito equilibradas até o momento, mas daí a eu ser carcereiro de alguém, não. Eu não sou carcereiro de ninguém. Eu sou um democrata. Se ele mentiu, nós temos no relatório como pedir o indiciamento dele, mandar para o Ministério Público para ele ser preso, mas não por mim, mas depois que ele for julgado. E aqui não é um tribunal de julgamento. Se vocês quiserem, contra a minha vontade, vocês fiquem muito à vontade de fazer, até porque qualquer cidadão brasileiro pode dar ordem de prisão para quem ele achar que pode dar, segundo os advogados que dizem isso. Eu não farei isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu solicitei a palavra pela ordem a V. Exa. primeiro para fazer algumas observações. Primeiro, nós já tivemos a Ordem do Dia iniciada no Plenário há algum tempo e foi comunicado à Mesa da CPI, V. Exa. ainda não estava aqui; estava o Senador Randolfe. Segundo, Sr. Presidente, não há flagrante.

O segundo aspecto que quero suscitar: com todo o respeito, aqui todos estão na condição de Senador; aqui não tem delegado de polícia, aqui não tem médico, aqui somos Senadores. É verdade que o Código vai estabelecer a possibilidade, no caso de flagrância, a decretação, por qualquer do povo, a prisão, como medida excepcional.

Agora, eu queria trazer ao conhecimento da Comissão a decisão do Ministro Barroso. Falou-se muito aqui sobre questão de vazamento, de publicidade, de campanha. A parte final da decisão do Ministro Barroso atinente a essa questão da campanha publicitária diz assim, no item III: "Já agora, tendo em vista as informações prestadas pela Presidência da República [aí tem aqui o número das petições e tal, ADPF, precedentes] no sentido de que a União 'não pretende deflagrar a campanha O Brasil não pode parar' [cujo vídeo preliminar circulava pela internet, há informações de que esse vídeo teria sido vazado], já não há razão para o prosseguimento dos presentes processos. Diante disso, findo-me, como não poderia deixar de ser, na veracidade e seriedade dessas manifestações, extingo ambas as ações diretas por perda de objeto". É decisão do Ministro Barroso. Vá questionar o ministro. É decisão do Supremo Tribunal Federal, que deu crédito às informações prestadas pelo Governo quando desse episódio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com todo o respeito, com todo o respeito, não constatou que havia campanha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, a minha decisão não vai mudar, não adianta argumentar. Se alguém achar que pode fazer, que o faça e responda pelos seus atos. Eu não irei fazer. E acabou.

Agora, não vou aceitar que nenhum Senador diga que porque eu não prendi a CPI acabou. Na CPI hoje talvez tenha sido o melhor depoimento em termos de informação; não é se ele falou a verdade ou não aqui. Eu estou dizendo para vocês que a informação que nós tivemos é muito grave, Senador Marcos Rogério. Então, é baseado nisso que nós estamos trabalhando. Agora, sobre prisão, esquece, que eu não irei fazer. Desculpe-me o Relator, mas não é meu... Não serei carcereiro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Com todo o respeito, eu nunca imaginei isso de V. Exa., pelo respeito que eu lhe tenho. Eu tenho apenas uma preocupação, mas, antes, recorri à decisão da Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque nós estamos diante de um flagrante evidente... Eu não quero tomar individualmente nenhuma posição que possa parecer que eu estou querendo sobrepujar a posição do Presidente – longe de mim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, V. Exa. tinha falado comigo sobre a questão da prisão, eu disse que não iria fazê-lo – eu não iria fazê-lo. E V. Exas. insistiram com isso. Eu não sou idiota! Não sou, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou dizendo isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós falamos aqui, eu falei: "Olha, não vou fazer isso".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou dizendo que, diante de um flagrante evidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda sustentei uma questão que eu volto a sustentar: não façam desta CPI um tribunal que vai prender as pessoas antes de serem julgadas. Todos nós aqui, políticos, já sofremos na pele injustiça. Eu não quero fazê-lo aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, mas a questão não é essa, é que, se este depoente sair daqui ileso diante das mentiras, nós vamos abrir uma porta, vamos escancarar uma porta que depois vamos ter muita dificuldade para fechar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na medida em que a gente não toma decisões diante do flagrante evidente, é óbvio que isso vai enfraquecendo a Comissão. Nós estamos aqui todos reunidos, trabalhando noite e dia. O que a sociedade quer é que nós respondamos a esta pergunta: houve crime de genocídio no Brasil? Se houve, tem algum responsável por isso? É isso que nós temos que investigar. Agora, aceitar que testemunha venha aqui mentir dessa forma, como nós vimos hoje, é um horror. É evidente que eu não vou constranger V. Exa. e não o constrangeria jamais.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ao contrário, Senador Renan, acho que eu estou salvando a CPI não tomando essa decisão.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não tenha dúvida, Presidente – não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou aqui... Estou salvando a CPI. Eu não vou, de forma nenhuma, descambar para o lado que não tem... V. Exa. será o Relator. O senhor vai escrever no seu relatório e nós vamos encaminhar ao Ministério Público para fazer o que quiser. O que senhor escrever no seu relatório vai ser aprovado por este Plenário. O senhor pode dizer: o Sr. Fabio não poderia ter participado, quais os interesses dele em participar disso, falar o que o senhor bem entender. Agora, daí a gente fazer disso aqui um tribunal de prisão? Por favor! Eu não farei isso. Eu não farei isso. Eu não farei isso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, os outros podem vir fazer...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, V. Exa. tenta induzir que a CPI pode fazer o que quiser. Não é bem assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dizendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é bem assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dizendo isso, Presidente. Eu estou dizendo que qualquer um de nós – e nós não vamos fazer isso em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

respeito a V. Exa. – poderemos, diante do flagrante evidente, decidir que ele está preso. Qualquer pessoa do povo pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, faça! Faça, mas eu não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não vamos fazer em respeito a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Façam!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora, eu estou pedindo somente que nós não deixemos esse espetáculo se reproduzir aqui, somente isso! Somente isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, deixe-me só dizer uma coisa aqui: eu não posso responsabilizar ele ou alguém pura e simplesmente, chegar e tomar uma... Isso é uma atitude que eu tomaria... É uma atitude finita. Depois disso, não tem outra atitude a tomar nesta Presidência. Me entenda, por favor!

Senador Ciro, eu quero passar para adiante, passar para o próximo. Essa questão para mim está encerrada, por favor. Se alguém quiser pedir a prisão, que peça! Eu não vou pedir.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorge Kajuru, remotamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Questão de ordem, Presidente. Só um minutinho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. *Por videoconferência*.) – Agora é a minha vez, não?

Presidente Omar Aziz, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, sim, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Me desculpe. Vi que o senhor está, neste momento, com as suas razões.

De repente, o senhor me chamou de "Karuju". É Kajuru, Presidente! (*Risos*.)

Mas vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – É verdade. A gente tem liberdade para isso. Até porque eu tenho momentos, em meus dois anos e meio de mandato aqui no Senado, momentos raros de um colega que me proporcionou um companheirismo no momento mais difícil da minha vida – e é o senhor.

E aproveito para dizer que o senhor também foi muito honesto comigo, porque eu fui o primeiro Senador a comunicá-lo que eu tinha o áudio da revista *Veja*. E o senhor me respondeu: "Espera a sua vez de falar". Eu entendi. Felizmente, caiu o áudio nas mãos da minha amiga irmã Leila Barros. Mas eu quero comunicar ao senhor, ao Senador Renan, Relator, e a todos os demais, com muito respeito – porque eu, para discordar de alguém, eu não desqualifico, de forma alguma, eu apenas discordo e emito a minha opinião – que a revista *Veja* não só colocou o áudio mais importante à disposição como também, Relator Renan, está a revista *Veja* ao dispor para colocar qualquer áudio solicitado por esta CPI.

Quem entrevistou o Sr. Fabio, que até agora ninguém falou o nome dele, foi Policarpo Júnior, Diretor da revista *Veja* aqui em Brasília, e ele disse taxativamente o seguinte: sobre a declaração do Sr. Fabio de que a manchete foi para dar audiência, foi para vender revista, ele desmentiu o Sr. Fabio e colocou que a manchete está inclusa na entrevista, ou seja, nas declarações do Sr. Fabio. A revista não inventou essa manchete. Ela não produziu esse título de capa.

Então, minha opinião humilde – quem sou eu perante os senhores? –: para mim, resultaria em pedido de prisão uma acareação entre o ex-Secretário Fabio e o Diretor da revista *Veja* em Brasília, que o entrevistou. Para mim, os dois, diante desta CPI, proporcionariam até a aceitação do Presidente Omar Aziz.

O depoente viveu momentos aqui de um depoente flagício – e muito flagício. Viveu momentos também de um depoente trôpego – e muito trôpego. E daí a minha primeira pergunta direta ao Sr. Fabio, com todo o respeito, porque não quero aqui qualificá-lo, quero questioná-lo: o senhor começou a falar do carinho que tem pelo Pastor Malafaia – Malafaia –, no começo da sua palavra. Esse carinho que o senhor tem pelo Pastor Malafaia é o mesmo carinho que o senhor tem pelo Presidente Bolsonaro? Sim ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) – Não sei como posso quantificar carinho, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – O mesmo que o senhor tem pelo Malafaia. Intensidade. O senhor falou que ele é até conselheiro do senhor. O senhor tem o Presidente Bolsonaro também nessa classificação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não sei como posso quantificar carinho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Sim ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Nos momentos em que eu busco a fé, eu procuro os mentores religiosos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Sobre o Bolsonaro, sim ou não? O senhor tem essa consideração por ele? Sim ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pelo Presidente Bolsonaro... Eu não entendi a pergunta, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Pelo Presidente Bolsonaro o senhor tem essa consideração positiva? Sim ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Tenho consideração positiva.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Entre essa consideração, pergunto ao senhor: como Secretário de Comunicação, o senhor nunca teve liberdade para chegar nele, Presidente, e dizer a ele: "Presidente, estamos fazendo essa campanha publicitária em combate à pandemia e em orientação à população como deve se comportar nessa pandemia e o senhor vem publicamente e diz o contrário." O senhor nunca teve essa liberdade de dizer isso para ele? Sim ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A gente vai até um determinado momento, Senador Kajuru. Os atos do Presidente pertencem a ele.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Então, o senhor nunca disse isso a ele?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sobre como ele deve se comportar, não, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Como ele deveria se comportar durante a campanha publicitária que o senhor aqui registrou ao Relator Renan. E, enquanto isso, Presidente, eu vou repetir a frase do Relator: Disparava as frases estapafúrdias ao Brasil, abalava muita gente com suas colocações em relação à pandemia. O senhor nunca poderia chegar nele e dizer: "Presidente, como é que eu posso fazer uma campanha publicitária com grandes nomes da televisão brasileira e o senhor vem e diz ao contrário? Como é que eu faço?". O senhor nunca teve essa liberdade a ele? O senhor foi um funcionário dele, um *office-boy* de luxo dele ou um profissional de comunicação dele?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Fui responsável pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República e sempre atuei da melhor forma possível para informar da melhor forma possível a população brasileira. Com relação aos atos do Presidente, os atos pertencem a ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Sim. O senhor pode fornecer a essa CPI todos os valores gastos em publicidade com cada veículo de comunicação, seja televisão ou blogue?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, nunca teve investimento em blogue.

Com muito prazer a gente destinará à CPI todos os planos de mídia de todas as campanhas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – O senhor vai fazer isso, então? Vai entregar à CPI?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Vou pedir à Secom. Não tenho em minhas mãos, o Secom atual encaminhará.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Como diz o Senador Tasso, Secretário, não menospreze a nossa inteligência. O senhor acha que youtubers que fazem programa de uma hora por dia, blogues que vivem 24 horas a atacar todos nós – inclusive o Presidente Omar Aziz sabe disso; e eu, à minha mãe é todo dia, o dia inteiro, só que eu não tenho nenhuma preocupação, para mim isso é um atestado de idoneidade –, o senhor quer me convencer que nunca pagou blogue, blogueiro e youtuber?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Durante minha gestão na Secom, nunca teve nenhum real de investimento a blogues e a *sites* não os objetivados pela comunicação. Nunca...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Então, esse pessoal, todo esse pessoal de blogue e de internet, que faz esse serviço todo dia, 24 horas por dia, todo esse pessoal, então – a gente chama de Julieta e o Presidente de Romeu –, todo mundo faz por amor?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Esse é o ônus, Senador, da modernidade e da nova tecnologia. Se o senhor julgar que necessita de uma legislação específica, não cabe a mim determinar. O que eu garanto ao senhor que na minha gestão da Secom nenhum blogue, nenhum *site* foi contemplado com nem um real de forma direta da Secom. Até porque a Secom...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Eu espero que o senhor diga a verdade, porque eu tenho provas e vou apresentá-las.

O senhor confirma aqui ou não que apresentadores de televisão – exceto os da Rede Globo, da Rede Globo nenhum –, apresentadores de televisão ganharam cachês, como se diz *merchandising*, para defender o Governo, defender a campanha contra a pandemia em valores com disparidade? Exemplo, o senhor citou que celebridade é Otávio Mesquita. Se o Otávio Mesquita é celebridade no Brasil, eu quero mudar para o Paraguai hoje. Eu pergunto ao senhor: o senhor confirma que outros apresentadores chegaram a receber mais de R$900 mil para *merchandising* de 30 segundos defendendo o Governo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senador, em nenhum momento se trata de defender o Governo; trata-se de emular uma mensagem para informar a população. Se o formato sugerido pela agência de publicidade foi o *merchandising*, que trata do anúncio inserido no conteúdo, cada um tem a sua tabela, e tenho certeza de que a Secom sempre buscou a maior pertinência e o maior retorno...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Então, o senhor não nega que alguns receberam mais de R$900 mil...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não tenho...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** ... por 30 segundos?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não tenho em mãos... Pois não?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** O senhor não nega essa informação minha?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, eu não tenho a lista de quais celebridades, apresentadores, influenciadores foram utilizados...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Eu perguntei se o senhor nega ou não a minha informação?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não tenho em mãos, Senador. Eu desconheço, sei que a gente na Secom utilizou celebridades e desconheço o cachê de cada uma delas, além do custo da mídia para cada uma das ações de *merchandising* às quais o senhor se refere.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** O senhor pode enviar à CPI?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Kajuru, eu estou recebendo mensagens do Presidente do Senado para que eu suspenda a reunião da CPI enquanto... Estão em votação lá, e eu preciso suspender, não posso manter a CPI funcionando com a reunião do Senado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu queria fazer uma demanda a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu vou suspender a reunião.

Só para concluir o Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Eu quero fazer a última pergunta. Posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, pode, pode sim, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Obrigado, Senador Omar.

Eu vou fazer inclusive em cima da voz do Senador Humberto Costa. Eu não vou ser mais completo do que o senhor, pois não tenho a experiência, mas vou entrar mais na ferida do que o senhor entrou e peço a atenção do Relator, Senador Renan Calheiros. Talvez essa seja a maior prova para o que o senhor deseja aqui na CPI, que não é o que deseja o Presidente Omar Aziz.

Veja bem, o Sr. Fabio disse que sob sua gestão fez campanhas negacionistas, o que não é verdade. O próprio perfil da Secom no Twitter estimulou o tratamento precoce e o uso de cloroquina. Eu peço que o senhor relembre e que o senhor explique. Aqui está a cópia do Twitter da SecomVc que o senhor criou, que é a Secom você. Título: tratamento precoce para salvar vidas; horário: 8h54 da noite; dia 20 de outubro de 2020. Diz: "Não tivesse sido politizado de maneira irresponsável, o tratamento precoce da Covid-19, com os medicamentos indicados para isso, teria salvado muitas vidas. É o que o Presidente e o Governo buscam desde sempre".

Para concluir, em caráter definitivo, a última parte deste Twitter seu, Twitter do Governo – seu porque o senhor que criou, correto? –, a última parte, para que não haja nenhuma dúvida.

Presidente, desculpe-me, o senhor sabe da minha visão, mas com toda a certeza eu vou conseguir aqui... (*Pausa.*)

Cheguei, aqui está.

A última parte, para reforçar o Relator Renan Calheiros em relação ao que foi dito e que não foi verdadeiro.

Alguém me ajuda aqui? O depoente tem auxiliar eu também posso ter – não é? –, em função da minha visão.

Na última declaração, por favor.

Aqui está: "O Ministério da Saúde divulgou novas orientações para o uso da cloroquina ou da hidroxicloroquina no tratamento precoce de pacientes diagnosticados com Covid-19. Agora, crianças, gestantes e adolescentes que fazem parte dos grupos de risco também podem tratadas com os medicamentos".

É isso que eu queria dizer para concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Presidente, são 15 segundos, eu nunca passo do tempo, este assunto chegou a um mundo tão subterrâneo, e eu creio que a CPI também tem que convocar o dono de uma rede de televisão citado pelo Sr. Fabio, convocado aqui, que participou desses assuntos – pasmem aonde chegamos –, o dono da RedeTV! O Sr. Marcelo de Carvalho participou disso! Então, para mim, ele também deveria ser convocado para esta CPI.

Muito obrigado pela sua paciência, Presidente Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Ainda temos a Senadora Zenaide, Senador Izalci, Senadora Soraya e Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, uma sugestão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pedi pela ordem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só uma sugestão de encaminhamento, Humberto, se me permitir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu também quero fazer. Pode falar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Que o senhor aproveite essa inscrição dos não participantes da CPI para a próxima audiência, para valorizar o esforço de participar por tanto tempo, porque estamos todos impedidos de dar continuidade por conta da sessão que já está em andamento, me parece inclusive que está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria suspender e voltava depois que terminasse a sessão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só fazer um pedido a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria respeitar a autoridade de V. Exa., no entanto a CPI também não pode ser objeto de uma desmoralização.

O que eu queria demandar a V. Exa. é que pudesse enviar uma cópia do depoimento do Sr. Fabio imediatamente ao Ministério Público, para que o Ministério Público possa apurar as mentiras que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

ditas aqui, as contradições e que isso possa resultar num processo. Simplesmente a cópia e a demanda de que seja feita uma apuração em relação a isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Presidente, uma sugestão também: ao invés de mandar só os do Fábio Wanjngarten, mande de todos os outros, que também, por ventura, tenham mentido, porque assistindo às oitivas, há contradições nos outros depoimentos.

O Mandetta mentiu aqui nessa mesa.

V. Exa. está conduzindo muito bem os trabalhos, pessoa equilibrada, ponderada, já entendeu que não pode deixar a CPI se transformar num circo. V. Exa. acabou de salvar esta CPI, porque o cúmulo do absurdo é nós vermos uma pessoa honesta falando a verdade aqui... Estão tentando tirar uma entrevista como parâmetro do que é verdade ou não o que ele fala nesta CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem dez mentiras aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Na sua opinião. Na sua opinião, tem dez. Na minha, não teve nenhuma. Na minha opinião, não teve nenhuma.

Agora, há claramente Senadores que querem usar isso aqui de palanque. Então, Presidente, eu peço a V. Exa. que siga na linha do que o senhor colocou no início desses trabalhos: que a CPI busque colaborar com a vacina no braço do brasileiro, salvar vidas e não fazer de palanque, como o Senador Renan Calheiros tenta fazer aqui a todo momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Isso eu não aceito...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – A todo momento querendo... Imagina a situação: um cidadão honesto ser preso por um (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*) como Renan Calheiros. Olha a desmoralização! Estão perdendo a visão do todo! Estão perdendo a visão do todo!

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esperem aí, por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A gente teve uma flagrante quebra de decoro aqui, Presidente. Por favor, toma providência. Toma providência, Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já teve muita quebra de decoro aqui dentro, Randolfe. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor!

Senador Flávio...

Senador Flávio Bolsonaro, eu estou tentando equilibradamente conduzir as coisas. E as agressões aqui entre Senadores... Isso não vai levar a lugar nenhum.

A reunião está suspensa e volta depois que a sessão terminar. Quem quiser vir vem; quem não quiser não vem!

(*Suspensa às 17 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 07 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão. Nós temos ainda três... Senadora Zenaide, Senador Izalci Lucas e Senadora Soraya para falar.

Antes, eu vou responder a questão de ordem feita pelo Senador Humberto Costa. Eu fiz um despacho aqui, pedi à assessoria para fazer um despacho:

Exmo. Sr. Procurador-Chefe da Procuradoria da República do Distrito Federal, informo a V. Exa., na qualidade de Procurador-Chefe da Procuradoria da República do Distrito Federal, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito acatou a questão de ordem formulada pelo Exmo. Senador da República Humberto Costa, no sentido de remeter os autos do depoimento testemunhal ocorrido na sessão de hoje pelo Sr. Fabio Wajngarten ao Ministério Público, para tomar as providências que o Procurador responsável entender cabíveis no sentido de promover a apuração e eventualmente a responsabilização, inclusive com aplicação de penas restritivas de direito pelo eventual cometimento do crime de falso testemunho perante esta Comissão, consoante o devidamente tipificado no art. 342 do Código Penal.

Trata-se de percepções de diversos Senadores sobre o depoimento da testemunha ouvida na data de hoje, sendo certo que cabe o ilícito ao Ministério Público, nos termos do §3º do Art. 58 da Constituição Federal e do art. 151 do Regimento Interno do Senado Federal, a responsabilização civil ou criminal do infrator.

Sr. Humberto Costa, a CPI não pode ser objeto de uma desmoralização. O que eu queria demandar a V. Exa. é que pudesse enviar uma cópia do depoimento do Sr. Fabio imediatamente ao Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público, para que o Ministério Público possa apurar as mentiras que foram ditas aqui, as contradições, e que isso possa resultar em um processo. Simplesmente a cópia e a demanda de que seja feita a apuração. É importante que o Ministério Público averigue se o depoente infringiu o Código Penal, oferecendo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito falso testemunho ou falsa perícia.

> Art. 342 Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28/8/2001) Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013)
> §1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta. (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28/8/2001)
> §2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade. (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28/8/2001)

Eu vou encaminhar. A Mesa já tem esse documento.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar a condução desta Comissão de CPI, o Sr. Omar Aziz, o nosso Relator, o nosso Vice-Presidente, e dizer o seguinte, eu quero me dirigir ao nosso Fabio: V.Sa. falou que foram feitas onze campanhas publicitárias incentivando as medidas protetivas não farmacêuticas para evitar o avanço da pandemia; é fato que essas campanhas publicitárias públicas não surtiram efeito, porque senão, a gente não já estava com 428 mil óbitos. A pergunta é: o senhor acha que essas campanhas publicitárias não surtiram o efeito que o senhor falou devido ao tipo de campanha, que não deve ter focado principalmente nas medidas protetivas, nas medidas restritivas, no uso de máscara? Foi falha da Secom na produção dessas campanhas, ou o senhor considera que o Presidente da República boicotou essas campanhas publicitárias quando estimulava e aglomerava pessoas e fazia campanha para o não uso de máscara?

Aí eu pergunto ao senhor: o senhor alguma vez se dirigiu ao Presidente da República para dizer: Presidente, o senhor está vendo que estamos gastando milhões de reais do dinheiro público – dinheiro público, como o senhor falou, mais de R$200 milhões – nessas campanhas? E o senhor está deixando essas campanhas inócuas! O senhor não acha que isso é uma sabotagem deliberada? Sabotar as próprias campanhas pagas com o dinheiro público, da própria Secretaria de Comunicação desse Governo. Porque era uma sabotagem dele. Ele transformava, vocês botavam dinheiro para a campanha publicitária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro público, e o Presidente boicotava e estimulava o contrário, transformava essas campanhas em inócuas. Eu acho que o senhor nunca o chamou para dizer: Presidente, nós estamos usando o dinheiro, os recursos públicos, do povo, para fazer uma campanha e o senhor, todo dia, transforma essa campanha em inócua, ou seja, o senhor faz uma sabotagem das campanhas feitas com dinheiro público. Deliberadamente, o senhor a está sabotando. O senhor chegou a conversar isso com o Presidente da República?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senadora, boa noite!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** Boa noite!

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) **–** Com relação às campanhas, a Secom atuou de forma profissional e técnica. A gente esteve no ar desde fevereiro até abril de 21, até o presente mês.

Respondendo objetivamente à sua pergunta, todas as campanhas têm um pós-teste, têm pré-teste de filme e têm pós-teste de efetividade.

Infelizmente, a pandemia é severa, infelizmente a pandemia... Nós queremos acreditar que a vacina é a solução. Contudo, a pandemia evoluiu e a comunicação evoluiu junto com a pandemia.

Com relação às minhas conversas e à posição do Presidente, eu não posso opinar com relação ao comportamento do Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** Não. A pergunta é: o senhor chegou a falar que as campanhas eram feitas pela Secretaria de Comunicação, com dinheiro público, e que ele boicotava, estimulando...Porque isso é de conhecimento público. É uma sabotagem deliberada. Que não faça campanha, mesmo orientado pela Organização Mundial de Saúde, pregando as medidas preventivas, como o distanciamento social, o uso de máscara, é uma coisa que já é grave. Agora, gastar o dinheiro público fazendo uma campanha e o próprio Presidente deixar essas campanhas inócuas, ou seja, fazendo uma sabotagem deliberada e o senhor nunca conversar. Porque essa era uma responsabilidade não só do Presidente da República, mas do senhor também. A pergunta é só essa: chegou a falar sobre esse assunto com o Presidente da República, que os recursos públicos estavam sendo usados por campanhas e que ele estava sabotando as campanhas publicitárias públicas? Sim ou não? O senhor chegou a falar?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Com relação ao cuidado com o Erário público, a senhora pode ter absoluta convicção de que a Secom sempre foi estritamente profissional e extremamente retilínea nesse comportamento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** O senhor não me respondeu "sim" ou "não". Porque, se eu fosse um secretário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Com relação...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** ...não tenha dúvida de que eu conversaria.

Nós estamos gastando dinheiro público com a campanha e o senhor a está boicotando, o senhor está sabotando uma campanha publicitária, educativa, sobre uma pandemia, campanha financiada pelo dinheiro do público.

Era só isso que eu queria perguntar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado, Senadora Zenaide.

Agora, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Presidente, eu quero, em primeiro lugar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora Zenaide.

Só um minutinho.

A Senadora Zenaide quer falar alguma coisa, Senadora?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** Dizer que não me respondeu, não é? Porque é aquilo que eu disse, é uma gravidade muito grande já não fazer as campanhas publicitárias quando a Organização Mundial de Saúde, antes de existir a vacina, já dizia que era a única maneira de se evitar uma proliferação grande do vírus. E, mesmo essas campanhas tendo sido feitas com o dinheiro público, o Presidente as estava sabotando, porque ele pregava o contrário do que foi feito na campanha.

Apesar de quando a gente ter perguntado, porque eu quase não vi essas campanhas, o senhor falou que era porque a gente estava numa bolha de Brasília, mas pouca gente viu a campanha. Agora, que não fizesse, como não está fazendo, campanhas publicitárias importantes para evitar a proliferação rápida desse vírus, já é grave. Agora, que sabote as campanhas feitas pela própria Secom, feitas com o dinheiro público, aí eu acho que é ir longe demais.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigada, Senadora Zenaide.

Senador Izalci, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – ... V. Exa. pela condução das nossas reuniões, lamentar, evidentemente, esses episódios de hoje.

Daqui a pouco, V. Exa. vai ter que colocar aí alguma coisa, para evitar que haja porte de armas aí dentro do Plenário. Lamentavelmente, vimos cenas aí que não são compatíveis com o nosso trabalho. Mas eu queria também fazer um apelo a V. Exa., dois apelos a V. Exa.

Primeiro, nós temos alguns Senadores que falaram aí cinco, seis vezes e isso acaba comprometendo um pouco a fala, a nossa fala. Eu mesmo tenho me inscrito aí, quando fui, participei presencialmente, me inscrevi como Líder. Acho que a gente vai ter que, agora, também, utilizar a palavra como Líder. Eu sei que é mais um momento, mas a gente vai precisar falar, senão, a gente acaba não conseguindo falar tudo que a gente precisa falar.

Presidente, nós temos uma grande oportunidade e, talvez, única, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, quem é o suplente do PSDB?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, é o bloco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está o.k. Desculpa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O bloco. O bloco nosso tem o Marcos do Val, o Girão e o Senador Tasso.

Presidente, então, eu queria dizer a V. Exa. que nós temos uma grande oportunidade de organizar o sistema de saúde do País. Eu, sinceramente, olhando aqui o Distrito Federal, fico encabulado da desorganização, do desvio de recurso, da desconsideração de um sistema tão importante. Nós temos um orçamento na faixa de R$133 bilhões na saúde e uma situação em que, sequer, você tem a informatização e a organização. Não há organização porque há interesses escusos de desvios de recursos, porque, onde não tem controle, não há realmente fiscalização e acompanhamento.

Eu queria pedir a V. Exa... Nós temos hoje já 28 documentos sigilosos, que foram encaminhados à CPI. Eu fiz um pedido, Presidente, ao Senador Girão, ao Senador Marcos do Val e eles fizeram vários requerimentos de solicitação de documentos e também de convocação.

Aqui em Brasília, em especial, Presidente, houve uma operação chamada Falso Negativo. Toda a cúpula da saúde foi presa, desde o Secretário a todos os Subsecretários. Essa operação levou à prisão de todos. A justificativa da defesa para soltar os réus foi exatamente a de que os recursos eram federais. Então, o Ministério Público do Distrito Federal foi considerado pela defesa incompetente para tocar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação. Assim, o processo subiu para o Ministério Público Federal, e está na 12ª Vara, que V. Exa., inclusive, já encaminhou ofício e já foi, grande parte da documentação já está disponível para a CPI.

Eu acho que nós precisamos agora também ter o foco em alguns governos. Eu estou citando aqui o Distrito Federal porque há, realmente, não indícios, existem provas contundentes dos desvios de recursos aqui no Distrito Federal.

As pessoas, aqui, morrendo e não tendo insumos... Nós perdemos mais de 390 vidas porque não havia UTI. O Governador contratou aqui alguns hospitais de campanha que sequer trabalharam e foram pagos, independente de utilização ou não. Foram contratados 197 como UTI, na prática, foram pagos como UCI e, por fim, disponibilizados como leitos normais de enfermagem. Isso no instituto criado aqui e reforçado pelo Governo local. Da mesma forma, disse a todo momento que colocaria mais 300 UTIs, mas, na prática, não são leitos de UTI. Estão ocupando os estádios aqui. Houve investimento recente da FIFA aqui no estádio do Gama, onde colocaram então um hospital de campanha provisório, que não é UTI, é UCI da mesma forma.

Então, há um descontrole total. Aqui há o pagamento de propinas, e nós vamos apurar isso. E vai haver muitos testemunhos sobre isso. Desvios de medicamentos, entrega parcial de medicamentos. Então, há um descontrole completo na saúde da Capital da República.

Então, nós precisamos, Presidente, ter acesso imediatamente a esses documentos. É muita coisa. A gente precisa preparar.

Eu até não pedi para aprovar nenhum requerimento nem pedi as Senadores Girão e Marcos do Val, porque eu acho que, primeiro, você tem de ter os documentos para mostrar para os Senadores e Senadoras a importância da convocação daqueles que foram motivo de requerimento.

Então, eu pediria a V. Exa... Eu sei que falei ontem com V. Exa. V. Exa. disse que hoje já estaria tomando as providências com relação às normas de acesso aos documentos. Se a gente pudesse já, Presidente, ter acesso a esses documentos de imediato, isso poderia adiantar muito os nossos trabalhos, porque é em função desses documentos que nós vamos exatamente aprovar e colocar em votação diversos requerimentos.

Eu até faço um apelo para que a gente aprove os requerimentos mediante já fatos ou indícios bastante contundentes para evitar a gente... Nós vamos ter uma agenda muito apertada, V. Exa. já marcou, inclusive, várias audiências, e a gente precisa logo, logo, começar também a chamar, como disse aí, como foi acordado, inclusive, por V. Exa., que daqui a pouco vai fazer alguma coisa relacionada também aos Estados e Municípios.

Então, eu faço esse apelo – eu sei que V. Exa. já deve estar tomando as providências – para que a gente possa imediatamente ter acesso a esses documentos para, exatamente, poder trabalhar esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos, que já foram encaminhados, são 28 documentos sigilosos, que já foram encaminhados. Então, é o apelo que faço a V. Exa.

Com relação à oitiva de hoje, acho que todos os Senadores puderam colocar, o depoente foi incoerente com relação às suas respostas, mas as minhas dúvidas, com relação a isso, eu já anotei tudo isso. Então, é o apelo que eu faço a V. Exa. com relação aos documentos.

Obrigado, Presidente. Era essa a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, os requerimentos serão votados, amanhã serão votados vários requerimentos, inclusive, de convocação. Isso já está acordado aqui na CPI, nós iremos votar vários requerimentos de informação e de novas convocações.

Eu vou passar a palavra para a última oradora, mas, antes disso, Senadora Soraya, eu queria aqui pedir para a Mesa retirar as ofensas que foram proferidas aqui, em Plenário, contra o Senador Renan. E peço, encarecidamente, aos Senadores – que serão muito bem-vindos a esta CPI, mas com todo o respeito que um Senador merece para com o outro –, divergências políticas nós teremos sempre, isso é uma Casa política. E esta CPI, ela dá o aspecto técnico que nós temos que dar.

Em relação ao Sr. Fabio Wajngarten – e eu quero lhe dizer olhando para o senhor –, a prisão seria o menor castigo que você vai sofrer na vida, porque hoje, aqui, você não ficou bem com ninguém. Você entregou um documento que ninguém de nós tinha conhecimento.

Então, você não agradou ao Governo, não agradou a ninguém, a ninguém você agradou aqui. Então, você vai sofrer, e isso eu lhe digo, porque a experiência que eu tenho em vida, posso lhe dar um conselho – você é uma pessoa mais nova do que eu. A vida machuca a gente, e a prisão não seria nada mais terrível do que você perder a credibilidade, você perder a confiança e você perder, principalmente, o legado que você construiu até agora.

Por isso, eu lhe aconselho: quando V. Exa. for ser chamado para falar sobre o que aconteceu aqui hoje, procure falar a verdade, porque eu sei que as coisas não vão parar aqui, é natural. A CPI tem desdobramentos e os desdobramentos demoram anos, às vezes, para saírem da vida da gente. É muito fácil a gente fazer uma acusação num dia e você passa uma vida toda se defendendo dessa acusação. Isso aconteceu com muitos de nós aqui. Acusação é coisa mais fácil. Jogar uma pedra é coisa mais fácil.

Ninguém pode vir aqui na CPI achando que vai me intimidar. Ninguém vai me intimidar. A minha vida, ela todo dia é jogada na internet. Não tenho medo do que lado A, direita, centro e esquerda possam falar de mim, até porque eu vou procurar aqui, dentro desta CPI, ser correto, o que é a minha obrigação. Fazer justiça não com o fígado, mas fazer justiça para cada brasileiro ter duas vacinas. E aqueles que não pensam dessa forma, que querem usar ou querem achar que agredindo, intimidando, nós vamos levar o Brasil à normalidade, estão equivocados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu faço, mais uma vez, um apelo ao Presidente da República. O Presidente, pode até não ter tido a informação de um documento, porque não chega diretamente a ele. Mas dos outros membros que você trouxe a relação que receberam esse documento em setembro... E hoje a Pfizer dá uma declaração, e vai estar aqui amanhã, de que não foi em setembro, foi em agosto que eles começaram as tratativas com o Governo...

Antes de eu subir, eu estava assistindo à Globo News e ouvi o atual Ministro, que vai voltar aqui, porque mentiu muito, mentiu demais, mentiu até mais do que você. Ele vai voltar e aí ele vai ter que dizer como é que ele diz que nunca é tarde. Depois de 425 mil mortes, o Ministro da Saúde diz que nunca é tarde. Não é tarde para você, Ministro, que não perdeu nenhum familiar! Não é tarde para você, Ministro, que não perdeu amigos! Não é tarde para você, Ministro, que não ficou órfão! É tarde para quem ficou órfão, para quem perdeu pessoas queridas, para quem perdeu familiares e para quem perdeu amigos. É tarde, sim, Ministro! Nós poderíamos ter resolvido isso muito antes.

Então, não duvidem... E hoje eu posso não ter tomado a decisão que muitos queriam, mas eu acho que você trouxe uma contribuição para esta CPI que ninguém, nenhum depoente trouxe até agora. Mas não se iluda que eu não vou ter essa parcimônia em relação aos outros depoimentos que tiverem aqui. Tenha certeza disso. Se alguém achar que vai brincar com a CPI, que vai intimidar a CPI, está muito enganado comigo. E da minha vida pode falar o que quiser. Não tenho nada a esconder, zero a esconder! Inventem, façam o que quiser na internet, no Twitter. Pessoas vêm aqui encarar a gente e a gente tem que aguentar!

Então, vamos deixar muito claro: V. Exa. não pense que o pior na sua vida seria a prisão hoje. Não seria. O pior é o legado que você construiu com muito trabalho, e que você perdeu hoje aqui nesta CPI.

E, por último, a Senadora Soraya.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizá-lo pela sua capacidade de contemporizar.

Foi um dia inteiro de dificuldades, e eu sei que o senhor quis acertar. O senhor conversou com todos nós para achar a melhor saída para tudo que nós vivemos no dia de hoje. Então, quero parabenizá-lo.

Segundo, não posso abrir a minha fala, a minha primeira fala pública após a morte da Luciana, esposa do meu assessor Marcos... O Marcos fica comigo das 6h, 7h da manhã até o último momento. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a enterramos ontem. A Luciana estava grávida, o bebê passa bem, mas nós perdemos a Luciana para o Covid. Foi muito rápido. Eu tenho os meus assessores como pessoas da família, então, está doendo muito.

O apelo que nós devemos todos fazer: que as grávidas não se exponham. Eu ando vendo muitas grávidas nas ruas. Eu sei que muitas precisam sair para fazer exames – e a Luciana estava se cuidando –, só que, nas grávidas, essa doença é ainda mais devastadora. Graças a Deus, o Matheus passa bem, nasceu forte, mas nós perdemos a Luciana. E eu quero aqui prestar a minha solidariedade ao meu assessor Marcos e, enfim, fazer esse apelo.

Sr. Secretário Fabio Wajngarten, em primeiro lugar, eu quero lembrar aqui que esta CPI tem como objeto determinado a apuração de questões federais, mas também de questões de governos e Municípios, que foi a CPI do Senador Girão que eu assinei.

Na sua área, na área da comunicação, eu gostaria que o senhor avaliasse como é a comunicação dos Estados, a comunicação local. Qual é a sua avaliação? Porque essa não é uma obrigação apenas e tão somente do Governo Federal. Quero saber do senhor se há boa vontade por parte dos Estados – eu acredito que haja na maioria. Então, eu vou fazer a pergunta ao contrário. Existe algum Estado que atrapalha, que dificulta? Havia, durante a sua gestão, uma harmonia para direcionar, nos Estados e Municípios, essa comunicação para que chegasse realmente à ponta? Havia relatórios? Como é que os secretários de comunicação, vamos dizer assim, dos Estados estão atuando? Nós precisamos também avaliar a gestão dos Estados e dos Municípios. Alguma coisa lhe saltou aos olhos?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Boa noite, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Boa noite.

O SR. FABIO WAJNGARTEN (Para depor.) **–** Meus pêsames ao seu assistente. Lamento demais pela criança que nasceu com a perda da mãe.

Com relação à mídia executada nacionalmente pela Secom, a gente também faz mídia que vai chegar aos Estados, se é que é um pouquinho do que a senhora perguntou. A gente faz mídia nacional e a gente faz mídia regional praça a praça.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Havia colaboração dos Estados ou havia algo para atrapalhar ou para desarticular ou para desinformar por parte de Estados e Municípios? Como é que o senhor avalia? Estava indo perfeitamente bem ou não?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Talvez seja o próprio tema da politização que transpareça a impressão de que a Secom do Presidente não tenha feito a comunicação apropriada, mas repito à senhora que a gente teve 11 campanhas, a gente investiu R$285 milhões, a gente esteve presente todos os meses com campanhas informativas e educativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas o senhor concorda que não é só um dever do Governo Federal fazer essa mídia nacional?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sem dúvida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor considera importante a comunicação dos governos estaduais e municipais também para auxiliar ou não é uma obrigação também?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – É dever deles também fazer mídia regional em cada uma das praças.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor acredita que está sendo feito de forma satisfatória?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu tenho visto muito pouco também, Senadora. Também tenho visto muito pouco.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor acredita que, na sua forma de entender de comunicação, eles precisam também trabalhar de forma harmônica com o Governo para poder informar à população a contento?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sem dúvida. Deveriam trabalhar de forma sinérgica, passando as mesmas mensagens.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor acha que isso acontece satisfatoriamente?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eu não tenho visto as campanhas regionais de cada uma, de praça a praça.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Na sua época?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não posso informar, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Parece que é uma obrigação só do Governo Federal, e na verdade não é.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sem dúvida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Porque não se falou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos investigando Estados e Municípios sobre responsabilidade no resultado que nós temos, no triste resultado. Porém estamos investigando também atitudes na gestão dessa comunicação. Então, Estados e Municípios também precisam ser avaliados na questão da comunicação.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sem dúvida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Na sua opinião é isso?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A comunicação é um dos elementos para combater a pandemia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Satisfeita em relação a isso, Secretário.

Antes, uma introdução.

Na campanha, desde a campanha, o Presidente Jair Bolsonaro dizia que ele não sabia tudo, que ninguém sabe tudo. Acho um ato de humildade esse. E dizia que ele ia contratar *experts*. Você é um *expert* na sua área. Nós temos vários exemplos de nomes técnicos que o Presidente colocou nos postos estratégicos. Até elogiei. Quando não dá certo, porque errar é humano, absolutamente humano, então, a gente vê que não há dolo. Certo? As mudanças, as muitas mudanças feitas, eu disse isso ao Ministro Queiroga, trouxeram um tanto quanto de paz. A mudança também do Chanceler ajudou bastante, porque o Ministro Carlos França tem feito um bom trabalho e tem harmonizado as nossas relações com outros países. Então, essas mudanças têm sido feitas para tentar corrigir o que não está andando bem. Considero isso, esse ato um ato de humildade.

Considerando a transversalidade da sua pasta, o senhor também não entende dos assuntos de todos os ministérios, afinal são 22, eu creio hoje, com algumas secretarias. O senhor, para poder fazer a informação, recebia *briefings* das outras pastas para poder publicar. Correto?

Concorda?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Correto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor trabalha com a informação de vários ministérios, que lhe passam informações.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Correto. A Secom tem uma área de articulação política. Correto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu lhe pergunto: na área da saúde, na área da pandemia, quem é que lhe passava as informações a serem publicadas? Quem é que passa os números para a Secom? Quem é que lhe informava? Porque isso não saía de sua cabeça. Correto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sem dúvida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, alguém lhe informa: olha, vamos publicar tal coisa em relação à saúde, em relação à pandemia. Quem lhe provia de informações a serem publicadas na Secom? Porque o senhor gere...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Isso

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O seu trabalho é gerir toda a comunicação do Governo Federal, correto?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, quem lhe municiava de informações?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Com relação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** À pandemia.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – ... à mídia digital, que a senhora se refere?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Toda a mídia.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Toda a mídia?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Toda mídia que estava na sua pasta.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Em relação à televisão, digital, toda ela. Quem lhe municiava?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – A Secom tem uma área de articulação e, à medida que surgia a necessidade de informar a população, quer seja o tema campanha de agro, campanha de economia, campanha de turismo, campanha de educação, qualquer tipo de campanha, dos mais variados temas, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era iniciada pelo próprio ministério e a Secom auditava e certifica o que recebia já pronto e, se fosse algum tema da Presidência da República, a Secom mesmo fazia todo esse processo. Quando a Secom não liderava essa iniciativa, a Secom já recebia as peças prontas, a Secom dava a conformidade e a peça era veiculada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então replicava o que os ministérios já haviam publicado.

Então o senhor recebia direto do Ministério da Saúde a informação? Eu estou sendo específica em relação à pandemia. Tudo que o senhor publicava pela Secom, publicava, veiculava, independente, vinha de onde a informação? Pelo o que o senhor me disse, do Ministério da Saúde.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Do Ministério da Saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Aí o senhor replicava, certo? É isso? Então a responsabilidade do que o senhor replicava é do Ministério da Saúde.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Numa campanha liderada pelo Ministério da Saúde, a Secom só dava conformidade nas peças publicitárias. Quem lidera todo o processo, a escolha de fornecedores, todo o processo é o Ministério.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A informação? Os números? Não estou falando de contratos; o conteúdo.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O conteúdo, o conteúdo da peça.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O conteúdo da peça publicitária, enfim...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Poucas vezes a gente se metia no conteúdo das peças, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O conteúdo vinha pronto para o senhor publicar?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O conteúdo vinha pronto...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não saía da sua cabeça?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Eles mesmos publicavam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E aí o senhor replicava?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Algumas vezes, sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Porque tem muita informação sobre pandemia...

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sim, sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E aí especificamente o que eu queria saber era isso: quem lhe provia informações?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – O ministério, o Ministério da Saúde em conjunto...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então a responsabilidade é do Ministério da Saúde, não é sua em relação ao conteúdo.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Sem dúvida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, é importante que isso fique claro, até mesmo porque a informação veiculada, o senhor fazia gestão, informava, o senhor não tirava da sua cabeça e era responsável pelo conteúdo?

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Não, de forma alguma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É importante que fique claro para não colocar nas suas costas essa responsabilidade total sobre isso.

Por fim – acredito que meu tempo já está acabando –, eu quero colocar aqui que muitas vezes, Sr. Presidente, muitas vezes não, eu acredito, eu não abro, não sou eu exatamente que abro a minha caixa de mensagens, eu tenho gente na minha equipe que abre. Então existe aí uma cadeia de responsabilidades. Não é a pessoa do Presidente Jair Bolsonaro que abre a caixa de mensagens. Então, para deixar claro isso. E dizer que, às vezes, eu concordo que precisamos ter muito cuidado em relação aos contratos. Sou advogada, é natural que você estude o contrato por um tempo, é normal, e é um dever ser diligente. Se fosse o contrário, de repente estaríamos numa CPI perguntando por que assinaram tão rapidamente o contrato com a Pfizer.

Então, é uma faca de dois gumes isso. Precisamos ter agilidade, mas precisamos ser diligentes. E aí às vezes até me parece que existe um *lobby* a favor da Pfizer, porque é muito desespero em cima disso. Mas, enfim, só quero deixar claro aqui que diligência nunca é demais, não podemos perder o *timing,* mas eu me recordo de haver isso.

Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Senadora, complementando a resposta e talvez, Presidente, em nenhum momento, faltei com a verdade e com o respeito a esta CPI.

Presidente, agradeço a deferência que o senhor me fez na sua última participação. Tenha a certeza...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só responda às perguntas da Senadora, por favor, Fabio.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perdão.

Senadora, com relação às peças, a senhora tenha a certeza de que a gente cumpriu toda a mensagem que precisava ser enviada à população naquele momento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não é médico. Então, o senhor não pode... Quem estava avaliando era o ministério. O conteúdo todo vinha do ministério. É isso.

O SR. FABIO WAJNGARTEN – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Antes de encerrar, eu quero aqui, em nome da CPI, de todos os membros da CPI, em nome dos titulares e suplentes, parabenizar os enfermeiros e enfermeiras do Brasil. Hoje é o Dia Internacional dos Enfermeiros e das Enfermeiras. Nós sabemos que são as pessoas que ficam 24 horas ao lado do paciente. Então, uma justa homenagem a esses guerreiros que estão cuidando de milhões de brasileiros neste momento, uma homenagem da CPI da Covid a todos eles.

A reunião amanhã é às 9h da manhã. Às 10h vamos ouvir o representante da Pfizer aqui.

Uma boa-noite a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 46 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia treze de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Eliziane Gama e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Roberto Rocha, Rose de Freitas, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Mecias de Jesus e Jorge Kajuru. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Carlos Murillo, Gerente Geral da Pfizer na América Latina, em atendimento ao requerimento 412/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 473 de 2021** que: "Requer Termo de Contrato de Encomenda Tecnológica nº 01/2020, celebrado entre a FIOCRUZ, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos e a Astrazeneca UK Limited." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 475 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores informações acerca das declarações do Presidente da República sobre a possibilidade de estar em curso uma guerra não declarada, promovida por nação estrangeira, por meio de "guerra, química, bacteriológica e radiológica." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 476 de 2021** que: "Requer à ABIN informações acerca das declarações do Presidente da República sobre a possibilidade de estar em curso uma guerra não declarada, promovida por nação estrangeira, por meio de "guerra, química, bacteriológica e radiológica"." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 477 de 2021** que: "Requer seja encaminhado pelo Google LLC cópias dos vídeos listados em anexo, bem como informações de registro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 478 de 2021** que: "Requer seja encaminhado pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) do Governo Federal e pela Assessoria de Comunicação Social - ASCOM do Ministério da Saúde todos os documentos, comunicações e informações sobre os canais no You Tube listados em anexo durante o período de 2020 a 2021." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 479 de 2021** que: "Requer ao Ministériovdas Relações Exteriores todas as informações, telegramas e documentos sobre a obtenção de cloroquina/hidroxicloroquina para o Brasil durante a pandemia da covid-19, seja por meio de aquisição pelo governo ou por empresas, doação, liberação de remessas ou outra modalidade." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 480 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores todas as comunicações, telegramas e documentos enviados ou recebidos sobre a obtenção de vacinas contra a Covid-19 para o Brasil." **Autoria:** Senador Randolfe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 489 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores cópia de telegramas ou outras comunicações formais do Itamaraty para embaixadas brasileiras no exterior, para organismos internacionais ou para empresas solicitando agilização ou intervenção no processo no aquisição, importação ou fornecimento de medicamentos supostamente indicados ao tratamento da infecção causada pelo novo Coronavírus e, ainda, de vacinas contra a mesma infecção." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 522 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da EMS SA, Carlos Sanches, informações sobre a produção de alguns medicamentos que compõem o denominado "kit covid"." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 323 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI a Sra. Mayra Pinheiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 437 de 2021** que: "Requer a convocação da Sra. Mayra Pinheiro - Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 465 de 2021** que: "Requer a convocação da Sra. Mayra Pinheiro, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 516 de 2021** que: "Convoca Mayra Pinheiro, Secretária da Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 189 de 2021** que: "Requerimento de Convocação da Sra. Nise Hitomi Yamaguchi, médica oncologista e imunologista. APROVADO COMO CONVITE" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado como Convite. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 524 de 2021** que: "Convoca a Dra. Nise Hitomi Yamaguchi. APROVADO COMO CONVITE" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado como Convite. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 525 de 2021** que: "Convoca Jurema Werneck, representante do Movimento Alerta." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 150 de 2021** que: "Convida, a fim de prestar informações sobre as evidências cientificas que comprovam a eficácia do tratamento precoce contra a Covid-19, Ricardo Dimas Zimmermann, Médico Infectologista; Francisco Eduardo Cardoso Alves, Médico; e Flávio Cadegiani, Médico." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 146 de 2021** que: "Convida a Dra. Nise Hitomi Yamaguchi, doutora em pneumologia, mestre em alergia e imunologia, especializada em oncologia clínica, diretora no Instituto Avanços em Medicina, e médica do Hospital Israelita Albert Einstein, para debater acerca dos tratamentos médicos utilizados no combate à COVID-19." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado em decorrência da apreciação dos requerimentos 189 e 524 como convites. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 214 de 2021** que: "Convida a Dra. Nise Hitomi Yamaguchi, doutora em pneumologia, mestre em alergia e imunologia, especializada em oncologia clínica, diretora no Instituto Avanços em Medicina, e médica do Hospital Israelita Albert Einstein, para debater acerca dos tratamentos médicos utilizados no combate à COVID-19." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Aprovado em decorrência da apreciação dos requerimentos 189 e 524 como convites. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/13

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à votação de requerimentos e à oitiva do Sr. Carlos Murillo, Gerente-Geral da Pfizer na América Latina.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Questão de ordem do Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir a V. Exa... Eu fiz essa questão ontem, mas eu não tive a resposta. Nós temos mais de quase 30 documentos sigilosos já disponíveis.

V. Exa. vai liberar hoje a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós teremos...

Hoje, acho que esta sessão será um pouco mais curta, acredito eu. Eu conversei com o Relator, Senador Renan Calheiros, e com o Senador Randolfe, Vice-Presidente. Faremos uma reunião após esta sessão na minha sala, lá no meu gabinete. É pequeno o gabinete, mas a gente se acomoda para a gente determinar sigilos, essas coisas, responsabilidades e tal entre nós aqui e Senadores da Comissão. Então eu convido Senadores da Comissão para, logo após terminar aqui, a gente ir lá e definir a forma como vamos operar, até porque tem documentos sigilosos que nós não podemos expor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para lembrar a V. Exa., a Casa tem... O Senador Renan já foi Presidente várias vezes e sabe que o Senado talvez tenha a maior tecnologia e o maior controle de tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, a gente já teve várias CPIs nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O que a gente precisa mesmo só ter a senha, porque, acessou, já tem a digital de quem olhou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje o Secretário que está responsável por isso estará lá, logo após a reunião, para que a gente possa fazer tudo isso, e V. Exa. já tenha aquilo que o senhor requereu – o requerimento já chegou – e tenha acesso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu quero pedir mais uma a vez a V. Exa. mais um detalhe. Se V. Exa. puder fazer a defesa... Cada integrante tem direito a um assessor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Não, é por partido. O PSDB tem direito a um assessor por partido. O que nós acertamos foi por partido, porque nós não temos condições de... Se houver 12, 13 Senadores aqui... Então, o PSD tem dois Senadores e tem um assessor; o PSDB tem dois Senadores e tem um assessor; o DEM tem um assessor; o MDB tem dois Senadores e tem um assessor. Foi o que nós... Só que a gente é maleável às vezes, o senhor está entendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu queria pedir, então, a V. Exa. uma certa flexibilização. Vou explicar a V. Exa.: é muito documento, não é? Por exemplo, do nosso bloco nós temos três, o Senador Tasso, tem o Senador Girão e o Marcos do Val. Ambos são do Podemos. Então, vão ter direito a um só.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas o Podemos tem assessor aqui, com certeza, porque o Senador Eduardo Girão deve ter indicado. Não é, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não... Sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como o do PSDB, acho, o Senador Tasso indicou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Tasso tem. Ele está fazendo um belo trabalho. Mas eu gostaria de pedir a V. Exa. se o Líder pudesse ter, porque é muito documento, e a gente tem pouco prazo na CPI. Então, eu gostaria... E é inclusive servidor do Senado, não é nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está pedindo para ficar aqui dentro?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, não. Ter acesso a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. A responsabilidade sempre será sua. Quem vai ler esse documento e, se vazar alguma coisa, é responsabilidade do Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu sei disso. Disso eu sei, óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É impossível um Senador ler 300, 400 páginas e, muitas vezes, se ater a questões técnicas de que a gente não tem conhecimento, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, então a gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu mesmo, se eu for ler alguns tipos de documentos que estão chegando aqui, eu vou pedir assessoria. Está certo?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, aqui a Comissão tem duas pessoas, que foram aprovadas, do TCU e que estão à disposição dos Senadores para alguma informação e tem todo o quadro técnico do Senado, que tem de ter a responsabilidade. Por isso que estou dizendo, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu, tendo a senha, posso acessar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A responsabilidade é sua.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Então, tendo a senha, para mim, é suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem vai ler e vai orientá-lo... Até porque nós não somos obrigados e nem temos condições de sabermos tudo tecnicamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Não, tendo a senha, não há nenhuma dificuldade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para questão de ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É uma questão de ordem, breve. Já comentei com V. Exa.

É de conhecimento de todos os membros da presente Comissão que os requerimentos de informação, essenciais para a fase instrutória, foram aprovados em bloco e continuam sendo aprovados sem nenhuma restrição, como forma de prestigiar o espírito democrático, que deve reger os trabalhos. Da mesma forma, não se ignora que todos os requerimentos apresentados e aprovados expuseram, ao menos que formalmente, justificativas nas quais se consignavam as razões pelas quais se reputa adequado o acesso às respectivas informações.

Contudo, ainda no que diz respeito às requisições de informações, não houve efetiva análise meritória acerca da conveniência de cada pedido individualmente considerado, ou seja, quando se procedeu à votação em conjunto, não foram objeto de exame os fatos que se pretende provar após o acesso ou através do acesso a cada documento e informação.

Nessa esteira, considerando que a gente tem aqui a possibilidade, através do art. 153 do Regimento Interno, da aplicação subsidiária do Código de Processo Penal e que nós temos aqui na Comissão poderes investigatórios próprios de atividades judiciárias, segundo a qual é facultado, com aplicação do 156, II, do Código de Processo Penal, ao juiz de ofício "determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir a sentença, a realização de diligências para dirimir dúvidas sobre ponto relevante", é a questão de ordem no sentido de que, levando em conta o dever de eficiência, o dever de celeridade, todos eles de matiz constitucional, se requer que o exame dos documentos franqueados a cada solicitante caiba ao próprio solicitante, que, em seguida, em etapa seguinte, encaminhe ao Relator os pontos que considera relevantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exemplifico: digamos que o Senador Alessandro solicitou uma carga de documentos – em respeito à democracia, todos nós aprovamos –, mas cabe ao próprio Alessandro fazer uma análise e apontar quais são os pontos que são fatos conexos com o principal e que têm relevância para a investigação.

O que se objetiva aqui é evitar uma sobrecarga na equipe da CPI, que, como o senhor já exemplificou, é bastante exígua, e permitir ao Relator que siga aquilo que está dentro do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, V. Exa. está fazendo uma questão de ordem corretíssima, até porque quem pede tem uma razão para estar pedindo. E a razão ele vai descobrir nos documentos que chegarem à mão dele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E aí encaminha já para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muitas vezes o que um Senador está pedindo eu não tenho nem conhecimento, não é?

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas na esteira do que o Senador Alessandro mencionou, só é preciso estabelecer um prazo para quem solicitou para compartilhar para os demais ou então facultar aos demais que queiram ter acesso a esse conjunto de documentos tê-lo. Agora, assim, a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o prazo que V. Exa. sugere?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, são duas hipóteses aqui – para mim, as duas atendem. Veja, ou estabelece o prazo, ou então acho que a outra hipótese seria dizer o seguinte: quem solicitou tem a primazia, mas, se outro Parlamentar quer ter acesso a esses documentos, que ele tenha a possibilidade de ter acesso a esses documentos para análise.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que, quando o outro Parlamentar for ter acesso, é bom que seja registrado, porque, se vazar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, a regra é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a regra tem que ser a mesma. Por isso que eu estou dizendo. Não dá para um Parlamentar passar para o outro; tem que ser via Secretaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.? Para não termos problema depois. Entendeu?

Então, qual é o prazo que V. Exa. sugere? Porque tem documentos que vêm com 200, 300 páginas. Eu não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu não sei se é necessário um prazo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Por que a gente não faz o prazo do CPP?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É, talvez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, o prazo do CPP. Sr. Presidente, o prazo do Código de Processo Penal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Qual é a sugestão?

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Alessandro, qual é o prazo estabelecido do CPP? O prazo do CPP, o prazo do Código de Processo Penal, para dar carga e poder disponibilizar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu acho que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o prazo do...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu acho que mais importante do que delimitar um prazo – não sei se o colega concorda – é a ordem dos trabalhos. Quem pede os documentos analisa os documentos para poder encaminhar ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma... Quando chega... O secretário está me informando que, quando chega, fica disponível no *drive* – não é? É isso? –, no *drive* sigiloso. Quer dizer, mais de um Senador pode acessar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode, é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que estou dizendo, então acho que não tem nenhum prazo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Acho que ele pediu, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, se tem a possibilidade de acesso para os demais, aí, nesse caso, acho que não há necessidade do estabelecimento de prazo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, prazo, enquanto a CPI estiver funcionando vocês podem ter acesso, tá?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Prazo é no caso de esgotar com quem solicitou, mas se os outros têm acesso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso que eu não queria estar discutindo isso aqui, porque é um negócio tão... É muito mais burocrático do que... Por isso que eu quero que a assessoria...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Relator tem acesso a tudo, independente de prazo, como qualquer um de nós.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o que eu quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O grande problema, Presidente, com a sua aquiescência, é que, se por acaso eu incorrer na quebra da guarda... Entendeu? Porque o sigilo vai ser transferido para a Comissão e para cada um de nós. Se eu quebrar o sigilo de algo sigiloso, eu terei que responder efetivamente por isso. E isso vai acontecer com qualquer um.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Vai ficar a digital de quem acessou, vai apurar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E além disso, Sr. Presidente, só para deixar mais objetivo ainda, o que não pode acontecer é que eu solicite, como membro da Comissão, um caminhão de documentos, nada faça com eles, e ao final do processo eu diga: "Sr. Relator, por que o senhor não se manifestou sobre os documentos que eu pedi?". Isso é o que eu estou tentando evitar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso aí. Está certo? Quem tem que orientar o Relator pontualmente é o requerente do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, da informação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, em relação a essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente... É impossível ele ter acesso a tudo e saber o que o Senador quer no final, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que V. Exa. está advertindo a CPI é em relação àqueles autos, aqueles processos que são encaminhados à CPI com o carimbo de sigiloso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque tem muitos documentos que não têm sigilo, aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. A grande maioria dos documentos não é sigilosa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É apenas o que tem sigilo. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mais da metade é pública.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esses que estão sendo encaminhados com sigilo, é sigilo judicial. Judicial.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Porque quem pode declarar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem sigilo de inquérito policial... Por isso, Senador, eu não queria estar debatendo isso e pedi para fazer uma reunião logo após, para a gente chegar num acordo. E todas essas questões seriam dirimidas entre a gente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então vamos fazer lá. O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente se reúne, em meia hora a gente resolve tudo isso. Aqui eu não tenho todas as informações que V. Exas. querem, e quem pode me dar as informações é a equipe técnica aqui, que pode me falar qual é o procedimento que eu devo tomar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Não é a primeira CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, por isso mesmo, nós estamos copiando as outras CPIs.

Cadê os requerimentos? Vamos votar logo os requerimentos?

Nós temos aí requerimentos para votar que foram solicitação dos Senadores.

Senador Renan, você pode ler, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por favor, Presidente.

Requerimentos de informações: Requerimento nº 473, de 2021, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 475, do Senador Tasso Jereissati; Requerimentos 476 e 477, do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 478, do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 479, do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 480, do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 489, do Senador Rogério Carvalho; Requerimento 522, do Senador Omar Aziz.

E requerimentos para oitivas: convocação de Mayra Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, requerimento do Senador Alessandro, do Senador Randolfe, do Senador Renan, do Senador Humberto Costa; convocação da Sra. Nise Yamaguchi, requerimento do Senador Marcos Rogério e do Senador Eduardo Girão; convocação da Sra. Jurema Werneck, representante do Movimento Alerta, do Senador Renan Calheiros; e, por fim, Requerimento, do Senador Luis Carlos Heinze, nº 150.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Eduardo Girão pede para incluir um requerimento, diz que há um acordo para votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Sim, extrapauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Na verdade, não há um acordo. Eu estou aqui fazendo um pedido ao Presidente, aos colegas para que a gente possa também aprovar este Requerimento nº 95, que é um requerimento que chama aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Sr. Paulo Maiurino, que é o Diretor da Polícia Federal, tendo em vista o requerimento em que eu relaciono as investigações. Foram mais de 61 investigações da Polícia Federal, que levaram a 1.160 mandados de busca e apreensão, 12 prisões preventivas e 135 prisões temporárias contra suspeitos. É para ele poder vir aqui à Casa, explicar o andamento dessas investigações, trazer alguns dados importantes, para gente poder alternar – como a gente suscitou nestes dias – alguém do Governo Federal, que eu disse que aprovo todos no que depender de minha parte, e alguém dos Estados e Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... palavra. Por favor, peça pelo menos licença. Eu estou lendo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu pedi, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria dizer que o requerimento extrapauta que V. Exa. traz, pela primeira vez na história das Comissões Parlamentares de Inquérito, convoca o Diretor-Geral da Polícia Federal, ou seja, é uma tentativa de convocar uma instituição respeitável do País para depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Transforma em convite, sem problema nenhum. Pode transformar em convite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu não estou dizendo isso, eu estou dizendo que é uma coisa muito séria para V. Exa. pedir para colocar extrapauta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esta CPI é séria. Esta CPI deveria ser séria!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É tão séria, é tão séria que já teve este número de mortos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero que ela seja séria. O objetivo é esse.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Renan, esta CPI tem competência para convocar quem quiser, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor não está aqui para escolher quem nós temos que convocar ou não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem, para tentar organizar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, nós vamos votar...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Esta CPI tem competência para convocar quem quiser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, pela ordem.

Vejam. Os primeiros requerimentos, Presidente, os primeiros requerimentos aqui apresentados... Foram, inclusive, os próprios colegas do Governo que assim apontaram. Vejam. Apontaram o seguinte: os primeiros requerimentos que foram lidos já estavam previstos na pauta, é de conhecimento de todos. Eu faço aqui, às vezes, o que foi proposto, inclusive, pelos colegas do Governo, que é exigir 48 horas para apreciação de requerimentos que não tenham acordo.

Para este requerimento, claramente, não há acordo. Então, Presidente, não cabe este... Não tem acordo para ele ser extrapauta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para responder aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos destinar este requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para responder aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos este requerimento – este requerimento – pautar e, no tempo oportuno, vamos apreciar o requerimento, não há problema. Só que um requerimento que não tem acordo, que não foi pautado com antecedência, convenhamos!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas para concordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Não, é apenas para concordar quanto à questão. Eu acho que requerimento extrapauta deve entrar quando há concordância do Plenário, porque quem defende o Governo, a base do Governo... Também vai ter momentos, e já aconteceram aqui, em que a Oposição tentou colocar requerimentos e que nós não aceitamos. Então, neste caso, a Oposição não quer a convocação do Diretor-Geral da Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não... Espere um...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não quer a inclusão na pauta como acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pessoalmente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, eu acho que está tudo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para responder a V. Exa., responder ao Senador Renan e responder ao Senador Randolfe.

Ontem, eu fui procurado pelo Senador Eduardo Girão, que me falou da convocação. Eu fiz um alerta a ele, Senador Ciro: o Diretor da Polícia Federal tem sigilo no seu trabalho, trazê-lo aqui para fazer perguntas sobre inquéritos... Eu acho muito difícil ele responder, até porque ele não pode fazê-lo, mas, como existe uma predisposição de achar que esta Mesa só quer convocar as pessoas em quem tem interesse, eu disse: "Não, Senador, eu colocarei em votação". E alertei a ele: "V. Exa. conversou com o Diretor. Você acha que ele está disposto a vir aqui?". Porque ele não é obrigado a vir aqui falar de inquérito que a polícia está investigando! Ele pode chegar e: "Não, tem 200 inquéritos" ou "Sim, tem 1 milhão de inquéritos". E parar por aí. E aí nós vamos chamá-lo de mentiroso? Foi isso que alertei ao Senador Girão.

E, como o Senador Girão tem cobrado... E é normal um Senador cobrar que seus requerimentos sejam colocados em pauta...

É a mesma coisa com a Dra. Lindora, que ele quer convidar para vir aqui. Eu disse que tem que falar primeiro com ela. A Dra. Lindora investiga, ela não pode chegar aqui, numa CPI, e dizer para a gente quem ela está investigando, quem é bandido e quem não é, até porque ela faz o inquérito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminha à Justiça. E quem vai decidir no final é um juiz, um desembargador ou um ministro, não é ela que decide.

Foi esse o alerta que fiz ao Senador Eduardo Girão. Por isso é que eu coloquei extrapauta, porque assumi um compromisso com ele ontem baseado na conversa que eu tive: "É bom saber se o diretor ou qualquer policial federal que está investigando alguma coisa quer vir aqui falar sobre o assunto". Eu não sei se ele pode, na função que ele tem, vir a uma CPI para falar sobre inquéritos policiais. Eu não sei se ele tem essa... E nem sei se o Diretor da Polícia Federal tem conhecimento de todos os inquéritos abertos em Estados e Municípios. Eu acho que não tem... Na Polícia Federal, têm muita autonomia os delegados e as superintendências pelo Brasil afora. Então, esse foi o alerta que fiz ao Senador Girão. Falei agora! Falei: "Você conversou?". (*Pausa.*)

Olhem: o art. 207 – ele está me orientando aqui – diz que são proibidas de depor as pessoas que, em razão de suas funções...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o art. 207 de que diploma, Presidente? É do CPP, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do CPP:

> Art. 207. São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

Por isso que eu perguntei: a parte interessada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou alertando.

É porque toda hora dizem assim... Alguns Senadores me cobram publicamente: "Olha, você não coloca nossos requerimentos". Então, foi isso que eu alertei, Senador Eduardo Girão. Eu, por mim, coloco agora para votar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu quero me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, o Senador Ciro Nogueira, que pediu antes. Por favor, o Senador Ciro foi antes.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Está certa a sua assessoria ao citar esse Código, mas o Supremo tem entendimento de que, se a parte resolver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atender e achar conveniente, ela vem aí... Podemos lembrar que esta CPI pode até fazer depoimentos ou convocações sigilosas aqui. Isso não é problema nenhum.

Agora, eu acho que nós poderíamos transferir – o próprio Senador Girão concorda – para um convite. Se ele achar pertinente ou não, é uma opção do Diretor da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nós votaremos na terça-feira. Pode ser, Senador Girão? Está pautado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, deixa eu ponderar em relação a isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que este assuntou morreu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pela experiência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador Izalci.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, foi aprovado um requerimento de informação da Polícia Federal, para que encaminhasse à CPI toda a documentação relacionada ao Covid. Foi aprovado o requerimento, e os documentos estão chegando. Após a leitura desses documentos que chegaram, a que a gente não teve acesso ainda, nós vamos avaliar, até para perguntar para o Diretor da Polícia Federal. Se ele quiser fazer uma sessão secreta ou se quiser contribuir, você já sabe o que vai pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já chegaram mesmo os documentos?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós já aprovamos e já estão chegando. Chegaram 30 documentos já de sigilo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Polícia Federal?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Da Polícia Federal, eu não sei. Eu não tive acesso; eu sei que chegaram 28, mas eu digo assim: vamos aprovar depois.

Da mesma forma, qualquer convocação aqui, Presidente e Relator, para você convocar alguém, tem que ter alguma documentação. Então, vamos esperar os documentos, analisar os documentos, para depois ter fundamentação para convocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero falar uma coisa aqui...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu queria um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É impossível o Diretor-Geral da Polícia Federal ter conhecimento de todos os inquéritos. Você está me entendendo? É impossível, mas...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu queria um esclarecimento sobre a pauta, os requerimentos que estão sendo colocados.

Tem convocações de pessoas que eram objeto de requerimentos anteriores, diversos requerimentos. Eu queria entender por que essas pessoas estão sendo chamadas dessa forma, em requerimentos posteriores, qual foi o critério que a Presidência utilizou para não colocar os requerimentos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu mostrei a pauta, os Senadores tiveram acesso às pautas. Eu publiquei com antecedência. Eu tenho que publicar 48 horas antes; foi publicado 48 horas antes.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Essa foi incluída ontem à noite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, desde 48 horas antes.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Minha assessoria está me falando que foi incluída ontem à noite – ontem, 8h da noite. A sua assessoria pode esclarecer. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Sra. Mayra estava na pauta com antecedência. Qual é o que foi incluído ontem, Senador Ciro, por favor?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Nise Yamaguchi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Nise já está há 500 anos aí, todo mundo pedindo. O Senador Heinze e o Senador Girão estão me pedindo todo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Isso é o que eu estou colocando, Sr. Presidente. Os requerimentos que têm que ser colocados em votação seriam os requerimentos... Não a convocação que está sendo colocada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não entendi. (*Pausa.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Esses requerimentos foram incluídos no dia 12/05, às 20h11, da noite. Peça a sua assessoria para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Dra. Yamaguchi já estava... Eu tinha me comprometido com o Senador Girão e o Senador Heinze, que eles tinham me pedido que ela venha aqui desde o início.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, pode ter sido um equívoco nosso de ter pautado antes, Senador Ciro, mas era de conhecimento de todos que... Haviam pedido...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Convidada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, ela vem como convidada. Ela não é testemunha de nada.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – No requerimento, Presidente, que está aqui, está como convocação, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, uma sugestão a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente pode trocar, Senador Ciro, de convocação para convidado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É o que eu estou pedindo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu acho que, no de todos os especialistas, transformar a convocação em convite, porque ele é especialista, ele não é testemunha de fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Deixe eu falar uma coisa: a Dra. Yamaguchi foi ao meu gabinete. Eu falei isso aqui. Ela foi, ela se ofereceu para vir aqui, porque ela defende uma tese... Ela vai defender uma tese, e nós vamos ter que trazer aqueles que não defendem essa tese.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito, Presidente.

Eu só quero dizer que o requerimento que está sendo apreciado, que foi citado pelo Relator, está como convocação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ciro, eu sei. O Relator só está lendo os requerimentos, porque... Ele leu na íntegra, como foi pedido à Comissão. Foi só isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No caso dos requerimentos que apresentei, Sr. Presidente, eu já peço que seja consignado como convite.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Peço que seja votado o meu requerimento, que é anterior, como convidado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para corrigir, Sr. Presidente, é necessário, no caso específico da médica Nise, que ela seja ouvida como testemunha, porque ela participou de fatos. Ela é, de fato, testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Requerimento 189, do Senador Marcos Rogério, entrou ontem; já estava há muito tempo aí e era um pedido dele.

O Requerimento 524, do Senador Eduardo Girão, também entrou ontem, mas já havia o pedido anterior.

A convocação da Sra. Jurema Werneck – eu acho que é isto: Werneck – também entrou ontem.

E o Requerimento 150, do Senador Luis Carlos Heinze, que convida – convida – a fim de prestar informações sobre as evidências científicas que comprovam a eficácia do tratamento precoce contra a Covid: Ricardo Dimas Zimmermann, médico infectologista; Francisco Eduardo Cardoso Alves, médico; e Flávio Cadegiani, médico.

E eu quero pedir aos nobres Senadores que, quando for convite, primeiro, tem que falar com a pessoa para ver se ela se dispõe a vir, porque, se a gente faz um convite e a pessoa não vem, é ruim para todo mundo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já falei. Está falado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Só estou fazendo um alerta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas todos eles têm a natureza de convocação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. É convite.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Convite.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São médicos infectologistas. Não tem como convocar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, só para fim de encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu não sei, pelos outros requerimentos, quem foi convidado. Eu gostaria que, no dia que fosse convidado, viesse alguém que fale a favor e alguém que fale contra para não ficar três contra num dia e três a favor em outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não podemos fazer debate aqui, Senador. A CPI investiga, ela não faz debate.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não é audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é uma acareação. Nós vamos ouvir, com o maior prazer, quem defende, quem defende contra e a favor, para a gente tirar as conclusões necessárias, mas CPI não pode fazer acareação... Não é que não possa; poder pode, mas não podemos trazer dois médicos, um que pensa de uma forma e... A gente vai ficar aqui como bobo da corte, ouvindo os dois falando, e não vai perguntar nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não seria o caso de acareação de conceitos ou de teses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São convites e são conceitos de cada um que a gente respeita – eu discordo, mas respeito.

O.k., Senadores? Posso votar, Senador Ciro?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Desde que seja substituído por convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, apresentei aqui um requerimento... Duas coisas.

Primeiro, é para registrar ao pessoal da assessoria que, da mesma forma que o Senador Renan Calheiros, nós, Senador Rogério Carvalho e eu, também fizemos a solicitação da convocação da senhora representante do Movimento Alerta, Jurema Werneck. Só para que faça esse registro.

Segundo, eu pedi para incluir na ordem do dia de hoje desta CPI, como extrapauta, um requerimento que propõe que nós façamos uma recomendação ao Ministério da Saúde, diante da afirmação do Ministro aqui de que ainda está definindo se, de fato, deve incorporar esses medicamentos do chamado tratamento precoce aos protocolos do Ministério da Saúde, para que se suspenda essa nota técnica que faz a recomendação até que se conclua esse trabalho que o Ministro disse que está sendo feito pela Conitec. Então, era esta a solicitação: que nós pudéssemos fazer essa recomendação. Não é nada imperativo, mas é importante, no sentido de que não se continue a dar essa orientação de utilização desses medicamentos sem qualquer eficácia.

Poderia ser objeto da votação ou não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. Desculpe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Apenas para fazer uma ponderação no sentido contrário: embora o Ministro tenha dito que não há esse protocolo – e ainda que houvesse, em outras circunstâncias, Sr. Presidente –, carece de competência científica, respeitosamente, a CPI para fazer esse tipo de recomendação. Sobre a mesma alegação que se faz com relação ao que se pratica, sendo questionado pela ciência, a CPI não pode dar ordem ou recomendar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, o seu encaminhamento está correto. Acontece que o Ministro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O Ministro Queiroga ficou falando na Conitec, na Conitec. O que nós temos que fazer é trazer a Conitec aqui. E por que tanto tempo, se é só isso que eles têm para fazer lá? Há alguma coisa mais importante neste momento para a Conitec fazer do que analisar a questão da cloroquina? Há algo mais importante? Eu creio que não. Eu creio que o Ministério da Saúde, neste momento, e a Conitec, principalmente, não têm nada mais importante do que dar um parecer técnico sobre a cloroquina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá no Amazonas, em Manaus, vários médicos das Unidades Básicas de Saúde continuam prescrevendo *kit* Covid, como em Sergipe, como em Rondônia, como em vários Estados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hospitais particulares, públicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, a Conitec, ou por omissão – e aí a gente vai saber quando eles vierem aqui – ou para dar satisfação a quem manda, naquele estilo "manda quem pode, obedece quem tem juízo"... Nós temos que trazer a Conitec, nós não temos que discutir com Conselho Federal de Medicina, nós não temos que discutir com Conselho Regional de Medicina, não. Quem tem que dar um parecer sobre isso é o órgão que, segundo o Ministro Queiroga, passou aqui o tempo todo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a lei que diz.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Segundo a lei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Segundo a lei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a lei que diz.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A lei estabelece que a Conitec é quem define o que deve ou não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... ser usado no Sistema Único de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, a questão de ordem do Senador, meu colega, Marcos Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Enquanto a Conitec não fizer, muitas pessoas... O Conselho Regional de Medicina do Amazonas pode pensar de uma forma...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com todo respeito, está equivocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco pensar de outra forma. Por quê? Por que não tem um critério da Conitec, que já teve tempo suficiente para analisar isso. Então, o Presidente da Conitec, esse, sim... E eu quero que faça a convocação dele imediata para ele vir aqui, para que eu vote terça-feira. E trazê-lo aqui para saber por que a Conitec... Até porque o compromisso do Queiroga... O Ministro Queiroga aqui falou diversas vezes: "Não, na questão dos fármacos, eu não posso me posicionar, porque eu estou esperando a Conitec se posicionar". Foi isso ou não foi isso que ele falou aqui?

Então, Senador Humberto, eu acho que a nossa recomendação ao Conselho Federal de Medicina...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não, não, ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ao Ministério! Eu acho que tem que ser um pedido de pressa para a Conitec se posicionar. Eu acho que isso é o mais importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, para uma comunicação rapidíssima...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, desculpe atrapalhar.

É que nós recebemos aqui, para os senhores terem uma ideia da audiência dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma recomendação do Procurador-Geral da República, que diz assim – prestem um pouco atenção nisto: "Se a Lindora for convocada, será uma afronta ao Ministério Público sem precedentes na história do Brasil. O Supremo, membros do Ministério Público, juízes serem convocados a prestar depoimento sobre atividade fim... Não pode! É uma recomendação. Nós nos comprometemos de outra forma, mas isso não pode ser feito.

Senhores e senhoras, nós temos competência aqui constitucional. Nós temos que aprofundar essa investigação nos limites da Constituição. Nós não podemos ir além disso. Não temos como!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, só para fazer aqui um contraditório ao Relator: não existe nenhum local na Constituição dizendo que não pode vir. Não tem precedente. Não tem precedente, mas esta CPI, da forma que ela começou, com conflito de interesse flagrante do senhor com relação ao filho, que a gente tem colocado aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele fala aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se a gente não for olhar para gestores municipais e estaduais, se a gente não fizer o nosso trabalho aqui, esta CPI, que já caiu no descrédito do povo brasileiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... já totalmente fica sem sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ou a gente faz... Tem um requerimento, Senador!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tem um requerimento meu!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Poxa, a gente precisa pelo menos fazer com que a coisa tenha um pouco de credibilidade.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é o posicionamento do Relator, é o posicionamento do Dr. Aras, Procurador-Geral da República. Ele é que encaminhou uma mensagem, e o Senador Renan só a leu para os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas a gente tem o direito de convidar também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não! Ele disse que já falou com V. Exa. várias vezes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não. Falou comigo uma vez ontem. Falou uma vez comigo ontem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou dando uma informação que está aqui. Ele disse que já falou várias vezes e que é ingenuidade sua. Eu não acho que é ingenuidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não é ingenuidade, não! É querer buscar a verdade, que é o que esta CPI não quer buscar! Não é ingenuidade, não! Aqui é querer buscar a verdade para o povo brasileiro. Não estão querendo deixar a gente buscar a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu não acho que é ingenuidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E já começamos mal, tenho dito. O caminho está indo por outro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, por favor... Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, fala o Senador Randolfe e depois V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu pedi pela ordem, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Primeiro, Presidente, eu não aceito prejulgamentos de nenhum colega. Segundo, eu estou aqui representando o povo do meu Estado. Terceiro, o prejulgamento do meu colega, que ele possa manifestar, mas não generalizar a esta Comissão e aos seus membros. Isso não é correto, isso não é postura polida de um Parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço ao senhor que respeite a mim e a todos os colegas que estão aqui. E essa suspeição preditiva que V. Exa. faz do filho do Relator não cabe, porque não tem fato concreto para estar sendo trazido aqui para questionar aquele que foi eleito, que foi indicado pelo Presidente para assumir a Presidência da Comissão. Portanto, se V. Exa. tem uma posição, manifeste-a, mas não implique a Comissão e os seus membros, eu lhe peço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Só um minutinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... uma contraditória aqui ao nosso colega, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, eu quero dizer a V. Exa. que essa tecla de dizer que a Comissão caiu em descrédito... Isso aí não está nos jornais e na grande mídia nacional.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nem no povo. O povo estava assistindo, no Brasil inteiro, em praça pública ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem no meio do povo. Veja bem, isso é um pensamento isolado de V. Exa., e V. Exa. insiste em falar isso.

O senhor acha que nós iríamos... Quem tem que comprar vacina não é Governador, nem Prefeito, não; não é, não. E que salve a vacina.

Agora, o que o senhor quer investigar, eu concordo, até porque está no escopo da CPI. E, por mais de uma vez, já falei a V. Exa. que, assim que chegarem as informações tanto de Estados e Municípios, V. Exa. poderá – até porque o pedido foi feito pelo Senador Ciro Nogueira –, poderá chamar... Onde o senhor vir algum fato correlato em relação à CPI, nós chamaremos quem V. Exa. quiser – pode ter certeza disso –, até porque o primeiro Secretário estadual de Saúde a depor nesta Comissão será o do Estado do Amazonas, do meu Estado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma comunicação urgente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se eu não estou preocupado com o Secretário estadual de Saúde do meu Estado, você acha mesmo que eu vou estar preocupado com o Secretário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estadual de Saúde do Ceará, de Sergipe... Aqueles que fizeram alguma coisa indevida que seja comprovada pela CPI estarão no relatório final, não tenha dúvida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para fazer uma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, espera aí, Senador. O senhor já falou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor já falou.

O meu também é urgente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Procurador-Geral da República... O Procurador-Geral da República manda mensagem: "Senador, bom dia. Se Lindora for convidada, será uma afronta ao Ministério Público sem precedentes na história. O STF, não membros do MP e juízes a prestar depoimento sobre atividade fim. Nós nos comprometemos com a CPI e o Senador Girão a entregar toda a documentação disponível na PGR." Augusto Aras.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, essa é a opinião dele. Essa é a opinião dele. O que eu queria colocar, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para contraditar aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o Gerente-Geral da Pfizer está desde 9h da manhã...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nós vamos ouvir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A gente está atrasando um depoimento fundamental para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá. Vamos colocar em votação os requerimentos lidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os requerimentos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu fui citado aqui, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Daqui a pouco, Senador, só um minutinho, por favor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Espera aí, Presidente. É sobre os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor.

Requerimentos...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sobre os requerimentos. Quero saber se foi corrigido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já, já foi corrigido: convite.

Senador, vamos votar os requerimentos e os pedidos de informações que o Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sobre os requerimentos, me desculpe interromper e retardar ainda mais.

A correção solicitada, com justiça, pelo colega Ciro Nogueira faz menção ao requerimento que ele apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, só ao requerimento que ele apresentou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu pedi em relação aos que eu apresentei também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lógico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E os demais... Porque nós não podemos confundir o papel, isso aqui não é audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aos que eu apresentei também, Sr. Presidente, de especialistas: convite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Aos que eu apresentei também, Presidente: convite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o do Senador Renan é convocação; o do Senador Luis Carlos Heinze é convite; o do Senador Eduardo Girão é convite; o do Senador Marcos Rogério, convite; e o do Senador Ciro Nogueira, convite. O.k.?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Em votação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os requerimentos de informação e de convite...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Espera aí, Presidente. Esclareça: é convocação de quem o do Senador Renan?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está convocando uma doutora... Já foi lido aqui, Senador!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu quero esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convocação da Sra...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor está convidando e convocando a mesma pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convocação da Sra. Jurema Werneck, representante do Movimento Alerta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Convocando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convocando.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os requerimentos de pedido de informação, de convite e de convocação.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Agora eu peço para chamar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... o senhor disse que ia me dar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. com a palavra.

Enquanto isso, eu peço para adentrar o convidado aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Olha, como bem colocou ontem o Senador Renan Calheiros, o Brasil está olhando para a gente aqui nesta Comissão. O País está observando a postura de cada um e fazendo o julgamento do encaminhamento desta CPI.

Eu queria lhe colocar, Presidente, que a regra da boa convivência é o respeito. Nós estamos tendo respeito aqui pelos colegas. Eu jamais fiz ofensa moral a nenhum – jamais! – e jamais vou fazer, porque eu acho que a gente tem ficar no campo das ideias, combater o crime e não o criminoso.

Eu acredito que é importante, Senador Rogério Carvalho, que o senhor não diga que eu fiz prejulgamento algum, porque não teve prejulgamento aqui. Prejulgamento nós tivemos – e está na mídia comprovado isso – de membros desta Comissão. Inclusive o Senador Renan Calheiros já disse quem é o culpado e quem é o inocente disso tudo. Está na mídia, está no jornal *O Globo*. O senhor deu antes de começar a CPI. Eu acho que isso tira, sim, a credibilidade desta CPI para o povo brasileiro que está acompanhando *pari passu* aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo.

Vamos agora...

Nós já estamos com o nosso convidado, que vem como testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Irei ler ao nosso convidado Carlos Murillo, Gerente-Geral da Pfizer na América Latina... (*Pausa.*)

Ajude-o por favor aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Apenas para uma informação aos Senadores, porque a imprensa começa a questionar, e eu não sei se eu fui o primeiro gabinete a receber. Eu sei... E me parece que o Senador Petecão também recebeu, mas não sei se outros colegas receberam.

Foi encaminhada uma encomenda aos gabinetes. Na verdade, ao que me parece, é uma campanha de conscientização em relação a maus-tratos a animais. A minha assessora teve contato com esse objeto, com esse símbolo e desenvolveu uma reação alérgica.

Então, estou apenas advertindo os colegas Senadores e seus respectivos gabinetes, porque me parece ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Polícia do Senado tem que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... realmente uma campanha legítima de defesa aos animais. Mas parece que é um material de gesso e aí houve esse... Estou só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É para que todos tenham o devido cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Sr. Carlos Murillo, eu vou ler um compromisso que V. Exa. assume aqui.

O senhor promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu me comprometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, o senhor está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geralmente a gente abre para a testemunha falar, se quiser. Caso contrário, já passo às perguntas.

O SR. CARLOS MURILLO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Se me permite, vou utilizar alguns minutos para fazer uma introdução.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu só pediria para os assessores fazerem silêncio, porque ele vai falar no portunhol e, às vezes, as pessoas não vão entender e a gente pediria para todos fazerem silêncio, principalmente para quem fica dos lados conversando, por favor.

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) **–** Primeiro, gostaria de agradecer o convite para este importante processo.

Meu nome é Carlos Murillo, eu sou de nacionalidade boliviana, e atualmente sou Presidente Regional da América Latina para a Pfizer. Eu comecei a trabalhar na Pfizer no ano de 2005 e tenho já, então, 16 anos trabalhando na companhia. Comecei no meu país natal a Bolívia, e daí tive posições no Peru, Chile e nos Estados Unidos. No ano de 2017 tive a fortuna de vir para o Brasil como Presidente do Brasil, cargo que ocupei até novembro de 2020.

Em 1º de dezembro comecei na posição atual e fui promovido como Presidente Regional da América Latina. Porém, eu estive liderando as negociações com o Governo do Brasil, relacionadas às nossas vacinas, até a assinatura do contrato.

Como os senhores perceberam, o português não é minha língua materna, e por isso, de antemão, peço desculpas por erros que possa cometer. Tenho muito orgulho de falar que tenho uma filha de dez anos que fala português perfeitamente, e ela tenta corrigir minha pronúncia, mas ela fala que não consegue.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É que nossas filhas são mais inteligentes.

O SR. CARLOS MURILLO – Quando vimos a magnitude desta situação, vimos a pandemia realmente se espalhar pelo mundo inteiro, eu entendi, acho que como todos nós, que a única saída era a colaboração e que todos tínhamos que trabalhar juntos para sair deste momento. Eu realmente sou otimista de que o mundo está conseguindo e a Pfizer está contribuindo para isso.

Nessa linha, permitam-me começar da forma com que tenho começado muitas interações com autoridades governamentais, transmitindo meu sincero agradecimento e reconhecimento por este trabalho de serviço público que os senhores fazem pelo bem do Brasil e dos brasileiros. Entendo que o serviço público sempre foi muito, muito importante para a humanidade, para os cidadãos, mas, sem dúvida, numa situação tão complexa como esta, minha valoração e reconhecimento para os servidores públicos representados aqui através dos senhores é muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também permitam-me solidarizar-me com todos aqueles brasileiros e brasileiras que foram impactados diretamente pela pandemia e meus sentimentos para todos aqueles que perderam algum ser querido.

Muito no começo desta pandemia, a Pfizer entendeu que a saída, a solução da crise ia acontecer com a ciência, por um lado, mas também com a colaboração. As duas são intimamente relacionadas.

No mês de março de 2020, nosso CEO, o Sr. Albert Bourla, e nossa companhia comunicaram um plano de cinco medidas, que ele chamava de um esquema de colaboração sem precedentes. Hoje estamos aqui e temos esta possibilidade de falar de vacinas em grande medida como resultado dessa colaboração sem precedentes.

Este plano de cinco medidas contava, como primeiro ponto, com fazer disponíveis nossas ferramentas e conhecimentos, de maneira aberta, para todos os cientistas do mundo; o segundo componente do plano era colocar nossos cientistas – algumas das mentes mais brilhantes do mundo, alguns dos especialistas mais importantes – dedicados a encontrar uma solução para a pandemia; o terceiro ponto desse plano consistia em colocar à disposição toda a nossa *expertise*, como companhia, no desenvolvimento de uma solução terapêutica, especialmente para as companhias biotecnológicas menores. Hoje, temos em andamento muitas parcerias, como consequência disso.

Nós entendemos que uma coisa muito diferente de encontrar um potencial para remédio e vacina num laboratório é fazê-lo disponível para a população mundial.

O quarto ponto desse plano foi colocar à disposição toda a nossa *expertise* e nossa capacidade de fabricação de medicamentos e vacinas, também no entendimento de que, se a solução fosse encontrada noutra companhia, nós estaríamos dispostos a colaborar em fazer isso disponível para o mundo inteiro.

E o final, o ponto cinco, chamava uma colaboração sem precedentes, em nível privado e em nível público e privado. Talvez o melhor exemplo do resultado dessa colaboração foi a parceria da Pfizer com a empresa biotecnológica BioNTech. A Pfizer veio com toda a sua *expertise* na manufatura desse movimento, comercialização, fabricação em grande escala de medicamentos e vacinas, com a *expertise* da BioNTtech tecnológica, que vinha descobrindo e trabalhando com uma nova forma de vacinas, as vacinas de RNA mensageiro, e hoje estamos aqui como resultado dessa parceria.

A Pfizer entendeu que esse momento requeria um esforço sem precedentes, dada a magnitude da situação. Decidiu investir, a risco, mais de US$2 bilhões.

Nossa companhia não foi uma companhia que recebeu dinheiro de nenhum governo para o desenvolvimento de sua vacina e trabalhou em conjunto com autoridades governamentais do mundo inteiro e também com outras companhias privadas, para lograr que o impossível virasse possível. Como consequência desse esforço sem precedentes, nós fomos capazes de oferecer para o mundo a primeira vacina eficaz e segura contra a Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nossos esforços como companhia estão voltados à parte produtiva, incrementar a quantidade disponível da vacina. Nós continuamos investindo em adequações à nossa capacidade de manufatura, continuamos investindo em parcerias para conseguir os insumos para poder produzir nossa vacina, com muitos bons resultados.

No começo deste ano, a expectativa da produção da nossa companhia era de 1,3 bilhão de doses da vacina. Até algumas semanas, esse número já era de 2,5 bilhões de doses, e, no dia de hoje, nós estamos falando de possivelmente atingir 3 bilhões de doses.

Nossa companhia opera no Brasil desde 1952. Nós temos muito orgulho de nossa participação neste País. O Brasil é sem dúvida o mercado mais importante para a nossa companhia dentro da América Latina.

Em linha com isso, em julho de 2020, a companhia decidiu incluir o Brasil como um dos poucos países no mundo para fazer o estudo clínico Fase III de nossa vacina.

Hoje, quero também, nesta oportunidade, me permitir agradecer aos 2,9 mil voluntários brasileiros que fizeram parte deste *logro* histórico. Essa participação significativa de pacientes brasileiros permitiu que hoje possamos falar de um estudo clínico que trouxe para o mundo a primeira vacina sintética de RNA, a primeira vacina efetiva e segura contra a Covid-19, mostrando uma eficácia de 95%.

Em linha com essa eficácia, a Anvisa no Brasil aprovou o registro permanente – um dos primeiros países no mundo a ter essa autorização permanente – de nossa vacina, em 22 de fevereiro de 2021. Posteriormente, 19 de março, nós assinamos o primeiro contrato de fornecimento da nossa vacina com o Governo do Brasil por 100 milhões de doses. Nosso contrato prevê a entrega de 13,5 milhões de doses no segundo trimestre, mais 86 milhões no terceiro trimestre. Aliás, consideramos hoje que, no primeiro trimestre, nós vamos ser capazes de fornecer no Brasil 15,5 milhões de doses.

Nesta semana, e acho que estamos a postos provavelmente amanhã, estamos nas fases finais de assinatura de nosso segundo contrato com o Governo do Brasil, também por adicionar esses 100 milhões de doses. O contrato prevê a entrega de esses 100 milhões de doses adicionais no quarto trimestre deste ano.

Permita-me lhes transmitir que, com uma satisfação e um orgulho, muito sentido, eu sei que hoje nós vamos conseguir vacinar com esta vacina quase a metade da população do Brasil.

Ainda temos muito a fazer, mas estamos convencidos de que juntos, continuando trabalhando, vamos conseguir sair exitosamente deste difícil momento para os cidadãos do Brasil e do mundo.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar com os senhores e aguardo as perguntas de V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Sr. Carlos Murillo.

Vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros, que, pelo tempo que desejar, poderá fazer as perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Omar Aziz, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Vice-Presidente, Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Carlos Murillo Medina, Gerente-Geral da Pfizer na América Latina, tem um currículo muito bem-posto.

Da Pfizer todos nós conhecemos a sua história. Começou em 1849, em Nova York, quando os primos imigrantes alemães Charles Pfizer e Charles Erhart iniciaram a produção de insumos para preparo de medicamentos. A projeção mundial veio quando a dupla viabilizou a produção de penicilina em escala mundial. E, de lá, até a vacina contra a Covid. Tem uma estrutura, no Brasil, de 1,6 mil funcionários; no mundo, de 90 mil funcionários, distribuídos em 125 países. Tem fábrica no Brasil em Itapevi, tem 58 plantas industriais no mundo, teve um faturamento de US$54 bilhões, em 2018, no mundo, e de 6 bilhões, em 2018, aqui no Brasil.

Eu queria dizer da honra da sua presença. Muito obrigado por ter vindo.

Antes, Presidente, me permita dizer que ontem presenciamos um dos maiores desacatos a uma Comissão Parlamentar de Inquérito da história do Congresso Nacional, em particular do Senado. Ficou inequivocamente comprovado que o ex-Secretário de Comunicação da Presidência da República mentiu perante esta Comissão e cometeu o específico, concreto crime de falso testemunho, que é um tipo de crime, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu quero dizer a todos os pregadores do ódio que, ao final da sessão, nós vimos que o filho do Presidente da República, que sequer é membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, veio aqui numa missão de fazer a única coisa possível aqui, Sr. Presidente: ofender e escrachar. Eu quero dizer a esses pregadores que a minha resposta a todos esses ataques é este número aqui, este número de vítimas da pandemia. Eu tirei meu nome, coloquei este nome aqui para que não haja dúvidas sobre o motivo pelo qual nós estamos aqui investigando. Se houve homicídio, se houve genocídio, se não houve genocídio... Se houve, quem é o responsável ou quem são os responsáveis? Porque esta CPI, Sr. Presidente, não trata do Senador Omar, do Senador Renan, de nenhum de nós. Nós estamos aqui em respeito a essas vítimas, a essas vítimas. E a resposta que nós poderemos dar, da melhor forma, é com o aprofundamento dessa investigação. Eu quero dizer às famílias dessas vítimas, aos mais de 15 milhões de sequelados da Covid no Brasil que, haja o que houver, intimidação todos os dias, não haverá problema. Hoje mesmo o Presidente da República foi a Alagoas inaugurar obras estaduais – não é? –, numa evidente provocação a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A resposta a essas ofensas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofundar a investigação. Por isso, Carlos Murillo, sua presença aqui é muito importante, fundamental para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E começam as perguntas.

Quais são as estratégias e diretrizes de atuação Pfizer no mercado mundial de vacinas contra a Covid?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Desde o começo da pandemia, desde o começo de nosso plano de desenvolvimento, a estrela do norte de nossa companhia foi o acesso equitativo e justo de nossa vacina para todos os cidadãos do mundo. Essa é a estratégia que nós temos em relação a esta situação, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa continua comprometida a vender vacinas apenas a entes públicos em todos os países?

O SR. CARLOS MURILLO – Por enquanto, esta continua sendo a posição da companhia: a venda aos governos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a participação percentual da Pfizer no mercado mundial de vacinas contra a Covid?

O SR. CARLOS MURILLO – Não conheço a resposta a essa pergunta a V. Exa. Posso me comprometer a consegui-la e fazer chegar a S. Exas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Quando a Pfizer começou a negociar com os governos os contratos de fornecimento de vacinas?

O SR. CARLOS MURILLO – Como parte do plano de desenvolvimento da vacina e este plano de cinco medidas, a Pfizer começou a estabelecer contatos iniciais com os países do mundo inteiro, todos no mesmo momento, no mês de maio e junho de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa priorizou algum país na negociação, dando-lhes prioridade ou alguma condição favorecida?

O SR. CARLOS MURILLO – Não, Excelência. O objetivo da Pfizer foi sempre um acesso equitativo justo para a nossa vacina e não se priorizou nenhum país nestas negociações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os preços e as condições de entrega das vacinas oferecidas aos países são uniformes? Uma pergunta objetiva. Os preços são uniformes ou variam de acordo com as propostas aos diferentes países do mundo?

O SR. CARLOS MURILLO – A Pfizer defendeu uma estratégia de preço diferenciado em três níveis: países de renda alta, um preço maior; países de renda média, um preço menor; e países de renda baixa, um preço menor que os países de renda média.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A Pfizer tem atrasado a entrega de vacinas aos países com os quais tem contrato?

O SR. CARLOS MURILLO – Até o momento, nós temos sido capazes de cumprir, com muito orgulho, todos os nossos compromissos de entrega acordados nos acordos de fornecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Os estudos para o desenvolvimento da vacina foram iniciados no final de julho, e o Brasil foi um dos poucos países incluídos nesse estudo. Pergunta-se: a ideia da empresa era facilitar a autorização do fornecimento de vacina no Brasil?

O SR. CARLOS MURILLO – O objetivo da empresa com essa seleção dos países era selecionar os países onde tínhamos possibilidade de fazê-lo de forma mais eficiente e exitosa e onde a prevalência da enfermidade era maior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quando começaram as tratativas da Pfizer com o Governo brasileiro?

O SR. CARLOS MURILLO – As primeiras reuniões sobre a possível vacina nesse momento começaram no mês de maio de 2020.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) **–** Maio de quê? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Maio de 2020.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) **–** Dois mil e vinte?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Maio de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como e com quem foram feitos contatos para negociação da vacina com o Governo Federal?

O SR. CARLOS MURILLO – Principalmente nossa interlocução foi com o Ministério da Saúde, mas também tivemos contatos com outras agências governamentais. Mas a negociação em si foi feita com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. poderia indicar essas agências governamentais e essas pessoas que participaram, de uma forma ou de outra, dessas tratativas? Objetivamente.

O SR. CARLOS MURILLO – Posso, vou tentar resumir. Se me permitem ir olhando também aqui a tela, porque é uma listagem maior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor pode ficar à vontade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, fique à vontade.

O SR. CARLOS MURILLO – Nossa interlocução principal no Ministério da Saúde, a pessoa com quem eu interagi diretamente no processo foi o ex-Secretário Elcio Franco. Dentro do Ministério da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Do Ministério da Saúde, não é?

O SR. CARLOS MURILLO – Do Ministério da Saúde, o ex-Secretário Elcio Franco. Dentro do ministério, a lista de pessoas que participaram em diferentes reuniões incluiu o Sr. Hélio Angotti, Sra. Camile Giaretta, Sra. Francieli Fantinato... Arnaldo Correia. Acho que tenho coberto a maioria, mas temos uma listagem detalhada, que também nós estamos fornecendo como parte do requerimento.

Adicionalmente à interlocução com o Ministério da Saúde, nós tivemos contato com o Ministério da Economia, em seu momento com o Ministro Paulo Guedes, com o Vice-Ministro Carlos Costa. Dentro dessa reunião com o Ministério da Economia também tinha muitas pessoas lá na reunião e, como parte do Ministério da Economia, também posso fazer o detalhe posteriormente – e também tivemos relacionamento com a Secretaria de Comunicação, o ex-Secretário Fabio Wajngarten.

Acho que, de maneira relativamente compreensiva, eu resumiria a esses órgãos do Governo... Ah, desculpe-me por omitir isto: também tivemos conversações com Senadores, tivemos uma reunião com o Presidente do Senado Pacheco, e também com alguns Deputados, eu tive reuniões com o Sr. Arthur Lira e o Deputado Luizinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se ao longo do depoimento V. Sa. lembrar de algum outro nome nessas tratativas, por favor, fique à vontade para dizê-lo.

Vários depoentes atestaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a existência de um aconselhamento paralelo do Presidente da República, em questões relacionadas à pandemia. Concretamente, V. Sa. tratou do fornecimento de vacinas da Pfizer com alguém que não ocupava cargo público ou função pública no Ministério da saúde?

O SR. CARLOS MURILLO – Não, V. Exa. Nós não tivemos nenhum relacionamento em tratativas relacionadas ao fornecimento da nossa vacina com ninguém que não tenha sido oficialmente autorizado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só lembrar a V. Exa., sem interrompê-lo, que V. Exa. prestou um compromisso para dizer a verdade. E nós vamos, na procura da verdade, exatamente cobrar que essa linha coerente se estabeleça em todas as respostas. Se V. Exa. pudesse fazê-las mais sinteticamente, eu acho que seria mais produtivo.

Como disse e queria repetir: é uma honra muito grande tê-lo aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Fabio Wajngarten facilitou o contato da Pfizer com o Governo Federal? Tomou parte em negociações para a compra da vacina pelo Brasil? Quando o ex-secretário da Secom se retirou das negociações? E com quem a empresa passou a tratar depois disso?

São algumas perguntas encadeadas, se nós pudéssemos ter uma resposta de V. Sa. concreta...

O SR. CARLOS MURILLO – Nossa negociação foi com o Ministério da Saúde. As conversações com o Sr. Fabio Wajngarten, em nosso entendimento, foram de uma possível coordenação dele, mas nós não conhecemos o funcionamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi por uma possível... Só para aclarar aqui a tomada das notas, o senhor pode repetir?

O SR. CARLOS MURILLO – Não entendi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A coordenação.

O SR. CARLOS MURILLO – Ah, coordenação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não conheço o funcionamento o funcionamento dos órgãos governamentais e não posso exatamente indicar a função das diferentes pessoas do Governo, mas enfatizo que nossa negociação foi feita com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, o depoimento está indo muito bem.

A imprensa divulgou que o Ministério da Saúde ignorou três tentativas de contatos realizados pela Pfizer. Isso é verdade?

O SR. CARLOS MURILLO – Acho que essa é uma resposta muito importante. Talvez o que eu possa fazer é dar um pouco de detalhe de todo o longo processo de negociação com o ministério, se V. Exas. me permitirem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não importa, nós temos aqui uma linha do tempo.

Por favor.

O SR. CARLOS MURILLO – Como comentei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Carlos, se o senhor me permite: o senhor pode ficar à vontade e, inclusive, por requisição, se o senhor tiver uma linha do tempo com as datas para declinar para esta Comissão...

O SR. CARLOS MURILLO – Tenho aqui. Vou me apoiar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade para detalhar.

O SR. CARLOS MURILLO – Como comentei, nós começamos as reuniões no mês de maio e no mês de junho. As reuniões dos meses de maio e junho foram reuniões iniciais, exploratórias, onde compartilhamos o *status* e andamento do desenvolvimento de nossa – nesse momento potencial – vacina. Como resultado dessas tratativas iniciais, no mês de julho, concretamente dia 16 de julho, nós fornecemos para o Ministério da Saúde o que nós chamamos – desculpem, não quero errar a palavra – de expressão de interesse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não se preocupe, está tudo muito claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Nessa expressão de interesse, nós resumimos as condições desse processo que a Pfizer estava realizando em todos os países do mundo. Em todos os países nós começamos ao mesmo tempo esse tipo de negociações.

Como consequência dessa expressão de interesse, tivemos outras reuniões no mês de agosto, começo do mês de agosto, onde aprofundamos alguns detalhes. Numa reunião em 6 de agosto, o Ministério manifestou possível interesse em nossa vacina e, como consequência disso, nós fornecemos no dia 14 de agosto nossa primeira oferta, que era uma oferta vinculante. Essa oferta, na realidade, eram duas ofertas – e vou me explicar –, porque era exatamente a mesma oferta, as mesmas condições, o mesmo preço, somente que uma era de 30 milhões de doses e a outra era de 70 milhões de doses, e essa oferta tinha o possível cronograma de entrega durante o final de 2020 e 2021. Em 18 de agosto nós voltamos a fazer a oferta de 30 e 70 milhões de doses, mas, nessa oferta, nós tínhamos conseguido um quantitativo adicional para o Brasil para o final de 2020. Em 26 de agosto nós fizemos a terceira oferta, também de 30 e 70 milhões de doses, e nessa terceira nós tínhamos conseguido uma quantidade um pouco maior para o primeiro trimestre de 2021.

Continuamos em tratativas no mês...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. pudesse só reforçar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só repetir as quantidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... as quantidades no tempo, citando as datas... Se puder disponibilizar as mensagens, entregá-las à Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MURILLO – Perfeito.

Vocês precisam que faça tanto da oferta, 30 e 70 milhões, ou querem que me concentrem na de 70 milhões?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De todos.

O SR. CARLOS MURILLO – Perfeito.

A oferta de 14 de agosto considerava um quantitativo de 500 mil doses para 2020; 1,5 milhão para o primeiro trimestre; 5 milhões para o segundo trimestre; 14 milhões para o terceiro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas isso é 2020?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Não, desculpe: 500 mil para 2020. Primeiro trimestre de 2021, 1,5 milhão; segundo trimestre de 2021, 5 milhões; terceiro trimestre de 2021, 14 milhões; e quarto trimestre de 2021, 9 milhões. Essa é a primeira oferta, de 14 de agosto, por 30 milhões de doses.

No mesmo 14 de agosto, 70 milhões de doses: a oferta era 500 mil doses para 2020; 1,5 milhão para o primeiro trimestre de 2021; 5 milhões para o segundo trimestre de 2021; 33 milhões para o terceiro trimestre de 2021; e 30 milhões para o quarto trimestre de 2021.

Na segunda oferta, falando dos 30 milhões, considerava 1,5 milhão de doses para 2020; 1,5 milhão de doses para o primeiro trimestre de 2021; 5 milhões para o segundo trimestre de 2021; 14 milhões para o terceiro trimestre de 2021; e 8 milhões para o quarto trimestre de 2021.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MURILLO – Dezoito de agosto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Dezoito de agosto.

O SR. CARLOS MURILLO – No mesmo 18 de agosto, a segunda oferta, mais dos 70 milhões, considerava: 1,5 milhão em 2020; 1,5 milhão, primeiro trimestre de 2021; 5 milhões, segundo trimestre de 2021; 33 milhões, terceiro trimestre de 2021; 29 milhões, quarto trimestre de 2021.

A terceira proposta, no dia 26 de agosto, para 30 milhões, considerou: 1,5 milhão para 2020; 2,5 milhões para o primeiro trimestre de 2021; 8 milhões para o segundo trimestre de 2021; 10 milhões para o terceiro trimestre de 2021...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MURILLO – Dez – um e zero. Essa é a minha pronúncia que a minha filha me corrige.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Está indo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Fique à vontade, Dr. Carlos.

O SR. CARLOS MURILLO – E 8 milhões, quarto trimestre de 2021.

No mesmo 26 de agosto, para os 70 milhões: 1,5 milhão em 2020; 3 milhões para o primeiro trimestre de 2021; 14 milhões para o segundo trimestre; 26,5 milhões para o terceiro trimestre de 2021; e 25 milhões para o terceiro trimestre de 2021. Isso até a terceira oferta, em agosto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, no mês de novembro, nós fizemos uma atualização da nossa oferta. A partir de novembro, já somente estávamos conversando por 70 milhões.

No dia 11 de novembro, fizemos oferta por 70 milhões. O quantitativo que, nesse momento, conseguíamos ofertar, e ofertamos, para o Brasil foi de: 2 milhões para o primeiro trimestre de 2021; 6,5 milhões no segundo trimestre de 2021; 32 milhões no terceiro trimestre de 2021; 29,5 milhões no quarto trimestre de 2021.

Posteriormente, em 24 de novembro, fizemos a mesma oferta com algumas considerações diferentes, principalmente no que diz a algumas condições para a execução desse contrato em base nas discussões com o Ministério da Saúde, que tinham que ver com a necessidade de ter o registro sanitário aprovado para poder assinar essa oferta.

De lá, pulamos para 15 de fevereiro de 2021, onde a oferta foi feita por 100 milhões de doses – de 70 milhões, em fevereiro, foi a 100 milhões de doses –, e a oferta considerava: 8,7 milhões no segundo trimestre de 2021; 32 milhões no terceiro trimestre de 2021; e 59 milhões no terceiro trimestre de 2021.

Finalmente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MURILLO – Quarto, quarto. Desculpe: 32 milhões no terceiro trimestre de 2021 e 59 milhões no quarto trimestre de 2021.

Finalmente, no dia 8 de março, nossa oferta dos 100 milhões foi por: 14 milhões no segundo trimestre de 2021 e os 86 milhões restantes no terceiro trimestre de 2021. Esse é o contrato assinado, o contrato que estamos trabalhando com o Governo do Brasil neste momento.

O quarto contrato, a oferta feita... O segundo contrato, desculpe. A oferta feita em 23 de abril por 100 milhões de doses adicionais considerava 30 milhões no terceiro trimestre de 2021, 70 milhões em 2021. Isso foi logo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MURILLO – Em 2021.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MURILLO – No quarto trimestre de 2021. E 100 milhões, não... E 30 milhões terceiro trimestre de 2021, 70 milhões quarto trimestre de 2021 – 100 milhões. Isso estamos falando já do segundo contrato que está sendo finalizado esta semana.

Posteriormente a essa data, em discussões com o ministério para manejar a logística, terminou-se o contrato que está sendo assinado, considera as 100 milhões de doses para o quarto trimestre de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agradeço a pergunta.

E, só para efeito de objetivo dos nossos trabalhos, eu fiz uma pergunta com base em informações da imprensa: se o Ministério da Saúde ignorou três tentativas de conversa, de contato realizado pela Pfizer com o Ministério da Saúde? Isso é verdade, Dr. Carlos Murillo?

O SR. CARLOS MURILLO – Nossa oferta em agosto tinha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contatos. Contatos.

O SR. CARLOS MURILLO – Desculpe?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conversas, tentativas de contato, de conversas.

O SR. CARLOS MURILLO – Vou para lá, Sua Excelência.

Nossa oferta de 26 de agosto tinha uma... Como era vinculante e estávamos neste processo com todos os governos, teria uma validade de 15 dias. Passados esses 15 dias, o Governo do Brasil não rejeitou, mas tampouco aceitou a oferta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dificultou as conversas, os acessos... É isso precisamente, ou o senhor está querendo dizer uma outra coisa? Nós precisamos entender.

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não poderia afirmar objetivamente que se dificultou a conversa. O que objetivamente posso afirmar: as condições que foram ofertadas e o tempo de validade dessa nossa oferta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não teve resposta. Não é isso?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tivemos resposta positiva...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. CARLOS MURILLO – ... nem negativa sobre essa oferta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem negativa. Não teve resposta.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ex-Secretário Fabio Wajngarten afirmou em entrevista e confirmou nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que a Pfizer, por meio de carta, ofereceu prioridade ao Brasil no fornecimento de vacinas, tão logo houvesse a aprovação da Anvisa. Pergunto: V. Sa. confirma essa informação?

O SR. CARLOS MURILLO – O que eu posso confirmar é que, depois de feitas essas ofertas, com data de 12 de setembro, nosso CEO mandou uma comunicação para o Governo do Brasil indicando nosso interesse em chegar a um acordo e que nós tínhamos fornecido para o Governo do Brasil as propostas anteriormente mencionadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito obrigado.

Quando e para quem essa carta foi enviada?

O SR. CARLOS MURILLO – Se me permitir, para não... (*Pausa.*)

A carta foi enviada em 12 de setembro, assinada pelo nosso CEO global, Albert Bourla, e tinha se dirigido ao Presidente Bolsonaro e mais outras autoridades do Governo. O detalhe das outras autoridades do Governo não tenho aqui comigo, mas eu me comprometo a fazer com que essa carta esteja disponível aos senhores dentro de algum tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Essa informação é muito importante, porque, como o senhor sabe, nós estamos aqui – e a sua presença é importantíssima – porque nós queremos saber quantas vidas poderiam ter sido salvas, quantas mortes poderiam ter sido evitadas se tivesse havido um tratamento diferente daquele encaminhamento que houve.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Dr. Carlos... Sr. Relator, se o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** Dr. Carlos, o senhor poderia declinar, até o fim do seu depoimento, junto à sua assessoria, quais autoridades receberam essa carta?

O SR. CARLOS MURILLO – Sim. Inclusive, se vocês me permitirem, eu posso procurar agora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) **–** Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E também a que órgãos essa correspondência se dirigiu? Se pudesse nos dar essa informação, além do Presidente da República, seria muito importante para nós. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS MURILLO – Desculpem-me! Eu estou... Claramente, quando eu vejo isto, vejo que tenho muito mais *e-mails*...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade, Dr. Carlos.

O SR. CARLOS MURILLO – ... muito mais *e-mails* do que deveria ter. Então, já vou chegar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fique tranquilo. Nós aguardaremos o tempo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem todo o tempo necessário aqui. Fique à vontade.

O SR. CARLOS MURILLO – Peço desculpas. Já estou... (*Pausa.*)

A carta foi dirigida ao Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator...

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – ... Jair Bolsonaro, com cópia ao Vice-Presidente, Sr. Hamilton Mourão; ao Ministro da Casa Civil, C*hief of the Staff*, Sr. Walter Braga Netto; ao Ministro da Saúde, Sr. Eduardo Pazuello; ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes; ao Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Sr. Nestor Forster.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem o protocolo dessas cartas, de remessa, de entrega? Se tiver, seria muito importante mandar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. CARLOS MURILLO – Eu entendo que temos a confirmação do despacho e me comprometo a fazer chegar isso dentro da informação que estamos fornecendo para o Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve a formalização da proposta por meio de outro documento além da carta? Teve a carta, teve algum sucedâneo, algum documento outro formalizando a proposta?

O SR. CARLOS MURILLO – As propostas que eu mencionei anteriormente, todas elas foram formalizadas através de documentos enviados para o Ministério da Saúde. A carta em si não é considerada por nós uma oferta, se não uma carta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

E esses documentos já foram detalhados por V. Sa.

V. Sa. já leu aqui, mas, depois, se pudesse disponibilizar esses documentos a Comissão Parlamentar de Inquérito, seria importantíssimo, fundamental.

Em algum momento, houve encontros no Ministério da Economia com representantes da Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – Nós tivemos um encontro no Ministério da Economia... Se me permitir aqui também procurar para não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique totalmente à vontade.

O SR. CARLOS MURILLO – Em 6 de agosto de 2020. Não, não, desculpe, 7 de agosto de 2020.

Da parte da Pfizer, participaram a minha pessoa, nosso Diretor da Área de Vacinas, nossa pessoa de comunicações e nossa Diretora Médica. Da parte do Ministério da Economia, participou o Sr. Carlos da Costa, Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, do Ministério da Economia; Adriano Pitoli, Análises Econômicas da Sepec; Fernando Dutra, Diretor de Apoio à Gestão; Marilia Garcez, assessora.

A reunião foi presencial. Eu estive fisicamente em São Paulo com o Secretário, com colegas da Pfizer, mas tínhamos também virtualmente as pessoas, algumas das pessoas do Ministério da Economia, entendo que aqui no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desculpa fazer uma outra pergunta sobre o mesmo assunto: quais foram os resultados dessas reuniões concretamente? Que avaliação o senhor faz?

O SR. CARLOS MURILLO – Nosso interesse foi, como fizemos durante todo esse processo, fornecer toda informação disponível para a tomada de decisões do Governo. Apresentamos a informação que tínhamos apresentado para o Ministério da Saúde em termos do andamento de nossa vacina e o estágio de desenvolvimento dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, continuando, quantas doses foram oferecidas naquelas oportunidades e a que preço unitário?

O SR. CARLOS MURILLO – Sinceramente, eu não lembro ter discutido exatamente o número das doses, porque isso nós recém formalizamos no Governo em 14 de agosto. Mesma situação com o preço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, para efeito de colaboração a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, seria muito importante que V. Exa. pudesse fazer um exercício adicional para passar essa informação de, por ocasião daqueles encontros e das propostas que estavam sendo levadas, quanto era o preço unitário de cada unidade da vacina. Isso é muito importante para a CPI.

O SR. CARLOS MURILLO – Desculpe, Excelência, você me pergunta se, nessa reunião, nós falamos de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nessas tratativas...

O SR. CARLOS MURILLO – Não, das tratativas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na circunstância exata, qual era o preço unitário das vacinas naquele momento? Isso é uma informação muito importante.

O SR. CARLOS MURILLO – Eu entendo. Seguindo esta linha de posicionamento de preço da companhia, de preços de países de renda alta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. CARLOS MURILLO – ... preço cheio, mais alto; países de renda média, mais baixo – dentre esses países, o Brasil –; e terceira faixa, países mais pobres.

O preço ofertado para o Brasil – esta informação já é de domínio público, porque consta também em nosso contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito, perfeito.

O SR. CARLOS MURILLO – ... foi de US$10 por dose.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Naquela oportunidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – O preço ofertado sempre foi o mesmo desde a primeira oferta lá em 14 de agosto. Sempre foi US$10 a dose.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Fabio Wajngarten também afirmou que o Ministério da Saúde sequer teria respondido a mencionada carta. V. Sa. já confirmou esse fato e disse também que não houve respostas nem para o "sim" nem para o "não" oficial.

A Presidência da República, que também recebeu a carta, enviou alguma resposta precisamente?

O SR. CARLOS MURILLO – Nós não recebemos resposta da Presidência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito obrigado.

O Ministro Eduardo Pazuello ofereceu alguma resistência em negociar com a Pfizer no ano passado? Repetindo: o Ministro Eduardo Pazuello ofereceu alguma resistência em negociar com a Pfizer no ano passado? É a pergunta.

O SR. CARLOS MURILLO – Tive duas interações com o Ministro Pazuello. A primeira, no mês de novembro. Ele fez uma ligação para o meu celular, colocando-se à disposição para nós continuarmos a conversação. Nesse momento, nós tínhamos enviado a nova oferta de 70 milhões. A segunda conversação que eu tive com ele foi no Ministério da Saúde na data... Em dezembro, 22 de dezembro, nós tivemos uma reunião com o Sr. Elcio Franco, da equipe técnica do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Dezembro, não é?

O SR. CARLOS MURILLO – Em 22 de dezembro. Nessa ocasião, o Sr. Elcio Franco apresentou a mim o Ministro Pazuello. Nós nos cumprimentamos, e ele falou que, agora que estávamos avançando, o que precisávamos era contar com mais doses para o Brasil. Eu respondi que nós tínhamos esse compromisso de continuar procurando mais doses para o Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em reuniões com o Governo Federal, em ambiente presencial ou virtual **–** V. Sa. já confirmou algumas delas **–**, essas reuniões foram objeto de algum tipo de registro, ata ou gravação? V. Sa. poderia apresentar esses registros a esta Comissão Parlamentar de Inquérito? Uma pergunta.

O SR. CARLOS MURILLO – De nossa parte, não foram feitos registros ou gravações. O que nós fizemos foi formalizar, por exemplo, as conversações através de nossas ofertas. Desconheço se, por parte do Ministério da Saúde, foram feitas gravações das reuniões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem a negociação documentada por relatórios, trocas de documentos, *e-mails* e outras mensagens eletrônicas?

O SR. CARLOS MURILLO – Sim, Excelência. Todas as nossas ofertas foram formalizadas, enviadas por *e-mail* para o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu falo adicionalmente com relação às conversas e às reuniões, presenciais ou remotas. Tem algum relatório sobre elas? Em algum momento a Pfizer faz alusão a elas?

O SR. CARLOS MURILLO – Não, nós não temos um relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só nas propostas.

O SR. CARLOS MURILLO – Somente as propostas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Fabio Wajngarten, que, como V. Exa. sabe, esteve aqui ontem nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, em sua entrevista à Revista *Veja,* atribuiu à equipe comandada pelo ex-Ministro Eduardo Pazuello incompetência – o que, aliás, foi confirmado em áudio depois – e ineficiência na aquisição de vacinas da Pfizer.

Quais foram as dificuldades na negociação com a gestão do ex-Ministro Pazuello, especificamente? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS MURILLO – Os temas complexos da negociação tiveram a ver, primeiramente, com o tema logístico. O Ministério da Saúde tinha preocupação com as condições de armazenamento para a nossa vacina. A nossa vacina requer um armazenamento a -70 graus, e esse era um dos temas de maior preocupação para o Governo. Porém, no final de outubro, numa reunião que nós tivemos no ministério, nós fomos à reunião apresentar ao ministério a caixa de embalagem que a Pfizer, em parceria com outras companhias – também considero um avança da ciência impressionante –, tinha desenvolvido, o que permitia o armazenamento da nossa vacina nessa caixa somente com troca de gelo seco por até quinze dias e logo poderia ser armazenada em refrigerador comum por até cinco dias, se não me engano.

Então, eu acho que esse tema logístico no mês de novembro foi... Esse tema não posso dizer totalmente resolvido, porque há a logística e tudo, mas creio que, em grande medida, encaminhado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – O Ministério da Saúde entendeu que, para prosseguir e assinar o contrato, precisava de duas condições: uma era o registro da Anvisa e a segunda era uma autorização legislativa específica para atender às condições contratuais que estávamos negociando. Esse foi, durante os meses de novembro, dezembro e janeiro, o objeto das negociações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quando foi a necessidade, que a Pfizer detectou, da autorização legislativa, por favor?

O SR. CARLOS MURILLO – Desculpe-me, Excelência, não consegui ouvir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em algum momento detectou-se a necessidade de uma autorização legislativa, de uma lei aprovada aqui no Congresso Nacional. Em que momento foi detectada a necessidade disso, por favor?

O SR. CARLOS MURILLO – Isso foi começado a se conversar finais de novembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** No início de dezembro de 2020, próximo dos dias 7 e 9 daquele mês, portanto, podemos chamar assim ainda no início do mês, representantes da Pfizer foram recebidos pelo Sr. Fabio Wajngarten. Nessa oportunidade, havia-se tentado contato com o então Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Sr. Elcio Franco, como já visto aqui, sem sucesso, sem resposta. Diante da falta de resposta, o Sr. Wajngarten contatou o Sr. Filipe Martins, que chamou para o local da reunião o filho do Presidente da República, Sr. Carlos Bolsonaro, que estava presente no Palácio do Planalto.

V. Sa. confirma esse fato?

O SR. CARLOS MURILLO – O que eu posso confirmar a V. Exa. é que dia 17 de novembro eu estive em uma reunião, juntamente com a colega da área de comunicações da Pfizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não era o senhor, precisamente, que estava nessa reunião entre os dias 7 e 9, mas duas outras representantes da Pfizer.

O SR. CARLOS MURILLO – Vou para lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. CARLOS MURILLO – Nessa ocasião, eu estive nessa reunião com o Sr. Fabio Wajngarten e dois representantes da Secom. No dia 12 de setembro, duas pessoas, nossa diretora jurídica e nossa diretora da área corporativa, estiveram em uma reunião com o Sr. Fabio Wajngarten e representantes da Secom. Eu desconheço que outras pessoas participaram dessa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. não sabe os nomes das pessoas que participaram das reuniões entre 7 e 9. Não sabe ou não foi informado das reuniões?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu sei da parte da Pfizer, que foram a Diretora Jurídica Shirley Meschke, e a pessoa da corporação, Eliza Samartini, mas não sei da parte da Secom em adição a Fabio Wajngarten, que outras pessoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas elas, as representantes da Pfizer não contaram para o senhor, não estariam hierarquicamente obrigadas a informar ao senhor que, naquela oportunidade, o Wajngarten chamou ao seu gabinete o Filipe Martins, que subiu – ou que desceu... Geograficamente, eu não estou bem localizado – acompanhado do Sr. Vereador Carlos Bolsonaro? O senhor confirma ou não confirma? Já ouviu isso das representantes da Pfizer ou nunca ouviu?

O SR. CARLOS MURILLO – Não posso confirmar os nomes das pessoas, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, nós vamos chamá-las, porque, como elas, hierarquicamente, não informaram o senhor da existência desse acordo, nós vamos ter que chamá-las à Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Pfizer, em algum momento, manteve contato com alguma pessoa que não integrava formalmente o Governo Federal? Em algum momento dessas tratativas?

O SR. CARLOS MURILLO – Representando o Governo do Brasil, somente nós tratamos com autoridades oficiais do Governo do Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor não confirma essa reunião das duas representantes da Pfizer nem a conversa da qual participaram Filipe Martins e Carlos Bolsonaro?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu confirmo a reunião delas com o Secretário Fabio Wajngarten. O que não posso confirmar é que outras pessoas estiveram presentes nessa reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está certo.

Então, eu peço ao Sr. Presidente para que nós possamos convocar, pela necessidade de complementação das informações, as duas ex-representantes da Pfizer no Brasil.

O ex-Ministro da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, se o Sr. Carlos Murillo, até o fim deste depoimento, tiver como acessar, segundo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seria melhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... as demais componentes de sua equipe, essas informações para declinar isso para a Comissão Parlamentar de Inquérito, nós temos o tempo necessário, até o final do depoimento.

O SR. CARLOS MURILLO – Perfeito. Se vocês me permitirem, em algum momento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. CARLOS MURILLO – ... posso voltar com essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, viu?

O ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello declarou ao Senado, a esta Casa, na sessão plenária de 11 de fevereiro de 2021, que a Pfizer ofereceu apenas 6 milhões de doses de vacina em 2020 para entrega somente em 2021.

Cito literalmente, Presidente, as palavras do Ministro:

> A Pfizer, mesmo que nós aceitássemos todas as condições impostas, a quantidade que nos ofereceram desde o início foi: 500 mil doses em janeiro, 500 mil doses em fevereiro e 1 milhão de doses em março; 6 milhões no total no primeiro semestre. Senhores [continua o Ministro, falando ao Senado Federal], nós não podíamos ficar nisso.

Por meio de nota, a empresa contrapôs-se a essa informação do Ministro e afirmou que ofertou 70 milhões de doses ao Governo Federal naquela oportunidade, com entrega de parte desse quantitativo já em dezembro de 2020.

V. Sa. confirma essa informação?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu confirmo nossas ofertas para o Governo do Brasil. A última...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Confirma a informação que eu falei em função do depoimento do Ministro aqui no Senado Federal? É uma pergunta concreta. V. Exa. confirma essa informação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Essa informação não é a informação que eu posso confirmar em relação às ofertas formais da Pfizer. A Pfizer, na oferta de 11 de novembro, ofertou 70 milhões de doses, das quais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Concretamente, concretamente, Carlos Murillo, a oferta feita em 2020 foi de 6 milhões, como falou o Ministro ao Senado, ou de 70 milhões de doses? É uma pergunta concreta.

O SR. CARLOS MURILLO – Setenta milhões de doses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito obrigado.

O ex-Ministro prestou informação falsa aos Senadores?

O SR. CARLOS MURILLO – Não posso responder a essa pergunta, porque eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não. Claro! Mas V. Exa. já quantificou a proposta. Muito obrigado. Desculpe a reiteração indevida.

O Presidente da República, em 18 de dezembro de 2020, declarou o seguinte sobre a vacina da Pfizer – aspas do Presidente da República: "Se você virar um jacaré, é problema seu; se virar o Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí, ou um homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso".

Pergunto: naquele momento V. Sa. já estava confiante no fechamento do acordo com o Governo Federal, naquele momento dessas declarações? Por favor, se puder responder, será muito bom para a investigação.

O SR. CARLOS MURILLO – Sinceramente, o momento que eu estive confiante da assinatura foi o dia 19 de março, quando foi assinado, senhoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Dezenove de março deste ano?

O SR. CARLOS MURILLO – Deste ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A declaração que ele fez foi em 18 de dezembro de 2020, e a pergunta foi: naquele momento a Pfizer estava confiante no fechamento do acordo com o Governo Federal? Sim ou não?

O SR. CARLOS MURILLO – Não poderíamos esta confiantes do fechamento de um acordo até não ter o acordo assinado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Essas declarações sem base científica ridicularizavam a vacina da Pfizer. Isso, de alguma forma, em algum momento, atrapalhou o andamento das negociações?

O SR. CARLOS MURILLO – O que você falou... Nós somos uma companhia da ciência e embasados na ciência. Essas declarações, para nós, foram declarações como foram feitas muitas outras. Nós continuamos com o nosso empenho de fazer a vacina acessível para os pacientes brasileiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida. O objetivo da Pfizer em nenhum momento se discutiu, aliás todos reverenciamos a Pfizer. Mas a pergunta foi concreta: declarações desse tipo, que foram várias, nos seus determinados momentos e circunstâncias, atrapalhavam a negociação?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu nunca ouvi essas palavras de parte das pessoas com quem eu estava negociando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas declarações não foram nas conversas. Foram declarações públicas do Presidente da República.

O SR. CARLOS MURILLO – O que eu quero dizer... As pessoas com quem eu estava negociando nunca fizeram declarações assim. Essas são as únicas pessoas que nós estivemos negociando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Questionado sobre a recusa em adquirir doses de vacina da Pfizer, o então Ministro Pazuello afirmou, em 11 de fevereiro, que a empresa tinha exigências contratuais leoninas que impediam a assinatura do contrato, inclusive por falta de amparo legal. Esse mesmo discurso foi repetido pelo Presidente da República para tentar justificar a demora na compra do produto. Pergunto a V. Sa.: como a Pfizer recebeu essa declaração do então Ministro Pazuello?

O SR. CARLOS MURILLO – Nós não concordamos com esse posicionamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

No contexto da aquisição de vacina durante uma pandemia, as condições contratuais oferecidas pela Pfizer ao Brasil eram realmente incomuns, como dizia o Ministro?

O SR. CARLOS MURILLO – As condições que a Pfizer procurou para o Brasil são exatamente as mesmas condições que a Pfizer negociou e assinou neste momento já com mais de 110 países no mundo. Todo os países estiveram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não eram incomuns, como falou o Ministro?

O SR. CARLOS MURILLO – Do ponto de vista de nossa consistência internacional, dada a situação da pandemia, dado o nosso processo de desenvolvimento da vacina, essas foram as condições negociadas e aceitas pelos 110 países com que hoje a Pfizer tem assinado contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para satisfazer as exigências do Governo brasileiro, a Pfizer chegou a ceder em alguma das condições inicialmente propostas?

O SR. CARLOS MURILLO – Nós tínhamos condições *standards* em relação a alguns pontos buscando essa consistência internacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O modelo de contrato proposto pela Pfizer para o Governo brasileiro era o mesmo utilizado em todos os países?

O SR. CARLOS MURILLO – Em linhas gerais, nos temas... Sim. Agora, cada país também tem particularidades especiais quanto a processo de contratação. Então, eu não posso afirmar que todos foram exatamente iguais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa... Uma pergunta específica: V. Sa. tem conhecimento de que esse modelo contratual era adotado por outras empresas produtoras de vacina?

O SR. CARLOS MURILLO – Não posso responder essa pergunta a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem problemas.

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho conhecimento das condições contratuais de outras companhias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem problema, sem problema nenhum. Não há problema nenhum.

Algum outro país recusou ou questionou as condições oferecidas pela Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – Ainda temos países onde não temos assinados os contratos, e essas condições foram sempre temas de negociação com os países.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas são condições de preço? V. Exa. disse que era o mesmo para todos, levando em consideração as características, ou leoninas, como falou o ex-Ministro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não estou de acordo com essa categorização dessas condições leoninas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito obrigado.

Qual era o cronograma de entrega da Pfizer em 2020?

O SR. CARLOS MURILLO – Tínhamos três diferentes cronogramas funcionando em três diferentes propostas feitas. A primeira proposta, de 14 de agosto, considerava 500 mil doses. A segunda proposta, de 18 de agosto, considerava 1,5 milhão de doses. A terceira proposta, de 26 de agosto, considerava 1,5 milhão de doses para 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** A segunda e a terceira são iguais?

O SR. CARLOS MURILLO – São iguais. A segunda e a terceira são a mesma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quantas doses, por favor, Carlos Murillo, teriam sido entregues até o dia de hoje, caso a primeira oferta contratual tivesse sido aceita pelo Brasil? Essa pergunta é muito importante, e gostaríamos de ter uma resposta objetiva de V. Sa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quantas doses teriam sido entregues até o dia de hoje caso a primeira oferta contratual tivesse sido aceita pelo Brasil?

O SR. CARLOS MURILLO – O que eu posso afirmar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, se pudesse, evidentemente, calcular, em função das informações que o senhor já prestou aqui, seria muito importante para o esclarecimento.

O SR. CARLOS MURILLO – O que eu posso afirmar, ou posso comentar, é o quantitativo ofertado na oferta de 26 de agosto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, por favor.

O SR. CARLOS MURILLO – Um milhão e quinhentos até 2020. Primeiro trimestre de 2021: 3 milhões. Segundo trimestre de 2021: 14 milhões. Somando os dois, estamos falando de 18,5 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu não posso afirmar que essas teriam sido as quantidades entregues porque o contrato... A oferta era somente uma parte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu sei. Mas o que foi proposto, não é?

O SR. CARLOS MURILLO – O que foi proposto, Excelência, foi 1,5 milhão, 2020; primeiro trimestre, 3 milhões; segundo trimestre, 14 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Àquela altura, a Pfizer já havia solucionado a questão da logística de seu produto, que necessita de acondicionamento e transporte em temperaturas muito baixas?

O SR. CARLOS MURILLO – Nós apresentamos, no final de outubro, a caixa que permitia o armazenamento de nossa vacina nessa caixa até 15 dias, com troca de gelo seco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há diferenças relevantes entre o contrato proposto em 2020 e o que foi finalmente assinado em março de 2021 com o Ministério da Saúde, excluída a parte referente ao cronograma de entrega?

O SR. CARLOS MURILLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. V. Sa. confirma a contratação das 100 milhões de doses divulgadas?

O SR. CARLOS MURILLO – Sim, confirmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o cronograma para a entrega dessas vacinas ao longo do presente ano?

O SR. CARLOS MURILLO – Do primeiro contrato, assinado 8 de março... Dezenove de março, desculpem. O cronograma de entrega exato é: 13,5 milhões para o segundo trimestre de 2021; 86,4 milhões para o terceiro trimestre de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O primeiro trimestre, o senhor falou quanto?

O SR. CARLOS MURILLO – Desculpe. O primeiro trimestre, zero. O segundo trimestre, 13,5 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, caso nós tivéssemos feito o contrato em agosto, nós, no segundo trimestre, teríamos 18,5 milhões de vacinas, e nós não vamos ter nenhuma vacina porque nós não fizemos o contrato, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse cálculo que nós pedimos a V. Sa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, desculpe. Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Estou perguntando a ele.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, só estou dizendo que o Presidente fez uma conclusão que não procede com as afirmações prestadas pelo depoente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A interferência vai influir na qualidade do depoimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou parar, só queria que o Presidente não fizesse uma informação como se verdadeira fosse ou tirada das declarações do depoente, só isso. Eu vou me conter para depois fazer as observações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve diferença entre os preços...

Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É para o conhecimento, porque os números... É ciência exata, não tem como a gente falar "não, não", números são números. Eu sou formado em Engenharia, eu sei que ciências exatas são ciências exatas.

Por favor, se nós tivéssemos feito o contrato em agosto, quantas vacinas a Pfizer já teria entregue até o segundo semestre de 2021 para o Brasil?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo trimestre.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Segundo trimestre.

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – O que eu posso afirmar a V. Exa. é que a oferta feita em 26 de agosto considerava esse quantitativo de 18 milhões de doses, para o segundo trimestre de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até segundo trimestre de 2021: janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho. Está o.k.? Dezoito milhões e meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – O que não posso afirmar... Essa é a oferta. O que não posso afirmar é que teria sido exatamente isso, porque tínhamos outras condições que tinham que ser cumpridas para isso acontecer. Quando teria sido feito o registro sanitário da Anvisa, neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sim, sim. Isso é outra coisa. Isso aí não é... Eu estou falando em números, ciência exata, não em "se", possibilidade... Nesse novo contrato...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Presidente, só 4,5 milhões que teria sido uma proposta de... Três milhões e quinhentos... No dia 26 de agosto, eles fizeram uma proposta de 1,5 milhão em 2020 e 3 milhões no primeiro trimestre. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Segundo trimestre...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** No segundo trimestre já eram 14 milhões, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, dá 18,5 milhões até o segundo trimestre.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas ele já ofereceu 14 milhões assinado. Com o contrato assinado, já tem 14 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É a pergunta!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É uma pergunta que eu estou fazendo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** É matemática. Ele já respondeu isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas nós não perguntamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sim, mas eu não entendi. Eu posso perguntar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Já respondeu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sim. Eu estou só dando os números. Matemática, 4,5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

Sr. Carlos, se em agosto de 2020, nós tivéssemos assinado o contrato, até o segundo trimestre nós teríamos 18,5 milhões de doses. Correto?

O SR. CARLOS MURILLO – De acordo com a oferta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá.

Com o novo contrato assinado pelo Governo brasileiro, quantas vacinas nós teremos até o segundo trimestre deste ano? Quantas?

O SR. CARLOS MURILLO – No segundo trimestre serão entregues 14 milhões de vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Até o segundo trimestre, como que fica?

O SR. CARLOS MURILLO – Quatorze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatorze milhões. Então, nós teríamos aí uma diferença de 4,5 milhões de doses, se tivéssemos feito o contrato. Só isso. Era só essa questão. É matemática. Nada contra nada. Só estou perguntando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em mais uma de suas polêmicas entrevistas, o Presidente da República fez a seguinte declaração – aspas: "O Brasil tem 210 milhões de habitantes, um mercado consumidor de qualquer coisa enorme. Os laboratórios não tinham que estar interessados em vender para a gente? Por que eles não apresentam documentação na Anvisa, só dizem que tem que ir atrás? Quem quer vender tem que se apresentar" – fecha aspas. Questionamos: esse tipo de postura foi verificada em outras negociações da Pfizer com outros Governos?

O SR. CARLOS MURILLO – Não poderia responder a essa pergunta, Senador, eu não conheço essa postura em outros Governos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não conhece a declaração que foi pública do Presidente, é isso?

O SR. CARLOS MURILLO – O que não posso é comparar com outros países porque não tenho conhecimento de outros países.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas a Pfizer que tem um histórico de negociação com vários países. Eu estou perguntando: esse precedente verificado aqui foi observado em outro lugar? É só isso, é uma pergunta concreta. Tivemos fatos semelhantes, iguais, próximos, ou só tivemos aqui?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho conhecimento para responder essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não tem conhecimento da existência de fatos iguais aos que aconteceram no Brasil em outros países?

O SR. CARLOS MURILLO – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado pela resposta. (*Pausa.*)

Ficou a cargo da Pfizer procurar governos de outros países para negociar a venda de sua vacina?

O SR. CARLOS MURILLO – Sim, todos os governos onde temos operação nós... Estabelecemos contatos com os governos para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A iniciativa foi da Pfizer? É essa a pergunta.

O SR. CARLOS MURILLO – A iniciativa foi da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Em que data a Pfizer firmou acordo com o governo chileno, que é um dos países com processo de imunização mais adiantado? Por favor, se puder nos ajudar com a resposta...

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho comigo essa resposta, mas comprometo-me a procurá-la para fornecer ao senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

A Pfizer vendeu imunizantes para todos os países que lideram o *ranking* de percentual de vacinação contra a Covid, como Israel, Reino Unido, Estados Unidos e Chile. É isso?

O SR. CARLOS MURILLO – Entendo que sim. Nós temos contratos de fornecimento com os países... Você mencionou Israel...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Israel, Reino Unido, Estados Unidos e Chile.

O SR. CARLOS MURILLO – Concordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando foram feitas as tratativas com o Reino Unido para que aquele país conseguisse iniciar a vacinação de sua população em 8 de dezembro de 2020? Pode nos dar essa informação? Seria muito importante, porque nós estamos, como eu lhe falei, comparando informações do enfrentamento da pandemia no Brasil, no mundo, tentando iluminar esses compartimentos. Esse é o papel desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – A Pfizer seguiu um mesmo plano de negociação com todos os países no mundo quando tivemos informação de possível desenvolvimento de nossa vacina. Não posso comentar especificamente com dados da Inglaterra, mas, da mesma forma que nós fomos instruídos para começar as negociações com os países, aproximações com os países, no mês de junho, entenderia que esse tenha sido o parâmetro seguido pelos funcionários da Pfizer nos outros países.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Gentilmente... Eu gostaria de pedir, se fosse possível, se isso não afetar, evidentemente, algum interesse comercial, que o senhor, ao longo do dia ou depois mesmo, nos passasse algumas informações das tratativas nesses países especificamente com a Pfizer.

O SR. CARLOS MURILLO – Consultarei e verei o que podemos tornar disponível para os senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito obrigado.

Como V. Sa. avalia a atuação da Anvisa no registro da vacina da Pfizer? O tempo... Deixe eu fazer outra pergunta para colaborar no entendimento da anterior: o tempo de avaliação foi adequado, considerando o cenário da pandemia? Houve alguma dificuldade no processo?

O SR. CARLOS MURILLO – A Anvisa emitiu o registro permanente da vacina da Pfizer em 22 de fevereiro de 2021. Foi um dos primeiros países do mundo a ter o registro permanente. Não tivemos dificuldades no processo com a Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito obrigado.

Qual é o posicionamento atual e o planejamento futuro da Pfizer no que tange à venda de vacinas a entidades privadas? Neste momento, a venda a particulares prejudicaria o fornecimento ao sistema público de saúde? A partir de que momento a venda a entes privados seria viável sem comprometer o funcionamento ao Poder Público?

Por favor, se o senhor puder nos dar a sua impressão será muito importante para a compreensão do que fazemos aqui.

O SR. CARLOS MURILLO – O posicionamento atual da Pfizer é continuar fornecendo a nossa vacina através dos governos no mundo. A companhia ainda não tem fornecido a vacina a entes privados. Desconheço quando é que poderia isso acontecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O ex-Secretário Wajngarten afirmou em sua entrevista à entrevista à revista *Veja* que as negociações iniciais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Pfizer foram apoiadas por cinco escritórios de advocacia. Segundo apurações feitas pela equipe desta Comissão Parlamentar de Inquérito, no início, eram três os escritórios que apoiavam a Pfizer no Brasil. Ao tomar conhecimento, o Presidente Bolsonaro teria intervindo no sentido de que as negociações fossem feitas exclusivamente com a Pfizer da América Latina. Tal intervenção teria ensejado o envolvimento de dois outros escritórios de advocacia.

As perguntas concretas, pontuais.

Quais foram os três escritórios que atuaram nas negociações com a Pfizer do Brasil? Como se deu a atuação de cada um deles? Os escritórios de advocacia representavam formalmente a fabricante da vacina? Qual o motivo de estarem envolvidos nas negociações e de terem sido escolhidos pela empresa Pfizer?

Eu posso fazer uma por uma, para que nós possamos ter o que puder de melhor da sua presença aqui, que é o que temos verificado. E, mais uma vez, agradeço até agora.

Quais foram os três escritórios que atuaram nas negociações com a Pfizer do Brasil? Três escritórios.

O SR. CARLOS MURILLO – Da parte da Pfizer, teve o apoio de escritórios externos, sim. Eu tenho conhecimento de um deles, que é o Pinheiro Neto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pinheiro Neto.

O SR. CARLOS MURILLO – Tenho conhecimento de um escritório que está dando assessoramento na Pfizer em nível global. Entendo que o nome é Hogan Lovells.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É o segundo. E o terceiro?

O SR. CARLOS MURILLO – Do terceiro eu não tenho conhecimento, V. Sa. O processo, porque isso também o senhor perguntou, vai ser um processo muito rigoroso, processo de *compliance*, em relação a todos os fornecedores, ainda muito mais os escritórios externos. O que também posso afirmar que a negociação, por parte da Pfizer, foi feita pela Pfizer.

Eu fui quem negociou com o Ministério da Saúde. Nossa diretora jurídica foi quem negociou com o Ministério da Saúde. E tivemos, e ainda temos, o assessoramento dos escritórios externos, mas a negociação foi feita pela Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu sei, eu sei. Mas tivemos o envolvimento de três escritórios. V. Exa. cita dois. Teria um terceiro no início?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Eu me comprometo com V. Exa. a confirmar isso com nossa diretora jurídica. O que posso confirmar é dos dois que tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CARLOS MURILLO – Não saberia se são três ou, inclusive, mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não. Exatamente – desculpe até a insistência da pergunta –, é que eram três, V. Sa. citou dois, depois teriam entrado mais dois escritórios por indicação da outra parte, não da Pfizer. Era dessas confirmações que nós precisaríamos, mas, ao longo do processo, evidentemente que nós vamos saber, porque isso é uma prestação de serviço público, não é?

V. Sa. confirma a intervenção do Presidente que aqui falamos – confirma ou não confirma – com relação à sugestão de mais escritórios?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu nunca tive conhecimento dessa solicitação de intervenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O ex-Secretário Wajngarten participou de alguma reunião em que a compra da vacina foi negociada?

Já estou me encaminhando para o final.

O SR. CARLOS MURILLO – Da que eu participei, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta é concreta: ele participou de alguma reunião em que a compra da vacina foi encaminhada?

O SR. CARLOS MURILLO – Não. As negociações foram feitas com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o sentido de haver negociações paralelas ou separadas envolvendo a Pfizer do Brasil e a Pfizer da América Latina?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu, agora, tenho o posto de Presidente da América Latina, a partir de 1º de dezembro de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabemos e o cumprimentamos por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Mas, como eu era Presidente da Pfizer Brasil, continuei negociando com o Governo do Brasil até a finalização do contrato. Então, a negociação com o Governo do Brasil sempre foi feita por minha pessoa, representando a Pfizer Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. também participou de negociações com a Pfizer da América Latina?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu participei de algumas discussões, sim, com alguns outros países.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E com o Brasil?

O SR. CARLOS MURILLO – Com o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não houve exigência para se fazer o negócio, as tratativas, as conversações com a Pfizer da América Latina, conforme revelado aqui?

O SR. CARLOS MURILLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não participou a Pfizer da América Latina dessas conversas? De nenhuma delas?

O SR. CARLOS MURILLO – A negociação sempre foi feita com a equipe do Brasil, liderada por minha pessoa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas não teve nenhuma outra conversa...

O SR. CARLOS MURILLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... na qual representantes... É uma pergunta. Se o senhor pudesse nos ajudar...

O SR. CARLOS MURILLO – Não. Nunca tivemos negociações paralelas com outras partes da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma pergunta objetiva: houve alguma tratativa para estabelecer remuneração ao ex-Secretário Wajngarten ou a outro agente em razão de eventual participação nessas negociações feitas com os escritórios ou com as empresas? Pergunta objetiva.

O SR. CARLOS MURILLO – Absolutamente não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia fornecer os relatórios de *compliance* da Pfizer, para que eventualmente nós comprovemos as informações que foram prestadas hoje, aqui?

O SR. CARLOS MURILLO – Com muito prazer e muito orgulho. Na Pfizer nos orgulhamos muito de nosso processo de *compliance* para assegurar que precisamente não tenhamos problemas que possam logo ser considerados indevidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. afirmou que a Pfizer vinha tratando com o Ministério da Saúde desde maio de 2020.

O SR. CARLOS MURILLO – Efetivamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que, somente em novembro e dezembro, o Ministro da Saúde resolveu se envolver na negociação. É a linha do tempo, só para confirmar esse raciocínio.

Eu estou satisfeito com o depoimento de V. Sa.

Agradeço e, mais uma vez, ressalto a importância dele para que nós possamos fazer a nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa, por 15 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqueles Senadores que puderem utilizar um pouco menos de tempo, até porque são muito restritas as informações que o representante da Pfizer...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria retirar a minha inscrição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está satisfeito?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... por considerar que a inquirição feita pelo Relator é suficiente para esclarecer os fatos que poderiam ser trazidos pelo Presidente da Pfizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E nós teremos uma nova reunião ainda, conforme acordamos logo cedo aqui.

Senador Humberto, por 15 minutos, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Carlos Murillo, inicialmente eu quero aqui agradecer a presença de V. Sa. e a precisão das informações que V. Sa. nos ofereceu aqui.

Eu queria começar confirmando o que V. Sa. disse: que o início das tratativas com o Brasil aconteceu no mês de maio. É isso?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Efetivamente, as primeiras reuniões sobre a vacina começaram no mês de maio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu tenho aqui uma matéria que saiu hoje no jornal *O Globo* muito interessante, fazendo toda a cronologia do tempo. Ele faz uma conta de que, entre o início das tratativas e a efetiva assinatura do contrato, se passaram 261 dias, mas, pelo que nós podemos ver pela informação que V. Sa. nos deu, na verdade, são 261 mais 60 dias em que o Governo brasileiro não tomou uma decisão efetiva entre o primeiro contato e a assinatura do contrato.

A outra questão que eu gostaria de perguntar a V. Sa.: a OMS adquiriu as vacinas da Pfizer? Quando?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Desculpe, quem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Organização Mundial da Saúde.

O SR. CARLOS MURILLO – Ah. Nós estamos trabalhando e fornecendo nossa vacina através da Covax. Entendo que a Covax faz parte deste grupo que foi criado por Organização Mundial da Saúde. Eu desconheço exatamente quando Pfizer e a Covax fizeram disponíveis as primeiras vacinas em algum lugar do mundo. Posso conferir essa informação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor sabe quais as exigências que, no caso do consórcio, a Pfizer fez? São as mesmas que ela faz em relação à isenção de responsabilidade? Ou, pelo fato de ser com a OMS, há alguma diferença?

O SR. CARLOS MURILLO – As condições de isenção de responsabilidade são as mesmas em todos os contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Pois não.

O senhor confirma que o Brasil foi o sexto país procurado pela Pfizer, ou seja, na hierarquia da importância do interesse da Pfizer em vender as vacinas, o Brasil teria a posição de ser o sexto que a Pfizer procurou, talvez até pelo Programa Nacional de Imunizações, que é muito grande no Brasil?

O SR. CARLOS MURILLO – A Pfizer contatou todos os governos do mundo no mesmo momento e avançou negociações em todos os governos de maneira paralela. Nossa estrela do norte foi o acesso equitativo justo. Entendo que não tivemos nem teremos um *ranking* dos países.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Essa mesma matéria de que eu falei diz que o Brasil foi o sexto país procurado pela Pfizer e que, pelo fato de o Brasil não ter feito logo o seu contrato, ele perdeu 40 posições nessa corrida pelo produto. Isso, na verdade, é um estudo da Universidade Duke, nos Estados Unidos, que tem um projeto que monitora aquisições globais da vacina da Covid-19.

O senhor tem informação sobre isso? Ou não?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho, Vossa Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Pois não.

O senhor confirma que as compras de Estados Unidos, Reino Unido, Japão e Canadá aconteceram no mês de agosto? Ou não?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho exatamente essa informação, mas eu sei que países como Estados Unidos e Canadá firmaram acordos de compra antecipada em 2020.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu pergunto a V. Sa.: as cláusulas que foram propostas ao Brasil, V. Sa. entende que elas são leoninas? Digo isso no sentido de que um estudo que foi feito pelo Bureau de Jornalismo Investigativo nos Estados Unidos diz de algumas exigências como bens estatais, prédios, embaixadas e bases militares solicitados como garantia... Isso foi feito para países de médio desenvolvimento e baixo desenvolvimento, mas não foi feito para países mais ricos. O senhor confirma isso e sabe a razão, o porquê de a Pfizer agir dessa maneira?

O SR. CARLOS MURILLO – Não concordo com esse posicionamento. Não concordo com o que é referente... Não concordo com o qualificativo de cláusulas leoninas. Nesta pandemia, a Pfizer correu um risco sem precedente em uma situação sem precedente, que requeria que todo mundo colaborasse com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse processo. Por isso é que a Pfizer exigiu a todos os países as mesmas condições que exigiu para o Brasil.

A referência às embaixadas é informação não correta, distorcida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pergunto a V. Sa... No mês de dezembro, no dia 7 de dezembro, o Ministério da Saúde anunciou – segundo está escrito aqui, é um anúncio surpreendente – que assinaria um memorando de intenções para a aquisição de 70 milhões de doses produzidas pela Pfizer. V. Sa. confirma?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu confirmo que o ministério fez essa comunicação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E V. Sa. lembra que, na semana seguinte, aliás, dez dias depois, foi quando o Presidente da República fez aquele discurso em que ele fala de jacaré e super-homem e mulher com barba? Dez dias depois de o Ministério da Saúde ter dito, ter anunciado que iria realmente adquirir essas vacinas, não é? Inclusive, um mês depois, no dia 23 de janeiro, o Ministério da Saúde emitiu uma nota surpreendente e depois ainda publicou uma mensagem na sua área da comunicação. A nota é esta aqui, que diz textualmente:

> Porém, apesar de todo o poder midiático promovido pelo laboratório, as doses iniciais oferecidas ao Brasil seriam mais uma conquista de *marketing*, *branding* e *growth* para a produtora de vacina, como já vem acontecendo em outros países.

A empresa concorda com esse tipo de avaliação, de comentário desairoso à sua reputação, na minha avaliação?

O SR. CARLOS MURILLO – Não concordo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Queria fazer uma pergunta mais, algumas perguntas mais a V. Sa.

Eu pergunto: V. Sa. falou aqui sobre a participação de uma Diretora Jurídica numa reunião com o Sr. Fabio Wajngarten, que aqui esteve. E, por tudo que V. Sa. falou aqui, nós chegamos à conclusão que ele mentiu à *Veja* e mentiu aqui também. Ele ficou o tempo inteiro querendo desmentir o que tinha falado para a *Veja*, mas concretamente mentiu aqui. V. Sa. disse que a Diretora Jurídica da Pfizer participou dessa reunião que envolvia o Sr. Fabio Wajngarten, que envolvia o Sr. Filipe Martins, aquele que veio aqui numa sessão do Senado e ficou fazendo gestos supremacistas brancos aqui na...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, é aquele cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que a Diretora Jurídica da Pfizer... Na medida em que V. Sa. disse que o Sr. Fabio Wajngarten não participou de tratativas, por que razão ela se reuniria com o Sr. Fabio Wajngarten, com o Sr. Filipe Martins e com mais alguém, que o Sr. Relator perguntou se foi o filho do Presidente da República, mas V. Sa. não sabe dizer? Por que essa reunião com o Secretário de Comunicação do Governo?

O SR. CARLOS MURILLO – O que eu confirmo é a reunião de nossa Diretora Jurídica com Fabio Wajngarten. E desconheço se esta outra pessoa – Filipe, que você... – participou da reunião. Esse eu não posso confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para tirar uma dúvida...

O SR. CARLOS MURILLO – O porquê: nós fomos proativos em contactar pessoas do Governo do Brasil para fornecer informação sobre andamento de nosso processo e de nossas contratações com a intenção de avançar nas negociações. Assim como fizemos com Fabio Wajngarten, também fizemos com outras autoridades do Governo.

Eu tive uma reunião com ele em novembro, e depois tivemos uma reunião com a Diretora Jurídica para ela, como mais propriedade, explicar a ele onde estávamos nas discussões contratuais com o Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, foi uma iniciativa da própria empresa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma curiosidade...

O SR. CARLOS MURILLO – Confirmo que nós procuramos essa reunião, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só uma curiosidade: o Sr. Fabio Wajngarten, ontem, disse que recebeu um telefonema de um dos donos de uma TV dizendo que uma das apresentadoras ou ex-apresentadoras era casada com um dos senhores da Pfizer – ele ligou para o Fabio Wajngarten em novembro. Aí o Fabio entrou em contato com a Pfizer. Ele falou isso aqui. Agora, o que me chamou a atenção foi que, num dos telefonemas, ele desceu do 4º andar, onde é a sala dele, e foi à sala do Presidente, em que o Presidente estava com o Ministro Paulo Guedes. Era o senhor ao telefone nesse dia?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor falou com o Paulo Guedes?

O SR. CARLOS MURILLO – No dia 9 de novembro, eu recebi um *e-mail* de nossa casa matriz. O *e-mail* indicava que o Sr. Fabio Wajngarten do Governo do Brasil estava tentando procurar o nosso CEO global. Eu tomei esse *e-mail* e liguei para o Sr. Fabio Wajngarten. Ele me perguntou o *status* das negociações com o Governo do Brasil, e eu comentei com ele as ofertas que teriam sido feitas. Ele me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicitou se eu poderia aguardar na linha, e eu comentei que "sim". E logo ele me disse: "Sr. Presidente Murillo, eu estou aqui com o Ministro Guedes e o Presidente Bolsonaro. Você poderia repetir o que me comentou?". Eu repeti o que tinha comentado com ele: que nós tínhamos enviado as propostas e que estávamos em discussões com o Ministro da Saúde sobre o potencial fornecimento de nossa vacina. O Ministro Guedes perguntou o quantitativo ofertado, que foi o que eu comentei com os senhores. Ele indicou que o Brasil precisava de mais quantidade. Eu respondi que nós vamos continuar procurando fornecer o maior quantitativo possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nessa oportunidade, o senhor não alertou ao Ministro Paulo Guedes que a Pfizer, em agosto, já tinha mandado um documento, e, em setembro, no dia 12 de setembro, ele tinha recebido uma comunicação da Pfizer oferecendo vacina?

O SR. CARLOS MURILLO – Não. Não chegamos a conversar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não chegaram a isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, me devolva o meu tempo aí.

E me diga uma coisa: entre esses escritórios...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu devolvo o tempo que quiser.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Entre esses escritórios ou como pessoa comum, um cidadão denominado Frederick Wassef teve algum contato direto com a empresa Pfizer ou em nome de alguém ou algum escritório do qual ele faça parte ou tenha indicado? V. Sa. ouviu alguma coisa sobre isso ou não?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu posso confirmar que minha pessoa na Pfizer... Na Pfizer, ninguém teve relacionamento com esse Sr. Frederick Wassef.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Bom, eu quero só registrar aqui, Sr. Presidente – o senhor me dê meu tempo – que esse depoimento foi, sem dúvida, um dos mais importantes; deixou absolutamente clara a negligência, o desleixo, a falta de interesse do Governo Federal, particularmente do Ministério da Saúde, em prover à população brasileira as vacinas necessárias para o enfrentamento à pandemia.

Se nós analisarmos aqui as diversas propostas que foram feitas pela Pfizer, várias delas, por exemplo, tinham como sugestão, como garantia, como proposta, 1,5 milhão de doses ainda em 2020. O Brasil começou a vacinar aqui no final de janeiro com a vacina do Butantan. Em 2020, havia uma proposta de 1,5 milhão de doses. No primeiro trimestre, várias propostas que chegavam, em alguns casos, a 2 milhões de doses, e o Brasil, só agora, no terceiro trimestre, vai ter acesso às vacinas da Pfizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do mais, a demonstração da falta de interesse é tão grande que as exigências que foram feitas pela Pfizer – e foram feitas para outros países – só foram atendidas, Senador Randolfe, porque o Congresso Nacional, a partir de uma iniciativa de V. Exa. e do Presidente Rodrigo Pacheco, apresentou um projeto de lei. O Governo brasileiro, desde o mês de agosto, quando as tratativas começaram a ter a forma de uma proposta, poderia ter editado uma medida provisória para que o Congresso Nacional pudesse votar.

Para mim, isso é a demonstração cabal da incompetência que esse Governo tem para enfrentar essa pandemia e para enfrentar os outros problemas do País. É uma demonstração da insensibilidade, da indiferença que esse Governo tem com a população brasileira, com o sofrimento do seu povo. Quantos órfãos hoje não seriam órfãos? Quantos casais não teriam se dissolvido como se dissolveram? Quantos pais não teriam deixado de perder seus filhos se a condução dessa pandemia tivesse sido algo adequado, compatível com o que foi feito no mundo em vários outros lugares? Certamente nós não estaríamos com aquele número ali à frente da mesa da nossa CPI; certamente nós não teríamos nem CPI e estaríamos todos aqui comemorando o fato de que o Brasil, que tem um sistema de saúde da maior qualidade, da maior amplitude ter superado essa verdadeira tragédia. Ao contrário, enquanto isso, estamos vendo, a cada dia, famílias se dissolverem, pessoas perderem amigos, pessoas perderem familiares para essa doença terrível, que poderia ter tido um outro encaminhamento.

Eu agradeço a V. Exa... Agradeço a V. Sa. especialmente pela precisão das suas respostas, para que nós possamos aqui fazer a avaliação no momento correto e adequado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu agradeço ao Senador Humberto Costa.

Vou passar, remotamente, ao Senador Tasso Jereissati e quero aqui...

Eu vejo o meu companheiro, amigo e Líder Otto Alencar, e peço desculpa por não ter pautado. Foi um erro meu, Senador Otto. Mas, na terça-feira, com certeza, o seu requerimento será pautado. Peço desculpas. É que são muitas coisas às vezes, mas já comuniquei aqui à Secretaria que, na terça-feira, será votado o seu requerimento.

Senador Tasso Jereissati com a palavra por 15 minutos, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente.

Dr. Carlos Maurício, eu também queria... Carlos Murillo. Desculpe. Eu queria dar meus parabéns pela precisão, pela franqueza de suas respostas, que nos deram realmente, com toda clareza, o grau de negligência e de falta de empatia com o sofrimento do povo, com as mortes e com as desgraças familiares que ocorreram e estão ocorrendo neste País. Neste momento mesmo, nós estamos acompanhando aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegou um vídeo para mim em que o Presidente da República está em Alagoas, fazendo aglomeração, sem máscara, em meio de uma grande aglomeração. É lamentável!

Sua exposição está muito clara para mim, como disse o Senador Humberto, muito clara. Isso tudo ficou muito claro. A responsabilidade, portanto, está muito clara.

Alguma coisa – vou ser sintético – me intrigou: em dado momento, V. Sa. disse que, no contato com o Sr. Wajngarten, acreditava que poderia haver uma coordenação feita pelo Sr. Wajngarten. Eu queria saber se eu entendi direito e o porquê dessa expectativa.

Também ele citou aqui que ele foi procurado pelo dono de uma emissora de televisão para fazer esse contato com a Pfizer. Qual é a relação desse dono de emissora de televisão com a Pfizer?

Por que essa necessidade de intermediação do Secretário de Governo com o Governo Federal, já que – e é isso que não estava claro para mim, agora V. Sa. esclareceu – já vinham sendo feitos contatos com o Ministério da Saúde, já havia vários contatos. E. pelo que eu, pessoalmente, entendi do depoimento do Sr. Wajngarten é que, como a Pfizer não tinha resposta, precisava de uma intermediação e até de uma cooperação, a ponto até de que, mesmo após o contato que V. Sa. teve com o Sr. Wajngarten, houve outras reuniões e encontros, como foi confirmado aqui, com o setor jurídico da Pfizer e outras pessoas. O senhor não sabe bem quem estava presente. Parece... Se havia uma expectativa dessa coordenação, qual é a causa dessa expectativa ou o porquê dessa negociação paralela ao Ministério da Saúde, que continuou com o jurídico da Pfizer, com esses senhores que o senhor vai procurar esclarecer.

Essa é a minha pergunta, dizendo que, do resto, está muito claro para mim o que aconteceu e de quem foram as falhas, para não falar culpa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Carlos, quer? (*Pausa.*)

Fique à vontade.

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Excelência, o que eu posso afirmar é que eu não tenho conhecimento desta pessoa, o dono de televisão, e as relações dele com a Pfizer ou com a Secom. Não conheço essa pessoa e entendo... Honestamente, não, não sei quem é.

E não tivemos negociação paralela com o Sr. Wajngarten. A Pfizer procurou diferentes autoridades governamentais durante o processo para assegurar que o processo ia caminhar. Uma dessas pessoas que, como comentei, escreveu para a nossa casa matriz, com quem eu entrei em contato, e nós logo tivemos reuniões, foi o Sr. Fabio Wajngarten. Nós, da mesma forma que atualizamos o andamento das negociações ao Ministério da Saúde – ao Ministério da Saúde mesmo –, a seus funcionários, falamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comentamos com o Sr. Wajngarten, como com outras autoridades, quando tivemos oportunidade de fazê-lo, como foi também para alguns Senadores deste Senado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só um esclarecimento. O senhor falou que tinha uma expectativa – ou eu entendi errado; às vezes o som não fica tão bom – de que ele fizesse uma coordenação. O senhor usou essa palavra, o senhor entendeu que havia essa expectativa como coordenador?

Segundo, não foi a Pfizer que procurou o Sr. Wajngarten; foi o Sr. Wajngarten quem procurou a Pfizer. É verdade isso?

O SR. CARLOS MURILLO – O Sr. Wajngarten escreveu para nosso CEO global, mandou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Carlos, o senhor pode... Desculpa, só...

O SR. CARLOS MURILLO – Isso? Ah, está bom. Perfeito. Desculpa.

O Sr. Wajngarten ligou e mandou um *e-mail* à nossa casa matriz procurando falar com o nosso CEO. Eu recebi essa comunicação, eu tomei contato com ele. E, da perspectiva da Pfizer, entendemos que um processo como este é muito complexo e um governo como o do Brasil tem muitas partes. Então, essa pessoa que tinha esse relacionamento com o Ministério da Economia consideramos que era importante para continuar avançando com as negociações.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só querendo ser mais objetivo: havia expectativa de ele ser o coordenador desta negociação ou do Governo perante a Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – Não, nunca tivemos expectativa formada sobre essa função.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Tasso.

Na sequência, o Senador Marcos Rogério. V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Dr. Carlos Murillo por seu depoimento junto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a fazer alguns questionamentos.

Considerando que V. Sa. declarou que a legislação brasileira necessitava de ajustes no final de novembro de 2020, quando a Pfizer verificou que havia segurança jurídica para a assinatura definitiva do contrato?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – A segurança jurídica para a Pfizer, para a assinatura do contrato, deu-se com a promulgação do Projeto de Lei 14.12... Estou procurando aqui a data, de 10 de março.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – 14.123.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse foi o momento em que a Pfizer considerou que as condições legais do Brasil ofereciam segurança jurídica para contratar? É isso?

O SR. CARLOS MURILLO – A Pfizer e o Ministério da Saúde sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Antes disso, tanto a Pfizer quanto o ministério não consideravam haver segurança jurídica para contratar?

O SR. CARLOS MURILLO – Confirmo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. pode afirmar junto a esta Comissão ou reiterar em que momento se deu o início das tratativas com o Ministério da Saúde?

O SR. CARLOS MURILLO – O início das tratativas começou no mês de maio de 2020.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, eu vou fazer aqui uma sequência, e V. Sa. vai poder confirmar: 28 de maio, primeira reunião técnica para apresentação do portfólio da Pfizer; 5 de junho, reunião técnica para discussão de aspectos técnicos relacionados à vacina; 24 de junho, ofício da Pfizer com informações sobre o desenvolvimento da vacina candidata; 25 de junho, decisão sobre o processo de desenvolvimento da vacina candidata Pfizer, capacidade de produção e ensaios clínicos; 8 de julho – isso tudo de 2020 –, proposta de minuta de acordo de confidencialidade; 16 de julho, assinatura de termo de confidencialidade entre Pfizer e Ministério da Saúde; 21 de julho, ofício do Ministério da Saúde para Pfizer: aguardo de resultados mais robustos de segurança e eficácia, oficio da Pfizer informando sobre estudo clínico de Fase III no Brasil e envio de proposta de compra e venda; 6 de agosto, reunião técnica para atualização sobre o desenvolvimento da vacina e revisão da proposta comercial apresentada ao ministério em 16/07; 14 de agosto, Pfizer envia proposta de acordo vinculante de compra para fornecimento de doses ao Ministério da Saúde; 26 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agosto, Pfizer atualiza proposta comercial e cronograma de entrega de doses; 2 de setembro, ofício da Pfizer: ensaios clínicos em condução no Brasil e sobre o processo regulatório junto à Anvisa; 14 de setembro, ofício Pfizer: atualizações sobre as etapas de desenvolvimento da vacina, *e-mail* Pfizer: informações relacionadas à logística e armazenamento; 10 de novembro, ofício da Pfizer: sumário indicativo de termos e condições, vinculativo, proposta formal para a venda de doses e cronograma preliminar de entregas; 17 de novembro, reunião técnica, aspectos técnicos, logísticos e jurídicos relacionados à vacina da empresa Pfizer;

e 21 de novembro, ofício do ministério, questionando os aspectos técnicos e questões logísticas da vacina; 24 de novembro, envio de memorando de entendimento não vinculativo pela empresa Pfizer com proposta de venda de 70 milhões de doses da vacina ao Brasil – 24 de novembro!; 27 de novembro, ofício da Pfizer, com respostas sobre os questionamentos do Ministério da Saúde referentes à vacina da Pfizer/BioNTech; 4 de dezembro, ofício do ministério, apresentação de contraproposta do ministério à Pfizer, em conformidade com a legislação brasileira e as boas práticas de integridade previstas na administração pública federal brasileira; 7 de dezembro, reuniões técnicas entre a assessoria jurídica da Pfizer e do Ministério da Saúde acerca dos aspectos jurídicos; 9 de dezembro, assinatura entre Pfizer e Ministério da Saúde; 2 de fevereiro, ofício do ministério solicitando à Pfizer envio de contrato de compra e venda e o cronograma atualizado das doses da vacina ao Ministério da Saúde para apreciação jurídica; 14 de fevereiro, minuta de contrato de compra e venda recebida pelo ministério; 16 de fevereiro, análise técnica da minuta de contrato; 17 de fevereiro, minuta de contrato encaminhada para consultoria jurídica e – 17 – minuta de contrato enviada para a Casa Civil pelo Ministério da Saúde solicitando apreciação; 18 de fevereiro, reunião técnica entre Pfizer e Ministério da Saúde para discussão dos termos do contrato de compra e venda; 22 de fevereiro, reunião da Casa Civil para discussão da minuta do contrato; 25, solicitação de reunião pela Pfizer, a fim de tratar das novas variantes; 3 de março, reuniões entre Ministério da Saúde e Pfizer para oficialização da intenção de compra; 5 de março, reunião técnica com Pfizer sobre aspectos científicos das vacinas, em especial sobre a eficácia em relação a variantes; 18 de março, assinatura de contrato para a compra de 100 milhões de doses; 10 de maio, assinatura de contrato para a compra de 100 milhões de doses adicionais.

Não sei se V. Sa. conseguiu acompanhar a cronologia e pode confirmar esses acontecimentos.

O SR. CARLOS MURILLO – Eu consegui acompanhar a maioria a V. Exa. e posso confirmar realmente do que consegui acompanhar. Efetivamente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Então não é verdade que o Governo brasileiro foi provocado por uma carta que não é vinculante? Demonstra que não havia tratativas com o Governo em relação à vacina da Pfizer. Está correta essa afirmação?

O SR. CARLOS MURILLO – Poderia repetir, por favor, Senador? Eu não entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então não é verdade que a carta enviada ao Governo brasileiro, ao Presidente, ministérios, tenta passar a ideia de que não havia negociação? A carta não significa que não havia negociação. As negociações estavam em curso.

O SR. CARLOS MURILLO – O teor da carta indica que a Pfizer tinha enviado uma proposta, em 28 de agosto, e que a Pfizer teria interesse em avançar as negociações com o Governo do Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. pode confirmar a esta CPI em que momento foi possível avançar definitivamente nas negociações, a par das condicionantes do Governo brasileiro e das manifestações jurídicas pela assessoria jurídica do Ministério da Saúde, AGU e Controladoria-Geral da União?

O SR. CARLOS MURILLO – Uma vez que as condições de segurança jurídica foram atendidas com o pronunciamento da medida... do Projeto de Lei nº 14.123, de 10 de março.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, quem tenta afirmar que o Brasil deveria ter assinado antes disso mente ao País?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Por que o Governo não aprovou a medida provisória?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu fiz uma pergunta objetiva e muito clara: quem diz que o Governo poderia ter assinado antes ou desconhece as condições jurídicas ou mente ao País, porque a Pfizer está dizendo aqui que só pôde avançar quando a legislação mudou. Isso é verdade?

O SR. CARLOS MURILLO – Nós pudemos assinar somente quando as condições foram dadas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é importante deixar claro, porque há aqui uma tentativa de construir uma narrativa mentirosa. Este Senado Federal teve um papel preponderante. V. Sa. declinou aqui a liderança do Presidente Rodrigo Pacheco, que chamou para si essa mediação; teve participação, salvo engano, de outros Senadores, aqui o Senador Randolfe, e que possibilitou que o Parlamento brasileiro aprovasse essa norma, para que pudesse, então, permitir o Governo assinar com a Pfizer. Apenas para reposicionar a verdade.

A proposta oferecida pela Pfizer em agosto de 2020... Qual das duas, a proposta oferecida em agosto de 2020 ou a proposta pactuada em março de 2021 com o Ministério da Saúde, representava a possibilidade de mais vacinas para o Brasil? Eu vou reposicionar a pergunta: qual das supostas propostas contratuais eram aptas a viabilizar o maior número de vacinas no primeiro e segundo semestre de 2021 ao Brasil, a oferecida em agosto de 2020 ou a pactuada em março de 2021?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – A proposta de 26 de agosto considerava um quantitativo de 1,5 milhão de doses em 2020; 3 milhões de doses no primeiro *quarter* de 2021; e 14 milhões de doses no segundo trimestre de 2021.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Quando...

O SR. CARLOS MURILLO – A proposta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Pois não, por favor.

O SR. CARLOS MURILLO – A proposta de 8 de março considerava 14 milhões de doses no segundo trimestre de 2021.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Sa. disse que a proposta inicial previa a entrega de vacinas para o Brasil ainda em 2020. É isso?

O SR. CARLOS MURILLO – A proposta considerava um quantitativo de 1,5 milhão em 2020.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Quando?

O SR. CARLOS MURILLO – A proposta era 2020. Nesse momento, tínhamos que cumprir outras condições, como a emissão de registro sanitário, e nesse momento também, a condicionante de que a vacina, inclusive, seria exitosa. Então, a proposta sempre indicou 2020, assumindo-se que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O.k. Indago a V. Sa.: em que momento a vacina da Pfizer foi aprovada pela FDA, americana?

O SR. CARLOS MURILLO – Novembro de 2020.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Essa é a data?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho a data exata...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não seria 13 de dezembro de 2020?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) **–** Dezembro.

O SR. CARLOS MURILLO – Dezembro de 2020. Desculpe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** E a Pfizer está anunciando na CPI que pretendia entregar vacinas ao Brasil ainda em 2020?

O SR. CARLOS MURILLO – A oferta considerava isso, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Pfizer pretendia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ele já respondeu sobre isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, está garantida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Pfizer pretendia entregar a vacina no Brasil em 2020, mas ela só teve a aprovação na FDA americana em 13 de dezembro de 2020. Pergunto, em que momento a Pfizer deu entrada na Anvisa para a aprovação da sua vacina, que é uma condicionante para a entrega no País?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho a data exata, Sr. Senador, mas tem que ter sido depois da aprovação da FDA.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, então, como V. Sa. afirma a esta Comissão e ao Brasil que a Pfizer entregaria vacinas ao Brasil ainda em 2020, se V. Sa. afirma que não havia sido aprovada na FDA americana e que não havia sequer pedido para aprovação da Pfizer na Anvisa brasileira?

O SR. CARLOS MURILLO – A proposta precisamente considerava caráter condicional da entrega em função das aprovações na FDA e no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aprovação na FDA que aconteceu no mês de dezembro.

Em que momento a Pfizer deu entrada especificamente na Anvisa aqui no Brasil?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não tenho essa data comigo, V. Exa. Vou procurar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir que V. Sa., no curso das interpelações, busque essa informação e decline à CPI para restabelecer a verdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque há uma tentativa muito clara...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço que me assegure a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para colaborar, eu não estou querendo atrapalhar nada no seu interrogatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que o depoente já informou aqui que todos os países compraram as suas vacinas antes da aprovação das agências sanitárias de cada um. Ele já deu essa informação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É que eu estou querendo confirmar aqui, Relator. E é importante que V. Exa. procure, com bastante atenção, observar o que está sendo dito, porque o que foi anunciado aqui é que seria entregue vacina em 2020, sem que ela tivesse sido aprovado ainda na FDA americana e sem que houvesse pedido de aprovação na Anvisa brasileira.

E eu vou além: quando efetivamente a Pfizer começou a entregar e vacinar cidadãos americanos?

O SR. CARLOS MURILLO – Se não estou enganado, dezembro de 2020, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa informação é verdadeira? V. Sa. tem como confirmar essa informação?

O SR. CARLOS MURILLO – Tenho como confirmar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com vacina da Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – Sim, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Dia 14 de dezembro começou a vacinação dos Estados Unidos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dia?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Quatorze de dezembro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A agência americana aprovou. A informação que eu tenho – a informação que eu tenho – é que a vacinação com vacina Pfizer não começou em dezembro. V. Sa. está falando, sob juramento, perante esta CPI. É importante que a informação seja checada e que seja declinada à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja que V. Sa. não está aqui na condição de acusado. Eu muito respeitosamente estou dirigindo a V. Sa...

O SR. CARLOS MURILLO – Eu compreendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e não em razão de qualquer outro ato. É porque há uma narrativa sendo construída nesta CPI que quer conduzir a opinião pública brasileira a entender que o Governo brasileiro boicotou a chegada dessa vacina para os brasileiros. É só por essa razão que estou insistindo com V. Sa. com relação à essa questão das datas. Então, fico aguardando a confirmação do momento exato em que essa vacina chegou.

Já vou partir para o final, para a minha conclusão, Sr. Presidente, apenas fazendo constar aqui, reiterando, que, nas primeiras tratativas, o debate era sobre a vacina e sobre aspectos técnicos da vacina. Só num segundo momento é que se partiu para o campo jurídico, legal, e, nesse campo, a CGU, a AGU e a assessoria jurídica do Ministério da Saúde emitiram pareceres recomendando a não assinatura desse contrato em razão de cláusulas que, no Brasil, são consideradas cláusulas leoninas. E aí eu trago aqui apenas essas cláusulas e concluo, não faço mais perguntas.

Primeiro, o que é uma cláusula leonina? – para quem nos acompanha. Uma cláusula leonina é um dispositivo contratual estabelecido unilateralmente por uma das partes do contrato que prejudica os direitos da outra parte, normalmente valendo-se de uma situação de assimetria na negociação. No caso, a Pfizer é uma das poucas fornecedoras das vacinas, e o Brasil precisava vacinar a sua população para superar a pandemia.

Há três cláusulas jurídicas consideradas incompatíveis com a legislação brasileira: imposição da farmacêutica – que o Brasil dispusesse de valores em uma conta no exterior, da Pfizer, como garantia de pagamento, na chamada pré-compra; que qualquer questão contratual fosse julgada em um tribunal de Nova York, nos Estados Unidos; e que o Estado brasileiro assumisse a responsabilidade por eventuais efeitos colaterais da vacina.

A legislação não permitia, até então, a assinatura do contrato com cláusulas impostas nessas condições. Foi por isso que o Senado Federal e o Congresso brasileiro tiveram que aprovar uma legislação permitindo ao Governo assinar esse contrato com a Pfizer.

Eram os esclarecimentos que eu gostaria de fazer, agradecendo mais uma vez o depoimento do Sr. Carlos Murillo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, só para esclarecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No dia 11 de dezembro, o FDA, a agência reguladora de fármacos americana, autorizou o uso emergencial da vacina da Pfizer, abrindo caminho para, três dias depois, portanto em 14 de dezembro, ser iniciado o megaprograma de imunização nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Confirmada a informação, Senador Humberto: dia 14 de dezembro iniciou-se a vacinação nos Estados Unidos, no México, no Canadá e no Chile.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir, Sr. Presidente... Não cabe... Eu vou pedir que a empresa faça formalmente a entrega dessas informações para constar nos autos, em razão da cronologia dos acontecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

É porque essa informação é pública, está no portal da CNN Internacional e em todos os portais de notícias. Com uma simples pesquisa já se checaria.

O Dr. Carlos Murillo, me parece, queria um intervalo de cinco minutos. Ou pode continuar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, antes, porém, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria só informar rapidamente que vejo na imprensa que o Presidente da República embarcou em avião presidencial para Alagoas para inaugurar obra já inaugurada e, para me atacar...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente, qual é a pertinência desse tipo de comentário? Me perdoe: qual é a pertinência da Comissão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou dando uma informação...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Estamos com uma pessoa depondo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou dando a informação...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente, pelo amor de Deus!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repetindo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu quero dar uma informação à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Relator, entregue a relatoria que é melhor!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – É o que o Presidente quer, é a estratégia deles.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Entregue a relatoria e vá para o palanque!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, vejo na imprensa...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Vá para Alagoas!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É a estratégia deles. O Presidente disse hoje aí que é para tirar o Relator. É essa a estratégia da base do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vejo, na imprensa, e queria trazer essa informação.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Qual a pertinência, Dr. Carlos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vejo, na imprensa, que o Presidente da República embarcou para Alagoas no avião...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Qual é a pertinência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A pertinência é aglomeração.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A Presidência vai dar continuidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, para uma comunicação à Comissão, rapidamente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Essa sua comunicação não tem pertinência nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Ciro... Esse não é o Ciro que eu conheço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso comprova...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse não é o Ciro que eu conheço e admiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a natureza política desta CPI. Isso comprova a natureza política desta CPI, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos suspender durante cinco minutos, Senador Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu posso só dar essa comunicação?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu vejo, na imprensa, que o Presidente da República embarcou para Alagoas, em avião presidencial, para inaugurar obra já inaugurada e para me atacar pessoalmente – como, aliás, fez seu filho ontem, aqui – e para atacar esta Comissão Parlamentar de Inquérito – esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, a minha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, eu não me sinto atacado. Eu não fui atacado. Não é uma provocação. Eu não fui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, a minha resposta ao Presidente da República é esta aqui: este número – este número.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se ele não respeita esta Comissão de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Suspensa por cinco minutos. Intervalo de cinco minutos para o Dr. Carlos Murillo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando voltar, eu gostaria da palavra para prestar essa informação, Presidente.

(*Suspensa às 12 horas e 53 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 08 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou reabrir a sessão.

Só por uma questão de informação, as perguntas do Senador e o posicionamento do Senador Marcos Rogério são pertinentes à CPI.

Eu conversei há pouco com o Dr. Dimas Covas, que é Presidente do Butantan. Perguntei ao Dr. Dimas e ele... Eu perguntei: "Dr. Dimas, quando é que chegou a CoronaVac no Brasil?" Ele falou: "Em novembro, nós tínhamos 6 milhões de doses". Aí, a aprovação na Anvisa só foi em janeiro. Tanto é que a Anvisa aprovou em janeiro, num domingo, ao que todos nós assistimos pela televisão, e, dois dias depois – na época, o Ministro Pazuello –, já estavam distribuindo as vacinas.

O caso específico em relação à Pfizer poderia ter sido no mesmo sistema. Teríamos as doses, esperaríamos a Anvisa aprovar, como fez com a CoronaVac, que hoje 80% dos brasileiros são...

É só uma questão pertinente ao que V. Exa. falou, mas quero dizer que é só para uma questão de informação, nada mais. Até porque as suas perguntas me levaram a querer me lembrar da CoronaVac, correto? Só foi isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, mas as questões que fiz foram justamente para obedecer à cronologia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Não... Eu só quero aqui dizer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para mostrar o passo a passo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Tudo bem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque senão fica parecendo que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

Eu só fui perguntar pela CoronaVac, que foi a primeira vacina que nós tivemos, como foi o processo, quantas doses tinham quando foi aprovada. Já tinham 6 milhões de doses. Tanto é que, na época, nós estávamos passando por um momento terrível no Amazonas, e os Estados abriram mão de 5% das suas vacinas para alocar no Estado do Amazonas. Tanto é que o Amazonas ficou por muito tempo como primeiro do *ranking* na vacinação brasileira. Vocês lembram isso. Hoje, não. Hoje nós somos o 15º, porque houve uma mudança de direcionamento, e era normal acontecer isso, é proporcional aos habitantes a regra que é imposta pelo Ministério da Saúde. Mas é só uma questão de esclarecimento à CPI. Em novembro, já tinham 6 milhões de doses da CoronaVac; em dezembro, a Anvisa analisou; em janeiro, a Anvisa, naquela reunião a que todos assistimos, num domingo, ela aprovou a CoronaVac e, dois dias depois, o Ministro, na época, da Saúde já estava distribuindo essas vacinas para o Brasil todo. Era só uma questão de informação.

Falou o Senador Marcos Rogério.

Senador companheiro Otto Alencar. Senador Otto Alencar, por favor. (*Pausa.*)

Se ele voltar, ele tem a prioridade remotamente.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Carlos Murillo, muito obrigado pela sua presença, pelas respostas bem objetivas que o senhor tem dado a esta Comissão. Vou lhe fazer alguns questionamentos, mas não se preocupe, porque eu não vou interromper o senhor, se eu não gostar, na hora em que o senhor estiver respondendo, não.

Dr. Murillo, muito se fala sobre a possibilidade de a Pfizer ter podido iniciar a vacinação no Brasil em 2020. O senhor acha que isso seria realmente possível, já que o senhor citou aqui – e o Senador Marcos Rogério falou – essa questão da aprovação do FDA, aprovação da Anvisa? O senhor acha que isso seria possível? Eu sei que a Pfizer iniciou as tratativas aqui com essa carta, mas aqui – e foi até me chamada a atenção por um grande advogado do nosso País – se fala de uma potencial vacina, potencial vacina naquela época. Mas o senhor acha, pelo conhecimento que o senhor tem hoje, lógico, depois de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terem acontecido os fatos, que teria condições de nós termos iniciado as vacinas no ano passado, aqui, no nosso País?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Obrigado, Excelência. O que eu posso afirmar é o que estava comunicado na oferta, que incluía esse quantitativo. Eu não posso assegurar que teria acontecido isso, porque precisamente o contrato tinha outra, o contrato era uma parte, mas tínhamos que ter outras condições, uma das condições a aprovação regulatória. Nesse momento também a potencial vacina, não tínhamos certeza. Eu não posso afirmar com certeza que teríamos começado. O que posso confirmar, com certeza, é o que estava em nossa oferta.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

A Pfizer está entregando agora, acho, um volume semelhante ao do Brasil na União Europeia, não é verdade? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CARLOS MURILLO – Desconheço exatamente o volume da União Europeia.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Se o senhor pudesse depois nos encaminhar... O volume na União Europeia, está certo?

O senhor tem conhecimento de quando o primeiro país não produtor de vacina recebeu os lotes de vacina da Pfizer? Qual foi o primeiro?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu sei que nós temos entregado vacinas em dezembro em Chile, México, que seriam países não produtores.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Em dezembro, não é? Perfeito.

E existe algum país que tenha recusado o contrato de fornecimento de vacinas com a Pfizer por conta das cláusulas impostas pela empresa?

O SR. CARLOS MURILLO – Temos países onde ainda não temos fechado o acordo e continuamos em negociações contratuais.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ah, então ainda existem negociações com alguns países que ainda não receberam, não é? Não foram aprovados.

O SR. CARLOS MURILLO – Exatamente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Na compra de insumos para a produção de sua vacina, a sua empresa aceitaria algum produto que não garantisse a responsabilidade por efeitos colaterais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Pode repetir a pergunta, por favor?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Na compra dos seus insumos – a Pfizer compra insumos, não é verdade? – para a sua vacina, a empresa aceitaria algum produto que não garantisse a responsabilidade por efeitos colaterais?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu desconheço exatamente quais são as condições contratuais com fornecedores. O tema de isenção de responsabilidade, em nosso caso, tem que ver com nós fornecermos um produto para as pessoas. Entenderia que é diferente de insumos para a produção de um medicamento ou vacina.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Qual era, em setembro de 2022, a capacidade de produção com que a Pfizer poderia entregar a vacina no nosso País? Setembro de 2022...

O SR. CARLOS MURILLO – Setembro de 2020?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – De 2020! Desculpe! Teria condição de entregar a vacina ao nosso País? Era possível isso?

O SR. CARLOS MURILLO – Não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É que teve um ministro aqui que, sob juramento, disse que o País poderia começar a vacinação, acho, em novembro, de outubro para novembro, não é?

Na época das primeiras ofertas da Pfizer, as vacinas já poderiam ser transportadas no nosso País?

O SR. CARLOS MURILLO – Não, porque ainda a vacina não tinha sido comprovada. O estudo clínico mostrou a eficácia da vacina em 11 de novembro, o que disparou o resto dos processos regulatórios de aprovação.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Na reunião do dia 27/12 com o Ministro Pazuello, existe a informação de que o chefe da pasta solicitou à Pfizer que entregasse mais vacinas do que o quantitativo inicialmente ofertado. Isso é verdade?

O SR. CARLOS MURILLO – É verdade. O Ministro da Saúde solicitou um maior quantitativo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Na reunião do dia 17/12 com o Ministro Pazuello, quais foram os pontos apresentados na negociação pelo Ministério da Saúde? Foram exigências políticas ou estritamente jurídicas?

O SR. CARLOS MURILLO – Pode repetir, por favor, a pergunta, para eu me assegurar de que a compreendi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – As exigências que o Ministro fez eram políticas ou estritamente técnicas, jurídicas?

O SR. CARLOS MURILLO – A negociação e a conversação foi com o Secretário Elcio Franco e com o pessoal técnico. Como o Ministro foi cumprimentar, ele me comentou sobre o País, o sistema de saúde. E ele comentou... Ele fez a solicitação por um maior quantitativo. Não falamos nada mais em relação a temas contratuais.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

Dr. Carlos, existiu por parte de algum membro do Governo brasileiro algum pedido de vantagem pessoal ou, no português claro para a população, propina?

O SR. CARLOS MURILLO – Não. Nós nunca recebemos uma solicitação desse nível.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Do nosso País, não é isso?

O SR. CARLOS MURILLO – Do Brasil. A Pfizer nunca recebeu uma solicitação de propina de algum funcionário do Governo do Brasil.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

Bem, Sr. Presidente, eu vou finalizar minhas palavras, dizendo que, hoje, como eu vinha prevendo, caem por terra mais duas narrativas falsas que se tentou implementar no nosso País, em especial nesta CPI. A primeira é a de que estaria a nossa população vacinada se essas tratativas tivessem acontecido. Acho que ficou bem claro, pelos números, contra esses fatos, o que o nosso ex-Presidente da Pfizer, o Dr. Carlos Murillo, colocou, que a quase totalidade das vacinas ofertadas pela Pfizer é para o terceiro semestre em diante, em especial o segundo semestre, no nosso País. E a segunda é a de que o País teria condições legais de ter comprado essas vacinas no ano passado. Isso ficou bem claro aqui não só pelos depoimentos que aconteceram durante esta semana, mas também, hoje, pelo depoimento do Dr. Carlos Murillo.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS MURILLO (*Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim!

O SR. CARLOS MURILLO (*Fora do microfone.*) – Eu teria um esclarecimento a fazer sobre o que me foi solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem um esclarecimento que foi solicitado. Eu não sei qual foi o momento, mas, Senador Renan, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Sobre as reuniões, foi solicitado para mim procurar informações sobre a reunião que nossa Diretora Jurídica teve com o Sr. Fabio Wajngarten no dia 7 de dezembro. Então, se me permitir, posso relatar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. CARLOS MURILLO – ... o que ela oficialmente tem enviado para mim.

Objetivo: o ex-Secretário pediu para representantes da Pfizer esclarecimento a respeito dos entraves relacionados aos aspectos legais. Participantes iniciais: Fabio Wajngarten, Secom; João Paulo, *compliance* Secom; Cesar Gobbi, Chefe de Gabinete Secom; Felipe Cruz, Secretário de Comunicação Institucional Secom; Shirley Meschke, Diretora Jurídica Pfizer; Eliza Samartini, Relações Governamentais Pfizer. Após aproximadamente uma hora da reunião, Fabio recebe uma ligação, sai da sala e retorna para a reunião. Minutos depois, entram na sala de reunião Filipe Garcia Martins, Assessoria Internacional da Presidência da República; Carlos Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ah, muito obrigado.

O SR. CARLOS MURILLO – Fabio explicou a Filipe Garcia Martins e a Carlos Bolsonaro os esclarecimentos prestados pela Pfizer até então na reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Acho que já respondeu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MURILLO – Carlos ficou brevemente na reunião e saiu da sala. Filipe Garcia Martins ainda permaneceu na reunião. A reunião foi encerrada logo na sequência, e as representantes da Pfizer saíram do Palácio do Planalto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) **–** Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Muito obrigado pela informação.

O próximo: Senadora representando a Bancada Feminina, a Senadora Eliziane.

Nós temos aqui também a Senadora Leila, da Bancada Feminina, que falará depois.

Senadora Eliziane, com a palavra por 15 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, Sras. e Srs. colegas, pegando aqui a última colocação feita pelo representante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Pfizer, só para eu entender: o Carlos Bolsonaro estava participando de uma das reuniões junto ao Ministério da Saúde? Só para eu entender, eu não consegui...

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Não. Essa sessão não era no Ministério da Saúde; era uma reunião no Palácio com o Sr. Fabio Wajngarten.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor lembra exatamente a sala, o andar do Palácio?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não estive presente nessa reunião, Vossa Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Estavam outros representantes.

Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, ontem, o Sr. Fabio Wajngarten disse que a reunião foi no 4º andar, na sala da Secretaria de Comunicação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não citou quem estava. Ele disse que não se lembrava, mas a Secretaria de Comunicação ele disse aqui, eu me lembro bem, porque foi feita a pergunta. Só isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto.

Aí V. Exa. me dá mais um minuto e meio, mas a sua contribuição foi muito importante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas V. Exa. pode interferir; aí V. Exa. só me dá os minutinhos depois.

Eu queria, primeiramente, fazer aqui algumas colocações em relação a informações que foram colocadas aqui por algum colega em Plenário, que seriam verdadeiras se a atitude do Governo não tivesse sido a que foi, de omissão, desde o início das tratativas feitas pela Pfizer, que datam exatamente ainda do mês de maio, não é isso? O dia 28 de maio foi o início das tratativas da Pfizer com o Brasil junto ao Ministério da Saúde. Digo isso por quê?

Nós temos, por exemplo, o Reino Unido. Nós tivemos a autorização, em caráter emergencial, pela agência do Reino Unido exatamente no dia 2 de dezembro. Nós tivemos a autorização pela agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

americana exatamente no dia 11 de dezembro. Nós tivemos, a partir desse momento, Reino Unido, México, Canadá, Chile e Estados Unidos já com acesso a essa vacinação.

As condições legais o Brasil poderia, na verdade, ter colocado desde o início, quando foram colocadas as condições pela Pfizer para que esse contrato de fato fosse iniciado.

Uma coisa que é muito bom lembrar é que o Brasil fez compra de algumas vacinas sem mesmo haver a autorização em caráter emergencial pela agência brasileira, a Anvisa. Por exemplo, a Covaxin, o Brasil fez uma compra de R$20 milhões exatamente no dia 6 de janeiro... Não! No dia 6 de janeiro de 2021, em relação à AstraZeneca, por exemplo, o Brasil fez a compra, e a autorização só veio no dia 12 de março de 2021. Em relação à Covaxin, por exemplo, o Brasil fez a compra de 20 milhões de doses sem mesmo ainda haver a autorização da Anvisa, do órgão brasileiro.

É muito bom lembrar que a medida provisória do Governo brasileiro estabelecendo as condições legais para se ter acesso, por exemplo, a essa compra só foi mandada pelo Presidente da República exatamente no dia 21 de março de 2021, ou seja, quanto ao que a Pfizer lá atrás colocou como condição e como critérios, na verdade, para que o contrato fosse estabelecido, em vez de o Governo iniciar o seu lado e, portanto, as suas condições para isso no ano passado, nós só tivemos neste ano. E é bom lembrar que é a emenda do colega Senador Randolfe... Inclusive, depois, nós tivemos vetos apresentados pelo Presidente da República.

Nesse sentido, eu faço uma pergunta aqui ao representante da Pfizer no Brasil. Diante que tudo que nós acompanhamos do seu relato, das conversas que aconteceram do senhor junto ao Governo brasileiro, ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Economia e até mesmo em relação à sua ligação em que o senhor conversou com o próprio Presidente da República, dois meses depois de uma carta que foi enviada – dois meses depois da carta, porque, se a gente inicia o processo lá atrás, no mês de maio, nós vamos para, aproximadamente, seis a sete meses do início das tratativas –, o senhor afirma que houve negligência do Governo brasileiro no processo de aquisição de vacinas junto à Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não posso fazer essa afirmação. Eu não conheço os processos internos do Governo do Brasil para poder fazer essa afirmação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Comparativamente, diante das tratativas que foram iniciadas no Brasil, do ponto de vista de tempo, de data, de meses, foi também nesse mesmo tempo, em meses, em relação a outros países onde a Pfizer teve sucesso na venda e, portanto, na confirmação contratual em relação a esses outros países?

O SR. CARLOS MURILLO – Outros países começaram no mesmo tempo que nós e assinaram um acordo de compra antecipada antes que o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Depois da sua conversa com o Presidente da República, Sr. Carlos Murillo, nesta ligação em que o Secretário de Comunicação fez a mediação, daí para frente, o senhor acha que a coisa caminhou mais rapidamente ou a coisa continuou com o mesmo nível de lentidão?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho argumentos para opinar se caminhou a outra velocidade *versus* como vínhamos antes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não sente, do ponto de vista burocrático? O senhor conversou lá atrás com o Ministério da Saúde, não é isso? Esteve com o Ministério da Economia – na carta, inclusive, a Pfizer faz essa definição. E aí, depois, o senhor teve essa conversa com o Presidente da República. Desse período, de maio até a sua conversa com o Presidente da República... Ao que me parece, se deu mais ou menos no mês de novembro, não é isso? De maio até o mês de novembro e de novembro para fevereiro, que foi quando a questão andou de forma mais definitiva, o senhor acha que teve alguma mudança, caminhou um pouco mais rápido, se você faz essa divisão de tempo de novembro para trás e de novembro para frente?

O SR. CARLOS MURILLO – É difícil para mim fazer objetivamente essa comparação. O que eu posso informar é que, em novembro, 9 de novembro, saiu o resultado do estudo clínico da vacina da Pfizer. Esse resultado mostrou a eficácia de 95%. Essa data, sem dúvida, colocou outro tipo de sustento sobre a validade e a eficácia da nossa vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu lhe pergunto o seguinte, Sr. Carlos Murillo, ainda em relação a essa ligação ou, melhor dizendo, em relação às conversas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu queria só assegurar aqui a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora, eu vou repor.

Senadores... (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode. Tem que pensar, esperar um pouquinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sr. Presidente, representante, Sr. Carlos Murillo, em alguma das reuniões de 2020 junto ao Ministério da Saúde e também ao Ministério da Economia, foi manifestado, por exemplo, algum posicionamento do Presidente da República em relação a essas tratativas?

O SR. CARLOS MURILLO – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Na conversa que o senhor teve com o Presidente da República, o senhor chegou a, na mesma conversa, ali por telefone, a falar com o Ministro Guedes?

O SR. CARLOS MURILLO – Certamente. Nessa reunião, depois eu fiz a ligação ao Sr. Fabio, ele me solicitou aguardar e se poderia continuar na ligação, e ele me comentou que estava entrando no despacho do Presidente e que eu repetisse o que tinha comentado a ele primeiramente. Eu repeti que era que nós estávamos com a oferta e as negociações com o Ministério da Saúde. O Ministro Guedes perguntou o quantitativo, eu comentei o quantitativo, ele solicitou que nós aumentássemos esse quantitativo, e a reunião terminou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Na carta que o senhor mandou endereçada à Presidência da República, o senhor faz referência a conversas com o Ministério da Saúde e com o Ministério da Economia. O senhor conversou com o Ministro? Tinha conversa com o Ministro da Saúde e o Ministro da Economia, ou só com a equipe técnica deles?

O SR. CARLOS MURILLO – Somente com a equipe técnica deles. Eu somente conversei com o Ministro da Saúde no mês de novembro e mais numa segunda ocasião, em dezembro. Com o Ministro Guedes conversei nessa ocasião dessa ligação e tive uma conversa posterior no mês de fevereiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Na sua conversa com o Ministro Guedes, o senhor sentiu, da parte dele, surpresa? O senhor sentiu que ele estava acompanhando essas conversas que a equipe técnica estava fazendo com a sua equipe?

O SR. CARLOS MURILLO – Não posso objetivamente responder se ele ficou surpreso ou não. Eu transmiti a ele onde estávamos com o processo da vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu lhe pergunto, então: quer dizer que, de maio a novembro, os senhores não foram recebidos por nenhum dos dois ministros do Brasil?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tivemos conversa com os ministros nesse período.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Presidente, veja, eu realmente fico impressionada com a informação que nós estamos recebendo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda aproveitando aqui o meu tempo: nas negociações que são feitas da Pfizer com os governos e até mesmo com outras parcerias da área privada ou coisa parecida, há negociações tipo pagamentos de taxas de sucesso, bonificações...? Dentro da política da Pfizer, há esse tipo de pagamento, quando é feito algum tipo de negociação a terceiros?

O SR. CARLOS MURILLO – Não temos esse tipo de política e não fizemos em nenhum país do mundo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não há isso em nenhum país do mundo.

Depois dessas negociações que ocorreram, dessas conversas que ocorreram e depois da ligação do Presidente da República, um outro contato que veio *a posteriori* foi da parte dos dois Ministérios do Brasil de Saúde e de Economia ou depois ainda foi a Pfizer buscando essas conversas junto ao ministério?

O SR. CARLOS MURILLO – Honestamente, não lembro agora quem iniciou as conversações. Parece-me que já tínhamos, inclusive, marcadas reuniões com o Ministério da Saúde, para o momento em que falamos com o Ministro Guedes e com a participação do Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu queria que o senhor me explicasse de forma muito rápida – porque meu tempo é realmente muito pouco aqui, temos realmente muito pouco tempo –, que o senhor falasse de forma muito rápida, se for possível também falar, porque me parece que, nessa relação contratual, há algumas questões que requerem, na verdade, um sigilo, um pouco sobre essa formação, sobre a política de preços da vacina. E, ao mesmo tempo também, o Governo brasileiro questionou os preços cobrados pelo laboratório Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – A política de Pfizer, a estrela do norte da companhia foi fazer e continuar sendo acessível nossa vacina a toda a população do mundo. Para isso, a companhia definiu três níveis de preços: o preço do país de renda alta, o preço do país de renda média, um pouco mais baixo, e o preço do país de renda mais baixa. O Brasil está dentro do preço de país de renda média.

O tema do preço não foi um tema de discussão ou complexidade com o Governo brasileiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Qual foi o tema que teve mais complexidade em relação ao Governo brasileiro?

O SR. CARLOS MURILLO – Depois de ter solucionado o tema logístico, foi o tema das condições contratuais para estandardizar os contratos em nível mundial.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Neste momento da conversa que o senhor teve com o Presidente da República, o senhor deixou claro o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nível de complexidade dessas conversas? E houve, da parte do Presidente da República, alguma disposição em sanar essas dificuldades?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não comentei, não entramos no detalhe nessa conversação, que foi muito rápida, e eu não ouvi nenhum comentário do Presidente Bolsonaro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** No seu encontro e no seu contato com o Secretário de Comunicação do Governo, o senhor recebeu, com certa estranheza, um contato do órgão da comunicação do Governo em detrimento, por exemplo, dos demais órgãos: Ministério da Economia, ou Saúde, ou até mesmo Ciência e Tecnologia?

O SR. CARLOS MURILLO – Antes de ligar a ele, validamos a veracidade de que ele era funcionário do Governo do Brasil e liguei a ele. Nosso entendimento do Governo do Brasil é que é uma estrutura complexa, e entendemos que um contrato complexo como este tinha que estar sendo informado a diferentes organismos do Governo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E, só para finalizar, Presidente, a minha pergunta aqui, porque eu acho que as informações que nós obtivemos hoje são, realmente, muito fundamentais. Para finalizar, o senhor já disse que... Eu percebo que o senhor tem uma certa dificuldade, quando trata de outros países, de trazer as informações aqui, mas, sem entrar, por exemplo, no mérito das tratativas da Pfizer com outros países do mundo, o senhor sentiu mais dificuldade do Brasil em relação aos países até mesmo aqui da América, porque o senhor é representante aqui da América Latina? Nós tivemos o Chile, inclusive, um dos países que também acabou recebendo a vacina.

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não posso fazer essa afirmação de maneira objetiva. Entendo que a situação de cada país é diferente, seus processos, seus governos são diferentes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Otto Alencar, meu Líder, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Por videoconferência.*) **–** Presidente, Senador Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Otto, o...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Senador Omar Aziz, agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho, Senador Otto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Carlos Murillo disse que tem uma outra informação que foi pedida antes. Aí pode até ajudar nas suas perguntas. Só um minutinho. Por favor.

O SR. CARLOS MURILLO – Recebi a informação que foi-me solicitada, que estava pendente, de que eu não tinha conhecimento: quando iniciamos a submissão à Anvisa. A data foi 25 de novembro de 2020. Isso no processo de submissão contínua. A submissão dependente do registro formal foi feita em 5 de fevereiro de 2021, e o registro foi aprovado em 23 de fevereiro.

Um outro que se solicitou a mim também confirmar foram as datas dos outros países. A primeira aprovação da vacina da Pfizer/Biontech contra a Covid-19 foi na Inglaterra, no dia 2 de dezembro de 2020. O primeiro paciente vacinado na Inglaterra foi em 8 de dezembro. A aprovação da vacina da Pfizer/Biontech contra a Covid-19 nos Estados Unidos aconteceu dia 11 de dezembro de 2020. O primeiro paciente vacinado nos Estados Unidos foi no dia 14 de dezembro de 2020.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado. Só um minutinho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Omar, eu queria fazer uma questão de ordem, se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. Só um minutinho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para questão de ordem.) – O art. 147 diz o seguinte – e eu queria que V. Exa. me esclarecesse: "Na hipótese de ausência do relator a qualquer ato do inquérito, poderá o Presidente da comissão designar-lhe substituto para a ocasião, mantida a escolha na mesma representação partidária ou bloco [...]".

Eu quero solicitar o seu esclarecimento, até porque todos os Senadores são iguais aqui. Eu vi que o Relator se ausentou, não sei se foi por força maior. Então, V. Exa. teria que indicar um outro Relator do bloco a que ele pertence.

Então, eu queria fazer essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bloco do MDB...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Meu Deus! Mas ele... Só da reunião que ele saiu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, venha para cá, Senador... Do MDB. Venha para cá. É do bloco do Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente Omar. V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Braga não está aqui. Seja bem-vindo, Senador. Vou indicar o Senador do MDB, Senador...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Assim fica mais equilibrado. Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema. Eu acho que é uma questão de lógica. V. Exa. pede, e eu atendo.

Senador Otto Alencar, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa.

Começo, Sr. Presidente, até prestando minha solidariedade, embora ausente, ao Senador Renan Calheiros. Ele foi ontem agredido sem provocar o agressor. O Parlamento exige sempre uma linguagem respeitosa, equilibrada, ética, com a compostura que deve ter um Senador da República para honrar a representação política do seu Estado e também do País. Minha solidariedade ao Senador Renan Calheiros.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria perguntar ao Dr. Murillo a respeito de coisas pontuais. Por exemplo, o senhor afirma que a vacina poderia estar sendo utilizada no Brasil ainda no mês de dezembro, Dr. Murillo? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Desculpe. Eu não posso fazer essa afirmação. O que eu posso fazer é a confirmação de que a oferta da Pfizer considerava um quantitativo para dezembro de 2020. Quando poderia ter sido disponibilizada a vacina, nesse momento...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não estou ouvindo o senhor, eu não ouvindo bem o senhor.

O SR. CARLOS MURILLO – Desculpe, vou me atentar de falar mais perto.

O que comentei foi que eu não posso fazer essa afirmação. O que eu posso fazer é confirmar que a oferta da Pfizer considerava um quantitativo para dezembro de 2020 condicionado à aprovação da Anvisa e também à comprovação da eficácia do estudo clínico em andamento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Outra pergunta que eu queria fazer ao senhor. O senhor não deixou claro, na minha opinião, quanto seria o valor de cada dose da vacina entregada ao Brasil na proposta que o senhor fez ao Governo brasileiro, porque o que se falava antes aqui da afirmação – não me lembro direito – é que cada vacina dessa chegava na base de US$6 por vacina. Qual foi a oferta que o senhor fez ao Brasil, em termos de valor de cada dose da vacina da Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – A oferta feita pela vacina da Pfizer, pelo primeiro contrato, foi de US$10 por dose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – De US$10 por dose?

O SR. CARLOS MURILLO – De US$10 por dose.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por dose. Essa foi a oferta, foi a proposta que foi feita ao Governo do Brasil?

O SR. CARLOS MURILLO – Correto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, essa oferta foi encaminhada para o Sr. Ministro da Saúde, Ministro Eduardo Pazuello?

O SR. CARLOS MURILLO – Correto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois bem, então o que me faz entender é que se, por acaso, o País, o Brasil tivesse atendido todos os pré-requisitos exigidos pela Pfizer, já no mês de janeiro, no começo de janeiro, nós já teríamos a vacina atendendo aqui às necessidades do nosso povo. Aí o senhor confirma?

O SR. CARLOS MURILLO – Provavelmente sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Provavelmente sim, não é? Então, as outras vacinas seriam colocadas em seguida?

O SR. CARLOS MURILLO – Não entendi a pergunta de V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Estou dizendo que isso teria colocado as outras vacinas que estavam programadas, até atingir 70 milhões de doses?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Otto, só um minutinho. Senador Otto, até o primeiro trimestre, seria 1,5 milhão em dezembro, 3 milhões no primeiro trimestre e chegaria a 18,5 milhões no segundo trimestre. Essa era a proposta, o.k.?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sei, estou apenas pedindo a confirmação dele.

O SR. CARLOS MURILLO – Confirmo. Esse era o quantitativo da proposta. Desculpe a V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Outra coisa que eu queria perguntar ao senhor: foi a Pfizer que procurou o Sr. Fabio Wajngarten ou foi o Sr. Fabio Wajngarten que procurou a Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu recebi um *e-mail* de nossa casa matriz que me comentava que o Sr. Fabio Wajngarten tinha enviado um *e-mail* ao nosso CEO, Albert Bourla, e teria ligado para tentar falar com ele. Como representante do Brasil, fui solicitado pela companhia em tomar contato com o Sr. Fabio Wajngarten. Eu liguei para ele, uma vez que tínhamos confirmado que ele era um funcionário do Governo do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois bem, Sr. Presidente. Fica muito claro que não foi o então Ministro da Saúde, o Ministro Eduardo Pazuello, que tomou essa iniciativa. Então, foi o Sr. Fabio Wajngarten que falou em nome do Governo. Um Secretário de Comunicação tomando a frente de negociar com a empresa Pfizer a compra de vacinas é uma coisa muito estranha.

Segundo, o senhor me parece que falou que teve um contato com o Sr. Frederico Wassef. Isso foi confirmado? É verdade?

O SR. CARLOS MURILLO – Ao contrário, o que eu confirmei foi que eu nunca tive contato com esse senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não teve contato com ele. Pois não.

Sr. Presidente, as coisas ficam claras a cada dia. Negar, como eu vi há pouco um Senador negando a questão do descumprimento de prazos da vacina, é uma coisa inaceitável, até porque, em todos os momentos, o Presidente da República negou a compra de vacinas, não foi só com o Pfizer. O Presidente também negou e desqualificou a CoronaVac, que é a empresa que mais hoje atende ao povo brasileiro com a vacina. O Presidente, num vídeo, disse que não ia comprar aquela vacina da China e que jamais compraria. Então, está muito claro e evidente que, em todos os momentos, o Ministério da Saúde, pelo comando, inclusive, da política de saúde do Governo, optava, como optou, pelo tratamento precoce, para que não usasse a vacina no tempo previsto, o que levou tantas pessoas a óbito. Isso ficou claro.

Hoje, por exemplo, Sr. Presidente, o Butantan vai parar de produzir a vacina CoronaVac por falta de insumos – hoje, Sr. Presidente –, pela relação conflituosa que o Governo brasileiro tem com a China, um dos países que primeiro encaminhou o Insumo Farmacológico Ativo para a produção da vacina CoronaVac no nosso País.

Ontem ficou muito claro que o Sr. Fabio Wajngarten tinha uma influência muito grande no Governo. Vai ser decisivo, Sr. Presidente, a oitiva aqui que nós teremos no dia 19 com o ex-Ministro da Saúde Pazuello, até porque o Ministro Pazuello foi demitido do cargo no dia 23 de janeiro, ou seja, substituiu o cargo, mas, na verdade, já estava demitido antes, e teve uma coincidência muito grande, porque o Sr. Fabio Wajngarten foi demitido também no dia 13 de janeiro, Sr. Presidente – imagine a coincidência! E, quando o Ministro Pazuello foi demitido, lembra-se V. Exa., Sr. Presidente, de que ele se dirigiu à imprensa, dizendo que estava deixando o cargo porque não queria se submeter à nenhuma pressão de jogo de interesse e usou os termos "propina" e "pixuleco".

O que eu pergunto ao Dr. Murillo é o seguinte: em algum momento, o Sr. Fabio Wajngarten usou do cargo para propor à Pfizer algum tipo de vantagem de ordem pessoal?

O SR. CARLOS MURILLO – Não, em nenhum momento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nenhum momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, Sr. Presidente, então a situação que nós estamos vivendo hoje, nesse momento, da falta de vacina, sem dúvida nenhuma, é a política equivocada do Governo Federal. O Ministro Pazuello, quando disse isso, certamente estava sob pressão.

E ontem... Pelas informações que foram dadas ontem pelo Dr. Fabio Wajngarten e pela posição dele em ser aquele que provocou a Pfizer para começar as compras de vacina, eu não tenho a menor dúvida: o Sr. Fabio Wajngarten funcionava como lobista buliçoso dentro da estrutura de Governo e deve ter sido demitido exatamente por isso, porque identificaram o caso, e saiu na mesma época do Pazuello. É importante que o Ministro Pazuello, quando vier aqui para depor, seja perguntado, e eu vou fazer esta pergunta para que ele possa identificar aqueles que estavam fazendo tráfico de influência dentro do Ministério da Saúde para compra de vacinas, o que é uma coisa que nós não aceitamos em hipótese nenhuma, Sr. Presidente.

Portanto, com o que os outros Senadores perguntaram ao Sr. Murillo e ele respondeu, ficou muito clara a falta de compromisso com a imunização do povo brasileiro, que é o único caminho – único caminho – para a solução da pandemia que vive o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, V. Exa. está na Bahia, nessa terra boa, bom baiano que V. Exa. é, e hoje de manhã o pessoal aqui espalhou o negócio de um boneco, mas parece que é uma coisa amistosa, de pessoas que defendem animais e tal, e parece que um ator está fazendo a propaganda. Nós já pensávamos... Nesse negócio de guerra química chinesa, nós já pensávamos que era a China atacando a gente com guerra química aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, não há um boneco que seja encaminhado a nenhum gabinete que possa chegar perto do boneco que depôs ontem aqui, o Sr. Fabio Wajngarten. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Omar Aziz.

Muito bem-vindo, Sr. Carlos Murillo. Agradeço a sua presença aqui no Senado Federal.

Eu queria, só para entender, Carlos, como é que funciona esse mercado, que é um mercado bilionário, dessa indústria de que o senhor faz parte.

Eu queria entender o seguinte: pelo menos no Brasil, a Pfizer caracterizou-se pela veemência com a qual atuou para vender sua vacina. Esta veemência é caracterizada pelos diferentes caminhos que buscou para obter seu intento, atuando junto ao Governo Federal, Congresso e insistindo para o Governo comprar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as vacinas. Eu lhe pergunto, só para entender realmente como funciona: numa venda dessa, com os valores astronômicos que são, existe verba de representação para aquele funcionário, aquele diretor que vende essa vacina para o país, tipo um comissionamento? É previsto isso no *compliance* da empresa?

O SR. CARLOS MURILLO – Não, V. Exa. Nós não temos um sistema de comissão em função de atingir o acordo da vacina com os países.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

No Brasil, teve algum tipo de pedido nesse sentido, de alguma autoridade, Parlamentar, enfim, alguma coisa?

O SR. CARLOS MURILLO – Não, V. Exa., nós não recebemos nenhuma solicitação desse tipo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

A Pfizer prioriza a entrega de vacina em alguns países em detrimento de outros?

O SR. CARLOS MURILLO – Não, a Pfizer está trabalhando para fazer sua vacina acessível de maneira equitativa e justa a todos os países do mundo, sem priorizar um sobre outro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A Pfizer está cumprindo rigorosamente o cronograma de entrega dos contratos firmados ao redor do mundo?

O SR. CARLOS MURILLO – Até o momento, a Pfizer tem conseguido cumprir os cronogramas de entrega assinados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Governo brasileiro vem cumprindo as cláusulas contratuais com a Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quais são os gargalos, desde a produção até a entrega? Só para entender, Sr. Murillo. O que poderia ser feito para aumentar o ritmo de entrega e até mesmo a adição, – deve ter essa previsão contratual –, para que se aumente as quantidades previamente acertadas?

O SR. CARLOS MURILLO – O gargalo é a capacidade de produção mesmo. É um processo muito complexo, que requer muitos insumos. A vacina da Pfizer requer 280 insumos para ser manufaturada. O maior limitante para poder aumentar ainda mais o que tem sido aumentado é a disponibilidade de matérias primas, insumos, o que permitiria a nós aumentar o quantitativo. A Pfizer tem começado o ano indicando que ia produzir 1,3 bilhão de doses; logo conseguiu, incrementando o tamanho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de nossas fábricas, acordos com outros fornecedores, inclusive com outras companhias farmacêuticas, aumentar essa estimativa para 2,5 bilhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Até dezembro?

O SR. CARLOS MURILLO – Até dezembro de 2021. E agora a expectativa, a companhia está trabalhando para atingir 3 bilhões de doses até 2021. Agora, esses quantitativos são incrementais – cada mês, cada semana vai aumentando mais em função dos avanços em nosso processo de produção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Na época das primeiras ofertas da Pfizer, as vacinas já podiam ser transportadas dentro do Brasil, com facilidade quanto à temperatura de conservação? Ou era ainda necessária uma cadeia de frio em temperaturas em menos de 70 graus ou menos de 90 graus? Pergunto para o senhor: o Brasil estava preparado logisticamente para a distribuição dessa vacina?

O SR. CARLOS MURILLO – Nós recebemos a nova embalagem da vacina no mês de outubro, final de outubro, que foi quando nós informamos desse acondicionamento, dessa armazenagem, para o Governo do Brasil, final de outubro de 2020.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Final de outubro de 2020.

O.k., Sr. Presidente, eu já terminei aqui meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Carlos Murillo, Sr. Relator.

Dr. Carlos Murillo, o senhor já declinou aqui que, no dia 14 de dezembro, após a autorização do FDA americano, teve início a vacinação com a vacina da Pfizer nos Estados Unidos. Além dos Estados Unidos, para quais outros países foram distribuídas também as vacinas?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Não tenho informação total, Senador, mas o que comentei hoje é que recebi confirmação da Inglaterra... O que eu sei da América Latina: foram Chile, México e Costa Rica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, em 14 de dezembro – é importante destacar, Sr. Relator e Sr. Presidente –, dois países da América

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Latina, ou seja, nós não estamos falando somente dos Estados Unidos. Dois países da América Latina, dia 14 de dezembro...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Chile, Costa Rica e México.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso? Confere?

Então, três países da América Latina, Chile, Costa Rica e México, iniciaram a vacinação. Em 14 de dezembro: Chile, Costa Rica e México. Poderia ter sido Chile, Costa Rica, México e Brasil, poderia ter sido. É uma pergunta elementar e eu não a estou fazendo para o senhor, mas é uma pergunta sobre a qual se deve refletir nesta CPI: se nós tivéssemos adquirido essa vacina e começássemos a vacinação no dia 14 de dezembro, quantas vidas, dessas 428.256, não teriam sido salvas? É uma pergunta elementar.

Não estamos falando só de Estados Unidos e de Reino Unido, estamos falando de três países da América Latina, com economias inferiores à nossa. Estamos falando do México, da Costa Rica e do Chile, economias infinitamente inferiores à nossa, e são países que não têm um plano nacional de imunização, que não têm um sistema único de saúde tal qual nós temos aqui.

Então, é só este registro, que eu considero muito importante para desmontar algumas argumentações falaciosas que pairam aqui, da parte de alguns colegas da CPI.

Até o Brasil firmar o contrato, que foi agora no mês de março, quantos países já haviam firmado?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho o dado exato, Senador, mas posso conseguir. Prefiro, realmente, procurar essa informação para dar a você o dado exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós temos informação extraoficial, não sei se o senhor pode confirmar ou não, de que mais de 60 países, até janeiro ou fevereiro, teriam...

O SR. CARLOS MURILLO – O número me parece razoável, mas gostaria de reconfirmar esse dado exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Se for confirmado, agradecemos. Seriam mais de 60 países que já haviam firmado contrato.

Eu lhe pergunto ainda o seguinte: o senhor teve conhecimento de uma reunião ocorrida no dia 6 de agosto de 2020, com a sua presença, em tese, nessa reunião, e com a presença também do Sr. Alejandro Lizarraga, da Sra. Cristiane Santos e com representantes do Governo, notadamente representantes da Secretaria de Política Econômica, Sr. Bruno Portela, Sr. Gustavo Ene, Sr. Igor Nazareth, Sr. Carlos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costa, Secretário Especial de Produtividade; Sr. Adriano Pitoli. O senhor tem conhecimento dessa reunião?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu confirmo essa reunião. A data que eu tenho da reunião, V. Exa., é 7 de agosto, mas confirmo que eu e as pessoas que você comentou da Pfizer participamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Foi dia 7 de agosto?

O SR. CARLOS MURILLO – Sete de agosto, segundo o que tenho aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Nessa reunião, foi discutida a oferta e a aquisição de...

Sr. Presidente, dá para me garantir a palavra, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Presidente. Só desconte o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu estou me perguntando quantos Senadores ainda tem inscritos. Nós temos ainda cinco Senadores inscritos, e eu estou encerrando as inscrições porque eu acho que, suficientemente, o nosso convidado hoje já explicou tudo o que tinha que explicar. Ele não é parte do Governo. Ele só tentou vender a vacina para o Brasil. Não é possível que tenha ainda perguntas para fazer para ele. É isso que eu estou querendo colocar, mas respeitarei as inscrições de todos.

O Líder Fernando Bezerra me perguntou quantos tinha. Eu estava tentando responder, e atrapalhei V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente. Perfeitamente, Presidente. Muitíssimo obrigado.

Só garanta o meu tempo; vou pedir o mesmo saldo de tempo.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** V. Exa. é o Vice-Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Presidente.

Então, retornando, essa reunião foi no dia?

O SR. CARLOS MURILLO – Sete de agosto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sete de agosto.

Nessa reunião, se tratou sobre vacinas, sobre a aquisição de vacinas por parte do Governo brasileiro?

O SR. CARLOS MURILLO – Nessa reunião, nós apresentamos para os funcionários do Governo brasileiro, lá do Ministério da Economia, a informação sobre o andamento de nossa vacina e as tratativas e os avanços que tínhamos tido com o Ministério da Saúde.

Não entramos no detalhe da oferta porque, inclusive, nessa data, não tínhamos fornecido oferta formal ao Governo do Brasil e também porque nós não tínhamos um acordo de confidencialidade com o Ministério da Economia para entrar em detalhes do que estava sendo conversado com...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe-me.

E, nessa reunião, qual foi a resposta do Governo brasileiro? Alguém do Governo brasileiro informou alguma coisa sobre a disposição, sobre o tempo da aquisição de vacinas? Manifestaram interesse na aquisição? Em especial, qual foi a manifestação, nessa reunião, do Secretário de Política Econômica do Governo?

O SR. CARLOS MURILLO – O que eu lembro é que ele comentou que o esquema da emenda tecnológica que o Governo do Brasil tinha em existência, que era a forma como tinha sido feito o contrato com outro fornecedor de vacina, era o esquema que permitiria avançar de acordo com as condições que o País tinha para os temas legais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, queria só chamar a atenção para essa informação... Sr. Relator e Sr. Presidente, queria só chamar a atenção para esta informação que eu acho o Dr. Carlos Murillo está aqui prestando: as autoridades brasileiras, nessa reunião, então, informaram que seria uma condicionante a transferência de tecnologia para fornecimento das vacinas?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não posso afirmar que foi uma condicionante. O que foi nos transmitido é que esse modelo era o modelo que permitiria avançar, dado o marco jurídico existente no País.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Logo, se depreende que, se não fosse esse modelo, não teríamos como avançar. O modelo que eles propunham era o modelo com a transferência de tecnologia.

O senhor acha que isso teve algum tipo de interferência no atraso para assinar o contrato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Não posso fazer uma afirmação objetiva sobre isso porque não conheço as discussões dentro do Governo do Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

E me diga uma coisa: o senhor falou já que dois ou três escritórios de advocacia estiveram participando das negociações. Já foi perguntado isso, mas só para reiterar a pergunta: algum advogado que tinha relação com o Sr. Frederick Wassef chegou a participar de algum diálogo, alguma conversação com a Pfizer nesse período ou a procurar a Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – O que é de meu conhecimento e também o que eu tenho falado com os colegas da Pfizer: nós não tivemos contato com essa pessoa nem ninguém relacionado a ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A ele.

E quais foram os advogados com quem chegaram a ter contato, a participar de tratativa, de negociação, de conversas?

O SR. CARLOS MURILLO – As negociações foram feitas pela Pfizer com o suporte dos advogados externos. No caso do Brasil, Pinheiro Neto, e, no caso do exterior, outro: o estúdio Hogan Lovells. E me comprometo a conseguir a informação para validar, se foram somente os dois ou foram três, o que também foi explicado para mim depois. Pela minha limitação de português, a palavra que foi utilizada foi se tínhamos recebido indicação de algum outro. Eu categoricamente posso responder que nós não trabalhamos com nenhum advogado ou estúdio por indicação de alguma pessoa externa à Pfizer. A Pfizer tem um processo muito regulamentado, muito definido de contratação dos advogados externos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado.

E, me diga, além disso, nas tratativas da Pfizer **–** o senhor apresentou um calendário aí muito pormenorizado, desde maio –, em algum momento, o Governo brasileiro ou alguma autoridade do Governo brasileiro acenou, apontou para a Pfizer que poderia apresentar uma iniciativa legislativa ao Congresso Nacional para resolver a insegurança jurídica? Em algum momento, em alguma das tratativas?

O SR. CARLOS MURILLO – Isso foi conversado, receio, no mês de novembro, dezembro de 2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Representantes do Governo brasileiro chegaram a dizer que poderia ter uma iniciativa legislativa ao Congresso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não... Eu realmente não me lembro nem participei de algo que eles teriam comentado ou... O que eu quis dizer antes é que, a partir de novembro ou dezembro, nós discutimos sobre a necessidade dessa autorização legislativa específica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, desde setembro, nas conversações da Pfizer, Sr. Relator, com o Governo brasileiro chegou a ser cogitada a adoção de uma medida legislativa para resolver a segurança jurídica, correto?

O SR. CARLOS MURILLO – Pode repetir, por favor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vou repetir a pergunta: desde setembro, novembro ou dezembro que começou a ser cogitada a iniciativa do Governo brasileiro para apresentar ao Congresso Nacional alguma iniciativa legislativa que garantisse segurança jurídica para o acordo?

O SR. CARLOS MURILLO – Esse tema começou a ser discutido no mês de novembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No mês de novembro, entre a Pfizer e autoridades do Governo brasileiro. Então, Presidente, Sr. Relator, vejam: desde novembro autoridades do Governo brasileiro já cogitavam que tinha que ter uma iniciativa legislativa. E me permita, Sr. Relator, porque aqui eu vou abrir um rápido parêntese para contar uma breve história, porque dessa... Em relação a isso, tenho autoridade, porque acompanhei o processo.

Desde novembro se cogitava isso no Governo brasileiro, mas o Governo brasileiro não apresentou. E o Governo brasileiro poderia apresentar: art. 62 da Constituição da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Governo pode editar medida com esse fim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Medida provisória com efeito de lei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Com efeito de lei. O Governo não editou. Desde novembro cogitando, mas o Governo não editou. Mas, Sr. Relator, o Governo editou uma medida provisória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Hum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele editou uma medida provisória em 2020, em dezembro: a Medida Provisória 1.026. Na medida provisória, dizia o seguinte... Isso aqui é a minuta da medida provisória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a minuta da medida provisória. Na minuta, dizia o seguinte:

> Fica a União autorizada a assumir os riscos referentes à responsabilidade civil, nos termos do instrumento de aquisição ou fornecimento de vacinas contra a Covid-19 celebrado pelo Poder Executivo Federal, sobre eventuais efeitos adversos decorrentes das vacinas contra a Covid-19, desde que a Anvisa tenha concedido o registro e autorizado o uso emergencial e temporário.

Essa é a minuta da medida provisória de dezembro de 2020.

Essa minuta teve, no dia 23 de dezembro, um parecer favorável – 23 de dezembro – da Controladoria-Geral da União. Em 23 de dezembro, um segundo parecer favorável da CGU. Em 6 de janeiro, um terceiro parecer favorável, agora da lavra da Advocacia-Geral da União. Em janeiro a medida provisória é subscrita pelo Presidente da República, apresentada ao Congresso, sem o texto que estava na minuta – sem o texto que estava na minuta.

Acabou por aí? Não. Veja, de fato, os técnicos do Governo, desde novembro, cogitavam. O Governo chegou a redigir uma medida provisória. Na minuta colocou o dispositivo que dava segurança jurídica. Na publicação da Medida Provisória, não foi incluso esse dispositivo. Um Senador, um membro do Congresso Nacional, este que vos fala, Senador Omar Aziz, Senador Renan Calheiros – Senador Randolfe Rodrigues –, apresenta a emenda – está aqui a emenda a essa medida provisória – em janeiro. O que ocorre com essa emenda? Ela é rejeitada por orientação do Governo na Câmara dos Deputados. Somente um mês depois, em fevereiro ou março, depois de muita insistência, depois de muita insistência, é que nós tomamos a iniciativa, aqui no Senado, de apresentar o projeto de lei que garantiu a segurança jurídica. Nós estamos falando de novembro, dezembro, janeiro, três meses. Repito a pergunta: quantas vidas poderiam ter sido salvas? Não é que não teve a discussão! Teve a discussão! Deliberadamente, o Presidente da República não incluiu na medida provisória, não incluiu! Pior, teve uma emenda que, por orientação do Governo, foi rejeitada!

Mas, se restar alguma dúvida, está aqui a declaração do Sr. Elcio Franco, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, declaração de 19 de novembro. Foi em novembro, não foi? Foi em novembro! A declaração é de 19 de novembro do Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Senadores Alessandro, Humberto e Rogério. Está em vídeo essa declaração, e peço para vir para a CPI. No dia 19 de novembro, disse o Sr. Elcio Franco: "O Governo brasileiro e o Ministério da Saúde não têm intenção de preparar, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaborar nenhuma legislação no sentido de isentar a responsabilidade, o responsável pela produção dessa vacina". As informações do Sr. Carlos Murillo só corroboram tudo isso.

Para não restarem dúvidas – agora vou concluir, Presidente –, falou-se, ainda há pouco, sobre quando o FDA americano havia autorizado. Isso já foi declinado, já foi dito. Os colegas da base do Governo até ajudaram com essa informação. Foi em dezembro.

Talvez, não se tenha nesta CPI o que quero entregar a esta CPI – acho que esta CPI tem que requisitar o texto oficial, Sr. Presidente e Sr. Relator –, um telegrama da embaixada do Brasil em Washington. O telegrama é do dia 8 de dezembro. Não é isso? É de 8 de dezembro. O telegrama diz: "FDA confirma a eficácia e segurança da vacina contra a Covid-19 da Pfizer. Expectativa é de aprovação de uso emergencial ainda nesta semana [8 de dezembro]. Presidente Trump assina ordem executiva priorizando disponibilização de vacinas para população dos EUA". Pelo menos nisso o Presidente Bolsonaro poderia ter sido leal ao Presidente Trump, pelo menos nisso! Quantas vidas não teriam sido salvas! É a embaixada do Brasil nos Estados Unidos, em Washington, que está comunicando ao Governo brasileiro no dia 8 de dezembro!

Sem mais perguntas, Sr. Presidente. Já está esclarecido quem foram os responsáveis por nós termos hoje 428.256 mortes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, por 15 minutos...

Senador Randolfe...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Muito boa tarde a todos!

Sr. Carlos Murillo, eu só queria que o senhor confirmasse: em nenhum momento a sua empresa ou alguns membros da sua diretoria, enfim, receberam pedido nenhum de propina por parte do Governo brasileiro?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Em nenhum momento.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nenhum momento, muito bem.

Eu queria fazer alguma colocação na linha do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As negociações começaram em maio de 2020, é isso?

O SR. CARLOS MURILLO – Correto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem.

Quando foi feita a carta ao Brasil, ao Presidente Bolsonaro, está escrito na carta e assinado pelo Sr. Albert que seria um ensaio clínico, uma potencial vacina. Então, não era vacina ainda?

O SR. CARLOS MURILLO – Correto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Isso em setembro de 2020?

O SR. CARLOS MURILLO – Correto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem.

Aquelas cláusulas para formalização de um contrato que eram: a Pfizer definia que era em Nova York o foro para solução de conflitos; a Pfizer queria a isenção da responsabilização e indenização; e a Pfizer queria, exigia a edição de uma medida provisória em que o Brasil garantisse potenciais danos financeiros, que seria um depósito... Isso foi feito, é feito de praxe em todos os países em que os senhores vendem vacinas?

O SR. CARLOS MURILLO – Sim, senhor.

Como parte da pandemia, a situação tão complexa do mundo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Senador Renan, por favor, V. Exa. deixe-me fazer as perguntas, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu não estou atrapalhando V. Exa., longe de mim. Eu estou só dizendo, porque V. Exa. pode, no decorrer do depoimento, não ter observado: ele já respondeu isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Eu sei que já; mas eu queria garantir a resposta dele, para ficar bem claro. É um direito que eu tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) **–** Desculpe, desculpe.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Eu queria saber, Sr. Carlos Murillo, por que, nesse tempo todo de tratativas, a Pfizer não solicitou o registro ao Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

brasileiro? Só registrou em 6 de fevereiro de 2021. Por que não tomaram a iniciativa já que queriam vender? Por que não fizeram o pedido do registro?

O SR. CARLOS MURILLO – Desculpe, porque tenho informação aqui para não... Não estou olhando, mas somente porque quero ser muito objetivo.

A Pfizer solicitou o processo de registro de submissão contínua no Brasil em 25 de novembro de 2020. Eu desconheço – e posso conseguir – quando é que esse processo foi habilitado no Brasil. Eu tendo a entender que foi relativamente perto dessa data. Quando o processo de submissão contínua no Brasil feito pela Anvisa foi habilitado, a Pfizer começou o processo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu tenho informação aqui da Anvisa sobre a Pfizer que não é exatamente isso que o senhor falou. Teve os ensaios clínicos da fase 3 aprovados pela Anvisa e a condução no Brasil em novembro de 2020; teve início o processo de submissão contínua dos documentos.

O SR. CARLOS MURILLO – Hã-hã.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Estava se falando em documento. Caso a empresa tivesse solicitado a autorização do uso emergencial, que os senhores não solicitaram, o processo certamente estaria concluído, considerando o processo de submissão contínua, e possivelmente seria a primeira AUE (Autorização de Uso Emergencial) concedida no País, antes mesmo da Organização Mundial da Saúde. Então, entretanto, a empresa, talvez por estratégia comercial, que não envolve a atuação da agência, decidiu não solicitar o pedido de uso emergencial, afirma a Anvisa.

O senhor confirma isso?

O SR. CARLOS MURILLO – O que eu confirmo é que nós começamos o processo de submissão contínua em 25 de novembro. Isso a Pfizer fez. O processo de autorização de uso emergencial, que é outro processo, que foi feito pela Anvisa posterior a 25 de novembro, nós efetivamente não fizemos a solicitação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Então, os senhores não fizeram a solicitação.

Eu quero continuar perguntando a V. Sa. O senhor não encontrou nenhuma anormalidade nas tratativas de negociação com o Governo brasileiro. Tudo que foi tratado, tudo que foi conversado foi no anseio, foi na vontade de contratar vacina. Isso o senhor já falou e o senhor confirma, não é? Eu queria saber como é que está na sua cabeça, como é que o senhor imagina que nós poderíamos ter iniciado o processo de vacinação no ano de 2020 se o senhor só pediu autorização para a Anvisa no dia 6 de fevereiro de 2021? O senhor não imaginava que poderia vender uma vacina sem ter sido aprovada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anvisa. O senhor vende vacinas em algum país à revelia? Não precisa ter autorização da sua agência sanitária? Como é que funciona isso?

O SR. CARLOS MURILLO – Para vender a vacina, precisa-se de autorização permanente, que nós só tivemos no Brasil em 23 de fevereiro, ou autorização de uso emergencial, como foi feito em outros países. Nós submetemos a solicitação de uso emergencial em 25 de novembro de 2020. Quando foi emitida, já é um processo da Anvisa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O senhor entrou com o pedido no dia 6 de fevereiro. O senhor não está falando a verdade. O senhor entrou com o pedido no dia 06/02/2021.

O SR. CARLOS MURILLO – Nós iniciamos a submissão contínua...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Iniciaram lá em maio as conversações...

O SR. CARLOS MURILLO – Não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** ... de todo tipo.

O SR. CARLOS MURILLO – Iniciamos a submissão contínua em 25 de novembro de 2020. Tem um processo. O processo começava com o início da submissão contínua. E, em função dos tempos da Anvisa, quando foi informado que nós estávamos em condições de fazer a submissão do pedido do registro, fizemos, e foi, de acordo com a minha informação, em 5 de fevereiro de 2021.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Isso mesmo. Então, o senhor concorda que foi feito um pedido nessa data. E foi liberado no dia 23 de fevereiro, 17 dias depois que o senhor pediu. Então, a Anvisa não atrasou em nada, foi célere. Estava preocupada com a compra da vacina. Muito bem.

O senhor tem conhecimento se tem algum país executando a Pfizer judicialmente por atraso em entrega de vacinas?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não tenho conhecimento para afirmar. Meu entendimento é que não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Eu tenho uma informação de que a Itália está processando por falta de entrega, de cumprimento do contrato, só para a sua informação então. (*Pausa.*)

Muito bem. Eu quero agradecer, Sr. Presidente. Eu quero lhe agradecer pela manifestação, pela minha participação e pelas afirmativas do senhor representante da Pfizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil teve toda boa vontade para comprar, desde que não se comprasse de forma estabalhoada, desorganizada, dentro do que preconiza a legislação brasileira, até porque nós temos normas a serem seguidas.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Só pela ordem aqui, rapidamente.

Eu queria saber qual o procedimento... Eu fiz uma pergunta clara para o Dr. Carlos Murillo, antes do meu colega Senador Jorginho Mello e antes também do meu colega Randolfe Rodrigues, se a Pfizer estava cumprindo o cronograma de entrega nos países. E ele disse "sim", resposta objetiva, mas a gente está vendo agora que ele não tinha essa certeza, porque ele disse que pode ser que não agora, que não tem conhecimento. Eu queria saber em que eu posso confiar: na resposta que ele deu para mim ou na resposta que ele deu para o Senador Jorginho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não entendi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – A Pfizer está cumprindo o cronograma de entregas ao redor do mundo?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – No meu entendimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No entendimento dele, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, no seu entendimento, sim, mas desse processo da Itália o senhor não tem conhecimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Ele disse que está processando, mas não disse qual a razão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – De outros países também não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Senador Eduardo Girão, o Senador Jorginho disse que tinha um processo, mas não disse a razão do processo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, por falta de entrega, Sr. Presidente; por não cumprir o contrato. Essa é a informação que eu tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Relevância zero. Ele pode estar sendo processado e se defendendo do processo. Qual é a relevância?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas isso não muda nada em relação a gente aqui. Vamos lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque ele disse, Sr. Presidente, que não houve atrasos, e a informação que ele trouxe é de que lá teria tido atrasos na entrega. É essa a informação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A testemunha continua mantendo a mesma fala, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele não tem informação, ele é daqui da América Latina. Daqui a pouco, eu vou perguntar agora para o Dr. Dimas Covas por que a China não mandou o IFA para a gente ainda. Eu não sei por quê! Como é que eu vou saber o que está acontecendo na China? Nem o Dimas Covas sabe, nós não sabemos. Então, essa pergunta para ele... É pertinente para a América Latina, onde ele é o representante, é o Presidente, não para a Europa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele pode, até o final da sessão, Sr. Presidente, encaminhar para esta Comissão os países em que se atrasou a Pfizer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, Senador Eduardo Girão...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone*.) – Faz requerimento...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, requerimento não! Já ficou aqui, outras vezes, de ele passar informação durante a sessão. Por que é que são dois pesos e duas medidas aqui nesta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, ele vai procurar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe pergunto: ele pode encaminhar até o final da sessão quais os países? Porque eu estou sabendo aqui que não foi em um apenas, foram em mais países que a Pfizer atrasou a entrega.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor acha que, porque atrasou a entrega, não devemos comprar da Pfizer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu quero apenas cumprir aquilo que a gente está fazendo para entender.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não devemos comprar da Pfizer?! Pelo amor de Deus, para quê?! A Pfizer atrasou, não devemos comprar da Pfizer, Senador?! Não devemos comprar 70, 100 milhões, porque atrasou?! Nós estamos numa pandemia, nós estamos em estado de guerra no mundo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nós queremos apenas saber a informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Brasil está... O Brasil...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu tenho paciência. Eu digo para vocês que eu me manifesto pouco, eu não gosto de ser... Eu estou tendo paciência.

Senador, nós estamos nos apegando a uma coisa que nós legisladores sabemos que, se o Presidente quisesse emitir uma medida provisória, não precisaria da boa vontade do Presidente do Senado e, muito menos, do Senador Randolfe; nós teríamos resolvido essa questão jurídica. Só que vocês se apegam a uma coisa como se... Daqui a pouco, é o Congresso que é responsável pelo atraso da negociação com a Pfizer!? Por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma coisa que... É impossível ele falar o que que está acontecendo na Itália, ele sendo o Presidente aqui! É impossível!

Mas V. Sa. pode nos informar e passar pra gente? Por favor, eu encaminharei...

O SR. CARLOS MURILLO – Ah, posso procurar as informações.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas para não ser injusto com o Senador Girão, V. Exa... Eu sei das intenções de V. Exa. de tentar conduzir e aclarar as questões, mas a provocação dele tem razão de ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está resolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., mas V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está resolvido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., Presidente, mas V. Exa. fez uma afirmação como se fosse o maior absurdo do mundo, e não é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, está bom!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, é o seguinte: se o senhor amanhã me trouxer que, infelizmente, a Pfizer não cumpriu o acordo na Itália ou em outro país, talvez o Brasil deva rever a compra da Pfizer? É só isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, não é essa a questão que está sendo posta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só isso que eu quero saber.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é essa a questão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Presidente pode falar, mas não pode tomar partido, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tomei partido, eu o estou defendendo! Ele não tem informação, foi isso que eu disse. Eu não estou defendendo o Renan...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não, não, Sr. Presidente. O senhor está fazendo julgamento de valor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque a narrativa que está aqui, Sr. Presidente, é que a vacina poderia chegar antes e não chegou.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, siga as inscrições, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E não só contrato que foi feito depois. Então, vamos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, eu peço por favor, porque é o seguinte: se fosse uma coisa que fosse determinante para a nossa discussão aqui, eu até ficaria calado e concordaria, mas não é uma coisa determinante para a CPI saber se, lá na Europa, a Pfizer atrasou a entrega ou não. Para nós, não é determinante isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A narrativa que está sendo construída aqui é outra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é da nossa responsabilidade isso, isso é responsabilidade do Governo brasileiro de negociar com a Pfizer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas quem está construindo a narrativa são os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Não, pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! Vocês estão defendendo uma coisa indefensável! Pessoal, vocês querem debater? Vamos debater! É uma coisa indefensável! Por favor! Eu não estou entendendo... Eu pedi já ao Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Presidente está querendo discutir igual Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já pedi ao Sr. Carlos para entregar aos Srs. Senadores essa questão da Itália, se tem algum problema na Itália. Está certo? Se tiver...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Atraso, atraso na entrega de vacina. Só isso. É pra saber de quem é que nós estamos comprando. Só isso. E mais nada! Não tem mistério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, nós estamos comprando do pessoal que faz guerra química. Então, está bom.

Vamos lá, Senador...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sempre antes da minha fala, sempre tem uma boa polêmica!

Eu agradeço a V. Exa. pela palavra.

Quero cumprimentar o Presidente, o Relator e cumprimentar o Sr. Carlos Murillo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria fazer uma pergunta objetiva ao Sr. Carlos Murillo: Dr. Carlos Murillo, um país que participa da fase de testes de uma vacina, como o Brasil, tem alguma prioridade na hora de receber o imunizante ou de contratar o imunizante?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Dentro dos fatores que foram considerados para a fixação do preço, para o Brasil, essa foi uma considerante.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito. Muito obrigado.

Eu queria dizer que o Benjamin Netanyahu, em maio de 2020, começou a sua luta por vacina e que ele já vacinou mais de 60% da população de Israel. Sabem por quê? Porque ele defendia o defensável, porque ele queria a vacina, porque ele apostou na imunização.

Aqui tem uma declaração em que o Ministério da Saúde informou que não havia interesse por vacinas tipo a da Pfizer, que necessitaria de temperaturas muito baixas de armazenamento, como se congelar alguma coisa dependesse de tecnologia espacial – não depende de tecnologia espacial, é tecnologia simples, que pode ser rapidamente incorporada. Então, aqui nós estamos vendo...

E, ao longo de todo esse debate, o que a gente vê é que o Governo Federal não tinha programa nacional de imunização até dezembro de 2020! Se não tem programa de imunização, é porque não tem preocupação com imunizante. Isso só foi ter com a decisão do Ministro Lewandowski. Essa é uma questão de extrema relevância.

É importante saber também do Sr. Carlos: se o Brasil tivesse feito contrato com a Pfizer, a Pfizer teria pedido emergencialmente a autorização, uma vez que o FDA já tinha autorizado a comercialização e a circulação da vacina nos Estados Unidos?

O SR. CARLOS MURILLO – Provavelmente, sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito obrigado.

Eu queria dizer, portanto, Sr. Presidente, que nós estamos diante, na verdade, de uma teoria que orientou este Governo. Este Governo foi orientado para deixar o povo brasileiro largado para adquirir imunidade de rebanho, naturalmente, não investiu naquilo que é o instrumento para construir imunidade coletiva que é a imunização. Este Governo não fez isolamento, impediu isolamento; este Governo proibiu o uso de máscaras; este Governo expandiu a pandemia.

E não adianta vir aqui dizer do dinheiro que foi para aqui, do dinheiro que foi para acolá: esse dinheiro que foi liberado foi para atender a decorrência da incompetência do cuidado com a pandemia, porque você só trata aquilo que foge da capacidade de controlar a expansão de uma pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos tratando aqui é que o Governo não tomou iniciativas efetivas, como, por exemplo, o Governo de Israel, que em maio, da mesma forma que o Governo brasileiro foi provocado... E vejam: o Governo de Israel, foi ele quem ligou, foi ele quem foi atrás. No Brasil, a Pfizer veio atrás, e o Governo do Brasil não se mobilizou para ter um plano nacional de imunização, para garantir um contrato de reserva de vacina antecipado, para garantir que a gente pudesse chegar, no mês de dezembro, quando começou a produção de vacina efetivamente, a iniciar a vacinação da nossa população.

E, por fim, quero fazer... E ele já respondeu. A Pfizer apresentou a sua documentação às autoridades brasileiras – só para constatar – para registrar o seu imunizante no Brasil antes de apresentar à FDA. E o FDA deu, em uma semana, e nós só conseguimos ter isso 60 dias depois, o que prova...

E aí eu quero dizer ao meu amigo Marcos Rogério, que disse aqui que nós não tínhamos uma lei. Nós não tínhamos uma lei, mas veja: o Governo editou uma MP para aplicar R$20 bilhões e não teve a iniciativa de fazer uma lei para garantir a contratação desse imunizante?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Editar uma outra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Editar uma outra. É muito simples. Inclusive, o Randolfe Rodrigues falou que apresentou emenda nessa direção. E o documento, a minuta da medida provisória já previa essas questões contratuais para contratação da vacina da Pfizer.

Eu queria dizer que, na verdade, nós estamos diante de uma situação de negligência ou de ação deliberada para não resolver o problema da pandemia no Brasil, e isso encaminha para a constatação de um crime contra a saúde pública e um crime contra a vida.

E, por fim, me chama a atenção que, numa República, num país republicano que tem sua institucionalidade, o filho do Presidente que não exerce nenhum cargo de relevância – aliás, cargo nenhum na administração pública federal – participe de negociação de compra de imunizantes seja ela por que razão for. Isso não é justificável nem republicano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O próximo inscrito é o Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas para esclarecimento, usando o art. 14.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para explicação pessoal.) – O Senador Rogério Carvalho, a quem tenho profundo respeito, fez menção direta e numa questão substancial jurídica.

Aliás, essa mesma questão foi provocada por outros aqui. Por que o Presidente da República não editou uma medida provisória para tratar dessa questão, teve de vir uma lei, nascer uma lei dentro do Senado Federal tratando disso? Sr. Presidente, medida provisória deixaria o Presidente da República agindo unilateralmente em nome do Estado brasileiro em uma questão internacional. Nesse caso, o devido processo legislativo, que a todos aqui deve instruir, disse que tem que ser por lei ordinária, conjugação de vontades, Executivo e Legislativo. Não caberia pela via de medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Portanto, para respaldar o ato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com o devido acatamento e respeito, meu caríssimo Senador, teremos outros Senadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., Senador, mas, quando alguém me cita nominalmente querendo atribuir um outro caminho jurídico, eu tenho de esclarecer o porquê da minha tese. Respeitosamente, V. Exa. há de convir comigo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas houve citação nominal?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Eu citei-o, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, concluo dizendo o seguinte: se a medida provisória não fosse aprovada pelo Congresso, seria razoável o Presidente assinar um contrato dessa envergadura com esse risco? Aliás, a questão da Covax...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Seria, e eu vou mostrar quando eu for falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é respeito à ordem que fala? Eu vou mostrar que é possível, sim.

Posso falar alguma hora, Senador Marcos, por favor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, na medida provisória que tramitou sobre essa questão...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não dá, Sr. Presidente, há quebra da ordem. Eu estou aqui esperando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o Senador... O Deputado Hiran Gonçalves apresentou emenda nesse sentido e foi rejeitada pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, muitíssimo obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero abordar esse tema, mas na minha ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Senador Alessandro Vieira, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mil desculpas, Senador Alessandro.

Deixe-me pedir só aos colegas o seguinte: esta Presidência vai conceder quantos arts. 14 forem pedidos, quantas vezes forem. Mas eu quero pedir atenção dos colegas para se aterem ao art. 14. O art. 14 se refere a tratamento desrespeitoso de um colega em relação ao outro. Quando não há... E uma vez somente. E uma vez somente conforme o sistema do Regimento.

Então, eu só queria pedir atenção. Esta Presidência vai exigir o cumprimento nesse disposto.

Senador Alessandro Vieira, desculpe-me mais uma vez a interrupção. Reponho o seu tempo. V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Apenas para repor os fatos.

Nós ouvimos aqui na condição de testemunha o Almirante Barra, Diretor-Presidente da Anvisa, e ele foi muito claro em dizer que a exigência de registro ou mesmo de autorização para emprego emergencial se dá para o uso da vacina, não para a compra. Portanto, é fato que todos, ou quase todos os contratos firmados pelo Governo Federal foram com vacinas que não tinham ainda esse registro na Anvisa. Assim se deu, por exemplo, a adesão ao consórcio Covax, em 24/09/2020, em que você não tinha autorização da Anvisa e você não sabia nem qual era a vacina que seria entregue, mas o Governo Federal fez o contrato no valor de R$2,5 bilhões. Então, essas justificativas cansam e não têm nenhum tipo de razoabilidade.

Sr. Carlos, boa tarde.

Compilando o que o senhor informou logo no início do seu depoimento, considerando a melhor proposta apresentada pela Pfizer, nós poderíamos ter em solo brasileiro 1,5 milhão de doses em 2020, 3 milhões no primeiro trimestre de 2021, 14 milhões no segundo trimestre de 2021 e 26,5 milhões no terceiro trimestre de 2021. Confere isso?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – A proposta de 26 de agosto considerava esse quantitativo. Confere.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Hoje, na realidade atual, após esse longo processo de negociação, nós temos a possibilidade de receber 14 milhões de doses no terceiro trimestre de 2021 e 86 milhões no quarto trimestre. Confere?

O SR. CARLOS MURILLO – Não. No contrato assinado, temos 14 milhões no segundo trimestre de 2021...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Segundo trimestre.

O SR. CARLOS MURILLO – ... e 86 milhões no terceiro trimestre de 2021.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Oitenta e seis. Perfeito.

Então, usando parâmetros que nós temos aqui por parte do Departamento de Saúde Pública do Reino Unido, o número de vacinas aplicadas nos cidadãos de um país representa diretamente não só a redução expressiva no ciclo de expansão da pandemia, mas também uma redução no número de mortes. Usando aquele parâmetro, nós teríamos 1,5 milhão de vacinas, pelo menos mil vidas salvas diretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa diferença entre uma proposta apresentada e o contrato efetivamente firmado aponta para alguma coisa em torno de 4,5 milhões de doses. Então, na menor contabilidade, são 3 mil vidas que poderiam ter sido salvas e não foram salvas por omissão do Governo brasileiro deliberada – cálculos feitos pelo Professor Paulo Martins da Universidade Federal de Sergipe, baseado na proporção de dados levantada pelo Departamento de Saúde do Reino Unido.

V. Sa. tem, mesmo que por ouvir falar, conhecimento das razões que levaram o Governo brasileiro a firmar contratos com praticamente qualquer outro fornecedor que não a Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – Não, não tenho conhecimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O setor jurídico que assessorava V. Sa. nesse processo todo de negociação em algum momento apontou impedimento insanável, impedimento jurídico insanável para a contratação de vacinas no Brasil?

O SR. CARLOS MURILLO – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor tem conhecimento de que setores do Governo brasileiro também concordavam que não existia impedimento?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho conhecimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu estou satisfeito com relação às perguntas que poderia apresentar e só registro e reforço isto: do que nós estamos tratando, no tocante a esse contrato, é a apuração de se existia ou não disponibilidade para aquisição de mais vacinas. Está mais do que comprovado que existia. Está mais do que comprovado que a aplicação dessas vacinas... Eu estou falando de vacinas que têm 85% de eficácia na primeira dose e 95% com a confirmação da segunda dose. Então, a realidade dos brasileiros poderia ser substancialmente diferente, vidas poderiam ter sido salvas se o Brasil tivesse realizado o mínimo de zelo, com o mínimo de zelo, o seu dever constitucional de preservar a vida em primeiro lugar.

Obrigado, Sr. Presidente; obrigado à testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Alessandro.

Senador Luis Carlos Heinze e depois Senador Fernando Bezerra. Em seguida, nós passaremos para os não membros, Izalci Lucas, Roberto Rocha e Jean Paul Prates.

Senador Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Randolfe; Sras. e Srs. Senadores; Sr. Carlos Murillo, uma pergunta: Harvard, houve um estudo contra a cloroquina na universidade; em Oxford, um estudo também. Em Harvard, publicaram na revista *Lancet* que os autores tiveram que se retratar. Oxford está sendo questionado. E por último, em Manaus, publicada na revista *Jama*. Essas pesquisas fizeram com que a Organização Mundial de Saúde retirasse as autorizações para uso dessa cloroquina para... O uso da cloroquina.

A pergunta para o senhor é a seguinte: aqui, em Manaus especificamente, tem uma agência espanhola para o desenvolvimento internacional, ou o grupo ISGlobal. A sua empresa, Pfizer, patrocina essa agência espanhola para o desenvolvimento internacional ou o grupo ISGlobal?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Eu não tenho conhecimento para afirmar positivamente ou negativamente, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. A preocupação é porque essa é uma das preocupações que nós temos.

Segundo, sobre o desenvolvimento de medicamentos e vacinas da Pfizer para o combate à Covid, pergunto: a Pfizer possui algum projeto em fase de testes clínicos no Brasil envolvendo algum medicamento com ação antiviral oral contra o SARS-CoV-2, causador da Covid-19, algum produto com o código PF-07321332, sendo avaliado no Brasil?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho conhecimento para afirmar nem negativamente nem positivamente. Não conheço esse PF que V. Exa. mencionou.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – As informações que nós recebemos, Senador Girão, é que isso aqui substituiria a cloroquina. Produtos que parece que têm...

Depois, V. Exa...

Como é que foi, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não falei com V. Exa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom. Achei que era comigo.

V. Exa. viu... O que nós estamos discutindo aqui nesse instante é que houve uma prevaricação do Governo brasileiro em atrasar a compra dessas vacinas por parte da Pfizer. Transferência de tecnologia começou antes, porque a AstraZeneca, da Oxford com a Fiocruz... Esse processo começou em agosto do ano passado e já em andamento. Da mesma forma é uma outra situação, aí era a compra, que é o caso da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CoronaVac. E foi colocado aqui que nós atrasamos. Se eu pegar Estados Unidos, a oferta foi em 20/11, e 13/12 foi a primeira oferta; Canadá, também, 9/12 a aprovação, a primeira entrega em maio; Comunidade Europeia, em dezembro; Suíça, 19 de dezembro; Austrália, 25/11; e Japão, 14/02.

Então, eu quero referir aqui é que não houve prevaricação. O pessoal... Não é que não tivesse interesse. A legislação brasileira e também – a legislação nossa – os estudos necessários dentro do Ministério da Saúde, com a própria Pfizer, também com as outras empresas e mesmo a Anvisa, quando fez as verificações, as demoras foram por aí. Talvez, como V. Exa. falou, 1,5 milhão de doses pudessem ter chegado no último trimestre do ano passado, a partir de dezembro, porque nós tivemos... A primeira vacina foi na Inglaterra.

E um outro ponto importante para o qual eu quero chamar atenção, V. Exa. sabe, é que o Brasil hoje é o quarto país do mundo em número de vacinados, de pessoas vacinadas – está à frente inclusive da Inglaterra. Desde a semana passada, cruzamos a dianteira da Inglaterra. Também é importante que se diga isso aqui. É China, Estados Unidos, Índia e depois vem o Brasil, e o quinto é a Inglaterra. Então, isso é importante para dizer assim: o Brasil não está prevaricando e já comprou quase 600 milhões de doses; inclusive da sua empresa são 200 milhões de doses que foram adquiridas pelo Governo brasileiro.

Não sei há quanto tempo V. Exa. está no Brasil, mas foi muito questionado por colegas Senadoras e Senadores aqui que falavam se havia bola, propina – eu não sei se o senhor está ouvindo falar que no Governo Bolsonaro essa prática não existe –, o que nós ouvíamos algum tempo atrás em outros Governos. Eu estou há 20 anos na Câmara e agora há dois anos no Senado. V. Exa. já confirmou aqui várias vezes que não ouviu ninguém lhe fazer proposta em cima disso. Então, é bem clara essa posição de que não houve, no caso, intenção nenhuma em cima de pedir alguma vantagem econômica, por parte de algum funcionário de qualquer ministério.

O senhor fez reunião no Ministério da Saúde, fez reunião no Ministério da Economia, fez reunião na Secom, várias reuniões que V. Exa. fez, e também os membros da sua empresa que trataram com o Governo brasileiro. Só para confirmar: confirma o que eu estou lhe perguntando?

O SR. CARLOS MURILLO – Confirmo. Nós não recebemos nenhuma solicitação de propina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E o senhor também sabe que o Brasil hoje é o quarto país do mundo em número de pessoas vacinadas?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não tenho conhecimento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas eu tenho e estou só lhe afirmando isso aqui, porque a Inglaterra, até a semana passada, vacinava mais que o Brasil. Então, hoje nós vacinamos mais que a Inglaterra e seguiremos até o fim para a nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também algumas notícias na imprensa internacional dão conta do atraso – eu recebi –, por exemplo, da União Europeia. Na União Europeia, a Organização Mundial da Saúde criticou. Dos blocos da União Europeia, dos 27 países, apenas três haviam cumprido a meta. E as críticas são por atraso da AstraZeneca, Oxford, e também da própria Pfizer. V. Exa. confirma isso?

O SR. CARLOS MURILLO – Não posso confirmar, eu não tenho conhecimento disso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas a CNN... Aqui: Pfizer é processada pelo governo italiano – é um deles; Pfizer atrasa vacinas na Espanha, França, Itália, Áustria. Esses países estão citados na imprensa internacional. Então, é só para os colegas entenderem essas posições. Não é assim: comprar, e a vacina está aí...

V. Exa., a sua empresa, como qualquer empresa, quer vender... Senador Girão, não é um negocinho, é de US$2 bilhões o negócio feito com o Brasil. Então, é um negócio interessante.

Então, é só para colocar essa posição. É muito importante nós fazermos essa colocação aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Se eu puder colaborar, só nessa condição, eu daria uma informação a V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que essa empresa é uma das mais respeitáveis empresas do mundo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sei, eu sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma das mais relevantes plantas industriais. O que V. Exa. está chamando atenção... Isso é uma coisa que traz claros prejuízos comerciais à empresa. Esta Comissão não pode permitir isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só estou comentando, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu não estou desmerecendo a empresa, não estou desmerecendo a empresa. O que eu estou falando é que nós não podemos comprar de qualquer jeito, e assim foi feito no Brasil.

O Governo brasileiro é um governo responsável, diferente do que V. Exas. – muitos dos que me antecederam – estão falando aqui dentro. O Presidente Bolsonaro, diga o que disser, é um Presidente sério, não tem esquema no seu Governo. V. Exas. sabem que não há esquema de corrupção com o Banco do Brasil, com Caixa Federal, com BNDES, com Petrobras, com fundo de pensão, empreiteira, isso não existe. E, da mesma forma, aqui, que ele já confirmou: não tentou ninguém, não falou com ninguém, não pediu para ninguém; que ele pediu ajuda, inclusive, do Senador Randolfe, para que agilizasse o processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

– e é legítima essa questão, um projeto que o próprio Presidente do Senado fez para acertar a legislação de que nós precisamos.

É neste sentido, Sr. Carlos Murillo, a nossa preocupação: tirar o aspecto político dessa questão que está havendo aqui, assassinando reputações. Nós temos uma verdadeira perseguição aqui de médicos que resolvem adotar um tratamento, processos que o Ministério Público está movendo contra médicos, assassinando o direito do médico. Eu receito o que eu quiser, sou médico – estou exemplificando, se fosse, Senador Girão –, mas, infelizmente, não é o que ocorre no Brasil. Por quê? Por causa dessa demonização, que – V. Exa. sabe – começou nos Estados Unidos com Trump, quando ele disse que combateria a Covid com cloroquina depois de um cientista francês, Didier Raoult, cientista, não é qualquer pessoa, e de outras autoridades, Prêmio Nobel de Medicina – não é qualquer pessoa –, dizerem que combateriam.

E sabe-se também dos interesses da *big pharma*, e a empresa de vocês está presente nesse processo. O.k., legítimo, são negócios que existem; agora, criminalizar um produtinho lá que há 70 anos não tem mais patente...

Esse é o processo e, aqui, Sr. Carlos Murillo, é o que nós estamos vendo nesta CPI: tem esse interesse e tem essa direção – interesses ideológicos que não poderiam existir não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro. E a ciência... O médico tem que ter o direito de receitar o que ele quiser, não é aquilo que um ou outro pensa – se eu sou de direita, penso de um jeito; se eu sou de esquerda, penso de outro jeito. Só estou falando isso para referendar nesta Comissão. Nós podemos falar, temos direito de falar, cada um fala o que quiser.

Eu estou falando o que eu quero, afirmo o que digo e comprovo o que falo.

Então, esse é um ponto. Não quero desmerecer ninguém – nesse sentido que eu quero fazer essa colocação. Então, por isso, é a preocupação que nós temos em não desmerecer o Governo brasileiro. As mortes, Senador Renan... Eu vou comemorar as 14 milhões de vidas que nós tivemos hoje com as pessoas que se salvaram. Ontem foi o dia do enfermeiro, da enfermeira, do médico, do psicólogo. O.k.?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Mas não deixe de lembrar desses aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Claro que eu estou preocupado com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Da memória desses aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E se eu usasse, Senador... Eu vou demonstrar, demonstrar ao senhor, à Comissão e à sociedade brasileira que, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós tivéssemos usado esse tratamento preventivo, precoce, teria morrido a metade da população do Estado do Senador Randolfe, como testemunha, comparado com o Amazonas, o seu Estado, Senador Randolfe, que adota um procedimento.

Então, essa é uma outra questão que nós ainda vamos discutir. Não é o caso do Sr. Carlos Murillo, que não veio para isso aqui, mas estou falando porque entendo que é um processo interessante, e nós temos que ver. Existe interesse nessa questão num mercado trilionário, que é o mercado das vacinas.

Estamos trabalhando, o Brasil está trabalhando para produzir a sua vacina também. Outros laboratórios – não apenas o seu – estão trabalhando nessa mesma direção. Inúmeros laboratórios aqui, no Brasil e internacionais que têm interesse aqui, vão trabalhar nessa direção.

Então, apenas isso, Sr. Carlos Murillo. Não é mais questionamento, mas é uma constatação daquilo que eu penso. Falo aquilo que penso e posso expressar a minha vontade. Então, essa é a posição, e vou até o fim com as minhas convicções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Heinze.

Só uma informação que eu considero importante: lamentavelmente, no meu Estado, o número de mortes por 100 mil habitantes é um dos maiores do País. Eu gostaria de que não fosse, mas o percentual é altíssimo no meu Estado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas bem menor do que no Amazonas e bem menor do que no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, mas aí não tem paralelo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas aí não tem paralelo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Amazonas teve uma tragédia, e lá teve hidroxicloroquina também, no Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Como política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como política pública, inclusive.

Senador...

Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro.

Então, suspensão.

Senador Fernando Bezerra, se V. Exa. me permite, suspensão de dois minutos, pedida pelo Dr. Carlos Murillo.

(*Suspensa às 14 horas e 58 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 01 minuto.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando, então, Senador Fernando Bezerra. V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Pois não.

Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Sr. Relator, Senador Renan Calheiros; Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a Comissão Parlamentar de Inquérito tomou conhecimento na tarde de ontem, Dr. Carlos Murillo, do conteúdo da correspondência do Dr. Albert Bourla, CEO da Pfizer, endereçada, em 12 de setembro de 2020, ao Presidente da República, com cópia ao Vice-Presidente e aos Ministros da Casa Civil, Saúde e Economia, bem como ao Embaixador do Brasil para os Estados Unidos.

Na correspondência, o CEO da Pfizer afirma que se reuniu com representantes do Ministério da Saúde e da economia, bem como da Embaixada do Brasil para nos Estados Unidos.

Ainda, que foi apresentada proposta ao Ministério da Saúde do Brasil para fornecer potencial vacina que poderia proteger milhões de brasileiros, mas que, até aquele momento, não havia recebido resposta.

O objetivo da correspondência, como evidencia o seu texto, era acelerar as discussões sobre a potencial aquisição, incluindo a possibilidade de reunião com o Presidente da República ou representantes do Governo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas discussões referidas pelo CEO da Pfizer, segundo nos informou agora o Dr. Carlos Murillo e confirmada na linha do tempo do Ministério da Saúde, iniciaram em 28 de maio de 2020, com a realização da primeira reunião técnica para apresentação do portfólio da Pfizer no combate à Covid-19.

Ao longo desse período, até o mês de setembro de 2020, foram ao menos dez marcos relevantes no contexto do processo de negociação da proposta comercial. Como desdobramento do referido documento de setembro, consta que, já no dia 14 de setembro de 2020, foi enviado ofício do gabinete pessoal do Presidente da República, encaminhando a carta do CEO da Pfizer para a apreciação do Ministério da Casa Civil e do Ministério da Saúde e que as providências fossem enviadas diretamente ao interessado, com cópia para o centro de operações do coronavírus na Casa Civil da Presidência da República.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, prontamente a Presidência da República deu prosseguimento à questão, inexistindo qualquer razão para inferir qualquer omissão do Presidente da República ou dos órgãos técnicos do Governo, que se manifesta, ao longo de todo o processo, de forma legítima, culminando com a assinatura do contrato no último dia 18 de março de 2021, para a entrega de 100 milhões de doses, bem como a assinatura de novo contrato para a compra de outras 100 milhões de doses adicionais, que se ultima nesses primeiros dias de maio, como apontou o Dr. Carlos Murillo agora, no seu depoimento.

Prestados esses esclarecimentos, eu passo às minhas indagações.

Considerando as respostas, Sr. Carlos Murillo, oferecidas a alguns dos questionamentos anteriores, V. Sa. confirma que a capacidade de entrega da Pfizer só possibilitava entregar números reduzidos de doses aos países compradores em 2020?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – O que eu confirmo a V. Exa. é o quantitativo que nós tínhamos na oferta. Na oferta de 26 de agosto, 1,5 milhão – 2020; primeiro trimestre de 2021, 3 milhões; segundo trimestre, 14 milhões, e assim adiante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

V. Sa. confirma que a Pfizer vinha negociando o provimento de vacinas por meio da Covax Facility desde 2020?

O SR. CARLOS MURILLO – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Confirma, ainda, que o Ministério da Saúde perguntou, mais de uma vez, sobre a participação da Pfizer na iniciativa também desde 2020?

O SR. CARLOS MURILLO – Eles nos perguntaram se a Pfizer ia fazer parte da Covax. Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ainda, que o Brasil, ao ter assinado com a iniciativa, receberia doses da vacina da Pfizer pela Covax, independentemente de assinar contrato bilateral com a Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – O acordo com a Covax é separado do acordo bilateral com os países. Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Sa. confirma que a carta do CEO global da Pfizer ao Presidente da República não teve relação ou impacto sobre o processo de negociação que a empresa já mantinha com o Ministério da Saúde?

O SR. CARLOS MURILLO – Não posso confirmar nem positivo nem negativo, Excelência, porque eu não conheço o que aconteceu em instâncias do Governo como consequência dessa carta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Conforme veiculado no jornal *Valor Econômico*, em 8 de janeiro de 2021, a Pfizer – abre aspas – "enfrenta problemas de logística, em vários países, na entrega de vacinas". O referido fato revela desídia, descompromisso da empresa no cumprimento das cláusulas contratuais?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não conheço essa publicação. As entregas estimadas da Pfizer têm se cumprido. Eu não sei de onde saiu essa informação ou a veracidade ou não dessa informação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Sa. considera razoável que, num estado de calamidade pública de pandemia, de certa forma, sejam naturais atrasos por questões de força maior?

O SR. CARLOS MURILLO – O momento que estamos vivendo, certamente, é uma situação extrema, que vai requerer muito esforço para poder cumprir todos os cronogramas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Portanto, o senhor confirma que seria natural haver eventuais atrasos?

O SR. CARLOS MURILLO – Seria natural.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sim?

O SR. CARLOS MURILLO – Seria natural, sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sim.

Tivemos conhecimento, por intermédio dos veículos de comunicação, que a Pfizer foi processada por atraso na entrega das vacinas contra a Covid-19. Segundo a reportagem, a indústria farmacêutica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pfizer está sendo processada pelo Governo italiano devido ao atraso na entrega de suas vacinas contra o novo coronavírus para aquele país.

V. Sa. considera razoável a Pfizer ser juridicamente responsabilizada por demora na entrega de vacinas?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não tinha conhecimento dessa situação que os senhores estão comentado. Eu entendo que os contratos contêm considerações relacionadas ao atraso das vacinas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Mas o senhor considera razoável ela vir eventualmente a ser processada por atraso na vacina? Juridicamente, estaria amparado?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu, honestamente, desconheço as condições contratuais e não sou advogado para poder emitir uma opinião sobre isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** O senhor considera que a Pfizer, assim como todos os países, estão sujeitos a eventuais atrasos diante de uma enorme demanda?

O SR. CARLOS MURILLO – Como comentei, a complexidade logística da situação realmente faz com que um dos desafios que temos como mundo é conseguir a produção, de que o mundo precisa, das vacinas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Portanto, num contexto de pandemia, eventuais atrasos podem ocorrer?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu entenderia que sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Esses atrasos significam violação à saúde da população na avaliação da Pfizer?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não poderia responder essa pergunta objetivamente a V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Eu queria, Sr. Presidente, fazer a minha última indagação.

Segundo o Sr. Carlos Murillo, em uma das reuniões de representantes da Pfizer realizadas com o Sr. Fabio Wajngarten no dia 7 de dezembro, os Srs. Filipe Martins e Carlos Bolsonaro teriam ido à sala onde essa reunião ocorria uma hora depois do início da reunião.

Abro aspas – é como V. Sa. se expressou: "Carlos Bolsonaro ficou brevemente na sala e saiu. E Filipe permaneceu". Fecho aspas. O senhor pode reiterar esta afirmação de que o Sr. Filipe Martins,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessor internacional do Presidente, participou da reunião, mas de que o Sr. Carlos Bolsonaro teria se retirado logo após chegar?

Pergunto, porque é natural que um assessor presidencial, com atuação na área internacional, participe de tal reunião. Mas é preciso reiterar e deixar claro que o Sr. Carlos Bolsonaro não participou dessa reunião, tendo se limitado apenas a chegar com o Sr. Martins à referida sala e se retirado na sequência. O senhor pode confirmar essa informação?

O SR. CARLOS MURILLO – Se me permitir, vou tirar do celular, porque, como eu não estive presente nessa reunião, eu recebi a confirmação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não foi ele quem falou. Foi o pessoal que estava presente.

O SR. CARLOS MURILLO – Vou ler o que foi enviado para mim sobre... Em relação dessa reunião.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Eu estou pedindo que ele reitere a declaração que ele fez, Sr. Relator. É simples.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) **–** Ele não estava presente. Foram as duas representantes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Eu só estou querendo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS MURILLO – Eu vou ler a mensagem...

Após aproximadamente uma hora de reunião, Fabio recebe uma ligação, sai da sala e retorna para a reunião. Minutos depois, entram na sala de reunião Filipe Garcia Martins, Assessoria Internacional da Presidência da República; Carlos Bolsonaro. Fabio explicou a Filipe Garcia Martins e a Carlos Bolsonaro os esclarecimentos prestados pela Pfizer até então na reunião. Carlos ficou brevemente na reunião e saiu da sala. Filipe Garcia Martins ainda permaneceu na reunião. A reunião foi encerrada logo na sequência, e as representantes da Pfizer saíram do Palácio do Planalto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Carlos Murillo.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria um último comentário, com todo respeito ao nosso amigo Senador Renan Calheiros, Relator desta Comissão, mas, no início da sessão, ele fez uma menção à visita do Presidente da República hoje ao Estado de Alagoas.

Eu apenas trago, a nível de informação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... a nível de informação, que o Presidente participou da entrega dos Residenciais Oiticica 1 e Oiticica 2. São dois conjuntos habitacionais com 500 unidades habitacionais. O valor do investimento do Governo Federal foi de R$40 milhões, sendo que o Governo Bolsonaro desembolsou, nesse empreendimento, R$34 milhões.

Um outro evento de que o Presidente participou foi a entrega do Trecho IV do Canal do Sertão Alagoano, importante obra hídrica naquele Estado. O valor deste trecho do canal corresponde a R$817 milhões. O Governo Bolsonaro, o ano passado e esse ano, desembolsou R$178,7 milhões.

Apenas para deixar claro a legitimidade da presença do Presidente da República, tendo investido mais de R$200 milhões nesses dois empreendimentos. Aliás, obras iguais a essas ocorrem por todos os Estados brasileiros e, de forma particular, no Nordeste do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Passo a palavra ao Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Senador Izalci não está presente.

Senador Roberto Rocha, via remota. (*Pausa.*)

Senador Roberto Rocha, V. Exa., por 15 minutos, está com a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, estou sendo ouvido?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está muito baixo o seu som, Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode falar, Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Estou sendo ouvido, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, estamos ouvindo bem, Senador. Pode falar.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Presidente Omar. Boa tarde, Relator, Senador Renan. Boa tarde a todos os membros, Senadoras e Senadores.

Sr. Presidente, antes de me dirigir ao Carlos Murillo, que é da Pfizer e a quem eu cumprimento inicialmente, eu quero fazer uma ponderação, de ordem procedimental, a V. Exa., Presidente Omar Aziz.

Embora não seja membro, tenho acompanhado atentamente os trabalhos desta CPI e parabenizo, de antemão, V. Exa. pela moderação na condução dos trabalhos desta Comissão, que está sendo prestigiada pela audiência de muitos milhões de brasileiros.

Sei que, mesmo após os questionamentos por parte de alguns membros, a CPI está considerando a representação feminina como se fosse um integrante da Comissão. Uma representante titular assina a lista, como o fez a querida conterrânea Senadora Eliziane hoje. Segue a ordem, e o mesmo vale para a suplente.

Eu compreendo os anseios da representação feminina, respeito e defendo, anseios de ter mais voz no Senado Federal para que tenham mais força para fazer prosperar proposições legislativas e temas de interesse das mulheres.

Ora, Presidente, com o devido respeito, a CPI da Covid discute questões de interesse de toda a sociedade e não apenas das mulheres, mas não vou entrar novamente nessa discussão. Ao contrário, Presidente, eu quero fazer-lhe um requerimento como portador de uma comorbidade. Eu e certamente outros Senadores portadores de comorbidades que não são membros da Comissão frequentaríamos presencialmente o plenário se pudéssemos ser tratados da mesma forma que a representação feminina o tem sido. A SGM, Secretaria-Geral da Mesa, já possui o cadastro dos Senadores com comorbidades, de forma que essa demanda pode ser operacionalizada já a partir da próxima.

Destarte, Presidente, com base nos arts. 8, 9 e 112 do Regimento Interno, conto com a acolhida de V. Exa. a essa demanda, ou seja, assim como foi dada a aquiescência para que tivesse assento a esta Comissão uma representação feminina, embora o requerimento defina o número de titulares e suplentes, eu requeiro, portanto, como portador de uma comorbidade, que tenha uma representação do grupo de risco, de comorbidades do Senado para também, de igual modo, ocupar uma vaga na CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço isso, Sr. Presidente, e faço até mais do que isso: faço uma consideração também de natureza política. Esta Comissão está sendo assistida pelo Brasil inteiro e não apenas por nós Senadores. É sabido que, por exemplo, a posição da Senadora Eliziane é contrária à posição do Governo. Ela é aliada do Governador do Maranhão, que é o Governador mais adversário do Governo Federal. Eu acho que, quando se faz uma audiência pública ou uma Comissão, é necessário respeitar o devido equilíbrio das opiniões, das forças, para que a gente ouça todos os lados.

Em nome também desse equilíbrio, dessa calibragem, eu peço a V. Exa. que faça com que este Senador que, repito, tem a comorbidade, tanto que tomei ontem a primeira dose da vacina... Gostaria de estar presente a este trabalho, mas não posso.

Por isso, eu peço... Primeiramente, faço esse requerimento a V. Exa.

Com relação a meus questionamentos – acho que V. Exa. vai responder após a minha pergunta –, eu faço o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu posso responder agora, Senador. Só não quero terminar seu tempo, o senhor tem 9 minutos e 35.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – O senhor sabe que as vacinas contra a Covid foram produzidas em tempo recorde, dada a urgência dessa medida para salvar vidas e para viabilizar a retomada econômica, já que a crise econômica também mata – mata de fome, pelo desemprego. É realmente um avanço enorme da ciência, digno de nossa admiração. No entanto, considerando a aceleração das etapas de formulação e testagem das vacinas, é natural que haja receio por parte da população e dos governantes. Nesse sentido, questiono ao Sr. Carlos Murillo: a Pfizer ofereceu ao Governo brasileiro alguma opção de seguro para mitigar os custos decorrentes de eventuais efeitos colaterais em massa? No entendimento de V. Sa., em caso de efeitos colaterais, de quem seria a responsabilidade?

Eu penso que eu faço logo a segunda pergunta ou aguardo a resposta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode ir perguntando e ele respondendo. Pode ser um bate e pronto.

Pode responder, Sr. Carlos.

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Precisamente por conta do que você comentou, do processo acelerado, dadas a urgência e a necessidade de contar com vacinas, temos tido um processo que, realmente, é um avanço da ciência. Esse avanço cria riscos potenciais tanto para a companhia quanto para os potenciais vacinados. No dia de hoje, a vacina da Pfizer tem sido aplicada em cerca de 490 milhões de pessoas, e, afortunadamente, os eventos adversos reportados continuam sendo muito em linha com o que foi mostrado no estudo clínico. Por conta dessa situação tão especial, a Pfizer tem procurado, em seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratos com todos os países, da mesma forma como foi feito com o Brasil, a isenção de responsabilidade. Isso tem permitido avançar e que uma companhia como a nossa esteja focada em fazer acessível a sua vacina a mais pacientes no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Roberto Rocha, com a palavra. V. Exa. conseguiu ouvir? Porque ele respondeu.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Consegui ouvir, Sr. Presidente.

Eu quero passar para a questão seguinte.

O contrato negociado entre o Governo brasileiro e a Pfizer apresentava, inicialmente, dois pontos polêmicos. O primeiro é que a Pfizer queria 100% de isenção em eventuais ações judiciais por eventos adversos. E o segundo era que, caso viesse a ser questionada judicialmente, não fosse julgada em tribunais brasileiros. O senhor entende que essas duas exigências, tendo em vista que o objeto do contrato era justamente a adoção da medida mais importante para o combate à pandemia, como era o caso da vacinação...?

O SR. CARLOS MURILLO – Senador, pode repetir a pergunta, por favor? Não consegui ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não entendeu, Senador Roberto Rocha. O nosso convidado aqui não entendeu. Pode repetir, por favor?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Claro, Presidente.

A pergunta é: o senhor entende que essas duas exigências eram justas, tendo em vista que o objeto do contrato era justamente a adoção da medida mais importante para o combate à pandemia, como é o caso da vacinação? A pergunta é se eram justas essas exigências.

O SR. CARLOS MURILLO – As condições da pandemia fizeram que conseguíssemos o que era considerado impossível, uma vacina em tempo recorde. Isso permitiu hoje ter esta possibilidade de uma vacina eficaz e segura. Para poder avançar, numa situação tão especial, a Pfizer procurou a isenção de responsabilidade em todos os países que têm assinado o contrato com a companhia e tem tido condições *standards* em todos os países relacionados ao tema de diferenças nos contratos e mecanismos de resolução.

É importante entender que nós estamos negociando e estivemos negociando literalmente com *cientos* de países no mundo, e a estandardização das condições permitiu avançar ao ritmo que temos avançado, o que permitiu fazer chegar a vacina a milhões de pacientes no mundo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – A pandemia da Covid trouxe dois elementos novos e históricos para o Direito Administrativo pátrio e o Direito Internacional, que foram a necessidade e a urgência em relação à compra da vacina. Soma-se a isso a existência de uma corrida entre os países para acessarem, com antecedência, essas vacinas. Na prática, porém, aspectos como o método de solução de controvérsias, o foro competente, a lei aplicável, o idioma e a cláusula de confidencialidade, assim como renúncias às imunidades de jurisdição e execução, foram definidos de forma unilateral, trazendo inovações quanto aos riscos contratuais e ao foro de resolução dos conflitos. A pergunta é: o senhor entende razoável valer-se da extrema necessidade do contratante e do risco à saúde coletiva para impor um contrato unilateral? Há algum país em que a Pfizer tenha iniciado tratativas e que tenha recusado contrato de fornecimento de vacinas por conta de cláusulas impostas?

O SR. CARLOS MURILLO – Todos os países com os quais a Pfizer tem assinado os contratos têm as mesmas condições que o senhor menciona. Ainda temos países onde estamos negociando o contrato, sim.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Bom, Presidente, eu já fiz as perguntas que deveria fazer. Peço desculpas à Comissão se, eventualmente, fui repetitivo em algum questionamento. Eu estou aqui também às voltas com a reforma tributária, que, como V. Exa. sabe, tenho a tarefa de conduzir a Comissão do Senado e da Câmara, mas não poderia deixar de participar neste momento desta importante sessão.

E peço, por fim, a resposta de V. Exa. ao requerimento feito inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Roberto Rocha, sempre é um prazer tê-lo no debate de alto nível que V. Exa. sempre mantém no Senado, o respeito que temos pelo seu empenho em relação à reforma tributária – está aí há mais de dois anos nessa luta, há quase três anos nessa luta – e eu sei que não é fácil fazer uma reforma tributária para unificar o Brasil em torno de uma proposta. É muito difícil, é uma tarefa árdua. E há de convir que a minha tarefa aqui como Presidente desta CPI também não tem sido muito fácil para conduzir com o equilíbrio necessário, tendo sempre contrapontos divergentes.

Em relação às mulheres, Senador Roberto Rocha, infelizmente, elas não têm representatividade na CPI, ao contrário dos homens, que são muitos, todos. Os homens são os dezoito. Os onze titulares e os sete suplentes são homens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – E cheios de comorbidades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E vários aqui têm algum tipo de doença também, como V. Exa. colocou bem, que têm defendido, ao longo do debate, essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em relação às mulheres, eu não fiz nenhum favor a elas. Eu acho que a representatividade delas todos nós respeitamos, e a Senadora Simone Tebet, como Líder da Bancada Feminina, fez esse apelo. Nós tivemos um debate, mas isso já foi superado. Isso foi superado na primeira semana.

Em relação à participação de V. Exa., sempre será um prazer, e traga, realmente, V. Exa. contribui muito para o debate, tem um interesse não só de V. Exa., mas de todos os Senadores. E eu, pacientemente, fico aqui aguardando até o final, até todos falarem e se posicionarem, em respeito aos meus colegas Senadores, porque, da mesma forma como eu, como quem está aqui presencialmente, ou quem não pode estar presencialmente, mas está remotamente, o interesse de todos nós, independentemente de pensamentos políticos, é salvar vidas. E o seu eu vejo. Nós acompanhamos seu sofrimento em relação à doença.

Então, nós somos muito solidários, o senhor sabe disso. Eu sei o quanto o senhor passou sofrendo em relação a isso e tenha certeza de que eu fico muito feliz que o nosso Relator da nossa reforma tributária tenha participado hoje. Seja sempre bem-vindo, Senador, mas as mulheres têm a representatividade. Nós já falamos sobre isso aqui. E os homens... Está cheio de homem aqui. Tem 18.

Senadora Simone Tebet com a palavra, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Pedi a palavra pela ordem apenas para também, se me permitir, responder ao querido Senador Roberto Rocha, por quem tenho a maior estima.

Senador Roberto Rocha, eu peço realmente a compreensão de V. Exa. no que eu vou dizer. Na realidade, primeiro que não é verdade, nós não temos espaço na CPI, nós não temos assento, nem nos foi garantindo assento na CPI, apenas o direito de, num gesto até democrático, até de visibilidade positiva do Senado Federal, não termos apenas timbres masculinos ou vozes masculinas. Num país que tem a grande maioria da população brasileira de mulheres, 16 a 18 Senadores falando antes de ter o direito de uma mulher falar. Então, o que nós tivemos, por ordem de inscrição – não é privilégio, não é concessão, foi uma generosidade, sim, do Presidente Omar Aziz –, foi o direito de estar inscrita uma Senadora, apenas uma, na lista de titularidade e uma na da suplência.

O fato de a Senadora Eliziane Gama estar nessas primeiras duas semanas é justamente, em nome da segurança, por uma questão sanitária, estarmos fazendo um rodízio. Eu, nesta semana, estou no meu Estado; na semana que vem, estarei na CPI. Sou uma Senadora independente em busca da verdade. Não estou aí para apontar dedos; estamos para investigar possíveis irregularidades de quem quer que seja; discutir se há ou não omissão do Governo Federal, dos governos estaduais ou dos governos municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o mais importante da sua fala, Senador Roberto Rocha e Presidente Omar Aziz, o mais importante é que eu acho que o Senador Roberto Rocha acabou de dar credibilidade e provar a importância do depoimento do CEO da Pfizer, numa comprovação, Sr. Presidente, de que essas 4,5 milhões de doses atrasadas, se tivessem já sido contratadas e estivessem no braço do povo brasileiro, muitos dos Senadores que têm comorbidade, por ordem obviamente do Plano Nacional de Imunização, já estariam vacinados e poderiam estar participando presencialmente. O fato de quem tem comorbidade não poder estar participando, ao contrário, com todo o respeito, faz com que, ao estarem em seus gabinetes ou estarem em casa, possam, com segurança, participar a qualquer momento.

Então, deixo aqui só para que a gente possa, de novo, reforçar: não nos foi garantido nenhum privilégio; é uma prerrogativa parlamentar. Estamos representando, no mínimo, 52% da população brasileira, Senador. Não é possível que, numa CPI, até para dar legitimidade, não tenhamos pelo menos duas Senadoras fazendo os questionamentos.

E eu finalizo garantindo a V. Exa. que, da minha parte, como é o caso da Senadora Soraya, que é do Governo, da Senadora Daniella, que é do PP e faz parte da Base do Governo, nós temos uma bancada eclética. A única coisa que nos une, 100% das Senadoras – e posso falar pela Câmara dos Deputados –, é que nós somos unidas em defesa da vida, em defesa da verdade e em defesa da sociedade brasileira.

Então, apenas para fazer uma defesa muito enfática da decisão do Presidente Omar Aziz de nos assegurar, legitimamente, um espaço de fala, apenas de fala, na CPI.

Muito obrigada, mais uma vez, Presidente Omar Aziz. O Brasil e as mulheres brasileiras agradecem muito essa decisão de V. Exa., que foi ratificada pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Roberto Rocha, por favor.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Presidente, eu queria me dirigir então, agora, à fala da Senadora Simone Tebet, por quem também tenho muito respeito.

Primeiro, não estou discutindo a presença da mulher. Se há alguém que defende a presença da mulher, inclusive do meu lado, sou eu. É evidente que não estou discutindo isso. Eu não posso estar contra a minha mãe, a minha mulher, a minha filha, a minha neta. Então, não é isso que estou discutindo. O que estou discutindo é que a Comissão foi criada com 11 membros, e quem os indica são os partidos ou blocos. Se esses não indicaram mulheres, isso não é problema nosso.

Agora, o que eu estou requerendo, com todo o direito, não é que se tire mulher, absolutamente. Estou requerendo é que apresente a possibilidade de ter mais equilíbrio, mais democracia interna nos debates da Comissão, só isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas se não for possível, respeito a decisão do Presidente e acato. Agora, ela me parece agora que é apenas dando direito a voz sem direito a voto, para não mudar a correlação de forças. Portanto, eu me dou por satisfeito, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem direito a voto, não, Senador. Só a voz.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Pois é, então, eu estou dizendo: e é só a voz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só a voz.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Se é só a voz sem direito a voto, não altera a correlação de forças e tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E qualquer Senador aqui tem direito a voz, o senhor sabe.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Claro que eu sei. Nós estamos falando a mesma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que você vai ter problema hoje em casa, Senador Roberto Rocha. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Não, não vou ter, não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Roberto Rocha, eu acho que você vai ter problema em casa.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Não, não vou ter, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, eu vi um ônibus lá perto do bloco muito bonito seu. Parabéns, viu.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Está à disposição. Nós vamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu vou analisar as coisas e eu vou ouvir o Senador Jean Paul.

Muito obrigado pela participação.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Presidente, eu quero só dizer o seguinte: eu ouvi a Senadora dizer que de algum modo eu legitimei a fala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do representante da Pfizer. Eu quero só dizer o seguinte: até onde eu sei, a primeira vacina que foi aplicada pela Pfizer no mundo foi no dia 08 de dezembro em uma senhora, inclusive, britânica...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Ele falou isso aqui.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Ou seja então, eu não estou legitimando absolutamente nada. A Pfizer pediu, inclusive, garantias de embaixadas brasileiras. Ou seja, claro que... Hoje, nós estamos no mês de maio, nós temos muitas incertezas. Qual certeza que tinha no mês de maio do ano passado? É isso que eu estou só colocando, apenas isso. Eu não estou legitimando ação de ninguém, nem omissão, tá?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado. Muito obrigado, Senador Roberto.

Senador Jean Paul, do nosso querido Rio Grande do Norte.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, ser o último ou o penúltimo sempre impõe à gente o dever de ser animado, animar um pouco o debate, porque a gente ouve aqui todo tipo conversa, diálogo, debate, etc., quando chega aqui eu espero que todos consigam ouvir o que eu vou desenvolver aqui.

Eu sempre começo, como eu sirvo sempre de bandeja ao final, tentando lembrar a todos por que estamos aqui. Nós estamos aqui para investigar duas coisas: se o Governo Federal foi omisso, incompetente, negligente ou intencionalmente agiu em relação à pandemia de forma negativa e, item 2 da outra CPI proposta, se houve o uso indevido de recursos federais, especificamente relacionadas ao Covid, aquelas verbas especificamente destinadas.

Então, eu queria aqui focar, senhor depoente, e agradecendo pela sua presença aqui, porque representa uma empresa de estirpe, de tradição, que está aqui conosco até agora sem almoçar, agradecendo pela sua atenção, eu queria tentar caracterizar aqui como empecilho, colocado intencionalmente ou não – o Relator é que vai depois juntar essas peças – se o Governo, de fato, dificultou a vida da Pfizer para vender, negligenciou ou não.

Mas óbvio que eu não espero que V. Sa. decline isso, tendo 6 bilhões de contrato anual com o Governo brasileiro ou com o mercado brasileiro. Então, eu não vou esperar tanto assim, mas queria esgotar aqui a questão das chamadas cláusulas leoninas, que o Ministro Pazzuelo chamou de cláusulas leoninas – que eu não acredito que sejam leoninas nada –, mas quero confirmar com V. Sa.

Algum outro país para o qual a Pfizer vende neste momento vacinas, de um ano para cá, questionou essas cláusulas, contestou ou deixou assinar contrato ou pediu para mudar essas cláusulas? As três cláusulas, a saber, que foram contestadas: a da *escrow account*, a da conta no exterior para serem descontados os valores da compra à medida em que forem entregues os produtos, a do tribunal de Nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

York, na verdade o tribunal de arbitragem de Nova York, uma cláusula de arbitragem super comum, que o Governo brasileiro faz a rodo; , e a dos efeitos colaterais e a sua responsabilidade por eles.

A resposta que eu vou desenvolver aqui é: alguém mais contestou essas três cláusulas que impediram de vender vacinas? Algum país?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Essas cláusulas foram discutidas em todos os países, em todos os contratos assinados da Pfizer, nos 110 países com que a Pfizer tem...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cento e dez países?

O SR. CARLOS MURILLO – Os 110 países com que a Pfizer tem assinado esses contratos consideram esses temas de cessão de responsabilidade e solução pouco controversos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. O único país que foi para o jornal, ao invés de ir à Pfizer perguntar se as cláusulas eram leoninas e pedir para fazer outras, apresentou alguma proposta? Não apresentou, não é? O Governo brasileiro apresentou alguma alternativa de cláusula, em algum momento, aos seus advogados?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não conheço exatamente se foram apresentadas alternativas de cláusulas, Excelência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Sr. Relator, Sr. Presidente, por favor, como eu ouvi todo mundo, eu queria que vocês também ouvissem.

Sr. Relator, atenção: nenhum outro país, de 110 países, contestou qualquer cláusula do contrato da Pfizer em momento de pandemia, de emergência. É bom ser relatar isso.

Dois, o Governo não apresentou nenhuma alternativa, não foi negociar as cláusulas. Ele foi para o jornal dizer que as cláusulas eram leoninas, depois que foi pego sem comprar e sem conversar com a empresa. É bom que fique claro isso, porque isso é indício, sim, de negligência; no mínimo, de negligência. Se não é má fé, que é onde eu quero chegar aqui.

Vamos tratar de cada uma dessas questões.

Falei da *escrow account*, porque é uma questão meramente operacional. O comprador coloca o dinheiro numa conta no estrangeiro e, como é um contrato internacional, o fornecedor vai entregando e o vendedor vai descontando o dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cláusula de arbitragem internacional. O Governo brasileiro faz muitas – inclusive, Senador Renan, nos contratos de venda das refinarias brasileiras, nos contratos de privatização brasileiros. São feitos esses contratos. Quer dizer que, para vender patrimônio do Estado brasileiro, coisa que a gente tem, serve o Tribunal de Arbitragem Internacional. Mas, para comprar uma coisa que você não tem, numa emergência de pandemia, vai o sujeito contestar que é tribunal de Nova York, num contrato internacional.

Vou chegar à questão da responsabilidade, porque aí eu acho que quem tomou um olé fomos nós, o Congresso Nacional, o Senado, e absolutamente sem nenhum demérito a quem agiu para ultrapassar essas barreiras que foram colocadas pelo Governo.

O Governo alegou que precisava ter segurança jurídica para comprar, porque, se a vacina transformasse as pessoas em jacaré, não ia ser responsabilizadas a Pfizer ou quem quer que seja.

Nós estamos vendo aqui que ele não exigiu isso de mais ninguém, nos outros contratos. O Relator certamente vai verificar se, no contrato da CoronaVac, no contrato das outras vacinas, havia cláusulas desse tipo ou se esses fabricantes estão se responsabilizando, se alguém virar jacaré. Agora, o que é mais importante? Arriscar perante um laboratório, com toda a tradição que a Pfizer tem e acreditar na vacina, ou ficar remoendo questão de jacaré ou de voz fina?

Então, estou só falando aqui, porque o que eu quero saber, a pergunta final é o xeque.

Então, quer dizer que a postura é: morrer pode, mas virar jacaré é perigoso. Então, vamos segurar aqui a compra da vacina e, enquanto a Pfizer não dissesse que se responsabilizaria por qualquer efeito colateral, em qualquer brasileiro ou brasileira que tomasse a vacina, eu não compro a vacina. Isso faz algum sentido para alguns das senhoras e dos senhores? Para mim, não faz nenhum.

E, de fato, a Justiça e o próprio TCU, Sr. Relator, dizem que não faz, porque o Governo continua, em março de 2021... O Governo continua perguntando se essas cláusulas são válidas ou não.

A resposta do TCU:

> [...] não há óbice jurídico, a partir da ampliação da autonomia contratual [...] [grande desequilíbrio da situação de oferta e demanda, riscos ainda desconhecidos, pandemia, portanto], a que o Estado Brasileiro aceite eventual cláusula limitadora de responsabilidade contratual das empresas fornecedoras, se esta condição estiver sendo praticada nos negócios firmados com os diversos países e for requisito intransponível para a aquisição do produto [...] [etc., etc.].

Não vou me alongar aqui, tem mais três itens a respeito disso, mas eu quero dizer a todos que conhecem minimamente o direito que é óbvio que, se a vacina, por alguma razão, Sr. Presidente, fizesse as pessoas terem algum tipo de efeito colateral extremamente importante e geral – geral –, é óbvio que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

fornecedor seria, independente do que estivesse escrito no contrato, responsabilizado. É ou não é, Sr. Diretor, CEO?

Em outros... Em várias outras ocasiões, é óbvio que seria. É uma questão pandêmica, é uma questão de responsabilidade da coletividade. Tribunais internacionais, contratos internacionais fariam, com certeza, essa responsabilidade chegar.

Agora, efeito colateral em uma ou duas pessoas, qualquer remédio já é assim, qualquer remédio importado já tem isso. O SUS vai cuidar etc., etc. e, no limite, poderia ter até um direito de regresso, se houver uma representação aqui no Brasil. Pelo Código do Consumidor ele é responsável por ressarcir os danos às pessoas.

Então, o que eu quero caracterizar aqui é que nada disso era mais importante do que trazer a vacina e ministrar.

E aí quero lhe perguntar: um, o Governo... O senhor considera que o Governo – e não há problema em afirmar isso, não vamos perder cliente com isso –, mas se o Governo foi exageradamente exigente nessa questão contratual e provocou até que o Congresso tivesse que se juntar, que dissesse que tinha MP, que tivesse lei? Para mim, não tinha que ter nada, precisava ter nada disso, a segurança jurídica estava dada. Mas, enfim, acha que isso aconteceu?

E a segunda é um esclarecimento que diz respeito às vacinas, porque a gente ouviu aqui vários, vários relatos cronológicos, eu queria saber se era... O Brasil poderia ter contratado 70 milhões em agosto, 100 milhões agora em março de 2021 e mais 100 milhões em maio? Ou isso é cumulativo? Apenas uma dúvida que me ficou aqui, porque, se for suplementar, se for somando à outra, seriam 270 milhões de doses que a gente teria deixado de comprar.

Então, e isso é importante, fecho dizendo, porque é exatamente a razão dessa CPI.

O Governo agiu com negligência, foi incompetente, foi omisso?

Não precisa me responder esta pergunta, mas pode me responder, Sr. CEO, se houve mais dificuldade no Brasil para vender vacina do que na maioria dos outros países clientes?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Não posso comentar objetivamente se tivemos mais dificuldade ou menos, porque cada país foi diferente. Nós respeitamos e nós atendemos as posições dos Governos com quem nós estávamos negociando.

O Governo do Brasil considerou que a seguridade jurídica, a autorização legislativa específica era necessária e nós trabalhamos em conjunto com o Governo para chegar até isso.

Sobre a pergunta do quantitativo adicional, muito difícil responder essa pergunta a V. Exa., porque eu não controlava nem controlo o quantitativo disponível de vacinas que a Pfizer tem globalmente. Cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país fazia a sua solicitação e a companhia tentava, de maneira equitativa e justa, fazer a distribuição mais equitativa e justa do quantitativo disponível.

Então...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Só mais uma dúvida operacional, que surgiu no começo.

Em toda aquela linha do tempo que a gente tentou rascunhar aqui, em alguma hora, foi levantado, por exemplo, que tinha de ter a autorização da Anvisa, e ainda não teria, e ainda não tinha. Como é que podia vender?

Eu entendo, e quero que o senhor confirme, que uma empresa séria trabalhe com cronogramas paralelos. Ou seja, ela começa a trazer a vacina aqui, expor a vacina, conversa com o Governo e vai preparando tudo, para, obviamente, obter autorização da Anvisa e do próprio FDA, que está esperando lá também e tal.

Então, não é verdade – eu queria que V. Sa. confirmasse – que a Pfizer tenha sido negligente nisso aí. Ela veio, apresentou no cronograma correto. As linhas do tempo são paralelas. Enquanto ela ia negociando contrato, resolvendo problema de cláusula, resolvendo de conta no exterior, o processo da Anvisa, o processo da FDA está andando, depois o da Anvisa. E tudo ia desembocar em dezembro, com vacina.

É isso que eu quero dizer.

O seu cronograma estava correto?

Ou é o do Governo, que tinha de ficar esperando a Anvisa, para começar o processo de negociação?

O SR. CARLOS MURILLO – Nos outros países, foi feito desta forma: nós assinamos o contrato de compra antecipada, que estava condicionado à emissão da autoridade regulatória, mas já fomos avançando. Quando a autorização de uso emergencial aconteceu, nós já estávamos em condição de fornecer a vacina.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ou seja, um cronograma tranquilo, fluido, ao mesmo tempo, para que tudo dê certo e se encaixe no final. É isso aí.

Então, de parte da Pfizer, o senhor considera que não houve nenhuma negligência quanto a isso. Não é? "Eu esqueci de entrar com o procedimento na Anvisa, que eu tinha que...". Não, ia acontecer na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hora certa, e as pré-negociações já estariam prontas de forma que, quando aprovasse a Anvisa, mais alguns dias, a vacina já poderia estar disponível. É isso.

Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como última inscrita, Senadora Soraya, do nosso querido Mato Grosso do Sul, representante da Bancada Feminina.

Senadora Soraya, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço a presença ao Sr. Carlos Murillo no dia de hoje.

Estou acompanhando, Sr. Carlos, desde cedo, todas as perguntas a que o senhor respondeu, e falou-se muito do passado. O que eu gostaria de saber é daqui para frente, neste momento, justamente para acalmar e acalentar todos nós brasileiros, que estamos ansiosos por poder ter essa vacina.

A Pfizer é uma das que mais tem mais efetividade, pelo que nós sabemos dos estudos. E é o que nós queremos, porque a economia só será salva depois que nós tivermos tomado as vacinas. Isso já tem sido demonstrado pelos números.

Eu gostaria de saber... Eu gostaria que o senhor nos confirmasse o número de doses já contratadas pelo Brasil e em quantos instrumentos contratuais.

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – A Pfizer tem assinado com o Governo do Brasil um primeiro contrato, da data de 19 de março, por um total de 100 milhões de doses, com entregas estimadas no segundo trimestre de 2021, de 13,5 milhões; e 86,5 milhões, o terceiro trimestre de 2021.

No dia de hoje, nós estimamos que, no segundo trimestre de 2021, vamos conseguir entregar 15,5 milhões da vacina.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas...

O SR. CARLOS MURILLO – O segundo contrato... Desculpa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, eu que peço perdão.

Mas parece que já houve a entrega de algumas doses. Quantas doses já foram entregues?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS MURILLO – Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Gostaria do número total. Quantos instrumentos e quantas já foram entregues?

O SR. CARLOS MURILLO – O primeiro milhão de doses chegou no Brasil em 30 de abril. Na semana passada chegaram, aproximadamente, 600 mil vacinas. Esta semana chegaram, aproximadamente também, 600 mil vacinas e a expectativa é que, a cada semana, vamos estar recebendo vacinas para completar esta estimativa de 15,5 milhões até o mês de junho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, em termos contratados, já temos 100 milhões, mais 13,5, mais 86,5? Ou o que nós temos são 86, mais esses 13? O total? O total são 100 milhões?

O SR. CARLOS MURILLO – O total são 100 milhões dos quais já tem chegado para o País um milhão, mais 600, mais 600; 2,2 milhões. Adicional às 100 milhões das doses deste contrato, esta semana está finalizando assinatura do segundo contrato por adicionais 100 milhões de doses. Mais 100 milhões de doses...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mais 100 milhões? Parece-me que amanhã estão terminando.

O SR. CARLOS MURILLO – Que será entre...

Exatamente, que estimamos serem entregues no quarto trimestre de 2021.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A que valor cada dose?

O SR. CARLOS MURILLO – O valor de US$12.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor pode nos garantir a entrega dessas doses? O contrato reza essas datas que o senhor nos disse. O senhor nos garante a entrega dessas doses? Que segurança o senhor tem perante a fábrica?

O SR. CARLOS MURILLO – Vamos continuar fazendo o nosso melhor esforço para atingir esses quantitativos. Temos sido capazes de atingir os contratos.

Eu, realmente, não posso garantir, porque tem muitas coisas, que tem que condicionar, mas a intenção e o resultado até o dia de hoje permite a nós termos muita confiança de que vamos conseguir atingir esses quantitativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Para ouvir diretamente do senhor, que a população escute as palavras da sua boca: quantas doses são necessárias para a vacina Pfizer fazer efeito? Quantas doses?

O SR. CARLOS MURILLO – A vacina da Pfizer tem uma indicação de que se fazem necessárias duas doses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, a Pfizer são duas doses com a diferença de quanto tempo?

O SR. CARLOS MURILLO – Vinte e um dias.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Vinte e um. O.k.

Uma coisa é o estudo científico e as fases desse processo do estudo científico, da elaboração e do desenvolvimento da vacina. Porém, hoje, agora, a Pfizer já aplicou quantas vacinas no mundo? O senhor sabe me dizer?

O SR. CARLOS MURILLO – Aproximadamente, no meu entendimento, temos aplicado perto de 490 milhões de vacinas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Imunizados já, com a segunda dose, o senhor tem esse número?

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É este número? O.k.

O SR. CARLOS MURILLO – Não tenho, eu poderia tentar conseguir. É o total. Não sei quantos desses foram primeira dose somente e quantos foram primeira e segunda dose.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Há relatos de mortes após a vacina? Mortes por Covid?

O SR. CARLOS MURILLO – Em meu entendimento os eventos adversos reportados associados com a vacina são os mesmos que têm se comprovado no estudo clínico inicial.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu não entendi a resposta. Nós temos relatos ou não de mortes no pós-vacina?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ele disse que o mesmo estudo inicial que foi feito, não houve modificação nenhuma. Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Foi comprovado isso, no inicial?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Foi 95%, não é? Noventa e cinco por cento de...

Ela está perguntando se houve óbitos de quem tomou as duas doses com Covid, quando adquiriu Covid.

O SR. CARLOS MURILLO – Eu não tenho essa informação para responder para V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas os seus laboratórios também estão monitorando esse tipo de situação?

O SR. CARLOS MURILLO – Nossas companhias, como as autoridades regulatórias de todos os países, fazem esse monitoramento permanente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Só para voltar no número de doses. O contrato visa que até essas 100 milhões de doses primeiras teremos até que mês deste ano de 2021 entregues?

O SR. CARLOS MURILLO – O primeiro contrato até setembro de 2021.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E o segundo contrato?

O SR. CARLOS MURILLO – Até o quarto trimestre de 2021.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quarto trimestre. Então, o senhor tem até o dia 31 de dezembro para fazer a entrega dessas doses. Está certo.

Muito obrigado.

Satisfeita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Após a Senadora Soraya, nós terminamos o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Presidente, permita-se só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** Se V. Exa. me permite, é só uma pergunta última.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me que o intervalo da vacina, da primeira para a segunda dose, é de 21 dias, recomendado pelo imunizante.

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Nosso estudo clínico foi feito na base de intervalo de 21 dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Salvo engano, o PNI, no Brasil, está estabelecendo um tempo maior, se não me engano, de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Três meses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... três meses. Isso é adequado? Inadequado?

O SR. CARLOS MURILLO – Nós temos que respeitar as decisões sanitárias de cada país, que obedecem às necessidades de saúde pública do país.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso não compromete a qualidade do imunizante?

O SR. CARLOS MURILLO – Nosso estudo clinico foi feito com os 21 dias de intervalo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Dr. Carlos, só um esclarecimento. O senhor falou US$10 no primeiro contrato, e 12 é o segundo? É isso?

O SR. CARLOS MURILLO (Para depor.) – Correto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para a gente ter o registro aqui.

O SR. CARLOS MURILLO – Correto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Obrigado.

O SR. CARLOS MURILLO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou encerrar, só fazendo uma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Era só para prestar um esclarecimento, porque foi dito aqui que a Pfizer respondia a um processo na Itália. Eu tenho aqui uma matéria da Reuters que confirma, que destaca que isso não é verdade. A manchete da Reuters, que é de janeiro, de 26 de janeiro deste ano, deixa claro o seguinte: "Pfizer continuará a fornecer vacinas para a Itália, mesmo que Roma entre com alguma ação judicial". Ou seja, essa é a manchete da Reuters, de janeiro, que destaca que não existe nenhum processo sendo respondido pela empresa na Itália. Eu fiz questão de fazer isso... Eu acredito aqui, Sr. Presidente... Esta CPI não é contra os laboratórios de imunizantes. Ao contrário, esta CPI é a favor dos laboratórios de imunizantes. Fica muito inadequado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente. Fica muito inadequado aqui nós fazermos qualquer tipo de ataque a qualquer um dos laboratórios que estão salvando vidas no Brasil. Dr. Carlos Murillo iniciou a sua exposição aqui emocionado, dizendo que a Pfizer firmou um contrato de 100 milhões de doses, e só firmou depois que o Congresso Nacional aprovou, e vai firmar um segundo de mais 100 milhões de doses, depois que o Congresso Nacional informou, e que imunizará 100 milhões de brasileiros. Se tivesse sido antes, outros milhares poderiam ter sido salvos.

Então, Dr. Carlos Murillo, só para registrar aqui. Desculpe os excessos que porventura tenham tido aqui e registrar que, de nossa parte e eu acredito que desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o nosso agradecimento, à disposição da empresa e de todas as empresas que estão para servir à imunização dos brasileiros.

O SR. CARLOS MURILLO – Eu que agradeço a oportunidade de ter – espero – clarificado todos os pontos; agradeço também a consideração e a forma como foi conduzido este processo; reitero o nosso compromisso de continuar trabalhando com o Governo do Brasil pela saúde dos brasileiros; e agradeço o trabalho de V. Exas. em benefício da população do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui agradecer a sua presença, Sr. Carlos Murillo, e orientar o Ministério da Saúde que, com a chegada de 200 milhões de doses nos próximos meses, é necessário orientar os Municípios para acondicionarem a vacina da Pfizer, que tem que estar a 70º negativos, coisa que hoje só estão mandando a vacina para as capitais porque o interior dos Estados não tem a capacidade de acondicionamento.

E, também, acredito eu que... Eu não sei se foi perguntado ao Presidente da Anvisa essa questão de 21 dias ou três meses, Senador Randolfe, coisa que poderemos fazer ao Presidente da Anvisa, porque é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma diferença muito grande de 21 dias para três meses. E ele mesmo não tem como nos responder e não tem responsabilidade sobre isso; ele está vendendo a vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só uma pergunta complementar, Presidente.

Nos Estados Unidos, já está iniciando, se eu não me engano, nos próximos dias, a vacinação dos adolescentes entre 12 e 16 anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já começou de 12 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A vacina que está vindo para o Brasil estaria apta para tanto?

O SR. CARLOS MURILLO – Eu entendo que a vacina que estão comercializando nos Estados Unidos – e recebeu a aprovação de adolescentes de 12 a 16 anos – é a mesma vacina que estamos comercializando no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço a presença de todos.

Convoco os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para a próxima terça-feira, às 9h. E ouviremos quem, na terça-feira?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ouviremos o ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo.

Muito obrigado.

Tenham um bom final de semana todos.

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezoito de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Eliziane Gama, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Kátia Abreu, Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Simone Tebet e Daniella Ribeiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Ernesto Araújo, Ex-Ministro das Relações Exteriores, em atendimento aos requerimentos 249/2021 e 330/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 70 de 2021** que: "Convoca Coronel ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, à época, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 119 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Antônio Elcio Franco Filho" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 326 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI o Sr. Hélio Angotti Netto." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 436 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Antonio Elcio Franco Filho." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 504 de 2021** que: "Convoca Antônio Élcio Franco Filho, ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 506 de 2021** que: "Convoca Hélio Angotti Neto, Presidente do Plenário da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC)." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 511 de 2021** que: "Convoca Hélio Angotti Neto, Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 526 de 2021** que: "Requer ao Secretário Especial de Comunicações do Ministério das Comunicações, informações sobre os produtos adquiridos e serviços prestados na área de comunicação, publicidade e marketing durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de abril de 2021." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 527 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto França, informações sobre tratativas para fornecimento de medicamentos e vacinas." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 528 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre Procedimento Operacional Padrão empregado na análise de vacinas pela Anvisa." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 529 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, informações sobre compra, produção e distribuição de cloroquina e a hidroxicloroquina pelo Governo Federal." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 533 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde a disponibilização de todos os contratos de compra de vacinas, bem como de protocolos de intenções celebrados com fornecedores." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº 534 de 2021** que: "Requer a gravação que originou a matéria da Revista Veja com o Sr. Fábio Wanjgarten, veiculada no dia 22 de abril pela internet e no dia 28 abril na edição impressa (nº 2735)" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 541 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério das Relações Exteriores ao spray nasal de combate à Covid19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 542 de 2021** que: "Solicita informações ao CONITEC quanto ao pedido de incorporação tecnologia ou protocolo clínico relacionado à Covid19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 543 de 2021** que: "CPI infos MS pedido de incorporação tecnologia ou protocolo clínico" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 548 de 2021** que: "Requer as seguintes requisições de informações ao Ministério da Saúde: 1. Estudos que justifiquem a adoção do intervalo de 03 meses entre a primeira e a segunda dose da vacina da Pfizer conforme estabelecido no Plano Nacional de Imunização, conforme publicado no décimo quinto informe técnico publicado em 02/05/2021. 2. O plano de distribuição e logística da vacina da Pfizer para os Estados, considerando as previsões de entrega do primeiro contrato de 14 milhões de doses até 30 de junho e 86 milhões de doses até 30 de setembro. 3. O inventário de refrigeradores com temperatura abaixo de 70¿ existente no Brasil, indicando localidade em que se encontra o mesmo" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 557 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações relativas aos valores e quantidades totais de aquisição de cloroquina e hidroxicloroquina, para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, segregando as informações por contrato e explicitando os contratados para cada contrato. Solicita-se também a informação, para os exercícios citados, da distribuição por Unidade da Federação." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 559 de 2021** que: "Requer o encaminhamento de todos os contratos, e respectivas cópias integrais além de valores pagos, da área de comunicação social, em qualquer espécie de mídia (televisiva, radiofônica, digital e outras), inclusive com a discriminação dos critérios utilizados para direcionamento da publicidade e os destinatários finais no serviço do Google AdServices ou de correlatos de outras empresas, do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Comunicação Social entre o período de 1º/1/2019 e o presente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 337 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Antonio Élcio Franco." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/18

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e à oitiva do Sr. Ernesto Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores.

Senador Marcos Rogério, V. Exa. poderia dar presença no painel? (*Pausa.*)

Nós temos requerimentos de oitivas aqui.

Convocação do Coronel Antônio Elcio Franco Filho: os Requerimentos 70, do Senador Otto Alencar; 119, do Senador Girão; 436, do Senador Randolfe; e 504 do Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convocação do Sr. Helio Angotti Neto, Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde: Requerimento 326, do Senador Alessandro Vieira; Requerimento 506, do Senador Marcos do Val; Requerimento 511, do Senador Humberto Costa.

Requerimento 526, do Senador Randolfe; Requerimento 527, do Senador Humberto; 528, do Senador Humberto; 529, do Senador Humberto; 533, do Senador Alessandro Vieira; 534, do Senador Omar Aziz; 541, do Senador Humberto Costa; 542, do Senador Humberto Costa; 543, do Senador Humberto Costa; 548 do Senador Alessandro Vieira; 557, do Senador Humberto Costa; e 559, do Senador Randolfe.

Ainda há o Requerimento 521, de autoria do Senador... Este aqui, não.

Os que aprovam os requerimentos...

Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) **–** Esses requerimentos todos estão pautados?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Estão. (*Pausa.*)

Ah, não... Os requerimentos de informação são extrapauta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O que nós estamos votando agora? O extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sem problema nenhum. Votaremos quinta-feira o extrapauta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Quanto aos de informações, sem problemas, Presidente, mas o de convocação sempre...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sem problema nenhum. Então, retira o... (*Pausa.*)

De informações não têm problema, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, os de informação não têm problema. Só em relação à questão de convocação, porque aí tem que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Os de convocação nós vamos... Nós temos já.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Porque a gente faz aquele entendimento de lado a lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 1º será o Secretário Estadual de Saúde do Estado do Amazonas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque até o dia 27 nós já temos pauta.

Dia 2 e dia 3, nós vamos ainda convocar essas pessoas, eu acho; se não foram convocadas, podemos fazê-lo amanhã ou na quinta. O.k.?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero convidar o Chanceler Ernesto Araújo para que ele possa ser ouvido pela Comissão. (*Pausa.*)

O Senador Izalci Lucas pede a palavra. Eu não sei se é agora...

Senador Tasso, com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente Omar, Senadoras e Senadores, eu gostaria de registrar aqui que o nosso partido, o PSDB, está entrando na Justiça com uma ação que obrigue o Presidente, em ações públicas, principalmente aquelas com recursos da União, a obedecer as regras sanitárias estabelecidas pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa.

É um problema que nós estamos vendo ocorrer recorrentemente. É um boicote ao programa de afastamento social. Lembro aos senhores que nós estamos, neste momento, vivendo novamente uma crise de vacinas, e o afastamento social é a única outra alternativa diante da falta de vacinas.

Se fosse o caso, eu pediria ao Presidente aí que se manifestasse – ou alguém que esteja me ouvindo aí – já que talvez seja o caso de chamar o Ministro da Saúde novamente aqui para ver também qual é a reação, qual é a posição que o Ministro da Saúde vai tomar em relação a essas aglomerações frequentes feitas pelo Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que, no Espírito Santo, do Fabiano – que estou vendo aqui –, se tiver uma festinha, a polícia chega lá, fecha e prende. Aqui, nós estamos vendo festinhas todos os domingos, pelo menos, e nada acontece.

Eu queira, como estou remoto, que houvesse a sua opinião, Presidente, sobre esse assunto e a do Relator também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Relator – o Senador Tasso fez um questionamento. (*Pausa.*)

Senador, V. Exa. disse que seria necessária a convocação novamente do Ministro da Saúde?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu estou pedindo a opinião, como eu disse e vou repetir aqui, porque o PSDB está entrando na Justiça com ação obrigando o Presidente da República a respeitar, como todos os cidadãos brasileiros, as regras de distanciamento social e de uso de máscara, assim como todos os cidadãos brasileiros. Então, nós estamos entrando com ação diante da Justiça, mas pergunto a opinião, antes de começar, do Sr. Presidente e do Sr. Relator se não seria o caso de chamarmos o Ministro da Saúde aqui novamente para nos dar uma explicação de qual a reação do Ministério da Saúde diante de, recorrentemente, o Presidente da República estar desrespeitando as orientações do Ministério da Saúde, públicas e oficiais, e da Anvisa também, que recomendam, mais do que nunca, o distanciamento social e o uso de máscaras. Lembro que estamos entrando em uma crise de vacinas neste mês: nós estamos com falta de vacinas da Fiocruz e falta de vacinas do Butantan. E o distanciamento social e as máscaras são as únicas ferramentas que nós temos para combater a pandemia.

Lembro também... E eu fiz uma brincadeira aqui – e não é hora de brincadeira – com o Fabiano, dizendo que, no Espírito Santo, em qualquer festinha que haja, a polícia chega lá, fecha, prende quem estiver participando, quem estiver orientando, o dono da festa por desrespeitar as normas do Ministério da Saúde.

Se não seria o caso... Eu estou pedindo a opinião, se for positiva, para nós darmos entrada no requerimento, chamando o Ministro da Saúde novamente para dar uma explicação de qual é a atitude que o ministério pretende tomar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça o requerimento, Senador Tasso, para a gente analisar aqui com os Senadores, porque acho que é uma questão realmente... A gente tem feito um apelo ao Presidente para que o Presidente colabore com a gente em relação a essas atitudes. Isso não vai melhorar a situação no Brasil, e nós esperamos que possamos ter um discurso unificado em relação à pandemia. Não dá para um falar uma coisa, outro falar... Isso é o protocolo que eu sempre venho batendo: esta CPI tem que sair com leis em relação à prescrição de remédios, tem que sair com leis em relação à pandemia, a qual será o comportamento, independentemente de quem seja o Presidente, quem seja o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador e quem seja o Prefeito. Se a gente não tirar diretrizes nesse sentido, nós podemos ter cada um pensando de uma forma, e as diretrizes não serão nunca corretas para a população. Então, V. Exa. levanta uma questão muito séria sobre isso.

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Pela ordem.

Obrigado, Presidente. Quero dar um bom-dia a todos.

Eu estava acompanhando a CPI remotamente e fazendo uma análise. Eu queria propor ao Presidente a possibilidade de fazer uma troca. Nossos convidados estão extremamente intimidados, depois do que aconteceu, e eu queria propor de, de repente, o Senador Randolfe assumir a relatoria, o Relator ir para o lugar do Randolfe, como Vice-Presidente, ou o próprio Girão ir como Vice, mas trocar o Relator, porque não é pela pessoa, mas os movimentos que os convidados estão fazendo junto ao STF estão e estarão atrapalhando os trabalhos da CPI. Esse é o meu entendimento. Eu queria só propor se há essa possibilidade para que a gente possa avançar com um Relator menos passional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan Calheiros tem o meu respeito e tem tido uma conduta aqui de inquirir pensando no Brasil; não é pensando na eleição, até porque o Senador Renan não é candidato o ano que vem. Tem feito isso... É logico que desagrada. Agora, é bom a gente ver algumas pessoas irem ao Supremo pedir auxílio do Supremo, até porque outro dia estavam querendo tocar fogo no Supremo, queimar o Supremo essas mesmas pessoas; literalmente, queriam fechar o Supremo Tribunal. Agora já não: já estão atrás do Supremo, pedindo auxílio, para que possam chegar aqui e ficar caladas.

Então, eu acho que não é o momento de a gente estar discutindo isso. O Senador Renan tem o meu respeito e tem o respeito da grande maioria dos Senadores que estão aqui.

Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores, o nosso convidado já está aqui, e eu acho que nós teremos outros momentos para debater outras questões. Eu peço aos senhores para que a gente possa ouvir o Chanceler Ernesto Araújo.

Se tenho a compreensão de todos... Senador Otto, meu irmão. Você que fale.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – É apenas para discordar da posição do nobre Senador Marcos do Val. É uma coisa até, dentro de um Colegiado de iguais, um tanto quanto antiética, no meu sentir, no meu pensar. O Senador Renan Calheiros tem conduzido a sua relatoria dentro dos padrões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legais, da ordem. O momento de tensão que surgiu aqui foi por provocação. Alguém o agrediu, e ele não provocou essa agressão. Ele foi aqui atingido até por uma palavra que não condiz com ele, porque a palavra, o sinônimo é "desocupado", e não me parece que o Senador Renan Calheiros seja desocupado. Pelo contrário. Ele está tendo muita ocupação, como sempre fez, até como Presidente aqui do Senado Federal.

Portanto, eu quero manter a minha posição, o meu voto e, inclusive, a indicação de que o Senador Renan Calheiros continue na relatoria, como está fazendo até agora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente, rapidamente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu queria só colocar o seguinte: a população brasileira que ainda acompanha esta CPI, que começou com uma grande expectativa em relação ao nosso povo, espera de nós uma posição equilibrada, espera de nós uma busca realmente técnica pela verdade. Eu quero dizer que, infelizmente, nós tivemos alguns momentos, espero que não se repita isso, alguns momentos, com os depoentes anteriores, onde houve, sim, intimidação, houve, sim, indução nas respostas. Teve colegas aqui que ficaram atentos a cada palavra dita. E nós chegamos ao cúmulo de alguma coisa dita pelo depoente o Senador Relator, Renan Calheiros, depois, dizer outra coisa que não foi colocada. Então, isso desequilibra o jogo e tira a credibilidade da CPI.

Eu queria convidar os senhores todos aqui para que a gente possa dar uma volta, no tempo que nós tivermos – muitos aqui andam em praças, andam em feiras, em comércio, e eu gosto sempre de sair desta bolha aqui de Brasília, gosto sempre de conversar com as pessoas... E o sentimento, realmente, da população é um sentimento de indignação, porque a CPI está apenas focando um lado, ela está parcial, completamente parcial. E esse equilíbrio é muito importante. O respeito entre cada um de nós é fundamental para que a gente possa construir um povo e uma Nação. É isto que nós somos: um povo e uma Nação.

Então, eu queria falar para o senhor isto: que eu espero não ver espetáculos, como nós tivemos aqui na semana passada – vai prender, não vai prender, aquela coisa toda –, porque isso é um péssimo exemplo que a gente dá aqui nos trabalhos que a gente vai fazendo, e vai derretendo a credibilidade desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, não adianta tentar constranger o Relator, tentar diminuir o trabalho do Relator, porque esse negócio não vai pegar para a população. A indignação de todos os brasileiros é falta de vacina, é falta de um protocolo. Essa é a indignação hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dizer que a população está indignada porque o Relator foi mais duro ou menos duro, isso aí, não. O que a população do meu Estado, que sofreu muito, pede é vacina; a todo momento, é vacina.

Então, eu acho que nós estamos indo no caminho certo. Há excesso de ambas as partes. E a gente tenta contemporizar e pedir o auxílio para que a gente possa trabalhar plenamente na CPI e ouvir todas aquelas pessoas que serão necessárias.

Eu vou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu concordo que vacina é fundamental – não tenho a menor dúvida. Agora vamos dar uma volta ali na feira dos importados, na antiga feira do Paraguai, para ver o que as pessoas estão achando desta CPI? Eu faço esse convite aos nossos colegas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para posicionar adequadamente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – A feira do Paraguai agora é o novo instituto de pesquisa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – ... na feira do Paraguai.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É melhor ir a um hospital. É muito melhor fazer uma visita a um hospital.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Para a estrela do Brasil agora. Paciência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor...

Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – É um pela ordem, só para comunicar a V. Exa. o seguinte: acabamos de oficializar a V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, acabamos de oficializar a V. Exa. que alguns colegas desta Comissão Parlamentar de Inquérito – eu creio que não devam ser todos – têm recebido nas suas comunicações pessoais, têm recebido no seu WhatsApp, e de diversas formas, diferentes tipos de ameaças, o que me parece ser claramente uma ação coordenada, Presidente. Então, com base na Lei 1.579, de 18 de março de 1952,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente, *ipsis litteris*, com o art. 4º, que estabelece o seguinte: Constitui crime impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições [...] dos seus membros. Pena: A [estabelecida] do art. 329 do Código Penal.

Diante da Lei 1.579, Presidente, acabei de oficiar a V. Exa. que encaminhe para a Polícia Federal o conjunto de ameaças que os membros desta CPI têm recebido para as providências devidas, nos termos da lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será encaminhada hoje mesmo, Senador Randolfe.

Isso daí está virando uma rotina, mas o papel nosso é continuar trabalhando aqui.

Eu vou ouvir o Senador Izalci, e, logo em seguida, o Chanceler irá se posicionar.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, é só para comunicar que eu estou protocolando aí na CPI... Eu recebi na sexta-feira o relatório do Tribunal de Contas da União de um requerimento que aprovamos na Comissão do Covid, solicitando uma auditoria aqui dos recursos do Distrito Federal. Foram quase R$3 bilhões neste período de pandemia, onde foram detectadas dezenas de irregularidades, como o direcionamento das contratações nas dispensas de licitações, indício de sobrepreços, preços superfaturados nas contratações diretas, majoração de valor registrado em ata de registro de preço, ausência de estimativa de preço para contratação de serviços, ausência de documentação exigida... Então, foram várias irregularidades.

Eu estou protocolando na CPI para poder, realmente, confirmar aquilo que está já nos documentos acostados aí relacionados à Operação Falso Negativo. Então, é só para informar a V. Exa. que vou protocolar hoje aí esses documentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou agora passar a palavra, se assim desejar, ao Chanceler Ernesto Araújo. Se quiser se posicionar ou ir direto às perguntas, fica à sua disposição. O senhor prefere falar antes? (*Pausa.*)

Está o.k.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Muito obrigado, Presidente.

Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Exmo. Sr. Relator, Exmos. Srs. Senadores, Exmas. Sras. Senadoras, demais presentes, agradeço muito a oportunidade de contribuir para os trabalhos desta Comissão, informando e esclarecendo sobre as ações do Ministério das Relações Exteriores para o combate à pandemia da Covid-19 durante o período em que eu comandei o ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de mais nada, eu gostaria de destacar que o Itamaraty atua e atuou como parte do Governo Federal, dentro da sua esfera legal de competências, em condenação com outras pastas, nesse caso, muito especialmente, o Ministério da Saúde, e não de maneira avulsa ou autônoma.

Eu gostaria de falar das ações do Itamaraty durante a pandemia, mas, se me permita, eu gostaria antes de discorrer brevemente sobre os principais objetivos e linhas de ação que orientaram a política externa brasileira durante a minha gestão para mostrar que nada – absolutamente nada – na concepção, execução dessa política criou qualquer percalço para o cumprimento das suas incumbências durante a pandemia, muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Houve uma falha minha aqui. Eu tenho que fazer duas perguntas para V. Exa.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que "fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, [...], tradutor [técnico] [...] perante a Comissão Parlamentar de Inquérito" constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Fique à vontade.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Muito obrigado. Muito obrigado, Presidente.

Então, se me permite prosseguir, queria destacar que o Itamaraty faz parte de um governo, e a política externa deve fazer parte de um projeto escolhido nas urnas e iluminado pela democracia. E é natural que um governo eleito com um projeto de mudanças profundas no Brasil tivesse uma política externa diferente das anteriores, que correspondiam a outros projetos políticos.

Em quatro dimensões principais, o Itamaraty, na minha gestão, procurou contribuir para essas mudanças.

A primeira é o comércio internacional e a inserção econômica. Nós implementamos uma política comercial compatível com o objetivo de abrir e dinamizar a economia e transformar o Brasil numa verdadeira economia de mercado, competitiva, moderna, diversificada, sem dependência do Estado, capaz de gerar empregos de qualidade para todos, com agro, indústria e serviços, todos pujantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A economia fundamentalmente estatal que tínhamos, onde até grandes empresas dependiam do Estado, onde praticamente todos os atores econômicos dependiam de conexões políticas para o seu modelo de negócios, onde os recursos da Nação eram alocados seguindo uma lógica político-partidária e não uma lógica econômica, gerou estagnação, atraso e imensas oportunidades para a corrupção. Uma política comercial muito tímida reforçava esse processo.

Diante disso, adotamos, na minha gestão, a política comercial mais ambiciosa e mais intensa que já tivemos. Montamos um conjunto dinâmico de parcerias internacionais. Concluímos as negociações de dois grandes acordos de livre comércio: com a União Europeia e o Efta. Avançamos nas negociações com Canadá, Singapura e Coreia; decidimos pela abertura de negociações com a Indonésia e o Vietnã; concluímos instrumentos de várias naturezas, sempre favoráveis aos negócios com Estados Unidos, China, Índia, Japão, Israel, Emirados Árabes, Arábia Saudita e muitos outros.

No Mercosul, tivemos, em 2019, com a Presidência brasileira, no segundo semestre daquele ano, aquele que foi considerado o ano mais produtivo da história do bloco, onde concluímos acordos importantes entre os sócios. Para dar apenas um exemplo, o Acordo de Facilitação de Comércio, que elimina barreiras não tarifárias entre eles.

Adotamos uma nova atitude na OMC, derrubando velhos preconceitos, negociadores e assumindo um papel de protagonismo no processo de reforma da organização, com iniciativas concretas, como a adesão ao Acordo sobre Compras Governamentais e propostas de eliminação de subsídios industriais e agrícolas que distorcem o comércio.

Redobramos os esforços na promoção comercial, através do próprio Itamaraty e da Apex, com reconhecido aumento da eficiência em todos os setores, entre os quais gostaria de destacar as vendas do agronegócio e dos produtos de defesa.

Colocamos o Brasil a um passo de iniciar o seu processo de tornar-se membro da OCDE. Ao aderir àquela organização, o Brasil fixará normas e se sujeitará a padrões das principais sociedades democráticas e economias de mercado do mundo, tanto em áreas clássicas do intercâmbio econômico, como os investimentos e as transferências financeiras, como em áreas tão ou mais importantes para o nosso processo de transformação, como a educação, o combate à corrupção e a sustentabilidade ambiental.

A segunda dimensão é a segurança e o combate ao crime organizado, na nossa região, para a defesa da democracia. Identificamos que o crime é o principal obstáculo à consolidação democrática e à prosperidade na América Latina e especialmente na América do Sul. Debelar o crime organizado, em todos os seus aspectos – narcotráfico, terrorismo, tráfico de pessoas, tráfico de metais preciosos, corrupção e lavagem de dinheiro, que serve a todos esses delitos –, é o principal requisito para a integração regional, um dos objetivos da nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para enfrentar a grande ameaça do crime e defender a democracia, criamos, participamos da criação do Prosul, uma nova entidade de integração sul-americana alicerçada na democracia, e atuamos em várias frentes bilaterais, regionais, mundiais, com destaque para a OEA. Não podemos falar seriamente de democracia no continente americano, nem de crescimento econômico sustentável, enquanto não debelarmos o crime organizado.

A terceira dimensão é o nosso trabalho nos organismos internacionais. Sempre insistimos na necessidade do bom funcionamento, transparência e eficiência dos organismos internacionais. Propugnamos pelo papel preponderante dos Estados-membros, e não dos secretariados, de acordo com as próprias cartas constitutivas desses organismos. Partimos do princípio da possível e necessária complementariedade entre a dimensão nacional e a esfera multilateral de ação. Recusamos o automatismo multilateralista, aquilo que eu chamei de multilateralismo mágico, a crença irracional de que basta dar tratamento multilateral a um tema para que tudo se resolva. Trabalhamos para que o "multi" do multilateralismo seja respeitado, e não substituído por um pensamento único.

Se o Brasil quer ser livre e próspero, precisa promover, no plano internacional, as condições necessárias a essa liberdade e prosperidade, condições que, por sua vez, serão benéficas a todas as nações. O Brasil não pode fugir à sua responsabilidade de colocar a sua força, no mundo, em favor dos valores do povo brasileiro: os valores da liberdade, da dignidade humana, que são essencialmente aqueles consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Assim, nós nos dedicamos, durante a minha gestão, a defender o direito à vida, à liberdade de crença, à liberdade de opinião, à liberdade de expressão; o direito de todas as pessoas escolherem seus governantes – e aqui cito, entre aspas – "em eleições honestas, segundo um processo que salvaguarde a liberdade do voto", fecha aspas, conforme consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa atuação não é um luxo, é um dever. Seguimos aqui, escrupulosamente, seguimos aqui o princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos, bem como o da cooperação entre os povos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

A quarta dimensão é a dos relacionamentos bilaterais. Nós abrimos novas frentes de promoção dos nossos interesses concretos com os mais diversos parceiros: União Europeia, China, Índia, Estados Unidos, Japão, Rússia, Reino Unido, Israel, Ucrânia, Líbano, Polônia, Hungria, países do Golfo, Austrália, Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, França, países do Benelux, países escandinavos, Canadá, todos os países da América do Sul e muitos países da América Central e do Caribe. E concebemos uma nova relação com a África, baseada na busca da integração comercial, cooperação na segurança e promoção dos valores e identidades comuns.

No Oriente Médio, conseguimos a elevação concomitante das nossas relações, tanto com Israel quanto com os países árabes. Naquele período, aconteceram os maiores avanços no processo de paz no Oriente Médio em décadas, com o apoio do Brasil. E aqui um pequeno detalhe, mas gostaria de citar: no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia em que foi assinado o acordo de paz entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, fui contactado tanto pelo Chanceler de Israel quanto pelo Chanceler dos Emirados Árabes, para se congratularem por aquele momento especial e reconhecerem a contribuição do Brasil para os horizontes que se abriam no Oriente Médio.

Bem, nessas relações bilaterais nós não procuramos um mínimo denominador comum; ao contrário, procuramos dinamizar e valorizar cada relação bilateral de acordo com as suas potencialidades e a partir de convergências de visão e não apenas das circunstâncias imediatas. Acreditamos que a paz e a cooperação não nascem da renúncia à identidade e aos seus próprios sentimentos, mas, sim, do respeito mútuo, da autoconfiança e do orgulho de cada nação.

À luz de todas essas considerações, Sr. Presidente, gostaria de falar do famoso binômio ideologia-pragmatismo, um binômio equivocado ao qual, infelizmente, se reduzem praticamente todas as análises de política externa no Brasil. O pragmatismo diz respeito à busca dos melhores caminhos para chegar a um determinado objetivo, mas o pragmatismo não pode ser um objetivo em si mesmo. Quem não sabe para onde está indo não pode escolher o melhor caminho. Eu apresentei, desde o começo, quais eram os objetivos da política externa brasileira, dentro da implementação de um projeto de nação. Essa política tem sido qualificada de ideológica por dois tipos de observadores: aqueles que discordam dos objetivos, sem, no entanto, apresentar objetivos alternativos; e aqueles que, ao meu ver erroneamente, acreditam que se pode construir uma política externa eficiente sem uma estratégia de transformação nacional e de inserção internacional que a ela corresponda.

O objetivo da política externa brasileira que, sob orientação do Presidente Jair Bolsonaro, procurei implementar era o de contribuir para um Brasil grande, livre, consolidado como uma das grandes democracias do mundo, com uma economia de mercado mundialmente competitiva, em linha com os melhores padrões dos países desenvolvidos na educação, no meio ambiente, na economia, com liberdade, oportunidade para todo o povo brasileiro; criar um Brasil onde liberdade política e liberdade econômica avançassem inseparavelmente.

O objetivo também, sempre deixei claro, não era perpetuar uma estrutura fechada, patrimonialista, clientelista, ineficiente e oligárquica, avessa ao verdadeiro exercício da democracia. Busquei sempre os melhores caminhos para avançar rumo ao objetivo aqui enunciado, seguindo os princípios constitucionais de política externa, dos quais o primeiro a independência nacional.

A defesa de valores muitas vezes também é desprezada sob o epíteto de ideológica, entretanto, estou convencido de que, sem a preservação dos valores, a vida humana, tanto de um indivíduo quanto de uma nação perde o sentido, perde o significado e perde a direção. E não se trata sequer de trocar os valores pelos interesses materiais. Valores ou interesses: eis outra falsa dicotomia, pois, sem a estrutura de caráter nacional ou individual que somente os valores proporcionam, eventuais ganhos materiais serão sempre frágeis e efêmeros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perseguindo objetivos e defendendo valores, o Brasil conseguiu, na minha gestão, importantes resultados. Em dois anos e três meses, assinamos 180 atos internacionais de diferentes tipos, com os mais diversos países e grupos: acordos comerciais, de cooperação técnica, tecnológicos, de investimentos, etc. A média foi mais de um acordo a cada cinco dias. Outro índice dos bons resultados encontra-se na balança comercial, onde atingimos, em 2019, o saldo de US$35 bilhões e, em 2020, o saldo recorde de US$50 bilhões.

Diante da pandemia, especificamente, conseguimos também resultados muito significativos. O Itamaraty teve papel central, desde o início, na Operação Regresso à Pátria Amada, que trouxe dezenas de brasileiros que se encontravam isolados em Wuhan, na China, e, a partir daí, o Itamaraty executou a repatriação de mais de 38 mil brasileiros, a grande maioria em aviões ou ônibus fretados pelo Governo brasileiro através do Ministério das Relações Exteriores. Muitos desses brasileiros se encontram em situação de desvalimento no exterior, e trouxemos de volta os brasileiros tanto de países onde eles se encontravam aos milhares quanto de países onde havia só um único brasileiro necessitado de repatriação. Ninguém ficou para trás. Foi a maior operação consular e humanitária da história do Itamaraty.

No combate à Covid propriamente dito, onde a definição das estratégias coube primordialmente ao Ministério da Saúde, o Itamaraty atuou para viabilizar as importações de doações, de equipamentos, itens de proteção pessoal e para a execução da estratégia de vacinação. Recebemos doações significativas de países como China, Estados Unidos, Japão e Alemanha. Ajudamos também, na medida das nossas possibilidades, países amigos de diferentes maneiras.

Em janeiro de 2020, logo no início do que viria a ser a pandemia, postos do Itamaraty no exterior foram instruídos a começar a prospecção de pesquisas de medicamentos e vacinas, em coordenação com o Ministério da Saúde. Manifestamos, desde junho de 2020, a intenção de aderir ao consórcio Covax da OMS tão logo essa iniciativa foi definida e dela participamos ativamente desde então. Graças à qualidade das nossas relações com a Índia, fomos o primeiro país do mundo a receber vacinas exportadas por aquele país. Graças à relação madura e construtiva com a China, fomos o país do mundo que mais recebeu vacinas e insumos de vacinas fabricados naquele país. Obtivemos o desembolso de US$1 bilhão do Banco do Brics em favor do Brasil para combate à pandemia; o Brasil está participando de todos os 12 projetos escolhidos para serem financiados pelo Brics em concorrência pública que se dedicam à busca de medicamentos e vacinas entre outros aspectos. Com os Estados Unidos, estamos participando de reuniões de um grupo de autoridades de ciência e tecnologia de 14 países, coordenado pelos Estados Unidos para compartilhar investigação científica sobre a Covid. A qualidade das nossas relações com o Reino Unido contribuiu para a consecução de um contrato com a Oxford, da AstraZeneca, que permite ao Brasil já nesses próximos dias, pelo que se noticia, tornar-se um dos únicos países do mundo que estão passando dos *status* de importadores àquele de produtores de vacinas, com transferência integral da tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao final da minha gestão no Itamaraty, estavam disponíveis no Brasil aproximadamente 30 milhões de doses de vacinas contra a Covid, bem como insumos para a produção de mais cerca de 30 milhões de doses. O Brasil já era, naquele ponto, o quinto país com maior aplicação de doses de vacinas no mundo em números absolutos, e, dentro do G20, era o décimo em números relativos.

Portanto, das cerca de 82 milhões de doses que hoje figuram no vacinômetro como já distribuídas, que fazem do Brasil agora o quarto País que mais vacina no mundo, cerca de 60 milhões de doses chegaram ao Brasil durante a minha gestão ou foram produzidas com insumos importados durante a minha gestão no Itamaraty. Desse modo, em suma, conduzi uma política externa voltada para o objetivo de construir um Brasil melhor e que especificamente contribuiu de maneira efetiva para o enfrentamento da pandemia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar a palavra ao Relator. Senador Renan Calheiros com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente Omar Aziz, Vice-Presidente Randolfe Rodrigues, Srs. Líderes, Srs. Senadores, Senadora Kátia Abreu, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Ministro, muito obrigado por sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nosso propósito, como todos sabem, é esclarecer, iluminar os compartimentos cinzentos desse enfrentamento à pandemia, especialmente nas relações internacionais, e agilizar fundamentalmente o calendário de vacinação. A sua presença no Ministério das Relações Exteriores foi marcada por polêmicas e quebra de posições tradicionais da diplomacia brasileira. Essa quebra de paradigmas não passou despercebida pelos especialistas nacionais e internacionais. Nem mesmo na pandemia, suas posições mudaram, o que pode, evidentemente, por isso estamos aqui, ter trazido sérias consequências para a saúde da população brasileira. Até hoje já morreram 436.862 brasileiros e suas famílias, pais, tios, irmãos, sobrinhos têm o direito, sim, de saber o que aconteceu.

Desde o início da pandemia no Brasil, ficou claro que seria necessário realizar compras internacionais de equipamentos, insumos e medicamentos para o combate à Covid-19.

Primeira pergunta: o Governo Federal definiu uma política internacional para lidar com as questões relativas à pandemia? Em que instrumento ela foi formalizada?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Bem, o Governo Federal não acredito que tenha definido um documento único de orientações para atuação internacional, as orientações surgiram em diferentes momentos, quase sempre as orientações que o Itamaraty recebeu vieram a partir do Ministério da Saúde, de acordo com o requisito do momento, se se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratasse de facilitar importação ou participar de trâmites para a importação de equipamentos, fosse apoio à negociação de vacinas, fossem outros elementos, mas não tenho conhecimento de um plano único, se é a isso a que V. Exa. se referiu, da dimensão internacional do enfrentamento da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não houve diretrizes?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, acho que houve diretrizes que foram sendo proporcionadas ao longo do tempo, em diferentes momentos, de acordo com a realidade daquele momento, com os requisitos daquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foram circunstanciais, meio improvisadas pelas circunstâncias.

V. Sa. recebeu alguma orientação do Presidente da República para a construção dessa política?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, não recebi diretamente, como eu digo, instruções do Presidente de maneira geral sobre a implementação dessa política. O fato de não ter havido um documento, uma orientação geral, uma política com esse nome formalmente definida não quer dizer que tenha havido improviso. No caso da vacinação, por exemplo, houve uma estratégia definida basicamente pelo Ministério da Saúde, que foi apoiada pelo Itamaraty onde necessário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não houve orientação do Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não. Bem, houve orientações do Presidente da República. Imagino que tenham sido passadas ao...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu digo que não tenho conhecimento das orientações passadas diretamente ao Ministério da Saúde. O Itamaraty, praticamente em todos os momentos, atuou por coordenação com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Durante a sua gestão, alguma vez houve divergência entre a orientação do Itamaraty e a da Presidência da República em relação à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho conhecimento de um momento em que tenha acontecido isso, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nunca houve, não houve? É essa a pergunta. É essa a resposta, não é?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Olha, depende de como se interpreta, mas eu não tenho lembrança de nada que possa ser caracterizado como uma divergência entre o Itamaraty e as orientações do Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com que frequência V. Sa. se reunia com o Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Com bastante frequência. Eu diria que, ao longo desse tempo, normalmente, pelo menos uma vez por semana.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como foi a interação com o Ministro da Saúde? V. Sa. tinha encontros regulares com o Ministro ou com alguém da sua equipe?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. Não havia uma regularidade marcada de encontros com os sucessivos Ministros da Saúde. Tive vários encontros com o Ministro Mandetta, com o Ministro Teich, com o Ministro Pazuello em muitas ocasiões. A coordenação se dava de maneira diária basicamente entre as equipes dos dois ministérios, entre as pessoas que, no Itamaraty, estão trabalhando dedicadas exclusivamente ao tema da pandemia ou da área da saúde e as autoridades do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Respeitosamente, pergunto: a que V. Sa. atribui sua demissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não. Certamente, não à questão de vacinas, como foi falado. O Presidente me manifestou que haviam surgido, a partir de determinados fatos, dificuldades que poderiam dificultar o relacionamento especificamente com o Senado e, diante disso, me pediu que eu colocasse à disposição o cargo, o que eu fiz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Houve alguma estratégia de política internacional específica para a obtenção de vacinas contra a Covid durante a sua presença no Ministério das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, houve uma estratégia, como eu disse, definida, ao que eu sei, fundamentalmente pelo Ministério da Saúde, uma estratégia que... Mas sempre em coordenação conosco, quando necessário, em coordenação com Itamaraty, uma estratégia que abrangeu as negociações com a Oxford/AstraZeneca, que abrangeu negociações com, enfim, a participação nossa no Consórcio Covax e, enfim, outras iniciativas definidas a partir da avaliação do Ministério da Saúde, que é, ao meu ver, quem tem a condição de definir quais são as melhores vacinas, qual é a melhor estratégia, e o ministério ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual, claro, é importante lembrar, foi atribuído o orçamento específico destinado à compra de vacinas, aprovado pelo Congresso Nacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério das Relações Exteriores atuou no acordo com a Oxford/AstraZeneca?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Apenas em aspectos de apoio logístico. Nós não participamos da negociação do conteúdo do acordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que o Ministério das Relações Exteriores fez concretamente para que o Brasil obtivesse mais vacinas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Concretamente...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Como dito, sempre a partir de orientações de quem centralizava a estratégia de vacinação, que era o Ministério da Saúde, portanto não de forma autônoma, entendendo, então... Desde o começo, na verdade, da pandemia, antes de ser declarada a pandemia, ainda em janeiro de 2000, já instruímos vários postos no exterior, já, então, a pedido do Ministério da Saúde, para que prospectassem pesquisas que estivessem surgindo sobre medicamentos e vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, houve um trabalho conjunto com o Ministério da Saúde?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, sempre é um trabalho conjunto com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério das Relações Exteriores manteve contato com nações amigas e parceiros comerciais para que se aproximassem de acordo para aquisições de vacina?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, quando necessário. Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quais países?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. Em diferentes momentos, tivemos tratativas basicamente com a Índia, e a China, e também com o Reino Unido, em apoio ao processo de confecção do acordo com a Oxford/AstraZeneca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais países têm cooperado mais com o Brasil nesse sentido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não.

Se me permite, Senador, em relação à pergunta anterior, só para complementar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, por favor, fique à vontade.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Também com os Estados Unidos da América nós entramos em contato assim que surgiu a perspectiva de uma, talvez, liberação de exportações de vacinas por parte dos Estados Unidos, do excedente que eles criaram; também estabelecemos esse contato.

Então, a pergunta seguinte é sobre...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais países têm cooperado mais com o Brasil nesse sentido? E qual o espaço da China nesse contexto?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito, perfeito.

Sim, eu destacaria justamente a China e a Índia como os países que mais têm cooperado, com os quais temos nos relacionado mais nesse contexto. A Índia, através da exportação de vacinas prontas. O Brasil foi o primeiro país que recebeu vacinas exportadas pela Índia. Recebemos dois lotes, depois havia perspectiva de mais lotes, que foram interrompidos quando a Índia interrompeu todas as suas exportações de vacinas. Continuamos tentando, enfim... Até o final da minha gestão, tentamos que fosse reaberto esse processo, mas, de toda forma, recebemos quantidade significativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual o contexto que a China enfrenta nesse contexto? Qual é a correlação com relação a vacinas, Ministro?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não, pois não.

A China é o país onde se produzem tanto vacinas... Vacinas CoronaVac estão sendo importadas pelo Instituto Butantan, e as tratativas, segundo entendo, são diretamente entre o Instituto Butantan e os fornecedores chineses – pelo menos durante a minha gestão foi assim. E a China também é o país onde se produzem os insumos que estamos importando para a produção da vacina AstraZeneca no Brasil antes de nos tornarmos autossuficientes também e não dependermos mais da importação de insumos. A China já nos informou, suas autoridades já informaram publicamente que o Brasil é o país que mais recebeu insumos e vacinas produzidos pela China.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. avalia que tinha prestígio junto à comunidade internacional para ter seus pleitos bem recebidos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, avalio que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Brasil tentou realizar negociações de vacina em bloco com outros países? Ou suas iniciativas multilaterais se limitaram à adesão à Covax Facility?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A Covax Facility foi o principal mecanismo internacional para a aquisição de vacinas. Esse foi o principal instrumento buscado em nível internacional, que foi avaliado desde o começo graças às nossas comunicações, sobretudo com a missão em Genebra, junto com o Ministério da Saúde. Esse foi o instrumento ao qual nós nos dedicamos muito.

De outras iniciativas internacionais de aquisição, neste momento não me ocorre que nós tenhamos participado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nas negociações para a aquisição de vacinas, o Itamaraty se valeu de algum modo de sua posição internacional como participante do Brics, bloco formado por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, já que três desses países são produtores de vacina?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Dentro do Brics, nós, basicamente, levamos adiante iniciativas – inclusive eu citei rapidamente na intervenção inicial – na parte de pesquisa, de financiamento à pesquisa de vacinas e outros elementos para o combate à Covid e também recebemos esse financiamento do banco do Brics para o combate à Covid, mas que, no caso, foi direcionado, acho que por decisão brasileira, ao aspecto social, digamos, ao financiamento de ações sociais dentro da pandemia.

Mas o que ocorre é que as iniciativas para a aquisição de vacinas específicas, nós as conduzimos em nível bilateral com cada um dos países dos Brics que são produtores, e sempre achamos que era a maneira produtiva e que não havia necessidade, talvez nem conveniência, de duplicar as iniciativas bilaterais com iniciativas conjuntas no Brics.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, já em seu discurso de posse, V. Sa. sinalizou que o Governo Bolsonaro optaria por mudanças significativas na orientação da política externa brasileira. Desse modo, foi evidente o alinhamento com o Governo de Donald Trump em detrimento de relações multilaterais nas quais crescia o protagonismo brasileiro. Testemunhamos atritos diplomáticos e políticos com a China, inclusive durante a pandemia, quando parece ter-se difundido entre os integrantes do Governo a ideia do vírus chinês, expressão cunhada pelo então Presidente norte-americano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, questionamos: de que maneira essa nova política externa impactou as negociações para a aquisição de imunizantes contra a Covid-19 pelo Brasil?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não. Muito obrigado, Senador.

Senador, se me permite, eu acho que a descrição que V. Exa. fez de aspectos da nossa política externa é uma visão que não corresponde à realidade do que foi implementado. Então, não houve um alinhamento com os Estados Unidos, com qualquer outro país. Houve uma aproximação com os Estados Unidos a partir de um distanciamento que tinha havido anteriormente, mas, seja com os Estados Unidos, seja com qualquer país, o Brasil só entrou e só embarcou em iniciativas que fossem do interesse brasileiro e que correspondessem aos nossos objetivos de política externa. Jamais entramos em qualquer iniciativa apenas porque fosse uma iniciativa, nesse exemplo, de interesse americano. E também não foi uma questão de isso ser feito em detrimento do sistema multilateral. Como eu procurei explicar, nós não temos nada contra o sistema multilateral; queremos que ele funcione, como se supõe que ele seja, um sistema em que países membros se reúnem e, com a ajuda de secretariados, negociam e estabelecem formas de cooperação, e não fóruns em que surgem determinações que, inclusive, muitas vezes, sequer são implementadas nos países membros sem que isso tenha passado pelos Legislativos desses países.

Bem, também jamais promovi nenhum atrito com a China, seja antes, seja durante a pandemia, de modo que os resultados que nós obtivemos durante a pandemia, na consecução de vacinas e em outros aspectos, decorrem de uma política externa que foi implementada de acordo com os nossos objetivos, mas que não era uma política de alinhamento automático, como se diz, com os Estados Unidos, nem uma política antimultilateral – isso ficou claro com a nossa participação na Covax –, nem uma política de enfrentamento com a China.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Brasil se retirou de sua histórica atuação pragmática e multilateralista para prestar apoio às posições do ex-Presidente Trump em troca da perspectiva de tratamento favorecido pelos Estados Unidos? É uma pergunta concreta, Ministro.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não, Senador.

Não, não procedemos dessa maneira. Primeiro, enfim, nós, como procurei explicar, não mudamos uma posição pragmática por uma posição ideológica. Nós apenas concebemos pragmatismo uma maneira... Quer dizer, concebemos o caminho para determinados objetivos de uma maneira diferente, talvez, da que existia anteriormente. De modo que, assim...

Pois não. Perfeito

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve êxito nesse objetivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Acho que houve êxitos. O senhor falava de iniciativas dos Estados Unidos. Vou dar um exemplo concreto. Os Estados Unidos tinham, já anteriormente à nossa gestão, uma posição no sentido de reformas da OMC que levassem a uma atualização do papel da OMC, em criar condições corretas de competição internacional, já que as normas de 1993 em muitos casos precisam de atualização, mas, ao mesmo tempo, de voltar a OMC como uma entidade que funciona em torno de normas de economia de mercado. Nós acreditamos que isso é uma posição compatível com os interesses brasileiros. Então, não é pelo fato de ela ser americana, mas pelo fato de ela ser compatível com os nossos interesses. Inclusive, lançamos, junto com os Estados Unidos, uma proposta na OMC para, digamos, retomar esses princípios originais de uma entidade, de uma organização que funciona em torno de princípios de economia de mercado. Isso favorece a competitividade das nossas exportações, favorece países que não têm condições de subsidiar suas exportações, países que não têm condições de uma interferência estatal pesada no seu comércio internacional e, portanto, favorece o Brasil.

E, ao mesmo tempo, para dar um exemplo, então, de que não há um alinhamento automático na OMC também, os Estados Unidos bloquearam um processo de... Um mecanismo de solução de controvérsias da OMC, achamos que não era favorável ao nosso interesse. Então, o Brasil entrou numa iniciativa com vários outros países, vários outros membros da OMC, para criar uma espécie de organismo de soluções de controvérsias provisório e paralelo, enquanto os Estados Unidos não fazem esse desbloqueio.

Então, para dar alguns exemplos concretos da nossa atuação de não alinhamento, digamos, aos Estados Unidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que medida essa aproximação com o ex-Presidente Trump nos prejudicou com relação ao atual Presidente dos Estados Unidos, país que, em breve, terá estoque de vacina contra a Covid devido ao fim do seu processo de imunização?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Acredito que de nenhuma maneira nos prejudicou. Enfim, eu sempre dizia, na época, que a nossa aproximação, os acordos que estávamos negociando e desenvolvendo eram com os Estados Unidos da América, e não com o Presidente Trump, embora, claro, a boa relação entre os dois Presidentes facilitasse o avanço desses entendimentos favoráveis aos interesses brasileiros. Então, não havia porque não explorá-los, e foi o que fizemos.

Mas, com a mudança de Governo dos Estados Unidos, claro, houve uma mudança de ênfase por parte do Governo americano, mas, ainda na minha gestão, nós já estávamos em contato muito estreito e muito fluido e frutífero com o novo Governo americano para, digamos, rearmar a relação a partir dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

novas prioridades do Governo americano, sempre a partir de uma coincidência de interesses, de uma convergência de interesses.

Então, no tema ambiental, por exemplo, que se tornou uma grande prioridade, ainda na minha gestão, estabeleci, juntamente com o Ministro Ricardo Salles, uma interlocução com o ex-Secretário John Kerry para, digamos, uma nova posição conjunta nos temas ambientais e do clima. Cheguei a ter uma primeira e excelente conversa com o novo Secretário de Estado, Antony Blinken, no qual falamos de objetivos, continuação de objetivos que já perseguíamos antes, por exemplo, promoção da democracia na América Latina e combate ao crime organizado – uma grande prioridade sobre a qual eu já falei. Então, estávamos em processo de reestruturar a partir dos nossos interesses e de interesses comuns essa relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou inverter a pergunta.

Então, a proximidade com o ex-Presidente dos Estados Unidos resultou em algum benefício para o combate à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Acredito que sim, acredito que sim, Senador, mas, bem, recebemos uma doação significativa, por exemplo, de mil respiradores dos Estados Unidos, ainda em junho, num momento onde havia falta de respiradores no Brasil e em todo o mundo.

Houve esse convite para que o Brasil integrasse, junto com um grupo de apenas 14 países, países com o maior nível tecnológico do mundo, esse grupo, ao qual me referia na intervenção inicial, coordenado pelos Estados Unidos de autoridades de pesquisa para compartilhar pesquisas sobre a Covid. Isso realmente é um grupo seleto – tenho aqui a lista até. Acho que não há nenhum outro país em desenvolvimento, se não me engano – talvez um ou dois –, além do Brasil, acho que nenhum outro país latino-americano. São exemplos que me ocorrem.

No caso das vacinas, especificamente, os Estados Unidos adotaram uma posição, desde o começo, de proibição total de exportação de vacinas para qualquer país. Então, é claro que isso não foi dirigido ao Brasil, isso se colocou como uma barreira, digamos, claro, para cooperação de qualquer país com os Estados Unidos nas vacinas, mas acho que sim, houve elementos concretos nos quais a nossa boa relação com os Estados Unidos no Governo Trump nos ajudou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, objetivando, com relação à vacina, nada foi obtido em razão dessa relação?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, é verdade, porque, como eu disse, os Estados Unidos proibiram completamente qualquer exportação de vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 2017, o senhor escreveu o artigo "Trump e o Ocidente", no qual defende o Presidente norte-americano como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

alguém capaz de recuperar um passado simbólico, histórico e cultural das nações ocidentais, tendo como eixos o nacionalismo e "o anseio por Deus, o Deus que age na história".

Nos pouco mais de dois anos em que V. Sa. foi Ministro das Relações Exteriores, reuniu-se pelo menos seis vezes com o Secretário de Estado norte-americano Mike Pompeo. O único encontro no Território brasileiro durante a pandemia foi em Boa Vista, Roraima, em 21 de setembro de 2020, em que pouco se discutiu sobre a pandemia, mesmo que V. Exa. soubesse que o Brasil já tinha 140 mil mortos por Covid. Pergunto: naquela dia, não teria sido o caso de aproveitar as boas relações com o Governo dos Estados Unidos para pedir apoio ao Secretário Pompeo com relação à venda de vacinas de pelo menos uma das fabricantes daquele país para o Brasil?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pois não. Obrigado, Senador.

Bem, se não me engano, o encontro foi em setembro de 2020, quando ainda não havia vacinas já totalmente desenvolvidas e aprovadas nem por parte dos Estados Unidos, acredito, nem por outros países. Então, não havia essa perspectiva concreta de, digamos, pedir o que seria então uma exceção, digamos, para exportação de vacinas por parte dos Estados Unidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. se empenhou na negociação com os Estados Unidos para que fosse disponibilizada ao Brasil uma parcela de 30 milhões de doses excedentes da vacina AstraZeneca, que não serão usadas naquele país por falta de autorização para uso emergencial da FDA? Foi isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. No mês de março, nós recebemos uma comunicação, através da Embaixada em Washington, da Casa Branca dizendo que estavam começando a pensar na disponibilização para o exterior de doses desse excedente de vacinas. E imediatamente fizemos contato com o Ministério da Saúde aqui para exatamente confirmar qual vacina queríamos pedir e comunicamos imediatamente aos Estados Unidos, pelos canais que a própria Casa Branca recomendou, canais discretos, porque é algo que eles não queriam que aparecesse muito em público, com a perspectiva de que o Brasil fosse contemplado, esperando-se, com alguma prioridade nesse processo.

Então, foi... Partiu inclusive de uma iniciativa americana essa... Embora, claro, estávamos a nossa Embaixada lá, conversando todos os dias com o Governo americano sobre esse tema, mas especificamente foi uma abertura feita pelos Estados Unidos, que imediatamente nós procuramos aproveitar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República, dia 21 de outubro de 2020, assim declarou sobre a vacina CoronaVac – aspas: "Da China nós não compramos. É decisão minha", disse o Presidente. Continua ele: "Eu não acredito que ela [a vacina] transmita segurança suficiente para a população, por sua origem".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto: V. Sa. discutiu com o Presidente sobre a China e a CoronaVac em outubro de 2020?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, Senador. Não discuti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não discutiu, e ele fez essa declaração.

Quem foi responsável, então, por orientá-lo antes dessas declarações? V. Sa. sabe?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor não discutiu nem tem conhecimento de quem discutiu com ele para embasar essas declarações, é isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** De quem partiu a iniciativa de, naquele momento, desdenhar da CoronaVac e buscar outras alternativas? Foi do Presidente da República, foi sua, foi de terceiros?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Minha certamente não foi, interpretando que houve uma iniciativa nesse sentido. Não tomei nem advoguei por nenhuma iniciativa nesse sentido. Não tenho conhecimento de outras pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nem sabe o fundamento dessa decisão que embasou a declaração do Presidente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como V. Sa. avalia o impacto das suas ações e declarações antichinesas em relação à atual carência de insumos para a produção de CoronaVac?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, se me permite, eu não entendo nenhuma declaração que eu tenha feito em nenhum momento como antichinesa. Houve determinados momentos em que, como se sabe, por notas oficiais, o Itamaraty, eu tomei a decisão, nós nos queixamos de comportamentos da Embaixada da China ou do Embaixador da China em Brasília, mas não houve nenhuma declaração que se possa qualificar como antichinesa. Portanto... Enfim, não há nenhum impacto de algo que não existiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, qual o seu grau de responsabilidade pela situação atual? Ou não tem responsabilidade? Ou quem teria responsabilidade?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, situação atual... O senhor se refere após a minha saída do cargo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não... A situação da CoronaVac.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Da Coronavac.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da vinda dos insumos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi a seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendeu?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – O senhor entendeu a pergunta?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Acho que sim. Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A pergunta do Relator se refere à vinda dos insumos.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Dos insumos. Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o seu grau de responsabilidade como ex-Ministro das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Minha responsabilidade como Ministro, entendendo que nenhuma. E nada que eu tenha feito pode ser caracterizado (*Falha no áudio.*) ... levado a qualquer percalço no recebimento de insumos. O Itamaraty acompanhou todo o processo burocrático de liberação das exportações de insumos de vacinas na China, especificamente insumos para as vacinas da AstraZeneca. Isso, basicamente no mês de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E jamais foi identificada nenhuma correlação entre o atraso que houve e qualquer atuação da minha parte ou qualquer elemento político, digamos assim, oriundo do Governo brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode nos informar quantas vezes e quando o Embaixador brasileiro na China atuou para intermediar o fornecimento de vacinas ou insumos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero alertá-lo de que o senhor está sob juramento de falar a verdade. E há pouco eu estava na outra sala...

V. Exa. deu várias declarações anti-China. Inclusive, se indispôs, por várias vezes, com o Embaixador chinês. O senhor escreveu um artigo no *Diário do Poder*. Esse artigo, que V. Exa. chama de "Comunavírus"... E há pouco o senhor disse para o Relator que não teve nenhum, nenhuma declaração. Tem várias declarações. E eu posso ler aqui o seu artigo. Inclusive, você fez uma alusão, erroneamente, em relação a que a pandemia era para ressuscitar o comunismo, porque deixa as pessoas em casa, dependendo do Estado, e uma série de coisas. Quer dizer, na minha análise pessoal, V. Exa. está faltando com a verdade. Então, eu peço a V. Exa. que não faça isso – não faça isso! Porque V. Exa. escreveu no seu Twitter, V. Exa. escreveu artigo sobre isso. E, se V. Exa. acha que isso não é se indispor com um país com que nós temos uma relação comercial muito importante para a gente, então, não entendo mais sobre como é que se faz relações internacionais. Chegar aqui agora e desmerecer o que V. Exa. já praticou e dizer aqui, nesta CPI, para todos os Senadores que o senhor nunca se indispôs em relação à China é... Aí, V. Exa. está faltando com a verdade. Se o senhor quiser, eu leio aqui alguns trechos que V. Exa. escreveu. Então... Até bateu boca com o Embaixador chinês. Por isso eu peço a V. Exa. que se atenha...

O senhor tem uma carreira muito bonita, chegou ao grau mais alto de uma... E não pediu, inclusive – V. Exa., que é oriundo do Itamaraty –, não foi ao Supremo pedir para se negar a falar; pelo contrário. Então, V. Exa., por favor... O que nós estamos procurando é a verdade só. Nada pessoal, nada disso, mas eu tenho que fazer esse alerta para que, depois, a gente não entre aqui num conflito em que V. Exa. nega aquilo que o senhor escreveu. Aí, não dá.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Presidente. Posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em março, por exemplo, continuando, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Desculpe, Senador. Eu posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Araújo) – ... fazer uma observação sobre o que dizia o Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... antes de continuar?

Presidente, muito obrigado.

Não, eu queria insistir, não houve nenhuma falta com a verdade. Vou, se me permite, falar especificamente de algumas coisas que V. Exa. mencionou.

No artigo que escrevi, se não me engano em abril de 2020, quando uso o título "Comunavírus" – e a leitura do artigo deixa isso claro –, é uma referência não ao coronavírus, mas àquilo que um autor marxista, Slavoj Zizek, cujo texto eu analiso no meu artigo, qualificou como um vírus ideológico.

Esse autor escreveu um pequeno livro dizendo que há o vírus, havia o vírus, o coronavírus, e ele tinha criado oportunidade para o surgimento de um vírus ideológico, que esse autor saúda, que é um vírus que cria as condições para a implementação daquilo que ele mesmo considera ser uma sociedade comunista global.

Então, eu usei esse termo jocoso, enfim, esse termo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor não acha que chamar "comunavírus" não é uma coisa que indispõe a relação amigável que nós sempre tivemos – comercial – com a China? Se o senhor não acha isso, eu não sei o que mais achar. É para isso que eu estou lhe chamando atenção, porque há vários posicionamentos... Inclusive, é até de se estranhar um Chanceler, um Ministro das Relações Exteriores escrever um artigo contra um país com que nós temos uma relação comercial superavitária, que ajuda muito no superávit primário do Brasil, coisa que nós não temos com os Estados Unidos – e V. Exa. sabe disso – e nem com outros países que vocês fazem questão de enaltecer. Com aqueles que nós temos relações comerciais superavitárias... E aí nós estamos falando de uma economia, estamos falando da China, de países árabes, de modo geral. O agronegócio depende muito da venda para esses países. Nós vendemos *commodities* para China a torto e a direito.

Aqui, como Senador, eu estou, hoje, Presidente da CPI, mas o meu mandato não é baseado na CPI da Covid, o meu mandato é baseado em relação ao Brasil e principalmente ao meu Estado.

Para se ter uma ideia, você sabe quantas empresas chinesas tem no Estado do Amazonas, na Zona Franca de Manaus? Então, veja bem, tecnologia hoje... Os próprios americanos produzem produtos inventados nos Estados Unidos na China hoje. Então, os Estados Unidos têm poder muito maior do que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil e fazem um contraponto com a China, mas o nosso contraponto com a China não é muito saudável para a nossa economia.

Por isso, eu estou dizendo a V. Exa. para se ater nas suas respostas a falar a verdade. É isso que eu estou lhe pedindo, Chanceler.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu posso novamente responder, Presidente?

Não, eu acho que esclarecer isso é extremamente importante. Voltando ao tema do artigo, o artigo não é absolutamente contra a China. A leitura do artigo deixa claro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A leitura do artigo deixa isso claro. A China é mencionada apenas lateralmente num ponto do artigo, justamente onde eu comento a tese do escritor, do texto de base, do texto do Slavoj Zizek, que diz que a China – segundo ele – não é o modelo de sociedade comunista que ele tem em mente. Então, o artigo não é sobre a China, não vejo nada ali que seja ofensivo à China. O "comunavírus" – o artigo deixa claro – não é uma designação ofensiva ao coronavírus; é uma designação àquilo que o autor comentado chama de vírus ideológico...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, Ministro, por favor! Como é que não é ofensivo? Se fala em vírus ideológico, se repercute que pode ser uma guerra química, se não sei o quê... Então, veja bem, se não for um artigo desse... Quantas entrevistas... Depois que o senhor teve discussões via Twitter com o Embaixador da China, o senhor esteve quantas vezes com ele?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Se permite, eu nunca tive discussões via Twitter com o Embaixador da China. Eu fiz duas notas do Itamaraty: uma em março e uma em novembro – notas oficiais do Itamaraty, não foram discussões minhas com o Embaixador da China –, justamente apontando comportamento inadequado dentro da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas por parte do Embaixador da China – em março, depois em novembro. Isso não foi um bate-boca com o Embaixador da China.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou dizer uma coisa: uma das maiores injustiças que o Presidente Bolsonaro fez foi pedir a sua carta de demissão. Que injustiça que cometeram contra V. Exa.! Foi uma injustiça muito grande, porque V. Exa. é uma pessoa que realmente não teve atrito, não é? O Senado aqui se posicionou muito duramente em relação à sua vinda aqui por causa disso. Mas eu acho que esse assunto já está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe, Senador Renan, mas é que eu estava vendo e aí depois alguns vão dizer que nós estamos sendo rudes, que nós estamos sendo grosseiros, mas também não dá para permitir que os nossos ouvidos aqui e aquilo que a gente assistiu ao longo desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo passem em branco, porque eu já falei isso uma vez: os governos vão passar – todo governo passa, já passaram tantos –, mas a nossa relação amigável com a China... E é este o apelo que eu faço ao Embaixador chinês, para que ele não puna, a China não puna o povo brasileiro com a falta do IFA, para que a gente tenha vacina. Nós não temos, o povo brasileiro não tem responsabilidade sobre isso.

Então, essa relação comercial e amistosa com a China é muito antiga para que a gente jogue tudo por água abaixo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, objetivamente, em março do ano passado, o Deputado Eduardo Bolsonaro afirmou que a culpa pela pandemia era da China. Em abril, o ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub acusou a China de criar de propósito a crise sanitária para se beneficiar economicamente. V. Sa. insinuou que a China estava tentando controlar o mundo, mas não conseguiria. O próprio Presidente Bolsonaro fez afirmações negativas sobre a CoronaVac, que chamou de vacina chinesa do João Doria. Até mesmo duas semanas atrás, quando a vacina chinesa da Sinovac já era o nosso principal imunizante e dependíamos da importação de insumos para produzi-la, há duas semanas, o Presidente afirmou não saber se o vírus foi produzido em laboratório, falou em guerra química e questionou qual país teve o maior crescimento do PIB durante a pandemia, em clara referência à China. O Governador de São Paulo declarou que esses ataques à China prejudicaram a última remessa de insumos, o que paralisou, durante alguns dias, a produção de vacina pelo Instituto Butantan.

Pergunto concretamente, para não ensejarmos novamente aquilo a que o Presidente Omar chamou a atenção: V. Sa. concorda que sua atuação prejudicou consideravelmente nossa relação com a China, que é o nosso principal fornecedor de insumos para o combate à pandemia, notadamente da vacina?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não concordo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Governo Bolsonaro tem sido tão hostil com a China, nosso principal parceiro comercial?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, se me permite, eu não vejo, nos exemplos que o senhor mencionou, hostilidade em relação à China, certamente não de minha parte, o que eu posso, sobretudo, avaliar, obviamente. E acho que isso se reflete em dois dados muito concretos: o nosso comércio com a China aumentou significativamente ao longo desse Governo. Entre 2019 e 2020, os números de 2020, mesmo com a pandemia, mostraram um aumento de 9% das nossas exportações destinadas à China, que, se não me engano, já atinge o posto de 33% do mercado total das nossas exportações. E, pelos dados que eu consultei dos quatro primeiros meses de 2021, dos quais três transcorreram na minha gestão no Itamaraty, houve um aumento ainda mais significativo das vendas brasileiras para a China.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. está dizendo que esse avanço nas relações comerciais se deve à política que o Presidente fazia e à política que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. fazia também à frente do ministério? São os saldos, são os ganhos nessa mudança de paradigma da política externa com o nosso principal parceiro, é isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não é essa relação direta, mas o que eu digo é que não se pode ver, no comércio, nenhum indício de uma piora da relação. É claro que o comércio não é necessariamente o único indício da qualidade de uma relação bilateral, mas é um dos indícios. Então... E normalmente se fala do possível prejuízo que essa alegada hostilidade em relação à China causaria nos nossos interesses comerciais. Ora, acho que esses números indicam que não há um prejuízo nas relações comerciais. Então, não estou dizendo que a relação seja de causa e efeito entre a nossa atuação e o comércio, mas certamente não há indício, aqui no comércio, de que a nossa atuação tenha causado prejuízos comerciais.

E o outro indício é o fato de que – é reconhecido por autoridades chinesas – o Brasil é o país que mais recebeu insumos e vacinas de insumos produzidas pela China; num momento de escassez mundial, não fomos aparentemente, de nenhuma forma, discriminados. É um problema que se caracteriza – temos avaliado desde dezembro, janeiro – como uma falta, como um excesso de demanda mundial, falta de oferta. E, dentro desse mecanismo, o Brasil tem conseguido ser o país que mais recebe insumos da China. Então, esses são os indícios; os indícios são de uma relação positiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, em que medidas V. Sa. considera que as posições ideológicas pessoais do Presidente da República compartilhadas por V. Sa. são mais relevantes que os interesses internacionais do País e especificamente mais importantes que a proteção e a defesa da saúde dos brasileiros?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu não considero que nada que se possa caracterizar como posições ideológicas, sejam do Presidente, sejam minhas, se superponha aos interesses nacionais, muito pelo contrário. No caso, posso garantir que todas as posições que eu assumi se caracterizam, como se caracterizaram, sempre tiveram em conta, antes de tudo, esse norte dos interesses nacionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por que V. Sa. preferiu sair em defesa do filho do Presidente da República, em vez de preservar a boa relação com a China neste episódio?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Se me permite, Senador, eu não saí em defesa do filho do Presidente da República. Na nota que eu fiz e publiquei, como Chanceler, e não, enfim, privadamente, digamos, eu disse que o Brasil, o Governo brasileiro não endossava declarações do Deputado Eduardo Bolsonaro. No entanto, o Embaixador da China tinha se excedido, sobretudo, ao fazer um retuíte de uma postagem ofensiva ao próprio Presidente da República. Isso é importante que se lembre. O Embaixador da China fez um retuíte de um tuíte que dizia, abre aspas, "a família Bolsonaro é o veneno do Brasil", fecha aspas. Isso foi extremamente ofensivo. Isso obviamente é totalmente fora das atribuições de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diplomata, de acordo com a prática diplomática, com a Convenção de Viena. E eu procurei chamar atenção para isso, nessa ocasião, em março. Então, dissemos que é inaceitável o Embaixador ofender o Presidente da República. Não endossávamos as declarações do Eduardo, do Deputado Eduardo Bolsonaro. Lembrava, se não me engano, que existe a liberdade de expressão no Brasil e que não cabe ao Governo Federal cortar a liberdade de expressão, seja de um Parlamentar, seja de qualquer pessoa. E enfatizava que o objetivo era preservar as ótimas relações com a China. Não é? Isso está no texto que foi publicado – agora, não sei exatamente a data – em março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais objetivamente, a troca de telegramas diplomáticos revelada pela *Folha de S.Paulo* entre V. Exa. e o Embaixador brasileiro na Índia, Elias Luna Santos, deixa claro que, em defesa da economia e contra o isolamento social, V. Sa. deu apoio à busca de remédios supostamente milagrosos, como a cloroquina, na matéria da Patrícia Campos Mello.

Em março de 2020, o diplomata Elias Santos mediou, a seu pedido, tratativas para importação da cloroquina. Assim, resumindo as intenções, aspas, "esta proposta garantiria continuidade da produção em ambos os países e ajudaria a manter os fluxos de comércio bilateral no setor farmacêutico neste momento de crise, o que pode ser benéfico para Brasil e Índia, agora e no futuro". V. Sa. confirma a autenticidade dessa troca de telegramas e o teor das mensagens?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito, Senador. Sim, houve essa troca de mensagens naquele momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. Nós temos outras perguntas. Eu já considero respondida a anterior.

Quais foram os testes bem-sucedidos em hospitais brasileiros?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

Isso tem a ver também com a pergunta anterior, se me permite, Senador. Naquele momento, março, havia uma expectativa de que houvesse eficácia no uso da cloroquina para o tratamento da Covid, não só no Brasil. Havia notícias sobre isso de vários lugares do mundo. Houve uma grande corrida aos insumos para hidroxicloroquina e baixou precipitadamente o estoque de cloroquina – fomos informados por isso, pelo Ministério da Saúde – no Brasil. Em função de um pedido do Ministério da Saúde foi que nós procuramos ajudar viabilizar uma importação de insumos para farmacêuticas brasileiras produzirem hidroxicloroquina, o que já estava contratado, mas a Índia – justamente como havia uma procura mundial, não se sabia se a cloroquina teria uma procura ainda maior – havia bloqueado exportações. Lembrando que isso ficou claro, inclusive, nas comunicações, eu acho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A hidroxicloroquina é necessária, é um remédio usado para doenças crônicas e outras doenças no Brasil. É um remédio muito importante, que tem o seu estoque preservado no sistema de saúde, e esse estoque havia baixado. Então, isso independe dos testes que pudessem ser realizados com a hidroxicloroquina para o tratamento da Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para informar aos Senadores e àqueles que estão acompanhando, o laboratório indiano referido na premissa se chama IPCA, e o importador seria a empresa brasileira Apsen, de propriedade do empresário bolsonarista Renato Spallicci.

Sobre a pergunta, confirma a autenticidade das mensagens? Já confirmou.

Quais foram os testes bem-sucedidos em hospitais brasileiros? – é a pergunta seguinte; e os resultados promissores? – na sequência.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Bem, em relação a testes de hospitais brasileiros que eu tenho conhecimento, como foi noticiado na época e não ao que foi comunicado a mim oficialmente, testes no Hospital Prevent Senior, em São Paulo. Mas, enfim, na minha atribuição, eu não tenho como...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Na minha atribuição, eu nunca recebi uma relação de testes realizados. Como eu disse, essa atuação para liberar a exportação de uma determinada partida de hidroxicloroquina da Índia foi a pedido do Ministério da Saúde e devidamente justificada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quais foram as datas dessas mensagens?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho presente, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Relator tem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu tenho e mandarei para V. Exa.

O Ministério das Relações Exteriores orientou os embaixadores brasileiros a – aspas – "sensibilizar" – fecha aspas – o Governo indiano para liberar exportação de insumos para laboratórios que fabricam cloroquina. Qual foi o fundamento técnico dessa orientação?

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Obrigado, Senador.

Nesse caso é o mesmo caso anterior: um pedido do Ministério da Saúde, tendo em vista, pelo que nos foi comunicado à época, a baixa do estoque de hidroxicloroquina no Brasil, um remédio usado inclusive para outras doenças.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Ministério das Relações Exteriores, sob sua gestão, teve empenho semelhante para conseguir vacinas para a população brasileira?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. Tudo que nos foi atribuído como função, dentro da estratégia de vacinação, tivemos total empenho para viabilizar a chegada de vacinas, de insumos de vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem foi o responsável pela decisão de buscar às pressas um remédio que fosse argumento contra o isolamento social em nome do bom fluxo comercial?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Como eu disse, a nossa atuação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem foi o responsável?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – No caso, o Ministério da Saúde foi quem nos pediu que procurasse viabilizar essa importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. discutiu esse assunto com alguém?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não me recordo de discutir o assunto. Enfim, eu implementei esse pedido a partir de uma coordenação com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas lembra de alguém que conversou com o senhor para o senhor implementar esse pedido?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Esse especificamente da Saúde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, especificamente.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não. Eu não me recordo não. Enfim, houve... Claro, houve o... Não foi exatamente um pedido para implementar esse pedido do Ministério da Saúde, mas o Presidente da República, em determinado momento, pediu que o Itamaraty viabilizasse um telefonema dele com o Primeiro-Ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, houve a participação do Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. O Presidente, vamos dizer...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Qual foi o papel do empresário Renato Spallicci...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele deu até entrevista no programa de Datena, dizendo que tinha mandado fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, perfeito. Obrigado pela confirmação.

Qual foi o papel do empresário Renato Spallicci nesse processo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não conheço absolutamente nenhum papel dessa pessoa, que eu não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. não conhece o empresário?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, me parece que conheço o empresário, mas certamente não conheço nenhum papel desse empresário nesse processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o conhece, já esteve com ele?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho lembranças de ter estado com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem se lembra de quando se reuniu com ele?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho lembrança de ter estado com essa pessoa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem de quem mais estava presente nessa reunião?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu não sei a que reunião o senhor se refere, Senador, V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 1º de julho de 2020, o Itamaraty comemorou a doação e a entrega ao Brasil pelos Estados Unidos de 2 milhões de doses de cloroquina, que seriam usadas conforme nota do próprio Ministério das Relações Exteriores, aspas, como "profilático para ajudar a defender enfermeiros, médicos e profissionais de saúde do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra o vírus", fecha aspas. Questiono: essa entrega foi feita por solicitação de alguma autoridade brasileira ou surgiu de uma oferta de autoridade americana?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Foi um oferecimento de autoridades americanas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual foi o fundamento técnico para essa decisão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O recebimento da doação foi comunicado ao Ministério da Saúde e não se verificou nenhuma razão para rejeitar essa doação, inclusive porque, nesse momento, segundo me consta, não havia ainda sido ainda solucionada a problemática da falta ou da escassez de hidroxicloroquina no sistema de saúde brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A OMS já tinha emitido nota sobre essa questão da cloroquina em julho e em junho o Ministério das Relações Exteriores ainda estava atrás de insumos de cloroquina, depois que a OMS já tinha se manifestado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, o Ministério da Saúde participou da decisão de solicitar ou aceitar esses medicamentos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – De solicitar, pelo que me consta, não houve uma solicitação brasileira, mas o Ministério da Saúde foi comunicado, inclusive fez o desembaraço aduaneiro da doação quando chegou ao Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Aceitou.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, aceitou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem definiu a forma de distribuição desses medicamentos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho conhecimento, Senador. Imagino que tenha sido o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Ministério da Saúde. V. Sa. participou dessa negociação?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não participei. O senhor diz em referência à alocação dos medicamentos? Não, não participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E os Presidentes dos dois países participaram ou deram alguma orientação nesse sentido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não que eu tenha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Na sua avaliação como diplomata, por que os Estados Unidos se dispuseram a doar cloroquina, mas não a doar vacinas para o Brasil quando os imunizantes foram desenvolvidos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, entendo que são situações diferentes, no caso da cloroquina, nesse momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu falo quando o imunizante foi desenvolvido...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Antes não tinha o que mandar para o Brasil.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Exato. Eu entendo que havia uma disponibilidade, dentro da estratégia de saúde americana, da cloroquina naquele momento. E, na estratégia deles, não havia disponibilidade, como aparentemente ainda não há, de imunizantes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem é que, no seu entendimento, orienta o Presidente da República nessas ações específicas em defesa da cloroquina e do tratamento precoce, em estímulo à aglomeração e em desestímulo ao isolamento social? Quem é o guru do Presidente? Quem o orienta nessas questões? Não eram os Ministros da Saúde, que aqui disseram não partir deles.

Disseram também três, contando com o Presidente da Anvisa, que haveria um aconselhamento paralelo do Presidente da República mais próximo, porque localizado num ministério do Palácio do Planalto, que era uma espécie de "ministério da doença", em contraposição ao Ministério da Saúde. Só que, no "ministério da doença", através de seus variados representantes, eles despachavam com o Presidente, definiam política pública, tentavam mudar bula de medicamento, enquanto o Ministério da Saúde não podia comprar nem vacina. O Olavo de Carvalho, que é amigo de V. Sa., participava desse aconselhamento, era um dos gurus, ou era apenas guru do Ministério das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Não tenho conhecimento da existência de nenhum mecanismo desse tipo. Não tenho conhecimento de influência do Professor Olavo de Carvalho em qualquer decisão desse tipo. E, quanto a guru do Ministério das Relações Exteriores, não é também como eu caracterizaria, de forma nenhuma, a relação de amizade que eu tenho o Professor Olavo de Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No ano passado, o Governo brasileiro foi o único a embarcar na campanha de Donald Trump contra a Organização Mundial da Saúde (OMS). Uma resolução debatida por um dos comitês da Assembleia Geral da ONU reconhecia a importância do organismo no combate em emergência sanitária global ao novo coronavírus. Em uma contraposta, os Estados Unidos, que haviam rompido com a OMS, queriam apagar essa parte do documento. Nenhum aliado histórico da Casa Branca votou a favor, nenhum, só o Brasil.

Pergunto: de quem partiu essa orientação?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Partiu de mim a orientação de agir nesse sentido e em outros sentidos, não para contestar a importância da OMS, mas para que nada fosse interpretado como uma carta branca para a OMS, no momento em que já se haviam identificado várias idas e vindas daquela organização...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi seu fundamento diplomático para a decisão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. O fundamento diplomático é a necessidade de que um organismo internacional, ainda mais dessa importância, nesse momento, tenha transparência e eficiência nas suas decisões. E, naquele momento, eu interpretei, interpretamos que esse tipo de menção poderia ser considerada como uma aprovação de todo o comportamento da OMS até ali, quando esse comportamento tinha sido problemático. A OMS – isto está documentado –, em vários momentos, voltou atrás em orientações, em percepções, em diferentes recomendações a respeito da pandemia, e nós achamos que isso precisaria ser avaliado e que não se deveria simplesmente colocar um pano em cima disso, e essa frase poderia levar a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, o assunto foi debatido com o Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não me recordo de ter debatido esse assunto com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em seu blogue, V. Sa. afirmou que a OMS faz parte de um plano para instaurar o comunismo no mundo.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não afirmei isso no blogue, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa declaração está em linha com a sua posição de não aderir ao consórcio global de vacinas, conhecido como Covax Facility, lançado em abril de 2020 pela OMS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A adesão do Brasil ocorreu após a data limite com quantitativos mínimos, já que os países integrantes do consórcio poderiam pedir reserva de vacina para até 50% de sua população e o Brasil optou por pedir apenas 10%. Por que V. Sa. foi contrário à adesão ao consórcio Covax Facility?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Objetivamente, se puder, Ministro, será uma...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Muito obrigado, Senador. Sim... E justamente para esclarecer os fatos... Em relação à declaração, o senhor disse que eu teria afirmado que a OMS é parte de um plano comunista...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu disse não; o Twitter que diz. O Twitter.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O Twitter ou o artigo publicado no meu blogue? O senhor pode...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Artigo do blogue.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Então... Acho que se refere àquele mesmo artigo que eu já comentei anteriormente, que é uma análise, uma interpretação de um texto de um autor. Então, isso faz parte da minha interpretação do que é a visão dele. Eu me recordo bem de um trecho que eu cito desse autor no blogue, onde ele diz algo assim: querem saber como será...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ministro, sem pretender interrompê-lo, a pergunta é bem objetiva: por que V. Sa. foi contrário à adesão do consórcio...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... e optou por 10% por ao invés de 50%, que era o que o Brasil teria direito?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Essa é uma pergunta objetiva.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo. É porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o fundamento para isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Se V. Exa. me permite, é só porque a sua pergunta começou como uma referência que está equivocada a uma frase minha. Eu não declarei isso como "eu"; isso é parte da interpretação minha de um texto de um outro autor – essa apreciação.

Bem, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode declarar por que não optou pelos 50%?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito, perfeito.

Bem, nunca fui, jamais fui contra a iniciativa Covax. O Itamaraty, através da missão em Genebra, esteve totalmente atento desde abril, onde surgiu o ACT, o Acelerador ACT, que é um mecanismo para acelerar tanto vacinas, quanto medicamentos e diagnóstico da Covid. E, assim que o Covax tomou forma, já em começo de julho, se não me engano 2 de julho de 2020, após coordenação interna no Brasil, eu mesmo assinei uma carta para o gestor do Consórcio Covax dizendo que o Brasil tinha interesse em entrar. E ainda não havia o contrato, o modelo de contrato estabelecido. Entre julho, agosto, começo de setembro, vários países, praticamente todos os países pediram mais informações. Negociaram-se os termos desses contratos.

Então, não é que o Brasil decidiu esperar até o final; vários países latino-americanos, sobretudo – isso eu sei; não sei se outros, mas latino-americanos certamente –, junto com o Brasil, pediram no final um pequeno adiamento do prazo para assinatura do contrato, porque tinham, cada um deles, diferentes necessidades, em suas capitais, de análise. No caso do Brasil, dependeu, inclusive, de medidas legislativas que permitissem a assinatura desse contrato.

Então, nós acompanhamos, com concordância do Itamaraty, enfim, e com participação do Itamaraty, desde o começo o processo do Covax. O Covax não estava pronto para ser assinado em abril. Só ficou pronto o modelo de contrato em setembro e nós assinamos naquele momento onde o contrato estava pronto. Então, isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, eu fiz três perguntas objetivas.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Isso. Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E encareci, com uma certa gentileza, que, por favor, V. Sa. as respondesse objetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu volto a perguntar: por que V. Sa. foi contrário à adesão ao consórcio Covax Facility? É uma pergunta objetiva.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Eu nunca fui contrário à adesão ao consórcio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Contrário aos 50% e optou pelos 10%.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Essa decisão não foi minha, não foi do Ministério das Relações Exteriores, foi uma decisão do Ministério da Saúde, dentro da sua estratégia de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem foi o responsável, especificamente, pela decisão de aderir ao consórcio, mas permanecer no mínimo de 10%?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A decisão de aderir ao consórcio foi tomada em coordenação. Se não me engano, houve uma reunião na Casa Civil, da qual participamos Itamaraty, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia e não me lembro se outros órgãos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais foram os fundamentos técnicos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Para aderir?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Para aderir apenas aos 10% e não aos 50%.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Refiro-me à recusa dos 40%.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Dessa decisão eu não conheço o fundamento técnico, foi uma decisão tomada... Nesse caso, falei de coordenação para entrar no consórcio. Para entrar pedindo os 10% foi uma decisão tomada, entendo, pelo Ministério da Saúde, e não sei se se coordenou com outros órgãos, mas não com o Itamaraty.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor já declarou que a decisão foi discutida no Palácio do Planalto. O Presidente da República participou da decisão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a essa reunião na Casa Civil: foi uma reunião, se não me engano, em junho, para avaliar inicialmente a conveniência de o Brasil entrar, sem falar da quantidade que nós pediríamos. Acho que, nesse momento, nem estavam definidas ainda quais seriam essas modalidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estava, já estava.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A reunião não teve a participação do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estava, já estava.

O Itamaraty informou a esta Comissão que foi o Ministério da Saúde que definiu o quantitativo mínimo de 10%.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia nos informar como se deu a formalização dessa decisão e como ela foi encaminhada ao Itamaraty?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho isso agora exatamente presente, Senador, não sei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não sabe informar? Foi de boca, por telefonema ou teve uma formalização qualquer?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não saberia informar como ocorreu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma mensagem, uma carta ou um ofício?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não saberia informar neste momento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, o Chanceler Ernesto, no dia 20 de dezembro de 2020, disse que quem é contra a cloroquina age politicamente – essa foi uma declaração sua para outros embaixadores – e por isso é que o Brasil... Com esse pensamento de que a cloroquina salvava é que nós perdemos tempo e não compramos a vacina. Acho que isso está mais claro, e ele está colocando isso claramente para a gente, que ele não tinha... O Ministério da Saúde não falou em 50% de adesão, por isso é que nós tivemos só 10%, se tivermos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer que não sabe informar como se deu a formalização e como ela foi encaminhada ao Itamaraty? Só para reafirmar a pergunta anterior.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É, neste momento não saberia informar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Itamaraty também nos informou que solicitou a prorrogação dos prazos de adesão e pagamento dos valores das vacinas. V. Sa. poderia nos explicar as razões desse pedido?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. Se não me engano, a prorrogação do prazo para a assinatura do contrato foi uma iniciativa não só do Brasil. Outros países, como eu disse, estavam na necessidade de terminar a análise de diferentes aspectos desse contrato, que tem várias complexidades **–** exigia, no caso, acho, a adaptação da legislação brasileira.

Em relação ao pagamento, eu não saberia informar. Enfim, faz parte do orçamento, entendo, do Ministério da Saúde. Mas queria reiterar, queria enfatizar que as datas de assinatura e de pagamento em nada afetam as datas do cronograma de recebimento de vacinas ao amparo da iniciativa Covax, ou seja, países que eventualmente tenham assinado alguns dias antes, não quer dizer que vão receber ou que tenham recebido as vacinas antes. Inclusive, vários países que dependem da Covax e que fizeram pedido bem superior aos 10% de vacina da Covax, em alguns casos, ainda não receberam nenhuma vacina ou praticamente nenhuma vacina. Então, a Covax está em dificuldade de entregar tanto para os países que pediram 10%, 20% quanto 50%.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor não considera que o pedido de prorrogação do prazo de adesão e pagamento dos valores da vacina poderiam **–** poderiam não **–**, dificultaram o acesso a vacinas perante a Covax?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, de forma nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por quê?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Porque não há nada que tenha sido indicado, seja formalmente, seja informalmente, pelos gestores da Covax, que façam uma correlação entre datas de assinatura e datas de pagamento e cronograma de recebimento das vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor afirmou há pouco idas e vindas da OMS na pandemia e alegou isso para justificar a oposição à organização. Por quê? Quais são as idas e vindas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, há vários exemplos, Senador.

Inicialmente, na própria declaração da pandemia, houve um momento em que, até no Brasil, as autoridades sanitárias já queriam que se declarasse a pandemia, e a OMS demorou em fazê-lo. A OMS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em certo momento, disse que o vírus não era transmissível entre humanos. Isso está documentado, se me permite citar algumas datas, em 23 de janeiro; depois, em 4 de fevereiro, a OMS disse: "Sim, é transmissível entre humanos"; no dia 31 de janeiro, a OMS recomendava não fechar as fronteiras; depois vários países começaram a fechar fronteiras, e a OMS passou a reconhecer que isso poderia ser necessário; no dia 3 de março, a OMS dizia que não era uma pandemia; no dia 11 de março, declarou pandemia; no dia 13 de março, a OMS recomendava o isolamento social, sem fazer nenhuma referência a possíveis consequências de natureza socioeconômica; no dia 30 de março, o Diretor-Geral da OMS fez uma declaração dizendo que para países em desenvolvimento teria que se relativizar essa questão do isolamento social; no dia 31 de março, noticiou-se que a OMS disse que tinha dúvidas se o vírus se transmitia pelo ar; depois, no dia 28/04, confirmou que sim, que o vírus se transmitia pelo ar; no dia 27 de fevereiro, a OMS indicava que não havia transmissão do vírus por superfícies; depois, em 18 de maio, veio a confirmar essa possibilidade de transmissão por superfície. E, na própria questão da hidroxicloroquina, as notícias que surgiram eram que, em 25 de maio, a OMS recomendava suspensão de testes com hidroxicloroquina, mas, no dia 5 de junho, ela se retratava parcialmente disso em relação a problemas que tinham sido identificados com um dos estudos de base, que era o estudo da *Lancet*.

Então, são uns exemplos. Desculpe-me por ter tido que anotar aqui, mas, enfim, não tinha todas essas datas de cabeça, exemplos das idas e vindas da OMS.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em meados de janeiro de 2021, um carregamento de milhares de litros de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), fundamental para a fabricação dos imunizantes, tanto pelo Butantan como pela Fiocruz, passou vários dias parado no aeroporto de Pequim.

O ex-Ministro Pazuello afirmou que a China tem colocado barreiras, entre aspas: "Não tem dado"... Continua Pazuello: "Não tem dado celeridade e que há [continua Pazuello] movimentos fortes no nível diplomático para encontrar onde está essa resistência e resolver o problema". Fecha aspas.

V. Sa. confirma essas afirmações do Ministro Pazuello?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – De um modo geral, sim, não sei se é a terminologia exatamente, porque quando se fala em resistência pode parecer que haja uma má vontade de alguma maneira e isso nós nunca identificamos nas autoridades chinesas.

A nossa Embaixada em Pequim permaneceu o mês de janeiro diariamente em contato, várias vezes, com várias autoridades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Especificamente, V. Sa. atuou para solucionar esse impasse?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, atuei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que medidas foram tomadas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, além da instrução permanente da Embaixada em Pequim para que atuasse nisso, no dia 15 de janeiro, eu dirigi uma carta ao Chanceler chinês, o Ministro Wang Yi, pedindo seus bons ofícios para a liberação desse carregamento.

Alguns dias depois o Ministro me respondeu dizendo que faria todo possível, e, pouco depois, veio a liberação do carregamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O Embaixador fica aqui em Brasília?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, o Embaixador do Brasil em Pequim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, aqui, o da China?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, a Embaixada da China é em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O senhor mandou uma carta para ele?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, mandei uma carta para o Ministro das Relações Exteriores da China.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas o senhor não conversou com o Embaixador chinês aqui sobre isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não conversei com o Embaixador chinês sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Aqui do lado.

O senhor não teve...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Podia ter conversado com ele e pedido ajuda a ele; não fez isso.

O senhor preferiu mandar uma carta que demoraria alguns dias, e a gente necessitando do IFA, não é?

Era atravessar a rua, o senhor conversaria, ou ele atravessaria a rua e conversaria com V. Exa. para tratar de um assunto tão importante.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe por que o senhor não conversou com ele? Por causa das declarações que o senhor deu, por isso... Aí vem a vaidade, aí vem uma série de coisas que atrapalharam muito, Ministro.

É essa a grande angústia nossa.

Do lado, o senhor poderia ter chamado o Embaixador, porque é uma coisa normal, um chanceler chamar o embaixador de qualquer país para ir tomar um café, um chá ou qualquer coisa, e isso não aconteceu. O senhor teve que mandar uma carta, coisa que ele fala e se comunica diariamente.

Então, o senhor me perdoe, mas eu acho que houve, por sua parte, não má vontade de resolver esse problema; o senhor disse: "Olha, eu vou fazer aqui o meu papel...".

O meu papel, se eu estivesse no seu lugar, eu precisando, eu iria à Embaixada chinesa e pediria para eles na hora: "Dá para você ligar agora para uma autoridade chinesa para liberar isso?". Porque era o seu papel, nesse momento, para salvar vidas.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso comentar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não, não, não precisa não, só estou... Não estou fazendo nenhuma pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O importante é que nós tenhamos respostas objetivas.

Nós estamos sendo acompanhados por uma grande audiência. Esta é a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito com a participação decisiva dos internautas.

Eu vou lhe dar só um exemplo. Eu recebo aqui recomendações de vários internautas dizendo que objetivamente o senhor não respondeu sobre algumas perguntas que eu lhe fiz.

Quem estava na reunião da Casa Civil? Repetindo.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Isso eu já falei na minha resposta, mas posso repetir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem estava?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – De que me recordo foi... Enfim, os ministros... O Ministro Chefe da Casa Civil, eu, o Ministro da Saúde e... Não me lembro se era o Ministro ou o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia... Eu não me lembro de outras pessoas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente não estava, nem ninguém representando o Presidente além desses ministros?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O Presidente certamente não. Não me lembro de algumas outras pessoas, funcionários da Presidência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quem – outra pergunta que eu fiz e de que os internautas lembram que eu não obtive a resposta, infelizmente – no Ministério da Saúde deu a ordem sobre os 10%, e não sobre os 50%?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu não sei quem deu a ordem. Entendo que qualquer decisão do Ministério da Saúde é responsabilidade do Ministro da Saúde. E, como eu disse, eu não me lembro de como isso nos foi comunicado nessa ocasião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre patentes e as dificuldades diplomáticas com a Índia, se nós pudermos ser objetivos, nós vamos avançar neste depoimento. Vários Senadores, a exemplo dos internautas, também querem fazer perguntas. Esse é um processo que está caminhando muito rapidamente em propagação dos nossos trabalhos na sociedade brasileira.

O atraso no envio de imunizantes e do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) de vacinas pela Índia foi associado ao posicionamento do Brasil perante a Organização Mundial do Comércio, único país entre os emergentes contrário à demanda para que haja quebra de patentes para produção de medicamentos e vacinas contra Covid-19. Até mesmo os Estados Unidos, que são o país mais interessado no recebimento de *royalties* das vacinas, passaram a apoiar a quebra de patentes a bem do combate à pandemia em países mais pobres. Contudo, até hoje, o Brasil não reviu a sua posição. Questiono: durante sua gestão, qual era a posição do Governo brasileiro sobre este tema da quebra das patentes?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Obrigado, Senador.

A posição era de que havia uma proposta basicamente da Índia e havia muita resistência por parte dos Estados Unidos e de outros países e de que seria muito difícil chegar a que uma dessas duas visões prevalecesse. As decisões na OMC não são tomadas por votação; são tomadas por consenso. Então, não basta somar votos a favor ou contra uma ou outra.

Então, o Brasil, desde o começo, foi favorável a que se buscasse uma solução que gerasse a possibilidade do consenso. Não foi o único país emergente a adotar esse tipo de posicionamento; países como a Turquia, o Chile e a Colômbia – me ocorrem esses três – adotaram posições semelhantes.

Nós também nos baseamos no fato de que as normas já vigentes permitem a quebra de patentes numa situação como esta para produção de vacinas. Então, se o Brasil quisesse, poderia já hoje quebrar patentes para produção no Brasil. O que essa posição permitiria seria quebrar patentes para exportar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, permitiria que outros países que, digamos, quebrassem patentes exportassem para o Brasil ou vice-versa. Portanto, já havia a possibilidade de quebra de patentes, caso houvesse interesse do Brasil em fazê-lo e produzir no Brasil. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Objetivamente, o que fundamenta a decisão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O que fundamenta a decisão é o fato de que a posição da Índia, no caso, e de outros países era uma posição extrema, que não parecia permitir a chegada a um consenso, e o Brasil tinha interesse, como, acredito, continua tendo, em favorecer ações que facilitem a circulação, o comércio internacional de patentes, de vacinas e de insumos. Então, nossa decisão foi de procurar o melhor caminho para chegar a esse objetivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Esse movimento de oposição ao Governo indiano prejudicou a obtenção de vacinas advindas daquele país?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – De forma nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. avalia que os atrasos nos envios dos insumos farmacêuticos ativos foram uma forma de retaliação da Índia contra o Governo brasileiro?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – De forma nenhuma.

Aliás, se permite, Senador, nós nunca programamos a importação de insumos por parte do que foi produzido na Índia. Nós programamos a importação da vacina propriamente dita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Novamente: V. Sa. discutiu essa questão com o Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O senhor se refere à questão da proposta de quebra de patentes?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, a questão da Índia, e nós estamos vindo numa sequência...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

Bem, num determinado momento, quando se tinha a expectativa de chegada das vacinas da Índia num determinado dia, e aquilo foi visto que não iria ocorrer, o Presidente me ligou, perguntou qual era a situação, eu expliquei, expliquei que tinha falado já com o Chanceler da Índia... Aliás, isso tem relação com o comentário que o Sr. Presidente, se me permite, fez anteriormente. Eu falei também desse caso com o chanceler da Índia, e não com o embaixador da Índia em Brasília, porque o chanceler é que tem muito mais poder decisório do que um embaixador imposto. Então, por isso é que eu falei, no caso, de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro pedido ao Embaixador da China, e a carta, que demorou dias... Ela foi mandada imediatamente, em cópia, para que a nossa embaixada em Pequim atuasse, e de acordo com a própria visão do que era o instrumento melhor para a atuação, no caso, da China.

No caso da Índia, igualmente falei com o embaixador... Perdão, com o chanceler indiano, e isso viabilizou que o atraso fosse mínimo na entrega dessas vacinas. Acho que seis dias depois do que tinha sido imaginado originalmente elas chegaram, mas não há nenhum indicio, absolutamente, nada do que foi dito nem sugerido de que esse atraso de seis dias esteja ligado a posições que o Brasil assumiu na OMC.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Três depoentes apontaram a esta Comissão que o Presidente da República se guiava pelas orientações de um aconselhamento paralelo. Ou seja, de pessoas fora do Ministério da Saúde que participavam de reuniões no Palácio do Planalto e tinham influência sobre a condução da pandemia, até mesmo contra as orientações técnicas do Ministério da Saúde. O Ministro Mandetta falou no nome do Vereador Carlos Bolsonaro, e o Presidente da Anvisa mencionou o da Dra. Nise Yamaguchi.

As perguntas: V. Sa. confirma a existência desse aconselhamento paralelo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não confirmo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. saberia identificar outras pessoas que aconselhavam o Presidente da República em questões relacionadas à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não tenho nenhum conhecimento, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em questão de política internacional relacionada à pandemia, também havia pessoas de fora do Ministério das Relações Exteriores que aconselhavam o Presidente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho nenhum conhecimento, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia um aconselhamento paralelo internacional?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não havia um aconselhamento paralelo internacional de ninguém, certamente, que não tenha atribuição para fazê-lo. É claro que o Presidente tem assessores na área internacional com os quais se aconselha sobre temas da realidade internacional, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual era o papel de Eduardo Bolsonaro, ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, e de Filipe Martins, Assessor Internacional da Presidência, na condução da política internacional brasileira relativa à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, em relação ao Deputado Eduardo Bolsonaro, as funções de um Presidente de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, dentro dessas atribuições, como se exerceu o papel dele nesse caso, assim como em outros. E o Filipe Martins, Assessor Internacional do Presidente, também dentro das suas atribuições, enfim, aconselhando, entendo, o Presidente, mas não sei de que maneira, enfim, na condução das relações internacionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual era a sua relação com essas pessoas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Conheço bem o Deputado Eduardo Bolsonaro e Filipe Martins. Tenho excelentes relações com ambos. E, no caso, conversava muito frequentemente com o Filipe Martins, o que é absolutamente natural e extremamente útil na execução de uma política externa entre o chanceler e o assessor internacional do Presidente. Nós já tivemos, inclusive, momentos no passado em que havia divergências e rivalidades entre chanceleres e assessores internacionais que prejudicaram a política externa em outros Governos. Então, eu tinha um relacionamento extremamente fluido com Filipe Martins nessa qualidade de assessor internacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. presenciou Eduardo e Filipe opinarem sobre compra de vacinas, adesão à Covax Facilty, orientações da OMS ou sobre o papel da China na pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não me recordo de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não se recorda?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não me recordo. É possível que, em alguma reunião, sobretudo o Filipe Martins tenha dado opiniões nesse sentido, de acordo com as suas atribuições. Não me lembro exatamente em que momento, mas seria natural...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor pode nos ajudar? Qual o teor dessas opiniões?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Como eu digo, Senador, não me lembro de todos os momentos em que foi, em que surgiram, em alguma reunião com o Presidente, temas relacionados à pandemia. Então, não teria como dizer aqui o teor de coisas que foram ditas em diferentes momentos, por diferentes pessoas, dentro das suas atribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nas conversas que V. Sa. presenciou no Planalto, ouviu de alguém importante do Governo ou mesmo aliado que não era do Governo, mas participava das reuniões, a tese de imunização de rebanho, a erradicação da doença pelo contágio, e não pela vacina?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não me recordo de ter ouvido isso em reuniões no Planalto, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E nunca ouviu falar da tese da imunização de rebanho?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Já, já ouvi falar dessa tese.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a impressão que o senhor tem dela?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Enfim, ouvi essa tese, me parece, originalmente, por parte do ex-Ministro e Deputado Osmar Terra, que é médico e mencionava – e creio que continua mencionando – essa tese, e não tenho condições científicas de avaliar a sua validade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. chefiou uma delegação brasileira a Israel entre os dias 6 e 10 de março de 2021, ao custo de meio milhão de reais, com a justificativa de ampliar a cooperação no desenvolvimento de tecnologias, terapias e vacinas para a prevenção e tratamento da Covid-19. A principal notícia que nos chegou dessa viagem foram os maus exemplos de não uso de máscara e de exposição das pessoas a risco. Esse vexame por si só já atrapalha a imagem do Brasil e causa ainda mais estranheza pelo pretenso objetivo da viagem, que seria o combate à Covid-19.

Sobre mais esse episódio, pergunto: quem definiu o rol, a relação dos convidados que participariam da missão? Quantos foram?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

A missão nasceu de um telefonema entre o Presidente Jair Bolsonaro e o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, em que o Primeiro-Ministro falou com muito entusiasmo de dois medicamentos com potencial de cura da Covid, que estavam sendo desenvolvidos por dois diferentes institutos em Israel. A partir disso, o Presidente pediu que eu liderasse essa missão, enfim, pediu a composição dessa missão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas pessoas participaram e qual o papel de cada uma delas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu presidi, portanto eu chefiei a missão. Pelo Itamaraty, participou o Secretário encarregado das relações com o Oriente Médio, portanto, com Israel, o Embaixador Kenneth Nóbrega; participou também um oficial de gabinete meu – um Chanceler sempre viaja com um oficial de gabinete; o Deputado Eduardo Bolsonaro; o Deputado Hélio Lopes; o Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde, Dr. Hélio Angotti; o Secretário de Pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, Dr. Marcelo Morales; o Sr. Max Guilherme, que é Assessor do Presidente da República; tem o... Eu posso consultar a lista completa, não sei se agora me ocorre... Creio que essa é a delegação. Ah, sim! E o Dr. Filipe Martins, Assessor Internacional da Presidência da República; e o Sr. Fabio Wajngarten, então Secretário de Comunicações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relevância desse medicamento que o senhor entende como o objetivo da viagem em comparação com as 81 vacinas que, segundo a OMS, já estão em fase de testes clínicos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. Bem, os dois medicamentos que originalmente motivaram a formação da viagem são medicamentos que tiveram suas fases de testes iniciais muito promissoras, e a questão do tratamento da Covid tem sido considerada pelas nossas autoridades sanitárias de todo mundo tão importante quanto as vacinas desde o começo da pandemia. Então, o Governo brasileiro, nesse caso, através dessa missão, procurou se antecipar na formação de cooperações que permitam – idealmente, claro, se tudo der certo num futuro próximo – termos acesso a medicamentos também para o tratamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tinha interesse específico na política de vacinação contra a Covid estabelecida em Israel, país que tem um dos processos de imunização mais adiantados do planeta?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, inclusive tivemos uma reunião com autoridades do Ministério da Saúde de Israel, durante a nossa viagem, além das reuniões com os institutos de pesquisa, em que descreveram o processo de vacinação e vários elementos da vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Portal G1 noticiou, em 15 de março de 2021, que um relatório do Governo dos Estados Unidos produzido na gestão Donald Trump afirma que o país persuadiu o Brasil a não comprar a Sputnik V, vacina contra a Covid-19 desenvolvida na Rússia.

V. Sa. confirma ter havido algum tipo de interferência dos Estados Unidos da América no processo de negociação do Brasil para aquisição da vacina Sputnik V?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho conhecimento de nenhuma interferência nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ex-Secretário Fabio Wajngarten entregou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito um documento da Pfizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atestando uma oferta de vacina em 12 de setembro que ficou sem resposta e atrasou o início da vacinação. Uma cópia dessa carta foi enviada ao Embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

Pergunto: o Embaixador informou V. Sa. sobre esse documento?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, o Embaixador fez um telegrama sobre esse documento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quando? Quando?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A data é uma data semelhante a 12 de setembro. Agora não sei se é 12, talvez 14 de setembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que providências foram tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A carta, o telegrama, perdão, da Embaixada em Washington mencionava que já tinha sido dado conhecimento direto ao Ministério da Saúde, a quem, em nosso entendimento, cabia toda a centralização da estratégia de vacinações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foram produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores estudos, pareceres ou outros documentos relativos à oferta da Pfizer?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, isso nunca nos foi demandado, e o Itamaraty nessa área sempre agiu, como eu disse, a partir de coordenação com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A que V. Sa. atribui a falta ou o grande atraso na resposta do Brasil ao contato da Pfizer para a venda de vacinas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tenho conhecimento do que possa ter motivado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas como? O senhor era Ministro das Relações Exteriores, o seu Embaixador recebe uma carta, a Pfizer comunicou aqui ao Brasil e ao mundo que não teve resposta – expressão do Presidente da Pfizer para a América Latina – nem contra, nem a favor. O Ministério das Relações Exteriores não sabia disso depois de ter sido comunicado pelo próprio Embaixador? Ninguém do Governo o procurou para tratar dessa questão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, ninguém do Governo me procurou para tratar dessa questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Renan Calheiros, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Na sequência o próximo inscrito é o Senador Marcos Rogério.

V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ernesto Araújo...

Sr. Presidente, percebe-se muito claramente que o objeto desta CPI vem se transformando a cada dia em CPI da cloroquina, em CPI da carta da Pfizer, em CPI do gabinete paralelo; em resumo, em CPI da cortina de fumaça. Em governos anteriores, estaríamos em uma CPI para investigar o pagamento de propina, desvios de recursos. Diante de tantos contratos bilionários que o Governo Federal fez, especialmente durante esse tempo de pandemia, não há uma insinuação, um indício sequer de corrupção. Na falta disso, a CPI discute se um medicamento é ou não eficaz, como se até hoje houvesse consenso científico, no mundo, acerca de remédio com eficácia para tratamento da Covid-19. O que fariam os médicos do Brasil e de todo o mundo se tivessem que esperar remédios com bula indicando eficácia contra a Covid para atender os milhões de pacientes que chegavam, todos os dias, aos hospitais com sintomas graves, muitos deles com risco iminente de morte? Agora, uma vez que os testes forem comprovando os que são e os que não são eficazes, evidentemente que os médicos saberão, com maior segurança, quais deles receitar.

É interessante que a Pfizer sugeria que sua vacina pudesse ter problemas, efeitos colaterais, mesmo depois de ter sido testada e aprovada nos Estados Unidos, por isso não assumia os riscos: impõe, em contrato, responsabilidade total ao Brasil ou a quem compra. E o discurso aqui é no sentido de que o Governo brasileiro devesse comprá-la já naquela época e sem qualquer aprovação da Anvisa. A própria Pfizer reconheceu aqui que não havia condição legal para se fechar contrato antes da mudança da lei aprovada no Senado. Mas volto. Agora, aqui, quando o assunto é o uso de medicamento, a tese é totalmente contrária: "É preciso ter segurança absoluta". Com relação à vacina, não, pode contratar, independentemente disso, mas, com relação a medicamento, tem que ter. Essa dicotomia não é razoável.

Em governos anteriores, estaríamos assistindo a operações da Polícia Federal, com bilhões de reais escondidos em apartamentos ou depositados em contas no exterior; na falta disso, a CPI discute quem recebeu uma carta, se foi ou não respondida, se tinha ou não relação com as tratativas que estavam sendo feitas com a farmacêutica. Em governos anteriores, estaríamos discutindo as práticas de associação criminosa para saquear os cofres públicos; na falta disso, estamos discutindo se o Presidente reuniu ou não colaboradores para auxiliá-lo em temas sensíveis, como o enfrentamento da pandemia, como se fosse crime qualquer líder buscar aconselhamento para decisões importantes. Qual o Prefeito, Governador, Presidente da República ou qualquer gestor que não busca ou recebe aconselhamentos, sugestões ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideias diariamente? Aliás, quantas sugestões, recomendações, ideias e até minutas de propostas legislativas não recebem constantemente os Deputados e Senadores? Isso configura gabinete paralelo? Isso, por acaso, é algo criminoso?

Como muitos aqui não querem ir atrás dos recursos que, segundo operações da Polícia Federal, foram desviados de Estados e Municípios, ficam gastando dias e dias para discutir essas questões triviais. Uma grande cortina de fumaça enquanto o tempo vai passando e deixa-se de buscar realmente desvendar os esquemas de corrupção que podem ter ocorrido pelo País afora, mas está chegando a hora. Vamos, Senador Fernando Bezerra, vamos seguir o dinheiro e vamos saber o que foi feito com ele nos Estados e Municípios. É bom que se diga: a investigação tem que acontecer no âmbito do Governo Federal, do Ministério da Saúde – ninguém está se opondo a isso –, mas não pode haver seletividade, não pode haver blindagem.

Veja que, no caso da Pfizer aqui, o representante da Pfizer esteve onde está o depoente no dia de hoje e espancou todas as teses da Oposição, toda a narrativa da Oposição, porque disse que não podia fazer o contrato antes de ter mudança na lei brasileira; porque disse que a vacina só foi aprovada nos Estados Unidos no dia 13 de dezembro; porque disse que só veio o pedido para a Anvisa no início de fevereiro, mas a Oposição dizia: "Já tinha que ter vacina no braço dos brasileiros em dezembro". É a narrativa que não confere com os fatos.

Mas eu quero fazer aqui algumas indagações ao Chanceler. Quero fazer uma pergunta sobre um tema já tratado, mas que considero carecer de uma clareza maior. O senhor tem conhecimento de que os Estados Unidos da América tenham feito alguma parceria com algum país do mundo para o fornecimento de vacinas, especialmente durante o tempo em que V. Sa. esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador. Não, não tenho conhecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nossa preocupação aqui é saber, de forma objetiva, se algum agente público brasileiro tenha, por ação ou omissão, prejudicado a adoção de medidas possíveis e necessárias para o combate à pandemia, mais especificamente em relação às vacinas. Vê-se com clareza que há uma dedução de que a política internacional brasileira tenha prejudicado o combate à pandemia.

É de todos sabido que o Governo Bolsonaro mudou o rumo da política internacional de nosso País, especialmente ao deixar de financiar ditaduras ao redor do globo com envio de bilhões de nosso BNDES, dinheiro do povo brasileiro. Houve nítida mudança em relação a países como Cuba, Venezuela, principalmente violadores de direitos e garantias fundamentais e exemplos de crise humanitária, como o mundo todo assiste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, houve claras mudanças de orientação do Brasil na ONU em relação a outras nações, em temas sensíveis, como os conflitos no Oriente Médio, como é a questão entre Israel e a Palestina. Tais mudanças, ao que se entende, se deram pela busca de um maior alinhamento aos Estados Unidos da América, que havia sido claramente desprezado nos governos anteriores, que preferiam países de outras linhas ideológicas.

Pergunto: dentro da política internacional é comum haver incompatibilidades entre as nações, de acordo com as relações que cada uma delas estabelece com países ou blocos de países do globo ou isso independe? Explico melhor: é irrelevante a estratégia da política internacional de um país para o relacionamento com qualquer outra nação do globo ou é natural que existam alinhamentos em decorrência das estratégias definidas e isso influencie e defina as parcerias internacionais?

Vou explicar ainda melhor: apesar de a história já nos ter dado muitas lições quanto a isso, para uma clareza maior aqui nesta CPI, a pergunta é: é possível, na sua visão, fazer política internacional de forma comum e igualitária com todas as nações do globo, independentemente de suas políticas internas e parcerias políticas e ideológicas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Certamente acredito que não, que não é possível e nem é desejável. A isso eu me referi inclusive na minha intervenção inicial, com a imagem de que nós não seguimos a linha de procurar o mínimo denominador comum nas relações com todos os países. Procuramos identificar em cada parceria qual é lógica daquela parceria e, nos casos de convergência de visão de mundo, explorar essa convergência rumo à consecução de interesses mais altos. Então, acho que V. Exa. tem toda razão nessa apreciação.

Quando não se introduz numa política externa esse tema, essa dimensão da visão de mundo, das diferentes concepções, organizações das sociedades, o que acontece? Cria-se um teto para as relações. Vai até um certo ponto, mas, em certos casos, em muitos casos, se desperdiçam oportunidades. Essas oportunidades surgem quando se identifica que os países têm uma percepção semelhante, que têm objetivos semelhantes, que têm ideais semelhantes no mundo. E aí a parceria, a partir disso, pode avançar em outros rumos. Mas, ao mesmo tempo, não se deve, acho, que ver a imagem – se me permite – de uma gangorra, onde se tenha que escolher um parceiro ou outro, e um sempre estar necessariamente acima e outro, necessariamente abaixo. Não. Cada parceria tem a sua lógica e pode avançar independentemente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

Dentro de sua experiência como diplomata e não apenas quanto ao tempo em que atuou como Ministro das Relações Exteriores, considerando que a visão que se tem defendido aqui indica ser a de que a política internacional deve considerar apenas o aspecto comercial, o que sabemos não ser realidade nas relações entre as nações desde a antiguidade, quais os demais aspectos geralmente precisam ser considerados para as tratativas e acordos internacionais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Obrigado, Senador.

Acho que, antes de mais nada, o aspecto da organização interna, digamos, da sociedade. Acho que países democráticos se movem no mundo de uma maneira diferente de países não democráticos. E é preciso entender também quais são os objetivos diferentes que os países têm. A gente não pode partir do princípio de que todos os países no mundo estão na cena internacional apenas para fazer comércio, porque não é verdade. Então, se nós seguirmos essa lógica, já faremos maus negócios, porque, quando você faz negócio simplesmente com a visão comercial e a outra parte tem uma visão comercial mas tem uma visão que vai além, tem uma estratégia, você está em desvantagem, porque você está se sujeitando, no fundo, a uma estratégia de uma outra parte. Então, para o próprio comércio, mas além do comércio, é preciso entender quais são as orientações, quais são as estratégias dos outros países. Esse é um trabalho difícil, porque isso não vem publicado no diário oficial de cada país, qual é a estratégia de mundo. Isso requer justamente um trabalho de análise diplomática e de análise política e é preciso entender quais são as visões. E não rejeitar essa, digamos, comunidade de visões e essas afinidades eletivas, digamos assim, que normalmente democracias têm com outras democracias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Agradeço a V. Sa.

Como as posições de um país da ONU refletem nos acordos que se pretenda entre países ou blocos, em termos específicos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, muitas vezes são esferas bastante diferentes, a esfera do que se discute na ONU e a esfera do que se trata em arranjos bilaterais ou regionais. O que é preciso é buscar uma lógica, digamos, comum, produtiva em todas essas frentes. O que nos preocupa muitas vezes são discussões nas Nações Unidas que introduzem determinados conceitos que começam a virar como se fossem recomendações globais, sem que haja uma negociação ou um tratado sobre isso, e começa a haver uma pressão para que essas visões, essas orientações sejam incorporadas em diferentes países. Então, na minha gestão, sempre tivemos muita preocupação com isto: que discussões no plano multilateral, nas Nações Unidas sobretudo, não substituam o trabalho legislativo desta Casa, do Congresso Nacional, em realmente legislar para o Brasil. Se há tratados internacionais efetivamente firmados, seja multilaterais, seja bilaterais, é claro que esses tratados precisam passar pelo Congresso para serem incorporados ao nosso ordenamento. O que nós queremos evitar é que, de maneira sub-reptícia, determinados elementos entrem no nosso ordenamento sem que tenham passado pelo processo constitucional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Agradeço.

Só tenho mais duas perguntas, Sr. Presidente.

Eu algum momento o senhor presenciou ou tomou conhecimento de alguma orientação do Presidente da República ou do Ministro da Saúde para rejeitar parcerias internacionais, especialmente da China, quanto à aquisição de insumos para produção de vacinas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, nunca recebi nenhuma orientação para rejeitar nenhuma parceria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** A vacina, o insumo da vacina adquirido da China é adquirido do Governo chinês ou de empresas chinesas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, o insumo para a produção da vacina AstraZeneca é adquirido de uma empresa instalada na China. Não sei a propriedade dessa empresa, se ela é estatal ou não, mas é uma empresa e não o Governo chinês que produz, é uma empresa contratada pela matriz da AstraZeneca para produzir insumos dessa vacina e que fornece ao Brasil. Em relação aos insumos da CoronaVac, como geralmente são tratados, com eu disse, entre o Butantan e as contrapartes chinesas, eu não saberia dizer exatamente de quem é a propriedade, digamos, das fábricas que produzem isso na China.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** E eu concluo, Sr. Presidente, com a última consideração: em um momento no qual a China, no contexto do 5G, tenta mostrar ao mundo a independência de suas empresas, como a Huawei e a ZTE, não seria danosa à imagem da China essa ideia constantemente repetida pela Oposição de que empresas chinesas não cumpririam os seus contratos por interferência política? Faço essa ponderação porque seria o mesmo que insinuar que a China deixaria brasileiros morrerem sem insumos ou vacinas porque alguém criticou algum ponto do seu regime político. Estariam acusando a China de agir dessa maneira? Porque isso equivale a dizer, Sr. Presidente, que o Brasil deixaria de fornecer alimento para quem critique qualquer uma de nossas políticas, como sempre fazem acerca da Amazônia e de tantas outras coisas.

Então, eu faço essas ponderações e indago a V. Sa.: é justo, é adequado atribuir à China esta condição de que estariam boicotando o Brasil na entrega desses insumos por suas empresas em razão de uma fala ou outra sobre as posições daquele país?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Certamente, esse é um ponto muito importante, porque essas alegações de que haveria uma negativa por parte do Governo chinês de permitir o fornecimento de vacinas e insumos por razões políticas pressupõe algo de que, acredito, o Governo chinês não é capaz: negar vacinas que podem salvar vidas por causa de uma interferência política. Então, acho que isso pressupõe uma imagem realmente ruim da China, com a qual eu não concordo. Realmente, não temos indício nenhum de que tenha havido essa interferência política em relação ao Brasil nos atrasos que se registraram.

Então, eu, realmente, acho que há aí um problema – não cabe a nós analisar – de imagem da China no sentido de, digamos... Acho que a China não tem nenhum interesse em propalar a imagem de que eles ou o Governo chinês... O Governo chinês não tem interesse em propagar a imagem de que administrariam algo tão importante como uma vacina que pode salvar vidas de acordo com considerações políticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há a questão da dependência entre companhias chinesas e o Estado chinês. Isso é algo que... Independentemente da questão, acho que é algo transversal, que se discute, inclusive, na OMC. A China, é claro, tem uma estrutura econômica muito diferente da estrutura dos países ocidentais, dos países-membros da OCDE, por exemplo, na qual o conceito de empresa estatal ou de empresa privada é bastante diferente na prática. Então, dado o peso imenso da China no comércio internacional, isto é algo que se discute na OMC: como tratar, como garantir que a atuação de empresas que, muitas vezes, não são estatais, mas que respondem ao Governo, não só o da China, mas em geral... Como fazer para que isso não afete, não distorça o comércio?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Senadora Kátia Abreu, representando hoje a Bancada Feminina; o Senador Humberto Costa, logo em seguida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Sr. Presidente. São 15 minutos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, senhora!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Eu gostaria de cumprimentá-lo pelo seu trabalho e pelo brilhantismo e equilíbrio nesta CPI. Mas é duro quando é necessário e quando percebe que, às vezes, as respostas estão desviando do seu curso normal. É um direito que o Presidente e qualquer membro desta CPI têm.

Quero cumprimentar o nosso Relator Renan Calheiros, que faz perguntas muito precisas, incisivas, para que nós obtenhamos respostas, e o nosso Vice-Presidente Randolfe.

Quero agradecer à Bancada Feminina, que me deixa, no dia de hoje, participar desta importante audiência, em nome de Simone Tebet.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de ousar particularmente ao cumprimentar aqui meu sobrinho Luiz Flavio, que está há 68 dias na UTI. Ontem, à noite, ele despertou depois de todo esse período em coma. Quero saudá-lo. Ele está assistindo... Ele não fala, mas está assistindo à nossa CPI. Eu quero dizer a ele que há muita gente na torcida e que eu espero muito que ele possa sobreviver, diferentemente de outros que, infelizmente, não puderam.

Sr. Presidente, eu vou direto aos fatos, primeiramente para esclarecer à nossa audiência na TV Senado, que é muito concorrida, que nós estamos aqui, nesta CPI, com alguns objetivos diversos. Existe o objetivo e o foco da CPI para identificar qual foi a causa, quais foram, quem foram os responsáveis pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

morte de 500 mil pessoas, praticamente. É claro que a CPI também permite a busca de desvio de recurso, de corrupção, aquilo que cada um aqui entender ser mais importante. E eu creio que para maioria da CPI, dos membros da CPI, o que tem valido mais – para cada um deles, na sua maioria – é encontrar os responsáveis e responder ao Brasil e às famílias dos mortos quem foram os responsáveis do Governo que permitiram que essa calamidade pudesse acontecer.

Ninguém discute que o Brasil teve uma infinidade, uma enormidade de mortes; o que o mundo inteiro discute é se deveriam ter ocorrido caso nós tivéssemos procedido de outra forma. Nós não sabemos quem são os responsáveis ainda. Nós estamos aqui para descobrir, para fornecer informações. Nós devemos isso às mais de 437 mil famílias que estão com seus entes enterrados e àqueles outros que estão com seus entes na UTI, como é o caso do meu sobrinho e de tantos outros anônimos e amigos deste País afora. Nós devemos isso a esses cidadãos, porque eles acompanham pela internet o descalabro que aconteceu no Brasil com relação a essas mortes. Eu poderia citar aqui – mas ela vai vir aqui – duas cientistas que disseram que, se nós tivéssemos agido diferente, um terço a menos, no mínimo, de pessoas não teriam morrido nessa pandemia.

Então, eu, particularmente, quero, sim, encontrar toda a corrupção que possa ter sido praticada no Tocantins, que é o meu Estado; mas, em primeiro lugar, eu quero descobrir, antes de mais nada, quem foram os responsáveis pelas mortes dos brasileiros e dos tocantinenses até agora.

Então, eu gostaria de deixar isto claro para nossa audiência: que nós não estamos desviando do assunto da CPI; nós não estamos aqui acusando o Governo Federal de corrupção; nós estamos atrás dos membros do Governo Federal que permitiram um número exorbitante de óbitos até agora. E uma economia que faliu ainda mais por conta de uma pandemia prolongada e mal administrada, 26 milhões de desempregados, empresas fechando, uma economia no chão, um endividamento das famílias exorbitante; tudo é um complexo que precisa ser responsabilizado, encontrados aqueles que nos prejudicaram.

E eu vejo, Sr. Ernesto, que... Eu sou psicóloga de formação, mas, na verdade, sou muito mais uma mulher do campo, da roça, com muito orgulho. Eu imagino que o senhor tenha uma memória seletiva, para não dizer uma memória leviana. O senhor não se lembra de nada do que importa e do que ocorreu efetivamente; e se lembra de questões mínimas, supérfluas e até mesmo não verdadeiras, como o senhor vem fazendo aqui todo esse momento. A impressão que se tem é que existe um Ernesto que fala conosco, de que nós ouvimos a voz, e um outro Ernesto que eu não sei onde fica, nas redes, na internet, nos artigos, nos blogues, falando coisas totalmente diferentes. Eu sinceramente estou confusa de qual personalidade nós devemos considerar: se é esse que vem aqui e mostra o mundo cor-de-rosa... Porque o comércio brasileiro aumentou a despeito do senhor; a despeito do senhor, o comércio do Brasil vem aumentando cada ano, graças a Deus, e batendo recordes graças à competência dos pesquisadores do Brasil, da Embrapa e outros mais e dos produtores rurais.

Então, eu gostaria de lembrar o senhor de algumas coisas. Talvez isso lhe refresque a memória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, o senhor bateu no peito ao dizer que, graças à sua gestão no MRE, as vacinas vieram ao Brasil numa quantidade x. Quero lembrar a todos que, até abril, 85% de toda vacina colocada no braço dos brasileiros vieram da China, e a despeito do senhor, porque o Butantan, que é do Governo de São Paulo, para a contrariedade de muitos, fez uma contratação direta, que não teve uma palha de necessidade do Governo Federal. Talvez, se tivesse precisado, o Governo poderia ter apoiado, mas, nesse caso, foi zero a sua interferência como chanceler para que esse contrato do Butantan com... Ou nós poderemos chamar aqui o Dr. Dimas Covas para poder testemunhar se eu estou falando a verdade ou não. A despeito do senhor, a China fez o negócio com o Butantan, negociou as vacinas e, até abril, 85%, para desgosto de alguns, das vacinas vieram da China.

Quero fazer ao senhor um reparo importante, também lembrando aos meus colegas: que o Brics e todo financiamento do banco dos Brics, também a despeito do senhor, nós estamos conseguindo graças ao Marcos Troyjo, que era do Ministério da Economia e que foi presidir o Brics num rodízio entre os países do Brics. E ele, como bom brasileiro, está trabalhando duro para acumular um tanto de recursos para o Brasil. E, graças a V. Sa., nós ficamos devendo aos Brics, ao banco, para capitalizar os recursos do Brasil e deixar o nosso Presidente Marcos Troyjo vulnerável, devendo a esse banco, diferentemente dos outros países, porque, no Orçamento do ano passado, deixaram – e era da sua responsabilidade, porque é muito importante essa relação internacional – os pagamentos dos nossos compromissos com os organismos internacionais.

Eu quero aqui esclarecer uma pergunta de um colega Senador que o senhor não soube responder – engraçado isso! A empresa que fornece 85% da vacina até abril: ele não sabe se é do Governo ou se é privada. Então vou lhe informar, Sr. Ernesto: a Sinovac, que produz a CoronaVac, ela é exclusivamente privada, e a Sinopharm, que é tipo a Fiocruz ou o Butantan na China, é do público. E engraçado que o Butantan foi, comprou Sinovac e fez o acordo. E por que a Sinopharm não foi procurada? A Sinopharm, Senador Renan e Presidente Omar, já está autorizada no Brasil, como a Moderna, e ninguém ouve ninguém falando em comprar dessas duas vacinas. Eu acho curioso e, inclusive, eu propus que as empresas de vacina de aftosa poderiam fazer uma interlocução direta numa missão da China ao Brasil para que pudesse a Sinopharm produzir essa vacina que já está autorizada pela Anvisa, segundo o Presidente da Anvisa me informou ainda ontem, para produzir e nós transformamos o Brasil num *hub* produtor de vacina.

O que mais me deixa curiosa... Eu não gostaria de morrer sem ter essa resposta, mas não sei se conseguirei. Nós conhecemos febre amarela, varíola, catapora, sarampo, paralisia infantil. O que mais? Quantos milhões de vacinas este Brasil já fez? Por que a implicância com a vacina contra a Covid? Eu não consigo compreender! Se fosse uma novidade... "Não, gente, vamos ter paciência. Ninguém nunca viu vacina, é a primeira vez. O Brasil não é um craque na distribuição de vacinas e aplicação de vacinas, é tudo novo." Não, não é o caso. O senhor deve ter tomado um monte dessas vacinas, assim como eu e assim como todos os que estão aqui. Por que esse preconceito com vacina? Por que a insistência num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

medicamento que, no início, muitos gostariam que fosse ótimo? Quem não queria que esse medicamento fosse maravilhoso? Mas, ao contrário, infelizmente, esse medicamento foi condenado, condenado no sentido de não ser útil.

Agora, eu gostaria, Sr. Presidente, ainda de apontar ao Sr. ex-Chanceler Ernesto que esse relacionamento e essas agressões que ele fez à China, talvez o senhor não esteja lembrando... Nós temos 56 novos frigoríficos que já estão em Pequim, de todo o Brasil – no Tocantins, são três –, esperando a habilitação. Sabe o que falta para essa habilitação? Diplomacia, empatia, agrado, conversa, diálogo, não falta um documento. Pode perguntar à Ministra Tereza Cristina. E isso dobraria as nossas exportações de carnes para a China, porque os frigoríficos habilitados hoje já estão no *top* das suas exportações. Então, estamos tendo prejuízo, sim. O que tivemos de aumento para a China foi em função do aumento do consumo chinês, do aumento do consumo asiático e de toda parte do mundo e por conta das políticas que apoiaram essa doença, os auxílios que foram colocados por todo o País.

Eu quero lembrar ainda – o senhor está esquecido, porque a sua memória não é boa – uma reunião ministerial que houve no Palácio em que foram ditas algumas coisas e foi pedida a abertura dessas falas dessa reunião ministerial. O Ministro Celso de Mello autorizou, e a AGU pediu encarecidamente que um pedaço fosse retirado, pelo amor de Deus, ou daria um problema diplomático seriíssimo. E adivinha de quem era esse trecho? De V. Sa., em que o senhor atacava fortemente a China. Portanto, o Ministro Celso de Mello, graças a Deus, permitiu a retirada da sua fala, porque só estava fazendo bonito para a família Bolsonaro, mas, na verdade, iria fazer muito mal ao País. Eu gostaria que o senhor tivesse coragem e pudesse repetir quais foram as palavras que o senhor disse lá, porque nós poderemos pedir pela CPI a quebra desse sigilo e ver quais foram as palavras ditas naquela reunião ministerial.

No Fórum Econômico Mundial, o Brasil estava, naquela época, acabando de fechar São Paulo, Butantan e CoronaVac... O senhor, no Fórum Econômico Mundial, disse que o Brasil ia fazer uma aliança com os Estados Unidos para barrar o "tecnototalitarismo", em referência à China, num momento crucial, que poderia muito ter repercutido e prejudicado essas negociações.

Eu gostaria de ditar aqui, Sr. Presidente, para refrescar a memória do Ministro, do ex-Ministro, do ex-Chanceler. No dia 11 de março de 2019, uma segunda-feira, em discurso na aula magna para os alunos do Instituto Rio Branco, afirmou que o Brasil não venderia sua alma para exportar minério de ferro e soja para a China. O então ex-Chanceler disse ainda que o Brasil, nos últimos anos, fez uma opção equivocada ao querer se integrar com a América Latina, com a Europa e com os Brics em vez de aprofundar as relações com os Estados Unidos. Araújo também questionou se a parceria com a China seria benéfica para o Brasil: "De fato [aspas suas, meu senhor], a China passou a ser o grande parceiro comercial do Brasil e, coincidência ou não, tem sido um período de estagnação do Brasil".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor criticou a nossa proximidade com a China, com a Europa, com os Brics e com os países da América Latina. O senhor de fato é um homem muito ousado, muito corajoso. Em algum momento, o senhor se lembrou que estava lançando ao mar todo o trabalho de anos da diplomacia brasileira?

E esses comentários que V. Sa. livremente, a liberdade o fez fazer, lhe deu o direito de fazer, o senhor acha que isso colaborou na compra de vacinas? Isso colaborou com o combate à pandemia? Ou foram palavras ideológicas jogadas ao vento?

Eu me lembro como se fosse hoje, o Governo do PT, as críticas que os opositores faziam de que era uma diplomacia preconceituosa e direcionada a questões políticas ideológicas. Quantas vezes nós ouvimos isso? E até por alguns momentos eu acreditava nisso. E agora, nós estamos vivendo o quê? Nós estamos vivendo preconceito, nós estamos vivendo ideologia ou nós estamos vivendo o livre mercado, a livre iniciativa, sem preconceitos, sem reparar no sistema de Governo dos países que não nos diz respeito? Nos diz respeito a defesa do nosso País, e a defesa do nosso País é a defesa do emprego e o emprego vem com o aumento também das nossas exportações.

Sr. Presidente, ainda lembro aqui, reitero, o seu artigo: "Chegou o comunavírus". É o título do artigo, "comunavírus". Isso não é um ataque? Eu queria saber se isso ajudou ou atrapalhou a compra de vacinas e as relações do Brasil com aquele país?

Muitas pessoas dizem: "Que bajulação à China". Eu quero bajular qualquer país que tiver vacina para o meu povo brasileiro, para o meu povo do Tocantins que me elegeu. Qualquer um que tiver vacina, eu sou capaz de deitar no chão e deixar que pisem em cima de mim para que tragam vacina. Não tenho o menor orgulho e nessa hora não tenho ideologia, nessa hora não tem a sua vontade própria. O senhor estava lá como servidor do Estado brasileiro, recebendo para isso, para defender os direitos dos brasileiros e não a sua posição ideológica.

O senhor disse no seu artigo: "O globalismo é o novo caminho do comunismo". Aliás, foi o senhor que inventou isso. Esse globalismo ainda não está muito bem na cabeça de muita gente.

"O vírus aparece, de fato, como uma imensa oportunidade para acelerar o projeto globalista". Queria que o senhor explica o que é isso?

"Este já se vinha executando por meio do climatismo ou alarmismo climático". Ele, agora há pouco, disse para nós aqui, para todos, que ele, durante a sua gestão, se preocupou demais com o meio ambiente. Isso aqui é preocupar com o meio ambiente? Isso aqui contribuiu de alguma forma com as relações do Brasil com o mundo?

E os ataques que V. Sa. fez pessoalmente? Aos atacantes do capitólio americano, o senhor minimizou a ação daqueles vândalos ao invés de se solidarizar com o Governo americano. O senhor não era parceiro do Governo americano, vocês eram parceiros do Trump. Na hora em que substituiu, o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

não entendeu, como um bom aluno do Rio Branco, que deveria ser, que nós não somos amigos de Presidentes, nós somos amigos das nações, nós somos amigos dos países, que são muito maiores do que nós.

O senhor ainda apoiou o ataque ao Presidente Tedros Adhanom, Diretor-Geral da OMS, que por incrível que pareça nós estamos muito em mãos dessa criatura, que aglutina todo um consórcio, o Covaxin, para vacinar os países pobres e países em desenvolvimento.

É muito triste! Justamente a China tão atacada, Tedros Adhanom tão atacado, o Governo Biden tão atacado e hoje nós estamos nas mãos dessas pessoas que o senhor apoiou e ajudou a atacar com tanta força – na porta humilhando e pedindo vacinas. Eu não me importo de me humilhar, agora, o senhor deve desculpas aos País!

O senhor é um negacionista compulsivo, omisso! O senhor no MRE foi uma bússola que nos direcionou para o caos, para um *iceberg*, para um naufrágio, bússola que nos levou para o naufrágio da política internacional, da política externa brasileira. Foi isso o que o senhor fez!

Isso é voz unânime dos seus colegas no mundo inteiro! Um alívio que tiveram quando V. Sa. de lá saiu, porque o senhor colocou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só um questionamento, Presidente: o tempo é livre agora? Já passou mais de seis minutos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Porque o senhor passou... Porque o senhor não só colocou o Brasil como pária, porque pária ainda tem uma...

O senhor está gostando da minha fala?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O Brasil não é pária, o Brasil foi muito pior: em vez de pária, o senhor colocou o Brasil na posição de irrelevância! E eu não aceito o meu País ser um país irrelevante! Não aceito que isso aconteça!

Para concluir, Sr. Presidente, o maior vexame que nós já passamos na vida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigada, Senadora. Para concluir.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – ... foi na cúpula do dia 22 de abril. Eu, assistindo do começo ao fim, esperando o pronunciamento do nosso Presidente da República... Porque ele é nosso Presidente, ele foi eleito pelo povo brasileiro – não foi com meu voto, mas foi eleito! O Presidente da República americano levanta-se da cadeira e deixa o Presidente do Brasil falando sozinho! Aquela mensagem, se o senhor não conseguiu ler, disse para o mundo: "Eu não tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada para ouvir do Brasil". Não tem justificativa para aquela levantada de cadeira, a não ser a insignificância com que o senhor trabalhou para colocar o Brasil nessa posição!

Eu peço, Sr. Presidente, toda a correspondência entre o MRE e os ministérios a fim de vacina – Ministério da Economia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde e Casa Civil. Eu gostaria de pedir, se for possível, a esta Comissão todas as correspondências tramitadas pelo sistema interno entre ministérios especificamente sobre vacinas a que esta Comissão possa ter acesso e também as desses ministros para o Presidente da República, porque, com essas comunicações em aberto, Sr. Presidente, nós vamos poder identificar qual foi o ministro que mais mal influenciou o Presidente, qual foi o ministro que melhor orientou o Presidente. E nós queremos toda a comunicação do MRE para as embaixadas no mundo, especialmente dos embaixadores de onde tem os laboratórios de vacinas. Nós queremos todos os ofícios, todas as mensagens relacionados à pandemia, à vacina, à cloroquina, à hidroxicloroquina, ao que tiver. Nós queremos encontrar – não é isso? – quem são os responsáveis pela desgraça brasileira da mortandade que ocorreu? Nessas correspondências, Sr. Presidente, eu tenho a convicção de que nós vamos encontrar quem paralisou as decisões, quem fechou os olhos do Presidente Bolsonaro! Nós vamos encontrar, com certeza!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Senador Humberto Costa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para comunicar à CPI que estamos colocando a termo as requisições da Senadora Kátia Abreu para deliberação, espero, o quanto antes desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será pautado para votar na reunião de quinta-feira.

Senador Humberto Costa, por 15 minutos. Por favor, vamos respeitar os 15 minutos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Mas logo no meu? Mas logo no meu? (*Risos.*)

Depois do interrogatório do Presidente Renan e da fala da Senadora Kátia Abreu, fica muito difícil a gente poder falar e encontrar o que perguntar, mas eu vou fazer um esforço aqui.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro...

Eu quero começar perguntando uma das poucas coisas que não perguntaram. Diz respeito ao Brasil em relação à Rússia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo Trump alega, por intermédio do relatório do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, de 2020, que, sob a gestão de Trump, conseguiu impedir que o Governo Federal do Brasil comprasse "a maligna (sic)", a vacina Sputnik V.

É verdade? Os Estados Unidos pressionaram o Brasil para não comprar a Sputnik? É verdade que o Brasil acedeu a essas pressões?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Eu jamais recebi nenhuma pressão nesse sentido, nenhum contato nesse sentido de qualquer autoridade americana e não tenho conhecimento de nenhuma outra autoridade brasileira que tenha recebido esse tipo de pressão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem. Então, o departamento de saúde norte-americano publicou uma notícia falsa ou, então, como neste Governo quem e da área não exerce o seu papel, tem que outro fazer, pode ser que o Wajngarten tenha rejeitado essa vacina vinda lá da Rússia. Bom...

Mas, Sr. Presidente, eu me lembro de, há pouco, o Ministro Queiroga, lá na OMS, fazendo um verdadeiro pedido de misericórdia, pedindo vacinas. Só que o Brasil, quando poderia ter adquirido... Tem uma certa controvérsia aí, se podíamos comprar 50% ou se podíamos comprar 30%. Mas, comprando para 30% ou para 50%, é muita coisa. Para 30%, seriam 140 milhões de doses, e o Brasil adquiriu só 47 milhões de doses, que não recebeu até agora.

A revista *Época* diz que V. Sa. era contra. Que teria sido a representante do Brasil em Genebra, Maria Nazareth Farani Azevêdo – que poderá vir aqui para dizer se é verdade ou não –, que teria convencido V. Sa., de última hora, de aderir ao Covax Facility, mesmo assim com atraso, mesmo assim não participou da primeira reunião, que houve ainda no mês de abril, mesmo assim sem garantir o interesse do Brasil.

É fato que a Dra. Maria Nazareth foi que convenceu o senhor?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não é fato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A decisão de que não seriam os 210 milhões de doses, mas que seriam 47 milhões de doses, o senhor confirma que não foi sua, foi do Ministério da Saúde, né?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não foi minha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Ministro Pazuello, amanhã, vai ter que explicar muita coisa. E essa aí não está nos processos ainda não, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão... Eu não teria muito o que dizer depois do que falou a Senadora Kátia Abreu, em termos do que prejudicou a relação Brasil e China a postura do nosso ministério, mas tem um fato... Eu fui Ministro da Saúde, fiz muitas viagens internacionais, e existe uma liturgia, um protocolo, um conjunto de regras que os países adotam entre si nesse relacionamento. Um deles, a não interferência, ou, então, fazê-lo de maneira formal, se tiver configurada alguma situação que justifique. O que aconteceu aqui, no Brasil? O Sr. Eduardo Bolsonaro fez um comentário desairoso à China, inclusive, sem ter a dimensão do cargo que ocupava, porque era Presidente de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o Embaixador chinês respondeu, V. Sa. assumiu as dores do Deputado Eduardo Bolsonaro e, articulado com o Presidente da República, fez gestões junto ao Chanceler da China, ao Ministro de Relações Exteriores para trocar o Embaixador da China no Brasil. Pode existir ofensa diplomática maior do que essa, Ministro? Me responda, por favor.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pode. Uma grande ofensa diplomática foi cometida pelo Embaixador da China ao retuitar uma postagem em que dizia: "A família Bolsonaro é o veneno do Brasil".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Porque contestou o filhinho do Presidente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O senhor acha normal? Bom, não posso perguntar ao senhor. Mas ali, sim, me parece que é algo muito grave quando um Embaixador, que está comprometido com os princípios da Convenção de Viena, com a prática diplomática, retuíta uma publicação que diz que o Chefe de Estado daquele país, a família daquele Chefe de Estado é o veneno do Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Agora, o Deputado Bolsonaro podia dizer o que quisesse da China?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não. Nós, inclusive, na nota, porque tivemos que responder a essa troca de mensagens, digamos, chamei a atenção para o fato de que não endossávamos as falas do Deputado Eduardo Bolsonaro, mas que o comportamento do embaixador... O embaixador, de acordo com a Convenção de Viena, de acordo com a prática diplomática, está sujeito a determinados limites na sua atuação que são diferentes dos limites de um Parlamentar ou de um cidadão de um país onde ele exerce as suas funções.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Então V. Exa., V. Sa. confirmou que realmente houve um pedido do Brasil pela substituição do Embaixador, não é?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu escrevi ao Chanceler da China com queixas sobre a atuação do Embaixador da China...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Era uma coisa tão difícil.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... em nome das boas relações Brasil-China.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O ex-Ministro Mandetta aqui disse que teve que fazer uma reunião na Opas com o Embaixador da China porque o Deputado Eduardo Bolsonaro não queria permitir que ele fizesse essa reunião lá, no Palácio do Planalto, para discutir, exatamente, insumos, equipamentos, uma série de coisas para o enfrentamento à pandemia. Foi o Ministro Mandetta que falou aqui.

Eu pergunto a V. Sa.: V. Sa. concorda com aquele discurso que o Senador Renan reproduziu aqui, feito pelo Presidente da República, de que a Covid, de que o coronavírus foi gerado em laboratório, é parte de uma guerra biológica, que tem um país que quer aproveitar isso para dominar o mundo e que a pandemia é uma coisa produzida... Eu pergunto só se o senhor concorda com isso.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O senhor pode repetir exatamente a declaração em que perguntou se eu concordo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A declaração do Presidente da República de que não se sabe se esse vírus foi gerado em laboratório ou não – foi agora, há poucos dias –, que, na verdade, serviu ao interesse de um país que, inclusive, foi o único a ter o crescimento do seu produto interno bruto em 2020. Bom, para bom entendedor, basta saber que é a China. Eu pergunto se o senhor, como diplomata, concorda com essa colocação.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, em primeiro lugar, não quero comentar uma declaração do Presidente da República aqui, mas eu jamais fiz qualquer declaração que desse a entender...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É sempre assim. É sempre assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É só uma pergunta simples... É simples.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não tem...

Agora veja... O Brasil está de cabeça para baixo, infelizmente. Veja, o Ministério da Saúde é um ministério que tem uma expertise histórica de comprar vacina, de comprar medicamento, de montar programas com compras internacionais. Quando se chega à discussão do contrato com a Pfizer, o Ministério da Saúde não participa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério das Relações Exteriores poderia ter sido um fator de facilitação para que muitos desses contratos internacionais pudessem ser feitos. Segundo ele, o Ministério das Relações internacionais não participa... Ele soube ir aos Estados Unidos para receber dois milhões de comprimidos de cloroquina que os americanos estavam desovando, mas não foi capaz de participar dessa negociação da Pfizer, quer dizer capaz, se chamaram o senhor, porque esse negócio é muito obscuro! O Secretário de Comunicação do Governo é que recebe uma autorização do Presidente para negociar um contrato bilionário de vacina!

Então, o Governo está de cabeça para baixo: quem negocia as coisas da saúde é o Secretário de Comunicação, e nem o Ministério da Saúde, e nem o Ministério das Relações Exteriores têm qualquer participação em algo que deveriam ter.

Aí é bom, inclusive, a gente responder aqui ao Senador Marcos Rogério: nós aqui não estamos discutindo uma carta, não é uma carta de amor, é uma carta que comprova que, durante três meses, já ao final do processo, o Governo não teve iniciativa, competência para comprar as 100 milhões de doses de vacinas que foram oferecidas ao Brasil. Não é uma discussão aqui de carta, nem de cloroquina, não.

Quantas pessoas poderiam ter tido as suas vidas salvas se, em dezembro, nós tivéssemos começado a fazer vacinação com as vacinas da Pfizer? Quantas? É isso que está em discussão aqui – é isso que está em discussão aqui.

Mas, Sr. Presidente, eu quero terminar aqui a minha fala, já que não tem mais pergunta fazer... Renan já fez quase todas elas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – O pior é que não tive muitas respostas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria ajudá-lo na elaboração do seu relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou fazer uma interpretação aqui de o que aconteceu: primeiro, o grande responsável por tudo se chama Pazuello, que estará aqui amanhã. Ninguém fez nada neste Governo. "Foi o Pazuello". "Foi o Ministro da Saúde, foi o Ministro da Saúde"... Amanhã ele vai ter que responder.

Na verdade, vai ser difícil a gente olhar para o Dr. Pazuello ali e não enxergar o Presidente Jair Bolsonaro sentado, porque tudo que ele fez, ele fez questão de dizer: "Um manda, o outro obedece". Então, se não comprou 30% ou 50% da Covax Facility, Bolsonaro! Se criou problema na relação com a China, Bolsonaro! É isso, é isso que nós vamos ter que escrever no nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, nós tivemos uma política externa que foi inspirada por uma figura sombria chamada Steve Bannon, preso porque estava roubando dinheiro da construção do muro para separar o México do Brasil. Steve Bannon, juntamente com o grande astrólogo, o Dr. Carvalho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... Olavo de Carvalho, inspiraram a política externa brasileira; uma política, Sr. Presidente, que representou uma aliança político-ideológica inteiramente subalterna à extrema-direita norte-americana. A Senadora Kátia disse muito bem: foi mais... não foi nem de um governo, foi de uma corrente política que estava no Governo dos Estados Unidos. Renunciou a uma política externa própria, respeitada mundialmente. E eu não estou falando dos Governos do PT só não, vem de muito tempo. Acabamos com esse respeito que havia e que se baseava no interesse nacional. Passamos a agir de acordo com os interesses estratégicos dos Estados Unidos. Partimos para um isolamento internacional. O próprio Ministro reivindicou a condição de pária para o Brasil numa das suas manifestações.

E agora viramos o quê? Uma ameaça sanitária mundial. Brasileiros estão impedidos de circular em vários países do mundo.

A subordinação da política externa do Brasil a um governo representou isso. É isto que nós estamos vivendo hoje: um isolamento a partir de concepções pré-iluministas que foram adotadas e que acham que difundir valores universais, como direitos humanos, democracia, meio ambiente, representam uma ameaça ao nosso Ocidente cristão. Ele próprio já disse que o globalismo é inspirado pelo marxismo cultural.

E, então, todos os países que ameaçam a hegemonia dos Estados Unidos têm que ser atacados, não podem ter espaço. Então, a China e a Rússia, nas suas ações, estariam atacando o Ocidente.

E aí eu vou dizer: a política externa brasileira, durante esse Governo Bolsonaro e a pandemia, foi um braço internacional da tese da imunidade de rebanho. O desinteresse em conseguir vacina, o desinteresse em conseguir os insumos, o desinteresse em ajudar a que o isolamento social acontecesse é um braço dessa política, Sr. Presidente; sabotaram o tempo inteiro a relação do Brasil com a China. E assim, na visão deles, enquanto o mundo estava fechado, as economias paradas, a gente tinha que ir para rua para não seguir esse intento que os comunistas queriam impor ao nosso País. Por isso a política externa brasileira sabotou a estratégia do isolamento social, da vacinação e da cooperação internacional, e hoje estamos vivendo essa tragédia, que é sanitária, que é econômica, que é social e que é um drama para o nosso País.

Sr. Relator, V. Exa. – vou concluir – terá que se lembrar muito bem do nome do ex-Ministro Ernesto Araújo na hora de escrever o seu relatório desta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por modo remoto, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. ex-Chanceler, Senadoras, Senadores, eu, no início, apenas queria fazer aqui uma observação sobre o que disse o Senador Humberto Costa, salientando que eu concordo com tudo o que ele disse. É apenas uma observação que eu acho que torna mais grave ainda essa diplomacia do ex-Chanceler e do Governo Bolsonaro: não foi seguindo a estratégia do Estados Unidos da América; foi seguindo a estratégia do Governo Trump, de extrema-direita, com sérias posições ideológicas – o senhor mesmo citou aí o Steve Bannon, que está preso. E, com isso, criou uma animosidade hoje com o Governo atual, o Governo Biden, lembrando que o Brasil, se não me engano, se não me falha a memória, da América Latina foi o último país a reconhecer a vitória do Governo Biden. É quase que... também é quase que uma ofensa à democracia americana e ao atual Presidente Biden, que, evidentemente, não tem também toda essa simpatia pelo Brasil, pelo Governo Bolsonaro.

Mas, aqui, eu queria voltar ao presente. Eu queria lembrar que, hoje, nós estamos vivendo um momento muito grave ainda, e às vezes a gente esquece que esse momento está muito grave: nós estamos com uma média de 2 mil mortes diárias, 2 mil óbitos diários. Hoje, no jornal *O Globo* – eu não sei se os senhores leram –, fala-se de alguns cientistas preocupados com a terceira onda. Por que estão preocupados? Porque foi relaxado o distanciamento social – e o primeiro a fazê-lo foi o próprio Presidente da República –, e nós estamos numa crise de vacina: tanto o Butantan, quanto a Fiocruz pararam suas produções. Nós dependemos deles dois, nós só temos as vacinas deles dois! Pararam as suas produções! Então, o ritmo de vacinação vai cair mais ainda, e essa ameaça se torna mais latente ainda.

E, por coincidência – e eu chego ao Ministro –, a cessação de vinda de IFAs da China para o Butantan, e me parece que para a Fiocruz também, começou praticamente no dia seguinte em que o Presidente da República fez essa declaração de que se tratava de uma guerra química, proveniente do país "pá-pá-pá", que insinuou que era a China. Foi no dia seguinte! De lá pra cá, nós tivemos a suspensão do envio dos IFAs da China para os dois institutos brasileiros.

Aí, a minha pergunta vai ser muito rápida e muito objetiva: todos esses fatos aqui levantados pela Senadora Kátia, pelo Senador Renan, pelo Senador Humberto, tudo isso em conjunto, nesta época em que nós estamos precisando desesperadamente da China e vamos precisar do Governo Biden agora também, porque vai ser a alternativa que nós vamos ter, isto – eu vou fazer uma pergunta, eu estou querendo a objetividade, porque a minha preocupação é agora, como se fosse uma prova de múltipla escolha – isto é uma boa diplomacia? Um. Dois: ajuda... aumenta ou diminui a boa vontade da China conosco?

Responda só essas três perguntas e tudo que os outros falaram. Para mim, já estou satisfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Bem, o senhor perguntou se isso é uma boa diplomacia, mas infelizmente V. Exa. fez uma descrição que parece incorreta da nossa diplomacia, da nossa atuação. Portanto, o que eu posso responder é que não há nenhuma indicação de que nada na nossa política externa tenha sido responsável pelo atraso que houve de insumos em janeiro, quando eu estava no cargo. Então, tenho os elementos para afirmar. E, agora, no momento, o atraso que está havendo agora, não tenho os elementos, não estou de posse das comunicações que estão sendo trocadas, mas não acho que, como precedente...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Tasso, por gentileza.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Estou perguntando se esse conjunto de incidentes protagonizados por V. Sa. e pelo Presidente da República, e mais as críticas à OMS – enfim, já foi descrita por aí –, é uma boa diplomacia com a China. Não a geral; especificamente, esse conjunto de incidentes provocados pelos filhos do Presidente Bolsonaro, pelo Presidente Bolsonaro e por V. Sa., se isso é uma boa diplomacia com a China.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Ainda temos esse problema de que esses fatos foram descritos, peço vênia, de maneira incorreta por V. Exa., mas, então, o que eu vou dizer é que a minha diplomacia, tenho certeza, foi uma boa diplomacia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu perguntei: essa sua diplomacia de pedir a expulsão, a troca de embaixadores, essa sua diplomacia desses artigos que V. Exa. fez, dos seus tuítes etc., mais do Presidente da República, eu descrevi incorretamente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, porque V. Exa. descreveu como uma atitude de hostilidade, o senhor descreveu de uma maneira, enfim, que não corresponde à realidade daqueles momentos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Está bom. Então, eu não sei mais o que é realidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Próximo inscrito, Senador Eduardo Girão.

V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, paz e bem, Sr. Presidente.

Seja muito bem-vindo, ex-Ministro Ernesto Araújo, a esta Casa.

O senhor, não é a primeira vez que vem aqui, já veio outras vezes. E, na última sessão, eu confesso que eu não consegui ficar até o final, tamanhos os ataques que o senhor recebeu antes de ter sido desligado do Governo. Eu acho que a gente precisa... A regra da boa convivência é o respeito. Hoje, nós estamos aqui no Senado, amanhã nós estamos em uma outra missão na vida privada, enfim, mas eu acho que nada justifica que a gente possa agredir as pessoas, como eu vi o senhor na última sessão aqui – não desta vez; desta vez eu até reconheço o tratamento do Senador Renan Calheiros, tratamento mais polido nesta sessão.

Mas eu vejo que esta CPI está enveredando por um caminho um pouco preocupante realmente. É a primeira CPI – que a gente vê que teve realmente uma certa expectativa da população brasileira – que simplesmente fecha os olhos para a corrupção; que é um valor fundamental do povo brasileiro o combate à impunidade, à corrupção. Até agora, é a terceira semana de oitivas, e a gente espera, cobra que possamos rastrear os bilhões de reais enviados de verbas federais para Estados e Municípios. O meu requerimento, assinado por 45 Senadores, apensado ao requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, até agora é ignorado por esta Comissão. E o povo brasileiro quer uma resposta com relação a isso.

Mas a gente vai continuar combatendo o bom combate. Eu acredito que a pacificação é importantíssima neste momento da Nação, o diálogo... Existe muita intolerância de um lado e de outro. Intolerância é uma marca que está muito forte hoje. Nós somos, como eu disse aqui no início, um povo, uma Nação. Precisamos conviver entre irmãos, e a gente percebe que ainda existe uma guerra obsessiva aqui nesta Casa visando a um projeto de poder. Para mim, com todas as críticas que eu tenho ao Governo, ao Presidente da República, ainda não aceitaram que ele venceu a eleição e que está ficando em segundo plano, neste momento, qualquer tipo de análise mais aprofundada do que tem acontecido no País.

Eu vejo, com todo respeito a quem pensa diferente, muita hipocrisia. Quando a gente aponta um dedo, aprendi isso, quando a gente aponta um dedo, tem três dedos voltando para a gente. É o julgamento. E isso de uma certa forma contamina o ambiente democrático que a gente vê. Então, assim... A gente sabe que o senhor saiu há pouco tempo do Ministério das Relações Exteriores – tenho perguntas nesse sentido para o senhor –, mas que tem respondido aqui, pelo menos, de forma muito serena as perguntas que têm sido feitas.

Eu quero colocar para o senhor o seguinte com relação à crise do oxigênio no Amazonas. Durante o pico das internações, em janeiro de 2021, existia uma demanda de 76,5 mil metros cúbicos, enquanto a produção dos três maiores fornecedores do Brasil soma 28,2 metros cúbicos, demonstrando a necessidade de importação. Eu pergunto ao senhor: na sua gestão, como foi a atuação do Ministério das Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores para auxiliar na solução da crise do oxigênio de Manaus? Até porque nós temos ali uma fronteira com países vizinhos da América do Sul, e, de alguma forma, se poderia fazer alguma ação nesse sentido. Houve ou não houve, Ministro?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Bem, nesse, como acho em todos os casos da pandemia, o Itamaraty age quando instado, quando orientado, no caso, pelo Ministério da Saúde, já que não teríamos como avaliar as necessidades eventuais de demanda para Manaus ou para outros destinos.

Houve um determinado momento, no auge da crise, em que eu fui procurado, o Itamaraty foi procurado por Parlamentares do Amazonas e pelo Governador do Amazonas com a demanda de que se trouxesse um avião capaz de transportar oxigênio no Brasil, no entendimento de que não havia avião para transporte, de que haveria oxigênio em outras partes do Brasil, e nós atuamos para viabilizar isso, com o Chile primeiro, não deu certo, não foi possível, depois com os Estados Unidos, estava tudo pronto, mas depois se verificou que não, que a demanda era por oxigênio e não pelo avião. Aí, insistentemente, pedimos especificações, no caso ao Governo do Amazonas, mas também em contato com o Ministério da Saúde, para pedir uma doação, no caso, dos Estados Unidos, pois já estavam mobilizados, mas não vieram tempestivamente. Pouco tempo depois os Estados Unidos doaram concentradores de oxigênio capazes de contribuir para essa crise. E, em relação aos países vizinhos, houve um oferecimento de doação da Venezuela, acho que mais especificamente do Estado venezuelano de Bolívar ao Estado do Amazonas, que nos chegou e foi tramitado normalmente pela Agência Brasileira de Cooperação, que é uma instância do Itamaraty e viabilizou essa doação para Manaus.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Eu queria perguntar para o senhor também o seguinte... É fato, isso não é a gente procurar dourar a pílula, isso são fatos: o Brasil hoje, graças a Deus, é o quarto país do *ranking* total de doses de vacinas aplicadas – são 57,9 milhões de doses. Eu pergunto ao senhor: na sua gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, no que efetivamente contribuiu o seu trabalho para essa quantidade que hoje nós temos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Obrigado, Senador.

Com a Índia, muito diretamente, os 4 milhões de doses de vacinas que vieram prontas da Índia tiveram acho que uma contribuição grande da minha interlocução pessoal com o Chanceler indiano. Foi um momento em que a Índia estava começando sua vacinação, com restrições à exportação, e isso se deveu, em grande parte – o Brasil foi o primeiro País, junto com o Marrocos, a receber doações, não doações, a receber exportações de vacinas da Índia –, à atuação do Itamaraty.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A liberação dos insumos provenientes da China também teve atuação grande ligada à nossa Embaixada em Pequim, é claro, coordenada por nós aqui, por mim, em Brasília, para navegar na burocracia chinesa, que era muito complexa, e que permitiu identificar sempre o que era preciso fazer, os passos burocráticos para liberar tanto o primeiro carregamento, que chegou em janeiro, quanto os posteriores. A embaixada atua diretamente. Pessoalmente, eu me dirigi, no caso, por carta, porque era o melhor meio, ao Chanceler chinês, e acho que essa carta terá contribuído para a liberação desses insumos. No total, acho que os insumos para a AstraZeneca que foram liberados pela China durante a minha gestão correspondem a mais ou menos uns 33 milhões de doses.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ministro, o senhor falou aí, respondendo às perguntas do Senador Renan Calheiros, com relação à postura algumas vezes, digamos, dúbia – não sei se essa é a palavra que a gente pode colocar – da OMS (Organização Mundial da Saúde).

Eu lembro bem – esta foi uma das perguntas que eu fiz ao ex-Ministro Mandetta – que o Brasil tinha, logo no início de janeiro de 2020, emitido um comunicado para a OMS perguntando se era pandemia o que a gente estava vivendo, e a OMS respondeu, com atraso, cerca de um mês depois, dizendo que não era pandemia. Inclusive, esta foi uma pergunta que eu fiz ao Ministro Mandetta, que não me respondeu a contento: por que ele não cancelou o Carnaval, já que, quando a OMS depois reconheceu o erro e disse que era pandemia, dava tempo de cancelar o Carnaval no Brasil naquele momento?

A OMS, por essas e outras atitudes, por exemplo, no momento em que se salvam vidas, em que se busca salvar vidas, colocou como atividade essencial – essencial! –, logo no início da pandemia, o aborto. Então, assim, é algo que me passa a impressão de que virou uma casa política realmente a Organização Mundial de Saúde.

Eu queria lhe perguntar: em que ponto isso, de alguma forma, pode ter deixado o Governo brasileiro reticente com estas posições dúbias de dizer que não era pandemia e de depois atrasar e dizer que era pandemia, com toda essa confusão ideológica que existe dentro da OMS?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Muito obrigado, Senador.

Sim, certamente, essas dubiedades, essas idas e vindas da OMS afetaram a nossa percepção sobre a eficiência da organização no momento mais importante da vida dessa organização, talvez, que é o do gerenciamento da pandemia.

Não estamos atribuindo... Acho que nunca atribuímos isso à má-fé, mas há um problema de tomada de decisão e de comunicação de orientações, parece-nos, dentro da OMS, tanto que não só o Brasil, mas outros países têm advogado pela reforma da organização com mais transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é claro que isso, acho, deixou não só o Brasil, mas todos os países do mundo, talvez, inseguros em relação àquilo que provém da OMS, porque... Há o exemplo de que o senhor falou: perguntamos se era pandemia, demoraram a dizer que não, e depois era. Então, será que ações sucessivas da OMS estarão sujeitas a esse tipo de retrocesso depois? Acho que isso cria uma insegurança. É a isso que nós nos opomos com um olhar crítico, não com um olhar de que não deve existir a OMS ou de que queremos, digamos, modificar completamente o sistema multilateral. Não! O sistema tem que funcionar do jeito que ele é suposto para funcionar.

Eu acho muito importante mencionar que existe essa atitude crítica, mas ela, repito, não afetou de forma nenhuma a nossa participação, por exemplo, no Covax. Ela nos fez tomar mais atenção, evidentemente, para o Covax naquele momento. É bom lembrar que o Covax é algo em que nós despendemos dinheiro, despendemos recursos públicos. Investimos, se não me engano, US$148 milhões já, com a previsão de mais trezentos e tantos milhões de dólares. Então, não é simplesmente nos colocar como um receptor. Nós contribuímos e, então, temos responsabilidade. Tínhamos e temos uma responsabilidade maior ainda em verificar o que era aquela iniciativa, qual seria a sua governança, assim como outros países também. E nenhum país pulou no primeiro dia para assinar, mesmo porque não havia ainda um modelo de contrato. Todos os países quiseram analisar isso diante da importância da iniciativa e diante também desse histórico da OMS. Mas embarcamos nisso.

Se me permite, Senador, há só um detalhe sobre a Covax – não é diretamente a sua pergunta, mas acho que esclarece também o contexto que foi tratado em perguntas anteriores –, ontem mesmo eu li uma matéria dizendo que... A imprensa dizendo que a Covax – a OMS, a Covax – está com muita dificuldade de entregar as vacinas prometidas para todo mundo, para todos os países que estão esperando essas vacinas. Portanto, isso, de forma nenhuma, pode ser atribuído a um problema do Brasil, a um problema da nossa percepção em relação à OMS.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A última pergunta, Chanceler, é a seguinte: o senhor é uma pessoa muito viajada, que tem contatos com muitos outros Embaixadores, é estudioso no tema, dedicado... Eu lhe pergunto o seguinte: em algum outro país do globo, existe essa guerra política no momento em que todos deveríamos estar unidos para buscar soluções? Existe toda essa atmosfera de guerra política que a gente vê no Brasil hoje? O senhor se sinta muito à vontade para responder, porque eu emendo com outra pergunta: será por que é um Governo conservador que está existindo, de uma certa forma, uma perseguição com relação ao resultado do trabalho até aqui desse Governo? Será que existe alguma conotação ideológica por causa disso?

Essa é a pergunta final que eu queria fazer por hoje, fazendo uma solicitação, mais uma vez, ao Presidente e ao Relator: que a gente possa fazer nesta CPI, como aconteceu na CPI do Mensalão, no petrolão, nos anões do orçamento, com que seja rastreado o dinheiro de corrupção, porque é isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu convido aqui para gente ir ao Entorno de Brasília, por exemplo, é este o sentimento que a população lá fora tem: por que não está se vendo toda a verdade, e, sim, apenas uma parte da verdade? Esse sentimento cresce e a gente precisa ouvir o que a população está dizendo, até para ter crédito realmente esta CPI.

Muito obrigado.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Na minha experiência e tanto quanto eu tenho acompanhado, acho que V. Exa. tem razão: não vejo nenhum país onde tenha surgido uma atmosfera de, digamos, politização como no Brasil, uma atmosfera onde praticamente qualquer iniciativa mencionada pelo Presidente da República foi sistematicamente atacada por correntes políticas a ele opostas antes de se ter dado sobre o mérito científico, técnico dessas iniciativas. Eu acho que em nenhum outro país há essa crítica tão violenta, que ignora aquilo que foi feito e ignora que aquilo que não foi feito não o foi pela circunstância de desafio da pandemia. E é uma crítica que também ignora a situação em outros países, não é? Muitas vezes a gente tinha impressão de que somente no Brasil nós não temos todas as vacinas que gostaríamos, que somente no Brasil nós temos determinados desafios.

Acabei de citar que a Covax, enfim, a OMS está declarando que tem problemas para entregar vacinas para todo o mundo. Países de menores populações, se não me engano, como Paquistão, Bangladesh, não receberam ainda nenhuma vacina da Covax, por exemplo.

Então, me parece que é um olhar, que existe um olhar que ignora o resto do mundo, que ignora que nós estamos dentro de uma situação – e não é corrida para estar melhor ou pior do que ninguém –, mas que, dentro dos parâmetros que existem, o Brasil, claramente, em nenhum parâmetro, é um dos piores países do mundo, longe disso. Na maioria dos parâmetros, é um dos melhores, e isso é um resultado, evidentemente, da gestão da pandemia.

Outra dimensão que eu acho que é ignorada e que eu não vejo outros países ignorarem é o esforço para a proteção da nossa população mais vulnerável, o auxílio emergencial, tudo o que isso custou aos contribuintes brasileiros. Eu, pessoalmente, em intervenções nos vários debates de chanceleres que houve ao longo desse tempo, por videoconferência geralmente, sempre insisti: "Olha, além do combate à Covid, quero mencionar aqui que o Brasil dedicou tantas centenas, bilhões de dólares para as populações mais vulneráveis." É que também se propalou aqui, internamente – esse é que é o problema, a imagem é transferida para o resto do mundo –, que o Presidente e o Governo não se importavam com as pessoas, quando, na verdade, foram feitos esses gastos em benefício dos mais vulneráveis, quando foram feitos os gastos de aparelhamento dos Estados e do sistema de saúde, de modo que... Claro, há países em que há discussão muito intensa. Hoje, na França e em vários países europeus, nos próprios Estados Unidos, houve muita discussão, e eu acho que tem uma correlação, sim, com a proposta política do Presidente. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

acho que a tendência é que uma proposta conservadora... Acho que se sabe da popularidade dessa proposta, da força política que ela tem e, infelizmente, na minha avaliação, pelo que tenho visto, houve essa tentativa de, digamos, desmerecer tudo o que era feito por este Governo em função de dados da pandemia.

Essa é a minha resposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Começo, Sr. Presidente, achando que há uma contaminação muito grande com a falta da verdade, inclusive com a fala do Senador Eduardo Girão. Ele disse que o Brasil é o quarto país que mais vacinou. O Brasil vacinou, da primeira e segunda doses, 9,7% da população. Da primeira dose... Primeira e segunda doses, 9,7% da população; segunda dose, em torno de 18%. Só para V. Exa. ter uma ideia: 47% dos idosos ainda não tomaram a segunda dose porque faltou insumo para o Butantan produzir, tanto quanto a Fiocruz.

Então, essa é uma coisa que virou um sistema quase que crônico e que me lembra muito bem um artigo feito por meu patrício Ruy Barbosa – quem quiser pegar, leia: *A Mentira.* Aliás, Ruy Barbosa dizia o seguinte: depois de apontar tantos defeitos para um torto – dizia-se assim – ainda por cima mente! É isso que aqui nós temos que colocar... Não é possível que se ache que a política da saúde no Brasil foi feita de forma correta, que nós temos vacina sobrando! Não se chegou a 10% da primeira e da segunda dose.

O Ministro Ernesto Araújo disse que o Brasil foi o primeiro país a participar da reunião do consórcio Covax Facility. Em abril, foi a primeira reunião, não tinha um representante do Brasil nem da diplomacia do Brasil naquela reunião. A outra reunião foi em maio, liderada pela Espanha, pela França, pelos países árabes, e não tinha um representante do Brasil. Só tomou iniciativa em junho. Então, o Ministro faltou com a verdade. Ele não falou aquilo que realmente aconteceu. Ministro, em abril, na primeira reunião do consórcio, não tinha um representante da diplomacia brasileira – nem em abril, nem em maio. O Ministério das Relações Exteriores se manifestou em junho. Então, é completamente descabida a colocação que V. Sa. fez.

Em segundo lugar, chegou ao ponto, por vacina, de o Congresso Nacional se manifestar. O Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, apelou, com a Senadora Kátia, para que os Estados Unidos socorressem o Brasil. O Presidente Rodrigo Pacheco fez uma carta à Vice-Presidente americana, Kamala Harris, para pedir vacina, e não foi atendido. Não é possível que nós estejamos já no mês de maio... Vacinaram-se da primeira e da segunda dose nem 10%, e o Brasil é o país que mais vacina. O Brasil tem, o País tem uma capacidade de rede básica instalada em todos os Estados para vacinar até 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

milhões de pessoas por dia, mas falta vacina. Está faltando vacina, isso é óbvio. Quem diz o contrário não está falando a verdade, ou melhor, está brigando com a verdade. Essa é a grande realidade.

Portanto, eu queria perguntar ao Ministro se ele realmente concordava ou concorda ainda com mais de 15 declarações do Presidente da República dizendo que não ia comprar a vacina. Estão aqui no meu celular. Se quiser, eu boto, ao vivo, o Presidente Bolsonaro dizendo, em agosto, setembro, outubro, novembro, que não ia comprar vacina. Chegou ao ponto de dizer que alguém que tomasse vacina ia virar jacaré, lá em Porto Seguro. "Eu sou o Presidente e eu mando." V. Sa. era muito alinhado com a política do Presidente. Na área de saúde, eu queria perguntar se, naquele tempo em que o Presidente falava isso, V. Exa. concordava que ia virar jacaré, que não ia comprar vacina, que, enquanto ele fosse Presidente, não ia comprar? O senhor tomou alguma decisão nesse sentido, já que o senhor defende a vacinação como estava fazendo agora aqui? Concorda com o Presidente ou discorda dele? Aqui estão – se eu quiser, posso refrescar a sua memória – 15 declarações do Presidente contra a vacina. O senhor concorda com o que ele dizia no ano passado e no começo deste ano?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Eu sempre determinei e o Itamaraty executou tudo o que foi necessário, tudo o que nos foi demandado para aquisição de vacinas. Jamais houve qualquer atitude...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, a pergunta é se concorda ou não concorda. Não foi isso que eu perguntei.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, não cabe concordar ou discordar de uma declaração. Inclusive, se o Presidente declarou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É só dizer concordo com o Presidente ou não concordo. Eu pergunto a V. Exa.

V. Exa. fez agora uma declaração como se fosse o maior defensor da vacina e não foi. V. Exa. brigou com a verdade. Fale a verdade. O que se exige de um chanceler é a verdade. Sabe por que, Ministro? Porque a Medicina – a Medicina – quer integralidade, honestidade, verdade sobre os fatos acontecidos.

Estão ali, 436 mil mortos. Ministro, desses 436 mil mortos, 302 mil tinham mais de 60 anos e perderam a aposentadoria. Nas ruas, nas casas do Brasil, choram as viúvas, os órfãos da Covid-19, os avós que perderam os netos. Trezentos e dois mil ficaram sem aposentadoria.

Se buscou vacina, como? O senhor faltou com a verdade. Só em junho se dirigiu ao Covax Facility, o consórcio. Só em junho, está aqui, eu posso provar, inclusive a imprensa já divulgou essa falta de honestidade de V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais, Ministro, o senhor era um grande defensor da política do Presidente Jair Bolsonaro.

Depois que V. Exa. foi demitido, não sei se por merecimento, provavelmente por merecimento, V. Exa. começou a criticar o Governo Bolsonaro. Por exemplo, que termo é esse que o senhor usou aqui? Gato pardo, que termo é esse, Ministro? "Leilões, privatizações, reforma tributária, administrativa, se não for combatida a essência do sistema essas reformas serão 'gatopardo'".

Que termo é esse? É um termo que é usado pelos chanceleres de uma maneira geral? Porque me parece que isso aqui é um termo usado no meio de pessoas que usam de um linguajar completamente inadequado.

O que é "gatopardo"?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

"Gatopardo" é uma referência a um romance do escritor italiano Tomasi di Lampedusa.

Tem uma frase famosa no romance que diz que é preciso que tudo mude para que tudo continue como está.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas o que o senhor está dizendo aqui é diferente.

O "gatopardo" é a articulação política inadequada que queria mudar o Brasil e só a pressão popular pode mudar o Brasil. Então, é isso aqui que está escrito.

Segundo, vou perguntar a V. Sa. também, que defende tanto o Governo.

O Congresso em Foco: "Ernesto Araújo diz que o Governo Bolsonaro é sem alma e sem ideal".

O senhor disse isso, está aqui escrito, no dia 1º de maio de 2021.

O senhor é daquele tipo, sou isso ou aquilo conforme dois pontos? No Governo, defendo, fora do Governo, critico e bato? É isso que eu quero perguntar a V. Sa.

Olhe bem, o senhor é do tipo, sou isso ou aquilo conforme dois pontos? Porque no Governo era só elogio, saiu do Governo, perdeu o cargo, está aqui. O senhor bate forte no Governo Bolsonaro, mas forte, mais do que até um independente como eu.

Por que o senhor mudou de posição?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Ou, então, seria aquela do filósofo baiano lá: "Só não muda de opinião quem não as tem por interesse próprio".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Enquanto estive no Governo, sempre acreditei no Governo como um projeto, como um novo projeto de País, como um novo projeto de Nação, com transformações profundas, procurei falar disso na minha introdução

Não tenho propriamente uma crítica ao Governo como um todo, mas tenho uma crítica ao fato de que isso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas isso aqui é verdade, o senhor disse isso, não é?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor não pode negar, disse ou não disse?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É, que o Brasil... que o Governo foi perdendo a alma e o ideal, no sentido de que...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Perdendo a alma. Então, é o Governo desalmado. Não é isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não é isso, não.

O impulso de transformação do Governo parece que se desgastou, sobretudo ao longo do último ano. Eu acreditava muito nesse impulso, continuo acreditando que é um Governo que tem a capacidade de fazer, de implementar transformações no Brasil, profundas. Então, ao que eu quis me referir é que esse impulso transformador se desgastou.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas, depois que saiu do Governo, começou a bater no Governo. Inclusive, aqui, numa matéria também, o senhor diz textualmente: "O Governo minguou". O Governo minguou. Nem com o Presidente o senhor teve uma diplomacia, porque não precisava sair batendo, não é? Sair batendo no Presidente, serviu a ele tanto tempo, foi tão submisso ao Presidente, a ponto de, numa churrascaria, num jantar com cantores sertanejos, o Presidente agredir a imprensa com palavras de baixo calão – que eu não digo nem sozinho, imagine numa churrascaria –, o senhor bater palma, e eu fiquei preocupada de o senhor quebrar a mão de tanto bater palma para o Presidente quando ele xingou a imprensa! E fica depois criticando o Governo! Esta matéria aqui é só crítica ao Governo o tempo inteiro: que era um Governo que negou, que ia fazer uma transformação que não fez, que ia resolver o problema, mas não, se submeteu ao sistema, se submeteu ao chamado centrão na Câmara dos Deputados... Enfim, é uma mudança tão radical, quase uma transformação grande! Mudar de cor de uma hora para outra assim... Mudar a pelagem e começar a bater no Governo não é próprio de um chanceler que tenha altivez, consciência, formação e não seja nem submisso nem também depois ingrato ao próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República! E olhe que eu discordo completamente da política de saúde do Presidente. Eu não personalizo, não! Eu discuto aqui as questões importantes.

Quando eu vejo mesmo alguém dizer – como disse o Presidente, e o senhor também disse – "comunavírus", querendo atribuir que a China fez o vírus em laboratório, é de uma ignorância sem par! Ministro, até hoje, a ciência não conhece o hospedeiro intermediário do coronavírus, não tem a previsão de qual é o hospedeiro intermediário. Quando o coronavírus surgiu na Ásia Menor... O senhor sabe quando foi que aconteceu? Não sabe. Foi em 2012, o que foi chamado de a Síndrome Respiratória do Oriente Médio, causada por um tipo de coronavírus, o Mers, o MERS-COV, porque tem sete tipos de coronavírus agressivos. Pois bem. Quando surgiu lá, se pensava que era no camelo; na China, se achava que era o rato de bambu, que os chineses usam na alimentação, ou uma parte dos chineses; depois, se pensou que era o morcego; depois, se pensou que era o pangolim. Como é que vai dizer que o vírus foi feito em laboratório? A China é um país que precisa ser respeitado do ponto de vista tecnológico, da ciência, que está oferecendo a nós aqui o insumo farmacológico ativo para produzir a CoronaVac. Então, todas essas declarações foram quando o senhor estava no Governo para agradar e incensar o Presidente da República! Portanto, é preciso corrigir essa falta de verdade, essa briga permanente contra a verdade dos fatos, da ciência na sua integralidade, da honestidade do médico no tratamento com as pessoas.

Eu nunca vi na minha vida, nunca pensei – médico que sou, como o meu amigo aqui, Rogério Carvalho, o Senador Humberto Costa – que o meu País tivesse tanta vaga para charlatão, medicando medicamento que não tem eficácia nenhuma para a doença, tipo hidroxicloroquina, e outros também, em que são levados à população o risco de ter problemas muito graves, inclusive complicações até para levar os pacientes a óbito.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., e não esperava essa transformação tão grande do ex-Chanceler Ernesto Araújo.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Júlio, do Estado do Piauí.

O Piauí foi o primeiro Estado que abriu os braços para receber pacientes do Amazonas, e a gente é muito grato – viu, Júlio? – ao Estado do Piauí e ao povo do Piauí. Muito obrigado pela solidariedade que vocês tiveram com o Amazonas, no momento mais difícil que a gente passou. Muito obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente... Só pela ordem, só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Girão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É rapidamente o meu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Leila.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – ... minha irmã querida, Leila.

É só para fazer aqui um contraponto ao Senador Otto Alencar, que disse que eu faltei com a verdade na pergunta que eu fiz ao nosso ex-Ministro Ernesto Araújo, quando eu falei, através da pergunta, que o Brasil vacinou. Isso é fato, isso é dado que está na mídia. O Brasil vacinou 58.686.976 pessoas. É o total do Consórcio de Imprensa. No mundo, a China...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Girão, vale a primeira e a segunda dose. Seja honesto. Vale a primeira e a segunda dose.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor falou que isso dava 9%, e isso dá quase 15.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A primeira e a segunda dose não chegaram a 10...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agora, eu vou dizer uma coisa: charlatão... Charlatão é quando a gente coloca certas coisas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor botou a carapuça na cabeça.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não, não, negativo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Botou a carapuça na cabeça.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Negativo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor está receitando aí?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quando o senhor coloca que tem gente que morre com medicamentos que existem há décadas, o senhor está sendo mentiroso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mentiroso, não. O senhor me respeite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor está sendo mentiroso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mentiroso, não. Eu estou dizendo que a medicação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... porque aqui nós fizemos, no Plenário do Senado Federal...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ivermectina e cloroquina não têm morte, não. Vamos ouvir os cientistas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Certamente, hoje de manhã V. Exa. se olhou no espelho, sabe que é mentiroso é quer colocar em mim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, mas aí o senhor está incomodado porque eu estou querendo ver o Consórcio do Nordeste. O senhor está incomodado porque eu estou querendo ver o que que está acontecendo na Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não estou, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas nós vamos ver.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vamos ver, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O povo brasileiro quer ver. Ande nas ruas da sua cidade para ver se eles não querem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A gente vê sim, claro que vamos ver...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será que a gente não vai ter uma sessão sem a gente ter que se desgastar?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Prescrever medicação, sem ser médico, é charlatão mesmo!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quem que está prescrevendo? Quem que está prescrevendo aqui?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa., a toda hora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu defendo a autonomia médica! Eu defendo a autonomia médica! Absolutamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Amanheceu o dia, olhou-se no espelho, sabe que é mentiroso e quer colocar em mim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, aí você está sendo agressivo. Eu não vou entrar na sua... Eu não vou entrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra, Senador Randolfe.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – E me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe... (*Pausa.*)

Senador Randolfe...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é rapidinho, é só uma pergunta: eu gostaria de saber a lista de oradores, só para a gente se organizar aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Desculpa... Vem, depois do Senador Randolfe, o Senador Eduardo Braga. Logo após, vêm os inscritos suplentes, que, na ordem, são: o Senador Rogério Carvalho; o Senador Angelo Coronel, de forma remota; Senadora Mara Gabrilli, que vai pela Bancada Feminina, segundo está escrito aqui; Senador Alessandro Vieira; Senador Fernando Bezerra; e Senador Luis Carlos Heinze, inscritos como suplentes. O.k., Senadora?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito. E os não membros da CPI? Só para saber se tem uma lista... Se tem uma lista... É porque me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Devo ter. Vou já... Eu digo já, já, para a senhora, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe com a palavra por 15 minutos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Está aqui: não chega a 12%.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Ontem nós vimos, ontem passou.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Está aqui. Dado oficial.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu acho, Presidente, que cabe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... cabe a V. Exa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Eu não estou mentindo ao falar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Consórcio do Nordeste.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... cabe a V. Exa. esclarecer isso para a opinião pública, porque o senhor é o juiz aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Isso é uma inverdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O consórcio de imprensa. O consórcio de imprensa vale ou não vale?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Aqui é Ministério da Saúde, Ministério...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Brasil é o quarto país em termos absolutos que vacina.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esse copo é meio cheio ou meio vazio? É essa a questão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Ministério da Saúde. O Ministério do seu Governo é que está dizendo isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é. Não, o meu, não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Do seu Governo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O meu, não. Eu tenho críticas a fazer aqui e faço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – ... pelo Bolsonaro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agora, eu acho que a gente tem que fazer a coisa num debate verdadeiro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Está aqui, olhe: o seu Ministério não chegou a 12% primeira e segunda dose. Então, estou falando a verdade. Eu só falo a verdade. Médico não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

pode faltar com a verdade. Eu jurei por Hipócrates. Estou falando aqui a verdade, está aqui: seu Ministério da Saúde é que está dizendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se o senhor quer a verdade, vamos atrás do Consórcio do Nordeste...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Vamos sim, claro. Vai chegar a hora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... junto comigo. Me ajude a ir atrás do Consórcio do Nordeste...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Não tem problema...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... do Governo da Bahia...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Do Governo da Bahia, dos hospitais lá da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, Senador Girão...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, V. Exa. me ajude aí. Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exa. não pode estar deste lado de cá, não, porque nunca receitou nada. Eu tenho 35 anos de política, exerci todos os cargos no Governo e dou ouvido à lei. Precisa respeitar as pessoas. V. Exa. não pode testar...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, Senador Girão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, nós temos todo carinho e respeito pelo senhor. Conheço sua vida, sei que V. Exa. exerceu todos os cargos que um político poderia exercer e não tem absolutamente nada que abone a sua conduta. Em relação a terceiros, nenhum Senador aqui pode ser responsabilizado se houve algum erro no Governo, no Estado, ninguém pode ser responsabilizado por isso. Eu... Nós vamos chegar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Não aceito. Não fica assim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senador Randolfe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor está me ameaçando, Senador? O senhor está me ameaçando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não. Mas, olha, eu, eu, eu tenho o maior respeito aqui pelas pessoas e pelo senhor também, mas não me ameace, não, porque isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso não é uma coisa bacana, tá?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador Otto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não. O senhor falou que eu faltei com a verdade, e eu não faltei com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, essa é a estratégia para que a gente não tenha CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu lhe dei os números aqui, tá? Eu só acho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é estratégia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que ameaça, isso não é por aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O respeito, o respeito da boa convivência, a regra da boa convivência é o respeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. A reunião está suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 13 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 39 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

Sr. Ernesto, eu queria começar indagando ao senhor, pedindo a sua opinião sobre a seguinte declaração e saber de V. Exa. o que acha dessa declaração, como essa relação pode contribuir com nossas relações diplomáticas, sobretudo com a China. Abre aspas:

> É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual país que mais cresceu seu PIB? Eu não vou dizer para vocês.

Sua opinião sobre esse tipo de declaração para as nossas relações com a China.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Senador, obrigado. Eu entendo que a declaração do Presidente da República que o senhor leu não me cabe opinar, ainda mais neste momento, em que não me cabe mais gerir a política externa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor acha que essa opinião contribui com as relações com a China? O senhor acabou de declinar que era uma declaração do Presidente da República, não tinha inclusive nem dito. Mas o senhor acha que isso contribui para termos uma boa relação com a China?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Acho que não me cabe opinar nesse sentido, num sentido outro, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, vamos seguir sobre o Covax Facility.

O senhor aqui destacou, na resposta ao Senador Renan, a aliança mundial de vacinas foi firmada no dia 24 de abril de 2020. O Brasil aderiu em 24 de setembro de 2020. Na sua opinião, o Brasil aderiu no prazo certo, nas condições corretas para imunizar os brasileiros?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo que eu entendo, o Covax Facility, na verdade, não surgiu diretamente em abril, só foi o Acelerador ACT, se não me engano, que foi lançado, que era a iniciativa-mãe, digamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... que tinha a ver tanto com vacinas, quanto com medicamentos e diagnósticos, se não me engano.

E eu acho que falei em alguma resposta anterior: a partir daí, o Itamaraty começou a acompanhar, mesmo se... Não tenho certeza agora se não tinha alguém fisicamente presente representando o Governo brasileiro na primeira reunião, mas acompanhamos em Genebra as primeiras exposições sobre como seria conformado o Covax, o gerenciamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas me permita, é uma pergunta objetiva: o senhor acha que o Brasil aderiu ao acordo no tempo certo, no prazo certo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obviamente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, porque esse caso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor pode me confirmar a data, porque a data do Brasil de adesão ao instrumento foi 24 de setembro de 2020, certo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Creio que é isso, 24.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor acha que foi o tempo certo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, porque nesse período não é que não se fez nada. Durante esse período, houve todo um processo, sobretudo em Genebra, de entendimento de qual seria o conteúdo, entender as cláusulas do contrato de adesão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Quantos países até o dia 24 de setembro já tinham aderido?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu não tenho esse número aqui presente, mas eu sei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu tenho para informar para o senhor, Sr. Presidente, Sr. Relator: até o dia 24 de setembro, 170 países do globo – 170 países do globo – já tinham aderido ao consórcio internacional Covax Facility. O mundo, salvo engano, tem 196 nações independentes – salvo engano. Isso é mais de 80% das nações do globo já aderido ao consórcio internacional.

O senhor – eu repito a pergunta – acha que foi no tempo certo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, Senador, insisto, porque os efeitos da Covax, em termos de recebimento de vacinas, que é o efeito concreto, não são em nada afetados pela data de decisão em contrário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor acha que nós não fomos afetados, hoje, pelo fornecimento?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, eu estou dizendo que o cronograma de recebimento de vacinas não depende da data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor acabou de dizer, ainda há pouco, respondendo, inclusive, ao Senador Girão: "O Brasil está tendo dificuldades com a Covax Facility". A palavra é sua.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ainda há pouco. Certo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Todo mundo, o mundo inteiro está tendo dificuldades com a Covax Facility.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor falou isso, inclusive, criticando a Covax Facility, ainda há pouco.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não foi uma questão de crítica; foi um fato, o fato de que está havendo dificuldades para a entrega das vacinas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para recebimento.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Se tivesse fechado em 50%, o senhor acha que essas dificuldades não seriam menores hoje, não teríamos recebido mais, em vez de termos fechado o contrato de 10%?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não tem como avaliar, Senador. Os fatos que eu tenho para, digamos, comparar são de outros países que fizeram opções de proporções superiores e que também não estão recebendo nem perto daquilo que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas as informações que temos são de que os países que fizeram a opção de receber 50%, e não 10%, hoje, estão recebendo mais do que está recebendo o Brasil, que só optou por 10% proporcionalmente à sua população.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Pode ser, não tenho esse dado, mas, aí, voltamos à questão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, mas eu estou lhe dando esse dado que corresponde à verdade. Veja, se nós tivéssemos adquirido, tivéssemos aderido aos 50%...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... por óbvio, nós estaríamos recebendo mais do que 10%. O senhor não concorda com esse raciocínio? Cinquenta não é maior que dez?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo, mas não quer dizer que o cronograma de entregas seja necessariamente correspondente à essa proporção, mas, aí, nós estamos, então, falando da questão da opção por 10% ou 50%. E, aí, eu volto também ao que já respondi anteriormente, que não é opção pela qual eu participei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Essa opção... Só reiterando, porque eu acho que essa informação é preciosíssima: a decisão por 50%, então, foi do Ministério da Saúde; dos 10%, perdão, foi do Ministério da Saúde?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Entendo que sim; não foi de Itamaraty.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não teve, então, nenhuma participação do Ministério das Relações Exteriores nessa tomada de decisão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Nessa decisão dos 10%, não houve participação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Isso compromete gravemente a participação, amanhã, do Sr. Eduardo Pazuello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só uma pergunta última sobre a Covax Facility, para passarmos adiante: qual foi a participação da Embaixadora Nazareth Azevêdo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo é a chefe da missão Permanente em Genebra, encarregada de acompanhar a OMS, que reportava todas as movimentações na OMS a respeito, enfim, da pandemia, especificamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em relação à Covax Facility?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Especificamente reportava os desdobramentos à Covax Facility e, enfim, respondia nossas perguntas a respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** É verdade que ela foi decisiva para dar a opinião favorável, finalmente, em setembro, depois de 170 países aderirem ao consórcio internacional Covax Facility?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Todas as informações que ela, como chefe da missão, proporcionou ao Governo brasileiro, aqui em Brasília, foram fundamentais para a nossa avaliação da conveniência, porque, repito, a intenção de entrar no consórcio Covax foi registrada oficialmente, por uma carta minha, ao gerente do consórcio, se não me engano, em 2 de julho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu lhe pergunto: qual foi o papel do Ministério das Relações Exteriores para serem firmados os acordos com Oxford para a vacina AstraZeneca ser regulamentada pela Fiocruz e para a vacina CoronaVac? Qual foi o papel do Ministério das Relações Exteriores na aquisição das duas vacinas, na transferência de tecnologia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O senhor mencionou a negociação do contrato, ou seja, das condições?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Certo.

Bem, em ambos os casos, foi apoio secundário, apoio logístico, apenas operacional, digamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Operacional seria qual?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É, digamos, de apoio a trâmites de comunicações, mas nós não participamos da substância da negociação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O senhor manteve algum tipo de contato com alguma outra empresa, produtora e fornecedora de vacinas pelo planeta?

E eu lhe pergunto adicionalmente: qual foi a orientação do Itamaraty sob sua gestão para as embaixadas do Brasil no exterior sobre a aquisição de vacinas?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem... Se eu tive algum contato com representante de empresa produtora de vacinas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não me recordo de nenhum contato, exceto uma visita que eu recebi do ex-Deputado e ex-Governador Rogério Rosso. Entendo que faz parte de uma empresa brasileira que tem interesse na produção de vacinas. Recebi uma visita dele. E não me lembro de outro representante farmacêutico produtor de vacinas.

O senhor perguntava sobre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual a orientação do Itamaraty às embaixadas internacionais?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Como eu disse, no começo da pandemia, ou ainda antes de ser declarada a pandemia, já em janeiro de 2020, pedimos que vários postos no exterior monitorassem o surgimento de iniciativas de produção de vacinas, pesquisa de vacinas e pesquisas de medicamentos. Mas posteriormente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor teria esse documento para declinar para a Comissão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, se não for um documento de natureza sigilosa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Se não, Presidente, estamos declinando para requerer esse documento.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu posso completar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posteriormente, quando surgiram negociações específicas, sempre... E repito o que eu disse na resposta anterior: esse pedido inicial, já em janeiro de 2020, foi já coordenado a partir de um pedido do Ministério da Saúde.

Bem, posteriormente, sempre atuando em coordenação do Ministério da Saúde, atuamos de acordo com as demandas desse ministério, quando era necessário apoiar uma negociação ou outra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em 15 de setembro, a Embaixada brasileira em Washington enviou um comunicado relatando o teor de uma carta emitida pela Pfizer, frisando a necessidade de celeridade e urgência do assunto, que seria a aquisição das vacinas da Pfizer, carta essa que já está de posse da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu lhe pergunto: o senhor comunicou o Presidente da República tão logo recebeu esse comunicado da Embaixada brasileira em Washington?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não comuniquei diretamente. A comunicação da Embaixada em Washington ou telegrama informava que a Embaixada havia recebido uma cópia de uma carta dirigida ao Presidente da República, ao Vice-Presidente, ao Ministro-Chefe da Casa Civil, ao Ministro da Economia e ao Ministro da Saúde, se não me engano. Não houve...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sim, ao Embaixador brasileiro em Washington também...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, ele recebeu uma cópia da carta. O destinatário da carta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sim. O senhor teve conhecimento?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor comunicou ao Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, porque a carta deixava claro que já tinha seguido para o Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas, veja, o senhor não consideraria importante uma carta que o senhor recebe como Ministro Chefe das Relações Exteriores falando sobre vacina no meio de uma pandemia? O senhor não consideraria importante: "Senhor Presidente, veja, é importante isso."?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, veja...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Reiterar essa informação ao Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, veja... Obrigado, Senador. Eu não era destinatário da carta; recebi uma cópia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o destinatário era um subordinado seu...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E, por óbvio, era um subordinado seu porque ele era Embaixador do Brasil em Washington, e a Pfizer é uma empresa norte-americana.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E, se o Embaixador do Brasil em Washington declinou a carta para o senhor, por óbvio, era para o senhor tomar as providências devidas, não é?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. As providências, no caso... Enfim, na questão do destinatário, o meu entendimento é de que a Embaixada em Washington recebeu uma cópia; o Embaixador não era destinatário. Mas, enfim, tive conhecimento do tema, e o telegrama de Washington também esclarecia que a própria Embaixada em Washington já havia antecipado também para a Assessoria Internacional do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, resumindo, o senhor não comunicou ao Presidente da República. E o senhor não comunicou ao Presidente da República porque tinha conhecimento de que o Presidente da República já sabia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Porque presumia que o Presidente da República já soubesse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. O importante da informação é que ele não comunicou ao Presidente da República porque o Itamaraty, na pessoa do Sr. Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores, já tinha a informação de que o Presidente da República sabia da carta da Pfizer, datada de 12 de setembro. Isso só corrobora, Presidente, e muito, o depoimento aqui do CEO da Pfizer e o próprio depoimento do Sr. Fabio Wajngarten.

Dando sequência, Sr. Ernesto, sobre a visita, a cordial visita da delegação brasileira sobre o *spray* nasal em Israel, o senhor informou aqui que o convite partiu do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu. É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É. O Primeiro-Ministro mencionou com grande...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E foi um convite específico em decorrência de buscar medicamentos contra a Covid-19, certo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Foi um telefonema em que o Primeiro-Ministro falou com grande entusiasmo desse medicamento, do *spray* nasal, e de um outro medicamento desenvolvido por outro instituto. Não me recordo exatamente se na conversa ele convidou o Presidente a mandar uma delegação ou se a ideia surgiu diante desse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... entusiasmo do Primeiro-Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então foi...

O senhor sabe de quando foi esse telegrama?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O telefonema?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sim, o telefonema.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não me recordo a data exata. Terá sido em algum momento de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ministro Ernesto, Sr. Ernesto, em informação encaminhada à Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados, o Itamaraty oficialmente... Eu destaco que é uma informação oficial, sob as penas da lei. Em resposta à pergunta sobre o que originou a missão oficial, é dito aqui pelo Itamaraty: "Logo após a assunção do General Gabi Ashkenazi ao cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, em maio de 2020, o então Ministro das Relações Exteriores foi convidado a visitar Israel". Ou seja, em maio, ainda no começo da pandemia. E nesse documento não fala nada especificamente sobre remédios para Covid, sobre vacina. O que está faltando com a verdade: é o senhor aqui ou o documento oficial do Itamaraty à Câmara dos Deputados?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não... Nenhum dos dois, Senador. São informações que se complementam, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas, se se complementam, por que o Itamaraty, em resposta oficial à Câmara dos Deputados, não disse que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma das motivações era um telefonema do Sr. Netanyahu, Primeiro-Ministro de Israel, ao Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, eu acho que... Enfim, faz parte do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Itamaraty omitiu isso.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Se não está presente no relatório, enfim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Itamaraty omitiu.

Muito obrigado.

Dando sequência então... Eu já concluo, Presidente, com a sua condescendência.

Qual a sua opinião sobre o uso de máscaras?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sou a favor do uso de máscaras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas não é o que falava a Fundação Alexandre de Gusmão sob a sua gestão no Itamaraty. Inclusive, foi convidado para falar na Fundação Alexandre de Gusmão o Sr. Carlos Ferraz, que disse: "a nocividade do uso de máscaras".

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Hum...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Após essa declaração em uma palestra da Fundação Alexandre de Gusmão, o Itamaraty emitiu uma nota oficial contra, condenando esse tipo de declaração?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, foi uma palestra organizada pela Fundação Alexandre de Gusmão com diferentes convidados, cada um deles responsável...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Inclusive nessa palestra ninguém rebateu o Sr. Carlos Ferraz.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Cada um é responsável por suas opiniões. Não nos parece que seja...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas veja: não é opinião; é uso de máscaras. É a favor ou é contra o uso de máscaras, medida sanitária com que eu acho que até os negacionistas hoje concordam. Em uma conferência na Fundação Alexandre de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gusmão, vinculada ao Itamaraty, de notório conhecimento, alguém diz lá claramente: "a nocividade do uso de máscaras". Ninguém rebate. Itamaraty e a própria fundação não emitem uma nota condenando?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Teríamos então que emitir notas nos dissociando de várias declarações com as quais não concordamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Ernesto, se trata de uso de máscaras; não se trata de dizer se é de direita ou de esquerda, se tem uma opinião ou outra; se trata de medida básica de ordem sanitária. O senhor não acha que era adequado repelir esse tipo de conduta?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu acho que os convidados vão lá e cada um é responsável por suas opiniões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então o senhor acha que é uma opinião normal alguém dizer, é natural alguém chegar a algum lugar hoje e declarar "a nocividade do uso de máscaras"? É natural, pode fazer isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Mas o que seria natural? Isso foi uma opinião, e tem acho que vários meses dessa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sobre a comitiva a Israel, eu lhe pergunto ainda: o Sr. Max Moura estava nessa comitiva. Qual a participação dele? Qual o papel que ele veio a cumprir?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Ele é assessor direto do Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ele é assessor especial do Presidente da República? Ele é segurança do Presidente da República.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Ele tem um cargo de assessor do Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E ele cumpriu qual papel nessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele é assessor e ligado ao Senador Flávio Bolsonaro e ao Queiroz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ah, muito obrigado pela informação, Relator.

E qual foi o papel dele? O que ele foi fazer lá em Israel? Esse simpático senhor, o que ele foi fazer lá em Israel? Qual era o papel dele? Ele tem especialidade em *spray* nasal, tem especialidade em vacina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, tem alguma especialidade técnica que poderia contribuir com essa viagem que custou, Sr. Relator, meio milhão de reais aos cofres públicos? Meio milhão de reais?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – A missão continha, compreendia dois especialistas de alto nível, um do Ministério da Ciência e Tecnologia, outro do Ministério da Saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, tudo bem, eu sei que tinha. O Sr. Max Moura, o que ele estava fazendo lá? Qual a especialidade do Sr. Max Moura? O que ele conhece de ciência, de tecnologia, de vacina, de remédio, de *spray* nasal? O que que ele conhece? Por que ele foi nessa danada dessa viagem?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. Enfim, o que eu queria apontar na resposta anterior era justamente o fato de que havia outras pessoas na delegação, inclusive, que não somos especialistas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Que outras pessoas tinha, Sr. Ernesto?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... que não somos especialistas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então era um passeio?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Claro que não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então o que estava fazendo, pelo amor de Deus, o Sr. Max Moura se não era um passeio? Se tem uma missão oficial, se o senhor vai, o senhor é chefe do Itamaraty. Se tem uma missão oficial em que vai um ministro da educação, é porque tem algo a ver com educação. O que uma missão oficial do Governo brasileiro, sendo o pretexto ir atrás de *spray* nasal e de vacina, por que essa missão tinha a presença do Sr. Max Moura?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Qual o papel técnico, científico dele?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito, era isso que eu queria contar, Senador. Eu, por exemplo, também não tinha um papel técnico-científico nessa missão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, o senhor era Ministro das Relações Exteriores, não tem nem comparação.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Exato, mas, enfim, nem todos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E eu não estou perguntando do senhor, estou perguntando sobre ele.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. A missão também compreendeu, enfim, contatos de natureza política com o Governo israelense. E, de toda forma, ele, como assessor do Presidente da República...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, ele tinha um papel político?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, por favor... Ministro, ele está perguntando objetivamente. O senhor quer contar uma historinha. Não faça isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas aí, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o senhor não sabe, diga: olhe, não sei por que ele estava na comissão. Tudo bem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É melhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É mais inteligente do que a gente falar alguma coisa.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Mas o papel dele era o de, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – ... como assessor especial, como assessor direto do Presidente da República, era o papel de assessor do Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só a última pergunta, Presidente. É o seguinte: durante a crise da falta de oxigênio no Amazonas, o senhor mesmo declarou que houve apoio humanitário do Governo venezuelano. Eu pergunto ao senhor: o senhor fez algum contato com alguma autoridade venezuelana para conseguir esse apoio?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, a doação foi oferecida pelo Governo venezuelano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Itamaraty realizou algum esforço com os demais países vizinhos para socorrer os amazonenses que estavam com falta de oxigênio?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não permitiram que um avião fosse lá. Teve que vir de estrada. Enquanto estava morrendo gente sem oxigênio em Manaus, o oxigênio vindo da Venezuelana estava vindo de estrada. Um voo da FAB, se o Ministério das Relações Exteriores tivesse interferido, em uma hora ia e voltava!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Faço minha pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não fizeram isso. Não fizeram isso! Enquanto, Ministro, a gente não conseguia um voo **–** e o desespero era grande; eu estava lá **–** para ir buscar oxigênio na Venezuela e voltar, no tempo para levar esse oxigênio da Venezuela até Manaus, morreu muita gente! Poderiam ter sido evitadas essas mortes se V. Exa. tivesse agido. Nós fizemos um esforço danado! E aí, ressalve-se, o ex-Ministro da Defesa General Fernando foi um gigante para ajudar o povo do Amazonas.

Então, o Ministério das Relações Exteriores não fez contato com o Governo venezuelano por questões ideológicas! E, até hoje, eu estou esperando essa guerra **–** ouviu? **–**, em que o Brasil não aguenta duas horas!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Ernesto, o senhor confirma?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não confirmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não confirma? Então, não é verdade o que o Presidente está falando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** Pergunte se ele ligou para alguém lá!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor ligou para alguém da Venezuela?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor agradeceu o gesto do Governo venezuelano?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu acho que tudo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nessas horas todas, Senador Randolfe, estavam indo a óbito pessoas sem oxigênio!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nessa hora!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu concluo.

O Ministro trouxe importantes informações, Sr. Relator, sobre as responsabilidades do Governo brasileiro em relação à tragédia de Manaus. Mais que isso, Sr. Presidente, eu acredito que o Ministro...

Aqui eu me reporto ao senhor. Eu nem vou me reportar às nossas diferenças. O senhor pode ver aqui: ninguém do Governo, a base do Governo não veio para socorrer o senhor. O senhor está abandonado aqui nesta Comissão.

Eu acho que o senhor pode contribuir muito mais com esta CPI nas perguntas dos demais colegas aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acho que o senhor pode entrar, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – eu falo isto até em nome da biografia do senhor –, em uma ação de colaboração com o curso, com o encaminhamento das investigações que estão ocorrendo.

De qualquer sorte, eu estou satisfeito com as respostas do senhor. As respostas que o senhor presta nesta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... trazem importantes esclarecimentos para o relatório final do Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, é uma questão de ordem?

Depois, o Senador Eduardo Braga terá a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para consignar que os Senadores que são da base do Governo não têm que sair na defesa de quem quer que seja que esteja depondo na CPI. O que nos interessa aqui é apenas a verdade, nada mais do que isso, esteja ela onde estiver. Agora, esse patrulhamento que é feito, em que se indaga o depoente e não o deixa nem responder, nem raciocinar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas ele respondeu!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a sociedade está acompanhando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele respondeu tudo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A sociedade está acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Senador, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, assim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... Só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

V. Exa. me deu um telefonema preocupado com a falta de oxigênio em Rondônia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto? V. Exa. que não é o Governador; V. Exa. é Senador. Eu me lembro da sua preocupação e do seu desespero...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? E eu, solidário a você, porque nós passamos por isso.

Senador Marcos Rogério, veio de carro. Poderia ter vindo de avião. Era um telefonema. Era uma aproximação. Era para salvar vidas. Não é questão política aqui, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente. Eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está entendendo? Não é nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não estou questionando isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou dizendo o seguinte: eu vi o seu desespero. E o povo de Rondônia há de reconhecer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. foi muito atencioso comigo, embora o Governo do seu Estado não tenha feito nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sim. É, é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. foi extremamente atencioso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quanto a V. Exa. é o seguinte: eu sou testemunha – e o povo de Rondônia pode ter certeza – do empenho do Senador Marcos Rogério quando estava com problema de falta de oxigênio. O Senador Marcos Rogério ligando... Ligou para mim como ligou para outras pessoas atrás de oxigênio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Liguei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem, eu sou testemunha do seu esforço e do seu desespero.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Imagine o nosso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu penso que, na semana que vem, vai estar aqui o atual Secretário de Saúde e o ex-Secretário Executivo da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai ser uma boa oportunidade para a gente conversar sobre isso. Eu solicitei à própria White Martins documentos sobre essas tratativas que aconteceram sobre o oxigênio. Acho que esse é um ponto que todos nós temos de preocupação, não só o seu Estado, onde aconteceu, o meu também.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. ex-Chanceler brasileiro Ernesto Araújo, eu gostaria de iniciar relendo o requerimento que criou esta CPI, Senador Renan, no trecho em que o Senador Randolfe, apoiado por outros 32 Senadores, depois perdemos o Senador Major Olimpio, subscreveram, entre eles, eu, um dos subscritores deste requerimento: "apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia do Covid no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas, com a ausência de oxigênio para os pacientes internados". Isso é fato determinado, portanto, que nós estamos tratando aqui.

Quero também reler um dos requerimentos que foi aprovado para convocar o ex-Chanceler Ernesto Araújo. Um desses requerimentos, subscrito pelo Senador Marcos do Val, diz o seguinte: "É fato público e notório que o Sr. Ernesto Henrique Fraga Araújo, durante o período em que foi Ministro de Relações Exteriores, executou na política externa o negacionismo de Bolsonaro na pandemia [quem diz isso é o Senador Marcos do Val, Fernando Bezerra], o que teria feito o Brasil perder um tempo precioso nas negociações por vacinas e insumos para o combate à Covid-19". Isso quem está dizendo não é o Líder do MDB; quem está dizendo é o Senador Marcos do Val num requerimento aprovado para que o ex-Chanceler viesse a esta CPI.

Por que faço essas duas lembranças? Porque, afinal de contas, o Sr. Ernesto Araújo está aqui na posição de ex-Chanceler do povo brasileiro. O que se esperar de um ex-Chanceler? A defesa do interesse do Brasil e do povo brasileiro, não a defesa da posição partidária ou a defesa de governos que estão temporariamente no poder, até porque a diplomacia brasileira é uma diplomacia reconhecidamente competente e reconhecidamente apartidária.

Para aqueles que possam não identificar a expressão "Chanceler": nós estamos falando do Ministro das Relações Exteriores, portanto, daquele que trata das relações do Brasil com outros países, como os Estados Unidos, e nós fizemos, lamentavelmente, uma opção partidária com relação aos Estados Unidos.

Com relação à China – lamentavelmente nós já ouvimos aqui vários Senadores e eu aqui não vou ser repetitivo –, quero apenas dizer que vários Senadores colocaram e deram oportunidade ao ex-Chanceler de contraditar a questão do negacionismo, de forma clara, de forma cartesiana, de forma objetiva e, na resposta que V. Exa. poderá dar a mim, V. Exa. terá novamente essa chance.

Agora, quais são os interesses do Brasil e dos brasileiros diante de uma pandemia? Salvar vidas, ter vacinas. O Sr. Ernesto não esclareceu isso e, lamentavelmente, o Brasil, que poderia ser o primeiro, de repente o segundo ou o terceiro... Ficamos aqui discutindo se somos o quarto, muito atrás. Enquanto isso, o número é entristecedor, Senador Marcos Rogério: 436.682 brasileiros morreram e, no Amazonas, mais de 12,8 mil brasileiros morreram.

Quando houve a crise de oxigênio no Amazonas, e o Senador Randolfe é testemunha disso, nós tivemos a oportunidade de falar com o Embaixador da Venezuela no Brasil, que, lamentavelmente, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podia estar em Brasília porque o Governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com a Venezuela. Eu não defendo o Governo Maduro ou o governo A, B ou C, eu defendo os interesses do povo brasileiro e os interesses do povo do Amazonas. A independência e a autonomia do povo venezuelano que estabeleçam o destino do seu povo, mas a verdade dos fatos é que o Governo brasileiro, em plena pandemia, mandou que os representantes da Venezuela saíssem do Brasil, no mês de maio, dando um prazo até o mês de maio de 2020. E o ex-Chanceler precisa responder isso, porque, Sr. Ernesto Araújo, no Amazonas morreram, no mês de janeiro, mais de 3 mil pessoas por falta de oxigênio!

A distância que nos separa da Venezuela é de alguns milhares de quilômetros, asfaltados. Mesmo que fosse por estrada, Senador Omar, não precisava levar o tanto de dias que levou, porque chegou oxigênio no Amazonas vindo da Venezuela no dia 20 de janeiro. E foi chegar oxigênio mandado do Brasil para o Amazonas – como se o Brasil não fosse parte do Amazonas, ou o Amazonas não fosse parte do Brasil – no dia 24, para começar a ser distribuído a partir do dia 25.

Agora, Sr. ex-Chanceler, a diferença é que morriam mais de 200 amazonenses por dia. No dia 30 de janeiro, alcançamos o recorde de mortes no meu Estado tristemente: 225 mortos. E eu pergunto: por que a Chancelaria brasileira, em defesa dos interesses dos brasileiros que lá vivem, não agiu proativamente, afirmativamente, para levar o oxigênio que estava mais perto para salvar vidas?

O Senador Marcos Rogério ligou para mim pedindo ajuda sobre Rondônia. Eu disse: "Lamentavelmente não tenho relação com o Governador do Amazonas". Por quê? Porque é inepto, incompetente e, pelo que diz o Ministério Público e a Polícia Federal, não agiu com correção. E esta CPI terá que apurar a responsabilidade daqueles que deixaram os amazonenses e os brasileiros morrerem, não apenas o Governo Bolsonaro, não. Eu perguntei ao Ministro Mandetta: "Faltou dinheiro?". "Não, não faltou dinheiro". E nós vamos perguntar aos representantes do Governo e até ao próprio Governo do Amazonas o que faltou por parte deles, que, na minha opinião, foi competência e capacidade de gestão e de planejamento e vontade de salvar a vida do Amazonas, dos amazonenses.

Mas, Sr. Ernesto Araújo, por parte de V. Sa., o que faltou para poder agir e responder a duas questões básicas que eu espero que o senhor possa responder? Oxigênio para o Amazonas, porque tinha na Venezuela, podia vir via aérea, podia vir via rodoviária, podia estabelecer uma frota constante indo e vindo e evitando que os amazonenses morressem, até em socorro a um Estado federado, até em socorro aos brasileiros que lá vivem. E até onde eu sei da conversa que tive com o Embaixador Alberto Castellar, não houve essa ação, lamentavelmente.

Por que o Brasil não teve também uma ação afirmativa para abreviar a questão de vacinas? Por que o Brasil não usou a sua diplomacia para interagir com países que podem nos ajudar? O Brasil votou contra, Senador Fernando Bezerra, à Índia na questão de quebra de patentes, quando o Brasil historicamente sempre se posicionou em defesa da quebra de patentes. O Brasil se posicionou contra, numa orientação de Governo ao nosso representante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Ernesto precisa responder a isto: por que o Brasil não fez negociações com o Governo americano, para quem está sobrando vacina, para poder socorrer o Brasil e o brasileiro ter vacina no braço, porque é isto o que verdadeiramente importa nesta Comissão: salvar vidas.

Por que o Brasil não estabeleceu relações diplomáticas de alto nível com a China para resolver o problema do IFA? Não é possível! O Brasil faz com que a segurança alimentar da China seja possível com as exportações nossas de *commodities* alimentares. E a reciprocidade? Qual a ação que a Chancelaria e o Chanceler de então fez concretamente nesse sentido?

Portanto, são perguntas claras e objetivas do papel da Chancelaria brasileira com a Venezuela, com os Estados Unidos, com a Índia e com a China para salvar vidas de brasileiros.

E qual o papel da Chancelaria brasileira para poder abreviar não só a questão do IFA, como também das vacinas propriamente ditas para o povo brasileiro ter essas vacinas no braço?

E, por fim, repetindo, a questão do oxigênio no Amazonas.

Essas são a minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Senador Eduardo Braga, só uma oportunidade de indagação.

Esse oxigênio que veio da Venezuela foi doação do Governo venezuelano?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doação do Governo venezuelano.

O Brasil não comprou o oxigênio, não pagou o seu transporte e o Governo do meu Estado, lamentavelmente, também não comprou e nem pagou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não foi transferência de estoque da White Martins, não?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não foi transferência de estoque da White Martins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E poderia ter vindo muito mais, porque está ali perto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que o transporte... Só que de caminhão demora praticamente dois dias para chegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Na realidade, Sr. Presidente, demoram praticamente dois dias, mas nada impede que em dois dias um chegue e o outro esteja saindo. E nós poderíamos, em cinco dias, ter recebido muito mais oxigênio e ter salvado muito mais vidas em volume, independentemente dos KC-390 que eu, inclusive, como Relator-Geral do Orçamento, em 2017, possibilitei o Brasil a ter – o que não salvou vidas de brasileiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, tem avião também, poderia ter vindo de avião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, vamos passar aos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, desculpa.

Ministro.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Senador.

Em relação ao oxigênio. Bem, aqui, mais uma vez, o Itamaraty não age de maneira autônoma em temas de saúde. O Itamaraty não tem condições de avaliar o momento e em que condições é necessário proceder a essa ou àquela ação em relação ao sistema de saúde, no caso o suprimento de oxigênio.

Então, tem duas situações específicas.

Primeiro, não tenho exatamente a data, mas deve ter sido 14 ou 15 de janeiro, fui procurado pelo Governador do Amazonas, pelo Governo do Estado do Amazonas, para tentar viabilizar a vinda de um avião com capacidade para transporte de oxigênio dentro do Território nacional.

Chegou a mim imediatamente, quer dizer, pedir para que informassem ao Ministério da Saúde, mas para justamente não perder tempo, já sai logo em atuação para tentar localizar se haveria esse avião.

Soubemos que o Chile e os Estados Unidos teriam aviões com capacidade para transportar grandes quantidades de oxigênio.

O que me chegou, no caso do Governador do Amazonas, foi que haveria oxigênio disponível em outros pontos do Território nacional e se tratava de simplesmente ter o avião, porque me foi dito que não havia aviões disponíveis naquele momento, no Brasil, para o transporte.

O Chile não tinha o avião, os Estados Unidos tinham. Mais ou menos em 24 horas, o avião americano já estava praticamente com tudo pronto para decolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu recebi ligações do Ministro da Defesa e do Ministro da Saúde. O Ministro da Defesa dizendo que, sim, havia aviões disponíveis no Brasil, e o Ministro da Saúde no mesmo sentido, de que só interessaria ao Brasil se o avião já viesse carregado de oxigênio. Então, nós imediatamente contatamos, com toda urgência, o Governo do Estado do Amazonas para que nos desse as especificações, então, do oxigênio, quer dizer, que tipo de cilindro, que tipo de... As especificações mínimas, das quais nós não dispúnhamos e de que os Estados Unidos precisavam para proceder a isso. Passaram-se dois, três dias, e não recebemos essas especificações. Acabou não sendo... Não se materializando...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, Sr. Presidente, o que o ex-Chanceler está dizendo é que, ao comunicar o Governo do Amazonas quais as especificações necessárias para que esse avião pudesse transportar oxigênio para salvar vidas no Amazonas, essas informações não chegaram até a Chancelaria brasileira. É isso que V. Exa. está dizendo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Infelizmente, não. Sim, é isso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não chegaram?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – É, infelizmente, não chegaram.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não chegaram essas informações, ou seja, é mais criminoso ainda! Havia o avião, havia as tratativas do Governo brasileiro, através da Chancelaria, e esse avião não foi utilizado para salvar vidas por não ter havido informações complementares. E, por outro lado, o Ministério da Saúde, substituindo o papel do Governo do Estado, também não o fez! Enquanto isso, lamentavelmente, brasileiros amazonenses morriam por falta de oxigênio.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, posso continuar as respostas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Presidente.

Bem, ainda em relação ao oxigênio, não se materializou este momento, mas, alguns dias depois, uma semana talvez, não sei exatamente a data, os Estados Unidos fizeram uma doação de concentradores de oxigênio – não sei se já estão operativos – para minimizar essa situação.

Em relação ao oxigênio vindo da Venezuela, assim que chegou a notícia de que havia essa disponibilidade de doação, eu determinei que se fizesse tudo que cabe ao Itamaraty, que são alguns procedimentos burocráticos, através da Agência Brasileira de Cooperação, para viabilizar o mais rápido possível essa doação, sem nenhum percalço político, de nenhuma maneira. Eu me lembro de que coloquei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

colegas, funcionários de alto nível para monitorar, inclusive durante a noite, se houvesse algum problema na passagem da Receita Federal ali na fronteira, para que pudéssemos comunicar: "Não, isso é uma doação que, sim, nós estamos aceitando". Então, fizemos plenamente o nosso papel, sem nenhum impedimento de natureza política.

Bem, V. Exa. perguntou sobre Índia, Estados Unidos, China.

Bom, com a Índia, essa questão das patentes, repito aqui, se me permite: nosso posicionamento não afetou em absolutamente nada o nosso relacionamento com a Índia – em nada, inclusive, especificamente não no caso das patentes. O Brasil não é contra a quebra de patentes. Inclusive, já existe o mecanismo dentro do esquema de propriedade intelectual da OMC que permite a quebra de patentes em caso de emergência sanitária. Para efeitos do Brasil, nós já hoje poderíamos quebrar patentes de vacinas e produzi-las no Brasil, se tivéssemos essa capacidade. O que essa proposta da Índia acrescentaria seria a possibilidade de que vacinas produzidas a partir de patentes quebradas seriam exportadas, porque hoje, digamos, se a Índia quebrar a patente, ela pode produzir lá apenas para o mercado indiano, não poderia exportar. Essa seria a diferença, mas nós não nos...

Só para esclarecer também, o senhor mencionou que a gente votou contra a Índia... Na verdade, a tomada de decisões na OMC não é por votação, é por consenso. Então, o que nós nos posicionamos foi: "Olha, essa proposta nos parece extrema, não vai provavelmente encontrar consenso", porque havia a oposição de outros países fortes também, e quisemos, desde o começo, contribuir para uma solução de consenso e que facilite a circulação de vacinas. Mas, se houvesse um consenso em torno – na minha época, certamente – da proposta indiana, o Brasil jamais teria se furtado. Nós queríamos é contribuir pragmaticamente para uma solução. Mas isso não teve consequência nenhuma em recebimento de vacinas, ao contrário: trabalhei com o chanceler indiano para viabilizar a vinda de vacinas da Índia.

Em relação aos Estados Unidos, no mês de março, assim que surgiu a indicação, por parte do Governo americano, da possibilidade de alocar vacinas do seu excedente, a nossa Embaixada em Washington foi mobilizada, eu pessoalmente cuidei disso também aqui em Brasília, para que, imediatamente, pelos canais que os Estados Unidos pediram, que eram canais discretos... Eles pediram para que fosse discretamente, para não chamar muito a atenção. Acho que eles estavam oferecendo essa possibilidade preliminarmente para poucos países, por isso que eles não queriam que se soubesse largamente, para que nós desenvolvêssemos isso, e trabalhei para que nós déssemos as especificações, nesse caso também, que os Estados Unidos queriam, eu falei para o Ministério da Saúde... Eu disse: "A gente quer as vacinas da AstraZeneca e da Johnson", que faziam parte do portfólio que os Estados Unidos tinham disponível, e comunicamos isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por que não pedimos também da Pfizer, Sr. ex-Chanceler?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não sei. O que nós recebemos do Ministério da Saúde foi que a gente deveria pedir da AstraZeneca e da Johnson.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** O senhor teria alguma informação sobre por que que o laboratório Moderna não se interessa também pelo Brasil? Apenas para complementar as perguntas.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado.

Não tenho essa informação, Senador. Não tenho.

Bom, em relação à China, nós, sim, fizemos gestões, no meu caso, do mais alto nível que eu podia, que era com o chanceler chinês, no mês de janeiro, para ajudar a destravar os procedimentos que, tudo indica, eram procedimentos puramente burocráticos para as primeiras remessas do IFA provenientes da China, e tenho certeza de que essa ação diplomática de muito alto nível entre a gente e os chanceleres ajudou nesse processo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Sr. Presidente, apenas para concluir, quero dizer que o meu entendimento, Sr. Presidente, é de que o requerimento aprovado por esta Comissão deixou claro que há, lamentavelmente, um equívoco, na política externa brasileira, de negacionismo e de defesa não dos interesses do povo brasileiro em salvar vidas, obter a vacina e obter os insumos e os equipamentos necessários, mas, sim, lamentavelmente, a serviço de questões que não salvam as vidas do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O próximo é o Senador Rogério Carvalho, mas, ao que me parece, tem uma questão de ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Isso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Sr. Presidente, eu acho que o Senador Marcos Rogério tem abusado das questões de ordem, e isso tem obstruído a possibilidade de Senadores que estão aqui desde às 9h da manhã, tentando fazer uma pergunta, tentando participar... E eu acho isso um tanto quanto indelicado com os demais colegas. Mas, se V. Exa. julgar que ele tem o direito à questão de ordem, por favor, com toda generosidade, eu cedo a palavra a ele. Agora, não é justo com os demais colegas fazer esse tipo de subjugação por uma questão de ordem, certo? Até porque a gente está aqui para poder falar. Eu estou aqui desde as 9, esperando a minha oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente, Senador Rogério. Então, eu peço ao Senador Marcos Rogério só para declinar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou ser sucinto, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... especificamente quais são os termos da questão de ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Vou ser sucinto.

É porque foi dito aqui, quando o Senador Fernando fez o questionamento sobre a origem do oxigênio que veio da Venezuela, circulou a notícia de que era *fake news*. E eu estou reportando que essa notícia é uma notícia do jornal *O Globo*, e que fala justamente sobre o oxigênio que veio da Venezuela. Então, estou informando à Mesa que vou solicitar à White Martins que decline à CPI a origem desse oxigênio, porque a informação que se tem é que a Venezuela tinha apenas autorizado a vinda desse oxigênio do país vizinho. Apenas porque foi dito que era *fake news*, e a matéria está publicada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Só para declinar a relação de todos os inscritos para...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, só para deixar clara essa colocação, porque...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... a colocação do Senador Marcos Rogério diz respeito à minha fala, portanto, eu quero deixar claro.

Não tenho conhecimento de nenhum pagamento à White Martins e não vi a White Martins declarar que estava fazendo nenhuma doação ao Governo do Estado do Amazonas, ou ao Governo brasileiro, ou ao Governo da cidade de Manaus. Portanto, o que nós conhecemos – e aí invoco até o testemunho de V. Exa., Senador Randolfe – é que o Governo da Venezuela procurou o Governo do Estado do Amazonas e promoveu não só a articulação como a doação do oxigênio para suprir a demanda, lamentavelmente, existente no Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Confirmo, V. Exa., Senador Eduardo Braga.

Então, só para declinar a relação dos inscritos: Senador Rogério Carvalho agora; Senador Angelo Coronel pelo sistema remoto; Senadora Mara Gabrilli pelo sistema... Na verdade, Senador Angelo Coronel pelo sistema remoto; Senador Alessandro Vieira presencialmente; Senadora Mara Gabrilli pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema remoto; Senador Fernando Bezerra; Senador Luis Carlos Heinze. Aí, conclui os suplentes nesta Comissão. Entramos, então, nos não membros. Não membros: Senadora Leila Barros presencialmente; Senadora Eliziane Gama no sistema remoto; Senador Flávio Bolsonaro presencialmente. E, aí, os demais inscritos: Senadora Simone Tebet, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Jean Paul Prates e Jorge Kajuru, todos pelo sistema remoto.

Senador Rogério, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu acho que a gente tem a obrigação de dizer o que é que motiva a nossa presença nesta CPI: são hoje os 436.862 mortos vítimas de uma condução, no combate à pandemia, na qual o Governo foi o seu principal promotor.

O Governo brasileiro, ao ser anunciado que estávamos numa emergência sanitária global, inclusive o seu Presidente, o Presidente da República, ele afirmou que era uma gripezinha. Esse mesmo Presidente aglomerou, fez várias manifestações, várias caminhadas, aglomerando pessoas. Esse mesmo Presidente, Sr. Relator, vetou o projeto de lei aprovado no Congresso Nacional que exigia o uso de máscaras em ambientes públicos, em ambientes privados. Esse mesmo Presidente da República entrou com uma ação no STF para proibir Estados e Municípios de fazerem isolamento ou de adotarem medidas de restrição de circulação de pessoas. Esse mesmo Presidente não deu importância ao consórcio da OMS para a compra de vacinas. Esse mesmo Presidente negligenciou a compra da vacina da Pfizer e negligenciou o fato de a vacina da Pfizer ter sido testada no Brasil – e isso possibilitaria ao País ter um maior número de doses disponíveis a um preço mais baixo. Esse mesmo Presidente fez uma queda de braço com o Governo do Estado de São Paulo contra a Sinovac, aqui no Brasil chamada de CoronaVac. Portanto, nós estamos diante de um Governo operoso no sentido de garantir a expansão da pandemia.

Vejam os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras e todos que estão nos vendo que aqui, hoje, a gente recebe o ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, que assumiu junto com o Presidente. E ele afirmou aqui categoricamente que as relações internacionais precisam ou devem se dar a partir de preferências entre o governo do país e outros governos – preferências do Governo e não do Estado brasileiro, e não da sociedade brasileira. Isso é de uma gravidade estrondosa! Isso é também um crime contra o Brasil e contra o povo brasileiro, porque, quando um governo coloca a sua diplomacia a serviço de interesses ideológicos menores deste governo, está relegando a segundo, terceiro e quarto planos questões estratégicas de interesse do povo brasileiro.

Eu vou citar aqui, Sr. Relator, Sr. Presidente, que não está faltando IFA no México, não está faltando IFA no Chile. O Chile está vacinando a população com 32 e 33 anos. Sabe por quê? Porque a relação diplomática desses países respeita a autonomia e a autodeterminação dos povos, porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

diplomacia desse país tem um grau de neutralidade para garantir que o interesse do país seja ouvido e seja acolhido por outras nações. Por isso, eles têm IFA. Nós não temos IFA neste momento por conta de declarações. O Chanceler que aqui está, junto com o Presidente da República, pediram a substituição do Embaixador da China, maior parceiro comercial do Brasil, por motivos já citados aqui; o Chanceler que aqui está e o Presidente da República... O Chanceler divulgou, para competir com São Paulo, rompendo um acordo de confidencialidade com a Índia, para antecipar e dizer ao Brasil, que o Governo brasileiro, o Governo Federal, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro vacinaria antes do Governo de São Paulo. Era uma questão que não podia ser revelada. Por isso atrasou a chegada das vacinas da AstraZeneca.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer que são muitos os argumentos para nós não termos vacina. A lei, por exemplo, da Pfizer: bastava editar uma medida provisória, como se editam centenas todos os anos, então isso não é óbice nenhum. A aprovação da Anvisa: algumas vacinas foram adquiridas antes da aprovação da Anvisa.

Eu quero lembrar Israel, que foi visitado por parte, por uma comitiva deste Governo, que foi lá para ver um *spray* nasal: aquele país foi um exemplo de imunização. Ele não largou, o Estado de Israel não largou o povo à própria sorte – à própria sorte – para adquirir, se contaminando, naturalmente imunidade, como deliberadamente se fez no Brasil. Conseguiu a imunidade de rebanho pelo caminho correto da vacina, da imunização em massa. Enquanto o Presidente de Israel, ou melhor, o Primeiro-Ministro de Israel foi o primeiro a se vacinar e a ir para a rua fazer campanha pela vacinação, o Presidente do Brasil disse que era contra a obrigatoriedade da vacina e que não se vacinaria, criando a ideia de que se vacinar... E ainda tirou brincadeira, dizendo que, se tomasse a vacina, ia virar jacaré.

Eu tenho aqui dois áudios, Sr. Presidente, que eu quero apresentar. Um áudio do Presidente da República e um áudio de uma reportagem sobre o Chanceler. Vou botar aqui para que todos possam ouvir.

Só um minuto para eu ver aqui como aumento o som.

(*Procede-se à exibição de áudio.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, eu vou botar o outro; ainda não acabou.

(*Procede-se à exibição de áudio.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, eu vou mostrar um vídeo, é um vídeo!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou botar de novo, para todo mundo entender.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria dizer que aqui está a ideologização do trabalho do Itamaraty, e o desserviço, e a cooperação de fato e de direito das relações internacionais do Brasil para manter a imunidade de rebanho a solto. Por isso, nós temos hoje 436.862 mortos; por isso que nós não temos a vacina; por isso que está faltando IFA no Brasil; por isso que nós não temos as doses da Pfizer; por isso que nós não temos vacina da Moderna, porque também é produzida na China. Todos esses elementos têm um elemento por trás: o preconceito, a posição ideológica do Sr. Presidente da República e da diplomacia brasileira, que se atrelou ao Bolsonaro. Está aqui, ó: "Alinhamento de Bolsonaro com Trump", está aqui!

E o jornal ainda diz: "A reorientação proposta por Bolsonaro e sua inabalável admiração pelas políticas de Trump não têm potencial para colocar o Brasil em uma posição de status internacional, como o Presidente eleito sugere". Depois, sobre a questão da Índia e da África do Sul, da quebra de patentes, está aqui: o alinhamento... "Sem apoio do Brasil, proposta para suspender patente de vacinas trava na OMC". Está aqui, está aqui.

Depois, a polarização com a China, nós temos aqui: "Alinhamento de Bolsonaro com Trump fracassou", diz *Washington Post*. "A política externa do Governo de Jair Bolsonaro, que tem como base principal o alinhamento com os Estados Unidos e o Governo de Donald Trump, fracassou". É o que escreveu o jornal americano *The Washington Post*, um dos mais tradicionais da imprensa global, em uma matéria sobre o anúncio das sobretaxas americanas sobre exportações brasileiras e argentinas de aço e alumínio, ou seja, o que que adiantou essa posição ideológica, essa preferência ideológica em relação aos interesses do País? A gente ficou sem vacina, a gente dificultou as nossas relações diplomáticas com a China, com a Índia, com o hemisfério sul inteiro, com a Venezuela, a Venezuela que nos salvou. Está aqui, o Presidente diz, depois de a Venezuela ter atendido... Durante a crise da falta de oxigênio em Manaus, a Venezuela enviou um suprimento de oxigênio para a cidade. O Governo brasileiro não só não agradeceu a ajuda do vizinho como utilizou de sua *live* para dizer que a Venezuela não tem mais cachorro, porque o pessoal comeu tudo: "É triste falar isso aí, mas não tem mais cachorro, nem tem gato também". O Presidente ainda disse que não foi a Venezuela que mandou e, sim, a White Martins. E isso não é verdade: foi uma iniciativa do Governo solidário da Venezuela, que fez um gesto de solidariedade ao povo do Brasil, que morria asfixiado – morria asfixiado!

Então, para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós estamos diante de uma situação que permite a gente apontar o crime permanente contra a saúde pública. E a manutenção e o crime permanente contra a saúde pública foi a declaração do Presidente dessas últimas duas semanas: uma em que ele disse que ia reeditar o decreto para suspender *lockdown* de qualquer tipo e a outra em que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse que quem faz isolamento é idiota. Isso é crime continuado contra a saúde pública. E, diante da quantidade de mortes que nós estamos vendo, nós podemos falar em extermínio, porque submeter a população à orientação, à desorientação, como tem aqui na... Como é que é o nome? "Fage, fag, fag"... Funag. A Funag tem várias mensagens, mais de 500 mil mensagens distribuídas, trazendo desinformação, a nocividade do uso de máscaras. Critica medidas de isolamento: isolamento e uso de máscaras são regras que não possuem evidência científica; prega a desobediência civil e a insurgência; a abordagem estética correta é, obviamente, garantir o tratamento precoce – aí volta a cloroquina.

Paulo Eneas: não há base científica para uso de máscaras. E aí vai.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Conclua, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vou concluir.

Paulo Eneas: desprezar orientações... Afirma que é preciso desprezar orientações da OMS, que o Brasil deve deslegitimar as orientações... Deve – presta atenção, Sr. Relator – deslegitimar!

O palestrante Fernando Melo afirma que as máscaras não são efetivas e que havia indícios apenas no início da pandemia. E assim vai.

Cristian Derosa afirma que as indústrias farmacêuticas combateram a hidroxicloroquina para vender vacinas.

E a Conitec esta semana disse que a hidroxicloroquina não tem eficácia no tratamento da doença, coisa que todos os periódicos de renome internacional já tinham afirmado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluindo, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E aqui, por final, durante... Só para concluir: durante palestra, Presidente da Funag recomenda *sites* de estudos nacionais. Olha aqui: tudo *fake news.* Todos os *sites* de *fake news.*

Então, Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Chanceler, porque a todas as perguntas que nós fizermos ele vai tentar encontrar uma resposta que não corresponde aos fatos. E os fatos falam mais do que as respostas que V. Sa. possa dar, porque V. Sa. até agora, em vários momentos, com algumas exceções, V. Exa. não falou a verdade sobre os fatos; V. Exa. omitiu ou desviou do assunto quando foi perguntado objetivamente.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria pedir que V. Exa. se dignasse a requisitar as fitas da reunião ministerial das quais o Chanceler participou enquanto Ministro das Relações Exteriores, para que nós possamos tê-las aqui, no acervo da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Determino à Secretaria as providências requeridas pelo Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, todos os requerimentos devem ser deliberados. O pedido do Relator é apropriado, mas tem que pautar e deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, determino que seja pautado, colocado a termo o requerimento do Relator, Renan Calheiros, e pautado para a reunião de quinta-feira.

A Presidência tem tido a tolerância devida para que os colegas concluam o raciocínio, mas eu queria a compreensão de todos os colegas para, dentro do máximo possível, cumprir o tempo estabelecido por esta Presidência de 15 minutos.

Pelo sistema remoto, o próximo inscrito é o Senador Angelo Coronel. É um do sistema remoto, o Senador Angelo Coronel; depois, o Senador Alessandro Vieira; depois, no sistema remoto, a Senadora Mara Gabrilli.

Senador Angelo Coronel V. Exa. tem a palavra. O depoente está à sua disposição por 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Boa tarde ao depoente, à Presidência.

Eu vou ser rápido aqui, Sr. Presidente, com quatro perguntas diretas aqui ao ex-Ministro Ernesto Araújo.

Ministro, em junho do ano passado, 132 países aderiram a um compromisso mundial de combate a *fake news* e desinformação na pandemia, patrocinado pela ONU. O Brasil, juntamente com a China,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coreia do Norte, Cuba e outros, ficou de fora, mas aliados do Governo brasileiro como Estados Unidos, Israel e Hungria aderiram. Por que o Brasil se negou a assinar, sendo o único na América do Sul a tomar tal caminho?

Vou fazer logo a segunda, ou ele responde parcialmente, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Angelo, eu acho que fica à disposição para o depoente, mas eu acho que é mais produtivo a cada pergunta ter a resposta do depoente. O senhor prefere assim?

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, Sr. Ernesto, por favor.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Muito obrigado, Senador.

Sim, sobre essa iniciativa alegadamente de combate a *fake news*, nós optamos por não aderir no entendimento de que poderiam decorrer dali determinadas intenções de cerceamento de liberdade de expressão, que são garantidas pela Constituição e pela legislação brasileira. Então, nós não poderíamos aderir e pressupor que algum tipo de instrumento internacional pudesse vir a ser usado para ferir essas liberdades, que são garantidas pela nossa Constituição, pelo nosso quadro legal. Esse é mais um exemplo de iniciativas multilaterais nas quais a gente se posiciona, no fundo, defendendo, claro, o princípio da independência nacional, o princípio de que cabe ao Parlamento brasileiro legislar para os brasileiros e não, digamos, simplesmente transpor iniciativas multilaterais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O.k. Então, Ministro, o senhor acha que uma pessoa criar perfil *fake* para incentivar pessoas a não se vacinarem, o senhor acha que isso é uma coisa correta, já que o senhor não quis, na época, como Chanceler, aderir a esse acordo? Então, o senhor acha que a criação de um perfil *fake*, de um perfil falso para depreciar as pessoas – eu acredito até que o senhor já tenha sido depreciado ao longo da sua vida –, o senhor também acha que isso é cercear o direito à liberdade de expressão?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, Senador, o que eu digo é que qualquer atitude do Governo, inclusive do Ministério das Relações Exteriores, que possa, digamos, aderir a algum tipo de atitude de cerceamento da liberdade de expressão não pode ser tomada ao arrepio da legislação brasileira, ao arrepio da Constituição. Então, se há mecanismos na legislação brasileira que podem ser usados contra aquilo que é denominado *fake news*, contra perfis falsos, eu evidentemente não tenho nada contra que eles sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

utilizados dentro da legislação brasileira. Acho que uma legislação, algum tipo de iniciativa multilateral não pode substituir a nossa legislação.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O senhor tem conhecimento de outros países que viajaram até Israel para entender como funcionava o *spray* nasal anti-Covid?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, Senador. Eu, quando estava em Israel, a nossa delegação estava lá, fomos informados de que tinham acabado de estar ou estavam chegando delegações de vários países para propósitos semelhantes aos nossos, para conhecer medicamentos e outras iniciativas de Israel no combate à Covid, entre eles a República Tcheca, Áustria, Dinamarca e Chipre – eu me lembro desses quatro. Então... Todos eles, aliás, países da União Europeia e que, portanto, dentro da União Europeia, também têm acesso a outros mecanismos tecnológico, o que mostra interesse de países desenvolvidos, países de alta tecnologia, na cooperação com Israel, em termos semelhantes àqueles que nós estabelecemos.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O senhor não lembra o nome de nenhum país?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, Senador. Eu falei: República Tcheca, Dinamarca, Áustria e Chipre.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Obrigado.

Agora, uma pergunta (*Falha no áudio.*) ... importante até para esclarecer o povo brasileiro: como o senhor se sente ao ver o seu sucessor, que fez um verdadeiro (*Falha no áudio.*)

... diplomático, que tinha desaparecido durante a sua gestão?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor entendeu?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Angelo Coronel, o sistema remoto falhou na sua pergunta. O senhor pode refazer a pergunta ao depoente?

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Eu perguntei, Presidente, ao Ministro: como o senhor se sente ao ver que seu sucessor, o Embaixador Carlos França, já no seu discurso de posse, fez um verdadeiro contraponto ao simplesmente retomar um tom construtivo e diplomático, que tinha desaparecido durante sua gestão? Alguns o chamavam até, em vez de Ministro das Relações Exteriores, de "Ministro das inimizades exteriores". Como o senhor se sentiu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, eu não quero fazer nenhum comentário sobre a atuação do meu sucessor, apenas reiterar minha convicção de que minha gestão atendeu plenamente aos interesses brasileiros, atendeu aos nossos objetivos de nos tornarmos uma grande Nação, aos objetivos básicos deste Governo e também aos objetivos de combate à pandemia.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) **–** Presidente Randolfe, eu teria só uma última pergunta a fazer, porque eu não queria me estender.

Em muitas das perguntas feitas, o Ministro derrapou e não as respondeu. Disse que não se recordava, que não lembrava. Inclusive, eu até mandei ir à farmácia para comprar uma caixa de Memoriotol para deixar na Presidência, para, quando algum depoente não se recordar, ele tomar esse comprimido para ver se refresca a memória.

Faço a última pergunta.

Ministro, o senhor foi muito maldoso e leviano, posso assim considerar, com a nossa colega Senadora Kátia Abreu ao insinuar que ela teria algum interesse menos republicano ao suscitar a questão do 5G e a China. Embora ela e todo o Senado já lhe tenham respondido à altura de seu desaforo, eu lhe pergunto: o senhor não desejaria aproveitar seu depoimento para pedir desculpas à Senadora e se retratar, talvez, por aquelas palavras com que o senhor a acusou injustamente, levianamente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Vou, Senador... Bem, na referência que eu fiz a determinado comportamento da Senadora Kátia Abreu, eu simplesmente disse a verdade, eu simplesmente relatei um fato. Então, eu jamais vou me arrepender de dizer a verdade.

Obrigado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) **–** O.k.

Então, Sr. Presidente, eu agradeço.

Fica aí realmente um dos motivos que levou à exoneração do Chanceler Ernesto Araújo, por ter desacatado uma Senadora briosa, combativa como a Senadora Kátia Abreu. Realmente, é um absurdo ver um diplomata, que deveria usar a diplomacia para tratar bem as pessoas, usar realmente a diplomacia para atacá-las.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Angelo Coronel.

Fala o Senador Alessandro Vieira e, na sequência, pelo sistema remoto, a Senadora Mara Gabrilli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, boa tarde.

Eu gostaria de indagar ao senhor: com a carreira relativamente curta na diplomacia, como V. Exa. chegou ao Ministério das Relações Exteriores?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Eu não vejo relação com o tema da Comissão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor deixe isso a cargo da Comissão e a cargo da Presidência. Faz sentido: eu quero saber o momento em que V. Exa. aderiu a esse projeto de Governo e a esse perfil ideológico.

Repito a pergunta: como V. Exa., com a carreira que tem na diplomacia brasileira, chegou ao cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Em deferência a V. Exa. eu vou responder, embora continue com esse entendimento de que não diz respeito ao objeto da Comissão: cheguei por designação do Presidente da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. não conhecia o Presidente da República, nem seu projeto antes da designação que recebeu?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não conhecia o Presidente da República até depois da sua vitória na eleição. Claro que conhecia seu programa de Governo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor participou de reuniões sobre a Covid, combate à Covid, combate à pandemia no Palácio do Planalto?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Participei, em algumas ocasiões, de reuniões onde se falaram de diferentes aspectos do combate à Covid no Palácio do Planalto, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor pode elencar, mesmo que sucintamente, com quem V. Exa. se reuniu?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Senador, em várias ocasiões, basicamente com vários ministros, quase sempre sob coordenação, que eu me lembre, do Ministro-Chefe da Casa Civil, Ministro da Saúde, geralmente Ministro da Ciência e Tecnologia e outras autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. testemunha sobre a participação de pessoas de fora do quadro oficial do Governo em reuniões dessa natureza?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não sou testemunha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em todas as reuniões onde V. Exa. esteve presente eram formadas apenas por servidores do quadro, seja comissionado ou concursado, da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, pode ser que em alguma reunião houvesse pessoas que eu não conheço, portanto eu não sei se eram do quadro da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor foi demandado em algum momento pelo Senhor Presidente da República para alguma ação ou omissão específica no combate à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, nunca fui demandado pelo Presidente da República, exceto numa ocasião, não como uma crítica, mas como um pedido de esclarecimento – acho que me referi em alguma pergunta anterior: no momento em que se noticiou que haveria atraso de alguns dias na remessa das primeiras vacinas da Índia, o Presidente me ligou especificamente sobre isso, perguntando como estava a situação e eu relatei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor nunca recebeu nenhum tipo de solicitação para acelerar contatos com fornecedores ou para escolher fornecedores de vacinas ou de insumos por parte do Presidente da República?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pelas declarações de V. Exa. nesta Comissão, pode-se compreender que todas as ações ou omissões do Ministério de Relações Exteriores se deram por orientação técnica do Ministério da Saúde, é isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O Ministério de Relações exteriores sempre atuou a partir de uma coordenação, nessa área, do Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A escolha pelo percentual de vacinas da Covax se deu por orientação técnica do Ministério da Saúde?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor já respondeu, ainda que brevemente, ao Senador Angelo Coronel, mas eu vou repetir a pergunta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para poder aprofundar um pouco mais: por que o Brasil recusou o acordo sugerido pela OMS contra *fake news* e desinformação durante a pandemia, acordo esse que foi subscrito por 132 nações, inclusive os Estados Unidos de Donald Trump, para dar um exemplo?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

Bem, eu acho que não é propriamente um acordo de características mandatórias. O *status* jurídico do instrumento, do tipo de instrumento, não me recordo exatamente se era uma declaração ou um acordo. De toda forma, como eu disse também ao Senador Angelo Coronel, nós avaliamos que esse instrumento poderia conter determinadas expectativas de comportamento do Governo brasileiro que pudessem não ser compatíveis com a legislação nacional de proteção à liberdade de expressão e outros aspectos da expressão regulados pela nossa legislação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Era um compromisso para que as nações, os governos evitassem a disseminação de informação falsa sobre a pandemia. Era isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Basicamente, é o que foi alegado, exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** E o Brasil se recusou a subscrever esse documento.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – O Brasil não quis subscrever esse documento pelas razões que eu apontei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Essa decisão é exclusiva de V. Exa. ou ela tem algum tipo de orientação técnica, seja do Presidente da República ou de outro setor?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Essa decisão foi minha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Exclusivamente sua.

V. Exa. tem diversas manifestações públicas curiosas. Eu vou citar só uma delas, que me chama a atenção, abro aspas: "Quando você compra a biopolítica do 'fique em casa', talvez esteja ajudando o narcotráfico." – declaração que V. Exa. deu em 31 de dezembro de 2020, ou seja, já com a pandemia a pleno vapor, e onde o senhor atribui a uma conduta orientada pelo próprio Ministério da Saúde, que é de, dentro do possível, evitar a circulação, um potencial auxílio ao narcotráfico. O senhor consegue nos explicar essa declaração?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim. Eu, também em outros textos e em outras ocasiões, chamei atenção para o risco de uma ideologização, seja da pandemia, seja de outros aspectos da vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

internacional de hoje. Nesse caso, eu fazia referência a essa ideologização, ou seja, à criação, digamos, de determinados parâmetros que não respondem à ciência, que podem responder a determinados interesses. Basicamente, foi isso que eu chamei, nesse caso, de biopolítica. Não são as orientações concretas de isolamento ou de outras coisas com base em critérios científicos, é a apropriação de determinados aspectos da pandemia para objetivos políticos. E a minha tese, que eu expus claramente nesse texto, é de que várias, digamos, correntes de ação e de opinião, mesmo que inconscientemente ou mesmo sem deliberação, acabam, digamos, convergindo em torno de determinados interesses. Então, eu apontava que existe uma espécie de conjunto, um arco, de posicionamentos ideológicos que alimentam uns aos outros e muitas vezes, infelizmente, se alimentam de aspectos da criminalidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Se o senhor me permite só, talvez, tentar resumir para quem nos acompanha e para o próprio Relator: o cidadão que adota a conduta do isolamento social porque pode adotar essa conduta – a maioria dos brasileiros não pode, infelizmente, não foi provida de condições para fazê-lo, ainda que a ciência recomende –, esse cidadão que escolhe ou tem condições de optar pelo isolamento social, ele não é apenas um idiota, ele é um colaborador do narcotráfico sob o ponto de vista de toda essa conversa nebulosa de ideologia, enfim, conspiratória, de que existe alguma ligação entre um cidadão, para não se contaminar e não morrer, ficar em casa e ele colaborar com traficantes.

Eu estou tentando conectar isso porque é incompreensível para mim, sinceramente. O senhor pode tentar minimamente sintetizar o que o senhor quis fazer com esse texto? E, claro, eu li o texto.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

Bem, é claro que não é uma opção do cidadão. Eu estou falando do pretexto da pandemia para determinadas atitudes de controle social, ou seja, de criar determinadas propensões entre as pessoas para que ajam não de acordo com medidas, como eu disse, cientificamente comprovadas, mas com determinada atitude ideológica, no caso, diante da pandemia.

Eu acho que nós pudemos observar... Isso aconteceu, eu acho, comprovadamente, em alguns lugares do Brasil, em que, por exemplo, durante a pandemia, houve, em certos casos, aumento de criminalidade – e talvez em outros lugares do mundo, eu não sei –, mas o pretexto do uso da pandemia para que, digamos, se cerceassem determinadas atividades de combate ao crime me parece que esteve presente. Então, é um exemplo dessa conexão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É óbvio que não satisfaz a resposta, mas eu respeito a sua opinião ideológica, Sr. ex-Ministro.

V. Exa., em algum momento, na condição de Ministro das Relações Exteriores e, evidentemente, diplomata, orientou o nosso Presidente da República com relação aos riscos que o comportamento dele gera sob o ponto de vista de prejuízo para os interesses nacionais? Exemplifico: quando ele, mesmo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tom de brincadeira, agride nações amigas ou parceiras comerciais relevantes, o senhor alguma vez orientou o Presidente no sentido das consequências dos atos que ele pratica?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Bem, Senador, eu não acho que nenhum desses atos do Presidente tenha prejudicado as nossas relações.

Eu sempre procurei conduzir a nossa política externa de acordo com os nossos interesses. O que eu identifiquei, ao longo desse período, foi que o que se consideram prejuízos à imagem do Brasil no exterior decorreram basicamente de interpretações e notícias completamente equivocadas, oriundas daqui do Brasil, que procuravam criar uma imagem de que havia ou de há ameaças à democracia no Brasil, o que, a meu ver, é completamente falso; de que há ameaças, de que há uma política de afrontamento aos direitos humanos por parte do Governo brasileiro, o que também é falso; ou de que há uma política deliberada de destruição ambiental, o que também é falso. Então, essas três dimensões principais, sempre com base em interpretações totalmente equivocadas da atual realidade brasileira, conduziram a problema, sim, de imagem no exterior, e não falas do Presidente da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

Retomando essa sua compreensão, apenas para deixar claro, essa sua visão da pandemia como uma desculpa para atacar as liberdades no Brasil e no mundo é uma visão exclusiva de V. Exa. ou é compartilhada pelo Governo brasileiro?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não posso falar de outros membros do Governo brasileiro. A visão que o senhor descreve não é exatamente esta de que a pandemia é apenas um pretexto. A pandemia eu acho que, em alguns casos, tem sido usada como pretexto, mas não estou dizendo que a pandemia é simplesmente um pretexto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Agradeço as suas respostas. Elas, ainda que não sejam objetivas, deixam muito claro quais são os problemas na definição de políticas.

O senhor foi o nosso Ministro, foi o nosso Ministro das Relações Exteriores. O senhor nunca foi chamado para tratar sobre a necessária relação com parceiros comerciais estrangeiros. Então, provavelmente, alguém tratou disso no combate à Covid?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Desculpa, Senador, eu não disse que não tinha sido chamado para tratar de relações comerciais, eu não entendi.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Eu indaguei a todo instante, e não foi a primeira pergunta, se o senhor foi chamado alguma vez, pelo Presidente da República, para tratar sobre medidas de combate à pandemia, e V. Exa. me disse que não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, mas eu disse que participei de várias reuniões em que se tratou de combate à pandemia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Mas não foi demandado pelo seu superior hierárquico?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Acho que em algumas ocasiões, sim, foram reuniões com o Presidente da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Só para tentar deixar um pouco mais claro, porque eu acho que talvez seja o cansaço do tempo.

A minha pergunta foi bastante objetiva para V. Exa. Se em algum momento o Presidente da República lhe demandou para interferir, de forma positiva ou negativa, no combate à pandemia? V. Exa. respondeu, com todas as letras, que não; e agora o senhor me diz o contrário, que algumas vezes, deve ter sido demandado.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, desculpe. Eu acho, se me lembro bem, talvez tenha sido formulada diferentemente a pergunta.

Se o senhor puder, então, reformular as perguntas, de maneira objetiva?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Ernesto, o senhor me permite...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Senador, ele foi claro na pergunta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Mas eu posso tentar uma estratégia, os meios não me permitem desenhar. Eu vou tentar ser novamente objetivo apenas falando. Eu perguntei se V. Exa., como Ministro das Relações Exteriores, foi em algum momento demandado pelo Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, no sentido de ter uma atuação, seja proativa, para buscar insumos e vacinas, seja negativa, para indicar omissão ou evitar determinados países, parceiros ou fornecedores?

O senhor já me respondeu duas vezes que não e uma vez que sim. Vamos tentar um desempate?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Vamos.

Bem, eu acho que a interpretação do demandado é que tem sido talvez problemática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu entendi que V. Exa. tinha perguntado se eu havia sido, digamos, cobrado pelo Presidente da República, no sentido de que ele contestasse determinadas ações minhas, ou alegadas omissões. Eu disse que não e apontei um exemplo onde não foi propriamente uma cobrança, mas um pedido de informação específica sobre algo que estava passando. Isso não quer dizer que eu nunca tenha participado de ocasiões, com a presença do Presidente da República, em que se discutiram diferentes aspectos do enfrentamento da Covid.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço a memória de V. Exa., pela reativação, e indago: nessas reuniões, qual foi a linha de estratégia definida pelo Governo brasileiro, através de seu Ministro, no tocante ao combate à pandemia?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, a linha seguida pelo Itamaraty foi sempre de atuar a partir daquilo que era requerido, basicamente, pelo Ministério da Saúde, em termos de negociação com a Covax, por exemplo, e em termos do momento de pedir ou não pedir a aceleração de insumos, o momento de pedir a aceleração de venda de vacinas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso nunca partiu do Presidente? Ele eventualmente estava nessas reuniões, mas não estava falando sobre o assunto, não se manifestava?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, veja bem, houve, ao longo desse tempo, claro, muitas reuniões ministeriais, em que o Presidente falava de diferentes aspectos, de diferentes assuntos, em que se discutiam diferentes assuntos. Agora, especificamente, nos aspectos concretos: Olha, vamos definir a compra de vacinas de tal país... Isso normalmente, que eu me recorde, não eram tomadas em reuniões com a presença do Presidente, muitas vezes... Não me lembro de ter participado de reuniões...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vamos tentar, para facilitar o seu trabalho, pedindo a compreensão dos colegas e também de V. Exa.

Nessas reuniões, onde nós tínhamos a presença do Presidente da República, e o senhor também estava, eu estou pedindo que V. Exa. testemunhe sobre o conteúdo dessas reuniões, se elas indicavam no caminho de buscar vacinas, se elas indicavam no caminho de buscar cloroquina. Analisando as documentações que recebemos do Ministério, por enquanto, só encontrei cloroquina, mas é possível que a gente vá encontrar uma ação mais ativa em busca de vacinas. Qual era a orientação oficial do Governo? Porque é muito claro, e com todo o direito eleito que foi, o Presidente Jair Bolsonaro exerce o poder de comando. Todos os depoentes que sentaram nessa cadeira foram unânimes nesse sentido. A última palavra sempre foi dele. E é direito dele e foi conferido pelos brasileiros. Ninguém está questionando isso. Mas V. Exa. é a primeira testemunha que senta nessa cadeira e diz que não se recorda de qual é a posição do Presidente.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, qual é a posição que foi orientada ou nenhuma posição foi orientada? "Ernesto, faz o que você quer" – é isso?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, de forma nenhuma, de forma nenhuma.

Bem, em diferentes reuniões ministeriais surgiu o tema da Covid. O Presidente, enfim, basicamente, falava da sua preocupação com a pandemia, diferentes aspectos, inclusive do aspecto econômico também, do aspecto de saúde, do aspecto de vacinas. Agora as orientações específicas para a atuação do Itamaraty... Então, exemplos concretos: na Covax, negociações com a Índia, negociações com a China provinham do Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Presidente não tinha interferência?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não sei se na deliberação que formava essa posição...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, coisas que o senhor tenha presenciado ou ouvido falar. O senhor nem presenciou nem ouviu falar o Presidente falando nada sob o ponto de vista de uma linha de atuação?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Enfim, não presenciei... Claro, nessas reuniões se falava da preocupação com a pandemia, mas não me recordo de reuniões onde se falasse especificamente: "Olha, vamos comprar tal vacina ou não vamos comprar tal vacina". Agora, como exceção, uma reunião em março, se não me engano, ou final de fevereiro, onde se decidiu que o Presidente faria um contato com o Presidente da Pfizer para obtenção da vacina da Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que mês? Que mês foi?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Mês de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De 2020?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, de 2021.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – De 2021. O senhor recebeu a notificação através da Embaixada brasileira em Washington em setembro, aquela que o senhor já depôs aqui dizendo que não comunicou ao Presidente porque achava que ele já sabia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, mas, veja bem, isso não quer dizer que foi a primeira atuação, no caso do Presidente da República, desde setembro. Eu estou dizendo que foi uma reunião... Reuniões onde se falou, por exemplo, o tema de vacinas. Recordei que foi uma reunião onde o Presidente disse: "Sim, eu quero falar com o Presidente da Pfizer". Não sei se era o primeiro contato que ele faria para a aquisição das vacinas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, até para não atrapalhar os demais colegas, eu agradeço e desejo boa sorte na continuidade da sua carreira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Pelo sistema remoto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto, por gentileza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – É só fazer uma pergunta. Eu não entendi muito bem. O Senador Angelo Coronel perguntou ao depoente se ele mantinha o que ele disse, ainda no tempo em que era Ministro, depois de receber a Senadora Kátia Abreu lá no Ministério, e que depois ele divulgou que ela teria dito a ele que, se ele resolvesse o problema do 5G, ele ia ter o Senado todo ao lado dele. Eu entendi isso. Ele reafirmou aquela agressão, foi isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, por favor. É uma pergunta que já foi feita.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu vou solicitar a V. Exa. para que a gente não descambe para um outro rumo, porque isso não é objeto desta CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas eu estou só perguntando. Então, não vou pedir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E eu acho que nós vamos acabar esse... Eu acho que nós vamos colocar no centro do debate uma colega...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não vou pedir para prender ele não. Eu quero só que ele diga.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas não é isso. Nem poderia nem teria competência para isso. A possibilidade de prisão é em flagrante de falso testemunho sobre os fatos e objetos da CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Teve desacato também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, nesse caso, não, Sr. Presidente. Nós estamos... Inclusive, uma colega nossa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só estou perguntando, meu amigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E todos nós temos respeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E eu não perguntei nem a ele. Eu perguntei a ele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, veja...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o apelo que faço a V. Exa. Acho que nós não devemos entrar nesse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi uma pergunta objetiva do Senador Angelo Coronel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que não tem pertinência com esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, se for todos os temas que não têm pertinência, eu vou interferir na fala de todos os Senadores. Foi uma pergunta objetiva. Foi uma pergunta objetiva do Senador Angelo Coronel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Da CPI, Sr. Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O depoente quer falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – O depoente pediu para falar sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pediu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, o depoente está dizendo que não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele pediu. Acabou de pedir para mim, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está faltando com a verdade.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele acabou de pedir para mim para falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou olhando para o depoente, e ele está dizendo que não pediu.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Não, não pedi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não, ele não pode responder ao que eu perguntei.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Não tem a ver com o tema da CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é objeto da CPI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Não tem pertinência com o tema da CPI. Ele responde se ele quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, o depoente tinha dito que iria responder. Agora, mudou de opinião e disse que não ia responder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – As notas taquigráficas estão aí e a filmagem está aqui. Depois, vamos sentar para discutir o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Eu peço para a Secretaria, determino à Secretaria que separe tanto as notas taquigráficas quanto o vídeo onde teve a resposta à pergunta do Senador Angelo Coronel. Resolvido.

E o próximo inscrito é a Senadora Mara Gabrilli, pelo sistema remoto.

Por gentileza.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Ernesto Araújo, sua gestão, todos sabemos, colecionou ofensas a países parceiros do Estado brasileiro, sobretudo com a China. Os resultados foram desastrosos, com sucessivos atrasos para a aquisição de vacinas e insumos para a nossa população já tão sofrida com as mais de 437 mil famílias em luto. Assistimos a atritos e ofensas com o Governo da China, nosso maior parceiro não somente no comércio e no agronegócio, mas também nosso parceiro fundamental no combate à pandemia da Covid-19. A Senadora Kátia Abreu, o Senador Tasso Jereissati e outros Senadores já citaram, pela manhã, algumas dessas ofensas. E eu não quero ficar repetindo aqui, mas eu quero reforçar o dado apresentado pela Senadora Kátia Abreu, que é nossa representante na CRE, nossa Presidente, que falou em nome da Bancada Feminina do Senado, e eu agradeço à Senadora Kátia Abreu porque me senti extremamente representada por ela.

Ela trouxe dados de que, até abril, 85% das vacinas que estão protegendo os brasileiros vieram da China, e foi o nosso Instituto Butantan que negociou, no meio de seu prestígio, por meio de seu prestígio internacional e também da força do Governo do Estado de São Paulo. O senhor não ajudou em nada. Não defendeu a saúde dos brasileiros, não primou por seguir as lições mais básicas do Instituto Rio Branco. Nós, Senadores, só temos a lamentar sua gestão, porque os governos passam, sempre passam, mas o Estado brasileiro permanece. Eu gostaria de lembrar que seus interesses pessoais não interessam em assuntos de Estado. Ao contrário do que o senhor idealiza, a relação do Brasil com a China é permanente. E – sabe, Sr. Araújo? – eu sinto uma gratidão gigantesca à China, não apenas porque sou do Estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Paulo, onde fica o Instituto Butantan, mas eu tenho gratidão, em nome de todo o Brasil, pela celeridade com que produziram o IFA e as vacinas.

Olhem, no próximo mês, no dia 21 de junho, celebraremos mais um ano de parceria estratégica global entre o Brasil e a China. O que mostra o alto nível das nossas relações bilaterais.

E, olhem, no final de 2019, após 45 anos de relações diplomáticas, em visita do Presidente Bolsonaro ao Presidente Xi Jinping, o Presidente enalteceu a parceria com o Brasil, valorizando a nossa economia como a representativa dos países emergentes no Ocidente, a maior delas, a mais representativa delas. E falou também que o relacionamento com o Brasil era um exemplo de união, cooperação, progresso. Um progresso comum entre duas das principais nações em desenvolvimento.

O senhor, logo no início da pandemia, ao invés de se solidarizar com a população chinesa, o senhor rasgou a diplomacia mais básica e atacou a China, fazendo até piada com a propagação do que chamou de "comunavírus". Agora, semana passada, o Presidente Bolsonaro seguiu seu péssimo exemplo e colocou suspeitas de uma guerra biológica promovida pelo Governo chinês.

Sr. Ernesto, eu tenho profundo respeito pela cultura milenar chinesa. Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil, sobretudo no agronegócio, mas, para além dessa parceria comercial, nossos países são parceiros culturais e humanitários.

O SUS, por exemplo, adotou quase 30 práticas da medicina tradicional chinesa, como acupuntura, fitoterapia chinesa, auriculoterapia, ventosaterapia, tai chi chuan. No SUS, as práticas da medicina tradicional chinesa somaram mais de 150 mil sessões anuais.

Por isso, Sr. Araújo, eu pergunto: o que passava pela cabeça do senhor ao chamar a doença de comunavírus, ao ofender pessoalmente o Embaixador chinês no Brasil para defender o filho do Presidente? E por que o senhor apoiou o boicote do Presidente Bolsonaro à CoronaVac? Só para criar dificuldades para o Governo do Estado de São Paulo, o Estado que eu represento?

Pergunto-lhe muito respeitosamente, porque eu não acredito que seja possível que todos esses episódios tenham sido mera coincidência. Tratou-se de uma clara estratégia da sua gestão, e, graças a ela, à sua gestão, tivemos sérios problemas de retaliação diplomática da China para que o nosso Instituto Butantan acessasse os insumos, atrasando a produção de novas vacinas para serem distribuídas aqui, para serem usadas por todo o Brasil.

Eu quero saber o que senhor almejava com isso. Qual era a sua estratégia exatamente, Sr. Araújo? Eu queria saber. Da sua gestão faltou o essencial no tratamento com a China, que é a diplomacia, a empatia, o diálogo. Por isso, Sr. Ernesto, a gente precisa fazer sabe o quê? Congratular a China, agradecer à China, congratular a China pela sabedoria milenar do seu povo, em especial no campo da saúde. Respeitá-los, ter gratidão por eles, Sr. ex-Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, já que o senhor não é mais Chanceler, é bom a gente falar com o Presidente Bolsonaro. É o senhor que tem que congratular a China, Presidente. Isso é imperativo. Agradecer-lhes pelo apoio no combate à pandemia. Isso é uma obrigação, Sr. Presidente. Esse deve ser o lema da nossa relação, a promoção da humanidade, do respeito pelos nossos povos e a expressão da nossa verdadeira gratidão ao povo chinês pela sua história e pela sua cooperação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Mara.

Sr. Ernesto.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Muito obrigado, Senadora.

Senadora Mara Gabrilli, a sua pergunta infelizmente parte de uma leitura completamente incorreta de três situações que eu anotei aqui. Primeiro, que eu teria chamado a doença, a Covid, o coronavírus de "comunavírus". A leitura do meu artigo ao qual a senhora se refere deixa claro que essa é uma designação que eu usei para falar do vírus ideológico que, segundo um autor marxista, se implanta na esteira do coronavírus e levaria à instalação de um comunismo global. Então, seria esse vírus ideológico que eu chamei de "comunavírus", pela assonância com o coronavírus, mas justamente porque a tese desse autor que eu comentei é de que existe o coronavírus, uma pandemia, e, com base nela, a partir da atmosfera que ela gera, uma oportunidade para uma instalação ideológica do comunismo, segundo ele, não é? O texto não tem absolutamente nenhuma ofensa à China. E a leitura do texto deixa isso absolutamente claro.

Também jamais ofendi o Embaixador chinês. O que aconteceu, em duas ocasiões, a primeira foi uma ofensa do Embaixador chinês ao Presidente da República, através de um retuíte. E eu, o que fiz, através de uma nota do Itamaraty, foi o que qualquer diplomacia faria, que é dizer que isso é inaceitável, isso está fora da prática diplomática, está fora da Convenção de Viena.

E numa segunda ocasião, quando, também a partir de trocas de tuítes, a Embaixada da China fez uma nota em tom, de certa forma, ameaçador a pessoas brasileiras, dizendo que pessoas que falassem mal da China se arrependeriam no Brasil, o que evidentemente também e novamente contraria a prática diplomática.

Em nenhum desses casos, houve qualquer ofensa ao Embaixador da China. E em ambos os casos, eu deixei claro – e as notas do Itamaraty deixaram claríssimo – que o nosso objetivo nessa repreensão ao comportamento desse Embaixador era com o objetivo de manter as ótimas relações entre o Brasil e a China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, em relação a boicotes que a senhora alega, do Presidente à CoronaVac, enfim, qualquer que seja a atitude do Presidente da República em relação à CoronaVac, eu jamais participei de qualquer decisão de boicotar essa ou aquela vacina.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Tudo bem, Senador Randolfe, Presidente. Muito obrigada. Eu sabia que não teria a resposta mesmo.

Eu utilizei o tempo mais especificamente para congratular e agradecer e mostrar a gratidão que eu, o Estado de São Paulo e o povo brasileiro temos pela China e por tudo que a China representa neste momento, tá?

E, assim, dizer que eu sinto vergonha de ter um Chanceler e um Presidente que descumpriram a diplomacia, que é o que a gente mais precisa para se relacionar bem com os outros povos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigada, Senadora Mara Gabrilli.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. ex-Ministro Ernesto Araújo, Sras. e Srs. Senadores, com relação às declarações do Ministro Ernesto Araújo, percebo que a condução da política externa, durante sua gestão, não constituiu fator que tenha prejudicado o Brasil durante a pandemia.

O Brasil ingressou no consórcio Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde, recebeu vacinas e insumos – inclusive sendo o destino principal das exportações chinesas – e realizou o trabalho de assistência consular dentro dos limites de suas competências, lembrando que não cabe ao Itamaraty definir os tempos e a natureza dos contratos de compras de vacinas. Aliás, a assistência consular prestada pelo Ministério das Relações Exteriores foi fundamental, amparando um significativo contingente de brasileiros em situação de vulnerabilidade e facilitando o seu retorno ao País.

Ainda sublinho, Sr. Presidente, que o consórcio da Covax Facillity tem tido problemas para a entrega das doses programadas para os países, como o Brasil, que aderiram ao programa. Isso porque os grandes produtores de vacinas do mundo não estão tendo as exportações autorizadas pelos seus governos. Há uma má e evidente desigualdade no fornecimento de vacinas, uma vez que os países ricos, cerca de dez deles, detêm 70% das vacinas aplicadas no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro exemplo que ilustra essa disponibilidade limitada por força da grande demanda de insumos e da pouca oferta ocorreu na América Latina, com o atraso na distribuição da AstraZeneca. Segundo matéria do jornal *O Globo,* milhões de doses continuam armazenadas e sem uma data para começarem a ser distribuídas. Segundo a reportagem, a demora tem gerado incômodo entre o laboratório mexicano Liomont, responsável pela separação e o envase das doses, e a argentina mAbxience, responsável pela produção da substância ativa. Como consequência desse impasse, nenhuma dose da vacina latino-americana foi aplicada na região.

Apesar dessas dificuldades, Sr. Presidente, para a obtenção de vacinas e insumos, que não são de natureza política, mas de insuficiência de oferta frente à demanda global, gostaria de registrar que, nesta terça-feira, alcançamos a marca de 90.664.475 doses de vacinas distribuídas aos Estados brasileiros e um total de 53.648.292 doses aplicadas. Com esse resultado, o Brasil se mantém em quarto lugar no *ranking* mundial em termos absolutos, tendo vacinado, com pelos menos uma dose, 36.377.591 pessoas e, com a segunda dose, já ultrapassamos 17 milhões de brasileiros.

Ainda é importante pontuar, Sr. Presidente, o recente anúncio do banco de investimentos BTG, que elevou sua projeção de crescimento do PIB brasileiro este ano de 3,5% para 4,3%. Ao revisar a estimativa, o BTG se alinha às previsões de outros grandes bancos, como o Berkley, que elevou sua projeção de 3,2% para 4,3%; do Credit Suisse, de 3,6% para 4%; do Goldman Sachs, de 4,1% para 4,5%; do Morgan, de 2,9% para 4,1%; e do UBS, de 3% para 4,5%.

Digo isso, Sr. Presidente, porque, no início do ano, se falava que a economia brasileira não ia crescer nem 3%, e hoje as estimativas já elevam o crescimento do nosso PIB para além de 4%. E todos nós sabemos o que isso significa: significa emprego, significa renda, significa oportunidade de trabalho, de construção da felicidade individual de cada brasileiro.

Esses dados, em conjunto, mostram que a política de vacinação em massa e, consequentemente, uma maior retomada das atividades econômicas vão, aos poucos, pavimentando o caminho para a consolidação do crescimento da economia brasileira, ampliando os instrumentos de que dispomos para o enfrentamento dessa grave crise sanitária em todas as suas faces.

Feitas essas considerações, eu formulo alguns questionamentos ao ex-Ministro Ernesto Araújo.

Primeiro, V. Sa. mencionou a importância de preservar as relações comerciais do Brasil, por exemplo, com a China e os países árabes, tendo afirmado que essas relações não foram prejudicadas em face de sua atuação à frente do Ministério das Relações Exteriores. Gostaria que V. Exa. apresentasse exemplos com números concretos do que foi feito durante o período em que esteve à frente do Itamaraty para incrementar essas relações, especialmente com a China.

E, ainda, em relação à China, eu indago: o Governo chinês, em algum momento, apresentou algum condicionamento à liberação de vacinas e insumos? O Brasil, na sua avaliação, foi discriminado pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

China no fornecimento de insumos ou vacinas? E, finalmente, ainda nessa primeira pergunta, houve algum problema de natureza política que possa ter atrasado a entrega desses produtos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Muito obrigado, Senador.

Bem, em relação ao que foi feito especificamente com a China, se entendo bem, tivemos, nesse período em que eu comandei o Itamaraty, oportunidade de organizar duas visitas presidenciais: uma do Presidente Bolsonaro à China e uma do Presidente Xi Jinping ao Brasil. Houve uma Comissão de Relacionamento Econômico, presidida, no caso do Brasil, pelo Vice-Presidente, como é praxe há dez anos

– existe esse mecanismo –, e mantive vários contatos com o Chanceler chinês, meu contraparte direto. Todo esse conjunto de contatos rendeu avanços concretos na relação do Brasil com a China. Para dar dois exemplos: a abertura do mercado chinês para o algodão e para algumas frutas do Brasil, coisas fundamentais para vários Estados brasileiros, um mercado gigantesco, claro, evidentemente, como é o da China, onde cada abertura de novo produto precisa ser sempre comemorada, porque tudo resulta de uma negociação. E, aqui, como em tudo, claro, o Itamaraty não agiu sozinho, sempre em colaboração com outros Ministérios, especificamente, claro, o Ministério da Agricultura naquilo que tem a ver com a abertura de mercados, mas isso também resulta da qualidade das nossas relações políticas.

Além disso, posso até procurar para V. Exa. os números específicos do crescimento também dos investimentos chineses, mas cresceram nesse período. Não houve nenhuma restrição a investimentos chineses, muito pelo contrário. E o saldo brasileiro com a China cresceu, a participação da China como destino das nossas exportações cresceu, o comércio total e, sobretudo, as exportações brasileiras para a China cresceram de US$66 bilhões, em 2018, último ano antes do nosso Governo, para US$70 bilhões, em 2020, o que é extremamente expressivo, tendo em conta que foi um ano em que as exportações caíram para muitos países do mundo por causa da recessão advinda da pandemia. E, no primeiro quadrimestre de 2021, vemos números extremamente promissores. Posso confirmar, posso estar ligeiramente enganado, mas, se não me engano, são 18% de crescimento das vendas para a China no primeiro quadrimestre de 2021, se comparado com o de 2020. Então, para dar números globais.

A China jamais apresentou qualquer condicionamento de natureza política, comercial ou outra para a liberação das vacinas e insumos de vacinas. E o Brasil não tem por que se sentir, de nenhuma forma, discriminado pela China, muito pelo contrário. Isto foi dito por autoridades chinesas à nossa Embaixada em Pequim e foi declarado também pelo Embaixador da China em Brasília: que o Brasil foi o país que mais recebeu insumos da China em todo o mundo.

Se me permite um comentário a partir disso, Senador, eu acho que muita gente aqui no Brasil, numerosas pessoas, todo mundo acha que nós criamos problemas com a China, menos a China. As autoridades chinesas jamais nos deram indicação, direta ou indireta, de que qualquer comportamento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo brasileiro tivesse resultado num problema. Depois dessa situação que nós administramos aqui com o Embaixador da China, em março de 2020, por exemplo, tivemos vários contatos, mas, especificamente, queria citar uma reunião por teleconferência muito boa que tive com o Chanceler chinês em setembro, quando repassamos toda a agenda bilateral, falamos não só dos pontos específicos da agenda, mas reiteramos a amizade mútua. Não houve absolutamente, nem nas entrelinhas, nenhuma queixa, nenhuma sinalização de problemas. Então, nenhum agente chinês oficial jamais nos fez chegar o sentimento de que o Brasil tivesse criado problemas com a China e de que isso se refletisse, de alguma forma, na questão das vacinas.

Então, nem condicionamento político, nem condicionamento comercial, nem discriminação aconteceram, e não há nenhum indício disso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. ex-Ministro Ernesto Araújo, V. Sa. esclareceu que os atrasos na adesão à iniciativa Covax Facility ocorreram em decorrência das previsões legais que impediam o Governo de aplicar recursos financeiros em um produto que ainda não existia. V. Sa. entende que as datas de adesão ao instrumento afetaram o cronograma de recebimento de vacinas?

O Itamaraty fez algum esforço para antecipar o cronograma de recebimento de vacinas pela Covax? E, finalmente, ainda nesta pergunta: o Brasil foi discriminado pela Covax no fornecimento de vacinas ou isso não passa de narrativa?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Bem, na questão das datas de adesão, de forma nenhuma houve qualquer relação estabelecida pela OMS, seja formal ou informalmente, entre data de adesão ao instrumento e data de recebimento de vacinas. Não existe nenhuma correlação.

Sim, no mês de março – agora não tenho a data exata –, o Itamaraty encaminhou, através da nossa missão a Genebra, uma carta do então Ministro Pazuello ao Diretor-Geral da OMS, dizendo que, diante da situação da pandemia no Brasil, pedindo que houvesse algum tipo de antecipação do recebimento de doses da Covax.

Então, fizemos esse esforço, quer dizer, dentro da minha gestão, acompanhei esse esforço do Ministro Pazuello nesse caso – e apoiamos esse esforço. Mas, realmente, tenho certeza de que não é discriminação contra o Brasil, nem má vontade, de forma nenhuma, da Covax, da OMS, o fato de que não tenhamos ainda recebido tudo aquilo que se esperava até o final de maio, que seriam mais oito milhões de doses; chegaram quatro milhões. Isso tudo já estava previsto lá em março, que receberíamos inicialmente um milhão de doses, que foram recebidas ainda na minha gestão, junto com o Ministro Pazuello, e depois mais oito milhões até o final de maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há sinais claros de dificuldades da Covax para entregar vacinas não só para o Brasil, mas para todo o mundo. Há quadros aí mostrando que países grandes, países populosos, alguns deles receberam até agora, em alguns casos, zero dose da Covax, como, se não me engano, é o caso – posso estar enganado – do Paquistão e de Bangladesh; portanto, caracterizando que não há uma discriminação, mas que há um problema de disponibilidade realmente de doses no mundo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, a última indagação: eu apenas gostaria de retificar aqui o que foi colocado pelo Relator, Senador Renan Calheiros, que os Estados Unidos encaminharam cloroquina e não vacina ao Brasil. Mas nós sabemos que o envio da cloroquina ocorreu em julho de 2020 e, naquele momento, não havia nenhuma vacina aprovada no mundo contra o Covid-19.

Faço duas perguntas.

A primeira: o ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, em março de 2020, autorizou o uso da cloroquina no tratamento para o coronavírus também para pacientes graves. À luz de decisões como essa, V. Sa., ex-Ministro Ernesto Araújo, caracterizaria a busca de cloroquina pelo Governo brasileiro como um impulso ideológico ou como uma resposta a uma escassez real, prejudicial para o atendimento de múltiplas doenças crônicas?

E, finalmente, a última pergunta ainda: o que foi feito junto aos Estados Unidos para tentar obter vacinas do excedente disponível dos Estados Unidos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senador. Em relação à hidroxicloroquina, tenho certeza de que a ação correspondeu a uma necessidade real de suprir o sistema de saúde brasileiro desse medicamento, que é utilizado para várias doenças e que, naquele momento, gerava expectativa de que pudesse ser utilizado também para a Covid. Mas, concretamente, o que foi feito foi para suprir o mercado brasileiro de hidroxicloroquina. Portanto, nada de ideológico.

Em relação...

Desculpe-me, Senador?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – À antecipação do acesso ao excedente de vacinas americanas, se houve algum esforço do Itamaraty...

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... nesse sentido.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim, houve um esforço. A nossa embaixada em Washington estava plenamente atenta para que, em algum momento, isso surgiria, essa possibilidade, uma vez que os Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos avançavam na vacinação e pareciam ter um estoque excedente. Graças aos excelentes contatos que a nossa diplomacia – no caso, a embaixada em Washington – mantém já com a administração Biden, a Casa Branca, em determinado momento, também no mês de março, procurou a embaixada discretamente para dizer que estavam começando a pensar num plano de alocação de doses excedentes, pediu que o Brasil se pronunciasse sobre os tipos de vacinas e que indicasse o interesse, que confirmasse. Eu falei com o Ministério da Saúde aqui e imediatamente instruímos a embaixada a confirmar esse interesse, pelos canais que os próprios americanos sugeriram, porque entendo que não queriam que houvesse uma discussão mundial sobre países que receberiam ou não.

O fato de terem nos procurado mostra a qualidade da relação, mostra provavelmente que estão, digamos, buscando atender países próximos, como o caso do Brasil, com algum tipo de atenção especial – é claro, também reconhecendo a nossa necessidade.

Desde então, pelo que eu sei, durante a minha gestão, isso sim, ficamos em contato, através da embaixada em Washington, permanente para, digamos, avaliar o avanço desse oferecimento americano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu passarei pela ordem. O próximo é o Senador Heinze, mas passo, pela ordem, para a Senadora Simone Tebet.

Só um esclarecimento a esta CPI.

Foram requisitadas as informações sobre a doação de oxigênio da Venezuela – se teria sido, por parte do Governo Venezuelano, da White Martins. Acaba de chegar, trazida pelo Senador Humberto Costa, a fatura, sem valor comercial, do Governo da República Venezuelana, que confirma a doação.

Consta aqui: "Fatura sem valor comercial. *Este material es donativo de la Siderúrgica de Orinoco*."

A fatura aqui está e eu encaminho para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senadora Simone Tebet, pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu peço a palavra pela ordem, como Líder da Bancada Feminina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava no meu gabinete assistindo ao depoimento do ex-Ministro Ernesto Araújo, quando fui surpreendida por uma fala do Senador Angelo Coronel. Estou aqui com as notas taquigráficas e o Senador Angelo faz o seguinte comentário e questionamento ao ex-Ministro:

> Ministro, o senhor foi muito maldoso e leviano, posso assim considerar, com a nossa colega Senadora Kátia Abreu ao insinuar que ela teria algum interesse menos republicano ao suscitar a questão do 5G e a China. Embora ela e todo o Senado já lhe tenham respondido à altura de seu desaforo, eu lhe pergunto: o senhor não desejaria aproveitar seu depoimento para pedir desculpas à Senadora e se retratar, talvez, por aquelas palavras com que o senhor a acusou injustamente, levianamente?

Resposta do ex-Ministro: "Vou, Senador. Bem, na referência que eu fiz a determinado comportamento da Senadora Kátia Abreu, eu, simplesmente, disse a verdade; eu, simplesmente, relatei um fato. Então, eu jamais vou me arrepender de dizer a verdade".

Eu pergunto a V.Sa. se V. Sa. se arrepende de dizer tantas mentiras.

Com isso, eu quero dizer que V. Sa. está sob juramento. E há o crime de falso testemunho. Se V. Sa. não tem provas em relação ao que disse, V. Sa. agrediu, alegando a uma Senadora, respeitada, de credibilidade, como a Senadora Kátia Abreu, um crime que ela, tenho certeza, não cometeu, de tráfico de influência.

Portanto, V. Sa., se não provar imediatamente, terá que responder por crime de falso testemunho e crime de calúnia contra uma Senadora da República.

Volto a perguntar a V. Sa., sob pena de pedir a esta Comissão que um membro desta Comissão convide ou convoque os Embaixadores que estavam nesse almoço e os assessores da Senadora Kátia Abreu para, numa acareação, poderem dizer, afinal, quem está dizendo a verdade, quem está dizendo a mentira.

Porventura V. Exa. está confirmando nesta reunião, sob juramento, que a Senadora Kátia Abreu cometeu tráfico de influência? Ou disse, naquele momento, tentou insinuar, naquele momento, que estava tentando, de forma não republicana, oferecer a V. Sa. a oportunidade de estar vendendo, de alguma forma, a propaganda, junto ao seu Governo, do 5G oferecido pela China, ex-Ministro Ernesto Araújo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É uma questão de agressão a uma Senadora da República por um membro, que está aqui sob juramento. Ele está acusando a Senadora, como qualquer Senador da República, de um fato gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, mas ele falou isso agora aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele falou, e eu estou com as notas taquigráficas neste momento.

Eu peço a V. Sa, com todo o respeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já requisitamos as notas taquigráficas, Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós podemos colocar uma pedra em cima desta questão ou podemos levar isto adiante, porque a Bancada Feminina não admite que qualquer membro dela seja agredida dessa forma, sem nenhum tipo de prova, ao contrário, num discurso leviano.

Repito: V. Exa. teve a oportunidade de se retratar e não teve a humildade fazê-lo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Mais cedo, a Senadora Kátia teve oportunidade de, por 15 minutos, falar aqui. Este assunto não foi nem levantado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi levantado posteriormente, Sr. Presidente, pelo Senador Angelo Coronel. Ele fez uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas não foi levantado naquele momento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agora, nesse momento, ele fez a seguinte pergunta, eu vou responder no final: "O senhor não desejaria aproveitar seu depoimento para pedir desculpas à Senadora e se retratar, talvez, por aquelas palavras com que o senhor a acusou injustamente, levianamente?"

Resposta do ex-Ministro: "Bem, na referência que eu fiz a determinado comportamento da Senadora Kátia Abreu, eu, simplesmente, disse a verdade. Eu, simplesmente, relatei um fato. Então, eu jamais vou me arrepender de dizer a verdade".

Ele, simplesmente, está aqui ratificando que está acusando a Senadora Kátia Abreu de um crime. É importante que ele se retrate neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor quer responder? Por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Se a Senadora Kátia Abreu se sentiu ofendida, ela vai tomar as medidas legais contra a pessoa. Não tem de tratar na CPI isto aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pergunta da Senadora Simone, Senador Flávio, é muito objetiva: sim ou não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Sem tomar partido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim ou não, até porque só esse fato de ele não ter já basta para a Senadora Kátia, se se sentir ofendida ou acusada injustamente, já basta para ela tomar as providências legais que tem que fazer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas talvez a afirmação que ele tenha dito não tenha sido uma agressão como ela está colocando.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É distorcida a premissa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por isso nós estamos dando a oportunidade de o ex-Ministro falar. Se não, eu vou pedir a um membro desta Comissão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Aqui não é o local.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu tinha dado a oportunidade de ele falar antes, ele não quis.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que convoque os Embaixadores que estavam no almoço, junto com os assessores da Senadora Kátia Abreu, para fazer a acareação.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O que 5G tem a ver com Covid?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nada. A pergunta não foi feita nem aqui; foi feita pelo Senador Angelo Coronel.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Posso responder, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Sim. Senadora Tebet, sim. Esse tema já está, na verdade, judicializado, e as testemunhas falarão em juízo para o esclarecimento desse tema.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, apenas para deixar muito claro, aqui é o Senado Federal. Qualquer pessoa, qualquer cidadão que ofender um Senador ou uma Senadora ou acusá-la justa ou injustamente, em qualquer ambiente do Senado Federal, está acusando injustamente uma representante do povo, seja Senador ou Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei, Senadora! Mas o que...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós não poderíamos, neste momento – o Senador Humberto Costa tinha pedido a palavra antes, eu disse que falaria em nome da Liderança da bancada –, nós não poderíamos, depois da ratificação do ex-Ministro, ficar calados diante dessa situação. Não importa se é numa CPI ou no Plenário virtual ou no Plenário presencial. Ele está, de alguma forma, dentro do Senado Federal, dizendo que a Senadora Kátia Abreu teria cometido um crime de tráfico de influência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu acho que é a senhora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E nós precisamos neste momento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ouvi-lo, até para que ele possa confirmar ou não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele já...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele não disse que a Senadora Kátia está cometendo um crime.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele já acabou de responder que não quer responder. E nós depois vamos tomar as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada, ex-Ministro Ernesto Araújo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A Senadora Kátia tem o nosso respeito e a nossa solidariedade, mas as palavras do Ministro não indicam necessariamente que ele a esteja acusando de algum crime. A gente precisa ter mais tranquilidade, mais calma. O assunto está judicializado e estará explicado. A fala do Ministro não foi para fazer uma nova ofensa. Ele não veio com esse propósito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi para ratificar e confirmar o que havia dito antes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, mas a interpretação está sendo colocada por V. Exa. O Ministro apenas se resumiu...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou temporariamente satisfeita porque ele não teve a capacidade de reconhecer e ter a humildade de pedir desculpas a uma Senadora da República.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Senador! Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma ponderação.

Agora há pouco, o Senador Humberto tentou fazer uma provocação ao Ministro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso, para que ele...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para que ele se manifestasse sobre essa situação. Eu fiz uma ponderação ao Presidente de plantão naquele momento de que não alongássemos nesse assunto, porque, primeiro, a Senadora Kátia não está aqui; segundo, essa situação tinha sido feita numa rede social, lá atrás, e não é objeto desta CPI. Ele não veio aqui deliberadamente falar sobre essa situação, reposicionar-se sobre essa situação. Foi um Senador da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República que provocou e pediu a ele que, se fosse o caso, se retratasse. Ele simplesmente disse que não o faria, porque disse a verdade. Então, ele não veio aqui deliberadamente fazer qualquer acusação. Não fez isso. Então, apenas isso. Eu acho que nós estamos...

O que está acontecendo aqui está colocando o tema numa dimensão que não era objeto da reunião. Apenas por essa questão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estava colocando o tema na dimensão que ele merece, porque nós estamos falando de uma Senadora da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, com relação à Senadora Kátia Abreu, todos nós...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu estou temporariamente satisfeita, mas, enquanto colegas falarem em relação ao assunto que eu tratei com a Presidência e com o ex-Ministro, vai ter resposta e eu vou pedir direito de resposta. Enquanto falar do assunto; do contrário, por enquanto, eu estou satisfeita.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, com relação à Senadora Kátia Abreu, todos nós temos profundo respeito por ela e manifestamos, inclusive, solidariedade a ela quando do acontecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fui solidário à Senadora Kátia, continuo sendo solidário à Senadora Kátia. Eu convivo com ela há mais seis anos aqui e realmente eu não creio que ela tenha feito alguma coisa não republicana, mas a Senadora Kátia deve ter entrado na Justiça contra o ex-Ministro por injúria e calúnia, deve ter um processo, e ele acabou de dizer que está sendo judicializado. E a própria Senadora Kátia Abreu, numa demonstração clara de que aqui estava discutindo Covid, nem tocou nesse assunto. Ela poderia muito bem ter tocado no assunto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, o assunto veio à baila posteriormente à fala dela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Eu sei.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu, como Líder da Bancada Feminina, tenho a obrigação de aqui defender qualquer Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... da minha bancada quando ofendida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, por enquanto, estou satisfeita com a resposta do Ministro Ernesto pelo simples fato de que ele não teve a humildade de reconhecer que errou. Ele poderia muito bem dizer: "Olha, não foi bem isso. As palavras... Nós estávamos numa reunião onde foi tocado ou não o assunto". Ele não o fez. Então, ele que responda na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agora, isso não faz com que um Senador tenha que questionar a mim o direito de fala porque outro Senador falou.

Com todo respeito, Senador Humberto Costa, eu não sou V. Exa. V. Exa. não fala por mim. Então, quando V. Exa. me ajuda ou ajuda uma colega, eu agradeço. Agora, eu tenho o direito de falar mesmo que alguém venha em minha defesa ou em defesa de uma outra Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Nós iremos continuar solidários à Senadora Kátia.

Eu, pessoalmente, tenho um carinho muito grande por ela. Eu a conheço e sei...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que ela tem uma retidão muito grande e tem posições.

E, também, a gente, em toda eleição, tem que ficar preocupado. Já mandei fazer dois livros de ata. Em eleição para Presidente da Mesa, nós ficamos preocupados. Tem que ter dois livros de ata: um, a Senadora Kátia pode segurar e ninguém tira dela, e outro para a gente votar. (*Risos.*)

Então, sabe que eu tenho um carinho muito grande. O filho dela é do meu partido, é do nosso partido. A Senadora Kátia tem todo o meu respeito.

Eu vou passar a palavra à Senadora Leila Barros. (*Pausa.*)

Senadora Leila.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É o Senador Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa. Senador Luis Carlos Heinze. Desculpa, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente estava até brincando ali fora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, eu sou engenheiro agrônomo e sempre me espelhei em grandes nomes como Luís Fernando Cirne Lima e Alysson Paulinelli, meus mestres. Quando a gente vai falar em agronomia, a gente se lembra dessas pessoas que iniciaram um processo para que o Brasil fosse um grande exportador de alimentos – era importador nos anos 70 e, hoje, é um dos maiores exportadores do mundo.

Mas isso não é o que nos vimos hoje, infelizmente, aqui no Brasil, com cientistas como Luc Montagnier, cientista francês; Satoshi Omura, cientista japonês – esses dois médicos receberam o Nobel de Medicina no mundo –; Vladimir Zelenko, que hoje é um outro médico ucraniano que está concorrendo a um Prêmio Nobel da Paz; e também Didier Raoult, seguramente uma das maiores figuras científicas na área de virologia. Essas quatro pessoas recomendam o tratamento precoce e a ivermectina.

Então, falo em nome deles. A partir dessas pessoas é que nós estamos vendo que, desde o início da pandemia, diversas ações do Governo Federal e de pesquisadores e médicos brasileiros estão sendo alvo de campanhas difamatórias que visavam à desconstrução de reputações, perseguição a profissionais e até mesmo a ideias científicas. Parte dessa campanha tem certamente interesses políticos contra o atual Governo brasileiro e, de outro lado, interesses econômicos da própria indústria farmacêutica, que quer vender tratamentos caros e que a população aguarde as vacinas.

Eu estou entrando, Sr. Presidente, com uma representação nesta Casa, só para fazer esse chamamento.

Um colega hoje falou em charlatões. Senador Renan, eu tenho, no meu gabinete, mais de 14 mil médicos do Amapá, do Rio Grande do Sul, com seu CRM, que adotam esse procedimento, fora outros tantos que, de uma certa forma, também não colocam, mas também adotam. Então, cientistas e esses médicos adotam esse procedimento.

A perseguição ao uso da hidroxicloroquina, utilizada com sucesso em vários países, começou de uma fraude deliberada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui vou citar dois fatos. Após a pesquisa da Universidade de Harvard, publicada na revista *Lancet*, envolvia uma companhia de fachada, Surgisphere, que dizia ter registro de 671 hospitais que misteriosamente pediam para que permanecessem anônimos e alegava que o tratamento com hidroxicloroquina estaria matando pacientes de Covid. Jornais brasileiros não noticiaram essa fraude da revista *Lancet* como uma farsa, publicaram apenas que era um erro técnico.

A *Folha de S.Paulo* disse: *The Lancet* retrata o estudo que apontava o maior risco de morte associado à hidroxicloroquina, dizendo que a retratação se devia ao fato de que a Surgisphere se negava a compartilhar sua base de dados, omitindo totalmente a farsa. É grave.

Da mesma forma, no *site* da NIH, dos Estados Unidos, ainda figuram estudos inapropriados para abortar o tratamento precoce, porque são de pacientes hospitalizados de doença avançada.

Aqui agora estou falando de um segundo erro gravíssimo, que é a pesquisa de Manaus. Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, que é do seu Estado, onde nós vimos 22 mortes nesse processo. Essas duas pesquisas, *Lancet* e da revista *Jama*, no caso de Manaus, foram fundamentais para que a OMS – escutem bem! – no final do ano passado retirasse a recomendação de hidroxicloroquina. Só foi retirada por pesquisas fraudulentas.

Aqui está, para quem quiser ver, a retratação da revista *Lancet* nesse processo. Então, nesse sentido, são casos gravíssimos e isso acaba tirando fora do processo um produto sério. Tivemos ensaios positivos de uso precoce da hidroxicloroquina, não apenas observacionais, como dizia Didier Raoult, como também de um estudo randomizado duplo cego, como o ensaio do pesquisador Boulware, com resultados que mostram benefícios da droga.

Hoje nós temos a ivermectina que, durante muito tempo, praticamente passou despercebida dessa perseguição porque Trump e Bolsonaro não tinham comentado sobre seu uso.

Nosso ensaio aqui no Brasil, também com Annita, que foi financiado 100% do Governo brasileiro, do Governo Bolsonaro, do Ministério da Ciência e Tecnologia, mostrou claramente a capacidade da droga de reduzir a carga viral entre o primeiro e o quinto dia. Esses carimbos de burocratas, não pesquisa de cientistas, têm impedido o Brasil de salvar vidas. Enquanto isso, milhares de pessoas foram salvas e tratadas pelo professor de medicina e infectologista Edimilson Migowski, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Annita; pelo infectologista Francisco Cardoso, do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, que usa hidroxicloroquina e ivermectina; pela pneumologista Alla Dolganova; e também pelo infectologista Ricardo Zimmermann, e seus colegas que compartilham de suas ideias. São milhares de casos. Estou falando de coisas sérias que nós temos hoje aqui no Brasil, mas infelizmente há esse assassinato de reputação. Só porque o Presidente Bolsonaro falou, hoje o mundo cai em cima dele e em cima de médicos de direita e médicos de esquerda. Estou falando de centenas, milhares de cientistas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médicos que hoje têm a sua posição achacada. E nós estamos trazendo, inclusive, nomes de alguns desses cientistas, para que a sociedade brasileira tenha noção. Infelizmente, a mídia não fala nesse assunto.

Portanto, os opositores que atacam o Governo são o motor das mortes nesta pandemia; são esses os genocidas, as pessoas que um dia disseram que a indústria farmacêutica lucrava com mortes e hoje são motor de lucro com seus ataques, seu interesse político.

Em relação às vacinas, o Governo brasileiro não só buscou, mas também estimulou o desenvolvimento de novas imunizações, com 100% de tecnologia brasileira. Através do árduo trabalho do Ministério da Ciência e Tecnologia, hoje temos dez projetos desenvolvidos, quatro deles em fase de ensaios clínicos. Repito: recursos da USP, recursos federais – na USP de Ribeirão Preto, vacina bem adiantada, da mais adiantada que tem, com recursos federais; no Instituto de Cardiologia de São Paulo, também; e na Universidade Federal de Minas Gerais. São três projetos em fase adiantada, em torno de dez que existem hoje funcionando aqui no Brasil.

Da mesma forma um trabalho que estamos fazendo, citar aqui o Senador Wellington Fagundes, que estava conosco, o Senador Nelsinho Trad, que nós temos trabalhado, Senador Confúcio Moura, para que empresas brasileiras, empresas brasileiras hoje, o chamado grupo G12, de doze grandes laboratórios em medicamentos humanos e mais quatro laboratórios de medicamentos veterinários, negociando com 16 princípios ativos de empresas chinesas, russas, indianas, belgas e canadenses. Essas empresas estão negociando para produzirem vacina aqui no Brasil. Então, isso é um ponto importante, que já está em andamento, para que, juntamente com o Ministério da Agricultura, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde e a própria Anvisa, em negociação com esses princípios ativos desse laboratório, desses medicamentos que falo, nós possamos ser produtores de vacina. Isso é uma realidade e já está acontecendo no Brasil. Infelizmente, não é o que nós ouvimos aqui. E eu quero retificar e ratificar.

E, para finalizar, sobre o tratamento precoce. Cito aqui, Senador Renan, Chapecó, que adota o tratamento, Prefeito João Rodrigues, o índice de letalidade, Senador Omar, está em 1,66; Condor, Rio Grande do Sul, 0,77; Porto Feliz, São Paulo, 1,14; Porto Seguro, Estado de da Bahia, 0,85. Temos uma média de 40 Municípios, Senador Renan, onde fizemos a média – e deu 1,4 – adotando esse procedimento de tratamento precoce. E 1,4 é a metade de 2,8, que é a letalidade do Brasil. V. Exa. fala em 436 mil mortes. Aplicada essa regra, nós teríamos 218 mil mortes. Então, o genocida é aquele que não recomenda esse tratamento e está criminalizando esse tratamento por milhares de médicos que adotam esse procedimento. Imagina que hoje, em Natal, médicos fizeram um protesto para poder usar esse procedimento. Em Joinville, Santa Catarina, da mesma forma. E assim, no Brasil inteiro, médicos têm que entrar com ações na Justiça para não serem criminalizados.

Hoje à noite, Senador Omar, estou juntando a Procuradoria-Geral da República e a Advocacia-Geral da União para colocar à disposição do Conselho Federal de Medicina e de alguns desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

injustiçados. São cientistas que querem ir embora do Brasil por causa de questões políticas. Nunca houve isto: médicos de direita, médicos de esquerda. Existe o tratamento. Por que criminalizar?

Nosso Embaixador falava da cloroquina. Essa cloroquina que veio dos Estados Unidos naquele instante, era uma pesquisa que estava sendo feita, parece que numa universidade na Flórida, e seria feita também a pesquisa no Brasil, com aquilo que veio lá. Não era para substituir vacina, que nem tinha vacina naquele instante. Então, só... Essa é uma colocação importante que eu quero registrar nesse instante aqui, e que nós não possamos criminalizar essas pessoas que estão salvando vidas. Por isso, é importante...

E se nós examinarmos dados, como eu citei desses 40 Municípios, nós temos vários outros... Dá para comparar, Senador Omar, no seu Estado do Amazonas, Manaus com Belém, que estão no mesmo paralelo, e são situações bem diferentes; o próprio Estado do Amapá, Senador Randolfe aqui, que já está aplicando um tratamento de multidrogas, onde esse tratamento precoce está preconizado: a letalidade lá é bem menor que do Estado do Amazonas.

Então, esse é um problema sério, e eu gostaria que esta Comissão também se debruçasse nesse sentido, para evitarmos assassinato de reputação, porque nunca houve médico de direita ou médico de esquerda. Eu disse num pronunciamento que fiz, num debate, imaginem: eu sou agrônomo. O Brasil hoje é o maior exportador de soja do mundo, de laranja do mundo, de boi do mundo, de frango do mundo. Aparece um vírus, uma doença, quer dizer, eu não posso usar porque quem recomendou é um agrônomo de esquerda? Jamais! A mesma coisa da soja, maior item da balança comercial brasileira. Aparece uma doença, como é que eu vou dizer que eu não usar porque veio do médico agrônomo de esquerda? Negativo. O que vem para somar àquilo que é necessário para a produção brasileira.

Portanto, esse é o ponto, Senador Omar, que eu venho trazer aqui, nesse instante, que nós temos que parar de assassinar reputação de especialistas, cientistas, que têm a sua posição, e de algumas das universidades brasileiras, que hoje estão sendo criminalizadas justamente por essa posição, Senador Marcos Rogério. É muito ruim quando se tira a liberdade. O próprio Conselho Federal de Medicina deu a liberdade do ato médico, de ele fazer a receita que quiser, pode recomendar, e é permitido isso.

E veja: esses dois fatos, Manaus e Harvard retiraram; sabe quando é que a OMS retirou, Senador Renan? No final do ano passado. Até então não tinha problema com relação à hidroxicloroquina, cloroquina, estavam permitindo. Na próxima sessão, eu vou trazer protocolos médicos de outros países que estão usando também, e ninguém criminaliza lá porque é de direita, ou que é de esquerda, mas aqui dentro do Brasil, porque o Bolsonaro falou, "bom, então, eu sou contra o Bolsonaro, eu tenho que ir contra esse tratamento".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi o Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Morrem vidas. Morrem vidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente Bolsonaro não falou, ele falou... Alguém, cientificamente, o orientou, porque ele não ia falar da cabeça dele isso. Ele não ia buscar... Quem é que disse para ele sobre essa questão? Não foi ele que tirou isso, ele não acordou e disse "não, isso aqui salva". Alguém o convenceu...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de que era um medicamento, então não é o Presidente que fala só, alguém o convenceu a fazê-lo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Didier Raoult, um dos maiores virologistas do mundo, primeiro falou a Trump, que usou a frase "Didier Raoult". Não é qualquer pessoa: Didier Raoult é um dos maiores virologistas do mundo. Falou, Trump falou esse assunto nos Estados Unidos e, na sequência, dias depois, Bolsonaro falou no Brasil. Aí veio a guerra, por causa de questões políticas, por questões ideológicas e também por questões econômicas. Não queira imaginar que a big pharma não tem seus interesses nessa questão, num mercado bilionário. Não é uma empresa, inúmeras empresas têm seu interesse. Essa é a realidade, esse é o fato, e esse desabafo que faço, como profissional da agronomia, é em relação ao respeito aos profissionais da saúde, que merecem respeito.

Infelizmente, estão criminalizando pessoas sérias neste País, de Norte a Sul do Brasil. Em qualquer canto do País, esses profissionais estão sendo achacados. Uma repórter perguntou assim: "O senhor já está prescrevendo hidroxicloroquina?" Eu, não. Eu tenho procuração desses 14 mil médicos – já tenho o nome deles e o CRM – de qualquer Estado brasileiro que estão usando esse tratamento. E vejam: uma pesquisa fraudulenta.

Se vocês olharem exatamente, Senador Omar Aziz, o que foi feito em Harvard, vocês vão ver o que aconteceu, um abuso. O que foi feito em Manaus foi um abuso. Não podemos fazer uma dose letal. Em Manaus, fizeram uma dose letal, que sabiam que hidroxicloroquina é para uso em pacientes de um a cinco dias. Lá, há gente que já estava intubada e fizeram dose letal, muito mais do que a dose normal que se aplica nas pessoas. Foi um ensaio criminoso.

Por isso, na sexta-feira passada, eu representei, na Polícia Federal, pedindo que eles analisassem a pesquisa de Manaus. Alguém tem de ser responsabilizado. Já apresentei aqui, nesta Comissão, para que o Presidente do Conep e o Presidente da Fiocruz viessem aqui explicar. É um abuso.

Senadora Leila, se pegarem as datas, elas estão adulteradas. Não se pode fazer isso. Datas adulteradas numa pesquisa que alguém tem de explicar a forma como fizeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Talvez um dos poucos Estados brasileiros que tenha especialidades em várias doenças é o Estado do Amazonas. Isso eu posso falar para você, porque eu governei aquele Estado. O Instituto de Medicina Tropical do Estado do Amazonas é reconhecido mundialmente e é onde tem pesquisadores sérios.

A Fiocruz, no Estado do Amazonas, é uma instituição respeitadíssima. Se você for no Alfredo da Matta, cuja especialidade é em todo tipo de doenças, que tem na nossa região, poucos têm isso. Então, a cloroquina é uma velha conhecida nossa. É o quinino, que é utilizado na malária. Quem lá no Amazonas não teve malária ainda? O problema do quinino é que ele afeta o fígado. Tomado, vai dar um... Isso é normal. Todos nós sabemos disso. Qualquer caboclo sabe disso.

Foi o grande problema que aconteceu na BR-319, na 174, na 364, todas as estradas que foram feitas na década de 70, feitas lá, o grande problema foi aquela ferrovia que tem lá na região, o número de óbitos por malária... Daí descobriram que o quinino salvava, isso é antigo. Então, hoje a cloroquina é isso. Mas não dá para a gente discutir, Senador. Eu não estou aqui, eu não prescrevo remédio. Eu não tenho essa mania. Eu não sou médico.

Então, veja bem: nós vamos trazer a Dra. Yamaguchi aqui para falar. Vêm outras pessoas que defendem a utilização precoce da cloroquina. E, aí, vai ter um debate em cima disso. Até agora, infelizmente – infelizmente, eu digo porque seria bom se dessem resultados positivos –, ontem, uma Comissão formada pelo Ministro Queiroga analisou que não é para ser colocada em hospitais. Isso foi colocado. Não fui eu quem disse isso. Foi uma Comissão que o Ministro Queiroga montou. É uma Comissão que não é de funcionários públicos, são profissionais e tal. Então, é um debate que vamos levar.

A gente espera, realmente, que haja um remédio que não permita o óbito das pessoas. Estamos torcendo por isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Mas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila, depois Senador Flávio Bolsonaro, depois Senadora Eliziane, remotamente. A Senadora Simone Tebet retirou a sua inscrição. Senador Izalci, Senador Fabiano Contarato, Senadora Zenaide, Senador Jean Paul Prates e Senador Jorge Kajuru.

Eu quero dizer a vocês que já abriu a sessão. Então eu vou ouvir logo a Senadora Leila, logo em seguida o Senador Flávio e depois a gente discute aqui o que nós vamos fazer.

Senadora Leila, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente Omar Aziz. Saúdo a todos, cumprimento a todas as Senadoras e Senadores e também o ex-Chanceler Ernesto Araújo.

Eu me sinto contemplada pela maioria dos questionamentos que foram feitos aqui nesta sessão, mas eu gostaria de retomar o tema *fake news.* Eu gostaria de indagar o senhor sobre o que acha do uso de *fake news* sobre a pandemia em redes sociais. Aliás, depois da pergunta do Senador Alessandro Vieira, sobre o porquê de o Brasil não assinar um acordo com outros países contra a disseminação de *fake news* na pandemia, me parece até claro por que não assinamos, mas vamos lá.

Vale lembrar que, há algum tempo, o senhor foi corrigido publicamente pelo Ministro do STF Gilmar Mendes, ao publicar em suas redes sociais, precisamente no dia 10 de março agora, de 2021, em inglês, notícia falsa sobre o enfrentamento da pandemia no Brasil. Em comentário à reportagem da CNN, o senhor diz, abro aspas: "A CNN entendeu tudo errado sobre Brasil e Covid. [...] Depois da decisão da Suprema Corte, de abril de 2020, os Governadores – não o Presidente – têm na prática toda autoridade para estabelecer e administrar todas as medidas de distanciamento social". Foi então que o Ministro Gilmar Mendes lhe corrigiu, postando o seguinte, abro aspas: "*Fake news!* Aqui está o fato real: a Suprema Corte brasileira decidiu que as administrações federal, estaduais e municipais têm autoridade para adotar medidas de distanciamento social. Todos os níveis de Governo são responsáveis pelo desastre que estamos enfrentando".

Eu pergunto ao senhor, ex-Chanceler Ernesto Araújo: qual era o seu objetivo ao publicar uma notícia com tamanha desinformação? Foi por isso que nós não assinamos o acordo contra *fake news* sobre a pandemia? Porque o senhor não respondeu claramente ao Senador Alessandro sobre o fato de nós não termos assinado esse acordo, e eu gostaria de entender por que o senhor postou essa desinformação, tirando a responsabilidade do Presidente e dizendo que caberia só aos Governadores, e foi corrigido pelo Ministro Gilmar Mendes. E sobre a questão desse acordo, por que nós não o assinamos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senadora.

Em relação a essa postagem, eu me preocupei muito realmente quando vi uma notícia na CNN Internacional que tratava de uma maneira que me pareceu muito distorcida a realidade da pandemia no Brasil, dizendo que o Presidente não fazia nada porque não queria, em relação à pandemia, sem fazer nenhuma referência a vários esforços do Governo Federal. Aí sim, me parece, várias desinformações sobre a realidade no Brasil.

Eu me preocupei, já que era público internacional, em fazer uma postagem em inglês para mostrar... Isso faz parte da tentativa que o Itamaraty tem que fazer de mostrar a realidade da situação do Brasil em cada momento... Eu me preocupei em fazer uma postagem sobre vários aspectos, falei do auxílio emergencial, que tinha sido ignorado pela reportagem, muitos bilhões de dólares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei das transferências, justamente, do Governo Federal aos Estados para reforçar o sistema de saúde; falei, se não me engano, da vacinação, falei do nosso esforço de busca de cooperação para o desenvolvimento de vacinas e de medicamentos; e expressei aquilo que acho que praticamente todos os brasileiros hoje percebem como a realidade, que é o fato de que, na prática, isso – é a expressão que usei –, a autoridade para implementar medidas, sobretudo, de organização social, ou seja, de distanciamento ou não, compete aos governos estaduais. Depois eu esclareci, procurei esclarecer, depois do *twitter* do Ministro Gilmar Mendes que eu tinha, justamente, procurado falar da situação na prática, e não da letra da decisão do Supremo Tribunal Federal, expressando aquilo que é, ao meu ver, o sentimento social no Brasil, o sentimento da sociedade brasileira, que é de que essas decisões são basicamente da esfera dos Governadores.

Então, eu disse também, como a senhora leu, "depois da decisão", ou seja, não diretamente, literalmente, em virtude da decisão. Então, foi uma tentativa minha de transmitir qual era a realidade no Brasil e não de, digamos, reproduzir uma determinada decisão judicial.

Em relação ao tema *fake news* e, enfim, algum instrumento internacional, obviamente que eu não sou a favor da disseminação de nenhuma notícia falsa. O que me parece, a linha que nós seguimos na nossa gestão é de que, em qualquer situação, o que prevalece é a legislação nacional, a menos que haja um tratado internacional, incorporado pelo Congresso Nacional, no nosso ordenamento jurídico.

Então, os instrumentos legais que existem hoje no Brasil para tratar daquilo que se chama *fake news* – entendo que não é uma figura jurídica do nosso Direito hoje, mas o que a sociedade hoje chama de *fake news* –, esses meios existem e são aqueles cuja, digamos, autonomia, independência, nós temos que defender nas relações internacionais, senão...

Me pareceu que era mais um elemento de, digamos, pressão para países adotarem determinados instrumentos que podem afetar a liberdade de expressão, sem que isso tenha passado pelo Congresso Nacional.

Então, é essa razão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor está falando que a sua observação não se tratou de uma decisão judicial, mas o senhor coloca aqui, "depois de decisão de Suprema Corte", então, quando o senhor fala isso, aí fala "Governadores – não o Presidente", a impressão que se dá, e o senhor não concorda com isso, que o senhor está tentando de alguma forma eximir?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Sim...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por que não deixar Presidente, os Governadores, enfim... Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Perfeito. O que eu tentei foi não reproduzir, como eu disse, não reproduzir, literalmente, a decisão, mas explicar ao público internacional, como essa decisão está sendo vivida pelos brasileiros. Basicamente isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** O.k.

Agora outra pergunta. Eu gostaria de abordar uma questão que é uma prática: de se minimizar a situação da pandemia. E eu gostaria muito de entender por quê, principalmente do Governo, não é? Primeiro, me vem à cabeça uma fala, no mínimo, assim, irreal do senhor durante uma audiência de membros do Conselho das Américas, realizada agora no dia 5 de março deste ano, quando o senhor disse: "O sistema de saúde está, claro, sob estresse, mas está conseguindo suportar bem. Tem falta de UTI em alguns Estados, mas, no geral, o sistema está suportando bem". Na ocasião, segundo o balanço do consórcio de veículos de imprensa, o Brasil contabilizava 10.796.506 casos e mais de 261 mil óbitos por Covid-19 no nosso País, sendo que 1.786 nas últimas 24 horas daquele dia.

Eu indago ao senhor: como assim "estava suportando bem", o que o senhor quis dizer com isso, quando o senhor fala que, naquele dia, quase 1.800 mortes, e a gente estava suportando bem tendo mais de 1.700 mortes? E que parâmetros são esses do senhor se o Brasil hoje, Sr. ex-Chanceler, é o mais afetado pela pandemia no mundo? Quais eram os parâmetros para o senhor minimizar, no Conselho das Américas, que o nosso sistema de saúde estava suportando bem, sendo que a gente entende aqui, todos nós entendemos que ele está absolutamente colapsado?

Então, o que a gente percebe é, o tempo todo, a tentativa de se minimizar o que está acontecendo no nosso País. E eu gostaria de entender um pouquinho, se o senhor puder me ajudar a entender, a postura do Governo, de um modo geral, e daqueles que o representam.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Obrigado, Senadora.

Bem, essa intervenção foi feita num seminário do Conselho das Américas que se destinava a discutir o Mercosul, na perspectiva dos 30 anos de assinatura do Tratado de Assunção. Esse tema surgiu lateralmente, o tema da situação da pandemia nos países do Mercosul, e eu não pretendia, evidentemente, dar uma descrição completa do quadro da pandemia no Brasil, porque nem era o objetivo daquele encontro. Foi uma menção sobre a situação. Se eu me recordo bem, eu comecei dizendo que, obviamente, o sistema de saúde estava sob estresse, estava sob uma pressão muito grande. E o "suportar bem" não significa que não haja problemas, obviamente; significa que há um desafio, evidentemente. E isso é uma avaliação, claro, relativa, não é uma avaliação absolutamente quantitativa de quantos leitos, infelizmente, que estavam faltando, de qual era a situação em cada Estado, tanto que eu reconhecia que faltavam leitos de UTIs em determinados Estados.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Em determinados Estados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Eu entendo que não era em todos os Estados que faltavam leitos de UTI naquele momento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ah... Tá.

O SR. ERNESTO ARAÚJO – E essa afirmação diz respeito também não apenas àquele momento, quer dizer, ao que aconteceu durante a pandemia, porque, durante a pandemia, o sistema de saúde brasileiro, claro, sob o estresse representado pela pandemia, suportou de alguma maneira, enfim, e acho que temos visto ao redor do País; para evitar também, me parece, uma imagem equivocada de que houvesse um colapso completo de todo o sistema em todo o País.

Além do que, a questão do sistema de saúde, sobretudo da disponibilidade de vagas em UTIs para pacientes de Covid é um dos aspectos da pandemia, obviamente, apenas; eu não fiz nenhuma menção que minimizasse o número de óbitos que estava havendo, o número de casos, o crescimento do número de casos que se verificava naquele momento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nada mais a falar, Sr. Presidente. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigado, Senadora Leila.

Senador Flávio Bolsonaro, por 15 minutos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Para interpelar.) – Presidente, Sr. Ernesto, boa tarde a todos.

Ao mesmo tempo em que eu quero prestar minha solidariedade às famílias enlutadas, também agradecer a Deus pelo número expressivo já de quase 14 milhões de recuperados no Brasil da Covid.

E eu quero dizer, Sr. Ernesto, que hoje a Oposição teve mais um dia difícil aqui nesta CPI, porque o seu depoimento, muito transparente, objetivo, esclarecedor, e não cair em provocações sobre possíveis desavenças com o Presidente da República ou com alguns outros ministros nos dão a clareza de que o Governo fez e continua fazendo tudo que está ao seu alcance para evitar que mais vidas se percam e que o desemprego cresça de uma forma avassaladora.

E o senhor há de compreender que, em muitas situações, o depoente, quando está aqui sentado e fala aquilo que quem está perguntando não quer ouvir, quando o senhor fala algo que quem está lhe perguntando não quer ouvir, o senhor rapidamente é tachado como mentiroso. Aí, quando o depoente que está aí sentado fala o que quem está interrogando quer ouvir, aquilo é tido como uma verdade absoluta.

O fato é que muitos já chegam aqui nesta Comissão com o seu juízo de valor formado muito antes de ouvir o depoente. E aí, o nome disso é preconceito. E é inevitável que a população perceba que há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande exagero de se antecipar 2022, ao invés de se discutir aqui como evitar que mais vidas se percam ou ajudar o País a adquirir mais vacinas nessa disputa mundial, difícil, em que o mundo inteiro está à procura do mesmo produto em escassez.

E, com relação a isso, nós podemos ter orgulho de falar, Sr. Ernesto, que o Brasil já é, sim, o quarto país que mais vacinou no mundo, o equivalente a seis vezes quase a população do Estado de Israel – já que está havendo muitas comparações entre Brasil e Israel aqui. Porque, na hora de comprar uma vacina, você não chega a um laboratório e compra a quantidade proporcional à sua população, a quantidade proporcional à população do seu país. Isso em números absolutos. Então, é óbvio que países como Israel, com 9 milhões de habitantes, terá mais facilidade de, proporcionalmente, vacinar sua população mais rápido. Mas aqui no Brasil, graças a Deus – se Deus quiser, melhor dizendo –, até o final do ano, nós conseguiremos ter nossa população toda vacinada.

E também, Sr. Ernesto, não leve para o lado pessoal o que muitas pessoas vêm aqui imputar ao senhor, porque o que acontece de bom na área de política externa, acontece apesar do senhor; o que acontece de ruim é culpa do senhor. Então, não leve a mal algumas pessoas que vêm para cá se posicionar com relação à sua política, porque, na verdade, como bem dito, se não me engano, pelo Senador Eduardo Girão, alguns ainda não aceitaram os resultados das urnas. O Presidente Bolsonaro foi eleito para redirecionar, sim, a política externa do nosso País, e, pelos números que o senhor apresentou aqui, pelos resultados, pela forma como o Brasil está conseguindo se desempenhar ante essa pandemia mais drástica, sofrida da história de qualquer um que está aqui vivo, neste momento, assistindo, nós conseguimos um número menor do que o esperado de desempregados, nós tivemos uma redução do PIB menor do que a esperada, e, se Deus quiser, nós vamos ter uma recuperação do PIB e do emprego maior do que a esperada. E o Brasil vai continuar fazendo o que for possível para evitar que mais mortes ocorram. Sr. Ernesto, o que eu percebo aqui, de alguns também, é o negacionismo do óbvio. Os fatos estão colocados, o óbvio está posto, e hoje, felizmente, Presidente Omar Aziz, nós temos internet, temos meios de comunicação alternativos que inviabilizam que o monopólio das narrativas e da informação fique apenas com os grandes veículos. Então, rapidamente a gente pode, dando um Google, buscar dados e informações que desmentem aquelas narrativas que tentam imputar ao Governo, em especial ao Governo Bolsonaro...

Por exemplo, ele sempre disse que no caso dele, especificamente, caso pegasse Covid, as consequências seriam similares às de uma gripezinha. No caso dele, especificamente, seria uma gripezinha. E, graças a Deus, foi. Mas a narrativa que é construída é que ele dá um tratamento a todos que foram acometidos pelo Covid que deveriam, que passariam apenas por uma gripezinha, como a que ele passou, menosprezando o sentimento que ele sente de pesar e de luto por aqueles que se passaram.

E há uma coisa, Sr. Ernesto, que também causa uma indignação, porque no ano passado o Governo Federal direcionou quase R$700 bilhões para Estados e Municípios no combate à pandemia, entre diversas iniciativas – compra de equipamentos, respiradores, abertura de leitos de UTI, prorrogação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prazos de pagamento de dívidas de Estados e Municípios, transferência fundo a fundo do fundo de saúde federal para os estaduais e para os federais, enfim, R$700 bilhões. Essa ajuda foi, obviamente, para reduzir os impactos, mas se a gente parar para pensar que se essa ajuda toda foi dada para que Estados e Municípios se preparassem, em especial, para receber aquelas pessoas que necessitassem de um tratamento intensivo, já que, como muitos defendem aqui, não há um tratamento existente para isso ainda, os Estados e Municípios tinham que se preparar para as consequências dessa doença, como é que você quer defender que não houve uma interferência, que não houve uma redução dos poderes do Presidente com a decisão dada pelo Supremo Federal? Porque se hoje o Presidente Bolsonaro, que botou dinheiro para aquele Município ou para aquele Estado, preparar leitos de UTI para receber as pessoas que precisassem...

E a pandemia veio. Passou-se a primeira onda, muitos prefeitos e governadores retiraram aqueles leitos de circulação, fecharam esses leitos, e aí veio a segunda onda. De quem é a responsabilidade por ter tirado aqueles leitos, se o Governo Federal deu todo o suporte para que Estados e Municípios promovessem essa preparação? E se o Presidente quiser, por exemplo, se ele entender que é para reabrir o comércio em um Município pequeno que recebeu todo esse suporte do Governo Federal, ele tem poder para fazer isso? Não – eu estou refletindo, não estou fazendo as perguntas ao senhor ainda não –; não tem poder, porque a decisão do Supremo diz que no Município, se se entender que o comércio tem que ficar fechado, vale a decisão do Prefeito, e não a do Presidente da República, em que pese o Presidente ter feito a sua parte para garantir que aquela Prefeitura se preparasse.

Então, Sr. Ernesto, eu vou passar à pergunta ao senhor, porque eu acho que passaram ao largo muitas coisas que o senhor fez de bom neste Governo, muitas famílias que eu tenho certeza de que são muito gratas ao senhor.

Ah, eu queria só, antes de entrar nessa pergunta, de dar uma pincelada rápida no assunto *fake news*, porque, mais uma vez, tenta-se construir uma narrativa que, pelo Brasil não ter assinado esse acordo, ele é a favor de *fake news*. É óbvio que não. O senhor foi muito claro aqui que o País já dispõe de mecanismos para evitar as *fake news,* em que pese aqui no Brasil ainda as agências que checam o que é notícia falsa ou verdadeira terem um viés ideológico absurdamente maior de oposição ao Governo, absurdamente maior. Por exemplo: eu não vi nenhuma agência dessa checar as falas que foram ditas aqui que o Bolsonaro trata, para população em geral, que a Covid é como uma espécie de gripezinha, quando, na verdade, ele falou que era para o caso dele específico. Isso era para ser rotulado como uma *fake news*, no meu entendimento e no entendimento de muitas pessoas. Então, fica aquela discussão: quem vai dizer o que é *fake news* e o que não é? Será que não há uma tendência maior dessas agências de checarem essas notícias como *fake news* quando são favoráveis ao Governo? E de dar suporte a várias notícias que são claramente falsas também como sendo verdadeiras pelo fato de atacarem o Governo? Então, assim, é uma discussão que a gente tem que resolver aqui internamente e esta Casa tem um papel importante nisso.

E, Presidente, a pergunta que eu faço aqui ao Sr. Ernesto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, antes também, é importante eu mencionar aqui, aproveitar aqui algumas centenas ou milhares de pessoas que estão nos assistindo, porque sobre a discussão da origem do vírus ainda tem muita água para rolar embaixo dessa ponte. Há investigações em todo o mundo, nada conclusivo ainda, mas eu quero sugerir a quem está nos assistindo agora que procure por uma reflexão muito bem-feita, com fatos, pelo jornalista Paulo Figueiredo Filho, dada no programa Jovem Pan, onde há, sim... Inclusive o Congresso americano, Senador Omar, está se empenhando em descobrir a origem, onde surgiu o vírus. Então, nada está descartado ainda. E, aí, demoniza-se quem fala que é vírus chinês, mas são as mesmas pessoas que não se incomodam em dizer que, quando houve uma cepa imputada ao Brasil, sem nenhuma também garantia de que essa cepa se iniciou aqui no Brasil, não têm nenhum pudor em dizer que é cepa brasileira. Então, não é ofensa; está-se fazendo uma referência de onde possivelmente pode ter chegado esse vírus, e, lá na frente, eu acho que as investigações em todo o mundo vão levar a saber qual a origem do vírus, se foi na China ou se não foi.

E, Sr. Ernesto, eu queria que o senhor falasse muito rapidamente – aqui já encerrando a minha participação – sobre os repatriados. Eu fui testemunha, inclusive me socorri de V. Exa., da sua equipe, na hora de encaminhar também alguns pedidos de pessoas que estavam isoladas em vários países do mundo, longe de suas famílias, desempregadas, sem acesso ao sistema de saúde dos países onde estavam. O senhor teve uma participação fundamental em trazer todas essas pessoas de volta ao Brasil, providenciando voos com o uso das Forças Armadas ou fazendo parcerias com companhias aéreas que foram muito solidárias naquele momento, aos quais o Brasil, sim, tem que agradecer por se prestarem a fazer esse papel. Então, quantas pessoas o senhor se recorda que conseguiu trazer de volta para o Brasil, de diversos países do mundo? Porque isso pode ajudar a configurar, um pouquinho, um pequeno exemplo de como o senhor tinha boa relação com países do mundo inteiro, que criavam dificuldades para que voos partissem de lá em direção ao Brasil, simplesmente fecharam as suas fronteiras, mas, com a sua diplomacia, com a sua competência, com a sua capacidade, o senhor conseguiu desfazer esses nós e repatriar essas pessoas, trazer essas pessoas de volta para os braços das suas famílias. Quantas pessoas foram aproximadamente?

O SR. ERNESTO ARAÚJO (Para depor.) – Obrigado, Senador. Nós calculamos aproximadamente 38,8 mil pessoas repatriadas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – De quantos países diferentes, mais ou menos?

O SR. ERNESTO ARAÚJO – Centenas de países, mais de cem países, certamente, talvez 150, agora não tenho o número total. Mas o fundamental também a que me referi é que descobrimos todo o espectro de brasileiros que precisavam de repatriação. Havia lugares como o México, por exemplo, o México, Portugal, os países aqui vizinhos, onde havia mil, 2 mil, 10 mil brasileiros. Havia países como o Laos, por exemplo, onde eu acho que havia um brasileiro. Havia alguns países da África, onde havia um,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

dois brasileiros. Nós conseguimos identificar e trazer todos esses, todos, mesmo em lugares onde era preciso fazer alternativas, encontrar alternativas para fazer a pessoa chegar a um aeroporto. Muitos países bloquearam naquele momento transporte terrestre, não apenas transporte aéreo, então era preciso a intervenção consular, diplomática, para que se liberasse o trânsito dos brasileiros. Então, mesmo para um voo, muitas vezes era preciso a logística do ônibus, que tinha que ser liberado, fretado para levar aqueles brasileiros até um aeroporto.

E sim, V. Exa. tem razão, em muitos casos isso envolveu contatos meus com os chanceleres de outros países para liberar voos, para liberar o espaço aéreo, para ingresso de voos brasileiros. Me lembro, por exemplo, do Chanceler do Peru, com quem falei várias vezes, havia brasileiros isolados lá em Cusco, se não me engano. Falei com o Chanceler da Argentina; havia, inclusive, outro aspecto do problema: nesse caso eram argentinos que não podiam voltar para a Argentina porque estava fechado lá – inclusive para a Argentina, num certo momento –, começaram a se acumular no aeroporto de São Paulo. Então, falei para também... Uma situação difícil de sustentar, conversei também para permitir que eles voltassem à Argentina. Enfim, alguns exemplos.

E também, dentro da nossa solidariedade, ajudamos a transportar nacionais de outros países, transportamos muitos nacionais do Uruguai, sempre que conseguíamos um voo. Havia uma combinação inclusive com o Chanceler do Uruguai, falava: "Vamos ver se naquele... Te ligo para saber se naquele país tem uruguaio, se tiver, o avião brasileiro poderá trazê-los também". Isso nos preocupou imensamente, nos ocupou imensamente durante meses, a equipe trabalhando 24 horas por dia – claro, as pessoas se revezando. Eu trabalhei com muito orgulho, com muito empenho, pessoalmente nisso, não descansava enquanto não se resolviam certas situações, falei com presidentes de companhias aéreas, tá? Tivemos imenso apoio do Ministério da Defesa em vários voos da FAB, alguns voos da FAB, apoio do Ministério do Turismo e da Embratur, então. Mas basicamente ficou com o Itamaraty esse trabalho, que nos comoveu muito porque... Inclusive, reunimos isso em alguns vídeos do Itamaraty, as pessoas quando conseguiam chegar ao aeroporto para aquele voo de repatriação, sempre com a bandeira, sempre com aquela sensação de alívio, porque "olha, fui lembrado, o meu país, meu governo pensou em mim, estou aqui voltando para o meu país". Não era uma situação normal; era uma situação onde as pessoas estavam angustiadas. Muitas vezes pessoas tinham sido expulsas dos seus hotéis porque os hotéis estavam... Não queriam mais ter pessoas hospedadas. Pessoas desvalidas, enfim, uma situação realmente que foi a maior operação logística e humanitária do Itamaraty.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Obrigado pela resposta, Ministro Ernesto. Parabéns!

E eu, Presidente, encerro minha participação aqui, convencido de que tudo que foi perguntado ao depoente hoje só confirma o trabalho responsável e satisfatório com que a nossa política externa vinha sendo conduzida e como foi, ainda que acessória, a participação do Ministério das Relações Exteriores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma participação importante também e decisiva, e que em nada houve o comprometimento por causa de questões ideológicas. Então, obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer um apelo a V. Exa. A sessão do plenário já teve início, já começaram as tratativas para deliberações no dia de hoje. Penso que nós já estamos aqui desde as 9h da manhã nesta oitiva do ex-Ministro Ernesto Araújo, de maneira que o Relator já esgotou seus questionamentos, os Parlamentares tanto da base quanto da oposição também – ainda há colegas que gostariam de fazer questionamentos –, mas faço um apelo a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente está me comunicando que tenho que encerrar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que, se fosse possível, encerrasse em razão da ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ter que encerrar. Eu vou ter que pedir desculpas aos Senadores e Senadoras que estão inscritos de forma remota, mas o acordo que fizemos foi que, assim que começasse a ordem do dia, nós teríamos que encerrar a CPI. E como já está bastante tarde, eu vou pedir desculpas à Senadora Eliziane, ao Senador Izalci, ao Senador Fabiano Contarato, à Senadora Zenaide Maia, ao Senador Jean Paul Prates e ao Senador Jorge Kajuru. Eu não tenho como manter a reunião, porque há um acordo e nós estamos desde 9h aqui, já vai dar quase 5h da tarde.

E eu encerro convocando para amanhã, às 9h.

Ah, Senador Giordano e Senador Roberto Rocha. Eu peço desculpas, mas é impossível manter a reunião agora porque existe um acordo entre a CPI e o Presidente Rodrigo Pacheco para a gente encerrar assim que começar a ordem do dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou agradecer a presença do Chanceler Ernesto Araújo. Que Deus possa te abençoar nesta caminhada. Tomara que dê tudo certo para o Brasil.

Muito obrigado e até amanhã.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e treze minutos do dia dezenove de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Roberto Rocha, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 8ª e 9ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Gen. Eduardo Pazuello, Ex-Ministro da Saúde, em atendimento aos requerimentos 117/2021, 132/2021, 196/2021 e 273/2021. **Resultado:** Oitiva suspensa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas das 8ª e 9ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Alguma questão de ordem? Posso mandar o nosso convidado entrar? (*Pausa.*)

Eu peço à Secretaria que conduza o Sr. Eduardo Pazuello à mesa para início do seu depoimento. (*Pausa.*)

Quero esclarecer que o depoente está amparado por medida cautelar no *Habeas Corpus* nº 201.912, do Ministro Ricardo Lewandowski, que lhe garante os seguintes direitos: o direito ao silêncio, isto é, de não responder às perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não obrigados a esta causa; o direito a ser assistido pelo advogado durante todo o depoimento; o direito a ser inquirido com dignidade, humanidade e respeito, ao qual, de resto, fazem jus todos os depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaça de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados, servindo essa decisão como salvo-conduto.

Eu irei lhe fazer uma pergunta, Ministro: V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos no art. 203 do Código de Processo Penal.

Esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante da decisão do Supremo reverenciada, que não confere ao depoente um direito ao silêncio irrestrito, solicito ao depoente que, exercendo o direito ao silêncio, o faça especificando a condição em que esse direito é exercido, qual seja, de não responder a uma pergunta que possa, por qualquer forma, incriminá-lo.

V. Exa. deseja falar antes que o Relator?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Fique à vontade!

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) **–** Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão; Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, nosso Relator da Comissão; Sras. e Srs. Senadores que compõem esta Comissão; demais Senadores que estão conosco, hoje, aqui presentes; senhoras e senhores que acompanham; imprensa; meu bom-dia a todos!

Eu agradeço a oportunidade, inicialmente, de estar aqui no Senado Federal, para ajudar a esclarecer para todos os brasileiros os fatos e as verdades sobre a pandemia de coronavírus que assola o nosso País.

Antes de iniciar, quero apresentar os meus sinceros sentimentos a todos aqueles que perderam parentes e amigos pela Covid-19. Gostaria também de apresentar meus reconhecimentos a todos os profissionais de saúde que, na ponta da linha, estejam ajudando a salvar mais vidas. Já salvamos mais de 13 milhões de brasileiros.

Sras. e Srs. Senadores, inicio minhas considerações dizendo que quem está aqui sentado hoje é um homem comum; um filho que perdeu sua mãe muito cedo e que perdeu seu pai há pouco tempo. Minha mãe era D. Vera, uma gaúcha da fronteira, nascida em Bagé. Meu pai, Seu Nissim, era paraense, de família judaica, que imigrou para o Brasil, saindo da Espanha, fugindo da inquisição, passando por Marrocos e vindo para o Brasil, Belém e Manaus. Enfim, um cidadão brasileiro, mas que, por opção, jurou defender o seu País, independentemente dos riscos inerentes às missões recebidas.

Eu entrei para a vida militar muito cedo, aos 10 anos, no Colégio Militar de Manaus. Aos 17, fui para a Academia Militar das Agulhas Negras e, aos 21, voltei para servir em Manaus como oficial.

Durante a minha vida no Exército, pude aliar os conhecimentos logísticos e administrativos da formação acadêmica aos novos conhecimentos operacionais alcançados nas especializações que eu optei como oficial. Tive a oportunidade, como coronel de comandar dois batalhões logísticos e, como general, de comandar duas grandes unidades. A grande unidade logística do Exército, a maior de todas, e um grande comando logístico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe ressaltar que, nesses comandos, existem estruturas de saúde operacional que vão até o escalão de um hospital de campanha. Estas experiências foram fundamentais para me preparar para o primeiro grande desafio logístico humanitário da minha vida militar.

Em fevereiro de 2018, recebi do então Presidente da República, Sr. Michel Temer, a missão de ser o coordenador operacional das ações interministeriais para conter a crise humanitária causada pelo fluxo migratório de venezuelanos em Roraima, a Operação Acolhida. Tivemos a oportunidade ali de ajudar mais de 600 mil pessoas que cruzaram a nossa fronteira; fugiam da fome, da miséria e da violência, todos em estado de extrema vulnerabilidade. Essa missão foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas e suas principais agências como exemplo humanitário para o mundo. Fruto de um grande trabalho em equipe, também tive a honra de ser agraciado com o Prêmio nacional Direitos Humanos, oferecido pelo Ministério dos Direitos Humanos, em 2018.

Ainda naquele ano, em dezembro, tendo em vista a grave crise que se instalou no Estado de Roraima, o Presidente da República decidiu pela intervenção federal naquele Estado. Recebi a missão de ser interventor federal, juntamente com o Governador eleito, para que pudéssemos garantir a segurança da população e ajudar naquele momento tão conturbado por que passava um dos Estados da Federação.

Depois de quase 47 anos da minha entrada no Colégio Militar de Manaus, fui nomeado Comandante da 12ª Região Militar. Foi uma sensação de realização e reconhecimento; fiquei muito feliz de voltar a Manaus. A 12ª Região Militar é um Grande Comando, sediado em Manaus, responsável pela logística e assuntos administrativos em quatro Estados – Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre – e possui, em sua estrutura, cinco hospitais regionais, todos subordinados diretamente a mim.

Entre os dias 14 e 16 de abril de 2020, recebi algumas ligações telefônicas dos oficiais-generais que estavam no Governo Federal, para discutir uma possível indicação para que eu pudesse auxiliar na transição do Ministro Mandetta para o ministro que seria nomeado. Confesso que fiquei muito dividido. Estava ciente de minhas responsabilidades como Comandante da 12ª Região Militar e honrado com a possibilidade de ajudar o nosso País naquele momento tão conturbado e crítico. Aquela sensação de coração dividido acabou no dia 16 de abril à tarde, quando o Comandante Supremo das Forças Armadas, o nosso Presidente da República, me ligou e se posicionou de forma clara e direta para eu vir.

A partir daquele momento, organizei a minha partida, peguei meus uniformes, embarquei com meu assistente-secretário, para vir cumprir a missão. Já em Brasília, eu me reuni com o Comandante do Exército, e ficou acertado que nós receberíamos 15 oficiais para auxiliar em cargos chaves e que a missão teria um período de 90 dias. Ao final de 90 dias, nós reverteríamos para a Força, e, no meu caso, eu voltaria para o Comando da 12ª Região Militar, em Manaus.

Cabe ressaltar que passarmos à situação de adido ou agregado, que são situações excepcionais, e termos sido nomeados em cargos civis comissionados foram condicionantes *sine qua non* para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento da missão, para que pudéssemos gerar atos e fatos administrativos legais, senão não poderia fazer as coisas acontecerem.

Os fatos, a partir daí, são públicos, mas relembro que a minha função inicial seria de secretário executivo, e os oficiais, para cargos administrativos e logísticos.

Com a saída repentina do Ministro Teich, passei a responder de forma interina, por força do cargo de secretário executivo, até setembro de 2020, quando fui efetivado Ministro de Estado da Saúde.

O primeiro desafio que encontramos foi o de mantermos e aprimorarmos as ações do ministério, considerando que praticamente não houve a passagem de funções de forma adequada. A lei dos afastamentos protocolares por suspeita e contaminação pelo coronavírus fez com que diminuísse drasticamente a nossa força de trabalho.

Passo agora a apresentar, de uma forma rápida, a visão e as ações do Governo Federal, principalmente por intermédio do Ministério da Saúde, no enfrentamento à Covid-19, com o objetivo de dirimir possíveis dúvidas dos Srs. e Sras. Senadores.

A Covid-19 é uma doença desconhecida que atingiu de forma contundente o mundo inteiro. Não há medicação antiviral específica e também não há tratamentos com medicamentos cientificamente comprovados. A prescrição de medicamentos de forma *off-label* é uma prerrogativa dos médicos e está alicerçada em seu juramento de aplicar os regimes da Medicina para o bem do doente, segundo o seu entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém.

O Governo Federal agiu prontamente, publicando a Portaria 188, em fevereiro, decretando emergência em saúde pública e, três dias depois, iniciou o resgate brasileiros que estavam em risco na cidade de Wuhan na China.

O desconhecimento dos riscos da pandemia levou alguns gestores a manterem e incentivarem o Carnaval em 2020. E, novamente, o desconhecimento da gravidade das nossas cepas que circulavam pelo mundo no final de 2020 permitiu às autoridades estaduais e municipais conduzirem os processos eleitorais e as festas de final de ano.

O Governo Federal, desde o início da pandemia, tem trabalhado nos dois principais riscos dessa pandemia: o sanitário e o econômico. Estamos falando de saúde, mas também de trabalho e sustento das famílias. De forma acelerada, o Governo Federal, em articulação com o Congresso Nacional, criou o auxílio emergencial, que atingiu diretamente mais de 77 milhões de pessoas, totalizando R$288 bilhões em 2020, e já caminhamos para R$7 bilhões em 2021, preservando a estabilidade e o sustento de muitas famílias.

Em meados de 2020, a Organização Mundial de Saúde confirma, de forma inequívoca, a importância de efetivar ações para preservar a saúde e a economia. Comandei uma das pastas mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes nessa grande mobilização do Governo brasileiro, tive em minhas mãos a ferramenta mais adequada possível para desencadearmos prontamente as respostas à pandemia. Cuidamos de todos os cidadãos através do SUS, o nosso Sistema Único de Saúde. Ao meu lado, ombrearam as equipes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), e do Conselho Nacional de Secretarias de Saúde Municipais (Conasems), que dividiram com o Ministério o peso da responsabilidade com tomadas de decisão pactuadas.

A Lei 8.080, de 1990, que cria e norteia o SUS, define as responsabilidades da União, Estados e Municípios de forma tripartite. Cabe à União, por intermédio do Ministério da Saúde, elaborar ações e disponibilizar recursos para as secretarias de saúde estaduais e municipais, baseados em critérios técnicos ou atendendo programas e projetos voltados às políticas de saúde pública pactuadas. Repito: a União disponibiliza recursos para que Estados e Municípios executem as ações de saúde. Aos Estados e Municípios cabe, por intermédio de suas secretarias de saúde, de forma plena, executar as ações de atenção à saúde.

A decisão do STF em abril de 2020 limitou ainda mais a atuação do Governo Federal nessas ações. Assim, não há possibilidade de o Ministério da Saúde interferir na execução das ações dos Estados na saúde sem usurpar as competências dos Estados e Municípios. Isso seria possível em caso de uma intervenção federal na saúde em algum Estado.

A interpretação da decisão do STF referente à adoção de medidas restritivas e de isolamento serviu para reafirmar as competências dos Estados e Municípios para execução das medidas sanitárias, de acordo com os cenários epidemiológicos locais. É bom lembrar que o gestor pleno do SUS é o secretário municipal de saúde. Então, fica clara ali a posição de Municípios e Estados, e do Governo.

Coube então ao Ministério da Saúde, em razão da interpretação da decisão proferida pelo STF, apoiar Estados e Municípios na execução das medidas e ações planejadas. Inclusive, uma das formas mais significativas de apoio foi a elaboração de uma ferramenta de gestão com os índices e medidas sugeridas, entregue a todos os Municípios. Essa ferramenta foi desenvolvida pelo Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública (COE), foi pactuada pelo Conselho Nacional de Saúde dos Estados e dos Municípios e distribuída pelo Conasems, tendo em vista que essa ferramenta de apoio e decisão é direcionada exclusivamente aos Prefeitos gestores do SUS nos Municípios.

Todos os programas, projetos ou portarias emanados pelo Ministério da Saúde são previamente pactuados com o Conass e o Conasems, bem como todas as transferências de recursos ou distribuição de equipamentos, insumos, medicamentos e imunizantes para Estados e Municípios. O Ministro não decide sozinho nada no SUS; divide por um terço, os outros dois terços, pelo Conass e pelo Conasems, iguais.

Os valores transferidos pelo Governo Federal, fundo a fundo, para Estados e Municípios, tanto para as rotinas do SUS quanto para combater a Covid, são impactantes. Em 2020, quase 82,8 bilhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rotinas do SUS foram transferidos – recursos de rotinas originais do SUS – e 32 bilhões a mais para combater a Covid-19, totalizando R$115 bilhões. Em 2021, até a presente data, foram 30 bilhões para a rotina do SUS e 4,2 bilhões para combater a Covid-19, totalizando R$34,2 bilhões. Isso apenas fundo a fundo, com execução direta para Estados e Municípios.

Além das transferências de recursos para Estados e Municípios fundo a fundo, o Ministério da Saúde entregou equipamentos, insumos, medicamentos e imunizantes para todos os Estados e Municípios da Federação no valor de 46,5 bilhões em 2020 e 11,2 bilhões em 2021. Nunca, repito, nunca se investiu tanto em saúde em toda a nossa história. Estes recursos, além de terem permitido ações para salvar mais vidas, deixarão ao povo brasileiro um legado em estrutura, equipamentos, soluções administrativas e pesquisas.

A organização das informações, no momento em que nós chegamos, não havia praticamente estrutura que captasse informações para a tomada da decisão. Ela foi focada em dois objetivos: a transparência e o suporte à decisão. Para atender ao objetivo transparência, foi desenvolvido o Localiza SUS, que permite a exploração até por *smartphone* e conta com 22 painéis que permitem acessar tanto os dados das ações Covid como das ações regulares do ministério. O Localiza SUS está direcionado para as secretarias estaduais e municipais, órgãos de controle, imprensa, órgãos internacionais, pesquisadores e, principalmente, para o cidadão brasileiro comum. Para o suporte à decisão, foram desenvolvidos painéis de BI (Business Intelligence), que interagem com a área finalística do ministério, com foco nas decisões executivas em todos os níveis. Ambas as ferramentas possuem acesso 24 horas e atualização em tempo real.

Sras. e Srs. Senadores, o nosso País pode se orgulhar de termos o Localiza SUS funcionando *on-line* e aberto para consulta pela internet, para todo o mundo, uma plataforma que permite acessar a realidade da pandemia no País, nas regiões, nos Estados e chegando até aos Municípios. Já apresenta também as entregas e aplicações de doses de vacinas contra a Covid-19. Lembro que hoje chegaremos a 100 milhões de vacinas disponibilizadas – 100 milhões de vacinas.

Para melhor interagirmos de forma institucional, reorganizamos o atendimento institucional e parlamentar em três coordenações: Assuntos Legislativos, Assuntos Orçamentários e Assuntos Federativos, permitindo, assim, dar mais presteza aos atendimentos institucionais e respostas mais eficientes às demandas recebidas.

Nas relações internacionais, o Ministério da Saúde obteve a cessão de dois diplomatas de carreira do Itamaraty, o que permitiu criar protocolo junto a organizações internacionais, como a ONU, a OMS, a Opas, a União Europeia e o Mercosul. Permitiu também aliar ações sanitárias com países fronteiriços para o combate à Covid-19. Realizamos entendimentos e acordos com a China, com a Índia, com a Inglaterra, Estados Unidos, Rússia, Argentina e Uruguai, o que facilitou a aquisição de insumos, vacinas e medicamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para fomentar os princípios da administração pública diante da pandemia, o Ministério da Saúde, de forma inédita, assinou vários termos e acordos de cooperação com o Tribunal de Contas da União, com a Controladoria-Geral da União, com o Conselho Nacional do Ministério Público, com a Procuradoria-Geral da República e com o Conselho Nacional de Justiça. Esses acordos permitiram total transparência em relação à prestação de contas do Ministério da Saúde. Referidos termos e acordos possibilitaram a união do sistema de controle externo com o sistema de controle interno do ministério, otimizando as ações de auditoria, bem como o auxílio na tomada de decisões no Ministério da Saúde.

Nossa estratégia de comunicação foi baseada em ações voltadas aos brasileiros mais vulneráveis. Investimos em grupos e emissoras de jornais que representam e falam mais diretamente ao povo comum. Fomos pessoalmente à maioria dos Estados da Federação e de lá nos dirigimos ao povo, ressaltando sempre as medidas preventivas, a busca imediata pelo atendimento profissional, mas, principalmente, a manutenção da esperança na vitória.

Buscamos as mídias regionais, publicamos informativos, criamos materiais, fizemos inúmeras coletivas e entrevistas, mantivemos um relacionamento direto e transparente com os representantes dos meios de comunicação. Fizemos parceria de mídia com 25 empresas, o que permitiu economizar centenas de milhões de reais e, principalmente, atingir toda a sociedade brasileira. Atingimos 0,5 bilhão de visualizações no Facebook, 80 milhões no Twitter, 0,5 bilhão na internet, realizamos 20 mil inserções na televisão, 300 mil inserções em rádios, 11 campanhas publicitárias, uma por mês, 271 vídeos, 1.042 *releases* para a imprensa e 1.069 boletins para rádios.

Criamos, em maio de 2020, a Força Tarefa de Fundamentação para garantir os critérios objetivos para aquisição, distribuição de equipamentos e de insumos, de medicamentos e recursos, habilitação de leitos de UTI para o enfrentamento à Covid. Então, os critérios foram todos criados por uma força tarefa.

Com base nesses critérios, custeamos: a ampliação de leitos de suporte ventilatório pulmonar no valor de R$135 milhões; a expansão de 66 UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), R$120 milhões; para a habilitação de leitos de retaguarda nos hospitais de pequeno porte, R$88 milhões; expansão assistencial para o Samu, 428 unidades, R$67 milhões; expansão assistencial de 187 leitos de UTI, no valor de R$16 milhões. Somando essas ações, foram quase R$0,5 bilhão.

A estratégia de testagem foi um dos pilares no combate à pandemia. Foi baseada no programa Diagnosticar para Cuidar, a primeira grande estratégia criada pelo ministério, que incluiu ações que vão desde aquisições de testes RT-PCR e rápidos, passando pela capacitação dos profissionais e distribuição de equipamentos para os LACENs até a implementação de quatro plataformas de alta capacidade de processamento de testes.

O Brasil possuía, em março de 2020, a capacidade de processar 1,1 mil testes RT-PCR por dia. Com a implementação do programa Diagnosticar para Cuidar, atingimos a marca de 66 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processamentos de testes por dia em abril de 2021. Hoje temos registrado no sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial 46 milhões de resultados, representando 23% da nossa população testada.

Na atenção primária, atendendo ao planejamento estratégico do ministério, foram implementadas várias ações, dentre elas a ampliação do horário de atendimento das unidades básicas de saúde, que é o programa saúde emergencial, R$125 milhões. A estruturação de centros de atendimento para enfrentamento à Covid, com repasses de R$1,6 bilhão; a criação de pontos de referência para atendimentos à Covid nas comunidades carentes, com repasse de R$52 milhões; a contratação de médicos, pelo Programa Mais Médicos para o Brasil e pelo Programa Mais Médicos, para suprir a falta de recursos humanos, com investimento de R$1 bilhão.

Ainda nas ações básicas, trabalhamos na informatização da atenção primária, com repasses de R$380 milhões; no apoio à retomada segura das atividades presenciais nas escolas da educação básica pós-Covid, repasse de R$455 milhões; no cuidado emocional aos profissionais que estão envolvidos diretamente no enfrentamento à pandemia, Projeto Atenção e Saúde Mental, por teleatendimento, R$3 milhões.

Foi criado um cadastro nacional de profissionais da saúde, que possibilitou o recrutamento e a contratação de profissionais de saúde, o Brasil Conta Comigo, focado em profissionais de saúde, residentes e acadêmicos na área da saúde. O programa proporcionou a disponibilização de 6,5 mil profissionais de saúde para a Região Norte: Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia.

Para o enfrentamento à chamada quarta onda da Covid, lembro que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... quatro ondas: a onda da contaminação e óbitos, a onda do represamento das demais doenças não tratadas, a onda do agravamento das doenças crônicas e a onda da automutilação e do suicídio, que é a quarta onda. Essas são as quatro ondas de uma pandemia. Para a quarta onda da Covid, foram elaborados cursos de prevenção à automutilação e ao suicídio e lançado o programa Mentalize, marco inicial das ações voltadas ao fortalecimento das políticas para a saúde mental, além da transferência de recursos financeiros para a aquisição de medicamentos, nesse caso, R$650 milhões.

O Brasil atualmente possui mais de 340 mil agentes de saúde comunitários e mais dezenas de milhares de agentes de combate às endemias. Com o intuito de aproveitar melhor esses profissionais no combate à Covid-19, criou-se o Programa Saúde com Agente, para prover a formação técnica em saúde desses agentes.

No que tange à saúde indígena, foi priorizada a vacinação contra a Covid-19, com a criação de unidades de atenção primária indígena com suporte de condensadores de oxigênio e com o envio de mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 7 milhões de equipamentos de EPI. Para levar às comunidades indígenas o atendimento especializado de enfrentamento à Covid-19, foram realizadas 20 ações interministeriais com o Ministério da Defesa, levando pediatras, ginecologistas, infectologistas e clínicos gerais, reforçando, assim, os esforços já empreendidos pelos DSEI (Distritos Sanitários Especiais Indígenas).

No campo da medicina de precisão, criamos o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão. Seremos, assim, o maior banco genômico multiétnico do mundo. Teremos acesso ao diagnóstico genético e às terapias mais avançadas, da mesma forma que já estamos monitorando as variantes do novo coronavírus por intermédio da rede genômica da Fiocruz.

O Ministério da Saúde disponibiliza, no Painel de Evidências *on-line* no Localiza SUS, as sínteses de evidências científicas sobre tratamentos, vacinas e temas diversos no contexto do enfrentamento à Covid-19. Repito: o Ministério da Saúde disponibiliza, no Painel de Evidências *on-line* no Localiza SUS, as sínteses de evidências científicas sobre tratamentos, vacinas e temas diversos no contexto do enfrentamento à Covid-19.

No programa para estratégias de reabilitação pós-Covid, executamos uma parceria com a Rede Sarah, a reestruturação dos centros especializados de reabilitação e executamos também o Projeto Reab, do Proadi.

Durante a pandemia, além de suas competências previstas, o Ministério da Saúde também auxiliou os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na execução e na gestão de políticas que foram elaboradas. O aumento desordenado da demanda por medicamentos para intubação orotraqueal causou uma grande instabilidade do mercado nacional no final de maio. Apoiamos as ações dos Estados e Municípios a partir de tratativas com a indústria, remanejamentos e licitações nacionais. Um exemplo de pronta resposta foi a Operação Uruguai, com a aquisição de medicamentos no mercado uruguaio, capitaneada pela Embaixada brasileira naquele país. A medicação chegou ao solo brasileiro em menos de 72 horas, salvando, assim, milhares de vidas. Nessa operação, foram envolvidos o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Saúde do Uruguai, o Ministério da Defesa, a Anvisa e a Receita Federal. Alcançamos a equalização nacional de medicamentos para intubação orotraqueal com a implantação de uma ferramenta de BI, que possibilitou o monitoramento em tempo real da produção da indústria nacional, bem como de toda a distribuição dos estoques desses medicamentos nos entes federativos. Desde junho, as ações já mais consistentes foram integradas também pela Anvisa e pela Receita Federal e garantiram o acesso nacional aos medicamentos e ao abastecimento adequado, superando uma crise internacional.

No começo de 2021, fomos expostos a um desafio maior do que qualquer um poderia esperar. Vi e vivi o impacto somatório de dois fatores: o surgimento de uma nova e mais agressiva variante do vírus e o colapso da rede de saúde de Manaus, o que resultou em milhares de mortes em um curto espaço de tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda no final de dezembro, antecipando-me aos fatos do Estado do Amazonas, tomei a decisão de destacar uma equipe do Ministério da Saúde para avaliar *in loco* a realidade da situação e propor medidas de apoio. Mesmo antes de conhecermos a profundidade plena dos fatos, decidi deslocar imediatamente o gabinete do Ministro, juntamente com todos os secretários nacionais de saúde, para Manaus e de lá prestarmos todo o apoio possível ao Governo do Estado e ao Município.

A crise sanitária de Manaus nos levou a montar uma das maiores operações logísticas emergenciais já realizadas na história. Graças ao apoio incondicional da Força Aérea Brasileira e ao desprendimento de nossas tripulações, foram transportados 1,6 milhão de metros cúbicos oxigênio e equipamentos, nos permitindo estabilizar o fornecimento de oxigênio em seis dias. Simultaneamente foi estabelecida uma ponte aérea para efetuar a remoção de pacientes hospitalizados com Covid-19 de Manaus para várias cidades do Brasil.

Mesmo enquanto não se falava em imunizantes, o Governo Federal já estava agindo de forma rápida... (*Pausa.*)

Desculpe-me.

Mesmo enquanto não se falava em imunizantes, o Governo Federal já estava agindo de forma rápida e estávamos em contato com todos os fabricantes de vacinas em desenvolvimento no mundo. Iniciamos com 16 prospecções mais adiantadas, acompanhávamos direto a produção da Moderna e a produção da Pfizer, nos Estados Unidos, e a produção da AstraZeneca, em Oxford, na Inglaterra. Esses foram os primeiros, a prospecção inicial entre as 16. E assim nós fomos trabalhando, escolhendo, inicialmente, a tecnologia que pudesse ser transferida para nós, para produção nacional, em detrimento daquela só de compra direta. Esse trabalho nos permitiu alcançar números que vão além do que nós estamos pensando hoje. Nós falamos de, ainda no final de setembro, já termos uma encomenda tecnológica que chegaria a quase 200 milhões de doses e os acordos de Covax Facilty, que nos dariam 42 milhões de doses.

Na sequência das discussões, conseguimos fazer acordos e memorandos de entendimento que nos levaram a mais de 200 milhões de doses até o final do ano e, a partir de janeiro, com as adequações da lei, nós conseguimos fazer as contratações finais, chegando, até abril – desculpe, até março –, com a contratação da Pfizer nos levando a próximos de 550 milhões de doses. Lembro que em diversas fases dos contratos – em diversas fases dos contratos.

Hoje o Brasil figura entre os países que mais imunizaram no mundo. Ficamos atrás apenas de Estados Unidos, China e Índia, e nós não vamos passar nenhum dos três. Estados Unidos, China e Índia vão continuar sendo os países um, dois e três, e o Brasil já está em quarto. E lembro que esses três países detêm quase 100% da produção de insumos de vacinas no mundo – quase 100%!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta pandemia constitui um desafio inédito da história recente do Brasil e da humanidade. Todos os brasileiros esperam que esta CPI mostre as ações planejadas e executadas pelo Governo Federal de forma técnica, imparcial e sem interesses político-ideológicos.

Recebi o desafio de servir ao País no Ministério da Saúde como uma missão. Já vivíamos o caos da pandemia. Não poderia me eximir de tal responsabilidade. Nós, brasileiros, não cantamos em vão nosso Hino Nacional quando gritamos: "Verás que um filho teu não foge à luta". Eu não fugi.

No Ministério da Saúde, fui acolhido por inúmeros especialistas tecnicamente qualificados na gestão da saúde pública, pessoas que dedicam suas vidas em apoio aos mais vulneráveis. A missão de enfrentar a pandemia impôs um esforço cooperativo de todos nós. As experiências e atributos que trouxemos do Exército Brasileiro foram fundamentais para agirmos juntos, de forma coordenada e organizada, em prol de uma única meta: salvar mais vidas de nossos irmãos brasileiros, mas tendo como premissa o respeito aos princípios que devem nortear os gestores públicos, quais sejam: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Apesar de possuir a segunda mais alta patente do Exército Brasileiro, afirmo que o que faz notável o trabalho de um homem público à frente de um ministério ou de qualquer cargo de confiança não é a sua formação acadêmica, mas o seu caráter, sua retidão, o seu comprometimento com o bem público. Encerrei minha jornada à frente do Ministério da Saúde tendo passado pelo momento mais crítico desta pandemia, certo de ter me dedicado ao máximo para bem cumprir a missão de servir o meu País e salvar o maior número de vidas.

A verdadeira luta para salvar vidas está sendo travada nas enfermarias. Lá é o campo de batalha onde os profissionais de saúde se expõem, sofrem, se contaminam e, às vezes, morrem, tentando fazer o seu melhor. Esses são os verdadeiros heróis.

A pandemia serviu para escancarar uma realidade bastante conhecida na saúde pública: a superlotação, leitos nos corredores, falta de medicamentos, falta de insumos, equipamentos e profissionais insuficientes, profissionais da área da saúde desvalorizados e algumas vezes desmotivados. São problemas que se arrastam há décadas, resultado de anos de negligência, de inoperância e de desvio de recursos públicos em todas as áreas.

Muito antes dessa pandemia, o Brasil já sofria com a disseminação de dois vírus tão avassaladores quanto o novo coronavírus: o vírus da corrupção e o da impunidade, ainda bastante presentes e que também matam milhões de brasileiros todos os dias – registro – de forma tão avassaladora e cruel quanto o coronavírus, pois sugam recursos da saúde pública do Brasil.

Espero, do fundo d'alma, que essa pandemia, um capítulo triste de nossa história, sirva de ponto de inflexão, para que todos os representantes públicos e gestores façam verdadeiramente uma defesa ativa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa Constituição na forma mais ampla, sobretudo nas ações de saúde pública, inclusive, ou melhor, principalmente quando a luz dos holofotes se apagarem.

Eu gostaria de colocar dessa forma. Sei que me alonguei aqui um pouquinho para poder colocar tudo ou uma boa parte dessas ações. Isso representa uma pequena parte do que o ministério faz.

Os senhores precisavam conhecer como conhece o Senador Humberto Costa, que foi Ministro, o tamanho da estrutura do Ministério da Saúde e a amplitude de trabalhos que se fazem em todas as áreas. É realmente uma máquina que atinge 550 mil, desculpa, 5.540 Municípios no nosso País, que permite a capilarização da saúde pública em seus projetos de uma forma espetacular.

Nós não poderíamos estar hoje com a resposta que nós tivemos sem o SUS. Fica aqui uma defesa direta minha sobre isso.

Muito obrigado, Presidente. Desculpe por me alongar aqui um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Ministro.

Eu vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros, que irá fazer as perguntas necessárias para os esclarecimentos.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Senadores; Sras. Senadoras; Senador Eduardo Braga, Líder do MDB – cumprimentando V. Exa., quero cumprimentar todos os Líderes aqui presentes –, o Ministro Eduardo Pazuello, ex-titular da pasta da Saúde, foi convocado, como todos sabem, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em razão da aprovação dos Requerimentos 117, 132, 196, 235 e 273, de autoria, respectivamente, dos Senadores Eduardo Girão, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Humberto Costa e Renan Calheiros, todos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse fato já nos demonstra o absoluto interesse do Senado Federal nessa convocação, em razão da importância das informações de que ele dispõe para esclarecimento das ocorrências que ora investigamos.

Seu depoimento estava – todos lembram – inicialmente marcado para o dia 5 de maio, exatamente na mesma semana em que os demais ministros da gestão Bolsonaro seriam ouvidos. No entanto, por haver tido contato com pessoas acometidas pela Covid-19, e receoso de oferecer risco para as Senadoras e Senadores, solicitou que sua oitiva fosse adiada em pelo menos 14 dias, período em que se manteria em absoluto isolamento e em constante observação médica.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, às vésperas da nova audiência, o Ministro Eduardo Pazuello decidiu impetrar *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal alegando risco de sofrer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constrangimento ilegal e de ter seus direitos individuais desrespeitados pelo Presidente desta Comissão, por seu Relator ou por qualquer um dos seus membros.

Prontamente, como membro da CPI e também como Relator, dirigi-me ao Relator da ação no Supremo Tribunal Federal, o Exmo. Ministro Ricardo Lewandowski, para esclarecer os seguintes pontos: que o Ministro Eduardo Pazuello compareceria na condição de testemunha, pois não havia elementos que o colocassem como investigado; que seu depoimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito seria de vital importância para as investigações; e que estariam garantidos a ele, bem como a todos os que aqui compareceram para depor, os direitos previstos em lei e na Constituição Federal, inclusive o de se fazer assistir por advogados e o de não fazer prova contra si.

Por fim, acrescentei para o Ministro Lewandowski: o paciente esteve à frente da pasta por dez dos quinze meses que até então caracterizam a pandemia de Covid-19; é, pois, peça fundamental no fornecimento de informações quanto à participação de pessoas que, de algum modo, contribuíram para o colapso do nosso sistema de saúde e, consequentemente, podem ser responsabilizadas pela lamentável morte de 439.379 brasileiros e brasileiras.

Será, portanto, com essas observações em mente que farei, Presidente Omar Aziz, as minhas perguntas, indagações. Meu objetivo – e creio que é o de todos os presentes aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – é, em respeito a essas 439.379 vítimas dessa terrível doença, buscar, com total obstinação, em cada decisão, em cada tomada de ação pelas autoridades, detalhe por detalhe, os erros e falhas que colocaram o Brasil como um dos líderes mundiais em número de casos e em número de mortes nessa calamitosa pandemia.

Vamos ao depoimento.

V. Exa. é militar de carreira, tendo chegado ao honroso posto de general de divisão do Exército Brasileiro, patente que ocupa até hoje. Cumpriu com sucesso missões difíceis, como aqui foi colocado, como a coordenação logística do Exército nas Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro.

Sua chegada ao Ministério da Saúde ocorreu em abril de 2020, já no cargo de Secretário-Executivo, por indicação direta do Presidente da República, conforme esclareceu a esta CPI o então Ministro Nelson Teich. Segundo o Ministro Teich, sua nomeação veio para melhorar a parte logística e de aquisições do ministério, embora V. Exa. não tivesse, até então, experiência alguma na área de saúde.

Pergunto, Ministro, V. Exa. pode nos detalhar quais eram suas qualificações para ocupar o segundo maior cargo do Ministério da Saúde e, mais tarde, para assumir o cargo de ministro?

O SR. GEN. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Sr. Senador, muito obrigado pela sua pergunta. Ela já nos coloca de frente para uma posição fundamental, e eu vou colocar de forma bem clara. Só na 12ª Região Militar, eu tinha cinco hospitais sob a minha guarda. Toda a saúde de 30 mil homens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

estava sob a minha responsabilidade, e ações de saúde, ações de contratações de empresas para fazer a parte de saúde privada também, em paralelo – só na 12ª Região Militar.

Na Operação Acolhida, toda a saúde dos 600 mil venezuelanos que passavam por lá estava sob a nossa responsabilidade. Desenvolvemos, em conjunto com o Ministério da Defesa, equipes de saúde em todos os níveis, inclusive com transferências, com operações, com partos, com tudo.

Só no comando da base logística do Exército, eu tinha, além das estruturas de saúde normais de um quartel, um hospital de campanha nível 3 da ONU. No meu comando, nós recebemos o nível 3, que é o de prontidão máxima da ONU, permitindo desdobramento completo em qualquer lugar do mundo. Esse trabalho era feito e treinado diuturnamente.

Nos batalhões logísticos que eu comandei, tinham companhias de saúde, saúde operacional, onde você tinha que prestar o apoio aos paraquedistas ou à tropa para fazer a evacuação, a estabilização e evacuação dos doentes até os hospitais de campanha que eu viria a comandar depois.

Isso só para falar para o senhor sobre área de saúde.

Sobre gestão e liderança, eu acredito que seria perguntar se a chuva molha, se o oficial-general tem competência em gestão e liderança. Se nós não tivermos, tem que começar do zero a nossa instituição.

Então, eu acho que gestão e liderança são uma coisa que eu não preciso colocar, pela própria colocação, como o senhor colocou a mim, com relação à carreira militar. Quanto ao desconhecimento da minha vida militar e os meus comandos na área de saúde, eles são bem colocados, como eu coloquei assim.

Então, eu me considero, sim, senhor, plenamente apto a exercer o cargo de Ministro da Saúde. E lembro que nós tivemos aí, nas últimas duas décadas, quatro, cinco, seis ministros – se não me engano, quatro ministros – que não têm absolutamente nada com ligação de saúde, como os senhores conhecem, o Ministro José Serra, o Ricardo Barros, Occhi e outros. São profissionais que fizeram trabalhos especiais no ministério e não tinham ligação alguma com a área de saúde. Para ser Ministro da Saúde ou qualquer ministro nesse nível, ele tem que ter assessoria técnica, ele tem que ter capacidade de ouvir, ele tem que ter sensibilidade para a tomada de decisão e decidir rápido, porque, todos os dias, vidas eram perdidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais eram os problemas logísticos do Ministério da Saúde e como seu trabalho contribuiu para resolvê-los?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, quando nós chegamos com a equipe, quando eu cheguei com a minha equipe ao ministério, cheguei com 15 oficiais, e a ideia era, obviamente, trabalhar na Secretaria Executiva. E eu repito uma frase que falei outro dia: eu acho que aquele primeiro desenho foi muito bacana, quando o Presidente nomeou o Teich, médico, e me colocou como executivo para fazer o suporte de gestão e logística administrativa para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro – desculpe-me falar dessa forma; não foi uma pergunta direta sua, mas eu acho que isso faz parte da contextualização da resposta – de que eu me sentei com o Ministro Teich e disse: "Olha, a parte finalística, que são as secretarias, eu, neste momento, não tenho como ajudá-lo muito. Eu preciso aprender sobre isso. Agora, sobre a parte de gestão e logística administrativa, eu vou tocar. Então, o senhor fique tranquilo nessa parte e o senhor foque na parte finalística, e a gente vai fazer um excelente trabalho". Foi assim que nós começamos a conversar. Infelizmente, o Ministro Teich decidiu partir, e o resto da conversa os senhores sabem. Mas eu repito que aquele primeiro desenho ali seria realmente a melhor coisa que a gente poderia ter tido. Mas a conduta acontece, e aí a gente vai respondendo à conduta.

Então, voltando à pergunta sobre logística, nós estávamos vivendo a pandemia, e a pandemia precisaria de entrega de equipamentos, ventiladores, EPIs; precisaria de contratação de estruturas para fazer processamento de testagens; a pandemia precisa ter um acompanhamento de recursos que seriam transferidos, criação de critérios. Isso tudo precisava trabalhar na Executiva. Essa primeira compreensão demonstra o tamanho do trabalho que precisaria ser feito. E nós estávamos vivendo exatamente a crise de falta de respiradores, habilitação de leitos, a compreensão do que estava acontecendo. Precisávamos fazer isso de forma rápida, de forma legal e tempestiva, rápida – já falei. Precisava ser rápido, e a gente não tinha tempo para perder. Essa é a resposta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, que medidas foram tomadas e quais os resultados?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A primeira medida foi nós centralizarmos os Centros de Operações de Emergência junto à Executiva. O COE já existia, centrado numa Secretaria de Vigilância. Então, continuou lá a parte de vigilância, e nós trouxemos uma representação de cada secretaria mais o Conass, o Conasems e a Opas para sentarmos juntos e ali recebermos as demandas e tomarmos as decisões de como resolver, sempre pactuando com o Conass e o Conasems de forma técnica, critérios técnicos. Esta foi a primeira medida: criação do COE.

A segunda medida foi nós buscarmos o fornecimento, a prospecção das indústrias nacionais para a fabricação de respiradores. Foi fantástico esse trabalho em conjunto com o MD. Cederam-me do MD uma estrutura de prospecção de indústrias. Nós fomos às indústrias nacionais e, a partir dali, nós não compramos um respirador importado, e fornecemos e apoiamos todos Estados e Municípios que precisavam com respiradores nacionais, fomentados na indústria nacional. Isso eu acho que é uma grande resposta, eu acho que a gente precisa compreender que a logística disso tudo num país continental foi um desafio fantástico. Aí, trabalhou a infraestrutura, trabalhou a Casa Civil e nós conseguimos fazer a logística externa e interna nacional e municipal, entregando até na ponta da linha tudo: EPIs, respiradores, medicamentos, vacinas H1N1, Tamiflu e todos os outros medicamentos e materiais necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. fez indicações de cargos durante a gestão do Ministro Teich?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quais? Ministro Teich?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Só os cargos da Secretaria Executiva. Só os cargos da Secretaria Executiva, que eram os militares que vieram conosco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, vou mandar levantar um por um para o senhor, mas, basicamente, vou lhe falar dos que mais lembro, dos maiores cargos: meu próprio secretário adjunto, chefe do COE; o chefe da SAA, da parte administrativa... Esses são os cargos principais, a partir daí, são cargos médios de apoio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já como ministro, V. Exa. teve autonomia para formar sua equipe de gestores?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Cem por cento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cem por cento.

Em vídeo, no dia da sua demissão, ao lado de V. Exa., disse o seguinte sobre a sua chegada ao ministério: "Não tinha nada nem ninguém para nos dizer nada. A gente andava nos corredores e não tinha ninguém. Salas vazias, pessoas que nunca nos passaram nada". V. Exa. teve alguma dificuldade com o corpo técnico do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não houve uma passagem de função técnica como nós imaginamos. Vivia-se a pandemia, nós tínhamos 11% apenas, 12% das pessoas trabalhando no ministério, os corredores eram vazios, tudo era *home office* e os chefes, as seções, os chefes também tinham saído com a outra administração. Essa que é a lógica, para que o senhor compreenda. Imagine isso aí de uma forma ampla, isso em todas as secretarias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve algum momento de baixa aceitação do seu nome ou houve dificuldade no relacionamento com os servidores hábeis a prejudicar alguma ação do seu planejamento no ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, pelo contrário. Os profissionais que lá encontrei... Porque volto a colocar, no início encontrei pouquíssimas pessoas. Depois, nós fomos chamando o pessoal de volta, fomos convencendo o pessoal a rever a sua posição e eu acho que foi uma relação muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profícua e muito exitosa, profícua mesmo e exitosa, relação muito boa. O pessoal trabalhando muito, sem hora, sem dia e para tudo que se pedia se tinham respostas. Então, a estrutura elogiei bastante, inclusive na minha saída.

O senhor deve ter aí o vídeo elogiando muito o pessoal profissional do Ministério da Saúde que lá encontrei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No lançamento do Outubro Rosa, no ano passado, pouco depois de V. Exa. assumir o cargo de ministro, após passar quatro meses como interino, V. Exa. declarou que, aspas: "Não sabia nem o que era o SUS", fecha aspas, porque sempre fora tratado em hospitais militares. A pergunta é: qual era sua relação com o Presidente da República antes de abril de 2020?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, antes da pergunta direta sobre relação com o Presidente, eu vou contextualizar, já que o senhor colocou a ideia da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... minha frase.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fique à vontade!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu gostaria de dizer ao senhor o seguinte: eu acho que todos os brasileiros conhecem o SUS de uma forma simples, sabem que nós temos um sistema único em hospitais públicos que funcionam nas suas cidades. Como militar, eu não só não conhecia o SUS, como não conhecia também escolas particulares. Eu só estudei no Colégio Militar de Manaus, a partir da quinta série, e fui formado e tratado pelo Exército, até hoje, inclusive. Então, o meu conhecimento de SUS não poderia ser profundo. Aquilo ali era... O contexto daquela frase era: que surpresa espetacular! Eu acho que é o contrário. Foi muito, foi uma surpresa muito interessante ver como nós tínhamos um sistema fantástico, e isso precisa ser de conhecimento maior do povo brasileiro. O povo não tem a noção do esforço e dos recursos empregados para o sistema de saúde. Essa que era a intenção clara daquela frase.

A minha relação com o Presidente Bolsonaro, eu o conheci na Brigada de Infantaria Paraquedista, na década de 80. E, ao longo da vida, é claro, cruzei com ele em várias situações, em vários momentos, mas uma relação de amizade simples; nunca tive proximidade maior com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem indicou o seu nome, Ministro, para o Presidente Bolsonaro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que as indicações vieram dos oficiais generais que trabalhavam com o Governo Federal. Eu não sei qual deles, mas acredito que veio do grupo de oficiais que trabalhavam com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como o Presidente da República fez o convite para que V. Exa. viesse a integrar a equipe do Ministério Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Como eu relatei na minha abertura, de forma direta e inequívoca: "É para vir!".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que missões ele lhe deu na oportunidade?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, a missão de fazer, de cumprir... Eu acho que a palavra correta seria – eu vou usar aqui uma expressão, peço desculpas –, abre aspas, "trocar a roda do carro com o carro andando", fecha aspas. Era para não deixar haver perda de continuidade nas ações de combate à pandemia, essa era a preocupação do Presidente. Para não haver perda... Quando o senhor... Eu acho que todos os senhores já trabalharam, de alguma forma, ou no Executivo, ou ministros já, em outras situações: para você montar uma equipe, demora; você tem que trazer pessoas, têm que ser transferidas, os recursos são pequenos. Então, você ter pessoas de alta capacitação na linha privada e trazer para um cargo para ganhar R$8 mil, R$10 mil... Não que seja um salário pequeno; é um salário ótimo, mas a iniciativa privada paga melhor. Então, você conseguir montar uma equipe rápida, e essa equipe ser, realmente, comprometida e pronta, não é simples. A ideia do Presidente e a ideia que me foi passada era: venha, traga imediatamente as pessoas que você precise trazer, o Exército vai selecionar e você toca a transição. Em 90 dias, gradativamente, vão sendo substituídos os militares e, a partir dali, o Ministro Teich toca sozinho daí para frente. Essa foi a missão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sua nomeação deu-se sob a condição de cumprimento de alguma ordem específica, como a recomendação de tratamento precoce para a Covid com cloroquina ou outro medicamento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em hipótese alguma. O Presidente nunca me deu ordens diretas para nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com que frequência V. Exa. se reunia com o Presidente da República durante sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Menos do que eu gostaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Menos do que o senhor gostaria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Eu preferia ter encontrado mais vezes com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu não tenho elementos para fazer uma avaliação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou lhe colocar... Desculpa, eu dei uma resposta... Era para atender à finalidade da pergunta, não a pergunta objetiva. Desculpe. Serei mais objetivo.

Eu acredito que a relação com o Presidente precisaria ainda ser... Ainda poderia ser maior ainda, mas os cargos são complicados, as agendas são complicadas, e eu o via uma vez por semana, a cada duas semanas... Era o que a gente conseguia conversar. Eu, realmente, se pudesse voltar atrás, eu teria ido mais vezes atrás do Presidente para conversar com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que orientações e solicitações relacionadas às ações de combate à pandemia o Presidente da República lhe fez durante a sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Só um minuto, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, fica à vontade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As orientações, volto a colocar aqui: na verdade, eu levava as ideias para o Presidente, contava como estava a pandemia, como que era a visão... Senhores, antes, só fazer uma pequena, uma pequena, uma pequena... Uma pequena mudança da pergunta. Eu vou já voltar a ela.

Quando a gente fala sobre como é que está qualquer coisa, você tem que ter um dado comparativo. "Isso aqui está bom"; está bom em relação ao quê? "Aquilo está rápido"; está rápido em relação ao quê? "Aquilo está demorado"; está demorado em relação ao quê? Quando você tem coisas inéditas, você está descobrindo as coisas. Não tem nem rápido, nem demorado; nem bonito, nem feio. São coisas que estão acontecendo pela primeira vez. É muito importante a gente compreender. E, quando a gente está numa função, no cargo de Ministro, você recebe informações todos os dias, 24 horas por dia; o telefone não para, e você atende a todo mundo. Então, você vai criando uma observação sua sobre o fato. E eu procurava levar ao Presidente, então voltando à sua pergunta, levar ao Presidente a minha visão em cada momento – como estava acontecendo a pandemia lá em abril, maio; como foi Manaus, naquele abril e maio em Manaus...

Então, quando eu vim de Manaus, eu trouxe ideias do que eu vi lá. Eu vi, já naquele momento, que já foi dificílimo Manaus. Já foi dificílimo. E eu vim de lá vendo isso e vendo que a pandemia se alastrava naquele momento ali pelo Norte, pelo Nordeste, especificamente Norte e Nordeste, e, pontualmente, nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas grandes capitais Rio e São Paulo, pela própria dinâmica de relacionamento, relações e voos, que essas duas grandes capitais tinham.

Então, essas observações eram as observações que eu levava. E, obviamente, a conversa era de ineditismo. "Como é que eu ia fazer aquilo? Não pode faltar aquilo outro". "Pazuello, você precisa de mais alguma coisa? Já falou com o MD para fazer a logística disso ou daquilo?" Essas eram as conversas. As conversas eram em altíssimo nível para fazer soluções.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não lembra especificamente que orientações e solicitações relacionadas à Covid foram passadas pelo Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, as orientações foram fazer a coisa acontecer o mais rápido possível, era não aceitar... Uma colocação que ele sempre colocava, ele dizia: "Olha, se falarem qualquer coisa para você, dizendo que é em meu nome, não fui eu. Só aceite qualquer coisa que eu te fale. Observações só minhas. Não aceite ninguém dizer que falou comigo. Se houver qualquer coisa, fui eu que te falei. Não... Ninguém vai falar em meu nome". Isso é uma coisa que ele colocava sempre. Ele era preocupado que colocassem palavras aí ou observações diretas no nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, só para contribuir...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. falou que o Presidente pediu para V. Exa. assumir para não sofrer solução de continuidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Qual foi o planejamento deixado pelo Ministro Mandetta e pelo Ministro Teich que não sofreu solução de continuidade? Porque V. Exa. falou em 43 milhões de testes que foram feitos. É lógico que tem brasileiro que fez 10 testes, 15 testes, mas tem dois milhões e pouco de testes que vão vencer, e aqui eu perguntei ao ex-Ministro Mandetta se ele tinha logística suficiente para fazer. Ele disse que estava fazendo uma central, algo utópico para o tamanho do Brasil, fazer uma central de exames. Então, qual foi... O que deixou... Até porque o início começa com o Ministro Mandetta, que teve tempo suficiente para fazer um baita planejamento. E, como V. Exa. disse que o Presidente disse para não ter solução de continuidade, alguma coisa foi deixada por eles, e eu queria que o senhor dissesse para nós o que eles deixaram.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Obrigado, Presidente.

Bem, senhores, é claro que o planejamento macro foi todo feito, já estava pronto quando eu cheguei. Mas eu lembro aqui, inicialmente, que o planejamento, um plano ou uma estratégia são feitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com suposições – você não sabe como vai acontecer. Então, no primeiro planejamento feito para a pandemia, os critérios foram lineares, foram por população. Não se sabia onde ia ter o impacto. Então, distribuem-se recursos e meios de forma linear. Ponto. Então, estou dando um exemplo de planejamento.

Quando você vê como a pandemia se desemboca, como ela está acontecendo, você começa a regular o direcionamento dos meios, começa a regular o direcionamento dos meios. Então, meios que estavam indo... Por exemplo, uma cidade em que não se tinha nem previsão de impacto não era mais prioridade em relação a uma cidade que estava impactada ou quase colapsada. Nós precisávamos socorrer onde era necessário.

Então, a primeira compreensão de planejamento havia, e o planejamento foi feito da melhor forma possível, com certeza, com os dados que se tinham, e as condutas do planejamento são necessárias na execução, e essas condutas visavam a atender imediatamente onde era necessário, e onde não era poderia ser atendido numa sequência posterior. Essa é a primeira explicação.

Falando especificamente sobre testes, eu gostaria de, salvo melhor juízo – porque eu não estou tendo acesso a todos os dados, e eu peço desculpas se algum dado ficar fora de linha – sobre, por exemplo, testagem, a primeira coisa que o Ministro Teich pediu quando chegou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, sem interrompê-lo, é que nós temos perguntas objetivas, concretas. Mais adiante, com certeza, nós vamos ter oportunidade de falar sobre os testes. Seria muito importante que nós tivéssemos perguntas objetivas e respostas também objetivas para nós avançarmos no depoimento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só para efeito de organização do depoimento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, Sr. Senador. É porque eu estava tentando responder à pergunta dos testes do Senador Omar Aziz. Mas eu posso responder depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu perguntei qual foi o planejamento deixado em relação à Covid.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sobre testes, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sobre testes também, planejamento também, mas acho que você vai ter a oportunidade de falar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ser mais objetivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu guardo essa resposta para depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Vamos ser mais objetivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Muitas perguntas que o Senador Renan está fazendo são "sim" ou "não". Vamos ser mais objetivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou colocar aqui uma ideia aos senhores. Eu acredito que nós temos uma população brasileira toda nos olhando, e respostas simplórias, sem contextualização, sem a compreensão do que nós estamos falando, não vão atender às pessoas que estão nos esperando. Eu vou responder a todas as perguntas – todas, sem exceção. E coloco de uma outra forma: vocês podem ter certeza, eu não vou ficar repetindo uma palavra. Eu vim com bastante conteúdo e eu pretendo deixar claro à população brasileira e a todos os senhores todos os fatos e todas as verdades que aconteceram sob a minha gestão, sob a nossa gestão. Então me desculpe: perguntas com respostas simplórias eu gostaria até que não fossem feitas. Perguntem-me coisas com profundidade, perguntem coisas com bastante profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** General, V. Exa. não vai dizer para a gente o que que nós vamos perguntar ou não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Quem decide isso aqui são os Senadores. V. Exa. está aqui para responder às perguntas dos Senadores, e para muitas delas basta um "sim" ou um "não". Quando a gente fala muito e não consegue explicar nada é que fica difícil para a gente ficar ouvindo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está compreendido, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O que V. Exa. aprendeu sobre o SUS nesse período?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Aprendi que é um sistema fantástico, que atende por capilaridade 5.570 Municípios e que funciona de forma tripartite, o que foi uma surpresa também muito interessante, de como foi a visão da Lei 8.080. Por exemplo, por que a decisão tem que ser pactuada com Estados e Municípios? Para que não haja uma posição central, uma posição única, ou do Governo Federal, ou uma posição mais voltada aos municipalistas ou ao Estado. As decisões são... Senta-se e decide-se de forma tripartite e pactuada. Isso foi uma coisa fantástica que eu vi no SUS, talvez seja o grande exemplo que eu poderia colocar: a formação do SUS, a forma tripartite de se tomar decisões, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

capilaridade, a compreensão da ação do Município, no atendimento básico e primário, e do Estado, no especializado. Isso é muito interessante. Muito interessante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, no depoimento de ontem aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo afirmou que, no início da pandemia, as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) eram cheias de idas e vindas e, por isso, muitas vezes as políticas sanitárias não as seguiam. Além disso, o ex-Ministro, em seu depoimento, eximiu a si próprio e ao Presidente da República de qualquer participação na condução da pandemia, para atribuir toda a responsabilidade ao Ministério da Saúde.

V. Exa. está de acordo com o posicionamento do ex-Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que cada um, cada ministério tinha suas próprias atribuições na pandemia. Eu acho que as decisões exclusivas, por exemplo, de um chanceler de relações, são exclusivas do ministério, do Chanceler Ernesto à época. Decisões que envolvem a infraestrutura são decisões do Tarcísio, e assim por... De comunicação, Fabio e a Secom. Então isso é um grande... É uma orquestra, não é? Isso é uma orquestra. Decisões exclusivas da saúde são exclusivas minhas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que todos tinham trabalhos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... só para repetir, foi: o senhor concorda com o posicionamento do ex-Ministro? É uma pergunta objetiva, concreta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu vou lhe responder de forma clara: se ele está falando apenas das ações de saúde, são todas minhas. Se ele está falando da resposta à pandemia, envolve vários ministérios. Ponto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se o ministério não seguia as orientações da OMS, quais eram as orientações que seguia naquele momento o ministério? Essa é uma pergunta de internauta. Ontem eu...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... fiz uma indagação na rede social se as pessoas queriam contribuir com perguntas para esse depoimento, e essa pergunta foi uma pergunta feita principalmente por familiares das vítimas da Covid.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As organizações como a OMS, Opas – só para lembrar, a Opas, ela representa a OMS na América Latina, e aqui representada pela Dra. Socorro Gross –, estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes diariamente conosco no ministério e elas basicamente não impõem, a OMS e a Opas não impõem nada para nós. Nós somos... Nossa decisão é plena, o Brasil é soberano para tomar suas decisões em qualquer área, inclusive saúde. Não, nós não somos obrigados a seguir nenhum tipo de orientação de OMS ou de ONU ou de lugar nenhum. Nós somos soberanos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. foi responsável pela nomeação do advogado Zoser Hardman como assessor especial do ministério, no início da sua gestão como Ministro interino. Pergunto: como V. Exa. e o Dr. Hardman se conheceram?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Dr. Hardman, ele já era conhecido de um dos oficiais que veio comigo, e apresentou o Dr. Hardman como um candidato a trabalhar na nossa equipe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais eram as atribuições desse assessor especial?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele foi inicialmente trabalhar com o Ministro Teich no gabinete, para que o Ministro tivesse um assessor direto com a visão jurídica, tivesse com ele no gabinete, e, quando eu assumi interinamente, nós começamos a organizar o gabinete com quatro ações transversais: uma jurídica, uma institucional, uma internacional e uma de comunicação. A jurídica ficou com o Dr. José.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por quanto tempo ele permaneceu no cargo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele saiu comigo, entrou em abril e saiu comigo em março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. ainda tem contato com o advogado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tenho, o Dr. José, *pro bono*, ele permaneceu me auxiliando na organização das nossas documentações para apresentar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele continua, portanto, lhe prestando algum serviço de consultoria.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, de consultoria jurídica, mas *pro bono*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nesta situação de pandemia, o Governo Federal optou por seguir dois caminhos de enfrentamento, um sanitário e um econômico...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como se houvesse antagonismo entre eles. Na verdade, não existe atividade econômica sem as pessoas e, por isso, preservar vidas é pressuposto para que exista a economia. Ainda assim, em vários momentos houve divergências entre as autoridades federais e os defensores de medidas não farmacológicas de combate à Covid-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, testagem em massa da população e distanciamento social, inclusive com o fechamento de estabelecimentos, *lockdown* e toque de recolher.

Pergunto, Ministro: durante sua gestão, qual foi a orientação do Ministério da Saúde sobre a adoção de medidas não farmacológicas de combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em todas as situações, todas, nós colocamos as medidas preventivas, basicamente o uso de máscaras, a limpeza de mãos, o afastamento social necessário, os cuidados. A preventiva, em todas elas, é a primeira ideia. Nós não deixamos de nos pronunciar em várias campanhas, em vários momentos, em todas as entrevistas. Em todas as entrevistas a que eu fui, eu terminava e colocava desta forma: nós não podemos abrir mão das medidas preventivas – uso de máscara, lavagem de mãos, cuidados pessoais e os afastamentos necessários. Essa é a posição sobre essa pergunta.

Sobre a imposição de medidas restritivas e a gestão, eu coloco ao senhor que eu vejo aí uma discussão hoje sobre o que quis dizer o STF, se ele quis dizer isso ou se quis dizer aquilo. Na realidade, o que fica claro nessa discussão é que os Prefeitos e os Governadores estão à frente do processo decisório das medidas restritivas que eles vão colocar. Disso não pode haver dúvida, eles estão à frente do processo decisório. E como nós nos posicionávamos? Nós apoiamos todas as medidas tomadas, apoiamos eles com o que eles precisassem. Ou seja, se um Governador com uma visão – independentemente de política ou ideológica, não interessa neste momento a discussão –, falando sobre uma visão de gestão, achava que deveria fazer essa medida, eu o apoiava no que ele precisava. E se o outro achava que era uma medida mais restritiva, eu o apoiava no que ele precisava, não fazia nenhum tipo de juízo para proibir essa ou aumentar aquela. Eu acho que, no momento em que a decisão está tomada, e eu vejo as ações acontecendo, cabe a mim, naquele momento, apoiá-los em qualquer situação de forma plena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então qual a sua posição, Ministro, sobre medidas de distanciamento social para o combate à Covid? E eu queria lembrar também a V. Exa. que não houve uma resposta conclusiva com relação à pergunta anterior: se o Ministério não seguia as orientações da OMS, quais eram as orientações que seguia naquele momento o Ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k. Então, vou voltar à pergunta anterior, Senador, para deixar mais claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As posições da OMS, como colocou o Ministro Ernesto, como nós acompanhamos, eram posições que iam e vinham, não eram posições claras e, digamos... Claras, sim, desculpe, não eram contínuas, pela própria incerteza da situação. Então, nós usávamos as posições da OMS para amparar o nosso processo decisório. E o processo decisório no País ficou decidido que as medidas restritivas ficariam a cargo dos Estados e Municípios de uma forma inicial, digamos assim, e o que cabia então a mim fazer. As nossas posições com relação a distanciamento social nesse caso, já acabei de colocar, eu sempre posicionei da mesma forma: medidas preventivas, incluindo aí o distanciamento social necessário em cada situação. Essa era a minha posição em todas as nossas ações de comunicação, digamos assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ministro, objetivamente: se não seguia as orientações da OMS, quais eram as orientações que seguia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As orientações eram as orientações do País, as nossas orientações do ministério. As orientações eram do ministério, não da OMS. A OMS te dá uma posição, cabe a nós decidirmos como vai ser no Brasil. As posições eram do ministério. Está respondido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a sua posição sobre essas medidas de distanciamento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou repetir: era positiva, deveríamos fazer medidas de distanciamento sempre que possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que ocasiões V. Exa. as expressou publicamente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em inúmeras entrevistas e coletivas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como V. Exa. não tinha formação ou experiência em saúde, quem o orientava acerca de que medidas tomar para combater a doença no Brasil?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu me reunia muitas vezes ou quase diariamente com a minha equipe técnica toda, com meus secretários, com médicos. Nós tínhamos médicos em vários cargos do Ministério, e era deles que vinham as posições, com discussões claras ali.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que providências o Ministério da Saúde tomou ou deixou de tomar em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal de 15 de abril de 2020, na ADI 6341, que garantiu autonomia a Estados e Municípios para exercer sua competência constitucional concorrente de proteger a saúde de sua população?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós passamos a... A primeira medida foi nós desenvolvermos uma ferramenta de análise, uma ferramenta que avaliava os riscos. Já havia alguma coisa prevista ainda da gestão anterior numa nota técnica e nós aumentamos, robustecemos essas discussões, criamos uma ferramenta de análise e distribuímos para todos os Prefeitos por intermédio do Conasems.

A primeira medida foi auxiliar a tomada da decisão, auxiliar quem iria tomar a decisão com uma ferramenta para que ele fizesse a análise dos riscos e das providências que poderiam ter. Essa ferramenta foi distribuída para todos os Prefeitos, isso em... Essa ferramenta foi desenvolvida ainda em abril... Desculpe, ainda no começo de maio, com o Ministro Teich, e nós distribuímos em maio ainda para todos os Prefeitos. E, na sequência, como eu coloco ao senhor, tomada a decisão, o ministério apoiava em todos os itens e demandas que me eram pedidas por Prefeitos e Governadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especialmente nesse momento de segunda onda, com o pico de casos e mortes por Covid, não seria recomendável, portanto, ter estabelecido critérios nacionais para orientar os gestores locais quanto à adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esses critérios estavam previstos na ferramenta. Nós elaboramos os critérios e ficava a cargo de... Porque é muito... Nós estamos falando de um país continental, nós estamos falando de um estado ou de um município como Blumenau ou como um município do Sul, comparado a um município do Amazonas ou do Amapá, completamente distinto, e que medidas são diferenciadas de um lado para o outro. Então, não seria... O que seria lógico? Fazer uma análise dessas medidas, propor a elas o grau e deixar os gestores locais fazerem as suas próprias considerações.

Cabia a nós, volto a colocar, em contato direto... Isso aí eu acho que foi um ponto alto que precisa ser colocado aqui de uma forma clara: nós falávamos o tempo todo com os secretários de Estado, com os Prefeitos e com os Governadores – o tempo todo, o tempo todo. E, a partir dali, você ia tirando temperatura, compreendendo de fato como estava acontecendo. E eles recebiam muito os Deputados e Senadores. Praticamente todos os senhores, em algum momento, estiveram conosco lá tratando dos seus Estados e Municípios, alguns. E isso vai fazendo com que a gente tenha uma visão clara do que está acontecendo, do que precisa.

Eu acho que essa é a resposta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há convergência do seu entendimento com o do Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Convergência do meu entendimento com o Presidente da República sobre?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre essas questões que foram levantadas na sequência ultimamente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, se não havia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de combate à pandemia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Se não havia... Se não havia convergência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de medidas não farmacológicas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ...nunca me trouxe, nunca me trouxe nenhuma restrição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é objetiva, Ministro. Havia convergência do senhor com o Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nas conversas com o Presidente, não havia discussão de desconvergência nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas com relação aos tratamentos...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com relação a nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e encaminhamentos da Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em momento algum, o Presidente da República me orientou ou me encaminhou ou me deu ordem para fazer nada diferente do que eu já estava fazendo – nada, absolutamente nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, havia convergência das posições defendidas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Das minhas ações, das minhas medidas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... das posições defendidas pelo Presidente da República...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... as decisões... Senador, as minhas posições não eram contrapostas pelo Presidente. Acho que essa é a resposta exata. As minhas posições como ministro e as minhas ações nunca foram contrapostas pelo Presidente, para deixar bem claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde chegou a cogitar a adoção de medidas de âmbito nacional para controlar a pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Âmbito nacional, só a distribuição de equipamentos, distribuição de insumos; com relação a medidas restritivas, não. Com relação especificamente a medidas restritivas, âmbito nacional, de forma linear, não, e eu não concordo com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República, em algum momento, em reuniões com V. Exa., posicionou-se contrariamente a medidas de distanciamento social em âmbito nacional?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Volto a colocar para o senhor: em nenhum momento o Presidente da República me desautorizou ou me orientou a fazer qualquer coisa diferente do que eu estava fazendo. As ações foram todas minhas nesse aspecto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente determinou que o Ministério da Saúde se abstivesse de promovê-las em algum momento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em momento algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Três depoentes apontaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o Presidente da República guiava-se pelas orientações de um aconselhamento paralelo, ou seja, de pessoas fora do Ministério da Saúde que participavam de reuniões no Palácio do Planalto e tinham influência sobre a condução da pandemia, mesmo contra as orientações técnicas do ministério. O Ministro Mandetta falou no nome do Vereador Carlos Bolsonaro e o Presidente da Anvisa mencionou a Dra. Nise Yamaguchi. O ex-Ministro Ernesto Araújo mencionou o nome do ex-Ministro da Cidadania e médico Osmar Terra, quando falou da tese da imunização de rebanho.

Durante seu período à frente do ministério, as políticas de gestão sanitária da pandemia na esfera federal advinham de técnicos do Ministério da Saúde ou continuava existindo esse aconselhamento paralelo do Planalto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sr. Relator, vou colocar de uma forma para botar uma pedra nesse assunto. O Presidente da República falou para mim e para todos os ministros várias vezes: de assunto de saúde quem trata é o Ministro Pazuello. Então, nunca, nunca, e vou repetir: nenhuma vez eu fui chamado para ser orientado pelo Presidente da República de forma diferente por aconselhamentos externos. Nunca, nenhuma vez. Não quero dizer com isso que qualquer pessoa, e principalmente um Presidente da República, ele não ouça ou não levante dados ou não procure avaliar o que está acontecendo em volta dele. Seria um absurdo o Presidente da República não ouvir opiniões, não ouvir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

versões para que ele crie a própria posição dele como Presidente da República. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Daí, para ele trazer de lá ou trazer de qualquer relação uma orientação contrária a uma posição do ministério ou minha, nunca houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

Quem no Ministério era o principal responsável pelas orientações técnicas que fundamentavam as decisões de V. Exa. como Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Todas as posições eram tratadas no nível secretarias, todas. Eu tinha três médicos, quatro secretários da área médica. Eu tinha o Robson, que eu já herdei ele no ministério como Secretário da Saúde Indígena, e eu tinha o Franco Duarte na saúde especializada, que eu já... Quer dizer, não coloquei aqui ainda para os senhores, mas eram pessoas que traziam as discussões da área finalística naquele momento ali. Então, as discussões das áreas finalísticas eram tratadas pelos secretários comigo, eram quem, as pessoas que traziam as posições da área médica. Era a forma como funcionava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era o papel do Dr. Osmar Terra, que é médico e também foi ministro do Governo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O papel do Dr. Osmar Terra? Ele é um Deputado, e ele foi algumas vezes no ministério, se tornou até uma pessoa próxima para conversar, mas não tinha papel nenhum oficial no ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. sabe identificar outras pessoas que aconselhavam o Presidente da República em questões relacionadas à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não posso lhe dizer nenhuma oficialmente. O Presidente nunca tratou disso comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os filhos do Presidente da República influíram, de alguma forma, na administração da pasta da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, eu esperava... Coloco aqui uma coisa interessante: da mesma forma que eu esperava ter mais conversas com o Presidente, eu quero dizer também que eu esperava que eu pudesse conversar mais com o Flávio, com o Eduardo, com o Carlos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Vamos conversar mais, Pazuello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu não tive isso. Pelo contrário, pouquíssimas vezes encontrei os três.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Presidente, está me citando. Eu estou aqui presente na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só perguntou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Se um filho não pode falar com o Pai... Eu não consigo entender essa narrativa, aonde o Relator quer chegar, com todo o respeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, voltando, não havia nenhuma influência dos três filhos políticos do Presidente e volto a colocar: eu achava que eu ia me encontrar mais com eles – e faço essa observação aqui –, tanto com o próprio Presidente, mas não houve isso. A pandemia nos consumia o dia inteiro. Nem para encontros sociais, nada. Foi muito pouco encontro, muito pouco encontro. Podia ter havido mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, objetivamente, o empresário Carlos Wizard, ao defender que a Covid-19 poderia ser tratada na primeira fase da doença, disse, em entrevista à TV Brasil, aspas:

> Passei um mês [atuando] em Brasília, junto ao Ministro Eduardo Pazuello, atuando como um conselheiro do ministério [...]. Posteriormente, fui convidado a assumir uma das secretarias...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) –

> No entanto, preferi não aceitar o convite e trabalhar de forma independente e solidária ao combate da Covid-19. [...] E foi neste momento que eu tive, então, a oportunidade de conhecer autoridades médicas que são reconhecidas tanto no Brasil [...] [como] no exterior, [...] Nise Yamaguchi, [...] Roberto Zeballos, [...] Anthony Wong, Dante Serra e muitos outros que [...] [participavam] desse conselho científico independente [de voluntários].

Pergunto a V. Exa.: V. Exa. confirma que essas pessoas o aconselhavam acerca de assuntos relacionados à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sr. Relator, deixa-me voltar a quem é Carlos Wizard? Se o senhor permitir, posso começar pelo Carlos Wizard?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, eu citei uma declaração dele para embasar a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, é só para dizer quem é. O Dr. Carlos Wizard, logicamente, vem daquela franquia de inglês Wizard, de idiomas, e eu o conheci na Operação Acolhida como voluntário para tratar das pessoas. Ele e a esposa são mórmons, são da religião mórmon. Ele foi cumprir uma ação da igreja e lá ficou dois anos, morando lá, trabalhando e ajudando, de todas as formas, as pessoas que estavam em vulnerabilidade. Se tornou, então, um amigo, e é claro que me relacionei com ele nesses dois anos. E, quando fui chamado para cá, puxei o Wizard, liguei para ele e falei: "Você tem condição de tirar mais um tempo e vir nos ajudar aqui, porque você pode ser um grande *link* entre o ministério e a compreensão da parte social, do público?", pelas amizades dele, pela relação dele. E ele veio *pro bono*, ficou conosco aqui por quase um mês.

Cheguei a indicá-lo para trabalhar na Secretaria de Ciência e Tecnologia, que é uma secretaria que tem muita ligação com a parte civil, as empresas etc., tal. Poderia ser uma boa relação. Mas ele não achou que conseguiria se desvencilhar da administração das empresas dele e achou melhor não entrar.

O Wizard...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É, mas ele disse que passou um mês ajudando no ministério...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Passou um mês conosco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... ajudando a administração.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Passou um mês ajudando. Eu o indiquei. E, na análise da indicação dele, ele desistiu, porque tinha que ter outras ações dos conselhos de empresa etc. Não dava para ser aceito na indicação oficial do cargo. E, a partir daí, ele se desvinculou da tarefa, digamos assim.

Ele, por si só, propôs reunir médicos para serem aconselhadores. E eu confesso ao senhor que eu não aceitei. A primeira vez que eu sentei para ouvir as ideias desses médicos, eu não gostei da dinâmica da conversa. E foi só uma vez, por 15 minutos, e nunca mais. Não tive assessoramento nem aconselhamento de grupos de médicos. Eu não gosto disso, desse formato das pessoas sentadas, e um fala, o outro grita, o outro... Não, isso não dá!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então só houve uma reunião...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Meia reunião, por 15 minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... no formato proposto pelo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pelo Carlos Wizard.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Carlos Wizard.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E mais nada! Uma vez! E eu não aceitei o formato de aconselhamento que ele tinha pensado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas pessoas tinham também interesse ou interlocução junto ao Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desconheço, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Wizard fazia parte do grupo de pessoas que aconselhavam o Presidente especificamente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que não. Nunca o vi em Brasília indo especificamente falar com o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que frequência V. Exa. se reunia com esse dito "conselho independente"? Não se reuniu mais...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou voltou a falar com Carlos Wizard, só com ele?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com Carlos Wizard eu conversei ao longo da... Converso com ele ao longo da minha vida. Virou um amigo. Uma vez a 15 dias ou um mês, quando ele me liga, bate papo, mas sempre de uma forma completamente informal, nada como conselheiro de nada da saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse conselho teria sido responsável pela indicação da cloroquina para o tratamento da Covid-19...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... conforme a orientação divulgada pelo Ministério da Saúde na sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, se nós vamos tratar desse assunto, eu pergunto se eu posso contextualizar esse assunto. Ele é mais profundo. Posso responder também "sim" ou "não".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo uma pergunta, mas eu não sou contra a contextualização...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isto é que eu ia dizer: posso contextualizar? Não estou perguntando se o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... que V. Exa. faz.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Posso continuar então?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu acho que, se nós tivéssemos respostas mais objetivas, seria melhor para o andamento dos nossos trabalhos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, se o senhor preferir uma resposta mais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas eu não vou constrangê-lo a isso, não, de forma nenhuma.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sem problema, Senador. Estou perguntando porque, nesse caso, ele é mais profundo, e aí eu teria que dar uma contextualizada. Como eu quero atender ao que o Senador Omar pediu, estou perguntando: respondo de uma forma mais prática ou eu, nesse caso, contextualizo? O senhor é que sabe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pode contextualizar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, está bom.

Bem, senhores, esse assunto, eu acho, é um assunto chave, e eu vou me valer aqui de uma pequena... É uma pequena...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** A cloroquina foi orientada...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É uma pequena linha aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu vou só repetir a pergunta: esse conselho teria sido responsável pela indicação da cloroquina para o tratamento da Covid-19, conforme a orientação divulgada pelo Ministério da Saúde na sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, vou responder ao senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Só para lembrar, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esse conselho não foi reforçado por nada disso. Isso com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para lembrar e embasar também a sua resposta, o Ministério da Saúde publicou três orientações sobre o uso de cloroquina em pacientes com Covid.

Três notas técnicas, nºs 9, 11 e 17, de 2020. A primeira, na gestão de Mandetta, para indicar cloroquina para pacientes graves internados em UTI, num momento em que ainda não havia estudos sobre o tema; a última, no início da gestão Pazuello, como interino, expandiu o uso da cloroquina para o tratamento precoce da Covid.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, então vou contextualizar. Primeiro, a resposta, como o senhor colocou: não, esse tal conselho nunca me assessorou ou me sugeriu nenhum tipo de orientação a ser feita pelo Ministério. Essa é a resposta direta.

Quanto à utilização de hidroxicloroquina, eu pretendo contextualizar agora, já autorizado pelo senhor.

Nós precisamos compreender esse assunto de uma forma... Ele é simples; a gente não precisa botar um monte de fantasmas em cima desse assunto – ele é simples. O Brasil usa cloroquina há 70 anos. A cloroquina é um antiviral e um anti-inflamatório conhecido pelo Brasil – ela é antiviral e anti-inflamatória, ela tem ações antivirais e anti-inflamatórias. Pelo menos é o que me é trazido; eu não sou médico.

Desculpe, eu vou concluir. Isso foi o que eu recebi ao longo das histórias.

E, por exemplo, em 2016, na crise do zika vírus, ela foi utilizada e foi colocada como protocolo pelo Ministério da Saúde, cloroquina em altas doses – isso para grávidas. Na crise da chikungunya, em 2017, o Ministério da Saúde criou protocolos para uso da cloroquina – eu tenho todos eles, eu tenho todos eles – em altas doses. Então, são duas posições bem claras.

Quando a pandemia começou no mundo... Nós estamos com a internet, nós estamos ligados no mundo. Os médicos estão observando e viram que vários países no mundo, de forma *off-label*, usavam a cloroquina.

Eu não estou entrando na linha médica. Se causa discussão, se ela é antiviral ou não, eu retiro. Vou colocar só sob a lógica do medicamento para não haver discussão. Só como medicamento, doutor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se V. Exa. me permitir...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, por favor, eu queria concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... a hidroxicloroquina é antiprotozoário; não é antiviral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor, mas ela teve ações dessa forma. Eu não vou entrar no mérito, porque, realmente, não tenho conhecimento para entrar.

Então, ao longo da pandemia, no final de 1919, começo de 1920, os médicos viram isso no Brasil, e, sim, começaram a ver que estava sendo usada em vários países.

Para que os senhores tenham uma noção, só uma pequena noção, nós estamos falando de 29 países que hoje têm protocolos de uso cloroquina no mundo contra a Covid. Vinte e nove países, e países como China, países como Coreia do Sul, países como Cuba. Cuba, que é mundialmente conhecida pela medicina avançada, Cuba tem um protocolo enorme de uso de cloroquina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Para Covid. É, sim, senhor. Eu tenho, inclusive, ele todo impresso aqui. Para o senhor... Acreditem, Cuba tem um grande protocolo para uso de cloroquina para Covid, e eu trouxe aqui para disponibilizar.

A Índia tem, o México tem, a República Tcheca, a Venezuela tem e outros 29 países têm protocolo atual, de hoje, para uso de cloroquina. Então, o assunto não é tão difícil de entender que um médico olhe para a hidroxicloroquina ou cloroquina ou qualquer outro medicamento que esteja sendo usado no mundo e diga: "Olha, eu acho que tem que ser observado isso. Vale tentar como *off-label*, fora da bula". Então, essa é a primeira observação.

Quando começou a pandemia no Brasil, em fevereiro, o Ministério da Saúde – de fevereiro para março – emitiu realmente uma nota técnica orientando o uso da cloroquina na sua fase aguda, na fase inflamatória, na fase grave, com doses altas. Está orientado isso pelo Ministério da Saúde, feito pela gestão do Ministro Mandetta, que é um médico.

Senhores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi citado aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu gostaria de colocar. É isso, hein...

Em abril, eu estava em Manaus. No final de março, começo de abril, foi feito o famigerado estudo, em Manaus, com cloroquina em altas doses na fase aguda. Foram 20 mortos, 22 mortos. Foi um escândalo. Tem processo em Ministério Público estadual, Federal rolando até hoje. Esse estudo foi conduzido pelo Ministério da Saúde, pela Fiocruz e por vários médicos Ph.D. E o estudo foi publicado num periódico chamado *Jama* americano. Foi nesse momento que nós chegamos ao Ministério da Saúde.

E eu queria perguntar aos senhores: "Senhores, os médicos estavam usando *off-label*. Isso é público e notório. Senhores, o Ministério da Saúde tinha uma nota técnica para usar a cloroquina onde o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudo disse que estava morrendo gente e que eram 21 mortos, 22 mortos, 20 mortos". Nós precisávamos fazer alguma coisa, só que eu não podia fazer protocolos nem deveria – e nunca fiz. Nem podia. Foi determinação. Nós podíamos fazer uma orientação, uma informação. Então, nós redigimos uma nota técnica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, mas não naquele momento, no *timing*. O *timing* da coisa era muito sério.

Então, voltando, Senador, naquele momento nós precisávamos dar um freio de arrumação para não deixar as pessoas caminharem para outro lado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, para situá-lo um pouco mais nessa questão, porque a resposta tem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É muito complexa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de uma forma "inobjetiva", demorado, o que esta Comissão está investigando não é quem prescreveu, quem usou, quem comprou. Não se trata disso. Trata-se de quem fez política pública e gastou dinheiro público com isso. Essa é que é a questão. É o ponto fulcral da investigação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu estou tentando colocar para o senhor exatamente o ponto fulcral. Era exatamente agora que eu estou dizendo que nós fizemos uma nota informativa, seguindo o Conselho Federal de Medicina. O Conselho Federal de Medicina fez uma publicação clara, dando autonomia aos médicos utilizarem tais medicamentos, inclusive a hidroxicloroquina, a cloroquina de forma *off-label*. E nós, seguindo o conselho, colocamos da seguinte forma – dois pontos –: "Médico, se você resolver prescrever os seguintes medicamentos que estão hoje, público e notório, sendo usados *off-label,* atenção para a dosagem de segurança. Médico, se você decidir prescrever os seguintes medicamentos que estão sendo usados, atenção para a dosagem da segurança e, atenção, não usem na fase final, porque, a fase final, está comprovado que não é a melhor forma de usar". Senhores, isso daí era o mínimo que eu poderia fazer, senão eu estaria prevaricando. Então, o que o Ministério da Saúde fez foi só isso, seguindo o Conselho Federal de Medicina, de uma forma clara, dizer: a prescrição é do médico. E outra coisa, isso é o que eu acho, é o que eu penso. Essa calça não veste em mim, eu não acho que se deva distribuir medicamento "a", "b" ou "c" por aí sem prescrição médica. Eu não concordo com isso, e eu não deixei isso e cada vez que eu ouvia alguém falar isso, eu dava no pé: não é para fazer, não distribua medicamento sem orientação médica, sem prescrição médica, nem que você ache que isso aí seja uma solução. Não faça isso. Em vários lugares, as pessoas chegavam: "Não, olha só, estamos pensando em fazer..." "Não façam isso – não façam isso. Cumpram exatamente o que o médico prescrever." O que tem que haver é disponibilidade de medicamentos, eles têm que estar disponíveis para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o médico prescreva o que achar que deva. Essa era exatamente o que estava escrito na nota informativa que se tornou a Nota 17. Ela teve três ajustes, mas, desde a primeira, isso nunca mudou sobre esses medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tem familiaridade com a tese da imunização de rebanho, segundo a qual a imunidade da população poderia ser atingida não com a vacinação, mas também com a contaminação em massa pelo vírus e o desenvolvimento da imunidade natural por parcela relevante da população?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A tese é real quando você tem... Agora, o que tem de novidade e faz a tese não ser plena... O senhor me ajuda se eu escorregar. O que faz real e a tese não ser plena é que você não sabe o grau de atividade dos anticorpos que serão criados. Então, que você tem uma possibilidade de ter uma imunidade a partir de várias pessoas, não há dúvida, mas como a gente não sabe como isso se comporta no coronavírus, você não pode simplesmente achar que, a partir da contaminação, todos estão protegidos. Por isso que eu pedi para o senhor me ajudar, mas é mais ou menos isso. Como você não sabe o grau da profundidade, do grau de força desses anticorpos ou da capacidade de ele agir no organismo e por quanto tempo eles ficam, isso tudo são incógnitas, você não pode estar apoiado apenas nessa tese, tem que partir para a imunidade, para a imunização com vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. recebeu, tem conhecimento de algum estudo técnico ou outro documento qualquer contendo a análise dessa tese e seu impacto sobre a saúde pública?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento essa tese foi cogitada pelo Ministério da Saúde como estratégia de condução de ações de enfrentamento da pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em hipótese alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tem conhecimento de alguém que defendesse essa tese no ministério ou em outro órgão do Governo Federal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Como defensor da tese, não. Defensor dessa tese: "É assim que tem que fazer", não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca presenciou uma conversa dessas pessoas que diziam interlocutores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... que participavam desse aconselhamento informal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nunca, nunca. Eu nunca participei de reunião com interlocutores que aconselhavam o Presidente da República, caso eles existam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como eram as discussões com Osmar Terra e Carlos Wizard, sobre a imunização de rebanho?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com o Carlos Wizard, zero; com o Osmar Terra, ele me falou sobre essa ideia, mas muito superficialmente, falando do que ele achava das vezes em que ele foi, como Deputado, lá, mas sem nenhum tipo de posição para o ministério, zero, zero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Alguma vez...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Zero possibilidades de ele colocar como posição do ministério, ou programa, ou projeto do ministério; zero!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Alguma vez o Presidente da República discutiu essa tese com V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... ou em algum evento em que V. Exa. estivesse presente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Os depoimentos de Fabio Wajngarten e Carlos Murillo revelaram que o Governo não respondeu as propostas da Pfizer para o fornecimento de vacinas ao Brasil, desde agosto de 2020, uma delas com entrega de 1,5 milhão de doses, a partir de dezembro de 2020, e que totalizavam cerca de 18,5 milhões até o primeiro semestre de 2021. Contudo, de acordo com o relato do representante da Pfizer, somente em novembro, o Ministro da Saúde participou efetivamente das negociações que foram esfriadas por conta de uma suposta inadequação da legislação às cláusulas de contrato que V. Exa. qualificou em entrevistas como leoninas.

Por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer ao longo dos seis meses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O assunto Pfizer é um assunto também nos coloca de uma... Parece que é uma coisa tão complexa, né? E ela também é simples de se compreender. Eu infelizmente, aqui, fiz uma sequência sobre o assunto Pfizer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, por favor, é aquela minha tabela sobre Pfizer, que o sargento... O Rangel montou para mim. Vê se você acha aí!

Enquanto está procurando aqui um documento de apoio, eu vou começar a colocar aqui para os senhores. Como fui eu que fiz, então, eu lembro de cabeça. É preciso compreender que a prospecção da Pfizer começou lá em abril e maio, primeiras prospecções da Pfizer, como discussões, tipos de vacina. Nós estamos falando de uma vacina completamente diferente do que a gente está acostumado, uma tecnologia que não era de conhecimento do Brasil. E nós estávamos falando de uma empresa que não topava a discussão da tecnologia conosco: é fechada, é porteira fechada; é isso ou é aquilo, não tem transferência de tecnologia, não tem nada!

E essas discussões foram, caminharam até os meses de maio e junho, maio e junho! Quando nós tivemos a primeira proposta oficial da Pfizer, foi o memorando de entendimento – você conseguiu, aí? –, foi o memorando de entendimento. Esse memorando de entendimento dava essas quantidades que o senhor está colocando aí: colocava 1,5 milhão, em 2020, sem data, e colocava o restante, da forma como o senhor colocou, dava 18,5 milhões, somando 20 até o final do primeiro semestre, e o final, totalizando 70 milhões de doses, até o final do ano.

Naquele momento, quando esse MOU chegou, ele chegou também com cinco cláusulas que eram assustadoras, na minha... No meu momento à época. As coisas têm que ser olhadas com aquele momento. Nós estávamos tratando de... Discutindo uma encomenda tecnológica de Oxford que chegaria a 200 milhões de doses esse ano; discutindo com o Covax Facility 42 milhões de doses; e a Pfizer nos colocando um primeiro semestre de 18 milhões de doses, com foco no final do primeiro semestre, e nos colocando cinco cláusulas complicadíssimas. E os senhores todos conhecem, mas eu posso relembrar. Então, nós estávamos falando de ativos brasileiros no exterior e fundos – e/ou fundos –, nós estávamos falando de isenção completa da responsabilidade por efeitos colaterais e transferência do fórum para julgamento das ações para Nova Iorque. Estávamos falando de pagamento adiantado, estávamos falando de assinatura do Presidente da República em contrato, coisa que não existe na nossa legislação, e estávamos falando de não existirem multas quanto a atraso de entrega. Isso... Para ouvir isso a primeira vez... Talvez todos nós hoje possamos ouvir com o grau de normalidade, mas, a primeira vez que eu ouvi isso, eu achei muito estranho – muito estranho.

E coloco um dado interessante: a Pfizer que trouxe US$10 a dose, e nós estávamos negociando a US$3,75. Era três vezes mais caro. Então, eu coloco aos senhores: uma vacina três vezes mais cara, com todas essas cláusulas que eu coloquei aqui e com quantitativos que eram, a meu ver, muito inferiores ao que nós estávamos negociando, além das discussões logísticas de 80 graus negativos e das cláusulas sobre a logística de entrega, que era nossa responsabilidade... Não havia caixa, não havia nada. A primeira conversa foi: "Isso é problema de vocês". Essas discussões sobre as cláusulas, sobre a parte técnica e sobre a logística, essas discussões demoraram, nos levaram – isso foi em agosto, 26 de agosto –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos consumiram setembro e outubro – nos consumiram setembro e outubro. E ela colocava bem claro, na posição dela, que ela precisaria da posição da FDA e precisaria da Anvisa, sem as quais também ela também não entregaria. Falei: "Ótimo, também é a nossa posição".

Quando nós chegamos em dezembro – quando nós chegamos em dezembro –, nós... Desculpa, em novembro, final de novembro ainda, citamos a Pfizer a refazer o seu morando de entendimento, porque nós queríamos pegar aquela documentação e forçar a um processo decisório que tivesse que haver. Isso em novembro, final de novembro. No começo de dezembro, a Pfizer manda o memorando de entendimento dela atualizado e, nesse memorando de entendimento, ela coloca: "Nós vamos para 8,5 milhões de doses no primeiro semestre e 62,5 milhões de doses no segundo semestre, desta forma totalizando 70 milhões de doses". Repito, 8,5 milhões de doses no primeiro semestre e 62,5 milhões de doses no segundo semestre.

Senhores, essa proposta foi, apesar de eu achar pouquíssima a quantidade de 8,5 milhões de doses no primeiro semestre – sendo 500 mil em janeiro, 500 em fevereiro, 1 milhão em março, dois, dois, dois, algo mais ou menos assim –, nós seguimos em frente: "Vamos assinar o memorando de entendimento". Mandamos para os órgãos de controle, a resposta foi: "Não assessoramos positivamente. Não deve ser assinado". A CGU, a AGU, todos os órgãos de controle, TCU. "Não deve ser assinado". E nós assinamos, mesmo com as orientações contrárias. Determinei que fosse assinado, porque, se nós não assinássemos, a Pfizer não entraria com o registro na Anvisa. Ela só entraria com o registro na Anvisa se nós assinássemos o MOU. Então, o MOU foi assinado contra as orientações da assessoria jurídica e controle externo, interno e externo. Isso em dezembro.

Na sequência, nós começamos a levar o problema para o nível de Governo Federal, para o palácio. Falei: "Olha, nós temos que resolver isso". E, ainda no início de dezembro, em ligações com a base ou com os Deputados que estavam discutindo a votação da MP 1.003, um Deputado fez uma emenda, propôs uma emenda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, é importante responder objetivamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe?

O Hiran Gonçalves fez uma proposta de emenda, colocando essas cláusulas para autorizar a compra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero comunicar aos Senadores que, como existem respostas muito prolixas aqui, eu entendo que esta audiência aqui com o ministro... Caso o Presidente não suspenda a Ordem do Dia hoje, nós voltaremos depois da Ordem do Dia e continuaremos a fazer as perguntas necessárias, porque, pelo que eu estou vendo, são respostas simples, perguntas simples, mas há um contexto de protelar. Quanto mais tempo, não é? Então, eu quero só...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – São informações importantes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do ponto de vista meu, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É importante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu acho que vocês...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem informações que a Comissão nem conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, eu só estou comunicando aos Senadores que compõem a CPI, caso chegue, comece a Ordem do Dia e a gente tenha que suspender a reunião, nós voltaremos depois da Ordem do Dia a continuar ouvindo o Ministro Pazuello.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não sabia que o Tribunal de Contas da União tinha uma recomendação contrária à assinatura do memorando de entendimento. Isso é novidade para mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não, não é novidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é novidade. Como é novidade?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Para mim, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entre agosto e dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram sete pedidos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o Ministério da Saúde – sete pedidos! – não acionou ninguém, nem órgão de controle, nem nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, quando acionou, recomendaram não assinar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entre agosto e dezembro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, questão de encaminhamento, Presidente. Vamos seguir a sequência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Ministro, objetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estou comunicando que a sessão só acaba – você está me entendendo? – quando todos os Senadores inscritos aqui fizerem as perguntas. Então, pode ser 10h da noite, meia-noite, 2h da manhã, nós vamos continuar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E as perguntas terão que ser respondidas objetivamente. Eu acho que assim nós precisaremos melhor a evolução dos nossos trabalhos. E não me deixa mal também perante os outros Senadores, porque, na medida em que o depoente se delonga na resposta e basicamente não responde o perguntado, eu acabo tomando o tempo dos outros Senadores que terão que perguntar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, só para não parecer que é uma estratégia do depoente ficar alongando resposta. Está sendo importante ele falar o que está falando.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas qual foi a resposta que ele não respondeu, Senador Renan?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É porque quando o depoente não fala o que o Relator quer, ele reclama.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem objetiva, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, a pergunta que eu fiz, objetivamente, foi a seguinte: por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer? É essa a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, vou responder objetivamente. As respostas foram... Como assim não houve respostas? Nós tivemos 20 respostas para a Pfizer, com discussões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, estou perguntando de agosto a dezembro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou respondendo. De agosto a dezembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve nenhuma resposta ou acionamento de órgãos de controle.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixa eu dizer para o senhor, por favor: o acionamento de órgãos de controle vem na assinatura do MoU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, depois de dezembro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, porque até lá nós estávamos discutindo, por exemplo, temperatura criogênica de conservação, tecnologia de risco ainda sem qualquer avaliação, agências reguladoras, não transferência de tecnologia... Nós estamos falando sobre técnica e logística. Nós estávamos falando de preço. Nós estávamos discutindo com a Pfizer ininterruptamente – ininterruptamente! Então nós temos todos os históricos de conversas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que, Ministro, não respondeu às mensagens...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou respondendo ao senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não está me respondendo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, o depoente quer falar. O Relator não deixa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou respondendo que nós respondemos inúmeras vezes, inúmeras vezes, a Pfizer. Eu tenho todas as respostas aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Interrompe toda hora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De agosto a setembro não...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – De agosto a setembro. Eu tenho todas as comunicações com a Pfizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da Pfizer nos comunicou que, em nenhum momento, recebeu nenhuma resposta, nem a favor, nem contra.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou dizer para o senhor de novo: a resposta à Pfizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então ele mentiu? Ele mentiu para a Comissão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta à Pfizer é uma negociação, que começa no momento da proposta e termina com a assinatura do MoU. Eu estou falando de dezenas de reuniões e discussões. Eu não estou falando de uma resposta. A resposta sempre foi: "Sim, queremos comprar". Está escrito em todo o final: "É nosso interesse comprar da Pfizer, mas não posso comprar se você não flexibilizar tal medida. Não posso comprar se você não auxiliar na logística de entrega". Isso é uma negociação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem isso documentado, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Claro que sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, era bom encaminhar para a Comissão.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vai ser encaminhado. Eu tenho todas as respostas.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É importante, Sr. Presidente, solicitar todas essas informações oficialmente para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Até porque eu quero aqui... Ministro Pazuello, o que o Fabio Wajngarten falou aqui é totalmente diferente do que o que V. Exa. está falando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele chegou aqui e disse o seguinte: que, quando recebeu um telefonema de um proprietário de uma TV, esse proprietário ligou para ele e disse: "Olha, desde setembro tem aí uma carta enviada para o Ministro Pazuello, para o Presidente, para o Vice-Presidente, para o General Braga Netto, para o Ministro Paulo Guedes, e até hoje nós não recebemos nenhuma resposta". Foi quando ele tomou a iniciativa de ligar. E mais: na revista *Veja*, ele disse que era muita incompetência dentro do Ministério. Já o senhor nos traz uma informação totalmente diferente daquilo que a Pfizer falou...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é o que faz uma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho. Totalmente diferente do que a Pfizer falou e totalmente diferente do que o Fábio Wajngarten falou aqui. Por isso que era importante a gente ter acesso a esses documentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então a pergunta, só para passar para a pergunta seguinte: por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer ao longo dos seis meses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram respondidas em negociação intensa e direta, com dezenas de documentação e reuniões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então a Pfizer está mentindo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa pergunta é para a Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. respondeu...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu só respondo por mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. respondeu, é isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu só respondo por mim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem... Por que V. Exa. não tomou o comando e o protagonismo dessa negociação com a Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que eu sou o dirigente máximo, eu sou o decisor, eu não posso negociar com a empresa. Quem negocia com a empresa é o nível administrativo, não o Ministro. Se o Ministro... Jamais deve receber uma empresa, o senhor deveria saber disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu... Eu estou dizendo ao senhor se o senhor não comandou...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso é desrespeito, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não comandou?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor! Mas é, Fernando, por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu retiro. Tá bom? Retiro. Eu queria dizer que não posso colocar, o Ministro não pode receber as empresas, o Ministro não pode fazer negociação com empresa, o Ministro não pode fechar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Ministro não pode fazer... Eu recebo o Presidente da Pfizer socialmente, junto com a administração, mas a negociação é feita no nível da equipe de negociação. Foi isso que eu quis dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, objetivamente, Ministro: quem decidiu por não responder às propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que o senhor precisa compreender a pergunta que o senhor fez. Eu já respondi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu estou fazendo uma pergunta objetiva.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está conduzindo, o senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nós estamos sendo acompanhados pelo Brasil todo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Todo mundo está entendendo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... o que eu estou perguntando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor está dizendo que eu não respondi. Foram respondidas dezenas de vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, Ministro... Ministro, só um minutinho. V. Exa... Ele fez uma pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) **–** Não, ele falou uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, mas responda só à pergunta dele, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas ele não fez uma pergunta. Ele disse: "Como o senhor não respondeu sete vezes, quem foi o responsável?". A resposta foi feita "n" vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso foi a primeira. A última pergunta que eu fiz foi a seguinte: quem decidiu por não responder às propostas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou responder novamente: as respostas foram respondidas inúmeras vezes na negociação. Nós nunca fechamos a porta. Queremos comprar a Pfizer o tempo todo. O senhor me desculpe, eu acho que o senhor está conduzindo a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, se eu tiver...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não tem que dar opinião sobre pergunta de Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu depoimento aqui é um depoimento esclarecedor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Você pode, você pode questionar o Relator, mas a pessoa que está sendo ouvida aqui não tem esse direito. Ele só responde às perguntas aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, Sr. Presidente, deixe os Senadores questionarem o Relator. Ele tenta conduzir, sim, o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não interessa. Então você fale. Fale você!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fale agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou falando. O Relator tenta induzir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Pazuello não tem esse direito aqui, de fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tenta induzir? Eu estou fazendo perguntas objetivas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o Relator perguntou várias vezes...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a mesma coisa, de forma diferente, para... (*Fora do microfone.*) ... tentar induzir o depoente a produzir uma resposta que é a que ele quer. Ele não tem o direito de fazer isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desde quando... Veja bem: V. Exa. foi Relator ou Presidente da Comissão que cassou o Eduardo Cunha, não foi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. pegar o processo, vai ver que é bem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Foi ou não foi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fui. Fui Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, desde quando uma pessoa que estava sentada ao seu lado, e fazendo questionamento, tinha direito de desrespeitar o Deputado ou falar alguma coisa?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) – Não está desrespeitando ninguém, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, o depoente não tem o direito de censurar o inquiridor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso que ele fez!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., V. Exa. chamou a atenção. Agora, não pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode questionar o inquiridor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, não cabe ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... fazer o que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ele está fazendo? Me fala aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele perguntou várias vezes a mesma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim! Qual é o problema?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele teve a resposta do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o problema?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não perguntei várias vezes...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Criando uma situação para constranger o depoente, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está sendo transmitida ao vivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Deus o livre! Constranger não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só ouvir o que o Relator está fazendo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A informação que eu tinha era de que era uma comissão de inquérito...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso. Ninguém está querendo constranger ninguém aqui, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, vamos dar seguimento ao depoimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eles estão querendo tumultuar, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... senão nós vamos acabar não tendo depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tenho hora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Vamos dar seguimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, vamos evitar esse tumulto, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República participou dessa decisão de não responder à Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, até porque não houve decisão de não responder à Pfizer, pela quinta vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando e por meio de quem o Presidente da República foi informado das propostas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Presidente da República era informado nos momentos em que eu levava a situação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu falo dessa especificamente, da Pfizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Presidente era informado o tempo todo sobre as minhas conduções, todas elas, não só da Pfizer, quando eu ia despachar com ele, durante todo o processo. Durante todo o processo, eu despachava com o Presidente periodicamente e, nesses despachos, eu atualizava o Presidente sobre como estavam as negociações, inclusive da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá.

Eu estou fazendo uma pergunta concreta, objetiva: quando e por meio de quem o Presidente da República foi informado sobre as propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi informado por mim em todo o processo, que começou lá em julho, até abril, quando nós contratamos; até março, quando nós contratamos a Pfizer. Pessoalmente por mim, durante todo o processo, essa é a resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Presidente da Pfizer colocou aqui e, em cima da sua colocação, eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Sa.: V. Sa. tinha conhecimento da participação do Vereador Carlos Bolsonaro em uma reunião com a Pfizer no Palácio do Planalto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca ouvi falar disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. discutiu o assunto com ele em algum momento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com o Vereador.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, em nenhum momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A suposta existência de cláusulas leoninas foi detectada por que órgão de assessoria jurídica e em que momento nas propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram detectadas pela nossa Conjur, que é a nossa divisão, e a nossa Dinteg, que são advogados da AGU, desde o início, desde a primeira proposta oficial, que foi no dia 26 de agosto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. poderia fornecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópias dos pareceres jurídicos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Serão fornecidos, vou mandar anotar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Havia outras propostas de fornecedores de vacinas com cláusulas de teor semelhante às propostas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não havia, mas o advogado da AGU me lembrou aqui, desculpe, tem que requisitar essas posições da época, da Conjur, ao Ministério da Saúde. Eu não tenho mais acesso à documentação.

O senhor poderia repetir a segunda pergunta, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia outras propostas de fornecedores de vacinas com cláusulas de teor semelhante às propostas feita pela Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, naquela época não havia. Ela foi o primeiro laboratório que apresentou tais demandas. Hoje nós já temos outros laboratórios com a mesma demanda. Um deles é a Janssen – não todas, mas algumas cláusulas –, e a própria Covax Facility está exigindo, caso não se compre pela Opas, caso se compre direto com o laboratório. O laboratório também está exigindo cláusulas mais, digamos, mais duras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As empresas ou instituições concordaram em retirá-las ou alterá-las depois?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nenhuma vírgula, nada. Nós tentamos, nós forçamos, nós pressionamos, fizemos tudo o que tinha que fazer, mas nós não conseguimos mudar uma vírgula.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Randolfe Rodrigues trouxe ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito a existência de dispositivo específico no anteprojeto da Medida Provisória 1.026, de 2021, destinado a tratar da assunção, pela União, das responsabilidades civis advindas de eventuais efeitos adversos da vacina. Por que esse trecho foi omitido no texto finalmente enviado à apreciação do Congresso Nacional?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quando nós... Para o senhor saber, isso começou em dezembro, tá? Só foi a MP em janeiro, mas as discussões começaram 20 de dezembro, 21 de dezembro, com a proposta da MP feita pelo ministério. Nós propusemos realmente... Lembro que... Eu estava na sequência dizendo aquilo, eu ia chegar nisso, que, o: que após a negativa do Hiran, da emenda proposta pelo Deputado Hiran, nós partimos para uma proposta de MP e levamos isso ao Governo, à Casa Civil e aos ministérios. E ali, na parte jurídica do Governo, não houve consenso.

Pelo que nos trouxeram – e aí volto a colocar, como à época –, é que a jurídica dos ministérios considerava ali – os ministérios estavam discutindo a MP – que nem do Governo poderiam partir aquelas proposições, que teriam que vir de discussões do Congresso. Foi isso que me foi... Não havia consenso de que deveria sair de uma MP nossa, e sim de discussões no próprio Congresso. Foi isso que me foi passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é: por que esse trecho foi omitido do texto final?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia consenso dos ministérios em mantê-lo e, então, foi retirado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Governo Federal não propôs a aludida alteração na legislação tão logo foi informado sobre esses supostos entraves, o que foi resolvido com a publicação da Lei 14.125, de 2021, oriunda do projeto de autoria do Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, eu acredito que, a partir da MP 1.026 – que é o mês de janeiro – houve as discussões do Governo – no nível do Governo, não meu –, discussões com o Congresso, para que aquilo acontecesse. Eu não participei. Eu acredito... Eu não o fiz. No meu nível... Claro que eu conversei com vários Deputados e Senadores, mas nós não fizemos, eu não fiz com o Ministério ações diretas nisso. Isso ficou a cargo... Ficaria a cargo não do Ministério. As ligações com o Congresso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu quero chamar atenção: o ex-Ministro está fabulando. Todas as suas ações passaram pelo crivo e aprovação prévia do Bolsonaro. Lembrem o episódio quando foi rasgado o acordo com o Butantan: ele foi desmentido ao vivo pelo Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a questão de ordem, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo que ele está falando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador! Senador!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ...que fez não é verdadeiro. Quem controlava ele era o Bolsonaro e seus generais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador, qual é a questão de ordem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – É esta: está fabulando, está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, por favor!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O Ministro é do gabinete paralelo agora!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor!

Senador Renan, pode continuar com as perguntas por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Posso, e chegaremos já a essa questão especificada pelo Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, nós não podemos fazer uma interferência dessa... Nós temos aí um dia todo para fazer perguntas. Depois, no final, nós vamos ter...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei.

Veja bem, até agora... O que nós temos aqui que observar... Até agora o Ministro Pazuello, apesar de ter um *habeas corpus* concedido, não se negou a responder a nenhuma pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nem vou me negar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom? Então, veja bem, isso é bom para o depoimento que ele está fazendo aqui. E eu não posso... As interferências... Cada um vai ter direito de falar a hora que quiser. Inclusive, eu peço aos seus assessores que estão aqui para que a gente possa ter acesso, o mais rápido possível, aos documentos que V. Exa. encaminhou à Pfizer, porque senão nós vamos ter que chamar V. Exa. e o Presidente da Pfizer aqui para fazer uma acareação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou encaminhar os documentos que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, porque ele fez uma cronologia, o Presidente da Pfizer, e em momento algum... Ele usava o computador, inclusive, e pedia informações de duas moças que estiveram numa reunião com o Fabio Wajngarten. Falou aqui que esteve no ministério conversando com o coronel, eu não me lembro o nome do coronel...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Elcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que o senhor entrou na sala, cumprimentou e saiu. Está certo? O senhor não participou da reunião. Conforme V. Exa. disse: "Olha, eu, como ministro, não tenho que discutir com a empresa, tem lá um...".

Então, nós estamos conduzindo bem, nós vamos chegar... Agora, tem muitas perguntas a serem feitas, será muito demorado. E eu espero que a gente possa ter essas informações. E peço aos meus colegas Senadores e Senadoras para que a gente se posicione na hora certa. Cada um vai ter o direito.

Eu também tenho muitas perguntas a fazer, até porque o meu Estado e do Senador Eduardo Braga sofreu muito. Todo mundo sabe. E o Ministro passou a vida dele praticamente toda no Estado do Amazonas. Então, nós temos muitas perguntas a fazer ao Ministro Pazuello.

Por favor, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivando, porque o Governo não propôs a aludida alteração referida aqui no projeto de autoria do Presidente Rodrigo Pacheco? Qual é a resposta, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, da parte do ministério... Na parte do ministério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o Governo Federal. O Governo Federal inclui...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Por que o Governo Federal não fez, eu não tenho como lhe responder.

O ministério fez a proposta da MP, nós discutimos, o Governo achou que não era, não havia consenso. A partir dali, o que o Governo fez em conversas com o Congresso, eu não sei lhe responder, ponto. Não sei mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação ao atraso nas negociações com a Pfizer, como disse aqui o ex-Secretário de Comunicação, houve incompetência ou ineficiência da equipe do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Na minha interpretação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conforme afirmou Fabio Wajngarten, houve incompetência ou ineficiência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Na minha interpretação, não. E eu acho que o Secretário de Comunicação não tinha todos os dados para fazer uma análise nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 11 de fevereiro deste ano, V. Exa. compareceu a uma sessão do Senado Federal para debater a pandemia.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aqui V. Exa. disse textualmente aos Senadores, aspas: "A Pfizer, mesmo que nós aceitássemos todas as condições impostas, a quantidade que nos ofereceram desde o início foi 500 mil doses em janeiro, 500 em fevereiro e 1 milhão em março, 6 milhões no total do primeiro semestre. Senhores, nós não podíamos ficar só nisso." – fecha aspas. O Sr. Carlos Murillo, da Pfizer, nesta Comissão, desmentiu esse total de 6 milhões de doses e entregou documento atestando que a oferta sempre foi 70 milhões de doses da vacina. Pergunto: V. Exa. confirma essa informação sobre as 6 milhões de doses que deu aos Senadores?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Renan, não é verdade isso, Senador Renan. A primeira oferta veio de 30 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando... Estou referindo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então esclareça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Senador Ciro, com todo o respeito, uma declaração textual do então Ministro da Saúde aqui no Senado Federal, quando ele disse que as quantidades não são as quantidades da Pfizer. Eu estou perguntando se ele confirma a declaração que deu naquela oportunidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A declaração que eu dei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em 11 de fevereiro – 11 de fevereiro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós temos que lembrar que um depoimento a viva voz, sem documentos, às vezes, fica descontextualizado. Seis milhões, eles são o final do primeiro semestre. Dois milhões e meio são os números de 500, 500, 500 e 1 milhão. Então, você tem 8,5 milhões no primeiro semestre; 6 milhões são os últimos três meses. Então, às vezes, na hora de se posicionar lá atrás, fica atravessada a resposta, mas o que interessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor retira a resposta porque atravessada. Retira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Eu não estou retirando. Eu estou lhe informando que, quando eu estava falando ao Senado, pode ter passado a impressão de que são só 6 milhões no primeiro semestre. Nunca foram. Foram 8,5 milhões – 8,5 milhões – no primeiro semestre e 62,5 milhões no segundo semestre. Então, a proposta da Pfizer de 8,5 milhões, sim, começava com 500, 500 e 500, ou 500, 500 e 1.000. Então, eram números pequenos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então houve equívoco, né? Houve equívoco na citação ao Senado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pode ter havido ou pode estar descontextualizado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os documentos apresentados pela Pfizer são verdadeiros?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, são todos verdadeiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a verdade? A oferta da Pfizer foi de 70 milhões de doses, não é isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu já falei para o senhor: 8,5 milhões no primeiro semestre e 62,5. Sempre foram. A primeira foi 30, depois foi 70 – setenta – e nós fechamos em 100. Isso é uma negociação exitosa, hein! Nós fechamos em 100.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para além, para além...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Começava em quanto a oferta?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em 30.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para além do equívoco de 11 de fevereiro. Para além do equívoco de 11 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só uma pergunta: a entrega começava quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Começava a oferta com 30, depois foi para 70 e fechou em 100. É isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. A entrega começava quando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A primeira proposta da Pfizer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que eu estou entendendo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a entrega seria 1,5 milhão. Porque era diferente: a primeira proposta da Pfizer era 70 milhões também e eram 18 milhões de doses no primeiro semestre, considerando 1,5 em dezembro, só que sem data e ainda deixando bem claro na proposta dela que dependeria do desenvolvimento da vacina e aprovações da FDA e, depois, da Anvisa, e que ela não se responsabilizaria em cumprir prazos no contrato. Foi isso que ela colocou. Então, só para nós compreendermos: Pfizer, ela só aconteceu para nós no dia 23 de fevereiro, e nós contratamos na semana seguinte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Passamos agora...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ou dez dias depois – dez dias depois.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... à CoronaVac.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta pergunta também foi sugerida pelos internautas: o nível de prioridade dada pelo Governo Federal à vacinação contra a Covid-19 é assunto de grande controvérsia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... seja pela já demonstrada demora na compra de imunizantes ou pelas repetidas declarações do Presidente da República. Depois de V. Exa., em 19 de outubro de 2020, assinar e anunciar publicamente o protocolo de intenções para a compra de 46 milhões de doses da vacina CoronaVac, o Presidente da República declarou que não as compraria, ao que V. Exa. respondeu na oportunidade: "É simples assim: um manda e outro obedece". Pergunto: V. Exa. poderia descrever esse episódio em detalhes?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Começo colocando na reunião do dia 20 com todos os Governadores... Foi uma reunião muito exitosa, onde nós estávamos discutindo o nosso PNI e como nós estávamos fazendo a compra de vacinas. E, naquele momento – naquele momento –, eu tinha assinado, ainda no começo de outubro, a carta de intenções com o Butantan, que era uma carta de intenções para a compra de 46 milhões de doses, como o senhor colocou – já havia assinado. E não era um contrato, tá? Eu não poderia fazer o contrato, não tinha as disposições legais para fazer contrato ainda. Explico que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas disposições legais só chegaram naquela MP que foi promulgada para comecinho de janeiro, que o senhor colocou – se eu não me engano, 1.046; eu não tenho certeza do número.

Então, não havia condições de fazer o contrato. Então, nós vínhamos negociando com Butantan o tempo todo, toda semana tinha reuniões com Butantan, e aquela reunião, e aquele momento foi a carta de intenções. Quando nós fechamos a carta de intenções, eu coloquei isso para os Governadores.

Naquele momento, houve um vídeo gravado pelo Governador de São Paulo e esse vídeo era um vídeo com uma posição política do Governador, colocando que: "Tá vendo? Comprou. Disse que não ia comprar, que vai comprar, que não vai comprar". E isso causou uma reação na discussão.

E naquele momento eu estava com Covid – estava com Covid –, estava no segundo, no terceiro dia, e o Presidente foi me visitar. Quando ele chegou na visita, nós estávamos conversando e a discussão era aquela, que a internet estava bombando, dizendo quem manda, quem manda, quem manda em quem.

Então, na verdade, aquilo é só um jargão militar, é apenas uma posição de internet e mais nada, sentado num quarto, colocando que ele manda e o outro obedece; quem manda é ele, e eu obedeço. Aquilo é um jargão simplório, colocado para discussões de internet.

Eu coloco... Eu queria colocar uma coisa para os senhores: acreditem, nunca o Presidente da República mandou eu desfazer qualquer contrato, qualquer acordo com o Butantan – em nenhuma vez. E eu gostaria de colocar aqui uma coisa diretamente ou por documento, ou por qualquer um. Eu queria colocar aqui, queria lembrar que o Presidente da República fala como chefe de Estado, fala como chefe de Governo, fala como Comandante em Chefe das Forças Armadas, chefe da administração federal, mas fala também como agente político – ele se pronuncia como agente político. Então, quando ele se pronuncia, quando ele recebe uma posição de um agente político de São Paulo, ele se posiciona como agente político também daqui para lá. Então, eu queria dizer que a posição de agente político dele ali não interferiu em nada do que nós estávamos falando com o Butantan. Nós temos reunião com o Butantan semanalmente, idas e vindas, desde então, por novembro e dezembro, sem parar. Isso aí é a realidade e depois eu posso, de alguma forma, mostrar para os senhores o tamanho disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, de que forma, sem pretender interrompê-lo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu já terminei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de que forma o Presidente lhe comunicou dessa decisão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca comunicou nada disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da decisão de que não poderia comprar?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca falou?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca falou para que eu não comprasse um ai do Butantan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele falou publicamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele falou publicamente; para o ministério ou para mim, nunca, até porque eu não tinha comprado nada, até porque eu não podia comprar nada. Esse é o fato, pode não agradar, mas é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. realmente acatou ou não acatou a ordem presidencial?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele não me deu ordem para não comprar nada, Senador. Já falei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como foi formalizado o cumprimento dessa decisão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não foi formalizado porque nunca foi efetuada a ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. produziu algum documento interno do Ministério para interromper...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não foi formalizado nem foi interrompido nada no Ministério. Nunca houve a ordem. Aquilo foi apenas uma posição do agente político na internet.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a justificativa técnica dada para que a compra não fosse efetivada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia compra, não havia contrato. Só havia o termo de intenção de compra, e foi mantido dessa maneira, dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa., em alguma oportunidade, insurgiu-se contra a ordem do Presidente ou concorda com ela?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca foi dada essa ordem, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Publicamente, foi! Foi postada e...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca foi dada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... defendida em *lives*.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou explicar para o senhor: uma postagem na internet não é uma ordem. Uma ordem é uma ordem direta verbal ou por escrito. Nunca foi dada. Nunca!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. não tem como concordar ou não com ela porque ela nunca foi dada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca foi dada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

V. Exa. tomou alguma medida relacionada à condução da pandemia por ordem direta do Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Passamos ao Covax Facility.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ex-Ministro Ernesto Araújo disse aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que partiu exclusivamente do Ministério da Saúde a decisão de aderir ao consórcio Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde, para recebimento de vacina para a Covid, com um montante de doses correspondente a somente 10% da população brasileira, quando podia ter reservado até 50%.

Pergunto: por que o Ministério optou pela compra de doses apenas para 10% da população, recusando os outros 40%?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, a negociação com a Covax Facility começou muito, muito nebulosa – vou usar um termo aqui. Não havia bases, o preço inicial era de US$40 a vacina. E assim começou a discussão. Não havia garantia de fornecimento. Então, naquele momento, o que nós nos preocupamos era que nós assumíssemos um grau de recursos altíssimo sem uma garantia de entrega efetiva do laboratório. A Covax Facility não nos dava nem data, nem cronograma, nem garantia de entrega. Era um consórcio que, dependendo do desenvolvimento, faria a entrega. Quarenta e dois milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de doses para nós daquela forma era o máximo que eu poderia fazer, pelo risco que estava imposto ali dentro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então – só para concluir, por favor –, estar presente no consórcio era o mais importante, inicialmente com 42 milhões, podendo, se houvesse uma aceleração de entrega, nós poderíamos ter a opção de comprar mais. Não havia nenhuma imposição disso. Então, eu relembro: no primeiro momento, o risco era muito grande, mas, no segundo momento, eu tinha a oportunidade de comprar, se o volume vencesse.

Para o senhor compreender, os tamanhos dos 190... São 190 países. Eles iriam atendendo os 190 países. Na nossa visualização, nós não iríamos chegar nem aos 10% neste ano, em 2021. Como nós estamos observando, há dificuldade de entrega. Então, bate exatamente com a nossa análise.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continuando, o senhor se referiu o preço da Covax e da Pfizer, e reclamou dos preços. O senhor acha que o preço era um detalhe tão importante diante da iminência de imunizar a população brasileira?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, quem responde aos órgãos de controle não pode achar que o preço é irrelevante; ele tem que ser justo e tem que ser plenamente comprovado. Eu não posso aceitar uma proposta simplesmente de US$40 uma dose, enquanto a outra vende a 3,75. Eu não posso simplesmente olhar...

Para o senhor ter uma ideia, de 40, caiu para dez, no Covax Facility, durante as negociações. Só para o senhor ter uma ideia, de 40, caiu para dez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente. A pergunta não foi respondia ainda: por que optou pelos 10 e não, pelos 50?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu optei pelos 10 pela simples razão de que não havia firmeza, estabilidade no processo para nós apostarmos tantos recursos e que era aberto às negociações bilaterais com os laboratórios, como nós estávamos fazendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que documento foi formalizada essa opção?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Documento junto ao Covax Facility. Está lá, no ministério. Tem que solicitar lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a unidade técnica e quem foram os técnicos responsáveis por essa orientação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi discutido no nível da Secretaria Executiva do COE e de todos os secretários, como era feito normalmente – todos. Eram discussões abertas. É assim que funciona o ministério, que funcionava o ministério: com o COE, com o COE e reunião com os secretários o tempo todo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa Precisa Medicamentos intermediou a venda ao Brasil...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da vacina indiana Covaxin, produzida pela Bharat Biotech...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... num montante de 1,6 bilhão, mesmo não fazendo parte da produção nem da cadeia de distribuição desta vacina. A Covaxin foi rejeitada pela Anvisa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunto: algum representante da empresa frequentava o ministério em sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza. A empresa Precisa foi em várias reuniões porque ela era representante legal da fábrica Bharat Biotech indiana, e soube que a empresa foi pessoalmente à Índia, mais de uma vez, tratar dos negócios com a Bharat Biotech. Para nós, ficou mostrado, de forma jurídica, que a empresa era a representante oficial da Bharat Biotech, sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tem relações pessoais com alguém da empresa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não os conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tem conhecimento do histórico de inadimplência dessa empresa em contratos com o Governo Federal, notadamente com o Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não tenho nenhum conhecimento desse assunto. Nunca me foi trazido nada do gênero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que explica a necessidade de intermediação da empresa Precisa Medicamentos para a compra da Covaxin? Por que o ministério não tratou diretamente com o laboratório indiano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que, se não houver uma empresa representante no Brasil, não tem como fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** É uma pergunta muito boa para a gente questionar o pessoal do consórcio, que está tratando com União também. Só um comentário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não sei a que V. Exa. está referindo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** Dessa vacina russa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Bem, então, voltando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A da Sputnik.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) **–** Era a indiana.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** Não, tudo bem. Desculpe, indiana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Quando V. Exa. não estava aqui, nós agradecemos ao Estado do Piauí pelo acolhimento do povo amazonense na pandemia. Então, V. Exa. sempre contribui muito, e o seu Estado contribuiu muito com o nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** Ainda bem que o senhor reconhece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu reconheço isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A pergunta é a seguinte: por que a intermediação da empresa Precisa, como atravessadora, já que não produz nem distribui? E por que o ministério não tratou diretamente com o laboratório indiano?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou explicar para deixar claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Para que haja a interlocução com a Anvisa para pedir autorização de uso emergencial ou registro, é necessária uma empresa, uma posição nacional. A Anvisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não recebe de uma posição externa pura; tem que ter uma representante. Então, pelo que eu sei, ela é uma representante oficial da empresa e, nesse aspecto, é ela que negocia. Agora, isso não impede que a gente discuta preços ou, então, tenha outros acessos a qualquer outro lugar. Agora, a empresa que apresentou a proposta da Bharat BioNTech foi a Precisa, e é com ela que nós negociamos – foi com ela que nós negociamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual é o motivo pelo qual o ministério não tratou com o laboratório indiano? Foi a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que nós tínhamos a ligação já com o seu representante.

O contato com os laboratórios, por exemplo, o Serum ou o laboratório da Bharat BioNTech, não é simples e direto. É sempre com um representante. Por exemplo, eu não trato com o Butantan; eu trato com a Fundação Butantan, que é a representante dele.

Então, para o senhor ter uma ideia, sempre tem um instrumento, um CNPJ específico que faz a parte de formalização do negócio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda no vídeo gravado ao lado do novo Ministro Queiroga, V. Exa. declarou o seguinte sobre a pandemia – aspas –: "A pandemia mudou. Ao final do ano, nós tínhamos uma perspectiva diferente, em outubro ou novembro. A perspectiva nossa era que as curvas caminhassem no Norte, subissem um pouco".

Pergunto: V. Exa. recebeu algum estudo ou orientação técnica no sentido de que a desaceleração da pandemia, a partir do quarto trimestre de 2020, justificaria o abrandamento de medidas de controle da transmissão da doença no Brasil?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, isso daí eram discussões das semanas, dos boletins epidemiológicos que são feitos pelo nosso sistema de controle de vigilância em saúde. Nós temos "radares" no Brasil inteiro, digamos assim, que pegam os dados. São os nossos relatórios, os boletins epidemiológicos. É uma análise. E nós temos o controle das curvas que são feitas em cima do nosso Localiza SUS, com nossos BIs de casos, óbitos e contaminação etc. É em cima dessa análise e de discussões com os técnicos que você observa que, no segundo semestre, há uma estabilidade, e essa estabilidade é rompida inicialmente ali, de forma abrupta, em Manaus.

Então, é claro que, naquelas observações do segundo semestre, você poderia inferir que a pandemia vinha num grau de controle, e, com a chegada das vacinas no começo de 2021, nós iríamos estabilizar as curvas de contágio e óbitos. Era essa uma perspectiva comum no final do segundo semestre de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Objetivamente, o Ministério da Saúde tomou alguma medida em função da informação de que a pandemia estava arrefecendo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Ministério da Saúde atribuiu a queda no número de casos a uma possível imunidade de rebanho adquirida pela população em razão dos altos níveis de infecção pelo novo coronavírus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, porque o Ministério da Saúde não compreende dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como o Ministério da Saúde se preparou para uma segunda onda de infecções que há muito tempo vinha sendo alertada por cientistas e técnicos da OMS e já estava ocorrendo em vários países, notadamente na Europa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, a primeira coisa, coloco ao senhor, que a gente vem... É a parte de informação, acompanhamento e informação, e distribuição de recursos e meios para todos os Estados. No final do ano, nós fizemos a distribuição de todos os recursos que não tinham sido aplicados em programas e projetos para aplicar no combate à Covid. No último dia do ano, nós priorizamos todos os Municípios sede das regiões de saúde com a finalidade clara de se preparar para a Covid e se preparar para uma possível segunda onda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por que o Ministério da Saúde não colocou no Projeto de Lei Orçamentária Anual, no orçamento específico, recursos para o combate da pandemia em 2021?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão que no momento que a gente envia a documentação para a LOA, era o contrário. Nós tínhamos uma previsão de ainda perder recursos para 2021, pelos cortes que estavam sendo feitos nos ministérios. E a nossa previsão de leis para prever recursos era até 31 de dezembro e que em 2021, se houvesse necessidade, teria que se ter novamente créditos extraorçamentários. Não havia... Como nós tínhamos o instrumento de crédito orçamentário, que foi usado normalmente em 2020, nós consideramos que em 2021, caso fossem necessários mais recursos, viriam por medidas provisórias, créditos extraorçamentários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O ex-Ministro Mandetta tinha por hábito fazer entrevistas coletivas diárias e disse nesta Comissão que recebeu a orientação do Presidente da República para diminuir o número de entrevistas, mesmo sem uma proposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alternativa de comunicação. Pergunto: V. Exa. recebeu orientação no mesmo sentido do Presidente ou de outra autoridade, ou de algum especialista na área de comunicação? Quem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quando eu cheguei no ministério, nós estávamos vivendo uma – ainda como Secretário-Executivo –, nós estávamos vivendo ali a perda do contrato da empresa que nós tínhamos, que era a FSB. A empresa já tinha... O contrato dela estava se expirando, e não havia como mantê-lo. Então, além de tudo, nós tivemos uma dificuldade grande com a parte de apoio em comunicação, porque foi perdido o *timing* de fazer, digamos, dar continuidade correta ao processo para ter uma empresa de comunicação. Tínhamos que tratar com reconhecimento de dívida e por aí vai.

Então, não havia lá, quando nós chegamos e depois, como ministro, não havia uma estrutura de comunicação, nenhuma, nem a própria empresa estava mais em condição de continuar no contrato. Nós tínhamos que abrir os processos licitatórios e trabalhar com uma nova organização de cargos para ter uma estrutura de comunicação. Isso eu aprofundo depois, mas eu vou ser objetivo na resposta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, respeitosamente, eu queria objetivar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu vou dizer; eu vou ser objetivo na resposta e lhe dizer: não, o Presidente não me deu orientação para fazer de um jeito ou de outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma outra autoridade?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nenhuma autoridade me deu orientação para fazer de um jeito ou de outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou algum especialista na área de comunicação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, com que frequência, o senhor deu entrevistas coletivas durante sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu dei entrevistas coletivas... Nas coletivas técnicas, eu decidi colocar a área técnica, que eram os secretários, o Secretário-Executivo e os seus secretários finalísticos. E, todas as vezes em que havia uma posição acima da discussão técnica que merecia estar o ministro, eu estava lá. Então, fiz coletivas, fiz entrevistas. Eu posso lhe dar aqui números, lhe passar números exatos; eu tenho essas relações; consultar e falar números exatos. Mas fiz entrevistas, fiz coletivas, fiz *lives* em "n" situações. Para o senhor ter uma ideia...

O senhor quer que eu aprofunde um pouquinho esse assunto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu queria precisamente quantas entrevistas o senhor deu, se o senhor tem esses registros.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, eu vou ter que... Eu tenho os registros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já que V. Exa. não foi orientado a reduzir o número de entrevistas, como os dois ministros anteriores, quantas entrevistas o senhor deu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou mandar levantar o número exato. Eu não levantei o número de entrevistas coletivas; eu tenho só números macro, números macro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu posso levantar para o senhor, tá bom?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E faço chegar às suas mãos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... os números exatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Conforme relatório do Tribunal de Contas da União, de um orçamento de aproximadamente R$83 milhões em campanhas publicitárias de divulgação das ações de enfrentamento à pandemia, a maior parte das peças publicitárias foi direcionada às ações do Governo para preservação do emprego e da renda da população, em detrimento das campanhas do Ministério da Saúde. Isso sugere uma prioridade dada aos aspectos econômicos, repito, sobre os sanitários. O ex-Secretário Wajngarten colocou sobre o Ministério da Saúde a responsabilidade sobre a definição das campanhas do Governo Federal sobre a pandemia, aqui nesta Comissão.

Eu pergunto: qual era a unidade responsável por planejar as campanhas de saúde relacionadas ao combate da Covid-19, durante o período em que V. Exa. esteve à frente do ministério? E quem foram seus titulares?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem.

A primeira ideia aqui, a resposta é: o Sr. Fabio Wajngarten era da Secom. Houve a diretriz de centralizar na Secom as linhas de publicidade que iam ser feitas. Então, praticamente todas as nossas ações tinham que passar pela Secom, era um caminho normal. E eu trouxe aqui, para o senhor ter uma ideia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve a diretriz de centralizar na Secom?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Essa já é a diretriz da Secom. A Secom faz a centralização das pautas para que haja, para que... Isso aí até é como se... Está na própria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele disse o contrário aqui na CPI, ele disse que coube ao Ministério da Saúde fazer tudo de publicidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, sempre cabe ao Ministério da Saúde propor as campanhas, até porque os recursos foram descentralizados para a Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, o caminho, claro, parte de nós; nós temos que propor. Para o senhor ter uma ideia, foram 11 campanhas publicitárias, uma por mês. Eu tenho todas elas aqui. Também está disponibilizado para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós tivemos, para o senhor ter uma noção – o senhor perguntou sobre coletivas –, nós tivemos 42 coletivas, 42 coletivas, em média duas por semana, e as coletivas tiveram, em média, de 40 minutos a 1 hora e 20 de duração. Então, são as coletivas técnicas. E, dentre elas, algumas eu desci para poder complementar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi: quem era o responsável no Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Era a assessoria de comunicação, que estava vaga. E eu iniciei com uma das pessoas que foi me apresentada no ministério e que estava disponível para trabalhar, que era o Sr. Marcelo. Fiquei um mês com ele, 20 dias. Dali eu passei para a Sra. Simone, que é uma senhora da área de comunicação, especificamente da jornalística. E, no final, eu saí da Sra. Simone e a coloquei para fazer análise de mídia, e contratei o Sr. Marcos, que era um especialista em *marketing* e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marcos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Marcos, que é o Markinhos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, que virou Markinho Show.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marcos Show...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Markinhos é um especialista em *marketing*, ele é uma... Ele tem essa especialidade. E, quando a gente fala de campanha – as campanhas publicitárias –, elas estão ligadas ao *marketing*, estão ligadas à ação. Então, eu achei que o currículo dele seria interessante nós termos. E eu o conheci lá quando eu fui na intervenção em Roraima. Ele trabalhava com o Governador na parte de comunicação, era o Secom de Roraima.

Então, essas três pessoas trabalharam comigo; basicamente a segunda e a terceira. A primeira ficou muito pouco tempo e eu não vi os resultados que eu achei que tinha que ter. E parti para a Simone e para o Markinho.

São essas pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. participava da tomada de decisões ou, de algum modo, opinava sobre os pontos que deveriam ser enfatizados na campanha? Nas campanhas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza. As campanhas, elas... As campanhas têm o rito e as campanhas têm empresas que têm concorrência. São apresentadas para a análise e eu opino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que pessoas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu e os secretários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que pessoas de fora do Ministério da Saúde influenciavam no conteúdo e na forma como as campanhas deveriam ocorrer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – De fora do ministério, ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A própria Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... acabou de dizer que tinha um que não era...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, escuta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... nomeado... Estava vago o cargo de secretário.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpa, eu não entendi a sua pergunta, então. O senhor podia repetir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que pessoas de fora do Ministério da Saúde influenciavam no conteúdo e na forma como as campanhas deveriam ocorrer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Apenas a Secom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas Secom estava vaga. As pessoas trabalhavam...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, a Secom... Desculpe, eu vou repetir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... informalmente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Secom é do Governo Federal. No ministério, a assessoria de comunicação estava vaga e a empresa contratada estava com o contrato sendo rompido, que era a parte prática. Então, eu precisei estruturar a assessoria de comunicação. Criei... Transferi cargos para lá e contratei a primeira pessoa, a primeira tentativa, que foi o Sr. Marcelo, que passou em torno de 25 dias conosco. E, na sequência, contratei a Sra. Simone. Então, repito, externamente ninguém me dava, nem me sugeria, nem me assessorava em nada. Era com a equipe que eu tinha ali.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, eu estou... O Senador Eduardo está reclamando aí: objetividade nas respostas.

A Secom ou o Presidente da República opinavam sobre o assunto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A Secom, sim; o Presidente da República, nenhuma vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. Tercio Arnaud Tomaz, apontado como líder do chamado "gabinete do ódio" do Presidente da República, chegou a influenciar, a produzir ou a indicar os veículos que deveriam divulgar as campanhas publicitárias produzidas durante a sua gestão à frente do ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não conheço o Sr. Tercio, não sei quem é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As pessoas responsáveis por esse tipo de propaganda eram especialistas na área de saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. saberia dizer por que, nas peças de campanha de combate à Covid-19 referentes ao ano de 2020 que estão no sítio do Ministério da Saúde na internet, não se fala em distanciamento social?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque as ações de distanciamento... Não, distanciamento social, eu acho que falava, podia não falar de medidas restritivas de Estado. Agora, manter as preventivas, eu acho que todas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, distanciamento social. As propagandas não tratam disso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe, eu... Não havia orientação para não estar lá. Não havia isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, a responsabilidade é de quem? Do ministério ou da Secom?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não havia ordem para não estar nada sobre distanciamento social. Se a campanha não entrava nesse ou naquele detalhe, isso é uma questão de campanha, não de ordem.

Por exemplo, só para o senhor ter uma ideia, eu vou só listar aqui as campanhas: medidas de prevenção, informações e sintomas, protocolos e orientações, convocação dos estudantes, TeleSUS, ações de combate à pandemia, orientações à saúde, medidas de prevenção – de novo –, informações regionalizadas, retomada segura, cartilha digital da criança, cuidado precoce, protocolo de turismo, esclarecimento da vacinação. Então, são campanhas enormes e mensais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ministro, uma adequada estratégia de testagem é apontada como medida essencial de combate à pandemia. Países considerados bem-sucedidos no combate ao coronavírus realizaram a testagem em massa como forma de conter a cadeia de transmissão do vírus.

Pergunto: o Ministério da Saúde tinha um planejamento nacional para testagem em massa da população brasileira?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tinha, com certeza? Então, por favor, se puder apresentá-lo. É uma pergunta objetiva. Se tinha, por favor, pode apresentá-lo à Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, será encaminhada. A nossa estratégia chama-se Diagnosticar para Cuidar. Ela foi implementada... Começou-se o trabalho dela ainda na minha gestão de secretário executivo e foi concluída com a chegada do Secretário Arnaldo. Ela foi a base, essa estratégia foi a base de tudo que nós fizemos de testagem. E eu posso falar aqui ideias que são enormes, por exemplo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, desculpe, não, eu vou ser direto, está respondido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Eu queria, mais uma vez, pedir desculpas porque eu tenho me alongado aqui em função do alongamento consequente das respostas.

Em sua gestão, Ministro, foi retirada do Plano Nacional de Contingência a atribuição do Ministério da Saúde de garantir os insumos para diagnóstico da infecção humana pelo novo coronavírus, sendo alterada, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Ministro, para subsidiar a rede laboratorial quanto aos insumos para diagnóstico da infecção por SARS-CoV-2 e outros vírus respiratórios. Qual é, objetivamente, a justificativa dessa mudança?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, essa explicação bate para várias...

Com licença, só um minuto. (*Pausa.*)

Essa justificativa tem a ver com uma posição do SUS, onde nos planejamentos ou nas ações do Ministério, a gente não pode entrar, interferir nas ações dos Estados e Municípios. Então, talvez seja um cuidado excessivo, mas a gente tem esse cuidado. Uma coisa é a gente cooperar, coordenar, apoiar, entregar, fazer chegar, fazer a ação; outra coisa é a gente usurpar responsabilidades, entrar dentro do Estado ou Município ou dizer que nós vamos fazer isso ou vamos fazer aquilo. Então, a única intenção de alterações em relação a esse assunto é nos colocar dentro da legalidade, dentro da forma correta que o SUS preconiza. Então, diferente de estar nos colocando apenas como planejamento e já entrar dentro da lógica dos entres ou dos Municípios, nós agimos em cima de ações para resolver o problema em apoio e coordenação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa que foi a fundamental diferença no Plano Nacional de Contingência.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi exatamente isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi substituída, para quem não está acompanhando, a expressão "garantir os insumos para o diagnóstico da infecção humana pelo coronavírus" – fecha aspas – por "subsidiar rede laboratorial quanto aos insumos para diagnóstico da infecção". Quer dizer, uma mudança radical e desnecessária.

Então, objetivando, qual é a justificativa da mudança?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A mudança foi o que eu já acabei de colocar. Eu posso repetir se o senhor quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a justificativa, apenas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A justificativa é: não podemos entrar dentro das ações dos Estados e Municípios. Nós podemos apoiar, subsidiar, entregar, fazer recursos, mas não agir dentro, nós entrarmos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, garantir o fornecimento de insumos para a testagem deixou de ser importante para o combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É importantíssimo, e foi feito. É importante e foi feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa modificação do normativo anterior teve por objetivo driblar a decisão do Tribunal de Contas da União, que exigiu a execução de uma política de testagem que desse cumprimento ao plano nacional elaborado pelo próprio Ministério – o acórdão do Tribunal de Contas nº 2.817, de 2020. É isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Não é o objetivo driblar nada. Como o senhor acabou de colocar, nós tínhamos um plano. O senhor acabou de colocar aí. Inclusive, resolve o problema da dúvida se havia um plano. Então, o plano era nosso e, dentro do plano, nós fizemos tudo que tínhamos que fazer para haver as testagens. Se o senhor quiser, eu posso alongar; se não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois do descumprimento verificado pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em hipótese alguma. Nós fizemos a execução desde abril, desde maio. Desde maio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está no acórdão.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós saímos de 1.150...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está no acórdão nº 2.817.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é uma posição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre medicamentos estratégicos para a pandemia, o mesmo subterfúgio descrito na pergunta anterior foi utilizado pelo Ministério da Saúde para os medicamentos de intubação em UTI.

O relatório de fiscalização do TCU concluiu que o controle e o monitoramento do ministério para os medicamentos de intubação em UTI, aspas, "foram ineficazes", diz o TCU, "por falta de controle em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo real e de sistema apropriado", diz o TCU, e continua: "e principalmente por desconsiderarem o agravamento da crise, as condições sanitárias do País e as reais necessidades das secretarias de saúde".

Pergunto objetivamente: por que, mesmo diante da possibilidade de recrudescimento da epidemia, foi retirada do Ministério da Saúde a atribuição de garantir o fornecimento de medicamentos estratégicos para o combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O termo não é garantir, o que foi retirado não é garantir... O que foi alterado, e não retirado, é a forma como o ministério se relaciona...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu já falei sobre isso. Só para aclarar: é a substituição de garantir os insumos para subsidiar a rede laboratorial.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, mas o senhor está falando agora de um outro assunto, que é IOT. O senhor já podia ver como é que foi colocado? Desculpe. Só para relembrar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou lembrando lá atrás o que ensejou a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu sei, mas é que mudou. Nós estávamos falando sobre testagem, agora é sobre IOT.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa modificação do normativo depois da decisão do Tribunal de Contas da União, que exigiu a execução de uma política de testagem, teve o objetivo de driblar esse acórdão do Tribunal de Contas? É essa a pergunta objetiva. Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não foi para driblar nada do Tribunal de Contas. Foi para ajustar as ações do ministério, responsabilidade de Estado e de Município. Com relação à capacidade de monitorar estoques em Municípios e Estados – estoques –, nós precisaríamos de um sistema realmente muito grande. Então, o que nós achamos que deveria ser feito era atender demandas que fossem necessárias. Se houvesse a necessidade, nós agiríamos. Foi o que foi feito. E quando houve instabilidade do mercado, nós agimos também, de uma forma clara. Eu tenho todos os dados aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em outra pergunta, posso aprofundar. A resposta é não, não foi para driblar o TCU, até porque o TCU está sendo ainda... Essa discussão ainda está em julgamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, o mesmo subterfúgio – ou seja, retiraram de novo o "garantir" – descrito na pergunta anterior foi utilizado pelo Ministério da Saúde para os medicamentos de intubação da UTI. O relatório de fiscalização do TCU, também nessa questão, concluiu que o controle e o monitoramento do ministério para os medicamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

de intubação em UTI foram ineficazes por falta de controle em tempo real e de sistema apropriado e principalmente por desconsiderarem o agravamento da crise, as condições sanitárias do País e as reais necessidade das secretarias. Novamente foi substituído no plano a palavra "garantir" por "subsidiar", depois da decisão do Tribunal de Contas. Por que, mesmo diante da possibilidade de recrudescimento da pandemia, foi retirada do Ministério da Saúde a atribuição de garantir o fornecimento de medicamentos estratégicos para o combate à Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque nós compreendemos ali no planejamento os níveis de responsabilidade diferentes, e nas ações nós garantimos com ações, e não com o planejamento. Nós fizemos toda a manobra no momento em que a situação se apresentou, toda, sem exceção, até entregar – não só garantir, entregar – até a ponta da linha, remanejar, licitações nacionais, coisas que vão muito além do que a missão básica do ministério.

A resposta não é para driblar nada, é apenas a posição legal que nós achamos que deveria ser tomada, a forma de planejamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acabo de receber *on-line* uma informação do Tribunal de Contas afirmando que a Corte nunca deu parecer...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu recebi também aqui. É da AGU e da Conjur...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... contrário à compra de vacinas. E V. Sa. admitiu lá...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu reformulo aqui que eu me enganei, era CGU e AGU, eu peço desculpas. Eu confundi CGU com o TCU, eu peço desculpas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan, permita-me, porque nós estamos aqui há três horas e meia tentando contribuir. Da mesma forma que o General, aliás, o Ministro Pazuello equivocou-se sobre o Tribunal de Contas, me parece que também sobre a CGU e a AGU. Eu tenho aqui a decisão da CGU e da AGU, onde, no da AGU, da Advocacia-Geral da União, no inciso IV, diz: "Parecer no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis à assinatura dos contratos de aquisição de doses de vacinas".

Isso é a AGU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uhum.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – E aqui a CGU, que diz no seu último parágrafo: "Nesse contexto, considerando riscos da saúde pública ora vivenciados em território nacional, bem como a necessidade de se ampliar os meios de combate à pandemia, com o desenvolvimento de medidas para expandir a oferta e a abrangência das campanhas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinação no Brasil, entende-se que as assinaturas dos contratos se demonstram viáveis, especialmente se as medidas mitigatórias e preventivas recomendadas forem aplicadas, com vistas a diminuir o impacto".

Portanto, apenas para deixar claro que tanto a AGU como CGU e o Tribunal de Contas, Ministro Pazuello, não decidiram contra a assinatura dos contratos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, talvez eu esteja falando de pareceres diferentes. Eu tenho aqui o parecer e eu vou ler aqui, se o senhor permitir, o item IV do Parecer 0018, e ele fala: "no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis à assinatura de aquisição da Pfizer e Janssen, necessitando, contudo, a edição de autorização legislativa para a assunção de obrigações previstas em cláusulas e disposições contratuais que não têm previsão legal e necessitem dela ou que destoem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Era exatamente o 0018...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, mas eu estou... É que o senhor não leu até o final...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a cláusula.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Enfim, apenas para deixar claro que, lamentavelmente, é sempre um equívoco.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe, eu estou lendo. Não, o senhor não leu até o final a cláusula. Eu vou ler aqui.

"Parecer no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis..." Eu posso concluir aqui?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não há óbices.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Mas olhe a complementação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ..."desde que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – ... intransponível, que pode ser resolvido com a solução legislativa, é isso que ele está falando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, o senhor pode permitir que eu leia até o final?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito obrigado.

"Parecer no sentido de entender não haver óbices jurídicos intransponíveis à assinatura dos contratos de aquisição das doses da Pfizer e da Janssen, necessitando, contudo [necessitando, contudo], a edição de autorização legislativa para a assunção de obrigações previstas em cláusulas e disposições contratuais que não têm previsão legal.". Desculpe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Novamente, Ministro: lamentavelmente, não há óbices intransponíveis...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desde que haja...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... e a própria CGU reconhece, inclusive, que o PL 534, de 2021, resolvia o problema e que não houve iniciativa para resolver. Enquanto isso, brasileiros morriam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde tinha em seu estoque, em dezembro do ano passado, mais de 7 milhões de testes fornecidos pela Opas, com prazo de validade até dezembro de 2020 ou janeiro de 2021. A Anvisa autorizou a prorrogação do prazo de validade desses testes – e isso foi confirmado por seu presidente quando aqui esteve – por mais quatro meses. O TCU recentemente determinou a destinação imediata desses testes dado o risco de serem perdidos.

Esses testes foram adquiridos na sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, foram adquiridos na gestão anterior, mas eu, salvo aqui dados que eu realmente... Só para lembrá-los: já estou fora do ministério há 45, 50 dias. Não temos nenhum teste perdido, não foi perdido nenhum teste, zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que foi feito, então, na sua gestão para evitar a perda dos testes já adquiridos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós aumentamos a capacidade de processamento do País: de 1.100/dia para 66.000/dia. Nós atualizamos todos os Lacen e criamos quatro plataformas de testagem nacionais. Tudo isso para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou perguntando...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... que nós chegássemos aos números, e não há testes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Estou perguntando especificamente com relação a esses testes...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Os testes foram distribuídos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por que eles não foram distribuídos em tempo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Já foram distribuídos e usados!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, no tempo devido, de validade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe eu explicar para o senhor. A validade foi uma validade emergencial feita pela Anvisa e foi revista naturalmente. Fazia parte do processo aumentar a validade, até porque a testagem é por demanda, nós não enfiamos testes por Estados e Municípios. Ele começa na demanda do Estado ou do Município, e a gente fornece. E, sim, a campanha de testagem é muito forte, e todos os testes foram utilizados. A única quantidade de testes que não foi utilizada foi a dos testes que o INQS, Instituto Nacional de Qualidade, separou. Ele separou um lote e a fábrica está devolvendo esse lote. A fábrica está fazendo a devolução de um lote que o INQS considerou que a fábrica deveria fornecer novamente, um lote de 1 milhão e pouco de testes, que já é coisa antiga. Agora, testes com validade perdida ou que não cumpriu, na minha informação, é zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O TCU recomendou que o Ministério da Saúde elaborasse orientações sobre a forma de utilização de recursos repassados a Estados e Municípios, considerando a realidade de cada local, especialmente onde houvesse pouca incidência da Covid.

Perguntas objetivas, Ministro: essas orientações foram elaboradas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Todas as portarias do ministério para recursos saem com finalidades e orientações claras. Nenhum recurso sai sem que tenha a sua finalidade e orientação claras, todas elas, sem exceção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas são orientações ou regras específicas nos convênios?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Para tudo, para Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ou são orientações que foram elaboradas pelo ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Elaboradas pelo ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Caso positivo, como os Estados e Municípios deveriam aplicar os recursos federais para o enfrentamento da pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, eles tinham liberdade para aplicar em custeio e alguns casos em investimento, mas era específico ali se era para um programa. Cada recurso tem uma finalidade. Então, resumindo, havia critérios para tudo, mas a liberdade de aplicação era dos Estados e Municípios. Havia critério para tudo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, não havia as orientações?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As orientações vão nas portarias. Cada portaria tem as orientações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** No vídeo de sua despedida do ministério, V. Exa. declarou o seguinte, aspas: "Nós distribuímos, numa pequena porrada, quase R$14 bilhões por critérios técnicos...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... para atender a Municípios que estavam sendo impactados".

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Cinco mil, quinhentos e setenta Municípios. Que critérios foram esses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou lhe passar agora pessoalmente. Estou só pegando aqui na minha pasta. Recursos, por favor. (*Pausa.*)

Só um minuto, porque estou pegando a pasta, por favor. (*Pausa.*)

Recursos. Está aqui embaixo. Procure aí embaixo. (*Pausa.*)

Bem, enquanto eles começam aqui, eu vou relembrar.

Nós pegamos os critérios de PAB e MAC, executados em 2019, nós pegamos a parte populacional dos Municípios, priorizando os Municípios de menor população, e nós fizemos também um percentual em cima da incidência daquele Município. Município que estava com uma grande incidência recebeu mais que Município que estava com uma baixa incidência. Então, esses critérios são os critérios macro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto a minha equipe aqui está encontrando a pasta para eu ler todos os critérios, a base dos critérios foi esta: foi PAB e MAC 2019, o critério populacional e a incidência da Covid naquele Município.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E qual fundamento para definição desses critérios?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esses fundamentos estão discutidos... Nós fizemos uma.. Criamos uma força-tarefa para avaliar critérios. Foi uma primeira coisa que nós fizemos ainda em abril. E essa força-tarefa fez a avaliação de critérios para emprego de recursos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor se recorda quem participava dessa força-tarefa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – São vários integrantes do ministério. Não me recordo de cabeça, tenho que levantar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Se pudesse informar depois, seria muito bom, viu, Ministro?

V. Sa. solicitou ao Denasus que auditasse os valores enviados a Estados e Municípios. Que informações foram produzidas nessa linha?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não tenho essa resposta exata sobre esse tipo de auditoria, a conclusão da auditoria, mas, quando a gente faz transferências bilionárias pelo fundo a fundo e a gente tem nesse caminho... A gente não tem como observar a aplicação dos recursos, porque são sistemas distintos. A gente está tentando ter um sistema que possa acompanhar o recurso, fazer o *follow the money*. Esse *follow the money*, ele não tinha... Ele só seria simples de ser avaliado se nós tivéssemos todo recurso da saúde dentro do Siafi, por exemplo, mas cada Estado usa o seu próprio sistema de gestão e recursos, e eles não se falam. Então, a gente não consegue acompanhar a execução efetiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A pergunta é... A pergunta, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu não tenho a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. determinou que o Denasus fizesse...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Criasse um sistema para que a gente pudesse acompanhar o emprego dos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E auditasse os valores enviados?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Acompanhar o emprego dos recursos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Foi identificado algum caso de mau uso de verba federal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que eu tenha conhecimento, não. Que eu tenha conhecimento, não. E o termo não é mau uso: o termo é o uso, e o uso dentro da finalidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu perguntei exatamente mau uso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Mau uso, não. Mas não era esse o objetivo. O objetivo é acompanhar os recursos até a ponta da linha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em junho de 2020, o Tribunal de Contas da União determinou que o Ministério da Saúde elaborasse instrumento legal para regular o funcionamento do Gabinete de Crise - Covid-19, de forma que os diversos atores envolvidos no âmbito do Ministério da Saúde tivessem suas funções definidas e pudessem trabalhar de forma coordenada e colaborativa, buscando proteger vidas de maneira eficiente, racional e ao menor custo para a administração pública. O normativo somente foi instituído em novembro de 2020.

Considerando a urgência da situação, qual a justificativa para a demora na formulação do documento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O Gabinete de Crise já funcionava e continuou funcionando naturalmente. Todas as... Todas as semanas tinha reunião no gabinete de crise. Talvez a resposta ao documento em si tenha demorado, não a própria execução. Gabinete de Crise era regulamentar nosso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou perguntando é...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O documento, a resposta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O normativo somente foi instituído em novembro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a resposta para isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta do documento ao órgão pode ter sido demorada, mas o Gabinete de Crise funcionava dentro dessas normas o tempo todo. A resposta pode ter sido demorada. Não há uma justificativa para o atraso. Houve atraso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Ministério da Saúde adquiriu máscaras KN95, chinesas. Algumas dessas máscaras tinham o termo *non-medical*, ou "não para uso médico" em sua embalagem. Outras foram proibidas pela Anvisa após a FDA americana detectar a falta de eficiência na filtragem. Ainda assim, essas máscaras foram distribuídas aos Estados, e o Ministério da Saúde recusou-se a substituí-las quando alertado da desconformidade com as indicações do fabricante. Em seu depoimento a esta CPI, o Presidente da Anvisa afirmou que as máscaras eram impróprias para o uso de profissionais de saúde, mas podiam ser utilizadas em outras situações. V. Exa. confirma esse fato?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Confirmo que nós compramos as máscaras e foram distribuídas. Quanto à análise da Anvisa, ela, para mim, é clara, está respondida. Talvez as máscaras não tivessem, algumas máscaras não tivessem o selo para usar numa UTI, mas poderiam ser utilizadas em vários outros momentos que a pandemia necessitava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, V. Exa. confirma o fato?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu vou dizer para o senhor uma coisa: sim, eu sei que houve discussões do gênero, porque isso é uma etapa da parte logística nossa e da parte contratual, mas eu não intervim para não distribuir; não, eu não intervim para não distribuir. Soube que havia as discussões e que poderia ser distribuída independentemente daquela posição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A pergunta seguinte é: o Ministério da Saúde recolheu e substituiu essas máscaras após a decisão da Anvisa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que a decisão da Anvisa foi clara de que a máscara poderia servir para diversas atividades, não apenas a parte médica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, mas elas tinham sido distribuídas para os profissionais de saúde. Houve recolhimento dessas máscaras?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não sei lhe responder. Vou questionar e lhe passo. Não tenho certeza se houve recolhimento ou não houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nem qual foi a destinação final?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não sei lhe responder exatamente. Eu posso aprofundar. Vou tentar aprofundar ainda para hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, há outra pergunta sobre o mesmo assunto.

O Ministério da Saúde agiu para que a Anvisa aprovasse o uso dessas máscaras?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em hipótese alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em janeiro de 2021, uma verdadeira tragédia sanitária abateu-se sobre o Estado do Amazonas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... com a falta de oxigênio hospitalar para os pacientes. Em um momento de pico do número de casos e mortes por Covid naquele Estado, foi noticiado que, dias antes do exaurimento total do oxigênio hospitalar na cidade de Manaus – em 14 de março, exatamente –, o Diretor da White Martins, Sr. Lourival Nunes, enviou um *e-mail* ao Ministério da Saúde solicitando apoio logístico para o transporte de cilindros de oxigênio gasoso e de tanques de oxigênio líquido para Manaus, pedido que não teria sido atendido a tempo.

Pergunto, Ministro: V. Exa. confirma essa informação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor podia só voltar à data que o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Catorze de março. Em janeiro de 2021, uma verdadeira tragédia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Obrigado. Deixa-me colocar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em janeiro de 2021, mas, em 14 de março...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Entendi a data já.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em 14 de março, o Diretor da White Martins, Sr. Lourival Nunes, enviou um *e-mail* ao Ministério da Saúde solicitando apoio logístico para o transporte de cilindros. A pergunta é: V. Exa. confirma essa afirmação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, deixe-me dizer uma coisa para o senhor: no dia 8 de janeiro – aí já vão sete dias antes, seis dias antes –, nós já tínhamos iniciado o transporte aéreo de oxigênio para Manaus, então, para atender essas demandas logísticas: no dia 8, no dia 10, 11, 12, 13, 14,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os dias. Transporte de oxigênio por avião, transporte por balsas e transporte... Isso em janeiro – isso é janeiro.

Então, no dia 14, nós já estávamos transportando oxigênio há bastante tempo. E a demanda da White Martins só entrou na lógica do que já estava sendo feito e muito. Isso não é uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando, em que momento V. Exa. foi informado do risco de desabastecimento de oxigênio em Manaus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A minha... Eu tomei conhecimento de riscos em Manaus no dia 10, à noite, numa reunião com o Governador e o Secretário de Saúde, quando eles me passaram as suas preocupações, porque estavam com um problema logístico sério com a empresa White Martins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em março do ano anterior.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não, neste ano, em janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi em janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Em janeiro, foi a verdadeira tragédia, que eu citei aqui exatamente. Em março – em março! –, o Diretor da White Martins, Sr. Lourival Nunes, enviou um *e-mail* ao ministério.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpa, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria esclarecer o seguinte: em março, nós tivemos a primeira onda. (*Fora do microfone.*)

Em março, nós tivemos a primeira onda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... em 2020. Na segunda onda, ele... Em janeiro, no dia 10 de janeiro ou no dia 11, começou a segunda onda, a falta de oxigênio, em 2021. Foi aí que até os Estados Unidos nos colocaram à disposição um Boeing. Por que é que a gente nunca pediu aquele avião, Ministro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só: nunca me chegou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi em 14 de janeiro, ouviu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Todas as ofertas de entrega de oxigênio, eu aceitei todas. Se elas não foram concretizadas, eu não posso dizer por que não chegou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós tínhamos dificuldade... V. Exa. conhece bem a nossa região, até porque serviu lá, trabalhou lá e praticamente nasceu lá. Nós tínhamos dificuldade de trazer... O General Fernando foi um grande...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi ele que nos salvou ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele nos ajudou muito. Eu sempre faço questão de agradecer-lhe aqui. Ele era o Ministro da Defesa na época e nos ajudou bastante.

Mas, ontem, eu cobrei do Ernesto Araújo aqui por que ele não entrou em contato com a Venezuela para trazer o oxigênio. Era só um telefonema dele...

Mas teve um avião... Uma jornalista chamada Rosiene Carvalho, do meu Estado, fez essa matéria. Tinha um avião – e se passaram nove dias sem ter uma resposta, e a gente precisando de transporte –, era um cargueiro americano que foi colocado à disposição. A informação que eu tive foi que o Ministério da Saúde teria repassado para o Ministério das Relações Exteriores. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Do que eu me recordo exatamente sobre o avião era que para nós seria excepcional ter um avião. E, todas as vezes que aparecia a possibilidade: "Sim, nós queremos, e queremos, inclusive, com o próprio oxigênio, fazer uma ponte aérea Miami-Manaus". Essa era a nossa posição sobre o assunto, especificamente sobre esse assunto. Mas eu não, eu, pessoalmente, não liguei para os Estados Unidos nem fiz essa ligação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eles colocaram à disposição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas para complementar, Sr. Relator, tendo em vista...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve um equívoco na data: é 14 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É 14 de janeiro de 2021. Essa deve ser a data a que V. Exa. está se referindo.

A que o Presidente Omar está se referindo? É que, ontem, aqui, em depoimento, o ex-Chanceler Ernesto Araújo afirmou, categoricamente, que os Estados Unidos da América disponibilizaram um avião equipado para transportar oxigênio. E que pediu as especificações do Governo do Estado do Amazonas, aguardou um, dois, três dias e não recebeu as especificações para informar o Governo americano, e que o Ministério da Saúde também não deu essas informações.

Então, o que nós gostaríamos de entender, porque muitas pessoas morreram, é se o Ministério da Saúde não deu essas informações ao Itamaraty e por que o Governo do Estado não entregou essas informações, o que levou mais de 1,6 mil pessoas a morrerem no Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, com relação à posição lá de por que o Estado não fez, deveria ter feito, na minha análise. Agora, se não fez, tem que ser questionado.

Agora, com relação ao ministério se posicionar sobre o assunto, o ministério acho que nunca foi instado. O que eu soube do avião foi por telefone, e a resposta é: "Sim, temos interesse. Tem que vir o avião. Quem é que está negociando isso? Quem é que está tratando disso?". Essas foram as posições. "Sim, o ministério quer todas as possibilidades." Agora, em momento algum me chegou uma solicitação de especificações, ou demandas, ou algo que eu devesse fazer pelo ministério. Nós estávamos vivendo ali, digamos, o fogo forte naquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, especificamente, como e em que momento V. Exa. foi informado do risco de desabastecimento do oxigênio em Manaus? Pergunta concreta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia 10, à noite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia 10, à noite.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Numa reunião com o Governador e o Secretário de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tomou conhecimento desse *e-mail* de 14 de janeiro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da White Martins?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não tomei conhecimento. Já estávamos no meio da operação, em Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Se o apoio ocorrido tivesse ocorrido... Se o apoio solicitado tivesse ocorrido a tempo, o problema de Manaus poderia ter sido evitado ou diminuído.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, a suposição é uma suposição. E se? Se tivesse feito, se não tivesse acontecido aquilo, se tivesse acontecido a balsa... Então, o assunto é muito profundo, Senador. É claro que ações proativas precoces trazem resultados melhores. Então, a resposta: em tese, qualquer coisa tratada com precocidade, com velocidade, com presteza traz respostas melhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** As autoridades amazonenses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ministro, a experiência negativa do Estado do Amazonas, principalmente na cidade de Manaus e em alguns Municípios do interior... Depois a gente conseguiu, com a FAB, com ajuda, colocar várias usinas de oxigênio nos Municípios.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E teve, sim, contribuição do Ministério da Saúde nesse sentido. Não dá para você negar isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) **–** Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas a experiência negativa que nós tivemos lá, isso aconteceu em outros Estados e Municípios depois. Também faltou oxigênio em outros lugares do Brasil. Aquela experiência foi negativa, infelizmente, mas depois também isso aconteceu em outros Estados e Municípios.

Essas pessoas, os gestores desses Estados e Municípios, vendo essa experiência no Amazonas, por que eles não se prepararam para isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deveriam ter se preparado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Sr. Presidente, só para corrigir aqui, aqui nós já temos o acesso a um inquérito do Ministério Público que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trata de Manaus, e a informação que lá existe é que o Ministério da Saúde foi informado da iminência de falta de oxigênio no dia 8 de janeiro, por um representante da empresa chamado Petrônio. Esse ofício, inclusive, está lá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está equivocada essa resposta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Depois eu lhe passo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós vamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está falando do processo que foi encaminhado para cá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Presidente, esse *e-mail*...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, só para declinar que essa resposta foi dada pela Advocacia-Geral da União no processo no STF.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

Deixa eu dizer para o senhor. Isso causou toda essa confusão, foi na leitura do *e-mail* que a White Martins mandou para... Esse *e-mail*, eu também tenho aqui, eu vou lhe passar, é o *e-mail* que foi mandado para a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não precisa responder, Ministro, porque esse processo está sob sigilo. Eu espero que a gente não toque mais nesse assunto aqui. Vamos passar essa parte.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por favor. Não, na realidade, ele tem um *habeas corpus* preventivo que dá a ele o direito... O direito é individual e intransferível dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é disso que ele está falando, não, Eduardo. Não é disso que ele está falando, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não podemos falar sobre processo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O direito é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... do Ministro Pazuello.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou falando de outra coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O processo que está aqui é que está sob sigilo; não ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu falei o processo – o processo – está sob sigilo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem está vazando informação, não é isso?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E nós não podemos falar sobre o processo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vazamento de informação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas sobre esse assunto, se o senhor permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas nós não vamos tratar do processo, não é?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... eu só queria. Senador Humberto, posso dar essa resposta para o senhor ainda?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a gente desrespeitar uma decisão que protege o sigilo do processo, nós estaremos indo para o caminho errado. Por isso estou dizendo a V. Exa. que não precisa responder, porque essa informação é no processo sob sigilo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Sr. Presidente, essa informação é praticamente pública já. Se eu não me engano, até saiu na imprensa isso. É público isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Ministro pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O Ministro pode falar sobre isso aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem não pode são os Senadores expor parte do processo, que está sigiloso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou falando o seguinte: como esse processo chegou sob sigilo aqui ao Senado e quem tem acesso ao processo é de conhecimento, então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a informação sobre a AGU, Presidente, é pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, está bom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perguntando objetivamente: as autoridades amazonenses alertaram o Ministério da Saúde sobre a iminência da falta de oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Somente no dia 10, à noite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia 10, à noite – dia 10, à noite.

Quais medidas foram tomadas pelo ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, eu começo a colocar o seguinte: estava em Manaus, com a minha equipe. Eu já tinha levado para Manaus todos os secretários, porque isso é uma coisa que a gente já vem conversando há bastante tempo – eu e o Senador Eduardo Braga. Então, a gente já vinha acompanhando o assunto de Manaus olhando *de per si* e, claro, não havia a discussão ainda conosco sobre oxigênio, mas havia uma curva de contaminação alta, havia um colapso nos hospitais. E, na minha interpretação, como ministro à época, eu precisava avançar para lá o meu gabinete com meus secretários, para poder de lá tomar as decisões imediatas e resolver o problema, ajudar a resolver o problema, não deixar acontecer uma catástrofe. Então, essa foi a razão de ter ido com a minha equipe para Manaus no dia 10, domingo, e direto para a reunião com o Governador.

No dia seguinte, às 7h30 da manhã, eu me reuni com a White Martins – às 7h30 da manhã de segunda-feira. E, nessa reunião, a White Martins colocou para mim que, sim, estava com dificuldades logísticas grandes, porque ela recebia... Na realidade, isso vai ser mais longo, e eu não quero virar prolixo aqui. Mas a White Martins ali, naquele momento, disse que estava com dificuldade de cumprir a etapa dela, porque estava com atrasos na chegada de balsas de Belém e aquilo estava quebrando a lógica dela de estoques em Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no próprio dia 11, na segunda-feira, depois da reunião da White Martins, eu achei necessário fazer a abertura do Centro Integrado de Coordenação e Controle com o Estado, o Município e as Forças Armadas. E nós fizemos, então, às 16h, a abertura do centro e puxamos a coordenação logística para o centro. No dia 12, já chegou a primeira aeronave trazendo oxigênio líquido.

Então, eu queria colocar aqui aos senhores que quando nós entramos, nós entramos com bastante força. Nós entramos, chegamos no dia 10; no dia 11, abrimos o Centro Integrado de Coordenação e Controle; e, já na sequência, no dia 12, já começaram a chegar as aeronaves trazendo mais oxigênio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – General, só uma dúvida, por favor, interrompendo o senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – A competência para fornecimento de oxigênio era de quem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Do Estado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Isso. E faltou alguma coisa por parte do Governo Federal para assessorar, apoiar?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nada.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, é preciso compreender a missão do ministério. A missão do ministério: programa, coloca recurso... Essa é a lógica. A execução plena é do Estado, do Município. Não há essa discussão. Quando nós fomos a Manaus, era porque nós estávamos vendo que a situação não estava boa – não estava boa. Nós não sabíamos ainda de oxigênio. No momento que eu soube de oxigênio – no momento que eu soube de oxigênio –, eu já comecei a agir imediatamente. E coloco dessa forma porque foi exatamente o que aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, tenho algumas perguntas objetivas aqui sobre essa questão.

As autoridades amazonenses alertaram o Ministério da Saúde sobre a iminência da falta de oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não alertaram. Apenas no dia 10, à noite, pessoalmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que as medidas tomadas por V. Exa. não foram suficientes para evitar o colapso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, eu acredito que as medidas possíveis, a partir do dia 10, foram executas, todas executadas. Com relação à situação específica do Amazonas, em termos de logística e a resposta, o tempo de resposta, a partir de acionamento de Força Aérea, barco da Marinha e civis, ele, em quatro dias, cinco dias, nós já estávamos com os níveis de estoque sendo restabelecidos. Agora, a resposta é, se nós tivéssemos sabido antes, poderíamos ter agido antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ministro, tem uma série de equívocos e erros nesse processo tanto por parte do Governo do Estado como por parte, também, do Ministério das Relações Exteriores, que foi incapaz de dar um telefonema para trazer de avião o oxigênio da Venezuela, um ponto. Segundo ponto, foi de conhecimento do Brasil todo que os Estados Unidos colocaram aeronaves à disposição através da ONU. Aí, dizer: "Olha, nós queríamos...", sim, mas quem ligou? Quem disse "eu quero" para levar? Essa situação é que não está explicada. Que houve o problema nós sabemos. Que é de competência do Estado sabemos também. Sabemos também que a planta da White Martins não está projetada acima daquilo para produzir de oxigênio. Correto? Ela tem uma planta que normalmente funciona, até porque a White Martins não fornece somente oxigênio para o Governo e para Prefeitura, ela fornece muito para o distrito industrial. Então, ela tem uma planta, essa planta não dá para você dobrar a capacidade de produção do dia para a noite. A partir desse momento, por que não trazer oxigênio da Venezuela, que é ali do lado? Por que não aceitar os aviões americanos, que já estavam preparados para trazer? Até porque os aviões da FAB tiveram que ser adaptados para colocar oxigênio dentro deles. Correto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Presidente, me permita, só para complementar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu só quero quem é responsável ou não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) **–** Eu só quero complementar **–** e peço que não me cortem o som **–** que, do dia 10 de janeiro ao dia 20 de janeiro, quando chegou a primeira carga da Venezuela, do dia 10 ao dia 20, passaram-se dez dias morrendo, em média, 200 pessoas por dia, no Amazonas. Foram 2 mil amazonenses que morreram! Nós poderíamos ter colocado aquele oxigênio, Ministro.

E o que nós queremos saber é o seguinte: faltou dinheiro ao Governo do Estado para fazer isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Faltou vontade política do Governo Federal em fazer isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E por que que não fez? Por que que não deu as informações ao Ministro Ernesto Araújo para que o avião dos Estados Unidos pudesse ter ido à Venezuela buscar o oxigênio e levar para o Amazonas, para salvar vidas? É isso que o povo brasileiro quer saber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer saber, quer saber!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, olha só... Deixa eu... Eu vou precisar... Essa explicação ela é uma explicação que vai ser necessária. Eu peço desculpas, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não peça desculpas, Ministro! Isso é fundamental nesta CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, a desculpa não foi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É fato determinado desta CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A desculpa não foi sobre isso; foi sobre a forma longa da resposta. Me desculpe! Não é uma desculpa pessoal; é sobre a resposta rápida.

O que que nós temos que ter compreendido? Eu não estou apresentando aqui a responsabilidade de A ou B; eu estou apresentando um fato. E, a partir daí, a CPI pode avaliar a responsabilidade. Então, eu vou apresentar um fato.

No dia 10, à noite, tomei conhecimento; no dia 11, abrimos o CICC; no dia 12, chegou o primeiro avião carregando oxigênio líquido, que é o avião da Força Aérea Brasileira; no dia 12!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com que volume de oxigênio, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, posso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Esses volumes que chegaram da Força Aérea Brasileira e de outros aviões eram apenas simbólicos. O grande volume de oxigênio...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, eram balsas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, vieram pela carga da Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

Bem, vamos lá. Então, continuando: no dia 12, nós colocamos o primeiro avião Hércules ou o KC-390 transportando oxigênio líquido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Já, já adaptados: 12, 13, 14; a partir daí, todo dia. Todo o esforço aéreo nosso já começou no dia seguinte. Não foi em cinco, seis dias, não; foi no dia seguinte: 11, 12. Então, isso é um fato.

O outro fato que a gente precisa compreender... Porque a gente tem que compreende por que que aconteceu o problema, e aí a gente começa a compreender onde estão os responsáveis. É preciso compreender que a White Martins mantém em Manaus – é a maior fornecedora nossa – 300 mil metros cúbicos de oxigênio em estoque regulador, tanto em seus tanques, quanto nos tanques dos hospitais; são 300 mil metros cúbicos! Quando a gente observa, quando a gente observa aqui os mapas...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quando a gente observa aqui os mapas, a gente vê que a White Martins começa a consumir o seu estoque já no final de dezembro; ela já começa a ficar negativa na sua análise. Já no final de dezembro, ela começa a consumir estoques. Então, ela tem um consumo, uma demanda e um consumo obviamente dito e começa a entrar no negativo. E esse estoque vai se encerrar no dia 13. É quando acontece, de 13 para 14 e de 14 para 15, uma queda de mais ou menos 20% da demanda e do consumo do Estado. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – A primeira carga do Ministério da Saúde para lá chegou quando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia 12.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E por que não foi mandado avião para a Venezuela?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Está aqui o WhatsApp do Embaixador da Venezuela para mim, quando eu passei...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas não para mim...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** ... vamos deixar o Relator terminar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... Dia 14.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** ... para depois seguir a ordem de inscrição.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso não veio para mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O.k. Está certo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso nunca chegou em mim.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Governador do Amazonas diz diferente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O problema é que o depoente está demorando muito.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** É, mas vamos terminar o Relator, então.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O assunto da Venezuela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Falta-lhe poder de síntese.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele foi feito pela própria White Martins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Está sendo prolixo, e aí...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A própria White Martins trouxe da planta da Venezuela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, mas não foi da planta da White Martins.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi o Governo da Venezuela. Ontem foi entregue o documento aqui.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A informação que eu tenho é White Martins.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente, quem está com a palavra é o Relator ou é a Comissão?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, informação errada... Onde foi entregue...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador, meu querido amigo, Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é pertinente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. vai perguntar isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está tendo uma clara contradição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai perguntar isso na hora.

Eu só peço...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Voltando, eu estou querendo explicar aqui como é que a gente chegou na data. Estou acabando.

Então, a White Martins foi consumindo o seu estoque até chegar em 13 para 14, quando teve uma queda de 20% mais ou menos – 20, vinte e poucos por cento não atendidos. E isso aconteceu por dois a três dias, entre 13 e dia 15. No dia 15, já voltou a ser positivo o estoque de Manaus. Isso aqui está claro em dados da White Martins, tá? São dados da... Para a gente observar, aqui você observa claramente a curva da White Martins e os três dias onde ela cai. Esse V de queda são três dias, 13, 14 e 15, considerando que 15 ela começa a ficar positiva no seu estoque regulador. Ela começa a refazer o estoque regulador e volta novamente a atender a demanda completa. Então, nós tivemos efetivamente, pelo que está aqui e pelo que a White Martins nos mostra, de três dias onde a queda da... Que foram onde aconteceram as maiores dificuldades de atendimento em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero alertar para V. Exa. que a data que o Secretário de Saúde diz que falou ao telefone como V. Exa. foi dia 7 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só quero alertá-lo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu queria dizer que no dia 7...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. está falando que dia 10 que foi comunicado...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe-me falar para o senhor aqui. Dia 7...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ele não... Segundo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia 7 à noite, ele não me falou nada de colapso de oxigênio. Foi a solicitação de transporte, a logística de Belém para Manaus, que foi feita no dia 8 e 10. Em momento algum... Ele faz isso na sua declaração... Olha só, isso está feito em depoimento – em depoimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Exato. No depoimento da Polícia Federal, ele disse que foi dia 7.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Ele disse que dia 7 ele falou comigo, mas ele não disse no depoimento que me alertou sobre colapso de oxigênio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Presidente, é preciso dizer ao povo brasileiro, sob pena de nós estarmos aqui sendo coniventes com uma informação errada – desculpe a expressão –, mentirosa: não faltou oxigênio no Amazonas apenas três dias, pelo amor de Deus! Ministro Pazuello, pelo amor de Deus! Faltou oxigênio na cidade de Manaus mais de 20 dias. É só ver o número de mortos. É só ver o desespero das pessoas tentando chegar ao oxigênio.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, não são...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Não é possível.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não são os dados que estão comigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Mas não é possível.

E mais, agora vou dizer a V. Exa.: V. Exa. não pode deixar de dizer que conhece isso. O senhor estava lá. O senhor assistiu com os seus olhos os nossos brasileiros amazonenses morrerem por falta de oxigênio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estava lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** No dia 12, no dia 13, no dia 14, no dia 15... O senhor sabe quando foi o pico das mortes no mês de janeiro no Amazonas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As mortes...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** O senhor sabe, como ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As mortes, por oxigênio, foram de 14 para 15.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Não, Ministro, desculpe. Nós tivemos pico de morte de oxigênio no Amazonas, inclusive no dia 30 de janeiro **–** no dia 30 de janeiro!

Sabe quando chegou a carga de oxigênio que o senhor mandou do Ministério da Saúde para Manaus? Do dia 24 para o dia 25.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A da Venezuela chegou antes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Chegou no dia 20! E, antes, nós ficávamos dependendo da ajuda do Gusttavo Lima, do Paulo Gustavo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Do Paulo Gustavo!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** ... do Tirulipa! Esses é que ajudaram a gente!

Ministro, pelo amor de Deus, vamos deixar clara a responsabilidade do Governo do Estado, da Prefeitura e do Governo Federal, porque amazonenses morreram, brasileiros morreram! E vamos parar de ficar dizendo que foram três dias de falta de oxigênio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** E é em nome dessas pessoas que morreram no Amazonas que nós estamos aqui, tentando objetivar um depoimento.

Eu queria fazer mais duas perguntas objetivas sobre isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) **–** Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Depois do ocorrido no Amazonas, relatado aqui pelo Senador Eduardo Braga e pelo Senador Omar Aziz, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde alterou a sua estratégia em relação ao monitoramento, controle e aquisição desses insumos? Objetivamente: sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, nós levamos a... Incluímos aí a Casa Civil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Alterou, então?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Alteramos com a inclusão da Casa Civil e a Infraestrutura e levamos esse assunto para um nível macro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, V. Exa. está dizendo que, depois do ocorrido no Amazonas, o Ministério da Saúde, em sua gestão, alterou a sua estratégia em relação ao monitoramento, controle e aquisição desses insumos. Isso responde à pergunta anterior...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não sei se aquisição e controle...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... colocada pelo Senador Eduardo Braga.

É que, depois do ocorrido no Amazonas, o ministério alterou a sua política de monitoramento, controle e aquisição desses insumos no País, diante da falha evidente no Amazonas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Governo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a resposta que eu vou lhe dar é que nós levamos as ações de resposta para outro nível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Agora, em termos de aquisições e contratações, não, não foi alterado. Agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não. O senhor acabou de dizer que foi alterado, e agora não foi alterado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, a pergunta é uma pergunta com três, quatro posições.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, não, eu perguntei "sim" ou "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – São verbos, são verbos: controlar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... monitorar, adquirir. Então, eu estou colocando: olha, quanto à contratação e aquisição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas eu falei de estratégia, que resume todos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu vou explicar. Quanto à contratação e à aquisição, não. Nunca alteramos nada disso, nem podemos. Agora, com relação às demandas que estavam acontecendo de outros Estados – e aí não deixa de ser um monitoramento –, isso nós elevamos para a Casa Civil e levamos todo o processo para envolver outros atores, porque envolveria outros atores. Foi isso que foi feito.

Agora, como o senhor chama isso, eu não sei. Agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu chamo de estratégia, que reúne tudo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, a estratégia foi alterada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mudou a estratégia do ministério? É isso!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, a estratégia, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mudou a estratégia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá bom. Então, eu considero respondido: mudou a estratégia.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estratégia, sim. Não para aquisições de compras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Governo amazonense...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Sr. Presidente... Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só quero fazer uma colocação. V. Exa. e o Senador Eduardo Braga são do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foram liberados no ano passado R$2,606 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, que conversa é essa?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... se tinha dinheiro lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não está falando a verdade, rapaz.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas está aqui a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está mentindo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou mentindo, aqui está o valor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está mentindo, Heinze!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou mentindo, aqui está o valor liberado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é mentiroso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse é... Não senhor, aqui não pode mentir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é mentiroso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui está o valor liberado para o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade isso que você está falando. Isso é uma mentira multiplicada...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não senhor. Não senhor. Vou lhe mostrar o valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Pela ordem, Sr. Presidente! Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou mandar imprimir e vou lhe mostrar. Não me chame de mentiroso! Não sou! Não sou! Vou lhe mostrar agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mentiroso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou puxar a tabela e vou ver quanto foi para lá. Foi o dinheiro lá. Não é irresponsabilidade do Governo Federal, é do Governo lá do Amazonas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A fala é do Relator, Sr. Presidente. Por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos prosseguir!

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos prosseguir, porque as coisas estão começando a ficar claras agora. Não vamos aceitar provocação! Isso é provocação!

(*Tumulto no recinto.*)

(*Suspensa às 13 horas e 13 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 20 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente! Só para fazer uma... Considerando o embate que aconteceu agora há pouco, a fala do Senador Eduardo Braga, apenas para não perder a sequência e a importância desse momento, nós vamos ter aqui, na semana que vem, dois depoimentos importantes do Amazonas: do ex-Secretário-Executivo João Paulo Marques dos Santos, requerimento aprovado, e do atual Secretário de Saúde Marcellus Campêlo – que é o Secretário de Saúde. Mas eu acho que, mais do que nunca, diante do que nós estamos vendo aqui, se faz necessário trazer aqui também o Governador do Estado. Cada dia que passa e diante de tudo que nós estamos vendo aqui se mostra como imperativo, inafastável a necessidade de convocação também do Governador do Estado do Amazonas.

É o apelo que faço a V. Exa., para a gente pautar e votar esse requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu, mais uma vez, faço um apelo ao Ministro para nós objetivarmos, porque senão fica muito difícil para todos nós aqui, para o País que acompanha detalhadamente os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Todos – todos, sem exceção – confirmaram que a Venezuela doou 107 mil metros cúbicos de oxigênio a Manaus no dia 18 de janeiro de 2021, auxiliando aquela população no momento mais difícil da pandemia, sem exigir nada em troca.

Sim ou não: houve alguma manifestação do Ministério da Saúde ou das Relações Exteriores em agradecimento àquele País?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Do Ministério da Saúde, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nos vídeos de despedida do Ministério da Saúde, V. Exa. disse ainda que o Ministério da Saúde é "o foco, é o alvo de pressões políticas. [...] Por causa do dinheiro que é destinado aqui de forma discricionária"; ou seja, desdisse os critérios que há pouco foram colocados aqui. O senhor fala nesse momento: "de forma discricionária". Então: "A operação da grana com fins políticos acontece aqui", no ministério, continuou o senhor. "Nós conseguimos acabar com 100%? Claro que não, 100% nem Jesus Cristo. Nós acabamos com muito".

V. Exa. fez sérias acusações e disse, textualmente: "Todos queriam o pixulé do final do ano".

V. Exa. poderia esclarecer o que quis dizer ao falar em "grana para fins políticos"?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem.

Então, volto a colocar, o senhor juntou aí todas as frases, não é, elas têm um contexto mais amplo, mas eu vou colocar para o senhor o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente. Sem pretender interrompê-lo, Ministro, mas as respostas não estão vindo na direção das perguntas, infelizmente. Isso aqui fica um exercício muito ruim para a sociedade brasileira.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Relator, não dá as respostas que o senhor quer, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu fiz uma pergunta objetiva...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O que o senhor quer que ele fale. Ele é o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma pergunta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. nem espera ele responder, Relator.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Deixe ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe ele responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, mesmo que tenha sido uma parte de um contexto mais amplo, como eu comecei a falar, eu coloco o seguinte. Quando nós... O ministério possui, só de emendas, R$2,4 bilhões, e essas emendas, a gente bateu o martelo muito forte para que tivesse os critérios técnicos na distribuição. Então, quando você tem um Parlamentar que indica a sua emenda... Eu vou dar um exemplo bem simples: se eu quiser, eu tenho um rio ali em que cabem dois metros de barco, um calado, e o cara quer botar um barco de seis metros de calado, e não cabe. Aí tem que trazer um Parlamentar e dizer: "Olha, para isso aqui esse recurso é muito, dá para colocar também em outro local, numa outra posição". Isso são critérios técnicos sobre a distribuição de recursos por emendas impositivas. É isso que dizer que nós distribuímos por critérios técnicos. Essa é a posição sobre o assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta não foi essa, Ministro. A pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi uma pergunta objetiva: o que o senhor quis dizer ao falar em grana para fins políticos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – São as emendas, são as emendas impositivas. São R$2,4 bilhões em 2020. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seriam valores fora dos melhores critérios de que V. Exa. há pouco falou aqui?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Volto a colocar de novo para o senhor. Quando o Parlamentar faz uma indicação, não pode simplesmente fechar o olho e passar o dinheiro, tem que observar o critério técnico na ponta da linha, ver se aquilo cabe ali. Foi isso que nós cobramos muito forte em 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como isso acontecia no Ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Dessa forma como eu estou falando. A emenda chega e há a avaliação técnica, se aquele recurso é compatível para aquela indicação, desta forma como eu estou colocando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quais casos desse tipo V. Exa. conseguiu acabar na sua gestão? E com quais não conseguiu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, essa é uma posição que se fala como a gente fala de Jesus Cristo, quer dizer, a gente não consegue resolver 100%, agradar 100%. É só uma observação, não tenho 99,2%. A gente espera que acabe com 100%, mas a gente não tem todo o domínio da cadeia de execução do ministro até a última pessoa. Então, volto a colocar: foi exclusivamente, porque R$2,4 bilhões, para mim, é muito dinheiro. E precisa ser observado com critérios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem decidia sobre esses recursos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Os próprios Parlamentares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os Parlamentares? No Executivo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eles indicam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – De emenda, de emenda obrigatória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando na execução orçamentária, quem decidia no Ministério sobre esses recursos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso era levado para as secretarias específicas. Tem todo um caminho claro e combinado de por onde entra a emenda, onde ela é avaliada. Vai na secretaria, vê se cabe lá, tem toda a parte de protocolo para isso. Só estou explicando que o protocolo foi cobrado ao extremo para não haver nada que não estivesse dentro de um critério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. poderia esclarecer a que se referia ao usar o termo "pixulé"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza.

Esse termo é porque eu morei muito tempo no Rio de Janeiro e, então, a gente tem algumas palavras que saem. É o seguinte. No final do ano... Todo final do ano é normal você ter recursos não aplicados em projetos e programas. Então, se você tem um programa que tem R$100 milhões e aplicou 92... Então, você tem saldos não aplicados. Chega no final do ano, começa prefeitura, começa hospital... Não tem nada aí ilegítimo, mas são as sobras... Desculpem o "sobras". São recursos não aplicados de vários projetos que são reaplicados por uma demanda ou outra. Este ano não teve isso: nós pegamos todos os saldos não aplicados, fizemos uma única portaria e investimos na Covid-19, no combate à Covid-19. E isso que foi feito... E como esses pequenos saldos, no nosso linguajar... Os pequenos saldos não, desculpe. Esse somatório de 15, 20, 30 programas que tinham saldos e você junta... Não houve esse tipo de grana, que é grana pequena – né? Vamos dizer assim, são pequenos saldos não aplicados, é isso aí. Não tem nada de errado, não falaria nada contra ninguém nem contra uma instituição, em hipótese alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, ao falar em "pixulé", V. Exa. quis citar alguém?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Claro que não! Se eu quisesse citar, teria citado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não citei ninguém. Eu não citei ninguém, até porque não há nenhuma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, especificamente: há algum nome que queria receber o pixulé?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia ninguém recebendo nada. Eu estou falando dos recursos não aplicados.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É que se fala em "pixulé" e ele lembra do Lula, ele deve estar preocupado com isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É, não é nada disso. Aquilo ali era uma despedida...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu exijo respeito, viu?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Pixulé é famoso pelo Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu exijo respeito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – E abaixa esse dedo, rapaz!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exijo respeito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – E quem é você para exigir alguma coisa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exijo respeito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Baixa a orelha para falar comigo, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio, por favor...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por quê? Quem é você? É mais do que eu em quê?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Está apontando o dedo para mim por quê?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Você é mais do que eu em quê?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Por que você está apontando o dedo para mim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, é preciso tomar uma providência...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presta atenção aqui ao depoimento!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Você quer que eu fale de outras coisas? Não vou...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu posso falar do que você quiser também. Você quer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Respeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio, por favor...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Se olha no espelho, rapaz!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Respeite o Presidente Lula!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio e Senador Humberto, o Senador Renan fez uma pergunta porque o próprio ministro falou em pixulé. Ele é que falou, ninguém falou dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é que falou. Ele disse que não falou, que não quis dizer isso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Já respondeu e está insistindo na pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é... Não, ninguém está acusando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, tem marcação com o Relator agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não existe nenhum...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É marcação com o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não existe nenhuma acusação contra o Ministro Pazuello em relação a pixulé, pixuleco, sei lá o quê...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nada. Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi ele que citou isso numa entrevista.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi só isso, apenas isso e mais nada. Não tem nada aí por trás de nada disso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos mudar o nome então, Presidente. Vamos mudar o nome: é raspa de tacho que os Prefeitos vêm pedir para os Deputados e Senadores.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – "Não sobrou uma raspinha de tacho aí?"

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nada, para ninguém. Foi isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então tira o "pixuleco" fora e fica uma raspinha de tacho que fica melhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está bem, combinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outro momento do seu discurso, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque o Senador Renan fez uma pergunta ao Ministro Pazuello e ele não respondeu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não respondeu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, a anterior, sobre a questão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também não respondeu!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, repasse para Município, de média e alta complexidade e PAB. Eles têm um limite, os Municípios, e isso não é estipulado pelo Parlamentar, mas, sim, por critérios técnicos – está certo? Até tem o teto PAB e tem o teto MAC. Então, não adianta. Lá está o Município de Cachoeira. São 5 milhões/ano? São 5 milhões. Não dá para dar 6. Correto? Isso não é estipulado nem por V. Exa. nem pelo Parlamentar. Vou deixar isso claro aqui, porque a pergunta do Relator era referente a esses repasses de recurso. Quem é que estipula isso? Não é o ministro nem o Parlamentar, é a lei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outro momento da sua despedida, que está sendo ponto a ponto negada, V. Exa. declarou, aspas: "Ali começava a crise com liderança política que nós temos hoje, que mandou uma relação para a gente atender e nós não atendemos. Aí chegou, no final do ano, uma carreata de gente pedindo politicamente". Declarações suas, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu vou perguntar, devidamente às piadas. Ao não determinar quem são os todos referidos por V. Exa. que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queriam o prêmio, ou a propina, ou o pixulé, o que for conceituado por V. Exa., faz acusações sem citar nomes? Assim V. Exa. coloca todas as lideranças políticas do Congresso Nacional sob suspeita, principalmente as que apoiavam o Governo. Por isso, até por justiça e honestidade intelectual, peço que V. Exa. nos revele definitivamente a quem dirige suas acusações.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não houve acusações específicas a ninguém. E não será feita acusação específica a ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Específica não houve. Eu estou perguntando exatamente isto: a quem dirigia suas acusações?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E eu estou explicando que, se não fiz, é porque não farei e não há.

Dois, quando nós estávamos discutindo uma medida provisória, nós estávamos discutindo se aquela medida provisória teria ou não caráter de indicações de destino daquela medida provisória. Foi uma discussão, até porque nós estávamos chegando ao ministério. Essa foi a discussão. E não, não havia. Ficou claro na discussão que a medida não permitia nenhum tipo de indicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, uma outra pergunta sobre o que o senhor falou.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa foi a resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma outra pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E aí nós não fizemos. Fizemos por critérios técnicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma outra pergunta sobre o que o senhor falou: que relação é essa que lhe foi encaminhada para que V. Exa. atendesse e V. Exa. não atendeu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu estou falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por que não atendeu? E que relação é essa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu estou falando. Não é uma relação. Não foi... O termo relação é... Serão recursos atendidos por indicações ou não? A resposta, quando se discutiu na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte técnica, é: não, esses recursos têm que ser de critérios técnicos. Então, nós não aceitamos indicações. Foi isso daí que foi dito, ou a ideia de ser dito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Naquela mesma oportunidade, V. Exa. disse que, quando chegou ao ministério, ninguém falava com o Conass e...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e o Conasems. Era proibido falar com o Conass e o Conasems?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Quando eu cheguei ao ministério, não havia a relação, a integração de ações como nós fizemos. Então, na leitura da lei, na compreensão do SUS, isso foi a minha posição. Eu puxei o Conass e o Conasems para a posição de central do processo decisório comigo nas discussões em todos os aspectos. E, quando nós chegamos lá, a própria, a própria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então era proibido anteriormente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Em hipótese alguma. Eu falei que nós aumentamos a integração, trouxemos o pessoal para despacho diário, despacho no nível gabinete. Foi isso, foi isso que aconteceu. Nós queríamos prestigiar o Conass e o Conasems. É o contrário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que V. Sa. atribui sua demissão do cargo de Ministro da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Missão cumprida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O art. 19 da Lei 8.080, de 1990, Lei Orgânica da Saúde, considerada também Lei do SUS, estatui que são vedados, em todas as esferas de gestão do SUS, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamentos de uso não autorizado pela Anvisa.

Pergunto: por que o Ministério da Saúde orientou e recomendou o uso da cloroquina para o tratamento precoce da Covid-19, de acordo com a Nota Informativa 17/2020, do Ministério da Saúde, mesmo sem evidências científicas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi a primeira...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e absteve-se de revogar a orientação, mesmo quando as novas evidências contrariavam a eficácia desse protocolo terapêutico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem. Então, vou repetir... Desculpe, é uma... Eu vou ter que repetir: então, a partir do conhecimento da nossa, da crise em Manaus, desculpa, da pesquisa que foi feita em Manaus, no final de março, começo de abril de 2020, nós nos sentimos obrigados a fazer uma informação nacional, alertando que não havia a comprovação científica para uso da hidroxicloroquina, está escrito dessa forma, não havia, à época, naquela nota, a confirmação científica para uso de hidroxicloroquina. Atendíamos, alinhávamos com o Conselho Federal de Medicina e colocávamos de forma clara que o médico seria soberano na prescrição de qualquer e daquele medicamento e que era público e notório que estava sendo usado de forma *off-label* no Brasil e no mundo a hidroxicloroquina e, caso o médico desejasse prescrever, em consenso com o seu paciente, deveria estar atento para doses seguras, e que não usasse na fase inflamatória, porque não era a fase ideal para ser usado. Não deveria ser usado na fase inflamatória. Essas, essas... Essa posição da nota informativa, ela, na minha visão, se eu não o fizesse, eu estaria prevaricando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então o Ministério da Saúde, sob sua orientação, orientou e recomendou o uso da cloroquina...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... para tratamento precoce?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor. Eu não recomendei o uso da hidroxicloroquina nenhuma vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E a nota informativa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ela não recomenda. Ela não recomenda. Ela faz um alerta. Ela apenas orienta doses seguras caso o médico prescreva. Isso não é uma recomendação por protocolo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por que, na sequência, V. Exa. absteve-se de revogar a orientação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que a discussão continua aberta até hoje. Ela não é uma discussão que está fechada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ministro... Na época em que o senhor era ministro, o senhor pediu à Conitec para dar um parecer sobre a cloroquina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós, na época em que eu era Ministro, pedimos, eu mandei que fizesse um levantamento de todas as evidências científicas, fizesse uma juntada e, quando nós tivéssemos essa metanálise concluída, fosse encaminhada para a Conitec. Isso aconteceu no final do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem, no Ministério da Saúde, foi o principal responsável por convencer V. Exa. a publicar essa orientação normativa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, isso daí foi uma discussão nível todos os secretários, inclusive foi assinada por todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, os secretários o convenceram disso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi uma discussão em nível secretários, e foi, inclusive, assinada por todos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quem foi o responsável por orientar V. Exa. sobre isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é uma reunião de secretários, Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Está perguntando quais foram os secretários.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ah, quais foram?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – É o Secretário do Executivo, o Secretário da Saps, que é o Rafael, o Secretário da... Todos eles, os seis secretários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Executivo quem é? O Secretário Executivo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É o Coronel Elcio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Elcio tecnicamente não está apropriado a discutir cloroquina, nem eu sou.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe-me dizer para o senhor: isso é uma reunião de secretários, com médicos, com doutores, com professores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, já tem algumas pessoas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, são secretários, e a maioria é médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Calejado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve solicitação expressa do Presidente da República a V. Exa. para publicação dessa orientação de tratamento precoce com a cloroquina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, nunca houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou só lembrar o depoimento do ex-Ministro Nelson Teich. O ex-Ministro Nelson Teich disse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que pediu sua exoneração porque não aceitou a pressão do Presidente da República para defender a cloroquina no SUS, que é o problema, porque ele pressionava seus antecessores. Mas não pressionava V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não me pressionou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, deixa-me... Sr. Presidente, eu não peço a palavra a V. Exa. para esclarecer que eu fiz essa pergunta objetivamente ao Ministro Teich, se ele recebeu por parte do Presidente Bolsonaro ou de algum ministro do Governo essa orientação. A afirmação dele nesta Comissão foi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele declarou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... "Não, não recebi". Então, o Relator tenta induzir o depoente a uma informação que não é verdadeira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele declarou aqui. Eu li um trecho aspeado. São declarações dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele disse à Comissão, Relator, que não recebeu do Presidente e de ninguém do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São declarações aspeadas. Teich disse que pediu sua exoneração porque não aceitou a pressão do Presidente para defender a cloroquina no SUS. O problema é este: no SUS – no SUS.

Por que ele pressionou o Mandetta, que confessou aqui, o Teich e não pressionou o Ministro Pazuello? O que teria acontecido aí nesse espaço de tempo? E, mesmo assim, sem pressionar, o Ministro baixou normativos, editou portarias, estabeleceu a política pública...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, eu gostaria de deixar claro que essas afirmações não condizem com a verdade que eu estou falando aqui. Está bom? Eu não recebi pressão alguma; dois, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

ouvi do Ministro Nelson Teich, enquanto estive lá, que ele estava saindo por causa de pressão do Presidente da República. Eu não ouvi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele falou aqui, ele falou aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe, eu não ouvi isso lá. Eu estava lá, eu não ouvi lá.

E, três, a nota informativa não é uma determinação, não é um protocolo, e eu volto a dizer para os senhores: nós temos que olhar o *framing*, o eslaide lá de abril do ano passado. Lá, naquele momento, de abril para maio do ano passado, nós estávamos vivendo uma discussão dicotômica, onde médicos achavam uma coisa, outros médicos achavam outras. Uma pesquisa deu um resultado complicadíssimo do uso da cloroquina. Havia um protocolo, uma orientação clara do Ministério, da gestão anterior, para usar, e eu tinha que me posicionar. Eu não podia botar a cabeça dentro de um buraco e virar um avestruz. Eu tinha que me posicionar. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ministro, o que é tratamento precoce? O que é tratamento precoce, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Do que consiste o tratamento precoce...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... e, inclusive, os fármacos que são usados?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O tratamento precoce é uma palavra que foi... Virou uma posição política ideológica. Desculpa! O atendimento do paciente... Isto está escrito na nota informativa, de forma clara, para o paciente buscar o atendimento o mais rápido possível, para que o médico faça o seu diagnóstico e o médico defina a sua conduta. Quando você tem a definição da conduta... Aí eu peço novamente aos médicos que estão presentes que, se eu errar, façam aí a correção. Quando o médico define a conduta, aí define tratamentos farmacológicos, tratamentos não farmacológicos e outras ações. Esse é o tratamento. Mas, para chegar ao tratamento, você precisa ter a noção de que tem que buscar o médico o mais rápido possível. Acho que esse é o único consenso. O único consenso da área médica ou talvez um dos únicos consensos da área da médica é o de que, quanto mais cedo você descobrir uma doença e começar a tratá-la, mais chances tem de se recuperar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nós estamos tratando da Covid!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu estou falando do contexto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta que se fazia era: o tratamento precoce...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, eu vou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou a vacina?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Só para a Covid é diferente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É por isso que V. Exa. está aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Só para a Covid não pode? É isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, esse para mim é um dos únicos consensos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, existiam três...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era vacina ou tratamento precoce.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Só um minutinho!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É só um minutinho.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não é uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não são excludentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Ministro.

O Senador Luis Carlos Heinze está pedindo a palavra. Eu quero aqui pedir desculpas ao querido amigo Luis Carlos, porque eu tenho uma relação muito boa com ele.

Eu me excedi com V. Exa., porque, quando se trata de morte, a gente não fala em dinheiro. A verdade é que o Ministro pode dizer tudo aqui. Ele pode dizer que não admite cloroquina, que se gastaram milhões e tal! Não foi falta de dinheiro, Luis Carlos Heinze. O Estado do Amazonas tinha dinheiro, o Governo Federal tinha dinheiro. Faltou oxigênio, e as pessoas morreram, Luis. Por isso, eu lhe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peço desculpas por que eu fiquei nervoso. Eu não estava falando do meu Estado. Eu estava lá! E eu recebi, através do meu celular, diversas mensagens de amigas e amigos, dizendo: "Meu pai está sem oxigênio. Omar, me ajude". E eu fiquei ligando para Ministro, ligando atrás de oxigênio. E a gente ficou de mãos atadas. Nunca foi falta de dinheiro!

Por isso, quando as pessoas querem misturar um óbito, querem mensurar o número de mortes e atribuir a dinheiro... Não foi falta de dinheiro! O Presidente Bolsonaro passou... Não teve um presidente que tivesse passado mais dinheiro para Estados e Municípios como o Presidente Bolsonaro passou. Faltou foi logística! Faltou foi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Competência!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teve incompetência, sim, muita incompetência, e não foi só do governo estadual e Federal, mas incompetência de muita gente envolvida nisso!

Então, quando eu me excedi com V. Exa., eu lhe peço um milhão de desculpas. V. Exa. não tem... Eu não tenho razão de atribuir uma palavra tão grave com uma pessoa por quem eu tenho carinho, como eu fiz.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que eu me excedi, foi... Eu sei o que eu vi e o que eu sofri. Eu vi, e o Ministro Pazuello estava lá. Ele sabe – ele sabe.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voltando às perguntas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixa eu só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. É uma questão de ordem.

Eu queria esta oportunidade...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Senador Luis Carlos, para lhe pedir desculpas.

Com a palavra, a questão de ordem de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Senador Renan, deixar eu só lhe colocar. Tem notas técnicas, nº 5, nº 6, nº 9, nº 11, nº 17, desde o Ministro Mandetta, permitindo o uso da cloroquina. Essas notas técnicas existem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em situações, em circunstâncias já especificadas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, vou lhe dizer. Eu vou lhe dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já especificadas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E o Ministro Pazuello explicou que, depois da pesquisa criminosa – que nós vamos discutir aqui dentro – feita lá em Manaus, que matou 22 pessoas, eles trocaram, porque usavam em qualquer fase; era para só usar nos primeiros quatro, cinco, seis dias, e não em estágio em que estavam as pessoas já hospitalizadas e intubadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas qual é a questão de ordem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Fora a dose; a dose lá foi mortal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a questão de ordem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A questão de ordem é só para esclarecer isso que eu estou esclarecendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, quem decide a questão de ordem é V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Todo mundo fala aqui; por que eu não posso falar? Qualquer um chega e atropela o outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem, eu dei a questão de ordem para V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu tenho direito a falar. Qualquer um chega e fala a hora que quer; eu também tenho direito e estou esclarecendo, porque eu sei do assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A questão de ordem é as perguntas repetitivas. O depoente tem que ficar a toda hora repetindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos... Só um minutinho.

Eu dei questão de ordem para o Senador Heinze...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não fiz nenhuma pergunta repetida. Nós tivemos um espaço de tempo que não primou pela síntese, não respondeu objetiva...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos, Sr. Relator.

Presidente, vamos ao finalmente do Relator, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, uma nova pergunta ao depoente. Todos os secretários do ministério signatários da Nota Informativa 1.720 estavam de acordo com a publicação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Na minha visão, fica óbvio pela assinatura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas é uma pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos estavam de acordo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos que assinam a nota?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram os documentos técnicos que fundamentaram a Nota Informativa 17?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, está na fundamentação da nota. Tem que ler lá, porque, na verdade, eu não estou aqui com ela. Tem que estar na fundamentação da nota, mas ficam claras aqui as observações sobre os fatos que nós estamos discutindo: a existência da nota técnica anterior, os estudos em Manaus, a própria dicotomia da visão médica, de como tratar as coisas. Essas são as fundamentações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. pode entregar essa documentação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tem que solicitar ao Ministério da Saúde. Eu não tenho mais essas ações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos solicitar. Eu peço à Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem vários documentos que vão ser solicitados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que, por favor, requisite esses documentos que estão sendo solicitados pela relatoria.

O Presidente da República, no dia 21 de março de 2020, teria declarado que já estaria ocorrendo um aumento da produção de cloroquina pelo Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército, para fornecimento a pacientes com Covid. Os ex-Ministros Mandetta e Teich, que lhe antecederam, declararam que não participaram dessa decisão e que não sabem de onde veio a ordem, mas que essa ordem não teria passado pelo Ministério da Saúde em suas gestões. Objetivamente, pergunto a V. Exa.: a produção de cloroquina pelo laboratório do Exército Brasileiro continuou durante a sua gestão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que sim, claro que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredita que sim, claro que sim.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, o LQFE produz a cloroquina todos os anos, o tempo todo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. foi consultado sobre a continuação da fabricação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. sabe dizer quem deu a ordem inicial para o aumento da produção?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sua gestão fez algum planejamento para distribuição de cloroquina para Estados e Municípios?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. A gente só atendia demandas, não planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quanto à preservação da saúde indígena, houve alguma ação do ministério para distribuição de cloroquina para as comunidades indígenas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A distribuição de cloroquina é normal para malária...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou encerrando.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... para os indígenas, não para Covid. Nós não fazíamos distribuição... Aliás, eu sou completamente contra distribuição de qualquer medicamento, principalmente cloroquina ou qualquer um, sem a prescrição médica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais os critérios adotados para estimar as quantidades encomendadas ao laboratório do Exército?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não participei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem foi a ordem, repito?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi em março. Eu não dei essa ordem, eu não conheço a ordem. Eu cheguei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que destinação o Ministério da Saúde deu a esses produtos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram distribuídos a Estados e Municípios que demandaram isso, todos por demanda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todas as unidades encomendadas foram distribuídas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou ainda há estoque sob a guarda do Exército ou do próprio ministério?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, todas as... Tudo que se pediu, não se tinha quantitativo para entregar integralmente, então, se atendia a um percentual para cada demanda. Quanto ao estoque, tem que perguntar. Eu não sei lhe responder qual é o estoque hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em janeiro de 2021, no auge da crise do oxigênio em Manaus, o Ministério da Saúde lançou o aplicativo TrateCov,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que indicava cloroquina e ivermectina para qualquer paciente, de qualquer idade, com qualquer sintoma remotamente relacionado à Covid. O ministério passou a utilizar esse aplicativo experimentalmente em Manaus no auge da crise da saúde naquela cidade, em janeiro deste ano. A esse respeito, quem determinou o desenvolvimento do aplicativo TrateCov e qual a finalidade do projeto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem, o aplicativo, na verdade, é uma calculadora. Ele é um constructo, é uma calculadora, e ele vem de um sistema que é aberto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não foi essa a pergunta. Eu perguntei quem determinou o desenvolvimento do aplicativo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k. Vou ser mais direto. Desculpa.

Foi a Secretária Mayra. Ela me trouxe como sugestão, quando voltou de Manaus, no dia 6 de janeiro, que poderia utilizar um aplicativo... Desculpa, o termo correto é uma plataforma, que já é desenvolvida para isso, uma calculadora, para facilitar o diagnóstico, o diagnóstico clínico feito pelo médico – exclusivamente pelo médico. E que ela iria iniciar, então, esse trabalho para fechar essa plataforma.

Essa plataforma, ela foi mostrada no dia 11, em Manaus, em desenvolvimento, não concluída ainda, era um protótipo. E essa plataforma não foi distribuída aos médicos. Essa plataforma foi copiada por um cidadão – e depois nós fizemos um boletim de ocorrência e uma investigação policial sobre isso daí –, e esse cidadão, sim, ele fez a divulgação da plataforma, com usos indevidos. Quando nós soubemos que essa plataforma tinha sido copiada e poderia ser usada por pessoas que não eram, que não estavam dentro do planejado, eu determinei que ela fosse retirada do ar e abrissem um processo para descobrir onde estavam os erros disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, só repetindo, quem determinou o desenvolvimento – foi respondido – foi a secretária Mayra?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ela me trouxe a sugestão para fazer isso. Sim, foi ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E qual a finalidade do projeto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Fazer o diagnóstico, auxiliar no diagnóstico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, Renan. Ela, dia 4 de janeiro, de Manaus, numa coletiva, ao lado do Governador, ela fala do tratamento precoce, inclusive, ela fala nas coisas... Não é bem assim, eles usaram Manaus para fazer de cobaia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Então, isso aí é crime contra um Estado, isso é crime contra as pessoas que moram na minha cidade. É cobaia, sim!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contra a vida!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 4 de janeiro, tem um vídeo da Mayra ao lado do Governador do Estado e ela falava lá de tratamento precoce, 4 de janeiro. E o grande problema do Estado do Amazonas aconteceu uma semana depois. Então, tirar aqui e dizer que não tem... Tudo pode se falar, Ministro, pode se negar cloroquina, pode se negar uma série de coisas, só não pode negar aquelas imagens das pessoas sem oxigênio no meu Estado. Isso aí não dá para negar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a unidade do Ministério da Saúde e o titular responsável pela entrada em operação do aplicativo TrateCov?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa plataforma foi colocada pela Seget (Secretaria de Gestão do Trabalho), que é da Dra. Mayra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretaria de Gestão do Trabalho, da Dra. Mayra também...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que determinou o desenvolvimento do aplicativo, levou o aplicativo e colocou em operação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não chegou a colocar em operação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei exatamente isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, ela não colocou em operação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é o responsável pela entrada em operação do aplicativo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, olha só, o aplicativo – o aplicativo, não, a plataforma, não é um aplicativo – nunca entrou em operação, foi apenas apresentado o protótipo em desenvolvimento e foi copiado por alguém. E tem um relatório policial sobre isso. Posso lhe encaminhar também. Esse tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a empresa contratada para desenvolvê-lo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não foi uma empresa, foi desenvolvido com os próprios servidores da secretaria da Mayra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como foram escolhidos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela capacidade deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quanto custou o produto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem tomou a decisão de interromper sua utilização e por que razão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não estava em utilização, eu mandei tirar do ar o protótipo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Chegou ao nosso conhecimento que V. Exa., quando contraiu a Covid-19 – e há pouco foi referido aqui –, no final de outubro de 2020, foi atendido no Hospital DF Star, em Brasília, pela Dra. Ludhmila Hajjar. V. Exa. foi visto nas dependências do hospital, inclusive por autoridades públicas. Cloroquina nunca fez parte do protocolo de tratamento de Covid por aquele hospital, muito menos fez parte da prática clínica da Dra. Ludhmila, como ela mesma já declarou publicamente.

Pergunto: V. Exa. confirma que foi atendido no Hospital DF Star em Brasília?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, mas já era depois do 14º dia. Eu só fui lá fazer o exame de tomografia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nesse hospital, foi prescrita cloroquina para V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não que eu saiba.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. solicitou à médica assistente que lhe prescrevesse cloroquina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Caso positivo, ela atendeu o pedido? Não, não é? V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Finalmente, V. Exa. tomou ou não tomou cloroquina quando teve Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, deixa eu dizer uma coisa para o senhor: eu tomei tudo o que qualquer um podia me falar que tinha que tomar, porque, quando você pega a doença, você se agarra em qualquer coisa. Então, eu vou dizer uma coisa para o senhor: se mandassem tomar água-benta, eu tomava água-benta. Então, não há, não há... Não tenho restrição nenhuma para dizer: eu sou um ser humano, eu sou um ser humano! Então, a gente tem uma posição quando a gente está fazendo uma gestão e a gente tem uma posição quando a gente é um ser humano. E, como ser humano, a gente se agarra em qualquer coisa. Então, eu vou dizer: dentre os vários, diversos remédios que foram oferecidos para mim por A e por B, eu tomei todos. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... isso já é uma posição pessoal. Eu poderia até me recusar a colocar, porque é uma posição pessoal, mas é diferente do gestor; são posições diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, obrigado, obrigado.

Eu vou suspender por meia hora a sessão, para que... São 14h; a gente voltaria 14h30 para cá, para que as pessoas possam comer alguma coisa aí, o próprio Ministro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por meia hora; a gente volta em 30 minutos.

Muito obrigado.

(*Suspensa às 14 horas e 02 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 11 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando os trabalhos, pela ordem de inscritos, o próximo é o Senador Humberto Costa.

V. Exa. tem 15 minutos com a tolerância desta Presidência. O Sr. Eduardo Pazuello estará à sua disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, prezado Ministro Eduardo Pazuello, seja bem-vindo.

Eu quero começar, Presidente, de onde o ministro terminou. Perguntado pelo Relator por que ele saiu do Ministério da Saúde, ele disse: "Dever cumprido".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aclarar para o Brasil o dever que foi cumprido. Eu, até ouvindo V. Sa. falar, pensei que estava, que acordei na Nova Zelândia, onde, do início da pandemia para cá, morreram 26 pessoas. Não é a realidade. Durante 1 ano e 10 meses em que V. Sa. foi ministro, morreram 276 mil pessoas de Covid. Depois que o senhor saiu, já morreu um outro tanto. O Brasil continua sem vacina!

O senhor falou aqui que vacinamos não sei quantos milhões de pessoas – 25% tomou a primeira dose; a segunda dose, 8,2%. Não sei se o senhor sabe, porque o senhor saiu do ministério, mas, na semana passada, eram 5 milhões de pessoas que tinham tomado CoronaVac em primeira dose, e não tinha dose para tomar em várias cidades e Estados brasileiros.

O Brasil hoje tem *kit* intubação porque um conjunto de empresas comprou e deu para o Ministério da Saúde distribuir pelo Brasil. O Brasil está prestes a perder... Vão ser incinerados 1,6 milhão testes, porque foram comprados equivocadamente: compraram uma parte do teste e não compraram a outra; aquele cotonete grande não compraram. E ninguém quer receber! Nenhum Estado, nenhum Município, nenhuma filantrópica... Esse foi o dever, Sr. Ministro.

Vacinas. Todas as colocações que V. Sa. são equivocadas, são meias verdades. Por exemplo, o Sr. Wajngarten veio aqui, disse que era uma incompetência o trabalho do Ministério da Saúde, que foram dois meses sem responder um ofício, e o senhor veio dizer aqui que não comprou a vacina porque existia um impedimento legal. O senhor sabe quantos dias o Senado Federal levou para aprovar um projeto de lei e permitir que o Governo comprasse a vacina da Pfizer? Dois dias. A Câmara Federal, mais uns quatro ou cinco dias. E o senhor passou de setembro até o mês de março sem definir que precisava disso.

O Senador Randolfe vai lhe mostrar daqui a pouco que ele fez uma emenda numa medida provisória do Governo para aquilo poder ser aprovado, e o Governo não aceitou.

A CoronaVac. O senhor uma coisa aqui que não é verdade. O senhor disse que o Presidente da República não mandou o senhor suspender a compra das 46 milhões de doses da CoronaVac. Me dê licença aqui. Eu vou lhe mostrar... No dia 20, o senhor falou com os Governadores.

(*Procede-se à exibição de vídeo via telefone celular.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dia 21.

(*Procede-se à exibição de vídeo via telefone celular.*) **O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ministro, não só ele não lhe disse... Aí ficou muito grave isso, porque o seguinte: ele tomou a decisão, sem falar com o senhor, de suspender a aquisição da vacina, porque era "vachina", porque que era não sei o quê, e por aí vai.

Se a gente for para a Covax, Ministro... E aqui, veja, eu ouvi aqui vários que passaram que, para tudo, diziam: "Foi o Ministério da Saúde! Foi o Ministério da Saúde!". Eu esperava que o Ministério da Saúde chegasse aqui hoje e dissesse "não foi", mas o senhor confirmou. É incrível!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor disse que não comprou a vacina a mais de 10%, que não entrou no consórcio com mais de 10%, porque era caro. Qual é o preço de uma vida humana, Ministro? Qual é o preço de uma vida humana? Me responda! Para o senhor estar fazendo conta de quanto ia ser... Esses países aí afora estão comprando cinco vezes a população, quatro vezes a população, três vezes a população, e o Brasil não comprou nem para a metade! Nem para a metade. Essa é a realidade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone*.) – Claro que comprou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor me respeite, porque e estou com a palavra.

O senhor me garanta a palavra, por favor.

Tem mais: o senhor fala que teve autonomia, e vem aqui repetir os argumentos do Presidente da República. Aqui vieram dois ministros. Um disse: "Eu não tive autonomia, saí porque não tive". O outro disse: "Eu saí porque não tive autonomia". E o senhor teve autonomia? Não, o senhor não teve autonomia nenhuma. É porque o senhor fez tudo que o Presidente quis. Quem devia estar sentado aí é o Presidente Bolsonaro. O senhor concorda com todas as ideias estapafúrdias que o Presidente da República tem sobre a Covid-19. Eu não vi o senhor contestar quando ele falou mal de máscara. Eu não vi o senhor contestar quando ele falou mal de isolamento social. E aí o senhor vem aqui e diz para a gente o seguinte: "Não, depois que o Supremo tomou uma decisão, eu não podia fazer mais nada". Isso está errado, o senhor sabe!

O senhor, no começo, não conhecia o SUS, mas depois o senhor o conheceu. Na verdade, o seu papel era o de ter sido coordenador do enfrentamento, e não ficar assistindo os Estados e os Municípios enlouquecidos para tentar enfrentar, sem condição, essa situação. Mas eu não boto a culpa no senhor. Essa foi a posição do Presidente da República. Foi ele que foi ao Supremo agora há pouco para impedir os Governadores e Prefeitos de implementarem medidas de isolamento social.

V. Sa., como foi dito aqui, mudou um plano de contingência aprovado pelo seu próprio Governo para dizer que o ministério não tinha responsabilidade de garantir e dizer que agora é apoiar. Pela Lei Orgânica da Saúde e pela própria resolução, o Ministério da Saúde tinha que entrar em todo lugar em que a capacidade do Município ou do Estado fosse exaurida. Quem tinha que entrar era o Ministério da Saúde.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone*.) – É inconstitucional.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E V. Sa. sabe disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe o que V. Sa. fez, e eu tenho certeza que foi a mando do Presidente Bolsonaro? V. Sa. o que fez de relevante foi tentar mudar a maneira como o Ministério da Saúde informava o número de mortes, o número de pessoas acometidas. Para quê? Para maquiar, porque o Presidente da República disse que não aguentava mais ver o Jornal Nacional mostrando... Foi preciso a imprensa se organizar, se articular num consórcio, para o povo brasileiro poder saber como andava a evolução da doença. Eu não acho que isso seja um dever cumprido, Sr. Ministro.

Sr. Ministro, o senhor falou aqui que não mandou ninguém fazer tratamento precoce, nem tomar cloroquina. Sabe qual é o problema, Ministro? É que hoje tem isso aqui. Isso aqui... A pessoa não diz e sai impune. O senhor, no dia 21 de julho de 2020, defendeu o uso precoce de cloroquina. No dia 24 de agosto, o senhor disse: "Nosso tratamento precisa ser precoce e imediato" – tratamento. No dia 3 de dezembro, o senhor, numa reunião que envolveu o Uruguai, a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Brasil, fez uma fala dizendo: "O tratamento precoce fez diferença no enfrentamento da Covid-19 no Brasil".

Tem um negócio que eu não entendi ainda. O Ministro Mandetta disse que mandaram fazer cloroquina e ele não sabia. O Ministro Teich disse que mandaram fazer cloroquina e ele não sabia. O senhor também disse que mandaram fazer cloroquina e o senhor não sabia, embora o que o senhor assumiu aqui: que quem pediu cloroquina – essa que foi feita – o senhor mandou.

Mas o senhor pediu à Fundação Oswaldo Cruz para fazer 25% a mais de cloroquina lá no instituto, lá em Farmanguinhos, argumentando que era para malária. Mas o senhor sabe o que aconteceu com a malária no ano passado? O número de casos caiu 10%. E ele mandou fazer cloroquina. Não sei... Vocês acham que foi para malária? Alguém acha aqui que foi para malária? Eu acho que não, que não foi para malária, não é?

Mas eu queria dizer mais um pouco. Eu queria dizer, Ministro, que, lá em Manaus, mandaram para o Amazonas 224 mil comprimidos de cloroquina quando o povo estava precisando de oxigênio. Só em Manaus, foram 47.960. E aquela senhora que vem depor amanhã ainda saiu visitando lugar em lugar para convencer os médicos a usar a cloroquina.

Tomaram a decisão genial de tirar os pacientes de Manaus e mandar para os outros Estados sem ter o cuidado de garantir que isso não fosse uma transmissão do vírus para outros Estados. Não houve essa preocupação; leva de bolo. Os Estados cada um mandando um avião, quer dizer, o ministério não se envolveu nessa questão.

Mas, Ministro, eu quero dizer ao senhor: o senhor teve Covid, não é? Graças a Deus, o senhor ficou bom, não precisou ser entubado. O senhor já pensou o que deve ser alguém com Covid acordar de madrugada com uma cânula na sua traqueia, porque não tem remédio do *kit* Covid para você poder ficar sedado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor com certeza já deve ter ouvido falar de um movimento que está acontecendo no Brasil, é o movimento que tenta amparar os órfãos da Covid, crianças que não viram a mãe; nasceram e não viram a mãe. Outros de 3, 4, 5, 6 anos que perderam pai, mãe, tio, avó. É tio virando pai. É avó virando mãe. É isso que é o Brasil do dever cumprido que V. Sa. diz ter feito.

Ministro, o Brasil o culpa, infelizmente, porque eu sei que a culpa não é sua. O senhor é um homem leal. O Presidente lá deve estar no Palácio do Planalto dizendo: "Aquilo é um companheiro leal", porque o senhor veio aqui para livrar a cara do responsável por essa situação.

Foi isso que aconteceu, Ministro. Agora, o senhor não devia ser leal a um governo. Devia ser leal ao povo brasileiro, que quer saber de quem é essa responsabilidade, quer saber por que não tem vacina, quer saber por que não tem *kit* de intubação, quer saber por que não tem teste, quer saber por que o Brasil virou esse pária mundial, uma ameaça sanitária para o mundo. A verdade é essa.

O senhor vem vender aqui um sonho e assumir a responsabilidade de quem não merece que o senhor assuma a responsabilidade por ele, porque o senhor é uma pessoa decente, é uma pessoa leal, mas aquele não gosta de povo, não cuida do seu povo, não tem responsabilidade com a população, é incompetente, só pensa no poder! É a única coisa que aquele cidadão pensa. E o senhor devia pensar aqui, agora, um pouquinho se vale a pena assumir esse caminhão de processo que tem contra o senhor para defender este Presidente da República.

Eu quero lhe fazer uma sugestão que o povo brasileiro vai adorar: peça desculpa ao povo brasileiro. (*Pausa.*)

Não quero perguntar nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati, via remota, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vou fazer a primeira pergunta muito rápida. O Brasil tem 2,7% da população mundial. O Brasil tem cerca de 13% das mortes de Covid. A que o senhor, em sua gestão, atribui esses números dramáticos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Boa tarde, Senador.

Eu coloco da seguinte forma: a nossa... O que causa efetivamente a... A contaminação, ela realmente é muito forte e ela tem fatores que são condicionantes nessa contaminação, mas os óbitos, eles têm outros fatores. Você pode ter uma cor de contaminação alta e uma cor de óbito baixa ou pode tê-las simultâneas, paralelas. Eu acredito que a curva de óbito – a pergunta é só o óbito –, ela tem a ver com muitas outras estruturas, muitas faltas de estrutura, a nossa capacidade... A nossa capacidade de resposta, de estruturação de leitos, de estruturação de equipamentos, ela não foi a mais rápida que poderia ser. Então, eu acho que a nossa capacidade de tratar as pessoas, ela poderia ter alcançado um outro nível – um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro nível. E isso tem a ver com a base da estrutura de saúde que nós já temos no nosso País, ou seja, a gente não faz uma estrutura de saúde em um ano. Essa estrutura de saúde já vem em alguns lugares deficitários, outros não, já há bastante tempo.

A própria cepa que nos pegou agora na segunda onda, agora em 2021, não aconteceu em todos os países; essa cepa foi específica de alguns países e, onde ela pegou, ela realmente fez um número de óbitos muito alto. Eu acho que, se nós somarmos esses fatores, nós vamos ter aí uma explicação para essa quantidade de óbitos que nós temos. A própria dificuldade que nós temos na nossa estrutura médica de alinhar o protocolo, alinhar a conduta, porque os nossos conselhos, a nossa própria soberania médica de tomar as posições faz com que não haja um alinhamento claro para o tratamento no nosso País. Então, existem médicos em uma linha, médicos em outras linhas. Então, eu somo essas condicionantes e coloco aí essa responsabilidade. Eu acho que o nosso País é um País continental, 210 milhões de habitantes, e qualquer desses fatores influenciam muito no final na quantidade de óbitos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Então V. Sa. concorda que o fato de o Governo Federal não adotar uma estratégia nacional, por exemplo, seguindo as recomendações científicas aceitas pelos países mais desenvolvidos do mundo e pela Organização Mundial de Saúde de forma uniforme no Governo em relação à cloroquina, ao distanciamento social e ao uso de máscara, o Ministério da Saúde pode até ter tido, em alguns momentos, uma posição, mas a do Presidente da República era explicitamente e ostensivamente contrária. Então, pelo que eu entendi da sua resposta, esse foi um fator relevante para que nós chegássemos a esse número de óbitos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, eu coloco aqui de uma maneira bem clara. A política de saúde que o Ministério da Saúde, na minha gestão, desenvolveu apresentava as medidas preventivas como fundamentais para o combate à Covid, medidas preventivas que eu já coloquei aqui e coloco novamente: o uso de máscaras, a própria higiene pessoal, o distanciamento social necessário nos locais de trabalho. Isso tudo foi uma, essa parte está muito bem alinhada.

Com relação ao uso de um medicamento ou outro, eu não acho que um medicamento, nós acharmos que a solução ou a causa de mais mortos é o uso ou não da hidroxicloroquina, eu não sou médico, mas, por tudo o que eu ouvi até agora, isso não é um fator decisivo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Presidente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que o fator principal é o atendimento imediato, esse é o fator principal, não ficar em casa até ter falta de ar e, sim, buscar, o mais rápido possível, o atendimento médico. Eu acho que esse é o fator principal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O Senador Tasso quer se posicionar numa situação, só um minutinho, Ministro, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só uma coisa. Eu entendi que a falta de alinhamento homogêneo no Governo em relação às linhas principais... Por exemplo, eu vou dar um exemplo aqui no meu Estado: se havia uma orientação para a não aglomeração e o uso de máscara, o Presidente da República esteve aqui no meu Estado e foi a dois Municípios. Um: fez uma aglomeração gigantesca, não usou máscara, nem as pessoas que estavam presentes em seu palanque usaram máscara. Para mim, isso é um desalinhamento total entre as atitudes e ações do Presidente da República e a orientação que V. Sa. diz ser a do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, posso? Bem, para deixar claro... Por videoconferência, às vezes a gente não consegue transmitir, se expressar da maneira correta. Então, vou deixar bem claro: a falta de alinhamento a que eu estou me referindo é a da classe médica, de como deve ser feito, qual a melhor conduta para tratar a Covid, uma doença inédita e para a qual não há protocolos claros. Essa é a falta de alinhamento que eu estou colocando. Para mim, isso é um dos fatores que nos leva ao problema. Eu não acho que o uso ou não da hidroxicloroquina, em si, seja o grande responsável pelo maior ou menor número de mortos. Eu acredito que a maior... Desculpe. (*Falha no áudio.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... sobre aglomeração e uso de máscaras aqui no Ceará e em vários... Falo aqui do Ceará porque... É uma falta de alinhamento com todas as recomendações, não só do Ministério da Saúde, mas mundiais.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito – e aí vem uma posição muito pessoal minha – que o Presidente da República tem, na cabeça dele, outros pensamentos quando ele está agindo dessa forma. Ele está, na minha visão, tratando também a parte do psicossocial, a parte da posição do povo em acreditar que isso aí vai passar. Isso é uma análise minha. Eu não quero dizer nem que seja essa a análise dele. Então, o Presidente tem que ver todos os prismas. Eu me preocupei somente com o prisma da saúde. Os prismas que o Presidente vê são os prismas de um chefe de Estado, que tem outras visões. Como ele vê e como ele age, isso é uma posição dele.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, a última pergunta.

V. Sa. também falou aqui no seu depoimento o que mais ou menos tem a ver com que V. Sa. está dizendo agora. O Presidente, quando desautorizou a compra da CoronaVac, publicamente mandou cancelar a compra de uma vacina que era a que tinha maior probabilidade naquele momento de ser usada aqui no Brasil, o Presidente usou a sua figura política. V. Exa. concorda que, num país como o Brasil, ou em qualquer democracia do mundo, esse alinhamento, essa mobilização em torno de um objetivo só, que seria evitar mortes, deve partir do próprio Presidente da República? Ou seja, o lado político, a figura política do Presidente da República não é de médico nem de especialista, é de líder, de referência, daquele que tem que dar o exemplo, daquele que mobiliza ao redor de um determinado objetivo. Me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parece, quando V. Sa. diz, agora, que ele, ao fazer aglomeração e ao mesmo tempo não usar máscara, estava mais preocupado com o psicossocial do que salvar vidas e evitar mais contágio.

E a última pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu não comparei se era mais ou menos importante. Essa comparação não foi feita por mim. Eu falei que eu acredito que a visão naquele momento, a visão pessoal minha não é uma crítica ao Presidente e, muito menos, à realidade de como pensa o Presidente. É ele que... Só ele pode se posicionar sobre os pensamentos dele. Mas, na minha visão, é uma posição, é uma das maneiras que ele se coloca perante o povo que está ali.

Agora, com relação... Eu queria deixar apenas uma explicação para o senhor. Eu coloco novamente: nós não havíamos comprado ainda nem uma dose da vacina do Butantan, porque não podíamos comprar. Havia uma intenção de compra. Então, o Presidente não poderia mandar cancelar a compra, porque eu não tinha feito a compra ainda. Então, eu não cancelei a intenção de compra em momento algum. E o que o Presidente falou na rede social, volto a colocar: ele não repetiu isso para mim oficialmente nem pessoalmente. Eu não segui, eu não sigo, não seguiria e acho que ninguém deve seguir uma ordem emanada por uma rede social. Se o Presidente não se posicionou oficialmente comigo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ministro... Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... essa ordem nunca veio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ministro, sabe o que está havendo? V. Exa. anunciou isso. O Presidente, no dia seguinte, disse que não ia comprar a CoronaVac e depois ele foi visitá-lo no hospital. Aí V. Exa. disse: "Um manda, o outro obedece". Aí, essa cronologia é que está sendo feita.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Está certo?

Veja bem, eu quero aqui alertá-lo, Ministro. O senhor está protegido por um *habeas corpus*. O *habeas corpus* lhe protege para que V. Exa. não se incrimine, mas faltar com a verdade... Pode até dizer: "Olha, não vai dar prisão, eu estou protegido". Mas tenha a certeza, Ministro, de que faltar com a verdade aqui vai dar consequências muito grandes, porque nós não iremos parar enquanto a gente não achar a verdade.

Tem um documento aqui que me chegou às mãos. Um Deputado Federal pediu uma informação ao Ministério da Saúde. A esse documento o Ministério da Saúde responde da seguinte forma... No dia sete, à noite, o senhor recebeu um telefonema do Secretário Marcelo Scampelo lhe avisando que ia faltar oxigênio em Manaus. E está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, isso é uma resposta dada pelo Ministério da Saúde, não sou eu que estou falando. Eu tenho o documento aqui, eu vou lhe passar às mãos e para os seus advogados. Então, dizendo, faltar a verdade e tentar tangenciar as conversas, as perguntas não será bom para ninguém, nem para esta CPI e nem para V. Exa., que tem uma carreira brilhante dentro da formação sua. Eu o conheço, eu conheci a sua família, eu sei que você é de uma boa formação. Seu pai era um homem trabalhador, não conquistou nada de graça, era imigrante, como meu pai foi imigrante. Você está me entendendo? Tenho um respeito enorme, mas eu tenho que lhe alertar, na minha posição aqui, como Presidente da CPI, como Senador da República.

O Senador Renan lhe fez uma pergunta, o senhor respondeu, nem deixou ele terminar. Missão cumprida, eu acho que não houve missão cumprida. Nós perdemos todas as batalhas até agora, nós não ganhamos uma batalha, nós precisamos ganhar essa guerra contra o vírus. Até agora a gente está perdendo as batalhas.

Então, eu lhe faço este apelo pela relação, pelo que eu conheço da sua história, da sua família: por favor, vamos ser objetivos.

E este documento aqui, que foi do Ministério da Saúde – veja bem, não sou eu que estou inventando –, é uma resposta do Ministério da Saúde a um Deputado Federal que questionou o Ministério da Saúde sobre se o senhor tinha avisado ou não, e esse documento diz, o respondido foi o seguinte: numa conversa informal – tá certo?, em conversa informal –, o senhor foi comunicado da falta, que a White Martins tinha tido uma reunião com o Estado do Amazonas. Não estou isentando o Estado, não, hein? Por favor, não vá dizer que eu estou aqui querendo isentar o Estado de nada, não. O Estado tem suas responsabilidades. Mas eu acho que era um conjunto de esforços para que a gente não deixasse acontecer o que aconteceu no Amazonas. É isso que eu estou lhe falando.

Pelo respeito à sua carreira, pelo respeito às missões que já foram dadas, que o senhor cumpriu... Infelizmente, nós não podemos falar a mesma coisa em relação... Eu acho que todos nós ainda temos muito, há muitas missões para a gente cumprir a missão maior que é combater e exterminar o coronavírus. Nós estamos perdendo todas as batalhas até agora.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Obrigado, Presidente. Estou razoavelmente entendendo o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas, Sr. Ministro, vou aqui iniciar sobre a questão de Manaus, Ministro. Durante a sua fala a esta CPI, o senhor citou a frase: "O Presidente não me deu ordem direta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nada". O Vice-Governador do Amazonas, o Carlos Almeida, ele denunciou à imprensa que a imunidade de rebanho levou Manaus ao colapso. Aliás, a imunidade que era defendida tanto pelo Presidente Jair Bolsonaro como pelo Governador Wilson Lima. Eu pergunto ao senhor: o senhor concordou com essa abordagem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Não, não concordo com a abordagem de imunidade de rebanho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor anunciou, o senhor avisou o Presidente da República acerca da crise de Manaus? A gente vê aqui uma certa confusão de datas, né? No primeiro momento, o senhor informa, por exemplo, ao Ministério Público a data do dia 8; depois, do dia 17, acerca do conhecimento da situação do Estado de Manaus; e se fala agora a data do dia 10. Nesse momento, o senhor comunicou ao Presidente da República? E, ao mesmo tempo, qual a orientação que o senhor recebeu do Presidente da República em relação ao caos em Manaus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, deixe eu... Eu gostaria de fazer um esclarecimento, tentar fazer um esclarecimento mais... o melhor possível. No dia...

É óbvio que, a partir de 1º, 2º de janeiro, a partir de 28 de dezembro, meus olhos estavam sobre Manaus. Não é uma, não é uma coisa estanque o que estava acontecendo ali. Eu estava observando. E, no dia 7 de janeiro, à noite, o Secretário de Saúde ligou para o meu telefone pessoal e perguntou se eu tinha condição de ajudá-lo no transporte de cilindros de oxigênio, de Belém para Manaus, que iam para o interior do Amazonas – oxigênio gás, não o líquido; o de Manaus é líquido. E eu disse: não há problema algum. Vou acionar a OMD, que já está com o comando acionado em Manaus, e faz o transporte. Peguei o telefone, liguei para o Ministro da Defesa, liguei para o comandante militar de área, e foi feito o transporte no dia seguinte, no dia 8. Isso não foi... Em momento algum na ligação, Senadora, foi feita qualquer observação sobre colapso de oxigênio. Isso foi dia 7. No dia 8, quando nós começamos o expediente de manhã, eu já reuni os secretários e determinei que nós fôssemos a Manaus, porque não era... Não pela falta de oxigênio, mas pelo colapso que estava ficando claro na rede como um todo – não rede de oxigênio; na rede de atendimento. E o contágio subindo.

Eu falei: "Vamos levar o gabinete a Manaus e de lá a gente vai ver *in loco* primária, especializada, vigilância sanitária, todo mundo, cada um na sua, com a sua equipe". E assim foi feito. Embarcamos no domingo, dia 10.

No domingo, dia 10, eu fui direto para a reunião com o Governador e o Secretário. Nós temos que lembrar que nós estamos falando de sexta-feira, 8; sábado, 9; domingo, 10. Não é uma semana de trabalho. Na sexta-feira, 8... Na quinta-feira, à noite, 7, nós acionamos o transporte de oxigênio, o primeiro; na sexta-feira, 8, eu determinei o embarque; 9, sábado; domingo, nós embarcamos todos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manaus. Isso é procrastinar a decisão? É qualquer um pegar seis secretários de saúde nacional, embarcar no avião e ir para Manaus? Eu fiquei com medo de estar prevaricando, fazendo demais, não sabia nem o que que eu ia encontrar em Manaus.

Então, no dia 10, eu reuni o Governador e o Secretário. Foi a primeira vez que o Secretário colocou de forma clara que havia problemas na logística e no fornecimento efetivo de oxigênio para Manaus, no dia 10, à noite. Eu falei isso 50 vezes. "Ah, você recebeu o *e-mail*". Não, não recebi *e-mail* nenhum. Nem poderia receber *e-mail*. De onde que viria o *e-mail* para mim no Ministério da Saúde no dia 8, na sexta-feira?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, eu só queria colocar para a senhora para ficar bem claro, porque as informações que são dadas por um secretário, por um assessor ou por uma jurídica do ministério às vezes saem erradas. Isso acontece, infelizmente acontece, acontece muito. Mas essa é a realidade dos fatos, tá?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, eu pediria que o senhor fosse mais conciso comigo, porque infelizmente eu não tenho nem 10% do tempo que o nosso Relator tem, então a gente precisa ser muito rápido aqui nas respostas.

E, nesse momento em que o senhor já sentia a situação caótica – aliás, o Brasil inteiro sentia –, tem um ofício que data do dia 7 de janeiro, onde consta o seguinte; esse ofício é encaminhado à Secretaria de Saúde do Estado, onde fala o seguinte: que seja difundido e adotado o tratamento precoce como forma de diminuir o número de internações e óbitos decorrentes da doença. Nesse mesmo momento, há, por exemplo, a decisão do envio de 120 mil unidades de cloroquina, de hidroxicloroquina para o Estado do Amazonas, para a cidade de Manaus.

Eu pergunto ao senhor: quem orientou este ofício? De onde surgiu, na verdade, essa ideia de fazer esse atendimento precoce, no momento realmente de caos que aquele Estado já estava vivenciando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou dizer uma coisa para senhora: em momento algum pode-se parar o atendimento imediato com as medidas necessárias para iniciar o tratamento, porque a onda não vai parar. Então, são coisas paralelas. Achar que só estava se fazendo isso, achar que o ministério estava cuidando apenas de distribuir esse ou aquele medicamento, a hidroxicloroquina? Isso não é assim. O Ministério tem milhões de ações.

Achar que só estava se fazendo isso, achar que o Ministério estava cuidando apenas de distribuir esse ou aquele medicamento, a hidroxicloroquina? Isso não é assim. O Ministério tem milhões de ações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobre Manaus, sim, eu acredito que o atendimento imediato, com a prescrição do médico de medicamentos disponíveis, reduz a quantidade de pessoas que vai chegar à fase de agravamento da doença.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Se nós não controlássemos, se nós não controlássemos a entrada, aqui no meio ia continuar impactado demais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Agora, a pergunta, Ministro, é esta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta é: eu não fiz... Não fui eu que fiz o ofício. Esse ofício foi feito pela Secretária Mayra. E ele foi feito em virtude da ida... Ela esteve em Manaus. Ela foi, na equipe avançada, para avaliar a situação nos dias 4 e 5.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas o senhor tinha conhecimento de que estava indo hidroxicloroquina e não o oxigênio, que era a necessidade premente do momento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ao mesmo tempo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia solicitação de oxigênio algum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ao mesmo tempo, por que o Ministério da Saúde não aceitou, por exemplo, a ajuda americana de envio do avião cargueiro, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... para fazer o transporte do oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou colocar para a senhora: nós não mandamos apenas medicamentos para Manaus, nós mandamos respiradores, nós mandamos concentradores de oxigênio, mandamos fábricas de oxigênio e mandamos medicamentos, mandamos vacinas. E o que é que a gente... H1N1, na época. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, um minuto para mim, Presidente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – E nós fizemos um grande aumento do número de leitos ali no que era possível.

Agora, tem que ficar claro, tem que ficar claro que o Estado não nos passou situação alguma de oxigênio em relação à White Martins até o dia 10.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor aceitou ou não o avião, Ministro? A pergunta é só essa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senhora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor aceitou ou não a ajuda americana do avião cargueiro para o transporte de oxigênio?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca me chegou essa oferta para que eu aceitasse ou não: "Você aceita ou não?". Quando eu soube que estava sendo discutido o avião americano, é claro que eu queria o avião americano!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor nunca soube, não é? Tudo bem!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quando eu soube disso... Não chegou para o Ministério da Saúde.

Eu tenho a informação – isto é só um dado; eu não tenho como confirmá-la – de que a oferta nunca foi de doação de avião para nós, porque, obviamente, aquilo teria que ser contratado de alguma forma oficial. Isso, eu não tenho esse dado para lhe garantir. Agora, dependendo de nós, eu queria avião de qualquer lugar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Ministro, eu vou partir aqui para outra pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu queria avião de qualquer lugar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... porque não tenho muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, nós tivemos uma denúncia, que foi apresentada pelo Jornal Nacional, de que o Ministério da Saúde, mais especificamente seu escritório no Estado do Rio de Janeiro, teria construído, ou melhor, reformado dois galpões da ordem de um volume de R$30 milhões e de que parte, inclusive, desse material não havia sido entregue. Segundo ainda informações do Jornal Nacional, isso teria sido conduzido pelo Coronel George Divério, tudo isso feito num período de pandemia, buscando, na verdade, o princípio da emergência a partir desse período de pandemia. Aí, portanto, foi uma aplicação sem que ao menos, inclusive, os equipamentos tenham sido entregues.

O senhor tem informação... Qual a informação que o senhor nos dá acerca dessa denúncia, Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu soube disso ontem pelo Jornal Nacional. Liguei para me informar. A informação que tive foi: as causas da emergência não foram Covid, foram outros tipos de causa, eram causas de risco à integridade das pessoas que estavam trabalhando nas duas instalações. E, dois, não houve emprego de recurso algum porque os processos foram cancelados. Foi verificado pela nossa própria integridade que a formalidade não estava correta, e ela foi cancelada antes de acontecer. Pelo que eu soube até agora, esses são os fatos; o resto já são ilações do problema. Não houve nenhum centavo colocado de nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo, eu queria pedir ao Presidente desta Comissão, através de algum outro membro, porque não sou membro desta Comissão, que solicitasse a cópia dessas atas, Ministro. A gente, muitos colegas aqui falam inclusive sobre essa questão de direcionamento orçamentário. Eu acho que inclusive é uma boa resposta a alguns desses colegas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que se solicite, portanto, a cópia dessas atas das reuniões junto ao ministério e ao Estado do Rio de Janeiro.

E, para finalizar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... eu quero falar aqui...

Não, eu estou falando ao Presidente Omar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero fazer aqui uma última pergunta ao senhor, Ministro. O senhor leva a sério o que o Presidente da República fala nas redes sociais,

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu só levo a sério quando as coisas são tratadas pessoalmente comigo, oficialmente, como Ministro. Agora, as posições do Presidente nas redes sociais, as posições de tuítes, aquilo ali é a figura política dele. Dali eu não extraio ordens e determinações para nada, nunca extraí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor não leva a sério.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, o termo não é "levar a sério"; eu não falei isso. Eu falei que dali eu não extraio ordens. É diferente de não levar a sério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Porque, Ministro, com todo o respeito ao senhor, mas, assim, a sensação que eu tenho é de que parece que o senhor está meio que brincando com a cara da gente na CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, Senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor já mentiu demais nesta Comissão, Ministro, mas muito mesmo. Eu não tenho nem tempo para elencar aqui todas as mentiras que V. Exa. cita a esta Comissão. Por exemplo, V. Exa. acaba de falar que não teve informações acerca do avião cargueiro. Está aqui uma documentação que foi feita pelo próprio Ministério da Saúde em resposta, por exemplo, a uma Parlamentar, a Deputada Perpétua, da Câmara dos Deputados, e fala aqui claramente por que não atendeu ao pedido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que foi apresentado para ter acesso a essa aeronave. Está aqui, claramente. Posso passar a V. Exa.

E aí inclusive a própria imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Você pode assessorar o Ministro, mas falar aqui, não. V. Exa. não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo. Melhor ele ficar em silêncio do que se comprometer cada vez mais, porque esse documento eu recebi agora. Por isso que eu falei: "Olha, dia 7 e tal". Ele explicou aqui, mas a explicação dele não bate com a explicação do ministério. Não foi o secretário ou o Governador João... Não, foi lá o ministério.

Então, a mesma coisa: a Senadora Eliziane está trazendo um levantamento de uma resposta dada do ministério a uma Deputada. Por isso que eu acho que vocês têm que ter acesso a essas respostas para que vocês não possam, depois, passar constrangimento. É isso que eu estou querendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu só pediria a V. Exa. mais dois minutos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só... Eu ouço, Senadora. Eu só queria que V. Exa. pontuasse...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu já estou finalizando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... mas sem agressão, sem, sabe... Eu a conheço, eu gosto tanto da senhora. Por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu não sou agressiva. V. Exa. sabe que eu não sou agressiva; eu estou sendo enfática apenas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, você é um amor de pessoa. Eu tenho um carinho enorme por você.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, está aqui, Presidente, com toda a calma, está aqui a documentação, tanto de recortes de jornais quanto um documento emitido pelo Ministério da Saúde acerca da informação do porquê não estaria atendendo a essa ajuda americana em relação a esse avião cargueiro.

Quando, por exemplo, o Ministro fala sobre não ter manifestado intenção para a compra da CoronaVac, aí eu perguntei para ele...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Não ter?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... se ele considera ou não a palavra do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... se ele considera ou não a palavra do Presidente.

Primeiramente, está muito claro... Não, Presidente quero mais dois minutos. Eu acabei sendo interrompida em alguns momentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu interrompi V. Exa. Por isso, a senhora tem, sim, o tempo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Então, está aqui a documentação, a outra documentação feita pelo próprio Ministério da Saúde que mostra claramente a manifestação de interesse, por parte do Ministério da Saúde, de compra da CoronaVac. O Presidente fala, no dia seguinte, que não vai comprar coisa nenhuma porque é da China, e, depois, o Ministro diz: "Olha, o Presidente manda, e eu obedeço". É simplesmente isso. E está aqui. O Presidente diz simplesmente que não havia intenção de compra realmente da CoronaVac. Não é verdade!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ao contrário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Está aqui constatado realmente nessa documentação.

Quando, por exemplo, o Ministro coloca que não teve recomendação ou orientação para o uso da cloroquina... Meu Deus do céu! Está aqui a orientação escrita pelo Ministério da Saúde, que ficou até o último dia 22 de abril no *site* do Ministério da Saúde; só depois, na verdade, retirou. Aliás, o Conselho Nacional de Saúde fez uma documentação que também está aqui e que enviou ao Ministério Público Federal falando exatamente contrário a essa orientação, porque não obedecia à recomendação, por exemplo, do próprio SUS, das organizações sanitárias e da Organização Mundial da Saúde e colocava, portanto, em risco a população brasileira. Está aqui essa outra documentação, que é do Conselho Nacional de Saúde.

E, por último, Ministro... Aliás, eu queria rapidamente perguntar ao senhor: por que o senhor não recebeu a representação da Pfizer, que, pelas informações do Diretor da Pfizer aqui nesta CPI, iniciou as conversas a partir do mês de maio e, até o mês de novembro, não conseguiu, na verdade, se reunir nem com o senhor nem mesmo com o Ministro da Economia? Por que o senhor não recebeu a Diretoria da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou começar pela última resposta, porque eu não recebi a diretoria de nenhuma empresa vendedora de nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Presidente... Você não recebeu? Não é verdade, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não recebi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Está aqui a constatação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... a sua agenda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Consta claramente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe eu explicar para a senhora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) **–** Não era para tratar de vacina.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe eu explicar para a senhora.

Eu recebi o Dr. Carlos Murillo para cumprimentá-lo durante uma das suas idas lá. Recebi, pedi para que ele entendesse a importância do Brasil, importância da Pfizer, que é uma parceira de longa data conosco – nós compramos bilhões da Pfizer pelo Ministério da Saúde. Falei para ele na minha sala. Liguei para ele no final de semana para cobrá-lo numa posição mais dura. Então, eu o recebi uma vez no meu gabinete, antigo gabinete, e, uma das vezes, numa outra semana, eu liguei no final de semana para ele para cobrá-lo de uma posição que flexibilizasse mais o que nós estávamos fazendo com ele.

Então, ficam aí as duas primeiras respostas.

Eu o recebi uma vez no gabinete. Lembro claramente: eu mostrando o mapa do Brasil para ele e mostrando as dimensões do Brasil para ele compreender que nós não poderíamos ser tratados igual a qualquer outro país da América do Sul e liguei para ele pessoalmente também. Mas isso é a parte simplesmente por tê-lo recebido. Agora, em termos de diretoria da Pfizer para apresentar proposta, eu não recebi. Eu recebi o Presidente da Pfizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E a sua reunião com a Janssen era acerca de quê?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor recebeu... Consta, na sua agenda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... também o recebimento no dia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, vou falar de novo para a senhora: eu não recebi nunca diretoria de ninguém para tratar de compra e venda de vacina. Posso ter cumprimentado o representante-chefe do cara, para apertar a mão, tomar um café, muito obrigado... Qualquer negociação foi feita na Secretaria-Executiva abaixo, não comigo. É isso o que eu estou falando para a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado. Obrigado.

Ao Presidente da América Latina da Pfizer, o Carlos Murillo, quando esteve aqui, o Senador Renan perguntou e ele disse que a reunião que ele teve foi com o Coronel, eu não lembro o nome do Coronel, me desculpe...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Elcio. E que o Ministro entrou lá e só cumprimentou e saiu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Só que consta na agenda do Ministro, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sim, sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... duas agendas, em dois momentos distintos, com dois representantes, tanto da Pfizer quanto da Janssen.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Bem, Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Sr. Presidente, eu queria que ficasse registrado, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A palavra está com o Senador Eduardo Braga, por...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Alessandro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu só queria que ficasse registrado que o Ministro, ao longo de seu depoimento, não negou ter recebido presidentes ou diretores de laboratórios produtores de vacinas. O que ele enfatizou é que as negociações em nível técnico, comercial, se deram com as equipes técnicas do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas todo mundo entendeu dessa forma, Senador Líder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, é porque as perguntas da Senadora Eliziane queriam, de certa forma, concluir por uma contradição do Ministro, e essa contradição não houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso da Pfizer, não é essa a questão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas é porque a representante da Pfizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso da Pfizer, não é essa a questão. No caso da Pfizer é que, de agosto a dezembro, ele não recebeu ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – As negociações se realizaram no Ministério como ela afirma que se delinearam. (*Fora do microfone.*)

E ele foi claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não vou interromper a Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade essa informação... Na verdade, a informação não é minha, essa informação é da Pfizer. Acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até cabe uma acareação entre o Ministro da Saúde e o representante da Pfizer, porque as informações não batem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigada, Senadora.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, o nosso depoente está acompanhado por assessoria jurídica, correto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu gostaria que fossem identificados, porque me parece que ele tem advogado particular e o representante da AGU.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu realmente não sei quem é quem, mas por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não tenho advogado... Esse é o Coronel Franco Duarte e esse é o representante da AGU.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor não está acompanhado, nem é representado por advogado particular?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em hipótese alguma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A AGU eu acho que é obrigada a defender ex-Ministro, no caso.

Senador Eduardo Braga, com a palavra, por 15 minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa. e cumprimentar o Sr. Ministro, cumprimentar o Relator, Senador Renan, as Sras. e os Srs. Senadores e o povo brasileiro que nos acompanha, em especial, o povo do Amazonas.

Sr. Ministro, eu queria aqui lembrar números muitos tristes. V. Exa. assumiu o Ministério de Minas e Energia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aguardar... Eu vou aguardar o diálogo aqui paralelo, com a permissão do nosso Presidente, porque, sinceramente, eu estou desde às 9h da manhã aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço a gentileza das pessoas que estão falando. O Senador Eduardo Braga está com a palavra, e a gente precisa de 15 minutos para ele fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

É apenas para informar à Mesa que, após a fala do eminente Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque a Ordem do Dia teve início...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já iniciou?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a informação que eu acabo de receber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido a V. Exa.: que V. Exa. fizesse um apelo ao Presidente do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já fiz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – O Relator terminou agora há pouco a participação dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já fiz.

O Presidente do Senado me recebeu da seguinte forma...

Bem, eu falei, desde o primeiro momento, que, se tiver que parar, a gente vai parar e vai voltar depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz esse apelo, como outros Senadores ligaram para o Presidente. O Líder Fernando Bezerra ligou, o Senador Rogério Carvalho ligou. E eu falei com o Presidente. Ele me disse que teria uma matéria para aprovar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Já foi retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não tem nada. Não sei por que está havendo sessão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Foi retirada de pauta, pelo que eu sei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, como eu ia falando, peço apenas para repor os 15 minutos, Sr. Presidente, porque eu sequer comecei ainda a falar.

Mas, Sr. Ministro, eu, lamentavelmente, vou lembrar números tristes. V. Exa. assumiu o Ministério da Saúde com 15.633 mortes no Brasil. Deixou o Ministério da Saúde, dez meses depois, o Brasil, com 298.843 mortes.

Sr. Presidente, triste dizer, hoje, que os números mostram 439.050 brasileiros mortos pelo covid.

Ora, Ministro, se V. Exa. tem na sua agenda diretor de empresa de venda de vacina, isso é obrigação de V. Exa., como Ministro, tratar de compra de vacina para salvar vida de brasileiro! Não tem que haver nenhuma vergonha, Senador Humberto Costa, se isso existe. O ruim é o senhor vir aqui à Comissão dizer que, na qualidade de Ministro, não tratou de compra de vacina quando nós precisamos de vacina para salvar vidas! Quando uma das razões de esta CPI existir é para resolver o problema de vacina!

Não é crime Ministro da Saúde sentar com diretoria da Pfizer, sentar com a diretoria da Sinovac, sentar com a diretoria da Covaxin, sentar com quem quer que seja para comprar vacina para salvar vidas!

Portanto, se a Senadora Eliziane trouxe a agenda de V. Exa. e lá consta, eu ia fazer uma pergunta a V. Exa., porque, se V. Exa. dissesse que era mentira, eu ia lhe dizer: Ministro, eu não consigo entender o senhor, como Ministro da Saúde, tendo assumido o Ministério com 15.633 mortes, mais de 200 mil pessoas morreram na sua gestão, e o senhor não estava priorizando compra de vacina? Como? É a primeira pergunta.

A segunda pergunta é: o senhor concorda que, se não houvesse faltado oxigênio no Amazonas, vidas teriam sido salvas? Essa é a segunda pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira pergunta, Sr. Ministro, é: a quem o senhor, então, atribui a responsabilidade de falta de oxigênio no Amazonas? À empresa? À sua equipe? Já que o senhor disse, ainda há pouco, que agiu rápido e que fez tudo a seu alcance.

Portanto, eu quero ouvir de V. Exa., porque não é possível, porque não é possível, nós, brasileiros, estarmos vendo o que está acontecendo e ficarmos aqui num discurso negacionista, se é cloroquina, se não é cloroquina!

Eu não quero saber se é A, se é B ou se é C; o que eu quero saber é como nós salvamos vida. Como é que nós estancamos essa mortandade no País? Porque não é natural, porque não é normal o volume de mortos. Eu tenho 60 anos, Ministro. Eu não imaginei que, aos 60 anos de idade, às vésperas dos meus 40 anos de vida pública, eu estivesse testemunhando e vivenciando o que eu tenho vivenciado.

Quarta pergunta: quem autorizou a desativação do Hospital de Campanha Nilton Lins em Manaus? Ele foi desativado, Sr. Relator, em julho de 2020, logo ao cabo da primeira onda. E, como todos sabemos, não foi apenas o hospital de campanha do Amazonas que foi desativado. Nós tivemos em várias capitais brasileiras, em vários Estados brasileiros, redução de leitos de UTI.

Portanto, a quinta pergunta a V. Exa.: com relação à questão... Com relação à questão da má gestão dos leitos da UTI, das UTIs: a quem e a quê V. Exa. atribui a redução e o fechamento dos hospitais de campanha e dos leitos de UTI pós-primeira onda? O Ministério da Saúde sabia ou não da existência e da possibilidade da segunda onda?

Sexta pergunta: o aplicativo TrateCov. O aplicativo TrateCov, Sr. Ministro, está na TV Brasil, com propaganda oficial. No dia 19 de janeiro de 2021, na minha cidade, na cidade de Manaus, como recomendação, Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, a TV Senado está transmitindo agora a sessão. Não... Foi cortada a sessão daqui. Eu acho melhor a gente suspender, para V. Exa. voltar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Porque é... Vamos esperar um pouco, Ministro? Depois a gente volta. Então, vamos suspender a reunião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É a melhor providência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente volta assim que o Senador Rodrigo Pacheco encerrar a reunião lá.

(*Suspensa às 16 horas e 11 minutos.*)

(*Suspensa às 16 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 09 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós ficamos aguardando, conforme o combinado aqui, por 30 minutos, para ver se a sessão do Senado seria interrompida. Infelizmente, não terminou. Nós temos ainda 23 Senadores e Senadoras para falar e nós estamos aqui desde às 9h da manhã. Poderíamos ficar um pouco mais, mas a gente não sabe que horas vai terminar a sessão do Senado e nós estamos votando.

Acabei de botar uma matéria aqui, via remota...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, é só essa nominal que tem. Parece-me que vai continuar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, acontece que, quando os Senadores estiverem inscritos para falar, independente de votação ou não, a sessão do Senado, ainda que permaneça...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E se nós entrarmos num acordo? Eu uso cinco minutos. Eu tenho uma pergunta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senadora, me perdoe, me perdoe, nós não podemos aqui ficar falando em nome de outros Senadores que estão inscritos.

Senador Omar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se cada um...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... eu concordo com V. Exa. Eu acho que nós devemos suspender os trabalhos e recomeçar amanhã, às 9h da manhã. Ainda tem dois itens na pauta, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Parece que vai tirar, Senador... Senador Eduardo, é muito diferente quando você participa aqui e participa remotamente: aí a gente marca viagem, compra passagem, reserva... Só no sentido... Não, eu quero só ajudar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senadora, eu também quero ajudar. A gente mora no Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu imagino, eu sei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – De lá para cá são 2 horas e 40 de voo. Não tem voo quinta-feira à tarde para o Amazonas, nem à noite, eu vou ter que ir sexta-feira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só para que a senhora saiba.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, eu queria... É de total interesse o senhor estar no Amazonas. Eu queria saber se é possível fazer algum acordo com o Senador Rodrigo, com o Presidente. O que nós poderíamos fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Para ajudar, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a senhora viaja amanhã?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, eu não vou mais viajar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos marcar: amanhã, às 10h da manhã, a gente reinicia a sessão. Nós começamos meia hora antes, porque nós temos que votar requerimentos para a semana que vem. Tem requerimentos e convocações que estão pautados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E aí, Presidente, amanhã pela manhã, se o Senador Otto quiser recomeçar por ele, eu abro mão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem problema, mas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... ele recomeça e depois eu falo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro Pazuello, amanhã...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nós vamos iniciar 9h. Nós iniciaremos às 9h e a sua...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. às 10h da manhã, está bom?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está encerrada a sessão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa a reunião, desculpem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A reunião está suspensa até amanhã, às 9h da manhã.

Pois não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque amanhã nós teríamos outro depoimento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós teríamos outro depoimento amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou te ouvindo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Teríamos outro depoimento amanhã. Como é que fica o outro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O depoimento da Dra. Mayra ficará para terça-feira que vem, e assim por diante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um abraço.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 12 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 19 E 20 DE MAIO DE 2021, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Roberto Rocha, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Rose de Freitas, Zenaide Maia e Luiz do Carmo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às dezessete horas e doze minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte de maio de dois mil e vinte e um. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 259 de 2021** que: "Convida Natalia Pasternak Taschner, microbiologista, fundadora e primeira presidente do Instituto Questão de Ciência (IQC)." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 261 de 2021** que: "Requerimento de convite ao Gerente da White Martins, Sr. Christiano Cruz." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 553 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Wizard Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 560 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, informações sobre todos os protocolos de intenção de aquisição da vacina Coronavac pelo Ministério da Saúde e todos os contratos, especificando datas em que foram realizadas as reuniões/tratativas/contatos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 561 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre todos os protocolos de intenção de aquisição da vacina Coronavac e todos os contratos, especificando datas em que foram realizadas as reuniões/tratativas/contatos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 562 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga, informações sobre os produtos adquiridos e serviços prestados na área de comunicação, publicidade e marketing durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de abril de 2021, a fim de subsidiar os trabalhos investigativos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI-Pandemia)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 563 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo o detalhamento da estratégia adotada para a contenção da disseminação da variante P1, surgida em Manaus e confirmada pela Fiocruz em 12 de janeiro de 2021 e da equipe do Ministério da Saúde encaminhada para gerir a crise em Manaus." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 564 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo o detalhamento dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos de tomada de decisão acerca de testagem, vacinação, distribuição de insumos, protocolos de tratamento, treinamento da linha de frente e comunicação e da linha decisória do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 565 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo a composição da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis e a ata de todas as reuniões da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 566 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministério da Relações Exteriores, todas as informações, correspondências e documentos encaminhados por aquela Pasta para outros ministérios, presidência da República, órgãos públicos, embaixadas ou representações de outros países, bem como os por ela recebidos, sobre assuntos direta ou indiretamente relacionados ao combate da pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 567 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhadas cópias da íntegra dos registros audiovisuais de reunião." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 569 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora NATHÁLIA PASTERNAK, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 570 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor FERNANDO ZASSO PIGATTO, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 571 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor JOSÉ GOMES TEMPORÃO, médico, professor e pesquisador titular aposentado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ex-Ministro da Saúde" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 572 de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o Sr. Átila Iamarino." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 573 de 2021** que: "Reqer que seja convidado o Senhor CLÁUDIO MAIEROVITCH, médico sanitarista e ex-presidente Anvisa e da Fiocruz" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 574 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor CLOVIS ARNS DA CUNHA, Professor de Infectologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 575 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora ZELIETE ZAMBOM, Médica de Família e Comunidade, Professora da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic e Presidente Sociedade Brasileira Medicina de Família e Comunidade" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 576 de 2021** que: "Convite Cláudio Maierovitch" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 577 de 2021** que: "Convite Nathália Pasternak" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 578 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos von Doellinger, informações a respeito de estudo publicado pelo IPEA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 580 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora ZELIETE ZAMBOM, Médica de Família e Comunidade, Professora da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Sociedade Brasileira Medicina de Família e Comunidade" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 582 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor CLOVIS ARNS DA CUNHA, Professor de Infectologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 583 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor JOSÉ GOMES TEMPORÃO, médico, professor e pesquisador titular aposentado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ex-Ministro da Saúde" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 584 de 2021** que: "Requer convite a Representante do Conselho Nacional de Saúde para debater, entre outros temas, as ações e omissões do Governo Federal que levaram a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) e a alta mortalidade de trabalhadores de saúde que atuam na linha de frente do combate à pandemia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 585 de 2021** que: "Requer convite a Representante do Conselho Nacional de Saúde para debater, entre outros temas, as ações e omissões do Governo Federal que contribuíram para o colapso da saúde pública em Manaus no enfrentamento à pandemia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 616 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Sr. Paulo Barauna, Executive Business Director da White Martins." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Continuação do depoimento. Oitiva do Gen. Eduardo Pazuello, Ex-Ministro da Saúde, em atendimento aos requerimentos 117/2021, 132/2021, 196/2021 e 273/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Declaro reaberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para as pessoas que estão aí atrás para que façam um pouquinho de silêncio, porque eu não estou nem me ouvindo aqui, imaginem vocês.

... Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

Bem, nós iríamos votar requerimentos hoje e a proposta que a Mesa faz – eu já conversei com alguns Senadores – é que hoje nós já, a partir de 10h, comecemos a ouvir o ex-Ministro Pazuello; na terça-feira, está aqui marcado para a Dra. Mayra; na quarta-feira, nós tiraríamos o dia para votar requerimentos e convocações, porque tem muitos requerimentos que vai ter discussão, então não ouviríamos ninguém, só votaríamos, na quarta-feira; e, na quinta, nós prosseguiríamos ouvindo. Eu conversei com alguns Senadores. Acharam que a proposta é boa, porque nós vamos perder muito tempo discutindo. Tem nomes que são consenso, tem outros que não são, então acho melhor nós fazermos isso numa sessão inteira.

E eu quero colocar aqui à aprovação dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras esta questão: que na quarta-feira que vem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... em vez de a gente discutir isso hoje, quarta-feira a gente tiraria a sessão para a gente discutir essas questões.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só reafirmando, não sou membro da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. pode falar a hora que quiser.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas eu quero apenas fazer um pedido aqui a V. Exa. – a gente está vindo inclusive presencialmente: que, de repente, esse dia especificamente de aprovação de requerimentos pudesse ficar para quinta-feira. Ficaria, terça e quarta, oitiva; e, na quinta-feira, que é o último dia da semana, ficaria a concentração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debates e aprovação de requerimentos, porque aí daria também a opção aos Parlamentares que queiram retornar aos seus Estados com antecedência, se for o caso, e participar de remota aí pela votação dos requerimentos, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu aceitaria com o maior prazer, Senadora; o problema é o prazo para a gente chamar algum convidado. Nós temos que ter um prazo para chamá-los e, na quinta-feira, já ficaria muito apertado. Então, é essa a questão.

O pedido de informações nem tanto, mas os convites e convocados, sim, nós temos um tempo para avisá-los, porque, muitas vezes, a pessoa... A gente avisa com uma rapidez e ele pode justificar dizendo: "Olha, eu não posso ir porque aconteceu isso". Então, é essa a questão, Senadora.

Infelizmente, nós temos esse tipo de problema aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem jeito. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu só queria ouvir... Eu, infelizmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu estou calma. Eu sempre sou calma, Senador Eduardo Braga. Eu não sei de onde saiu essa ideia de que eu não sou calma, gente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Deus o livre.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso é uma calúnia contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calúnia... Você é uma aguerrida!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é uma aguerrida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu aceitaria sua sugestão com o maior prazer, mas eu tenho... Eu vim aqui perguntar para a Comissão que nos ajuda, e eles me alertaram sobre essa questão de prazos para convidar. Os requerimentos não teriam problema, mas os convites, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu coloco em apreciação deste Plenário.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Por gentileza, eu queria só fazer um pedido ao senhor, tendo em vista a necessidade de a gente resguardar, não apenas os trabalhos desta CPI, o sigilo dessa CPI, principalmente com relação a documentos, mas também a saúde nossa aqui – não é?

Desde o dia 18 de maio, foram registrados alguns documentos dessa CPI, saindo já, sendo vazados na imprensa. Inclusive nós já identificamos, eu peço reservas com relação ao nome para não expor a pessoa, mas foi uma assessora parlamentar que estava aqui. E eu queria fazer o pedido ao senhor, já que vídeos também... E ninguém tem nada a esconder aqui, eu acho que somos pessoas públicas e... Mas ficou combinado que seria um assessor por partido – não é? E tinha uma outra assessora aqui que estava registrando tudo em intervalo, e o pior, documentos – tá? – que estão vazados, e eu vou encaminhar para o senhor, queria pedir a apuração da Polícia Federal com relação a isso, porque documentos é algo muito sério – não é? Então, quero fazer essa solicitação para o senhor, e eu passo daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou aguardar as 10h. São que horas agora?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Nove e cinquenta e dois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, estou aguardando aí só...

O ex-Ministro Pazuello já se encontra? Já? Então, eu vou pedir para chamar o ex-Ministro Pazuello para entrar aqui. Ele já fez o juramento ontem. Nós estávamos ontem com o Senador Eduardo Braga na hora que nós interrompemos a nossa sessão.

Depois do Senador Eduardo Braga, Senador Marco Rogério, Senador Otto Alencar...

Bom dia, bom dia. (*Pausa.*)

Pelos titulares, Senador Eduardo Braga, Senador Marco Rogério, Senador Otto Alencar, Senador Ciro Nogueira, Senador Randolfe, Senador Eduardo Girão, Senador Jorginho Mello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente... Sr. Presidente... Sr. Presidente, eu queria só pedir a V. Exa. que eu pudesse aqui falar a respeito do que aconteceu ontem.

Eu estava aqui no Plenário, aí disseram que o Ministro Pazuello teve uma tontura.

Eu fui lá no local em que ele estava, ele estava sentado na posição errada, com as pernas para baixo. Eu disse: "Ministro, mude de posição, deite e eleve as pernas para corrigir quase uma síncope que o senhor teve". Pode ter sido uma síndrome vasovagal, mas a minha preocupação foi de recuperá-lo. Quando eu saí, e o senhor já estava bem vermelhinho, corado, aí eu estava aqui fora, e disseram que o senhor passou mal. O termo "passou mal" não deve ser usado pelo médico, porque "passou mal" pode ser um infarto, um AVC... Estavam pensando isso. E não, "ele já está bem, está recuperado, pode, inclusive, voltar a fazer o depoimento", que não o foi, porque o senhor não podia fazer; foi o Presidente, que tomou a decisão de suspender.

Não foi isso, Ministro, que aconteceu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. Para esclarecer, porque às vezes as pessoas ficam falando uma coisa ou outra, e eu só tive a intenção, como médico que sou, de socorrer. É um instinto nosso, de quem está no local. Qualquer um pode ter.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Doutor, muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu já tive desmaio, já tive síncope. Qualquer um pode ter.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Doutor, muito obrigado. Eu lhe agradeço a sua atenção. Eu falei isso abertamente, mas as coisas vão se transformando, como se eu tivesse... Foi porque eu explicando que a sessão foi suspensa porque eu passei mal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu sei, mas isso foi a mídia que colocou. Eu falei: "Não, não tem nada a ver uma coisa com a outra, eu não passei mal nesse nível". E, na verdade, foi só...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quando eu botei o senhor na posição horizontal e elevou, o senhor melhorou logo – não foi?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor foi muito atencioso. Eu quero lhe agradecer aqui pessoalmente, e isso aí foi só como as coisas vão sendo aumentadas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E outra coisa, eu fiz a consulta pelo SUS; não precisa me pagar nada. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez reais.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Obrigado doutor, muito obrigado! O senhor foi muito atencioso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu só quero dizer, antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Braga...

Como é que aumenta isto aqui? Como é que aumenta isto? O operador tem que aumentar isto aqui, aumentar meu som.

A reunião não foi suspensa por causa do ex-Ministro Pazuello; a reunião foi suspensa porque começou a Ordem do Dia no Senado Federal. E a gente esperou um tempo. Se encerrasse a Ordem do Dia, nós voltaríamos para os trabalhos. Isso aí que aconteceu, mais nada do que isso.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) **–** Eu acho que essa questão está esclarecida.

Eu vou passar a palavra por 15 minutos ao Senador Eduardo Braga, porque, como ele foi interrompido ontem, aí você perde o raciocínio lógico das suas perguntas.

Então, Senador Eduardo Braga, por 15 minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) **–** Presidente, primeiro, agradeço a V. Exa., cumprimentando o Senador Renan, nosso Relator, cumprimentando o Ministro Pazuello e cumprimentando os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras e o povo brasileiro que nos acompanha pela TV Senado e pelas demais emissoras que estão cobrindo esta CPI da Covid-19.

Eu dizia ontem, Ministro Pazuello, que V. Exa. assumiu o ministério num momento em que 15.633 brasileiros haviam morrido. E, dez meses depois, nós já tínhamos 298.843 mortos.

Obviamente que eu falo isso com muita tristeza, e mais triste ainda fico porque, até o dia de ontem, aproximadamente 440 mil brasileiros haviam falecido. E esses brasileiros, no meu modo de ver, muitos deles, poderiam ter sido salvos, primeiro, se o Brasil tivesse adotado uma postura mais firme e afirmativa com relação ao uso de máscara, com relação ao distanciamento e com relação ao uso do álcool em gel e se nós não ficássemos numa disputa de narrativa política do enfrentamento da pandemia.

V. Exa. era o Ministro. Eu pergunto a V. Exa.: V. Exa. é a favor ou contra o uso de máscara, o uso de álcool em gel, o distanciamento? (*Falha no áudio.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ...assim que o senhor fizer as perguntas todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, é melhor eu lhe perguntar e...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Sim, senhor. Não, perfeito, perfeito.

Então, eu queria dar um bom-dia a todos os senhores e senhoras Senadores e ao pessoal da imprensa que está conosco no segundo dia aqui de oportunidade de nós continuarmos aprofundando todas as respostas.

Eu reitero aqui a minha posição de responder a todas as perguntas que os senhores fizerem da forma mais clara, da forma mais direta e procurando passar toda a verdade aos senhores.

Eu gostaria de fazer uma observação sobre esse assunto, sobre verdade, e solicito que... As versões, as versões das pessoas que estão nos perguntando podem não concordar com aquela versão que eu estou apresentando, e isso pode ser colocado de várias formas. Pode-se dizer: "Olha, isso não, não, não está de acordo com a documentação que eu tenho aqui, o senhor está falando uma coisa que não está dentro do que o senhor falou antes." Então, eu solicitaria, de forma muito, muito, muito humilde aos senhores, que a gente lembrasse que os compromissos de dizer a verdade e o respeito que eu tenho por esse compromisso... Ele está muito além da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu sou um oficial General e não, não... É o Anexo 1, n° 1, do RDE: não faltar à verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) –

Ministro, eu preciso da sua resposta, porque...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. está usando o meu tempo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu peço desculpas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... de perguntar e obter respostas para fazer um discurso e uma introdução.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu peço desculpas. Eu peço desculpas sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, eu fiquei olhando o relógio ali...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor, eu vou cumprir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

O Senador tinha 15 minutos. Ele só tem 11 agora. O senhor passou dois minutos e não disse nada!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou dizer agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Aí não dá! E aí eu peço...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi a única interrupção que eu fiz aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Quando o senhor fala que o senhor vem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Falar a verdade?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... falar a verdade... Uma coisa que não tem dentro do Exército é enrolação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... ou o cara é ou não é. Lá não tem meio-termo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estamos juntos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, por favor, Ministro, a pergunta foi tão simples...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ontem o senhor disse... Perguntas simples...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe! Eu precisava... É a primeira vez que eu estou me pronunciando sobre ontem e eu precisava falar isso. Me desculpe, Senador! Eu vou responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O tempo do Senador Eduardo Braga: que volte para 14 minutos, porque... Eu irei fazer isso, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... porque, se V. Exa. acha que nós vamos pegar 15 minutos aqui e jogar fora... Não vai acontecer isso hoje, não irá acontecer!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, então, respondendo: sim, eu concordo plenamente, e fui divulgador pessoal sobre as medidas preventivas quanto ao uso de máscaras, quanto aos cuidados pessoais e ao distanciamento social seguro em ocasiões específicas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Bem, Ministro, então, a sua resposta é "sim". Acho que aqui é o momento de o senhor, portanto, se desculpar dos brasileiros e dos manauaras pelo que aconteceu num domingo, no Shopping Manauara, em que V. Exa., desrespeitando o que o senhor diz agora acreditar e o que todos os brasileiros deveriam fazer para salvar vidas, V. Exa. foi ao *shopping* e, mesmo abordado pela autoridade local, V. Exa. estava sem máscara e transitando no *shopping*.

Portanto, esta é uma oportunidade para que V. Exa. possa pedir desculpas e reafirmar o seu compromisso com o uso de máscara, de álcool em gel e de distanciamento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito obrigado, Senador, por esta oportunidade também de esclarecer isso. Eu acredito que o próprio *shopping center* já se pronunciou oficialmente, tem filmagens da minha chegada. Para as pessoas que não conhecem o *shopping center* de Manaus, essa entrada é uma entrada lateral do estacionamento. Fui levar a minha filha ao *shopping*. É claro que fui com máscara para o *shopping*. Quando desci do carro, a máscara essa ficou dentro do carro, pisada, ela ficou inutilizada. Minha filha já entrou no *shopping*, e eu parei na porta do *shopping* e conversei com a moça que tira a temperatura. Falei: "Estou sem máscara. Existe como comprar aqui, na entrada?". Ela falou: "Nesse quiosque, em frente, o senhor pode comprar".

Então, eu fui, do momento onde estava, a temperatura, a 8m em seguida, ao quiosque. Nesse circuito, eu fui fotografado, até pegar a máscara em frente. O *shopping* já respondeu sobre isso, e, naquele momento, dali, eu coloquei a máscara, e, só então, eu entrei na área comum do *shopping*. Isso foi o que aconteceu; aconteceu na entrada do *shopping*.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Ou seja, esclarecido, V. Exa. está pedindo desculpa e assumindo claramente que acredita no uso da máscara, no distanciamento e do álcool em gel.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, claro. Eu acredito. Perfeitamente, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu acredito que...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Segunda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O que eu acredito que causou isso tudo é a compreensão de que hoje eu sou uma pessoa conhecida, virei um homem público e, mesmo naqueles 8m de entrada, foi o suficiente para ser muito mal interpretado. Peço desculpas por isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Erro é humano, mas é preciso reconhecer o erro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está reconhecido.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque não deveria ter entrado no *shopping* sem máscara.

Agora, minha segunda pergunta: o senhor concorda que, se não faltasse oxigênio, vidas seriam salvas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Concordo em gênero, número e grau.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois bem, V. Exa. disse ontem que desconhecia a falta de oxigênio.

Sr. Presidente, eu tenho aqui uma matéria publicada num jornal tradicional da nossa cidade, o jornal *A Crítica*, no dia 06/01 – de janeiro. Nessa matéria do jornal *A Crítica*, no dia 06/01, "empresas adotam medidas emergenciais para não deixar faltar oxigênio em Manaus". Ou seja, no dia 6, as empresas e, supostamente, todos os envolvidos com a saúde pública já deveriam saber que iria faltar oxigênio em Manaus; no entanto, faltou oxigênio.

E o que é mais grave. Ontem... E, veja, Senador Omar, como há contradições, tanto por parte da declaração de V. Exa. quanto por parte do Governo do Estado. Nesta mesma matéria, diz que o houve um acréscimo de internações em UTI e em leitos clínicos de Covid-19, de 340% do mês de dezembro para o mês de janeiro, mas, pasmem, nesta mesma matéria, está dito: "Procurada pela reportagem, a Secretaria de Estado da Saúde [Pública do Amazonas] informou, em nota, [no dia 6 de janeiro] que as unidades do Estado estão abastecidas e que não há falta de oxigênio. Acrescentou, também, que a empresa não sinalizou qualquer dificuldade no abastecimento".

Sr. Presidente, é óbvio que aqui nós estamos revelando uma mentira. E a mentira é mais grave porque vidas foram perdidas.

Relator Renan Calheiros, na realidade, este é um documento público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu pergunto: a quem o senhor então, diante de todas essas colocações, atribui a responsabilidade pela falta de oxigênio em Manaus? À empresa? À secretaria estadual? À sua equipe, já que ontem V. Exa. se eximiu completamente de qualquer responsabilidade com relação à falta de oxigênio em Manaus, dizendo, inclusive, que agiu rápido? Quem V. Exa. acha que é responsável? Porque alguém tem que ser responsabilizado pela morte de brasileiros, e não apenas no Amazonas; porque o filme que nós vimos no Amazonas, triste – e nós não falamos com nenhum orgulho do que tem acontecido no Amazonas –, lamentavelmente se repete.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nós estamos vendo várias cidades brasileiras com falta de oxigênio. Nós estamos vendo várias cidades brasileiras sofrendo com falta de *kit* de intubação. A primeira vez que nós vimos falta de *kit* de intubação, lamentavelmente, também foi no Estado do Amazonas. A quem o senhor atribui a responsabilidade, General?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, o senhor colocou aqui as observações de uma forma muito clara sobre a posição da secretaria de saúde no dia 6, que era exatamente o que traziam para nós em Brasília. Nós somos abastecidos pelas informações das secretarias de saúde do Estado e dos Municípios.

Eu peço ao senhor que eu possa fazer um pequeno voo de volta, aí, até o mês de dezembro, se o senhor permitir, só para poder contextualizar uma resposta tão importante quanto essa.

Fica claro para mim que a preocupação com o acompanhamento do oxigênio, ele não era um foco da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, porque não faltou oxigênio e ficou focado em outras coisas. Então, o foco de observação... Isso lá em dezembro ainda. Então, no próprio plano de contingência apresentado pela secretaria de saúde para nós, não apresentava nenhuma medida sobre oxigênio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou responder de uma forma clara para o senhor. Só peço que o senhor tenha um minutinho de paciência. Serei claro e direto, conforme já informei ao senhor sobre esse assunto. Serei claro e direto.

Então, a empresa White Martins – a empresa White Martins – que é a grande fornecedora, associada também, somada à produção da Carbox, que é uma empresa menor, ela já vinha consumindo a sua reserva estratégica e não fez essa posição de uma forma clara desde o início. Começa aí a primeira posição de responsabilidade. Não tem como nós isentarmos essa primeira posição. Cabe...

O contraponto disso é o acompanhamento da secretaria de saúde, que não o fez. Se a secretaria de saúde tivesse acompanhado, de fato e de perto, a situação da produção e consumo do oxigênio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupada com o aumento do oxigênio, teria descoberto que estava sendo consumida uma reserva estratégica e que medidas precisariam ser feitas imediatamente. Então, eu estou lhe dando a resposta de uma forma clara. Vejo aí duas responsabilidades muito claras: uma começa na empresa que consome a sua reserva estratégica e não se posiciona de uma forma clara, e a outra, da secretaria de saúde...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, me perdoe, me perdoe. Eu preciso aparteá-lo.

Veja...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A empresa tem um contrato para atender a um certo volume. Se esse volume é quadruplicado...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É melhor para ela.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... é o Poder Público que tem que tomar responsabilidade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não tenho dúvida. É o que eu estou colocando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É o Governo do Estado, é o Ministério da Saúde, é a Prefeitura de Manaus, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não tenho dúvida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pelo amor de Deus!

Não pode... A empresa vai ser convocada para vir aqui esclarecer fatos contratuais, mas a responsabilidade pública não é dela.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não tenho dúvida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é dela!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi o que eu falei para o senhor.

No momento que a secretaria deixa de acompanhar o processo e se antecipar ao processo, a responsabilidade quanto a isso é clara no sistema: é da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, ponto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou colocando para o senhor a resposta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Ministro, veja...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Até... No momento que o Ministério da Saúde, o gabinete do Ministro, os seus secretários chegaram a Manaus e nós passamos a dividir ali, naquele momento, a compreensão do problema – no dia dez, à noite –, e no dia onze começamos a agir, acionando tudo que tinha que acionar, eu volto a dizer para o senhor: da nossa parte, nós fomos muito proativos – da nossa parte.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No momento em que tomamos conhecimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Lamento discordar. V. Exa. chegou com a sua equipe a Manaus...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia 10.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** ... mas não providenciou o avião para ir buscar o oxigênio na Venezuela, não providenciou para buscar oxigênio líquido em volume e em quantidade necessária. Nem o senhor, nem a Secretaria do Governo do Estado, nem a Prefeitura, nem ninguém. E o que que aconteceu? Vidas se foram. E a razão desta CPI é porque vidas importam.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Portanto, fique claro que se sabia, sim, que ia faltar oxigênio, e que faltou participação, planejamento, responsabilidade por parte da Secretaria do Estado, mas V. Exa. precisa ser afirmativo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estou sendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** ... porque V. Exa. foi com todo o Ministério da Saúde para o Estado do Amazonas, e não tomaram providências para resolver o problema de oxigênio – de oxigênio!

Agora, isso já está claro. O Relator, tenho para mim que já tem convicção.

Vamos à próxima pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quem autorizou fechar o Hospital de Campanha Nilton Lins, na cidade de Manaus, que foi aberto em abril e foi fechado em julho de 2020?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tanto a abertura quanto o fechamento foram decisão do Governador do Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, meu Presidente, é importante dizer que, no caso do Amazonas, cometeram um crime de responsabilidade para com o povo. Nós sabíamos que iríamos precisar deste hospital de campanha no Amazonas para salvar vidas.

Agora, da mesma forma que a participação e a responsabilidade agora ficaram claras, quando V. Exa., de forma clara, responde, por outro lado, eu pergunto: por que que não foi decretada a intervenção na saúde pública do Estado do Amazonas? Eu, como Senador da República...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor pediu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ...fiz carta ao Presidente da República pedindo a intervenção para salvar vidas, Senador Omar, diante do que nós estamos ouvindo aqui por parte do Ministro da Saúde, da falta de compromisso, da falta de competência, da falta de responsabilidade. Deixou faltar oxigênio. Fecharam o hospital de campanha! E, lamentavelmente, não fui atendido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é ao ex-Ministro que está fazendo a pergunta?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Hem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está fazendo a pergunta ao ex-Ministro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, ao ex-Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele está conversando ali...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ele está ali, talvez, tentando com os assessores ter a informação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpa! Não, era só sobre o PGR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, eu quero saber por que não foi feita a intervenção na Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas diante dos fatos que estão expostos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa decisão não era minha. Ela foi levada ao conselho de ministros. O Governador se apresentou ao conselho de ministros e se justificou. E foi decidido, nesse conselho, que não haveria... Desculpa, o termo que eu falei eu quero retirar. O termo não é "conselho de ministros", na reunião de ministros. Me desculpem! Foi levado à reunião de ministros com o Presidente. E o Governador, presente, se explicou, apresentou suas observações. E foi decidido pela não intervenção. Foi dessa forma que aconteceu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, Sr. Relator, brasileiros que nos acompanham, está claro que nós identificamos essa fragilidade à época, fizemos o que deveríamos fazer como representantes do povo do Amazonas. Pedimos e assumimos perante a opinião pública e perante a Nação a responsabilidade do pedido. Nós pedimos intervenção na saúde pública do Amazonas para salvar vidas. O Governo não quis fazê-lo.

Faço a última pergunta, Sr. Presidente.

O senhor tem conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, tinha dois hospitais de campanha no Amazonas, em Manaus, principalmente, tinha o Nilton Lins e tinha... O senhor só perguntou sobre o Nilton Lins. E o hospital de campanha da prefeitura municipal? Por que foi fechado?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem lembrado! Bem lembrado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só para a gente deixar claro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem lembrado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para a gente só não achar de um lado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem lembrado! Bem lembrado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vamos aqui... Não vamos proteger ninguém!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem lembrado! Bem lembrado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O hospital de campanha da prefeitura tinha uma... Na verdade, ele era mais privado do que público.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não! Tem recurso da prefeitura lá. Não é privado, não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu quis dizer: era mais privado, tinha muitos recursos privados e alguns recursos públicos da prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não era só privado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Tinha recurso público lá!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu disse que ele tinha mais recursos privados do que recursos públicos pelo tamanho que eu imaginava.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Ministro, na realidade – desculpe! –, recurso de P&D também é recurso público. Portanto, por mais que tenha vindo através de um instituto da iniciativa privada, o que aconteceu ali foi a aplicação de recursos de pesquisa e desenvolvimento oriundos da iniciativa privada, mas aplicados já como recurso público.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito, perfeito!

Então, o hospital da prefeitura teve a mesma decisão de ser aberto e de ser fechado pelo Governo da prefeitura, pelo Governo municipal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** É mais uma razão para ter havido a decretação de intervenção na saúde pública no caso do Amazonas, mais uma razão!

Agora, Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** TrateCov... TrateCov... TrateCov é um programa que V. Exa. lançou na cidade de Manaus. Ontem, V. Exa. disse que isso não houve.

A TV Brasil, que é uma TV oficial, Senador Renan, apresentou não só a matéria jornalística sobre o lançamento desse programa TrateCov, com a participação de V. Exa., como fez campanha publicitária. É preciso que V. Exa. explique para esta CPI e para os brasileiros do que se trata esse TrateCov.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Não omita, não omita!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, Sr. Senador.

Eu vou colocar aqui de maneira bem clara.

No dia 6 de janeiro, a Secretária Mayra, quando voltou de Manaus, trouxe a sugestão de nós fazermos uma plataforma, uma calculadora que facilitasse o diagnóstico. É bom colocar aos senhores que o diagnóstico clínico, naquele caso, em Manaus, era muito necessário, pela velocidade com que as coisas estavam acontecendo, pela contaminação excessiva e pelo risco de nós termos diagnósticos diferentes de doenças que estavam acontecendo em paralelo. Então, o diagnóstico era muito importante. Tem que se compreender que nós temos que separar o que foi feito, o resultado final do projeto com ideia do projeto. A ideia do projeto é uma calculadora que facilite o diagnóstico. Eu acho que ninguém é contra...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Uma calculadora que facilite o diagnóstico? Me perdoe, eu sou engenheiro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou colocar para o senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu não entendo. Como calculadora facilita diagnóstico?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou explicar para o senhor. Em cima...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Calculadora...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, eu vou explicar.

Na verdade, o aplicativo ou a calculadora... O médico coloca os sintomas observados, ele vai colocar em fatores, em números, em pesos, e ele vai sugerir o diagnóstico ali – diagnóstico.

Então, nós temos uma pandemia, nós temos o que está acontecendo em Manaus e nós temos pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não teria.... Sinceramente, eu não sou médico também e longe de mim querer... Eu acho que um suposto diagnóstico é melhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito, um suposto diagnóstico. Mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um suposto diagnóstico. O cara está com febre, mas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas vamos colocar... É o auxílio do médico para ter o diagnóstico mais rápido, considerando a quantidade de pessoas que não tinham o atendimento. Então, eu acho que isso é a ideia. A ideia é essa.

Vamos ao que aconteceu, porque isso me foi apresentado dessa forma. Falei: "Vamos fazer". Isso foi no dia 6. Entre o dia 6 e o dia 11, nesses quatro, cinco dias, inclusive aí o final de semana, a equipe do ministério pegou uma base que já é comum da internet e jogou os parâmetros, os parâmetros desses sintomas da Covid dentro dessa calculadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo aquilo...

O senhor me permita, Ministro.

Tudo aquilo que poderiam ter feito com o povo do Amazonas e de Manaus para testar, para usar de cobaia, para ter experiência foi feito lá, Senador Eduardo, inclusive um suposto programa para supostamente identificar se você estava com Covid ou não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem.) – Presidente, o senhor me desculpe, mas não é cobaia. É uma tentativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como não? Como não? Onde foi feito em outro lugar, Senador Flávio?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É uma tentativa de melhorar o atendimento ao público.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Onde foi feito, Senador Flávio? Por que em Manaus?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Porque Manaus foi a primeira que sofreu por isso, pela dificuldade de atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ela sofreu por isso, por...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É onde estava mais complicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como disse, omissão, incompetência...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Não, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... do Governo, da Prefeitura em relação ao que aconteceu. Agora, o Estado do Amazonas foi utilizado para muita coisa. Por que primeiro em Manaus se utilizar um sistema que absolutamente não pode... Supostamente, tu estás com Covid. Como pode ser, Senador?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Não é cobaia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que é cobaia.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, voltando, continuando aqui, Senador. Senador, continuando...

Então, era muito interessante que tivéssemos um diagnóstico mais rápido. Não havia essa ferramenta disponível. Foi feita pela necessidade de ter porque se queria atender Manaus. Foi ao contrário: a gente queria levar alguma coisa mais rápida para lá.

A construção disso foi feita de 6 a 11, de 6 a 10. No dia 10, embarcamos para Manaus. Apresentou-se o momento em que estava o desenvolvimento dele. Não estava completo, porque precisaria colocar todos os CRMs lá dentro, precisaria puxar para dentro dele todo o bojo de pessoas que poderiam contactar. Naquele dia em que foi apresentado... E foi feito o roubo dessa plataforma, e foi feito um B.O.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Foi feito o quê? O roubo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O roubo. Foi roubado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Foi roubado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi. E foi... Ele foi hackeado, puxado por um cidadão. Existe um boletim de ocorrência, uma investigação que chega nessa pessoa. Ele foi descoberto. Ele pegou esse diagnóstico, botou, alterou, com dados lá dentro, e colocou na rede pública. Quem colocou foi ele; tem todo o boletim de ocorrência. Eu vou disponibilizar para os senhores.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, essa é mais uma revelação da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Isso aí é para esconder a publicidade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Porque até hoje, Senador Omar, nem o povo amazonense nem o povo brasileiro sabia que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Esconder a publicidade que se fez da plataforma.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi roubado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... uma plataforma, um programa, um *software*, que deveria ser para tratamento...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele foi hackeado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... foi roubado, hackeado, manipulado...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi, senhor...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... no Estado do Amazonas!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quando nós descobrimos que ele...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mais uma razão para que nós possamos explicar o que aconteceu.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia em que nós descobrimos que ele foi hackeado, eu mandei tirar do ar imediatamente – imediatamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... Através desse sistema, o Ministério da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas não exime! (*Fora do microfone.*) Se retirar não exime...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... o fato de ter sido feito e propagandeado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi recomendado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... publicizado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro Pazuello...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa foi a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Através desse programa, se recomenda... O Ministério da Saúde recomendava cloroquina para gestantes e crianças. O senhor confirma isso? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** O senhor concluiu, General?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É que o senhor fez uma outra pergunta...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Não, não. Nós estamos... Eu fiquei surpreso foi com o fato de que esse TrateCov...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi hackeado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** ... foi roubado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi roubado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Foi hackeado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi hackeado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** E claramente, Ministro, me parece...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi hackeado lá em Manaus, naquela apresentação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** ... mais um erro, mais um equívoco, mais uma falha. Agora, ficou muito claro na resposta de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não teve só a apresentação do Ministro lá; teve também da Dra. Mayra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Que virá aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E que recomenda... O Ministério da Saúde recomendou o uso de cloroquina para crianças e gestantes.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Há, sim, uma recomendação do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu estou lhe afirmando porque, como Manaus foi onde que aconteceu, o único local que teve esse aplicativo e essas recomendações... Por isso que eu estou tentando aqui com o Senador Eduardo, porque é nossa obrigação em relação ao Estado do Amazonas tratar dessa questão. Eu estou lhe fazendo essa pergunta porque o senhor foi para lá, o senhor deu entrevista nesse sentido; a Dra. Mayra fez essa entrevista, chamou os médicos, recomendou o TrateCov...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Fizeram publicidade de médicos, inclusive de um ginecologista, sobre o TrateCov.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O TrateCov, no final das contas, Senador, ele não foi utilizado, ele nunca foi utilizado por médico algum.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele não teve resultado objetivo algum, afinal ele foi retirado, ele foi descontinuado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Mas o que está claro é que houve a operação. Isso já está dito, que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Teve. Teve a operação, sim.

O senhor está negando que teve a operação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que operação? Não entendi. O senhor pode...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Implantação do sistema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A suposta implantação do aplicativo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, ele foi iniciado e foi apresentado ainda não concluso, porque precisava ser todo ele carregado ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi iniciado? É sempre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, é mais uma revelação que a CPI traz para o País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Eu vou passar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu quero encerrar, porque já extrapolei o tempo, Sr. Presidente, concluindo e dizendo o seguinte...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Mas, se o depoente não consegue falar também, é difícil, não é Presidente?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Oi?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O depoente não consegue falar. É interrompido a todo momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O depoente vai ter horas aqui, até para voltar a qualquer pergunta e responder, se V. Exa. assim desejar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu apenas quero concluir dizendo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem. O depoente responde perguntas. Ele não veio aqui para falar livremente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Alessandro, V. Exa. pediu uma questão de ordem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É só um pequeno esclarecimento, e se não está juntado à CPI, quero pedir a juntada. Tenho aqui um depoimento, datado de 6 de janeiro de 2021, assinado por V.Exa., ex-Ministro General Eduardo Pazuello, que estabelece, entre as ações a serem desencadeadas no Estado do Amazonas, no item "e", a disponibilização do aplicativo desenvolvido para diagnóstico, e consequente receitamento, de Covid.

No dia 6 de janeiro, a determinação de V. Exa., formalizada em documento, era que o aplicativo fosse desenvolvido – não em desenvolvimento – e fosse disponibilizado. Isso são fatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É para responder?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Sr. Presidente, só para concluir, acho que a resposta do Ministro já está dada, e mais uma revelação foi trazida a este Plenário: a de que havia conhecimento da questão do oxigênio, inclusive matérias publicadas. A própria Secretaria de Estado, no dia 6, dizia que não faltaria oxigênio. Sua equipe esteve presente. Faltou planejamento, faltou ação e faltou responsabilizar aqueles que tinham que tomar providências, porque dinheiro tinha, Ministro. O que não houve foi planejamento e ação para salvar vidas, porque vidas importam, e vidas brasileiras e amazonenses importam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Eduardo, só para completar: e nessa oportunidade, em que houve uma omissão com relação à assistência do povo do Amazonas, o Ministro já havia mudado a lei do SUS para o ministério deixar de garantir e apenas apoiar, para driblar – eu vou só repetir o que foi dito ontem aqui –, para driblar uma decisão do Tribunal de Contas da União. Isso é um agravante, Sr. Presidente! Isso é um agravante.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Já foi esclarecido que não foi isso, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agravante!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Já foi esclarecido que não foi isso. É a narrativa mais uma vez. Está bem clara a responsabilidade do Estado, da Prefeitura. Mesmo se a competência do Governo Federal, que foi lá e tentou ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senado Flávio, olha só, esse programa que o Ministro Pazuello fala que foi hackeado, ele foi hackeado e colocado na TV Brasil, para vocês terem uma ideia. Na TV Brasil! O *hacker* é tão bom que ele conseguiu colocar o programa, uma matéria extensa na TV Brasil.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Só para eu entender, Presidente. Pelo que eu entendi aqui do depoente, era um programa para tentar salvar vidas, agilizar o suposto diagnóstico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, se precisar de intérprete para a testemunha, peço que sente ao lado da testemunha.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É surreal isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Testemunha responde às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério com a palavra, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ministro General Eduardo Pazuello, cumprimento V. Exa.

Sr. Presidente, caro Ministro, que está aqui desde ontem prestando depoimento, o Relator e os membros da oposição já têm, como V. Exa. percebe, uma sentença debaixo do braço e tentam pregar uma narrativa para confundir a cabeça da população: a de que a cloroquina é que é perigosa e mata – até esqueceram o vírus – e que, se não foi o Bolsonaro que inventou o coronavírus, teria inventado a hidroxicloroquina... Ah, e também espalhou para o mundo, porque muitos países usaram e ainda usam esse medicamento, inclusive a China, segundo matéria da *Folha* e UOL, de 21 de agosto de 2020.

O Relator disse ontem: "Essa CPI não está investigando quem usou, quem receitou, quem distribuiu...". Vocês percebem a intenção? Enquadrar o Presidente Bolsonaro e proteger os Governadores. Por quê? Porque foram quem distribuiu. E não estou dizendo que eles cometeram crimes, não senhor; estavam tentando salvar vidas com os meios disponíveis. Aliás, quanto a isso, Senador Girão, não faltam provas.

Vejam quem indicou ao Ministro da Saúde que adotasse o protocolo hidroxicloroquina e vejam quem distribuiu.

Eu vou mostrar aos senhores, vou passar um videozinho rápido aqui para que todos possam assistir.

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, observem.

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Conhece esse daqui, Presidente?

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está mostrando para mim só?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, estou mostrando para a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas, sim. Se o senhor fala Presidente, é para mim.

Eu posso responder por ele já, já, se V. Exa. quiser.

Já que o senhor perguntou para mim, eu vou responder.

O senhor não vai responder, Ministro Pazuello, eu que vou responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu não ouvi, mas é o Governador de onde que está falando em cloroquina?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse daqui alguém conhece também?

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Flávio Dino, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Presidente estava estimulando a automedicação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Governador do Maranhão orientava a não medicação.

A não medicação, Senador.

A não automedicação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espera, espera que eu quero ver isso aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Governador do Maranhão orientava a não automedicação.

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir que V. Exa. reponha o meu tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, V. Exa. que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu vou pedir. Eu vou pedir, porque está cheio de defensores, advogados de Governadores aqui dentro. Então, eu queria pedir, porque eu vou voltar. O pessoal que está em casa precisa ver e ouvir o que eu estou mostrando. E eu não quero ser interrompido e não quero que os advogados de Governadores se manifestem, porque, até hoje, só acusaram o Presidente Bolsonaro, e ele não está aqui para se defender.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, eu vou voltar aqui um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, só um minutinho. Eu vou repor o seu tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém acusou o Presidente Bolsonaro. Pelo contrário!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tempo todo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo contrário! Ontem, o Ministro Pazuello... Tudo que ele falou aqui... Ficou claro que não se comprou a vacina no Brasil, porque ele – o Ministro Pazuello – não quis!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é, sim!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele não disse isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele não disse isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Disse, sim!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente... Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Disse, sim! Só um minutinho. Querem ver como disse? O Presidente... Ele dizia bem assim: "Olhe, o que o Presidente falava lá, mas ele não me dizia nada aqui. O Presidente dizia 'não compre, eu não vou comprar a CoronaChina', mas isso que ele falava era só para as pessoas... Por trás: 'não, vai lá, Pazuello, e compra'". Ele disse isso ontem!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Governo comprou...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O Governo comprou vacina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não comprou vacina... O Ministro Pazuello não comprou vacina, porque não quis!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele comprou vacina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque não quis!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Comprou AstraZeneca...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – As vacinas foram compradas, Sr. Presidente! Não queira...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... transferência de tecnologia da AstraZeneca...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem 660 milhões de doses compradas!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir a V. Exa. só que reponha...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos ouvir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Garanta o tempo ao Senador Marcos Rogério, Presidente, para que ele faça a apresentação dele! Eu peço apenas a ressalva de que ele informe a data por honestidade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode fazer a apresentação, que não interromperei V. Exa.!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, agradeço a V. Exa.

E advirto aos colegas Senadores que não estou fazendo uma apresentação, estou trazendo fatos, documentos à CPI.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Que bom!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não sou nada contra quem faz teatro, mas estou apresentando fatos, provas.

E a data, caro Senador, está nos vídeos. Eu vou publicar nas minhas redes depois. V. Exa. pode copiar. E vou juntar... Vou pedir ao Presidente que seja juntado também aos autos da CPI, como manda o devido processo.

Vou voltar aqui um pouquinho, Presidente, porque alguém perdeu um pedaço. Vamos lá. Vou começar aqui com...

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Flávio Dino!

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito, perfeito! Sempre...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, Renan Filho.

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ó o advogado...

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bahia! Puxa vida!

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Igualzinho o Bolsonaro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Governador do Pará!

(*Procede-se à reprodução de vídeo de tablet.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho a V. Exa. Agora, como V. Exa. pediu para eu prestar atenção, uma coisa que evolui com uma rapidez muito grande é a ciência. A ciência é uma coisa que evolui e protocolos são assinados em grandes revistas de especialistas mensalmente, anualmente... Isso aí foi em março de 2020. Em março de 2020, se eu tivesse contraído Covid, eu tomaria também cloroquina, porque era o que estava sendo prescrito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Na mesma época, Presidente, o Governo negociava com a Índia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, amigo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Negociava para comprar, o laboratório do Exército...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Flávio, só um minutinho...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – ... mandou produzir mais cloroquina. Mesma época.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, a ciência evolui. Aqueles que acreditam na ciência sabem que ela evolui. O que ela evoluiu nos últimos anos foi fantástico. Há pouco tempo, você não tinha exames em que é possível detectar qualquer tipo de doença. Mas daí, esses mesmos Governadores... Eu não estou aqui para defender Governador, não, eles não são nem do meu Estado. Mas não foram só os Governadores. Um especialista e infectologista, como David Uip, também ele, em março, em fevereiro de 2020... Agora, pergunte a ele hoje, que ele vai dizer que não é. Essa coisa é uma questão dinâmica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para responder ao Senador Marcos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, o Senador citou meu nome, me chamando de advogada da Governador do Maranhão. O Governador não está aqui para se defender. Ele falou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não citou seu nome, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só dizer e reafirmar o que V. Exa. colocou e lembrar que o Maranhão – é bom que o Senador saiba disso – é o Estado que tem a menor quantidade de mortes por habitante, comparativamente com os demais Estados brasileiros.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Por causa da cloroquina, não?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o que o Governador do Maranhão fez no Estado, aliás, deveria ser repetido pelo Presidente da República, Senador Marcos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Mas foi por causa da cloroquina ou não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço que V. Exa. reponha meu tempo, Sr. Presidente. Agora eu vou fazer minha fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De fato, o vídeo é de março de 2020. V. Exa. colocou muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. terá o tempo reposto, Senador. Mais três minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, não fiz referência ao nome de V. Exa. para lhe fazer qualquer censura, apenas chamando a atenção para quem estava falando: o Governador do Maranhão, o Governador do Pará, Piauí, Bahia, o Secretário de Saúde, Ceará, Alagoas, tantos outros e o de São Paulo. Porque, Sr. Presidente, quem está acompanhando esta CPI não tem memória curta e sabe que a narrativa aqui não está em torno do que está acontecendo neste momento, está, inclusive, apontando para o momento em que um documento foi produzido no ministério, em que momento foi solicitado o medicamento, inclusive fora do País. Então, convenhamos... E olha que o que estou falando é tão sério que quem está acompanhando observou a reação na CPI, dos membros da CPI. Com todo respeito, Sr. Presidente, é preciso atentar para os fatos, para o que está acontecendo. Isso aqui é sério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao teor do depoimento do ex-Ministro, da sua exposição inicial ontem, as respostas até aqui dadas foram absolutamente esclarecedoras. Gostaria de apresentar algumas considerações, Sr. Presidente, primeiro fazendo aqui o registro de que não estou expondo aqui os Governadores para os condenar, porque acho que agiram com acerto e ainda agem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso foi em março.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque, ainda hoje, Sr. Presidente, nesses mesmos Estados, há protocolos com esse medicamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, não, não. Não, não, não, Senador Marcos. Em relação ao Maranhão, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Senador está mentindo, Presidente. Pelo amor de Deus! Não é verdade, não é verdade, Senador. Não é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Marcos Rogério, o grave seria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não vou admitir mentiras em relação ao meu Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O grave seria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu não vou admitir mentiras em relação ao meu Estado. Não é verdade. Não é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou solicitar...

Olha a sanha vingadora se apresentando na CPI. O foco é o Presidente. Quando fala dos Estados, a reação é absurda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Será que algum Governador quis mudar a bula da cloroquina?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Nem o Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., se fosse minimamente capaz de compreender como funciona a composição de uma bula, não falaria uma besteira desse tamanho, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não fui eu que falei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muda a bula por decreto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Governo que V. Exa. representa aqui quis mudar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Renan, muda a bula por decreto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por decreto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É como tentar matar alguém com arma de brinquedo e bala de algodão. V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não. É diferente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. foi Ministro de Justiça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É diferente para um Governo que governa por decreto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É diferente para um Governo que governa por decreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. deveria se sentir constrangido em fazer uma afirmação dessa, com todo respeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E é o Relator, viu? É o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Relator.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeite...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É o Relator e tem problema pessoal...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Seja razoável.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está muito claro, Senador, seu problema pessoal com o Presidente da República.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja V. Exa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço que me assegure a palavra, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir que o senhor me assegure a palavra, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou no meio da minha fala.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Por obséquio – o senhor está no meio da sua fala –, eu estou fazendo uma questão de ordem.

Nós temos 23 Senadores inscritos e eu queria que V. Exa. garantisse a todos que cumprissem o seu tempo sem interferências, porque, ao longo do tempo, a gente pode...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, que fossem 15 minutos, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E que assegurasse a nossa fala em caso de citação do nosso nome, só isso, Sr. Presidente.

Não dá para se colocarem mentiras e achar que a gente vai ficar calado aqui, só ouvindo mentiras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

Eu vou dar a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e o apelo do Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu vou repetir: nesses mesmos Estados, esse protocolo ainda acontece. Não estou dizendo que há distribuição pelos Governadores. Acontece que o médico tem liberdade para prescrever, sem a imputação de crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não mostrei isso aqui para condenar Governador; mostrei isso aqui para escancarar a falta de bom senso e até de vergonha daqueles que tentam criminalizar o Presidente a esse mesmo tempo, quando seus próprios Governadores fizeram a mesma coisa. E fizeram de forma acertada. Defendo, mesmo hoje. Eu nunca defendi aqui – eu nunca defendi aqui – a distribuição de qualquer medicamento sem prescrição médica. Sempre digo: autonomia do médico para prescrever; quem receita, quem administra o medicamento ao paciente é o médico. Agora, brasileiros e brasileiras, tem opinião sobre tudo, inclusive sobre tratamento. Significa que as pessoas vão seguir a opinião, a ideia ou a sugestão de alguém? Convenhamos.

Eu começo aqui citando o art. 196 da Constituição Federal, que diz: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Sr. Presidente, destaco esse artigo justamente porque tem sido uma insistência nesta CPI trabalhar por uma investigação ampla, que considere todos os fatores relativos ao enfrentamento da pandemia, e não apenas reduzir o foco exclusivamente para ações federais e, ainda assim, de forma parcial, como se saúde fosse apenas medicamento e hospital. É absolutamente simplório, se não irresponsável, cogitar que as mortes ocorridas na pandemia sejam decorrentes de ação ou omissão de agentes do Governo Federal, desconsiderando, primeiro, a questão da imprevisibilidade biológica, que pegou o mundo inteiro de surpresa. A própria China demorou alguns meses para reconhecer a gravidade do vírus. Só em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde reconheceu se tratar de uma pandemia, quando o vírus já estava em mais de 110 países, já eram mais de 118 mil casos voando pelo mundo todo.

Considerando que os primeiros casos foram registrados em novembro de 2019, até que ocorresse o reconhecimento da pandemia, houve uma plena circulação do vírus por todos os continentes, inclusive a realização de festas, como o Carnaval, no Brasil, no final de fevereiro de 2020, exatamente a quinzena anterior à primeira explosão de casos em nosso País. Esses dois fatores não têm sido considerados, e é preciso que não se percam em nossa memória.

Mas fiz a leitura do art. 196 da Constituição Federal para destacar outro fator, que foi a visão holística que o Governo Federal tem – teve e tem – da pandemia, diferentemente de visões reducionistas acerca do que representa direito à saúde. A visão holística, aliás, que não pôde ser implementada porque a decisão do Supremo Tribunal Federal colocou Estados, Distrito Federal e Municípios na vanguarda de decisões fundamentais para um tratamento equilibrado da pandemia, especialmente voltado para aspectos sociais e econômicos. Tivemos atitudes diametralmente opostas, radicais e absurdas pelo País afora.

Voltando ao conceito de saúde, à luz da Constituição Federal, diz o art. 3º da lei do Sistema Único de Saúde do Brasil:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.
> Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

Destaco: "bem-estar físico, mental e social".

Observe, Senador Girão, que a Constituição Federal e a lei do SUS dizem que não há saúde sem considerar políticas sociais e econômicas, que passam necessariamente por garantias como alimentação, moradia, trabalho, renda, atividade física, dentre outros aspectos determinantes e condicionantes, considerando o bem-estar físico, mental e social. Isso é fruto de muitas discussões ocorridas durante os trabalhos dos Constituintes de 88, o que evitou que o Brasil tratasse saúde, como muitos querem fazer agora, olhando somente para hospitais e remédios.

O que o Governo Federal tem procurado fazer desde o início do enfrentamento à pandemia é justamente não trabalhar com uma visão reducionista e negacionista quanto aos demais fatores previstos na própria Carta de 1988. Daí o Presidente insistir na busca de um equilíbrio com a economia e na garantia de direitos fundamentais inalienáveis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, peço para V. Exa. concluir. Eu já dei um tempo bastante suficiente, além dos 15 minutos, porque foi interrompido V. Exa. várias vezes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, depois, se nós emendarmos tudo lá, eu acho que não dão os 15 minutos, porque eu fiz antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois V. Exa. pode verificar com a sua assessoria que o senhor já está falando há mais de 15 minutos, com certeza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Considerando as interrupções, não é, Presidente? (*Pausa.*)

Nesse ponto, deve ser considerado, portanto, como efetivamente importante, além do auxílio emergencial, o aporte dos bilhões de recursos federais destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, não somente para combate específico da pandemia, mas também para assegurar o funcionamento da máquina administrativa, inclusive o pagamento de salário dos mais de 11 milhões de servidores públicos do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já com a política do "fecha tudo", o que mais se viu foi o negacionismo quanto ao direito ao trabalho, à renda, a qualquer atividade física, com medidas excessivas e arbitrárias espalhadas por todo o País. O absurdo levou, Sr. Presidente, à interrupção de transmissão de celebrações de cultos, com 3 ou 4 pessoas dentro de templos com capacidade para mais de 500. Tivemos até ação policial para a interrupção de oração no estrito ambiente familiar. O radicalismo visto no Brasil pela sistemática polarização ocorrida levou à negação dos mais basilares direitos assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Não se pode saber o quanto esse tipo de comportamento pode ter impacto no número de mortos. Cito apenas um exemplo: só nos três primeiros meses da pandemia, com a política de terror vista em grande parte do País, o número de mortos em casa aumentou cerca de 53%, segundo dados oficiais. O maior número de casos ocorreu no Estado de? São Paulo. Não se sabe que patamar isso já alcançou, mas são dados que precisam ser investigados. Não se pode desconsiderar a inexistência de correlação com a política de "fique em casa e não procure médico até que sinta falta de ar". Ontem eu ouvi aqui Senadores criticando o protocolo do tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a política do "fica em casa".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, para V. Exa. concluir, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

É a política do "fica em casa". É a política do "só procure um médico se faltar ar". Aí, chega ao hospital, se não tem estrutura de respiradores, vai morrer; se não tem UTI, vai morrer, mas não querem saber do procedimento do tratamento precoce, o tratamento na hora certa.

Sr. Presidente, eu tinha aqui outras considerações a fazer nessa mesma direção, mas nós vamos ter outras sessões de debates e eu vou complementar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quero apenas deixar aqui para o depoente, para o nosso General um questionamento, um questionamento. Deixo apenas um questionamento.

O senhor é um general, um quatro estrelas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Três, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Três?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Três.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Três estrelas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai chegar!

V. Exa. foi preparado ao longo da vida, é um conhecedor do que realmente foi feito e como foi feito. Pergunto-lhe: o senhor tem documento que prova o que mandou de dinheiro aos Estados e Municípios? O senhor tem os valores? Pode nos apresentar?

São apenas esses questionamentos que faço, Sr. Presidente, porque aqui a gente viu a CPI perder o foco diversas vezes: CPI da cloroquina, CPI da carta, CPI do gabinete paralelo – quiseram colocar o Carlos Bolsonaro como chefe do ministério, do gabinete paralelo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, uma questão de ordem aqui, já que está falando da família...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – ... e eu acho que é importante aqui o que ele colocou, porque essa percepção... Parece que é o maior absurdo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – ... um filho conversar com o pai. E aí, Senador Renan, sem nenhuma provocação. É completamente normal o senhor conversar com seu filho, que é Governador, o seu filho se aconselhar com o senhor. E, agora, Carlos Bolsonaro... A todo momento se tenta trazer... O nome dele é trazido a esta CPI como se houvesse um conjunto de pessoas num aconselhamento paralelo, algo obscuro ou criminoso.

Então, Senador Marcos Rogério, eu quero dar um nome para o senhor aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu quero dar um nome aqui e já vou concluir, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – É para deixar rolar solto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Se querem saber quem dá conselho a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele pode falar, como a gente pode falar. Fala, Senador!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Falou do nome da minha família. Posso falar do meu irmão?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, deixa ele falar, Senador Omar. Fala, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Obrigado, Eliziane, obrigado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Vou concluir, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu quero sugerir aqui ao Senador Marcos Rogério...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Deixa o Senador falar, Senador Omar.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A gente vai falar do jeito que o Senador Flávio está falando, só isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Eu estou me dirigindo ao Senador Marcos Rogério.

Senador Marcos Rogério...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi ele que citou o nome do irmão de V. Exa., nenhum de nós citou aqui não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Toda hora fala aqui de família, que não pode... Já vi até ministro sendo acusado de dar aconselhamento paralelo ao Presidente da República, por incrível que pareça!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se querem ouvir alguém aqui dar conselho para o Presidente da República, eu vou dar o nome: chama o Pastor Silas Malafaia aqui! Esse fala quase diariamente com o Presidente e influencia o Presidente. Chama ele aqui e vê se ele influenciou alguma coisa nas políticas públicas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como membro da CPI, Sr. Presidente, vou apresentar um requerimento convocando o Pastor Silas Malafaia à Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou apresentar a V. Exa., porque...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... se fala tanto de gabinete paralelo... E, declinado o nome aqui, vou apresentar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Silas Malafaia tratava de cloroquina também?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para convocação aquele que, segundo o próprio Flávio disse...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Quero ver se vai ter coragem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é um dos que compõem esse time que aconselha o Presidente. Então, apresento a V. Exa.

Mas a pergunta que fiz ao Ministro, agradecendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrado o...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Sr. Presidente! Não, Sr. Presidente, eu quero a fala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar por 15 minutos com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu quero...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, o Senador Flávio Bolsonaro falou, Presidente, aqui por alguns minutos. O Senador Marcos citou o meu nome e citou o Estado do Maranhão, dizendo que o Estado...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Ninguém citou seu nome aqui! Ninguém citou seu nome!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... do Maranhão estava agindo de forma incorreta. Não é, Presidente. O vídeo que o Senador Marcos Rogério apresentou data de abril de 2020...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não cabe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... quando, naquele tempo, o mundo inteiro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... não cabe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... estava, inclusive, com o olhar voltado para a cloroquina. Só que a ciência evoluiu...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha isso, Presidente!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Relator, preste atenção!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só que depois a ciência evoluiu e todas as demais pessoas viram...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que não tinham eficiência, que não tinha eficiência a cloroquina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil. Esta é a CPI!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E o que nós temos hoje?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Ela está inscrita para falar, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta é a CPI!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A ciência evolui...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu pedi autorização aqui ao colega Otto Alencar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Lá atrás a gente dizia que a terra era plana...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hoje só os incautos dizem que a terra é plana...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... porque a Terra é redonda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso está claro, Presidente, desde o começo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Infelizmente, é o que está acontecendo aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa a reunião por 10 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor, Presidente, eu quero ler...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Suspensa às 10 horas e 58 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 03 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, você me desculpe, Senadora, mas V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É só para uma orientação, Presidente. Não vou falar de nada, não, Presidente. É só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa... Deixa eu só dizer... Não, só um minutinho, Senadora.

Eu tenho muito carinho e respeito pela senhora; agora, o Flávio Dino, o Renan Filho, o Governador do Amazonas, o Governador do Pará têm boca para se defender, não precisam da gente aqui para defendê-los.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente. Deixa eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles é que se defendam.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é V. Exa. que vai aqui defender o Governador Flávio Dino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu não estou falando do Governador Flávio Dino, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem espaço. Não, V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero fazer apenas um entendimento com V. Exa. aqui.

Eu acho que, ou V. Exa. abre o microfone para quem foi citado, e V. Exa. o fez em relação ao Flávio e tem o mesmo comportamento em relação aos demais, ou V. Exa. não abre. Aí, na sua mesa, V. Exa. tem um mecanismo de cortar o microfone daqui, de baixo. Então, que V. Exa. corte e não abra para ninguém.

Agora, não dá para abrir para um e fechar para outros, Presidente. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não foi citada; quem foi citado foi o Governador Flávio Dino.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu fui citada. Ele citou o meu nome, Presidente. Pegue a taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. Eu não ouvi, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois ele citou, me chamando pejorativamente de advogada do Flávio. "A Senadora Eliziane Gama", citou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, só para contribuir com V. Exa., eu não citei nome de ninguém; apenas fiz menção a advogados de defesa, sem nominar ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar com a palavra por 15 minutos, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, começo agradecendo a V. Exa. por ter retomado a Presidência da Comissão – V. Exa. deixou rapidamente.

Também peço que dê a palavra às pessoas certas, sem interrupção de quem está falando, sobretudo quando se referiu, aí, o Senador Marcos Rogério ao filho do Presidente. Foi ele que falou o nome. Ninguém falou o nome dele aqui hoje. Ninguém falou, porque ele é uma figura até que não deve estar por aqui, porque é Vereador do Estado do Rio de Janeiro, figura menor dentro do Senado Federal.

Mas eu queria, antes de tudo, já que, na minha opinião, cloroquina, hidroxicloroquina é uma coisa que já está definida no mundo, ninguém mais está... Eu tenho aqui uma lista de associações mundiais e do Brasil não recomendando. Naquele momento, realmente, na tentativa de se encontrar uma solução, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usou hidroxicloroquina. Inclusive, quando feita por médico, Senador Marcos Rogério, tudo bem! Mas o maior problema é que quem receitou hidroxicloroquina foi o Presidente da República, com uma caixa na mão, e dizendo: "Toma aqui". E, pelo que conheço, ele não é médico, não é sanitarista, não é epidemiologista.

O problema maior é ter colocado no *site* do Ministério da Saúde a recomendação de hidroxicloroquina. Pessoa jurídica dando receita? O senhor acha que é correto isso?

Nós estamos criticando é esta situação que aconteceu no Brasil: o Presidente da República, Capitão reformado, Presidente, pega uma caixa de hidroxicloroquina e dá... Até a ema não quis tomar, correu, não ficou lá no Palácio do Planalto, correu para não tomar a hidroxicloroquina. E todas as associações dizem isso.

Mas eu queria, Sr. Presidente, primeiro, começar as minhas perguntas ao Ministro Eduardo Pazuello.

Queria que V. Exa. encaminhasse, por favor, a esta CPI os 29 países a que V. Exa. se referiu que estão usando hidroxicloroquina, os 29 países em que está no *site* dos seus ministérios da saúde essa recomendação. O senhor pode pegar isso. Eu quero, inclusive, todo o descritivo que está contido nesses países, porque ontem eu procurei vasculhar e não encontrei 29 países, Sr. Ministro. Então, depois o senhor encaminhe aqui para o Presidente Omar Aziz.

Em segundo lugar, eu gostaria de perguntar a V. Sa., que ontem deu uma declaração que me animou muito: o senhor disse que era preciso fazer perguntas mais profundas, mais completas sobre o Covid-19, ou seja, V. Exa. está dominando a matéria... Eu, por exemplo, sou médico de formação, mas já fui Secretário de Indústria e Comércio no meu Estado. Tomei 60 dias de curso para entender de subsídios, de implantação de indústrias, e isso me valeu muito. Eu fui fazer o meu trabalho, e não tive problema.

O senhor tomou curso de doenças infectocontagiosas com quem?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) **–** Não fiz curso algum específico sobre doença infectocontagiosa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E Covid?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Também não fiz curso algum, doutor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor sabe quando aconteceu a primeira manifestação de coronavírus no mundo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu sei que faz alguns anos, não foi esse ano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, a data. A Data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Data eu não tenho. Sei que não foi esse ano ou o ano passado. Já tem muito tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Então, o senhor... Eu vou começar a explicar ao senhor para o senhor ficar mais preparado para esse tema. A primeira manifestação de Covid no mundo foi em 1964, coronavírus comum, que dá uma manifestação leve, quase assintomática, em crianças e outras pessoas, o primeiro caso.

Segundo, eu queria perguntar ao senhor: quantas formas de coronavírus têm que causam doença infectocontagiosa? O senhor sabe quantos têm?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Doutor, eu não sou especialista em... Eu não sou médico. Eu, quando coloquei as perguntas ontem... São perguntas sobre a gestão, sobre a pandemia. Falamos sobre... São tantas coisas que vão além...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sim, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Além do conhecimento médico, desculpe.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor não conhece, não sabe nem o que é a doença. Então, não sabe nada da doença. Não podia ser Ministro da Saúde, pode ter certeza absoluta. Eu, por exemplo, no seu lugar, não aceitaria, porque a responsabilidade com a vida é para quem conhece a doença. Então, o senhor não sabe nem que... O senhor sabe qual é o grupo a que pertence o Covid-19, o novo coronavírus?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Doutor, vou repetir. Eu não vou nem colocar a resposta assim, dessa forma, só para não agredir a área médica. Eu não sei mesmo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas o senhor tinha que saber – tinha que saber!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Olha, o novo coronavírus é do grupo beta dos coronavírus todos que se manifestam. Tem sete tipos coronavírus, seis tipos de coronavírus que causam doença infectocontagiosa: a pneumonia virótica. Tem o HCoV-229E, que foi de 1964, de que eu falei com o senhor; tem o SARS-CoV de 2002; tem o HCoV-OC43, de 2004; tem o HCoV-HK, de 2005; tem o Mers; tem o Sars 1 e 2 – Sars 1 e 2 são o Covid-19.

Então, para conhecer e tratar uma doença, antes de tudo o senhor tinha que estar com a sua consciência certa de que tinha o domínio do que era a doença, e o senhor confessa que não sabia absolutamente nada. Então, isto é uma coisa muito grave: aceitar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou do José Serra. O José Serra, quando foi ministro, tenho certeza absoluta de que ele estudou tudo, conheceu tudo. Eu já conversei com o Senador José Serra, Ministro, sobre saúde e ele sabe tudo, ele conversa sobre tudo. Não pode alguém tomar conta de um ministério sem conhecer o ministério na sua estrutura organizacional, na doença grave que acomete o Brasil hoje.

No começo agora do ano, em janeiro, o senhor deu uma declaração de que a máscara não tinha importância nenhuma, está nos jornais isso. O senhor deu essa declaração. Pois eu vou instruir o senhor sobre respeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da máscara, eu desconheço essa declaração.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe, Ministro, que em 2012 teve uma manifestação do coronavírus. O Mers – "m", "e", "r", "s" –, causado pelo coronavírus. Isso foi na Ásia Menor, Arábia Saudita e outros países. O senhor sabe por que as mulheres se contaminaram menos do que os homens na Arábia Saudita? Porque as mulheres, nas suas vestimentas, usam a máscara. Então, para cada dez contaminados, oito eram homens; dois eram mulheres. Então, o senhor deu uma declaração irresponsável no começo do ano de que não precisava usar máscara. Ela é importante para quem está com a doença – a máscara – porque ele não contamina e quem não tem doença também, com a máscara, não vai se contaminar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito nisso que o senhor está falando.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, eu estou falando cientificamente. Eu vou repetir: não haveria força ou qualquer bem material que me desse a condição de eu assumir o Ministério da Saúde não tendo conhecimento da doença, das doenças infectocontagiosas.

O senhor podia pegar, por exemplo, um livrinho de Veronesi e dar uma lida – é rápido, dá para ler em oito dias –, para tomar conhecimento, saber do que o senhor estava tratando. E não fez isso, Ministro. É um absurdo!

A máscara salvou muitas vidas na Ásia Menor porque as mulheres as usam na sua vestimenta. Mas o senhor disse que não.

O Presidente da República não usa máscara! Certo? Nunca! Em todo ambiente a que ele vai, com aglomeração, ele não usa máscara.

Então, eu acho que a situação do Ministério da Saúde no seu período deixou completamente a desejar em todos os pontos. Não vou nem falar da falta de oxigênio que aconteceu em Manaus. E, nesse ponto, nesse ponto do Amazonas, eu tenho que ser honesto do ponto de vista médico. Se havia um Governador sentado na cadeira do Governo do Estado do Amazonas, com o dinheiro que tinha no Fundo Estadual de Saúde, ele não podia deixar faltar oxigênio. Mas sabe o que é isso? É quem está sentado na cadeira que tem que ter consciência do que está acontecendo. É responsabilidade do Governo Federal? É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é mais ainda do Governador. Com dinheiro no caixa dele, ele podia dar provimento ao oxigênio necessário para salvar o povo do Estado do Amazonas e de Manaus. Não tenho a menor dúvida disso.

Mas, por exemplo, essa questão do *kit* intubação... Faltou *kit* intubação, Ministro! Era para comprar para o suprimento do Brasil inteiro. O senhor comprou, se não me engano, 5,7%, segundo foi publicado. Faltou *kit* intubação! É doloroso estar em um hospital, Ministro, e ver as pessoas amarradas recebendo tubo na traqueia. Isso é muito desconfortável.

Todos esses atos aconteceram por falta de conhecimento médico, científico, que o senhor não tem. E não conhecia essas manifestações da doença.

Por exemplo, vou perguntar – é fácil isto: o senhor sabe as fases da doença, quais são as fases da doença?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da fase inicial até a fase inflamatória? A fase viral e a inflamatória?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, eu quero que o senhor defina...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A fase viral e a inflamatória? É isso?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não. Quais são as fases da doença? Onde ela começa? Até onde ela vai?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, desde a contaminação, o contágio, a fase viral...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sim, a contaminação... O vírus fica onde, no início?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só... Deixa eu dizer para o senhor: eu compreendo... Sobre...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, eu quero apenas dizer...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou lhe responder: existe a fase de contaminação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O vírus...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a viral, a fase inflamatória. São as três fases.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O vírus chega ao homem pela mucosa da boca e pela nasal.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E ele passa um período na cavidade bucal para se reproduzir e dar a forma grave, que é a forma da pneumonia virótica.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O vírus desce numa carga viral muito forte. Ele chega lá, dá um processo inflamatório, causa microtromboembolia, obstrui o pulmão, e o paciente fica com insuficiência respiratória, não pode respirar.

Então, essas coisas todas teriam que ser do domínio do senhor. Dava para ser general e tomar um cursinho rápido ou até longo sobre doenças infectocontagiosas e sanitárias, sobre como proceder, como trabalhar. Mas não podia ficar sem ter o mínimo conhecimento.

Isso só acontece no Brasil e nesse Governo, que é um Governo que não tem compromisso com absolutamente nada na saúde, um Governo cujo Presidente nunca visitou um hospital de campanha, nunca teve a humanidade, a solidariedade, a caridade humana de entrar em um hospital, de pegar na mão de um doente e dizer "eu vou trabalhar para lhe salvar". Não! Foi lancha, foi passeio em praia, foi montar a cavalo! E as pessoas morrendo à míngua, General! Isso é um absurdo! Isso é crime, pode ter certeza de que é crime!

Se eu, por acaso, na minha vida, eu tivesse feito um ato dessa... Não, porque, primeiro, eu não me sentaria nesse lugar aí. Eu ia confessar logo o meu crime porque não atendeu as pessoas. Sinceramente, isso é um absurdo! Eu falo com essa indignação porque é diferente quem trabalha com a vida das pessoas de quem trabalha com armas, quem quer armar o Brasil, e esse não é o momento.

Por exemplo, ontem mesmo, o senhor falou que não vale, que não valia o que o Presidente dizia nas suas entrevistas pelo Brasil afora. O Presidente Bolsonaro é claramente contra a vacina. O senhor vai só ouvir o que eu vou ler aqui para o senhor, Ministro Pazuello. Declarações do Presidente da República. Eu vou ler para não botar o vídeo, para não constranger demais.

Primeira: "Procura outro comprar a tua vacina", se dirigindo ao Doria, que, finalmente, com o Butantan, conseguiu as vacinas. Hoje, a cada dez pessoas vacinadas, oito são CoronaVac.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone*.) – Todas compradas pelo Ministério da Saúde.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente, mas, para comprar, no dia 22 de outubro, o Presidente fez um discurso contra, mas, quando ele viu que ele estava acuado, porque é difícil de ele reconhecer o erro – os homens erram, os grandes homens assumem os seus erros –, e nem nisso o Presidente tem coragem de assumir que errou. Ele acha que está certo até agora, prescreve a hidroxicloroquina até agora, recomenda até agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou só ler aqui as mensagens.

"A pressa da vacina não se justifica". Toda e qualquer vacina está descartada". O Presidente. "Toda e qualquer" – ele dizendo.

"Eu [...] sou o Governo [...]. Não vai comprar [...] vacina também não, o.k.?"

"Já mandei cancelar [a compra da vacina ao ministro, porque]... O Presidente sou eu. [Sou eu o Presidente]".

"Se você virar um jacaré, é problema seu".

"[...] idiota que a gente vê nas mídias sociais, na imprensa, 'vai comprar vacina'. Só se for na casa da tua mãe!" O Presidente da República, General! Para o senhor, que é general, cabe uma situação dessa? Não cabe! É um absurdo, é uma afronta a quem está morrendo sem oxigênio, sem hospital!

"Eu não vou tomar [vacina]. [...] falam que eu estou dando péssimo exemplo". Claro! Péssimo exemplo. Os grandes líderes estadistas do mundo tomaram – todos eles tomaram. Só não tomou o Presidente.

"[...] o cara fala 'quero vacina, cadê a vacina?' Ou o cara é [muito] mal-intencionado, mau-caráter ou imbecil". Alguém que quer dar o braço para tomar a vacina é mau-caráter, mal-intencionado ou imbecil.

E o senhor me disse ontem aí que isso não tem nada a ver com o que o senhor estava fazendo no ministério, ou seja, o que o Presidente diz de público não vale para o senhor, porque ele certamente chega lá – naquele momento em que o senhor disse aquela frase ou palpite infeliz "um manda e o outro obedece" –, e não vale nada disso. Ou seja, o senhor disse ontem que o Presidente orientou o senhor a comprar a vacina. Ele não orientou, ele foi contra a compra de vacina. Eu acho até que, quando o senhor disse essa frase, certamente o senhor estava se protegendo, porque o Presidente é Comandante-chefe das Forças Armadas, e, naquele momento, o senhor era subordinado a ele. Talvez tenha sido a proteção, porque não pode ficar assim, não pode ficar assim, as pessoas morrendo.

O País, o Brasil tem 2,7% da população mundial e já é responsável por 13% de todas as mortes no País, Ministro. O senhor passou lá 11 meses – 11 meses! Dava para ter consciência disso. Dava para comprar *kit* intubação, equipamentos de proteção individual, suprimentos dos hospitais. Desativar hospitais? Às vezes ficam falando aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exato. Às vezes ficam falando aqui em desativar hospital. No meu Estado, nem o Prefeito, o ex-Prefeito, desativou nem o atual Prefeito desativou, nem o Governador desativou. O Governador do meu Estado, que é um Governador respeitado e trabalhador e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um compromisso com a saúde, não desativou nenhum hospital quando teve a queda da doença. Deixou o hospital montado, com a sua capacidade instalada, porque sabia que vinha a segunda onda. E a negligência – negligência desses 11 meses – pode nos levar a uma terceira onda. Deus queira que não! Deus queira! Eu olho para o céu para dizer: Jesus, entra na causa! Porque, pelo Ministério da Saúde, não vai fazer... Até porque o novo Ministro dá uma recomendação e o Presidente faz outra. O Ministro veio aí e disse que hidroxicloroquina dá arritmia, dá parada cardíaca – o Ministro Queiroga –, mas o Presidente continua receitando sem ser médico. Ninguém tome a receita do Presidente da República, porque vai se dar muito mal.

Então, essa situação chegou a um ponto de tanto desencontro de informações, de tantos erros, que eu não tenho a menor dúvida de que o seu período foi um período negativo, que não cumpriu as determinações médicas, científicas. V. Exa. seguiu o que nós chamamos em Medicina "o cara que é audiovisual": ele ouve, ele vê e vai tratar do doente. Medicina tem que ter profundidade, Ministro; integralidade, compromisso, verdade, honestidade! Tem que ter honestidade. Não pode dizer uma coisa e fazer outra, camuflar o que aconteceu. Portanto, eu lamento muito o senhor ontem ter dado declarações que não eram condizentes com o que é a realidade – foi comprovado aqui –, inclusive no Estado do Amazonas, na questão do oxigênio.

Agora, não lhe recomendo mais tomar um curso, porque o senhor já saiu do Ministro da Saúde, mas pelo menos reveja, com a sua consciência, os malefícios da falta de protocolos organizados para tratamento da Covid, que já matou 439 vítimas, pessoas morreram. Ministro, sabe o que é o pior? Dos 441, tem 302 mil que eram aposentados, com mais de 60 anos, que morreram. Era o provedor do filho, do neto; a mulher viúva, que chora nas praças, nas ruas do Brasil; os órfãos, que não vão ter mais o provedor para levar o alimento. Isso não sensibilizou o senhor nunca? O Presidente da República nunca se sensibilizou com isso. Eu estou, inclusive, fazendo um projeto agora, apresentei aqui no Senado, para que, quando aquele que morreu por Covid-19, que era aposentado e era o único provedor da família, que essa pensão, essa sua aposentadoria seja transferida, por ordem judicial, para um parente, para alguém que possa criar as crianças que são órfãs no Brasil hoje. O Presidente vetou aquele projeto que eu relatei aqui para indenizar os profissionais da área de saúde. Ele vetou! Ele vetou, mas não vetou o de compra de armas. Nós derrubamos o veto para indenizar os profissionais de saúde.

Então, são essas coisas que não cabem mais. Não há como negar o erro absurdo que aconteceu na gestão do senhor à frente do Ministério da Saúde.

E mais, Ministro: a cepa indiana chegou ao Brasil hoje. Já tenho aqui que a cepa indiana chegou por um navio – Shandong, uma coisa assim. Já foi identificada. E essa cepa, se chegar aqui e não tiver o controle, se o Ministro Marcelo Queiroga não fizer o que é fundamental para o controle de viroses, que são as barreiras sanitárias, identificar onde chegou, isolar completamente, como foi feito na China, em Wuhan, isolar completamente... Barreira sanitária é fundamental. O Governo não fez barreira sanitária! O meu Governador, da Bahia, pediu autorização à Anvisa para fiscalizar o aeroporto de Salvador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cancelaram! Uma ação política! Política! O Governo, o nosso departamento de vigilância sanitária, queria fazer isso. Não deixaram fazer. Irresponsabilidade, crime contra a vida do povo brasileiro.

Eu lamento me dirigir a V. Exa. assim, porque eu respeito muito o Exército Brasileiro, todas as Forças, a Marinha, a Aeronáutica. Mas tenho convicção, por alguns generais que eu conheço, Ministro, que eles não fariam o papel de V. Exa. O General Pujol não faria isso, o General Santos Cruz não faria isso que o senhor está fazendo. E pode ser que essa lamentável participação que o senhor está tendo aqui, agora, com certeza não vai macular a imagem das Forças Armadas, mas deixa a situação do senhor muito frágil, como alguém que não teve responsabilidade para agir de acordo com a ciência e com a medicina.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Eduardo, vamos procurar ser bem diretos e objetivos. Eu gostaria de fazer perguntas diretas, sem visão holística nas respostas, preferencialmente.

Então, Sr. Eduardo, veja: eu vou retomar alguns pontos que o Relator, Senador Renan Calheiros, parou ontem. Voltando àquela pergunta da Pfizer, eu reitero, com permissão do Relator, aquela pergunta que ele fez: por que V. Exa. não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer ao longo de sete meses?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Senador, muito obrigado por voltar ao assunto da Pfizer. De uma forma clara, eu vou, sem visão holística, bater de ponto a ponto. A primeira compreensão que Pfizer... A prospecção da vacina é de abril e maio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Vamos pular essa parte? Vamos logo para... O senhor falou ontem da controvérsia jurídica que existia, um desentendimento jurídico no Governo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem. Então, a primeira proposta oficial da Pfizer foi no dia 26 de agosto – oficial, foi o MOU –, onde ela apresenta um cronograma. As discussões anteriores eram discussões de possibilidades. Quando ela assinou o MOU e mandou para nós, o memorando de entendimento, que foi no dia 26 de agosto, nesse momento ela apresenta também as cinco cláusulas que colocam ativos no exterior, fundo garantidor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, essa parte, Sr. Eduardo, a gente já compreendeu.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Bem, então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor dizia que tinha uma divergência jurídica.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou chegar lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, pode ir direto.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A divergência jurídica é essa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa primeira parte a gente já entendeu.

Pode ir direto.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estou sendo...

É essa a divergência jurídica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A divergência jurídica são as cinco cláusulas impeditivas

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, sendo mais objetivo, o Governo apontou alguma alternativa para resolver a divergência jurídica?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram...

A Pfizer não fazia nenhuma vírgula de flexibilidade. Não tivemos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Governo tomou alguma iniciativa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As iniciativas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... junto ao Parlamento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As inciativas...

A assinatura do MOU entre o Ministério e a Pfizer teve a assessoria jurídica da AGU e da CGU – eu errei ontem, falei TCU, é CGU – de forma negativa, mas a Pfizer colocou que só pediria o uso emergencial se nós assinássemos o MOU.

E nós assinamos o MOU, mesmo sem as assessorias jurídicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor confirma que chegou a ser editada uma medida provisória com um dispositivo para resolver as controvérsias jurídicas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Confirmo que foi proposta uma medida provisória em dezembro pelo Ministério da Saúde, colocando exatamente essas posições jurídicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa aqui que inclusive inclui o art. 5º, que é a cláusula da responsabilidade civil, que resolveria todos os problemas de segurança jurídica?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Concordo, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Só que a medida provisória que foi editada, a 1.026, já em janeiro, é essa, sem o dispositivo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Concordo, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual foi o problema? Onde foi a divergência?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A divergência foi o consenso...

Não havia consenso entre os ministérios, pelas suas assessorias jurídicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, então, não havia consenso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aqui está a exposição de motivos da medida provisória.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – De qual? Da primeira ou da segunda?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dessa, da minuta, a exposição de motivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ela vai subscrita pelo Ministro da Justiça, André Luiz Mendonça, pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Braga Netto, pelo senhor, Eduardo Pazuello, pelo Chefe da AGU, José Levi, pelo Chefe da CGU, Wagner de Campos Rosário.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** V. Exa. poderia dizer onde é que está a divergência jurídica?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa é a proposta de dezembro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, essa é a minuta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas de qual delas, por favor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Da única medida provisória que tratou disso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da primeira?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Na minuta constava...

A única.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Na primeira?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A única.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A 1.026.

Aqui está a minuta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixa eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Deixa eu ser mais claro para o senhor, talvez eu esteja sendo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, por favor, é isso que eu ia dizer, não entendi qual é a minuta. Foi a proposta ou a executada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aqui está a minuta.

Aqui está a exposição de motivos da minuta, assinada por V. Exa. e por todas as autoridades do Governo, menos...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ainda com o art. 5º?

Ainda com o art. 5º?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu vou ler para o senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Faço questão.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, então, pronto, se o senhor diz que está correto, eu nem vou ler.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não precisa, está correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, veja só.

Ótimo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não há divergência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aqui está a medida provisória sem o dispositivo.

A diferença daqui para cá é que não tem assinatura...

Aqui não tem assinatura do Presidente da República, aqui tem.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou colocar para o senhor.

Nós fizemos a proposta com a minuta e estavam os Ministros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando isso foi discutido, quando foi discutido pelas assessorias jurídicas para a assinatura, não houve consenso e houve a alteração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a AGU não está assinando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na exposição de motivos, os chefes de toda a equipe jurídica do Governo assinam a exposição de motivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os Chefe da CGU...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, isso é antes; é a exposição de motivos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, isso foi uma minuta; depois houve a discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Certo.

Qual é a diferença da minuta para a medida provisória editada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A diferença...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É que a minuta não tem a assinatura do Presidente da República. A medida provisória editada tem.

E a medida provisória editada não tem o dispositivo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A minuta pode ser alterada. Isso foi uma minuta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro, e foi alterada pelo Presidente da República.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ela foi alterada na... No Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pelo Presidente da República.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não pelo Presidente, mas pelo Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pelos Ministros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor já esclareceu.

Relator, pronto!

Já está esclarecido.

Foi alterado pelo Governo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi, claro que sim.

Não poderia ser alterado em outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não foi o Governo.

O Governo... Os Ministros queriam. Foi alterado por uma única pessoa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Eduardo, está resolvido.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Está perfeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Está esclarecido. Está esclarecido...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas é exatamente assim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vamos avançar para a próxima. Está esclarecido...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Minuta foi discutida e não foi aprovada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Relator e Sr. Presidente, isso atrasou três meses, três meses sem a vacina da Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, a Pfizer só foi aprovada no dia 23 de fevereiro. A Pfizer só foi registrada no dia 23 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Relator, para o registro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não é isso que ele está perguntando, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas é isso que eu estou falando!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sigamos, sigamos, então.

Bom, mas, depois da medida provisória editada, este membro do Congresso Nacional, este Senador fez uma emenda à medida provisória – exatamente aquele trecho que foi retirado pela AGU. O Relator da medida provisória era o Deputado Pedro Westphalen. Segundo informações, o Governo deu parecer contrário a essa emenda que reeditava o texto retirado pela AGU...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu desconheço essa negociação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Podemos, então, checar a informação, sem oitiva, com o Deputado Pedro Westphalen, porque ele disse que a responsabilidade não foi dele?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Volto a dizer para o senhor que esse assunto não foi tratado por mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito, mas aqui está a emenda, e a emenda foi rejeitada.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Isso demorou mais... Isso foi um mês depois, demorou mais dois meses sem aquisição de vacinas da Pfizer.

Sigamos, então.

Ainda sobre vacina, CoronaVac, voltando ao questionamento do Senador Renan Calheiros.

O Senador Renan perguntou aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Butantan. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** De que forma, pergunta o Senador Renan, o Presidente o comunicou dessa decisão, ou seja, da decisão de não comprar a vacina?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele nunca falou comigo pessoalmente para não comprar a vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor nunca recebeu nenhum documento do Instituto Butantan sobre isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sobre?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Oferta de vacina.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só... Nós já tínhamos feito o acordo de compra com o Butantan, e foi mantido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, por que demorou dois meses para ser comprado, depois da sua declaração "um manda, outro obedece"?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque não havia medida provisória que permitisse comprar a vacina do Butantan. Ela foi editada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Tem três cartas aqui do Butantan: uma carta de 30 de julho...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou aguardar para responder ao senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... outra carta de 18 de agosto, e uma outra de 7 de outubro. O senhor respondeu a alguma dessas cartas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu posso responder agora?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pode.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, muito bem, nós fizemos a carta de intenção para o Butantan no dia 17 de outubro, se não me engano, que é a carta que vale. A próxima medida depois da carta é o contrato. E o contrato só foi possível com a medida provisória que foi sancionada e foi publicada ou foi mandada para o Congresso no dia 6 de janeiro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Deixe-me só o atualizar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estou concluindo a resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, é só o atualizar!

O contrato foi assinado dia 7 de janeiro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... depois de anunciado pelo Governador Doria, três meses depois disso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a intenção de compra... Aqui, onde o senhor está, esteve na semana passada o Diretor-Presidente da Anvisa. Ele falou claramente aqui que compra não é a mesma coisa que autorização de uso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Presidente da Anvisa está mentindo, está errado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou repetir para o senhor: a lei brasileira não permitia, a lei brasileira que inclui a lei do SUS não permitia a contratação sem que houvesse a vacina em Território nacional e registrada e colocada, incluída no SUS...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estou falando da CoronaVac.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estou falando de CoronaVac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A CoronaVac está sendo fabricada no Brasil...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A CoronaVac, mesmo a fabricada no Brasil, precisaria estar com autorização de registro ou registro para ser incluída no SUS, para poder ser comprada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por que foi feito diferente com a AstraZeneca?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A outra foi uma encomenda tecnológica. É diferente. É diferente a encomenda tecnológica e só vai ser concluída e distribuída com registro. Nós não fizemos encomenda tecnológica com o Butantan pela

Nós não fizemos encomenda tecnológica com o Butantan pela simples razão de que o Butantan já dominava a tecnologia. Não podia ser o instrumento de encomenda tecnológica, tinha que ser compra. Para compra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas qual a dificuldade de fazer encomenda tecnológica com o maior instituto de produção farmacêutica do País?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que o maior instituto já dominava a tecnologia, não podia encomendar a mesma tecnologia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E por que o senhor demorou três meses para isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Para quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Para comprar?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque só podia comprar com a medida provisória, que foi editada no dia 4 de janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O famoso "um manda, outro obedece"...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou repetir para o senhor. Eu só poderia comprar a vacina, efetivar a compra do contrato com as autorizações legais da medida provisória do dia 4 de janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Só que em outubro teve o famoso: "um manda, outro obedece", não teve nenhuma relação?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso não interfere em nada com o contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, o que foi o "um manda, outro obedece"?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso aí é uma posição de internet, não tem nada com o contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, o senhor está trazendo aqui para a CPI um fato novo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Qual?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ou seja, a palavra de um Presidente da República...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ele não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... e de um ministro... Deixe-me lhe falar.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não. Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A palavra de um Presidente da República e de um ministro de Estado da Saúde, em meio a uma pandemia, quando, naquela altura, nós tínhamos mais de 150 mil mortos, em rede de televisão, de rádio, internet, em todos os meios de comunicação, não vale nada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O que não houve é a interferência no processo. O processo... Não podia, não havia compra, não havia contrato. A intenção de compra foi mantida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não teve nenhum...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não atrasou nada isso aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nada? Nada?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não houve atraso. Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, deixe-me fazer a pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a autorização... Eu posso concluir, se o senhor permitir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o senhor está me dizendo que não atrasou nada.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu posso concluir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe-me confrontar com mais informação para o senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu posso concluir essa resposta, se o senhor me permitir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No mesmo dia em que a autorização da Anvisa foi dada, no dia 17, o próprio Governador começou a vacinar. E, no dia 18, nós começamos a vacinar em todo País. Qual foi o atraso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não é a isso que eu me refiro. Voltemos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, qual foi o atraso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na declaração...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Qual é o atraso se você, no mesmo dia em que tem autorização da Anvisa, já está contratado e, no dia seguinte, está distribuído para todo o Brasil?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Eduardo, quem está perguntando sou eu.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tudo bem. Eu estou colocando qual seria o atraso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ainda sobre a pergunta, no mesmo dia em que o Presidente da República falou isso...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia anterior, o Twitter do Ministério da Saúde dizia o seguinte: "Reforço contra a Covid-19. O Ministro da Saúde Eduardo Pazuello anunciou hoje a assinatura do protocolo de intenções para adquirir 45 milhões de doses da vacina do Butantan...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Quarenta e seis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... 46 milhões de doses da vacina do Butantan, Sinovac/Covid".

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito. Isso não é um contrato. Isso aí é um memorando de entendimento, é uma carta de intenções, como o senhor leu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Como o senhor leu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por que, logo depois da declaração do Presidente da República, isso aqui foi retirado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Retirado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retirado, deletado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é atualizado todos os dias, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, isso foi retirado. Esse tuíte foi deletado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, olha só, eu não faço uso de Twitter.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, isso aqui foi deletado, logo depois da declaração "um manda, outro obedece".

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, eu não sei dizer para o senhor o que quer dizer isso em relação à compra que foi feita no dia 3 de janeiro. O que mudou a autorização de compra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso quer dizer... O senhor está dizendo o seguinte: que a sua declaração com o Presidente da República "um manda, outro obedece" não tem relação nenhuma.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um dia depois da declaração e da desautorização da compra feita pelo Presidente da República, esta postagem foi retirada.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A administração do Twitter é feita pela minha comunicação, do segundo nível de comunicação. Eu nunca mexi em Twitter.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não o chamou a atenção isso ter sido deletado?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, eu vou dizer para o senhor uma coisa: eu nem tenho Twitter, eu não olho Twitter, não uso nada disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, não é o senhor que tem; é o Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu estou falando. Eu não... Desculpe, eu não acompanhei o Twitter disso só, não fui eu que dei ordem para tirar. Se isso foi retirado, foi pela própria atualização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi uma mera coincidência, então, ser retirado logo depois que o Presidente desautorizou?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou dizer para o senhor: algum servidor pode ter tirado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desavisadamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não é desavisadamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Ministro comunicou...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não mandei tirar nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Ministro comunicou na sequência?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não mandei...

A resposta é: eu não mandei tirar nada de Twitter.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não me parece que foi o senhor; foi o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro comunicou na sequência que não havia simplesmente previsão de compra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, inclusive, o Ministro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo amor de Deus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Eduardo está certo em relação a isso. Não foi ele que mandou tirar, não. Foi o Presidente que mandou tirar. Foi o Presidente.

Mas sigamos aqui. Sigamos.

O senhor disse... Em relação a não receber o CEO da Pfizer, o que eu acho um absurdo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu recebi o CEO da Pfizer, não para tratar de compras diretas de vacina; recebi como deve ser recebido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu recebi quando, como e deve ser recebido qualquer CEO.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a sua declaração ontem, respondendo ao Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não faço nenhuma, nenhuma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor não reúne com empresários.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... para um ou para outro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor não reúne com empresários?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não reuni com empresários para tratar nenhuma compra e negociação alguma. Eu não reuni com nenhum empresário para discutir compra de nada. Posso ter recebido um CEO, posso ter recebido alguém que também é empresário pela cortesia de tomar um café, muito obrigado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No dia...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... na administração.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No dia 3 de março de 2021, o senhor reuniu com a Pfizer para quê? Está na sua agenda.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpa? Três de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Março de 2021.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós... Para apresentar a Pfizer... Nós fizemos a videoconferência com a Pfizer para informá-la – todo o ministério sentado –, para informá-la, em videoconferência com todos os... A Pfizer dos Estados Unidos, do Brasil, com todo mundo, com 14 pessoas, para informar que, com o PL, a partir do PL que V. Exa. e o Senador... É, é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Rodrigo Pacheco.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... Rodrigo Pacheco fizeram, nós poderíamos, a partir dali, prosseguir no processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas a sua afirmação é o seguinte: que o senhor não reúne com empresários.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Para tratar de qualquer discussão de compra de vacina não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No dia 28 de maio de 2020, segundo a CNN, o senhor encontrou com o empresário na sede da Fiesp para pedir ajuda na compra de insumos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpa, eu não estava comprando nada deles. Eu não estava... Ali...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas a CNN está mentindo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, o senhor não entendeu. Uma coisa é você estar numa reunião da Fiesp e dizer para os empresários, numa reunião aberta, que nós precisamos deles para trabalhar. A outra coisa é receber a diretoria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas o senhor está pedindo ajuda na compra.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe, o senhor está fazendo uma comparação que não é condizente, na minha visão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sobre a crise...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O que eu estou respondendo... Vou voltar a esse ponto, porque isso aí tem a ver com a parte da honestidade. Eu não reuni com diretorias e diretores de empresas para tratar de negócios, para tratar da compra ou venda e dizer: "Vai comprar essa bolsa laranja que está aqui pelo preço que eu combinei". Isso nunca foi feito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Voltando à questão da crise do Amazonas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Há a impessoalidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Voltando à questão da crise do Amazonas, o senhor informa que teve o conhecimento do agravamento da crise no dia 10.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor. Eu tive conhecimento no dia 10 à noite de que o risco logístico poderia trazer problemas graves de oxigênio. Risco logístico. Foi apresentado para mim de uma forma clara na reunião do dia 10 à noite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Esse daqui é um documento da White Martins recebido pelo Ministério da Saúde, inclusive comunicado oficialmente pelo Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que documento, por favor? O senhor pode apresentar o documento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Já lhe farei... Já lhe falarei.

O próprio Ministério da Saúde entrega esse documento em um pedido de resposta a informações judiciais.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi um erro de um servidor. E confundiu a Secretaria de Saúde do Amazonas, que está escrito aí... O senhor está vendo aí o destinatário do *e-mail*? O servidor, quando pegou esse documento, ele anexou, dizendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Neste processo do Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O servidor já... O servidor já foi... Assumiu o erro, disse que ele errou na análise do protocolo. E isso foi informado ao STF.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Nesse documento aqui, no Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O documento está...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... está sendo dito que essa comunicação oficial da White Martins...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O documento já foi corrigido, há um erro do servidor aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... foi recebida pelo Ministério da Saúde no dia 8. Mas, mais ainda...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso foi um erro do servidor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, o Ministério da Saúde insistiu no erro, porque veja: no dia 7... Aqui está uma comunicação oficial à Câmara dos Deputados. Nessa comunicação oficial à Câmara dos Deputados, encaminhada pelo senhor e encaminhada pelo seu Secretário-Executivo Elcio Franco...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que dia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que estará nesta CPI, diz aqui...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que dia, por favor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que, quanto ao quesito quatro, esse ministério soube que faltaria oxigênio na sede de saúde do Estado do Amazonas. "Esclareço que, na noite de 7 de janeiro, este ministério tomou ciência de problemas relacionados ao abastecimento de oxigênio na rede de saúde do Amazonas". "Tratou-se de uma conversa informal entre o Secretário de Saúde do Amazonas e o Ministro da Saúde".

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu já falei aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso é resposta oficial.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, isso é o papel, escrevendo, agora eu estou falando pessoalmente aqui sobre esse assunto. O telefonema do Secretário de Saúde para mim, no dia 7, à noite, foi exclusivamente para apoio logístico de transporte de tubos de oxigênio que iam para o interior do Amazonas, saindo de Belém para Manaus. E...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas aqui é um documento oficial de resposta à Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, eu estou... Foi a primeira vez que nós tratamos de oxigênio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sete de janeiro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não quer dizer aí que se havia... Não quer dizer aí que havia a compreensão do colapso de oxigênio.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, mas ontem, aqui respondendo ao Senador Renan, o senhor disse que não tinha tratado de oxigênio...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, o tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aqui está dizendo o contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, como não, se eu chamei dois transportes de oxigênio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, concluindo, Presidente. Teve tolerância para todo mundo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... transportados no dia 8 e no dia 10.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** O tempo! Tem 20 inscritos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senador Fernando, calma! A gente está tentando esclarecer as omissões do vosso Governo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, para não haver dúvida, para não haver dúvida...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Não, só estou dizendo que o tempo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... no dia 7, à noite, eu imediatamente liguei para o MD para fazer o transporte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, só para lhe dizer que o senhor está contradizendo o que respondeu ontem ao Senador Renan. Está aqui um documento oficial à Câmara.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu volto a dizer para o senhor: isso é uma ação, não é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Só para retomar a pergunta aqui feita pelo Senador Eduardo Braga, ainda sobre isso. O Senador Eduardo protocolou para o senhor um pedido de intervenção federal na saúde do Amazonas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor falou aqui que ela não foi acatada por decisão da reunião...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da reunião interministerial, onde o Governador foi chamado, apresentou a sua posição...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... e houve uma decisão, nessa reunião, de que não seria feita a intervenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me diga uma coisa: à luz da Constituição, quem é que decide intervenção? São os Ministros ou o Presidente da República?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, o Presidente da República estava presente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, ele estava presente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estava, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, ele decidiu? Senador Eduardo... Então, ele decidiu que não tinha que intervir na saúde do Amazonas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essa decisão foi feita nessa reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, obrigado.

Que conste, Sr. Relator, essa informação aí.

Ainda concluindo, Sr. Presidente, por que o Painel Coronavírus, do Ministério da Saúde, coloca as letras de recuperados com tamanho maior do que os casos confirmados e os óbitos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque nós temos que apoiar aí, de uma forma clara, o grande esforço para salvar vidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor está escondendo o número de óbitos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Escondendo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim. Veja o tamanho do número de óbitos que está no painel.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Me desculpe, não está escondendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não acha que falta transparência? Talvez isso explique...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que isso aí é a forma que nós temos de dar clareza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Talvez isso explique, Sr. Eduardo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... de que 97%...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por favor, vamos concluir.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... de pessoas salvas é importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Talvez isso explique... Sr. Eduardo, veja: esse daqui é o portal oficial da Johns Hopkins University. O Brasil é apontado aqui como, proporcionalmente, o país com maior número de casos e maior número de mortes por Covid no planeta. São, em números de hoje, 441.864 famílias. Tem algum parâmetro no planeta que esconde o número de óbitos, que esconde o tamanho do drama que nós estamos vivendo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não está escondido. Nunca foi escondido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Eduardo, meu tempo já acabou. Eu queria só lhe dizer o seguinte... Aliás, eu gostaria que o número de recuperados que está aqui...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Fossem 200 milhões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu gostaria que o número de recuperados que está aqui... Austrália, Nova Zelândia, Vietnã, Suíça nunca terão o número de recuperados que nós temos, mas eles já estão voltando... Os avós estão voltando a abraçar os filhos e os netos, as pessoas estão voltando a se abraçar e não estão mais usando máscaras. Essa é a diferença nossa em relação a esses.

Sr. Eduardo, para concluir...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Foi dito aqui que o Relator já tem uma sentença, que esta CPI já tem uma sentença. Deixe-me lhe dizer, Sr. Eduardo: nessas informações aqui em relação à Pfizer, em relação a todas essas informações, veja, a sentença sobre algum processo em relação ao senhor não será nem do Presidente da CPI nem do Relator nem de nenhum dos membros desta CPI. A sentença será, ao final, de um juiz. O senhor está aqui claramente protegendo uma pessoa por essas informações: o Presidente da República. Tem alguns que estão aqui lhe aconselhando, mas me permita eu aconselhar: estão lhe aconselhando mal, porque esses, na hora de responder ao inquérito, não estarão ao seu lado. Seria melhor o senhor colaborar mais diretamente com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque ficou claro aqui de quem foi a responsabilidade sobre toda essa tragédia que estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem. Muito bom dia a todos os Senadores, a todas as Senadoras.

Eu tenho acompanhado, Sr. Presidente, desde ontem, o depoimento do General Pazuello com muita atenção. Nós precisamos, esta CPI precisa de todas as formas não ficar batendo só num sentido. A gente... Até agora, faz três semanas que nós estamos trabalhando, se fala muito em condenar o Presidente da República, e isso diariamente, em todas as indagações e as afirmações.

Por exemplo: o Estadão publicou, no dia 18/04/2021, o parecer do Conselho Federal de Medicina, que está em vigor até a data de hoje, não foi reformado, sobre o uso da cloroquina. Vamos deixar, então, para os médicos. Ele afirma aqui que os médicos é que têm que decidir. A apresentação do Senador Marcos Rogério disse que muitos Governadores recomendaram por quê? Com a preocupação de, já que não tem remédio, ajudar os seus concidadãos. Então, vamos parar um pouco com a cloroquina, senão vai virar música esse negócio da cloroquina.

Eu quero dizer ao Senador Pazuello, ao ex-Ministro Pazuello: a minha grande preocupação – e que a população brasileira gostaria de saber também – é o que foi feito com o dinheiro do Governo Federal. A responsabilidade sempre foi tripartite: Município, Estado e Governo Federal. Eu não tenho conseguido saber de forma clara e definitiva quanto de recursos o Governo Federal repassou fundo a fundo em 2020 e 2021. Eu queria saber se V. Sa. tem esses dados aí para me fornecer agora e fornecer para a Comissão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Tenho sim, senhor. Muito obrigado pela sua pergunta.

E eu começo colocando o seguinte. A LOA de 2020, para o meu ministério, foi de R$133,9 bilhões, e as MPs para o orçamento de guerra nos trouxeram mais R$64,2 bilhões. Isso nos dá uma noção do tamanho, da quantidade de recursos. Então, tem duas maneiras muito claras que nós transferimos recursos para os Estados e Municípios: o fundo a fundo e a entrega de bens. (*Pausa.*)

Então, a transferência fundo a fundo e a transferência por bens, que são adquiridos do ministério e entregues para os Estados e Municípios. Então, tem duas formas: a primeira forma, que é a forma fundo a fundo... Tem duas linhas aí: o fundo a fundo de rotinas do SUS, que são os recursos previstos em lei, na LOA, e que são transferidos para Estados e Municípios – no ano passado, foram R$79 bilhões –; e a transferência fundo a fundo do orçamento de guerra, que foi de R$33 bilhões – transferidos fundo a fundo, direto para a conta –, o que totaliza R$112 bilhões colocados no fundo para Estados e Municípios no ano de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2021, do orçamento fundo a fundo já foram R$18 bilhões e, do orçamento de guerra deste ano já, MPs, 22 bilhões, totalizando 40 bilhões em 2021.

Para que os senhores compreendam o impacto disso na... Para que os senhores entendam o impacto disso no caixa dos Estados e Municípios... Isso representa o seguinte: no primeiro dia do ano de 2020, existiam recursos no fundo de todos os Estados e Municípios, recursos ainda não aplicados, de R$15,6 bilhões; em agosto, R$31 bilhões de saldo no primeiro dia, para iniciar o mês; em dezembro, R$23,5 bilhões na virada do ano – isso é saldo não aplicado –; e, no dia 31 de março, 24,4 bilhões.

Isso demonstra que os caixas estavam abastecidos, como foi colocado aqui, o tempo todo. Não estamos discutindo aqui o emprego dos recursos, estamos discutindo que a missão de prover recursos para Estados e Municípios de forma tempestiva e na quantidade suficiente para o emprego foi cumprida. Isso eu não vi ninguém discutir aqui em nenhum momento, o Governo cumpriu essa missão de colocar os recursos tempestivamente para Estados e Municípios.

Quanto ao emprego...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E deixa claro, Ministro Pazuello, Senador Jorginho... Com as informações que estão chegando via requerimento do Senador Ciro Nogueira, nós vamos poder aqui, através das assessorias, saber se esses recursos foram aplicados no Covid ou se teve desvio de funções em relação a cada Estado. Então, nós vamos ter isso aqui bastante transparente. Os valores, realmente, são muito significativos, não dá para negar isso, e nós vamos saber... Todos os pedidos foram feitos, estão chegando essas informações, e todos nós Senadores teremos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – General Pazuello, eu só queria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – General Pazuello, eu só queria, para satisfazer a minha curiosidade... Quando, nessa reunião... O senhor lembra alguma coisa do que o Governador do Amazonas argumentou sobre o porquê ele não queria que fosse feita a intervenção no Estado? Teve argumentos fortes? O senhor entendeu que ele estava cumprindo com a sua missão de proteger a população lá? Que tipo de argumentos? O senhor lembra de algum argumento dele para que este colegiado não tomasse a decisão de fazer a intervenção?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, isso... Olha só, eu tenho lembrança, mas eu não tenho dado real, e isso é uma coisa muito séria, uma argumentação, mas a argumentação, em tese, é de que o Estado tinha condição de continuar fazendo a resposta dele. Essa, em tese... Agora, os detalhes da argumentação daquela época eu não tenho exatamente aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas, em tese, o resumo da argumentação é de que ele teria condições de continuar fazendo frente à missão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado, Presidente.

Está encerrando a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente, Senador Omar Aziz. Seja extremamente bem-vindo a esta Casa novamente, ex-Ministro Eduardo Pazuello. O senhor esteve aqui algumas vezes, no Senado Federal; não é a primeira vez que o senhor vem. Eu tive a oportunidade de lhe fazer perguntas lá, no Plenário do Senado, no começo deste ano. Queria, em primeiro lugar, dizer que eu acho que o sentimento mais nobre do ser humano, de todos os sentimentos, é a gratidão. A gratidão move, liberta; o ódio aprisiona.

Eu queria dizer que eu o conheci no Ministério da Saúde, no dia 1º de maio. O senhor não tinha ainda assumido, mas foi durante um momento muito difícil para o povo da minha terra, o povo cearense, onde o Consórcio Nordeste, o tão falado Consórcio Nordeste recebeu um calote de 750 respiradores, porque foram duas compras: uma de 400 respiradores da empresa Pulsar, por R$204 mil cada respirador, Senador Marcos do Val; a segunda compra, da empresa Hempcare... E não me pergunte o que tem a ver maconha com Covid-19 e com respirador, porque eu não sei responder. Isso eu vou perguntar, quando a gente estiver aqui, se os colegas permitirem que a gente busque a verdade... O Presidente desse Consórcio Nordeste, o coordenador-geral, que é o Dr. Gabas, que foi Ministro da Dilma e que coordena esse Consórcio Nordeste, que recebe dinheiro de todos os Estados do Nordeste. Nessa segunda compra, a um preço de R$150 mil cada respirador, foram 300 respiradores, Senador Alessandro Vieira; até hoje não chegaram – até hoje não chegaram! Foram compradas de uma empresa com sede em Miami. Já teve operação policial na Bahia em relação a isso, subiu para o STJ, e a gente espera buscar aqui a verdade.

Eu lhe faço uma pergunta, Gen. Eduardo Pazuello: quando o senhor, naquele momento em que estava ali coordenando a logística, de alguma forma, com o Ministro Teich... E eu tive oportunidade de agradecer, porque o Ministério da Saúde, imediatamente após esse calote dos Governadores do Nordeste, que os Governadores do Nordeste receberam, o Ministério da Saúde teve a sensibilidade – e a gente não pode esquecer isso – de cobrir esses respiradores imediatamente para os Estados. Eu, eu, eu só vou recordar três Estados aqui, porque Senadores vão me confirmar, os que estiveram lá, que foram comigo: o Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte, que foi defender os respiradores que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram e foi pedir lá para o Ministério da Saúde, e o Senador Rodrigo Cunha, de Alagoas, também foi comigo lá para pedir esses respiradores. O Ministério da Saúde prontamente fez o repasse dos respiradores.

O que eu quero lhe perguntar é o seguinte: o Ministro Mandetta – e o senhor, depois do Teich, foi Ministro –, o Ministro Mandetta esteve aqui e falou uma coisa de que depois eu fui buscar os números e não batem, não batem de maneira nenhuma. Ele disse que comprou 15 mil respiradores – 15 mil respiradores o Governo Federal comprou – a um preço, que ele falou aqui, de R$13 mil. Eu até me surpreendi, porque achei barato o preço: R$13 mil. Se você comparar com esses do Consórcio do Nordeste, R$150 mil e R$204 mil nas compras... Depois eu fui buscar, fui pesquisar e, na verdade, foram 17 mil respiradores comprados a um preço de entre R$20 mil e R$60 mil. Eu queria lhe perguntar, General: o senhor participou dessa compra do Ministério da Saúde? O senhor participou, de alguma forma, da elaboração dessa compra aí de 17 mil respiradores para o Brasil? Isso era suficiente para atender a demanda dos Estados? Por que o Consórcio do Nordeste fez essa compra, tendo já uma cobertura do Governo Federal, comprando milhares de respiradores?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Eu coloco da seguinte forma: a primeira, o primeiro grande desafio quando nós chegamos ao ministério foram os respiradores, porque era óbvio que era um artigo muito importante para atender as pessoas ali que estavam com dificuldade de respirar, e tinha que ter os equipamentos, e havia contrato, e esse contrato não estava sendo cumprido. Havia o contrato e as empresas não conseguiam cumprir. Eram – eu não tenho certeza, se não me engano agora –, são três empresas, e elas não conseguiam cumprir porque não tinham matéria-prima, não tinham... Os produtos da China estavam completamente bloqueados também, foram se bloqueando, e ela não cumpria. Então, nós passamos a fazer a prospecção de outras empresas nacionais. Claro que a gente avaliou a importação de todos os países do mundo, mas, graças a um trabalho conjunto do ministério com o Ministério da Defesa, que me emprestou ali a equipe de prospecção da indústria nacional deles, nós fomos trabalhando com as indústrias nacionais que poderiam vir a fabricar rapidamente. E começamos a ter, então, as requisições dessas empresas nacionais. E a gente foi conseguindo compor um estoque e esse estoque era entregue de forma imediata. Nós chegamos a apanhar os respiradores na linha de produção. Era produzido, pegava-se e já entrava o avião encostado para levar. Eu coloco a Operação Distribuição de Respiradores como um dos momentos mais exitosos da nossa administração.

E eu coloco aqui que... Queria colocar de uma forma muito clara: eu tratei pessoalmente com os Governadores, pessoalmente com os secretários de saúde do País como um todo. Eu tinha o contato pessoal com eles, pelo telefone. Fui ao encontro da maioria deles no Brasil, pessoalmente. E posso... O retorno que eu tive deles sobre o apoio do Ministério da Saúde em todos os momentos, principalmente dos ventiladores, o retorno foi excelente – foi excelente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. E eu sou testemunha disso. Mas, para o povo, pelo menos da minha terra, esse agradecimento não veio a público.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso é fato. Isso é fato. Mas eu lhe agradeço, pelo povo do Ceará.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria também fazer uma colocação para o senhor: se fala muito em gratidão. Eu estou vindo na gratidão o tempo inteiro aqui, que é esse sentimento nobre. A Venezuela ajudou o Brasil com oxigênio, isso é fato. E ontem foi muito comentado aqui e perguntado para o senhor e para o Ministro Ernesto Araújo: por que não foi agradecido? Por que não houve um sentimento de gratidão, pelo menos expressado em alguma correspondência com a Venezuela? Eu acho que o Governo errou. O Governo do Brasil errou nesse aspecto. Gratidão precisa se demonstrar, mesmo que, em governos anteriores... A ditadura que está lá, na Venezuela, naquele país, foi financiada com dinheiro nosso, com sangue nosso, do povo brasileiro, com mais de R$2,6 bilhões, que davam para construir, Senador Marcos do Val, 38 hospitais no Brasil. Dinheiro nosso, suado, do povo, mandado para lá.

Mas talvez aí tenha sido o sentimento deles de gratidão, de retribuição com o oxigênio – pode ser –, de humanidade. Mas eu lhe pergunto: o senhor coordenou a Operação Acolhida. O senhor veio do Rio de Janeiro, se eu não me engano, e foi direto coordenar a Operação Acolhida, dos venezuelanos, recebendo, ajudando com tudo lá em Roraima. Eu lhe pergunto: o Governo venezuelano lhe agradeceu? Porque a ONU reconheceu que foi uma operação de sucesso, foi elogiada muito na ONU. O Governo venezuelano lhe agradeceu por essa atitude do Governo brasileiro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca. Nunca reconheceu... Nunca agradeceu em nada ao Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Errou também. Deveria. Deveria, porque eu acho que as nações têm que fazer isto: uma agradecer à outra, independentemente de a gente ter enterrado naquele país, financiando uma ditadura, mais de R$2,6 bilhões do Governo brasileiro, do povo brasileiro. É o que os Governos anteriores fizeram. Governos anteriores, de petrolão, governos anteriores, de mensalão, pegaram o dinheiro do povo brasileiro e colocaram lá.

A última pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gen. Eduardo Pazuello, a verdade precisa vir à tona. A verdade precisa vir à tona, e ela vai prevalecer aqui. Mesmo que a gente tenha flagrante parcialidade, mesmo que a sentença já esteja pronta – e a gente sabe qual é o final disso tudo –, a verdade precisa vir à tona aqui.

Os hospitais de campanha... O senhor já respondeu ao colega Eduardo Braga, mas eu vou lhe fazer uma pergunta mais objetiva ainda. Em muitos Estados, foram construídos hospitais de campanha, e a gente entende isso. Eu pergunto para o senhor: no meu Estado... Vou falar pelo meu! Foram dezenas no Brasil, mas, no meu Estado, foram gastos quase R$100 milhões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só um minutinho, por favor!

Quase R$100 milhões foram gastos no estádio municipal. Foi construído, no Estádio Municipal Presidente Vargas, um hospital de campanha. Começaram a chover denúncias, denúncias de corrupção, de malversação. Da noite para o dia, Senador Marcos do Val, com apenas cinco meses – cinco meses! – de funcionamento, o hospital de campanha de quase R$100 milhões foi fechado, desmontado, na calada da noite! O povo de Fortaleza, quando precisou, agora, na segunda onda – todo mundo sabia que viria a segunda onda nos Estados todos; estou dando um exemplo de hospital de campanha, mas são dezenas –, não encontrou leito e morreu sem leito!

De quem é a responsabilidade disso? O senhor mandou fechar esses hospitais de campanha como Ministro da Saúde? O senhor teve essa atitude? Foi consultado para fechar esses hospitais de campanha pelo Brasil? De quem é a responsabilidade dessa atitude criminosa, Gen. Eduardo Pazuello?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em momento algum, nós fomos consultados quanto ao fechamento de hospitais de campanha, em momento algum. E nós não levamos dificuldades em termos financeiros ou de suporte financeiro para nenhuma ação de Estados e Municípios.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Dinheiro muito foi! Dinheiro muito foi! E o senhor acabou de responder ao Senador Jorginho Mello com os... Eu me perdi nos cálculos aqui. É tanto dinheiro, tantos bilhões de reais que saíram de Brasília para Estados e Municípios, que eu acho que a gente precisa fazer... Algum colega pode fazer essa pergunta, porque meu tempo está acabando.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Podia até complementar aquela minha pergunta, Ministro Pazuello, se o Sr. Presidente permite, que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor não tinha conseguido terminar. É sobre os recursos encaminhados para os Estados, aquilo que o Estado tinha que aplicar e que o Governo Federal aplicou. O senhor estava respondendo, e o Senador Omar aí interferiu. Se o senhor pudesse terminar, aproveitando o tempo do nosso companheiro Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E aí, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Presidência... Senador Girão, a Presidência terá tolerância.

Se o senhor quiser responder, fique à vontade, por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadores, voltando, eu já tinha colocado aqui a parte das transferências fundo a fundo. Só que existem também as transferências dos recursos que foram aplicados no Ministério da Saúde com a compra de bens e transferidos os bens patrimonialmente para Estados e Municípios, que é um outro montante. E esse montante... Por exemplo, a aplicação direta com envio de bens – desculpa, eu já tinha lido – para Estados e Municípios foi de 18 bi do Orçamento e 22 bi do orçamento de guerra, totalizando R$40 bilhões.

Então, para nós compreendermos: de fundo a fundo, foram 112 bi – que aí é para aplicação de Estados e Municípios nas ações de saúde: poder discricionário, custeio, todas as aplicações previstas –; e, para recebimentos de bens com transferência patrimonial, 40 bilhões. Isso é a nossa distribuição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, R$152 bilhões? É isso? De fundo a fundo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, de fundo a fundo R$112 bilhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E mais quarenta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – De bens patrimoniais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, é muito importante...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A logística incluída.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a população brasileira que está nos assistindo saber que dinheiro não faltou, mas a gente, embora tenha um requerimento aprovado por 45 Senadores, a maioria do Senado, que até agora é desrespeitada nesta Comissão, porque não se olha para isso em três semanas aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente marcou para quarta-feira a análise de requerimentos para a gente chamar gestores municipais, estaduais, entidades que possam nos ajudar a esclarecer. Vamos ver... O Brasil aguarda nesta quarta-feira que vem a votação. Inclusive, fiquei feliz porque o Senador Omar Aziz falou para o Brasil agora há pouco: "Pergunte ao David Uip. Vamos perguntar ao David Uip se medicamento agora funciona". Ótimo! Vamos perguntar. Nós estamos aqui para isso. Que ele venha a esta Comissão como cientista que é, como médico renomado, esclarecer isso para gente, porque a ciência está dividida com relação a esse assunto. Precisamos ouvir médicos de um lado e médicos de outro, para sermos justos, se queremos buscar a verdade.

Então, já agradecendo a paciência do Senador Randolfe Rodrigues, que está na Presidência neste momento... E, inclusive, eu quero elogiar o Senador Randolfe Rodrigues, porque, quando ele foi autor do pedido da CPI do Ecad – e inclusive foi também o Presidente dessa CPI –, ele teve o empenho de buscar desvios dos direitos autorais dos artistas brasileiros que estavam tendo o seu dinheiro, de alguma forma, desviado. E eu queria pedir esse mesmo empenho, Senador Randolfe Rodrigues, para que a gente possa ter nesta Casa a busca desses R$152 bilhões de verbas federais que foram para Estados e Municípios. A Polícia Federal já fez 61 operações neste País, buscando a verdade, e a gente precisa dar um retorno para o povo brasileiro, porque já está consolidado no inconsciente coletivo da nossa Nação que desvio de verba pública em época de pandemia não é apenas corrupção; é assassinato.

E esta Comissão, que até agora ignora 45 Senadores que assinaram o requerimento, o meu requerimento, que está apensado com o do senhor, que ela possa cumprir o seu papel. Eu já pedi aqui várias vezes que a gente faça alternância: alguém do Governo Federal... Eu aprovo todos, todos os nomes do Governo Federal, pela independência de postura que eu tenho. Eu não tenho um cargo público, eu não tenho verba extraparlamentar nenhuma, só as constitucionais, as impositivas. E é essa independência que eu gostaria de ver nesta Comissão, mas repito, com todo respeito a esta Comissão, aos colegas, que para mim o relatório já está encaminhado aí, antes de começar a CPI, com declarações que nós tivemos aqui de colegas. E eu acredito que isso tira a credibilidade do povo brasileiro do resultado disso tudo. Então, que tenhamos sabedoria, discernimento, para podermos apurar toda a verdade desse caso, e não apenas uma parte da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

Será, tenho certeza, o objetivo desta Comissão perseguir a verdade em todos os aspectos e as responsabilidades em todos os aspectos. É a determinação, tenho certeza, da maioria dos membros desta Comissão.

Esta Presidência teve a tolerância, como tenho dito, tem tido a tolerância devida na fala dos colegas para que eles possam concluir o raciocínio. Então, concedemos mais quatro minutos após a conclusão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo regimental do Senador Girão, procedimento que teremos com os demais colegas, como agora com o Senador Marcos do Val.

V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O Sr. Eduardo, depoente, está à sua disposição.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos; boa tarde, General.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone*.) – Boa tarde.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – General, primeiro, como um ex-militar, só fui ao cargo de soldado, não passei disso, mas como soldado eu aprendi o amor à Pátria, o amor à Bandeira, o amor ao brasileiro, dar a própria vida pelo próximo. São valores que é difícil você aprender em outro lugar, fora do ambiente militar. Acho difícil. Não é impossível, mas é difícil.

A imagem que eu vejo é a de um avião em rota de colisão, os pilotos pulando fora, ou seja, os ex-ministros pulando fora, cada um com o seu argumento, cada um com a sua desculpa, deixando os brasileiros na mão. E aí vem um passageiro, um outro brasileiro, passageiro, a que foi dada a missão: "senta nessa poltrona do piloto e dá o seu melhor". General, eu tenho certeza de que essa missão... Você não titubeou. Quando fala que missão dada é missão cumprida, eu tenho certeza que, mesmo não sendo médico e sendo acusado por isso, o senhor não se intimidou: sentou na cadeira do piloto e tocou da melhor forma que poderia ser.

Eu, como Senador da República, quero também deixar aqui a minha gratidão, porque eu sou testemunha, porque por diversas vezes eu fiz contato com o Ministério da Saúde, e todas respondidas. Não fiquei no vácuo. Meu Estado é um dos quatro mais hoje vacinados no Brasil. A gente precisa entender que hoje é fácil a gente dizer: "podia ter feito aquilo ou aquilo outro". Cada tempo teve uma realidade, um tempo. Cada tempo, uma decisão, e o mundo não tinha nunca passado por isso. Nunca passou, para você ter como referência: "ah, porque no país tal, quando houve essa epidemia – não seria nem pandemia – tomaram tais decisões, então vamos tomar semelhante, porque o resultado foi positivo". Não se tinha como, a aeronave estava em rota de colisão. Era fazer o que poderia ser feito dentro das condições sendo feitas.

Entendo perfeitamente que uma fala de um Presidente não é uma decisão dada ao Ministro diretamente. Eu posso muito bem chegar e dizer assim: "Eu não aguento mais ser Senador", porque às vezes eu falo isso publicamente, mas isso não significa que eu estou mandando todos os meus assessores embora, que eu estou abrindo mão, que já oficializei o fim do meu trabalho como Senador da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não. Uma coisa é o próprio Presidente chegar até o Ministro e falar: "não faça isso". E o senhor deixou claro que não houve isso, tanto é que temos as vacinas, estão chegando. "Ah, mas não tem o suficiente". Mas o mundo não tem o suficiente. Quem hoje tem o suficiente, que possa se sentir confortável, são os Estados Unidos. O resto está desesperado atrás de vacina.

Bom, questão da cloroquina. Eu não aguento mais escutar essa questão da cloroquina: que não faz efeito, que cloroquina já tem teste, que cloroquina... Deixe-me tentar explicar aqui. Na fase hospitalar, já foi comprovado que ela não tem efeito, a hidroxicloroquina. Até na fase grave, o remédio vira veneno. Isso já está mais do que dito, redito, a imprensa fica falando o tempo inteiro que não tem comprovação. Mas eu fui... Médicos me procuraram, vários, centenas, vários. Fiz *lives* com vários médicos pedindo: "pelo amor de Deus, Senador, viabilize a medicação, porque a gente quer prescrever". Aí eu pergunto... Se o Presidente está na TV mostrando o remédio, porque ele acha que funciona, eu desafio qualquer um aqui a ir à farmácia e comprar sem receita. Só compra com receita, é o médico que vai receitar. Mesmo que A ou B falou que "eu acho que funciona", como teve Senador aqui, amigo meu, que, quando eu fui contaminado, me ligou me receitando hidroxicloroquina, mas eu falei: "não, o médico já me receitou".

Aí eu pergunto: o remédio tem mais de 70 anos, 70 anos. Durante 70 anos, não precisou de receita médica para comprar hidroxicloroquina. Não precisava de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Poxa, eu gostaria de poder falar sem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O tempo vai ser garantido a V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado.

Durante 70 anos, a hidroxicloroquina era vendida nas farmácias sem receita médica. Quando começou a pandemia, foi dada a ordem de que só com receita médica. Então, se A ou B está dizendo que indicou, falou, mas só através de um médico se toca na hidroxicloroquina hoje. Você não vai à farmácia e fala: "me dá porque o Presidente me indicou". Não existe isso, gente. Isso é uma mentira, uma falácia. Estão repetindo isso o tempo inteiro, como se eu fosse à farmácia: "me dá porque o Presidente me indicou". O farmacêutico vai falar: "não, me dá a receita médica".

Aí eu pergunto: se durante 70 anos foi vendido sem receita – porque hoje falam que dá problema no coração, dá disritmia, dá isso, dá aquilo, que não sei o quê, que pode matar –, então, quem que eu tenho que responsabilizar por ter viabilizado a venda durante 70 anos de uma medicação sem receita médica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém tem que ser responsabilizado, se ele... Se esse remédio faz tão mal assim, por que durante 70 anos era vendido sem receita? O médico não tinha controle, qualquer um chegava na farmácia e comprava.

E esses médicos que me procuraram, como é que eu vou discutir com eles se estavam certos ou errados, se o médico quer receitar e acredita que funciona? Mais da metade da minha família é de médicos e eu escutei de quase todos: "Pelo amor de Deus, como Senador, ajuda a viabilizar a medicação". Porque não tinha nas farmácias.

Eu procurei ver se tinha, se o Exército poderia fornecer, mas não tinha como; procurei tudo. A empresa brasileira, se tinha como produzir, mas não tinha como porque não tinha insumos. Quer dizer, enfim, tudo fechado, fronteira fechada, todo mundo em pânico, ninguém sabia o que fazer e os médicos: "Pelo amor de Deus, Do Val, a gente precisa ter essa medicação para receitar". E eram médicos. E eu, como Senador, não vou dizer: "Você está errado, isso não funciona, isso está dito na internet. A imprensa está dizendo que não funciona, ô Doutor, você está é doido? Vamos embora fazer faculdade de novo, vai lá, vai lá aprender a ser doutor, a ser médico pelas redes sociais ou pela imprensa, joga fora o seu diploma".

Então, General, o senhor teve a coragem de poucos de sentar nessa cadeira enquanto essa aeronave estava em rota de colisão.

Hoje é fácil... Não, não vou dizer que hoje é fácil não, é um pouco mais fácil. Eu tenho certeza de que o senhor viabilizou a logística, o conhecimento, a disciplina, a hierarquia, porque hoje tudo está... Chegou vacina no Brasil, "brum", já estão nos Municípios.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – No mesmo dia.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Quem é que é... Alguém discorda de mim isso?

A gente escuta, as vacinas já estão chegando ao Brasil.

No dia seguinte está o Governador já dizendo: "Amanhã já está nos Municípios tais, tais e tais".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Olha, o que eu queria dizer é que no momento onde há um caos é fácil dizer, quando você está em outras situações e dizer: "Ah, podia ter feito aquilo, podia ter feito isso". É o verdadeiro engenheiro de obra pronta, mas ninguém teve coragem de sentar nessa cadeira enquanto a aeronave estava em rota de colisão. Hoje ela pode estar em turbulência, mas ela estava em rota de colisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, não teve autonomia." "Ah, por isso que deixou a cadeira, porque não tinha autonomia." Bom, para mim é covardia.

General, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Marcos do Val.

Pelo sistema...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu não tenho pergunta, só tenho agradecimento.

Obrigado, General.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Então, no sistema remoto, agora, o Senador Angelo Coronel.

Senador Angelo Coronel, o senhor me escuta? (*Pausa.*)

O senhor me escuta, Senador Coronel?

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O.k.

Estou lhe escutando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, V. Exa. tem quinze minutos.

O Sr. Eduardo Pazuello está à sua disposição.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Eu queria cumprimentar o General Pazuello pela sua resistência porque, até então, de ontem para cá, com a saraivada de tiros, e ele sempre desviando. Parabéns pela sua resistência. Isso mostra que o senhor realmente é um grande aluno do Exército Brasileiro.

Vamos ao que interessa aqui.

Sr. ex-Ministro, todos os ex-integrantes do Governo que conviveram com V. Sa. no Executivo procuraram se livrar de qualquer acusação perante esta CPI, atribuindo todas as culpas e decisões a V. Sa. enquanto Ministro da Saúde. Eu lhe pergunto: como alguém formado na disciplina militar, o senhor não se sentiu abandonado pelos ex-companheiros no meio desta luta? Uma segunda pergunta, Sr. Ministro: faltou hombridade para cada um assumir suas responsabilidades? E ainda nessa esteira: o senhor confirma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que absolutamente todas as decisões para o enfrentamento à pandemia foram de sua lavra exclusivamente?

Esse é o primeiro bloco de perguntas, General Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor conseguiu pegar todas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ouvi perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, fique à vontade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Boa tarde, Senador – é boa tarde, não é? Que horas são? (*Pausa.*)

Boa tarde, Senador Angelo Coronel.

Como o senhor aqui colocou, o senhor conhece bem a vida militar. Obrigado pelas posições e pela deferência que o senhor nos dá.

A primeira resposta sobre se senti desacompanhado neste momento. Eu quero dizer para o senhor que as posições de ex-ministros, as posições dos demais depoentes aqui são muito pessoais. Cada um de nós senta aqui... É um momento... Primeira vez na minha vida que eu vivo esta situação, dessa forma, é claro, é uma novidade também, mas eu não faria aqui acusações a ninguém, não farei aqui juízo de valor de terceiros e responderei apenas os fatos, as minhas verdades que eu vivi, de uma forma clara e direta. A gente tem, o senhor também tem, nós temos capacidade e preparo para enfrentar os desafios com ou sem um grupo de combate conosco. Se eu estiver sozinho, enfrentarei sozinho; se eu estiver acompanhado, enfrentarei acompanhado. Então, na realidade, é muito mais confortável quando nós estamos em grupo, mas isso não quer dizer que a gente não tenha condições de enfrentar os desafios também desacompanhados.

Quanto à hombridade desses demais companheiros, eu já coloquei a resposta.

Quanto às decisões de enfrentamento da pandemia, eu quero colocar aqui: a pandemia tem decisões em muitos, muitos vetores – muitos. E, no nível da saúde exclusivamente, no que tange à parte de saúde, nós temos também decisões escalonadas, decisões do Ministro, decisões dos secretários nacionais, decisões dos Governadores e Prefeitos. E, quando eu falo Ministro, nós falamos decisões combinadas, tripartite, com o Conass e o Conasems. Então, eu não tomo decisões sozinho lá no Ministério da Saúde – quando eu estava lá. As decisões eram pactuadas – isso quer dizer discutidas – de uma forma clara e objetiva e técnica com os Executivos do Conass e do Conasems. Então, exclusivamente falando deste flanco que é a saúde, ele é tratado dessa forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E posso afiançar também ao senhor e a todos os Senadores: sim, eu tive liberdade de tomar, no que tange à minha parte das decisões, a liberdade de tomar as decisões. Agora, as demais frentes para a pandemia, elas são realmente conduzidas por outras pessoas.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Tenho uma pergunta aqui, Presidente Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pelo que eu entendi do seu depoimento até agora, general, V. Sa. não era responsável pela compra de oxigênio para o Amazonas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... não poderia receber empresas para negociar vacinas, não foi responsável por colocar o TrateCov no ar e não recebia demandas do Presidente da República no que diz respeito à pandemia. Eu queria saber – estou curioso – qual era a sua função exatamente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem, Senador. Como Ministro, o senhor fez três posições. Junto à parte do oxigênio, eu coloco ao senhor que ficam bem claras as responsabilidades quanto à aquisição, distribuição e acompanhamento do oxigênio em todo País, não apenas no Amazonas. E a minha atribuição, nesse caso, no momento em que compreendi a problemática do oxigênio numa reunião em Manaus, eu prontamente parti para auxiliar e apoiar na logística e distribuição do oxigênio até a estabilidade das linhas de fornecimento, tanto por terra, ar e fluvial, marítimo e fluvial. Então, é só para separar. Uma coisa é a responsabilidade por aquisição compra, acompanhamento e o fornecimento, é claro. Isso não é do ministro da Saúde, nem do Ministério da Saúde; isso é do Estado e da empresa fornecedora. A partir de então, prontamente o ministro com seus secretários partiram para fazer o apoio que se fez necessário. Essa é a diferença de dizer que eu não sou o responsável.

Receber empresas... Coloco novamente ao senhor, é sempre interessante que o dirigente máximo... E, nesse caso, é muito forte na linha militar, o senhor conhece. Nós não entramos na negociação direta para compra de nenhum bem com empresa alguma, porque isso é um vício que vai trazer pessoalidade; nós temos de ser impessoais. Claro que receber o diretor de uma empresa socialmente, receber o dono de uma empresa socialmente, cumprimentá-lo, colocar, apresentar disposição, dizer que nós estamos muito felizes que a empresa se apresente para vender para o ministério, para o Exército, para onde for, nós fazemos isso, sim. Agora, eu deixo bem reservada aqui a diferença entre receber socialmente e até pressionar ali um fornecedor, um empresário, dizendo: "Olha, você tem que ser realmente rápido nisso aqui, porque nós estamos com pressa". Esse tipo de posição é possível e foi feita. Agora, a discussão prática da compra deve estar restrita ao escalão administrativo que está negociando a compra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim... Então, é diferente quando eu digo que não trato. Não trato para discutir as cláusulas de um contrato. Essa aí é a área técnica que faz. Agora, o restante? É claro. Acompanhar? É claro. Cobrar da área técnica? É todo dia. Empurrar o cara para fazer? É todo dia. Agora, nunca entrar nessa bola de discutir a compra direta e as cláusulas de um contrato, porque, ao final de contas, quem vai tomar a decisão final serei eu. Então, se eu já entrar na frente dizendo: "É para fazer; aceita o preço; é essa empresa", isso aí... Eu estaria sentado aqui por outros motivos nesse momento, sendo acusado de corrupção.

E a TrateCov... O TrateCov é um assunto muito peculiar e simples de ser entendido. Realmente, quando o Senador Randolfe colocou e os demais Senadores, é aquilo mesmo. Foi apresentado no dia 6 e foi tratado de ser desenvolvido de 6 a 11. E a primeira apresentação foi no dia 11, mostrado como é que estava o desenvolvimento e se já podia dali concluí-lo ou não. Foi muito rápido, nós estamos falando de quatro dias. E, nesses quatro dias, ele não ficou completo, não ficou totalmente desenvolvido, e foi apresentado como estava.

Então, foi uma sugestão de uma secretária minha. E vou dizer uma coisa aos senhores do fundo da alma: se nós tivermos uma estrutura de diagnóstico que permita avançar e auxiliar no diagnóstico, nós podemos ser mais rápidos e nós podemos atender as pessoas de uma forma mais eficiente, mais rápida. Isso, de uma forma clara, para o diagnóstico – para o diagnóstico. E, sim, isso foi uma proposta de uma secretária minha. E eu autorizei.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente, mais uma pergunta aqui ao nobre General Pazuello.

Só um pouco saindo até do escopo da CPI, mas eu tenho curiosidade. O senhor anunciou que o Amazonas seria o primeiro Estado com a população totalmente imunizada. Depois o senhor saiu, foi exonerado do ministério, e teve alguns apoiadores que até o lançaram candidato a Governador, a Senador em 2022. Em virtude do seu dever cumprido, como o senhor anunciou – de ter feito todo o possível para conter a pandemia do Amazonas –, o senhor acha que, com essa missão que o senhor diz que foi cumprida, o senhor está preparado ou se acha preparado, ou quer mesmo ser candidato a Governador ou Senador pelo Amazonas em 2022?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, eu não tenho a coragem que o senhor tem. Eu não tenho a coragem de entrar numa bola dividida de Senado e Governador do Amazonas. É muito sério isso daí. Ser governador é um caminho que é construído e deve ser construído com uma experiência política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longa, e eu não a tenho. E eu não faria esse movimento de uma forma arriscada e colocar em risco ainda decisões aí que poderiam prejudicar a população.

Não, eu não sou candidato de Governador no Amazonas, nem de Senador de Amazonas. Isso daí é um movimento que não partiu de mim e foi colocado na rede social. E a gente não controla esses movimentos. Eu hoje...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Mas o seu eu...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Depois que eu vejo... Não, só para concluir, se o senhor permitir.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Certo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Depois que eu vejo a... Depois que eu compreendi o tamanho da dificuldade de ser um governador ou até de ser um senador de primeira... Cair de paraquedas como um senador... Isso não é assim. Isso tem que ter muito conhecimento, muito preparo, tem que ter muita vida pública para chegar até aqui. Não é: "Ah, vou me candidatar aqui nessa onda, eu vou entrar...". Isso aí é complicadíssimo. Não é... Eu compreendo hoje, de uma forma muito clara, que isso não deve ser assim. Tem que ser uma coisa que seja formada na carreira, formada na capacidade de cada um. Isso é muito sério. E eu não tenho essa posição lá no Amazonas.

Eu queria aproveitar que o senhor colocou a missão e queria... Estou olhando para o senhor aqui na tela, por isso que eu estou de lado nesse momento. Eu queria aproveitar a sua formação e o seu conhecimento da área militar só para esclarecer às pessoas que, quando um oficial, ou da Polícia Militar ou do Exército, recebe uma missão, por exemplo, combater uma gangue ou uma facção, ou uma parte, ele não vai ali... Cumprir a missão dele não é acabar com o crime organizado daquele Estado, é aquela fatia da missão que ele cumpre, e depois retrai. É uma fatia. Então, a compreensão de missão é muito militar. Por isso que as pessoas talvez não tenham compreendido quando a gente coloca "missão cumprida": da minha fatia da missão, daquele pedaço, daquele momento da missão, não a missão completa e ampla de combater a pandemia no País, entregar o País pronto, limpo e todos já saneados e prontos. Isso é muito maior do que a parte da missão, a parte da tarefa que me foi passada. Então, a missão que me foi dada e o tempo que me foi dado para cumprir aquela missão é uma análise diferente do todo, que é o combate à pandemia.

Por favor, eu estou aproveitando só para, como o senhor colocou de volta a missão e o senhor conhece bem o que eu estou falando... É muito específico: naquele período, naquela missão específica, e não é do todo. O todo é muito maior e serão... Nós estamos aí, agora, entrando com uma nova cepa chegando da Índia, tem muito trabalho para ser feito nisso aí. Nós temos é que estar focados em combater isso de uma forma muito eficaz e muito séria, e eu queria colocar aqui aos senhores que eu sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente parceiro no cumprimento de qualquer missão que ainda venha a ter para qualquer coisa do gênero. Contem comigo nisso aí também.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – General Pazuello, eu queria só fazer uma retificação: na verdade...

Presidente Randolfe foi cortado aí o meu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. Fique à vontade.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Não?

Eu queria aqui comunicar ao nosso General Pazuello que eu não sou militar, o Coronel é um sobrenome. Não participei de nenhuma tropa, nem de um comando da Polícia Militar, nem de Exército, nem de Aeronáutica, nem de Marinha. Gosto muito das Forças Armadas e das polícias, me identifico bem, mas eu não sou militar, sem desmerecer quem é.

Mas Sr. Ministro, concluindo aqui, então, o senhor acha que cumpriu a sua missão no Amazonas, que satisfez as expectativas e se sente com a alma tranquila, que não deixou nada pendente no Estado do Amazonas enquanto o senhor foi Ministro da Saúde?

Concluindo, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, olha só, alma tranquila jamais. Eu sofri muito em Manaus, tá? Eu quero dizer para os senhores todos que eu vim de Manaus. Eu perdi parentes, eu perdi amigos em Manaus, e seria um absurdo eu dizer que isso não me afetou e não me afeta. Claro que existem limites do que a gente consegue fazer. Dentro dos limites e dentro do que a gente conseguia fazer, dentro das informações que me foram passadas, foram tomadas todas as ações que podiam ser tomadas naquele momento.

Vinte e quatro horas... As pessoas que foram comigo foram caindo de Covid. As pessoas que estavam trabalhando na nossa equipe foram sendo contaminadas, uma a uma. Então isso é muito sério, isso foi muito dolorido. E eu tenho que lembrar a todos os senhores que a minha família estava lá em Manaus, e estavam todos com medo.

Então, é preciso que os senhores olhem para o ser humano e olhem para a pessoa séria que está sendo colocado... Cada vez que parece que eu não tenho qualquer tipo de sentimento por Manaus ou eu não tenho... Achei que não quer dizer nada às pessoas que morreram... Pelo amor de Deus! Tudo aquilo que eu soube, tudo aquilo que me foi apresentado imediatamente foi decidido e executado. Imediatamente! Eu não poderia deixar de fazer isso. Isso é muito sério. Eu olho para Manaus todos os dias, eu falo com Manaus todos os dias. Falei com minha filha ontem, às 11h da noite, em Manaus, que mora em Manaus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é complicado achar que... Ou ser colocada a ideia de que eu não fiz ou deveria ter feito ou não fiz porque não quis ou não o fiz... Por que eu não faria? O que faria... O que faria uma pessoa como eu, um filho da terra, um oficial-general formado lá, servindo lá, com a família em Manaus, com os amigos que os senhores sabem que estão aqui sentados comigo? Como eu não tomaria as decisões imediatamente? O que me faria não tomar decisões imediatamente? Que mente doente seria a minha em dizer: "Não, olha só, Manaus eu não vou atender, Manaus eu não vou ajudar em nada, Manaus eu vou deixar as pessoas morrerem"? Não, eu jamais poderia pensar dessa forma. Não pensaria para nenhuma cidade quanto mais para Manaus. Não, Senador! Eu não acho que eu sinta dessa forma!

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O.k. Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Coronel, que tem o nome e a patente juntos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Eu achava que ele era Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Angelo Coronel.

Próximo, Senador Alessandro Vieira. V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância necessária desta Presidência. O Sr. Eduardo Pazuello está a vossa disposição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, General Pazuello.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Boa tarde, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu vou apenas fazer um breve preâmbulo aqui.

Esta CPI não pode se prestar a ser...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Para garantir a palavra ao Senador, o tempo vai ser reposto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPI não pode se prestar a ser mais um veículo de desinformação dos brasileiros. Então, ocupo uma parte do meu tempo para fazer esclarecimentos.

O colega apresentou aqui, no início desta sessão de hoje, vídeos com palavras de Governadores, com os quais eu não tenho a menor ligação e, se cometeram algum crime, que vão para a cadeia. Os vídeos eram do mês de abril de 2020.

Peço a juntada, Sr. Presidente, do estudo, considerado estudo padrão no Brasil no tocante a esse tipo de medicamento, que foi divulgado em revistas médicas reconhecidas em junho de 2020 e que reprovava o uso da hidroxicloroquina ou cloroquina mesmo em ambiente hospitalar. Óbvio que a indicação em ambiente hospitalar se dá pelo uso compassivo, já referido aqui várias vezes por outras testemunhas, e dentro de um contexto de acompanhamento constante por médicos e monitoramento de frequência cardíaca.

Faço também juntada, Sr. Presidente, de uma sequência de vídeos do Senhor Presidente da República posteriores à divulgação desse estudo, ou seja, posteriores a junho de 2020, inclusive vídeos do corrente mês, maio de 2021, onde o Presidente continua defendendo e desinformando a população brasileira no sentido da existência de medicamentos que possam, de alguma forma, tratar ou prevenir essa grave infecção. Então, é importante repor isso.

Outro ponto a se repor, Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Outro ponto, Sr. Presidente, que exige um esclarecimento ao cidadão brasileiro diante das várias referências que nós temos aqui de opiniões médicas tomadas como de caráter científico... O óbvio, enfim, pelo menos para quem estudou minimamente alguma coisa sobre metodologia, é que as evidências científicas seguem uma hierarquia, onde, no topo, você tem um tipo de estudo qualificado, randomizado, com metanálise, e, no ponto mais baixo, você tem a observação pessoal do profissional. É importante observar que não encontramos absolutamente nenhum estudo com a característica máxima de qualidade que valide esses medicamentos referidos e, mais ainda, Sr. Presidente, porque nós temos mais de 500 mil médicos no Brasil. Então, não vai ser brandindo aqui a opinião de A, B ou C que você vai responder com ciência. Ciência se obtém com método, e é importante que a gente respeite a ciência.

Retomando o depoimento, Sr. Eduardo Pazuello. O senhor tem 47 anos de vida militar. Confere?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Confere.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor chegou ao cargo honroso de General de Divisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Confere.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor certamente sabe que o Direito brasileiro, mesmo o Direito Militar, rejeita o princípio da obediência cega, correto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Durante o depoimento de ontem e de hoje, V. Exa. referiu várias vezes algumas variáveis no tocante ao processo decisório de aquisição de vacinas. O senhor referiu a questão da transferência de tecnologia e o senhor referiu a questão dos custos, correto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Os custos precisam estar dentro dos números necessários, não é? Você não poderia comprar uma vacina que custasse 50 vezes mais; se o custo médio daquilo seria R$10, não poderia pagar 40 ou 50 sem discutir os valores. Então, a discussão de valores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Objetivamente, Sr. General Eduardo Pazuello; eu peço do senhor objetividade e, em retribuição, lhe darei também objetividade.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor, vamos lá.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor utilizou os critérios referidos, como transferência de tecnologia e análise de custos, como métrica para a decisão de compra de vacinas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Uma das métricas, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Me permita observar a V. Exa., talvez pelo fato de a formação ser distante do quadro da saúde, que V. Exa. está equivocado. A Constituição Federal brasileira coloca como valor máximo a defesa da vida. É valor máximo! Se se faz uma análise simples, simplória – para usar uma expressão também citada aqui nesses depoimentos –, do exemplo de Israel, que serve de referência para o Governo brasileiro, o diferencial foi exatamente que o Primeiro-Ministro de Israel compreendeu o valor máximo da vida, acelerou as compras, negociou pessoalmente e conseguiu garantir que seu país fosse vacinado em grande proporção. Então, com todo o respeito, V. Exa. errou.

No tocante, Sr. General Eduardo Pazuello, à definição de uma política de saúde pública para combate à pandemia, eu pergunto a V. Exa. objetivamente: existiu uma política pública de combate à pandemia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Existiu. Da minha visão, claro que sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor formou um conselho técnico de especialistas efetivamente na área de combate a epidemias, pandemias, infectologistas, especialistas em SUS?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu tinha no ministério toda a equipe que me foi necessária.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor pode referir quem eram os especialistas que assessoravam V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Meus secretários.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... e médicos do ministério, que são inúmeros. Eu não poderia falar aqui, são mais de... Secretários, com certeza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Como era o processo de tomada de decisões no Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Toda tomada de decisão tem que... Vamos fazer uma separação. Quando envolve o SUS, que é noventa e tantos por cento, a tomada de decisão era tripartite, com a presença dos executivos do Conass e do Conasems, e era sempre discutido de forma executiva, ou seja, com secretários, transparência total, e a parte jurídica dentro de cada processo decisório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor designou um advogado criminalista para assessorar V. Exa. durante a gestão no Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, ele estava no nível de assessor, no nível de gabinete, que trabalhava na coordenação das ações. A parte...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Era esse advogado criminalista quem assessorava V. Exa. nas tratativas contratuais com a Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Também, mas isso era jurídico, era da Conjur. Advogado-Geral da União é diferente. Deixa eu explicar para o senhor isso. Toda a discussão...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Eu preciso apenas da resposta. Se o senhor tiver a informação de que existe outro advogado, que não o criminalista, eu gostaria de que o senhor referisse.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, o advogado do ministério não era o Dr. Zoser; o advogado do ministério é a AGU, é o Conjur, é o Dr. Jailor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Doutor?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Jailor. É um dos advogados; são vários.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Dr. Jailor foi o que participou do processo de negociação com a Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Ministro, ex-Ministro, o instituto Info Tracker, ligado à USP, apresentou hoje um estudo que indica que 11,9 milhões de doses de vacinas poderiam estar no braço dos brasileiros na data de hoje, e não estão. Não estão porque, durante o processo de negociação conduzido pela equipe de V. Exa., se fez opções diversas dessas. Isso representa, Sr. Ministro, também de acordo com cálculos de especialistas, efetivamente especialistas na área, milhares de mortes que poderiam ser evitadas, dezenas de milhares de internações que poderiam ser evitadas.

Durante o depoimento, em vários momentos, o senhor mencionou a sua defesa enfática das medidas de saúde básica, não medicamentosas, em particular, a defesa do uso de máscaras. Confere?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Confere.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Na *live* que o senhor fez juntamente do Presidente Bolsonaro, no dia 14 de janeiro de 2021, o senhor disse coisa diversa. O senhor disse que a ciência não provou ainda a eficácia das medidas de isolamento e das máscaras, por exemplo. O senhor confirma esse vídeo? É uma *live*.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Se foi feito dessa forma e é uma *live*, tem que ser confirmado. Nós temos que ter a construção da frase. As medidas de isolamento não são também, da mesma forma que outros medicamentos, outras ações, também não são cientificamente comprovadas. Elas podem funcionar para um e podem não funcionar para outros.

Com relação ao uso de máscaras, nós tivemos vai e vem do uso de máscaras durante o ano todo, da própria OMS. E eu quero dizer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor, a OMS colocou em posições que a máscara...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Eu vou me limitar a colher do senhor, na condição de testemunha, a veracidade da afirmação que o senhor fez.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k. Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor confirma que fez a afirmação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pode acreditar que foi isso que foi...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Feito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... trazido.

E eu coloco para o senhor o seguinte: quando a gente tem um pensamento e a gente vai defendendo ele, ou as pessoas precisam... Eu acho que é justo. O senhor pode ver, talvez... Claro que, com a máscara, às vezes, a expressão facial não é vista, mas é só pelos olhos. E eu não discordo das perguntas, eu não discordo da forma como se procura compreender a verdade da coisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** E o senhor não conseguiu convencer o Presidente da República de que era relevante ele seguir essas medidas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu queria colocar para o senhor o seguinte: eu acredito que as medidas preventivas sejam necessárias, eu acredito nisso. Então, não quer dizer que você não escorregue em nenhum momento da sua vida, mas em que você acredita? Eu acredito que as medidas preventivas são necessárias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Quando um ministro da saúde escorrega, Sr. Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Eu estou falando de um exemplo só.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** ... muita gente morre na rua.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Eu estou dando um exemplo com relação...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Vamos dar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... à vida da gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... seguimento ao depoimento, Sr. Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – À vida da gente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ex-Ministro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Você acredita ou não acredita nas coisas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nós tivemos uma referência, curiosa até, do colega Marcos do Val, que não está aqui ainda, ou não está mais aqui, à coragem de V. Exa. em assumir um avião que estava em rota de queda, em rota de colisão, elogiosa coragem.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Caíram nesse período, Sr. Ministro, quase 2,4 mil aviões, uma média de cinco aviões por dia. Quando o senhor assumiu o ministério, o Brasil tinha 15 mil mortos, aproximadamente; 280 mil casos, aproximadamente. Quando o senhor saiu do ministério, o senhor deixou cerca de 233 mil casos, desculpe, 233 mil mortos e 11,5 milhões de casos. Então, me parece que é muito claro o resultado dessa gestão.

Pergunto, ainda no tocante à cadeia de comando e das decisões finais, lembrando das referências que V. Exa. já fez, elogiosamente, a si mesmo, das suas qualidades como gestor e como líder: como se dava a cadeia de comando e decisão final nas seguintes situações: o retardo na adesão ao consórcio Covax?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Toda discussão da contratação da Covax Facility se deu no âmbito da Casa Civil. É preciso compreender isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Casa Civil.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, não foi o senhor... Porque, veja, nós recebemos aqui o ex-Ministro Ernesto Araújo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou colocando para o senhor...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e ele reportou a V. Exa. a responsabilidade, a V. Exa. e à sua equipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Toda a negociação para a entrada na Covax Facility, ela foi centralizada na Casa Civil, e nós apoiávamos com as decisões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Quem era o Ministro da Casa Civil, senhor, testemunha? Quem era o Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Como assim?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Quem era o Ministro, à época, da Casa Civil?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Quem era o Ministro? Quem estava no cargo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que eu saiba, era o Ministro... Só existia um Ministro: o General Braga Netto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Era o Braga Netto.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, por favor. É o Ministro da Casa Civil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** A decisão de adesão ao consórcio Covax...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Que eu saiba...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** ... pelo seu menor patamar foi de V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi minha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** ... ou foi da Casa Civil?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi minha. Deixe eu dizer uma coisa para o senhor: a decisão não é só de uma pessoa; ela é do... Ela é do grupo que está trabalhando, é um colegiado. Foram levantados os problemas junto... Mas eu vou dizer uma coisa para o senhor: nós compramos o mínimo pela simples razão de que era muito instável, era muito ruim não estar presente, mas ter o... Estar no consórcio, sim; agora, apostar todas as fichas naquela produção de compra, não. E só, nós só deveríamos... E como nós tínhamos a garantia de poder comprar e adicionar compras, precisa ficar claro: não é só uma compra; você tinha que entrar no consócio e podia fazer uma opção naquele momento, e poderia fazer novas opções na sequência. Até agora, só foram fornecidos 10%. Nós estamos em maio, e só foram fornecidos menos de... Aliás, 10% do que nós contratamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu vou só pedir a tolerância no tempo, porque efetivamente a testemunha não é colaborativa, ela tem uma certa prolixidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. terá toda tolerância, assim como temos tido com todos os demais participantes.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A continuidade da busca ativa por remédios como a cloroquina, mesmo depois da divulgação dos estudos que servem como parâmetro no Brasil, V. Exa., ou o Governo brasileiro, persistiu na busca ativa por cloroquina mundo afora pelo mês de outubro, novembro de 2020. Como eu já disse aqui, em junho, a ciência brasileira já dizia que não era um medicamento referendado. Ciência, quando eu digo, evidentemente, eu estou falando de estudos sérios, efetivos, feitos por grandes instituições e divulgados. Essa busca ativa passou pelo Ministério da Saúde ou foi iniciativa de outro órgão?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não comprei nenhum comprimido de hidroxicloroquina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A demora na contratação de vacinas, especificamente com o fornecedor Pfizer – essa demora, aquele processo todo de negociação –, sempre passou pela decisão final de V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Todas as decisões acabam no Ministro, sem problema. Agora, eu gostaria de dizer duas coisas, se o senhor permitir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Claro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Primeira: da proposta inicial – lá, de 30 milhões, que virou 70 em agosto –, nós compramos cem mais cem. Nós compramos 100 milhões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas o senhor sabe que tem uma distância temporal entre uma coisa e outra.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois é. Foi uma ótima evolução – tá bom?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A distância temporal...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – De 70 para 100.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu vou precisar lembrar V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Do dia 23 de fevereiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu vou precisar lembrar V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minuto.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – No dia 23 de fevereiro, quando a Pfizer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minuto, Eduardo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... nós compramos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minuto, Sr. Eduardo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu preciso lembrar V. Exa. da sua condição aqui de testemunha juramentada, que efetivamente, muito honrosamente, está abrindo mão do que pediu ao Supremo e está respondendo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor sabe informar objetivamente o lapso temporal entre a primeira proposta e a efetiva contratação das vacinas da Pfizer?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu posso lhe informar o lapso temporal do dia que foi autorizado comprar para o dia da contratação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Qual foi esse lapso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram exatamente oito dias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Entre a proposta e a contratação se passaram oito dias?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu posso lhe afiançar o lapso temporal entre a autorização da compra, que é a sanção da lei, e a contratação. Esse é o lapso temporal que eu posso lhe afiançar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu procedi, Sr. Ministro, à análise de cerca de 108 *e-mails* trocados entre a Pfizer e o Ministério da Saúde. E deles se constata claramente como se deu a negociação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa... Desculpe-me. V. Exa. tem conhecimento de que as propostas da Pfizer tinham um prazo para resposta?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – As discussões com a Pfizer foram abertas o tempo todo, com telefonemas, com trocas de...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A pergunta não foi essa, Sr. Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, o prazo era mantido e as discussões eram renovadas, só que nós não podíamos comprar sem autorização da lei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Os *e-mails* apontam que V. Exa. só se manifestou diretamente nesse debate em fevereiro de 2021. Esse suposto obstáculo legislativo só começa a ser referido em meados de novembro. Qual foi a ação adotada por V. Exa. para remover esse suposto obstáculo legislativo?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Além da pressão junto à empresa, para que ela recuasse nas suas cláusulas, que foi constante? Então, foi constante o trabalho de negociação e pressão para mostrar que o Brasil não merecia aquele tipo de tratamento. Nós não somos um país caloteiro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O mesmo tratamento de mais de cem países, segundo o Presidente da Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso aí é posição da Pfizer. O nosso País é um país soberano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, me permita: isso é fato, que já foi declinado nesta CPI.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É um país soberano. À época, só queria lembrar que, como o senhor coloca...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esse conceito deformado de soberania tem uma participação muito grande no caos que nós vivemos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor imagina que o Estado de Israel não é um Estado soberano?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Que o Primeiro-Ministro Israel é um gestor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu coloco...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** ... que despreza a soberania do país dele?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, eu não falei isso. Isso é o senhor que está falando.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não, o senhor está falando...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, o senhor que está falando. Eu não falei de Israel.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Porque, veja: o senhor se coloca numa situação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu não falei de Israel, foi o senhor que falou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** ... soberania.

A sua função nesse processo – e talvez o senhor não tenha compreendido ao longo de todo esse tempo...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** ... era preservar vidas. Para preservar a soberania, tínhamos, certamente, vários outros órgãos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito bem, o nosso País... O nosso País, naquele momento, não tinha amparo legal para o contrato. A minha posição...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor apresentou proposta de correção?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A minha posição com a Pfizer era que ela flexibilizasse para o Brasil, já que nós não tínhamos lei para aquilo. Em dezembro, na assinatura do MOU, nós não tínhamos nem a assessoria jurídica nos apoiando. Nós assinamos o MOU contra as assessorias jurídicas da CGU e da AGU. Esta é uma posição do Ministério, posição de vanguarda: "Assina, independentemente da jurídica". Essa foi uma decisão minha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Diretamente sua?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Minha! Não sei quem daqui tomaria essa decisão. Eu a tomei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Com relação ao suposto obstáculo legislativo, qual foi a ação concreta que V. Exa. adotou?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A proposta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. fez alguma mudança?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A proposta de uma medida provisória em meados de dezembro, para que nós autorizássemos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. já informou aqui, nesta CPI, que parte do Governo se colocou contra e que por isso nós não tivemos a edição da medida.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Parte do Governo... Eu coloquei: não houve consenso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem discordou, Sr. Ministro, na condição de testemunha?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram discussões das jurídicas... Todas as jurídicas que envolvem o processo se colocaram desta forma, de que deveria vir pelo Congresso Nacional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, houve um consenso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É. Não houve consenso para assinar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Veja...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A minha proposta era assinar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quando chega...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só... Eu vou responder ao senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu vou tentar ser claro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não houve consenso porque eu queria assinar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e vou usar o linguajar de V. Exa. Permita-me! Olha só: quando chega um documento à mesa de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República, no caso uma minuta de medida provisória, certamente ela já tramitou por vários órgãos. Isso é um fato, não é?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não chegou nem lá, na minha visão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não chegou lá?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que não. Foi...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor disse que teve uma reunião ministerial e que não teve consenso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Reunião ministerial foi na discussão do Governador do Amazonas. Não foi isso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não teve nenhuma reunião? Foi tratado só pelo caminho burocrático?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É como funciona!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... peço tolerância por conta do perfil. Faltam apenas duas perguntas bastante sucintas.

Quem mandou fechar o Hospital de Campanha de Águas Lindas de Goiás?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós não mandamos fechar nenhum hospital.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esse hospital era federal, Sr. Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós não mandamos fechar nenhum hospital.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Hospital de Campanha de Águas Lindas de Goiás foi fechado sem a determinação de V. Exa.?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que não. Não foi isso? Isso aí veio pela própria demanda do Estado. Não fomos nós que determinamos: "Vai fechar o hospital". Não! Nunca!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É federal. O Estado de Goiás pediu a prorrogação da atuação desse hospital, e foi negada pelo Ministério. Isso não é fato?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu posso verificar. Eu não tenho esse dado para dar para o senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O senhor nos trouxe uma situação interessante.

Eu vou fazer aqui uma breve leitura, brevíssima, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Por favor, não falem alto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O senhor pode repetir essa parte? (*Fora do microfone.*)

Estava um barulho lateral, e eu não ouvi o que o senhor falou. Me desculpe!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em 1962, me corrige aqui o Prof. Randolfe Rodrigues.

Faço essa referência, ex-Ministro Pazuello, porque, muito claramente, nos contatos que tivemos, V. Exa. não se portou com desrespeito à vida; pelo contrário, eu lhe solicitei por telefone respiradores para o Estado de Sergipe, e o senhor conseguiu dar atendimento super célere – salvou vidas naquele Estado.

Mas, dentro do conjunto da obra, do exercício de uma política pública de saúde, infelizmente, o senhor falhou. E eu tenho absoluta convicção de que não falhou por decisão sua. Não consigo entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que diabo de dever de lealdade V. Exa. imagina ter que faz com que acoberte o verdadeiro autor das ordens que o senhor seguiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso é lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Houve... Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu vou solicitar a V. Exa. depois, que a Mesa... Já pedi, inclusive, à técnica para estabelecer o tempo que foi dado de tolerância para o Senador e para o Vice-Presidente da Comissão, porque está ficando injusta a dilação de prazo com relação a quem está na oposição e com quem é da base do Governo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não foram. Não houve intromissão na fala dele, nós respeitamos, mas avançou....

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Três minutos de tolerância para todos. Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para alguns além do tempo. Porque aí, como da base, eu vou pedir a mesma tolerância em relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem razão.

Eu vou suspender um pouquinho, porque o Ministro está pedindo um intervalo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, fique à vontade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – (*Fora do microfone.*) ... parece muito agressiva, excessiva. Me parece uma referência agressiva, excessiva comparar a atuação do Ministro Pazuello com o que ocorreu com a "solução final", trazendo aqui a lembrança de um oficial nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

Eu faço um apelo ao Senador Alessandro só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Se ele não quiser retirar, é direito que ele tem como detentor de mandato popular de expressar as suas ideias, mas eu acho que aqui se cometeu um excesso desnecessário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Xenofobia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para contraditar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agora sim... O senhor quer falar ao microfone, Sr. Marcos Rogério? Fique à vontade. Se o seu desejo é manifestar alguma opinião, faça-o ao microfone para que eu possa responder...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Senador, fique tranquilo, faça o seu teatro aí, não precisa de querer presidir a sessão a partir daí, com todo respeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O melhor argumento que V. Exa. tem é acusar de teatro?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – É o que V. Exa. está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. com a palavra, Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para contraditar.) – Para contraditar a respeitosa solicitação do Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, a referência que eu fiz ao julgamento de Eichmann é justamente pelo fato de que a burocracia não pode ser totalmente insensível à realidade. Não é possível que a gente utilize o serviço burocrático para exercício de poder sem mensurar as consequências concretas. E, quando eu perguntei e a testemunha confirmou o conhecimento que tem, o Brasil não adota a teoria da obediência cega. No Brasil, cada funcionário tem sua responsabilidade, e medidas adotadas pelo Governo ou omissões geraram mortes. É simples assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que eu posso falar, e aqui... Eu acho que as pessoas que são gestores, eles pecam por ação, pecam por omissão e pecam por obediência, e isso cabe muito aqui hoje nesta sessão. Você pode pecar por uma ação, por uma omissão ou por obediência. Isso é claro em qualquer gestor, porque ordens, não quer dizer que você tenha que cumpri-las. "Um manda, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro obedece", isso não funciona dentro do setor público, democrático em que nós vivemos. Isso não funciona. Então, isso é um julgamento que a própria sociedade está fazendo. Nós não somos aqui inquisitores, nós não somos... Não adianta pedirem para a gente enforcar três pessoas por dia, porque nós não vamos retornar essas 441 mil pessoas que morreram.

Mas acho que o depoimento e a testemunha, desde ontem, tem tangenciado bastante e não tem contribuído. E depois, quando o relatório sair e for aprovado aqui, as pessoas vão se lembrar bem, porque muita gente não se lembra nem do primeiro dia de audiência aqui. Não se lembra mais. Até por isso que eu pedi ao Senador Renan Calheiros que faça um apanhado destes primeiros 30 dias de trabalho desta CPI, juntando tudo aquilo que nós já produzimos aqui. Seria um relatório preliminar, para que fique vivo e não diga que a CPI está descambando, porque eu tenho assistido muito aqui: "A CPI está aqui para condenar 'A', para condenar 'B'". Não é verdade. Não é verdade! É lógico que cada um tem um argumento. E eu pedi ao Senador Renan – faço este apelo – que o Senador Renan, com 30 dias de trabalho desta CPI, possa, de uma forma preliminar, nos ajudar para que os próprios Senadores que fazem, que estão nesta CPI, as pessoas que estão nos acompanhando saibam muito bem aquilo que nós já apuramos e aquilo que vai estar constando, com certeza, no relatório final.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agora, eu faria uma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se for aprovado ou não, não tem problema.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu faria uma ponderação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... se for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Antes da divulgação desse eventual relatório preliminar, que houvesse uma análise por parte dos membros da Comissão, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim... Não, veja bem, eu não estou mandando ele soltar ou... Eu estou dizendo que nós podemos ter um relatório preliminar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu falo não é no intuito de fazer qualquer tipo de cerceamento à liberdade do Relator de fazer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretação dos depoimentos e das informações que foram coletadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, mas é para que a gente possa se preparar nos argumentos dos debates que teremos que travar na Comissão antes da deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto. Sim, sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Antes de uma eventual aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Apenas para fazer um registro em relação ao Senador Alessandro Vieira. Eu queria retirar a palavra que atribuí a ele em relação à questão de teatro. Não foi correto da minha parte. Apenas a ponderação que faço é porque falar nesse personagem da história, comparando um general que tem origem judaica com um nazista, é uma situação deselegante.

Ontem, o General, ao iniciar a fala dele, ele disse isto: "Meu pai, Seu Nissim, era paraense, de família judaica, que imigrou para o Brasil, saindo da Espanha, fugindo da inquisição, passando por Marrocos e vindo para o Brasil, Belém e Manaus. Enfim, um cidadão brasileiro, mas que, por opção, jurou defender o seu País, independentemente dos riscos inerentes às missões recebidas". Isso aqui foi retirado das notas taquigráficas. O General Pazuello, Sr. Presidente, abriu o depoimento ontem falando isso, por isso da reação que tivemos aqui em relação a essa fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não entendi dessa forma, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, comparar com um oficial nazista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não entendi dessa forma. Lógico, ele fez uma referência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A referência, Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dizer que colaborou com Hitler não foi elegante. Por isso, a reação que tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Deus o livre, nem pensar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, apenas porque os últimos quatro Senadores tiveram uma certa tolerância por parte do Vice-Presidente. Acho que não vou precisar, porque vou seguir um *script*. Quero ficar dentro dos 15 minutos, mas se houver também a possibilidade de uma tolerância de três a quatro minutos, no máximo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu recomendo veementemente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque todos os outros tiveram, só para não caracterize que justamente na hora da fala de uma Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Vice-Presidente é muito bondoso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu recomendo veementemente! Eu recomendo veementemente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente Omar. V. Exa. é muito mais a favor da Bancada Feminina do que o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olhe lá!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, não tenho dúvidas de que V. Exa. Vai me permitir, se houver necessidade. Acredito que não vai haver. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço... Mesmo que não tenha sido... Senador Alessandro, mesmo que não tenha tido a intenção de fazê-lo, e eu acredito nisso piamente, eu peço a V. Exa. que a gente retire... Mesmo que V. Exa... Eu tenho certeza de que você não teve essa intenção, até por conhecê-lo, conhecer sua índole, conhecer seu comportamento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, caso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Não estamos no ar, não?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Estamos no ar, sim, Senadora Simone. Estamos.

Caso V. Exa. determine a retirada, como qualquer Senador neste colegiado, eu respeito. Eu, particularmente, não faço retirada.

Não fiz nenhum comentário com relação à origem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, lógico que não!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Claro que não! Comentei a conduta burocrática, fria, desconectada da realidade da perda de vidas. Esse é o fato!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade! Longe disso, até porque eu conheço a família do Ministro Pazuello, sei que são pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do meu Estado, o Estado do Amazonas. E eu faço esse apelo para V. Exa., vou pedir para retirar de toda e qualquer coisa, para que não possa qualquer pessoa fazer qualquer tipo de insinuação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado, Alessandro, pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Alessandro, sou testemunha de que ele não faria isso de forma alguma, mas só para que não deixe nenhuma duvidazinha – está certo? – sobre essa questão. Eu vou pedir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A decisão de V. Exa. será respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu agradeço a sua compreensão.

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Como disse, eu peço a tolerância de três minutos, se for necessária – eu acredito que não. Pela primeira vez, vou seguir um *script* e ler aqui, porque são muitas as informações. Agradeço o fato de estar falando depois do Senador Alessandro, porque muitos dos questionamentos ele já fez.

Mas aqui, quem me conhece sabe da minha urbanidade. Procuro sempre respeitar todas as pessoas e o farei ao Ministro, em relação ao Ministro Eduardo Pazuello. Apenas não pedirei desculpas pela firmeza das palavras que serão utilizadas aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas repito: sempre com muito respeito.

Ministro, ontem e hoje, pelo depoimento dado, ficou muito claro que o senhor veio protegido de um HC não para permanecer calado, mas para poder dizer tudo que queria, da forma que queria, até mesmo omitir fatos ou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Se puder, por favor, Presidente... Eu perdi aqui até a linha de raciocínio. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Desculpas, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Eu que peço desculpas, porque eu estou habituada com o burburinho, mas eu peço desculpas.

Ministro, reformulando...

Se o senhor puder retomar o meu tempo, Presidente, eu agradeço os quinze minutos.

Obrigada.

O senhor está munido, protegido por um HC, como disse, pelos depoimentos de ontem e hoje, não porque veio com a intenção de ficar calado, mas para poder dizer tudo o que queria, da forma que queria, omitir fatos, acontecimentos e até, eventualmente, mentir sem medo de poder ser preso. Eu digo isso, Ministro, para começar dizendo que as mentiras têm sempre consequências, ou aqui ou lá fora.

O seu pedido de HC o coloca na condição de acusado, não por esta Comissão, porque por esta Comissão o senhor sempre iria e está sendo tratado como testemunha.

A razão de ser dessa CPI é para confirmar ou não atos gravíssimos acontecidos no período da pandemia, até mesmo omissões de autoridades públicas, sejam elas quem forem, autoridades federais, autoridades estaduais, autoridades municipais, Ministro da Saúde, Secretário estadual, Secretário municipal, Governador, Prefeito, Presidente da República. Tanto é verdade que. sim, nós vamos seguir o dinheiro, há uma ordem cronológica. Primeiro se começa com Ministros, depois se busca, através da sequência do dinheiro, o que aconteceu....

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) **–** O que é uma excelente estratégia.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Quando eu tiver que perguntar, eu me dirijo a V. Exa.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não estou respondendo a sua pergunta.

Estou só...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Eu gostaria que V. Exa., por favor, que V. Sa. ou o senhor não me interrompesse porque é uma linha de raciocínio...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** E vou tomar todo o cuidado para ser o mais educada possível, porque eu, como muitas mães...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não estou sendo mal-educado com a senhora, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** ... muitas filhas, estamos extremamente comovidas com o que está acontecendo neste momento.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Hoje, neste mesmo momento, eu estou com uma funcionária que está comigo há 23 anos, que mora na minha casa, morou na minha casa por muito tempo, me ajudou a criar as minhas filhas, num leito de hospital, me mandou uma mensagem dizendo: "O antibiótico não está fazendo efeito". Está com o pulmão comprometido por conta do coronavírus.

Então, peço a V. Sa. que, por favor, escute...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Espero que ela melhore.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** ... porque V. Sa. vai escutar aqui uma mãe, uma filha...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Aqui V. Sa. está escutando uma brasileira falando.

Então, eu gostaria de dizer a V. Sa. que nós estamos prontos para investigar a verdade, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** E a verdade diz que pode, sim, ter havido corrupção tanto nos Estados como Municípios como também no Ministério da Saúde.

Como aconteceu numa notícia veiculada no Jornal Nacional, de que o senhor nomeou um coronel da reserva e que, em novembro, teria, supostamente – é apenas suposição –, contratado, sem licitação, com recurso do coronavírus, reforma de balcões e da Superintendência no Rio de Janeiro de um prédio do Ministério da Saúde no valor de R$28 milhões, num processo com uma empresa que já tinha sido declarada inidônea pelo Poder Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos investigar, como vamos investigar Governadores, Prefeitos, seja quem for e, se for da nossa responsabilidade, vai constar no relatório. O que não for, vai para a Assembleia Legislativa ou para a Câmara de Vereadores.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** E sabe qual é a verdade, Ministro?

A verdade é que V. Exa., que V. Sa. aqui, ou você, hoje, não é a única testemunha.

Eu acho que esta Casa... Esta Comissão não precisa fazer acareação, com todo respeito aos outros Ministros. Neste momento, nesta sala, está havendo uma acareação entre o senhor e as 441.864 vidas perdidas prematuramente por conta de omissão ou ação dolosa de quem quer que seja, e nós temos que investigar isso.

Nessa acareação, nesse número frio, como um sepulcro, tem almas perdidas, mãe, filhos, pais, amigos, pessoas que estão pedindo, não um minuto de silêncio desta Comissão, estão pedindo um grito de indignação, afinal, porque o Brasil é o epicentro, porque o mundo já está tirando as máscaras, tomando vacinas, e nós estamos de joelhos pedindo para os Estados Unidos, para a Índia e para a China por doses extras para poder colocar no braço do povo brasileiro.

É por isso que estou aqui mesmo sem ser membro desta Comissão. Eu não estou aqui para condenar quem quer que seja, mas eu estou aqui para gritar em nome de quem hoje não pode mais gritar!

Essas vidas perdidas são um testemunho de uma verdade que não tem como calar ou ser calada. Aqui, essas vítimas dizem tudo, da ação ou da omissão de V. Sa. ou de terceiros, de quem manda e de quem obedece, mas aqui não é tão simples assim, porque, repito, nós estamos falando de vidas humanas.

Eu tenho certeza de que esse epicentro da pandemia no Brasil não é obra do acaso, Ministro. Houve mesmo omissão, houve omissão não de inocentes, de culpados.

Esta CPI é um grito do qual se espera um eco, um grito que não pode mais se calar diante da demora da vacinação do povo brasileiro, sob o manto de uma alegação inverídica, irreal de que foi feito todo o possível. Não foi!

Vamos aos fatos: 20 de outubro, o Ministério da Saúde assina 46 milhões de doses com a CoronaVac no contrato; 21 de outubro, depois do tuíte do Presidente da República, isso é cancelado. Manda quem pode, obedece quem tem juízo?! Com todo o respeito, Ministro!

O seu depoimento aqui, ontem, em relação à vacina da Pfizer: cinco cláusulas assustadoras. Eu sou professora de Direito Público. Realmente, poderiam se discutir cláusulas leoninas do contrato, mas o senhor dizer que, como Ministro, não pode sentar à mesa com uma empresa, ainda fazendo referência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jocosa ao Relator: "o senhor deveria saber disso"?! Não! O Senador Renan não sabe disso, eu não sei disso, porque nós como gestores sabemos que momentos especiais exigem medidas especiais. A própria Constituição e a legislação nos permitem isso, tanto que permitem, inclusive, não fazer licitação em processos diante de urgência. E o senhor sabe disto como General: quando vamos para a guerra, as armas são outras. Por isso, não se sentar à mesa para discutir, negociar, dialogar? Não poder conversar com empresas? O momento excepcional exige liderança, exige gestão. Como disse aqui, como se recusar a falar com a Pfizer?! A Pfizer era a única, naquele momento, capaz de salvar o Brasil. Quando eu digo Brasil, não estou falando só de vidas, estou falando de empregos! E é, sim, papel não só do senhor como do Presidente da República ou de quem quer que seja fazer tudo o que é possível! O Ministério da Saúde não respondeu oficialmente à Pfizer. "Afinal, são só 8,5 milhões de doses a mais!" Não! São 8,5 milhões de doses que poderiam, se não salvar vidas, no mínimo livrar essas pessoas da doença! São erros, Ministro, que borracha nenhuma é capaz de apagar na nossa biografia. É lamentável eu dizer isso!

Esta CPI é um grito das vítimas inocentes que partiram.

É um grito para que nunca mais possamos ver cenas angustiantes de brasileiros se asfixiando em Manaus, crianças tendo que passar para outros Estados por falta de leitos, para que nós não tenhamos mais aquelas cenas horripilantes de doentes amarrados com atas, como verdadeiras camisas de força, para aguentarem suportar a dor de ser intubados sem um anestésico!

É um grito contra as cenas dos nossos heróis profissionais da saúde que, na falta de ventiladores mecânicos, tiveram que usar os seus braços para levar oxigênio ao pulmão daqueles doentes, porque sabiam que ali estava a diferença entre a vida e a extrema unção!

É um grito contra o contraditório – e este é um contraditório grave –, entre a falta e o desperdício de testes do Covid vencidos, que só puderam ser utilizados depois porque a Anvisa teve que prorrogar a data de validade desses testes. Eu estou falando de 7 milhões de testes que, se estivessem nas ruas, testando a nossa população, teriam a capacidade de diminuir o número de contaminados, porque essa pandemia se alastrou pelo Brasil, diferentemente das demais, porque o Brasil foi um dos países que menos fez testes proporcionalmente à sua população. Não sabíamos nem que tipo de cepa estava mais presente em cada Estado da Federação brasileira.

V. Sa. foi perguntado pelo Relator se tinha liderança e gestão e V. Sa. respondeu algo interessante: dizer para um general se tem liderança ou gestão é o mesmo que perguntar se a chuva molha. V. Sa., no ministério, não fez chover; aliás, nem soprou uma brisa para que nuvens de chuva pudessem chegar. V. Sa. foi chamado pelo dote de ter e ser um grande estrategista, e eu reconheço que V. Sa. seja, como general, mas eu não estou aqui me dirigindo ao general, estou me dirigindo aqui ao ex-Ministro da Saúde. Não houve logística, não houve estratégia. Vacinas que eram para o Amazonas foram parar no Amapá! Foi um avião vazio para a Índia buscar, não sei se IFA ou se vacinas prontas, e voltou vazio! Faltou tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Disse aqui, nesta Comissão, que precisava ser rápido: EPIs, *kit* intubação, enfim, vacinas, citou uma série de coisas que precisariam ser feitas. Pois bem, seringas. Em julho de 2020, achando caro, não contratou com a Opas, esperou para contratar em dezembro. Sabe o que é interessante, ouvi um áudio que me mandaram – não estou aqui fazendo plágio, porque realmente não sei quem é que me encaminhou – dizendo o seguinte: além de ter esperado até dezembro, Presidente Omar, as seringas vieram de frete de navio! Ora, eu posso comprar pela internet por navio porque pode demorar dois meses o produto para vir da China até aqui. Agora, seringa, cadê os aviões das Forças Armadas para buscarem essas seringas ou para pagar um pouco mais e fazer com que essas seringas pudessem vir anestesiar o braço, a dor da população brasileira o mais rápido possível?

Este é um grito de uma brasileira que representa aqui boa parte da população brasileira contra um plano nacional de imunização. V. Sa. disse aqui: eu não conhecia o SUS, fiquei maravilhado! Que bom, fiquei feliz por isso. Pena que não pôde utilizar o melhor plano de imunização do mundo, que é o nosso, para poder vacinar. Afinal, não contratou, não tinha vacina. Como aplicar as vacinas necessárias? Numa conta rápida, Ministro, nós temos 38 mil postos de saúde espalhados no Brasil. Se nós colocarmos um único profissional da saúde para vacinar 50 braços, 50 doses, por dia, nós estamos falando de 2 milhões de vacinas aplicadas por dia. Não fazemos isso por quê? Porque não temos vacina, não fizemos o dever de casa, não temos contrato. Nenhum dinheiro hoje do mundo é capaz de trazer vacinas para o Brasil. Antes, foi dito que eram 57 milhões de doses, depois 46, 32, 25... Sabe qual foi a última, Ministro? Quando o senhor saiu, o senhor disse para os governadores: podem aplicar, utilizar a segunda dose para vacinar o braço de quem não recebeu nenhuma. É uma estratégia interessante. Talvez até fosse necessário, mas se nós tivéssemos certeza de que não faltaria a segunda dose para quem já tomou a primeira, como aconteceu no meu Estado do Mato Grosso do Sul. Já estou encaminhando para o final.

O senhor negou a existência de um gabinete paralelo orientando o Presidente da República. Eu não questiono a sua fala. Só que quando o senhor faz isso, na linha do que foi dito pelo Senador Alessandro, o senhor acaba assumindo toda a responsabilidade pela ação equivocada ou pela omissão, pela má gestão, pela falta de planejamento, de *kit* intubação, de seringas, de vacina, de campanha publicitária.

Não houve campanha. Só... E, quando houve, foi muito tímida, não falava em máscaras, em isolamento social

Só há uma coisa realmente que eu acredito, Ministro: eu acredito na sua boa intenção. Eu não nego isso. Basta olhar nos seus olhos, pela sua história, pela sua biografia, pelo testemunho do Presidente Omar Aziz, quando disse que conhecia e conhece a sua família.

Como cristã, eu tenho certeza que há uma narrativa equivocada no País, neste País tão polarizado; que o fato de estar me dirigindo a V. Sa., por mais que vote com o Governo no Plenário, aprovando reformas e os projetos na área econômica, eu sou tida como oposição, ainda que não seja e seja uma Senadora independente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aqui eu quero fazer um testemunho. Eu tenho certeza de que V. Sa. não fez essa condução no ministério para querer acompanhar o raciocínio torto, equivocado de alguns poucos, inclusive nas redes sociais, que pregam que é melhor deixar todo mundo se contaminar...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) **–** Jamais.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** ... para que haja o efeito... Eu não sei o nome, é efeito manada, efeito rebanho, imunidade de rebanho. Isso é algo que eu tenho certeza que V. Exa. não pensa e não agiu como agiu ou deixou de agir como tal, visando alcançar esse objetivo, porque sabe que estamos falando de vidas humanas.

Ministro, na minha palavra final, de alguém aqui que está realmente emocionada com tudo que está acontecendo, por ver amigos hoje nos leitos dos hospitais, pessoas que eu não conheço, eu quero dizer a V. Sa. que o Brasil está de joelhos, literalmente, em oração. É um momento que exige de todos nós humildade, humildade que eu confesso que, em alguns momentos, eu não vi ontem na conduta de V. Sa. aqui; mas vejo, em muitos momentos, quando V. Sa. fala. Só que agora eu tenho que me dirigir ao General.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Algo deu errado na sua estratégia, General **–** não como General, mas como Ministro.

Estamos numa guerra civil não declarada contra um vírus mortal. O Ministério da Saúde sob o seu comando nos deixou nesta guerra em campo aberto **–** nós sabemos que, por estratégia militar, nós não vamos a uma guerra em campo aberto **–**, sem armas, Ministro, porque não temos vacina. E, com isso, todos nós vestimos uma camiseta com o alvo bem no nosso peito ou no nosso pulmão. Nós viramos alvo fácil. Seus soldados, General, brasileiros que não fogem à luta, estão morrendo.

Então, quando eu estou falando desse número, 441.864 mortes, nós estamos falando de almas que precisam de uma resposta. E a resposta que eu quero de V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Não assuma responsabilidade que não é de V. Exa. Fale a verdade, toda verdade; reconheça possíveis erros, se é que houve, por parte de V. Exa.; mas não deixe a população brasileira sem resposta. Porque essas almas têm o dom de nos tocar, e nós aqui temos experiência suficiente para conseguir ler o silêncio, a mentira e a omissão.

Muito obrigada, Ministro.

Eu não vou fazer perguntas, porque aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** ... é mais um desabafo de quem acompanha essa questão passo a passo. E, sem medo de errar, pode-se aqui, dizer: não houve sequer omissão de inocentes; muitos erraram. Essa CPI é a CPI mais importante da história do Brasil e ela vai ter que dar uma resposta à altura das mortes, porque a nossa omissão hoje, o não gritar hoje significa amanhã ter que olhar para aqueles números e falar: são mais centenas e milhares de milhares de mortes de irmãos brasileiros. E isso, enquanto nós estivermos aqui, isso não acontecer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado, Senadora.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero cumprimentar o Senador Renan Calheiros, nosso Relator; a testemunha, o ex-Ministro Pazuello; todos os Senadores, na pessoa da Senadora Simone Tebet.

Eu queria, antes de entrar na minha lista de perguntas, fazer alguns comentários, Sr. Presidente.

A definição de indicação de qualquer medicamento para fins terapêuticos não se decide no voto nem na opinião de profissionais; se define a partir de estudos e testes extremamente rigorosos que às vezes levam anos. Portanto, esse debate de que um grupo de médicos prescreve e o outro não prescreve e tentar passar para a sociedade que isso é uma controvérsia, não. No caso da indicação de um medicamento para uma determinada finalidade, tem que passar por testes científicos de dosagem, de precisão do ponto de vista de resolver o problema, de curar ou de minimizar o sofrimento, e isso não pode passar desapercebido pela opinião pública.

Outra questão que me chama a atenção, que nós estamos aqui discutindo: nós estamos discutindo 441.864 mortes. Se nós temos 441.864 mortes, é porque nós tivemos milhões de brasileiros que se infectaram. E quando a gente faz a avaliação de uma pandemia, a gente precisa saber que medidas preventivas para evitar a expansão da pandemia não foram adotadas e que medidas foram adotadas para promover a pandemia. Este é o foco. E nós estamos diante de uma investigação é de um crime contra a saúde pública e um crime contra a vida, porque são 441.864 vidas ceifadas, arrancadas pela competência ou incompetência de quem dirigia o Brasil.

Outra questão que eu queria chamar à atenção: alguns vêm aqui e querem tratar as 441.864 mortes como sendo, Presidente Omar Aziz, uma questão de logística. Não. É de competência ou de incompetência para evitar que as pessoas se contaminassem, e não uma questão de se teve um ou dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

respiradores a mais, quem comprou ou quem não comprou respirador. Isso não impacta nesse número de óbitos que a gente teve no Brasil. Do ponto de vista epidemiológico, não tem explicação. E quem está falando aqui é um doutor em saúde pública.

E a outra questão que se cansou, quando faltam argumentos da base do Governo, é falar de Mariel, falar da Venezuela, falar da África. Sabe o que acontece? O Brasil e o BNDES... O Governo atual já fez... O Governo anterior... O Governo atual fez um monte, gastou milhões em auditoria sobre o BNDES. Qual foi a conclusão? Tudo dentro da lei. Então, vamos parar de enganar o povo brasileiro como estamos enganando no debate da pandemia.

Por isso, Sr. ex-Ministro Pazuello, alguns do que vieram aqui até agora disseram que a responsabilidade pelo vem acontecendo no Brasil é do Presidente Bolsonaro. É o caso do Mandetta e é o caso do Teich. Outros, como o ex-Ministro Ernesto Araújo e o ex-Secom Fabio Wajngarten disseram que a responsabilidade é do senhor e do Ministério da Saúde. Já o senhor vem aqui e diz que tudo que aconteceu é de responsabilidade sua e que o Presidente não interferiu na sua gestão. Não sei se o senhor está compreendendo o que está acontecendo. Estamos caminhando para ter um grande responsável: o ex-Ministro Eduardo Pazuello, V. Sa.

O senhor disse, aqui, que se encontrava com o Presidente apenas semanalmente, quiçá quinzenalmente; que o Presidente nunca deu ordem específica em relação à sua área e que nunca contradisse nenhuma decisão sua; que não existe assessoramento paralelo ao Presidente na área da saúde. Ora, se tudo isso é verdade, então foi do senhor a decisão de tentar liminar, limitar a ação de Governadores e Prefeitos no STF contra o estabelecimento de medidas protetivas não farmacológicas. Inclusive agora, recentemente, em março deste ano, quando pretendeu-se suspender os decretos dos Estados da Bahia, do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul nesse sentido, foi decisão sua, pelo que o senhor tem afirmado aqui nesta CPI. Então, foi o senhor que orientou a defender a cloroquina e a ser contra o isolamento e o distanciamento social. Então, foi o senhor que orientou a vetar o uso de máscaras e o fornecimento delas diretamente às populações vulneráveis, conforme estava previsto nos autógrafos da Lei 14.019, de 2020. Então, foi o senhor que deu informações a respeito das vacinas que levaram o Presidente da República a desacreditá-las. Então, foi o senhor que incluiu a obrigatoriedade de advertir os pacientes sobre os riscos das vacinas na MP 1.026, de 2021.

Sr. Ministro ou Sr. ex-Ministro, alguém está mentindo, porque aqui o senhor defendeu o distanciamento social, o uso de máscaras, a higienização das mãos e outras medidas não farmacológicas para auxiliar no combate à pandemia. Disse também que não atrapalhou nenhuma medida adotada por Estados e Municípios...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que apoiou todas elas e que é contra a imunidade de rebanho...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... tudo isso que foi estimulado por medidas adotadas pelo Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Mas, na prática, o Governo tomou outro rumo, que o senhor assumiu como sendo de responsabilidade sua. O Governo tomou exatamente o rumo prescrito pelo Presidente Bolsonaro, e o que colhemos hoje é o resultado do efeito Bolsonaro na pandemia.

Estudos demonstram que, nas regiões com mais votos em Bolsonaro, a epidemia de Covid-19 causou mais mortes. Senhoras e senhores, prestem atenção a isto: causou mais mortes! Se considerarmos todos os Municípios do Brasil, a taxa de mortalidade daqueles que votaram no 17 é 54% maior, e é maior porque é exatamente nesses Municípios que o isolamento social tem sido menor. A diferença entre o número de mortes chega a 90.000 vidas, Sr. Relator!

Eu quero mostrar o áudio aqui, o vídeo... Por favor, meu assessor, Fred, aqui.

Esse primeiro vídeo é de uma *live* do Presidente Bolsonaro do dia 31 de dezembro. Vejam a data – diferentemente do meu colega, que colocou vídeos sem data –, que é dia 31 de dezembro de 2020, quando o Brasil, na sua gestão, estava com quase 195 mil mortos.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo de celular.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Diz que não causa arritmia!

(*Procede-se à exibição de vídeo de celular.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Próximo: o segundo vídeo mostra o Presidente Bolsonaro com a Ministra da Agricultura receitando cloroquina. O Presidente pergunta: "Quem é seu médico?" A Ministra responde: "Dr. Bolsonaro".

(*Procede-se à exibição de vídeo de celular.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Terceiro vídeo: é para provar ao Brasil que o senhor faltou com a verdade na questão do TrateCov. O colega Senador Eduardo Braga já citou isso aqui, mas viemos aqui mostrar que, na reportagem da TV Brasil, há informação do lançamento e uso da plataforma, que também orientava a prescrição.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo de celular.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O quarto vídeo, para finalizar essa passagem de vídeos: Bolsonaro faz uma aglomeração por zelo psicossocial, como V. Sa. aqui nos informou, mas coloca a vida em risco, em que o senhor lá estava, de máscara, há cerca de um mês. Em seguida, a reportagem do senhor em Manaus, sem máscara. Por favor.

(*Procede-se à execução de vídeo de celular.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É suficiente. Obrigado.

Eu pergunto a V. Exa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estava com máscara nessa aí.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu pergunto a V. Exa... Na verdade, eu não pergunto; eu indago ao Brasil e a todos que estão nos vendo: será que o senhor foi contaminado pelo efeito Bolsonaro de expor a população e largar à própria sorte, a esse vírus mortal, que é o coronavírus? Esse é o efeito Bolsonaro, que matou mais quem o apoia.

Sr. Pazuello, o senhor disse aqui que o motivo de sua saída do Ministério da Saúde foi a missão cumprida. Durante sua passagem pelo Ministério da Saúde, de 22/04/2020 a 23/03/2021, exatamente 295.752 brasileiros perderam suas vidas.

Sr. Ministro, qual foi a missão passada pelo Presidente Bolsonaro? Foi a de expandir o efeito Bolsonaro? O senhor não agiu como general, que lidera e administra situações complexas. O senhor, me desculpe a minha sinceridade, agiu como um ajudante de ordem do Presidente Bolsonaro.

Esta CPI terá consequências, terá um relatório final que imputará as devidas responsabilidades. Depois disso, as denúncias serão feitas ao Ministério Público, e as ações judiciais correrão, e o senhor estará sozinho e responderá por tudo o que disse aqui pessoalmente.

Enfim, o senhor será responsabilizado pelas ações deliberadas deste Governo Bolsonaro, em busca da imunidade de rebanho por contaminação natural, responderá por recomendar medicamentos sem eficácia comprovada, por trabalhar contra a vacinação, contra o distanciamento social, contra o uso de máscaras e demais medidas preventivas ao contágio do coronavírus.

Eu lhe pergunto: o senhor concorda, o senhor desdiz ou o senhor repara o que o senhor disse sobre a sua relação com o Bolsonaro, de que o Presidente Bolsonaro não interferia nas suas posições? Pergunto ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sr. Senador, obrigado pelas suas palavras. Elas são realmente de bastante reflexão. O senhor é um médico; então, o senhor tem toda uma compreensão do que é uma pandemia, compreensão de como as coisas funcionam, como devem funcionar.

E eu coloco aqui para o senhor o seguinte: é preciso compreender que existem muitas ações de combate à pandemia, muitas. E cada setor, ou cada ministério, ou basicamente as grandes fatias do processo têm suas responsabilidades. No que tange ao Ministério da Saúde e ao SUS, eu realmente posso afiançar ao senhor: eu não tive pressão do Presidente Bolsonaro para tomar esta ou aquela decisão no Ministério da Saúde. Eu não recebi essa pressão.

É óbvio que a gente analisa todo o contexto para tomada da decisão. É óbvio que nós estamos cercados por técnicos, por médicos de todos os tipos, em quantidade, na minha análise, suficiente para poder tomar a decisão. E coloco para o senhor também, eu relembro aqui a todos: eu não tomava decisão sozinho no Ministério da Saúde, eu sempre tomei decisão de forma tripartite, levei isso muito a sério. E nós temos as competências dos executivos médicos e gestores do Conass e do Conasems que levavam à tomada de decisão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Eu quero, por obséquio...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A resposta foi: o Presidente, ele não me obrigou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** O.k.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... a tomar decisões.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Mas, Ministro, por obséquio: o Conass e o Conasems e o Ministério da Saúde decidiram contra o isolamento?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Deixe eu responder para o senhor: não. O Conass e o Conasems se posicionaram contra o uso de máscara? Não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) **–** Não. Nem o Ministério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** O Conass e o Conasems disseram que não deveriam vacinar ou se opuseram à vacinação? Não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) **–** Claro que não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, alguém fez isso. E, pelos vídeos aqui, foi o Presidente Bolsonaro.

Eu sinto que o senhor tenha dito, como disse aqui o Omar Aziz, que o senhor tenha assumido para si responsabilidades que não são suas.

E eu queria dizer, Presidente, que gostaria – com muita dor, mas eu gostaria – de requerer que essa oitiva de ontem e de hoje seja encaminhada ao MP, baseado no art. 342 do Código Penal, que afirma que não pode – que não pode – deixar de falar a verdade, que não falar a verdade é crime.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Como fizemos com o...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com o Fabio Wajngarten.

Eu solicito a V. Exa. e faço um apelo – já são 441.864 mortes –, e não é ao Ministro que não é mais Ministro; para finalizar, é ao Presidente Bolsonaro: pare, pelo amor de Deus, de largar os brasileiros à própria sorte, de estimular que eles caminhem para a morte! Porque é isso que o Presidente tem feito desde o começo da pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, pela ordem, fazer um apelo, um pedido a V. Exa. (*Fora do microfone.*)

Nós, desde ontem, tivemos aqui um espetáculo nunca visto e, em função da necessidade, diante do depoimento cheio de contradições e de omissões do ex-Ministro da Saúde, é fundamental esta Comissão Parlamentar de Inquérito contratar um serviço para fazer uma procura *on-line* da verdade, uma varredura das mentiras ou das verdades que estão sendo pronunciadas aqui.

Para que V. Exa. tenha uma ideia, nós já tivemos uma primeira amostragem dessas contradições, inverdades e omissões. O depoente, em uma, duas, três, cinco, seis, sete, em catorze oportunidades, mentiu flagrantemente, ousou negar suas próprias declarações. Só se é uma nova cepa o que nós estamos vendo aqui: a negação do negacionismo. Deve ser uma nova cepa, uma cepa nova. Quer dizer, por que negar tudo aquilo que está posto, que a sociedade conhece, acompanha e se indigna como consequência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tudo isso? Não dá, não é? É tripudiar da investigação, da Comissão Parlamentar de Inquérito, é imaginar que palavras são jogadas ao vento, a qualquer circunstância, em qualquer lugar. Nós precisamos que se respeite esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria pedir a V. Exa. para contratar esse serviço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Senador Kajuru, que hoje se submeteu a exames, me pede para fazer duas perguntas – duas perguntas – e eu gostaria de saber...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Renan, depois... Depois da minha intervenção, é porque a gente já está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando porque...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu falo em relação a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. falou algumas vezes, o...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o Marcos Rogério, outras tantas vezes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque a manifestação é...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Relator tem preferência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, com certeza, mas é uma indagação de colegas, eu só gostaria que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu posso fazer!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não está podendo estar aqui, eu faço.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não... Senador Renan... Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Que possa ser depois, não é isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para membros titulares, depois vem por...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a ordem Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu posso fazer como Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. não pode furar fila.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Relator tem preferência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas ele não pode falar fila de quem está na ordem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou furando fila, eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos só ouvir as duas perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a vez dele?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos ouvir as duas indagações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Duas perguntas, Ministro. Duas perguntas feitas pelo Senador Kajuru: V. Exa. é sócio de alguma empresa?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Eu herdei do meu pai algumas empresas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Sim", "não". É sócio ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, eu tenho sociedade de empresas por herança.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é sócio de empresas.

Essas empresas mantêm ou mantiveram alguma relação com o Governo Federal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha, que eu saiba, Governo Federal só se for Petrobras, transporte de petróleo, esse tipo de coisa. Agora, contratação do Governo Federal, não. É uma empresa de transporte. Meu pai é... É uma empresa de mais de 70 anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta foi específica, objetiva.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mantém negócios com o Governo Federal?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso tem pertinência com a CPI da Covid, Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem, claro que sim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, fundamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dinheiro público, e nós precisamos saber do destino.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. não quer investigar corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Senador Marcos Rogério...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, vejo que V. Exa. mudou de posição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minuto: as perguntas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Presidência entende que tem pertinência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o que tem a ver com a questão objeto da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem pertinência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso que estou perguntando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Conclua, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu gostaria de encerrar. Eu vou concluir, lembrando um episódio da história do Brasil. O maior conflito militar que nós tivemos no Brasil foi a Guerra Brasil-Paraguai. Nela, Sr. Presidente, nós perdemos 100 mil brasileiros. Foi a maior carnificina de todos os tempos! Os comandantes militares da época assumiram responsabilidade com isso e até ganharam a guerra. Não é isso! Eu estou citando esse fato histórico só para lembrar... A Guerra do Paraguai durou seis anos. É só para lembrar que, enquanto o ex-Ministro Pazuello esteve à frente do Ministério da Saúde, em pouco menos de 11 meses, morreram de Covid no Brasil 270 mil brasileiros, 60% dos que morreram durante a pandemia.

Eu falo para o meu tempo, mas a história calará fundo diante desses depoimentos e dessas inverdades que nós estamos colhendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.

Senador Fernando Bezerra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A requisição do Sr. Relator, eu peço para a Secretaria colocá-la a termo, para ser apreciada na sessão onde apreciaremos os requerimentos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando Bezerra, V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Eduardo Pazuello está à sua disposição.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu queria fazer um rápido comentário antes das minhas palavras.

Na semana passada, houve um intenso debate no Parlamento inglês, e o debate se travou sobre a necessidade de se abrir uma comissão de investigação no Parlamento inglês para poder revisar os procedimentos do Ministério da Saúde da Inglaterra sobre as dúvidas das ações e omissões que porventura tenham sido cometidas lá. A decisão do Parlamento inglês foi a de que a investigação só poderia ser feita quando tivessem debelado a pandemia.

Todos, aqui nesta Comissão, sabem a minha posição. Temos que trabalhar para evitar que a CPI se transforme num palanque eleitoral, porque todos nós queremos a verdade. Se ocorreram falhas, omissões, erros, os responsáveis precisam ser apontados. Mas me parece que, em função do quadro em nível internacional, o que precisamos mesmo, além de indicar eventuais culpados ou responsáveis, é aprimorar a legislação sanitária brasileira.

Eu queria... Ao iniciar as minhas palavras, eu gostaria de registrar trecho da introdução do livro que o Senador Renan Calheiros nos ofertou no início dos trabalhos desta CPI. O livro tem o seguinte título: *O Supremo Tribunal Federal e as Comissões Parlamentares de Inquérito*. É uma compilação das decisões proferidas por aquela Corte Suprema, na qual o então Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros, afirma que – abro aspas – "as CPIs, em todas as suas fases, devem ser guiadas por um outro princípio que é de natureza política, o equilíbrio [é o equilíbrio, Senador Renan]. A aliança deste com os elementos jurídicos permitirá às Comissões Parlamentares de Inquérito a satisfação dos interesses que são da coletividade e nunca daqueles meramente partidários ou de particulares" – fecho aspas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, concordando e apelando ao Senador Renan Calheiros para nos guiarmos pelo equilíbrio na condução desta importante investigação, quero enaltecer a postura do Ministro Eduardo Pazuello diante deste Colegiado.

Apesar de comparecer a esta CPI amparado por um *habeas corpus* que lhe confere o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, o depoente não se evadiu em nenhum momento, respondendo todos os questionamentos que lhe foram dirigidos.

Como bem salientou o Ministro Eduardo Pazuello, a Covid é uma doença ainda desconhecida que atingiu de forma contundente o mundo inteiro, desafiando gestores públicos e os sistemas de saúde, considerando que não existe medicação antiviral específica ou tratamento com medicamentos cientificamente comprovados.

Como ficou claro da exposição do depoente, a Lei do SUS define as responsabilidades da União, Estados e Municípios de forma tripartite, cabendo à União, através do Ministério da Saúde, disponibilizar recursos aos demais entes, sempre com base em critérios técnicos; ou seja, cabe aos Estados e Municípios a execução das ações de atenção à saúde, entendimento que foi reiterado pela decisão do Supremo Tribunal Federal ocorrida em abril de 2020.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde apoiou, durante todo esse período, os Estados e Municípios na execução das medidas e ações planejadas, bem como todas as transferências de recursos ou distribuição de equipamentos, insumos, medicamentos e imunizantes para Estados e Municípios.

Os dados apresentados pelo Ministro Eduardo Pazuello indicam que os valores transferidos pelo Governo Federal fundo a fundo para Estados e Municípios, tanto para as rotinas do SUS quanto para combater a Covid-19, totalizaram, em 2020, 79 bilhões para a rotina do SUS e 33 bilhões para o enfrentamento da pandemia, totalizando 112 bilhões naquele ano. Agora, em 2021, já superamos a marca dos 30 bilhões.

Além das transferências de recursos para Estados e Municípios fundo a fundo, o Ministério da Saúde entregou equipamentos – lembro aqui os ventiladores pulmonares, mais de 18 mil ventiladores pulmonares, em que 9 mil foram para Estados e 9 mil foram para Municípios. E os Estados se perderam nas contratações e nas licitações desses ventiladores, que contrataram por preços absurdos, e muitos não receberam os equipamentos para colocar à disposição da população.

Além disso, quero destacar a contratação de leitos de UTI. Foram, no ano passado, quase 19 mil leitos de UTI e, neste ano, já foram 22 mil leitos de UTI autorizados para atender a população brasileira.

Além disso, insumos, medicamentos, que totalizaram investimentos de 46,5 bilhões em 2020 e mais de 11 bilhões já agora em 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, eu gostaria de esclarecer aos que estão nos acompanhando que a Embaixada dos Estados Unidos, ainda em janeiro de 2021, por meio da Nota Diplomática nº 50, informou ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro sobre a impossibilidade de o Governo americano providenciar a entrega do oxigênio líquido no Estado do Amazonas. Nessa mesma nota, a Embaixada dos Estados Unidos afirmou tão somente o fato de estar aberta a negociação sobre um possível fornecimento de suporte aéreo em data futura, o qual estaria sujeito a reembolso por parte do Brasil, ou seja, em nenhum momento o Governo dos Estados Unidos disponibilizou ao Governo brasileiro uma aeronave para promover a entrega de oxigênio líquido durante a crise de abastecimento ocorrida no Estado do Amazonas, como se pretende fazer crer pelas manifestações de alguns membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Além disso, acerca da necessária autorização legislativa para que o Brasil pudesse aderir às obrigações previstas em cláusulas e disposições contratuais com a Pfizer, a partir dos questionamentos do Senador Randolfe Rodrigues sobre a minuta de medida provisória, esclareço que a decisão acerca da redação final proposta para uma medida provisória, seja a exclusão ou a adição de dispositivos, não é pessoal do Presidente da República, mas resultado de uma avaliação colegiada, coordenada pela Casa Civil, através da Secretaria de Assuntos Jurídicos, com base nas contribuições técnicas, de mérito e jurídicas, recolhidas de todos os ministérios proponentes. Somente após a consolidação do texto, a matéria é submetida à subscrição do Presidente da República.

Registro, ainda, como habitualmente tenho feito em nossas reuniões, que nesta quinta-feira alcançamos a marca de 89.532.775 doses de vacinas distribuídas e um total de 55.098.913 doses aplicadas. Com esse resultado, o Brasil se posiciona como o quinto país do mundo, em número, em termos absolutos, tendo vacinado, com pelo menos uma dose, 37.376.193 pessoas e, com a segunda dose, 17.722.720 brasileiros.

Por fim, gostaria de comentar o artigo publicado pela revista *The Economist* desta semana, dia 15 de maio, alertando para o fato de que a pandemia da Covid-19 provocou a mais profunda recessão global desde a Segunda Guerra Mundial. Informa o periódico que, enquanto o PIB mundial contraiu-se em 3% no ano passado, a taxa na América Latina e Caribe caiu mais de 7%, o pior resultado registrado em qualquer região monitorada pelo FMI. Dois aspectos precisam ser destacados nesse terrível desempenho que nossa região apresentou nesse período de pandemia.

Primeiro, alguns governos da região implementaram os mais severos *lockdowns* do mundo. Uma metodologia de quantificação do banco Goldman Sachs aponta que habitantes de nenhuma outra região ficaram tanto em casa durante um ano de pandemia quanto os da América Latina, onde o isolamento social foi 70% maior do que na América do Norte. Em que pese a implantação dos mais severos *lockdowns*, os números de casos e mortes registrados relativos à população são os maiores dentre todas as regiões do mundo. A América Latina, em contraste com as regiões, concentrou seus principais recursos no fortalecimento de mal financiados sistemas de saúde; aliás, precarizados, como foi o depoimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Mandetta e do Ministro Teich. Falta de investimento em saúde pública ao longo dos últimos 20 anos, e foram incapazes de fazer frente ao incremento exponencial da demanda por atendimento especializado. Na prática, somos uma região altamente vulnerável aos *lockdowns* do ponto de vista econômico, enquanto o resultado sanitário dessa medida é altamente questionável.

Segundo aspecto: a revista *The Economist* calculou a adequação dos estímulos com relação à pandemia em 123 países, mostrando que em países que repassaram recursos diretamente à população, tal medida contribui decisivamente para romper o ciclo de perda de emprego e cortes em gastos domésticos, o que sustentou as economias. A América Latina, apesar de ter implementado estímulos fiscais mais generosos do que em recessões passadas, teve um desempenho bastante modesto na injeção de gastos extras para cada dólar perdido em produtividade, inclusive se comparado com outros mercados emergentes.

E aí a boa notícia, Presidente Omar Aziz: felizmente, o Brasil é exceção nessa análise, e se destacou, segundo a conceituada revista inglesa, com gastos promovidos pelo Governo Bolsonaro que compensaram quase completamente as perdas do PIB, contribuindo decisivamente para o enfrentamento da crise pandêmica também em seu aspecto econômico. Em comparação com outros países, estamos saindo melhor desse momento desafiador, e temos tudo para chegarmos ao final deste ano com taxas de crescimento próximas aos 4%.

Quero dizer que, mesmo no ano passado, o Brasil foi um dos poucos países do mundo que terminou o ano contratando gente com carteira assinada. Foram mais de 146 mil carteiras assinadas, e este ano deveremos chegar a mais de 1,5 milhão de carteiras assinadas, mostrando a forte recuperação da economia brasileira.

Para encerrar – meu tempo já urge –, eu vou deixar apenas para que o Ministro possa fazer considerações sobre três aspectos, se ele se dispuser a responder a essas indagações.

A primeira: Os órgãos de controle, no cumprimento de sua tarefa institucional, tiveram oportunidade de auditar as ações do Ministério da Saúde no combate à pandemia. Como V. Sa. avalia a sua gestão no Ministério da Saúde acerca do cumprimento das orientações estabelecidas pelos órgãos de controle?

Essa seria a minha pergunta.

Eu acho que o tempo não vai me deixar fazer outras, mas eu deixo para que o Ministro possa fazer as considerações em relação a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Senador, muito obrigado pelas suas colocações, serei direto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das primeiras medidas tomadas, ao chegar no ministério, foram os acordos de cooperação com todos os órgãos de controle.

O objetivo desses acordos de cooperação era trazer realmente os órgãos de controle para dentro do ministério. Ter acesso a todas as senhas, ter acesso a todos os processos e isso, na parte do controle, ia por uma mão e na outra mão a participação para que se discutissem juntos os processos que estavam sendo iniciados para que se pudesse corrigir já no início da elaboração dos processos.

Então, essa era... Foi a primeira posição que nós fizemos e isso tem acordos com vários órgãos, como eu listei na minha palavra de abertura.

Eu vou... Só vou economizar o tempo por causa, obviamente, do adiantado da hora. Então, nós buscamos e fizemos acordos para trazer os órgãos de controle para dentro do processo – número 1. Número 2: a partir daí nós tínhamos, dentro do ministério, funcionando ali, funcionando de uma forma realmente proativa, as discussões eram proativas com os órgãos de controle. Além dos órgãos de controle externo, nós pegamos a divisão de integridade, Diretoria de Integridade, que é o controle interno do ministério, e nós submetemos a ela todos os processos – todos, sem exceção.

Havia vários processos que, pelo protocolo do ministério, não eram submetidos à Diretoria de Integridade, eram processos decisórios nas finalísticas ou na própria executiva.

Nós encerramos isso na chegada. Todos os processos precisavam ser analisados na Diretoria de Integridade e na nossa Conjur, que é a AGU que tem lá dentro. Então, essa é a estratégia de controle interno e externo.

A partir daí há, obviamente... Você passa a ter a sua análise ou ter não mais anual, você não manda, não é mais feita uma análise do pretérito. Os TCUs, a CGU, etc., passam a estar discutindo praticamente em tempo real o que está acontecendo. Isso é uma grande novidade, isso não existe na maioria... Eu acho... Desconheço que haja em outros ministérios, pode existir, eu desconheço. Então, a nossa relação com esses órgãos, ela passa a ser visceral porque está acontecendo junto.

Então, o TCU te cobra e você responde, te mostram uma posição, você adapta e assim nós fomos trabalhando em conjunto desde então.

Essa é a minha forma... Foi a nossa forma de gerir, vou fazer uma... O nosso objetivo – abre aspas – "era dar um crachá do ministério" – fechas aspas – para cada integrante de controle para que tivesse acesso a todos os locais em qualquer hora.

Essa foi a nossa forma de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, primeiro, agradecer, Ministro Pazuello. Este ano, no dia 10 de março, eu estive em audiência com V. Exa., com a Federação dos Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul. Em nome do Luciney Bohrer, que é o Presidente de 238 hospitais do Rio Grande do Sul, agradecer o que aconteceu naquele instante. Leitos de UTI: quero que fique gravado e ficará aqui nesta CPI que o Rio Grande do Sul, em março do ano passado, tinha 933 leitos de UTI. Em março de 2021, 3.005 leitos. Senador Omar Aziz, mais que triplicaram!

Também temos um documento aqui do Mirocles Campos Véras, que é o Presidente da Confederação Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Brasil, que totalizam 1.824 hospitais, santas casas e hospitais filantrópicos. Só nos leitos de UTI, já renovada a sua habilitação para este ano, entre ventiladores pulmonares e leitos de UTI já devem ter mais de 24 mil repassados pelo Governo Federal, garantidos, parte sob seu comando, mais de R$7 bilhões.

Aquele dia também, Ministro, falamos a V. Exa., Senador Omar Aziz, do preço abusivo do chamado *kit* intubação, que não era responsabilidade do Governo Federal. V. Exa. falou, recebeu a nossa solicitação. E foi apresentado, Senador Renan, que o custo do midazolam, uma das substâncias – recordo bem o nome –, custava R$2,90 em março do ano passado; e, na média, no Rio Grande do Sul, ele já estava em R$24, um preço abusivo – por laboratório, por distribuidor, sei lá por quem. O Ministério da Saúde comprou e distribuiu acho que quase 7 milhões desses *kits* intubação, que chegaram lá a R$3 – R$3! V. Exa. teve essa percepção, e o Ministério da Saúde, sob o comando de V. Exa., fez isso aí. Isso é importante, e foi distribuído para o Brasil inteiro. Chegaram ao meu Estado 300 mil, 400 mil doses para dois, três meses que chegaram lá e ajudaram os hospitais. E também nos ajudaram para que pudéssemos possibilitar, junto ao ministério e à Anvisa... Juntamos 53 hospitais para importarem diretamente, com autorização da Anvisa e do Ministério da Saúde. Já estão negociando para comprar a preços mais acessíveis em função do abuso que estavam pedindo para o Brasil. Agradecemos.

Eu queria, Senador Renan, Relator, e Senador Omar Aziz, voltar a um assunto. O Senador Marcos Rogério falou da questão da cloroquina, que Governadores, inclusive seu filho, fizeram... Ah, o vídeo, o.k., eu sei que foi no início do ano passado, março, abril, maio. O.K., mas, Senador Omar Aziz, uma questão abusiva... O primeiro passo: a Organização Mundial de Saúde reviu a sua posição com relação a esse medicamento, foi uma pesquisa fraudulenta na Universidade de Harvard, com 671 hospitais, em torno de 96 mil pacientes. Essa publicação foi feita na revista *Lancet*, a maior revista mundial. Aqui está a retratação.

A segunda, Senador Omar, foi no seu Estado, em Manaus, num hospital que acho que leva o nome da sua mãe, onde tem 22 pessoas que faleceram em cima de uma superdosagem. Isso eu solicitei, representei à Polícia Federal que examinasse esse caso. Representei na semana passada. Tenho certeza no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estou falando. Pedi, num debate que fiz agora na CNN, para questionar um especialista no seu Estado, não recordo o nome, já tinha feito a entrevista. Eu não vou falar como médico, mas já estou pedindo a um médico, Dr. Francisco Cardoso, que vai falar sobre os abusos da pesquisa *The Lancet*, em Harvard, e também sobre a pesquisa de Manaus. Eu vou pedir o direito de resposta que a CNN... E falo aqui, General Pazuello, que a imprensa séria deste País aceite essa provocação e dê voz a médicos. Não sou eu que vou falar, eu fiz a minha parte.

Senador Renan, V. Exa. já foi Ministro da Justiça. O art. 5º da Constituição da República: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". O item 2 da Declaração de Helsinque: "É dever do médico promover e salvaguardar a saúde de seus pacientes. O conhecimento e a consciência do médico estão direcionados para o cumprimento desse dever". Infelizmente, aqui, neste País e em outros também, em função de um debate político, ideológico e também financeiro, que tem interesse das grandes, da chamada Big Pharma, esse direito não está sendo respeitado: pressão de médicos, especialistas, professores universitários que mostram sua posição.

Então, o que eu quero, Senador Omar Aziz: estou registrando esse fato para que esse fato seja elucidado. Já pedi ao Senador Confúcio que traga especialistas e debatam a pesquisa da *The Lancet* e a da *Jama*, que é a pesquisa de Manaus. E pode botar os que fizeram e os que são contrários à pesquisa.

Senador Renan, esse fato, essas duas pesquisas fizeram com que a Organização Mundial de Saúde revisse o seu conceito. Isso é fraudulento, isso é tendencioso, isso é imoral. Portanto, eu estou levantando esse fato. V. Exa. fala em 441 mil mortes. Vou repetir o que já disse ontem e anteontem: se nós adotássemos esse tratamento, conforme governadores iniciaram o tratamento e depois houve essa guerra ideológica, nós teríamos, quem sabe, a letalidade no Brasil não seria de 2,8, seria de 1,4, nós teríamos, Senador Omar, 220 mil mortos dos 441 mil que nós temos hoje, seguramente. Alguém é responsável por isso. Então, genocida é quem pratica esse fato.

Vou repetir novamente, na questão das vacinas, vou corrigir aqui o Senador Bezerra, que falou: 55 milhões registradas no sistema do Ministério da Saúde, porque precisa, lá no interior do Amazonas, a Prefeitura registrar no sistema, catalogar no sistema e chegar ao Ministério da Saúde; 55 milhões, mas o número real é de 60,274 milhões de brasileiros ontem. O Brasil é o quarto País do mundo em número de pessoas vacinadas, continua assim, na frente da Inglaterra. E já tem, sim, 662 milhões de doses de vacinas compradas, que dá três vacinas para cada brasileiro.

Vou repetir: agora, 17h, tem uma reunião com 12 dos maiores laboratórios brasileiros, laboratórios de medicamentos humanos, e mais quatro laboratórios de medicamentos veterinários, que querem fabricar vacina no Brasil. Escrevam o que estou dizendo: com o auxílio do Ministério da Saúde, Ministro Pazuello – V. Exa. foi Ministro –, do Ministério da Agricultura, do Ministério de Ciência e Tecnologia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Anvisa, as empresas privadas estão negociando com 16 empresas internacionais – chinesas, indianas, russas, belgas, canadenses, inglesas – para que o Brasil seja fabricante de vacina. E o Brasil poderá produzir para o Brasil e exportar para o mundo, porque não é só esse ano que nós temos que vacinar. Então, isso está em negociação, estamos trabalhando nesse ponto.

E gostaria que ficasse registrado: infelizmente, Senadores que estão aqui conosco, é uma questão política. Entendo a posição e repito o que já disse no meu primeiro pronunciamento: tem candidatos a Presidente do PSDB, do PDT, do PT e de outros Ps quaisquer; candidatos o ano que vem, e essa CPI é um dos palanques.

Agora, a imprensa séria... Vou ler aqui e vou trazer, Senador Omar Aziz, para que fique registrado nessa CPI.

No *site* do Governo Federal:

> A mentira: "Governo Bolsonaro negligenciou a vacina contra Covid!"
> A VERDADE: Presidente e Governo buscam vacinas comprovadamente seguras e eficazes desde MARÇO DE 2020.
> A mentira: "Governo Bolsonaro negligenciou a vacina contra Covid!"
> A VERDADE: Presidente e Governo buscam vacinas comprovadamente seguras e eficazes desde MARÇO DE 2020.

Aqui está o Twitter, onde está essa matéria, e vou registrar aqui nessa Casa:

> Em 18 de março de 2020, logo no início da crise mundial da Covid, o Presidente da República celebrava em seu Twitter: "A vacina contra o covid19 foi testada em humanos pela primeira vez. Os testes aconteceram nos EUA."
> 06. A linha estabelecida pelo Presidente desde o começo orientou os órgãos do Governo à busca de soluções confiáveis.
> Tanto que em 3 de abril de 2020 a Fiocruz (Ministério da Saúde/Governo Federal) participava de estudo para vacina contra a Covid-19.
> 07. No começo de maio de 2020 o Governo já buscava acordos com laboratórios para garantir a vacina, tão logo estivesse disponível.
> A declaração foi feita pelo então ministro da Saúde [...] [em março de 2020]
> 08. Em assembleia da OMS [em maio de 2020], o então ministro da Saúde [Pazuello] falou da "disposição do Brasil em apoiar e participar das iniciativas e cooperações internacionais para diagnóstico, medicamentos, vacina e tratamento do coronavírus"
> 09. Reafirmando a disposição do Governo de vacinar a população com segurança e responsabilidade, o Presidente [Bolsonaro] anunciou em 6 de junho de 2020 portaria autorizando testes clínicos de uma potencial vacina por parceiro internacional [Oxford].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já no início de junho de 2020, a Anvisa autoriza estudo clínico em nosso País e coloca o Brasil entre as primeiras nações a buscar a vacina contra o coronavírus.

Tudo aqui são matérias registradas que eu vou passar a V. Exa.:

11. Primeiros testes: ao mesmo tempo em que estabelecia parcerias, o Governo Federal buscava soluções próprias. Em 10 de junho de 2020, a Fiocruz (Ministério da Saúde) anunciava início de testes para a vacina.
12. Cooperação Brasil-Reino Unido para a produção de vacinas contra a Covid-19: anunciado em 27 de junho de 2020, acordo prevê transferência de tecnologia para o Brasil e produção nacional das vacinas.

Em 29 de junho de 2020, o Presidente da República celebrava em seu Twitter o acordo de cooperação e desenvolvimento tecnológico e acesso a vacina contra o Covid.

14. R$ 1,9 bilhão para a vacina contra o coronavírus: em 06 de agosto de 2020, o Presidente Jair Bolsonaro assinou medida provisória para produção e aquisição de vacina.
15. Ainda em junho de 2020, a Anvisa emite a quarta autorização para o teste de vacina. [A Anvisa, Ministério da Saúde, aprovou o teste sempre o mais rápido possível]: 02/jun: Oxford/Fiocruz ;03/jul: Sinovac/Butantan; 21/jul: BioNTech/Pfizer; 18/ago: Johnson-Johnson
16. Como reconhecimento à postura criteriosa e comprometida do Brasil, em setembro de 2020 o país passou a fazer parte de conselho mundial pela vacina contra a Covid-19, coalizão coordenada pela OMS.
17. Covax Facility: no fim do mês de setembro, Presidente assina MP 1.003, que autoriza adesão do Brasil ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas, e MP 1.004, que destina R$ 2,5 bilhões para ingresso no programa.
18. Saúde, ciência e liberdade: em outubro de 2020, Presidente da República reafirma a disposição oferecer vacina segura e verificada a todos os brasileiros, mas sem jamais obrigar ninguém a nada.
20. Novembro de 2020 [declaração do Presidente]: Qualquer vacina deverá ser comprovada cientificamente pelo Ministério da Saúde e certificada pela Anvisa. [O] Brasil vai comprar qualquer vacina certificada pela Anvisa.
21. Em consonância com a postura do Governo de buscar vacinação para os brasileiros com celeridade mas sem deixar critérios científicos de lado, [em novembro de 2020 a] Anvisa publica instrução para acelerar registro de vacinas – desde que comprovada qualidade, segurança e eficácia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

22. Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19: em 16 de dezembro de 2020, Presidente da República apresenta plano de imunização, com mais de 300 milhões de doses já negociadas.
23. Mais R$ 20 bilhões para a vacina: Presidente assina MP que libera mais recursos para os órgãos e autoridades de saúde adquirirem vacinas avalizadas pela Anvisa. [em 17 de dezembro de 2020].

Em resumo, o Presidente e o Governo tratam da vacina contra o coronavírus desde o início do problema, em março de 2020. Participamos de estudos pró-vacina desde abril e celebramos acordos desde maio, liberando dezenas de bilhões de reais ao longo de 2020.

Esses fatos todos, Presidente, eu quero que fiquem registrados na Casa, e vou lhe passar, porque é diferente do que nós vimos aqui nesta Comissão e é diferente do que a imprensa, que não tem interesse nessa questão, está falando no Brasil inteiro. Como dizia meu conterrâneo, Leonel de Moura Brizola, General Pazuello, V. Exa., que é de lá, a sua mãe, de Bagé, e o amigo ali da AGU é de Dom Pedrito: são os interesses. Infelizmente, é o que nós estamos assistindo aqui nesta CPI e pela grande mídia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ministro pediu um intervalo de cinco minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite só uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe só ele sair e pode perguntar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É só uma informação, pode ser? É importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora, pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O ministro... Ou melhor, o Embaixador da China no Brasil, Presidente, fez uma publicação agora muito importante numa rede social, no Twitter, e eu gostaria de ler aqui ao senhor e aos que nos acompanham. Ele disse o seguinte: "Na conversa com o Fórum dos Governadores informei a liberação dos novos lotes de IFA para produzir no total de 16,6 milhões de doses da Coronavac e Vacina AstraZeneca, que chegarão no Brasil nos próximos dias. A China, fraterna com o povo brasileiro, está comprometida em parceria de vacina".

Então, eu queria fazer aqui o registro e cumprimentar a todos os Governadores que têm feito um trabalho muito importante na busca de vacinas para o Brasil.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dezesseis milhões...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Vírgula seis.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, o senhor pode nos inteirar da lista, da sequência, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próximo a falar sou eu, por último, porque eu não posso falar em primeiro – reclamaram que eu intervim –; depois, vem o Senador Flávio Bolsonaro, mas não sei se vai conseguir entrar via remota; o Senador Kajuru teve que ser internado – e a gente espera que fique bem, é um grande amigo nosso –, mas pediu para o Senador Renan fazer as perguntas, e o Senador Renan já fez as perguntas por ele; a nossa campeoníssima Senadora, que eu não posso nem prescindir do nome, a Leila; a Senadora Zenaide Maia, que está remotamente; o Senador Izalci Lucas, que não sei se vai estar aqui; Senador Vanderlan Cardoso; Senador Giordano; Senador Fabiano Contarato; Senadora Soraya Thronicke, que estava até aqui há pouco; Senador Roberto Rocha; Senador Telmário Mota; Senador Jean Paul Prates; e Senadora Mara Gabrilli. São essas pessoas inscritas. (*Pausa.*)

Mas o IFA foi liberado para o Butantan, não é, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, ele faz referência à CoronaVac, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, é para o Butantan, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

O que vai para o Ministério da Saúde é distribuído, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, e entra no plano nacional de imunização – não é? –, pela política do SUS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. Está o.k.

Isso eu acho que dão 800 mil litros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Realmente em relação à quantidade eu... Essa conta de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parece que cada vacina é 0,05 de IFA. É uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Faz um cálculo aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi pelo que fui informado. Eu também não entendo, não, só estou dizendo aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, multiplicado por 16 milhões...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fazendo uma calculadora rápida...

Na verdade, ele faz referência ao que vai resultar – não é? –, em 16,6 milhões de doses. Aí, tem que ver a quantidade em litros – não é? – do IFA...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A informação que eu tenho é que cada dose utiliza 0,05ml, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Está reaberta a reunião.

Ministro Pazuello, eu tenho algumas perguntas para fazer a V. Exa. São bastante objetivas e rápidas, e eu queria que V. Exa. pudesse nos responder.

V. Exa. foi escolhido por entender de logística ou por entender de gestão no Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Eu acredito que a gestão e a logística fazem parte de um conjunto da administração, estão na mesma linha, não dá para separar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, em relação à ciência, tanto eu quanto o senhor entendemos muito pouco nessa área, mas, a partir do momento que o senhor foi escolhido por gestão, com certeza absoluta, o senhor deve ter feito um levantamento detalhado da situação do Covid no País para traçar um plano de gestão. Isso foi feito nos 11 meses que V. Exa. passou lá?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, exatamente. A primeira coisa que nós fizemos foi buscar as informações e criamos os sistemas de captar informação para poder, a partir daí, desenvolver os vários planos que foram feitos, as várias estratégias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que nos chamou muito a atenção e até agora, apesar de ontem e hoje a gente ter ouvido muito e muitas perguntas, não consegui entender foi aquela carta que foi encaminhada a várias autoridades, no dia 12 de setembro, da Pfizer. O CEO da Pfizer procurou o dono de uma rede de TV dois meses depois para dizer que não tinha tido nenhuma resposta. Aí, o Sr. Fabio Wajngarten foi contactado e foi ele que fez os primeiros contatos com a Pfizer nesse sentido. O senhor recebeu essa carta no dia 12 de setembro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A carta chegou no ministério.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Já confirmou isso.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A carta chegou no ministério. Sim, a carta chegou no ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E por que ninguém deu uma resposta, Ministro, à Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, nós estávamos em negociação com a Pfizer desde abril, o tempo todo. Isso não começou com a carta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós cumprimos todos os protocolos e discussões desde abril.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, por que...

Só um minutinho.

Se estava em negociação com o Ministério da Saúde, que era o correto, não precisaria ser, necessariamente, com V. Sa. Na lógica, não precisaria. A gente sempre delega para alguém tratar desses assuntos, e, no final, quem bate o martelo é o ministro ou alguma autoridade superior ao ministro. Mas por que o Fabio Wajngarten se reuniu com dirigentes da Pfizer, com autorização do CEO, lá nos Estados Unidos, da Pfizer, para tratar sobre esse assunto no Palácio do Planalto? Por quê?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, as ações do Fabio ele já colocou ali. Eu não sei lhe dizer por que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ele disse que V. Sa. não respondeu à Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu queria dizer... Eu tenho uma análise sobre isso, de uma maneira muito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, eu queria ouvi-lo, até porque jogam muito a culpa em cima de V. Exa. Veja bem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acredito que a estratégia de venda da Pfizer, a forma agressiva da publicidade, aquilo ali é uma estratégia de empresa. Então, ela veio muito forte para vender no Brasil, no *boom* da América Latina, o que é normal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. A oferta das vacinas no mundo é infinitamente inferior à procura.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Nós é que estávamos precisando; não era a Pfizer que estava precisando da gente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas a Pfizer veio com uma posição bastante... Ela se prontificou a vender para todos os países da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas nós tínhamos preferência porque nós fizemos a terceira fase da Pfizer aqui.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A terceira fase de experimento da Pfizer foi feita no Brasil. Então, eles procuraram a gente porque nós tínhamos prioridade. Só que o que não dá para entender... E aí eu não estou fazendo nenhuma acusação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe de mim, mas eu quero saber o que o Fabio Wajngarten... Se o Ministério da Saúde já estava negociando, por que o Fábio Wajngarten tem que levar duas dirigentes... Eu acho que alguém da sua equipe deve conhecer essas duas senhoras, que devem ter se reunido antes...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a reunião de que o Carlos Murillo falou, ele disse que só aconteceu muito tempo depois de a carta ter sido entregue para várias autoridades. Eu não preciso citar as autoridades, que V. Exa. já sabe. Isso é um ponto.

E, naquela época, a vacina foi... Aquelas 70 milhões de doses ou 100 milhões de doses que foram...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Trinta e 70.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, foram compradas a US$10. Correto?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A vacina foi comprada a US$10.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dez dólares. Agora, as outras 100 milhões de doses a US$12.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Essas últimas eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. O que o Carlos Murillo disse aqui foi que essas últimas 100 milhões de doses seriam US$12. Então...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram oferecidas a US$10...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram oferecidas a US$10, foram compradas a dez 100 milhões de doses, e as outras 100 milhões de doses a US$12.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esse contrato eu não acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Não, o que foi colocado aqui, se eu não estiver equivocado. Até posso estar equivocado, mas o que eu ouvi dele...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O novo contrato agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O novo contrato, quer dizer, US$2 a 100 milhões dá US$200 milhões; multiplicado, o dólar, a mais de R$5, dá R$1 bilhão a mais, coisa nós poderíamos ter economizado se a gente tivesse começado a negociar lá atrás. Falou-se muito em economia, em gestão e uma série de coisas.

Não acusando ninguém, mas é estranho que o ministro que V. Exa. disse aqui que tinha toda a autonomia para tratar desse assunto, não precisava consultar ninguém...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguém do primeiro escalão, do quarto andar do Palácio do Planalto, também estava negociando essas vacinas. É essa a questão que eu estou lhe colocando. V. Exa. disse que não sabe...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, eu não sei mesmo. Eu só encontrei o Fabio Wajngarten uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. E ele nunca tratou desse assunto com o senhor?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nunca. Eu só o vi uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Porque ele disse que pegou um telefone, desceu correndo, entregou para o Ministro Paulo Guedes, para ele falar com o pessoal da Pfizer. Aí, o Presidente falou para ele: "Olha, vamos comprar, já está autorizado", e não sei o quê. Então, existia... O que eu vejo aqui é o seguinte: que V. Exa. tratava do assunto, mas tinha outras pessoas tratando do mesmo assunto. É o que está...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É o que o Fabio falou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim... Não. Não é o que o Fabio... Não. O Carlos Murillo falou. Não, o CEO da Pfizer também...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu ouvi isso. Eu ouvi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Talvez por isso o Ministro não tratasse do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele... Pois é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Porque tinha um outro...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Estava sendo... Não. Estava sendo tratado no nível técnico o tempo todo, e a gente tem todas as, as, as comprovações e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, a última, a última pergunta...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Agora, sim, eu acredito realmente que tenha havido contato do Fabio com o Carlos Murillo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! Teve...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso está muito óbvio também. Eu só não sei falar quem, qual é a motivação exata disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, se nós estávamos tratando no Ministério, o certo era ele ter dado uma telefonada para o senhor...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone*.) – Ligar para mim e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e dizer: "Olha, eu estou aqui com o pessoal da Pfizer, que está reclamando que não consegue falar contigo"...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Presidente, nunca houve isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. É uma coisa normal, até porque, como eu já fui gestor, se tinha uma crise numa secretaria, eu falava com o secretário 50 vezes por dia, não é? Se tinha uma rebelião, aí eu falava com o Secretário de Justiça: como é que estão as coisas? "Ah, tem refém." Daqui a pouco ligava de novo. Aí, eu: vai para lá. Eu ficava o tempo... Porque era uma crise. E, no meu entendimento, a Covid é uma crise.

Então, o senhor falar muito pouco com o Presidente numa baita crise em que o País estava, com morte todo dia, uma guerra que nós estávamos enfrentando... Não é possível que eu veja uma outra pessoa estar tratando de um assunto tão sério... Porque, agora, o Senador Fernando Bezerra falou uma coisa – e o próprio Senador Luis Carlos Heinze, e ele dá números –: isso representa 12% da população brasileira. Se nós tivéssemos vacina e tivéssemos vacinado acima de 30%, hoje a gente já estava se abraçando e sem máscaras no Brasil. Semana passada, aconteceu isso nos Estados Unidos.

O Brasil não é um país paupérrimo. A economia de que o Senador Fernando Bezerra fala é das *commodities* que nós temos, que nós estamos exportando muito, por quê? Porque comida se vende em crise ou não crise. As pessoas precisam comer, correto?

A última pergunta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. A última pergunta, que é específica sobre o meu Estado: em fevereiro, V. Sa. deu uma declaração que nos deixou muito animados – e eu o parabenizei publicamente porque o senhor faria isso no meu Estado –, o senhor disse o seguinte: que todas as pessoas acima de 50 anos seriam vacinadas a partir de fevereiro no meu Estado. O que houve?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Nós...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fale no microfone, por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Muito obrigado.

Nós começamos ali, naquela mesma semana, em conjunto com os Governadores, a pegar 5% do total de vacinas para colocar num fundo onde nós estávamos direcionando... Era um fundo especificamente para atender Manaus. E com esse fundo, ele nos dava a garantia de chegar até o final de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

março com a vacinação dos amazonenses ali de Manaus, principalmente, acima de 50 anos. Esse fundo, ele foi desfeito depois, na minha saída...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi descontado o que deram para a gente, viu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O fundo, ele foi desfeito depois da minha saída e, a partir daí, eu não sei informar a administração. O planejamento era claro: nós teríamos, estaríamos com 5% e, com esses 5% de vacinas, a gente faria esse primeiro impacto de vacinação em Manaus para garantir até o final de março.

Esse foi o planejamento, foi apresentado todo ele, como manda, e começamos a executar. A partir da minha saída no dia 17, eu não lembro a data exata, houve o descontinuamento do fundo. E aí eu não sei lhe dizer o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não, nós não tínhamos mais vacina, tanto é que V. Exa., antes de sair, poucos dias antes, pediu para vacinar a primeira dose e, depois, vamos ver a segunda.

Agora, o próprio ministério que... Eram 14 dias a CoronaVac, já aumentou o número de dias para poder vacinar, porque não tem vacina. Então, naquele momento...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Esse foi o plano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Nesse plano, V. Exa. criou uma expectativa muito positiva no nosso Estado, para a população poder se imunizar e, infelizmente, isso não aconteceu. Era isso o que eu tinha que perguntar.

Eu vou passar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem; depois, Senadora Leila.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Ainda em cima da pergunta de V. Sa., porque, veja: realmente o Ministro trouxe um assunto aqui em que a gente precisa pensar melhor. Se, como ele diz – e ele parece que tem razão –, nunca deixou de haver a negociação, ela pode ter andado devagar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ficaram de trazer os documentos, inclusive. O Ministro ficou de mandar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É. Exatamente.

Por que é que o secretário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É este o meu questionamento: por que que o secretário se atravessou?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O que que era mais fácil? O mais fácil era ele chegar e falar com o Presidente; o Presidente chamar o general, o Ministro Pazuello e dizer: "Olha, eu estou recebendo aqui uma crítica de que você não está...".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele, além de não lhe trazer, ainda chamou de incompetência, dizendo que a Pfizer tinha cinco escritórios de advocacia e vocês não tinham ninguém para tratar dos contratos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Omar, é a Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente e com muita honra. A Senadora Leila Barros é a próxima inscrita. V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância total desta Presidência. O Sr. Eduardo Pazuello está à vossa disposição.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente, Vice desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Randolfe Rodrigues. Cumprimento-o também. Cumprimento o senhor e o Relator, Senador Renan Calheiros, e também o depoente na sessão de hoje, o General Eduardo Pazuello.

Bom, depois de escutar as perguntas dos meus colegas e essa última, agora, do Presidente Omar Aziz... General, o senhor é das Forças Armadas, o senhor é das forças militares, e eu sou do esporte. Nós temos muitas coisas em comum: a questão do respeito às regras, o valor da hierarquia, a disciplina. E eu sou de uma modalidade, fui de uma modalidade... Eu sempre falo para as pessoas que eu saí do esporte, mas ele não sai de mim, da minha essência. E eu aprendi com a minha modalidade, o voleibol, que eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou nada sem a força do grupo, do conjunto. E um general não é nada também sem o seu exército. Ele não toma nenhuma atitude... Ele sempre vai priorizar o seu exército, a integridade dele e o objetivo, o foco, que é a luta, a guerra em que, porventura, ele for liderar e comandar o seu exército. E a constatação que eu tenho, Sr. Relator, depois de três ministros aqui, ex-Ministros da Saúde; um secretário da comunicação; um representante da Pfizer, é que no Governo faltou realmente o general, o comando.

O que eu vi aqui? Três ministros falando que não conversaram com o Ministro da Economia. Falou menos do que queria. O que o senhor falou? O senhor falou com o Presidente? O senhor falava com o Presidente? "Não, eu falei menos do que eu queria."

Então, assim, está muito claro para mim – há pouco estou na política, mas muito aprendo diariamente aqui; estive também no Executivo, como Secretária, e entendo um pouco de administração e de comando –, também pela minha experiência como atleta, que tudo na vida é comando e liderança. E, se hoje nós estamos vivendo um cenário desses, tenho certeza de que teremos vários culpados. Mas faltou claramente, para mim, Sr. General, uma liderança – uma liderança!

Esse é o preço que nós estamos pagando hoje, vendo o senhor, aqui, neste momento, praticamente, abrindo o peito e falando: "A culpa é minha". Eu tenho certeza de que o senhor não é unicamente o culpado disso tudo.

Esta CPI está aqui justamente para isto, para que, nos encaminhamentos, seguindo o cronograma, essa nuvem se dissipe, seja dissipada, para que a gente consiga, de fato, entregar aos brasileiros e às famílias desses mais de 441 mil mortos a verdade sobre o que aconteceu no País nesse último ano, principalmente.

General Pazuello, o senhor ficou dez meses no cargo de Ministro da Saúde. Quando o senhor assumiu interinamente, no dia 16 de maio de 2020, o País tinha um pouquinho mais de 233 mil casos e um pouquinho mais de 15 mil mortes em decorrência da Covid-19. Depois de 303 dias, deixou o posto na fase mais crítica da pandemia, com quase 300 mil óbitos, 11,5 milhões de infectados e menos de 5% da população imunizada. Ontem, o senhor afirmou que saiu do ministério pela missão cumprida. Aí eu indago ao senhor em relação a alguns pontos dessa missão. Eu gostaria que o senhor fosse pragmático nas respostas, mais objetivo.

O apoio enérgico e sistemático de medidas de distanciamento social e do uso de máscaras por parte do Governo Federal e, especialmente, do Ministério da Saúde, do Ministro da Saúde, não poderia minimizar esses números devastadores da contaminação e de óbitos? Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Senadora, é muito bom vê-la novamente. Eu não preciso lhe dizer do quanto eu tenho apreço pela senhora e pela sua história. É sempre uma satisfação poder conversar com a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as campanhas de divulgação do Ministério, eu trouxe aqui, eu tenho aqui, eu posso lhe mostrar. Nós estamos falando de centenas de milhares de ações, de centenas de milhares! Estamos falando de 11 campanhas sobre prevenção, uso de máscaras, tudo como manda o figurino. Foi feito isso. Podia ser feito...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Então, sim ou não, General?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Se foi feito ou não? Sim, foi feito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** O.k.

A contratação de vacinas da Pfizer desde agosto de 2020 não teria antecipado a vacinação no País e evitado mortes? Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixe eu pedir para a senhora... Há necessidade de... Nós estamos falando de 441 mil pessoas mortas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Mas ainda temos mais pessoas que estão contaminadas...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que vou dizer para a senhora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** ... e que poderiam estar imunizadas, Ministro.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu gostaria de dizer para a senhora que eu acho que a gente precisa aprofundar um pouco as coisas e não ser tão simplistas, porque senão eu não consigo colocar as ideias para a senhora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** O.k. Desculpe.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu peço que a senhora tenha um pouco de paciência.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Pois não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não serei prolixo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** É por causa do tempo. Desculpe.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas não serei prolixo.

Desculpe, agora voei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vou perguntar novamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A contratação de vacina...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ah! Já lembrei...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... da Pfizer desde agosto de 2020 não teria antecipado a vacinação no País e evitado mortes?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tentei isso o tempo todo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k.

A pronta e eficaz atuação do Ministério da Saúde e do Governo Federal em relação ao fornecimento de oxigênio, de *kits* de intubação e demais insumos não teria evitado mortes em Manaus e no resto do País? Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – O fornecimento de oxigênio foi debatido aqui bastante...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, muito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... e é de responsabilidade exclusiva de Estado e da operadora contratada.

No momento em que eu cheguei a Manaus e tomei conhecimento da gravidade do problema *in loco*, no domingo, dia 10, nós passamos a auxiliar e apoiar naquilo dali, naquele apoio de oxigênio e na logística, no próprio... No dia seguinte, 12, já havia aeronaves Hércules transportando oxigênio líquido. Foi quando nós soubemos e foi quando nós agimos. Então, existem níveis de execução e de responsabilidade.

É óbvio que, se eu tivesse sido acionado antes, eu teria agido antes. Nisso eu concordo plenamente com a senhora. Eu só poderia agir no momento em que eu fui acionado. Não havia essa possibilidade antes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, considerando essas suas explicações, eu questiono: o senhor realmente assume que é o único ou o principal culpado desse desastre sanitário que enfrentamos hoje?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É claro que não! Eu não estou dizendo que eu sou o único responsável...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Quem mais o senhor considera responsável?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Todos os gestores, em todos os níveis, são responsáveis, cada um no seu nível de responsabilidade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Se a senhora perguntar: há responsabilidade em todos os níveis? Claro que há. Cada um no seu nível.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

O senhor esteve, como Ministro da Saúde, em duas ocasiões, participando de sessões temáticas aqui no Senado Federal para tratar da pandemia e das vacinas. Eu presidi, inclusive, a primeira delas, que foi no dia 17 – o requerente foi até o Senador Esperidião Amin, no ano passado.

A segunda aconteceu...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Em 17 de dezembro, não foi?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É, 17 de dezembro do ano passado.

A segunda aconteceu no dia 11 de fevereiro.

Na última oportunidade, depois de ter ouvido todas as suas afirmações, que acabaram não se cumprindo em relação à entrega das vacinas da primeira audiência – e nós até conversamos sobre isso –, eu indaguei sobre as expectativas em relação às vacinas e fui categórica ao questioná-lo sobre por que deveríamos acreditar nas suas projeções de entrega, sendo que as informações anteriores não tinham se confirmado.

Pois eis que, novamente, suas afirmações sobre doses e entregas foram frustradas, ou seja, nas duas vezes em que esteve no Senado tratando do cronograma do plano nacional de vacinação, V. Exa. forneceu dados que acabaram não se confirmando.

Diante desse fato, eu indago: afinal, o que houve? Houve otimismo exagerado e incapacidade de planejamento, ou simplesmente o descompromisso com a realidade por parte do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, a senhora deve lembrar que, como eu era... Como a gente era tão cobrado com relação a cronogramas de vacina, e havia até um meme em que eu dizia... "Quando é que você vai entregar?" "No dia D, na hora H". Ou seja, é muito difícil você marcar uma data, marcar um cronograma com fatores que você não domina. Então, o que a gente domina? Dominamos o contrato, dominamos os cronogramas apresentados, dominamos os valores envolvidos, que são fatores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós dominamos. Aí você faz um contrato, e esse contrato – é claro – tem um grau de confiabilidade que será cumprido.

Agora, sai da sua mão, como contratante, a execução em si da entrega ou, por exemplo, da autorização da Anvisa. Aquilo não cabia a nós. Então, nos contratos – e peço que a senhora me dê um minutinho de paciência nisso, porque é muito importante isso...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Uhum...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Só um minutinho.

Você, com a MP... Até a MP do dia 3 de janeiro, eu não poderia fazer contrato algum sem o prévio registro na Anvisa – nenhum contrato. A única coisa que nós fizemos antes disso foi a encomenda tecnológica, que foi pela Fiocruz, que o desenvolvimento estava na encomenda tecnológica, e a distribuição, após a autorização da Anvisa. A partir daí, contratação específica, mesmo a da Covax Facility, o laboratório que fosse fornecer deveria estar já com a autorização da Anvisa. Então – vamos andando –, quando eu recebi, quando eu tive essa possibilidade legal de contratar? No dia 3 ou 4 de janeiro, com a publicação da MP. Então, naquele momento, eu pude contratar. Aí eu contratei Butantan, mas... Butantan, Bharat Biotech... Todas elas foram contratadas nessa sequência, com a cláusula de que só seria executado o recebimento, liquidação e pagamento se a vacina estivesse ou registrada ou com uso emergencial. Então, possibilidades de contratar, mesmo antes de pronto, só no dia 3 de janeiro. E aí é feito o contrato.

Quando a empresa não cumpre, aciona-se a empresa. E o que a empresa coloca? Os IFAs não foram entregues; a Índia fechou a entrega dela. Nós somos completamente dependentes de IFA...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É, eu sei.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... do exterior. Nós não temos a fabricação no Brasil. Então, você faz uma previsão em cima do contrato, não é uma previsão: "Ah, eu acho que eu vou te entregar...". Não, é contrato. Aí o cara vai e simplesmente não embarca aquela mercadoria. E, quando você vai tentar descobrir, você simplesmente não consegue chegar, nem chegar em quem mandou não embarcar em outros países.

Então, essas são realidades que, infelizmente, eu tenho que compartilhar com a senhora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

Ontem o senhor foi indagado se houve pressão do Presidente junto ao senhor em relação ao uso de cloroquina e hidroxicloroquina, como, aliás, foi dito pelos dois Ministros da Saúde que o antecederam. O senhor respondeu que não e disse ainda que mesmo assim não achava que a discussão sobre a cloroquina e hidroxicloroquina teria impactado o número de mortes decorrentes da Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Até porque vale lembrar que, através de nota técnica do ministério sob a sua condução, tratou do assunto, se não recomendando diretamente, reforçando a autonomia do médico em receitar esses medicamentos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Assim, eu indago ao senhor: o senhor realmente acredita que a recomendação frequente e ostensiva do uso do remédio pelo Presidente não teve qualquer impacto na elevação do número de contaminados? Sim ou não? O senhor acha que realmente não houve...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, desculpe, eu não entendi. A senhora está perguntando da cloroquina? Eu não...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, da cloroquina.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A senhora pode, então...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A recomendação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sobre a cloroquina...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... incessante...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixa eu...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... diária do Presidente com relação...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu queria reforçar... Vou responder em duas partes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Tá.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A primeira: eu não acredito... Eu não deixei e não acredito que nós devamos deixar nenhum medicamento ser entregue, distribuído, que não haja prescrição de um médico. Então, eu acredito que não houve...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não foi essa a minha pergunta.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, mas eu vou chegar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** O que o senhor acha?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu vou colocar. Eu acredito que não houve pressão para poder fazer cloroquina, porque eu não faria.

Era isso que eu queria dizer para a senhora. Eu ia chegar lá. Por isso que eu lhe pedi desculpas. Eu tive que falar aquilo primeiro, para a senhora entender o que eu estava falando.

Eu nunca fui pressionado, porque eu jamais faria.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Mas o que o senhor acha de um Presidente, o tempo todo, estar numa *live*, insistindo no tratamento precoce, usar um remédio que não tem...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou dizer para a senhora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Você acha que não influencia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Vou dizer para a senhora: isso não impactou a minha posição pessoal, que é: eu não vou prescrever nada disso, eu não vou fazer orientação, não vou fazer protocolo de medicamento algum que não tenha certificação médica, etc., inclusão no SUS. Isso é uma posição particular. Por isso, quando eu ouço isso aqui, eu fico olhando e dizendo: olha, isso não cola em mim, porque eu não aceitaria essa pressão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Então, só mais uma pergunta.

O senhor ontem falou que o Presidente se preocupava com o psicossocial dos brasileiros em suas falas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) **–** Conclua.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Eu vou concluir.

... em suas falas e manifestações. Então, eu lhe pergunto: ao recomendar e dar credibilidade a um medicamento sem qualquer eficácia comprovada, o senhor não acha que essa atitude do Presidente atuava na mente dos brasileiros dando uma sensação de segurança em torno de uma cura inexistente e assim tornando-os mais negligentes em relação à importância das medicações de prevenção? Até porque, se não bastasse anunciar o falso tratamento bem-sucedido, o Presidente, como sabemos, ainda combatia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertamente – todos nós sabemos aqui – o isolamento social e o uso da máscara. O que o senhor acha disso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu realmente acho que quando você tem... O que você vai passar para as pessoas, isso é um prisma de cada um. São vários prismas aí. Se a senhora perguntar: "Ministro Pazuello", ou como a senhora quiser me chamar, "Eduardo, você foi para fazer isso, você foi dizer para as pessoas não usarem?", não, eu não fiz isso, eu não acho que deva ser feito isso. A posição do Presidente e dos outros Ministros, são deles, é juízo de valor deles. O impacto disso... Há impacto? Há impacto, não há impacto? Isso é quase incomensurável, incalculável. O que eu quero dizer para a senhora sobre isso também? Se você olhar um prisma... Eu acredito que o Presidente... Eu vi o Presidente falar algumas vezes, não todas. Às vezes eu vejo um vídeo e eu sou surpreendido com um vídeo que eu nunca vi. Eu não acompanhei todos os vídeos do Presidente, eu não acompanhei todas as falas do Presidente. Eu acompanhei algumas. Algumas eu olho, vejo pela primeira vez. Eu não tinha visto aquilo.

Então, eu coloco isso com muita sinceridade. E coloco para a senhora uma outra posição: as vezes que eu me lembro, o Presidente fazia... Por exemplo, quando ele falava de vacina, foi apresentado aqui, ele dizia: apenas as seguras e eficazes, somente... A não ser que sejam seguras e eficazes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A CoronaVac não é eficaz – né? Porque ele falou que não ia tomar, que não ia comprar, então ela não é eficaz?

Isso é um julgamento dele, é isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É isso que eu ia dizer.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então o.k.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Mas eu queria dizer mais um ponto. A senhora colocou da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ele falou nenhuma vacina. Nenhuma vacina!

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desde que não sejam seguras e eficazes, ele continua falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Nenhuma vacina!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k. A última.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Então, no uso da... Pelo que eu me lembro, ou a grande maioria, ou na totalidade das vezes que eu o ouvi falar, ele coloca sempre: com a prescrição do médico, com a prescrição do médico, com a prescrição do médico. Então, tem um grau aí de prisma na coisa. Tem um grau aí de prisma na coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da minha visão, as ações dele não mudaram a minha posição, eu não fiz e não faria.

Se eu estivesse em qualquer ação, voltasse ou se eu estivesse, não no ministério, em qualquer ação, eu não fiz e não faria e não deixei fazer. Se aconteceu dentro de um outro nível do ministério que não estava sob a minha mão naquele momento, isso daí foi sem a minha autorização.

Agora, eu não concordo com isso, eu não concordo em... Eu não comprei nenhum grama...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** É isso que eu gostaria de ouvir do senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não comprei nenhuma grama de hidroxicloroquina, eu não fomentei o uso da hidroxicloroquina. Eu mandei distribuir tudo o que me foi pedido, se o Estado pedir e eu tenho, eu entrego. Tenho estoque, o Estado está pedindo, eu não estou questionando, não questionei.

Volto a dizer, para mim isso é uma grande discussão médica.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** O.k.

Só a última pergunta.

No início de junho do ano passado, o Ministério da Saúde... Isso virou para mim um mistério, que eu gostaria de saber do senhor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** No início de junho do ano passado, o Ministério da Saúde parou de divulgar os dados sobre a pandemia no País, sem informar previamente a mudança no formato.

A pasta retirou o painel que registrava oficialmente o número de casos e de mortes por Covid-19 segregados por Estados. Desde então, um consórcio de veículos passou a fazer diariamente o levantamento dos dados junto às Secretarias estaduais e de saúde.

Eu indago: Por que foi tomada essa decisão, Ministro? Baseada em que fatos e motivos? E se for... Se o senhor foi aconselhado por alguém para não mais apresentar esses dados, porque isso é muito preocupante.

A partir do momento em que o Ministério da Saúde, que é o órgão que cuida da saúde do nosso País, que tem a obrigação de dar transparência a todo o processo, ele para de passar esses dados para a população, ficou uma dificuldade muito grande. Eu acho que isso criou também, por... Até por um lado, digamos, um percentual da população que também tem algumas restrições com relação aos órgãos de comunicação, ficaram muitas notícias paralelas, muita desinformação que abriu... Vou dizer, confundiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito a cabeça dos brasileiros e eu acho que faltou esse compromisso do ministério na divulgação desses números.

Eu pergunto: Por que o ministério parou de divulgar esses números e quais foram os motivos?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, essa pergunta é antiga e me faz voltar àquele momento lá de junho, que a gente respondeu tantas vezes isso daí.

Hoje fica tão simples de a gente pegar, por exemplo, o nosso BI Localiza SUS e comparar com o que a gente tinha no início de junho. E eu vou explicar muito claro para a senhora entender.

Se a senhora observar hoje a quantidade de dados e a transparência, o nível de dados que a gente disponibiliza *on-line*, ele é infinitamente maior do que nós tínhamos no início de junho.

Aquilo me incomodava particularmente porque... Para explicar para a senhora, os sistemas são alimentados pelos Estados e Municípios, sistemas de números, de dados, etc., e, digamos, o sistema é muito bom, mas ele demora para ser alimentado.

A gente só tem dados, digamos, o dado ouro, com 14, 15 dias, era de quase 60 dias anteriormente. Eu precisava de 60 dias para chegar num dado ouro, isso era junho. Então, começou-se a buscar por telefone, acredite, por telefone números para saciar a informação do dia.

Essas informações chegavam truncadas, faltando Estados... Então, tinha dia em que subia ou descia...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Mas como é que o consórcio de comunicação funcionou?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu estou lhe contando como era antes, para a senhora entender. Esses foram os motivos...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Mas não poderia o próprio ministério ter aprimorado isso no decorrer...?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é que eu estou dizendo para a senhora.

Aquilo foi causando um incômodo, porque a gente não conseguia fechar aquilo 17, 18, 19, 20... Havia todo dia uma mudança no horário, e as pessoas cobrando!

E dois: "Mas você mudou não sei quantos por cento de ontem para hoje". Aí vai descobrir, faltaram dois... São Paulo não entregou: "São Paulo não apresentou a data". Lascou-se! Muda completamente a cara do dado. Ou um Estado menor ou outro... E isso daí precisava ser mudado, isso daí precisava ser mudado. Chamei a minha equipe de inteligência de informações e mandei propor uma solução, mas a pressão de que o horário estava errado, o horário estava certo... Falei: "Para e apresenta um completo!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram exatamente três dias, de quinta até sábado – quinta, sexta e sábado. No domingo, já colocamos o BI funcionando. Então, o objetivo final daquilo é muito nobre: é chegar aonde nós chegamos hoje, era sair de um modelo e ir para outro modelo. Mas a cobrança da informação não parava e estava sempre com atraso de número de dados, número de Estados ou incorreção de informações. E a gente não podia continuar fazendo daquela forma. E isso foi.. O resto, aí já começa a história: "Ah, o Presidente que disse que não ia entregar, que o outro falou...". A verdade é que a gente não conseguia fechar os dados sobre a pandemia de uma forma efetiva antes de um sistema. E o sistema... Eu já vinha tocando para ele acontecer desde final de junho – desculpe, desde final de maio – para montar o sistema. "Ah, mas vai fazer, vai fazer..." Falei: "Não, para e entra o sistema". Foi assim que foi a decisão. Foram três dias.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foram apresentadas ao STF e a todos os órgãos de controle todas as decisões, o que mudou e a transparência.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só uma última informação que eu recebi aqui sobre o Hospital de Campanha de Águas Lindas, de que o senhor falou. Na verdade, foi uma decisão do próprio ministério. Ele foi inaugurado dia 05/06 e desativado dia 22/10. Inclusive, matéria publicada pela *Folha de S.Paulo,* em setembro de 2020, mostra que o Governo do Estado pediu por duas vezes para que o hospital de campanha que foi construído em Águas Lindas fosse mantido até o final do ano. Fizeram dois requerimentos para que fosse mantido ao ministério, e o ministério negou. É só essa informação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Leila.

Próximo inscrita, pelo sistema remoto, é a Senadora Zenaide, mas, antes de passar para a Senadora Zenaide, me parece que o Senador Tasso está pedindo pela ordem. Esta Presidência está correta?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência*.) – É só uma observação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Som para o Senador Tasso.

Pois não, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, obrigado pela oportunidade.

É muito rápido, eu não quero atrasar ninguém, mas é em cima da pergunta da Leila sobre a questão da liderança do General.

Isto é claro: em qualquer manual de gestão, de lideranças – acredito, inclusive, na escola militar –, a liderança é fundamental.

No caso, no que eu queria apenas divergir um pouco da Leila, é que a liderança final é o Presidente da República. E vou dar um exemplo, General Pazuello, muito rápido, muito simples do que fazem uma liderança, uma mobilização e um alinhamento total do Governo.

Até o Governo Trump, os Estados Unidos eram considerados o maior fracasso mundial no combate à pandemia, em função de terem os piores resultados de óbitos, casos por habitante. Com a simples troca de liderança, a partir do Presidente Biden, os Estados Unidos da América, em função da capacidade de mobilizar, colocar toda nação americana sob a sua liderança envolvida na guerra contra a Covid, hoje é um exemplo a ser seguido no mundo inteiro e que nós também estamos procurando perseguir.

Era só essa observação.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Tasso. Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Eu quero agradecer ao Senador Tasso se eu não fui clara. Na verdade, a questão do comando não foi do General, não, foi justamente do Presidente. O que eu percebi foi o seguinte, que cada ministério neste Governo é uma ilha, não existe uma equipe, um comando, um exército. Aliás, se tem um exército, mas não se tem um comando, e é cada um cuidando da sua ilha. Na verdade, foi isso. E, se eu não fui bem interpretada, não é para o General, não, Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Leila.

Senadora Zenaide, V. Exa. tem 15 minutos. O Sr. Eduardo Pazuello está à sua disposição. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide, no sistema remoto. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide, a senhora nos escuta? Falta ligar o áudio aí, Senadora. Está desligado o áudio, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agora sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade. Agora estamos lhe ouvindo alto e claro. Fique à vontade, a senhora tem 15 minutos, com a tolerância devida desta Presidência.

Logo depois da Senadora Zenaide é o Senador Izalci Lucas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, ex-Ministro Pazuello, colegas Senadores, o que eu ouvi de ontem para hoje é difícil de acreditar, porque o que é que eu ouvi hoje? Ouvi aqui do ex-Ministro, gente, quando perguntado – é o que deu a entender –, que o Ministério da Saúde e todo o Governo Federal, o Presidente da República, tinham feito tudo, e que esses óbitos, as pessoas morreram porque insistiram em morrer. Eu acho isso uma falta de respeito com as famílias das pessoas que foram a óbito que não dá para acreditar.

Mas, Sr. Ministro – ex-Ministro –, V. Sa. recebeu o ministério, como a Senador a Leila falou, com menos de 16 mil óbitos; entregou com quase 300. Durante esses dez meses, o senhor nunca sentou para conversar com o Presidente que a política do senhor, a logística não estava funcionando? Se aumentava o número de contaminados, o número de óbitos, o senhor quer dizer que o Presidente da República, o senhor disse que ele não opinava sobre as suas opiniões? O senhor vai se responsabilizar por esse número de mortes, quando a gente sabe, o Brasil todo sabe que o Presidente, desde o início, ele queria que as pessoas morressem, a imunidade de rebanho? Como ele não conseguiu, porque o Congresso conseguiu aprovar o auxílio emergencial, que ele demorou a aprovar, porque sabia que, sem o auxílio, as pessoas se aglomeravam e adoeciam mais...

Como isso não surtiu nenhum efeito, vamos falar de medicamentos.

E eu quero deixar claro aqui: não tenho dúvida de que o Governo Federal, Jair Bolsonaro, quer justificar, legalizar, o uso de medicamento sem eficácia terapêutica comprovada, gente! Tem no mínimo 30 estudos mostrando que não tem... Alguém tem dúvida de que, se fosse eficaz nessa virose, alguém não deixaria? E outra coisa, essa história de CRF (Conselho Federal de Medicina) vir dizer que médico pode prescrever do jeito que quiser... Essa autonomia médica – eu sou médica, sim, senhores –, não existe isso. Eu só posso prescrever o medicamento que a ciência provou que é eficaz para aquela doença. Eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posso ficar fazendo achismo ou então fazendo as pessoas de cobaia, prescrevendo... A cloroquina tem 70 anos mesmo, mas é para malária, para lúpus!

Tudo bem que, inicialmente, veio essa ideia, mas hoje isso já não era nem para se falar. Mas eu sinto a insistência de legalizar o uso da cloroquina, porque, ao invés de o Governo Federal fazer uma campanha, Ministro, educativa, de massa, em grandes redes de televisão, mostrando que precisava do distanciamento social, do *lockdown*, do uso de máscara e de lavar as mãos, até porque antes da vacina...

Fala-se muito da China aqui. Na China, Wuhan fez *lockdown;* não tinha vacina ainda. Sabe quantas mil pessoas morreram na China? Seis mil, trezentos e sessenta e três pessoas. Então, isso prova que o distanciamento social, a coragem de fazer isso... E o Governo Federal sabia; todos sabiam. Nós sabemos que os dois Ministros da Saúde saíram porque não concordaram. Isso já é visível para a população. Isso aqui não é uma questão de idealismo não.

Os Ministros, não só da saúde, que não obedecem rigorosamente ao Presidente da República, que defendem a vida, não tenha dúvida de que ele tenta desmoralizar, e depois... E as pessoas saíram, quem não quer ser desmoralizado.

Eu sei que o senhor é general do Exército e eu tenho um respeito grande pelas Forças Armadas, mas eu queria dizer ao senhor o seguinte. Essa lealdade é grande, porque o senhor está assumindo aqui... Esta Comissão tem que optar entre os erros no atraso de compra de vacina, na invenção de usar medicamentos sem eficácia... Porque o mais grave, Ministro, não são os efeitos colaterais desses medicamentos, não; o mais grave é a falsa esperança de cura ou de prevenção, como é a ivermectina. Se defender...

E eu fico triste de ver aqui ainda pessoas dizerem que o Brasil errou, que o PIB do Brasil... Que o Presidente da República fez muito distanciamento social, quando a gente sabe que é isso: não existe medicamento específico para a maioria das viroses na fase aguda. Não existe. Ai meu Deus, quem me dera que fosse! Insistir que o médico, os médicos podem prescrever cloroquina, mesmo... Vamos falar da ciência nossa, Fiocruz, Instituto Butantan, Evandro Chagas. Sr. Ministro, a gente tem um dos melhores virologistas do mundo. Nós já fomos um dos maiores produtores. Quando negou ou adiou a compra da vacina...

E, outra coisa, vamos acabar com essa história de que o Brasil tem tantos milhões de vacinados. Só está efetivamente vacinado quem tomou as duas doses. Nós temos no máximo 10% disso. Então, não estão vacinados.

Agora eu queria dizer ao senhor que o senhor está assumindo toda a responsabilidade pelo atraso na compra de vacinas, mesmo a gente tendo visto, presenciado o senhor prometer aos Governadores que ia comprar os 46 milhões do Instituto Butantan. Aqui a gente vibrou, a gente estava em sessão quando foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comemorado. E o Presidente desautorizou o senhor publicamente e ainda foi na sua casa, e o senhor disse assim "um manda e outro obedece", Sr. Ministro.

Então, eu queria deixar claro aqui que, mesmo que o senhor diga que o que o Presidente diz nas redes sociais não deve ser levado a sério... É isso o que o senhor disse aqui? Tem que botar bem grande assim que o que o Presidente da República disser nas redes sociais ou os ministros que acompanham ele que a população não leve a sério, porque o senhor disse que ele desautorizou V. Sa. publicamente. E a gente sabe que as redes sociais é uma maneira que o Presidente... Desde que ele entrou, ele fica se comunicando com a população pelas redes sociais. É um Presidente eleito, tem uma influência grande e não deveria estar fazendo isso. Agora eu entendo.

A pergunta é: o senhor não insistiu em grandes campanhas de prevenção por quê? Como o senhor ia fazer isso? A pergunta é essa, porque o senhor fazia campanha aqui, e o Presidente da República ia para lá aglomerar, incentivar a aglomeração e não usar máscara.

O senhor falou aí de 285 milhões que foram gastos, mas pouca gente viu essa comunicação, faltou isso. A gente deve à grande mídia, e isso era uma maneira de evitar as *fake news*, porque, se o próprio Ministério da Saúde dizia "é assim, é necessário assim", é claro que acabava com as *fake news* – eu não tenho dúvidas – ou pelo menos diminuía. Uma pergunta é essa.

Outra: o senhor nunca se reuniu com o Presidente para dizer que essa logística ou estratégia estava errada nesse tempo todo? E dizer o seguinte: não aceite assumir a culpa, porque aqui nós estamos assim: ou aceitamos tudo o que o Presidente da República... E o senhor está dizendo aí que fez tudo correto. Se aceitar, nós estamos agredindo literalmente o povo brasileiro, dizendo que o Governo Federal fez tudo e que são as pessoas é que estão insistindo em morrer, Ministro. Pelo amor de Deus! Isso é muito cruel. A gente viu isso.

Eu passo aqui para o Amazonas, para Manaus. E tem uma coisa grave aqui, a gente vê, a gente viu em Manaus. Aqui em meu Estado, o Rio Grande do Norte... Os Estados foram solidários e trouxeram as pessoas para os Estados mesmo sabendo a probabilidade de trazer uma nova cepa, que já existia lá. Solidariedade.

Deixou faltar oxigênio, Ministro. O senhor disse que não tem nada a ver, que não viu, que não pediu aqui da Venezuela. Eu ouvi tudo isso.

Eu vi aqui – que dá vontade de dizer: "Meninos, eu vi!" –, dizendo que a ciência está politizada, que está dividida, para poder confirmar a eficácia e dar um jeito de legalizar o uso desses medicamentos que não têm eficácia mesmo, e o médico não tem autoridade para estar prescrevendo medicamento sem eficácia, *off-label*, como o senhor diz... O senhor observa que qualquer medicamento tem que passar pela Anvisa, seja qual for. Então, negar a gravidade da doença, se negar a fazer uma campanha educativa para orientar as pessoas como se defender em grandes redes de televisão e da própria mídia digital, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprar a vacina a tempo... Não adianta dizer que não é, porque a gente ouviu o Presidente dizer: "Não vai comprar, quem manda sou eu, que sou o Presidente".

Então, Ministro, eu sei que, no Exército, nas Forças Armadas, as pessoas têm que ser muito "missão cumprida", muito leais ao seu chefe e tudo, mas eu acho que o senhor deve a verdade ao povo brasileiro, sob pena de esta Comissão... O senhor querer dizer e o Presidente da República querer dizer ao povo brasileiro que o Governo Federal fez tudo, assumiu o comando, comprou vacina a tempo, fez tudo a tempo, e as pessoas, os mais de 400 mil, é que insistiram em morrer. Pelo amor de Deus, gente! Pelo amor de Deus! Isso é ir longe demais, Ministro!

Então, me responda aí: o senhor não procurava o Presidente para mostrar que tinha recebido o ministério com menos de 16 mil e que já estava perto de 300 mil? Para ver...? "Seja qual for a nossa estratégia, está errada, Presidente!"

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Senadora, boa tarde.

Muito bom conversar com uma profissional como a senhora, que aproveita para esclarecer muitas dúvidas que a gente continua tendo, não é? Na verdade, são descobertas, é o ineditismo da situação que vai caminhando o tempo todo. Mas eu vou responder de forma direta.

Eu despachei com o Presidente semanalmente ou quinzenalmente, mas eu despachava com ele e apresentava o quadro de como estava a situação do País, da pandemia. E essa era a minha posição. Eu apresentava para ele os trabalhos que nós estávamos fazendo. Não havia um direcionamento contrário às nossas ações. Então, eu coloco de uma forma clara para a senhora que o Presidente não me proibia de fazer... Vou dar um exemplo: "Você não vai fazer tal campanha. Você tem que fornecer tal coisa. Você tem que fazer aquilo". Esse tipo de ação incisiva, isso não aconteceu na minha relação com o Presidente.

Essa é a minha resposta que eu podia lhe dar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quer dizer que o senhor, por exemplo, vou dar aqui um exemplo... Quando o senhor diz que um manda e o outro obedece, o que a gente viu... Sabe, Ministro, com todo o respeito ao senhor que eu tenho e pelas Forças Armadas, eu queria dizer ao senhor: existe uma doença grave. É aquela em que as pessoas veem o que não existe ou que ouvem vozes que não existem. Então, querer mostrar ao povo brasileiro que não viu o senhor autorizar as vacinas, a compra das vacinas do Butantan, e que a gente não viu nem ouviu o Presidente da República dizer que quem mandava era ele e que não ia comprar é querer dizer que a gente está vendo o que não existe e ouvindo vozes que não existem. E isso é grave. O povo brasileiro não vai aceitar isso, Ministro.

Então, eu termino aqui, Presidente, dizendo o seguinte: todos são culpados pelas mortes, como deram a entender aqui as pessoas que enfrentam, esse batalhão de linha de frente do Governo e não do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo. Que a ciência tem culpa, que a Organização Mundial de Saúde tem culpa, que a população tem culpa de morrer? É uma pergunta, uma indagação que eu deixo.

Porque eu queria finalizar dizendo o seguinte: seja quem foi o professor que orientou o Ministro esses dias para responder aqui, a gente tem que tirar o chapéu para ele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Próximo inscrito, pelo sistema remoto, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu não vou me ater muito às questões que já foram perguntadas. Acho que ficou muito claro o posicionamento com relação a isso, mas queria pontuar algumas coisas.

Primeiro, Ministro, eu sempre fui, desde quando eu entrei no Congresso Nacional, como Deputado, talvez um dos maiores defensores das Forças Armadas. Eu tive o privilégio de servir o Exército Brasileiro. Sou R2 aqui, nº 1 aqui do DF na artilharia e tenho o maior orgulho das Forças Armadas, em especial do Exército.

Quando V. Exa. assumiu, eu tive, inclusive, o cuidado de encaminhar para o Planalto, inclusive para o General Ramos, a minha preocupação da representação, alguém das Forças Armadas da ativa estar realmente na posição que V. Exa. ocupou para não acontecer exatamente o que está acontecendo.

A gente não pode realmente misturar essas questões civis com Forças Armadas, com militar. Eu sempre entendi que as Forças Armadas são uma instituição de Estado, não de Governo. Portanto, acho que todos os militares que ocupam cargos no Governo deveriam ir para a ativa, exatamente para não ter questionamento nenhum, porque eu sempre brigo com todo mundo que fala sobre o Exército.

Eu coloco sempre... Nós tivemos períodos aí em que o Exército ajudou muito na construção de estradas, como ainda ajuda muito na gestão no Brasil. E lá não tem... Eu, que acompanho sempre... Não tem aditivo prévio, não tem superfaturamento. A gente sempre acompanhou e teve o Exército como referência.

Então, eu só quero pontuar, porque sinceramente fiquei assim, de certa forma, preocupado de um general da ativa, V. Exa., que tem três estrelas e deve ir a quatro, ficar como Ministro, que é um cargo civil. Então, nesses últimos minutos, vários falaram sobre o respeito ao Exército, às Forças Armadas, e isso aí realmente não era nem para ser discutido. Então, esse é o primeiro ponto.

Mas, Ministro, eu vou indagá-lo sobre o futuro, porque eu acho que a CPI tem obrigação, além de levantar as questões, de cuidar daqui para frente, como fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. falou, e é verdade, que foram bilhões e bilhões repassados para Estados e Municípios. Eu perguntei ao Ministro Mandetta, perguntei para todos que compareceram até agora o que é que acontece, que não existe hoje, no ministério e também nos Estados, um controle, uma informatização, um sistema único digital, controlado, até para você ter uma gestão eficiente. Não há gestão eficiente sem tecnologia, sem controle, não é?

Inclusive no próprio planejamento do Covid: se tivéssemos todo mundo cadastrado, cadastro único, e soubéssemos quem tem, quem tinha, quem fez teste, quem deu positivo, e tivéssemos isso informatizado, nós teríamos muito mais facilidade de controlar isso, o que não aconteceu e não acontece.

Perguntei ao Ministro Mandetta, e ele disse que há muita resistência no ministério, como eu também acho que nos Estados, a mesma coisa, porque, quanto menos controle, mais fácil de corrupção, de desvio de recurso, de superfaturamento.

Pergunto: nesse período em que V. Exa. ficou no ministério, houve alguma iniciativa no sentido de informatizar o Sistema Único de Saúde, de haver controle dos repasses para os Governos? Porque, como o senhor disse há pouco, foram repassados 112 bilhões no Fundo de Saúde, mais 40 bilhões de equipamentos e outros produtos, mas eu não sei se o ministério tem esse controle, se faz auditoria, se controla isso.

Por exemplo, desde o primeiro momento, eu participo da Comissão do Covid, lá atrás. Quando foi constituída, fiz questão de participar. E, mais do que participar, eu tive a iniciativa de criar, também no DF, uma Comissão do Covid, com participação de Deputados Distritais, Federais, Senadores, Ministério Público, Tribunal de Contas, Conselho de Saúde, sindicato de médicos, enfermeiros. Toda segunda-feira, desde o período da pandemia até hoje, a gente se reúne – toda segunda-feira.

E aqui a gente percebe várias operações, desvio de recursos. Recebi há pouco – há pouco, não, quinta-feira – o relatório do Tribunal de Contas da União relacionado aos repasses ao Distrito Federal. A parte da União. E foram levantados, já encaminhei para a CPI, foram detectados dezenas de indícios de irregularidades. Aqui houve inclusive a cúpula toda da saúde presa. No processo, eles foram soltos com o argumento de que o recurso era federal. Portanto, espero que esta Comissão possa, de fato, apurar tudo isso.

Então pergunto a V. Exa.: primeiro, quais as dificuldades, se V. Exa. tomou iniciativa, se existe algum processo de informatização do sistema único, para que o sistema seja transparente, para que a gente saiba exatamente qual o Município que recebeu, qual o Estado que recebeu, quanto foi, para onde foi. Porque o que mais tem, infelizmente, na saúde, são desvios. Existe uma máfia da saúde, máfia.

Eu espero que esta CPI possa contribuir muito com isso, identificando quem faz parte – e não é de agora –, quem é que impede, quem é que contraria, quem é que dificulta esses sistemas de controle no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministério e também nos Estados e Municípios. Nós temos aqui... Foi feita a Operação Falso Negativo e foram milhões e milhões desviados. A documentação já está, também, na CPI.

Então, eu pergunto isto: se existe alguma... Houve alguma iniciativa. Tem alguma coisa, no Governo de V. Sa., que foi iniciada ou já concluída para que a gente possa ter transparência? Se houve, por parte do ministério, alguma iniciativa, também, de auditoria. Porque essa que eu recebi do Tribunal de Contas da União, semana passada, fui eu que solicitei na Comissão do Covid.

Agora, Ministro, eu, exatamente por participar, fui Relator, inclusive, dessa questão da vacina, aproveitando a estrutura do Sindan, que produz vacinas de animais – e eu espero que seja uma solução rápida –, assim como, também, sou Presidente da frente parlamentar que discute essa questão da vacina. E espero que a gente possa, realmente, ter o domínio disso, com investimentos. Tive uma reunião com o Ministro Marcos Pontes, semana passada, sobre isso, o FNDCT. Mas (*Falha no áudio.*) ... março, uma correspondência dizendo assim... Lógico, todo o mundo está atrás de vacina, todo o mundo está atrás de insumos, do *kit* intubação. Nós tivemos aqui uma série de pacientes que foram intubados sem o *kit* intubação. E olha só a correspondência que eu recebi:

> Prezado Senador Izalci, devido à dificuldade de contato com o Ministério da Saúde, procuramos V. Exa. para que pudesse nos ajudar no agendamento desses compromissos. Sendo assim, segue abaixo um breve relato referente às reuniões realizadas.

Eu liguei para o ministério, falei com o Arnaldo. O Arnaldo recebeu essa empresa que estava oferecendo duas coisas: vacina – o nome da vacina eu tenho aqui: é exatamente o da Covaxx, com dois xis – e, principalmente, insumos de intubação, o *kit*.

> Fomos recebidos pelo Dr. Arnaldo, dia 23 de março, na Secretaria de Vigilância, o responsável pela compra de vacina. Foi-nos dispensado um atendimento excepcional, com resultados e desdobramentos positivos.
> Dessa reunião, fomos orientados a procurar o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, o Sr. Elcio Franco. Assim fizemos e fomos recebidos pelo Secretário Executivo, onde fomos surpreendidos com um tratamento desrespeitoso, onde não tivemos tempo de expor o nosso processo. A duração da reunião não ultrapassou cinco minutos.
> Entendemos que, no momento atual em que o País se encontra, com falta de medicamentos para o *kit* de intubação e a corrida para adquirir a vacina da Covid-19, o ministério deveria dispensar uma atenção maior para quem está disposto a colaborar e resolver o problema atual do nosso País.

Então, eu indago a V. Sa. também – o Dr. Elcio Franco era o Secretário Executivo: esse era o tratamento dispensado para quem queria colaborar? Eu fiquei tanto tempo cobrando! Nós estamos, ainda, correndo atrás de mais vacinas. Amanhã, inclusive, os Parlamentares estão visitando as fábricas da vacina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

animal para ver se a gente consegue fazer a infraestrutura, uma adaptação para produzir a vacina aqui no Brasil. Mas eu não entendi a dificuldade de conversar no ministério, tendo em vista que eles tinham uma proposta de fornecer, inclusive, o *kit* intubação. É o que foi falado aí de manhã: imagina um paciente sendo intubado sem medicamento, o que representa isso.

Então, são estas as minhas indagações: a questão da informática, a questão da auditoria e, com relação a essa reunião do Dr. Elcio, se esse é o procedimento normal dado a essas empresas que querem colaborar – é lógico, querem vender também, mas ele estava oferecendo o *kit* intubação que tinha disponível para entrega naquela semana. Infelizmente, não conseguiram nem fazer, concluir o processo da questão dos *kits*.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Izalci.

Sr. Eduardo, por favor.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Muito obrigado.

Senador Izalci, boa tarde. Bom vê-lo, bom revê-lo. E, com as posições muito claras, facilita a nossa resposta a partir de posicionamentos assim tão claros.

A primeira resposta eu vou colocar de uma forma também direta. Quando eu compreendi a transferência de recursos, a primeira vez em que eu vi como era a transferência de recursos fundo a fundo do Governo Federal para um Estado foi quando eu fui o interventor federal em Roraima e lá eu compreendi como era, como vinham os recursos federais e como eles eram aplicados. E ali ficou claro, naquele momento, que, no caso da saúde, especificamente, era necessário que a gente pudesse ver até a ponta da linha. E você não vê.

Como é que funciona a transferência do recurso fundo a fundo? No Governo Federal, você empenha, liquida e paga e transfere o numerário no fundo. Então, você manda o dinheiro para a conta do Estado ou do Município. Esse dinheiro fica na conta fundo a fundo e é empregado pelo orçamento do Estado ou do Município no sistema financeiro, de administração financeira do Estado ou do Município, que não se comunica com o Sistema de Administração Financeira Federal.

Então, você não tem a mão, o olho sobre o emprego do recurso na ponta da linha. Quem passa a ter essa visão são os órgãos de controle estaduais e municipais, mas nós que somos os descentralizadores do recurso e que deveríamos acompanhar a finalidade daquele recurso até o fim não temos essa capacidade.

Então, foi a primeira demanda que eu fiz ao chegar no ministério: solicitar que fosse empregado o Sistema de Administração Financeira Federal no recurso da saúde, principalmente por causa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia, para que nós pudéssemos acompanhar todo o recurso, ou seja, deveriam ser criadas as unidades gestoras, os GEs, executantes do Sistema de Administração Financeira Federal, nos Estados e Municípios, que é só uma parte eletrônica, e, aí, a partir dali, esse recurso seria acompanhado, inclusive em tempo real, por quem estivesse disponibilizando o recurso.

Esse sistema, o Siafi, funciona, por exemplo, no Ministério da Defesa, acredito também no MRE – claro que é federal, em todo o Poder Executivo –, mas não funciona para Estados e Municípios. Há um projeto de lei na Câmara para estender o Siafi para Estados e Municípios para a saúde, do Deputado Peternelli. Já há um PL.

Então, sim, respondendo diretamente, nós tentamos bastante fazer essa atividade.

Com relação à informatização, nós fizemos funcionar o cadastro para prontuário eletrônico. A base de tudo é o prontuário do paciente, e esse prontuário precisa rodar na rede. Então, nós contratamos a informatização, para colocar a internet em todas as UBS e hospitais do SUS, em todo o País. Vou falar novamente: contratamos as antenas e a disponibilização de cabos para colocar internet em todas as UBS e hospitais do SUS, em todo o País, para poder funcionar o prontuário eletrônico e, a partir dali, você ter como acompanhar todo o processo, inclusive do emprego dos recursos e o emprego de medicamentos. E, aí, você teria como monitorar medicamentos.

Então, isso tudo são ações que começaram na nossa gestão e vão ficar prontas em breve. Nós chegamos já a 80% de informatização das UBS.

Então, é importante dizer que, sim, esse foi o caminho.

Paralelo a isso, nós fizemos uma televisão, uma TV completa, a TV do Conasems, que, ligada a esse sistema, vai chegar a todas as UBS, para que a gente divulgue as campanhas direto pela televisão, em todo o País, em todas as UBS. E isso também foi feito na nossa gestão.

Uma dificuldade, para que os senhores compreendam como é complexo: acompanhamento de leito de UTI. Existe um sistema, existe um programa, mas tem de ser alimentado. A gente não consegue acompanhar os percentuais de leitos de UTI da maneira como deveria, pela falta de preenchimento do e-SUS, do sistema que foi feito para isso – é o e-SUS Notifica.

E uma última ação que nós fizemos com o nosso Denasus, que é a nossa auditoria externa do SUS, foi que o Denasus, mesmo que a gente não tenha o *follow the money* – ou seja, o recurso acompanhado no sistema –, que o Denasus fizesse o acompanhamento efetivo das contas e do emprego dos recursos, ou seja, nos desse informações, pelo sistema, do emprego dos recursos na ponta da linha.

Então, esse foi um objetivo que começou no primeiro dia. Nós chegamos em muitos pontos aqui, e eu espero que, um dia, a gente possa acompanhar o recurso federal que vai para a saúde, todo ele, num sistema que possa ser efetivamente auditado em *real-time*, o tempo todo, pelo Ministério da Saúde, pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auditorias, porque eu acho que é um recurso diferenciado. Recurso federal para a saúde que vai para os Estados precisa ser acompanhado até a ponta da linha, essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, é só com relação a essa questão do atendimento lá do Elcio Franco, ele é o responsável por isso ou não?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Eu só peço, então, se o senhor puder ser breve para poder...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu serei breve.

Isso foi agora após a minha saída, depois do dia 20 de março eu já não estava lá. Eu realmente não acompanhei esse momento lá da discussão.

Eu posso afiançar ao senhor que os atendimentos do Elcio não seguem esse caminho. Ele trabalha 18, 16 horas por dia atendendo as pessoas. Então, se aconteceu esse incidente aí, pode ter sido uma coisa pontual.

Eu vou pedir para o Elcio – eu tenho contato com ele ainda, ele já não está no ministério –, vou pedir para ele entrar em contato para se explicar também com a empresa e as pessoas. Deixe isso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, General Pazuello. Obrigado, Senador Izalci.

Como a dinâmica adotada aqui na Comissão é um presencial e um remoto, temos aqui, presencialmente, o Senador Fabiano Contarato; e, em seguida, o Senador Vanderlan Cardoso, que está no remoto; e, em seguida, a Senadora Soraya.

Só peço... E aí tem outros colegas Senadores: depois teremos o Senador Roberto Rocha, o Senador Telmário, o Senador Jean Paul Prates e a Senadora Mara Gabrilli.

Esta Presidência comunica que ainda não recebeu a comunicação do início da Ordem do Dia. Como há uma resolução e uma determinação regimental, inaugurada a Ordem do Dia, nós teremos que encerrar esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Até o presente momento, a Presidência não recebeu a comunicação, então, enquanto não formos comunicados, nós daremos sequência até esgotarmos todas as inquirições.

Senador Fabiano Contarato, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e todas.

Obrigado ao comparecimento do ex-Ministro Pazuello.

Eu quero aqui fazer algumas considerações que eu reputo importantes: quando a gente está falando... Nós estamos falando nesta CPI para apurar responsabilidade por 441.864 vítimas pela Covid-19 e nós sabemos que, no Código Penal, o crime de homicídio é praticado tanto a título de dolo, quando há intenção ou assume o risco de produzir o resultado, mas a título de culpa, quando, com seu comportamento, por negligência, imprudência, imperícia, você ocasiona esse resultado.

Nós sabemos que a saúde pública é um direito de todos e dever do Estado, isso está expresso no art. 196 da Constituição Federal, e compete ao Presidente da República junto como Ministério da Saúde tutelar, proteger esse principal bem jurídico.

Vimos também que esses crimes de homicídios são praticados tanto por ação quanto por omissão. Também está expresso no Código Penal no art. 13, quando diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei a obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Eu fico muito triste, reflexivo e preocupado quando eu vejo o senhor falando... O senhor já ficou na história quando falou "um manda e o outro obedece", porque, se o senhor tivesse como premissa aquilo que o senhor aprendeu – tenho certeza de que aprendeu – na sua formação, o senhor sabe que o Código Penal, no art. 22, diz que a ordem manifestamente ilegal não se cumpre – ordem manifestamente ilegal não se cumpre –, e nós ouvimos ontem, Ministro, e hoje exaustivamente que o senhor não teria recebido qualquer ordem da Presidência da República na sua, ao meu ver, desastrosa gestão à frente do Ministério da Saúde.

Mesmo com inúmeros registros, se nós colocarmos lá no Google o nome do senhor e o do Presidente da República, vai ver tanto o senhor como o Presidente da República difundindo a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica, difundindo a não utilização de máscara, difundindo o não distanciamento social, contrário à aquisição de vacina, chegando a ponto de falar que não comprou vacina pelo preço.

Aqui nós temos que fazer uma reflexão muito grave. Quanto que vale uma vida humana?! Porque, por mais que qualquer laboratório impusesse qualquer cláusula, essa cláusula é declarada leonina. Primeiro compra para depois discutir o contrato. E não foi isso que nós fizemos. Este Governo acreditou nessa imunização de rebanho.

E eu fico triste quando eu vejo aqui, Senador Renan, muitos Senadores defendendo a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica, porque parece que nós estamos vivendo a era medieval, porque o comportamento que a gente faz a gente difunde. Às pessoas que estão assistindo se eu falo que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mil pessoas, de mil que usaram hidroxicloroquina, só uma morreu, as 999 vão acreditar que elas sobreviveram porque usaram a hidroxicloroquina. E não foi isso. Por favor, vamos respeitar a ciência!

Então, quando o senhor fala que o senhor não recebeu nenhuma determinação do Presidente, eu vou pontuar como o senhor recebeu. Preste atenção.

Quando o senhor pesquisa lá a atuação do senhor e a do Presidente, nós vimos lá: um manda, o outro obedece. Está aí, está claro. O fato de o senhor tentar negar que essas declarações do Presidente não representam ordens para a gestão do senhor, no ministério, é equivocado e é errado. O senhor sabe – eu sou servidor público, sou delegado de Polícia –, o senhor é um servidor público, o que é um ato administrativo. Ato administrativo – e o senhor, como servidor público, tem que saber – não exige forma específica, Senador Renan. Tem que ser por escrito só quando tiver determinação legal. E a pergunta é simples: o Presidente da República, para emitir ordens ao senhor, é competente para emitir ordem para o Ministro?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Com certeza.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim. Perfeito. Agora, há na lei, alguma prescrição para que essa ordem venha por escrito? Não.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não. Então, quando o senhor vai para a imprensa e fala: o Ministério da Saúde vai adquirir 46 milhões de doses do Instituto Butantan; e, no outro dia, o Presidente fala assim: não vai adquirir, o senhor está cumprindo uma ordem do Presidente da República. Ele está interferindo. E a isso a Comissão tem que estar atenta, porque todas as pessoas que, de qualquer forma, concorrem para esse agravamento da pandemia têm que ser responsabilizadas penal, civil e administrativamente.

Nós ouvimos aqui... Eu não tive oportunidade de fazer os questionamentos ao Sr. Ernesto Araújo, mas ele tem responsabilidade também direta nisso. O Ministro da Saúde, o senhor tem responsabilidade por essas mortes e o Presidente da República também. Ou seja, quem de qualquer forma concorre para um crime responde pelo mesmo crime, na medida da sua culpabilidade, seja por ação, seja por omissão, seja a título de dolo, seja a título de culpa.

Então, o senhor acaba de me falar que, quando o senhor... Os registros públicos dessa declaração são meios de manifestação de vontade do Presidente: um manda e o outro obedece.

Essa declaração, Ministro, está assim... Eu fico tão preocupado com isso. Primeiro, quando vejo um Ministro da Saúde alçar esse cargo sem ter uma formação na área médica, isso já me preocupa demais. Não venha aqui, sob juramento de dizer a verdade... E aqui eu quero alertar o senhor. Eu acho que esta Comissão tinha que ter a altivez de entender o que é uma prisão cautelar, uma prisão pena. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa de ficar representando o Ministério Público, e não saber o que é prisão em flagrante... Eu lidei a minha vida toda com o estado flagrancial. O art. 342 é claro: fazer afirmação falsa ou calar a verdade é crime, com pena de reclusão de dois a quatro anos. Então, o senhor tem responsabilidade. Quando o senhor fala que não teve ingerência do Presidente da República, o senhor está mentindo.

Eu tenho aqui um tuíte de uma Deputada da base do Governo, que diz: "General Pazuello assume interinamente o ministério com a missão [veja bem, com a missão] de liberar o uso de cloroquina desde o início dos sintomas da Covid".

Olha, aqui eu vou fazer a pergunta e eu quero que o senhor me responda. Nessa reunião, em que essa Parlamentar falou... Em 16 de maio, essa Parlamentar disse que foi feito isso. Ocorreu essa reunião? Porque ela fala que teve uma reunião.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe-me. Com a passagem das pessoas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Em 16 de maio...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... a Parlamentar da base do Governo, nas redes sociais, disse – aspas: "Hoje, a equipe do Ministério da Saúde [...] [é do senhor, se reuniu] estará reunida [...] para elaborar orientações incluindo a observação dos melhores consensos presentes nos protocolos bem-sucedidos da Prevent Senior e Unimed no uso da cloroquina para tratar seus pacientes". Essa reunião ocorreu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Em 16 de maio de 2020?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** É.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Desculpe. Eu não estou brincando. O senhor pode só aprofundar um pouquinho mais. Eu não entendi.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** A Parlamentar da base do Governo falou assim: "Hoje, a equipe do Ministério da Saúde [...] estará reunida, sob o comando interino do General Pazuello, para elaborar orientações incluindo a observação dos melhores consensos presentes nos protocolos bem-sucedidos da Prevent Senior e Unimed no uso da cloroquina para tratar [de] seus pacientes". Essa reunião ocorreu?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, eu não me lembro dessa reunião especificamente. Eu não me lembro dessa reunião de 16 de maio. Eu fiquei parado, pensando, ouvindo o senhor duas vezes, e não lembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Eu sugeriria que a Comissão requisitasse a agenda desse dia para saber quem participou dessa reunião.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não me lembro dessa reunião. Pode ter havido. Eu não lembro, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

Eu quero aqui falar outra coisa. O senhor afirmou que levou em conta o preço das doses na opção pela cobertura mínima do consórcio Covax.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não. Foi...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Pergunto objetivamente: esse cálculo de custos levou em conta a redução de custos com internação de infectados e os efeitos positivos da volta dos trabalhadores vacinados na economia?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Deixa-me aproveitar um pouco essa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** General, só um minuto, se V. Exa. me permite.

Em primeiro lugar, as informações requeridas pelo Senador Fabiano Contarato eu peço para serem reduzidas a termo para serem requeridas pela Comissão.

Só uma advertência, Senador Fabiano. S. Exa. o General Eduardo Pazuello está aqui sob a proteção do *habeas corpus*...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... concedido pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que, no item iii, considera e destaca o seguinte: "O direito a ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, ao qual, de resto, fazem jus todos depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados, servindo esta decisão como salvo-conduto".

Só para reiterar dos autos qualquer tipo de relação ou intenção...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeitamente, Sr. Presidente. Perfeitamente. E nós temos que cumprir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Da minha parte, não tem problema.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Longe disso. Estou aqui tentando esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente, perfeitamente. Só para deixar claros os termos da decisão de S. Exa. o Ministro Ricardo Lewandowski.

Por favor, Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu não me senti em nenhum momento...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito, perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu acho que é só uma observação. Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Obrigado.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, o senhor pode voltar ao ponto, por favor?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O senhor afirmou que levou em conta o preço das doses...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ah, tá. O.k.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... na opção.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O senhor levou em consideração...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... o valor desses infectados lá no hospital?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito. Deixa-me fazer uma observação. Peço desculpa só por voltar um pouco.

A adesão à Covax Facility vinha sendo discutida pela Casa Civil o tempo todo – Casa Civil e MRE. Essa foi a discussão pela Covax Facility. Claro que as posições do ministério estavam sempre sendo colocadas. Quando eu falei de preço da Covax Facility, ela começou com US$40. Não é que... Não é que nós não compramos porque eram US$40. Quando era a primeira discussão lá, dois meses antes de nós fecharmos, ela começou bem diferente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perdão, Sr. Presidente. A pergunta é simples: eu só estou perguntando se o senhor levou em consideração o valor dos custos dos infectados no hospital.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nós não chegamos nem nessa discussão, porque eu estou só contando para o senhor como foi a contextualização do que eu falei aqui.

Quando ela começou, começou com US$40, terminou com dez.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não foi que a gente não comprou porque eram US$40.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Entendi...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi a variação...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... em que pese eu entender que o valor da vida humana não tem em qualquer cláusula...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não havia... Tanto que nós compramos... Os números a partir dali, sobre a variação de doze, onze, dez, isso jogado no montante é muito alto...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... mas a gente não entrava nesse mérito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, o senhor afirmou também aqui que a disponibilização do aplicativo TrateCov, destinado a orientar profissionais da saúde sobre Covid, foi obra de atividade de um *hacker*. O senhor confirma isso?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu confirmo que ele foi hackeado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Se foi hackeado, isso é um crime de ação penal pública incondicionado. Foi feito um boletim de ocorrência?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Foi feito um boletim de ocorrência, foi feita a investigação, nominada a pessoa e estão sendo feitas todas as medidas contra essa pessoa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Que seja anexado, eu acho que seria uma boa sugestão.

V. Sa. afirmou aqui que não foram distribuídos os chamados *kits* Covid para as comunidades indígenas. Contudo, a apresentação do senhor no Ministério da Saúde, no dia 28 de julho, afirma terem sido distribuídos 100,5 mil comprimidos de cloroquina para as comunidades indígenas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A cloroquina é distribuída...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Foram distribuídos ou não foram?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – A cloroquina é distribuída todos os anos e foi normal em 2020 para as comunidades indígenas. É para isso que o LQFE faz.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. V. Sa...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não como *kit* Covid, por favor...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. V. Sa. afirmou que o Supremo Tribunal Federal impediu o Governo Federal de agir contra a pandemia, delegando essa competência a Estados e Municípios. Hoje, sabemos que o Supremo não impediu o Governo Federal de atuar, porque a competência é concorrente, conforme esclarecido em nota oficial do STF. De toda forma, pergunto: o Governo Federal tinha algum plano de ação contra a pandemia, caso essa decisão do Supremo Federal não existisse? Porque o Presidente sempre falava: "Nós temos um plano, nós temos um plano". Tinha um plano?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, eu só faço uma ressalva. Quando eu me dirigi aqui, eu coloquei que a decisão do Supremo limitou, ela não impediu. Ela limitou...

Eu vou aguardar o senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É... Aqui, pelo que está falando, esse *kit* Covid é para... A distribuição foi para tratamento do *kit* Covid. Foi intitulado *kit* Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Eu volto ao senhor que eu tratei isso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** A Secretaria Especial de Saúde Indígena que está dando...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – ... eu tratei isso com o Coronel, o efetivo Secretário Coronel Robson, sobre isso. E fomos taxativos: nós não distribuímos *kit* Covid para nenhuma, nenhum Dsei. Pelo contrário, a gente fez outras medidas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Tanto é que o Ministério Público Federal abriu investigação para apurar essa distribuição...

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Exatamente. Houve e acredito que a escolha está na apuração...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Mas a pergunta que eu fiz é a seguinte: independente da decisão do Supremo, tinha um plano de governo para o combate ao Covid? Porque não é possível, gente!

O SR. GEN. EDUARDO PAZUELLO – O plano do Governo era o plano estratégico que eu recebi. Já estava sendo discutido. Muitas coisas não foram implementadas pela posição de que as decisões seriam de Estados e Municípios.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Esse plano era escrito? Ele foi feito quando?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim. Ele foi feito com o Ministro Mandetta. Ele é completo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – É o nosso plano de contingência nacional. Ele é completo e muito detalhado. E foi dele que nós trouxemos, por exemplo, ferramentas de gestão que mandamos para todas as prefeituras do País, porque, no momento em que ficou claro que a posição seria de Municípios e Estados, nós pegamos o que tinha ali que poderia ser usado e disponibilizamos para cada Prefeito pelo Conasems.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Só uma informação, vista ontem aqui. É que esse plano de contingência foi alterado para não garantir e apenas apoiar, permitir. Houve essa alteração. E já havíamos perguntado sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, o Ministro Marcelo Queiroga afirmou aqui, na CPI, que a política de combate à pandemia é, aspas, "do Presidente da República, e não do Ministro da Saúde".

Essa afirmação se aplica também à sua gestão ou foi uma mudança de gestão ministerial?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, a política ampla de combate à pandemia é da Presidência da República, da cúpula do Governo como um todo, não do Ministério. São fatias...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor é contraditório, porque o senhor fala assim: o Presidente não interferiu na minha gestão. E o senhor fala: vou adquirir 46 milhões de doses do Instituto Butantan. No outro dia, numa *live*, o Presidente fala "não vai adquirir". O senhor fala: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo". Isso é ingerência.

Eu expliquei para o senhor o que é um ato administrativo. O ato administrativo só existe de forma escrita se estiver expresso em lei. Não existe.

Então, o Presidente tem o poder de ordenar os Ministros de Estado. Então, ele fez isso. Ele difunde, na utilização de máscara. E o senhor foi flagrado, depois de não ser mais Ministro, andando sem máscara.

Esses são fatos que são aqui incontestáveis.

Então, eu quero saber o seguinte: na afirmação dele, de que quem manda é o Presidente, também, para o senhor, quem mandava era o Presidente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senador, deixa eu colocar uma coisa clara para o senhor. Efetivamente, naquele ponto, eu acho que isso dá mais uma clareada. É óbvio que, quando o Presidente foi falar comigo, eu conversei com ele sobre isso. É óbvio. E falei para ele, expliquei para ele que as contratações só aconteceriam quando nós tivéssemos a legalidade e a aprovação da Anvisa. Aí ele: ah, tá. Assim, tudo bem.

Então, nós estamos falando de uma relação. Estamos falando de uma relação. E, com isso, nós não tivemos nenhuma ordem direta para haver cancelamento.

Então, no momento em que ele... Nós sabemos como é o nosso Presidente da República: ele fala de improviso, ele fala de pronto. Essa é a verdade. Não podemos esconder o Sol com a peneira. Esse é o Presidente da República que foi eleito. Ele fala de pronto o que vem na cabeça, como ele pensa, e algumas coisas precisam ser corrigidas depois. Algumas coisas precisam ser reconversadas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por isso tem de ter responsabilidade pela ação dele, porque ele é um Chefe de Estado. Ele tem de saber o que ele vai falar. Se ele não tem controle no que ele vai falar, que leia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Nesse caso especificamente, não passou de uma conversa com ele. E, aí, o restante da visita já foi totalmente informal. Desculpa, mas essa é a verdade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

Agora, só para concluir, Sr. Presidente...

Eu só queria o seguinte, só deixar claro para o senhor que o senhor, como general, sabe o que que é uma ordem manifestamente ilegal.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sei.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** A digital do senhor está nestas mortes aqui. Isso é um fato incontestável. Se eu falar que o senhor saiu com a missão cumprida, só se a missão para cumprir fosse agravar a pandemia. E aí a responsabilidade do senhor, do Presidente da República, do Ministro das Relações Exteriores, Araújo, e da Secom, ela é diretamente, seja por ação, seja por omissão, porque eu volto a falar, o resultado de que depende a existência de um crime só é imputável a quem lhe deu causa. E considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. E se não fosse esse comportamento inadequado, omissivo, criminoso, que vocês fizeram, nós não teríamos essas 441 mil não. Nós somos uma vergonha para o mundo. Está sendo violado o principal bem jurídico, que é a vida humana.

O senhor tem que ter responsabilidade com isso, e eu espero que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mesmo eu não sendo membro, tenha a altivez de apurar essa responsabilidade, independentemente de ideologia, porque nós não estamos falando de ideologia, não; eu estou falando de vítimas aqui, que eram da base do Governo, que não eram da base do Governo... São vidas humanas!

O principal bem jurídico foi violado e a digital do senhor está nessas mortes, como a digital do Presidente da República, como a digital de todos os Ministros da Saúde que passaram por lá, como a digital da Secom e a do Ministro das Relações Exteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

O próximo então, no sistema remoto, só para declinar todos que estão inscritos...

Alguns colegas estão reclamando sobre o encerramento, mas, acordado e encaminhado por esta Presidência e pelos membros da CPI é que seriam garantidos todos os membros efetivos e suplentes e, enquanto for possível, enquanto não inaugurar a Ordem do Dia, iríamos garantir a participação dos não membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pela ordem, no sistema remoto, Senador Vanderlan Cardoso; depois, no presencial, houve uma permuta entre a Senadora Soraya e o Senador Telmário Mota. E aí, depois, Senador Jean Paul Prates e Senadora Mara Gabrilli.

Senador Vanderlan Cardoso, pelo sistema remoto.

V. Exa. tem 15 minutos. (*Pausa.*)

Senador Vanderlan, o senhor está sem áudio.

O senhor está sem áudio, Senador.

O Senador continua sem áudio.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente...

Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – Não estou ouvindo V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode prosseguir.

Agora nós o ouvimos.

Pode prosseguir.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Para interpelar.) – Meus cumprimentos, Sr. Presidente Randolfe, Sr. Relator, Renan... Eu cumprimento o ex-Ministro, General Pazuello...

Iniciando aqui minhas palavras, Sr. Presidente, eu primeiramente quero me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos para a Covid-19.

Sr. Presidente, o reconhecimento e a gratidão são grandes virtudes que o homem nunca deve esquecer, sobretudo o homem público. Não podemos nos deixar afogar pela dicotomia do bem e do mal. Ninguém só faz o bem, Sr. Presidente, e ninguém só faz o mal. Esse clima de polarização, que infelizmente tomou conta do Brasil, definitivamente, essa disputa do bem e do mal, alimentada pelas eleições de 2022, não faz bem ao nosso País. É por isso, Sr. Presidente, que eu pedi a palavra. Fiquei aqui prestando atenção na trajetória de vida e no trabalho do Ministro Pazuello. Foi uma vida dedicada em ajudar o próximo, em fazer o bem, em cumprir suas obrigações, tanto que recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, oferecido pelo Ministério dos Direitos Humanos, no Governo passado, por seu trabalho em favor dos venezuelanos em 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui reconhecer e agradecer a V. Exa., Ministro Pazuello, pelo que o senhor fez por este País, em especial, Sr. Ministro, ao meu Estado de Goiás, durante a pandemia do coronavírus. E, olha, não foi pouca coisa não. Eu quero mencionar aqui alguns. Quase 18 mil respiradores, quase 18 mil. Eu quero repetir aqui, Senador Izalci: quase 18 mil respiradores foram entregues no Brasil pelo Ministério da Saúde, quase mil só para Goiás, o meu Estado.

Nas gestões anteriores ao Ministro Pazuello foram comprados respiradores, olha só, de Hong Kong, que jamais foram entregues. Na gestão do Ministro Pazuello, os respiradores foram distribuídos de maneira independente de posição partidária e política. Quantas vidas salvaram! À época, eu me lembro de que alguns Senadores da oposição o elogiaram, o elogiaram para mim, Senadores e Deputados, pela sua postura e pelos critérios técnicos de distribuição adotados. Ontem eu estive aí, presencialmente, na Comissão, e vi quanta ingratidão na fala de alguns, chamando-o de mentiroso, pessoas que, há poucos dias, o elogiava e agradecia, porque tudo o que foi pedido ao Ministério foi distribuído. Olha só! Durante a gestão do senhor, foram adquiridas mais de 25 usinas de oxigênio.

Aqui eu quero abrir um parêntese para quem conhece, como eu conheço, a Região Norte. Fui morador do querido e próximo Estado de Roraima durante 14 anos. Aqueles que falam do Amazonas ou de Roraima ou do Amapá não sabem a logística que é para chegarem mantimentos, para chegar no caso de uma pandemia que se alastrou e para a qual ninguém estava preparado, todos vocês que estão nos assistindo. Até 45 dias demoravam para chegar mantimentos nessa região, ou seja, para chegar a Manaus, chegar a Porto Velho, pegar uma balsa, vários dias pelo rio para chegar ao Amazonas e, depois, assim chegar também a Roraima e ao Amapá. Então, morei nessa região. Quando alguns falam que era muito simples colocar oxigênio da noite para o dia, no Amazonas não é bem assim, porque, se fosse fácil assim, muitos teriam colocado. As próprias empresas que produziam oxigênio colocavam no Amazonas, Amapá, Roraima e assim por diante. Até no meu Estado de Goiás faltou oxigênio. E foram inúmeras as usinas, 25, se não me engano, ao todo. E grande parte dessas usinas, desses respiradores, foi para os Estados do Amazonas e Amapá. Isso é um legado que vai ficar aí nesses Estados.

Durante a sua gestão também, Sr. Ministro, em 2020, R$79 bilhões, que já foram mencionados – não vou ficar aqui repetindo –, para rotinas no SUS, R$33 bilhões, totalizando R$112 bilhões, que já falaram. Em 2021, até a presente data, R$28 bilhões investidos. Vinte e oito bilhões, além das transferências de recursos para Estados e Municípios, fundo a fundo.

A responsabilidade pelas mortes dos mais de 440 mil brasileiros não é só de uma só pessoa, como estão querendo lhe imputar; é de todos nós, de todos nós. É do Congresso Nacional, de Prefeitos, de Governadores, é do Judiciário, é de todos nós, que, às vezes, falhamos ou em aprovar uma lei que nós tentamos... E existem, neste País, pessoas que estão torcendo para o vírus, que falaram de boca cheia, quando chegou a 2 mil pessoas: "Logo, nós vamos chegar a 3 mil, 4 mil, 5 mil", falando com gosto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresentei, Sr. Presidente, um projeto de lei no Senado Federal, o 1.033, para que empresas de direito público e privado pudessem comprar vacinas para vacinar seus colaboradores e doar 50% para o SUS e fui criticado, como outros que apresentaram projetos semelhantes, dizendo que era vacina para rico. Olha só, se vêm para atender aos colaboradores. Então, é uma discussão, e as falhas foram de todos.

Eu fico imaginando aqui aqueles que estão tentando antecipar as eleições. Não quero tirar aqui, me eximir de culpa nenhuma, até mesmo porque já assumi parte dessa culpa por essas mortes também, talvez por omissão.

Então, eu quero, aqui... Não vou usar os 15 minutos, mas minha palavra hoje aqui, Sr. Ministro Pazuello, é de gratidão, de gratidão pelo que o senhor fez por este País. A primeira vez que eu conversei com o senhor – acho que foi uma ou duas vezes, aliás, duas vezes –, que tive uma reunião com o senhor e mais alguns colegas Parlamentares, no seu gabinete, duas horas de aula sobre logística, eu disse para o senhor, na primeira vez: "Agora, sim, estou animado, porque nós temos um homem de logística no Ministério da Saúde". E todos, Sr. Ministro, os Prefeitos, Governadores, Secretários de Saúde que procuraram o Ministério foram atendidos, independentemente da cor partidária.

Eu quero, aqui, só fazer um parêntese, já encerrando, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, quanto ao contrato com a Pfizer.

Olha, eu quero falar uma coisa séria: eu sou empresário, eu produzo alimentos. Nenhum fornecedor meu que não dá garantia, Senador Izalci, que não dá garantia da matéria-prima que me fornece eu não compro dele. Se o Ministério da Saúde tivesse assinado o contrato com a Pfizer sem garantia nenhuma ou através de um projeto de lei, esta CPI estaria acontecendo, mas, sim, para investigar esse contrato, para investigar o contrato que teria sido assinado.

Então, esta é a minha fala e eu queria dizer também, Sr. Presidente, que o Brasil – nós estamos vendo aí nesses últimos dias, graças a Deus, que a pandemia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – ... está se acalmando –, nós vamos conseguir, vão chegar as vacinas.

É uma pena que nós estamos perdendo um tempo precioso e bilhões de custo que é do Congresso Nacional, que custa o Senado Federal. Em vez de estarmos discutindo a viabilização dessas vacinas, nós estamos discutindo é se a cloroquina, a ivermectina ou se é esse ou se é aquele. E decidindo também, falando aqui muito em discussões em que pode ser até que esteja dando audiência...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO) – ... mas eu me sinto envergonhado, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, envergonhado de usarmos tantos bilhões do nosso contribuinte para ficarmos discutindo ou antecipando eleições de 2022 para agora.

Ministro Pazuello, meus agradecimentos, sinceramente, pelas milhares e milhares de vidas que o senhor evitou que morressem. Infelizmente, a pandemia, ainda não tem receita para ela, a não ser a vacina. E eu acho que a gente deveria estar concentrando agora os nossos esforços para adquirir essas vacinas.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan. Só esclarecendo V. Exa., eu sei que não foi proposital, mas esta CPI não tem custo de milhões, efetivamente não tem.

Mas eu estou sendo advertido pelo Sr. Presidente do Senado da necessidade de encerrarmos esta Comissão Parlamentar de Inquérito em virtude do início da Ordem do Dia.

Eu vou conceder, conceder – eu sei que tem o Senador Jean Paul Prates também aqui, que já ligou a câmera também –, então eu vou conceder, sob pena de estar sob censura do Presidente do Senado, eu reitero, eu vou conceder três minutos para os dois Senadores que estão presentes aqui, Senador Telmário, Senadora Soraya, e para o Senador Jean Paul Prates. E eu peço assim três minutos de consideração para, logo em seguida, nós podermos encerrar. Eu repito: já estou sob censura aqui de S. Exa. o Presidente do Senado pelo início da Ordem do Dia.

Senador Telmário, três minutos para V. Exa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero agradecer a V. Exa. por essa compreensão. Quero saudar o Senador Renan, saudar o General Pazuello, saudar os demais Senadores e o público presente. Eu vou ser rápido, Sr. Presidente, eu vou sintetizar. Na verdade, eu vou dar um testemunho.

Quando o General Pazuello assumiu a acolhida no meu Estado, nós divergimos, tivemos grandes divergências. Ele me convidou um dia para a gente almoçar ali. E ele ali, Senador Renan, me mostrou passo a passo, desde quando o venezuelano chegava até a interiorização. E, nesse momento, eu tive a oportunidade de conversar com várias pessoas que eram de entidades internacionais, inclusive da ONU. E todos me disseram, General Pazuello, numa única só voz, que aquela acolhida era de excelência, era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanitária, respeitosa e sobretudo ela tinha muita qualidade, que era uma das melhores ou a melhor do País.

Então, isso significa que V. Exa. tem gestão. E quem escolheu V. Exa. para comandar aquela acolhida foi o MDB, do Senador Renan, foi o Michel Temer naquele momento. Muito bem. E eu fui contra aquela acolhida, a minha divergência com V. Exa., eu era contra a acolhida ali. Eu queria a acolhida dentro da Venezuela, como nós fizemos no Haiti, porque realmente ela trouxe consequências negativas para o meu Estado até hoje.

Como meu tempo é pouco, eu estou reduzindo e sendo rápido.

E quero dar um outro testemunho. Com relação ao oxigênio do Amazonas, eu recebi uma ligação do Governador do Amazonas e também de alguns membros do Governo do Amazonas, porque nós estávamos com a relação diplomática, ainda estamos, rompida entre o Brasil e a Venezuela. E a Venezuela, nesse momento, estava oferecendo, com a White Martins, oito caminhões de 200 mil – não sei quantos litros – de oxigênio para atender Manaus. Eu liguei então para o Ministro Ramos na hora, falei para ele da situação um dia antes de os caminhões chegarem na fronteira, e ele disse: "Me dá um tempo". Com cinco minutos, ele me retornou dizendo: "O Presidente disse a seguinte frase: 'Ramos, para salvar vidas, principalmente dos brasileiros, nós vamos receber oxigênio de quem quiser mandar. Receba e manda o Governo Federal para lá'".

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Fora do microfone.*) – Eu me lembro disso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – E aí, Senador Renan, quando cheguei no dia seguinte, lá estava a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e estava a Receita Federal. Passamos, sim, caminhões e chegamos com esse oxigênio até Manaus.

Então, o Presidente nunca mediu esforços. Nesse momento se superou, passou por um problema ideológico em prol da vida. Eu queria dar aqui esse testemunho.

Como faltam 15 segundos, me dê mais um minutinho, Presidente, só um minutinho, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu queria aqui falar do caso da Acolhida, porque nós divergimos.

A Acolhida foi uma maldade do Temer, porque ele queria estrangular o meu Estado. Ele sabia que tinha na Venezuela 30 milhões de venezuelanos querendo sair. Ele se reuniu aqui com dez ministros, ofereceram aluguel de R$700 a R$1,2 mil, porque eles precisavam eleger o ex-Senador Romero Jucá. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com isso, criaram uma intervenção federal no Estado de Roraima. Eles estrangularam o Estado, criaram a intervenção, mas o povo foi muito mais sábio, não quis a reeleição do Senador Romero Jucá.

Eu queria dar esse testemunho, vou reduzir, respeitando o tempo que V. Exa. me deu, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Telmário. Permita-me só uma retificação: já constam nesta Comissão Parlamentar de Inquérito documentos declinados pelo Governo da Venezuela que confirmam que o que ocorreu em relação ao colapso de Manaus foi uma doação do Governo venezuelano e não da White Martins.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Cinco, cinco só. Cinco, só cinco. Eles só deram cinco, os outros três foram da White Martins. Foi eu que recebi isso também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para ser preciso, Senador, 94.759 litros de oxigênio, seis gôndolas. É o documento oficial que está aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É, mas eu fui receber: só eram cinco dele e três da White Martins. Ah, não; essa daí está considerando um que ele deu para Roraima. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Obrigado, Senador Telmário.

Senadora Soraya Thronicke, então, os três minutos para nós concluirmos e, em seguida, os três minutos do Senador Jean Paul Prates.

Senadora Soraya, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer... Eu vou esperar. Eu já vou chegar e entrar perguntando; me devolve os meus minutinhos.

Sr. Presidente, muito obrigada. Eu vou tentar ser o mais breve possível.

Eu gostaria de perguntar, em primeiro lugar... Sr. General, boa tarde.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Boa tarde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria de lhe perguntar, em primeiro lugar, se a assessoria jurídica o informou sobre o que significa responsabilidade objetiva do agente público, do agente político e o que significa direito de regresso. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor sabe o que significam estas duas questões, responsabilidade objetiva e direito de regresso? Porque aí eu explico. Sim ou não?

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Eu só não sei o que é direito de regresso, isso não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E responsabilidade objetiva?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom, eu assinei a CPI de iniciativa do Senador Eduardo Girão, que visa investigar a atuação dos Estados e Municípios. Nós já sabemos que a competência da gestão da pandemia é concorrente; por óbvio, a sua responsabilidade também. E eu me recordo do Ministro Mandetta dizendo, naquelas coletivas que ele dava naquela época, que os Estados e os Municípios não estavam lhe fornecendo informações suficientes que permitissem a ele, com aqueles dados, traçar estratégias para lidar com a pandemia.

Pois bem. Eu questionei aqui na CPI o Ministro Queiroga e questionei também Fabio Wajngarten sobre a mesma situação, se eles foram – e o Ministro Queiroga, que está na pasta –, estavam sendo informados suficientemente, e eles falaram o contrário do que o Mandetta dizia na época. Daí eu lhe pergunto agora, quase no final do seu depoimento, sob pena de que todas as responsabilidades de outros, apuradas nesta CPI, possam recair sobre o titular da pasta, que era o senhor, ou até mesmo sobre o Presidente da República, considerando a responsabilidade objetiva; aí eu pergunto: quem não colaborou com o Governo Federal? Quem, dos Governadores, não colaborou? Quem, dos Prefeitos, não colaborou? Quais os Estados e Municípios que atuaram de forma não condizente com tudo o que o senhor defendeu?

Nós temos 22 pastas ministeriais, e o senhor disse que não lidava com os fabricantes de forma direta. Aí a minha pergunta: o senhor confiava 100% em quem do seu terceiro ou quarto escalão? Por que que eu pergunto, Ministro? Porque o meu tempo já vai acabar... Se o senhor não der nome aos bois, a responsabilidade objetiva cairá somente no colo do senhor e do Presidente da República. Então, isso nos deixa preocupados, porque eu assinei o pedido de CPI, de abertura, que investiga também Estados e Municípios, e nós queremos buscar a justiça de forma imparcial, e aí a minha angústia de estarmos até este momento e nenhum nome foi declinado. A responsabilidade objetiva vai cair em cima do senhor e do Presidente da República. E, se alguém acha que está orientando, se alguém acha que está ajudando o Presidente da República com essas omissões, pelo contrário: está jogando a culpa única e exclusivamente no colo dele. E daí eu indago: a assessoria jurídica está realmente colocando como é que funciona tudo isso, vocês têm essa noção? Porque o que eu estou vendo aqui é que não declinaram nenhum nome, apesar dos bilhões e bilhões que já foram disponibilizados para os Estados, e isso me preocupa – isso me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupa. A responsabilidade de tocar também as campanhas é uma responsabilidade local. E aí? Está todo mundo acertando? É esse tipo de questão que nós precisamos resolver, porque senão...

O senhor é de outra área. O senhor é da área da logística, que eu saiba. Então, nessa área jurídica, e aqui os advogados não podem falar, mas isso é uma questão de vocês, mas eu, como advogada, me sinto agoniada e incomodada com essa situação. Direito de regresso contra quem errou dentro da pasta, porque, senão, vocês vão responder. Então, se o senhor confiava 100% em alguém para fazer esses contratos, quem fez? São 22 ministérios! O senhor imagina que dá para confiar em quantas mil pessoas? É possível colocarmos a mão no fogo por todo mundo? Então, esse é o meu questionamento e o pedido de que o senhor decline esses nomes, decline antes que o senhor vá responder – que é o que nós não queremos – por responsabilidades de outros.

E, além do mais, achar que está protegendo o Presidente, na verdade está jogando única e exclusivamente no colo dele. Então, todos têm que ser nomeados. Por favor, dê nome aos bois.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o senhor quiser, em um minuto, responder.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, quando a gente coloca, por exemplo, que não há dúvida de como foram negociadas as nossas vacinas, foi tudo feito pelo nosso grupo de negociação, era com a nossa jurídica e com a minha secretaria executiva. O nome do secretário é óbvio, já está falado aqui.

Quando você passa recursos para os Estados, você passa fundo a fundo para os secretários estaduais e, na lei do SUS, as ações são plenas. Então, a senhora que é advogada, as ações são plenas, ou seja, todas, 100% das ações são de responsabilidade de Estados e Municípios, as ações no combate à saúde. O que cabe ao Ministério da Saúde, pela lei, é a distribuição de recursos, a efetivação de programas. Então, se 26 secretários de saúde são os responsáveis pelas ações na saúde, a responsabilidade é clara pela lei.

Quando eu ouço – eu tenho que ouvir tudo que é dito, é claro, a senhora compreende o tamanho da oitiva e do que nós estamos vivendo –, pode-se dizer o que quiser, mas, na realidade, nós estamos amparados na lei e no que a lei diz. Então, a responsabilidade por lançamento de dados, por abertura de leitos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem não preencheu suficientemente o e-SUS? O senhor falou que o preenchimento do e-SUS não está sendo feito.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é recorrente. Tem que fazer uma análise e lhe dar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas alguém não preencheu, porque o senhor disse que faltam informações no e-SUS que devem ser alimentadas pelos Estados.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Com certeza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E aí que eu quero: foi o Estado X, o Estado Y. É isso que estou pedindo.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso nós temos que solicitar ao ministério. Pode pedir ao ministério, o ministério vai fazer uma radiografia de todos que não preencheram.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Porque senão a responsabilidade é única e exclusiva do Governo Federal.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tudo isso tem no ministério.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Peço a S. Exa., Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Obrigada, obrigada, desculpa o...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... se V. Exa. assim quiser, tem a representação de vosso partido ou de vosso bloco aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, V. Exa. pode pedir para que vosso bloco...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... requeira isso e, de imediato, tendo esse requerimento, já determinaremos que a secretaria coloque para apreciação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Queremos saber quem não colabora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... para apreciação na próxima quarta-feira.

Muito obrigado, Senadora Soraya.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apelo e rogo aos colegas Jean Paul Prates e Mara Gabrilli... Vamos conceder, esta Presidência concederá, em tom de misericórdia, cinco minutos, não mais que cinco minutos, se possível puder fazer em consideração, porque já estamos avançando sobre o Regimento da Casa, em virtude do notório início da Ordem do Dia, como V. Exa. tem conhecimento. Então, cinco minutos. Rogo aos colegas e o faço, pela consideração que tenho aos colegas, cinco minutos ao Sr. Senador Jean Paul Prates e em seguida Senadora Mara Gabrilli.

Senador Jean Paul. (*Pausa.*)

O som não está ligado.

Agora sim, agora pode prosseguir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Agora sim.

Obrigado, Presidente.

Eu quero até tranquilizá-lo momentaneamente de que o primeiro projeto que estava em pauta, 5.343, da Lei de Responsabilidade Social, está sendo retirado de pauta. Vamos fazer sessão de debates. Portanto, não estamos ainda em votação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu lhe agradeço.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero aproveitar esses cinco minutos, rapidamente, para dizer e até fazer um fecho da sessão de hoje. Eu, cada vez, estou mais confuso em relação ao que nós temos como Governo, porque, no caso do Ministro – eu aproveito para agradecer, Ministro, por estar aqui, até essa hora, conosco –, mas, quanto aos depoimentos que temos até agora, nós ficamos confusos, e, com o seu, mais ainda. Ora se diz que se cumprem ordens, se atendem a pedidos que chegam sem se discutir, como foi dito à Senadora Leila, agora há pouco; ora se diz que não se receberam ordens de fora e que não se deixaram influenciar por ninguém, portanto, que as declarações, algumas suas mesmo, outras do Presidente da República e de outros, seriam discursos para a internet. A minha dúvida é, justamente, se nós estamos diante de um governo desconcatenado, sem comando, sem cérebro, onde cada um faz o que quiser, o discurso que quiser para as redes sociais, portanto, um governo meme, que procura mitar para um grupo de apoiadores muito restrito, cada um na sua, sem ser admoestado sequer pelo próprio Ministro da Saúde, quando discorda disso; ou se temos o contrário, uma coisa muito mais que intrincada: um governo altamente integrado numa estratégia precisa de negação, desprezo, tergiversação das soluções reais em relação à pandemia, com membros oficialmente nomeados e, dois, um governo paralelo que atua em duas dimensões, na das declarações públicas e na das ordens e diretrizes ministeriais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero aproveitar os minutos finais aqui – três, justamente o tempo que tenho aqui –, para exibir uma prova de por que é importante um governo confiável, uma demonstração do efeito devastador que tem, do alto risco de recomendação superior, sistematização oficial de uma prática, sem comprovação, mas que dá a falsa sensação de segurança, de blindagem contra o vírus, que certamente levou muita gente a relaxar nos cuidados e no isolamento. Vou falar, primeiro, da colocação do Ministro em Manaus, no dia 11 de janeiro, e, depois, das decorrências disso. Atenção aqui!

(*Procede-se à exibição de vídeo de celular.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora, temos um médico de Natal que está distribuindo receitas.

(Procede-se à exibição de vídeo de celular.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o médico Deputado daqui da nossa cidade que troca receita de medicamento por *like* no YouTube. É isso que eu queria deixar aqui. É a prova de que as ordens superiores, os exemplos superiores decantam e provocam esse tipo de coisa.

Obrigado, Presidente, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates, Líder da Minoria aqui no Senado.

Senadora Mara Gabrilli, cinco minutos para V. Exa., para concluirmos esta oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senadora Mara, V. Exa. me escuta?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Presidente, muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sr. Pazuello, na gestão do Ministro Mandetta, os técnicos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, a Saes, monitoravam diariamente os estoques de oxigênio, medicamentos e insumos. Na ocasião, o Secretário de Atenção Especializada era o Francisco de Assis Figueiredo: ele era administrador e estava no cargo desde 2016. Por determinação do próprio Mandetta, o Francisco e os técnicos monitoravam e discutiam com o Ministro, pois poderiam acontecer eventuais riscos de falta desses recursos preciosos, como oxigênio, e eles poderiam ser remanejados de uma região para outra com celeridade caso isso acontecesse. O senhor, ex-Ministro Pazuello, nomeou, no final de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2020, o Coronel Luiz Otávio Franco Duarte para chefiar a Saes, uma pasta muito estratégica no combate à epidemia.

Aí eu te pergunto: quais eram as qualificações do Coronel Duarte em gestão de saúde pública e qual era a sua experiência prévia em gestão do SUS? O senhor considerava que ele era uma pessoa experiente para aquele momento?

O senhor disse diversas vezes – eu assisti na CPI – que não foi alertado antecipadamente da falta de oxigênio em Manaus. Eu presenciei, de ontem para hoje, várias vezes esta discussão: se o senhor já sabia disso no dia 10 de janeiro ou no dia 6 de janeiro, com o ofício do Secretário de Saúde. O senhor ficou vermelho, falou que era 10, depois falou que era 6. Mas e a informação do monitoramento que vinha da Saes em outubro, em novembro, em dezembro? E inclusive, novembro, dezembro, com a escalada dos números, o Coronel Duarte manteve o monitoramento diário desse estoque de oxigênio, de leitos de UTI, de insumos na Saes?

O que aconteceu, Pazuello? Foi o senhor que não ouviu a Saes? Foi a Saes que não fez o trabalho dela e sonegou? Ou foi ela que sonegou informações para o senhor?

Eu gostaria, então, Sr. Presidente, de sugerir à CPI que sejam solicitados ao Ministério da Saúde todos os dados técnicos, relatório, atas de reunião relativos ao monitoramento da Saes sobre os estoques de oxigênio, medicamentos, insumos de intubação, outros insumos, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020 e de janeiro de 2021, para a gente avaliar se houve omissão quanto ao monitoramento ou quanto aos remanejamentos e às atitudes do ministro em questão na época.

O senhor também, Ministro, fez uma coisa muito perigosa: determinou a transferência de pessoas com coronavírus para outros Estados, diante do colapso no sistema local. Já era sabido e já havia alertas no sentido de haver na localidade uma nova cepa ainda mais perigosa. E eu lhe digo: quais foram as medidas de controle sanitário, de biossegurança que o senhor tomou para a nova cepa, para que ela não se espalhasse para outros Estados? Que eu saiba, o senhor não testou previamente os acompanhantes, nem mesmo esses acompanhantes, e não determinou nenhum protocolo sanitário de biossegurança, e espalhou esses pacientes por todas as capitais brasileiras. Depois de dois meses, aconteceu uma pandemia paralela. O senhor tem consciência de que pode ter sido o senhor, com a iniciativa malfeita e malsucedida do senhor, que provocou essa pandemia paralela?

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de sugerir à CPI que a gente solicitasse ao Ministério da Saúde acesso a esses documentos e protocolos que deveriam ter sido produzidos pela gestão do Pazuello. Esses documentos deveriam contemplar as medidas adequadas para a transferência segura de pacientes e acompanhantes, bem como todos os cuidados e protocolos sanitários que deveriam ser seguidos por gestões de Estados e Municípios, para poder receber com segurança essas pessoas. Porque é muito fácil... Eu não consigo acreditar que o senhor possa ter feito essa transferência sem nenhuma medida, sem nenhum teste, sem nenhum protocolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu chamo a atenção dos Senadores para o Capítulo III do nosso Código Penal, sobre os crimes contra a saúde pública, art. 267: "Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: Pena – reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos". Parágrafo 1º: "Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro". Por isso, é de extrema importância que esta CPI analise com cuidado os documentos nos quais constam ou deveriam constar as análises técnicas e ainda os protocolos de saúde e de segurança sanitária do Ministério da Saúde determinados por Pazuello. A gente quer saber quais os protocolos que o senhor produziu para dar segurança, no momento em que transferiu pacientes de Manaus para os outros Estados e quais foram os cuidados sanitários que adotou para não provocar agravamento da epidemia nem na propagação da nova cepa do vírus de Manaus, quando aconteceu no País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Sr. Eduardo Pazuello, se o senhor quiser responder, nós concedemos dois minutos para...

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para depor.) – Em dois minutos eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concedemos três minutos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Senadora, muito obrigado pelas suas perguntas...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. Pois não, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Será que eu poderia usar os minutos da resposta dele para fazer mais uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Bom, vamos organizar, então, rápido...

Por favor, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Porque, na verdade, eu não estou nem interessada na resposta dele. Então, posso concluir com mais uma pergunta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, pois não.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Eu acho importante para a nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senadora. Pode prosseguir, pode prosseguir!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Quais foram os motivos de o Ministro Pazuello, na época, ter nomeado o Sr. Flavio Werneck e a Sra. Cristina Vieira Machado Alexandre, que são servidores do Itamaraty, indicados pelo ex-Ministro Ernesto Araújo, para assumirem as diretorias especializadas em relações internacionais de saúde, substituindo servidores de carreira do Ministério da Saúde que já atuavam nessas funções. Por isso, Presidente, eu gostaria que a CPI tivesse acesso às datas das nomeações. E também quais as qualificações desses servidores do Itamaraty que foram para o e-Gestão de relações internacionais de saúde? Quais as experiências anteriores em gestão do Sistema Único de Saúde? E eu queria saber se poderia detalhar aqui para os Senadores quais seriam os motivos de substituir? Como ele não vai poder responder, porque não vai dar tempo, o que ficou evidente é que esses servidores foram contratados, nomeados para bloquear a vinda de vacina para o Brasil. Então eu queria muito mais detalhes sobre as demissões e essas nomeações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Mara Gabrilli, obrigado.

Eu determino à Secretaria, ou melhor, como a Senadora Mara Gabrilli não é membro desta Comissão, eu vou determinar à minha assessoria que reduza a termo, junto com a Secretaria, todos os pedidos e requisições de informações feitos por S. Exa., para nós apreciarmos também na sessão deliberativa oportuna. Então, faço questão, Senadora Mara, em sua homenagem, de reduzir a termo como requerimento meu a esta CPI, para serem apreciadas as requisições que V. Exa. aqui fez.

General Pazuello, o senhor quer fazer uma consideração sobre as duas perguntas, sobre as últimas perguntas?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Acho que ela disse que não era necessário ser respondido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Mara, à última pergunta é necessária resposta? Foi isso que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) **–** Na verdade, Sr. Presidente, era uma curiosidade minha com relação, acho que são dados importantes para a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito. Muito obrigado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) **–** Eu agradeço muito, por eu não ser membro, e o senhor estar fazendo essa gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** É uma honra, Senadora Mara, é uma honra de minha parte!

General Pazuello, só para concluir, acho que teve uma questão em que faltou esclarecimento, ainda em relação à vacina Pfizer, existiu uma controvérsia jurídica para assumir a responsabilidade civil por eventuais efeitos adversos da vacina. Esse era um dos motivos que impossibilitaram, segundo o seu relatório à CPI, subscrever. Perfeitamente?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Perfeito. São cinco motivos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E um deles era esse?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A pergunta é por que, no caso da AstraZeneca, esse motivo, a União assumiu a responsabilidade civil? Consta isso no contrato com a AstraZeneca.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Porque isso estava dentro da encomenda tecnológica, era normal, era fabricado por nós e autorizado pela Anvisa antes de entregar. Isso fazia parte do processo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente, mas, só esclarecendo **–** não vamos abrir controvérsias sobre isso **–**, mas isso não faz parte da encomenda tecnológica; é a responsabilidade civil pelos efeitos adversos.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Faz parte da... Quando vai ser produzido no Brasil pela Fiocruz... De tudo que é produzido no Butantan, por exemplo, a responsabilidade é nossa; de tudo que é produzido, todas as drogas produzidas **–** produzidas! **–** na Fiocruz são de responsabilidade nossa. Isso é comum em toda produção, não é exclusivamente para vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É exatamente essa a controvérsia que não foi assumida, no caso da CoronaVac e também no caso da Pfizer.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Tanto no Butantan, quanto na Fiocruz, é praxe, é regra: o que é produzido já é responsabilidade nossa. No caso do que se compra externo, de outros laboratórios, a responsabilidade é deles. É assim que funciona. Nesse caso, é só para lembrar, é só para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Isso é muito importante: de onde ele é produzido que é a responsabilidade. A responsabilidade do Butantan é do Butantan; do que é produzido na Fiocruz é da Fiocruz; do que é produzido na Pfizer deveria ser da Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa., ou a Advocacia da União, ou ainda a assessoria não sei se têm conhecimento da Lei 1.003, que foi alterada pela Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016, a Lei de Inovação Tecnológica. E, nesta lei, regulamentada em 2018, há previsão legal para encomenda tecnológica por riscos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso aí já não daria a segurança jurídica necessária?

O SR. EDUARDO PAZUELLO – Olha só, na minha, na minha lógica, aqui, nós estamos falando de passado, estamos falando de compreensão, assessoria, ou seja, tem todo um motivo daquele momento, é um *framing* daquele momento. Naquele momento, naquele momento, fica claro para nós, porque nós discutimos isso, o que é fabricado no Butantan é de responsabilidade de lá; Fiocruz, lá; a encomenda tecnológica é para fabricação. Então, tudo que entra nessa linha passa a ser responsabilidade. É especificamente isso, a encomenda tecnológica traz a fabricação para nós, e é fabricado aqui, responsabilidade nossa. Agora, o que é fabricado nos laboratórios estrangeiros, até então, os efeitos colaterais, etc. e tal, nunca foram, sempre foram responsabilidades de quem está entregando a droga.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entendo, entendo a explicação de V. Exa., embora divirja. Há entendimento deste membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito de que existia já a Lei de Inovação Tecnológica, já existia a segurança jurídica para ter sido firmado o contrato, já no ano passado.

Desejo boa sorte ao senhor!

Nada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de concluir, comunico... Esta Presidência comunica que, na semana que vem, os depoimentos, ou melhor, o calendário da CPI será o seguinte: no dia 25, terça-feira, Sra. Mayra Pinheiro, Secretária... (*Pausa.*)

Perfeito.

Então, dia 25, Sra. Mayra Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; no dia 26, há sessão deliberativa, e a CPI, no dia 26, deverá deliberar qual deverá ser o depoimento da quinta-feira dia 27.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaramos encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos e suspensa às 17 horas e 12 minutos do dia 19/05/2021, a reunião é reaberta às 9 horas e 46 minutos e encerrada às 17 horas e 06 minutos do dia 20/05/2021.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Otto Alencar, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Angelo Coronel, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Rose de Freitas, Jean Paul Prates e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva da Mayra Pinheiro, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em atendimento aos requerimentos 323/2021, 437/2021, 465/2021 e 516/2021. **Resultado:** Realizada Oitiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1371 e 1372, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Mayra Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 10ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu queria aqui passar para V. Exas., mas eu queria que tivessem mais Senadores aqui. Vou aguardar para dar uma informação quando tivermos a maioria dos Senadores aqui presentes.

Vou suspender por dez minutos até aguardar a chegada de alguns Senadores.

(Suspensa às 9 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria convidar a Dra. Mayra para adentrar, por favor. (*Pausa.*)

Queria passar uma informação.

Esta tem sido a CPI do Senado Federal que, em menos de um mês, mais tem recebido documentos. Até agora foram autuados, pela Secretaria da Comissão, aproximadamente 300 gigabytes de documentos, sendo 100 gigabytes de documentos sigilosos. Para que se tenha uma melhor dimensão, a CPMI da Fake News, uma CPI expressiva, conta atualmente com cerca de 5 gigabytes de documentos recebidos.

Neste contexto, solicito a máxima cautela aos Parlamentares e servidores que forem acessar a documentação sigilosa da Comissão. O vazamento de documentos sigilosos por Parlamentares constitui violação no art. 144 do Regimento e pode configurar infração ética disciplinar no art. 9º, §1º, do Código de Ética e Decoro. Para servidores, divulgar documentos sigilosos pode resultar em demissão, nos termos do art. 132 da Lei 8.112/1991, sem prejuízo de demais responsabilidades na área cível e criminal, inclusive eventual crime de violação de sigilo funcional.

Quanto à utilização de trechos – vou deixar isso claro aqui para os Senadores: quanto à utilização de trechos de documentos sigilosos na fala dos Senadores, esclareço que a princípio não cabe a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência cercear a palavra dos membros desta Comissão, até porque eu não tenho informações sobre todos os documentos que os Senadores pediram nem vi todos esses documentos.

O Regimento proíbe que o Senador leia ou inclua em discurso documento de natureza sigilosa. Diante disso, fica a critério dos Senadores formular perguntas aos depoentes a partir das informações recebidas pela CPI, inclusive as sigilosas, mas, evidentemente, não será permitido reproduzir em reunião aberta a íntegra de um documento sigiloso.

Com a presença da Dra. Mayra Pinheiro, eu esclareço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que houve medida cautelar no Habeas Corpus nº 201970, do Ministro Ricardo Lewandowski, com as seguintes conclusões:

> [...] o atendimento à convocação para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito recebida, nos termos constitucionalmente estabelecidos, consubstancia uma obrigação da paciente, especialmente na qualidade de servidora pública que é, devendo permanecer à disposição dos senadores que a integram do início até o encerramento os trabalhos, não lhe sendo permitido encerrar seu depoimento, de forma unilateral, antes de ser devidamente dispensada.

Concedeu-se o direito de a paciente fazer-se acompanhar por advogado e o de ser inquirida com urbanidade e respeito.

Posteriormente, em agravo regimental, foi proferida a seguinte decisão:

> [...] assiste à paciente o direito de permanecer em silêncio – se assim lhe aprouver – quanto aos fatos ocorridos no período compreendido entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, objeto da Ação de Improbidade Administrativa acima mencionada, em que figura como ré, devendo, quanto ao mais, pronunciar-se sem reservas, especialmente acerca de sua atuação na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, bem assim sobre as demais questões que vierem a ser formuladas pelos parlamentares.

Aí vem o número da ação da improbidade e tal, que corre na PGR.

Dra. Mayra, V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A partir deste momento V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, no art. 203 do Código de Processo Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha perante a Comissão Parlamentar de Inquérito constitui crime punível com reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Se V. Sa. quiser usar a palavra, a senhora tem a palavra por 15 minutos.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Pois não.

Bom dia a todos; bom dia, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Eu gostaria de pedir permissão para que eu pudesse fazer um relato da minha atividade profissional e me apresentar aos senhores. E é o que eu farei agora, dada a permissão pelo Presidente da Mesa.

Quero iniciar minha fala registrando que me sinto honrada em comparecer perante o Senado brasileiro, sendo eu a primeira médica a depor que teve experiência concreta, real, de tratar pacientes com Covid-19, com as medicações disponíveis, aos primeiros sintomas, como deve ser todo tratamento médico, sempre baseado nas verdadeiras premissas médicas e científicas, como os senhores irão entender neste discurso.

Vejo este depoimento como uma oportunidade de esclarecer questionamentos para os senhores e também de restabelecer a verdade, falando de forma direta para cada pessoa deste País. Muitos até já ouviram falar de mim, é verdade, mas poucos, muito poucos, de fato, me conhecem. Então, por favor, permitam que me apresente.

Sou Mayra Isabel Correia Pinheiro, natural de Fortaleza, Ceará, médica graduada pela Universidade Federal do Ceará em 1991, com especialização em Pediatria e Neonatologia pela também Universidade Federal do Ceará, no período de 1992 a 1995.

Gostaria de compartilhar com os senhores que essas três décadas de trabalho nas UTIs pediátricas têm sido uma progressiva lapidação profissional, emocional e pessoal. Lidar com os limites extremos da vida de pacientes graves, lutando junto com eles e suas famílias, numa conjuntura nem sempre favorável, já é um desafio diário nas UTIs, mas devolver, senhores, um filho para um pai e uma mãe é um sentimento indescritível, e é essa a minha vida.

Mestre em Ciências com Área de Concentração em Neonatologia pela Universidade de São Paulo, 2002; especialização em Medicina do Trabalho pela Universidade Estácio de Sá, 2009; doutoranda em Bioética pela Universidade do Porto; fui professora substituta do curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará, de 2006 a 2007; e sou professora e também coordenadora do Internato Médico de Pediatria do curso de Medicina do Centro Universitário Christus, desde 2009; fui coordenadora técnica do Centro de Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal do Hospital Geral Dr. Waldemar Alcântara, no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2007; sou médica perita do Instituto Nacional de Previdência Social desde 2006 e fui responsável pela implantação do Serviço de Perícia Médica da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defensoria Pública da União no ano de 2007, contribuindo para a mudança na forma de atuação da instituição para garantia dos benefícios previdenciários e assistenciais à população de baixa renda e à população indígena.

Sou atualmente Secretária do Ministério da Saúde do Brasil, responsável pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, a SGTES, desde janeiro de 2019; membro titular da Coned, colegiado do Conselho Editorial do Ministério da Saúde, desde outubro de 2020; membro titular da Comissão de Ética do Ministério da Saúde; membro da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS); membro titular do colegiado da UNA-SUS (Sistema Universidade Aberta do SUS); membro titular da Comissão Mista de Especialidades Médicas do Conselho Federal de Medicina; membro titular do Comitê Intersetorial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e também coordenadora do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, Ministério da Saúde.

Entrei na Medicina para salvar vidas e aprendi, já na residência médica, que deveria perseguir esse propósito, a despeito das limitações e dificuldades. Aliás, só quem está na linha de frente sabe o que realmente acontece em um posto de saúde, em uma enfermaria, em uma UTI. Eu nunca abri mão dessa conexão com a realidade e mantenho os meus plantões noturnos em um hospital de Brasília, mesmo exercendo atividades no Ministério da Saúde como Secretária. É uma forma de continuar exercendo a minha missão e de estar em contato direto, ajudando as pessoas que eu escolhi cuidar e servir.

Atuando como servidora pública, conheci o SUS como poucos brasileiros conhecem. Ao longo de 30 anos, vivenciei ao lado de profissionais e pacientes as dificuldades de um dos maiores sistemas universais de saúde para o cumprimento de suas atribuições. Muitas vezes fui tomada pela angústia de não dispor dos recursos necessários para socorrer os meus pacientes.

Mas o ponto de virada da minha vida que talvez tenha me trazido até aqui aconteceu em 2013. Fui chamada para atender uma criança que chegou em parada cardiorrespiratória no Hospital Geral de Fortaleza. E, pasmem, para reanimar esse garoto não havia espaço no hospital, ou melhor, não havia espaço, senhores, nem no chão do hospital, porque o chão estava repleto de pacientes amontoados como se fossem coisas. Era uma piscina de seres humanos doentes, invisíveis aos olhos da sociedade, da imprensa e do Poder Público. Fizemos o possível e impossível para salvar a vida daquela criança. Essa situação era recorrente e ganhou até o apelido dos profissionais daquele hospital: o piscinão do Hospital Geral de Fortaleza.

Daquele dia em diante, entendi que ter conhecimento de toda aquela realidade e me calar seria ao meu ver pecar por omissão. Eu não podia cruzar os braços. Decidi lutaria com todas as minhas forças para levar respeito e dignidade a profissionais de saúde e, sobretudo, aos pacientes. Começava ali a minha luta pelo fim da prática de amontoar seres humanos nos corredores dos hospitais do Brasil. Ao ver aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação, compreendi a diferença entre empatia e solidariedade: empatia é se colocar no lugar do outro; solidariedade é agir para melhorar a vida do outro, e essa é a minha missão desde então.

Em 2015, fui eleita Presidente de uma das mais importantes entidades médicas do meu Estado, o Sindicato dos Médicos do Ceará. Revelei para o Brasil o caos da saúde pública, atribuído muitas vezes, erroneamente, aos profissionais de saúde, e a necessidade de reafirmarmos que a nossa escolha profissional deve ser pautada na garantia de assistência de qualidade para os nossos pacientes.

À frente do Sindicato dos Médicos do Ceará, criei o "corredômetro", que contabilizava e informava diariamente o número de pacientes alocados em macas nos corredores de hospitais públicos do Ceará.

Por diversas vezes, recorri ao Ministério Público estadual e ao Ministério Público Federal para denunciar graves falhas do sistema de saúde e solicitar ações para o cumprimento dos preceitos constitucionais, com ênfase no art. 196: "[...] saúde [pública] é direito de todos e dever do Estado".

Em 2018, ainda no período de transição, fui convidada pelo então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, pelo qual sinto enorme apreço, para compor sua equipe à frente da Sgtes (Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde). Assumi, assim, um dos maiores desafios da minha vida: ajudar a qualificar os profissionais de 14 categorias da saúde, com ofertas educacionais de excelência, atualizando-os e capacitando-os, para que a população brasileira pudesse ser atendida por profissionais bem preparados.

No primeiro ano à frente da secretaria, iniciamos o projeto ProvMed 2030, que objetiva adequar, até o ano de 2030, toda a oferta de profissionais de saúde especialistas do País, atendendo às necessidades regionais.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou emergência de saúde pública de importância internacional, em virtude do novo coronavírus. O Brasil prontamente declarou emergência de saúde pública de importância nacional poucos dias após, em 3 de fevereiro de 2020. Diante da grave pandemia que estava se instalando, da necessidade de mobilização para aquisição de equipamentos, insumos e leitos, um elemento foi fundamental: os recursos humanos treinados em todos os protocolos clínicos da Covid.

A Sgtes lançou, em março de 2020, a ação estratégica O Brasil Conta Comigo, sendo estruturada em três eixos: acadêmicos, residentes e profissionais da área da saúde.

O Brasil Conta Comigo – Acadêmico disponibilizou, até 31 de dezembro de 2020, um reforço excepcional e temporário de mais de 5,3 mil alunos do quinto e sexto anos do curso de Medicina e do último ano dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia, que atuaram sob supervisão em unidades do SUS, tendo recebido bonificação provida pelo Ministério da Saúde, que contabilizou um investimento de mais de 22 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil Conta Comigo – Residentes na Área de Saúde, voltado aos profissionais de saúde que cursam programas de residência médica e residência na área profissional da saúde, ofertou bonificação a mais de 53 mil residentes, por manterem seu processo formativo especialmente durante a pandemia, e contabilizou um investimento de mais de 453 milhões.

O Brasil Conta Comigo – Profissionais da Saúde criou o maior banco de recursos humanos do País e do mundo nas 14 categorias da saúde e capacitou os profissionais conforme os protocolos de manejo clínico do Ministério da Saúde para o enfrentamento da Covid-19. Até o momento, mais de 1,007 milhão de profissionais estão cadastrados.

O banco do Ministério da Saúde foi solicitado e disponibilizado para 13 Estados da Federação. Ofertamos cursos sobre Covid, que foram acessados por mais de 2 milhões de profissionais. Ao todo, foram 5 cursos para profissionais da atenção primária, 14 cursos de manejo clínico na atenção especializada, 21 ações para orientação à população sobre a prevenção da doença. Também ofertamos cursos específicos destinados a pessoas com deficiência e seus cuidadores no contexto da Covid-19.

Em parceria com a Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), oferecemos 15 cursos sobre Covid para os médicos intensivistas. Diante do contexto da quarta onda da pandemia, que são os agravos à saúde mental decorrentes das outras ondas da doença, também foram oferecidos aos profissionais da saúde 16 cursos de orientação sobre cuidados da saúde mental dos próprios profissionais e seus pacientes.

Temáticas, como a saúde mental das crianças e adolescentes, saúde mental do trabalhador e saúde mental do idoso, também foram ofertadas por meio de programas veiculados no YouTube, cujo conteúdo foi elaborado em parceria com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Em uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação e a Associação Brasileira de Psiquiatria, foram desenvolvidas ações de educomunicação para prevenção do suicídio e da automutilação, que já resultaram na formação, até a data de hoje, de 242 mil membros da sociedade, o que foi e ainda é de extrema importância diante do cenário da pandemia. Conduzimos uma das maiores pesquisas mundiais para investigar os impactos da pandemia sobre a saúde mental dos profissionais da saúde, com 185 mil profissionais brasileiros participantes.

Em dezembro de 2020, lançamos um dos maiores programas de educação e saúde do mundo, o Programa Saúde com Agente, visando capacitar os mais de 380 mil agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias de todo o Brasil. Com esse programa, os agentes de saúde serão capacitados e habilitados para fazer novos procedimentos e oferecer mais cuidados à população brasileira.

No final de dezembro de 2020, recebi do então Ministro Eduardo Pazuello a missão de organizar visita a Manaus. O fechamento da Semana Epidemiológica nº 53, que compreendia o período de 27 de dezembro de 2020 a 2 de janeiro de 2021, revelava aumento tanto no número de casos de hospitalizações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de óbitos por Covid-19 no Amazonas. Esses dados desencadearam várias medidas e ações por parte do Ministério da Saúde para que fossem compreendidas as razões e para obtenção de respostas rápidas e eficientes à população amazonense, através do atendimento a todas as demandas ali requeridas pelas secretarias locais.

No contexto de sofrimento, precariedade do trabalho dos profissionais, mortes, tive a honra de poder contribuir, junto dos técnicos do Ministério da Saúde, na maior missão médica de que já participei nos meus 30 anos de formada. Manaus entra, na minha história, como um exemplo de luta de homens e mulheres que deixaram para trás as suas famílias, o medo, o conforto dos seus lares, para cumprir a tarefa para a qual todos juramos: salvar vidas. Só quem esteve lá, senhores, tem a dimensão do que aconteceu, do que era possível fazer ou não fazer.

Manaus trouxe a certeza de que, para vencermos o nosso maior inimigo, o vírus, que se mostrou ainda mais agressivo na forma de uma nova variante chamada P1, precisaríamos, com muita urgência, de mais e maiores medidas de proteção individual, de vacinas de alta eficácia o mais rápido possível, mas também de medicamentos que pudessem tratar os que adoecem, os que adoeciam a despeito das medidas de prevenção. A nova variante P1 comportou-se quase como uma outra doença, do ponto de vista clínico e de desfechos, e precisávamos de todas as medidas seguras para poder reduzir o caos que ali estava instalado.

Publicações recentes sobre a menor eficácia de vacinas em grupos de idosos, o que pode ocorrer pela tendência a menor resposta do próprio sistema imunológico, mostram a importância de continuarmos a buscar terapêuticas para o paciente que poderá adoecer, mesmo após a vacinação.

O *New England Journal of Medicine*, um dos mais prestigiados jornais do mundo, publicou em editorial, na última semana, a necessidade de se encontrarem terapias, de preferência via oral, para a Covid-19, em particular para as novas variantes que poderão escapar da ação das vacinas. Estamos diante de uma doença grave, que tem provocado o colapso dos sistemas de saúde e a morte de milhões de pessoas em todo o mundo.

A tomada de decisão, nesse cenário repleto de incertezas, exige respeito à autonomia médica concedida pelo Conselho Federal de Medicina, à soberania dos países e às orientações dos seus órgãos responsáveis pela saúde; exige também capacidade de nos livrarmos das afirmações categóricas das verdades eternas.

Usando as palavras do meu mestre George Magalhães, na verdade, as ciências só têm alguma respeitabilidade na medida em que aceitem o seu princípio de autocorreção permanente, o que implica dizer que nelas só existem hipóteses melhores ou piores, mais produtivas ou menos produtivas; nunca verdades. Também precisamos contar com a ética jornalística, que requer não somente ouvir os contrários, mas também equilibrar os lados contrários, devendo o jornalista oferecer informação de forma obrigatoriamente imparcial. Os termos ciência, comprovação científica, evidência e eficácia, assim como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos outros conceitos, como *off-label* e reposicionamento de drogas existentes e sua relação com a pandemia, acabaram se tornando confusos em meio ao caos. E estou, aqui, também para esclarecer aos Srs. Senadores e a toda a população brasileira o que significa, de fato, cada um destes nomes, assim como quais são as implicações no combate à Covid, trazendo o compromisso com a verdade.

Por fim, não posso deixar de agradecer a milhares de manifestações de apoio e carinho que tenho recebido de todas as partes do Brasil, principalmente dos meus colegas profissionais de saúde, que junto comigo estão enfrentando a doença no dia a dia nos seus postos de trabalho. Retribuo dizendo: vocês também não estão sozinhos. Seguiremos juntos na árdua e, ao mesmo tempo, grandiosa missão de oferecer dignidade e cuidar dos nossos pacientes, valendo-nos do nosso conhecimento, da solidariedade e, sobretudo, da nossa autonomia.

Cada vida é única, cada vida de nossos familiares, amigos e pacientes. Lutamos com as evidências que conquistamos dia após dia, pois isso define a tão falada medicina baseada em evidências, as melhores evidências disponíveis, a experiência profissional e os valores éticos dos pacientes e dos seus médicos, a quem devemos todo respeito e gratidão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros, por favor, para fazer as perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Senadores; Sras. Senadoras, nós estamos aqui participando de um colegiado com características jurídicas, mas também com natureza política e até policial. Nosso maior desafio, nesta CPI, diria mesmo, nosso principal dever e nossa principal missão é fazer um julgamento justo, equilibrado e o mais técnico possível. Claro, ao fazermos isso, nossas conclusões terão uma consequência política inevitável, mas a política deve ser resultante, e não motivação de nosso trabalho, seja qual for o nosso veredito final.

Faço questão de trazer à memória de todos, neste momento, talvez o julgamento mais conhecido de todos os tempos: o Tribunal de Nuremberg. É um dos julgamentos mais famosos da história. Foi ali que o mundo procurou encontrar respostas para um crime até hoje inconcebível: o genocídio de 6 milhões de judeus nos campos de concentração do regime nazista.

Nuremberg, Sr. Presidente, reuniu e puniu inúmeros próceres nazistas e há muitos questionamentos, até hoje, que são feitos sobre o próprio julgamento. Por exemplo, se não foi um julgamento dos vencedores apenas; se a pena de morte dada como sentença não deveria ter sido a pena de prisão pelos crimes cometidos. São balizadores importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é bom sempre lembrar que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não é um tribunal de guerra nem de exceção. É, sim, uma instituição da democracia. Não haverá aqui penas capitais; haverá o respeito absoluto ao devido processo legal; e a responsabilização eventual dos culpados será, se for, baseada em provas técnicas e objetivas.

Dito tudo isso, Presidente, eu quero lembrar um dos mais importantes personagens entre os réus de Nuremberg, Hermann Göring, durante algum tempo, o número dois do Hitler.

Eu leio abaixo, rapidamente, um trecho da Biblioteca Mundial sobre o comportamento de um dos mais altos oficiais nazistas durante o julgamento de Nuremberg, lembrando que ele acabou se suicidando e não foi executado na cela onde estava preso. Eu leio rapidamente o trecho:

> Em várias ocasiões no decurso do julgamento, [...] [o acusado] exibiu filmes dos campos de concentração nazistas e de outras atrocidades. Todos os presentes acharam as imagens chocantes, incluindo Göring; ele afirmou que os filmes deviam ser falsos, mas ninguém acreditou. Testemunhas, como Paul Koerner e Erhard Milch, tentaram descrever a personalidade de Göring como pacífica e moderada. Milch referiu que era impossível opor-se a Hitler ou desobedecer às suas ordens; [...] [ou] o fizesse, seria executado, ou alguém da sua [própria] família [...]. Quando testemunhou a seu favor, Göring expressou a sua lealdade para com Hitler e insistiu que não sabia nada sobre o que tinha acontecido...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um absurdo! É um absurdo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que é um absurdo? Eu estou fazendo a introdução...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpe-me, Sr. Relator: é um absurdo querer comparar a situação que nós estamos enfrentando aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou comparando!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... com o genocídio que ocorreu na Alemanha!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou comparando.

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Respeite os judeus! Respeite os judeus!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está comparando, sim!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Escute!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpe, é um absurdo! É um absurdo!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Respeite a dor dos judeus!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é mais do que um prejulgamento!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou prejulgando!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é uma coisa odienta! Odienta!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está prejulgando desde o começo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É o que nós estamos assistindo aqui, nessa manhã odienta! Isso não existe!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É uma narrativa odiosa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso vai ficar registrado nos *Anais* do Senado Federal!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Peço que V. Exa. me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não será... Não será...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é o momento do relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou fazendo relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isto que está acontecendo: V. Exa. está deixando a sessão correr de um jeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator pergunta; ele não apresenta relatório fora do tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente...

Ouçam!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Qualquer paralelismo é um absurdo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ouçam!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Qualquer paralelismo é um absurdo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ouçam, aprendam a ouvir a história. Ouvir calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quatrocentos e cinquenta mil mortes é daqueles que negam o tratamento. V. Exa. é um dos que negam o tratamento! Nega o tratamento que existe no mundo, não apenas no Brasil!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, assegure a fala do Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, nós não estamos na fase de apresentação de relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O objetivo de mudar o foco da CPI, Presidente, não pode ser alcançado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou lendo o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, V. Exa. conclua, mas eu vou deixar muito claro que o que o senhor está lendo aí não pode ser utilizado como referência nenhuma a ninguém, até porque nós não temos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou usando como referência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou usando como referência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está usando o tempo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, o meu tempo não é V. Exa. que dispõe dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, está ocorrendo uma obstrução a iniciarmos o depoimento, ao trabalho do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu que pedi ao Relator foi para ele começar as perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer as perguntas. Isso é uma introdução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só um minutinho. Só um minutinho, por favor, Senador Renan.

A V. Exa. eu pedi: "Vamos começar as perguntas". V. Exa. está falando uma das maiores atrocidades que houve na história...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou fazendo uma avaliação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Mas, o senhor me desculpe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não vou ser censurado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É uma introdução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou lhe censurar. Não vou lhe censurar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, assegure-me a palavra:

> As suas respostas [Sr. Presidente e Srs. Senadores] eram complexas e evasivas e tinham desculpas plausíveis para todas as [...] ações durante a guerra. Utilizou o banco de testemunhas como um local para expor, de forma prolongada, o seu próprio papel no Reich, numa tentativa de se mostrar como um pacificador e diplomata antes do início da guerra.

Sras. e Srs. Senadores, não podemos comparar – e aqui uma resposta ao Senador Fernando Bezerra – uma barbárie, como o holocausto, com uma tragédia como a pandemia no Brasil, que até hoje já matou mais de 450 mil pessoas. Não podemos dizer – e, por isso, não há prejulgamento –, não podemos dizer que aqui ocorreu um genocídio. Não podemos dizer ainda, mas podemos dizer, sim, que há uma semelhança assustadora, uma semelhança terrível, uma semelhança tenebrosa, uma semelhança perturbadora no comportamento de algumas altas autoridades que testemunharam aqui na CPI e o relato que acabei de ler sobre um dos marechais do nazismo no Tribunal de Nuremberg...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Semelhança na cabeça de loucos, iguais a você.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... negando tudo, enaltecendo Hitler, apresentando-se como salvadores da pátria, enquanto a história provou que faziam parte de uma máquina da morte. Trago essa reflexão para essa CPI no momento em que colhemos um depoimento muito importante. E deixo registrado nos anais desta Comissão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É absurda, é absurda essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...inclusive como alerta para os futuros depoentes, não importa o quanto possam tergiversar que o julgamento da história é implacável.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Até que enfim falou uma coisa correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou às perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. pudesse me garantir a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou submetido a interrupções rotineiras.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Esse cara é doente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso dificulta o meu trabalho como Relator.

Como médica e gestora pública, V. Sa. poderia nos dizer em que consiste exatamente o tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Pois não, Senador. O tratamento precoce, falar nele se referindo unicamente à Covid, na verdade é difícil. Tratamento precoce é o tratamento que todos os profissionais médicos oferecem aos seus doentes. Tratamento é tudo aquilo que é disponibilizado de recursos farmacológicos e não farmacológicos para o enfrentamento de uma determinada doença. E deve, sim, sempre ser feito assim que o médico dá o diagnóstico, porque as doenças evoluem, os pacientes podem complicar os seus quadros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como ele foi introduzido como política pública no Ministério da Saúde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para o enfrentamento da Covid?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O tratamento na fase inicial de todas as doenças, Senador, ele é utilizado no mundo inteiro, não é só o Ministério da Saúde do Brasil. Toda doença deve ser tratada precocemente, a Covid, a meningite, as viroses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é só sobre a Covid, ele está perguntando só sobre a Covid, doutora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que pesquisas e trabalhos científicos V. Sa. se fundamentou para fazer a indicação técnica do tratamento da Covid com o uso de medicamentos como cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e outros?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, para deixar bem claro para a população brasileira e para o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Sa. pudesse responder objetivamente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É que eu preciso contextualizar, se o senhor me permitir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei que a senhora precisa contextualizar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Presidente, se ela puder responder sem...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vou cortar o som porque não vai estar fazendo... Por favor, não vai ter brincadeira aqui. Ela é uma senhora adulta, profissional de saúde, não precisa de babá para responder às perguntas, por favor. Toda hora ter que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ. *Fora do microfone.*) – Ela está sendo ameaçada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não está sendo ameaçada não. Ei... Quem está ameaçando ela?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Ninguém está ameaçando.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem está ameaçando ela? Não, Flávio, não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Se o depoente não pode falar, nós podemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cada Senador tem o direito a falar. O Senador Relator tem o direito a fazer as perguntas, cada Senador que está aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas ele vai fazer as perguntas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone.*) – Ela está sendo interrompida pelos governistas, rapaz! Vocês estão interrompendo o depoimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – É o interrogador que está interrompendo, Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu creio que, apesar de os Senadores estudarem muito essa matéria sobre cloroquina, tratamento precoce – eu também leio alguma coisa e tal –, mas eu acho que ela sabe muito mais do que qualquer um de vocês que estão sentados aí. Então, espera aí, não precisa de ajuda...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Não é ajuda, deixa ela falar, só isso que a gente está pedindo. Deixa ela falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela não precisa recorrer a ninguém para dar as respostas técnicas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem que deixar ela falar, Sr. Presidente, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente: em que pesquisas e trabalhos (*Falha no áudio.*) ... se fundamentou para fazer a indicação técnica do tratamento precoce da Covid com os medicamentos já referidos aqui?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. A princípio, é preciso que nós deixemos claro que o Ministério da Saúde nunca indicou tratamentos para a Covid. O Ministério da Saúde criou um documento juridicamente perfeito que é a Nota Orientativa nº 9, que depois se transformou na Nota Orientativa nº 17, onde nós estabelecemos doses seguras para que os médicos brasileiros, no exercício da sua autonomia, pudessem utilizar esses medicamentos com o consentimento dos seus pacientes e de acordo com o seu livre arbítrio. Foram essas as nossas orientações. Se o senhor me perguntar o que os médicos brasileiros e os médicos do mundo, dos países que vêm fazendo esse tipo de tratamento *off-label* ou uso compassivo, utilizaram como referencial, eu trouxe aqui e deixo à disposição dos senhores mais de 2,4 mil artigos impressos que referendam as metanálises hoje existentes no mundo, mostrando as evidências que todos nós queremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo!

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Então, deixo aqui à disposição do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só... A pergunta não era essa, doutora. A pergunta é objetiva, a senhora já respondeu, e se a gente precisar de algum documento, nós solicitaremos de V. Exa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é médica pediatra, correto?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes de ser nomeada para o Ministério da Saúde, participou de pesquisas científicas e fez publicações, sobretudo, na área de infectologia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor. Na área de infectologia, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, de que forma V. Sa. trouxe para o Ministério da Saúde informações sobre o uso de cloroquina no combate à Covid-19?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós não trazemos informação enquanto Secretária da Sgtes, nós participamos de discussões ao lado dos técnicos do Ministério da Saúde e dos outros secretários. A competência da minha secretaria é cuidar da gestão da educação e do trabalho na saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. falou rapidamente que integra o Conitec. Ainda continua integrando?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda continua integrando.

Considerando que não está entre as competências de sua secretaria promover ações de atenção à saúde ou de vigilância em saúde, qual a origem do seu protagonismo como Secretária de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde na definição do uso de cloroquina para o tratamento da Covid?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu sou médica e, dentro do Ministério da Saúde, eu tenho a participação nas discussões técnicas de todos os grupos de que o ministério faz parte. A história da cloroquina, da hidroxicloroquina, das medicações consideradas antivirais para o enfrentamento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Covid no ministério, ela começa quando o Brasil se depara com um trabalho científico produzido em Manaus, que é objeto de todas as nossas discussões, que resultou na morte de 22 pacientes, e esse dado é grave.

Nesse momento, o Ministério da Saúde reuniu os seus técnicos para que nós pudéssemos criar um documento juridicamente perfeito para proteger a população brasileira e orientar os médicos sobre doses seguras desses medicamentos que já vinham sendo utilizados no mundo inteiro e vinham sendo utilizados pela população brasileira, às vezes, sem a orientação médica. E nós queremos que todo e qualquer paciente, aos primeiros sinais e sintomas da Covid, procure a unidade de saúde, possa ser atendido pelo médico e, de acordo com a orientação médica e a vontade do paciente, ele possa ou não receber medicamentos que podem mudar o curso da doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. recebeu ordem para fazer a defesa do uso da cloroquina?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou foi uma iniciativa sua, pessoal?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nunca recebi ordem e o uso desses medicamentos não é uma iniciativa minha, pessoal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República ou o Ministro da Saúde em algum momento pediram a V. Sa. que atuasse com protagonismo na defesa do uso da cloroquina?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. saberia dizer por que, no início deste mês, o Ministério da Saúde retirou de sua página oficial na internet as orientações sobre o uso da cloroquina?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. Porque o Ministro Marcelo, numa atitude extremamente acertada, resolveu levar para a Conitec todas as construções de protocolos clínicos para a conduta da doença, exatamente para nós eliminarmos as divergências que existem hoje, de opiniões. Estamos primeiramente apresentando os protocolos para o uso das medicações para o tratamento hospitalar da Covid e, em seguida, essa orientação, que é a Nota nº 17, também deverá ser transferida, transformada num documento, numa proposta de protocolo clínico para o tratamento ambulatorial da Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nota não foi... Ela foi simplesmente retirada, porque novo documento está sendo elaborado. Ela não foi revogada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A OMS, em julho de 2020, anunciou a interrupção dos testes da hidroxicloroquina como um tratamento eficaz para a Covid-19. Essa posição da OMS foi levada em conta em algum momento do processo de definição do seu uso dentro da política pública de combate do ministério?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, é preciso que a gente primeiramente deixe claro que a Organização Mundial da Saúde é um braço da ONU, que trata das questões relativas à saúde. Embora o Brasil seja signatário dessa entidade, o Ministério da Saúde de todos os países do mundo é órgão independente, tem sua autonomia para a tomada de decisão de acordo com as situações locais.

Para o senhor ter uma ideia, a hanseníase, por exemplo, é uma doença que tem um protocolo próprio para tratar os doentes com hanseníase no Brasil – e assim para várias outras doenças. A OMS retirou a orientação desses medicamentos para tratamento da Covid baseada em estudos que foram feitos com qualidade metodológica questionável, usando o uso das medicações na fase tardia da doença, em que todos nós já sabemos que não há benefício para os pacientes. Então, nessas situações, analisando os estudos que ela utilizou para essa tomada de decisão, o Brasil, os seus técnicos, os seus médicos... O próprio Conselho Federal de Medicina deixa bem claro que os médicos têm autonomia para usar todos os recursos que não causem malefícios e que possam trazer benefícios para o enfrentamento da doença. É o que eu, é o que o senhor, é o que toda a sociedade brasileira quer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor: disponibilizar o áudio n° 1.

(*Procede-se à execução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Considerando esse áudio, V. Sa. nos explica por que essa insistência em contrariar a orientação da OMS?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu já informei anteriormente para o senhor: o Brasil não é obrigado a seguir as orientações da OMS e, se assim fizéssemos, Senador, nós teríamos falhado, assim como a OMS falhou várias vezes. No início da doença, em janeiro, e isso pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Baseado em que...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Vou explicar para o senhor se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só fiz uma pergunta: baseado em quê?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Vou dizer para o senhor as falhas se o senhor me permitir explicar, e foi isso que eu me propus a vir aqui hoje fazer para os brasileiros e para os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início da doença, o próprio Ministro Luiz Henrique Mandetta, que esteve aqui, na audiência inicial, ele disse que estava em Davos, numa das reuniões dos conselheiros da OMS, e já era do conhecimento desses consultores que a doença estava manifesta na China, e a decisão da OMS em janeiro foi de que não se decretasse uma situação de emergência de interesse internacional, mas que fosse feito apenas um alerta global. O mundo inteiro tem relações com a China, nós sabemos disso hoje.

A gente tem hoje a certeza de que se trata de um vírus de transmissão respiratória, através de gotículas e através de aerossóis, e, por conta dessa decisão retardada da Organização Mundial de Saúde, provavelmente nós contaminamos boa parte do mundo. Somente um mês depois dessa reunião em Davos, a OMS toma a decisão de decretar situação de emergência de interesse internacional, e o Brasil decreta situação de emergência de interesse nacional.

Posteriormente – para continuar exemplificando as falhas –, a OMS determinou que não era necessário o uso de máscaras, uma vez que se tratava de um vírus pesado, transmitido por gotículas. Foi necessário que, seis meses depois, um grupo de mais de 300 cientistas fizessem uma carta para a OMS comunicando que ela precisaria considerar a transmissão através de aerossóis. Milhões de pessoas foram contaminadas no mundo por causa dessa orientação da OMS.

E, ao longo da sua existência, a OMS já fez recomendações que são condenáveis, como, por exemplo, que mulheres portadoras de HIV amamentem seus filhos, sabendo do risco de transmissão.

Em 2017, Senador, a OMS também deu a orientação, num consenso para o uso de novos antimicrobianos para o enfrentamento de bactérias multirresistentes, de que se retirasse o estudo das drogas que tratam tuberculose. Nós temos mais de 1 milhão de mortes por tuberculose no mundo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma pergunta para a senhora, doutora. As decisões da OMS: foram revogadas algumas delas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ela mudou suas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Ela mudou as decisões?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre a questão de amamentar, ela continua mantendo isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, cada país...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho. Ela mantém, a OMS mantém... Eu estou fazendo uma pergunta muito objetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A OMS mantém amamentar... Mulheres que têm HIV amamentar criança? Ela mantém isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, mantém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mantém no protocolo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mantém, e o Brasil, nas nossas orientações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, sim, sim. Eu só perguntei. Tudo bem, mantém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Objetivamente respondendo: a senhora disse que o Brasil não estaria obrigado a seguir a OMS. Foi isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nenhum país está, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, eu gostaria de saber objetivamente: foi essa a resposta?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** No ano de 2020, o laboratório químico e farmacêutico do Exército passou a produzir cloroquina dada a ampliação do seu uso para os casos de Covid.

O ex-Ministro Mandetta... Os ex-Ministros Mandetta, Teich e Pazuello, ouvidos por essa CPI, garantiram que essa decisão não passou pelo Ministério da Saúde em suas gestões.

Assim indago a V. Sa.: Estando V. Sa. no Ministério da Saúde desde o início da pandemia, saberia dizer quem ordenou a produção, o aumento da produção de cloroquina pelo laboratório do Exército no ano de 2020?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) **–** Pois não, é preciso que a gente deixe claro que na gestão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Saberia ou não dizer...

É uma pergunta objetiva.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, não sei dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Mandetta deveria saber porque ele é o Ministro.

Eu, como Secretária da Secretaria de Gestão do Trabalho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas nem ele, nem o Teich, nem o Pazuello... Disseram aqui nesta CPI que não sabiam.

E eu fiz a pergunta à senhora, a senhora saberia dizer?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, não sei informar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe informar.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em maio de 2020, V. Sa. fez a seguinte declaração em vídeo, que vamos aqui disponibilizar. (*Pausa.*)

Vídeo 1.

Não, aquele foi um áudio. (*Pausa.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O que nós criamos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – ... ela fala em imunidade de rebanho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

"O que nós criamos, mantendo todas as pessoas em casa naquelas cidades, que até por medidas coercitivas agiram como legisladores em estado de exceção, foi causar mais pânico na sociedade, e nós atrapalhamos a evolução natural da doença naquelas pessoas que seriam assintomáticas, como as crianças, e que a gente teria um efeito rebanho".

Essa sua declaração, claramente em relação à tese da imunização de rebanho, segundo a qual a imunidade da população poderia ser atingida não só com a vacinação, mas, também, com a contaminação em massa pelo vírus e o desenvolvimento da imunidade natural por parcela relevante da população.

Pergunto: V. Sa. concorda com a tese?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Qual a tese que o senhor quer que eu concorde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A tese...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Da imunidade de rebanho?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, da imunidade...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O meu... O áudio que o senhor acabou de mostrar, se trata de uma colocação referente à população pediátrica, e, na época eu defendia que as crianças não fossem retiradas das escolas. Aliás, a retirada das crianças das escolas foi uma das maiores agressões que a gente fez a essa população. Nós privamos as crianças mais carentes da merenda escolar, que supre dois terços das necessidades calóricas delas, nós privamos essa criança do bem mais importante para a transformação social do País ou de qualquer lugar do mundo, que é a educação. E, como pediatra, eu fiz vários estudos, ao lado de colegas que são cientistas e hoje nós temos a certeza de que as crianças têm 37,5 vezes menos chances de contrair a doença, e a possibilidade de transmissão a partir de uma criança também é baixa. Então, a minha defesa no vídeo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Secretária Mayra...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... eu apelo novamente e gentilmente para que V. Sa. responda objetivamente. No final das suas colocações, V. Sa. falou: "e nós atrapalhamos a evolução natural da doença naquelas pessoas que seriam assintomáticas..."

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nas crianças...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... "como as crianças e que a gente teria um efeito rebanho..."

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nas crianças.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, estou falando sobre...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós não precisávamos deixar, Senador, e eu sou pediatra, as nossas crianças fora das salas de aula. O tempo dirá o prejuízo que nós vamos causar para os países...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não estou perguntando sobre isso. Eu estou perguntando: a senhora concorda com a tese da imunização de rebanho?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, ela não pode ser aplicada indistintamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A senhora falou também do comércio, doutora. Doutora, só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O senhor permite que eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ela precisa responder objetivamente, isso é um depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Fernando Bezerra, deixa que eu faço.

O Senador Renan faz uma pergunta objetiva. Eu estou sendo informado aqui de duas coisas. Primeiro, a OMS colocou, em 2006, a amamentação e no ano seguinte retirou, está certo? É o primeiro que estou recebendo. Mandei checar para não ser injusto. E a questão maior que a OMS levantou foi em relação à África: que a mãe, sendo cuidada, poderia amamentar e não deixar a criança morrer de fome. Então, veja bem, não é o caso do Brasil. Mas estou colocando, doutora, que a senhora falou também do comércio, não foi só de criança. Veja bem, tem muita coisa que a senhora falou que nós temos gravado aqui. A gente não quer ser deselegante com a senhora. Por favor, a senhora está protegida sobre Manaus, sobre a falta de oxigênio em Manaus; sobre as outras coisas que a senhora fez lá, não. Mas eu só peço à senhora para ser objetiva, sim ou não. E a hora em que a senhora achar que não deve responder, consulte o seu advogado e não responda. Agora, por favor, nos ajude aqui a esclarecer algumas coisas. Não foi só crianças.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. já se manifestou publicamente em outros momentos contra ou a favor dessa tese?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Tese do efeito rebanho?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, da imunização natural, do efeito rebanho.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Estou tratando disso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu preciso que isso seja contextualizado. Eu acho que o efeito rebanho não pode ser usado indistintamente para as populações, Senador, porque não é possível que a gente vá prever quanto eu tenho que expor da população para que eu atinja esse benefício. Então, isso pode resultar em muitas mortes. Então, não posso tomar isso fora do contexto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, mas eu perguntei objetivamente. A senhora se manifestou, sim ou não, em outros momentos, contra ou a favor dessa tese? Sim ou não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não que eu me lembre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não que se lembre.

V. Sa. recebeu ou tem conhecimento de algum estudo técnico ou outro documento contendo análise dessa tese e seu impacto sobre a saúde pública?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não que eu me lembre.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não que se lembre.

Em algum momento essa tese foi cogitada pelo Ministério da Saúde como estratégia de condução de ações de enfrentamento da pandemia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nenhuma vez em que eu estivesse presente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem conhecimento de alguém que defendesse essa tese no Ministério da Saúde ou em outro órgão do Governo Federal?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – No Ministério da Saúde, nenhuma defesa foi feita a respeito dessa tese.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma vez o Ministro da Saúde ou o Presidente da República discutiram essa tese com V. Sa. pessoalmente, por telefone...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou por mensagem de texto ou em algum evento em que V. Sa. estivesse presente?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca.

V. Sa. chegou ao Ministério da Saúde no início da gestão do ex-Ministro Mandetta, em 20 de janeiro de 2019, para exercer o cargo de Secretária da Sgtes. Apesar de tantas trocas no Ministério da Saúde, das turbulências experimentadas pela pasta durante a pandemia, V. Sa. se manteve no cargo nas gestões Mandetta, Teich e Pazuello, até trabalhar também com o atual Ministro Marcelo Queiroga.

Questionamos: quais foram as principais mudanças percebidas por V. Sa. nas várias gestões do ministério?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu acho que houve uma continuidade dos trabalhos. Cada um dos ministros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Houve uma continuidade dos trabalhos.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, cada um dos ministros tentou fazer o melhor para o Brasil e foi dado seguimento, foram feitas correções, mas nós estamos num período excepcional. Desde que eu entrei no Ministério, nós temos a necessidade de cumprir as pautas ordinárias do Brasil e, ao mesmo tempo, nós somos tomados para o enfrentamento de uma pandemia nunca antes vivida por nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, foi dada a continuidade das políticas públicas pelos ministros.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. considera que foi mais marcante em qual dessas gestões? A sua posição como ministra... Como secretária, melhor dizendo.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Todas elas tiveram grandes contribuições para a gestão da saúde pública no Brasil em momentos diferentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Presidente da República interferiu de algum modo na sua permanência no Ministério da Saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pelo que V. Sa. observou, como era a relação de cada um desses ministros da saúde, seus chefes imediatos, com o Presidente da República? O que mudou de um ministro para outro efetivamente?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – As necessidades mudaram. Nós estávamos, durante o início da pandemia, por exemplo, enfrentando um vírus; nós estamos tendo um novo surto da doença por um outro vírus. A necessidade de ação muda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu falo: o que mudou na relação dos ministros, dos ex-ministros, com o Presidente da República?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não posso responder a essa pergunta porque eu não trato da relação dos meus ministros com o Presidente. Eu sou subordinada ao ministro e acato as orientações e os pedidos que são feitos a mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Sgtes, que V. Exa. dirige, é responsável por planejar, apoiar e coordenar as atividades relacionadas ao trabalho e educação em saúde no âmbito do SUS. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, 72,6% dos profissionais de saúde não receberam treinamento relacionado à Covid-19 até março de 2021. Pesquisa realizada pela USP, Fiocruz, UFPel, UFBA, Rede APS Abrasco, com respostas de 2.566 profissionais e gestores em cem Municípios brasileiros, entre maio e julho de 2020, indicou que apenas 34,4% dos profissionais da APS haviam recebido treinamentos sobre Covid e sobre o uso correto de EPIs.

Essa pergunta foi elaborada com a colaboração efetiva da Rede Interdisciplinar de Especialistas em Covid.

O que V. Sa. fez na sua gestão em relação a esses números?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu não sei se o senhor se lembra das minhas palavras no meu discurso inicial. Para o enfrentamento da pandemia, a decretação da situação de emergência aconteceu janeiro. A SGTES, em março, para o enfrentamento à pandemia criou três ações estratégicas: o Brasil Conta Comigo – profissionais da saúde, residentes e estudantes. Somente o banco de dados de repositório de recursos humanos da SGTES, hoje, conta com mais de 1,007 milhão de profissionais. Esses profissionais, ao se inscreverem no banco, recebiam a possibilidade – é livre escolha, nós não obrigamos ninguém a fazer esses cursos – de fazer o treinamento de acordo com a sua área de atuação. E as 14 categorias da saúde, incluindo os agentes de saúde, têm nas plataformas do Ministério da Saúde cursos específicos para garantir a sua atuação. E aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. concorda ou discorda desses números aqui que foram apresentados pela Rede Interdisciplinar de Especialistas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Essa é uma informação, ela não contradiz o meu trabalho. Meu trabalho é ofertar formação para os profissionais de saúde, mas eu não posso, ninguém pode obrigar um profissional de saúde a fazer a formação. Ela está disponível. Inclusive, no caso de Manaus, nós fomos responsáveis pela contratação de mais de 300 profissionais, com recursos próprios do Ministério da Saúde, e nós fizemos treinamento *in loco* de intubação, sequência rápida de reanimação para esses profissionais que foram contratados. Então, a oferta existe, nós temos aí cursos que atingiram mais de 300 mil profissionais, mas nós não podemos obrigar os profissionais. Foi ofertada toda uma gama de cursos para cada uma das categorias. Eu já mencionei aqui a participação da Sociedade de Terapia Intensiva, a Amib, que fez curso para os médicos intensivistas, mas isso é uma livre escolha do profissional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os critérios de confirmação da Covid clínico-epidemiológicos por imagem laboratorial preconizados pelo Ministério da Saúde foram incluídos na formação continuada dos profissionais de saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, os cursos tratam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... desde o diagnóstico, o uso de equipamentos de proteção individual, sequência de intubação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Houve treinamento para uso de testes rápidos?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A SVS que faz esse tipo de treinamento. A minha secretaria trata da questão de abordagem clínica, mas existem cursos da Secretaria de Vigilância Sanitária, inclusive em parceria com o Conass e o Conasems, para que haja esse tipo de orientação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. tomou alguma providência para amenizar o desgaste físico e psicológico decorrente do grande aumento da carga de trabalho dos profissionais do SUS durante a pandemia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, também como eu já mencionei no meu discurso, nós primeiro iniciamos uma pesquisa com os profissionais atuantes para o enfrentamento da doença. Essa pesquisa hoje é o maior banco do mundo de profissionais seguidos: são 185 mil profissionais que livremente participaram da pesquisa, que atuam no SUS. Nós criamos ambulatórios para atendimento, especificamente em Manaus, aos profissionais que estavam exauridos, ambulatório com psicólogos e psiquiatras; e nós criamos um uma gama enorme de cursos de saúde mental, não só para os profissionais de auxílio, mas para a população. Como eu já mencionei, nós criamos o programa Mentalize, as ações de educomunicação em saúde para prevenção do suicídio e da automutilação, no contexto de que o Brasil é um país que tem inúmeros casos já de depressão e transtorno de ansiedade. Então, é a nossa quarta onda da doença, e a minha secretaria tem e teve um papel marcante nesse enfrentamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em relação à situação calamitosa ocorrida no Estado do Amazonas, no início deste ano de 2021, perguntamos: por que V. Sa. foi escolhida para ser a enviada a Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu já declarei, foi uma honra participar dessa missão em Manaus.

A motivação da minha escolha, Senador, é que eu estou desde o início do Governo. Então, eu sou a secretária mais antiga da equipe e médica. E, no primeiro surto da doença em Manaus, eu fui deslocada também para estar em Manaus, fazendo o mesmo papel que eu fiz agora, de organizar os recursos humanos em saúde. Todos os países, para o enfrentamento da pandemia, precisam de equipamentos de proteção individual, respiradores e leitos, mas muitos esqueceram que o recurso mais importante são os profissionais da saúde, e não é possível abrir leitos sem profissionais. Então, um dos motivos pelos quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fui designada foi a necessidade primordial de a gente organizar e capacitar os recursos humanos de Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. já conhecia previamente a situação e as características do sistema de saúde de Manaus, que já havia experimentado um colapso em abril e maio de 2020? – essa também é uma pergunta gentilmente cedida por internautas.

Por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, conhecia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, conhecia.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... e tenho conhecimento da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que sua ida à cidade se deu apenas após a virada do ano, se o Ministério da Saúde relatou, em documento, que observou aumento de casos a partir já da semana do Natal de 2020?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não, Senador.

No dia 28 de dezembro, o Ministro Pazuello convocou todos os seus secretários, ordenou a suspensão dos recessos de final de ano, que são habituais em todo o serviço público, e nos convocou para uma reunião, dando conta da situação de Manaus. E, nessa reunião, foi designado que um dos secretários médicos fosse deslocado para fazer uma prospecção da situação local. E, aí, eu já expliquei os motivos pelos quais eu fui designada, o fato de já conhecer a situação de Manaus, de ser médica e da questão dos recursos humanos como prioridade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Entre o dia 28 e o dia do nosso embarque, nós fizemos toda a organização logística para estarmos em Manaus, e tivemos uma enorme dificuldade de organizar reuniões com todas as duas secretarias, com todos os técnicos, uma vez que boa parte das secretarias estadual e municipal de saúde se encontrava de recesso. Nós não conseguíamos falar com as pessoas. E, como servidores públicos, nós também temos que cumprir toda a questão legal para se organizar uma viagem: emissão de passagens, diárias... Então, essa foi a motivação de a gente só viajar no dia 3.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária Mayra...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo o ofício que V. Sa. mesma afirmou, Ofício 48/2021, a finalidade da viagem seria a – aspas – "de observar a real situação do Estado e, posteriormente, transmitir a linha de ações a serem executadas, face à situação encontrada". O relatório "Ações emergenciais decorrentes do agravamento dos casos de Covid-19 no Estado do Amazonas" relata as observações e as linhas de ação a serem executadas; é assinado pelo Ministro Pazuello. Existe um relatório da viagem elaborado pela própria comitiva?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A documentação relativa a essa viagem consta de algum processo do Ministério?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia nos informar o número e mandá-los para a Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Vou solicitar agora.

Mas a finalidade da nossa viagem foi exatamente fazer um relatório de prospecção. Ele foi feito, e os atendimentos às demandas, para o senhor ter uma ideia, se o senhor me permite explicar, porque isso foi parte da minha vida... Manaus é uma história muito intensa na minha vida. Então, à medida que nós íamos recebendo... No dia 4, às 8h da manhã, nós já estávamos reunidos com o secretário, Governador, Prefeito, a secretária recém-empossada. À medida que nós íamos ouvindo as questões colocadas, imediatamente nós íamos recebendo também os ofícios e repassando para os secretários que estavam em Brasília. Então, foram muitas demandas atendidas de urgência já no primeiro dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. recebeu informações a respeito do abastecimento de oxigênio medicinal nos hospitais de Manaus e sobre a capacidade de fornecimento desse insumo ao serviço de saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor. Durante o período em que eu estive lá, inclusive eu participei de visitas aos hospitais, onde foi o nosso grande choque. Nós nos deparamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não recebeu informações?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nenhuma informação durante o período em que eu me encontrava lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não recebeu informações. E em que momento se percebeu que faltaria oxigênio medicinal em Manaus?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não houve uma percepção de que faltaria. Pelo que eu tenho de provas, é que nós tivemos uma comunicação por parte da secretaria estadual, que transferiu para o Ministro um *e-mail* da White Martins dando conta de que haveria um problema de abastecimento, segundo eles, mencionado como um problema na rede.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. considera que a quantidade de oxigênio medicinal necessária para o provimento das necessidades hospitalares pode ser calculada com base no prognóstico das internações hospitalares?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Como médica, Senador, é possível fazer isso quando nós estamos em estado de normalidade, habitual. Eu sou intensivista, eu trabalho com uma UTI que tem dez leitos, eu consigo saber que cada um daqueles leitos tem que ter uma provisão de oxigênio e ar comprimido. Então, é possível que eu tenha uma média do uso de oxigênio. Numa situação como nós encontramos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Considera ou não considera?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... em Manaus, numa situação extraordinária de caos, onde nós não temos noção de quantos pacientes vão chegar ao hospital, é impossível se fazer uma previsão de quanto você vai usar a mais. O que eles tiveram foi uma constatação. Passaram de 30 mil metros cúbicos para 80 mil metros cúbicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, considera ou não considera?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não considero que seja possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não considera.

Como médica com experiências em UTIs e por ser o oxigênio medicinal um item essencial estratégico, V. Sa. atuou diretamente na obtenção de oxigênio medicinal para Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com quem V. Sa. tratou do problema?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não tratei do problema...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que momento?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Em nenhum momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

Quando ocorreu a chegada de mais oxigênio a Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não estava mais em Manaus. A minha prospecção durou do dia 3 ao dia 5. Eu voltei para Brasília, entreguei os relatórios completos para o Ministro, mas eu não participei da compra, aquisição e da logística de fornecimento de oxigênio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas soube, teve alguma informação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu soube do que estava acontecendo e acompanhei todo o esforço que foi feito pelo Ministério da Saúde, associado a outros ministérios para garantir o socorro e o fornecimento de oxigênio, mas eu não participo diretamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe dizer quem organizou essas remessas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Foram muitos ministérios em cooperação: Ministério da Saúde, Ministério da Defesa... Senador, Manaus, como eu já disse antes ao senhor, é uma história da minha vida inesquecível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Para nós também.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O que eu vivi em Manaus... Senador, a diferença é que eu participei dessa missão na qualidade de médica. O que eu assisti em Manaus, em 30 anos de formada, eu nunca vi. As pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora atendeu quantos pacientes por Covid? Na sua história lá em Manaus, a senhora atendeu quantos pacientes? A senhora prescreveu quantas vezes alguma...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, eu não fui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora atendeu algum paciente em Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Em Manaus, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma história da sua vida, a senhora foi lá, mas não atendeu nenhum paciente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, as histórias da vida da gente, Senador, não são só os atendimentos; são o que nós presenciamos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por favor. A história de Manaus, o que aconteceu na cidade de Manaus é uma coisa que nós amazonenses, nós que vivemos lá... Eu estava lá, eu sei o que eu passei, até porque, como referência política, você é procurado. Aliás, o Hospital Delphina Aziz – que a senhora visitou e deve ter visitado – foi construído por mim, quando fui Governador, e é um baita hospital. Poucos hospitais a senhora vai ver iguais, no serviço público, como tem aquele ali na cidade de Manaus.

Mas, Dra. Mayra, do dia 3 ao dia 5, foi nessa época em que a senhora lançou o tratamento precoce TrateCov, lá?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A gente não lança tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, só para lhe fazer uma pergunta. Sabe por quê? Porque, dez dias depois, mesmo com o lançamento do TrateCov, a senhora viu o que aconteceu na cidade de Manaus. Então, é uma história para a gente... Inclusive, tem uma médica, aqui – o senhor me desculpe, Senador Renan –, a Dra. Michelle, que estava no banco de dados do Ministério da Saúde. Ela prescreveu para uma médica, no Hospital da Mulher – construído pelo Senador Eduardo Braga, que eu tive a felicidade de contribuir para funcionar; um hospital que a senhora deve ter conhecido –, prescreveu para uma paciente gestante aspirar cloroquina, e ela morreu. Essa médica de São Paulo estava no seu banco de dados. Depois, eu queria saber se ela teve o treinamento que V. Exa. deu a esses médicos, sabe? A senhora disse que treinou. Uma paciente gestante, uma médica de São Paulo a fez aspirar cloroquina. E ela aspirou e faleceu. Sabe por quê? Porque, segundo a médica, era a única coisa que ela podia fazer naquele momento.

Eu não estou aqui criminalizando ninguém, não estou criminalizando! A paciente poderia até ir a óbito independentemente da cloroquina ou não. Eu não sou médico, para fazer uma análise, mas isso aconteceu em Manaus também. Nós também temos muitas histórias para contar nessa pandemia, doutora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) **–** Eu queria só lembrar que o próprio relatório do Ministro Pazuello diz que se estima um substancial aumento de casos – o que pode provocar aumento da pressão sobre o sistema –, entre o período de 11 a 15 de janeiro, em função das festividades de Natal e Réveillon. E por que não se previu, em função disso, a falta de oxigênio? Para concluir a pergunta.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, o senhor perguntou anteriormente se era possível a gente prever quanto a mais de oxigênio você vai usar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós não sabemos a evolução dos pacientes. Por isso que a Covid é uma doença grave de desfecho incerto. Eu não consigo saber quem vai ter o quadro que não vai precisar de internamento e quem vai evoluir para o óbito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas nesse caso...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Então, não é possível prever quais são os pacientes que vão usar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nesse caso, estava estimado um aumento substancial de casos.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas a primeira coisa que a gente tem que levar em conta é que não é do Ministério da Saúde a competência de cuidar do abastecimento, estoque e fornecimento de oxigênio. E dar previsão de quanto nós vamos usar mais, nenhum profissional, nenhum técnico consegue fazer isso, porque você não tem leitos formalizados. O que nós trabalhamos foi com o estado de exceção. A gente tinha pacientes internados no Hospital 28 de Agosto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por que não é da competência do Ministério?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Porque isso não está previsto nas nossas atribuições. Isso é competência dos Estados e dos Municípios, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) **–** Lei Orgânica da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Lei Orgânica da Saúde...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) **–** ... a capacidade de o Município ou de o Estado atuar para garantir o insumo ou o que quer que seja, a responsabilidade é do Ministério da Saúde.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Foi o que nós fizemos, Senador. Foi o que nós fizemos. Quando o Estado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, não.

O próprio relatório diz que iria aumentar – isso aqui é muito grave – em função das festividades de Natal e *Réveillon*, ou seja, já tinham a informação e nada fizeram. E é competência do ministério, sim.

Quem negociou a chegada do oxigênio doado pela Venezuela? A senhora disse que tinha alguma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não participo desse tipo de decisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, não participa, mas teve algumas informações sobre o...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não sei lhe dar essa informação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quantos pacientes faleceram pela falta de oxigênio?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não tenho esse número, essa informação para lhe dar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sua visita foi útil para evitar mortes por desassistência à população?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu acho que todo trabalho dos técnicos do ministério foi marcante no Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A nossa atuação, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... garantiu o aumento da ampliação da oferta de leitos. Nós garantimos o suporte do oxigênio quando foi necessário. Nós fizemos ações que vão muito além das nossas competências: o fornecimento de equipamentos de proteção individual, de medicamentos para intubação. Só de ventiladores mecânicos, foram mais de mil ventiladores levados em caráter de urgência para o Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. visitou as unidades básicas de saúde para recomendar aos médicos do SUS o uso do tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, não visitei as unidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não visitou para recomendar o uso de tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não visitei nenhuma unidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve algum tipo...

Não visitou a unidade, mas recomendou o uso do tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não. O Ministério da Saúde não recomenda. O Ministério da Saúde orienta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Houve algum tipo de orientação direta, então, para os médicos da cidade prescreverem o tratamento precoce a seus pacientes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, o meu trabalho é dar conhecimento, sobretudo para a sociedade médica – e são eles os prescritores –, porque eu sou médica, de todo documento juridicamente perfeito elaborado pelo ministério. E o Ministério da Saúde tem uma Nota de Orientação nº 9, que depois foi transferida, transformada na Nota nº 17, onde ele orienta, segundo o parecer do Conselho Federal de Medicina, que os médicos, para o enfrentamento dessa doença grave, de desfecho incerto e letal, eles possam usar dos medicamentos *off-label* que estão disponíveis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Então, nós orientamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária, o mesmo relatório já referido anteriormente diz: verificar se estão sendo empregadas medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento precoce...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... caso contrário, incentivá-las e esclarecer os profissionais.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O próprio relatório, entendeu? Por isso que essas perguntas objetivas são, nesse contexto da investigação e da Comissão Parlamentar de Inquérito, melhores observadas, porque...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas é perfeito, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... muitas ensejam variadas contradições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O senhor falou aí de incentivar a prevenção, orientação... A prevenção é essencial.

A gente precisa deixar claro para a população brasileira que está nos acompanhando que, para enfrentar essa doença, que é grave – o nosso inimigo comum, meu, dos senhores, da população, é o vírus –, todos os recursos têm que ser utilizados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso que eu perguntei: houve algum tipo de orientação direta para os médicos da cidade prescreverem o tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A orientação é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em função do que contém o relatório.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... para todos os médicos brasileiros, Senador, não só para Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Como Secretária responsável pela formação de recursos humanos na área de saúde, V. Sa. considera adequado recomendar a médicos o uso de terapias sem eficácia comprovada para qualquer patologia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, primeiro a gente precisa definir o que é eficácia e o que é evidência, que a maior parte da população brasileira não sabe, e eu acredito que os senhores também, por não serem médicos, não são obrigados a saber.

Numa situação de guerra, nós lançamos mão de todas as evidências disponíveis para a gente salvar as pessoas, desde que a gente esteja diante de medicamentos seguros. E atualmente não nos faltam evidências. No início da doença, nós tínhamos evidências da ação dos medicamentos considerados para o uso *off-label in vitro* e tínhamos as experiências individuais, a *expertise* dos especialistas, a opinião dos especialistas. Hoje nós temos essa quantidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é esse contexto que nós estamos a investigar. É o contexto aqui já referido a V. Sa. da imunização de rebanho, da facilidade para o vírus trafegar, com a consequente imunização natural e pela ineficácia da vacina. Esse era o contexto, esse é o contexto que está sendo levantado aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Pelo senhor só, não é o que está sendo apurado na CPI. É a cabeça do senhor isso, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. trabalhou para que pacientes fossem transferidos de Manaus para outras unidades da Federação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso foi resolvido de maneira tempestiva?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A minha situação é que eu precisaria contextualizar. Eu não participei do transporte de nenhum paciente adulto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos pacientes faleceram antes de serem transferidos?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não sei lhe dizer, não sei lhe dar esse número.

Eu participei da tentativa de transporte de crianças da UTI neonatal. Não participei do transporte de pacientes adultos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pediria a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que, por favor, mandasse.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... só para informar aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras e a quem está nos vendo: um paciente nosso que foi transferido felizmente passou 150 dias em Goiás e voltou com vida para o Estado do Amazonas.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é uma notícia muito boa para todos nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pediria, por favor, que informasse à Comissão, no decorrer dos nossos trabalhos. E peço à Secretaria-Geral da Mesa que faça essa devida requisição.

Todas as suas ações e providências em Manaus foram tempestivas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta objetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** "Sim", no seu entendimento.

Houve demora ou atraso em alguma delas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nas minhas ações, não, Senador, porque aí o senhor tem que lembrar que a minha competência, no caso da Sgtes... No primeiro momento em Manaus, eu fui para fazer uma avaliação da situação e relatá-las ao meu Ministro. Nas competências da Sgtes, que é a formação de recursos humanos e fornecimento de recursos humanos, a Sgtes inclusive montou um escritório dentro da secretaria estadual, para administrar os recursos humanos em Manaus, agilizando as contratações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. enviou um ofício à Secretaria de Saúde de Manaus estimulando a gestão municipal a usar medicamentos orientados pelo ministério contra o novo coronavírus, entre eles a cloroquina. No documento, classificou como inadmissível a não adoção da orientação. Vou ler, se os senhores permitirem, Presidente **–** aspas: "Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério da Saúde, tornando, dessa forma, inadmissível, diante da gravidade da situação de saúde em Manaus, a não adoção da referida orientação" **–** fecha aspas.

V. Sa. confirma esse fato?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em depoimento à Polícia Federal, em 9 de fevereiro de 2021, V. Sa. defendeu a utilização da cloroquina e responsabilizou autoridades estaduais e locais pela crise da saúde no início do ano. Teria dito que o Amazonas e Manaus sempre tiveram problemas na gestão da saúde e que, em nenhum momento, foi informada pelas autoridades estaduais e municipais da falta de oxigênio. Pergunto: V. Sa. confirma essa informação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O problema foi a gestão local?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu precisaria fazer uma contextualização do que eu vi em Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E nós precisaríamos que a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, eu já disse "sim" para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... em podendo, claro, em podendo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... mas eu preciso lhe dizer porque eu preciso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... que respondesse objetivamente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu já disse "sim", mas é que, se o senhor me permitisse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, disse "sim" à primeira pergunta.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Às duas; "sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ele está perguntando sobre a questão da orientação. Não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, foi feita a orientação, sim. Mas, quando o senhor narra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Quando a senhora fala... O Senador perguntou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O Senador Renan perguntou para a senhora: "A senhora recomendou cloroquina?", e a senhora disse "não".

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, recomendou não, orientamos. É uma orientação do ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, eu não entendo, qual é a diferença entre recomendar e orientar? Qual a diferença?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A orientação é um documento do ministério; existe um documento, eu estou falando de uma norma técnica, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, espere aí. Pois é, eu queria que a senhora me explicasse tecnicamente, porque eu não sou... Qual a diferença, no Português, entre recomendar ou orientar? Qual é a diferença?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. Quando a gente se refere a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque o pessoal que está nos assistindo aí não entende: recomendou, orientou. Qual é a diferença?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E pior, Presidente, ela falou: "é inadmissível não usar, inadmissível não usar". Então, como é que não responde objetivamente? E confirmou o fato já com a colocação de que é inadmissível não usar.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Se o senhor me permitisse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A minha presença aqui é uma oportunidade para que eu possa esclarecer aos brasileiros e aos senhores o que eu presenciei em Manaus. Então, o contexto desse reforço argumentativo sobre a orientação e a palavra inadmissível é no contexto do que nós encontramos na atenção primária de Manaus. Um grupo de médicos se ofereceu como voluntários pra fazer a prospecção nas unidades básicas de saúde. A informação, para os senhores terem uma ideia, que nós recebemos da Secretaria Municipal de Saúde foi que Manaus tinha 18 unidades básicas de saúde – essa foi uma informação oficial –, para que, no dia seguinte, o Ministério da Saúde tivesse conhecimento de que eram 136, e não 18; 18 eram as que estavam atendendo Covid.

A outra informação oficial que nós recebemos, Senador, é que existiam 40 óbitos domiciliares acontecendo por dia em Manaus. Na visita que esses profissionais fizeram, eles encontraram unidades fechadas com cadeados, unidades sem médicos, farmácias sem estoque algum sequer de dipirona e paracetamol, 2 mil testes reprimidos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então V. Sa. confirmou as informações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, a informação que está sendo passada aí é importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou fazendo uma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas a informação que ela está passando é relevante para a Comissão. A informação que ela está passando é relevante para a Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é um depoimento, isso não é uma sabatina, isso é um depoimento

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas ela está falando sobre o que aconteceu em Manaus, Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se não interessa a V. Exa., interessa aos membros da CPI, como não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela tem boas informações, o problema... (*Fora do microfone.*) gestão local...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, a CPI representa apenas (*Fora do microfone.*) a vontade do Relator em relação ao depoimento?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, depois o Senador Marcos pode perguntar novamente, ele vai ter 15 minutos de pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela está no meio do depoimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele pergunta novamente, vamos evitar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com informação relevante, e ele...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – ... corta porque não interessa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para... Foi alguma pergunta... Só pra me dizer: foi alguma pergunta ofensiva à doutora que ele fez?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, não? Não? Ele perguntou... Pelo que eu estou entendendo, ele perguntou bem assim: "Houve falha de quem? Da Prefeitura, do Estado?". É isso.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela confirmou os fatos, confirmou (*Fora do microfone.*) o depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos ouvi-la, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, convenhamos! Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Refazendo a pergunta, Secretária, por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (*Fora do microfone*.) – Obrigada, Dr. Omar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O problema foi a gestão local?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, foram muitos problemas. Eu não vim aqui pra apurar as responsabilidades, mas pra fazer o relato do que eu vivi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O que eu assisti nas unidades básicas de saúde de Manaus é desassistência e caos. Como eu disse ao senhor, as unidades estavam fechadas enquanto a população morria, algumas sem medicamentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quais as...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... outras sem médicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quais, doutora?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu posso entregar o relatório para o senhor, completo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a senhora falou "as unidades"... Isso em que ano?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – As unidades básicas de saúde, atenção primária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que ano?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Agora, 2021, foi nessa prospecção atual. Então, assim, no contexto da quantidade de óbitos, como médica, é inadmissível que a gente não tenha a adoção de todas as medidas. Foram... A secretaria nos informou, numa das reuniões, que nós tínhamos 2 mil testes de RTC-PCR reprimidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra pergunta: o Ministério da Saúde teve alguma responsabilidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Responsabilidade de...?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Desses casos que nós estamos a perguntar.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, nenhuma responsabilidade. A responsabilidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá, nenhuma responsabilidade.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... da doença é o vírus, Senador, não é o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais eram os principais problemas de gestão daquele Estado?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Vários, vários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E do... Não...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A gente não tinha um controle, um gerenciamento de crise, a gente tinha resolução de situações como políticas de apagar incêndio, não havia planejamento estratégico para o enfrentamento da doença; nas unidades básicas de saúde nós não tínhamos triagem, os pacientes que chegavam com Covid eram misturados com pacientes sem Covid, se contaminando mais. A gente não tinha testes para isolar as pessoas com a doença pra que não houvesse novas pessoas contaminadas. Nós não tínhamos seguimento telefônico nem de nenhuma outra forma para os doentes que estavam em casa. E o que me causou mais estranheza é que nós temos uma população de participantes do sistema de saúde, de trabalhadores da saúde chamados agentes de saúde, e em Manaus eles eram mais de 1,2 mil, e eles foram dispensados das suas atividades. A Sgtes treinou, em uma semana, esses profissionais, pediu à secretaria pra incentivar o retorno ao trabalho dessas pessoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Secretária...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... e ofereceu termômetro e oxímetro pra triagem domiciliar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Secretária...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso era uma medida simples, que já deveria ter sido adotada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Secretária, eu estou perguntando exatamente o que é que estava acontecendo. As providências que foram tomadas na sequência, eu as exalto, mas não foi objeto da pergunta.

No mesmo depoimento, V. Sa. afirma que foi informada do problema do desabastecimento de oxigênio medicinal em Manaus pelo próprio Ministro da Saúde em 8 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** No entanto, o Ministro disse que só tomou conhecimento em 10 de janeiro e, portanto, não poderia ter lhe informado antes. Quem está falando a verdade?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador, tem uma falha aí de informação. Eu estive em Manaus até o dia 5, eu voltei; o Ministro teve conhecimento do desabastecimento de oxigênio em Manaus creio que no dia 8, e ele me perguntou: "Mayra, por que você não relatou nenhum problema de escassez de oxigênio?". Porque não me foi informado. Eu confirmei a informação com o secretário estadual de Saúde, perguntando: "Secretário, por que, durante o período da minha prospecção, não me foi informado?".

Ele disse: "Porque nem nós sabíamos". Inclusive ofereci voluntariamente meu telefone à Polícia Federal, foi feita a degravação da conversa com o secretário, o que prova essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Secretária, por favor, o ex-Ministro Pazuello responsabilizou, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, V. Sa. e a secretaria que dirige pelo desenvolvimento do aplicativo TrateCov – plataforma, como Pazuello preferiu chamá-lo em seu depoimento –, que indicava cloroquina e ivermectina em muitos casos de diagnóstico provável de Covid, inclusive para mulheres grávidas, bebês e crianças. O ministério passou a utilizar esse aplicativo experimentalmente em Manaus, no auge da crise da saúde, naquela cidade, em janeiro deste ano.

Assim, indago: V. Sa. confirma que foi a responsável pelo desenvolvimento do TrateCov, como falou o Pazuello?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu confirmo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** "Sim" ou "não".

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não. Eu não posso falar "sim" ou "não", Senador, porque eu preciso explicar para o Brasil o que é o TrateCov.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, doutora. Isso não me interessa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... explica para o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, doutora. Não, não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Doutora, só um minutinho.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu preciso. As pessoas não sabem o que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não interessa, doutora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) **–** Não, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, Presidente. Interessa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não interessa, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Como não? Claro que interessa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Interessa ela me responder o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Ela não está no vestibular não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Peraí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... "sim" ou "não"?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. vai falar na hora que for a sua vez. Agora quem está falando sou eu. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** A senhora criou o TrateCov ou não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Respeite os Senadores.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Quem criou a plataforma foram os técnicos da minha secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, o Pazuello mentiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mentiu. Novamente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) **–** Não, senhor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mentiu!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele falou que foi a senhora que desenvolveu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso! Isso!

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador Renan, ele deve ter dito que fui eu, porque eu sou a secretária, mas eu não sou técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos falando sob compromisso, todos nós. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Viciado em mentira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, Senador Flávio Bolsonaro... Senador Flávio Bolsonaro e Senador Marcos Rogério, só um minutinho.

O TrateCov foi lançado na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Foi usado como experimento, vamos dizer assim, para não dizer como cobaia, para não ser mais longe. O Ministro Pazuello, que vocês decantaram como saiu-se bem na CPI, porque mentiu muito, não é? Falou uma mentira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na avaliação de vocês.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – O senhor não pode fazer uma avaliação dessa, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Com todo o respeito que eu tenho ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Posso. Posso. Por isso que ele vai ser reconvocado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Convoque!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, peraí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Desde que não haja blindagem, Sr. Presidente, pode reconvocar quantas vezes quiser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que aconteceu nos Estados de vocês é um pouco diferente do que aconteceu no meu Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Blindagem protegida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou acusando ninguém aqui. Eu estou fazendo uma pergunta simples.

Doutora, o Ministro Pazuello afirmou, por mais de uma vez, inclusive eu fazendo a pergunta a ele, que o TrateCov... E eu não sei o que que é "trate". Eu acho que o "t", "r", "a" é tratamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isto que é importante ela explicar: nós também não sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peraí, Rolando Lero. Aí vai ser o Rolando Lero.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não dá!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa., que é o Presidente, não sabe e é de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, peraí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que V. Exa. quer que a Comissão e o Brasil saibam?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

Eu quero só saber dela é se ela é quem criou o aplicativo. Se não foi ela, diga: "Não, não fui eu. Foram os técnicos". Só isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas ela tem informação sobre esse assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RJ) – Tem informação, e V. Exa. está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Refazendo a pergunta, respeitosamente à Secretária: V. Sa. confirma...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Não faça essa afirmação, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então tu vais ver daqui a pouco!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça essa afirmação, presida!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente! Presidente! Pelo amor de Deus, Presidente, aqui os Senadores não deixam o Relator trabalhar!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na última semana foi a mesma coisa, por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que foi responsável, como disse aqui na CPI o ex-Ministro Pazuello, pelo desenvolvimento do TrateCov?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A minha secretaria foi a responsável pelo desenvolvimento da plataforma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, pessoalmente, de quem foi a iniciativa e qual era o objetivo do projeto? Agora é a oportunidade para responder.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Obrigada, Senador.

No contexto.... Eu vou tentar explicar aos senhores o contexto em que o TrateCov foi proposto.

A nossa visita a Manaus e a situação que nós encontramos – eu até já mencionei isso anteriormente – foi de um caos nunca antes visto por mim enquanto médica nesses meus 30 anos. Nós encontramos unidades básicas de saúde que não funcionavam, desabastecidas de medicamentos, testes de RT-PCR com uma demanda reprimida de dois mil testes, 40 óbitos domiciliares e, nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero saber a diferença entre prefeitura e Estado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ...unidades básicas de saúde.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Unidade básica: prefeitura, isso.

E, nesse contexto... Sim, superssaturação do sistema de leitos: a gente tinha mais de 100% de taxa de ocupação de leitos de UTI e 90% dos leitos clínicos, fora os pacientes que eu encontrei quase que internados em tendas do lado de fora dos hospitais do Estado.

Nesse contexto, a OMS, preocupada com o surgimento de novas variantes, faz uma declaração dizendo que provavelmente os testes RT-PCR que vinham sendo utilizados por nós médicos para a vigilância epidemiológica, para a confirmação dos casos, poderiam ter baixa sensibilidade diante das novas variantes, que era o contexto que nós estávamos enfrentando em Manaus. Diante desse contexto – da superssaturação, da ausência de testes, de demanda reprimida, de falta de medicamentos e falta de recursos humanos –, nós tivemos conhecimento do AndroCov, uma publicação científica internacional que está sendo usada atualmente pela Organização Mundial da Saúde, que sugere o uso de um escore clínico para diagnóstico da Covid-19 que tem mais de 90% de sensibilidade. E o que é isso? É você poder ter a doença e o escore confirmar a doença. Esse era o cenário ideal para que a gente pudesse, para Manaus, diante da necessidade de atendimento rápido à população, criar uma ferramenta médica de diagnóstico, à semelhança, senhores, de dezenas, centenas de ferramentas médicas disponíveis hoje no mundo e no Brasil. Só para os senhores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, se o senhor me permite terminar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Só para os senhores terem uma ideia: o Estado de São Paulo tem uma ferramenta semelhante ao TrateCov, que é o aplicativo Sampa Dengue, utilizado atualmente e que é ofertado aos médicos para o diagnóstico com rapidez da dengue e a adoção de condutas, inclusive com as prescrições no final de aplicativo. O que é que nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com prescrição de... Só uma informação...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu vou... Eu vou esclarecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta que não quer calar: mas esse aplicativo de São Paulo prescreve também cloroquina?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor, porque dengue não precisa de cloroquina, dengue precisa de hidratação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então não tem comparação!

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador, é a conduta médica, dengue não se trata com cloroquina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não estou discutindo isso.

V. Sa. é que determinou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Se o senhor permitir que eu conclua...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, a senhora vai concluir.

A senhora falou que o aplicativo foi para a situação em que se encontrava o Amazonas.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso. Então, nesse contexto, nós resolvemos... Os técnicos da nossa secretaria propuseram a gente utilizar uma plataforma já existente e a gente desenvolver um constructo ou uma ferramenta ou uma calculadora médica, como diversas que existem.

Eu sou professora e utilizo várias dessas calculadoras para ensinar os meus alunos.

O que nós fizemos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto tempo foi para criar isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós voltamos de Manaus, entre o dia 6 e o dia 10, nós usamos a plataforma, é uma plataforma para construir um...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram quantos dias para criar a plataforma?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não.

Nós começamos a montar a plataforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 11, ela foi apresentada na sua versão prototípica, em Manaus e, após o dia 11, os técnicos continuaram na finalização dessa plataforma.

O que era a finalização? Solicitamos – e aí eu trouxe todos esses documentos que eu estou mencionando para comprovar aos senhores – à Secretaria Estadual, à Secretaria Municipal e ao Conselho Federal de Medicina a listagem de todos os profissionais de Manaus para que nós pudéssemos cadastrá-los nessa plataforma que só seria acessível para médicos como uma ferramenta de auxílio diagnóstico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso eu queria direcionar uma pergunta objetiva.

Foi...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, deixa eu terminar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas...

Deixa nós perguntarmos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan com a palavra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não interessa, o Senador Renan com a palavra.

O Senador Renan, como Relator, tem o direito de fazer a introdução da pergunta que quiser, a hora que quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O objetivo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da pergunta é o seguinte, Secretária, respeitosamente, mais uma vez, a senhora tem sido muito gentil e não há como esta Comissão Parlamentar de Inquérito ter um tratamento diferente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi V. Sa. que determinou os parâmetros de entrada e as indicações de resposta do *software*?

É uma pergunta objetiva.

Foi a senhora que determinou esses parâmetros de entradas e as indicações de respostas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, os parâmetros são definidos por um artigo de uma publicação internacional, que é o AndroCoV, que está sendo usado pela Organização Mundial de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas foi a senhora que municiou o aplicativo com essas informações?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, são os técnicos.

Eu não sou especialista na área e a minha secretaria já oferece outros tipos de constructo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma outra pergunta objetiva.

O TrateCov foi apresentado ao Ministro antes de ser apresentado ao público?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Foi apresentado ao Ministro na apresentação que foi feita dele em Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quando?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – No dia 11.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Dia 11.

Quem é Vinícius Nunes Azevedo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Diretor da minha secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a relação dele com o TradeCov e por que ele foi demitido?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ele é o gestor da pasta que criou a plataforma.

E aí é por isso que eu preciso contextualizar para o senhor.

Era uma ferramenta de auxílio diagnóstico médico. Ela foi lançada na sua versão prototípica no dia 11. Entre os dias 11 e 20, nós estávamos cadastrando os médicos para que eles pudessem, com o número do CRM, utilizar, e só seria utilizada por médicos.

Na madrugada do dia 20...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sobre isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Houve a extração indevida dos dados dessa plataforma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, V. Exa. diria que os parâmetros do TradeCov eram aqueles estabelecidos na Nota Informativa nº 17, de 2020?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A referência da plataforma é a nota orientativa.

Os parâmetros que o senhor fala, que é o que são utilizados, é o AndroCoV, é um estudo internacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que data esse aplicativo foi colocado no ar e por que foi retirado poucos dias depois do seu lançamento?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ele não foi colocado no ar, foi apresentada uma versão prototípica dele.

O que foi feita foi uma extração indevida na madrugada do dia 20, por um jornalista.

Ele fez uma cópia da capa inicial dessa plataforma, abrigou nas redes sociais dele e começou a fazer simulações fora de qualquer contexto epidemiológico, causando prejuízos à sociedade, porque essa ferramenta, senhores, poderia ter salvado muitas vidas em auxílio aos testes diagnósticos, ela poderia ter ajudado a secretaria estadual de Manaus, a secretaria municipal, a diagnosticar precocemente, como ferramenta de auxílio, e a gente proceder ao isolamento dos casos comprovados. Nós poderíamos ter acompanhado os casos suspeitos, e tudo isso foi perdido por essa invasão.

A ordem do Ministro, quando nós soubemos, através da imprensa, do uso indevido, foi retirar a plataforma do ar, afastar o servidor, para que fosse feita toda a investigação necessária. E foi feito um boletim de ocorrência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... que eu trago aqui para os senhores, e nós contratamos o presidente da associação nacional dos peritos forenses em informática, que emitiu um laudo de 20 páginas comprovando a invasão, a retirada indevida dos dados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, Secretária, a versão apresentada por V. Sa. em 19 de janeiro era um protótipo ou uma versão finalizada?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, o que foi apresentado no dia 11 foi uma versão prototípica. Ela não foi finalizada porque a finalização dela dependia da inclusão dos dados médicos, e tudo isso foi encerrado com a ordem do Ministro para a gente suspender para apuração dos fatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, quem tomou a decisão de utilizar um protótipo não validado para o tratamento de uma doença potencialmente letal como a Covid-19?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O protótipo é validado. Nós temos um estudo internacional que nós fizemos, é a mesma coisa que a OMS está fazendo agora, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas quem tomou a decisão de utilizar um protótipo não validado?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O protótipo é validado, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, mas quem tomou a decisão de...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não tomamos a decisão de usar algo que não foi validado, porque é validado por um estudo internacional. Nós apenas utilizamos um estudo internacional para transformá-lo numa ferramenta de diagnóstico médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso é igual à dengue...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então foi...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... a dengue, se pegou um protocolo clínico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então foi a senhora que autorizou a utilização do protótipo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A minha secretaria é responsável pela construção de uma ferramenta médica de diagnóstico que seria extremamente útil no Brasil no contexto da Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. tomou conhecimento da nota do Conselho Federal de Medicina sobre TrateCov?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim. Poderia nos informar qual era o seu teor?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não vou detalhar para o senhor porque eu não lembro, mas o Conselho Federal de Medicina emitiu um parecer sem ter, da mesma forma que os senhores, o conhecimento do que se tratava. Ele foi responsivo ao que foi informado pela imprensa e depois nós informamos ao Dr. Mauro os fundamentos, que eu trouxe aqui para os senhores, com as devidas comprovações. Esse laudo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É verdade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... está à disposição de todos os senhores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É verdade...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... para que possam comprovar a avaliação pericial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É verdade que outros médicos acompanharam V. Sa. em sua viagem a Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Os que me acompanharam foram os técnicos da minha secretaria. Nós tivemos médicos voluntários...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem seriam esses profissionais?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, não vou lembrar do nome de todos, mas a gente pode fornecer a lista para o senhor. São médicos voluntários que se colocaram em risco, saíram dos seus Estados e se juntaram aos médicos de Manaus para nos ajudar na prospecção das 136 unidades básicas de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então a senhora confirma que médicos voluntários de outros Estados acompanharam a senhora na sua missão a Manaus?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso, acompanharam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A senhora poderia depois mandar esses nomes aqui para a Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu peço à Secretaria da Mesa que, por favor, providencie a requisição.

Com quais critérios foram escolhidos?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pessoas voluntárias podem ser recrutadas pelo Ministério da Saúde e aceitar o trabalho voluntariado. E essa ação é regulamentada por uma portaria. Esses médicos nos ajudaram muito, e aqui eu agradeço e incentivo o movimento de voluntariado no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eram servidores do ministério?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era a arquitetura do TrateCov? Quem era o responsável pelo gerenciamento do programa?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A minha secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O mecanismo de resposta ao questionário era autônomo no celular e funcionava como uma calculadora apenas, como falou o Pazuello?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É uma espécie de calculadora médica. É que quando a gente fala calculadora, parece, na cabeça das pessoas leigas, algo matemático. É uma ferramenta diagnóstica e, como ela, exatamente como o TrateCov, existem mais de 300 ferramentas médicas de diagnóstico através de dispositivos eletrônicos na internet.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No seu depoimento à Polícia Federal, V. Sa. informou que a plataforma foi hackeada, informação que foi confirmada pelo Ministro Pazuello em seu depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que disse que o TrateCov foi roubado, alterado e difundido por uma pessoa já identificada pela polícia. Qual é o nome do responsável por esse crime cibernético?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. Deixe-me pegar aqui, é um jornalista: Rodrigo Menegat.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que providências o Ministério da Saúde tomou para investigar o alegado hackeamento do aplicativo e apurar as responsabilidades?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Todas as providências legais: foi feito um boletim de ocorrência; foi feita uma comunicação pela Secretaria Executiva, após receber a notificação da minha secretaria, à Polícia Federal; e foi solicitada, como eu disse aos senhores, uma perícia forense pelo Presidente da Associação Nacional dos Peritos forenses em informática.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há processo administrativo aberto?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode indicar o número?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu posso remeter para o senhor. Eu não tenho aqui agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Secretaria da Mesa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na sua avaliação, que interesse essa pessoa poderia ter em hackear um sistema que era gratuito?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É a mesma pergunta que eu faço, assim: que interesse tem alguém, num contexto de uma doença tão grave, de trazer um prejuízo às pessoas que poderiam ser beneficiadas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela trabalha na Secretaria, é secretária lá... Trabalhava.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aquele servidor que a senhora disse que ele saiu, que fazia parte da equipe...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso, meu diretor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem envolvimento com essa...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, ele é o diretor da diretoria onde estão os técnicos que fizeram. Nós afastamos para investigação. É a medida correta do ponto de vista administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele voltou já?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Voltou porque nós confirmamos que não houve dolo da parte deles, nenhum erro da secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária, por favor, quais foram as alterações feitas pelo *hacker* na parametrização original e como isso justificaria a retirada do ar da plataforma?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Todos nós, leigos – e eu também me coloco nessa condição, eu não sou técnica de informática, eu sou médica –, a primeira ideia que nós fazemos quando a gente escuta dizer que alguém invadiu um dispositivo é chamar de hackeamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas as alterações que o hackeamento proporcionou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ele não conseguiu, o sistema é seguro, ele não conseguiu hackear. Hackear é quando você usa a senha de alguém, entra dentro de uma plataforma, de um sistema. E nós já tivemos sistemas do Governo que foram hackeados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, não foi hackeado?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Foi uma extração indevida de dados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não foi hackeado? Não houve a mudança da...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não é hackeamento, o termo. O termo que foi utilizado foi um termo de leigos. Hoje a gente tem o laudo pericial que classifica a operação feita de extração indevida de dados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, houve extração de dados, mas não houve alteração do que estava proposto no TrateCov.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, porque o sistema era seguro. O que ele fez foram simulações completamente indevidas, fora de contexto epidemiológico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Isso responde – isso responde. Quer dizer, não houve alteração. E, portanto, sem haver alteração pelo *hacker* na parametrização original, o que justificou, então, a retirada do ar?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Para investigação. Nós tivemos da imprensa uma notificação de que nós estávamos orientando que tratamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, isso é uma informação absolutamente nova. Não houve alteração, e, não havendo alteração, nada justificaria a retirada do ar, porque a informação que o Pazuello passou aqui, e foi outra mentira, é que havia uma deturpação e um desvio da finalidade do TrateCov. A senhora respondeu muito bem, e eu agradeço a sinceridade da resposta.

V. Sa. poderia fornecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito o código-fonte do aplicativo com a parametrização estabelecida pela equipe do Ministério da Saúde...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... ou seja, a versão não hackeada que foi retirada do ar por ordem do Ministro Pazuello, segundo ele mesmo declarou aqui em depoimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim.

Já estou me encaminhando para concluir, apenas duas perguntas.

O Tribunal de Contas da União, em despacho do Ministro Benjamin Zymler, de 22 de janeiro de 2021, no Processo 019895, entendeu que não seria lícito o uso da cloroquina pelo SUS, mesmo *off-label*, sem autorização da Anvisa, em razão do art. 19-T da Lei 8.080, Lei do SUS, deixando claro que mesmo o uso *off-label* poderia ser autorizado pela Anvisa mediante solicitação da Conitec, que V. Sa. integrou e integra.

Pergunto: V. Sa. orientou o Ministro a submeter o assunto à Conitec antes da publicação das notas informativas que autorizavam o uso de cloroquina pelo SUS?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, diante de um contexto da Covid, que é uma doença grave e de desfecho incerto, os processos para a gente apresentar uma medicação à Conitec ou qualquer outro tipo de tecnologia a ser incorporada, eles levam meses para que sejam apresentados estudos. E nós estamos, de novo, eu insisto, tratando de uma doença grave. O uso *off-label* dessas medicações, a gente já tem para garantir o uso a segurança delas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, respondendo... Secretária, por favor...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Desculpe a insistência. Então, respondendo objetivamente, V. Exa. orientou ou não orientou o Ministro...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... a submeter o assunto à Conitec antes da publicação das notas informativas? Não autorizou?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não orientou...

V. Sa. cogitou pela autorização da Anvisa antes de assinar a Nota Informativa nº 17, que na prática introduziu a cloroquina entre o arsenal terapêutico do SUS para combate à Covid como tratamento precoce da infecção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor, até porque a minha secretaria não faz demandas à Conitec, são as secretarias assistenciais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Alguém sugeriu que essas consultas e autorizações não fossem solicitadas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não que eu me lembre.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não que se lembre.

Como V. Sa. recebeu a recente manifestação da Conitec, que não incluiu a cloroquina entre os medicamentos recomendados para pacientes com Covid-19?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Corretíssima, porque a decisão agora de enviar o primeiro protocolo se trata de uso hospitalar das medicações consideradas antivirais e que podem ser usadas *off-label*. Então, nós já temos a certeza, desde as Notas nºs 5 e 6 do Ministro Mandetta, que não há hoje indicação de se fazer essas medicações na fase hospitalar em que os doentes já são muito graves, já têm processo inflamatório estabelecido. O uso tem que ser no início da doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como V. Sa. analisa as declarações do Diretor-Presidente da Anvisa, Almirante Barra Torres, que esteve aqui conosco também, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, em seu depoimento, no sentido de que a agência claramente não recomenda o uso de cloroquina para a Covid.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, a gente tem que fazer aqui, de novo, a contextualização. Quando o Presidente da Anvisa fala de não recomendar, ele está falando do papel da Anvisa. A Anvisa recomenda medicamentos que estejam na bula. Esse é o papel dela como agência certificadora.

Para você conseguir que um desses medicamentos que nós estamos usando *off-label* seja incorporado em bula, quem solicita essa incorporação é a indústria farmacêutica, e isso é importante a população brasileira saber.

Para eu fazer um estudo, que nós chamamos de "estudo pivotal", para incorporação de qualquer medicamento em bula, em média esses estudos levam quatro anos e custam, o mais simples, USS$19 milhões. São necessários, em geral, para as agências reguladoras do mundo inteiro, cerca de dois estudos desses, com cerca de 4 mil pacientes, em cerca de dez anos e custando, juntos, US$38 milhões.

Essas medicações não têm patentes, elas são medicações baratas. Então, não existe interesse hoje da indústria farmacêutica de que essas medicações sejam objeto de um estudo, da formação de um dossiê, para serem entregues à Anvisa, para serem incorporadas em bula para tratar essa doença. Então, esse é o motivo pelo qual nós não temos da Anvisa a opinião de que essas medicações sejam liberadas, porque ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

está se referindo à função dela, que é a liberação em bula. Para o uso *off-label* nós não precisamos da bula desses remédios.

Para salvar vidas, que é o objetivo meu e dos senhores, nós precisamos oferecer à população todos os recursos, e a Covid, Senador, tem quatro eixos: uso de máscaras, distanciamento social, a vacina como uma das medidas mais importantes para prevenção, mas a gente ainda vai ter os doentes que vão ter o escape das vacinas, a gente vai ter os doentes que, mesmo tomando a vacina, vão ter eficácia reduzida... Esses doentes que vão adoecer, para eles, nós, a OMS, o mundo, a gente vai ter que ter medicamentos seguros, que possam tratar a doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Para concluir, Secretária, por favor, V. Sa. mantém a sua indicação de cloroquina e hidroxicloroquina para tratamento de Covid?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu mantenho a orientação, enquanto médica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mantém.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... de que a gente possa usar todos os recursos possíveis para salvar vidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mantém.

V. Sa., como profissional de saúde, já se vacinou?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ainda não, Senador, porque, no dia que a minha vacina estava agendada, eu adquiri Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu me considero satisfeito, Presidente Omar, com essa intervenção inicial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só uma informação para um leigo: tem algum estudo de utilização da cloroquina para criança?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Para criança?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Tem sim, senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Para criança?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... só que a gente usa em determinados casos. A gente não usa de forma indiscriminada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, mas eu estou... Para criança foi feito estudo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Deve ter estudo para criança...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... para utilização de cloroquina.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, nós citamos, inclusive, Senador, na nota orientativa. Tem as referências.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Agora, me diz uma coisa: a senhora falou muito em Manaus, o carinho, a sua participação na cidade de Manaus... Se esse aplicativo não foi hackeado, não foi modificada a orientação ou determinação ou qualquer outra palavra que a senhora possa dar, por que que foi retirado do ar?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – No primeiro momento, nós retiramos para que a gente pudesse fazer a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E depois, por que que não voltou?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós estamos organizando para que ele volte a ser utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Mas, doutora, a senhora sabe quantas vidas se perderam nesse ínterim? Não houve hackeamento nenhum, absolutamente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) **–** Senador, nós tentamos explicar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, doutora. Doutora, não houve absolutamente nada. Inclusive, nós vamos trazer os técnicos que fizeram esse aplicativo. Doutora, a senhora disse aqui que não houve nenhuma mudança no protocolo. Por que retirar do ar? Se a senhora tinha tanta certeza de que ia salvar vidas, por que vocês não devolveram e salvaram as vidas que foram perdidas no Amazonas?

Aqui tem gente que, no dia 26, quando foi feito o *lockdown* na cidade de Manaus, saiu metralhando a decisão. Quinze dias depois, esses assassinos da internet que ficam criticando o *lockdown* mataram pessoas sem oxigênio na minha cidade. Por que a senhora não devolveu o aplicativo que salva vidas? Essa é a pergunta. A senhora deixou de salvar vidas no meu Estado. Se esse aplicativo salva vida, por que a senhora não devolveu o aplicativo, doutora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, primeiro porque havia uma insegurança enorme à semelhança do que foi feito com a tentativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Doutora, não faça isso. A senhora treinava os médicos, doutora. A senhora tinha o aplicativo. Não faça isso comigo. Sabe quantos amazonenses morreram? Sabe quantos amazonenses morreram por falta de oxigênio? Centenas, na capital e no interior. Se a senhora tinha um aplicativo que ia salvar vidas, porque a senhora não devolveu esse aplicativo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A Senadora Eliziane Gama com a palavra por 15 minutos.

É meu Estado. É meu Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É o Estado de V. Exa., mas V. Exa. é o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É meu estado. Não é o seu Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Exa. é o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É o meu Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O.k. Até ontem, V. Exa. estava contra o aplicativo. Agora, mudou de ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não entende ironia, não, não é, rapaz?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, então, explique Senador, porque está difícil até para o seu Estado entender.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Figura de linguagem da literatura: ironia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente de CPI não é Presidente para ser irônico, Presidente, convenhamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É um ensinamento básico, figura de linguagem da literatura.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente V. Exa. assegura a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não enrolo. Eu não enrolo ninguém. Eu não fico tangenciando para chegar... Não sou enrola, enrola, não. Eu falo as verdades e falo na cara. Não fico utilizando meio-termo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... subterfúgio, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. tem o respeito desta Comissão, quando age como Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não é isso o que está fazendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. assegura a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui não é o Presidente. Aqui é o Senador do meu Estado, do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. está na cadeira de Presidente, Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o meu Estado.

A Sra. Dra. Mayra poderia ter salvado vidas com esse aplicativo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa... Quando nós virmos no banco de testemunha o Governador do teu Estado, quero ver se V. Exa. terá essa mesma animosidade para enfrentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode ter certeza de como também terei a mesma forma para tratar o Governador do seu Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ali há pedido de prisão contra ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo. Problema dele e teu, não é meu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ora, tu acha mesmo que eu estou preocupado com o Governador do Amazonas?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não me preocupo nem com o Governador do Amazonas nem com o Governador de Rondônia, que vem aqui também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que venham todos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É ótimo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos que são suspeitos de corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos os Governadores que tiveram operação da Polícia Federal, todas as prefeituras de capitais que tiveram operação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É um anúncio que V. Exa. está fazendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, vai ser votado amanhã.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São nove Governadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que boa notícia V. Exa. está dando hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e doze Prefeitos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parabéns!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Aí vocês vão parar de reclamar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, até que enfim, a oposição cedeu ao bom senso. Parabéns!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive o do Rio de Janeiro, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive o ex-Governador do Rio de Janeiro e o atual Governador do Rio de Janeiro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Relator.

E vou aqui direto à pergunta à Secretária Mayra: Secretária, quando a senhora fala, por exemplo, da...

Presidente... Eu queria pedir aqui, Presidente, que eu fosse ouvida; que me assegurasse, na verdade, o direito de fala, porque é impressionante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – O pessoal que é Senador que está aqui falando, por favor... Quem não for Senador eu pediria que não interrompesse a reunião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Posso iniciar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, pode!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. pode zerar aí o cronômetro, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Secretária, eu queria pedir aqui... (*Pausa.*)

Secretária, nós temos, na verdade, várias publicações suas acerca da recomendação do uso de hidroxicloroquina para crianças e até para gestantes. Onde é que estava essa fundamentação para esse tipo de orientação, Secretária?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Pois não, Senadora. Na nossa nota orientativa, a despeito de muitos imaginarem que ela foi feita somente pelos técnicos do ministério, nós convidamos vários profissionais com *expertise* da área de ginecologia, obstetrícia, da área de pediatria, chamamos um dos maiores toxicologistas pediatras do Brasil. Se a senhora quiser, eu posso lhe entregar. Na nota, existe a lista de autoridades médicas que foram chamadas para dar o parecer ao Ministério da Saúde, na confecção dela, e existe uma lista de referências que também estão descritas lá que foram usadas para essa orientação ser criada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por que a senhora não obedeceu ao que estava determinado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, que não recomendou o uso da cloroquina para crianças e adolescentes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Porque, como eu já disse para a senhora, as sociedades médicas, elas podem dar opiniões; o Ministério da Saúde não precisa, necessariamente, seguir a opinião de sociedades. A nossa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele precisa seguir a orientação de quem?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A nossa referência, primeiro, para os médicos exercerem a sua autonomia, é dada pelo Conselho Federal de Medicina. E nós temos os nossos técnicos, nós temos as pessoas que nós escolhemos para dar o nosso parecer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, quer dizer, que esses pareceres são baseados em pessoas que o ministério escolhe?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sempre foi assim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O ministério não considera, por exemplo, as entidades científicas de saúde, no Brasil, para respaldar os seus protocolos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A gente considera, quando esses pareceres são condizentes com a realidade e com a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, espere aí! Não, espere aí!

A SRA. MAYRA PINHEIRO – As sociedades falham também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, espere aí!

Quer dizer, então, que o Ministério da Saúde... Ela concorda com opiniões que favoreçam o entendimento político do Ministério da Saúde. É isso? Só para eu entender.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora. Não foi isso que eu disse; o que eu disse é que nós temos o nosso conjunto de técnicos que trabalham no ministério, servidores de carreira. E, muitas vezes, nós chamamos técnicos de fora também – o Ministro Marcelo Queiroga vem fazendo isso agora, para que as pessoas elaborem os protocolos –, mas as sociedades dão opinião, elas não decidem conduta do Ministério da Saúde, e as sociedades também erram. E, para a senhora ter uma ideia, a Sociedade Brasileira de Pediatria, à semelhança das sociedades, também não representa todos os pediatras do Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E por que a senhora colocou, na sua fala, que havia, por exemplo, respaldo junto à Sociedade Brasileira de Pediatria?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não me lembro em que contexto isso foi colocado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas a senhora sabe que a senhora fez referência de que havia um respaldo junto à Sociedade Brasileira de Pediatria?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não me lembro em que contexto isso foi colocado. Se a senhora tiver para me lembrar, porque eu não me lembro em que contexto eu coloquei isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O vídeo posso pedir aqui para minha assessoria, já, já posso até colocara para V. Exa., mas faz parte do vídeo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu acho que a senhora deve estar falando do contexto das aulas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... que foi colocado pelo Relator.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... das escolas, e não de medicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Do uso de hidroxicloroquina para crianças e adolescentes.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** V. Exa. fez referência à Sociedade Brasileira de Pediatria. E, em seguida, a própria sociedade apresentou um documento exatamente contrapondo a posição feita...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não me recordo dessa informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... pela senhora.

Quando a senhora fala em relação a essas entidades científicas, eu queria que a senhora me explicasse de forma mais específica.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Por que eu digo isso, Secretária? Por exemplo, nós temos entendimento do Tribunal de Contas da União que não admite, por exemplo, a aplicação de políticas públicas que estejam fora de recomendações de entidades científicas, inclusive até para uso de recurso público. Esse entendimento que é feito pelo Tribunal de Contas da União consta, por exemplo, inclusive nos processos que estão em curso acerca de improbidade.

Nessa mesma linha, por exemplo, a senhora não considera essas entidades que eu vou citar aqui como entidades idôneas, que, aliás, são um colegiado? Como, por exemplo, a Rede Brasileira de Mulheres científicas... E, aliás, a nota técnica da Rede Brasileira de Mulheres científicas não apenas não orienta; ela traz o banimento da adoção, por exemplo, da cloroquina. Veja bem, em uma nota técnica de março de 2020, por exemplo, a Anvisa emite parecer não recomendando o uso de hidroxicloroquina. Em maio de 2020, o Conselho Nacional de Saúde se posicionou contra o uso do tratamento precoce com hidroxicloroquina. Em junho de 2020, a Sociedade Brasileira de Infectologia lança uma diretriz médica onde não recomenda o uso também desse medicamento. Em junho de 2020, a Associação Médica Brasileira passou a não recomendar mais o uso da hidroxicloroquina. Em janeiro de 2021, o Conselho Nacional de Saúde, portanto, emite um ofício para o Ministério da Saúde pedindo a revogação de qualquer instrumento que incentive o uso desse medicamento. A Associação Médica Brasileira recomenda, em março de 2020, o banimento do tratamento precoce da hidroxicloroquina.

Todas essas entidades que eu cito, a senhora não considera que são entidades idôneas para emitir posicionamentos, orientações e recomendações acerca do uso de medicamentos no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senadora, eu não vou discutir aqui a idoneidade dessas representações, mas o Ministério da Saúde não precisa se nortear...

A senhora citou aí a Sociedade Brasileira de Infectologia. Boa parte dos trabalhos que a Sociedade Brasileira de Infectologia utilizou para fazer uma nota desorientando ou desaconselhando o uso dessas medicações tem trabalhos com graves conflitos metodológicos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu pergunto à senhora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... que nós não podemos usar como referência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Então, Secretária, é isso que eu quero...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Se a senhora quiser, depois eu lhe cedo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora coloque o seguinte: que o Ministério da Saúde concorda com posicionamentos que coincidam com o entendimento da equipe política do Governo da Secretaria...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... de Saúde.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora. Eu sou técnica, e os secretários do Ministério da Saúde são técnicos. Nós temos quatro médicos na equipe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Então, considera-se...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Todos eles com currículo brilhante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... a posição desses técnicos, e não a posição das entidades científicas?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – E os estudos que nós fazemos.

É como eu disse à senhora: a gente, o Ministério da Saúde não está subordinado às entidades científicas. E as entidades científicas que comprovarem, através de trabalhos com boa qualidade metodológica, os fundamentos que nós usamos, nós vamos utilizar, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, a senhora não respeita o entendimento que foi estabelecido pelo Tribunal de Contas da União?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O Tribunal de Contas da União fez uma orientação: que nós colocássemos, na capa da nossa nota orientativa, que ela não trazia obrigatoriedade da prescrição. E nós seguimos com a nota orientativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, esse entendimento do Tribunal de Contas o Ministério da Saúde não leva em consideração, na sua eficácia.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós cumprimos todas as orientações do Tribunal de Contas da União.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas V. Exa. está se contradizendo.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando V. Exa. diz que admite o entendimento do TCU e ao mesmo tempo diz que não admite o entendimento dessas entidades que são apresentadas, ou você concorda com uma, ou você concorda com outra.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senadora, é que a gente precisa ter o entendimento de quais são essas entidades médicas de excelência.

Eu, como técnica e responsável por dar as diretrizes da saúde do Brasil, tenho a responsabilidade de analisar o que me chega. Numa das entrevistas coletivas – para a senhora ter ideia – de que eu participei, eu refutei um artigo da *The Lancet*; duas semanas depois eu sofri uma "linchação" social, porque as pessoas disseram que eu estava questionando uma das maiores revistas do mundo, que condenava o uso das medicações antivirais para o tratamento precoce. Duas semanas depois, essa revista pediu desculpas à humanidade, e foi colocado que houve uma fraude: fizeram um trabalho com 96 mil pacientes repleto de conflitos de interesse, com dados falsificados. Então, é isso que eu digo para a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pergunto à senhora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu estou numa posição de técnica, e nem sempre, o fato de ser uma sociedade, essa autoridade merece que o ministério aceite as posições dela sem fundamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Secretária, o meu tempo é muito pouco. Deixa eu fazer uma pergunta para a senhora.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A senhora está falando que a senhora é técnica e que considera os técnicos do Ministério da Saúde. Veja, qual a sua posição sobre a Conitec, que é exatamente a parte técnica dos SUS? A senhora acha que é uma comissão importante que tem que ser levada em consideração?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se a senhora considera que ela tem que ser levada em consideração, duas perguntas.

Primeiro, por que ela não esteve, por exemplo, à frente do comando de todos os procedimentos junto ao Ministério da Saúde no que se refere, por exemplo, ao enfrentamento dessa pandemia?

E a segunda: se a senhora considera a Conitec uma comissão, de fato, séria, então por que a senhora não segue a orientação da Conitec, já que ela própria não orienta – e fez isso através de uma consulta pública – a utilização mais da hidroxicloroquina?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Primeiro, a gente está falando de coisas que são confusas. A Conitec tem um papel relevante na incorporação de novas tecnologias, mas ela se manifesta sobre aquilo em que é provocada. Não houve...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Houve.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... até o momento nenhum pedido...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Houve, Secretária.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora. Não houve nenhum pedido de manifestação à Conitec sobre o uso *off-label* dessas medicações para a Covid. O Ministro Queiroga está enviando agora o primeiro pedido de protocolo clínico de diretrizes terapêuticas, que vai ser avaliado para uso em pacientes hospitalares, onde nós não indicamos essas medicações.

Então, assim, é esta a função da Conitec: ela vai deliberar com os seus técnicos, com as suas representações sobre aquilo que é apresentado e solicitado parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Esse posicionamento que foi estabelecido pela Conitec foi feito através de uma consulta pública e foi colocado claramente, por parte da Comissão – quero entregar, e já entrego aqui o documento a V. Exa. –, em que coloca claramente a não recomendação ao uso de hidroxicloroquina. Foi feito através...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – No uso hospitalar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente, mas...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas com isso nós concordamos, Secretária... Senadora – perdão.

O uso hospitalar é consenso já. Nós acompanhamos os trabalhos científicos, as evidências. Ninguém mais deve usar essa medicação para uso hospitalar. O tratamento é no início da doença, na fase de replicação viral. O nosso objetivo é impedir que o vírus se multiplique dentro da célula e que ele cause a morte, os internamentos e o colapso do sistema de saúde.

Concordo plenamente com o envio da solicitação para que a gente, no âmbito do atendimento hospitalar, possa usar medicamentos que mostrem evidência nessa fase da doença. Nós estamos ainda insistindo aqui na necessidade de que, na fase inicial da doença, nós possamos juntar todos os recursos que nós já temos com algum grau de evidência pra eu, a senhora, todos os Senadores aqui e os médicos brasileiros salvarem vidas. Eu quero mais máscaras, eu quero medidas de distanciamento, eu quero mais vacinas e vacinas mais eficazes. E acho que esse é o mesmo objetivo meu, da senhora e de todos os Senadores aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Secretária, a senhora colocou mais cedo acerca da questão da imunidade de rebanho, e a senhora colocou que não fazia a defesa de forma indiscriminada. Em quais situações a senhora defende?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu nunca fiz a defesa da imunidade de rebanho. Quando eu me referi, no vídeo que o Senador Renan trouxe aqui, eu me referi às crianças. Nós não precisávamos – e aí eu insisto na minha defesa enquanto pediatra: o prejuízo que nós causamos às crianças brasileiras é indizível. Crianças que foram privadas da escola, da merenda escolar, crianças que sofreram mais violência doméstica, crianças com aumento do número de casos de estupro. A gente vai documentar isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, a imunidade de rebanho para criança a senhora orienta?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, quando a gente fala de imunidade, é as crianças permanecerem indo pra escola, Senadora, porque o risco de elas adquirirem a doença é 37,5 vezes menor do que o dos adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas as crianças não vão para a escola sozinhas, Secretária; elas têm todo um corpo docente pra poder funcionar. Elas têm os professores, têm toda uma equipe de funcionalidades e, depois, elas têm que voltar pra casa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – E elas têm baixa transmissão da doença.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Para perto do pai, da mãe, do avô.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – E aí a gente pode isolar os casos mais graves, a gente pode isolar os nossos idosos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou seja...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Existem muitas medidas, Senadora, que nós pudemos, juntos, discutir para a Covid, mas a gente precisa ter medidas estratégicas, não medidas reativas, políticas de apagar incêndio. O *lockdown*, por exemplo, foi adotado muitas vezes de forma completamente inadequada, quando a gente tem milhares de publicações mostrando que essa medida pode ser inefetiva. A própria Organização Mundial de Saúde, que recomendou o *lockdown,* hoje diz que ele pode ser responsável pela fome e pela miséria.

Então, na Covid, tudo é incerto. Nós precisamos discutir porque a ciência, quando se fala em evidência na Covid...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Secretária...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... são construções diárias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Secretária, a senhora está falando de uma situação econômica, e é bom a gente lembrar que nós temos hoje no Brasil 450 mil pessoas que, de fato, não podem mais comer porque morreram, Secretária. Esse é um retrato. E a Organização Mundial da Saúde e todos os órgãos científicos do mundo – a senhora, como uma estudiosa do assunto, sabe disso –, a recomendação é o elementar: é distanciamento social, é o uso de máscara e uso de álcool em gel. A hidroxicloroquina, que V. Exa. ainda insiste até hoje nela, foi constatada pelos vários estudos ao longo dos últimos meses a sua ineficiência. E a senhora insiste ainda na aplicação desse mesmo medicamento, ou seja, nós estamos aqui diante de uma situação extremamente grave, Secretária, que demonstra, infelizmente, que ações reiteradas dessa natureza acabam evidenciando esses números que estão realmente aqui diante de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer uma pergunta à senhora aqui: a senhora senta com o Presidente da República para tratar de questões relativas à sua pasta?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas a senhora tem audiência com ele frequentemente?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Quantas vezes a senhora se reuniu com o Presidente da República nos últimos 12 meses?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nos eventos públicos no Palácio, quando eu sou convidada pelo Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nunca sentou pra despachar com ele acerca da questão da área da saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Os secretários não fazem despacho com o Presidente da República; o Ministro faz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo, a minha pergunta é exatamente se a senhora teve ou...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – E eu só queria, se a senhora me permitir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Só estou finalizando uma pergunta, e a senhora pode falar no final.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Responda, então, o que você ia falar.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, é só pra dizer pra senhora que, assim, quando a gente repete que não existem evidências e não existe eficácia desses medicamentos, Senadora, isso é... O que eu trouxe aqui pra vocês são todos os trabalhos publicados até hoje. A gente não está falando em nível máximo de evidência, porque nós não vamos obter isso nem para os tratamentos antivirais...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ainda nem temos os medicamentos, isso é bom a gente lembrar, Secretária, porque meu tempo realmente está indo embora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu queria só fazer pra senhora a última pergunta acerca do relatório que a senhora passou ao Ministro da Saúde da sua visita em Manaus. Quer dizer, no período de 1º a 10, lá foram quase 500 pessoas que vieram a óbito, e ninguém lhe falou que faltava oxigênio. De quem foi essa falha? Se a senhora está indo para o Estado com uma equipe para entender a situação real da cidade e, de repente, ninguém lhe diz que está faltando oxigênio, de quem foi essa falha?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Acredito que os senhores estão aqui pra apurar essa responsabilidade, mas, durante o período...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Através de ouvir vocês.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A nossa responsabilidade e as nossas informações, elas serão fruto das suas respostas. Então, eu gostaria que V. Exa. me respondesse pra eu depois ter uma avaliação acerca desse entendimento.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. Como eu já mencionei antes, durante o período em que eu fui destacada como Secretária pra estar em Manaus, não recebi qualquer relatório, qualquer comunicação e acredito que a senhora e os outros Senadores vão ouvir isso nos relatos do Secretário Marcellus, porque, assim, essa é a verdade, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** É, é uma verdade realmente que nós precisamos apurar, porque é absolutamente estranho que uma equipe designada pelo Governo Federal vá ao Estado, não tenha informação daquilo que vai evidenciar, depois, centenas de pessoas que vêm a óbito, e a gente viu o caos que realmente se seguiu logo após, inclusive, a sua saída do Estado.

E, pra finalizar, Secretária, a senhora é médica e a senhora sabe que essa autonomia médica tem um limite, e esse limite passa pela bioética, ele passa pela questão ética, ele passa pela vida. Eu vejo que, infelizmente, as suas orientações, até pela posição estratégica que a senhora exerce como Secretária do Governo Federal e a sua função estratégica, as suas orientações em relação ao uso da hidroxicloroquina, diante da ineficácia apresentada pelos vários estudos... Infelizmente, a senhora está prestando um desserviço no Brasil no momento tão grave que nós estamos realmente enfrentando que é o período de pandemia.

Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Pelo sistema remoto agora, Senador Tasso Jereissati.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Presidente. Devolvo a Presidência a seu titular. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a reunião por cinco minutos, porque a doutora precisa...

(*Suspensa às 12 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 21 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes do Senador Tasso, a Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Não, eu vou depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Eu, há pouco, fui informado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade, Presidente... Dr. Humberto, Secretário Humberto... Deputado... Senador Humberto... (*Risos.*)

Eu discorri em várias funções. Não, na verdade é porque eu queria só saber da secretária – cinco segundos só, secretária: a senhora acabou sendo conhecida como capitã cloroquina. Isso a incomoda de alguma razão?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Apenas eu não acho o termo adequado, porque eu não sou oficial de carreira militar. Eu sou uma médica, respeitada no meu Estado. Então, eu prefiro ser chamada: Dra. Mayra Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes de passar... Senador, Líder... Líder do Presidente Bolsonaro, Fernando Bezerra. Eu fui lá ao toalete e fui informado pela minha assessoria de que o Presidente Jair Messias Bolsonaro postou um projeto que eu tinha dado entrada e que hoje, logo ao chegar... Ontem à noite eu cheguei e, hoje de manhã, quando eu cheguei aqui ao meu gabinete, eu mandei retirar, porque muitos profissionais de saúde, amigos meus, disseram: "Omar, é melhor analisar bem, isso vai prejudicar a gente". E eu faço autocrítica naquilo em que eu acho que estou errado. E retirei, a pedido de vários médicos, profissionais de saúde, para que futuramente a gente possa ou não debater esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não faço cavalo de batalha, absolutamente, em nada daquilo que, quando eu ouço profissionais da área, eles me orientam a fazer de forma contrária – e eu faço de forma contrária, como eles me orientam.

Então, Presidente, não perca seu tempo – ou quem quer que seja nas suas redes sociais – de postar esse projeto, porque esse projeto já foi retirado bem antes de o senhor postar esse texto no seu Twitter.

Perca seu tempo ligando para lideranças políticas internacionais para comprar vacina. Perca seu tempo em salvar vidas, Presidente. Coloque dentro do seu Twitter algo... Diga assim: "Faça o isolamento social, se cuide! Essa doença mata!". Não desça tanto para vir criticar um simples projeto que já foi retirado, porque eu, como ser humano, como cidadão e como político, naquilo em que eu erro, naquilo em que eu me equivoco, eu faço autocrítica. E espero... Ainda há tempo para V. Exa. fazer autocrítica em relação à vacina. Compre vacina, não compre cloroquina, Presidente!

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati. (*Pausa.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora sim.

Senador Tasso Jereissati, por 15 minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu vou ser rápido. São duas perguntas, mais esclarecimentos.

Dra. Mayra, boa tarde.

Há uma questão que está me intrigando realmente e que eu queria ver esclarecida.

A senhora e os cinco médicos que compõem a sua equipe não acreditam nas orientações da Sociedade Brasileira de Pediatria e de quase todas as sociedades brasileiras; não acreditam na OMS, nas orientações da OMS; não acreditam nas orientações da Anvisa; não acreditam nas decisões da entidade que combate doenças contagiosas nos Estados Unidos, o CDC; não acreditam no CDC e na EMA, entidades que formam as orientações globais na Europa. Acreditam em que orientações?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Boa tarde, Senador Tasso, é uma satisfação revê-lo.

A primeira coisa, Senador: o senhor é cearense e conhece a minha história de luta em defesa da vida e da dignidade de pacientes e profissionais.

A primeira coisa em que eu acredito é que nós devemos salvar a vida das pessoas diante de uma doença grave e incerta – essa é a primeira recomendação e essa é a minha primeira crença maior – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

buscar, entre todas as evidências que nós temos, aquilo que nós podemos utilizar que cause o menor malefício e o maior benefício para a salvar vidas.

O senhor fez a citação de dezenas de entidades. Eu poderia citar outras dezenas de entidades e países, Senador, que têm usado protocolos clínicos para tratar Covid com bons resultados. Eu poderia citar para o senhor dezenas de Municípios brasileiros onde, a partir da observação clínica dos médicos, pessoas estão sendo salvas. Poderia citar aqui para o senhor dezenas de hospitais e entidades privadas no Brasil que vêm usando protocolos clínicos criados por essas entidades para salvar vidas. O que eles têm em comum, cidades e países que adotaram esses protocolos e essas entidades? A letalidade nas cidades é menor, a resposta dessas entidades privadas que vêm usando medicamentos antivirais é menor.

E a gente não está falando, Senador Tasso, só de cloroquina e de hidroxicloroquina. Infelizmente, esses dois medicamentos foram muito estigmatizados e criminalizados, em vez de serem criminalizadas as pessoas que fizeram pesquisas fraudulentas ou que causaram a morte. Nós estamos falando em 17 medicamentos que existem hoje que podem ser usados para a Covid e que têm um potencial de diminuir o que eu, o senhor e todos os Senadores e a população brasileira querem: diminuir as hospitalizações, evitar o colapso do sistema de saúde e as mortes, que é um desfecho, o mais grave de todos, o mais infeliz. E nós lamentamos a morte não só das pessoas, mas também de um grupo específico de pessoas, que são os profissionais da saúde que estão no enfrentamento dessa doença.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dra. Mayra.

Essas entidades são entidades oficiais, a Organização Mundial de Saúde, que a senhora mesma citou várias vezes, recomendações dela que está adotando.

No Brasil, eu espero só tomar medicamentos que sejam autorizados pela Anvisa. Eu não... Se não for autorizado pela Anvisa, eu não faço. Enfim, mas não vou polemizar sobre isso.

Mas outra coisa aqui e vem a propósito do que nós temos ouvido aqui também para esclarecimento: nós ouvimos aqui um relato muito técnico, bem-feito do Senador Otto Alencar – não sei se a senhora chegou a acompanhar – em outras oitivas, em que ele fala sobre exatamente o que é a hidroxicloroquina e a cloroquina.

E ele... E a senhora afirmou aí várias vezes que ele é um antiviral.

O Senador... Eu gostaria....

A senhora confirma isso pelo que eu entendi?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Que essas medicações têm ação antiviral? Sim, inclusive nós temos publicações científicas atestando isso desde 2005, Senador Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o Senador Otto...

Eu vou apresentar para o senhor, Senador, com todo o respeito.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu gostaria de passar, então, se o Presidente me permitir, só para o esclarecimento de todos nós, que o Senador Otto explicasse para nós tirarmos essa dúvida aqui de uma vez por todas, se o Presidente... Cedo o meu tempo todo para o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Posso falar, Presidente? (*Pausa.*)

A cloroquina, a hidroxicloroquina é um antiparasitário.

É uma droga antiga usada para combater a malária causada pelo plasmodium, que é um parasita.

Não existe nenhuma medicação que possa, como proposto nesse TrateCov, evitar a contaminação por um vírus.

Eu pergunto à senhora, Dra. Mayra, tem alguma medicação para evitar que uma criança contraia o sarampo?

Só a vacina, não é?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Só a vacina.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Paralisia infantil? Só a vacina. Varíola? Só a vacina. H1N1? Só a vacina.

Como é que inventaram agora que hidroxicloroquina pode evitar que uma pessoa se contamine do coronavírus?

É um absurdo! E dizer que é um antiviral? Não tem nenhum estudo pra comprovar, a não ser o estudo que deve ter sido feito sem os protocolos normais do estudo.

Por exemplo, a senhora deve saber – é médica e tem um bom currículo, não tenho dúvida disso: há como se aplicar uma medicação num paciente sem antes fazer os estudos pré-clínicos? Ou *in vitro*? Não, tem que fazer primeiro o estudo pré-clínico ou *in vitro*. Estudo pré-clínico é feito nos animais para depois se usar a medicação e, depois, os estudos clínicos.

A senhora sabe quantas fases são do estudo clínico para aplicar uma medicação? Pode dizer?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Quatro fases, pelo menos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a senhora está consciente de que não foram feitas as quatro fases da hidroxicloroquina no combate à Covid-19.

Não tem nenhum estudo que possa demonstrar que foi feita a primeira, segunda, terceira e quarta fase. Além disso, doutora, todos esses estudos têm que ser acompanhados do ponto de vista farmacológico, farmacodinâmico e farmacocinético, para saber como a droga no organismo do paciente desenvolve sua ação. Hidroxicloroquina não é antiviral em estudo sério nenhum no mundo. Eu tenho lido sobre isso, tenho informações, tenho inclusive no meu Estado talvez o melhor infectologista do Brasil e um dos maiores do mundo, Professor doutor Roberto Badaró, que é infectologista; a senhora não é infectologista.

Ficam falando inclusive do coronavírus. O coronavírus se manifestou em Hong Kong em 2003, se usou hidroxicloroquina e não resolveu. O Mers, que atingiu a Ásia Menor, os países árabes, em 2013 e 2016, usou-se hidroxicloroquina e não resolveu. A senhora sabe que, em 2016, teve o Mers. A senhora sabe, né? É um tipo de coronavírus da família do betacoronavírus, não é isso mesmo? Então se usou hidroxicloroquina na Ásia Menor e não resolveu.

Não tem estudo que comprove isso, não tem nenhum estudo que comprove que a hidroxicloroquina vai ser aplicada no paciente, de acordo com a bula, e ele não vai ter a doença ou vai reduzir a doença. Não há nenhum estudo nesse sentido! Eu estou falando aqui cientificamente, depois de estudar muito essa questão. E esses estudos que são feitos, todos eles são muito mal elaborados, porque não atenderam às recomendações científicas. Eu digo à senhora, porque vi o seu currículo, sei da sua boa intenção, jamais diria uma palavra ácida contra a senhora, não só porque é uma médica mas também pelo respeito que tenho a todas as mulheres.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Muito obrigada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Isso é uma coisa fundamental.

Mas a minha discordância aqui nunca foi política, sempre foi científica. Não tem nenhum antiviral até agora que possa controlar a doença. O remdesivir está em teste, e eu lutei muito ano passado para a Anvisa liberar, vieram a liberar agora, mas também não é a droga que a gente chama, a senhora chama também de escolha para tratar a doença. Por exemplo, H1N1, a vacina evita a doença, mas nós temos o Tamiflu, que é uma droga de escolha para H1N1. Não existe essa droga de escolha para coronavírus, Covid-19, que é uma doença grave e só em 5% da população se manifesta, em 95% é assintomático, na população, leve, moderado. Os outros casos, os 5% é que formam a forma grave, que é a pneumonia virótica com microtromboembolia, obstrução pulmonar, cursa às vezes insuficiência renal e o paciente vai a óbito. O que é que se fez? Dar hidroxicloroquina a todos os pacientes, porque a maioria fica bom, nós vamos levantar a bandeira de que a hidroxicloroquina cura o doente. Isso não é sério, não é honesto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

não é direito. A Medicina, V. Sa. sabe, exige integralidade, verdade, consciência, pesquisa para se aplicar uma droga.

Uma droga usada há muito tempo, que é a cloroquina, numa doença nova, de que nem eu, nem a senhora, nem a maioria dos cientistas conhecem ainda suas manifestações clínicas. Eu faria aqui quatro perguntas, doutora, a qualquer cientista do mundo e ele não me responderia sobre as manifestações clínicas da Covid-19. Então, é uma medicação velha usada numa doença nova que a ciência não conhece. E aí, se pega – como pegou o Presidente da República – uma caixa de hidroxicloroquina, e "Tome aqui, Brasil"! Eu não sou o crítico do médico que receita, não, eu respeito se o médico receitar. Mas: "Toma aqui, povo brasileiro"! Se você tiver doença do coração e tomar, você vai ter arritmia, aumento do intervalo QT, do espaço QT, vai ter parada cardíaca e morrer. Mas a maioria fica achando que foi hidroxicloroquina. Isso não é sério! Não é sério! O próprio Ministro da Saúde falou aqui, o Marcelo Queiroga, que ia tirar a hidroxicloroquina. O Conitec fez a mesma coisa. Essa insistência de permanecer no erro não é virtude, doutora, é defeito de personalidade. Não é da senhora, não, eu estou me referindo até ao Presidente da República. Eu digo sempre que os homens erram e os grandes homens – ou as grandes mulheres – reconhecem e corrigem os seus erros, para não começarem a errar permanentemente e matar as pessoas. Como perdi no meu Estado pessoas que tomaram hidroxicloroquina sem receita médica, tinham arritmia e morreram. Inclusive, um colega meu desavisado fez isso.

Esse que é o absurdo. Eu não estou criticando, nem vou criticar a senhora, que tem competência, se aviar uma receita e assinar hidroxicloroquina, mas é o fato de uma instituição jurídica da importância do Ministério da Saúde colocar no seu *site* TrateCov para as pessoas olharem e tomarem a medicação, o Presidente levantar a caixa de hidroxicloroquina. Isso não é honesto! Isso é uma coisa que deve ser combatida!

Eu estou me insurgindo e falo assim porque a minha vida inteira foi na ciência. A senhora fez trabalhos científicos, eu também fiz os meus na Universidade Federal da Bahia e acompanhei o doente do diagnóstico até a cura e os resultados finais para ver se ficaram ou se não ficaram sequelas. A Covid-19 nem sequela a gente sabe qual é que fica, dizem que é psicológica, que é do pulmão, que é do fígado. É uma doença nova. Por isso, se é uma doença nova, não merece uma medicação velha que não tenha uma segurança médica para dizer: meu amigo, eu te atendi, te dei uma medicação que eu tenho segurança que ela é de escolha, como é o caso do Tamiflu para H1N1. Era só isso que eu queria falar. Eu sei que essa tese que a senhora defende e que eu defendo está parecendo briga por religião ou então por futebol. A senhora torce lá para o seu time, deve ser Ceará ou Fortaleza...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ceará.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Ceará, eu sou Vitória, estou na série b. Então, não adianta discutir isso. Agora, da hidroxicloroquina, até o seu Ministro da Saúde disse aqui que não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

validade. E ele disse daí, onde a senhora está sentada, da arritmia, pode dar parada cardíaca. E se não tiver alguém para atender, morre ou não morre? Morre, não tem um cardioversor, não volta a bater o coração.

É só isso, mas eu não quero levar essa discussão com a senhora, porque eu vi seu currículo, quero parabenizá-la. Mas, se por acaso caso, na sua consciência, chegar o momento de dizer assim: corrija isso, a hidroxicloroquina é antiparasita, parasitário, antiprotozoário, não tem estudo nenhum, a não ser estudo que não tem comprovação pré-clínico e clínico para dizer uma bobagem dessa.

Perdoe-me, mas eu tinha de fazer aqui essa manifestação de um colega que tem estudado, queimado as pestanas sempre, desde que surgiu essa doença, para entendê-la, e até agora eu não tenho segurança de uma medicação que eu possa medicar o paciente e dizer: "Vai, que é droga de escolha, você vai ficar curado". Só tem uma coisa, doutora: a vacina – a vacina negada permanentemente pelo Presidente da República. "Vá comprar vacina na casa da tua mãe". Não é na casa da mãe, é no laboratório. Isso é uma falta de respeito para com o povo brasileiro, que vive, sobretudo, penando pelas ruas atrás de uma vacina, com o braço descoberto, e a vacina não existe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É para eu responder?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, eu gostaria que ela respondesse.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, eu digo a resposta ao Senador Tasso e ao senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele fez a pergunta e depois pediu para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, desculpa, desculpa... Não, não. Ela tem todo o tempo do mundo para responder. É lógico.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, desculpa... Eu pensei que era um comentário e tal...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É que o Senador Tasso fez umas perguntas e o Senador Otto também fez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, vai ficar igual torcedor de futebol...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não... A gente não vai, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. já usou o tempo todo, Senador Otto. Agora, ela tem o direito de responder. Só isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador Otto, satisfação de falar com o senhor. Eu gostaria de poder responder humildemente a todos os seus questionamentos, mas vou tentar me lembrar de alguns. Um deles é assim: a gente tem estudos mostrando o efeito antiviral, antibacteriano, antiparasitário da cloroquina e da hidroxicloroquina e a gente pode compartilhar juntos, porque nós somos dois médicos. Eu posso entregar para o senhor. Os pesquisadores estudam essa ação desde 2005. E, *in vitro*, a gente já tem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só para esclarecer, o primeiro caso de coronavírus, a senhora sabe quando foi o primeiro caso registrado no mundo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mil novecentos e sessenta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi em 1964. Era o coronavírus comum, dá em criança, não tinha efeito letal nenhum. Só que o coronavírus vem sofrendo mutações.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E hoje nós temos sete cepas que provocam a pneumonia virótica, a microtromboembolia e causam a morte de pacientes. A maioria dos coronavírus são manifestações...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Talvez por isso alguém disse: "Olha, o coronavírus dá uma gripinha, dá um resfriadozinho". A senhora sabe que não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu vou passar a palavra para a doutora.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Vou tentar ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela vai responder ao Senador Tasso e ao Senador Otto. E eu acho que ainda vai ter muito tempo para debater essa questão aqui, porque aí eu, pessoalmente, não tenho capacidade técnica de discutir isso com a senhora, mas tem alguns médicos aqui que têm, são estudiosos e estudam... Eu não tenho, eu não vou nem entrar nesse debate, mas a senhora está com a palavra.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, só complementando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós temos uma ação antiviral em trabalhos que eu trouxe aqui para comprovar para os senhores. Senador Otto, assim, o senhor usou vários modelos de doenças que têm vacinas. Eu sou a favor das vacinas. Essa é a minha luta. E a gente só precisa entender uma coisa. Eu vou usar como modelo a tuberculose. A tuberculose é uma doença grave que ceifa milhões de vidas todos os anos no mundo. Quando nós nascemos, a gente toma a BCG, que protege contra as formas graves de tuberculose – tuberculose miliar, meningite por tuberculose –, mas eu tenho a forma pulmonar. Em milhões de pessoas, quanto mais baixo o nível socioeconômico, quanto maior o subdesenvolvimento, maior é o número de casos de tuberculose nos países, e eu preciso ter as medicações para tratar aquelas pessoas que, mesmo tendo tomado a vacina de tuberculose, vão adoecer – são milhões, um milhão de pessoas. E eu tenho pirazinamida, isoniazida, rifampicina. Não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não... Eu estou falando de medicações.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, não... Não é comparação, Senador. Eu estou comparando aqui a necessidade de a gente ter...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador, eu disse ao senhor que tem os trabalhos do vírus, eu estou falando de modelos, de que nós precisamos entender que a Covid, à semelhança da tuberculose... A vacina é um elemento importantíssimo para profilaxia, para prevenção; mas, se eu adoecer, ainda que tenha tomado a vacina, e eu tenho ainda milhões de pessoas no mundo que não conseguiram tomar a primeira dose da vacina, não só no Brasil, eu preciso ter algum tipo de recurso farmacológico para eu enfrentar a doença e não colapsar o sistema, não ter supersaturação de leitos e nem ter as mortes que nem eu, nem o senhor queremos. E essas medicações, a gente já tem muita evidência, Senador. Eu insisto que eu trouxe aqui, para deixar... O senhor permite que eu termine, por gentileza?

Então, a gente já tem evidência. A gente não tem evidência 1A, que nós só vamos ter daqui a muitos anos, porque essas evidências precisam que a gente tenha as medicações utilizadas nos ensaios clínicos com um número muito grande de pacientes, e a gente está em guerra, Senador. Nem os médicos que estão acompanhando... E, aí, eu cito aqui uma grande médica brasileira, a Dra. Lucy Kerr, patologista, que está indo fazer conferência fora do Brasil, porque aqui ela foi interditada, ela não consegue falar da ivermectina, e a gente tem 17 medicamentos sendo usados hoje, não para curar Covid. Nenhum deles, a gente nunca disse, nós, médicos, que eles curam a Covid. O que esses medicamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem é o que todos nós esperamos: reduzir os internamentos, as mortes, evitar que, se iniciados na fase de replicação viral, a gente tenha progressão para as formas mais graves. É o que eu, é o que o senhor, é o que todos os Senadores aqui querem. Ninguém quer ver o sistema colapsar; ninguém quer ver as plaquinhas de não sei quantos milhões de mortos no Brasil. Então, deixo aqui para o senhor essas referências.

E há outra confusão, Senador, a última, prometo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas o que eu falei, doutora, é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí não dá, é um debate que vocês estão tendo. Aí não dá...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O que eu falei aqui – um minutinho só. Vou encerrar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com relação aos medicamentos, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... é que não se pode dar uma medicação como hidroxicloroquina sem fazer um eletrocardiograma, um ecocardiograma...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Vou falar isso se o senhor me permitir.

Outra coisa: como o senhor mesmo disse... Eu vou ser bem breve.

Como o senhor mesmo disse, essas medicações são usadas, uma, desde 1934, a outra, desde 1947. O Brasil, o senhor sabe, é o maior celeiro do mundo de experiências com o uso de cloroquina e hidroxicloroquina na Amazônia, e eu conheço bem a Amazônia. Eu faço missão embarcada, de passar dez dias no Rio Negro, e todo mundo toma essas medicações.

Eu sou portadora de uma doença autoimune, que fiz uso do Reuquinol, a hidroxicloroquina, por anos. A gente precisa deixar bem claro a segurança dessas medicações... Eu vou citar só três. Ivermectina, cloroquina e hidroxicloroquina a gente já sabe.

A gente tem trabalhos publicados com 96 mil pacientes seguidos do uso da hidroxicloroquina e da cloroquina sem arritmias. E, quando eles têm arritmias, são arritmias que não provocam alterações sistêmicas graves. Essas medicações são seguras.

Então, a gente está falando aqui, Senador, do uso por cinco dias dessas medicações, que já têm segurança, porque elas já foram usadas em outras doenças e o próprio Ministério da Saúde já recomendou para outras doenças virais, para as arboviroses. Eu trouxe para o senhor um protocolo de chikungunya, em que o Ministério da Saúde preconiza...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É vírus, Senador! Chikungunya é vírus! Causou um desastre na sociedade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador, o senhor falou de antiviral...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Presidente, não vai ter um debate aqui sobre...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É porque eu queria terminar a minha fala...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** ... Covid e cloroquina? Não está marcado? Vamos fazer isso aqui hoje?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Chikungunya é uma arbovirose, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas é porque o Ministério da Saúde já preconizou, oficialmente, 600ml de hidroxicloroquina, podendo ser usada até por cinco anos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, está aqui o protocolo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente... Presidente, eu vou...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Chikungunya, cinco anos de uso de hidroxicloroquina com 600mg. E a recomendação é: não há necessidade de seguimento eletrocardiográfico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador. O senhor falou de efeitos antivirais dessas medicações. Isso aqui é um protocolo que passou pela Conitec. Para o coronavírus, a gente tem atividade *in vitro*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, a gente precisa usar este espaço aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... para esclarecer a população. É o único espaço que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir a V. Exa. que a gente siga com os próximos oradores, porque eu tenho uma lista aqui de medicamentos que estão no *kit* Covid administrado pelos Estados do Brasil e que têm efeitos colaterais muito mais danosos e graves do que o que o Senador Otto está apresentando aqui da cloroquina. Com todo o respeito, ele é médico, eu não sou, mas a bula e as indicações são claras, inclusive para leigos. Então, aqui a condição para estar nesta CPI é ser Senador da República, e não ser médico. Então, eu tenho aqui a lista do *kit* Covid, que vai dizer....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não é isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... todos os efeitos colaterais, inclusive cardíacos, dos demais medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, não dá para fazer esse debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutores, por favor. Doutores, deixe-me dizer uma coisa para vocês.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu queria só que eu tivesse a oportunidade aqui de esclarecer a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, doutora. Doutora... Doutora, não. Não é aqui, doutora. A senhora já fez tanta palestra sobre isso. Para que a senhora vai fazer palestra e vai convencer alguém?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas o Senador está fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, só um minutinho.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não é palestra, Senador, é que eu fui chamada para dar esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já deu, já deu.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na sua visão, pelo que eu entendi, a cloroquina é antiviral, tudo bem.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Tem efeito antiviral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, sem problema.

Mas sempre terá controvérsias e tal. A gente não vai aqui chegar a um denominador comum porque tem gente que vai defender, tem outros que não vão defender. A gente não chega... O que nós queremos é vacinar todo mundo.

Senador Humberto Costa, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora vai ter a oportunidade de falar mais sobre isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Eu gostaria de ter meu tempo inteiro.

Primeiro, eu acho que está malconduzido aqui o processo. A Dra. Mayra, com todo o respeito que temos a ela, não veio aqui para discutir aplicação de cloroquina ou não. Ela veio prestar contas do trabalho dela como Secretária de gestão da área de saúde e de educação em saúde. Aliás, dessa secretaria eu tive a honra de ser o criador na época em que eu era Ministro. E ela foi criada exatamente para garantir a educação continuada na área da saúde e atualização das pessoas, interferir na formação de profissionais junto com o Ministério da Educação, discutir a abertura ou não de novas universidades, novas faculdades, discutir a residência médica de acordo... Então, esse é o objetivo.

Começa um pouco errada V. Sa., com todo respeito, porque no Ministério da Saúde quem tem autonomia para ficar definindo protocolo de medicamento é a SAS, que hoje é Sase, e a atenção básica, ou é a Conitec, ou é a Secretaria de Vigilância em Saúde, que eu também criei. Então, V. Sa. saiu um pouco do que é o seu trabalho para fazer uma outra coisa que, com todo o respeito, não lhe diz respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria perguntar a V. Sa... Eu fiquei muito preocupado de ouvir dizer que o Brasil é o País no mundo onde mais teriam morrido profissionais de saúde nesta pandemia. Não sei se a senhora pode me ajudar a entender. A senhora sabe quantos médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem morreram por Covid, desde o início da pandemia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Na última atualização, foram mais de 300 profissionais. Eu não tenho o número exato de hoje.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois eu vou lhe dar um número exato aqui: até meados de março de 2021, morreram 1.292, sendo 622 médicos; enfermeiros foram 200; e 470 auxiliares técnicos de enfermagem. Entre março... Até a metade de março deste ano, no *site* do CFM, já estão registrados 810 óbitos médicos, quer dizer, são 150 a mais do que no ano passado, e, no Cofen, 783. A soma dessas categorias dá 1.593. Só de técnicos de radiologia, morreram 76; e agentes comunitários de saúde morreram mais de 200.

E aí eu queria saber: existe, a senhora fez alguma análise comparativa desses números com o resto do mundo, as mortes em outros países?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, porque esse dado é obtido pela Secretaria de Vigilância Sanitária, o acompanhamento dos óbitos por Covid, dos casos, é feito pela vigilância.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas eu não estou falando dos casos em geral; eu estou falando do pessoal sobre que a senhora tem responsabilidade de acompanhar, profissional de saúde. Comparando o Brasil e outros países, onde morre mais profissional de saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não tenho esse dado para passar para o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa informação que nós temos é de que é no Brasil.

No Brasil, houve ou não excesso de óbitos de profissionais de saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Precisaria fazer essa comparação, que eu não tenho aqui, agora, para trazer para o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Me diga quais foram as medidas adotadas pela senhora, como Secretária de Gestão do Trabalho, para proteger a vida desses trabalhadores e trabalhadoras da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. No meu discurso, o senhor deve ter ouvido a narrativa dos cursos que nós fizemos na Sgtes para a formação de todas as 14 categorias da saúde. Dentro desses cursos, estavam, no início da doença, as medidas de proteção individual; elas sempre foram uma preocupação nossa que, para cada uma das atividades e das categorias de saúde, a gente orientasse o EPI adequado, até porque nem todas as pessoas vão usar, nem todos os profissionais, os mesmos EPIs. Profissional enfermeiro, médico que trabalha na UTI, ele vai dispor de um tipo de vestimenta; o agente de saúde vai dispor de outro. Nós que fizemos isso, Senador, para todas as 14 categorias da saúde, orientando as medidas de proteção individual, a forma de remoção das roupas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quantos cursos a senhora fez para capacitar as equipes de atenção primária e de reabilitação de pessoas com Covid-19?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu posso dizer o número, com o discurso, aqui anotado, o que eu não vou lembrar, mas, assim, para atenção primária, se eu não me engano, foram 25 cursos. Nós fizemos parceria com diversas universidade, Universidade Federal de Minas Gerais, de São Paulo. Nós temos... Só, para dizer o quantitativo para o senhor, porque eu não vou decorar, não tenho o valor, o número agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não quero que a senhora me diga decorado, não se preocupe, não; minha preocupação não é essa.

A senhora sabia, a senhora sabe bem que existia, no Ministério da Saúde – começou quando eu estava lá –, um espaço de negociação coletiva entre profissionais de saúde e o ministério, e isso foi desmontado na gestão de V. Sa., lá. Isso é um espaço em que poderiam se negociar equipamentos de proteção individual, formação técnica dessas pessoas...

A situação de abandono dos profissionais de saúde foi tão grande durante esse período em que a senhora é gestora... Por exemplo, em 2020, foi feita uma pesquisa com 3.636 profissionais de saúde do SUS. Nessa pesquisa, 63% disseram que não havia equipamento de proteção individual para troca e higienização durante a jornada; 73,3% disseram que trabalhavam mais de 12 horas na jornadas e não tinham como também fazer a troca desses EPIs; havia ausência de equipamentos de segurança em mais de 50% dos casos em todas as áreas, atenção básica, média complexidade, alta complexidade; 70% desses profissionais disseram que não participaram de nenhum treinamento para enfrentamento à Covid; 69,6% disseram que não tiveram treinamento sobre os protocolos para enfrentamento à Covid, tanto é que eles realizaram uma ação junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para denunciar o Governo brasileiro por abandono dos profissionais de saúde.

A senhora confirma que existe isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, primeiro vou responder aqui a sua resposta de forma objetiva. Ao todo, os cursos para profissionais de saúde para o enfrentamento à Covid: 14 cursos de manejo clínico na atenção especializada; 21 ações de orientação para população. Para atenção primária, em relação aos cuidados com esses profissionais, o senhor mencionou o número da pesquisa... Nós estamos acompanhando 185 mil profissionais de saúde, cuidando da sua saúde mental. A pesquisa é feita em três etapas, para que a gente possa acompanhar, identificar aqueles que estão sob risco e atuar.

Em Manaus, a gente criou um ambulatório específico de seguimento à saúde mental, dado o contexto mais grave da pandemia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Sei.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas seguindo os cursos: em parceria com a Amib, 15 cursos para médicos intensivistas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Pois não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... 16 cursos de orientação para cuidado à saúde mental – já falei da atenção primária de saúde – e a iniciativa de prevenção ao suicídio e à automutilação, que atingiu 242 mil pessoas no Brasil, também foi no contexto de cuidados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Pois não.

Esses cursos que a senhora fez...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** ... eles não fazem nem cócegas na necessidade que nós temos dos profissionais da área da saúde.

Por exemplo, Presidente, os países pobres que conseguiram controlar a pandemia utilizaram a atenção básica como uma área fundamental. Eles não gostam que fale não, mas Cuba, Venezuela, mas também a Nova Zelândia e outros países controlaram a Covid usando a atenção básica, o agente de saúde, que vai lá, que faz o teste, que isola as pessoas, que dá orientação... No Brasil, me desculpe dizer a V. Sa., a atenção básica no Brasil ficou naquela de "fica em casa". Agente comunitário de saúde no Brasil não foi treinado para trabalhar na pandemia. Os agentes comunitários de saúde no Brasil não receberam suporte desse Governo para poder ir, de comunidade em comunidade, fazendo o esclarecimento de como se faria a prevenção. Essa é a realidade do que aconteceu no Brasil. E, no Brasil, nós temos médicos, agentes comunitários, enfermeiros nos mais de 5,5 mil Municípios do Brasil. A minha questão – eu estou falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a senhora respeitosamente –: o que era da sua alçada, infelizmente a senhora não fez; o que não era, a senhora estudou, a senhora chefiou um grupo de médicos para ir para Manaus.

Tem algum médico intensivista nessa equipe que a senhora levou para lá?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** A senhora levou alguém para atender alguma pessoa que estivesse morrendo lá, em Manaus?

A senhora se preocupou de juntar um time, encher um avião, e botar gente para atender as pessoas que estavam lá em Manaus precisando?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** "Sim"?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim. Nós levamos 347 profissionais de saúde de outros Estados.

Eu não sei se o senhor teve a oportunidade, mas nós recebemos uma homenagem da Gol, transportes aéreos, de profissionais que nós deslocamos do Brasil inteiro, médicos, que ficaram três meses em Manaus custeados, pagos com recursos próprios do Ministério da Saúde, para socorrer Manaus. Todos esses mais de 300 profissionais, Senador, foram treinados por nós. Fizeram sequência rápida de intubação no local. Nós ficamos 90 dias com esses profissionais lá. Então, nós levamos, sim, esses profissionais, fizemos os cursos.

Se o senhor me permite, não é minha área de atuação dentro do ministério, mas para o enfrentamento à Covid, a Secretaria de Atenção Primária foi uma das secretarias que mais fez ações, que mais recebeu e direcionou recursos extraordinários para o enfrentamento à doença. Só no Programa Mais Médicos, que nós tínhamos cerca de 13 mil médicos, foi ampliado em 6 mil, no número de médicos, para que os Municípios pudessem ampliar a capacidade de atendimento na atenção primária. Nós direcionamos alguns médicos do programa para que eles pudessem, inclusive, atuar na rede de atendimento secundário...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Deixe eu só concluir...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... naqueles Estados onde houve colapso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Deixe eu só concluir.

Parabéns! É pena que isso não aconteceu no restante do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, V. Sa. é responsável, por exemplo, pelo chamado Revalida.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, não, senhor. É o MEC.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O Congresso Nacional aprovou...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É o MEC que faz o Revalida, Senador, não o Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Sim, mas o Ministério da Saúde tem uma interferência no sentido de garantir...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** ... que isso aconteça.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O Revalida foi aprovado pelo Congresso Nacional aqui, e são mais de 15 mil profissionais médicos que poderiam estar servindo ao Brasil depois de fazerem o Revalida, e que não estão – que não estão! Isso tem a ver com o Ministério da Saúde também, isso tem a ver com a área da senhora.

Quando nós criamos, por exemplo, o Mais Médicos, isso foi uma construção do Ministério da Saúde com o Ministério da Educação. E a senhora assistiu, está assistindo a mais de 15 mil profissionais formados que poderiam estar trabalhando e que não estão por conta da posição ideológica do Senhor Presidente da República.

Eu queria só concluir, aqui, a minha fala no sentido... A senhora falou na questão de teoria da imunidade de rebanho para crianças, mas, naquele mesmo vídeo, a senhora fala das pessoas saudáveis que não têm comorbidades, que podem ir para o comércio, que podem trabalhar. Então, a senhora é um exemplo das pessoas que defendem essa tese da imunidade de rebanho que nos trouxe até a essa realidade que nós estamos vivendo hoje, no Brasil: 450 mil pessoas mortas. Quatrocentas e cinquenta mil pessoas mortas, porque a tese é a seguinte: essa doença é simples; essa doença não causa nenhum dano grave; já existe um medicamento barato que é produzido em todo lugar e que é eficaz; quem não quer isso é porque quer vender vacina pra ganhar dinheiro. Essas pessoas tomam esse remédio, acham que estão protegidas e vão para rua adquirir o vírus, trazer para sua casa e transmitir para outras pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com os meus respeitos, eu acho que V. Sa. se desviou completamente daquilo que deveria ser a sua função, que era a de garantir que os profissionais de saúde do Brasil tivessem não somente garantia pra fazer o seu trabalho de forma adequada, bem treinados e em condições de oferecer um serviço de qualidade à população brasileira, mas, por outro lado, a senhora resolveu assumir a condição de defensora de um medicamento que já é comprovadamente... Não é que não há comprovação, é que já é comprovadamente ineficiente e ineficaz para atender a Covid-19.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero aqui esclarecer que, na primeira onda, nós recebemos, no Amazonas, recebemos médicos; na segunda, não. E existia... Foram 397 médicos na primeira onda; na segunda não foram.

E, aqui, eu quero aproveitar o momento para agradecer aos Estados que receberam os pacientes do Amazonas, porque foram muitos Estados que nos ajudaram bastante. E, realmente, esse deslocamento de pacientes foi feito pelo Governo Federal, e a gente é muito grato aos Estados que acolheram os pacientes do Amazonas.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dra. Mayra Pinheiro, cumprimento V. Sa. pelo depoimento claro, firme e esclarecedor no âmbito desta CPI.

Farei alguns questionamentos relativos a este tema. Tem havido um debate muito grande aqui nessa CPI sobre o uso da cloroquina e sobre o tratamento precoce. A senhora já respondeu diversas perguntas acerca disso, é verdade, mas, praticamente, somente em relação ao Governo Federal, enquanto sabemos que a execução das políticas de saúde é feita praticamente pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, através de suas unidades de saúde. Considerando que cloroquina e tratamento precoce têm sido demonizados nesta CPI, resolvi fazer um pequeno levantamento envolvendo justamente as unidades da Federação, que são responsáveis por atender os pacientes. Fiz isso principalmente depois que o vídeo que divulguei aqui, na semana passada, gerou muita reação, um negacionismo total, como se a prática de alguns Governadores fosse somente, observem, de março ou abril de 2020. Vou mostrar agora que isso não é verdade. Quero ouvir a opinião da senhora sobre estes dois temas, cloroquina e tratamento precoce, diante de alguns dados que quero apresentar sobre alguns Estados que seguem esse protocolo – vou repetir a expressão: que seguem esse protocolo.

Vou começar pelo Estado de Alagoas. Em matéria divulgada pelo portal de notícias G1 no dia 20, quinta-feira passada, o Governo de Alagoas, através de sua Secretaria de Saúde, confirmou que está vigente o protocolo que indica a cloroquina no tratamento de pacientes da Covid-19. Fui dar uma olhada nesse protocolo, que, aliás, está disponível, Senador Renan, no *site* do Governo de Alagoas. Logo na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

página 2 – eu pediria à assessoria da Mesa que publicasse no telão pra que todos tivessem a oportunidade de ver – logo na página 2, tem ali justamente... Vamos lá.

É esse aqui. É esse aqui. Vou pedir só que apresse pra eu não perder o meu tempo aqui.

Logo na página 2, apresenta todo o desenvolvimento da doença e diz: potenciais terapias: remdesivir, cloroquina, hidroxicloroquina, transfusão de plasma convalescente, corticoides, imunoglobulina humana e inibidores...

Sr. Presidente, eu vou pedir que acrescente o tempo, porque está difícil pra conseguir botar na tela ali, porque eu queria compartilhar com todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas não sou eu que boto, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ninguém está obstruindo ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando o Relator colocou o dele, foi bem rapidinho, Presidente.

Vamos lá. Eu vou ler o texto: pela leitura do quadro, é de fácil entendimento que esse tratamento se aplica em qualquer fase da doença, para pacientes leves, moderados ou graves, ou seja, o protocolo vigente em Alagoas estabelece tratamento precoce e prevê também o uso de cloroquina e hidroxicloroquina.

O protocolo tem os medicamentos específicos para os primeiros cinco dias – está lá o documento –, para os primeiros cinco dias da doença e para as demais fases. Os exames de diagnóstico são feitos já entre o segundo e o sétimo dia de sintomas, ou seja, já na primeira, na fase um da doença, de infecção precoce, fase da resposta viral. Até porque, como já sabemos, a falta de ar somente surge no final da segunda fase, a fase pulmonar, e em muitos casos isso já representa o estágio crítico da doença.

Faz bem o Estado de Alagoas em garantir o tratamento precoce.

Outro: o Estado da Bahia, caro Senador Otto, o Estado da Bahia também adota – o Senador Otto saiu – também adota o tratamento precoce. O protocolo disponível no *site* oficial do Governo da Bahia é claro: "Assim que os primeiros sintomas surgirem é fundamental procurar ajuda médica imediata para confirmar o diagnóstico e iniciar o tratamento". Não sei por que aqui tem sido tão condenado o tratamento precoce. Ora!

São Paulo também adota o tratamento precoce. A orientação oficial é: "Assim que os primeiros sintomas surgirem, é fundamental procurar ajuda médica imediata para que profissionais indiquem o que é apropriado para cada caso". O que uma pessoa com sintomas deve fazer? Procurar o serviço de saúde mais próximo de sua residência, como um pronto atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui... E daqui a pouco, espero detalhar uma informação que tenho aqui, que dá conta de que pelo menos até o dia 25 de agosto – 25 de agosto de 2020! – o Governo de São Paulo distribuiu cloroquina para as suas regionais de saúde de todo o Estado de São Paulo. Não sabemos até quando esses medicamentos, obviamente, foram usados no tratamento dos pacientes.

No caso da Bahia, eles fizeram uma nota bem recente – daqui a pouco eu vou falar dela – sobre esse protocolo. Está no meu radar.

Amapá. Diz o protocolo oficial: "Atendimento precoce da síndrome gripal na atenção básica. Iniciar medidas terapêuticas propostas pelo comitê médico: difosfato de cloroquina ou hidroxicloroquina ou ivermectina ou nitazoxanida, associados a azitromicina e/ou amoxicilina mais clavulanato".

O protocolo, Sr. Presidente, foi elaborado pelo Comitê Médico de Enfrentamento à Covid-19 e tem como autores os seguintes profissionais: Dr. Pedromar Valadares Melo, um grande profissional de saúde – eu estive com ele no Amapá –, Dra. Ana Cristina de Lima Chucre e Dr. Marco Túlio Muniz Franco. Esses profissionais foram, inclusive, elogiados por um Senador que tem assento nesta Comissão, que disse que proporia que fossem homenageados pelo Senado Federal, justamente por causa do tratamento precoce que estaria ajudando a salvar vidas no Amapá. Vejam os senhores!

Diante desses dados, pergunto à Dra. Mayra: o Ministério da Saúde catalogou ou pelo menos acompanhou essas medidas locais de Estados e Municípios visando estender o tratamento precoce por todo o País? Que medidas foram essas? A senhora saberia dizer quais outros Estados adotam protocolos semelhantes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Senador, o nosso trabalho se resumiu em disponibilizar uma orientação segura para os profissionais da saúde, seguindo a orientação já dada pelo Conselho Federal de Medicina no seu documento em que ele diz que a autonomia médica é dada durante a pandemia para que eles possam dispor de medicamentos já conhecidos, ou seja, seguros para enfrentar a doença.

A Nota Orientativa nº 17 do Ministério da Saúde surge no contexto do trabalho publicado em Manaus, onde 22 pacientes evoluíram para o óbito a partir de doses tóxicas de cloroquina. A nota orientativa do ministério orientou que os médicos utilizassem uma dose quatro vezes menor do que a dose a que foram submetidos os pacientes de Manaus. Então, nós exercemos o nosso papel de não prevaricar e, assim, decidimos fazer uma orientação segura, já que a medicação vinha sendo usada no País, e nós temíamos que casos como o de Manaus acontecessem e as pessoas fossem a óbito não por causa da medicação, mas pela exposição a doses tóxicas, que é o que aconteceu. E essa foi a grande imputação de um crime a essas medicações.

A gente tem dois trabalhos... É preciso que a população brasileira – os médicos já sabem disso – tenha consciência disto: nós tivemos um trabalho feito no Brasil, publicado numa revista internacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que expôs pacientes brasileiros, num Município passando por uma situação grave, a doses quatro vezes maiores que a dose preconizada. São doses tóxicas, e essas pessoas foram a óbito. Inclusive, isso é objeto de investigação no Ministério Público e, agora, na Polícia Federal. Depois nós tivemos um trabalho numa das maiores revistas do mundo que também foi uma fraude, e esses dois trabalhos estigmatizaram essas medicações.

A gente teve um grande prejuízo, a humanidade, de pessoas que poderiam não ter sido hospitalizadas e não terem ido a óbito, se a gente não tivesse criminalizado duas medicações antigas, seguras e baratas que poderiam ter sido disponibilizadas e prescritas pelo médico. Mas hoje a gente assiste é a uma verdadeira perseguição, inclusive aos profissionais médicos, que são autônomos para prescrever e vêm sendo vigiados no exercício da sua atividade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Inclusive – apenas para informar à CPI –, lá no Estado da Bahia, neste momento, há uma comissão, uma auditoria fazendo patrulhamento na Secretaria de Saúde de Porto Seguro, onde atua a Dra. Raíssa. Eu já recebi as informações e estou solicitando informações oficiais sobre o que está acontecendo no Estado da Bahia.

No caso dos Estados e Municípios que não seguiram esse protocolo de tratamento precoce, que tipo de consequências isso pode ter causado?

E, antes de sua resposta, gostaria de dizer que tenho recebido informações da ocorrência de muitas mortes em função da procura de hospitais por pacientes já em estado grave. Muitos Governadores e Prefeitos e suas respectivas secretarias de saúde adotaram a política do "fique em casa e só vá ao hospital quando tiver falta de ar", diferentemente dos Estados que já citei aqui, dentre outros que poderia citar.

Os relatos dão conta de que muitas pessoas seguiram essa orientação. Em outros casos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mesmo tentando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador Marcos Rogério, para colaborar com a sua preocupação, que é nossa.

O Ministro Mandetta mandava ficar em casa, e a senhora já trabalhava com ele. Qual foi o seu pensamento naquele momento, quando ele mandava ficar em casa?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Eu acho que nós tivemos um momento em que nós conhecíamos muito pouco a doença...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... e a orientação naquela época hoje é errada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, era março, abril, maio.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso. E é isso que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só para que a gente...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O senhor chegou a um entendimento agora muito importante: é que a ciência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela evolui.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... ela evolui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A gente dá orientações... E por isso é que eu mencionei as orientações erradas da OMS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só para contribuir, Senador, porque lá também nós achávamos que esse negócio de esperar você ficar mal... Aí deu... Quando começou a chegar muita gente, houve colapso do sistema, porque, se tivesse tratado antes, ou cuidado antes, nós não teríamos tido esse problema no sistema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu gostaria que essa fosse a situação só daquele momento a que V. Exa. faz menção, mas, infelizmente, V. Exa. fala de um momento que se repete a todo momento, inclusive agora e nesta CPI, quando os arautos, pais da ciência, dizem aqui que não pode ter tratamento precoce, que não pode oferecer medicamento que não tenha na bula prescrição para a Covid. Isso é negacionismo! Isso é negar atendimento! Isso é negar socorro médico! Isso é a política do "fique em casa"!

Com todo respeito, não foi o ex-Ministro Mandetta que introduziu o "fique em casa". E gostaria que fosse só naquele momento, porque havia muito pouca informação, mas o que me preocupa é o que acontece hoje, com o volume de informação que nós temos, e essa política reverberada, essa narrativa criminosa, homicida, de "não tome remédio que não tenha prescrição na bula para Covid-19". Vai tomar o quê? Vai tomar o quê? Juízo. Realmente, estou ouvindo aqui de alguns Senadores, juízo, que criticam o atendimento, que criticam o socorro médico.

O que tenho ouvido é que muitos pacientes, já pelo quinto, sexto ou sétimo dia, começaram a apresentar problemas respiratórios e chegaram aos hospitais já precisando de respiradores mecânicos, que não eram suficientes para todos pela alta demanda. Muitos pacientes já chegaram com pulmões altamente comprometidos, em muitos casos o quadro já exigia a internação em UTI e a insuficiência de leito se tornou maior ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São inúmeros os relatos de pessoas, de muitas pessoas que morreram pelo agravamento dos problemas respiratórios na fila à espera de UTI.

Em cidades do interior de todo o País, onde não há uma UTI sequer, houve demora para se conseguir o próprio translado e muitos morreram nessa espera. Outros morreram nas estradas, não conseguiram sequer chegar aonde havia uma UTI. Outros tantos foram intubados já pelo quadro avançado da doença e morreram porque todos sabemos que não é baixo o índice dos intubados que foram levados a óbito.

Pergunto: o Ministério da Saúde tem um levantamento que permite analisar o impacto desses casos no número de mortes? Se não tem, há mecanismos oficiais que permitiriam se chegar a isso, Dra. Mayra?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, nós não temos um segmento dos pacientes que são submetidos a esse tratamento na fase inicial da doença.

Isso ficou muito, até por conta dessa perseguição a que os médicos vêm sendo submetidos no Brasil, por conta de grupos de médicos... E muitas vezes as próprias Prefeituras e os Estados que fazem esses protocolos locais, eles escondem por conta do policiamento ideológico que se criou no País em torno dessas medicações.

Então, como nós temos muita responsabilidade, nós começamos a buscar, estudar cidades com menor letalidade e correlacionar com fatores que pudessem resultar nessa menor letalidade, mas não conseguimos confirmar as informações para correlacionar as variáveis e, por isso, eu fico aqui sem lhe dar essa resposta por conta da imprecisão dos meus dados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., mas nós precisamos enfrentar esse aspecto.

O que mata mais é o atendimento precoce? É o tratamento precoce com os medicamentos disponíveis receitados pelos médicos ou é a negação do atendimento? Do procure só quando já não tiver mais jeito?

A falta de um tratamento precoce não leva o paciente à morte apenas em decorrência de problemas respiratórios. Já existem estudos bem fundamentados, cito como exemplo o trabalho de um grupo de pesquisadores da PUC do Paraná que dão conta de outras complicações que podem ocorrer com o avanço da doença. As principais são complicações vasculares, a doença deixa de ser viral e passa a ser trombogênica, sem falar também nos casos de inflamação renal e insuficiência renal ou inflamação no coração ou no fígado, também há risco de trombose ou eventos como acidente vascular cerebral. São diversos os relatos específicos acerca de pacientes que passaram por esse tipo de experiência e foram a óbito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os estudos realizados pelos pesquisadores da PUC foram feitos a partir de amostras pós-morte e indicam que o uso de anticoagulantes precocemente pode ajudar no tratamento da Covid-19 a fim de evitar os trombos.

Pergunto: o Ministério da Saúde tem conhecimento desses estudos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conclua, Senador Marcos Rogério. Eu já dei para V. Exa. quatro minutos a mais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que tenha um pouquinho de tolerância...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu estou tendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, não. Sr. Presidente, V. Exa. tem que ter o mesmo rigor aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, se V. Exa. puder...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. não dá nenhum tempo a mais para nenhum Senador, então V. Exa. mantém a isonomia com todos os Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou solicitar à Mesa ou à minha assessoria que protocole na Mesa depois como foi a generosidade do tempo para os membros da oposição na semana passada e o tempo que V. Exa. está dedicando a mim, inclusive com interrupções.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas com a interrupção eu lhe dei mais um minuto; com a interrupção, eu lhe dei mais três minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas, se V. Exa. pegar as falas da semana passada da oposição, tem mais de dez minutos de tolerância para alguns. Se V. Exa. quiser eu junto à Mesa depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então conclui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Só vou fazer mais duas perguntas, Sr. Presidente, duas considerações e perguntas.

O Ministério da Saúde tem conhecimento desses estudos que se têm da PUC Paraná?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe alguma política de alerta aos Estados e Municípios que ainda negligenciam quanto ao tratamento precoce para esses riscos de elevação no número de mortes em função de tratamentos tardios?

Outra pergunta que diz respeito a um problema estrutural ligado aos profissionais disponíveis para atendimento dos pacientes, especialmente nas UTIs. Com a remessa de recursos para os Estados e Municípios e abertura de mais e mais leitos de UTI, cresceu assustadoramente a demanda por médicos intensivistas, profissionais habilitados devidamente treinados para atuar em UTIs. As informações que temos recebido – e isso, na verdade, é também produto de matemática e lógica – é que muitas secretarias de Saúde de Estados e Municípios passaram a lotar em UTIs médicos de diversas outras especialidades, sem qualquer experiência em unidade de terapia intensiva, alguns recém-formados e sem experiência mesmo em suas áreas de formação. Segundo a Associação de Medicina Intensiva do Brasil (Amib), o Brasil tem 7,2 mil médicos intensivistas e, com o quadro atual, precisaria ter pelo menos 40 mil. Temos dois dados extremamente preocupantes dando conta de que a letalidade em UTIs subiu muito, em certos casos de 24% para 80% em grupos de pacientes com quadros de saúde semelhantes. Tornou-se público e notório que, de cada dez brasileiros intubados durante esta pandemia, oito morreram.

Sabemos que estamos em um quadro de guerra, quando não se podem exigir as mesmas condições de um tempo de normalidade, mas, já que alguns não pensam assim, ignoram esses e tantos outros fatores e querem atribuir os mortos pela pandemia ao Presidente da República, eu lhe pergunto: o Ministério da Saúde já considerou o impacto dessa flagrante deficiência do serviço prestado em Estados e Municípios no que diz respeito ao resultado morte? A senhora considera, mesmo diante do quadro de anormalidade, que Estados e Municípios teriam como se organizar e dar um mínimo de treinamento para esses profissionais? São essas duas perguntas que faço a V. Sa.

Sr. Presidente, posteriormente, vou pedir à assessoria que encaminhe à Mesa os protocolos do Estado de Alagoas, embora esteja no *site* disponível para todo o Brasil, os de São Paulo e também da Bahia, que agora há pouco... Amapá também, mas a Bahia, que fez a retirada do sistema dela agora no mês de março.

Dra. Mayra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Responda, doutora.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não, vou tentar me lembrar das perguntas.

A primeira, o senhor perguntou do conhecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – PUC Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – São só duas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, do Ministério da Saúde, se nós tínhamos conhecimento dos trabalhos.

Nós temos uma secretaria que faz o monitoramento, Senador, de todas as evidências que são publicadas. Daí por que hoje a gente trouxe aqui, para deixar à disposição dos senhores, todas as evidências publicadas e evidências publicadas de trabalhos randomizados constantes de metanálise. A gente está falando de uma metanálise, que é um grupo de evidências de trabalhos com um bom nível de evidências que são agrupados para que a gente possa produzir um resultado melhor.

Em relação aos profissionais de terapia intensiva, sabemos da necessidade de a gente formar mais profissionais. O ministério, depois da chegada do Ministro Queiroga, deve lançar um edital extraordinário para novas vagas de residência em terapia intensiva. Essa é uma questão que nós discutimos com a Comissão Nacional de Residência Médica, MEC e Ministério da Saúde. Mudamos inclusive os critérios, as diretrizes para que a gente pudesse mudar a forma de ingresso nessas residências: ao invés de um determinado número de anos, nós reduzimos e fizemos acesso direto. Então, nós estamos tomando todas as providências para que a gente possa formar mais profissionais na área de terapia intensiva.

Eu só queria aproveitar a sua fala para dar um dado que é extremamente interessante. Eu assisti ao Senador Otto comentar, mas ele não está mais aqui.

Quando é mencionado que a gente não precisaria dispor desse recurso do tratamento na fase inicial da doença porque 80% das pessoas vão evoluir para as formas leves, assintomáticas e não vão agravar e só 20% das pessoas vão necessitar do sistema hospitalar, não é possível que a gente consiga prever quem vão ser esses 80% e quem vão ser esses 20%, nós estamos diante de uma doença gravíssima. Então, se eu considerar que 20% da população brasileira, cerca de 216 milhões de pessoas, 40 milhões vão evoluir para as formas graves e, desses, 5% vão precisar de leitos de UTI, eu teria que ter 2 milhões de leitos de UTI hoje disponíveis no Brasil. Então, aí o senhor entende que nós estamos até subestimando a necessidade de profissionais. O Ministério da Saúde, emergencialmente, disponibilizou o custeio de cerca de 19 mil leitos de UTI. Mas, diante de uma doença incerta, em que não sei quem vão ser esses 5% que estão na UTI, que o senhor acabou de mencionar – e, desses, 85% vão a óbito –, eu tenho de dispor de todos recursos possíveis: vacinas, equipamentos de proteção individual, tratamento farmacológico no início da doença para evitar o agravamento e tratamento farmacológico para os doentes graves que já internaram nas enfermarias e nas UTIs.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender por meia hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, só uma informação, V. Exa. me responde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, porque nós temos 15 minutos de fala. O nosso entendimento é que a gente faça as perguntas e haja resposta dentro dos 15 minutos. É isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É só para a gente ajustar. Eu nem estou contra o Senador Marcos ter 30 minutos: 15 de pergunta e 15 de resposta. Eu só acho é que a gente também tem que ter os 30 minutos, entendeu? Tem que ser isonômico. Então, eu pediria a V. Exa. que ou aumente para a gente mais 15 minutos, ou a gente ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo realmente. Eu concordo quando as perguntas são objetivas e respostas objetivas e não fazer aqui ilações a coisas de que nem tecnicamente a gente tem conhecimento, mas está lendo alguma coisa e está botando aqui como se fosse verdade. Isso está acontecendo muito, tanto da parte de situação ou oposição, que muitas vezes querem colocar sua opinião naquilo que leram, e aquilo vira verdade.

Então, eu serei mais rigoroso um pouquinho, mas eu queria que a secretaria me dispusesse depois quanto tempo o Senador Marcos Rogério ocupou de espaço. Não que a gente não goste de ouvi-lo – longe de mim, Senador –, mas é importante até porque V. Exa., todas as vezes em que vai falar, diz que o seu tempo é menor. O senhor teve um tempo bom. Inclusive, a Dra. Mayra teve tempo suficiente para respondê-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No final, agradeço a V. Exa., porque V. Exa. alongou o meu tempo, mas pode comparar, Sr. Presidente. Na semana passada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que nós temos que fazer uma coisa. Sabe o que é? Para quem está esperando na lista, fica chateado, porque a pessoa vem aqui, se inscreve – oitava ou décima para falar – e quer fazer pergunta.

Depois, será o Senador Eduardo Girão; em seguida, será o Senador Randolfe; depois, Senador Jorginho Mello; e, por último, Senador Eduardo Braga, dos titulares. Depois, a gente começa...

Então, está suspensa por 30 minutos, até porque a Dra. Mayra precisa comer alguma coisa. Doutora, fique à vontade.

(*Suspensa às 13 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Girão com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto nós tivemos esse intervalo, o Senador Jorginho Mello me pediu, porque ele vai ter outro compromisso, para trocar. Se o senhor permitir, está aceito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello com a palavra.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Nós fizemos uma grande negociação aí, Presidente, e eu espero que o senhor não atrapalhe e não estrague a nossa negociação.

Sr. Presidente Omar Aziz, Sr. Relator Renan Calheiros, Sras. e Srs. Senadores...

Sra. Mayra, quero cumprimentá-la pelo seu depoimento, o equilíbrio que a senhora teve aqui, a serenidade, bem embasada em tudo aquilo nas suas experiências como profissional respeitada. Depois, antes de eu terminar as minhas indagações, eu vou pedir à senhora que, se achar necessário responder a alguma coisa que não foi possível, pelo apertado das perguntas, "sim" ou "não" muitas vezes, se a senhora puder... Porque há muitas pessoas que não têm condições de ficar assistindo à CPI, e, depois, a TV Senado pode informar, passando, reprisando informações que vão ajudar muito as famílias brasileiras a conviver, a se defender com essa pandemia.

Bom, eu quero pedir para a senhora o seguinte: tomara que o dia de hoje seja o dia que a gente vença a cloroquina. Tomara. Que a gente vença a cloroquina, para nós pararmos de falar nisso e ir para outros assuntos, ir para os Governos dos Estados, porque a população quer e precisa ver como é que foi gasto o dinheiro, as maracutaias que foram feitas em alguns Estados, em alguns Municípios.

Eu pergunto à senhora: em quais estudos a senhora se baseou para ter convicção da eficácia desse tratamento *off-label*?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Boa tarde, Senador.

Em todos esses estudos que nós trouxemos aqui.

Desde o início da doença que nós temos... Primeiramente, nós tivemos evidência *in vitro*; e, ai, eu gostaria de esclarecer para o senhor e para a população brasileira essa grande confusão que é a gente falar em evidência, eficácia, *off-label*. As pessoas não sabem o que é isso.

Evidência é toda demonstração da ação de uma molécula. No caso dos medicamentos, de uma droga. Então, eu posso ter evidências a partir da opinião de especialistas ou eu posso ter outros tipos de evidência. Eficácia é quando eu tenho a avaliação clínica, através de trabalhos, da ação daquele medicamento ou daquela droga. No início da doença, nós tínhamos um nível de evidência, que eram as observações, as opiniões dos especialistas que usavam medicamentos considerados antivirais, com ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

antivirais, e eles observavam melhora dos pacientes, a não evolução para os quadros graves, e esse é um nível de evidência, a observação dos especialistas. A eficácia são os estudos que vão sendo feitos ao longo da experimentação do uso das medicações.

Hoje nós já temos bastante evidência mostrando a eficácia da hidroxicloroquina, da ivermectina, da cloroquina, da colchicina... São 17 medicamentos. O grande problema de a gente estar se referindo à hidroxicloroquina e à cloroquina é que elas foram muito estigmatizadas – e eu já disse isso aqui algumas vezes –, por conta dos trabalhos que, em vez de mostrar resultados positivos, usaram critérios metodológicos inadequados para mostrar resultados que foram negativos: mortes e desfechos desfavoráveis. Então, esses medicamentos já têm sim, Senador, um bom nível de evidência para que nós possamos utilizá-los.

E há um outro conceito que a população precisa entender, porque é nosso dever médico esclarecer, que é a questão de segurança. Segurança é oferecer um medicamento que ele não cause mais malefícios ou mais danos do que benefícios. E, no caso dessas medicações que nós chamamos "reposicionadas", ou seja, elas foram liberadas em bula para uso em uma condição.

É o caso, por exemplo, da ivermectina. Como pediatra, eu prescrevo, há trinta anos, para tratar pediculose, piolho, escabiose, doenças comuns na infância e até nos adultos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Então, é esta a questão: esses medicamentos podem ser reposicionados e, no contexto da pandemia, nós não podemos esperar o mais alto nível da evidência, porque ela não vem num curto espaço de tempo, nós temos que enfrentar a doença com o que nós temos hoje.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Continuando, a senhora tem confiança nesse tratamento ao ponto de se tratar ou tratar pessoa da sua família com esse medicamento? A senhora fez isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, Senador. Eu tive o meu pai, que ficou muito grave – ele ainda permanece internado na UTI; meu pai tinha uma doença de base, um câncer de próstata –, e minha mãe, também com várias comorbidades. Eu tive a doença, vários membros da minha família tiveram. E aqueles que se submeteram ao tratamento precoce, graças a Deus, todos evoluíram. Meu pai, a despeito do internamento na UTI, permanece vivo e, nos próximos dias, deverá voltar para casa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. A distribuição desse medicamento para os Estados e Municípios é feita automaticamente pelo SUS ou o Estado requisita, o Município requisita?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Os medicamentos, como a cloroquina, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... que são usados pelo ministério, distribuídos pelo Ministério da Saúde há anos para tratamento da malária já são produzidos e distribuídos com essa finalidade. Fora do uso habitual, que é o tratamento da malária, o Ministério da Saúde só disponibiliza quando há requisição formal dos Estados e Municípios.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem. Então, é o Estado que requisita?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem. Com base nos conhecimentos existentes relativos ao tratamento de pacientes portadores de Covid-19 com a cloroquina e com hidroxicloroquina, o Conselho Federal de Medicina propôs a toda a classe médica, em 16 de abril de 2020, a seguinte orientação constante no Parecer nº 4, de 2020, que integra o Processo de Consulta nº 8... A senhora conhece esse parecer?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, esse parecer consulta foi utilizado por nós como referência para a confecção da Nota nº 9 e, posteriormente, para atualização, o que se tornou a Nota nº 17.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem. Considerando o uso compassivo em pacientes críticos, recebendo os cuidados intensivos, incluindo a ventilação mecânica, uma vez que é difícil imaginar que pacientes com lesão pulmonar grave, estabelecida e, na maioria das vezes, com respostas inflamatórias sistêmicas e outras insuficiências orgânicas, a hidroxicloroquina ou a cloroquina podem ter efeito clinicamente importante aí?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nas fases tardias da doença, já existem evidências desaconselhando o uso dessas medicações. Existem alguns trabalhos mostrando um mínimo benefício, mas, em geral, essas drogas têm um efeito benéfico na fase viral, na fase de replicação viral, onde tudo que a gente quer é que não haja evolução para as fases mais graves, com comprometimento pulmonar ou multissistêmico.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O Ministério da Saúde se baseou nesse parecer do Conselho Federal de Medicina para a expedição da Nota Informativa nº 9, atualmente Nota Informativa nº 17, de 30 de julho de 2020.

A senhora foi uma das subscritoras dessa nota, dessa nota informativa, lá na Secretaria Executiva do Ministério, assinada por todos os secretários. Com qual intenção o ministério produziu esse ato?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Essa nota foi produzida dentro de um contexto muito específico. Nós já sabíamos que milhares de médicos brasileiros e pacientes brasileiros acometidos com a Covid

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

estavam fazendo o uso *off label* dessas medicações, isso já era feito também em outras partes do mundo. Nesse contexto – eu, inclusive, já mencionei isso aqui –, nós tivemos a publicação de um trabalho que foi originado de Manaus, onde 22 pacientes foram a óbito, por doses tóxicas da cloroquina. A dose quatro ponto..., quatro vezes maior do que a dose preconizada hoje pelo ministério, orientada pelo ministério.

Então, o que nós fizemos? Para não haver prevaricação, nossa função de orientação, ela foi exercida através da elaboração de um documento juridicamente perfeito que se baseava também no parecer-consulta do Conselho Federal de Medicina. E nós orientamos doses seguras desse medicamento, disponibilizamos as orientações quanto aos riscos, efeitos colaterais, necessidades de exames complementares em pacientes que quisessem receber, a partir da prescrição dos seus médicos, esses medicamentos, e colocamos nessa nota, Senador, todas as referências que a embasaram, inclusive todos os outros profissionais, consultores, especialistas nas suas áreas de atuação que também ajudaram na elaboração desse documento.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Por que a senhora é a favor do tratamento precoce? É a favor mesmo diante do ambiente de incertezas científicas quanto à comprovação da eficácia das medicações previstas na nota normativa? Eu queria que a senhora explicasse, um pouquinho mais devagar, isso para as pessoas que estão nos vendo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não. Como a gente já mencionou antes, nós temos a evidência e a eficácia de um produto, no caso de uma molécula, de uma medicação; ela é dada a partir da sua comprovação com ensaios clínicos, com experiências clínicas. Hoje, nós já temos uma grande quantidade de evidências clínicas, mostrando que essas medicações, inclusive, isso já é quantificado em metanálises... No caso da hidroxicloroquina, existem trabalhos que provam; metanálises constituídas a partir de estudos randomizados, que são estudos considerados os mais adequados, mostrando que ela pode reduzir em até 24% as hospitalizações, por exemplo. No caso da ivermectina, que é outra dessas medicações, esses estudos das metanálises mostram que pode haver redução de hospitalizações e óbitos em até 65%, 60%. Então, esse critério é importante, é o que norteia os médicos. A gente não está dizendo que essas medicações curam a Covid – é preciso ficar claro –, mas elas trazem a possibilidade de que a gente tenha para aqueles pacientes que quiserem fazer uso e para os médicos que têm o direito de exercer a sua autonomia, a possibilidade de a gente reduzir internamentos e óbitos, que é o que todos nós queremos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Em depoimento a essa CPI, o Ministro Queiroga revelou a intenção da constituição de um protocolo clínico, visando ao tratamento de pacientes com Covid-19, mediante a assessoria da Conitec. A senhora sabe dizer se o Ministro já iniciou a produção desse documento e quando estará disponível?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, já foi feito esse protocolo, ele já está para consulta da Conitec. Inclusive, ele já pode, a sociedade pode se manifestar na consulta pública, lembrando que esse protocolo inicial é para uso hospitalar. Nós ainda não iniciamos a construção de um protocolo para uso ambulatorial, para o que nós chamamos de tratamento na fase inicial da doença. A construção desses protocolos vai nos dar segurança, vai acabar com essa guerra que nós estamos vivendo de quem é a favor, quem é contra. Então, uma vez que a Conitec se manifeste, a gente vai ter, inclusive, parecer público. As pessoas vão poder participar. Nós vamos poder usar oficialmente essas medicações, ou não usá-las, de acordo com o parecer, nos protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas do SUS.

Mas é preciso que a população entenda: *off-label* é o uso dessas medicações para o que não está em bula. Bula quem dá é a Anvisa, e a Anvisa só concede bula, Senador, para requisições através de estudos da indústria farmacêutica. E o fato de uma medicação não estar em bula não significa dizer que ela não tem valor pra sociedade, que ela não pode ser usada pelos médicos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – E, só para o senhor ter ideia – eu queria que o senhor me desse mais uns minutinhos pra eu esclarecer –, a gente tem 99 protocolos de diretrizes clínicas, terapêuticas no Ministério da Saúde – 99. Destes, 73 protocolos contêm medicamentos *off-label*.

Se a gente hoje resolvesse proibir o uso de medicamentos *off-label* no Brasil, nós pararíamos o SUS. As práticas integrativas hoje mantidas na Secretaria de Atenção Primária, que incluem 29 práticas, são todas *off-label*. E nós destinamos recursos a elas. Se nós retirarmos as práticas integrativas e os 73 protocolos do ministério – a gente está falando em protocolo; não nota orientativa, que é o que nós estamos fazendo com a Covid –, se retirarmos, a partir de hoje, por exemplo, esses protocolos, a gente vai deixar de ter 73 documentos que são oferecidos ao SUS para que os médicos possam tratar seus pacientes, diagnosticar doenças e acompanhar doenças.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos passar aí um pouquinho agora à cloroquina.

A senhora não tomou vacina, não é?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, porque eu adoeci.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A senhora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, só pra... Só um pouquinho de paciência.

A senhora é contra a vacina? O por que a senhora não tomou? A senhora... Não chegou na sua...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor. No dia em que eu iria tomar a vacina, eu amanheci com os sintomas de Covid e confirmei o diagnóstico. E agora eu estou esperando os 30 dias entre a doença e a primeira dose.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem.

Essa histeria em torno da cloroquina. O que levou a senhora a defender, indicar e distribuir esse medicamento? Quais os estudos? A senhora tem aí os estudos, pra nos mostrar, em que a senhora se baseou? Pra não ficar muito, muito só no que disse, o que não disse... A senhora podia depois deixar para a própria CPI algum estudo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, Senador. Nós trouxemos aqui, inclusive impressos – e já foi solicitado que a gente mandasse escaneado –, todos os estudos, as metanálise que nós utilizamos pra vir pra cá com a segurança de que nós não estamos faltando com a verdade.

Mas essa questão de prescrever ou não precisa ser entendida, aqui, nesse espaço, como autonomia médica. Não são membros do Legislativo, não são os membros do Judiciário, não é a imprensa que define que orientação os médicos devem fornecer pra salvar seus pacientes. Isso precisa ficar claro pra todos nós.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Jorginho, já ultrapassamos bastante seu tempo. Eu estou sendo...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Não, não passaram 15 minutos, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Já passou. Já passou, Senador. Já tocou a campainha.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Presidente, mas eu tenho economizado tempo, então me dê mais um pouquinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O.k. É verdade: ele não está mentindo, não. É verdade. Ele é uma pessoa que menos usa o tempo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Isso, aí, ó! Viu, ó! Já estamos convergindo.

Presidente, eu queria perguntar para a senhora: a senhora conhece o caso da Prevent Senior. É um plano de saúde que prescreve cloroquina. Eles, numa nota apresentada, um protocolo que eles têm, têm monitorado o resultado de evidências clínicas de mais de 130 mil beneficiários, testados pela Covid-19,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 12 meses. O resultado: fazem evidências robustas que, em conjunto, o tratamento de diversas medicações evita o agravamento. A senhora conhece essa Prevent Senior?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, senhor. Inclusive, nós recebemos contribuições para conhecimento de vários grupos de empresas privadas de saúde no País que vêm adotando protocolos e fazendo seguimento ambulatorial de seus pacientes com ótimo desfecho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** A senhora tem o percentual de óbitos da Prevent Senior?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor. Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ah, a senhora não tem. Como é que a senhora afirma que tem um excelente êxito?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu disse que eu tinha conhecimento que foi mencionado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas conhecimento, veja bem, sabe o que é? Desculpe eu interromper, Jorginho. Sabe por quê, meu querido Senador Jorginho? Porque nós estamos aqui com uma audiência, e pessoas, às vezes, leigas estão ouvindo falar sobre medicação, e eu recomendo que ninguém tome medicação do que estão falando aqui. O médico é que tem que prescrever um remédio, qualquer coisa.

A doutora está aqui...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Eu vou lhe devolver o tempo.

Então, essa questão aí que falaram: eu não sei que empresa é essa – não conheço o que o Senador Jorginho perguntou – que prescreveu para alguns milhares... V. Sa. respondeu dizendo o seguinte: "Não, eu tenho conhecimento de excelente êxito". Eu lhe pergunto qual o número de óbito, e a senhora não sabe. Então, a senhora não pode responder isso dessa forma.

Era bom pedir a informação para a... Mesa, peça a informação para essa empresa.

Porque eu já pedi informação da quantidade de cloroquina que foi produzida em 2019 e 2020, 2018 e 2017 – e de ivermectina –, principalmente para laboratórios que produzem genérico. E aí a gente vai fazer as nossas conclusões matematicamente, para saber aonde foi isso. Para onde foi isso?

Então, as respostas, quem está nos vendo agora, neste momento... Aqui há divergências profundas em relação a medicação. Nem tudo que eu falo ou que a doutora está falando... Nós temos ainda muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa para andar, para saber se é verdade ou não. Então, eu recomendo que a gente não afirme questão de tratamento aqui enquanto... A Conitec, por exemplo... A senhora está há quanto tempo na Conitec?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Desde que eu cheguei ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, há mais de um ano. A senhora está há um ano e cinco meses. Até hoje... Essa pandemia começou em março, quando começou a gente a falar em cloroquina, em tratamento. Até hoje a Conitec não tem uma posição. Já teve tempo suficiente.

Só para a senhora ter uma ideia, a Anvisa leva, às vezes, 30 dias para liberar uma vacina. E a Conitec não consegue se posicionar sobre algumas medicações...

Eu não tenho nada contra nenhuma medicação. Estou sendo sincero com a senhora, com os Senadores e com quem está vendo, mas sem comprovação científica eu não... Existem estudos: a *Lancet* tem um estudo que o Senador Heinze mostrou; tem um outro estudo posterior que é contra; há divergência até entre os cientistas, entre os especialistas, por isso que nós temos que ter cuidado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – ... hoje é uma coisa corrente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou colocar em divergência.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Jorginho, o senhor pode concluir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos terminar a conversa aí, senão...

Eu tenho aqui, eu tenho aqui uma nota técnica da própria Prevent Senior, feita por médicos independentes: a taxa de óbitos por Covid, de pacientes acima de 60 anos, é 50% menor que a média estadual em São Paulo; 20 coordenadores da pesquisa de instituições brasileiras independentes fizeram a análise e confirmaram os dados, só pra responder a indagação que V. Exa. fez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos chamar, vamos chamar essa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, o tempo. Já concluiu?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não, mas o Presidente falou. Agora, Senador Alessandro, por favor, segura aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre *lockdown.* A senhora falou e eu anotei uma frase aqui: "Milhares de publicações mostram que o *lockdown* não é efetivo, a não ser para a fome e para a miséria.". Eu falo isso porque nós aprovamos no Senado uma linha de crédito para salvar as micro e pequenas empresas, e estou acompanhando de perto a quebradeira. E eu anotei essa sua frase aqui: "Milhares de publicações mostram que o *lockdown* não é efetivo", e eu queria que a senhora falasse um pouquinho sobre isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Essa posição, Senador, pode ser encontrada em várias publicações científicas. E a OMS, que é a Organização Mundial de Saúde, que é usada...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – A própria OMS esclareceu que isso foi...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Humberto, deixe ela responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente; Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Deixe ela responder, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Mas ela está mentindo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu não perguntei para o senhor, eu perguntei para ela, por favor. Eu não meti o bedelho quando o senhor estava falando, por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Então, já houve uma manifestação de que as políticas de *lockdown* podem resultar em danos à sociedade, em fome, em miséria, em desemprego, e isso também é importante pra nós.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Presidente, eu agradeço a sua generosidade por passar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., quando disse que era o que ocupava menos o tempo, falava corretamente.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Dra. Mayra Pinheiro, meus respeitos. Tenho que considerar o seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

currículo e, inclusive, a sua atuação como médica, deve merecer a consideração, o tratamento respeitoso de todos, das Sras. e Srs. Senadores aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como eu sou daqueles que gosto de ouvir a ciência e, como a minha especialidade não é Medicina, eu não vou fazer aqui prescrição de medicamento e entrar nas polêmicas médicas. O papel de V. Sa. aqui nesta Comissão é responder sobre os fatos que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está investigando. Então, agradeceria a V. Sa., vamos procurar, tentar ser, para ganhar os nossos tempos, não é... Vamos procurar, eu queria pedir a V. Sa. que procurássemos ser objetivos nas respostas.

Dra. Mayra, objetivamente então dizendo: qual a opinião da senhora sobre as teses de isolamento vertical e de imunização de rebanho?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Eu já mencionei anteriormente a questão da política de você induzir imunidade através do efeito rebanho; ela é extremamente perigosa. Para grandes populações, você não sabe quantas pessoas vão precisar ser submetidas a esse tipo de teoria, e ela pode induzir a milhares de óbitos. Então, eu não concordo com isso de forma generalizada. Em pequenos grupos populacionais, isso pode ser usado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado.

Tem alguns pacientes de que nós tínhamos conhecimento que, ao serem infectados, depois fizeram declarações do tipo: "Eu tive o melhor tipo de vacina, o vírus". A senhora concorda com esse tipo de declaração?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu acho que nós podemos desenvolver a imunidade de duas formas, se isso está bem claro pra sociedade. A doença em si confere imunidade, mas a vacina confere imunidade em escala, a gente não precisa esperar que muitas pessoas adquiram a infecção pra elas terem imunidade. Se a gente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas se todos...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... dispuser de uma vacina, claro que a gente vai ter imunização mais rápida de muitas pessoas. Agora, no contexto atual, nós sabemos que a doença confere uma imunidade mais eficaz do que a vacina que nós estamos utilizando porque nós estamos usando vacinas em Fase III, pela nossa urgência – a doença é uma urgência –, e por isso nós temos uma menor efetividade, o que não significa dizer que nós não devemos tomar vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito, mas esse tipo de declaração, se alguém que foi infectado pela Covid-19 disser: "Eu tive a melhor vacina, o vírus". A senhora incentivaria esse tipo de comportamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu, inclusive, gravei um vídeo, Senador, sobre isso, dizendo às pessoas que é necessário que elas tomem a vacina, mesmo que elas tenham tido a doença.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós estamos diante de novas variantes, tudo é muito incerto. Então, mesmo que tenha a doença, é aconselhável que as pessoas se vacinem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado, porque essa declaração foi de Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República Federativa do Brasil, Chefe de Governo e Chefe de Estado, e que eu acredito que é uma declaração para os brasileiros que acaba indo no sentido contrário do que a senhora, inclusive, aqui mesmo argumentou, que é a tese da imunidade coletiva, da imunidade de rebanho. Muito obrigado por seu esclarecimento nesse sentido.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu lhe pergunto, Dra. Mayra... Veja, a senhora falou, ainda há pouco, que a OMS cometeu erros, não é? Me parece que foi inclusive uma resposta sua ao Relator Renan Calheiros, para dizer o seguinte: "A recomendação da OMS para que as pessoas não usassem máscaras fez milhões de pessoas se infectarem". E de fato parece-me que a orientação da OMS só foi a partir de junho, não é isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso, a situação de emergência foi em janeiro, e somente em junho foi dada a orientação pra que todos usassem máscaras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora considera, então, que esse foi um dos erros cometidos pela Organização Mundial de Saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim. Se hoje a nossa orientação... Nós sabemos que se trata de uma doença de transmissão por aerossóis, todos nós devemos usar máscara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E o que dizer das aglomerações sem máscaras que o Presidente da República faz, como a que aconteceu neste último final de semana, no Rio de Janeiro?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, a minha presença aqui é técnica. Então, as minhas orientações, enquanto técnica e médica, eu uso máscara e eu faço distanciamento social, mas eu não vou comentar as questões relativas ao Presidente, aos ministros, aos secretários de Estado, porque não é a motivação pra eu estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas – perfeitamente – eu só quero depreender um raciocínio. Se a senhora considera que é um erro – e de fato é – a OMS só ter recomendado o uso de máscaras até junho, aglomerações com milhares de pessoas, sem máscaras, e declarações contra o uso de máscaras, a senhora não acha que influem nos brasileiros?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não vou opinar no comportamento do Presidente da República; a minha orientação, enquanto técnica e médica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E se uma outra autoridade pública assim atuasse?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É opinião, Senador, eu vim pra cá pra relatar fatos e falar da minha conduta técnica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Mayra, me permita, respeitosamente, Dra. Mayra: opinião é a senhora torcer para o Ceará e eu torcer para o Flamengo. Usar máscara ou não, me parece que não é opinião.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas é a minha, eu já disse para o senhor: como médica, eu oriento a todos os meus pacientes, a família dos meus pacientes, os meus familiares, a usarem máscara e manter o distanciamento social. Sigo esses preceitos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Eu vou depreender que, pelo seu raciocínio, então, o Presidente cometeu um crime contra a saúde pública, contra a ordem sanitária, no domingo, inclusive pelo que a senhora claramente considera aqui – não é?

Doutora Mayra, o Regimento Interno do Ministério da Saúde estabelece como finalidade de sua secretaria – e eu aqui destaco: é uma das secretarias mais importantes do Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação – é o seguinte: "planejar, coordenar e apoiar as atividades relacionadas ao trabalho e à educação na área de saúde, à organização da gestão da educação e do trabalho em saúde, à formulação de critérios para as negociações e o estabelecimento de parcerias entre os gestores do SUS e ao ordenamento de responsabilidades entre as três esferas de governo".

A senhora considera que isso foi desenvolvido durante a pandemia da Covid-19?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora poderia descrever?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – No início do meu discurso, se o senhor acompanhou, eu citei aqui todas as ações empreendidas pela Sgtes para o enfrentamento da pandemia. Três ações continuam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existindo e foram essenciais e são essenciais. "O Brasil Conta Comigo – Profissionais da Saúde", "O Brasil Conta Comigo" – estudantes e "O Brasil Conta Comigo – Residentes". A principal atuação da Sgtes é qualificar a força de trabalho do SUS no Brasil. E nós oferecemos treinamento e fizemos, talvez, o maior banco de dados de profissionais do mundo. Desses profissionais, 1.007.000, boa parte deles foi treinada nos protocolos clínicos da Covid e colocada à disposição de todos os Estados e Municípios brasileiros, porque nós sabíamos que os recursos humanos eram um elemento fundamental para o enfrentamento da doença.

Então, esse papel de treinamento e formação, inclusive dos agentes de saúde, foi feito pela nossa secretaria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas aponta que 72,6% dos profissionais de saúde do Brasil, até março de 2021, não receberam treinamentos relacionados à Covid-19. A senhora acha que essa pesquisa da FGV está errada?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, é uma instituição de grande credibilidade, mas o que precisa ficar bem claro é a diferença de o Ministério da Saúde disponibilizar a formação... E cabe aos profissionais, por livre-arbítrio, aderir ou não, fazer ou não essa formação. Ela foi disponibilizada, ela foi divulgada, inclusive muitas delas feitas em parceria com diversas entidades e instituições – Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Goiás...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que a senhora está dizendo: o Ministério da Saúde, sua secretaria ofereceu, disponibilizou treinamento, e os profissionais, 73% dos profissionais de saúde do País, disseram que não queriam participar?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu não vou saber se todos eles tiveram conhecimento. Nós fizemos uma rede de divulgação muito grande, através do Conass e Conasems. Agora, nós precisamos, Senador, levar em conta um fator importantíssimo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Boa parte desses profissionais, heróis de enfrentamento, são os verdadeiros heróis de enfrentamento à pandemia – não, nós, que estamos aqui –, sequer tinham tempo de voltar para suas casas. Na UTI em que eu trabalho, houve dias em que nós dobrávamos os plantões – e isso é irregular –, porque simplesmente os colegas adoeciam e não tinham quem substituísse; a gente tinha que dobrar os plantões. Então, foi o que aconteceu. Nós tivemos um grande número de profissionais que estavam na linha de frente infectados. Essas pessoas não tinham tempo de fazer outra atividade se não cuidar do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Doutora, qual a sua opinião sobre a Fiocruz?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É uma instituição de excelência, que tem dado grande contribuição para a vacina agora, no Brasil, no momento que nós vivemos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora tem conhecimento de sua declaração sobre a Fiocruz?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Posso colocar aqui?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pode.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora pensa a mesma coisa ainda da Fiocruz?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Esse áudio foi uma resposta a um colega, não foi agora, enquanto estou secretária de Governo, e houve um vazamento. Nessa época isso era a constatação, Senador, de fatos. Eu acho que o papel dessa instituição de excelência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em algum momento da história da Fiocruz teve um aparelho reprodutor masculino na porta?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ela falou "tênis" – "tênis"!

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Omar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Existia um objeto inflável em comemoração a uma campanha na porta da entidade. Isso é uma constatação, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora, então, reafirma isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, isso é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, perfeitamente.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... uma constatação de fato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu acho essa uma informação... E essa é a opinião de V. Exa. Eu respeito a Fiocruz, inclusive é a instituição que é responsável pela vacina, a única vacina conveniada pelo Governo brasileiro, uma instituição que tem mais de 100 anos de existência, uma das primeiras instituições sanitaristas, um dos laboratórios mais respeitados do País.

Sobre a Fiocruz, já ouvi o que a senhora pensa, já ouvi. Já ouvi, não concordo. Aliás, refuto veementemente, mesmo porque é a vacina da Fiocruz, consorciada com o laboratório AstraZeneca, que está salvando a vida de milhões de brasileiros.

Mas, sigamos.

Dra. Mayra...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Este... Temos um documento aqui... Tem um documento aqui... Tem um documento aqui assinado pela senhora. Eu queria confirmar se esse documento é de fato assinado pela senhora. É um documento de 7 de janeiro de 2021 encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Manaus. Esse documento tem um primeiro parágrafo, mas, no segundo parágrafo, a senhora diz:

> Aproveitamos a oportunidade para ressaltar a comprovação científica sobre o papel das medicações antivirais orientadas pelo Ministério da Saúde, tornando, dessa forma, inadmissível, diante da gravidade da situação de saúde de Manaus, a não adoção da referida orientação.

A senhora confirma esse documento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

Então, Presidente e Sr. Relator, a Dra. Mayra acaba de contradizer o ex-Ministro Eduardo Pazuello, que disse, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito em depoimento na semana passada, que o ministério não havia recomendado o uso de cloroquina e hidroxicloroquina. Então, reitero, senhores membros desta CPI, reitero, Sr. Presidente Omar Aziz e Sr. Relator: o Sr. Eduardo Pazuello mentiu nesta Comissão Parlamentar de Inquérito...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, o senhor me permite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... confirmado, agora, pela Dra. Mayra.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... uma orientação do termo jurídico. É diferente de uma recomendação.

Uma recomendação tem um peso mais forte, é por definição. Uma orientação é uma instrução...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, ele utilizou de eufemismo?

Hoje tem sido um festival de figuras de linguagem.

Não houve esclarecimentos sobre o papel de ironia, não houve, assim, esclarecimento de eufemismo.

Acho que nós vamos ter que inaugurar aqui aulas básicas de literatura, aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sigamos, Dra. Mayra.

Veja, qual a sua opinião sobre alteração de bula de remédio sem ser apreciada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu desconheço essa situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, não perguntei se a senhora conhece ou desconhece, eu quero saber qual é a sua opinião.

A senhora concorda ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A minha opinião é que hoje qualquer medicamento só pode ter a bula alterada, os medicamentos reposicionados, por exemplo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Por recomendação da Anvisa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... se passa pela avaliação da Anvisa, que é a nossa agência reguladora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora conhece o Dr. Luciano Dias Azevedo?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A Sra. Nise Yamaguchi?

A senhora teve algum reconhecimento com ela?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A Dra. Nise conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora não teve conhecimento que ocorreu uma reunião, declinada aqui pelo Ministro Mandetta e pelo Presidente da Anvisa, onde se propôs alteração da bula da hidroxicloroquina, a qual foi refutada pelo Presidente da Anvisa?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Ouvi a menção assistindo à CPI, mas não tive conhecimento enquanto Secretária dessa reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora nunca participou de nenhuma reunião que isso veio a ser tratado?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora falou aqui que ainda hoje existem países que utilizam a hidroxicloroquina para tratamento precoce.

A senhora poderia declinar alguns desses países?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Existe uma lista de 20 países que têm protocolos. República Tcheca...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Hoje, ainda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Cuba.

Isso, sim, a gente tem um protocolo de Cuba recentemente lançado, a gente tem vários países.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

Deixa eu lhe perguntar uma coisa: a senhora declinou aqui que foi uma honra ter participado da missão de Manaus, reitera?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Por que a senhora utilizou-se de *habeas corpus*, então, para falar sobre o Amazonas aqui?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu estou falando, respondendo a tudo o que me foi perguntado.

A questão é que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então...

E eu saúdo V. Sa. por conta disso.

Se V. Sa. está falando sobre o que foi perguntado, para que se utilizou do *habeas corpus*?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A questão do *habeas corpus*, Senador, foi para pedir o respeito porque eu assisti, da minha casa, os depoimentos anteriores e eu vi depoimentos aqui em que os depoentes, que são simples testemunhas, foram tratados como réus.

Então, assim, pedi a proteção, porque achei indigno o tratamento que eles receberam aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois é, mas a senhora está sendo destratada?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, mas o senhor me fez uma pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, perfeitamente, eu só acho que...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Por isso o motivo do *habeas corpus*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O *habeas corpus* para falar de uma missão que foi honra?

Que foi honrosa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas, sim, eu estou falando, respondi a todas as perguntas que os senhores me fizeram até agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Presidente...

Obrigado, Dra. Mayra.

Presidente, veja aqui, só para concluir, Sr. Presidente.

Nessa história...

Faço só essa última pergunta.

A senhora se recorda de alguma fala do Presidente da República defendendo o isolamento social?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em algum momento, durante este período todo da pandemia, ele chegou a reunir com a equipe do Ministério da Saúde, chamou o Ministro, algum dos Ministros – passaram quatro já por lá –, chamou algum dos Ministros e a equipe e disse: "Gente, nós estamos numa guerra, vamos vencê-la, é necessário reforçar o que a ciência diz, é necessário reforçar o isolamento social, vamos esperar a vacina".

Em algum momento teve isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu acho que o Presidente fez uma única visita, que eu me lembre, no Ministério da Saúde, numa reunião onde foram apresentados todos os planejamentos estratégicos da secretaria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, quer dizer que, em mais de um ano de pandemia... Muitíssimo obrigado, Dra. Mayra, pela informação, eu acho que contribui muito com o Relator Renan Calheiros: em mais de um ano de pandemia, o Presidente da República fez somente uma visita ao Ministério da Saúde...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... somente uma para reunir

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... que eu participei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora acabou de dizer que foi uma visita que fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Então, que o senhor perguntou que eu tenha participado. Eu não sei dizer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em algum momento ele falou defendendo o isolamento social?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, não, nenhuma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Isso é ótimo, isso é fundamental, essa informação. E já concluo, Sr. Presidente, antes que o meu querido Líder do Governo se levante – não é? Essa é uma ótima e necessária informação, porque veja, Presidente, e falo para concluir: tem uma grande história nessa pandemia que ainda não foi abordada nesta CPI. É que, durante um tempo, existiu um consenso, um consenso logo nos primeiros dias da pandemia, quando se tinha as primeiras notícias no Planeta, de Wuhan, de Milão, do que acontecia na Itália, do que acontecia na Europa. O consenso ali é que o mundo estava escandalizado com o número de mortos e, devido a isso, era necessário fazer de tudo para que o vírus aqui não chegasse e, se chegasse, tomar as medidas necessárias. Esse consenso, Dra. Mayra, Sr. Presidente, Sr. Relator, caros colegas da CPI, foi desfeito no dia 24 de março. No dia 24 de março de 2020, Sua Excelência o Presidente da República usou cadeia de rádio e televisão e disse que tudo não passava de uma gripezinha. O depoimento da Dra. Mayra dizendo que o Presidente nunca falou em isolamento social só reafirma a responsabilidade dos 450 mil mortos de hoje.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, só para deixar claro, o senhor me perguntou se eu já participei de alguma reunião onde o Presidente falou disso, e o que eu respondi para o senhor foi que, na reunião que foi feita onde eu estava presente, nós tratamos do planejamento estratégico, não foi para discutir esse assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora já esclareceu, Dra. Mayra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A gente quer agradecer e muito o seu depoimento e a sua colaboração.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No caminho desta CPI, contribuiu e muito. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Muito, muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador agora é Eduardo Girão, que fez a permuta com o Senador Jorginho. É Senador Eduardo Girão, depois Senador Eduardo Braga e Senador Alessandro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Paz e bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deus te abençoe, meu filho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deus abençoe também o senhor, Presidente Omar Aziz.

Nós estamos aqui num momento... (*Risos.*)

Nós estamos aqui... Brincar com a palavra de Deus, essa eu não esperava aqui, esse tipo de coisa, porque eu... Aqui não é nada de piada, aqui é sério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador, eu tenho o maior respeito pela sua religião. Admiro muito o ...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que você tem, sempre você me liga, é sempre assim. E a gente fala "Deus te abençoe, meu filho", que é uma forma carinhosa de tratar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Sim, sim, mas as risadas eu não entendi aqui. Sinceramente eu não entendi. E peço até que reponha o tempo, porque isso tira até o raciocínio, porque a gente vem fazer uma coisa séria aqui e vê esse tipo de tratamento com colegas.

Aliás, Dra. Mayra Pinheiro, seja bem-vinda a esta Comissão; Dr. Djalma Pinto, seu advogado, um dos maiores juristas deste País também.

A senhora foi destratada sim, a senhora foi destratada. A pergunta que o nosso colega fez agora, em que a senhora disse que não, não foi destratada aqui, mas a senhora passou a semana passada sendo destratada por colegas desta Comissão, chamando a senhora de uma alcunha, de algo pejorativo, extremamente jocoso para uma mãe, para uma mulher, para uma médica que foi Presidente do Sindicato dos Médicos. O seu trabalho é reconhecido no Ceará, e a senhora foi destratada.

Eu queria colocar que a senhora respondeu a todas as perguntas aqui, nesse momento. Foi de uma extrema sinceridade com as colocações e eu acho que hoje caiu aqui a narrativa, caiu completamente a narrativa. Eu quero ver se esta CPI ainda vai, a partir de agora, ser a CPI da cloroquina, porque é assim que esta CPI é conhecida, Senador Marcos Rogério. Eu estive no Ceará agora, nesse final de semana, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visitei o Mercado São Sebastião, passei três horas há, indo de banca em banca, conversando com as pessoas, com os feirantes, com a população que estava ali, e é isso que eles estão vendo, essa guerra, essa guerra política.

Eu discordo do Presidente da República quando ele vai e mostra um remédio. Por melhor que seja a intenção dele, eu discordo, isso não é papel de líder. Discordo quando causa aglomeração, quando não usa máscara, é um exemplo ruim. Mas foi porque ele fez esse gesto equivocado que certos medicamentos, Senador Eduardo Braga, que existem há décadas, foram completamente demonizados.

E a senhora deu um *show* aqui hoje, explicou tecnicamente quando quiseram deixar, porque a verdade incomoda. Quando a senhora começava a falar, era interrompida. Quando ia trazer os dados: "Não, esta Comissão... Só se ela pedir". Mas a senhora está com os dados aí. E, a esses dados, eu tenho acesso a esses dados porque eu fiz um debate nesta Casa aprovado pelos colegas Senadores de quatro horas e dez minutos ouvindo o contraditório: médicos renomados e cientistas renomados contra o tratamento precoce e médicos renomados e cientistas renomados a favor do tratamento precoce. Foi espetacular, está nas redes do Senado Federal. Quem quiser pesquisar vai no YouTube, vê, ouve e tira as suas próprias conclusões. Agora, a história vai mostrar, a história vai mostrar quantas vidas nós perdemos por causa dessa politização feita. Não me importa se é Presidente da República, se é o maior opositor dele que defende tratamento, que defende remédio. O que me importa é ouvir médicos que estudaram a vida inteira, que fizeram juramento de Hipócrates para salvar vidas. A autonomia deles tem que ser preservada e existe uma perseguição implacável neste País por causa desse tratamento.

Eu vou dar meu testemunho, Senador Omar Aziz. Eu vou dar o meu testemunho. Fiz mais de dez *lives* também pessoais com médicos do Brasil e de fora. Meu pai, que mora em São Paulo, tem 77 anos – ele nem gosta que eu fale que ele tem muitas comorbidades –, tem asma, bronquite, sobrepeso, e uma das grandes médicas, e a senhora falou o nome dela há pouco aí – eu não posso deixar de dar esse testemunho, senão não coloco a minha cabeça no travesseiro –, médica renomada de São Paulo, que está sendo perseguida hoje, Dra. Lucy Kerr, disse pra ele assim que ele foi infectado, Senador Eduardo Braga – pai; o senhor tem um pai, que ama muito –: "Triplique a dose de ivermectina". Médico falando, médica. Meu pai, praticamente assintomático. Como é que eu não vou ter gratidão por esse... Como é que a gente não vai ouvir essas pessoas?

Eu estou aqui nesta Comissão. Graças a Deus, não fui infectado ainda. Sei que pode chegar a minha vez, que vai chegar, mas eu estou fazendo, com recomendação médica, tratamento preventivo ou profilático. E, se tiver que fazer o tratamento precoce, eu vou fazer, porque eu acredito nos médicos. E eu vejo boa vontade dos médicos que têm feito um trabalho heroico contra narrativas que, pela política, têm tomado realmente o Estado aqui, têm tomado nosso País de forma injusta.

Eu queria dizer pra senhora, fazer aqui poucas perguntas, porque não vai dar... O tempo já foi para o espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A saúde do Brasil é tripartite. Portanto, a gente não pode querer responsabilizar um; temos que ver todos, todos os entes. O Presidente está aqui se comprometendo, pra amanhã a gente tentar, pela primeira vez nesta CPI, depois de um mês de trabalho, que a gente está completando essa semana, ver os bilhões de reais que foram destinados pra Estados e Municípios de verbas federais. E a gente vai ter a oportunidade de ver isso. Espero que sim, porque foi o que eu mais ouvi no mercado – mais ouvi no mercado. E a gente precisa buscar todos os responsáveis pelo que nós estamos passando.

Cada vida é importante. Cada vida é importante.

Dra. Mayra, é verdade que a FDA americana e ministérios da saúde de vários países somente podem autorizar o uso emergencial de uma vacina ou medicamento enquanto não existir tratamento aprovado para aquela doença? E que isto certamente contribui para uma grande resistência a medicamentos baratos – e aí tem um *lobby* da indústria farmacêutica que não é brincadeira, que atua no mundo todo em grandes corporações – e que já perderam suas patentes – esses medicamentos baratos –, que constituem-se fortes concorrentes pelo seu excelente custo, efetividade e segurança comprovados há décadas? Queria lhe fazer essa pergunta de forma bem objetiva, por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Senador, a gente já deu uma explicação anterior sobre a questão desses medicamentos sem bula. Pra que a gente possa obter bula dos medicamentos que nós estamos usando de forma reposicionada – ivermectina, hidroxicloroquina, cloroquina e muitos outros, colchicina –, nós precisamos que a indústria farmacêutica demande estudos. Esses estudos são muito caros. Cada um deles, que a gente chama estudo pivotal, está na ordem de US$19 milhões. Precisa que sejam feitos dois estudos. Então, o senhor imagina que medicamento sem patente, que custa muito barato, R$0,10 um comprimido, dificilmente a gente vai ter uma indústria farmacêutica que queira submeter esses medicamentos a estudos que levam até quatro anos, pra gente conseguir dar entrada num pedido de bula. É muito mais interessante pra indústria farmacêutica ela utilizar medicamentos cujo frasco/ampola custa R$17 mil, um imunobiológico cujo frasco/ampola custa R$24 mil. Então, essa disparidade existe e é muito franca e clara em todos os países do mundo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Dra. Mayra, é verdade que há centenas de estudos, incluindo vários ensaios clínicos randomizados, duplo-cego, prospectivo e até várias metanálises, em *preprints* e publicados, demonstrando que medicamentos como a ivermectina, hidroxicloroquina, entre outros, diminuem os índices de agravamento e de letalidade da Covid? Que recentíssimo estudo, com 220 mil pessoas, na Cidade do México, demonstrou grande eficácia da ivermectina na prevenção da Covid?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, isso é público. O próprio México fez uma declaração, nos últimos dias, em cadeia nacional. O equivalente ao Ministério da Saúde do México fez essa exploração social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual a sua opinião, Dra. Mayra, sobre esses cerca de 14 mil médicos no Brasil e outros tantos no exterior que afirmam que têm obtido milhares de excelentes resultados, muito acima do prognóstico normal da doença, ou seja, que não se deve ao fato de somente 15% dos infectados terem casos graves, até porque os pacientes que os procuram costumam ser do grupo de risco?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Creio que esses médicos estão cumprindo o que foi descrito na Declaração de Helsinque: diante de um cenário de guerra – e é o que nós estamos vivendo na Covid –, nós temos que nos utilizar de todos os meios para que a gente possa evitar a morte e a complicação dos nossos pacientes. Nesse cenário, nós temos que lançar mão de todas as terapias que garantam os princípios bioéticos da beneficência, da não maleficência, da justiça, e é isso que esses profissionais vêm fazendo de forma aguerrida e merecem o nosso respeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Vamos falar agora do Amazonas, terra do Senador Omar Aziz, Senador Eduardo Braga?

Essa nebulização de hidroxicloroquina em Manaus, sobre a qual foi colocado aqui que matou um paciente, inclusive falando que era grávida essa paciente... Recebi a informação de que não.

Qual a verdade sobre esse assunto, doutora?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu tenho pouco conhecimento, porque nós temos raríssimos estudos falando sobre hidroxicloroquina nebulizada. No ministério ainda não temos, no nosso radar, referências que possam ser utilizadas, e é a nossa responsabilidade só trazer aqui, de fato, aquilo de que a gente tem algum grau de evidência. É nosso objetivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o caso que aconteceu em Manaus, das mortes, com a alta dose de cloroquina, a senhora conhece bem.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, isso é do conhecimento da sociedade médica internacional.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto, eu quero fazer uma pergunta ainda em Manaus...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... porque esse caso abalou. A partir daí, a coisa começou a virar realmente algo demonizado, mais ainda, esse medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especialistas defendem que a metanálise publicada na revista *Nature*, utilizada pela OMS, tem graves falhas, em virtude dos pesos ponderados diferentes atribuídos, o que pode mudar radicalmente o resultado, o que fez com que um único estudo representasse 74% do resultado total, que incluiu o lamentável estudo de Manaus; que este bem como vários dos demais estudos utilizaram cloroquina muito mais tóxica, doses muito mais elevadas e em pacientes hospitalizados, fase em que os medicamentos têm baixíssima eficácia ou quase nenhuma eficácia; que o próprio estudo declara que o medicamento foi utilizado em pacientes com maior risco cardíaco; e que o próprio estudo reconhece não ser possível afirmar que faleceram por conta da droga. Essas informações são procedentes, Dra. Mayra?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, sim. Inclusive uma delas o senhor não mencionou aí. A despeito da excelência da revista, quando nós olhamos lá trás a declaração de conflito de interesse, Senador, nós encontramos os autores dessa publicação declarando que são bolsistas de duas empresas farmacêuticas que produzem vacinas, a Pfizer e a AstraZeneca. Então, temos todos os vieses metodológicos que o senhor já citou, a colocação na metanálise desse trabalho de um artigo que já foi refutado pelas mortes que provocou. Então, existe uma série de detalhes metodológicos que fazem com que esse artigo, a despeito de a gente ter uma revista de excelência, não possa ser utilizado como um artigo criterioso para as nossas citações e para a nossa referência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, última pergunta, Senador, por gentileza, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É óbvio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não foi interrompido de momento nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, de jeito nenhum, de jeito nenhum, até porque eu estou contando aqui que eu vou ter os 27 minutos que a minha querida irmã do Maranhão Eliziane Gama teve.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois aqui no cadastro está dizendo que você teve 27. Mas vamos lá. Informações oficiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que, Dra. Mayra, a OMS, na metanálise de abril de 2021, concluiu que não há evidências científicas da eficácia da ivermectina contra a Covid, apesar de, nesse mesmo estudo, indicar que a droga reduziu a mortalidade em 82%? Eu repito, Senador Heinze: em 82%. Por que excluiu quatro estudos favoráveis e importantes, caso típico de *cherry picking*, que, pelo grande número de pacientes, cerca de 800, iriam pesar muito na conclusão? Por que a sua conclusão absolutamente divergente das demais metanálises, todas favoráveis, como a da Dra. Tess Lawrie, uma das maiores especialistas em Medicina baseada em evidências do mundo, consultora da OMS, do NIH, dos Estados Unidos, e do NHS, do Reino Unido; a metanálise do Dr. Andrew Hill, consultor também da OMS e do NIH; e a metanálise do Dr. Pierre Kory, esta já publicada, que fez o NIH dos Estados Unidos passar a permitir o seu uso *off-label*; e ainda a recente metanálise do Dr. Karale, da renomada Clínica Mayo, dos Estados Unidos? Por quê, doutora?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, duas posturas da OMS chamam nossa atenção, tanto em relação à hidroxicloroquina quanto à ivermectina. Quando ela conduziu estudos e os estudos apontaram para um desfecho não desfavorável, foi o caso da hidroxicloroquina com os eventos cardíacos e com o uso com pacientes graves, ao invés de orientar que fossem feitos novos estudos, ela orientou sempre a interrupção dos estudos. Isso foi um desserviço à ciência, porque a ciência é feita de você obter melhores ou piores evidências, mais ou menos evidências.

Quando você proíbe, recomenda que não sejam mais feitos estudos, ou que você orienta a interrupção de uma medicação que pode trazer benefícios, você presta um desserviço, porque a ciência não tem um ponto definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo...

Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para encerrar, Presidente; por favor, só para encerrar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vou fazer um comentário final aqui: Dra. Mayra, eu agradeço demais sua participação, muito esclarecedora, corajosa, ousada no bem. E eu espero que, finalmente, este dia marque um divisor de águas, daqui para frente, para que esta CPI possa se aprofundar em outros temas que a sociedade quer, porque vários Senadores que foram infectados aqui usaram esses medicamentos com recomendação médica, inclusive com Senador indicando para Senador, Senador médico indicando para Senador médico. Então, os secretários de saúde de vários Estados tomaram. Teve um que escondeu e que, depois, vazou a receita dele e, aí, ele teve que admitir. Essa verdade a gente precisa buscar. Por que negaram para a população? Por que negaram para a população enquanto eles tomaram? A história vai mostrar quem é criminoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Obrigada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, para uma comunicação inadiável. Apenas para registrar que a Conib, a Confederação Israelita do Brasil, soltou nota repudiando, mais uma vez, comparações completamente indevidas do momento atual, agora feitas na CPI da Covid, com os trágicos episódios do nazismo, que culminaram no extermínio de seis milhões de judeus no Holocausto.

> Essas comparações [diz a nota], muitas vezes com fins políticos, são um desrespeito à memória das vítimas do Holocausto e de seus descendentes. A Conib, inclusive, criou uma campanha contra a banalização do Holocausto, para que possamos compreender melhor as verdadeiras dimensões dos fatos e, assim, contribuir para um melhor entendimento do presente.

É a nota da Conib, Sr. Presidente, em relação à fala do Relator, no início da sessão de hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria só, a propósito do assunto que foi levantado aqui pelo Senador Marcos Rogério, dizer que nós fizemos uma resposta a essa nota, porque, em nenhum momento, eu comparei o Holocausto com a pandemia. Senador Marcos Rogério, o Holocausto é incomparável, diz o Twitter, mas é comparável, sim, assustadoramente comparável, à atitude de negação dos oficiais nazistas e de algumas das autoridades que depuseram aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se houver comparação, a comparação é essa; não a do Holocausto com a pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Bem, Senador Omar Aziz, Senador Renan Calheiros, Dra. Mayra Pinheiro, eu queria cumprimentar V. Sa. Não sei se V. Sa. está conseguindo me ouvir. A senhora está me ouvindo bem? (*Pausa.*)

Eu queria agradecer a presença da senhora, no dia de hoje, aqui nesta Comissão, e dizer a todos que nos assistem, Dra. Mayara...

Mayra, não é?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perdão.

Aqui, não se trata de ser a favor ou contra determinado tratamento, se trata de como salvar vidas, de como evitar mortes, mas de forma científica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No exato momento em que nós estamos aqui na CPI, doutora, mais de 450 mil brasileiros já morreram. No meu Estado, que a senhora mencionou até com uma certa emoção falando sobre ele, já são quase 13 mil mortos, e muitos deles por falta de oxigênio, por falta de planejamento, por falta de assistência.

E eu procuro olhar as coisas sem cor partidária nesse momento, até porque isso não ajudará. E fui olhar o currículo de V. Sa., o que me impressionou muito. V. Sa. é formada na Universidade Federal do Ceará, em 1991, como médica; é mestrada em ciências na área de concentração em Neonatologia na Universidade de São Paulo, em 2002 – confere? –; tem especialização na Medicina do Trabalho pela Universidade Estácio de Sá; professora no curso de Medicina do Centro Universitário Cristos e doutoramento em Bioética pela Universidade do Porto; e a senhora é Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação.

A senhora tem algum trabalho científico publicado, doutora?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Em que área?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Em várias áreas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Na área de estudos sobre medicamento, a senhora tem algum?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com que autoridade, então, V. Sa. fala sobre estudos científicos se a senhora não tem nenhum trabalho e nenhum estudo científico na sua carreira sobre medicamento?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, para a gente, como médico, discutir medicamento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas aí é como médico...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O senhor deixa eu terminar de falar?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro, com toda a certeza.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Como profissional da saúde, como médica com trinta anos de formação e atuação em UTI, eu conheço quase tudo hoje disponível de medicamentos para pacientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

graves. Esses medicamentos a que o senhor e a que a gente está se referindo aqui são medicamentos que têm mais de 40, 50 anos de uso, eles têm segurança e todos nós conhecemos.

Nós estamos falando de medicamentos que eu uso praticamente todos os dias na prescrição ambulatorial dos meus pacientes pediátricos. Eu prescrevo, desde que eu me formei, ivermectina, eu tomei hidroxicloroquina para tratar doença articular autoimune, os pacientes reumatológicos do Brasil... Então, nós estamos falando não é de novas drogas que precisem de grandes estudos para a gente atestar segurança. Nós estamos falando de medicamentos reposicionados extremamente comuns, que são usados desde 1934, 1944, conhecidos por todos os médicos brasileiros, porque os anti-inflamatórios, a cloroquina, a hidroxicloroquina usada na reumatologia, fazem parte da prescrição de quase todo médico pra adultos e crianças.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doutora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não é preciso que a gente seja um grande entendedor disso. E Medicina baseada em evidência, um profissional que faz mestrado, que está em doutoramento, a gente estuda isso para escrever as nossas teses, as nossas dissertações. Não é preciso ser um cientista que produz um trabalho para interpretar, se você for uma pessoa responsável, um trabalho científico.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doutora, apenas para pedir a V. Sa. que a senhora seja também objetiva nas resposta, porque eu só tenho 15 minutos e V. Sa. está aqui respondendo...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... desde as dez horas e já repetiu várias vezes. Eu quero apenas enfatizar a todos que a senhora não tem nenhum trabalho científico publicado sobre estes medicamentos ou qualquer outro medicamento. Agora, em se tratando de ter usado cloroquina, eu, como amazônida e tendo contraído malária, eu usei cloroquina, mas para o tratamento de malária, e eu sei os efeitos colaterais da cloroquina como alguém que usou.

E eu fico assustado: um médico que não tem nenhum trabalho científico realizado nessa área ficar receitando de forma generalizada! Eu não tenho nada contra o uso da cloroquina.

Eu peço ao meu querido Senador Renan, com quem eu tenho tanto respeito... Porque, veja, eu ouvi atentamente, tive que me ausentar, mas fiquei acompanhando essa CPI. Porque, veja, a senhora foi ao meu Estado, o meu Estado... E o eminente colega ainda há pouco mencionou um estudo que foi feito no meu Estado, e a senhora falou de que esses cientistas – e lá, sim, tem cientistas com vários trabalhos publicados... Este não é o único trabalho publicado de cientistas: são feitos com análises científicas e com acompanhamento e com publicação em revista reconhecida nacional e internacionalmente. E aí, para politizar, para a gente criar o clima de quem é a favor ou contra, eu vou ficar destratando, denegrindo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho científico que foi feito? Não, doutora. Não vou fazer isso, como também não vou fazer com V. Sa. Acabei de dizer que a senhora tem um currículo invejável. Parabéns! Mas a senhora não tem trabalho científico publicado na área de medicamento.

Agora, eu quero fazer uma outra pergunta na área de gestão...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque, afinal de contas, a senhora não está aqui como médica. A senhora está aqui como Secretária de Gestão, Trabalho e Educação.

A senhora falou que a senhora tem um *site* que eu acho que é Conte Comigo. Não é isso? Brasil, Conte Comigo. Como é que chama?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, é um programa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ah, é um programa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O Brasil Conta Comigo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O Brasil Conta Comigo, em que a senhora tinha quantos mesmo cadastrados lá?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Um milhão e sete mil profissionais de saúde.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quantos, desses, médicos já treinados?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Médicos, não, mas profissionais são cerca de 400 mil treinados, porque o treinamento, Senador, é voluntário. Eles podem ou não prosseguir. Eu não tenho como obrigar as pessoas a se submeterem a um treinamento. A gente é um país livre e democrático.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro, e exatamente por sermos um país livre e democrático é que eu venho, desde o primeiro depoente aqui nesta CPI, questionando por que as nossas universidades federais, que nós temos em todas as unidades brasileiras, até hoje não abriram cursos intensivos de treinamento, por exemplo, para intubação, Presidente Omar Aziz.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A Ebserh fez isso, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois é, mas, por exemplo, qual foi o curso que aconteceu no Estado do Amazonas pela Universidade Federal do Amazonas para intensivão na área de intubação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Fizemos alguns cursos lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só para a senhora ter uma ideia, apenas 7.790 médicos foram treinados pela Secretaria de V. Sa. Apenas 7.790. E lamentavelmente no *site* não se especifica se alguns desses médicos foram treinados em intubação, uma das razões principais entre a diferença entre a morte e a vida. A senhora saberia informar quantos desses sete mil foram treinados em intubação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Agora, não, mas eu posso passar esse dado para o senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Faça isso, sabe por quê, doutora? Eu tive Covid; eu não sei se a senhora teve.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A senhora teve?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu não sei se a senhora esteve internada, se a senhora esteve...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu, lamentavelmente, fiquei internado. E felizmente estou aqui pra poder falar sobre o tema. E eu lhe digo: faz uma grande diferença se a equipe é treinada na área de intubação ou não, se a equipe tem um treinamento específico sobre o tratamento do Covid, ou não. Mas eu aguardo a resposta de V. Sa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Sa. declarou numa das suas primeiras respostas que, quando esteve Manaus, a senhora se assustou com o estado das unidades básicas de saúde. Eu queria que a senhora falasse um pouco mais sobre isso pra que nós pudéssemos entender, já que o Senador, o colega, ainda há pouco, disse que a saúde no Brasil é tripartite, e eu concordo com ele, e eu quero entender o que a senhora viu e quais as providências que a senhora tomou?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho, Senador. E a data. É muito importante a data, porque o atual Prefeito assumiu dia 1º de janeiro. A senhora chegou lá num final de semana, né? Então, dia 3, que era num domingo ou na segunda. Dar as datas, por favor, só pra que a gente saiba mesmo quem é o responsável.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Pois não. Eu, pessoalmente, não estive nas unidades básicas de saúde, a prospecção foi feita através de um relatório por um grupo de médicos e técnicos do Ministério da Saúde. O Secretário de Atenção Primária em Saúde permaneceu quase trinta dias em Manaus visitando todas as unidades de saúde. O cenário que eu posso dizer hoje ao senhor, isso está presente no relatório que foi encaminhado, era de caos. Nós encontramos unidades fechadas, literalmente, com cadeado e corrente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu não vou lembrar porque eu não participei das visitas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas a senhora pode informar, a senhora pode mandar o relatório.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas, no relatório, tem todas as datas, isso. Como não fui eu que estava nas visitas, eu não posso informar por data, mas tem a descrição, inclusive, por unidade, com fotografias.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, e a senhora pode mandar o relatório para a CPI.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Esse relatório, inclusive, o Ministério da Saúde encaminhou para os órgãos que solicitaram do Judiciário. Mas nós encontramos unidades que não estavam atendendo, que não tinham médicos, unidades que não tinham medicamentos nas suas farmácias básicas. Nós não encontramos triagem organizada para a Covid, que é uma recomendação do Ministério da Saúde desde o início da doença. Nós produzimos diversos manuais para a atenção primária para organizar a triagem com enfermeiros, com profissionais, selecionando quem tem Covid de quem não tem Covid para evitar novas contaminações, e nós não encontramos isso em Manaus.

Então, chama a atenção porque é a atenção primária a porta de entrada no serviço de saúde. E, quando nós visitamos – e aí eu tive a oportunidade de visitar os hospitais de Manaus –, eu me deparei com a situação de total colapso, supersaturação de leitos na porta do Hospital 28 – acho que é 28 de agosto, eu sempre esqueço o nome –, nós encontramos pacientes... E eu passei por cenas que, em 30 anos, mesmo trabalhando em condições de UTI, de urgência e emergência, as famílias dos pacientes se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agarraram nas minhas pernas pedindo socorro. Os profissionais de dentro da unidade estavam supersaturados, porque eles estavam atendendo muito além da capacidade.

Eu vi pacientes de 25 anos, que é outra coisa que chama a atenção, mostrando que nós estávamos diante de uma nova variante, de fato – a gente ainda não tinha um mapeamento genético –, então, o quadro clínico era atípico do que nós encontramos no primeiro surto da doença. Eu vi pacientes de 25 anos, graves, com insuficiência respiratória, daí uma explicação para a utilização maior do oxigênio. Nós estávamos diante de uma variante, onde os pacientes evoluíam muito rapidamente para um quadro de insuficiência respiratória.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doutora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ... e uma parte da resposta é a atenção primária não estar funcionando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E quais foram as providências que o ministério adotou diante deste relatório e desta constatação?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não, pois não. Nós colocamos representantes, todos os secretários estiveram em Manaus no dia 11 e todas as secretarias mantiveram núcleos de funcionamento em Manaus, inclusive a minha, por mais de 30 dias. Cada uma das secretarias demandou, realizou ações. A Secretaria de Atenção Primária talvez tenha sido uma das secretarias mais atuantes. Nós, nas unidades que não tinham médicos, nós ampliamos em cerca de 115 profissionais do Mais Médicos, pra que a gente pudesse colocar mais profissionais atendendo naquelas unidades onde não havia. Foram liberados recursos pra gente melhorar o atendimento, medicamentos foram enviados. A minha secretaria especificamente organizou um programa de treinamento de urgência para os agentes de saúde que não estavam atuando, pra que eles pudessem fazer prospecção domiciliar, isolando pessoas com casos suspeitos. Pra isso, nós contamos com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde, pra obtenção de termômetros e oxímetros para essa triagem. Então, foram muitas as ações para que a gente pudesse...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois é, doutora, mas sabe o que a senhora não falou?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É que as unidades básicas de saúde estavam funcionando de segunda a sexta-feira e fechando às 5h da tarde, enquanto o povo estava se acumulando e, lamentavelmente, desesperado, morrendo na porta dos hospitais, que estavam sem leito e sem estrutura. E, hoje pela manhã, a senhora disse que não conseguiu prever que ia faltar oxigênio diante desse quadro? Como? Como que uma técnica com o nível de formação que a senhora tem, com toda a secretaria e com toda a assessoria do ministério presente na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade de Manaus, constata esse quadro e não identifica que nós íamos colapsar por falta de oxigênio? Como?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, se o senhor me permite, não foi essa a informação que eu dei. O que eu disse é que nós não temos como prever a quantidade de metros cúbicos que nós vamos utilizar, até porque não é essa a nossa função, o Ministério da Saúde não faz monitoramento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doutora, me perdoe...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas é a verdade, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doutora, me perdoe, a senhora acabou de fazer um relatório pormenorizado da situação – e eu concordo com V. Sa. – de descalabro na atenção básica, de descalabro no atendimento hospitalar das pessoas desesperadas, e a senhora não identificou que estava faltando ou na iminência de faltar oxigênio! As pessoas agarravam na perna da senhora, desesperadas, porque estavam jogadas no corredor do hospital, sem atendimento, doutora! E aí nós vamos ficar fazendo discurso pra televisão, que nós somos a favor ou contra a cloroquina? Vamos ter paciência, porque já são mais de 450 mil mortos! Eu não quero saber aqui de azul ou vermelho. Eu quero saber é da eficiência e da competência pra salvar vidas. É por isso que eu vim pra essa CPI, não foi pra ficar fazendo discurso partidário, não! Eu não estou em véspera de eleição e não quero saber de discussão partidária; eu quero entender como é que todo o Ministério da Saúde, numa gestão tripartite, está presente na cidade de Manaus, vivendo o subsolo do inferno, e os melhores técnicos do Ministério da Saúde não identificam que nós estamos diante do caos na área de abastecimento de oxigênio. Como?

Doutora, nem a senhora, nem o Ministro Pazuello, nem ninguém vai me convencer de que não tinham conhecimento, porque era a olhos vistos o caos que nós estávamos vivendo. E a solução estava logo ali do lado. E lamentavelmente nós não conseguimos resolver – não conseguimos resolver.

Eu quero, por fim, fazer aqui um cumprimento à senhora, porque pelo menos a senhora reafirmou aqui, inúmeras vezes, que a senhora defende o uso de máscara, que a senhora defende o distanciamento, que a senhora defende a vacinação e que a senhora defende um atendimento médico adequado para o tratamento do Covid. Espero eu que, em outro ambiente, seja qual for a circunstância, a senhora possa, com essa mesma firmeza e com essa mesma postura, reafirmar o que a senhora disse aqui, não perante a nós, mas perante milhões de brasileiros, sabe por quê? O Ministro Pazuello, sentado aí onde a senhora estava, pediu desculpas por ter entrado num *shopping* na minha cidade, sem máscara. E, menos de três dias depois, ele estava num palanque, sem máscara, fazendo discurso.

Eu quero parabenizá-la e quero desejar à senhora que a senhora tenha mais firmeza e convicção do que o Ministro Pazuello quando aqui esteve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Eduardo. Eu vou passar para o primeiro suplente, que é o Senador Alessandro Vieira.

Só quero fazer duas perguntas. A senhora conhece a Dra. Luana Rodrigues?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Eu a encontrei durante a apresentação que o Ministro Marcelo Queiroga fez lá, no Banco do Brasil, por ocasião do lançamento da família vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

E a senhora diz que alguns voluntários foram para Manaus com a senhora, não é? Viajaram pra Manaus. Foi nessa época que a senhora falou que veio esse relatório ou antes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Peraí, que o senhor misturou duas coisas. A Dra. Luana já...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ...encerrou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A segunda pergunta é...?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora disse cedo que foram para Manaus alguns médicos voluntários, não é?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi nessa época que o Senador Eduardo perguntou para a senhora ou foi antes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, nós estivemos em Manaus durante dois momentos. Da primeira vez, do dia 3 ao dia 5, quando nós fizemos a prospecção...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De janeiro?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Tudo em janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estavam com a senhora?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, nesse momento só a minha secretaria, os meus dois diretores e os meus técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Quando nós fizemos prospecção em todas... Num primeiro momento, eu fui fazer visita hospitalar, eu participei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, doutora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Agora, nas unidades básicas de saúde, o período de visitação foi a partir do dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E, aí, com esses médicos voluntários?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Foi essa prospecção... Técnicos do ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Tinha um médico...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Tinha um médico do SUS que fazia palestras sobre cloroquina. Eu estou falando da minha cidade, doutora. Não é da cidade dos outros, não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Certo. Mas nós não escolhemos o voluntariado, o senhor há de convir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sim, sim. Tem gente que grava...

A senhora disse que esse pessoal ia totalmente de graça, sem remuneração nenhuma, correto?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim. Remuneração, não. Eles tiveram custeio – os que vinham de outros Estados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, a senhora afirmou aqui que não tinha...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Passagens e diárias. Remuneração, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois é. Não eram servidores do Ministério da Saúde, só isso.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Alessandro, desculpe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) **–** Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Dra. Mayra.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Boa tarde, Dr. Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Dra. Mayra, primeiro quero registrar que a senhora tem, sim, um currículo notável. Eu tenho absoluta convicção de que a senhora é uma pessoa extremamente bem-intencionada na defesa da vida e tenho, mais ainda depois desse depoimento, convicção de que a senhora acredita no que fala, mas acreditar no que se fala não torna o que se fala verdade.

Pergunto a V. Exa., com base numa afirmação que a senhora mesma fez no tocante à revisão constante da ciência, esse processo evolutivo natural da ciência, e a senhora não ignora esse processo porque já o mencionou aqui: por que ignorou as notas contrárias da Fiocruz e do Conselho Nacional de Saúde, por exemplo, que não recomendavam o tratamento precoce?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Eu já até mencionei isso de outras vezes. O Ministério da Saúde necessariamente não precisa fazer suas orientações baseado nas outras instituições; ele é o órgão máximo do País. A gente tem um conjunto de técnicos, que são os servidores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, doutora, assim, me perdoe por lhe interromper.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É apenas por conta, realmente, do horário, mas, efetivamente, não é isso que está sendo perguntado. Eu estou perguntando para a senhora com relação à produção de conhecimento, ciência...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ...que é o seu campo.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu não sou cientista, eu não sou profissional da área de saúde e, aí, como qualquer pessoa responsável deve fazer – o que infelizmente não parece ser o caso de alguns gestores públicos que nós temos –, eu fui procurar os especialistas. Eu pedi ajuda ao Dr. Paulo Ricardo Martins Filho, da Universidade Federal de Sergipe, que é Mestre e Doutor em Ciências da Saúde especializado na questão de epidemiologia. Ele coordena a disciplina de Revisão Sistemática e Meta-Análise. O Prof. Paulo me encaminhou aqui a análise de 2.871 estudos nas bases disponíveis pelo mundo – PubMed, Embase, todas elas –, e estabeleceu os critérios de filtro para tentar encontrar ensaios que fossem qualificados como de excelência. A senhora certamente concorda com aquela pirâmide de excelência das evidências, não é isso? A senhora pode dizer para a Comissão qual é o estudo que está no topo dessa pirâmide?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Nós não temos ainda estudos atualmente no topo da pirâmide, mas é exatamente isso, Senador Alessandro, que precisa ser trazido aqui. Nós estamos diante de uma pandemia. Esses estudos de excelência que estão no topo da pirâmide, eles levam muitos anos para serem feitos, precisam de uma casuística muito grande de pacientes. É essa a diferença.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seriam ensaios clínicos randomizados...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ...controlados, com duplo-cego.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Duplo-cego, exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seria isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Esse é o nosso padrão de excelência. E nós já temos estudos randomizados, duplo-cego. Já temos. Qual é o grande problema desses estudos duplo-cego randomizados com esse padrão de qualidade metodológica? É o "n" que ainda é pequeno. Nós deveríamos ter estudos com uma casuística como a da *Lancet*, com 96 mil pacientes...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Me permita, doutora...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – ...e não é possível ainda que a gente tenha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto. Apenas, brevemente, trazer uma informação...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas está certíssima a sua informação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Segundo o Prof. Paulo me traz, desses 2.871 estudos que ele analisou nessas bases todas, internacionais e nacionais, foram encontrados 14 estudos com essas características, as características de excelência na qualidade como evidência.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Desses catorze, absolutamente nenhum indica benefício no uso de medicamentos como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidroxicloroquina – nenhum. Nesse ponto ainda da ciência... Eu faço apenas uma pequena observação, porque a senhora mencionou várias vezes o estudo que foi realizado pela Fundação de Medicina Tropical, que é ligada à Fiocruz, publicado na revista *JAMA*, que também já foi objeto de várias citações na CPI, é um dos estudos mais atacados que a gente tem. A senhora sabe...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – É que causou a morte de 22 pessoas. Então, é um fato social relevante.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A gente tem que escolher se o que causa morte é o vírus, é o remédio ou é a má gestão.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, nesse caso foi a medicação usada com doses tóxicas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E se eu informar à senhora que o Ministério Público Federal e o Conselho Federal de Medicina discordam da senhora? É que os procedimentos de investigação sobre esse estudo foram arquivados porque não se encontrou nada que indicasse o que a senhora está falando aqui. Alerto a senhora para a gravidade...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas não foram finalizados...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Estão arquivados no Ministério Público Federal, estão arquivados no Conselho Federal de Medicina – esses estudos.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A gente tem um outro processo na Polícia Federal.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso, meu colega pediu para instalar. Tem lógica. Espero que seja tramitado com toda a veracidade.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Todos nós, a sociedade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas a senhora sabia que estavam arquivados os outros dois?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu soube que foi arquivado, mas não entrei em detalhes.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É uma pena que a senhora não tenha lembrado de citar isso quando mencionou o estudo tantas vezes. Isso gera uma certa deslealdade intelectual com que está ouvindo.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, tem um detalhe muito importante que eu esqueci de mencionar aqui em relação a esse estudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu creio que todos os brasileiros, principalmente os médicos, professores universitários e os senhores também, pelo nível de formação intelectual, sabem que para a gente aprovar um estudo a gente precisa do parecer da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. E esse estudo de Manaus chama atenção porque ele só obteve o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa depois do estudo pronto.

Nós não pudemos submeter pacientes. Isso não vale só para o estudo de Manaus...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Isso provavelmente a senhora vai ter que discutir com o Conselho Federal de Medicina e com o Ministério Público Federal, entendendo que nada disso que a senhora está falando existe...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não. Isso é uma questão para os senhores, sobretudo para os Senadores que são do Estado do Amazonas, porque as 22 vidas perdidas importam.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito. Com certeza, cada uma das 450.026 vidas que nós perdemos para a Covid importam. Cada uma delas.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Todas. Todas. Todas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** E nós todos concordamos que medidas simples como isolamento social, uso de máscaras, higiene e busca de vacina no tempo certo poderiam colaborar para esse número ser menor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Concordo com o senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

Dra. Mayra, a senhora está desde o início da gestão na Saúde. Essa sugestão de edição de um protocolo ou de uma nota informativa no tocante ao uso de medicamentos para um suposto tratamento precoce, ela só surgiu na gestão Pazuello, ou ela já existia nas gestões anteriores?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – A motivação para a confecção dela, que coincidiu com a entrada do Ministro Pazuello, porque o... Esse trabalho da *Lancet* e essa referência do trabalho que o senhor citou de Manaus aconteceram no mês de abril, um em abril e outro em maio.

A nota foi uma responsabilidade do Ministério da Saúde para não prevaricar diante de fatos graves que aconteceram na comunidade científica internacional, sobretudo esse estudo da revista *Lancet*, que depois foi retirado pelos revisores, considerado uma fraude para a sociedade científica internacional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** A senhora participou de reuniões conduzidas ou com participação de pessoas alheias à estrutura do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde, como o assessor Arthur Weintraub ou mesmo, na condição de gestor do conselho ou comitê de resposta, General Braga Netto?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, senhor. Nunca.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Existia e, se é que existia, qual o nome dos especialistas das áreas de infectologia e epidemiologia que assessoraram o ministro e a senhora na confecção da política de atendimento à pandemia?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O senhor se refere à nota?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não, à atuação da política em geral.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Porque a nota a gente descrito todos os consultores que foram...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não, não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Em relação à política dentro do Ministério da Saúde, cada secretaria tem técnicos que são profissionais de carreira...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** A senhora sabe referir algum profissional com essas características específicas? Eu estou citando as áreas de infectologia e epidemiologia.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Mas ao longo da gestão inteira? Nós tínhamos infectologistas na SVS, Dr. Julio Croda, vários infectologistas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Quando hoje a senhora defende, ainda hoje defende o uso desse tipo de medicamento para tratamento precoce, a senhora tem esse tipo de lastro dentro do Ministério da Saúde?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Dentro do Ministério da Saúde, nós fazemos uma coleta constante, um seguimento constante do que é publicado na literatura e a gente mantém um repositório de informações sobre as evidências que surgem todos os dias no mundo. Esse é um dos norteadores das nossas posições.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** A senhora relatou ao Ministro Pazuello aquele caos em Manaus que a senhora relatou aqui na CPI?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim. Isso foi colocado em relatório, que depois se tornou público. Nós entregamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora se recorda a data desse relatório?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O relatório era diário. Nos dias em que eu estive em Manaus, Senador Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Diariamente a senhora reportava ao Ministro?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Diariamente a gente passava um relatório. O Ministro ligava a todo tempo, pedindo para a gente passar as informações. Os secretários recebiam as demandas, de ofício, do que era considerado urgência, e nós enviávamos para o Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, no dia 15, quando aconteceu a reunião de ministros e o Presidente da República para tratar sobre a possibilidade de intervenção em Manaus, e o Presidente decidiu pela não intervenção, o Ministro Pazuello já tinha todos esses dados de uma situação de caos absoluto que a senhora descreveu aqui? A reunião aconteceu no dia 15.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Todos os relatórios eram entregues diariamente. E, durante o período, nós voltamos no dia 11, nós continuamos fazendo relatórios diários, todas as secretarias. E a gente inclusive teve a organização de um comitê intersetorial em Manaus, que funcionava duas vezes por dia, com reuniões às 9h da manhã e no final do dia, para a gente juntar todas as ações e a gente já organizar o que deveria demandar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora mencionou, em diversas oportunidades aqui, a existência de estudos que dão lastro a essa sua opinião. Eu peço que a senhora me ajude – a senhora foi Presidente do Sindicato dos Médicos – a esclarecer, mais uma vez, para esta Comissão e para a população...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... a diferença que existe entre a autonomia do médico na sua relação com o paciente, paciente informado, e a definição de políticas públicas de atendimento através do SUS. A senhora concorda que são coisas bastante diferentes?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu queria que o senhor fosse mais claro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não vou, por delicadeza, repetir o que eu falei para o Ministro Ernesto, que acabou virando moda, que foi: "Os meios não me permitem desenhar".

Existe uma deliberada tentativa de se confundir o que é uma instituição consagrada, que é a autonomia técnica do médico...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... na sua relação pessoal, particular com o paciente...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... com a definição e o desenho de políticas públicas. E são coisas totalmente diferentes. Eu pergunto se a senhora também acha que são coisas diferentes.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, as políticas públicas inclusive do Ministério da Saúde são várias. Em cada secretaria, tem suas políticas visando atender às necessidades específicas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Para não ultrapassar demais o nosso tempo, vamos falar um pouquinho sobre o aplicativo TrateCov.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Que a senhora anunciou.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora foi, digamos, a pessoa responsável pela apresentação do TrateCov, que a senhora apresentou com palavras na linha do "todo mundo pode baixar e, a partir de agora, usar e salvar vidas." A senhora disse que se referia apenas ao público especializado. Mas ele estava aberto...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Médicos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A senhora citou também que um trabalho científico internacional daria lastro a esse aplicativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O estudo que a senhora refere é um *paper* que foi publicado na revista *Cureus*, é isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** *Cureus*. Uma revista que, na métrica de qualificação de credibilidade, não se encontra exatamente entre as destacadas. Na verdade, ela tem alguma coisa em torno de 1,9 como nota dela, e as mais destacadas estão lá na faixa dos 40 a 50. Esse foi o texto, o *paper*.

O estudo foi avaliado como de baixíssima credibilidade, métrica questionável, e, mais ainda, o autor do estudo veio a público informar que jamais foi consultado pelo Ministério da Saúde e que nunca pensou em usar o aplicativo para receitar ou indicar medicamentos. Era apenas uma ferramenta para facilitar o trabalho de isolamento. A senhora tem consciência disso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, mas essa informação não procede. Nós solicitamos a permissão dele para a gente utilizar o trabalho, até porque o trabalho é público. Nós nem necessitaríamos pedir autorização a ele, porque vários países estão usando o escore que ele criou para ajudar, como ferramenta, o diagnóstico médico. Uma vez que você publica um trabalho, e é um escore, qualquer médico pode utilizar-se desse instrumento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Sem dúvida. Muito importante que seja utilizado por médicos apenas.

Ele referiu que o aplicativo não foi desenhado para indicação de medicamentos, e o aplicativo que foi divulgado por V. Sa. fazia a identificação automática. Mais ainda: o escore que a senhora refere, por conta da calibragem que vocês escolheram, a sua secretaria escolheu, fazia com que pessoas que indicassem sintomas comuns como, por exemplo, tontura e náusea – que é mais ou menos o que o ex-Ministro Pazuello sentiu aqui, sendo perguntado pela CPI... Geraria um automático diagnóstico de Covid-19 e, mais ainda, a indicação, também automática, de uma série de medicamentos. A senhora acha que isso é razoável, mesmo que para médicos?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Eu preciso responder dentro do contexto, se o senhor me permitir, porque senão a minha...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Se o tempo nos permitir, a gente fica até amanhã.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pronto. Porque, senão, essa resposta não vai ficar clara nem para a população brasileira, nem para os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – O contexto em que foi desenvolvido... Não é um aplicativo. O constructo é uma ferramenta médica, como uma calculadora médica. Iguais a ela existem mais de 300 disponíveis para a população médica hoje. Inclusive, eu mostrei, no comecinho, a de São Paulo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Todas elas indicando medicamentos.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Algumas indicam, como a de São Paulo, por exemplo. Ela remete a prescrição de soluções de tratamento para a dengue. Mas vou retornar ao início da minha fala.

Nós construímos essa calculadora, essa ferramenta, no contexto da situação que nós encontramos em Manaus: ausência de possibilidades de você ter respostas rápidas com um teste de RT-PCR – 2 mil exames reprimidos; diante da nova variante – a própria OMS já tinha manifestado a possibilidade de os testes não serem sensíveis, de apresentarem baixa sensibilidade a essa variante; um grande número de óbitos; colapso do sistema hospitalar. Então, diante de um trabalho que apresenta uma possibilidade, um escore – que, eu mencionei, também, está sendo utilizado pela OMS como uma ferramenta –, nós resolvemos criar um constructo, para que a gente agilizasse o diagnóstico. O que existem lá são pontos a partir do AndroCoV, que é o estudo. E o senhor há de convir que você não... que nenhuma das ferramentas, calculadoras médicas, plataformas que existem os médicos utilizam fora do contexto epidemiológico. Ninguém vai pegar um instrumento de trabalho médico, que não seja médico – e estava bem claro que quem deveria usar eram os médicos –, para você simular situações com cachorro, com gato, com gestantes e com crianças, até porque, na própria plataforma, tinha uma observação de que não deve ser usado para critérios de crianças e gestantes.

Então, o que aconteceu, Senador Alessandro, é que nós fizemos uma ferramenta que seria extremamente útil para a sociedade, como instrumento de trabalho e agilidade de diagnóstico para os médicos. Ela foi usada indevidamente por uma pessoa, que agiu de má-fé, extraindo os dados da plataforma do ministério, fazendo simulações fora do contexto real. Ninguém brinca com a vida dos outros, com a saúde dos outros, simulando situações que não existem. Se o senhor for ao seu médico e ele dispuser de alguma calculadora dessa, de alguns instrumentos desses, ele só vai testar se o senhor tem artrite reumatoide se o senhor tiver manifestado para ele sintomas de artrite reumatoide. Não são coisas aleatórias, elas têm que estar inseridas dentro de um contexto para alguém usar esse tipo de instrumento para avaliar o senhor para a Covid. No contexto epidemiológico em que nós estamos, no Brasil e em Manaus, boa parte desses sintomas estão contidos na doença Covid.

Então, nós tivemos uma extração indevida de dados, foi feita toda a tomada de decisão necessária, comunicação à polícia, contratação de um perito forense – e aí eu trouxe o laudo para entregar aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores – e um prejuízo, porque nós fomos obrigados, por força de uma ação do TCU, a partir de uma denúncia social que foi feita, uma interdição a esse constructo. Foi criada, na sociedade, a conotação de que o Ministério da Saúde queria usar pessoas como cobaias, de que o aplicativo, o constructo, tinha custado milhões ao Ministério da Saúde.

E foi feito com a nossa tecnologia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, ele era de fonte aberta.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Então, deixamos de prestar um serviço à sociedade. Tivemos que tirar, de fato, o constructo do ar por força de um documento jurídico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sabe o que é que me chama a atenção, Dra. Mayra?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É porque a OMS dá sua opinião, várias e várias entidades médicas dão sua opinião, as maiores entidades médicas do mundo dão sua opinião, Fiocruz, Butantan, os estudos são realizados aqui no Brasil, o TCU e todos eles estão equivocados!

Eu queria alertar à senhora, porque as pessoas estão nos ouvindo e, eventualmente, se deixam seduzir por uma coisa que é muito presente hoje na nossa vida, que são as teorias conspiratórias.

Então, quando a gente fala claramente, a gente deixa mais evidente a loucura que a gente está vivendo, porque a tese que nós estamos ouvindo aqui, que não veio só da senhora, veio também de colegas Senadores, vai na linha de que existe um complô mundial em que o mundo decidiu, por conta da influência da indústria farmacêutica, negar às pessoas um medicamento e matar – nos Estados Unidos, matar mais de meio milhão, aqui a gente está caminhando para isso, 450 mil mortos – e tudo isso foi feito por um interesse econômico obscuro. E as grandes universidades, as grandes entidades científicas estão todas envolvidas nesse complô, porque você não encontra... A senhora mencionou, uma dúzia de vezes, estudos na sua fala aqui, e já são horas de fala, a senhora não indicou um só detalhadamente.

Trazer carrinho cheio de papel não impressiona ninguém que sabe ler. Não é assim que funciona. Quando eu falo com a senhora e menciono, e a senhora reconhece que sabe que existem os estudos, que os estudos são sérios, que eles correspondem ao padrão ouro de avaliação, mas mesmo assim a senhora não muda de opinião. Como eu disse, é muito claro que a senhora acredita no que fala, mas só acreditar não transforma isso em verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu lamento muito que a política pública de saúde brasileira seja conduzida desta forma. É lamentável – é lamentável –, porque ninguém em sã consciência consegue acreditar que países no mundo afora deixam seu cidadão morrendo porque não querem dar um remédio, quando esses países foram exatamente os responsáveis pelos testes mais qualificados. Os testes que eu referi, quase todos eles são de universidades dos Estados Unidos e do Canadá, apontando a ineficácia do medicamento, e por conta disso acelerando o processo de compra.

A senhora tem consciência de que esta manifestação que indica a existência de um suposto remédio para a Covid facilita as condutas equivocadas das pessoas? Porque as pessoas colocam no seu inconsciente, e não é só a senhora que faz isso, o Presidente da República faz isso diariamente, as pessoas colocam no inconsciente a impressão de que "o.k., eu posso me contaminar e não vai acontecer nada, porque tem um remédio", quando não é verdade. É uma loteria macabra, que já matou 450 mil pessoas. Milhões de brasileiros tiveram que ser internados. Esses milhões de brasileiros, a senhora sabe bem, terão sequelas, provavelmente. E nós não temos estrutura para tratá-los.

Então, a gente está num caos muito grande e eu faço questão de reforçar, eu tenho certeza absoluta da sua boa intenção, mas faço um chamamento à razão. Será razoável imaginar que todo o mundo resolveu se reunir em benefício de uma doença? Por que será que as lideranças globais mudaram suas opiniões? Porque o erro, no começo, fazia sentido. No começo, todo mundo testou a cloroquina. Todo mundo testou, porque todo mundo queria uma solução rápida, barata, que não paralisasse a economia. Só que quase todo mundo mudou de ideia e entendeu. O Brasil não. Infelizmente.

Sr. Presidente Otto Alencar, Presidente *ad hoc*, eu agradeço e peço desculpas pela extensão de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. e passo a palavra, pela via remota, ao Senador Rogério Carvalho, do Estado de Sergipe.

Senador Rogério Carvalho.

Depois é o Senador Fernando Bezerra. Depois, Senador Angelo Coronel, Luis Carlos Heinze, a Senadora Leila está inscrita também e ainda tem aqui mais 10 Senadores inscritos. O último é o Senador Jean Paul.

Senador Rogério Carvalho, com a palavra V. Exa..

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Queria cumprimentar o Relator, cumprimentar a Dra. Mayra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria saber, me certificar de que nós estamos diante de uma testemunha, não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto!

E, segundo, eu queria pedir autorização a V. Exa. para que o nosso assessor, o Dr. Marcos Rogério, que está aí no plenário da Comissão, poder exibir quatro vídeos curtinhos que, na medida em que eu for falando, eu vou pedir para ele exibir.

Ele já está posicionado. Então, eu queria pedir isso ao senhor para ele...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Olha, o Senador está no sistema remoto. Tem que fazer um silêncio no plenário, senão não dá para ouvi-lo.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, vamos lá. Beleza!

Primeiro, eu queria dizer, Presidente, como o senhor sabe e todos sabem – cumprimentar a Dra. Mayra Pinheiro –, que a saúde brasileira, a saúde pública está assentada nos princípios da universalidade, da integralidade, da descentralização, e isso não quer dizer que os entes não tenham responsabilidades compartilhadas e complementares, e que a coordenação do Sistema Único de Saúde é do Ministério da Saúde. Isso não é uma pergunta, isso é uma afirmação, isso é constitucional.

A outra questão é que a gente tem, como sistema, garantir a prevenção, a promoção, a proteção, a cura e a reabilitação como objetivo maior para garantir a integralidade da atenção à saúde.

A Dra. Mayra disse à CPI que não fez visitas a unidades de saúde de Manaus. Eu queria pedir ao Marcos Rogério que apresentasse o primeiro vídeo aí para a gente ver a entrevista dela.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria também pedir, Presidente, que fosse apresentado, porque a Dra. Mayra disse não ser... (*Falha no áudio.*)

... a política ideológica do Presidente Bolsonaro de imunidade de rebanho, que ela não pratica.

Eu queria que fosse apresentado o segundo vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria, depois deste segundo vídeo... A Dra. Mayra também não revelou a posição ideológica dela em relação aos médicos do Mais Médicos.

Vamos ver o terceiro vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Queria dizer que a Dra. Mayra fez aqui uma fala de desmerecimento público e pejorativo com relação à Fiocruz, que tem sido a única instituição brasileira que fez e que está fazendo, junto com o Butantan, mas no caso do Governo Federal, transferência de tecnologia para produção de vacinas aqui no nosso território.

E o que a senhora se refere a uma imagem obscena é, na verdade, o símbolo da Fiocruz, porque tem formato de castelo. Portanto, eu queria que a senhora revisse essa posição, mas depois, com o tempo, as pessoas vão ver que aquele cartaz que a senhora viu, sob a forma de falo, na verdade, não é um falo, é o símbolo da Fundação Oswaldo Cruz, onde eu tive a oportunidade de estudar.

Também vimos a senhora falar sobre a indicação da cloroquina para crianças, dizendo que foi um posicionamento da Sociedade Brasileira de Pediatria. Nós temos o vídeo, mas não vamos colocar porque já é público, em que a Sociedade Brasileira de Pediatria não recomenda o uso da cloroquina. Portanto, mais uma fala da senhora que não corresponde aos fatos.

A senhora também mantém uma justificativa financeira para defender a cloroquina que a senhora não disse aqui, como se isso fosse mais importante... Claro que o emprego e a renda são muito importantes, mas a vida é prioridade.

Mas vamos ver o texto, que é o Vídeo 4, que eu queria mostrar aqui para todos.

Por favor, Marcos Rogério.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria também lembrar que a Dra. Mayra Pinheiro disse que o Conselho Federal de Medicina disse que os médicos estão liberados para utilizar *off-label* qualquer medicamento diante da necessidade.

O art. 32 do Código de Ética Médica veda ao médico, dentre outras coisas, claro, deixar de usar meios disponíveis, diagnósticos e terapêuticos cientificamente reconhecidos e em favor do paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O *The Lancet* tem uma publicação que envolve 671 hospitais, com quase 100 mil pacientes, que mostra que o uso continuado da hidroxicloroquina e da cloroquina aumenta em 9,3% a mortalidade dos pacientes. O *The Lancet* é conhecido como um dos periódicos médicos de maior reconhecimento no mundo.

Outra questão importante é o CFM, que dá o parecer dizendo que pode usar a cloroquina para esse caso. Mas veja que o CFM também tem tido uma postura um tanto quanto discordante, ao longo da sua história, e um pouco tendenciosa neste momento, porque, em 2016, veja o que diz o CFM: um parecer do CFM do ano de 2016 alerta médicos e sociedades especialistas para o uso da fosfoetanolamina para tratamento de câncer, uma vez que não tinha estudos científicos que comprovassem a sua indicação e eficácia.

O caso da hidroxicloroquina e da cloroquina, não tem nenhum instrumento... Veja, eu queria chamar a atenção para a fé pública. Por exemplo, se houver 500 mil médicos definindo e querendo que eu seja médico, eu não vou ser médico, porque para eu ser médico eu tenho que cursar medicina. E quem estabelece a fé pública para eu ser médico, que era o meu caso, eu precisei cursar medicina. Então, para uma substância, para uma droga ter fé pública, ela precisa passar pelo que a própria Dra. Mayra Pinheiro falou de vários estudos, que é o estudo pré-clínico, que são as fases clínicas, que são centenas de milhares de testes, de doses e de eficácia para definir e para ser incorporado como um tratamento, e divulgado, e comercializado, e aí autorizado por uma agência reguladora.

Também quero dizer que, neste caso da cloroquina e da hidroxicloroquina, os fabricantes não recomendam o uso para o tratamento da Covid em nenhuma etapa do tratamento. E isso é muito sério, porque foi um fabricante quem fez todos os estudos sobre determinada droga, a utilização dela e os riscos que ela causa ao paciente.

No caso da cloroquina, voltando aqui, o CFM inverte e dá um parecer que é, a meu visto, uma posição ideológica. Além disso, a doutora demonstra a incapacidade ou, como disse o ex-Secretário de Comunicação Wajngarten, incompetência em relação aos profissionais de saúde que estavam sob a sua supervisão e foram abandonados, como constatou o Senador Humberto Costa. Diante dos fatos que afirmei aqui, agora, faço algumas perguntas e queria da Dra. Mayra Pinheiro, com todo o respeito, que ela respondesse sim ou não, somente:

A senhora defende o isolamento social? Sim ou não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora defende o uso de máscara? Sim ou não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora defende a imunização em massa, ou vacina, ou a vacinação em massa? Sim ou não?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora defende a imunidade de rebanho?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não. A grandes grupos populacionais não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, eu pergunto aos brasileiros e a todos que estão nos assistindo: por que a senhora ainda não... Não estou perguntando à Sra. Mayra, pois já fiz as minhas perguntas à senhora. Eu pergunto a todos os brasileiros: se a senhora defende o isolamento social, defende o uso de máscaras, se a senhora defende a vacinação em massa, é contra a imunidade de rebanho, natural – a senhora disse lá que era a favor –, por que a senhora não pediu demissão ainda... Essa é uma questão pessoal, e eu não vou perguntar à senhora. Mas eu pergunto: por que a senhora ainda continua trabalhando para um Governo que aglomera, que é contra o isolamento social, que proíbe o uso de máscaras, que não investiu nas vacinas e que, de forma permanente, continua dando o mau exemplo para o Brasil? Estudos apontam que o efeito do Presidente nas populações que mais votaram nele leva a um número maior de infectados e, portanto, à maior lotação de hospitais e maior quantidade de mortos.

Portanto, eu quero aqui concluir, Sr. Presidente, dizendo que este Governo, independentemente de quem o opera, não faz prevenção ou não tem efetividade na área de prevenção, utilizando-se de métodos não farmacológicos, ou seja, não tem efetividade no isolamento, não tem efetividade no uso de máscaras, no uso de vacinas, portanto, não faz prevenção. Então, não cumpre a determinação da integralidade do SUS. Dois: não promove a saúde, porque este Governo não tem nenhuma campanha de orientação séria, honesta, transparente para falar a verdade sobre essa pandemia, essa doença grave, que mata muitas pessoas e que é altamente contagiosa. Quanto mais pessoas se contagiam, mais pessoas podem morrer, e o sistema de saúde não suporta. E, em vez de proteger a vida, que é outra... Além de não promover, não prevenir a proteção à vida, que é evitar que as pessoas se joguem à aventura de achar que estão protegidas com determinado medicamento sem eficácia, sem eficácia comprovada, como dizem todos os especialistas... Todas as sociedades de especialistas dizem que não tem eficácia comprovada para prevenir, para evitar que as pessoas adoeçam. Então, ele também não protege a vida. E também não vejo e não vi, em nenhum momento, de nenhum daqueles que participaram das oitivas nenhuma preocupação com os quase 500 mil brasileiros que saíram da Covid com sequela. Portanto, não tem preocupação nenhuma com a reabilitação de brasileiros e brasileiras que tiveram a doença e que estão sofrendo em função das suas sequelas. Nós não estamos vendo isso em nenhum momento, e a gente precisa abrir o debate sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, com relação ao tratamento, eu não vou perguntar... Não adianta perguntar porque a resposta não vai vir. Não vi nenhum comitê técnico-científico no Ministério da Saúde para definir com a Sociedade Brasileira de Virologia, a Sociedade Brasileira de Infectologia, a Sociedade Brasileira de Imunologia, a Sociedade Brasileira de Saúde Pública, as universidades de grande renome e de importância na área da saúde e da Medicina do nosso Brasil e poder avaliar permanentemente as ações de combate à Covid e dali saírem protocolos clínicos. O último protocolo clínico que há é de março/abril de 2020, essa orientação, que não é protocolo, não passou pela Conitec.

Por isso eu concluo, Presidente, dizendo que nós estamos, nós brasileiros estamos largados à própria sorte. E todos do Governo que vêm à CPI têm uma única e simples função: blindar o Presidente Jair Messias Bolsonaro da sua condução temerária e dolosa no combate à pandemia no Brasil. Ele não combate a pandemia. Ele se conduz. Ele, na verdade, é efeito expansivo da pandemia e leva milhares de brasileiros a se infectarem, a adoecerem e a morrerem de Covid no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Por cinco minutos, para fazer as suas perguntas, vezes três, 15 minutos, Senador Fernando Bezerra.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu entendi que o Senador Rogério me fez perguntas, mas não me foi dada a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não fez. Ele fez um discurso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu fiz quatro perguntas, e a senhora respondeu às quatro perguntas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Você fala nas minhas perguntas.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Ele fez as quatro perguntas, era "sim" ou "não", e ela respondeu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. Eu fiz quatro perguntas, Presidente. E às quatro perguntas, ela respondeu.

Eu vou voltar aqui às perguntas, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E outra: ele disse que não queria ouvir a resposta dela, deixando bem claro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não. Ela respondeu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixando bem claro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, senhor. Por favor, me respeite! Por favor, me respeite! Eu o respeito, e você me respeita. Por favor, me respeite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Estamos respeitando, mas o senhor deixou muito claro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como eu o respeito, me respeite! Eu deixei muito claro que eu fiz quatro perguntas e disse que queria as respostas "sim" ou "não".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, mas outra o senhor fez e disse que não queria ouvir a resposta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu perguntei... Não. Eu quero que o senhor me respeite!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos ouvir o Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele fez quatro perguntas, e ela respondeu às quatro perguntas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Me respeite! As quatro perguntas que eu fiz, que ela respondeu: a senhora defende o uso da hidroxicloroquina?, ela disse "sim"; a senhora defende o uso de máscara?, ela disse "sim"; a senhora defende a vacinação em massa?, ela disse "sim"; a senhora defende a imunização natural, de rebanho?, ela disse "não". Então, eu fiz quatro perguntas.

E, depois, no meu direito de Parlamentar, fiz aquilo que minha consciência manda. E não é o senhor nem nenhum Parlamentar nem ninguém que vai dizer como eu devo me portar aqui. Sabem por quê? Porque eu tenho a minha opinião, e a minha opinião é clara: todos que estão vindo aqui vêm treinados para mentir, enganar o Brasil e blindar o Presidente da República...

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Senador, eu peço respeito. Eu vim aqui na qualidade de técnica. O senhor está me acusando de mentirosa. Me respeite, Senador. Me respeite!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Não, a senhora, aqui, é somente uma...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ele não chamou a senhora de mentirosa.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

Ela é uma testemunha.

Ela...

Por favor, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ele não chamou a senhora de mentirosa.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, deixe-me fazer a minha pergunta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Sr. Presidente. Ela é, ela é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ele já tinha terminado, e o Senador Girão se meteu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Relator, Senador Renan Calheiros, Dra. Mayra Pinheiro, inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito o relatório publicado agora, em maio, pelo UBS, uma empresa global que presta serviços financeiros a pessoas físicas, empresas e instituições, com escritórios em mais de 50 países. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

síntese, o relatório conclui que o Brasil vem se saindo bem em seu programa de vacinação, tendo vacinado um percentual da população acima da média dos demais países em desenvolvimento tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. De fato, o Brasil já vacinou cerca de 20% da sua população, ao passo que, nos demais países emergentes, esse percentual é de apenas 13%. Além disso, o fato de o Brasil possuir uma pirâmide etária relativamente jovem permitirá que o País retorne à normalidade antes do esperado.

Esse mesmo relatório do UBS aponta que, caso o programa de vacinação seja implementado de acordo com o atual planejamento do Governo, será possível retomar a atividade econômica plena já em outubro deste ano. O relatório conclui que, caso a vacinação continue no ritmo atual, a possibilidade de uma 3ª onda de Covid no Brasil fica bastante diminuída. Em outras palavras, o relatório sinaliza que a economia brasileira pode começar a se normalizar mais cedo do que se imagina.

Segundo o estudo, ao vacinar a população com mais de 30 anos, que representa apenas 56% dos brasileiros, podemos reduzir a pressão sobre o sistema de saúde, permitindo a remoção das restrições de distanciamento social e permitindo que a economia volte ao normal.

Esse relatório do UBS, que faço chegar ao conhecimento dos membros desta Comissão, é mais um elemento que se soma às recentes atualizações das projeções de crescimento do PIB, feitas por grandes bancos, como o BTG, o Barclays, o Credit Suisse, o Goldman Sachs e o Morgan, que já indicam um crescimento do nosso Produto Interno Bruto superior a 4%.

Associada à política de vacinação em massa do Governo Federal, a gradual retomada das atividades vai aos poucos pavimentando o caminho para a consolidação do crescimento da economia brasileira, ampliando os instrumentos de que dispomos para o enfrentamento dessa grave crise sanitária em todas as suas faces.

Ainda gostaria de registrar sobre o processo de vacinação a fala do Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, durante a abertura da 74ª Assembleia Global de Saúde, quando classificou a distribuição global de vacinas contra o coronavírus como um escândalo de desigualdade que está perpetuando a pandemia. Segundo o Diretor-Geral da OMS, 75% dos imunizantes aplicados até o momento foram administrados em apenas dez países, sendo que alguns deles iniciaram a vacinação de crianças e grupos de baixo risco, ao passo que a maioria das pessoas vulneráveis de outras regiões do globo sequer receberam a primeira dose. O apelo da OMS é que haja um grande esforço mundial para vacinar pelo menos 10% da população até setembro e, numa perspectiva otimista, atingir a meta de pelo menos 30% da população mundial até o final do ano.

Apesar dessas dificuldades, Sr. Presidente, para a obtenção de vacinas e insumos, que não são, necessariamente, de natureza política, mas de insuficiência de oferta frente à demanda global, gostaria de registrar que, nesta terça-feira, considerando a atualização do Ministério da Saúde em relação à vacinação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no País, alcançamos a marca de 58.565.658 doses de vacinas aplicadas, o que permitiu a vacinação de 39.742.084 pessoas com a primeira dose e de 18.823.574 pessoas com a segunda dose. O Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, já distribuiu aos Estados brasileiros 9.777.747 doses de vacina. É muito provável...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Noventa milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que V. Exa... Nove milhões, não. É muito mais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, 90, 90 milhões. É muito provável que, ainda no mês de maio, até a próxima segunda-feira, a gente possa ultrapassar a marca de 100 milhões de doses de vacinas distribuídas aos Estados e Municípios brasileiros.

Ainda sobre a vacinação, para o mês de junho, considerando a projeção de entrega de vacinas contratadas, devemos ter mais de 52 milhões de novas doses disponíveis para dar maior celeridade ao programa de imunização, o que representará, até o final deste primeiro semestre, um total de mais de 155 milhões de doses, o que permitirá ao Brasil imunizar, com o esquema vacinal completo, praticamente todo o grupo prioritário; para o terceiro trimestre – julho, agosto e setembro –, são mais 166 milhões de doses previstas, o que nos permitirá, conforme sinaliza o relatório do UBS, que mencionei há pouco, imunizar os brasileiros acima dos 30 anos, garantindo o retorno gradual e seguro da população economicamente ativa até o final de setembro; por fim, com a previsão de mais 310 milhões de doses no último trimestre – outubro, novembro e dezembro – deste ano, tenho certeza de que estaremos muito bem amparados para conter a transmissão do coronavírus no País.

Sobre a oitiva da presente reunião, é importante salientar que a Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, sob titularidade da Dra. Mayra Pinheiro desde o início de janeiro de 2019, tem por finalidade elaborar e propor políticas de formação e desenvolvimento profissional para a área de saúde, planejar, coordenar e apoiar as atividades relacionadas ao trabalho e à educação na área de saúde, promover a integração dos setores de saúde, de educação, a fim de fortalecer as instituições formadoras de profissionais atuantes na área, dentre outras atribuições.

No âmbito de suas competências, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, foi lançado o programa O Brasil Conta Comigo, uma ação estratégica instituída com o objetivo de mitigar os efeitos da Covid-19 no SUS por meio do fortalecimento do quadro de profissionais de saúde no enfrentamento. Por meio de O Brasil Conta Comigo – Residentes, que instituiu o pagamento de bonificação para os residentes dos programas de residência médica e residência em área profissional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, pelo prazo de seis meses, foram quase, Sr. Presidente, 80 mil residentes contemplados, ampliando a cobertura na assistência aos usuários do SUS em todos os níveis de atenção.

Já O Brasil Conta Comigo – Acadêmico promoveu o apoio excepcional e temporário aos alunos do 5º e do 6º anos do curso de Medicina e do último ano dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia, que atuaram sob supervisão do SUS. Em todo o País, quase 6 mil estudantes recrutados se apresentaram para atuar.

Por fim, O Brasil Conta Comigo – Profissionais da Saúde cadastrou mais de 1 milhão de profissionais de saúde do Brasil, visando à capacitação conforme os protocolos de manejo clínico do Ministério da Saúde para o enfrentamento da Covid-19 a fim de auxiliar os gestores das três esferas de Governo. No curso de capacitação que aborda as recomendações sobre manejo clínico e processos de trabalho aos profissionais dedicados à condução de pacientes com coronavírus, Sr. Presidente, foram mais de 345 mil profissionais de saúde que concluíram a capacitação e foram devidamente certificados.

Eu fiz questão de fazer essa leitura da atuação da Dra. Mayra Pinheiro à frente dessa importante secretaria do Ministério da Saúde para poder trazer luzes aqui ao esforço que o Governo Federal e o Ministério da Saúde empreenderam no sentido de capacitar profissionais para que a gente pudesse ter uma melhor performance no enfrentamento da pandemia quando os pacientes estão hospitalizados, estão enfrentando ali a vida ou a morte nos leitos de UTIs que foram contratados pelo Governo Federal para socorrer os Estados brasileiros. Foram mais de 18 mil leitos de UTI, em 2020, e agora, em 2021, 22 mil leitos de UTI para poder ajudar os brasileiros a ultrapassar essa terrível pandemia.

Eu quero e faço questão absoluta, Dra. Mayra, de dizer que a sua participação nesta tarde, manhã tarde, hoje, aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito, foi muito importante. Não só a senhora falou de forma transparente, lúcida, clara, metódica, falando do seu trabalho, da sua secretaria, mas, sobretudo, trazendo muitas luzes não só para os membros da CPI, mas para os milhões de brasileiros que nos acompanham neste momento pelo rádio, pela televisão, pelos veículos de comunicação do Senado Federal em relação a uma das coisas que alguns Parlamentares aqui estão tentando criar: uma materialização, uma materialidade para algum tipo de ação criminal por parte das ações ou omissões do Governo Federal, sobretudo numa área em que me parece impossível – impossível – haver qualquer materialidade, que é a questão do tratamento precoce.

O Senador Marcos Rogério teve a oportunidade de falar do tratamento precoce aqui mesmo, dentro do Brasil, trazendo os protocolos de diversos Estados brasileiros, que ainda hoje seguem essas regras que estão previstas nesses protocolos. E V. Exa., com toda a calma, com toda a tranquilidade, ao fazer a defesa da liberdade do médico, amparada na Convenção de Helsinque, para poder receitar dentro daquilo que está disponível e à luz do conhecimento médico, do conhecimento científico, oferece a melhor solução para que os pacientes desses médicos possam sobreviver e possam sair melhor do contágio da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizá-la. V. Exa. não perdeu a postura, não perdeu a tranquilidade nem nos momentos em que V. Exa. foi interrompida no seu raciocínio, nem quando, muitas vezes, alguns Parlamentares, surpresos com a sua *performance*, tentaram interditar as suas ideias. V. Exa. se saiu muito bem, porque o tratamento precoce não está sendo utilizado só aqui, no Brasil; está sendo utilizado em outros países do mundo. Essa é a realidade!

A CPI, enquanto instrumento de disputa política, pode servir aos propósitos de alguns, mas o que eu espero que a CPI possa, ao final, ao longo desses ricos depoimentos que nós ainda vamos ouvir... Mas V. Exa. inaugurou aqui uma fase toda muito especial, que é trazendo também informações científicas, informações técnicas que validam algumas ações que foram aqui desenvolvidas no nosso País de forma absolutamente dentro das regras da saúde pública, dentro do respeito ao conhecimento científico e sem atropelo de qualquer evidência científica que possa justificar o contrário.

Eu tive oportunidade, durante o intervalo do almoço, de conversar com muitos jornalistas, e a repercussão da sua presença aqui é muito forte. É muito forte, porque, de fato, aqui se apoiam em três argumentos. O isolamento social que não tenha sido promovido na forma adequada no Brasil, quando todas as estatísticas disponíveis por várias entidades mostram que o isolamento social promovido na América Latina e no Brasil, em particular, foi muito maior do que o dos países desenvolvidos, mas, mesmo assim, o número de óbitos aqui, na América Latina, é superior ao dos países desenvolvidos. Então, não é o isolamento em si que vai justificar o número de mortes. Também está claro que não será através do tratamento precoce. Muito pelo contrário! Talvez, se o tratamento precoce tivesse sido usado com maior intensidade, nós poderíamos ter tido um número de mortes muito menor. E, depois, a questão da vacina. Pode ter havido atraso em algumas negociações? Sim, pode ter, mas não houve dolo, não houve negligência! E o Brasil já tem contratado, Senador Renan Calheiros, mais de 660 milhões de doses! Os brasileiros precisam saber! Contratos assinados com o Governo brasileiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos recebendo já 100 milhões de doses!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele me perguntou!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu só estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso apesar do esforço do Governo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu citei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para não contratar!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu estou dizendo que este Governo contratou! Este Governo contratou 662 milhões de doses de vacina!

E, na realidade, o que nós estamos enfrentando aqui, no Brasil, é o que muitos países estão enfrentando: não tem ofertas de vacinas para chegar na hora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... e poder atender a necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... já ultrapassou – e bastante!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... de todos! Nós estamos vivendo um escândalo, como diz o Presidente da Organização Mundial da Saúde, na distribuição desigual das vacinas: países ricos reservaram essas vacinas e não estão distribuindo a produção de vacinas, que precisa ser escalada!

Eu quero encerrar, Sr. Presidente, eu não vou abusar da sua boa vontade, mas uma das opções que o Governo brasileiro fez, que vai ser reconhecida depois dos trabalhos desta CPI, foi a aposta na AstraZeneca, através de transferência de tecnologia!

Hoje – hoje! –, eu vi um depoimento com a velocidade que se está tendo na produção de vacinas para atender os países da África, dos países pobres, dos países de baixa renda.

Anote, Senador Renan Calheiros, o Brasil vai exportar vacina, a partir do final deste ano início do ano que vem, para ajudar os países mais pobres. Isso foi uma decisão de Governo, de não comprar apenas a vacina pronta, mas de apostar na transferência de tecnologia para poder fazer através da Fundação Bio-Manguinhos, da nossa Fiocruz.

E eu encerro, porque os comentários da Dra. Mayra em relação à Fiocruz foram respeitosos. O que ela denunciou foi a falta de impessoalidade no ambiente de trabalho, com uso de fotografias de personalidades políticas, com *slogans* políticos na repartição de trabalho. Foi isso que ela aqui criticou.

Ela criticou que se utilizem repartições públicas para fazer a promoção pessoal de quem quer que seja, e isso está previsto na Constituição Federal. Você tem que resguardar o princípio da impessoalidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

mesmo você podendo torcer para o time A, B ou C ou torcer pelo partido A, B ou C, mas não dentro do ambiente de trabalho. E foi isso que as palavras dela quiseram retratar.

Por isso, eu encerro, Sr. Presidente, para cumprimentar a presença, o depoimento e as informações trazidas pela Dra. Mayra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, obrigado. Agora, vocês acertaram, meu Líder, com a Dra. Mayra? O senhor falou 50 vezes em tratamento precoce. É isso mesmo?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Falei, sim, falei tratamento precoce.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Dra. Mayra, a senhora defende o tratamento precoce? (*Pausa.*)

Não, não. Espere aí. Deixe a Dra. Mayra responder, por favor.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – Eu defendo que o médico possa usar tudo que ele tem disponível para salvar os seus pacientes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, tudo bem. Eu também concordo. A senhora defende o tratamento precoce, Dra. Mayra? Uma pergunta objetiva...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Defendo o tratamento no início da doença, de todas as doenças.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah! Tratamento... Não, não, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Foi isso que eu quis dizer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi, não, Senador. Ela repetiu isso 50 vezes aqui. Ela repetiu 50 vezes dizendo que ela não defende tratamento precoce; ela defende tratamento inicial.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu falei que a tese aqui é que o Governo preconiza tratamento precoce e não tem materialidade para isso porque o que se defende aqui é a liberdade do médico para prescrever. Falei, inclusive, da convenção de Helsinque.

Portanto, Sr. Presidente, não distorça as minhas palavras...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor que falou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nem a minha nem a de Dra. Mayra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu não distorci a dela, não. De longe. Eu disse que ela nunca defendeu tratamento precoce, ela sempre defendeu tratamento inicial. Assim como ela entende... Não, por favor. Há uma diferença muito grande entre tratamento precoce e tratamento inicial.

Senador Luis Carlos Heinze, por favor, que agora é nosso Líder.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar V. Exa. e o Relator Renan Calheiros, a Dra. Mayra, que veio aqui fazer uma brilhante explanação.

Dra. Mayra, a senhora está com um time aí hoje: aqui, a Aline, Presidente da Comissão de Agricultura, Deputada Aline, do Paraná, que veio prestigiá-la; Carla Zambelli; Adriana; Deputada Paula Belmonte; e também a Deputada Bia Kicis. As mulheres vieram prestigiá-la hoje da Câmara dos Deputados. Então, parabéns pelo seu trabalho.

E também, Senador Bezerra, só uma colocaçãozinha. São 58 milhões de brasileiros vacinados, registrados no Ministério da Saúde, mas o dado real é 63,475 milhões brasileiros. Tem um *delay* entre o que sai na ponta de cada quarteirão do Brasil e até ser registrado aqui, cadastrado na cidade, no Município e cadastrado no ministério. Então, são 63 milhões de brasileiros.

Eu quero cumprimentar os 14.552 brasileiros curados pelos médicos, enfermeiros, entendeu? Então, é um número impressionante.

Muitos colegas, Senador Omar Aziz, comentaram aqui sobre trabalhos; chamo a atenção de V. Exa., Senador Renan Calheiros: a pesquisa da *The Lancet*, fraudulenta. Escutem o que eu vou dizer: essa fraude, que envolvia uma companhia de fachada chamada Surgisphere, alegava ter registro de 671 hospitais, que misteriosamente pediam para permanecer anônimos, e alegava que o tratamento com hidroxicloroquina teria matado pacientes do Covid.

Com base nesse artigo da *The Lancet*, a OMS mandou que cessassem os testes da droga em 17 países.

Pesquisadores começaram a investigar e descobriram que a gerente de vendas da Surgisphere era – pasmem, Sras. Deputadas que estão aqui, Srs. Senadores! –; a gerente de vendas da Surgisphere era uma atriz pornô. Uma atriz pornô. Nada contra ela. E a diretora científica era uma escritora de ficção científica. Não era uma grande entidade médica que contratou a pesquisa, Senador Marcos Rogério. Esse é o absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O número de registros de médicos na África e na Austrália era impossível de se obter a partir do número de pacientes nesses locais. Cento e cinquenta cientistas – cento e cinquenta cientistas –, liderados pelo britânico James Watson, fizeram essa denúncia. Está aqui, Sras. e Srs. Senadores, a retratação da revista *The Lancet*, uma das revistas, a maior revista de repercussão internacional no ramo da Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a data, Senador Luis Carlos?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a data dessa publicação, por favor?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isto aqui é de 2020, abril ou maio de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas tem alguma coisa depois, não tem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só um minutinho. Agora eu vou continuar.

Os colegas falaram aqui em Manaus, Estado de V. Exa., publicada na revista *Jama*, o.k.? A pesquisa de Manaus. Essa, Sr. Senador Omar Aziz, é criminosa. Vinte e duas pessoas morreram, e a Dra. Mayra já falou desse assunto aqui, a superdosagem dada para pacientes que já estavam em estado terminal. E ocorreram 22 mortes. Diferente...

E aí, Mayra, o que eu preciso é o seguinte, dessa pesquisa, depois você me passe... Ah, no caso da *The Lancet*, os dois pesquisadores que estavam sendo financiados, eu preciso dessa informação, financiados pela AstraZeneca e pela Pfizer. Isso é muito importante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, a Mayra falou, e eu quero que ela me repita depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... o que eu estou falando aqui. Sim. Bom,...

A SRA. MAYRA PINHEIRO (Para depor.) – No caso, são os pesquisadores da revista *Nature*, não é da *The Lancet*, nem da *Jama*.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ah, o.k. Ah, então, tá. Desculpe. Estou me retratando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dessa pesquisa de Manaus, Senador Girão, estranhamente uma segunda pesquisa foi feita em Manaus. Eu não sei se V. Exas. sabiam. E um dos autores dessa pesquisa, além da equipe de Manaus, é o nosso Ministro Luiz Henrique Mandetta. Uma segunda pesquisa em Manaus, financiada talvez com os recursos do Ministério da Saúde, e eu quero essas informações e vou solicitar aqui essa informação.

Então, duas pesquisas. E essas duas pesquisas criminalizaram, criminalizaram, e fizeram com que a Organização Mundial da Saúde – isso eu estou atestando aqui – mudasse o parecer em junho, julho do ano passado, e passasse a não indicar mais a cloroquina.

Essas duas pesquisas fraudulentas...

O colega que me antecedeu falou aqui que estava arquivado no Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal... Conversei com o Procurador do Rio Grande do Sul, com três Procuradores, um do Rio Grande do Sul, um de Minas Gerais e um pesquisador de Goiás. O que eles fizeram? Esses pesquisadores queriam, no meu Estado, que a Serra Gaúcha pudesse fazer o tratamento, porque o Ministério Público naquele Estado não permitia. Conseguiu, Senador Marcos Rogério, a autorização. Era o que ele queria. Eu não estava investigando a pesquisa de Manaus, Senador Girão. Ele queria que o Estado dele, assim como Goiás – o Caiado havia rejeitado –, assim como Minas Gerais... Eles queriam que aquela região deles pudesse... Então, esse é o fato que foi arquivado. Estou buscando informação. Também foi colocado que havia sido arquivado no Conselho Federal de Medicina. Segundo o Presidente, não há nenhum processo arquivado; talvez, haja no Conselho Regional de Medicina. Eu vou buscar essa informação para esclarecer bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é? Manaus?

O que eu quero... Agora eu vou falar para a imprensa séria deste País. Eu já solicitei à CNN, que me entrevistou na semana passada... Eu não quero falar, não vou falar de pesquisa. Mas já coloquei o Dr. Francisco Cardoso, um especialista, um *expert*, para que ele vá falar sobre a pesquisa de Manaus e sobre a pesquisa da Lancet, que havia sido comentada como o suprassumo no mundo. Agora, há duas pesquisas e mais alguma coisa que criminalizaram o uso da hidroxicloroquina.

Agora vou passar outra informação às senhoras e aos senhores. O Reino Unido, com letalidade de 2,86, já vacinou 89% da sua população. Os Estados Unidos, com letalidade de 1,79, já vacinaram, Senador Marcos e Senador Girão, 85% de sua população e não adotam o tratamento precoce, inicial, como quer que o chamem. A China, com letalidade de 0,5%, vacinou apenas 36% da população e adota esse tratamento. A Índia, com letalidade de 1,14, bem menor do que a dos Estados Unidos e do que a da Inglaterra, vacinou apenas 14%, menos que o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor poderia aguardar um minutinho? A Dra. Mayra tinha me pedido... Às vezes...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sem problema!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora pode ir lá, que eu suspendo a reunião.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, pode concluir!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Ela me pediu... Só que está demorando muito. Aí eu não sei...

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Não, pode concluir, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tudo bem!

Então, vejam aqui... Agora, eu queria que o Senador Randolfe estivesse aqui. Vou citar o Estado dele de novo.

Eu recebi, do Dr. Pedro Omar, que liderou o movimento das forças vivas e partidos políticos, Ministério Público, enfim, da comunidade... Sabe qual é a letalidade, hoje, no Estado do Amapá? É de 1,5. Sabe qual é a letalidade no Amazonas? É de 3,4. Em São Paulo, é de 3,4. A do Rio de Janeiro – pasmem! – é de 5,9. É de 1,4... E adotam esse procedimento. Adotam esse procedimento! V. Exa. falou isso, inclusive, na sua fala, Deputado, com o Senador Marcos Rogério.

Então, vejam aqui que eu estou chamando a atenção dos colegas Senadores e Senadoras, que eu aqui propus ao Senador Rodrigo Pacheco que encaminhasse, na Comissão Covid, para ouvir alguns especialistas – não sou eu, mas especialistas, Senador Girão – falar desse assunto: Francisco Cardoso, Paulo Porto, inclusive, o Prefeito de Porto Feliz, que é um médico, porque há lá 1,2, 1,3 de letalidade, para que ele explique o que ele fez, para que o Brasil, senhoras e senhores, possa adotar esse procedimento. Os Estados brasileiros... Está dando certo em alguns lugares. Vejam aqui: Chapecó, 1,66; Porto Seguro, 0,83; Condor, Rio Grande do Sul, 0,66; Toledo, Paraná – seu Estado –, 1,45; Porto Feliz, São Paulo, 1,14; Búzios, Rio de Janeiro, 1,21; Nova Lima, Minas Gerais, 1,21; Jaguaré, Espírito Santo, 1,39; Floriano, Piauí, 1,74.

Se nós tivéssemos, Senador Renan, Senador Omar, esse tratamento não demonizado, e, sim, autorizado legalmente – o Conselho Federal de Medicina dá orientação aos médicos para que possam prescrever *off-label* – e as próprias portarias do Ministério da Saúde permitam que o façam, nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teríamos, então, essas mortes que o Senador Renan coloca, de 450 mil, e – quem sabe? – nós teríamos 225 mil mortes no Brasil – 225 mil mortes! Não é o atual tratamento; a forma como se faz o tratamento é que vai criminalizá-lo.

Então, isso é o que eu coloco às senhoras e aos senhores, extremamente importante.

Algum colega falou que não tinha recomendação para vírus. Está aqui. Chikungunya é um vírus. Trata com o quê? Cloroquina. Está aqui. Zika vírus, um vírus. Um cientista brasileiro, médico de uma universidade na Califórnia, descobriu a cura do zika vírus com cloroquina. É um vírus. É um cientista brasileiro que está nos Estados Unidos.

Então, o que eu vejo – deixemos de criminalizar os médicos –: hoje existem em torno de 30 países que adotam esse procedimento, 30 países. O que eu gostaria, Senador Omar, é que nós tirássemos a ideologia de lado – médicos de direita, médicos de esquerda –, deixássemos de criminalizar.

O que eu ouço, Dra. Mayra, todo santo dia, é médico pedindo: "Por favor, me ajude!", porque é Ministério Público e tudo que é lado contra esses médicos que resolvem.

Eu fiz uma solicitação, Senador Omar, para que me passassem, no Estado do Rio Grande do Sul, entre os Prefeitos do meu partido, quem havia adotado tratamento precoce. As pessoas têm medo de dar informação – medo, Senador Girão! – e o Ministério Público pressionar, como há ações no meu Estado e no Brasil inteiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas esse inquérito de Bento Gonçalves não foi arquivado?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi arquivado. E eu vou buscar mais...

Por isso, Senador Renan, que eu pedi à Polícia Federal para poder investigar, porque, senão, poderia haver concomitância do Ministério Público e da Polícia Federal. Arquivado porque o objeto da ação – V. Exa. é advogado, eu não sou –, o objeto era que ele conseguisse que a Serra Gaúcha pudesse fazer o tratamento. Foi autorizado. O.k., está resolvido o assunto.

Então, nesse sentido, Senador Omar, nós tínhamos que parar de grenalizar, como se diz no meu Estado – dupla grenal: Grêmio e Internacional. Vamos deixar a ideologia! Vamos, por amor de Deus, fazer o tratamento precoce!

A Deputada Aline esteve hoje com o Ministro da Ciência e Tecnologia tratando da vacina no Estado dela, na Universidade Federal de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem, Senador? Quem, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Deputada...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aline.

O Brasil, hoje, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem 16 vacinas em andamento, três mais adiantadas, que são: Ribeirão Preto, com recursos federais; o Instituto de Cardiologia de São Paulo; e a Universidade Federal de Minas Gerais. A do vosso Estado está um pouco mais atrasada, mas são 16. Tem também, Senador Girão, 16 vacinas, algumas já autorizadas pela Anvisa, que são chinesas, que são inglesas, que são belgas, que são russas, enfim, ou em fase de autorização. Hoje, tem 16 grandes laboratórios que querem produzir vacina, 12 de medicamentos humanos e quatro de medicamentos veterinários. Esses laboratórios querem produzir vacinas. Está sendo desenhado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Anvisa, Ministério das Relações Exteriores e da Economia um projeto para que nós possamos ser produtores de vacinas, como o Senador Bezerra falou aqui. O Brasil será! Escrevam o que estou dizendo.

Independentemente das 662 milhões de doses já compradas, o Brasil será produtor de vacinas. Escrevam isso. Está acontecendo, porque a Índia precisa, a China precisa, e o Brasil poderá, daqui a pouco, Senadora, até ser um exportador para esses países, com vacina indiana, que está sendo autorizada nos próximos dias pela Anvisa, falta pouco tempo. Daqui a pouco, teremos a Sputnik também autorizada. Estão em análise neste instante pela Anvisa e, seguramente, serão autorizadas. Resolve o problema de documentação ou que ele precise. Por isso, é importante.

E a vacina não é 2021. O resto vai ser preciso nos próximos anos. Já tem a cepa 1, a cepa 2, a cepa 3, e outras coisas poderão aparecer. Então, nós temos que estar preparados para que a indústria brasileira, não apenas a Fiocruz e o Butantan... E não tenho nada contra eles, temos que ajudá-los e estão sendo ajudados, mas nós temos que ter também essa possibilidade de que o Brasil seja produtor de vacinas. Podem escrever o que estou dizendo aqui.

Repito de novo: o Senador Wellington Fagundes iniciou esse processo aqui no Senado Federal, levantou essa bandeira dos laboratórios de medicamentos veterinários e, hoje, são 16 laboratórios, inclusive de medicamentos humanos também, para fabricar.

Dra. Mayra, parabéns pela sua fala. Desculpe a iniciação. Seguramente, o Senador Renan não teve aquela intenção de compará-la com Hitler, nazismo, enfim, mas essas mortes, insisto e repito, pelos números que eu passei aqui, da letalidade em Municípios brasileiros, seguramente, se nós não criminalizássemos esse tratamento, as mortes seriam muito menores do que nós estamos tendo neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso. E peço também que deixem de criminalizar os médicos brasileiros, que, em todos os cantos deste País, se escondem para poder fazer o tratamento, porque têm ações contra eles em todos os sentidos.

Então, agradeço a V. Exa., Senador Omar Aziz, cumprimento V. Sa., Dra. Mayra, pelo trabalho que está fazendo e se expondo aqui, falando exatamente o que está acontecendo.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Ordem do Dia já se iniciou. Nós estamos já avançando com o primeiro item da pauta. Eu faço um apelo a V. Exa. que, se for possível, a par de todas as interrogações que tivemos aqui, tanto da Oposição quanto da base do Governo – eu acho que nós já temos as informações que são necessárias à CPI –, encerre a sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos ainda nove Senadores inscritos. Tem a Senadora Leila, o Senador Roberto Rocha, o Senador Fabiano Contarato, o Senador Izalci, a Senadora Zenaide Maia, o Senador Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Mecias de Jesus e Jean Paul.

Eu recebi agora uma mensagem da Mesa Diretora dizendo que iniciou os trabalhos e que o Presidente está pedindo para a gente encerrar.

Eu queria só permitir à senhora que a senhora pode ir lá, que eu vou... Eu vou pedir desculpas à Senadora Leila e aos outros Senadores, eu tento ouvi-los – e eu sei que o Senador Roberto Rocha está aí –, mas não dá para a gente fazer a reunião da CPI juntamente com o Senado, porque o Presidente já leu para mim o artigo lá 10 vezes.

Eu quero só comunicar aos senhores que, amanhã, nós teremos votação de requerimentos. Tem 402 requerimentos para serem apreciados. Nós vamos apreciar.

Recebi um comunicado do Forúm Nacional de Governadores, o Ofício nº 48/2021, assinado pelo Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e pelo Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias. Esse expediente é acompanhado do parecer do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal: "Solicito esclarecimento sobre a abrangência de requerimento de informação aprovado por esta Comissão".

Não tem muito o que explicar. A CPI é muito clara: são recursos federais passados pelo Covid. É sobre isto que nós queremos saber: o que foi gasto tanto em Estado como em Município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria que a Mesa respondesse: se o Governo Federal repassou R$1 milhão para o Covid... É aquele que nós votamos aqui para Governadores e Prefeitos e que o próprio Governo repassou. É sobre isto que nós estamos pedindo informação: onde foram colocados esses recursos? Não tem nada a ver com o SUS, fundo a fundo. O que tem é Covid, é o que nós queremos saber.

Então, eu queria que você respondesse.

Então, amanhã nós teremos 402 requerimentos. É lógico que nós não vamos votar todos, mas está pautado o requerimento de nove Governadores, onde houve a ação da Polícia Federal, em várias prefeituras – a maioria é de ex-Prefeitos, porque foi na gestão passada dos Prefeitos, não foi nesta gestão.

São 12, parece, não é, Senador Renan? São 12, parece. Mas aí, amanhã, a gente vai debater aqui.

Vamos começar amanhã às 9h30. Pode ser às 9h30?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pode, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode?

Eu queria agradecer a sua presença, doutora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – A que horas amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às 9h30.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Às 9h30. Mas nó temos o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dra. Mayra, eu quero agradecer a sua presença e dizer para a senhora que a gente torce muito para que a senhora esteja certa. Eu não tenho uma opinião porque eu não sou tecnicamente preparado para dar uma opinião nisso, mas ouço alguns profissionais, e alguns são favoráveis, outros não.

Mas o que nós queremos é torcer muito para que a gente possa ter uma saída para essa doença. E, aqui, este debate é um debate em que a gente tenta, todos nós, sem exceção, como a senhora... O que nós queremos é evitar mais mortes, não é? Eu espero que a gente evite. É esse o papel desta CPI. Não é crucificar, não é apedrejar ninguém – esse não é nosso papel –, mas procurar a verdade, para que a gente possa sair dessa crise.

Se a gente precisar da sua ajuda novamente, lhe pediremos para voltar.

A SRA. MAYRA PINHEIRO (*Fora do microfone.*) – Estou à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será um prazer tê-la aqui.

Obrigado.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Cid Gomes, Mecias de Jesus, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 53 de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de auxiliar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com a presença dos seguintes convidados: 1. Rodrigo Menegat (jornalista de dados) 2. Lucio Maciel (desenvolvedor de software)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 76 de 2021** que: "Convocado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o representante da empresa White Martins na cidade de Manaus, empresa fornecedora de oxigênio." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 77 de 2021** que: "Convida para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Gonzalo Vecina Neto, médico sanitarista, professor e fundador da Anvisa." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 85 de 2021** que: "Convoca Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra – ex-Prefeito da cidade de Fortaleza - Ceará." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 99 de 2021** que: "Requer que seja convocado o senhor Mauro Luiz de Britto Ribeiro - Presidente do Conselho Federal de Medicina" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 124 de 2021** que: "Convoca Airton Antônio Soligo, ex-assessor especial no Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 127 de 2021** que: "Requer seja convidada para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito a senhora Nísia Trindade Lima, presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 145 de 2021** que: "Convida Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, especialista em Infectologia pelo Emílio Ribas (SES/SP), graduado em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social - ANMP, para debater acerca das medidas e dos protocolos médicos utilizados no combate à COVID-19." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 147 de 2021** que: "Convida Sr. Dr. Paulo Márcio Porto de Melo, mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficial, graduado em medicina e especialista em neurocirurgia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Presidente da Comissão de Residência Médica (COREME) do Hospital Militar de Área de São Paulo e Presidente do Departamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neurocirurgia Vascular e do Departamento de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, para debater acerca dos tratamentos médicos utilizados no combate à COVID-19." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 155 de 2021** que: "Requer convite ao diretor do Instituto Butantan, Sr. Dimas Covas, para prestar esclarecimentos" **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 178 de 2021** que: "Requerimento de Convocação do Sr. Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 202 de 2021** que: "Requerimento de Convocação do Sr. Hélder Barbalho, Governador do Estado do Pará." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 212 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Sr. Dr. Paulo Mácio Porto de Melo, mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficial, graduado em medicina e especialista em neurocirurgia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Presidente da Comissão de Residência Médica (COREME) do Hospital Militar de Área de São Paulo e Presidente do Departamento de Neurocirurgia Vascular e do Departamento de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, para debater acerca dos tratamentos médicos utilizados no combate à COVID-19." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 219 de 2021** que: "Convida Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, especialista em Infectologia pelo Emílio Ribas (SES/SP), graduado em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor Presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social - ANMP, para debater acerca das medidas e dos protocolos médicos utilizados no combate à COVID-19." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 232 de 2021** que: "Convoca Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 233 de 2021** que: "Convoca Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 238 de 2021** que: "Convoca para que preste depoimento o Sr. Marcos Erald Arnoud, vulgo "Markinhos Show", ex-marqueteiro do Ministério da Saúde na gestão Pazuello." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 243 de 2021** que: "Requer seja convidado para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor Ronaldo Pires, diretor de Assuntos Governamentais da Janssen no Brasil." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 259 de 2021** que: "Convida Natalia Pasternak Taschner, microbiologista, fundadora e primeira presidente do Instituto Questão de Ciência (IQC)." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 288 de 2021** que: "Convida o Dr. Paulo Porto de Melo, médico neurocirurgião." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 291 de 2021** que: "Requer convocação - Representante do Comitê de Operações de Emergência do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 297 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Representante da White Martins" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 309 de 2021** que: "Requer a convocação do Representante da White Martins no Brasil." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 315 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI o representante da Jansen no Brasil." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 328 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento O Sr. Filipe Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 332 de 2021** que: "Requer que seja convocado os responsáveis pelo desenvolvimento do TrateCOV." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 334 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Presidente do Conselho Federal de Medicina." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 339 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Airton Cascavel." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 344 de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com os seguintes convidados: 1. Felipe Salto (IFI) 2. Representante do IPEA" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 345 de 2021** que: "Requer a convocação de Marcelo Queiroga, MInistro da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 349 de 2021** que: "Requer a convocação de Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 359 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal – STF cópia integral da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6764, relatado pelo Ministro Marco Aurélio Mello." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 360 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia integral da Ação Cível Originária (ACO) nº 3451, relatado pelo Ministro Ricardo Lewandowski." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 367 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal – STF cópia integral do processo resultante da queixa crime formalizada pela Pet 9020, relatada pela Ministra Cármen Lúcia." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 369 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia integral do processo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, relatada pelo Ministro Luís Roberto Barroso." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 370 de 2021** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal cópia integral da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6764, relatada pelo Ministro Marco Aurélio Mello, e cópia Integral da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 742, relatado pelo Ministro Marco Aurélio Mello, sendo o relator Acórdão o Ministro Edson Fachin." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 413 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. OSMAR TERRA" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 416 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Osmar Terra." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 438 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Airton Antonio Soligo." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 482 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor Eduardo Pazuello, ex Ministro da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 483 de 2021** que: "Requer seja reconvocado o senhor Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 486 de 2021** que: "Requer a convocação de Marcos Eraldo Arnoud Marques (Markinhos Show), assessor especial no Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 490 de 2021** que: "Convida a senhora Jurema Werneck, Diretora Executiva da Anistia Internacional do Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 499 de 2021** que: "Convoca Airton Antônio Soligo, ex-assessor especial do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 502 de 2021** que: "Convoca Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena (Sesai)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 520 de 2021** que: "Convoca Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 531 de 2021** que: "Convoca Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 540 de 2021** que: "Convoca Filipe G. Martins." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 553 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Wizard Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 555 de 2021** que: "Requerimento de Convite ao senhor Paulo Porto de Melo." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 560 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, informações sobre todos os protocolos de intenção de aquisição da vacina Coronavac pelo Ministério da Saúde e todos os contratos, especificando datas em que foram realizadas as reuniões/tratativas/contatos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 561 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre todos os protocolos de intenção de aquisição da vacina Coronavac e todos os contratos, especificando datas em que foram realizadas as reuniões/tratativas/contatos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 562 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga, informações sobre os produtos adquiridos e serviços prestados na área de comunicação, publicidade e marketing durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de abril de 2021, a fim de subsidiar os trabalhos investigativos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI-Pandemia)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 563 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo o detalhamento da estratégia adotada para a contenção da disseminação da variante P1, surgida em Manaus e confirmada pela Fiocruz em 12 de janeiro de 2021 e da equipe do Ministério da Saúde encaminhada para gerir a crise em Manaus." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 564 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo o detalhamento dos processos de tomada de decisão acerca de testagem, vacinação, distribuição de insumos, protocolos de tratamento, treinamento da linha de frente e comunicação e da linha decisória do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 565 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministério da Saúde, informações contendo a composição da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis e a ata de todas as reuniões da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 566 de 2021 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministério da Relações Exteriores, todas as informações, correspondências e documentos encaminhados por aquela Pasta para outros ministérios, presidência da República, órgãos públicos, embaixadas ou representações de outros países, bem como os por ela recebidos, sobre assuntos direta ou indiretamente relacionados ao combate da pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 567 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhadas cópias da íntegra dos registros audiovisuais de reunião." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 568 de 2021** que: "Reconvocação do Ministro Queiroga à CPI" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 569 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora NATHÁLIA PASTERNAK, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 570 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor FERNANDO ZASSO PIGATTO, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 571 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor JOSÉ GOMES TEMPORÃO, médico, professor e pesquisador titular aposentado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ex-Ministro da Saúde" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 572 de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública com o Sr. Átila Iamarino." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 573 de 2021** que: "Reqer que seja convidado o Senhor CLÁUDIO MAIEROVITCH, médico sanitarista e ex-presidente Anvisa e da Fiocruz" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 574 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor CLOVIS ARNS DA CUNHA, Professor de Infectologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 575 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora ZELIETE ZAMBOM, Médica de Família e Comunidade, Professora da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic e Presidente Sociedade Brasileira Medicina de Família e Comunidade" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 576 de 2021** que: "Convite Cláudio Maierovitch" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 577 de 2021** que: "Convite Nathália Pasternak" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 578 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos von Doellinger, informações a respeito de estudo publicado pelo IPEA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 579 de 2021** que: "Requer convite ao Sr. Adriano Massuda, médico e professor da FGV." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 580 de 2021** que: "Requer que seja convidada a Senhora ZELIETE ZAMBOM, Médica de Família e Comunidade, Professora da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic e Presidente Sociedade Brasileira Medicina de Família e Comunidade" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 582 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor CLOVIS ARNS DA CUNHA, Professor de Infectologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 583 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor JOSÉ GOMES TEMPORÃO, médico, professor e pesquisador titular aposentado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ex-Ministro da Saúde" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 584 de 2021** que: "Requer convite a Representante do Conselho Nacional de Saúde para debater, entre outros temas, as ações e omissões do Governo Federal que levaram a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) e a alta mortalidade de trabalhadores de saúde que atuam na linha de frente do combate à pandemia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 585 de 2021** que: "Requer convite a Representante do Conselho Nacional de Saúde para debater, entre outros temas, as ações e omissões do Governo Federal que contribuíram para o colapso da saúde pública em Manaus no enfrentamento à pandemia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 590 de 2021** que: "Requerimento de Convite Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 591 de 2021** que: "Requerimento de convite Representante Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 592 de 2021** que: "Requerimento convite Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 595 de 2021** que: "Requerimento convite Sr. Gonzalo Vecina." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 596 de 2021** que: "Requerimento convite Sr. Drauzio Varella." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 597 de 2021** que: "Requerimento convite Sr. Pedro Hallal." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 598 de 2021** que: "Requerimento convite Sra. Márcia Castro." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 599 de 2021** que: "Requerimento convite Sra. Deisy Ventura." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 603 de 2021** que: "Requerimento de convite Sra. Gulnar Azevedo e Silva." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 604 de 2021** que: "Requerimento de convite Sr. César Victora." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 605 de 2021** que: "Requerimento de convite Sra. Maria Helena Machado." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 608 de 2021** que: "Requerimento de convite do Sr. José Gomes Temporão." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 609 de 2021** que: "Requerimento de Convocação do Sr. Paulo César Gomes Baraúna." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 616 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Sr. Paulo Barauna, Executive Business Director da White Martins." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 624 de 2021** que: "Convida Claudio Maierovitch, médico sanitarista da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, para debater, entre outros temas, as ações e omissões do governo federal na aquisição de vacinas para prevenção da Covid-19" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 625 de 2021** que: "Convida Cristiana Maria Toscano, médica infectologista, representante da FIOCRUZ no Comitê de Acompanhamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Técnico-Científico das Iniciativas Associadas a Vacinas para a Covid-19, para debater, entre outros temas, as ações e omissões do governo federal na aquisição de de Vacinas para Prevenção da Covid-19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 626 de 2021** que: "Convida Natália Pasternak Taschmer, bióloga, fundadora e primeira presidente do Instituto Questão de Ciência, para debater, entre outros temas, as ações e omissões do governo federal na aquisição de de Vacinas para Prevenção da Covid-19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 627 de 2021** que: "Requer informações sobre os medicamentos cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 629 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 630 de 2021** que: "Requerimento de Informações ao Conselho Federal de Medicina (CFM)." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 631 de 2021** que: "Requerimento de Informações para a Wuxi Biologicals, subcontratada pela AstraZeneca-China." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 632 de 2021** que: "Requerimento de Informações para a SINOVAC." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 635 de 2021** que: "Requer à Prefeitura de Guajará-Mirim, o compartilhamento de informações sobre a situação das 4.653 doses de vacinas contra a Covid-19 que ficaram armazenadas fora da temperatura específica para a sua conservação." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 637 de 2021** que: "Requer a convocação de Arthur Weintraub, Ex-Assessor da Presidência da República." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 638 de 2021** que: "Requer a convocação da Sra. Luana Araújo, ex-secretária de enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 640 de 2021** que: "Requer informações à Presidência da República." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 642 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Sr. Antônio Cássio Habice Prado, Médico e Prefeito de Porto Feliz/SP." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 643 de 2021** que: "Requer a convocação da Sra. Luana Araújo, médica nomeada para o cargo de Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 644 de 2021** que: "Requer a convocação de Arthur Weintraub, Ex-Assessor Especial da Presidência da República" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 645 de 2021** que: "Requer às emissoras Globo, CNN, Record, Band, SBT, TV Cultura e TV Brasil, informações e imagens a respeito de aglomerações com a participação do presidente Jair Bolsonaro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 646 de 2021** que: "Requer Convocação do ex-governador Wilson Witzel." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 647 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Claudio Castro, Governador do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 648 de 2021** que: "Requer informações e documentos ao consórcio internacional de vacinas Covax Facility." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 109 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 649 de 2021 que: "Requer documentação referente ao processo de elaboração da MP nº 1026 aos seguintes órgãos: 1. Ministério da Justiça e Segurança Pública; 2. Controladoria-Geral da União; 3. Advocacia-Geral da União; 4. Ministério da Economia; 5. Ministério da Saúde; 6. Casa Civil da Presidência da República." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 650 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Claudio Castro, Governador do RJ." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 651 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Ibaneis Rocha, Governador do DF." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 652 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Mauro Carlesse, Governador do TO." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 654 de 2021** que: "Requer a convocação do Prefeito de Aracaju, Senhor Edvaldo Nogueira." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 655 de 2021** que: "Requer a convocação do Governador do Estado de SC, Sr. Carlos moisés e da Vice-Governadora, Sra. Daniela Reinehr." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 657 de 2021** que: "Requer a convocação do Governador de RR, Sr. Antônio Oliverio Garcia de Almeida." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 658 de 2021** que: "Requer a convocação do Governador de RO, Sr. Marcos Rocha." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 659 de 2021** que: "Requer a convocação do ex-governador do RJ, Sr. Wilson Witzel." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 660 de 2021** que: "Requer a convocação do ex-prefeito de São Luís-MA, Sr. Edivaldo Holanda Júnior." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 661 de 2021** que: "Requer a convocação do prefeito de Rio Branco, Sr. Tião Bocalom." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 662 de 2021** que: "Requer a convocação do ex-prefeito do Recife, Sr. Geraldo Júlio." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 663 de 2021** que: "Convocação - Governador do Pará" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 664 de 2021** que: "Convocação - Ex-prefeito de Macapá, Clécio Luis." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 665 de 2021** que: "Convocação - Ex-prefeito de Fortaleza, Roberto Claudio." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 666 de 2021** que: "Convocação - Governador do Amapá" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 125 - REQUERIMENTO Nº 667 de 2021** que: "Convocação - Governador do Amazonas" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº 668 de 2021** que: "Solicita documentação sobre o TRATECOV ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 669 de 2021** que: "Requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a utilização da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) para propagar informações inverídicas a respeito da pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 670 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 671 de 2021** que: "Requer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do Sr. Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 672 de 2021** que: "Requer informações à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal sobre a operação Tendas de Ouro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 673 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde sobre a fabricação e a distribuição de medicamentos pelo Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército (LQFEX) para uso no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 674 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde sobre a distribuição do 'kit covid'." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 675 de 2021** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 565/2020, concessão de acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Saúde para consulta aos processos e/ou documentos quem contêm o registro das atas das reuniões da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 676 de 2021** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 563/2020, concessão de acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Saúde para consulta aos processos e/ou documentos cujo objeto tenha relação com a crise da saúde do Amazonas, ocorrida em janeiro de 2021" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 677 de 2021** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 562/2020, concessão de acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Saúde para consulta aos processos e/ou documentos cujo objeto seja aquisição e/ou a contratação de produtos ou serviços de comunicação, publicidade e marketing durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 30 de abril de 2021." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 136 - REQUERIMENTO Nº 678 de 2021** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 561/2020, concessão de acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Saúde para consulta aos processos e/ou documentos cujo objeto seja aquisição e/ou a contratação da Coronavac do Instituto Butantan." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 137 - REQUERIMENTO Nº 679 de 2021** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 560/2020, encaminhamento da documentação recebida pelo Butantan." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 138 - REQUERIMENTO Nº 680 de 2021** que: "Requer que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União que realize fiscalização para avaliar a arquitetura do aplicativo TrateCov." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 139 - REQUERIMENTO Nº 681 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações que possibilitem concessão de acesso externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 140 - REQUERIMENTO Nº 683 de 2021** que: "Requer a convocação do senhor Coronel Marcos José Rocha dos Santos, Governador do Estado de Rondônia, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 141 - REQUERIMENTO Nº 685 de 2021** que: "Requer sejam requisitadas, pelos gabinetes dos Excelentíssimos Srs. Drs. Ministro Francisco Falcão (STJ) e Og Fernandes, em meio eletrônico, informações para subsidiar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 142 - REQUERIMENTO Nº 686 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre processos deste Ministério." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 143 - REQUERIMENTO Nº 687 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Defesa, Walter Braga Netto, informações sobre pedidos recebidos por este Ministério solicitando produção de cloroquina e hidroxicloroquina no ano de 2020." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 144 - REQUERIMENTO Nº 702 de 2021** que: "Convocação do Governador do Piauí, Sr. Weelington Dias" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/26

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 11ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Eu vou convidar os Senadores da Comissão para que a gente possa se reunir na sala 7.

A reunião está suspensa, mas antes disso, Senador Humberto, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer uma manifestação aqui e acho que vou externar aqui o sentimento de outros Senadores.

O Senador Renan Calheiros, no seu Estado, foi destratado pelo Presidente da República, que lá compareceu, fez uma aglomeração, disseminou o coronavírus e atacou violentamente o Senador Renan Calheiros. Já teve a oportunidade de se referir a V. Exa., ao Senador Eduardo Braga, quase que fazendo ameaças de alterar a legislação da Zona Franca de Manaus por conta das posturas altivas e independentes que V. Exas. têm tido aqui.

Eu já fui vítima de duas colocações do Presidente da República via seu Twitter. Não que isso me preocupe. Lá em Pernambuco, receber qualquer tipo de agressão de Bolsonaro, na verdade, melhora o meu prestígio lá no Estado. Mas eu acho que não cabe a um Presidente da República, que deveria ter a devida compostura do cargo, que deveria respeitar a liturgia do cargo e a sua função, todo dia ficar tirando piadinha com os Senadores aqui. Eu acho que é se rebaixar demais, não é?

E hoje ele mais uma vez me atacou. Eu sei que ele está fazendo isso pelo meu trabalho aqui, eu sei que ele está fazendo isso porque ele está com medo do que esta CPI vai mostrar, mas também eu não poderia, de forma nenhuma, deixar de registrar aqui o meu protesto, registrar aqui o meu espanto em ver alguém que exerce a função mais importante da República se baixar à condição de ficar fazendo galhofa contra Senadores, contra Parlamentares, contra pessoas outras.

Então, eu queria registrar isso aqui e dizer a ele que pode falar porque, para mim, é bom. Agora, é ruim para ele. É ruim para ele. Não há, no mundo, Presidente da República que aja de uma maneira tão vil quanto esse cidadão tem agido permanentemente.

Continuarei a trabalhar duramente aqui na CPI, o que talvez lhe dê muita raiva, mas aja como Presidente da República, tenha decência, saiba o papel que o Presidente da República tem que ter, pare de molecagem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a reunião, e nós teremos uma reunião na sala 7.

Peço aos Senadores e Senadoras para que a gente possa se dirigir para lá e fazer uma reunião secreta da Comissão. Pode ser? Na sala 7 aqui.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é tornada secreta às 10 horas e 18 minutos e reaberta às 11 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só uma questão de ordem, um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, tenho um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – É só para informar: agora de manhã, uma operação da Polícia Federal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... aqui no Tribunal de Contas do DF relacionada à Operação Falso Negativo. Só estou comunicando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com todo o respeito, nós não podemos permitir a utilização político-partidária...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não há nenhuma utilização política. V. Exa. sempre falou e eu sempre respeitei e nunca interferi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não. V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu gostaria que V. Exa. permitisse que eu falasse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. não pode administrar audiência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com interesses paroquiais locais. Isso não é correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. está nervoso. Há alguma preocupação de V. Exa. com relação ao tema? Eu estou comunicando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque reincide todo dia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. vai perceber que lá no final existe uma linha direta entre o Ministério da Saúde, o Governo do Distrito Federal.

Eu estou comunicando: a Polícia Federal fez uma operação hoje. Se V. Exa. me permitir, como Senador, poder manifestar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu pedi questão de ordem para falar um comunicado. Não é a V. Exa. Eu pedi ao Presidente. O Presidente me concedeu a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Esta CPI não pode derivar para isso. Esta CPI tem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ela vai chegar nisso, Sr. Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não vai chegar do jeito que V. Exa. quer. Vai chegar para desvendar a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou dizendo isso. Nós temos um rumo definido. Ela não pode seguir a interesses paroquiais eleitorais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. tem o direito de falar assim como eu. Sou Senador da República como V. Exa. Eu pedi ao Presidente, e ele me concedeu a palavra. Então, por favor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então seja Senador da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E é exatamente isso que estou fazendo. Acho que V. Exa. tem uma interpretação equivocada do que é ser Senador da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Você é que tem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. tem algum... Tem alguma dificuldade com V. Exa.? Presidente! Só por que o Governador é do seu partido? É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não é isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, por favor, deixe eu comunicar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa utilização partidária é demais...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. a todo momento faz isso aí. A todo momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não faço isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu participei de cinco CPIs, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu não sou candidato a nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Uai? V. Exa. está me lançando como candidato? É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, por favor, Presidente, me garanta a palavra como Senador. Por favor, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho, Senador Renan...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Me garanta a palavra. São dois minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, a gente tem que... O Senador Izalci pediu uma questão de ordem. Se alguém tiver que contrapô-lo, depois pode contrapô-lo. Mas a palavra está garantida, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

Eu estou só comunicando que hoje de manhã houve uma operação da Polícia Federal, e um dos motivos dessa operação é a Operação Falso Negativo, que está ligada aos recursos da saúde. Nós tivemos aqui a cúpula presa, foi solta, inclusive, com os argumentos de que os recursos eram federais, e houve essa operação. É só para comunicar aos membros da CPI que está tratando da CPI da Covid. Esses recursos eram destinados ao Covid. Inclusive, falso negativo matou muita gente porque era material de baixo nível e superfaturado. Muita gente foi enganada, iludida de que o teste era positivo ou negativo, e na prática era um teste que não tinha valor nenhum. Então, muita gente morreu por causa disso, Sr. Presidente. E eu não sei por que o Relator está preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, vamos lá. Está bom. Vamos deixar para lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente, é só para comunicar a V. Exa. que, entre os requerimentos protocolados, acabamos também de protocolar o Requerimento 695, convocando a prestar depoimento nesta Comissão da República o Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os critérios, vedações são os mesmos que encaixam relação aos Governadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero pedir a V. Exa. a inclusão deste requerimento com os demais que vão ser apreciados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – A piada que o Senador Randolfe acabou de apresentar à CPI da Covid-19...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a mesma piada que é vedada pelo art. 147 do Regimento Interno da Casa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a mesma piada do art. 2º da Constituição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vale para um, não vale para o outro, Sr. Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela não... Ela não encontra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A defesa ensandecida de Jair Bolsonaro está deixando-o cego. Só é falar em Jair Bolsonaro que o Senador Marcos Rogério fica tenso aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Começa a ficar... Começa a ficar com os nervos à flor da pele.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos ouvir o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A piada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só não pode, Presidente, me destratar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é dessa forma. O Senador da República... Ninguém... O Senador tem o direito de apresentar o requerimento que for e esta Comissão analisar ou eu indeferir. Agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Marcos Rogério fica todo ouriçado toda vez que se fala no Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não pode.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho que ele está morando no Palácio da Alvorada já.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está morando lá. Num quarto contínuo. Sei lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deve estar morando lá, junto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Diga.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou me dirigindo ao Presidente da Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. Está dizendo para mim, me citou nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... Essa piada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me citou nominalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu respeito aqui nesta Comissão quem se dá ao respeito. O senhor nunca se deu ao respeito nesta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só se dar ao respeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nunca! Mas o senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se tem alguém que desrespeita, que nunca se deu ao respeito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... nesta Comissão Parlamentar de Inquérito foi o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E olha que nós fizemos uma reunião para tentar chegar a um acordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não tem ninguém que desrespeita... Não tem ninguém! Porque... Não tem ninguém que perde mais o respeito nesta Comissão do que o senhor. Nenhum outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fernando Bezerra, toma cuidado, porque ele está querendo é o teu lugar – viu? Ele está querendo um ministério aí no Palácio, na Esplanada...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... está querendo o seu lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não vou falar das suas práticas lá no Amapá, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse tipo de prática...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem é acostumado com conchavo, com negociata lá em Rondônia é o senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Quem é acostumado com negociata...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, pessoal, é o seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem é acostumado com negociata em Rondônia é o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Essa discussão só é boa para o Governo, que não quer CPI. Tenha calma!...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho. Pessoal, eu vou ter que cortar o som de vocês, porque senão isso aqui vira um debate que num... Esse debate não é bom para ninguém.

Por favor, Senador Randolfe, que sempre demonstrou um equilíbrio muito grande... Senador Marcos Rogério, quando se dirigir a um colega Senador ou a qualquer... Nada aqui é piada. Aqui nós estamos tratando de 450 mil vidas que já se foram, não tem piada aqui. Alguém é responsável ou corresponsável por isso. E é disso que nós estamos atrás, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me parece que... Sem fazer nome, sem citar nome, parece que realmente estão se sentindo no Tribunal de Nuremberg. Parece que esse sentimento tomou conta da CPI. Muitos Senadores aqui foram criticados lá atrás, inclusive eu, por não ter assinado a CPI da Toga. E não o fiz – e fui criticado no meu Estado, no Brasil inteiro – não é porque concordo com o Supremo Tribunal Federal, não é porque acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as decisões são todas dentro da Constituição, porque discordo de muitas delas, mas respeito a Constituição quando trata da separação de Poderes.

Esse requerimento vai em afronta total à separação dos Poderes. Apenas por esse aspecto, estou sustentando justamente a sua inconstitucionalidade, e fiz essa provocação em razão de ser algo absolutamente inaceitável, pra não dizer outra palavra pra não ser mal interpretado.

Então, só faço essa ponderação, porque acho que a CPI está seguindo o seu curso, nós vamos fazer hoje um avanço em relação ao segundo requerimento que foi aprovado e que estabelece o escopo de atuação da CPI, e não acho que seja adequado a gente descambar pra esse tipo de provocação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, as vedações, que são de conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, as vedações constitucionais, conforme art. 2º da Constituição e, do Regimento Interno do Senado, o art. 147, valem para Presidente da República e para Governadores de Estado. A regra em relação a isso é claríssima: do equilíbrio de Poderes, *ipsis litteris* – e vou ler, inclusive, o art. 147 do Regimento Interno.

A letra do Regimento Interno diz exatamente o seguinte:

> Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes:
> I - à Câmara dos Deputados;
> II - às atribuições do Poder Judiciário;
> III - aos Estados.

Mais adiante, a Constituição da República estabelece, no seu art. 1º, o princípio da autonomia federativa. Mais adiante, a Constituição da República estabelece o princípio da separação dos Poderes. No art. 50 da Constituição Federal, não permite a convocação, *ipsis litteris*, de Presidente da República, demais autoridades e também membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e Governadores.

Eu acredito que nós estamos abrindo um precedente. Se abrirmos um precedente, Sr. Presidente, que o seja para todos. É nesses termos que apresentamos este requerimento ao julgamento do senhor, ao julgamento dos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, é apenas brevemente, pra contraditar essa situação e pra fazer um chamamento, digamos assim, à razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu olho pra placa na frente do Senador Renan Calheiros e vejo que, de ontem pra hoje, são mais de 2 mil mortos. Esta CPI foi instalada com base e parâmetros bastante claros. Foi lida pelo Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco, e ela traz no seu corpo, como fato determinado, ação e omissão do Governo Federal, especialmente no caos de Manaus, e, no seu anexo, a apuração de eventual mau emprego de verbas federais em Estados e Municípios. Não é possível que só hoje, quando vamos votar requerimentos de convocações de Governadores e Prefeitos, alguém tenha lembrado que supostamente existe alguma vedação.

Então, é muito importante que a gente entenda – e não faço referência individual nenhuma – que a gente não pode usar aqui a política, nem como brincadeira, nem como piada, nem como jogo eleitoral, mas como mecanismo pra apresentar soluções, identificando os problemas que aconteceram e identificando como evitar que eles voltem a acontecer. Nós estamos discutindo aqui não é de hoje não, já tem bastante tempo; é muito claro o caminho que a gente está seguindo, então vamos tentar, da melhor forma possível, operacionalizar esta CPI pra que ela gere o resultado que é necessário para o Brasil, sem debates e sem truco. Isso aqui não é lugar pra jogo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Vamos pra votação.

O requerimento que V. Exa. deu não dá pra entrar nessa pauta; ele fica aí, depois a gente analisa. Primeiro ponto.

Segundo ponto: nós chegamos a um acordo em que nós teremos duas sessões, e aqui tem vários convidados que falam sobre, pró e contra, cloroquina.

Então, nós teremos duas sessões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É tratamento precoce.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! Senador Girão, só um minutinho! Senador Girão, nós não... Senador Girão, a Dra. Mayra esteve aqui ontem e ela falou cem vezes em tratamento inicial. Eu não a ouvi falar uma vez em tratamento precoce.

O senhor concorda com a Dra. Mayra? Eu acho que ontem o senhor concordou. Então, vamos deixar para lá: tratamento inicial, precoce, cloroquina, o que for...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, por favor, então, o que nós acertamos – e V. Exa. estava participando – é que nós teremos duas sessões – correto? – para que nós possamos ouvir, nessas duas sessões: duas pessoas que apoiam o tratamento com cloroquina, ivermectina e outros remédios; e duas, cientistas, profissionais capacitados, que são contra. Então, serão quatro a favor e quatro contra. É isso tipo de procedimento. Foi isso que ficou acordado. Duas sessões, uma, duas. Isso foi consenso.

Então, em votação os requerimentos que convidam esses profissionais, cientistas: os que apoiam adotar esse tratamento e outros que apoiam não adotar. Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado. Então, os outros requerimentos de Covid serão sugestões dadas pelos Senadores sobre quem virá para cá para a sessão, porque nós vamos marcar o dia para a presença deles.

Requerimentos de informação. São vários requerimentos de informação que tem aqui. Nós estamos votando todos os pedidos de informação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os pedidos de informação.

Agora, convocações.

Nós temos aqui algumas convocações que eu pediria ao Relator...

Você tem aí, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Tem inúmeros de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Mas era...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador. Senador Alessandro, por favor!

O Senador Alessandro pode... Convocação de Governadores.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Renan vai apresentar os números específicos dos requerimentos de convocações dos Governadores de Estados que receberam, de alguma forma, operações do Ministério Público Federal, Polícia Federal referentes a possível desvio de verbas para o combate à Covid. Dá um total de dez requerimentos, convocação dos Governadores, e o Senador Renan pode indicá-los.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem rapidamente. Só uma questão de ordem rapidamente. Nós temos diferentes requerimentos aí de convocação. Eu acho que nós temos de estabelecer um critério: aprovamos em bloco todos os requerimentos de convocação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o encaminhamento que faço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Nós vamos aprovar, primeiro, Governadores. É isso que eu estou colocando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, mas tem outros igualmente importantes: o Sr. Eduardo Pazuello, o Sr. Marcelo Queiroga...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós vamos colocar... Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, comecemos por esses e chegamos...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos pelo acordo logo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não tem acordo para convocar Marcelo Queiroga? Não tem acordo para convocar Eduardo Pazuello?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou querendo pegar primeiro e votar aquilo que nós acordamos lá. Aquilo em que há divergência depois a gente defende, porque a gente vai convocar, Senador.

Faz um favor para mim? Eu não tenho... Só tenho números aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aqui. Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima. Tem dois requerimentos. Senador Marcos Rogério, Senador Alessandro Vieira, 178, 667.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Governador Helder Barbalho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Governador do Pará, Helder Barbalho: Senador Marcos Rogério, 202; Senador Alessandro Vieira, 663.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Registre o meu voto contra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu registro o meu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com voto contrário do Senador Humberto e do Senador Renan.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – E com o meu também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, nós fizemos um acordo, então...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas o acordo não previa nenhum...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É isso que eu estou dizendo, Presidente. Nós temos que enfrentar requerimentos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu quero entender que acordo é esse. A base do Governo vota a favor disso e votará contra a convocação de Marcelo Queiroga?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é a maior... Isso é o seguinte: isso é falta de respeito para comigo, que fiz um acordo com vocês, com V. Exa., Senador Humberto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós fizemos um acordo, Senador Humberto. V. Exa., agora, tem que cumprir o acordo aqui, por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O acordo que nós fizemos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, me desculpe, acordo é: se convoca todo mundo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não foi esse o acordo que foi feito não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agora, os senhores... A base de apoio ao Governo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não foi esse o acordo! Não foi esse o acordo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A base de apoio ao Governo vai votar contra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O acordo não foi esse!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a convocação de Marcelo Queiroga, vai votar contra a convocação de Eduardo Pazuello e vai votar a favor de convocação dos Governadores?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso não é acordo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, está claro aqui o movimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pode seguir! Siga, Sr. Presidente!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, parece que nós não acordamos nada, porque...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, a tentativa de convocar o Presidente da República aqui se revelou uma estratégia para não convocar Governadores, foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe eu dizer uma coisa. Eu fico triste, porque é o seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, essa provocação é inaceitável!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho uma relação toda especial, um respeito muito grande pelo ex-Governador e Senador da República Jader Barbalho. Não é nenhuma alegria para mim fazer isso com o filho dele aqui, mas, agora, não dá para a gente fazer uma coisa ali, chegar aqui e o Senador dizer: "Não, o meu também é contra". Não façam isso comigo!

Governador Wilson Witzel, do Distrito Federal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, ex-Governador Wilson Witzel, do Rio de Janeiro: Senador Randolfe e Senador Alessandro.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Governador Cláudio Castro, em razão de comum acordo entre todos os Senadores, retiramos, porque ele não era Governador à época em que aconteceu. Caso haja algum fato novo, nós iremos convocá-lo. Por isso é que nós estamos retirando o nome do ex-Governador do Rio de Janeiro, aliás, do atual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador Ibaneis Rocha, Governador do Distrito Federal: tem o pedido do Senador Alessandro Vieira.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Governador de Tocantins, Governador Mauro Carlesse: Senador Alessandro Vieira.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, Senador Alessandro Vieira, 655. E ele também pede da Vice-Governadora, Daniela...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, só um esclarecimento: todos esses Governadores tiveram operação da Polícia Federal, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Governador do Estado de Roraima, Antonio Oliverio Garcia de Almeida, requerimento do Senador Alessandro Vieira.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Waldez Góes, Governador do Estado do Amapá, 666, do Senador Alessandro Vieira.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Governador do Estado de Rondônia, Marcos José Rocha dos Santos.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Os Prefeitos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, faltou um Governador do acordo que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho... O acordo que nós fizemos de convocar o Governador do Piauí, já está no sistema o requerimento. Governador do Piauí.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu concluir aqui, amigo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, mas não está nos Governadores ainda?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já acabou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, eu queria fazer um pedido também para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu queria, Presidente Omar Aziz, demais colegas, primeiramente dizer do respeito que eu tenho à pessoa de cada um de vocês. Não tenho absolutamente nada contra. Temos divergências políticas, e isso é normal da vida política, e eu aprendo aqui com cada um de vocês, todos os dias, mas eu queria dizer que a demanda da sociedade hoje do País – eu procuro um pouco ouvir as pessoas, porque a gente vive aqui em Brasília, um trabalho focado, vive numa bolha; então, quando a gente vai para as bases, quando a gente vai para as nossas cidades, a gente percebe a inquietação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, é um pela ordem, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, pela ordem, qual é o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou chegando, eu estou chegando lá.

De cada dez pessoas com quem falei no mercado de São Sebastião, por exemplo, lá em Fortaleza, nove comentaram sobre o Consórcio Nordeste. Então, inclusive no meu pedido, que hoje está sendo visto pela primeira vez nesta Comissão, depois de um mês de trabalho, agora é que estão olhando um pouco para a corrupção, assinado por 45 Senadores da República, eu relacionei nesses pedidos operações de Governadores, operações de Prefeitos, que nós vamos analisar, e é aí que eu quero divergir dos colegas, respeitosamente, porque eu não concordei com o acordo de não olhar para Prefeitos. A demanda é clara: Estados e prefeituras. Se o critério é capital, tem que entrar capital.

Mas eu quero fazer um pedido, Sr. Presidente, é de um requerimento meu, que quero fazer pedido extrapauta: é para o Diretor-Geral do Consórcio Nordeste, Dr. Gabas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para contraditar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que está desde o início dessa gestão, que é uma gestão em que a gente precisa ir a fundo, porque foram comprados, só de uma compra, 300 respiradores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador, o seu pedido está indeferido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, mas o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não precisa me explicar nada mais não. A sua questão de ordem está indeferida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor vai permitir que eu termine...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. V. Exa. não está querendo que eu convoque o Carlos Gabas extraoficial? Eu estou indeferindo o seu pedido.

Encerrou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Tá. E o Governador da Bahia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Indeferido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E o Governador da Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Indeferido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que é outro pedido que eu queria fazer, que é o atual Presidente do Consócio do Nordeste?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O atual Presidente é o do Piauí.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. ouviu cem vezes que o atual Presidente....

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu tenho certeza de que o Governador Wellington vai explicar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... é o Governador Wellington, do Piauí, mas V. Exa. insiste em não, não, não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É porque essa fraude, é porque essa fraude aconteceu na primeira legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor... Marcos Rogério, por favor; Fernando Bezerra, por favor, explique...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Omar Aziz, Senador Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para o Senador Eduardo Girão que... Vocês já explicaram cem vezes para ele quem é o Presidente do Consórcio do Nordeste.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hoje é o Wellington Dias, mas quem... A fraude ocorreu na gestão do Governador Rui Costa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor não pode... O senhor – me desculpe –, o senhor não pode afirmar que houve fraude. Não faça isso. O senhor tem que respeitar o Governador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, Presidente, tudo bem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu reitero que é uma suspeita de fraude porque a operação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não chamo ninguém aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar, Senador Omar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que teve, que teve chefe da Casa Civil afastado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria o mesmo direito do Senador Eduardo Girão para explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Primeiro, no Estado da Bahia, não houve intervenção da Polícia Federal. Quem agiu foi a Polícia Civil da Bahia, a mando do Governador Rui Costa, que demitiu o secretário de Governo, prendeu cinco dos meliantes que fizeram adulteração do edital de licitação... Esse pessoal foi preso. Não tem Polícia Federal, não tem recurso federal... O próprio Eduardo Girão sabe que o ato do Presidente se refere a recursos federais. Foram recursos do Estado. Essas pessoas foram presas. Infelizmente, o Ministério Público da Bahia pediu a liberdade de cinco meliantes, e o juiz deu. Mas agiu corretamente, e não teve intervenção da Polícia Federal. O primeiro critério aqui, se não me engano, foi o da Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, Senador... Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Senador Eduardo Girão está com obsessão pela Bahia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não. Absolutamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Presidente... Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Certamente o Governador Rui Costa passou a ser o homem fatal da vida dele. Só pode ser isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não. O que é isso? Longe disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, permita-me fazer apenas uma ponderação, no sentido de dizer que o acordo costurado por V. Exa. foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas está no STJ.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador, apenas, apenas para posicionar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só... Senador Marcos Rogério, está no STJ isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, indeferi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A discussão de verba federal ou não... Não está definido isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – O Senador Girão, o Senador Girão apresentou requerimento, e eu também apresentei. Muitos aqui gostariam de convocar outros em razão dos fundamentos que apresentaram. Mas o acordo que fizemos foi em relação a procedimento, não foi em relação a pessoas. Não foi personalizado, foi sobre procedimento. O critério que nós utilizamos naquele momento foi onde houve operações da Polícia Federal.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isso os que estão sendo... E onde houve recursos federais.

E até, Sr. Presidente, para colocar para a Comissão aqui, com relação a esta questão de convoca Governador ou não convoca, numa questão de ordem respondida, inclusive, pelo Senador Renan, à época, como Presidente do Senado Federal, ele disse o seguinte: "Quanto à questão de ordem apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, referente a parte do objeto do Requerimento nº [tal], [...] Sua Excelência [disse que], violaria o art. 146 do Regimento Interno [do Senado Federal] por buscar investigar matéria pertinente aos Estados, esclareço que, na medida em que projetos dessa natureza são financiados por operações de crédito aprovadas pelo Senado Federal, no exercício de sua competência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional, tais matérias podem [sim] ser investigadas pelo Senado Federal. Nesse [mesmo] sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal".

E, aí, cita lá os fundamentos. É uma decisão da época da Presidência do Senador na CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Presidente, investigar operação de crédito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o que nós ajustamos ali, apenas pra poder deixar claro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Tem nada a ver com isso aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a quem está nos acompanhando, é que o critério foi onde aconteceram operações da Polícia Federal.

Esse requerimento que o Senador Girão apresentou eu também apresentei; mais pra frente, a par dos levantamentos que estamos fazendo, podemos enfrentar o requerimento e aprovar.

Mas o critério, estou apenas reforçando o entendimento que V. Exa. anunciou da Presidência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E eu queria aproveitar a oportunidade, já que eu, pelo menos, não fiz acordo com ninguém, tá? Eu não fiz acordo com ninguém, eu tenho uma posição contrária com relação a isso, no entanto me submeto à decisão da maioria; mas eu não fiz acordo. Eu quero guardar o crédito pra fazer um acordo mais adiante.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E eu queria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Relator, divida esse crédito comigo também, eu não estou em acordo com ninguém.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E eu também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não estou em acordo nenhum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu quero deixar claro também que eu também não estou nesse acordo, não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o acordo, então?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, estamos juntos. Estamos juntos. Estamos juntos. Não há acordo nenhum aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o acordo em que você não está, Senador Renan?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acordo em que nós não estamos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós não estamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu não estou, já coloquei aqui várias vezes e o Presidente pede-me gentilmente. Eu queria novamente colocar: eu não fiz acordo para convocar Governador, muito menos Prefeito, porque não é da competência do Senado Federal fazê-lo, unicamente por isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente, vamos deliberar sobre o que nós acordamos lá na sala 7.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – É, vamos dar sequência por favor, Sr. Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por favor, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – E os Prefeitos, Senador Omar Aziz? Como é que... Não vamos ouvir mesmo os Prefeitos de capitais?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, Senador Eduardo Girão, V. Exa. é um oportunista, e oportunista pequeno. V. Exa. estava lá, escutou o que nós acordamos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu não acordei isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos colocar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu não fiz esse acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... Desde o primeiro momento, toda a sociedade brasileira que tem inteligência sabe que V. Exa. está aqui com um único objetivo: é que a gente não investigue por que a gente não comprou vacina. E V. Exa., que não entende patavina de saúde, quer impor a cloroquina na cabeça da população. V. Exa., repito, é um oportunista, é oportunista, porque V. Exa. lá...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Calma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Calma, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós acordamos lá...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar, eu quero falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, eu tenho... E a coisa que eu mais repeti lá: "O Senador Eduardo Girão depois vai querer tirar proveito disso". Falei ou não falei isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Proveito de quê? Proveito de quê, Senador Omar Aziz? Proveito de quê?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar, o Relator está dizendo que não fez acordo, o Randolfe está dizendo que não fez acordo, do mesmo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos colocar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu também não fiz acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... os Prefeitos também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agora, Senador Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não fiz nenhuma agressão, não. Me leve no Conselho de Ética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, vou fazer isso não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Me leve para o Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Me leve para o Conselho de Ética.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... eu respeito o senhor, eu respeito o senhor. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não respeita ninguém, V. Exa. age sorrateiramente. V. Exa. não respeita ninguém.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor está sendo pressionado pela população brasileira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor está sendo pressionado pela população brasileira, que quer toda a verdade. O senhor só quer uma parte da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não quer verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Infelizmente. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., volto a repetir...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor está nessa Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não me diga que é meu amigo, porque V. Exa. não é meu amigo, não. V. Exa. é sorrateiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria fazer uma coisa justa, independente. Eu não quero imunizar ninguém. Eu não quero imunizar ninguém.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Vamos votar os requerimentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos votar os requerimentos, depois a gente vê...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O dos Prefeitos... (*Pausa.*)

Não, o dos Prefeitos... (*Pausa.*)

Eu estou aqui atrás dos requerimentos de convocação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu lhe entreguei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você me entregou os números aqui, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu entreguei... Foi organizado pelos números...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os números...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ... para facilitar para V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos... (*Pausa.*)

Existe o pedido de quatro Senadores – Senador Humberto Costa, Senador Humberto Costa, Senador Tasso Jereissati, Senador Randolfe Rodrigues – para reconvocar o Ministro da Saúde Marcelo Queiroga.

Em votação.

Quem aprova permaneça como está.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas... Essa reconvocação seria para que momento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todas que nós estamos fazendo aqui, essa agenda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu apenas faria uma ponderação – já tenho feito isso inclusive externamente: eu não vejo nenhum impeditivo para fazer a convocação de quem quer que seja, havendo fundamento, havendo razões para isso. A ponderação que faço é que nós estamos no meio da pandemia, nós vamos fazer todas as oitivas agora de Governadores, de secretários, de gestores... Que se fizesse... Poderíamos aprovar o requerimento, e que se deixasse a oitiva dele mais para o final, a par das informações que estão chegando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí quem vai pautar sou eu. Eu é que pauto. Eu pauto no momento correto. A agenda quem a faz sou eu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas nessa direção?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até o dia 17... Nós já temos até... Já está tudo agendado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., o.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a reconvocação do Ministro Marcelo Queiroga.

Reconvocação do ex-Ministro Eduardo Pazuello. Requerimento do Senador Humberto Costa, do Senador Alessandro Vieira e do Senador Randolfe.

Os que aprovam, os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Ciro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Contrário também Luis Carlos Heinze aí, Sr. Presidente. Pazuello e Queiroga...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que V. Exa. só vota na ausência do titular. Eu acho que só.... Aí, o titular já votou, eu acho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... O titular é o Senador Ciro, eu acho. O Senador Luis Carlos Heinze é teu suplente, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É... Misturaram tudo. Tem Governador e, depois, tem uma pessoa que nada tem a ver com Governador. Misturaram tudo aqui. Era só fazer uma...

Arthur Weintraub. Senador Alessandro Vieira e Senador Humberto Costa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Weintraub? Tu não viu aquele vídeo, ele conversando com Eduardo Bolsonaro e dizendo: "Olha, teu pai disse: 'Olha, pega aí, vai dar uma olhada, dá uma estudada na cloroquina aí'". Tu não viu esse vídeo? Ele é organizador disso tudo. Ele, inclusive, tem um salário muito bom do Governo Federal e nos Estados Unidos agora. Por isso que ele está sendo convocado. É só pegar aquele vídeo, Senador Marcos Rogério, que V. Exa. vai ver como o cara trata um estudo tão sério para dar para as pessoas, como ele trata ali, falando com o Deputado Eduardo Bolsonaro. Ele diz... É literal. Vocês podem pegar o vídeo, por favor, e depois eu voto, só para mostrar, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não há necessidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu quero, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, porque é o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, assim, só vou fazer uma ponderação – obviamente que vai ser submetido a voto, não é? A manifestação de opinião de quem quer que seja não deve ser motivo para convocação junto a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é opinião.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas essa ponderação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não é opinião, não, Marcos. Ele organiza o grupo. Não é opinião. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convocar a ex-Secretária de Enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde Luana Araújo, 638, Senador Alessandro Vieira e Senador Humberto Costa.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não aprovou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não coloquei em votação ainda.

O Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o do Arthur Weintraub não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, foi a Luana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Luana já, ele votou contra.

Com o voto contra do Senador Marcos Rogério e do Senador Ciro Nogueira.

Em votação, a convocação do Sr. Arthur Weintraub – Senador Alessandro Vieira e Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Em votação, com os votos contrários...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Marcos Rogério, Ciro e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não posso votar, mas eu não vou aceitar, primeiro, a sua colocação do Senador Girão.

E, quando o senhor fala na cloroquina, só para passar a V. Exa., a revista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, Senador, o senhor está com um *delay* muito alto porque isso já faz meia hora atrás.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É... Não, isso aí já é matéria vencida.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixa só eu lhe passar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, Senador. Não vou lhe dar a palavra, Senador. O senhor me desculpe, mas não vou lhe dar.

Esse *delay* foi demais para mim. Veja bem, eu falei com o Senador Eduardo Girão faz meia hora atrás. O senhor quer falar sobre isso agora?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é só o dele.

Eu vou concluir. Deixa eu concluir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixa eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu terminar a votação.

Eu estou em votação agora, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vote e me dê a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar os de V. Exa.

Eu estou votando agora requerimento. Depois que terminar a votação, o senhor fala.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento 553, que convoca o Sr. Carlos Wizard Martins, do Senador Alessandro Vieira.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

Esse aí é o Wizard, que passou um mês assessorando o Ministro Pazuello, dono da Wizard.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado, com os votos contrários do Senador Jorginho e do Senador Marcos Rogério.

Você não quer aprender inglês, Senador Ciro?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um cursinho de inglês.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Eu tenho que votar esse do Arthur Weintraub.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Ciro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – O meu também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convocar o Sr. Paulo Baraúna, Diretor da White Martins. Requerimento do Senador Eduardo Girão, Senador Alessandro Vieira, Senador Marcos Rogério, Senador Eduardo Braga.

O do Eduardo era um convite, mas a gente está propondo que seja convocação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimentos 124, 339, 438, 499, dos Senadores Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida o Sr. Airton... Convoca o Sr. Airton Antônio Soligo, ex-assessor especial no Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É o Cascavel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, contra o voto do Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

Markinhos Show, do Ministério da Saúde – Sr. Marcos Eraldo Arnoud Marques. Requerimentos 238 e 486, do Senador Alessandro Vieira e do Senador Humberto Costa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quem é esse aí, Sr. Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É o marqueteiro de Pazuello.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Secretário de Comunicação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Marqueteiro de Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Secretário de Comunicação do Ministro Pazuello.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Contra aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

O Senador Tasso Jereissati está reivindicando o direito a votar também. Ele está no sistema remoto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como está sendo simbólico, ninguém pediu nominal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não; eu estou só repassando aqui a informação de S. Exa., que está se colocando à disposição para votar também.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quando ele for contra, ele se manifesta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... O Senador Tasso, se tiver o voto contrário, pode se manifestar através do *chat*. (*Pausa.*)

Eu estou falando aqui, estou vendo o Senador Tasso aqui, que está na coisa – um abraço.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento convocando Markinhos Show.

Requerimentos 328 e 540, do Senador Alessandro Vieira e do Senador Humberto Costa. Convocam o Sr. Filipe G. Martins.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quem é esse?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Filipe Martins.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou fazer um apelo a V. Exa. Porque aí se está entrando naquilo que ficou reverberando aqui o tempo todo, do chamado gabinete paralelo. Eu fiz o requerimento para convocação, convite ao Pastor Silas Malafaia, porque foi dito aqui que ele é alguém que o Presidente ouve muito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para contraditar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta CPI falou muito sobre gabinete paralelo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se querem ouvir quem aconselha o Presidente, quem fala com o Presidente, quem dá opinião ao Presidente, então eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propus o nome do Pastor Silas Malafaia para que fosse convocado. O nome do Filipe está colocado para ser ouvido aqui nessa condição. E não foi dito aqui que ele é membro ou tenha influência ao ponto de ser chamado como um conselheiro do Presidente. Então, estou reiterando aqui o apelo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para contraditar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para que V. Exa. paute a convocação, o convite do Pastor Silas Malafaia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecimento. A solicitação de convocação do Sr. Filipe Martins se dá pela referência que foi feita ao nome dele pelo Ministro Pazuello. Referido pelo Pazuello... Desculpe, pelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso, pelo Carlos Murillo, CEO da Pfizer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E, numa reunião informal, onde ocorreu uma negociação de vacina... A gente está falando de um contrato bilionário, em dólar; a gente está falando de vidas brasileiras. E essa negociação aconteceu e teve a presença desse senhor, a convite do Sr. Wajngarten.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Exato. É nessa condição que ele é convocado.

A referência ao Pastor Silas Malafaia, que merece todo o nosso respeito, se deu no contexto do filho do Presidente, nosso colega Flávio Bolsonaro, referindo-se aqui a ele como um conselheiro do pai. Não me parece que seja o melhor meio, mas, se ele tiver documentos, ele apresenta o requerimento.

V. Exa. apresenta o requerimento e vai a voto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu apresentei. Eu apresentei o requerimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E vai a voto quando for pautado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só estou pedindo que ele seja pautado e vote. A presença do Pastor Silas Malafaia representa ouvir alguém que realmente conversa com o Presidente, dá conselhos ao Presidente. Se querem ouvir alguém que influencia o Presidente, o nome do Pastor Silas Malafaia está apresentado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente Omar Aziz... Por gentileza, Presidente Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu queria fazer um apoiamento à solicitação, ao requerimento do Senador Marcos Rogério, porque ficou muito claro aqui, naquela reunião que foi tumultuada, como esta, infelizmente, em agressão aqui, inclusive entre colegas, que o Senador filho do Presidente da República, Flávio Bolsonaro, falou aqui, deu testemunho de que o Pastor Silas Malafaia falava diariamente com o Presidente. Então, eu acho que isso... A gente não pode ter dois pesos e duas medidas. Não custa nada trazer para a gente ouvir. Ninguém tem... Qual é o medo que se tem de ouvir o que o Pastor Silas Malafaia vai falar se é uma pessoa que está aconselhando, segundo o filho do Presidente, que está lá, que sempre tem contato com o Presidente. Então, eu queria apoiar esse requerimento. Eu acho justo que a gente busque toda a verdade e não apenas uma parte da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. entrou com o requerimento hoje? (*Pausa.*)

V. Exa. entrou com o requerimento hoje?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Já entrei na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na semana passada, não. Nós recebemos hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pastor Silas Malafaia, na semana passada.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque falaram o tempo todo de gabinete paralelo. O nome foi dado e está sendo sugerido. Se quiserem votar a favor ou contra, votem, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é uma forma clara...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Vamos ver se ele é mesmo do gabinete paralelo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque pediram para convocar o Carlos Wizard. Pediram para convocar o Carlos Wizard, um empresário. Assim...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Carlos Wizard foi referido pelo Pazuello. O Pazuello disse convidou o Wizard para montar um gabinete de assessoramento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um voluntário que buscou ajudar, colaborar... E está sendo convocado à CPI. Eu estou apresentando o nome do Pastor Silas Malafaia, apresentei na semana passada. O requerimento foi apresentado. No mesmo dia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Podíamos chamar o Queiroz. Ele tem muita amizade também, conversa muito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apresente o requerimento, Senador.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está apresentado, Sr. Presidente, o requerimento do Pastor Silas Malafaia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Francisco Queiroz também?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. O Senador Humberto está dando uma sugestão de um requerimento que eu já quero subscrever junto com ele. A gente vota tudo junto depois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É razoável.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Requerimento 628, do dia 20, Sr. Presidente, o requerimento do Pastor Silas Malafaia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu falar uma coisa para V. Exa., Senador Marcos Rogério. Eu conheço pessoalmente, Senador, o Silas Malafaia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério, eu não vou colocar em votação o seu ofício, o seu requerimento de convidar o Pastor Silas Malafaia. Primeiro, é que eu tenho um respeito muito grande, eu o recebi na minha residência quando eu era Governador, tive o prazer de conversar com ele demoradamente na minha casa. É um líder espiritual muito forte no Brasil, e tenho certeza que o que Senador Flávio Bolsonaro falou aqui é que os conselhos que ele recebia eram conselhos espirituais para que o Presidente Bolsonaro tivesse força para enfrentar os problemas. Não creio, até pelo conhecimento que a gente tem do Pastor Silas Malafaia, que ele fizesse qualquer ingerência dentro do Governo. Não acredito nisso. Tenho um respeito enorme, e acho até, veja bem, um líder religioso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Da envergadura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... da envergadura do Pastor Silas Malafaia dificilmente pediria para nomear A ou B num cargo, indicar alguém. Não é o papel que ele faz, nunca fez isso.

Então, em respeito à liderança espiritual e à liderança religiosa, eu estou indeferindo o seu pedido e não vou pautar isso porque sei que ele é uma pessoa que é seguida por muita gente, e muita gente acredita no Silas Malafaia pelo que ele transmite de amor, de carinho a Cristo, e isso nós respeitamos muito. Agora, não creio... E creio que a posição do Senador Flávio Bolsonaro... Se ele tivesse explicado, mais ou menos, o que o Pastor Silas Malafaia visse que o Presidente fez, alguma coisa em relação ao Covid, tenho certeza de que ele seria convidado para vir aqui – não convocado: convidado, até pelo respeito que temos por ele. Por isso é que eu indefiro o seu pedido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente!

Presidente, quero concordar com V. Exa. V. Exa. está tranquilo, está calmo agora. Vamos desenrolar o fio nessa tranquilidade... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é questão de estar tranquilo. Sabe por quê? Porque, para pegar aqui e dizer que eu não cumpro palavra, está difícil. Está difícil.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador. Não é tranquilo, não. Sabe quando é que você fica intranquilo?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Calma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É quando você faz um acordo, depois de passar uma hora lá, e chega aqui e as pessoas fazem diferente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vamos lá, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é a primeira vez. A primeira vez foi na prisão do Fabio. A primeira vez foi na prisão do Fabio. Agora, a segunda vez. Está certo? E eu tento ser o mais democrático possível porque é meu papel ser democrático, mas também não posso chegar aqui, colocar em votação: "Não, eu não fiz esse acordo. Não fiz...". Como não?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As pessoas cumprem o acordo e não concordam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, esses requerimentos da convocação do Sr. Filipe Martins.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – "Contra".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Contra", Presidente! Registre...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou encerrar a sessão, e os outros requerimentos a gente vota na semana que vem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Marcos Rogério, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Eliziane Gama, Simone Tebet, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Rose de Freitas e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Otto Alencar e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan, em atendimento ao requerimento 331/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) **–** Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Dimas Tadeu Covas, Diretor do Instituto Butantan.

Determino à Secretaria que conduza o Sr. Dimas Tadeu Covas à mesa para iniciar seu depoimento. (*Pausa.*)

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 12ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. (*Pausa.*)

Dr. Dimas, eu irei ler um documento que compromete V. Exa. nessa...

V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Prometo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. Esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade, como testemunha, tradutor ou intérprete, perante Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos, e multa.

V. Exa., se quiser falar antes do Senador Renan, o Relator, por 15 minutos... Ou o senhor quer já que vá para as respostas?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, eu faço questão de falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, V. Exa. tem a palavra, por favor.

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) **–** Então, bom dia, Sr. Presidente Omar Aziz! Bom dia, nosso Relator, Senador Renan Calheiros! Bom dia, nosso Vice-Presidente, Senador Randolfe! Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu compareço aqui, Senador, na qualidade de Presidente do Instituto Butantan, na qualidade de cidadão, de professor, de médico, para apresentar aqui os fatos relacionados a essa vacina e ao próprio instituto. E venho aqui com o espírito de cooperar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é tão importante, neste momento, para o País.

E eu gostaria de iniciar fazendo um breve histórico do que é o Butantan. Quer dizer, o Butantan é muito conhecido, mas, na realidade, poucos conhecem a complexidade e a dimensão das atividades do Butantan. O Butantan tem 120 anos, fez 120 anos agora, recentemente, e ele começou suas atividades exatamente para combater epidemias. Quer dizer, a primeira epidemia, que foi muito importante no Estado de São Paulo e no Brasil também, a epidemia de febre bubônica no final do século XIX, começo do século XX, e foi aí que foi instituído o Butantan exatamente para fazer face à essa epidemia e à produção de soros, que é o que todos conhecem, é o mais tradicional produto do Butantan.

E o Butantan vem participando nessa história de saúde pública, em todos os desafios, os grandes desafios de saúde pública do Brasil. Participou ativamente no combate à gripe espanhola; depois à questão da malária e outras epidemias; à epidemia de poliomielite, no final dos anos 50; mais recentemente à epidemia de meningite, nos anos 70; à epidemia de H1N1, o Butantan deu uma enorme contribuição, foi quem trouxe a vacina e desenvolve a vacina de H1N1; mais recentemente, às epidemias de zika e chikungunya, o Butantan teve uma participação importante, inclusive com o desenvolvimento de uma vacina para a dengue – esse é um capítulo importante, e nós podemos, inclusive, depois descer a detalhes.

E o Butantan hoje é o maior fornecedor de vacinas do Brasil; em volumes, é o maior, vamos dizer assim. Na realidade, nós só temos um cliente, nosso cliente é o Ministério da Saúde. Então, em tudo que Butantan faz, em termos de produtos, de vacinas, de soros, de processos, só tem um cliente, que é o Ministério da Saúde. E a produção do Butantan é impressiva, impressionante. Este ano, por exemplo, nós vamos entregar ao ministério 80 milhões de doses da vacina da gripe. É a maior campanha de vacinação da gripe do mundo, uma das maiores campanhas de vacinação pública do mundo, ou seja, um a cada três brasileiros vai receber uma vacina da gripe feita no Butantan. E mais: o Butantan hoje é um dos maiores produtores mundiais de vacina da gripe. Quer dizer, mais ou menos 10% do que se produz de vacinas da gripe são produzidos no Butantan. Ele possui, talvez, a maior fábrica de vacina da gripe do Hemisfério Sul. Então, ele tem uma relevância imensa na área de saúde pública, na área de combate aos desafios epidêmicos. E não deveria ser diferente, como não foi, nessa questão do Covid-19.

E aqui trago alguns parâmetros, algumas preliminares que acho que são de interesse desta Comissão. Em 2019, o Butantan, como faz parte da sua atividade, desenvolve atividades de parcerias internacionais. Nós temos várias parcerias internacionais, inclusive uma que é paradigmática, que é a própria transferência de tecnologia do Butantan no caso da vacina da dengue que o Butantan desenvolveu: nós transferimos essa vacina para uma multinacional. Quer dizer, fazemos o inverso:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passamos a tecnologia e recebemos investimentos aqui, exatamente por conta dessa transferência. E assim é com outras vacinas. Temos parcerias para uma vacina de chikungunya, temos parcerias para a vacina da raiva. Então, essa é a vida, vamos dizer assim, cotidiana do Instituto Butantan.

Em 2019 nós fomos à China como parte de uma missão empresarial liderada pelo Governo do Estado de São Paulo, fomos visitar a China e lá fizemos várias visitas às produtoras de vacinas chinesas, inclusive a Sinovac, e estabelecemos já naquele momento as primeiras parceiras, não só com a Sinovac, mas também com as outras. Recebemos a visita de parceiros da Sinovac aqui, ainda em 2019 – ainda não se falava em epidemia de Covid-19, mas essas parcerias já estavam em andamento.

Então, quando surgiu, em janeiro, o relato dos casos de Covid lá na China e a possibilidade de isso se tornar uma epidemia – naquele momento os indicadores ainda eram poucos, mas existia uma grande probabilidade –, o Butantan começou, naquele momento mesmo, a prospectar vacinas, porque essa é a atividade. Inclusive, nós tínhamos uma vacina para uma epidemia que era provável, quer dizer, o mundo naquele momento esperava uma epidemia de H7N9, que é um vírus da gripe que tinha grande probabilidade de se tornar epidêmico, como ainda tem. Então, o Butantan tinha uma vacina de H7N9 desenvolvida, já feito o estudo clínico, aguardando essa epidemia. Só que ela não veio; veio a do coronavírus, Covid-19.

Começamos, então, a prospectar parceiros. E a Sinovac tinha uma vacina desenvolvida não contra o Covid-2 ou SARS-CoV-2, mas contra o SARS-CoV-1, e ela adaptou muito rapidamente para o SARS-CoV-2, de forma que, em abril, ela já tinha uma vacina sendo testada em Fases I e II, lá na China.

Prospectamos outros parceiros, prospectamos até a AstraZeneca. Conversamos com a AstraZeneca, conversamos com a Sanofi, com a MSV, enfim, conversamos com várias. E, naquele momento, a vacina que era mais desenvolvida – naquele momento – era essa que já estava praticamente pronta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Em que período?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Abril de 2020, abril de 2020!

Então, isso nos permitiu avançar. E aí, nós fizemos uma parceria de codesenvolvimento. Isso é importante. Por quê? Porque na China já não tinha mais casos ativos de SARS-CoV-2. Eles controlaram a epidemia muito rapidamente. Então, eles precisavam de ter um país, uma parceria, onde a epidemia estava em pleno curso, para poder fazer o estudo clínico. Então, nós acertamos fazer o codesenvolvimento dessa vacina. Esses tratados acabaram num contrato de codesenvolvimento; foi feito em junho do ano passado. E em julho começamos o estudo clínico aqui no Brasil; tivemos a autorização da Anvisa. É um estudo de grandes proporções – o Butantan tem muita experiência nisso –, em 16 centros de estudos clínicos espalhados pelo Brasil, mais de 12 mil participantes. Então, isso estava em pleno andamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, em julho também, quando houve essa primeira iniciativa, nós fizemos a primeira oferta de vacinas ao Ministério da Saúde. Então, eu mandei um ofício, no dia 30 de julho de 2020, em que, entre os considerandos, ressaltamos a importância de tomar essa iniciativa num momento que ainda não se tinha vacina. Então, nós estamos falando de 2020. E ofertamos, naquele momento, 60 milhões de doses, que poderiam ser entregues no último trimestre de 2020, 60 milhões de doses, no último trimestre de 2020, julho de 2020!

Um pouquinho depois, como não houve aí uma resposta efetiva, nós reforçamos o ofício e, em agosto, nós solicitamos, além de reforçar o ofício, apoio financeiro ao ministério para apoiar o estudo clínico. Um estudo clínico dessa dimensão custa muito caro. Nós tínhamos uma previsão de gastar em torno de R$100 milhões nesse estudo clínico. Então, nós solicitamos um apoio do ministério, no sentido de que permitisse a gente suportar esses gastos, e solicitamos também um apoio para reformar uma fábrica, porque, no nosso acordo, nós iríamos, num primeiro momento, receber vacinas prontas; num segundo momento, matéria-prima; e, num terceiro momento, produzir integralmente. Tínhamos lá uma fábrica, uma fábrica que era destinada a um outro tipo de produto. Nós falamos: "Podemos reformar essa fábrica que está desativada nesse momento, muito rapidamente, para produção da vacina em 2021". Então, solicitei também recursos, na época, de 80 milhões, para que fosse feito um apoio a essa iniciativa.

Um pouquinho depois, e aí nós já estamos... Quer dizer, todas essas iniciativas não tiveram resposta positiva. Quer dizer, eles responderam, sim, que poderiam avaliar, que existia a necessidade de avaliar a situação epidemiológica do Brasil, e até foi feito um oferecimento de nós submetermos um pedido ao Procis, um pedido de equipamentos ao Procis, não especificamente para uma fábrica de vacina para o Covid, mas para uma fábrica multipropósito. Isso começou a ser tratado com o ministério, inclusive, com trocas, visitas de técnicos ao ministério, visitas das pessoas do Butantan ao ministério, e desembocou, vamos dizer assim, na parte, aí, já em outubro, numa sinalização – muito positiva naquele momento – de que a vacina poderia ser, sim, incorporada e que poderia haver algum apoio no sentido da construção, do apoio à construção.

Então, eu refiz um outro ofício, no dia 7 de outubro, reafirmando os ofícios anteriores e oferecendo 100 milhões de doses. Em 7 de outubro, eu enviei novamente um ofício ao ministério, historiando e ofertando 100 milhões de doses, sendo que, desses 100 milhões, 45 seriam produzidas no Butantan até dezembro de 2020, 15 milhões de doses no final de fevereiro e 40 milhões adicionais até maio deste ano. Então, essa oferta foi...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O senhor poderia, o senhor poderia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto, ele vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por favor, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele vai, ele vai...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se pudesse entregar isso para a gente aqui, seria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele vai entregar. Deixe ele terminar a sua explanação.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, Senador. Eu trouxe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí, após ele entregar, o Relator irá fazer perguntas e muitas das perguntas baseadas no que ele está falando neste momento. Então, vamos deixá-lo...

Fique à vontade, Dr. Covas.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Então, isso foi no dia 7 de outubro. Na sequência disso, houve, de fato, uma sinalização de que poderíamos evoluir, inclusive, com a possibilidade de existir uma medida provisória para atender esses pleitos. Então, houve intensas tratativas das equipes técnicas. Eu participei de algumas dessas iniciativas, discutindo com os técnicos do ministério como seria a provisão de recursos para o atendimento dessa demanda. E tudo, aparentemente, estava indo muito bem, tanto é que, no dia 20 de outubro, eu fui convidado pelo então Ministro da Saúde, General Pazuello, para uma cerimônia no Ministério da Saúde onde a vacina seria anunciada como sendo uma vacina... O Ministro Pazuello, até, na sua fala, disse: "Esta será a vacina do Brasil; a vacina do Butantan, a vacina do Brasil". E anunciou, naquele momento, publicamente, com a presença de Governadores, de Parlamentares, que iria ser feita uma incorporação de 46 milhões de doses.

Bom, a história da... A partir desse ponto, é notório que houve uma inflexão, e eu digo isso porque, no final da reunião, no dia 20, com a presença de vários Governadores, vários Parlamentares, nós saímos de lá muito satisfeitos com a evolução dessas tratativas e achávamos que, de fato, iríamos ter resolvido parte desse problema. E aí, no outro dia de manhã, ainda existiriam conversações adicionais. Infelizmente, essas conversações não prosseguiram, porque houve, sim, aí, uma manifestação do Presidente da República, naquele momento, dizendo que a vacina não seria, de fato, incorporada, não haveria o progresso desse processo.

Óbvio que isso causa, sem dúvida nenhuma, uma frustração da nossa parte, mas, enfim, faz parte. E voltamos ao Butantan e continuamos o projeto, quer dizer, isso não foi motivo para nós interrompermos o desenvolvimento da vacina, mas aí já com algumas dificuldades, ou seja, a inexistência de um contrato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o ministério, que é o nosso único cliente, colocava, de fato, uma incerteza em termos de financiamento. E nós já tínhamos contratado com a Sinovac parte importante desse projeto.

O Governador do Estado de São Paulo veio em suplência a isso, deu todo o apoio, mas, imediatamente, outros Estados também. Outros Estados procuraram o Butantan, outros Municípios. Na realidade, 17 Estados fizeram termos de intenção de aquisição da vacina e muitos Municípios do Brasil.

Então, naquele momento, nós trabalhávamos com essa hipótese. Se não houver a incorporação ao PNI da vacina, que é o desejado – que é o desejado –, quer dizer, não se imaginava ter uma vacina fora do PNI... Quer dizer, essa foi sempre a história do Butantan, sempre trabalhando em conjunto com o ministério para entregar essas vacinas. Então, era um pouco inusitado ter uma vacina não incorporada ao PNI.

Mas, enfim, nós estávamos caminhando nesse sentido. Até esse momento, o Butantan custeava todas as despesas do estudo clínico, da vida da matéria-prima, da transferência de tecnologia, com essa pressão muito grande dos Estados e Municípios. Aí nós chegamos ao começo deste ano.

Eu já estou chegando ao fim, Sr. Presidente.

Chegamos ao começo desse ano. Estávamos, em dezembro, com 5 milhões, mais de 5,5 milhões de doses de vacinas prontas – prontas –, estocadas no Butantan, e 4 milhões de doses em processamento. Quer dizer, o Butantan já estava processando 4 milhões e já tinha 5,5 milhões de doses prontas, ou seja, quase 10 milhões de doses prontas em dezembro do ano passado.

O mundo começou a vacinação no dia 8 de dezembro. No final de dezembro, o mundo tinha aplicado um pouco mais de 4 milhões de doses. E nós tínhamos, no Butantan, 5,5 milhões de doses prontas e mais 4 milhões em processamento. Sem contato com o ministério. Poderíamos ter iniciado a vacinação antes do que começou? Nós já tínhamos as doses, estavam disponíveis. E eu, muitas vezes, declarei de público que o Brasil poderia ser o primeiro país do mundo a começar a vacinação, não fossem os percalços que nós tínhamos que enfrentar durante esse período, tanto do ponto de vista do contrato, como do ponto de vista também regulatório. Quer dizer, a regulamentação para uso emergencial das vacinas no Brasil saiu em dezembro pela Anvisa. Em outros países, em meados do ano passado, já existia essa regulamentação. Então, isso também causou aí, vamos dizer, um atraso nesse processo. Poderíamos ter começado antes seguramente se houvesse uma agilidade maior de todos esses atores, se tivéssemos trabalhado em conjunto, o que seria absolutamente normal.

Então, houve outras iniciativas obviamente. O ministério tentou, inclusive, incorporar outras vacinas. Tinha um contrato com a AstraZeneca para o oferecimento de 100 milhões. Isso começou a ter dificuldade no começo do ano. Isso também foi amplamente noticiado. Tentou-se buscar as vacinas na Índia. Teve problema com o fornecimento. O fato é que essas dificuldades, no dia 6 de janeiro, levaram o ministério, obviamente, a nos solicitar, de fato, aí sim, a assinatura de um contrato. E fizemos uma oferta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia 6, ao ministério de 100 milhões de doses, mas já com um cronograma diferente. O cronograma que nós tínhamos ofertado lá já não era mais possível de ser cumprido. Por quê? Porque os parceiros internacionais, a Sinovac, já tinham outros compromissos. O ambiente internacional era outro, de falta de vacinas. Portanto, era possível o fornecimento de 100 milhões de doses, mas num outro cronograma, não mais até maio. Nós já estávamos falando em agosto e setembro deste ano.

No dia 7, pela manhã, recebemos, de fato, uma primeira versão de contrato. E aí tem uma história que nós precisamos até entender melhor. O primeiro contrato chegou: de 45 milhões. Colocamos na mão do nosso departamento jurídico, para fazer a assinatura – assinatura eletrônica. Na hora em que nós íamos assinar, o contrato já não era mais de 45; tinha outro contrato de 100 milhões de doses. "O.k., 100 milhões é o que nós havíamos proposto. Então, vamos de novo rever o contrato; 100 milhões. Se estiver tudo bem, a gente assina." Tinha uma cláusula que era uma cláusula em que nós ficamos muito em dúvida, que era uma cláusula de exclusividade: nós só podíamos fornecer a vacina para o Ministério da Saúde. Isso criava um pouco de dificuldade para nós, que tínhamos acordo com a Sinovac de sermos o produtor de vacinas para a América Latina. Tínhamos acordo com a Argentina, tínhamos acordo com a Colômbia e com o Uruguai de fornecimento de vacina. Essa cláusula de exclusividade nos limitava. Então, isso foi estudado. E se resolveu fazer um acordo, um novo acordo com a Sinovac: no primeiro momento, a Sinovac supriria esses países e, após o atendimento do ministério, o Butantan poderia voltar a suprir. Fomos assinar o contrato e, de novo, o contrato de 100 milhões desapareceu do sistema. E veio aí, de fato, um contrato de 46 milhões, que foi o contrato assinado. Nesse contrato, havia uma opção de compra adicional de 54 milhões, opcional.

O.k. A campanha começou no dia 17, logo que houve a autorização de uso emergencial da Anvisa. Começou lá no Estado de São Paulo mesmo. Depois, no dia 18, já as vacinas eram distribuídas ao Brasil todo. E, no final de janeiro, nós ainda arguimos o ministério, falamos: "Olha, e o opcional de 54 milhões? Está no momento, porque, se não se fizer essa opção, já não podemos até falar em vacinas até setembro". E, aí sim, em 12 de fevereiro, o ministério fez o segundo contrato, de 54 milhões, e, um pouco depois, mandou ainda uma solicitação de um adicional de 30 milhões.

Então, hoje nós temos um contrato de 46, que foi integralizado – primeiro contrato de vacinas que foi cumprido. Nós tínhamos a obrigação de cumprir o contrato no dia 30 de abril; cumprimos o contrato no dia 12 de maio. Atrasamos 12 dias. Não preciso falar que outros contratos ainda não foram sequer iniciados. E já iniciamos o fornecimento do segundo contrato, de 54 milhões de doses.

Desse contrato que estava previsto para ser cumprido até setembro nós adiantamos a programação: teríamos condições de cumpri-lo até agosto, não fossem essas questões de matéria-prima. Então, essas questões de matéria-prima, por exemplo, já agora começaram, de fato, a interferir no cronograma. Exemplo: em maio, deveríamos entregar 12 milhões de doses e vamos entregar apenas 5 milhões de doses. O programa para junho ainda não temos definido. Recebemos recentemente uma partida de 3 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

litros – não é? –, mas, a partir desses 3 mil litros, que darão origem a 5 milhões de doses, nós ainda não temos uma programação para, de fato, dizer se cumpriremos até 30 de setembro ou não esse contrato. Existe uma dificuldade de autorização do Governo para trazer essa matéria-prima. A matéria-prima é produzida normalmente pela Sinovac, que hoje tem uma grande produção, mas existe lá um rito burocrático que tem durado aí mais de mês para obter essa autorização – para nós do Butantan e também para a Fiocruz até recentemente.

Então, essa liberação de 3 mil e a liberação que houve da Anvisa, da Fiocruz foi uma sinalização positiva, uma perspectiva de que haja regulamentação ou regularização do fornecimento dessa matéria-prima. Isso aí eu acho que são os fatos – são os fatos. E eu trouxe os documentos. Não tem aqui interpretação, isso está no papel – não é?

Então, estou à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Dr. Dimas.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Senadores; Sras. Senadoras, começo hoje, Sr. Presidente, fazendo uma triste constatação do custo dessa pandemia em vidas.

Desde o dia 12 de maio, quando decidimos colocar esta placa com o número de vítimas para lembrarmos o porquê de estarmos aqui todos os Senadores, inclusive o seu Relator, já perdemos 28.912 vidas. Na primeira placa, tínhamos 425.711 vítimas; hoje, estamos – 15 dias depois – na triste marca, na macabra marca de 454.623.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, precisamos continuar trabalhando com seriedade, com muita seriedade, e com foco, e com muito foco, por todas essas vítimas e por suas famílias.

A presença hoje do Presidente do Instituto Butantan, Dr. Dimas Covas, é fundamental para que nós possamos dar continuidade aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito neste propósito, para sabermos o que aconteceu. Essas vítimas, suas memórias, seus familiares têm, sim, o direito de saber o que aconteceu, de modo a, ainda em tempo, corrigirmos o processo de aquisição de vacinas, corrigirmos o processo de produção de vacina e corrigirmos, sobretudo, a vacinação.

Eu já vou passar às perguntas, mas queria só comunicar um fato que continua a preocupar: o Governo está anunciando que vai entrar com uma ADI junto ao Supremo Tribunal Federal para impedir que os Estados e Municípios continuem a fazer isolamento social. Ora, as UTIs voltaram a encher! Trago um dado de Alagoas: Alagoas nunca havia passado antes de 80% de ocupação de UTI; já chegou hoje a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

84%. Vários Estados já começam a refazer as filas com mais de 100% de ocupação – se não me engano, Pernambuco é um desses. Hoje esse número trágico, triste me foi passado logo de manhã.

Mas vamos, efetivamente, às perguntas.

Desde logo, eu quero cumprimentá-lo pelas colocações iniciais. Todos nós sabemos da importância do Instituto Butantan, como foi lembrado aqui, com 120 anos de existência, criado exatamente para combater epidemias. E, ao longo desses 120 anos, acumulou uma experiência muito grande para colaborar, como tem colaborado, sobretudo na produção de vacina, pela grande quantidade que tem proporcionado ao povo brasileiro.

Eu vou fazer algumas perguntas. Se por acaso, Dr. Dimas, o senhor já a respondeu, mas quiser reforçá-la, só para que nós possamos guardar, do ponto de vista da memória, efetivamente, esses números, que são muito importantes, o senhor fique inteiramente à vontade.

A CoronaVac foi a primeira vacina contra a Covid-19 fabricada no Brasil e corresponde a cerca de 80% das doses aplicadas no País até o momento. V. Sa. poderia descrever brevemente como se deu o processo que culminou com a parceria com a Sinovac para a fabricação da CoronaVac, indicando, por exemplo: como o Butantan chegou à Sinovac; as exigências feitas pela Sinovac; em que momento a CoronaVac se mostrou promissora?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Sim, perfeito. Obrigado, Senador.

Então... Eu vou me remeter, então, à nossa visita à China, em 2019, como parte da missão do Estado de São Paulo, uma missão empresarial. E o Butantan foi exatamente para tomar contato com produtores de vacinas e de outros produtos chineses, porque a China, sem dúvida, hoje, é uma potência mundial na área de biotecnologia.

Visitamos, então, vários laboratórios, visitamos as estatais, como também visitamos a Sinovac. E, pouco depois, recebemos a visita de técnicos da Sinovac no Butantan. Isso nós estamos falando de 2019, não existia Covid ainda. Estávamos discutindo parcerias com outras vacinas, sempre no sentido de complementação. O Butantan tem algumas vacinas, a Sinovac tem outras vacinas, as duas instituições são mais ou menos do mesmo porte ou eram mais ou menos do mesmo porte naquele momento, com interesses comuns, que é fornecimento de vacinas para área pública – a Sinovac só fornecia para o Governo chinês da mesma forma que nós só fornecíamos aqui para o Ministério da Saúde. Então, havia uma série de interesses aí, de semelhanças. Então, essa foi a primeira aproximação, uma aproximação de cooperação, como tivemos com outras companhias chinesas também naquele mesmo momento.

Aí, então, vem a questão da pandemia. Como eu mencionei, nós procuramos várias parcerias para desenvolver vacinas. Nós já tínhamos muitos parceiros que tinham interesse em desenvolvimento de vacinas e fomos avaliar: qual era o estágio do projeto, que tipo de tecnologia, se a tecnologia era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apropriada ou não ao Brasil e ao próprio Butantan... Como eu mencionei, conversamos com Sanofi, conversamos com AstraZeneca, tivemos várias conversas. No fim, nós concluímos que a tecnologia de que a Sinovac dispõe é uma tecnologia que o Butantan domina, que é uma tecnologia de produção de vacina em base celular, que o Butantan já tem – o Butantan tem duas vacinas que são produzidas nessa base, a vacina de raiva e a vacina da dengue. Portanto, a gente dominava a tecnologia. Segundo, uma vacina de vírus inativado – vírus inativado é a vacina mais usada no mundo, há mais de cinco décadas, seis décadas, se usam vacinas com base em vírus inativado. Então, a probabilidade de uma vacina dessa dar uma grande contribuição é imensa! Naquele momento, existiam tecnologias novas sobre que ninguém sabia o que iria acontecer, a tecnologia do RNA, a tecnologia do adenovírus... Não se sabia, porque eram vacinas novas. Essa vacina, não; já com histórico, uma vacina que havia sido desenvolvida previamente, com os estudos feitos já em animais, com bom resultado, e já em fase de início de estudo clínico na China. Então, um ambiente muito propício que poderia ter permitido que o Brasil fosse um dos primeiros países do mundo, fora da China, a ter uma vacina. Então, essa era a nossa expectativa. Eu fiquei muito entusiasmado, na condição de cientista, de poder ter isso, de poder ter essa parceria numa tecnologia que nós sabemos, que nós conhecemos, com que, portanto, estamos à vontade, que poderíamos rapidamente incorporar já ao desenvolvimento feito na China e não ter que desenvolver uma aqui.

Vejam: nós tínhamos vacina em desenvolvimento. Naquele momento, nós também estávamos trabalhando em outras opções. E uma dessas opções é o que resultou na chamada ButanVac, que também começou no ano passado. Então, vejam: uma diferença de tempo, sim, porque uma já estava pronta, a outra precisaria ser desenvolvida. Então, ganhamos muito tempo aí nesse espaço.

Então, foi uma parceria muito boa do ponto de vista de interesses comuns: a Sinovac, que precisava de um estudo clínico; o Butantan, com uma grande experiência de estudo clínico, que tinha feito estudo clínico da dengue com 17 mil voluntários, um dos maiores estudos do mundo. Então, quer dizer, é uma parceria, assim, muito propícia para os dois. Naquele momento não tinha cláusula comercial, tinha parceria, porque a Sinovac não tinha outros parceiros, fomos os primeiros parceiros, o primeiro país a fazer uma parceria. Então, vejam, isso nos daria uma vantagem, uma rapidez muito grande.

Então, esse era o planejamento. Foi feito isso, oficializado em junho do ano passado, e aí a história progride com a realização do estudo clínico. Esse estudo clínico era para ter terminado em outubro, aí nós começamos a ter algumas dificuldades com o estudo clínico.

Qual a dificuldade? Velocidade de entrada de voluntários. Porque nesse momento existia um ambiente conturbado, um combate muito exacerbado a essa vacina nas redes sociais. Inclusive tem um estudo recente da Universidade de São Paulo que mostra exatamente isto, qual foi o efeito desse ambiente, dessa discussão midiática em cima do desenvolvimento da vacina. Então, isso dificultou, inclusive, a velocidade de desenvolvimento do estudo clínico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, o estudo foi concluído, aí já veio, em cima também da qualidade do estudo, muito questionamento: "Não, porque é uma vacina que tem... Só tem 50,4 de eficácia". Quer dizer, as pessoas não entendem muito bem o que é essa história de eficácia, de eficiência. É, mas, naquele momento, o fato de ela ter 50,4 de eficácia causa questionamento, porque a outra tem 78, porque a outra tem 90, e as pessoas não sabem que essas coisas não são comparáveis dessa maneira.

Então, é mais ou menos esse o histórico, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Dimas, nós podemos ficar aqui muito tempo e, com certeza, ficaremos.

O Senador Renan será muito objetivo e, se V. Exa. puder ser mais objetivo, seria muito bom para a gente, porque aí a gente pode fluir melhor e todos os Senadores terão oportunidade de fazer perguntas para V. Exa.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde, em alguma medida, participou ou foi chamado a participar dessa iniciativa do Butantan em busca de uma vacina contra a Covid-19?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Desculpa, Senador, o senhor poderia repetir?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em alguma medida, o Ministério da Saúde participou da iniciativa ou foi chamado a participar?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Ele... Sim, através dessa proposta que foi enviada em julho, e nós informamos, inclusive tecnicamente, as características da vacina para que isso pudesse acontecer, sem dúvida nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

V. Sa. encaminhou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito dois ofícios dirigidos ao ex-Ministro Pazuello, em 18 de agosto de 2020, em que solicita apoio financeiro – e já foi citado aqui na sua apresentação – para a construção de uma fábrica com capacidade produtiva de 100 milhões de vacinas por ano e para completar os gastos com a realização no Brasil de estudos clínicos da Fase III da CoronaVac. Para a fábrica orçada em 156 milhões, foram solicitados 60 milhões, e, para estudos orçados em 130 milhões, foram solicitados, na forma dos ofícios que tenho aqui, 45 milhões. Essas solicitações foram atendidas em alguma medida?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – A solicitação para o estudo clínico não foi atendida e, para a questão dos equipamentos, foi levantada a possibilidade de se fazer o Procis, mas não especificamente para a fábrica de Covid e, sim, para uma fábrica multipropósito. E nós entramos em negociação para dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agilidade a esse Procis. Como eu mencionei, haveria até uma medida provisória no sentido de provisão de orçamento para essa finalidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, especificamente, houve apoio financeiro para alguma outra atividade do Instituto Butantan vinculada à produção de vacina contra a Covid? Não, não é?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nenhuma, Senador. Até este momento, nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. encaminhou a esta Comissão três ofícios em que foi feita a oferta de compra de vacinas ao Ministério da Saúde, o primeiro de 30 de julho de 2020, em que são ofertados 60 milhões de doses. Posteriormente, em 18 de agosto, a oferta foi retirada...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Reiterada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Reiterada.

Finalmente, em 7 de outubro de 2020, foram ofertadas 100 milhões de doses: sendo 45 milhões até dezembro de 2020, 15 milhões até fevereiro de 2021, e 40 milhões até o mês de maio de 2021. Todas essas comunicações foram dirigidas ao ex-Ministro Pazuello. Pergunto, Dr. Dimas: a primeira oferta para o Ministério da Saúde foi feita então no dia 30 de julho, 22 dias após a assinatura do acordo com a Sinovac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, foi feita no dia 30 de julho. Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quem eram estabelecidos os contatos para negociação da compra de vacinas por parte do Ministério da Saúde?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Por parte do Ministério da Saúde, era o Secretário Arnaldo, secretário que cuidava da parte de vacinas, a quem o PNI está ligado. Então, a negociação inicial foi com ele. Existia também uma participação da área técnica da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que avaliava aspectos técnicos da vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, além do encaminhamento dos referidos ofícios, houve alguma outra forma de contato com algum representante do Ministério da Saúde ou do Governo Federal.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nesse período, essas conversas ocorreram com muita frequência, inclusive com troca de mensagens com o Secretário Arnaldo. Isso foi feito até, como mencionei, outubro. Mas isso ocorreu muito intensamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde ignorou todas essas propostas do Butantan?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Em relação à solicitação de agosto, houve uma resposta, mas uma resposta que não foi positiva, vamos dizer assim, e que a possibilidade de ter o acordo para a fábrica existiria dentro do mecanismo do Procis. Então, houve essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há registros formais das respostas do Ministério?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, sim, temos os ofícios encaminhados em resposta a essas solicitações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se. V. Sa. pudesse deixá-los aqui, seria muito importante.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, estão aqui comigo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Por que as propostas não foram aceitas?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – É uma boa pergunta, Senador. Nós nos esforçamos ao máximo para dar todas as informações técnicas, havia, naquele momento, incertezas em relação às vacinas, de uma forma geral, não especificamente em relação a essa vacina, mas essa tinha todos os elementos que apontavam exatamente para a oportunidade que nós enfrentávamos naquele momento. Nós tínhamos, naquele momento, a oportunidade de levar essa vacina a ser usada muito rapidamente.

Então, acho que aí, sim, houve talvez um descompasso de entendimento da situação do momento, da importância da vacina naquele momento, dentro do contexto da própria pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, explicitando os motivos alegados, foram...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Os motivos, eu acho que foram exatamente esses, quer dizer, dúvida em relação à vacina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – ... e a importância da vacina no momento.

Quer dizer, nós, por outro lado, tínhamos absoluta certeza da necessidade da vacina, que ela seria extremamente importante, mas eu não tenho certeza de que havia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando foi, finalmente, firmado o ajuste?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O acordo final, o contrato foi firmado no dia 7 de janeiro deste ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O preço ofertado foi de aproximadamente US$10 por dose. Confere?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Confere. Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde tentou negociar esse preço?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Na época que nós ofertamos o preço, junto com o preço foi ofertada a planilha de custos, porque o Butantan, toda vez que fornece uma vacina, fornece as suas planilhas de custo.

Aqui tem uma observação importante, se o senhor me permite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – A vacina é composta da matéria-prima e de todas as outras despesas para a produção da vacina, inclusive importação, frete de avião... Então, esse preço era de vacina colocada no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não era preço por dose, era da vacina entregue no armazém do Ministério da Saúde. Isso é diferente de outras vacinas que têm preço em dose, mas essas despesas não são computadas. Então, tem uma diferença aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve algum questionamento formal do Ministério da Saúde quanto à eficácia da CoronaVac ou quanto à sua qualidade?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não. Não houve. Quer dizer, havia toda uma esperança, uma expectativa de que houvesse o uso da autorização emergencial, o que aconteceu no dia 17 de janeiro, tanto para a vacina do Butantan como para a vacina da AstraZeneca. Então, nesse momento, até fomos saudados pela conquista das duas autorizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se o Ministério da Saúde tivesse decidido rapidamente sobre a compra da CoronaVac, quando o Instituto Butantan poderia ter iniciado a entrega efetivamente dessas doses, Dr. Dimas?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Bom, no dia 30 de dezembro, nós tínhamos 5 milhões de doses, 5,5 milhões de doses prontas e 4 milhões em processamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outras...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele perguntou para você...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Dez milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dez milhões.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Em torno de dez milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O dia... Na primeira vez que o senhor fez contato com o Governo Federal, que eles não responderam, o senhor fez uma oferta até final de dezembro de 2020. Qual foi a oferta que o senhor fez para o Governo?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim. Foi uma oferta de 60 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até final de dezembro?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – No último trimestre.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta, exatamente, com a qual o Presidente quis colaborar, é a seguinte – e colaborou efetivamente: Quantas vacinas foram retiradas dos braços dos brasileiros, em função dessa demora em comprar vacinas?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Ora, a não aceitação da primeira oferta significa 60 milhões, até dezembro de 2020. A partir daí, quer dizer, essas idas e vindas – não é? – foram dificultando o cronograma, não os quantitativos, porque o Butantan mantinha o seu acordo dos 46 milhões, mas tinha, inclusive, condições de chegar às 100 milhões de doses, que poderiam chegar em maio, mas, como não houve essas definições, o cronograma passou para setembro.

Por quê? Obviamente, nesse momento, a demanda mundial de vacina era muito grande, e continua até hoje, não é? A dificuldade pra trazer vacina hoje é imensa, quer dizer, hoje já não é mais a questão de recurso, mas é a questão de disponibilidade de vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, eu encareço a veiculação do vídeo número um, rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde agiu ou deixou de agir em decorrência da ordem dada publicamente pelo Presidente da República para o cancelamento da compra da CoronaVac, conforme vimos por suas próprias declarações em entrevista à imprensa?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Isso mudou a perspectiva no próprio ministério. Quer dizer, todas essas negociações que ocorriam com troca de equipes técnicas, com troca de documentos, a partir desse momento elas foram suspensas. Quer dizer, houve, no dia 19, um dia antes da reunião com o Ministro, um documento do ministério que era um compromisso de incorporação, mas, após, esse compromisso ficou em suspenso e, de fato, só foi concretizado em 7 de janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando as primeiras doses foram efetivamente entregues, Dr. Dimas?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nós recebemos a primeira dose, as primeiras doses, em solo nacional no final de novembro, não é? E aí, como eu mencionei, em dezembro já 6 milhões de doses absolutamente prontas para uso e mais 4 milhões que poderiam... Já estavam em processo de produção no Butantan, porque vieram na forma de matéria-prima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Encareço rapidamente, novamente, a veiculação do vídeo dois. É muito rápido.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As negociações com o Ministério da Saúde foram esfriadas depois dessa ordem do Presidente? Ou seja, após esse episódio, houve – queria que V. Sa. reforçasse isso – uma interrupção temporária ou, no mínimo, menos agilidade na aquisição de vacinas por parte do Governo Federal?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não houve mais progresso nessas tratativas até janeiro. Ou seja, a partir desse momento, o nosso caminho era outro, não é? Nós continuamos a corrida pela vacina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – ... mas aí, dependendo dos entendimentos com os Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que o Senador Omar está dizendo, e eu queria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você pode... Você viu o vídeo. É simples assim, Dr. Covas: um manda, o outro obedece.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não compra vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, quando esteve aqui o ex-Ministro Pazuello, ele declarou que, apesar dessa ordem clara, direta, explícita, aberta, isso não teria alterado o patamar da velocidade da negociação.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Eu só dou dois exemplos para o senhor. Primeiro, o contrato com a outra vacina, da AstraZeneca, foi feito em agosto, e, inclusive, com adiantamento de recursos. Essa, apesar de estar no solo brasileiro, de estar sendo produzida, só foi contratada em janeiro, não é? Seis meses aí da primeira oferta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, tentando calcular, quanto tempo transcorreu entre a assinatura do referido protocolo de intenções de compra e o próximo passo para a efetiva aquisição do imunizante?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O protocolo foi do dia 19 de outubro e o contrato do dia 7 de janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando o ministério efetivamente procedeu à compra das doses da CoronaVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Os 46 milhões no dia 7, através desse contrato, e os 54 milhões adicionais no dia 12 de fevereiro – 15 de fevereiro, isso,15 de fevereiro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O recuo anunciado causou, portanto, atrasos ao início das entregas da vacina. O senhor já disse isso aqui, não é? É isso mesmo?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, Senador, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 18/08/2020, o Instituto Butantan apresentou sua segunda oferta de 60 milhões de doses. No mesmo dia, como declarou o Sr. Carlos Murillo, que é o representante da Pfizer, Presidente para a América Latina, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Pfizer também fez a segunda oferta, de 70 milhões de doses. Ou seja, em um só dia o Governo brasileiro perdeu a oportunidade de comprar 130 milhões de doses de vacina, que seriam suficientes para dar pelo menos a primeira dose para mais da metade dos brasileiros. A média móvel de morte estava perto de mil mortes por dia. E já, vejo aqui, contávamos mais de 110 mil mortos naquele dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto, Dr. Dimas: estávamos diante de uma coincidência ou esse cenário aponta para uma política de não dar prioridade à vacinação no Brasil?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – É uma é uma pergunta difícil de responder da minha parte, não é? Eu, como médico, como cientista, sempre estive convencido da importância da vacina. A vacina é um dos pilares de combate a qualquer pandemia, e, portanto, para uma vacina numa situação dessas, o quanto antes, melhor. E veja, o que nós estamos falando é do quanto de vacinas, qual é o quantitativo? Nós estamos falando um uma vacina para, pelo menos, 150 milhões de pessoas, com duas doses; nós estamos falando de 300 milhões de doses, no mínimo, não é?

Então, essas providências que inicialmente foram feitas, a aquisição de 100 milhões da AstraZeneca, 42 milhões do Covax Facility, elas seriam absolutamente insuficientes para o atendimento. E, mesmo que se somassem às 100 milhões que nós ofertamos em outubro, ainda faltariam vacinas, não é? Então, de fato, quer dizer, a questão da vacina, ela não foi bem resolvida pelo País no ano passado. Quer dizer, houve, sem dúvida nenhuma, um atraso em relação às iniciativas de outros países.

E aí, isso vem... Óbvio, isso é fácil de entender: é um mercado global de vacinas onde a quantidade é pequena e a demanda é enorme. Então, naquele momento, de fato, a cada dia que se esperava uma definição, obviamente maior era a dificuldade para ter vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O ex-Ministro Pazuello declarou o seguinte a esta Comissão Parlamentar de Inquérito na semana passada.

Por favor, gostaria, rapidamente, da veiculação do vídeo três.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** No seu entendimento, qual posição de "agente político de São Paulo", entre aspas, motivou que o Presidente da República se posicionasse como agente político contrariamente à compra da CoronaVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O posicionamento de apoio à vacina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Claro! Claro! Claro! O Governo do Estado de São Paulo... O Butantan pertence ao Governo do Estado de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu sei, eu sei.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Então, o apoio do Governador nesse momento foi fundamental para que o processo se mantivesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

Mas ele falou assim: "...posição de agente político de São Paulo", entre aspas, "motivou que o Presidente, como agente político...". Ele tentou dizer, não conseguiu, evidentemente, convencer ninguém, que aquilo fora para inglês ver, motivou um posicionamento contrário do Presidente da República à compra da CoronaVac. Na verdade, não foi isso, efetivamente, que aconteceu.

Como era o diálogo do Instituto Butantan, ligado ao Estado de São Paulo, portanto, como enfatiza V. Sa., com o Ministério da Saúde e com a Presidência da República?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Com o Ministério da Saúde, a nossa interlocução sempre foi técnica e em muito bom nível, e continua até hoje essa interlocução técnica. O fato é que houve uma mudança, quer dizer, nós estávamos trabalhando juntamente com todos os setores do ministério para, inclusive, encaminhar uma medida provisória para dar sustentação orçamentária aos nossos pleitos e, após o dia 20 de outubro, isso foi absolutamente interrompido, quer dizer, não houve o progresso dessas tratativas.

De fato, eu nunca recebi um ofício dizendo que a intenção de compra feita no dia 19 não era mais válida, mas, na prática, não houve consequência. Quer dizer, a consequência foi o contrato no dia 7 de janeiro e, mesmo assim, uma consequência em detrimento, vamos dizer assim, de outras iniciativas que não deram certo. Quer dizer, houve a tentativa de buscar vacinas na Índia, que não foi bem sucedida, e houve a dificuldade da própria AstraZeneca em fornecer as vacinas e, portanto, naquele momento, a única vacina disponível era a vacina do Butantan. Nós tínhamos, naquele momento, no dia 7, como eu mencionei, 6 milhões de vacinas prontas e 4 milhões em processamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual era o nível do diálogo com o Ministério da Saúde e com a Presidência da República?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Ora, com a Presidência da República, eu nunca tive nenhum tipo de diálogo, pelo contrário, não seria até normal. A minha interlocução é com o Ministério da Saúde, com a parte técnica do Ministério da Saúde. Como eu mencionei, a gente trabalha muito em conjunto, porque toda a programação de vacinação do PNI, no que diz respeito ao Butantan, é feita em conjunto, como está sendo feita agora, por exemplo, com a vacinação da gripe, não é? Como, no ano passado, era ministro o Dr. Mandetta, ele solicitou ao Butantan que, em face da pandemia, adiantasse a produção da vacina da gripe. Nós adiantamos em um mês a entrega de vacinas da gripe no ano passado, em acordo, porque era importante iniciar a vacinação da gripe antes da chegada forte da epidemia.

Então, sempre houve esse diálogo e esse diálogo é constante, continua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na sua percepção como dirigente do Butantan, a instituição foi tratada com respeito e consideração devidos pelo Governo Federal?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, Senador, eu me sinto decepcionado. Pelo histórico do Butantan... Quer dizer, o Butantan faz vacinas e produtos da mais alta qualidade. Ele é reconhecido internacionalmente, quer dizer, questionar o Butantan significa questionar a saúde pública brasileira, a qualidade da saúde pública brasileira – e Butantan é um exemplo disso. Então, de fato, essa campanha que foi feita pelas mídias sociais, desqualificando a vacina, desqualificando o Butantan, sem dúvida nenhuma, trouxe prejuízos à imagem do Butantan.

Obviamente que, quando começou a vacinação – foi a primeira vacina a ser usada e é a que sustentou o PNI até muito recentemente –, essa imagem mudou muito, está certo? Nós demos a resposta que era esperada do Butantan, nós não saímos do nosso trilho, está certo? Se houve dificuldade, foi por parte do ministério, nesse momento crítico aí, a partir de outubro do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. avalia que essas posições políticas de lado a lado prejudicaram o diálogo federativo para a distribuição da CoronaVac no Brasil?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, impediu a vacinação de milhões de pessoas num prazo anterior ao que começou. O senhor mesmo pontuou isso, está certo? Quer dizer, hoje, infelizmente, nós temos a segunda posição no mundo em número de óbitos. Poderia ter sido amenizada? Poderia, sim. Obviamente que não é o único pilar, existem outros pilares, mas esse é um pilar que poderia ter começado um pouco antes, sem dúvida nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em diversas ocasiões V. Sa. queixou-se da relação do Governo Federal com a China. No dia 6 deste mês, reiterou essa posição, ao atribuir o atraso na chegada do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), fundamental para a produção dos imunizantes, à postura do Governo Federal com aquele país, que é, como sabemos, o principal fornecedor de insumos da CoronaVac.

Pergunto: quais episódios V. Sa. considera mais graves para prejudicar as tratativas do Butantan na obtenção de insumos para produção da CoronaVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, eu vou me permitir usar uma imagem. A China hoje é o maior exportador de vacinas para o Covid do mundo, quer dizer, ela não é o maior produtor – os maiores produtores são Estados Unidos e Europa –, no entanto a China é o maior exportador. Trinta por cento das vacinas que a China já produziu – e ela tem uma população de 1,3 bilhão de pessoas e está vacinando em massa sua população... Ela já exportou mais de 300 milhões de doses para mais de cem países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a imagem que eu uso é a seguinte: nós temos cem vizinhos. Noventa e nove dos vizinhos são vizinhos cordiais, nos tratam bem, vão à nossa casa sempre com grande prazer, nos convidam para ir à casa deles, e um vizinho mal comportado, quer dizer, aquele que sempre tem uma observação a fazer. Aí, na festa de fim de ano, o senhor vai chamar aquele vizinho ou o senhor vai chamar os 99? Então, isso é senso comum, está certo? Não precisa dizer que tem problema de relacionamento. Isso é senso comum. Quer dizer, cada declaração que ocorre aqui no Brasil repercute na imprensa da China. As pessoas da China têm grande orgulho da contribuição que a China dá ao mundo neste momento. Então, obviamente isso se reflete nas dificuldades burocráticas, que eram normalmente resolvidas em 15 dias, e hoje demoram mais de mês para serem resolvidas.

Então, nós, que estamos na ponta, sentimos isso. Sentimos nós, e a Fiocruz também sentiu essa dificuldade. Então, negar isso não é possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tenho aqui, Dr. Dimas, uma publicação da revista *Veja* do dia 21 de maio de 2021, em que a Sinovac pediu, durante um encontro com o Embaixador brasileiro em Pequim, que o Governo Federal adotasse postura positiva com a China. V. Sa. compartilha desse desconforto sentido pela direção da Sinovac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, antes dessa reunião do Embaixador França com os representantes da Sinovac, houve uma reunião do Ministro Paulo Guedes, do Ministro Queiroga e do Ministro França com o Embaixador da China, e eu fui convidado juntamente com a Dra. Nísia. E o Embaixador da China deixou isto muito claro naquele momento: que posições que são antagônicas, que desmerecem a China, causam, obviamente, inconformismo do lado chinês. O Ministro França tem, muito recentemente, feito essa interlocução, tem ajudado nessa interlocução. E o distensionamento, vamos dizer assim, dessa relação pode já ter o seu primeiro reflexo nessa liberação recente de insumos que ainda são num volume pequeno, mas já é uma sinalização muito positiva de que está havendo um diálogo mais proveitoso nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum outro representante estrangeiro já reclamou das agressões à China por representantes do Governo Federal brasileiro? O senhor sabe informar?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não tenho conhecimento, Senador; não tenho conhecimento!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma postura adequada e pragmática do Governo Federal ajudaria na obtenção de mais insumos?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Indiscutível, indiscutível!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como? Por quê? Se puder precisar, com os nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, a China é o maior fornecedor de insumos na área médica para o Brasil, sem falar nas outras áreas, não é? A China é uma potência na área de biotecnologia. Então, uma parceria pragmática nesse sentido traria, sem dúvida nenhuma, enormes vantagens, enormes avanços tecnológicos, enormes possibilidades de cooperação, e no momento em que as vacinas são necessárias para o mundo, mas não para o mundo rico. A gente tem que pensar por outro lado: as vacinas são necessárias para o mundo pobre, para o mundo dos países em desenvolvimento, porque, se esses países não tiverem vacinação, a pandemia não será controlada em lugar nenhum do mundo.

Então, é fundamental que houvesse, por parte de países em desenvolvimento, como o Brasil, por parte de países, como a China, e outros países, como a Índia, uma cooperação maior nesse sentido de fornecer grande quantitativo de vacinas, principalmente para os países mais pobres, porque é lá que nós vamos ter o grande problema dessa pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por meio do Ofício 133, que tenho aqui, de 15/04/2021, o Butantan solicitou interveniência do Ministério da Saúde e, eventualmente, do Ministério das Relações Exteriores, para que fossem feitas gestões junto ao Governo Chinês, com vistas ao fornecimento do IFA para fabricação de vacinas.

V. Sa. tem conhecimento de se o Governo Federal interveio para que os insumos para a produção da CoronaVac fossem liberados?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Essa iniciativa foi do Ministro Queiroga, que se colocou, desde o primeiro momento, muito favorável a qualquer tipo de aproximação. Ele que nos convidou para essa reunião com o embaixador e, da mesma forma, o Ministro França. O Ministro França tem ajudado já, lá diretamente, na interlocução com as autoridades chinesas e com a própria Sinovac.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, o vídeo quatro.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta específica: a Sinovac tem cumprido o cronograma de envio dos insumos para o Brasil?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – A Sinovac faz os pedidos de exportação, e os pedidos de exportação são autorizados pelo Governo Chinês. Então, na realidade, a responsabilidade final da autorização é do Governo Chinês. A Sinovac tem uma capacidade de produção muito grande neste momento, ela pode chegar à produção de até 200 milhões de doses ao mês – ela não produz tudo isso, mas ela tem essa capacidade –, mas ela depende das autorizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, se puder exibir o vídeo cinco rapidamente também.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ex-Chanceler Ernesto Araújo também, precisamente, atrapalhou as tratativas do Butantan com a Sinovac ou com as autoridades chinesas? Essa é uma pergunta que os internautas me pediram para fazer a V. Sa.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, com relação à Sinovac, as dificuldades são essas de obtenção da autorização de exportação. Com o Governo chinês, houve essa manifestação do embaixador chinês, que, obviamente, se mostrou descontente. E importante: essa menção de que a China é o maior fornecedor de vacinas para o Brasil, sim, porque não é só a vacina do Butantan que tem a sua matéria-prima feita na China. A matéria-prima que vem para a Fiocruz também é feita na China, com uma diferença: a vacina da AstraZeneca não é usada na China. Então, a fábrica que produz esse insumo, em Wuxi, não fornece vacinas para a China. A Sinovac é um dos grandes fornecedores de vacinas para a própria China. Ela já exportou, a Sinovac, 30% da sua produção neste ano. Então, de fato, é um fato o de que a China é o maior exportador de vacinas. E, no Brasil, a quase totalidade das vacinas veio da China, seja a do Butantan, seja a da Fiocruz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A nomeação do Carlos França para o Ministério das Relações Exteriores mudou, em alguma medida, o relacionamento do Brasil com a China no que tange ao fornecimento de insumos para a produção da CoronaVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, do meu ponto de vista, foi a primeira vez em que eu tive uma reunião, a que eu fui convidado, estando presentes o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Saúde e o Ministro Paulo Guedes. O fato de eu ter sido convidado e, da mesma forma, o fato de a Presidente da Fiocruz ter sido convidada, acho, mostram uma evolução nessa postura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a capacidade produtiva – é só para reforçar nos nossos *Anais* e favorecer um entendimento mais adequado – do Instituto Butantan?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nós temos uma capacidade de produção mensal de 2 milhões de doses para todas as vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existe ociosidade hoje na produção da CoronaVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Especificamente para a CoronaVac, nós reservamos uma linha dessas para a produção exclusiva para a CoronaVac: 1 milhão por dia. É 1 milhão por dia! O que limita isso? É o quantitativo de matéria-prima. Nós recebemos, por exemplo, 3 mil litros nesta semana, e, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana que vem, esses 3 mil litros já estarão processados. Eles entrarão no processo de qualidade, mas já foram processados, já estarão no frasco. Portanto, o que limita hoje é a disponibilidade de matéria-prima. Se recebêssemos maior quantitativo de matéria-prima, não teríamos problema produtivo em relação a essa vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é o atual cronograma contratado, acordado com o Ministério da Saúde também, para a entrega das doses já contratadas da CoronaVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Como eu mencionei, nós estamos na vigência do segundo contrato, o de 54 milhões, e esse cronograma deve ser cumprido até 30 de setembro. Essa era a nossa programação inicial. Tínhamos feito uma programação intermediária para entregar até o dia 30 de agosto, considerando que chegariam as partidas de matéria-prima. Neste momento, esse cronograma não se sustenta, porque a matéria-prima não está chegando da forma como havia sido programada. Esperamos que isso se regularize, porque, se isso se regularizar, se chegar um quantitativo grande de matéria-prima, nós recuperaremos esse cronograma muito rapidamente. Como eu menciono, como mencionei, 1 milhão de doses nós podemos produzir por dia, se temos a matéria-prima, obviamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Existe alguma negociação em andamento para o fornecimento de mais doses da vacina CoronaVac, além dos 100 milhões?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Existe uma solicitação de 30 milhões adicionais, o que deverá ser contratado no final da entrega desses 100 milhões. Então existe essa solicitação. Além dessa solicitação, não, nenhuma, não há nenhuma outra solicitação.

Eu volto a reforçar o seguinte: o Butantan foi o único que cumpriu um contrato de vacinas aqui, foi o único que entregou 46 milhões de doses com 12 dias de atraso. Mas ele cumpriu o seu contrato, cumpriu o seu cronograma. Neste momento, pode ocorrer, sim, alteração do cronograma, e podemos ter uma quantidade menor disponível ao Ministério da Saúde se não houver a regularização da vinda de matéria-prima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Instituto Butantan já fez ou conhece estudos que apontem para a possibilidade de ser necessária uma vacinação regular contra a Covid-19?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, aí já é minha percepção como cientista, como médico. Tudo indica que haverá necessidade de doses anuais, que nós chamamos de doses de reforço, como acontece com a vacina da gripe, dado que essa infecção tem a possibilidade de se tornar endêmica, quer dizer, tudo indica que isso vai acontecer. Algumas companhias já estão, inclusive, trabalhando na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade dessa terceira dose, inclusive o Butantan. O Butantan desenvolve já estudos para ter o reforço vacinal, pelo menos uma vez ao ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo menos... Seria essa periodicidade?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Tudo indica que seria essa periodicidade, a não ser que a gente tenha mudanças nas próprias vacinas. As vacinas que nós temos hoje, nesse momento, levariam a uma necessidade anual de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que tratativas o Governo Federal tem feito para se preparar para essa possibilidade, Dr. Dimas?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Da parte do Butantan, é esse contrato que eu mencionei, de 54 milhões, com a possibilidade de ter 30 milhões adicionais. Existem pedidos adicionais de Estados, não é? Então, o Estado de São Paulo tem um pedido de 30 milhões; existem outros Estados que têm pedidos colocados lá junto ao Butantan. Fora essa iniciativa, com relação ao Butantan, existe uma vacina em desenvolvimento que se chama ButanVac – não é? –, mas essa vacina ainda não é objeto de negociação com o ministério. Eu apresentei essa vacina ao Ministro Queiroga recentemente, quando ele fez uma visita ao Butantan – não é? –, mas ainda não existe nenhuma tratativa em relação a essa vacina, que poderá estar disponível ainda neste ano, no último trimestre deste ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente sobre isso, o Instituto Butantan anunciou recentemente que iniciou a fabricação – e V. Exa. já o disse e repetiu agora – da ButanVac, primeira vacina contra a Covid-19 produzida inteiramente no Brasil. Sobre isso, Dr. Dimas, algumas perguntas.

Em que etapa de desenvolvimento se encontra a ButanVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, essa é uma vacina que eu chamo "vacina 2.0"; é uma vacina que já é a segunda geração de vacinas. Ela é feita numa plataforma... Porque ela já está sendo feita no Butantan – o Butantan tem 6 milhões de doses em processo já dessa vacina. Ela é feita na mesma plataforma da vacina da gripe. E isso é parte de um esforço internacional. Existe um consórcio internacional para o desenvolvimento dessa vacina, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou terminando já, Presidente.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Essa vacina é a grande esperança dos países pobres, porque é uma vacina de baixo custo. E ela é a segunda versão, quer dizer, ela já tem incorporados os conhecimentos científicos com a primeira geração de vacinas. Então, é uma vacina que traz muita esperança e que pode ser, sim, um aliado importante no combate a essa epidemia, a partir do último

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

trimestre deste ano. O Butantan domina essa tecnologia, que é a mesma tecnologia da vacina da gripe; já está produzindo essa vacina – como mencionei, 6 milhões. É uma vacina que já incorpora variantes – é possível fazer essa incorporação muito rapidamente. E esperamos agora iniciar os estudos clínicos, quer dizer, estamos também num processo aí final de aprovação da Anvisa para o início dos estudos clínicos e esperamos muito rapidamente concluir esses estudos clínicos – não é? –, porque é um estudo clínico já de uma forma abreviada em relação ao que era feito na fase inicial de uma introdução de uma vacina. Então, é uma vacina que, particularmente, eu tenho grande esperança em cima dela, como têm outros países que também estão envolvidos nesse consórcio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a previsão, portanto, de disponibilidade dessa vacina à população brasileira?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Se tudo acontecer como planejado, no último trimestre de 2021, num quantitativo que pode ser minimamente de 40 milhões de doses. Quer dizer, nós temos condições de produção, nesse momento, até de mais. Estamos produzindo 6 milhões. Vamos produzir 18 milhões até julho, em risco. Vamos produzir a vacina e deixar a vacina aguardando os resultados do estudo clínico. Sendo aprovado, nós já vamos estar com a vacina pronta para fornecer ao Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só uma pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... até para contribuir com V. Exa.

O Governo Federal não colocou nenhum real no Butantan?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E na AstraZeneca, que também não tinha aprovação? Porque se fala muito da Anvisa: "Olha...". E da AstraZeneca, que também não tinha nenhuma aprovação, qual foi o investimento do Governo Federal com a AstraZeneca?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, pela medida provisória que foi aprovada, era 1,9 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quer dizer, coloca quase 2 bilhões em uma vacina que ainda não estava aprovada pela Anvisa e não coloca um real, porque era uma vacina chinesa – que hoje, graças à CoronaVac, milhões de brasileiros estão sendo vacinados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Precisamente, quando se iniciou o desenvolvimento do imunizante?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Da ButanVac?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hum.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Da ButanVac se iniciou no ano passado, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ano passado?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – No ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde tem prestado apoio ao Instituto Butantan para que proceda ao desenvolvimento, à aprovação e fabricação da ButanVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não; neste momento, não. Neste momento, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O ministério tem conhecimento do projeto. Eu apresentei – eu pessoalmente – ao Ministro Queiroga, ele visitou as instalações, mas não há nenhuma tratativa neste momento nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi formalmente solicitado ao Governo Federal apoio financeiro ou outro tipo de apoio para o desenvolvimento da ButanVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, senhor, nenhum auxílio foi solicitado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já há tratativas com o Governo Federal para a compra da ButanVac pelo Ministério da Saúde?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, ontem, a Diretora do Butantan Cintia Lucci teve uma reunião preliminar com o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, e iniciou-se uma conversa inicial em relação a essa possibilidade, mas é simplesmente uma conversa inicial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foi...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não houve nenhuma documentação trocada, nenhuma tratativa mais consistente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, com relação ao licenciamento, já foi iniciado – não é? – o processo de licenciamento da ButanVac?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nós temos na Anvisa um processo em andamento. Está na fase final, acredito eu, de aprovação do início do estudo clínico. Estudo clínico já programado. Logo que houver essa aprovação, iniciaremos, muito rapidamente, esse estudo clínico, porque acho que há um sendo de urgência muito grande aqui, não é? E, no momento de mais uma onda, uma possível onda de elevação do número de casos, eu acho que a celeridade neste momento é tudo. Então, o Butantan já tem essa vacina em produção, tem condições de produzir um grande volume dessa vacina, mas nós precisamos ter também a agilidade dos outros parceiros, no caso aí a Anvisa e, eventualmente, o ministério, no apoio ao desenvolvimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sobre isso, Dr. Dimas, a Anvisa, no seu entendimento, tem agido tempestivamente para sua avaliação?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, a Anvisa tem sido, nestes últimos tempos, uma grande parceira do Butantan. Ela tem se empenhado, de fato, em aperfeiçoar... No caso específico desse estudo clínico, acho que existe o entendimento dos técnicos da importância desse desenvolvimento, que é uma importância reconhecida pela Organização Mundial da Saúde. A Organização Mundial da Saúde já reconhece que essa vacina tem um grande potencial de ajudar os países mais necessitados. E o acordo que o Butantan tem com o consórcio é fornecer apenas para a área pública de países pobres ou países em desenvolvimento. Então, nós temos esse compromisso desde o primeiro momento em que se discutiu esse desenvolvimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Existe algum empecilho na legislação que possa atrasar a disponibilização da ButanVac à população?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não creio que haja, não creio que haja. Não creio que haja nenhum empecilho, mesmo porque, como eu mencionei, é uma plataforma já conhecida da vacina da gripe, já usada há mais de 20 anos e produzida há mais de 20 anos pelo Butantan. Então, é uma vacina também que terá aí excelente perfil de segurança, já existindo os estudos em animais, já tem um estudo clínico em andamento no Vietnã e na Tailândia, já estão pessoas sendo vacinadas lá. Então, eu imagino que vamos ter aí uma boa surpresa no último trimestre deste ano com essa vacina que será totalmente produzida aqui, no Butantan. Não dependeremos de importação de matéria-prima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Presidente, farei agora minha última pergunta.

O Presidente da República fez pelo menos 14 ataques à qualidade da CoronaVac, que desestimulam a população a se vacinar, criando desconfianças indevidas em relação a essa vacina, responsável pela manutenção direta de muitas vidas que integram os grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19. Eu pergunto a V. Sa.: o Butantan e a Sinovac pensaram em tomar alguma medida formal contra a campanha de difamação conduzida pelo Presidente da República?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Medida formal não, Senador, mas nós trabalhamos intensamente no esclarecimento à população, na demonstração dos resultados de segurança, de eficácia e agora já dos resultados de eficiência, mostrando que essa é uma excelente vacina, com um grande perfil de segurança, e que está ajudando o Brasil nessa fase mais crítica da sua pandemia. Nós estamos tendo queda progressiva de internações e de óbitos na população já vacinada. Temos um estudo de Serrana, em que foi feito um estudo inédito no mundo e de que vão ser anunciados os resultados ainda nesta semana. Então, mostrando que essa vacina, de fato, foi uma escolha muito acertada do Butantan e muito acertada a sua introdução no Programa Nacional de Imunização. É a vacina que hoje sustenta esse programa. Existe também agora já a chegada de vacinas em grande volume da AstraZeneca, que também é fundamental para que a gente consiga vacinar a primeira faixa da população em risco. Eu acho que isso é fundamental. E nós temos trabalhado nisso... Temos, de fato, feito uma campanha de esclarecimento público a todo momento, mas, formalmente, nós nunca fizemos nenhuma medida. Nós ainda acreditamos que a ciência, no fim, acaba prevalecendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A última pergunta, que é consequência da anterior.

O Butantan já detectou algum tipo de recusa das pessoas à imunização por meio da CoronaVac em decorrência da campanha promovida pelo Presidente da República?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Em outubro, nós tivemos uma dificuldade, sim, de recrutamento, quer dizer, as pessoas não se voluntariavam à medida que faziam antes... De todos esses ataques que foram desferidos. Mas, depois, com a introdução da vacinação, essa percepção pública desapareceu. E, hoje, o apoio à vacina, nas pesquisas de opinião, é elevadíssimo. Isso ajudou também as outras vacinas. Hoje, a percepção da importância das vacinas no Brasil mudou muito. Hoje, vacinas são consideradas importantíssimas por mais de 80% da população. E isso, lá no ano passado, não era assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, meu Presidente.

Muito obrigado pela presença, Dr. Dimas Covas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Relator, Senador Renan Calheiros.

Obrigado, Professor Dimas.

Agora, eu irei passar a palavra ao Senador Marcos Rogério.

Com a palavra, por 15 minutos, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Dimas Covas, cumprimento V. Sa. pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui, em minhas mãos, a linha do tempo da negociação do Governo brasileiro, Ministério da Saúde, com o Butantan, responsável pela vacina CoronaVac.

Em que momento exato essas negociações, essas tratativas começaram objetivamente?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Na realidade, no dia em que eu mandei o primeiro ofício, em julho do ano passado, que foi a primeira oferta formal da vacina. A partir daí, houve conversas técnicas; e a resposta a essas indagações a partir do dia 18 de agosto. No dia 18 de agosto, nós reforçamos o ofício de julho e solicitamos recursos para o apoio ao estudo clínico e para a construção da fábrica.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A primeira reunião técnica foi em que dia?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – A primeira reunião técnica foi após essa data.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que dia?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Eu não vou me lembrar exatamente o dia exato, mas foi após o dia 18 de agosto, depois do dia 18 de agosto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A primeira reunião técnica não teria acontecido no dia 6 de agosto?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – É possível, é possível.

Não, reunião técnica não. Reunião técnica não. Uma reunião preliminar de apresentação do projeto, não reunião técnica.

A reunião técnica foi após...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em que momento o Butantan formaliza a primeira oferta de vacina ao Ministério da Saúde?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Na realidade eu tenho aqui, olha...

A visita ao ministério... Ao Butantan foi no dia 13/08, para conhecer o projeto. No dia 13/08.

A primeira oferta foi no dia 30 de julho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A primeira oferta foi no dia 30 de julho?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – ... 30 de julho, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse momento, pela fala que V. Sa. apresentou aqui, V. Sa. acha que já era possível o Ministério da Saúde, a partir daquele momento, tratar da contratação dessa vacina?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Contrato? Não, em absoluto. Eles precisavam tomar conhecimento da vacina...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O processo negocial com a Administração Pública... Conhecendo justamente as regras do processo, V. Sa. considera pertinente, adequado que esse processo primeiro passe pela fase de conhecer o processo, o produto, a eficácia, eficiência, logística ou não? Tem proposta, tem contrato?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não há dúvida.

A única diferença, Senador, é que a AstraZeneca foi contratada em agosto – e no mesmo patamar: não existiam ainda as informações em relação à vacina.

Então, os tratamentos ocorreram de forma diferente, quer dizer, uma foi contratada e feito o recurso. Nós pedimos a contratação nos mesmos moldes, inclusive o fornecimento de recursos para o apoio ao estudo clínico e à reforma.

Então, houve aí duas formas de entender as vacinas. Uma em que foi feito um contrato, através inclusive de uma medida provisória, e a outra vacina, de um outro instituto tão importante quanto a Fiocruz, que não foi feito na mesma oportunidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. considera que com as informações que o instituto apresentou ao Governo naquele momento, com os dados apresentados, os documentos e as primeiras certificações era possível avançar naquele momento.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Era possível avançar, sem dúvida nenhuma. Um documento de intenção naquele momento teria mudado o curso da negociação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em que o momento que o Governo brasileiro demonstrou interesse na vacina, pelo Ministério da Saúde?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Em outubro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse foi o primeiro momento?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Foi o primeiro momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só em outubro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Em outubro foram formalizados, como eu disse, todos os entendimentos técnicos para inclusive prever recursos através de uma medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Acho que o Senador Marcos Rogério pergunta para V. Exa. daquela reunião que o senhor teve com o Ministro da Saúde Pazuello e com os Governadores: foi em outubro?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) **–** Isso foi dia 20 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, é isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Em que momento o Ministério assinou a primeira intenção de compra?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Na realidade, foi uma carta de intenção no dia 19 de outubro, um dia antes dessa reunião que o Senador Aziz mencionou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Nesse momento, estava...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Enviou um ofício.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Estava em que fase a produção da vacina?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nesse momento, a gente já estava em condições de produção e de receber vacinas. Nós já tínhamos feito a transferência de uma parte analítica. Então, nós já tínhamos avançado muito no processo de transferência de tecnologia. Já tínhamos as informações do estudo de Fase I e Fase II, porque isso já estava disponível, o estudo clínico de Fase III em andamento no Brasil. Então, nós tínhamos todas ali as condições de prever que essa vacina seria extremamente importante para o País e com essa possibilidade de fornecimento no último trimestre de 2020.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O.k.

Vou fazer... Vou pedir, Sr. Presidente, ao pessoal da técnica que apresente um vídeo.

Foi divulgado um áudio do Governador de São Paulo, Governador João Doria, tendo como interlocutor justamente V. Sa., sobre a obtenção de vacinas, conforme noticiado, e é matéria pública. Eu peço que, quem puder, possa acompanhar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – O.k. Esse áudio, segundo a reportagem, se encontra na série documental A Corrida das Vacinas, e corresponde a um áudio vazado de uma reunião do Governo paulista, em novembro de 2020.

Para além da clara motivação política do Governador João Doria, que demonstra estar preocupado com o seu capital político e não com os brasileiros, quero indagar a V. Sa. sobre esse processo de aquisição, porque ao final, diferente do que o Presidente da CPI mencionou agora há pouco – e V. Exa. sabe disso e deveria ter desmentido na hora –, é dinheiro do Governo Federal, do povo brasileiro, que está financiando essa vacina, através do contrato firmado pelo Ministério da Saúde com o Instituto Butantan.

Somente no Contrato 05, de 2021, estão envolvidos mais de R$2,6 bilhões do Governo Federal, ou seja, é o Governo Federal que está pagando a conta desse processo todo que o Governador João Doria claramente utilizou e utiliza para fins meramente políticos. Políticos não, politiqueiros. Não ouvi falar em vidas, não ouvi falar na preocupação humanitária. Está preocupado com a imagem pessoal.

Pergunto: sabemos que a empresa Sinovac está sediada na China, mas, na conversa, o Governador João Doria fala em um chinês seu amigo que, pelo que se observa, seria uma espécie de ponte, em São Paulo, para tratar das negociações. Havia algum lobista envolvido nessa operação?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – De forma alguma. Ele está se referindo ao Vice-Presidente da Sinovac.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual o nome desse chinês que ele queria pegar pelo pescoço?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Na realidade, esse assunto não diz especificamente em relação a vacinas, foi uma conversa, como o senhor mesmo mencionou, V. Exa., que foi vazada, e o teor da conversa era outro, não era especificamente de vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Ele estava falando de vacina.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Num primeiro momento, não. No segundo momento ele fala de vacina? Sim, porque o contrato com o ministério, esse a que V. Exa. se refere, foi assinado no dia 7.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Portanto, nesse momento, não havia financiamento da vacina. Quer dizer, nós fomos receber a primeira partida de recursos do ministério, contra entrega, trinta dias depois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Está certo?

Então, não houve, nesse momento, participação... Não havia, nesse momento, participação de financiamento ou de aquisição de vacinas por parte do ministério. O que se tratava aqui, na segunda parte da conversa, era de volumes adicionais... Volumes adicionais aos 45 milhões que já haviam sido contratados com a Sinovac. Nós queríamos progredir, queríamos passar para 60 milhões, para o Estado de São Paulo, naquele momento; não era para o Brasil. E isso... Tinha uma cláusula contratual que inclusive impedia isso, está certo?

Então, veja, a conversa que tiraram do contexto precisa ser bem explicada. E o Governador estava indignado, sim, com essa falta de possibilidade de trazer mais vacinas além do que o contrato já havia sido firmado. E não havia recursos federais nesse momento para compra. O contrato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Quem financiava até esse momento a produção da vacina? Qual o papel do *lead* nesse processo?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Integralmente o Butantan, integralmente o Butantan.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Qual o papel do *lead* nesse processo?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O papel de...?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** *Lead*.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. DIMAS TADEU COVAS – A menor ideia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Nenhuma ideia?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nenhum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Tem havido uma grande preocupação com as relações do Brasil com a China, com diversas críticas, especialmente ao ex-Chanceler Ernesto Araújo. Que tipo de relação era essa do Governador com os chineses? Ele, se ele fala em pegar esse chinês pelo pescoço, o senhor considera atitudes como essa favoráveis ao relacionamento do Brasil com a China?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, em primeiro lugar, essa é uma conversa privada que foi vazada. Certo? Uma conversa privada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É uma conversa pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – ... de um relacionamento que envolvia aspectos empresariais não relacionados diretamente com o contrato do ministério ou com as vacinas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O Governo estava tratando de questão empresarial?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não. O...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Exa., o senhor é que disse.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, não. Veja: a relação do Butantan com a Sinovac é uma relação empresarial, de desenvolvimento de uma vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas quem está tratando ali é o Governador de São Paulo.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Óbvio que ele estava olhando a possibilidade de ter vacinas adicionais para o Estado de São Paulo, como eu mencionei, não é? E que era uma necessidade naquele momento, tá? Uma necessidade de intensa demanda de vacinas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas eu pergunto a V. Exa.: essa grosseria e agressividade do Governador não pode ter prejudicado as tratativas com a empresa chinesa?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não vejo como.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho, Senador Marcos Rogério. Grosseria?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Grosseria? Eu estou vendo é indignação do Governador em querer vacina, diferente de outros que não querem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente, contenha a sanha de V. Exa. um pouquinho... V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ah, que sanha... Respeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Exa. preside a Comissão apenas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Respeito, respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sanha?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o Senador está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... desde ontem desrespeitando os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou calmo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fique calmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... mas sanha? (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fique calmo, Presidente. V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desde ontem o Senador está desrespeitando os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desde ontem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, eles, quando começam a ter alguma coisa que incomoda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando está indo para o rumo do que eles querem, está tudo certo. Quando não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... Olha, parabéns, Governo Doria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. obstrui a sessão mais do que... Bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que é, Presidente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que é, Presidente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. tenha compostura diante da Presidência desta Comissão, V. Exa. está tratando com Senadores da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ontem V. Exa. foi desrespeitoso com colegas desta sala. Isso não é bom pra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é mesmo, não, nem do ponto de vista pessoal também, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exatamente. Contenha-se.

Ao depoente indago, porque faz-se ilação o tempo todo em relação a declarações desse ou daquele personagem da República brasileira, de que isso teria atrapalhado as relações Brasil-China ou Butantan-China, eu pergunto se essa expressão ou se essa grosseria também teria atrapalhado na vinda de insumos ou da vacina chinesa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não?

A quem cabe a negociação do fornecimento dos insumos, do chamado IFA, para a confecção da vacina? É uma pergunta simples e objetiva, contextualizando para esclarecer a esta Comissão quem negocia a aquisição do IFA junto à Sinovac: o contrato é da Fundação Butantan e da Sinovac? O negócio é com o Butantan ou com o Ministério da Saúde?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O contrato é entre Fundação Butantan e Sinovac, e Fundação Butantan e Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. disse, agora há pouco, quando questionado pelo Presidente sobre o atraso – ou pelo Relator –, que o problema não é da Sinovac, o problema é do Governo chinês, porque tem que ser autorizado pela China. V. Exa. acusou o Governo chinês de atrasar a entrega do IFA?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, eu não faço isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas questionado, V. Sa. disse que a parceria que o Butantan tem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu peço para tentar ao horário da duração do questionamento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu o atrapalhei e estou dando o tempo que eu intervi na fala do Senador, por isso é que eu dei mais um pouco.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou me alongar tanto, Sr. Presidente, mas depois eu vou fiscalizar, ver se todos vão seguir exatamente o meu tempo, porque sempre se incomodam muito com a minha fala. Não sei o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, eu não interrompi V. Exa., e estou deixando V. Exa. falar porque eu o interrompi antes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. É porque sempre que tenho uma sequência do raciocínio, alguém que é muito esperto, ou se acha muito esperto, intervém para tirar o foco daquilo que você está fazendo, Sr. Presidente, é isso. É bom que quem está em casa observe o que está acontecendo na CPI.

V. Sa. disse agora há pouco que não é o produtor que está atrasando a entrega do IFA ao Brasil: tem à vontade, tem à disposição, e que esse atraso é em razão do Governo chinês. Eu lhe pergunto novamente, considerando a resposta que V. Exa. deu ao Relator e ao Presidente: é a China, é o Governo chinês que está boicotando a entrega do IFA ao Brasil?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, eu não diria boicotando, eu diria – usando as palavras que o próprio Embaixador chinês disse – o seguinte: "Olha, as manifestações que não são tão favoráveis à China, causam problema no fornecimento". E eu dei o exemplo muito claro aqui dos cem vizinhos, está certo? Então, veja, quem solicita um melhor relacionamento com a China foi o próprio Embaixador brasileiro, que foi lá pessoalmente tentar melhorar esse relacionamento. E isso, aparentemente, como eu mencionei também, parece ter surtido algum efeito, tanto é que houve a liberação, não é? Houve a liberação tanto do IFA do Butantan como do IFA da Fiocruz, porque os dois estavam sendo morosamente tratados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é diferente do que acontece com outros países, outros países não tiveram essa morosidade. Então veja, não digo que o Governo da China está boicotando. Na realidade, a China está fornecendo vacinas para o mundo. Mais de 300 milhões...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, V. Exa. está reposicionando a resposta que deu ao Relator.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – É a mesma resposta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não é.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – É a mesma, exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se quiser, depois a gente pega o vídeo e compara.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador Marcos Rogério, já dei bastante tempo a V. Exa., já excedeu bastante tempo, depois V. Exa. pode olhar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já se excedeu bastante no tempo e eu estou pedindo para V. Exa. concluir as suas perguntas, já ultrapassou os 15 minutos, e o tempo que eu lhe interrompi foi bem menor do que o que V. Exa. já usou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando a vacina da Sinovac começou a ser usada na China? Em que momento ela foi parar no braço do chinês?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Em estudos clínicos, já no começo do ano passado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, vacina, vacina no braço. Quando?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, no meio do ano passado, ela já tinha autorização de uso emergencial. Foi com uma pequena quantidade de chineses...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, depois foi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em que momento a vacina começou a operação de vacinação na China com a vacina da Sinovac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, não me lembro dessa data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, V. Exa. não se lembra.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Precisamente não, mas foi, seguramente, no final... Foi no primeiro... No final do primeiro semestre ela já era usada na China em larga escala. Tanto é que, quando nós começamos o estudo clínico, já existia em torno de 700 mil chineses vacinados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A vacina já foi aprovada na OMS?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – A vacina está em processo de aprovação. É a segunda vacina que está sendo submetida a um processo de aprovação. Deve sair nas próximas semanas essa aprovação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No Brasil ela tem autorização emergencial...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério, V. Exa. já extrapolou bastante o tempo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou concluindo, Presidente, estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está fazendo de propósito, aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois V. Exa. veja o tempo que extrapolou e vai ver que tenho razão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou concluindo.

A vacina no Brasil já tem a autorização definitiva ou ainda opera com autorização emergencial?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Ela opera com autorização emergencial, embora todos os documentos já tenham sido ofertados à Anvisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos os documentos já foram entregues à Anvisa brasileira e também à OMS?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Com a OMS, quem faz a interlocução é a própria Sinovac, não é o Butantan. Está certo? Isso já aconteceu há algum tempo, inclusive já com inspeção das fábricas lá na China, e, como eu mencionei, a primeira vacina aprovada pela Organização Mundial foi a vacina da Sinopharm, que é uma vacina muito assemelhada a essa, e recentemente nós tivemos, inclusive por uma das vice-presidências da Organização Mundial, a manifestação de que essa vacina logo, em breve, seria avaliada e receberia seu parecer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente, para não me alongar no tempo, eu vou agradecer ao Dr. Dimas por sua contribuição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) **–** Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem muito breve: que se verifique a duração das falas e se mantenha uma regra estável. Por mais que as perguntas do nosso colega Senador Marcos Rogério tenham colaborado para o surgimento da verdade, e efetivamente colaboraram – talvez não exatamente como se desejava –, é importante manter uma regra de duração, senão fica muito longo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Eu concordo, Presidente, eu concordo: é pegar uma regra padrão. O problema é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sim, mas olhem, às vezes, quando eu interrompo, eu sou grosseiro. Aí, daqui a pouco, é sanha... Eu tento contemplar, eu estou de um lado; quando eu não contemplo, estou do outro. Eu queria a colaboração dos colegas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... porque aqui...

Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Aqui, quando o Senador estava perguntando, eu disse baixinho aqui que até mandar comprar vacina com a mãe mandaram nesse processo: "Compra lá tua mãe" e não sei o quê. Isso foi feito, nós sabemos.

É, Senador, não foi referente a V. Exa., não, foi referente às frases que nós ouvimos durante esse tempo enquanto morrem pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais uma coisa, Senador Humberto Costa: nós somos políticos, nós fazemos política; ele faz ciência. Há uma diferença muito grande entre nós, mas muito grande. É enorme a diferença entre nós, que fazemos política, e aqueles que fazem ciência. Então, o respeito nós temos que ter por um professor que procurou... Em momento algum está sendo agressivo, inclusive, responde as perguntas tecnicamente.

Mas eu, sinceramente, Senador Marcos Rogério, e V. Exa. já foi amigo do Governador Dória, ou Vice-Governador, era do seu partido... Eu acho que a relação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nunca tomei café com ele, Sr. Presidente, nem jantei com ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, nem eu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Conheço ele da televisão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, pois é, eu já o recebi no meu Estado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o respeito como Governador, mas discordo absolutamente das posições políticas dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, o que eu vi naquele vídeo que V. Exa. mostrou... Para mim, qualquer vídeo pode ser exposto aqui por vocês, cada um é responsável pelos vídeos, não sou eu. Eu vi e, me desculpe – V. Exa. também é inteligente o suficiente para saber disso –, eu vi uma indignação por falta da vacina...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, depois assista ao vídeo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou assistir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Assista de novo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Irei assistir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acho que não é aconselhável atuar como advogado do Governador de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério, se V. Exa. me interpretou errado, peço desculpas a V. Exa., porque, aliás, nós temos uma relação carinhosa muito grande, não merecemos... Isso vai passar e a gente vai continuar no Senado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é verdade. Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa aí qualquer interrupção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – É só um rápido comunicado aqui: o samba brasileiro e a música popular brasileira acabam de perder Nelson Sargento, um dos patrimônios do samba nacional, compositor de renomados sambas-enredos. É mais uma das perdas lamentáveis da Covid-19. Só consideraria importante ter feito esse registro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra, remotamente, à Senadora Simone Tebet, que é Líder da Bancada Feminina. Senadora, por 15 minutos, por favor. Faça as perguntas para o professor, cientista Dimas Covas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, cumprindo as ordens de V. Exa., até porque é isso que dispõe o nosso Regimento Interno e mandam as boas normas de conduta e civilidade desta Comissão. Cumprimento V. Exa., o Relator, os demais Senadores e Senadoras, cumprimento o Dr. Dimas Covas, agradecendo ao cientista, ao gestor do Instituto Butantan, pela presença, e digo que é um prazer tê-lo aqui. Sem dúvida nenhuma, o testemunho de V. Sa. é um dos mais relevantes, um dos mais importantes e eu diria até que, até esse determinado momento, já foi um dos mais demolidores em relação a informações, a dados de comprovação de indícios de omissão, de negacionismo de autoridades públicas na condução da pandemia do coronavírus no Brasil.

E vou mostrar aqui rapidamente por quê.

Primeiro, na linha do Presidente Omar Aziz, quero dizer do meu respeito à ciência e ao Instituto Butantan. Até um tempo atrás, na geração dos nossos avós e dos meus pais, nós víamos o Instituto Butantan apenas como aquele que produz o soro antiofídico capaz de salvar as vidas de brasileiros que eram picados por cobras, literalmente, aqui não tem nenhum sentido figurado, não estou fazendo nenhuma brincadeira aqui, mas efetivamente era essa a visão que tínhamos do Instituto Butantan.

Recentemente pudemos ver que é um dos institutos mais sérios e maiores institutos de produção de vacinas para diversas doenças, do tétano, influenza, HPV, entre outros. E aí, eu faço essa abertura para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer um agradecimento especial aos homens e mulheres de espírito público que trabalham no Instituto Butantan e que estão salvando vidas neste momento. Os senhores estão fazendo história, porque estão salvando oito em cada dez brasileiros de virem a ser acometidos pela doença do coronavírus ou virem a falecer por conta dela. Então, só isso nos faz e nos exige, exige desta Comissão todo o respeito em relação ao instituto que V. Sa. aqui, como Presidente, representa.

Bom, eu fiz algumas perguntas, mas não sem antes aqui – na linha do que foi dito e pelas respostas que o senhor já deu, o Butantan, portanto, deu – dizer que não somente o Butantan está nos salvando contra os males dessa pandemia, mas também está dando demonstração e respondendo claramente às omissões do Governo, ao negacionismo do Governo, quando, numa ordem cronológica, deixa muito claro – e isso que eu entendi da sua exposição... Deixa muito claro aqui que, na ordem cronológica, quando o Governo acordou que não ia conseguir comprar um número de vacinas suficientes com outros laboratórios, quando percebeu que a pandemia estava começando a ficar sem controle – não controle sanitário, porque esse havia se perdido há muito tempo, mas o controle no sentido político-eleitoral, portanto, eleitoreiro –, correu atrás do Butantan e, aí, exigiu cláusulas, reformulou as exigências, por exemplo, em relação à cláusula de exclusividade. E, mais importante, eu acho que o depoimento de V. Sa. é demolidor quando diz o seguinte: "Já era tarde, comemos barriga. Quando nós pudemos reapresentar a oferta de praticamente 100 milhões de doses, nós já tínhamos nossos parceiros com compromissos firmados com outros países em relação a insumos".

O problema de falta de vacina no braço do brasileiro não é por culpa do Butantan ou falta de 10, ou 15 dias, ou 20 dias de atraso do instituto; é porque não há insumo. E não há insumo porque o Butantan alertou: "Vamos contratar; se não contratarmos, nós podemos ter problemas depois na produção dessas vacinas". Então, é isso que está acontecendo.

Mas eu preciso aproveitar V. Sa., por há um problema que angustia milhares, centenas de milhares de brasileiros e de sul-mato-grossenses neste momento. Eu fiz aqui a observação fruto de um pedido de, praticamente, em nome de 120 mil sul-mato-grossenses. Eu não preciso aqui reforçar que a vacinação para os brasileiros é como uma data de renascimento. Isso é muito claro. Em relação à vacina do CoronaVac, nós precisamos de duas doses. Nós recebemos orientação de que somente seríamos imunizados depois dessas duas doses no braço dos brasileiros. Seria uma espécie, assim, de batismo e crisma. A maioria já recebeu o batismo, dos que já receberam as doses da CoronaVac, mas não recebeu ainda a crisma. E o intervalo seria entre 14 e 28 dias, parece que mais seguro ainda seria depois de 28 dias, para ter o máximo possível de eficácia, de eficiência essa vacina.

Pois bem. O que acontece aqui em Mato Grosso do Sul e está acontecendo no Brasil? O senhor Ministro Pazuello, não sei por que razão – talvez no intuito de sair bem do ministério, porque ele já sabia que estava saindo –, ele orientou os Estados e Municípios que usassem essas doses extras que estavam reservadas para a segunda dose para serem aplicadas para a primeira dose. Num primeiro momento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parece até uma estratégia interessante. Seria, se tivéssemos certeza de que as outras vacinas chegariam para serem aplicadas em tempo hábil para aqueles que receberam a primeira dose. Não chegaram. No meu Estado, está havendo uma média de atraso de 20 dias, além dos 28 dias de intervalo da primeira e segunda dose.

Portanto, fica aqui a minha preocupação de ordem prática, sanitária, em nome dessas pessoas que estão angustiadas, mas também com o intuito decisivo para a composição do relatório do Senador Renan Calheiros, porque, dependendo da resposta de V. Sa., isso é, ou seria, ou será muito grave.

Portanto, a minha pergunta é neste sentido, Dr. Dimas Covas: o que dizer a esses brasileiros que não foram, entre aspas, "crismados" pela segunda dose em tempo hábil? Eles estão imunizados? Há estudo científico comprovando? Se não há, de que percentual? Nós teríamos de estar garantindo aí um exame de teste em massa, até como efeito também científico para estudos posteriores, para podermos ter uma segurança? Nós estaríamos falando ou pensando, talvez, em uma terceira dose para compensar essa segunda dose e, com isso, fazer um reforço?

E, mais importante do que isso, o senhor disse algo muito grave aqui em relação ao Governo Federal. Se nós tivéssemos tido aquela contratação, talvez algo em torno de 10 milhões de doses – eu acho que eu entendi dessa forma – asseguradas, nós não teríamos esse atraso de maio para setembro. Então, nós estamos aqui afirmando, a princípio, que as pessoas que vêm a falecer ou ficar doentes nesse período, de maio a setembro, não estariam, pelo menos grande parte dessas pessoas, vindo a adoecer ou a falecer por conta desse atraso na negociação do Governo Federal com o Instituto Butantan.

Eu não estou perguntando; sou eu que estou afirmando – fique tranquilo, não quero expô-lo em relação a isso. Como o Presidente disse, o senhor é um homem da ciência. Eu estou aqui como política, eu estou aqui em nome do interesse da sociedade brasileira, fazendo ilações seguras diante de informações que tenho recebido não só de V. Sa., mas em relação a outros também.

Mas, enfim, aqui, indo já para o encerramento, Sr. Presidente, ficando dentro do prazo, eu gostaria aqui de, num desabafo, dizer que o senhor, sim, é o verdadeiro general na condução dessa produção da vacina. Nós tivemos um general não fardado, de terno e gravata, mas um general ainda assim, à frente do Ministério da Saúde. O seu pelotão é o pelotão da ciência, mas faltou munição para o os seus anjos da guarda, para os nossos anjos da guarda, que são os profissionais da saúde – não estou falando, portanto, da vacina –, para que pudéssemos imunizar em tempo hábil essas pessoas. Nós estamos falando numa guerra que já dizimou mais de 450 mil vítimas.

E aí eu faço aqui a minha última intervenção. De terno, portanto, no campo político, o Ministro Pazuello orientou Estados e Municípios, repito, porque é o mais importante – a pergunta que faço –, a aplicar a primeira dose de vacinas em estoque, além de todo o fluxo de então, sem deixar nenhuma reserva de segurança para a aplicação da segunda dose. Isso, para quem não acendia nem uma pólvora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

para conseguir novo imunizante, pelas palavras que eu estou aqui tentando compreender da fala de V. Sa., não seria novidade. Repito: talvez porque ele achasse que iria sair do ministério e queria ter deixado pelo menos uma boa imagem.

Então, fica a pergunta, muito objetivamente: recomenda-se uma terceira dose? Qual o grau eficiência a princípio? Tem estudo em relação a isso? O que nós podemos dizer a essas pessoas que estão na insegurança? Ainda existe uma margem, houve uma margem de erro proposital aí, a mais, ou seja, no sentido desse prazo? Vamos falar que é 28 dias; na realidade, segura até 35, segura até 40 dias? Há, nesse sentido alguma informação respaldada pela ciência que não seja nenhum achismo?

Enfim, eu gostaria de agradecer e dizer claramente que, pelas informações dadas por V. Sa., que, eu não tenho dúvida, constarão no relatório do Senador Renan Calheiros, está muito clara a omissão do Governo Federal, do Ministro Pazuello, negando, num primeiro momento, se omitindo, atrasando, talvez até por uma disputa político-partidária irracional nesse momento em que estavam salvando vidas.

E olha que quem diz aqui é alguém que tem no PSDB o seu adversário no Estado. Portanto, não estou aqui para defender o Governador de São Paulo, não estou aqui para defender o PSDB, que é adversário meu aqui, no meu Estado. Aqui estou para defender a ciência, a vida da população brasileira, e mais: estou aqui, como Senadora da República, para, sim, apontar o dedo e responsabilizar quem quer que seja – autoridades federais, estaduais ou municipais –, mas essa conta vai chegar para quem, de forma negligente, imprudente ou de forma imperita ou mesmo por omissão dolosa, deixou e está deixando nossos queridos brasileiros morrerem e morrerem inocentes, por falta de ação de autoridades públicas.

Muito obrigada a V. Sa.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Respondo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Dimas, fique à vontade.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Ah, sim! Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade!

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Agradeço a pergunta, Senadora Simone.

Essa questão da segunda dose é uma questão importante, porque, de fato, a segunda dose é fundamental para completar o esquema vacinal. Vinte e oito dias é o período ideal de vacinação, mas a vacinação posterior a 28 dias não invalida o esquema vacinal. Então, se a pessoa tomar a vacina com 30 dias, com 40 dias, com 50 dias, com 60 dias, ela não perde o esquema vacinal; ela simplesmente vai demorar mais para ser plenamente protegida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa orientação de uso da primeira dose não foi feita em todos os Estados. No Estado de São Paulo, por exemplo, houve a reserva da segunda dose, e, neste momento, não existe problema de tempos adicionais a 28 dias. Existe o tempo adicional do próprio fluxo das vacinas, da distribuição das vacinas. Mas, se a pessoa tomar a vacina com 40 dias, 50 dias, 60 dias, a segunda dose, ela vai ter completada o seu esquema vacinal. O que não pode é não tomar a segunda dose. E aí tem um contingente de pessoas que não tem retornado aos postos de vacinação para receber a segunda dose. Então, essas pessoas que não estão recebendo a segunda dose, que deveriam ter recebido, não têm o seu esquema vacinal completo. Tem uma proteção? Sim, a primeira dose já confere uma proteção, mas a segunda dose é fundamental. Então, nós temos, sem dúvida nenhuma, que insistir na necessidade da segunda dose, mesmo que haja um atraso de uma, duas, três ou quatro semanas. Mas é fundamental que ocorra a segunda dose.

Com relação a uma dose adicional, uma terceira dose – eu não tenho chamado de terceira dose, mas de dose de reforço –, isso será necessário neste momento para todas as vacinas, não só em relação à própria duração da imunidade, na minha opinião, é claro, como também em relação às variantes. As variantes colocam uma dificuldade maior para as vacinas. Então, variantes que estão circulando hoje, como a variante da África do Sul e a própria variante que foi identificada na Índia, têm, em princípio, uma resposta de anticorpos neutralizantes induzidos pelas vacinas um pouco inferior à da cepa original. Então, isso é, de fato, uma ameaça às vacinas, e, portanto, uma dose adicional, já com as variantes, já está sendo pesquisada, inclusive, com o Butantan, que já incorpora esta variante chamada P1 nos estudos em andamento, inclusive com a ButanVac, já prevendo que ela seja produzida.

O prazo... De onde vêm esses 28 dias? Esses 28 dias vêm do estudo clínico. O estudo clínico é que define a data entre a primeira e a segunda dose. Existem dados lá da China que permitem afirmar que 40, 50 ou 60 dias não vão anular o esquema vacinal.

Em relação a esta questão dos 100 milhões de doses, que poderiam ter sido integralizados em maio se houvesse a contratação antes, sim, isso está documentado nos ofícios. E, neste momento, não sabemos se os 100 milhões de doses serão integralizados em setembro, dada essa dificuldade que nós temos em relação ao fornecimento de matéria-prima.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Presidente! É apenas para entender a resposta do Dr. Dimas a essa última intervenção, que é muito importante. Apenas para entender a resposta do Dr. Dimas – eu não vou fazer pergunta nova.

O que o senhor está dizendo é que, se o contrato realmente tivesse acontecido, na data em que o Butantan ofereceu e tinha condições de oferecer, nós teríamos, sim, garantidas as 100 milhões de doses mais facilmente, e agora não tem certeza do tempo para se entregar esse contrato, portanto, ao Governo por falta de insumos, dificuldades de conseguir insumos com os parceiros? É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Exatamente. Naquele momento, nós praticamente éramos o principal parceiro da Sinovac; então, nós tínhamos, seguramente, uma possibilidade de ter um maior quantitativo de doses, não é? Na medida em que o contrato foi assinado posteriormente, ficou restrito inicialmente aos 46 milhões, que, como eu mencionei, foram completamente já fornecidos ao ministério. Os 54 milhões adicionais dependem da chegada da matéria-prima – não é? –, e, se tudo se regularizar, se esse quantitativo de matéria-prima chegar, nós poderemos, sim, cumprir até setembro o contrato. Nesse momento, o contrato está em vigor, e esperamos receber, sim, essa matéria-prima para poder dar cumprimento a esse contrato.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Obrigada, Dr. Dimas.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** À vontade, Senadora Simone Tebet. Muitíssimo obrigado à intervenção de V. Exa.

Próximo orador inscrito é o Senador Humberto Costa. V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

Senador Humberto, se me permite, para declinar, a pedido aqui do Líder Fernando Bezerra, declinar todos os inscritos. Senador Humberto Costa... O Senador Girão mantém a permuta?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) **–** Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, Senador Humberto Costa; depois seria o Senador Girão, mas, como o Senador Girão pediu a permuta comigo. Então, serei eu, que passarei para algum dos colegas assumir aqui a Presidência; em seguida, o Senador Girão; e aí o 1º Suplente é V. Exa., Senador Fernando; seguido pelos Senadores Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Eliziane Gama.

Desculpe, Senador Humberto. V. Exa. tem a palavra. Fique à vontade!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu queria, antes de iniciar minhas perguntas, fazer três rápidas observações.

Primeira, o depoimento de V. Sa., Dr. Dimas, é demolidor – é demolidor! –, é a prova mais cabal, mais até do que o depoimento da Pfizer, da omissão, da indiferença, do desinteresse daqueles que fazem esse Governo. Queria registrar isso em primeiro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, feliz o País que pudesse ter um Governador e um Presidente da República dando murro na mesa para conseguir vacina. Essa competição para aparecer politicamente seria ótima para o Brasil. Não vamos criticar o Governador de São Paulo por isso, não. Tenho muitas divergências com ele; essas divergências não vão deixar de existir. Mas, enquanto ele estava batendo na mesa querendo vacina, o de cá estava oferecendo cloroquina a uma ema. É uma diferença grande.

E sabe por que isso está acontecendo no Brasil hoje? Nós temos muitas diferenças. Eu fui Ministro da Saúde; o Presidente Lula foi Presidente; Dilma foi Presidente; foram Governadores à época tanto o ex-Ministro José Serra quanto Alckmin. A relação que permeou, na saúde, o Ministério da Saúde e o Governo de São Paulo sempre foram relações de colaboração, de construção. Nós da saúde somos chamados "o partido do SUS". O que está aqui em discussão não é direita, esquerda, centro, não; é quem defende a vida, o maior bem que o ser humano pode ter, e quem namora o tempo inteiro com a morte. É isso que está dividindo o Brasil hoje.

Feitas essas observações, eu queria fazer algumas perguntas a V. Exa.

Primeiro. Há uma coisa que V. Sa. disse que é gravíssima: houve uma oferta para que o Brasil tivesse, até dezembro, 60 milhões de doses da CoronaVac. É verdade isso que V. Sa. está dizendo; está comprovado e tal. Esses 60 milhões de doses foram produzidos pela China?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Num primeiro momento, iria vir uma parte pronta, mas aí elas seriam produzidas no Butantan.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Provavelmente, então, se elas foram produzidas lá, foram vendidas a outrem?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, foram destinadas para outros países, é óbvio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

Se nós fizermos aqui – a gente chama muito lá no Nordeste – uma conta de padaria, juntando o que nós deixamos de comprar pela CoronaVac com o que nós deixamos de comprar pela Pfizer, aproximadamente, até meados do mês de maio, nós teríamos no Brasil algo em torno de 150 milhões de doses para a população. Estou errado, Relator? Não é mais ou menos isso aí a conta? Quantas vidas teriam sido salvas, preservadas, com toda certeza!

Eu pergunto a V. Sa. quando se dará o processo de conclusão da transferência de tecnologia da CoronaVac para que nós possamos produzir aqui o IFA e produzir as vacinas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – A fábrica, a atual fábrica que está sendo reformada, ela está sendo reformada com dinheiro da iniciativa privada. Houve uma doação, hoje já mais de R$180 milhões...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O Governo Federal colocou algum centavo?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, não. Não tem um centavo do Governo Federal.

Ela estará pronta, essa fábrica, até o final deste ano. Então, no próximo ano, no primeiro trimestre do próximo ano, 2022, nós vamos operar a produção integral dessa vacina aqui no Butantan. A partir do começo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Qual a produção diária?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Para essa vacina, estão previstas 100 milhões de doses ao ano, que... Como eu mencionei, o que se prevê, daqui para frente, é a dose anual, e que seria mais do que suficiente para atender as necessidades do Brasil e de alguns países vizinhos aqui ao Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Da ButanVac, que ainda não recebeu autorização da Anvisa para realização da Fase III do teste, já estão sendo produzidos 18 milhões de doses, é isso?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Dezoito milhões em processo. Seis milhões já produzidas. Até o final de junho, teremos o restante desses 18 milhões, e que é uma produção em risco, quer dizer, nós vamos produzir a vacina aguardando o desenrolar dos estudos clínicos. Quer dizer, nós podemos ter uma capacidade muito maior de produção: podemos chegar a 40, 50 milhões de doses, ainda para este ano, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Recentemente, tudo indica que por conta das sábias palavras do Presidente da República, nós tivemos uma interrupção do fornecimento do IFA para produção da CoronaVac. Por quantos dias o Butantan teve que parar a produção por ausência do IFA?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Cerca de um mês, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Um mês?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Cerca de um mês, nós estamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso representa uma produção de quantas doses, aproximadamente?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nós tínhamos o compromisso de entregar 12 milhões de doses em maio e vamos entregar – já entregamos, na verdade – 5 milhões. Então, a produção foi retomada com a chegada da nova matéria-prima, e vamos entregar, então, 6 milhões de doses a partir de 12 de junho. Então, houve, de fato, 7 milhões de doses que poderiam ter sido produzidas e entregues ainda em maio, de acordo com o cronograma inicial.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A julgar pelo que V. Sa. disse – e V. Sa. era testemunha presencial da reunião que houve com o Embaixador da China –, muito provavelmente, isso aconteceu por conta dessas sábias palavras externadas pelo nosso prócer maior, o Presidente Jair Bolsonaro.

V. Sa. é uma pessoa que tem uma especialização na área da hematologia, mas, na medida em que é Presidente do Butantan e que lida com a gestão pública, também é alguém que conhece da epidemiologia, do desenvolvimento das epidemias. Eu faço uma pergunta a V. Sa. – e o senhor responde se quiser –: pela sua avaliação, a julgar pela evidente má vontade, indiferença, omissão do Governo Federal em relação a vacinas, que nós podemos estender a testes no passado, que nós podemos estender à obrigatoriedade de uso de máscaras ainda hoje, que nós podemos estender ao boicote, à sabotagem a todas as tentativas de isolamento social, V. Sa. acredita que o que está por trás disso, mais do que incompetência, mais do que descaso, não é uma tese de deixar que a doença se dissemine, contamine boa parte da população e produza esta aberração chamada imunidade de rebanho natural por contaminação?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, vou falar como médico, como especialista: a tese de imunidade de rebanho já foi descartada há muito tempo. No começo da pandemia, alguns países da Europa até chegaram a sugerir a possibilidade de ter a questão da imunidade de rebanho, mas, naquele momento, se sabia muito pouco ainda do curso da própria epidemia. Então, as medidas de combate à epidemia em si... A vacina é uma, e a vacina, neste momento, ajudaria muito, mas não resolveria o problema da epidemia. Ela não teria abortado a segunda onda e ela seguramente não vai abortar a terceira onda, porque nós temos ainda muitas pessoas suscetíveis no Brasil.

Portanto, as outras medidas, as medidas que são chamadas não farmacológicas, de enfrentamento à epidemia são fundamentais. Isso foi feito por todos os países do mundo civilizado que conseguiram controle da epidemia. A gente só precisaria copiar – não precisaríamos inovar –, copiar de uma forma eficiente. Nós não fizemos isso. Alguns Estados fizeram isso, mas de uma forma heterogênea, não houve uma coordenação central, não houve uma autoridade central coordenando essas ações.

Então, na realidade, no Brasil, a gente tem o curso de várias epidemias, não é uma única epidemia. E o somatório sempre traz surpresas, como essa segunda onda, que veio agora em abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou fazer um pingue-pongue aqui com o senhor.

Esse 1,9 bilhão que foi demandado ao Governo Federal para a construção de uma nova fábrica para a produção de vacinas, o Governo Federal transferiu algum real para esse projeto?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Eu queria... Daqui a pouco, eu vou passar um videozinho também, porque a sessão coruja aqui é boa, mas eu queria dizer, veja, esse Governo é altamente oportunista.

O senhor sabe por que eles assinaram, no dia 7 de janeiro, o acordo para termos a CoronaVac? Porque começou a pressão aqui no Brasil. Estavam vacinando na Inglaterra, estavam vacinando nos Estados Unidos, estavam vacilando no Chile, estavam vacinando na Argentina. Quando veio a pressão, aí eles se tornaram os paladinos da vacina. Está aqui: os mesmos que diziam que com a vacina virava jacaré, os mesmos que mandaram suspender o protocolo de intenção para a compra da vacina, dizendo que era vacina chinesa.

Tem uma fala aqui que diz assim naquele momento em que houve aquele evento adverso, que ficou comprovado depois que não tinha nada a ver com a vacina: "Morte, invalidez, anomalia. É a vacina que o Dória queria obrigar os paulistanos a tomá-la. O Presidente disse que a vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha". Ganhou com a morte de uma pessoa, foi esse o sentido. É isso que este Governo faz.

Agora, depois que a pressão começou, aí como é que fica o discurso? Como é que as coisas ficam?

Está aqui o exemplo. Presidente Bolsonaro: "O Governo Bolsonaro bancou a vacina do Butantan. Assista na íntegra no YouTube"; "Ministério entrega documentos para atestar que pagou a CoronaVac". Vamos mais para frente aqui: "Embaixada da China...". O Presidente, o Presidente da República: "Embaixada da China nos informou, pela manhã, que a exportação dos 5,4 mil litros de insumos para a vacina CoronaVac, aprovada, já estão em vias de envio, chegando nos próximos dias. Assim também, os insumos da vacina AstraZeneca que estão com liberação sendo acelerada".

Quando a coisa começa a funcionar e o povo começa a cobrar, aí eles sobem na prancha e vão surfando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vem gente aqui, como veio um aqui, teve uma discussão... O povo quer saber de vacina no braço. A vacina que eles se negaram a comprar várias vezes. As vacinas que eles negaram ao povo brasileiro. Essa que é a realidade dos fatos.

E o Presidente, além do mais, debocha da população brasileira. Existia onde comprar a vacina: podia comprar vacina ao Butantan, podia comprar vacina à Pfizer, poderia comprar vacina à Moderna.

Vamos ver o vídeo que ele colocou aqui, onde é que se deveria comprar vacina, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse é o exemplo de Presidente...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse é o exemplo de Presidente da República que nós temos. É isso. Aí pergunte por que é que tem 454.623 mortos no Brasil? É porque somos governados por esse ser humano.

Obrigado, Dr. Dimas. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

Só restaurando a relação anterior e pedindo desculpas. No sistema remoto, está inscrito o Senador Tasso Jereissati. Então, dando sequência ao critério lógico, com um membro presente e um pelo sistema remoto, eu passo, então, por 15 minutos, com a tolerância desta Presidência, a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso, fique à vontade.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Bom dia, Presidente. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Alto e claro. Pode prosseguir.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Dr. Dimas Covas. Bom dia, Senadoras, Senadores.

Dr. Dimas Covas, médico, doutor, cientista, pesquisador, Presidente do Instituto Butantan, um dos poucos institutos – não o único, mas um dos poucos institutos – respeitados no Brasil e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacionalmente pela profundidade e resultado de suas pesquisas e dos seus produtos, eu queria primeiramente pedir desculpas por alguma agressividade que tenha havido neste momento.

Eu, Dr. Dimas, como todos os brasileiros, deveria, antes de tudo, agradecer a V. Sa. e ao Butantan porque eu, meus filhos e meus netos, de alguma maneira, fomos vacinados e imunizados de doenças graves graças ao Butantan. E qualquer tentativa de minimizar a credibilidade desse instituto é tentativa de minimizar o problema de saúde neste País e maximizar as incertezas da saúde no Brasil.

Portanto, minhas – em nome de todos os brasileiros e dos Senadores – desculpas por qualquer agressividade, mas existem ainda pessoas que pensam como o próprio Presidente: não gostam da vacina – não aceitam a vacina –, nem do isolamento social e nem de institutos sérios, que fazem pesquisa séria.

Vamos às perguntas. Vou ser muito rápido, Dr. Dimas.

Tecnicamente – pergunta muito rápida – existe e existiu, na vida do Butantan, algum problema com produtos, insumos e tecnologias vindos da China alguma vez para que haja essa má vontade, em determinados momentos, do Ministério da Saúde e do Governo Federal com produtos chineses?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Não, Senador; do meu conhecimento, não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Pelo que eu entendi que V. Sa. colocou, melhorou substancialmente o relacionamento com o Ministério da Saúde e com o Ministério das Relações Exteriores após a troca desses dois Ministros.

No entanto, nós estamos vivendo um momento seriíssimo da pandemia. E V. Sa. acabou de dizer uma coisa muito importante para mim, que vem na linha do comportamento anticiência que o Governo tem adotado. V. Sa. declarou: "A vacina não é a única maneira, não é a única arma para enfrentarmos o vírus, a pandemia. Ela vem se juntar a outras medidas, chamadas não farmacológicas, que são fundamentais. E todos os países do mundo a fizeram".

No Brasil, nós estamos com um problema ainda de vacina, poucas vacinas. Aí vão junto duas perguntas. Na sua opinião, primeiro, a segunda arma não está sendo usada eficientemente – ou seja, a segunda arma que eu falo é distanciamento social e uso de máscara – e o próprio Governo Federal, através do próprio Presidente da República e até do ex-Ministro da Saúde, faz demonstrações de aglomeração sem máscara, quase que querendo incentivar esse tipo de comportamento. Qual a influência que esse comportamento pode ter na necessidade de termos que aumentar mais ainda... Ou até perder o controle da pandemia e aumentar mais ainda a necessidade de vacina?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O senhor está plenamente coberto de razão, Senador. Quer dizer, no Brasil, nós ainda temos a maior parte da população suscetível ao vírus. Quer dizer, quando se fala que nós temos 16 milhões, um pouco mais, de pessoas infectadas, se nós imaginarmos que cinco vezes esse número seriam as pessoas que podem ter tido o vírus e não ter manifestação clínica, mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

estamos falando ainda de uma população que ainda é minoritária no Brasil. E, portanto, as políticas de isolamento dos casos das pessoas infectadas, através dessas medidas não farmacológicas, são a arma principal de combate à pandemia; não só nessa, elas foram em todas as outras pandemias. Quer dizer, desde a era pré-cristã, desde a época em que se isolavam as pessoas com doenças infecciosas lá na antiguidade, essa era uma medida efetiva de quebrar a cadeia de transmissão, porque o vírus só se transmite através das pessoas. O vírus não se transmite por si só.

Então, as medidas de controle epidemiológico são fundamentais. A vacina ajuda? Ajuda muito. Mas a vacina é um processo que demora. Nós começamos a primeira vacinação em dezembro. No Reino Unido, começou dia 8 de dezembro. O mundo ainda tem um longo caminho em termos de vacinação. Vacinas que... Mais de 50% delas estão concentradas em 10% dos países, os países mais ricos. Então, essa epidemia vai ainda perdurar, vai persistir conosco por um tempo.

Então, essas medidas... Entender a importância das medidas não farmacológicas, de ter mecanismo de isolamento dos casos e ter mecanismo de quebrar a cadeia de transmissão, isso é fundamental, quer dizer, isso são as armas básicas de combate à pandemia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Então, se eu fizer essa afirmação, com toda franqueza, eu gostaria que o senhor me corrigisse ou dissesse que eu estou correto: a promoção de aglomeração sem uso de máscara ou o não uso de máscara ou promover aglomeração significa o aumento... Estamos promovendo o aumento de casos de coronavírus e, portanto, também promovendo o aumento de óbitos. É correta essa minha afirmação?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Corretíssimo. Corretíssimo, Sr. Senador. Corretíssimo. Quer dizer, o vírus...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Pode falar.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O vírus se transmite exatamente dessa maneira: o contato próximo das pessoas, a troca de secreções através da fala, através da convivência íntima ou próxima, não é? Então, é preciso ter a barreira, que é a máscara, ter o distanciamento físico de pelo menos 1,5m em todas as situações de convívio e as medidas higiênicas. Quer dizer, isso é o básico, isso... Nós não estamos criando essas medidas; essas medidas já estão, há muitos e muitos... Até, vamos dizer, há centenas de anos já é de conhecimento, quer dizer, a máscara foi usada na gripe espanhola, nós tínhamos demonstrações claras de que lá ela foi efetiva em várias cidades norte-americanas. Então, são as medidas básicas, são as recomendações básicas quando não se tem, obviamente, a vacinação em massa aqui, e que seja uma vacinação protetiva, porque essa também é uma outra história que nós não sabemos: se a vacina consegue impedir a infecção em si, a transmissão em si, não é? Ela consegue proteger contra as manifestações clínicas. Então, mesmo que a gente seja vacinada, pra gente conter a disseminação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vírus, a gente tem que adotar essas medidas, elas serão necessárias até que a epidemia desapareça, se é que vai desaparecer.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, Presidente, Senador Renan, eu gostaria que V. Exa., que no seu relatório constasse que eu estou colocando que, segundo o depoimento de cientistas com a respeitabilidade – ele não disse isso, eu que estou dizendo – do Dr. Dimas, o Presidente da República está promovendo deliberadamente, com o acontecimento, por exemplo, do último domingo, o aumento de casos e, por consequência, de óbitos. Muito obrigado.

Última pergunta, duas mais perguntinhas, bem rápidas, Presidente.

Na sua avaliação, qual a vacina... Qual a quantidade de vacinas, mensal, que nós vamos precisar ter daqui para o fim do ano?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, se nós...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Para ser mais rápido do que o vírus.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Se nós... Especificamente da nossa vacina, nós vamos ter 100 milhões até setembro. A necessidade do Brasil, se se considerarem aí 70%, 75% da população que seja vacinável, o senhor pode ter aí uma conta em torno de 150 milhões, 160 milhões de pessoas, portanto, o dobro de necessidade de vacina. Estou falando de 350, 370, 400 milhões de doses de vacina, que seriam necessárias para fazer essa cobertura. Eu, particularmente, acho que não conseguiríamos ter esse volume, embora existam contratos. O fluxo de vacinas, principalmente dos países mais ricos para os países como o Brasil, está ainda pequeno. Gostaria de acreditar que viessem, sim, as 100 milhões da Pfizer, mais as 100 milhões que foram contratadas adicionalmente, mais as 100 milhões... Óbvio. Todo mundo quer vacinas, todo mundo precisa de vacinas nesse momento. Mas realisticamente eu vejo ainda dificuldade no mundo em relação à disponibilidade de vacinas. Existe muita demanda e a produção ainda não é suficiente para atender a todos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dr. Dimas, as suas declarações aqui deixaram as coisas mais claras do que nunca.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Girão fez uma permuta com o Senador Randolfe. Foi isso?

Então tá, Senador Randolfe, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Dimas Covas, eu quero, inicialmente, aqui prestar as nossas homenagens – e receba essas homenagens como a homenagem de muitos brasileiros, milhões de brasileiros, eu diria da ampla maioria do povo brasileiro. A CoronaVac, a vacina do Instituto Butantan, hoje já imunizou 65% dos, lamentavelmente ainda poucos, brasileiros vacinados no País. Senador Renan, se não tivesse a CoronaVac, o saldo da tragédia, lamentavelmente, com certeza, ainda seria maior. Nós teríamos 65% de brasileiros a menos nos números de hoje vacinados.

E eu queria, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, em que quero prestar esse agradecimento, pedir desculpas por algum excesso de algum colega, porque tem alguns colegas Senadores, notadamente os que apoiam o Governo... O senhor tente compreender, o senhor compreenda, porque vacina no braço do brasileiro não é o forte dessa turma, eles não estão muito determinados a isso. Aí, talvez, eles são mais mansos com aqueles que são responsáveis pelo agravamento da pandemia e são mais duros com aqueles que são responsáveis pela imunização dos brasileiros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É na rede social, em todo lado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É; na rede social. Na rede social é a equipe. Alguns, com os que agravaram a pandemia, são mansos aqui e tentam defender; com os que estão salvando vidas – porque V. Exa. aqui não está somente como o Dr. Dimas Covas, reconhecido internacionalmente, V. Exa. está como Instituto Butantan... Pelo amor de Deus, Instituto Butantan! Nós temos duas instituições no Brasil motivo de orgulho nosso há mais de cem anos: a Fiocruz e o Butantan. Uma tem sido sistematicamente agredida, o Butantan, e a outra, bem, basta o depoimento da Dra. Mayra aqui, terça-feira, sobre a Fiocruz, o que ela falou, que nós compreendemos o que pensa.

Então, nosso agradecimento ao senhor e ao Governo do Estado de São Paulo. O vídeo mostrado ainda há pouco acho que foi uma demonstração da obsessão por vacina, que é a única forma, no meu entender e no da ciência, ao que me parece, para sairmos dessa crise.

Dito isso, Sr. Presidente, eu queria, então, passando diretamente... Vamos a algumas datas chaves.

Dr. Dimas, dia 20 de outubro me parece que foi o dia em que o Sr. Ministro da Saúde Eduardo Pazuello havia anunciado a compra de 46 milhões de doses da CoronaVac. O senhor pode só recapitular rapidamente pra gente como foram as tratativas até aí e se havia sido, naquele momento, assinado algum protocolo de intenções entre o Ministério da Saúde e o Instituto Butantan para a aquisição dessas doses?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Nós temos até um cronograma. No mês de outubro, eu, pessoalmente, fui três vezes ao Ministério da Saúde, antes dessa data. Inclusive, essa data foi a última vez em que eu fui ao Ministério da Saúde para tratar desse assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ocorreu alguma reunião presencial com o Sr. Pazuello?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Reunião presencial. Foram três reuniões e outras reuniões com os técnicos, porque nós estávamos trabalhando intensamente na construção de um instrumento jurídico, inclusive atendendo a uma norma técnica que foi expedida pelo ministério para tentar fazer uma medida provisória, aos moldes do que foi feito com a Fiocruz. Então isso, de fato, foi, naquele momento, um divisor de águas, quer dizer, a partir do dia 20, Senador, essas tratativas simplesmente pararam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, só para ficar claro, Dr. Dimas: até o dia 20 ocorreram tratativas para a aquisição da vacina...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aí – me permita interrompê-lo; peço apoio aí da técnica, vamos ao vídeo –, aí vejam só, senhoras e senhores, o que aconteceu no dia 20, por que foi interrompido. (*Pausa.*)

Até o dia 20 as tratativas avançavam, tinham tido reuniões.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Várias reuniões, inclusive já preparando uma possível medida provisória...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DIMAS TADEU COVAS – No dia 20 foi a reunião de anúncio, onde foram convidados os Governadores e as lideranças políticas do Senado, da Câmara, enfim, houve... Na realidade, seria até uma comemoração capitaneada pelo então Ministro da Saúde no anúncio dessa vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, aí, o que acontece?

Vamos lá?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só voltando à linha do tempo: até o dia 20 as tratativas estavam avançando. Dia 20 era o anúncio da aquisição de quantas doses?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Quarenta e seis milhões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quarenta e seis milhões de doses. Então, todos os que estão assistindo e todos os colegas Senadores, o que acontece?

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Aí, depois disso, teve um encontro... Aí, depois disso, o Ministro da Saúde, então o General Pazuello, que havia declarado e, inclusive, postado nas redes sociais a aquisição da vacina, ele encontra no dia seguinte com o Presidente da República e acontece o quê?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A partir daí, o que ocorreu, depois desses acontecimentos?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – As tratativas não progrediram e, de fato, o único fato concreto foi a assinatura do contrato no dia 7 de janeiro. Quer dizer, insistimos durante esse tempo, insistimos durante esses tempos em contatos com...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Dimas, do dia 20 de outubro até o dia 7... Quanto tempo foi, Presidente? Dá três meses! Então, ocorreram três meses de paralisação na negociação sobre vacina, é isso?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Três meses de paralisação!

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mesmo assim, dia 7 de janeiro foi firmado o contrato. O contrato firmado deveria ser de 100 milhões de doses, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Aí houve idas e vindas, quer dizer, no dia 6...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No final foi firmado um contrato de quanto, no dia 7?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Foram contratadas... Inicialmente eram 100 milhões. O contrato saiu do sistema, veio um contrato de 46, que é o que foi assinado, com uma opção de 54. Essa opção de 54 milhões só foi feita no dia 15 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Esse ato de firmar primeiro 46 e depois, só depois, adicionar para 54: qual o impacto que o senhor indica que tem isso na velocidade da imunização no Brasil?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Primeiro, que mudou completamente o cronograma, quer dizer, se nós tivéssemos a assinatura dos contratos, com um quantitativo maior...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** De cem milhões?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – ... de cem milhões, o cronograma seria outro, como eu mencionei, não é? Poderia ter sido cumprido até maio, mas isso se houvesse a sinalização lá em outubro. Em janeiro já existia escassez mundial de vacinas. A própria Sinovac já tinha contratos com o Governo da China, já tinha contratos com outros países, e nós entramos numa outra negociação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, para entender claramente, Sr. Presidente e Sr. Relator, se tivessem sido firmadas, logo no primeiro, mesmo em janeiro, cem milhões de doses, nós teríamos essas cem milhões de doses agora, para o primeiro semestre?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nós teríamos... Se fosse firmado lá em outubro, teríamos o primeiro contrato de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Cem milhões de doses?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Cem milhões de doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ou seja, nós poderíamos estar chegando em maio ou junho com a imunização de 50 milhões de brasileiros?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Primeira e segunda doses?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Primeira e segunda doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Cinquenta milhões de brasileiros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) **–** Fora a Pfizer e a AstraZeneca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Cinquenta milhões de brasileiros imunizados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Senador, o ofício de agosto fala de 46 milhões de doses. Onde é que surgem cem milhões de doses?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Não. O ofício de 18 de agosto, da Fundação Butantan, formaliza a oferta de 46 milhões de doses. Eu estou falando porque os documentos serão apresentados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vou ter toda condescendência com S. Exa. o Líder do Governo, porque, quem sabe, ele concede também, no momento dele, ser interrompido. Mas, por favor, Senador Dimas...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Em julho, nós ofertamos...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Dr. Dimas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Quem sabe? Eu acho que ele mereceria muito mais do que alguns colegas aqui. (*Risos.*)

Dr. Dimas.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Pois não. Em julho, a primeira oferta de 60 milhões, com entrega no último trimestre. Depois houve os intermediários e, aí, a grande oferta foi em agosto... Desculpa, em outubro, que foram 100 milhões de doses: uma previsão de 45 até o final do ano e o restante até maio, 100 milhões até maio. Então, essa foi a oficial, que precedeu a reunião do dia 20, está certo? No dia 20, havia a menção do Ministro na época de que eram apenas 46 milhões e havia, ainda, inclusive, um questionamento se seriam feitos dois contratos: um contrato para 6 milhões, que seriam as doses que poderiam vir prontas, e outro de 40, que seriam as doses produzidas no Butantan.

Então, esse ofício é de outubro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, claramente nós poderíamos ter, nesse primeiro semestre, 100 milhões de doses – só para ficar bem claro –, até junho, julho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você me desculpa, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, até se V. Exa. tiver esse documento que o Senador Fernando Bezerra colocou... A primeira proposta, que eu entendi, do Dr. Dimas não é 46, 60, 100; é 60 milhões entregues em dezembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Era de 2020; é muito mais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É mais grave.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, eu só quero saber: o senhor tem esse documento dessa oferta de 60 milhões de doses para entregar em dezembro de 2020? É muito mais grave!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Faço minha a pergunta aí do Presidente. Na verdade, então, a nossa conta está errada. O Presidente me corrigiu corretamente. É muito mais grave. Nós teríamos em dezembro já essa quantidade de 60 milhões de doses.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – De 2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dezembro de 2020?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, é muito mais grave.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Se me permitir ler...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – ... o ofício encaminhado no dia 7 de outubro: "Na presente oportunidade, apresentamos a oferta de 100 milhões de doses da vacina para o coronavírus a este ministério. Desse total, 45 milhões serão produzidos no Instituto Butantan, dezembro de 2020; 15 milhões de doses estarão prontas até o final de fevereiro de 2021; e 40 milhões de doses adicionais, podendo ser até maio em 2021, mediante manifestação imediata deste ministério". Isso é do dia 7 de outubro de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O que V. Exa. está falando... (*Fora do microfone.*) O que V. Exa. disse aqui, da primeira proposta, de 60 milhões entregues em dezembro, tem esse documento?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, é isso... É isso que eu... A minha pergunta é diferente da do Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, é diferente... E eu acrescento para V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque é o seguinte: foram feitas várias propostas e, conforme não há uma resposta, o que acontece? Como nós não temos a matéria-prima, aí, você não compra matéria-prima porque não tem resposta e não tem dinheiro para comprar. É simples assim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Bom, então, na verdade, obrigado, porque isso é muito mais grave. Nós poderíamos ter uma quantidade muito maior.

Veja, Presidente, a gravidade do que é revelado aqui pelo Dr. Dimas: nós poderíamos ter 50 milhões de brasileiros imunizados. Quantos... Quantas dessas vidas já perdidas poderiam estar salvas a esta altura? Ou seja, com todas as limitações, a CoronaVac é hoje a que imuniza 63% dos brasileiros. Se tivesse diálogo com isso, se tivesse diálogo com a Pfizer, pelo amor de Deus! O Dr. Dimas está certo: nós poderíamos ter sido o primeiro país do mundo a começar a imunizar, poderíamos ter sido um exemplo global! Nós tivemos o agravamento da pandemia com a segunda onda, e essa segunda onda poderia ter sido impedida. Essa segunda onda, poderia ter sido, no mínimo, pelo menos, minimizado o seu impacto. A informação aqui prestada pelo Dr. Dimas é da maior gravidade.

E ao contrário disso, Senador Humberto, o que é que nós tivemos? O que é que nós tivemos de lá para cá? Qual a posição? O que ocorreu de lá para cá? Incentivo a manifestações contra a vacina. Olhem aqui essa manifestação datada, aqui é o *Correio Braziliense*, de agosto: "'Não queremos vacina, temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

cloroquina', cantam manifestantes em Curitiba". Isso em agosto, quando a gente poderia estar negociando vacina. Um incentivo a isso. Aqui, outra... Dia 1º de novembro – 1º de novembro –, dias depois de o Presidente dizer: "Não vou comprar. Quem manda sou eu" e o Ministro Pazuello dizer: "Um manda e outro obedece", em 1º de novembro, apoiadores do Governo... Eu acho, inclusive, que muitos apoiadores do Governo, alguns colegas Deputados Federais, Presidente, sempre frequentam aqui os depoimentos. Quando vem prestar depoimento alguém que vai cuidar de vacina, eles não vêm. Realmente esse pessoal é avesso a vacina. Vacina não é mesmo o forte deles. Vejam: manifestação lá na Avenida Paulista, com mais de 300 pessoas apoiadoras do Governo: "Contra a VaChina de João Dória", a vacina que hoje imuniza 65% dos brasileiros! Aí tem mais, de autoridades do Governo, o Presidente da Fundação Palmares: "Sou paulistano e faço um apelo a meus familiares, aos quais desejo todo o bem do mundo: não tomem a vacina chinesa de João Doria". Sérgio Camargo, Presidente da Fundação Palmares, 12 de junho de 2020, campanha aberta contra a vacina. Mas para por aí? Não! Primeiro de setembro: o Governo Federal passa a fazer campanha clara contra a vacinação aqui. Isto aqui é um *banner* do Governo brasileiro: "Ninguém pode obrigar ninguém a tomar a vacina; o Governo do Brasil reza pela liberdade dos brasileiros". Veja: aí é declaração oficial do Governo brasileiro. Aí não é nem apoiador; é o Governo brasileiro falando contra a vacina. Acabou por aí? Não! Aí, a data do dia 20 de outubro; já mostramos as consequências do que ocorreu. À noite, em *live*, o que o Presidente da República fala? Vou até colocar esse vídeo, inclusive: "Nada será despendido agora para comprarmos uma vacina chinesa, que eu desconheço, mas parece que nenhum país do mundo está interessado nela".

Dr. Dimas, quantos países... Dia 21 de outubro, quantos países do Planeta estavam interessados na CoronaVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Muitos, Senador. Inclusive, nós estávamos já em conversa, o Butantan, com os países aqui, da América Latina, para o fornecimento dessa vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Chile, inclusive, era um dos países que já firmaram contrato nesse período?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O Chile tinha um acordo direto com a Sinovac, mas nós negociávamos com a Argentina, com o Uruguai, com o Peru, com a Bolívia, já no sentido de ter uma produção feita no Butantan e disponível para esses países.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mais adiante, é postado um vídeo, por apoiadores do Presidente, do Sr. Paulo Eneas, que chagou a fazer palestra na Funag, órgão vinculado ao Itamaraty. A Funag, a Fundação Alexandre Gusmão, e dizia o seguinte, o Sr. Paulo Eneas – que eu acho, inclusive, Presidente, é alguém que talvez tenha que vir a esta CPI –: "Do ponto de visto estatístico, o risco de você tomar a vacina vai ser igual ao risco que você vai ter ao contrair o próprio coronavírus".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Dimas, o senhor pode só dizer, porque talvez alguns colegas... E talvez seja importante esclarecer, pela audiência que está tendo esta Comissão Parlamentar de Inquérito: qual a diferença da importância da vacina para ser infectado com o vírus, além do óbvio risco da morte? Porque parece ser óbvio, V. Exa. acabou de dizer uma coisa: isolamento, medidas sanitárias são anteriores à Era Cristã. Nós estamos debatendo algo que é anterior à Era Cristã, em 2021. Chega a ser criminoso isso. Mas, em uma palestra da Fundação Alexandre Gusmão, orgulho do nosso Itamaraty, um senhor foi dizer lá que vacinar é a mesma coisa que contrair o vírus.

Eu só pediria o vosso conhecimento técnico para informar a todos a diferença.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Hoje nós já temos dados da eficiência da vacina, quer dizer, a mortalidade nos grupos de pessoas vacinadas acima de 60 anos caiu acentuadamente em grande parte dos Municípios brasileiros. Esses dados já estão disponíveis, inclusive, lá com os dados de Serrana, que foi um projeto chamado de Projeto S, que o Butantan fez, onde ele vacinou toda a população... Na realidade, 97,5 da população adulta do Município, e a queda de número de casos, número de internações, número de óbitos foi apreciada.

Os dados do Município de São Paulo mostrando essa queda, os dados do próprio Amazonas mostrando essa queda... A vacina tem uma eficiência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E ainda tem a experiência de Serrana, não é?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Os dados de Serrana, sim, senhor. São esses dados que apresentaremos ainda oficialmente, já agora, com as análises.

Mas, enfim, a vacina mostra a sua eficiência no Brasil com a diminuição do número de internações e do número de óbitos para quem foi vacinado. Ela tem uma eficiência em relação à proteção de casos sintomáticos que necessitam de atendimento médico acima de 83%. Nos estudos clínicos, a proteção contra óbitos foi em torno de 100%. Então, é uma vacina que tem, sem dúvida nenhuma, dado uma grande contribuição aqui no enfrentamento da pandemia.

É óbvio que as outras vacinas também funcionam da mesma maneira.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) **–** Nos idosos...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – ... têm sempre a mesma função: proteger contra a doença, proteger contra a internação, proteger contra o óbito. Podem não proteger contra a infecção, porque isso ainda nós não sabemos. Nenhuma vacina tem esses dados consolidados, mas o que importa é exatamente isto: que as pessoas não adoeçam de forma a necessitarem de atendimento médico, não sejam internadas, não vão para a UTI e não venham a óbito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, para completar, veja: desde novembro, tinha vacina disponível. E o Presidente da República ainda, no final de outubro, dizia para o Governador João Doria: "Procure outro para comprar a CoronaVac".

Mas, Presidente, parou por aí? Não parou! Vamos adiante na linha do tempo! Em 12 de janeiro, ou seja, o Presidente... A CoronaVac anuncia a eficácia global de 50,38%. Bom, aí chegou a hora de pelo menos eles se renderem, não é? "Vamos agora adquirir." Não! Continuaram atacando a vacina!

Felipe Martins vem aqui, não é, Presidente? Aprovamos ontem. Felipe Martins é o assessor internacional. Olhe só o que ele disse no Twitter! É assessor do Presidente da República! Olhe o que ele diz: "Como você se sentiria se um médico lhe dissesse que ele pode descobrir se você tem coronavírus com base em um jogo de cara ou coroa? Pois é! Isso é mais ou menos o que vai acontecer com sua imunização se você optar por tomar a vacina *xing ling* de 50,38% de eficácia de João Doria". Mas foi só ele que falou isso, Presidente? Não! O próprio Presidente da República faz uma declaração contra a vacina nesse mesmo período.

Para concluir, Presidente, para ficar patente, uma "ultimíssima" pergunta... O Presidente da República disse, em uma aglomeração, nesse final de semana, no Rio de Janeiro: "Estamos no final da pandemia". Pergunto a V. Exa. o que é que V. Exa. acha, como médico, em relação a essa declaração e se serão necessárias mais vacinas, devido à sazonalidade do vírus, para serem aplicadas anualmente. Se isso é necessário, quantas doses já foram contratadas pelo Governo brasileiro com o Instituto Butantan para posteriormente, ou seja, para a necessidade da imunização anual de brasileiros e brasileiras?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, março e abril foram os piores meses dessa pandemia aqui no Brasil. Era uma segunda onda, que foi muito superior à primeira onda, quer dizer, os primeiros meses deste ano mostraram a face mais agressiva dessa pandemia. E nós estamos agora num momento em que tudo indica que teremos de novo um recrudescimento, e um recrudescimento agora turbinado por algumas variantes que estão circulando entre nós. Então, essa pandemia ainda vai persistir durante 2021. Ainda vamos lutar com ela em 2021, quiçá no começo de 2022.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E já foi contratada alguma quantidade de doses para o futuro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, conclua, por favor.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Por isso é que, na minha visão, será necessário o reforço vacinal; não uma nova vacina, não, mas um reforço vacinal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas tem alguma contratação, algum aceno do Ministério da Saúde nesse sentido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Além dessas 54 milhões que estão contratadas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Nenhum...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – ... a possibilidade de ter 30 milhões adicionais para o ministério, mais o Estado de São Paulo, que já tem 30 milhões adquiridos, e já tem outros Estados procurando. Então, há a possibilidade de ter mais vacinas, sim, inclusive levar em consideração a ButanVac, que eu acho que é uma vacina que precisa ser olhada com muita atenção nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado, Dr. Dimas. E, assim, Presidente, só para fazer o agradecimento ao senhor, ao Governo de São Paulo, porque, se nós não tivéssemos as iniciativas do Butantan e do Governo de São Paulo, a situação dramática que nós já vivemos pior seria. Nossos agradecimentos.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Agradeço, Senador, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por favor... Senador Eduardo Girão, por 15 minutos, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) **–** Muito obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar e desejar boas-vindas aqui ao Dr. Dimas Covas. Quero agradecer-lhe, agradecer ao Instituto Butantan pelo serviço prestado ao Brasil. Eu quero deixar muito claro que eu sou totalmente favorável a que a gente, nessa guerra que nós vivemos, porque é uma guerra contra o vírus, deixe a guerra política de lado, que atrapalha, sim, de um lado e de outro, os extremos. Mas nós estamos numa guerra em que temos que usar todas as armas, e a vacina é uma delas. Sempre fui favorável à vacina, sempre fui favorável ao distanciamento social, ao uso de máscaras, ao álcool em gel e também, com recomendação médica, respeitando a autonomia médica, ao tratamento precoce.

Mas eu queria fazer aqui alguns questionamentos ao senhor, porque a gente está para buscar toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade.

Muitas matérias têm saído em reportagens – eu vou apenas citar uma aqui do portal G1, do dia 25 de maio, que mostra a infecção de idosos por Covid, num abrigo localizado em Anápolis, aqui pertinho, em Goiás. A reportagem relata que os idosos já haviam tomado a segunda dose da CoronaVac. Está aqui a reportagem. A segunda dose da CoronaVac.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, cabe recordar que o Governador João Doria, em setembro de 2020, disse que a eficácia da CoronaVac, em idosos, seria de 98%. A revista *Exame,* alguns dias atrás, cita que a eficiência caiu, de 61,8% para 28% em idosos, particularmente aqueles com mais de 80 anos.

Nós iniciamos, aqui, a sessão, Dr. Dimas, com uma justa homenagem feita pelo colega da morte de Nelson Sargento, um patrimônio realmente da cultura nacional. Ele morreu de Covid. E cada vida deve ser respeitada, uma vida humana. A família do compositor, segundo a Veja Rio, tinha anunciado, alguns dias atrás, que o seu quadro clínico piorou nas últimas horas, pedindo orações – sempre válidas as orações – e dizendo que ele havia tomado as duas doses da vacina CoronaVac.

O senhor sabia disso?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Instituto Butantan, que merece o nosso respeito, sim, é um patrimônio do Brasil, colocou no seu Twitter oficial – oficial – agora, no dia 18, no começo do ano, 18 de janeiro de 2021, colocou assim: "É isso aí. Quem tomar a vacina do Butantan terá 100% de chance de não ser hospitalizado ou de ir para uma UTI. É, portanto, segura e eficaz. Tomar a vacina significa contribuir com o coletivo e poupar vidas. Juntos venceremos esse vírus!". Essa positividade é importante, ela movimenta, mas infelizmente, na prática, está suscitando algumas dúvidas com relação a essa eficácia.

Inclusive, o ex-Presidente Sarney junto com outros ex-Presidentes foram garotos-propaganda da CoronaVac. Inclusive, o Sarney, o ex-Presidente Sarney tomou as duas doses. E foi feito... Já foi demonstrado aqui – ele mesmo, através de uma matéria de um grande veículo de comunicação – que ele não produziu anticorpos. Iguais ao caso do ex-Presidente Sarney, Dr. Dimas Covas, muitos casos estão chegando. E eu queria lhe perguntar se o senhor tem conhecimento e por que está acontecendo muito isso com relação a pessoas que tomaram as duas doses e estão com esse procedimento... É necessária uma terceira dose? Essa é a pergunta que eu queria fazer para o senhor.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Perfeito, Senador.

Pela ordem acho que o senhor apresentou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uhum...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Quer dizer, na realidade, 98% é o índice de indução de anticorpos em pessoas idosas. Portanto, não é 100% a indução, e isso explica pessoas idosas... Porque tem um fenômeno biológico que se chama imunossenescência, quer dizer, os idosos às vezes respondem menos na produção de anticorpos em relação aos indivíduos mais jovens. E por isso que não é 100% de soroconversão, quer dizer, é noventa e oito vírgula alguns valores quebrados de indução de anticorpos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ponto: a vacina não é uma proteção absoluta. Ela não é um escudo contra a doença e nem é um escudo contra a mortalidade; ela é uma proteção relativa. Entram os fatores individuais das pessoas, as comorbidades, quer dizer, entram vários fatores que levam... A pessoa pegando, quer dizer... Primeiro que a vacina não protege contra a infecção, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uhum.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Isto é um ponto importante: nenhuma vacina, até este momento, tem demonstrado que protege contra a infecção. Ela protege contra as manifestações clínicas, principalmente as manifestações clínicas mais graves.

Cem por cento, como foi mencionado aí no estudo, no tuíte do Butantan, é em relação ao estudo que foi feito. Naquele estudo, de Fase III – está certo? –, foi 100%, ou seja, nenhum indivíduo do grupo de estudo, que eram os profissionais de saúde, foi a óbito; então, isso dá 100%. Obviamente que, nos estudos de mundo real, isso a que o senhor está se referindo, não é 100%. Nós sabemos disso. E aí, os dados que já vêm aparecendo, como esses dados que eu mencionei – dados do Chile; dados aqui do Brasil, de vários Municípios; dados de Serrana, que nós vamos divulgar brevemente –, eles mostram, sim, uma proteção elevada, acima de 83%, 85%, 100% em alguns casos, em algumas situações, mas ele não é uma proteção absoluta, ele não é um escudo, quer dizer, o vírus, ele tem que... A pessoa que vacina está relativamente protegida, tem os fatores individuais que entram se ela eventualmente pegar a infecção, e esses fatores são preponderantes, inclusive, para determinação da gravidade – então, se tem comorbidade, se tem obesidade, se tem hipertensão, se tem alguma doença... E ainda tem mais: tem as pessoas que não vão responder, não vão responder a essa vacina e não vão responder a outras vacinas, porque não é 100% a indução de anticorpos. Então, isso é um assunto, assim, vamos dizer, que não é uma variável apenas, são muitas variáveis para explicar esse comportamento observado com a vacina do Butantan, mas com todas as outras vacinas – com todas as outras vacinas!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu pergunto ao senhor se há previsão de estudos clínicos da CoronaVac para uso em mulheres gestantes, lactantes e na população menor de 18 anos. Em virtude da gravidade da doença – e disso aí ninguém duvida, muito pelo contrário –, o senhor acredita que a vacina deveria ser aplicada neste grupo de grávidas e lactantes? Quais seriam os possíveis riscos?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Já tem uma norma do nosso Programa Nacional de Imunização regulamentando o uso em pacientes grávidas e lactantes. Então, já é possível essa indicação, desde que tenha a indicação do seu médico, o médico da pessoa. Então, isso já está previsto no programa nacional. Houve uma recomendação de que não se usasse para essa população a vacina da AstraZeneca e de que se desse preferência às vacinas da Pfizer e da CoronaVac, que têm um perfil diferente de segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor me desculpe na resposta anterior: a terceira dose... Na realidade, nós admitimos, sim, a possibilidade da dose de reforço – eu não tenho chamado de terceira dose. A dose de reforço será necessária para todas as vacinas. A própria Pfizer já está estudando uma dose de reforço. O Butantan já tem estudos previstos em andamento com a dose de reforço.

E, sim: população de crianças e adolescentes, sim, é uma população que deve ser atendida. Ela tem um risco menor, o risco é muito menor nessa população, mas ela faz parte, sim, da população vacinável. No caso da CoronaVac, já existem estudos na China feitos com relação a isso, e o Brasil está conduzindo um estudo já, já está na fase inicial de condução de estudos para uso nessa população.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Nós sabemos que o inadequado pronunciamento de autoridades brasileiras em relação à China... E aí, no meu ponto de vista, vai desde o Presidente da República, que está equivocado em fazer isso, como alguns ministros, mas também, pelo vídeo que foi colocado aqui... Eu fiquei... Eu não conhecia esse vídeo, eu achei uma deselegância dizer que vai pegar o chinês pelo pescoço o Governador de São Paulo, denotando aí um uso político sem uma preocupação com a vida humana. Eu pergunto ao senhor se tudo isso, de alguma forma, pode ter gerado dificuldades de todas as autoridades envolvidas nas negociações para aquisições de vacinas e insumos.

Em que pese esse aspecto, no acordo assinado com o Governo do Estado de São Paulo e a empresa chinesa Sinovac, tornou-se público que haveria transferência de tecnologias para o Butantan. Que tecnologias seriam transferidas? O senhor poderia especificar? Seria possível o senhor disponibilizar a íntegra do contrato desse acordo do Butantan com a empresa Sinovac? É possível isso?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, pela ordem, então, das suas perguntas. Inicialmente é forçoso reconhecer que o papel do Governador João Doria foi fundamental nessa vacina. O apoio que ele deu, quando faltou o apoio de outros entes, o apoio do Estado de São Paulo e do Governador Doria foram fundamentais para que a vacina estivesse disponível no dia 17 de janeiro deste ano; isso ele demonstrou publicamente em inúmeras vezes, e esse apoio foi um apoio que permitiu a vacina ser distribuída ao Brasil inteiro. Então, o Estado de São Paulo e o Butantan foram os responsáveis pelo início da vacinação no Brasil e a manutenção desse esquema durante muito tempo. Mais recentemente apenas que chegaram grandes volumes da vacina da AstraZeneca.

Outro ponto importante é que as manifestações do Governador, como essa que foi... Nunca foram públicas em relação à China, e essa observação, eu acho que eu já fiz, é em relação a um dirigente da Sinovac, não é ao Governo chinês, é num outro contexto, foi uma gravação, até vazada, num outro contexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contrato da Sinovac com a Fundação Butantan, que é uma fundação privada, contém cláusulas de sigilo e só podem ser dadas a público se o parceiro, chamado Sinovac, concordar. Nós não podemos fazer isso de forma unilateral. Mesmo assim, nós demos todo o conteúdo, o conteúdo factual do Congresso a conhecimento do contrato. Portanto, as cláusulas que são sigilosas não dependem do demonstrar da nossa vontade, dependem exatamente desse acordo, que é uma companhia privada, da mesma forma que a fundação é uma fundação privada de apoio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está bom.

Segundo um estudo acadêmico publicado na China, em 9 de abril de 2020, sobre a vacina Sinovac contra a Covid-19, esse estudo faz menção às células HEK293F, é o Thermo Fisher.

Seria possível o Butantan disponibilizar? Porque essas células aí são extraídas de fetos abortados. Eu queria saber se era possível o Butantan disponibilizar amostra laboratorial da CoronaVac ou permitir que um laboratório independente fizesse a referida análise.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, essas células são células disponíveis comercialmente, elas não entram na produção da vacina, elas entram no processo de controle de qualidade. A vacina é produzida numa outra célula que chama Vero, que é uma célula de rim de macaco, não é uma célula embrionária humana, quer dizer, essas células que o senhor menciona, são células hoje disponíveis para empresa de biotecnologia. Todas as biofarmacêuticas do mundo utilizam células, sejam células humanas como essa, a HEK, que é uma célula usada, principalmente, até em processos biotecnológicos, não no caso dessa vacina, mas isso é de uso universal.

Em relação à essa vacina, especificamente, são as células Vero, que é uma célula de macaco, de rim de macaco, e é utilizada na produção de outras vacinas, não só essa CoronaVac.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está certo.

Deixa eu fazer aqui também um outro questionamento, tendo aí a tolerância do nosso Presidente. No dia 23 de dezembro, em que o senhor anunciou o limiar da eficácia, o senhor acrescentou que a Sinovac havia solicitado não divulgar o número exato. Isso permitiria a unificação dos dados da vacina em diferentes países. No dia seguinte, véspera do Natal, pesquisadores na Turquia anunciaram uma eficácia de 91%.

Eu pergunto para o senhor, de forma objetiva: o contrato da Sinovac com a Turquia é diferente do contrato com o Brasil?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Eu não conheço o contrato da Sinovac com a Turquia. Na realidade, o que aconteceu nesse dado foi uma necessidade da própria Sinovac de harmonizar os critérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, os critérios de um estudo clínico têm que ser exatamente iguais aos critérios de outro estudo clínico para ela, Sinovac, poder registrar o seu produto na China.

Então, naquele momento, ela solicitou que houvesse a harmonização, porque ela achava que tinha discrepâncias entre os critérios usados no estudo clínico do Brasil e os critérios usados pela Sinovac e por outros países. Então, foi uma medida interna da Sinovac para harmonizar esses critérios e ela ter a confiança – vamos dizer assim – na comparabilidade desses diversos estudos. O estudo da Turquia foi feito na população geral, é completamente diferente do estudo do Brasil, que foi feito em profissionais de saúde. Então não há comparabilidade nessa questão de eficácia. São estudos diferentes, estudos com carga viral diferente, com risco diferente. Então, não se pode comparar: uma deu eficácia de 90, a outra de 70, a outra de 50.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para relembrar aqui, voltar um pouco a fita. Em 23 de dezembro de 2020, o senhor disse em entrevista coletiva que a CoronaVac havia atingido o limiar da eficácia que permite o uso emergencial no Brasil ou na China.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Que é 50%.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto, que limiar foi esse?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Cinquenta por cento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Cinquenta por cento. Quais os dados a que o senhor teve acesso?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Eu tive acesso aos dados do nosso estudo, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por que o Butantan, após pedido, via Lei de Acesso à Informação, não forneceu esses dados, e, sim, um PowerPoint feito pela Anvisa?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Porque a nossa obrigação era de fornecer os dados para a Anvisa, que iria autorizar o estudo emergencial. Não havia por que divulgar isso antes do conhecimento da Anvisa. Quem avalia os dados é a Anvisa, ela é o órgão que tem que avaliar e dar autorização, como foi que aconteceu. Quer dizer, a Anvisa recebeu todos os dados – os dados do Brasil, os dados da China e os dados da Turquia – e avaliou o processo e no final deu o seu parecer conclusivo em relação ao uso emergencial. Que, por sinal – se o senhor me permitir –, ele foi muito rigoroso. Quer dizer, a análise da Anvisa em relação à vacina do Butantan foi muito rigorosa e, seguramente, foi uma das mais rigorosas entre todas as vacinas que foram autorizadas aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para última pergunta, Sr. Presidente.

Em 10 de março deste ano, o senhor prometeu divulgar, entre aspas, "brevemente" estudos que mostrariam eficácia da CoronaVac contra variantes do novo coronavírus. Em ofício, o senhor alegou, entre aspas, novamente, "segredo de negócio" para negar um pedido de informações ao *site* O Antagonista sobre esse estudo. Em abril deste ano, o Butantan enviou os resultados da Fase III do ensaio clínico da CoronaVac para publicação em revista científica.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas os dados são entre julho e dezembro de 2020, antes da disseminação de algumas variantes importantes. Pergunta que eu lhe faço: então, onde estão os estudos sobre a eficácia contra variantes? Quando o senhor pretende divulgá-los? Esses dados fazem parte dos relatórios que o seu instituto está devendo à Anvisa?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O instituto não deve nada à Anvisa, porque o estudo de imunogenicidade foi oferecido no final do mês de abril, essa informação não procede.

Em relação às variantes, quer dizer, as variantes foram testadas em laboratório, elas demonstraram a sua eficácia, e agora já está sendo demonstradas na prática, na eficiência. Quer dizer, o caso de Manaus, que já foi inclusive submetido à publicação; o caso de Serrana, que já demonstrou esses dados. Aí já é a variante P1, a variante que começa a dominar... Na realidade, ela já é a variante dominante nesse momento, em todos os locais do Brasil.

Então, os dados do artigo científico que o senhor menciona, do Fase 3, de fato já foram apresentados, já está disponível esse artigo científico. Foi submetido a uma revista chamada *Lancet*, que é uma revista das mais prestigiosas no mundo. Ainda não tem a decisão final da *Lancet*, mas o artigo já está disponível. O senhor pode baixar o artigo a qualquer momento. E lá tem todos os dados, já de uma fase posterior do estudo clínico que é uma fase que já é além da que foi oferecida à Anvisa, lá, já mostrando uma eficácia diferente, números superiores aos que foram apresentados pelo estudo clínico, lá em dezembro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria só lhe agradecer e dizer, reiterar, aproveitando a audiência desta Comissão, os olhares da população brasileira para cá, que é fundamental que, mesmo com essas eficácias diminuindo em relação à expectativa inicial, mas é importante tomar vacina, é fundamental; é importante o isolamento social, uso de máscaras, álcool em gel; e, com recomendação médica também, no meu ponto de vista, o tratamento precoce, porque uma coisa não anula a outra. Nós estamos numa guerra, e essa guerra a gente precisa vencer com todos os instrumentos que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Duas coisas...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Só me permita uma última observação. Nós não temos dados que demonstram uma queda da eficácia. Nós não temos esse dado. Nós não corroboramos esse dado, está certo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas mesmo nessa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Professor Dimas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mesmo nessa questão...

Presidente, só para complementar, porque a gente não pode considerar como eficácia essa questão do que aconteceu hoje. Inclusive, acabei de receber aqui. O próprio Stênio Garcia também, o ator Stênio Garcia, que recebeu as duas doses e, mesmo assim, foi infectado, está com... O senhor não considera isso uma queda de eficácia? Só uma pergunta.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não. Isso não é eficácia, isso é eficiência, está certo? E eu acho que já expliquei que isso depende muito dos fatores individuais. Ela não protege contra a infecção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não protege para...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Só protege contra a... Nenhuma vacina protege contra a infecção, protege contra as manifestações clínicas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até a H1N1. Você pode ficar gripado, mas ela pode ficar leve. É isso que ele está explicando, Senador.

Tem duas coisas que eu queria, em cima do que o Senador Girão fez, que é importante esclarecer, que é tanta gente perguntando! É importante questionar o Dr. Dimas novamente sobre a terceira dose.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Ele está falando na terceira dose para idosos, neste ano, ou de dose de reforço anual?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Estou falando de dose de reforço anual. Nós trabalhamos com essa possibilidade. Já desenvolvemos, inclusive, uma vacina...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é a partir de que idade? O senhor sabe? Não?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Para todas as populações vacinadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está!

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Para todas que estão incluídas. E isso deve ser para todas as vacinas, não é só para a vacina do Butantan; todas as vacinas, nesse momento, têm a indicação de que haverá necessidade de uma dose anual...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um estudo, então.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Como a vacina da gripe. Na realidade, a vacina da gripe é um reforço anual que o senhor recebe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Girão, o senhor pode repetir a primeira pergunta que V. Exa. fez ao... Falando do Senador Sarney, o ex-Presidente Sarney, que o senhor fala sobre...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a questão de idosos? Por favor?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Porque ele foi... Tem que abrir o som aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Abre o som... Está aberto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto.

Porque o ex-Presidente Sarney foi um dos que, segundo a informação que chegou aqui pra mim, foi garoto-propaganda da CoronaVac, e ele tomou as duas doses e, segundo informações que chegaram aqui pra mim, não foram produzidos anticorpos. E essa informação tem chegado com muitas outras pessoas pra mim, no gabinete. E só repercutindo aqui também a questão do ator Stênio Garcia, que testou positivo, sem a presença de anticorpos, mesmo após tomar, Senador Marcos Rogério, duas doses – duas doses – da CoronaVac. Era só pra compreender se é necessária a terceira dose.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, o Dr. Dimas é especialista, ele vai explicar pra V. Exa., mas eu também conheço alguns casos e tentei me informar. Não vou dar aula, quem vai dar aula, daqui a pouco, é o Dr. Dimas. Não há testes ainda pra saber se você tem IgG após a vacina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum tipo de vacina, nem a CoronaVac nem nenhuma. O IgG seu pode estar alto e isso não quer dizer nada; agora, da vacina, ainda não tem o exame. Você tem vários exames que se faz, você faz o PCR, não vai dar IgG, e às vezes você tomou as duas doses... Isso ainda não tem cientificamente alguma coisa, mas não quer dizer que você não esteja protegido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso foi o que me passaram, mas eu não sou cientista. Professor Dimas, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É importante em relação a isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A fala do Presidente é importante, e a resposta dele para isso seria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em relação a isso, é importante...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tem como identificar se houve...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em relação a isso, é importante nós ouvirmos, então, quem é a maior autoridade aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É. Se é possível, após a vacina, independente de ser do Butantan ou de outros, se é possível saber se você realmente desenvolveu anticorpos que lhe protegem ou não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, em relação a todas.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Existem muitos testes hoje disponíveis, e nesses testes, precisa ser, primeiro, olhada qual a finalidade do teste. Quer dizer, esses testes que fazem nos laboratórios comuns que falam de imunoneutralização, eles não têm correlato com a proteção – é isso que o Presidente está dizendo. Eles não têm correlato com a proteção. Na realidade, o que nós sabemos hoje é que a proteção mais importante é a proteção da chamada imunidade celular, e essa não tem teste, ele está correto, não existe esse teste disponível laboratorialmente, comercialmente. Então, todos esses outros testes que são possíveis de serem feitos em laboratórios são testes indiretos, que mostram se houve a conversão, se não houve conversão, e têm níveis de detecção muito diferentes. Então, todas as vacinas não têm 100% de soroconversão. É impossível que isso aconteça. E ainda tem, nesse aspecto, o aspecto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individual, quer dizer, os indivíduos mais idosos têm esse fenômeno de imunossenescência, ou seja, eles podem não ter um nível tão elevado de anticorpos quanto uma pessoa jovem, mas eles têm a imunidade celular preservada. O senhor me entende? O que nós temos dito, e a Sociedade Brasileira de Imunologia fez uma nota recente em relação a isso, é não recomendar o uso desses testes para avaliação de eficiência da vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não só dessa vacina, qualquer outra vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todas as vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todas as vacinas.

Senador Fernando Bezerra, como o meu amigo e vizinho Senador Rogério Carvalho está na sua residência, depois de o Senador Fernando Bezerra falar, nós vamos suspender por 30 minutos. Senador Rogério, na volta V. Exa. será o primeiro a falar. Porque o Dr. Dimas, como os outros Senadores aqui vão comer um lanche e voltamos.

Senador Fernando Bezerra, por 15 minutos, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar Dr. Dimas Covas, agradecer pela presença aqui nesta Comissão, um momento muito importante para esclarecimentos de muitos fatos e de muitas informações que vão balizar o posicionamento desta Comissão de investigação.

Eu tenho reiterado em minhas falas as dificuldades enfrentadas mundo afora para a obtenção de vacinas e insumos, que não são necessariamente de natureza política, mas de insuficiência de oferta frente à demanda global. Nas palavras do Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, 75% dos imunizantes aplicados até o momento foram administrados em apenas dez países, o que mostra uma desigualdade escandalosa na distribuição global de vacinas. Ainda assim, com o empenho do Ministério da Saúde, registro que chegamos, nesta quinta-feira, à marca de 64.568.609 doses de vacinas aplicadas, o que permitiu a vacinação de 43.239.648 pessoas com a primeira dose e de 21.328.961 pessoas com a segunda dose.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, já distribuiu aos Estados brasileiros 96.501.067 doses. Dentre as doses já distribuídas aos Estados, foram 47,2 milhões de doses da CoronaVac, da fundação Butantan; outras 46,2 mil doses da AstraZeneca, Fiocruz; e 2,8 milhões de doses da Pfizer. Considerando a projeção de entregas de vacinas contratadas, o Governo Federal distribuirá, até o final deste primeiro semestre, até 30 de junho, um total de mais de 146 milhões de doses. Para o terceiro trimestre, são mais 176 milhões de doses previstas. Por fim, mais 310 milhões de doses no último

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trimestre, de outubro a dezembro deste ano. Aliás, nesta semana, o Ministério da Saúde baterá o recorde mensal de distribuição de vacinas, com mais de 33 milhões de doses entregues em maio. São notícias animadoras, porém, até que adquiramos a imunidade vacinal de nossa população, o Ministério da Saúde continua envidando todos os esforços no enfrentamento da pandemia.

Nesta semana, Sr. Presidente, foram liberados mais de 1 bilhão para os fundos de saúde de Estados e Municípios, dinheiro destinado ao pagamento de 21.990 leitos de unidade de terapia intensiva autorizados e vigentes em todo País, destinados a atender exclusivamente pacientes pediátricos acometidos pela Covid-19.

Por fim, saliento que a Fundação Butantan, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, é responsável pelo desenvolvimento de atividades científicas, tecnológicas, culturais e educacionais e na produção de imunobiológicos destinados ao Ministério da Saúde, aliás, uma profícua parceria que, nos últimos três anos, resultou em investimento na ordem de 4,4 bilhões por parte do Ministério da Saúde em vacinas e soros. Esses dados estão disponíveis no Portal da Transparência. E não estão aí computados os recursos já transferidos para pagamento do primeiro contrato com o Butantan para o fornecimento da CoronaVac, que totalizou R$2,5 bilhões.

No contexto do enfrentamento da pandemia, esse primeiro contrato para a aquisição da CoronaVac previa a entrega de 46 milhões de doses a um custo de R$58,20 por dose, resultando neste valor de 2,6 bilhões. O segundo contrato, que está em curso, visando a entrega de mais 54 milhões de doses, totalizará um investimento do Governo Federal de R$3,1 bilhões.

Desde agosto de 2020, quando tivemos notícias da primeira reunião com o Ministério da Saúde, ocasião em que a Fundação Butantan informou a parceria com a empresa Sinovac, foram continuadas rodadas de negociação. Todas as medidas necessárias ao bom andamento do processo negocial, que resultaram na contratação de 100 milhões de doses com a Fundação Butantan, ocorreram, na nossa avaliação, com tempestividade, na medida que os diplomas legais viabilizaram cada uma das ações, deixando claro, na nossa avaliação, que não houve nenhum embaraço da parte do Governo Federal.

Eu queria fazer algumas perguntas ao Dr. Dimas Covas.

Quando se iniciaram os investimentos do Instituto Butantan para a produção da vacina da Sinovac? Quando?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Em abril do ano passado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Abril do ano passado.

Quanto o Instituto Butantan investiu desde essa data até a assinatura do contrato com o Governo Federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O contrato foi assinado no dia 7... Foi mais de R$0,5 bilhão de investimentos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Instituto Butantan investiu R$500 milhões.

Aqui no vídeo, nós vemos uma fala do Governador João Dória falando de US$30 milhões. O instituto estava investindo US$30 milhões ou R$500 milhões?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Os 30 milhões foram o primeiro pagamento feito à Sinovac, foi o primeiro desembolso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, mas eu pergunto o que é que foi desembolsado da data de abril até a assinatura do contrato.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Exatamente. É isso que eu estou mencionando para o senhor...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quinhentos milhões?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Valor superior... Só no estudo clínico, foram mais de 130 milhões...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quinhentos milhões...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Para a fábrica, que está em construção, são R$186 milhões.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O senhor reconhece que o Ministério da Saúde, como principal parceiro do Instituto Butantan no Governo do Presidente Bolsonaro, repassou ao Instituto Butantan, em 2019, R$1,9 bilhão?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O Instituto Butantan só tem um parceiro: se chama Ministério da Saúde.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sempre foi assim. Sempre foi...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria saber se o senhor confirma se recebeu R$1,9 bilhão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não de investimento. Recebemos de ressarcimentos pelas vacinas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estou falando de fornecimento de produtos.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim. De investimento, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Em 2020...

Eu não estou falando de investimento, estou falando se recebeu os recursos do Governo Federal.

Em 2020, R$1,6 bilhão?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim. Para pagamento das vacinas. Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Produtos, serviços, soros, vacinas, imunizantes...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, claro. Sim, claro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria fazer...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, claro. Isso sempre foi... O Butantan trabalha com o ministério desde a sua criação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não; mas explique...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu sei disso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Dimas, só um minutinho.

Explique que a vacina que o senhor está dizendo não é a CoronaVac; são outras vacinas, não é isso?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – São todas as outras vacinas. A vacina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá.

Senão, daqui a pouco, vira meme: "Olha, passou 1,9 bilhão".

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não. Para a CoronaVac, foram 2,6 bilhões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não foram.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... no primeiro contrato, para pagar a CoronaVac.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, peraí, deixa eu fazer as perguntas.

Na realidade, o que eu estou querendo é contextualizar. O Butantan tem como seu principal parceiro o Ministério da Saúde. Aqui se fizeram diversas ilações – ilações! – de que, por atitudes, ações, comentários, falas, isso teria prejudicado as atividades do Instituto Butantan. Não, só estou querendo desenvolver um raciocínio. Eu gostaria que o Dr. Dimas Covas acompanhasse e pudesse responder...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, rapidamente, me permita... Me permita, por favor, meu querido Fernando Bezerra.

Eu só peço ao Presidente, com todo o respeito, porque a advogada de defesa – não sei se ela é advogada – está ali do lado, que o Presidente não faça o papel de advogado de defesa aqui, porque a pergunta foi feita claramente para o Dr. Dimas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, o Presidente não tem que ficar influenciando com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só queria saber, Dr. Dimas, se o senhor recebeu... Pode ter recebido até 10 bilhões, não tem problema. Mas para saber qual foi o fornecimento: de vacina, de insumos, de alguma coisa... Isso que eu estou dizendo. Só isso que eu quis saber.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, nós estamos sendo acompanhados por todo o Brasil. Na realidade, nós ouvimos aqui, durante o depoimento de muitos Senadores e falas do Presidente do Instituto Butantan, que determinadas colocações, atitudes, ações ou falas do Presidente da República, do Ministro da Saúde, de outros integrantes do Governo Federal teriam criado constrangimentos, dificultado e tal os desenvolvimentos negociais do Instituto Butantan.

Eu apenas estou querendo a confirmação – e o Dr. Dimas está confirmando – de que, pela atividade, que eu reconheço que é natural, que é o que ocorre desde o nascedouro do Instituto Butantan – mas nós estamos aqui avaliando o comportamento do Governo do Presidente Bolsonaro –, de que, nos dois primeiros anos do Governo dele, houve uma parceria com o Instituto Butantan e houve a transferência de R$3,5 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que é correto... Será que é correto afirmar – afirmar – que teve má vontade, que o Governo Federal atrapalhou o Instituto Butantan, quando o Governo garante um contrato de mais de R$6 bilhões para o Instituto Butantan? E o Instituto Butantan investe menos de 10% do contrato que vai fornecer ao Estado de São Paulo, que é o mais rico da Federação brasileira, que recebeu do Governo Federal, no pacote de ajuda de R$173 bilhões, e ficou com mais de 20%?

O ano passado – o senhor certamente não deve saber, mas o Governador João Doria sabe –, na compensação de FPM, de ICMS, de suspensão dos pagamentos de financiamento do Banco do Brasil, do BNDES, o Governo de São Paulo recebeu mais de R$30 bilhões. Será que é justo alegar que houve falta de empenho, de solidariedade por parte do Ministério da Saúde, numa relação tão umbilical, tão fluida?

Então, eu só faço essas considerações porque, aos que estão nos assistindo, parece até que o Governo Federal interditou a sua relação com o Instituto Butantan, que criou dificuldades ou se colocou numa posição intransponível. Nós estamos falando de São Paulo, nós estamos falando de um instituto que assegurou um contrato de R$6 bilhões. Eu só queria que houvesse uma reflexão sobre esses comentários que eu aqui ouvi.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Bom, em primeiro lugar, Senador, o contrato do ministério com o Butantan é contra entrega. Nós não recebemos 2 milhões, nós entregamos as vacinas, e 30 dias após a entrega das vacinas é que isso é recebido. Então, a CoronaVac só começou a ser, de fato, ressarcida a partir de fevereiro deste ano. Até então, nós não recebemos um centavo do Ministério da Saúde para o desenvolvimento dessa vacina.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A pergunta é: o que foi impeditivo para que o Instituto Butantan pudesse desenvolver o que desenvolveu, tendo em vista o faturamento que o Instituto Butantan tem com o próprio Governo Federal?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, veja bem, eu nunca falei que a falta do recurso foi impeditivo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. Eu só estou falando para a gente não cair no campo da politização.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, eu estou lhe dizendo o seguinte...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senão a gente está politizando. Nós não podemos politizar o Instituto Butantan. É um patrimônio nacional. Está lá em São Paulo, mas é um patrimônio nacional. E ele não teve nenhuma relação interrompida com o Ministério da Saúde durante esses primeiros dois anos do Governo Bolsonaro. É isso que tem que ficar claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Tem que pagar o que comprou também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu não estou dizendo o contrário. Eu estou dizendo o seguinte: claro que tem que pagar, mas a relação é fluida. O Butantan sobrevive face a esses contratos, face a esses fornecimentos.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou fazer outra pergunta. Eu estou satisfeito com a resposta.

Aqui também a gente ouviu, por diversas vezes, manifestações de V. Sa. e de alguns Parlamentares membros da Comissão de que os atrasos no fornecimento de insumos se deveriam a questões políticas. Isso o senhor falou, outros Senadores corroboraram, sobretudo em relação ao fornecimento de insumos provenientes da China. Eu pergunto: o Governo chinês, quando indagado e reiteradas vezes confirmado por sua embaixada aqui no Brasil, afirma que esses atrasos são devidos a questões contratuais, que não existe nenhuma motivação política para o atraso dos insumos fornecidos, seja ao Butantan, seja à Fundação Bio-Manguinhos.

Então, eu me pergunto: como é que nós vamos registrar aqui, nos *Anais*? Apenas a percepção do senhor, de alguns Parlamentares, ou o que diz o Governo chinês? O que deve ficar consignado nos *Anais*? Porque aqui é uma Comissão Parlamentar de investigação e tem que estar baseado na materialidade, tem que estar baseado em coisas legais, palpáveis. V. Exa. faz ilações, achando que as declarações de agentes públicos ligados ao Governo Federal podem ter provocado os atrasos no fornecimento de insumos, mas o Governo chinês reitera, pela sua chancelaria e pela sua embaixada no Brasil, que os atrasos se devem a relações contratuais entre empresas chinesas e o Instituto Butantan. Como é que ficamos?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Posso?

Em primeiro lugar, em relação ao desenvolvimento da vacina, está certo, quer dizer, em nenhum momento a falta dos recursos federais emperrou o desenvolvimento da vacina porque nós fizemos com recursos próprios e com estudos do Estado de São Paulo. Então, nós não contamos com recursos federais, até que houve a assinatura, no dia 7 de janeiro. E aí é pagamento; não houve investimento. Eu dou para o senhor duas situações paralelas...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O senhor desconhece que o Governo Federal ajudou os Estados brasileiros, e o Estado de São Paulo, como o mais rico da Federação, foi quem mais foi assistido com as ajudas que foram dadas.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É o mesmo Governo.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É o mesmo Governo, é o mesmo dinheiro que foi transmitido.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Mas, veja bem, eu não vou... Não é a minha área...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É desinformação, Sr. Presidente. Por favor, vamos...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não é a minha área a distribuição de recursos entre Estados, não é da minha competência avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Grande Líder Fernando Bezerra... Professor...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Da mesma forma que é o Estado também que mais contribui com a União.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Professor Dimas, eu acho que todos nós já...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – É a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. me disse que era a última.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Deixe ele responder...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou fazer só a última. É por causa do tempo, que aí ele fica com a fala final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Fernando Bezerra não está deixando ele responder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa tática é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – A Bancada Governista tenta compensar a minoria duplicando o seu tempo de fala e constrangimento. Isso não é razoável.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu sou muito econômico nas minhas palavras. Eu vou fazer só um último... Eu compreendo. Eu vou encerrar. Eu vou encerrar. Só uma última consideração; o Dr. Dimas fica com a palavra final e faz os comentários que julgar necessários.

Dr. Dimas, agora a pergunta não é para o Presidente do Instituto Butantan; é para o cientista. Há muita controvérsia sobre a origem do vírus, do coronavírus. Nessa semana, o Presidente Biden dá uma declaração que surpreendeu, porque pede aos órgãos de inteligência americana para, em um prazo de 90 dias, poder dizer se isso é de origem animal ou se isso foi um vazamento de um eventual laboratório.

Eu pergunto: existiria muita diferença para o enfrentamento, do ponto de vista do diagnóstico, se esse vírus for decorrente de laboratório ou se for decorrente de origem animal? Do que nós estamos diante? – tendo em vista, digamos, o peso da afirmação do Presidente americano e, agora, todos os órgãos de inteligência envolvidos para que, em 90 dias, se possa realmente saber de onde provém a origem desse coronavírus.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Posso?

Bom, então, voltando à questão do desenvolvimento da vacina, eu lhe dou dois paralelos. Em 2016/2017, o Butantan desenvolveu uma vacina para a dengue. O ministério deu 300 milhões de investimento para o desenvolvimento dessa vacina. Com isso, nós fizemos os estudos clínicos e começamos a construção de uma fábrica, que hoje está pronta, com investimento direto em desenvolvimento. Para essa vacina, não ocorreu nenhum investimento direto. Para a Fiocruz, em agosto, foi feito um investimento de 1,9 bilhão para o desenvolvimento de uma vacina que era da AstraZeneca. Mas foi feito investimento na Fiocruz. Foi isso que nós solicitamos. Nós solicitamos apoio, como já havia acontecido anteriormente para outras situações, e a vacina da dengue é um exemplo. Para outras iniciativas que o Butantan fez, teve financiamento, sim, e investimento. Nessa situação, não houve investimento, houve o ressarcimento do contrato após o registro e o uso da vacina. Então, isso é muito diferente do que vinha até então, é uma situação diferente.

Com relação ao vírus, veja: houve muita dúvida lá no começo de qual seria a origem do vírus. Inclusive, foram feitas comissões internacionais, lideradas pela Organização Mundial da Saúde, para visitar Wuhan e fazer essas análises. Essas análises já estão disponíveis.

É possível você identificar, o senhor identificar – me desculpe! –, o que é um vírus de origem animal e um vírus artificial. Isso é fácil de ser feito do ponto de vista de análise genômica. Os coronavírus estão na espécie humana há muito tempo. Nós temos um coronavírus... Na realidade, nós temos três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coronavírus que são de incidências anuais aqui entre nós, mas que foram introduzidos muitos milhares de anos atrás na espécie humana e que hoje causam, no máximo, um resfriado comum. Mas existem coronavírus... Todo ano, na época do inverno, nós somos acometidos... Uma parte do que a gente chama de resfriado comum é causada por coronavírus. Tivemos o Sars, que foi um coronavírus diferente, agressivo. Depois, tivemos o Mers, um coronavírus também agressivo. E, agora, tivemos esse. A diferença é que esse se disseminou no mundo muito rapidamente, ou seja, ele tem uma capacidade, uma agressividade maior do que as versões anteriores. Por isso é que ele está causando essa pandemia, não é?

A origem, possivelmente... A origem inicial dos coronavírus dessa cepa, possivelmente, são os morcegos, mas eles tiveram um intermediário, que lá na China é o chamado pangolim, que é um hospedeiro intermediário. Então, todas as análises de genoma, essas análises que a gente faz para saber se é a variante P1, se é a variante da África do Sul... Hoje, a gente faz o sequenciamento disso em alguns dias, em dois dias, três dias. Então, isso ajudou muito a gente entender a origem desses coronavírus.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, não tem base científica a decisão do Presidente americano? É mais uma motivação política querer aprofundar a investigação?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Eu não conheço, de fato, a manifestação do Presidente. Eu estou dando ao senhor a minha opinião como cientista e estudioso do assunto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O.k.! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, obrigado.

Obrigado, Dr. Dimas.

Eu vou suspender... Eu só queria aqui colocar uma coisa: o Senador Fernando Bezerra, na hora em que eu fui falar, me interrompeu, e com razão, com razão! Eu volto a repetir: nós somos políticos e temos uma... Para cada fato, pode-se dar uma versão. Cientista, não! O cientista que está sentado aqui ao lado...

V. Exa., Senador Fernando Bezerra, habilmente, como sempre, quer passar a impressão de que houve um repasse de alguns bilhões para o Butantan: "Seis bilhões! Então, não fizeram a vacina!". Não! Foi repassado – e, aí, Dr. Dimas, é lógico que o senhor não tem necessidade de explicar isso, como cientista... Mas em momento algum se repassou dinheiro primeiro para o Butantan, para depois receber a vacina. Se passou primeiro... Butantan, primeiro, deu a vacina, aplicou no braço dos brasileiros, depois que recebeu o dinheiro. Primeiro ponto.

Segundo ponto. Nós não tivemos mais vacina, não foi porque o Butantan não tinha dinheiro para fazê-lo, é porque ele não tinha para quem vendê-lo, porque o único cliente do Butantan é o Estado brasileiro. Então, ele só podia comprar insumos... E negociar insumos não é assim: "Manda aí para mim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanto"... Mas vocês sabem muito bem que a forma como é tratado isso é com... Você trata o seguinte: "Eu vou precisar de 10 mil litros do IFA", mas esses 10 mil litros não estão na prateleira, não! Não é chegar lá numa loja e comprar, não! Então, a partir do momento que o Governo Federal tivesse feito o contrato para 50, 100, 200 mil e a programação, não precisaria o Governo Federal repassar nem R$1 adiantado para o Butantan.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Agora é minha vez. Eu sou o titular.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Não, Presidente, mas V. Exa. é Presidente. V. Exa. está atuando como comentarista da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, eu só estou querendo explicar o que o Senador Fernando Bezerra quis colocar para...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. não é analista da fala dos Senadores, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, já encerrou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não! Presidente de Comissão não tem esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por que que não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque não... V. Exa. conhece...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ora, eu não posso fazer pergunta?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, dá licença.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor não está fazendo pergunta, Presidente. O senhor não está fazendo... O senhor está fazendo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor está atuando como advogado de São Paulo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – O senhor está sendo advogado de defesa. Ele está ao lado de dois advogados de defesa: uma advogada e um advogado que é o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu sou engenheiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é, mas o senhor está passando aqui como um advogado de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou encerrar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não devia estar fazendo isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é seu papel. Não é seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou encerrar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando alguém do Governo está do outro lado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu vou encerrar... Não, não, eu não estou defendendo o Governo de São Paulo. Eu estou defendendo uma instituição chamada Butantan, que tem cientistas, e lá não tem politicagem. Pois é, é isto que eu estou defendendo: o Butantan.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não está, não, Senador. Por favor, não faça isso.

O seu amigo aqui... Eu não estou nem questionando o Senador Fernando Bezerra. Eu só quis esclarecer uma coisa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas é porque está ficando feio, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ficar muito feio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está ficando feio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A verdade tem que ser dita.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não dá nem para disfarçar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A verdade é uma. Não se repassou adiantado nem R$1 para comprar vacina de ninguém, a não ser da AstraZeneca.

Vamos suspender agora a reunião, Senador Marcos Rogério, por 30 minutos, para a gente almoçar? (*Pausa.*)

Muito obrigado. Depois voltamos com o Senador Rogério Carvalho.

(*Suspensa às 13 horas e 50 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 59 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

Vou passar a palavra ao Senador Rogério Carvalho – por favor, o som do Senador Rogério Carvalho – por 15 minutos, Senador.

Senador Rogério Carvalho com a palavra. (*Pausa.*)

Está com a palavra, Senador Rogério. Está me ouvindo? (*Pausa.*)

Está me ouvindo, Senador Rogério Carvalho?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Agora, sim, Presidente.

Eu queria inicialmente cumprimentar V. Exa.; cumprimentar a nossa testemunha de hoje, o Dr. Dimas Covas; e cumprimentar todos os Senadores, Senadoras, todos que estão assistindo pela TV Senado e todos que estão nos vendo neste momento.

Primeiro, eu queria chamar a atenção de todos: a Medicina tem um caráter universal. A Medicina que se pratica no Brasil é semelhante à Medicina que se pratica nos Estados Unidos, que se pratica na Europa, na China, no Japão – pelo menos essa Medicina baseada na fisiopatologia, na clínica moderna, como a gente chama. Essa é uma Medicina universal, ou seja, os métodos de diagnósticos e os métodos terapêuticos têm um caráter universal.

E o que sustenta toda essa prática ou essas práticas profissionais... E são mais de 200 práticas consolidadas no campo da Medicina ou como especialidade médica ou como área de atuação médica no campo diagnóstico e terapêutico, no campo da prevenção e da reabilitação... Todas as áreas da Medicina têm um caráter universal e têm algo que... Para que essas práticas vão ao consumo humano ou que possam ser práticas utilizadas por todos os profissionais ou universalmente usadas, elas passam por critérios extremamente rigorosos de checagem, de estudos, de pesquisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante a gente dizer isso, porque, aqui, a gente vê uma série de tentativas de desconstruir algo que, depois do desenvolvimento da microscopia, do descobrimento dos microrganismos, depois da microscopia eletrônica, ou seja, o mundo deixou de ser – e a prática da Medicina deixou de ser – algo em cima de miasmas, de ventos e passa a ser uma coisa objetiva, concreta. A gente tem um campo de linguagem específico, que é a semiótica, que nos permite localizar morfofuncionalmente uma dor, um sofrimento que chega para a gente sob a forma de necessidade.

E, da mesma forma, a indústria farmacêutica evoluiu. Ela evoluiu muito! Ela evoluiu tanto que... E a indústria biológica, ou seja, das terapêuticas de base biológica, evoluiu tanto que, em menos de um ano ou no período de um ano, a gente conseguiu ter vacina! Vejam que extraordinário ter vacina! Mas isso – é importante dizer – que são, só no Brasil, quase 120 anos de história de acumulação, e essa acumulação não se deu em cima do achismo, do "eu penso", do "eu acho", do "eu quero", mas, sim, assentada sobre a ciência – acima de tudo, assentada sobre a ciência.

Então, eu queria fazer esse registro e dizer que nós Senadores, independente de sermos médicos, como eu, ou não, nós temos um papel, antes de tudo, de sermos corretos com a opinião pública e de trabalharmos em cima a partir de dados verdadeiros, de sermos... Temos a função de orientar, porque a gente é formador de opinião, a gente tem o privilégio de poder falar e as pessoas nos ouvirem, nos seguirem e nos terem como referência.

Então, eu queria chamar a atenção, por exemplo, dessa história de que a vacina é produzida a partir de célula de feto abortado: são coisas que não cabem num ambiente como este que nós estamos aqui, que é o ambiente do Senado Federal, tratando de um assunto extremamente relevante, que é uma pandemia.

Uma pandemia quer dizer que está espalhada no mundo inteiro, provocada por um agente que é um vírus altamente contagioso e com uma letalidade alta e, portanto, algo extremamente perigoso em que a gente precisa adotar várias medidas. As medidas mais importantes são as medidas preventivas quando se trata de vírus, quando não se tem tratamento específico. E medidas importantes, nesse caso, são as medidas não farmacológicas, como o uso de máscara, como o isolamento social, como a não aglomeração, não inventar remédio que não protege a vida das pessoas, porque uma das funções da saúde pública é a proteção à vida, não inventar, como inventaram a cloroquina e outras tais drogas capazes de prevenir que as pessoas se infectem, que as pessoas adoeçam e que as pessoas morram. Certo?

Então, nós precisamos das medidas não farmacológicas, que é o isolamento social, que é o uso de máscara, que é a não aglomeração, que são as restrições para garantir o isolamento social e de imunobiológicos de diversas origens, seja lá de onde for, desde que produzidos sob bases científicas que têm uma racionalidade que consegue ou não ter validade. Para ter validade tem que seguir determinados rigores acadêmicos, científicos, de testes, de etapas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa dizer isso para a sociedade, a sociedade brasileira precisa ser informada. Nenhuma vacina vai para o consumo humano sem passar por uma bateria de testes – eu vou falar uma linguagem mais simples –, uma bateria de testes que dão a elas a segurança para poder ser usada em seres humanos.

Mas o que eu consigo abstrair disso tudo é que, por conta dessa disputa um pouco fora da casinha, fora de uma racionalidade, de uma racionalidade científica, acadêmica, de uma racionalidade minimamente aceitável no mundo civilizado, que é baseado em algo objetivo, científico, a gente ideologizou tudo.

E essa ideologização de tudo nos fez deixar de ter já aplicadas no Brasil pelo menos umas 130, 140 mil doses de vacinas que a gente deixou para trás. E deixou para trás porque a gente não foi capaz de se antecipar, de tomar a dianteira, porque ficamos aqui defendendo que a imunidade deveria – como disse a Dra. Mayra Pinheiro, numa das suas falas públicas –, que, como a doença é uma doença em que muita gente, 95%, vai ter pouco sintoma, que deveria deixar as pessoas expostas para que pudessem adquirir naturalmente a imunidade.

Essa tal de imunidade de rebanho natural nos leva a 455, 456 mil mortos, e não são 1,2 milhão, 1,5 milhão de mortos no Brasil porque Governadores, porque STF, porque Congresso Nacional, imprensa, a comunidade internacional e a sociedade reagiram a essa tese. E, portanto, nós temos aqui já quase 460 mil mortos por conta dessa insistência, essa insistência obscurantista de negação e, ao mesmo tempo, de adoção de uma teoria de imunidade de rebanho que é devastadora.

Alguns estudos mostram que onde o Presidente Bolsonaro foi mais votado tem maior mortalidade pela doença. E não é por nada, é porque as pessoas acreditam no Presidente. E o Presidente passa o tempo todo – passa o tempo todo! – desinformando a população e encaminhando a população para que ela se aglomere, para que ela não use máscara, para que ela se infecte, para que ela adoeça, para que ela morra e para que ela não se vacine. Então, isso tudo é um problema em que a gente precisa ter muita seriedade e muita consciência do que está acontecendo no nosso País.

Então, como ficou bem clara aqui a interferência do Presidente Bolsonaro, que atrasou a compra de vacinas, retardou a imunização em massa, colocou em risco a vida das pessoas e nós temos essa quantidade de mortos que eu acabei de falar, eu queria pedir ao nosso assessor Marcos Rogério, que está aí no Plenário, para passar um vídeo no qual essa minha fala vai ser respaldada por essa fala pública do Presidente da República.

Por favor, Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, só para deixar claro que é um assessor dele que se chama Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É o assessor Marcos Rogério, da Bancada do PT, Senador. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É tanto Rogério aqui: é Marcos Rogério, é Rogério Carvalho e agora o outro, o assessor Marcos Rogério, muita coincidência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É advogado.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Pronto, Marcos.

Eu só queria mostrar a ideologização e a forma como se trata a produção de um imunobiológico que segue rigorosos processos e várias etapas para que possa ser validado por uma agência como a Anvisa e outras agências que há pelo mundo.

O efeito Bolsonaro tem o viés ideológico e neste vídeo que eu vou mostrar agora, fica claro que, mesmo com a liberação da Anvisa, o Presidente disse que não compraria a vacina do Instituto Butantan, que tem 120 anos e produz todas as vacinas com que eu e quase todo mundo no Brasil nos vacinamos, ao longo das suas existências.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria agora passar um terceiro vídeo que mostra um *site* dos bolsonaristas onde eles alertavam os apoiadores de Bolsonaro em relação à compra da CoronaVac. Eles não queriam fortalecer um futuro adversário político. Veja a politização da vacina.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O resultado disso foi o Brasil e a vida dos brasileiros no meio dessa disputa eleitoral, ou enganados por uma postura ideológica do Presidente. Eu reafirmo aqui que o Bolsonaro foi o promotor da pandemia no Brasil.

Neste último vídeo, a consequência para o Brasil é a vergonha diante do mundo inteiro. E, pior, milhares de vidas perdidas.

Por favor, o quarto vídeo aí, para a gente ver, com as falas do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Marcos Rogério...

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu fiquei esperando aqui desde de manhã para poder apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei, Senador, o senhor sempre é bem-vindo, mas aí a gente ouvir isso tudo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, Presidente, é porque é importante. Sabe por que, Presidente? Porque não sou eu que estou falando, é o Presidente da República que está falando, é ele quem está dizendo que é a vacina da China, é ele que está dizendo e é o povo dele que está dizendo que não vai comprar porque é do Doria, porque é do Butantan, ou seja, não dá pra gente tratar vacina desta forma, não dá pra gente tratar uma pandemia desta forma.

Eu queria deixar uma única pergunta para o Dr. Dimas Covas. Dr. Dimas Covas, o senhor assumiu o Centro de Contingência de São Paulo; além do Instituto Butantan, o senhor é responsável pela administração do combate à pandemia no Estado de São Paulo. Como tem sido a relação do Governo Federal com o Governo estadual no que diz respeito às iniciativas do Governo estadual de medidas restritivas, como tem sido a relação nesse campo quando o Governo do Estado tenta tomar medidas restritivas de circulação de pessoas?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Senador, eu, de fato, fui coordenador do centro de contingência em abril do ano passado, em abril e maio, e desde então não coordeno mais o centro de contingência. Participo como membro, mas o centro de contingência, hoje, tem um outro coordenador, tem um coordenador, inclusive, que é rodiziado periodicamente. Então, o centro de contingência é absolutamente técnico, ele só faz orientações técnicas ao Governador, e é o Governador que, no fim, encaminha essas orientações técnicas para a adoção de medidas. Então, eu não... O senhor me desculpa, eu fui naquela época, em abril do ano passado, e naquele momento estávamos no começo da pandemia; depois disso eu não mais coordenei o centro de contingência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Por fim, Presidente, eu queria agradecer a V. Exa. e dizer que o boicote do Bolsonaro à vacina é tanto que até agora ele não se vacinou, como outros líderes fizeram – Joe Biden, Netanyahu, Alberto Fernández –, ou seja, ele produz o efeito Bolsonaro, que é responsável por milhares de mortes no Brasil, porque os seus seguidores seguem as suas desorientações, e isso custa muitas vidas aos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Ainda temos o Senador Alessandro, Senadora Leila, Luis Carlos Heinze, Senador Marcos do Val e, não membros, alguns outros Senadores. Agora, às 16h, iniciará o trabalho da Ordem do Dia.

Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Dr. Dimas Covas!

Dr. Dimas, objetivamente, a vacina, a produção da vacina CoronaVac não recebeu absolutamente nenhum tipo de recurso federal para investimento, correto?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Nenhum, nenhum, nenhum centavo!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mesmo assim, a proposta apresentada pelo Butantan garantia a entrega de 60 milhões de doses entre 45, em 2020, e 15, no primeiro trimestre de 2021, correto?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Hoje, aqui, o Líder do Governo, o Senador Fernando Bezerra, com todo o orgulho ressaltou que chegamos perto da marca de 64 milhões de brasileiros que receberam ao menos uma dose vacina. A informação que V. Sa. traz para a Comissão, de que o Butantan poderia viabilizar 60 milhões de doses, somada à informação que trouxe o CEO da Pfizer, de que 4,5 milhões de doses poderiam ter chegado, nesse mesmo prazo, 1,5 milhão de doses no final de 2020 e 3 milhões de doses em 2021, significa que nós poderíamos ter o dobro de brasileiros vacinados, o dobro de brasileiros vacinados! Esse é o tamanho do desastre.

E, claro que não esteja, talvez, dentro da sua esfera específica de especialidade, mas os cálculos que são apresentados pelo Professor Hallal e pelo Professor Paulo Martins, da Federal de Pelotas e da Federal de Sergipe, apontam que esse número que está ali na frente do Relator, Renan Calheiros, que hoje é de 454 mil mortos, poderia estar abaixo da casa de 400 mil, só falando em mortes diretamente. São centenas de milhares de brasileiros que não precisariam ter sido internados; milhões de brasileiros que não seriam contaminados. E aí, nesse ponto, peço a sua colaboração, como especialista, para informar à CPI e aos brasileiros a questão de como a vacina interfere na curva de contaminação, como ela retarda a contaminação e permite que o Estado se prepare e salve vidas, por favor.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, nós fizemos um estudo inédito no mundo, para responder a essa questão, porque todos os estudos foram feitos no sentido de determinar a eficácia contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a doença. Nós fizemos um estudo – e ele é inédito no mundo – numa cidade do interior do Estado de São Paulo chamada Serrana, uma cidade de 45 mil habitantes, com 30 mil adultos de 18 anos ou mais. Nós vacinamos 97% dessa população com as duas doses e acompanhamos isso no tempo. Então, nesta semana será feito o relatório final do estudo, mas eu posso já dizer ao senhor que lá o número de casos em idosos caiu 70% após a aplicação da segunda dose. E não só na população de idosos, em toda a população vacinada, isso vem caindo progressivamente, mostrando que o efeito da vacina, quando se vacina em massa, ele é, de fato, um efeito direto sobre a evolução da epidemia, não é? E é isso que é o objetivo. Quer dizer, o objetivo, enquanto não tiver essa vacinação de 97% das pessoas em risco, como foi o caso lá em Serrana, nós não vamos ter esse decréscimo natural da epidemia e ela poderá ficar sofrendo essas idas e vindas, principalmente quando surge uma variante nova.

Lá em Serrana já era a variante P1, ela já estava presente lá quando nós fizemos o estudo. Então, já mostrou um resultado. Agora, sim, um resultado que será publicado brevemente e será um estudo inédito, o mundo inteiro vai olhar para esse resultado. Isso já é objeto, já de há algum tempo, na imprensa internacional, mostrando exatamente a grandeza dos dados que estão sendo gerados lá. Então, é o que se espera de uma vacinação nesse volume: 97, mais de 97% da população em risco, que são os indivíduos, no caso aqui, acima de 18 anos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado. Fica claro que a decisão, a tomada de decisão do Ministério da Saúde e do próprio Presidente Jair Bolsonaro foi no sentido contrário àquilo que a ciência – e não é de hoje – recomenda: valorizar a vacina, isolamento e todas as medidas cabíveis.

O senhor mencionou aqui, mas mencionou muito rapidamente, a questão da ButanVac. Eu pergunto sobre ela por um motivo específico: a gente compreende agora que o desenvolvimento da CoronaVac foi sistematicamente sabotado pelo Governo Federal. Isso é fato, é provado, as ofertas chegaram e elas foram recusadas, chegaram os pedidos de apoio financeiro e eles não foram atendidos, e foram atendidos para outros fornecedores por critérios que não são técnicos.

Pergunto ao senhor: o estágio atual da ButanVac, como se encontra? E o que este Congresso Nacional pode fazer para evitar que este erro aconteça, uma politização para o mal dos aparelhos da saúde brasileira?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Bom, a ButanVac é uma outra vacina, uma nova vacina que tem um potencial muito grande, um potencial, primeiro, pela tecnologia que ela usa. Quer dizer, ela é produzida em ovos embrionados, que é o que produz a gripe. No mundo inteiro, uma das vacinas mais produzidas é a vacina da gripe, globalmente. Então, o que nós estamos desenvolvendo aqui é uma vacina para o mundo. Isso será transferido, por esse consórcio internacional de que fazemos parte, para produtores. Não tem *royalties*, isso é *royalty free,* ou seja, até os países mais pobres do mundo que têm lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

uma fábrica de vacina da gripe poderão produzir a vacina para o Covid, e é por isso que a gente tem uma grande esperança nessa vacina. Portanto...

Ainda estamos num momento de produção inicial, ainda não iniciamos o estudo clínico, mas esse estudo clínico será muito curto, porque ele é comparativo, ele não é mais um estudo como se fosse uma vacina inicial. Não, ele é um estudo que compara... Primeiro que é a própria vacina da gripe que dá segurança a esse processo, uma vacina que tem décadas de uso e, segundo, a gente compara o desempenho dessa nova vacina com a própria CoronaVac. Então, isso vai dar uma resposta muito rápida, e é por isso que ainda tenho o otimismo, eu vou dizer assim, de começar a usar essa vacina ainda este ano. Quer dizer, precisamos de um pouco de agilidade, sim, agilidade na análise desses dados pela Anvisa na liberação do estudo clínico, e, na hora oportuna – o ministério já se demonstrou interessado em conhecer o projeto –, na hora oportuna, sem dúvida nenhuma, dar a possibilidade de os brasileiros usarem os 40 milhões de doses, ou 50 milhões de doses, que podemos produzir e que podem fazer uma grande diferença para este País.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Com certeza, assim como fariam diferença 64,5 milhões de doses até o primeiro trimestre do corrente ano.

Eu vou pedir sua licença e licença para o Presidente para ocupar parte do meu tempo para tratar de um tema que, infelizmente, é cotidiano nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Trata-se da desinformação. A desinformação é um mal que agride o mundo inteiro e, particularmente, este País, o nosso País, o Brasil. E o uso da desinformação atrapalha o ritmo de vacinação, atrapalha a defesa da saúde.

E nós estamos presenciando absurdos aqui, numa CPI do Senado, que não podemos deixar passar em branco. Nós temos vídeos apresentados fora de contexto ou sem data da sua edição, nós temos falas que evocam preconceitos tradicionais, como uma insinuação de ligação entre aborto e vacina, e nós temos uma mistura de valores que foram repassados pelo Governo Federal a vários títulos e de várias fontes para Estados e Municípios, comparativamente, como se fossem todos destinados ao combate à Covid.

Eu falo sobre isso, e acho que é possível que o senhor colabore também como profissional da saúde que é, para tentar mensurar o impacto que isso tem na sociedade. Nós estamos percebendo uma redução na busca por vacinas da gripe, por exemplo. Nós vemos uma ineficiência geral na prestação dessa saúde pública. E nós vemos as pessoas reproduzindo discursos que partem daqui, porque, se, dentro de uma CPI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado, as pessoas se sentem no direito de mentir, de reproduzir falas que não correspondem à realidade, você imagina o que vai acontecer no bar da esquina ou no grupo do WhatsApp da família.

Então, o apelo que faço, Sr. Presidente, Vice-Presidente em exercício, é que se encontre algum mecanismo nesta CPI, que pode ser o de checagem de fatos, que já foi aventado pelo Relator Renan Calheiros, que pode ser um grupo, enfim, de especialistas convocados pela CPI... Mas é indispensável que a gente possa repor a verdade a cada loucura que é divulgada, sob pena de prestarmos um desserviço.

Eu não posso citar o caso de um senhor de memória honrosa, de 96 anos de idade, que padecia de um câncer e que falece depois de ter sido vacinado como se fosse uma insinuação de ineficácia ou inefetividade da vacina. Esse é um desserviço.

Todos nós precisamos somar forças em prol da saúde. E é muito claro que, infelizmente – e parece ser por motivos ideológicos, políticos, porque, se não for isso, é loucura –, alguns tentam defender o contrário. Então, eu peço uma visão do senhor, como profissional de saúde, do impacto que tem a desinformação na saúde pública.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, vacinas mudaram a história da humanidade, quer dizer, as vacinas mudaram a perspectiva de vida do ser humano. Então, é uma conquista inestimável da civilização. Vacina, alimentação saudável, água limpa são conquistas que permitiram que a gente chegasse nesse estágio da civilização, vivendo 75, 80 anos em média. As vacinas têm uma importância fundamental.

E, olha, a vacina não é uma questão de uso individual, ela é uma proteção coletiva, porque nós vacinamos a população para que o vírus, para que o agente infeccioso não atinja aquele grupo de pessoas, não é? Se uma pessoa não se vacina, ela está susceptível, então a gente não consegue tirar o vírus de circulação. Se todas se vacinam, já é uma outra situação, a gente consegue controlar. Então, a vacinação tem o primeiro objetivo de proteger a própria sociedade, de diminuir esse ataque do agente infeccioso. Então, não tem substituto para isso.

Neste momento nós estamos com uma campanha de vacinação da gripe, que é tão importante que aconteça e seja em elevados patamares de vacinação, porque, daqui a pouco, nós vamos começar a ter as complicações da gripe, que também são fatais. No grupo de pessoas idosas, ela leva à internação, leva ao óbito. Então, também não podemos esquecer neste momento que nós temos duas campanhas: uma é para o Covid e a outra é para a gripe, que é tão importante quanto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Eu agradeço – e tenho certeza de que agradeço em nome dos brasileiros – o trabalho realizado pelo Butantan. Esse é um trabalho que salva vidas. Então, parabéns de todo o coração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós que agradecemos, Senador Alessandro Vieira. E a preocupação de V. Exa., a advertência que V. Exa. faz é também a posição desta Comissão Parlamentar e Inquérito sobre o risco que existe na propagação de *fake news*, sobretudo em um tema tão delicado e necessário para os brasileiros como a vacina.

Eu queria pedir ao Relator, antes, com a permissão, com a devida vênia da Senadora Leila Barros, que é a próxima inscrita... Eu queria pedir um rápido informe do Relator Renan Calheiros sobre as providências requisitadas por esta CPI para a checagem de fatos inverídicos, que desinformam os brasileiros e brasileiras que estão assistindo esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senador Randolfe, eu queria aproveitar a oportunidade e informar a todos que nós requisitamos à Agência do Senado Federal a composição, a designação de algumas pessoas para, juntamente com consultores e com assessores da Comissão, compor essa agência de checagem, que instantaneamente vai colaborar com a CPI, mas, sobretudo, com a verdade ao aclarar essas circunstâncias todas.

E, paralelamente, a Rede Globo anunciou o seu grupo de checagem, que tem produzido resultados óbvios e respeitáveis, o *Estadão* também já dispõe de um grupo de checagem e outros jornais estão anunciando o desejo de fazer. E isso é muito importante, tão importante quanto o próprio grupo do Senado Federal, da Agência do Senado, porque nós vamos contar, no dia a dia dos nossos trabalhos, inclusive com a chancela de empresas privadas para colaborar nessa busca permanente da verdade, que é o grande propósito desta Comissão Parlamentar.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Sr. Relator Renan Calheiros.

Eu queria reiterar, orientar a Secretaria para reiterar a requisição à Agência Senado para, o quanto antes, também agilizar o serviço de checagem de fatos, de dados, por conta da Agência daqui do Senado Federal.

Ao mesmo tempo, quero aqui, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito, prestar nossos... Registrar, melhor dizendo, os nossos agradecimentos às Organizações Globo, ao *Estadão* e a todos os meios de comunicação que estão, ao acompanhar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, reiterando e destacando a verdade sobre os fatos que estão sendo repassados nesta Comissão.

Esta Comissão, como nós já dissemos anteriormente, é sobretudo uma ação sanitária – é sobretudo uma ação sanitária. E é dever desta Comissão informar corretamente os brasileiros e as brasileiras sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as medidas que devem ocorrer, no meio dessa crise sanitária, para enfrentamento da pandemia e sobretudo de valorização da vacina.

Então, queria agradecer, fazer o registro desse agradecimento a todos os meios de comunicação que estão acompanhando e atualizando os fatos em tempo real: Organizações Globo, CNN, *Estadão*, Grupo Folha, enfim, todos que estão...

Próxima inscrita, Senadora Leila Barros.

V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Vice-Presidente, que preside neste momento a nossa Comissão, Senador Randolfe Rodrigues, assim como ao Relator, Renan Calheiros, às Senadoras e aos Senadores que nos acompanham presencialmente e remotamente.

Dr. Dimas, nós podemos concluir coisas importantes com a sua presença nesta Casa. A primeira: eu posso falar sobre a seriedade e a excelência da instituição Butantan, que tem feito um trabalho que merece não só o nosso respeito, mas a nossa gratidão. Então, em nome do Senado Federal, de todos os Senadores e da população brasileira... Hoje, com a sua fala, com a sua presença, muito, muito das nossas luzes com relação à vacina CoronaVac, principalmente, à produção foram elucidadas. Eu agradeço muito os seus esclarecimentos e agradeço ao Butantan, instituição que merece realmente o nosso respeito e gratidão.

Mas eu vou além disso. Fica evidente para mim, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que, em relação à CoronaVac, não apenas o Governo Federal não aportou nenhum recurso para o seu desenvolvimento, como foi além: o Governo trabalhou publicamente para desacreditar a vacina – para mim isso fica claro – e, por tabela, de forma inaceitável, ele tentou manchar a imagem do Butantan, desacreditando o trabalho, desacreditando a vacina. E isso é inaceitável.

Então, fica aqui a nossa solidariedade.

Dr. Dimas, eu me sinto contemplada pela maioria das perguntas dos meus colegas, mas eu tenho duas questões que eu gostaria que o senhor pudesse me responder. Primeiro, eu recebi aqui da assessoria um detalhe muito importante: que, com 60 milhões de doses, em 2020, seria possível imunizar todos os idosos até meados de janeiro de 2021 – todos os idosos. E o total disso tudo foram 137 mil vidas, 137 mil idosos que perderam suas vidas. Se eles tivessem tomado, enfim, na conta, as duas doses... Enfim, se eles tivessem sido imunizados, eles estariam aqui hoje. Mas, enfim...

Voltando à questão das variantes do novo coronavírus, eu gostaria de indagá-lo, Doutor, sobre a eficácia das vacinas que estão sendo aplicadas na população. Em relação a todas essas variantes, a P1, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manaus, a do Reino Unido, a da África do Sul e a indiana, já existem estudos com relação à CoronaVac e à AstraZeneca e também à Pfizer, com relação à proteção com relação a essas novas variantes?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Senadora Leila, com relação à P1, nós já temos dados de campo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nós já temos a eficiência da vacina do Butantan e, logo, logo, teremos também os dados da vacina da AstraZeneca.

A variante que preocupa é a variante da África do Sul, porque existem estudos que mostram que, embora as vacinas induzam anticorpos e tenham uma proteção, essa proteção é num nível menor, num nível inferior. Então, nós estamos também preocupados com essa variante, já desenvolvendo vacinas com essa variante, além da variante P1. Por isso eu afirmei antes aqui, nesta Comissão, a necessidade, talvez, da dose de reforço já com a variante, já com as variantes circulantes, exatamente para impedir essa queda da resposta vacinal. Então, preocupa muito – preocupa muito.

A variante da Índia – vamos chamar assim – já está sendo introduzida aqui no País. A epidemia, o salto da epidemia que teve na Índia, nos últimos meses, foi devido a essa variante. Então, é uma variante de extrema preocupação. E ela já foi introduzida aqui no Brasil. Então, nós temos que fazer o acompanhamento genômico, nós temos que testar uma porcentagem na população constantemente para saber qual é a extensão dessas variantes, exatamente... Primeiro, para prevenir a questão das vacinas, para testar se as vacinas funcionam e, obviamente, para tomar as medidas de isolamento, porque, por exemplo, essa variante da Índia está sendo considerada uma ameaça, e vários países tomaram medidas muito efetivas de restrição e de controle dessa variante. Aqui no Brasil, precisam ser também tomadas essas medidas.

Com relação à P1, existem já dados da efetividade da vacina contra ela.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito, Doutor.

Falando sobre a variante indiana, recentemente, foi noticiada a situação de um brasileiro que veio da Índia contaminado com a variante e que, além de entrar tranquilamente no País, viajou por três cidades sem qualquer controle, para, enfim, ter conhecido seu diagnóstico.

Sobre esse assunto, eu indago ao senhor o que o senhor acha da implementação de barreiras sanitárias, especialmente em aeroportos, para controlar a entrada dessas diferentes cepas no País e se o senhor avalia que o Governo tem procedido corretamente em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Esse é um ponto fundamental, que deveria ser uma das estratégias, não é? Inclusive, lá no ano passado, quando nós fizemos o primeiro diagnóstico, o vírus já tinha se espalhado. E ele entrou pelo aeroporto, não entrou por fronteira terrestre. Ele entrou pelo aeroporto. Da mesma forma, essa pessoa que veio da Índia, o brasileiro que veio da Índia entrou e demorou alguns dias para, de fato, tomar as medidas de isolamento. Então, é possível que ele já tenha, nesse percurso, transmitido essa variante.

Então, essas medidas de controle sanitário... A senhora chamou de barreira sanitária; na realidade, é controle sanitário. Precisa ter, obviamente, um sistema de vigilância epidemiológico, um sistema que seja rápido.

E, sem dúvida, hoje a porta de entrada das pandemias no mundo inteiro são os aeroportos. O número de voos que circulam no mundo atualmente – neste momento, é menos, obviamente – é impressionante. Então, o deslocamento de um vírus de um continente para outro se faz em um prazo de 24 a 48 horas. Então, é, sim, fundamental que tenha controles epidemiológicos mais rígidos para controlar, neste momento, a possibilidade dessas variantes, mas também outras epidemias, porque essa não será... Espero que a gente vença essa epidemia o mais rapidamente possível, mas não será... Como não é a primeira, também não será a última.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Doutor.

Estou contemplada, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Leila.

Ao fazer os agradecimentos aqui, eu me esqueci também de agradecer às redes sociais, em especial a vários perfis do Twitter que têm contribuído também com a atualização de fatos e com as informações devidas para a atuação dos membros desta CPI.

O próximo inscrito é o Senador Luis Carlos Heinze.

V. Exa. tem 15 minutos. Fique à vontade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares...

Sr. Dimas Covas, primeiro, quero só lembrar aqui... O senhor falou que não tinha recursos federais. Em 23 de junho, o senhor assinou um contrato com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Levando em consideração o desafio de se desenvolver uma vacina eficaz e segura contra o SARS-CoV-2, foi criada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rede Colaborativa para Desenvolvimento de Vacinas do Instituto Butantan. O valor é de R$1,28 milhão. É pouco, mas é R$1,28 milhão. Está em vigência também o apoio de 110 bolsas do CNPq no mesmo Ministério no valor de R$2 milhões por ano – aqui está o documento.

Também quero colocar aqui que tem o Butantan um convênio com o Ministério da Saúde, Senador Marcos Rogério, de R$63,255 milhões, que já foram empenhados, já foram licitados, e só falta pagar. São obras no Instituto Butantan. Era só para fazer essa colocação.

Da mesma forma, Sr. Dimas... O Senador Renan e outros disseram que não é política. É política, sim, esta CPI, que tem esse interesse. V. Exa., o PSDB, o PDT, o MDB... Não interessa. Tem esse fim político.

Eu tenho negócio – pequeno, mas tenho –, e eu não falaria, Senador Marcos Rogério, de um cliente que negociou este ano R$8,378 bilhões, Butantan e Governo Federal, para ouvir tudo o que a gente ouviu aqui ao longo dessa fala: 8,378 bilhões; liquidados já 3,142 bilhões. Tá bom!

Das vacinas que V. Exa. fala que podia ter entregue 40, 50 milhões de doses, o Instituto Butantan iniciou formalmente o processo de submissão dos estudos para a Anvisa, em 30/11/2020 – 30/11/2020 –, Senador Renan. Nessa data, entregou um pacote de dados com estudos clínicos, Fases I e II. Apenas em 8 de janeiro, protocolou o uso emergencial de uma vacina contra o Covid-19: CoronaVac, desenvolvida pela Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan.

No vídeo de que o Senador Marcos Rogério falou aqui, V. Exa. fala ao Doria: "Nós só teremos vacina a partir do dia 15 de janeiro". Então, o que foi falado aqui, que teria 40, 50, 60 milhões de doses da CoronaVac, em dezembro, não tem por quê. Aqui está o documento que vocês encaminharam à Anvisa, e antes disso essa vacina não estava aprovada – essa e nem qualquer outra. O.k.?

Se quiser falar, à disposição.

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Senador, esses recursos de ciência e tecnologia... O Butantan é uma instituição de pesquisa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sei.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Tá?

Nenhum desses projetos... O Butantan tem quatro vacinas em desenvolvimento, além dessa vacina. Então, são projetos específicos de vacina para outras plataformas, inclusive, e são estudos ainda numa fase embrionária. Nem em relação à ButanVac houve financiamento por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia.

E sobre as bolsas o Butantan tem mais de 200 pesquisadores, tem curso de pós-graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado. Então, é uma instituição de pesquisa de excelência e que usa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

recursos do sistema de apoio à ciência e tecnologia. Não há dúvida nenhuma nisso. Os recursos que o Butantan aufere do Ministério da Saúde são recursos de fornecimento de vacina. O maior recurso é da vacina da gripe, que eu menciono mais uma vez, 80 milhões de doses, o maior volume de vacinas da gripe entregue a um serviço público.

Então, nossa parceria com o ministério não há como ser negada. Ela sempre existiu. O ministério é o nosso único cliente, e nos orgulhamos de atender o ministério sempre. Fazemos todo o esforço, sempre no sentido de dar à população brasileira a melhor resposta aos desafios de saúde pública.

O que eu mencionei é que, para essa vacina, especificamente, não houve recurso federal, nenhum centavo, Senador, nenhum centavo. É apenas a constatação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Com a questão da AstraZeneca e Fiocruz foi diferente: foi transferência de tecnologia entre a AstraZeneca, Fiocruz com o Governo brasileiro. Ali houve um adiantamento de 1,9 bilhão, mas não foi dado dinheiro à Fiocruz. Quando foi comprada, Senador Marcos Rogério, a vacina, foi descontado aquele valor que foi adiantado. Então, não é que para vocês não deram, porque aí era a venda, era uma venda de vacinas; é diferente, um é transferência de tecnologia. Houve a transferência de tecnologia dos chineses com o Butantan. É uma história. E lá houve uma transferência de tecnologia da Fiocruz, AstraZeneca e o Governo brasileiro. O acordo que não foi feito – não é? – entre o Butantan...

E sabe que o Brasil hoje já tem 662 milhões de doses adquiridas, das quais 130 são da CoronaVac do seu... Do Butantan. Também é importante que se diga essa questão aqui.

Foi colocado aqui o trabalho que fizeram em Serrana, o.k.? Eu peguei a letalidade de Serrana, de março do ano passado até agora: 2,25. Peguei a de agora, de janeiro a maio, quando foi vacinado: 1,94. O senhor sabe qual é a letalidade de Porto Feliz, onde o Prefeito Cássio Prado – um assunto que é criminalizado por cientistas de esquerda; criminalizado – fez um tratamento precoce? A letalidade de Porto Feliz é 1,14, menor do que onde V. Exa. vacinou, que é Serrana; 1,14 é o que ela tem de março do ano passado até agora.

E, quando a gente olha essas mortes, 450 mil mortes aqui. Se tivesse sido aplicado o que o Cássio Prado aplicou em São Paulo, em Porto Feliz, a Dra. Raíssa aplicou em Porto Seguro, o Prefeito João Rodrigues aplicou em Chapecó, e tantos Municípios do Brasil, seguramente a letalidade seria a metade da que está aí. Então, nós não podemos criminalizar também esse tratamento. Então, esse é o ponto. Sou a favor das vacinas, trabalho pelas vacinas, mas temos que respeitar esse tratamento.

E, veja, a letalidade do Amapá hoje é 1,51; a letalidade de Santa Catarina é 1,57; a letalidade de São Paulo, 3,38, quase o dobro, porque lá não usam o tratamento precoce que usam no Amapá, que foi negociado. Governos de esquerda, de direita, médicos, Ministério Público... Ela não tem criminalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um ponto que eu fico chocado... E eu não sou médico; V. Exa. é. Então, quando pega Didier Raoult, V. Exa. sabe quem é Didier Raoult, Luc Montagnier, Satoshi Omura, Dr. Zelenko. São pessoas Prêmio Nobel. Criticarem essas pessoas por terem adotado um procedimento? É no mundo. V. Exa. sabe melhor do que eu quem são essas pessoas de que eu falo. Então, aqui está.

E o Brasil já tem 96 milhões de doses repassadas, Senador Marcos Rogério. O que nós temos, Presidente Omar Aziz, é que cobrar dos Governadores. Só 64 milhões de pessoas receberam essas doses de vacina; tem 32 milhões que ainda não foram aplicadas e já estão nos Estados. Agilize esse processo.

Então, nós trabalhamos pelas vacinas e trabalhamos também por esse tratamento, para regularizar esse tratamento, que é importante para o Brasil.

Qual é a razão por que a Agência Europeia e os Estados Unidos não reconhecem a CoronaVac como vacina para fins de autorização de viagens e entrada de brasileiros no continente europeu e nos Estados Unidos? O senhor pode explicar qual é a razão por que eles não recebem?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – O.k., posso responder?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Em primeiro lugar, Senador, eu não estou aqui para falar de outros tratamentos. Estou aqui para falar de vacinas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – De vacina eu entendo. E outros tratamentos, eu não me sinto capacitado a fazer esses comparativos.

O que eu posso dizer para o senhor é que Serrana era a cidade que tinha maior incidência de SARS-CoV-2, de infecção, do Estado de São Paulo no momento em que ela foi escolhida para fazer o estudo, e os resultados são... Enfim, são muito animadores, do ponto de vista da eficiência da vacina.

A Europa, na realidade, não reconhece vacinas. Ela... Houve uma iniciativa de criar um passaporte para as vacinas que são utilizadas na Europa ou autorizadas pela Organização Mundial da Saúde. Então, não é que ela não reconhece; ela não usa a vacina. E brevemente essa vacina... Como a vacina outra chinesa, a Sinopharm, já foi reconhecida pela Organização Mundial, ela imediatamente entrou para fazer parte do Covax Facility. Então, é possível que ela seja uma vacina distribuída no mundo inteiro. E é também o que nós esperamos em relação à CoronaVac: que ela seja reconhecida pela Organização Mundial e entre no mecanismo Covax, que aí ela estará presente em todos os países ou em todos os países atendidos pela iniciativa Covax. É o que se espera.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Senador Izalci junto com o Senador Nelsinho Trad, o Senador Wellington Fagundes, o Senador Confúcio Moura e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu, que tenho trabalhado nessa questão também, conversamos com V. Exa. – o Deputado, ex-Secretário e ex-Ministro Imbassahy participou de uma das reuniões que nós tivemos. Nós queríamos tratar que esses laboratórios de medicamentos veterinários pudessem produzir vacinas – quem sabe essa? E V. Exa. falou que custava US$150 milhões para adaptar os laboratórios da Boehringer. Nós conversamos com outros três laboratórios: US$10 milhões, US$15 milhões adaptam o laboratório e fabricam vacinas. Hoje, nós estamos trabalhando com esses quatro laboratórios, 12 laboratórios de medicamentos humanos, com 16 vacinas que são financiadas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e outras 16 que já estão autorizadas pelo Governo, pela Anvisa ou em fase final de autorização. Tem chinesas, tem indianas, tem russas, que estão fazendo isso. Vale para V. Exa., no Butantan, e vale para Fiocruz: se associem a esses laboratórios. Nós estamos trabalhando nessa questão para que o Brasil não só para o mercado interno, porque a dose deste ano... Já estão compradas as doses deste ano, e receberemos, mas é para frente. Isso nós precisamos no ano que vem e nos outros anos. O Brasil pode ser e vai ser – escute... Nós estamos trabalhando com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Agricultura, com o Ministério das Relações Exteriores, com o Ministério da Economia e a Anvisa, para que possam lincar esses 16 grandes laboratórios brasileiros, Senador Marcos Rogério, para serem produtores de vacinas! Vamos sair dessa fase... E vão se associar à Fiocruz, ao Butantan, com o nível de excelência que vocês têm. Nós podemos usar e vamos usar... Estou lhe falando que nós tentamos naquela ocasião, e aí V. Exa. falou que custava muito e levava de 12 a 15 meses. De dois a três meses, um desses laboratórios já vai estar fabricando vacina, tão logo vacinas indianas ou chinesas, enfim... Eles estão fazendo negócios – aí a iniciativa privada –, com recursos próprios deles, sem falar com o Governo, só querem que o Governo garanta a compra, porque o Governo garantiu a compra de vocês, como garantiu a compra da AstraZeneca e até da própria Pfizer – eles não vendiam vacina se não houvesse garantia de compra. E aqui já houve garantia de compra.

É só essa a colocação que eu lhe faço também com relação a essa questão desses laboratórios de medicamento veterinário que vão fabricar vacinas. Vão fabricar, porque é negócio para eles, é negócio para o Brasil. O Brasil precisa, o mundo precisa. Se pegar os números hoje da Índia, tem 194 milhões de doses de vacinas aplicadas, 198 milhões, e precisam de 1,3 bilhão de doses de vacina. A China tem 566, mas precisa de outros 500 milhões de doses de vacina. Nós podemos fazer para nós e para o mundo. Os Estados Unidos não precisam, mas o Brasil pode fazer para a América do Sul e para o resto do mundo também. Esse é um projeto em que já estamos trabalhando.

Então, nós trabalhamos em duas frentes: vacina, que é importante, e também esse tratamento preventivo, precoce, que ajuda. Somam-se os dois processos.

E quero falar aqui, porque alguns colegas falaram aqui... O Presidente Bolsonaro pode ter o jeito dele de falar, mas é um Governo sério. Imbassahy, nós éramos Deputados juntos com Fernando Henrique Cardoso; passamos pelo Lula, pela Dilma, pelo Michel Temer. Vocês não ouvem falar em corrupção. Fale do jeito que fala... O jeito dele é isso aí, mas é um Governo diferente, com números expressivos... O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil tem hoje essa posição. Então, eu peço respeito às pessoas que fazem isso. E deixemos ideologias políticas de lado, vamos cuidar daquilo que nós precisamos cuidar. As vacinas de que precisamos, o Brasil tem já quase 100 milhões de doses distribuídas. Vamos fazer com que os Prefeitos apliquem, vamos... As vacinas chegarão.

O Senador Renan pode apontar se alguma agência de checagem... Eu quero que ele confirme para mim que não tinha condições de aplicar 40, 50 milhões de doses vendidas em dezembro deste ano passado, porque ele mesmo disse que era só em janeiro, e a documentação da Anvisa só entrou no final de... Entre dezembro e janeiro. Então, não podia ter 40, 50 milhões de doses no mês de dezembro. Bem claro isso aqui.

O.k., Dr. Dimas?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, o que eu afirmei é que teríamos a vacina. Se ela fosse autorizada ou não autorizada na Anvisa eu não posso prever isso. Nós teríamos esse quantitativo de vacinas.

Com relação às vacinas veterinárias, eu gostaria muito de que isso que o senhor mencionou acontecesse.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Vai acontecer.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Nós avaliamos... Nós avaliamos dois produtores e, como são laboratórios de produção de vacinas animais, principalmente para febre aftosa, elas precisariam ser adaptadas para a produção da vacina que o Butantan produz.

Especificamente, nós fizemos essa avaliação com muito critério, porque eu fiquei muito animado com a possibilidade de usar essa fábrica situada muito próximo lá de São Paulo. Infelizmente, não seria tão rápido assim, dada a necessidade de adaptação e compra de equipamentos para poder fazer essa adaptação.

O senhor está me dizendo que terão outras vacinas que serão produzidas, eu tenho que louvar essa iniciativa, tomara que ela prospere muito rapidamente.

No caso do Butantan, não foi possível.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** O.k., mas vai acontecer.

Senador Omar, só para fazer uma colocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só repetir, o Senador já tinha colocado aqui. No dia 19 de abril, o Ministro Marcelo Queiroga e o Embaixador chinês Yang Wanming se reuniram para tratar sobre a cooperação para acesso às vacinas. O Embaixador afirmou, naquele dia, que eventuais atrasos no IFA não são intencionais, Senador Marcos Rogério, já que a demanda internacional por insumos é muito maior do que a oferta possível no momento. O Embaixador disse ainda que a China oferece imunizantes a mais de 100 países e precisa vacinar seu 1,4 bilhão de habitantes.

No entanto, foi colocado aqui, V. Exa. inclusive falou, que a China está retaliando o Brasil. Acho que nós temos que retratar isso aí, Sr. Presidente, não podemos deixar essa parte, não é assim. Daqui a pouco, eu sou produtor, o Brasil vai retaliar a China com soja, com carne, com qualquer coisa, não é assim. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, Senadores, é a minha posição. Vocês falaram a posição de vocês, eu penso diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendo, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu posso pensar diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, só isso que eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não disse... O Dr. Dimas não falou que a China está retaliando o Brasil.

O Dr. Dimas disse o seguinte, para explicar... O Dr. Dimas disse o seguinte: se nós tivéssemos feito o contrato antes com o Governo, nós teríamos 60 milhões de doses em dezembro – isso ele disse. Segundo, se nós tivéssemos feito um acordo com a Pfizer, nós teríamos feito o primeiro acordo, 70 milhões de doses, e até o primeiro trimestre nós teríamos... Então, nós teríamos aí mais de 100 milhões de doses.

O que ele disse sobre a China foi o seguinte – que eu entendi. Ele disse: "Olha, tu tens 100 amigos, são vizinhos e tal, e tem um que fala mal de ti. Tu até tens uma boa relação, mas ele foi... Ele fala mal de ti, ele pega qualquer coisinha, fala mal de ti. No final de ano, numa festa, tu vais convidar esse cara que fala mal de ti? Não, tu vais convidar os outros 99 que são os teus amigos". Então, quando tem 100 países que necessitam, como alguns dirigentes... E aí, o senhor é testemunha: sobre fatos, não tem como a gente dizer não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu tenho essa preocupação também em relação ao agronegócio. Acho que a China é um grande parceiro comercial nosso, nós não podemos esticar essa corda, nós temos que acabar com esse discurso de que a China é inimiga nossa, porque isso não é bom para o Brasil. Eu, o senhor e todos aqui vamos passar, os governos passam, mas as pessoas no Brasil vão precisar fazer negócio com a China e com outros países. A China sempre foi parceira nossa e eu espero que continue sendo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E vai continuar sendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu não vi...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nós precisamos na vacina e eles de alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que não é a hora de a gente esticar mais a corda nisso, sabe?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não quero esticar a corda, eu só quero respeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos deixar para lá. Eu acho que essa coisa aí já... Nós já passamos essa etapa, nós já passamos essa etapa. E o importante, Senador Luis Carlos Heinze e Senador Marcos Rogério... Agora, quando falo Marcos Rogério, posso pensar que é o assessor do Senador. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos arrumar um outro sobrenome para ele

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou sempre falar para você Senador, porque se eu chamar Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o outro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para ficar bem registrado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que nós agora temos uma obrigação aqui como representantes do Brasil, como Senadores do Brasil que representamos Estados aqui, é não esticar a corda com ninguém. Nós nunca fizemos isso, nós nunca tivemos esse tipo de problema, é histórico. Você já foi Deputado no Governo do Fernando Henrique, no Governo do Lula, no Governo da Dilma, hoje é Senador. O senhor sabe que nunca se esticou a corda e nem devemos esticar. É um erro nosso fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho melhor a gente... Até faço um apelo aqui para os Senadores tanto de oposição, de situação, que a gente não fale mais da China, porque é a mesma coisa de estarmos na China falando mal do Brasil – você está me entendendo? –, a gente estar escutando e o Embaixador também se sente muito magoado. É natural! E ele é obrigado, pela função que ele tem, de informar aos seus superiores tudo que se passa no Brasil. O papel dele no Brasil é esse, ele não tem outro papel.

A Zona Franca de Manaus, para vocês terem uma ideia, está cheia de indústrias chinesas. E mais, 90% dos componentes da indústria da Zona Franca de Manaus vêm da China. Deus nos livre se a gente brigar!

Nós temos uma exportação de *commodities* para a China muito forte. V. Exa., Senador Heinze, que é do Estado produtor, sabe da importância dessa relação.

Então, vou até fazer esse apelo, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Senador Randolfe, Senador Contarato, Senador Marcos Rogério e Senador Luis Carlos, que a gente evite tocar no nome da China daqui para frente. Eu acho que essa questão já está... Vamos superar essa parte, isso não é bom para nós, não é bom para o Brasil.

Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, obviamente que o ponto que o Senador Heinze colocou aqui foi um ponto que eu também coloquei no meu questionamento, porque na primeira fala do Dr. Dimas Covas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator está incomodado, o Senador Omar fez aqui uma fala longa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, está cansando os espectadores, Senador Renan. É com isso que o senhor está preocupado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, V. Exa. está preocupado com os espectadores. Já percebi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para os próximos inscritos. Senão, não vai dar tempo, pela Ordem do Dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só uma ponderação, Sr. Presidente. É porque realmente, na primeira fala dele, ele disse que o produtor não estava com falta do IFA, que o problema era de Governo, era autorização para sair para cá. Levando a crer que isso era parte de um tipo de impedimento, de embaraço. Então, por isso que o Senador Heinze coloca e ele se reposicionou na minha fala. Então, olha, não dá para afirmar que foi boicote do Governo e tal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, vamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É apenas para deixar claro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que os fatos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... senão, a primeira versão fica como se fosse um boicote ao Governo brasileiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, esse é um tema em que temos divergência. Vamos prosseguir; senão, alguns colegas vão ficar sem falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os fatos, os fatos, os fatos...

Senador Marcos do Val.

Obrigado, Senador Heinze. Obrigado, Senador...

Senador Marcos do Val, via remota. Abre o som, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Escutam-me?

Obrigado, Presidente.

Eu queria dar as boas-vindas para o Dr. Dimas Covas, dizer da minha admiração, como cidadão brasileiro, pela Fundação Butantan. São inquestionáveis toda a história e toda a luta pela saúde dos brasileiros.

Fiquei muito feliz de ver a Fundação Butantan se movimentando e tentando achar uma alternativa, uma vacina, já prevendo as consequências dessa pandemia, mas, ao mesmo tempo, fiquei muito triste. Isso eu queria compartilhar com os meus amigos Senadores – os Senadores que são oposição, que são situação, que são independentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu ouvia muita fala do Doria de forma a provocar o Presidente. Nós, todo mundo já sabe que o Presidente sempre teve essa característica, desde quando era Deputado Federal, não é novidade, e o Doria provocava isso. Provocava esse bate-boca, esses desencontros, essa raiva, e o brasileiro pagando por isso. Então, eu queria pedir, já que o senhor tem proximidade com o Doria, para que ele abaixe as armas e que a gente possa estar todo mundo junto nessa luta.

Eu vou fazer o meu testemunho aqui, porque, enquanto estou falando aqui, eu tenho enterrado muitos amigos. A única coisa que eu posso fazer, porque não posso estar presente, é mandar essas coroas de flores. Isso aqui foram amigos que morreram, familiares que morreram, enquanto a gente fica nesse debate político de quem é a favor da hidroxicloroquina é Bolsonaro, de que quem é a favor da vacina é Doria. Enfim, são todos... Não dá nem para mensurar aqui. Eu vou guardar isso aqui, porque foram pessoas de quem eu não pude nem ver o rosto, estavam dentro de um saco.

Dizer para vocês, aqui... Aí saio um pouquinho do nosso convidado para dizer que quero dar meu testemunho de que eu fui... Quando diagnosticado, o médico me receitou hidroxicloroquina. Ele me receitou hidroxicloroquina, que até sobrou. E eu jamais doaria isso ou daria isso para outra pessoa, porque isso aqui só com prescrição médica. Mas era dentro de um cenário em que não se tinha outra ferramenta, não se tinha outra munição, como nós temos hoje a vacina, não é?

Também me receitou ivermectina, também com venda sob prescrição médica. Está aqui. Esse eu não usei, vai para o lixo, porque eu não vou usar, não vou passar para ninguém.

Mas o mais importante foi a espera disso. Eu tomei a primeira dose, esperei muito por essa vacina. O que eu estou querendo dizer para vocês é que também uso máscara, também tenho álcool em gel, também estou em isolamento. Então, todas as ferramentas possíveis que o mundo dizia que era para fazer, eu segui e fiz. Eu não inventei nada, eu segui sugestões de médicos, de cientistas, de especialistas. Foram esses que me guiaram.

E, como um Senador da República, eu sempre me posicionei nas minhas redes sociais, sempre fui contra esse radicalismo: se você usa hidroxicloroquina ou usou, você é bolsominion; se você se vacina, vai virar jacaré, você é não sei o quê. Enquanto isso, estou tendo que mandar, por hoje, flores para as pessoas que estão morrendo.

Bom. É inquestionável a questão da vacina, inquestionável. Não vou questionar nada aqui: se é pouco eficiente, se é muito eficiente, se vai ser, ainda, uma terceira dose. Quem sou eu para questionar isso aqui. O importante é que já estão sendo vacinados os nossos brasileiros.

O nosso amigo Major Olímpio não teve essa oportunidade. Ele gritava pela oportunidade de poder se vacinar e morreu sem a vacina. E também disse que não tomaria hidroxicloroquina. Será? Se ele tivesse tomado seria menos forte? Não sei, não sabemos. O "e se"... É muito "e se" e "ouvi dizer"; "e se" e "ouvi dizer".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu amigo, Senador Otto Alencar, carinhosamente, quando eu fui detectado, o ano passado, com Covid – fui detectado clinicamente – me ligou e receitou hidroxicloroquina. Só que eu falei para ele: Otto, o meu médico já me receitou. Agradeço o carinho. Então, na época, ele me receitou. Hoje, a fala dele é totalmente contrária, mas ele me receitou dentro dos cuidados de fazer o eletrocardiograma e tudo o mais, porque eu tenho problema cardíaco.

O Randolfe, o meu amigo Randolfe, também quis fazer homenagens a médicos que, naquela época, estavam receitando hidroxicloroquina. Era o que tinha. As vacinas estavam sendo pesquisadas, não tinha nada pronto, mas era o que tinha. Então, não dá para hoje juntar o tempo, compactar o tempo, e achar que tudo aconteceu ao mesmo tempo. É essa a minha agonia de ver os meus amigos se digladiando, porque tudo fez parte de um tempo e não foi tudo no mesmo tempo.

Todo mundo sabe que a Fox News e a globo.com também estão falando sobre a tal denúncia da chinesa que falou que isso foi um vírus produzido. O Presidente americano está se colocando aí para sair atrás das investigações. Enfim, o importante é que o vírus está aí e tem essa cepa ainda mais perigosa, e a gente continua perdendo brasileiros. Então, deixe que eles busquem lá o que é para eles, o que é verdade. E que a gente continue aqui a viabilizar as vacinas. Estou preocupado com essa terceira onda. Não quero ficar mais mandando coroa de flores.

Aí eu pergunto ao senhor, com toda a sua experiência... Eu queria entender: da primeira dose para a segunda, qual é esse período? A que eu tomei... Eu fiz um contato até com a Anvisa para perguntar qual o período de uma dose para a outra. A Anvisa, oficialmente, me respondeu dizendo que são três semanas, mas o Governo, aqui, está dizendo que são três meses. Eu pensei: uai! Eu queria saber – uma pergunta é essa –, sobre a CoronaVac: quantos dias da primeira para segunda dose para que a pessoa esteja efetivamente protegida.

Outra pergunta. Quando você diz que o Brasil poderia ter sido o primeiro a vacinar no mundo...Isso eu também verifiquei, na Anvisa, que a autorização emergencial saiu no dia 17 de janeiro de 2021.

Então, tem algumas falas que foram colocadas aqui que me trazem desespero, porque são falas politizadas que vão dividir ainda mais a sociedade, vão dividir ainda mais o Congresso, vão dividir ainda mais nós Senadores. E eu queria propor, ver se há possibilidade de a Fundação Butantan, o Instituto Butantan – não sei se pode, vou procurar saber com as minhas assessorias –, se nós podemos pegar parte do que nós temos de emendas Parlamentares e fazer doações para o Instituto Butantan para ajudar na continuidade das pesquisas, no aumento do parque industrial de vocês. Me peça... No que eu posso ajudar? Eu estou aqui querendo ajudar. Eu não aguento mais ver brasileiro morrendo e eu queria ouvir do senhor.

E isso, como Senador, ajudaria? Porque eu poderia pedir aos outros Senadores também para poderem abrir mão um pouco dessas emendas impositivas, poderia pedir aos Deputados. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiria aí meio bilhão quase, ou mais de R$500 milhões por ano, que a gente pode estar mandando para vocês para viabilizar pesquisas, para não perder médicos, para não perder pesquisadores pra os outros países, para que nós possamos ser referência e que essa dor por que nós estamos passando possa entrar para a história como um divisor de águas no Brasil. Quando todo mundo era dividido, movimento radical, amor e ódio, todo mundo se matando nas redes sociais, se matando nas ruas, se suicidando, perdendo o emprego, passando fome, agora era o momento de a gente se unir, porque não tem... Quem é o próximo? Quem pode ser o próximo? Não sabemos e eu não aguento mais mandar essas coroas de flores.

E aí eu pergunto para o senhor assim, de coração: que eu posso fazer pra ajudar? E, por favor, não politize essa a fala. Eu sei que a sua proximidade com o Doria é muita, mas ele é responsável também por essa politização, por esse radicalismo, de amor e ódio, "quem vacina é Doria", "quem é hidroxicloroquina é Bolsonaro". Peça pra ele, pelo amor de Deus, se ele faz isso de coração, que ele continue fazendo de coração, mas não por conta de palanque.

Agradeço muito a presença do senhor aí. Muito nos honra.

Obrigado e desculpe o desabafo.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador Marcos, em relação à CoronaVac, o intervalo é de 28 dias entre a primeira e a segunda dose. Para a vacina da AstraZeneca, Fiocruz, são 12 semanas, 3 meses. O senhor está correto. Então, são vacinas diferentes e os intervalos entre elas são diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Me desculpe. A CoronaVac não eram 14 dias?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) **–** O estudo clínico foi feito com 14 dias, mas nós avaliamos até 28 dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas você pode tomar com 14?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Hoje nós recomendamos que seja feito com 28 dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E quem tomou com 14?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não tem problema nenhum – não tem problema nenhum. Pela própria escassez de vacinas, com 28 dias é até melhor.

Bom, com relação à questão da disponibilização de vacinas, nós temos uma questão que talvez precise ser refletida, e acho que o senhor colocou muito bem, quer dizer, uma epidemia se enfrenta com um esforço nacional. Uma epidemia é uma guerra – é uma guerra. E, veja, aqui tem um componente importante: a regulamentação do uso emergencial de vacinas no Brasil foi feita na primeira quinzena de dezembro do ano passado – primeira quinzena, dezembro do ano passado! Em outros países, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentação ocorreu já no meio do ano passado. Então, houve, sem dúvida nenhuma, uma demora em o País se mobilizar para enfrentar essa questão da epidemia com todas as armas disponíveis, a vacina é uma delas.

Essa autorização de uso emergencial ter saído na primeira quinzena de dezembro, seguramente, poderia ter sido prevista anteriormente. Já existiam experiências de outros países. Nós poderíamos, sim, ter uma agilidade maior nesse esforço de guerra.

Eu acho que nós estamos enfrentando uma guerra. O Brasil nunca teve uma guerra. Na Segunda Guerra, nós mandamos 25 mil soldados para a Europa. Então, hoje, é uma guerra muito intensa contra o vírus, e nós só vamos vencer essa guerra, sem dúvida nenhuma, se tivermos um esforço nacional de todas as áreas. A área regulatória, a área da indústria que produz vacinas veterinárias, a que produz vacinas humanas; enfim, é um esforço que permite a gente vencer essa batalha. Senão, nós não vamos vencer; senão, nós vamos ser reféns desse vírus por um bom tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia, depois ao Senador Fabiano Contarato, e, aí, nós teremos de suspender a reunião, porque terá início a Ordem do Dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Nós vamos suspender a reunião ou vamos encerrar a reunião?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, encerrar. Desculpa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, Senadora Zenaide e Senador Fabiano.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, Senador Omar Aziz, eu quero cumprimentar aqui o Dr. Dimas Covas, do Instituto Butantan, e reafirmar, como a maioria dos colegas, que o Butantan nos engrandece. É uma instituição sólida, reconhecida no mundo todo, responsável praticamente pela vacinação deste País. Lembro e agradeço pelo que o senhor disse: o que fez aumentar a vida média no Planeta? Vacinas, tratamento da água e tudo que a ciência nos mostrou.

Eu queria dizer aqui o seguinte: não tem como negar que não só a Pfizer solicitou a compra de vacinas, como a gente viu aqui, e foi negada em tempo hábil, como os senhores, que só produzem vacinas para o Ministério da Saúde, ou seja, diz-se muito que é de São Paulo e não sei o quê. Quem produz vacinas para o Ministério da Saúde é o Instituto Butantan, gente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que aconteceu? Julho, agosto, setembro... E era normal que uma instituição pública fosse pedir o apoio para, justamente como o senhor disse, reformar uma fábrica para aumentar o número de produção e, ao mesmo tempo também, uma ajuda financeira para os estudos clínicos.

Eu perguntaria ao senhor: o senhor chegou a se sentar no Ministério e mostrar a gravidade de a gente não estar comprando vacinas antecipadamente?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Sim, senhora. Nós fizemos algumas reuniões discutindo especificamente esse aspecto. Inclusive, naquele momento, a possibilidade de nós sairmos na frente. O Brasil poderia estar, sem dúvida nenhuma, sendo um dos primeiros países vacinados no mundo. Eu, inclusive, afirmei isso de público algumas vezes. Mas, para isso, sem dúvida nenhuma, precisaria ter uma coordenação, um agrupamento de ações para que isso acontecesse. E aí teve uma diferença...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu sei que aqui o senhor disse que não vai falar sobre medicamento, que a gente veio falar exclusivamente de compra antecipada de vacina.

Enquanto a Pfizer e o Butantan ofereciam vacina, nesse meio tempo, o Governo somava coisas, tudo contra a ciência, estimulando aglomeração, não uso de máscaras, o não uso de vacinas. E eu acho que o senhor já notou aqui nessa... O senhor já notou aqui que existe, mesmo o senhor tendo vindo falar sobre vacinas, um esforço hercúleo do Governo querendo legalizar o uso de droga sem eficácia terapêutica comprovada.

Aqui vem a pergunta agora. Eu sou médica e quero perguntar ao senhor como médico. Eu, como médica, digo que a autonomia médica não é ilimitada. Eu fiz o curso de Medicina numa universidade federal e diziam que o médico pode prescrever pra determinada doença aquilo que a ciência provou que era eficaz.

O senhor vai responder agora como médico pra mim: acha que o médico pode fazer achismo, ficar testando?

Eu estou perguntando, Dr. Dimas, porque me preocupa essa insistência nisso. O senhor imagina se isso abre uma precedência pra qualquer doença que seja epidemia ou pandemia, e a autonomia médica vai dar o direito de ficar testando medicamentos nos pacientes sem ter registrada essa pesquisa em canto nenhum, sem a Anvisa autorizar, sem a Conitec autorizar. Essa pergunta é para o médico.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Eu sou professor de Medicina, Senadora. Eu ensino exatamente para os alunos de terceiro, quarto e quinto ano da faculdade. E este é um dos princípios básicos: o tratamento tem que ser baseado nas evidências clínicas, e essas evidências surgem dos estudos clínicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem tratamentos que não foram aprovados pelos estudos clínicos e hoje não são recomendados. Não são recomendados não é pelo médico, mas é pelas entidades de classe médica, pela Organização Mundial de Saúde, ou seja, não reconhecem ação efetiva desses medicamentos no tratamento. Portanto, não devem fazer parte do arsenal terapêutico medicamentos não aceitos como sendo efetivos e tendo aí os trabalhos científicos por trás.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dr. Dimas.

Mais a última pergunta: o senhor acha que o fato de o Ministério da Saúde estar sendo ocupado – Ministro e a maioria de cargos importantes, como até hoje... Por exemplo, o Secretário Executivo do Ministério da Saúde é um engenheiro, sem formação médica; não quer dizer que não seja capaz. Dificulta para a população e para os órgãos, como Fiocruz, Instituto Butantan, se aceitar a ciência...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Desculpa, Senadora, eu não entendi bem a pergunta.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... pela dificuldade do conhecimento?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Desculpa, Senadora, eu não entendi a pergunta. Por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Por exemplo, o fato do Ministério da Saúde, no período em que o senhor o procurou pra negociar que comprasse as vacinas, que viabilizasse... Era dirigido por pessoas que não são da saúde. Por isso eles tinham de dificuldade, porque não tinham nenhuma experiência, nessa negociação?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, a senhora me faz uma pergunta de caráter pessoal e eu respondo da seguinte maneira: acho que cada macaco no seu galho. Eu acho que médico foi treinado, foi formado, passa a sua vida cuidando da saúde. Eu acho que é importante, num momento tão grave de uma epidemia, termos as melhores cabeças, os melhores médicos, os melhores cientistas para cuidar desse problema. Não é?

É a minha resposta, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dr. Dimas.

Sr. Presidente desta Comissão, queria finalizar dizendo o seguinte: não tem como negar ação e omissão do Governo Federal, que aumentou esse número de mortes. Eu não tenho dúvida – e acho que ninguém aqui – de que, se tivesse seguido a ciência, acreditado na compra de vacinas antecipadamente... Porque, como foi dito aqui: cem países querendo, por que alguém que está sendo desmerecido pelo Governo brasileiro vai priorizar o País? Claro que não! Mas dizer o seguinte, que além disso....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... nós temos uma coisa muito grave aqui, pra finalizar: a insistência do Governo em legalizar o uso de cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina. Eu não sei por quê, mas existe uma insistência em legalizar esses medicamentos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Zenaide.

Eu peço desculpas pela interrupção, é porque, para garantir a palavra ao última inscrito... Aliás, existem outros colegas inscritos, mas, por determinação do Sr. Presidente do Senado, que já inaugurou a Ordem do Dia de hoje, nós temos que, de imediato, encerrar esta Comissão Parlamentar de Inquérito e iniciar a Ordem do Dia. Peço desculpas aos colegas remanescentes, já que não foi possível abrir a inscrição, mas, reitero, estamos aqui cumprindo o Regimento do Senado e acabei de ser avisado pela Presidência da inauguração da Ordem do Dia.

Então, como último inscrito – e eu peço a economicidade do tempo –, meu colega Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores. Sr. Dimas, muito obrigado por ter comparecido.

Hoje eu reputo que é um momento muito importante pra Comissão, porque a informação que V. Sa. traz é que, se o Governo Federal tivesse agido no ano passado na contratação da CoronaVac, nós teríamos hoje a vacinação de mais que o dobro das pessoas. Então, eu não tenho dúvida – e isso não é politização, porque contra fatos não há argumentos –: a digital do Governo Federal, que está nessas mortes de 450 mil, está visível, porque o Estado brasileiro, que é pessoa jurídica de direito público externo, é que tem legitimidade para celebrar contratos de aquisição de insumos e vacinas.

O nome dessa negligência em Direito Penal, Senador Renan, é crime de prevaricação: quando você deixa de praticar ou retarda um ato que você tinha por obrigação, por dever de ofício, fazer. Isso é crime. Além dos crimes praticados por esses homicídios e lesões corporais, seja a título de dolo, porque dolo no Brasil é o dolo direto, quando se tem a intenção de produzir o resultado, mas dolo no Brasil também se chama dolo indireto, quando, com o seu comportamento, você assume o risco de produzir o resultado. E quem de qualquer forma concorre com esse agravamento da pandemia deve responder criminalmente, civilmente e por ato de improbidade administrativa – eu não tenho dúvida disso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui fazer uma ressalva, porque ficou evidente pra mim que o Presidente da República e o Ministro Pazuello, para satisfazerem o sentimento dele, pessoal, xenofóbico, e contra a China, deixaram de praticar ato de ofício, deixaram de assinar contrato com o Instituto Butantan. Poderiam ter salvo dezenas de milhares de pessoas.

Ouvi membros da base do Governo dizerem que não podem politizar a vacina.

Pergunto: quem recusou em *live* transmitida nas redes sociais a compra da vacina do João Doria e mandou procurar outro para investir nela? Quem falou para ir comprar vacina com sua mãe? E quem disse que a vacina chinesa não seria comprada?

Essas perguntas não precisam de resposta. Todos aqui sabem quem foi o responsável por essa sandice, por esses atos criminosos. O resultado é um só: atraso na vacinação e consequente morte dos brasileiros.

Sr. Dimas, eu fico muito preocupado quando eu vejo colegas Senadores difundindo a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica. Veja, nós estamos em pleno século XXI e nossas palavras aqui têm um peso na opinião pública, porque isso é difundir... Essa utilização dessa medicação sem nenhuma comprovação científica vai impactar no efeito dessa pandemia. Então, eu ouvi aqui hoje de colegas questionando até a eficácia da CoronaVac! Veja: até de uma vacina que teve comprovada sua eficácia, mas, ao mesmo tempo, difundem a utilização de ivermectina e hidroxicloroquina.

O senhor considera adequado um médico – porque tem uma distância enorme entre um médico e um cientista; um médico pode ser um cientista, mas nem todo médico é um cientista; ciência se faz em laboratório, com discussão dos seus pares –, o senhor considera adequado um médico utilizar seu paciente como cobaia por meio de prescrição de medicação sem comprovação científica?

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Senador, isso é uma infração ética na profissão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ele estaria extrapolando os limites da Medicina.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O nome disso sabe qual é? Crime, exercício irregular da profissão, porque, quando o legislador fala "ou excedendo-lhe os limites", então, o médico, quando utiliza o paciente como cobaia prescrevendo uma medicação sem nenhuma comprovação científica, está praticando crime previsto no art. 282, com pena de seis meses a dois anos. E esta Comissão tem que jogar luz sobre esse fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na qualidade de pesquisador, o senhor considera possível que a chamada "imunidade de rebanho" seja mais efetiva do que a vacinação em massa da população? O que que é mais efetivo: a imunidade de rebanho ou a vacinação em massa?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Senador, não há ainda nenhuma comprovação de que haverá imunidade coletiva em relação a essa variante, a esse vírus circulante. Neste momento, os dados que nós temos são dados vacinais, quer dizer, o dado da infecção natural... E aí é importante considerar que, no Brasil, registrados, são pouco mais do que 16 milhões. Se nós considerarmos cinco vezes isso, que é mais ou menos a estimativa que se faz, vamos chegar aí próximo da casa de 80 milhões. Então, nós temos ainda uma grande parcela da população suscetível, e essa população só poderá ser protegida, sem correr o risco da infecção, pela vacina e pelas medidas de afastamento social.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

O instituto que o senhor representa recebeu algum apoio logístico ou diplomático durante a gestão do Sr. Ernesto Araújo, nos contatos com o Governo da China, para obtenção de ingrediente farmacêutico, do IFA? Eu faço questão aqui porque a responsabilidade criminal, civil e administrativa do ex-Ministro das Relações Exteriores, para mim, está patente, assim como o Ministro Pazuello, assim como a Secom.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, não recebemos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Não receberam.

Qual o grau de desenvolvimento e cronograma de disponibilidade da ButanVac?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – A ButanVac, como eu mencionei mais cedo, está sendo produzida já no Butantan. Vamos produzir 18 milhões até julho, até final de julho, e aguardamos o início dos estudos clínicos, a autorização da Anvisa para terem início esses estudos clínicos.

Os estudos clínicos estão previstos para durar 20 semanas. Nós podemos ter o resultado desses estudos clínicos em outubro. Portanto, já é possível, lá em outubro, a gente obter um uso emergencial dessa vacina, que já estará produzida.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

O Governo Federal ofereceu qualquer ajuda financeira ou técnica para desenvolvimento da ButanVac?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não. Nesse momento, existem conversas em andamento, sim, mas nós não temos ainda nenhum protocolo, nós não temos nenhuma negociação concreta em relação a isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** E esse fato retarda ou prejudica o desenvolvimento da vacina?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não, não, não prejudica.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Teve um depoente aqui que, na terça-feira, insinuou que não existe interesse da indústria farmacêutica na realização de pesquisas com medicamentos sem patente no tratamento Covid, pois não haveria retorno econômico. Teve uma depoente que falou isso aqui, ela insinuou que não havia interesse, devido a que a indústria farmacêutica não teria esse interesse nisso.

Como conhecedor do mercado farmacêutico há anos, V. Sa. considera que essa afirmação tem algum lastro de realidade?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Olha, eu trabalho num instituto público que está desenvolvendo não só vacinas, mas inclusive tratamentos. Nós temos um soro anticovid, um soro produzido em animais, que acabou de ser utilizado pela Anvisa o início de seus estudos. Então, isso é um tratamento, um tratamento que tem já as fases iniciais feitas... É a experiência do Butantan a produção de soros e nós esperamos que esse tratamento seja... E ele não tem nenhum interesse econômico por trás disso. O Instituto Butantan não explora a sua propriedade intelectual...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Então, isso não traz lastro de realidade?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Não.

O senhor já ouviu falar em alguma conspiração global anticloroquina?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Desculpa, eu desconheço.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Eu também.

Olha, Sr. Presidente, aqui, para mim, eu acho que esta CPI... E só para concluir, Sr. Presidente... Nós temos que entender e eu volto a afirmar: as digitais do Presidente da República, do Ministro da Saúde e da Secom, do Ministro das Relações Exteriores estão nessas mortes. E digo mais: não é nem a título de... Se você falar: "Isso ele agiu de forma intencional...", que seria o chamado dolo direto, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessariamente, porque o legislador, no art. 18, colocou: "ou assumiu o risco de produzir o resultado". E o Presidente da República, com sua omissão deliberada, acreditando na imunização por rebanho, ele assumiu o risco de produzir essas mortes e ele deve responder por essas mortes. E digo mais: quem, de qualquer forma, concorreu para isso tem que ser responsabilizado. É o chamado "concurso de pessoas" ou "codelinquência", que eu espero que a Comissão Parlamentar de Inquérito, quando finalizar esse relatório, atribua, individualize as condutas, para responsabilizar essas pessoas, porque ali está patente.

E não há que se falar só no comportamento positivo, Sr. Dimas. Existe a omissão, no Brasil, ela é penalmente relevante, quando a gente tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado. Então, eu não tenho dúvida de que todas essas pessoas, além dos crimes de homicídios e lesões corporais, devam responder inclusive por prevaricação, porque, quando ele deixa de assinar esses contratos para aquisição de vacinas, que hoje, como ouvimos do senhor, nós teríamos mais do que o dobro de pessoas vacinadas, quem diretamente teve um nexo causal entre a conduta e o resultado eu não tenho dúvida: foi o Presidente da República, foi o Ministro da Saúde, o Ministro das Relações Exteriores, foi a Secom e toda e qualquer pessoa que tenha agido, seja autor, coautor ou partícipe que tenha concorrido deve responder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Eu vou conceder e pedir a devida vênia e compreensão ao meu querido Líder da Minoria no Senado, Senador Jean Paul Prates, os cinco minutos finais, para nós concluirmos, porque já estou sendo chamado a atenção, com a devida razão, pelo Sr. Presidente Rodrigo Pacheco para o encerramento.

Então, V. Exa. tem cinco minutos, pra nós podermos concluir aqui esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigadíssimo, Presidente.

Serei muito rápido. Quatro perguntas "sim" ou "não" para o Sr. Dimas Covas.

Diretor, muito obrigado pela sua presença. Nossa solidariedade a todos vocês da equipe Butantan e a todas as entidades, também à Fiocruz, que fazem parte desse time que está lutando contra a Covid.

Eu queria saber o seguinte: está rolando na internet, no ecossistema particular, especialmente bolsonarista ou governista, como queiram chamar, algumas desinformações que eu gostaria que o senhor esclarecesse com um "sim" ou "não" rápido. O senhor é parente de Mário Covas ou de Bruno Covas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS (Para depor.) – Não sou parente, Senador. Eu tenho o mesmo sobrenome, mas nossas famílias são de origens distintas. A família de Mário Covas é do litoral, eu sou do interior do Estado de São Paulo. Não somos parentes, não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Diretor. Isso já foi esclarecido, inclusive numa reportagem da *Piauí* de checagem de informação, mas continua rodando esse boato aí.

Outra coisa: o senhor é filiado ao partido do Governador de São Paulo?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Não sou filiado neste momento. Eu fui um dos fundadores do PSDB, na minha juventude, 30 anos atrás, na época em que eu tinha participação política. Não tenho mais participação política. Eu sou um técnico, sou um professor, um cientista, um pesquisador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente. Então, na sua visão, como gestor não político, afastado da política há décadas, como cientista e pesquisador, duas perguntas finais: o Governo Federal atuou para estimular a produção de vacina no Brasil? Sim ou não?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Se atuou para estimular? Desculpa, para entender... Estimular o senhor disse?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o Governo Federal atuou para estimular a produção de vacinas no Brasil.

O SR. DIMAS TADEU COVAS – No caso do Butantan, não. No caso do Butantan, especificamente pra essa vacina, não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Senador. Só pra ficar devidamente registrado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Sa. entendeu a pergunta? A pergunta...

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Para estimular... Para estimular...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIMAS TADEU COVAS – No caso dessa vacina, não houve estímulo governamental do Governo Federal para o seu desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Por fim, isso caracterizaria culpa, mas, para caracterizar dolo, o senhor considera que o Governo não só não estimulou, como atrapalhou deliberadamente ou dificultou a viabilidade dessa vacina brasileira?

O SR. DIMAS TADEU COVAS – Na realidade, essa vacina não teve o apoio na hora que foi solicitado. Isso poderia ter dado uma velocidade maior ao desenvolvimento. Nós poderíamos ter, como mostrei aqui por vários documentos, um quantitativo maior de vacinas disponíveis para o Brasil no momento adequado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Obrigado, Presidente. Obrigado pelo fechamento. Obrigado pela deferência.

Obrigado, Doutor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Jean Paul Prates.

Esta Presidência fez o correto em conceder a V. Exa. esse encerramento, porque trouxe uma enorme contribuição para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, quero agradecer vossa prestimosa contribuição a esta CPI.

Eu queria, antes de encerrar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ou melhor, esta última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as razões do agravamento da pandemia no Brasil, nesta semana, a última reunião desta semana... Eu queria encerrar, meu caríssimo Imbassahy e Dr. Dimas Covas, registrando enorme agradecimento – e esse agradecimento pode não ser de todos os membros desta CPI, mas será da ampla maioria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, da relatoria, da Presidência e da Vice-Presidência desta CPI – ao Instituto Butantan, também ao Governo de São Paulo, pela enorme contribuição para nós termos uma vacina que hoje imuniza 64% dos brasileiros, uma vacina que, se nós não tivéssemos nesse momento, a catástrofe ainda seria maior... E a existência dessa vacina só se deve à aposta da ciência, aos esforços do Butantan, à determinação – e eu conjugo essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinação também com o Governo de São Paulo –, para que esta vacina estivesse disponível para todos os cidadãos e cidadãs deste País.

Eu faço questão de fazer esse registro, porque sobretudo esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito a favor da ciência, esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito a favor da pesquisa científica, a favor da vida, para encontrar as razões por que nós temos hoje mais de 450 mil brasileiros mortos. E, se tem alguns que vêm à CPI e devem ser colocados no altar da reverência não só de brasileiros e brasileiras, mas na reverência da humanidade, são as instituições de pesquisa, como é o caso do Butantan, como é o caso da Fiocruz. Os imunizantes brasileiros, como é o caso do Butantan, como é o caso da Fiocruz, os imunizantes de todo o Planeta, como é o caso da Pfizer, que começou a vacinar os brasileiros, a esses nós temos que fazer o registro de nosso agradecimento, porque temos consciência de que vivemos um momento da história e, em momentos da história, há a porta de entrada da honra e a porta de entrada da vergonha, a porta de entrada da glória e a porta de entrada da tristeza, da decepção. O Instituto Butantan, em todos esforços que foram feitos pra termos essa vacina, estará na história, na porta de entrada da honra.

Faço questão de fazer esse registro final, Dr. Dimas Covas, em agradecimento a todos os esforços que foram feitos. Tem um Brasil que vai vencer o final e vai ser o Brasil da ciência, e vai ser a vida, e vai ser a porta de entrada da glória para esta crise terrível que vivemos.

Então, meus agradecimentos, Dr. Dimas Covas, e também quero registrar meu agradecimento ao Governo do Estado de São Paulo, ao Senador Imbassahy, ao Governador Doria, por todos esforços que foram feitos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião a ser realizada na terça-feira, dia 1º de junho, às 9h, para ouvirmos a Dra. Nise Yamaguchi.

Declaro encerrada esta presente sessão.

(Iniciada às 9 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 43 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta minutos do dia hum de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Otto Alencar, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros, Izalci Lucas e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Lasier Martins, Rose de Freitas, Flávio Arns, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates e Roberto Rocha. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Nise Hitomi Yamaguchi, Médica oncologista e imunologista, em atendimento aos requerimentos 189/2021 e 524/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 716 de 2021** que: "Requer seja enviado pedido de informações ao município de Aracaju e ao Estado de Sergipe acerca do Hospital Nestor Piva." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento da convidada Dra. Nise Yamaguchi.

Espero que Deus possa nos abençoar neste dia, porque já chegamos a quase 463 mil mortes no Brasil.

O Senador Humberto Costa pediu uma questão de ordem.

Por favor, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pedi a palavra pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, Senador. Pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – É do conhecimento de todos que, no dia de ontem, depois de consultar a Colômbia e a Argentina, a Conmebol consultou o Brasil sobre a possibilidade da realização da chamada Copa América aqui no nosso País, um evento futebolístico sem qualquer relevância. Não estamos falando de eliminatórias da Copa do Mundo, não estamos falando de Copa Libertadores da América; estamos falando de um evento que, diferentemente da Europa, que tem a Copa da Europa e que é muito importante, aqui no Brasil é algo... Aqui no Brasil não; aqui na América Latina, na América do Sul, é algo de pequena relevância.

A Colômbia e a Argentina, que têm situação de controle da pandemia, por incrível que pareça, melhor do que o Brasil, rejeitaram. E o Brasil aceitou promover esse evento, cujo protocolo, Presidente, tem exigências de oferta de serviços públicos que, nesse momento, o Brasil não tem condição de fazer. Por exemplo, virão delegações de atletas, de torcedores, de dirigentes, de gente da imprensa que vem cobrir, e isso significa que nós teremos que garantir, além de segurança, leitos hospitalares, atendimento à saúde, coisa que está faltando para a população brasileira nesse momento.

Por essa razão, nós ingressamos junto ao Supremo Tribunal Federal, com um pedido para que essa decisão, tampouco dotada de inteligência, não se realize. E como é um tema conexo a esta CPI, eu já vi que o Senador Randolfe muito corretamente apresentou um requerimento de convocação do Presidente da CBF, para que ele venha explicar por que é que o Brasil está decidindo assumir essa realização desse evento.

Veja que há outros países na América Latina que estão numa situação bem melhor do que a nossa. O Chile, por exemplo, já vacinou boa parte da sua população, mais de 60%, e não quis sediar, não é? E por que nós, que estamos entrando agora, infelizmente, na terceira onda, vamos agora sediar um campeonato ridículo, que não tem qualquer valor para a nossa tradição futebolística? Existem insinuações de que é porque o Governo quer agradar um dos compradores dos direitos de exibição dessa copa, mas eu queria aqui registrar não só o meu protesto, mas me associar ao Senador Randolfe para que essa CPI venha discutir.

Felizmente, alguns Governadores, inclusive do meu Estado – a Governadora do Rio Grande do Norte também –, já disseram que não querem esse futebol, esse jogo lá, no Estado deles, porque como explicar à população que nós vamos estar realizando um ato de circo num momento em que falta pão e falta saúde para a nossa população?

Então, eu queria fazer esse registro. Sei que não estou sozinho com essa preocupação e espero que nós possamos torná-la tema daqui, porque é algo conexo ao que estamos fazendo neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pra contraditar. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu tinha solicitado a palavra para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou já passar a palavra para V. Exa., Senador Otto Alencar.

Ontem, eu estava dando uma entrevista à CNN, quando fui perguntado sobre essa questão. Num primeiro momento, como está tendo campeonato todo final de semana, todos os dias, praticamente... Aqui tem copa Brasil, copa do campeonato brasileiro, então... Mas depois eu fui raciocinar: realmente, é sem lógica fazer um negócio agora, um evento internacional. Não temos o que comemorar – nós não temos o que comemorar. Aliás, nós temos é que lamentar.

Então, naquele primeiro momento, como nós temos uma prática, desde o primeiro... Primeiro, campeonato estaduais, campeonato do Nordeste, Copa Norte, Copa Verde e outros campeonatos aqui... Mas depois, você, fazendo uma autocrítica e raciocinando, você vai comemorar o quê? Tá bom, se o Brasil for campeão da Copa América vai mudar o que neste momento para a gente? O que significa isso?

Então, eu tenho que concordar com V. Exa., Senador Humberto, e com o Senador Randolfe em relação a essa posição.

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só... Senador Otto, Senador Marcos Rogério, Senador Alessandro e Senador Eduardo Girão.

Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, é claro e, naturalmente, todos nós devemos partir do ato do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, quando publicou as ações que deveriam ser realizadas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito desde a crise do Amazonas, tanto quanto o repasse de recursos federais para Estados e Municípios, ou seja, não está contida dentro desse ato a possibilidade de convocação do Presidente da Confederação Brasileira de Esportes. Isso pode ser decidido, naturalmente, se V. Exa. levar àquele que é soberano nessas decisões, que é o Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito, ouvindo, claro, todos os Senadores, inclusive os que podem discordar dessa posição.

Mas, Sr. Presidente, o que eu acho fora do normal é que ontem, quando o Ministro Ramos deu a entrevista... E ele não foi afirmativo, dizendo que o Governo teria tomado essa decisão. Também ninguém ouviu ainda a manifestação do Presidente da República. É bom que ele se manifeste como Chefe do Poder, Presidente do Brasil.

Mas quem deveria ter sido ouvido ontem era a autoridade sanitária do País, que é o Ministro da Saúde, o Dr. Marcelo Queiroga – ele que deveria ser ouvido. Se, por acaso, houver insistência do Governo, junto com a CBF, de trazer de forma errada, equivocada, antissanitária, numa irresponsabilidade sanitária sem precedentes, trazer a Copa América, que já estão chamando de cepa América aqui no Brasil, é importante que, ao contrário de chamar – não discordando do meu prezado amigo Humberto – o presidente da CBF, se chame terça-feira próxima o Ministro Marcelo Queiroga. Ele vai ter que vir aqui e dizer: "Olha, eu tenho condições de estabelecer barreiras sanitárias por terra entre Brasil e Uruguai, Brasil e Argentina, Brasil e Paraguai, Brasil e Bolívia, Brasil e Colômbia, Brasil e Venezuela, Brasil e Suriname, Guiana, Guiana Francesa, todos esses países que fazem fronteira de terra com o Brasil" – só não faz, na América, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Equador e o Chile. E terá que dizer também: "Eu tenho condições de colocar barreiras sanitárias nos aeroportos, fazer exame, teste PCR, em todos que vão entrar no Brasil, fazer nos portos, para que não chegue aqui uma cepa estranha de outro país".

Já estamos com a segunda, poderemos ter uma terceira onda, e o Brasil poderá passar a uma condição de total descontrole na questão da disseminação da Covid-19, Sr. Presidente. É um momento difícil, já existe uma saturação muito grande de equipamentos de proteção individual, falta de *kit* de intubação, de insumos, saturação dos profissionais de saúde. É lamentável, por exemplo, um médico dar um plantão e, no final do plantão de oito, dez horas, assinar dez atestados de óbitos dentro do hospital. A situação chegou a esse nível.

O que o Brasil precisa realmente é trabalhar essas vacinas, vacinar e imunizar o povo. Eu sou totalmente contra a Copa América. Gosto muito de futebol, defendo o futebol, é uma atividade que gera muitos empregos em vários setores da nossa economia, mas, se tiver que convocar alguém, se o Governo, se o Presidente da República determinar, em acordo com a CBF, quem deve ser chamado na próxima terça-feira, para explicar se tem essas condições de segurança sanitária, é o próprio Ministro da Saúde, o Dr. Marcelo Queiroga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou pedir... Eu vou dar a palavra aos Senadores que quiserem se manifestar, mas eu queria pedir para a gente ser bastante rápido, porque a Dra. Nise já está aí aguardando, como convidada nossa, para falar aqui na CPI.

Eu vou passar a palavra ao Senador Marcos Rogério.

Senador Marcos Rogério com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, primeiro uma manifestação muito sucinta em relação ao que foi levantado pelo Senador Humberto e, acho, outros Senadores.

Essa hipótese de se fazer a convocação em razão de fatos que estão acontecendo ou que vão acontecer tornaria a CPI em uma CPI ilegal, porque CPI só pode ser instalada para investigar fato determinado. Nesse caso, nós passaríamos a investigar fato indeterminado. Eu estou suscitando isso porque vicia a atuação da CPI fato determinado do passado. Quando você tem uma situação que está acontecendo ou por acontecer, isso não entra no rol do fato determinado.

Mas a questão de ordem que eu queria apresentar a V. Exa., Sr. Presidente, é com base no art. 412, incisos IV e XI, do Regimento Interno.

Novamente, apesar das reiteradas solicitações que fazemos a esta Comissão, foi divulgada uma nova pauta, e com significantes modificações. Ontem, estava convocada uma reunião para o dia de amanhã com o objetivo de ouvirmos especialistas.

Ocorre que V. Exa., sem qualquer aviso, consulta ou justificativa, pelo menos até este momento, sumariamente adiou a reunião e convocou uma nova, objetivando a convocação de nova depoente.

É preciso deixar claro, Sr. Presidente, que os trabalhos da Comissão precisam ser transparentes e os Senadores precisam de previsibilidade para a prática dos atos na Comissão. Ademais, essa é uma forma desrespeitosa com nossos depoentes. O Dr. Paulo Porto, por exemplo, foi convidado, em 27 de maio, por meio do Ofício 1.133, de 2021, e foi informado, ontem, às 22h24, informalmente, por meio de mensagem de WhatsApp, de cancelamento de sua oitiva. Isso após ter sido liberado oficialmente pelo Exército, desmarcado cirurgias, pagado passagem e hotel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos tratar os depoentes dessa forma. Deve-se haver organização e respeito a cada um que é convocado, convidado para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ora, acredito que as reiteradas mudanças de pauta, a grande maioria fora do prazo regimental e sem que os membros da Comissão sequer sejam consultados sobre tais alterações, violam frontalmente o exercício regular do mandato dos Parlamentares e são passíveis de nulidade, à luz do 412, incisos IV e XI, do Regimento Interno do Senado Federal.

É nesse sentido, Sr. Presidente, com todo o respeito, que não peço nada além do cumprimento do Regimento, que é a norma que orienta o trabalho desta CPI.

Ontem, após receber a mensagem de WhatsApp, especialmente do Dr. Paulo, que fez essas observações, que considero pertinentes, em razão da intempestividade da decisão que levou à mudança da pauta da próxima reunião, que será amanhã.

Portanto, é a questão de ordem que apresento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para responder questão de ordem.) – Senador Marcos Rogério, a reunião de quarta-feira seria para discutir quem é a favor ou contra a cloroquina.

No entendimento da Mesa, nós não temos aqui que fazer audiência pública, nós estamos investigando, e não é na audiência pública que nós vamos descobrir se a cloroquina é a favor ou contra. Aliás, vai ficar até 1 a 0 para quem é a favor da cloroquina, porque hoje a Dra. Yamaguchi vem aqui defender a cloroquina. Fica 1 a 0, estão ganhando aquelas pessoas que defendem a cloroquina – não só o Senador, mas qualquer outra pessoa –, porque não é interesse desta Comissão... E nós ontem publicamos a pauta de quarta-feira. Não irá acontecer novamente de a gente desconvocar alguém, mas, como a CPI é muito dinâmica e entendemos que nós temos menos de 60 dias para fazer as investigações necessárias, quem tem que discutir se cloroquina é bom ou não é Senador, que é leigo na matéria – nós somos leigos; eu sou leigo nessa matéria –; quem tem que discutir isso é a ciência e não esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por isso da desconvocação, mas não acontecerá de novo uma outra desconvocação sem ser avisado.

Eu peço desculpas ao Dr. Paulo, peço desculpas às pessoas que estavam convidadas, mas essa decisão foi tomada baseada no tempo, e nós queremos terminar a CPI em 90 dias, não queremos prorrogar CPI.

Por isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso, peço desculpas ao Dr. Paulo e aos outros três convidados, aos que foram convidados, mas, com certeza absoluta, eu acho que a Dra. Yamaguchi hoje dará um *show* defendendo a cloroquina aqui muito mais do que qualquer outro especialista, porque ela vem defendendo isso junto ao Governo Federal há mais tempo do que qualquer um dos outros médicos. Por isso, as minhas escusas aos convidados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa... Só para entender a posição de V. Exa.: V. Exa. está comunicando à Comissão que essa desconvocação ou esse desconvite feito com relação ao Dr. Paulo e aos demais que estariam amanhã foi para a data de amanhã ou significa que está desconsiderando o que nós aprovamos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Nós podemos discutir. No caso de ter um fato novo, nós podemos discutir, mas acontece, Senador Marcos Rogério, e aí, com todas as desculpas, que V. Exa. sabe que uma investigação – até porque V. Exa. já participou de outras investigações – é um negócio dinâmico. E tem uma coisa em que eu tenho atendido muito V. Exa., que é a questão de pautar requerimentos ou de convocação ou de informação 48 horas antes. Eu tenho feito essa... Tenho cedido a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, e o senhor sabe muito bem que tem uma coisa que pode acontecer agora, no depoimento, que nós precisamos saber amanhã e ter o requerimento aprovado hoje. E eu tenho feito isso ao consenso, não porque seja uma obrigação minha fazê-lo. Não vejo necessidade nenhuma de estar pautando requerimento de Senador dois dias antes para votar, mas tenho feito isso, atendendo a um pedido para que a gente tenha um bom relacionamento aqui e não fique uma coisa de queda de braço. Não é uma queda de braço isso. Nós temos o mesmo objetivo: apurar.

Agora mesmo, por exemplo, a pedido do Senador Eduardo Girão, foi feito o apensamento da convocação de investigação de gestores estaduais e municipais. O erro não foi, na quarta-feira passada, a convocação de Governadores, foi quando se apensou, lá atrás, o requerimento do Senador Eduardo Girão, que era muito claro em investigar. Então, não há... Eu estou vendo aí as pessoas dizendo: "Não, não podia convocar". Sim, mas teriam que ter reclamado lá atrás, não é agora. Lá atrás, quando o Senador Girão fez o requerimento e teve 45 assinaturas, inclusive a minha assinatura, estava muito claro o requerimento, e o Presidente disse que todos os fatos relacionados a isso poderiam ser investigados. E aí eu sofro algumas críticas: "Ah, está convocando Governador, e não pode". Recebi uma carta dos Governadores para trocar "convocados" por "convidados". Mas isso não era agora. Isso aí, para mim, já passou. No dia em que assinaram a CPI do Senador Girão, deveriam ter prestado atenção no que ele estava pedindo. Se não prestaram atenção, não é culpa minha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso que essa questão de ordem de V. Exa. eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só para contribuir, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – É só para contribuir, Senador Marcos Rogério.

Primeiro, parabenizar o senhor, Sr. Presidente. Acho que o senhor está numa linha muito correta do que é uma CPI. Eu já participei de várias CPIs, já presidi CPI, já fui Relatora de CPI, e, de fato, a gente corre contra o tempo, não é fácil, não é simples. Eu acho que a postura de V. Exa. está correta.

Agora, eu queria dar uma sugestão, até para atender o que o Senador Marcos quer: os nomes que foram apresentados para quarta-feira não foram nomes citados, não vêm como testemunha, seria apenas uma audiência pública, e nós temos aqui, Presidente, uma Comissão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi aprovado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... uma Comissão, que é muito bem presidida pelo Senador Confúcio, que faz exatamente várias audiências públicas. Eu acho que esses convidados poderiam ser ouvidos nessa Comissão e talvez solicitado à Taquigrafia desta Comissão para anexar aos trabalhos da CPI. Acho que seria uma forma de a gente atender a preocupação que o colega Marcos Rogério apresenta e seguir na linha que V. Exa., com muita sabedoria, conduz aqui os trabalhos da Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu só queria lembrar que esses convidados não estão vindo por vontade deste ou daqueles Senadores; estariam vindo à Comissão, porque nós aprovamos requerimentos nesse sentido. Não é nenhum apelo pessoal de um ou de outro Senador; foram requerimentos aprovados, inclusive, com o voto dos dois lados na CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tem dezenas de requerimentos aprovados já.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero passar a palavra ao Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com muita brevidade, primeiro, parabéns pela compreensão do que é um trabalho de investigação. É dinâmico mesmo, V. Exa. vai no bom caminho.

Meu Estado, Sergipe, além do drama de mais de 5 mil mortes, além do drama de ser o pior quadro de desemprego do Brasil, sofreu, na última semana, com um incêndio no Hospital, em Aracaju, Nestor Piva. A área de atendimento à Covid pegou fogo, tivemos quatro mortos, três pessoas em estado grave. E eu apresentei – peço a compreensão dos colegas e de V. Exa. –, para aprovação, um pedido de informações, uma vez que a verba aplicada no combate à Covid, neste caso, é federal, para que a gente possa ter ciência completa do que aconteceu. Peço o entendimento e a aprovação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se houver unanimidade, sem problema nenhum, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze. Primeiro seria o Senador Eduardo Girão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Pode ser primeiro. Depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – O senhor está desconvocando os dois depoentes que viriam amanhã, de um lado e de outro? Ou está transferindo a data?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos amanhã ouvir a Dra. Luana.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, posteriormente nós iremos ouvir... Mas eu não acho que nós temos que fazer audiência pública, não temos que fazer audiência pública.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, audiência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Mas audiência da CPI, audiência pública é meio complicado, porque...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é audiência pública, eles foram convidados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu irei atender à solicitação de V. Exa. no momento oportuno, sim, com certeza. Nós temos tempo para fazê-lo. Mas eu acho que amanhã o depoimento da Dra. Luana é muito importante. É muito mais importante do que a gente estar discutindo se cloroquina é bom ou não para a saúde.

Senador Eduardo Girão, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente Omar Aziz, demais colegas aqui presentes neste início de semana aqui dos nossos trabalhos na CPI, eu queria só fazer uma ponderação com o senhor, Presidente, com relação à questão de ordem, que já foi indeferida, do Senador Marcos Rogério, mas por uma questão não apenas de respeito com os convidados – que inclusive já estão aqui; tem convidado que já comprou passagem e já está aqui, em Brasília –, mas também em respeito conosco, Senadores, porque muitos aqui trabalharam no final de semana fazendo perguntas, elaborando, pesquisando sobre os depoentes, que estava combinado que viriam, não apenas a Dra. Nise Yamaguchi, que está confirmada para hoje, mas também os outros depoentes amanhã, na audiência pública que havia sido acordada.

Então, eu queria solicitar ao senhor se vai realmente desmarcar, que marque um dia para que a gente possa ouvir, porque é um assunto que interessa à população brasileira. Não se trata de ser contra medicamento A ou B ou a favor, é algo que transcende isso, que é a questão do tratamento precoce. E a verdade precisa... A gente precisa ouvir quem entende do assunto, até porque nós não somos especialistas para a gente tirar uma conclusão, e comparar Municípios que o aplicaram e que não o aplicaram, enfim.

Eu queria também, Presidente, só para concluir... O assunto que foi suscitado pelo meu colega Humberto Costa, que é desportista como eu também... Eu fui Presidente de um clube, o Fortaleza, e digo para o senhor o seguinte: a gente não pode politizar um tema desses; eu acho que é um equívoco nosso. Concordo com o que foi dito pelo Senador Marcos Rogério: não é um fato determinado desta CPI.

Essa questão do futebol... Nós já temos o Campeonato Brasileiro, que aconteceu no último domingo, os campeonatos regionais e campeonatos estaduais, que já terminaram. A própria Conmebol realiza a Sul-Americana aqui no Brasil, e já tem jogos – nesta semana, vai ter; na semana passada, teve. Então, assim, eu acho que a gente não pode ter dois pesos e duas medidas.

Eu dou um depoimento aqui no aspecto da psicologia também. O futebol é, muitas vezes, o único lazer que o brasileiro tem no momento de hoje. Muitas cidades têm o *lockdown,* muitas cidades estão... As pessoas... Existem estudos... Eu acho que, se a gente puder trazer aqui o médico da CBF, se quiser entender um pouco do assunto, isso é importante. Existem estudos que mostram a questão até da imunidade – até da imunidade –, porque a autoestima, com o futebol, com você demonstrando alegria, com você demonstrando... E tem que separar as coisas! É momento de tristeza, sim, com o que a gente vive no País. Mas você vai tirar a única alegria que deixa as pessoas em casa? O cara, para assistir a um jogo de futebol, vai assistir com a família, em casa, ficando até em casa.

Então, não vejo motivos para se interromper algo que a gente devia celebrar. No Brasil, a vinda da Copa América, que não é qualquer torneio, que é um torneio tradicional... Que a gente possa, de alguma forma, não interromper isso, porque gera emprego, gera também turismo no futuro, porque vai mostrar o Brasil durante as transmissões.

Então, eu não vejo, sinceramente, como politizar, num momento como este, uma conquista que transcende questão de Governo. Sabe, eu acho que o futebol está acontecendo, é realidade. Os atletas são testados, a comissão técnica é testada, a arbitragem é testada. Não tem público no estádio!

Nós tivemos a Fórmula Indy agora em outro país, nos Estados Unidos, e a final da copa Euro, da Euro, e a Champions League também. Lá teve público, porque pode ter público! Aqui, não pode, eu concordo. Mas vai se deixar de fazer uma transmissão, uma coisa controlada? Um estádio com 50 mil lugares, em que só vai ter 300 pessoas, com todo mundo testado, controlado. Não vejo problema se tiver barreira sanitária, se tiver realmente algo para controlar.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou convidar... Eu determino à Secretaria que conduza a Dra. Nise Yamaguchi...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... à mesa, para dar início ao seu depoimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, um minuto aí, só um minuto!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tinha pedido a palavra por um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

Eu vou pedir para a convidada entrar, porque ela já está aguardando ali há muito tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Olha, Sr. Presidente, os jornais agora mostram a quarta onda da pandemia. Especialistas avaliam a chance de um novo pico de mortes no Rio Grande do Sul. Nós estamos agora, no Brasil, entrando na terceira, mas, no Rio Grande do Sul, segundo *O Globo*, como está aqui agora, há a possibilidade de se entrar na quarta onda. Então, veja a gravidade do problema que vive este País neste momento para receber uma Copa América!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutor, Professor, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria só, Presidente, divulgar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria só divulgar um dado que a LAI passou sobre a política de comunicação do Governo, e, portanto, há necessidade de a gente ouvir novamente o Sr. Fabio Wajngarten. A LAI divulgou que, na divulgação com vacina, o Governo gastou R$5 milhões, R$19,5 milhões para divulgar o tratamento precoce, R$30 milhões pra defender a volta ao trabalho, o que mostra claramente que a pandemia foi conduzida no sentido de promover a expansão do contágio natural entre todos os brasileiros e brasileiras. E nós estamos colhendo os frutos que são os mais fúnebres, que são 462 mil mortes de brasileiros e brasileiras, com a possibilidade, como disse aqui o nosso amigo, o Senador Dr. Otto... Estamos aí com a quarta onda e a terceira no Brasil em início por conta dessa sandice que é defender o contágio natural para a produção de imunidade de rebanho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Havendo número regimental, coloco em votação Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Doutora...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas o requerimento que foi solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cadê o requerimento? (*Pausa.*)

Tá, eu vou já colocar em votação, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Nise Yamaguchi, V. Sa. é convidada desta Comissão. E, por essa razão, não está obrigada a prestar compromisso de dizer a verdade, mas pode fazer se assim desejar. E, pelo que eu conversei com seus colegas, todos me disseram que a senhora é uma pessoa muito honesta em tudo que a senhora faz, inclusive que tem uma sensibilidade muito grande com seus pacientes, ao ponto de até tocar piano pra eles. Quer dizer, a gente fica muito feliz em saber dessa sua ligação e da sua sensibilidade, porque, como oncologista, a senhora deve ter visto aí milhares de pessoas sofrendo com uma doença tão difícil de ser tratada. Por isso, eu vou perguntar e V. Sa. vai responder se quiser, mas, pelo que me informaram, a senhora não é de não ter opinião e não falar aquilo que pensa. Então, eu fico muito tranquilo com a sua presença aqui.

V. Sa. gostaria de prestar esse compromisso, Doutora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom.

V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir desse momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal.

Muito obrigado, Dra. Nise.

Senador Renan Calheiros, com a palavra, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não vai dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, não. Só um minutinho. Desculpa.

A senhora fique à vontade. Desculpa, desculpa.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Bom dia.

Eu cumprimento os Exmos. Srs. Senadores dirigentes desta Mesa; Sr. Presidente desta Comissão, Senador Omar Aziz, a quem agradeço o convite para aqui participar. Ser convidada para esta Casa é uma honra e um privilégio para esclarecermos todas as necessidades dos pacientes deste País enorme, que tanto me acolheu e aos meus pais – eu nasci aqui.

E eu queria também cumprimentar o Sr. Relator, o Senador Renan Calheiros. O Senador Renan Calheiros foi Presidente do Senado no ano em que nós conseguimos passar a convenção-quadro contra o tabaco, que foi um grande efeito de um grande número de pessoas, com quem eu trabalhei diretamente, para que a gente conseguisse que o Brasil estivesse na Organização Mundial da Saúde. E, a partir dali, eu me tornei uma grande voluntária dessa causa, participando junto com o Senador – depois – José Serra, em São Paulo, junto do Brasil, de grupos para fazer a implantação da convenção-quadro, que o Senador Humberto Costa muito bem lembra, nos conselhos junto do Inca, nós trabalhávamos para fazer a implantação da convenção-quadro contra o tabaco.

Também queria cumprimentar o Sr. Vice-Presidente – não o estou vendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está chegando.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... Senador Randolfe Rodrigues, a quem vou saudar no momento em que ele chegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria também de cumprimentar os Exmos. Srs. Senadores e Senadoras componentes desta Comissão, aqui presentes fisicamente e virtualmente, e ao povo brasileiro, que é representado nesta Casa.

Aqui estou, senhores e senhoras, por causa das vítimas do momento que nós estamos vivendo, agradecendo a Deus pela oportunidade de ser médica nesses quase 40 anos, em que eu tratei de mais de 15 mil pacientes com câncer diretamente. Neste momento extremamente grave da nossa situação nacional e mundial, eu quero declarar aqui o meu sentimento a todas as famílias que perderam seus entes queridos; a todos aqueles que estão hoje com a síndrome pós-Covid, que é um dos maiores problemas que a nossa saúde pública vai ter que lidar nos próximos anos. E aí vem o meu objetivo de estar contribuindo por essa causa.

Além do tabagismo, nesta Casa nós fizemos, em fevereiro de 2020, antes de toda essa questão da pandemia, a organização de uma audiência pública pelas vacinas de HPV, com a Senadora Maria do Carmo, uma querida, que trabalha também pelas crianças com deficiências – eu mesma trabalho no HC, voluntariamente, no setor de pediatria também; sou oncologista, mas de adultos.

Também estivemos aqui, junto com o Senador Tuma, falando sobre PET-CT e criando novos algoritmos para que nós pudéssemos ter acesso. Aqui homenageio o Senador Romeu Tuma.

Estive aqui também nessa área, mas fazendo a Frente Parlamentar de Cancerologia, no Governo Fernando Henrique Cardoso, junto com a Deputada Teté Bezerra, e nós tivemos mais de 250 Deputados e Senadores presentes nessa nossa iniciativa que pretendia defender os direitos dos pacientes com câncer. Até, Senador Otto, a Dra. Lair Ribeiro esteve conosco, querida, Presidente da Sociedade Brasileira de Cancerologia mais tarde, mas nós homenageamos aqueles que nos antecedem. E a Sociedade Brasileira de Cancerologia, da qual eu sou Vice-Presidente até hoje e Diretora Científica, ela é sediada na Bahia, é uma das sociedades mais antigas da América Latina.

Eu saúdo também todos aqueles que foram os meus professores no mundo. Em Houston, o Prof. Reuben Lotan; o Prof. Wang Hong, com quem eu fiz minha tese de doutorado em Biologia Molecular em Câncer de Pulmão; e também queria saudar o Dr. Peter Boyle com quem eu trabalho até hoje. Ele já está com um problema de AVC bastante grave, mas nós criamos a World Prevention Alliance, em Lyon, que trabalha com países de baixa e média renda, inclusive com países da África, com relação à melhoria do sistema de saúde.

Eu tive a oportunidade de dar aulas no mundo inteiro com relação a parcerias púbico-privadas, com relação até ao que o Solla fez de parceria público-privada do hospital da Bahia. Nós estivemos também no Banco Mundial, tanto em Washington quanto eu estive dando aula na The Rockefeller University, na Harvard, com relação a isso.

Tive a oportunidade também de fazer uma formação ampla em pesquisa clínica e fóruns de pesquisa com a Anvisa, com o então Gonzalo Vecina, que criou a Anvisa em 1999. Nós tivemos a oportunidade de convidá-lo para fazer parte da discussão de regras em relação à pesquisa clínica, desenvolvimento de rapidez, agilidade para que as indústrias pudessem fazer as suas pesquisas, e também as universidades. Eu mesma fui autora de um estudo sobre a diferença de pesquisa entre a pesquisa da indústria, a pesquisa de universidades, a importância de haver sempre a declaração de conflitos de interesses com relação ao desenvolvimento das medicações. Tivemos a vivência de colaborar com as lideranças da sociedade nessa implantação, juntamente com o Senador Suplicy. O Senador Suplicy foi o chefe da relação internacional e eu fiz aqui várias audiências públicas.

Eu quero dizer que eu tive a oportunidade de colaborar também no Governo Lula como representante do gabinete do Ministro da Saúde, em São Paulo. Dizem que eu participei diretamente na formação desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

gabinete, mas não foi. Quem diria que seria eu? Nós somos todos. O que eu quero dizer é que nós somos um Brasil, nós somos um Brasil, nós somos 240 milhões de pessoas que precisam de todos nós. Não existe nada fora do Brasil que se compare ao amor que nós temos neste País. É um País de pessoas de bem, pessoas que buscam o melhor de si mesmas para poder contribuir. Então, quando eu fui representante do gabinete do Ministro da Saúde, do José Gomes Temporão, e depois do Alexandre Padilha, em São Paulo, nós tivemos alguns desafios enormes, um deles foi a crise do H1N1.

Na ocasião, eu fiz parte da criação do Comitê de Crise, em que o David Uip, inclusive, foi convidado. Nós pegamos o Tamiflu, que tinha sido usado na gripe aviária, e disponibilizamos através do Exército para o Brasil inteiro para ser usado nos três primeiros dias de infecção para que, mesmo não existindo nada em bula, ele pudesse ser utilizado e saneasse aquele momento tão grave.

Eu trabalhei com aids nos anos 80. Eu ia para o Memorial Sloan Kettering, em Nova York, e eu mesma dava soro aos meus pacientes nos prontos-socorros porque ninguém tinha coragem de chegar perto dos pacientes.

Fiz uma das primeiras ONGs de aids e, durante 15 anos, eu coordenei, no HC, a parte... No Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, onde tive a oportunidade de me formar e depois voltar quando eu fiquei na Alemanha e na Suíça trabalhando com pacientes terminais em algumas clínicas lá na Floresta Negra, com humanização em medicina, através da medicina antroposófica, e onde eu tive a oportunidade de conhecer os Prêmios Nobel Karl Landsteiner e Susumu Tonegawa, que faziam trabalhos em imunologia, daí nasceu o meu amor pela imunologia. Fiz a residência de imunologia do Hospital das Clínicas, fui uma das primeiras residentes, o primeiro congresso de imunologia de tumores do Brasil e ainda, durante 15 anos, pesquisas clínicas na área de câncer e aids, tendo inclusive publicado um pequeno *abstract*, um resumo de trabalho com Robert Gallo, na Sociedade Americana de Oncologia Clínica.

Por que isso? Porque a vontade de buscar novos horizontes e novos tratamentos fez parte da minha vida. Quando eu fui convidada para fazer alguma exposição sobre quais eram os tratamentos que existiam, eu tinha lido uma resolução, a Nota Informativa nº 6, do Ministério da Saúde, onde no dia... Deixa eu ver aqui... No dia 27 de março de 2020 havia a Nota Informativa nº 5 e, nessa nota nº 6, já se falava da cloroquina e da hidroxicloroquina no, então, grupo do Dr. Mandetta com o Dr. Denizar Vianna. O Dr. Denizar Vianna assinou essa nota informativa falando de tratamentos em pacientes moderados e graves.

Eu já tinha a informação de que era importante tratar os pacientes precocemente, como, finalmente, agora, houve a admissão de que é melhor que não se trate os pacientes com doenças moderadas e graves. Nesse mesmo dia em que eu tive um almoço na Presidência da República com diversas pessoas – eu nunca tive encontros privados com o Presidente Bolsonaro, mas eu tive um almoço com diversos integrantes –, eu conversei sobre a importância desse tratamento precoce inicial.

Havia também já uma resolução da Anvisa, datada do dia 17 de março de 2020, assinada pelo, então, Diretor-Presidente Substituto Antonio Barra Torres, que discutia sobre a inclusão, no Capítulo II, item V, sobre a inclusão de nova indicação terapêutica ou ampliação de uso relacionado ao tratamento, prevenção e controle de complicações decorrentes da Covid-19, porque estávamos em um momento de pandemia.

Baseada nessa resolução e nessa situação em que eu entendia que era importante fazermos a ampliação dos tratamentos de acordo com o julgamento do médico e a autonomia do paciente, eu procurei também receber... Eu fui chamada no Conselho Federal de Medicina e, no dia 16 ou 17 daquele mesmo mês de abril, saiu a resolução da nota técnica. Eu fui sabatinada durante três horas no Conselho Federal de Medicina, a pedido do então Ministro da Saúde e do Presidente do Conselho Federal de Medicina, que entendiam que o conselho seria o ambiente correto para discutir essa questão técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive algumas vezes na Secretaria de Ciência e Tecnologia para ver se seria na Conitec, mas nós chegamos à conclusão, na época, de que o melhor seria submeter ao conselho de pares científicos. Então, eu estive no conselho e saímos com a nota técnica. Então, eu avisei o Dr. Barra de que não haveria necessidade de se estabelecer nenhuma discussão a mais com relação a esse momento da Resolução 348, mas, sim, que nós poderíamos seguir com a autonomia do médico e com a independência do paciente.

Então, tudo isso é para dizer para os senhores que eu estou à disposição, Senador Renan Calheiros e Senador Omar Aziz, do nosso País. Eu não estou aqui para defender um governo, eu estou aqui para defender o povo brasileiro com relação às ações que eu considero importantes.

Tenho sido conhecida pela minha defesa em prol do tratamento imediato. Isso é baseado em ciência, não é? E uma ciência bastante profunda – estou terminando –, em que nós já temos artigos científicos publicados, endossados por notas técnicas para a Procuradoria-Geral da União, com uma discussão dos artigos negativos, porque existem vários propondo que não funciona, mas a maioria dos artigos negativos que aqui estão são feitos em pacientes moderados e graves, não nos pacientes iniciais. Então, eu trouxe os artigos que embasam a propositura da SBI, da Sociedade Brasileira de Infectologia, dizendo que nada funciona, mostrando em cada um deles que existem questões referentes a pacientes mais graves. Também em alguns o número de pacientes foi insuficiente para dar a resposta que se propunha, assim como em metanálises, que são o conjunto de estudos que vão fazendo um número suficiente para a sua análise. Se você escolhe os artigos positivos, você vai ter uma metanálise positiva; se não, negativa.

Trouxe também os artigos que embasam não só a hidroxicloroquina como a ivermectina, já em grupos internacionais.

O que eu quero dizer é que essa eterna discussão entre cientistas vai ocorrer sempre. Em todo congresso o debate é isto: é cada um colocando a sua opinião. O que a gente não pode é impedir os médicos de expressar a sua opinião, baseado naquilo que já está publicado. Então, existe ciência. A ciência caminha dos dois lados.

O importante é que nós tenhamos paz e composição, porque o grande inimigo comum é o vírus. O grande inimigo comum é a mortalidade. Se a gente puder diminuir essa mortalidade através de isolamento social, de máscaras, de cuidados com os nossos idosos, de fazermos as vacinas eficientes e seguras... Não é? O Supremo Tribunal Federal já disse que ela não é compulsória, pode ser obrigatória de acordo com o Ministério da Saúde se o julgamento técnico-científico – do qual eu não participo, eu não participo dessa discussão a nível das vacinas... Eu também não sou chamada para essas discussões técnicas, nem da Conitec, eu sou uma colaboradora eventual de qualquer governo que precisar de mim, do Brasil e do mundo. Já fiz fóruns no Chile, no México, na Áustria, no Canadá, acabei recebendo prêmios internacionais por causa desse meu trabalho internacional. Então, o meu objetivo é que a gente possa servir e, em nome dos meus pacientes que acreditam em mim... Porque imagina você ter um médico que depois o mundo inteiro desacredita, e alguém que você cuidou, da sua família, essa pessoa pensa: meu Deus, em quem eu confiei naquele momento?

Então, em prol dessa confiança é que nós procuramos o Senador Omar Aziz pra conversarmos nesse sentido. Eu queria até me antecipar e colocar os dados científicos antes da discussão política, porque a política confere novos rumos, e a discussão é dos senhores. O meu objetivo é estar aqui como perita técnica – como perita técnica, como médica e como convidada.

Muito obrigada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas, pela ordem, para reiterar que a condição da depoente aqui é de depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. foi convidada como testemunha, não como perita médica. Apenas para deixar claro esse esclarecimento e não gerar mais desinformação para o cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. A Dra. Nise Yamaguchi irá responder às perguntas dos Senadores e ela... Tenho certeza de que o conhecimento dela é muito profundo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só para esclarecer: ela está como convidada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador. Sim, Senador, já foi dito isso pra ela.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ah, está certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Já foi esclarecido.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone*.) – Não, ela foi convocada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, convidada.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Convidada, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone*.) – Ela prestou compromisso de dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas veja bem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, ela prestou compromisso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Isso é uma faculdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe explicar uma coisa: eu disse à Dra. Nise que ela estava como convidada, mas, se... Pelo que eu ouvi falar da Dra. Nise, de colegas dela que a respeitam muito, ela me disse, esses colegas disseram: "Omar, a Dra. Nise é uma pessoa verdadeira e com uma sensibilidade muito grande e que não irá à CPI pra esconder absolutamente nada". Foi o que eles me disseram, e eu creio nessas pessoas que me falaram, porque são colegas que trabalham com a Dra. Nise, conhecem o comportamento dela em relação a isso e me disseram até uma coisa muito bacana: que, como médica, ela toca piano para os seus pacientes, e isso é uma sensibilidade que nos deixa bastante motivos, porque ter essa relação entre paciente e médico hoje é muito importante.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí eu disse: "A senhora quer fazer o juramento?". Ela disse: "Quero". Aí ela fez o juramento, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito. É apenas pra esclarecer, porque foram aprovadas convocações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas esse é um convite.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... da Dra. Nise e convites, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, em respeito à Dra. Nise, primeiro foi o convite.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Caso, mais tarde, nós não estivermos satisfeitos com o depoimento, com esse convite, o depoimento... Creio que, pelo que me falaram da Dra. Nise, ela não vai chegar aqui e... Ela tem uma história, e não está aqui para esconder nada de ninguém nem defender ninguém. Ela defende aquilo que ela pensa, e a gente tem que respeitar.

Então, nesse caso, caso haja, por parte de algum Senador não satisfeito com as respostas... Sim, aí a gente faria uma convocação.

Já a Dra. Nise...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só pra ficar registrado, Presidente, ela fez o compromisso nos mesmos moldes de testemunha, de não mentir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela sabe. Ela sabe. Ela sabe, Senadora Eliziane. Ela sabe.

A senhora quer concluir?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Então, eu quero concluir, agradecendo o fato de que, além de estar aqui como convidada, falando a verdade sempre, eu quero contribuir, mas também homenageando, neste momento, a questão de eu não ter nenhum partido político e estar aqui sem conflitos de interesse, realmente querendo contribuir. Não existem ganhos pessoais, e eu quero dizer que eu me compadeço, sensibilizada, por cada vítima da pandemia, e eu acredito que nós podemos nos unir em uma nova etapa de enfrentamento dessa doença juntos, porque cada vida conta muito.

Se nós pudermos utilizar todo o conhecimento científico disponível no momento, estimularmos, através desta Casa, a pesquisa clínica, a pesquisa científica de novas vacinas, a utilização prática de todos aqueles elementos que nós temos, eu acredito que a gente consiga realmente vencer essa doença, porque o que cura não são os remédios, é a própria pessoa, é o sistema imunológico de casa pessoa. E as medicações servem para otimizar o sistema imunológico, melhoram aquilo que a pessoa tem de base e, inclusive, fazem parte da diminuição de carga viral e de replicação viral, que é muito importante. E, quanto mais cedo nós conseguimos fazer com que a pessoa se recupere – e daí vale a pena todos já se cuidarem neste momento –, a gente tem a chance de ter menos pessoas sofrendo das consequências.

Então, muito obrigada. Desejo a todos que a gente possa esclarecer todos os pontos. Estou à disposição não só neste como em todos os outros momentos da minha parceria com o bem-estar comum.

Muito obrigada, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Dra. Nise.

Eu irei passar a palavra ao Sr. Relator.

O Senador Renan Calheiros com a palavra, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Omar Aziz, Sr. Vice-Presidente Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, antes de efetivamente iniciarmos as perguntas, eu gostaria de dar duas palavras apenas sobre um assunto que é correlato e foi tratado aqui por alguns Senadores.

É inacreditável que o Governo Federal queira sediar a Copa América, aqui no Brasil, no exato momento em que a pandemia se agrava e enchem, como nunca, os nossos cemitérios, as nossas UTIs. E a terceira onda começa a chegar.

Seria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, transformar essa copa em campeonato da morte. Já que nós não podemos fazer um apelo ao Presidente da República, já que nós não podemos fazer um apelo ao Ministro da Saúde, já que nós não podemos fazer um apelo à CBF, que tem se transformado em negacionista e até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irresponsável por querer patrocinar esse evento, eu quero, nestas poucas palavras, Presidente Omar, me dirigir à seleção brasileira, aos seus jogadores, ao seu treinador, ao Neymar.

Neymar, eu queria dirigir uma palavra a você: não concorde com a realização dessa Copa América no Brasil. Não concorde! Não é esse o campeonato que nós precisamos agora disputar. Nós precisamos disputar o campeonato da vacinação! É esse campeonato, Neymar, que nós precisamos disputar, ganhar, e você precisa marcar gols para que esse placar seja alterado. No campeonato da vacinação, o Brasil ocupa um dos últimos lugares – um dos últimos lugares –, enquanto que, no campeonato da morte, nós somos campeões, o segundo país em número de mortes de brasileiros. Não se permita entrar em campo nessa Copa América, Neymar, enquanto os seus amigos, seus parentes e seus conhecidos continuam a morrer e a vacina não chega ao nosso País.

Eu agradeço, Presidente, a presença da Dra. Nise Yamaguchi e quero dizer da satisfação de tê-la aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito. A minha expectativa e a de todos, inclusive dos amigos mais próximos da Dra. Nise Yamaguchi, é de que nós tenhamos aqui um depoimento significativo, verdadeiro e que possa colaborar efetivamente para o aprofundamento dos nossos trabalhos.

Em primeiro lugar, eu peço que se exiba o vídeo n° 1, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Nise, nós vamos procurar fazer perguntas diretas, objetivas, para, inclusive, não cansar a senhora. Esta investigação é investigação parlamentar, aqui nós somos todos iguais, cada um tem um tempo pré-definido para fazer perguntas, e muitas vezes o depoimento delonga em desfavor da própria depoente. Eu espero que hoje não aconteça.

V. Sa. mantém essa posição de defesa da imunidade de rebanho?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Antes eu quero esclarecer o que que é imunidade de rebanho.

Imunidade de rebanho é um fato. Ela acontece quando você tem uma grande quantidade de pessoas imunizadas, ou que tenham tido contato com o vírus, ou que tenham uma imunidade natural já previamente adquirida pelo contato com outros vírus. Então, o que acontece é que esse fato, que é a imunidade de rebanho, acontece de diversas maneiras.

Nós tivemos no começo somente uma...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Uma questão importante, Presidente, de checagem... Uma questão importante de checagem, Dra. Nise: um vírus não produz imunidade, ser acometido por um vírus não produz necessariamente...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu não estou dizendo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora disse isso agora. A senhora disse agora. Por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, quando eu disse...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – As pessoas que estão nos ouvindo não podem ser...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Desculpe, eu tenho que esclarecer o seguinte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É importante isso...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Desculpe, Senador, eu gostaria de concluir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu queria pedir a V. Exa...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Não vai poder responder, Presidente?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu só gostaria de completar a minha...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Marcos Rogério, Senador Marcos Rogério...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O senhor me desculpe, eu gostaria de...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, Dra. Nise, só um minuto. Pode responder...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O senhor me desculpe, eu preciso completar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Senador... Por favor, Dra. Nise. Por favor, Dra. Nise.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, Dra. Nise. Por favor, Marcos Rogério.

Eu estou levantando uma questão: eu sou médico, como ela é médica, e nós não podemos nos escudar por uma profissão milenar pra desinformar a população, sob nenhuma hipótese, porque isso é contra os princípios fundamentais que nos fazem ser médicos, é a defesa da vida. E a senhora disse uma frase aí, a senhora disse uma frase aí que não é correta. Não existe imunidade pra um vírus quando você é contaminado por outro vírus, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu fiz, modéstia à parte, Presidente, uma pergunta direta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Senador Omar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... pela tese da Dra. Nise, ia faltar rebanho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, eu fiz uma pergunta direta. A senhora mantém essa posição de defesa? É isso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu quero dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Acabou de sair...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, doutora, senão eu vou falar aqui que nem o pernambucano que ficou conhecido: desse jeito, o Brasil está lascado mesmo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o apelo que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer um apelo aos Srs. Senadores, vou fazer um apelo aos Srs. Senadores: todos têm o direito de falar na hora deles. Tudo que a Dra. Nise falar aqui é só anotar e, na hora certa, questioná-la. É isso que eu vou pedir ao senhores, senão vai haver um debate entre profissionais de saúde, que têm muito mais conhecimento do que eu e V. Exa., Senador Marcos Rogério, que nós não teremos.

Então, eu tenho certeza, Senador Rogério Carvalho, Senador Otto Alencar e Senador Humberto Costa, de que, como profissionais de saúde, terão mais condições do que nós aqui, para debatermos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – O apelo que ia fazer é justamente nesse sentido, Sr. Presidente, que respeitasse a depoente e, no momento oportuno...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que se façam os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem veio dar depoimento aqui foi a Dra. Nise.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A gente também precisa ser respeitado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A condição dos Senadores desta Comissão, Sr. Presidente, é condição de Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fala toda hora!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui dentro parece que tem pais da ciência, arautos da verdade. Não dá!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Tem bedel de Senador, não pode ter pai da ciência?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, vamos ouvir a depoente e, no momento certo, questiona.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, por favor... Sr. Presidente, vamos ouvir a médica, a depoente. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um pouquinho, só um pouquinho. Olha só, é uma coisa tão séria para que a gente perca tempo! Eu vou dizer uma coisa: nós vamos ter muita divergência durante o depoimento da Dra. Nise, mas eu espero que, na hora certa, os Senadores que tenham alguma pergunta contestem, no momento certo. Eu pediria o apoio de todos os Senadores e Senadoras neste momento.

Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Nise Yamaguchi, repetindo, precisamente, aqui nós estabelecemos uma metodologia, cada Senador procura colocar a sua, para que avance, para que produza o depoimento. Eu já disse e queria repetir: a presença de V. Sa. aqui é muito importante para todos nós e para esta Comissão, mas nós gostaríamos que V. Sa. se circunscrevesse a responder à pergunta objetivamente, como estamos tentando fazer. A pergunta foi a seguinte: V. Sa. mantém essa posição de defesa da imunidade de rebanho?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu quero dizer o seguinte, que a resposta não é simples, porque a imunidade de rebanho tem sido declarada como ir para as ruas, fazer a convivência normal e isso gerar uma imunidade absoluta. O que eu estou dizendo é que a imunidade de rebanho, ela é um fato. Ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não deve ser interpretada. A partir de um determinado momento, a comunidade adquiriria uma imunidade. Entretanto, não se previa nessa época, Senador Alexandre... Alessandro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rogério.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Dr. Rogério, não se previa, não se previa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – A senhora também não trabalhou com o Dr. Alexandre Padilha? Porque a senhora disse que...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Trabalhei um ano. Trabalhei um ano.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele disse que a senhora foi exonerada. Está me dizendo aqui...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Eu pedi, eu pedi para voltar à universidade de onde eu tinha sido emprestada, né? Então, nós trabalhamos durante um ano. E na época, inclusive, discutimos várias questões de saúde pública, ajudei na questão do tabaco, como sempre.

Bom, e, aí, voltando à resposta, que eu acho que é uma coisa bastante objetiva, a questão dessa, desse momento em que nós teríamos uma melhoria dessa situação não previa tantas interfaces tão complexas que é difícil dizer qual é o valor das mutações virais que ocorreram, qual é o valor das situações graves que ocorreram com relação a falas que existiam com relação a um prognóstico, na época, de milhões de casos, não é? Então, a gente precisa deixar claro, Senador, que as opiniões, elas são circunstanciais com relação àquela necessidade.

Nesse momento, a imunidade de rebanho, ela é um fato que deve ser alcançado pelas vacinas e que, por exemplo, a revista *Nature* disse que os pacientes que tiveram o vírus vão ter uma imunidade humoral, que seja de anticorpos, imunidade celular também, que vai conferir uma defesa maior. E o SARS-CoV-1 já tinha vacinas, já tinha tentativas de vacinas e já teve também a imunidade mensurada 15 anos depois e estava presente. Então, nesse caso, algumas das viroses, elas trazem uma imunidade detalhada, mas no futuro. É difícil dizer realmente o número de casos que vai ter a necessidade, neste momento, para que a gente adquira essa imunidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Nise, nós não perguntamos, infelizmente, sobre isso. Eu reproduzi...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A imunidade de rebanho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu reproduzi, veiculei declarações da senhora, em oportunidades diferentes, e perguntei: a senhora mantém essa posição? É uma pergunta objetiva, sim ou não.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Estou dizendo o seguinte, que, na resolução daquela época – isso foi em junho do ano passado – nós tínhamos uma realidade diferente, nós imaginávamos que uma segunda onda e uma terceira onda viriam com os mesmos vírus. Se viessem com os mesmos vírus, nós teríamos, sim, uma imunidade. Então, para aquele momento, a discussão era pertinente. A própria Organização Mundial da Saúde não sabia se deveria fazer *lockdowns* absolutos, *lockdowns* horizontais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então a senhora mantém a posição, não é?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu não. Eu digo que para aquele momento, sim, era pertinente essa discussão. Para este momento, são novos algoritmos que vão ter que entrar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a senhora retira o que falou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Também não, Senador. Eu estou dizendo que, para aquele momento, era bastante conveniente e necessária a discussão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está difícil!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nós tínhamos uma proposição de que haveria...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Doutora, a senhora vai ter que manter ou não manter.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não. Eu devo dizer que para aquele momento eu mantinha, sim, a posição...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Até porque...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... para este momento, nós estamos discutindo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Até porque só não muda de opinião quem não as tem. Convencido que está errado, muda-se de opinião.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, pelo contrário. Quero deixar bem claro que imunidade de rebanho não é a forma como você adquire. A imunidade de rebanho é um fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, naquele momento, V. Sa. esperava que a infecção natural levasse a população à imunidade, era isso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, era infecção natural e vacinal. Eu citei ali que as vacinas também fariam parte dessa imunidade de rebanho. Está ali claro, no meu depoimento, que eu falava que as vacinas também fariam parte desse momento. E mais: o tratamento precoce e imediato também seria parte, que é o que eu preconizo, que a gente não abra mão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seria necessário estruturar o enfrentamento da pandemia com base naquelas premissas que a senhora defendeu?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Veja, eu acho que cada Estado tentou estruturar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobretudo agora, depois da segunda onda, depois do final do ano?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Cada Estado tentou estruturar à sua maneira, de acordo com as características da sua população. Então, o que a Organização Mundial da Saúde diz é que grandes tempos de fechamentos são detrimentais para a saúde da população. Aí, não se trata de economia, trata-se da saúde da população em geral, porque você tem mais sofrimento, mais pobreza, mais fome etc.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Suas posições a respeito da imunidade de rebanho foram levadas ao Presidente da República?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, nunca discuti imunidade de rebanho com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca discutiu.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Na realidade, eu tive poucos encontros. O que eu tenho são posições públicas que são bastante detalhadas e que são muito bem estruturadas, baseadas na ciência que eu tenho daquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia outros defensores dessa tese dentro do gabinete paralelo que V. Sa. integrava?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu desconheço um gabinete paralelo e muito menos que eu integre qualquer gabinete paralelo. Sou uma colaboradora eventual e participo, junto com os ministros de saúde... Deixei para bem claro para o senhor que eu participo como médica, cientista chamada para opinar em comissões técnicas, em reuniões governamentais, reuniões específicas com setores do Ministério da Saúde. Faço questão de trabalhar com as regulamentações, inclusive com a Anvisa, com o Parlamento, sempre contribuí com todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, para exibir o vídeo 2, por favor, rapidamente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. percebe, já está demonstrada a existência de um aconselhamento paralelo ao Ministério da Saúde.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Senador, desculpa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou formulando a pergunta. Por favor... A senhora vai ter o tempo que precisar para responder.

É usado pelo Presidente da República para tomar decisões sobre a pandemia.

Como V. Sa., como membro desse gabinete, analisa essas declarações que vimos nos vídeos?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Posso responder? É minha vez? (*Pausa.*)

Bom, Sr. Senador, eu quero deixar mais uma vez claro que eu não participo de nenhum gabinete paralelo. Eu entendo que o Governo é um só e que as minhas conversas que ocorrem com relação à parte técnica do Ministério da Saúde com os técnicos, porque isso... Eu conversei com os técnicos sobre dosagens da cloroquina, que não poderiam ser muito altas, porque havia saído recentemente um artigo com as doses tóxicas utilizadas num estudo de Manaus. Eu tomei o cuidado, então, de esclarecer que as doses deveriam ser mais baixas. Isso...

Senador, realmente, eu tenho que caracterizar isto muito bem: que isso foi feito dentro do ambiente técnico do Ministério da Saúde, com que eu tive a oportunidade de conversar diversas vezes, e que, na realidade, eu sempre fui muito bem recebida por todos os governos com que eu estive colaborando cientificamente. As sociedades médicas têm reuniões constantes com os dirigentes. Inclusive, o Ministro na época, o Pazuello, abriu o meu Congresso de Cancerologia, onde esteve o Prêmio Nobel de Medicina Honjo falando, em setembro. O Almirante Barra também fez as saudações iniciais. A relação é bastante técnica e bastante amistosa há muitos anos com todos os setores. Isso, de forma alguma, caracteriza que eu estaria agindo fora do meu papel de consultora eventual do ministério ou do paciente com câncer ou paciente com Covid dentro do Brasil. E, aqui, tanto na Câmara quanto no Senado, sempre participei com essa função.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como a senhora sabe – e não estou dizendo isso para desmenti-la; releve –, nós já temos provas fortes e evidências também da participação de algumas pessoas no gabinete paralelo, em circunstâncias variadas, colhidas aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por exemplo, nós já sabemos da participação do Vereador Carlos Bolsonaro, do Deputado Osmar Terra, do Luciano Azevedo, do Carlos Wizard, do Arthur Weintraub, no aconselhamento do Presidente da República, e da senhora também. Além desses e de si própria, V. Sa. poderia nos informar o nome de outras pessoas que participam desse gabinete?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sr. Senador, eu reitero a importância de caracterizar que eu desconheço a existência de um gabinete paralelo, caso ele exista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tudo bem. Chamemos como queiramos chamar...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, eu não teria nem como enunciar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora lembra do nome...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... pessoas que participem. Eu não tenho como, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não entendo aonde o senhor deseja chegar, porque, na realidade, eu só participo como consultora individual – e individual. Tudo aquilo que eu faço através de sociedades médicas... Nós temos mais de 10 mil médicos trabalhando pelo tratamento inicial dos pacientes. Todos os momentos em que eu posso dar palestras, dar educação, eu faço isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a senhora não conhece...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, eu não tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou não lembra o nome...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... outros nomes, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de mais alguém que participou dessa consultoria?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu não tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desse assessoramento?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A minha consultoria é pontual...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desse gabinete paralelo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu nunca participei de gabinete paralelo. O senhor me desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor... Vamos ao próximo vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. desconfiava de antemão da eficácia das vacinas contra a Covid? Ainda mantém essa posição exibida agora no vídeo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu discuti a formulação das vacinas. E, como nós estamos vendo, algumas vacinas talvez precisem de três ou quatro doses realmente.

Eu sou imunologista, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei, mas...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E, como imunologista, eu trabalhei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... eu estou fazendo uma pergunta concreta.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu trabalhei na questão da imunidade das pessoas há 40 anos. Então, eu sei que existe, claro, um desejo grande de que a gente consiga vacinar as pessoas através de uma partícula, mas, se essa partícula começa a se mutar, a gente vai ter que rever essa tecnologia. E, se tem um vírus inteiro, ele também vai se mutar. Então, o vírus que estava sendo testado naquele momento e para o qual, nessa época, ainda não tinha nenhuma regulação – então eu era contra uma obrigatoriedade –, ele talvez fosse precisar, como o percentual que foi declarado mais tarde – essa fala foi anterior – era menor do que 60%...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria que a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... então os pacientes teriam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... tivesse certeza de que nós não estamos a constrangendo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu tenho certeza. Eu estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos fazendo um interrogatório direto...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... exibindo declarações da senhora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a senhora está tendo...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A oportunidade de esclarecer ao Brasil. Eu acho que isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de esclarecer, e infelizmente não tem esclarecido.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O que eu diria...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Dra. Nise...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque eu estou fazendo perguntas objetivas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Dra. Nise, eu sei que a senhora é uma pessoa competente, seu currículo é muito bom, mas não é uma... A senhora não tem que dar uma aula, a senhora tem que responder...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exato.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... se é a favor ou contra.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas ele me pergunta...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Com todo respeito à senhora. A senhora... Eu vi seu currículo, mas as coisas têm que ser mais afirmativas, para esclarecimento, só isso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Tá, o senhor me desculpe...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Com todo respeito, até porque a senhora é minha colega...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não tenho como...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É uma senhora... Nós temos todo respeito, mas é uma coisa...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Obrigada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que tem que ser afirmativa, só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Suas preocupações...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não. Desculpe. Eu não respondi à questão ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A questão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É "sim" ou "não".

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Afirmativo ou negativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Na ocasião, eu dizia que o desenvolvimento das vacinas... Elas deveriam ser condicionais. Os registros são condicionais, como são até hoje. Eles são condicionais, de acordo com o desenvolvimento da tecnologia, do conhecimento... A gente vai ter agora a mudança de tecnologia de uma vacina, da CoronaVac para a ButanVac. A gente está tendo o desenvolvimento de novas... Por exemplo, a população... Crianças não foram testadas; grávidas não foram testadas; e nem idosos demais foram testados. Então, essas populações, quando você vai para uso indiscriminado, você tem que avaliar com muito mais cuidado, não é? Então, nós temos... Tem um número de crianças, sim, que está sendo testado agora, em que houve algumas características, mas nessa época nós tínhamos mais perguntas do que respostas. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Suas...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... as vacinas vão ser, sim, submetidas a novos desenvolvimentos. E o Brasil, inclusive, tem excelentes vacinas em andamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Suas preocupações a respeito da segurança e da eficácia dos imunizantes contra a Covid foram levadas ao Presidente da República?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Eu nunca conversei sobre vacinas com o Presidente, porque eu sou uma pessoa que tenho o cuidado... Primeiro, que nós não nos encontramos muitas vezes depois dessa questão de as vacinas serem uma coisa tão importante. E eu vi que nós tínhamos um corpo técnico dentro do ministério extremamente imbuído de trabalhar com níveis internacionais. Então, eu continuei, sim, acolhendo informações de todos os níveis, tanto nacionais quanto internacionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, mediante sua resposta, eu vou perguntar pelo contrário: V. Sa. apoia as considerações do Presidente sobre as vacinas?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não estou aqui para apoiar ou desapoiar nenhuma conduta de nenhuma pessoa, porque isso é uma coisa do foro individual. Eu estou aqui para declarar cientificamente a minha posição. E o que as pessoas fazem com a minha posição é de foro individual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a senhora não apoia?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não tenho uma opinião... Aliás, opinião, que não se dá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem opinião?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Desculpe. Opinião a gente não dá; a gente tem que dar evidências científicas. Então, neste momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta é: a senhora concorda ou não concorda com as posições...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não conheço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... reiteradas e públicas dele?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O senhor me desculpe. Eu não conheço todas as opiniões do Presidente sobre o assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, então eu vou colocar algumas para ouvir a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas... (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, coloque o próximo vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou tentar fazer uma formulação, na medida em que V. Sa. pediu, para que nós tenhamos uma manifestação científica também da senhora – seria o caso, e seria muito bom para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Governo Federal postergou, como a senhora sabe, a compra de vacinas tanto da Pfizer – e esta Comissão já apurou sobejamente essas questões – quanto as do Instituto Butantan e da Covax Facility, como vimos fartamente aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, na linha do que V. Sa. sugeriu para que eu perguntasse. Essa foi uma decisão acertada?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, eu devo dizer que a forma como as pessoas interpretam qualquer opinião que eu tenha dado, qualquer conhecimento, eu estou dentro do meu conhecimento técnico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tecnicamente...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – As produtoras de vacina têm uma cláusula com que elas têm trabalhado no mundo, e que não é simples, que é a questão da ausência de responsabilidade. Nós temos uma responsabilidade compartilhada, o médico que aplica – então, é importante você ter também a percepção da responsabilidade –, das pessoas que estão envolvidas e do Governo. Então, isso é uma questão que se refere ao Governo brasileiro, eu não participo dessa discussão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas eu perguntei cientificamente, tecnicamente, foi uma decisão acertada?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Cientificamente existem... Eu não tenho como dizer porque isso não é uma decisão científica, isso é uma decisão política, é uma decisão econômica, é uma decisão que tem muitas coisas que eu desconheço. Inclusive, no tocante à minha parte, que é a parte de imunologia, os estudos científicos das vacinas estão acontecendo. Ainda não foram liberados de vários daqueles a que foram dadas as autorizações temporárias...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não foi essa a pergunta.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu estou dizendo o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas não foi essa, objetivamente, a pergunta.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... que isso contextualiza o fato de que a opinião de cada um com relação à fala que eu tiver é uma decisão de cada pessoa. Eu não estou aqui nem para julgar, nem para emitir pareceres ou opiniões a respeito de outras pessoas. Eu deixei isto bem claro: a minha opinião é técnica, e eu vou me manter nessa posição, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só pra deixar claro aqui nos anais da CPI, V. Sa. não considera essas posições nem acertadas nem erradas.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não considero que elas tenham algo a ver com a minha posição, porque eu estou aqui para falar da minha posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu vou facilitar a sua resposta, para a senhora ficar mais à vontade para responder.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, como V. Sa. avalia as consequências do atraso da aquisição de vacinas pelo Governo Federal?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Veja, eu não participei de nenhuma discussão, então eu não sei o que houve com relação a essas discussões, se houve atraso. Eu ouço pela mídia, ouço pelas questões, mas eu não tenho como avaliar essa questão. Então, como eu não sei tudo aquilo que aconteceu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. não conhece o descaso, o atraso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não conheço os fatores que forem envolvidos nas discussões técnicas entre os pares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas eu perguntei sobre as consequências. Que consequências esse atraso causou ao Brasil na sua avaliação técnico-científica?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Olha, eu não sei se houve atraso, desculpe, eu não tenho informação com relação ao ponto inicial da partida...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve atraso...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... que seria assim: quanto foi de atraso, quanto foi de consideração entre as partes, de contratos entre as partes. Como eu não participo dessa discussão e fiz questão de me abster de qualquer opinião – o senhor não vai ouvir a minha opinião em nenhum momento, por mais que eu tenha sido procurada pela mídia, porque eu queria ressaltar ainda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu vou especificar para a senhora tentar responder. Eu estou tentando me esforçar para facilitar a resposta, qualquer resposta.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, eu considero que o atraso que existe no início do tratamento é o que tem determinado tantos mortos e tantas questões nesse momento. Não só isso, não é, como nesse momento a gente tem também um problema de diagnóstico, nós temos problemas com relação a toda essa questão.

Nós somos um País em que temos vacinado bastante gente, mas eu não sei dizer para o senhor se o conjunto de ações vai ser alguma coisa... Então, eu quero dizer o seguinte, que esse conjunto de vacinas, distanciamento social, uso de máscara, etc., é o que vai contribuir para melhorar, e aí, onde a gente tem que atuar, cada um atua na sua área. Eu não estou atuando nem em distribuição de vacina, nem em regulação de vacina, nem em distribuição.

Então, eu estou aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas eu não estou...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... trabalhando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou pedindo...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito.

Obrigada, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... as respostas de V. Sa. nessa condição...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Excelente, ótimo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de quem atuou, de quem negociou...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, ótimo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de quem vendeu, de quem...

Eu estou perguntando...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Por isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... do ponto de vista técnico, qual é a avaliação que V. Sa. faz.

Eu vou fazer uma outra pergunta na mesma direção.

V. Sa. entende que o sucesso da tese de imunidade de rebanho por transmissão do vírus foi um dos fundamentos para essa demora na vacinação?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – De forma alguma, não imagino isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não imagina?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não imagino.

Eu entendo que a questão de nós estarmos discutindo as vacinas é algo excelente. Nós já estivemos fazendo parte de várias comunicações, de vários debates sobre a eficiência e segurança das vacinas, sobre esse apoio ao registro da vacina condicional...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para deixar consolidado, a senhora entende que a tese da imunização de rebanho, defendida pela senhora, pelo Presidente da República, pelo Osmar Terra...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, a imunização de rebanho não é uma tese defendida por mim, é uma realidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu acabei de exibir um vídeo...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ela existe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da senhora defendendo...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, ela existe, a imunização de rebanho existe a partir de determinado nível de vacinas, de pacientes que recebem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas, Dra. Nise, desculpa, eu não quero aqui...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É que eu não posso responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, não...

V. Exa. tem... V. Sa., em algumas perguntas, a senhora pode dizer "sim" ou "não".

Eu não creio que, quando a senhora dá um diagnóstico para um paciente, a senhora passe duas horas para explicar que a pessoa tem...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Passo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... uma doença grave e tal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E responder "sim" ou "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora... Muito objetiva.

Eu queria, Senador Renan...

A senhora esteve com o Presidente da República quantas vezes?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Olha, em vários momentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vários momentos, assim, a senhora pode dizer uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, umas quatro vezes, cinco vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Umas quatro vezes a senhora esteve com o Presidente da República.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Na realidade, assim, nós estivemos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só a senhora e ele?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, em nenhum momento eu e ele isoladamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem estava com a senhora, a senhora lembra?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nós tivemos uma reunião com os Médicos pela Vida, que vieram de todos os lugares do Brasil, e nós participamos. Tive as reuniões com relação à questão de células-tronco, nós estávamos discutindo sobre algumas coisas, mas muito *en passant* porque, inclusive, tinha outras pessoas que estavam junto e nós tivemos uma primeira reunião em relação a essa questão em que eu deixava bem claro que eu tinha vindo contribuir como voluntária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora diz que fez parte de uma comissão, não é?

Uma comissão...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi pontual.

Eu fiz uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tudo bem, só pontual.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... com o Comitê de Crise...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa comissão, Dra. Nise...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... institucional...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem era desse Comitê de Crise?

Quem?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Era coordenado... Era um Comitê de Crise interministerial regulamentado e presidido pelo General Braga Netto, onde eu participei, inclusive, com o Ministro da Saúde, a presença do Ministro da Saúde e do Presidente da Anvisa, mostrando que não era...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora foi designada formalmente? Teve algum ato publicado com relação à oficialização da sua participação? Isso pode ajudar...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu fui uma colaboradora eventual desse momento somente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não teve formalização...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não fiz parte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da sua presença no Gabinete de Crise?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu fui convidada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, não teve... Não teve... O.k.

Pode exibir o vídeo próximo, por favor? (*Pausa.*)

Nós temos aproveitado essa prática, porque nós estamos tendo muita dificuldade com os depoentes que negam os fatos, negam as suas falas. Não é o caso da senhora, evidentemente.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ah, obrigada!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse seu posicionamento foi levado ao Presidente da República?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – De forma alguma.

Esse dado foi dado pelo Governador de Nova York. Eles fizeram um estudo mostrando que os pacientes vinham de casa e que o *lockdown* somente não resolveria o problema. Então, isso foi discutido... A própria Organização Mundial de Saúde depois disse que era algo que é de extrema situação. O *lockdown* serve também para dar estrutura, foi utilizado no Brasil para dar estrutura. Ele isoladamente não resolve a questão da contaminação, porque as pessoas se contaminam também em casa.

Então, nós precisamos, sim, de medidas conjuntas; em nenhum momento, medidas isoladas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chega-nos – e isso nos ajuda aqui – uma informação do grupo de checagem que colabora com o aprofundamento desta investigação que, no dia 15/05, a senhora teve um encontro com o Presidente da República. A senhora confirma ou não confirma este fato? Sozinha com ele.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não me recordo. Em que situação foi? Porque realmente não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora disse que teve quatro reuniões com ele. A senhora não se recorda?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sozinha, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se fossem cem reuniões, tudo bem.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu nunca tive reunião sozinha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CPI levantou que no dia 15/05 a senhora esteve com ele. A senhora não se recorda?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu não me... Sozinha eu nunca estive com ele. Nunca estive com ele sozinha.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, o senhor poderia agregar sobre a visita dela no Ministério da Saúde, quantas vezes ela esteve no ministério?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes a senhora a esteve no Ministério da Saúde? Só para agregar, a pedido do Senador Rogério Carvalho.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Olha, o Ministério da Saúde é uma casa onde eu já trabalhei bastante, então, assim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, doutora. Quantas vezes a senhora esteve?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Inúmeras vezes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas agora, pós-pandemia?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... só que em vários governos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Agora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Em vários governos. Nessa vez eu estive conversando com o Ministro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E no gabinete do Ministro, com o Ministro da Saúde.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu estive numa reunião em que o Ministro Pazuello não pôde participar totalmente, ele deixou alguns assistentes. E ele queria conversar sobre a minha relação com as sociedades médicas e com relação à interface com as sociedades médicas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, por favor, só para colaborar: Dra. Nise, dispense os bordados, os floreios. Dispense... A senhora quer explicar demais, usar adminículos. Explica... Explica... Responde ao Senador, até para não ficar... Senão a gente fica rodeando o toco, e a senhora dá informações de conversas que não foram pedidas. Então, eu quero ajudar a senhora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Obrigada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... seja mais econômica nas suas respostas, para que a gente consiga... Senão a senhora... Pergunta, a senhora quer descrever tudo. A gente não quer aula, a gente quer que a senhora seja positiva: "foi", "não foi", "não sei".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, é só pra ajudar, porque senão a gente vai ficar muito tempo aqui, em respeito ao seu currículo; se a senhora ficar falando, nós ficamos dois dias aqui, porque a senhora tem conteúdo. A gente sabe que a senhora tem conteúdo. Então, por favor, só pra contribuir, dispensa os adminículos, os floreios, pra responder mais objetivamente. A senhora daí não dá nem tanta brecha para o Senador Renan ficar insistindo em algumas perguntas que só ele quer, muitas vezes. Então, a senhora se poupe disso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu agradeço a sua fala, Senador. E, na realidade, a questão é que eu não posso, às vezes, dizer, em cima de uma afirmação, que eu faço isso ou aquilo, porque as afirmações...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas daí diga que não. Diga que não, diga que não concorda e pronto, acabou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não perguntei isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora mora em São Paulo, é isso, doutora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Eu moro em São Paulo, mas eu tenho CRM aqui em Brasília também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a senhora tem residência em São Paulo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Residência certa, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora tem residência aqui em Brasília?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Aqui em Brasília eu fico no hotel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a senhora veio várias vezes a Brasília desde o início da pandemia, não é isso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, inclusive eu tenho amigos também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E as passagens são pagas todas pela senhora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Teve uma passagem paga pelo Ministério da Saúde para uma reunião que eu fiz, onde eu vim dar aula sobre imunologia, e eu estive dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas pós-pandemia, a senhora esteve em Brasília quantas vezes, Dra. Nise?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ah, eu já estive... Eu atendo, como eu falei, atendo pacientes e tenho inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Eu perguntei pra senhora: a senhora veio a Brasília pra tratar sobre pandemia quantas vezes?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu estive em audiências públicas, reuniões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo com o Governo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... inúmeras vezes, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo pago pela senhora, com seu...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passagem paga, hospedagem, tudo pago pela senhora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Por mim, é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Apenas uma vez foi pago pelo Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta Comissão Parlamentar de Inquérito também já levantou – e temos isso na nossa sala de cofre – que a senhora esteve, em visitas não oficiais, no Ministério da Saúde no dia 6 de abril – e tem aqui com quem a senhora falou –, no dia 10 de junho, no dia 12 de junho, no dia 2 de julho, no dia 30 de dezembro. A senhora confirma essas datas?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu preciso checar com os meus assessores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente, o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou passar essas datas para a senhora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... me passa as datas, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em seguida, checaremos, por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Dia 6 eu posso já lhe adiantar que estive conversando com o Dr. Denizar Vianna exatamente sobre a questão da necessidade, em relação à portaria que ele já tinha feito, da inclusão de fazermos tratamentos precoces. Isso foi uma discussão que eu tive no dia 6. Então, desse com certeza eu me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, rapidamente, o vídeo sete.

Obrigado, doutora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Depois eu vejo os outros e passo para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, é muito importante.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Deixe só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse aí foi um evento que aconteceu na Câmara dos Deputados. V. Sa. mantém o entendimento que externou na Câmara de que o tratamento precoce com hidroxicloroquina é tão importante quanto a vacinação, que acabamos de ouvir?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu disse o seguinte: que não é o único tratamento. Aliás, vacina não é tratamento; vacina é prevenção. Tratamento é tratamento, aos primeiros sintomas. Então, uma coisa é a vacina para prevenção, e a outra coisa é o tratamento inicial, que se chama precoce, aos primeiros sintomas. Então, um não compete com o outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que a senhora... Desculpe, Dra. Nise, o que a senhora afirmou, eu poderia pedir para repetir o vídeo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Pode colocar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... repetir o vídeo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso, que um é tratamento, e só as vacinas, elas não são tratamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não há dúvida com relação a isso. A dúvida não é essa, não.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É: não se deve vacinar aleatoriamente, dizendo que a única saída é a vacinação, porque o tratamento precoce é tratamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a senhora mantém o que afirmou?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A vacina não deve ser vista como tratamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que o tratamento precoce é tão importante quanto a vacina?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu digo que uma coisa é o tratamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, retira o que falou?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, também não. Eu digo o seguinte: tratamento é tratamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, repete de novo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Vacinação é vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repete de novo, por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Prevenção é prevenção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – ... o sinal da TV Senado caiu... É bom ver se confirma isso ou não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, somente caracterizando o tratamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repete o vídeo, por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso. Pois não.

Vacinação aleatória obrigatória...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta objetiva: a senhora confirma isso e acha realmente tão importante o tratamento precoce quanto a vacinação?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque a senhora afirmou.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu considero que, sim, são situações semelhantes. A questão: uma é pra prevenção...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Então...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... que é a vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então nós já nos consideramos com a...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não. Deixa eu caracterizar. Eu considero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com a pergunta...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... que a vacina é prevenção, e o tratamento é tratamento, e que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Não é? Então, eu estou dizendo que não se deve falar aleatoriamente da vacina obrigatória se por acaso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, uma pergunta novamente objetiva, Dra. Nise.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente. Objetivamente, existem dois lados: a medicina da prevenção, que é a vacina, e aí a medicina do tratamento, que é o tratamento. Então, são coisas diferentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Só não se deve dizer que é a única saída.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minutinho, Senador – só um minutinho.

Eu vou pedir para os assessores... Olha, tem muito assessor conversando com os...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E, como a vacina não trata o que já está infectado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... então, a ideia é o tratamento precoce.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Dra. Nise. Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria para as pessoas que estão acompanhando e os assessores, para a gente poder... Porque a Dra. Nise, com essa voz calma, tranquila, ela é convincente, porque quem grita não consegue convencer ninguém. Quem fala baixo, de uma forma bastante calma, parece que passa mais credibilidade. Na realidade, a quem está nos vendo neste momento, eu peço que desconsidere as questões que ela diz aqui em relação à vacina – desconsidere o que ela está dizendo em relação à vacina. Ela não está certa. Eu não sou médico, não sou... Mas vacina, desde que a gente se tem por gente, vacina sempre preveniu. É melhor prevenir do que remediar.

Isso é histórico, Dra. Nise.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é histórico, não é de hoje.

Então, a sua voz calma, a sua forma de falar convence as pessoas, como se a senhora estivesse falando a verdade. Infelizmente, Dra. Nise, o que os seus colegas me falaram eu retiro completamente, eles estão totalmente equivocados em relação à senhora: a senhora está omitindo aqui muita coisa. E eu sou Presidente da Comissão, Dr. Marcos Rogério, e eu estou alertando que a senhora será convocada novamente para cá, não mais convidada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer uma outra pergunta na linha do que foi colocado pelo Presidente Omar Aziz.

A difusão da informação, como acabamos de ver, feita por V. Sa., de que há um tratamento eficaz contra a Covid-19 estimula as pessoas a abandonar as medidas não farmacológicas de prevenção à doença?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – De forma alguma, elas são concomitantes e se somam.

Então, quero reiterar, Senador Omar Aziz, a importância de falar que a prevenção – concordo plenamente com o senhor – é muito importante, que as vacinas são muito importantes e resolveram grandes pandemias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não disse isso, Dra. Nise!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Falei sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a senhora disse o seguinte: que não precisa vacinar aleatoriamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem obrigatoriamente.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Compulsoriamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que vacinar todos os brasileiros, Dra. Nise! Por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é a copa que precisa ser feita!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo amor de Deus, Dra. Nise!

Sabe o que é? Não escutem o que ela está dizendo. Todos os brasileiros precisam de duas vacinas, duas!

E esta CPI foi criada para isto: para quem perdeu parente, para quem perdeu irmão, para quem perdeu pai, para quem perdeu mãe!

E a senhora não conseguiu salvar os seus pacientes todos. A senhora me desculpe, mas essa voz calma convence as pessoas que estão nos vendo. Então, quem está nos vendo neste momento: não acreditem nela, tem que vacinar; a vacina salva; tratamento precoce não salva!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria só prestar um esclarecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Prefeito de Nova York, assim como o Prefeito de Milão, pediu desculpas por ter dito bobagem e de ter sido contra o *lockdown.* Porque ela falou que em Nova York as pessoas ficaram em casa, mas tanto o Prefeito de Nova York quanto o de Milão foram contra o *lockdown* no início e, aí, vivemos o pandemônio da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Primeiro-Ministro inglês só foi a favor do *lockdown* depois que ele pegou a Covid e quase morre.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não seria o caso de a senhora pedir desculpas pelo que disse e que nós estamos exibindo aqui fartamente?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Bom, eu tenho várias falas aí que eu vou ter que responder. A primeira é a seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu devo deixar bem claro que vacinas aleatórias e indiscriminadas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, V. Exa. quer...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ...elas têm que ser revistas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ...que o povo brasileiro se vacine.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, o senhor já me disse isso. Agora, falar em vacina aleatoriamente... Aleatoriamente é aleatório...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Compulsória. Não.

A questão é a seguinte: nós temos que seguir regras, e foram seguidas as regras espartanamente. O ministério – eu deixei bem claro –, o Ministério da Saúde, junto com a sua comissão de vacinas, seguiu regras para vacinar. Eles não saíram vacinando todo mundo ao mesmo tempo e do mesmo jeito. É isso que eu deixei bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não tem vacina, doutora!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, mas não é só isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan perguntou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso que nós estamos discutindo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ...seguiram regras com relação... Assim como...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos querendo saber do enfrentamento à pandemia e do seu papel.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estamos utilizando as suas próprias falas para embasar o que eu estou perguntando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, sobre isto: V. Sa. já discutiu o tratamento precoce contra Covid com o Presidente da República em alguma oportunidade?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu tive a oportunidade, no início, de receber dele a informação de que existia um tratamento que estava sendo discutido na França e nos Estados Unidos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, então essa informação é muito importante.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi essa reunião...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi o Presidente que lhe deu a notícia da existência do tratamento precoce?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu já tinha essa informação prévia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, sim, mas ele falou...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... e ele me falou que existia, nessa reunião...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, em quantas oportunidades, V. Sa. conversou com ele sobre esse assunto?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi uma oportunidade em que a gente conversou sobre o momento em que nós estávamos passando. Foi o momento inicial em que eu expliquei que nós precisávamos de dados científicos. Por isso que eu ia conversar com o Conselho Federal de Medicina pra validar a possibilidade do paciente de receber o medicamento e do médico de prescrever. Então, isso foi bastante importante pra mim, porque eu pude participar de discussões técnicas com o Conselho Federal de Medicina que ratificaram...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre a eficácia disso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A eficácia da medicamentação é uma questão que já está bastante categorizada e a gente já tem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria perguntar sobre a eficácia.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O senhor me perguntou da eficácia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não fiz a pergunta ainda.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Relator, só apresentar uma questão de ordem para vocês.

Como disse e alertei no começo dos riscos de se ouvir a Dra. Nise como convidada e não como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ela já afirmou aqui que mal falava com o Presidente da República, que nunca esteve com ele sozinho. Em junho de 2020, foi publicado um vídeo onde ela anuncia publicamente as seguintes palavras: "Mandei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mensagem para ele, ele não precisava me sondar, sondar pra ser Ministra. Ele me conhece e a gente se fala o tempo todo".

Então, a questão de ordem objetivamente, Sr. Presidente, é pela suspensão ou encerramento da sessão, para que ela seja reconvocada como testemunha, como deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar em votação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De acordo, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para responder questão de ordem.) – Eu acolho o seu pedido...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e vamos colocar em votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar em votação.

Só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero fazer uma pergunta...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senador Marcos Rogério, eu não vou passar o dia aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e ninguém vai passar o dia aqui pra que a gente fique ouvindo a Dra. Nise dizer que aleatoriamente as pessoas possam se vacinar. Veja bem, eu não vou fazer propaganda enganosa para a população brasileira. Eu tenho responsabilidade aqui e a responsabilidade é grande.

Eu vou fazer uma pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho.

Eu vou já lhe dar a palavra, Senador Marcos Rogério. Eu lhe dou a palavra em um minuto. Só uma pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Marcos Rogério não está com a palavra, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem está com a palavra é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho, Senador Renan.

A senhora teve alguma reunião no Ministério da Saúde junto com seus irmãos e o Ministro?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Não, eles foram me buscar, porque eu estava lá conversando com o secretário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles moram em Brasília?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eles vieram me acompanhar, porque eu tinha problema de joelho na ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bom. Eu vou pedir para as empresas aéreas...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ela não está conseguindo concluir um raciocínio.

Eu queria pedir aos senhores assim, com todo o respeito... Vocês sabem o lado em que eu estou, mas, quem está acompanhando, o que a gente percebe é que existe uma ansiedade muito grande pelas respostas da depoente, da convidada. Eu peço só a vocês que a gente tenha um grau de tranquilidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... porque existe uma ansiedade muito grande.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Leila, é porque você chegou agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpa, eu estou vendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você chegou agora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, eu não cheguei agora, não. Eu estou acompanhando, Presidente, dentro do meu gabinete, desde o primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, no seu gabinete.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas eu estava lá...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu estava lá assistindo e tive a impressão, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora chegou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos falando aqui com toda a educação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com todo o respeito, com todo o carinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeito em tempo nenhum com a depoente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ela, toda hora, está sendo interrompida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, é porque ela não está respondendo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, vamos encerrar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esse o problema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vamos encerrar. Encerremos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o apelo que eu faço a V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, tem a questão de ordem do Senador Alessandro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Muito ruim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, existe uma questão de ordem do Senador Alessandro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu sugiro a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela precisa ir ao banheiro. Vamos suspender por...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente Omar Aziz...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Melhor, melhor. Façamos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pediu. Espere aí, só um minutinho.

A doutora pediu para ir ao banheiro. Você dá licença e a deixa ir ao banheiro? Pode falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente. O que quero, o que eu quero suscitar, Sr. Presidente, é que não cabe a quem não possui conhecimento técnico questionar as opiniões de uma cientista com mais de 40 anos de trabalho prestado, de respeito da sociedade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Cabe questionar. Cabe questionar quem é contra a vacina.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estamos questionando fatos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Cabe questionar quem é contra a vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão expondo... Estão expondo vídeos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estamos questionando fatos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Cabe questionar quem é contra a vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão expondo vídeos recortados. Estão expondo vídeos recortados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Alguém vir aqui desinformar sobre vacina...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... não permitem à depoente falar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Alguém vir aqui desinformar sobre vacina...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Querem respostas objetivas: é "sim", é "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A gente não vai matar gente nesta CPI, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com todo o respeito... Com todo o respeito....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A gente não vai matar gente nesta CPI, não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão faltando com o respeito à depoente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desinformar sobre vacina não pode, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... à história dela, à biografia dela, à ciência dela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desinformar sobre vacina, não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me parece que os cientistas aqui são o Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vir matar gente aqui, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e alguns Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isto aqui está transmitido para milhões de pessoas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me parece que trouxeram a depoente aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vir aqui falar contra a vacina, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para fazer espetáculo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vir aqui falar contra vacina, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é respeitoso, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixem a depoente falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Falar contra vacina, aqui, não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está xingando o Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu peço calma aos nossos colegas aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Xingando o Presidente, chamando o Presidente de cientista.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu peço calma... Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – São os pais da ciência.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu peço pela ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qualquer cientista que vem aqui...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ninguém pode falar de ninguém aqui. Ninguém... Ninguém pode falar de ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... não pode se manifestar. O depoente aqui é a Dra. Nise.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A tua ciência é contra a vacina.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Tem muita gente aqui que já deu de cientista e de médico sem ser.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos nós somos a favor de vacina, todos nós, inclusive ela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tu, não. Está aqui pregando contra a vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, o que tem aqui é uma tentativa muito clara de indução. Isso é desrespeitoso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É claro. Pessoa que é contra a vacina fica claro aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos acalmar, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador. Pois não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por favor, eu só queria o direito de... Eu acho que os ânimos se exaltaram demais. Vamos ter calma. A Senadora Leila falou. Estou aqui desde o início, conversei antes com a Dra. Nise Yamaguchi. Ninguém a tratou aqui de forma descortês, todo mundo tratou muito bem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não é descortês... Eu fui citada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um minutinho. Um minutinho, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não é descortês, Senador Otto. Ela não concluiu nem... Desculpa, gente, eu estou vendo lá da TV. É um direito meu falar. Eu vou falar aqui como Senadora também. Eu vi isso. Essa foi a minha percepção. E, se ela está aqui sendo convidada para passar o raciocínio dela, é só isso que eu estou pedindo. Eu não estou dizendo quem está certo ou errado, mas, na qualidade de... Já deixa a pessoa tensa, ela não consegue concluir o raciocínio nem uma vez, porque sempre tem um: "Mas você não fez isso, não fez aquilo?". É só pedir paciência. Se não dá para termos, neste momento, calma, que façamos o convite então para que ela venha mesmo depor. Só isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, me dê agora a palavra. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu aceitei ser interrompido pela Senadora Leila e quantas vezes ela quiser pode me interromper.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada. Desculpa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não tem nenhum problema. Eu apenas... O que foi questionado aqui é que as afirmações dos vídeos não correspondiam ao que ela falava.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. Então, era só isso. Quer dizer, ela... Antes o Omar conversou com os colegas dela de São Paulo. Ela falou que viria aqui para falar a verdade. Só que o que está saindo nos vídeos, Senadora Leila, não corresponde ao que ela está dizendo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O questionamento é só esse, porque ela falar uma coisa no vídeo e não confirmar o que falou não deixa de ser faltar com a verdade. É só isso que estou falando, tanto que eu a tratei ali com toda a educação, com todo o respeito. Como sempre, todos nós fizemos isso. Agora...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, independente... Só um minutinho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se isso é uma Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Omar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. Está bom. Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... exige a verdade, mais nada do que a verdade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É só para concluir aqui. É só... É só pedir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar, V. Exa. concluiu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só vou pedir aos Senadores e Senadoras, nós estamos aqui – são 11h15 – há uma hora e quinze. O Senador Renan deve ter feito umas dez perguntas para ela, mostrando vídeos, e a Dra. Nise cria uma versão para cada vídeo desse. É isso que está acontecendo. O que aconteceu agora? Por que a gente até se exaltar? É porque ela disse que a pessoa tinha que tomar a vacina aleatoriamente, pessoal, quando a gente está lutando para ter vacina para todos os brasileiros. Essa é uma luta não só de situação ou oposição, independente de todos os brasileiros.

E ela, como médica, Senador Jorginho, como uma profissional conhecida, cientista, quando ela passa a opinião para a população, pode parecer... É lógico que ela, como médica... As pessoas vão crer mais nela do que em qualquer um de nós aqui. Irão crer mais nela do que em qualquer um de nós. Então, Senadora Leila, a colocação dela, a que as pessoas estão assistindo, em relação a tratamento precoce e a vacina aleatoriamente... Depois ela quis corrigir dizendo: "Não, o cronograma de que eu participei no Ministério da Saúde...". Primeiro ela disse que teve quatro reuniões, agora já foram mais de dez, pela contagem nossa aqui. E agora, com a quebra e o pedido de informações das linhas aéreas que vêm de São Paulo para cá, nós vamos saber quantas vezes ela realmente veio a Brasília e fazer o quê.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a questão é o seguinte, o que nós pedimos a ela, eu pedi a ela... Ela não tem o que esconder de nós, ela é médica, ela defende aquilo que ela quiser.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria só que o senhor assegurasse, até para manter a ordem.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente... Posso falar, Presidente? Sr. Presidente, é o seguinte...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, só dê a ordem de fala, Presidente, para a gente manter aqui o ritmo sem muita turbulência.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Faz horas que estou pedindo, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Mas ele já falou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. me assegura a fala?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não falei nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem uma questão de ordem do Senador Jorginho e, logo em seguida, a Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E depois o Senador Humberto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Muito bem. Eu quero dizer o seguinte: essa minha contribuição anteriormente foi até para ajudar, de forma didática, nas explicações dela. É uma mulher que tem muito conteúdo, é uma médica, com um currículo extenso, até para contribuir com ela. Eu quero dizer o seguinte: essas entrevistas muitas vezes a gente... Se voltar atrás no tempo, algumas coisas que a gente afirmou em determinados momentos... Porque evolui, tudo evolui, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma doença que ninguém conhece, no início, enfim... Então, não tem essa de que ela está faltando com a verdade. Ela veio aqui para contribuir de forma educada, ela fala baixo, é pelo estilo dela. E eu gostaria de pedir que cada um de nós a deixássemos ouvir... E reforço o pedido, que ela economize muita explicação, responda mais, porque para cada pergunta ela tem uma justificativa técnica da ciência, científica, mas nós não estamos tratando disso agora. Então, é para que a gente ganhe mais tempo. É por isso que eu quero ajudar a senhora a encurtar a resposta, para não dar outras conotações de que falou lá e não falou aqui. É só para contribuir.

É essa a minha participação, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não. Com a palavra a Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... eu queria... É rapidão aqui, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou com a palavra, com todo respeito aos companheiros e às companheiras.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Colocar o seguinte, Relator e Presidente: nesta CPI, nós temos prazo, nós temos objeto e nós temos foco. A gente não pode, Presidente, nesta Comissão... Da mesma forma que V. Exa. suspendeu a reunião, os convocados de quarta-feira, a gente não pode fazer aqui, ter uma manhã inteira com convites, Presidente, porque a gente realmente acaba perdendo muito tempo e a gente não é seguro, a gente acaba ficando sem uma segurança, porque a convidada é convidada, ela não é nem investigava e nem testemunha. Então, a gente fica, do ponto de vista legal, aqui no limbo. Então, eu pediria a V. Exa. que a gente, daqui para frente, realmente, não tivesse mais convites, mas, sim, convocações, ou na condição de testemunha ou na condição de investigado.

Quero finalizar aqui, Presidente, fazendo uma colocação sobre a questão das interrupções. Eu acho que, de fato, a convocada ou, melhor dizendo, a convidada, a depoente precisa ser mais direta nas respostas. Esse é um fato, é uma observação com que, realmente, eu até concordo. Agora, só lembro, acerca das interrupções, que é a primeira vez nesta CPI que alguém da base do Governo interrompe a depoente, como foi o caso aqui do Senador, meu colega da base do Governo, o Jorginho, que faz a interrupção. Isso realmente não é uma rotina, não é normal quando se trata da presença masculina. E aí eu faço...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Era isso que eu ia falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... uma referência, colega Leila: eu acho que a gente precisa ter efetividade...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Tivemos outros aqui que mentiram!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... senão a gente não vai chegar a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos fazer o seguinte...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpa! Desculpa por falar isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir...

O Senador Renan Calheiros com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Com relação a mim, eu não carrego essa culpa, não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Olha só, eu não estou questionando aqui, até porque...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria até parabenizá-lo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, o senhor tem uma questão de ordem sobre a mesa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está tendo a mesma conduta que teve em relação aos demais.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Olha só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Com relação a mim, eu não...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Procurei tratar da melhor forma possível...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Gente, posso só falar por que cheguei aqui? Eu estava aqui desde manhã acompanhando vocês...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor! E trato muito bem as mulheres. Trato muito bem as mulheres!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, sim! Senador, o que estou querendo dizer? Olha só: cheguei de manhã...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com toda a certeza, Relator.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... e acompanhei, desde o início, do gabinete. Nós não estamos questionado isso. Eu só estou falando que hoje ela está tentando concluir o raciocínio. Se ela está mentindo ou não, a gente sabe! Entendeu? Ninguém aqui... Todo mundo já estudou, acompanhou, sabe das declarações que já foram feitas no passado. É só uma questão de ela finalizar o raciocínio. É só isso. É só isso que eu questionei. Está bom? É isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito! Perfeito, Leila! Perfeito, Eliziane!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos continuar, então!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos continuar!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só por respeito ao Regimento, tem uma questão de ordem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria exatamente falar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... apresentada ao Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria falar exatamente sobre isso.

Eu queria, com todo o respeito aqui, me contrapor à questão de ordem do nosso companheiro Alessandro.

Nós dispomos de muito pouco tempo para trabalhar nesta CPI. Todos nós sabemos aqui a relevância, a importância dos conselhos, das orientações, da influência da Dra. Nise sobre o Presidente da República.

Que V. Exa. faça as perguntas! Se ela não responder, diga: "Não respondeu". E pronto! E o nosso juízo vai ser feito. O que ela está dizendo ali comprova exatamente o que tem na cabeça do Presidente da República.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, vamos ouvir. Para nós é importante ouvir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos ouvir.

Dra. Nise...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu acho que a Dra. Nise deve continuar como convidada e não ser chamada como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, conclua. Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Nise...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não irei acatar o seu encaminhamento e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Nise, objetivando novamente, releve a veemência. Seria muito importante se nós objetivássemos tanto as perguntas do meu lado, é claro, e depois as do lado dos demais Senadores e Senadoras, quanto as respostas de V. Sa.

Na sua avaliação, por que há a profusão de medicamentos do tratamento precoce da hidroxicloroquina e de outros e até mesmo da produção do próprio Exército, que chegou a produzir 3 milhões de medicamentos? As farmácias do Brasil viveram praticamente, nesses últimos meses, de venda dos produtos do tratamento precoce. Eles infestaram as farmácias e dominaram o mercado. Por que, depois de tudo isso, nós não tivemos consequência nenhuma, e o Brasil chegou ao lugar de campeão? Como, tecnicamente, a senhora avalia por que isso tudo aconteceu?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Senador, agradeço as suas palavras, dizendo que eu vou ter a oportunidade de colocar... Quero só deixar bem claro que o tratamento precoce não compete com o preventivo das vacinas. Mais uma vez deixar isso bem claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas uma vez...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A outra coisa... Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora os comparou há pouco.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Agora, a questão da eficiência desses medicamentos... Por exemplo, no Amapá, nós temos um dos menores índices do mundo de mortalidade. Exatamente eles utilizam essas medidas conjuntas. Então, nós temos que, cada vez mais, juntarmos forças.

Cuba, por exemplo, utiliza, desde fevereiro do ano passado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não? Não utiliza mais?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Bom, de qualquer forma, eles enviaram um manual...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... e a gente teve acesso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... que a gente queria dizer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos atender...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... é o seguinte... O senhor me perguntou, já que houve...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixem a Doutora falar. A opinião nossa não vai mudar.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Agradeço às Senadoras também a gentileza de me colocarem aqui na condição de mulher e de poder ser ouvida, não é? Eu tenho uma voz assim... Há 40 anos, eu trato de pacientes com câncer e aids, e são pacientes muito delicados. Então, eu tento explicar, realmente, tudo. Desculpe se eu acabo sendo prolixa. Não é minha intenção.

O que eu quero dizer nesse momento é que eu não acompanho os ganhos, etc., de quaisquer coisas. O ministério... O Exército sempre produziu cloroquina e hidroxicloroquina em outras situações, assim como, na época do Tamiflu, ele produziu Tamiflu e distribuiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para outras doenças.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, são coisas que fazem parte aí das questões mais administrativas.

Não sei se eu respondi. O senhor considera que eu respondi?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Infelizmente, eu estou dizendo aqui para o Presidente...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Infelizmente a senhora não respondeu.

Eu pedi uma avaliação da senhora de o porquê, no seu entender técnico, depois da profusão de medicamentos do tratamento precoce colocados no Brasil, através do setor público, como política pública, da qual V. Sa. participou e priorizou, do domínio da industrialização, do processo comercial – as farmácias passaram a viver em torno disso nos últimos meses no Brasil –, por que isso, de uma forma geral, regra geral, não afetou na diminuição de morte no nosso País, que é campeão? Infelizmente, até hoje já morreram 462.966 pessoas.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nós temos vários Estados onde o tratamento precoce foi instalado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não quero...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... e a morte diminuiu.

O que nós temos nesse momento... Eu trato os meus pacientes de forma individual e eles se beneficiam. Então, é uma questão que nós estamos aqui discutindo com relação à profusão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

medicamentos. Não são muitos. São em torno de 10 ou 12 que são utilizados com uma melhoria do sistema clínico das pessoas.

Então, eu acredito, se eu respondi essa pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi o seguinte: o que é que houve no seu entendimento? Porque esse tratamento não teve eficácia e o Brasil é campeão mundial de mortes.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Claro que teve eficácia. Inclusive, é possível que pudesse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, poderia ter morrido muito mais gente...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É possível que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ainda do que morreu?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nós não sabemos, mas houve um anúncio, inclusive, das universidades europeias de que nós teríamos milhões de mortes até abril do ano passado. E, na época, já estavam utilizando, nos protocolos do Ministério da Saúde... Em vários serviços, eles utilizavam na época. Então, não dá para o senhor ter uma medida exata do benefício que foi dos medicamentos e dos tratamentos iniciais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma outra pergunta mais direta, Dra. Nise: V. Sa. considera que houve conspiração empresarial e política para que os brasileiros não tenham acesso a um tratamento precoce? Uma pergunta direta.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim ou não?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu considero que houve uma conspiração política sim. Não houve... Houve múltiplas ações contra o tratamento precoce no Brasil. Várias procuradorias entraram com ações contra prefeituras que queriam fazer o tratamento precoce, e nós entendemos que isso... Houve a perseguição até de médicos que estavam prescrevendo os medicamentos, excluindo a autonomia do médico ou a soberania do médico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, isso é outra discussão.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então houve, sim, uma perseguição política...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E empresarial?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Empresarial, eu não consigo ter...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bem.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... exatos dados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora tem notícia de alguém ou alguma empresa que se beneficiou do aumento das vendas de cloroquina, ivermectina e outros medicamentos no Brasil?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acho que todas as empresas que produzem produtos para as doenças que estão neste momento estão fazendo a sua parte, que é produção. Muitos deles têm lucros pequenos, porque não têm mais patente; são produtos que são considerados seguros pela Organização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mundial da Saúde e são produtos essenciais, por isso eles são feitos sem patentes. Eles não têm lucratividade alta. Faz parte desses produtos eles serem oferecidos às pessoas a preços baixos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já recebeu – e respeitosamente pergunto, claro –, direta ou indiretamente, alguma vantagem de empresa que fabrica ou comercializa cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina ou outro medicamento usado no tratamento precoce?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. avalia as recomendações de hidroxicloroquina e ivermectina pelo aplicativo TrateCov, lançado em...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... lançado em janeiro, para uso experimental naquela população em Manaus, num dos...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não acompanhei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... num dos piores momentos da... A senhora não ouviu falar?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não; eu não acompanhei os remédios, doses exatas, o que foi apresentado nesse aplicativo. Eu não tive acesso a ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, muito obrigado.

Por favor, pode exibir o vídeo seguinte?

Nós estamos nos encaminhando para o final.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, foi V. Sa. que minutou o decreto para mudar a bula da cloroquina?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – De forma alguma. Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mentiu para a Comissão...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Eu devo dizer para o senhor o seguinte... Posso esclarecer?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, claro!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, está bom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos aqui, gentilmente, querendo ouvi-la.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não fiz nenhuma minuta. Inclusive, eu não conhecia esse papel que estava... Essa é a reunião – a que ele se refere – do dia 6 de abril de 2020, que ocorreu lá no Palácio do Planalto, com a presença do Almirante Barras, do Ministro Mandetta, estava bastante cheia a sala – eu não conheço as pessoas estavam –, e eu descobri, ao final da reunião, onde nós discutimos uma série de itens, eles me pediram para conversar sobre a questão da hidroxicloroquina, e eu estava conversando sobre essa Resolução 348, de 17 de março de 2020, assinada pelo Almirante Barra Torres, que falava sobre a inclusão de nova indicação terapêutica ou ampliação de uso relacionado ao tratamento, prevenção e controle de complicações decorrentes da Covid-19. Eu estava também discutindo a Nota Informativa nº 6, do Ministério da Saúde, que falava sobre a presença da cloroquina e hidroxicloroquina no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

site do Ministério recomendando sobre utilização de cloroquina e hidroxicloroquina em pacientes moderados e graves...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi a senhora que minutou?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Inclusive, depois da reunião, eu descobri que eles estavam se referindo a uma minuta, e essa minuta jamais falava de bula, ela falava sobre a possibilidade de haver uma disponibilização de medicamento... Posso, posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Posso ler os dois artigos da minuta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, eu não estou perguntando isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Apenas para o senhor novamente ....

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Posso ler os dois artigos da minuta?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, não, quem está interrompendo é o advogado, eu estou pedindo novamente para o senhor novamente reiterar para o advogado que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Advogado não pode participar dessa forma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ele está ditando respostas.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E entregando por escrito.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, de forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não é a resposta, porque, se fosse a resposta, tudo bem; se fosse a resposta, tudo bem, mas não é nem a resposta, é uma divagação sobre o tema.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu vim assessorada pelo meu advogado, Senador, porque, na realidade, eu queria colocar aqui a disponibilização daquilo que estava nesse momento sendo discutido, que era o medicamento, e não a bula, não a inserção da bula. Inclusive, que essa adesão ao tratamento do medicamento deveria ser acordada entre médico e paciente que desejarem voluntariamente, de livre espontânea vontade, fazerem parte. Então, eu não participei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi específica: a senhora minutou?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não minutei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então de quem foi a ideia, já que V. Sa. foi quem defendeu...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não houve minuta de bula, Sr. Senador, é isso o que eu estou querendo dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não é isso o que estou perguntando.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não participei de nenhuma minuta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora, desculpe, a senhora já disse que não minutou.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não minutei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não minutou.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não minutei. Inclusive, esse papel que estava em cima da mesa só falava sobre dispensação de medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não perguntamos sobre isso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não minutei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora minutou ou não minutou?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não minutei, não tenho essa prerrogativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então de quem foi essa ideia, já que V. Sa. estava na reunião e foi quem precipitou a tomada de decisão do gabinete paralelo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não houve. Esse não era um gabinete paralelo, era um gabinete oficial...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como, se a senhora não era oficialmente indicada para participar de nada?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O Ministro Braga... Eu fui convidada, existe a posição de convidada científica para a reunião. Então, eu fui convidada para uma reunião oficial, dentro da Presidência, da Casa Civil, com a presença do Ministro da Saúde e do Presidente da Anvisa. Então, isso não caracteriza um gabinete paralelo, isso caracteriza a presença oficial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além dos dois...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então... E nessa situação não houve minuta de bula, eu não minutei nenhuma minuta de bula e nem discuti. Eu estive discutindo, sim, a resolução, em caráter excepcional, da Vigilância Sanitária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente, a senhora não sabe quem foi o responsável pela ideia da mudança?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não existiu ideia de mudança de bula por minuta e nem por decreto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o Presidente da Anvisa mentiu?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acho que ele, pelo menos, deveria, então, apresentar a minuta, porque, nesse momento, não houve minuta de mudança de bula.

Eu estou explicando para o senhor que depois eu tive acesso ao que era a mudança de situação baseada na RDC, que era simplesmente a discussão se a gente conseguiria ter medicamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, de quem foi a ideia da mudança da bula? Foi da senhora ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não existiu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não minutou, mas de quem foi a ideia?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não houve mudança de bula...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, que não houve eu sei, da tentativa?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, mudança de bula ocorre de acordo com as entidades que produzem os medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso nós sabemos.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eles oferecem uma série de dados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é esse o fato...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O que eu faço, como médica, é discutir se a quantidade de dados que nós temos são suficientes para caracterizar uma mudança...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso, é que...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu tenho, inclusive, uma cópia do documento que estava na mesa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é isso que nós perguntamos.

Infelizmente, Dra. Nise...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E faço questão de deixar isso aqui, porque eu recebi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... depois...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Nise, deixa eu só lhe explicar uma coisa...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O senhor me desculpe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta objetiva.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exato, eu não minutei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... nenhuma bula, nenhuma mudança de bula.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da Anvisa disse que foi ríspido com a senhora, que tentou introduzir na conversa a mudança por decreto da bula.

Ele contou um fato. Eu estou perguntando à senhora sobre esse fato.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Olha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora nega que não minutou?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E não houve nenhuma tentativa de decreto de mudança de bula nessa ocasião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos partindo do fato consumado, da declaração dele e do...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, mas não existe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e do outro Ministro.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas uma declaração não significa que houve.

A minha verdade e os fatos são que não houve mudança de bula.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... e nem decreto de mudança de bula.

Inclusive, eu coloco à disposição aqui o que estava em cima da mesa, que era simplesmente disponibilizar um medicamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas a senhora tem esse documento?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ora, Sr. Presidente, ela está tentando falar isso há meia hora, vocês não estão entendendo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela está oferecendo o documento tem meia hora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas só um minutinho.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu estou dizendo que era...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o Relator dizendo que não quer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, ela não pode ter esse documento, sabe por quê? Porque o Presidente da Anvisa disse aqui para a gente o seguinte, que o Ministro Braga Netto, na hora em que ele discordou, ele pegou o papel e rasgou.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Estava em cima da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se ela tem esse documento, é porque ela fez ele novamente.

Está entendendo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, vejam V. Exas., a um outro que veio presume-se como verdade absoluta, aí o depoimento de uma médica de 40 anos de experiência aí é mentira?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Posso esclarecer?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas. são agora julgadores de quem está falando a verdade ou a mentira?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, respeitosamente, forçação de barra pura.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, o senhor assegure a palavra...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Posso esclarecer, Sr. Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos querendo discutir esses aspectos...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu preciso esclarecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que, em boa hora, V. Sa. tem trazido. As perguntas são objetivas.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós já temos os fatos.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não houve minuta de mudança de bula.

Não houve decreto de mudança de bula.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além da senhora, do Mandetta e do Barra Torres, quem participou da conversa?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, estava lá o Ministro Barra, estava o Ministro Mandetta, assessores do Ministro Mandetta estavam ali presentes, eu não conheço todo mundo, e o Dr. Luciano Azevedo que estava trabalhando nessa minuta de disponibilizar o medicamento de difosfato de cloroquina. Não era uma mudança de bula, dispensação de medicamento de difosfato de cloroquina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a senhora está dizendo, desculpa se eu entendi errado...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acho que houve um equívoco.

Eu acho que houve um equívoco, porque não existia um decreto de mudança de bula na mesa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora está dizendo que coube a iniciativa ao Luciano Azevedo?

Quem é Luciano Azevedo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, ele não teve nenhuma iniciativa de mudança de bula em nenhum momento, gente. É isso que eu estou tentando dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, quem defendeu a publicação do decreto...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas não houve...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... referido aqui pelo Presidente da Anvisa e pelo Mandetta?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não houve... Não houve nenhuma declaração de decreto de mudança de bula. Isso tanto não houve, não foi estudado, não participei. Não houve nenhuma mudança de bula por decreto. Isso jamais aconteceria. Eu sou especialista em regulação. Eu trabalhei em vários governos. Então, isso não existe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só que a senhora soubesse, seu advogado e os Senadores, Presidente e todos que estão nos assistindo que a documentação das reuniões, entregue pela Casa Civil, mostra que tal reunião ocorreu no dia 6 de abril de 2020, na Casa Civil, com o assunto: hidroxicloroquina. E realmente contou com a participação de todas as pessoas que foram aqui citadas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e também da senhora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O Dr. Luciano é o quê? Ele é especialista em quê?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Ele é um anestesista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Anestesista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... que trabalha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que entende de cloroquina?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele foi médico do Exército, me parece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, médico do Exército. Tá.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Da Marinha e ele fazia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom. O.k.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas o que eu queria dizer para o senhor é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Anestesista...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu recebi... Quando eu vi que existia esse decreto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Infectologia.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... essa minuta de decreto, eu pedi a ele, que estava do meu lado, que me mandasse. Eu recebi essa disponibilização e eu a entrego... Peço licença, Senador... Presidente da Mesa, peço licença para entregar, então, aquilo que foi nesse dia discutido, que não tinha nada a ver com mudança de bula. Simplesmente era um rascunho de como poderia ser disponibilizada uma medicação que estava em falta e sendo, nesse momento, uma dispensação de medicamentos e a adesão a tratamento de acordo com um consentimento livre e esclarecido e com notificações no *site* da Anvisa.

Então, na realidade, essa minuta não tinha nada a ver com determinação de bula da cloroquina.

Sr. Presidente, posso distribuir a cópia da minuta? Inclusive, eu tenho aqui a transcrição juramentada desse momento, porque eu fiquei bastante surpresa com a discussão da minuta e eu pedi para que me fosse enviado – e foi enviada. E não tem nada a ver com bula, tem a ver simplesmente com disponibilização da medicação num momento de pandemia. Então, isso tem que ficar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema nenhum, doutora. Está bom.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E foi baseado nisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom, a senhora já explicou.

Dra. Nise, o certo é nós trazermos aqui o Presidente da Anvisa e fazermos uma acareação com a senhora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele disse que, inclusive aqui, ele falou, e todos os Senadores...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Acho excelente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Dra. Nise.

Ele disse que até foi indelicado com a senhora, foi muito indelicado. E ele disse aqui: "Até perdi a cabeça e fui indelicado". Isso todos nós ouvimos aqui. Então, se ele foi indelicado, é porque alguma coisa propuseram que ele, pelos princípios dele, não aceitou. Então, o certo é a gente fazer uma acareação. Eu não vou... O que foi falado aqui, tanto pelo Ministro Mandetta, ex-Ministro Mandetta, quanto pelo Dr. Barra Torres, Contra-Almirante da Marinha, aqui, é que ele, de pronto, não aceitou o que estava em cima da mesa, e o Ministro Braga Netto rasgou lá o documento e disse: "Não, então esquece, esquece". Foi isso que ele disse aqui para a gente. Os dois falaram a mesma coisa.

Mas a gente pode fazer isso. Vamos esperar.

Tinha lá nesse dia o Dr. Otavio Berwanger, que é cardiologista, nessa reunião com a senhora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a senhora o conhece?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é? O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Retomando, Presidente, eu queria... Como todos sabem, nós estamos contando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Leila.

Nós estamos contando com a participação de várias equipes de checagem, do Senado Federal e privadas, porque esta Comissão também vai precisar, sim, da checagem dos fatos da iniciativa privada, que acaba sendo uma chancela a mais para dar credibilidade ao aprofundamento dos nossos trabalhos. E, por dever de ofício, antes de fazer as últimas perguntas, eu queria comunicar que internautas acabam de nos informar que não é verdade que o Amapá tem uma das menores taxas de mortalidade do mundo, graças ao tratamento precoce. Há 58 países com taxa inferior, e, se considerarmos o número de pessoas que estão morrendo por Covid em relação à população, o Amapá é o sexto Estado com o maior número de mortes a cada grupo de 100 mil habitantes no Brasil, 121,1.

Por favor, o próximo vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode repetir, por favor? Esse vídeo é muito curto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, antes de repetir. Eu pedi para distribuir para os Senadores da Comissão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o que a Dra. Yamaguchi me entregou aqui sobre esse decreto, para vocês terem acesso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse vídeo é muito importante, peço a atenção de todos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer as perguntas.

Nesse vídeo, a senhora informa, mais uma vez, que não existe diferença entre o Ministro da Saúde e o Presidente da República e que já estava definida a priorização e os programas de políticas públicas a partir dos medicamentos do chamado tratamento precoce.

Esse vídeo, Srs. Senadores, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, é de dois dias antes do fim da gestão do Ministro Teich. Dois dias depois, a agenda presidencial, enviada a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, indica que V. Sa. teve uma reunião a sós com o Presidente da República. No mesmo dia, o Ministro Teich pediu demissão, apesar do que a senhora falou, e declarou aqui que o fez porque não concordava com o Presidente da República acerca do uso de cloroquina para Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto: em longa entrevista concedia ao portal UOL, em 18 de maio de 2020, V. Sa. afirmou que aceitaria assumir o Ministério da Saúde. Na mesma semana, a imprensa reportou que V. Sa. se reuniu novamente com o Presidente da República, em 21/05/2020. O Presidente da República, perguntando agora, objetivamente, tratou da ocupação do cargo de Ministro com V. Sa.?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento, V. Sa. foi convidada pelo Presidente da República para essa função...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou alguma outra função no âmbito do Ministério da Saúde?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nenhum momento ele a convidou, nem para ministra, nem para cargo nenhum no Ministério da Saúde?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Reportagens dos jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* também afirmam que V. Sa. confirmou, por meio de sua assessoria, ter sido convidada, no início de abril de 2020, para integrar o Gabinete de Crise do Planalto, criado para monitorar o avanço do coronavírus no Brasil.

Pergunto: V. Sa. aceitou esse convite?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, foi somente aquela reunião, onde eu participei desse Comitê de Crise, e depois não houve necessidade. Eles não formalizaram; fui uma colaboradora eventual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. participou...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Daquela reunião, no dia 6.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas não aceitou o convite. É isso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não houve um convite formal para o Gabinete de Crise. Eu participei... Houve um convite para participar daquela reunião pontual. Então, eu fiz parte dessa discussão daquele dia, com relação a isso. E outra coisa: reitero que o Presidente nunca me convidou para ser Ministra da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só para me convencer, em função do que V. Exa. acaba de dizer e para poder passar adiante: V. Sa. não foi convidada, não aceitou o convite...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não fui convidada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há algum ato, há algum ato administrativo editado para materializar essa indicação ao referido comitê? Pergunto novamente; já fiz essa pergunta no início.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Houve um convite pontual, científico para eu participar daquele dia. Eu nunca fui convidada para fazer o gabinete de crise temporal, dentro do tempo. E também nunca fui convidada para ser Ministra da Saúde. Foram ilações que toda a imprensa fez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Casa Civil enviou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a relação de reuniões realizadas no âmbito da Presidência da República para tratar de assuntos relacionados à pandemia. Encontramos, nessa documentação, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos, seis registros – seis registros – de sua participação em reuniões com autoridades, sendo cinco vezes no Palácio do Planalto e uma vez na Casa Civil.

Pergunto: como eram feitos os convites para essas reuniões, por favor?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foram feitos convites espontâneos. Com relação à reunião, eu tive...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como eram feitos? Qual era o meio utilizado? Eram telefonemas? Eram *e-mails*? Como eram feitos esses convites precisamente?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Olha, eram comunicações telefônicas, comunicações entre as pessoas interessadas. Eu realmente nunca tive uma formalização de participação em comitê de crise nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o que eu estou perguntando não é sobre a formalização agora, já perguntamos anteriormente...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, não houve uma formalização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era o meio utilizado para fazer os convites à senhora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eles me convidavam através dos meus contatos. Inclusive, eu tive algumas reuniões que foram feitas na mesma medida em que eu estava conversando, no mesmo dia, com relação à pandemia e também com relação a toda a necessidade naquele momento de uso de máscaras no ministério – no gabinete da Presidência da República eu cheguei a conversar sobre isso – e tive também algumas reuniões pontuais com relação à presença ali no gabinete da Presidência da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, objetivando e retomando...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não eram convites formais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não eram convites... Eram feitos por que meio? Por telefone? Por rede social?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Por telefone... Eu não me lembro exatamente, mas alguns por telefone, outros por *e-mail*...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só perguntar: Dra. Nise, que dia foi essa reunião?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não tenho aqui as datas das reuniões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então eram muitas por telefone.

Quem lhe convidava exatamente?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foram reuniões diferentes, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é das reuniões que eu estou perguntando. Eu estou perguntando... A senhora disse que era convidada por telefone, por WhatsApp. Eu estou perguntando precisamente – se a senhora puder me responder, será muito bom – quem a convidava, quem é que tomava a iniciativa de fazer o contato, o convite, com V. Sa.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu tenho vários assessores, telefonistas, secretárias. Então, eu recebi alguns convites para participar de reuniões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dos seus assessores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quem falava com seus assessores?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A secretária...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Secretária de cada setor.

Numa das vezes foi através da Secretaria da Casa... Eu acho que era da Segov, onde estavam ali os secretários do Ministro Ramos, tinha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, era pelo gabinete do Ministro Ramos?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, dali foi um dos convites. Eu participei de reuniões com relação à discussão da... Com a Deputada Alê Silva, sobre a questão de Minas, que eles estavam muito preocupados com Minas Gerais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma vez alguém a convidou em nome do Presidente da República? A senhora nos ajuda a lembrar?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Em nome do Presidente da República... Eu tenho da secretária dele, que fez a agenda oficial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretária. A senhora lembra o nome dela?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não tenho aqui, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se a senhora puder nos informar depois...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Posso... Posso informar depois. Vou procurar me informar, porque são dados de mais de um ano, eu preciso dar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bem, está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, eu não entendi uma coisa aqui: a senhora era contactada através das suas secretárias ou através das secretárias dos ministros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, ela respondeu já, ela disse que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, eu não disse que ela não respondeu...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Das secretárias dos ministros e das minhas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... eu disse que eu não entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, entendi. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não entendi como eram os convites feitos à senhora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu recebi convites das secretárias, também recebi convites através da minha secretária, agenda, e da minha assessora, que fazia a parte de agendamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a sua secretária, quando recebia, disse: "Eu recebi um convite de fulano de tal", deve ter sido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exato, do Presidente da República, para uma reunião, como foram essas quatro reuniões. Eu recebi convites, mas não eram convites oficiais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E os convites do Ministério da Saúde, a senhora os recebia por que meios? Pelos mesmos meios?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Os convites do Ministério da Saúde eram feitos com relação ao próprio Ministro da Saúde, o Ministro Pazuello – devo ter recebido um convite –, recebi um convite da Secretaria da Ciência e Tecnologia para discutir a questão das... Na época nós estávamos falando dos reagentes de Covid. Nós tivemos também uma reunião feita com o Dr. Denizar. Com o Dr. Denizar, eu conversei com ele sobre a questão da bula da cloroquina, por causa de... Eu fiz *e-mails* depois com ele também sobre isso. Então, foram alguns convites por *e-mails*, outros informais, que foram feitos através dessa relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Foi distribuída aos Senadores e Senadoras uma ata notarial em que o Dr. Luciano Dias Azevedo, Campinas, Amazonas, repassa para a Dra. Nise Yamaguchi esse documento aqui de que tiraram cópia. Então, inicia com ele? É isso que eu entendi?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Na realidade não deve ter sido. Esse documento não é de bula. Deixei bem claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é sobre isso. Não é bula. Esse WhatsApp que ele passa, com que a senhora foi ao cartório para tirar e dizer que era verdadeiro, ele passou isso a troco de quê?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Porque, ao final da reunião, eu soube que estavam discutindo aquela questão de ser colocada em bula ou não. Eu falei: "Isso não é a bula", e eu queria entender o que estava acontecendo. Eu pedi para que ele me enviasse, e não era nada. Era uma questão simplesmente com relação à prescrição de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não tinha nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Precisamente, eu já estou caminhando para o final e eu queria objetivamente fazer algumas perguntas.

V. Sa. tratou também com pessoas do Ministério da Saúde, incluindo alguns ministros do Governo Bolsonaro. Com quais pessoas V. Sa. tratou no Ministério da Saúde em algumas oportunidades?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu conversei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. esteve, em algumas oportunidades, inclusive com alguns ministros, diferentes ministros...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e com outras pessoas...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu estive com o Dr. Elcio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Dr. Elcio...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... que era o Secretário Executivo, estive com o Ministro Pazuello também e estive com o Denizar Vianna, que era o Secretário Executivo do Decit, e com o Dr. Hélio Angotti, uma vez, para falar sobre essa questão de células-tronco e vacinas celulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Sa. teve reuniões com Eduardo Pazuello, com membros da sua equipe também?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ah, sim: com o Ministro Eduardo Pazuello, foi uma reunião pontual, né?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com a médica Mayra Pinheiro?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A médica Mayra Pinheiro foi uma reunião na secretaria dela. Realmente aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Teve mais de uma reunião ou foi apenas essa?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Que eu tenha me lembrado, foi essa reunião com a Mayra Pinheiro. Teve uma reunião em que estavam vários assessores do Ministro Pazuello, que foi *on-line*, com discussão de protocolos de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, depois dessa reunião teve uma outra *on-li*ne, não é?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Remota.

O que foi discutido nessas ocasiões?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O Ministro Pazuello, ele queria entender por que é que eu discutia a questão do tratamento precoce. E ele fez uma colocação com relação à educação e à importância de que a gente pudesse discutir também a relação com as sociedades médicas. Então, eu me dispus a fazer... Como eu sou de várias sociedades médicas, eu me dispus a fazer o contato com sociedades médicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Doutora, também respeitosamente eu lhe pergunto – até já foi ensaiada essa pergunta aqui anteriormente –: por que, então, seus irmãos Charles e Greice Yamaguchi realizaram reuniões no ministério, como noticiado ontem?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu acho que foi um engano. Eles vieram me trazer. Eles só entraram no ministério para me trazer, porque eles estavam dirigindo o carro e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles não saíram do carro?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eles vieram ao ministério para me ajudar. Eu tenho um problema de joelho. Então, eles vieram me ajudar com relação a... Eu entrei para a reunião, e eles não entraram na reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Como era a sua relação com pessoas do Ministério da Economia?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Do Ministério da Economia? Eu encontrei uma vez o Dr. Paulo Guedes numa reunião de jurisprudência, juízes aqui em Brasília, mas eu não tive nunca nenhuma reunião direta com o Ministério da Economia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. ainda mantém contatos com autoridades federais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu sou de uma rede de governança que é voluntária. Então, eu tenho relações constantes com todos. Eu sou uma pessoa que tem contatos com todos os itens, com todas as agências, com as sociedades civis organizadas. Então, eu tenho contatos federais, sim, mas são pontuais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já tratou de assuntos relacionados à pandemia ou a qualquer outra questão com o Vereador Carlos Bolsonaro?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nunca. Nem conheço exatamente o Vereador Carlos Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca tratou e não o conhece?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Ele pode ter estado em uma dessas reuniões em que tinha muita gente. Eu não tenho contato com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, mas esteve em reuniões?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante que a senhora dê esse... Não esteve em nenhuma reunião de que a senhora participou?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Que eu soubesse, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Participou de reuniões com a presença dele? 'Não".

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não que eu saiba.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Remotamente também?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Também não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o seu relacionamento com o Deputado Osmar Terra?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É de cordialidade. O Deputado Osmar Terra, ele é Ministro da Saúde anterior...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Saúde, não.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele foi Ministro da Saúde anterior. Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ah, da Economia. Ministro de Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro de Estado.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E é uma relação cordial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já esteve com ele em muitas oportunidades?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele estava presente naquela reunião da Presidência da República. Foi a primeira vez que eu o conheci...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na reunião da bula?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, no almoço que nós tivemos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, no almoço.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso. Eu não o conheci, não tive oportunidade de conversar muito. Eu vi que ele estava também naquela reunião dos Médicos Pela Vida que vieram. Ele esteve presente, mas eu não tenho nada que o desabone, pelo contrário. É uma pessoa extremamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso que eu estou perguntando. Eu queria saber, se a senhora pudesse nos informar, que assuntos discutiu com ele nesses encontros?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foram poucos. Ele era uma pessoa bastante ativa e tinha vários contatos nessas reuniões; ele conversava comigo muito pouco, inclusive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Osmar Terra tratou da condução da pandemia diretamente com o Presidente da República...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... tal como V. Sa.?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não tratei da condução da pandemia com o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nós já falamos aqui de encontros que a senhora reconheceu. Ele tratou também desses assuntos?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Doutora, me desculpa. Eu fui Governador e outros aqui já exerceram funções. É impossível você receber numa pandemia uma médica para a gente tratar sobre piquenique. A senhora nunca tratou da doença com o Presidente, sobre medicação, nada?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Não, eu já esclareci que a minha primeira reunião com ele foi exatamente para tratar... Eles queriam saber a minha opinião com relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou perguntando sobre o Presidente Jair Messias Bolsonaro.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exato, o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu, por exemplo, sou leigo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando eu me reúno com uma médica... A senhora esteve no meu gabinete...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Por isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e a senhora me explicou várias coisas, eu ouvi a senhora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? A senhora deve ter ficado com o Presidente e não foram tratar sobre futebol, sobre Copa América. (*Risos.*)

A senhora pode rir, mas estou falando sério. A senhora deve ter falado para ele: "Presidente..." Ele deve ter lhe perguntado – eu, como Presidente, perguntaria –: "Dra. Nise, o que a senhora acha dessa doença?". Esta pergunta ele deve ter-lhe feito: "O que a gente pode fazer para não perder vidas no Brasil? Qual é o seu aconselhamento nisso?". Com certeza, qualquer gestor faria isso com uma especialista, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certo? Não foi tratar sobre a participação da Senadora Leila, que nos deu muita alegria jogando vôlei pelo Brasil. Isso ele não tratou com a senhora, tratou?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, mas teve uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tratou. Não tratou.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Deixe-me esclarecer. Ele, na realidade, veio nessa ocasião, na primeira ocasião, ele queria saber o que tinha de dados científicos da hidroxicloroquina, e, conforme eu coloquei para o senhor, eu fiz essa reunião a seguir com o Conselho Federal de Medicina para caracterizar o que tinha de científico. A dúvida dele era com relação ao tipo de possibilidade com relação ao que estava acontecendo no mundo. Ele estava curioso para saber por que o Brasil e a França estavam em contato e queriam também discutir a questão da disponibilidade do medicamento em relação a esse momento tão difícil.

O que eu disse para ele é que os médicos estavam divididos e que existia uma discussão com relação à parte científica do medicamento. E que isso era o que a gente deveria estar fazendo. Mas foi essa reunião com mais pessoas, inclusive na mesa nós tínhamos muitas pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ela, inclusive, anunciou também no ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tinha algum outro especialista nessa reunião?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só a senhora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Tinha o Osmar Terra também, que foi quem, inclusive, juntamente com as outras pessoas, conversou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Doutora, estou caminhando para concluir.

A senhora sabe... Há outros médicos que atuaram, nas conversas e no aconselhamento, com o Presidente da República. A senhora tem conhecimento...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de outros médicos que conversaram com o...?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ela acabou de falar do Osmar Terra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o Osmar, esse nós já temos listado.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu só soube...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há outros médicos que conversavam com o Presidente da República?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu soube, pela mídia, que o Presidente da Associação Médica Brasileira tinha estado com ele, que o Presidente do Conselho Federal de Medicina esteve com ele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... que todos os médicos do Hospital Albert Einstein e do Hospital Sírio-Libanês estiveram com ele e também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos os médicos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Todos os... Vários médicos. Foi o que vi na mídia. Eu não tive contato com essas pessoas ali dentro, não é? Na realidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Dr. Luciano Dias Azevedo é um deles, dos que conversam com o Presidente sobre esse assunto?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não sabe?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas foi esse que encaminhou para a senhora a minuta?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a senhora não sabe se ele conversa...

Há outra pergunta: V. Sa. conhece o Sr. Carlos Wizard?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Conheci durante uma reunião sobre um conselho científico independente que ocorreu, mais ou menos, em agosto do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Independente de quem?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É um conselho científico independente. A gente se reunia em discussões sobre...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ele é médico ou não?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, ele é uma pessoa que trabalhou com o Dr. Pazuello em Roraima. Eles faziam ações sociais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Lá em Roraima? O Carlos Wizard?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. trabalhou com ele no delineamento de estratégias nacionais de condução da pandemia?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – De forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já participou de reuniões com ele, presenciais ou remotas, ou não?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, tive essa reunião...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas? Quantas?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A gente participou dessa reunião com relação à discussão dos tratamentos precoces. Mas ele era uma pessoa muito ocupada. Então, nós participamos somente duas vezes de reuniões presenciais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece Arthur Weintraub?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, conheci. Ele estava lá na diretoria do... Não era diretoria. Ele estava lá na reunião dos Médicos Pela Vida, onde ele fez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esteve com ele só nessa oportunidade?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, ele esteve comigo também nessa reunião da Presidência da República. Ele participou de diversas colocações com relação a esse momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... nessa cerimônia. E ele esteve também discutindo, naquele dia, a possibilidade de que os médicos prescrevessem os medicamentos. Nessa cerimônia, foi bastante bem colocado... O Dr. Arthur Weintraub está, me parece, fora do Brasil, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não vi ele participando de nada depois.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. trabalhou com ele no delineamento dessas estratégias?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Eu participava com o grupo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer a última pergunta.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu participava com o grupo de Médicos Pela Vida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faço a última pergunta, e será uma pergunta rápida, objetiva.

Por favor, peça para veicular o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Hospital Israelita Albert Einstein anunciou que V. Sa. foi afastada da entidade por conta de declarações que faziam paralelos entre a atual pandemia e as barbáries cometidas pelos nazistas contra judeus. V. Sa. se arrepende?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu cito aqui um trecho do livro do Viktor Frankl falando que, no holocausto, "ela experimenta a si mesma somente como partícula de uma massa enorme, e sua existência se reduz ao nível de existência num rebanho". Como isso foi esclarecido com o Albert Einstein, essa suspensão nunca ocorreu de efetivo. A comunidade judaica me deu apoio, inclusive da associação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi anunciada pelo hospital, é isso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, mas eles não deram...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ocorreu?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não deram efeito, tanto é que eu continuo atendendo os meus pacientes até hoje. E eles esclareceram, em nota à CNN, essa semana, que eu continuava atendendo os meus pacientes. Ininterruptamente eu atendi os pacientes esse período todo.

E foi esclarecido, porque o Viktor Frankl foi uma pessoa que ficou no campo de concentração e que fez essa menção especificamente nesse trecho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não se arrepende dessa declaração que fez?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Claro que a gente não quer comparar... O holocausto é incomparável com qualquer outro sofrimento da humanidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu somente coloquei o texto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu falo da declaração. A senhora não se arrepende?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acho que ela deu bastante margem a uma preocupação de que... A minha irmã, por exemplo, é judia. Eu tenho... O Professor Zelenko é judeu. Toda a minha comunidade... Eu faço jejum. Então, assim, o hospital reviu isso, e não houve nenhum dado a mais... Eu continuo atendendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, Senador, eu diria o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso que eu perguntei, doutora, por favor...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu sinto muito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... releve o...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... pelos judeus, mas eu não posso dizer que me arrependo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei até pra criar oportunidade pra que V. Sa...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se arrependesse da declaração.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ela já pediu desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na verdade, é isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ela já pediu desculpa pública, inclusive, sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aqui ainda não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já passou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aqui ainda não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já passou...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas eu pedi desculpas públicas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, então tá.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E eu não gostaria de ser mal...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É assunto superado isso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Senador, eu deixo bem claro que eu não gostaria de ser mal interpretada. E isso foi baseado num livro do Viktor Frankl.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutora... Doutora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E não houve nenhuma consequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pessoalmente tenho conhecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou satisfeito, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... das coisas que aconteceram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E esse é um ponto que já foi bem esclarecido junto à comunidade judaica, inclusive.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu só não entendi a questão do medo. A senhora falava isso em relação à pandemia em que sentido? Isso que eu queria entender. Não sobre holocausto, não; em relação ao medo. Qual era o sentido dessa explicação?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – As pessoas estão neste momento com alterações imunológicas graves decorrentes do medo. Inclusive, com a psiconeuroendocrinoimunologia, a gente tem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Como é que é o nome?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – As alterações psicológicas levam a uma diminuição da imunidade, e o medo é algo que é bastante detrimental, e as pessoas estão isoladas em casa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado. Entendi agora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... na pandemia. Então, foi nesse contexto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é que eu queria... Era o contexto só.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi nesse contexto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não em relação à comparação, nada disso...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nada disso. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pelo amor de Deus! Até porque eu mesmo aqui alertei ao Senador Renan que essa questão já tinha sido esclarecida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Já foi esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu só queria saber, em relação ao medo, qual era o contexto da coisa.

Senador... Primeiro, o Senador...

Obrigado, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, depois Senadora Eliziane, depois Senador Humberto Costa, Senador Eduardo Girão, Senador Otto Alencar... Senador Marcos Rogério, Senador Otto Alencar, Senador Jorginho Mello e Senador Randolfe Rodrigues.

Por favor, com a palavra o Senador Tasso Jereissati, remotamente.

Por 15 minutos, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Omar; boa tarde, Sras. Senadoras; Dra. Nise, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, temos aí, que o Senador Renan mostrou, um vídeo do Dr. Carlos Wizard, que declara – essa parte do vídeo não foi mostrada – que faz parte de um conselho, que coordena um conselho independente criado depois que ele passou um mês em Brasília trabalhando junto com o Ministro Pazuello. E o Ministro Pazuello o teria convidado, inclusive, para assumir uma das secretarias. Então, ele criou esse conselho, com vários médicos especialistas. E, ao lado dele, nessa mesma entrevista, está a senhora, em que dá essa declaração aí sobre essa comparação. Mas ele deixa muito claro que faz, que está formando um conselho, em que ele tem contato com o Ministério da Saúde constante, para dar posições científicas sobre a questão da saúde. Por exemplo, durante o ministério do Ministro Mandetta, a senhora teve reuniões com o Ministério da Saúde, com o Governo Federal, com todas essas autoridades que foram relatadas aqui?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Tive reuniões, sim, com entidades federais. E o Dr. Carlos Wizard, nessa época do Mandetta, eu não o conheci nem me consta que ele tenha tido qualquer atuação nesse sentido.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Mas a senhora tinha reuniões, não com o Wizard, mas...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Pontuais.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... com entidades... Isso.

No Ministério Teich também?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O Teich ficou muito pouco tempo, não é? Então... Praticamente, eu tinha um contato direto com ele mesmo. Ele era meu colega da oncologia, e nós tínhamos contato, mas nós não falávamos sobre essa questão da cloroquina na época. Eu sempre tive o cuidado de ser bastante cuidadosa, não é? Mas com o Teich eu não me lembro de ter marcado nenhuma reunião específica. Ele estava muito ocupado. Mas ele é meu amigo de... Trabalhamos juntos, até em termos de governança, de saúde pública. Eu o convidei...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Agora, no entanto...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... para um congresso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – No entanto, pelo que nós sabemos, e nessas reuniões com o Osmar Terra e outros, dentro da própria Secretaria da Saúde e chegando até ao próprio Presidente da República, a senhora tinha posições opostas às dos ministros, os dois ministros médicos, e a senhora tinha opiniões e, de uma maneira ou de outra, influenciou ou na demissão do Ministro Mandetta ou na renúncia do Ministro Teich.

A senhora considera razoável, durante uma pandemia, ficar fazendo palestras ou conversas, ou dando opiniões e conselhos no intestino do Governo, que atrapalhe a política pública do ministro incumbente?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu nego que eu tenha tido qualquer função em relação...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não. Não é função.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... à deposição do Dr. Mandetta, é uma afirmação que o senhor fez, eu nego, que eu tenha qualquer tipo de inserção.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, não. Dra. Nise...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O que eu fiz foi pontualmente, cientificamente colaborar em pontos necessários naquele momento quando me foi perguntado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu não falei função, a senhora teve opiniões constantes. Não falei em função, não afirmei. Afirmei, como a senhora afirmou, que teve várias reuniões no Ministério da Saúde...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Uhum.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... e com outras pessoas, no gabinete, no Planalto, em que dava opiniões contra as orientações dos ministros de então, ou Mandetta ou Teich.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu sustento as minhas opiniões científicas. Elas são coerentes, são baseadas nesses artigos que eu vou deixar aqui em referência para os senhores. Existem dados científicos publicados, e eu, como cientista, eu tenho que colocar exatamente a minha posição, que é pública. Eu fiz parte de documentos públicos, exatamente audiências públicas aqui nesta Casa, na outra, e foram pouquíssimas as reuniões individuais que eu fiz com qualquer pessoa do ministério. As minhas posições são públicas, são todas registradas, como a senhor está vendo, por diversas mídias, mídias sociais, etc.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – São públicas, eu sei que são públicas, mas são privadas dentro de gabinetes das mais altas autoridades do País, que contradiziam as orientações dos ministros incumbentes, seja Mandetta ou Teich.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nunca conversei com o Ministro Mandetta, mas conversei com o Dr. Denizar Vianna, que era seu Secretário de Ciência e Tecnologia, que eu considero uma pessoa extremamente gabaritada. Inclusive, foi a única conversa que eu tive dentro do Ministério da Saúde, na época do Ministro Mandetta, foi com o seu Secretário de Ciência e Tecnologia, e fui muito bem recebida, porque é parte do debate científico a contraposição de ideias.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Pois é , é parte...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, isso é uma coisa totalmente habitual dentro do papel que a gente exerce de liderança científica.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Mas, doutora, entendi. O que não é parte...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, assim, eu gostaria só de deixar bem claro. Desculpe, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O que não é parte do debate científico, na minha opinião, é ter dois ministros, seguidos, da Saúde, durante uma pandemia terrível...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E difícil...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... e a senhora estar como conselheira informal, dando às mais altas autoridades do Governo opiniões – entre aspas –, científicas que contrariavam a política pública do ministério, causando uma enorme confusão e falta de definição e de clareza na opinião pública brasileira em seu comportamento. Isso fica confirmado agora com essa outra opinião sobre o medo. A senhora disse claramente, e eu entendi desta maneira, que a população não podia ficar com medo, podia ir para a rua, podia sair, porque o medo era prejudicial.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não posso colocar...

Desculpa. Não posso colocar palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Como é? Eu não entendi.

Foi nesse sentido que a senhora fez essa comparação com o medo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Ou qual é a comparação do medo à época do holocausto com o medo agora na pandemia?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É o medo que as pessoas têm de ficar doentes, do isolamento, de elas estarem com uma doença que é uma doença bastante grave. Então, é esse o medo a que me refiro.

Mas eu queria somente esclarecer, Senador, duas questões. Uma delas é que tanto o Ministério da Saúde já colocava a cloroquina na sua portaria, que o Ministro Mandetta já tinha colocado... Então, não são contraposições. Com relação a EPIs, uso de máscaras, eu fui bastante proativa inclusive, fiz a disseminação nas minhas redes sociais, de uma portaria, de uma nota da Sociedade Brasileira de Infectologia à época com relação às máscaras. Então, assim, não são contraposições, são coisas que vão ocorrendo na discussão técnica.

E o Ministro Teich é um excelente gestor, é uma pessoa do mais alto gabarito, um oncologista de bastante experiência. Ele foi quem trouxe as vacinas da AstraZeneca para o Brasil, ele tem uma experiência internacional, é uma pessoa da mais nossa alta consideração. Então, ele realmente é uma pessoa que tem essa grande bagagem de experiência, e eu acho que foi assim uma experiência importante...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Durante o Ministério do Teich, que a senhora tem em tão alta consideração, ou o do Mandetta, que a senhora teve várias e várias reuniões com o Ministério da Saúde, como a senhora disse....

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – No Mandetta, não. No Mandetta, só uma reunião, no dia 6.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Mas no Planalto sim, mas no Planalto sim.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, uma.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Alguma vez teve reuniões com a presença dos dois ministros, ou do Mandetta ou do Mansueto... Ou do Teich?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Tive a presença do Ministro Mandetta, no dia 6 de abril, nessa reunião na Casa Civil.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – E, nessa reunião, concordaram em tudo ou houve discordância?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Foi nessa reunião que ele interpretou como sendo uma bula por decreto e eu deixei bem claro que eu jamais escreveria uma bula por decreto e não seria essa a minha função. Eu discuti a RDC, da Anvisa, que era uma nota informativa, onde eles falavam sobre a inserção de medicamentos em época de pandemia. Isso é uma RDC da Anvisa, prévia à minha visita, inclusive.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu só quero lembrar à senhora que tanto o Ministro Mandetta quanto o Presidente da Anvisa estiveram nesta, dois depoimentos, sob juramento nesta Comissão.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – A senhora está fazendo uma acusação muito grave: que os dois mentiram nesta Comissão. É muito grave...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não estou dizendo que mentiram, estou dizendo...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... a acusação.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perdão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – A senhora tem consciência do que a senhora está acusando os dois, não é? Porque mentir sob juramento nesta Comissão tem penalidades graves.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não acho que eles tenham mentido, eu acho que eles tenham se equivocado, porque acharam que a gente quisesse fazer um decreto da bula, e não foi isso que aconteceu.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – E por que que o Ministro...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Simplesmente estou esclarecendo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Por que que o Ministro declarou, com toda a clareza, e o Presidente da Anvisa foi rude com a senhora, se a senhora explicou para eles, com toda clareza, que não era o que eles estavam pensando?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu não entendi, até aquele momento, que havia uma discussão sobre um decreto. Eu simplesmente estava conversando sobre a questão da cloroquina e a questão da resolução de excepcionalidade. Então, eu não discuti exceção em bula por decreto em nenhum momento, nem o Dr. Luciano Azevedo, que estava ali do lado, também não discutiu exceção em bula por decreto em nenhum momento.

Eu acho que foi um equívoco. Não digo uma mentira, de forma alguma. Eu estou dizendo que foi um equívoco de informação. Não houve isso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Bom, isso está claro. Agora, a senhora não teve nenhuma reunião com a presença do Ministro Mandetta, discutindo com ele diretamente – a não ser essa reunião com o Mandetta –, nem com o Teich, mas com o Ministro Pazuello teve várias?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu tive duas reuniões com o Ministro Pazuello, uma presencial e outra virtual, muito rápidas, exatamente discutindo os tratamentos que estavam sendo feitos e, numa delas, ele estava querendo conversar com as outras sociedades médicas. E eu me dispus a trazer as outras sociedades médicas para uma reunião com ele, eventualmente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Quer dizer, foi o único ministro que a senhora aconselhou diretamente, informalmente, o único que não era médico.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Quero deixar bem claro que não é um aconselhamento, é uma interlocução. O Ministro Teich é uma pessoa amiga; ele só não teve tempo de ficar. E o Dr. Pazuello, o Ministro Pazuello ficou um pouco mais nessa época, como interino; depois, como ministro. Mas eu não tive muitos contatos, eu realmente não tive muitos contatos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu vou terminar, Presidente Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria informar que foi dito aqui pelo Ministro Teich, por exemplo, que teve que pedir demissão porque tinha perdido a autonomia e não concordava com tratamentos precoces, hidroxicloroquina e outras teorias mais sobre afastamento social.

É só isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Na sequência, a Senadora Eliziane Gama, representando aqui a Bancada Feminina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator...

Dra. Nise, eu tenho aqui um tuíte feito na sua rede social, exatamente do dia 16 agora, de abril de 2021, em que a senhora fala o seguinte: "Bulas por decreto não existem. Existe, sim, evidência científica acumulada e de credibilidade, sustentando condutas de médicos maravilhosos no mundo todo, que cuidam da vida". Está aqui esse tuíte feito pela senhora.

Eu pergunto, acerca desses médicos maravilhosos, o Dr. Luciano Dias Azevedo... A senhora consideraria ele contemplado no seu Twitter?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Olha, eu tenho, assim, médicos de todas as redes – não é? –, que estão trabalhando pelo tratamento precoce. Eu considero que ele é um médico que vem lutando pelo tratamento precoce, que foi orientando... A questão de médicos que estão lutando pela vida, acho que sim, ele é uma anestesista, tanto quanto eu saiba – tenho pouco contato direto com ele –, que é bastante ativo. Ele inclusive trata de pacientes em UTI; então, ele luta pela vida sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Esse documento que a senhora entregou aqui pra gente, uma minuta de um decreto acerca da cloroquina, que a senhora fala que não seria... que seria este o documento, e não o que foi falado aqui, tanto pelo Presidente da Anvisa quanto pelo Ministro Mandetta, acerca da mudança da bula de cloroquina... Essa minuta, essa que a senhora entregou pra gente, quem fez ela foi esse médico?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não sei quem fez, eu não tenho noção de quem tenha feito essa minuta. Na realidade, eu pedi a minuta que eu vi que estava sendo distribuída.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dra. Nise, assim, é muito estranho pra gente, por exemplo, a senhora dizer que não se tratava da mudança da bula, porque a fala de quem esteve aqui conosco foi de duas pessoas que têm grande conhecimento técnico, tanto o Presidente da Anvisa quanto o ex-Ministro Mandetta. E o Presidente da Anvisa, aliás, quando ele falou aqui, ele deixou claro, inclusive deu sistematicamente o roteiro para se mudar uma bula e afirmou que houve, inclusive, animosidade naquele momento, quando da sua defesa. A senhora não acha muito estranho, por exemplo, que esses dois técnicos falem com tanta evidência e com tanta efetividade diante de um documento que a senhora apresenta aqui, que é um outro?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acho muito estranho, inclusive eu achei muito estranho que, na manhã em que foi feito o depoimento do Dr. Barra Torres, saiu no jornal *O Globo* a mensagem de que ele falaria na CPI a meu respeito e que falaria também que eu estava relacionada a um gabinete paralelo no ministério, na Presidência da República. Eu achei muito estranho, realmente, eu imagino que deva ter havido um equívoco nesse momento, porque na manhã antes da CPI saiu essa matéria e ainda teve essa fala em cima de uma coisa que não existiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas a senhora estava na reunião?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu estava na reunião, como reiteradamente caracterizo, eu estive na reunião, a RDC era da Anvisa, que falava sobre essa questão que eu estava discutindo e sobre a nota informativa do Ministério da Saúde da cloroquina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Doutora, qual era a sua função no Governo Federal?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A minha função é consultora eventual. Eu sou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, a senhora era uma voluntária, a senhora era informal. Isso não é aconselhamento paralelo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, isso é uma consultora eventual, que faz parte, inclusive, de regulamentação específica pra técnicos, pessoas técnicas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas, formalmente, a senhora não tinha nenhuma função, ou seja: a senhora não integrava o Governo, dava aconselhamento informal, voluntário, e isso não é orientação paralela?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, isso é uma orientação científica a partir do contexto que eu tenho, como eu já fiz em vários governos, como eu coloquei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas essa orientação científica, Dra. Nise... Por exemplo, o TCU tem entendimento de que nenhuma política pública do Governo Federal...

Dr. Humberto... Secretário... Senador, é só porque V. Exa. está exatamente na minha direção.

Dra. Nise, o TCU já tem entendimento nessa linha, ou seja, nenhuma política pública do Governo pode ser feita sem que haja uma sustentação em cima de entidades científicas. Não é de médicos maravilhosos, não é pessoas individuais; é em cima de entidades científicas, e as entidades científicas, todas elas, nos últimos meses, de forma muito clara, mostraram, lá, num primeiro momento, por exemplo, a orientação do uso indiscriminado, com uma condenação do uso indiscriminado, por exemplo, desse medicamento, e depois baniram a aplicação desse documento, desse medicamento, ou seja, essas entidades não podem, não poderiam ser levadas em consideração nesse debate, nessas conversas junto aos técnicos do Ministério da Saúde?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acredito que essas entidades foram ouvidas, sim, doutora. Inclusive, eles foram bastante ouvidos por vários comitês, e a oportunidade de que haja debates... Inclusive, eu sou de uma dessas entidades que a senhora citou: sou da Associação Médica Brasileira, sou delegada da Associação Paulista de Medicina. Dentro da Associação Paulista de Medicina, que é parte da Associação Médica Brasileira, houve uma discussão de que nós não concordávamos com uma posição de uma diretoria; a gente gostaria de discutir mais amplamente essa questão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Elas eram... Certo, doutora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, assim: as associações médicas existem como representações de classe. Eu estive no Conselho Federal de Medicina, discutindo com os meus pares. Saiu uma nota técnica, uma resolução. Então, eu estou presente, como eu expliquei, desde cinco governos anteriores, participando ativamente daquilo que eu posso, como pessoa que pretende contribuir. Agora, a gente condenar quem quer contribuir com o Brasil é bastante difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, doutora, só vou lembrar que...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A gente faz parte desse contexto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... todas essas entidades – e o meu tempo aqui, realmente, é muito pouco –, todas elas, na verdade, condenam hoje... Aliás, eu queria até lhe fazer uma pergunta acerca da questão do uso da cloroquina. Hoje, por exemplo, essas entidades orientam o não uso da cloroquina. Na verdade, apresentam até o banimento desse uso.

Eu pergunto à senhora quais os países hoje, no mundo, ainda orientam o uso da cloroquina?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, nós temos, nessas entidades, a questão: não é o banimento somente das medicações precoces; existe uma discussão ampla com relação a diretrizes, a *headlines* baseadas em dados, conforme eu coloquei, de lideranças mais avançadas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A senhora conhece algum país que ainda está orientando?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Que ainda utiliza a hidroxicloroquina? Utiliza, por exemplo, nas prerrogativas. Aqui, nós temos o México, temos a Venezuela, temos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nos mesmos moldes que a senhora orienta aqui, no Brasil?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Em doenças precoces.

Eu tive uma reunião, inclusive, com o Canadá, para nós fazermos uma discussão de custo e eficiência, porque, como os pacientes usam menos hospitais e usam menos UTIs, então, existe um interesse por parte de pessoas que estão na regulação do Canadá, por exemplo, em estudar os nossos casos e discutirmos a evolução dessas prerrogativas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dra. Nise, a senhora já se vacinou?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu já tive Covid, e eu não posso me vacinar, porque eu tenho uma doença autoimune.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A senhora não vai se vacinar?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Como eu expliquei, até para esclarecer aquela questão da vacinação obrigatória e aleatória, existem pessoas que não podem se vacinar, principalmente aquelas que têm vasculites – como é o meu caso, eu tenho uma síndrome de Raynaud –, outras pessoas que têm doenças maiores, hepáticas ou renais que sejam situações graves.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Doutora, é porque o meu tempo realmente é muito curto.

Acerca das suas reuniões. A senhora lembra o dia em que o Ministro Teich pediu a saída do ministério? A senhora lembra o período, o dia, o momento?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, eu estava para conversar com o Presidente, por uma agenda de uma semana antes que foi marcada – vou até encaminhar à diretoria o convite dessa agenda – e que para mim foi uma surpresa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Que foi exatamente na data?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi uma surpresa para mim, inclusive ele me encontrou na recepção, na antessala, e ele me falou, depois que ele tinha pedido... Mas antes ele me explicou tudo que ele vinha pensando a nível de saúde pública mundial, sobre a experiência dele na Inglaterra. Então, em nenhum momento nós conversamos sobre... E também houve essa confusão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Essa reunião, doutora, foi a reunião do dia 15 de abril. Foi isso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu tenho que confirmar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E nessa reunião... Eu estou com ela aqui. Inclusive, na agenda presidencial, em todas as agendas de que o Presidente na verdade participa, ele fala o detalhamento, algumas, inclusive, com a sua participação. Mas, especificamente nessa do dia 15, consta apenas a sua presença. A senhora levou mais alguém com a senhora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu fui sozinha realmente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas no começo aqui do seu...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas tinha mais gente, viu? Eu nunca tive reuniões sozinha, ele estava lá com os assessores dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, assessores dele, a assessoria dele.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, inclusive o Ministro Braga Netto tinha estado antes. Eles saíram junto com o Ministro Teich. Então, assim, era uma reunião para conversarmos sobre essa questão da... No momento estava faltando... Eu estava preocupada porque estavam faltando medicações no Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nessa do dia 15, então, a senhora também não esteve só?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Havia mais pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Havia a presença de técnicos, Ministro da Saúde...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não, nesse dia não. Eu já tive outras reuniões em que estava a secretária...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dra. Nise, essa viagem que a senhora fez de São Paulo para Brasília para participar, enfim, para estar aqui presente, que foi custeada pelo Governo Federal, com pagamento das passagens, inclusive aqui passagens entre... Passagens: duas de 1.119,35, outra de 1.202,35 e teve diárias de R$665, num total de R$3.057. Nessa sua vinda custeada pelo Governo Federal, a senhora veio para cumprir qual agenda?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi dentro do Ministério da Saúde, portanto não é um governo paralelo. Eu fui convidada como cientista para fazer o vídeo de uma aula, que foi gravada, em relação à imunologia dos pacientes com Covid. Inclusive, eu fiz uma devolução de R$224 por causa de uma diária que eu não utilizei, porque eu fui com antecedência para São Paulo. Então, foi dentro de um convite do Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Doutora, tem um tuíte seu, que a senhora faz acerca da receita da cloroquina. A senhora coloca, inclusive, de forma muito detalhada no seu Twitter...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou tentar aqui pegar o tuíte onde a senhora faz uma colocação detalhada da receita, ou seja, da orientação técnica acerca da cloroquina.

Dias depois... Não... Na verdade, dias depois, nós tivemos a condenação, digamos assim, e a suspensão, por exemplo, da venda da hidroxicloroquina, a não ser que fosse mediante receita médica apresentada. A senhora falou agora há pouco acerca da imunidade de rebanho – naquele momento era, agora não orienta mais. Acerca dessa orientação também, dessa receita que a senhora coloca na internet, na rede social: a senhora se arrepende de ter feito isso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu coloquei a receita que já existia nos *sites* do ministério com relação à hidroxicloroquina, as doses que eles estavam utilizando. E, na realidade, a hidroxicloroquina já tinha sido condicionada à venda por prescrição médica desde o início da pandemia. Então, anterior a isso, já sempre havia uma prescrição médica, e foi a Anvisa que fez a exigência de que a hidroxicloroquina fosse colocada sempre com receita médica, o que eu, inclusive, caracterizei como importante, porque eu acho que havia a necessidade tanto do consentimento informado, para que pudessem ser utilizados naquela fase.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, a senhora não se arrepende do Twitter?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele foi colocado de acordo com as regras que já existiam.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dra. Nise, a gente percebe que a senhora tem uma certa relação com o Presidente na orientação, enfim, e aqui nós temos, por exemplo, uma matéria do Estadão – eu peço só que a minha assessoria me dê aqui essa publicação – onde tem um gasto da ordem de R$18,4 milhões de gastos de passagens do Presidente da República nesse período de pandemia.

A senhora em algum momento, por exemplo, orientou o Presidente nessas viagens a visitar, pelo menos, um hospital no Brasil?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Não é meu papel. Não é meu papel fazer esse tipo de aconselhamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dra. Nise, a senhora é a favor do tratamento precoce de um medicamento que não tem comprovação científica da sua eficácia; a senhora fez a defesa, por exemplo, da imunidade do rebanho; a senhora diz que a vacina não pode ser colocada de forma aleatória, ou seja, a senhora defende exatamente o que o Presidente da República defende.

A senhora se considera uma pessoa influente no Governo do Presidente Bolsonaro?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Olha, eu não fiz essas colocações por causa do Presidente; eu fiz essas colocações baseadas no conhecimento que a gente tem em cada época e de conhecimento que existe em cada momento da ciência. Então, eu não tenho esse grau de influência, exceto pelas minhas colocações, que são públicas, acadêmicas e baseadas em dados científicos.

Então, a senhora anunciou que eu faço indicação de um tratamento que não tem comprovação científica. Eu estou aqui, desde o início da minha palestra, eu comecei a minha fala dizendo que existem evidências científicas, sim. Então, essa é uma questão importante no meu entender. Já que existem evidências científicas, a gente precisa poder estar disponibilizando esse conhecimento através de reuniões, através de ciência, através de congressos, através de discussões, e elas são totalmente publicadas.

Agora, eu não sou favorável a todas as questões de acordo com o que o Presidente vai fazendo. Cada um vai tomando as suas decisões de acordo com o seu próprio julgamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para finalizar, Dra. Nise, a senhora falou que participou, inclusive, do Governo do ex-Presidente Lula na equipe técnica do SUS, não é? Hoje, qual é a avaliação que a senhora faz do atual Governo, comparativamente com o Governo que a senhora integrou, com a sua fala anterior, acerca das ações do atual Ministério da Saúde, do enfrentamento da pandemia, dos protocolos que foram apresentados, das orientações? De forma geral, a senhora considera que o Governo brasileiro, que o Ministério da Saúde agiu e tem agido corretamente no enfrentamento da pandemia no Brasil?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sra. Senadora, não estou aqui para analisar como o Ministério está se comportando durante essa pandemia. Eu estou aqui para dizer que cientificamente nós estamos precisando abraçar determinadas áreas. Quando trabalhei no Ministério da Saúde, nós tínhamos uma coisa muito importante, que era a saúde básica, Saúde da Família. Eu acho que a Saúde da Família precisa de mais verbas, ela precisa, inclusive, ser mais utilizada, porque é exatamente na rede básica que a gente pode fazer o tratamento imediato. Então, essa é a minha função.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

Eu queria só falar aqui ao senhor que é fundamental, Presidente, que a Dra. Nise volte a este Plenário na condição ou de testemunha ou de investigada, para o êxito e para o bom sucesso dos trabalhos da Comissão. E só para registrar aqui o nome do jornalista que fez a matéria, que fez levantamento aí do volume de 18,4 milhões, foi o jornalista Guilherme Amado.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane. (*Pausa.*)

Obrigado, Senadora Eliziane.

Então, o Senador Humberto Costa é o próximo inscrito.

V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. A depoente está à sua disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bem, antes de começar a minha arguição, eu queria dar duas informações. Uma importante: a Organização Mundial de Saúde hoje aprovou a utilização da vacina CoronaVac. Ela deve passar a ser parte do Covax Facility, e isso lhe dá uma credibilidade importante.

Segunda: eu quero – sem querer ser indelicado, Dra. Nise – atender aqui a um pedido do Ministro Temporão, que informa que V. Sa., de fato, participou do Governo, mas participava como representante do Ministério da Saúde em São Paulo, não participou de nenhum grupo que lidou com a epidemia da H1N1. Foi o que ele pediu que fosse aqui informado.

A terceira questão é que eu vejo que V. Sa. tem posições, assim, muito claras, e a minha expectativa era que V. Sa. seria a primeira pessoa que iria chegar aqui para dizer, de fato, o que é que pensa. Porque os outros que vieram aqui... É sempre assim: quem foi que mandou fazer a cloroquina? "Não sei, eu não sei." O senhor defende imunidade de rebanho? "Não, não, eu não defendo..." Eu pensei que a senhora, pelas coisas que já falou na imprensa, na mídia, a senhora iria chegar aqui e ser muito assertiva.

Eu acho que nós vamos ter que esperar para ver se o Deputado Osmar Terra vem aqui... Eu acho que era o ministro desse gabinete paralelo, viu? Acho que o ministro desse gabinete paralelo era o Deputado Osmar Terra. Eu espero que ele venha aqui e diga tudo o que ele já disse sobre imunidade de rebanho, sobre o que é a pandemia da Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, veja, a senhora foi contra o isolamento social; falou, inclusive, se eu entendi bem, que ele provocaria problemas psicológicos talvez até mais graves do que o próprio risco de adquirir o vírus. A senhora defendeu a imunidade de rebanho por transmissão do vírus. A senhora sustenta o uso de medicamentos sem eficácia comprovada. A senhora é cética com as vacinas contra a Covid-19 – foi mostrado ali, não adianta a senhora dizer que não – e afirmou que não era possível vacinar idosos e pessoas com baixa imunidade, que são, na verdade, o público-alvo principal do plano de vacinação.

A senhora trouxe aqui uma informação importante, que teve uma reunião com o Sr. Arthur Weintraub, 24 de agosto. É importante, Relator, investigar adequadamente, porque essas reuniões de que nós temos registros aqui não tiveram a participação só dessas pessoas. Os assessores, como esse Sr. Arthur Weintraub, provavelmente aqueles outros que a gente de vez em quando ouve aqui e a turma do "gabinete do ódio" devem ter sido participantes também dessas reuniões desse gabinete paralelo.

Eu não vou repetir as perguntas que foram feitas, mas eu quero fazer algumas perguntas. Agora, eu queria pedir à senhora que me respondesse sucintamente, "sim" ou "não".

Primeiro, Dra. Nise, ao longo da pandemia, a comunidade científica internacional descartou a estratégia de uso da cloroquina depois de várias pesquisas que falharam em demonstrar a eficácia desses medicamentos e em prevenir a Covid-19 ou mesmo em atenuar os sintomas da doença. Ainda assim, a senhora continua defendendo o tratamento precoce à base de cloroquina? Sim ou não?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora sabe quem é esse cidadão aqui? Toda semana ele é citado aqui. É um cientista francês chamado Didier Raoult. Toda semana é falado desse cidadão aqui. Esse cidadão foi um dos primeiros a fazer uma pesquisa com cloroquina com 48 pessoas. Disse que tinha dado um resultado, foi processado pelo colégio médico da França e depois revelou que, de fato, o tratamento não traz vantagens em relação às mortes por Covid-19. E outras afirmações que ele fez também. Então, não são apenas a OMS e outras instituições que fizeram investigações. Até os que defendiam essa tese mudaram de opinião.

A senhora fez parte do chamado gabinete de crise, não é?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu participei de uma reunião do gabinete de crise.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas o que foi dito é que a senhora foi convidada a fazer parte do gabinete de crise.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu participei de uma reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pergunto, eu entendo que gabinete de crise é para discutir a crise, o que estava acontecendo, todas as saídas. Nesse gabinete de crise falaram do número de pessoas mortas? Do número de pessoas infectadas? Alguém deu esse informe naquele momento? "No dia de hoje tem tantas mil pessoas que morreram e tal..." Foi dada essa informação lá? Sim ou não?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nessa reunião de que participei, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não. Falaram nessa reunião sobre necessidade de isolamento social, *lockdown*?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não foi discutido isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Falaram sobre utilização de máscara?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não foi discutido. Na minha reunião, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Falaram sobre aquisição de vacina?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não existia essa prerrogativa nessa época. Foi em abril de 2020. Então, não se falava ainda na aquisição de vacinas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não sei que gabinete de crise era esse de Bolsonaro, não, porque tudo que se tinha que falar e discutir como medida não se falava. Esse gabinete era o gabinete, na verdade, da cloroquina! Enquanto o Brasil estava discutindo todas essas medidas a que eu estava me referindo aqui agora, o Presidente da República, na verdade, não era aconselhado sobre coisas que eram tão importantes, tão evidentes. Isso reforça, inclusive, o aspecto de que havia um paralelismo entre essas reuniões, entre esse agrupamento, entre esse gabinete de crise, não é?

Lá se discutiu alguma vez esta tese da imunidade de rebanho?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O senhor me desculpa! Eu participei de uma reunião. E quando... A única coisa que eu soube é que estava com um problema com os EPIs. Então eles estavam com bastante problema para a importação de insumos de UTIs. Foi isso que o Dr. Mandetta, nessa reunião, falou. Então, assim, eu só participei dessa reunião. Então, eu não tenho como colocar para o senhor tudo que foi discutido nos gabinetes de crise.

Eu só queria reiterar uma coisa, Senador, se o senhor me permite.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Hã, hã!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu tenho aqui uma declaração do Dr. Temporão, que é meu amigo, uma pessoa querida. Mas eu trabalhei entre 2007 e 2010. Então, durante esse período, eu ia a São Paulo. Trabalhei, sim, com relação a toda a representação do gabinete no Estado de São Paulo, numa época bastante grave, que foi a da H1N1. Inclusive, quando houve o início da pandemia, eu estive com o Secretário de Saúde, procurando o Secretário de Saúde, lá no Estado de São Paulo, o Dr. Henrique Germann, exatamente falando a ele que poderia conversar também se fosse necessário.

E, aqui, nessa discussão, eu estava... Como representante do gabinete em São Paulo, eu trabalhei junto à comunidade científica das universidades do Estado, contribuindo com a interlocução com o Ministério da Saúde em Programas de Educação Continuada.

Então, isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, mas o...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Realmente, eu estive trabalhando durante esse período e chamei até... Fiz a ligação, na ocasião, para o Dr. David Uip, que veio ajudar a gente, eu estando, talvez, na secretaria desse grupo no ministério.

Então, é somente para caracterizar, para a gente deixar bem clara a situação.

E há outra coisa com relação a essas reuniões: eu não participei de nenhuma outra reunião. Eu só fui convidada para essa reunião do gabinete de crise, que eu chamo de gabinete de crise, porque eu confesso que não sei se é o nome exato, porque era uma reunião interministerial, presidida pelo presidente... Pelo Braga Netto, com a presença do Ministro da Saúde e com a presença do outro, do Presidente da Anvisa, o Dr. Barra.

E, além disso, estive participando, realmente, dessa interlocução com a sociedade como um todo, esclarecendo a sociedade como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Entendi. Eu não sou advogado do...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, não tenho nenhuma...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... do ex-Ministro Temporão. Apenas transmiti o que ele disse.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... interferência com relação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele reconheceu que a senhora trabalhou lá...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, exatamente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... no escritório de São Paulo, mas...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foram quatro anos. Eu tenho aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... disse que a senhora não fazia parte do comitê...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, mas eu fiz sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... de crise da H1N1.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A crise era de todos. Nós trabalhamos todos juntos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas veja, na Câmara... Eu queria ouvir. Na Câmara dos Deputados, V. Sa. disse o seguinte: "Nós estamos discutindo a validade das vacinas, porque elas não têm segurança imediata, de médio e longo prazos, totalmente definida, e elas não têm eficácia. Além da eficácia, temos que ver quais são as eficácias tardias, quanto tempo dura a imunidade que a pessoa possa adquirir. Se estão dizendo que a imunidade que a pessoa adquire com grandes quantidades de vírus pode não ser suficiente, que dirá com a vacina que eventualmente precisa ser aplicada em três ou quatro doses".

Pelo que eu entendi, V. Sa. estava dizendo que a imunidade que é obtida pelo fato de contrair a doença, contrair o vírus, é maior do que aquela conferida pela vacina?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, isso está...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em breves palavras, porque eu tenho tão pouco tempo, por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso. Então, deixa eu só esclarecer: nessa reunião, eu disse que não devíamos... Era uma reunião prévia ainda a toda a submissão de documentos. Eu falei que nós precisávamos estudar as toxicidades tardias e a longo prazo, por isso que não dava ainda pra fazer um registro absoluto de todas as vacinas. E as vacinas precisariam ser submetidas à avaliação, inclusive algumas teriam que ter talvez mais do que duas injeções, talvez com tempo diferenciado. Foi essa a discussão que eu tive...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... com relação às vacinas.

Agora, somente com imunologista... Eu sou pró-vacina. Eu quero que as vacinas sejam eficazes e seguras. E estou acompanhando exatamente isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Olha, eu queria fazer uma pergunta à senhora. Na verdade, quando a senhora disse que, na Suécia, começaram com a tese da imunidade de rebanho, mas não deu certo porque não houve o tratamento, quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer, seria esse tratamento precoce. Quer dizer, os suecos desconheciam a existência da cloroquina. Talvez, se tivessem juntado as duas coisas, teria dado certo. Mas, tudo bem, vamos pegar aqui no Brasil.

No Brasil, do mês de março de 2020 ao mês de março de 2021, foram vendidos 52 milhões de comprimidos do chamado *kit* dos quatro medicamentos só em farmácias privadas – nós não estamos falando do SUS –, fora o SUS. Só hidroxicloroquina foram vendidos 32 milhões de comprimidos, 13 milhões de caixas. Quando a *Folha de S.Paulo* fez recentemente, pelo Datafolha, uma pesquisa, dia 11 e 12 de maio, as pessoas pesquisadas, 23% da população brasileira tomou algum dos medicamentos do *kit* de tratamento precoce da Covid-19.

Eu pergunto à senhora: se o Brasil fabricou tanto medicamento, vendeu tanto medicamento e tanta gente tomou esse medicamento, não era para o número de pessoas mortas, que são 463 mil quase, ser um número bem menor? Isso não é a maior confirmação de que a senhora e mais um grupo de pessoas cometeram uma gigantesca ilegalidade ao defender que as pessoas utilizassem um medicamento que não tinha...? Não é que não tem comprovação feita; é que tem comprovação que não serve para o atendimento da Covid-19. Transformaram em política pública a utilização de um medicamento que não tem reconhecimento por parte da Anvisa daquela indicação, que falam tanto aí, *off-label*.

Me responda, não era para o Brasil ser um dos que tivesse menos gente morta...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ministro...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... por conta da utilização de tanta cloroquina?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Bom, Min... Senador Humberto Costa – Exmo. Senador Humberto Costa –, eu entendo o seu posicionamento, só que nós não temos o número de curados que se beneficiaram desse tratamento e, inclusive, de todos os que morreram, quantos não fizeram o tratamento precocemente. Então, assim, esse dado acaba não sendo possível de se avaliar, porque falava-se em milhões de casos de mortos até abril, maio, junho do ano passado. Isso foi um dado que a própria Oxford, que a própria Sociedade Europeia fez.

Agora, nós temos tido a vantagem de termos muitos pacientes que se beneficiaram. Inclusive, eu mesma trato de pacientes pessoalmente, e não trato somente com cloroquina – quero deixar bem claro isso. Eu já tive mais de 450 casos tratados pela minha equipe. A gente utiliza tratamento personalizado de precisão, que é feito com uma diferença, de acordo com as necessidades do paciente, de acordo com as suas comorbidades etc. Então, a gente tem realmente uma eficácia comprovada, através da Henry Ford Foundation; a ivermectina tem vários grupos fazendo trabalhos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, eu só queria deixar bem claro que existem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só que a Organização Mundial da Saúde, a FDA americana se colocaram claramente contra esse tipo de tratamento. E o Brasil, que tem apenas 2,7% da população mundial, tem 13% das mortes por Covid.

Eu vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que, diferentemente do que muita gente aqui achou, eu acho que foi muito produtiva a vinda da Dra. Yamaguchi. Para mim fica muito evidente que ela sempre foi uma voz importante para a construção dessa concepção profundamente equivocada que o Presidente da República tem e que conduziu o Brasil a essa tragédia sanitária, econômica, política e social.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

Próximo, Senador Eduardo Girão.

V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. A Dra. Nise está à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues, demais colegas aqui presentes.

Seja muito bem-vinda, Dra. Nise Yamaguchi. Eu a queria cumprimentá-la pela postura. Muitas vezes, um ambiente hostil, a senhora sendo constrangida, mas sem elevar um milímetro a voz. A força da verdade não permite que a gente precise elevar a voz, porque ela é muito forte.

Assim como a Dra. Mayra Pinheiro trouxe para cá vários estudos – foi até um carrinho que ela trouxe, com estudos randomizados, duplo-cego, metanálise – sobre a questão do tratamento precoce, a senhora também trouxe, mas eu não sei se a Comissão... Pelo que eu entendi, a Comissão não vai nem receber, porque eu acho que não interessa esse debate. Inclusive, uma sessão de oitiva amanhã, audiência pública, trazendo cientistas e médicos renomados contra e cientistas e médicos renomados a favor do tratamento precoce, para a gente ouvir, poder tirar um pouco a conclusão, foi, de forma estranha, simplesmente cancelada, não é?

Então, a busca pela verdade fica prejudicada, e o Dr. Francisco Cardoso, o Dr. Paulo Porto também, estão a postos pra serem ouvidos. Se, eventualmente, os outros não quiseram comparecer, quem perde com isso é a população, que quer saber a verdade sobre isso.

Eu queria também fazer aqui rapidamente uma simples correção numa fala que foi feita aqui pelo nosso Presidente, há pouco, dizendo que o ministro, o Primeiro-Ministro inglês só decretou o *lockdown* depois de ter ficado doente, de ter sido infectado pelo coronavírus, e a cronologia não bate. O *lockdown* foi decretado no dia 23 de março, e ele, no dia 27 de março, foi infectado, testou positivo para o coronavírus. Então, é bom que a gente possa, de alguma forma, restabelecer aí os fatos verdadeiros.

Dra. Nise, eu queria começar com uma pergunta para a senhora. Em entrevista, há cerca de um ano, para o Jornal da Gazeta, a senhora disse que os ministros estavam preocupados em enfrentar a crise, e não em sair da crise. O que a senhora quis dizer com isso?

Eu aproveito e já emendo uma pergunta: a senhora disse que não foi convidada para ser, embora tenha ido várias vezes ao Planalto, aqui, vindo a Brasília, não foi convidada para ser Ministra. Se a senhora tivesse sido convidada e aceitado essa missão, o que a senhora faria diferente dos ministros até agora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Veja, Sr. Senador, eu queria agradecer aí a sua pergunta. Na realidade, talvez eu não tenha sido convidada para ser Ministra porque, no primeiro momento em que eu cheguei ao ministério, que eu cheguei para a reunião com o Presidente, eu deixei bem claro que eu tenho uma clínica muito extensa, eu tenho mais de 15 mil pacientes que dependem de mim. Então, eu estar fazendo essas atividades que me roubam o tempo dos meus pacientes, além das minhas pesquisas... A gente descobriu agora uma IgA secretora de leite materno... Eu estive aqui... Até algumas das reuniões, Sr. Relator, em que eu estive aqui em Brasília, foram no hospital infantil para fazer técnicas de tratamentos com células tronco, nós estávamos discutindo essa questão. Então, eu deixei bem claro que eu teria dificuldades de fazer qualquer coisa que não fosse a minha atividade mãe.

Quando eu coloquei que o enfrentamento estava precisando desfocar somente daquela que era a emergência, apesar de eu estar contribuindo várias vezes com essa com essa necessidade... Nós estivemos preocupados realmente ali, em São Paulo, com a falta de leitos e faltas de locais, eu estive na Prefeitura de São Paulo conversando com o Secretário de Saúde, o Edson, e a subsecretária, a pedido do Eduardo Jorge

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e outras pessoas, porque eu estava preocupada com isso também... Então, assim, eu traria uma visão mais educacional em relação aos médicos e atendimentos, em ambulatórios e, realmente, numa fase mais preliminar.

Eu continuo achando – desculpem, eu sou insistente neste ponto, mas eu continuo achando – que é um ponto importante você poder tratar... Eu trato de pacientes com câncer, e pacientes com câncer você não deixa evoluir para tratar depois porque as toxicidades são maiores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, perfeito.

A senhora considera, como eu e tenho certeza que todos aqui também, que os médicos e estudiosos, como a senhora, e os profissionais de saúde que arriscam diariamente as suas vidas, que se privam da convivência com seus familiares e têm trabalhado até a exaustão deveriam ser considerados verdadeiros heróis e que eles merecem o maior respeito da população, especialmente de nós, Senadores da República?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Com certeza.

Eu acho que todos esses médicos que estão nas UTIs, nos hospitais, nos prontos-socorros são maravilhosos, respondendo à Senadora, são pessoas que se dedicam e se expõem diariamente a toda essa questão e, principalmente, lutam pelo bem-estar da população.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Algumas pessoas argumentam que, utilizando ou não o tratamento precoce, somente 15% terão consequências graves.

Qual a sua opinião sobre estes mais de 14 mil médicos hoje no Brasil e outros tantos no exterior que mesmo sendo perseguidos e censurados por muitos afirmam que têm obtido milhares de excelentes resultados, muito acima do prognóstico normal da doença, ou seja, acima dos 15%?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Porque, veja, quando o paciente é tratado precocemente – como eu tive 340 pacientes que eu tratei precocemente, e um paciente somente que teve uma evolução fatal, porque ele já tinha um problema sério de idade e de problemas de comorbidade –, então a gente sabe que isso faz a diferença.

A gente fala que só 15% vão evoluir para situações graves: é muito! Gente, por que a gente vai esperar que as pessoas evoluam para situações graves? Cada vida conta muito.

Então, eu estou aqui lutando, até, assim, de uma forma estoica para conscientizar cientificamente, porque cada vida conta e muito.

A gente não pode dizer tanto faz, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Já que é uma coisa muito séria isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A senhora tratou 300 pessoas.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, foram 500 pessoas com a minha equipe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quinhentas pessoas? E um morreu?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas 340 eram doenças precoces.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Precoces, certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu tenho também pacientes em UTIs, pacientes internados, pacientes com doenças moderadas, etc.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Porque eu já ouvi de alguns desses médicos afirmarem que já trataram mais de mil pessoas e tiveram somente três óbitos.

Eu fiz várias...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acho que, assim, cada um tem a sua visão do assunto.

No meu caso, eu sou uma pessoa que trabalha bastante com câncer, essa é a minha área principal. Eu estou contribuindo com a área da Covid porque eu sou imunologista e porque eu vejo a necessidade de esclarecimento da população.

Agora, eu tenho, na maior parte do meu tempo, atendido os meus pacientes oncológicos, que são muitos e que precisam de mim o tempo todo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, perfeito.

Será que muita gente não está buscando a perigosíssima automedicação, tomando doses equivocadas sem os indispensáveis cuidados e exames médicos, justamente porque os Municípios não têm oferecido esses centros Covid de tratamento precoce ou impedido esses médicos?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, eu acho que a gente precisa de todos.

A gente precisa educar os médicos, a gente precisa educar a população, é muito importante que a gente tenha tratamentos disponíveis e acessíveis, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A senhora já falou aí de alguns países que adotam o tratamento precoce, citou alguns nomes.

Eu faço uma pergunta inversa agora: que nações proíbem a autonomia do médico e do paciente, especialmente em tempos de pandemia e falta de tratamentos, leitos de UTI e, sobretudo, de vacinas?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Em nenhum país do mundo, que eu saiba, há a proibição da autonomia do médico e da soberania do médico...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A senhora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ...com relação a isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A senhora, como médica, tem defendido que o melhor entendimento da Covid-19 pelos médicos levou a uma redução de casos graves e da mortalidade relacionada à infecção em relação ao início da pandemia devido à introdução de tratamentos adequados pela classe médica para cada fase da infecção e da adoção do tratamento a partir dos primeiros sintomas. A senhora poderia nos explicar, de forma bem didática, conceitualmente e na prática, como o tratamento precoce pode trazer benefícios no combate à Covid?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O tratamento precoce age principalmente na fase de proliferação viral. Ele faz uma ligação uma ligação com o receptor ACE2 e com outro receptor que é dependente de uma conexão com o vírus para que ele entre na célula e se multiplique. Então, é exatamente nessa fase inicial, nos primeiros dias, que a gente deve iniciar o tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os estudos, infelizmente, Senador Humberto, em que houve a apresentação são estudos que falam de doenças moderadas e graves. O estudo precoce do Brasil vai ser apresentado em dezembro – que é randomizado, prospectivo e duplo-cego, que é o braço 5 do Coalizão – e também só utiliza hidroxicloroquina, não utiliza o conjunto de medicações.

Então, somente esclarecendo, eu sou a favor do distanciamento social, do uso de máscara, das vacinas que possam ser eficientes e mensuráveis com relação aos seus efeitos colaterais e sou a favor também do tratamento precoce. São todos juntos. Nós estamos frente a uma cepa nova, e a gente não pode abrir mão, inclusive, Senador Renan, das medicações que são úteis em cada fase. Então, não dá para tratar tudo do mesmo jeito. A gente tem que individualizar o tratamento.

Essa é a minha posição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uma ação não anula a outra, não é?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não anula a outra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vacina, uso de máscara, distanciamento físico, tratamento precoce.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uma ação não anula a outra.

Uma posição, Dra. Nise, do Conitec, há mais tempo, poderia ter evitado controvérsias em torno do tratamento precoce?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A minha impressão é que o Conitec não foi acessado para a discussão de tratamentos precoces porque estava muito atento à questão dos testes, à questão dos EPIs, à questão dos respiradores. Eles estavam todos trabalhando, dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia, com esses outros problemas, que eram demandas enormes, imediatas e emergenciais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A senhora acredita que a politização... E aí eu faço uma crítica pública ao Presidente da República, porque eu acho que não é papel de líder mostrar medicamento. Isso é um papel da ciência, de cientistas, que estão divididos sobre o tratamento precoce, é fato. Mas isso pode ter gerado uma politização?

Eu acho que gerou. Eu acho que se ele disser hoje que água faz bem, daqui a pouco vai ter um monte de gente dizendo que água já não se deve mais tomar.

Eu pergunto uma coisa pra senhora: a senhora acredita que essa politização de medidas e tratamento de combate à pandemia contribuíram para a rejeição a medicamentos de baixo custo que já vêm sendo usados há muitos anos?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Veja, eu acho que a política é sempre necessária e é por isso que esta Casa existe. Então, o que a gente deve ter é a política adequada, onde os pares possam discutir, em que não exista autocracia em termos de definição, e por isso mesmo eu seria totalmente contrária a uma bula autocrática. Eu sou absolutamente a favor da conversa e do debate. Então, eu acredito que existem níveis de politização que são necessários pra disponibilização, e isso vai mudar, certamente, esse tipo de discussão política correta. O que não pode é demonizar quem prescreve e nem pegar os remédios e caçar os remédios nos lugares onde eles precisam ser utilizados. Então, é nesse sentido que eu acho que a gente precisa rever os conceitos e apoiar uma integração maior, para que a gente possa utilizar todos os tratamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, mais uma pergunta bem objetiva pra senhora: o gesto do Presidente, mostrando o medicamento, a senhora não acha que pode, por melhor que sejam as intenções dele...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não estou aqui pra falar de gesto nenhum e nem de julgar. Eu estou aqui pra falar da parte científica. Desculpe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, tudo bem, mas eu acredito que isso, de alguma forma, turvou um pouco e politizou esse...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A politização do vírus é negativa, sem dúvida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A politização é negativa, não é?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Dos dois lados, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – No estudo realizado no Amazonas sobre o uso da cloroquina, o que deu errado, levando à morte de alguns pacientes ali naquele caso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Veja, esse estudo foi citado inclusive no documento da Sociedade Brasileira de Infectologia como um dos motivos pelos quais os efeitos cardiológicos são problemáticos com relação à cloroquina, porque foi usada uma dose muito alta, com 600mg de cloroquina base, duas vezes por dia, por dez dias, que é uma dose, realmente, considerada extremamente tóxica. Isso acabou dando margem também, na mesma ocasião em que foi publicado, para alterações em vários centros mundiais, que acabaram levando essa toxicidade como sendo algo verdadeiro da medicação hidroxicloroquina em baixas doses. O *New York Times*, inclusive, confundiu, falando que o estudo do Amazonas de hidroxicloroquina tinha matado gente, e não era verdade: era cloroquina numa dose alta. Então, deu margem a essa confusão mundial e acabou sendo citado aqui, inclusive no material oferecido à Procuradoria da República, como sendo um dos motivos pelos quais não se deveria usar a cloroquina. Então, a gente acredita que tem evidências científicas bastante robustas de que é uma droga segura e eficiente, usada há mais de 70 anos – a cloroquina, a hidroxicloroquina, um pouco menos –, mas considerados pela Organização Mundial de Saúde como remédios essenciais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E aquela questão da nebulização da cloroquina, de que saiu até matéria na imprensa, mostrando que foi administrada por uma médica e a pessoa veio a óbito? Essa questão da nebulização, o que a senhora pensa sobre isso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Até conversamos com o Senador Omar Aziz, que estava preocupado com isso, e ele não soube me explicar se essa pessoa que veio a óbito foi por causa dessa medicação ou se tinha outras concomitâncias. Eu também não tive acesso aos dados técnicos e científicos dessa pessoa. Esses dados de utilização *off-label* de medicação ou da própria medicação estão sendo discutidos exatamente em vários fóruns de pesquisa. Então, está sendo feita uma pesquisa dessa área. E eu acredito que nós vamos ter melhores respostas no futuro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Eu estou satisfeito, Presidente Randolfe Rodrigues.

Muito obrigado, Dra. Nise.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, Senador Marcos Rogério. V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. A Dra. Nise está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Cumprimento a Dra. Nise Yamaguchi, que comparece a esta Comissão para melhorar a nossa compreensão acerca desse desafio.

Inicialmente, eu quero cumprimentá-la pela robustez de seu currículo. V. Sa. não é uma especialista de gabinete ou de meras literaturas. Está aqui o currículo apresentado. São 40 anos de vida acadêmica, com especializações em diversas áreas que não vou aqui nominar, assim como não vou nominar todos os estudos científicos, artigos científicos publicados no Brasil e em diversos outros países, inclusive as premiações que a senhora já recebeu. Também não farei referências aos livros e capítulos de livros publicados, porque a lista é considerável. Quero fazer referência apenas a um dos muitos títulos que a senhora tem, que é o Doutorado em Pneumologia, realizado entre 1998 e 2002, ou seja, a senhora tem quase 20 anos atuando como Doutora em Pneumologia.

E o que é Pneumologia? É justamente a especialidade médica que se dedica ao estudo das doenças das vias respiratórias, incluindo traqueia, brônquios, pulmões e estruturas correlatas. Ou seja, a senhora é doutora justamente na principal área relacionada ao tratamento da Covid-19, que, como sabemos, é uma síndrome respiratória causada pelo SARS-CoV-2.

Portanto, quero manifestar minha gratidão a V. Sa. como brasileira notável que é, por estar dedicando boa parte do seu tempo para estudar e tratar pacientes com Covid-19, contribuindo com o País para esse enfrentamento.

Tenha certeza de que o Brasil, especialmente os pacientes de Covid-19 e seus familiares, dentre os quais me incluo, são gratos à senhora e a milhares de outros profissionais de saúde que prestam serviços nessa área e que são merecedores de nosso profundo respeito e consideração. Suas especializações, e especialmente o Doutorado em Pneumologia, nos dão uma sensação de segurança. Não estamos diante de palpiteiras sem formação na área, nem mesmo diante de uma profissional médica de especialidade alheia ao tratamento específico.

Todas as especialidades são importantes, mas, em tempos de ciência tão avançada e tão defendida aqui nesta CPI, precisamos saber o lugar de cada uma delas. Ninguém que tenha um problema pulmonar ou vascular grave vai procurar tratamento com ginecologista ou ortopedista; assim como quem tem um problema cardíaco não procura um psiquiatra, e assim por diante.

Cumprimento, portanto, V. Sa. por ser uma profissional preparada e espero que vossa passagem, aqui nesta CPI, não sirva para deixar quaisquer dúvidas sobre seu histórico e capacidade. Aliás, para evitar isso, quero começar dizendo que fiz questão de solicitar à minha assessoria que recuperasse o vídeo com a íntegra de vossa fala em audiência na Câmara dos Deputados, porque recortes de falas, todos sabemos, não servem para formar convicção ou juízo de valor, assim como não se dão respostas técnicas com um mero sim ou não.

Embora tenha sido dito aqui, de forma distorcida, que V. Sa. se posicionou contrária à vacina, dizendo que as pessoas poderiam se vacinar aleatoriamente, constatei no vídeo que a fala é justamente em sentido contrário. Para quem quiser conferir a íntegra, trata-se de vídeo de reunião ocorrida no dia 28 de outubro de 2020, quando se discutiam os processos de testagem das vacinas. E a senhora disse na ocasião que estava defendendo a necessidade de não se fazer vacinação aleatória, sem a realização dos testes necessários. Uma das expressões da senhora na ocasião foi que, abro aspas, "precisamos trabalhar um programa nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinação", fecho aspas, mas disse também que era preciso seguir os protocolos internacionais de aprovação das vacinas.

Outro dado importante e que não é apenas a senhora que diz, mas é praticamente unanimidade: não podemos passar à população a impressão de que as vacinas resolvem todo o problema da pandemia, porque só serão conhecidos os resultados das vacinas algum tempo depois de serem aplicadas todas as doses necessárias. Será que alguém pensa ou defende alguma coisa diferente?

Por tudo isso, quero dizer que mantenho o meu respeito ao seu histórico profissional e aproveito para dizer às pessoas que nos acompanham que a senhora nada disse contra as vacinas. Pelo contrário, falou a favor, mas alertava sobre o risco de precipitações, de distribuição aleatória de vacinas sem seguir todos os protocolos científicos e obter a devida aprovação. Nisso V. Sa. estava defendendo o interesse nacional e, por isso, quero cumprimentá-la.

Outras considerações que quero fazer sobre o tal gabinete paralelo. Veja, agradecer a V. Sa., porque não é de hoje que a senhora ajuda o País com o seu conhecimento técnico, inclusive nos Governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. E não apenas no Executivo, mas especialmente também junto ao Legislativo e ao próprio Judiciário em algumas situações, como no envio de informações técnicas ao Supremo Tribunal Federal. Pena que somente agora isso seja considerado gabinete paralelo.

Sobre o tal decreto para a mudança de bula de remédio, incrível que tanto se falou aqui sobre isso e, quando chega cópia do documento, não se deu nenhum valor, porque, como já vinha afirmando há semanas, isso não passava de uma falácia. Além de não ter valor jurídico algum, a minuta fala tão somente de disponibilização dos medicamentos para uso conforme critério médico e autorização do paciente, como já acontece por todo o País, com Estados e Municípios que mantêm esse protocolo, como já trouxe documentos a esta Comissão.

Sobre a imunidade de rebanho, quero dizer que, embora a senhora não tenha tido condições de expor totalmente seus pensamentos, pelo exposto, pude compreender que V. Sa. jamais falou sobre exposição sistemática de pessoas ao vírus, mas sobre um fato em constatação, diante da grande quantidade de pessoas imunizadas em função do inevitável contato com o vírus. Não houve autoinfecção no Brasil. Sabemos que não foram poucas as pessoas que, mesmo adotando um rigoroso isolamento, terminaram sendo afetadas pela doença.

De qualquer sorte, sabemos que imunidade de rebanho é um conceito complexo, que não pode ser respondido com um mero "sim" ou "não". É uma pena que falemos tanto que valorizamos a ciência e, quando temos a oportunidade de ouvir exposições técnicas em profundidade, pedimos "sim" ou "não". Se realmente queremos discutir temas científicos, precisamos, antes de tudo, ter paciência para ouvir, ouvir exposições com todo conteúdo indispensável para a formação de juízo de convicção.

Feitas essas breves considerações, quero ouvi-la um pouco mais sobre o tratamento precoce, mas em uma perspectiva que considero que não tem sido abordada o suficiente.

Primeiro, o Brasil inteiro tem milhares, talvez milhões de depoimentos de pessoas que foram tratadas logo no início da doença e que tiveram boa recuperação, mas tem um dado extremamente preocupante. Tenho recebido diariamente muitos depoimentos de pessoas que passaram pela Covid-19, não buscaram tratamento logo no início dos sintomas e hoje experimentam gravíssimas consequências, sequelas as mais distintas, não somente relacionadas ao sistema respiratório; outros que são parentes de pessoas que também não receberam o tratamento precoce e, quando foram atendidas, já estavam em estado grave e não resistiram à doença. Essas não sobreviveram para contar a história, ainda que com sequelas da doença. Mesmo assim, ainda existem Estados e Municípios que mantêm orientações no mesmo sentido. Temos protocolos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendam aguardar oito, dez, doze e até quatorze dias com sintomas para que se procure um médico, procurar médicos somente com falta de ar.

Trouxe aqui, semana passada, informações dos primeiros estudos que começam a surgir das consequências nefastas dessa política negacionista, suicida, que muitos praticaram e, até hoje, muitos ainda defendem. A pergunta que faço é a seguinte: a senhora tem conhecimento desses estudos? Pela sua vasta experiência, que nível de complicação e que resultados, em termos de sequelas e mortes, essa negação do tratamento precoce pode ter causado no Brasil?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Senador, eu agradeço as suas perguntas e a sua fala. Eu entendo que o momento é um momento de junção de esforços em todas as áreas. Agradeço a compreensão de que eu atuo sempre, tecnicamente, como consultora eventual de todos os setores científicos. E, certamente, a questão das estatísticas que os estudos têm demonstrado de benefícios do tratamento precoce, nos diversos estudos já aqui bem caracterizados, inclusive nas metanálises, faz com que, ao se utilizar esses medicamentos, a gente tenha uma diminuição significativa do número de mortos e do número de pacientes graves.

O que eu devo dizer com relação a isso é que os tratamentos que são feitos na fase inicial da doença, eles têm a chance de estar evitando que os pacientes sejam hospitalizados e que sejam colocados em UTI, e mesmo que tenham uma evolução bastante grave. Esse número que o senhor deseja, sabermos quantos pacientes estariam curados, nós podemos dizer que o Brasil é um dos países que mais tem curados do mundo, é um dos países que tem muitos níveis de curados. Quando a gente fala mais do mundo ou menos do mundo sempre chega alguém para dizer que não é bem assim. Então, vamos relativizar e dizer que nós temos muitos pacientes curados.

O que a gente tem nesse momento é uma discussão muito mais na tentativa de demonização de um tratamento. O senhor colocou muito bem que a imunidade de rebanho não é que eu tenha, em algum momento, dito que as pessoas não precisassem fazer o isolamento social. O isolamento social é necessário, o uso de máscara, o distanciamento social, mas existem fases em que isto é necessário: que haja um fechamento maior ou um fechamento menor, o que foi julgado, de acordo com a pandemia, pelas pessoas locais.

Então, em última análise, a questão da participação em todos os Governos é algo que é bastante comum, e o cientista está habituado a ser solicitado. Eu tenho que, depois, localizar as datas em que eu visitei, porque, como eu estou sempre aqui também atendendo a pacientes, também fazendo as partes de pesquisas, também estruturando as questões das novas estratégias nas áreas de câncer, eu não tenho todas as datas em que eu estive. Eu vou procurar depois e trazer para os senhores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Há uma flagrante estratégia política em torno da criminalização do uso da cloroquina, por ter sido mencionada pelo Presidente da República, enquanto há um silêncio absoluto em relação a dezenas de outros medicamentos, todos sem comprovação científica para tratamento da Covid-19 e que milhares de médicos do setor público e também do setor privado fazem uso todos os dias para a mesma finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, vou acrescentar dois minutos para que V. Exa. possa concluir. Por gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já concluiu o tempo, dei mais dois minutos e estou concedendo mais dois minutos para a conclusão de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu lhe agradeço.

Muitos deles, aliás, com possibilidade de reações adversas muito mais graves que aquelas relacionadas à cloroquina.

E agora há uma outra estratégia, quer dizer que uns são a favor da cloroquina e que outros são a favor da vacina, o que é uma grande hipocrisia. Queria ver se ofereciam vacina para pacientes já com falta de ar. Pergunto: a senhora tem conhecimento dos demais medicamentos que costumam compor os protocolos de tratamento da Covid-19 nas áreas pública e privada? E que tipo de paralelo pode ser feito entre eles e a cloroquina, no que diz respeito a possíveis reações adversas? Essas duas perguntas e, deixando claro mais uma vez, eu defendo a autoridade do médico para administrar medicamento ao paciente. Não faço defesa de medicamento A ou medicamento B, defendo o ato médico.

Gostaria que V. Sa. fizesse essa correlação.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito.

Eu concordo totalmente que o tratamento precisa ser determinado pelo ato médico. É feito um cuidado especial com relação ao paciente que tem uma saúde dependente do setor público e outro do setor privado. Nós sabemos que o paciente do setor privado tem acesso a mais estratégias, ele vai lidar melhor com a UTI etc., e no público nós temos uma carência maior. Daí a necessidade de se estruturarem os tratamentos com relação aos pacientes públicos também. Eu acredito que nós tenhamos já dados científicos suficientes para ratificarmos, nas unidades básicas e ambulatoriais, tratamentos que sejam válidos para a população.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, quero agradecer a contribuição da Dra. Nise e apenas fazer um registro, dois registros. Um: a OMS publicou a autorização emergencial para a CoronaVac. E, segundo, em relação à questão dos efeitos adversos, nós temos, no protocolo Covid espalhado Brasil afora, é bom que as pessoas leiam – por isso que eu perguntei à Dra. Nise – os efeitos adversos em relação a todos os medicamentos, todos têm, incluindo alguns anticoncepcionais, o próprio Viagra tem efeito adverso, até o café que a gente toma tem também.

Agradeço as contribuições de V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nenhum desses remédios que V. Exa. citou é remédio que a pessoa obrigatoriamente ia tomar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu tenho a lista completa dos medicamentos que são usados para Covid e todos têm.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Precisa informar à população, Presidente, que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma coisa é uma coisa... A cloroquina, por exemplo, que é o quinino... V. Exa. é da região e a doutora sabe. O quinino deixa o cara verde depois de tomar. Não é a malária; a malária dá o efeito de febre e tudo mais. O que dá o efeito da cor esverdeada, com que a pessoa fica depois de tomar, é o quinino, que é um medicamento – não é respeitado pelo Presidente, que esteve em São Gabriel da Cachoeira – dos povos tradicionais do meu Estado. E eu falo com muita honra, com isso, que respeito muito os povos tradicionais, que, infelizmente, o líder maior da nossa Nação não respeita. E vai lá e faz uma brincadeira comigo, pedindo: "Olha, por que não convoca os índios aqui, que me deram chá disto, chá disso?". Tem um chá bom também lá que é o chá de chocalho, que o cara pode tomar, e, talvez, fique bom, mas não bom da Covid, bom do juízo.

Eu tenho uma pergunta aqui, Senador Jorginho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora fez... A senhora tratou 400 pessoas. Na época, a senhora disse para mim que eram umas 300...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, não é a minha vez agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, é! Otto Alencar!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois eu faço a pergunta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar, por favor...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Dra. Nise Yamaguchi, primeiro... A primeira pergunta que eu quero fazer para a senhora é se a senhora, para utilizar hidroxicloroquina em pacientes, fez exames pré-clínicos e clínicos. E, se fez, tem os nomes, os exames que foram confirmados, de que os doentes estavam com a doença? A senhora acompanhou e tem os exames depois do tratamento? Deixaram ou não sequelas? A senhora fez exames pré-clínicos e clínicos com hidroxicloroquina?

Por exemplo, a senhora usa Jakavi para um câncer até raro chamado mielofibrose? Se a senhora usou, a senhora fez e acompanhou exames pré-clínicos? Ou seja, para a oncologia, a senhora usa exames pré-clínicos e clínicos e, para o caso de Covid, não usa? Se a senhora usou e fez os exames pré-clínicos, eu quero conhecer todos os nomes, se a senhora fez os exames pré-clínicos *in vitro* ou em camundongos, e as quatro fases do exame clínico da hidroxicloroquina em pacientes.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – A hidroxicloroquina tem sido utilizada há mais de 80 anos sem necessidade de exames clínicos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Para outras doenças, minha senhora!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu gostaria...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Para outras doenças!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu sempre peço...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não para a Covid-19! É usada para malária, para lúpus, para artrite reumatoide...

A senhora usa, por exemplo, o Jakavi para mielofribrose? A senhora testou? A senhora leu os exames pré-clínicos? Deve ter lido para usar! E a senhora é oncologista.

Agora, se vem me dizer que é uma droga usada há tanto tempo sem fazer exames pré-clínicos e clínicos, não é correto! A senhora está errada. A senhora apostou numa droga que podia dar certo ou não. Essa é a grande realidade. E a ciência, doutora, por mais que a senhora seja formada e tenha curso, não admite isso. Isso é apostar no escuro: querer testar uma droga para ver se dá certo ou dá errado.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Bom...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se a senhora me fornecer os dados todos dos pacientes de que a senhora falou há pouco – são trezentos e tantos pacientes –, com nome, com o diagnóstico de certeza de que estavam com Covid, com o tratamento, com as sequelas que ficaram, com os exames de laboratório...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, os D-dímeros...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora tem o D-dímero dos exames que a senhora fez? Dos pacientes? Não tem.

Tem exame de tomografia do pulmão? Ou ressonância? Não tem. Fez para acompanhar? Ficou sequela? Ficou fibrose pulmonar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que a senhora, com a responsabilidade que tem, diz que tratou trezentos e setenta e tantos doentes, sem comprovar os doentes, sem mostrar os exames?

Doutora, eu fui professor tanto como a senhora. Eu tenho serviços de trabalhos prestados e feitos que eu posso levar à senhora doente por doente, endereço por endereço, que eu tratei. Isso é leviano, Doutora. Não dá para dizer, aleatoriamente, como a senhora falou – aleatoriamente – da vacina, que tratou e não tem a comprovação.

E vou rebater a senhora onde a senhora trabalhou: no Hospital Einstein, em que não trabalha mais; a senhora pode internar doente, mas o seu contrato foi cancelado. Vou lhe passar aqui o trabalho feito no Hospital Einstein por vários infectologistas – porque a senhora não é infectologista; é oncologista, imunologista – de vários pacientes tratados, acompanhados, onde está provado que não tem efeito absolutamente nenhum a hidroxicloroquina nem em pacientes leves ou moderados. Hospital Einstein, onde a senhora trabalhou. A senhora não tem mais contrato no Einstein. A senhora pode internar o doente, porque é um hospital que, para quem trabalhou lá, fica aberto. Se a senhora quiser internar um doente com câncer de oncologia, alguma coisa, pode internar e tratar. Então, aqui está o trabalho feito no Einstein, publicado em julho do ano passado – julho do ano passado. A senhora devia ter... A não ser que a senhora agora, que trabalhou no Einstein, pode dizer assim: "Olha, eu não trabalho mais lá e tal... Não concordo". Mas aqui está o trabalho. Posso passar às mãos da senhora, eu tenho cópia. Inclusive, estava em inglês; foi traduzido para o português. A senhora pode ler ou quem quiser ler, perfeitamente.

Então, a minha discussão com a senhora é a seguinte: a senhora, para usar qualquer medicação em oncologia, a senhora vai ler que essa medicação foi testada, teve exame pré-clínico e clínico. A senhora sabe que são quatro fases do exame pré-clínico em voluntários. As pessoas têm que ser voluntárias para usar a medicação. A senhora não pode pegar uma medicação que é usada para artrite reumatoide, para malária, para lúpus, de repente aplicar e dizer, "apliquei em trezentos e tantos pacientes e deu bom resultado", sem comprovar. Isso, do ponto de vista científico, não é honesto, Dra. Nise Yamaguchi. É uma coisa que eu poderia... Eu jamais faria isso. Na posição, no currículo de V. Sa., eu jamais faria isso, porque eu não tinha como comprovar essa situação.

Portanto, é fundamental que se façam os exames todos para comprovar como foi a evolução do paciente com a medicação; o que aconteceu do ponto de vista farmacológico, farmacodinâmico, farmacocinético; como a droga se desenvolveu dentro do organismo do paciente; e quais os efeitos da droga.

Bom, se o advogado vai ficar... Vai ficar ensinando... O senhor também é médico? Deve ter feito um cursinho rápido também para ajudar a doutora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, o que eu quero saber da senhora é que a senhora me apresente o trabalho da senhora, com o endereço dos pacientes, para checar CPF, onde mora, onde não mora. Porque o trabalho aqui do Hospital Einstein é completo e conclui que não tem eficácia nem para casos leves nem para moderados – o hospital em que a senhora trabalhou e não trabalha mais; a senhora pode internar, mas o seu contrato foi cancelado lá no Hospital Einstein. Eu peguei, estava em inglês, traduzi para o português e posso lhe passar a hora em que a senhora quiser.

Mas esse é um caso que, na minha opinião, está claramente certo de que a hidroxicloroquina não funciona. Até porque a senhora deve saber, por exemplo, qual é a diferença entre um protozoário e um vírus. A senhora sabe qual é a diferença, doutora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Nise, eu estou perguntando à senhora. A senhora sabe qual é a diferença entre um protozoário e um vírus? Pode dizer?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu vou responder todas as suas perguntas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora sabe dizer o que é a diferença entre um protozoário e um vírus?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por favor, estou lhe perguntando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está na hora de eu lhe perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem o quê?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Estou perguntando, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está perguntando à Dra. Nise, para ela lhe responder, se ela sabe...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu estou perguntando a ela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a diferença entre um protozoário...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e um vírus. É isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, só estou perguntando: diga, do ponto de vista científico, o que é um protozoário e o que é um vírus. Qual é a composição de um e de outro, a senhora sabe?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Diga.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... vamos começar pela discussão que o senhor colocou.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. Não, primeiro, a senhora vai me responder agora o que é um protozoário e um vírus, por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente. Nós temos aqui uma...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senhora, a senhora defina, do ponto de vista orgânico, do que é um protozoário e um vírus. Por favor! A senhora é médica formada. Se elogiou tanto o currículo da senhora... Me diga, por favor, o que é um protozoário e o que é um vírus; a diferença entre um e outro. Só isso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Os protozoários são organismos celulares, e os vírus são organismos que têm um conteúdo de DNA ou RNA. No caso do Covid, nós temos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, senhora. Não, senhora. Não, senhora, espere um pouco.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... é um caso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, senhora. Não, senhora, tenha paciência.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, o senhor tem definições diferentes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não é bem assim. Não é bem assim, não. Não é bem assim, não.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O que eu quero dizer para o senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não é bem assim, não. Não é bem assim, não. A senhora não é infectologista, é... Se transformou de uma hora para outra, como muitos no Brasil se transformaram em infectologistas. E não é assim. Os protozoários são organismos mono ou unicelulares, e os vírus são organismos que têm uma proteção proteica, capsídeo, e internamente o ácido nucleico, completamente diferente do que a senhora falou aí. A senhora não soube explicar o que é um vírus. Vírus não são nem considerados seres vivos. Portanto, uma medicação para protozoário nunca cabe... Sempre, nunca cabe para vírus.

Por exemplo, doutora: quando surgiu o H1N1, a gripe H1N1, a ciência foi atrás de um medicamento antiprotozoário ou antiviral? Me diga, responda!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, foi um antiviral.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Antiviral. Pois bem, não foi antiprotozoário.

A ciência agora está buscando para o coronavírus... Aliás, a senhora sabe a que família, a que grupo pertence o Covid-19?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ao *coronaviridae*.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele é um coronavírus.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas a que grupo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele pertence a...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora não sabe, infelizmente. A senhora não sabe nada de infectologia. Nem estudou, doutora! A senhora foi aleatória mesmo, superficial. O Covid-19 é da família dos betacoronavírus.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, é um coronavírus.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora não disse. A primeira manifestação, doutora... Me perdoe, eu não queria nem constranger a senhora, porque eu vi logo do começo que a senhora sabia oncologia e imunologia, mas não tinha nada de conhecimento de infectologia. Já vi logo do começo. Eu não queria nem falar isso. Estava na dúvida se eu vinha lhe questionar ou não, para não deixar a senhora, como se diz na gíria, em saia justa.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu gostaria também de lhe responder.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora sabe quando foi que aconteceu a primeira manifestação do coronavírus no mundo? O primeiro caso no mundo, a senhora sabe a data?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E que tipo de coronavírus foi?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Diga o número, diga; diga o ano. Pode pegar os livros aí, porque a senhora não tem na cabeça, certamente não leu, não estudou. E, doutora, de médico audiovisual, este Plenário está cansado; de alguém que ouviu, e viu, e não leu, e não se aprofundou, e não tem estudado. E eu falo com a senhora porque eu tenho, desde que começou essa doença, lido tudo sobre essa matéria. Tudo! E não preciso pegar e olhar aqui o que eu estou lendo e o que eu estou vendo, não. Não preciso ler para ver, não.

A senhora nem sabe quando começou a primeira manifestação do coronavírus no mundo e como foi essa manifestação. Então, a senhora não podia, de jeito nenhum, estar debatendo um assunto que não era do seu domínio. Isso não é honesto, doutora. A Medicina, a ciência querem honestidade, querem a verdade, integralidade, capacidade intelectual, científica para dissertar a respeito de uma doença tão grave como essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

que muitos médicos infectologistas ainda não dominam. Então, eu quero dizer à senhora, a senhora não sabe quando foi o que aconteceu a primeira manifestação e como aconteceu. A senhora sabe a data?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Muito bem, o senhor tem perguntas e respostas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode pegar o livro aí, pegue o livro e diga.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, deixa eu colocar algumas coisas. Esse estudo que o senhor colocou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, a senhora tem que me responder quando foi que aconteceu a primeira manifestação.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu sei que o senhor gosta de datas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora não tem.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Na realidade, isso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora não conhece, a senhora não estava preparada para ser... Participar do gabinete paralelo quanto tantos de quantos participaram...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ainda bem, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sobretudo curiosos, advogados e empresários, o Wizard, não sei quem lá, tanta gente aí, uma Arca de Noé tratando da ciência no Brasil, só que não tinha Noé na arca para conduzir a arca.

Pois é, vou ensinar a senhora. A primeira manifestação do coronavírus no mundo foi em 1964. Se manifestava como gripezinha, resfriado que as crianças tinham, e depois logo passava. Depois, com a mutação virótica – o vírus tem, certo, muitas mutações, já está agora na P1, pode ter uma outra que venha... Tem a mutação indiana. Depois disso, tem sete tipos de coronavírus que dão doença pulmonar, manifestação pulmonar, a pneumonia virótica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Doutora, eu estou falando com a senhora, preste atenção, por favor. Tem sete tipos de grupos, alfa, beta. Tem... O primeiro SARS-CoV, doutora, que aconteceu foi na região da China, em Hong Kong. A senhora sabe em que ano foi que aconteceu isso? Não sabe, eu vou ensinar: 2003. A primeira manifestação do SARS-CoV foi em 2003, e eu estou falando com uma doutora, que deveria entender isso – infelizmente a senhora, como colocou naquela frase que o Renan botou ali, a senhora foi aleatória, simplória, não se aprofundou na matéria. A primeira manifestação do SARS-CoV foi em 2003, doutora, em Hong Kong, na China, e ele causou a síndrome respiratória, como causou e está causando aqui no Brasil, aguda. Não teve tratamento. Sabe qual foi o tratamento? Isolamento, máscara, isolamento físico para as pessoas. Ninguém usou, em 2003, em Hong Kong – pode pegar, entra na internet para a senhora aprender –, hidroxicloroquina, nenhum medicamento. Sabe por quê? Porque vírus não se evita com nenhum medicamento. Os vírus, quando causam a doença, para a pessoa não ter a doença, só pode ser através de vacina para dar imunidade à pessoa. O vírus penetra mesmo tomando medicamentos. Então, em 2003, teve a primeira crise aguda com pneumonia virótica em Hong Kong. Em 2013, na China também.

Depois teve a segunda manifestação do MERS-CoV na Ásia menor, na Arábia Saudita, doutora, e as mulheres, inclusive, tinham menos doença porque usam a burca e não se contaminaram tanto. Foi a síndrome aguda respiratória do Oriente, também não se usou hidroxicloroquina. Foi isolamento físico, as pessoas ficavam isoladas e o que se conteve porque, apesar desse MERS-CoV ser grave e até levar mais, ser mais letal do que o atual, não se disseminava com tanta facilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora veio o Cov-19, que além de ser letal, de ter grande letalidade, ele também se dissemina com muita facilidade.

E, em nenhum desses casos atrás, 2003, lá em Hong Kong, ou em 2013, se usou nenhuma medicação para conter as duas manifestações do coronavírus. Em nenhuma delas se usou, absolutamente, em nenhum momento.

A medicina está atrás agora – e vou explicar à senhora – de um antiviral, como se conseguiu o Tamiflu para controlar o coronavírus.

A senhora sabe qual é o laboratório que está cuidando disso no mundo hoje? Qual é o estudo mais avançado? Laboratório de Boston, que é o Molnupiravir, e um outro laboratório israelense, de Israel, que está usando o MesenCure, na busca de encontrar um antiviral, não um antiprotozoário.

Há uma diferença muito grande entre o vírus e o protozoário. Nem toda medicação que serve ao protozoário serve para o vírus, está certo?

Como é que a senhora poderia dizer, como disse ali, doutora, que iria ter imunidade de rebanho, a senhora iria comprovar imunidade de rebanho com que exame? Qual exame e quantos exames a senhora teria disponíveis neste País, que já tem 17 milhões de contaminados? A senhora iria ter 17 milhões de exames para comprovar que o paciente teve a doença? E eu pergunto à senhora: qual é o exame de escolha que se deve fazer para mostrar se o paciente desenvolveu imunidade ou não?

A senhora vai dizer qual exame... Só dizer, não precisa explicar.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Anticorpos neutralizantes, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Anticorpos neutralizantes, mas eu preciso responder às suas perguntas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não quero...

Primeiro a senhora tem que me responder: qual o exame de escolha para identificar se o paciente desenvolveu imunidade celular ou não? Porque a imunidade tem que ser celular. A senhora sabe que tem que ser celular, não é? O agressor chega, a célula está defendida e não entra.

Qual é o exame que se pode fazer para comprovar que o paciente que teve a doença desenvolveu a imunidade celular?

E se o Brasil tem condição para comprovar que teve imunidade de rebanho, capacidade de ter 18 ou 19 milhões de exames para isso?

Qual é o exame, doutora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não estou dizendo que a imunidade de rebanho é algo que a gente deva...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu estou perguntando...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... se caracterizar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, a senhora...

Diga qual é o exame, por favor?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E a imunidade de rebanho, a imunidade celular...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, doutora, me responda qual é o exame.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – .... são testes celulares para se avaliar se, por acaso, a pessoa já tem imunidade...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não, não, não.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – .... e tem os seus anticorpos neutralizantes também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não, não, não. A senhora vai dizer qual é o exame que prova que o doente está com imunidade ou não. A senhora vai ter que dizer, por favor.

Qual é o exame que, em se fazendo, comprova que o paciente tem imunidade celular ou não? Diga o nome. (*Pausa.*)

A senhora não sabe, doutora.

É o exame para identificar anticorpos neutralizantes, doutora!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas eu expliquei para o senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora não sabia, doutora!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Neutralizantes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora tinha que ser oncologista e imunologista, mas tinha que entrar em infectologia.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Agora, o senhor me dá licença?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por favor!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu preciso responder a uma série de acusações que o senhor me fez.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não queria constranger a senhora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É; e eu preciso responder.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas a senhora não sabe responder a absolutamente nada.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas, espera, estou aqui ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora tergiversou em tudo. Não soube dizer o que é o vírus, o que é um protozoário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, deixa ela responder, Sr. Presidente.

Levou o tempo todinho...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nem todos os pacientes...

Espera aí! O advogado vai falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador Otto, que já ultrapassamos bastante o seu tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não; ela não soube responder nada que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora ela vai responder a V. Exa..

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu fiz um testezinho simples com ela. Qualquer menino de segundo ano, terceiro ano... Eu fui professor de Química por muitos anos, de Biologia. Isso é bê a bá! É bê a bá!

A senhora não sabe, a senhora jogou no escuro com um grupo de pessoas que não entendia absolutamente nada da doença, inclusive, chamou o Ministro Pazuello para um seminário. Meu Deus do Céu! O que o Pazuello vai dizer em um seminário? Ele não sabia por que chamava Covid-19! Eu perguntei e ele não sabia. Eu disse: "É porque surgiu em 19". Ele não sabia, doutora! Brincadeira com a saúde do povo brasileiro! A senhora brincou com a saúde do povo brasileiro falando em imunidade de rebanho, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidroxicloroquina, em tratamento precoce. Uma receita no Ministério da Saúde, de forma institucional, para as pessoas tomarem o remédio.

Eu vou perguntar à senhora aqui também de novo – fácil de responder. A pessoa tem arritmia: a senhora, para dar hidroxicloroquina, faz eletrocardiograma? Faz?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Faz um ecocardiograma?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como é que o Ministério da Saúde....

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Se tem arritmia, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como é que o Ministério da Saúde deixou a receita no *site* para o povo brasileiro todo tomar, doutora?

A senhora sabia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não só isso, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora sabia que a arritmia – aí é cardiologia, a senhora não deve saber também –, para quem toma uma medicação, a arritmia é dosidependente?

A senhora sabe o que é dosidependente? É uma doença que você tem, você toma o remédio e o remédio, quanto mais você toma, vai exigir que você tome mais. É como antibiótico quando se tem resistência. A arritmia é dosidependente!

A senhora pode começar a hidroxicloroquina com uma dose lenta na arritmia e, depois, vai precisar de mais. Por quê? Porque é uma enfermidade idiossincrática pela natureza dela. A pessoa que tem também a arritmia pode receber uma medicação e ter uma reação à medicação.

E mais: eu pergunto à senhora: se a pessoa tem arritmia e tem o espaço QT longo, ela pode usar a hidroxicloroquina?

Doutora, estou perguntando.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não pode, não.

E como é que dá receita para o povo todo, para o Brasil todo?

A senhora sabe quantas pessoas morreram, doutora? Eu falo isso com o meu coração cortado, doloroso. Eu perdi um colega meu, desavisado, o Dr. Gilmar Calazans Lima, que não sabia que tinha arritmia, tomou hidroxicloroquina, tinha um espaço QT longo e morreu – parada cardíaca e respiratória. A senhora contribuiu, pra botar no "testcov", hidroxicloroquina pro Brasil tomar. O Presidente da República levantou a caixa: "Toma aqui!".

Que o médico receite – ele assume, ele tem CRM, ele assume –, ele toma, ele faz a receita é dele: "Eu vou assumir, eu vou responder no meu Conselho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... eu vou responder por isso". Mas fazer uma coisa dessa natureza?

A senhora maculou a sua imagem tomando essa iniciativa, que eu sei que foi... Pode ser até... Não sei direito... Foi por um momento de querer ajudar, mas também de querer ser Ministra da Saúde e não conseguiu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Dra. Yamaguchi.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Bom...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Dra. Yamaguchi, assim que terminar de falar, ela pediu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ela pediu para que a gente suspendesse a reunião por 20 minutos, e, depois, voltaríamos com o Jorginho – o Senador Jorginho e o Senador Randolfe.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Muito bem, o estudo Coalizão a que o senhor se refere, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Excelentíssimo Senador, o estudo Coalizão a que o senhor se refere, do Hospital Albert Einstein, foi feito com pacientes... Em que eles tinham pacientes internados, todos internados. A maioria... Eram 667 pacientes submetidos à randomização; 504 pacientes confirmaram a Covid e foram incluídos, em comparação com o tratamento original. E entre os pacientes hospitalizados com Covid-19, leve a moderada, que eles consideraram leve, mas todos estavam hospitalizados. Esse não é o paciente leve que nós preconizamos. Eles, inclusive, dizem o seguinte: que, nesse caso, existia uma... No final dessa fala, desse... Na conclusão... Estava procurando, estava procurando exatamente esse artigo... Ele diz o seguinte: que um total de 18 pacientes morreram no hospital durante o ensaio; 5 pacientes designados pra receber hidroxicloroquina mais azitromicina, 7 no grupo de hidroxicloroquina isolada, e 6 no grupo controle. Não houve nenhum... Não houve diferença significativa entre os grupos quanto aos resultados secundários e complicações tromboembólicas ou renal aguda.

E eles, inclusive, finalizam dizendo o seguinte: que muito provavelmente eles deveriam ter incluído pacientes em fases mais iniciais, que é o que agora, nessa Fase V, vai ser, vai ter registro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Apresentar os nomes, os endereços, os CPFs...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não é? Então, o que...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... o exame que constatou a doença, o exame final...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, existe nesse...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ...a tomografia, o D-dímero, tudo que se faz com paciente internado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso é dentro de um estudo, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso é aleatório, isso é "ouvir falar e falei"...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O Senador... Senador, os estudos que são feitos, prospectivos, randomizados duplo-cegos, eles fazem todas essas avaliações.

Na área clínica, o paciente recebe antes o diagnóstico clínico. O diagnóstico clínico é suficiente pra você iniciar o tratamento porque não dá tempo de se receber o diagnóstico mais tardio. Tanto é que os estudos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... tanto é que os estudos que foram feitos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Nomes, endereços, exames laboratoriais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Tanto é que... Eu posso responder, Senador? Desculpe, eu posso responder?

Então, o que acontece é o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Esses pacientes que foram submetidos a esses estudos estão dentro de estudos onde você faz todos os exames. Nos outros pacientes clínicos, você tem avaliações clínicas, avaliações laboratoriais, avaliações que ocorrem em termos de tratamentos e com relação às toxicidades. Então, na realidade, a discussão com relação aos tratamentos iniciais, eles passam por essa dificuldade.

Nós temos aqui um estudo relacionado pela associação de perspectiva de pacientes com tratamentos preventivos, em que, no Canadá e nos Estados Unidos, eles não tiveram os resultados em 60% dos casos, porque isso não era possível.

Nós temos também a questão relacionada à utilização inicial de hidroxicloroquina em pacientes, na época da Mers, não é? E a gente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – (*Fora do microfone.*) ... Eu não vim debater com a senhora nome de laboratórios. Eu debati com a senhora ciência. A senhora não soube me responder isso. Eu posso botar um mundo de laboratórios que são contra.

A senhora conhece Cochrane?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – São quatrocentos e tantos cientistas que são contra a hidroxicloroquina.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu quero mostrar à senhora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Senador, eu gostaria de poder responder.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria o trabalho da senhora com os nomes dos pacientes, com exames confirmados, com o tratamento, com o resultado...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não estou falando...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, eu queria o endereço, onde foi que a senhora pegou em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, nós vamos ter que trazer aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ela está tergiversando, ela não consegue...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Uma coisa é pesquisa, e a outra coisa é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi feita uma pesquisa, feita com pessoas acima de uma idade, na Prevent Senior. Na Prevent Senior foi feita essa pesquisa e nós vamos trazer a Prevent Senior para saber...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O quê, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Prevent Senior. É onde a Dra. Yamaguchi trabalhou. Aí nós vamos pedir todo o trabalho que foi feito lá, que deve ser um trabalho muito aprofundado.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Na realidade, eu acho que o senhor não está desejando que eu responda.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não sabe responder nada. A senhora sabe onde aconteceu o primeiro caso de Covid-19?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, só para concluir, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Para mim, já está concluído, porque ela vai fazer a mesma coisa que fez antes: tergiversar e tal, e não responder.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Presidente Omar Aziz, urgentemente. Eu sei que o senhor vai encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não, não vou encerrar.

Eu só vou suspender para a doutora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas antes de suspender...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu acompanhei aqui pacientemente as perguntas do Senador Omar; perdão, do Senador Otto Alencar. Fiz aqui, respirei, porque a gente tem o direito de divergir, cada um de nós tem o direito de divergir, mas a gente precisa tratar as pessoas com o mínimo de humanidade.

Eu espero que haja essa reflexão aqui, que isso não ocorra, porque constrange. Eu vi colegas aqui constrangidos com isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, deixa eu... Eu lhe ouvi, amigo, eu lhe ouvi, eu lhe ouvi, mas o que o senhor fez aqui, o que o senhor fez aqui, não tinha absolutamente nada a ver.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Nada a ver?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, as perguntas que o senhor fez... Não, as perguntas que o senhor fez, o objetivo, pelo menos para mim, ficou muito claro. Não sei se o sentimento das pessoas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, vamos suspender a reunião e vamos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não, é só para concluir. Por favor, Senador. É só para concluir. Eu vou, em um minuto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor está desqualificando o colega.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não, não, não. Eu estou apenas dizendo que....

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu não posso discutir ciência aqui, não?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só um minuto, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Está suspensa por 20 minutos.

V. Exa., na volta...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, rapidamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por 20 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, não faça isso. Não faça isso, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ó, Girão, com todo o respeito que eu lhe tenho, eu não lhe devo norma de comportamento.

(*Suspensa às 14 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 51 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... Senador Jorginho Mello, V. Exa. dispõe de 15 minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem. Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sra. Relatora, Dra. Nise. Aqui Dra. Nise, primeiro eu quero cumprimentar V. Sa. pelo seu currículo invejável, que todos nós tivemos a oportunidade de poder acompanhar e entregue até pelo pessoal que lhe acompanha. Eu quero... Eu vou falar pouco para permitir que a senhora possa dar os devidos encaminhamentos.

Numa entrevista... (*Pausa.*)

Sr. Presidente, eu peço que desconte o meu tempo para... Deu um acidente doméstico ali... (*Pausa.*)

A senhora deu uma entrevista em julho do ano passado, em que a senhora fez a seguinte afirmação: "Essa história de que não tem cura para o novo coronavírus não é verdade. Tem. É o próprio sistema imunológico quando ativado adequadamente. A terceira fase é um temporal total, que aí não adianta mais você tratar o vírus, porque não segura mais. É isso que a gente tem que evitar. Quando começa a tratar o paciente precocemente, porque você pega naquela fase em que ainda está tentando se replicar, e acaba com ele. Então o paciente fica com a imunidade. Ele não pega, ele não pega mais e ele não contamina mais".

Eu pergunto para a senhora: por quê? Em que base? Para defender o tratamento, a senhora teve de ter uma base inicial. A que a senhora atribui essa demonização do tratamento precoce? O que a senhora acha que causou essa reação tão grande?

Eu queria que a senhora fosse respondendo para a gente ir ganhando tempo, por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Perfeito.

Bom, na realidade, existem ações antivirais da hidroxicloroquina e na ivermectina *in vitro* e também em cultura de células. Essas ações, que a gente chama de reações básicas, ocorrem nos testes das medicações.

Isso, inclusive, foi garantido em alguns testes *in vitro* que foram feitos aqui no Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília, onde eles colocaram comparação de ivermectina e hidroxicloroquina *in vitro*, mostrando uma ação clara antiviral, de diminuição de cópias, de formação de cópias de RNA vírus.

Existiria também, em algum momento, a necessidade de que os estudos feitos pelas diversas entidades internacionais entrassem num acordo com relação à validade, porque, em algumas áreas – e foi o que eu coloquei –, especialistas divergem com relação à validade dos estudos. Alguns consideram que aqueles estudos, que um determinado grupo acha válidos, outro não acha válidos.

Então, foi mencionado aqui a Cochrane. A Cochrane é uma das grandes instituições, que, inclusive, faz revisões. Cientistas da Cochrane fizeram parte de discussões com relação... E nós tivemos uma reunião com o responsável pela Cochrane aqui, e o estudo que foi apresentado tinha também uma tendência com relação a pacientes mais graves e internados, pacientes moderados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve um estudo da *Nature* que colocou, inclusive, pacientes que tinham tomado, no braço controle, o tratamento.

Então, essa divergência entre especialistas é saudável se ela não é levada numa coisa chamada "uma disputa de posicionamentos".

Nós temos que construir paradigmas e temos a possibilidade de discutir um a um. Foi isso que eu fiz com esta discussão aqui e com relação aos estudos que já foram publicados.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

A senhora acredita tanto... E eu quero dar oportunidade à senhora de reforçar isso para as pessoas que estão nos vendo. A senhora tem confiança nesse tratamento a ponto de se tratar e tratar pessoas da sua família?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria que a senhora explicasse um pouquinho como foi isso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Bom. Eu mesma tive a Covid no momento em que eu estava trabalhando quase 20 horas por dia e atendendo nos hospitais, inclusive no Albert Einstein. Uma determinada família toda pegou a Covid, eu fui fazer o teste e já fui positiva e me tratei. Fui tratada pela equipe clínica com as medicações e evoluí bem da parte do Covid, tive uma infecção *a posteriori.* A infecção foi tratada com os antibióticos, mas eu fiquei completamente sem efeitos colaterais. Existem pessoas próximas, funcionários, pessoas próximas que foram tratadas também.

Claro que toda essa situação é uma situação de exceção. O Brasil está, neste momento, com um número de pacientes bastante grande. Ele precisa de tratamentos complementares. Os estudos científicos estão, cada vez mais, se avolumando e, certamente, ao término deste período, nós vamos ter mais dados que vão estar trazendo mais informações.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O Presidente do Conselho Federal de Medicina, Mauro Ribeiro, em entrevista ao Estadão, em 26 de março de 2021, disse o seguinte: "Essa ideia de que a ciência já concluiu que essas drogas não têm efeito não é 100% verdadeira". Pergunta: eu queria que a senhora comentasse essa afirmação do Presidente do Conselho Federal de Medicina.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, exatamente por isso que o Conselho permitiu que os médicos avaliassem os estudos pelos quais eles estavam se pautando e tivessem essa oportunidade de avaliação com a sistemática e a autonomia de estarem decidindo as melhores condutas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mais uma pergunta, depois eu vou deixar o tempo para a senhora fazer as suas considerações.

Sabe-se que, quando Agnaldo Timóteo e o Nelson Sargento, entre outros, tomaram duas doses da vacina, vieram a falecer de Covid... O que a senhora pensa sobre isso? A eficiência das vacinas podem ser mensuradas pela quantidade de anticorpos existentes, estabelecidos no exame do IGG?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É muito difícil estabelecer a sequência, se o efeito deletério ou letal ocorreu por conta da vacina. É por isso que não dá...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – A senhora me dá um instantinho?

Senador Jorginho Mello, não é o IGG que dá a imunidade, é a pesquisa de anticorpos neutralizantes. Não é isso, doutora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o fato das vacinas estarem neste momento sendo avaliadas, é que é muito difícil você saber a temporalidade, assim como é difícil você saber todas as questões fora de estudos clínicos. Então, assim, uma coisa que tem que ficar bem clara é a assistência direta do paciente, a vacina que é feita de uma forma ampla dentro do Brasil e que segue regras institucionais.

Existe uma comissão que avalia quais são os pacientes que vão ser vacinados, e você precisa ter os dados de exceções. Então, toxicidades absolutas. É difícil, fora de estudo clínico, você ter todos os dados dos pacientes para saber se esse caso que evoluiu para óbito teve eventualmente alguma sincronicidade com a vacina. É por isso que os estudos são necessários. Uma coisa é assistência clinica aos pacientes nas diversas situações, e a outra é a avaliação desse momento da pesquisa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu fiz IGG e IGM diversas vezes recomendado pela médica que cuida de nós aqui no Senado. Evoluiu agora para esse exame... Como é? Exame neutralizante...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pesquisa de anticorpos neutralizantes.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas anticorpos, são anticorpos, não são células.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Anticorpos neutralizantes, porque a imunidade é celular.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O anticorpo é a imunidade humoral, a imunidade de anticorpos. Então, você não consegue ter certeza. Por exemplo, uma das coisas que as pessoas erram é fazer mesmo os anticorpos neutralizantes após a vacina para terem certeza se estão imunizados. Por quê? Porque você pode ter níveis de resposta celular – não é, Senador Otto? –, que a gente não consegue medir ainda. Então, são poucas... Por isso é que às vezes a gente não sabe o que o senhor está querendo responder. Nesse caso, a imunidade celular pode ser feita sem você saber como medir. Por isso é que, ao longo de anos de SARS-CoV-1, por exemplo, ou Mers, onde se utilizou hidroxicloroquina, sim, nessa fase, em que os legionários franceses faziam parte desses grupos, houve a necessidade de se avaliar os anticorpos e se descobriu, Senador Otto, que existem anticorpos até hoje. Anos depois, esses anticorpos existem ou as imunidades celulares. E você, eventualmente, pode não conseguir medir naquele momento.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Eu quero deixar o tempo para que a senhora...

Quanto falta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Três minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para depor.) – Seis, sete minutos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Três minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não, eu tenho desconto ali que a ...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não. Três minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero deixar para que a senhora possa fazer as considerações que a senhora achar necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Três minutos.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, eu acho assim que a CPI teve vários itens que são absolutamente importantes para a humanidade. Eu quero salientar novamente que a imunidade de rebanho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma coisa que existe a partir de um determinado número de pacientes vacinados e pacientes... E não é algo que a gente sempre explica, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ainda temos 11 Senadores para falar.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E também dizer o seguinte: que a minha atuação em todos os governos é de contribuição. E eu não pretendo estar assim associada a uma situação única, não é? Nós estamos aqui trabalhando em prol de um país.

Muito obrigada pelo seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Randolfe Rodrigues, V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância devida, como sempre V. Exa. faz quando assume aqui a Presidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Depois o Senador ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Otto, mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... Rogério Carvalho; depois o nobre Senador Marcos do Val, pelo sistema remoto; depois a Senadora Leila Barros; o nobre Senador Luis Carlos Heinze, representante do Rio Grande do Sul; Senador Alessandro Vieira; depois o Senador não membro Fabiano Contarato; meu estimado amigo, querido amigo Jorge Kajuru; depois a Senadora Zenaide Maia; e, por último inscrito, o Senador Roberto Rocha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Otto Alencar, Presidente eventual desta Comissão Parlamentar de Inquérito; Dra. Nise, meus cumprimentos, meus respeitos a V. Sa.

Me permita, Dra. Nise, iniciar fazendo uma retificação. A senhora fez uma citação do Amapá. Eu sou de lá, com muito orgulho. Eu gostaria, inclusive, que a citação que V. Sa. tivesse feito correspondesse à verdade. Lamentavelmente, proporcionalmente, o Amapá não é um dos Estados em que menos se morre por Covid-19 em nosso País e muito menos no planeta. Os dados do nosso Estado apontam que por 100 mil habitantes nossa taxa de mortalidade é de 121.1. Aliás, é uma taxa de mortalidade muito ruim que assemelhava-se, em janeiro deste ano, à mesma taxa de mortalidade do Peru, 123.3, que é o quarto país que mais matava por Covid-19 no planeta.

Hoje nós temos 1.696 amapaenses que perderam a vida, e eu sei o drama da pandemia lá. Eu perdi amigos lá. Eu vi. Eu vi e vivi unidades básicas de saúde lotadas, colapso de oxigênio, todas as autoridades buscando de tudo para socorrer vidas. Então, o senhor me permita fazer esse registro, fazer essa retificação por ser representante dos amapaenses nesta Casa e por saber quão grande foi o drama lá vivido pelos meus conterrâneos.

Dito isso, passo direto, então, às perguntas.

A senhora conhece o Dr. Carlos Wizard? A senhora já trabalhou com ele?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Posso responder à primeira questão?

Bom, eu sinto muito, então, pelos amapaenses. Agradeço a sua retificação, já que o senhor tem uma convivência direta e a gente tem acesso aos números e às informações dos bravos e valorosos médicos que foram homenageados, inclusive no ano passado, por essa ação que foi feita ali.

Com relação ao Carlos Wizard, eu o conheço, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só deixar claro aqui, Dra. Nise: a senhora prestou uma informação que não corresponde à verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu gostaria, eu rogava a Deus...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para muitos conterrâneos meus estarem vivos.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Agradeço a retificação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a informação não corresponde à verdade.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... e endosso a retificação, já que o senhor tem informações fidedignas, locais e que são bastante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não só locais, são da ciência. A Agência Lupa, inclusive quando a senhora estava falando, retificou.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, vamos ao Dr. Carlos Wizard.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

Conheço o Dr. Carlos Wizard, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora já trabalhou com ele?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não tenho trabalho com ele. Na realidade, são ações com um grupo de médicos que trabalham... Não trabalham, é uma discussão científica em relação à pandemia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse trabalho científico já chegou a assessorar o Governo em algum momento?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Esse trabalho científico é um trabalho de... Olha, se a gente pensar que esse grupo trabalha fazendo levantamentos de dados, etc., ele faz dados voluntários, sim. Eu acho que, nesse sentido, ele tem oferecido informações técnicas e científicas ao Governo de uma maneira espontânea e científica, como, por exemplo, expliquei, todas as sociedades médicas que estiveram visitando e que fazem parte até de comitês oficiais do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas esse trabalho científico, esse conselho científico eram comitês ou eram pessoas?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, são pessoas. É um comitê científico independente. Ele não tem nenhuma ação vinculada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Com a sua permissão, vamos ver um vídeo aqui, que eu acho que ilustra o que a senhora está falando.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele pretendia ser um conselho científico no Ministério da Saúde, mas isso nunca aconteceu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos ver o vídeo. Vamos ver o vídeo.

Só um minutinho. A senhora está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi nessa época, inclusive, que a gente pensou em fazer isso exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Volte um pouquinho.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos volume? Temos som, não? Pode voltar desde o começo?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos só ver desde o início, é que houve um problema técnico ali.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Somente, Dra. Nise, tem um segundo vídeo. Vamos lá ao segundo vídeo, que é o Sr. Carlos Wizard novamente. Vamos lá!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora pode... No primeiro vídeo, o Dr. Carlos Wizard fala: "Passei um mês ajudando em um conselho científico independente...". A senhora, inclusive, está...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não. Ele falou que ele passou um mês ajudando o... Eu não o conhecia. Eu o conheci nesse dia em que nós estivemos fazendo essa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não é isso que ele fala no vídeo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não. Ele fala exatamente isso. Ele fala que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "Passei um mês aqui ajudando... Conheci a Dra. Nise e outros..."

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E aí ele resolveu juntar essas pessoas. E eu o conheci pela primeira vez, pessoalmente, nesse dia, e a gente discutiu a formação desse conselho científico independente porque a gente não queria ter vínculos com o Ministério da Saúde ou com qualquer ação. A gente queria oferecer o conhecimento de uma forma organizada, sem que houvesse um vínculo oficial. Pensou-se até em colocar esses dados de uma maneira mais ampla. E o que a gente teve foi um conselho consultivo independente... Aliás, várias das pessoas acabaram não ficando, porque, antes de ele começar mesmo, acabou havendo uma perseguição tão grande da mídia que a gente acabou dissolvendo esse grupo pra isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E os voluntários que a senhora fala no segundo vídeo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – São dez mil médicos no Brasil inteiro, que inclusive foram recebidos aí pelo Dr. Arthur Weintraub e o Presidente da República, em Brasília, e eu não faço parte da direção, e que o Dr. Carlos Wizard citou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Dra. Nise. Eu peço a atenção da Presidência e do Sr. Relator. Eu acho que a Dra. Nise está prestando uma informação muito importante. São dez mil médicos do Brasil inteiro, foram recebidos pelo Presidente da República e pelo Sr. Arthur Weintraub.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Lá no Palácio, no dia, acho, 15 de abril, dia 16 de abril.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dezesseis de abril de 2020?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, acho que é. Eu não tenho a data exata, mas em que foi discutida. A Dra. Raíssa estava lá também, a Dra. Luciana, vários médicos, discutindo o tratamento precoce. Nesse dia foi público, inclusive. Por isso que a gente não tem um grupo fechado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só por curiosidade: o que o Sr. Arthur Weintraub tinha a ver? Qual era a correlação, a participação dele?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, nesse momento, ele estava ali juntando as informações para que a gente pudesse ter nesse grupo, naquele dia, o tratamento precoce. Eles fizeram um evento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Foi ele que a levou pela primeira vez para o Palácio do Planalto?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Quem me trouxe foi o Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, mas só para nós entendermos: qual o papel do Sr. Arthur Weintraub nesse contexto? Por que ele organizou essa recepção? Qual a ideia? Qual o papel dele?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Parece-me que... Nessa recepção, eu fui convidada pelos outros médicos. Eu não fui convidada por ele especificamente, mas por outros médicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a senhora que declinou aqui o nome dele. Então... A senhora falou especificamente ainda há pouco.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, é que foram os que se apresentaram ali no dia. Houve uma apresentação, e eles colocaram exatamente a questão do tratamento precoce, da importância disso... Houve a presença de outros médicos... Foi um evento público.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E esse evento foi articulado a partir desse encontro aí com o Sr. Carlos Wizard?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não. O Carlos Wizard...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São momentos distintos.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – São distintos. O que eu quero dizer é que eu conheci o Dr. Carlos Wizard nessa ocasião, e nós fizemos parte dessa discussão de formatação de um grupo científico independente, criamos a possibilidade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A ocasião do vídeo, que a senhora diz que o conheceu, quando foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi nessa ocasião dessa entrevista do JB. Então, foi, eu acredito... Eu sou ruim em datas. Vocês me desculpem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Fique à vontade.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Tenho uma dislexia em datas e nomes. Então, eu sou ruim em datas, mas foi na data exata dessa entrevista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, naquela data a senhora o conhece.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No segundo vídeo, a senhora disse "reunimos dez mil médicos a partir de uma mobilização do Sr. Carlos Wizard".

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, os dez mil médicos já existiam mobilizados no Brasil inteiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a senhora cita o Sr. Carlos Wizard no segundo vídeo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, ele era uma das pessoas que apoiaram essa ideia, porque esses médicos trabalham de forma totalmente voluntária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, se essa mobilização de dez mil médicos já existia, como a senhora conheceu o Sr. Carlos Wizard naquele vídeo depois?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não. Aquele vídeo depois foi em uma referência ao trabalho voluntário que a gente estava fazendo. Nós tínhamos um trabalho voluntário, mas eu só o conheci pessoalmente no dia dessa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pronto!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora... Ótimo, começa a ficar mais claro. A senhora tinha um trabalho voluntário com o Sr. Carlos Wizard que ajudou na mobilização desses dez mil médicos.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, os dez mil médicos já existiam. Nós só nos comunicamos com eles através de várias pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E qual o papel do Sr. Carlos Wizard na mobilização que a senhora fala no segundo vídeo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele foi uma pessoa que tinha um interesse real no assunto. Ele ajudava cientificamente nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas por que o interesse do Sr. Carlos Wizard?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Bom, ele era um empreendedor social. Ele via as pessoas morrendo. Teve pessoas da família que eu tratei, inclusive.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a senhora disse que esse encontro foi em abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, esse encontro aqui... Eu não tenho as datas. O senhor me desculpe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá. Mas, então, a senhora tinha essa articulação, tinha esse contato com ele, ele mobilizou esses dez mil médicos com a senhora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não foi ele que mobilizou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora mobilizou e contou com o apoio dele?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nem só eu. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, tudo bem.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu entrei como convidada. O senhor me desculpe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas contou com o apoio dele. Contou com o apoio dele.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu entrei como convidada, e ele também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E depois, somente depois, o conheceu pessoalmente.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Somente depois eu o conheci pessoalmente. E, nessa ocasião em que eu o conheci pessoalmente, eu fiquei bastante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O vídeo é de julho de 2020, o da TV Brasil.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o vídeo...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito.

Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O vídeo é de julho de 2020.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o encontro que contou com – eu vou citar assim – a participação do Sr. Carlos Wizard, a articulação, o apoio...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não foi articulação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... aconteceu em abril.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ...esse encontro que nós fizemos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual foi o papel do Sr. Carlos Wizard nesse encontro?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele teve... Nesse encontro, ele foi um frequentador pacífico. Ele ficou na... Ele não participou da articulação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe-me, Dra. Nise, mas não é isso que a senhora fala no segundo vídeo. A senhora diz "depois, conheci o Sr. Carlos Wizard...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu falo que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... nós nos mobilizamos..."

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Isso. Nós fizemos o movimento dos médicos do conselho científico independente. Esse conselho científico independente é um número restrito de médicos que licitou, Dr. Zeballos, Dr...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas isso é em junho?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso. Esse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O primeiro encontro, que falo do segundo vídeo, foi anteriormente, como a senhora mesma disse, foi em abril?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Esse... Não. Desculpe, eu não tenho essa data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a senhora acabou de dizer isso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu não tenho a data exata. Nós tivemos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, não foi em abril? É porque a senhora disse que foi em abril ainda há pouco.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não tenho datas exatas. Eu tenho o seguinte, nós nos encontramos nesse dia que foi a data...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu só quero entender porque eu não estou conseguindo. Eu estou tentando ver uma sequência lógica. Veja.

Teve um encontro com dez mil médicos com o Presidente da República e teve algum tipo de participação do Sr. Carlos Wizard e esse encontro foi sediado inclusive pelo senhor... O Sr. Arthur Weintraub foi um dos que fez a recepção desse encontro, como a senhora mesma acabou de relatar. Esse encontro foi anterior ou posterior à senhora ter conhecido pessoalmente o Sr. Carlos Wizard?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi posterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, não foi anterior mais? Foi posterior?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Na realidade, eu não tenho as datas exatas. Agora... Foi posterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Mas já está esclarecido. Já está esclarecido...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não está esclarecido. Eu tive dois encontros. Um deles foi com esse grupo de médicos, que já estavam se organizando e que fizeram um encontro com o Presidente da República...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, tudo bem, Dra. Nise. Mas veja, de um intervalo de tempo para outro, não passa só um mês, tem um tempo maior.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – De dois meses aproximadamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, dois meses... O outro vídeo foi em julho, então passa dois a três meses. Então, já é um tempo maior do descrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cerimônia no Palácio... Obrigado, Ana está declinando aqui para mim. Foi 24 de agosto. Então, primeiro teve em julho, depois em agosto. Então, aí já são dois meses. Não é um mês somente.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas eu quero, só para concluir no meu tempo, Presidente...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Só deixar bem claro, Senador, que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, para mim, já está esclarecido.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, para mim não está. Existe o seguinte. Eu não quero aqui... Aquilo que é a organização de um conselho científico independente, que faz com que a gente tenha a oportunidade de debate entre nós é uma coisa que foi realmente um debate e que nós gostaríamos até de fazer parte de uma coisa maior...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Nise, eu não vou polemizar com a senhora. O vídeo *per si* fala que tinha um conselho que foi montado junto ao Ministério da Saúde. É o que o Sr. Carlos Wizard fala no vídeo. Acabou de ser confrontado...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Inicialmente, seria do ministério, mas não foi. Ele foi independente. Foi isso que ele deixou bem claro ali...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Não, não é isso que ele deixa claro, mas...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, vamos ver o vídeo novamente. Isso, um conselho independente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, prossigamos porque o meu tempo está concluindo. Então, prossigamos.

A senhora disse aqui que não tem intimidade, não conhece o Presidente da República. Nunca esteve com ele.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, conheço. Estive lá no Palácio, falei aqui claramente. Tenho oportunidade de vê-lo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Encontrou com ele frequentemente?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, vi nos eventos. Nesses eventos públicos e algumas vezes dentro do Palácio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Algumas vezes? Assim, pessoalmente, conversando com ele a senhora nunca esteve?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Diretamente nós estivemos conversando com grupos de pessoas em determinadas circunstâncias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com ele? Com o Presidente da República? Com o Presidente da República a senhora esteve?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente. Exatamente. Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quantas vezes?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foram em torno de quatro, cinco vezes, incluindo essa vez que teve essa oportunidade de, dentro dessa esfera dos médicos que estavam lá, então nós tivemos uma recepção dentro dessa relação mais ampla.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Vamos colocar aí o último vídeo. Eu vou já concluir, Presidente. Rapidamente.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E também... Isso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Não, perfeito.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, bom, aí no vídeo seguinte, me parece que a senhora se refere a ele, enfim, me parece aí que há um...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Existiu uma situação diferente, que é a situação médica. Eu expliquei a situação pública. Essa questão médica, que é em relação à questão do zinco ou da azitromicina etc., eu acionei o médico da Presidência da República, para saber se ele poderia tomar essas medicações. Então uma coisa é a médica.

Uma vez também, eu acompanhei a parte médica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a senhora é a médica do Presidente da República?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não sou médica, essa aí foi uma relação com o médico que ele tem. Ele tem médicos diretamente. Então foi somente isso que aconteceu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas no outro vídeo, a senhora disse que fala sempre com ele.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É. Sim, eu estive conversando com ele diversas vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fala sempre.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, é uma força de expressão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que a senhora chegou a mandar uma mensagem para ele, dizendo que "não precisava me sondar, ele me conhece, a gente se fala o tempo todo."

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso. Essa mensagem não foi uma mensagem direta. Essa mensagem foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, seu contato com o Presidente da República é frequente.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Se o senhor pode dizer que é frequente frente a essas questões, sim. Com relação a uma frequência física, pessoal, de contatos, não.

Essa mensagem, eu passei para pessoas que estavam me sondando, falando assim, "você quer ser ministra, você quer?" Falei, não, se ele quiser, ele me pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Nise.

A última pergunta, Dra. Nise.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Tanto é que ele nunca me perguntou. Eu deixei bem claro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu peço para observar o horário, por conta da... (*Ininteligível.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A última pergunta, só concluindo. A última pergunta.

A senhora disse o seguinte... A senhora pode me informar por que resolveu registrar em cartório? E aí faço a última pergunta de fato. Veja, no documento registrado em cartório, ao final, a senhora levanta a seguinte preocupação...

Eu queria pedir a atenção dos colegas e do Sr. Relator.

No documento que a Dra. Nise entregou aqui, que é exatamente o documento do decreto que, dito pela Dra. Nise, não é alteração da bula da hidroxicloroquina, mas é um decreto de receituário de medicamento. A senhora fez um registro em cartório para garantir a veracidade do documento, enfim, das mensagens que foram trocadas.

Na última mensagem que a senhora troca aqui com o emissário, que é o Dr. Luciano, a senhora diz o seguinte: "Oi, Luciano, esse decreto não pode ser feito assim, porque não é assim que regulamenta a pesquisa clínica."

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "Tem normas próprias, exporia muito o Presidente."

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Com certeza. Nunca se faz um decreto para fazer nem pesquisa clínica e nem bula. E imagina colocar isso na mão... Tanto é que isso nunca foi para a mão do Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então por que esse decreto esteve no debate com a senhora e com o...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu expliquei, não tinha sentido, não tinha sentido essa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho. Dra. Nise, a senhora fala que exporia o Presidente.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o Presidente não está envolvido em nada, por que é que vai expor o Presidente?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Porque imagina um decreto que faz acesso a medicação, que o Presidente assina. É um absurdo isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas por que então? Se a senhora achava isso desse decreto?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas eu só achei isso depois, porque eu não tive acesso a ele antes, e o que eu queria saber era...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o Presidente da Anvisa disse que a senhora estava nessa reunião, onde estava esse decreto lá.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu estava... Não, mas eu não tive acesso ao decreto, tanto é que eu registrei o horário em que eu recebi isso, que foi às 8 da noite.

Explicando claramente, em primeiro lugar, isso foi originado pela acusação que eu recebi de colocar decreto em bula.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E quem fez esse decreto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não sei, porque não fui eu que fiz. O que aconteceu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é do WhatsApp do Dr. Luciano?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso. Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então foi ele?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não sei se ele que fez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora está se referindo a ele aqui no último.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "Oi, Luciano. Esse decreto não pode ser feito assim".

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas acontece que eu não sei se ele que fez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora deu essa resposta para ele no mesmo dia em que a senhora respondeu...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, na mesma hora. Porque é assim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Aí tem um negócio... Veja bem, o que está aqui é 20h54. E ela recebeu isso... Em cima está apagado o horário. E aí tem que ver se essa mensagem foi dada no mesmo dia.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi imediata. Eu falei assim: isso não pode ser assim. Porque, na realidade, o que aconteceu? Me chamaram, falaram que existia um decreto em cima da mesa com relação à bula e eu tenho certeza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Doutora, esse diálogo foi no seu WhatsApp?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora poderia dispor, voluntariamente, para a Comissão Parlamentar de Inquérito, ao Presidente, para só certificar o horário?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradecemos a V. Sa.

Eu só quero reiterar que a senhora, ao final, diz: "Oi, Luciano. Esse decreto não pode ser feito assim". Eu acredito que o Sr. Luciano deve comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Diferentemente do que foi colocado pela manhã.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Diferentemente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E mais: que papel é esse? Dois depoentes aqui falaram que estava na mesa e a Dr. Nise Yamaguchi estava presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O papel existe. Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é esse. Até porque ela mesma diz. Na mesma hora em que ela responde, o Dr. Luciano deveria ter dito: olha, aquele papel de decreto que o Braga Netto apresentou à Anvisa e ao Mandetta, que a Dra. Nise estava nessa reunião e tinha mais um médico que estava sentado, não estava falando. Eu não sei se era o Dr. Luciano ou outro médico. Nessa reunião foi tratado disso, não foi Dra. Nise?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, da bula não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nunca houve, em cima da mesa, nenhum...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, na realidade, assim, houve... Desculpe, eu não entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O Dr. Mandetta e o Dr. Barra Torres estiveram aqui na CPI. Os dois disseram a mesma coisa em relação a um decreto que se colocaria na bula da cloroquina. O Mandetta falou isso e o... E a senhora ouviu, os dois falaram aqui, a senhora ouviu que a senhora estava presente na sala nesse dia, a senhora estava presente. Eles dois confirmaram a sua presença. A senhora não estava presente?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Nesse dia estava, já falei que sim. Só que não existia decreto de bula nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tinha papel nenhum na mesa?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Tinha papel na mesa, mas não tinha decreto de bula.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas sim...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, isso é o que tem que ficar claro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, o senhor me permite só para um esclarecimento?

A Dra. Nise já referiu a que a proposta, a minuta de decreto que estava apresentada, era referente e inspirada na RDC 348. Não foi isso, Dra. Nise?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A RDC 348...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não era não. A minuta não foi relacionada a isso. A minha discussão sim. Eu conversei com a...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora pode explicar para a Comissão do que tratava a RDC 348?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

A RDC 348, que eu discuti, tratava da introdução de medicamentos em época de Covid, tratava de insumos estratégicos e de todas as outras questões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pós-registro.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É a chamada mudança de bula. É por isso que a gente chama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Agora, isso não é escrever num decreto de bula. Então, isso tem que ficar bem claro. Então, a discussão que existia era se a quantidade de dados que nós tínhamos era suficiente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, a senhora sabia do decreto?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, eu trouxe o decreto para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ah, isso é que é muito importante. Sabia do decreto.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu trouxe o decreto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sabia do decreto. É muito importante.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Exatamente.

Eu trouxe o decreto para perguntar se havia dados suficientes pra que a gente pudesse fazer essa questão com relação à hidroxicloroquina e à medida que fossem surgindo dados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é muito importante. Eu sabia...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... porque jamais seria, e isso é uma coisa que é uma pergunta dentro de uma discussão, e aí jamais seria feito um decreto em cima de mudança de bula, assim como eu considero que não se fazem decretos em relação a pesquisa clínica, entende?

Então, a minha preocupação é, simplesmente, seguir as formalidades e os ritos. A primeira coisa: você pergunta para as pessoas se existem dados suficientes, oferece os dados científicos e técnicos e aí depois é que você parte para a solicitação pra que os empresários envolvidos na produção dos remédios façam a solicitação, etc. Mas essa inserção em bula ocorre sempre por uma relação de pares, por uma reunião do colegiado, por um parlatório, uma série de ritos que eu conheço profundamente e com o qual, inclusive, o Almirante Barra se colocou.

Agora, esse evento que o Ministro Pazuello abriu, ele só abriu um evento como autoridade da Sociedade Brasileira de Cancerologia, jamais discutindo tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só a participação, a senhora receber uma proposta de mudança em relação à bula, isso já, pra mim, é uma coisa muito séria.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Não, mas não é proposta de bula.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, era uma proposta sim.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho com a palavra, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Presidente, eu queria, primeiro, trazer aqui uma informação em que aquele que é o principal defensor do uso da cloroquina, o Didier Raoult, pede desculpas em carta publicada no *International Journal of Antimicrobial Agents*, a mesma revista que publicou o artigo original.

A equipe consertou seus dados e admitiu que não houve comprovação de "100% de cura", como divulgaram anteriormente. "A necessidade de oxigenoterapia, transferência para UTI e óbitos não teve diferenças significativas entre os pacientes que receberam hidroxicloroquina, com ou sem azitromicina, e nos pacientes do controle, que receberam apenas o tratamento padrão", escrevem.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Isso foi quando eles fizeram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso, isso...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exato.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora vai depois ver. A carta é uma publicação...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso. Exato. Eu conheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... uma publicação universal. A senhora pode receber depois.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Pacientes avançados, não é, que ele teve?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. Não. Pacientes, independentemente dos que receberam e dos que não receberam.

A primeira questão, isso aqui é uma afirmação: nós estamos diante de uma pandemia e, portanto, de uma questão de saúde pública, uma emergência global. E, diante de uma emergência global, a gente precisa ficar atento como o vírus nessa, o SARS-CoV-2, que provoca a doença Covid-19, era para todos um tanto quanto ou bastante desconhecido quanto à velocidade com que ele se transmitia, ou seja, o modo, se era mais ou menos contagioso, se ele era leve ou pesado, como chamam no jargão epidemiológico, ou seja, se ele era altamente transmissível ou não, e o grau de letalidade.

Depois disso, quando isso ficou claro, o que tinha que se fazer e o que se sabe em epidemiologia, em vigilância epidemiológica, é que você deve isolar o contaminado ou o infectado, melhor, do não infectado. Então, o mundo inteiro passou a adotar medidas não farmacológicas, como estão sendo chamadas, de isolamento social. Ainda não tinha o uso de máscaras, isso não tinha vacina, portanto, essas eram as medidas necessárias.

Acontece que o mundo reagiu à possibilidade do isolamento em massa, setores da economia global reagiram de forma muito pouco comprometida com a vida. E, nos Estados Unidos, o Elon Musk, o dono da Oracle e outras personalidades que viram o risco das ações de suas respectivas empresas desabarem iniciaram o debate da cloroquina em cima de estudos que não foram estudos, como descreveu o Dr. Otto Alencar, estudos que a ciência aponta como aqueles...

E veja, Dra. Nise, tem as ciências humanas, as ciências naturais... Nas ciências naturais não existe espaço para dúvida quando você valida um estudo. Quando você valida um estudo, e esse estudo, estatisticamente e preenchendo todos os requisitos, passa a ter... Ele não é um instrumento de disputa ideológica, ele é um estudo muito mais afirmativo. Tanto é que, para um medicamento ir para a prateleira, ele passa por vários testes. E o que está em discussão aqui não é se a cloroquina é segura ou se a cloroquina não é segura; o que está em discussão aqui é: a cloroquina tem ou não eficácia para proteger a vida? Porque em saúde pública, Dra. Nise, a proteção, a prevenção, a cura, a reabilitação e a promoção da saúde é o que devem estar na frente de quem faz a saúde pública.

A prevenção, naquele momento: só medidas de isolamento social, medidas de restrição de circulação, para evitar o contato e o contágio, porque não tinha vacina. Medidas protetivas eram por exemplo não indicar medicamentos que gerassem, na população, a falsa ideia de que ela poderia se expor à doença, ao contágio, porque elas estavam protegidas, por exemplo. E promoção, neste caso, era o Governo, em torno de todas as medidas que o mundo tinha adotado e que tinham produzido algum efeito, fazer campanhas maciças de informação, baseado na acumulação empírica até aquele momento. A cura, a gente sabe que não ia ter cura, mas a gente sabe que uma coisa é como eu trato a pandemia, outra coisa é como eu trato a doença. A doença causada por vírus, a gente faz tratamento compensatório de equilíbrio, para dar condição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao corpo de responder à invasão do agente infeccioso. No caso da pandemia, a gente tem que fazer vigilância e adotar medidas protetivas. A única medida de prevenção e, portanto, protetiva, era o isolamento social e depois o uso de máscaras.

Mas o que foi criado nos Estados Unidos, Sr. Relator? A tese da hidroxicloroquina. Ela não foi gestada no Brasil; ela foi gestada nos Estados Unidos, defendida pelo Sr. Elon Musk, pelo dono da Oracle e outros empresários que tinham muito, muito recurso em bolsa de valores, assumida pelo Trump. Em março, vai o Presidente do Brasil aos Estados Unidos e volta com a ideia de que a hidroxicloroquina salva vidas. E aí entra em campo um time, um time que defende a imunidade de rebanho.

Eu sou sanitarista, eu fiz Medicina na Universidade Federal de Sergipe, com muito orgulho; residência em Medicina Preventiva e Social na Unicamp; mestrado e doutorado em Saúde Pública na Unicamp; e sou concursado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Médico fiscal, o quinto médico fiscal concursado deste País. Hoje eu sou Senador, estou aqui e quero dizer uma coisa para a senhora: o que o conselho tem feito é orientado a uma das práticas, a uma prática em que incorre o erro médico. O erro médico ou é por imprudência, imperícia ou negligência. Nós estamos diante de uma imprudência sanitária patrocinada pelo Conselho Federal de Medicina, que deve ser convocado para esta CPI como testemunha, porque, ao dizer que uma substância sem comprovação científica, aliás, com comprovação científica de que não tem eficácia contra a doença em nenhuma etapa, inclusive dito pelos próprios fabricantes, estamos diante de um crime ético, de uma gravidade gravíssima que é a da imprudência. E qual é a imprudência, Sr. Relator, Sr. Presidente? É orientar o Brasil, é prescrever, pelo Presidente da República, um medicamento sem eficácia comprovada em nenhuma etapa.

E essa prescrição passa a sensação para todos os brasileiros de que estariam completamente protegidos, e que, portanto, podem ter e defender que as pessoas se exponham, que não usem máscaras, porque quanto mais rápido, e isso foi dito pelo dono da Rede de Hambúrguer Madeiro, ele disse claramente que quanto mais rápido vai morrer cinco mil pessoas, quanto mais rápido, melhor para o Brasil... Foi isso que foi dito pelo Osmar Terra, que, em 12 semanas, iria morrer menos gente do que morreria com H1N1, que a epidemia iria embora, e que as pessoas poderiam se expor.

Então, nós estamos falando de uma coisa muito grave em saúde pública, nós estamos falando de vários crimes contra a saúde pública, porque enganamos o povo brasileiro dizendo que tinha uma droga que prevenia, que impedia que as pessoas morressem, que impedia que as pessoas chegassem ao oxigênio, à UTI e à morte. Isso é o que foi vendido ao Brasil, Sr. Presidente.

E eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que essas pessoas que defenderam isso, em um ano e dois meses, que enfrentaram Governadores... Por isso, eu acho que a gente tem que convidar Governador pra vir aqui, mas mais pra falar, sabe sobre o quê, Sr. Presidente? Pra falar sobre as dificuldades que enfrentaram pra lidar com o boicote na adoção de medidas sanitárias efetivas para impedir a expansão da pandemia; o boicote que enfrentaram do Governo central na compra de vacinas, está aí o caso da Sputnik; o boicote que recebeu o Butantan e que nós deixamos de ter 100 milhões de doses e salvar milhares de vida até este momento; o boicote que sofremos com relação à Pfizer, que desde março que fez a fase três do teste clínico no Brasil e que poderia ter milhões de doses já à disposição do povo brasileiro.

Esse boicote todo tem um nome: a imunidade de rebanho adquirida naturalmente pelo contágio de brasileiros e brasileiras. Sim, isso foi dito aqui pela Dra. Mayra Brito. Sim, isso foi dito pelo Deputado Osmar Terra. Sim, isso foi dito pelo Arthur Weintraub. Sim, isso foi dito pelo Carlos Wizard. Sim, isso foi dito por um monte de desalmados, que não têm respeito pela vida! Sim, o papel que a senhora está fazendo aqui, com todo o respeito, é um papel que, a mim, como médico, é difícil de suportar: colocar esse escudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma profissão milenar para defender o indefensável, que é expor a vida de milhões e milhões de brasileiros à própria sorte, largar à própria sorte.

E eu queria pra concluir... Eu fico emocionado, porque é muito duro: são 462.966 mortos. Eu tive parente que morreu. Todos tiveram parente que morreu. Porque a gente ficou envolvido por teorias, por interesses menores abaixo do interesse maior, que é proteger o maior bem e único bem que, de fato, a gente carrega, que é a própria vida e a existência.

Coloque pra mim um esquema, que eu peço a liberdade aos meus pares da CPI pra apresentar aqui. Eu apresento aqui um organograma do tal do gabinete paralelo. Não estou dizendo que é isso, mas acho que estamos caminhando pra isso, Sr. Relator. Chamamos de núcleo negacionista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não tem nada a ver com PowerPoint.

Chamamos de núcleo negacionista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora você é o...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Espera aí, espera aí... Sem esculhambação, Presidente.

A situação é séria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vamos lá.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós chamamos de núcleo negacionista, mas eu dizia núcleo teórico da imunidade natural de rebanho, porque eles não são negacionistas. Eles têm uma teoria nefasta, fúnebre, de expor à própria sorte os brasileiros com relação à doença. Aqui tem esse núcleo teórico: o Carlos Wizard; a Dra. Nise, que participou; o Paolo Zanotto; o Luciano Azevedo; o Ricardo Barros, que falou de teoria de imunidade de rebanho; e o Osmar Terra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – E tem o Arthur.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O núcleo operacional: o ex-Ministro Pazuello, Arthur Weintraub, Mayra Pinheiro e Ernesto Araújo, que esteve aqui com a gente. E o núcleo da comunicação do gabinete do ódio: Carlos Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Felipe Martins e Fabio Wajngarten.

Senhoras e senhores, eu quero dizer que é uma pena um país com a academia que a gente tem, com as universidades que a gente tem e a potência em saúde pública que nós representamos para o mundo estar passando pelo vexame que nós estamos passando neste momento. É um vexame – um vexame! –, porque este País foi referência na Aids, foi referência no aleitamento materno, maior programa de imunização do mundo. Esse País já foi uma potência em saúde pública.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui a minha manifestação de indignação com toda essa construção nefasta e fúnebre que está acontecendo na condução deste Governo e dos seus assessores formais e informais que levam o País ao luto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Posso responder, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que ele fez...

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Posso responder?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Manifestação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não fez pergunta.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É que eu fui citada, não é? Eu fui citada, eu gostaria de responder, porque eu não posso deixar isso passar assim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não... Pode, pode, sim. Fique à vontade.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, é uma questão... O senhor me desculpe. Eu preciso... Eu fui citada de uma forma bastante veemente, eu acho que devo me posicionar.

A primeira coisa, Senador: eu entendo a sua indignação e eu entendo o seu *background,* a sua relação com a saúde pública. É bastante bem estruturada. Tudo passa pelo começo, que é entender que a hidroxicloroquina não funciona, porque, se a hidroxicloroquina e os tratamentos iniciais não funcionam, aí realmente o senhor teria razão. O que acontece é que essas medicações têm sido bastante eficientes em tratar pacientes precoces.

E não dá para misturar todos os casos em todos os níveis conforme tem sido colocado.

A outra questão é com relação a essa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dra. Nise, a senhora vai me desculpar, mas eu vou dizer uma coisa para a senhora que a Dra. Mayra disse aqui.

A Dra. Mayra disse aqui que, se 80% têm a doença na forma leve, se esses 80% se contaminam, nesses 80%, tomando ou não hidroxicloroquina, o resultado é o mesmo e vai parecer eficiente. Pelo amor de Deus!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, porém...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não vamos insistir nisso, porque...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... para aqueles pacientes...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... isso significa mais vidas perdidas!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Acontece que, exatamente para aqueles outros 20% que não têm uma evolução benéfica ou 15%, o tratamento inicial é bastante importante para diminuir o número de pacientes que vão evoluir para doenças mais graves. Isso posto, essa discussão que nós estamos tendo com relação à academia, à parte científica, etc., este é o ponto central dessa avaliação, que é a gente dizer que existe ou não um tratamento eficiente. E todos os esforços deveriam ser feitos para que a gente conseguisse cientificamente estar em conjunto com as pessoas e fazendo a diferença.

E a outra questão. Eu tenho que colocar o meu repúdio a esta situação em que estou colocada ali, dentro de um gabinete de exceção. Eu estou me sentindo aqui bastante agredida nesse sentido, porque eu estou como colaboradora eventual de várias ações de uma relação direta com a situação clínica dos nossos pacientes e eu gostaria de ter, portanto, Senador, a necessária avaliação com relação a essa posição. Então, para mim, neste momento, é bastante importante que... O Governo é um só, o País é um só. Nós precisamos estar nos relacionando entre os diversos partidos a partir de uma coerência e um conjunto de ações. Então, eu não acho que a gente possa ser colocado como alguém que atrapalha uma situação, quando a gente está trabalhando cientificamente e tecnicamente para a evolução dos conhecimentos. Então, é somente posicionando essa situação, para que a gente possa caracterizar muito bem essa situação.

Muito obrigada.

Obrigada, Presidente, por ter concedido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu vou passar ao Senador Luis Carlos Heinze.

Dra. Nise Yamaguchi, a senhora já fez palestra remunerada para algum órgão estatal?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nenhum?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora veio todas as vezes a Brasília com recursos próprios? A senhora disse...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, teve...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma vez...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Teve...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma vez...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Teve o episódio em que eu fiz aulas de imunologia e em que eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a senhora recebeu por isso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não recebi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é? Muito obrigado. É só para saber...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nunca recebi nenhuma remuneração por órgão estatal para dar aulas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque a gente vê a sua vontade em querer acertar. Isso é louvável!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente! Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é louvável! Só que, até agora, a senhora não conseguiu comprovar... E a senhora afirmou agora que os tratamentos davam resultado, mas não tem cientificamente nada comprovado.

Eu sempre digo que não vou discutir... Teoricamente, eu não entendo absolutamente nada. Não entro na discussão técnica que um médico pode ter com a senhora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só faço questionamento. Respeito a ciência.

Doutor... Professor... Desculpe, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, Dra. Nise, é um prazer estar com a senhora aqui. Desculpe alguns aborrecimentos – faz parte do jogo. Primeiro, Senador Randolfe, quando a gente fala em letalidade, eu estou citando o número, que foi citado aqui, da letalidade do Governo do Estado do Amapá – certo? Fala de 1.50. Esse é o Boletim Epidemiológico do dia 22 de maio. Não peguei o desta semana, mas o da semana passada, que nós retiramos ali.

Depois, o Senador Otto Alencar, outro dia, na semana passada, fez uma colocação de que, como a Covid é um vírus, não tinha tratamento para vírus, Dra. Nise. Só estou trazendo aqui: "Cientista brasileiro descobre que pode proteger fetos contra zika vírus". O Prof. Alysson Muotri é professor da Universidade Federal da Califórnia. Está aqui! Então, está colocado aqui que também combate vírus. Chikungunya, que V. Sa. também sabe, é um vírus e é combatido com hidroxicloroquina. Portanto, não tem por que dizer que não tem eficiência nenhuma o tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa, V. Exa. falou em Didier Raoult, e cito de novo ele. Aqui está: "nunca mudou a sua opinião sobre a hidroxicloroquina". Ele fez uma correção em um erro secundário num dos seus artigos, e, assim mesmo, após a correção, publicou novos estudos e reitera que o tratamento com hidroxicloroquina é eficaz.

"Estudos em exatos 10.429 pacientes demonstra a eficácia da hidroxicloroquina para tratar pacientes e evitar o avanço da Covid-19"

No twitter desta semana, 27 de maio, ele respondeu à *fake news* que V. Exa. falou aqui. Então, a resposta dele, no twitter particular dele. Eu não tenho na mão aqui, mas aqui está o trabalho dele revisando isso. Revisado, é um cientista que não se pode desmoralizar.

Dra. Nise, vamos aos trabalhos. Foi falado aqui em pesquisas. Vários Senadores falaram aqui em pesquisas, e quero chamar, Senador Otto, bem a atenção: pesquisas... O caso do Coalizão, que foi citado aqui, é uma das tantas pesquisas – Coalizão, que V. Exa. deve ter aí... V. Sa. citou, Dra. Nise, que tem pesquisas que atestam a eficiência da hidroxicloroquina em pacientes leves e moderados e que, quando foi em pacientes graves, não tem eficiência. E, infelizmente, é isso que foi o que... A Organização Mundial da Saúde pegou pacientes graves, como foi aquele estudo criminoso – repito: criminoso – realizado em Manaus, publicado na revista Jama. Então, entendam bem: pacientes graves. Esse é o ponto para o qual eu quero chamar a atenção.

E, depois, o caso do Coalizão também... Uma pergunta que deixo ao Grupo Coalizão que responda. Eles estão fazendo uma pesquisa com pacientes leves e moderados desde o ano passado. Estão recrutando, Senado Jorginho Mello, pacientes. Por que eles não acham, Senador Marcos Rogério, pacientes leves e moderados? Será que não existem no Estado de São Paulo ou em qualquer Estado, como no meu Estado também, o Rio Grande do Sul? Em vários Estados, eles estão fazendo isso. Então, parece que eles não têm interesse nessa questão. Só estou citando aqui para a gente poder pontuar e esclarecer essa questão.

Então, Dra. Nise, veja o seguinte: eu já falei, na semana passada, da pesquisa em Harvard, uma universidade respeitadíssima, e essa pesquisa foi publicada na revista *The Lancet,* em que houve a retratação. Agora eu pergunto: quem pagou essa pesquisa, Senador Omar Aziz? Foi um escritório lá de uma moça – nem citei o nome dela outro dia e aí já saiu no Twitter que eu tinha citado o nome de uma atriz pornô. Não citei o nome da atriz pornô, só citei que era uma empresa de uma atriz pornô.

Senador Marcos Rogério, quem pagou essa pesquisa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Quem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não sei, isso é que eu quero saber. Como é que essa moça tem interesse em fazer uma pesquisa sobre hidroxicloroquina? Qual é o interesse dela em cima dessa pesquisa?

Isso tudo foi feito junto com esses pacientes graves do Coalizão e tantos outros – Dra. Nise tem ali –, inúmeros casos, para criminalizar esse tratamento. É bem claro isso.

Existem segundas intenções. Quando eu vi o Senador Renan lhe perguntar, Dra. Nise: a senhora tem interesse em hidroxicloroquina, cloroquina, azitromicina, ivermectina?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Tenho...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como se tivesse recebendo propina para poder recomendar esse tratamento.

Agora, e a *big pharma*, Senador? A *big pharma*: será que não foram eles que financiaram o trabalho em Harvard, Senador Marco Rogério? Alguém financia. Com que intenção? Com que interesse? Pra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminalizar um tratamento barato que em qualquer lugar se pode fazer e se adotar, o tratamento com ivermectina, que hoje o mundo inteiro reverencia, com azitromicina, com cloroquina, hidroxicloroquina, vitaminas, sei lá, esse tratamento que o Estado do Senador Randolfe utiliza.

Se tem essa baixa letalidade é porque utilizam esse tratamento. E eu gostaria que o Brasil pudesse adotar esse tratamento, que vários outros Estados pudessem adotar esse tratamento também.

Por exemplo, o Rio de Janeiro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não tem baixa letalidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Letalidade é o número de óbitos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui, doutor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... entre os que adoecem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui, doutor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mortalidade é outra coisa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, letalidade. Estou falando letalidade. É o dado do seu Estado. Estou pegando aqui o boletim do seu Estado que me passaram aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O boletim do meu Estado coloca em sexto o número de óbitos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui: relatório epidemiológico do dia 22 de maio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coloca em sexto o número de óbitos no Brasil. Compare com os outros Estados da Federação. Está aí o boletim do Estado, faça a comparação com os outros.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui. Está aqui: taxa de letalidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Compare com os outros Estados do País.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O número de óbitos comparado com a população.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É de 1,50, enquanto o Rio de Janeiro é de 5,9.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor, com isso, desrespeita, inclusive, os amapaenses que morreram. Faça isso não!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, está aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não desrespeite os meus conterrâneos que morreram. Não faça isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não estou desrespeitando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está porque esse dado está errado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse dado é do Governo do Estado. Então, o errado é o Governo do Estado de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está errado. Mas está errado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas eu recebi dados dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não me surpreendo se o Governo do meu Estado estiver errado também, a propósito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou colocando aqui dados do Estado de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que está errado. Qualquer comparação científica no Ministério da Saúde mostra que nós não somos um dos Estados onde menos se morre por Covid.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou falando de dados que eu recebi do Governo do Estado do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Errados. O senhor está falando de dados errados!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom, vou buscar e, na semana que vem, nós conversamos. Amanhã podemos conversar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando o senhor quiser.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, Dra. Nise, eu só quero fazer essa colocação – entendam bem o que estou falando: tem outros interesses, e os interesses são da *big pharma*. Grandes interesses em cima dessa questão, seja por vacinas, seja por medicamentos caríssimos de que o pessoal está falando.

Mais um ponto para o qual eu quero chamar a atenção das senhoras e dos senhores: o Reino Unido não preconiza o tratamento precoce – os Estados Unidos também não. Inclusive, neste último final de semana, houve um protesto lá.

E o que diziam lá os cartazes, Senador Marcos Rogério? "Nós não queremos *lockdown* – protestos nas ruas de Londres – e nós queremos o tratamento com cloroquina, com hidroxicloroquina e azitromicina". Protestos, cartazes que o pessoal fez agora, nesse final de semana, lá na Inglaterra.

Preste atenção: nos Estados Unidos, a letalidade é 1,79, e já se vacinou 85% da sua população. No Reino Unido, a letalidade é 2,86 e já se vacinou 89% da sua população. Na China, que vacinou apenas 36%, a letalidade é 0,5%. Na Índia, que vacinou 14% da população, a letalidade, Senador Marcos Rogério, é apenas 1,14%.

Então, este é um ponto importante que eu gostaria que ficasse registrado nos *Anais* desta Comissão: aqui estão países que vacinaram e que não adotam o tratamento precoce, e estão países que vacinaram muito menos e adotam o tratamento. É o caso da Índia, especificamente, que recentemente teve um surto, um problema sério numa província, e que voltou a adotar, com urgência, esse tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa insistência, o grande debate de hoje aqui é que o Brasil precisa da vacina, sim, e o Brasil precisa também do tratamento precoce. É isto que nós estamos colocando: a necessidade de nós trabalharmos, com urgência, as vacinas e também o tratamento precoce. Esse é o ponto importante que nós precisamos ter.

E temos dados de quase 100 milhões de doses que já foram liberados e 67, 68 milhões de doses aplicadas no Brasil, que, claro, não tem o mesmo percentual do Reino Unido, mas, em números de doses aplicadas, nós somos o quarto país do mundo. Então, esse é o ponto importante. E o Brasil também já comprou 662 milhões de doses de vacina. E o Brasil também, Senador Marcos Rogério, já tem hoje empenhado em torno de 28 a 29 bilhões. Para mais de 500 milhões de doses já estão empenhados recursos para o pagamento dessas compras que foram feitas.

E também esclarecendo aqui à Comissão o que foi falado aqui pelo Butantan, que nós já poderíamos ter comprado 45 milhões de doses de vacina no mês de dezembro, não é real. Repito o que disse e vou reafirmar – e que as empresas de checagem e de rechecagem chequem o que eu estou dizendo: se a documentação entregue na Anvisa pelo Butantan, Senadora Eliziane, foi em 30 de novembro – a primeira documentação foi em 30 de novembro –, a documentação solicitando a autorização emergencial saiu em 8 de janeiro, a Anvisa não demorou e, uma ou duas semanas depois, autorizou, como é que eles podiam entregar 45 milhões de doses no mês de dezembro? Mentiu quem falou. Mentiu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só pela ordem, para repor a verdade. O Diretor Presidente da Anvisa esteve aqui, meu amigo, Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e explicou, com toda a clareza, que, para compra, não é necessário registro ou autorização.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Precisa, precisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Registro e autorização são necessários para a aplicação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senão o Brasil não teria comprado a AstraZeneca.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Precisa.

Não, a AstraZeneca é outra situação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fez compra das outras vacinas, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A AstraZeneca...

Deixe-me responder.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Iniciou a compra das outras sem nenhuma autorização.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A AstraZeneca foi um acordo de compra tecnológica. O Brasil, através da Fiocruz, com a Fiocruz, o Governo brasileiro, houve uma entrega tecnológica diferente da compra de vacina, que foi o caso do Butantan. Então, esse é o caso bem claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, a Pfizer falava que podia ter entregue vacina. A diferença do que foi comprado, até 30 de junho, para o que era para ter sido entregue é de 3 milhões de doses – vinte milhões para dezessete milhões, o que foi efetivamente realizado.

Então, só para fazer essas colocações, nós entendemos, Dra. Nise, que precisamos do tratamento precoce e precisamos da vacinação. É imperiosa a vacinação e vamos continuar trabalhando a vacinação. E precisamos também do tratamento precoce.

A constatação é esta: que existem grandes interesses contra o tratamento precoce. Se 28, 29 países do mundo adotam esse procedimento, por que é que nós não podemos adotar? Por que é que nós temos que criminalizar? V. Exa. está sendo execrada nesta Comissão porque preconiza esse tratamento junto com... São 14, 15 mil médicos – 14, 15 mil médicos – que se juntaram no Brasil, via WhatsApp, e que tiveram coragem, enfrentando Ministério Público, enfrentando pressões de Governo, como é o caso da Dra. Raissa.

Repito o caso da Dra. Raissa, lá no Estado da Bahia, na cidade de Porto Seguro. Ela perdeu o emprego no hospital público da cidade de Porto Seguro. Por quê? Porque adota esse tratamento. Qual é a letalidade de Porto Seguro? É 0,8%.

Cito o caso de Serrana, que também foi citado aqui. "Ah, Serrana vacinou toda a população." O.k. A letalidade é 1,95. A letalidade de Porto Seguro... Em Porto Feliz, cidade de São Paulo, a letalidade é 1,14 e não tem esse número de pessoas vacinadas. Por quê? Porque o Prefeito Cássio Prado, médico, desde o ano passado, peleja com esse tratamento.

Assim como eles, dezenas, centenas de outros Municípios brasileiros adotam esse procedimento. Então, é importante que nós deixemos bem claro isso. Vamos parar de criminalizar aqueles que querem reduzir o número de mortes no Brasil. Eu me alio a essa gente. Não quero saber se a doutora é de direita ou de esquerda. Inclusive, Dr. Omar Aziz, Senador, a Dra. Nise nem votou no Bolsonaro.

A senhora pode até responder em quem votou, Dra. Nise?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não. O voto é secreto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Em quem a senhora votou para Presidente?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O voto é secreto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O voto é secreto.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O voto é secreto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O voto é secreto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não. Se ela quiser dizer, ela pode dizer. Quer falar, Dra. Nise?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Na realidade, eu trabalhava junto com o Dr. Eduardo Jorge, desde antes, e a gente trabalhava pelas ações sociais.

Mas eu queria responder o seguinte: eu deixo aqui ao Ministério Público Federal um documento de todas as evidências científicas que são favoráveis ao tratamento da hidroxicloroquina. São mais de cem artigos mostrando a evidência da hidroxicloroquina. Um documento do Ministério Público Federal de Goiás totalmente elencado, inclusive com críticas aos críticos do tratamento precoce e com críticas aos principais estudos que elencam a não atividade. Então, esse é o ponto principal de tudo que nós estamos discutindo, que é exatamente a eficiência do tratamento precoce em torno do qual todos devemos nos juntar.

Então, isto que se está tentando fazer aqui, que é a demonização do tratamento precoce e das pessoas que participam dessa iniciativa, infelizmente é uma coisa muito séria e muito grave. E eu acredito que a gente deva se levantar veementemente para defender a nossa honra, porque o que existe, neste momento, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma tentativa de destruição de um tratamento que tem salvado vidas no Brasil e que tem sido muito necessário. E, a partir do momento em que os senhores tiverem a oportunidade de receber as informações técnicas e científicas sem vieses, nós vamos ter outra visão para o Brasil e para a humanidade.

Eu participo de um grupo que está estudando economia da saúde, *health economics*, mostrando que, além de o paciente ter uma diminuição de efeitos colaterais da Covid, ele também tem um benefício real por diminuir bastante o número de internações e a morte. E cada vida conta.

Então, senhores e senhoras, eu realmente me coloco aqui à disposição para que a gente possa discutir...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... discutir esta questão.

E coloco aqui, Sr. Senador, o documento da Procuradoria-Geral da República sobre a eficiência dos tratamentos precoces.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu gostaria de colocar em votação o Requerimento nº 716, do Senador Alessandro Vieira, que requisita informações a diversos órgãos em relação ao incêndio ocorrido no Hospital Nestor Piva, de Aracaju, que resultou na morte de quatro pessoas e em vários feridos.

Ele faz referência à Prefeitura Municipal de Aracaju, ao Centro Médico do Trabalhador, ao Corpo de Bombeiros Militar, ao Instituto Médico Legal, ao Ministério Público Estadual e à Polícia Civil.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dra. Nise, boa tarde.

Registro a evidente qualificação do seu currículo, o seu histórico de bons serviços prestados dentro da sua especialidade.

A senhora citou, durante a sua fala, tangencialmente, a obra do Viktor Frankl. E eu faço duas referências apenas à obra desse autor tão relevante. "Pode-se tirar tudo de um ser humano menos a liberdade de escolher a sua atitude em qualquer circunstância, escolher o seu próprio caminho". Ele disse outra coisa também muito importante: "a coragem da confissão eleva o valor do testemunho".

Faço esses dois registros porque a senhora se apresenta, aqui, na condição de cientista, especialista médica, ainda que, na minha vontade, fosse apenas como testemunha.

Como cientista e especialista médica, a senhora seguramente concorda que existe uma hierarquia ou escala de evidências científicas no tocante a sua qualidade e aceitação.

Perfeito.

A senhora pode verbalizar no microfone.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ótimo.

Dentro dessa escala de qualidade, eu solicitei ao Professor Paulo Martins Filho, da Universidade Federal de Sergipe, que analisasse 2.807 estudos no mundo todo com base nas diversas bases de dados científicos, aquelas de maior validade.

A senhora, certamente, como especialista, reconhece também que revistas científicas e publicações científicas têm diversas gradações de qualificação, aceitação e credibilidade. Correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sem dúvida.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O estudo do Dr. Paulo, para não tomar muito tempo de todos nós, chega a 14 estudos internacionais da mais alta qualidade, que cuidam da questão da cloroquina e da hidroxicloroquina, em todas as fases – pré-contato, pós-contato, leves, graves. Nenhum deles recomenda o uso. Absolutamente nenhum deles.

Então, pergunto a V. Sa. qual é a motivação para uma cientista, uma médica como a senhora manter uma opinião, que fazia sentido em abril de 2020, hoje, já em junho de 2021?

Os estudos que a senhora traz e apresenta, estou vendo uma pilha de papel, me lembram da sua antecessora, Dra. Mayra Pinheiro, que gosta também de material impresso. Pilhas de papel não substituem as publicações.

Alguma dessas publicações impressas está publicada numa revista, num estudo dessa qualidade referida?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sem dúvida, Sr. Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

A senhora pode indicar?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É por isso que eu disponibilizo aqui os estudos: a Henry Ford Foundation, que fez o estudo da hidroxicloroquina.

Nós temos também diversos estudos com relação...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Doutora, a senhora pode indicar a publicação científica? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só a publicação científica, Doutora. (*Pausa.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nenhuma delas corresponde ao padrão científico referido.

A gente está falando de estudos, Doutora, para facilitar o seu trabalho. Eu estou pedindo a V. Sa. estudos que tenham revisão sistemática, com ou sem metanálise, qualificadas, feitas por instituições sérias, publicadas em revistas sérias. Eu gostaria que a senhora pudesse me indicar alguma delas.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente. Nós temos uma série, principalmente do *Henry Ford Foundation*, mostrando que essa publicação, com revisão sistemática da literatura, traz uma informação com relação aos dados, nos Estados Unidos, da utilização da hidroxicloroquina nessas instituições.

Uma outra solução, que foi da organização desses estudos, mostra que a hidroxicloroquina e a cloroquina são opções terapêuticas bastante importantes...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora está com um pouco de dificuldade... Eu vou pedir ao Presidente que, depois, aguarde o envio desse estudo não identificado pelos seus colegas especialistas.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso. Eu já estou entregando aqui para o senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, a senhora está entregando uma pilha de papel, que significa muito pouco para a CPI, porque efetivamente não corresponde àquilo que os seus colegas cientistas, médicos especialistas, referendam como conhecimento de alta qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembre bem, Doutora, a gente não está tratando aqui da autonomia do médico. O médico, no seu trato com o paciente, tem autonomia. Nós sabemos disso. Nenhuma discussão nesse sentido há na CPI. Há, sim, a discussão da política pública que foi traçada, aparentemente, com base em evidências científicas de baixa qualidade ou insuficientes.

Como a gente está com dificuldade para essa resposta, vamos passar para a segunda pergunta. A senhora consegue esclarecer à CPI qual seria a motivação de todos os órgãos de regulação dos países mais desenvolvidos terem rejeitado esse tratamento, a partir do mês de abril de 2020? E, depois, sequencialmente, vários foram... Num primeiro momento, há uma discussão, como sempre acontece numa pandemia, porque nenhum país sério imagina deixar seu cidadão morrendo asfixiado. Nenhum país sério imagina que vai deixar sua economia definhar. Todos procuram soluções rápidas e baratas. Só que muito rapidamente isso aconteceu, sob o ponto de vista de revisão. A senhora, respondendo ao Senador Renan Calheiros, citou que, na ciência... Ele perguntava sobre um dos vídeos que a senhora editou e publicou, a senhora dizia que era com base no conhecimento daquela época. E tem meu respeito, porque efetivamente, em abril, talvez em maio de 2020, existia ainda uma discussão consistente sobre esse tema; mas daí em diante você vai tendo todos os órgãos, todos os países mudando sua orientação e passando a investir incisivamente em compra de vacinas.

Então, eu pergunto a V. Sa., existe alguma justificativa para essa conduta desses países todos, desses organismos todos?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Veja, as vacinas são necessárias e o investimento relacionado às vacinas é extremamente importante.

O que ocorre em relação a essas medicações reposicionadas e de baixo custo é que elas precisam também ser aprovadas em estudos grandes, multicêntricos, e isso está sendo feito. O que ocorre nessas metanálises, que juntam conhecimento... Eu vi a sua fala com relação ao colega, excelente colega, mas existe também uma necessidade de avaliação com relação aos estudos em doenças precoces.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Doutora, a senhora me permita interrompê-la, só por conta da limitação de tempo que nós temos.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, o motivo pelo qual as indústrias e os países...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A pergunta que lhe faço é bastante objetiva. Por que países como Israel, Estados Unidos, União Europeia, todos eles abriram mão do uso desse remédio milagroso? A senhora consegue explicar isso? Fora da teoria conspiratória que se apresenta aqui, cotidianamente, de que existe um complô global para matar gente para vender vacina ou coisa que o valha. É isso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não entendi.

Qual é essa teoria? Desculpe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A teoria que é defendida, diuturnamente, pelas pessoas com as quais a senhora se reúne e não necessariamente lembra da reunião.

Posso citar o Arthur Weintraub, posso recitar o Carlos Wizard, essa turma toda que defende que existe um complô global segundo o qual as pessoas estão morrendo...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É... Não. Desconheço essa questão. O que eu acho é que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, a senhora consegue me apontar algum motivo racional para não usar remédio e deixar as pessoas morrendo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Existem vários países que estão realmente neste momento discutindo a questão da hidroxicloroquina. E não só a hidroxicloroquina como a ivermectina, que é uma outra medicação muito importante. E o que a gente tem é que os estudos que estão se acumulando de informações estão demonstrando a eficácia e vão ser submetidos de novo aos organismos regulatórios.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Doutora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O FDA americano...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim. FDA americano que suspendeu, em junho, a indicação. Correto?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ...ele tem uma área relacionada a evidências de mundo real. E essa área de evidências de mundo real, ela está recebendo informações de todo o mundo com relação aos dados de tratamentos, inclusive, tratamentos precoces. O Canadá está fazendo a mesma coisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Doutora, o Canadá e os Estados Unidos deixaram de recomendar esses medicamentos no início do ano passado, só para reposicionar, porque as pessoas ficam ouvindo e realmente é muito difícil. O tema é árido. Eu não sou especialista.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas o senhor tem dados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas me dou ao trabalho de buscar especialistas.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Com certeza. E, inclusive...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E acredito que é possível traçar uma boa linha de raciocínio lógico.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Qual é o raciocínio lógico que aponta para Canadá e Estados Unidos deixarem de usar um medicamento e a gente continuar defendendo o uso desse medicamento hoje, mais de um ano depois?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, eles estão baseados nesse momento nos dados anteriores, inclusive...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Doutora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ...nos dados do nosso artigo, do Amazonas, está lá, dando as negativas. E foi um dos motivos principais da recusa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Doutora essa é mais... A senhora me permita...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ...naquele momento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu sinto muito de ter que interromper. Não gostaria de ter esse tipo de conduta.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Foi isso que aconteceu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas o estudo a que a senhora se refere foi objeto de avaliação no Conselho Federal de Medicina, foi objeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

de avaliação no Ministério Público Federal e todos os procedimentos foram arquivados porque o procedimento de pesquisa foi considerado válido.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É que a dose era alta e a toxicidade era muito alta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É profundamente... É porque *in vitro* só funcionava com dose alta. Certamente a senhora tem essa informação.

Me permita, por favor, trazer os fatos para o que eles são de realidade. O Brasil não merece mais desinformação. Eu não citei o Viktor Frankl à toa ou para ilustrar uma fala. É porque eu tenho a expectativa de que uma pessoa que tem a sua formação, a sua inclinação humanitária, em algum momento faça um juízo de revisão de consciência, porque é inacreditável que um profissional médico de alta qualificação rejeite todas as orientações das grandes instituições científicas, das grandes entidades de regulação, dos países que são referência em saúde e continue persistindo em falas que são, infelizmente, lastreadas apenas em artigos de menor qualificação.

Eu pergunto: a senhora tem algum tipo de vinculação política com o Governo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A sua irmã foi candidata à Deputada pelo partido do Governo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ela foi.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Ela acompanhou a senhora nessas reuniões?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ela tem ideias próprias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Fico feliz em sabê-lo. Espero que isso ajude o Governo em algum ponto.

Ainda sobre a questão que a senhora apresentou aqui da famosa reunião para mudar a bula, que não era para mudar a bula.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ótimo! Está bem claro, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – E que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso! Já entendi perfeitamente. E achei o jogo de palavras bastante interessante.

Tive o cuidado, evidentemente, de entrar em contato com o Almirante Barra...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Claro!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... com o ex-Ministro Mandetta, que estavam presentes nessa mesma reunião e que, sentados aí onde a senhora está, disseram, com toda a clareza, que o objetivo daquela reunião era apresentar um documento, um decreto a ser assinado pelo Presidente da República... Está no documento que a senhora apresentou, inclusive.

O documento que a senhora trouxe à CPI – e que está na ata notarial que a senhora junta – é um documento cujo objetivo era colher a assinatura do Presidente da República. O que esse documento pretendia fazer era garantir a dispensação de medicamentos fora daquilo que era originalmente previsto no seu registro. Esse é o fato. A senhora trouxe um documento nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse jogo de palavras para dizer que "não, não era para alterar a bula", era para ter um documento oficial do Presidente que passasse por cima da Anvisa, passasse por cima do Ministério, passasse por cima de todos e disponibilizasse um caminhão de cloroquina ou hidroxicloroquina para as pessoas, quando não existia, já naquele momento, nenhuma evidência que desce lastro a isso.

A senhora não confirma que o documento era destinado a ser colhida a assinatura do Presidente da República e alterar a política e a distribuição desse medicamento?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não participei da consecução desse documento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas a senhora leu o documento. A senhora juntou até uma ata notarial sobre ele.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente. Eu recebi depois a questão do documento, e ele não pretendia...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O documento está datado de 6 de abril, se eu não estiver enganado.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas eu não participei dele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora, inclusive, faz uma ressalva no documento. Na ata notarial que a senhora juntou, a senhora faz uma ressalva de que iria expor o Presidente e que não era o formato.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Que não é pesquisa clínica. É óbvio, isso não é pesquisa clínica, isso não deve ser feito jamais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas, ainda assim, a senhora participou de uma reunião onde o Dr. Luciano Dias, que espero que já esteja convocado – e, pelo amor de Deus, Presidente, como testemunha –, para que a gente possa ouvi-lo com o rigor que a lei exige. E a senhora participa dessa reunião, conduzida pelo hoje Ministro da Defesa, então Ministro da Casa Civil, General Braga Netto, com o objetivo específico de viabilizar ou facilitar a dispensação desse remédio. Não foi esse o motivo da reunião?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não sei se esse era o objetivo real da reunião. Eu participei da reunião como convidada para discutir as ações da hidroxicloroquina e não para a mudança de bula por decreto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora recebeu previamente aquele documento do Dr. Luciano?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Recebi depois o documento, exatamente, aliás, era um *draft* que garante que não é a mudança em bula.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, o contra-almirante disse que foi até ríspido, coisa que ele depois até ficou chateado, porque ele foi muito ríspido quando viu esse documento trocando a bula da cloroquina, e ele disse que a senhora estava na sala. A senhora não estava na sala?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu estava na sala, mas eu não tinha acesso ao documento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Eu não falei isso. A senhora estava na sala?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Estava na sala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não disse que a senhora teve acesso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora estava na sala. Ele foi ríspido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não achei que ele foi ríspido, tanto é que ele depois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é um contra-almirante.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, ele realmente não foi ríspido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é um contra-almirante, ele não ia aqui jogar a carreira dele fora para inventar uma história.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora estava na sala. Bom, qual foi a posição dele naquele momento em que ele viu o documento? A senhora lembra?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Não, ele simplesmente falou que seguia o que Dr. Mandetta tinha falado, que não estaria nesse momento fazendo modificações na indicação da hidroxicloroquina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, se não tinha nenhum documento lá, Dra. Nise...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de onde surgiu essa conversa de mudança?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não. Nós conversamos naquele dia sobre a RDC.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah então tá. Está bom.

Senador Alessandro, por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu fiz essa discussão com ele sobre a RDC. Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone*.) – Então houve uma discussão para a mudança?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, houve uma discussão, para a discussão. E foi claro, foi claro que eles achavam que não era a hora. E eu avisei que, então, através das novas regulamentações, realmente não havia necessidade. Mais tarde, a gente reconversou sobre isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então ocorreu?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, a reunião ocorreu, a reunião teve um debate sobre a questão da hidroxicloroquina e das suas indicações. Tanto o Ministro quanto o Barra Neto achavam que não era a hora. Então, ficou de, eventualmente, a gente ter reuniões. Eu até me dispus a mandar mais tarde uma solicitação de reunião, que a gente não precisou fazer porque aconteceu uma sequência que o paciente poderia receber com o consentimento informado através da legislação pelo direito do médico de prescrever. Então, não seria o caso ainda, com os dados que existiam, de se fazer qualquer solicitação, mesmo com relação às ações que o Ministério da Saúde quisesse. Eu aceitei. Ele foi extremamente comigo – eu não percebi nenhuma indisposição –, ele foi extremamente correto, ele me deu até a possibilidade de eu marcar com ele reuniões para poder discutir esse assunto. Então, eu não vejo nenhuma irregularidade em você, dentro de um gabinete da Presidência, da Casa Civil, com o Ministro Braga Netto, com o Ministro da Saúde, com o Almirante Barra, que isso não é um gabinete paralelo, isso é um gabinete de informação do Governo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para ajudar a senhora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... e eu participei dessa solicitação para conversarmos. Então, de forma alguma isso se pauta por uma relação externa. Inclusive, eu tomei o cuidado de conversar com o assessor do Ministro Mandetta antes de ir pra reunião, através do Dr. Denizar Vianna, explicando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente essa preocupação com esse momento em que nós estávamos dentro da pandemia. Então, é tudo dentro de um Governo, que é um Governo único.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Dra. Nise, esse Governo lembra muito mais um governo esquizofrênico, mas eu não vou fazer como alguns colegas que tentam dar diagnóstico, receitar.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Bom, desculpe. Eu quero deixar bem claro que a minha participação é interna.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não é a minha especialidade. Então, certamente não é um Governo que tem postura única.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ela não é uma participação externa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Me permita só lhe dar uma informação, partindo da premissa de que a senhora não saiba e não da premissa de que a senhora está mentindo deliberadamente: o Arthur Weintraub, com quem a senhora tem contato e que fez esse chamamento inicial, anunciou, com toda a clareza, numa *live* com o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, que, se o problema era não constar na bula, o.k., vamos mudar a bula, não tem problema.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Bom, aí é uma questão que eu não tenho como discutir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

E só para encerrar, Sr. Presidente, efetivamente, eu quero dizer que ainda tenho a expectativa de que a senhora, em algum momento, consiga fazer a volta e recuperar a credibilidade que a senhora merece pelo seu histórico, mas continuo dizendo com clareza: é inaceitável um profissional de alta qualidade rejeitar os estudos técnicos de entidades qualificadas e tentar valorizar ou divulgar estudos que foram encerrados, como é o caso do estudo da Henry Ford, por exemplo. A senhora sabe que esse estudo foi descontinuado porque ele não gerou os resultados que a senhora está dizendo. A senhora tem consciência disso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, na realidade, eu quero dizer o seguinte: eu estou neste momento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora tem consciência de que esse estudo que a senhora citou pra CPI como lastro científico foi descontinuado pela própria entidade porque ele não gerou nenhum tipo de resultado que indicasse proveito no uso da hidroxicloroquina?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não foi essa a informação que eu tive.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Qual foi a informação que a senhora teve?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A informação que eu tive é que ele foi publicado, ele tem um lastro científico, sim, e ele tem uma evolução benéfica dos pacientes. Foi essa informação que eu tive, baseada...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu vou pedir a juntada do documento posterior...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas, assim, foi essa a informação que eu tive dentro das informações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. A senhora disse que foi publicado, mas a senhora não leu a publicação.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Eu li a publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, foi publicado.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim. Ele foi publicado e ele teve uma evolução benéfica. E a gente tem aqui uma importante contribuição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esse estudo começou em abril de 2020, foi encerrado em dezembro de 2020, encerrado por não demonstrar evidências suficientes. Isso pode ser encontrado em vários documentos e foi formalmente comunicado aos órgãos americanos, salvo engano, em 21/12/2020. Nós não conseguimos encontrar nenhum outro tipo de estudo na Fundação Henry Ford.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Essa informação eu não tinha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois é. Ela é de dezembro do ano passado. Então, da mesma forma como é também do final do ano, do começo do ano a informação de que o estudo feito pelo Instituto de Medicina Tropical do Amazonas, em nenhum fórum onde ele foi questionado, houve apontamento de irregularidade ou crime. E a gente está vendo aqui, diariamente, acusações reproduzindo informações que já são sabidamente falsas por quem reproduz.

Eu tenho que confessar para a senhora que isso me assusta, porque eu não consigo compreender como uma profissional da saúde se dispõe a uma exposição deste tamanho, não sei que nível de vontade, enfim, de ter esse acesso ou de vaidade, não sei, que coloca um profissional com a qualidade que a senhora tem numa situação como esta. Eu profundamente lamento e desejo que a senhora consiga retomar o seu rumo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qualquer acusação contra os profissionais do Instituto de Medicina Tropical e da Fiocruz do Amazonas é de uma irresponsabilidade tamanha, porque eu os conheço. Fui Governador no meu Estado e me orgulho muito do trabalho que o Instituto de Medicina Tropical faz e a Fiocruz faz no meu Estado, porque lá nós temos doenças e o mundo todo vai atrás do conhecimento deles, porque eles pesquisam de fato e não têm a irresponsabilidade de publicar qualquer coisa sem antes pesquisar bastante. Por isso, fora o conhecimento técnico e científico que eles têm, é de um respeito grande. Não creio que alguém faria um teste simplesmente para matar pessoas só para dizer que a cloroquina não serviria. Isso é uma brincadeira que se levantou de uma forma tão vil, tão cruel, contra pais de família, contra profissionais, porque a gente tem que ressaltar isto, o trabalho que eles fazem. E eles continuam perseguindo, ameaçados por gangues travestidas de pessoas honestas, do bem, como se fossem pessoas que irão para o céu quando forem a óbito. Não vão; vão tudo para o inferno, porque eles só conseguem fazer o mal, e um mal muito grande, propagando mentira, propagando inverdades contra famílias de bem e profissionais que são respeitados no mundo todo. Volto a repetir: os profissionais do Instituto de Medicina Tropical do meu Estado, de que me orgulho muito, o Estado do Amazonas, são profissionais de altíssima qualidade. Não é qualquer profissional que conhece doenças tropicais como o Instituto de Medicina Tropical do Amazonas conhece no mundo. Só para deixar isso bem claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Dra. Nise, no dia 20 de outubro – rapidamente, Presidente –, o Ministro Fábio Faria publicou, no seu Twitter pessoal: "Vivemos em um país democrático, governado por um Presidente que luta pela liberdade do povo. Isso significa que nós, brasileiros, temos o direito de escolha. Ninguém pode impor vacina, sobretudo porque sabemos que as vacinas seguras costumam demandar tempo. Na minha casa não entra [vacina]".

A senhora conversou com o Ministro Fábio em algum momento, o conhece, já esteve com ele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Leila Barros, por quinze minutos. Da Bancada Feminina. Inclusive, desde o Ministro Mandetta havia a determinação de que isso fosse feito. Sempre ele usava máscara, sempre ele usava álcool gel, sempre ele usava isolamento. Então me parece que o ministério veio fazendo essa orientação. Agora, eu não tenho, como eu falei, condições de avaliar o que o ministério fazia ou deixava de fazer, porque eu não estava lá dentro e nem tinha ascensão sobre as decisões dos ministros nesse tocante.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O que a senhora acha da promoção de aglomeração na conjuntura atual, com média, aproximadamente, de duas mil mortes diárias e a retomada da lotação das UTIs? O que a senhora acha? A que se deve isso?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nós temos um problema sério. Eu acho que nós temos, nesse momento, a geração de uma resistência. As UTIs estão lotadas. Eu acho que a gente precisa aumentar... Houve uma necessidade de aumentar a rede de hospitais. Isso eu acho bastante importante. Acho importante também o treinamento que foi feito para todo o Ministério da Saúde e os intensivistas, porque muitas pessoas não sabiam como fazer esses procedimentos.

Agora, neste momento, cada unidade do Estado está decidindo tecnicamente com relação às suas decisões, porque é uma coisa muito regionalizada. As áreas... Por exemplo, em São Paulo, nós temos uma contagem com relação a essa aglomeração que é feita diariamente e o Governo do Estado é quem decide como é que deve ser feito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Como colaboradora eventual no enfrentamento da Covid-19 e o seu currículo profissional, como a senhora avalia a gestão do Governo Federal?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Quais os erros e o que poderia ser feito...

Então não vamos comentar, mas o que a senhora acha que poderia ter sido feito e que não ocorreu? A senhora, como cientista, que colaborou eventualmente, dentro do Governo dando as suas orientações, as suas sugestões, o que a senhora acha que poderia ter sido feito? O que erramos e o que podemos fazer de agora para frente?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Senadora, eu agradeço porque a senhora é a primeira Senadora que nessa CPI fala que eu sou colaboradora eventual. Eu realmente estou nessa posição. E eu acho que nós devemos fazer uma união de forças entre Prefeitos... Eu trabalho inclusive com o conselho de secretários estaduais de saúde. Eu quero que haja maior eficiência.

Nós tínhamos até discutido como nós poderíamos ajudar todos os Estados do Brasil com relação à melhoria dos seus leitos, à melhoria do seu sistema. Então, eu acho que o momento exige uma integração de forças e não essa demonização...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito. Mas a senhora acha que o Governo Federal tem... Assim, uma coisa é a ideia da senhora, é a sua sugestão, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu pedi, obviamente; outra coisa é perguntar à senhora: isso a senhora acha que desde o início da pandemia tem tentado ser feito?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acho que esta Casa tem sido muito sensível nisso. Eu participei de audiências públicas, inclusive com o Senador Girão, falando de tratamentos precoces, em que tínhamos pessoas a favor e pessoas contra. Então, esse debate bastante ético e bastante transparente.

A questão das vacinas obrigatórias. Em outubro, eu participei também de discussões. Acho que esse momento é um momento de avaliação de todas essas forças e com certeza, juntando os cientistas, os médicos... Os médicos de beira de leito, todos eles que estão trabalhando dia e noite em prol do tratamento imediato, do tratamento intermediário, em cada faze da epidemia, porque nós temos que saber tratar em cada fase. E é isso que eu estou me esforçando tanto para fazer com que o Brasil compreenda que nós precisamos ter tudo: nós precisamos ter prevenção através das vacinas, que não é tratamento; nós precisamos ter tratamento; nós precisamos ter diagnóstico; nós precisamos ter estrutura. O Brasil precisa de mais estrutura em saúde, inclusive de verbas dentro do orçamento pra saúde básica, porque a saúde básica está carente disso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Doutora, deixa eu falar: eu falei colaboradora eventual porque a senhora, desde o início, tem citado aqui que a senhora se trata, dentro desse trabalho, dentro dessa relação com o Governo, como uma colaboradora eventual. Então, eu estou citando isso...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Obrigada.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... não porque eu tenha me convencido, mas eu estou replicando o que a senhora falou.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Obrigada.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E, com relação à união de forças, a senhora falou muito bem. Esta Casa aqui tem trabalhado diuturnamente para que isso aconteça.

Eu pergunto à senhora, a senhora acha que... A senhora falou muito bem, a senhora trabalhou como colaboradora eventual, tem gastado muita energia. A pergunta que fica para todos nós: o Governo quer isso também, esse diálogo? Somos nós ou o Governo que politizou esse debate?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acho que não existe quem politizou. Nós temos neste momento um diálogo que é necessário. E esse diálogo, que é necessário, ele parte de qualquer uma das partes que deseja estabelecer. Eu sou uma pessoa que vim aqui espontaneamente para dialogar e eu queria exatamente poder promover uma discussão mais ampla.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É claro que existem pessoas que avaliam os mesmos estudos científicos, isso é comum na academia. Por exemplo, *The Lancet*, que teve aquele estudo que foi retraído, é uma revista de pares, muito respeitada por todos nós. Porém, teve esse problema com relação a esse estudo. Então, os estudos têm tido uma dificuldade com relação à colocação dentro desse panorama – não é? –, e a gente tem que validar aquilo que cada um produz de essência e de evolução. Por isso que eu acho que nesse momento o que a gente precisa é tratar mais todas as fases e as etapas, a prevenção com as vacinas, tratamento precoce, tratamento intermediário com corticoides e, de preferência, tentar não ser dentro de hospitais, porque nós estamos com os hospitais lotados. Trazendo essa esfera para cá nós podemos liberar ali, que são os hospitais e os tratamentos pós-Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigada, Senadora Leila.

A Senadora Leila é a última inscrita como suplente. Então, passamos para os não membros.

Senador Fabiano Contarato, V. Exa. tem 15 minutos. A Dra. Nise está à sua disposição.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado pelo comparecimento. Mais uma vez, eu quero alertar a depoente de que V. Sa. fez um compromisso de dizer a verdade. E, em nome da ciência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fabiano, só um rápido esclarecimento. É que a Dra. Nise está como convidada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Mas eu só queria, independente de qualquer embasamento legal, eu acho que o freio moral e ético da gente fala muito mais alto – né?

Então, inicialmente, eu quero esclarecer à senhora que há uma diferença gritante entre ciência e Medicina. Um médico pode ser um cientista, mas nem todo médico é um cientista. Ciência se faz no laboratório, com pesquisa, com publicações em revistas que são credenciadas para tal. E toda a fala da senhora, com todo respeito, vem se fundamentando não em cima da ciência. O médico jamais pode usar o paciente como cobaia para um tratamento que ele quer.

Um levantamento realizado pelo UOL demonstrou que nove das dez cidades que distribuíram o *kit* Covid tiveram taxa de mortalidade maiores do que as médias estaduais. A razão disso é muito simples: além dos efeitos adversos do *kit* Covid, as pessoas que tomaram essa medicação acham que estão imunes, consequentemente elas não cumprem com as regras de distanciamento, não utilizam máscara; obviamente contraem e são acometidas pelo Covid.

Ao menos a senhora reconhece que os remédios do kit Covid não tem efeito preventivo? Ao menos isso, pela consciência moral da senhora!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Eu não sei de quais *kits* Covid, porque existem vários que são chamados de *kits* Covid. O que nós temos é que as diversas cidades, elas são analisadas de acordo com taxa de vacinação, taxa de utilização de medicações, taxa de distanciamento social, taxa de utilização...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mais nove em dez das cidades tiveram um nível maior.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – São muitas cidades que nós temos no Brasil que utilizam tratamentos imediatos. Então, eu não tenho condições de avaliar com o senhor, nem que *kit* Covid que é, nem que tipo de cidade, porque é um conjunto de coisas dentro da cidade que determina como é que ela vai evoluir.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas ciência não se faz no laboratório da senhora, né? Não se faz em consultório médico. Ciência se faz no laboratório.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A senhora não pode utilizar o paciente como cobaia. Sua utilização de medicação sem comprovação científica está ferindo a ciência.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por favor. Nós temos que respeitar a ciência.

E aqui eu quero fazer outra colocação. A despeito da discussão sobre a autonomia dos médicos, o que vimos foi uma política pública do Governo Federal de produzir e disseminar o uso da cloroquina. O Tribunal de Contas da União já sinalizou a irregularidade de incluir no SUS – o Tribunal de Contas –, irregularidade de incluir no SUS medicamentos que não haviam sido aprovados pela Anvisa ou Conitec.

A senhora acredita que o Governo deveria poder distribuir medicamentos sem autorização dos órgãos públicos?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Que eu saiba são medicamentos que já têm autorização de utilização no mercado nacional...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não pela Anvisa nem pelo Conitec. Não para a Covid.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eles são medicamentos disponíveis. Nós temos todas... Desculpa, o senhor quer terminar?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não... Eu estou permitindo, mas a senhora está fazendo uma informação equivocada. Essa medicação não tem autorização da Anvisa nem da Conitec para tratamento de Covid. Então, por favor, a população brasileira está ouvindo isso!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não... Deixe-me colocar exatamente o que eu estou dizendo: são remédios regulamentados pela Anvisa para a utilização no mercado nacional para o uso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pode ser para protozoário, mas não pra vírus.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente. Desculpe, deixa eu completar a minha análise: 80% dos pacientes recebem, por exemplo, dipirona quando vão para o hospital. Essa dipirona não está na bula que ela é pra Covid, mas ela é utilizada para Covid. Nós temos pacientes que vão também e que recebem paracetamol, e paracetamol não tem na bula...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Me perdoe, eu vou interromper a senhora, Sr. Presidente, vou interromper porque não consigo admitir que a senhora afirme que não precisa se passar pela Anvisa e Conitec.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não. Eu não estou dizendo que não precise.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O Governo pode distribuir uma medicação pra tratamento de Covid se ela não passou com a aprovação na Anvisa e Conitec?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Cerca de... Na regulamentação do próprio Governo nas medicações...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por isso que eles queriam mudar a bula da cloroquina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não. É que as medicações cardiológicas, por exemplo, do próprio Governo, têm várias indicações que não são diretamente ligadas nem à Conitec nem à Anvisa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Outra coisa...

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu participei... Somente deixa eu esclarecer uma coisa: eu participei da Associação Médica Brasileira, dos primeiros projetos diretrizes. Então, não é à toa que eu fico discutindo a indicação dos remédios nas diversas patologias. Nessa colocação em que eu participei dos projetos diretrizes da AMB, uma boa parte dos medicamentos, como em toda a Medicina, não está dentro de nível A de evidência, não está necessariamente seguindo tudo isso. Para isso é que nós temos o reposicionamento, e eu considero bastante correto esse momento de discussão dentro de Conitec, dentro de todos níveis, dentro de Anvisa, que é o que eu quis dizer. Em situações de excepcionalidade...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tá...

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... isso é realmente garantido...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu entendi. Eu entendi.

Agora, aqui, hoje a senhora afirmou que o Ministério Público Federal de Goiás teria sido favorável a esse tipo de medicação. O Ministério Público Federal não faz isso, basta checar o *site* do Ministério Público, ele analisa o aspecto jurídico.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não... Eu falei que o Ministério...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Um grupo de médicos que estavam, que são favoráveis à utilização da medicação sem nenhuma comprovação científica remeteu isso, mas isso não quer dizer que é o posicionamento do Ministério Público Federal.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Claro. Eu disse que o Ministério Público de Goiás recebeu uma nota técnica com relação – e eu disponibilizei essa nota técnica –, com relação aos benefícios...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A nota técnica do médico, não é do Ministério Público Federal.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, a senhora não pode falar que foi o Ministério Público Federal de Goiás que está tendo esse posicionamento...

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... que isso não é verdade.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não é esse o meu objetivo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu disse que o Ministério Público de Goiás teve a nota técnica que foi....

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... favorável à medicação...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Em diversos momentos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... assim como eles também receberam...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... as notas desfavoráveis, e essa, isso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Basta checar o *site*...

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... do Ministério Público Federal que a senhora vai ver que não tem essa orientação.

Em diversos momentos a senhora defendeu o distanciamento social como ferramenta de enfrentamento da pandemia. A senhora ainda defende políticas de distanciamento social?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Há cenários em que o *lockdown* em determinadas regiões pode ser necessário? Sim ou não?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Houve momentos em que, de acordo com a sua avaliação científica, deveria ter sido decretado *lockdown* ou medida semelhante em alguma região do Brasil? Por favor, seja sincera.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Onde?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – São Paulo, por exemplo, teve *lockdowns* bastante direcionados, de acordo com as características. Rio de Janeiro também teve *lockdown.*

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nós tivemos na Bahia, tivemos no Ceará, tivemos em vários lugares.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

A senhora recomendou, a senhora recomendou a algum agente público do Governo Federal que fossem decretadas medidas de distanciamento social em algum momento da pandemia?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu nunca participei desse tipo de orientação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A prática do Presidente da República repetidamente de causar aglomerações e não utilizar máscara é condizente com as recomendações científicas?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não tenho indicação das avaliações do Presidente, não vim aqui pra fazer nenhuma opinião, já deixei isso bem claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A senhora recomendaria que o Presidente da República seguisse na atual rotina de viajar todo o País, expondo a população?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não tenho ascendência sobre decisões do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A senhora manifestou opinião sobre possíveis candidatos, ao governo, de Ministro de Saúde, diretamente ao Presidente da República?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – De forma alguma.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A senhora informou aqui... Essa pergunta eu acho muito importante. A senhora informou aqui que a imunidade de rebanho poderia acontecer sem muitos traumas. Quantas mortes configuram um trauma na opinião da senhora? Nós temos 462.966. A senhora falou que a imunidade de rebanho poderia acontecer sem muitos traumas.

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Com vacinas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quantas mortes?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Com vacinas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas quantas mortes?

O SR. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Com vacinas e com tratamento precoce, a ideia não é da imunidade de rebanho com mortes. É pelo contrário. Eu já expliquei que eu não estou estimulando as pessoas a saírem na rua, que a imunidade de rebanho é um fato. Ela é adquirida a partir de um determinado momento, com o número de pessoas que pegaram a doença ou que fazem a vacina...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu só queria saber da senhora o quanto vale uma vida humana...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É toda...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... porque nós temos aqui: 462.966...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente. Concordo plenamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Falar que este Governo agiu de forma contundente para assegurar o principal bem jurídico que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde, nos termos dos arts. 6º e 196, é escarnecer da população brasileira! Foi violado o principal bem jurídico. E volto a afirmar nesta CPI: a digital do Presidente da República e do alto escalão desse Presidente está nessas mortes aí!

A senhora acredita que há inconsistência no número de mortes e infectados divulgados pelo Ministério da Saúde?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu acho que o Ministério da Saúde tem feito um trabalho hercúleo, porque eles recebem dados de todo o Brasil, que vêm de várias indicações. Então, nós... Eu não tenho condições de avaliar essa questão, já respondi à Senadora também sobre essa questão. Eu não tenho condições de avaliar o que o Ministério da Saúde faz com relação a número de mortos ou dados que são passados a ele pelos Estados e pelas prefeituras.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas a senhora afirmou, no Jornal da Record, no dia 29 de maio, que haveria contabilidade de mortes de outras doenças no número de total de mortes por Covid.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Existem muitas... Não houve a necessidade de você caracterizar que o Covid era do Covid...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quem teria interesse em aumentar o número de mortes que ocorreu?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não. Não é aumentar o número. Eu nunca defini isso. O que eu disse é que nós temos hoje pacientes com síndromes gripais que também têm o quadro e que também passam... O próprio H1N1, etc. Mas nós não temos condições de fazer diagnóstico desses casos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quais os Estados no Brasil, quais Estados da Federação que foram eficazes no uso do tratamento precoce?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Veja: eu achava que o Amapá tinha sido eficaz, mas o Senador disse que não foi. Eu vou ter que acreditar nele. Eu acho que não tem Estados que adquiriram ou que fizeram os tratamentos... Nós temos Municípios...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... que realmente são bastante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Já vou terminar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... O único Município foi aquele que vacinou que é o Município de Serrana...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... no interior de São Paulo. Lá não houve cloroquina, não houve nada. Teve vacina! E aí a reportagem que apareceu no final de semana mostra claramente que isso, sim, é feito com milhares de pessoas e deu resultado. O resto é...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito, Presidente.

A senhora tem conhecimento de pesquisa científica reconhecida pela OMS sobre o tratamento precoce? Olhe bem: pesquisa científica reconhecida pela Organização Mundial de Saúde sobre tratamento precoce?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – A OMS, inclusive, está fazendo avaliações e reavaliações bastante frequentes...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A resposta é "sim" ou "não". Ela não tem!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ela não tem ainda, mas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, responda, por favor, seja...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim. Perfeito...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Vamos ser éticos...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ela não reconhece.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ela não tem.

A senhora já se reuniu com técnicos do Ministério da Saúde para debater o tema?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E como a senhora avalia a recomendação da Organização Mundial da Saúde?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu trabalhei para a Organização Mundial da Saúde principalmente na área de controle de tabaco. Eu respeito bastante a Organização Mundial da Saúde, mas ela teve muitas dificuldades entre avaliação inicial da pandemia, detectar se passava de pessoas para pessoas, se passava de animais para pessoas, se podia fazer aglomeração na época do Ano-Novo ou do Carnaval...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, nós estamos, inclusive, trabalhando em conjunto com um grupo para trazer uma nova evolução para a própria Organização Mundial de Saúde.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, nós estamos criando um grupo de trabalho para isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Foi dito aqui, depoente, que empresas de vacina se eximem, no caso da cloroquina... Se eximem, né? Mas, no caso da cloroquina, quem se responsabiliza pela utilização?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É o médico que prescreve, ele é que tem que se responsabilizar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sem embasamento científico?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – No caso, eu estou dizendo que nós temos embasamento científico.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Que não é publicado e não é reconhecido.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, mas é publicada em várias revistas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas não é daquelas que são reconhecidas pela ciência.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Desculpe, mas é reconhecida, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Existe um abismo entre a Medicina e a ciência.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim, se não fosse reconhecido pela ciência, não teria sido publicado. Então, a ciência, como o senhor mesmo colocou...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não é. Se fosse, estaria recomendado pelo Organização Mundial de Saúde, teria passado pela Anvisa e pela Conitec.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por favor, respeite a ciência.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Posso? Posso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, a senhora está faltando... A senhora está respondendo de forma equivocada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A senhora está falando que quem se responsabiliza pela utilização da hidroxicloroquina no tratamento ao combate à Covid é o médico, mas, se ele assim o faz, ele está agindo exacerbando o poder da medicina dele, porque ele está utilizando a medicação sem nenhuma comprovação científica. Isso não sou eu quem está falando; é o mundo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nós voltamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A recomendação é em ambiente hospitalar. É bem diferente.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nós voltamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Onde tem um acompanhamento...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... se a pessoa tem arritmia, qualquer outro tipo de coisa, mas em unidade básica de saúde, ainda existe uma distribuição enorme nas unidades básicas de saúde do Brasil todo.

No meu Estado, na cidade de Manaus, eles dão o *kit* Covid e dão para a pessoa tomar e não perguntam se o cara tem problemas de coração, se tem problema no fígado, se ele tem problema. É isso o que está acontecendo, Senador Contarato, e a doutora sabe.

Quando é em ambiente hospitalar é diferente, é o medicamento que é utilizado em ambiente hospitalar, agora com acompanhamento.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, ele é utilizado há 70 anos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É prescrito, mas tem um acompanhamento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, só para concluir, Sr. Presidente, em reposta ao Senador Humberto Costa, a senhora afirmou que já tratou de mais de 400 pacientes com Covid, afirmou também que cada paciente tem um atendimento especializado e um tratamento específico. Considerando essa afirmação, a senhora acha adequado um político, um político sugerir, em rede nacional, a utilização de uma droga para toda e qualquer pessoa? Porque isso é muito sério. Eu vejo colegas, eu vejo políticos que estão defendendo isso. Ora, por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É. Eu acho importante que a gente caracterize bem a minha fala, não é? Com relação à utilização de medicações que são fora da bula, mas que são medicações de necessidade, considerado um dos remédios mais seguros pela própria Associação Americana de Cardiologia até um ano e meio atrás, ele é um dos remédios essenciais da Organização Mundial de Saúde e ele, inclusive, é utilizado em todos os países da África e mesmo aqui no Norte do Brasil. Eu não quero dizer que a gente não deva ter cuidados com pacientes que tenham já sabidamente problemas cardiológicos. São cinco dias, é diferente da utilização de longo prazo, que é feita com pacientes com lúpus, com outras doenças.

Sr. Senador, em relação à sua pergunta da importância de nós estarmos discutindo esses procedimentos dentro de ambientes maiores, dentro da própria Organização Mundial de Saúde, eu sou totalmente favorável, tanto é que eu aceitei estar coordenando, junto com esse grupo de cientistas mundiais, um trabalho de avaliação do que está acontecendo em vários países, para a gente estar discutindo com a Organização Mundial de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é o nosso órgão de referência. Eu sempre trabalhei com a Opas, onde inclusive está o Dr. Jarbas Barbosa, que já esteve com o Presidente da Anvisa, nós já trabalhamos juntos. Então, eu quero salientar que eu sou uma pessoa que busca os órgãos nacionais e internacionais para isso. Então...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tem que buscar na ciência!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, a senhora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Agora, tudo isso vai estar sendo cada vez mais debatido e cada vez mais colocado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas a pergunta é simples: se um político vem aqui, em rede nacional, fala e difunde a utilização de medicação sem comprovação científica, isso é muito grave.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas eu estou dizendo para o senhor que já existem comprovações científicas. É essa minha posição que diverge de toda...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Que não é baseada na ciência, não é?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Que é baseada em ciência, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não é.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ciência é uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não conseguiu dar o nome de um publicação, doutora.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nenhuma publicação, senhora.

O raciocínio é lógico. Se eu falo para mil pessoas, use hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina, que você vai ficar imune ao Covid; se uma morrer, as 999 vão entender que elas foram salvas pela ivermectina, e vai flexibilizar. E não é isso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, nós não queremos...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ciência se faz em laboratório, por seus pares, com publicação.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nós não queremos imunizar, nós queremos tratar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho ainda o Senador Jorge Kajuru. (*Pausa.*)

Não está.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, na esteira aqui do que o... Só uma perguntinha como consequência. Veja, Presidente, o quanto significa o acompanhamento diário *on-line* que nós estamos recebendo da população brasileira. E a participação dessas agências de checagem. A cada momento, nós recebemos uma informação, ou de agência, ou de corporações, ou de entidades.

Eu acabo de receber uma nota da Sociedade Brasileira de Reumatologia, porque, como todos lembram, a Dra. Nise Yamaguchi, ao responder a uma pergunta feita pela Senadora Eliziane, disse que não tomou vacina porque estava impedida, teria algum problema de comorbidade. A Sociedade diz o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"A Comissão de Doenças Endêmicas [...] da Sociedade Brasileira de Reumatologia, [endêmicas e infecciosas da SBR] esclarece à população que pacientes com doenças reumáticas (DR), incluindo artrite reumatoide, espondiloartrites, artrite psoriásica, lúpus [...], esclerose sistêmica [...] miopatias inflamatórias e vasculites não representam, por si sós, qualquer contraindicação para receber qualquer vacina contra a Covid."

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Senador, nós tivemos agora vários casos de trombose e vasculites com uso de vacinas. Tanto é que houve uma suspensão de vacinas lá na Europa, e vários países não estão fazendo. Então, existe, sim, uma questão bastante séria com relação ao posicionamento generalizado. Eu já deixei bem claro que posicionamento generalizado tem que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a senhora está desautorizando a Sociedade Brasileira de Reumatologia?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, eu acho que cada um tem uma alteração individual,...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... e a Sociedade Brasileira de Reumatologia sabe muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Marcos Rogério.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... que está havendo uma vasculite e uma inflamação importante. Eu não entendo como que neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar a palavra à Senadora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Quem é, a sociedade inteira, é o presidente que determina isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Zenaide Maia, por favor.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Porque há tromboses e há vasculites sérias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma nota extensa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá ok.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para informar, Sr. Presidente, nossa sessão do Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou ouvir só a Senadora Zenaide e encerro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... já teve início. E faço uma ponderação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Não, mas eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, a senhora vai falar, Senadora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Faço uma ponderação, Sr. Presidente, que, assim, todos nós defendemos o papel do médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o que está sendo colocado para a Dr. Nise, neste momento, é a confrontação, justamente, daquilo que nós defendemos, que é a autonomia do médico para orientar o paciente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Sim, pois é!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Baseado nisso aí, eu vou fazer-lhe uma pergunta à senhora, que é médica, e ao Dr. Humberto, que também é médico.

A senhora passou, no mínimo, seis anos para se formar, para se graduar em Medicina. Alguns anos ficou em residência e alguns outros muitos anos fazendo especialização. A senhora prescreve medicamentos, com certeza. Como é que a senhora chama um cabra que nunca passou na porta de uma faculdade e que prescreve remédio. Como é o nome de um cabra desse para a senhora?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só quero saber o nome. No meu Estado é charlatão. No seu, eu não sei qual é. Como é que se chama alguém que nunca frequentou uma faculdade, como a senhora frequentou. A senhora frequentou. A senhora pode prescrever o remédio, porque a senhora estudou para isso.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Obrigada. Porque estão dizendo não pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E se esforçou para isso. Mas eu estou vendo charlatão prescrever remédio na internet.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas o senhor sabe que estão dizendo que eu não posso nem prescrever o que eu prescrevo, que eu tenho que tomar vacina, quando eu tenho vasculite, que as tromboses que estão ocorrendo não podem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, doutora... Não, doutora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu estou aqui sendo colocada em cheque com relação às minhas condutas médicas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, Doutora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Então, assim, existe aí uma questão....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, doutora. Longe de mim questionar a senhora.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Mas eu estou sendo questionada. O Dr. Renan acabou de dizer que eu não poderia, que a Sociedade Brasileira de Reumatologia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, Senadora... Deixem de falta de respeito.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu tenho que..."Você tem que vacinar".

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tempo todo constrangendo a convidada, Presidente. Eu, se fosse ela, na condição de convidada, já tinha levando e ido embora para casa faz tempo.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não entendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Aí eu convoco ela de novo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não... V. Exa., se tem requerimento, convoque. Mas, se fosse eu, na condição dela, passando pelo que ela passou aqui, já teria saído e ido embora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí a gente convoca de novo.

Senadora Zenaide, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... diante do total desrespeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, nossa colega, minha colega médica – colega médica –, quero deixar claro aqui para a Dr. Nise que nós não estamos julgando o seu currículo, que, por sinal, é excelente.

Mas, Dra. Nise, por favor, a senhora diz que é de um conselho científico independente e que não aconselha o Ministério da Saúde. Não é um gabinete paralelo, mas a senhora se reúne no gabinete civil. E outra coisa, Dra. Nise: como é que a senhora, como médica, quer dizer, como mulher e cientista... A senhora conhece esse grupo que tem 32 entidades científicas e que diz que não é para fazer uso desse medicamento, que o mundo todo tem, pelo menos, Dra. Nise, 30 estudos científicos que provam que não tem eficácia. Vamos acabar! Povo brasileiro que está nos ouvindo, não existe demonização desse tratamento! A ciência é que prova que ele não serve.

Por isso, Sr. Presidente Omar Aziz, Sr. Relator e todos que fazem parte desta CPI, nós não podemos convidar uma médica que é conceituada, como ela diz, todo mundo a conhece, para fazer propaganda de um medicamento com uso preventivo. E ela usa tanta *expertise* que veio dizer que pode usar, sim, sem estar na bula, porque a Novalgina ou dipirona, que a gente sabe que está lá na bula que pode ser para dor ou febre, que faz parte da maioria dos sintomas iniciais de qualquer virose, da maioria das doenças... É diferente, Dra. Nise?

Por favor, a senhora é mulher, teve a oportunidade de se formar, isso orgulha a nós mulheres, mas a senhora está fazendo um desserviço a esta Nação quando a senhora diz que os médicos podem prescrever, têm autonomia... Eu sou médica, mas não foi isso que eu aprendi na faculdade de Medicina, não – e me pós-graduei em doenças infectocontagiosas. Não! Como eu vou sair prescrevendo medicamento que não tem eficácia para aquela determinada doença?!

Lembro à senhora que, quando vocês não conseguiram, esse gabinete paralelo... E isso é um gabinete paralelo! Na hora em que a senhora disse que era conselho científico independente, só era independente do Ministério da Saúde, da Anvisa ou do Conitec? Porque a senhora se reunia com o Governo. A senhora, no início, disse que tinham sido poucas vezes, mas a gente já viu aqui que foram várias vezes. Então, como não conseguiram modificar a bula incluindo a cloroquina... E a senhora não pode estar enganando o povo brasileiro, sendo que a cloroquina já é conhecida, sim, há 70 anos, mas ela tem eficácia pra malária e pra, por exemplo, lúpus eritematoso... Está vendo aí? O Senador Renan terminou de dizer que a sociedade, a sociedade...

E me diga uma coisa: os cientistas do Butantan, da Fiocruz, do Instituto Evandro Chagas estão mentindo quando dizem que esse medicamento não tem...?

E outra coisa. A senhora dá a entender tratamento precoce... Tratamento precoce... Primeiro, é um diagnóstico, e a senhora botou o tratamento antes. Um diagnóstico, como a gente defendeu aqui, o máximo de testagem. E esse cuidado de ir para o médico precocemente: sim, tem que ir, pra ver os sintomas e acompanhar o doente. Eu sou a favor de ir ao médico, mas não de incluir medicamento sem eficácia terapêutica. Isso é um desserviço pra sociedade brasileira! Não é possível, gente!

Eu esperava que a senhora viesse... Quando eu vi aqui o currículo da senhora, me enchi de orgulho como mulher – e toda a Bancada Feminina. E a senhora vem aqui não sei por qual motivo.

Não conseguiu legalizar o uso da cloroquina, aí resolveu terceirizar para os médicos brasileiros assumirem essa responsabilidade. Atenção, colegas médicos, não assumam essa responsabilidade, porque, se nós médicos não respeitarmos a ciência, quem vai respeitar, gente? Por favor, doutores!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora perdeu a oportunidade de dizer que, um ano atrás, talvez, inicialmente, não tinha vacina, quando começou, mas, hoje, a senhora está aqui insistindo em dizer ao povo brasileiro que a autonomia médica está acima da ciência! E não está!

E a senhora não... Eu pergunto assim... De repente... A senhora é uma oncologista famosa, é uma imunologista, uma pneumologista, que, de repente, se associa a um conselho científico. Tudo bem, mas por que resolveu fazer ciência de uma hora pra outra?

Eu estou falando tudo, porque eu estou vendo que a senhora não está respondendo.

Minha preocupação, Senador Omar, parabenizando-o pela Presidência, Senador Renan e todos os colegas: nós temos que dizer ao Brasil que um médico não pode prescrever aquilo que ele quer. Ele não pode sair fazendo ciência!

E esse uso da dipirona, eu digo à senhora, me deixou muito indignada, porque a senhora sabe que na dipirona está lá dizendo dor e febre. A senhora quer dizer que é a mesma coisa de usar cloroquina?!

E, Dra. Nise, eu não estou preocupada só com os efeitos colaterais. O mais grave efeito colateral é a senhora dar esperança a esse povo de que, tratado precocemente com esses medicamentos que estão aí – cloroquina, hidroxicloroquina... A senhora falou até em corticoide, nada contra o corticoide, mas a hora certa de fazer não é chegar, botar dentro de um saquinho e entregar ao paciente.

E quero dizer o seguinte: acho que a gente tem que evitar esse tipo... Eu não sou membro – me desculpem, Presidente e todos os membros –, mas nós não podemos trazer aqui médicos ou pessoas da saúde que venham aqui fazer um desserviço. A gente, com quase meio milhão...

Outra coisa: quando a senhora fala que o remédio fez efeito, a senhora sabe que mais de 80% vão evoluir bem, graças a Deus, independente de qualquer coisa.

E a única pergunta que eu vou fazer à senhora é a seguinte. Teve uma determinada hora aí que a senhora disse que o tratamento precoce era essencial principalmente para o SUS, porque as pessoas do particular iam ter uma estrutura hospitalar melhor. Dra. Nise, o SUS, os pacientes do SUS e os trabalhadores merecem respeito. A senhora disse aqui, durante um momento. Isso me doeu, porque eu sou médica da universidade, do serviço público, e todos nós aqui ficamos nessa defesa do SUS. A senhora...

Eu quero finalizar dizendo o seguinte: Brasil, por favor, a vacina é que resolve, as medidas não farmacêuticas... Nada... Talvez daqui a dez anos, a gente descubra, mas a gente sabe que não é comum ter medicamentos para se tratarem viroses inicialmente.

E eu queria dizer aqui que... Apesar de todos acharem deselegante a conduta do Senador Otto, eu queria dizer que, como médico, ele deve ter ficado indignado como eu, e o que ele quis provar é o seguinte: que ela quer provar um medicamente sem ter o conhecimento científico.

Parabenizo a senhora pelo currículo, mas acho que a senhora deve ao Brasil dizer que fez experiência, sim, com cloroquina antes do advento das vacinas, mas que, atualmente, é lutar por vacina e não por imunidade de rebanho – é muito cruel!

Brasil, precisamos de vacinas, sim! Vamos obedecer à ciência, sim!

E parece que Deus está nos ajudando – ouviu, Omar? –, porque há essa experiência de Serrana, em São Paulo, para provar que, quando se vacinam 75% da população efetivamente, a gente tem a imunidade humana e não de rebanho, querendo que morram as pessoas.

Eu não vou nem perguntar nada, Omar, porque, se ela quiser responder isso...

E, por favor, não venha dizer que ninguém está demonizando nada, porque é a ciência que está provando. Não é possível que todos os cientistas estejam mentindo. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Yamaguchi...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, só para fazer um esclarecimento aqui.

É até desagradável, mas o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde pede à CPI que informe, em face da afirmativa da Dra. Nise Yamaguchi, que ela não prestou serviços ao Conass, não é sua empregada ou consultora, bem como não compareceu à sua assembleia geral ou compõe suas câmaras técnicas. Infelizmente, eles que pediram para fazer...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Perfeito. Então, deixe-me esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dra. Yamaguchi, com a palavra.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Eu não compareço às câmaras técnicas, não sou... Mas eu tenho um apreço especial a todos os secretários de saúde. Inclusive com algumas questões que são colocadas a respeito de como fazer para melhorar a disponibilidade de leitos, a gente teve essa discussão. Mas não sou realmente... Assim como eu não sou de nenhum órgão diretivo.

Queria responder à Senadora, à Sra. Senadora, com todo respeito a toda a sua questão.

Quando a gente atinge 75% de imunidade pela vacina, essa é considerada imunidade de rebanho. Considero importante... A gente fala que é uma questão de humanização. E talvez isso retire a grande discussão que está havendo, quando a gente coloca a imunidade rebanho como negativa. Ela é extremamente bem-vinda, ela vem através... Como eu citei lá atrás, na audiência pública, ela vem através de ações importantes de imunidade prévia, de vacinas, de tratamento precoce. Então, é esse conjunto de coisas que pode chegar a essa área de 75% de imunidade. E, a partir daquele momento, Senador, somente, Senador Aziz e Senador Renan, esclarecendo, usando a importante informação do Município de Serrano, é que a imunidade de rebanho está sendo alcançada. E isso é um dado importante do conjunto de ações naquela cidade. Então, mais uma vez, a importância de se fazerem as diversas ações, associações entre todos os tratamentos.

Então, eu quero dizer... Eu sei que está chegando ao final, mas eu quero dizer que, assim, esta oportunidade de esclarecer as questões das medicações em tempo inicial, que existem dados científicos, que as sociedades discutem as questões técnicas, que nós todos somos pessoas que estão todos procurando o bem deste País... Tem que ficar bem claro. E que aquela contribuição que nós pudermos dar... E eu estou dando a nível ministerial, participei de reunião no gabinete com pessoas de dentro do ministério, de dentro do Executivo, do Legislativo, do jurídico... Então, assim, é um privilégio e uma honra para mim continuar contribuindo. Eu espero, com a graça divina, que eu tenha forças pra continuar contribuindo sempre, tanto a nível nacional quanto a nível internacional, porque este objetivo meu é realmente que a gente possa utilizar os dados científicos de forma correta, fazer com que a gente tenha essa oportunidade de trabalhar os conceitos de uma forma bastante ampla e, de certa forma... Inclusive, eu procurei pessoas de vários setores. E isso me deixa muito tranquila com a minha consciência, porque, ao trabalhar na saúde pública, você fala de um partido sanitário – foi o que eu aprendi com o então Ministro Temporão, que falava de partido sanitário. Então, nós estamos aqui em prol do bem da Nação, do bem das pessoas, onde todos são necessários, todos nós, todos aqueles que podem fazer parte e que podem contribuir da sua maneira.

As pessoas não podem morrer... Se a gente retirar a chance das pessoas de se tratarem com os tratamentos que existem, reposicionados, de uma forma arbitrária, perseguindo os médicos, perseguindo as pessoas, a gente vai perder a chance de juntar forças.

Então, o meu objetivo é criar estratégias possíveis, científicas, técnicas. Por isso que eu estou discutindo dentro do departamento da Associação Paulista de Medicina, dentro dos diversos fóruns onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu posso... Vou realizar um congresso para isso. E nós temos que fazer isso. Médicos têm que debater e têm que contribuir. Essa é a nossa função.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Agora, a senhora não me respondeu. Entre os seus colegas – e eu não estou brincando, Dra. Nise –, vocês devem conversar entre médicos, e aquelas pessoas...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Sim. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... e aquelas pessoas que não são profissionais da área de saúde, não são médicos e prescrevem remédios, como é que vocês médicos as chamam?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI (Para expor.) – Nós queremos o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, doutora... Por favor, doutora!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Eu não chamo ninguém de nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não chama ninguém de nada, não, não é?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, qualquer pessoa pode prescrever qualquer remédio que está tudo normal, não é?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutora, doutora, doutora...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É, nós estamos aqui trabalhando em prol da Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os seus colegas a estão vendo neste momento...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eles têm nome para quem prescreve a medicação sem estudar.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – O senhor não pode...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu, agradecendo a Deus, nada mais a tratar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convido para a próxima reunião a ser realizada amanhã, às 9h30, para ouvirmos a Dra. Luana Araújo. Eu irei fazer esta pergunta à Dra. Luana: quem prescreve remédio como é chamado? Com certeza.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta minutos do dia dois de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia e Daniella Ribeiro. Deixa de comparecer o Senador Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento da Dra. Luana Araújo, ex-secretária de enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde. Oitiva do Luana Araújo, em atendimento ao requerimento 643/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 708 de 2021** que: "Convoca Rogério Langanke Caboclo, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 717 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde informações sobre eventuais contratos/repasses de recursos entre o Ministério da Saúde e pessoas jurídicas que tenham como sócia/parte a Sra. Nise Yamaguchi, no período de março de 2020 a maio de 2021." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 718 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea LATAM informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 719 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea GOL informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 720 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea Azul informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/02

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia do Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Dra. Luana Araújo, que seria secretária de enfrentamento à Covid no Ministério da Saúde.

Tem uma questão de ordem do Senador Izalci. Vou passar a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, é uma questão só com relação a requerimentos.

À iminência da não vinda dos Governadores, eu indago a V. Exa. – ainda mais agora, que teve mais uma operação hoje no Amazonas – se a gente não poderia aprovar o requerimento de convocação do Secretário – tem aí o Requerimento 114, do Eduardo Girão – de Saúde do DF, que estava preso e está solto, que está dentro do processo da CPI? Quando é que nós podíamos aprovar esse requerimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, os Governadores estão convocados e começam a depor a partir do dia 29. Inclusive, o primeiro Governador a depor é do meu Estado, o Governador Wilson Lima. Até agora, não tem nenhuma decisão que possa ter mudado. Eu não vou discutir possibilidades de não haver. Se tiver alguma decisão contrária ao que nós já aprovamos aqui, a gente discute. Não dá para colocar a carroça na frente dos bois neste momento. O primeiro Governador a ser ouvido dia 29 é o Governador do Amazonas. E, dia 15, está marcado o Secretário do Estado do Amazonas aqui – já está marcado. Então, até hoje, não tenho nenhum pensamento ao contrário do que seguir aquele cronograma que já foi apresentado de os Governadores virem aqui depor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem alguma previsão de votação de requerimentos para votar alguns secretários? Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deve ter... Hoje tem. Agora, podemos também pautar para terça-feira que vem. É só entrarem os requerimentos que a gente vota aqui na terça-feira que vem, conforme acordo que nós fizemos aqui. Ontem, nós votamos um extra, decorrente de um problema que aconteceu no Estado de Sergipe, na cidade de Aracaju, em que um hospital teve um sinistro e isso acabou tendo vítimas fatais. Então, o Senador Alessandro, ontem, pediu esse requerimento para a gente ter algumas informações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Eu vou pedir, então, para terça-feira, vou pedir para votar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Marcos do Val. Ele pediu antes, por favor. Senador Marcos do Val, com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro e depois Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente. Obrigado pela oportunidade.

Eu vou tentar ser breve, mas eu preciso fazer aqui um desabafo pelo que eu assisti ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei muito sentido: o desrespeito com uma mulher – não foi a primeira –, a forma humilhante com que foi conduzida ontem a CPI, ao ponto de colocar que até a voz dela já insinuava mentira... E uma pessoa com um currículo, uma especialização...

Eu até compreendo que hoje – hoje – não tem espaço mais para falar de hidroxicloroquina. Hoje é vacina. Isso já está definido, já está ponto encerrado, mas, como as perguntas estavam para aquela época, todas as vezes em que ela respondia, parecia como se ela estivesse falando e fazendo nos dias atuais.

Gerou, esta noite, uma nota de repúdio dos Médicos pela Vida. Na minha família, grande parte é de médicos, e estão todos muito revoltados, estão todos assim... Ela foi linchada virtualmente ontem!

Eu queria pedir ao Presidente, que é uma pessoa que está conduzindo com muito equilíbrio, além de ser uma pessoa que eu admiro muito, que a gente possa... Ontem, até o próprio Relator conduziu superbem.

Eu fiquei muito triste com a posição e a forma como o Otto fez. Eu fiquei envergonhado. Eu queria ter oportunidade de conversar com o Otto Alencar, quando eu estiver pessoalmente. Eu estou em tratamento aqui no meu Estado e, por isso, eu não pude estar aí, mas, na próxima semana, estarei. Faço questão de conversar com ele, porque a forma como ele está conduzindo está trazendo um desconforto para todo mundo, integrantes da CPI, para os brasileiros, para as pessoas que estão sendo convidadas.

Então, eu peço a todos que nós possamos conduzir isso de forma mais profissional, mais equilibrada, sem atitudes passionais e sem querer humilhar ninguém. Se a gente tem conhecimento, a gente busca compartilhar esse conhecimento, e não usar esse conhecimento de forma a humilhar, constranger. Eu fiquei com muita vergonha; muita vergonha de ser Senador e muita vergonha de estar participando desta CPI.

Eu espero que o nosso grande líder, Presidente, de quem eu gosto muito, possa voltar a segurar as rédeas e a gente conduzir essas oitivas com mais equilíbrio.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos do Val, o Senador Otto é médico e ele questionou a Dra. Yamaguchi tecnicamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas ele não deu tempo a ela de responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Perguntou qual a diferença entre protozoário e vírus. Mas eu acho que...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas ele não deu tempo a ela nem de responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... é muito difícil...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ele não deu tempo a ela de responder. Ela queria responder, e ele cortava. Ela queria responder, e ele cortava.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, depois ela teve oportunidade, Senador Marcos do Val...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Todos, aliados e contrários, todos ficaram contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá. Eu, eu, eu... Por exemplo, o Senador Alessandro foi de uma elegância e de uma calma! Perguntou uma coisa simples pra ela, e ela não conseguia responder. Veja bem, o Senador Alessandro disse: "Me diga onde foi publicado isso?". Aí, ela ficou mexendo nos papéis, e nada de achar, viu, Senador Marcos do Val?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu compreendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que demonstrava claramente que ela não sabia nem onde tinha sido publicado. O próprio Senador Jorginho, que estava aqui... É que V. Exa., às vezes... O próprio Senador Jorginho, que estava aqui, teve uma hora em que ele pediu para uma questão de ordem e disse: "Por favor, a senhora pode responder 'sim' ou 'não'?".

Então, é lógico que nós temos de ter não só respeito, principalmente com as mulheres, mas com qualquer outro depoente que venha aqui, nós temos que ter respeito. Mas eu não vi, por parte do doutor, médico, Otto Alencar, falando com uma colega profissional... Eu acho que foi... Aliás, o médico Otto Alencar, ele fez perguntas técnicas que poderiam ter sido respondidas tecnicamente. Mas eu vou tentar pedir aos Senadores que a gente possa dar tempo às pessoas para responderem.

Senador Ciro Nogueira, do Piauí.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente. É só para registrar, antes, falar que em algumas situações aqui nesta CPI, principalmente nos depoimentos, tem sido uma constante mesmo alguns Senadores fazerem arguição aos depoentes e, antes de as pessoas terminarem, quando o Senador não concorda, já corta a palavra do depoente. Essa é uma constante que eu espero que não se repita.

Mas, Sr. Presidente, eu queria uma informação, porque já foram colocados aqui na pauta hoje, às 9h – e eu já tinha alertado que não iria concordar mais com esse tipo de procedimento –, uma série de requerimentos. E eu gostaria de saber se o senhor vai colocar... Porque eu gostaria de não concordar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arguir a questão do nosso Regimento, que não permite esse tipo de procedimento. Eu já tinha avisado, nada contra os requerimentos, mas eu espero que isso seja respeitado, daqui por diante, na nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu quero também comunicar aos Senadores e Senadoras que todos os requerimentos em que foram feitas solicitações de informação estão chegando e estão à disposição dos Senadores. Era importante principalmente os autores dos requerimentos terem acesso às informações que eles pediram para poderem ter informações e o trabalho fluir melhor.

Concordo com V. Exa., Senador Ciro. Fique tranquilo que a gente nada vai fazer aqui se não for de comum acordo entre todos nós.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer duas ponderações. Primeiro, em relação à fala que o Senador Marcos do Val fez aqui. Ele expressa um sentimento de quem acompanhou a CPI ontem. Eu fiquei aqui, acompanhei os procedimentos todos e o nível de toxidade e de odiosidade com que foi tratada a depoente no dia de ontem... Registrar que isso não é compatível com a dignidade do próprio decoro parlamentar. Mais do que isso, isso não é minimamente respeitoso e humano, para ser bem econômico.

Quando alguém, Sr. Presidente, atribui a outra pessoa a condição de mentiroso, é um julgamento moral extremamente grave. Só quem não sabe ou não tem, assim, isso como um valor importante faz esse julgamento de maneira tão acintosa como aconteceu ontem aqui, e com alguém que tem uma história, tem uma biografia, tem família. Tinha um irmão sentado do lado aqui, se emocionando por diversas vezes, acho que ninguém observou. Então ontem foi, assim, algo que não seria adequado se repetir no âmbito do Senado Federal. O Senado, que é uma casa de maduros, casa de temperança, casa de equilíbrio, me pareceu ontem o oposto disso. Então, eu queria fazer essa constatação, porque isso faz com que a CPI perca o rumo. E são tratamentos diferentes. Quem está acompanhando a CPI observa que, quando tem alguém que não comunga ou que não dialoga com a linha de entendimento do grupo majoritário na CPI, é tratado de um jeito; quando é alguém que dialoga com a compreensão, com as pretensões, com as convicções dos que estão em grupo majoritário na CPI, o tratamento é outro, totalmente diferente.

Então, eu queria fazer esse registro e...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe, desculpe, eu que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o apelo que faço a V. Exa., considerando o precedente que V. Exa. abriu ontem, quando desconvocou alguns convidados e convocou para hoje a Dra. Luana Araújo, face ao acontecimento do dia no Estado do Amazonas, face à urgência e à gravidade da situação, faço um apelo a V. Exa.: que comunique o Governador do Estado do Amazonas e o convoque para estar aqui na próxima semana, na terça ou na quarta-feira.

Sr. Presidente, a operação é contra desvios de recursos para combate à Covid-19. E diz a matéria: "[...] a Polícia Federal cumpre 25 mandados judiciais na manhã desta quarta-feira [...] em Manaus e em Porto Alegre, incluindo busca e apreensão na casa do Governador do Amazonas, Wilson Lima [...], e a prisão temporária do Secretário Estadual de Saúde, Marcellus Campêlo".

Olhem o que é que pesa de acusação:

> "Há indícios de que funcionários do alto escalão da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas realizaram contratação fraudulenta, para favorecer grupo de empresários locais, sob orientação da cúpula do Governo do Estado, de um hospital de campanha que, de acordo com os elementos de prova, não atende às necessidades básicas de assistência à população atingida pela pandemia [...]".

Eu não sei se nós temos uma urgência maior do que essa para garantir uma convocação antecipada. V. Exa. antecipou a convocação de Luana Araújo, que não integrou a equipe do Governo – estava previsto; não integrou. Achou que essa era uma questão urgente. Eu penso que esta situação aqui – nós estamos diante dela – é uma situação urgente e demonstraria, sim, à Comissão e ao Brasil o acerto da decisão, da cautela, da diligência, da apuração dos fatos, da busca da verdade.

Então, o apelo que faço a V. Exa. é que, considerando esses acontecimentos... Nós temos a convocação aqui do Secretário Marcellus Campêlo, que, nesse caso, teria que pedir autorização judicial para sair da cadeia e vir. Temos a convocação do ex-Secretário Executivo da Pasta da Saúde do Amazonas e também a do Governador. V. Exa., querendo, decidindo assim, poderia fazer a convocação do próprio Governador ou, inicialmente, dos gestores diretos da pasta. É o apelo que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É apenas para deixar registrado que, de fato, o ideal é que todos nós possamos nos portar de forma urbana, educada, tranquila. Mas quero deixar bastante claro que o requisito primeiro para não ser chamado de mentiroso é não mentir. Então, o cidadão que comparece a uma CPI, independentemente do gênero, para deliberadamente enganar, mentir e omitir vai ser confrontado. Vai ser confrontado com dados, com a realidade, com fatos. Isso aconteceu ontem. E um eventual momento de um exagero de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

retórica não vai eclipsar, não vai ocultar o fato. O fato é que a Dra. Nise compareceu, em grande parte, para desinformar. Isso precisa ser confrontado, porque a gente não pode instalar uma CPI no Senado para continuar desinformando o cidadão. É o contrário: a gente está aqui para buscar a verdade. E vamos fazer isso dentro da forma que nos pareça mais equilibrada, com a liberdade parlamentar que todos temos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu serei breve.

Eu, inclusive, não tive oportunidade de ouvir a inquirição do Senador Otto. Eu estava, naquele momento, numa atividade urgente lá no gabinete.

Agora, eu sugiro ao Senador Marcos Rogério que esse mesmo tipo de apelo que ele fez aqui aos Senadores, que eu acho que é correto, é justo... Nós temos que nos conduzir da maneira como ele sugeriu. Mas que ele vá lá ao Palácio do Planalto e diga ao Presidente da República! Ele, hoje, fez uma... Ontem, chamou uma jornalista da CNN de quadrúpede – de quadrúpede! Isso pode? Isso é urbano?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É! A mim, já me chamou de cavalo. Disse que, se eu caísse em um campo de futebol, eu ia comer grama, não ia me levantar mais. Eu tive até a oportunidade de dizer aqui que essa é uma pessoa que não tem nenhuma noção da liturgia do cargo, não tem a devida condição de exercer essa função.

Então, Senador, faça o favor de avisá-lo também para que se conduza de uma forma diferente, que seja educado, que esteja à altura do cargo de Presidente da República, que tenha compostura para ser Presidente da República.

Então, estenda... Acho que é muito boa a sua lembrança aqui. Acho que todos vão segui-la. Mas diga lá àquele cidadão, que não tem a mínima educação doméstica, como deveria se portar no respeito às pessoas.

Quero, inclusive, me solidarizar com a jornalista Daniela Lima, que foi vítima dessa grosseria desse cidadão que ocupa – espero eu que muito rapidamente – o cargo de Presidente da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, fui citado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Omar, eu quero assinar embaixo da solidariedade do Senador Humberto Costa à jornalista. Eu acho que nós vivemos tempos difíceis no Brasil e não há como nós permitirmos que, entre nós, alguém, infelizmente, faça uma acusação dessa ordem à jornalista. Isso não colabora em absolutamente nada com o rumo, com os objetivos do nosso trabalho.

Minha solidariedade, Senador Humberto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas para... Fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador... O Senador Tasso primeiro, depois V. Exa., Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, V. Exa. pediu também.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode falar, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria, primeiro, de me solidarizar com as palavras do Senador Humberto Costa, porque nós estamos vivendo um momento em que o Presidente da República tem feito as maiores grosserias com jornalistas, imprensa, políticos, intelectuais, adversários, tem usado palavras de baixo calão a torto e a direito, tentando humilhar seus adversários ou apenas aqueles que discordam.

E realmente é surpreendente que os seus defensores hoje fiquem "chocados" – entre aspas – com uma ação e uma intervenção técnica do Senador Otto Alencar, que é um Senador ultrarrespeitado aqui dentro desta Casa, por todos nós, é um homem educado e tem valores. Aqui foi insinuado – e eu não posso deixar passar isto – que quem chama alguém de mentiroso é porque não tem esses valores.

Eu acho que quem chama alguém, com indignação, por causa de 450 mil mortos, de pessoas queridas que se foram, de pessoas queridas que estão intubadas, de amigos... A solidariedade humana traz essa indignação perfeitamente cabível dentro da circunstância que nós estamos vivendo. E, ao ver uma pessoa que vem depor aqui não falar a verdade, faltar com a verdade, portanto, mentindo de uma maneira descarada e tendo sido responsável por influenciar uma política que causou um desastre humanitário neste País, é natural a indignação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as questões levantadas pelo Senador Otto foram técnicas. E, quando ele se referiu à depoente por estar faltando a verdade, foi tecnicamente que o Senador Otto se referiu. Portanto, aqui quero dizer que o Senador Otto teve um desempenho, evidentemente, em momentos com indignação muito exacerbada, mas compreensível, e foi bastante esclarecedor para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria reiterar as manifestações já feitas pelos colegas Humberto Costa e Renan Calheiros de solidariedade à jornalista Daniela Lima. Causa espanto ocorrerem nesta Comissão reivindicações de urbanidade e não ter tido, no começo do dia aqui, uma manifestação de solidariedade a quem exerce a imprensa livre, a quem exerce um dos pilares da democracia; a uma mulher, jornalista, que exerce uma das funções centrais em um Estado democrático de direito, que é fiscalizar todos nós. Às vezes há um sentimento de que há uma espécie de memória seletiva de a quem se solidarizar.

Em primeiro lugar... Além disso, Sr. Presidente, queria aqui reiterar a seguinte circunstância. Na semana passada, sobre as prioridades de apreciação desta Comissão, eu queria cumprimentar V. Exa. e o Relator pela agenda traçada e definida. Realmente, temos prioridades nesta Comissão. As prioridades, olhe aqui.. É a resposta a isto aqui primeiro. A prioridade é essa primeira resposta aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – ... se solidarizar com isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É. A cada dia, a gente tinha que fazer aqui um minuto de silêncio. Tínhamos que fazer um minuto de solidariedade. Hoje já são 465.312; foram mais de 1,5 mil de ontem para hoje. Então, a primeira manifestação, a primeira prioridade desta Comissão é isto aqui. É por isso que colocamos – o Sr. Relator, e eu o segui – colocamos isto: para lembrar por que esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi formada, por que nós estamos aqui trabalhando.

Semana passada, o Sr. Ministro de Estado da Saúde nos avisou – eu estou falando o Ministro de Estado da Saúde – nos avisou da iminência de uma terceira onda de pandemia, de um agravamento, de mais mortes. Nós, conduzidos por V. Exa., Presidente Omar, corretamente aprovamos o requerimento de sua convocação. O senhor, aliás, a direção desta CPI corretamente antecipou para a semana que vem, inclusive para que S. Exa. fale aqui do agravamento da pandemia. Aí, nesta semana, esta semana começa com o Senhor Presidente da República dizendo que a Copa América vai ser aqui. Uma semana depois de o Ministro da Saúde advertir da iminência de uma terceira onda da pandemia, o Presidente da República abre o País para a realização de um campeonato de futebol. Nada contra o futebol. Sou torcedor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Flamengo, adoro, nos jogos de final de semana, mas trazer 11 nações para cá, pelo menos 1 mil, 1,5 mil pessoas aqui só para satisfazer os desejos do Presidente da República, logo após o Sr. Ministro da Saúde do próprio Presidente da República advertir sobre a iminência de uma terceira onda, não me parece um comportamento adequado, me parece que é uma ação que deve ter a reflexão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque nós não queremos...

O que eu mais quero é que esse número pare de subir, que esse número pare de crescer. Isso aqui são vidas, isso aqui não são números, não. São parentes nossos, são amigos nossos. A cada dia, é alguém, é um ente querido, é um compatriota brasileiro, é uma família brasileira que é despedaçada.

Nesse sentido, Presidente, protocolei requerimento convocando o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol. A CBF tem que dizer se tomou todas as providências necessárias pra realizar um campeonato de futebol continental aqui num intervalo de menos de dois dias, depois que colombianos e argentinos negaram.

A capa do *Clarín* de hoje, de ontem, é zombando conosco. A capa do *Clarín*, do jornal argentino, é dizendo o seguinte: "A nossa confusão agora está lá com os brasileiros". Olha só, a capa... Vamos pra um outro jornal uruguaio de hoje. O Presidente uruguaio, no dia de hoje, que é um cidadão, Senador Humberto, da direita, anunciou que vai iniciar a vacinação naquele país de adolescentes entre 12 e 18 anos com a vacina da Pfizer.

E aqui a gente está colapsando o fornecimento de vacina. A cada dia termina insumo e sem vacinação. Pelo amor de Deus, senhores colegas desta CPI, se nós não aumentarmos dramaticamente para 2,5 milhões de brasileiros vacinados por dia a partir de hoje, a gente não chega ao dia 31 de outubro livre da praga da pandemia – livre. Esta CPI tem que se inspirar neste número não crescer, em compatriotas continuarem vivos.

O Sr. Presidente da CBF, Sr. Presidente, tem que estar aqui diante de nós para dizer quais são as medidas sanitárias para 11 países da América do Sul virem para cá, quais são as providências que estão sendo tomadas. Por isso, eu queria requerer a V. Exa. a apreciação urgente da convocação do Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu vou pedir para os Senadores que pediram uma questão de ordem, porque nós estamos com a convidada desde 9h e já são 10h08... E, ao longo da sessão, nós vamos estar juntos aqui e V. Exas. poderão se posicionar no momento adequado, mas a doutora está aguardando já e a gente... Já falamos muito sobre o assunto.

Eu peço para que a Dra. Luana possa adentrar aqui e a gente começar a nossa sessão.

E, ao longo da sessão, a gente vai fazendo questões de ordem e eu vou atendendo V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Queria que o senhor guardasse a minha a minha questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. é o próximo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou aguardando, Sr. Presidente, também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – A minha também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ficar tranquilo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só fazer o registro enquanto ela chega ao plenário.

Eu estou com duas máscaras e estou percebendo que o som está um pouco mais difícil.

Presidente, eu queria só fazer o registro também da solidariedade à jornalista Daniela, registrando que a posição e a fala do Presidente da República em relação à jornalista é uma fala contra a democracia brasileira, contra a imprensa brasileira. Infelizmente, o nosso Brasil, na posição no quesito liberdade de imprensa no mundo, está na posição 107, ou seja, estamos muito longe, infelizmente, do primeiro lugar. Então, a minha solidariedade. Nós tivemos, apenas em 2020, por parte do Presidente da República, 428 ataques a jornalistas. E é bom lembrar que uma boa parte desses ataques, infelizmente, foram às mulheres jornalistas.

Então, a minha solidariedade à jornalista e a todos os jornalistas do Brasil, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dra. Luana, eu vou falar algumas palavras aqui que constam do nosso roteiro.

V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim, sempre.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

V. Exa. precisa usar os primeiros 15 minutos para falar?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Gostaria, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, fique à vontade.

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para expor.) – Muito obrigada.

Bom dia a todos, Presidente, Vice-Presidente, Relator, Sras. e Srs. Senadores, 320 dias.

Aliás, mais de 320 dias, esse seria o tempo que teríamos que ficar quietos para respeitar um minuto de silêncio para cada uma das mais de 460 mil mortes pelo Covid-19 no Brasil.

Só de ontem para hoje é como se mais de 12 aviões comerciais grandes, lotados, tivessem caído no nosso território. Essa é a razão pela qual eu estou aqui hoje, para mim isso é intolerável e toda pessoa deve fazer o que estiver ao seu alcance para impedir essa hecatombe.

Vejam, eu não pertenço ao mundo de vocês. Eu não sou um ser da política, eu sou médica, infectologista, epidemiologista, técnica, leal aos meus pacientes e guiada pelo juramento médico que eu fiz.

Sou formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com residência em infectologia também pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sou filha de Minerva.

Em um programa de mestrado com mais de 100 anos de história, eu fui a primeira pessoa do Brasil a receber a bolsa de estudos mais importante da maior, mais antiga e mais bem ranqueada escola de saúde pública dos Estados Unidos, quiçá do mundo, a escola de saúde pública da Universidade Johns Hopkins, de que vocês devem ter ouvido falar bastante durante esta pandemia.

Sou consultora em saúde pública global para organizações internacionais com foco em desenvolver soluções em preparo e resposta de sistemas de saúde regionais e nacionais contra ameaças infecciosas, especialmente em ambientes vulneráveis, com consequente adaptação permanente e fortalecimento dos seus sistemas de saúde. Utilizo os meus conhecimentos e a minha competência para, a partir das evidências científicas existentes, ajudar gestores a identificar e a superar gargalos na obtenção de melhores resultados no combate à pandemia. Atuar sob intensa pressão em ambientes heterogêneos e desafiadores é parte natural do meu trabalho.

Quando fui convidada pelo Ministro Marcelo Queiroga para uma conversa sobre o combate à pandemia, vim a Brasília pra entender em que condições eu poderia ajudar a sua gestão e o meu País. Não tive medo. Não vim com ideias preconcebidas. O meu foco é sempre o resultado final, o bem para a população, e isso deve prevalecer acima de qualquer coisa.

E o que o Ministro me apresentou foi um projeto sólido, baseado em evidências, de superação desses obstáculos no contexto brasileiro, e também a necessidade de alguém técnico e competente para conduzir esse trabalho. Uma secretaria técnica, um desejo antigo seu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sua apresentação foi consonante aos meus valores que claramente explicitei a ele. Aceitaria o convite para esta posição conquanto me fosse garantida a autonomia necessária e sempre – sempre – fossem respeitadas a cientificidade e a tecnicidade. Vejam, eu pleiteei autonomia, não insubordinação ou anarquia.

Entendo que essa secretaria faz parte de uma estrutura e deve se aproveitar dela, mas que, para atingir seus objetivos, precisaria ter a autonomia necessária para agir, no que fui prontamente respondida pelo Ministro de forma afirmativa e concreta. O objetivo da secretaria me foi colocado, portanto, como sendo coordenar os esforços do Governo Federal relativos à pandemia, o que é extremamente necessário e louvável. Visa também auxiliar na interlocução com Estados e Municípios, além de concatenar as sociedades científicas nacionais e internacionais no suporte aos esforços brasileiros no combate à Covid-19.

Senhoras e senhores, ciência não tem lado, ciência é bem ou malfeita, ciência é ferramenta de produção de conhecimento e educação para servir à população, priorizando a vida e a qualidade de vida sempre como objetivo maior. Esta distância ou oposição entre populações e ciência não existe. A ciência deve ser incentivada, protegida e sempre sobreparar com quaisquer disputas.

A vivência de uma crise sanitária complexa e gigantesca, como a atual, exige uma resposta igualmente intrincada, multifatorial, interdependente. Cada uma das estratégias utilizadas deve ter um embasamento sólido, peso, importância. É impossível abrir mão do aprendizado propiciado por outros países e instituições na elaboração da nossa estratégia. Esta é uma corrida contra o tempo, e, numa pandemia quase que por definição, nós estamos correndo atrás do vírus. Com esse aproveitamento, passamos de reativos a pró-ativos, damos passos mais largos, ganhamos tempo e perdemos menos vidas. Precisamos aprender com a nossa experiência e também com a dos outros países e aí, então, adaptarmos essas estratégias, essas condutas com melhores resultados ao nosso cenário socioeconômico, ao que nos é factível, real.

Sim, cada país, cada estado, cada cidade, cada profissional de saúde, cada paciente tem autonomia pra definir suas políticas de saúde em qualquer nível, individual e populacional, mas é muito, muito perigoso que abramos mão desse intercâmbio e cedamos a uma mistura aflitiva – não exclusiva nossa, vejam bem – de falta de informação, desespero e arrogância. Pode ser letal.

Cabe aos senhores, aqui, investigar o que bem entenderem e, à Justiça, decidir sobre o que vocês levantarem aqui. A profissionais como eu, cabe continuar exercendo o nosso papel a despeito de qualquer cortina de fumaça; compreender o passado, analisar profundamente o presente e, proativamente, desenvolver ferramentas pra que melhoremos e agilizemos a nossa resposta à pandemia. E, finalmente, mais do que isso, nos comunicarmos efetivamente com as pessoas sobre saúde pública.

Pela primeira vez, esse tema invade a casa das pessoas diuturnamente e de forma a acachapante, sem escapatória. É a primeira vez em que a ciência é feita globalmente com esforços e resultados tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidentes e sob tamanho escrutínio público em meio a tanta dor. Essa é uma enorme oportunidade de crescimento da nossa educação e da nossa cidadania. Saúde pública é muito mais que hospitais ou médicos; saúde pública é educação, é desenvolvimento científico, infraestrutura, economia, cultura, é atenção primária, é parceria com a comunidade, é multiplicação de liderança.

A Covid-19, senhores e senhoras, é uma doença ardilosa, mas a pandemia é, acima de tudo, uma crise de confiança. Pelos nossos erros, todos perdemos a confiança do povo. É imperativo que deixemos o que não presta mais de lado e, unidos, busquemos uma solução para o que estamos vivendo. A cada dia que lutamos uns contra os outros, o vírus vence.

Senhoras e senhores, eu me recuso a ficar calada um minuto além destes 320 dias. Eu fiz e faço a minha parte, assim como muita gente decente neste País. Gostaria muito que todos nós nos empenhássemos, daqui pra frente, a despeito de inclinações pessoais, na luta contra este inimigo em comum.

Contando com a civilidade de vocês, eu estou à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Dra. Luana.

Eu passo a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Omar Aziz; cumprimentar o Vice-Presidente; cumprimentar os Senadores, as Senadoras – Senadora Leila, Senadora Eliziane, suas presenças nos honram aqui.

Eu quero cumprimentar verdadeiramente a Dra. Luana Araújo pela exposição inicial assertiva, comprometida com o nosso País, respeitosa à memória dos mortos e de seus familiares e, evidentemente, querendo colaborar para o aprofundamento dos nossos trabalhos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu pretendo fazer perguntas objetivas, pertinentes, rápidas, factíveis e, desde logo, quero dizer que a expectativa que nós temos com relação à sua participação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é a melhor possível, tanto que a convidamos para vir aqui e antecipamos a sua vinda exatamente porque a enxergamos dessa forma.

Eu peço, rapidamente, para se exibir um vídeo. Por favor, Izabelle.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., que é médica, infectologista, com pós-graduação em Epidemiologia nos Estados Unidos, foi indicada como Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid. Seu nome foi anunciado com empolgação, como vimos, pelo Ministro da Saúde Marcelo Queiroga, e V. Sa. chegou a discursar, como vimos também, durante o anúncio. Iniciou no ministério, mas não foi oficialmente nomeada, infelizmente, até desistir do cargo dez dias depois.

Questionamos: nos poucos dias em que V. Sa. esteve no Ministério da Saúde extraoficialmente, chegou a algum diagnóstico sobre a atuação da pasta no enfrentamento da pandemia?

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Sim.

Primeiro, apenas uma pequena correção: eu não tenho uma pós-graduação pela Johns Hopkins. Eu sou mestra em Saúde Pública pela Johns Hopkins. Parece uma pequena...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não apoiado, não apoiado...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Mas é importante que seja esclarecido.

O meu diagnóstico do período em que passei ali é condizente com o convite que eu recebi. Eu encontrei um ministro extremamente proativo, competente, capaz, orientado pelos valores corretos, científicos, dando, na verdade, um exemplo de persistência e resiliência de trabalho. Alguns dias eu recebi mensagens dele às 4h30min da manhã sobre temas que precisavam ser discutidos ou assuntos que a gente precisava começar a levantar e a discutir um pouco mais.

E o contato que eu tive dentro do ministério – é preciso que seja claro – foi muito rápido e com poucas pessoas, num momento de crise. Então, o que eu vi, Senador, foi um Ministro comprometido, com uma equipe próxima dele, que é com quem eu tive mais contato, também comprometida, e, nesse momento todo, eu mantinha o meu trabalho da forma mais correta e possível, factível, possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, tentando simplificar mais a pergunta: quais foram as atividades ou providências ou tentativas tomadas durante esse período em que a senhora esteve lá, mesmo ainda não oficialmente nomeada?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não estava oficialmente nomeada, mas, como vocês viram, eu fui apresentada e trabalhei como se estivesse nomeada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Inclusive, não recebi – importante ser dito –, não recebi um centavo por esses dias de trabalho, paguei do meu bolso todos os deslocamentos de Belo Horizonte a Brasília, que é onde eu moro, e contribuí para o que era importante e necessário naqueles momentos. Então, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infectologista única naquele cenário, naquele cenário mais próximo ao Ministro, eu fui consultora dele em vários assuntos, na verdade, ali, desde a vacinação propriamente dita, do momento das gestantes, em que a gente conversou sobre a questão dos eventos adversos, até o que é um produto maior, extremamente importante, que eu espero, do fundo do coração, que seja levado adiante com todo empenho e competência, que é o programa de testagem em massa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, sugeriu alguma correção na política de testagem ou de enfrentamento da própria pandemia? Chegou a sugerir...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Acho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... ou tentou sugerir...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... ou sugeriria?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, conversamos muito sobre o assunto. Acho que é público que o nosso programa de testagem, até esse momento, era um programa com inúmeras falhas, um programa reativo, um programa que precisava retomar as rédeas do diagnóstico e do rastreamento de contato de pacientes, que, infelizmente, não tinha sido levado a cabo até esse momento.

Então, esse tipo de intervenção, de solução de problemas, é premente e isso foi discutido várias vezes com o Ministro nesse período.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Durante a sua atividade, enfrentou alguma resistência interna no ministério? Não do Ministro, evidentemente, que V. Sa. já colocou, mas de outras pessoas no ministério? Teve algum registro ou guarda na sua memória alguma resistência interna?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu entrei e, como faço sempre, mergulhei no trabalho. Eu precisava montar uma secretaria, uma estrutura, eu precisava conseguir pessoas competentes para trabalhar ao meu lado. É importante dizer que, mais do que... Além desses objetivos que eu citei nessa minha fala introdutória, acho que essa secretaria tem por objetivo maior dar agilidade e precisão às informações sobre a pandemia para que os gestores tenham condição de lidar melhor com o que está acontecendo. Pandemia é uma estrutura dinâmica e a gente aprende todos os dias com ela e a gente precisa movimentar nossa resposta de acordo com o que acontece, mas, idealmente, a gente precisa antecipar problemas. Então, a minha função e o meu desejo naquela secretaria era que ela funcionasse como um antecipador de problemas, para que a gente não passasse por coisas que a gente já passou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, não, eu não encontrei nenhuma resistência. Eu entrei e trabalhei profundamente. Tive contato direto apenas com o Ministro e com muito poucos secretários e, nesse período curto, todos eles foram muito solícitos ao meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A senhora falou que estava montando uma equipe.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** A senhora procurou essas pessoas dentro do ministério ou convidou alguém de fora para ir trabalhar com a senhora?

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) **–** Eu procurei dentro e fora do ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Alguém foi lá?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, e essa é uma questão interessante.

Infelizmente, por tudo que vem acontecendo, por essa polarização esdrúxula, essa politização incabível, os maiores talentos que a gente tem para trabalhar dentro dessas áreas não estavam exatamente à disposição para trabalhar nessa secretaria. Os senhores podem imaginar que eu, para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não estavam à disposição ou não queriam trabalhar?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não queriam trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ah, está bom.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não estavam à disposição é: "tenho outras coisas que me são mais interessantes neste momento". E isso é muito importante que seja dito, porque nós temos cérebros incríveis dentro deste País. Eu abri mão de muitas coisas pela chance de ajudar o meu País. Não precisava ter feito isso, mas fiz e estou aqui agora. Os senhores acham que as pessoas, de fato, que têm interesse em ajudar o País e competência para fazer isso, neste momento, se sentem muito compelidas a aceitar esse desafio? Não se sentem. Então, infelizmente, a gente está perdendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Ministro demonstrou uma óbvia empolgação quando anunciou seu nome para a secretaria. Aliás, ele já havia falado aqui, quando esteve na própria Comissão Parlamentar de Inquérito, e nós o apoiamos nessa sua pretensão em função das suas qualidades óbvias. Houve alguma mudança de comportamento dele durante os dez dias?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Essa... Durante todo o meu período lá, eu tive um acesso direto ao Ministro. Dentro de todas as necessidades que eu via importantes de antecipação de problemas, como eu disse, ou de determinação de condutas, eu tinha esse acesso direto a ele. E, até o momento da minha saída, esse comportamento se manteve exatamente o mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Dra. Ludhmila disse ter sofrido ameaças após o convite para o ministério. V. Sa. chegou a receber algum tipo de ameaça durante o tempo em que esteve ou mesmo depois que saiu do Ministério da Saúde?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu, como vários infectologistas neste País, desde o começo da pandemia, sofremos diversas ameaças – diversas – de: "não saiam de casa", "tomara que você e sua mãe morram" ou isso ou aquilo. Isso foi parte preponderante do trabalho que a gente desenvolveu desde o começo. Isso é uma coisa que é extremamente lamentável, não pela minha segurança propriamente dita ou a dos colegas, mas é pela perda da oportunidade de educação do nosso povo, pela perda de transformação dessa dor enorme em uma oportunidade de crescimento para explicar para as pessoas.

Eu, inclusive, neste período, por conta dessa história toda, acabei desenvolvendo um *site* para tentar transformar essa ciência, que, às vezes, é hermética para as pessoas entenderem, em algo que fosse mais claro, explicar qual é a diferença entre um vírus e uma bactéria... Parece uma bobagem, mas, quando você diz isso para as pessoas e você pergunta isso para elas, elas começam a entender por que razão não existe papel para um uso de antibiótico num tratamento de uma infecção viral. Então, essas coisas precisam ser deixadas claras.

A população não é nossa inimiga. Muito pelo contrário: saúde pública, senhores, não existe sem o povo. Eu, se sou gestora, eu posso mandar as pessoas fazerem o que elas quiserem, né? Eu posso dar as ordens, mas, se eu não tenho a parceria popular, as pessoas não vão fazer. Nós vivemos num país de condições socioeconômicas extremamente vulneráveis. As pessoas têm dificuldade de compreensão de várias coisas. Então, é preciso que esse papel aconteça.

Sobre ameaças, portanto, eu recebi várias: antes dessa história toda, bastantes; durante, eu realmente não prestei atenção em mais nada, não entrei em mídia social, não fiz nada disso, então, a mim não chegou nada. Eu não tenho assessores. Eu sou uma técnica que trabalha para isso. Então, a mim, neste período específico, não chegou nada. Depois disso, já tentaram divulgar meu endereço na internet, já tentaram dizer que eu teria ligações com isso e com aquilo. Eu não tenho. Então, fica difícil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, eu peço para exibir o vídeo nº 2 – por favor, Izabelle.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vimos que o Ministro Marcelo Queiroga depositou muita esperança na nova secretaria e em V. Sa. também, claro. No entanto, em redes sociais, V. Sa. manifestou-se contrariamente à adoção do chamado tratamento precoce, classificando o uso de medicamentos como a hidroxicloroquina como "neocurandeirismo, iluminismo às avessas, Brasil na vanguarda da estupidez mundial". Pergunto: essa divergência em relação à posição do Presidente da República foi o motivo de sua saída do ministério, como foi o caso, por exemplo, do Ministro Teich?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu acho que essa pergunta deve ser direcionada especificamente ao Ministro Marcelo Queiroga. A minha posição pública, absolutamente pública, ela não é uma opinião. Veja bem, na Medicina, a gente tem opinião até o momento em que a gente substitui essa opinião por evidências. As evidências tiram da responsabilidade individual do profissional um juízo de valor sobre aquela situação. Então, é preciso compreender como funciona o processo científico para que você consiga dizer isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas que... Objetivando o que...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não fui... Não me foi dada nenhuma justificativa para a minha saída.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas quais são as evidências? Aí, nesse caso...

A SRA. LUANA ARAÚJO – As evidências são muito claras...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... já que não há fatos, tem evidências que podem contar.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim, as evidências são claríssimas, transparentes. Existem muitos estudos. As pessoas falam muito em metanálise. Está errado falar em metanálise. Metanálise é uma ferramenta estatística. Ferramenta estatística que faz o quê? Pega um monte de estudos, junta aquilo, espreme, para, estatisticamente, achar alguma coisa com força. Só que, dependendo daquilo que você faz, dependendo daquilo que você junta, o seu resultado é uma porcaria ou ele é positivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, objetivando: por que sua nomeação não saiu antes, como é comum...

A SRA. LUANA ARAÚJO – O que me foi dito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para a senhora começar efetivamente a trabalhar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim. O que me foi dito é que existia um período... E eu não entendo disso, tá, Senador, então, corrijam-me se eu estiver errada....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, que isso...

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... mas que existe um período entre a criação da secretaria e um processo chamado apostilamento de cargos, que deveria ser feito – isso foi o que me foi dito –, que deveria ser feito para que a minha nomeação fosse publicada em Diário Oficial. A minha nomeação estava programada, segundo o que me foi dito, para uma segunda-feira, não saiu; aí ficou para uma terça-feira, não saiu; quando chegou na quarta-feira eu já tinha entendido o que tinha acontecido, eu já tinha entendido que aquilo não ia funcionar. E eu trabalhei normalmente na quarta-feira, até que na quarta-feira à noite eu fui chamada e fui comunicada de que, infelizmente, com pesar, a minha nomeação não sairia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em algum momento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor me permite?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** O que a senhora tinha entendido?

A SRA. LUANA ARAÚJO – O que eu tinha entendido?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sim. Qual a sua compreensão?

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) **–** Eu entendi que a minha nomeação não sairia porque, quando eu vi que a coisa estava se arrastando, eu entendi que aquilo não ia acontecer. Já tinha sido publicada pela imprensa várias vezes essa questão das minhas falas. Eu sou uma pessoa assertiva, eu sou uma pessoa que acho que muita gente não está acostumada com esse tipo de posicionamento, mas eu sou uma pessoa assertiva e segura da minha competência e do que eu sei, mas, mais do que isso, eu sou segura daquilo que eu não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora acredita então que a sua posição científica influenciou na não efetivação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não sei, Senador. O que eu sei é que houve essa confusão toda de imprensa, eu estava trabalhando, e a minha nomeação não saiu. Agora, quem pode esclarecer isso melhor não sou eu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Dra. Luana, em algum momento a senhora discutiu ou conversou com o Ministro Marcelo Queiroga a respeito de tratamento precoce, medidas não farmacológicas?

A SRA. LUANA ARAÚJO – O Ministro Marcelo Queiroga é um homem da ciência. Todos nós somos absolutamente a favor de uma terapia precoce que exista. Quando ela não existe, ela não pode se tornar uma política de saúde pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas a pergunta foi: conversou em algum momento, não conversou, discutiu sobre esse assunto?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, porque isso nem foi um assunto, Senador. Essa é uma discussão delirante, esdrúxula, anacrônica e contraproducente. Quando eu disse que um ano atrás nós estávamos na vanguarda da estupidez mundial, eu infelizmente ainda mantenho isso em vários aspectos, porque nós ainda estamos aqui discutindo uma coisa que não tem cabimento. É como se a gente estivesse escolhendo de que borda da Terra plana a gente vai voar; não tem lógica. A gente precisa desenvolver soluções, estratégias claras adaptadas ao nosso povo. A gente precisa ajudar o gestor, que neste momento é o Ministro Queiroga, a conseguir os resultados que ele precisa, porque desses resultados dependemos todos nós. Então, ao invés de a gente fazer isso, com todo o respeito do mundo, nós estamos aqui discutindo algo que é um ponto pacificado para o mundo inteiro. Esse que é o perigo da nossa fragilidade e da nossa arrogância. É preciso que a gente aprenda com os outros lugares, com as outras instituições. A gente precisa ganhar tempo, como eu disse. Não tem cabimento isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então não havia efetivamente nenhuma contraposição da senhora com o Ministro nessa questão específica?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Nenhuma absolutamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele concordava com essas teses todas que a senhora defendia.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Isso não foi nem uma discussão, Senador. Eu nunca parei para sentar e discutir com o Ministro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, conversa, discussão, conversa. A pergunta não...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, nada, esse assunto nunca existiu entre nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... não tem uma premissa obrigatória.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, esse assunto nunca existiu entre nós. A nossa discussão é em outro nível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

V. Sa., por favor, considera que suas opiniões baseadas nas evidências científicas atualizadas causaram, de certa forma, animosidade com o Governo Federal?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não sei lhe responder sobre isso, mas, se isso aconteceu, é extremamente lamentável, né?

Todos vocês que estão aqui, tenho certeza, discordam fundamentalmente uns dos outros em vários aspectos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro!

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... e, ainda assim, estão aqui trabalhando pelo País.

Eu me dispus a trabalhar pelo meu País independentemente de uma situação pontual, que nem deve mais ser discutida, como eu falei.

Então, se isso aconteceu nessa circunstância, eu lamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E nós nos dispomos a fazer um esforço muito grande aqui para saber o que é que, efetivamente, frustrou a sua nomeação...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu também gostaria de saber, Senador. (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... já que todos nós a defendíamos...

A SRA. LUANA ARAÚJO – É, é!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e defendemos.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu, realmente, gostaria de saber. Honestamente, não me foi comunicado qual foi a razão pela qual a minha nomeação não foi aprovada. Eu, simplesmente, fui comunicada de que, infelizmente, essa nomeação não sairia. Eu agradeci profundamente a oportunidade de servir ao meu País, peguei as minhas coisas e voltei para Belo Horizonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. considera, por exemplo, que sua saída pode ter relação com um aconselhamento, que já comprovamos que existe, do Presidente da República por uma estrutura partidária ao Ministério da Saúde?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não sei dizer. Eu não tive contato... Veja, eu não tive contato com nenhum Parlamentar, eu não tive contato com...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é Parlamentar, é uma estrutura paralela, um Governo paralelo que...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim. Então, eu não tive contato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... existe efetivamente e foi comprovado aqui...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pelo depoimento de muitos.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É assim: essa diferença posta foi do Presidente da República? Foi ele? Ou teve alguma influência de algum aconselhamento paralelo?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Olha, eu não tive informações sobre um aconselhamento paralelo. Eu não encontrei ninguém que eu pudesse analisar que fizesse parte de um aconselhamento paralelo. Eu não encontrei o Presidente da República, não o conheci. Eu até brincava, dentro do Ministério da Saúde, que a sala, a área que tinha sido dedicada, a princípio, para a secretária ficava no anexo, ao final do anexo, num andar distante do gabinete do Ministro. E eu brincava com eles que eu ia lá para a minha sala em Ceilândia, porque era bem longe, lá dentro do próprio ministério. Então, assim, eu fiquei praticamente isolada nesse período. E o contato que eu tive era um contato direto com o Ministro e com poucos assessores do Ministro. Então, eu não tenho experiência para lhe falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem lhe comunicou que a senhora não...

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – O próprio Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que ele disse?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Ele me disse isto: que lamentava, mas que meu nome não ia passar pela Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – E não passou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acho que assim pode...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E não passou pelo "gabinete do ódio". Deve ser o "gabinete do ódio" que faz essa triagem aí. E não passou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Luana, é só para reiterar: então, o Ministro lhe comunicou que a sua nomeação não iria passar pela Casa Civil ou não tinha passado?

A SRA. LUANA ARAÚJO – O Ministro, com toda a hombridade que ele teve ao me chamar, ao fazer o convite, me chamou ao final e disse que lamentava, mas que a minha nomeação não sairia, que meu nome não teria sido aprovado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja a sua importância aqui, para a gente, nesta Comissão.

Então, será que a sua...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Olha, há só um adendo. Desculpa, Senador! Eu falei Casa Civil porque é onde eu entendo que esse nome seja aprovado ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo menos deveria...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não sei se é esse o processo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente!

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... porque eu não sou desse negócio. Eu só queria deixar claro isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É adequada a dúvida de V. Sa.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É totalmente adequada. No momento atual, é totalmente adequada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse episódio demonstra, de certa forma, que o Ministro continua sem ter autonomia para definir a sua equipe ou estabelecer a política pública para o enfrentamento da pandemia?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Olha, Senador, até onde eu vi, o Ministro tem autonomia técnica para definir a sua equipe, tanto que me chamou e me disse, quando ele me convidou, que esta era uma instrução, inclusive, que vinha avalizada pela Presidência da República, que era procurar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, na medida em que não materializa, que a nomeação não chega ao final, talvez não falte exatamente essa autonomia? Porque os outros ministros disseram que essa autonomia não lhes era dada, porque tinha um gabinete paralelo no Palácio do Planalto.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso. E nós lamentamos até, quando o Ministro esteve aqui, porque talvez os fatos, os antecedentes não possibilitassem que ele tivesse a autonomia que parecia ter.

Esse episódio da Copa do Mundo, em que ele se calou como Ministro da Saúde e preferiu ser ministro do silêncio, demonstrou, de uma outra forma, que a autonomia realmente não existe. O Ministério da Saúde continua sem autonomia para formar a equipe – que é um dado fundamental e que a não nomeação de V. Sa. exemplifica – e para definir as próprias políticas públicas, porque, como se sabe e esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem levantado, as políticas públicas são definidas por esse gabinete paralelo, que prioriza inclusive a utilização do próprio orçamento.

Em uma de suas redes sociais, no Twitter, V. Sa. fez a seguinte declaração, aspas: "Não tem nenhuma força de evidência, são fracos, cheios de vieses. Se quiserem usar a hidroxicloroquina por fé é uma coisa, mas atribuir qualquer ciência a isso é uma afronta a quem trabalha direito", fecha aspas.

Quando a postagem foi retirada da rede por V. Sa., as declarações já haviam sido publicadas pelo jornal *O Globo*. Por que V. Sa. apagou essa postagem?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não apaguei a postagem, eu deletei a conta. E eu fiz isso, Senador, porque, de novo, o meu objetivo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, não é questão de estar sendo agredida. Na verdade, eu nem presto atenção nisso, honestamente. Eu apaguei porque eu acho que o foco deve ser sempre no trabalho. E eu não tinha nem conseguido assumir ainda, e o foco não estava no trabalho, estava numa discussão, de novo, anacrônica e contraproducente. Então, eu tirei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ...Presidente. Como não?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Foi simples assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Doutora...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Objetivando...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Objetivando aqui: a senhora conheceu o Dr. Queiroga como?

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) **–** Eu o conheci no momento em que ele me ligou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Tá.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... pra me fazer um convite pra vir a Brasília pra conversar sobre a questão da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas, assim, do nada, sem conhecê-la, sem saber quem a senhora era, qual é a sua especialidade, qual a sua experiência? O Dr. Queiroga... Alguém deve ter indicado ao Dr. Queiroga a senhora. Quem foi que indicou a senhora?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Com todo respeito do mundo, Senador, não é que é do nada ou que não me conhece. Eu sou uma pessoa competente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não estou dizendo...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não estou dizendo que o senhor está questionando isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não, doutora.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não é isso. Deixe-me completar aqui, para deixar claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não chamaria... Eu não chamaria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso.

A SRA. LUANA ARAÚJO – É, não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ...alguém para dentro do meu gabinete...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em momento algum eu disse isto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou querendo colaborar.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ...que a senhora não é competente.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, a senhora vai para um cargo de confiança, porque a senhora é nomeada a pedido, tecnicamente. É lógico que alguém deve ter dito: "Olha, eu conheço a Dra. Luana, já trabalhei com ela. Ela é uma pessoa acessível, é uma pessoa que gosta de trabalhar em grupo e tal". Porque, do nada, ninguém liga para uma pessoa porque ela viu na internet ou procurou ali um especialista. Especialistas tem muitos no Brasil, está certo?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou questionando a sua competência.

Aonde eu quero chegar, doutora, é: do nada ninguém vai ligar para o seu telefone e convidá-la para ser secretária aqui do Ministério da Saúde, em plena pandemia. Está certo?

Quem foi que indicou ao Dr. Queiroga a senhora?

A SRA. LUANA ARAÚJO – O que eu quero dizer, Senador, é que eu não sou um nome óbvio, claramente, porque eu não pertenço a nenhuma das esferas que vocês estão acostumados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, doutora. Não é isso que eu estou perguntando, doutora!

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não sei que... Olha só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nome óbvio... Não é essa a questão. Ninguém aqui questiona a sua qualidade. Veja bem...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu sei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – ... conhecimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. LUANA ARAÚJO – É uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que eu quero saber.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Então, mas é...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... como qualquer seleção de trabalho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para permitir que possa concluir a exposição, e talvez fique satisfeito, aí a gente volta a inquirir com relação a esse ponto. Só uma sugestão.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não estou dizendo que o senhor está falando contra a minha competência, não, Senador Omar, de forma alguma. O que eu quero dizer é que eu, obviamente, não sou um nome claro para todo mundo porque não faço parte do *pool* de pessoas que normalmente são chamadas para esses cargos de confiança. Mas o que o Ministro queria para essa secretaria especificamente era alguém com competência e experiência nesse assunto. Então, eu imagino que ele deva ter feito uma seleção das pessoas que podiam ser compatíveis com esse perfil. Eu sou uma consultora em saúde pública, como eu disse, para organizações internacionais. Então, eu imagino que através dessa situação o meu nome tenha sido aventado, e nessa seleção ele me chamou. Eu vim e conversei com ele. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Está bom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora trabalha em algum hospital em Belo Horizonte ou Minas?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não. Neste momento, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A senhora atendeu...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu vi pacientes de forma particular, vi pacientes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A senhora atendeu quantos pacientes de Covid desde quando iniciou a pandemia?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Ah, eu não tenho um número exato para lhe passar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Alguns, cinco, dez, cinquenta?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não... Algumas dezenas de pacientes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Está o.k.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Mas essa não é exatamente a minha função principal durante a pandemia. A minha função principal era...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Era fazer uma política pública.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Saúde pública.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, tá bom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Voltando, sobre o Twitter e o que foi publicado n'*O Globo*, V. Sa. expressou essa opinião contida no tuíte na matéria d'*O Globo* também para autoridades?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Olha, a única autoridade, se assim a gente pode dizer, com que eu tive contato foi o Ministro. E, como eu lhe disse, eu nunca conversei sobre isso com o Ministro porque isso não é uma questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E, além do Ministro, não teve mais contatos com ninguém no ministério?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, eu tive contato, por exemplo, como um dos secretários de saúde que tem informações que eram importantes para essa pasta. No caso, hoje, é o Secretário de Atenção Especializada, porque, na pasta dele, nesse momento, estavam concentradas as informações sobre insumos críticos, e isso deveria ser uma coisa coordenada pela Secretaria de Covid. Então, eu tive contato com alguns poucos secretários e o Ministro propriamente dito. Eu não tive outras apresentações a outras autoridades, por assim dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguns desses secretários eram contrários ao tratamento precoce no ministério?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador (*Risos.*), eu não discuti isso com ninguém mesmo, sabe? Porque isso, de novo, não é uma questão nem para mim nem para a política de saúde pública, então isso nunca foi uma questão com ninguém. E eu não saí também perguntando para as pessoas se elas eram contra ou a favor – se é que isso existe, né? Porque eu acho que isso não existe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas não é isso, não é perguntar. É que a convivência...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e a nomeação de uma secretária...

A SRA. LUANA ARAÚJO – É, mas foram só dez dias, né, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que já estava ocupando efetivamente o cargo...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Hã-hã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... geralmente obriga a essa própria convivência...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e a presença física no local a discutir temas que serão enfrentados...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Pois é, a única...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou que embasam políticas públicas.

A SRA. LUANA ARAÚJO – É... A gente não conversou sobre isso, mas o que eu sei de informação sobre isso, tanto que foi a única coisa que foi talvez mencionada nesse período, é que essas análises todas estavam sendo feitas, e isso foi dito num contexto de: quais são as câmaras técnicas que a gente tem hoje disponíveis no Ministério da Saúde? E isso foi colocado como uma questão decidida tecnicamente pela Conitec. E pronto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., em algum momento, Dra. Luana, teve a percepção de que servidores ou técnicos do Ministério da Saúde são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

preteridos, rebaixados, outros perseguidos por não endossarem o tratamento precoce da Covid-19? Nunca teve essa informação ou ouviu dizer pelo menos?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não. Eu nunca tive essa informação. O que eu busquei lá dentro eram as pessoas que eu considerava técnicas e capazes pra lidar com essa crise. Existia uma comissão, um comitê de operações especiais, que estava sendo, no mínimo, subutilizado nesses últimos tempos. E essas pessoas eu estava tentando puxar pra essa secretaria, porque eu achei que eram pessoas importantes nesse sentido. Mas, de novo, a minha avaliação nunca foi baseada nesse tipo de informação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Dra. Luana...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sabe o que é? É inacreditável como a senhora, tendo mestrado e se formado numa das melhores universidades do mundo na área de saúde, seja vetada pelo Governo. Veja bem, por isso a presença da senhora aqui. É claro pra gente aqui: não estão interessados em quem tem capacidade pra gerenciar essa crise; estão interessados pra quem compactua com alguém que, desde o primeiro momento, acreditou no tratamento precoce e na imunização de rebanho. Então, a senhora, com mestrado, veja bem, com um quadro altamente qualificado, que o Governo, que o Ministro Queiroga, que disse aqui pra nós que teria autonomia pra nomear quem ele quisesse... Já está provado que não é verdade, ele mentiu aqui pra gente. E, quando a gente fala a palavra mentiroso é porque realmente são fatos, mentiu, disse: "Olha, Ministro Queiroga, o senhor tem autonomia pra montar o quadro que eu quiser".

A senhora é vetada na Casa Civil por uma razão, por duas razões. A primeira, por não compactuar politicamente com as ideias oriundas daquele gabinete paralelo; e a segunda, se a senhora estivesse envolvida com processo de corrupção ou coisa parecida, coisa que não é o seu caso.

A SRA. LUANA ARAÚJO – É. Não é, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Vamos explicar por que, como é vetado um servidor público...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** São essas duas hipóteses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São duas hipóteses. A primeira seria por não concordar com a política pública que querem colocar goela abaixo ao povo brasileiro, que é cloroquina, ivermectina e outras coisas mais. Ontem a Dra. Yamaguchi esteve aqui e não conseguia dizer qual era, onde tinha sido... O Senador Alessandro perguntou: "Onde foi publicado?". Ela não conseguia dizer um lugar que tinha sido publicado. E aí depois nós é que somos mal-educados e tal.

No seu caso, que com certeza não é nem um tipo de envolvimento com falcatruas ou coisa parecida, foi por uma questão política, porque a senhora não compactua com o Governo nessa loucura de querer tratar com seriedade o que está acontecendo no nosso País, que já tem mais de 465 mil vidas... É isso, Dra. Luana, que nós queremos colocar aqui. E está claro pra gente que não basta competência, Senador Renan, tem que rezar o pai-nosso do jeito que o chefe maior manda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já me encaminho para o final.

Vou tentar, no final, objetivar algumas perguntas pra que V. Sa. efetivamente possa colaborar com esse entendimento, porque as pessoas não acreditam verdadeiramente que, depois do que aconteceu, da inversão e da dificuldade que o Ministro Queiroga teve para chegar ao final do seu processo de nomeação, frustrando uma enorme expectativa que ele havia anunciado, inclusive aqui para nós, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, não tenha nada, absolutamente nada, do ponto de vista do fato, do ponto de vista da evidência, do indício, tampouco o que a senhora acha que foi o que na verdade aconteceu.

Sobre a crença equivocada de um tratamento precoce eficaz contra a Covid-19, V. Sa. afirmou certa vez: "As pessoas não sabem em quem acreditar, no político ou no cientista, no meio disso tudo vira um salve-se quem puder e as pessoas acabam acreditando naquilo que preenche suas expectativas. A partir do momento em que você diz que existe uma droga, duas, três, cinco, para dar suporte, a pessoa pensa que não precisa mais lavar a mão, não precisa mais usar a máscara porque é chato, não precisa mais fazer distanciamento porque ela confia nessa terapêutica, mas essa terapêutica não existe" – fecho aspas.

Eu vou fazer duas perguntas precisas.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim, pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E com maior objetivo.

A defesa, pelo Presidente da República, do tratamento precoce, notadamente com o uso da cloroquina, no seu entendimento, estimulou a população a abandonar as medidas não farmacológicas de prevenção da doença como o uso de máscara e o distanciamento social referidos há pouco nas suas declarações?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora acha que isso teve algum impacto?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** As declarações do Presidente?

A senhora já viu as declarações do Presidente sobre isso?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Olha, eu vi declarações de muitas pessoas sobre o assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu estou falando especificamente do Presidente.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Também a do Presidente e de muitas outras pessoas.

Quando eu falei, na minha apresentação inicial, que a pandemia é uma oportunidade de multiplicação de lideranças, é porque a gente precisa multiplicar lideranças com informações corretas pela população como um todo, não é?

Na hora em que você... Em que qualquer pessoa, independente do seu cargo, da sua posição social, defende algo que não tem comprovação científica, você expõe as pessoas do seu grupo a uma situação de extrema vulnerabilidade, então, todo mundo que diz isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, a senhora acha que impactou, que expôs.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... tem responsabilidade sobre o que acontece depois.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que medida a divulgação desse iluminismo às avessas, como V. Sa. mesmo definiu, impactou a evolução da pandemia no Brasil?

Já chegamos a mais, como a senhora falou aqui, de 465 mil mortes.

Eu queria que a senhora, como técnica, como especialista, como alguém – eu participo desse entendimento – que faria um grande trabalho à frente da secretaria do Ministério da Saúde, enxerga esse impacto, essa evolução?

A SRA. LUANA ARAÚJO – É, Senador, é o seguinte. Nós temos uma... Nós temos estudos que mostram que a mortalidade... É uma metanálise – aí, sim, uma metanálise feita da forma correta, uma metanálise que é essa ferramenta que condensa e melhora a nossa percepção de estudos, feita sobre estudos que são de alta qualidade, que são estudos randomizados, controlados – e mostra que existe um aumento da mortalidade com o uso de cloroquina e hidroxicloroquina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente transforma isso em uma decisão pessoal é uma coisa, quando você transforma isso numa política pública é outra. Então, é preciso que a gente entenda uma coisa muito séria que foi discutida em vários níveis aqui e eu gostaria muito que os senhores prestassem atenção a isso.

A autonomia médica faz parte da nossa prática, mas não é licença para experimentação. Na hora que a gente faz isso, a gente... A autonomia precisa ser defendida sim, mas ela precisa ser defendida com base em alguns pilares: no pilar do conhecimento, da plausibilidade teórica do uso daquela medicação, do volume de conhecimento científico acumulado até aquele momento sobre aquele assunto, no pilar da ética e no pilar da responsabilização. Quando você junta isso tudo, você tem, sim, direito à sua autonomia e você precisa fazer aquilo que é melhor para o seu paciente, mas você não pode abrir mão deles em nome de qualquer coisa que seja.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mesmo assim, o médico está submetido ao risco de ser imprudente, negligente ou imperito.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim, é por isso que precisa se basear nisso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nesse caso, a imprudência é evidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque é uma atividade regulamentada – regulamentada.

A SRA. LUANA ARAÚJO – É, existe... Eu acho que toda essa situação, Senadores, aponta para um problema muito grave, que precisa ser abordado em algum momento na nossa história daqui pra frente, que é a nossa formação médica, inclusive. Ela precisa ser burilada para que os nossos médicos tenham condição de compreender – não precisam ser cientistas, veja bem, mas precisam compreender – como o processo científico se desenvolve, para que eles tenham um pouco mais de segurança para poder colocar a sua autonomia da melhor forma possível.

Não é justo com os médicos brasileiros, neste momento em que a gente se encontra, com essas lacunas de formação, jogar pra eles a responsabilidade de responder por uma medicação que o mundo inteiro diz que não funciona.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só para precisar as duas respostas – e eu vou me dar por satisfeito –, com relação à pergunta se a defesa do Presidente da República e de alguma outra pessoa do tratamento precoce, notadamente com o uso da cloroquina, estimula a população a abandonar as medidas não farmacológicas de prevenção da doença, como o uso de máscara e distanciamento, a senhora respondeu que não apenas do Presidente, mas de qualquer uma pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Absolutamente: todo mundo que propaga informações que não são verídicas, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Estimula sim?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim. Isso é a prática nossa, a gente vê que as pessoas se apegam a uma esperança sobre uma proteção ou uma chance de não desenvolver doença grave e abandonam aqueles hábitos; hábito é sempre mais difícil, Senador, de ser conquistado ou ser alterado. As pessoas têm uma tendência de olhar para a medicina como uma situação baseada na farmacologia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu agradeço.

A SRA. LUANA ARAÚJO – "Eu tomo um medicamentozinho e está resolvida a vida".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu agradeço muito essa resposta e me permita, antes de terminar, checar apenas a segunda resposta.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que medida a divulgação desse iluminismo às avessas falado por V. Sa. impactou na evolução das mais de 465 mil mortes?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Nós não temos, e eu não tenho isso como dado claro, técnico, científico do impacto na mortalidade no Brasil, mas, a partir do momento em que você vulnerabiliza as pessoas... Uma população ignorante, no sentido de falta de informação, é uma população vulnerável. Então, a partir do momento em que a gente vulnerabiliza as pessoas com informações incorretas, a gente não pode esperar que o resultado seja positivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou satisfeito com as respostas, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu... Antes de passar à Senadora Eliziane, o Presidente acaba de dar uma declaração sobre mim e você novamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Olha, da parte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu não irei respondê-lo, porque ele perde tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vindo da parte do Presidente da República contra mim, qualquer declaração, eu a recebo desde logo como elogio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Presidente, o senhor está perdendo muito tempo comigo e com o Renan. Em vez de perder tempo com a gente, compra vacina pra salvar a população. Não use as mortes, porque nós vamos investigar tudo aquilo que for necessário na CPI. Não se preocupe, que nós estamos fazendo o nosso trabalho. Faça o seu, se preocupe com o seu. Deixa que a CPI a gente conduz aqui bem. Eu vou chamar a Senadora Eliziane.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Omar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, o Senador Rogério fez uma pergunta acerca da lista de inscritos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, Senador Tasso, Senador Humberto Costa, Senador Otto Alencar, Senador Marcos Rogério, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Eduardo Girão, Senador Jorginho Mello; suplentes, Senador Rogério Carvalho, Senador Marcos do Val, Senador Alessandro Vieira, Senador Luis Carlos Heinze, Senadora Leila, Senadora Zenaide Maia, Senador Izalci, Jorge Kajuru, Senador Roberto Rocha e Senadora Soraya. São os que estão inscritos até agora.

Com a palavra a Senadora Eliziane. Por 15 minutos, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar a todos os colegas, Presidente, Relator Renan.

Dra. Luana, a senhora ficou, digamos assim, no cargo, muito embora do ponto de vista formal não, pelo tempo aí de dez dias. Nesse período de dez dias, a senhora conseguiu desenvolver, apontar, apresentar alguma frente, alguma atuação, nesse período de dez dias?

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Bom dia, Senadora.

Eu participei de algumas discussões importantes com relação a como a gente conseguiria adiantar ou melhorar o nosso programa de vacinação, porque é um dos gargalos que a gente tem hoje, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente, como eu mencionei, sobre o programa de testagem em massa, que é uma prioridade pra qualquer Governo que precise lidar com uma crise como a nossa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nesse programa de testagem em massa, Dra. Luana, nós temos aqui, por exemplo: a CNN Brasil fez uma ampla matéria acerca da questão da testagem. Por exemplo, o nosso País está na posição de número 77 quando se refere à questão da testagem. Por exemplo, o número brasileiro é de 149 testes por cada mil habitantes. E a CNN fez uma publicação acerca da quantidade de 7 milhões de testes que foram vencidos aqui no Brasil. E isso significa aí um valor da ordem de R$700 milhões.

A senhora pontuou, na sua chegada, em relação a essa questão de testes, chegou a tratar sobre isso, orientou, pelo menos, algum tipo de tomada de medidas em relação a essa questão dos testes?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim. Tomei pé dessa situação, e o que me foi informado, Senadora... Eu acho que outras pessoas do ministério, talvez o próprio Ministro consiga informar melhor sobre isso, mas o que me foi informado é que esses testes não venceram; esses testes haviam feito parte... Eu não sei se eu vou saber explicar isso da melhor forma, mas eles teriam sido trocados por outros testes com validade superior pra que eles ainda pudessem ser usados.

Mas o que importa disso, na verdade, não é exatamente o teste vencido; é que a nossa estratégia de testagem, até o momento, foi baseada num tipo de teste, que vocês já devem ter feito, muitos aqui, chamado PCR, que é aquele em que a gente coloca um *swab*, um cotonete grande no nariz. Esse teste é o padrão ouro que a gente tem hoje, mas, infelizmente, pelo tamanho do nosso País e pelas dificuldades técnicas de realização de um teste que precisa de uma estrutura laboratorial grande e complexa, leva muito tempo pra gente ter o resultado desse teste. Então, na hora em que o paciente recebe de volta esse resultado, a gente já perdeu a oportunidade de interrupção da cadeia de transmissão da doença, que é o que a gente precisa hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, então...

A SRA. LUANA ARAÚJO – É só para dizer que esses testes que, em tese, teriam vencido, mas que me foram informados que não venceram, serão, espero, utilizados ainda dentro dessa estratégia de testagem. Mas essa estratégia de testagem nova não é baseada exclusivamente nesse tipo de teste.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou seja...

A SRA. LUANA ARAÚJO – No PCR.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só uma coisinha, para colaborar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É porque – a quantidade de testes que foi comprada, de PCR – o que me foi informado é que nós não temos laboratório no Brasil suficiente para que a gente tenha mais testagem em massa e tenha um resultado rápido.

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Eu acho que não é uma questão, Senador, do quanto de laboratórios que nós temos, mas é uma questão de como que as pessoas, na ponta, percebem a validade do teste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Veja bem, se é um teste que eu como médica peço, mas só vou ter o resultado daqui a nove dias... Eu estou no interior e só vou ter o resultado daqui a nove dias, por que razão eu vou pedir esse teste? Então, acaba não fazendo parte da cultura médica da ponta. Por isso a mudança de estratégia da testagem. Ela vai, sim, ainda ter um braço favorável ao uso do PCR porque precisa, é necessário, é o padrão ouro, mas ela se embasa na utilização de um teste chamado antígeno, que tem a mesma mecânica, mas é feito na mesma hora, e o resultado sai em torno de 15 minutos, e pode ser feito absolutamente em qualquer lugar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria, até em nome da resposta da Dra. Luana, pedir que a CPI faça essa solicitação de informações, porque a gente precisa contraditar – não é? – a fala da Dra. Luana, por exemplo, com a que foi divulgada amplamente pela imprensa. Por exemplo, a *Folha de S.Paulo* fala aqui claramente que a não utilização da quantidade seria de 1,7 milhão de testes que não seriam mais usados. A CNN apresenta realmente o número de 7 milhões de testes que poderiam ser vencidos.

Então, eu acredito que a gente precisa pegar essa informação de forma mais precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, e quem comprou esses testes de PCR foi o Ministro Mandetta, e ele disse aqui que ia fazer uma central. Aí eu olhei e disse: "Mas uma central? Vai centralizar, vai sair do interior do Amazonas para vir para Brasília ou para qualquer lugar, para depois voltar? Aí o paciente já foi a óbito".

A SRA. LUANA ARAÚJO – É importante só dizer que, quando isso aconteceu, se foi com o Ministro Mandetta, à época não existia outra tecnologia que fosse melhor utilizada para esse objetivo. Hoje tem. Então, não justifica a gente ainda basear a nossa estratégia de testagem numa situação que não é compatível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua estratégia – e aí que é o grande ódio... É porque quiseram usar Manaus e o Amazonas com TrateCov para você testar e dizer quem estava doente ou não. E uma colega – que seria sua colega se a senhora assumisse o ministério, a Dra. Mayra – usou, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Governo Federal usou o povo amazonense como cobaia nesses testes e nesse tratamento. E aconteceu o que aconteceu lá, perante os olhos do mundo todo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

Eu quero fazer, inclusive, uma pergunta sobre o TrateCov, Presidente.

Queria pedir aí ao novo Presidente aqui da Comissão, temporariamente, Randolfe Rodrigues, que V. Exa. me repusesse aí três minutos ou quatro, porque o meu Presidente deu uma excelente contribuição, mas, ao mesmo tempo também, o nosso tempo ficou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane, conte com toda a generosidade desta Presidência. Fique à vontade. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Secretária... (*Risos.*)

Ou melhor dizendo, Dra. Luana, antes de entrar na pergunta do TrateCov, eu não consegui, na verdade, identificar se, esse cargo que foi criado para que a senhora viesse a assumir, alguém assumiu até o presente momento. A senhora tem informações sobre isso?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não tenho informações, Senadora. Não sei lhe dizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sobre o TrateCov. No início aqui da sua fala, a senhora falou, inclusive, da sua experiência nessa área, não é?

Esse é um tema que nós já discutimos muito aqui, inclusive com a Secretária do Trabalho, que esteve aqui conosco, a Dra. Mayra, acerca da implantação do TrateCov, que foi apresentado e ficou um período no ar, aproximadamente por uma semana no ar. Eu perguntaria à senhora: como especialista na área, como alguém que tem conhecimento nessa área, qual a sua avaliação acerca desse aplicativo?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Acho que algoritmos técnicos que auxiliem os médicos, principalmente em situações de falta de recursos, são importantes. O que eles não podem é apontar para terapias que não funcionam.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

A senhora chegou a ter mais conhecimento acerca desse aplicativo, se debruçou nesse período de tempo em que a senhora passou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, senhora. O meu tempo é bastante escasso e eu costumo utilizá-lo para aquilo que, de fato, tem importância, que precisa ser resolvido. Essa questão nunca fez parte do meu radar e acho que não devia fazer de mais ninguém neste momento, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Doutora, a senhora tem no perfil do Instagram um *link* para um blogue intitulado Des-Infectando!, não é?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria que a senhora me falasse um pouco – rapidamente, porque meu tempo realmente é muito pouco – acerca desse blogue, a sustentação científica acerca desse blogue e, ao mesmo tempo também, que nos desse uma avaliação sobre uma nota técnica da Rede Brasileira de Mulheres científicas, da Associação Médica Brasileira, que pontua aí o banimento, por exemplo, da adoção da cloroquina como prevenção. Então, eu queria a sua opinião acerca dessa nota técnica da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas e, ao mesmo tempo também, nos fale acerca da sustentação das publicações desse seu blogue.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim, rapidamente. Esse *site* que eu fiz é um *site* que tenta traduzir, como eu falei anteriormente, as informações científicas, que são de volume absurdo desde o começo da pandemia, para as pessoas de uma forma geral, numa linguagem em que elas consigam entender o que está acontecendo, para que elas se tornem parceiras dos cientistas.

A sustentação de todas as informações que estão naquelas publicações está dentro das próprias publicações. Eu coloco as informações e digo lá para as pessoas: "Se você quer saber mais, você clica aqui e você tem acesso direto ao estudo que está lá."

Sobre essa nota que a senhora menciona, eu não tenho conhecimento dela. Mas, como eu disse anteriormente, acho que o combate à pandemia é feito por coisas muitíssimo mais sérias e mais importantes neste momento do que a discussão de uma medicação que, notadamente, é ineficaz no tratamento dessa doença ou na prevenção dessa doença.

Portanto, se é essa a natureza dessa nota, é isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está bem.

Doutora, queria que a senhora nos falasse um pouco, não sei se a senhora pode falar com mais propriedade, mas, enfim... Temos um resultado de uma experiência de Serrana, que acaba nos trazendo realmente muita esperança por conta da eficiência da CoronaVac. Por exemplo, a imunização de toda população adulta no Município do interior paulista com a vacina fez os casos sintomáticos da Covid despencarem 80% no caso de internação, 86% as mortes e 99%... Melhor dizendo, 95% em relação às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mortes, exatamente após a segunda vacinação do último grupo. A senhora tem conhecimento? Fale um pouco para a gente acerca dessa experiência.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

E desculpa se às vezes eu falo rápido, está bem? É porque esse é o meu hábito mesmo. Vou tentar falar um pouco mais devagar.

O que acontece, os resultados de Serrana são resultados mais do que esperados. Quando a gente aplica de uma forma tão abrangente uma vacina com aprovação pelos órgãos reguladores para determinada doença e ela tem uma eficácia que a gente consegue comprovar, o que a gente espera é que seja esse mesmo o resultado.

A diferença que eu acho que é o que importa na experiência de Serrana não é exatamente ela ter funcionado ou não, porque a gente não podia esperar outra coisa que não fosse ela funcionar, mas o que importa na experiência da Serrana é mostrar que mais que a vacina que é utilizada é a velocidade com que o processo de vacinação funciona. Se eu consigo vacinar esse bloco inteiro praticamente ao mesmo tempo, eu consigo chegar a esses resultados que a senhora está colocando. Então, é mais um incentivo para que a gente invista na aquisição ou na entrega das doses que a gente precisa para acelerar o nosso processo de vacinação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Dra. Luana, a gente tem recebido aqui, inclusive, ex-Ministros da Saúde e a gente tem visto pelas pessoas que integram este Governo ou por todas que vêm aqui que, às vezes, admitem algo aqui, mas, na prática, têm outro comportamento. Alguns, inclusive, já deixam aqui claro acerca, por exemplo, do uso da cloroquina, da defesa em relação, por exemplo, à imunidade de rebanho, ao tratamento precoce... Alguns colocam... Por exemplo, vêm aqui... É o caso do ex-Ministro Mandetta: vem aqui, diz que estava usando máscaras, mas sai daqui e, no outro dia, já participa de aglomeração, por exemplo, sem máscara. Então, a gente vê, por exemplo, o uso do medicamente cloroquina que não tem efeito cientificamente comprovado; por exemplo, o não uso da máscara; a não defesa acerca do uso, por exemplo, de álcool em gel... E aí vão passando por todas essas ações negacionistas realmente deste Governo.

Durante a sua estada para possivelmente estar ou não nessa secretaria, nessa caminhada, nessas conversas, integrantes do Governo lhe perguntaram claramente acerca desses seus posicionamentos?

E, ao mesmo tempo também, doutora, por que a retirada, a exclusão total do seu perfil das redes sociais? Seria por conta das suas defesas em relação à questão da cloroquina e de outros pontos mais no enfrentamento da pandemia?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu vou responder a primeira parte da sua pergunta, então. Acho que os meus posicionamentos sempre foram muito claros, públicos e disponíveis. Então, ninguém lá dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me fez perguntas sobre esses temas, muito provavelmente porque já sabiam da forma como eu penso. Aliás, se eu fui indicada para esse cargo, se eu fui convidada para esse cargo pela minha posição técnica, não poderia ser esperada outra coisa de mim que não fosse a defesa dos preceitos científicos. Então, isso nunca foi uma discussão.

Sobre a segunda parte da sua pergunta... Perdão, sobre...?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sobre a questão da retirada do seu perfil.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Ah, sim, a retirada do meu perfil. É um perfil que não tinha grandes utilizações. Eu falei pouco, mas, pelo jeito, falei de forma que vocês estão usando ainda até hoje, que as pessoas estão reverberando. É um perfil que eu apaguei, como eu lhe disse, porque achei que o foco do trabalho tinha que ser o trabalho e o resultado do trabalho e não esse *buzz* que foi feito simplesmente porque uma pessoa técnica defendia os preceitos da ciência. Eu realmente não consegui entender por que isso se tornou uma celeuma. Eu acho que, se você tem uma pessoa técnica com a formação que eu tenho, se ela defender outra coisa, tem alguma coisa com ela. Então, eu apaguei, simplesmente porque eu não queria me preocupar com isso. Achei que não tinha espaço mental para ficar me preocupando com isso, quando eu tinha outras coisas mais sérias para pensar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu queria fazer aqui um pedido de desculpas ao ex-Ministro Mandetta, porque eu estava me referindo ao Pazuello e fiz a citação do Mandetta. Na verdade, foi exatamente o ex-Ministro Pazuello que veio aqui e depois saiu não utilizando, de fato, a máscara.

Doutora, eu quero finalizar lhe fazendo a seguinte pergunta. A senhora esteve ali na iminência de assumir uma secretaria, não assumiu essa secretaria, teve um nível de exposição nacional, houve, na verdade, um certo envolvimento da população brasileira com a sua indicação. A senhora, como disse, fez custeio pessoal na vinda para Brasília, nas conversas, nos entendimentos. Naturalmente, também teve um desgaste emocional que é natural de todo agente público. A senhora hoje se sentiria frustrada em relação a, especificamente, essa função? E, ao mesmo tempo, se a senhora estivesse no cargo, analisando aquele momento e este momento atual, a senhora acredita que poderia trabalhar com a garantia da sua autonomia, com a garantia da sua independência nessa secretaria que foi criada pelo ministério?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senadora, eu não tenho elementos para dizer, para fazer uma ilação como esta: o que teria sido se eu tivesse ficado. Eu acho que essas intervenções da vida, elas vão mudando cenários. Então, é difícil para mim dizer se eu teria ou não a liberdade e a autonomia necessárias para exercer o trabalho. Se fica...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora aceitaria, hoje, se refizessem o convite à senhora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu vou responder à primeira parte primeiro, tá?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Tá.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Se fica alguma frustração, é claro. E essa frustração é parte do meu trabalho também. A gente nunca consegue fazer tudo aquilo que a gente gostaria que fosse feito. Então, lidar com essa frustração e procurar alternativas para compensar isso é parte do trabalho.

Se eu aceitaria hoje retornar, diante do que eu estou passando aqui agora e de tudo que vem acontecendo nos últimos dias, provavelmente, não. Veja bem, eu falei sobre isto: eu aceitei isso tudo sabendo dos custos não só pessoais, como familiares, está certo? É uma situação de exposição imensa para alguém que não tinha essa exposição e que não tinha necessidade dessa exposição. Trabalhei o tempo inteiro, fiz muita coisa por muitos outros lugares. Então, não tinha razão de passar por isso. Fiz pelo meu senso de patriotismo, porque venho de uma família que é apaixonada por este País e eu herdei esse amor pela minha terra. Então, eu fiz esse sacrifício.

Agora, eu acho muito complexo que outras... Eu desejo, do fundo do meu coração, veja bem, que alguém tão competente quanto eu ou mais assuma esse cargo e ajude a nossa Administração a chegar aos resultados que são necessários. Mas, honestamente, acho difícil que isso aconteça, porque as pessoas não têm necessidade de passar por isso que está acontecendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Dra. Luana, a senhora... A gente tem visto aqui de forma muito clara, inclusive, com a exposição de alguns depoentes, a existência de um gabinete paralelo, pessoas que não integram formalmente o Governo, mas que ditam as normas dentro deste Governo. A senhora chegou a ser inquirida, ser questionada por alguma pessoa que efetivamente não integrava o Governo?

A SRA. LUANA ARAÚJO – De forma alguma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora conheceu o Carlos Bolsonaro, filho do Presidente?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não conheci absolutamente ninguém da família.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nunca chegou a conversar com nenhum deles?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não. Não. Nunca estive nem no mesmo ambiente. Não sei nem de quem se trata, honestamente, de forma, assim, concreta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Dra. Luana, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Por nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que, quando a gente ouve exposições baseadas na ciência e com uma qualificação técnica de quem, infelizmente, não está integrando este Governo, a gente fica triste, porque falta ciência e, infelizmente, sobra muito negacionismo.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senadora Eliziane.

Pelo sistema remoto, Senador Tasso Jereissati.

V. Exa. nos ouve?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Ouço. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A palavra é sua, Senador Tasso, por 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. A depoente está à sua disposição.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) **–** Presidente, Dra. Luana, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a senhora disse no início de sua explanação uma frase que me impressionou muito e que eu tenho, de maneira leiga, apenas por observação, a constatar. A senhora disse **–** e eu queria só que a senhora me confirmasse se eu entendi direito **–** que, sem a participação popular, as coisas não vão acontecer. É correto? Eu entendi isso, ou seja, se não houver uma mobilização popular ou uma grande campanha de conscientização popular e essa mobilização não envolver todas no mesmo sentido as coisas não vão acontecer.

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) **–** Foi exatamente... Desculpe, Senador, pode completar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Não, eu queria ouvir.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Foi exatamente isso que eu disse. Nós sabemos que a participação popular é fundamental em todos os países em que houve uma resposta decente à pandemia. Ela pode ser mobilizada por diversas formas, mas, nos regimes democráticos, a gente faz isso através de uma comunicação clara de mensagem única, porque, do contrário, Senador, as pessoas ficam perdidas. Se cada um diz uma coisa, em quem eu acredito, principalmente se eu não tenho conhecimento técnico para avaliar esse tipo de informação? Então, as pessoas acabam absorvendo aquilo que atende melhor os próprios anseios. Se eu estou desesperada, se eu não sei nada sobre isso, se eu acho que vou morrer, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou tomar qualquer coisa que alguém me diga que vai funcionar para mim, e não necessariamente essa é a melhor saída para essa circunstância. Então, estratégias claras de comunicação única, de mensagem única, baseadas em ciência, definitivas dentro daquelas circunstâncias em que elas se colocam, são fundamentais.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Nesse sentido, nós temos visto, assistido, chefes de Estado do mundo inteiro aparecendo e publicamente sendo vacinados, o Primeiro-Ministro de Israel, o Primeiro-Ministro inglês, enfim, praticamente todos, para dar exemplo e motivar a sua população para a vacinação. No nosso caso, o Presidente da República não só desacreditou da vacina várias vezes – não vou repetir, a senhora deve ter visto que ele brinca com a vacina, que pode virar jacaré –, não teve empenho na vacina e, principalmente, disse que não ia se vacinar e realmente até agora não se vacinou. Do outro lado, ele apareceu publicamente com uma caixinha do remédio cloroquina na mão, apontando para a câmera e dizendo: "Tomem isso aqui". Correto? Por outro lado também, constantemente, até agora, semana passada, ele participou de vários eventos, não só participou, promoveu aglomerações, aparecendo sem máscara diante da população, portanto, dando também um recado de que o Presidente da República do Brasil aconselha ou incentiva aglomerações e não uso de máscara.

A pergunta, juntando as duas, é a seguinte: a senhora, então, não enxerga uma possibilidade de que as coisas caminhem corretamente no Brasil, em direção à eliminação ou mitigação da pandemia, sem que haja uma mudança radical da liderança máxima do País, o Presidente da República, ou seja, sem o envolvimento direto, a mobilização e o exemplo a ser dado pelo Presidente da República? A senhora, dentro da teoria e dos estudos que a senhora fez aqui e nos Estados Unidos, tem essa tese como grande guarda-chuva do enfrentamento da pandemia. Isso é verdade? Estou entendendo corretamente?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, nós vivemos numa democracia. Correto? Dentro de uma democracia, eu enxergo que nós temos múltiplas lideranças. As pessoas, as comunidades têm os seus líderes, não é? Existem vários níveis de liderança. A gente não vai conseguir, provavelmente, que todas essas lideranças, todas essas pessoas se alinhem a um conhecimento correto, por várias questões multifatoriais. Mas a gente precisa que haja o contraditório, a gente precisa que haja a exposição clara e o direito ao acesso à informação correta por todo mundo, para que essa informação, junto à educação das pessoas, consiga guiá-las para a tomada de decisão que seja a mais correta.

De novo, eu não posso... Fiquei sem...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Doutora, me desculpe e me permita...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Oi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, a pergunta que eu faço é muito objetiva em relação ao que V. Sa. tem dito com muita clareza, com muita convicção até.

Existem verdades científicas incontestáveis hoje em relação à pandemia.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Uhum.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O não uso da cloroquina é uma delas. Correto?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – A vacina é outra delas, a necessidade de vacina é outra delas. Correto?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O afastamento social é outra delas. Correto?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Correto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O uso de máscaras é outra delas.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Correto, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Numa pandemia, a liderança máxima... Não é qualquer pessoa! Estou inteiramente de acordo com a senhora que temos direito aqui e devemos ter sempre o contraditório. Mas a Presidência da República é a liderança máxima e referência para aquilo que deve ser guiado pela ciência. Se há o contraditório entre a ciência e o Presidente da República, que, publicamente e ostensivamente, faz essa contradição com a ciência, nós estamos diante de uma encruzilhada, porque não dão certo as duas coisas. Estou falando não é de qualquer liderança, não é de qualquer pessoa. Estou falando do Presidente da República do Brasil, eleito democraticamente com mais de 50 milhões de votos, com 60 milhões de votos, que, querendo ou não, numa democracia, é a grande referência da população brasileira...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... e a grande liderança mobilizadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu acho que a minha posição, que é uma posição alinhada à ciência, já ficou bastante clara aqui. Como o senhor mesmo colocou, existem preceitos que hoje são base de uma resposta adequada à pandemia.

Acho que é direito de todo cidadão ser informado, como eu disse, para tomar as melhores decisões. Mas também acho, como já mencionei aqui também antes, que todos nós temos responsabilidade sobre aquilo que a gente coloca com relação à pandemia. Se esses exemplos são positivos ou negativos, nós teremos que lidar com eles em algum momento.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Entendi.

Muito bem, a senhora não quer se comprometer. Evidentemente, eu entendo.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, não é uma questão de comprometimento, Senador, e eu lamento se passou dessa forma. O meu alinhamento é muito claro e técnico com os preceitos científicos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Claro.

A SRA. LUANA ARAÚJO – E já fui também muito clara em dizer que, se você não segue isso, você precisa entender o tamanho da consequência de você passar essa informação para as pessoas. Então, eu defendo é a liberdade das pessoas, mas também a responsabilização.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** O.k. Está bem claro.

A segunda pergunta, e última, que eu quero fazer: a senhora falou de ameaças que recebeu antes, durante e depois, pela internet, dos chamados gabinetes de ódio. A senhora chegou, em algum momento, a identificar a origem, não de pessoas, mas de grupos ou ligados a grupos etc.? Chegou a identificar?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Identificar grupos propriamente ditos, não, mas as posições em que eu recebi e outras pessoas dentro da infectologia do Brasil... Só um parêntese nesse sentido, Senador: nós sempre fomos referência em infectologia para o mundo – para o mundo! As nossas instituições científicas ligadas à infectologia são referência para o mundo.

Então, eventuais ameaças que eu tenha sofrido em algum momento foram sempre – sempre! – ligadas à questão ou desse pseudotratamento precoce ou relativas às medidas não farmacológicas, que é um outro pilar que não tem razão de ser questionado.

Veja bem, o vírus não passa de uma pessoa para outra por um vácuo quântico, ele passa porque existe uma proximidade entre essas pessoas, existe essa situação. Então, na hora em que a gente consegue distanciar as pessoas... E, veja, eu não tenho a ilusão de que a gente precise sempre, ou vá viver, ou não exista consequências de viver em *lockdown* absoluto. Não é isso. Existem ferramentas específicas para cada fase da pandemia, e isso não foi discutido em nenhum momento, pelo menos que eu tenha visto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem ferramentas específicas para cada fase. O que a gente precisa pedir às pessoas é que façam o distanciamento social ao máximo que puderem, dentro das suas possibilidades. Isso já é uma coisa.

Então, essa é uma outra postura que foi extremamente criticada, mas, de novo, eu credito isso à absoluta falta de conhecimento, e foi por isto que eu me dediquei a escrever sobre isso: para tentar educar as pessoas sobre o que elas precisam saber.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – A senhora, então, enxerga alguma relação... Eu enxergo, mas, evidentemente, a resposta é sua, com todo direito. A senhora enxerga alguma relação entre esses grupos que fazem ameaça na internet e o veto ao nome de V. Sa. no Governo? Foi um nome que foi recebido com muito entusiasmo por todos os setores da sociedade, no entanto houve o veto. A senhora enxerga alguma relação entre essas ameaças e o veto ao nome de V. Sa.?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu não sei lhe responder essa pergunta, mas essa hipótese me deixa extremamente... Eu não vou nem dizer frustrada; me deixa extremamente envergonhada, porque eu, a despeito de qualquer dissidência nesse sentido, em uma coisa que é tão pequena dentro de uma estratégia que é tão complexa com relação à pandemia, me coloquei à disposição, o meu conhecimento, a minha imagem – tudo –, tudo isso à disposição do atual Governo, para que a gente, juntos, chegasse ao resultado que a população precisa. Então, se o veto ao meu nome foi por conta da minha posição científica, técnica, necessária para exercer essa posição, esse cargo, a mim só me resta lamentar. Eu não sei se foi isso, mas, se foi, eu considero isso extremamente... Eu considero isso trágico na verdade.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dra. Luana. Foi profundamente esclarecedora a sua participação aqui, e nós só temos a agradecer. Quero apenas dizer que isso deixa a senhora envergonhada, mas a mim também deixa envergonhado.

Muito obrigado, Dra. Luana.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Tasso, pela sua inquirição.

Dando sequência, Senador Humberto Costa.

V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. A Dra. Luana está à sua disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bem, bom dia, Dra. Luana.

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Primeiro, acho que a senhora não devia se envergonhar, não, porque a senhora não foi trabalhar nesse Governo – não foi – por causa dos seus eventuais defeitos, mas pelos seus méritos. Essa recusa se dá por isso. Isso é próprio desse Governo que hoje, infelizmente, temos aqui no nosso País.

Eu quero começar perguntando sobre um tema que poucas vezes foi abordado aqui. A minha assessoria, pesquisando um pouco o seu trabalho, as suas opiniões, identificou um *podcast* da própria Universidade Johns Hopkins – chama-se Public Health on Call – em que a senhora manifesta uma opinião que eu gostaria que a senhora desenvolvesse.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim, pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora diz que nós temos, aqui no Brasil, um sistema de atenção primária bastante forte e que, se nós tivéssemos... E que poderíamos ter dado, levando em consideração isso, uma resposta importante a essa pandemia, muito diferente daquela que nós demos até agora, que nós realmente demos.

Eu lhe pergunto... Porque esse foi um tema que, ainda lá no começo, na gestão do Mandetta, nós tínhamos uma concepção diferente...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Uhum.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora acha que, no Brasil, a atenção primária, que é formada pela estratégia do Saúde da Família, que tem os agentes comunitários de saúde, poderiam ter tido um papel mais adequado no enfrentamento a essa pandemia? Poderiam ter ajudado mais?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sem a menor sombra de dúvida. Nós temos um sistema de saúde pública que é invejado pelo resto do mundo. O SUS é uma das maiores ferramentas em saúde pública que existem no mundo. É claro que tem problemas importantes, tem problemas de custo-efetividade, tem problemas às vezes de qualidade de cuidado que a gente consegue oferecer, de tempo, de temporalidade desse cuidado, mas é um sistema que é excepcional. E, quando a gente fala em combate à pandemia, Senador, principalmente para uma doença cujo tratamento farmacológico, até este momento, é inexistente, a gente não pode considerar resposta a esta pandemia como algo focado na atenção terciária. Eu não posso focar em hospitais simplesmente toda a minha estratégia de combate à pandemia simplesmente porque eu já estou atrasada. Se eu penso em só fazer leitos de CTI, eu estou atrasada. O que eu preciso fazer é mudar o eixo de resposta para a atenção primária. E a atenção primária serve não só para um diagnóstico precoce, mas principalmente para educação, aconselhamento e acompanhamento das pessoas. Então, quando eu digo que a pandemia é uma crise de confiança também, isso poderia ter sido amenizado pelo uso da atenção primária. A atenção primária deve e, espero, será utilizada de forma mais contundente daqui pra frente na nossa resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Obrigado.

Pergunto à senhora também... Obviamente, a senhora deve ter acompanhado todos os trabalhos que estão sendo feitos no Brasil e fora do Brasil. Existe um trabalho que foi feito por pesquisadores da Universidade de São Paulo, junto com o Conectas, que defende a tese de que, no Brasil, o Governo adotou uma estratégia de enfrentar a pandemia na busca por uma imunidade natural, ou de rebanho, ou coletiva, e que isso justificaria as ações e omissões do atual Governo, como, por exemplo, sabotar as medidas de afastamento social, demorar na aquisição de vacinas, não testar. A senhora acredita que essa hipótese pode ser verdadeira?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, a pandemia é uma curva de aprendizado. Que a gente adotasse determinadas posturas lá no começo, onde as evidências eram muito frágeis ainda e a gente estava construindo esse conhecimento, tinha lógica. Agora, a gente perpetuar uma abordagem não técnica, não baseada em evidências no decorrer da pandemia é, obviamente, o caminho menos provável ou menos decente a ser seguido.

Com relação à questão da imunidade de rebanho, é muito importante que as pessoas saibam o seguinte: nós estamos falando de uma infecção por um vírus RNA – as pessoas não sabem exatamente o que é isso; então, se vocês me derem 30 segundos pra explicar, eu agradeço. RNA é um tipo de material genético que a gente tem. E esse tipo de material genético que existe na natureza tem uma tendência a sofrer mutações, principalmente com relação à questão viral, sofrer mutações com muita facilidade. Então, era e sempre foi... Era, é, e sempre será muito esperado que vírus com base em material genético de RNA sofram mutações claras ao longo do tempo. Enquanto nós estamos conversando aqui, o vírus está mutando centenas de vezes, e centenas dessas mutações não têm importância pra gente. Existem algumas poucas em que isso acontece e muda, por exemplo, o grau de transmissibilidade do vírus ou a capacidade dele de fazer uma doença mais grave. São nessas variantes, como a gente chama, que a gente acaba se concentrando. Então, isso tudo é pra explicar que uma imunidade de rebanho natural, dentro do SARS-CoV-2 e da doença Covid-19, é impossível de ser atingida, não é uma estratégia inteligente. Ela é impossível de ser atingida.

Por que a gente consegue fazer isso com a vacinação? A gente consegue fazer com a vacinação porque a gente consegue induzir uma resposta ao mesmo tempo e muito mais sólida, aparentemente, do que a infecção natural, e num período de tempo mais curto.

Então, a gente consegue mobilizar aquelas pessoas e o sistema imunológico delas ao mesmo tempo, de forma mais clara. Então, a... E outra: a gente atinge a imunidade de rebanho com a vacinação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem sofrimento. Eu não posso imputar sofrimento e morte a uma população simplesmente pensando em atingir uma imunidade de rebanho – isso não existe.

Para mim, é muito estranho que a gente discuta esse tipo coisa, não tem lógica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Outros estudos que foram feitos, inclusive aqui, no Brasil, e também no mundo, nos Estados Unidos inclusive, mostram que a existência de uma coordenação entre o ente federal, os entes estaduais e municipais resultaria numa redução significativa do número de mortes que nós tivemos.

O pessoal da universidade de Pelotas trabalhou dentro de uma determinada metodologia. Existe um estudo americano, acho que de uma universidade de Lorraine, onde eles mostram também que lá, nos Estados Unidos, como não houve essa coordenação, durante o Governo Trump, cerca de dois terços das mortes se explicariam pela inexistência dessa articulação. Ele usava lá três referências: o fica em casa, a questão do não viaje e a questão da máscara. Usando esses três parâmetros, se as ações fossem coordenadas, se poderia ter uma redução no número de mortes em dois terços.

É um sistema semelhante ao que acontece aqui, no Brasil, o que aconteceu lá. E lá... O pessoal de Pelotas vem para cá apresentar esse trabalho; eles chegaram à conclusão semelhante.

O que a senhora pensa desse tipo de necessidade de coordenação que não aconteceu, que o Governo Federal abriu mão de fazer?

A SRA. LUANA ARAÚJO – A coordenação entre esferas de Governo é absolutamente fundamental, de novo, porque é preciso que haja uma mensagem única, uma estratégica única para que a gente lide com o inimigo que é novo e complexo.

Se cada um... É uma estratégia quase que militar, está certo? Você tem um inimigo importante e aí você começa a dispersar os seus soldados, cada um faz uma coisa, como é que a gente tem força para lidar com aquilo? Não tem.

Então, é uma questão até de bom senso. Nós precisamos todos nos unir para poder ter força suficiente para combater esse tipo de situação que a gente vive hoje.

Dito isso, o SUS é um sistema tripartite. Todas as nossas decisões devem ser pactuadas com todas as esferas de Governo, e isso faltou. E eu acho que essa é uma das razões pelas quais o Ministro Queiroga insistiu tanto na criação dessa secretaria, que tinha por objetivo, tem por objetivo, fazer essa coordenação, promover essa melhor coordenação neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se ela aconteceu antes ou não aconteceu, Senador, é uma análise que qualquer pessoa pode fazer, mas o que me importa como profissional, e me importava até esse momento, é saber daqui para frente o que a gente pode fazer para resolver esse problema.

Então, eu gostaria... Eu aceitei, até aquele momento, fazer parte dessa solução. Eu espero, com todo o meu coração de novo, que ela continue e dê frutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria ainda fazer mais duas perguntas à senhora e depois fazer um comentário.

Se a senhora fosse a Ministra da Saúde ou se a senhora fosse ouvida quanto a realização dessa Copa América aqui, no Brasil, esse evento que vai trazer pelo menos 1,6 mil pessoas de outros países da América Latina para jogar umas peladas aqui, que não tem nenhuma... Nenhum sentido, não tem nenhum valor esse campeonato, num país que já está tentando preservar, pelo menos, o seu próprio futebol – tem campeonato regional, tem campeonato nacional – e vem essa iniciativa. A senhora concordaria, daria um conselho ao Presidente para que ele fizesse esse campeonato ou não?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, o uso de protocolos rígidos ameniza riscos, mas não os anula. Acho que, quando a gente toma uma decisão como essa, precisa pesar todos os prós e contras desse tipo de situação. Honestamente, de onde eu me sento neste momento, eu não acho que este é o momento oportuno pra esse tipo de evento. Se alguém, se algum gestor me perguntasse a minha opinião nesse sentido, seria esta: é possível até usar protocolos que amenizem as circunstâncias – muito obrigada –, mas esse é o risco desnecessário de ser corrido neste momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com um detalhe, que nesses protocolos também devem existir exigências de disponibilização de serviços públicos para os participantes do evento.

A SRA. LUANA ARAÚJO – É, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Como é que um país que está com a maioria das grandes cidades com 90% dos leitos de UTIs ocupados só com Covid, vai oferecer serviços, e eu estou falando público e privado...

A SRA. LUANA ARAÚJO – É, nós estamos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... serviços pra fazer um torneio de futebol?

A SRA. LUANA ARAÚJO – É, nós estamos num momento delicado. Nós temos uma queda de número de casos, nós temos uma queda do número de mortes, mas existe uma estabilização perigosa neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que existem ameaças tanto de admissão de cepas, de variantes externas, quanto do próprio nascimento de variantes dentro do nosso Território. Então, a gente tem bastante... É um momento sensível, no mínimo sensível.

Eu considero que essas decisões têm implicações outras que não só as minhas técnicas, mas, se o senhor me perguntar a minha posição técnica sobre isso, é essa que eu vou lhe dizer.

Fora que as pessoas precisam ser vacinadas, no mínimo, para participar disso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

A SRA. LUANA ARAÚJO – E eu acho que a gente já não teria tempo hábil pra vacinar todo mundo, se é que alguém não está vacinado dentro dessa circunstância. Quer dizer, existem muitas variáveis pra serem levadas em consideração.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A última coisa que eu queria perguntar à senhora, eu vi que a senhora também já se manifestou sobre isto: o que a senhora acha, como médica, da decisão do Conselho Federal de Medicina de ter instituído essa coisa, que até agora muita gente não entende, que é o direito de um médico escolher e poder utilizar esses medicamentos? A senhora acha que, como um órgão de regulação profissional, o Conselho Federal de Medicina brasileiro está cumprindo o seu papel ou não?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu considero que o Conselho Federal de Medicina, além de um órgão regulador, é um órgão de proteção da classe. É um órgão que deveria – e deve – propiciar ao médico, qualquer que ele seja, onde quer que ele esteja dentro do Território nacional, as melhores condições – deve lutar pelas melhores condições – de exercício da Medicina. Quando a gente fala em autonomia – e eu já falei isso aqui mais cedo –, autonomia é parte absoluta da nossa atuação como médico. Eu faço o que como médica? Eu avalio todas as informações científicas que nós temos e adapto isso à realidade do meu paciente, à individualização do tratamento do meu paciente. Isso não me dá o direito de experimentar com o meu paciente ou de inventar qualquer outra coisa acima do conhecimento científico. Se eu fizer isso – mesmo não fazendo, mas se eu fizer isso –, eu preciso entender o tamanho da responsabilidade que recai sobre mim como médica, porque eu respondo por isso.

Então, isto posto, eu considero que é bastante temerário você colocar nas costas dos médicos ao redor do País, principalmente daqueles que estão em locais com muito pouca condição técnica, condição de exercício de trabalho, a responsabilidade de usar uma medicação que não tem eficácia. E não é que assim: "Ah, não foi comprovado". Não. A ineficácia está comprovada, gente. Não é mais uma discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu considero que a classe médica foi muito exposta; e exposta de uma maneira não positiva nesse momento. E foi, grande parte dela, colocada em oposição à população, porque muita gente, no desespero da doença...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... passou a exigir coisas que não são do melhor interesse do paciente. E muitos médicos se sentiram coagidos a fazer "x" ou "y".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. LUANA ARAÚJO – E, quando a gente coloca politização ou polarização no meio de um ato médico, a gente já está fazendo tudo errado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tá bem.

Eu queria só fazer um último comentário, que a senhora, por favor, aceite apenas como algo pra uma reflexão. Não somente a senhora, mas muitas pessoas que aqui estiveram e depuseram, principalmente pessoas que são do dia a dia do trabalho, da profissão, da saúde pública, disseram todas as vezes: "Não, eu sou técnico. Eu fui chamado pra fazer um trabalho técnico". É óbvio que o aspecto técnico é muito importante. E, muitas vezes, quando se fala isso, se fala com uma certa ponta de preconceito em relação à questão política. A senhora... Eu não estou dizendo que...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, é...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou só fazendo essa... Eu estou querendo só fazer um comentário no sentido de dizer o seguinte: a política é muito importante. A senhora fez uma opção que todos nós aqui vimos que foi extremamente bem-intencionada, não é? Mas foi uma opção que continha um engano: o de que seria possível, diante de um Governo que tem uma política, que é a política da morte, que é a política da fome, que é a política de impingir sofrimento pra sua população, poder fazer um trabalho como esse.

E eu estou lhe dizendo isso é exatamente pra estimular que a senhora possa usar o seu conhecimento em outras situações. Certamente, até com a notoriedade que a senhora assumiu, deverá receber convites pra trabalhar em governos, prefeituras, enfim, mas lembre esse aspecto, porque ele é muito importante: existe a boa e a má política.

A política que é praticada no Brasil por esse cidadão que está sentado lá no Palácio do Planalto é a pior política que pode existir; é a política da morte. A senhora se enganou no sentido de achar que poderia, em chegando lá, fazer a política da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas receba isso somente como uma contribuição pra senhora pensar.

Muito obrigado.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu agradeço, Senador.

Eu só queria esclarecer que, quando eu falo que eu sou técnica, principalmente dentro da minha área, como hoje, trabalhando com saúde pública, eu trabalho com políticas de saúde pública e elas são fundamentais. Eu não trabalho é com jogo político, que é uma outra história que não é da minha seara. Era só isso que eu queria deixar claro. Eu acho que o jogo político também é importante, mas não é uma área que eu domine. A minha área de atuação é a política pública para a saúde.

E, de novo, eu sou guiada pelo juramento que fiz. E, se eu acho que eu tenho competência pra auxiliar, eu vou fazer; eu vou, no mínimo, tentar, Senador – no mínimo, tentar. E acho que é o que todo mundo está fazendo, ou deveria estar fazendo: no mínimo, tentar, pra que o resultado seja melhor. Os nossos... O que a gente vem atravessando é muito grave, é muito difícil.

Não sei se todo mundo aqui teve condição de ver um paciente com Covid, de ver um paciente buscando ar: é das coisas mais horríveis e é inesquecível. Eu, na minha carreira, já tive que escolher várias vezes – e é horrível dizer isso, mas eu tive que escolher várias vezes – quem recebia um leito de CTI e quem não recebia em epidemia de dengue, em H1N1, em outras circunstâncias. Passar por isso causa um trauma que te motiva para o resto da vida a tentar fazer o que é correto.

Então, eu vim, com toda a minha boa intenção, a minha competência, e me coloquei à disposição. Se eu não fui aproveitada – e eu não sei por que razão isso aconteceu, e também já não é da minha alçada –, eu pelo menos fiz o que eu tinha que fazer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para responder questão de ordem.) – Senador Humberto, obrigado.

Dra. Luana, a senhora é um feixe de luz nessa escuridão que nós estamos vendo no Brasil hoje em relação à pandemia.

Mas eu queria responder à questão de ordem do Senador Marcos Rogério, que a fez logo no início.

Eu estou marcando para a vinda do Governador do Estado do Amazonas, que tem que dar as explicações necessárias aqui à CPI. A convocação dele estava para o dia 29, e eu farei na próxima quinta-feira. Já está agendado. Estou tirando... Seria o Marko Show, e botaria o Marko Show para outro dia. Então, na quinta-feira que vem, o Governador do Amazonas vai estar aqui. Será feito... Eu peço para a Mesa convocá-lo a estar aqui para prestar esclarecimento à CPI da Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, remotamente. (*Pausa.*)

Senador Eduardo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Por videoconferência*.) – O senhor me ouve, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já. Pode falar, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero cumprimentar V. Exa. e cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras. Eu quero cumprimentar a Dra. Luana Araújo, e cumprimentar, inclusive, pelo seu currículo, pela sua formação.

Quero aqui dizer à Dra. Luana e a todos que nos assistem que, efetivamente, doutora, aqui, no Amazonas – eu sou do Amazonas –, nós vivenciamos esse drama da falta do oxigênio. E, lamentavelmente, ontem nós tomamos conhecimento de que outras cidades brasileiras também estão sofrendo por falta de oxigênio.

Eu tive Covid e fui também daqueles que tive que, lamentavelmente, me internar, passar 14 dias internado, e sofrer as consequências desse vírus, que é um vírus traiçoeiro e que aparentemente pode ser fraco num determinado momento, mas, a partir da inflamação, ele alcança e atinge de uma forma muito violenta o paciente. Portanto, ouvi o depoimento da senhora e ouvi a senhora como uma médica especialista, infectologista, formada em Johns Hopkins, uma das maiores universidades de Medicina no mundo em qualidade e em reputação, e dizer com clareza que a forma do tratamento, a questão da prevenção, o uso da máscara...

Eu, neste momento, não estou usando máscara porque estou no meu gabinete remotamente, mas acho que é absolutamente indispensável o uso da máscara, o distanciamento, o álcool em gel; a questão da vacinação é fundamental... Eu gostaria que a senhora, com o seu conhecimento, pudesse dar uma informação para todos os brasileiros de como nós podemos salvar vidas. Como podemos salvar vidas? A questão da vacinação, porque ainda existem muitos brasileiros que não estão convencidos ainda da vacinação... Eu já estou vacinado, eu sei que o Senador Omar já está vacinado e a grande maioria dos Senadores que têm já idade, já estão na sua fase de vacinação, já estão vacinados, mas têm muitos brasileiros que, mesmo na idade ou na fase, por falta de convencimento, por falta de informação, não estão se vacinando. Eu acho que a senhora tem hoje uma oportunidade de poder conclamar essas pessoas e dizer a diferença entre estar vacinado e não estar vacinado; a diferença entre usar máscara e não usar máscara; manter o distanciamento e não manter o distanciamento. Por que, doutora, eu faço essa colocação para a senhora? Porque, lamentavelmente, os negacionistas, aqueles que se posicionam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrariamente a isso, fazem exatamente o estímulo da ação contrária: eles estimulam a aglomeração, eles estimulam o não uso da máscara, eles não estimulam a vacinação, e eu gostaria de perguntar à senhora – minha primeira pergunta à senhora – é se exatamente a senhora concorda com isso e qual a sua palavra nessa direção?

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Senador Eduardo... É Eduardo, não é? Desculpe-me. Eu nem gosto da palavra negacionista, para lhe dizer a verdade. Eu acho que a raiz desse comportamento é a falta de informação, falta de compreensão. Porque, uma vez que a pessoa compreende como a coisa funciona, ela dirime essas dúvidas e não defende mais uma coisa que é indefensável.

Então, vamos lá, se o vírus é um vírus de transmissão predominantemente respiratória, é um vírus de transmissão respiratória, é natural que eu use uma barreira para evitar que ele se disperse no ar. Se ele sai pelas gotículas da minha saliva quando eu falo, se eu uso uma barreira, eu protejo o ambiente ou a quem esteja...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dra. Mayra...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Luana, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dra. Luana, desculpe-me, pelo amor de Deus!

Eu sei que está no meio aqui do Eduardo, que está lá remotamente, mas como se explica essa pergunta que o Eduardo falou, negacionista, como se explica, como se explicar a posição de um médico, ex-Secretário estadual de Saúde, ex-Presidente do Conselho Nacional de Secretários estaduais de Saúde, Deputado Federal Osmar Terra, que defende a teoria da imunidade natural de rebanho? Como se justifica isso? Eu não estou perguntando isso para a senhora, estou só dizendo que não é só ignorância, tem um ato de vontade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Dra. Mayra disse isso aqui. Tem uma posição explícita, determinada, uma posição...

E vejam: se a gente olhar o entorno do Governo, tem um gabinete e um núcleo que têm uma posição teórica, ainda que seja esdrúxula, ainda que não seja... É uma teoria que eles seguem, ainda que não tenha nenhuma comprovação científica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Era isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria... Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eduardo, eu vou manter... O seu tempo, Senador Eduardo Braga, vai ser recomposto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ah, obrigado. Obrigado.

Eu queria ouvir a Dra. Luana...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Se eu puder complementar, Senador... Eu gostaria que as pessoas em casa compreendessem, por favor.

O vírus é um vírus de transmissão respiratória, ou seja, ele passa para o ambiente e para outras pessoas próximas através da minha respiração e das gotículas que saem da minha boca toda vez que a gente fala. Está certo? Então, na hora em que a gente coloca uma barreira que é a máscara para impedir que esses vírus alcancem o ambiente, é uma coisa positiva. Se a outra pessoa que divide esse ambiente comigo mantém a máscara, também... É uma dupla proteção, porque eu estou protegendo o vírus de sair de mim e estou protegendo o vírus de entrar na outra pessoa.

A gente sabe também que o vírus... As gotículas de saliva que saem da boca da gente... Em grande parte, elas caem, porque elas são mais pesadas que o ar. Então, elas caem nos móveis, elas caem no chão, elas vão caindo num raio ao redor da gente. Então, se a gente consegue manter uma distância entre uma pessoa e outra, a gente diminui ainda mais a carga de vírus à qual a gente está exposto.

Então, existe uma razão pela qual a gente fala da máscara, existe uma razão pela qual a gente fala do distanciamento.

E a higiene de mãos é muito óbvia também nesse sentido, porque, se eu toco esses móveis ou o quer que seja que possa ter vírus nessa superfície, eu uso o álcool e consigo tirar esse vírus, inativar esse vírus na minha mão. E aí eu não vou botar essa mão no nariz ou na boca ou nos olhos e permitir que esse vírus entre.

Então, ninguém tirou a ideia de máscara ou distanciamento ou higiene de mãos do nada! Existe uma razão clara, óbvia, técnica baseada em como a doença funciona e como ela se transmite, como o vírus se transmite de uma pessoa para outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não consigo entender como alguém que tem acesso à informação do que a gente chama de fisiopatologia da doença – como ela se transmite e como ela funciona no corpo de alguém – e tem acesso a informações de como evitar isso o faça a despeito de conhecer essas informações.

Então, parte do meu trabalho não é só identificar política de saúde pública, é esclarecer as pessoas para que elas entendam e tenham adesão a essas medidas.

E a gente não pode nem dizer, Senador, que isso é uma coisa inédita para a gente. Quando a gente vai falar de dengue, por exemplo, a gente fala o quê? A gente diz para as pessoas que elas têm que evitar a proliferação do mosquito, que não pode acumular água, que elas têm que usar repelente... Eu não digo para elas: "Ah, se você teve diagnóstico de dengue, você vai lá e toma o que quer que seja, como um antiviral". Não funciona.

Então, *grosso modo*, é a mesma coisa. Eu preciso prevenir essa transmissão. Ainda mais numa doença com essas características que a gente tem visto, a prevenção é muito mais importante do que qualquer tipo de tratamento, qualquer que seja, que eu tenho na minha cabeça que eu possa oferecer.

Essas informações são pacificadas. Elas não são ponto de discussão.

E outra: elas se sobrepõem. A estratégia de política de saúde pública, a estratégia de proteção das pessoas é... A gente usa muito esta imagem: é como se fosse um queijo suíço, que tem aqueles buracos dentro dele. Quando a gente fatia isso, cada fatia é uma estratégia. A gente vai ter um buraco em cada uma delas, porque elas não são infalíveis, mas, quando a gente junta todas elas, eu não consigo achar um buraco único em que eu consiga vazar esse queijo. Então, a ideia de usar máscara, higienizar as mãos, manter distanciamento, vacinar vai, como uma cebola, protegendo a pessoa. Essa que é a ideia. E é por isso que é tão perigoso quando a gente cede a saídas rápidas, ou simples, ou frágeis e, principalmente, inexistentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor me ouve, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou ouvindo. Só não estou vendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor não está me vendo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Ninguém está vendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu estou conectado e com o vídeo ligado. O senhor não me vê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ninguém. Não, está escuro.

Agora sim. Agora estamos vendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora está me vendo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Estamos vendo sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – O.k., Presidente. O.k.

Eu queria, portanto, dizer, Presidente, e reafirmar a todos que estão nos acompanhando que a Dra. Luana, mais uma vez, reforça aquilo que nós temos dito, ou seja, na ausência da vacinação – e mesmo com a vacinação –, o uso da máscara, o distanciamento e o álcool em gel são a única medida para que nós possamos salvar vidas; é o uso da máscara, é o distanciamento, é o álcool em gel. A vacinação é fundamental para que nós possamos ter imunização.

Eu quero fazer uma última pergunta, Dra. Luana, que ficou esse pequeno período na secretaria. Eu queria lhe perguntar, Dra. Luana: durante o curto período em que esteve à frente da secretaria, quais as conclusões a que a senhora chegou em relação ao que foi feito e o que faltou fazer para conter a pandemia e a propagação do coronavírus no Brasil? Eu creio que, nesses poucos dias em que a senhora esteve na secretaria – eu sei que a senhora, pelas informações, trabalhou intensamente –, eu creio que a senhora deve ter feito um diagnóstico do que foi feito e o que faltou ser feito para evitar esse número tão triste de milhares e milhares de brasileiros mortos – já vamos para mais de 460 mil brasileiros mortos; no meu Estado do Amazonas, mais de 13 mil amazonenses mortos. Eu pergunto à senhora: qual foi o diagnóstico que a senhora fez do que faltou ser feito e o que a senhora acha que deveria ser feito para conter essa pandemia?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu me concentrei naquilo que eu poderia fazer daqui para a frente. Eu sou uma solucionadora de problemas; não exatamente uma investigadora, mas uma solucionadora. Então, eu busquei entender onde a gente tinha, nesse momento, dificuldades e falhas e o que poderia ser eficaz na condução da pandemia daqui para a frente. Acho que a gente precisa investir em comunicação clara com as pessoas de forma unificada, como eu já mencionei algumas vezes, numa mensagem única, clara, que fale a linguagem das pessoas. Não adianta eu falar informações que elas não conseguem depreender pelas mais variadas razões. Precisa que a gente diagnostique com precocidade.

Existe também uma dificuldade de as pessoas compreenderem, Senador, a diferença entre abordagem precoce de um paciente e tratamento precoce. O paciente com suspeita de Covid precisa ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abordado precocemente. E o que significa isso? Diagnóstico, ele precisa ter acesso a diagnóstico imediato, e a gente sabe que existe uma dificuldade nesse sentido. Então, ele precisa de acesso ao diagnóstico imediato, ele precisa ser educado quanto às medidas de distanciamento social, ele precisa ser educado quanto à evolução da doença, ele precisa ser monitorado, principalmente com relação a uma situação que a gente chama de hipóxia precoce, perdão, hipóxia silenciosa, que é essa queda da saturação dos níveis de oxigênio no sangue da pessoa sem que ela perceba. Então, ela precisa ser diagnosticada precocemente, ela precisa ser retirada do convívio para evitar a transmissão para outras pessoas, ela precisa ser educada quanto ao que esperar da doença e como procurar, onde procurar auxílio, assim que for necessário, caso seja necessário. Essa é a abordagem que a gente precisa ter.

Então, a minha atuação se concentrou em reforçar este tipo de situação: então, diagnosticar precocemente, educar as pessoas de forma correta. Acho que a gente precisa – e eu vejo isso no Ministro Marcelo – tentar deixar de ser uma administração, uma gestão reativa e passar a ser uma gestão proativa, antecipando eventuais problemas e dificuldades que a gente possa ter. Então, eu acho que essas áreas são áreas fundamentais para que o trabalho tenha sucesso daqui para a frente, e foi onde eu tentei me concentrar nesse curto período.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, só para concluir, informo a todos que o Amazonas hoje – Senador Omar, V. Exa. governou o Amazonas em 2012, quando tivemos a maior enchente até então –, lamentavelmente, neste momento, o Amazonas está vivendo a maior enchente de toda a sua história, em 118 anos de monitoramento. Então, o Amazonas não só enfrenta uma pandemia, mas enfrenta, neste momento, sua maior enchente histórica, que afeta a cidade de Manaus e afeta já 55 outros Municípios, e também comunico à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito que, lamentavelmente, hoje, no Estado do Amazonas, mais uma vez, há uma operação da Polícia Federal envolvendo busca e apreensão na residência do Governador, na sede do Governo, envolvendo inclusive prisões decretadas aqui no Estado. Portanto, lamentavelmente, mais uma vez, o Amazonas frequenta a notícia nacional, mas nós esperamos que, com a Comissão Parlamentar de Inquérito, com as ações de comando e controle dos diversos órgãos, nós possamos esclarecer tudo isso e ajudar a salvar vidas.

Muito obrigado, Presidente Omar, pela oportunidade de participar remotamente. Semana que vem estarei presente para participar presencialmente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo Braga. Vou suspender por dez minutos, que a Dra. Luana pediu para ir ao toalete.

(*Suspensa às 12 horas e 17 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Está reaberta a sessão.

O Senador Otto Alencar pediu pelo art. 14... Eu vou dar a palavra remotamente ao Senador Otto Alencar.

Logo em seguida, Senador Marcos Rogério, V. Exa. terá a palavra.

Senador Otto Alencar, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para explicação pessoal. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, agradeço a V. Exa.

Quero saudar os Srs. Senadores e Senadoras e também a Dra. Luana Araújo, que é depoente neste momento.

Sr. Presidente, eu estava ausente quando muitas referências dos Senadores que apoiam o Presidente da República foram feitas à minha pessoa. Eu quero apenas apresentar as minhas razões.

Ao longo da minha vida no Senado Federal, eu nunca usei nenhum termo que pudesse ser fora da ética e da linguagem parlamentar adequada. Ontem, o que aconteceu é que, depois de quase três horas ou quatro horas do depoimento da Dra. Nise Yamaguchi, nós verificamos várias contradições e também colocações que ela fez no passado, como, por exemplo, defendeu, no ano passado, a imunidade de rebanho no País, que é uma coisa completamente equivocada do ponto de vista médico. E também, para o caso que acontece no nosso País da Covid-19, isso não funcionaria de jeito nenhum, mas foi uma defesa, foi uma tese equivocada, errada, criminosa, também sem nenhuma segurança sanitária para o povo brasileiro. No mesmo momento em que ela foi questionada e em que foi colocado um vídeo, ela disse que não confirmava aquilo. Também colocou a posição de que a vacina não deveria ser obrigatória e fez várias outras colocações erradas, equivocadas, sobre o tratamento que deveria ser dado pelo Ministério da Saúde a essa crise sanitária dramática que atravessa hoje o povo brasileiro, além também da defesa equivocada, já superada por outros países, por outros institutos de pesquisa do tratamento precoce.

O que quis fazer? Quis mostrar que nunca deu certo se levar uma medicação para o tratamento de uma doença uma medicação velha, antiga realmente, que é o caso da hidroxicloroquina e outras medicações, para uma doença nova e desconhecida. O que eu perguntei é se a Dra. Nise tinha feito ou fez os exames pré-clínicos ou clínicos, que envolvem, inclusive, quatro fases. Ela não teve como comprovar isso, absolutamente. Ela tinha as informações; não eram informações científicas.

O que mostrei a ela foi um estudo de muita responsabilidade, feito pelo Hospital Einstein, onde ela trabalhou, e não trabalha mais, mostrando que a hidroxicloroquina não tinha absolutamente nenhum efeito para os pacientes, sobretudo os pacientes internados, com a fase grave da doença, que é a pneumonia virótica, com microtrombo, embolia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu fiz também foi mostrar que, em todas as viroses que já aconteceram no País e também no mundo, nunca uma medicação antiprotozoária – inclusive a hidroxicloroquina – poderia servir para evitar a contaminação do paciente.

Eu tinha citado... Inclusive perguntei se é possível evitar o sarampo tomando medicação precoce. Absolutamente não. Varíola, paralisia infantil, H1N1. Aí fiz aquela comparação do que seria um protozoário e um vírus, mostrando que nem sempre os medicamentos usados para os protozoários, que combatem os protozoários – *Trypanosoma cruzi*, qualquer um desses, *Plasmodium* – serviria para os vírus. Por isso perguntei a diferença entre um e outro, mas não para atingi-la, absolutamente.

Tratei o tempo inteiro a Dra. Nise Yamaguchi como senhora, como V. Sa.

Agora, é claro que cada Senador, cada pessoa tem uma maneira de se dirigir. Se a minha veemência aconteceu, aconteceu porque não suportava mais ver tantas coisas negadas que foram afirmadas no passado. E também não tinha mais nenhuma razão de ser essa informação equivocada que foi colocada no *site* do Ministério da Saúde, TrateCov, para que as pessoas pudessem pegar a medicação na farmácia e usar medicações que têm efeitos colaterais gravíssimos, como é o caso da hidroxicloroquina, que podem, como ela mesma confirmou... Eu perguntei e ela confirmou. Perguntei se um paciente com um espaço QT longo pode tomar. Claro que não! Pode ter parada cardíaca. Quantas pessoas morreram, inclusive aqui na Bahia, tomando hidroxicloroquina porque tinham problema de doença do coração. O que eu quis mostrar é: não exponham a população brasileira a usar medicamentos que tenham efeitos colaterais graves.

Por exemplo, a ivermectina, que é uma medicação que foi usada e é usada até hoje, mas em overdose, em doses altas, ela é neurotóxica, ela pode causar problemas no fígado.

Então, o que eu queria dizer e desqualificar é que o Ministério da Saúde, como instituição jurídica, não pode publicar uma receita para o Brasil, um país de 215 milhões de brasileiros. Foi isso que eu quis mostrar. E a diferença...

Perguntei a ela se, quando aconteceu o H1N1, a ciência foi atrás de um antiprotozoário para usar ou de um antiviral. Um antiviral foi buscar o H1N1 para ser usado.

A minha insurgência foi totalmente científica para mostrar... Era um debate entre um médico e uma médica; não entre um Senador e uma professora ou a médica que estava defendendo uma tese que não era a minha tese. Eu defendo isso há muito tempo, tenho lido e estudado, com a convicção de que o País precisa de vacinas, de imunização, negada permanentemente pelo Senhor Presidente da República. Até ao próprio Presidente da República eu nunca me dirigi de forma pessoal, para atingir a sua pessoa. Jamais! Tenho posições contra, políticas, doutrinárias, de costume, de linguagem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Sr. Presidente, falando em linguagem, eu acho que nenhum dos Senadores que me criticaram poderia fazê-lo, porque o Presidente da República usa uma linguagem completamente distinta da minha, inclusive hoje, quando acusou – e quero aqui prestar solidariedade à jornalista Daniela Lima, da CNN –, chamou uma mulher de quadrúpede. Aqui na Bahia, ele chamou a jornalista de idiota. Chamou várias vezes as pessoas de maricas. Atinge as pessoas com palavras de baixo calão. Agora, ontem, o Senador Renan Calheiros colocou o vídeo onde ele manda as pessoas comprarem vacina "na casa da tua mãe". Por que os Senadores bolsonaristas também não fazem uma criticazinha para mudar o comportamento errático, inadequado de um Presidente da República? E veem a mim... Eu não pronunciei uma palavra fora do padrão científico e médico.

Por isso venho aqui fazer a minha defesa. Eu não estava presente. Quero agradecer aos Senadores que tomaram a palavra para a minha defesa, sobretudo o Senador Tasso Jereissati, os outros colegas que estavam aí, e vou continuar na minha tese de defender o País, defender o povo do Brasil, o povo brasileiro dessa insanidade de querer ainda continuar no tratamento precoce, abolido nos países que têm consciência e responsabilidade com a medicina. Eu sempre me pautei dentro dela e vou me pautar da mesma forma, Sr. Presidente.

Portanto, rejeito as colocações que foram feitas. A minha veemência foi exatamente por não suportar mais o que disse aqui neste plenário o Ministro Pazuello, o General Pazuello, que faltou com a verdade; o que disse também a Dra. Mayra Pinheiro – faltou com a verdade –; e ontem a Dra. Nise Yamaguchi, que se esperava que fosse sincera nos seus argumentos, confirmasse o que ela disse no passado, confirmasse que era contra a vacina, como ela falou no passado, e dissesse que defendia a imunidade de rebanho. Como fazer e comprovar a imunidade de rebanho sem ter condição de, depois do doente contaminado, fazer os exames para saber se o paciente desenvolveu imunidade celular ou não?

O que eu perguntei à Dra. Nise Yamaguchi foi fácil de responder. Eu perguntei se ela conhecia qual era o exame que se fazia para saber se o paciente estava ou desenvolveu anticorpos. Ela não sabia responder. A culpa não é minha. Ela não sabia que é o exame que se faz para testar os anticorpos neutralizantes – não sabia. Eu não tenho culpa por isso, que ela não saiba responder as perguntas que lhe foram formuladas. Eu achava que ela sabia, até para desenvolver com ela um debate em nível de quem conhece a doença, que ainda é muito desconhecida dos melhores e maiores infectologistas do mundo, uma doença que está em estudo. E, se está em estudo, não pode uma medicação ultrapassada já de muito tempo, usada para malária, lúpus, artrite reumatoide, sem fazer as fases pré-clínica e clínica, ser utilizada sem nenhum controle e ser receitada para o povo brasileiro que não pode e não tem o recurso pra fazer um eletrocardiograma antes, um ecocardiograma e pode morrer por parada cardíaca se for portador da arritmia. Essa foi a minha posição, que defendo até agora.

E podem ter absoluta certeza todos eles, não só os Senadores, mas os que vêm me provocando o tempo inteiro... Tenho sido ameaçado no meu WhatsApp, Instagram, mas não vou deixar, de maneira nenhuma, de levantar a bandeira da ciência. A ciência não merece a mentira, a inverdade. A ciência tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ser a sua integralidade, totalmente integral, para que o médico que trata o paciente nunca falte com ele a verdade, para que ele se sinta seguro no seu tratamento para recuperar a saúde e salvar a sua vida.

Muito obrigado, Presidente, Srs. Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador, Otto. Tenha a certeza de que as pessoas... Ninguém questionou as perguntas que V. Exa. fez do ponto de vista técnico e do lado da ciência. Ninguém questionou. Quando uma pessoa não tem resposta pra isso, aí leva pra o outro lado para dizer que foi indelicado e tal, mas faz parte.

Eu vou passar ao Senador Marcos Rogério a palavra.

Por favor, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Ainda bem que o Brasil todo está acompanhando os trabalhos desta CPI, a parcialidade dos membros desta CPI, o trato diferenciado de um para o outro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a depender...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já vai começar a interromper?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sem sombra de dúvida. O senhor vista a camisa que o senhor quiser, mas não chame de parcial quem não é, porque eu não vou aceitar isso, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só o senhor se olhar no espelho, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu olho e vejo gente trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. respeite a minha fala. Na fala de V. Exa., V. Exa. entra e fala o que quiser.

Eu estou apenas fazendo aquilo que os brasileiros já estão vendo desde o início: o trato desrespeitoso, desonesto. Nós aprovamos recentemente uma lei chamada Lei de Abuso de Autoridade para os outros, porque, para o Senado Federal, ela não serve. Eu espero que um dia procuradores, juízes não pratiquem o mesmo que está sendo praticado aqui e que alguém reclame disso como ato arbitrário, de abuso de autoridade.

Cumprimento a Dra. Luana Araújo, que comparece a esta Comissão para trazer sua contribuição a partir dos seus conhecimentos.

Eu inicio uma fala lhe questionando. A imprensa publicou que a senhora não aceitou determinações impostas pelo Palácio do Planalto e abriu mão de aceitar o cargo. Embora considere que isso já tenha ficado claro pelo já exposto, gostaria de perguntá-la para uma clareza ainda maior: houve alguma determinação imposta pelo Planalto e que a senhora não aceitou? Que determinação ou determinações foram estas?

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Boa tarde, Senador.

Eu não tive qualquer contato com quem quer que fosse do Planalto. O meu contato foi intrinsecamente relacionado ao Ministério da Saúde e também a poucas pessoas dentro do Ministério da Saúde e eu não recebi nenhum tipo de interferência, não sofri nenhum tipo de interferência no período em que eu estive lá. O meu contato foi intrinsecamente relacionado ao Ministério da Saúde e também a poucas pessoas dentro do Ministério da Saúde e eu não recebi nenhum tipo de interferência, não sofri nenhum tipo de interferência no período em que eu estive lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, estamos diante de mais uma narrativa falsa.

O infectologista atua, na prevenção primária, em educação em saúde, vacinação e assim por diante e, na prevenção secundária, em tratamento de doenças infecciosas e prevenção de incapacidades causadas por estas.

Defendi aqui, dias atrás, a necessidade de não se ver saúde somente como hospital e remédio, e V. Sa. fez uma exposição nesse sentido, logo no começo, referindo-se a hospitais e médicos.

Quais condicionantes e determinantes sociais e econômicas V. Sa. considera essenciais para a saúde, considerando, especialmente, o enfrentamento de uma pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu me referi não à infectologia, eu me referi à saúde pública como uma área em que as pessoas normalmente têm uma visão muito pequena, relacionada normalmente à atenção terciária – hospitais, médicos, tecnologias e afins –, quando, na verdade, ela é muito maior do que isso.

Ela aborda todos os determinantes sociais de doença, quer dizer, as condições próprias do paciente, onde ele vive, qual é o nível socioeconômico a que ele tem acesso, qual é a educação que ele teve, se ele tem condições de infraestrutura, de ter acesso a uma estrutura de saúde se necessário, quer dizer, existe uma gama de circunstâncias que envolvem a saúde pública que são muito maiores do que hospitais e médicos exclusivamente.

Isso posto, quando a gente fala duma luta numa pandemia, numa doença para a qual a gente sabe que não existe tratamento farmacológico efetivo, a gente precisa entender como é que a gente age nesses outros determinantes e, com isso, a parte de educação, comunicação e esclarecimento é absolutamente fundamental. É por isso que a gente usa, ou deveria usar, essa outra parte da saúde pública como um todo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Infectologia, a matriz de competências da infectologia inclui a busca de diagnósticos visando a adoção de condutas clínicas preventivas e terapêuticas, bem como o treinamento para controle de infecções em serviços de saúde e redução de risco de disseminação de agentes infecciosos na população.

Quanto a essas competências, o programa prevê o seguinte: dominar o reconhecimento clínico e laboratorial e epidemiológico para a intervenção oportuna de forma precoce. Diz ainda que a infectologia domina princípios da terapêutica e profilaxia antibacteriana, antiviral, antifúngica e antiparasitária.

O que representa e qual a importância dessa intervenção precoce e dessa profilaxia, especialmente no caso de uma pandemia? E quais seriam as diferenças entre essa profilaxia e a intervenção precoce?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, essas competências são pra gente, que está desse lado, muito claras; para as pessoas, é preciso que fiquem mais claras mesmo e eu agradeço ao senhor por ter perguntado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Quando a gente fala de profilaxia, a gente está se referindo a impedir que a pessoa adoeça ou diminuir a chance, o risco, de a pessoa adoecer.

Hoje, se a gente restringir isso à pandemia da Covid-19, a gente está falando na intervenção vacinal majoritariamente e, associadas à ela, nas outras estratégias não farmacológicas de comportamento, quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer, a pessoa tem a vacinação como base, mas ela precisa ainda manter o uso de máscara, a higiene de mãos e o distanciamento social.

Com relação à intervenção precoce: ela não significa adoção de terapêutica, não necessariamente; ela significa uma intervenção pra que a gente tente diminuir o risco de agravamento e/ou diminuir ou cessar a cadeia de transmissão. E é por isso que eu mencionei há pouco tempo que, entre essas estratégias, o diagnóstico precoce desse paciente é absolutamente fundamental. E é por isso que esse plano de testagem em massa, que eu espero que seja – e tem tudo pra ser – levado a cabo pelo Ministro Queiroga, deverá ser bastante assertivo e trazer bons resultados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa afirmação, levando-se em consideração o cenário de 2020, não seria respondida pela vacina, porque nós ainda não a tínhamos.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Ela, no começo da pandemia, não seria respondida pela vacina, mas as medidas não farmacológicas eram claras desde o começo.

A pandemia é uma questão dinâmica, o senhor tem razão. O que foi defendido lá no começo podia até ter alguma lógica, e aqui eu estou me referindo diretamente à questão da adoção desses fármacos que foram citados, principalmente no que a gente chama de uso compassivo, quer dizer, meu paciente estava morrendo e eu precisava fazer alguma coisa. Existia alguma plausibilidade teórica pra se fazer alguma coisa? Existia, embora bastante frágil. Já era frágil lá no começo, e deixe rapidamente eu explicar isso ao senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Por que ela era tão frágil? A gente sabe que muitas drogas têm efeito antiviral *in vitro*...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Muitas drogas. Quando a gente vai transferir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, esse estudo é do Dr. Raoult.

A SRA. LUANA ARAÚJO – É... Quando a gente vai transferir essa potência antiviral *in vitro* para a complexidade dos organismos multicelulares e organizados, a gente tem menos de 10% de sucesso nessa transferência. Então, a frustração desse desenvolvimento é sempre muito grande; a gente tem uma esperança muito grande aqui e que nem sempre, ou quase nunca, se reflete no funcionamento real, no organismo humano por exemplo. Está bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala isso... Por que isso é importante, por exemplo, na questão da cloroquina? A hidroxicloroquina tem vários mecanismos de ação. Um deles – e é o que funciona muito bem na malária, que até foi citado agora há pouco – é que ela altera o pH, quer dizer, o nível de acidez, dentro do parasita. Ela tem uma ação direta no parasita da malária, ela mata aquele bicho. De uma forma... Em português castiço: ela vai lá e mata aquele bicho. Por isso é que ela tem uma ação aguda importante. Ela tem uma outra ação, que é de modulação do sistema imunológico, que precisa de tempo pra agir, e é por isso que a gente usa a longo prazo nas doenças reumatológicas. Nenhuma dessas circunstâncias foi provada ser eficaz na questão da Covid propriamente dita.

Agora, se a gente for olhar para os antivirais *in vitro*, existe muita coisa. Existem medicações antivirais pra HIV que funcionaram *in vitro*, por exemplo, pra Covid e não funcionaram no organismo humano. Se eu pegar essa placa, essa cultura viral, e botar no micro-ondas, Senador, os vírus vão morrer, mas não é por isso que eu vou pedir para o paciente entrar no forno duas vezes por dia. O senhor entende? Essa diferença precisa ficar clara para as pessoas que estão em casa. Não é que a gente não queira que as pessoas tenham acesso àquilo que funcionaria pra elas; muito pelo contrário, a nossa vida seria muito mais fácil, mais feliz.

Eu perdi amigos, Senador. Eu perdi um colega de plantão da Fiocruz que era um gênio. Ele morreu salvando a vida das pessoas. Se houvesse alguma oportunidade em que a gente pudesse depositar a nossa confiança e a vida das pessoas, a gente teria usado. Infelizmente, com todo pesar do mundo, não tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Existem... Segundo a Sociedade Brasileira de Infectologia, existem 3.700 infectologistas no Brasil.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Somos poucos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse número já era considerado baixo antes mesmo da pandemia, mesmo nosso País sendo um país sujeito a muitas moléstias infecciosas e parasitárias.

Considerando o contingente populacional do Brasil e suas múltiplas diversidades, não somente ambientais, mas também étnicas, que tipo de influência isso pode ter no enfrentamento de uma pandemia?

A SRA. LUANA ARAÚJO – É... Eu vou lhe dizer que não só no enfrentamento à pandemia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu faço essa pergunta...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Ah, perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... apenas pra contextualizar com a nossa realidade, em que Estados e Municípios tiveram autonomia para adotar as medidas que quisessem, inclusive preventivas, sem que a maioria deles tivessem ou tenham em seus quadros um único infectologista sequer – lembrando: temos 3.700 infectologistas, e somente Municípios são mais de 5,5 mil.

A SRA. LUANA ARAÚJO – O senhor tem razão. Somos muito poucos. Deveríamos ser muito mais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que grau de impacto essa falta de conhecimento científico...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Enorme.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... pode ter causado em Prefeitos, Governadores, gestores, pela responsabilidade de adotar medidas sem que para isso tenham o necessário assessoramento técnico científico?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Enorme.

Mas é preciso entender que o domínio de informação científica não é, não deve ser, exclusivo do infectologista, porque esse não é um conhecimento hermético. Veja, esse não é um conhecimento que exige, em detalhes, que a pessoa seja um infectologista. É claro que a gente, como referência técnica, acaba lidando com as coisas que são mais complexas, porque existe uma hierarquia de atendimento.

Mas a falta de infectologistas no País é uma coisa extremamente séria, e eu vou lhe dar um outro exemplo que não é exatamente ligado à pandemia, mas tem uma influência importante. Quando a gente aborda a atenção primária, por exemplo – e eu vejo muito pouca gente discutir isso –, a gente fala muito de resistência a antimicrobianos, do uso exacerbado e incorreto de antibióticos por aí; a gente fala muito da emergência de bactérias resistentes, quer dizer, aquelas que já não podem mais ser tratadas por antibióticos de uso comum nos hospitais. Mas os hospitais, normalmente, têm uma assessoria importante de infectologia. Então, é possível lidar com isso da melhor forma possível dentro do contexto. Mas a gente fala muito pouco disso na atenção primária. E aí, se o senhor for à atenção primária pelo País, o senhor vai ver coisas inacreditáveis – inacreditáveis! – relacionadas à prescrição de antimicrobianos. Por que isso acontece? Porque existe uma dificuldade de... Existe uma lacuna importante de ensino para as pessoas que estão assumindo essas funções.

Então, a gente precisa enxergar a infectologia não somente como uma questão terciária de alta complexidade. Ela é isso também, mas ela precisa estar inserida em todo o contexto da atenção da saúde pública, porque, se a gente faz isso, se a gente começa a fomentar uma educação melhor em infectologia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na atenção primária, a gente evita esse tipo de dificuldade que o senhor está mencionando pra todo o sistema, a gente alivia o peso sobre os hospitais.

Então, na pandemia, é isso que precisava ser feito, que precisa ser feito. É preciso mudar esse eixo de resposta pra que o sistema como um todo tenha alívio e a gente possa lidar com tudo que está acontecendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Todos sabemos que a infectologia lida não apenas com a prevenção, mas também com tratamento.

Considerando sua clara experiência e profundo conhecimento em termos de infectologia, diante da realidade da pandemia há mais de um ano, com milhões de infectados e muitos indo a estado grave e até a morte, que tipo de tratamento a senhora já identificou como ideal para esse paciente? Pergunto em termos de medicamentos.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Veja, Senador, não sou eu que identifico como ideal: são as evidências científicas acumuladas pelo mundo inteiro, que, pela primeira vez na nossa experiência, está trabalhando contra o mesmo inimigo ao mesmo tempo. Está certo?

Então, o que a gente tem de evidências científicas que são claras nesse sentido? A gente sabe que o uso de corticoide num momento específico para o paciente – veja bem! –, que é neste momento quando ele precisa de hospitalização e uso de oxigênio suplementar, nesse momento o corticoide é importante, ele muda a história da doença, ele diminui o risco de mortalidade.

O suporte que a gente consegue dar ao paciente grave, ele também mudou a história de mortalidade. Lá no começo da pandemia, a gente via que as pessoas que iam para o CTI morriam com a maior facilidade. Uma das razões pelas quais a gente conseguiu diminuir a mortalidade da pandemia é porque a gente aprendeu a lidar, dentro do ambiente de medicina intensiva, melhor com o suporte que a gente fornece a esses pacientes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Do ponto de vista do que nós estamos enfrentando...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... que é um problema viral...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O corticoide seria...

A SRA. LUANA ARAÚJO – O corticoide tem o momento dele específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual é o impacto dele na carga viral?

A SRA. LUANA ARAÚJO – O problema dele não é a carga viral.

Deixe eu explicar para o senhor, porque eu acho que é importante para todo mundo entender.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

A SRA. LUANA ARAÚJO – O corticoide tem uma ação que é anti-inflamatória, e uma das razões mais importantes de o paciente com Covid desenvolver quadro grave é que ele faz um quadro inflamatório gravíssimo. Esse quadro inflamatório dispara no organismo dele diversos mecanismos. Um desses, por exemplo, é o mecanismo de geração de trombos, rolhas dentro dos vasos sanguíneos, e isso causa diversos problemas, desde gangrenas até tromboses centrais e um monte de coisas.

Então, na hora em que a gente sabe que o corticoide faz menos mal e faz um pouco mais de bem – quer dizer, o risco-benefício do uso dele é importante e isso acontece comprovadamente na fase em que ele precisa de hospitalização e uso de oxigênio suplementar –, a gente consegue reduzir a inflamação desse paciente e, portanto, diminuir o risco de mortalidade dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Se utilizado precocemente, rapidamente, ela tem um efeito muito ruim, porque todo uso de corticoide pode levar a uma queda da resposta imunológica. Então, na hora em que a gente dá o corticoide, de cara, para um paciente, a gente impede que o organismo dele também se utilize de todas ferramentas de que ele precisa para se defender.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então qual seria o tratamento precoce? Entenda tratamento...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não existe, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, ouça.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Desculpe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Entenda tratamento precoce na minha avaliação – porque neste momento está havendo muito confusão entre tratamento profilático, o que alguém defende, e tratamento na fase inicial da doença. Eu entendo tratamento precoce como o tratamento na fase inicial da doença.

A SRA. LUANA ARAÚJO – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você está falando do corticoide, que só poderia ser uma intervenção já numa fase um pouco mais adiantada.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, a depender do quadro, esse paciente, nessa fase adiantada, já vai estar com falta de ar. Qual é o protocolo indicado para esse paciente, já na fase inicial, para não ter uma complicação?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Nós não temos nenhuma ferramenta farmacológica que possa ser utilizada de forma inicial, como o senhor coloca, que impeça a progressão da doença. O que a gente faz com os pacientes? A gente identifica com precocidade e a gente trata ou melhora o tratamento das eventuais doenças que ele tenha em concomitância, que a gente chama de comorbidades, porque a gente sabe que as comorbidades fragilizam o organismo do paciente. Então, quanto mais inteiro esse paciente estiver, melhor o sistema imunológico dele vai responder.

O mundo inteiro pesquisa neste momento inúmeros fármacos para lidar com essa questão que o senhor está colocando. Veja bem, o primeiro passo que a gente faz sempre é testar o que já existe. Essa foi uma das razões pelas quais, por exemplo, a hidroxicloroquina foi testada; porque ela já está aí, ela é barata, ela tem um uso bastante largo: "Então, vamos testar para ver se funciona. Ah, não funcionou, vamos passar para outra. Ah, não funcionou, passa para outra". E é nesse ponto em que a gente está, testando múltiplas coisas para ver o que funciona; mas, neste momento, eu não tenho uma intervenção farmacológica que funcione para fazer isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, vou concluir. Apenas, acho que a contribuição de V. Sa. é importante para esta Comissão e penso que, nas próximas falas, de repente, avançar um pouquinho mais nesse protocolo, porque o que nós temos visto hoje aqui não é oposição ou Governo, aqui é ser humano que está olhando quem está sofrendo lá na ponta. A gente está vendo muitas pessoas entrarem num quadro de Covid, agravando e, quando vai tentar a intervenção, já não há mais o que fazer, daqui a pouco, está intubado, e a taxa de óbito para quem vai para esse processo é muito alta, lamentavelmente.

Eu concluo, não quero adentrar aqui no mérito de sua nomeação, porque acredito ser inquestionável sua qualificação técnica, pelo que li e pelo que estou ouvindo aqui. Aliás, quero cumprimentá-la por isso.

Quero, todavia, deixar claro, para todos os que acompanham a Comissão, que, apesar da estranheza que se mostra aqui, todos os que aqui têm assento – ou, pelo menos, a maioria – sabem muito bem que em nenhum Poder Executivo existem nomeações automáticas oriundas de solicitações de secretarias ou ministérios. Nos Municípios, as nomeações são submetidas ao gabinete do Prefeito; nos Estados e no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal, à Casa Civil, e isso em qualquer parte do mundo. Não é razoável, portanto, que os que tanto criticam a criminalização da política, especialmente quando atacam operações de investigação, queiram criminalizar o rito administrativo comum, corrente em qualquer esfera de Poder e não do Executivo, é bom que se diga.

Todos os órgãos que fazem nomeações para cargos em comissão, que são demissíveis *ad nutum*... Há essa liberdade plena – há essa liberdade plena –, tanto para nomear, quando para exonerar. Digo isso, repito, não julgando o mérito da sua nomeação ou não nomeação, pois as razões a senhora não conhece, e nós também não as conhecemos. O que falo aqui, em razão da histeria que tem se praticado no âmbito do Parlamento, quando esse ou aquele não é nomeado ou é nomeado, e muitas vezes por pessoas que já fizeram exatamente a mesma coisa quando estiveram à frente do Poder Executivo.

Agradeço a V. Sa. pela contribuição que dá e a homenageio pela qualificação técnica.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Agradeço, Senador. Se me permite, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Dra. Luana.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nota dez para as perguntas pertinentes; mas, em relação ao comentário final, sua média cai bastante. Porque, deixe-me explicar uma coisa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sua opinião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na minha opinião e na opinião de quem está nos vendo agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, V. Exa. não é porta-voz de quem está te vendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois eu sou o professor aqui, não sou? Então, estou dando a nota para ti: dez pelas perguntas pertinentes; agora, em relação a esse negócio de segundo escalão... Preste atenção! De segundo escalão, Senador Marcos Rogério... No primeiro escalão, eu até concordo com V. Exa. A pessoa tem que compactuar com quem está no Governo, tem que defender as teses do Presidente e tal, mas, quando você vai para o lado técnico, essa questão... Se o cara for gestor e entrar para esse... Aí você não vai ter. V. Exa. mesmo disse e a própria Dra. Luana falou que o número de infectologistas que nós temos no Brasil é muito pequeno.

V. Exa. ficou satisfeito, como eu também fiquei satisfeito, com as respostas – volto a repetir – muitos pertinentes, porque foram perguntas técnicas respondidas por uma técnica. Apesar de nós não sermos técnicos, V. Exa. fez realmente perguntas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que isso aqui já está esclarecido. Nós podemos aproveitar muito bem a presença da Dra. Luana...

Eu passo para a senhora a palavra.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu só queria esclarecer um outro fato, porque acho que é importante principalmente para quem está em casa.

A gente sabe que a história natural do Covid numa população de uma forma geral é, em 80% dos casos, pelo menos, benigna. O que significa isso? A pessoa vai pegar a doença e vai desenvolver um quadro ou assintomático ou sintomático leve. E, a despeito de qualquer intervenção que eu faça nessa pessoa, ela vai evoluir bem. Então, nos 20% restantes... E aí o senhor citou: "Ah, e aí vai fazer alguma coisa só quando a pessoa não está bem?". São esses 20% que a gente precisa prioritariamente atender para evitar que esses 20% tenham uma situação ruim. O que a gente tem hoje é que, dentro desses 20%, aproximadamente 5% evoluem de forma grave. Dentro desses 5%, no Brasil, hoje, por conta das nossas dificuldades de sistema de saúde, a gente tem, principalmente em determinados bolsões, uma mortalidade extremamente alta. E isso não se deve exclusivamente à falta de medicação ou de tratamento ou do tempo de intervenção, mas, sim, por falta, um, de treinamento das pessoas... Vejam: a gente tem pouco infectologista, mas nós também temos poucos intensivistas no País. Então, como é que a gente abre centenas de leitos por aí sem ter alguém que tenha capacidade técnica clara de lidar com eles?

Então, o que as sociedades científicas tentaram fazer neste período todo? Organizar programas de educação para auxiliar essas pessoas, principalmente as que estão na ponta, a lidarem com situações que não são do hábito delas. É uma situação quase de guerra! O senhor entende? Então, a Sociedade Brasileira de Infectologia fez isso, a Associação de Medicina Intensiva Brasileira fez isso. Então, a ideia é a gente usar a fortaleza do nosso sistema, mas sem esquecer as dificuldades que ele tem, e aí cada um fazer a parte para tentar ter uma equalização da nossa resposta, que ainda é precária, mas muito melhor do que era lá no começo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar...

Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é só para deixar, mais uma vez, reiterado aqui à Dra. Luana que eu não estou defendendo a sua não nomeação.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, não, eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou apenas... Apenas fiz uma colocação aqui no sentido de deixar claro que, na administração pública, do federal ao municipal, isso acontece – às vezes, infelizmente.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Numa guerra, as alianças são feitas. E nós estamos numa guerra. Independentemente de cor partidária, de pensamento político, é uma guerra. Até para que vocês vejam, na aliança que foi feita na Segunda Guerra Mundial, nem todos se amavam. Nunca se amaram a União Soviética, na época, e os Estados Unidos, mas fizeram uma aliança para combater o mal maior que era o fascismo e o nazismo. Neste momento, a gente querer cirurgicamente encontrar profissionais preparados para fazer o enfrentamento porque não compactua com a ideia do grande e poderoso gestor maior da Nação é não querer enfrentar essa guerra. Essa guerra nós estamos enfrentando aqui, na CPI, mostrando ao Brasil que a gente pode enfrentar, independentemente de cor partidária, independentemente qualquer coisa. A história nos ensina que as alianças são feitas para combater um mal maior. E o mal maior que nós temos hoje é um vírus que ceifa vidas de brasileiros e brasileiras.

Por isso que eu não posso compactuar, Senador Marcos Rogério, com essa posição final em relação à questão política neste momento. Por isso que não compactuo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Parabéns, Omar! Parabéns, Omar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quero colocar isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São muitas coincidências.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos que... Eu não sou seu adversário no combate ao vírus, nem o senhor é meu. Nós somos aliados. Eu sou aliado do Jorginho, eu sou aliado seu, sou aliado do Luis Carlos Heinze, do Senador Eduardo Girão, da Senadora Eliziane, de todos que estão aqui, dos servidores que estão aqui, preocupados com sua saúde também, das pessoas que estão nos dando assessoria. Nós todos somos aliados. E a Dra. Luana e o advogado dela que está aqui...

A SRA. LUANA ARAÚJO – É meu pai.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seu pai, não é? Seu pai, que é médico também, não é?

A SRA. LUANA ARAÚJO – É médico e advogado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Médico e advogado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja bem, nós estamos juntos nessa luta. Nós não somos inimigos contra essa luta. Nós não precisamos mais disso. Basta!

Não adianta o Presidente, toda manhã, num cercadinho, agredir as pessoas, porque isso não vai salvar vidas. Eu estou dizendo: ele pode me agredir todo santo dia, mas, se ele puder salvar uma vida a mais, eu vou ficar muito feliz e vou aplaudi-lo.

Senador Otto... Não. Senador Randolfe. (*Fora do microfone.*)

Depois do Senador Randolfe e do Senador Eduardo Girão, só para a gente...

Senador Eduardo Girão e Senador Jorginho, a gente poderia, depois dele, parar 20 minutos para almoçar e voltar? Pode ser?

Então, o último a ouvir é o Senador...

Senador Jorginho, por favor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Consulte a Dra. Luana também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Sim, ela vai ter que almoçar.

A SRA. LUANA ARAÚJO – A gente está acostumado a ficar muito tempo sem comer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Dra. Luana, meus cumprimentos.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Boa tarde, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Imediatamente, além dos cumprimentos, meus parabéns pelo currículo de V. Exa.

Eu queria, Dra. Luana, partir diretamente para algumas perguntas que eu considero objetivas a respeito da sua não nomeação, ou melhor, da não concretização de um quadro como o seu na equipe do Ministério da Saúde no momento em que os brasileiros tanto precisam.

A pergunta preliminar: quando a senhora foi nomeada, quantos infectologistas existiam na equipe – existiam ou existem na equipe – do Dr. Marcelo Queiroga?

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Olha, dentro do meu conhecimento da estrutura a que tive acesso, eu era a única. Eu não sei se em outras esferas ali do Ministério existiam outras pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No seu nível de decisão?

A SRA. LUANA ARAÚJO – No meu nível, ali, de decisão, em termos de secretariado, por exemplo, dentro do que eu tive acesso, eu era a única.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, a senhora, ao ser convidada, seria a primeira infectologista da equipe do Dr. Marcelo Queiroga em um momento de enfrentamento de uma crise pandêmica?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu desconheço o histórico anterior à minha presença...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... mas, no momento em que eu estava lá, eu não conheci outro colega infectologista que estivesse por ali.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Me parece que isso torna ainda mais grave a circunstância da não concretização da sua nomeação. E aí isso nos leva a aprofundar o ato, aquele momento em que o Dr. Marcelo Queiroga lhe chamou e disse que não seria concretizada a sua nomeação. A senhora poderia descrever, se a memória ajudar, *ipsis litteris*, como foi o diálogo, o que foi dito pelo Dr. Marcelo Queiroga naquele momento?

A SRA. LUANA ARAÚJO – O senhor está exigindo bastante da minha memória, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Fique à vontade.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... o que eu tenho e o que eu posso lhe dizer é que foi uma situação bastante pesarosa para todo mundo que estava ali.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Desculpe-me, a senhora sabia que estava sendo chamada para ser...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... desculpe o termo, mas eu vou usar esse...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Desnucada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... desconvidada, desnomeada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu já ouvi que estão me chamando de Luana Araújo, a breve, né. Mas, enfim, não, eu não sabia.

Eu trabalhei o dia inteiro nesse dia, em várias circunstâncias. Já falei sobre a tentativa de organizar a estrutura da secretaria da melhor forma possível, também da questão da testagem, questão vacinal. Enfim, eu tinha várias... Já era uma preocupação minha a questão da possibilidade de identificação da variante indiana no País, porque a gente já sabia, havia alguns dias – isso é uma informação pública da Organização Pan-Americana –, que havia a identificação da variante indiana na Argentina. Então, eu tinha muitas coisas na minha cabeça naquele momento e eu precisava conversar com algumas pessoas lá dentro para tentar organizar um pouco melhor isso.

E aí, por volta de... Já não sei, final da tarde mais ou menos, eu fui chamada ao gabinete – eu estava próxima ao gabinete, fui chamada ao gabinete – e achei que teria a oportunidade de discutir essas coisas, até porque eu sempre tive livre acesso, dentro desse período, ao Ministro; claro que com todo respeito e toda hierarquia e deferência que existe dentro da história, mas eu tinha um acesso bastante livre a ele. E aí, quando eu entrei no gabinete, ele me informou, ele me falou que ele tinha optado pela minha nomeação e que ele obviamente não duvidava da minha capacidade técnica, muito pelo contrário, que eu tinha sido de muita utilidade naquele momento todo, mas que, infelizmente, a minha nomeação não teria sido aprovada e que ele, lamentavelmente, ia precisar, enfim, abrir mão de mim. É isso que eu tenho guardado, tá bem, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, a senhora contribui muito com essa informação. Mas, Dra. Luana, então, não teria sido aprovada, obviamente, teria sido vetada?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Bom, aí é uma coisa que o senhor está dizendo. Eu não tenho como dizer, o que eu tenho como dizer é o que me foi dito lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que a sua nomeação não tinha sido aprovada e não teria sido aprovada não era por ele.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, por ele, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele concordava...

A SRA. LUANA ARAÚJO – A gente já estava trabalhando e devo dizer de novo: o Ministro Marcelo Queiroga é um profissional de extrema competência, extrema, extrema competência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concordo com a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – E comprometimento, não é só competência; é comprometimento. E ele sabe, obviamente, como todos sabemos, das circunstâncias difíceis que ele enfrenta num momento de pandemia tão complexo. Então, o que eu observei é que ele tenta, sim, se cercar das melhores pessoas. E eu tive a felicidade de ser uma dessas pessoas com as quais ele contou, pelo menos durante esse pequeno período. Então, eu não acredito que, enfim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E ele... Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Só para tentar lhe ajudar, Dra. Luana, o que o Senador Randolfe pediu, e nós encarecemos, se possível, um esforço a mais, é lembrar as expressões no momento em que a notícia lhe foi dada.

A SRA. LUANA ARAÚJO – As expressões de que eu me recordo, Senador, são estas de que era uma situação pesarosa. Não tinha ninguém feliz ali abrindo mão de mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Era pesarosa da parte dele, do Ministro?

A SRA. LUANA ARAÚJO – É! É!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obviamente, então, a não concretização da nomeação...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Ele não me disse por que eu estava sendo dispensada dentro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não nomeada.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... se eu posso usar essa palavra, não nomeada. E eu também não perguntei. De forma muito clara, não perguntei, porque a gente sabe como é que funcionam, ao redor do mundo, as questões políticas. E eu também entendi que essa não era uma situação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora percebeu que era uma questão política?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, tudo é político quando a gente está aqui dentro, não é, Senador? Tudo é político quando a gente está aqui dentro. Existe uma carga política sobre todas as coisas.

Então, a minha percepção foi: existiu um pesar sobre abrir mão disso, até porque a gente vinha desenvolvendo um trabalho muito positivo num período muito curto, mesmo eu não sendo nomeada. Então, eu acho que ali... A sensação que eu tenho ali, a minha recordação, é a de que foi isto: um momento pesaroso para todo mundo, tanto para ele quanto para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive, o próprio Ministro Queiroga chegou a declarar que a sua nomeação dependia de validação política, o que só confirma e reafirma o que a senhora está dizendo.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não entendo como é que funcionam, com todo o respeito, esses...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa declaração, inclusive, é dele.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... trâmites políticos. Como eu disse, eu não faço parte do jogo político. Eu trabalho com outras coisas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só para ficar claro, Dra. Luana.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, a não concretização de sua nomeação não partiu do Ministro, partiu de uma instância superior a ele?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não foi a minha... Não sei se foi de uma instância superior. O que eu posso dizer é que não me parece ter sido dele. Não tem lógica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isto ficou claro para a senhora, que não foi o Ministro que vetou?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Isso ficou claro para mim. Não existiria razão para que a gente chegasse àquele ponto, àquela circunstância e àquele pesar se isso fosse uma decisão privada, única e exclusivamente dele. Eu não vejo razão para isso ter acontecido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa informação... Entendo o seu constrangimento, inclusive, com a circunstância e me solidarizo com a senhora.

Então, o importante, Sr. Relator, é a seguinte contribuição aqui que a Dra. Luana presta: ela não foi nomeada não por não cumprir nenhum dos pré-requisitos existentes na Lei 9.727, de 15 de março de 2019, que dispõe sobre os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação de cargos. Essa lei estabelece os seguintes critérios: idoneidade moral e reputação ilibada – acabamos de ver o perfil da Dra. Luana –, perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou com a função para a qual tenha sido indicada. A Dra. Luana é formada pela Johns Hopkins...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Universidade de Johns Hopkins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pela Universidade Federal do Rio e pela Johns Hopkins. Tem referência maior no planeta, neste momento, sobre balizamento de dados, sobre banco de dados de enfrentamento à pandemia? Não consta.

A Dra. Luana seria a primeira infectologista da equipe do Ministro Queiroga, a primeira infectologista, ou seja, com a sua não nomeação, a equipe do Ministro Queiroga, hoje, está sem infectologista em meio à pandemia.

Se, claramente, a Dra. Luana diz aqui, neste momento, que, na compreensão dela, no que ela sentiu dialogando, frente a frente, olhos nos olhos, com o Ministro Queiroga, não houve veto da parte de S. Exa., o veto foi de outra instância, o veto partiu de alguém. Suponho que alguém inferior ao Dr. Marcelo Queiroga não iria apresentar veto a algo que era do desejo dele, o que só nos leva à compreensão, eu acho, à dedução lógica... Porque houve um veto. E me parece que essa... Pelas posições da Dra. Luana, pelas posições científicas da Dra. Luana, o veto é claramente por conta do que ela expôs, do que ela apresentou aqui para todos nós.

Dra. Luana, a senhora falou... A senhora começou aqui, na sua exposição inaugural, fazendo assim... atualizando um dado, atualizando um termo que tem sido muito comum nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e que a senhora aqui denuncia o quanto tem sido mal aplicado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o termo metanálise, não é?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A propósito, eu quero trazer para a senhora uma das declarações de uma das depoentes aqui na CPI sobre metanálise. Disse o seguinte, e quero saber sua opinião sobre isto: "E, certamente, a questão das estatísticas que os estudos têm demonstrado de benefícios do tratamento precoce, nos diversos estudos já aqui bem caracterizados, inclusive nas metanálises, faz com que, ao se utilizar esses medicamentos, a gente tenha uma diminuição significativa do número de mortos e do número de pacientes graves."

Isso foi uma depoente que prestou essa informação aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive colocando como prova de validação do tal tratamento precoce as metanálises.

A senhora poderia rapidamente... E eu peço só para acrescentar um tempo, Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com a mesma generosidade que eu dedico ao senhor quando estou na Presidência... (*Risos.*)

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu vou tentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode acrescentar?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu vou tentar contribuir, sendo o mais breve e mais clara possível, dentro da complexidade desse assunto.

A metanálise não é um tipo de estudo, ela é uma ferramenta estatística.

Então, o que que a gente faz numa metanálise? A gente pega estudos diferentes que versam sobre o mesmo tema e, aí, a gente tenta, com essa ferramenta, suprimir ou compensar eventuais falhas desses estudos e condensar isso de forma a ter uma conclusão com força estatística, com peso. É isso que a gente tenta fazer.

Existe uma confusão, que é comum entre muitos profissionais, entre metanálise e revisão sistemática. Revisão sistemática é uma outra história. Eu pego um conjunto de estudos, excluo aqueles que têm falhas maiores, condenso aqueles que só têm bom embasamento científico e, aí, aplico a metanálise sobre esses estudos para reforçar essa ideia que eles trazem como conjunto.

Mas, veja bem, a metanálise serve... A metanálise e a revisão sistemática, enfim, mas a metanálise, principalmente, serve para várias coisas, principalmente para apontar caminhos que precisam ser depois melhor elucidados com estudos de melhor embasamento. Está bem?

Então, quando a gente fala de, por exemplo, eficácia de medicação, a gente não pode usar a metanálise. Ela nunca pode ser usada para definir eficácia de medicação. E por que isso? Porque eficácia... Quando eu preciso saber se essa coisa específica funcionou ou não, eu tenho que isolar essa coisa de qualquer outro fator que confunda a minha conclusão. Eu tenho que ter certeza de que a conclusão a que cheguei é derivada dessa minha intervenção.

Para fazer isso, são muito poucos os desenhos de estudos que me dão essa informação clara. E o que a gente tem de maior valia são os estudos randomizados, cegos e controlados por placebo. Quer dizer, eu pego aquela medicação, aquela intervenção, eu dou para um grupo; e, para o outro grupo, eu dou uma outra coisa que ele não vai saber o que é. Aliás, ninguém sabe o que é o quê. Aí, a gente faz a comparação dos resultados daquilo que eu quero saber – eficácia, mortalidade, enfim – entre esses grupos. Mas esses grupos precisam ser o mais iguais possível, para eu ter certeza de que esse grupo não tem mais homem do que mulher, ou não tem gente com IMC diferente do outro, ou que não tem mais diabético do que o outro. Então, existem muitas estratégias que a gente usa para tentar deixar isso o mais homogêneo possível, para eu ter certeza de que a minha intervenção é que teve aquele resultado que eu achei.

Isso posto, metanálise não pode ser usada para eficácia de medicação. Isso é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sob nenhuma hipótese. Isso é... Infelizmente... É a primeira aula de epidemiologia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu quero lhe agradecer...

A SRA. LUANA ARAÚJO – De estudo epidemiológico – perdão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu quero lhe agradecer. Só, nos dois minutos finais, quero lhe agradecer, porque é superesclarecedor, inclusive para quem voltar a insistir nesse tema aqui.

Nos dois minutos finais, Sr. Presidente, um minuto para o vídeo que eu gostaria que a Dra. Luana visse, assistisse, melhor dizendo, sobre depoimentos em relação às formas, pelo menos na compreensão do Presidente da República, sobre as formas de combater a pandemia. Então, é um minuto do vídeo e um minuto para um último questionamento, Sr. Presidente, não mais que isso.

Já temos o vídeo? (*Pausa.*)

Por favor. Com som? (*Pausa.*)

Som?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Bom, está desatualizado – 251 mil mortos.

Dra. Luana, essas declarações, de qualquer cidadão, qual o impacto que teria em uma pandemia?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu... Só para começar, eu não gostaria que a minha participação ou eu fossem utilizados de forma diferente da minha participação técnica. Isto posto, é uma situação muito difícil e muito complexa, triste para quem trabalha com infectologia, para quem trabalha com saúde pública, para quem vê paciente, para quem testemunha as dificuldades e os horrores que a gente vem passando.

Eu compreendo perfeitamente que existam consequências de determinadas políticas públicas, e uma das minhas atribuições, por exemplo, é tentar desenvolver políticas públicas que minimizem os impactos socioeconômicos graves de uma situação como essa. Mas não é possível ouvir uma declaração ou um conjunto de declarações de quem quer que seja – não estou personalizando na figura do Presidente –, de quem quer que seja, neste momento, sem sofrer um impacto quase que emocional, além do racional que a gente trabalha o dia inteiro, ao ver isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mim, como médica, como infectologista, como epidemiologista, como educadora em saúde, isso me suscita a ideia de que eu preciso trabalhar mais, de que eu preciso informar melhor as pessoas, de que eu não estou sendo suficiente nas palavras que eu tenho usado, porque, a mim, me parece que falta informação de qualidade. Na hora em que você obtém a informação de qualidade e passa essa informação de uma forma que a pessoa tenha condições de compreender, não é mais esse tipo de comportamento que a gente espera que aconteça. Então, a mim, me dói.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Luana, muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sem mais perguntas, Sr. Presidente. Só um registro, se o senhor me permite.

Que pena, Dra. Luana, que a senhora não está no Ministério da Saúde e talvez aconselhasse o Presidente a isso que nós vimos não ser repetido.

Sem mais perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O próximo... O próximo...

Eu agradeço ao Senador Randolfe.

O próximo Senador é o Senador Girão, mas, antes disso, suspendo o nosso trabalho por 20 minutos, para que depois a gente possa voltar.

Está suspensa a sessão por 20 minutos.

(*Suspensa às 13 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 48 minutos.*)

(Suspensa às 13 horas e 24 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando, então, os trabalhos, Senador Eduardo Girão, V. Exa. tem 15 minutos.

Com a condescendência desta Presidência, acrescentarei depois também mais três minutos, pedidos por V. Exa. para o pela ordem que havia pedido. A Dra. Luana está à sua disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muitíssimo obrigado, Presidente desta sessão neste momento, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu queria começar com o pela ordem, daqui a pouco eu vou já cumprimentar a Dra. Luana.

Seja muito bem-vinda, Dra. Luana, a esta Casa.

Mas o pela ordem que eu tinha pedido, foi até bom que o Presidente deixasse para depois, nada acontece por acaso. Ficou extremamente evidenciado aqui – e eu quero prestar a minha solidariedade, como os colegas também o fizeram, com a jornalista Daniela Lima. Não merece esse tipo de tratamento de ninguém, está fazendo o seu trabalho, por mais que você possa criticar o viés A ou B, mas é injustificável se tratar qualquer pessoa com hostilidade, mas um erro não justifica um outro erro –; fica evidente, com o depoimento que a gente está vendo aqui, as perguntas feitas por todos nós, a condução dessa pandemia dessa CPI, que são dois pesos e duas medidas, com todo respeito. Quem está assistindo está vendo isso, não paro de receber aqui mensagens. E o que aconteceu ontem foi um show de incivilidade.

A senhora colocou aí, Dra. Luana – quando entrou, disse –, eu até anotei: "Conto com a civilidade de vocês". Foi marcante isso, porque a senhora tem razão. O que a gente tem visto nessa CPI – não foi apenas com a Dra. Nise Yamaguchi, não; com vários outros depoentes – foi terrorismo. E isso... Quem tem o mínimo de sensibilidade não tolera esse tipo de coisa, não pode aceitar, porque sentar nessa cadeira não é fácil: seja quem agrade o comando da CPI ou não, sentar nessa cadeira não é fácil, até porque é uma CPI política, eminentemente política o que a gente está vendo aqui.

Mas eu queria dizer que, inclusive, o tratamento ontem desrespeitoso com a Dra. Nise Yamaguchi, a forma como foi feito, gerou uma nota de repúdio, uma nota de repúdio dos Médicos pela Vida, uma associação que reúne muitos médicos pelo Brasil. E eu, inclusive, vou distribuir à imprensa – já pedi para a equipe distribuir à imprensa – essa nota, que é uma nota feita ontem depois do depoimento. Que fique registrada.

Eu queria, Sr. Presidente... Eu sei que o senhor é o Vice-Presidente, mas eu peço que acolha o nosso pedido, já que a gente está querendo, pelo menos, buscar aqui a verdade. Eu queria lhe pedir para não desconvocar, não faça isso, não faça que esta Comissão cometa mais este erro, que é desconvocar pessoas que haviam sido convocadas, médicos renomados, cientistas, como a Dra. Luana.

Ninguém é dono da verdade aqui, mas a gente precisa ouvir os grandes nomes que estão contra e que estão a favor do tratamento precoce. Então, é fundamental porque, Presidente Randolfe Rodrigues, certos convidados que estariam aqui hoje – eram para estar hoje, e foi mudada da noite para o dia essa convocação – simplesmente, inclusive, compraram passagens, gastaram dinheiro, se prepararam para fazer uma apresentação aqui, como o Dr. Francisco Cardoso e também o Dr. Paulo Porto. Eles merecem o mínimo de respeito desta Comissão, para que a gente possa fazer essa audiência pública. Eu lhe peço,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faço um apelo ao senhor: que não exclua esse debate, porque é interesse do povo brasileiro ouvir os dois lados.

Eu queria também fazer uma solicitação, para encerrar o meu pedido agora de pela ordem, que é reforçar o requerimento do Senador Izalci, que eu acolhi, que é o do ex-Secretário Francisco Araújo Filho, Requerimento 114, de 2021, ex-Secretário de Saúde aqui do Distrito Federal, um dos requerimentos dele que eu acolhi, assim como acolhi prontamente também o das andanças do Presidente da República, a agenda oficial, causando aglomeração e sem o uso de máscara, inclusive na minha terra do Ceará; eu fiz um requerimento sobre isso

Vamos às perguntas. Eu agradeço a oportunidade. Vamos agora às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acrescento quatro minutos ao tempo de Vossa Excelência, para descontar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

Dra. Luana, mais uma vez seja bem-vinda a esta Casa.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Muito obrigada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Antes de entrar em temas um pouco mais polêmicos, eu queria lhe perguntar uma coisa.

A senhora se articula muito bem. A gente vê a sua fala, uma fala bem estruturada, com frases de efeito inteligente. Eu pergunto para a senhora, porque a gente nota o seu viés... O seu currículo diz por si só: técnica, não é? Mas também a gente percebe um conhecimento político, embora a senhora não queira entrar, mas a senhora tem um conhecimento político.

Eu lhe pergunto o seguinte: que impacto tem, numa gestão duma pandemia, como no Brasil, a corrupção? A corrupção: um dinheiro que deveria ir para a saúde, que poderia estruturar o nosso sistema de saúde, é, muitas vezes, desviado. E a Polícia Federal está aí para demonstrar: hoje tivemos uma operação lá no Amazonas e tivemos outras 70 operações da Polícia Federal só do início da pandemia para cá, focando em Estados e Municípios. E eu lhe pergunto se e que tipo de impacto isso tem no sistema de saúde.

E eu dou um dado aqui apenas. Em Governos anteriores – e aí você pode andar para muitos Governos –, nunca foi prioridade a saúde no Brasil, nunca foi prioridade, mas eu lhe pergunto: entre 2008 e 2018, foram 40 mil leitos fechados no Brasil. Repito: entre 2008 e 2018, dez anos, 40 mil leitos fechados, dados do SUS. A gente enfrentando uma pandemia global como essa, que falta fazem esses leitos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Bom, Senador, primeiro boa tarde.

Agradeço os elogios ao meu português – minha mãe vai ficar feliz. Ela é professora e poetisa, vai ficar contente por isso.

Com relação a frases de efeito, Senador, só pra comentar: não são frases de efeito; elas são metáforas que eu tento utilizar para que meus pacientes entendam assuntos que são complexos. Então, é essa que é a minha intenção.

Com relação a conhecimento político, o que eu detenho é o de cidadã. Então, como cidadã, eu vou responder ao senhor: corrupção mata, simples; corrupção rouba dinheiro de onde ele deveria ser investido. E isso não... Isso é uma resposta de uma cidadã; não estou nem falando como técnica especificamente. Mas, se esse dinheiro é desviado principalmente de áreas que são cronicamente subfinanciadas, isso é ainda mais complexo. Então, a resposta curta e direta à sua pergunta é que corrupção mata.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Precisamos virar essa página da corrupção no Brasil.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Já deveríamos, não é, Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Já deveríamos ter virado. Inclusive, essa CPI... O requerimento meu, assinado por 45 Senadores da República, deu origem a essa CPI, apensado ao requerimento do Senador Randolfe, e quer observar também corrupção. Infelizmente, até agora, a gente não olhou – um mês de trabalho. E nós somos ainda, infelizmente, um País em que tivemos escândalos aqui em CPIs apuradas, como petrolão, como mensalão, enfim...

Mas vamos à questão, que eu queria lhe ouvir.

Eu quero esclarecer, antes de tudo, que eu sou a favor, sempre fui a favor, sempre deixei isto claro, das vacinas, medidas de higiene, de higienização, uso de máscaras – fundamental também – e distanciamento físico. Atualmente, eu continuo convencido. Fiz quase dez *lives*, fiz um debate aqui nesta Casa, onde Senadores participaram ouvindo cientistas renomados que têm um currículo similar ao da senhora, que são a favor do tratamento precoce, e cientistas também que têm currículo similar ao da senhora que são contra o tratamento precoce, não é? Como eu digo, ninguém é dono da verdade: a gente precisa ouvir os dois lados.

Eu digo para a senhora, faço uma pergunta aqui... Na verdade, eu vou ler algumas situações, e depois e lhe pergunto, para contextualizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou convencido da validade do tratamento precoce sempre sob orientação médica – depois de tantos debates –, com a realização de exames caso sejam necessários. Eu defendo, sim, a autonomia do médico e do paciente, e sou absolutamente contra a automedicação. Apesar de a Constituição assegurar os direitos de liberdade de expressão, do contraditório e da ampla defesa, ser contrária à censura, lamentavelmente por conta do cancelamento do debate de hoje os médicos que viriam debater aqui tiveram a sua palavra cassada. Infelizmente, temos visto muitos desses especialistas serem perseguidos, terem as suas reputações destruídas sem que sequer tenham o direito de se defenderem.

Como não sou da área de saúde, lerei alguns argumentos que me foram enviados por vários médicos, de modo a subsidiar as minhas perguntas, que farei no final. Se eu tiver repassando alguma informação que precisa de reparo, peço, por favor, que a senhora me corrija após eu terminar a leitura e começar as perguntas.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esses médicos – e aí são 14 mil médicos que têm um trabalho nessa área – esclarecem alguns pontos: que artigos publicados revelam que cerca de 90% dos procedimentos médicos e medicamentos não possuem evidências do tipo 1A; que as evidências são classificadas em uma pirâmide de relevância, mas que as demais também devem ser levadas em consideração. Entretanto, se 90% dos tratamentos não têm comprovação conclusiva, por que essa altíssima exigência, em plena pandemia, somente com os do tratamento precoce? Parece-me uma grande incoerência.

O Brasil aprovou medicamentos para Covid como o remdesivir, que a OMS não recomenda, alguns baseados em anticorpos monoclonais, apesar de possuírem nível de exigências muito baixos, menores que os da hidroxicloroquina e ivermectina. Mas estas não são aceitas. Isso me parece – e parece para os médicos – dois pesos e duas medidas.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu só vou lhe pedir para depois repetir um trecho para me lembrar o que que é, para eu poder responder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro, claro, tranquilo.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Está certo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu já citei aqui, com outros depoentes, e nesse debate que está nas redes da TV Senado... Quem quiser assistir, foi há cerca de dois meses, parece uma coisa... É só você ir na TV Senado e colocar lá: "debate sobre profilático da Covid-19".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já citei aqui centenas de estudos científicos sérios, randomizados, duplo-cego e até prospectivos e várias metanálises, algumas já publicadas, como a do Dr. Pierre Kory.

E eu quero só falar aqui, porque a senhora comentou sobre metanálise... Metanálise está na ponta...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Esse gráfico...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... está na ponta da evidência mais robusta.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu vou aproveitar, porque esse gráfico é um gráfico errado, Senador. Essa ponta está aí porque as pessoas, de novo, confundem metanálise com revisão sistemática. Metanálise não é um tipo de estudo, ela é uma ferramenta estatística. Então, só para lhe deixar numa situação um pouco melhor, nesse sentido aí do gráfico, o que está lá em cima é revisão sistemática, que normalmente é acompanhada pela ferramenta de metanálise.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está bem.

Esses médicos, que também estudaram, têm Ph.D. como a senhora, esses médicos vão vir aqui. Eu estou apenas hoje – porque o direito deles foi cassado – fazendo aqui algumas perguntas.

Mas vamos lá.

Há algumas já publicadas, como a do Dr. Pierre; outra de uma das maiores especialistas do mundo em medicina baseada em evidências, a Dra. Tess Lawrie, em vias de publicação; dentre outras em *preprint,* como do Dr. Karale, da famosa Clínica Mayo, dos Estados Unidos, a favor desses fármacos. E o estudo mais recente, na Cidade do México, com 220 mil pessoas, demonstrou uma grande eficácia da ivermectina na prevenção da Covid. Ou seja, esse jargão, que tem sido repetido milhares de vezes, de que não existem evidências científicas a favor não é verdadeiro.

Ainda há divergências no meio científico sobre esse tema, conforme já foi esclarecido até pelo Presidente do Conselho Federal de Medicina. Na verdade, ainda não temos evidências científicas absolutamente conclusivas, nem a favor e nem contra, já que essas demonstram anos, às vezes décadas, sobre a eficácia da hidroxicloroquina na fase inicial da Covid, nem dos outros 16 medicamentos reposicionados utilizados atualmente. Aliás, não podemos deixar que essa rejeição à hidroxicloroquina se transfira automaticamente para esses outros 16 fármacos.

Os estudos em *preprints*, aqueles ainda não publicados, não devem ser ignorados, especialmente em plena pandemia, até porque cerca de 70% deles costumam ser aprovados. Até grandes metanálises incluem *preprints* como as metas adotadas pela OMS sobre a hidroxicloroquina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para citar um exemplo: quando todas as associações médicas do mundo declaravam que os corticoides eram prejudiciais na Covid, médicos corajosos, que estudam *preprints*, apesar de acusados de charlatães, salvaram milhares de vidas com essas drogas. Após a publicação dos estudos, todas as associações mudaram de ideia. Será que não deixamos morrer milhares de pessoas por causa de um dogmatismo científico?

O Tamiflu, Senador Renan Calheiros, e o AZT, no início das viroses de H1N1 e de aids, apesar de não possuírem evidências conclusivas, também salvaram milhares de vidas. E, curiosamente – curiosamente, Senador Jorginho Mello –, não foram demonizados, como o que assistimos hoje em dia.

Sabemos que as instituições científicas não são absolutamente isentas, porque são compostas de seres humanos, nem mesmo as metanálises, porque sempre tem alguém que escolhe e inclui somente os estudos que considera relevantes, excluindo os demais e ainda atribuindo pesos ponderados diferentes. Logo, nem essas estão isentas de vieses.

Eu até já repassei aqui alguns dos equívocos relatados nas metanálises da cloroquina, misturada com hidroxicloroquina, e da ivermectina, adotadas pela OMS. E já falei também sobre a suposta toxicidade da ivermectina.

Esses estudos da OMS têm sido alardeados como verdades absolutas ou irretocáveis, à semelhança do que acontecia com os artigos fraudados – vou repetir: com os artigos fraudados – da Lancet e do The New England Journal of Medicine, que tiveram que ser retratados. Aliás, tratam a OMS como uma instituição infalível, que nunca erra, Senador Heinze, mas já ficou demonstrado que ela cometeu vários erros fragorosos nesta pandemia.

Aliás, as pessoas e instituições jamais erraram, sobretudo a respeito de uma doença inteiramente nova?

Encaminhando para o final, a rigor, também não é correto afirmar que o Brasil realmente adota o tratamento imediato ou precoce, Senador Humberto Costa, porque esses medicamentos, muitas vezes, simplesmente não estão disponíveis e gratuitos na rede pública do País. Há raros centros de Covid onde os médicos que concordam com essa prática podem atender a todos os que desejarem. Por essa razão, ricos podem comprar, se consultar e até se tratar em casa, mas, infelizmente, muitos pobres não têm sequer o direito a essa tentativa de tratamento! Certamente, esse é um dos motivos para a tão perigosa automedicação, que todos condenamos.

A Índia, em que alguns estados adotavam a ivermectina e tinham ótimos números, voltou recentemente a adotá-la. E, em 25 de maio agora, uma importante instituição nacional, a Indian Bar Association, encaminhou uma notificação judicial contra a Cientista-Chefe da OMS, questionando os diversos e graves equívocos já apontados por várias instituições da sua metanálise sobre ivermectina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acusando-a de provocar uma campanha de desinformação mundial, de criticar institutos indianos respeitáveis, requisitando justificativas para esses erros e omissões sob pena de uma ação judicial.

Diante do exposto, Dra. Luana Araújo, faço algumas perguntas simples, que podem ser respondidas com "sim" ou "não" – em virtude do tempo, que está acabando e eu gosto sempre de obedecer –, e uma última, em relação à qual a senhora pode ficar à vontade para desenvolver a resposta e corrigir algum erro que eu tenha cometido.

Primeira pergunta – "sim" ou "não" se possível –: será que esses milhares de médicos do tratamento precoce, que também são nossos heróis, buscando salvar vidas, agindo de boa-fé, com responsabilidade, muitas vezes deixando suas famílias para ir atender – e esse é o verdadeiro médico –, com respaldo do Conselho Federal de Medicina, do Código de Ética, de nota técnica do Ministério da Saúde e dos princípios do Tratado de Helsinque, que, neste ponto da busca de tratamentos, continuam aceitos em todo o mundo, devem ser chamados de charlatões, criminalizados ou censurados, como tem ocorrido até nesta CPI?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu vou responder, então, às suas perguntas e depois eu faço um comentário sobre a sua fala introdutória, se for possível, Senador.

Eu reconheço o sacrifício e o esforço de todos os meus colegas, mas, infelizmente, também reconheço a falta de informação que eles têm para embasar esse tipo de situação que foi repassada ao senhor, com todo o respeito do mundo.

Existem revisões sistemáticas importantíssimas, de um grupo, por exemplo, chamado Cochrane, que fala exatamente sobre os tratamentos todos que têm sido analisados. Veja bem, ninguém está deixando de analisar nenhuma saída. As pessoas estão buscando soluções dentro de tudo que é possível, porque todos os países do mundo sofreram terrivelmente, tanto em termos de população quanto em termos de economia, quanto em termos de expectativa futura. Então, todo mundo quer uma saída. Infelizmente, com muita dor, eu devo dizer que os meus colegas não estão com o embasamento correto para responder sobre isso.

E, aí, eu queria rapidamente pontuar algumas outras coisas nesse sentido.

Quando o senhor fala da OMS... É importante dizer que a OMS – não trabalho para a OMS, nunca trabalhei para a OMS –, é importante dizer que a OMS é uma instituição que busca uniformizar conhecimento para países de níveis socioeconômicos completamente diferentes uns dos outros. Então, é relativamente natural que haja uma demora, às vezes, na equalização de uma informação, porque ela precisa valer para todo mundo em todos os setores. Isso posto, se o senhor não quiser levar a OMS em consideração, é de direito, mas, aí, a gente vai precisar ignorar o NIH, que é o serviço de saúde britânico; a gente vai precisar ignorar o CDC, que é o Centro de Controle e Prevenção de Doenças; a gente vai precisar ignorar o FDA, que é a agência americana de alimentos e drogas; o EMA, que é a agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

europeia de medicações; e a IDSA, que é a Sociedade Americana de Doenças Infecciosas, porque todas, todas essas instituições, têm exatamente a mesma posição sobre o tratamento precoce.

Então, com todo o respeito que eu devo aos meus colegas, aos 14 mil que o senhor cita, infelizmente, a gente precisa entender a ciência como uma coisa muito além das nossas limitações pessoais, e eu me coloco nisso. Então, eu preciso aprender com o que as pessoas estão dizendo e ter criticidade para entender isso.

Com relação a metanálises, e o senhor a citou com relação a juntar estudos que possam ser enviesados: é por isso que é tão importante que, dentro da formação médica, exista uma formação sólida em epidemiologia, porque existe um vício comum aos profissionais de saúde que é, quando vão ler um artigo científico, eles leem o *abstract*, a introdução, o resumo, e leem a conclusão, não leem a metodologia, que é a coisa mais importante que existe no artigo científico, porque é só através dela que a gente consegue entender se existe algum tipo de viés, se existe algum tipo de fator de confundimento, que, às vezes, não foi nem percebido pelo próprio autor – não estou dizendo que tenha sido por má-fé, às vezes nem foi percebido. E é assim que a gente cresce: analisando o trabalho uns dos outros.

Sobre a hidroxicloroquina, eu só queria deixar uma coisa clara, que é a seguinte: ninguém demoniza a cloroquina ou a hidroxicloroquina, ninguém demoniza nenhuma medicação. O que a gente precisa ter claro é que essas medicações têm o seu valor quando bem indicadas, na dose correta, para o paciente que pode utilizá-las. O uso *off-label* existe e é parte da Medicina, mas, de novo, precisa estar limitado por fatores que são muito claros e que são aqueles mesmos que eu citei com relação à autonomia médica: conjunto de evidências sobre isso, a plausibilidade teórica, a ética e a responsabilização. O profissional tem direito de prescrever se ele quiser, mas ele precisa ser responsabilizado, e isso é para qualquer circunstância, sobre os resultados daquilo que ele faz. O que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que, se eu prescrevo qualquer coisa para o meu paciente e ele fica bom, eu digo que eu sou o máximo, mas, se ele morre, foi porque Deus quis. E não pode ser assim. Então eu só queria deixar isso claro também.

Sobre a toxicidade...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Tamiflu e o AZT também na época eram combatidos e...

A SRA. LUANA ARAÚJO – O Tamiflu apareceu também como uma situação *off-label*, mas é um antiviral, Senador, ele é um antiviral. Então, existia uma plausibilidade teórica muito maior para o uso dele do que qualquer outra coisa. Eu não peguei outra medicação completamente alheia e, aí, resolvi que eu ia usar para aquela patologia.

Então, o que eu quero dizer é que a gente faz as coisas, em situações de risco a gente arrisca, e eu considero absolutamente natural que, lá no começo da pandemia, a gente tenha tentado todas essas coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mundo inteiro tentou isso, mas insistir depois de um ano de pandemia e de evidências acumuladas, dezenas de revisões sistemáticas, estudos bem feitos, randomizados, controlados, de qualidade – porque você pode randomizar e controlar porcaria –, tudo muito bem feito... Que a gente insista em algo que, infelizmente, não tem valor e, pior do que isso, pode vulnerabilizar as pessoas... É esse o ponto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, a senhora concorda que devemos extinguir, ou restringir, a autonomia do médico e do paciente, impedindo que, especialmente em plena pandemia, se utilizem medicamentos *off-label*?

A SRA. LUANA ARAÚJO – De forma alguma. Eu não restrinjo autonomia, eu responsabilizo. É simples, não é restrição de autonomia. O médico tem direito de utilizar o conhecimento dele e prescrever da maneira como ele considerar correta, mas é preciso que, à luz das evidências, Senador, do conjunto de evidências do que se sabe para o mundo inteiro, a gente se responsabilize pelo que a gente faz. É isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, e se essa responsabilidade for ter salvado milhares de vidas?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Bom, infelizmente, até este momento, isso não é o que aponta...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Os estudos dele não são aceitos?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não. Eu cheguei a citar aqui que existe uma revisão sistemática que mostra uma *odds ratio*, que é uma medida estatística de aumento de risco, de 1,77 para o uso da cloroquina. Isso significa um aumento de mortalidade de 77%. Esse dado não é brasileiro. Está bem? Esse dado é um dado de uma revisão sistemática que foi feita.

O que a gente precisa é providenciar essas evidências e aí olhar os caminhos que a gente tem, Senador. Se a gente olha para um caminho que é absolutamente combatido no mundo inteiro... E o senhor citou a Índia. Eu não acho que esse seja o melhor dos exemplos para a gente citar. A Índia teve uma primeira resposta que foi excepcional, e não foi baseada na medicação; foi baseada numa restrição importante de mobilização de uma população que tem, por definição, um processo migratório dentro do País que é muito grande. Então, quando esse processo migratório foi cessado, teve uma resposta à pandemia. Depois houve um relaxamento das medidas na Índia, e a gente viu que houve também a emergência da variante. Essa conjuntura é que levou o país aonde ele está.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A última pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Conclua, por gentileza, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador, é a última pergunta...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Desculpa, eu falo bastante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não! Mas fala bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... rapidamente.

Para mim, está muito clara a ciência dividida, não é? Está muito claro isso. Por isso é que eu acho importante que a gente cumpra aquele cronograma de ouvir cientistas e médicos de um lado e de outro. Mas vamos lá!

O que a senhora achou do fato de o remdesivir ser aprovado e usado no Brasil enquanto a OMS não o recomenda? E por que se ouve a OMS sobre a hidroxicloroquina e a ivermectina e não sobre o remdesivir? Por que se ouve sobre um e não se ouve sobre os outros dois?

Muito obrigado.

A SRA. LUANA ARAÚJO – É claro! Primeiro porque os estudos sobre remdesivir são muito mais sólidos do que os outros. E esses estudos sólidos, inclusive, apontam que o benefício do uso do remdesivir é muito pequeno e muito restrito. Então, ele pode até ter sido aprovado pela agência regulatória, mas o benefício do uso dele é muito pequeno para a gente. Então, ele praticamente não é...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas a OMS não o aprovou, não o recomenda, não é?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu expliquei para o senhor que a OMS acaba por concatenar as estratégias que são possíveis para todos os países. Está certo? Então, eu não posso pegar um país de nível socioeconômico mais restrito e dizer para ele: "Olhe, use o remdesivir!". O remdesivir é uma medicação extremamente cara, de uma aplicação bastante restrita num paciente específico. Então, uma coisa é ser aprovado num país; outra coisa é virar política pública, Senador. Acho que essa é a grande diferença do que a gente tem dito aqui. Aprovado, autonomia, isso tudo é perfumaria. A diferença é saber se isso vai exigir investimento público, se isso vai se tornar uma orientação oficial. É isso.

Eu acho que é isso que... Eu, respeitosamente, discordo do senhor. Ciência não tem lado! E eu disse isso lá no começo. Ciência ou é bem-feita ou é mal-feita. Ciência bem-feita é aquela que não busca o resultado que você quer; é aquela que faz a pergunta e espera para entender o que aconteceu. Então, eu acho que a gente precisa ter uma criticidade bastante desenvolvida. Como profissional de saúde, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coloco isso. Eu acho que a nossa formação exige que a gente reveja isso e que a gente consiga dar aos nossos colegas as ferramentas necessárias para esse tipo de análise.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, por gentileza...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É só uma brevíssima interrupção.

Se nós levarmos em consideração o que nós conhecemos do Presidente da República, seus paradigmas, conceitos, valores, tem até alguma lógica o fato de não ter nomeado a Dra. Luana. Tem coerência, sim, porque ela, hoje, aqui, parece muito bem informada, muito lúcida para integrar um governo desse. Eu vejo lógica, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Renan.

Senador Jorginho Mello, V. Exa. tem os 15 minutos, com todo o beneplácito desta Presidência.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Senador Renan, a gente sabe, nós sabemos – nós, que somos políticos – que a contratação de alguém em cargo em comissão vai... Você vê a preparação da pessoa, uma série de quesitos, mas também tem o componente político, que é algo que o contratante vai fazer avaliação. Então, é muito subjetivo a gente afirmar... A gente vê que a Dra. Luana é uma pessoa preparadíssima. Até agora eu só tenho que fazer elogios à sua fala.

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Muito obrigada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero aproveitar para cumprimentar seu pai, Dr. José Carlos Araújo, que, além de ser médico ortopedista, é advogado.

A SRA. LUANA ARAÚJO – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** A senhora não ficou preocupada... Isto é um privilégio seu: vir acompanhada do pai, não é?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Hã-hã.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** A senhora não ficou preocupada ontem com a Dra. Nise, com as perguntas inquisitivas e, aí, trouxe o pai junto?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Que é pai, advogado e médico.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, por breves 20 segundos eu vou explicar ao senhor por que que meu pai veio e por que que ele é advogado, na verdade.

Eu aprendi a ler e a escrever sozinha, eu tinha dois anos. Eu entrei na primeira série com cinco, eu me formei no primeiro grau com 12 anos e eu saí do segundo grau com 15. Para isso acontecer, houve uma necessidade de... Uma disputa... Não uma disputa, uma resolução legal sobre essa circunstância. E foi por conta disso que o meu pai fez Direito, para que ele pudesse entender melhor o que acontecia com a filha dele.

Então, é mais do que natural, pela relação que eu tenho com o meu pai, que ele me acompanhasse aqui hoje. Eu fico muito feliz e grata com a presença dele.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Foi por isso que eu fiz questão de registrar o nome dele.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Muito obrigada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Porque ele deve estar muito orgulhoso da filha, pelo conhecimento e pela participação de hoje.

Eu quero... Dra. Luana, eu vou fazer... Eu vou ser econômico, viu, meu Presidente Randolfe. Até porque eu tenho um compromisso fora, com o Pronampe, agora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Fique à vontade, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Mas eu quero fazer, até para contribuir com a senhora, porque eu sei que a senhora está querendo voltar, não é? Antecipando a passagem...

A SRA. LUANA ARAÚJO – É, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E eu quero contribuir com a sua volta para o convívio da família.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Agradeço.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria que a senhora fizesse algum comentário sobre a sua impressão e a sua visão sobre o Ministro Queiroga, o trabalho que ele está fazendo e qual a sua expectativa na condução dele do ministério?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu reitero o que eu disse anteriormente: eu considero o Ministro Marcelo uma pessoa extremamente capacitada, muito bem-intencionada e baseada nos conceitos que eu considero corretos para um gestor de saúde pública que enfrenta uma crise como essa. Eu espero, do fundo do coração, como eu já disse também, anteriormente, que ele tenha as condições de implementar aquilo que ele gostaria que fosse feito.

A gente sabe dos desafios de gerir uma estrutura do tamanho do Ministério da Saúde e da falta de agilidade que estruturas públicas têm, e isso é um desafio quando a gente lida com uma pandemia que exige agilidade e rapidez. Mas eu confio na capacidade que ele tem de levar isso adiante e eu espero que ele tenha condições de fazer isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu anotei aqui, no início da sua fala, a senhora falando em "indignação", "perdendo tempo", "discussão anacrônica". A senhora podia falar um pouquinho mais sobre isso, sobre a sua visão?

A SRA. LUANA ARAÚJO – A minha visão, Senador, é que a gente tem um problema enorme para discutir, que é a pandemia e o que a gente precisa fazer daqui para frente, porque ela continua aí, né? A sensação que se tem é de que ela acabou e a gente está olhando para o que aconteceu. Ela continua aí, a gente tem ameaças concretas, e a gente precisa estar trabalhando em conjunto para a resolução dessas circunstâncias. E eu acho que, quando a gente gasta nosso tempo e energia e vontades em uma discussão que, de novo, para mim é completamente anacrônica e contraproducente, que é essa questão de um tratamento precoce – por várias razões: um, pela ineficiência e, dois, pelo tamanho que representa com relação a toda uma estrutura de resposta de saúde que precisa ser dita –, é como se a gente comesse o dia inteiro e, aí, engasgasse com a azeitona e dissesse que o problema era a azeitona! É uma coisa muito pequena perto de todo o esforço que a gente precisa fazer.

Então, quando eu digo que acho que a gente perde tempo – e acho que a gente perder tempo na pandemia é igual a perder vidas –, que eu considero essa discussão anacrônica e contraproducente, é a isso que eu me refiro.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com relação à eficácia das vacinas, o que a senhora enxerga nisso até agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Acho que todas as vacinas que nós temos disponíveis servem ao propósito de controle da pandemia. É preciso que as pessoas saibam que existe a proteção individual e a proteção populacional, que é providenciada por essas vacinas. Todas elas que estão à disposição atendem os requisitos que a gente precisa para o combate à pandemia. Então, as pessoas precisam aderir à vacinação, mas não achar que a vacinação, embora fundamental, seja suficiente em si. Não que a vacinação seja deficitária, mas é porque a vacinação não acontece em 100% das pessoas ao mesmo tempo. Então, enquanto a gente avança com a vacinação, é preciso que as pessoas tenham adesão às outras medidas não farmacológicas, mas as pessoas precisam entender...

Tem uma coisa interessante, Senador. As pessoas falam assim: "Ah, mas vacina não funciona" ou "vacina 'não sei o quê'". A gente só não vê um grande número de casos das doenças imunopreveníveis que a gente tinha, há 20, 30 anos atrás, por conta das vacinas. As gerações mais novas não sabem o que é ter catapora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUANA ARAÚJO – Paralisia... Paralisia, eu não vou nem dizer mais novas – não é? – porque já tem mais um tempo, mas, por exemplo, se você tem vacina contra a varicela, que é a catapora... E essa doença é uma doença que as pessoas pouco sabem que ela não tem cura; ela tem resolução do quadro, porque o vírus continua dormindo ali dentro dela e, lá na frente, quando essa pessoa tiver uma queda da sua imunidade ou uma imunossenescência, como a gente diz, quer dizer, o sistema imunológico decair simplesmente por conta da idade, existe um acordar desse vírus, que volta, por exemplo, como herpes zóster, que as pessoas chamam de cobreiro. Então, assim, é preciso que as pessoas entendam que aquilo de que a gente desfruta hoje em termos de qualidade de vida é muito relacionado a um programa extremamente forte de vacinação que a gente tem neste País há muito tempo; que sempre foi, inclusive, conduzido por mulheres muito fortes e que são responsáveis pelo seu sucesso.

Então, eu só gostaria que as pessoas hoje confiassem nesse programa de vacinação. Ele é válido, ele é gratuito – coisa que não acontece em outros lugares do mundo – e ele protege a todos nós.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** A senhora consegue enxergar, por exemplo, alguns casos que a gente vê de relatos de o cidadão ter sido vacinado, as duas doses, ter contraído e morrer de Covid?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Acontece. E aí a gente precisa explicar rapidamente o porquê. Vacinas não são 100% eficazes, principalmente quando a gente fala em contrair a doença. Elas têm uma eficácia muito maior quando a gente fala de desenvolvimento de doença grave e de óbito. Ainda assim, Senador, quando nós estamos falando de uma população deste tamanho, como a nossa, estamos falando de 220 milhões de pessoas, muitas delas ainda não vacinadas por completo, a gente vai ver casos de pessoas que, infelizmente, foram vacinadas e acabaram por evoluir com um quadro grave e óbito, mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quantidade de pessoas que vai passar por isso é infinitamente menor do que se a gente não tivesse o programa de vacinação.

Uma outra coisa só que precisa ficar clara é que sistemas imunológicos podem reagir de formas diferentes à vacinação. Um exemplo muito importante é o idoso. O paciente idoso tem naturalmente uma situação que a gente chama de imunossenescência. O que é isso? O sistema imunológico dele não responde tão bem aos estímulos, por exemplo, de vacinação, quanto o de um jovem. Então, essa pessoa precisa ser não só vacinada, como protegida, tanto por ela mesma, aderindo às medidas não farmacológicas, quanto pela sociedade que está por ali. Ainda assim, infelizmente, nós vamos ver um caso pontual aqui e outro ali. Mas, de novo, num número muito menor do que a gente teria se a doença corresse solta.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Sr. Presidente, eu quero pedir licença até pra me retirar.

Antes disso, lhe cumprimentar, Dra. Luana, pela participação técnica, segura que a senhora nos trouxe.

Eu estou indo cuidar duma outra perna da pandemia, que é a questão econômica. Estou indo ao Palácio do Planalto agora. Vai ter a sanção do Pronampe, mais uma fase que nós aprovamos aqui no Congresso – o Senado, o Congresso Federal –, mais 5 bilhões, o que deverá ser transformado em 25 bilhões com a alavancagem dos bancos, pra emprestar para o micro e pequeno empresário, pra salvar também, além de vidas, a nossa economia, que precisa. E os meus cumprimentos especialmente a seu pai, o Dr. José Carlos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Obrigada e bom trabalho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Jorginho Mello.

Dando sequência, então, Senador Rogério Carvalho.

V. Exa. tem 15 minutos. A Dra. Luana está a vossa disposição, com a generosidade desta Presidência, caso V. Exa. queira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Meus cumprimentos ao nosso Relator, à Dra. Luana...

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... ao seu pai, que a acompanha, a todos os Senadores e Senadoras que estão no sistema remoto acompanhando.

Eu queria ler aqui... Primeiro, Dra. Luana, eu vou apresentar... Eu sei que está um pouco cansativa essa história de vídeos, mas não tem como a gente não apresentar algumas manifestações públicas que reforçam que não é só um negacionismo, não é só a negação da ciência, é muito mais, tem uma armação ativa, tem um modelo teórico que sustenta determinadas formas de se conduzir na pandemia.

Vou começar com um tuíte do Deputado Osmar Terra, onde ele diz assim: "O paradoxo de uma pandemia é que, quanto maior o contágio, maior o número de pessoas imunizadas pelo vírus ativo e mais perto do fim da pandemia ficamos. Para cada pessoa que infelizmente falece, 370 curam e ficam vacinadas [letalidade média de (...)]. Façam a conta para o Brasil."

Ou seja, ele está defendendo literalmente que as pessoas se exponham, se infectem e com uma taxa de letalidade que a doença tem, a gente é só fazer a conta e saber quantos milhões de mortos nós vamos ter no País para que a gente chegue a 70% de pessoas imunizadas, sem contar com o que a senhora falou aqui, que é quase impossível a gente obter imunidade de rebanho se tratando de um vírus com muita capacidade de mutação pela sua natureza, por ser um vírus RNA.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria passar os vídeos.

Isso daqui é só para mostrar que tem uma tese e, nessa tese, nós temos aí o Ricardo Barros, Deputado Federal, a Dra. Nise Yamaguchi, nós temos o Paolo, o Dr. Azevedo, Osmar Terra, que eu acabei de falar, tem um grupo que faz parte desse núcleo, que é um núcleo ideológico.

Quando eu falo ideológico, eu não estou me referindo a um grupo que é partidário, ou seja, que tem uma ideia fixa de como se conduzir e uma teoria para conduzir o Brasil no combate ou conduzir o País na pandemia, porque não é no combate, é conduzir o País dentro da pandemia.

Isso aqui, veja como se trata de máscaras...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esse é o Arthur Weintraub.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Eduardo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, segundo o levantamento do G1, a última vez que Bolsonaro tinha usado máscara em público havia sido no dia 3 de fevereiro.

Desde então, compareceu a 36 eventos oficiais, todas as vezes sem máscara, exceto hoje, o evento em que o Lula fez o discurso dele quando saiu a decisão, ou seja, ele completamente sem máscara, passando a ideia para a sociedade de como o Presidente se conduz. E vocês viram aqui dois integrantes aí da cúpula do gabinete paralelo, Sr. Relator, um que é o Arthur Weintraub, que é da parte operacional – você percebe que ele está junto da discussão de vacinas, ele é quem articulou e coordenou a chegada da Dra. Nise Yamaguchi e outros tantos quantos assessores do Palácio do Planalto.

Sobre o isolamento social, eu queria... Aqui eu estou com um tuíte, onde o mesmo gabinete, agora já o braço operacional da condução da pandemia, que se comunica com o "gabinete do ódio", onde o Carlos Bolsonaro diz que medidas que Governadores e Prefeitos estão tomando. Aí ele divulga no Twitter dele uma foto, que é uma foto de uma pessoa sendo removida da rua, um ambulante. Na verdade, isso foi no Governo do Temer – certo? –, uma manifestação lá atrás. Então, ele usa uma imagem falsa pra poder divulgar o que é a disputa na rua contra o isolamento.

Aqui o mesmo Arthur Weintraub diz o seguinte: "Proibido trabalhar, ir à igreja, proibido andar na praça, na praia. Ainda vão te proibir até de ter bom humor. Autoritário, com pose de nobre arrogante, não vai faltar. Essa é a 'festa da democracia' desses tipos. Festa do bandido solto e do trabalhador preso". Sobre isolamento, isso aqui.

Passe o próximo aí pra gente ver. Presidente da República.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E, por fim, aqui sobre o isolamento social.

Então, nós estamos falando do uso de máscara, do isolamento social e sobre vacina.

O Filipe Martins, que é também do grupo ali operacional, que dá suporte a essa inteligência que organiza a condução do Governo na pandemia fora do Ministério da Saúde: "Como você se sentiria se um médico lhe dissesse que ele pode descobrir se você tem coronavírus com base em um jogo de cara ou coroa? Pois é! Isso é mais ou menos o que vai acontecer com sua imunização, se você optar por tomar a vacina xing ling de 50,38% de eficácia do João Doria", ou seja, aí o processo de politização é total sobre o uso da vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aquilo que eu queria chamar à atenção – e acho que a gente não pode desfocar – é que, numa pandemia, o mais importante é a gente evitar – e numa epidemia – que as pessoas se infectem, porque deixar chegar ao serviço de saúde é a total incompetência, ou a gente não foi eficaz e eficiente o suficiente para conter a pandemia. E o que nós estamos vendo é algo muito catastrófico, inclusive neste momento, porque nós estamos voltando a ter próximo de 100%, várias capitais brasileiras, de ocupação de leitos de terapia intensiva, o que mostra que nós não estamos controlando a ampliação do número de infectados, portanto, de pessoas doentes, portanto, de mortes, porque, independentemente de a gente tratar e salvar muitas vidas, algumas, infelizmente, pelo fato de se infectarem, mesmo sendo tratadas, vão morrer, porque tem um dado estatístico que já mostra qual é a taxa de letalidade da doença.

E aqui, diante disso, a gente tem clareza de que todas as medidas que poderiam ter sido adotadas ao longo deste período, elas foram negligenciadas. E o que a gente viu foi um confronto de quem deveria coordenar com quem está na linha de frente; Prefeitos, Governadores, tendo que disputar medidas não farmacológicas de isolamento social, de uso de máscaras e até de compra e aquisição de vacinas. A gente tem visto o Governo Federal gerando obstáculo para aquisição de vacinas. E a gente viu também a demora para aquisição dessas vacinas. Perdemos um ano sem negociar, enquanto isso a gente vê outros países menores, com menor capacidade, com menos recursos, adquirindo vacinas e imunizando suas populações.

É o caso do Chile, em que já está abaixo de 28 anos, 27, 26 anos, a população que está sendo imunizada. É o caso do Uruguai, em que você...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Está na faixa de 18.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dezoito anos.

Tudo bem que são populações pequenas, mas são países de economia frágil, países... Ou seja, o que mostra que, se tivéssemos tomado conta dessa questão da vacina, e não apostado numa teoria, que é a imunidade de rebanho, e sim a imunidade pela vacinação em massa, porque essa, sim, é eficaz... E, como a senhora mesmo disse, como ela é rápida, ela vai estabelecer um efeito coletivo e um efeito individual, proteção coletiva e individual – coletivo, porque você diminui a possibilidade do contágio quando menos pessoas estão suscetíveis ao vírus e, portanto, a transmissão se interrompe bastante. É só olhar o caso de Serrana, que vacinou 95%, e 95% das mortes diminuíram. Portanto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ontem saiu o da Sputnik na Argentina: 78 na primeira dose.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Nos idosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nos idosos.

Então, o que eu queria chamar à atenção e deixar aqui uma pergunta pra Dra. Luana... Eu acho que a senhora já explanou muito bem essa questão... Me chamou muito a atenção também a volta do debate sobre essa questão da ciência. Veja só. Eu sou médico, a Dra. Luana é médica, o Humberto é médico, o Relator é advogado. Quem estabelece a fé pública para o exercício da profissão de advogado é OAB; não basta ser bacharel. No caso da medicina, não: é a universidade que você estudou, se ela é certificada pelo médico. Quinhentos mil médicos poderiam defender que eu fosse médico, mas, se eu não fizer o curso de Medicina, eu jamais vou ser médico, porque quem tem fé pública pra definir se eu sou médico é a universidade devidamente certificada.

Pra gente definir e estabelecer a fé pública num fármaco, tem que ter uma pesquisa; e que não é uma pesquisa, não é uma metanálise... É uma pesquisa em que eu tenho que avaliar, primeiro, a eficácia, a precisão, para aquela finalidade, daquele medicamento e, depois, como ele se comporta no ser humano. Por isso que tem três fases clínicas pra você testar essa medicação.

Então, essa é uma questão importante que eu acho que a gente precisa o tempo todo reafirmar. Se tem 14 mil médicos que defendem... Veja, pode ter 100 mil médicos que defendam, 500 mil médicos que defendam o uso desta ou daquela... Mas o que define a fé pública pra um medicamento ser utilizado é, na verdade, o estudo científico que foi realizado com todo o rigor possível.

E a gente não pode expor a nossa população – eu queria que a senhora fizesse um comentário ao final sobre todas essas questões –, não pode expor a população a teste terapêutico aleatório, que foi o que se tentou fazer em Manaus, ou seja, você distribui medicamento.

E o que é pior? Que também essa teoria, para ela sobreviver, ela precisa dar algum conforto, algum alento para a população. E a senhora captou muito bem e colocou aqui, ou seja: eu não posso assumir a cloroquina como uma defensa individual do vírus, como se fosse a proteção para que as pessoas pudessem ir para rua, trabalhar, se expor. Veja, é completamente o contrário de tudo que foi feito e que é recomendado no mundo, ou seja: a cloroquina serviu como um placebo da pandemia. Se a gente fizesse uma análise, um paralelo entre o placebo de um duplo-cego, ele é o placebo da pandemia, ou seja, você dá para que as pessoas se exponham, para que elas possam adquirir a imunidade de rebanho naturalmente. É uma coisa muito macabra. Se a gente for analisar de forma calma, tranquila, tem um certo aspecto macabro nessa estratégia.

E, por fim, como a senhora também falou sobre atenção básica, onde eu vi, além do isolamento social, quando a gente não tem um medicamento específico que a gente possa afirmar – Presidente, eu já vou concluir para passar para ela –, quando a gente não pode afirmar que esse medicamento é eficaz, ou aquele, ou não é, quando a gente não pode afirmar, ou quando a gente não tem um medicamento contra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um determinado agente etiológico que seja eficaz, a gente precisa fazer, além das medidas não farmacológicas de prevenção que todo mundo já sabe – uso de máscara, isolamento social, as medidas preventivas como vacina, e a sorte é que a gente em um ano já tem vacinas –, a gente poderia ter utilizado a nossa rede de atenção básica para fazer monitoramento de toda a população. Está doente? Qual é a grande questão? É saber em que momento você vai entrar com que tipo de terapia: se você vai entrar com anti-inflamatório esteroide, se você vai entrar com aquilo que foi aos poucos... Partir do empirismo, é óbvio!

E veja, não estamos falando aqui, nós não estamos falando... Nós estamos falando do tratamento de uma doença. Nós não estamos falando de uma droga para atacar ou para destruir um vírus em humano; nós estamos falando de substâncias que têm aplicação, que são aplicações que são de eleição: anti-inflamatório, anticoagulante, certo? E essas medicações têm um papel no transcorrer, ou seja, na evolução da doença. Portanto, se você monitora essa população e se você tem uma rede básica monitorando essa população e checando o momento da doença e os sintomas... Se o TrateCov, na verdade, fosse algo para monitorar o sintoma, para informar a rede, para poder orientar sobre prescrição, talvez a gente tivesse uma situação completamente diferente.

Então, diante disso, eu queria que a senhora fizesse alguns comentários sobre essas questões que eu levantei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É só para lhe dizer que você está certo: é 23 a 25 no Chile, começou esta semana.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vou pedir à Dra. Luana, como o Senador Rogério Carvalho esgotou os 15 minutos...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Vou ser bastante breve.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se a Dra. Luana me permitir, vou dar cinco minutos para a senhora procurar concluir a resposta.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Menos do que isso, Senador. Menos do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, agradeço.

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Eu concordo com a exposição do Senador, eu acho que é muito importante que a gente lembre às pessoas que ciência não é opinião. Eu posso juntar a opinião de um milhão de pessoas, elas vão ser, ainda assim, opiniões. Ciência é método, ciência é feita com o desenvolvimento de atividades específicas que se encadeiam para que a gente tire de nós a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade de arcar com fatores de confusão. Então, ciência, de novo, não é opinião. Eu acho que o senhor tem toda razão nesse sentido.

Embora a gente saiba que o SUS não patrocina a distribuição dos *kits* Covid – os chamados *kits* Covid – essa distribuição aconteceu fartamente em Território nacional e, se eles fossem de alguma forma úteis, a gente não teria os números que a gente tem hoje. Isso é muito simples, é matemática nesse sentido. Existem Estados em que se a gente pegar a letalidade da doença e cruzar a letalidade da doença nas cidades com a distribuição do *kit*, a gente vai ver que ele não teve qualquer impacto nesse sentido.

Então, essas são análises epidemiológicas que precisam ser feitas sempre, por todo e qualquer gestor.

De novo, eu não acredito que os gestores – e essa é uma concepção pessoal – façam o que quer que seja por má-fé, mas acho que existe uma necessidade de um preparo, nesse sentido, um pouco maior. Não são só infectologistas que faltam no País, faltam profissionais de saúde pública integrados a gestões de todos os níveis. Não dá para ter o epidemiologista somente numa cidade de grande porte ou médio/grande porte. É preciso que a gente entenda que saúde pública é granularidade, principalmente num país como o nosso. A gente tem dados epidemiológicos diferentes de cidades para cidades e isso pode ajudar o gestor a tomar decisões melhor informadas para cada uma dessas necessidades e dessas regionalidades.

E, por último, eu sou uma fã declarada da nossa atenção primária, Senador. As pessoas têm uma visão muito tacanha da funcionalidade da atenção primária. Na verdade, se eu perguntar para a maior parte das pessoas: "Você já foi a um posto de saúde? A uma unidade básica de saúde? O que faz a atenção primária?". Essas são perguntas que se a gente fizer à maior parte da população, elas não vão entender, elas não vão saber o que dizer. No máximo, elas vão saber que é lá que elas tomam a vacina ou que é lá que elas fizeram o pré-natal, mas é muito maior do que isso.

E eu queria deixar aqui, então, portanto, uma saudação especial aos nossos agentes comunitários de saúde, que são uma categoria profissional extremamente desvalorizada dentro do serviço de saúde e que deveria receber o exato oposto desse relacionamento. Eles deveriam ser exaltados e aproveitados. Não existe ninguém neste País que conheça melhor a comunidade e as nossas vulnerabilidades que os agentes comunitários de saúde. E se a gente conseguir usar o conhecimento deles para balizar as nossas políticas de saúde pública, a gente vai ter, possivelmente, um resultado muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Rogério e Dra. Luana.

Próximo inscrito, pelo sistema remoto, é o Senador Marcos do Val...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto, pela ordem, estão o Senador Marcos do Val, no sistema remoto, o Senador Alessandro Vieira, o Senador Luis Carlos Heinze, a Senadora Leila Barros, representando a Bancada Feminina. Aí entramos nos não membros... E advirto que para os não membros dependemos do momento em que vai começar a sessão do Senado Federal, se for ocorrer no dia de hoje, para se suspender ou não a CPI.

Marcos do Val, V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero aqui cumprimentar os meus amigos e amigas, Senadores e Senadoras.

Eu vou... Antes de fazer algumas perguntas para a doutora, eu queria só deixar claro que, no meu entendimento, a gente tem falado ou a CPI tem falado muito do gabinete paralelo. Antes, a gente escutava muito do tal do "gabinete do ódio"; agora é gabinete paralelo. No meu gabinete – e eu acredito que no de vários outros Parlamentares –, a gente sempre recebe especialistas de cada área, até porque a minha especialidade sempre foi na área da segurança pública, e, como Parlamentar, eu tenho que estar também agora conhecendo assuntos na área da saúde, na área da educação, na área de transporte público, enfim. E a gente tem que buscar esses especialistas para escutar, mas a decisão cabe a nós – o que decidir e fazer de acordo com o que a gente recebe das informações das pessoas que a gente busca. Então, eu acho que está meio... Já deu essa questão de ficar falando de gabinete paralelo. Eu acho que já deu!

Sobre a hidroxicloroquina e a vacina, eu acho que eu também... Eu queria deixar claro aqui... No início da pandemia, eu fui diagnosticado clinicamente com Covid, e o médico me perguntou se teria algum problema em ele me receitar. Eu disse que "não, podia ele me receitar qualquer coisa que ele tivesse certeza de que teria eficácia". E assim ele me receitou na época hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina... E eu, dentro da minha experiência do que eu estava sentindo e passando... Foi uma melhora brusca; de um dia para outro, eu melhorei bastante, porque estava bem no iniciozinho.

Isso não quer dizer que hoje eu sou contra a vacina. Muito pelo contrário! Na época, não se tinha vacina. O que se tinha era isso. É como se eu estivesse indo para guerra e me dessem, sei lá, um estilingue, para começar. Hoje, a gente tem boas armas nessa guerra. Só não temos é o tempo. Hoje é indiscutível falar se a vacina é bom ou ruim... É lógico que a vacina é a solução. E a gente tem que correr para ter mais vacina ou, na verdade, para chegarem logo as vacinas, porque o Governo comprou, até onde eu sei, mais de 600 milhões de doses.

No passado, a realidade era uma, hoje a realidade é outra. Então, parece que o discurso é como se hoje estivesse ainda naquela na..."Não, vamos esquecer a vacina e vamos para hidroxicloroquina!" Pelo amor de Deus, gente, não tem nada a ver uma coisa com a outra! Hoje, nós temos a vacina, e é a vacina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

que vai nos tirar disso! Prova é que, no interior de São Paulo, aqui, fizeram lá o teste, e pronto! Deu resultado vacinar a maioria da população. Então, vacinem-se, busquem a vacina. Essa é a principal solução que nós temos para sair dessa pandemia, mas isso não invalida o tratamento precoce.

E eu queria dizer aqui, doutora, que eu achava que canibalismo só existia aqui no Parlamento, mas eu estou vendo que, na área médica, infelizmente – infelizmente! –, isso também ocorre.

Na minha família, boa parte são médicos, tenho muitos amigos médicos e todos, grande parte, estão me mandando mensagem muito indignados com a forma como a senhora se coloca, como a dona da verdade. Eu acho que a verdade – acho, não; tenho certeza –, que a verdade só está com o tempo. Só o tempo tem essa verdade. Então, até admiro a forma como você fala, com tanta segurança, porque a gente se convence. Você tem certeza – tem certeza – de que é isso que você acredita. Eu acho fantástico, mas aqui eu tenho aprendido a ouvir o contraditório. Eu tenho aprendido aqui no Congresso, no Senado, a ser amigo de pessoas que pensam completamente diferente de mim – completamente diferente de mim! –, mas isso não me dá o poder de desmerecer o outro, de dizer que eles são irresponsáveis, inconsequentes, e não sei o quê. Eu acho que... Eu acho que tem que ter esse cuidado, porque nós estamos passando por um momento muito difícil que o mundo nunca passou, que o Brasil nunca passou. E as certezas só vão vir com o tempo.

E eu acho que a gente tem que ter união, principalmente entre vocês médicos. Respeitar os que receitam, respeitar os que não receitam. Mas não é receitar já na fase hospitalar, não, porque a gente já sabe, pelas pesquisas, que isso foi feito e não dá resultado. O remédio vira veneno na fase hospitalar. Então, eu não queria voltar a esse assunto. Só queria que vocês, médicos, pudessem estar unidos, porque nós temos um problema grande no Brasil. E ver médicos se digladiando um com o outro – porque um diz que o tratamento precoce resolve e outro, que não... A gente tem que discutir e, pronto, isso já é passado.

Agora é vacina. Vacina resolve. Há várias aí. A Anvisa já liberou, todo mundo está tomando a primeira dose, os brasileiros estão fazendo fila para tomar agora. Então, não se tem mais dúvida de que é a vacina a nossa solução, mas isso é com você.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Olha, eu vou dizer para você: depois de horas a mulher falando, um cabra desses vir falar (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*). Não precisa responder, não, viu?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Está saindo som aí e está interrompendo a minha fala. Eu pediria que o Presidente pudesse ver essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É porque... É porque o Plenário aqui quer saber se tem pergunta, Senador Marcos do Val.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tenho, tenho. Mas, esperem aí, porque o tempo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vamos ter calma aí.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A gente gostaria de saber se o senhor tem pergunta e queríamos saber concretamente se é opinião sua o grau de agressão ou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, não. O cara está induzindo a cloroquina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, espere aí. O Senador Rogério Carvalho agora há pouco fez a mesma coisa e V. Exa. não disse nada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não fez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ninguém aqui... O Senador Rogério não negou a ciência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é juízo de V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Rogério não negou a ciência.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não é censor da ciência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu aprendi... Eu aprendi aqui com a Dra. Luana: ciência não é questão de opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, V. Exa. não tem esse poder.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. A ciência tem. A ciência tem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa... V. Exas. não são pais da ciência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Questão de ordem para o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só, só para encaminhamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Questão de ordem para o Senador Alessandro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apesar do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Claro, todos nós nos incomodamos. Acredito que muita gente se incomoda.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Isso incomoda, e muito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para questão de ordem.) – Mas eu peço que se preserve a palavra do colega, até porque a Dra. Luana já nos mostrou que ela sabe muito bem defender a ciência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Deixa ele falar. Só vai fazer mal a quem acredita nas loucuras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acato o encaminhamento e a questão de ordem do Senador Alessandro e tenho plena confiança na resposta da Luana.

Senador Marcos do Val, para V. Exa. concluir.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Posso continuar? Bom, então, continuando.

Acho que talvez possa ser, acho que o Plenário não entendeu... O que estou querendo dizer é que a ciência e a pesquisa vão estar sempre à frente de tudo e todos. Eu não vou discutir isso. Acho que não existe alguém que seja contra a ciência. Existe? Pelo amor de Deus, não existe quem é contra a ciência.

Bom, eu queria perguntar. O Ministro, doutora, explicou a V. Sa. o que esperava do seu trabalho à frente da secretaria? E o que ele falou para sua validação política, o que faltou para sua validação política?

Eu tenho outras perguntas. Eu posso fazer todas ou a gente vai...

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Deixa eu ir respondendo aos poucos, por favor, Senador, porque fica mais fácil para mim.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Está ótimo, Luana.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Antes de responder só essa primeira pergunta do senhor, eu quero colocar o seguinte: eu não sou dona da verdade e eu não estou aqui sozinha. Eu represento uma classe enorme deste País de cientistas muito sérios e que, a despeito das condições difíceis de exercício da ciência no Brasil, conseguem levar com muito custo e muito orgulho e muito esforço o seu trabalho à frente. Quando o senhor fala sobre isso, então, eu gostaria de me posicionar de forma bastante assertiva: eu não sou dona da verdade e eu tenho colocado aqui o embasamento técnico que é condizente com as maiores instituições especialistas no assunto no mundo. Então, quando o senhor questiona o que eu estou dizendo – e o senhor tem todo o direito de questionar –, o senhor não está questionando a mim. E aí, para completar...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu não estou questionando não...

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... para completar este raciocínio, por favor...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Doutora, eu não estou questionando; o que estou querendo dizer é que a senhora tem que respeitar médicos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu respeito todos os meus colegas, Senador. Mas existe uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Espera aí, espera aí. Você não vai dizer para a depoente quem que ela tem que respeitar, e não está desrespeitando Senador.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu respeito todos os meus colegas, Senador, e louvo o esforço que todos têm feito, mas existe uma diferença entre respeito e responsabilização, que é uma coisa por que todos nós respondemos. Então, o que eu tenho dito aqui é consistente e claro nesse sentido. Eu respeito os meus colegas, mas eu tenho bastante confiança no meu conhecimento e na minha competência, exatamente porque eu ouço e eu aprendo com tudo que acontece ao redor do mundo. Então, é só para deixar bastante claro nesse sentido.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Isso aí depois resolve, é só porque eu tenho várias perguntas aqui e o tempo está passando.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** A primeira pergunta eu perguntei: se faltou alguma validação política, se acha que faltou algum...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu não sei o que houve e acho que essa pergunta talvez seja melhor direcionada ao próprio ministro. Eu não posso lhe informar sobre isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Outra pergunta. O seu posicionamento técnico a respeito do tratamento precoce dos pacientes com Covid-19 teve alguma influência na sua suposta invalidação política? Você acha que, por conta da sua posição, invalidou a sua...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu acho que eu até, Senador, já respondi essa pergunta aqui hoje. Eu não tenho como dizer sobre isso, né, uma vez que eu não tive acesso à informação pela qual eu não fui nomeada, eu não sei dizer se uma coisa teve influência na outra. Mas, de novo, reitero que, se teve, é uma questão que me frustra bastante porque eu coloquei toda a minha competência a serviço desta administração, em nome do melhor resultado para as pessoas. Então, é tudo que eu sei.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Obrigado. Então vamos lá.

No dia 22 de maio, o Ministério da Saúde publicou nota anunciando que V. Sa. não exerceria o cargo de Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19. Na nota, a pasta, entre aspas, "agradece à profissional pelos serviços prestados e deseja sucesso na sua trajetória".

Em seguida, V. Sa. publicou, entre aspas: "Saio desta experiência como entrei, pela porta da frente, com a consciência e o coração tranquilos, ciente de que, nesse curto período, entreguei o melhor da minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

capacidade de acordo com os princípios que tenho como profissional especialista na área". Aí você colocou: ética, agilidade, eficiência, empatia e assistência.

Bom, aí vem a pergunta: quais foram esses serviços prestados a que se refere na nota?

Vou fazer outra, e, de repente, você pode fazer uma resposta única: qual é a sua experiência como profissional no enfrentamento da pandemia da Covid-19? Antes de ter esse convite, a senhora... Realmente, qual era o trabalho feito?

A SRA. LUANA ARAÚJO – É claro! Eu informei...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** São só mais duas. Eu termino a pergunta, e aí você pode responder.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Está bem.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Quais foram as atividades exercidas no ministério durante esse período, entre os dias 12 e 22 de maio deste ano? Houve algum tipo de pressão ou tentativa de influência sobre o seu trabalho durante esse período? Houve pressão ou interferência de natureza política?

Pronto! Pode responder.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Está bem. Então, vamos lá! Eu vou de trás para frente, que é mais fácil para eu lembrar. Está bem?

Eu não tive nenhum... Não sofri nenhuma interferência, não fui cerceada no exercício da minha profissão em nenhum momento enquanto estive à disposição do Ministério da Saúde. Eu já também tinha colocado isso aqui.

Com relação à minha experiência: é uma experiência, com relação à pandemia propriamente dita, dividida em algumas áreas. Uma é o próprio atendimento ao paciente, mas mais importante ou, talvez, mais predominante nesse período todo tenha sido a minha consultoria em saúde pública global. Trabalhei para países como Cabo Verde e Guiné-Bissau e em projetos globais liderados pela Coreia do Sul, todos no enfrentamento à pandemia, na disseminação de informações corretas sobre a doença e na busca de resultados positivos pelos países pelos quais eu passei.

O que eu fiz dentro do Ministério da Saúde nesse curto período foi: além de assessorar o Ministro, obviamente, em questões técnicas específicas de infectologia e de saúde pública, eu busquei, dentro do possível, organizar a estrutura da secretaria da maneira como eu achava que era correta para tentar antecipar problemas que acabaram por acontecer, por exemplo, com a questão da variante indiana, que foi detectada. Além disso, contribuí também para o programa de testagem. Trabalhei bastante nele e espero, como eu já disse, que ele seja levado a cabo pela competência do Ministro Queiroga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado pela resposta. Estou satisfeito. E agradeço esse curto período, infelizmente, em que você ficou lá no ministério. Poderia ter ficado mais, porque não tenho dúvida da sua experiência, da sua capacidade, do seu histórico.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Obrigada, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Fico muito feliz de ver o seu pai ao seu lado. Isso é um... Quem dera todo mundo tivesse um pai tão presente, como você tem o seu! Parabéns!

A SRA. LUANA ARAÚJO – Muito obrigada.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Espero que, um dia, você possa estar na função, ajudando os brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro Vieira, por 15 minutos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Dra. Luana! Parabéns pela exposição!

A SRA. LUANA ARAÚJO – Obrigada, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu quero começar, até porque a senhora economizou bastante do meu tempo de perguntas com a exposição tão didática, lhe fazendo um agradecimento, primeiro como cidadão, pela clareza, pela objetividade da fala, pelo respeito à verdadeira ciência, mas é um agradecimento mais especial como pai de duas meninas – eu tenho três filhos, duas meninas de 12 e 16 anos. É muito bom ver mulheres ocupando espaços e tendo essa coragem e essa firmeza de comparecer a esse ambiente, de se voluntariar para um governo que é claramente complexo e com dificuldades de enfrentar a realidade para tentar prestar um serviço para a saúde pública para o Brasil.

Então, meus parabéns e o meu agradecimento.

Quero repassar que, nesse pequeno intervalo que a gente teve, o Sr. Sérgio Murilo, de 59 anos, ligou emocionado, às lágrimas, para o gabinete lhe pedindo que agradecesse aos seus pais pela criação que lhe deram. Então, transmito esse agradecimento que acho muito justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora já esclareceu a todos nós que produção científica não é brincadeira, não é espaço para clube de debates, troca de opiniões ou jogadas midiáticas, mas eu gostaria que a senhora gastasse pelo menos um ou dois minutos reforçando para as pessoas que acompanham a CPI por que que existe uma gradação, uma pirâmide na qualidade de evidências e por que isso é tão importante para a definição de uma política pública. Por favor, doutora.

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Claro.

Primeiro, boa tarde, Senador!

Eu agradeço as mensagens. A gente trabalha em ambientes tão duros, tão difíceis, tão complexos, tão masculinos na sua imensa parte. Eu olho aqui, por exemplo, e não estou vendo nenhuma Senadora. Isso para mim é muito grave. Para mim, como mulher, é bastante grave. Mas, enfim, eu fico feliz. E eu gostaria, se alguma coisa positiva sair desse momento, que fosse a gente dar condições para as meninas chegarem onde elas quiserem, conhecerem as histórias positivas de mulheres na ciência e entenderem que a gente tem muita coisa para contribuir.

Mas, voltando à sua pergunta propriamente dita, da pirâmide de evidências: até porque a ciência é uma coisa mutável e ela é dinâmica, ela aprende com ela mesma e ela se desenvolve, a gente não tem verdades absolutas. Nós temos sempre o que a gente chama de verdade relativa de ponta, quer dizer, é aquela verdade dentro das condições que a gente tem hoje e que a gente aprendeu durante todo o tempo, isso é uma verdade. Se eu aprender alguma coisa que vá me somar a isso amanhã, eu vou lá e refaço isso. A ciência não tem vergonha de dizer "não sei" e não tem vergonha de dizer "olha, surgiu uma nova evidência, deixa eu entender como isso se integra ao que eu sei até este momento".

Então, a pirâmide de evidências, para que as pessoas entendam, nada mais é do que uma categorização de força dessa verdade. Quer dizer, é o quanto de certeza que eu tenho sobre essa informação. Ela está lá num nível em que vai ser muito difícil derrubar isso? Ou ela vai estar lá embaixo, num nível em que ela é muito frágil e, com facilidade, pode surgir alguma outra informação que mude esse contexto?

Então, quando a gente falas desses níveis de evidência, a gente fala que existem informações que são concretas num sentido, mas a gente dá força a elas para que elas guiem principalmente as decisões dos profissionais de saúde e também dos gestores que se baseiam nelas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito, doutora.

A senhora sabe informar se em algum momento nós tivemos algum tipo de evidência científica de qualidade que apontasse no sentido da indicação de remédios para o chamado tratamento precoce?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Jamais tivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas nós tivemos evidências qualificadas no sentido contrário, reprovando esse uso?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Tanto tivemos que esse uso é reprovado por todas as agências regulatórias ou sociedades científicas reconhecidamente independentes e produtivas do mundo inteiro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado.

Isso é muito importante para quem acompanha a CPI, porque a gente continua assistindo a um *show* de exercício de técnicas de desinformação.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Uhum.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – São citações vagas de estudos obscuros; referências a nomes estrangeiros que ninguém nunca ouviu falar; a incapacidade de apontar uma única evidência qualificada; e a tentativa de transformar o que é um debate científico concreto e de políticas públicas num debate classista, como se a CPI ou até mesmo a senhora, que é médica, estivesse atacando a classe médica.

A SRA. LUANA ARAÚJO – E reducionista, Senador – desculpe interromper. Reducionista, o que para mim talvez seja a pior das características, porque você reduz um combate tão complexo a uma questão que hoje, como eu disse, é anacrônica e inexistente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Infelizmente, a única vacina que inventaram para a ignorância, que é a educação, é pouco usada no Brasil.

Dra. Luana, à senhora, como especialista e altamente qualificada em políticas públicas de saúde, pergunto: é lícito adotar uma política pública baseada em evidências frágeis quando estão disponíveis evidências de maior qualidade?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Quando estão disponíveis, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E, por último: a senhora informou que, ao ingressar, ao aceitar o convite do Ministro Queiroga, a senhora exigiu ou solicitou uma garantia de autonomia para poder exercitar seu trabalho. Eu pergunto: qual seria a sua posição ao constatar que não teria essa autonomia?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Essa foi uma conversa que eu tive, inicialmente, com o Ministro e ele prontamente entendeu, e me atendeu afirmativa e concretamente. Ele compreendeu que, numa situação de tamanha importância e tamanha complexidade, que seria a condução dessa secretaria – que será a condução dessa secretaria –, é importante que o responsável tenha essa autonomia para coordenar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os trabalhos. Eu sou, como já deve ter transparecido, Senador, uma mulher da ciência e da ética. Se eu me compreendesse cerceada num nível fundamental para o exercício do meu trabalho, eu não faria mais parte dessa estrutura.

É importante que as pessoas entendam também que autonomia não é liberdade plena. A gente faz parte de uma estrutura, todos fazemos parte de uma estrutura. Então, é preciso que haja respeito, que haja integração, que haja cooperação, mas isso não pode significar cerceamento ou falta de autonomia. Então, esse equilíbrio às vezes é frustrante e complexo, mas reitero que em nenhum momento nesse período eu fui cerceada e que, se isso tivesse acontecido, eu gentilmente pediria o chapéu e voltaria para a minha vida, que era – sempre foi – bastante produtiva e suficiente para mim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Eu espero que cada cidadão, cada homem e mulher que hoje presta serviço público no Brasil tenha essa mesma compreensão de que existe um limite, que você deve observar com clareza, em que você deixa de ser útil e começa a colaborar para a destruição institucional. Espero que o Ministro Queiroga tenha essa compreensão, como já aconteceu com o Ministro Teich, já aconteceu com o Ministro Mandetta e com outros tantos que tentam aplicar a ciência num ambiente em que a ciência é rejeitada.

Renovo os agradecimentos, e parabéns pela conduta. Parabéns à família como um todo. Desejo boa sorte para o seu futuro.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Muito obrigada.

Se eu puder só acrescentar um fator nesse sentido: nós médicos temos um valor que é o de fazer sacrifícios pelo nosso paciente. A gente vai até onde a gente consegue, e esse limite às vezes é um limite extenso, de sofrimento. Então, eu queria dizer isso. A gente às vezes vê uma situação e deseja fazer todo o possível para que ela aconteça, ainda que à custa de determinado sacrifício, mas, sim, o senhor tem razão: existe um limite. Cada um de nós tem um limite para isso, e esse provavelmente seria o meu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadoras, Senadores, Dra. Luana, prazer estar com a senhora aqui.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Prazer, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só vou fazer uma correção. Foi falado que a senhora, acho, era a única infectologista. A Dra. Ana Cristina Garcia Ferreira, que é a atual Coordenadora da Coordenação Nacional do Programa Nacional de Imunização, é infectologista. Tem seis. Parece que são nove, mas seis é garantido. Só pra fazer essa confirmação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Eu não a conheço. Eu não a conheço e eu já disse que, no meu conhecimento, à época, eu era a única, naquele escalão obviamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, tudo bem. São seis de garantia e talvez nove.

V. Exa. sabe do índice H dos cientistas. Aqui Dr. Didier Raoult, índice H192; McCullough, índice H113; Dr. Zelenko, 130; Satoshi Omura, 85; Luc Montagnier, 78. Todos esses cientistas recomendam o tratamento precoce, e aqui tem os trabalhos que eles realizaram. Didier Raoult, inclusive, está colocando esse trabalho dessa semana passada, colocou nas suas redes e continua trabalhando. Aqui está o trabalho do Dr. Zelenko. São trabalhos importantes que recomendam esse tratamento precoce. Aqui tem um trabalho randomizado: Estados Unidos, Universidade de Washington. Aqui tem um trabalho randomizado do Reino Unido e da Austrália também sobre esse tema. E novo estudo, agora recente, revela o sucesso da hidroxicloroquina como tratamento de Covid de 500 mil americanos, e poderia ter salvo mais de 100 mil. Aqui está o Dr. Peter McCullough, que eu falei, defendendo, no Senado americano, essa posição. Então, esses países estão mudando a sua posição também a respeito desse tratamento.

Qual é a sua ideia sobre esse tema, doutora?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu, primeiro, gostaria de perguntar ao senhor se o senhor já ouviu falar num prêmio chamado Rusty Razor, que o Dr. Didier Raoult ganhou ano passado?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu recomendaria uma checagem nesse sentido.

Sobre os estudos aos quais o senhor se refere, é preciso entender que existe uma coisa que vai além da gente, Senador. Por que, diante de evidências tão contundentes quanto essas que a princípio são colocadas aí, nenhuma entidade internacional científica mudou as suas indicações? Essa é a minha pergunta.

Eu não tenho nada contra a produção de evidências. As produções de evidência têm que acontecer o tempo inteiro. E, se as pessoas pesquisarem bastante, quanto mais se souber, melhor pra gente. Mas isso não justifica hoje, dia 2 de junho... Não é isso? Não justifica... O volume de evidências que a gente tem não justifica a adoção de qualquer um desses fármacos, principalmente como política de saúde pública.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Índia adota esse procedimento; a China adota esse procedimento; a Itália usava, foi proibido e, mais recentemente, o Parlamento usou esse trabalho aqui. Então, o mundo está mudando. Nós temos 28 países que adotam esse procedimento.

Eu vou lhe passar um dado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Índia vacinou apenas 15% da população; mortes por milhão: 242. A China, 47% vacinados; mortes por milhão: 322. Nos Estados Unidos, que vacinou 88%, mortes por milhão: 1.798. Reino Unido com vacinação de 96%: 1.876 mortes por milhão.

No Reino Unido, essa semana, agora, fim de semana, eu vi protesto e um dos protestos era justamente pedindo esse tratamento precoce. Então, isso está mudando no mundo.

Eu, como defendo essa questão aqui, aos colegas Parlamentares, Senador Renan e demais, tem um grupo chamado Hipócrates, são médicos chilenos, argentinos, italianos. O chileno é primo do Papa, Dr. Bergoglio.

Estivemos reunidos agora numa telerreunião; todos advogam esse tratamento, essas coisas estão mudando.

Na Índia, inclusive, usam o tratamento precoce e usam também, além do tratamento precoce que eles estão usando, eles estão fazendo... Usam o tratamento precoce e a vacinação. Advogamos a vacinação, que é importante.

Então, esse é um ponto em que eu gostaria de fazer essa colocação.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Se eu puder, nesse momento, então, me pronunciar, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Sim.

A SRA. LUANA ARAÚJO – O senhor credita esse desempenho à adoção do tratamento precoce?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Sim.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Pois bem, de novo, é preciso que a gente compreenda que o combate à pandemia é muitíssimo maior do que a adoção de qualquer fármaco. É principalmente dos fármacos que são com evidências sólidas, claras, disponíveis para críticas das pessoas que mostram que não existe eficácia.

Eu expliquei o caso da Índia.

O caso da China é um caso que é interessante, porque ele é bastante diferente do nosso em termos de formação social. Existe uma capacidade de mobilização social diferente da nossa, simplesmente porque somos países bastante diferentes. Então, na hora que a gente pesa a influência das medidas de controle da pandemia, com todo o respeito, eu discordo veementemente do senhor que essa adoção tenha qualquer tipo de impacto; não é isso que a ciência mostra, lamento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** A senhora sabe a pesquisa de Harvard publicada na revista *Lancet*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Sabe quem contratou essa pesquisa?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Quem contratou essa pesquisa?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Sim.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não. Quem contratou?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** De uma empresa chamada Surgisphere.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Hã-hã.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** A dona dessa empresa é uma atriz pornô.

A pergunta...

A SRA. LUANA ARAÚJO – É, não é da minha alçada, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Que interesse teria esta pessoa, esse escritório, em contratar a Universidade de Harvard para fazer uma pesquisa?

Essa pesquisa, só com pacientes graves, o.k? A pesquisa... Houve a retratação dessa pesquisa. Então, esse é um ponto importante para colocar para a senhora também.

Da mesma...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Houve retratação também da pesquisa do próprio Professor Raoult, só para deixar claro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Ele fez a retratação, mas continua afirmando.

A SRA. LUANA ARAÚJO – O que é bastante lamentável.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Não, postagem dele do dia 28, agora, desta semana, Didier Raoult.

Seguramente o índice... Não sei qual é o seu índice.

A senhora sabe qual é o seu índice pesquisador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não faço a menor ideia, Senador, e também não é uma coisa que me pauta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** O dele é 172, um dos maiores do mundo.

Aqui está a pesquisa que foi retratada, tudo com pacientes graves.

Eu lhe perguntei sobre a pesquisa também de Manaus.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Nós estamos questionando.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Mas não pode ser questionada, desculpa, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Eu vou lhe dizer.

E eu gostaria, Senador Omar Aziz... Eu já pedi à Rede CNN que contrastasse o que diz Marcus Lacerda, que chamassem um outro especialista, não sou eu que não sou médico, um especialista para debater com ele a pesquisa. Usaram em pacientes graves dose letal; vinte e duas mortes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Luis Carlos, eu vou repor o seu tempo.

Eu conheço bem o grande profissional que é Dr. Marcus Lacerda, me orgulho muito de ser do meu Estado. Eu já lhe falei dez vezes que o instituto de medicina tropical do Estado do Amazonas dá banho no mundo em relação a doenças tropicais. E a Fiocruz, no meu Estado, tem um papel determinante.

É uma acusação muito grave. Não sabemos como que isso surge. Então, pra gente não denegrir a imagem do profissional que é muito respeitado no meu Estado, eu peço a V. Exa. que a gente... Essa questão aí, o senhor já está pedindo pra Polícia Federal investigar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Está certo. E agora eu posso lhe assegurar: o Dr. Marcus Lacerda... E falo isto, fui Governador do meu Estado, eu conheço bem os profissionais da área de saúde que trabalham no meu Estado, o quanto eles se esforçam. E lhe peço, lhe peço aqui pelo carinho que eu tenho por V. Exa... Agora, eu posso lhe... Eu sou testemunha do trabalho do instituto de medicina tropical e da Fiocruz no meu Estado em relação a inúmeras doenças – a inúmeras doenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor sabe que, lá no meu Estado, o maior índice de hanseníase é no meu Estado, o maior índice... O senhor sabe que lá o maior índice de hepatite é no meu estado, o maior índice de câncer de colo do útero. Eu fui o primeiro Governador do Estado do Amazonas a vacinar todas as meninas, onze, doze e treze, com a vacina do HPV, porque o câncer de colo de útero é enorme. Nós fizemos programas enormes pra tentar conter.

Lá... Por exemplo, por que eu digo aqui cloroquina? Cloroquina é o quinino, e os povos tradicionais já usavam isso. O cara fica esverdeado quando toma isso, não é por causa do quinino, é por causa do fígado. Eu não sou médico, a gente vê todo dia isso lá. Ele fica amarelo. Lá em Rondônia, o Senador Marcos Rogério conhece melhor do que a gente, sabe disso, até porque aquela ferrovia que foi ser construída lá consumiu os trabalhadores na malária. E nós sabemos. No Canal do Panamá, que os chineses foram fazer, na época, os americanos quebraram lá, porque a malária eles não tinham como combater. Miami era é um dos lugares que mais tinham malária. O que eles fizeram? Saneamento, pra conter. Então, com o desmatamento da Amazônia, você vai desmatando, a malária aumenta.

Então, isso tudo é tratado por profissionais como o Dr. Marcus Lacerda, por isso que eu peço um pouco de carinho de V. Exa.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu só queria complementar. Eu não conheço o Dr. Lacerda pessoalmente, não, mas é preciso ler o artigo dele com bastante – a pesquisa dele – criticidade. A dose que foi utilizada por ele é uma dose baseada no que era feito lá no começo, principalmente nos dez dias de uso inicial de cloroquina feito nos estudos chineses do começo da pandemia. E nenhum dos pacientes que foram a óbito no estudo dele faleceram em decorrência da cloroquina. Isso foi comprovado pela Conep. Então, eu só queria deixar claro neste sentido: que é preciso respeitar e incentivar os nossos pesquisadores, ainda que fosse alguma coisa diferente disso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que eu estou falando é que o estudo de Manaus, o estudo de Harvard e outros tantos, inclusive o próprio grupo Coalizão, todos esses estudos são com pacientes graves. Então, isso distorce a posição. Quando forem pacientes leves e moderados, é outra posição.

A senhora tratou quantos pacientes com o Covid com que teve informações seguras de que deu resultado positivo? A senhora tem um número de pacientes?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Para Covid, não sei, não sei precisar. Eu sou... Não tenho uma equipe, sou eu só e trabalho ininterruptamente há 14 meses.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quantas a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Foi bastante gente. Eu não sei lhe dizer.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Tá o.k.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Mas foram muitos pacientes.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Era importante...

A SRA. LUANA ARAÚJO – E para nenhum deles eu prescrevi cloroquina, ou ivermectina, ou azitromicina, ou zinco, ou vitamina D ou nada disso. Aliás, vitamina D, eu não cheguei nem a pensar nessa prescrição, porque a gente sabe que o paciente só deve fazer reposição de vitaminas quando ele tem deficiência comprovada laboratorial. E muita gente no mundo tem essa deficiência, mas, enfim, isso é uma outra história.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** O.k.

Só pra lhe colocar, essa é a posição: os tratamentos leves e moderados, no mundo inteiro, deram resultados extremamente positivos, tanto é que os Estados Unidos estão revendo a posição, a Itália já reviu e outros também estão fazendo. A China usa, a Índia usa, 28 países usam esse tratamento.

A SRA. LUANA ARAÚJO – São mais de 200 países, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Bom, eu estou falando que 28 usam.

A SRA. LUANA ARAÚJO – É. E os outros não usam.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Bom, mas os Estados Unidos estão voltando a usar. Estão usando... Estão aqui os trabalhos publicados por eles.

A senhora tem conhecimento de alguma patente obtida nos Estados Unidos de algum produto para uso com princípios ativos do uso... Tipo ivermectina, azitromicina ou hidroxicloroquina?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, eu não trabalho com regulação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** O.k.

A patente obtida nos Estados Unidos para o produto nasal à base de ivermectina e hidroxicloroquina...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Ah, essa é uma administração nasal que foi...

É importante ressaltar que patente não é comprovação de eficácia. Eu posso pedir patente de qualquer coisa nessa vida, mas ela não significa que ela vá ser útil naquilo que eu gostaria que ela fosse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, veja, qualquer avanço nesse sentido, Senador, é positivo pra todo mundo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tá bom, então.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Ele só não é comprovado; mas, se ele for, é muito bem-vindo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que nós não podemos, doutora, é criminalizar.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não é criminalizar, Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

A SRA. LUANA ARAÚJO – O senhor tem razão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não.

Então, deixa eu dizer: a senhora falou dos médicos curandeiros.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não. Eu não falei de médico curandeiro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não, mas eu sei...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu falei do neocurandeirismo, que significa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k, o.k.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... a adoção de medidas que não são eficazes, principalmente como uma política de saúde pública.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem mais de 14 mil médicos desses Médicos pela Vida que resolveram adotar esse procedimento, de acordo com as notas técnicas do Ministério da Saúde... Deu tempo do Mandetta, do Teich, do próprio Pazuello... Agora que foi retirado. Todas elas permitiam o uso. E da própria autorização do Conselho Federal de Medicina, que permitiu que utilizasse o que eles quisessem, o.k.? E deu resultado, sim.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Existe uma razão pela qual elas foram retiradas, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tá bom.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Existe uma razão importante pela qual elas não são mais parte.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Mas deixa eu dizer: a senhora não acredita no tratamento precoce?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serrana...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu acredito. Eu acredito em tratamento precoce que funcione. A gente não tem nenhum. Então, não posso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Eu vou lhe vou lhe mostrar aqui: Serrana, São Paulo, do ano passado até agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas Serrana foi vacina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Não, eu tenho tempo ainda.

A letalidade era 2,25. Quando vacinaram a população de Serrana, de janeiro até agora, é 1,95.

A letalidade de Porto Feliz, que o médico Fábio Prado usa, é um 1,14. Tem resultado.

Assim, eu posso citar vários Municípios que usam. A Dra. Raissa, uma guerreira lá no Município de Porto Seguro: 0,81.

Eu peguei 40 Municípios no Brasil, quase 5 milhões de habitantes, e nós vimos essa letalidade, 1,4, em 40 Municípios do Norte, Nordeste e Sul.

A Dra. Marina Bucar, cientista brasileira de Floriano, do Piauí, médica hoje na Universidade de Madrid, adotou esse procedimento na cidadezinha de Floriano, aqui no Piauí; orientou os médicos. A letalidade é 1,6, 1,7.

Então, esses dados, orientando esse tipo de tratamento... São inúmeras pessoas que fizeram isso. E, se nessa letalidade nós pudéssemos ter tido isso aqui, não teríamos 460 mil mortes, se não criminalizassem... Médicos respondendo hoje processo no Ministério Público; Prefeito tendo que retirar tratamento em cima dessa demonização.

Alguém diz assim que eu estou... Esse assunto foi criminalizado a partir da fala de Didier Raoult. Começou com Trump, nos Estados Unidos, seguiu-se com Bolsonaro, no Brasil, e assim, médicos de direita e médicos de esquerda... Todos tinham que se somar para fazer os tratamentos que são necessários, mas, infelizmente, não é o que nós vemos aqui. Aqui é política, doutora, a grande mídia brasileira tem política. As eleições do ano que vem estão em jogo. Então quem é contra o Bolsonaro está aqui, nesta forma, fazendo o que está fazendo, não com a senhora, mas com os outros depoentes que já vieram aqui também. Então, essa é uma posição.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Deixa eu.. Se eu puder, Senador, brevemente... A questão política não é da minha alçada, né? Isso é bastante claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Com relação a essas experimentações que o senhor descreveu, eu gostaria imensamente de saber se... Dentro desse resultado do uso e da letalidade, como isso foi feito e como foram eliminados os fatores de confundimento para que chegasse a essa conclusão de maneira tão específica, porque, se isso acontece, é realmente muito positivo. Mas não é o que a gente sabe do mundo inteiro, nem daqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse consórcio internacional de médicos reunidos, eles querem esses dados, estão fazendo agora esse trabalho para dar cientificação.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Ótimo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que a senhora achou do uso generalizado do plasma convalescente, nos hospitais do Brasil afora, sem ter os estudos necessários, como o risco sabidamente aumentado de trombose, de geração de mutações? – e que depois ficou comprovado que não funciona.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sobre risco comprovado de trombose e mutações é absolutamente fora do padrão. Agora, não houve um uso generalizado, até porque a obtenção de plasma nesse tipo de situação é extremamente difícil. O que foi feito no Brasil foi o uso em experimento clínico, em estudo clínico dessa tecnologia. Inclusive, a Johns Hopkins foi quem, primeiro, começou isso lá – eu ainda estava nos Estados Unidos, quando começou essa ideia. E a gente soube que, bastante precocemente, inclusive, não tinha exatamente o resultado que a gente gostaria que tivesse. Os estudos continuaram até que isso fosse provado com força de evidência, e deixou de ser usado dentro da política de saúde pública. Aliás, acho que nunca nem entrou.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quais são os critérios para se definir o que é ineficácia comprovada? Existe esse termo na Medicina? E na legislação do registro de remédios, onde encontramos critérios?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Os critérios são baseados no conjunto de estudos de qualidade, feitos de forma correta, que mostram que não há, no mínimo, benefício, em comparação ao uso de placebo, do uso dessa medicação. Tudo que a gente faz é baseado nesse tipo de evidência. E não é num único estudo, não, Senador: são vários estudos, porque todo estudo tem sua fragilidade, por melhor que ele seja. Então, esses estudos vão compondo um corpo de maior força de evidência e eles levam a esse tipo de conclusão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É o que lhe disse: esses estudos que V. Sa. fala são estudos que foram retratados, com pacientes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Não, não. Esse aqui foi retratado. Esse...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Mas eu não citei esse estudo, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Mas eu estou dizendo que esse estudo da *Lancet*, esse estudo serviu, juntamente com o de Manaus, e foi fundamental para que a OMS, em junho, julho do ano passado, mudasse o seu procedimento.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senador, eu posso lhe passar vários estudos deste ano, março, maio, agora, super-recentes...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Tudo bem.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... que mostram que não existe qualquer benefício.

De novo: lá no começo, eu considerava, como todo mundo, absolutamente natural e compreensível que as pessoas apelassem para toda e qualquer circunstância para salvar os pacientes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Depois de um ano, com todo o respeito, com toda a tranquilidade, a gente não pode insistir em algo que não é resolutivo, com tantas outras coisas que a gente precisa para fazer.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Então, estou lhe dizendo: os Estados Unidos estão revendo, a Itália já reviu, e a China está fazendo... Vinte e oito países...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Podem ser 200, mas 28 já estão fazendo tratamento, adotam a vacinação e adotam o tratamento precoce. É o que eu preconizo: vacinação e tratamento precoce. O.k.

E o que está sendo feito aqui, doutora, é uma criminalização de um governo. Aqui, a política está acima da ciência, o que não deveria ser. Esquerda e direita tinham que estar juntas.

O Estado do Senador Randolfe adota esse procedimento e tem a menor letalidade do País.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor está mentindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor está mentindo! Esse dado aí é falso, como todos os...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... os dados que o senhor está publicando aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Randolfe... Está aqui, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aí está um cálculo com letalidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Olha aqui! Olha aqui!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está errado esse dado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Olha aqui a fonte! Olha aqui a fonte! Olha aqui a fonte!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está errado esse dado.É fraudado esse dado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É do Governo do Estado do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fraudou!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não fraudou!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fraudou! Dado fraudado!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqueles médicos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor está mentindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou mentindo. Não me chame de mentiroso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estou chamando.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não me chame de mentiroso! Não sou!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas está mentindo, espalhando *fake* aqui...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não sou!

Aqui não é *fake news*!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... mentindo para as pessoas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqueles médicos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... colocando a vida das pessoas em risco.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqueles médicos que o senhor quer elogiar, e elogiou os quatro médicos, estão "p" da cara com V. Exa....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ouça o que eu estou falando.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Os quatro médicos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No começo da pandemia, cabia tudo; não agora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Os quatro médicos que V. Exa. quis condecorar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor está mentindo, espalhando *fake* aqui!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou mentindo! Não estou mentindo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mentindo muito!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou mentindo! Aqui estão dados do Governo do Estado do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito!

O seu enredo todo é uma mentira, é mentiroso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui está o Governo do Estado do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... o seu e o de Didier Raoult.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse é o Governo do Estado do Amapá, de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O seu enredo e o de Didier Raoult são mentirosos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Do seu Estado! E os quatro médicos que V. Exa. quer condecorar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja qual foi o prêmio que o Didier Raoult ganhou.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja qual foi o prêmio que o Didier Raoult ganhou.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Os quatro médicos que V. Exa. quer condecorar..

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja qual foi o prêmio que ele ganhou. Veja o nome do prêmio dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vá perguntar para eles.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o framboesa de ouro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é mentira e aqui são..

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o framboesa de ouro da ciência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – .... dados do Governo do Estado do Amapá. Ponto!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fraudado!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é fraudado!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. está repercutindo uma fraude aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço a V. Exas. que, por favor, vamos respeitar a doutora que está aqui.

Eu acho que é uma discussão em que, eu tenho certeza absoluta.... E eu vou colocar aqui uma coisa: nas capitais, meu querido Senador Luis Carlos Heinze, em todas as capitais, o número de óbitos e de casos é maior, porque existe uma aglomeração maior. Quando o senhor cita cidades pequenas, como as do interior do Amazonas, não há aglomeração, as pessoas ficam em casa. Essa é a diferença da capital para o interior. Então, isso acontece em todos os Estados, inclusive no Rio Grande do Sul.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, amigo, eu só estou dizendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Amapá, não. Olha, o Amapá, em termos mundiais, é o 16º, se você for dar uma olhada. Tem isso ontem nos jornais. Em termos mundiais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – E o dado está errado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o dado está errado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o dado está errado. Eu sei...

Veja bem: eu li ontem, eu tive a curiosidade de ver o Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – ... do Lontra fez mestrado... A Johns Hopkins já retificou qual o tipo de dado razoável sobre mortalidade em Covid.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra para o Senador Luis Carlos Heinze para concluir, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou sugerir uma providência da Mesa, já que vez ou outra se faz isso: o Senador Heinze apresentou esse dados dias atrás, o Senador Randolfe disse que os dados não estavam corretos. Hoje novamente. Para que a gente não tenha essas duas versões, solicite formalmente ao Estado do Amapá que forneça esses dados à CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não; solicite ao Ministério da Saúde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas os dados são do Estado do Amapá. Estou solicitando a V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os dados são de mais de 1,6 mil mortos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – .... que faça essa solicitação, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ... errado. Ontem foi demonstrado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Pessoal, eu acho que a discussão...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Os dados foram checados dia 22 de maio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E foram negados pelas agências.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, Senador Luis Carlos Heinze, para concluir, amigo, por favor. E a gente vai olhar isso com mais carinho.

Por favor, para concluir, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que eu quero é que o Estado do Amapá – eu vou solicitar – traga para a Mesa aqui.

São dados reais dos Estados...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não são reais!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não são forjados!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Agência Lupa já retificou. O Ministério da Saúde já retificou. A Johns Hopkins que...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Randolfe , a palavra é minha! A palavra é minha! Não me atrapalhe!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu vou pedir o seguinte: o Ministro Queiroga deverá estar dia 8 aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Perguntamos para ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos pedir ao Ministro Queiroga, e aí quero que Mesa solicite para trazer todos os dados, Estado por Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não é só do Amapá, não. Vamos trazer Estado por Estado, e aí contempla o que o senhor está pedindo, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está antecipando a vinda do Ministro Queiroga para a próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É dia 8, está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Dia 8.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 8. Está marcado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, só para concluir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 8, Ministro Queiroga; dia 9...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou lhe dar aqui a... Já deve estar no *site* aí a agenda. Está marcado dia 8 o Ministro Queiroga.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu faço um apelo a V. Exa., o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou atender ao seu apelo. Dia 8 o Ministro Queiroga vai estar aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., então deixe eu dizer a V. Exa.: o Ministro Queiroga está na linha de frente do combate à Covid...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá não, tá não, tá não, tá não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o apelo que eu faço a V. Exa. é que deixe o Ministro trabalhar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá nada. Sabe o que ele estava fazendo ontem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele estava em Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Sabe o que ele estava fazendo ontem? Anunciando a Copa do Mundo ao lado do Presidente. Não pode estar na linha de frente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E no fim de semana...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Copa América, Copa América! Copa América!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No fim de semana...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estava anunciando a Copa América.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele foi no fim de semana...

Me dê um minuto só, um minuto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No fim de semana, ele esta com o Ministro do Turismo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço a V. Exa. que reflita sobre essa decisão, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... andando no agreste, passeando, e ainda disse assim: "Eu vim aqui trazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI começa a atrapalhar o trabalho do Ministério do Saúde. Infelizmente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... solidariedade" – solidariedade!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele estava trabalhando ontem na Copa América... Copa América, ele estava trabalhando ontem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, eu tinha pedido uma questão de ordem mais cedo, e a pergunta a V. Exa. é a questão dos médicos que viriam aqui hoje: Dr. Paulo Porto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso já tá superado, virá um dia...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 8, o Ministro Marcelo Queiroga; dia 9, Coronel Élcio Franco; dia 10, conforme questão de ordem do Senador Marcos Rogério, o Governador do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Amazonas, Wilson Lima; dia 11, Cláudio... Médico sanitarista e ex-Presidente da Fiocruz; Natália Pasternak, micro... Sexta-feira, hein? Sexta-feira...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para dizer, Sr. Presidente, que eu não pedi para colocar o Governador no final da fila, eu pedi para colocar no começo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é no final da fila...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. é que colocou na quinta-feira. Eu, por mim, trazia na terça-feira, porque é muito mais grave a acusação que pesa contra ele do que V. Exa. está justificando para trazer o Ministro Marcelo Queiroga aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, Senador Marcos Rogério!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Faço porque é fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é isso, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por qual razão V. Exa. está antecipando a vinda do Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Governador vai estar aqui, e não só ele, todos os outros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom? Não faça isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que venha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não..

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas tirar o Ministro da linha de frente do combate...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro? Da linha de frente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... do combate para vir aqui na próxima semana, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E peça para ele não mentir dessa vez, peça para não mentir...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Primeiro...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É importante, Sr. Presidente, V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não tem autoridade para dizer que ele estava mentindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Você vai ver se eu não tenho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não tem autoridade para dizer que ele estava mentindo. Respeite o Ministro, respeite os depoentes. V. Exa. age como se fosse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não respeita ninguém, rapaz!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não respeita ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. respeita?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dizendo que dia 8...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tenho tratado todos com respeito aqui, todos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você não trata com respeito... Não é isso... a questão. Eu estou dizendo que dia 8 o Ministro Queiroga... Você está dizendo: "não, o senhor tem que deixar ele trabalhar".

Ontem à noite, eu vi, eu vi ele dando uma entrevista ao lado, pela primeira vez... Aliás, o Presidente Bolsonaro não se dignou a ir, há um ano e pouco, tentar comprar vacina...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sabe o que estava acontecendo lá?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele foi lá sabe o quê? Anunciar a Copa América. (*Risos.*)

Mas ir lá para tentar ligar ou comprar uma vacina ele não foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, V. Exa. está realmente muito desatualizado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – E ele está vindo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não tem noção do que que estava acontecendo ontem no Ministério da Saúde.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, V. Exa. mostrou que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós continuamos com a impressão de que não há Ministro da Saúde.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... no debate de hoje, colocando dois médicos, a favor e contrário, qual é a razão? Não tem por que razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a Dra. Nise Yamaguchi ontem era favorável, veio aqui e falou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Ela não veio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está um a zero para vocês.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, ela não veio em razão disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está um a zero.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não veio.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor fez um jogo de carta marcada e vamos escolher. A Natália Pasternak, quem o senhor colocou no jogo com a Natália Pasternak? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não conheço, Senador. Eu não sei... (*Fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está interpelando o Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou, porque ele tirou os dois depoentes. O assunto era muito importante. Era esse debate em cima da Dra. Nise ontem. Hoje, queriam reposicionar o processo aqui, que não foi feito assim. Foi retirado às 11h da noite, às 10h da noite. Os médicos receberam em São Paulo, onde estavam, uma comunicação pelo assessor da Mesa. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peço o favor de concluir.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – (*Fora do microfone.*)

... o importante e eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Leila Barros, pela Bancada Feminina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento o senhor, o Relator, Senador Renan, cumprimento também a convidada, depoente desta tarde, a Dra. Luana.

Bom, Sr. Presidente, ontem foi o Dia da Imprensa. Eu gostaria, neste momento, de render as minhas homenagens por essa instituição que é imprescindível para a preservação da democracia e da liberdade de expressão. Paradoxalmente, ao invés de homenagens, o que que nós vimos ontem? A imprensa se tornou notícia pela agressão desferida pelo Presidente da República contra uma apresentadora da CNN Brasil, a jornalista Daniela Lima.

Então a ela, como Senadora e mulher, rendo todas as minhas homenagens, o meu respeito e, acima de tudo, a minha solidariedade. Da mesma forma, eu reitero aqui, nesta Casa, e tenho certeza de que a grande maioria apoia os jornalistas, que a gente tem visto ultimamente serem vítimas de muitos atos de desrespeito e violência.

Nós sabemos que tentar fragilizar e ferir a credibilidade de um jornalista é um dos métodos utilizados por quem não quer ter as suas ações contestadas. E a gente tem visto muito isso. Por isso que os jornalistas estão sendo muito atacados. É prática dos que se incomodam e não convivem bem com a democracia e a liberdade de imprensa.

Dra. Luana, primeiro eu gostaria de agradecer imensamente a sua participação aqui nesta CPI, trazendo tantos esclarecimentos, apresentando a nós e ao País posições, argumentos sólidos, seguros, firmes e sobretudo científicos. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora não fique triste. Nós estamos presentes. Somos poucas Senadoras. Aliás, de 81 nós somos 12. Nós estamos presentes. Eu peço até desculpa por não acompanhado mais aqui o trabalho dos meus colegas, pois eu estava na Comissão de Meio Ambiente, aprovando um requerimento para a audiência pública da qual sou relatora. Então, por isso da nossa ausência.

Cada um está aqui e em outras atribuições.

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Vou interrompê-la rapidamente, Senadora, só para lhe dizer que eu fico muito feliz pela sua presença e fico muito feliz que a senhora esteja sendo aproveitada em várias frentes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

A SRA. LUANA ARAÚJO – É uma característica feminina ser capaz de atuar em diversas frentes ao mesmo tempo. Então, eu a parabenizo e agradeço a sua presença.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É muita alegria no olho.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Não, eu não ia entrar no mérito de fã de tantas...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Omar.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... alegrias que você me deu com o seu trabalho.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Inclusive, você é de Minas, e eu gosto muito, conheço muito bem. Vivi muito tempo em BH. Então, a terra, o povo de lá, tenho muito carinho. É a minha segunda terra.

Dra. Luana, em várias oportunidades, neste depoimento, V. Sa. exaltou a seriedade, o compromisso e, inclusive, a competência do Ministro Marcelo Queiroga para lidar com a pandemia. Entretanto, a sua presença nesta CPI é baseada, em grande parte, no lamentável veto – a senhora sabe que a sua participação é por isso também –, é baseada no lamentável veto do Governo ao seu nome, que foi corretamente escolhido pelo Ministro da Saúde – hoje a senhora comprovou para todos nós –, o que demonstra, de forma inequívoca, a absoluta falta de autonomia do Ministro; aliás, trata-se da mesma falta de autonomia conferida aos dois Ministros médicos que já deixaram o Governo: o Ministro Mandetta, demitido, e o Ministro Teich, pedindo demissão. Inclusive, com parcela grande dessas demissões ligada ao posicionamento adotado por ambos em relação ao uso da cloroquina e hidroxicloroquina no combate da Covid-19, tema que, ao meu juízo, também influenciou na sua não efetivação no cargo. É o que eu acredito, visto que, desde sempre, anunciou a sua posição sobre a ineficácia do tratamento precoce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando tudo isso, Dra. Luana, eu lhe indago: diante de tamanhas evidências sobre a falta de autonomia dos ministros da Saúde no Governo atual para o enfrentamento da pandemia, mesmo acreditando na boa vontade do Dr. Queiroga, a senhora ainda acredita que ele poderá desenvolver um trabalho de que este País realmente precisa para salvar a vida dos brasileiros?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senadora, eu tenho, diante do período que eu tive de convivência com o Dr. Marcelo Queiroga, que ele tem toda a competência para lidar com as dificuldades que a gente sabe que existem e tentar contornar isso da melhor forma possível, em busca de um melhor resultado da nossa resposta à pandemia.

A senhora entende que é uma situação extremamente complexa...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

A SRA. LUANA ARAÚJO – ... e que exige, além de conhecimento, uma... Eu ia usar uma expressão que não é das melhores, mas exige um jogo de cintura para lidar com todas as coisas da política, como a senhora deve estar entendendo neste momento, que são imprescindíveis para esse tipo de condução.

A única coisa que eu posso avaliar, de forma concreta, é a competência técnica do Ministro. E eu deposito nele, como cidadã, como médica e como colega, as minhas esperanças de que ele possa, de que ele tenha condição de exercer o trabalho por que ele tem lutado com tanta bravura, guiado pelos melhores valores, e de que ele tenha sucesso na execução do trabalho dele.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom, nós tivemos várias audiências aqui. Eu vou fazer a pergunta e vou unir o útil ao agradável.

Foi veiculado na imprensa que, usando as redes sociais, a senhora afirmou que o uso da cloroquina, por exemplo, representava o neocurandeirismo...

A SRA. LUANA ARAÚJO – Hã-hã.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... e o iluminismo às avessas, destacando o Brasil na vanguarda da estupidez mundial.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Hã-hã.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sobre o uso da cloroquina e hidroxicloroquina, eu indago a alguém que se pós-graduou numa das instituições mais respeitadas do mundo: a promoção... A senhora acha que é possível haver – isto foi lançado aqui à Comissão –, que possa haver uma grande conspiração para denegrir a imagem de medicamentos que são eficientes no combate à pandemia por força de algum outro interesse que não seja o de salvar vidas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Eu considero essa hipótese absolutamente fantasiosa.

Acho que as teorias conspiratórias se tornaram perigosas ao longo do tempo muito porque as pessoas que as criam ou alimentam se outorgam uma importância que nem sempre é real.

Se a gente deixar essas coisas de lado e olhar para os dados científicos – e é a isso que eu sempre me volto –, porque, veja, Senadora, tudo é hipótese... Nesta vida, tudo é hipótese. E a ciência pode estudar todas as coisas. A gente só precisa entender qual é o melhor mecanismo para estudar determinada hipótese. Mas, ainda que essa hipótese fosse uma hipótese a ser levantada, uma das coisas que a gente precisa fazer é olhar para os dados que a gente tem em mão e entender, desses dados, se eles corroboram ou não com a hipótese que é colocada.

Infelizmente, os dados que a gente tem são muito claros. É por isso que eu disse aqui, várias vezes já, que esta discussão é completamente anacrônica e extremamente contraproducente. Veja: a senhora estava lá trabalhando, necessária, numa outra Comissão; eu estou aqui; os Senadores todos estão aqui. E nós estamos discutindo algo que é ponto pacificado. Poderíamos todos estar trabalhando em coisas muito mais úteis. E não estamos.

Então, a minha posição é essa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sobre a promoção do tal tratamento precoce, só para finalizar, doutora.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu tenho indagado aos depoentes que aqui estiveram e gostaria de lhe apresentar a mesma questão, e vou apresentar a todos que virão: a divulgação e a promoção incessante, por parte de autoridades do nosso País, de um tratamento que supostamente cura a Covid-19 não produz a falsa sensação de insegurança na população?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Produz. Produz claramente, principalmente quando existem estudos que avaliam a resposta não farmacológica ou a eficácia, melhor dizendo, das medidas não farmacológicas, e a gente, por uma questão de observação até, não precisava nem de outras coisas, a gente entende que, quando as pessoas consideram que existe uma coisa que é rápida, fácil, ágil, barata e que substituiria todo um processo de educação de hábitos, de usar máscara, de lavar a mão, de distanciamento, que exige uma compreensão básica do processo, é uma coisa muito mais complexa. É muito mais simples medicalizar tudo. Então, eu vou lá e dou um remédio, uma pílula qualquer, que está pronta, funcionando.

Então, eu acho que essa adoção, infelizmente, encontra na população um desconhecimento técnico e um desespero, um despreparo emocional para lidar com isso que acaba ecoando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando alguém coloca isso de uma forma pública, ela encontra eco naquelas pessoas que estão desesperadas e que precisam sair de manhã, por exemplo, para trabalhar, porque a comida do dia depende daquele dia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Perfeito.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Então, quando isso acontece, ela prefere usar uma medicação que é dada a ela do que não sair de casa e cumprir um distanciamento social, porque ela não consegue: ela vai entrar num ônibus, e o ônibus está cheio.

Então, é muito fácil, na minha cabeça, pesar esse tipo de circunstância.

Então, eu, como profissional, o que eu tenho que fazer? Eu tenho que achar soluções para essa pessoa, essa pessoa que precisa sair de casa todos os dias de manhã, porque a comida dela depende daquele dia. Então, por isso a insistência na testagem. Por isso a insistência na vigilância. Por isso a insistência na distribuição de máscaras, na readequação da mobilidade. Existem muitas estratégias que podem ser utilizadas para proteger essa pessoa que não tem outra opção que não sair de casa. Agora, infelizmente, o uso desses fármacos não é uma dessas estratégias, e a gente não pode gastar tanto tempo, tanta energia e tanto dinheiro em algo que é comprovadamente ineficaz.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Perfeito, doutora.

A confiança num tratamento de sucesso não faz com que as pessoas sejam mais negligentes com as medidas de precaução, como o isolamento social, o uso de máscaras e álcool gel?

O SR. LUANA ARAÚJO – Fazem. Exatamente pelos motivos que eu expus para a senhora agora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Perfeito, doutora.

Muito obrigada. Também parabenizo o seu pai, que está aí do seu lado, o seu amigo, parceiro.

O SR. LUANA ARAÚJO – A minha mãe está em casa, só observando.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Certamente orgulhosa.

Muito obrigada pelos esclarecimentos.

O SR. LUANA ARAÚJO – Muito obrigada, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Disponha, Senadora Leila.

Este bate-bola, desculpe o trocadilho, foi o melhor desta Comissão Parlamentar de Inquérito até agora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Posições trocadas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Duas grandes líderes e mulheres.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Posições trocadas: nessa eu levantei, e ela atacou. (*Risos.*)

O SR. LUANA ARAÚJO – Com um décimo do seu talento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As duas têm talento em cada uma das áreas que participaram e nos orgulham muito por isso. É em você que acreditamos que este País pode ainda dar certo e dará.

O SR. LUANA ARAÚJO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Zenaide Maia pelo sistema remoto. V. Exa. tem a palavra por 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

Dra. Luana está à sua disposição.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Randolfe, colega Senador, nossa convidada, Luana Araújo, Dra. Luana, eu também sou médica infectologista, não com um currículo com essa excelência toda, mas sou médica da universidade federal e venho aqui nesta Comissão mostrando isso que a Senhora tem mostrado. Primeiro deixando claro que a gente não está aqui desmerecendo os nossos colegas médicos, nem a senhora, nem eu, nem ninguém, porque eu tenho um respeito muito grande, inclusive eu fiquei na defesa dos médicos quando quiseram, no Ministério da Saúde, trocar, alterar a bula da cloroquina e recuaram, mas terceirizaram, deixaram a responsabilidade para os médicos. Eu achei isso, assim, no mínimo, cruel para os médicos.

Também, como a senhora, eu concordo que a ciência não está dividida, ou é uma ciência boa ou não é, e a gente não é o dono da verdade. Eu costumo dizer que sem ciência nem democracia tem, porque normalmente a ditadura se autointitula dona da verdade e aí chega a ciência e prova que não é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero parabenizar a senhora também por esse olhar diferenciado para o nosso SUS (Sistema Único de Saúde), porque a gente tem uma mortalidade aí que não se justifica, mas que sem ele seria muito pior do que estamos. Ele está em todos os rincões e não tem nenhum distritozinho, nenhum Município, por menor que seja, neste País, que não tenha uma equipe de PSF, com agente comunitário de saúde, que faz isso.

E digo mais, a gente sabe... Quisera Deus que a cloroquina, a ivermectina tivessem dado certo, gente. A gente queria ter, mas a gente sabe que, nas viroses, não é comum a gente ter tratamento para virose na fase aguda.

Então, eu considero o tratamento precoce, assim, um diagnóstico... Por isso a importância das unidades básicas de saúde.

E eu costumo dizer que países onde a saúde básica funciona são aqueles em que menos de 5% chegam aos hospitais. Então, a saúde básica tem que ser respeitada, porque é aquela que lida direto com o paciente, que faz a propaganda e que é quem tem condições de fazer as medidas educativas. Agora, é claro que, sem a coordenação geral, mandando para o Brasil todas as medidas educativas... Gente, quando eu tive sarampo, no interior, já nos separavam, quando não tinha vacina, a gente já ficava no quarto, trancado, para não transmitir. Isso era o mínimo que já se sabia de epidemiologia.

Então, só para esclarecer aqui, ninguém aqui está contra médico, gente, trabalhadores de saúde – o respeito. Só nós não aceitamos... Eu digo como médica que o que eu aprendi é que a gente tem que prescrever o que a ciência descobriu. Eu não posso estar fazendo achismo, achar que eu vou... Imagine para mim, Dra. Luana, mais grave do que os efeitos colaterais de uma cloroquina ou de uma hidroxicloroquina é a falsa esperança que se dá ao paciente de que, se tomar, não vai agravar. Como a senhora falou aí, a educação, faz parte da educação.

Agora, eu queria fazer uma pergunta à senhora. Em algum momento, desse período muito breve que a senhora passou com o Ministro, a senhora chegou a falar com ele sobre a importância de uma campanha nacional, em todos os meios de comunicação, com uma direção, mostrando que, enquanto a gente não tem vacina para todos, a gente tem que fazer o distanciamento social, físico, como queiram chamar, o uso de máscara, que é fácil, porque é uma barreira física? Todo mundo sabe que, se botar a camisa, o sol não queima, e a máscara impede isso aí. E a higienização das mãos. Uma campanha eu tenho certeza de que seria um sinal também de que o Governo Federal estava a favor da ciência. E concordo com a senhora também. Um ano e meio atrás, tudo bem, correr atrás. Mas, hoje, gente, não é demonização. O povo quer. Mulheres cientistas que formam 32 entidades... Porque, na Fiocruz, no Instituto Butantan, no Evandro Chagas, a gente sabe que nós temos excelentes cientistas, virologistas e que a gente não deve ao mundo isso. Nós temos estudiosos, apesar da falta de incentivos à ciência e à tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a pergunta primeira é esta: se a senhora teve oportunidade de falar com o Ministro, o nosso Ministro Queiroga, da importância de uma campanha educativa que chegasse à população como um todo sobre as medidas não farmacológicas, porque a gente já sabe que não existem. E a gente queria muito que existisse.

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Sim.

Senadora, primeiro, muito prazer conhecê-la, ainda que virtualmente. Fico feliz de ser uma colega, de ser uma colega da minha área, inclusive. Fico muito feliz por isso.

Antes de responder à sua pergunta, vou lhe dizer que a senhora tem absoluta razão na importância das nossas unidades básicas de saúde e também a gente tem a responsabilidade de treinar essas pessoas da unidade básica de saúde, não é? Porque existe uma ideia de que as pessoas estão lá, então elas têm a independência de agir de qualquer forma, e elas precisam ser treinadas para poder enfrentar essas coisas. No final, no frigir dos ovos, a gente pode direcionar as coisas com o nosso conhecimento, mas quem produz saúde é o paciente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Luana, a senhora me permite só um minutinho.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Renan teve que sair. Então, por força do Regimento, eu queria designar o Senador Humberto Costa, como Relator *ad hoc, v*isto que o depoimento tem que ter um Relator designado para acompanhar. Então, designo o Senador Humberto Costa Relator *ad hoc* para dar sequência ao depoimento da Dra. Luana.

Desculpa, Dra. Luana. Fique à vontade.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Imagine!

Então, eu só queria retomar isso, Senadora, dar essa ideia de que a gente orienta, a gente apresenta, traduz a ciência para as pessoas, mas, no final das contas, quem usa isso para a produção da própria saúde é o paciente. Isso posto, a senhora também tem, ao meu ver, total razão quando a gente fala na importância da comunicação em saúde, e eu também citei isso no começo aqui da minha participação hoje.

Eu não me recordo se eu discuti diretamente com o Ministro uma estratégia de comunicação – eu não acho que isso tenha acontecido –, mas parte da estrutura da secretaria que eu tinha planejado envolvia quatro setores estratégicos para mim e um deles era a comunicação. Na minha cabeça, ela tinha que funcionar com quatro pilares: um, o Programa Nacional de Operacionalização da Vacinação relativo à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Covid; o outro, a comunicação em saúde; um terceiro de pesquisa e estratégia, quer dizer, a avaliação do nosso desempenho e do desempenho de outros países epidemiologicamente e a elaboração de estratégias para isso; e um quarto, que era a gestão dos nossos recursos, principalmente relacionados aos insumos críticos.

Então, de novo, não me recordo se eu tive... Não acho que eu tenha tido uma conversa específica sobre a estratégia de comunicação, mas ela era parte integrante fundamental da estrutura que eu tinha desenhado na minha cabeça para a secretaria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Olha, tudo bem.

Eu queria falar agora com o Relator e o com Presidente e dizer o seguinte: não há dúvidas de que os Ministros que passaram pelo ministério não tinham autonomia administrativa. A minha preocupação é que o Queiroga, de que a gente não tem dúvida que é um cara da área e, como a senhora falou, tem uma sensibilidade, não tenha dúvida de que ele tem um diagnóstico de como fazer; agora, precisa de autonomia administrativa. Uma prova é que, por exemplo, ele não pôde lhe nomear – e eu vi no dia a felicidade dele quando lhe anunciou.

E dizer, para finalizar, Sr. Presidente, que não tenha dúvida de que não tem. E me preocupa que Queiroga, um grande profissional de saúde, também não tenha essa autonomia e que, de repente, não pratique uma política e que ele seja quem fique com essa sequela, como se diz, de que não foi eficiente no ministério, porque é uma coisa muito complexa.

Mas dizer o seguinte: doutora, como a senhora falou, aqui a gente no Congresso, Senado somos 12 mulheres, somos 12 dos 81. A gente não tem nenhuma, assim, que seja membro efetivo, mas o Presidente, o Relator e todo o grupo aceitaram que a gente tivesse uma fala depois dos titulares e outra depois dos suplentes. Como qualquer uma pode falar, todos os dias eu estou aqui sem ser do quadro para falar. E, para a senhora tomar conhecimento, a gente teve um ganho grande: hoje, nós temos um assento no Colégio de Líderes, as mulheres.

O SR. LUANA ARAÚJO – Parabéns, Senadora!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A gente não tinha.

E digo o seguinte: só o fato de a senhora vir aqui, como cientista, como infectologista, e dizer à população brasileira que não existe esse tratamento precoce, nem preventivo – preventivo não é farmacológico –, que o que precisa é de vacina no braço e, até a gente ter o direito a essa vacina, a gente precisa seguir o que a Organização Mundial da Saúde diz, o que a ciência diz: distanciamento social, máscara, higienização das mãos... Eu diria o seguinte: fique em casa quando puder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Dra. Luana. A senhora, só com essa sua palestra hoje, com certeza, vai salvar muitas vidas.

O SR. LUANA ARAÚJO – Agradeço, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado, Senadora Zenaide.

Senador Jean Paul Prates, aqui presencial. Posteriormente ao Senador Jean Paul Prates, temos, no remoto, o Senador Izalci Lucas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Presidente, obrigado. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui, hoje, no finalzinho do dia com... (*Pausa.*)

Sim, perdão.

O SR. LUANA ARAÚJO – O senhor pode me dar dois minutos, dois minutos mesmo?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Claro, sem dúvida nenhuma.

O SR. LUANA ARAÚJO – Agradeço. Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Suspendo por cinco minutos, até o retorno da depoente, a Dra. Luana.

(*Suspensa às 16 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 15 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senador Jean, V. Exa. tem 15 minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Pois não, Presidente. Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Por favor, a Dra. Luana está à sua disposição.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) **–** Dra. Luana, obrigado por estar com a gente até agora.

Nós estamos aqui em várias frentes, como a minha colega Leila falou: Petrobras, Eletrobras, licenciamento ambiental, orçamento, vetos do Presidente, enfim, estamos aqui nos revezando, mas eu queria, aqui, rapidamente, fazer uma referência, porque eu ouvi, logo que cheguei, você dizendo que representa uma classe enorme de cientistas e médicos da área justamente de infectologia, virologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

epidemiologia, e isso é muito bom. Ontem, nós tivemos aqui perguntas bem incisivas do Senador Otto e de outros à Dra. Yamaguchi sobre tratamento precoce, preventivo, e o uso de medicamentos que são ditos como inefetivos, porém muito acessíveis. E isso que é o estranho, porque, ao contrário da teoria da conspiração, eu sou de outra teoria. Eu sou da teoria de que pessoas inescrupulosas que querem que as pessoas vão trabalhar e sintam que estão protegidas, erradamente, pegaram dois remédios ou três remédios bem fáceis, que existem há muito tempo, que são praticamente incontestáveis, da farmacologia popular, principalmente dos países em desenvolvimento, e disseram: "Por que não a gente pegar aqui esses dois remedinhos, que vendem em qualquer farmácia, não têm prescrição médica, etc., etc., e começar a criar uma teoria aqui em cima, e isso aqui vai ajudar no Covid?". Eu acho que eu estou mais por aí. E vou chegar onde quero aqui em relação à pergunta, porque essa parte a senhora já respondeu, porque não acredita que isso faça efeito, enfim, que isso está comprovado que não é e tal.

Mas eu quero explorar um pouquinho a questão da autonomia médica, primeira coisa. Para um leigo, como eu, na área de Medicina, até onde vai essa tal – porque agora nós ficamos conhecendo – autonomia médica? Porque alguns falam como se isso fosse um cheque em branco. O cara é médico oftalmologista, ortopedista e pode receitar qualquer coisa para qualquer doença... Enfim, ele tem essa liberdade total sem ser admoestado pela Justiça, sem ser responsabilizado por nada. A gente sabe que nos Estados Unidos não é. Eu morei lá e sei dos seguros médicos altíssimos justamente porque a responsabilidade médica é alta. Mas essa dicotomia entre autonomia médica, até onde ela vai exatamente, inclusive em relação a testes, ao dizer: "Ah, eu acho que aspirina faz bem para o vírus, combate o vírus, faz bem para o ser humano contra o vírus. Vou começar a testar aqui nos meus pacientes".

Ontem, a Dra. Yamaguchi sobre isso pelo Senador Otto, e o Senador Otto respondeu: "Não é possível fazer teste em pessoas, sem que elas se voluntariem para tal, sem que elas se coloquem como voluntárias". Então, claro, não se pode testar no seu paciente que está ali, incauto, que chega ao seu consultório, e você vai e ataca um remédio qualquer para, depois, tentar ver se tem algum resultado nele. Pode um ortopedista, um oftalmologista fazer receita, receitar, quanto mais ainda a distância, remotamente, como tem um Deputado Estadual em Natal que manda receita de ivermectina em troca de *likes* no YouTube – ele pede para o cara fazer o *print* da tela e aí ele manda a receita da ivermectina –, independentemente de fazer um diagnóstico ou fazer qualquer exame?

E a segunda coisa é o seguinte: quem combate, Senador Humberto, essas coisas? Quem pode impedir isso? Se isso de fato é uma atitude equivocada, e aí pegando carona na inquirição da Senadora Leila, se isso é falta no jogo, quem pune essa falta? E, se pune, por que não está punindo já? Porque tem dúvidas técnicas? Cientificamente, os conselhos de Medicina, quais são elegíveis ou quais são aplicados a esse caso? Quais deveriam se pronunciar, no que eles se pronunciaram e como é que isso vai ser no pós-pandemia? Quem achar que foi enganado por esses medicamentos ou até por políticos, que durante a eleição distribuíram... Quanto a esse Porto Feliz, a que o Senador Heinze se refere todo dia, Porto Feliz reelegeu o Prefeito lá, 91,5% da votação, porque ele distribuía ivermectina de porta em porta. O santinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do cara era ivermectina. Quem vai punir essas pessoas? Quem vai punir esses maus médicos? Porque nós não estamos falando contra a categoria dos médicos, pelo amor de Deus, absolutamente. Mas existem vigilâncias quanto a isso, profissionais, como da OAB, como de outras categorias. Quem vai fazer e quando isso? Quando é que isso pode ser esperado no Brasil?

Não se trata de criminalizar também, mas vai haver criminalização específica de quem, de fato, agiu de má-fé. E isso vai ter que ser objeto de discussão, porque a Justiça até agora, Dra. Luana, não tem se pronunciado a respeito disso. Tem até um pouco de receio, porque ela vê essas disputas, inclusive essas nossas aqui, e diz: "Olha, eu não posso dizer que não funciona, mas também não vou dizer que funciona". Mas os conselhos médicos tinham que poder se pronunciar.

Como é que é essa questão da autonomia médica e como é a questão do *enforcement* disso aí em relação aos profissionais que eventualmente estão fora do seu espectro de especialidade, mesmo assim colocando pessoas em risco, dando a elas falsa segurança, sendo que elas sequer têm o poder de escolha porque elas acreditam no médico?

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Senador, com relação a... Eu também não acho que a saída seja a criminalização de coisa alguma, mas o que é preciso que a gente lembre o tempo inteiro é que nós somos responsáveis. Responsabilização é parte da existência da nossa profissão. Eu sou responsável pelo que eu prescrevo, pelo que eu digo para o meu paciente. Isso é muito claro. Eu não posso terceirizar essa responsabilização.

Quando eu prescrevo qualquer medicação que seja, eu preciso pesar, e é por isso que a formação médica é tão importante, eu preciso pesar os riscos e os benefícios daquela prescrição e também entender o que fazer em caso de o paciente evoluir de uma forma diferente. A Medicina não é uma ciência exata. A gente diz que, tanto na Medicina quanto no amor, nem sempre nem nunca, mas existem caminhos que a estatística nos ajuda a compreender que são os caminhos mais claros de benefício para o paciente.

A autonomia médica entra aí. Nós usamos a análise desse conjunto de informações e aí eu individualizo isso para o meu paciente, por exemplo, eu preciso fazer uma medicação específica para ele que é o que ciência diz que é a primeira opção para tratar determinada doença, mas o meu paciente é alérgico. Então, o que a autonomia me permite? Me permite escolher uma segunda opção, uma terceira opção, entendendo o tempo inteiro o risco e o benefício de cada uma delas. E a obrigação minha é repassar isso para o meu paciente, para que ele entenda, porque a relação médico-paciente não é uma relação autocrática, ela é uma relação de parceria. Então, eu explico para ele, ele entende, a gente discute e a gente chega a um consenso sobre qual é a melhor situação. Independente de ele aceitar isso ou não, a responsabilidade como profissional é minha. Não é do paciente. O paciente não tem, não pode ser obrigado a isso, mas o médico é obrigado a responder pelos seus atos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu cheguei a citar aqui, no começo, a autonomia não está acima da ciência, ela não é um cheque em branco, ela não é uma licença para experimentação. Ela precisa ser baseada em plausibilidade teórica, no conjunto de evidências, na ética e na responsabilização. Se nisso tudo, você ainda compreender que vale a pena a sua decisão, você tem o direito de decidir, está lá, mas isso não significa que você não responda por ela.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** O.k. Aí, você assinou a receita, assinou a responsabilidade técnica, médica sobre aquele paciente.

O SR. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Quem cobra essa responsabilidade? É a segunda pergunta. Quem são as entidades, antes da Justiça, porque a Justiça também é leiga no assunto, mas quem tem o dever de cobrar se isso está sendo feito de forma correta, como a senhora diz, de forma consensual, conversando com o paciente, ou se está sendo colocado, como eu disse aqui, e várias vezes aconteceu, não é difícil encontrar esses exemplos, pela televisão, por políticos, eventualmente médicos ou não, pela televisão, de porta em porta, distribuindo em ginásios esportivos, que é quando o povo, a pessoa humilde, que, de fato, não tem essa negociação, essa conversa toda com o médico, não tem nem tempo para isso, recebe aquele remédio como se aquilo ali fosse: "Olha, isso vai salvar você. Pode ir para a feira, pode ter vida normal, pode esperar a vacina", como nós temos aqui os vídeos do Prefeito de Natal, os Deputados e outros aí, dizendo: "Pode esperar a vacina com tranquilidade, porque está tomando ivermectina. Fique normal"? E, aí, você começa a ver gente nos bares, nos restaurantes, o jovem aqui, acolá.

O SR. LUANA ARAÚJO – Nas filas de transplante hepático.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Fila de transplante hepático.

O SR. LUANA ARAÚJO – No atendimento de pancreatite medicamentosa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** E nem falei da consequência do próprio remédio. Eu não estou nem entrando nesse mérito. Por enquanto estamos só na segurança, na falsa segurança que dá, fazendo com que as pessoas relaxem nos seus protocolos.

Quanto mais ainda, e aí a pergunta fica mais enfática ainda, qual e quem responsabiliza essas pessoas por essas falsas indicações ou equivocadas? Quando sair, de fato, um laudo, que for unânime no mundo todo, de que cloroquina e ivermectina não prestam para nada de Covid, como é que vai ficar a história das pessoas que perderam parentes, porque acreditaram nessa história aí e se descuidaram?

O SR. LUANA ARAÚJO – Senador, a seara jurídica não é a minha, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas essa é a médica. Primeiro eu perguntei da médica mesmo.

O SR. LUANA ARAÚJO – Pois é, a seara jurídica não é a minha.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Conselhos médicos.

O SR. LUANA ARAÚJO – Mas nós temos entidades, nós temos conselhos éticos dentro de cada um dos nossos conselhos de classe, de qualquer profissão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Como é que eles têm se manifestado em relação a esse debate?

O SR. LUANA ARAÚJO – Eu não sei lhe dizer. Eu acho que evolutivamente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu posso dizer, porque sei que a doutora talvez esteja constrangida. Para mim, omissão total. Têm deixado o debate correr fragorosamente, pelo menos no Brasil. A gente não é médico, mas não é burro. Não é leigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, Senador Jean Paul. Eu lhe digo o seguinte: acho que há uma coisa em que nós estamos falhando muito aqui. É que o Ministro da Saúde, Dr. Queiroga, esteve aqui, uns 20 dias atrás, e ele saiu pela tangente o tempo todo, falando em fármacos. E disse que estava esperando uma decisão da Conitec. A Conitec não se posicionando, fica essa questão nebulosa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas há outros conselhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nebulosa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Há outros conselhos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O conselho federal nacional diz que pode usar. Outros falam que pode usar em ambiente hospitalar. Então, eu acho que...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A questão, Presidente, é saber até quando se pode esperar por isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso mesmo que... Eu espero que o Ministro Queiroga, quando vier, terça-feira, ele nos diga em que ano a Conitec vai se posicionar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque não é possível...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se for depois que a gente já souber o resultado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Dra. Mayra é membro da Conitec. Preste atenção: ela é membro do Conitec.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou aqui questionando... Eu não prescrevo remédio e nem defendo um remédio ou outro, acho que a ciência está aí para isso. E quando a gente está sentindo alguma dor a gente procura um especialista, um médico. Ele é que diz o que a gente vai fazer ou não. Mas eu não creio em uma coisa, sabia, Jean Paul...E aí é porque é muito difícil para a Dra. Luana estar falando sobre colegas e tal.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não creio que um médico prescreva alguma coisa querendo que te faça mal.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Também acho que não. Concordo plenamente.

O SR. LUANA ARAÚJO – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que ele não faz isso, o princípio dele não é esse.

O SR. LUANA ARAÚJO – É imbuído das melhores intenções.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é imbuído das melhores intenções de tentar te ajudar. Você está me entendendo?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Concordo plenamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso é que eu não critico muito...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou me referindo... Desculpe-me, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso que eu falo que eu levo para a Conitec. Sabe?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...àqueles que usam de má-fé.

Não, mas só para contextualizar a questão que eu coloquei aqui. Eu não acredito, jamais... Quem abraça a Medicina jamais fará isso, jamais fará isso. Porém, alguns abraçam a Medicina e, depois, abraçam outras atividades que o fazem usar a Medicina para tirar vantagens. A gente conhece isso em vários Estados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – São exceções, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – São, graças a Deus! Graças a Deus são exceções, mas são exceções criminalizáveis – criminalizáveis –, porque a pessoa que garante a um paciente, sem vê-lo, que aquele remédio vai curá-lo ou mantê-lo imune ao vírus, e faz isso em massa, em horário nobre da televisão, dizendo "vá para a rua, fique normal, tranquilo, esperando a vacina", acho isso aí que é um caso que passa um pouco desse boa-fé a que a gente está se referindo.

Mas agradeço à Dra. Luana.

O SR. LUANA ARAÚJO – Eu prefiro sempre acreditar nisso que o Presidente comentou. Eu tenho certeza de que os meus colegas fazem o melhor que está ao alcance deles. Quem está na ponta e vê os horrores faz o que pode. O que a gente precisa fazer é expandir essa possibilidade, porque, às vezes, as pessoas não têm acesso às melhores informações e aí tomam decisões que são possivelmente equivocadas por falta de conhecimento. Então, a nossa obrigação é educar melhor todos os nossos colegas. E eu me incluo em várias dessas circunstâncias, Senador.

Meu pai é ortopedista. Ninguém vai vir a mim, como infectologista, e perguntar como se trata uma fratura complexa. Como é que eu vou responder por isso? Eu encaminho para o ortopedista, que é quem responde por isso de direito, preparado para fazer isso. Eu posso, no máximo, dar uma opinião, aí, sim, baseada no meu bom senso, mas não na minha competência.

Então, esses limites, essas situações, elas precisam ser expandidas dentro do contexto da pandemia, mas com a intenção, inclusive, de proteger os colegas médicos, que não podem ser jogados na fogueira de uma disputa que não é deles, que não é da nossa seara científica, vejam bem. Isso é fruto dessa polarização esdrúxula, dessa politização criminosa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Política. É politicagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUANA ARAÚJO – Então, a gente não pode fazer isso.

Eu me solidarizo com todos os meus colegas, mesmo com aqueles que não compactuam da minha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pensamento...

O SR. LUANA ARAÚJO – ... da minha visão sobre isso tudo, que é a visão dos especialistas do mundo inteiro. Eu acho que a educação é sempre a saída, sempre.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Perfeito. Era isso. Apenas condenando o uso eleitoreiro, político, falso, e inclusive desenganado e ignorante dessa questão, porque são médicos que não são especialistas. Estão se arvorando em especialistas para o externo, para o leigo. Para vocês médicos, não, mas, para mim, por exemplo, todo médico é médico. Está de branco, está lá no hospital, está me dando um remédio, eu vou tomar.

É isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu tenho consciência de que o equívoco existe em qualquer categoria e as pessoas se equivocam e podem fazer autocrítica. O ruim é quem não faz autocritica.

A SRA. LUANA ARAÚJO (*Fora do microfone*.) **–** Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Agora, como eu vi tantos profissionais de saúde, no início desse ano, no meu Estado, principalmente na cidade de Manaus, pessoas passando horas ali, mandando o filho ou a filha ajudar, pra dar oxigênio pro pai ou pra mãe ou...

Então, a gente viu coisas terríveis e, graças a Deus, esses profissionais de saúde não perderam a sensibilidade humana, porque você, quando vê tanta desgraça...

A SRA. LUANA ARAÚJO (*Fora do microfone*.) **–** É natural.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... você tantos óbitos, tantas coisas acontecendo, você vai perdendo a sensibilidade.

Mas eu creio na ciência e creio também que o médico está se aperfeiçoando sempre. Sabemos o quanto evoluiu a ciência nos últimos anos. Hoje tem exames aí que detectam, do fio do teu cabelo até a ponta da tua unha, qualquer sinal de câncer ou alguma outra doença.

Mas, por último inscrito, Senador Izalci, do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero cumprimentar a Dra. Luana Araújo, cumprimentar também aí o seu pai, José Carlos Araújo.

Dra. Luana.

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Sim. Estou lhe ouvindo, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se eu, que estou aqui, estou emocionado pela tua competência, pela tua aula sobre essa questão que estamos discutindo há muito tempo, imagina o teu pai, que está aí do teu lado, não é? Vai ter que ir para o hospital de tanta emoção.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Espero que não! Espero que não, por favor!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, olha, eu queria, primeiro, parabenizar V. Exa., pela aula, pela forma como conduziu as respostas todas. Eu vejo e V. Sa. deixou muito clara a questão da prevenção. Eu acho que o que falta neste País é planejamento, exatamente o preventivo. A gente tem essa mania de fazer sempre o curativo. As pessoas não sabem reconhecer quando erram, porque errar é humano, permanecer no erro é que aí não é compreensível.

Acho que esta questão desses medicamentos, eu sou contador, não sou médico, mas eu acho que está muito clara pra todos. Eu acho que, num primeiro momento, todo mundo buscou uma alternativa, uma solução imediata pra salvar vidas. É natural. Mas, depois de um ano, V. Sa. deixou muito claro isso, já não temos mais que ficar discutindo isso.

Então, eu espero que a CPI também encerre esse assunto. Não tem que ouvir mais ninguém. Acho que está muito clara essa situação.

Com relação a essa questão do preventivo, eu já falei com todos os ministros que por aqui passaram que precisa informatizar o SUS, tem que monitorar, como V. Sa. falou. O nosso, aqui no DF, pra ter uma ideia, 70% quase dos infectados aqui são da cepa de Manaus. Por quê? Porque não houve nenhuma prevenção, não houve nenhuma preocupação com relação a monitoramento disso.

Agora está vindo a cepa indiana. Não fizeram nada ainda nos aeroportos, não fizeram nada de prevenção. Quando acordarem, vão ficar lamentando que não foi possível controlar. É lamentável tudo isso!

É uma pena que V. Sa. não tenha ficado no ministério para mudar isso que está aí, porque, de fato, tudo que a senhora falou tem razão. Eu acho que, de uma forma muito... Através da prevenção, da ciência... Eu, que sou Presidente da Frente de Ciência e Tecnologia, fico indignado, porque não tem orçamento para a nossa pesquisa. A Universidade de Minas, a Universidade de São Paulo... Nós já temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de iniciar o processo de testes aqui da nossa vacina. Faltam recursos. Preferem comprar, investir em importação bilhões e bilhões, e tinha R$400 mil no Orçamento e vetaram. Conseguimos ontem derrubar o veto e aprovar o PLN de R$400 milhões, que não é nada. Nós não temos, hoje, sequer capacidade de produzir insumos.

Mas eu queria, Presidente, aproveitar a minha fala... Eu vi o Senador Marcos Rogério falando e V. Exa. antecipou para terça-feira a presença do Governador do Amazonas e do Secretário de Saúde, em função da operação da polícia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não; na terça-feira, Ministro Queiroga; quarta-feira está mantido... É na quinta-feira, o Governador do Amazonas, dia 10, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Então, o Senador Marcos Rogério pediu, e com razão, antecipar, então, para quinta-feira.

Mas eu quero dizer que, aqui no DF, já teve operação da Polícia Federal, teve mais uma agora esta semana. O Secretário já foi preso; foi solto, dizendo que os recursos eram federais. Tem aí os requerimentos do Girão, Requerimento nº 114, do Secretário Francisco, que é o principal coordenador do esquema criminoso aqui no DF.

Presidente, o Hospital de Base do DF era uma referência nacional; hoje, neste momento, não tem nada, não tem nenhum insumo, não tem gaze, não tem nada, não tem remédio nenhum, não tem insumo nenhum, com um déficit de R$250 milhões, e não tem crédito mais na praça, ele não consegue comprar mais nada.

Então, nós precisamos antecipar para ouvir esse secretário e essa máfia que tem aqui no Distrito Federal, que já está comprovado. Isso é que mata! Isso que é crime, essa corrupção. Bilhões foram repassados aqui e não tem recursos para comprar sequer medicamentos.

Então, eu pediria a V. Exa., mais uma vez, que aprovasse, se não pudesse agora, mas na próxima, que seja no primeiro momento de votação, o Requerimento nº 114, do Senador Girão, que é de convocação do secretário, que estava preso, agora soltaram... Mas, inclusive, teve mais uma operação agora da Polícia Federal. E é ali que nós precisamos atuar, porque esse é um esquema criminoso que está no Ministério da Saúde. Há anos que faziam isso. Está nos Estados. Tem aí nove Estados que V. Exa. já sabe dos requerimentos.

Então, eu quero insistir nessa questão da convocação do Secretário. Tem todos os argumentos aí na sala, porque já chegaram os documentos da Justiça. Então, não falta motivo para chamar o secretário.

Mas eu quero, mais uma vez, agradecer, parabenizar, elogiar a nossa querida Luana Araújo, que é uma referência para nós de respeito ao cidadão, ao paciente e ao País. Ela que se prontificou a ajudar no Ministério, e eu acho uma falta de consideração muito grande ela não saber até hoje por que, ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar para ela claramente por que não saiu a nomeação dela. Então, é lamentável. Se ela não souber disso, eu vou saber; vou fazer um requerimento de informações para saber tudo isso.

Luana, parabéns! Você representa nós todos, nos deixa muito tranquilos com relação à ciência do País. Nós temos excelentes pesquisadores, perdemos ontem um dos maiores pesquisadores, Dr. Sérgio, mas eu confio na ciência brasileira.

O que falta é recurso, é apoio, é estrutura para que a gente possa, de fato, dominar o processo da vacina, porque a solução passa pela vacina, pela ciência, pela inovação.

Parabéns e parabéns ao seu pai, que cumpriu o seu papel de pai.

Parabéns mesmo!

O SR. LUANA ARAÚJO – Muito obrigada, Senador.

Rapidamente, se eu puder comentar, eu gostaria de advogar aqui por um legado desse combate à pandemia, que é o investimento em ciência, é o investimento na formação dos nossos jovens para que eles entendam o que é ciência e como a gente consegue mudar através dela.

Nós já produzimos, mesmo em situações difíceis, nós já produzimos cientistas incríveis, cérebros maravilhosos, mas a gente perde esses cérebros para o exterior com muita facilidade. Eu mesma fui uma que fui embora e que por pouco não fico.

Então, eu acho que a gente poderia aproveitar essa oportunidade para compreender o tamanho que ciência tem, principalmente para um País que procura um desenvolvimento cada vez mais acelerado, como o nosso.

E se isso for uma das coisas que fique a partir dessa experiência traumática que a gente tem passado, já vai, a gente já vai ter pelo menos um aspecto positivo advindo disso.

E muito obrigada pelas considerações e pela menção ao meu pai.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como última inscrita a Senadora Simone Tebet.

Eu vou ouvir a Senadora Simone Tebet e a gente encerra a sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Se V. Exa. me permite, é só uma questão, até antes da Senadora Simone, que talvez tenha passado desapercebido, e eu fui chamado à atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. detalhou que no breve período em que esteve no Ministério da Saúde chegou a preparar um plano para a eventual vinda da variante Delta, a variante indiana.

A senhora sabe me dizer se chegou a ser tomada alguma providência a partir do plano que a senhora preparou ou se teve algum tipo de encaminhamento, ou onde foi parar o plano?

O SR. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Não havia um plano especificamente para o evitar da importação da variante. Existe um plano de testagem que tem um braço de vigilância. Esse braço de vigilância é bastante detalhado nesse plano e bastante... Ele é bastante profundo no sentido de dar informações para gente para que a gente se proteja tanto da emergência de novas variantes em nosso País quanto da importação de eventuais variantes.

Anteriormente à minha passagem, eu tenho certeza que a Secretaria de Vigilância em Saúde provavelmente tinha alguma coisa nesse sentido, mas eu não sei responder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – A senhora tem o plano?

O SR. LUANA ARAÚJO – O plano de testagem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O plano que foi montado?

O SR. LUANA ARAÚJO – Esse plano de testagem ao qual eu me refiro o Ministério da Saúde já, inclusive, fez publicidade sobre ele. Então, eu acho que o órgão para responder sobre ele neste momento, já que eu não estou mais lá, é o Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, solicito a V. Exa. a gente requisitar..

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu solicito a V. Exa. para despachar para nós requisitarmos quando da gestão preparada pela Dra. Luana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Obrigado.

Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Boa tarde, Sr. Presidente? Conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Muito bem, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) **–** Obrigada. Eu estou na estrada. Eu peço desculpa, mas não poderia deixar aqui de me manifestar nesta tarde de hoje porque reputo este depoimento um dos mais importantes que tenha acontecido nesta CPI, Presidente.

Ao cumprimentá-lo, cumprimento o Relator e os demais Senadores, começo, antes de mais nada, dizendo que ontem, na fala da Senadora Leila, que representou a Bancada Feminina, todas nós nos sentimos representadas pelo seu posicionamento e por aquilo o que disse em relação ao tratamento que estava sendo dado à Dra. Nise e, mesmo hoje, quando ela faz um desagravo à jornalista em relação ao episódio ocorrido com o Presidente da República.

Eu gostaria de dizer, Dra. Luana, que é um prazer muito grande vê-la sentada nesta Comissão. Vou chamá-la de senhora apenas por respeito, porque é tão jovem. Mas, como mulher, como profissional, como médica, a senhora honra as mulheres e todas as profissionais liberais do Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu não pude acompanhar na íntegra, Dra. Luana, mas eu acompanhei o tempo todo na estrada, quando pude. E acompanhei, tive o privilégio de acompanhar a sua fala inicial. Eu gostaria aqui de replicá-la em alguns pontos, porque dali vão surgir duas questões que eu gostaria de levantar.

Primeiro, o Senador Izalci disse que vai fazer um requerimento para saber, afinal, o que aconteceu pelo fato de a senhora não ter sido nomeada oficialmente. Não é preciso. Não é preciso requerimento. Depois da sua fala, da sua manifestação hoje na CPI e pelo seu currículo, ficou muito claro que a senhora não apenas defende a ciência e acredita nela, não apenas ensina, mas respira ciência 24 horas por dia.

E foram os negacionistas da ciência, que hoje infelizmente orientam de forma equivocada o Governo federal, que impediram o Ministro Marcelo Queiroga, que é um homem em que eu acredito, técnico, que eu respeito, de conseguir a nomeação de V. Sa., –ou da senhora. Portanto, não há necessidade de requerimento. Nós já temos essa resposta.

A senhora disse aqui por diversas vezes das evidências científicas, que o objetivo da senhora era utilizar as evidências científicas para ajudar os gestores a superarem os gargalos; que não tinha medo, que ciência não tem que ter lado, que é impossível – e isso é importante, eu gostaria de abrir com isso – abrir mão do aprendizado proporcionado por outros países, porque, se hoje nós corremos atrás do vírus, são essas experiências de outros países e mesmo experiências do Brasil que podem fazer com que a gente ganhe tempo e, principalmente, percamos menos vidas. Repito: ganhar tempo e perder menos vidas. Palavras ditas hoje pela senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais ainda, da autonomia profissional da saúde – isso é muito importante –, mas tomar muito cuidado com o perigo de se abrir mão de intercâmbios e transmitir uma mistura de falta de informação, desespero e arrogância, que esses três elementos poderiam ser letais.

Eu não vou perguntar para a senhora a quem a senhora estava se referindo, porque ficou muito claro e eu respeito a posição de V. Sa. É por isso que eu digo que é um dos depoimentos mais importantes. V. Sa. ou a senhora não quis abrir mão, em nome da imparcialidade, das informações técnicas e não quis, em nenhum momento, dar juízo de valor político. Isso é importante para o depoimento. E é por isso que eu vou fazer perguntas que eu gostaria que fossem objetivas, "sim" ou "não", e depois dou o tempo que a senhora quiser para esclarecimentos, porque eu quero aqui não o juízo de valor político – esse nós faremos no final, no relatório, aprovando o relatório ou não desta CPI. Eu aqui apenas gostaria do juízo de valor da técnica, da profissional, da médica, preparada que é.

A senhora disse que a Covid é uma doença ardilosa, mas que a pandemia é, acima de tudo, uma crise de confiança. Esse talvez tenha sido o ponto crucial do seu depoimento. Pelos nossos erros, todos perdemos a confiança do povo.

Como eu disse, eu não vou perguntar quem são esses "nós" – isso é um papel investigativo da CPI. Nós estamos aqui para descobrir se, por ação ou omissão, alguém ou alguns foram negligentes, imprudentes, imperitos ou, até de forma dolosa, tentando atingir uma imunidade de rebanho, quiseram passar por essa pandemia acima da ciência, achando que sabem mais do que centenas de anos de estudo e de evolução no campo da Medicina e no campo da ciência. Resumo: as minhas perguntas, de forma objetiva, são para descobrir se houve pecado. Não quero saber da senhora quem é o pecador. Então, quando eu fizer as perguntas aqui, eu vou generalizar. Falando de Governo, leia-se Governo Federal, governo estadual ou governo municipal, secretários, Governadores, Prefeitos, Presidente da República ou Ministros da Saúde.

Pois bem, Dra. Luana, no seu vasto conhecimento e experiência e pelo pouco tempo que esteve no Ministério da Saúde, a senhora acha que o Brasil e os governos, portanto, que o Governo, de uma forma geral, minimizou a gravidade da pandemia?

A SRA. LUANA ARAÚJO (Para depor.) – Acho que pode... Num período, a gente pode ter avaliado mal, mas isso aconteceu em muitos outros lugares. O importante era que a gente recuperasse o tempo perdido e passasse a ter ações mais assertivas. Acho que esse é que é o objetivo final, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Faltou, portanto, incentivo do Governo, de um modo geral – sejam eles quais forem, vou repetir isso –, faltou incentivo na adoção de medidas restritivas, isolamento social, uso de máscara, álcool em gel, campanha publicitária informando a população, já que a senhora, o tempo todo, falou da importância de bem informar o cidadão brasileiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA ARAÚJO – Em todos esses níveis, acho que faltou planejamento, coordenação e compreensão da situação em que a gente se encontrava e continua.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Houve promoção de tratamento precoce sem evidências científicas comprovadas?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Há!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Há.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Há, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Faltou ou falta, portanto... Faltou ou ainda falta coordenação, em todos os níveis, para um plano de enfrentamento da pandemia em âmbito nacional, estadual ou municipal?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Falta, e essa é uma das atribuições da secretaria, desejo do Ministro Marcelo Queiroga.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** A senhora acha importante que, num período de pandemia, seja a pandemia qual for, ainda mais essa da Covid-19, acha importante termos, nas secretarias municipais e estaduais de saúde e no Ministério da Saúde, uma equipe técnica ajudando no comando do combate à pandemia?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Acho fundamental e acho que... A gente tem falado muito nessa pandemia, mas a gente precisa se preparar para as próximas. A gente não falou sobre isso ainda.

Tudo o que a gente fizer agora vira fundação para os próximos desafios de doenças infecciosas que a gente há de enfrentar.

Então, sim, faltam equipes técnicas, faltam gestões profissionalizadas da saúde, faltam profissionais de saúde pública em todas as instâncias, faltam infectologistas em todas as instâncias.

A gente tem um longo caminho a percorrer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Houve ou mesmo há falha na testagem em massa como um fator importante para que possamos isolar os pacientes e evitar o contágio acelerado da pandemia, da Covid-19?

A SRA. LUANA ARAÚJO – A testagem em massa, Senadora, é um dos pilares da resposta à pandemia, da resposta eficaz à pandemia.

Então, essa é uma das razões pelas quais este plano atual foi desenvolvido, e espero que vá ser colocado, na sua integralidade e na sua importância, pela competência do Ministro Queiroga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Seria possível haver planejamento e planejar a compra e, portanto, o estoque de medicamentos sedativos, *kit* intubação, um preparo para esta pandemia no sentido de não deixar faltar minimamente esses remédios nos hospitais do Brasil, para que pudéssemos dar o mínimo de conforto aos pacientes da Covid-19?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senadora, isso não é tão simples quanto pode parecer. Mas isso depende, por exemplo... A gente fala muito de IFA, as pessoas têm falado muito de IFA para vacinação, mas existe IFA para essas medicações também.

Então, exige... Para que a gente tenha a autonomia necessária para aumentar esses estoques, por exemplo, de forma um pouco mais ágil, a gente também precisa de um desenvolvimento de um parque tecnológico de saúde nosso.

Então, a coisa é muito mais ampla.

Mas, sim, é sempre possível de forma tripartite, porque essa é uma responsabilidade tripartite, da ponta dessa aquisição, mas é claro que o apoio de uma coordenação central é importante, e deve existir. Principalmente agora, quando a gente já passou por muitas coisas, daqui para a frente é preciso que a gente monitore esses níveis, que a gente compreenda em que fase a gente está e, além disso, que a gente fortaleça aquilo que tira a sobrecarga dessa atenção terciária, o que, no nosso caso, é investir nas medidas de prevenção e fortalecimento da atenção básica. Quando a gente faz isso, a gente tira a sobrecarga da atenção terciária e minimiza um pouco até a dificuldade de resolver esse impacto a que a senhora se refere.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Mas acha que, naqueles medicamentos básicos, como corticoide, antibiótico, nesses remédios que, de alguma forma, já circulam em quantidade no Brasil, haveria condições de se conseguir estoque na base do planejamento?

Acha que o planejamento supriria essa ausência de medicamentos que nós vimos em alguns Estados do Brasil?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senadora, eu acho muito difícil esse tipo de previsão, principalmente quando a gente olha para o País como um todo. Existem muitas variáveis, muitos fatores que influenciam nisso. Mas é claro que é preciso haver planos, não exatamente planejar uma coisa específica, mas se terem saídas, um plano A, um plano B, um plano C. Na eventualidade de a pandemia caminhar para esse lado, o que eu faço? Na eventualidade de caminhar para o lado oposto, no que eu preciso estar preparado para tentar suprir essa situação, para ser pego em uma situação menos difícil?

Essas coisas são possíveis.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Apenas mais duas perguntas, para eu poder concluir, Dra. Luana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O atraso das vacinas – eu estou afirmando, isso é fato –, o atraso das vacinas, pela sua experiência técnica, gerou aumento de um risco de novas cepas no Brasil, transformando o Brasil não só no epicentro da pandemia, mas também na possibilidade de transformar o Brasil num covidário de novas cepas, no sentido de novas cepas estarem surgindo, ou virem a surgir, justamente, porque não temos vacina em tempo hábil no braço dos brasileiros?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Toda a situação que contribui para a circulação livre e desimpedida do vírus em populações ao redor do mundo são facilitadoras desse tipo de emergência, de variante, Senadora.

Então não é só um... Nem me refiro a um atraso eventual, eu me refiro à dificuldade que todos os países estão enfrentando, e isso precisa ser deixado claro, principalmente os países não produtores de vacina, estão enfrentando em vacinar suas populações de forma efetiva e rápida. Toda vez que a gente deixa isso acontecer o vírus ganha, ele está à nossa frente, mas é importante também lembrar que a vacinação, embora fundamental, não é a única estratégia que a gente tem para essa contenção. Se a gente fizer uso das medidas não farmacológicas, a gente ajuda a reduzir a circulação viral e, portanto, a chance, o risco de emergência de novas variantes.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A última pergunta, doutora, é pelo fato de ver que a senhora é uma apaixonada pela... E ver, na informação, na boa informação, um elemento essencial para se combater as *fake news,* para se combater a má informação, para se levar a informação correta para o brasileiro. A disseminação de *fake news,* especialmente nas redes sociais, leva à desinformação. Acha que essa desinformação está atrapalhando, não só no uso indevido de medicamentos, por parte da população – que é uma escolha da população, é importante dizer isso –, por parte da população, usar medicamentos que não funcionam, e também começarem a ter receio de tomar uma vacina que vai efetivamente funcionar e prevenir? Ou seja, o quanto a disseminação de *fake news* nas redes sociais, que leva a essa desinformação, está levando a população, de alguma forma, a ter receio de tomar vacina e a tomar medicamentos, num tal de tratamento precoce, que não existe, infelizmente, ainda no Brasil e no mundo?

A SRA. LUANA ARAÚJO – Senadora, informação correta também é medicação. Informação correta também é medicação.

Eu só gostaria de ressaltar que esse não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas infelizmente a gente também percebe a sua força por aqui. Esse é um esforço meu, mas não só meu, dos meus colegas infectologistas, da Sociedade Brasileira de Infectologia, das instituições de ciência sérias, disseminação de informação correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gostaria de aproveitar este momento para agradecer o suporte dos colegas, agradecer o suporte da Sociedade Brasileira de Infectologia, agradecer as inúmeras mensagens que eu já vi que chegaram aqui a mim, mensagens das pessoas que compreendem que estamos todos do mesmo lado. A única coisa que é preciso é a gente começar a remar na mesma direção, mas estamos do mesmo lado e é preciso que a gente faça isso, no mínimo, até que essa coisa toda se resolva.

Depois que a pandemia for resolvida e eu espero, de novo, do fundo do coração, que isso seja muito em breve, as pessoas podem voltar a se digladiar por qualquer coisa que seja. Até lá, por favor, que elas entendam a gravidade do que a gente vem passando, e que a gente seja capaz de trabalhar em conjunto para resolver essa situação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço, Dra. Luana.

Nos meus dois últimos minutos, Presidente, apenas para que ela possa entender por que que eu fiz essas perguntas, que, na realidade, não são nem perguntas, são afirmações, Sr. Presidente, de um documento que já foi divulgado um mês atrás, um documento enviado pela Casa Civil da Presidência da República aos seus Ministros de Estado com essa lista de... Eu fiz apenas algumas, porque são 23 – entre aspas, "acusações" esperadas pelo Governo na CPI. Quer dizer, o Governo esperava essas acusações serem levantadas na CPI.

Como eu disse, cabe à Dra. Luana nos ajudar a elucidar os pecados que o Governo cometeu; a nós, quem são os pecadores, quem é responsável por tudo isso. Portanto, aqui eu é que afirmo por mim a responsabilidade. Todas as perguntas que fiz para a Dra. Luana – e ela só reforça isso –, na realidade, já passam a ser afirmações de que o Brasil errou ou errou muito. Nós estamos no meio da maior pandemia sanitária da história do Brasil e nós temos que buscar responsabilidades, doa a quem doer.

Por fim, Dra. Luana, apenas aqui fazendo uma observação: o Senador Randolfe lhe fez uma pergunta e postou um vídeo editado com várias falas do Presidente da República. Eu percebi, naquele momento, que a senhora titubeou, porque ficou emocionada e não sabia o que dizer. Falou de impacto emocional. E a sua resposta: "Eu acho que eu preciso é trabalhar mais, porque eu preciso ajudar a informar mais a população". Não! Não é a senhora que tem que trabalhar mais, não é a senhora que tem que informar mais; é nossa obrigação. É obrigação de quem governa o País. É obrigação de quem está à frente, como maior dirigente do País, proteger o seu povo, saber, ter conhecimento e se informar e colocar as pessoas certas nos lugares certos. Porque, ou por ação, ou por omissão, nós erramos. A omissão, a prevaricação também é um crime. E, no caso de uma pandemia, é um crime gravíssimo, com penas não só jurídicas, mas penas políticas. Nós podemos estar falando aqui de crime de responsabilidade diante da morte de 0,5 milhão de brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Luana, a senhora nos dá esperança. Não é como mulher não; é como profissional liberal. Saber que existem dezenas, centenas de milhares de profissionais liberais da saúde, da ciência, que estão prontos, preparados para servir ao Brasil.

Obrigada Presidente Omar Aziz pela generosidade do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigada, Senadora Simone, e boa viagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui..

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 14ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só registrar aqui um agradecimento.

Dra. Luana, tenha a certeza de que foi o Brasil e o enfrentamento da pandemia que perderam com a sua não efetivação. Foi a saúde dos brasileiros. Fomos todos nós que perdemos. A senhora dá muita esperança a todos nós.

Daqui a pouco, Sr. Presidente... O Senhor Presidente da República anunciou um pronunciamento à Nação, às 20h30 de hoje. Rogo a Deus, rogo a Deus para que o pronunciamento de Sua Excelência seja no sentido do que nós ouvimos neste dia de hoje da CPI, no sentido da ciência, seja para valorizar quadros da nacionalidade brasileira, como a senhora, que nos honram, que nos orgulham e que nos mostram que este País pode dar certo. Rogo a Deus que ilumine a mente do Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

A SRA. LUANA ARAÚJO – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradecendo a Deus por mais um dia de trabalho, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, a ser realizada no dia 8 de junho, para ouvirmos o Ministro da Saúde Marcelo Queiroga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero declarar encerrada esta presente reunião, agradecendo a presença da Dra. Luana Araújo, do seu pai... Como advogado, tinha que passar quase nove horas aqui mesmo, mas, como pai, eu já tinha ido embora, viu, meu amigo? (*Risos.*)

Até terça e que Deus nos proteja a todos.

(*Aberta às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 02 minutos*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia oito de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros, Reguffe, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Jean Paul Prates e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Confúcio Moura, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Simone Tebet, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 332 de 2021** que: "Convocação do desenvolvedor do aplicativo TrateCOV ou do técnico responsável da empresa contratada para esse fim." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 400 de 2021** que: "Requer a Convocação da Sra. Ludhmila Abrahão Hajjar." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 708 de 2021** que: "Convoca Rogério Langanke Caboclo, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 723 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Felipe Cruz Pedri, Secretário de Comunicação Institucional." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 727 de 2021** que: "Convoca o Sr. Paolo Zanotto, virologista." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 731 de 2021** que: "Convoca o médico Antonio Jordão de Oliveira Neto para prestar depoimento em conjunto com Paolo Zanotto." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 490 de 2021** que: "Convida a senhora Jurema Werneck, Diretora Executiva da Anistia Internacional do Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 413 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. OSMAR TERRA" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 416 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Osmar Terra." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 726 de 2021** que: "Convoca o Deputado Osmar Terra." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 711 de 2021** que: "Requer que seja realizada perícia pela Polícia Federal sobre o aplicativo TrateCov a respeito de supostos hackeamento e extração indevida de dados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 717 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde informações sobre eventuais contratos/repasses de recursos entre o Ministério da Saúde e pessoas jurídicas que tenham como sócia/parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Sra. Nise Yamaguchi, no período de março de 2020 a maio de 2021." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 718 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea LATAM informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 719 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea GOL informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 720 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea Azul informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 724 de 2021** que: "Requer ao Ministro da Saúde informações sobre testagens da população para o diagnóstico da Covid19." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 733 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Mayra Pinheiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 734 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcos Eraldo Arnoud." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 735 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Filipe Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 736 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Ernesto Araújo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 737 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 738 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Carlos Wizard Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 739 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Carlos Bolsonaro" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 740 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Fábio Wajngarten e de empresas a ele ligadas FW Comunicação Ltda. e Wajngarten Intermediação de Negócios Ltda." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, Ministro da Saúde, em atendimento aos requerimentos 483/2021, 568/2021 e 670/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/08

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e ao depoimento do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Nós iríamos votar requerimentos hoje; mais tarde nós debateremos com os Senadores se serão amanhã ou na quinta-feira os requerimentos que iremos votar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Nós temos o debate na sexta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... com a Dra. Natalia e acho que com o Maierovitch. Eu tinha já um pedido de dois médicos, o Dr. Francisco Cardoso e também o Dr. Zimmermann, para que pudessem estar presentes nesse debate. Então, eu estou fazendo a colocação para nós colocarmos na pauta para que eles possam ser convidados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu responderei a sua questão de ordem daqui a pouco, Senador Luis Carlos Heinze. Fique tranquilo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria pedir a V. Exa. e aos colegas para que a gente colocasse na pauta o Requerimento 114, de autoria do Senador Eduardo Girão, que é a convocação do Secretário daqui do Distrito Federal, Francisco – é o nº 114, Francisco de Araújo Filho. Eu acho que tem todo o apoio aqui da bancada nossa aqui do DF.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peço à Secretaria da Mesa que atenda o requerimento do Senador Eduardo Girão.

Senador Eduardo Girão, com a palavra, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito bom dia, Presidente Omar Aziz, colegas Senadores. Desejo uma semana de muita paz, harmonia a todos nós aqui, neste início de trabalho.

Eu queria apoiar, Presidente, os dois pedidos dos colegas aqui de hoje: um do Senador Izalci, sobre a questão do Secretário de Saúde daqui do Distrito Federal; e outro com relação aos cientistas que já foram convocados pela CPI, inclusive, compraram passagens. É uma questão até de respeito e democracia, para que a gente possa ouvir os dois lados, e não ficar apenas com um lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu reitero este apelo ao senhor: já que a gente quer ouvir a verdade, quer entender exatamente o contraditório dessa questão do tratamento precoce, que a gente possa ouvir cientistas.

E eu, sem qualquer temor, Presidente Omar Aziz, de me tornar repetitivo, ressaltando a minha posição independente, mas observando os requerimentos a serem votados na semana, constato que, na sua enorme maioria, os que estão na pauta têm, mais uma vez, o único objetivo que é de investigar ações e omissões do Governo Federal no âmbito da pandemia – concordo. Portanto, vislumbra-se que pouca atenção ou quase nenhuma atenção tem sido dada ao meu requerimento, que foi assinado por 45 Senadores e tem como objetivo investigar os possíveis desvios de verbas federais repassadas aos Estados e Municípios. Não é possível que, quase um mês e meio de CPI instalada, ou seja, quase a metade do primeiro período regulamentar dos 90 dias, apenas tenha sido marcada a vinda de um depoente, no caso, o Governador do Amazonas, para tratarmos da malversação de verbas públicas, sobre corrupção. Nenhum outro requerimento foi votado ou pautado nesse sentido. Eu acredito que as pessoas estão clamando nas ruas, cada vez mais, para que a gente tenha um olhar – como teve a CPI do Mensalão, a CPI do Petrolão – para a corrupção, que seja algo pautado neste nosso trabalho.

Então, eu solicito ao senhor que também inclua para votar, seja amanhã ou na próxima quinta-feira, o Requerimento nº 95, de 2021, que requer a convocação do Sr. Paulo Maiurino, Diretor-Geral da Polícia Federal, para nos esclarecer sobre as mais de 70 operações realizadas em Estados e Municípios; o Requerimento 102, de 2021, que requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, para esclarecer os desmandos na compra de 300 respiradores por quase R$49 milhões pagos antecipadamente, e nunca entregues, nas mãos de uma empresa que comercializa produtos à base da maconha; e, por último, Sr. Presidente, o Requerimento 699, de 2021, que requer a convocação de Wagner Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da União, para nos ajudar a compreender as mais de 53 operações realizadas pela CGU, em parceria com a Polícia Federal, TCU e Ministério Público Federal, que apuram um desvio de verbas estimado em mais de R$164 milhões. Presidente, para encerrar, também os Prefeitos e ex-Prefeitos que estavam na pauta da semana retrasada – inclusive, foi divulgado na imprensa –, a gente gostaria de pautar isso. Eu lhe faço esse apelo para que paute novamente, para que a gente possa buscar a verdade sobre o caso da corrupção no Brasil, que é um valor que o povo brasileiro abomina hoje em dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Governadores...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu respondo a V. Exa., já, já.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas também solicitar a V. Exa. que seja apreciado o Requerimento 114, de convocação do ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal, que inclusive foi preso. Houve um desvio de verbas públicas grave aqui no Distrito Federal e é importante que esta CPI também se debruce sobre isso.

É importante que a CPI continue cumprindo um papel no campo nacional, a população quer vacina. É muito importante que nós consigamos acelerar esse processo de vacinação e investigar também o porquê da demora na vacinação, porque nós estamos muito atrasados em relação a vários países do mundo. O Brasil não está sequer entre os 50 em termos proporcionais. E vacina é o que salva vida.

Agora, é importante também... E eu fiz questão de assinar os dois requerimentos de CPI: tanto o da União, como também o dos Estados e do Distrito Federal. Houve um desvio sério de recursos públicos aqui. Qualquer desvio de dinheiro público é algo grave; na saúde, mais grave ainda; numa pandemia, uma crueldade. Então, isso precisa ser apurado sem prejulgamentos, mas precisa ter uma apuração firme e profunda um desvio que houve aqui na Capital da República.

Então, eu queria solicitar a V. Exa. que colocasse para votação o Requerimento 114, de convocação do ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi pedido pelo Senador Izalci e o Senador Girão. Eu acho que eu aqui já pedi à Comissão...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu me somo a eles.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Eduardo Girão, os Governadores já estão agendados: dia 29, o Governador do Pará, Helder Barbalho; dia 30, Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí; dia 1º, Governador Ibaneis Rocha; dia 2, Governador Mauro Carlesse; dia 6, Governador Carlos Moisés; dia 7, Antonio Oliverio Garcia de Almeida, Governador de Roraima; e, dia 8, Waldez Góes, Governador do Estado do Amapá. Conforme nós acordamos e nós votamos esse requerimento, já está marcada aqui a vinda deles.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E quanto ao...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E foi a pedido do Senador Marcos Rogério, antecipamos a vinda do Governador do Estado do Amazonas para quinta-feira que vem, agora – ele estará aqui, com certeza. E, em relação aos requerimentos de Prefeito, o que nós acordamos é que nós íamos ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma data para ouvi-los, mas, em relação aos outros requerimentos que V. Exa. me faz, não vejo nenhuma objeção de colocar para votar e eu espero que sejam pautados os requerimentos do Senador Eduardo Girão.

Antes de iniciar a sessão, nesse último final de semana, no Estado do Amazonas e na cidade de Manaus, nós tivemos o cerceamento da população de Manaus do ir e vir, ataques a unidades básicas de saúde, ataques a ônibus, a caminhões, a tratores e a vários locais na cidade de Manaus, de sábado para domingo, na madrugada de sábado para o domingo, e no domingo, o dia todo. No domingo... Eu estou dando uma satisfação aqui aos meus colegas, às Sras. Senadoras e Srs. Senadores, no domingo eu peguei o telefone e liguei para o Ministro da Justiça, ainda em pleno e grande tumulto. Nós não estamos falando de uma comunidade que foi sitiada; nós não estamos falando de um bairro que foi sitiado; nós estamos falando de uma cidade como Manaus, com mais de 2 milhões de habitantes, em que as aulas das escolas foram suspensas, o transporte coletivo não funcionou ontem, as lojas fechadas, um verdadeiro sítio feito por facções criminosas.

No domingo, eu liguei ao Ministro da Justiça, pedindo auxílio da Força Nacional, porque eu sei muito bem e conheço bem a Polícia Militar do Estado do Amazonas e a Polícia Civil, porque eu fui secretário de segurança e fui Governador do meu Estado e sei dos homens e mulheres valorosos que têm a Polícia Militar e a Polícia Civil. Eu tive o prazer de conviver e, hoje, por incrível que pareça, Ministro Queiroga, deram prioridade para vacinar presos, e não deram prioridade para vacinar policiais militares e civis que estão na atividade fim diariamente. São eles que nos protegem.

Se há duas categorias que trabalham 24 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias por ano... Enquanto nós estamos festejando Natal, Ano-Novo, sempre vai ter o policial para dar segurança numa cidade ou num Estado e sempre vai ter pessoas trabalhando em hospitais: médicos, enfermeiros, auxiliar de enfermagem, toda essa estrutura. Então, são duas categorias que todos nós... E eu, como Governador, fiz o possível para manter data-base... Um dos melhores salários da Polícia Militar é no meu Estado, graças ao meu esforço e meu trabalho, da Polícia Civil também... É só comparar. Por isso o carinho grande que eles têm por mim. E, na área de saúde também, a data-base foi feita por mim.

E aquele hospital, chamado Delphina Aziz, que vocês já viram e todos já viram, foi construído por mim e é um dos melhores hospitais que o Brasil tem. E tem, o que me honra muito, o nome da minha mãe, que, por 20 anos, foi presidente da Apae.

Então, eu faço esse apelo ao Governo.

O Presidente, ontem, não estava informado e fez uma cobrança pública a mim e ao Eduardo Braga. Eu fiz o meu papel, eu liguei para o Ministro, Presidente, mas eu acho que agora não é o momento de a gente fazer cobrança nem de um, nem de outro. O que nós estamos vendo no Brasil e, principalmente, na Amazônia é que nós não temos proteção nenhuma nas nossas fronteiras. As drogas e as armas pesadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entram pelas nossas fronteiras sem terem nenhum aparato para não guiá-los. O que acontece nos Estados e nas cidades é que, depois que essas drogas e essas armas entram, quem tem que cuidar é a Polícia Militar e a Policia Civil. Nós temos que fazer o trabalho preventivo. Por isso, faço esse apelo ao Presidente.

Nós estamos no terceiro ministro da Justiça. O primeiro ministro se gabava porque só tinha gasto 16% do orçamento da segurança pública. Não há uma política... E não é só Manaus; é o Brasil todo. Lá no Ceará, no Estado do Senador Girão, no Estado do Senador Tasso, já tivemos esse tipo de problema também e a gente tem esse tipo de problema em várias cidades.

O Estado – e, quando eu falo Estado, é Governo Federal, governo estadual e municipal – não pode permitir que facções, comandos sejam donos de uma cidade, de um Estado. Há uma inversão de valores muito grande neste momento que o Brasil vive.

Por isso, eu sou Presidente da Comissão de Segurança Pública, e o Marcos do Val é meu Vice-Presidente. Infelizmente, nós não estamos tendo reuniões das Comissões, mas é necessário, além de cuidar da pandemia, também cuidar das pessoas de bem que querem sair para trabalhar e hoje são aterrorizadas. O Estado – volto a repetir, não é o Estado; falo de um dos três: Executivo federal, estadual e municipal –, nós deixamos de ocupar as comunidades, os bairros, os becos e as ruas, e elas estão sendo ocupadas por facções, que estão recrutando os nossos jovens para que sejam "avião"; facções essas em que um garoto desses ganha R$50, R$100 por dia, para levar droga para ali e para lá, e está sustentando a sua família muitas vezes.

No meu Estado, no meu Amazonas, na minha cidade de Manaus, todos me conhecem. Quando fui Secretário de Segurança, fiz programas preventivos: o Galera Nota 10 ganhou prêmio; fiz um programa chamado Ronda no Bairro, que até hoje é lembrado pela população. Infelizmente, os programas de segurança pública implantados no Brasil têm solução de continuidade a partir do momento em que se muda o Governador ou o Presidente. Nós temos que acabar com isso. Ou fazemos um programa nacional de segurança pública para que ninguém, quem quer que seja – o Governador, ou o Prefeito, ou o Presidente –, mude uma estratégia que tem que ser montada a partir de agora. Senão, nós padeceremos para as facções criminosas, nós padeceremos vendo nossos jovens se envolvendo.

E eu não falo da capital, Manaus, não. Eu falo do interior do meu Estado também, que teve muito problema; falo do interior do Brasil, onde a droga hoje comanda, principalmente as cidades. O poder delas, o poder aquisitivo delas, o poder de recrutar jovens é maior do que o que os Estados têm para cuidar deles.

Por isso, faço este apelo ao Presidente da República, porque é uma das pautas dele como Presidente. Ele se elegeu com essa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Independentemente, Presidente, de termos divergências, neste momento é importante nós nos unirmos, o Brasil se unir – Governadores, Prefeitos, Presidente da República, Congresso Nacional – para que a gente não possa permitir que facções controlem o Estado. Hoje as facções controlam o Estado, fazem o que bem querem e deixam a população à mercê do terrorismo que aconteceu na cidade de Manaus.

Era isso, Sr. Relator. Eu queria aqui fazer um apelo ao Líder Fernando Bezerra para que a gente possa montar um programa de segurança pública para o Brasil.

As fronteiras. Faço este apelo ao Vice-Presidente Hamilton Mourão, para que comande uma comissão da Amazônia. O meu Estado, em Tabatinga, tem fronteira com o Peru e com a Colômbia; no Alto Rio Negro, com a Venezuela; Mato Grosso, com a Bolívia e o Paraguai. E é por aí que entra droga. O Brasil não produz cocaína, o Brasil não produz metralhadoras, não produz arma pesada. Elas entram pelas nossas fronteiras, e a gente não faz absolutamente nada. E o papel do Estado, o papel nosso é tentar preservar essas áreas, dando uma contribuição à sociedade brasileira, principalmente às pessoas mais humildes que vivem à mercê do terrorismo, do medo, e com medo de sair de casa, com medo que a sua filha saia da escola e vá para casa e sofra algum mal. Esse é um dever de todos nós; não é favor, é obrigação nossa fazer isso e nos unirmos neste momento.

Então, Presidente Jair Bolsonaro, acho que é o momento de a gente sentar. Temos divergência? Temos divergência, mas é o momento de a gente fazer um apelo: para que todos nós nos unamos e procuremos fazer algo que possa dar tranquilidade. No Espírito Santo, do Senador Marcos do Val, já aconteceu isso; já aconteceu em vários Estados. Por isso, é esse apelo que eu faço.

O Senador Marcos Rogério pediu uma questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não é uma questão de ordem: é apenas para uma comunicação inadiável a par das manifestações feitas por V. Exa. neste momento.

Eu, diante dos fatos lamentáveis ocorridos no Estado do Amazonas, primeiro quero registrar aqui a minha solidariedade ao povo do Estado de V. Exa., e dizer que, de imediato, fiz contato também com o Ministério da Justiça, em face dos acontecimentos, para que as forças nacionais – Polícia Federal, a própria Força Nacional de Segurança – tivessem essa incursão. E eu tive a resposta, na manhã de hoje, de que a Força Nacional já está sendo mobilizada e encaminhada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já chegou lá, já chegaram alguns carros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ao Estado do Amazonas, para essa incursão *in loco*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda, uma nota que recebi quando provoquei o ministério, dizendo o seguinte: "no final de semana, nossa inteligência, Polícia Federal, Departamento Penitenciário Nacional ouviram que não havia confirmação das ordens terem partido de dentro do presídio". Foi um questionamento que fiz: se essa ordem inicialmente tinha partido dos presídios. "Por conseguinte, no final de semana, ainda foi instado o gabinete de crise em Manaus. A equipe do Ministério da Justiça integrou o gabinete de imediato. Oferecemos também de imediato ao Estado força de cooperação prisional caso haja movimentação no sistema prisional do Amazonas e, ainda, imediata remoção para o sistema federal dos responsáveis por eventuais ataques, além de outras lideranças, se for preciso."

Portanto, o registro aqui em relação ao Ministro Anderson Torres, que o apelo de V. Exa., na verdade, já ganhou resposta, e a Força Nacional atuando em conjunto para conter essa onda de violência, essa onda de terrorismo. Isso é terrorismo! E o Parlamento brasileiro precisa começar a se movimentar, a se mexer – não é só Comissão de Segurança Pública, não –, é mexer na legislação para enquadrar atos dessa natureza e outros correlatos – como invasão de propriedade, como tortura, como sequestro, que hoje são considerados aí ato de movimento social – como terrorismo. O Brasil não aceita isso em pleno século XXI.

Obrigado, Sr. Presidente.

Minha solidariedade a V. Exa. e ao povo do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Queria só fazer uma correção: não vamos misturar movimento social,...

Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Não, não, é só uma questão, Presidente. Por favor.

Não podemos misturar movimento social com atos terroristas e criminosos. Isso é um desrespeito a todos os movimentos sociais deste País. Por favor, não vamos fazer essa mistura, porque isso é a cara de uma posição autoritária, antidemocrática, que não quer que a sociedade se organize. Por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente. Não vou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que o Congresso pode discutir isso no momento certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a V. Exa., Senador Marcos Rogério. E tive uma conversa demorada com o Ministro da Justiça ao telefone, no domingo. Ele foi muito solícito. Eu o agradeci e o agradeço aqui de público. E houve um equívoco ontem do Presidente quando me cobrou publicamente. Eu já tinha feito isso no dia anterior. Mas é normal, às vezes é tanta coisa que a pessoa não tem conhecimento.

Mas quero aqui esclarecer e agradecer a solidariedade de todos os Senadores, porque muitos me ligaram perguntando como é que estava. E realmente é isso que V. Exa. falou: puro terrorismo. Agora é o momento de realmente nós fazermos uma política macro, sem sofrer solução de continuidade no Brasil, porque, senão, nós estaremos sempre à mercê fazendo questões pontuais.

Quando a gente precisa da Força Nacional... Não é a primeira vez que a Força Nacional faz auxílio ao Amazonas, já foi mais de uma vez. Hoje eu tive conhecimento, já tive informação de que já chegaram alguns e estão chegando mais lá. Eu espero que a gente possa voltar à normalidade.

Dito isso, eu quero aqui fazer ao nosso convidado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eduardo Braga, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi, Senador. Bom dia!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Bom dia! Bom dia a V. Exa. Bom dia ao Relator Senador Renan. Bom dia aos colegas Senadores e colegas. Bom dia ao Ministro Queiroga.

Ao chegar aqui, V. Exa. estava exatamente relatando o lamentável fato ocorrido na cidade de Manaus, que nos trouxe pânico, insegurança, colocou nossas unidades, inclusive, Ministro, da saúde em perigo, porque ambulâncias foram incendiadas, a vacinação na cidade de Manaus foi paralisada por medo das facções criminosas, transportes coletivos foram destruídos, agências bancárias foram incendiadas. Uma verdadeira barbárie se instalou na cidade de Manaus durante oito horas. O mais grave de tudo é que com a omissão do Poder Público. Nessas oito horas, não se encontrava uma viatura sequer da polícia militar; e as famílias de bem da cidade de Manaus e do Amazonas, atônitas, desesperadas.

Essas armas, obviamente, não entram no Amazonas por outro lugar que não pelas fronteiras amazonenses. Essas armas vêm das fronteiras internacionais que nós temos, assim como o narcotráfico entra também pelas nossas fronteiras – competência, portanto, da Polícia Federal e das forças federais de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui não só aproveitar o depoimento do Presidente Omar Aziz, mas também, como Senador da República, dizer que o envio da Força Nacional é algo importante, mas o que vai efetivamente estancar esta sangria social, moral e da vida do povo amazonense é exatamente uma ação cooperada, inteligente, planejada entre Polícia Federal, polícias estaduais, Poder Público Federal, Poder Público estadual, Poder Público municipal, Forças Armadas, para que nós possamos fazer o fechamento das nossas fronteiras para a entrada de cocaína e de outras drogas, para a entrada de fuzis, metralhadoras e de outras armas. A decisão do Governo Federal ontem de mandar a Força Nacional é importante, mas pontual.

E, por fim, há necessidade de implantação de políticas sociais, a exemplo do que foi feito no meu Governo, no Governo que me sucedeu, o Governo do Senador Omar, onde criamos programas como Jovem Cidadão, em que 130 mil jovens estudavam em um turno e, no contraturno, tinham diversas atividades culturais, educacionais, semiprofissionalizantes, bilíngues, etc., para dar uma expectativa a esses jovens diferente da vida de traficante.

Eu faço essa colocação, Sr. Presidente e Sr. Ministro, porque a dependência química, sem dúvida, é uma das linhas da saúde pública e, sendo V. Exa. Ministro da saúde pública, mesmo estando aqui para tratar da pandemia, eu não poderia deixar de fazer esse "pela ordem", trazendo um apelo do povo amazonense e do povo amazônida para que nós possamos, de forma organizada, fazer uma repressão de forma inteligente, com informações, planejamento; fazer uma prevenção, mas ao mesmo tempo atuarmos com políticas sociais e da saúde para tirarmos os jovens das mãos desses narcotraficantes e voltarmos a dar a esse jovem a possibilidade de um dia ele ser um médico que possa estar em um hospital como infectologista ajudando a salvar vida de brasileiros, e não no campo de batalha do lado dos narcotraficantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Serei bem breve aqui, Sr. Presidente, só para registrar que este é o Governo de um Presidente da República que disse que a sua principal prioridade era enfrentar e resolver os problemas da segurança pública no Brasil. Nunca a segurança pública no Brasil andou tão mal quanto agora, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Era só para fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui, Ministro Queiroga... A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. Esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha perante a Comissão Parlamentar de Inquérito constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos.

V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Muito obrigado.

Vou passar a palavra para V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) **–** Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente desta douta Comissão Parlamentar de Inquérito, Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, digno Relator desta Comissão, Senador Randolfe Rodrigues, Vice-presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, Líder do Governo nesta Comissão, em nome de quem cumprimento todos os Srs. Senadores hoje presentes. Eu já estive aqui com os senhores e reafirmo o meu compromisso, o meu compromisso de trabalhar pela saúde pública do Brasil. E, nesse momento em que esse compromisso se materializa no enfrentamento eficaz da pandemia da Covid-19, que seja capaz de retirar o caráter pandêmico dessa doença, que tanta infelicidade tem trazido para o mundo e para o Brasil.

No primeiro momento em que eu estive aqui, eu tinha a dizer aos senhores basicamente projetos e compromissos; agora, eu acho que, cerca de 60 dias após a nossa posse como Ministro da Saúde, já posso mostrar-lhes alguns resultados. Eu acredito fortemente que o caráter pandêmico dessa doença só será cessado com uma eficiente campanha de vacinação. Então, é por isso que todos os dias eu trabalho no Ministério da Saúde para prover mais doses de vacinas para acelerar a nossa campanha, que é executada pelo sistema público de saúde, um patrimônio de todos os brasileiros.

Nesse sentido, já ultrapassamos a marca de 160... Cento e cinco milhões de doses de vacinas entregues a Estados e Municípios, o que coloca o Brasil em uma posição de estar entre os cinco países que mais doses de vacinas distribuiu à sua população. Desse total de 105 milhões de doses distribuídas, 71,7 milhões já foram aplicadas. Trinta por cento da população vacinável, ou seja, aqueles acima de 18 anos, que perfazem aproximadamente 60 milhões de habitantes do Brasil, já receberam a primeira dose da vacina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso, 48,8 milhões de habitantes. Vinte e dois vírgula nove milhões tomaram a segunda dose; portanto, 14,3% da população vacinável já recebeu a vacina.

O Brasil, no *ranking* mundial da Our Word in Data, é o terceiro país que mais aplicou a primeira dose de vacina: Estados Unidos, Índia e Brasil.

Oitenta e dois por cento dos indígenas tomaram a primeira dose e 71% dos indígenas tomaram a segunda dose – e aqui eu me refiro aos indígenas aldeados, não é? –, mostrando o compromisso do Governo Federal com a inclusão desses grupos de cidadãos brasileiros dentro do programa de vacinação. E o nosso compromisso é, sim, acelerar a vacinação no Brasil.

Senador Omar Aziz, V. Exa. aqui traz um apelo muito fundamentado acerca da vacinação das forças de segurança. Eu quero dizer a V. Exa. e ao Senador Eduardo Braga que aqueles policiais que estão na linha de frente já são considerados grupos prioritários e 40% desse grupo prioritário já recebeu doses de vacinas.

Na última vez em que estive aqui com os senhores, eu anunciei um contrato de mais 100 milhões de doses de vacinas da Pfizer. Então, esses 100 milhões de doses de vacinas da Pfizer serão entregues a partir de setembro até dezembro. Isso perfaz mais de 600 milhões de doses de vacinas já pactuadas com o Ministério da Saúde, o que permite afirmar para os senhores, com um grau muito forte de segurança, que teremos a nossa população vacinável, ou seja, aqueles acima de 18 anos, vacinados até o final do ano.

Nós trabalhamos para acelerar essa campanha de vacinação, buscando a antecipação de doses. Os senhores sabem que o Brasil participa da iniciativa ACT-A, por meio do braço de vacina Covax Facility, e lá o Brasil optou por ter 10% da sua população vacinável a partir da Covax Facility, e isso perfaz aproximadamente 40 milhões de doses. Nós trabalhamos pra conseguir essas antecipações.

Também colocamos já no ar uma campanha publicitária muito forte, essa campanha não só acerca da vacina, mas também acerca das chamadas medidas não farmacológicas. Essa campanha é divulgada em todos os veículos de comunicação. É nítido que, aqui, a Esplanada, todos os ministérios têm a informação acerca das chamadas medidas não farmacológicas, como o uso de máscaras, o distanciamento social. O vacinômetro contribui para dar publicidade aos dados da vacina no Brasil. É claro que isso pode ser melhorado, esses dados podem ficar de mais simples interpretação do cidadão comum brasileiro. Nós trabalhamos pra isso.

Nós pretendemos e já pactuamos no Conass e Conasems uma grande campanha para testagem no Brasil. No momento atual, Senador Marcos do Val, nós temos testes chamados testes rápidos de antígeno, e esse teste rápido de antígeno permite não só a identificação dos pacientes que são contaminados, mas também o adequado tratamento, como, por exemplo, o isolamento desses pacientes, bem como o dos seus contactantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu assumi o ministério, nós vivíamos uma curva ascendente da chamada segunda onda. Essa segunda onda em muito se deveu à chamada variante Gama, que é a P1, que foi inicialmente diagnosticada em Manaus. Essa variante, como os senhores sabem, ela parecia e parece mais contagiosa, ela rapidamente se tornou dominante no Brasil e provavelmente mais letal, até porque pressiona mais o sistema de saúde. Então, tivemos picos de óbitos da ordem de 4 mil óbitos por dia.

Hoje, nós vivemos um cenário sanitário que não é tranquilo, mas houve uma queda, uma desaceleração paulatina desses óbitos, até cerca de 15 dias atrás, quando nós tivemos uma desaceleração dessa queda e um novo número de casos, e esse novo número de casos... Como os senhores sabem, aumentam os casos, posteriormente aumentam as internações, aumenta a pressão sobre o sistema de saúde e, posteriormente, pode haver aumento de óbitos. Então, nós estamos vigilantes em relação a esses aspectos.

Estamos trabalhando no Ministério da Saúde para reforçar Estados e Municípios com insumos estratégicos. Os problemas de oxigênio que aconteceram no passado – e são motivo de discussão aqui nesta douta Comissão –, nós estamos vigilantes para que não falte oxigênio. Eu tenho acompanhado pessoalmente. O Estado de Mato Grosso do Sul, com dificuldade... Nós procuramos dar suporte com a Força Aérea Brasileira para transferir pacientes, para levar oxigênio.

Mesmo em relação a Estados do Nordeste, Senador Humberto Costa, com o Agreste pernambucano sofrendo... Eu estive lá, fui inspecionar a planta da White Martins, juntamente com o Secretário Estadual de Saúde, Dr. André Longo. Nós distribuímos mais de 5 mil concentradores de oxigênio, o que pode ajudar dentro desse contexto. O chamado *kit* de intubação é uma preocupação, porque o mercado nacional não tem condição de suprir toda a necessidade, sobretudo numa ambiência onde há muitos casos. Nós já estamos em negociação, já adquirimos 5,1 milhões de itens desse *kit* de intubação numa ação conjunta com a Organização Pan-Americana da Saúde. Estão em andamento novas negociações para trazer mais *kits*, de tal sorte que estamos trabalhando diuturnamente para fornecer as melhores condições para solucionar esse problema.

Na minha outra passagem na CPI, Senador Omar Aziz, foi muito me questionado acerca de fármacos, a exemplo da hidroxicloroquina, da ivermectina e de outros, de que ainda não há uma evidência científica comprovada da sua eficácia. Essa questão, que espreita o enfrentamento à pandemia desde o início, tem gerado uma forte divisão na classe médica. De um lado, há aqueles como eu, que sou mais vinculado às sociedades científicas, e há o pensamento, do outro lado, dos médicos assistenciais que estão na linha de frente, que relatam casos de sucesso com esses tratamentos. Eles discutem de maneira muito calorosa. A mim, como Ministro da Saúde, cabe procurar harmonizar esse contexto, para que tenhamos uma condição mais pacífica na classe médica e possamos avançar.

Como médico, eu entendo que essas discussões são unilaterais e nada contribuem para pôr fim ao caráter pandêmico dessa doença. O que vai pôr fim ao caráter pandêmico dessa doença é ampliar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha de vacinação, Senador Reguffe. Então, o meu foco é um, é exclusivo: ampliar a campanha de vacinação no Brasil. E, para isso, eu vou envidar todos os meus esforços.

Essa questão dessa divergência médica, como está bem claro aqui nas discussões desta CPI, sem analisar o mérito de quem está certo ou errado... Eu dei a solução que existe na legislação. A Lei 8.080, um dos regulamentos sanitários mais avançados do mundo, foi complementada com a lei que criou a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. É dela a prerrogativa de elaborar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. É uma esfera técnica, Senadora Eliziane Gama. E se tem que seguir a lei para a criação de um protocolo clínico e de uma diretriz terapêutica, até porque nós já temos mais de um ano dessa pandemia, e é preciso que se tenha uma orientação fundamentada para a classe médica.

Nesse sentido, um grupo de técnicos e de médicos do mais alto nível, liderado pelo Professor Carlos Carvalho, professor titular de Pneumologia da Universidade de São Paulo, tem trabalho com outros médicos para apresentar uma proposta de um protocolo clínico, o qual já foi posto em consulta pública, no que tange aos pacientes hospitalizados. Entre os hospitalizados, é onde acontece o maior número de óbitos.

Em consulta pública, Senador Heinze, houve 63 contribuições a essa consulta, o que mostra que estamos no caminho certo. A proposta que foi ali colocada já tem o condão de trazer uma harmonia acerca do tratamento hospitalar, e cabe ao Ministério da Saúde pluralizar essas informações para que tenhamos mais efetividade no enfrentamento à pandemia nos nossos hospitais. Nós sabemos que a mortalidade hospitalar dos pacientes que são intubados é elevada. A doença é grave, mas, se nós padronizarmos essas condutas e, através de instrumentos como a teleducação, levarmos apoio a esses médicos – há muitos médicos jovens que estão na linha de frente –, pode ser que consigamos reduzir essa mortalidade. Então, não só o tratamento hospitalar, mas há outras situações já foram observadas pela Conitec que são prioritárias.

As vacinas estão analisadas e com proposta de incorporação ao SUS para ser política pública. As vacinas com registro definitivo têm recomendação de aprovação.

Outro item: Ecmo tem sido discutido, até um projeto de lei foi suscitado na Câmara dos Deputados. Entendo que não é matéria legislativa incluir um tratamento; é a Conitec que define isso, Senador Rogério Carvalho, e esse tema está em discussão também na consulta pública. Então, são esses pontos que eu trago aqui para os senhores.

Eu vi também que, por parte do Senador Humberto Costa, em seu requerimento, ele faz menção a uma portaria do SUS, uma portaria do gabinete do ministro, Portaria 885. A gente vive hoje essas mídias sociais em ebulição, e aparece como se o ministro, depois do depoimento, tivesse feito uma portaria para retaliar quem quer que seja. Eu quero só explicar que essa portaria decorreu de entendimentos que vêm desde 2017, do TCU, Senador Humberto Costa, e isso visa estabelecer responsabilidades. O senhor já foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro da Saúde e sabe que são várias secretarias, há atos que são tomados pelos senhores secretários. Cada um tem que tomar a sua decisão e ser responsável por ela. Então, a portaria é nesse sentido.

O cuidado com o recurso público é algo comum, de todos nós aqui, seja eu como gestor público, sejam os senhores como Senadores. Os senhores já exerceram funções no Executivo governando seus Estados. E eu quero crer que seja pacificado aqui entre nós que o compromisso com a aplicabilidade correta das verbas públicas seja uma prioridade para todos.

Então, Senador Omar Aziz e Senador Renan Calheiros, eu estou aqui perante os senhores com o objetivo de contribuir com o Brasil para enfrentar essa pandemia, esse é o meu objetivo. Essa é uma missão que não é só para um homem, não é uma missão para um médico. Essa é uma missão para uma nação, e nós precisamos fazer com que o nosso País se reencontre para, juntos, superarmos essa crise sanitária de uma vez por todas e, depois, voltarmos a divergir, porque a divergência é parte da construção da democracia.

Então, fico à disposição dos senhores para os esclarecimentos que os senhores julgarem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

Eu vou passar a palavra ao Relator Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz, Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Ministro Queiroga, como todos sabem, retorna a esta Comissão Parlamentar de Inquérito após um depoimento repleto de omissões e algumas tentativas de, obviamente, não responder ao que nós havíamos lhe perguntado, o que, infelizmente, tornou sua volta a esta CPI inevitável.

Naquela oportunidade, mais uma vez, o assunto da pandemia foi tratado aqui na CPI com muita seriedade, dirigindo-lhe questionamentos diretos, técnicos, enfatizados, repetidos, sem provocações e nem ataques pessoais, como o Governo costuma fazer. V. Exa. negou-se a trazer informações sobre a situação das políticas adotadas pelo Ministério da Saúde no momento da sua chegada. Além disso, foi evasivo ao informar sobre questões centrais como a estratégia de comunicação educativa com a população, o atraso na compra de vacinas e o uso de cloroquina e de outros medicamentos no âmbito de um suposto ineficaz tratamento precoce da Covid-19. Não podemos, de forma nenhuma, deixar de enfrentar esses aspectos, ainda que eles causem contrariedade ou constrangimento aos membros do Governo Federal, pois eles são caríssimos à combalida saúde do povo brasileiro.

Com esse espírito, nós passamos a ouvir novamente o seu depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, novamente, o Presidente da República utilizou dados falsos com relação à Covid e disse aos brasileiros, num verdadeiro desrespeito aos mais de 474 mil mortos – 474.614 exatamente –, que pelo menos a metade deles não havia morrido de Covid e atribuiu esses falsos números e essa falsa informação – pasmem! – ao Tribunal de Contas da União, diante do lamentável silêncio de V. Exa., que, mais uma vez, se repetiu.

Eu peço para, rapidamente, exibir o vídeo nº 1, Izabelle, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. havia dito a esta CPI que sua chegada ao ministério representava uma sinalização de mudança de posicionamento do Governo Federal acerca dos assuntos como distanciamento social, adoção de medidas de higienização e de vacinação. No dia de sua posse como Ministro, 298.843 pessoas já haviam falecido pela Covid-19, e agora já nos aproximamos, infelizmente, dos 480 mil óbitos.

Passo às perguntas, Ministro.

Com mais de 70 dias de gestão, quais foram as principais alterações de curso promovidas por V. Exa. no Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, obrigado pela pergunta.

Eu acho que, na minha fala inicial – tenho certeza –, eu já demonstrei claramente o que nós fizemos em nossa gestão: ampliamos fortemente a campanha de vacinação; mais de 70 milhões de doses de vacinas distribuídas; aquisição de mais de 100 milhões de doses da vacina da Pfizer; um contrato já na iminência de ser assinado com a Moderna de 100 milhões de doses; antecipação de doses de vacinas – o que faz com que tenhamos a certeza de que até o final do ano a população vacinável brasileira estará vacinada.

Em relação às medidas não farmacológicas, eu tenho tido uma determinação pessoal em recomendá-las. E essas recomendações são para todos – todos os brasileiros, sem exceção. Não há exceção. O cuidado é individual, o benefício é de todos. Aqui eu digo de maneira clara e textual: o Ministério da Saúde tem, de maneira clara, se manifestado acerca desse ponto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só o Presidente da República é exceção?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É exatamente essa a pergunta. V. Exa. tratou dessas mudanças com o Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que lhe foi orientado e dito por ele?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o Presidente da República não conversou comigo acerca da atitude dele. Eu sou Ministro da Saúde. Eu não sou um sensor do Presidente da República. Eu faço parte de um Governo. O Presidente da República não é julgado pelo Ministro da Saúde. As recomendações sanitárias estão postas. Cabe a todos aderir a essas recomendações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Ministério da Saúde, por exemplo, não tem atuado para orientar essas autoridades do Governo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tem atuado fortemente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a não descumprirem essas medidas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Fortemente, Senador. No Ministério da Saúde, primeira atitude minha como Ministro, Senador Humberto Costa, foi editar uma portaria obrigando o uso de máscaras no Ministério da Saúde, porque nós julgamos isso importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, nos eventos públicos, por que ele continua a fazer o que sempre fez?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu sempre estou de máscara...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o Presidente da República...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o chefe do Governo que V. Exa. compõe.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa. é um dos homens mais experientes do Congresso Nacional brasileiro e sabe das peculiaridades da função que eu exerço neste momento. E não me compete julgar os atos do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é julgar; é orientar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já falei com o Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. não o orienta?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É evidente que sim, Senador. É evidente que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele não... E ele não segue suas orientações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas isso é um ato individual, Senador. As imagens, elas falam por si sós. Eu estou aqui como Ministro da Saúde para ajudar o meu País. É esse o meu objetivo. E não vou fazer juízo de valor a respeito da conduta do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é juízo de valor. V. Exa. não o orienta a não descumprir essas recomendações pelo mau exemplo que significa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já, já informei a V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o Presidente da República fazer isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já informei a V. Exa. Já informei a V. Exa. que já conversei com o Presidente sobre esse assunto. Já informei a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E podemos saber o que ele falou a V. Exa. como resposta?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Comigo, quando ele está comigo, na grande maioria das vezes, ele usa máscara.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O que o Senador Renan quer colocar, Ministro Queiroga, vamos deixar claro que a sua presença aqui é importante para esclarecer muitas coisas para o Brasil... E as recomendações, em relação à sua vontade de acertar, de pessoas que conviveram com o senhor falaram pra mim pessoalmente que o senhor tem toda boa vontade. Agora, o senhor é Ministro da Saúde. É lógico que o Presidente é que o nomeou, mas é constrangedor o senhor, como Ministro, orientar a população toda a ter os cuidados necessários, e o chefe maior da Nação, que deveria ouvir o seu Ministro de Saúde, não ouve. Então, é isto que nós queremos saber: como é que pode se fazer uma política, dentro do Ministério da Saúde, se o principal, a principal personalidade do Brasil não o ouve? Como é que o senhor pode convencer os outros se não consegue convencer a pessoa que teria de ser convencida primeiramente porque o nomeou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, eu procuro fazer a minha parte. E eu estou certo de que essa pandemia, ela se enfrentará com a vacinação. É óbvio que o uso das medidas não farmacológicas... Elas são importantes, mas a vacinação é o que nós devemos perseguir. Isso aí é o foco, é o cerne da política que eu coloco em prática no ministério.

Em relação à conduta pessoal do Presidente, Senador Renan, eu peço vênias a V. Exa. para não fazer juízo de valor acerca da conduta pessoal do Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas eu não... Ministro, com todo o respeito...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – ... porque não compete ao Ministro da Saúde e nem a nenhum outro ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não compete.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com todo o respeito...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não compete a mim, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei sobre a conduta do Presidente vinculada a qualquer outra questão. Eu concordo que não compete dizer, orientar, manter a referência, insistir, conscientizar as pessoas, a população. O papel com relação à doença que acomete os brasileiros é seu. O seu papel como ministro é dizer: "Presidente, o senhor, infelizmente, continua dando mau exemplo, aglomerando. O senhor não acha que isso está expondo a política pública que eu represento no ministério?". É o mínimo que os brasileiros gostariam de ouvir de V. Exa., respeitosamente.

Mas vamos, por favor, ao vídeo 2.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois de outros países recusarem a realização da Copa América, o Brasil aceitou sediar a competição, apesar dos protestos da população e de entidades de saúde, que apontam que esse evento pode contribuir para maior disseminação do novo coronavírus, além de fornecer a chegada de novas variantes no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República afirmou que tal decisão contou com o aval de V. Exa., acabamos de ver. Em quais estudos V. Exa. se baseou para dar aval à decisão do Governo brasileiro de sediar a Copa América?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a prática de esportes e de jogos é liberada no Brasil: Campeonato Brasileiro de Futebol aconteceu com mais de cem partidas, dentro de um ambiente controlado, sem público nos estádios, e houve apenas um caso positivo, o paciente ficou hospitalizado, e não houve consequências; está acontecendo a Taça Libertadores da América; estão acontecendo as Eliminatórias da Copa do Mundo; a Sul-Americana; esse final de semana, um Campeonato Pan-Americano de Ginástica, no Rio de Janeiro, de tal sorte que o esporte está liberado no Brasil e não existem provas de que essa prática aumenta o nível de contaminação dos atletas.

Os exames de RT-PCR, que são requeridos para entrada de cidadãos desses países da Copa América, ocorrem normalmente, independentemente de futebol: qualquer cidadão da Argentina, do Equador e dos países da Copa América entram no Brasil com o exame de RT-PCR. O transporte dos jogadores nos ônibus ocorre de maneira controlada, com o uso de equipamento de proteção individual, de *face shield*; os atletas saem do ônibus, vão para o hotel; no hotel, eles ficam isolados num quarto. Eu pedi à diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia pra fazer uma revisão sistemática da literatura e, nessa revisão sistemática que eu posso passar para os senhores, não consta – não consta – que essa prática aumente o risco de circulação do vírus que possa colocar em risco a vida dos jogadores ou a vida dos membros da comissão técnica.

Então, a minha função, nesse episódio, não foi dar aval pra acontecer ou não a Copa América no Brasil, porque isso não é a função do Ministério da Saúde. O que o Presidente me pediu foi que avaliasse os protocolos, e nós avaliamos os protocolos da CBF e da Conmebol, e são protocolos que permitem a segurança para a ocorrência dos jogos no Brasil.

Destaco também que as autoridades dos Estados que aceitaram realizar a copa aqui – Brasília, Goiânia, Mato Grosso e Rio de Janeiro –, elas estão de acordo com esse tipo de atividade, e a fiscalização se dará por parte das autoridades sanitárias desses Municípios. Então, eu não vejo, do ponto de vista epidemiológico, uma justificativa que fundamente a não ocorrência do evento. Agora, a decisão de fazer ou não o evento não compete ao Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi: "V. Exa. não se baseou em estudos? Foi na prática corrente do futebol?"

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu aqui falei para V. Exa., posso trazer, a área técnica do Ministério da Saúde fez uma revisão sistemática da literatura. Eu não tenho aqui todos esses estudos, mas apresentarei para V. Exa. e para os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito o que fundamentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Então, eu vou lhe fazer algumas perguntas sobre isso.

Quais são os riscos para as delegações, para a população e para o Sistema Único de Saúde com relação a esse evento aqui no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, todos os atletas têm seguros. Se houver alguma sinistralidade, eles vão usar o sistema privado, bem como os membros da comissão técnica. Então, isso não vai acarretar pressão sobre o sistema de saúde do Brasil. Não acontecendo públicos nos estádios, naturalmente nós não teremos um risco de aglomerações e de uma contaminação maior, de tal maneira que o risco que a pessoa tem de contrair a Covid-19 será o mesmo, com o jogo ou sem o jogo.

A doença é uma doença pandêmica. Nós corremos riscos. Então, a ponderação é essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está assegurando que não há risco, não é?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não estou assegurando que não há risco. Estou dizendo que não existe risco adicional.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan, permita-me apenas fazer uma pergunta para contribuir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Os clubes da Taça Libertadores estão vacinados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não, não estão vacinados. Todos os clubes não estão vacinados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Qual é a população total envolvida na Taça Libertadores e na Copa das Américas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Na Copa das Américas, aproximadamente, são 650 indivíduos envolvidos, entre jogadores e comissão técnica. Não é uma população grande.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem imprensa, tem imprensa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Campeonato Brasileiro teve 102 jogos, finais de semana, jornalistas... Então, não há uma vedação, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, o juízo de valor é de V. Exa., não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não. Não é meu o juízo de valor. O juízo de valor é das pessoas que conhecem as circunstâncias. V. Exa. não sabia que mais de 2 mil jornalistas já pediram o credenciamento no Brasil.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Os jornalistas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estrangeiros. Estrangeiros.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... são obrigados a cumprir o mesmo protocolo, o mesmo protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Ministro, só para o seu conhecimento, segundo informações, o Campeonato Brasileiro do ano passado teve 320 casos de Covid, entre atletas e técnicos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Transmissão em campo, um caso, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sim, mas quando eles saem do estádio eles não transmitem, não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Transmissão em campo. E as pessoas estão vivendo e elas podem adquirir a Covid-19. Aqui a gente está falando sobre a questão em campo, no campo de futebol.

Eles vão ficar em bolha. Eles vão ficar no hotel. Saem e vão para o hotel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Exa. contrariou o Ministro da Casa Civil, o Luiz Eduardo Ramos, e afirmou que não haverá exigência de vacinação dos atletas e das comissões técnicas dos países que irão disputar a competição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) **–** Eu não contrariei a informação do Ministro Ramos.

O Ministro Ramos deu uma informação porque ele acreditava que todos os atletas estavam vacinados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, qual é a posição definitiva?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A vacina não é obrigatória, Senador, porquanto os jogadores não estão todos vacinados. E essas competições acontecem sem a exigência de vacinas. Se a vacina fosse uma exigência, não poderia haver o campeonato. E os outros campeonatos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E o percentu...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Os outros campeonatos acontecem sem a exigência da vacinação. Essa é que é a questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Os outros campeonatos não foram recusados pela Argentina nem pelo Chile. São situações diferentes. Não dá para compará-las.

O percentual de pessoas vacinadas em relação à população do País poderia ser considerado como critério para a realização de um evento esportivo de grandes proporções no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse evento não é um evento de grandes proporções. Esse é um evento pequeno. A Copa América é um evento pequeno, com um número pequeno de pessoas, e não é uma Olimpíada. Não é uma Olimpíada. Então, os protocolos que foram apresentados ao Ministério da Saúde são protocolos seguros, que permitem dizer que, se aquele protocolo for cumprido, não teremos riscos adicionais para os jogadores que participam dessa competição. Essa é a opinião do Ministério da Saúde neste momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, o vídeo três.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... continua em silêncio sobre o distanciamento social e o uso de máscara?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A pasta não continua em silêncio, Excelência. Basta V. Exa. verificar que todos os ministérios têm uma propaganda a respeito de uso de máscaras. Se reclamava do Zé Gotinha; hoje nós temos um Zé Gotinha de máscara e uma família inteira de Zé Gotinhas de máscara. Trinta entrevistas coletivas realizadas, 4.512 demandas de imprensa atendidas, 756 matérias publicadas no portal do Ministério da Saúde; nas redes sociais, mais de 2 mil postagens com 770 milhões de impressões e mais de 21.320 interações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por que o ministério continua sem ter uma estratégia clara de comunicação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A estratégia está clara, não é? A estratégia está bem clara. Eu dou entrevista coletiva quase todos os dias! Eu falo com os jornalistas diariamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas a entrevista não é comunicação. Entrevista é uma entrevista do Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Comunicação muito forte, Senador Renan Calheiros. E a sociedade brasileira sabe disso – sabe disso. Nós temos falado com a imprensa muito. Muito!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Veja por exemplo, Ministro: matéria publicada pela agência pública aponta que o Governo Federal gastou 5 milhões com campanhas de vacinação, enquanto vídeos para retomar atividades custaram 30 milhões e, pelo atendimento precoce, receberam 19,9 milhões. Quais são, afinal, as prioridades de comunicação do Governo Federal? O que, no seu entendimento, como Ministro e como médico, justifica esses números?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, só na nossa gestão, investimento de 66,5 milhões em campanhas – 66,5 milhões com campanhas. Todos sabem da nossa posição. Hoje mesmo, antes de vir para cá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por que não...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... eu concedi uma entrevista à Globo, à *Folha de S.Paulo*, à UOL. Todos os veículos de comunicação, todos são testemunhas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou falando da publicidade, não estou falando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A publicidade, foram gastos sessenta... Sessenta e seis vírgula cinco milhões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não estou falando de suas entrevistas. A publicidade não contém medidas não farmacológicas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Contém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas não contém.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Contém, Excelência. Basta V. Exa. verificar em todos os prédios da Esplanada dos Ministérios. Todos, sem exceção! Uso de máscara, a família do Zé Gotinha de máscara... Todos os brasileiros sabem disso, Senador Renan. V. Exa. me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Infelizmente não sabem.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Felizmente sabem, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Exibir o vídeo quatro, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** As orientações aos Estados e Municípios, pergunto a V. Exa.: algum setor do Governo Federal tem se colocado contra a regulamentação do Ministério da Saúde para esse tipo de política, sempre criticada pelo Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Senador.

Essa afirmação que eu fiz aí eu já repeti aqui hoje e eu repito em todas as oportunidades. Eu sempre faço isso. Agora, é necessário que haja uma adesão das pessoas. Senador, como médico eu tenho mais de 33 anos de formado, e tem paciente, como cardiologista, que eu já orientei o sujeito a parar de fumar de maneira reiterada, e o camarada não deixa de fumar; ele morre fumando, e eu não abandono ele.

Então, eu vou ficar insistindo até o final do meu período de gestão no Ministério da Saúde. Vou ficar insistindo. Insistirei acerca das medidas não farmacológicas, sem esquecer que a prioridade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O senhor tem feito isso com o Presidente, Ministro? O senhor tem feito isto com o Presidente: insistido para que ele cumpra as medidas não...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sempre que eu tenho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... não farmacológicas de isolamento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Perfeitamente, Excelência. Perfeitamente. Certo?

O compromisso é individual; o benefício é de todos. Reitero aqui perante os senhores. O médico tem obrigação de meios, não tem obrigação de resultados. E o meu meio é a minha voz e usarei. Isso não quer dizer que eu vou conseguir, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, especificamente...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu quero conseguir. Eu trabalharei para isso fortemente. E digo isso aqui aos senhores, olhando nos olhos de cada um, porque é o que eu faço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ministro, especificamente uma pergunta sobre o que foi colocado: esse tipo de regulamentação aventada por V. Exa. aqui na CPI é harmônica com a interpretação do Supremo Tribunal Federal de que medidas de controle da pandemia, o que inclui a gestão do Território, são competências concorrentes da União, Estados e Municípios?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Eu concordo, Senador, com essa afirmação que V. Exa. faz.

Essa questão do plano de mobilidade está em discussão no Ministério da Saúde; nós já discutimos isso com outros ministérios; precisa ser, naturalmente, finalizado, colocado em prática. Eu tenho, no Ministério da Saúde, adotado uma política de gradualismo e tenho adotado prioridades. Essa é a minha estratégia de gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual foi, Ministro, a sua participação na elaboração da ADI 6.855, que pediu a suspensão liminar das medidas de *lockdown* e de toque de recolher determinadas pelos Governadores dos Estados do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Paraná?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso é uma discussão jurídica que não compete ao Ministro da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não foi ouvido sobre isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não fui ouvido sobre esse tema. Esse tema é um tema da esfera jurídica, que está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal. Vamos esperar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, porque o Supremo é que vai definir essa questão de uma maneira terminativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, fazendo a pergunta numa outra direção, sob um novo ângulo. Então, qual é o seu posicionamento sobre a iniciativa do Governo Federal no Supremo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sou Ministro da Saúde. Essa questão não é afeta ao Ministro da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não afeta?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Discutir questões jurídicas, isso é com a Advocacia-Geral da União.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é questão jurídica.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É jurídica, tanto é jurídica que está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não, não. Isso é medida não farmacológica de um Governo que não aceita a competência concorrente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Acerca da medida, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, o senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Acerca da medida farmacológica, Senador Renan Calheiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não ter oposição... O senhor não ter posição sobre isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tenho posição e já externei aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas eu perguntei e o senhor acabou de dizer que não é Ministro da Justiça.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Acerca da medida farmacológica, eu já externei minha posição aqui de maneira clara, reiterada, transparente e cristalina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, o que o senhor pensa da ação que foi intentada pelo Governo contra os Estados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A ação jurídica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, no que se refere à saúde, eu não estou perguntando do ponto de vista jurídico.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Ele não tem que pensar nada, Senador. Ele não tem que pensar nada, ele tem que responder.

E, Ministro Queiroga, não fique aumentando a conversa. O senhor fica dando margem para o Senador falar aquilo que ele quer que o senhor fale, responda positivamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) **–** Senador Jorginho Mello... Senador Jorginho Mello...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Senador Jorginho Mello, estou fazendo esse apelo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vamos garantir a palavra ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... para que ele responda positivamente.

Eu estou perguntando positivamente o que ele acha da medida...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O Ministro responde sobre fatos, não é comentarista de CPI.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Srs. Senadores... Srs. Senadores, a palavra está com o Relator. Cada um dos colegas Senadores terá seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento para fazer a indagação ao Sr. Ministro. Se os colegas quiserem, a gente suspende até garantir a palavra ao Relator, mas, neste momento, esta Presidência quer garantir a palavra ao Sr. Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa Presidência, quando quer orientar ou acrescentar... O Senador Omar também, outros colegas que são contra fazem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É da competência desta Presidência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando os demais... Quando os demais...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – A palavra continua com o Sr. Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando os demais... Quando os demais Senadores verificam...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – A palavra continua com o Sr. Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A palavra está com o Senador para questionar, não para comentar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Não, a palavra está com o Relator. Tem Presidência aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A palavra está com o Relator, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A palavra está com o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para questionar, não para comentar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Tem Presidência aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor se coloque no seu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tenho me colocado desde o início, Senador.

Senador Renan, o papel do Presidente é controlar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive, controlar o senhor, que está interrompendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está nervoso, Humberto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – O Presidente da República, em uma oportunidade, conversou comigo sobre esse tema. E o que ele me falou é que ele era contra toque de recolher e de cerceamento da liberdade das pessoas, que ele diz que são garantias do art. 5º da Constituição Federal. Eu estou aqui sendo informado pela Advocacia-Geral da União que o que se discute, nessa ação no Supremo Tribunal Federal, é o instrumento que Governadores utilizam para disciplinar essa matéria. A AGU, pelo que foi me passado, defende que essa matéria tem que ser disciplinada em lei, não em decreto. Então, é essa a discussão que está no Supremo Tribunal Federal.

Como autoridade sanitária que sou, em relação a essas medidas, é o que eu já externei aqui. As medidas não farmacológicas... Em cidades onde há colapso do sistema de saúde público, reitero para V. Exa., não resta outra alternativa de que fechamentos maiores.

Nós sabemos disso. E o que eu estou fazendo no Ministério da Saúde? Procurando criar um critério nacional para disciplinar essa matéria e tirar dos Municípios e do Estado... Às vezes, quando colocam a questão de uma maneira mais forte, há certa irresignação da sociedade, que fica prejudicada com o comércio fechado, com todas essas dificuldades que nós sabemos que há dentro do contexto de uma pandemia, que já se transformou em uma sindemia. Tem implicações econômicas, sociais. É um cenário difícil.

No meu Estado, na Paraíba, Senador Renan, que é vizinho de V. Exa., há uma discussão entre o Estado e o Município. O Estado da Paraíba querendo uma posição mais rigorosa, e o Município de João Pessoa querendo uma posição mais flexível. É nesse sentido que aqui até me acosto ao que V. Exa. diz e defende. Eu acho que está certo que o Ministério da Saúde deva, sim, ter uma disciplina, porque administrativamente nós poderíamos solucionar várias dessas questões sem a necessidade da intervenção do Poder Judiciário, claro, preservando o direito de ir e vir das pessoas, que é uma garantia constitucional. Essa é a minha posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre trabalho para suscitar uma harmonização do contexto. Esse é o meu papel. O meu papel aqui, número 1: vacinar a população brasileira, vacinar a população brasileira. Isso é uma ideia... Eu não vou dizer que é obsessão, porque obsessão é coisa de paciente psiquiátrico, mas essa é uma ideia fixa que tenho. Trabalhar todos os dias... Eu trabalho todos os dias, Senador Renan – o senhor pode ter certeza disso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não tenho dúvida sobre isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... para conseguir vacinar a população do Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não tenho dúvida disso, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Soube da variante delta no Estado do Maranhão numa quinta-feira. Liguei para o Senador, para o meu colega Secretário Carlos Lula, Secretário de Saúde do Maranhão, externei a minha preocupação, num dia de... sábado, ou foi domingo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Num domingo fui a São Luís, levei 600 mil testes rápidos e mais 300 mil doses de vacina, na tentativa de conter uma progressão comunitária dessa variante chamada variante delta.

Então, é uma preocupação diuturna, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta evidentemente específica, pontual. Perguntei primeiro se o senhor tinha sido consultado sobre a ADI...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sobre o decreto, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre a ADI tentada junto ao Supremo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sobre essa ADI, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do ponto de vista da saúde pública do Brasil, ...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, sobre a ADI não fui consultado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que o senhor representa, o que é que o senhor acha...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Respondendo ...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da iniciativa do Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Respondendo objetivamente a V. Exa., sobre a ADI, não. O Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não o quê?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não fui consultado pelo Presidente.

Sobre a questão do ponto de vista da liberdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor acha correta como política pública de saúde para o enfrentamento da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelência, eu não... Não é minha função falar sobre ADI, certo? Isso aí é da Advocacia-Geral da União.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é sobre a ADI, não! É sobre a saúde pública.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A posição de saúde pública eu já externei aqui claramente para os senhores, já externei claramente para os senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Neste momento, Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sou o quarto Ministro da Saúde durante a pandemia, e nós precisamos ter sucesso na minha função. Isso é algo que é bom para o Brasil, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por favor, neste momento...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É bom para o Brasil. V. Exa. é um dos Parlamentares mais experientes do Congresso Nacional, e nós somos muito reconhecidos pela sua função institucional. Então, eu entendo que tenhamos aqui o mesmo objetivo: de vencer esta pandemia, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas essa minha colocação eu faço...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já respondi a V. Exa. de maneira objetiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em defesa do fortalecimento do seu papel como Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sei disso, Senador. Eu sei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque, se por acaso eu fosse – ou qualquer outro aqui fosse – Ministro da Saúde, no enfrentamento a uma pandemia com mais de 474 mil mortes, e o Presidente da República intentasse numa competência concorrente contra Estados, eu diria alguma coisa: se isso ajuda na direção das políticas públicas que estão sendo levadas a efeito, se não ajuda; o que é que o Presidente deveria fazer?; por que continua a fazer isso?

Eu vou fazer uma pergunta específica novamente.

Nesse momento em que vários especialistas já alertaram para a terceira onda da Covid-19 no País, o Ministério da Saúde vai recomendar – específica novamente –, quando considerar importante, a adoção de medidas restritivas aos entes nacionais para prevenir maior disseminação do novo coronavírus?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde sempre fará as recomendações sanitárias mais adequadas para o controle da pandemia, como tem feito. Na nossa gestão, temos feito isso. A mais eficiente, Senador, é a vacina. É a mais eficiente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós nunca tivemos dúvidas sobre isso...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, estamos absolutamente de acordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... até já defendemos com a antecipação que o Presidente da República...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ontem mesmo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... não a defendeu.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ontem mesmo, Senador Renan, eu conversei com o Governador Wellington Dias, do Piauí, em face da aprovação, uma aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito condicionada pela Anvisa, da vacina Sputnik V, para que, juntos, possamos construir, Senador Humberto Costa, um protocolo para aferir a efetividade dessa vacina e ela ser disponibilizada num volume maior, porque, assim, vamos conseguir acelerar a campanha de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o ministério vai recomendar, retomando a pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde vai tomar todas as medidas que forem necessárias para mitigar essa pandemia. A mais eficiente delas, a vacinação, é 80%, vacinar a população brasileira. Nós já temos os resultados: redução de mortes dos idosos. Vamos fazer isso. E eu tenho feito isso. E eu sei que V. Exa. sabe que eu tenho feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Isso pode ser feito com antecedência para evitar providências mais duras posteriormente como o *lockdown?*

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse é o objetivo, é tomar essas medidas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, o vídeo 5.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de forma antecipada.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Secretaria Extraordinária de Enfrentamento foi criada por decreto do Presidente da República, em 10 de maio deste ano, na sua gestão. Qual a importância dessa estrutura?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, se ela foi criada por decreto e por uma sugestão nossa, é porque ela tem importância para que nós possamos concentrar em uma única pasta o enfrentamento à pandemia. Hoje, nós temos as ações nas diversas secretarias finalísticas. Então, a nossa ideia foi essa e é essa. Eu sei que V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, ela concentra as ações.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ela vai concentrar. Atualmente, essas ações estão concentradas quase todas no Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é o Ministro que exerce a competência da secretaria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministro, Senador, recebe demandas diárias...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu estou falando da competência.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de secretários municipais de saúde, de secretários estaduais, de Prefeitos, de Deputados. Saiu até aí no *Globo* uma matéria dizendo que eu, em dois meses, recebi mais Parlamentares do que o Pazuello durante o período dele todo de gestão. Recebi e recebo. As portas do Ministério da Saúde estão abertas para os Parlamentares, que levam demandas muito justas, certo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu não estou discutindo isso, Ministro, com todo o respeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Acerca de pleitos... Eu estou falando pra V. Exa., Senador Renan, me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou perguntando é que estrutura...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estou exercendo o Ministério da Saúde. A Secretaria de Enfrentamento à pandemia é uma pasta importante. Quero dizer pra V. Exa. que não é fácil encontrar quadros que queiram assumir responsabilidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu sei.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sobretudo numa época dessa, não é? E nós vamos, em prazo curto, colocar um titular na pasta para me ajudar nessa função. É isso o que eu vou fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, não há titular ainda, a secretaria continua sem funcionar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa. sabe que não há titular ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu estou perguntando... Eu perguntei, o senhor não respondeu: quem exerce as competências?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu exerço as competências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por isso eu perguntei na sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu exerço as competências, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor exerce as competências?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu exerço as competências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá. A falta de um titular pra chefiar essa secretaria traz prejuízos à condução da pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – No momento, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Porque o senhor está exercendo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque eu sou o responsável pelo Ministério da Saúde e os secretários das secretarias finalísticas do ministério. Essa é uma secretaria nova, que eu espero que dê o resultado planejado. É por isso que nós criamos a secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quando V. Exa. pretende nomear uma pessoa pra chefiar a secretaria?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até sexta-feira...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Agora?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... devemos ter um nome.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Até sexta-feira, portanto...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até sexta-feira devemos ter o nome.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... há pressa nesse sentido.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é pressa. A pressa é inimiga da perfeição, Senador. Na hora que tivermos um nome que preencha os critérios, esse nome será colocado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, qual é o perfil que V. Exa. está buscando para o titular da pasta, da secretaria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Alguém que tenha espírito público, alguém que tenha qualificação técnica, que conheça o Ministério da Saúde e que seja capaz de me ajudar no combate à pandemia, harmonizar a relação entre os médicos e que tenha, sobretudo, dedicação e espírito público, como eu estou tendo à frente da pasta desde o dia em que eu assumi essa função.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, o vídeo seis.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. anunciou com entusiasmo, como ouvimos, a médica Luana Araújo como Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19, mas ela sequer foi nomeada para o cargo.

Primeira pergunta, Ministro: como V. Exa. chegou ao nome da Dra. Luana?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Dra. Luana era uma colaboradora eventual no ministério. E, nesse processo de colaboração, eu identifiquei nela qualidades técnicas que podiam ser úteis para o nosso projeto à frente do Ministério da Saúde, e daí a sua indicação para o cargo. O nome, como todos os nomes, inclusive o meu, é encaminhado para a Casa Civil, para a Segov, e não houve qualquer tipo de restrição da Casa Civil e da Segov acerca das questões próprias que são avaliadas naquela instância. Só que, neste ínterim, o nome da Luana, apesar da qualificação técnica, começou a sofrer muitas resistências, em face dos temas que são tratados aqui, quando há uma divergência muito grande entre a classe médica – isto é patente –, divergência de grupo de médicos A e de grupo de médicos B. E eu entendi que, naquele momento, a despeito da qualificação que a Dra. Luana tem, não seria importante a presença dela para contribuir para a harmonização desse contexto. Então, em um ato discricionário do Ministro, resolvi não efetivar a sua nomeação. É um ato próprio da administração pública, assim como o Presidente pode chegar e me demitir na hora em que quiser; basta só que ele tome essa decisão. É isso que acontece na administração pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem a indicou para o cargo a V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não há indicação. Ela fazia parte de um grupo, e eu percebi que ela tinha um desempenho satisfatório. A Dra. Luana não foi o primeiro nome em que eu pensei. O primeiro nome – inclusive, anunciei – foi o da enfermeira Francieli Fontana, que é a coordenadora do PNI, mas, depois, sopesamos. Como a função da enfermeira Francieli é uma função estratégica lá no PNI, achei que, se eu a tirasse do PNI, eu poderia desfalcar o PNI. E aí busquei o nome da Dra. Luana Araújo. Em face dos desdobramentos, eu entendi que, no momento, não seria o perfil mais adequado para ficar à frente da pasta. Foi só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, é só pela ordem, para um esclarecimento, para poder saber se estou ouvindo corretamente. O depoente está informando, com o juramento de dizer a verdade, que foi ele que não confirmou a nomeação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que não a quis.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é questão de "não a quis". Faz parte das atribuições do ministro. Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o que houve foi o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é porque é uma novidade. É uma novidade para esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho.

É que a Dra. Luana, Ministro Queiroga, além de ter elogiado muito a sua postura, a sua dedicação – e fez isso aqui publicamente –, em momento algum atribuiu ao senhor nada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela disse aqui para nós o seguinte: que ela esperou sair na segunda, na terça, e, na quarta-feira, o senhor a chamou e disse "olha, infelizmente, não tenho como nomear porque o seu nome lá não passou".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi o que ela disse. Então, veja bem... Por isso, o Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, me permita...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu posso complementar? Senador Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, é só para... E o próprio Ministro, em audiência na Câmara dos Deputados, se referiu ao fato de vivermos sob regime presidencialista.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma questão política. Não é questão político-partidária. É questão política da própria classe médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, Ministro, me perdoe...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é um nome que harmoniza!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Presidente virou médico! Aí já é piada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Só um minutinho!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perdoe-me, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É uma declaração...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É regime presidencialista, sim. Vivemos num regime presidencialista.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Ministro Queiroga, por favor, apenas para esclarecer. Eu ouvi uma declaração de V. Exa. – não foi na Câmara, não foi aqui, foi na saída do Palácio do Planalto –, V. Exa. disse o seguinte: que V. Exa. era Ministro, porque foi nomeado por quem de direito e que, no regime presidencialista, cabia ao senhor, enquanto técnico e enquanto Ministro, fazer a escolha de profissionais e encaminhar a quem de direito para que houvesse a nomeação. Não sendo possível, V. Exa. iria procurar outra pessoa para o local. Ora, portanto, V. Exa. naquele momento deixou muito claro: quem não nomeou a Dra. Luana não foi o Ministério da Saúde e, sim, o Palácio do Planalto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, eu volto a esclarecer: não houve óbices formais da SeGov e da Casa Civil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não foi essa a pergunta não!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não houve óbices formais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Então, por que o senhor voltou atrás, Ministro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Porque, Senadora, eu entendi que, em face do perfil da Dra. Luana, a despeito de ela ser uma pessoa muito qualificada, por quem temos muito apreço, não ia contribuir comigo para harmonizar as questões que são discutidas aqui acerca de tratamento inicial e seria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Tratamento inicial? O senhor ainda está com esse discurso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Esse discurso ainda existe, é um dos temas que estão sendo tratados aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então alguém mentiu, Ministro. Alguém mentiu: o senhor ou ela.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não estou mentindo!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu só queria fazer uma colocação. A minha pergunta à Dra. Luana... Eu perguntei a ela se teve interferência política. Ela disse que não, ela disse que não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é política partidária...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não minha pergunta, ela disse que não..

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A questão da política...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ela falou aqui que o Ministro informou a ela que a Casa Civil não teria homologado o nome dela.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu fiz a pergunta diretamente para ela, perguntei se houve interferência política – pode pegar na gravação –, e ela disse: "Não, não houve interferência política".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu falei... Eu falei para a Dra. Luana que todos os nomes precisavam ser validados pela Casa Civil e pela SeGov, inclusive o meu. E não houve vedação... Esses dados de Casa Civil e SeGov são dados públicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não foi essa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – São dados públicos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador Renan...

A gente está tendo todo cuidado aqui para não ser indelicado, porque as pessoas, quando acham que você é mais duro, acham que é indelicadeza, mas essa questão, Ministro, o senhor me desculpe... V. Exa. esteve aqui e disse que tinha autonomia no ministério, convida uma pessoa para trabalhar com o senhor... Se o senhor não quisesse ela, não teria nem encaminhado para a Casa Civil. Depois que o senhor encaminha para a Casa Civil que o senhor vai ver que tem divergência?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – É que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não está... Veja bem, V. Exa. está tentando arranjar uma justificativa para a não nomeação. A verdade é a seguinte, o senhor mesmo disse: "Olha, é um regime presidencialista. Chegou na Casa Civil, foram olhar lá os vídeos; ela não concorda com a Dra. Mayra, e eu opto por ficar com a Dra. Mayra e não com a Dra. Luana". A Dra. Mayra defende o tratamento inicial e a outra doutora não defende isso. Então, é só falar, isso não vai mudar muita coisa na sua história junto ao ministério, que eu espero que seja vitoriosa, mas não dá também para achar que todo mundo aqui é doido ou não prestou atenção no que o senhor falou. Por favor, Ministro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ministro, que outros médicos infectologistas há na equipe do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, o Ministério da Saúde, ao longo do tempo, tem perdido quadros. Nós não temos, no Ministério da Saúde, médicos infectologistas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não temos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Temos a Dra. Carolina, que é médica infectologista, mas ela é servidora da CGU, ela não está ali na função de médica infectologista. O que nós temos são médicos consultores que nos apoiam. Nós recorremos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que o senhor está dizendo é de uma gravidade muito grande, porque...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... os infectologistas não estão sendo ouvidos na formulação de enfrentamentos de políticas públicas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador Renan, sim, são ouvidos. Eles participam... Por exemplo, o Dr. Clovis Arns, que é o Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, tem atuado juntamente com o Prof. Carlos Carvalho na elaboração dos protocolos. Há outros colegas que são colaboradores eventuais que eu sempre consulto. Mas há dificuldades...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, a gravidade não é essa, é que não há no ministério. É isso que eu estou colocando pela resposta...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu concordo com V. Exa. Nós precisamos reestruturar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Anteriormente à indicação da Dra. Luana Araújo ao Ministério da Saúde, V. Exa. tinha conhecimento sobre suas firmes posições contrárias ao chamado tratamento precoce da Covid...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não tinha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... referendados em algumas pesquisas que ela tem feito?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tinha, não tinha conhecimento acerca dos posicionamentos da Dra. Luana. A Dra. Luana estava lá no ministério trabalhando em relação à questão de testagens, à questão do retorno seguro à atividade econômica, e eu a chamei para me ajudar nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você pode exibir, por favor, Izabelle, o vídeo 7?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre essa validação de nomes, eu vou voltar para mostrarmos o que já foi dito aqui com as próprias declarações da Dra. Luana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto, Ministro: as nomeações para o Ministério da Saúde passam pelo crivo de algum outro órgão do Governo Federal?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Volto a dizer a V. Exa.: todas as nomeações passam pela apreciação da Casa Civil, passam pela Segov, e, após essa validação, a nomeação pode ser efetivada. Eu já disse aqui que não houve nenhum óbice formal dessas duas instâncias.

Eu desisti do nome da Dra. Luana, porque eu vi que o nome dela não estava suscitando o consenso que eu desejava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, o veto foi seu ao nome dela?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é veto, não é questão de veto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas deixou de nomear!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é veto, é uma questão de que eu mudei. Eu posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. esteve aqui e defendeu que ela seria uma mudança de paradigma.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu posso exonerar qualquer um dos meus secretários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor pode, eu não estou discutindo isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu posso deixar de nomear alguém... Faz parte da minha atribuição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu não estou discutindo isso, eu não estou discutindo isso.

Eu estou dizendo que V. Exa. disse hoje aqui – é uma novidade – que a restrição, não vamos chamar de veto, colocada para a não nomeação dela foi colocada por V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é restrição, é que eu mudei a minha decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor mudou?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem restrição nenhuma à Dra. Luana.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que o senhor falou para ela que não era o senhor, era o palácio que não estava concordando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não falei que era o palácio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode repetir o vídeo, por favor?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não falei, não falei que era o palácio. E, se a Dra. Luana entendeu dessa forma, é uma questão de entendimento dela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode repetir o vídeo, por favor?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vejam a mudança de rota que isso significa. Eu ia perguntar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não ia passar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu ia perguntar a V. Exa. o que V. Exa. ouviu para o Governo não nomear a Dra. Luana? Diante das suas declarações, eu vou perguntar a V. Exa.: por que V. Exa. não a nomeou?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já disse a V. Exa.: porque eu entendi que, naquele momento, pelo perfil da Dra. Luana, não iria contribuir para o meu projeto à frente do ministério, que era justamente fazer uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Exa. não disse isso para ela?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Hein?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que você não disse isso para ela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Por que eu não disse isso para ela?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Ele quis ser gentil com ela. Só isso, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quis ser gentil ou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não. Não é questão de gentileza, é uma questão de mudança da minha opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... ou quis ocultar a verdade?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não. Não é questão de ocultar a verdade, Senador. Isso é uma decisão discricionária do Ministro, de nomear ou não um secretário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Como não é, Ministro Queiroga? V. Exa. encaminhou a nomeação à Casa Civil. Se a Casa Civil tivesse a nomeado, o senhor estaria com ela hoje? É a pergunta que eu lhe faço.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Depois que é liberado pela Casa Civil, aí o ministério procede à nomeação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Eu estou perguntando... É uma pergunta simples. É uma pergunta simples, simples, simples. Pergunta simples, resposta simples: se a Casa Civil tivesse aprovado o nome dela, o senhor teria a nomeado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) **–** A Casa Civil aprovou o nome dela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente, essa prática de encaminhar nomes à Casa Civil, em todos os Governos, sempre foi assim. Parece que querem colocar no Governo do Presidente Bolsonaro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Senador Marcos Rogério tem que aguardar a vez dele. Eu não aceito mais as suas interrupções.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Exa. não tem que aceitar nada, Relator. Quem preside é o Presidente da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A palavra está comigo. Eu não aceito as suas interrupções.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas quem atribui é o Presidente. Outros intervêm e V. Exa. não diz nada, porque dialoga com o interesse de V. Exa. Respeite a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor! V. Exa. pode colaborar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor, estou apenas anunciando que essa prática...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não me interrompa, que eu costumo não interromper.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... sempre aconteceu nos Governos anteriores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não me interrompa, que eu costumo não interrompê-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A questão...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente Renan... Presidente Omar, por favor...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A Dra. Mayra Pinheiro que confronta as evidências científicas ao defender o tratamento precoce está no Ministério da Saúde desde o início da gestão Mandetta, em janeiro de 2019; enquanto a Dra. Luana foi dispensada da pasta antes mesmo de ser oficializada – agora se sabe por V. Exa. Pergunto: V. Exa. concorda com o posicionamento da Dra. Mayra sobre o tratamento precoce no que lhe diz respeito, como Ministro da Saúde e como médico?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, eu já externei aqui a minha posição acerca dessas medicações. Para mim não há evidência comprovada da eficácia desses medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor não concorda com o posicionamento da Mayra Pinheiro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O meu entendimento é que não há evidência comprovada da eficácia desses medicamentos. Já disse aqui de forma reiterada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo.

Se o posicionamento técnico da Dra. Luana, que foi escolhida inicialmente por V. Exa., depois vetada por V. Exa., se contrapõe frontalmente àquele da Dra. Mayra, o que mantém a Dra. Mayra no ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Dra. Mayra não trata, na minha gestão, de tema relacionado a tratamento precoce da Covid-19. Dra. Mayra é Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Ela coordena o Programa Médicos pelo Brasil, que foi uma proposta do Presidente da República. Ela já está, como V. Exa. aqui deixou assentado, desde o início da gestão, portanto, ela é uma memória que nós temos no Governo desde o começo da gestão até o momento. E eu achei por bem manter a Dra. Mayra. Ela não trata desse tema na nossa gestão. Esse tema está afeto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, neste momento, em discussão na Conitec. E eu posso ser uma instância – como eu já falei, com base no decreto que regulamenta a Conitec –, eu posso ser uma instância recorrida se, por acaso, esse tema surgir, for discutido de um lado ou de outro, e eu vou ter que me manifestar de maneira fundamentada a despeito aqui de já ter externado o meu ponto de vista...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... da falta de uma evidência sustentada que ateste a eficácia desses medicamentos de forma isolada ou associada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou tratando da Dra. Mayra.

E não seria o caso, portanto, diante dessa óbvia contradição do que ela pensa e do que o Ministro pensa, se é que é o caso mesmo, não seria o caso de uma validação técnica da sua manutenção no cargo, já que a indicação dela, o senhor sabe, foi dito aqui, repetido, foi indicação política?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Olha, no momento, Senador, eu não considerei exonerar a Secretária Mayra. Eu assumi o Ministério da Saúde em uma condição especialíssima, onde eu tinha que colocar a máquina em andamento sem haver uma solução de continuidade na gestão pública, e a Dra. Mayra vem fazendo o trabalho dela na área da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Portanto, achei por bem manter a Dra. Mayra na pasta. No dia que entender que ela não está conduzindo adequadamente a função dela da Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, eu posso desligar a Dra. Mayra sem nenhum problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em seu depoimento, a Dra. Luana afirmou que, mesmo sem ter sido nomeada, ela vinha trabalhando na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redefinição da estratégia de testagem do Ministério da Saúde para a Covid-19, que se basearia, em sua primeira frente, na realização de testes de antígenos para o enfrentamento à Covic, cujo resultado sai de em cerca de 15 minutos, facilitando a triagem e o isolamento dos casos positivos. Eu queria perguntar: em que medida a não nomeação da Dra. Luana descontinua essa formulação e a execução de política pública?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nenhuma medida, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Ministério da Saúde continua elaborando essa nova estratégia de testagem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já foi pactuada no Conass e Conasems, essa estratégia está aí, nós já estamos em vias de adquirir 14 milhões de testes. Eu já falei aqui para V. Exas. que o objetivo é testar até 20 milhões de brasileiros por mês. A estratégia, ela se baseia, primeiro, na atenção primária...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Objetivamente, já respondeu sobre isso, mas quando é que ela será implementada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ela já está, ela já está sendo implementada. Já foram distribuídos 3 milhões de testes para Estados e Municípios. E eu acredito que proximamente...

Rodrigo, quando vão chegar os outros?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Semana que vem devem chegar mais 5 milhões, já há uma tratativa para mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É o teste rápido de antígeno.

A Fiocruz também já está fabricando, sabe, Senador Omar Aziz?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Várias reportagens falam da perda de validade de testes e de seu desperdício. Mesmo quando eles estão disponíveis, o Brasil testa muito pouco a sua população.

Pergunto: quantos testes foram perdidos, sem uso, no ministério, durante esse período do enfrentamento à pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, tem um, se eu não me engano... Você pode me dizer, Rodrigo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uns cerca de 2 milhões de testes, eles tiveram... Foram vencidos, mas a empresa que produz, ela vai repor esses testes.

Há uma questão, porque vêm da Coreia e esse tipo de doação... A Coreia vai fazer uma doação desses testes que se perderam, isso precisa de um trâmite internacional aqui que eu não sei especificar bem ao senhor qual é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses são aqueles...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse é o RT-PC...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... 1,7 milhão de testes.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É o RT-PCR, Senador.

O senhor tem razão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa vai repor esses testes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vai repor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou vai ter custo adicional para o País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não vai ter custo, não, Senador.

O senhor toca num ponto importante, porque distribuímos muitos testes, a pedido de Estados e Municípios, mas só fizemos uma parte, que foi distribuir os testes.

É necessário ter o controle epidemiológico e é necessário tomar as condutas subsequentes, o isolamento dos pacientes, dos contactantes. E porquanto o RT-PCR era um teste que demorava mais, essa conduta não foi feita de maneira própria.

Agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Agora nós temos o teste de antígeno rápido, que vai propiciar esta estratégia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, esse teste que o Dr. Queiroga está falando é o PCR?

Também nós não temos laboratório em quantidade no Brasil para que a gente tenha agilidade para descobrir o resultado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, é dessa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso, é o grande problema também que hoje....

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois é, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta é precisamente... Então, não terá custo para a União?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, senhor.

Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o fabricante substituiria esses testes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o fabricante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já que não terá custo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Assim, isso não foi da minha gestão.

Eu não tenho como especificar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas o fato de não ser da sua gestão...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... não significa que o senhor não saiba.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, é porque eu estou dizendo o que eu sei, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por que o fabricante substituiria esses testes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pode ser, por exemplo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eles foram comprados indevidamente? O que houve?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esses testes, pelo que eu soube, foram adquiridos na gestão do Ministro Mandetta e pode ser que tenha havido testes com prazo de validade curto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E eu fiz a pergunta... Não, não era a validade; a validade era boa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu posso dar essa informação para o senhor por escrito posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu fiz essa pergunta ao Ministro Mandetta e ele aqui disse o seguinte: que iria fazer uma central para recolher os testes e dar o resultado.

Eu falei: "Ministro, o Brasil, com o tamanho que tem, é impossível a gente ter uma central única".

Essa era a mentalidade do Ministro Mandetta, equivocada, porque quanto mais descentraliza melhor para a gente ter mais rápido o resultado.

A verdade é que todos os laboratórios do Brasil têm uma capacidade pequena para dar o resultado com a rapidez que é necessária a um teste de Covid.

Então, por isso, Senador Renan, que talvez os testes, mesmo distribuídos, e a capacidade dos Estados...

Por exemplo, no interior do Amazonas, vou dar um exemplo aqui. Ninguém tem... Não tem laboratório no interior para fazer PCR. Só a capital que tem, que deve ter um Lacen e tem um outro particular, parece, ou um terceiro, mas é muito pouca quantidade.

Então, não é... Esse teste PCR, que é mais eficaz, que a gente tem e detecta bem, talvez tenha sido isso que aconteceu que não validou, aliás, perdeu a validade...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas vai ser reposto pela Coreia e eu ...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** É, mas nós não temos laboratório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... vou informar a V. Exa. quando isso chegar.

Agora, em relação ao teste rápido, Senador, realmente, é mais eficaz, ele tem uma boa correlação com o RT-PCR...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, sem dúvida que é, mas, do ponto de vista da Comissão Parlamentar de Inquérito, era muito importante saber o que aconteceu. Se vai haver ou não vai o senhor já respondeu: não vai haver custo adicional para a União.

Então, por que a empresa o substituiria ou substituirá?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu peço que V. Exa... Eu já perguntei.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Posso trazer pra V. Exa., mas, assim, a iniciativa privada tem colaborado com os países de uma maneira geral, e nós recebemos, por exemplo, concentradores de oxigênio. E eles são sensíveis, em face de terem vencido esses testes – e, dentro de um contexto de milhões de testes, esse número aí venceu –, e eles vão repor ao Ministério da Saúde. Está em trâmite, porque vem da Coreia do Sul. Então, eu vou trazer essas informações por escrito para V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá.

Por favor, eu peço para exibir o vídeo nº 9.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que consistiria a autonomia que V. Exa. afirma ter como Ministro da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em que consiste? A que eu estou tendo aqui, não é, Senador? O senhor está vendo que nós estamos trabalhando fortemente gerindo o Ministério da Saúde, dando apoio a Estados e Municípios, exercendo o meu cargo de Ministro da Saúde. O Presidente... Eventualmente o Presidente me chama, o Presidente me cobra, pede explicações, pergunta sobre questões de Estados e Municípios. Em decisões estratégicas, eu combino com ele, por exemplo, a aquisição desses 100 milhões de doses da Moderna eu levei ao conhecimento do Presidente, as 100 milhões de doses adicionais da Pfizer, assim, porque isso envolve grandes quantias de recursos.

Então, eu tenho trabalhado com muita tranquilidade no Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, mais especificamente, mais precisamente, V. Exa. pode... O que V. Exa. pode fazer autonomamente e o que não pode fazer autonomamente, de acordo com as conversas com o Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não há restrição nenhuma. Eu exerço as minhas funções de ministro conforme prevê a legislação brasileira. Se o Presidente não estiver satisfeito com o meu trabalho, é muito simples: ele me exonera, e eu vou agradecer ao Presidente a confiança que teve em mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por exemplo, o Presidente lhe garantiu a prerrogativa de constituir sua equipe técnica?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente me deu autonomia pra eu conduzir o Ministério da Saúde; isso não significa uma carta branca pra fazer tudo que quer, não existe isso. O regime é presidencialista. Até o momento, não houve nenhum ponto que me fizesse sentir desprestigiado à frente do Ministério da Saúde. Se isso acontecer, se eu achar que não posso trabalhar e cumprir a minha missão, eu vou agradecer a S. Exa. e volto para o meu Estado, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas não é essa a pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa que é a questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou tentando particularizar as perguntas para objetivar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E eu estou procurando responder a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei disso. Quantos militares oriundos da gestão Pazuello, por exemplo, ainda estão em exercício do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o Ministério da Saúde é imenso. Eu tenho a preocupação, sobretudo, em relação à questão da vacinação. Eu não fico contando militar ou não militar; todos são cidadãos brasileiros e prestam serviço no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. pretende desmilitarizar o ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Desmilitarizar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem essa prioridade de militarizar ou desmilitarizar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Vai manter a equipe como estava...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Farei as...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... no advento da presença do Pazuello?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Por exemplo, ontem substituímos o responsável pela Conjur, que hoje é o Dr. João Bosco.

Estamos fazendo mudanças, Senador.

Eu adotei uma postura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só uma pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de fazer mudanças graduais para adequar a equipe ao que eu penso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O senhor já está...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas eu não posso chegar num dia e exonerar todos que estão trabalhando ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não, lógico que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ninguém disse isso.

Longe de mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Por exemplo, fala em militar, eu tenho uma pessoa que coordena toda a distribuição de oxigênio, é o General Ridauto. Enquanto ele quiser ficar lá, na minha gestão, ficará.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E os demais?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Também, se eu entender que eles estão cumprindo a sua função, ficarão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem mesmo foi exonerado o Denicoli...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. não pretende tirá-lo de lá, mesmo sem competência técnica para isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Os que têm competência técnica, Senador, ficarão, não há nenhum militar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, está vendo por que o senhor não tem infectologistas? É por causa disso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Prioridades erradas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso vem das gestões anteriores, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, por causa disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por causa disso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso vem das gestões anteriores, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas já devia ter consertado na sua.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso vem das gestões anteriores.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Omar, por favor, com todo respeito que eu tenho a V. Exa. e ao Relator Renan Calheiros, mas não pode impor ao Ministro a resposta que o Relator quer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele faz a pergunta, o Ministro responde.

Agora, se ele quer a mesma resposta, teria que fazer uma sessão de hipnose antes para um ficar no modelo mental do outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fazer uma acareação para saber quem está mentindo ou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Outra coisa, Sr. Presidente, só para informar aqui, dentro do Ministério...

Na sessão passada, o Senador Heinze trouxe a informação, inclusive contraditou a Dra. Luana aqui com relação aos infectologistas.

O Ministério da Saúde tem, pelo menos, sete infectologistas – sete.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Ministro disse que não tem nenhum.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nenhum.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem, sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o Ministro está mentindo?

Respeita o Ministro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem sete...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. é que não está respeitando, Renan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou entendendo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem, Rodrigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, é simples...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, o Ministro...

Assim, estão tentando fazer com que o Ministro teça a detalhes que, nesse momento, Sr. Presidente, com todo o respeito, não é esse o papel da CPI, não é isso que nós...

(*Interrupção do som.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Na realidade, querem obrigar ao Ministro responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, por favor.

Por favor, por favor, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Com todo o respeito a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, aqui eu recebo todos. V. Exa. não tem esse direito porque o senhor nunca apareceu aqui, é a primeira vez que o senhor aparece, então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Não importa se eu vim....

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

Eu estou tentando... Eu estou tentando conduzir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, V. Exa. tem todo o direito...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Agora, V. Exa. vem dizer que eu não vim antes e eu não posso falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor pode falar a hora que o senhor quiser.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – V. Exa. não vai fazer isso comigo, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. é acostumado chamar de mentiroso, não sei o quê, não vai fazer isso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, não vou fazer isso com V. Exa., não.

Eu só estou dizendo que o senhor não tem acompanhado as sessões, porque o senhor não tem comparecido...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Eu estou acompanhando esta sessão desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas é a primeira vez que V. Exa....

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Se V. Exa. quiser chamar a minha atenção, chame com razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não chamo a atenção de Senador, eu não vou fazer isso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – V. Exa. tem sido, inclusive, deselegante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. peça pela ordem e aí eu lhe concederei a palavra, mas V. Exa. não fique interrompendo, por favor.

O que o Senador Renan está querendo saber, perguntou ao Ministro, se tinha infectologista...

Espera aí só um minutinho, Senador Renan...

Perguntou ao Ministro se tinha infectologista, o Ministro disse que não. Se ele é o Ministro e disse que não, não é o Senador Marcos Rogério e Luis Carlos Heinze que vão dizer que tem.

Isso é uma pergunta simples.

O Ministro... Não houve nenhuma falta de ou...

Então, não adianta querer criar fatos. Não tem nada aqui. A única pergunta que foi feita para o Ministro: "Tem infectologista?" Ele disse "não". A resposta foi dele, não foi minha nem de vocês.

Então, Senador, eu tenho todo o respeito, Senador Mecias, a todos os Senadores aqui. É lógico que, às vezes, as pessoas, a gente tem entreveiros que é normal entre Senadores e tal, e depois fica tudo bem. Agora... Só um minutinho, Ministro.

O que o Ministro está fazendo aqui... A gente está tentando ajudar, mas parece que as perguntas que são feitas ao Ministro, às vezes ele não consegue objetivar a resposta. Só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pergunta não foi outra: "Tem infectologista?" "Não". O Senador Luis Carlos Heinze disse que tem. Então, se tem, eu não sei, porque eu não sou ministro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem: o Ministro está na condição de convidado, de testemunha... (*Fora do microfone.*) de investigado? Qual é a condição do Ministro nesta oitiva de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É testemunha. Fez juramento aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, ele tem a obrigação de falar a verdade. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem, sim, sim. Fez o juramento, para falar a verdade.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador Aziz, eu vou... Na minha equipe direta, eu não tenho ali nenhum infectologista comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor já respondeu...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Eu vou aqui passar, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso aí é tumulto. Deixe de lado essas tentativas de tumulto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... todos os médicos que tem, estão no quadro do Ministério da Saúde. Eu vou passar para V. Exa., com as respectivas especialidades. O.k.?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O próximo vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pergunto na sequência, aproveitando a deixa ali do vídeo: como V. Exa. pretende recuperar, já que não cogita demitir, substituir a Dra. Mayra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem ainda muitos militares no Ministério; não tem nenhum infectologista, segundo suas próprias palavras. Como V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, por favor... O Ministro falou que ele vai mandar. Deve ter infectologista, não estão trabalhando com ele, porque ele nunca conversou com infectologista.

O Ministro nunca conversou. Se tem, o Ministro nunca dirigiu a palavra a um infectologista que seja do Ministério da Saúde nem esse infectologista dirigiu a palavra a ele. Simples assim. Então, na cabeça do Ministro, se ele nunca falou com ninguém, é porque não tem. E, se tiver, tem em algum órgão lá do Ministério de que ele não tem conhecimento. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, eu até torço para que V. Exa. dê certo no Ministério. Claro, todos os brasileiros torcem, sobretudo num momento dramático desse, em que se anuncia a terceira onda da pandemia, mas como V. Exa. pretende recuperar a credibilidade técnica do Ministério da Saúde entre os especialistas e cientistas do País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a credibilidade técnica do Ministério da Saúde eu acho que está absolutamente intacta entre as sociedades científicas. Eu tenho apoio das sociedades científicas, eu tenho apoio de instituições universitárias.

Eu tive, no primeiro ato da minha gestão, uma visita à Universidade de São Paulo, fui recebido pela congregação; com a Universidade de Porto Alegre, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nós temos o apoio da comunidade científica. Isso é um trabalho que nós precisamos fazer. E eu adoto aqui, como já falei para os senhores, uma política de gradualismo. Nós precisamos trazer os médicos mais fortemente para o Ministério da Saúde, precisamos harmonizar as relações entre a classe médica para avançar. Esse é meu objetivo. É o que eu tenho procurado fazer à frente do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Próximo vídeo, por favor.

Nós estamos nos encaminhando, apesar das interrupções, para o final.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunto: por que V. Exa. não se coloca ao lado das sociedades médicas e científicas brasileiras, que se opõem ao uso da cloroquina, ivermectina e outros medicamentos com ineficácia comprovada na terapia contra a Covid?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já respondi essa pergunta a V. Exa. Inclusive, eu sou oriundo de uma sociedade científica. Eu sou Presidente licenciado da Sociedade Brasileira de Cardiologia, e eu tenho o apoio das sociedades científicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então a pergunta é: por que V. Exa. não se coloca? V. Exa. está respondendo que...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque eu já sou! Já sou parte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... que já é e que se coloca.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já sou parte das sociedades científicas. Eu sou Presidente licenciado da Sociedade Brasileira de Cardiologia. E tenho feito o meu trabalho, viu, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu não quero discutir isso. Eu estou fazendo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tenho a consciência tranquila de que tenho feito o meu trabalho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ministro, eu estou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... com altivez, com responsabilidade, com compromisso público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou fazendo com respeito óbvio...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O senhor pode atestar com os cardiologistas do seu Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou fazendo com respeito óbvio as perguntas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, e eu estou respondendo a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... que me cabem fazer como Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante que V. Exa. ajude a esclarecer essas coisas.

Se o Ministério da Saúde não se orientar pelos documentos técnicos das sociedades científicas, quais são as principais entidades favoráveis ao chamado tratamento precoce, que fornecem elementos para a orientação do Ministério da Saúde? Por favor.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, as sociedades científicas são entidades privadas de interesse público. Naturalmente, elas exaram diretrizes, que são diretrizes importantes, que devem ser consideradas, mas essas diretrizes não são políticas públicas. Quem conduz a política pública é o Ministério da Saúde. Quem elabora os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. É assim que diz a legislação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Especificamente com relação ao tratamento precoce, quem fornece elementos para a orientação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Especificamente com relação ao tratamento da Covid, eu já manifestei aqui o meu ponto de vista de maneira clara...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta não é essa, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o que eu não tinha feito aqui na outra reunião, justamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem fornece essas orientações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Conitec está sendo suportada por uma equipe de especialistas, liderada pelo Professor Carlos Carvalho, Professor Titular de Pneumologia da Universidade de São Paulo, apoiado pelas sociedades científicas – pela Amib (Associação de Medicina Intensiva Brasileira), pela Sociedade Brasileira de Infectologia –, e isso é de simples constatação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é quem fornece essas orientações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eles estão subsidiando o Professor Carlos Carvalho, que é consultor do Ministério da Saúde. E a decisão é da Conitec. Não é sociedade científica que elabora protocolo clínico e diretriz terapêutica...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas eu não estou falando elaborar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... não é Conselho Federal de Medicina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou falando: "Oferece orientações".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Oferece subsídios que podem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dá uma diferença; não é tão sutil na pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Oferece subsídios, Senador, que podem ou não serem aceitos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Por exemplo, se o senhor pegar as diretrizes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, já respondeu.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... da minha sociedade, que é a Sociedade Brasileira de Cardiologia, há determinados fármacos que, se o Ministério da Saúde incorporar, nós vamos fechar as unidades básicas de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O próximo vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um dos documentos de maior controvérsia em seu primeiro depoimento se deu quando perguntamos sobre o posicionamento a respeito do uso da cloroquina. V. Exa. não respondeu, tergiversou e insistiu que não poderia opinar sobre isso porque terá de se pronunciar quando a Conitec finalizar a elaboração do protocolo de manejo dos pacientes com Covid. Foi isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Falei, sim senhor. Agora, nessa oportunidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer a pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu claro desconforto sobre o tema ocorre porque as evidências científicas já apontam que não há benefício no uso dessa substância em nenhuma fase da doença, e V. Exa. sabe disso. Aliás, a Dra. Luana reforçou que V. Exa. nem a procurou para tratar desse assunto com ela, visto que essa é uma questão já superada tecnicamente. Advirto que a Conitec não é órgão do Judiciário, e não vale nesta CPI o argumento de que vemos em sabatina de juízes, de ministros, nesse Senado Federal, em que o sabatinado não pode responder sobre determinado assunto sob pena de se caracterizar prejulgamento de caso concreto. Não é o caso, definitivamente. Ressalto que V. Exa. não tem prerrogativa de recusar-se a responder às perguntas aqui formuladas, sob pena de incorrer em crime. A população e essa CPI têm o direito de conhecer o posicionamento da maior autoridade sanitária do País.

Portanto, permita-me perguntar novamente: qual é a sua opinião técnica como médico sobre o tratamento precoce da Covid-19 – especialmente sobre a utilização da cloroquina, hidroxicloroquina e ivermectina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu já respondi a V. Exa. Essas medicações não têm eficácia comprovada – não têm eficácia comprovada.

Volto a repetir: esse assunto é motivo de discussão na Conitec, que vai elaborar o protocolo clínico, uma diretriz terapêutica. Se não houver questionamentos acerca do que for ali colocado, morreu o assunto: o protocolo clínico está lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Queiroga, a sua resposta já foi dada: "Não tem comprovação científica". Acabou. Então, é essa a resposta

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso aí.

Quando será finalizada, então, a elaboração do protocolo da Covid pela Conitec?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A primeira fase já foi elaborada, que é o tratamento farmacológico, e isso está seguindo um trâmite. Eu não tenho aqui o cronograma da Conitec, mas posso passar para V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, com todo o respeito: justifica-se essa demora, diante do quadro atual de agravamento da pandemia? Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, minha opinião sincera: esse tratamento inicial vai influir muito pouco no custo dessa pandemia. O que influi aqui é a vacinação da população brasileira. Vacinar a população brasileira, esse é o meu foco. Se eu ficar aqui discutindo a discussão do ano passado, eu não vou em frente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é isso, Ministro. É que a finalização desse protocolo é requisito para que seja cancelada a Nota Informativa nº 17, de 2020, do Ministério da Saúde, que V. Exa. hoje...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nota informativa perdeu o objeto, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... responde por ele.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nota informativa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Que traz orientações a respeito da prescrição da cloroquina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nota informativa perdeu o seu objeto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que impede o ministério de revogar essa nota informativa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nota não... A nota não é um protocolo, a nota é apenas uma informação de dose. Ela perdeu o objeto, porquanto a Conitec está elaborando o protocolo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas por que V. Exa. não a revogou? É uma pergunta concreta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Por que ela não é... Ela não é um ato administrativo. Ela não é um ato administrativo, então não cabe revogação. Eu apenas... Ela está lá no *site*, porque ela faz parte da história desse enfrentamento à pandemia. Então, não vou retirar do *site* do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você não vai retirar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, ela faz parte da história. Ela não é um ato administrativo. Portanto, não cabe revogação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, com todo respeito, isso aí está dentro das suas atribuições, da sua autonomia? É por isso que a sua autonomia fica sendo questionada a cada momento.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se eu retirar essa nota aí do *site*, o que vai acontecer? Retirou do *site*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, me responda uma coisa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ela perdeu o objeto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Conitec não foi consultada para publicar essa nota, mas precisa se manifestar para que ela deixe de existir?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, ela não precisa se manifestar. A nota perdeu o objeto. Ela não tem efeito legal. Ela não tem efeito legal. Assim foi a orientação que eu recebi da AGU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é meio que inaceitável...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas essa nota técnica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... vindo de um Ministro da Saúde, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa nota técnica fala...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma nota informativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... acerca de doses. Esses medicamentos, no ano passado, eram usados por operadoras de plano de saúde, distribuíam por Municípios, etc. Os médicos prescreviam a dosagem que queriam. Então, pelo que eu soube, que foi informado aqui pela Dra. Mayra Pinheiro, se fez uma padronização de dosagem. Eu já disse aqui a V. Exa.: na minha opinião, esse tratamento não tem eficácia comprovada. E ponto final.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas a pergunta não cala. Por que o Ministério da Saúde não se manifesta claramente contra o uso da hidroxicloroquina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministro da Saúde já falou claramente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para eliminar qualquer dúvida.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já falou claramente aqui para V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que não revoga, não retira do ar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O tema está... É uma nota informativa que perdeu o objeto. Isso faz parte da história do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não, não. Ao se manter lá, ela ajuda que a dúvida persista, Ministro. O senhor sabe disso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não sei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe disso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é uma pena que o senhor não saiba disso.

Você pode exibir o próximo vídeo, por favor?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você poderia passar o vídeo 14 também, rapidamente, porque eu já estou concluindo?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como as coisas estão se agravando. A CPI já tem elementos suficientes e vem recebendo cada vez mais provas materiais da existência de um gabinete paralelo de aconselhamento do Presidente da República sobre a condução da pandemia, que foi batizado de "gabinete das sombras", na língua inglesa, por um dos seus fundadores e colaboradores, designação que é apropriada para as atividades desse grupo obscurantista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. teve algum contato com pessoas que as oitivas e os documentos colhidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito mostram integrar o "gabinete das sombras", como – vou citar os nomes e, se V. Exa. pudesse responder especificamente, seria muito bom –: Nise Yamaguchi.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em uma única oportunidade no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Luciano Dias Azevedo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Arthur Weintraub.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não conheço, Senador. Eu sei que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paolo Zanotto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o Arthur eu vejo nas mídias sociais. Paolo Zanotto não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Bolsonaro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Carlos Bolsonaro, sim, tive contato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Wizard.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Carlos Wizard, tive contato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E Osmar Terra.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Osmar Terra foi uma vez ao meu gabinete tratar sobre estudos sorológicos, e, eventualmente, eu converso com ele, mas nunca tratou comigo sobre tratamento precoce.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente, esse grupo age sobre políticas públicas do Ministério da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – No Ministério da Saúde, não. Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não age?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que providência V. Exa. tem tomado para que esse grupo pare de atuar em paralelo à sua gestão da pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço essa atuação em paralelo desse grupo. Na minha gestão, nunca vi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nunca atuou ou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nunca vi, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... V. Exa. desconhece a atuação dele?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nunca vi. Nunca vi esse grupo atuando em paralelo de forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Alguma diretriz desse grupo com a desconfiança e o desprezo pelas vacinas, e a defesa do uso de hidroxicloroquina nos pacientes da Covid-19 continua influenciando o Ministério da Saúde, especificamente na não revogação da portaria...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... da nota informativa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não continua?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, esse grupo... Não tenho contato com esse grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, o fato de a nota continuar a existir não tem nada a ver com esse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem nada a ver com esse grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tem a ver com...?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem a ver com esse grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tem a ver...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Porque perdeu a eficácia, não foi isso que o senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ela não tem... Ela perdeu o objeto, é o que falei com V. Exa. O Deputado Osmar Terra é um Deputado Federal, como os senhores sabem, já exerceu cargos de ministério, é uma pessoa que tenho respeito por ele. Ele me procurou uma vez no ministério pra falar acerca de estudo sorológico. Não tratamos sobre medicações.

A Dra. Nise Yamaguchi, eu recebi no Ministério da Saúde uma vez, e ela me entregou um protocolo de cloroquina que era usado em Cuba. E eu recebi.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em Cuba. Ela me entregou, mostrou aquilo lá, e eu recebi, como eu recebo outras pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. foi convidado – uma questão concreta – a participar do chamado "Congresso Internacional sobre Covid-19". Tem aqui um cartaz anexo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, não participei desse evento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu vou chegar lá. Eu vou chegar lá. Realizado em 29 e 30 de maio de 2021, do qual participaram diversos membros do gabinete paralelo, como Paolo Zanotto, Luciano Azevedo e outros defensores do tratamento precoce da Covid-19 com cloroquina, ozônio e outras terapias sem eficácia. Essa reunião foi descrita pelo jornalista Victor Silva como semelhante a uma reunião de uma sociedade secreta. Sua presença foi confirmada pelo Ministério da Saúde. V. Exa., no entanto, como afirmou, não compareceu, mas enviou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu Secretário Executivo Hélio Angotti Neto para representá-lo no evento. Ele fez elogio aos participantes e à organização do evento, em seu nome.

Eu pergunto: por que V. Exa. aceitou participar do evento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, esse evento... Meu nome estava aí, isso foi aceito pelo gabinete, eu não tinha tomado conhecimento acerca do evento propriamente dito. No dia eu tive compromissos, eu não poderia participar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, não, eu sei. Estou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O fato de esses médicos defenderem tratamento "a", "b", "c" ou "d" não quer dizer que o Ministério da Saúde não possa participar. Não quer dizer que eu, ao participar do evento, eu ratifico tudo que há ali. Mas não participei. Em relação a essas terapias, eu já externei o meu ponto de vista. Nesse dia eu não fui. Salvo melhor juízo, eu estava no Estado de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Eu vou ler um negócio aqui, por favor. Eu vou ler uma nota aqui: "Uma das empresas do meu grupo empresarial é a Vitamedic, a qual produz, atualmente, mais de 50% da ivermectina consumida no Brasil. Esse fato nos fez analisar profundamente os estudos científicos e as constatações dos médicos a partir de final de março de 2020. Concordamos com inúmeros médicos que muitas vidas estão sendo perdidas porque a população não está sendo esclarecida e orientada adequadamente sobre como se prevenir e como tratar o Covid. Entre os médicos, venho constatando divergências que me fazem convergir pelos que estão de fato salvando vidas, e não se prendendo nesses momentos críticos ao radicalismo pela total comprovação científica. E tem mais de 10 mil médicos alinhados com o protocolo do tratamento preventivo e precoce do Covid".

Esse cidadão, Grupo José Alves, José Alves Filho. O senhor conhece?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) **–** Não, não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ele é dono da Vitamedic. Ele mesmo disse que, atualmente, ele produz 50% da ivermectina. E faz aqui umas... Fez isto aqui, um depoimento. Nós vamos procurar saber quem é e qual foi o aumento... Ele fala em dez mil médicos. Ele não fala em dois. Então, é um negócio muito...

Vitamedic, o senhor nunca ouviu falar dessa empresa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Voltando com perguntas pontuais: por que V. Exa. aceitou participar do evento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Eu já falei para V. Exa. Essa aceitação deve ter sido dada pelo meu gabinete. Estava confirmada a minha presença. Eu pedi para o Dr. Hélio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... me substituir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

Alguém o estimulou para que aceitasse?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem fez o convite precisamente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu já falei para V. Exa. Certo? E, mesmo se eu tivesse ido, não quer dizer que eu concorde ou discorde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou fazendo perguntas. Nós chegaremos lá!

Quem fez o convite?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não sei, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Exa. desistiu de participar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não desisti. Eu desisti porque eu tinha um compromisso mais importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. confirma que os elogios foram feitos em seu nome? Ou o secretário executivo que o substituiu agiu contra a sua orientação no evento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não sei o que o secretário executivo falou lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele elogiou bastante o evento e os membros.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não sei. Essa é uma opinião pessoal dele. Tem que ser perguntado a ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas ele falou... Ele falou em vosso nome.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, ele estava lá. Eu pedi a ele para ele me representar. Certo? Mas não sei o que é que ele falou lá. Não sei. Aliás, esse evento não é uma preocupação minha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu não estou falando sobre a sua preocupação...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Minha preocupação é a vacinação da população brasileira. Essa é a minha preocupação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou falando sobre a existência de um fato!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não vejo nenhuma vedação a esse evento científico no Brasil. Não conheço que haja vedação a esse evento científico, do qual eu não participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que relato, então... Para sairmos disso, que relato lhe foi feito sobre o congresso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nenhum. Não perguntei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O secretário executivo não fez um relato?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não fez relato nenhum. Não falei com o secretário executivo sobre esse evento, até porque eu tenho outras coisas mais importantes para resolver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Diretor do Instituto Butantan, Dr. Dimas Covas, trouxe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito informações sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o desenvolvimento da ButanVac e sobre a existência de um acordo com o Ministério da Saúde para a compra opcional de 30 milhões de doses da CoronaVac.

Pergunto precisamente a V. Exa.: por que o ministério ainda não acertou definitivamente a compra desses 30 milhões de doses da CoronaVac?

Já que V. Exa. quer que a gente fale de vacina, vamos falar de vacina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Perfeito, Senador! Excelente pergunta V. Exa. faz!

Eu estive com o Dr. Dimas Covas no Instituto Butantan, visitei as instalações, vi as pesquisas que estão sendo feitas com a vacina ButanVac. Eu acho que é uma excelente alternativa para o nosso Programa Nacional de Imunizações. A oferta da CoronaVac, salvo melhor juízo, dessas 30 milhões de doses, aconteceria no último trimestre ou no último quadrimestre. É uma época em que nós temos muitas vacinas.

Ontem, na segunda-feira... Ontem, não, na segunda, eu conversei com o Dimas pelo WhatsApp e falei para ele: "Dimas, por que, em vez de a gente trabalhar com esses 30 milhões de CoronaVac, a gente já não faz aqui um acordo visando aos 30 milhões de ButanVac?". Já que a ButanVac já tem a pesquisa pré-aprovada pela Anvisa, então eu acho que seria um direcionamento mais adequado do Ministério da Saúde apostar na ButanVac do que na CoronaVac.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se a CoronaVac estivesse disponível para esse momento, Senador Renan, esse período de julho/agosto, que é um período em que a gente tem alguma dificuldade com vacina... É uma boa opção para o nosso sistema, já que é um agente imunizante que tem validação da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, é uma pergunta específica: por que o ministério ainda não acertou definitivamente a compra desses 30 milhões de doses?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque já temos doses suficientes para o último quadrimestre: da Pfizer, das outras vacinas que temos, da AstraZeneca, não é? E aí a opção nossa seria adquirir a ButanVac.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não acha que, ao agir dessa forma, ou ao orientar dessa forma, o ministério pode atrasar mais uma vez a compra de doses da CoronaVac, que foi um assunto muito discutido aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É isso que eu estou ponderando aqui com os senhores. Naturalmente que eu não tenho a razão em tudo... A CoronaVac é uma vacina de uso emergencial. Nós já temos a AstraZeneca sendo produzida aqui no Brasil, já a partir do último trimestre deste ano num volume maior, e eu penso que a gente deveria apostar no futuro numa vacina nacional. Então, esse é o meu entendimento. Até conversei com o Dimas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas qual é o problema, Ministro? É que a demora...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Alocação de recursos. A vacina ButanVac vai sair por um custo menor do que o da CoronaVac, é uma vacina que é uma promessa da tecnologia brasileira, o desenvolvimento do complexo industrial da saúde. Apesar de entendermos que a CoronaVac é uma boa vacina, já surgem questionamentos acerca da sua efetividade – eu não quero aqui adentrar em um conhecimento mais definitivo, até porque falta evidência. Então, por uma estratégia, o Ministério da Saúde pensa que investir na ButanVac seria a melhor opção, sem prejuízo de podermos adquirir essas 30 milhões de doses da CoronaVac também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então uma pergunta: a demora na definição quanto a essa compra de mais doses da CoronaVac traz imprevisibilidades adicionais ao Instituto Butantan na programação da fabricação desse quantitativo de vacinas. O senhor não acha isso, como já ocorreu no passado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não. Conversei com o Dimas, viu, Senador Renan? Até falei com ele especificamente e ele concordou comigo. Mas a gente pode conversar com o Dimas e buscar... Se o Butantan acha que são apropriados esses 30 milhões, o Ministério da Saúde pode considerar, não tem problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O ministério, a propósito, está de alguma forma patrocinando o desenvolvimento da ButanVac?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com investimentos específicos, não, mas não é descartado investir na ButanVac. Eles precisam... Tem que passar pelo CEP/Conep, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não está, não está.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, tem que existir o pedido...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não está, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas pode apoiar sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, pode apoiar, e eu espero que apoie, mas por enquanto não está apoiando.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Apoiará, Senador, sem dúvida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, é uma pergunta: está apoiando ou não está?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tecnicamente, desde que se submeta um projeto de pesquisa com a fundamentação adequada, será apoiado pela SCTIE.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas qual é o patrocínio, então, que está dando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eles têm que solicitar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ou será? Qual é o tempo do verbo exatamente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, do ponto de vista da pesquisa clínica: precisa ter a autorização da Anvisa para fazer a pesquisa. Já tem a pesquisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, a pergunta não é essa, mas se está patrocinando...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – No momento, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não. No momento, não. Então está respondido.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas pode apoiar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Está respondido.

O Ministério da Saúde já recebeu alguma proposta para o fornecimento de doses da ButanVac pelo instituto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa autorizou a importação de lotes da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde e, da Sputnik V, pelo Consórcio Nordeste. As perguntas: quando essas vacinas chegarão ao território brasileiro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, eu não tenho esse dado para V. Exa., mas a União Química, me parece, já tem uma produção nacional, o que seria algo que facilitaria.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, eu não tenho esse dado para V. Exa., mas a União Química me parece que já tem uma produção nacional, o que seria algo que facilitaria. Assim que chegar, e dentro da aprovação da Anvisa, o Ministério da Saúde vai trabalhar junto com os Governadores do Consórcio Nordeste não só para que dê tal aporte, porque foi tratado com o consórcio que nós adquiriríamos essas doses. O Ministério da Saúde vai adquirir essas doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É sobre essa pergunta: as vacinas adquiridas pelo Consórcio Nordeste serão doadas ao Programa Nacional de Imunizações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Elas participarão do Programa Nacional de Imunizações. Agora, tem que ver, Senador – ainda não li detalhadamente a autorização da Anvisa –, porque me parece que é um percentual da população de cada Estado. Me parece que é um volume pequeno de doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um por cento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito menor do que o que nós desejávamos, certo? Então, assim sendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os Estados serão ressarcidos por isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, senhor, serão ressarcidos. E há a necessidade de um estudo de efetividade. E aí nós vamos apoiar os Estados nesse estudo de efetividade. Ontem, eu tratei com o Governador Wellington Dias acerca desse tema. Estamos absolutamente abertos. É importante nesse momento sanitário que vivemos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, as secretarias estaduais de saúde poderão distribuir essas doses para que sejam administradas diretamente à população?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Ministério da Saúde tinha um acerto para 10 milhões de doses da Sputnik no último trimestre deste ano. Então, vamos buscar também essas 10 milhões de doses; se houver condição de antecipar, melhor. E vamos usar dentro do critério que a Anvisa colocou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há vacinas contra Covid que já foram aprovadas em outros países, como as produzidas pelas empresas Sinopharm e CanSino.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa última, inclusive, aplicada em dose única. O Ministério da Saúde, Ministro, ainda está tentando firmar mais contratos para a compra de vacinas contra a Covid-19 ou está satisfeito com os acordos que já estabeleceu?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Buscamos adquirir mais doses. A CanSino já fez um pedido à Anvisa de registro emergencial. Ela tem essa característica de uma única dose – nos ajuda. Então, sendo possível, vamos ter a CanSino aqui conosco, não é?

A Sinopharm é uma vacina parecida com a CoronaVac. Existem negociações do ministério. É necessário verificar questões de custos da vacina. É um custo um pouco elevado em relação a outras vacinas que nós temos aqui, e há a possibilidade de essa vacina ser produzida, a partir do IFA enviado da China, em Território nacional. Se isso for possível, o ministério vai apoiar, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A propósito, qual é a meta vacinal estabelecida pelo ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até o final do ano?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – População acima de 18 anos, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a quantidade?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Cerca de 60 milhões de habitantes. Já se discute vacinar adolescentes. Nos Estados Unidos, a Pfizer já tem uma proposta no FDA, a Moderna trabalha com essa questão...

Como eu falei, nós estamos com tratativas com a Moderna e vamos seguir nessa questão da vacinação, porque tem o ano que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou encerrando.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós não sabemos ainda como é que vai ser essa estratégia, se vai ser só uma dose, se precisa vacinar de novo como a gente está vacinando agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde, Ministro, já fez ou conhece estudos que apontem para a possibilidade de ser necessária uma vacinação regular contra a Covid-19?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, esse assunto está sendo discutido nos outros países. A minha opinião pessoal é de que possivelmente precisemos vacinar a população, mas ainda é... Essa é uma opinião pessoal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ainda carece de uma informação científica mais consistente. Quando houver essa opinião científica mais consistente, nós vamos fazer um foco maior, mas já há, com a Moderna, uma negociação para 100 milhões de doses. Nós já temos a vacina AstraZeneca produzida no Brasil. Nós teremos a Butantan também produzindo a ButanVac, assim quero crer que essa vacina seja uma boa vacina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor está anunciando que o Brasil já trata de acordos e negociações para compras de vacinas destinadas a uma eventual nova rodada de vacinas contra a Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Perfeito, Senador, perfeito.

Há também um projeto de lei de autoria do Senador Wellington Fagundes que visa que os parques de vacinação animal sejam aplicáveis para a vacina de humanos. Eu visitei um desses parques, é uma estrutura muito consistente e, desde que do ponto de vista sanitário isso seja possível, é uma excelente alternativa. Esses parques podem produzir até 5 milhões de doses de vacinas por dia, e aí o Brasil teria uma tranquilidade em relação à vacina, até para ajudar os países da América Latina, porque têm muitos países que fazem fronteiras aqui conosco, Venezuela, etc.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, quais as providências que o Ministério da Saúde está tomando para garantir novas doses para vacina contra a Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essas que falei para o senhor. O acordo de transferência de tecnologia; a aquisição de 100 milhões de doses da Pfizer; o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estímulo a parques nacionais, como o Butantan, para produzir vacinas com tecnologia nacional; a iniciativa Covax Facility, já nos foi oferecido a possibilidade de continuar, e aqui até discutindo com os senhores nós poderíamos até ter 20% da população vacinável do Brasil dentro do contexto da Covax Facility, a opção foi por 10% e as entregas têm sido lentas. E, aí, aumentar muito para 20%, a gente pode incorrer no mesmo problema de ter os atrasos de doses da OMS. Eu penso que seria fazer a mesma aposta, 10% da cobertura vacinal da população brasileira e investir fortemente na vacina da Fiocruz, com o IFA nacional a gente tem condição de ter uma regularidade nas entregas de doses e o Butantan. O Butantan tem condição de produzir mais de 1 milhão de doses de vacina por dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, especificamente, que espaço está sendo dado à ButanVac nessa discussão sobre eventuais outras rodadas de vacinação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, a ButanVac ainda precisa passar por um estudo de Fase III e no estudo de Fase III provavelmente ela será comparada não com o placebo, mas com a outra vacina. Então, tendo uma conclusão favorável, o Butantan vai produzir vacinas numa quantidade boa. Até esse ano, o Dimas me falou, que teria condição de produzir mais de 30 milhões de doses da vacina ButanVac. Eu acho que a gente se prepara bem para o ano de 2022.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A última pergunta. O senhor leu ou conhece o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia, apresentado ao ministério pelo Conselho Nacional de Saúde, a Frente pela Vida, em julho do ano passado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu recebi esse plano agora na...

Foi na última sexta-feira?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Na última sexta-feira, o Conselho Nacional de Saúde esteve comigo. Eu recebi esse plano, nós vamos, naturalmente, analisá-lo do ponto de vista técnico e vamos acatar aquilo que for importante e as outras questões vamos discutir com o Conselho Nacional de Saúde. Faz parte da estrutura do sistema público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei, eu sei.

Das dezenas de recomendações sobre a condução da pandemia encaminhadas ao Ministério da Saúde pelo Conselho Nacional de Saúde, o mais importante órgão de controle social do SUS, quais V. Exa. se lembra, de memória, pretenda aplicar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não li ainda, Senador, vou ser sincero com V. Exa. Não li ainda, mas vou acolher esse documento com atenção, vamos analisá-lo e discutir com o Conselho Nacional de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Os internautas que participaram de diversas perguntas e de suas formulações **–** aliás, eu aproveito a oportunidade para agradecer a todos **–**, eles pedem, por favor, se o senhor pode deixar mais claro se a capacidade técnica da Dra. Luana foi o que atrapalhou a sua nomeação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito obrigado, Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Sr. Relator. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vamos conceder um intervalo de 15 minutos e, em seguida, nós retornaremos aqui com o depoimento do Ministro.

Nós temos alguém no remoto ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Senador Tasso Jereissati está lá. Então, pela ordem: o Senador Tasso Jereissati, no remoto, e o Senador Humberto Costa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** V. Exa. tem razão, Senador Humberto. Acato o encaminhamento de V. Exa.

Então, pela ordem: Senador Humberto Costa e, na sequência, o Senador Tasso Jereissati, ao retomarmos.

Quinze minutos de intervalo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 12 horas e 17 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 30 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro Marcelo Queiroga – seja muito bem-vindo aqui à nossa casa! –, eu queria começar reforçando a preocupação de V. Exa., Sr. Presidente. Eu disse, semana passada, que, entre março do ano passado e março deste ano, foram vendidos 52 milhões de comprimidos desse chamado *kit* tratamento precoce só nas farmácias privadas do Brasil. É muito importante essa investigação, porque, com toda certeza, tem gente que ganhou dinheiro – e muito dinheiro – com essa história de tratamento precoce, e por aí vai.

Bom, mas eu queria me dirigir ao Ministro dizendo que, quando o Congresso Nacional convoca um ministro ou um integrante do Governo, convoca alguém que vem falar pelo Governo. Eu entendo a situação difícil de V. Exa., porque ver o Presidente da República fazer tudo aquilo que é oposto ao que a ciência, o conhecimento vê como efetivo para convencer da pandemia e ter uma visão diferente, eu entendo que é difícil. Agora, o que a pessoa comum pensa, Ministro, é mais ou menos o seguinte: se ele não convence o chefe de que tem que usar máscara, parar de fazer aglomeração e de defender coisas que não têm efeito, como é que vai convencer a população?

Eu acredito que V. Exa. realmente quer ajudar o País, como V. Exa. disse, mas é preciso saber o que aconteceu ao longo desses 77 dias. Nesse período em que V. Exa. está como Ministro até ontem, morreram 175.738 pessoas por Covid-19 no Brasil. Isso também é uma demonstração de que é preciso combinar ações.

O senhor, por exemplo, disse aqui, quando esteve da outra vez, que muito breve iria haver um processo de vacinação de uma média de 1 milhão de pessoas por dia. Por que isso não aconteceu, Ministro?

Peço que seja breve, porque eu tenho muitas perguntas a lhe fazer.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Bom, um ponto é que houve atraso de insumos, sobretudo da China, que, de certa maneira, desacelerou a produção de vacinas na Fiocruz e no Instituto Butantan.

Outro ponto é que a vacina acelerou, porque as doses foram usadas todas como D1, no caso da CoronaVac e da AstraZeneca. Quando chegou a oportunidade da D2, houve uma diminuição dos insumos, e isso levou a um certo retardo da vacinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto foi a questão do grupo das comorbidades. Então, esse grupo das comorbidades não teve a mesma velocidade que nós tínhamos antes, tanto é que o PNI resolveu fazer uma mescla: comorbidades e por faixa etária. Então, dessa forma...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, na verdade, a principal razão é mesmo a falta da vacina, onde entra a responsabilidade...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A questão dos insumos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... total do Governo Federal.

Em 2010, quando nós tivemos a vacinação do H1N1 aqui no Brasil, foram vacinadas 80 milhões de pessoas num período de cem dias – de cem dias. Mostra-se evidente, então, que nós temos um problema grave, que é exatamente a falta de vacina, pelas razões que nós sabemos.

Eu queria perguntar a V. Exa. V. Exa. disse que despacha eventualmente com o Presidente da República. O que é essa frequência? Existe um gabinete de crise, ministério, Presidente? O senhor é recebido quantas vezes por semana, já que nós estamos numa crise gravíssima?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quinzenalmente há uma reunião com o gabinete de crise, no qual participa o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E com o Presidente diretamente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Diretamente com o Presidente, despacho sempre com ele. Pelo menos uma vez por semana, eu estou com o Presidente especificamente pra tratar sobre saúde ou em reuniões do ministério, que acontecem com certa frequência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É muito pouco, Presidente, Ministro. Na verdade, nós deveríamos ter era um gabinete de crise em que o Presidente da República tomasse conhecimento de tudo diariamente, tivesse uma participação plena.

O problema de V. Exa. é o mesmo dos outros ministros que tentaram fazer um trabalho, exceto o Ministro Pazuello. É que V. Exa. preconiza uma coisa, e o Presidente preconiza outra. Enquanto V. Exa. está querendo defender um enfrentamento com base no que todas as autoridades sanitárias dizem, o Presidente da República insiste na sua tese da imunidade de rebanho, faz aglomerações como foram mostradas aqui, defende tratamentos ineficazes e com isso o problema vai se agravando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, aqui, nós estamos diante da iminência, pelo que se diz, de uma terceira onda. Na avaliação do Ministério, nós vamos ou não ter uma terceira onda? Qual é a avaliação, o balizamento que V. Exa. faz?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, até bem pouco tempo, os Estados, os Municípios tinham uma restrição maior do movimento da população, estavam fechados. Houve uma abertura. Então, com essa abertura, há uma tendência de novos casos, e isso faz com que haja um aumento dos óbitos. Outro ponto é a estação climática que vivemos, onde há uma tendência maior de circulação do vírus.

Então, para mim, ainda não está caracterizada uma terceira onda. Eu acho que estamos ainda nessa segunda onda e num platô elevado de casos. E a minha esperança para conter isso é a vacina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Então, a situação é grave, não é?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma situação sempre de muito cuidado, não é, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** É uma situação grave, e, pelo que dizem os epidemiologistas, infectologistas, nós estamos entrando realmente numa terceira onda, não é? E foi justamente no momento em que nós estamos começando uma terceira onda que o Governo decidiu – e eu queria saber a opinião de V. Exa., porque foi dito que chegou a haver uma reunião ministerial para decidir isso, e certamente teriam sido ouvidos os ministros –, que o Brasil se decide a patrocinar essa Copa América.

Não é a mesma coisa. A Taça Libertadores e a Sul-Americana e o campeonato nacional não são a mesma coisa. Nós vamos receber aqui, durante um período, só de jornalistas... Eu pensava que eram 1,6 mil, mas o Senador Renan disse que são 2 mil. Jogadores, comissões técnicas... E nós já tivemos a vivência do campeonato nacional.

Diferentemente do que disse V. Exa., não foi uma única pessoa que contraiu a Covid-19; foram mais de 320, entre atletas, comissões técnicas... Houve, inclusive, um caso de morte, um massagista do Flamengo. V. Exa. deveria lembrar que o primeiro jogo do campeonato nacional, no ano passado, foi adiado porque dez jogadores do Goiás estavam infectados com Covid-19. Então, isso é de um equívoco, do meu ponto de vista, de a gente correr um risco sanitário desnecessário, que está sendo proposto que o País viva.

Além do mais, vem gente de fora, que pode trazer novas cepas. Além do mais, aqui no Brasil, em que nós temos um criadouro de cepas, podem esses atletas, esses jornalistas, essas pessoas levarem para os seus próprios países essas cepas. Então, é uma visão profundamente equivocada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E V. Exa. me perdoe: dizer que o problema é uma coisa privada... Não. O Ministério da Saúde trata da saúde pública, da população como um todo. Isso envolve as atividades privadas, as atividades públicas... Por acaso, quando houve o isolamento social, tanto as atividades empresariais, comerciais, de trabalho foram suspensas, porque o objetivo de constituir uma meta para o enfrentamento à Covid se sobrepõe. Então, não se pode dizer que "não, é como se fosse uma coisa assim que: não, é privada, então, eu não vou me meter nisso, não tem nada a ver com isso...". Eu acho um grande equívoco e eu queria saber se V. Exa. participou da decisão e se V. Exa. disse que era a favor ou contra a realização.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O mérito da decisão de ter a Copa América no Brasil não foi decidido por mim, é uma situação concreta. O que eu avaliei foram os protocolos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Certo. Então...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e os protocolos são protocolos seguros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** ... o que eu posso deduzir é que, numa questão gravíssima, extremamente séria para a saúde pública, o Ministério da Saúde não teve o poder de aprovar ou de vetar. O que V. Exa. fez foi pedir um estudo para ver a melhor maneira de se fazer, mas V. Exa. não teve o poder de tomar essa decisão.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa decisão não compete ao Ministro da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Não, compete, sim! Claro que compete!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Na minha opinião, não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** No meio de uma pandemia dessa, com 475 mil pessoas? V. Exa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As atividades esportivas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** V. Exa., Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... os jogos estão acontecendo regularmente, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. é o principal dirigente do SUS, do Ministério da Saúde; não pode dizer que não tem nada a ver com isso. Tem tudo a ver com isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tem que impedir todos os jogos, então, Senador!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tem que impedir todos os jogos?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. pode dizer o seguinte: o Presidente tomou uma decisão sem levar em consideração o posicionamento do Ministério da Saúde – entendeu? – ou da maioria das pessoas que estão estudando essa pandemia. Mas, me perdoe, com todo o respeito, V. Exa. não pode se eximir...

É o que eu disse: o que acontece com V. Exa. é o que aconteceu com os outros. O Presidente não o ouve! V. Exa. não tem autonomia. Ele faz as coisas da cabeça dele, única e exclusivamente. E não dá para V. Exa. dizer que o problema é uma questão de divergências que existem na classe médica, não. É uma divergência concreta entre o que é correto fazer para o enfrentamento à pandemia e a posição do Presidente da República. Essa é a questão mais importante no meu ponto de vista.

Eu vejo, inclusive, que, pela irritação em algumas falas que V. Exa. fez aqui – e não se irrite conosco, não; nós estamos cumprindo aqui o nosso papel –, eu sinto que V. Exa. não está numa posição cômoda. Aliás, eu até vejo que aqui, quando vêm algumas pessoas, vem gente de todo canto para defender, não é verdade? Até o Senador Flávio Bolsonaro vem para aqui. Hoje, cadê o Ciro Nogueira? Cadê os outros? V. Exa. está só aí. V. Exa. está abandonado aqui, está certo?

Então, eu entendo... Eu não acredito que V. Exa., se tivesse o poder de decidir se faria ou não essa Copa América, que V. Exa. aceitaria fazer. Se o Presidente dissesse "a decisão é sua, Ministro", eu tenho certeza de que V. Exa. diria: "não vai fazer". A situação de V. Exa. hoje é extremamente incômoda. V. Exa. foi ao Estado de Pernambuco – com muita alegria nós recebemos V. Exa. –, mas V. Exa. não tinha um Deputado da base do Governo apoiando-o lá, acompanhando-o. V. Exa. entregou um concentrador de oxigênio que o Governador do Estado já tinha entregue. Ainda botaram V. Exa. nessa situação vexatória.

Quer dizer, eu acho que V. Exa. está saindo. Eu acho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque eu acho...

Eu também torço que não, porque pode vir... Pode ser que Pazuello volte.

Mas eu acho que não há possibilidade de alguém que queira fazer um trabalho sério neste País poder fazê-lo dentro desse Governo. É o mesmo problema da Dra. Luana. Veio aqui, falou que era técnica, que era não sei o quê. Era técnica, era tudo, mas veio participar de um Governo como esse.

Então, eu espero que esse objetivo seja conquistado, de nós termos toda a população vacinada até o final do ano, mas não acredito muito, não.

Por último, eu queria perguntar a V. Exa. sobre a questão do *kit* intubação. Eu recebi informações dos secretários estaduais de saúde de que a situação é muito difícil em relação aos *kits* intubação. Eles dizem, por exemplo, que as aquisições por registro de preços nacionais pelo Ministério da Saúde estão sendo realizadas, mas que as entregas ocorrem de uma maneira parcelada, com pequenos quantitativos.

Então, por exemplo, medicamentos como atracúrio, cisatracúrio, rocurônio, que são agentes curarizantes, apresentam uma cobertura menor do que 10 dias em 25 Estados – só daria pra 10 dias em 25 Estados. Os sedativos propofol, midazolam apresentam cobertura menor que 10 dias em 24 Estados. Eu queria que V. Exa. pudesse me dizer bem concretamente e objetivamente: podemos ficar tranquilos? O Brasil pode ficar tranquilo que nenhum paciente vai se acordar, porque está intubado e não tem sedação, nem tem uso desses medicamentos que são relaxantes musculares? O Ministério da Saúde garante que não vão faltar os medicamentos que compõem o *kit* intubação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, fizemos uma importação, através da Opas, dos Estados Unidos, de 5,5 milhões de itens do *kit* da intubação – um milhão, entregue pra distribuição essa semana. E, pra que tenhamos essa tranquilidade, vamos dobrar essa importação: mais 5,5 milhões estão sendo providenciados, afora o mercado nacional que produz.

Eu tenho ouvido, nas últimas duas semanas, que essa questão tinha diminuído fortemente, mas começou a pressão novamente no sistema de saúde, primeiro numa cidade do Rio Grande do Sul, agora no Mato Grosso do Sul, alguns na cidade do Rio de Janeiro, no interior de São Paulo. Já adquirimos esses 5,5 milhões e vamos adquirir mais 5,5 milhões nos Estados Unidos. Essa via está liberada. Então, o objetivo é não faltar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço, excelência.

E quero registrar aqui o compromisso que foi assumido pelo Ministério da Saúde de que a população brasileira não se preocupe: ninguém vai ver um ente querido dentro de um hospital intubado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa UTI acordar ou ter que ser amarrado porque falta medicação. Isto é muito bom: ter essa promessa aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O Senador Otto Alencar; depois, o Senador Tasso, remotamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu começo em defesa da nossa honra – dos Senadores que são oposição ou são independentes, inclusive dos suplentes –, pela palavra do Presidente da República numa *live* em que ele fez palavras grosseiras contra nós todos, querendo nos desqualificar. Inclusive, no meu caso, eu que fiz aqui o interrogatório à Dra. Nise Yamaguchi – e foi o interrogatório científico, médico –, eu nunca deixei de tratá-la, ao longo das perguntas, como "doutora", "senhora", "vossa senhoria". Respeito. Só que, quando a gente perguntava, ela ia responder com outra coisa que eu não perguntei. Então, às vezes interrompi. Se fui... Ou se ela considerou que, em algum momento, eu quis colocá-la numa situação desagradável, não foi isso; não foi essa a minha intenção. E, se ela aceita, eu não posso recuar do que eu falei e não vou recuar, porque eu tenho consciência que foi uma coisa correta.

Mas o próprio Presidente, nessa *live*, disse que eu agredi com palavras a Dra. Nise Yamaguchi. Eu não fiz isso. E não é o Presidente a melhor recomendação para dar norma de comportamento a nenhum Senador ou Senadora. Portanto, eu pediria que colocasse os vídeos do Presidente da República saudando as mulheres.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, jamais na minha vida, em momento nenhum, com nenhuma pessoa, com nenhum ser humano, eu tomaria, eu faria uma declaração dessa natureza. Um Presidente da República, para um país majestoso como é o Brasil, um povo generoso, ter essa grosseria... Eu não fiz nenhuma grosseria à Dra. Nise Yamaguchi em nenhum momento. Tratei só do ponto de vista médico e científico. Portanto, o Presidente não é uma boa recomendação para o trato com as mulheres.

Outra coisa, Sr. Presidente, nós tivemos agora a prisão de um médico, no Egito, o Dr. Victor – nome estranho, Dr. Victor Sorrentino, uma coisa assim –, que é também do Conselho Federal de Medicina e amigo do Presidente do Conselho Federal de Medicina, o Dr. Mauro Ribeiro. Quando eu fiz aqui as perguntas à Dra. Nise, imediatamente o Presidente do Conselho de Medicina, Dr. Mauro Ribeiro, meu colega – tenho respeito por ele –, gravou um vídeo me acusando fortemente. Dr. Mauro, lá no Egito, o Dr. Victor, seu colega, fez um assédio sexual. O senhor não gravou nenhum vídeo ainda condenando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação dele? Eu pergunto: qual foi a ação mais grave, o assédio sexual ou eu perguntar cientificamente a uma médica sobre Covid-19?

Eu espero que o senhor tome também a mesma decisão de me acusar, de soltar vídeo no Brasil todo como se tivesse cometido um crime contra alguém quando, na verdade, eu só fiz perguntar as coisas.

Agora, Sr. Ministro Marcelo Queiroga, eu vou passar às mãos de V. Exa. esse Instagram que correu pela Bahia inteira. Nesse Instagram, segundo está escrito, o senhor estaria me desqualificando como cidadão, como homem ou como Senador. É da autoria de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não senhor, Senador. Isso aqui é perfil falso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é nesse ambiente falso...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tenho esse juízo de valor acerca de V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, é nesse ambiente falso de *fake news*, de inverdades, de uma corporação de mentirosos que tomaram conta do poder no Brasil que o senhor, que é um médico, um cardiologista respeitado, está vivendo, e eu não aceitaria viver.

Agora, começo a parte médica que vou perguntar ao senhor.

Ministro, são várias vacinas que estão sendo aplicadas no povo brasileiro por V. Exa. Não é isso mesmo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu pergunto: o senhor leu a bula de todas as vacinas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, lamento o senhor não ter lido a bula de todas as vacinas – pois eu li a bula de todas, Ministro. Sabe por quê? Porque o senhor é autoridade sanitária do Brasil. É exatamente o senhor que determina como devem ser aplicadas as vacinas e quem deve tomar vacina ou não. É o senhor que determina a maneira de vacinar. O senhor tem que conhecer a vacina, qual o método da construção de uma vacina, de se fazer uma vacina a inativação de vírus ou mRNA. Um desses o senhor tinha de saber, e saber como mandar aplicar as vacinas, porque todas vacinas podem ter efeitos colaterais. O senhor deveria pelo menos, Ministro, ler a bula. Na bula da vacina, ler modo de usar, posologia, efeitos colaterais. E o senhor não fez isso, Ministro. E devo dizer a V. Exa. que talvez seja o ato mais irresponsável que o Ministro da Saúde pode fazer é determinar aplicação da vacina sem ter conhecimentos dos efeitos colaterais da vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, aqui nesta bula, por exemplo, uma só, a Pfizer: o senhor está mandando aplicar a vacina, a primeira dose agora e a segunda dose com quantos dias, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Doze semanas, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Doze semanas. Está errado, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** A bula...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A bula...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Está muito claro aqui... Eu vou pedir...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sei que na bula são 21 dias, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Exatamente!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vinte e um dias, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor está mandando aplicar fora da bula, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas está errado!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Está errado. Eu vou pedir...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As gestantes recebem a vacina...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Por favor, entregue ali ao Presidente para ele ler.

Presidente, por favor, leia aí como é que se deve aplicar corretamente a vacina da Pfizer. E olhe que eu vou só pegar a da Pfizer, mas vou chegar na AstraZeneca...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, só me permita responder a V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Vou permitir.

Só concluindo, vou chegar na AstraZeneca também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode concluir.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, vacina em gestantes, fora do bulário. Nenhuma das vacinas tem na bula aplicação em gestantes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Essa tem.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Programa Nacional de Imunizações...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não! Espera aí, espera aí, espera aí... Essa tem. Essa tem.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, a da Pfizer não tem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Tem. Eu vou mostrar ao senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não. Tem com recomendação médica.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não! Tem aí...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com recomendação médica!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Ministro, vou mostrar ao senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com recomendação médica, Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Vou lhe mostrar, Ministro! Na Pfizer tem!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com recomendação... Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Na Pfizer tem.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... do ponto de vista prático, na minha gestão, nós distribuímos 70 milhões de doses de vacina para a população brasileira, Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Espera aí, espera aí, Ministro! Mas não é assim, não! Espera aí, Ministro! Mas na da Pfizer, no dia...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, V. Exa. não pode querer desqualificar a autoridade sanitária do Brasil...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, não estou desqualificando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... por ter lido ou não uma bula de uma vacina.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu estou perguntando ao senhor se o senhor leu.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É que nós vacinamos 70 milhões de brasileiros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não estou desqualificando, não. Não levante a voz para mim, não!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não estou levantando a voz para V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Está levantando a voz! Eu não desqualifiquei. Eu disse que o senhor não lê a bula, e o senhor não leu.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E eu disse ao senhor que não li.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E aqui na Pfizer está escrito claramente que não pode ser dada a gestante, Ministro. Está aqui na Pfizer. Está aqui.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não pode ser...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não pode ser dada a gestante.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É isso que eu disse: vacina fora do bulário.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não pode dar, mas está na bula. E o senhor disse que não estava na bula. O senhor não leu a bula.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu falei que a indicação da bula era fora do bulário, Excelência!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas agora eu vou chegar... Agora eu vou chegar aonde eu quero, Ministro. Eu vou chegar aonde eu quero. O senhor tinha a obrigação de ler a bula. Se eu estivesse no seu lugar, eu leria todas, como eu peguei para ler. Está aqui ó... Todas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E sei que tem contra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que eu tenho buscado é vacina para vacinar os brasileiros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E sei que tem efeitos colaterais graves. E vou perguntar ao senhor agora, e o senhor vai me responder.

Ministro, quando da morte de uma gestante, após a vacinação com AstraZeneca, a primeira opção... Quem foi responsável por omitir uma norma técnica para os Estados recomendando vacinação de gestantes que tinham recebido a primeira dose da AstraZeneca, como qualquer vacina que estivesse disponível a isso – isso a gente chama de intercambialidade, não é? – e sem nenhuma comprovação? O senhor sabe que morreu uma gestante. Não foi isso mesmo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu quero perguntar ao senhor: quem foi que editou a norma e se, essa norma editada, o senhor concordou com ela?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, Senador. Então, vamos falar sobre esse aspecto da vacinação das gestantes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sim. Não, o senhor vai... Agora, espera aí, Ministro. O senhor vai responder a isto aqui: quem foi que editou a norma...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quem editou foi o Programa Nacional de Imunizações.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, senhor! Não foi, não, Ministro! Não foi, não! Foi a Dra. Francieli Fantinato.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ela é a Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Ministro, fala a verdade, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu sempre falo a verdade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor... A ciência não pode mentir, Ministro!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sempre falo a verdade, Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não fala, não!

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sempre falo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** A ciência não pode mentir.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa. não me deixa falar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não foi, não foi... O senhor não citou o nome dela.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Foi Francieli Fantinato.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... temos o Programa Nacional de Imunizações...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** A paciente morreu com a dose da AstraZeneca.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa. me permite falar? Se V. Exa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Se V. Exa. falasse a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho, por favor.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se V. Exa. permitir, aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ministro! Ministro! Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas o senhor não falou a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Otto!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sempre falo a verdade, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor está colocando...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sempre falo a verdade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor está promovendo no Brasil, por falta de conhecimento da leitura da bula...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu distribuí 70 milhões de doses de vacinas para os brasileiros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... uma pseudovacinação no Brasil. O senhor está produzindo uma pseudovacinação no Brasil por falta de conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu distribuí 70 milhões de doses de vacina para o povo brasileiro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor está produzindo uma pseudovacinação no Brasil.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem pseudovacinação nenhuma. A sociedade brasileira reconhece os esforços que nós temos feito aqui, e não aceito que seja desqualificado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho!

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não lê a bula. O senhor não lê a bula.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... um patrimônio da sociedade brasileira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor sequer lê a bula, sequer lê a bula.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu aplico 70 milhões de vacinas nos brasileiros de norte a sul.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Como é que o senhor tem tempo para tudo, Ministro, e não tem para ler a bula?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – De norte a sul, Senador Otto Alencar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Que nada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – De norte a sul.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ministro, só um minuto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor, em vez de dizer o nome da pessoa, você foi dizer o nome do órgão. Do órgão!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Vamos encerrar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... V. Exa. tem que colocar ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, espera aí.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Começou a gritar comigo. Não pode gritar comigo, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O senhor não vai dizer para mim o que fazer, não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não pode, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor não pode gritar comigo, não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não estou gritando com V. Exa. V. Exa. me chamou de mentiroso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não chamei, não!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa. me acusou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não usei esse termo com o senhor! Não usei o termo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de uma maneira muito cruel...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não usei o termo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e injusta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não usei o termo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E injusta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não usei o termo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E injusta!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, senhor, não usei o termo. Não usei o termo. Eu disse...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se o senhor não disse, eu retiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu disse que o senhor não citou o nome da pessoa, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e peço desculpa. O nome da pessoa é a coordenadora...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se V. Exa. permitir...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por que o senhor não disse?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se V. Exa. permitir que eu diga como funciona o PNI, eu vou lhe dizer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode olhar nos autos que eu não citei ele como mentiroso. Pode olhar nos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... não citou o nome da pessoa.

(*Interrupção do som.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O debate... O debate... Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... balançou a cabeça, que eu chamei, não chamei. Pode olhar os vídeos, que eu não chamei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu disse que o senhor não citou o nome da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Otto, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu nunca usei o termo "mentiroso" aqui contra ninguém. Eu disse que o senhor não citou o nome da pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a sessão por dez minutos.

(*Suspensa às 13 horas e 01 minuto, a reunião é reaberta às 13 horas e 09 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Senador Omar Aziz, eu queria que V. Exa. lesse a bula que está aí, a da Pfizer, para que os Senadores e as Senadoras possam tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "É um medicamento classificado na categoria B de risco de gravidez. Portanto, este medicamento não deve ser utilizado por mulheres grávidas sem orientação médica ou do cirurgião-dentista."

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, Ministro, eu não menti. Eu falei para o senhor que, na bula da Pfizer, como na da AstraZeneca, está escrito que mulheres grávidas não devem usar. E há este fato aqui, desta nota técnica que foi dada pela Dra. Francieli. Ela deu a nota, essa medicação foi usada, e uma paciente foi a óbito.

O senhor começou a gritar comigo, e eu tive que responder na mesma altura, mas, em nenhum momento, chamei o senhor de mentiroso. Eu o respeito muito. Eu o respeito. Não chamei o senhor... Eu disse que o senhor não falou quem emitiu a nota técnica. O senhor teria que dizer o nome, porque não é uma instituição jurídica, uma diretoria ou um órgão do ministério que dá a nota. Quem dá a nota é um técnico, é uma pessoa técnica, Ministro.

E há outra coisa: em momento nenhum, eu disse que o senhor faltou com a verdade. Eu disse que o senhor não deu o nome da pessoa que deu a nota, que era a pessoa que ia trabalhar, inclusive, com o senhor, a Dra. Francieli. Não é isso mesmo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É isso mesmo.

Então, o senhor levantou a voz. Eu comecei devagar. E a gente responde de acordo com o que vem de lá para cá, não é? O senhor sabe que, lá na Paraíba, no seu Estado, e também no Sertão da Bahia, se diz que bala trocada não dói de jeito nenhum. Então, se vem levantando a voz, eu tenho que responder.

Mas, neste caso aqui, a Dra. Francieli Fantinato editou nota técnica de que a gestante poderia usar a vacina, e esta foi a óbito, como devem ter ido tantas outras de que não foi dado conhecimento.

O que eu perguntei a você, desculpe, ao senhor, a V. Exa., é que eu tive a curiosidade, Ministro, de ler essas bulas todas, o que não me custa muito tempo, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A bula da Pfizer você lê em meia hora, no máximo uma hora, para entender como a vacina foi formulada, como ela deve ser aplicada, os efeitos colaterais, a eficácia, a parte farmacológica da vacina, farmacodinâmica, a farmacocinética da vacina no organismo humano. Eu não sou especialista, mas, desde que essa doença chegou, Ministro...

E para mim é muito doloroso eu olhar para aquilo ali – 474 mil óbitos! – sabendo, Ministro, que, lá atrás – não é da sua conta não, é da conta lá de trás –, o Governo poderia ter comprado as vacinas, ter começado a vacinar no fim de dezembro com a CoronaVac e, já em janeiro, com a Pfizer. O senhor pegou um grande pepino para resolver, e eu vejo que o senhor está com boa intenção. Não tenho dúvida da sua boa intenção, mas o que eu quero dizer é que, numa doença grave dessa, tudo o que você puder ler para editar normas técnicas... Porque essas normas técnicas servem para os Estados todos, os Estados estão seguindo o que o senhor manda; a edição da norma é do Ministério da Saúde, ele é que coordena todas as ações. Isso é muito grave, e o senhor, na outra oitiva que teve aqui, o senhor foi honesto quando eu perguntei ao senhor se o senhor daria hidroxicloroquina a um paciente sem pedir um eletro. O senhor disse que pediria o eletrocardiograma para administrar a droga.

Eu nunca fui contra médico dar receita, pode dar de hidroxicloroquina e ivermectina, o que quiser. Eu sou contra é uma pessoa jurídica, como o Ministério da Saúde, colocar TrateCov e uma gama de medicamentos que têm efeitos colaterais graves se não tomar na posologia. Por exemplo, ivermectina: o que está na bula pode tomar qualquer um, não tem nenhum problema, eu não vou contestar, mas o senhor sabe dos efeitos colaterais da ivermectina quando é tomada em overdose. Ela dá o quê? Ela é neurotóxica e dá problema no fígado. Eu não aprendi isso lá na escola e me lembrei agora: eu estou estudando isso para ver as coisas.

Aqui os meus colegas às vezes me procuram. O Kajuru, que é um grande amigo meu, teve uma convulsão e nós salvamos ele no Plenário. O próprio Cid Gomes teve uma lipotímia, ou vasovagal, uma coisa dessa natureza. Eu fico curioso e leio, porque é bom ler, eu gosto de ler, é do meu jeito. Não é que eu seja um especialista, estou longe disso. A curiosidade que eu tive quando eu perguntei ao senhor foi porque eu pensei que o senhor tinha lido. O senhor foi honesto, não leu e, aí, surgiu esse debate. Então, se de alguma forma aconteceu algo que foi além do tom, eu lhe peço desculpas, não tem nenhum problema, mas eu quis só buscar a verdade, só a verdade, porque a verdade na Medicina... Na ciência, o senhor sabe que um médico não pode de maneira nenhuma deixar de ser verdadeiro com o paciente, tem que haver honestidade e integralidade na Medicina. É fundamental, é juramento que o senhor fez e eu fiz também.

O senhor tem quantos anos de formado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Trinta e três, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tenho 50 de formado. Tem mais de 15 anos que eu não exerço a Medicina, mas não me custa estudar, não me custa ler e ver as coisas corretamente para ter a consciência de que, se alguém me perguntar, eu posso responder. Só foi isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É apenas para um esclarecimento de fato, com relação a esse tema que foi introduzido e que gerou polêmica: partiu do Senado Federal a inclusão das grávidas como grupo prioritário na vacinação. Lei nº 1.315, de 2021.

A sugestão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o Senado não orientou a Pfizer, não especificou qual o tipo de vacina, Senador. Por favor! Por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A sugestão, inclusive, acertadamente, que contou com o voto de todos nós, foi do próprio Senador Randolfe.

Então, naquele momento, os Senadores teriam que ter lido a bula das vacinas? Obviamente, Sr. Presidente, que esse não é um tema do Ministro da Saúde, esse é um tema da Anvisa. Me parece que o que se tenta aqui é desqualificar o papel notável de importância nacional e internacional da Anvisa. É ela que atribui segurança àquilo que é aprovado por aquela agência. Nós confiamos na vacina aprovada pela Anvisa – o tempo todo nós falamos isso nesta CPI. Apenas para consignar justamente essa posição, Sr. Presidente. Foi no dia 13/4/2021 que nós aprovamos essa medida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Dr. Queiroga, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Ministro, eu acredito na sua boa vontade, acredito na sua boa-fé, na sua competência até, mas tenho uma enorme dúvida sobre a autonomia concreta que o senhor tem à frente do ministério. É muito estranho, Ministro, é muito estranho quando o Ministro convoca talvez para num momento, convida uma pesquisadora de altíssimo nível que impressionou a todos nós aqui para ocupar o cargo mais importante do Ministério da Saúde e talvez do Brasil nos dias de hoje, que é a Coordenação de Combate à Pandemia, e 15 dias depois o senhor mesmo desconvida. É muito, muito estranho. Não é normal, não é usual.

E vi palavras diferentes de V. Exa. sobre o assunto: uma, se não me engano, na Câmara, em que o senhor disse que vive num regime presidencialista e que ela passou pelo crivo técnico, mas não passou no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

político. E o crivo político é do regime presidencialista. Isso não é assim, Ministro, não é assim. Um cargo dessa importância nesse momento não é através de uma indicação política ou desindicação política que é tratado, de maneira nenhuma. É preciso aquele que tem firmeza da sua autonomia defender o ponto de vista e dizer que não aceita nenhum tipo de interferência política numa solução desse problema e dessa importância.

Aqui, já o senhor disse que foi V. Exa. mesmo quem resolveu, não foi a Presidência da República, não foi o Palácio do Planalto, foi V. Exa., e disse que desistiu para harmonizar sobre diferenças médicas.

V. Exa. – já disse aqui com toda clareza – sabe que não existem diferenças médicas. A ciência é uma só. E o ponto de vista da Dra. Luana é o mesmo que o seu, que o senhor disse aqui. As diferenças médicas que existem em relação principalmente ao tal tratamento precoce, nós sabemos de onde vêm: é a política. E nós sabemos que política é essa e de onde vem. Isso me deu uma grande decepção, não em relação a V. Exa., mas em relação à autonomia de que eu já vinha, de uma maneira ou de outra, duvidando um pouco dessa autonomia.

Depois, vem a questão da Copa América agora. Não tem nenhum sentido, Ministro, se fazer uma Copa América que outros países negaram. Por quê? Por que a Copa América no Brasil? Para o povo que está cansado com a pandemia se divertir um pouco com futebol? Isso não é verdade. Não tem público. Ele vai assistir pela televisão. Se ele vai assistir pela televisão, tanto pode ser aqui quanto poderia ser na Argentina, no Chile, no Uruguai. Não tem nenhuma vantagem para a população brasileira, mas tem vontade. O senhor mesmo reconheceu aqui que tem risco, justamente no momento em que eu tenho ouvido todos os especialistas, e agora ouvi de V. Exa. mesmo, dizerem que no momento a pressão sobre os hospitais públicos e privados já começa a aumentar. E todos os especialistas, especificamente de São Paulo, já estão garantindo que nós estamos a dez dias de viver uma segunda onda violenta.

Eu não sou médico, mas se eu fosse Ministro da Saúde, eu ia perder... Para que correr esse risco? Se não traz nenhuma vantagem, nem financeira, nem para a população, nem divertimento, nem de poder desopilar um pouco. Para que correr esse risco? Tenho certeza de que, se o senhor não disse, teve vontade de dizer.

E o terceiro ponto que reafirma essa minha pouca crença na sua autonomia é evidente, é claro que é a questão do distanciamento social e do uso de máscara. Não é possível, Ministro! Não é possível que o Ministério da Saúde dê uma diretriz e o Presidente da República, que não é uma pessoa física – o Presidente da República é uma instituição que lidera e faz referência no País –, desorganiza e boicota as suas orientações, quando, no dia seguinte em que V. Exa. faz uma recomendação pelo distanciamento social e o uso de máscara, ele faz o contrário, justamente o contrário, ou seja, estimula a aglomeração, estimula o não uso de máscara e, consequentemente, estimula e provoca o aumento de casos e, por consequência, de óbitos. V. Exa. tenho certeza de que, por não ter essa autonomia, ainda não se indignou contra isso. A omissão é um erro, às vezes, mais grave do que uma ação errada, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não torço para que o senhor saia, de maneira nenhuma. Prefiro que fique, até porque seria um absurdo cinco ministros, e o que vier também não vai ter autonomia. E o senhor, pelo menos, tem boa vontade. Só queria que o senhor comentasse esses pontos que eu levantei.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, esses pontos que V. Exa. suscita eu já os enfrentei aqui durante as perguntas que me foram dirigidas pelo Senador Renan Calheiros, ponto a ponto. E eu mantenho o que eu já respondi ao Senador Renan Calheiros.

Sobre essas questões atinentes às medidas não farmacológicas, a minha posição, ela é clara, e temos dito isso de forma reiterada. O Governo Federal tem feito campanhas veiculando a importância das medidas não farmacológicas e todos devem ter o compromisso de aderir a essas medidas não farmacológicas. São tão importantes quanto as outras ações que nós aqui defendemos: a questão da vacina, a questão da testagem... Trabalhar nestes três pilares é fundamental: vacinação, medidas não farmacológicas e há um programa de testagem que nós pretendemos impulsionar fortemente já nesse segundo semestre...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois não, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu estou tentando entrar, Ministro, porque o senhor é um homem muito inteligente e consegue sair pela tangente das perguntas objetivas que são feitas. Na verdade, o senhor acaba falando de campanha, que tem feito campanhas muito claras sobre medidas farmacológicas. E as medidas não farmacológicas? O senhor acha que uma campanha tem efeito quando o autor da campanha está fazendo o contrário pessoalmente, publicamente, diante da câmera, de milhões de brasileiros, que é o seu chefe, o seu líder? Existe isso, Ministro?

Não existe isso, Ministro. E eu tenho certeza de que o senhor sabe disso. Não pode... É um boicote à sua campanha o que está sendo feito. O maior, o maior... Não é festa no bairro de São Paulo, de Fortaleza, de João Pessoa que tem provocado aglomeração. O maior provocador de aglomeração – e o senhor é contra – é o Presidente da República do Brasil, seu chefe. Isso é um absurdo. E eu queria, é evidente, que o senhor mostrasse pelo menos um pouco de indignação com isso. É um boicote à sua política.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu faço a minha parte. Não compete a mim julgar os atos do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Compete, Ministro. O senhor é o Ministro da Saúde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não compete, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Compete. Compete, Ministro. Pelo amor de Deus! Então, o senhor não é Ministro da Saúde. Se alguém está provocando aglomeração, provocando o aumento de casos e o aumento de mortes e o senhor diz que não tem nada a ver com isso, então, o senhor não é Ministro da Saúde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não disse que não tenho nada a ver com isso. Eu disse que defendo as medidas não farmacológicas de forma reiterada, que o compromisso é individual, o benefício é de todos. Agora, eu sou o Ministro da Saúde de um Governo presidencialista. Não compete ao Ministro da Saúde fazer juízo de valor acerca dos atos do Presidente da República.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não é fazer juízo de valor; é tomar atitudes claras.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tomo todas as atitudes, Senador, que estão ao meu alcance. Fora do meu alcance, eu não tenho condição de fazer. É para isso que eu peço a atenção dos senhores. Eu tenho trabalhado no Ministério da Saúde, eu elegi uma prioridade: vacinação da população brasileira. É por isso que eu defendo isso com tanto vigor. Há as dificuldades próprias. E eu tenho que focar naquilo que eu acredito que é prioritário: vacinar a população brasileira. Essas outras coisas eu considero todas questões, embora relevantes, mas elas não são fundamentais para o enfrentamento da pandemia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Isto, pelo amor de Deus, qualquer especialista fala, todos, que a vacina sozinha não resolve. Principalmente quando nós temos parcas vacinas, tem que ser em conjunto com o afastamento social.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelência, eu já me manifestei nesse sentido aqui.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, já se manifestou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Todas as manifestações são nesse sentido.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... pela vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Todas, desde o primeiro dia em que eu assumi o ministério.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Tasso.

A próxima inscrita é a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Relator, Ministro Queiroga.

Ministro, no início da sua fala, acerca da definição e da decisão de realização da Copa América no Brasil, o senhor disse que o senhor não via problemas, porque os protocolos estavam sendo assegurados. E aí fez citação, por exemplo, no volume de pessoas das delegações, algo em torno de 600 pessoas, e também em relação aos atletas. Também fez referência de que, em outros jogos, houve, por exemplo, apenas uma contaminação. Mas eu quero dizer ao senhor, Ministro, que o senhor, na verdade, normaliza, por exemplo, a realização desse campeonato no Brasil, quando nós tivemos aqui do lado, por exemplo, a Argentina, a Colômbia, que não aceitaram, quando nós não tivemos, por exemplo, no ano passado, a sua realização, quando os índices de contaminação, no prazo de 24 horas, eram cerca de metade do que nós estamos realmente vivenciando hoje. E é bom a gente lembrar que se trata de um esporte, de um campeonato. O esporte aguça as emoções, tem paixões. Por exemplo, você tem um campeonato e um jogo de futebol aqui em Brasília, no Mané Garrincha, por exemplo, que tem uma capacidade pra 72 mil pessoas, mas não são apenas, em tempos normais, 72 mil pessoas que assistem a esse jogo. Nós temos um Brasil inteiro que se mobiliza lá nos bares, lá nos bairros, nas suas aglomerações focais, o Brasil inteiro se mobiliza pra isso, ou seja, a gente não está falando de apenas 600 pessoas de uma delegação, a gente não está falando apenas dos atletas; nós estamos falando de uma massa brasileira que automaticamente, por efeito cascata, vai se mobilizar lá nos bairros, nas ruas, nas cidades. Mesmo assim, o senhor considera normal a realização dessa Copa no Brasil, num período onde nós nem saímos de uma segunda onda e já estamos numa terceira onda, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) **–** Senadora, as competições esportivas estão acontecendo no Brasil, desde o ano passado: Campeonato Brasileiro de Futebol, Taça Libertadores da América, Copa Sul-Americana, Eliminatórias da Copa do Mundo. O que eu fiz foi analisar os protocolos do Ministério da Saúde com a equipe. E nós... Cumprindo aquele protocolo, o risco de os jogadores se contaminarem em campo, bem quanto as delegações, o risco é mínimo. De tal sorte, não há o óbice para a realização dessas partidas. Agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou seja, o senhor não considera o efeito cascata no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, não há público, as pessoas assistem à televisão em casa, as pessoas estão frequentando bares e restaurantes dentro de normas sanitárias. Os Estados e os Municípios...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não está tendo campeonato dessa magnitude.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, não há um elemento de comprovação científica de que isso vai aumentar. Isso é que a gente fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou seja, o senhor, autoridade de saúde máxima no Brasil, acha normal e assume a responsabilidade disso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Cumprindo o protocolo, o risco para atletas, e para a comissão técnica, e para aqueles que assistem não é maior do que o risco da população em geral.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Daqui a dois meses, quando nós tivermos, na verdade, o desdobramento desse momento, o senhor fará mea-culpa se nós tivermos o aumento crescente dos casos, por conta do período da Copa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Todos nós, Senadora, podemos rever os nossos pontos de vista para um lado ou para o outro, estou certo ou estou errado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Hoje o senhor acha normal.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Hoje eu acho que não há um risco adicional. Não quer dizer que ninguém vai se contaminar com Covid, porque todo dia milhares e milhares de pessoas se contaminam com Covid.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Normal.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não é normal, porque nós não vivemos num ambiente de normalidade, Senadora. Agora, ocorrer essa Copa América vai piorar o cenário sanitário do Brasil? Essa é a pergunta que deve ser feita. Os jogos estão acontecendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Vai?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – No meu entendimento, se cumprir os protocolos de segurança, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ministro, é muito grave o que o senhor está colocando, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se cumprir os protocolos de segurança, não. Eu posso aqui trazer as revisões sistemáticas da literatura que foram feitas pelo Decit. Trago aqui para os senhores...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor: nessa mesma perspectiva...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... analisar isso de maneira técnica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... o Presidente da República anunciou para o próximo dia 12 uma manifestação com motociclistas. Algo em torno de 100 mil motociclistas estariam numa aglomeração dele, no próximo dia 12, em São Paulo. O senhor também acha isso normal?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já me manifestei acerca desse ponto, Senadora. Já me manifestei acerca desse ponto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor não acha normal...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, todos têm a responsabilidade de cumprir as medidas não farmacológicas. Todos, indistintamente, neste País. Se vão cumprir ou não... Ministro não tem poder de polícia. É isso que eu quero que V. Exa. entenda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor não tem poder de polícia, mas o senhor tem poder da orientação da política pública nacional.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E estou fazendo isso com muita honra, viu, Senadora? Eu estou fazendo isso com muita honra, de cabeça erguida, trabalhando no Ministério da Saúde todos os dias. A sociedade brasileira é testemunha disso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sr. Ministro, o jornal *O Globo*, por exemplo, mostra que o Presidente participou de pelo menos 84 aglomerações e, em 73% delas, em eventos sem máscara. Mas várias visitas, por exemplo, os dados também mostram aí algo em torno de 18 milhões de recursos, de reais, de dinheiro público, na verdade, que já foram utilizados pela equipe presidencial durante... Do custo geral em relação a essas várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viagens que ele fez pelo Brasil. Eu pergunto ao senhor: o senhor nunca orientou o Presidente, por exemplo... E o senhor já fez várias visitas. O senhor nunca orientou o Presidente da República, que é a autoridade máxima do Brasil, a visitar um hospital, por exemplo. Eu me questiono por que que ele não vai visitar um hospital, para conhecer, de fato, a realidade da pandemia lá, *in loco*, na ponta, ver realmente o que está acontecendo? O senhor nunca deu pra ele essa ideia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já falei para o Presidente da República, o Presidente da República é preocupado com a situação sanitária do Brasil, tem apoiado as ações do Ministério da Saúde, sobretudo em relação à campanha de vacinação. O Presidente assinou, no Ministério da Saúde, um acordo de transferência de tecnologia da AstraZeneca para a Fiocruz, que é um fato muito importante para o Brasil, para o fortalecimento do complexo industrial da saúde. Então, nos temos avançado. É necessário que se reconheça isso. O Brasil já distribuiu mais de 105 milhões de doses de vacinas, 70 milhões só em nossa curta gestão à frente do Ministério da Saúde.

O Estado de V. Exa., estive lá em função da variante Delta, levando o meu apoio às autoridades sanitárias no Estado... Eu faço a minha parte, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu pergunto ao senhor: em relação a esse volume de 100 milhões...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tenho a consciência tranquila.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... de 105 milhões de doses. O senhor anunciou que até o final do ano – o Presidente da República também coloca isso – nós teremos a população brasileira imunizada. Nós temos garantia, de fato, de entrega dessas vacinas até esse prazo estabelecido? Ou, pelo menos, qual é a data em que nós estaremos de fato de posse...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A dificuldade de entrega, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... dessas vacinas no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A dificuldade de entrega se deve ao IFA originário da China – isso é um problema mundial, não é só do Brasil –; se deve às entregas do consórcio Covax Facility... Nós conseguimos recuperar alguns atrasos do Covax Facility, mas, como temos uma compra de 200 milhões de doses da vacina Pfizer, e esse acordo entre a farmacêutica tem sido cumprido à risca, então... E já temos mais de 600 milhões de doses contratualizadas, temos a certeza de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, até o final do ano, a população brasileira acima de 18 anos será vacinada. E já estamos pensando no ano de 2022.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor falou no início acerca de não fechar, por exemplo, novos contratos. O Governo não pretende fechar nenhum novo contrato...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu falei que estávamos fechando um contrato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... até para garantir sobressalência para o ano que vem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu falei que estávamos fechando um contrato de 100 milhões de doses com a Moderna. Então, são mais 100 milhões de doses.

O Senador Renan me perguntou aqui com a CoronaVac; uma previsão de 30 milhões de doses da CoronaVac. E eu estou discutindo com o Dr. Dimas Covas se seria o caso de ter já essas 30 milhões de doses como ButanVac ou como CoronaVac. E o Dimas disse: "Não, eu acho que a ButanVac seria uma melhor opção". Mas não está descartada a aquisição dessas doses da CoronaVac...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... desde que haja essas doses disponíveis.

A Sinopharm é outra vacina que temos discutido com os chineses. É uma vacina semelhante à CoronaVac. Tem a CanSino, que solicitou um registro emergencial. Então, estamos com o nosso horizonte aberto para a aquisição dessas doses.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Ministro, acerca da Conitec – o nosso tempo de fato é muito pequeno – acerca da Conitec, por exemplo. Esse espaço entre o recebimento e a consolidação, por exemplo, do parecer final acerca dos casos de internação, da consulta pública a que V. Exa. inclusive fez referência no início; esse prazo, até saírem de fato essas definições finais... Por que é que se mantém, por exemplo, hoje, a nota no *site* do Ministério da Saúde em relação ao uso da hidroxicloroquina mesmo que, por exemplo, já há etapas hoje que são reprovadas pela Conitec?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma nota informativa. Ela perdeu o objeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E por que é que ela continua no ar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque ela faz parte da história. Ela não tem valor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não acha que isso causa uma falsa informação para a população brasileira?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não acho que causa falsa informação, até porque... Eu nem vi como é que está lá no *site* agora, mas há uma menção a respeito desse fato lá.

O importante... É uma oportunidade... A Conitec – me permita, Senadora – foi uma lei complementar... Até o Senador Rogério Carvalho falava que tinha sido colocado em prática lá no Estado de Sergipe, eu acho que quando ele tinha sido secretário de Saúde, se não me falha a memória, na outra minha presença aqui. O Senador Humberto Costa, quando foi Ministro da Saúde, não existia a Conitec; existia a Citec (Comissão de Incorporação de Tecnologia), que era uma comissão da Secretária de Atenção à Saúde. Já na gestão, no final da gestão do Ministro Temporão, começou a ser gestado o conceito da Conitec. E, através da Lei – salvo melhor juízo – 12.401, de 2011, já na gestão do Ministro Padilha, foi criada a Conitec. Eu considero um dos grandes avanços das legislações sanitárias no SUS, porque ela permite a sustentabilidade do sistema de saúde...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ela delibera sobre a incorporação de inovações com base em custo-efetividade. Ela também dá à Conitec a prerrogativa da elaboração dos protocolos clínicos e das diretrizes terapêuticas. Então, essas são as políticas públicas.

Esta foi a primeira ação que eu fiz: submeter todos esses protocolos para a Conitec pra que tenhamos uma harmonia dessa discussão, que não tem fim – já faz mais de ano que se discute isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dr. Marcelo, o senhor falou...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, o protocolo do paciente hospitalizado, que é a fase mais importante, que é onde acontece a maior mortalidade, ele está lá em consulta pública, e houve só 63 contribuições, mostrando que essa questão do paciente hospitalar já está absolutamente pacificada, sim, no meu entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os outros protocolos sobre as diversas outras fases da doença serão analisados tempestivamente. Será colocado em consulta pública. E, na esfera técnica, é que se exteriorize essa divergência que os senhores aqui discutem no Senado, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Ministro – é porque o meu tempo, de fato, é pouco –, eu pergunto ao senhor, por exemplo, em relação a esse volume. A pergunta é em cima de manter, de fato, essa nota técnica.

Ao mesmo tempo, por exemplo, eu queria saber do senhor: no *site* do Ministério da Saúde consta, por exemplo, a entrega, além dos 294 mil comprimidos de hidroxicloroquina... Ainda tem um estoque de 2,4 milhões de comprimidos de hidroxicloroquina de um lote de 3 milhões que foram doados pelo então Presidente americano Donald Trump. Eu queria saber do senhor: qual o destino que o Ministério da Saúde fará em relação a esses medicamentos? O senhor tem já alguma definição em relação a esse volume, que é muito exorbitante?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que está na bula dos medicamentos: tratamento da malária, tratamento de afecções reumáticas que está previsto pra essas medicações. Esse é o destino.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dr. Marcelo, o senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Agora, se o protocolo clínico elaborado pela Conitec em algum momento prevê outro tipo de indicação, aí é de acordo com o protocolo clínico e a diretriz terapêutica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

O senhor deixou muito claro, até o presente momento, que o senhor concorda e vê a ineficácia, por exemplo, da hidroxicloroquina no enfrentamento, de fato, da pandemia. Ocorre que nós tivemos aqui a Secretária do Trabalho, a Dra. Mayra, onde ela fala exatamente o inverso do que o senhor coloca. Por exemplo, ela é convencida, na verdade, disso. Há uma imposição do Governo da manutenção dela nesta secretaria que é estratégica para o Governo? Ao mesmo tempo também ela é... Ela se contrapõe, por exemplo, a um pensamento científico, inclusive ao pensamento que o senhor apresenta?

E, ao mesmo tempo também, eu queria que o senhor me respondesse. Ela, por ser Secretária, ela integra, por exemplo, a Conitec. Então, já é claro, na verdade, o posicionamento dela nesses direcionamentos que são feitos pela Conitec. O senhor pretende realmente mantê-la ou há uma imposição do Governo para que ela não saia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não há imposição do Governo para a manutenção de nenhum secretário. Não há imposição do Governo.

Eu já falei qual é a função da Dra. Mayra. Essa questão de ela participar, de ter um representante da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde na Conitec não quer dizer que a Dra. Mayra é que será essa representante. No meu entendimento, a Dra. Mayra já tem uma posição bem clara, definida, a respeito desse assunto. E, se fosse eu que estivesse ali naquela comissão, eu me declararia impedido de atuar na Conitec naquele momento em que se discute um assunto onde ela já tem um posicionamento patente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor já sugeriu isso a ela?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não tratei com a Dra. Mayra em nenhum momento sobre essas medicações. Eu estou tratando com a Dra. Mayra sobre a residência médica, que há várias vagas de residência médica no sistema público de saúde; a questão do Programa Médicos pelo Brasil. É esse o assunto que eu trato com a Dra. Mayra. E eu aqui já fiz a exposição de motivos por que eu conto com a Dra. Mayra na minha equipe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Dr. Marcelo – pra finalizar aqui –, a Dra. Luana disse claramente aqui... E eu queria que o senhor fosse claro, Ministro, porque isto é importante para o senhor. O senhor está aqui na condição de testemunha, como também a Dra. Luana, que fez esse juramento aqui quando esteve. E ela disse claramente que o senhor havia falado pra ela que ela não ficaria no cargo porque não houve chancela da Casa Civil. O senhor nega, de forma clara, essa informação? O senhor não falou isso pra ela?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu falei pra Dra. Luana que o nome dela precisaria ser validado na Casa Civil e na Secretaria do Governo, como todos. E não houve óbice da Casa Civil nesse sentido. A decisão foi uma decisão discricionária minha, sem prejuízo da qualificação técnica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Se foi sua, pra que fazer referência à Casa Civil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Hein?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Se a decisão foi sua...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu falei anteriormente a ela, quando indiquei o nome dela, que precisaria passar pela validação da Casa Civil. E a decisão técnica, eu já aqui expliquei a motivação... Eu preciso harmonizar, de uma vez por todas, essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor diz, então, que ela mentiu aqui na Comissão?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, de maneira nenhuma. A Dra. Luana não mentiu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas ela diz uma coisa e o senhor diz outra, Ministro. Ela disse que o nome dela não foi aprovado politicamente. O senhor está dizendo que isso não é verdade.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Politicamente, quem faz essa decisão política a respeito do Ministério da Saúde sou eu. E eu entendi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Então, a decisão foi política sua?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Minha, decisão minha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não foi da Casa Civil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não foi da Casa Civil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou seja, a Luana mentiu, então. É isso o que o senhor está dizendo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não estou dizendo que a Luana mentiu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senadora Eliziane Gama, mais um minuto, para V. Exa. concluir, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Só para fechar aqui meu raciocínio, Presidente. Só para fechar aqui meu raciocínio.

Ministro, o senhor é tido como um técnico, uma pessoa... Inclusive, quando foi anunciado pra ser Ministro, foi elogiado pelo seu posicionamento técnico e científico. O senhor, inclusive, quando chegou, anunciou, por exemplo, o protocolo do uso de máscara no Ministério da Saúde, ou seja, nem os servidores do Ministério da Saúde estavam acostumados, de fato, a usar máscara. O senhor adotou, de fato, esse protocolo.

Ao mesmo tempo, Ministro, o senhor está dentro de um Governo que, por exemplo, já tem quatro ministros durante a pandemia, é um Governo que, infelizmente, não admite, por exemplo, a presença – e é claro isso nas várias colocações que já foram feitas aqui – de técnicos defensores da ciência. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvimos agora recentemente aí o "gabinete das sombras", um gabinete paralelo, claramente contrário, por exemplo, à vacinação, nos vários vídeos, de fato, que foram apresentados. A gente vê, dos demais ministros que passaram aqui, a motivação da saída deles por falta de autonomia. O Presidente da República não usa máscara, e não usa mesmo. Ele faz escárnio da população brasileira, está lá junto com aglomeração. E o senhor num outro discurso. Quer dizer, o senhor está dentro de um cenário, onde a sua fala está totalmente contrária às práticas que são feitas pelo Governo e até por integrantes do seu próprio ministério.

O senhor se acha um homem frustrado? O senhor não se sente incomodado dentro dessa estrutura? O senhor é confortável, como Ministro da Saúde, em cima de todo o seu histórico de vida, em detrimento, inclusive, de todos esses posicionamentos hoje que são feitos por membros do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Querida Senadora Eliziane, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, só para concluir.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, o Presidente da República me deu uma oportunidade. A maior oportunidade da minha vida quem me deu foi o Presidente Bolsonaro: enfrentar esta pandemia. E eu estou fazendo o que eu posso pra trabalhar fortemente contra um inimigo poderoso, que é esse vírus. E vamos conseguir, Senadora. Eu não me sinto frustrado em nada, eu me sinto muito confiante de que nós vamos vencer esta pandemia. Essa é a minha impressão. E eu sei que tenho o apoio do Congresso Nacional pra isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. Inclusive, salvo melhor juízo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Pois é. Rapidamente, é só por pra restabelecer a verdade, porque eu acho que está se repetindo aquele vídeo que foi passado aqui no início pelo Senador Renan Calheiros, que foi um trecho da Dra. Luana falando que foi barrada politicamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo depois, logo depois – estou inclusive com o vídeo aqui; não sei se dá tempo de mostrar –, ela desdiz e diz que realmente não sabe se foi a Casa Civil. Ela não confirma, ela volta atrás na decisão. Só para o restabelecimento da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

Senador Luis Carlos Heinze, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Eu botei esse vídeo na minha fala. Eu vou mostrar esse vídeo.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, colegas Senadora e Senadores, infelizmente, Ministro, nós estamos vendo hoje no Brasil a própria mídia e o pessoal da oposição contrários ao Presidente Bolsonaro. Mostram as falas como se fosse a pior coisa do mundo, mas *The Wall Street Journal* mostra na semana que passou – aqui está a reportagem – o crescimento do Brasil pós-pandemia, uma das melhores economias do mundo pelo trabalho realizado pelo Presidente da República e seus ministros, onde V. Exa. se inclui. Na semana passada ou retrasada, a BBC de Londres também faz uma publicação sobre a redução da pobreza, trabalho também realizado pelo Governo Jair Bolsonaro. Então, vamos falar coisas positivas.

Outra questão importante: não está se ouvindo falar em corrupção, Ministro. V. Exa. é brasileiro, já ouviu falar em outros governos. Isso não existe; é uma coisa diferente. Então, esse é o ponto importante a que eu quero fazer menção.

Cumprimento também V. Exa. Semana passada, V. Exa., Fiocruz e Presidente Bolsonaro fizeram um acordo para que o Brasil seja produtor de IFA. Além das vacinas já adquiridas no seu período e no período de ministros anteriores, esses 622 milhões de doses, agora o Brasil será produtor de IFA, um trabalho do Ministério da Saúde com a Fiocruz. Da mesma forma, há um trabalho do Ministério da Saúde com o Butantan. Os dois institutos que estão fazendo vacinas hoje; uma é inglesa e outra é chinesa, mas o.k. Existe essa parceria. Falei inclusive ao Dr. Dimas aqui que ele estava criticando o Governo, e o Governo Bolsonaro, hoje sob seu comando na Saúde, tem mais de R$8 bilhões de contrato com o Butantan, assim com a Fiocruz, da mesma forma, que vão ampliar a produção de vacinas, de todo tipo de vacina lá. E muito com dinheiro do Governo atual. Então, esse é o primeiro ponto.

A segunda questão, Ministro... Aí, eu quero discordar um pouco de V. Exa. no que diz respeito à questão do tratamento precoce. Vou voltar nesse assunto porque é importante. Estou vendo aqui o Senador Renan e outros colegas Senadores, Senador Girão, baterem muito nesse ponto. Aqui está um tratado pelo tratamento precoce, inclusive com receita do Senador Otto Alencar. O Senador Marcos do Val recebeu hidroxicloroquina, cloroquina, sei lá, ivermectina, azitromicina, vitamina. Esse homem está curado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu quero lhe mostrar, Ministro: 15.408.401 brasileiros salvos. Quando o pessoal bota 474 mil mortos, eu lamento as mortes, Senador Girão, lamento, mas vamos comemorar vida. Esses 14 mil médicos – falam em 10, 14 – que estão hoje fazendo uma cruzada pelo Brasil botaram o seu CRM à disposição e estão enfrentando o Ministério Público, demissões – há médicos demitidos de seus hospitais, porque adotaram esse procedimento. Isso fez nós salvarmos 15 milhões de vidas. Há os cientistas, Senador Girão, que estão também trabalhando isso.

Vi o Senador Otto falar aqui, por exemplo, de uma moça grávida que faleceu. Agora não fala, por exemplo, da pesquisa de Manaus, onde deram uma dose letal – letal! –, o senhor é médico e sabe disso, para 22 pacientes mortos. E aquele estudo, Ministro, criminalizou a cloroquina e a hidroxicloroquina.

Dr. Vladimir Zelenko, ele foi colega seu, médico ucraniano naturalizado americano. Ele foi indicado, Senador Renan, ao Prêmio Nobel da Paz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Vladimir Zelenko, Senador... Médico Vladimir Zelenko. Por quê? Justamente pela adoção desse protocolo.

E assim eu citaria outras grandes autoridades mundiais.

Existem, hoje, dez estudos randomizados que acolhem esse procedimento e centenas de estudos hoje acolhendo também positivamente. Então, esse ponto é importante que a Conitec, que não seja política, muita gente de esquerda, e esse pessoal está dentro das universidades e comitês científicos, que tenha um procedimento técnico, respeitável, para que nós possamos fazer a vacina, sim, mas também não desqualificar o tratamento precoce.

Já disse e eu repito, dados desta semana. O Reino Unido, que já vacinou 100% da sua população. O senhor sabe qual é a letalidade do Reino Unido hoje? É 2,82. Os Estados Unidos, que já vacinaram 90% da população, letalidade de 1,79. Agora, pegue a Índia, que vacinou apenas 16% da população, menos que o Brasil, letalidade de 1,21.

O que eles fazem? Vacina e tratamento precoce.

Então, é isso que eu quero que a gente consiga discutir e vamos discutir esse assunto, porque eu entendo que é importante.

Então, esse é um ponto que eu gostaria de fazer essa colocação, sobre um ponto extremamente importante, porque nós não podemos desqualificar centenas e milhares de médicos brasileiros que adotaram esse procedimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, Senador Girão, fiz uma *live* com um médico chileno, Dr. Bergoglio, e um médico italiano, Dr. Alegre, que estão querendo usar os procedimentos usados no Brasil, e eles querem usar do Chile, da Itália e de outros países para poder usar, usar... Esse é um trabalho que eles querem fazer para mostrar o que fazem na Itália e nos outros países.

Nos Estados Unidos começam a rever esse processo.

Aos colegas que... Outro dia me disseram assim que era um... Que eu tinha uma teoria da conspiração, Senador Renan. Prestem atenção, vocês já ouviram falar do relatório Fauci, e vocês ainda vão ouvir falar muito do relatório Fauci, que era um integrante do Governo Trump e que hoje está sendo muito discutido, inclusive o Presidente Biden pediu que reabrisse esse assunto lá nos Estados Unidos. A discussão está, hoje, em franca discussão, esta questão do que aconteceu ano passado em cima da criminalização desse assunto aqui.

Então, esse é um assunto internacional, mas com repercussões aqui dentro do Brasil, porque aqui, Senador Girão, é ideologia: "Eu sou contra o Presidente Bolsonaro, eu tenho que criminalizar o Presidente Bolsonaro". Não é criminalizar o Presidente, são essas vidas, 15 milhões de vidas salvas hoje por esses médicos, que estão sendo perseguidos até por serem cientistas.

Não vou falar o nome, mas um pesquisador, com um medicamento contra essa nova cepa, está recebendo pressão dentro do próprio Ministério da Saúde, Ministro. Vou lhe passar, não vou falar o nome, porque ele pediu que eu não revelasse.

Imagina, um pesquisador brasileiro, descobrindo um remédio barato para tratar essa coisa, está sendo criminalizado. Isso é um crime!

Isso é um caso que eu sei. Agora, existem centenas, dezenas, milhares, Senador Girão, por esse Brasil afora, gente que está sendo achacada pelo Ministério Público por ter adotado a postura de um procedimento.

Ministro, 90% das drogas – V. Exa. sabe – listadas no Rename não têm comprovação científica: 90% das drogas! Mais de 70% dos medicamentos no Ministério da Saúde são tratamentos *off-label,* que também não têm essa comprovação. Por que eu vou exigir? Aí, alguém diz assim: que nós estamos recebendo ou que alguém está comprando... Que a cloroquina, que a ivermectina está comprando alguém. Pelo amor de Deus! Senador Girão, se fosse o Remdesivir... Então, eu vou atacar os adversários... O senhor está ganhando bola do Remdesivir, que é US$1,5 mil. Outro medicamento, de que eu nem sei o nome, é US$3,5 mil. Então, o outro lado, quem sabe, está recebendo desse pessoal... A questão das vacinas é um mercado tri, tri, trilionário, e isso vai ser demonstrado nesse caso Fauci nos Estados Unidos. Alguém tem segundas intenções nessa questão. Ideologia e muito dinheiro por cima dessa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, é o ponto aqui que eu gostaria de dizer, Senador Girão: quem é o TCU, agora, para estar prescrevendo ou dizendo o que tem que fazer e o que não tem que fazer? O próprio STF? A imprensa? Quem hoje dá receita é a imprensa. Se V. Exa. é contra, se eu sou contra, bom, somos criminalizados porque adotamos um procedimento. "Eu confio nisso", não porque... Eu não sou médico, mas ouço médicos falando e que dizem, hoje, o que pode ser feito. Cientistas que nos aconselham, Senador Girão! Nós temos uma legião de professores universitários. Uma senhora do Rio de Janeiro, inclusive petista, sabe o que ela disse para mim: "Senador Heinze, eu sou brasileira, eu acredito na ciência". A pessoa tem razão, tem racionalidade.

Então, esse é o ponto que eu quero deixar colocado aqui, mas peço que reflita, Ministro, nessa questão, sobre esse tratamento. A nossa posição é a seguinte: tratamento precoce e vacinação. Ponto. Temos que trabalhar. Inclusive – nós já temos conversado – o Governo Bolsonaro está juntando hoje laboratório de medicamentos humanos e medicamentos veterinários para sermos produtores de vacina. Fora a Fiocruz, que nós aplaudimos, fora o Butantan, que nós aplaudimos, precisamos também estimular laboratórios brasileiros produtores de vacina. Um trabalho magnífico do Ministro Marcos Pontes, do Dr. Marcelo e toda a sua equipe, com 16 vacinas. Três já, quatro ou cinco meses, Senador Renan, vai estar pronta a vacina brasileira. Lá na USP, em Ribeirão Preto; no Incor, em São Paulo; na Universidade de Minas Gerais e em outras universidades, já estão trabalhando vacinas nossas. Daqui a pouco, vão mexer um pouquinho, aparece a cepa 1, cepa 2, cepa... Nós temos condições. São cientistas nossos trabalhando. Não se fala nisso aqui, Ministro. V. Exa. está junto nesse processo, porque é o nosso Governo que está trabalhando esse assunto. E digo nosso, porque é um Governo que está proativo nessa questão.

Então, essa é a colocação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Obrigado, Senador Heinze. Nós não desconhecemos a legitimidade desses colegas que defendem o tratamento. E esse espaço será garantido amplamente na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS. E a legislação prevê, inclusive, a realização de audiências públicas. E essas audiências públicas devem acontecer. E é na ambiência científica que essas divergências têm que ser resolvidas. Nós precisamos pacificar esse tema de uma vez por todas. Quando eu assumi o ministério, essa discussão já remontava a quase um ano, não é?

E, aí, eu tomei uma decisão de jogar essa questão para a esfera técnica, para que eu focasse naquilo que era fundamental, na minha crença como médico e como gestor público, que é fortalecer o nosso Programa Nacional de Imunização e essas medidas que aqui eu já disse aos senhores que eu procuro implementá-las na medida máxima do possível, e sair dessa situação mais forte do que nós entramos. Nós já percebemos a confiança que há no Brasil, e essa confiança é porque se acredita que nós vamos vacinar a nossa população. Os agentes econômicos já sinalizam com a possibilidade de crescimento do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produto interno bruto, a bolsa de valores tendo uma aceitação maior. Enfim, eu acredito que teremos um cenário mais satisfatório, e isso se deve, sobretudo, à nossa capacidade de vacinar a nossa população.

A questão do chamado tratamento precoce precisa ser pacificada de uma vez por todas. Nós sabemos aqui que o Conselho Federal de Medicina editou um parecer – é um parecer em vigor – que, de certa maneira, baliza esses médicos, eticamente, que usam essas medicações. Eu não sei se os senhores vão convocar o Dr. Mauro Ribeiro pra falar sobre esse tema.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está na relação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Enfim, eu, como Ministro da Saúde, procuro buscar o ambiente mais harmônico para o enfrentamento da pandemia e para que possamos ter resultados, melhorar a eficácia nas ações de assistência à saúde e propiciar um retorno às atividades econômicas, que é o que todos nós queremos aqui, dentro de um cenário de segurança sanitária.

Agora, se eu ficar no Ministério da Saúde somente discutindo uma questão interminável, eu não vou conseguir o nosso objetivo, que é pôr fim ao caráter pandêmico dessa doença, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só queria também fazer uma colocação. A Dra. Francieli, que foi citada aqui, ela é infectologista. A Dra. Luana mentiu quando disse que não tinha, ela era a única. Aqui eu já tenho mais seis nomes, Senador Girão, de infectologistas no Ministério da Saúde, o.k.? Aqui estão os nomes das pessoas, e a Dra. Francieli é uma infectologista, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Imunizações, médica infectologista.

E só pra completar aqui, Senador Randolfe. Eu recebi a documentação do seu Estado, dados de hoje... do dia 29 de maio, o relatório epidemiológico, e continua lá: letalidade 1.5, a menor letalidade do Brasil porque adota esse procedimento. Se eu usar mortalidade é diferente. Eu não posso escolher. Então, aqui eu falo em nome dos médicos, dos profissionais de saúde do Amapá, em nome do Conselho Regional, que me deu essa autonomia, do comitê médico que enfrenta o Covid no Amapá e do Conselho Regional de Medicina do Amapá, que me pediram para manifestar o seu repúdio ao tratamento dado pelo Senador Randolfe. Não há fraude nos dados do Amapá. Inclusive, o Governo do Estado ingressou com uma representação pela ofensa recebida.

Aqui, vou passar a V. Exa. as documentações. Aqui está o relatório epidemiológico, aqui está o parecer técnico científico, aqui está o Decreto 1.932, o Centro de Operações de Emergência Pública, cópia do decreto de novo e a nota de repúdio do Conselho de Medicina do Estado do Amapá, certo? Esses são os documentos, porque eu não gosto, Senador Randolfe... V. Exa. me chamou de mentiroso, eu não estou mentindo. Não tenho idade pra isso. Olha pra minha cara, com 70 anos de idade, e o que eu estou fazendo, pra receber o tratamento que V. Exa. deu a mim semana passada. Aqui estão documentos do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado. Não são meus. Pedi... Eles estão indignados. V. Exa. grava *lives* com eles, falando do tratamento, e daqui a pouco criminaliza um tratamento que o seu Estado... É o melhor índice.

Eu falei ontem, Senador Girão: esses médicos italianos, chilenos, eles querem o *case* do Amapá, eles querem saber lá na Itália, no Chile, em outros países. E outros Municípios brasileiros têm isso. A Dra. Raissa, lá em Porto Seguro, e o doutor... Porto Feliz e vários outros Municípios brasileiros têm esse tratamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Heinze. Permita-me só um rápido esclarecimento. V. Exa., agora, colocou o dado apropriado. Trata-se de letalidade, não de mortalidade, que é o dado reconhecido mundialmente, globalmente, pela Universidade Johns Hopkins, que é a referência global para tratar sobre casos de pandemia.

Estou muito curioso para receber a representação da Secretaria de Saúde do meu Estado. Aliás, o Governador do meu Estado, inclusive, é um dos convocados a esta CPI, e terei muita satisfação em dialogar com S. Exa. sobre esse dado e sobre outros. Estou muito curioso em receber... Aguardo, como um vigia espera pela aurora, por isso.

O Senador Heinze, aqui, várias vezes, tem prestado alguns dados importantes a esta CPI, não é? S. Exa. já informou aqui, por exemplo, que houve a aprovação do Parlamento italiano sobre o uso de hidroxicloroquina, que teve greve pelo tratamento precoce na Grã-Bretanha e que, parece-me, a Mia Khalifa deveria, talvez, vir a esta CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nem falei nisso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, tem dado algumas contribuições muito importantes.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não falei. Eu só quero saber...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sequencialmente, então, passamos a palavra...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... quem financiou aquela pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... ao Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Eu quero iniciar dando as boas-vindas ao Ministro Marcelo Queiroga aqui, nesta Comissão, e começar com uma frase do grande pacifista e humanista Mahatma Gandhi. Ele diz o seguinte: "No olho por olho e dente por dente, a humanidade vai acabar cega e sem dentes". Mostra o quanto está ultrapassada a lei de Talião, o troco, o revidar.

O senhor manteve aqui, agora há pouco, antes da última intervenção que nós tivemos e da suspensão da sessão, uma postura muito cordial, se dando ao respeito, e isso é importante neste momento em que a gente vê aqui uma CPI sendo usada como instrumento político claramente.

O senhor está aqui pela segunda vez em menos de 30 dias, em pouco mais de 30 dias, 32 dias, se não me engano. O senhor sabe qual é o motivo para o senhor estar vindo aqui? O senhor está vindo porque, na semana passada, foi anunciada a Copa América no Brasil, que o Brasil iria sediar a Copa América. Aí se antecipou a vinda sua, que poderia ser lá na frente, antes dos Governadores – e se atrasou ao máximo para a gente ouvi-los –, antes dos Prefeitos, todos visitados pela Polícia Federal, antes do Consórcio Nordeste. Mas, não, nesta CPI, faz, manda e desmanda o grupo predominante dela, que, de forma ditatorial, chamou o senhor, colocou o senhor para vir aqui, tirando-o do *front*, tirando V. Exa. do *front*.

Quanto é que representa, Senador Marcos do Val, um dia de trabalho do Ministro da Saúde no momento grave, gravíssimo, que a gente vive, podendo ampliar a campanha de vacinação, podendo visitar Estados e Municípios junto com a equipe? O senhor simplesmente vem aqui mais uma vez para esclarecer coisas que já tinha esclarecido, mas a Copa América te trouxe aqui.

E eu digo uma coisa para o senhor: esta CPI precisa de um chá de bússola, ela está patinando, ela precisa encontrar um caminho para realmente desenvolver um trabalho como outras CPIs desenvolveram no País, como a CPI do Mensalão, a CPI do Petrolão. Essas, sim, puderam mostrar exatamente o que ocorreu.

É óbvio que eu vejo o senhor numa saia justa muito grande aqui, e isso... O Presidente da República dá motivos para isso quando causa aglomeração, quando não usa máscara. Nós estamos numa guerra e, numa guerra, todas as armas precisam ser usadas, e o líder máximo tinha que dar esse exemplo. Mas o senhor tem feito seu trabalho, eu tenho notícias de que o senhor já chegou ao ministério às cinco e meia da manhã, já desenvolvendo o trabalho com a sua equipe. Acho que grandes batalhas são dadas a grandes guerreiros. Então, como cidadão brasileiro, lhe agradeço. Mesmo tendo crítica ao Governo, vejo que o senhor está desenvolvendo o trabalho, inclusive ampliando muito a vacinação no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que esta CPI deixe esse negócio de Copa América de lado. Vamos focar no que é importante! Poxa, o senhor já disse aqui e todo mundo sabe: Copa América, Senador Marcos do Val, está tendo, vai ter, mas tem antes os campeonatos regionais que já tiveram seus campeões, já tivemos aqui a Sul-Americana no Brasil, já tivemos as eliminatórias da Copa do Mundo, estamos tendo Jogos Pan-Americanos – delegações de vários países estão no Rio de Janeiro agora, enquanto a gente está conversando aqui –, e ninguém fala nada. Tudo virou política neste País! É a cegueira, é a cegueira política neste País! Até o tratamento precoce, como bem colocou o Senador Heinze, virou cegueira, porque o Presidente erra quando vai... Pode ter as melhores intenções, mas, quando vai mostrar um medicamento para a população... Isso não é papel de Presidente, mas, a partir daí, se demonizou, e tem médicos valorosos que o senhor conhece, que eu conheço, que o Senador Heinze conhece, acho que todos os colegas aqui conhecem, que estão fazendo um trabalho salvando vidas. E não é um medicamento ou dois, são 17 medicamentos neste País que estão sendo escondidos da população – em políticas públicas!

E um detalhe interessante disso tudo: eu defendo a autonomia médica e a gente precisa... Eu gostaria de ouvir o Dr. Mauro, Presidente do Conselho Federal de Medicina, aqui. Aprovo o requerimento de chamada dele, acho que a verdade tem que vir à tona. Assim como trazer cientistas contra e cientistas a favor para fazerem o debate. Vamos fazer um debate colocando um de um lado e outro do outro dando tempo igual. Eu já fiz isso aqui, eu já fiz isso aqui há cerca de dois meses e meio no Senado Federal, o Senador Marcos do Val participou. Foi um debate público nesta Casa no qual a gente pôde ouvir cientistas e médicos renomados contra e cientistas e médicos renomados a favor do tratamento. Quem quiser assistir, vá à TV Senado, no YouTube, coloque lá "tratamento profilático Covid" e assista lá para tirar suas conclusões.

Mas eu espero que não vão, que esta CPI não vá chamar aqui os Governadores de Goiás, de Mato Grosso, porque vão receber a Copa América. Aí, desvirtua. Vamos atrás de corrupção! O povo brasileiro quer saber nas ruas também de corrupção. Vamos investigar o Governo Federal – concordo que tem que investigar –, mas vamos investigar também... Porque um ponto aqui, Senador Eduardo Braga, Senador Reguffe, um ponto que é pacífico entre nós aqui, pacífico entre os Senadores é que não faltou dinheiro nessa pandemia. O Governo Federal mandou dinheiro para Estados e Municípios suficientemente, tanto que chegam a dizer aqui nos corredores que o Governo central ficou pobre, ficou no vermelho, e os Estados e Municípios, no azul. E o que é que foi feito desse dinheiro?

Eu quero lhe perguntar sobre corrupção, quero lhe perguntar sobre corrupção. O senhor conhece o Consórcio Nordeste?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Já me reuni com os Governadores do Consórcio Nordeste para tratar da questão da vacina Sputnik – somente para tratar desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O escândalo dos respiradores, dos 300 respiradores que até hoje não chegaram, comprados da indústria da maconha, pagos antecipadamente quase R$50 milhões do povo nordestino... O senhor não soube disso ainda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu sei através da mídia, da imprensa, né? Eu sei que esses processos aí estão com a Polícia Federal para que se apurem as responsabilidades.

O Ministério da Saúde tem procurado levar o suporte para Estados e Municípios, seja com insumos estratégicos, seja com suporte econômico, habilitação de leitos de terapia intensiva, aquisição de equipamentos como respiradores, como monitores, de tal sorte que não falte assistência à população.

Essa questão da aplicação apropriada do recurso público é um compromisso de todo gestor público. O ministério tem suas áreas de controle, tem o Denasus, que é o departamento de auditoria, que naturalmente não tem pernas para fazer auditoria nos 5.570 Municípios do Brasil, mas, por amostragem, faz auditorias. Há o TCU, que fiscaliza, há os tribunais de contas do Estado... Enfim, o que nós queremos – e todos nós queremos isto – é que essas verbas públicas cheguem ao seu destino, porque são políticas públicas eficientes...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor acredita que corrupção, desvio de verbas públicas em época de pandemia também mata?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Senador. Corrupção mata em qualquer época e sobretudo numa época como esta, né?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria lhe perguntar sobre a Dra. Luana Araújo, que esteve aqui na semana passada e teve um tratamento completamente diferente do tratamento dispensado à Dra. Nise Yamaguchi. Duas médicas, mas o tratamento... A população viu, de um lado e de outro, as grosserias, as intimidações e, para a outra, a Dra. Luana, praticamente só faltou entregar flores. E eu acho que tem que entregar mesmo para as mulheres, mas isso realmente é algo que a gente precisa...

O senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só um minutinho. Só um minutinho, Senador, por favor.

Foi o ex-Ministro Mandetta que indicou a Dra. Luana para o senhor?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Segundo foi informado... Inclusive, foi uma surpresa a oitiva aqui da Dra. Luana, que estava programada mais para a frente... Cancelaram a audiência com cientistas e médicos renomados que estavam marcados para o dia dela e trouxeram a Dra. Luana. Não deu tempo para a gente pesquisar muito aqui, foi de véspera, o que atrapalha o trabalho dos Senadores, mas eu digo para o senhor...

Eu lhe pergunto: circulam nas redes sociais que, aparentemente, há várias contradições no currículo da Dra. Luana, e é claro que, em defesa do contraditório, nós não podemos infligir... Por isso, se faz indispensável ouvir o Dr. Francisco Cardoso e Dr. Paulo Porto, cujo requerimento já foi aprovado; a oitiva foi adiada monocraticamente, mas o Presidente já nos confirmou que vai marcar para ouvi-los. E ainda se faz necessário que ela se manifeste para se explicar devidamente, não sei se voltando aqui a esta CPI, mas as informações prestadas por ela estão sendo devidamente checadas. Mas quanto à nomeação para o cargo de secretária, é obrigatória a obediência ao Decreto Presidencial nº 9.727, de 2019, que estabelece os requisitos para nomeação de cargos de diretoria e assessoramento especial na alta gestão. Nesse contexto, entre outros requisitos, faz-se indispensável que o candidato tenha experiência na gestão pública, além de experiência suficiente acumulada em atividades correlatas, ter currículo Lattes e pós-graduação validada no Brasil. Na indicação da Dra. Luana para o cargo de secretária de enfrentamento ao Covid, o senhor considerou esses dados, Dr. Marcelo Queiroga?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que eu considerei foi a participação da Dra. Luana como uma consultora eventual, onde ela teve um bom desempenho e, em função disso, eu considerei colocá-la como secretária. Como já discuti, não foi efetivado por uma questão de conveniência e oportunidade, sobretudo porque entendi que, no momento, ela não seria a melhor pessoa para harmonizarmos essa questão aqui que estamos discutindo e que nós precisamos avançar no enfrentamento da pandemia. Eu tenho uma boa impressão da Dra. Luana, é uma pessoa que tem residência médica em infectologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E eu a aponto como uma pessoa, ainda é uma médica relativamente jovem, que tem um futuro promissor e que terá sucesso na carreira dela.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Eu não sou médico, Dr. Marcelo Queiroga, para poder avaliar o tratamento precoce. Esse é um assunto absolutamente técnico e não deveria ser politizado, como o Presidente da República errou ao fazê-lo. Como eu já disse aqui, pode ter tido as melhores intenções, mas é errado Presidente mostrar remédio. Eu somente tenho trazido aqui argumentos dos médicos que, infelizmente, não têm tido a oportunidade de serem ouvidos. Se a CPI quer discutir o tratamento precoce – que não se restringe a um medicamento apenas, porque tem polêmica, mas é composto por 17 medicamentos que ainda estão sendo, inclusive, pesquisados –, que seja justa e ouça os médicos dos dois lados. O que eu lutarei sempre é pela autonomia médica e do paciente e pela justiça. A lei brasileira garante que eles são responsáveis por seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atos. Precisamos urgentemente deixar que esses médicos possam realizar esse trabalho heroico de tentar salvar vidas em plena pandemia e, sobretudo, impedir que sejam perseguidos, como infelizmente tem ocorrido.

Me encaminhando aqui para o final, eu pergunto ao senhor: por que existe tanta defasagem entre as vacinas enviadas aos Estados e Municípios e aquelas efetivamente aplicadas, como a gente vê no vacinômetro ali?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa defasagem está sendo reduzida. O nosso Programa Nacional de Imunizações tem uma capacidade boa de vacinar a população brasileira. Parte dessa defasagem se deve à segunda dose, que é guardada. Se você vê lá: 105 milhões de doses distribuídas, 70 milhões de doses aplicadas, há uma parte aí que é a segunda dose, que é guardada. Há também a questão da distribuição da vacina para Estados e Municípios, em que, às vezes, há um pequeno retardo. E há outras questões relacionadas à subnotificação, porque alguns Estados... Por exemplo, o Estado de São Paulo tem um sistema próprio de informação, ele só informa ao Datasus depois. O Estado do Rio Grande do Norte, idem. A cidade de Salvador, também. Então, por isso que não tem lá... Por exemplo, 105 milhões de doses distribuídas, 100 milhões de doses aplicadas. Essa é a justificação, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só pra concluir, Presidente, por favor, eu fui informado de que o TCU recomendou – ou determinou, ainda não sei – que o Ministério da Saúde republicasse em seu *site* a Nota Informativa 17, de 2020, que, aliás, tem um infectologista, Dr. Francisco Cardoso, como um de seus autores – daí por que é indispensável a oitiva dele. Essa nota é importante, porque estabelece as doses seguras para o uso da hidroxicloroquina, justamente para evitar as superdoses que foram observadas em estudos clínicos no Brasil e no exterior, onde, lamentável e indevidamente, muitas vezes foi utilizada essa droga, sabidamente menos segura, em fases inadequadas, a hospitalar, até mesmo em pacientes sabidamente fragilizados e cardiopatas. Segundo especialistas, estudos com essas características constam até da metanálise da *Nature*, adotada pela OMS, para, propositadamente, desqualificar esse medicamento, que é apenas um dentre os 17 que são utilizados atualmente no tratamento precoce. Portanto, é um erro grave – repito: é um erro grave – falar que o mundo condena o tratamento precoce. Criaram polêmicas unicamente sobre dois medicamentos: a hidroxicloroquina e a ivermectina, e não sobre todas as outras drogas usadas atualmente.

Aliás, muitos pesquisadores me informaram que a Dra. Luana Araújo se equivocou ao menosprezar as metanálises, já que estas, sim, estão no topo das evidências científicas e que nem toda revisão sistemática contém metanálises, que são consideradas a cereja do bolo. Evidentemente que qualquer evidência pode ter equívocos, inclusive os ensaios randomizados, duplos-cegos e metanálises, como muitos especialistas afirmam sobre as adotadas pela OMS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu queria fazer a última pergunta, e aí o senhor já coloca aqui: o senhor poderia explicar como será a aquisição dessas vacinas pelo Ministério da Saúde e pelos Estados da Federação agora que foi autorizada a Sputnik? Com que recursos? As vacinas adquiridas pelos Estados vão compor o plano nacional de imunização?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, primeiro, em relação à construção de evidências científicas, a melhor evidência científica é a oriunda dos chamados ensaios clínicos randomizados. Naturalmente que esses ensaios clínicos, eles são sujeitos a vieses e que a interpretação de cada um desses estudos cabe aos pesquisadores, aos médicos especialistas, para se tirar o melhor proveito das informações dali retiradas.

Muitas vezes, nós temos vários estudos randomizados e fazemos uma metanálise desses dados. Uma metanálise só com estudos randomizados tem um determinado valor. Agora, se eu faço uma metanálise e lá você tem estudos observacionais, você tem estudos que são muito diferentes, como se eu estivesse ali misturando laranja com banana, essas metanálises perdem força. Então, a avaliação da qualidade da evidência científica sobre todos esses aspectos deve ser feita no âmbito da Conitec.

A solução que eu encontrei pra resolver essa divergência foi levar para a área técnica, para que tenhamos, em vez de uma nota informativa, um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica, sem prejuízo da opinião pessoal do Ministro acerca de qualquer um desses fármacos que se usam agora.

Se fala de tratamento precoce: a Anvisa concedeu o registro emergencial para um coquetel de anticorpos monoclonais, e não há nenhuma publicação científica na literatura especializada, tão somente os dados que foram fornecidos à Anvisa. E, segundo esses dados, esse medicamento, quando aplicado precocemente em indivíduos que têm comorbidades, pode reduzir o desfecho composto óbito e internação hospitalar em até 70%.

Então, chegou uma proposta, Senador Rogério, lá no Ministério da Saúde, para adquirirmos esse medicamento. Bom, eu submeti à análise técnica da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Está lá em consulta pública, porque, se esse medicamento usado precocemente reduz 70% de internação e óbito, estaria ali uma boa opção pra tratamento precoce, mas é preciso avaliar a qualidade da evidência científica, é preciso avaliar a efetividade desse medicamento dentro do contexto nacional, é preciso avaliar as condições de implementação desse tratamento no sistema de saúde. E já há outros dois medicamentos dessa natureza sendo submetidos ao SUS, para avaliação da Conitec, porque nós precisamos analisar a questão do custo-efetividade, pra ver se é viável introduzir essas medicações, como outras medicações estão sendo avaliadas para o tratamento inicial da Covid, porque seria o ideal termos a vacinação, mais algum tipo de tratamento que pudesse ser usado na fase inicial da doença.

Infelizmente, hoje ainda, nós não temos medicações com eficácia comprovada para o enfrentamento dessa doença. Então, vamos esperar – espero que seja num curto espaço de tempo – uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestação da Conitec sobre o tratamento da Covid em todas as fases. Aí teremos uma política pública consolidada, oxalá com uma harmonização da classe médica sobre esse assunto, e encerramos de vez essa questão, para investir no que é fundamental.

Eu acredito que o que é fundamental é vacinação da população brasileira. E é esse o esforço que eu faço todos os dias no Ministério da Saúde. Só nesse sentido, essa vacina da Sputnik, por exemplo, tem uma publicação na revista *The Lancet*, que é uma revista de bom prestígio, de bom conceito, de fator de impacto elevado. Há críticas a respeito dessa publicação, a Anvisa fez alguns apontamentos acerca da segurança dessa vacina.

Recentemente os ministros da Saúde do G7 clamaram, pugnaram por redução dos óbices regulatórios em relação às vacinas. E acredito que até isso tenha sensibilizado um pouco a Anvisa. Não sei se foi por essa razão, mas o fato é que a Anvisa, de maneira condicionada, autorizou a Sputnik e a Covaxin.

Já havia um entendimento anterior feito pelo Ministério da Saúde e pelos Governadores do Consórcio do Nordeste, com os quais já conversei diversas vezes, para que todas as vacinas Sputnik que fossem adquiridas, no âmbito dessa tratativa com o fundo soberano russo, fossem adquiridas pelo Ministério da Saúde e disponibilizadas ao PNI. O cenário agora é diverso. Por quê? Porque a autorização da Anvisa foi uma autorização condicionada e restrita a cerca de 1% da população de cada Estado e à realização de estudos, estudos de efetividade. O Ministério da Saúde vai apoiar essa iniciativa, o Ministério da Saúde vai auxiliar tecnicamente na realização desses estudos de efetividade, e a nossa impressão é que, tendo um resultado favorável, se possa avançar com mais um imunizante disponível para o nosso sistema de saúde.

Em relação à Covaxin, essa vacina, o contrato é com um distribuidor. Nós não sabemos ainda se teremos essas doses disponíveis na Índia. Eu me reuni com o Embaixador Suresh, e o Embaixador Suresh me relatou as dificuldades de doses vacinas a serem exportadas pela Índia, porque nós sabemos o cenário sanitário da Índia, que é complexo, mas todas as doses de vacina que, efetivamente, puderem ser entregues ao Programa Nacional de Imunizações...

Eu estava conversando ali com o nosso Senador Eduardo Braga, e ele me perguntava sobre o mês de julho e o mês de agosto, e disse que seria importante, para reforçar o nosso programa. Então, eu vejo, assim, como algo positivo essa decisão da Anvisa, e a perspectiva de termos, seja da Sputnik, que eu vejo como mais concreta, ou da Covaxin, reforço para o Programa Nacional de Imunizações.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para questionar a V. Exa. se, mesmo que a sessão comece, V. Exa. vai assegurar a palavra aos não membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu... Só se tiver uma votação. Aí, sim, Senador, eu tenho que encerrar a sessão. Mas vou garantir a palavra para V. Exa., que nos honra com sua presença aqui, hoje.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado.

Igual àquele outro dia. V. Exa... Quero aqui reconhecer que V. Exa. garantiu e esperou que os não membros pudessem falar.

Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só para um breve comunicado. Considerando o contexto que a gente vem vivendo na CPI, com reiteradas tentativas de desinformação, a repetição, apesar dos alertas feitos pela Mesa e por colegas de que documentos e dados que não correspondem à verdade estão sendo reiteradamente apresentados, eu informo à Comissão que estou apresentando uma representação no Conselho de Ética, em face do colega Heinze, amigo pessoal, pessoa de que eu gosto muito, mas que está prestando um desserviço ao repetidamente trazer informações falsas. A CPI e o Senado não podem se prestar a isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – As minhas informações não são falsas. Pode entrar com representação, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero inicialmente cumprimentar o Ministro, Dr. Marcelo Queiroga, pela disposição de retornar a esta CPI, mesmo diante do volume de suas responsabilidades, especialmente pelo quadro sanitário que o Brasil enfrenta e que todos conhecemos. Quero, todavia, fazer algumas ponderações iniciais, não sem antes dizer que não é de todo confortável ficar apontando o que considero equívocos desta CPI, especialmente porque nossa atuação aqui se dá em forma de colegiado, mas todos sabemos que, embora as decisões em colegiado prevaleçam através da maioria e, em alguns casos, pela direção do órgão, conforme a norma regimental, não se retira em qualquer caso o direito à divergência, que pode e deve ser manifestado para que se conheça a pluralidade de opiniões. É nesse sentido que faço e quero que sejam recebidas as minhas intervenções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde o começo desta CPI, tenho apontado alguns posicionamentos que considero inadequados e que têm trazido prejuízos, não somente para este colegiado, mas para o Senado Federal e para o País. Cito alguns deles. Primeiro, indiquei desde o começo os patentes prejulgamentos que teriam como consequência a produção de descrédito da CPI, isso já é notório no Brasil inteiro. Depois falei do abuso de autoridade na tomada de depoimentos, até que veio um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal dizendo em letras garrafais que todos os depoentes devem ser tratados com respeito e urbanidade, não podendo sofrer qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Tenho anotado, seguidas vezes, a necessidade de se dar ouvidos aos depoentes e não somente querer extrair deles a confirmação de narrativas preconcebidas.

O episódio mais tétrico foi o depoimento da médica, Dra. Nise Yamaguchi, que rendeu censuras escritas e verbais por todo o País. Ainda que alguém queira discordar e fechar os olhos para a realidade, esta CPI perdeu e muito com a maneira com que foi tratada a Dra. Nise. O estrago está feito e dificilmente será reparado, principalmente diante da diferença de tratamento em outros casos, quando as informações agradam as preconcepções que dominam esta CPI.

Por último, fiz minhas ponderações sobre a oportunidade da vinda do Ministro Marcelo Queiroga neste momento à CPI, diante da inexistência absoluta de desdobramentos que a justificasse. Não vou me ater novamente a isso, mas apresentar aqui outra preocupação, que é desta CPI passar ao largo de sua finalidade, que é a apuração de fato determinado, e fomentar ambientes políticos desfavoráveis através da tentativa de se criar um cenário de colisão entre um Ministro de Estado e o Presidente da República, justamente em um momento em que o País precisa da união de esforços para vencer um inimigo comum, que é o coronavírus, além da demanda que temos por mais vacinas.

Para isso, precisamos trabalhar para solidificar as ações do Ministério da Saúde e seu Ministro e não incentivar fricções na máquina administrativa, fazendo inquirições sobre fatos conhecidos, sobre questões públicas e notórias numa tentativa clara e evidente não de apurar fatos, mas tão somente de extrair eventuais declarações que gerem conflitos. Em casos assim, a CPI deixa de realmente investigar os fatos para os quais foi instalada para constranger o Ministro na relação com seu superior hierárquico, que é o Presidente da República.

Todos temos testemunhos suficientes da capacidade técnica do Ministro Queiroga e de seu comprometimento. Estou certo de que não é o desejo de nenhum de nós a existência de mais uma crise política envolvendo justamente o Ministério da Saúde. Como bem disse o Ministro Queiroga, ele não é sensor do Presidente da República nem pode atuar como se fosse. Buscar opiniões acerca da conduta pessoal do Presidente não tem qualquer pertinência, a não ser tentar fazer com que o Ministro, que é subordinado, censure o Presidente e se estabeleça uma rota de colisão. Isso é o papel da CPI?

Lembremo-nos de que esta Comissão não tem como competência ser comissão de ética do Poder Executivo federal. Não confundamos os papéis. Aqui apuram-se eventuais responsabilidades civis e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penais ligadas aos fatos determinados constantes nos requerimentos apresentados e que deram suporte à sua instalação.

Outro ponto que quero ressaltar é sobre o cuidado de não fazermos desta CPI instrumento de defesa de interesses comerciais ou de grupos. Temos que ter cuidado. Já foi mencionada aqui uma série de competições que têm sido realizadas no Brasil, ainda em 2020 e durante todo este ano de 2021. Eu tenho aqui a tabela e posso encaminhar à Mesa da CPI. Aliás, dos jogos, dos campeonatos, das competições das modalidades múltiplas... Aliás, toda a população brasileira está acompanhando, praticamente em todas as semanas, a realização de jogos, inclusive em meses de alto pico de contaminação. Repito, eu tenho aqui uma relação de todas as competições, como são os casos do Brasileirão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... da Copa do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... V. Exa. vai fazer a pergunta ao Ministro ou vai fazer um discurso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está incomodado com a minha fala, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. É porque eu queria saber... O senhor sabe qual é a diferença do Campeonato Brasileiro para a Copa América?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já, já eu vou explicar para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Explique aí, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me dê o tempo adicional que eu vou explicar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou lhe dar o adicional que você quiser, mas depois você me explique, para eu te explicar qual é a diferença entre o Campeonato Brasileiro e a Copa América. E eu lhe digo por que o Campeonato Brasileiro, sim, e a Copa América, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou lhe fazer uma pergunta também para V. Exa. responder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou falar ao final da minha fala, no tempo extra que V. Exa. vai me dar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está parecendo o Senador que procura a diferença do vírus e do protozoário, mas tudo bem.

Poderia mencionar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem nada a ver com isso, não! Não, longe de mim! Eu não sei a diferença do vírus para o protozoário, então, não vou lhe responder. Agora a diferença entre a Copa América e o Campeonato Brasileiro eu lhe respondo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou falar de todas as copas e dos campeonatos que estão acontecendo no Brasil, porque talvez V. Exa. não esteja informado.

Poderia mencionar, apenas a título de exemplo aqui, além dos campeonatos de futebol nacionais e internacionais – V. Exa. deve estar fissurado só no Campeonato Brasileiro –, o campeonato de vôlei, basquete, entre outros. Não vi até agora qualquer preocupação com a contaminação em decorrência de todas essas competições. Será que o problema da Copa América é mesmo cuidado com a proliferação do vírus? Senhores, é essa a preocupação que circunda esta CPI? Além da clara inquietação política envolvida nessa definição, por causa da participação do Presidente da República na decisão, não estaríamos usando a CPI como uma peça do tabuleiro de um jogo comercial e de poder?

A carga de hipocrisia neste País tem sido de uma proporção jamais vista, e não considero conveniente que façamos da CPI um instrumento desse tipo de expediente. Todos sabemos que há preocupação com a proliferação do vírus, mas em um sentido geral e como matéria dos órgãos sanitários, e não por um fator político ou econômico.

Finalmente, é preciso dizer que CPI investiga fatos determinados, necessariamente do passado e não do futuro como se fosse um órgão sensor de medidas do Poder Executivo. O máximo que pode ocorrer em um caso assim é solicitar informações ou recomendar providências, nada mais do que isso. Mas isso, repito, não é papel da CPI, porque pode ser feito por qualquer Senador, por uma Comissão Permanente, ou pela própria Presidência do Senado Federal. O que não é correto é usar, mais uma vez, a CPI como um instrumento político ao sabor do momento.

Faço questão de, dentro de minha prerrogativa, divergir, apresentar essas brevíssimas considerações. E aqui, agradecendo a paciência, a decência do Ministro em abrir mão de um dia de trabalho para estar nessa CPI inoportunamente – inoportunamente! –, teríamos outras prioridades para tratar aqui hoje, outras. É bom que o Brasil saiba: V. Exa. foi tirado do campo de ação, da linha de ataque, para estar aqui hoje. Para quê? Para ficar respondendo às mesmas perguntas 200 vezes.

Mas a narrativa... Do ponto de vista da narrativa, nós temos novidade. A CPI começou como CPI da cloroquina, evoluiu para CPI da carta, depois a CPI do gabinete paralelo, agora a CPI da Copa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

América. É o novo capítulo, é a nova descoberta da CPI: CPI da Copa América. Em resumo, na falta de provas fabricam narrativas. Esta é a CPI das narrativas fabricadas: "Copa América, esse evento pode promover a disseminação do vírus" – observei isso na fala inicial do Relator. Mas outros não. E aí eu vou citar aqui, Presidente. V. Exa. me provocou, eu queria mostrar os outros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu digo, de cor e salteado, os outros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou mostrar para V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu digo para V. Exa., de cor e salteado, todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, estou perguntando. Eu vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos: Série A, Série B, Série D...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... campeonatos estaduais, Copa Norte, Copa Nordeste, Centro-Oeste...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Copa Sul-Americana, Copa Libertadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, não se preocupe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o senhor quer saber mais de campeonato? Eu lhe digo todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou dizer quais são os que estão aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tenho aqui o Troféu Brasil, o Troféu Brasil, campeonatos nacionais.

Aí V. Exa. citou alguns: eliminatórias, Libertadores, Sr. Presidente. Ah, essa não pega Covid, essa não transmite Covid, Copa Libertadores não transmite Covid, é só a Copa América. As eliminatórias da copa feminina, Sr. Presidente, Brasil e Argentina, Brasil e Equador, Brasil e Peru, Brasil e Uruguai, Brasil e Colômbia, mas essas também não transmitem Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquem tranquilos, porque, na CPI da Covid, tem uma imunidade coletiva em abstrato. Dito pelos membros da CPI que esta não transmite Covid.

Fórmula 1, Sr. Presidente, também não transmite Covid. Vai ter o GP do Brasil e não transmite Covid. Basquete vai ter, a não ser que a CPI determine a suspensão, mas está na programação. Basquete, surfe, natação, todas com atletas, desportistas e jornalistas internacionais. Pelo que vimos aqui, na avaliação daqueles que compõem a maioria da CPI, só a Copa América tem o potencial de transmitir Covid.

Ah, Sr. Presidente, esqueci. Segundo dados da Secretaria de Aviação Civil, entram no Brasil... Aliás, em abril de 2021, de acordo com o resumo de movimentação aeroportuária do Aeroporto de Guarulhos, chegaram, em voos internacionais, 131.047 pessoas internacionais, mas essas também não trazem o risco de transmissão de Covid. Só a Copa América.

E eu não estou fazendo aqui – que fique claro – defesa de campeonato A, de campeonato B. Eu não faço julgamento, mas eu não sou parcial. Eu não compro lado pela razão que for, não compro lado. Eu apenas não acho que seja coerente a CPI se prestar a esse desserviço ao País. Está aqui a informação.

Mas eu queria concluir deixando aqui apenas um questionamento ao Ministro em relação a um procedimento do TCU. Considerando que há um procedimento em curso no TCU que considera a possibilidade de fraude nas notificações dos casos de Covid-19, o que, se confirmado, configura crime, pergunto: o Ministério da Saúde tem acompanhado essa apuração como órgão liberador dos recursos? Tem alguma auditoria em curso? Foi feita alguma portaria para se apurar o uso desses recursos? Se não tem, V. Exa. pretende tomar conhecimento das apurações que correm no TCU e fazer uma apuração do procedimento administrativo, já que as instâncias são independentes? E cito aqui o número da Tomada de Contas Especial do TCU: 014.575, de 2020, que trata desse assunto. É o questionamento que faço a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador Marcos Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Ministro.

V. Exa. vai me responder qual a diferença do campeonato brasileiro pra Copa América? O senhor pode me responder?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem dúvida em relação a isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tenho. É grande. Por isso é que eu estou perguntando. O senhor sabe qual é a diferença?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está perguntando para mim isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. O senhor sabe qual é a diferença?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ou V. Exa. está querendo fazer ironia? Pelo jeito V. Exa. não sabe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu estou lhe fazendo uma pergunta simples.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não faça joguete comigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é joguete, Senador. Não é brincadeira. Eu o respeito muito para fazer isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. está fazendo exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou explicar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. quer falar aqui que os jogadores da Copa do Brasil estão no Brasil; os outros campeonatos, jogadores de fora, comissão técnica de fora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Veja bem, não é isso, Senador. Deixa eu lhe explicar uma coisa: assim como Rondônia, o Estado do Amazonas teve o campeonato estadual. De lá sai representante para a Série D e para outros campeonatos nacionais. Sabe qual é a diferença, por que nossos jogadores no Brasil e a comissão técnica estão trabalhando? Por causa do salário que eles têm que receber. Se não houver campeonato, muitas dessas pessoas vão passar fome, porque jogadores que jogam no Amazonas, jogam em Rondônia, no Amapá têm um salário pequeno, eles não são ricos. A diferença entre os campeonatos brasileiros é que eles têm patrocínios de televisão e têm de jogar para pagar os jogadores. Esse pessoal que vem jogar não está precisando do salário do final do mês. A Copa América não vai deixar ninguém passar fome se não houver esta Copa América. É isso que estou querendo lhe explicar. A diferença entre esse campeonato de que V. Exa. fala é que esses jogadores estão em campo, a comissão está ali se arriscando por necessidade, porque o contrato deles é de três meses, porque é sazonal o futebol...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu o ouvi. Agora me ouça, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estou... Você achava que eu ia te xavecar, e eu não estou te xavecando. Estou dizendo que a diferença entre a Copa América...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, isso não é xaveco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só isto: a diferença entre a Copa América e os outros campeonatos é a questão de sobrevivência de trabalhadores, jogadores que trabalham. Os clubes, a maioria... E V. Exa. sabe, porque foi Presidente do Fortaleza, que para o Fortaleza jogar tinha de ter patrocínio. Hoje não tem torcida, é um recurso a menos que entra. Essa é a diferença. A Copa América é uma vaidade. O Neymar não precisa de salário da CBF para viver, não precisa. O Casemiro, que é o capitão, não precisa disso. E nós estamos falando... Não é a questão do jogo, eu sou apaixonado por futebol. E falo, eu sou torcedor do Nacional de Manaus, todo mundo sabe disso. Fui diretor de futebol muitos anos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou concluindo. Eu ouvi atentamente o senhor fazer o discurso querendo colocar àqueles que são contra a realização da Copa América como se fosse um torneio igual aos outros. O campeonato não é igual, Senador Marcos Rogério, pela questão financeira de sobrevivência. Só isso. Nada contra. Quem é a favor é a favor. Eu tenho a minha opinião, mas eu tenho que lhe falar a diferença entre a Seleção Brasileira, que não está disputando absolutamente nada... O Brasil vai ser campeão da Copa América. E daí? E daí?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu quero cumprimentar V. Exa. por essa visão e dizer que, pela primeira vez, eu concordo com V. Exa. não em relação à Copa América ou a esse ou outro campeonato brasileiro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não... Não em relação a isso, porque V. Exa. trouxe aqui um aspecto econômico que realmente tem tomado conta das nossas preocupações. V. Exa. falou no campeonato brasileiro com a preocupação econômica dos jogadores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem um outro campeonato brasileiro, Sr. Presidente, que precisa dessa mesma postura que V. Exa. sustentou agora e que todos nós defendemos: dos donos de quitandas Brasil afora, donos de comércios Brasil afora, donos de mercearias Brasil afora, salões de beleza Brasil afora, que através de políticas, muitas vezes erráticas, de fechamento obrigatório estão ficando sem salário, estão ficando sem o pão de cada dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque o Governo não vacinou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então... V. Exa. sustentou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque o Governo não vacinou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vale a mesma regra que V. Exa. sustentou agora para...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu estou inscrito aqui desde as 9h da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também, Eduardo. Só um minutinho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois é, mas fica um debate paralelo que não tem a ver com o interrogatório do Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele se referiu à CPI, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, ele fez um discurso com relação à CPI. É a opinião dele, não significa a opinião dos Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. pelo que acabamos de discutir agora. Eu gostaria que V. Exa. permitisse o Ministro responder objetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, o Ministro responder objetivamente ao que eu perguntei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre o negócio do TCU?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Ministro, desculpe.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Bom, em relação a... O Ministério da Saúde tem a portaria – não é? –, a Portaria do Gabinete do Ministro nº 885.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa portaria já foi publicada na nossa gestão e ela obedece ao atendimento ao Acórdão nº 1.072, de 2007, do TCU, e ao Acórdão nº 15, de 2009, do Plenário do TCU, isso no que diz respeito à aplicação e à responsabilização pela aplicação dos recursos públicos.

Em relação a essa questão da supernotificação de óbito, que está aqui nesse documento do Tribunal de Contas da União, em que diz que o repasse de recurso é em função ao número de óbitos da Covid, o TCU alerta para o risco de supernotificação de óbitos. Então, vou falar sobre supernotificação de óbitos.

Do ano de 2019 para o ano de 2020, houve aumento de óbitos no Brasil, e a principal causa desse aumento de óbitos é, sem dúvida, a Covid-19. Não tenho dúvida disso. Eu publiquei um artigo na revista *Heart,* uma revista de prestígio do *British Medical Journal,* e lá analisamos o impacto da mortalidade, de óbitos nas capitais que foram fortemente afetadas por Covid-19 no ano de 2020. Essas capitais foram: Manaus, Belém, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Então, houve, na realidade, um aumento de óbitos por Covid e houve também um aumento de óbitos por doenças cardiovasculares. O que houve foi uma redução da notificação de óbitos por infarto do miocárdio e por AVC. Então, sem dúvida, é um cenário sanitário complexo, mas a observação do TCU aqui é procedente, porque esses recursos são alocados em função dos óbitos e pode haver, sim, uma supernotificação. O Ministério da Saúde está atento a esses aspectos.

O Ministério da Saúde tem um sistema de informação de mortalidade chamado SIM. Esses dados são oriundos das declarações de óbito. Então, essas declarações de óbito vão para as secretarias municipais e estaduais de saúde e depois chegam ao ministério. E o ministério faz uma aferição técnica desses óbitos, que nós chamamos de adjudicação dos dados, se retira o que nós chamamos em inglês de *garbage codes*, para que se chegue a um número o mais próximo possível da realidade.

Então, a resposta em relação a óbitos só acontece mais tardiamente; não é essa resposta que é colhida. É importante, do ponto de vista epidemiológico, essa importância que se colhe todo dia, até porque sinaliza acerca do momento da pandemia, mas um dado mais definitivo nós só teremos posteriormente, para que se tenha aquele fato como uma evidência consistente de informações de mortes no Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, meus cumprimentos.

Aproveitando, então, engatando com essa afirmação de V. Exa.: este número que está aqui sobre a minha mesa e do Relator é um número oficial do Ministério da Saúde de óbitos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, é o número de óbitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, isso só pra... Eu acho que essa informação é mais do que relevante, por conta do que ontem foi dito pelo Presidente da República e depois foi desmentido pelo Tribunal de Contas da União. Fico satisfeito com essa resposta oficial de V. Exa. e do Ministério Público.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sem prejuízo, Senador, de esse número, posteriormente, após a aferição mais detalhada, seguindo os critérios técnicos, ser revisto pra mais ou pra menos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, pela sua experiência, o Brasil tem mais supernotificação ou subnotificação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pela minha experiência, como eu já falei para o senhor, do que nós apuramos nesse estudo que foi feito com a base de dados dos cartórios de registro civil, houve um aumento de óbitos de 2019 em relação a 2020, como eu reportei aqui a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Só aumenta minha admiração por V. Exa. essa prestação de informação aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Ministro, me permita passar – não vou nem passar todo o vídeo, mas passar novamente – um trecho do vídeo passado pelo Senador Renan Calheiros, no seu primeiro momento.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode cortar.

Perguntado pelo Senador Renan Calheiros em relação a essa imagem, V. Exa. disse que as imagens falam por si sós. O que as imagens falam?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não falei que as imagens falam por si sós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me parece que foi essa a sua declaração.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não, não. Eu falei que a recomendação do Ministério da Saúde é bem clara em relação às chamadas medidas não farmacológicas, e essas recomendações são válidas para todos, indistintamente. E falei que eu não iria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer juízo de valor acerca da conduta do Presidente da República, como já foi aqui mencionado por S. Exa. o Senador Girão, pelo Senador Marcos Rogério, um juízo de valor que cada um deve fazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, Ministro.

Com a devida vênia, acatamento e respeito a V. Exa., mas nós havíamos registrado que V. Exa. disse que as imagens haviam falado por si, mas tudo bem. Entendo V. Exa., entendo a posição que V. Exa. agora declina.

Vamos, então, passar à vacinação, Ministro. O Presidente da República, em pronunciamento semana passada, falou que a meta é alcançar todos, imunizar todos os brasileiros adultos até o final do ano. Entretanto, Ministro, esse daqui é o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação do Ministério da Saúde. Aqui o plano está apontando – não sei se tem outro momento do plano em que seja dito diferente – a vacinação de 78 milhões de pessoas. Qual a meta, concretamente, e onde, em que momento do plano aqui está estabelecida a meta de imunização de brasileiros?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse plano foi estabelecido em outubro de 2020, não é? E a meta do PNI é, como V. Exa. fala, 78 milhões de brasileiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse plano...?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse plano foi estabelecido, salvo melhor juízo, em outubro de 2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É o PNO.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas essa atualização...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu creio que todos nós aqui estamos de consenso de que precisamos vacinar os brasileiros acima de 18 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, mas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Aqueles adolescentes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas só me permita...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A atualização é de maio agora. No plano que está disposto no *site* do Ministério da Saúde, a atualização que consta, de maio agora, é de 78 milhões.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, 78 milhões... Obviamente, essa meta será atingida antes. Mas aqui eu já digo que o objetivo é vacinar a população brasileira acima de 18 anos. Temos que imunizar essas pessoas acima de 18 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Até quando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até o final do ano. Esse é o compromisso. Nós já temos doses contratualizadas para que se possa fazer essa afirmação aqui, diante de V. Exas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor, obviamente, conhece o estudo... Obviamente, conhece o estudo feito pelo Instituto Butantan em Serrana, que, inclusive, traz resultados para o Brasil e que aponta que, para que nós possamos atingir a imunização da população, é necessário alcançar 70% da população brasileira vacinada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sim, 70%, 75%.

Quando nós alcançaremos essa meta?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A OMS previu atingir essa meta, imunizar 10% da população mundial em outubro. Essa é uma meta que a OMS estabeleceu. Nós já conseguimos atingir antes de outubro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, mas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E a meta nossa, Senador, como eu falei para V. Exa., é vacinar até o final do ano a população acima de 18 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Essa meta...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As pesquisas... A de Serrana é uma pesquisa, mas não só tem a de Serrana, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito! Mas a pergunta...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tem a de Botucatu etc.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Permita-me... É que a pergunta não é essa. A pergunta é a seguinte: quando o Ministério da Saúde prevê alcançar a meta que, segundo os estudos da ciência, nos colocará livres da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O estudo de Serrana ainda nem está publicado, não é, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, independente... Está bom! Sem detalhar Serrana, a meta de 70%...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Cento e sessenta milhões de brasileiros contempla a meta que V. Exa. me indaga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito! É isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em dezembro, nós teremos condições de vacinar a população brasileira com as doses que já estão contratualizadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor, então, estabelece a meta de, em dezembro, chegarmos a 160 milhões de brasileiros vacinados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em dezembro, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois bem! Mas veja: para nós termos um Natal sem Covid, nós precisaríamos chegar a essa meta no final de outubro, início de novembro.

Tenho outra preocupação, que é a seguinte: qual a média de vacinação nossa hoje? Parece-me que a média de vacinação está em 500 mil, 600 mil. Para nós alcançarmos essa meta em outubro ou em novembro, nós precisaremos aumentar a média de imunização para 2,5 milhões por dia.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse é o objetivo, desde que haja doses suficientes. Neste mês de junho, há uma programação de se distribuírem 40 milhões de doses. Nós vamos ter alguma dificuldade em julho e em agosto, mas o Ministério da Saúde já tem um acerto com a AstraZeneca para fornecer IFA suficiente para produzir 50 milhões de doses de vacinas, até que o instituto, a Fundação Oswaldo Cruz possa produzir com o IFA nacional. A previsão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E quando nós chegaremos a essa média de 2,5 milhões?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A previsão é de, em outubro, já produzir vacinas suficientes com IFA nacional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, mas vamos dizer assim: o senhor concorda comigo que a meta é a de chegarmos a 2,5 milhões de imunizados por dia, para nós chegarmos até o final do ano sem a Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa é a capacidade de aplicação de doses no Programa Nacional de Imunizações nas 38 mil salas de vacinação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Permita-me, Ministro... Isso é o que nós precisamos para nos livrarmos da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa é a capacidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, quando começaremos a ter 2,5 milhões de imunizados por dia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, depende do volume de doses que nós tivermos disponíveis. Se tivermos doses suficientes... Aqui o Senador Humberto Costa se referiu à H1N1, quando se vacinou rápido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hoje, agora, não temos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, inclusive atingimos a meta de um milhão por dia e isso caiu. Por que caiu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Caiu por quê? Primeiro porque se usaram todas as doses, sobretudo de CoronaVac, como D1 e depois houve problemas com o IFA oriundo da China e faltou D2. Estamos segurando a D2 para não faltar a D2 depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E, nesse conjunto da CoronaVac, o senhor não cogita a aquisição dos outros 30 milhões de doses da CoronaVac?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esses outros 30 milhões são uma hipótese, não estão disponíveis agora. Se estiverem disponíveis agora os 30 milhões de CoronaVac, nós adquirimos agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas isso já não deveria ter sido contratado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, não está disponível no momento. Se estiver disponível, nós vamos contratar. Agora, no final do ano, no último trimestre, nós teremos muitas vacinas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas, para que o Instituto Butantan possa fazer a produção, não é necessário que o Ministério da Saúde faça essa contratação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É como eu falei para V. Exa.: eu tratei com o Dr. Dimas Covas e, inclusive, coloquei essas duas opções para ele, e ele sinalizou com uma preferência para a ButanVac, até porque a ButanVac é uma vacina que não necessita nem do banco de células. No caso da vacina AstraZeneca, nós precisamos do banco de células; no caso da ButanVac, isso já é feito aqui porque é uma tecnologia diferente. Então, eu, pessoalmente, como Ministro da Saúde, eu aposto nessa tecnologia da ButanVac. Sobre a vacina da CoronaVac pairam ainda dúvidas, que para mim não devem se confirmar, acerca da sua efetividade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Nós estamos em junho. O Ministério da Saúde já fez a contratação de vacinas para o ano que vem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Aqui já mencionei para V. Exa. a tratativa com a Moderna para a aquisição de mais de 100 milhões de doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Moderna e quais outros imunizantes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós já temos a produção da Fiocruz, a produção nacional que tem a capacidade mínima de produzir um milhão de doses. Nós temos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pelo planejamento do Ministério da Saúde, quantas vacinas poderemos ter disponíveis em janeiro de 2022 para fazermos o reforço da imunização dos brasileiros?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Precisamos ainda ter mais dados científicos, Senador. Por exemplo, se é só um *boost* ou se é só uma dose, se vai precisar ser com duas doses...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas parece que já há uma pacificação na ciência que diz que a validade da vacina será de um ano. Obviamente, ano que vem nós...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não há essa pacificação tão forte ainda. Eu estou aqui passando para o senhor uma opinião pessoal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o que se falar dos outros países que já estão contratando para o ano seguinte?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estou aqui passando para o senhor uma opinião pessoal. Muito provavelmente vamos precisar vacinar. Qual é a estratégia? Eu pessoalmente ainda não tenho ela tão clara para mim, mas já autorizamos e já está na iminência de ser firmado com a Moderna 100 milhões. Além disso, nós vamos ter autonomia do nosso parque da Fiocruz para produzir vacinas e não vai haver esse retardo do IFA. Com outras farmacêuticas nós podemos trabalhar, como o próprio Instituto Butantan. O ano que vem será um ano em que a própria indústria farmacêutica vai produzir mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Objetivamente: hoje o Ministério da Saúde tem contratadas quais doses para o ano que vem? Já tem um planejamento pelo menos de contratação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O planejamento eu já mencionei para V. Exa.: são 100 milhões de doses da Moderna. A Janssen: nós discutimos com a Janssen...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já para janeiro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Talvez, Senador, nós já tenhamos doses da Moderna para o último trimestre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só uma última pergunta sobre vacina, Sr. Presidente e Sr. Ministro. Alguns Estados da Federação... O meu, por exemplo, é um dos que menos vacina no País. O Acre, salvo melhor juízo, é o que menos vacina, o Amapá é o penúltimo colocado. A que se deve isso? Pergunto mais por curiosidade: são os governos locais, a distribuição?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, Rondônia, Roraima e o Amapá... Eu estive em Roraima e estive em Rondônia. Inclusive, assumi o compromisso de encaminhar para o PNI uma discussão sobre o aumento do aporte de doses para esses Estados, primeiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a campanha está mais lenta e, segundo, porque são regiões de fronteira, onde há a possibilidade de migração e acontece de maneira regular.

Então, esse assunto está sendo tratado no âmbito do PNI para que ampliemos essa possibilidade. Os números foram calculados a partir do Censo de 2010, que era o Censo que tinha disponível. Há questionamentos de várias naturezas, as priorizações em função da faixa etária... Então, essa foi uma decisão da área técnica.

O Senador Otto Alencar, aqui, falou da enfermeira Francieli Fontana. Ela é a Coordenadora do PNI, mas existe uma câmara técnica que apoia as decisões do PNI, e todas as decisões do PNI são pactuadas na tripartite. Existe um comitê intergestor tripartite. Quando nós alocamos 300 mil doses a mais de vacinas para o Maranhão, em função da descoberta daquele caso da variante Delta, aquilo foi pactuado no Conass e Conasems, dentro do PNI. Então, todas as decisões são pactuadas. E o Ministério da Saúde, o Ministro da Saúde interfere nisso, ou como um demandante de demandas até aqui, como essa que V. Exa. traz – o Senador Marcos Rogério já trouxe –, ou em função de questões que surgem, como foi o caso das gestantes. Eu não tive aqui a oportunidade de esclarecer por completo o caso daquela gestante que teve um efeito provavelmente devido à reação adversa da vacina. Aquele caso ali nos preocupou muito, né? Então, eu intervim naquele caso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o senhor me permite, só para avançarmos, obviamente o Ministério da Saúde acompanha o índice de positividade, que deve delimitar o grau da pandemia no País. Esse índice é acompanhado pelo Ministério da Saúde, perfeito?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, e vai ser ampliado com a nossa nova política de testagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual é a referência de alerta do índice de positividade no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós estamos em alerta permanente com essa situação, né? E, quando começa a subir o número de casos, casos diagnosticados, a resposta vem depois, três semanas: pressão sobre o sistema de saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor tem conhecimento de que, por exemplo, na Europa, com determinado índice de positividade, tem um sinal de alerta para a sociedade, que, salvo melhor juízo, é de 4% – lá na Europa. Não seria o caso de adotar uma política de igual caráter por parte do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É isso que estamos fazendo no Ministério da Saúde. Agora, isso tem como base justamente o programa de testagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E qual seria o gatilho?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ah, o gatilho, bom... Isso aí é algo que tem que ser visto pela equipe técnica. Eu não tenho esse valor aqui para dizer para V. Exa., mas, sem dúvida, é importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Ministro, eu toco nesse assunto, porque, veja, a questão da Copa América não é pela Copa América. A questão da Copa América é o próprio Presidente da República ter se envolvido no contexto da Copa América. A questão da Copa América é que o Presidente da República respondeu um *e-mail* da Conmebol em 30 minutos e não respondeu 53 *e-mails* da Pfizer até o dia 3 de dezembro. É essa é que é a questão central da Copa América. Teve uma celeridade, em meio a uma pandemia, para dar "sim" à realização de um campeonato continental de futebol, no meu entender, com os riscos, Ministro, que tem esse campeonato. Veja... As sedes: Goiânia, Cuiabá e Brasília. Aqui em Brasília, o índice de positividade está em 36%. Dados de ontem, dados de ontem daqui de Brasília dão conta de que existem 18 pessoas à espera de leitos – 18 pessoas à espera de leitos. O índice positividade de Cuiabá é de 20% – aliás, é o menor; o índice positividade do Rio de Janeiro é de 24%; e o de Goiânia é de 25%.

A questão central em relação à Copa América é a celeridade com que o Governo respondeu, com que o Governo do Presidente Jair Bolsonaro respondeu a um campeonato continental de futebol e a demora para responder sobre vacina.

Eu queria ter vacina, Ministro. Se ele tivesse as vacinas da Pfizer e tantas outras, eu seria o maior entusiasta para a Copa América, quem sabe tinha a Copa América até com torcida. Eu seria um dos primeiros a querer a Copa América aqui. O problema é que não temos vacina e houve negação para ter vacina.

Nesse sentido, Ministro, não somente em relação à Copa América, todos esses campeonatos que os colegas falaram aqui, até o campeonato brasileiro, todos os que os colegas falaram. Não deveria ter uma manifestação do Ministério da Saúde sobre isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu aqui já falei de maneira reiterada, eu avaliei os protocolos, essa decisão de fazer Copa América ou não fazer Copa América não foi do Ministro da Saúde.

O Presidente me perguntou sobre a segurança dos protocolos e eu afirmei que eram protocolos seguros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em relação às vacinas, Senador, nós já estamos entre os cinco países que mais vacinam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Ministro, desculpa, nós somos o 53º...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e distribui para a população.

Não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Porque é proporcional à população.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós já distribuímos mais de 105 milhões de vacinas, são dados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Distribuiu, mas não temos 53% da população vacinados ainda.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, quais os países que distribuíram mais de 105 milhões de vacinas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se for por isso, nós somos o quinto que menos vacina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós precisamos valorizar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o inverso!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o nosso Programa Nacional de Imunizações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Ministro, eu quero valorizar o Programa Nacional de Imunizações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, por gentileza, eu estou lhe tratando com um enorme respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu também, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Acatamento e respeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tenho grande respeito a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Esse dado não corresponde, mas eu quero...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, é um dado objetivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... só para concluir.

Só para concluir, Ministro, veja só, veja só.

Essa responsabilidade, me permita, mas é do Ministério da Saúde.

V. Exa. deve conhecer a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que diz o seguinte, que é responsabilidade do Ministério da Saúde a... Que é o Ministério da Saúde a autoridade sanitária em circunstâncias de caos sanitários, como a que nós estamos vivendo.

Além disso, tem uma portaria que V. Exa. deve conhecer, a Portaria nº 1.139, de 10 de janeiro de 2013, que fala sobre as diretrizes do Ministério da Saúde em eventos de massa. Essa portaria do Ministério da Saúde define eventos de massa e fala das responsabilidades sobre a realização de eventos de massa.

E, ao que me parece, um campeonato continental de futebol, que virão para o Brasil 11 delegações estrangeiras, eu falo esse campeonato e tantos outros, grande prêmio e tal, tem a governabilidade do Ministério da Saúde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, evento de massa sem público? Qual é a massa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não é verdadeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem público, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não corresponde. Só jornalista, são três mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tem público.

Então, não precisa de jornalista, precisa de jogador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Torcedores vão ser mobilizados.

O Brasil vai impedir argentinos de virem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Os jornalistas não precisam estar lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Brasil vai impedir argentinos de virem para cá?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Argentina...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vai impedir o Uruguai de vir?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, o Brasil não está impedindo nenhum...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vai impedir chilenos de virem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... dos cidadãos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Bolivianos, paraguaios, peruanos...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nenhum dos cidadãos da América Latina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Colombianos, venezuelanos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelência, nenhum dos cidadãos da América Latina estão sendo impedidos de vir para o Brasil, desde que tenham o RT-PCR.

As competições esportivas não estão proibidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E nós vamos abrir as fronteiras para a entrada de todos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com as condições estabelecidas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e com os riscos sanitários...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com as condições estabelecidas nas portarias, temos que atender.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor garante que não terão consequências sanitárias nenhuma na realização desse evento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a obrigação do Ministro da saúde é uma obrigação de buscar os meios para tornar esse evento seguro.

Os protocolos foram analisados, são protocolos seguros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita, Ministro, com o devido acatamento e respeito: aí está a nossa divergência. A lei estabelece que a sua responsabilidade, inclusive a Lei Orgânica da Saúde, a sua responsabilidade é fazer o alerta dos riscos sanitários que existem e, inclusive, orientar o Senhor Presidente da República a não realização – a Lei Orgânica da Saúde e todo o diploma infralegal!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente da República foi orientado acerca dos protocolos. São seguros. O número de pessoas envolvidas com as delegações e a prevenção...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a isso que eu queria chegar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... 650 pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor informou ao Presidente da República os riscos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Informei ao Presidente da República que os protocolos são seguros. Que essa massa que V. Exa. diz é composta por 650 atletas e integrantes das comissões técnicas. E aí o senhor fala que são 1,8 mil jornalistas. Então, por esse 1,8 mil jornalistas... Então, não é evento de massa. Não é evento de massa!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, assim, a pergunta objetiva...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é evento de massa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... é a seguinte: o senhor informou os riscos? O senhor fez essa comunicação ao Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente da República sabe dos riscos. O Presidente da República e os Governadores dos Estados que vão realizar o campeonato sabem dos riscos. Os protocolos são seguros. E o risco de a população...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... ter mais ou menos Covid...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... do senhor, o que eu gostaria de ouvir é isto...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... é indiferente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que o Senhor Presidente da República e os Governadores sabem dos riscos. Se sabem dos riscos, existem riscos.

Para concluir, Sr. Ministro – para concluir –, eu queria só aqui reportar ao seguinte: portaria do conselho Federal de Medicina diz exatamente o seguinte sobre considerar o uso de cloroquina e hidroxicloroquina em condições excepcionais para o tratamento, diz essa portaria o seguinte: "Considerar o uso em pacientes com sintomas leves no início do quadro clínico, em que tenham sido descartadas outras viroses (como influenza, H1N1, dengue), e que tenham confirmado o diagnóstico de Covid-19, a critério do médico". V. Exa. sabe muito bem que, para confirmar o diagnóstico, hoje só com RT-PCR.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ou diagnóstico clínico, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O diagnóstico clínico também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é o que fala aqui.

Completando aqui, mais adiante diz: "explicando os efeitos colaterais possíveis, obtendo o consentimento livre e esclarecido do paciente ou dos familiares, quando for o caso".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o Parecer nº 4, de 2020, do Conselho Federal de Medicina.

O Ministério da Saúde tem notificado quantos brasileiros foram tratados com cloroquina, com hidroxicloroquina, conforme esse parecer do Conselho Federal de Medicina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Temos esse banco de dados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... não tem registros acerca desse fato nem de outras doenças que são tratadas no sistema de saúde. Inclusive, isso é uma limitação séria que precisamos corrigir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas, veja, nós estamos falando...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Aí fala do termo de consentimento livre e esclarecido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Nós estamos falando da pandemia e estamos falando...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não há registro, Senador, de quantos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não há registros?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não! Não há registros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas o senhor também tem conhecimento de que, à luz...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pelo menos que eu tenha conhecimento, não há registros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... da Lei 6.259, de 30 de outubro de 1976...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por favor, o tempo já esgotou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Concluindo. Então, concretamente, haveria a obrigação de notificação desses casos, de ter essas informações o Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim. Notificação dos casos, sim. Agora, registro do tratamento bem como dos seus resultados... Porque registros... Existem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, veja...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... peculiaridades técnicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, isso aqui é um ofício lá de Manaus, assinado pela Dra. Mayra, que ainda está em vossa equipe, recomendando o uso desses medicamentos lá em Manaus para autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos vídeo dela. Nas unidades básicas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem vídeo, tem tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem tudo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ao mesmo tempo, tem uma resolução do Conselho Federal de Medicina, que diz a necessidade do consentimento e a necessidade de recomendar, preceituar a partir do diagnóstico, ou seja, de um exame RT-PCR. O próprio Ministério da Saúde, então, distribuiu esse medicamento, e V. Exa. diz que não tem esse banco de dados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, um registro de tratamento de paciente com Covid, registro na forma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Registro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... do que é um registro não há. Existe a notificação de casos informados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sem perguntas, Ministro. Estou mais do que esclarecido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e essa resposta, para mim, é esclarecedora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Bem, Presidente, meu caro Ministro Queiroga, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhores e senhoras que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos assistem, primeiro, Ministro, queria dizer que a razão desta CPI não é porque tem cloroquina, tratamento precoce ou não, porque isso não significaria absolutamente nada se 474.414 brasileiros não tivessem morrido. Eu não discuto essa questão da cloroquina ou não cloroquina, porque V. Exa. já se posicionou, pelo menos umas 50 vezes só no dia de hoje, dizendo que não há recomendação científica para o uso desse medicamento no caso da Covid-19. Portanto, não pode haver política pública, com dinheiro público, pra financiar o tratamento da Covid com isso.

E V. Exa. disse uma frase que eu anotei, talvez como a frase mais importante: "Diante desta realidade, a esperança para conter isso é a vacina". Ministro, porque o senhor disse isso e porque eu acredito nisso, que só existem duas formas de nós salvarmos vida no enfrentamento do Covid, uma é a vacinação e a outra é outra coisa que V. Exa. defende, mas que, lamentavelmente, ainda alguns teimam em discordar que é o uso de máscara, o distanciamento e o uso de álcool em gel.

Eu, ainda há pouco, ouvi V. Exa. dizer assim: "Nós temos o contrato de transferência tecnológica da Fiocruz", e eu li, durante a semana, que esse contrato, que chegou já tardiamente, porque creio eu que uma das decisões que o Governo brasileiro tomou foi de adotar a expansão do contrato com a Fiocruz, exatamente em busca da transferência tecnológica, só que esse contrato da transferência tecnológica acabou acontecendo semana passada, e chegaram, inclusive, os componentes para a produção do IFA no Brasil, mas, segundo a Fiocruz, essa produção só começará em outubro. E eu queria que V. Exa. confirmasse. E, segundo a Fiocruz, a partir de outubro, com o volume de componentes que ela recebeu, ela produzirá 15 milhões de doses por mês. Em que pese a capacidade instalada dela, seja para produzir 1 milhão de doses, mas ela depende do insumo para a produção do IFA, para produzir a vacina.

Eu sou engenheiro, Ministro, eu não sou médico; portanto, eu não discuto essa questão de remédios, mas discuto a questão de números. Se nós temos o contrato com a Fiocruz, a Fiocruz vai produzir esse número de vacinas a partir de outubro, segundo declarações da Fiocruz, nós ainda não ouvimos a Fiocruz aqui... V. Exa. diz que o contrato com a Moderna é só para o ano que vem, talvez recebamos alguma pouca quantia no final do mês. Nós temos um contrato com a Pfizer para este ano, de 100 milhões, mas os outros 100 milhões que já foram contratados para o ano que vem.

Eu recebi, ainda há pouco, Ministro, de uma cidadã brasileira, não é nem do meu Estado... Ela me mandou aqui, Ministro, uma fala. E eu fiz questão de perguntar a ela: "A senhora me autoriza a usar a sua fala na minha participação com o Ministro?". Porque isso aqui é o povo brasileiro se manifestando. Olhe o que ela diz aqui: "Por que não compram logo essas 30 milhões de doses do CoronaVac ou ButanVac? Pergunte isso do Ministro Queiroga, porque precisamos de vacina urgente. Tenho 54 anos, não estou vacinada e meus filhos também.".

Aí ela diz: "Estou com muita raiva. Não tenho em quem descontar. A previsão para a minha idade somente em agosto. Tenho quase dois meses de tortura para conseguir a primeira dose e continuar a tortura pensando nos filhos que eu tenho ainda para criar.".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministrou, eu estou lhe fazendo essa pergunta e gostaria de ouvir... Por que nós não compramos as 30 milhões de doses da CoronaVac? Por que nós não compramos mais doses da Oxford pronta? Porque nós vamos levar pelo menos quatro meses para poder produzir as nossas doses. Por que nós não fazemos todo o esforço para antecipar? E eu fiz uma conta, Ministro. Nós precisaremos, até dezembro, para alcançar a meta que o senhor mesmo disse, de mais 250 milhões de doses aplicadas. Isso é mais de 1,2 milhão de doses a partir de amanhã. Nós não estamos fazendo isso, Ministro. Não vamos nos enganar. Olhe, eu o tenho elogiado e defendido, porque acho que o senhor mudou a postura do Ministério. Tem propaganda agora na televisão para uso de máscara. Não existia. Tem, tem propaganda. Eu mesmo já a assisti.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, a propaganda é da vacina. Só que lá, pequeninho, eles botam a máscara.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas tem. Antes não tinha nem nada. Tem! O que eu quero dizer é que antes não tinha nada. Agora tem. Agora, se o senhor conseguiu colocar essa pequena campanha, como ele disse, o senhor pode fazer uma campanha maior, mais agressiva, mais afirmativa. Sabe por quê? Aqui não é coisa de bolsonarista ou contra Bolsonaro. Nós queremos é salvar vidas, pelo amor de Deus!

Então, Ministro, vamos comprar vacina. Se o senhor pode comprar 30 milhões de doses da CoronaVac, compre. Se o senhor pode comprar mais 50 milhões de doses da Fiocruz, da AstraZeneca, compre, Ministro. Não vai estragar, não. Compre! Porque se o Brasil não precisar, e tomara que não precise, tem tanta gente pobre em torno da gente que precisa. E o País é um líder regional que precisa ser humanitário. Compre, Ministro, pelo amor de Deus!

Outra coisa que eu quero dizer para V. Exa.: oxigênio. Eu vi o subinferno, o subsolo do inferno no meu Estado com falta de oxigênio. Esse aqui é o mapa do Estado do Mato Grosso do Sul. Os Municípios de Corumbá, Guia Lopes da Laguna, Nova Alvorada do Sul, Brasilândia, Itaporã, Anaurilândia, Glória de Dourados, Laguna Carapã, todos eles com crise de oxigênio novamente. E esses, Ministro, são os que nós conseguimos identificar.

Nós temos aqui outra mostrando que a saúde informa que está crítica em seis Estados a questão do oxigênio.

Nós temos uma outra matéria aqui... E aí, Ministro, é que fica a grande preocupação. Sabe por quê? Eu vi aqui o Omar explicar a diferença de um campeonato para o outro etc. Os americanos, que já estão com 90% da população vacinada, fizeram ano passado campeonatos, inclusive da NBA, que é a mais famosa liga de basquete. Mas sabe o que eles fizeram? Eles fizeram uma bolha: botaram todos os times numa única cidade, fizeram todo o bloqueio e o protocolo. Quem saísse do protocolo estava expulso da bolha. E, assim, eles fizeram um campeonato que garantiu empregos, que garantiu renda etc., mas salvaram vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O problema é que nós queremos fazer isso em quatro cidades, nós não vamos fazer bolha, nós vamos deixar isso transitando livremente, nós não temos vacinação. Nós não temos vacinação! Lamentavelmente, não temos vacinação! E, Ministro, eu gostaria muito que nós pudéssemos estar fazendo o que eu estou vendo agora acontecer na Itália. Está lá o campeonato de vôlei da Liga das Nações, masculino e feminino, numa cidade, também uma bolha. Por que que nós não fizemos a mesma coisa aqui? Nós somos sempre diferentes, nós somos mais eficientes e fazemos as coisas de uma forma diferente. Agora, Ministro, pelo menos nas cidades onde vão ser feitas essas partidas – já que já está decidido, e nós não temos como impedir – coloque oxigênio, Ministro, coloque usina de oxigênio nessas cidades, porque, na hora que o oxigênio falta, horas fazem a diferença entre a vida e a morte. Nós vimos isso no Amazonas. Horas fazem a diferença entre a vida e a morte.

E, por fim, Ministro, eu queria lhe dizer que o Dr. Carlos Carvalho eu conheço, é um pneumologista de escol, é um grande pneumologista, um grande especialista. Mas quando, afinal de contas, a Conitec terá o protocolo definido, Ministro? Quando? Nós já estamos há um ano e quatro meses na pandemia e até hoje a Conitec não se manifesta.

E, só para encerrar a minha participação, Ministro – eu iria abordar mais coisas –, eu tenho aqui um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, com a participação, inclusive, do Ministério da Saúde e de outras universidades brasileiras, que mostra claramente que, em cima da segunda onda, está vindo uma terceira onda, com números, com dados, consciência. Lamentavelmente, nós não temos tempo para poder debater pela formatação deste debate, que aqui, muitas vezes, na brincadeira, a gente coloca que está desproporcional etc. Mas, enfim, eu tenho que respeitar, o meu tempo está terminando. Mas eu gostaria de lhe ouvir muito sobre vacina, de ouvir muito sobre oxigênio. Não é possível que num país que tenha o volume de dinheiro que tem no Ministério da Saúde nós ainda estejamos com falta de usinas para serem instaladas nas cidades.

E eu quero fazer este último comentário da diferença entre cloroquina e outros medicamentos para festejar que, finalmente, a FDA, mesmo com todos os problemas e ainda com uma grande desconfiança dos dados científicos, liberou o primeiro medicamento em bula com algum resultado para o tratamento de Alzheimer. Isso sim, isso sim; não essa discussão de um medicamento que eu já usei para tratamento de malária, o Omar já usou para tratamento de malária, eu que já tive mais de uma malária, o povo da Amazônia é que conhece muito bem. Agora, o aducanumab, este sim, porque quantos e quantos brasileiros e seres humanos, ao longo de toda a nossa existência, não vêm sofrendo com essa doença, o Alzheimer, sem ter um protocolo que dê certo, para dar dignidade à vida e à saúde desse ser humano!

Portanto, Ministro, meus parabéns! Eu acho que V. Exa. tem mudado a postura, é habilidoso, sabe administrar as dificuldades. Já fui ministro, o Renan já foi ministro, nós sabemos o que significa, no regime presidencialista, um Presidente que tem suas convicções, certas ou erradas. O povo vai julgar, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história julgará, mas os números ninguém pode negar, os números de mortos, de pessoas infectadas, ainda agora, um ano e quatro meses depois, não se pode negar.

Eu faço este apelo a V. Exa.: compre as vacinas que estão disponíveis; não aguarde, pelo amor de Deus, porque nós não temos alternativa.

Obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O senhor falou bem: as vacinas que estão disponíveis. Todas elas, desde que estejam aprovadas pela Anvisa, serão contratadas pelo Ministério da Saúde.

Informações adicionais a respeito da produção com IFA nacional: a produção já começa na Fundação Oswaldo Cruz. Há uma necessidade de 45 dias para que seja validado esse IFA produzido no Brasil. Isso precisa ser avaliado pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde e aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, até 45 dias para que a gente tenha essa avaliação, para poder produzir com o volume necessário. Nesse ínterim, eu já expliquei aqui para os senhores, talvez o senhor não estivesse presente, mas o Ministério da Saúde já contratou IFA suficiente para a Fiocruz produzir até 50 milhões de doses de vacinas, que é justamente pra suprir esse ato do que vivemos hoje, no contrato inicial do IFA para produzir vacinas na Fiocruz, e o período em que começa a produção de IFA autônomo. Então, a Fiocruz...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se o senhor me permite...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... é que nós sabemos, matematicamente, que nós precisamos aumentar o número de vacinas. Cinquenta milhões mantêm o ritmo atual...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas temos 600 milhões de doses...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas para quando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... contratadas até dezembro, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas a partir de outubro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Só para explicar.

Mas veja, Senador: nós temos 100 milhões de Pfizer até setembro e, de setembro até...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Até setembro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até setembro, Excelência. E, de setembro a dezembro, nós temos mais um contrato de 100 milhões de doses de Pfizer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor poderia mandar, então, o cronograma definitivo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, o cronograma está publicado na página do ministério.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas mande, por favor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A gente encaminha a V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque esse cronograma já foi frustrado um milhão de vezes, via de regra, exatamente por causa da falta da produção de vacina, não é?

Então, o senhor está me dizendo que agora, entre junho e setembro, nós vamos receber 100 milhões de doses da Pfizer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Até setembro, já começamos a receber essas doses da Pfizer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas já recebemos...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, mas, até setembro, serão 100 milhões de doses, até setembro. E, de setembro a novembro, mais 100 milhões de doses da Pfizer. Então, são 200 milhões de doses.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Este ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Este ano, Senador Eduardo Braga. E, com a Janssen, 38 milhões de doses. Eu já anunciei a antecipação. Está dependendo só de aspectos regulatórios do FDA de 3 milhões de doses da Janssen. Nós temos, também, o Covax Facility, que está nos entregando doses com uma regularidade maior. Então, nós temos doses de vacina para vacinar a população brasileira até o final do ano. Qual é o nosso esforço? Antecipar essas doses. Antecipar essas doses justamente nos meses de julho e agosto. A partir de setembro, o volume de vacinas é suficiente para assegurar que a população acima de 18 anos será vacinada. Esse aqui é um compromisso que nós estamos fazendo aqui com base em contratos que foram firmados. Entre a Fiocruz e o Ministério da Saúde não há contrato, porque Fiocruz e Ministério da Saúde...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** É a mesma coisa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o senhor sabe, é uma coisa só. Então, são transferências...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu percebo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... TED, não é? Essa vacina da CoronaVac, esses 30 milhões de doses não estão disponíveis agora. Esse contrato de transferência de tecnologia, que eu considero algo fundamental, muito importante, são poucos países no mundo que têm essa capacidade. E a vacina, o custo da vacina da AstraZeneca é de menos de US$4. Ou seja, a vacina da AstraZeneca é muito custo efetivo, porque a da Pfizer custa em torno de US$12, né? Já está publicado na *Folha de S.Paulo*. Ele está dizendo que não pode por causa do contrato, mas a *Folha* publicou... Certo? Então, o senhor veja a diferença que há em relação a custos, que é um fator importante. Os senhores aqui autorizaram R$30 bilhões para a aquisição de doses de vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Mas vamos deixar claro, Ministro: a gente não tem essas vacinas, e V. Exa. **–** e falo com respeito **–** é uma voz isolada dentro do Governo. O senhor pensa de uma forma, a grande maioria pensa de outra, o senhor acredita na ciência, a grande maioria não acredita...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Isto é fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... é pitaqueiro. O senhor crê na vacina e todos nós aqui cremos na vacina, mas, em dezembro do ano passado, nós poderíamos ter 130 milhões de vacinas contratadas. Esta CPI já provou que o Governo não quis comprar a vacina. Mudou de ideia com a sua entrada. Por quê, então? Porque, a última vez em que o Pazuello falou no meu Estado, ele prometeu vacinar, e eu espero que o senhor cumpra por ele, vacinar todos os amazonenses acima de 50 anos. Até hoje nós não conseguimos fazer isso. Isso foi em fevereiro. Ele dizia que em fevereiro nós iríamos começar a vacinar por causa daquela onda que nós tivemos lá do P1, da variante. E não foi feito isso no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu Estado. E eu espero que o senhor possa cumprir a palavra do Pazuello, porque lá ele mentiu ao povo amazonense e não fez.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, para ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A segunda coisa, Ministro Queiroga: o Ministro Pazuello, antes de sair, disse que já tinha contratado 500 milhões de doses. Ele disse isso, 500 milhões de doses, ele disse que já estavam contratadas. Ele falou isso aqui, inclusive, falou que já tinha deixado 500 milhões de doses. O senhor está falando em 600 milhões de doses. A vacina da Pfizer, quando foi oferecida para a gente, era US$10. Agora nós estamos comprando a US$12, US$2 por vacina. US$2 em 100 milhões são US$200 milhões, que multiplicado por R$5, dá R$1 bilhão a mais que nós estamos pagando nas vacinas.

Então, nós temos que esclarecer à população e a quem está nos vendo, Ministro, que há um esforço sim e eu vou respeitar o seu esforço, mas há sim uma negligência que não nos permite fazer essa programação que V. Exa. está carregando aí. Está falando: olha, nós vacinamos 70 milhões de brasileiros. Quantas vacinas dessas 70 milhões ou dessas 100 milhões que foram distribuídas foram compradas na sua gestão?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) **–** Vou responder a V. Exa. Na nossa gestão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu só estou querendo colocar, não estou lhe fazendo críticas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu sei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu estou fazendo aqui o seguinte: um histórico do porquê dessa situação que nós estamos vivendo neste momento. Porque, se tivéssemos feito o dever de casa lá atrás, se tivessem respondido as correspondências da Pfizer, do próprio Butantan, o que daria 60 milhões de doses. Por que ele tem dificuldade do IFA da China?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** A própria Fiocruz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É, a própria Fiocruz.

Então, tem essas coisas, Ministro. Lógico que a sua angústia e a angústia de todos nós aqui e a angústia de quem está nos vendo neste momento é ter duas doses no braço. Eu sei que a sua angústia é essa.

E a gente não pode chegar aqui e crucificar, porque há uma mudança de pensamento no Ministério da Saúde da água para o vinho, mas uma coisa não mudou: a proteção de quem é negacionista. Todos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vêm aqui protegem o negacionismo. Eu não vou entrar em detalhes para que não seja mal interpretado, mas o senhor e o ex-Ministro Pazuello têm o mesmo discurso de proteger o negacionismo. Isso não é bom para a sociedade, não é bom, porque o senhor acredita na ciência. E, aqueles que não acreditam na ciência, nós não podemos passar a mão por cima. Nós não poder deixar isso não ser explicado para a população.

Então, esse apelo eu faço a V. Exa. Eu já lhe disse aqui, o senhor tem histórico. Profissionalmente, todo mundo com quem eu conversei lhe respeita e muito. Todas as pessoas que vieram aqui e perguntadas pelo senhor, todos eles elogiam e nós estamos vendo seu esforço. E eu acho bom porque nós preferimos o senhor do lado nosso da ciência do que contra a ciência no Ministério da Saúde, como já aconteceu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, eu queria só lhe ouvir com relação à questão do oxigênio e à questão da Conitec. Quando é que a Conitec finalmente se manifestará?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, então em relação às vacinas, só complementando aqui para responder ao nosso Presidente, Senador Omar Aziz: o que eu contratei foram 100 milhões de doses da Pfizer. As outras já eram contratos anteriores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – 500 milhões, né? Isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Houve também ali 20 milhões de doses da Covaxin, que estavam no cronograma do meu ilustre antecessor, o Ministro Pazuello, que nós retiramos porque não tinha apreciação da Anvisa. Então, ali geraria uma certa expectativa de algo que não podia se realizar. Então, eu preferi retirar. Quando houver a aprovação, vêm as 20 milhões de doses.

Tinha 10 milhões de doses da Sputnik. Já comentei aqui sobre a Sputnik. O que fizemos? Nós conseguimos antecipar as doses do Covax Facility, que estavam atrasadas. Nós estamos na iminência de conseguir antecipar 3 milhões de doses da Pfizer. E nós fizemos esse contrato de 50 milhões de doses da AstraZeneca.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, esse é o painel do Ministério da...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse é o painel, isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Olha como é o cronograma: até junho, Senador Omar, é mês a mês. Aí, aqui, olha, terceiro trimestre: você não tem quanto é que vai ser em julho, quanto é que vai ser em agosto, quanto vai ser em setembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É por conta dos contratos. Os contratos não têm prazo de entrega.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Pois é, Ministro, por isso é que eu estou dizendo. É porque, como essa senhora que me mandou esse WhatsApp, desesperada, existem milhões de brasileiros desesperados. Nós não sabemos o que vamos ter de vacina em junho, em julho, melhor dito. Nós não sabemos o que vamos ter em agosto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois é, Senador, porque isso depende da chegada dos insumos. E nós não queremos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Mas o senhor não me disse que tem o contrato da Pfizer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com a Pfizer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Mas o contrato da Pfizer não depende de insumo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, vai chegar. A vacina da Pfizer está entregando pontualmente, e até setembro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Mas quantos serão em julho, quantos serão em agosto, quantos serão em setembro? O que nós precisamos, porque essa é a informação do *site* do Ministério da Saúde... Nós não sabemos quanto será de vacina em julho, quanto será em agosto e quanto será em setembro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós vamos pormenorizar, nós vamos pormenorizar essa questão, para ficar mais claro. Nós teremos as vacinações. Em relação ao...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado, Senador Eduardo Braga. Obrigado, Ministro.

Senador Jorginho. Senador Alessandro, fique aqui, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Eu só pediria, ouviu **–** o Rogério, que chegou ainda há pouco, voltando do almoço; eu fiquei aqui direto **–**, eu queria só ouvi-lo, a sua resposta sobre a Conitec e o oxigênio.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Conitec. O primeiro protocolo, que é o do tratamento hospitalar, já vai ser decidido na quinta-feira, não é? Nós estamos no mês de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Quinta-feira?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quinta-feira, quinta-feira. E os outros vão seguir.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E o oxigênio?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O oxigênio, estamos trabalhando com o oxigênio. O problema não é da produção do oxigênio; é, sobretudo, com os cilindros. Nós já temos tratados para o fornecimento de cilindros, para dar suporte. Agora, eu queria destacar que essa obrigação é uma obrigação originária de Estados e Municípios; o Ministério da Saúde vem em apoio a essa iniciativa. Por exemplo, lá em Pernambuco, eu estive lá, e o Secretário André Longo, com o apoio do Ministério da Saúde, eles fizeram uma estratégia para agilizar o envase dos cilindros de oxigênio, de tal maneira que não falte, porque esse problema de cilindro não é só no Amazonas, ele acontece em todo o Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu não estou falando nem do Amazonas, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, não, eu estou dizendo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu estou falando de onde o senhor vai colocar os jogos dessa Copa América, que nós precisamos ter pelo menos usinas produzindo oxigênio.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, o senhor falou em bolha. O protocolo é bolha. Eu vou passar o protocolo para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Com a palavra o Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem, Senador Alessandro, V. Exa. não cuidou bem do tempo, não é? Como tem feito nos últimos dias.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vou fiscalizar o de V. Exa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É, só o meu, não é? Porque o dos outros, não, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimentar V. Exa., que preside os trabalhos, cumprimentar o Senador Renan, o nosso Ministro Marcelo Queiroga. Quero dizer que o senhor está ficando cada vez mais afiado. Quero cumprimentá-lo pela forma serena com que está participando hoje aqui, tranquila. Só teve uma exaltação ali de manhã, mas daí um recreiozinho já resolveu.

Quero, aproveitando, nessa batida do Senador Eduardo Braga, eu queria que V. Exa. nos explicasse bem didaticamente, bem rapidamente, porque eu quero aproveitar o tempo, sobre vacina. Como é que está o calendário de vacina? E depois, solicitar a V. Exa. para nos encaminhar, para cada Senador, um calendário das vacinas compradas, de que laboratório, quando é que vão chegar, para que a gente tenha segurança, porque um fala uma coisa, outro fala outra.

Por exemplo, o senhor disse aqui, o senhor deu uma entrevista aqui, e anunciou, sexta-feira, antecipação da compra de 3 milhões de vacinas da Janssen. Dose única. "Essa é uma ótima vacina. A expectativa era a de que o imunizante chegasse só em outubro". Eu pergunto... Que o senhor atualizasse para nós esses dados de todos os laboratórios, de forma bem didática, para que a gente não perca muito tempo sobre isso. Para as pessoas que estão nos vendo isso é muito importante. É muito importante saber. Tem gente aguardando ansiosamente quando vai ser a sua data de vacinação. Então, eu faço esse início de conversa com V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Então, o calendário, como o Senador Eduardo Braga falou, está disponível no *site* do Ministério. A partir do terceiro trimestre, no mês de julho, está lá o número de doses do trimestre. Porque nós não temos certeza total das entregas, mas já são 662.512.770 doses de vacinas contratualizadas pelo Ministério da Saúde, Senador Jorginho. É por isso que eu digo que serão vacinados os brasileiros acima de 18 anos até o mês de dezembro.

Eu falei em relação à vacina da Janssen, da antecipação de 3 milhões de doses. Essas vacinas estavam previstas para o último trimestre do ano, mas nós conseguimos antecipar. Essa chegada está dependendo só de uma autorização do FDA, porque está vistoriando a planta onde essa vacina é produzida, nos Estados Unidos. Uma vez isso sendo confirmado, nós vamos anunciar.

Os Estados Unidos também anunciaram uma doação de vacinas. É possível que tenhamos, também, doses da Janssen em função dessa doação.

Assim que estiver confirmado, nós colocamos. Nós temos primado por informar apropriadamente a sociedade brasileira acerca do calendário de vacinação. Não tenho dúvida de que nós vamos vacinar a população brasileira, posso assegurar a V. Exa.

Esse calendário está disponível, mas poderemos enviar para cada um dos Senadores. Vou falar aqui com o nosso Secretário Executivo, que é o Rodrigo Cruz, para que ele possa detalhar, mês a mês, o que existe de vacinas tratadas – a expectativa –, para que fique mais claro: Pfizer - 200 milhões de doses até o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

final do ano, esse é um volume de doses muito expressivo; 38 milhões da Janssen; as vacinas do Covax Facility – são mais de 44 milhões de doses das vacinas Covax Facililty; AstraZeneca. A produção da Fiocruz, a partir de outubro, será nacional, mas nós já contratamos IFA para a produção de 50 milhões de doses, o que vai suprir esse hiato entre o que está sendo feito hoje e a produção nacional.

Então, se é algo sobre o que estou tranquilo é com relação a essa meta de vacinação. Além disso, na iminência de fechar o contrato com a Moderna, dependendo de detalhes. A campanha de... A vacinação, no Brasil, vai bem.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria falar o seguinte: a nossa CPI aqui, muitas vezes, puxa para lá, puxa para cá, mas sempre tem aquele componente político que não pode ser afastado. Isso é... Todas as pessoas que nos veem, que nos escrevem, que estão assistindo, nos mandam.

Por exemplo, esse negócio da máscara é faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. O Presidente Lula esteve visitando o Senador Renan... Isso é só para contextualizar aqui e perder um pouco de tempo, não é? Porque a CPI vai ser isso mesmo. O Senador Renan... O Presidente Lula... Visita no hospital em São Paulo, fotografia, os dois abraçado aqui, sem máscara, dentro de um hospital...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É a mesma coisa do que o Bolsonaro...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, não, aí é Lula e Bolsonaro, aí é outra coisa, por isso que eu estou fazendo isso.

Então, está aqui.

Então, faça o que eu digo... É que talvez o Presidente Lula não possa ir pra rua, só possa estar assim dentro do hospital..

O Presidente, o Presidente... Fala-se muito isso aqui também do gabinete paralelo. Então, aqui tá: "o Presidente da CPI conversa com o Lula e Dória na semana passada", diz o Igor Gadelha aqui, no jornal do 04/06. Aqui tá o nosso Presidente, conversando também. Então, a CPI tem um gabinete paralelo também.

Vamos parar com esses assuntos, porque isso não vai construir absolutamente nada.

"Presidente Lula conversa com G7 da CPI da Covid". Está aqui... Globo, enfim... Então, é gabinete pra lá e gabinete pra cá.

Conversar não faz mal pra ninguém, mas temos que parar com isso de só ficar aqui procurando dizer que o Presidente Bolsonaro é que é o culpado; daqui a pouquinho vai ser o culpado do vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Copa América... A única diferença entre os campeonatos aí é porque a Rede Globo não vai transmitir essa – essa é a diferença! Essa é a grande diferença! Nós estamos aqui: utilizar esse bafafá, essa barulheira é pra ocupar esses equipamentos que foram construídos, que, em vez de construir hospital lá atrás, nós construímos ginásios, campo de futebol, arenas que hoje não estão jogadas às traças. Aí, talvez, o Governo esteja contribuindo um pouquinho pra usar esses equipamentos que estão parados, ociosos, que foram construídos, gastada fortuna com dinheiro público.

A nota de... Da nota que, respeitosamente, a Comissão editou, só tiraram uma parte. Eu gostaria de ter visto aqui a preocupação do Presidente também que esboçou sobre o atendimento às micro e pequenas empresas, o Pronampe, as parcelas que foram liberadas, o dinheiro que nós estamos aguardando pra liberar agora pra salvar o pessoal de eventos. Isso tudo tá na nota, só que não saiu.

Tem aqui... Eu tenho aqui, então, Sr. Ministro, aquela moça que não foi contratada, a Luana Araújo. Ela fez um elogio grande pro senhor aqui. Foi forçada uma barra danada pra ela falar mal do senhor, mas ela não falou. O único detalhe é o seguinte: que ela passou em todos os testes, e não passou no teste político, que isso é a coisa mais normal, e todos nós sabemos disso.

Então, eu quero lhe pedir pra não... Não vou passar do tempo, viu meu Presidente? Eu até vou poupá-lo pra deixar pro senhor, Ministro: fale das suas ações no Ministério. Fale coisa boa, o que tá fazendo. O senhor deve tá fazendo, o senhor tem um outro perfil. Fale sobre vacina, sabe? Fale sobre equipamentos, fale sobre o gás e o oxigênio lá no Amazonas como é que tá; os lugares que vai ter essa Copa América, fale sobre isso. Isso as pessoas querem ouvir, isso nós queremos ouvir, tá? Porque a disputa política ela vai acontecer sempre aqui, isso tá claro, não tem resistência, sempre vai ser assim.

Eu encerro e deixo o restante do tempo para V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador Jorginho. Eu já estou aqui desde cedo e já pude externar o que eu tenho feito à frente do Ministério da Saúde.

A prioridade número um é acelerar a campanha de vacinação. Nós temos trabalhado agora para iniciar um amplo programa de testagem da população brasileira em associação a Estados e Municípios. Hoje nós dispomos dos testes rápidos. O Brasil, no ano de 2020, testou muito pouco. Nós precisamos ampliar a nossa capacidade de testagem. Já estamos com 14 milhões de testes aí, na iminência de fechar o contrato, para poder distribuir com Estados e Municípios.

Eu tenho dialogado com as Secretarias Estaduais e Municipais. O primeiro diálogo é público com o Secretário Municipal de Saúde Edson Aparecido. Este seria um dos pilares do enfrentamento à pandemia – uma ampla campanha de testagem –, para que nós consigamos identificar aqueles que são contaminados, os seus contactantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa campanha tem três pilares.

Um pilar é de testar os indivíduos sintomáticos. Isso acontece na atenção primária. A meta é testar até 1,8 milhão brasileiros por mês, na atenção primária.

O outro é a testagem de indivíduos assintomáticos ou pré-sintomáticos. Aí selecionaríamos ambientes de grande circulação de pessoas, como, por exemplo, rodoviárias, estações de metrô, também os aeroportos.

Testar, em parceria com a iniciativa privada, as indústrias, os estabelecimentos comerciais. Essa ação já tem sido discutida. Eu tratei com o Presidente da Fiesp, o Dr. Paulo Skaf, e também com líderes da saúde suplementar, para que seja ampliada essa capacidade de testagem.

O outro pilar é baseado na questão do estudo de soroprevalência. É um estudo que já está sendo realizado, chamado Precov, que Ministério da Saúde faz em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz.

O incentivo ao uso das medidas não farmacológicas. E, para isso, é fundamental a adesão da população brasileira. Fora isso, ações para darem suporte a Estados e Municípios, que são, na ponta, quem executa as políticas públicas.

Os senhores sabem das dificuldades orçamentárias que vivemos. No ano passado, tivemos um Orçamento que suplantou R$170 bilhões. Este ano, o Orçamento do Ministério é em torno de 143 e 144 bilhões, ou seja, houve uma queda, mas o Ministro da Economia Paulo Guedes tem trabalhado em estreita parceria comigo e, através de créditos extraordinários, nós pretendemos recompor esse Orçamento, para que não faltem recursos para a Covid-19. Eu sei que tem todos os Srs. Senadores aqui desta Comissão, parceiros importantes para que nós tenhamos as condições de enfrentar essa pandemia com eficiência.

Então, são diversas ações que nós temos que fazer.

Eu chamei a atenção acerca do papel da saúde suplementar já no primeiro momento, porque sabemos que a saúde suplementar cuida de 47, 48 milhões de brasileiros e tem uma receita de contraprestação superior a 24 bi por ano, ou seja, é um Orçamento maior que o do Ministério da Saúde. E nós entendemos que temos que ter uma política mais organizada para o setor.

É por isso que, conforme a lei da saúde suplementar, se convocou o Consu, para que tenhamos uma política de enfrentamento à pandemia coordenada no âmbito da saúde suplementar, entre outras coisas, discutir, por exemplo, a incorporação de vacinas na saúde suplementar, o que não tem nada a ver com privatização do sistema público de saúde, como quiseram andar dizendo por aí. Ou seja, uma visão maior do nosso sistema de saúde para que, quando conseguirmos vencer esta pandemia, tiremos como lição o que nós já sabemos: que nós precisamos fortalecer o Sistema Único de Saúde do Brasil. Isso é um ponto fundamental e isso talvez precise de ajustes para que consigamos sair, sim, mais fortes desta situação, Senador Jorginho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só mais uma pergunta, Ministro: abaixo de 18 anos, Ministro, nós não vamos vacinar ninguém?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ainda não há uma evidência científica sustentada...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não precisa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ainda não há evidência científica sustentada, embora quero dizer a V. Exa. que a Pfizer já pediu no FDA autorização para vacinar acima de 14 anos. A Moderna já tem estudos para vacinar acima de 14 anos.

E isto está no nosso horizonte: a vacinação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Com a palavra o Senador Marcos do Val.

Depois, Senador Rogério.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado. Vou tentar ser breve. O dia está puxado. Também acordei às 3h da manhã. Estou desde às 8h30 sentado aqui. O corpo já não aguenta, igual ao de todos os colegas.

Bom, eu fiz algumas anotações aqui durante esta oitiva e só queria confirmar.

Então, foram 600 milhões de doses já adquiridas pelo Governo Federal. Correto, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Seiscentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, setecentos e setenta.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Fantástico.

Outra questão a que eu prestei atenção: nos vídeos que os amigos Senadores colocaram, eu não vi, em momento algum, o Sr. Ministro, nesses vídeos, nem fazendo aglomeração, nem sem máscara.

Eu acho que a gente precisa dar o entendimento na questão hierárquica da figura política do Presidente e do Ministro técnico, que está à frente do Ministério e que tem a sua missão, que está sendo muito bem cumprida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso porque a gente tem uma responsabilidade muito grande, porque o Brasil todo está assistindo e acompanhando esta CPI, e, infelizmente, as pessoas que perdem a esperança e não veem mais o horizonte estão cometendo o suicídio. Nós temos uma responsabilidade enorme aqui de trazer, de apaziguar a tranquilidade e a esperança dos brasileiros que estão vivos. Nós não podemos tirar essa esperança dos brasileiros que estão vivos!

E o senhor, Ministro, tem feito um excelente trabalho, que não é qualquer um que sentaria na cadeira em que o senhor está. Eu tenho certeza de que muitos negaram o convite, e o senhor poderia estar numa posição mais confortável, como Presidente da sociedade de cardiologistas, e assumiu esta missão aqui.

E tem algumas coisas que eu gostaria de esclarecer, que ficaram meio deixando a entender, como se o Ministro estivesse mentindo. E eu tenho como mostrar.

Eu queria que colocasse o vídeo da Dra. Luana. Quando ela esteve aqui, eu fiz uma pergunta bem objetiva para ela, e eu queria que passasse, para todo mundo prestar atenção.

Peço até que os companheiros que estão atrás conversando possam prestar atenção para a gente tirar essa dúvida.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom, então ela deixou claro o que o próprio Ministro já tinha colocado. O que eu percebi? A gente está indo muito dentro do achismo e do ouvi dizer aqui dentro da CPI. Bom, eu acho – eu vou entrar nesta seara também – que o perfil dela deveria ser um perfil que o Ministro gostaria de ter para agregar, e ela chegou desagregando. Eu acho que é isso – pelo menos durante a oitiva, foi a sensação que eu tive. O senhor não precisa responder porque eu jamais iria lhe perguntar se isso é verdade ou não, mas foi a sensação que eu tive: uma pessoa que desagrega. Eu achei que ela foi muito indelicada com os médicos.

Bom, outra coisa que as pessoas precisam entender, fazendo uma simbologia, o Ministro ao Presidente seria equivalente a um sargento do Exército chegar para o General Pazuello, que está lá em cima do trio elétrico, e falar: "Ô, General, desce daí. O que você está fazendo aí em cima sem máscara?" Tem coisas que não dá. Na hierarquia, não dá. Não tem como cobrar do Ministro que ele sente aqui e critique o Presidente da República. Ele pode ser exonerado. E aí? E aí se ele for exonerado? Vamos, de novo, ficar: "Pelo amor de Deus, estamos sem Ministro. Temos que achar um Ministro". Aí vem um Ministro totalmente diferente, pode ser negacionista. E aí, pronto, entra o Brasil em crise de novo.

O Presidente tem esse perfil e ele está numa posição política, mas ele está dando liberdade para o Ministro trabalhar. Está-se comprando vacina. São 600 milhões de doses. Se ele estivesse negando a compra de vacina, se não estivesse tendo vacina... Não tem na quantidade e na velocidade que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer porque o mundo está comprando, o mundo está atrás. "Ah, mas demorou, demorou, porque antes... E se... E se...". Bom, hoje essa é a realidade.

Agradeço ao Ministro por ter assumido essa responsabilidade. E não se deixe ir na posição de querer jogar você contra o seu superior hierárquico. Isso é deselegante, desonesto. Isso é covardia até para os brasileiros que estão na clemência, precisando e torcendo para a vacina.

Tem outros que já tomaram a primeira dose e nem foram tomar a segunda. Os brasileiros têm que ter também... acordar para isso. Bora para a segunda dose. Nesse final de semana, teve um dia D em São Paulo em que não foram nem 10% tomar a segunda dose.

Questionaram o senhor por causa de bula. Eu não acredito que o senhor vai ter tempo para ler bula. Isso é com a Anvisa. A Anvisa é que vai, dentro da exigência do fabricante e do laboratório, avaliar a bula, o que é que pode, o que é que não pode. O Ministro está numa posição de decisões, e não na posição de ficar sentado lendo bulas. Pelo amor de Deus, gente, temos que ter coerência! Temos que ter tranquilidade. Temos que dar esperança para o povo, temos que dar esperança para o brasileiro que está desesperado porque não está chegando a vacina ou está atrasando a vacina. Mas a vacina está chegando, gente. Preservem a vida de vocês. Não tirem a vida de vocês.

Eu faço parte de grupos da segurança pública do meu Estado, do Brasil inteiro. Eu não aguento mais receber fotos de pessoas que se suicidaram, de todas as esferas da sociedade, de adolescentes a idosos, pulando da janela, pulando de ponte, Girão, porque, liga a televisão, é caos; liga a televisão, é morte, morte, morte, tantos números, tantas mortes. A gente está surtando. Os médicos psiquiatras, psicólogos estão dizendo que está todo mundo comprando remédio para poder se equilibrar, com síndrome do pânico...

Pelo amor de Deus, gente, aqui na CPI a gente precisa trazer ponderamento, tranquilidade. O Ministro está assumindo uma função e está fazendo bem feito, todo mundo reconheceu aqui. Mas ficam culpando o Presidente, como se o Ministro fosse lá falar: Presidente... Chamar a atenção do Presidente. Pronto, ele vai perder a função dele. Tenho certeza que não é isso que que o brasileiro quer, ninguém quer.

Então, vamos ter consciência, somos adultos, não tem condições, chegar aqui e ficar pedindo pra ele criticar o Presidente da República.

E quanto aos jogos, a minha opinião, se a gente é capaz de organizar uma CPI, onde tem a imprensa, onde tem Senadores do Brasil inteiro, seguranças, um local fechado, se a gente tem condições e capacidade de organizar isso, por que não? Por que não? Era isso que eu queria falar.

Ministro, muito obrigado. E que a esperança... Que possa sempre trazer esperança e que os nossos companheiros possam respeitar as nossas opiniões e não, durante a nossa fala, rir, debochar, tirar sarro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos adultos, estamos lidando com vidas, e vidas, eu me sinto corresponsável por cada vida que é ceifada.

Obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Antes de passar a palavra para o Senador Rogério Carvalho, só para aproveitar aqui, de acordo com a fala do nosso colega, Senador Marcos do Val. V. Exa. pretende fazer ou deixar de fazer alguma coisa, na condição de Ministro, para preservar o cargo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não, eu vou trabalhar para ajudar o povo brasileiro a superar essa dificuldade sanitária.

Enquanto o Presidente da República mantiver a confiança que ele tem em mim, estarei à disposição do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ótimo. Só para não ficar a impressão de que o senhor quer ficar na cadeira a qualquer custo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o Ministro, cumprimentar o Presidente, Senador Alessandro Vieira, que está aqui ocupando a função, cumprimentar o Relator, acho que a gente tem um motivo para estarmos nesta CPI, um motivo muito dramático. São 474.614 mortos. Nenhum outro motivo estaria prendendo a atenção dos brasileiros e brasileiras; nenhum outro motivo nos faria ficar, às vezes cinco, seis, sete horas aqui sentados, discutindo o que levou o Brasil a ser um dos países com maior taxa de mortalidade, um dos maiores, o segundo maior, a segunda maior taxa de mortalidade por habitante, pela Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria mostrar, eu queria que passasse uma tela, a primeira tela, eu faço questão de voltar a esse assunto porque numa pandemia a gente tem que controlar o contágio, diminuir o contágio. E o que a gente viu, se puder ir passando para eu poder ver o conteúdo dela toda, o que a gente viu no Brasil foi um gabinete paralelo e antivacinas – tem como diminuir o tamanho? –, que tem vários atores que passaram grande parte do tempo, se articulando e definindo uma estratégia pró expansão da pandemia – pró expansão da pandemia. Eu vou repetir de novo: pró expansão da pandemia. Isso é de uma gravidade, isso é de uma crueldade que precisa ser apurada ou apurado. E aqui nós estamos diante de um chefe, de um líder que comandou tudo isso. E quem comandou tudo isso não foi nenhum desses que estão aí, a não ser aquele que está no canto, o próprio Presidente Jair Messias Bolsonaro. Ele foi o Ministro da Saúde e ele é o Ministro da Saúde até hoje, porque toda a autoridade e a desautorização parte dele.

E eu quero aqui lembrar dois fatos, Ministro. Só tem dinheiro pra vacina porque o Ministro Ricardo Lewandowski determinou que o Ministério da Saúde apresentasse um programa nacional de imunização. E foi apresentado em 20 de dezembro. E foi editada uma medida provisória porque este Congresso aprovou uma PEC emergencial que permitiu que o Governo fizesse gastos livres para combater a pandemia.

Eu quero também dizer ao senhor que nós temos 143 bilhões e só teríamos 143 bilhões não fosse a ação deste que vos fala apresentando emenda ao orçamento, à lei orçamentária, tirando do superávit primário o gasto com saúde, porque a equipe econômica estabeleceu um limite. E o Governo não poderia emitir crédito extraordinário se nós não retirássemos gasto com o Pronampe, o BEm e a saúde do resultado primário. Não foi iniciativa do Governo do Presidente Jair Bolsonaro. O Presidente Jair Bolsonaro e sua equipe econômica, na prática, constitucionalizaram o gasto com a pandemia em 2021 em 44 bilhões fora do teto, que foi o dinheiro definido para o pagamento do auxílio emergencial.

E eu quero mostrar aqui que esse gabinete... Veja só, eu disse que o Presidente sempre foi o líder. E veja o que ele diz: " Eu vou entrar em contato imediatamente com o Ministro da Saúde", para ver a saída disso aqui, daquela fatídica reunião que já foi passada. Ou então: "Você mesmo, Osmar, assessor meu aqui", entrasse em contato com o Pazuello. "A gente pode ver o que pode fazer, o que pode atender". Atender o quê? O que estava sendo dito: a criação do gabinete paralelo, a criação de não investir em vacinas, porque isso foi dito pelo Dr. Paulo Zanotto, que as vacinas não eram uma coisa importante; ou seja, foi o Bolsonaro – e eu não vou gastar muito tempo com isso, porque isso já foi muito debatido –, foi o Presidente Bolsonaro quem comandou. Mas tinha um mentor, um mentor intelectual. Aqui tem parte dessa mentoria intelectual do Presidente Jair Bolsonaro, mas quem liderou, quem determinou e quem assumiu para si o risco com a cumplicidade, inclusive com pessoas emprestando o seu prestígio e a sua atividade profissional para chancelar o que nós estamos investigando, que é o que está ali, que são as mortes e as famílias desfeitas no Brasil.

Então, fica claro que o Arthur Weintraub, o Osmar Terra, o Carlos Wizard, que já foi para os Estados Unidos – o Weintraub já está nos Estados Unidos, o Paolo Zanotto quer ir para os Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos –, estão fugindo da sua corresponsabilidade com a mortandade provocada pela promoção da expansão da pandemia no Brasil por uma teoria. Quando a gente fala que "o Governo atrapalhou, o Governo foi negacionista", a gente não está falando a coisa correta. O Governo não foi negacionista, o Governo usou uma teoria de imunizar naturalmente a população brasileira largando-a à própria sorte para adquirir, através do contágio, da infecção e da doença, a imunidade. Imunidade de rebanho se adquire com vacinação em massa, coisa que foi negligenciada pelo Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Então, Ministro, eu queria aqui, diante de tudo isso, diante de todas essas questões, que o Governo continua a reproduzir a mesma prática protelatória e a mesma prática de expansão da pandemia.

A gente tem aqui agora um estudo da USP, que diz claramente que o Governo Bolsonaro foi o Governo que expandiu a pandemia, que promoveu a pandemia, e a figura do Bolsonaro. Não é o primeiro estudo, são vários estudos. E eu quero dizer que continua a mesma prática. No caso da Sputnik, nós estamos desde o final do ano passado tentando comprar 60 milhões de doses, e o Governo autoriza, a Anvisa autoriza com uma série de restrições, inclusive não a incluindo no Programa Nacional de Imunização. A outra, a Covaxin, também, mas essa vai ser incluída, porque não foi adquirida ou não foi articulada pelo Consórcio de Governadores.

Então, continua a protelação.

O senhor fala em testagem, mas nós estamos falando de testagem com 14 milhões de testes num País onde a gente está tendo... Olhe, só no período do senhor, em 77 dias – prestem atenção –, em 77 dias, tiveram 167.502 mortes. E nós estamos falando em testagem com 14 milhões de testes?! Vamos ao agente comunitário.

Veja: a transmissão está disseminada na sociedade. Sabe por quê? Porque se perdeu o controle total e absoluto, porque o desestímulo ao isolamento social, o desestímulo ou o exemplo de aglomeração, tudo isso, tudo isso tem levado as pessoas a se infectarem, a se encontrarem.

E nós estamos, Sr. Ministro, numa condição em que nós não vamos ter imunidade de rebanho e não vamos ter alternativas pra evitar uma terceira onda, aqui falando como sanitarista, porque as vacinas vão ter... Se tivermos quantidade suficiente de imunizados pra conter o contágio, vai ser no final do terceiro trimestre ou em meados do quarto trimestre – até lá nós temos julho, agosto, setembro, outubro –, porque, mesmo tomando a vacina, a imunidade não é imediata. E, a imunidade não sendo imediata, nós temos suscetíveis em quantidade suficiente pra vivermos uma terceira onda da Covid-19 no Brasil. E há cálculos que mostram que a gente pode chegar a até 700 mil mortos até atingirmos esta meta de imunização de 70% da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, nós não resolvemos ainda, nesses 77 dias, dito pelo Conass, a questão do abastecimento do *kit* de intubação. Ainda há crise no fornecimento do *kit* de intubação em vários hospitais brasileiros.

Nós não sabemos ao certo... O senhor disse que são 600 milhões de doses, mas nós não sabemos ao certo se nós vamos ter 600 milhões de doses ou não. Precisamos ver e precisamos acompanhar, porque já foram prometidos aqui tantos milhões de doses! O senhor se comprometeu a mandar toda a contratação dessas doses pra que a CPI possa analisar.

Agora, vamos aqui aos fatos, Sr. Ministro, que chamam atenção.

No dia 27 de maio, Bolsonaro acionou o Supremo Tribunal Federal contra o *lockdown*, medida sanitária fundamental, porque estava colapsando Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Norte. Ele entrou contra o *lockdown*. Na terça-feira, dia 1º de julho, Bolsonaro voltou a se aglomerar com alguns apoiadores na frente do Palácio. Uma matéria de ontem, Sr. Ministro, denuncia que 90% dos gastos de Bolsonaro com viagens foram em eventos com aglomerações.

Além disso, no domingo, o Facebook informou que Bolsonaro é o maior influenciador da cloroquina no mundo. E a cloroquina, Sr. Ministro, foi utilizada no Brasil sabe pra quê? Como medida de controle sanitário. Isso significa dizer, passar pra população que ela não precisava se isolar, que a vacina não era importante e que a cloroquina resolveria como atendimento precoce, porque não queriam falar "tratamento precoce".

Transformaram a cidade de Manaus num experimento em seres humanos de uso de uma droga para ver qual era o impacto. Isso me lembra de coisas muito ruins! Isso me lembra de coisas terríveis que já aconteceram na humanidade! Expor uma população inteira a um tratamento sem eficácia, enquanto parte dela morria asfixiada com falta de oxigênio!

Sr. Ministro, esses são alguns exemplos que aconteceram neste mês ou neste período desde que o senhor esteve aqui.

O Presidente Bolsonaro, assessorado por um gabinete antivacinas e paralelo, é o grande responsável pela expansão da pandemia e será o grande responsável pela terceira onda!

Portanto, Sr. Ministro, se o senhor não está sendo omisso, cuidado para não prevaricar no exercício do cargo de Ministro e na defesa da vida de milhões e de milhões de brasileiros. Sabe por quê, Sr. Ministro? Porque, diante de um Presidente que age de forma contrária a todas as orientações e que transforma ele próprio num efeito de expansão da pandemia, ser Ministro de um Governo deste pode significar a cumplicidade com o número de mortes que nós vamos ter neste País.

Veja: a vacina vai chegar e vai chegar por determinação e ação e pressão destas Casas Legislativas, do Judiciário, da sociedade, não por iniciativa, por compromisso com a vida do Governo Bolsonaro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero crer, Sr. Ministro... Eu quero crer, porque vejo no senhor muita sinceridade ao tratar da questão da vacina. Acho que essa é uma tarefa que, se o senhor cumprir, o senhor vai estar dando uma grande contribuição para a gente ter a verdadeira imunidade coletiva a partir da vacina e da imunização em massa, mas nós não podemos nos calar, porque, senão, Ministro, enquanto o senhor – para concluir – está cuidando da vacina, enquanto o senhor está tentando um programa de testagem, que eu não acredito que, nessa quantidade, vá ser eficaz... Ainda que utilize unidades básicas de saúde, ainda que utilize os agentes comunitários, que já estão todos vacinados e podem fazer isso, nós precisávamos de muito mais testes...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para concluir, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concluindo, a sensação que eu tenho é que o senhor vai passar meses enxugando gelo. Enquanto o senhor trabalha pra um lado, o Presidente da República desfaz pelo outro, dando o exemplo dele e desempenhando o efeito Bolsonaro na expansão da pandemia. Eu quero crer que o senhor não será um Pazuello de máscaras! Não quero crer nisso. Espero – e aqui é um desabafo – que o senhor, diante do que o senhor tem exposto e do compromisso que tem demonstrado com a imunização, não aceite ser um Pazuello que usa máscaras.

E a diferença é muito clara: o outro era só uma correia de transmissão e nem usava máscaras. Que o senhor não seja uma correia de transmissão de uma política genocida, de uma política que vai contra tudo que é sagrado em epidemiologia, na clínica e na saúde pública. Que o senhor não se submeta a isso, porque o povo brasileiro espera de nós, filhos desta terra, cidadãos, o compromisso, acima de tudo, com a vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor deseja responder alguma coisa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, acho que o Senador fez uma...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... uma explanação apenas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas pra informar a V. Exa. Eu sei que V. Exa. fez um gesto com os Senadores que estão presentes na CPI com relação ao uso da fala. Nós estamos com a Ordem do Dia em curso e já com Relator apresentando o seu relatório para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu, eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas que considerasse os que estão em Plenário para fazer uso aqui, e a gente encerra.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Eu pediria, Sr. Presidente, que o senhor não encerrasse, que pudesse ouvir aqui... Até porque não chegou nem nos não membros ainda. Eu sou o primeiro não membro inscrito desde 8h da manhã.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou escutar o Senador Alessandro Vieira, o Senador Fernando Bezerra, Senador Reguffe. E aí eu vou pedir: Senadora Zenaide...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E a Senadora Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe. Senadora Soraya, Alessandro Vieira, Fernando Bezerra, Izalci e Reguffe.

Deixe-me abrir aqui – abre aqui pra eu falar com a Senadora Zenaide e o Senador Izalci.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Oi. Diga, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já começou a sessão do Senado, e o Presidente Rodrigo Pacheco está votando um projeto de financiamento de dívidas, importante. Então, eu vou pedir desculpa à Senadora Zenaide, que está aguardando para falar, e ao Senador Izalci também. Eu vou ouvir aqui mais três Senadores e me comprometo com a Senadora Zenaide que ela será a primeira a ser ouvida amanhã.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O.k. Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, também, eu peço...

Senadora Soraya, com a palavra, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Sr. Ministro, obrigada pela paciência no dia de hoje.

Eu gostaria de começar falando do meu Estado, Mato Grosso do Sul, que está passando por uma onda agora. Nós estávamos no topo da vacinação, agora estão faltando vacinas, mas não sei por que – não sou da área médica – chegamos à situação em que estamos agora de estarmos na iminência da falta de oxigênio em vários Municípios, como o Senador Eduardo Braga leu. E eu acabei de falar com o Secretário de Saúde, Geraldo Resende, um médico, um técnico, que está fazendo um bom trabalho, e ele me mandou um ofício que eu estou endereçando ao senhor – não vou ler aqui, porque a lista é imensa.

Na semana passada, antes de nós estarmos neste ponto em que estamos agora, eu estive lá no Ministério da Saúde, falei com o Leonardo, fiz os pedidos, mas, mesmo assim, eu não sei se caminhou a contento. Então, eu já estou pedindo para o senhor, implorando aqui, porque nós estamos na iminência de faltar oxigênio. E eu não posso deixar de me solidarizar, de colocar isso em primeira mão, mas nós... Acredito que já encaminhamos para o seu gabinete.

Eu gostaria que o senhor me colocasse, colocasse aqui para os brasileiros em geral, porque tem muita dúvida sobre isso... Nós tivemos informação no Mato Grosso do Sul – de repente, até pode ser por isso que nós estamos tendo essa onda, apesar de estarmos vacinando – de que muitas pessoas tomaram a primeira dose de uma vacina e a segunda dose de outra. Aconteceu no Mato Grosso do Sul. E eu gostaria que o senhor esclarecesse a população se isso pode, se isso não pode, qual é a orientação, porque, de repente, nós estamos achando que estamos com um percentual da população imunizada e não estamos. Então, o que dizem esses fabricantes em relação a isso? Porque o que estava chegando eles estavam vacinando: primeira dose de uma e segunda dose de outra. A população precisa ouvir do senhor, que é a autoridade máxima no assunto, sobre essa questão.

A outra questão que eu gostaria que o senhor colocasse também: sobre a vacina Pfizer, qual é o prazo para a segunda dose. Por quê? Eu tenho, inclusive, um grande amigo, que é um orgulho para nós, que foi o indicado para o TST agora, o Dr. Amaury Rodrigues Pinto Junior. Ele chegou para mim e disse: "Senadora, eu estou muito feliz, porque tomei a Pfizer". Isso foi ainda em meados de maio, começo de maio. "Agora eu só retorno, estou com a data para retornar para a segunda dose em agosto". E aí eu o alertei, falei... O que eu gostaria agora é que o senhor colocasse aqui para os brasileiros qual é a data segura para a segunda dose da Pfizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – E se o senhor puder... Estão perguntando aqui também, Ministro, sobre a eficácia da CoronaVac, que as pessoas não entenderam direito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Vamos falar.

Senadora, o que está na bula da Pfizer são 21 dias, só que o PNI decidiu estender esse espaço, até para que a gente tenha oportunidade de imunizar mais...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas a Pfizer garante?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... pessoas. Isso foi discutido com a Pfizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, a Pfizer poderia soltar uma nota, não é?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E esse corpo técnico do PNI é formado por especialistas de altíssimo nível. Então, isso tem o embasamento da opinião desses especialistas. É seguro fazer dessa forma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E a segunda dose de uma outra vacina...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Reino Unido e o Canadá fizeram isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Tomar uma dose de uma vacina e tomar a segunda de outra, não há respaldo na ciência para isso. Agora, não descarto ter havido um caso ou outro, mas isso é ínfimo, é um número muito pequeno.

Em relação à segunda dose, que, três semanas atrás, "está faltando a segunda dose", hoje tem 4,4 milhões de brasileiros que não tomaram a segunda dose, porque não foram procurar o posto de vacinação. Então, já aproveito esta oportunidade, porque sei que tem milhões de pessoas assistindo, para que aqueles que não tomaram a segunda dose procurem a sala de vacinação para tomar a segunda dose.

Em relação ao Mato Grosso do Sul, nós temos conhecimento. Eu tenho dialogado permanentemente com o Dr. Geraldo Resende, que é o Secretário de Saúde, para oferecer o suporte, seja para transferir pacientes que estão com dificuldade de leitos – esses pacientes foram transferidos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rondônia, transferidos para São Paulo, com apoio da Força Aérea Brasileira –, seja em relação à questão de insumos como ventiladores...

E dizer o seguinte: existe uma portaria do gabinete civil que determina a participação do ministério em dar suporte a Estados e Municípios em relação a esses insumos só quando não há os insumos no mercado nacional, mas, mesmo assim, em relação ao *kit* de intubação, nós estamos atendendo o Estado do Mato Grosso do Sul. Isso precisa ser pactuado no Conass e no Conasems, para que esses itens sejam disponibilizados.

Eu estou vigilante. Tenho conversado permanentemente com o Dr. Geraldo. Inclusive, salvo melhor juízo, eu acho que o Prefeito de Campo Grande virá falar comigo amanhã. No sábado, eu conversei longamente com a Senadora Simone Tebet, com a nossa Ministra Tereza Cristina. Então, estamos atentos à situação sanitária no Mato Grosso do Sul.

A questão do oxigênio aqui, que eu não teci considerações maiores... O Brasil tem capacidade de produção de oxigênio; a dificuldade é com o transporte. O ministério intercedeu junto às autoridades nacionais do Ministério da Justiça para que fosse permitida a importação de caminhões usados do Canadá. Já chegaram 16 caminhões para a White Martins, para ajudar a transportar o oxigênio, porque esse oxigênio, na forma líquida, é transportado em tanques criogênicos, e não são todos os hospitais que têm tanques criogênicos. A maioria dos hospitais dos pequenos centros é com cilindro, e há uma dificuldade com cilindros. Estamos trabalhando com isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k. Obrigada, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O ministério está adquirindo cilindros para distribuir para Estados e Municípios, nas regiões em que a condição epidemiológica está mais comprometida, como é o caso do meu Estado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... do Mato Grosso do Sul agora.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O meu Estado, a Paraíba, sobretudo a região do Sertão, com dificuldade, e Mato Grosso do Sul são... Mato Grosso do Sul é o que preocupa mais nesse momento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nesse momento...

Obrigada, eu agradeço, Ministro.

Eu gostaria que devolvessem o meu tempo, porque ficou correndo lá, mas eu não vou me delongar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, Ministro.

O senhor está nesta cadeira, o senhor está na pasta, porque foram necessárias mudanças nos quadros do Ministério da Saúde. Se essas mudanças foram necessárias, é porque algo na gestão da saúde não estava caminhando a contento, porque, senão, outros ministros teriam permanecido nas pastas.

Esta CPI tem, entre os seus fatos determinados, apurar a responsabilidade dos Estados e Municípios na gestão da pandemia. Esta CPI só poderá seguir os rastros que vocês depoentes nos indicarem. Como profissional da área jurídica, o meu olhar está focado nessa vertente, na vertente jurídica, na questão técnica dos depoimentos. Portanto, eu gostaria de indagar de V. Sa., mesmo porque amanhã nós receberemos aqui o Governador do Amazonas, Wilson Lima, sobre o rastro dos erros, porque nós sabemos que erros aconteceram – alguns erros aconteceram –, mas nós precisamos saber de quem é essa responsabilidade.

Então, é importante que o senhor seja orientado, dentro do campo jurídico, sobre o que é responsabilidade objetiva, sobre um posterior direito de regresso de quem for responsabilizado objetivamente. E, se os depoentes não apontarem as responsabilidades, que é o caso do senhor, o senhor corre o risco de responder objetivamente. E eu venho alertando isso em todas as minhas falas aqui. É importante que o senhor entenda: se o senhor não apontar o rumo que a CPI deve tomar, quem são os responsáveis, ou, pelo menos, o faro, o norte, aí vai ficar difícil. A CPI vai passar, o tempo vai passar, e nós não apuramos aquilo que deveríamos ter apurado; ficamos discutindo aqui, de repente, muitas vezes, o sexo dos anjos. E não é esse o caso, porque responsabilidades serão apuradas – nós temos números, nós temos fatos, nós temos casos sendo levantados –, e aí eu entendo que vai ficar muito difícil. Por isso, é importante que o senhor tenha consciência disso, Ministro, que todos que vêm fazer os depoimentos aqui tenham essa consciência. Se nós estamos enfrentando problemas, de quem é a responsabilidade?

E, mesmo assim, eu gostaria de terminar parabenizando V. Exa., que está aqui, porque hoje... Dizer o seguinte: as decisões técnicas produzem resultados técnicos e as decisões políticas produzem resultados políticos. A sua pasta é técnica, porque ela cuida, principalmente... Ela deve ser técnica, porque cuida do nosso bem maior, que é a vida. E o senhor hoje se mostrou muito técnico, até discordando de questões – porque a gente sabe quais são os pensamentos do Presidente Bolsonaro; e eu parabenizo o Presidente por mantê-lo na pasta –, mesmo questões que são fatos notórios, o que ele pensa sobre certas questões. E o senhor aqui foi muito claro. E aí eu parabenizo o senhor.

E termino dizendo que os bajuladores criam um campo de distorção da realidade. É um perigo termos bajuladores, termos pessoas que não nos dizem o que nós, de repente, não queremos ouvir. Então, é importante a sua posição, porque isso traz segurança aos brasileiros e traz segurança ao próprio Governo, porque ele não pode cair na insegurança de ter pessoas que... Na minha opinião, os verdadeiros... Os traidores são verdadeiros bajuladores, porque não alertam para aquilo que devem alertar. O tempo passa, nós estamos perdendo vidas e nós precisamos de alguém técnico, em que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

confie e que tenha a responsabilidade de um médico. Porque eu já vi Senador aqui que teve Covid e não tomou cloroquina, mas defende a cloroquina, que, quando a coisa aperta, vai pra um lado e vai pra o outro; e outros que nem tiveram e também que se contradizem na hora que têm que tomar as suas medidas pessoais. Na hora que tem um parente, quem vai procurar? Então, é uma faca de dois gumes esse tipo de atitude das pessoas.

Então, a verdade acima de tudo, os números acima de tudo, a ciência acima de tudo. E parabéns.

Eu vou terminar... Considerando que se fala muito em nome de Deus, eu vou colocar aqui três versículos da Bíblia sobre essa questão. Um é de Gálatas: "Acaso busco eu agora a aprovação dos homens ou a de Deus? Ou estou tentando agradar os homens? Se eu ainda estivesse procurando agradar os homens, não seria servo de Cristo". Aí temos Salmos 12:2-3: "Cada um mente ao seu próximo; seus lábios bajuladores falam com segundas intenções. Que o senhor corte todos os lábios bajuladores e toda a língua arrogante". Doze... Perdão, aqui. Dois últimos, bem curtos. Provérbios 29:5: "Quem adula seu próximo está armando uma rede para os pés dele". "A língua falsa odeia aos que ela fere, e a boca lisonjeira provoca a ruína", Provérbios 26:28. A verdade acima de tudo, João 8:32.

Então, parabéns ao senhor por ter se mantido dentro da técnica. Eu fico muito tranquila e muito aliviada porque, assim, nós teremos sucesso, nós colocaremos as coisas no trilho.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sobre a CoronaVac, a ineficiência...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sobre a CoronaVac, ainda não existem dados que atestem essa ineficiência, Senador Omar Aziz. Nós estamos trabalhando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas pode tomar, então?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se pode tomar? Deve tomar a CoronaVac.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, é porque as pessoas entenderam que a CoronaVac... O senhor teria dito que ela é ineficaz.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, existem questionamentos da eficácia da CoronaVac em indivíduos acima de 80 anos. E é um dos imunizantes mais utilizados do nosso Programa Nacional de Imunizações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só para saber...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Como Ministro da Saúde, eu tenho que ter a responsabilidade de passar informações corretas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, é porque estão me passando mensagem, preocupados, porque entenderam que o senhor teria dito...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, de maneira alguma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, está esclarecido, para quem perguntou aqui sobre a CoronaVac, que ela é eficaz.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que pode acontecer é um reforço lá na frente, mas isso pode acontecer com qualquer uma vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O próprio Presidente do Butantan falou sobre esse assunto aqui.

Senador Alessandro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Presidente...

Senador Alessandro, só para dar uma informação.

O Supremo, Presidente Omar... O Supremo Tribunal Federal acaba de marcar para quinta-feira uma sessão da Corte para decidir sobre a Copa América. Eu, sinceramente, espero que o Senador Flávio Bolsonaro não diga novamente que o Supremo é do Presidente Lula e que o General Mourão não queira levar os ministros do Supremo Tribunal Federal para Cuiabá, como já ameaçou com relação aos outros jogadores.

O Governo continua como aquele soldado que marcha com o pé trocado e acha que a tropa é que está marchando diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) **–** Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Dr. Marcelo.

O senhor apresentou números inspiradores relativos à chegada de mais vacinas, um volume de vacinas que se afigura como suficiente para impactar. Então, é correto concluir que um volume maior de vacinas é o caminho correto para que a gente possa reduzir o número de contaminados; por conseguinte, o de internados; por conseguinte, o de mortes, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para deixar registrado, Sr. Presidente, que esta Comissão já comprovou que o Brasil abriu mão, por decisão política, de 4,5 milhões de doses de vacinas da Pfizer e 49 milhões de doses de vacinas da CoronaVac.

Estudos levantados por professores da área de epidemiologia apontam que são cerca de 100 mil mortes que poderiam ser evitadas e centenas de milhares de internações se nós já tivéssemos o processo vacinal iniciado com volume e quantidade de vacinas que poderíamos ter adquirido, e não adquirimos por escolha política e ideológica – que não foi da sua gestão, registre-se.

O senhor falou bastante, Sr. Ministro, da questão da autonomia. E ninguém, em sã consciência, que ouviu a sua fala aqui hoje e também sua fala anterior duvida que o senhor é bem-intencionado, bem-informado tecnicamente e defende uma linha consciente de atuação no combate à pandemia. Ninguém pode colocar isso em dúvida. O senhor está de parabéns com relação a isso. Mas eu lhe pergunto: a Dra. Mayra Pinheiro continua na sua equipe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Dra. Mayra Pinheiro continua na minha equipe. Ela é Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Ela trata sobre esse tema.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Dr. Hélio Angotti continua na sua gestão?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Dr. Hélio Angotti é o Secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Dr. Raphael Medeiros também continua na equipe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Dr. Raphael Câmara, Secretário de Atenção Primária.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E Dr. Arnaldo Medeiros, da mesma forma, continua na equipe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Dr. Arnaldo Medeiros é o Secretário de Vigilância em Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esses quatro profissionais a que me referi, Sr. Ministro, são contrários à política que o senhor defende. Eles defendem o tratamento precoce, eles desvalorizam as vacinas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Na nossa gestão, não há, na minha pasta, nenhuma decisão deles que contrarie o que eu determino.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Então, o senhor imagina que é viável tocar uma política pública de alta complexidade com uma equipe que defende ideias diversas das de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sempre que houver necessidade de fazer modificações na equipe, eu o farei, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Acho importante registrar, Sr. Ministro, que, não tendo conhecimento bíblico da Senadora Soraya, eu vou recorrer a um adágio popular: de boas intenções o inferno está cheio. É muito claro o que nós vivemos hoje no Brasil: nós temos no topo da pirâmide hierárquica um Presidente que não acredita na ciência; nós temos no meio dessa pirâmide um Ministro, técnico, que acredita na ciência e que está visivelmente se esforçando em benefício da saúde dos brasileiros; e, abaixo de V. Exa., um grupo muito grande que se identifica e se conecta diretamente com o Presidente da República, ultrapassando a sua autoridade como Ministro, em prol de uma política equivocada e que literalmente impediu que nós salvássemos vidas. Então, eu coloco isso como um alerta, porque não basta ser bem-intencionado, é preciso ter condições de executar um trabalho. Se o senhor não tiver condições de executar um trabalho, é preciso ter legitimidade de falar aos brasileiros, sob pena de ser mais uma vítima da máquina de destruição de reputações que nós vivemos hoje, que nós presenciamos hoje. Então, é um alerta que faço a V. Exa.

V. Exa. também citou bastante aqui o novo programa de testagem, o PrevCOV. Correto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O PrevCOV é só um braço, é a parte do estudo sorológico. Nós vamos acrescentar a questão do teste rápido. Esse teste rápido você tem na atenção primária. O objetivo é testar 1,8 milhão de brasileiros todos os meses e a testagem de assintomáticos ou pré-sintomáticos, de tal sorte que até 20 milhões de testes por mês. Nós já distribuímos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Isso não é PrevCOV, é mais uma política...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não. Isso é mais uma política. E nós estamos adquirindo... Já falei que temos já certos 14 milhões de testes. Isso aí se soma a esforços de Estados e Municípios, porque Estados e Municípios já estão testando. Essa política já foi aprovada no Conass e Conasems. E vamos colocar em prática no mais breve espaço de tempo possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É uma política essencial. Em Sergipe, foi viabilizada com emendas do meu mandato por conta justamente da compreensão que testar é essencial.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque hoje nós temos os testes rápidos de antígenos. A Fundação Oswaldo Cruz já produz também. Então, podemos ter a Fundação Oswaldo Cruz como uma das fornecedoras.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu gostaria que o senhor me esclarecesse... O senhor conhece o Epicovid, não é? O inquérito epidemiológico feito pela Universidade Federal de Pelotas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Epicovid foi financiado, claro, com verba pública federal, custou R$12 milhões, testou 100 mil pessoas; o PrevCOV, a que V. Exa. se refere, vai custar R$200 milhões para testar 211 mil brasileiros – R$200 milhões para 211 mil brasileiros, R$12 milhões para 100 mil brasileiros. O senhor consegue explicar para a gente qual é a razão dessa diferença tão grande de valores?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É porque tem muitos... Assim, os detalhes técnicos do estudo eu não tenho aqui para passar para V. Exa., mas tem outros aspectos que são testados aí no PrevCOV: a questão de vigilância genômica, tem uma série de outras peculiaridades...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Que multiplicam por dez o custo dessa atividade?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Que aumentam o custo do estudo, mas essa questão pode ser passada aqui para o Senado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nós vamos solicitar, porque...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde está à disposição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... chama atenção. Descontinuaram o estudo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Inclusive, é um estudo realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, uma instituição de grande credibilidade de todos nós, um patrimônio dos brasileiros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, sem dúvida, mas com contratação de laboratório privado e contratação de *call center* privado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, vou passar esses detalhes para V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Por fim, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, aproveitar este tempo – porque, graças a Deus, ele continua econômico nas palavras – para referir a dois pontos que nos parecem importantes.

As ameaças, os constrangimentos, o assassinato de reputação que sofre cada brasileiro que se disponha, de alguma forma técnica séria, a se opor a política homicida da saúde pública brasileira.

Eu posso falar agora diretamente do caso da Dra. Luana Araújo, que prestou depoimento sentada na cadeira onde o senhor está e que vem sendo atacada, ofendida, ameaçada, como é praxe duma atuação miliciana, nas redes sociais e na vida real. Isso é fato.

Eu posso falar de outros depoentes que têm histórias pra contar importantes, mas que não têm coragem de sentar na sua cadeira, porque já são previamente ameaçados – eles e seus familiares. Essa é a realidade que nós vivemos hoje no Brasil.

E talvez essas pessoas tenham direito de se esconder, mas nós, Senadores, não temos, porque a gente saiu pra rua, pediu o voto das pessoas sob pretexto de representar os nossos Estados e a República. E a República hoje está ameaçada porque um cidadão honesto não pode se posicionar. Nós voltamos no tempo, parece que à década de 60, onde o cidadão comum não pode manifestar sua opinião, sob pena de ser alvo de uma milícia digital.

A desinformação é crime e cada vez mais grave.

Nós tivemos ontem um episódio que precisa de atenção dessa CPI – e eu vou apresentar os requerimentos, Sr. Presidente, Sr. Relator. O Senhor Presidente da República fez uso da sua estratégia de desinformação tradicional: ele procura o cercadinho onde ele pode passar o recado midiático para as redes e para a mídia sem ser questionado por nenhum jornalista sério, porque os jornalistas sérios foram expulsos pela claque já há muito tempo, e lá ele apresentou uma mentira, segundo a qual existiria um relatório do Tribunal de Contas da União informando ou sugerindo que metade das mortes por Covid nunca existiram. Era mentira. O Tribunal de Contas da União se deu ao trabalho publicar uma nota para desmentir o Presidente da República.

Mas, se parece muito grave, consegue ficar mais grave ainda, afinal de contas é o Brasil. Hoje, nós temos a informação de quem fez a inclusão do texto base que deu origem a deturpação feita pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República – já está circulando na imprensa. O Presidente tinha plena consciência de que estava falando uma mentira. E isso, Sr. Ministro, é absolutamente inaceitável, porque, em qualquer política pública séria, se o líder da nação não se engaja, o senhor pode morrer trabalhando, o senhor pode se esforçar como for, porque o brasileiro realmente não vai usar máscara; o brasileiro realmente não vai respeitar isolamento; o brasileiro realmente não vai buscar a segunda dose de vacina, porque o seu líder maior, deliberadamente, criminosamente, busca desinformar a cada segundo.

Ele hoje desmentiu a própria fala. Reconheceu que estava equivocado. Reconheceu que fez uma tabela com base num documento fictício, mas ele não para, porque Bolsonaro não conhece a marcha ré; ele só avança. Ele disse que continuava achando os dados falsos por conta de mentiras dos Governadores.

E aqui um Senador – não me recordo qual – perguntou a V. Exa. se existia alguma dúvida com relação ao número de mortos. E V. Exa. respondeu: "Não, o número de mortos é esse mesmo, 474.614 brasileiros que morreram".

Então, Sr. Ministro, o senhor disse também, no começo da sua fala, que, quando está perto do senhor, o Presidente usa a máscara. Então, se eu puder lhe fazer um pedido ou uma sugestão, eu vou fazer – é bem singela: o senhor pode deixar o seu 02 no ministério e acompanhar o Presidente da República 24 horas por dia. Vai ser um serviço mais importante para o Brasil e para a saúde pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, passados mais de 30 dias da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, gostaria de fazer algumas considerações sobre o andamento dos trabalhos.

Logo na inauguração de nossas atividades desta CPI, ponderei que o trabalho investigativo imporia foco técnico, ausência de viés político e atuação dentro dos limites constitucionais.

Fiz um apelo a todos os membros desta Comissão para que os excessos fossem evitados, uma vez que a legitimidade do resultado a ser apresentado depende do equilíbrio que permite, sempre que possível, o exercício do consenso, afastando posições de beligerância e confrontação que transformam a CPI em palanque político ou palco para radicalizações ideológicas.

Ainda que enfrentemos um clamor por um relatório que identifique culpados e impute responsabilidades, rechaçamos, desde o início, a ideia de que esta Comissão tome unicamente o caminho da criminalização, mas que também possa apontar os aperfeiçoamentos necessários para o enfrentamento da pandemia ainda em curso e de futuras emergências de saúde. Infelizmente não me parece que tais ponderações tenham repercutido como desejaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me traçar um paralelo com a Lava Jato, operação que acabou atingindo de maneira dura as estruturas do sistema político, não poupando dirigentes partidários, ex-presidentes, ex-ministros e figuras influentes do mundo político e empresarial.

Os excessos cometidos em nome de uma agenda de combate à corrupção, além dos sucessivos questionamentos sobre imparcialidade, fizeram com que a força-tarefa passasse a ser criticada, por exemplo, por concentrar a operação em Curitiba, com evidentes prejuízos para réus e empresas; pelo modo de condução dos processos; por afrouxar a fronteira de separação entre acusação e julgadores; por introduzir interpretações controversas do Direito Criminal; pelos vazamentos seletivos de interceptações telefônicas e de conteúdo de colaboração premiada; sem contar o uso sistemático dessas delações premiadas, combinado com prisões provisórias, que levavam suspeitos a falar qualquer coisa para se livrar da cadeia ou conseguir uma redução de pena, verdadeiros profissionais do arrependimento.

Quantos de nós não fomos vítimas dessa criminalização da política, de um viés persecutório implacável, fundado em premissas frágeis e juridicamente questionáveis, oriundas de delações banalizadas, obtidas mediante coação imposta aos delatores, atropelando as garantias constitucionais dos investigados, com evidentes excessos de discricionalidade.

Faço questão de citar meu próprio exemplo, pois sofri, no âmbito da Lava Jato, acusações que não se sustentaram, inquéritos cujos arquivamentos foram determinados pelo Supremo ou pela Justiça Eleitoral, ante o reconhecimento de que as provas não eram suficientes para justificar nem sequer o início de uma ação penal contra mim. Outros inquéritos ainda aguardam a manifestação dos órgãos da Justiça. Renovo a convicção de que tudo restará esclarecido.

Foi nesse contexto das negociações de delações, do conluio entre juiz e Ministério Público, dos vazamentos seletivos e das suspeições – que o Congresso Nacional aprovou a nova Lei de Abuso de Autoridade, que define tais crimes cometidos por agente público que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído, visando prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro.

Faço este resgate histórico para que esta CPI, a exemplo da Lava Jato, não enverede pelos caminhos duvidosos das preferências do julgador em detrimento dos fatos, não se renda aos abusos movidos pelo mero capricho ou satisfação pessoal; nem desabe pelos caminhos do constrangimento e da vexação, que atacam a honra, a dignidade e a história pessoal e profissional dos depoentes, em flagrante negligência aos direitos constitucionais que tanto prezamos.

Lembro o primeiro discurso do Senador Renan Calheiro na condição de Relator desta investigação, quando afirmou que, abre aspas, "Não somos discípulos nem de Deltan Dallagnol nem de Sergio Moro. Não arquitetaremos teses sem provas ou *powerpoints* contra quem quer que seja. Não desenharemos o alvo para depois disparar a flecha", fecha aspas. Trata-se, pois, de uma reflexão que compartilho com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os membros desta Comissão, se não estamos cometendo os mesmos erros da Lava Jato, se estamos, de fato, apurando e comprovando.

Temos observado, em inúmeras oportunidades, as testemunhas serem indagadas sobre opiniões pessoais a respeito de falas do Presidente da República, ou, então, serem instigadas a se manifestar sobre situações hipotéticas e altamente especulativas que nada têm a ver com os fatos que são objeto de investigação desta CPI. Em incontáveis ocasiões, exigem-se respostas do tipo "sim" ou "não" para perguntas complexas, que partem de premissas controversas, cujas respostas inegavelmente merecem contextualização. Entretanto, quantas vezes a palavra dos depoentes foi cassada?

Independentemente de quem esteja depondo, o ideal, na busca do esclarecimento dos fatos, é deixar a testemunha falar. Infelizmente, não é essa conduta que testemunhamos ao longo dos depoimentos. Em tantos momentos, perseguem-se elementos para confirmar uma hipótese já escolhida antes mesmo do final dos trabalhos, ou seja, busca-se induzir declarações ou deduzir delas elementos que confirmem uma opinião já formada.

Isenção e imparcialidade não podem ser meras figuras retóricas. A subordinação aos fatos se impõe por dever.

Embora tenham amplos poderes de investigação, autonomia e uma natureza jurídico-política, as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem se distanciar de seus preceitos constitucionais fundamentais – fundamentação, vinculação a fato concreto e temporariedade da motivação – de tal modo que todos os seus atos sejam norteados por essas premissas, evitando, assim, o acobertamento de abusividades e ilegalidades sob o manto de ato político. Da mesma forma que defendemos que não deva existir restrição à autonomia do inquérito parlamentar, não coadunamos com a pretensão de ampliar ilegitimamente seus poderes de investigação à aparência de um tribunal inquisitorial, sem que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes.

Encerro esta minha fala inicial, chamando a atenção mais uma vez dos meus colegas para que não nos afastemos do propósito da Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a investigação para apuração e esclarecimento de fatos, o que poderá determinar juridicamente a instauração ou não de um processo, e que o relatório final não tenha a natureza de uma sentença.

Eu queria cumprimentar o Ministro Marcelo Queiroga. Eu queria dizer, Ministro, que V. Exa., com pouco mais de 60 dias à frente do Ministério da Saúde, foi responsável pela distribuição de mais de 70 milhões de doses de vacina das mais de 103 milhões que o Governo brasileiro já fez chegar aos Estados e Municípios. E nos alegra e nos dá esperança ver a determinação de V. Exa. na contratação adicional de 100 milhões de doses da vacina da Pfizer, como também acelerando o contrato para brevemente poder anunciar nova aquisição de vacinas, desta feita através do laboratório Moderna.

Eu queria deixar duas perguntas para suas considerações, Sr. Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira é sobre o Covax Facility. O Brasil, como todos sabemos, faz parte do consórcio, integra o consórcio. Observamos que houve atraso na entrega dessas vacinas do Covax Facility. Quais as razões desses atrasos? Há expectativas de ampliação dos montantes de adesão? Há alguma iniciativa de antecipação desse cronograma com a Covax Facility? V. Sa. considera que houve algum tipo de discriminação com o Brasil pelo consórcio? Então, essa seria a minha primeira pergunta.

E já faço a segunda, para que V. Exa. tenha o tempo restante para fazer suas observações. Em sua primeira oitiva nesta Casa, V. Sa. afirmou que participaria de reuniões com a Embaixada da China com o intuito de assegurar o fornecimento de insumos para a produção de vacinas. Pergunto: essas reuniões ocorreram? Qual foi o resultado dessas reuniões? Quais outras medidas o Ministério da Saúde tem adotado frente à forte demanda mundial por insumos, visando garantir o cronograma de vacinas no Brasil?

São essas considerações que submeto a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra Coelho, pelas suas perguntas.

Em primeiro lugar, o Covax Facility. Os atrasos se devem à carência dos insumos a nível mundial. Então, se a própria OMS, que é respeitada por todos, tem dificuldade em conseguir esses insumos, é porque realmente existe uma carência. Nós tivemos reuniões com a Organização Mundial da Saúde, com o Presidente, o Dr. Tedros Adhanom, com a Opas/OMS, a Dra. Socorro Gross, que representa a Opas/OMS aqui no Brasil. E, fruto dessas ações e do momento epidemiológico que o Brasil vive, nós conseguimos recuperar doses que já deveriam ter sido entregues ao Brasil no primeiro trimestre. A estratégia foi de optar por 10% da cobertura da população para cobertura vacinal. O Covax Facility já nos procurou com vistas ao ano de 2022. E entendo que a estratégia é 10% por conta dessa dificuldade de eles entregarem as doses para o Brasil – não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro –, porque nós já temos aqui o acordo de transferência de tecnologia com a AstraZeneca e faremos essas vacinas aqui, e por conta da perspectiva de ter uma vacina nacional também no Instituto Butantan.

Em relação ao Embaixador da China, o Embaixador Yang Wanming, eu já me reuni com ele pelo menos três vezes, sempre reuniões muito produtivas. Da última participou comigo o Ministro Paulo Guedes, o Ministro Carlos Augusto de França, além da Dra. Nísia Trindade e do Dr. Dimas Covas. Então, do ponto de vista da relação que há entre o Embaixador Yang Wanming e o Ministério da Saúde, o Ministério das Relações Exteriores e também as duas indústrias, é a melhor possível.

A China tem sido uma parceira importante do Brasil no que tange ao fornecimento de IFA. Às vezes atrasa um pouco o IFA, mas isso é um problema que se deve à carência de IFA a nível mundial.

Estamos vigilantes em relação a essa questão das vacinas. Foi pleiteado na Anvisa um outro registro a um outro imunizante de origem no país da China, que é a vacina CanSino. Eles pleiteiam lá o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registro emergencial. É uma vacina de dose única e que também interessa ao Programa Nacional de Imunização.

A Sinopharm é uma vacina similar à CoronaVac. Também estamos em tratativas com a China. A Sinopharm é maior do que a Sinovac e eles buscam parceiros nacionais. Pode ser algum laboratório público. Há discussões com o Iquego, que é o laboratório de Goiás, mas, se não for possível, há outros – Minas Gerais, Funed; Paraná também tem... Enfim, há essa possibilidade, há uma perspectiva de se ter esses acordos internacionais que possam fazer com que o Brasil tenha mais condições não só de ter vacinas para sua população, mas de assumir o seu papel como líder global. O Brasil é um país que tem uma força muito grande; participa do Brics, que é um bloco econômico importante; e a produção de vacinas brasileiras pode ajudar. Não sei se foi o Senador Randolfe que falou, mas os países da América Latina... Faz fronteira com Roraima, com o Amapá, enfim... Então, estamos todos empenhados em estruturar o complexo industrial da saúde.

A tese, o projeto de lei, que se discute aqui no Senado, de autoria do Senador Wellington Fagundes, é um projeto importante. Eu estive visitando uma dessas farmacêuticas da veterinária. Realmente é uma estrutura muito forte. E eu acredito que, com o aval das autoridades sanitárias, nós teremos uma perspectiva muito boa de usar esses parques vacinais.

Há outras vacinas: a vacina Clover também é uma vacina de origem chinesa que está em pesquisa aqui no Brasil – pode ser utilizado também esse imunizante –, além da vacina que se pesquisa no Incor, liderada pelo Dr. Jorge Kalil, em Ribeirão Preto, em Minas Gerais – isso alvo de pesquisas em parceria com o MCTI... Temos um horizonte. E eu acredito que vamos sair fortalecidos desse enfrentamento à pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, veja como esse assunto que estamos discutindo é complexo.

O Ministro Queiroga, logo pela manhã, disse que todos estarão vacinados até dezembro de 2021, reforçando o que, aliás, foi dito em rede nacional pelo Presidente da República.

Para vacinar todos, até 31 de dezembro – e nos informa o setor de pesquisa do Senado Federal –, nós precisamos de 1 milhão 243 mil 571 doses aplicadas diariamente, diariamente. Vejam o porquê da importância, Senador Marcos Rogério, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Randolfe Rodrigues disse o seguinte: que, para ter Natal com todos imunizados, precisaríamos de todos vacinados até o final de outubro de 2021, e, para vacinar todos até 31 de outubro de 2021, nós precisamos de 1 milhão 754 mil 628 doses aplicadas diariamente, diariamente, diariamente.

O Brasil tem 163 milhões 933 mil 409 pessoas com 18 anos ou mais, de acordo com o IBGE. Para cada um tomar duas doses de vacina, o Brasil precisa de 327 milhões 866 mil 818 doses, Presidente. Já foram aplicadas, ao todo, 71 milhões 691 mil 137 doses, tanto em primeira quanto em segunda dose.

Segundo o *site* do Ministério da Saúde, faltam, portanto, 256 milhões...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador, sem querer interromper, foram distribuídas já 103 milhões de doses.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mais de 100 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses aqui são dados oficiais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, é porque você está pegando doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aplicadas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Aplicadas, mas as doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aplicadas. São dados oficiais do Senado Federal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas as doses já estão nos Estados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador, Fernando, deixe-me concluir, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É porque a conta vai dar distorcida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não vai dar distorcida, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foram aplicadas ao todo 71 milhões – aplicadas – 691 mil 137 doses, tanto em primeira quanto em segunda dose. Segundo o *site* do Ministério da Saúde, faltam, portanto, 256 milhões 175 mil 681 doses a aplicar.

Um dado interessante, Presidente.

Nas últimas 24 horas, 261 mil 888 doses foram aplicadas. Nesse ritmo, nesse ritmo, demorará 978 dias para aplicar duas doses em todos com 18 anos ou mais, o que ocorreria somente em fevereiro de 2024. Veja como esse é um assunto complexo. E se nós não precisarmos com a garantia, com contrato, com trabalho permanente de todos para agilizar a entrega dessas vacinas, nós vamos deixar, e mantendo esse ritmo das 24 horas, nós vamos demorar bastante para imunizar a população.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses são dados oficiais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Ministro que está ao seu lado já distribuiu, no mês passado, 33 milhões de doses. E agora, no mês de junho, vai distribuir mais de 48 milhões de doses.

A projeção tem que ser feita com as doses distribuídas e que já estão contratadas. Por exemplo, de julho a setembro, serão mais de 160 milhões de doses que serão distribuídas.

Portanto, acredite, nós estamos sendo acompanhados pelo Brasil inteiro. Você não pode fazer a conta de um dia, de um dia e multiplicar, como se essa fosse a verdade. A média nossa é muito maior do que ocorreu ontem, porque, de fato, estão faltando vacinas e estão sendo retomadas agora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para que o que aconteceu ontem não aconteça novamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Senador Reguffe, por favor.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, da última vez que o senhor esteve aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu fiz vários questionamentos a V. Exa. e elogiei V. Exa. pela sua educação e pela forma respeitosa que o senhor respondeu aos questionamentos de todos os Senadores. Eu queria começar essa fala, mais uma vez, lhe parabenizando pela sua educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente não perde nada na vida sendo educado, sendo respeitoso com os outros e falando com educação. Então, sei que não é fácil para V. Exa. passar um dia inteiro aqui sem comer nada direito, desde 8h da manhã nós estamos aqui. Então, queria parabenizar V. Exa., em primeiro lugar, pela sua educação e pela forma respeitosa como V. Exa. está aqui na Comissão. A gente não perde nada na vida sendo educado.

O primeiro questionamento, Sr. Ministro, diz respeito ao Distrito Federal, que é a unidade da Federação que eu represento e que eu defendo aqui no Senado Federal.

V. Exa. falou que a distribuição das vacinas pelas unidades da Federação seguem o senso do IBGE de 2010 e seguem os dados oficiais do IBGE. Só que, Sr. Ministro, um estudo oficial do IBGE, divulgado no dia 27 de agosto de 2020, registra uma explosão populacional no Distrito Federal e que, inclusive, o Distrito Federal passa a ser, Brasília passa a ser a terceira maior cidade do Brasil, com 3,050 milhões de habitantes.

Então, eu queria, como V. Exa. falou que vai estudar para rever as doses para os Estados de Rondônia, Roraima e Amapá, eu queria que V. Exa. – queria fazer esse apelo a V. Exa. – também fizesse uma revisão e aumentasse as doses para o Distrito Federal.

A sua assessoria aí pode pegar esse estudo oficial do IBGE, divulgado no dia 27... Não teve senso no ano passado, mas teve esse estudo oficial do IBGE, divulgado no dia 27 de agosto de 2020, que mostra o crescimento da população do Distrito Federal e o Distrito Federal, Brasília, se tornando a terceira maior cidade do Brasil.

Então, eu queria fazer essa solicitação a V. Exa. E se V. Exa. puder aumentar as doses para o DF, V. Exa. tem esse estudo. Não houve senso no ano passado, mas o censo de 2010 está desatualizado e houve esse estudo oficial do IBGE de 27 de agosto de 2020.

V. Exa. pode ver isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Com certeza.

Com certeza nós vamos encaminhar esses dados, vou pedir que a assessoria o faça, e vamos apresentar ao Programa Nacional de Imunização, para que, se for o caso, se faça os ajustes necessários.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – V. Exa. pode ver esse caso desse estudo oficial?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos encaminhar ao Programa Nacional de Imunizações. Vamos dar uma resposta para V. Exa. acerca dessa demanda e, caso positivo, amplia-se o número de doses para o Distrito Federal.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Vinte e sete de agosto de 2020, a data de divulgação desse estudo oficial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. poderia passar esse estudo aqui, por favor? Rodrigo Cruz...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Vinte e sete de agosto... Eu já passo a V. Exa. no final. De 27 de agosto de 2020, estudo oficial do IBGE de estimativa da população.

Agradeço a V. Exa.

A segunda questão, Ministro, diz respeito à vacinação como um todo. A vacinação é a única coisa que realmente salva vidas. V. Exa. aqui repetiu isso diversas vezes, aliás, numa visão diferente da do ex-Ministro, e aí quero parabenizar V. Exa. também por isso. A vacinação é a única coisa que salva vidas. A primeira coisa que deveria ter sido feita.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia. Vários países do mundo começaram a reservar recursos para compra de vacinas a partir de abril. O Brasil só foi fazer uma medida provisória de grande vulto pra compra de vacinas, numa pandemia decretada no dia 11 de março de 2020, o Brasil só foi fazer essa reserva no dia 17 de dezembro, na MP 1.015, que destinou 20 bilhões para a compra de vacinas. Antes teve a MP 994, de 6 de agosto de 2020; a MP 1.004, de 24 de setembro de 2020, com valores irrisórios. Então, a primeira coisa que um Governo deveria fazer é: precisa ter vacina.

O próprio Ministro Paulo Guedes disse que, inclusive para reativar a economia, a saída é vacinar a população. O Governo só foi fazer isso, de fato, pra valer, no dia 17 de dezembro. Então, isso não me parece correto, não me parece uma atitude correta e que não tem a ver com V. Exa. Eu não sou injusto na minha vida, eu tento pautar a minha vida pra tentar ser o mais justo possível, eu sou um ser humano, posso errar, mas tento ser o mais justo possível. Não foi na gestão de V. Exa.

Agora, V. Exa. hoje é o Ministro da Saúde do Brasil. Eu tenho certeza que, se V. Exa. não fosse o Ministro, estivesse na sua casa, vendo, por exemplo, esta CPI ou vendo uma entrevista dessas coletivas de V. Exa., a vontade que V. Exa. tinha de perguntar era dizer o seguinte: Ministro, quando a população vai ser vacinada?

O Senador Renan Calheiros trouxe aqui um calendário, uma conta que pode ir até fevereiro de 2024. O Senador Fernando Bezerra disse que vão ser, de julho a agosto, vão ser adquiridas 160 milhões de doses, com mais 100 milhões que já foram, já são 260 milhões, ou seja, com duas doses e a Janssen é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dose única, ou seja, daria pra vacinar 130 milhões de pessoas por baixo, até final de setembro, por essa conta. Então, isso deixa a população um pouco perdida. Então, eu queria ouvir do Ministro da Saúde do Brasil.

V. Exa., por um questionamento meu na última sessão da CPI em que V. Exa. esteve, colocou a data de dezembro. O Presidente da República, depois, num pronunciamento na televisão, colocou de novo a data de dezembro. Mas qual é o calendário efetivo? Quando vai ser vacinado quem tem... Até quando será vacinado quem tem 50 anos? Até quando será vacinado quem tem 40 anos? Até quando, 30, 20? O que V. Exa. pode dizer para a população?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, reafirmar o compromisso de que a população acima de 18 anos, que são 160 milhões, estarão todos vacinados até o final do ano.

Nós temos um volume de vacinas muito grande no último trimestre do ano, e nosso objetivo é antecipar. O ponto de maior vulnerabilidade é o mês de julho e o mês de agosto. Depois, teremos um aporte de vacina muito grande. Estamos trabalhando para antecipar essas doses. O calendário está publicizado. Eu já pedi aqui ao nosso Secretário Executivo para, onde tem o trimestre, colocar por mês, para que tenha um dado mais transparente.

Essas vacinas são aplicadas nas 38 mil salas de imunização. Aqui eu já falei que, desde que tenhamos doses suficientes... A estrutura do SUS, que é uma estrutura muito reconhecida, e a capacidade do nosso Programa Nacional de Imunização, respeitado internacionalmente, têm capacidade de vacinar até 2,4 milhões de brasileiros por dia. Agora, nessa fase desse último mês, houve uma diminuição na velocidade – já aqui fiz alusão aos motivos. No mês de abril, chegamos a vacinar mais de 1 milhão por dia, só que a D1... As doses foram entregues todas como D1. Aí ficou faltando a D2. Lembra que, depois: "Ah, está faltando a D2". Agora, já está sobrando D2, e as pessoas não estão se vacinando nos postos. Então, é uma ação diária que a gente tem que trabalhar para a conscientização da população, para a busca de novas doses, para acelerar o Programa de Imunização que estamos empreendendo com sucesso no Brasil.

Eu entendo essa ansiedade. Eu, mais do que ninguém, tenho essa ansiedade. Eu acordo, todos os dias, preocupado em antecipar doses de vacina. Os senhores podem acreditar. Então, vamos trabalhar forte. Eu tenho a convicção de que nós faremos do nosso Programa Nacional de Imunização um dos *cases* de sucesso da vacina da Covid no mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Por que o senhor falou que, em julho e agosto, vai ser crítico?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Por conta da questão do IFA, que é originário da China. Lembre: os dois principais imunizantes são AstraZeneca e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CoronaVac. O que é que está acontecendo? AstraZeneca já está sendo o mais prevalente. E o Butantan tem investido na ButanVac, que é a vacina totalmente brasileira. Por outro lado, nós temos a Pfizer. No mês de julho – não é, Rodrigo? –, nós já temos um aporte de Pfizer bem maior. Queremos antecipar mais. Há possibilidade de antecipação da Janssen. O Senador Renan trouxe aqui os cálculos do Senado.

A vacina da Janssen – essas 38 milhões –, se nós conseguirmos antecipar, Senador Reguffe, com uma única dose, nós imunizamos 3 milhões de pessoas, 6 milhões de pessoas, à medida que tenhamos doses. São 38 milhões de doses. Pelo que nós sabemos, há essas doses disponíveis nos Estados Unidos, e, se houver uma validação do FDA, essas doses chegarão em maior volume para o Brasil – pelo menos é a nossa expectativa.

Eu sou econômico em fazer afirmações sem ter as confirmações, porque... "Ah, não, o Ministério reviu a meta, diminuiu. Disse que ia distribuir tanto, distribuiu menos". Aí eu sempre procuro ser conservador para não criar expectativas falsas na sociedade brasileira.

Mas o compromisso é um único: ampliar a nossa vacinação. A vacina Sputnik, já fiz menção aqui ao Senador Randolfe Rodrigues, ao Senador Renan Calheiros e a todos os senhores, desde que haja disponibilidade, nós vamos trazer para o PNI.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Ministro, com relação às notícias que têm saído sobre a possibilidade de falta de insumos e do *kit* intubação, o que o Ministério da Saúde está fazendo de concreto nessa área, em conjunto com os Estados, para coordenar esse esforço, que é uma função do Ministério da Saúde, para que não se faltem insumos neste País? São uma coisa que é recorrente essas notícias.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Primeiro, acompanhar o desempenho da indústria nacional. São poucas indústrias. A Anvisa já tomou medidas regulatórias que fomentam o aumento do aporte desses insumos, por exemplo, reduziu a quarentena biológica dos medicamentos, isso faz com que haja um aporte maior; autorizou novas marcas comerciais; autorizou os entes privados a fazerem importação direta. Por outro lado, o Ministério da Saúde recebeu também doações desses insumos, mas o Ministério não pode se pautar somente em doações, até porque nós temos condições de adquirir. Então, por intermédio da Opas, fizemos uma aquisição de 5,1 milhões de itens do *kit* de intubação. E já determinei ao nosso Secretário Executivo que se faça uma nova aquisição no mesmo montante, para que tenhamos uma segurança maior em relação a uma pressão um pouco maior que pode haver no sistema de saúde.

Lembrem que estamos numa estação mais fria do ano, isso faz o vírus circular mais, e aí pode haver uma pressão sobre o sistema de saúde.

Em paralelo, o Ministério da Saúde... Aproveito a oportunidade novamente para dizer às pessoas que procurem as salas de vacinação para se vacinar contra a gripe. A gripe também leva a síndromes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respiratórias agudas, e isso também pressiona o sistema. Essa vacina é fabricada pelo Butantan. O Governo Federal investiu mais de R$1,5 bilhão nessa vacina da gripe.

Então, é se pensar o sistema de saúde como um todo – Covid, a questão das outras viroses, as doenças prevalentes, como as doenças cardiovasculares, as doenças oncológicas... Estamos fortalecendo o nosso sistema de Telessaúde, pensando também nas síndromes pós-Covid. É outro problema, Senador Omar Aziz, essa questão das síndromes pós-Covid. Então, isso tudo está no horizonte do Ministério da Saúde.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Há risco de falta de oxigênio?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A questão do equilíbrio do oxigênio é sempre tênue, mas estamos... É mais a questão da distribuição, Senador, porque a produção...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a produção? O que aconteceu em Manaus foi a produção.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, a produção em Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tinha quantidade...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Semana passada, Senador Omar Aziz, eu acompanhei isso, havia uma instabilidade elétrica lá na planta, e existia algum risco dessa natureza, mas isso foi superado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ele está falando é o seguinte... O que ele está perguntando para o senhor é que, no ápice de uma terceira onda, com o esgotamento da produção de oxigênio numa cidade... Por exemplo, a White Martins tem um limite, até porque, sem pandemia, ela fornece...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim. O suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela não vai ter uma planta maior. As plantas da White Martins não foram ampliadas no Brasil. O que aconteceu é que, em muitos Estados e Municípios... No Estado do Amazonas mesmo, em vários Municípios, eu consegui... Com emendas, a gente comprou usinas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, usinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Usinas de oxigênio. Agora, é inadmissível os Governadores e Prefeitos não se prepararem depois do que aconteceu em Manaus. Todos têm que se preparar.

Aconteceu em Rondônia também na cidade de Ji-Paraná, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele também ficou desesperado atrás de oxigênio.

Então, eu acho que hoje, os grandes hospitais e as unidades onde você precisa de oxigênio não têm o direito de não comprar esses equipamentos e ter lá de reserva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Os hospitais todos, os hospitais maiores têm tanques criogênicos. No tanque criogênico, o oxigênio é armazenado na forma líquida. Os caminhões com tanques criogênicos distribuem, mas muitos Municípios ainda têm a necessidade de cilindros. Estamos trabalhando para dar um reforço aos Estados e Municípios em relação aos cilindros.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Ministro, da última vez que V. Exa. esteve aqui, eu coloquei a questão da necessidade de um programa do Ministério da Saúde com relação às pessoas que têm Covid, tiveram Covid e depois têm sequelas. Hoje está sendo gestado, no âmbito do Ministério da Saúde, algum programa para acompanhamento daquelas pessoas que tiveram Covid e que depois saíram com sequelas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim. Esse programa está sendo trabalhado no Ministério da Saúde. Nós temos os centros especializados de reabilitação. Isso acontecerá também nas unidades básicas de saúde. A Telessaúde é um suporte. A Universidade de São Paulo também em conjunto com outras universidades participam do programa de Telessaúde, na parte de TeleUTI. E também se estuda a questão da telerreabilitação, que dará suporte, nas unidades básicas, a essa questão das síndromes pós-Covid.

Nós recebemos muitas demandas, os colegas querem colocar pediatras nas unidades básicas de saúde. Isso é certo, mas nós precisamos primeiro ter médicos em todas as unidades básicas de saúde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois é. Difícil, não é Senador Omar Aziz?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lá no Estado do Amazonas, só para vocês terem uma ideia, tem o Centro de Apoio à Criança, Caics, que nós chamamos, que é do Estado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu gostaria de ter médicos em todas as unidades básicas de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, uma colega minha de faculdade –eu fazia Engenharia, e ela fazia Medicina – era presidente de uma cooperativa de pediatria. Ela foi lá um dia: "Governador, eu estou entregando o contrato! Não tem pediatra". Então, nós temos dificuldade em algumas... Por isso, muitas vezes, o interior dos Estados, de vários Estados, tem deficiência de especialistas. Levar saúde não é levar só o hospital. Construir hospital qualquer um constrói, e equipar também. Com dinheiro, você constrói e equipa. Agora, o problema é levar profissionais que possam cuidar.

Isso que o senhor levantou, Senador Reguffe, é de uma importância muito grande, porque esse número de 464 mil de Covid... Muitos foram a óbito muito tempo depois, porque você tem problema de hemodiálise, que os Estados não têm condições de fazer, você tem problemas coronários, você tem problemas mentais... Conheço pessoas que perderam a memória: você fala um negócio com ele, um minuto depois não lembra mais. E, principalmente pulmonares, porque você precisa de fisioterapia, e uma fisioterapia particular é cara.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu gosto sempre de ser disciplinado no tempo, Sr. Presidente, mas, como V. Exa. me interrompeu, eu vou só falar mais um pouquinho. Depois vou só fazer mais um questionamento a V. Exa.

Eu lamento o fato de que o Distrito Federal esteja tão atrasado na vacinação. A Bahia está vacinando com 53 anos; Mato Grosso do Sul, com 51; Rio Grande do Sul, com 50; Maranhão, com 42 anos. E, aqui, as pessoas, hoje, estão tentando agendar, porque alguns não estão conseguindo – recebi algumas informações aqui no celular –, para 58 anos. Então, lamento que o Distrito Federal esteja atrasado.

E a União também, porque fala-se num quarto lugar, em termos absolutos, mas, em termos proporcionais, está, lá no *site* da BBC atualizado, em 75º. Então, é importante continuar fazendo esse esforço que V. Exa., repetidamente, falou aqui, porque nós precisamos vacinar mais pessoas. Vacinar pessoas é salvar vidas!

Aí eu queria lhe fazer, antes da última pergunta, um apelo: seria muito importante que a vacinação ficasse aberta no período da madrugada. Há uma série de cidades, inclusive, o Distrito Federal, em que, chegando às 5h da tarde, para! Se é prioridade e tem doses nas geladeiras, por que não se vacinar nas madrugadas? Vamos vacinar à noite, na madrugada, no final de semana! Então, eu queria pedir a V. Exa. que soltasse uma diretriz do Ministério da Saúde para que não se parasse a vacinação a não ser que haja falta de doses, mas, com doses, tem que vacinar à noite, na madrugada, nos finais de semana, nos feriados. Então, eu queria fazer essa solicitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Na ponta, quem aplica a vacina são os Municípios, não é?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Mas, se V. Exa. soltar uma diretriz...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Abaixo da tripartite, ainda existe a bipartite. Às vezes, o que se decide na tripartite, infelizmente, se muda na bipartite.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Eu sei que não é responsabilidade direta sua hoje, mas se V. Exa. puder coordenar esse esforço...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Podemos, sim, sugerir que as salas de vacinação fiquem abertas mais tempo. Nós podemos, no intuito de acelerar a vacinação, em momentos em que tenhamos doses suficientes, fazer espécies de mutirões, para que consigamos vacinar as pessoas mais rapidamente. Tudo isso está no nosso horizonte. É um aprendizado constante, porque a gente lida com uma situação nova, uma campanha de vacinação tão longa, com dificuldades no cenário mundial de doses, mas estamos atentos para isso, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Sr. Ministro, só para encerrar, vou ser disciplinado no tempo, uma última pergunta...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Uma última pergunta. Com relação às vacinas anuais, há uma série de pessoas na área da saúde que dizem que as pessoas vão ter de ser vacinadas anualmente para o covid. Também se falou, uma outra tese de que... V. Exa. mesmo, numa pergunta do Senador Randolfe Rodrigues, hoje, aqui, mais cedo, disse que isso não é um consenso, mas qual é a posição oficial do Ministério da Saúde, hoje, sobre isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já falei. Nós estamos nos preparando para vacinar a população novamente em 2022.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Mas vai ser sempre anual?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós não sabemos ainda, Senador Reguffe. Nós ainda não sabemos.

Está aqui o Senador Humberto Costa, que é médico.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Mas qual é a visão do Ministério da Saúde? A previsão é de que vai ser anual?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A minha visão é de que, no ano que vem, nós vamos ter...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** É uma dúvida que muita gente tem.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É assim: a gente tem de se basear em dados científicos, e ainda não há uma construção de dados, mas, como a vacina da gripe, que vacinamos todos os anos, é possível que, com o Covid, seja o mesmo cenário.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Mas não há uma posição oficial do ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ainda não há uma posição oficial.

O que nós estamos tentando, agora, é vacinar este ano, que é um esforço grande para que o compromisso que eu assumi aqui, de vacinar até dezembro, se concretize. Pelo número de doses que temos, vai-se concretizar. Agora, no ano que vem, se vai ser como a vacina da gripe, até porque há...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Não, Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... variantes do vírus, que muda, não é?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Ministro, é óbvio que o senhor... Este é um vírus novo, e o tempo todo podem chegar informações novas e isso mudar, mas, assim, do ponto de vista oficial, hoje, no Ministério da Saúde, não tem uma diretriz de que serão campanhas anuais ainda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, ainda não está definido como uma diretriz, não. Há uma expectativa. Baseada no que a literatura tem sinalizado, é muito possível que no ano vindouro nós tenhamos que vacinar a população de novo, já em outro contexto.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** E uma última pergunta rapidinho, para encerrar. Hoje... Da última vez V. Exa. falou que não tinha ainda uma posição oficial do Ministério da Saúde sobre a quebra de patente no que condiz à vacina da Covid. Hoje há uma posição oficial?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa é uma discussão que tramita do licenciamento compulsório de patentes, tem sido encabeçada pelo Ministério das Relações Exteriores. Isso também se discute na Organização Mundial do Comércio, na OMC. Essa discussão está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhando. Eu tenho me focado em conseguir dose de vacina. O Brasil, hoje, mesmo que quebre essas patentes... Nós não temos, por exemplo, condição de hoje começar a produzir vacina Pfizer.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Mas também não há uma posição oficial ainda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por favor...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador... Obrigado, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Eu agradeço a V. Exa.

Só reitero o apelo, que é isso que V. Exa. falou o tempo todo aqui: lute para o maior número de pessoas serem vacinadas. Pode ser um amigo seu que tem uma vida salva, uma pessoa da sua família, um brasileiro... E V. Exa., nesse cargo, que é um cargo muito importante para a Nação brasileira... E cada um tem que fazer a sua parte. É isso que eu tento fazer aqui todos os dias no meu mandato...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) **–** Se o senhor conseguir agilizar essa vacinação, o senhor vai estar dando uma grande contribuição para a população do nosso País.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) **–** Presidente, eu serei muito breve.

É para comunicar a V. Exa. que eu acabei de apresentar aqui um requerimento convocando o Sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques. Esse cidadão, segundo o jornalista Vicente Nunes, foi a pessoa que elaborou um estudo paralelo no Tribunal de Contas da União, apontando que metade das mortes pela Covid-19 no País não ocorreu. Segundo ele, os Governadores é que inflaram o total de óbitos. E foi baseado nesse relatório, que não existe, que não foi aceito pelo TCU, que o Presidente Bolsonaro fez aquela declaração...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas esse cidadão é o quê? Qual é a formação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele é Auditor do Tribunal de Contas da União. Deixe-me lhe contar aqui a história...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele ainda está lá?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está lá.

É o seguinte: ele é amigo dos filhos do Presidente e é amigo do Presidente do BNDES, Gustavo Montezano. Esse estudo paralelo é o que foi citado por Bolsonaro, ontem. E, hoje, o Presidente assumiu que o estudo na verdade não existe. Esse rapaz está lotado na secretaria do Tribunal de Contas da União que lida com inteligência e combate à corrupção. Quando começou a pandemia, ele pediu para acompanhar as compras com dinheiro público de equipamentos para o combate à Covid. A partir dali, ele começou a elaborar esse estudo paralelo. Quando ele apresentou os resultados da tese aos colegas de trabalho, nenhum aceitou isso, ele foi fortemente repreendido, e ficou claro que ele queria desqualificar os Governadores e favorecer o discurso de Bolsonaro. Nenhum outro auditor do Tribunal de Contas endossou esse estudo. E, assustados com a insistência do Sr. Alexandre, os colegas de trabalho comunicaram aos ministros da Corte de Contas o que estava acontecendo. Mesmo assim, o auditor entregou a sua tese aos filhos do Presidente; e este a tornou pública.

O TCU abriu agora uma investigação para apurar a conduta do Sr. Alexandre. E eu apresentei um requerimento pedindo que nós convocássemos esse cidadão porque, se é verdade isso aqui, ele fez uma coisa muito grave...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas convoca também e pede a quebra de sigilo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não pedi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quebra junto. Coloque logo para quebrar telemático, telefônico, tudinho, para a gente saber com quem ele fazia contato, principalmente do TCU, *e-mail*, essas coisas todas que são passadas. Faz logo um pedido completo para a gente votar amanhã.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita, Presidente. Acredito até que é mais importante a quebra de sigilo de dados, a essa altura, do que a própria convocação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, por isso mesmo que eu estou pedindo logo já vir junto tudo, porque nós vamos aprovar tudo junto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu preparo. Eu peço, sim. Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem o Senador Roberto Rocha, do Maranhão, por favor.

Senador Roberto Rocha, o último inscrito. (*Pausa.*)

Não estou ouvindo. Senador Roberto Rocha, nós não estamos lhe ouvindo. Tem que abrir aí. O.k. O.k.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Meu caro Presidente Omar, boa noite. Boa noite, Senador Renan, Relator. Boa noite, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Inicialmente, eu quero agradecer ao Ministro pela prontidão ao atendimento à ilha de São Luís quando da identificação pela Anvisa do primeiro caso da cepa indiana no Maranhão. Estava eu com o Presidente Bolsonaro no Maranhão, em Imperatriz e Açailândia, entregando títulos de terra, inaugurando obras, quando o Governador do Maranhão multou o Presidente da República. E o Presidente entendeu, a meu pedido, que a melhor forma de responder àquela questão inusitada e inédita de multar um Presidente da República era encaminhar a São Luís o Ministro da Saúde para poder tentar proteger mais ainda a população da ilha de São Luís, que tem quatro Municípios.

O Ministro, em menos de 48 horas, chega a São Luís; e chega a São Luís em pleno domingo. E, como toda a sua equipe, anuncia 300 mil vacinas a mais para a população dos quatro Municípios da ilha de São Luís – 300 mil a mais, extras – e 600 mil testes.

Além disso, o Ministério da Saúde, a pedido deste Senador, está avaliando a possibilidade para os moradores da ilha de São Luís, senão para todos, pelo menos para aqueles com mais de 50 anos e com comorbidades, de que diminua o intervalo entre a primeira e a segunda dose da AstraZeneca e da Pfizer de três para dois meses, assim como está fazendo Londres, onde tem muito indiano. E também examinar a possibilidade de uma terceira dose da CoronaVac.

Bom, eu quero, portanto, agradecer ao Ministro Queiroga pelo pronto atendimento. E eu quero fazer aqui, Ministro, perguntas bem simples e bem objetivas. Eu gostaria que V. Exa. respondesse apenas "sim" ou "não". Quero ser benevolente com o tempo.

Tem algum Estado cujo Governador tenha solicitado vacinas e não tenha recebido ainda? Sim ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não. Todos receberam.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Existem vacinas em estoque nos Estados e/ou Municípios, ou seja, vacinas que foram enviadas pelo Governo Federal e ainda não foram aplicadas? Sim ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) **–** Se não tivesse comparecido a esta CPI hoje, Ministro, desde as 9h da manhã, e no último dia 6 de maio, quando falou por mais de oito horas, e hoje já vão quase dez horas, o senhor estaria trabalhando para garantir o recebimento e a distribuição de mais vacinas contra a Covid nos Estados e Municípios?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, estaria, mas o compromisso aqui da CPI é um compromisso...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) **–** Não, tudo bem; sim ou não.

Agora, eu quero perguntar ao Ministro: estaria monitorando a situação da Covid pelo Brasil, a fim de assegurar amplo apoio do Governo Federal para continuar salvando vidas? Sim ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim. Sim, Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) **–** O.k.

Estaria atendendo às demandas daqueles Prefeitos, Governadores, Deputados e Senadores que verdadeiramente desejam contribuir para a superação da pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) **–** Sim.

Para encerrar, estaria cuidando de todas as outras políticas públicas de saúde, que continuam sendo fundamentais para nosso País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) **–** Muito bem.

Perguntado sobre isso, eu quero agradecer ao Ministro e dizer que as suas respostas reforçam em mim a convicção de que os brasileiros e as brasileiras têm acompanhado muito os trabalhos do Senado, da Câmara e, particularmente agora, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E são duas as minhas convicções que me fortalecem neste momento, Ministro. A primeira é de que o senhor, assim como o Presidente Bolsonaro e todo o Governo Federal, seguem empenhados em enfrentar e vencer a Covid. Já são mais de 100 milhões de vacinas, desde a semana passada, entregues aos Estados e Municípios. O meu Estado já recebeu mais de 3 milhões de vacinas; tem mais de 0,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhão estocado para poder continuar vacinando. Então, claro que o problema não é vacina; é vacinação o problema. E a competência não é do Governo Federal da vacinação.

A segunda é de que os nobres membros desta CPI, meus colegas Senadores, deveriam refletir – data vênia, com todo respeito – melhor, deveriam refletir melhor, antes de convocar pessoas como o Ministro Marcelo Queiroga, cujo tempo é precioso nesta guerra contra esse inimigo invisível e letal. Deveriam refletir melhor, para não fazer com que ele passe um dia inteiro respondendo sucessivamente questões que já foram repetidas. Com todo respeito pela Comissão, com todo respeito pelo meu Senado, pelo meu País, mas eu creio que o Ministro deve reservar seu tempo mais em combater esse vírus para continuar salvando vidas. É isso que nós todos estamos querendo fazer. Sei que estamos todos aqui, Senadores, Senadoras, imbuídos do mesmo propósito e objetivo: ajudar o País a sair dessa crise.

E eu termino dizendo e agradecendo, dando uma notícia boa: a Câmara dos Deputados acaba de aprovar um projeto da maior importância para o Brasil pós-Covid. E esse projeto tem a virtude de ajudar a alavancar a economia, porque, se por um lado, temos problema de saúde das pessoas físicas, por outro lado, temos também problema de saúde das pessoas jurídicas, empregos, que matam pessoas de fome. Eu tenho certeza que nós estamos trabalhando em todas as frentes para poder superar esse momento de dor.

Quero cumprimentar os meus colegas Senadores pelo trabalho, pela dedicação a essa questão, mas fiz essas perguntas para poder deixar uma reflexão a esta Comissão para que, quando tiver novamente que chamar o Ministro – porque ele estará sempre à disposição –, o faça de tal modo que ele possa ocupar o menor tempo possível e dedicar maior tempo possível a salvar vidas.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senadores. Muito obrigado, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Roberto Rocha.

O Ministro perdeu um dia. Creio que não foi perdido, Senador Roberto Rocha. O Governo Federal perdeu meses para comprar a vacina. Há uma diferença muito grande. E por isso esta CPI, porque, se o Presidente e o Ministério da Saúde, à época, tivessem atendido o primeiro telegrama, o primeiro pedido de venda da Pfizer, o Ministro não estaria nem aqui hoje.

Então, encerrando a nossa reunião, Ministro, eu queria lhe fazer duas ponderações. A primeira: independente se vai ter que tomar uma dose o ano que vem, nós não podemos deixar dois institutos estatais, como o Butantan e a Fiocruz, sem aumentar a planta para a produção de vacina. Eu creio que nós teremos tecnologia, até o final do ano, sem depender do IFA ou de qualquer outro tipo de insumos para produzir a vacina nossa. O próprio Ministério da Ciência e Tecnologia está trabalhando em cima de uma vacina, mas nós vamos precisar... E tem as plantas, ainda, que foram aprovadas por esta Casa, onde se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzem vacinas veterinárias que podem ser transformadas para fazer a vacina. Então, eu acho que a gente preocupação nossa, além de vacinar este ano, é nos prepararmos, independente se vai precisar ou não de uma segunda dose ou de outra, se vai ser uma nova cepa, uma nova variante, uma nova vacina. Então, acho que esse é o papel de planejamento que o ministério não pode deixar de ter: investir na Fiocruz. Investirmos forte na Fiocruz. Esta CPI não pode terminar sem dar um encaminhamento para que a gente faça investimentos em uma planta de produção da Fiocruz. E fazer um investimento necessário, antecipado, no Butantan, que provou que pode ajudar o Brasil.

A outra questão é a seguinte: não é Governador que solicita a vacina de V. Exa. Quem distribui isso é o PNI.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é que faz. O Programa Nacional de Imunizações... Não é o Governador: "Eu quero 10 mil, eu quero 5". Não, não é isso. Existe um programa de distribuição. Os Governadores distribuem para os Municípios; os Municípios é que aplicam a vacina. É lógico que a gente tem dados – e V. Exa. tem – para que a gente possa dar um "chega pra lá" onde estão paradas as vacinações.

No Maranhão está em 42 anos; aqui em Brasília, o Senador Reguffe falou em sessenta e poucos anos ainda, em 58. Quer dizer, essa diferença... É lógico que cada Estado tem sua capilaridade e as suas dificuldades, e não sou eu que vou ensinar os outros a fazer. O Ministro tem que dar a orientação e fazer uma...

A terceira questão, Ministro. Eu faço um apelo a V. Exa.: eu acho que tem um homem, aqui no Brasil, que pode ajudar muito a incentivar as pessoas a tomarem a vacina, que é o mais importante. A gente deixa as divergências políticas... Mas, se o Presidente... Se V. Exa. pudesse convencer o Presidente a se vacinar, tenho certeza de que muitas pessoas que gostam do Presidente seguiriam esse conselho que ele pudesse dar.

Os grandes líderes mundiais se vacinaram. A gente viu o Biden com muita alegria, o Putin, a China, o Primeiro-Ministro inglês, francês, o Presidente francês... E, no Brasil, eu acho que muitas pessoas ainda não foram se vacinar pela campanha negativa que foi feita contra a vacina. E é muito difícil você recuperar reputação. Quando a reputação da gente é machucada, quando são faladas inverdades, pra você recuperar, você tem que trabalhar muito. E eu espero que essa reputação – porque a vacina é importante pra o povo brasileiro – seja recuperada na sua gestão.

Por isso eu quero agradecer a sua presença...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, um minuto. Só duas perguntas que eu considero relevantes ao Sr. Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas, que nos chega agora: no leque de comorbidades, na lista de prioridades da imunização, quais são as enfermidades, doenças que o Ministério da Saúde considera? Ou o leque é amplo, é vastíssimo?

A segunda pergunta, Ministro – e eu peço a checagem, a verificação de V. Exa. e da equipe: nos chega a informação aqui que a vacina da Janssen chega ao Brasil próximo do seu prazo de validade. Essa informação confere? As medidas estarão sendo tomadas para a aplicação e para que não tenhamos perdas de vacinas, visto que, inclusive, essa vacina, como o senhor muito bem disse, é uma vacina em dose única e pode agilizar, e muito, o nosso plano nacional de imunizações? E aqui me permita destacar: essa vacina chega após o Congresso Nacional ter aprovado uma lei, a Lei 14.123, que possibilitou a responsabilidade civil por efeitos adversos em relação... E que deu a segurança jurídica pra vinda dessa vacina e a vacina da Pfizer.

Então, só essas duas questões complementares: sobre as questões das comorbidades e sobre a chegada da vacina da Pfizer... E essa circunstância de estar chegando próxima do seu prazo de validade.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Bom, em relação à lista de comorbidades, isso foi pactuado na tripartite, isso consta do Programa Nacional de Imunizações – doenças cardíacas, doenças oncológicas, pacientes com doenças pulmonares crônicas... Então, tem uma relação ampla de enfermidades. Quando começou a comorbidade, a gente assistiu também a uma redução da velocidade e aí vacinamos comorbidades e seguindo pela idade.

Em relação à questão da Janssen, é procedente. É um prazo mais curto, isso foi pactuado com o PNI, com Conass e Conasems. E entendemos que temos que fazer uma estratégia pra aplicar essas 3 milhões de doses num prazo muito rápido, pra não correr o risco de vencer vacinas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O prazo é quando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Qual o prazo, Rodrigo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vinte e sete de julho... Junho; 27 de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A primeira quantidade de doses chega...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Primeira... Chegaria o volume todo, não é? A gente... Porque ainda está dependendo do FDA. Então, quando o FDA der o posicionamento, aí a vacina pode vir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naturalmente que, se tardar o posicionamento do FDA, essas 3 milhões de doses podem não ser mais úteis pra nós por conta da exiguidade de prazo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Só por último: no plano nacional de imunizações, estão os grupos da segurança pública, todos os grupos de segurança pública?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, os grupos de segurança pública já estão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Polícia Federal, Polícia Civil...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, já estão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... Polícias Militares, Polícias Legislativas... Todos esses grupos estão contemplados na lista de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É... E têm que estar, Ministro, os cuidadores, porque tem muita gente que é nova, que não tem idade, mas tem que tomar conta...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pois é, essa demanda, Senador, salvo melhor juízo, a Senadora Mara Gabrilli encaminhou. Isso foi avaliado pelo PNI e, salvo melhor juízo, os cuidadores estão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu quero encerrar.

Eu perco um amigo, que é o Otto, que é o meu irmão, todo mundo sabe, mas não vou perder a piada. Eu tenho uns amigos que mandaram umas mensagens aqui dizendo bem assim: "Omar, eu só leio a bula para saber se eu posso tomar uma depois de tomar o remédio". Então, o senhor que perguntou sobre a bula... Então, a primeira coisa que as pessoas perguntam é a seguinte: se eu tomar a vacina, eu posso tomar uma? Ele não está preocupado em salvar a vida. Ele está preocupado em tomar uma.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Toma a vacina e depois toma uma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada a sessão...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... convocando os Srs. Senadores para amanhã, no horário regimental das nossas sessões.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 01 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros, Izalci Lucas e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke e Mailza Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 95 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Paulo Maiurino – Diretor Geral da Polícia Federal" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 114 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Sr. Francisco de Araújo Filho, ex-secretário de saúde do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 332 de 2021** que: "Convocação do desenvolvedor do aplicativo TrateCOV ou do técnico responsável da empresa contratada para esse fim." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 413 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. OSMAR TERRA" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 416 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Osmar Terra." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 726 de 2021** que: "Convoca o Deputado Osmar Terra." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 723 de 2021** que: "Requer a Convocação do Sr. Felipe Cruz Pedri, Secretário de Comunicação Institucional." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 785 de 2021** que: "Convocação de José Alves Filho." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 774 de 2021** que: "Convoca Renato Spallicci, Presidente da Apsen Farmacêutica." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 779 de 2021** que: "Convoca Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, auditor do Tribunal de Contas da União, para prestar depoimento, na condição de testemunha, nesta CPI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 789 de 2021** que: "Convocação de Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 733 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Mayra Pinheiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 735 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Filipe Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 737 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 747 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Zoser Plata Bondin Hardman de Araújo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 753 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Luciano Dias Azevedo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 782 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Alexandre Figueiredo Costa e Silva." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 711 de 2021** que: "Requer que seja realizada perícia pela Polícia Federal sobre o aplicativo TrateCov a respeito de supostos hackeamento e extração indevida de dados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 717 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde informações sobre eventuais contratos/repasses de recursos entre o Ministério da Saúde e pessoas jurídicas que tenham como sócia/parte a Sra. Nise Yamaguchi, no período de março de 2020 a maio de 2021." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 718 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea LATAM informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 719 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea GOL informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 720 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas pela Companhia Aérea Azul informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 724 de 2021** que: "Requer ao Ministro da Saúde informações sobre testagens da população para o diagnóstico da Covid19." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 775 de 2021** que: "Requer que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) se manifeste a respeito do posicionamento da empresa farmacêutica Apsen sobre utilização da hidroxicloroquina no combate à pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 781 de 2021** que: "Requer a alteração da classificação de todos os documentos recebidos por esta CPI e categorizados pela Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e de Inquérito, da Secretaria-Geral da Mesa (COCETI/SGM), como SIGILOSOS, RESERVADOS ou PESSOAIS, à exceção exclusiva daqueles cuja confidencialidade decorra unicamente de lei eventualmente aplicável." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO Nº 790 de 2021** que: "Requer a acareação entre as Dras. Luana Araújo e Franciele Francinato." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Antônio Elcio Franco Filho, em atendimento aos requerimentos 70/2021, 119/2021, 337/2021, 436/2021 e 504/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/09

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371, 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e ao depoimento do seu Antônio Elcio Franco, ex-Secretário-Executivo do Ministério da Saúde.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 16ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra ao Relator, pra que a gente possa votar os requerimentos de informações, quebras de sigilos e convocações.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ontem das coisas importantes que não ficaram muito esclarecidas, porque houve um diálogo mais áspero entre o Ministro Marcelo Queiroga comigo... Às vezes acontece isso em CPI. Só quem não participou ainda que pode ignorar coisa dessa natureza num momento tão trágico que vive o povo brasileiro com essa situação de crise sanitária.

E eu digo que foi importante pelo seguinte: porque, quando qualquer medicação ou vacina nova é lançada no mercado, é obrigação do médico ler a bula. Todos nós que somos profissionais de saúde, normalmente, sempre fazemos isso. Quando eu perguntei ao Ministro, eu pensei que ele tinha lido e, portanto, que poderíamos debater o assunto da vacina da Pfizer e da vacina AstraZeneca, porque está escrito na bula: AstraZeneca, 28 dias a segunda dose – depois da primeira dose, 28 dias; Pfizer, primeira dose, com 21 dias a segunda dose.

O que aconteceu? Como o País não comprou as doses suficientes para fazer a vacinação e a segunda dose na data prevista e pré-estatuída na bula – de 21 dias, da Pfizer – se esticou pra 90 dias. Tudo bem. A primeira dose já dá uma imunidade; não a imunidade necessária pra não contrair a doença, mas dá. E se esticou pra segunda... Nesse intervalo de 90 dias, tudo pode acontecer, até porque não se tem previsão ainda de uma doença tão grave como essa de que a Medicina e a Ciência não conseguiram explicar ainda todas as manifestações clínicas.

O que eu quis mostrar é que, naquele momento em que a Dra. Francieli Fantinato fez uma nota técnica e mandou para os Estados, para que parturientes pudessem tomar a segunda dose – e muitas mulheres foram a óbito –, eu queria dizer que isso é muito grave. E não consegui dizer, porque ele começou logo dizendo: "Já vacinei 70 milhões de pessoas". Não é assim. Será que uma vida não vale a pena? De uma senhora grávida que queria dar à luz? Não vale a pena se discutir e debater por que deu a segunda dose de forma...? – com imperícia, na minha opinião.

Então, aquela norma editada pela Dra. Francieli, que não chegou sequer a assumir o cargo, foi retirada imediatamente depois do óbito. E, depois, o Ministro quis nomear a Dra. Luana Araújo, e o Governo não aceitou porque as posições dela são científicas, são sintonizadas com a ciência, com aquilo que é correto fazer numa doença dessa natureza.

Portanto, Sr. Presidente, diante desse fato, que é um fato grave, não se deu a segunda dose com 21 dias da Pfizer e 28 da AstraZeneca porque não tinha vacina pra dar. Aí se começou a dar a primeira dose e esticar, e dizer "vacinamos 74 milhões de brasileiros" com a primeira dose. A segunda dose... A primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a segunda dose, 10,8% até ontem. Isso significa 20 milhões de brasileiros, num país de 215 milhões de brasileiros. Era isso que eu queria explicar.

E repetindo: todo médico tem que ler a bula. Não é Anvisa, não, senhor. É o médico. Por isso, eu fui ler a bula das vacinas, traduzi com dificuldade do inglês para o português, pra ler, pra saber e não dizer bobagem. Eu não posso me envolver numa coisa, numa discussão dessa sem ter consciência daquilo que eu estou falando.

Por isso, Sr. Presidente, quero que V. Exa. aprecie este requerimento que faço aqui agora: requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, e da Lei nº 1.579, de 1952, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Dra. Francieli Fantinato, Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha. Segundo o art. 153 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 229 do Código de Processo Penal, requeiro a convocação com vista à acareação entre testemunhas, da Dra. Luana Araújo e Dra. Francieli Fantinato, para prestar esclarecimento com relação à vacinação de gestantes.

A Dra. Francieli Fantinato editou nota técnica aos Estados recomendando a vacinação de gestantes que tinham recebido a primeira dose da AstraZeneca com qualquer vacina que estivesse disponível, sem nenhuma comprovação de segurança ou eficiência disso em gestantes. Repetindo, Sr. Presidente: sem nenhuma comprovação de segurança ou eficácia disso em gestantes, o que levou a óbito, comprovado e reconhecido ontem aqui pelo Ministro Marcelo Queiroga. Quando eu perguntei a ele se a paciente foi a óbito, ele confirmou que foi. Não foi só uma paciente que, gestante, fez e foi vítima dessa imperícia do Ministério da Saúde.

Qualquer vida vale a pena. São ali 477 mil óbitos, mas quem perdeu a mãe, quem perdeu o pai, os órfãos da CPI, as viúvas, os netos que perderam seus avós... Vale a pena se investigar para que, no relatório final, seja apreciado pelo conjunto dos Senadores para responsabilizar aqueles que, na negligência, na falta de atenção com a vida, levaram a óbito parte da população brasileira.

Muito obrigado, e encaminho a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coloco extrapauta o pedido do Senador Otto Alencar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci. (*Pausa.*)

O senhor pediu a palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Está na pauta já, para a gente votar, o Requerimento 114, de ontem. Então, acho que vamos votar daqui a pouco, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já, já.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está o.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente: a minha equipe tem sentido enormes dificuldades para acessar os documentos sigilosos. Eu não sei se isso está acontecendo aqui com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, todos nós.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O fato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que estão mandando todos os documentos como se fossem sigilosos. Nós vamos fazer uma quebra hoje. Nós não temos documentos... Documentos sigilosos, por exemplo, do Ministério das Relações Exteriores, tudo vem carimbado sigiloso, quando não é nada sigiloso. Tem documentos que estão no Portal da Transparência que a Secom mandou para cá como sigilosos.

Então, nós vamos acabar com esse negócio, e hoje nós vamos aprovar aqui que não terá esses documentos sigilosos. A pessoa, quando mandar um documento sigiloso para cá, tem que dizer por quê, qual a razão para ser sigiloso; se não vier, nós vamos abrir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Deixa eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque todos os documentos, para dificultar o acesso dos Senadores... Porque chega aqui... Já chegaram aí mais de 300 gigabytes, parece... Mais de 500 gigabytes. Nós não temos condições. Não é só o senhor, não; eu também. Os requerimentos que eu fiz... Eu estou com dificuldade de ter acesso.

Pontualmente, a pessoa tem uma coisa ou outra, mas ninguém, nem os Senadores que fizeram os requerimentos de informação, o próprio Senador autor não está tendo acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos fazer isso hoje, aqui, Senador, até porque o requerimento, quando um Senador pede, não é para ele só, é para a Comissão toda, está certo? Qualquer um pode ter acesso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixa eu só explicar os motivos rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem razão. Eu só estou dando razão a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O fato é que o *drive* que armazena esses registros frequentemente tem ficado inacessível. Apenas como exemplo, posso citar que, no dia de ontem, 8 de junho, ficou fora do ar aproximadamente de 9h da manhã até 11h30 e, durante a tarde, de 14h40 até às 15h30.

Essas falhas de acesso têm imposto uma considerável perda de tempo, principalmente diante da enorme carga de documentos, das informações importantes, como o senhor colocou, que podem ser extraídas deles, no sentido de esclarecimento dos fatos relevantes ao desfecho desta CPI, principalmente em relação às possíveis malversações de verbas públicas federais repassadas a Estados e Municípios.

Em tempo, eu gostaria de ressaltar, Presidente Omar, a dedicação da Secretaria desta Comissão, que, assim que é contatada, envida todos os esforços para resolver o problema da falta de acesso. Isso eu não posso negar. Porém, esse empenho da Comissão, da equipe de assessoria nossa aqui, tem sido totalmente paliativo, pois o problema se apresenta de forma reiterada.

Pra finalizar, diante do exposto, eu venho requerer a V. Exa. que, em nome de colaborar com o melhor andamento dos trabalhos de todos os gabinetes que necessitam se debruçar sobre esse calhamaço de dados e informações, que se busque resolver em definitivo o problema técnico que ora se apresenta, até porque amanhã nós teremos o Governador aqui – espero que sim, o Governador do Amazonas –, e a gente está precisando acessar alguns dados do Amazonas para formular as nossas perguntas, o que atrapalha o trabalho da gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pra somar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós estamos tendo dificuldades. Segundo a informação aqui, há um número excessivo de documentos, e parece que a capacidade... Tecnicamente, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não entendo, Senador Girão, para eu lhe dar uma explicação... Eu estou pegando a explicação aqui. Eu já reclamei desse assunto. Eu estou tendo dificuldade também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só pra somar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tá. Tudo bem

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo já a palavra para a senhora.

Eu estou tendo dificuldade também. É uma reclamação que o pessoal que está me ajudando... Pra ter informações, porque, sem informações, realmente...

Eu também espero que o Governador do Amazonas esteja aqui amanhã e que também todos os outros Governadores que nós convocamos estejam aqui. Eu vou... Ninguém tem mais interesse de que isso funcione mais rápido porque... As informações não são só para o senhor, mas para todos nós.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, é só para contribuir com relação à preocupação que o Senador Girão traz e V. Exa. coloca muito bem.

É um volume, de fato, muito grande, Presidente – queria até agradecer a V. Exa. porque permitiu a uma representação feminina também esse acesso – , mas eu acho que seria muito importante, de repente, a gente ter um funcionário que pudesse trabalhar na divisão de temas, porque é um volume gigantesco, fica até inexequível você buscar isso, mesmo que você tenha lá um funcionário designado para isso. Acho que essa divisão em temas daria muito mais agilidade e efetividade na busca, de fato, dessas informações.

Agora me parece até uma estratégia de quem enviou os documentos para cá como se fossem sigilosos, exatamente para criar uma confusão, para não ter acesso, por exemplo, a imprensa, que tem um papel muito importante de contribuição com esta CPI. Então, eles acabam também não tendo acesso. A gente não pode, por exemplo, trazer para cá esse documento para mostrar ao depoente, a gente não pode imprimir, tem uma série de limitações. Então, a gente precisa ter, de fato, esse olhar claro para evitar esse tipo de manobra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, eu acho muito importante... Nós estamos diante de um acumulado enorme de informações, o Senador Girão tem absoluta razão. E tem um pecado original: é que a maioria das informações chegam sob sigilo.

A lei que estabelece o sigilo estabelece critérios. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pena de prejudicar o aprofundamento da própria investigação, não pode concordar com a classificação ilegal, sem sustentação judicial, legal e formal para os sigilos que foram classificados. Então, por conta disso... Eu já falei com o Presidente Omar e queria pedir o apoio desta Comissão para nós reclassificarmos esses sigilos e deixarmos como sigilo apenas aquilo que a lei estabelece como sigilo, que é o que trata das informações bancárias, das informações fiscais, de assuntos de segurança nacional e de interesse do Estado brasileiro. Então, nós reclassificaríamos isso em função de uma classificação indevida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um exemplo: pedem-se informações da Secretaria de Comunicação para saber quais são os veículos que trabalham, e vem sigiloso. Desde quando isso é Lei de Segurança Nacional? Desde quando isso não é para a população saber? Eles mandam os documentos com a finalidade de a gente não chegar a usá-los.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Informação sobre vacina vem como sigilosa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Informação sobre vacina, por exemplo: hoje eu soube através da imprensa – eu não sabia – que o Ministério das Relações Exteriores recebeu um comunicado do Embaixador da China pedindo para que tivéssemos cuidado porque teríamos problema com a Sinovac.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente, ninguém sabe! Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sabia! Isso é sigiloso desde quando? Desde quando?

Então, nós vamos fazer aqui... Aquilo que for realmente sujeito a sigilo fiscal, sigilo... Que possa ter problemas com a segurança nacional e de processos que estão sob sigilo na Justiça, desses nós manteremos o sigilo; dos outros, nós vamos abrir para todo mundo ter acesso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, só para complementar, concordo plenamente com o senhor. Agora, tem dados também de investigações que estão tramitando aí na Polícia Federal, na CGU, e talvez seja necessário – acho que, pela legislação, são sigilosos mesmo –...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que a gente faça uma audiência fechada para ouvir essas autoridades importantes. Talvez isso seja importante também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que... No momento em que V. Exa. tiver alguém que nós tenhamos que ouvir sigilosamente, não tenha dúvida de que isso será feito, até porque geralmente essas audiências realmente são coisas sigilosas.

Então, vou colocar em votação essa questão de ordem do Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o Requerimento 781, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ler, por favor, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Requeiro, nos termos regimentais, a alteração da classificação de todos os documentos recebidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e categorizados pela Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e de Inquérito da Secretaria-Geral da Mesa como sigilosos, reservados ou pessoais, à exceção exclusiva daqueles cuja confidencialidade decorra unicamente de lei eventualmente aplicável.

Nesse sentido, longe de ter o presente requerimento o objetivo de criticar o trabalho dos servidores, sempre diligentes e atenciosos, mas cuida-se de pleito voltado à transparência plena e irrestrita das informações e documentos atinentes ao objeto investigativo desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, está aprovado, mas eu gostaria apenas de que ficasse claro quem ficará com a responsabilidade dessa reclassificação. Tem que deixar claro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós só votamos a reclassificação em relação às questões sigilosas, porque estão todos os documentos chegando aqui, Senador Otto, sigilosos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, querido, o seu requerimento ainda vai ser votado. Nós só votamos essa questão da reclassificação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, eu apresento, na verdade, uma questão de ordem a V. Exa., nos termos do 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no que estabelecem os arts. 108 §1º, e 412, IV e IX. É uma questão de ordem para arguir sobre a repetida prática antirregimental de alteração intempestiva da pauta desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

De fato, apesar das reiteradas solicitações que fazemos a esta Comissão, novamente foi divulgada, em um prazo inferior a dois dias úteis, ao arrepio do que determina o §1º do art. 108 do Regimento Interno, uma nova pauta para a reunião deliberativa de hoje, dia 9 de junho, com significantes modificações.

Efetivamente, até a data de ontem, dia 8 de junho, estavam pautados outros requerimentos. Ocorre que V. Exa., sem qualquer aviso, consulta ou justificativa, acrescentou novos requerimentos para serem apreciados nesta reunião e retirou outros requerimentos.

É preciso deixar claro, Sr. Presidente, que os trabalhos da Comissão precisam ser transparentes. Essas alterações surpresa minam não apenas a confiança dos Senadores e da população que nos acompanha, como representam entraves ao bom andamento das atividades da Comissão. Ora, acredito que as reiteradas mudanças de pauta, a grande maioria fora do prazo regimental e sem que os membros da Comissão sequer sejam consultados sobre tais alterações, violam frontalmente o exercício do mandato dos Parlamentares e são mesmo passíveis de nulidade, na forma do 412, incisos IV e XI, do Regimento Interno do Senado Federal.

É nesse sentido, Sr. Presidente, com todo respeito, que não peço nada além do cumprimento do nosso Regimento, que é a norma que deve orientar o trabalho desta CPI, bem como a observância do tratamento adequado e da cortesia que merecem os membros da Comissão, para que possamos levar a cabo a nossa missão da melhor forma possível.

São só de convocações, Sr. Presidente – porque há um acordo entre nós em relação aos requerimentos de solicitação de informações; quanto a esses, não há objeção, porque nós pactuamos isso... Numa outra questão de ordem, V. Exa. fez questão de mencionar que estava acatando esses pedidos nessa direção, como fruto também desse entendimento e no cumprimento do chamado devido processo legislativo. Hoje, todavia, constam sete requerimentos de convocação; na verdade, oito. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerarmos o que o Senador Otto Alencar apontou agora há pouco, seriam oito requerimentos de convocação sem que estivessem pautados no prazo regimental.

Faço um apelo a V. Exa. Não há concordância com convocação sem que se obedeça ao devido prazo regimental. É o apelo que faço a V. Exa. neste momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o meu colega Senador Marcos. Ele faz referência, de fato, ao Regimento, que fala do prazo de 48 horas, mas é bom lembrar que nós estamos em um período excepcional, portanto, num período de pandemia. E o mesmo Regimento, no art. 108, §1º, é claro quando fala a exceção: "salvo em caso de urgência". Então, nós estamos aqui cobertos pelo Regimento da Casa, dentro da normativa interna e, considerando uma CPI, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, temporária, temos apenas 90 dias – V. Exa. não sei se vai prorrogar, mas tem demonstrado, de forma muito clara, para todos que não pretende prorrogar esta Comissão. Portanto, estamos cobertos, Presidente, pelo Regimento na aprovação desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, não cabe aqui um debate paralelo com a colega Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é o caso de urgência. O conceito de urgência, tanto no Plenário quanto em Comissão – seja permanente, temporária ou CPI –, é absolutamente distinto do que é sustentado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu tenho... Já fiz isso antes. E a urgência de alguns requerimentos de convocação é importante. Ontem V. Exa. deve ter visto aqui alguns vídeos que precisam ser esclarecidos.

Senador Marcos Rogério, eu sei da sua preocupação em seguir o Regimento, como é minha também aqui, mas é claro também o Regimento, quando fala em excepcionalidade e urgência, nós aprovarmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, V. Exa. também falou que eu retirei alguns requerimentos. Quais foram os requerimentos que eu retirei?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu fui alertado pela assessoria que acompanha, que monitora a pauta, e a informação que eu tenho é que foram retirados requerimentos. Eu atentei, e é o apelo que faço a V. Exa. em relação à inclusão de convocações fora do prazo. Isso não é uma questão, Sr. Presidente, de leitura desse ou daquele Parlamentar, isso é questão mandamental. E, especialmente, numa Comissão que tem poderes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, se V. Exa. não acha... Só um minutinho, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... assemelhados aos do Judiciário, é uma condição que se impõe obedecer ao devido processo legal. Nada fora disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por exemplo, se não for urgente nós ouvirmos um servidor público que trabalha no Tribunal de Contas da União, que falsificou dados, induziu o Presidente ao erro... Induziu... Aliás, o Presidente vem sendo induzido ao erro em várias questões aí que a gente já comprovou aqui na CPI. Eu sempre digo aqui e vou dizer aqui para todo mundo ouvir: o Presidente não acordou um dia – não é? – e tinha lá "olha, o tratamento precoce salva, imunização de rebanho é bom...". Não, alguém induziu o Presidente ao erro, não estou dizendo... Até eu também sou induzido ao erro, qualquer um é induzido ao erro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas ele gosta de errar, hein, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas aí é outra coisa, eu não vou entrar nesse detalhe. Estou dizendo o seguinte: um membro do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas da União – e nós sabemos, quem foi gestor sabe muito bem como é que atua o Tribunal de Contas da União –, faz... E um cara que tinha sido indicado para ir para o BNDES, para ser Presidente do BNDES! Só não foi porque o Presidente Múcio não aceitou liberar, o Ministro José Múcio não aceitou liberá-lo, porque, senão, ele estaria hoje como Presidente do BNDES. Como ele não foi indicado, ele indicou lá um outro parceiro dele lá no BNDES. E aí V. Exa. acha que isso não é urgente? O Presidente dá uma declaração, dá uma declaração baseado – Senadora Eliziane e Senador Humberto, por favor! –, baseado numa informação dada por um membro do TCU. Falsa informação! Se V. Exa. não achar que isso é urgente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se isso não é urgente, até para a gente preservar o Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe-me dizer a V. Exa. por que não é urgente, e aí essa é uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, é o seguinte: o Regimento Interno...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, agora discutir o conceito de urgência, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar em votação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente... Presidente, V. Exa. fez uma...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora vamos fazer interpretações várias aqui sobre qual o conceito de urgência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, só para encaminhamento, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, a pauta desta semana está toda definida. A pauta desta semana está toda definida. V. Exa. vai cancelar os depoimentos de amanhã e de sexta-feira, porque, se for, então, V. Exa. de repente teria, em hipótese absolutamente remota, condições de sustentar o que V. Exa. está falando. Afora isso, Sr. Presidente, com todo respeito, V. Exa. está forçando a barra de maneira antirregimental. Os requerimentos que V. Exa. cancelou...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, para encaminhamento, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. cancelou os Requerimentos nºs 400, 708, 727, e, se quiser, eu falo todos os demais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É competência do Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas ele me questionou, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Não questionei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. é que pediu uma questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. disse, perguntou quais os requerimentos que tinham sido retirados de pauta. Estou declinando a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, sim, sim, é verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, a pauta é sua, Presidente. V. Exa. está coberto pelo Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas apenas, Sr. Presidente, para dizer que não há urgência para deliberar esses requerimentos neste momento, considerando que nós vamos ter sessão amanhã e sexta-feira e poderiam ser pautados e votados obedecendo ao devido processo legal. Apenas isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só para encaminhar, a definição...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só pedindo breve vênia aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual o prejuízo de votar amanhã? São 24 horas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E qual seria o prejuízo de votar hoje?

Veja, a definição do que é urgente ou não é urgente... Na realidade, é uma cabeça só. Coloque e vote! Se não acha urgente, não vote.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É o respeito ao Regimento!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas o Regimento cobre a votação urgente. A definição da urgência não será...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos que votar logo, porque o auditor tem que vir logo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A interpretação de urgência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Aprovou na pauta de ontem!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há cobertura regimental, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos que votar logo, que o auditor tem que vir logo para cá. O auditor tem que sentar aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, cancele o depoimento de hoje ou o de sexta-feira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, essa é a maior mentira da corporação de mentiras. Faça como um cirurgião: bote na sala e opere! (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É uma prática!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Relator...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para ler os requerimentos que nós vamos apreciar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, estamos ponderando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. vai desrespeitar o Regimento?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É só uma breve...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós vamos respeitar o Regimento!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós temos respeitado, Senador Marcos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estamos respeitando o Regimento! É excepcional!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não respondeu à questão de ordem em relação às matérias...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui, Presidente! O Regimento está claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que não foram publicadas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está coberto pelo Regimento, Presidente. Siga a condução dos trabalhos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, em apelo à cordialidade e à harmonia de todos os membros desta CPI, esse relatório tem que expressar o sentimento de todos. Nós estamos discutindo aqui, fazendo questão de votar um requerimento no prazo de 24 horas, e não vai ser alterada a ordem desses depoimentos, dessas audiências. Qual é o sentido disso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Fernando Bezerra, as deliberações do Senado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual o sentido disso? É só aprovar, que vai ser convocado. Ele o será! A maioria está expressa. É só não arranhar uma interpretação que nós estamos seguindo aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem. Quando se trata de demandas do Governo, não tem que representar o sentimento de todos os Senadores! Eles ligam o trator e atropelam! Pelo amor de Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Explica! Explica!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, não!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na Comissão, não! O Presidente Omar Aziz não tem atropelado...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não estou falando da Comissão. Eu estou falando do Plenário do Senado. Eu estou falando da Casa Legislativa!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não! Nós estamos falando da CPI. Nós estamos falando da CPI!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E aqui o Regimento... O Regimento... Essa polêmica é para quem não quer garantir o funcionamento da Comissão e...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – De forma nenhuma! De forma nenhuma!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e quer obstar o trabalho da Comissão!

Preste atenção! É uma questão muito simples. Estamos vivendo uma emergência. Ou não há uma emergência sanitária de importância nacional? Ou não há? Se não houver essa emergência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – E o que altera a votação amanhã?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo? Me diga! É só essa questão!

Portanto, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o que altera votar hoje ou amanhã, Presidente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... o senhor é quem tem a palavra para decidir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Altera o quê votar hoje ou amanhã...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quatrocentos e oitenta mil pessoas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... obedecendo ao Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pegando a sua...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não tem maior argumento de urgência do que isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só pegando aqui o que o Senador Fernando Bezerra falou e o Senador Marcos Rogério, o que altera votar hoje ou amanhã?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hoje altera... O estupro regimental.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso! É muito pesada essa palavra, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É exatamente isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É um exercício de retórica para aparecer na internet, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso mesmo, Presidente!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pelo amor de Deus! Eu lamento!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! V. Exas. têm maioria...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vota por maioria!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas V. Exas. não têm o Regimento do lado de V. Exas. Respeitem o Regimento!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não bata na mesa, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeitem o Regimento!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui o Regimento, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeite o Regimento!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. tem que ler melhor o Regimento.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eliziane, é o Marcos Rogério! Eliziane, é o Marcos Rogério! (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não sei por que tanto receio em ouvir um auditor aqui! Não sei por que tanto receio em ouvir um auditor aqui!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! É simplesmente, Sr. Presidente, se V. Exa. vai respeitar o Regimento ou não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vai respeitar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, V. Exa. disse...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está respeitando o Regimento, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está escrito na questão de ordem anterior a que V. Exa. respondeu... É uma coisa em que eu tenho atendido muito V. Exa., que é a questão de pautar requerimento de convocação ou de informação 48 horas antes. Eu tenho feito isso. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu tenho feito isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quer mudar o Regimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não estou mudando o Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, Sr. Presidente, o apelo que estou fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... não é nada além daquilo que é regimental. É só isso. Agora, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, V. Exa. vote contra, mas vai ser votado.

Por favor, Senador Renan.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. decidiu a questão de ordem, Presidente?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, decida a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, leia os requerimentos...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa. não decidiu a questão de ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, recorra ao Senado. O Senado é soberano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não decidiu a questão de ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Peça ao Plenário para decidir. O Senado é soberano.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, há uma questão de ordem, e V. Exa. não respondeu. V. Exa. não pode atropelar o Regimento e as prerrogativas parlamentares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Indefira a minha questão de ordem, Presidente. Se a maioria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, a maioria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está indeferida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A maioria a qualquer momento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está indeferida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está indeferida. Pronto. Continue, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 790, do Senador Otto Alencar.

Requeiro, nos termos do art. 58, §3°, da Constituição Federal, da Lei nº 1.579, de 1952, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Dra. Francieli Fantinato, Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O senhor pode votar, eu queria só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na sequência: na forma do art. 153 do Regimento Interno do Senado e do art. 229 do Código de Processo Penal, requeiro também a convocação, com vistas à acareação entre testemunhas, Dra. Luana Araújo e Dra. Francieli Fantinato, para prestar esclarecimentos com relação à vacinação de gestantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vota contra, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. agregasse esse pedido de quebra de sigilo dessa chamada associação aqui, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quebra de sigilo sendo apresentada também extrapauta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual é o problema?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nenhum problema, não é, Senador Humberto?

Nenhum problema. V. Exa. deve estar seguindo o Regimento de outro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu só queria que confirmasse aqueles dois médicos que eram para ter vindo quarta-feira passada e não vieram; eram para vir sexta-feira e não vão vir. Qual é o dia que V. Exa. está pautando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está pautado para o dia 18, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dezoito é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sexta-feira.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sexta-feira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os dois médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento... Item 1 a 24.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Do que trata, Sr. Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou ler.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento que convoca o Sr. Paulo Maiurino, Diretor da Polícia Federal.

Requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Esse requerimento foi ontem encaminhado pelo Senador Girão pedindo para que fosse votado o mais rápido possível. É extrapauta também, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, de convocação, a opinião vale para todos: é antirregimental. Eu estou sustentando essa tese. Nenhum requerimento de convocação extrapauta tem a concordância, porque ofende o Regimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu só queria fazer uma indagação, uma indagação. A gente fez uma avaliação aqui na Comissão da inconveniência e da inoportunidade de convocar a Subprocuradora-Geral da República. Eu pergunto: não se aplica o mesmo caso uma eventual convocação do Diretor da Polícia Federal?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se aplica, mas o Senador Girão tem insistido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senador Líder Fernando Bezerra, acontece o seguinte: todas as vezes o Senador Eduardo Girão – e não é uma vez, é em todas as sessões – fala um discurso de que nós não queremos aprofundar investigação sobre desvio de recursos, sobre corrupção, certo? Sempre ele faz esse discurso, e fica aqui parecendo que eu quero proteger alguém. E eu não estou aqui para proteger ninguém.

Então, baseado nos discursos... Quem tinha que questioná-lo, no momento em que ele levanta para falar, todo mundo fica quieto. Aí, quando a gente bota para votar, o pessoal vem questionar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu só quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vota, e aí, é o seguinte...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só quero me manifestar contrário a esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, nós vamos votar! Vamos votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... como também contrário ao requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu só queria, Senador Renan Calheiros, se o senhor permitir, rapidamente defender essa votação. São 70 operações da Polícia Federal no País. Se quiserem fazer uma reunião fechada, porque podem vir aqui dados sigilosos de investigações, não tenho problema. Mas eu acredito que essa votação em que eu pedi, realmente, ontem, urgência... Mas eu não esperava que fosse pelo menos obedecer ao prazo regimental para amanhã. Então, assim... Eu não acho que os fins não justificam os meios. Isso é algo que é uma filosofia: os fins não justificam os meios. Então, vamos votar isso, é importante. Agora, eu esperava que se fosse obedecer a uma lógica que nós estávamos tendo aqui, e a gente vê uma quebra disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Não cabe, Presidente, usar o apelo do Senador Girão para quebrar a regra, nem em relação a ele nem em relação a mim e nem a nenhum de nós, que sempre defendemos o cumprimento regimental. O que V. Exa. está fazendo hoje aqui, além de um desrespeito com os colegas, é um estupro regimental. Lamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com os colegas?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com os colegas que defendem essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! Quer ver como tem a maioria aqui que não pensa da sua forma? Com os colegas, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não! V. Exa. tem a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, nunca... O Brasil inteiro sabe que a oposição tem maioria na CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o juízo de valor sobre urgência ou não de um requerimento é da Presidência da Mesa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é regimental.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, se algum Senador não concorda...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É regimental.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... com esse critério, recorre.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não; eu vou recorrer claramente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obviamente, vou recorrer.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Siga o trajeto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tenha dúvida.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e economize a fala.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tenha dúvidas.

Vou votar contra, Sr. Presidente – deixe-me manifestar aqui –, todos os requerimentos de convocação que desobedecem à norma regimental, ofendem o devido processo legislativo, o devido processo legal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... Eu tinha pautado algumas coisas que foram retiradas. E foram retiradas dizendo que não era o momento e tal, e eu acatei. Isso aí é uma coisa que a gente faz normalmente, porque, se não tiver a sensibilidade de achar uma coisa agora, neste momento, e a gente votar... Não tem essa pressa porque... Mas tem questões, Senador Marcos Rogério, que é necessário a gente investigar. Eu acho muito sério aquele documento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sabe que eu nunca fui contra investigar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sempre defendi a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sou contra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quebra de regras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... eu não estou dizendo que V. Exa. diz que é contra investigar, em momento algum. Eu não estou dizendo isso. Nunca... V. Exa., por sinal, é um membro desta CPI presente. V. Exa. chega aqui cedo e é um dos últimos a sair. Não tenho o que dizer. É presente mesmo. Ontem, V. Exa. ficou até o final da sessão aqui. Eu, V. Exa. e... Bom... Não, não estou falando isso. Longe de mim dizer que V. Exa. não quer investigar. Agora, tem alguns requerimentos, por exemplo, que V. Exa. reclamou, que eu retirei porque, no entendimento de vários Senadores aqui, eu acho que não eram pertinentes neste momento – nós podemos fazer mais adiante –, no entendimento de ter, colher dados primeiro para poder depois tomar atitudes aqui, para não sermos açodados em decisões.

Com relação à convocação, a convocação vai ser hoje, mas qualquer um desses convocados não virá amanhã. Então, há um tempo suficiente... Muitos que foram convocados... Por exemplo, o ex-Ministro Pazuello foi convocado novamente. Eu pessoalmente não vejo necessidade de ele vir novamente aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isso, não se justifica, Sr. Presidente, votar neste momento. V. Exa. podia obedecer ao Regimento e votar dentro do prazo regimental...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está dando razão ao que eu estou sustentando!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Vamos lá, Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – É quebrar a regra por quebrar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 790, já lido, do Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora, Sr. Presidente, a proposta é votar em bloco. Pode haver algum destaque...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está consignando voto contrário?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, pode falar. Vai ser consignando aqui na Mesa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação aos requerimentos de convocação, todos, contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Voto contra também, Sr. Presidente. Luis Carlos Heinze contra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, é bom registrar o voto do Senador Marcos Rogério e do Senador Luis Carlos Heinze contra a investigação da morte das parturientes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não seja covarde, Senador Otto! Não seja covarde!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não sou contra a morte...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Covarde é V. Exa.!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não seja covarde!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Covarde é V. Exa.!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso! Não faça isso!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Covarde é V. Exa.!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso! V. Exa. sabe o respeito que tenho por V. Exa., mas não faça isso!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não me chame de covarde, porque covarde é quem está no Governo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso! Não faça isso!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem tem coragem é quem está contra o Governo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quem tem coragem deixa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Polícia Federal, CGU, Ministério Público...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso, Senador Otto!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quem tem coragem deixa os Governadores falarem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Covarde é você!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso, Senador Otto!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... deixa os Prefeitos explicarem, deixa os secretários explicarem...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quem tem coragem bota os secretários para explicarem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso! V. Exa. não tem o direito de fazer isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos! Marcos Rogério!

(*Soa a campainha.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A proposta, Presidente, é colocar em votação os requerimentos em bloco, à exceção do requerimento que convoca, do Senador Girão, o Diretor-Geral da Polícia Federal. Eu vou ler todos os requerimentos.

Eu vou ler todos os requerimentos.

Requerimento 114: convoca Francisco de Araújo Filho, ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal.

Requerimento 332: convoca o desenvolvedor do aplicativo TrateCov ou o técnico responsável da empresa contratada para esse fim.

Requerimento 413: convoca o Sr. Osmar Terra. Perdão: 413, 416 e 726.

Requerimento 723: convoca o Sr. Felipe Cruz Pedri, Secretário de Comunicação Institucional.

Requerimento 785: convoca o empresário José Alves Filho.

Requerimento 774: convoca Renato Spallicci, Presidente da Apsen Farmacêutica.

Requerimentos 779 e 789: convoca Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, auditor do Tribunal de Contas da União, para prestar depoimento, na condição de testemunha, nesta CPI.

Quebra de sigilos...

Leio agora todos? (*Pausa.*)

Transferência do sigilo telefônico e telemático de Mayra Pinheiro, 733.

Transferência do sigilo telefônico e telemático de Filipe Martins.

Transferência do sigilo telefônico e telemático – 737 – de Eduardo Pazuello.

Transferência do sigilo telefônico e telemático de Zoser Plata Bondim de Araújo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento 753: transferência de sigilo telefônico e telemático de Luciano Dias Azevedo.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Alexandre Figueiredo Costa e Silva Marques.

Requerimentos de informações.

Requer que seja realizada perícia pela Polícia Federal sobre o aplicativo TrateCov a respeito de supostos hackeamentos e extração indevida de dados.

Requerimento 717: requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Saúde informações sobre eventuais contratos/repasses de recursos entre o Ministério da Saúde e pessoas jurídicas que tenham como sócia/parte a Sra. Nise Yamaguchi, no período de março de 2020 a maio de 2021.

Requerimentos 718, 719 e 720: requerem que sejam prestadas pelas companhias aéreas Latam, Gol e Azul informações dos registros dos voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, no trecho São Paulo/Brasília/São Paulo, entre março de 2020 a maio de 2021, inclusive informações sobre a pessoa responsável pela compra dos bilhetes.

Requer ao Ministro da Saúde informações sobre testagens da população para diagnóstico da Covid-19, Requerimento 724.

Requerimento 775: requer que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária se manifeste a respeito do posicionamento da empresa farmacêutica Apsen sobre a utilização de hidroxicloroquina no combate à pandemia.

São esses os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os requerimentos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente! Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Só uma ponderação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou entendendo que nós estamos votando todos os requerimentos de convocação, à exceção do requerimento do Senador Girão, que é a convocação do Diretor-Geral da Polícia Federal. E estamos votando todos os requerimentos de informação e temos um bloco aí que trata de quebra de sigilo telefônico e telemático de uma série de autoridades e de pessoas que foram aqui indicadas pelo Senador Renan Calheiros.

Eu queria fazer um apelo, se posso: que a gente pudesse deixar pra votar a quebra de sigilo telefônico e telemático na sessão de amanhã. Não sei se existe essa possibilidade, mas que a gente pudesse aprofundar a análise da necessidade de todos os nomes que foram citados, porque nós estamos votando em blocos, são vários nomes. Para que a gente pudesse, pelo menos, com mais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E teria outros também que serão encaminhados hoje ainda, inclusive sobre a questão de quebra de sigilo das empresas que trabalham para o Ministério da Comunicação, que nós iremos votar amanhã.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu abro essa exceção. Nós votamos amanhã e votamos o resto dos requerimentos para amanhã, correto? Está O.k.?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bom.

Então, vamos só votar os requerimentos de convocação, à exceção que nós vamos já... E de informações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O requerimento que eu pedi fica para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, esse está hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só, Presidente, um pedido também, até por coerência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Por coerência.

Ontem, o meu pela ordem foi pedindo três requerimentos: o Diretor-Geral da Polícia Federal; o Ministro Wagner Rosário, da CGU (Controladoria-Geral da União), que também investiga desvios aí e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem cruzado os dados – é muito importante ouvi-lo –; e o diretor executivo do Consórcio Nordeste, Dr. Gabas. Eu fiz essa solicitação ontem, então, pra que não tenhamos dois pesos e duas medidas, eu peço que o senhor inclua extra pauta também.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação ao Dr. Gabas, o que ficou acordado naquela reunião secreta que nós fizemos, em que V. Exa. estava presente, que não foi secreta, porque depois vazou tudo – não tem reunião secreta aqui –, é que nós iríamos ouvir o Presidente do Consórcio, que é o Governador do Piauí, o Governador Wellington. Foi isso que nós acordamos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não. Não foi, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não, não. O Governador do Piauí está vindo por outro motivo pra cá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Também por esse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Operação da Polícia Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Porque teve operação da Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O escândalo que houve lá dos supostos... Dos 300 respiradores do Consórcio Nordeste que nunca chegaram, o que foi pago antecipado pelos Governadores do Nordeste, foi na gestão do Rui Costa, do Governador Rui Costa, que eu gostaria também de ouvir.

Então, eu queria só pedir, por questão de coerência, que votasse a Polícia Federal. Já que vai votar hoje, votasse a Polícia Federal, a CGU e o Consórcio Nordeste, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da Polícia Federal o Líder Fernando Bezerra pediu destaque.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – O Consórcio Nordeste deve indicar quem venha representá-lo. Não pode ser o Senador Girão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem decide quem vem representá-lo aqui, afinal de contas, o Secretário Executivo não é quem responde efetivamente pelo consórcio.

E o Governador Wellington Dias virá aqui, já se dispôs a vir em qualquer que seja a condição, inclusive como convidado, não somente para tratar desse e de outros assuntos, mas para tratar também do entendimento do Consórcio Nordeste do que foi a atuação do Governo Federal no sentido de criar dificuldades e embaraços para que os Estados que compõem o Consórcio Nordeste pudessem enfrentar a pandemia.

Então, eu discordo de que a votação, de que a convocação seja feita para o Secretário Executivo. Deve ser feita para o responsável legal pelo Consórcio Nordeste.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só pra dar uma informação para o Senador Humberto Costa, quem fez as negociações dessa compra da empresa Hempcare, empresa ligada à maconha, foi exatamente o Sr. Carlos Eduardo Gabas.

Sim senhor, foi uma empresa da maconha, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Representante.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Trezentos respiradores do povo nordestino...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu não sei quem vende maconha no Brasil, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... do povo nordestino, que até hoje não recebeu esses respiradores.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não sei quem vende. Se V. Exa. sabe quem vende maconha...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quase R$50 milhões.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não sei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu também quero saber, por isso que eu gostaria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não sei quem vende maconha, está certo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É por isso que eu gostaria... É. Empresa Hempcare.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Segunda coisa: se o Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem requerimento, tem que vir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se o representante do consórcio vier e não ficar esclarecido ou então que V. Exa. possa levantar qualquer outra suspeita não esclarecida por ele, nós podemos chamar outra pessoa. Estamos chamando os Governadores de Estado, e não os secretários de saúde, e não os secretários de finanças.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, Senador Humberto Costa, por que o senhor está preocupado com isso? É porque...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque V. Exa. está aqui o tempo inteiro fazendo política.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É porque o Sr. Gabas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. está aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o quê? Ele é o Diretor Executivo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... pra fazer política.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, ele é o Diretor Executivo, comprou os respiradores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas pra fazer uma ponderação: não é o consórcio que vai indicar quem vai falar de práticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminosas, eventualmente criminosas. É o poste mijando no cachorro, com todo o respeito. Veja: há acusações pesadíssimas em relação a práticas ilícitas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, quem decide o nome da pessoa que vem aqui é a Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, espere aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A forma como o Senador Humberto pode ter falado, ele pode ter... Mas nós tínhamos feito uma reunião, e V. Exa. participou dessa reunião, o Senador Fernando Bezerra também, e até depois chegamos aqui e houve um desentendimento da forma como nós tínhamos encaminhado, que foi a seguinte: nós convocaríamos os Governadores que tivessem tido uma operação da Polícia Federal, correto? São nove Governadores...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Sete apoiados pelo Governo, é bom dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Mas aí... O outro seria o ex-Governador Witzel, correto? Os Prefeitos, nós deixaríamos para uma próxima oportunidade, conforme acordo. Eu estou aqui falando porque eu me lembro bem da reunião. E que o Governador Wellington Dias, que é o Presidente do consórcio, viria. Caso... E aí eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele veio por causa da operação da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sugestão do Senador Humberto não é ruim. Vem o Governador, caso não fique satisfeito, a gente traz também o Carlos Gabas. Senão, vou colocar pra votar aqui, aí quem é contra vota contra, quem é a favor vota a favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, vamos colocar pra votar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Coloca pra votar, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos colocar pra votar, Presidente, porque o Governador Wellington Dias não está vindo a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão por causa de Consórcio Nordeste, ele está vindo pela operação da Polícia Federal no Estado dele, do Piauí.

Eu fico incomodado, Senador Humberto Costa, com todo o respeito: o senhor está colocando com relação ao Gabas, será que é porque ele foi Ministro da Dilma? Será porque ele estava junto lá do Presidente Lula?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não tem problema, se ele precisar vir, ele virá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É isso que eu estou querendo entender, a blindagem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, a questão concreta é que V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É isso que eu estou querendo entender, a blindagem. Nós temos que ver a verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. só está fazendo essa discussão sobre o Consórcio Nordeste porque quer atingir o Governador do seu Estado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... quer atingir o Governador da Bahia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – De jeito nenhum.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O objetivo é esse.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero buscar a verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas tudo bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero buscar a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tudo bem. O Governador vem aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quero buscar a verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... ele fala. Se for necessário, eu serei o primeiro a votar pra trazer o Gabas aqui. E esse negócio de que foi Ministro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o requerimento é pro Gabas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bobagem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O requerimento é pro Gabas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui tem gente que foi ministro de Lula...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A população quer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – .. Que agora é contra o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou colocar em votação já esses requerimentos que foram lidos, Senador.

Coloco em votação os mencionados requerimentos. Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Só não o Requerimento nº 1, que é a convocação do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas agora a gente vai ver um a um. Agora vamos ver um a um.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma questão, pela ordem, para a apreciação de amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Voto contra. Registrando os votos contra, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão, pela ordem, para a votação de amanhã. Amanhã, pelo acertado agora, nós devemos apreciar os requerimentos de quebra de sigilo de dados, de sigilo telefônico.

É só para confirmar se, junto com esses requerimentos, também consta o requerimento de quebra de sigilo de dados do Sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, servidor afastado do Tribunal de Contas da União, responsável pela adulteração do número de mortos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Já está na pauta de hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que acaba de ser afastado pelo Tribunal de Contas. É a informação que *O Globo* nos traz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, falta o requerimento do Senador Girão, convocando o Diretor da Polícia Federal. Requerimento nº 95.

Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Acho que aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Não, não, não. Espera aí, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com voto contra, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós vamos votar contra – contra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sou contra, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Contra. Foi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sou contra todos os requerimentos antirregimentais – todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O requerimento foi...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fica claro, Sr. Presidente, que eu estou votando contra esses requerimentos todos em razão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, espera aí. Eu vou colher os votos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de colocar na pauta de forma antirregimental. Só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colher os votos. Vou colher os votos. Vou colher os votos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Me dá aí os nomes dos Senadores aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu pergunto a V. Exa. se existe alguma lei que proíba a convocação do Delegado da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tem alguma legislação? Não existe nenhuma? Hein?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já tem precedente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por mim, veja bem... Por mim, eu aprovo o requerimento do Senador Eduardo Girão. Eu não estou aqui preocupado. Se ele não quiser vir, ele que explique por que, qual é a lei, que ele não pode vir. Isso aí para mim não faz diferença, não.

Então, eu vou pedir os votos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, vamos deixar pra votar isso amanhã porque, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O requerimento não é meu; o requerimento é do Senador Eduardo Girão. Ele é que decide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas ele não pediu pra votar hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É ele que decide.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele não pediu pra votar hoje; pediu apenas que pautasse. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pediu; eu vou votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos votar amanhã. Vamos votar amanhã, porque, se tiver um impedimento legal, o requerimento fica prejudicado, como ficou prejudicado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem impedimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E tem impedimento, eu acho que tem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, o senhor colocou em votação o destaque. Vamos continuar a votação. Segue o baile. Segue o baile aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu estou colocando em votação. Já que... A votação está em andamento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Coloque em votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do MDB, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu voto contra o requerimento, porque entendo que há um impedimento, da mesma forma em que havia quando o Girão tentou convocar a Procuradora Lindôra e o Procurador-Geral Aras chegou a mandar pra todos nós mensagem dizendo que já tinha dito isso ao Senador Girão, e que o Senador Girão insistia, que ele achava que era inabilidade. Eu disse, na oportunidade, que não achava que era inabilidade, não; achava que era tentativa de habilidade demais!

Eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vota contra?

Senador Omar Aziz não vota, mas eu vou dizer que, se empatar, eu voto a favor por uma razão, Senador Eduardo Girão: para que fique claro que nós não estamos aqui... É impossível o Diretor-Geral da Polícia Federal conseguir ter informações sobre 80 operações ou 50 operações. Ele vai vir aqui e dizer: "Olha, isso é uma questão lá da superintendência do Estado, eu não tenho ingerência sobre isso." Serão as respostas dele em relação a qualquer coisa, mas...

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu vou votar contra não é pela questão de poder ou não poder trazê-lo, ele pode ser trazido, mas eu não consigo entender no que ele vai contribuir aqui, inclusive no debate sobre essas investigações que foram feitas. Boa parte delas é sigilosa. Ele vai chegar aqui para dizer como foi que fez, como não fez?

Eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu voto "sim". Inclusive não vejo problema nenhum que a gente possa ouvi-lo numa reunião fechada, como foi proposto outras vezes aqui.

Então voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

Por favor, abra o som do Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência*.) – Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vota contra. Obrigado, Senador.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou votar contra a convocação dele em razão da antirregimentalidade, de ser pautado fora do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, no mérito, o senhor votaria a favor ou contra?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. pautar para amanhã, aí a gente faz votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí só amanhã eu saberei? Eu não vou poder fazer isso só para saber o seu voto!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu já disse: eu, no meu voto de mérito, acompanho o Senador Eduardo Girão.

Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Voto contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vota contra.

Então, Senador Eduardo Girão, foi rejeitado o seu pedido, o seu requerimento.

Então nós votaremos os outros requerimentos amanhã a pedido...

Senador Randolfe, meu Vice-Presidente querido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, sem problemas.

Presidente, nós já estamos requisitando os inquéritos, e muitos que estão sob sigilo, para o poder desta Comissão Parlamentar de Inquérito e parece inapropriado o Diretor-Geral da Polícia Federal vir aqui para falar de algo que, por lei, ele não pode falar. Ele tem impedimento legal para falar sobre inquéritos que correm em sigilo, e esses inquéritos já foram requeridos por esta Comissão, Presidente, já estão aqui à disposição das senhoras e dos senhores Senadores.

Então as dúvidas a serem esclarecidas pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, reitero só para esclarecer a todos, já estão nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. (*Pausa.*)

Foi rejeitado com 8 votos a 1.

Agora vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sete a um, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oito. Oito com o Senador Randolfe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E o do Ministro Wagner Rosário, Presidente Omar Aziz, o senhor vai pautar amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo... Amanhã vamos votar os outros que estão faltando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O do Consórcio Nordeste também?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive o teu, Humberto. Vamos ultrapassar isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Gabas, amanhã também? O Dr. Carlos Gabas, do Consórcio Nordeste?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Serão pautados e será feita a votação aqui. O Plenário é que vai decidir – o.k.? –, sem problema nenhum.

Vamos agora ouvir o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã, amanhã de manhã, cedo.

Sr. Antônio Elcio Franco Filho, V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e for perguntado?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não, ele está envolvido em corrupção em relação ao contrabando de madeira – contrabando de madeira. Não é Covid, não, é contrabando de madeira em que o ministro está envolvido.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Respeite, viu, Rogério? Senador Rogério Carvalho, se respeite! Se respeite, tá? Você se respeite! A gente está se respeitando aqui uns aos outros. Agora...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Você está me desrespeitando. Eu estou te respeitando e você está discriminando...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, de jeito nenhum.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, por favor...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Você é que está agredindo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Olho por olho e dente por dente, a humanidade vai acabar cega e sem dentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas, colegas vamos manter a calma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E outra coisa: a soberba precede a queda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O pessoal quer a obstruir a CPI. O que é isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A soberba precede a queda, tá?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Isso serve para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem uma turma que quer obstruir a CPI. O que é isso? Vamos tocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Serve para o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vocês não querem ver corrupção? Tudo bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, aqui na CPI, tem também do Bolsonaro. Estamos encontrando, estamos encontrando. Tem umas histórias aí de cloroquina que vão vir aqui à tona. Calma!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vão vir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Queremos saber tudo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Opa! É aí mesmo. A gente também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, se o senhor ficar calado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não estou aqui... Eu não estou aqui para... Quem entra em briga e se mete no meio, leva um tapa na cara, rapaz. Isso aí a gente aprendeu desde criança. Então, deixa eles brigarem aí.

Por favor, vamos começar.

Sr. Antônio Elcio Franco Filho, o senhor dispõe de 15 minutos, se o senhor precisar falar; senão, eu passo direto ao Relator.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, agradeço a oportunidade de ajudar a esclarecer para a população brasileira a verdade sobre fatos, ações e iniciativas do Ministério da Saúde enquanto estive à frente da secretaria-executiva, no enfrentamento da pandemia de coronavírus.

Em primeiro lugar, a minha solidariedade a todos aqueles que perderam parentes, amigos e pessoas queridas pela Covid-19. Nosso inimigo comum é o vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para fazer um reconhecimento a todos os profissionais de saúde, verdadeiros heróis que, se expondo na linha de frente, enfrentam a Covid-19 e salvam milhões de brasileiros. Já temos 15,5 milhões de curados, demonstrando a força do SUS, o nosso Sistema Único de Saúde.

Farei um breve resumo da minha vida profissional e acadêmica. Tudo o que vivi e aprendi me qualificou a ocupar a Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde durante a gestão do Ministro Pazuello.

Entrei para a vida militar em 1980. Aos 22 anos, concluí a Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), como bacharel em Ciências Militares, ao final de 1986, realizando especializações operacionais e desempenhando atividades técnico-administrativas e de gestão pública. Essa formação é reconhecida pelo Conselho Federal de Administração como bacharelado em Administração.

Fiz mestrado em Operações Militares na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; mestrado em Ciências Militares e especialização em Política Estratégica e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; MBA de Gerenciamento de Projetos e MBA de Gestão Estratégica de Negócios, ambos pela Fundação Getulio Vargas.

Comandei um batalhão de infantaria em Tabatinga, Amazonas, na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, coordenando a segurança, a saúde e a logística em 1.732 quilômetros de fronteira, na sede, e em quatro pelotões especiais de fronteira, quando fui também ordenador de despesas.

Fui chefe do escalão administrativo da 9ª Região Militar, Chefe do Estado-Maior da Brigada Páraquedista, Subcomandante da Força de Pacificação no Complexo da Maré e adjunto do coordenador logístico nas Olimpíadas 2016, funções em que geri e orientei os responsáveis pela gestão pública na execução orçamentária, financeira e patrimonial, na gestão de aquisições de serviços e materiais e na fiscalização de contratos.

Durante as Olimpíadas 2016, fui o braço direito do General Pazuello na missão de prover todo o apoio necessário aos cerca de 23 mil militares empregados na segurança.

Após mais de 39 anos de serviço no Exército Brasileiro, fui para a reserva, em fevereiro de 2019. Logo depois, fui convidado para ser o Secretário Estadual de Saúde de Roraima.

Aprofundando conhecimentos na gestão tripartite do SUS, compreendi a estrutura e o funcionamento do Ministério da Saúde, assim como a gestão bipartite estadual, a autonomia e a responsabilidade dos Estados e Municípios na execução do orçamento com recursos federais e estaduais, o repasse aos Municípios, a porta de entrada para o sistema de regulação, a Atenção Primária e sua transição para a Atenção Especializada, o tratamento fora de domicílio, a importância do controle social por meio do Conselho Estadual de Saúde e a gestão bipartite, com as reuniões da CIB, a interação com Cosems e a gestão tripartite, com as reuniões da CIT no âmbito federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, fui convidado a ser o Consultor Geral do Município de Boa Vista, tratando da gestão municipal em todas as áreas, com olhar especial para Operação Acolhida e a saúde municipal, que permeava a Atenção Primária e também a Atenção Especializada para a população infantil.

No dia 19 de abril de 2020, o General Pazuello me informou que recebeu a missão desafiante de atuar como Secretário-Executivo do Ministério da Saúde no enfrentamento à Covid-19 e me convidou para integrar sua equipe. Servir ao Brasil sempre fez parte da minha vida. Aceitei, de imediato, a missão de ajudar a salvar vidas e reduzir o sofrimento da nossa população naquele momento tão crítico. Em 23 de abril, cheguei em Brasília para atuar como Secretário-Executivo adjunto.

Destaco que o General Pazuello recebeu a sua missão diretamente do Presidente da República, com o aval do Ministro da Defesa e do Comandante do Exército. Fomos reforçados com 17 militares da ativa selecionados e designados pelo Exército para auxiliar em cargos-chave, para uma missão que teria duração de 90 dias.

Quando o General Pazuello se tornou Ministro interino, foi efetivado como Secretário-Executivo. Continuamos com as respostas à pandemia e o cuidado de todos cidadãos através do SUS. Ao nosso lado, sempre estiveram Conass e Conasems, que pactuaram as decisões contando com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde, a Opas.

Nosso primeiro desafio foi manter e aprimorar as ações do ministério sem solução de continuidade, considerando que não houve passagem de funções de forma adequada, além dos afastamentos por contaminação e suspeita pelo coronavírus, diminuindo drasticamente a força de trabalho, dificultando a assunção dos cargos e a compreensão mais rápida do cenário da pandemia.

As ações do Governo Federal sempre foram de proatividade em defesa da vida e no combate à pandemia: ações interministeriais coordenadas, por meio de legislações, créditos extraordinários, incentivo ao desenvolvimento e aquisição de vacinas, apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios na estruturação e custeio de todas as ações de manutenção da Rede de Atenção à Saúde, com a máxima de que ninguém fica para trás.

Vamos aos fatos.

Três de fevereiro de 2020. Portaria 188 do Ministério da Saúde: declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Cinco de fevereiro: dois aviões da FAB foram resgatar 34 brasileiros na China.

Seis de fevereiro: sanção da Lei 13.979, a Lei Geral das Medidas de Combate à Covid.

Vinte e seis de fevereiro: primeiro caso de Covid no Brasil, quando as medidas administrativas e legais a serem adotadas já estavam asseguradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início de março, a Secom lançou a primeira campanha de TV, além de *posts* e outras ações que ocorriam desde fevereiro.

O Governo Federal editou centenas de atos normativos, criando as melhores condições para enfrentamento à pandemia. Destaca-se a Lei Complementar 173, Programa Federativo de Enfrentamento à Covid, auxílio financeiro de R$60 bilhões aos entes federados, sendo R$10 bilhões exclusivamente para ações de saúde e assistência social.

O Governo Federal, desde o início da pandemia, trabalhou nos seus principais efeitos, o sanitário e o econômico, com ações em apoio ao trabalho e ao sustento das famílias. Criou o auxílio emergencial para cerca de 68 milhões de brasileiros com repasse de cerca de R$320 bilhões, preservando o sustento de muitas famílias.

Destaco que, em agosto de 2020, a OMS confirmou de forma inequívoca a importância de efetivar ações para preservar a saúde e a economia. Desde o início de 2020, foram investidos recursos em pesquisa, em ação conjunta com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Saúde, para o desenvolvimento de vacinas e tratamentos para a Covid. Além disso, foram disponibilizados R$24,5 bilhões que garantiram 562 milhões de doses de vacinas até março de 2021, em negociações ininterruptas com vários laboratórios.

Em 18 de junho de 2020 a Portaria 1.565 do Ministério da Saúde definiu orientações gerais visando a prevenção, controle e mitigação da transmissão da Covid para uma retomada segura de atividades e convívio social seguro, medidas não farmacológicas de prevenção, como etiqueta respiratória, uso de máscaras, higienização das mãos e superfícies, manutenção de ambientes limpos e ventilados, e manter distância de segurança entre as pessoas, dentre outras.

A retomada das atividades deve ocorrer de forma segura, gradativa, planejada, regionalizada, monitorada e dinâmica, considerando as especificidades de cada setor e dos territórios, de forma a preservar a saúde e a vida das pessoas.

A interpretação da decisão do STF referente à adoção de medidas restritivas e de isolamento serviu para reafirmar a competência de Municípios, Distrito Federal e Estados na adoção de medidas sanitárias de acordo com o cenário epidemiológico local. Destaco que o gestor pleno do SUS no território é o secretário municipal e o distrital de saúde.

É incontestável que os entes federados possuem plena competência para avaliar a implementação dessas medidas. Porém, apesar de o STF ter definido as competências concorrentes entre Estados, Municípios e União, uma vez que a palavra final quanto a implementação e desativação de medidas de gestão e restritivas passaram à competência de Estados e Municípios, a atuação da União, a meu ver, ficou limitada. Coube, então, ao Ministério da Saúde apoiar os entes federados na execução de medidas e ações planejadas. Uma das formas significativas de apoio foi a elaboração de uma ferramenta de gestão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

variando desde a adoção de uma simples medida restritiva até a decretação de restrição máxima, servindo para apoio à decisão dos Municípios. Ela foi desenvolvida por técnicos do COE Covid, pactuada com o Conass e com o Conasems, e difundida através do Conasems. Essa implementação de medidas de restrição depende das variações da curva epidemiológica, do agravamento de casos, da ocupação de UTI e de óbitos, da estrutura e capacidade de resposta da Rede de Atenção à Saúde local, pública e privada, da possibilidade de expansão e de apoio mútuo de outros Municípios e das regionais de saúde, fatores a serem considerados em um país continental como o Brasil.

A Lei 8.080, de 1990, cria e norteia o SUS, define as responsabilidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios de forma tripartite. Cabe à União, por intermédio do Ministério da Saúde, disponibilizar recursos para as secretarias de saúde estaduais, distrital e municipais, baseados em critérios técnicos ou atendendo a programas e projetos voltados às políticas de saúde pública pactuadas, ou seja, cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por intermédio das suas secretarias de saúde, de forma plena, executar as ações de atenção à saúde. Assim, não há a possibilidade de o Ministério da Saúde interferir na execução das ações de atenção à saúde sem usurpar da competência e autonomia dos entes federados. Isso só seria possível em caso de uma intervenção federal.

Como gestão estratégica, instituímos o gabinete de crise da Covid-19 e alteramos a subordinação do Centro de Operações de Emergências para o novo coronavírus (COE Covid-19). O gabinete de crise para acompanhar e analisar no mais alto nível, cenários relativos ao enfrentamento à pandemia subsidia a tomada de decisão no âmbito do Ministério da Saúde. De maio do ano passado a março de 2021, ocorreram 43 reuniões, com participação do Conass, Conasems, Opas, Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira, convidados como a Anvisa e outr,os.

O COE é subordinado à secretaria executiva, ativado permanentemente, com técnicos de todo o Ministério da Saúde, a fim de coordenar as ações a serem executadas pelas secretarias finalísticas relativas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19, podendo contar com convidados de órgãos públicos e entidades privadas, especialistas e técnicos.

Nossos trabalhos sempre foram acompanhados pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid, da Câmara dos Deputados, em suas mais de cem audiências públicas – destaca-se que essa Comissão, em vários momentos, manifestou-se elogiando as ações efetuadas pelo Ministério da Saúde; também, pela Comissão Mista para acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus, que em seu relatório final, assinado pela Senadora Eliziane Gama e o Deputado Federal Peternelli, a Sub-Relatoria de saúde afirmou no item 2.9: "O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus"; e pela Comissão Temporária da Covid-19 do Senado Federal, no ano de 2021.

Todos os programas, projetos ou portarias geridas pelo Ministério da Saúde são previamente pactuados com o Conass e Conasems, como as transferências de recursos, distribuição de equipamentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insumos, medicamentos, imunizantes para os entes federados. Os repasses fundo a fundo são formalizados por meio de portarias, com critérios técnicos objetivos, definindo a finalidade de emprego dos recursos. Essas portarias são precedidas de notas técnicas das secretarias finalísticas e pareceres jurídicos da Conjur.

As transferências de recursos do Governo Federal, tanto para as rotinas do SUS como para combater a Covid-19, são impactantes. Em 2020, R$79 bilhões para as rotinas do SUS e R$33 bilhões para combater a Covid; no presente ano, R$28,2 bilhões para as rotinas e R$2,3 bilhões para combater a Covid. Destaco que, em 31 de dezembro de 2020, os saldos nas contas de Estados eram de R$9,5 bilhões e dos Municípios, R$14,35 bilhões; em 31 de março de 2021, eram R$9,9 bilhões nos Estados e R$14,9 bilhões nos Municípios.

Além das transferências de recursos, o ministério atuou em reforço aos entes federados, adquirindo e distribuindo equipamentos, insumos, medicamentos e imunizantes no valor de R$46,5 bilhões em 2020 e R$11,2 bilhões em 2021. Nunca se investiu tanto em saúde, em toda a história do SUS: recursos que salvaram vidas deixando um legado para a rede de atenção à saúde.

Com foco na transparência e no suporte à decisão, desenvolvemos o Localiza SUS, que possui painéis com dados das ações de enfrentamento à Covid e das ações regulares do Ministério da Saúde, mostrando recursos financeiros, materiais, insumos, medicamentos e recursos humanos que o Governo Federal transferiu aos entes federados, também entregas e aplicação de doses de vacinas contra a Covid-19. Informações disponíveis ao acesso de todos. Ao mesmo tempo, desenvolvemos painéis de BI (Business Intelligence) interagindo com as áreas finalísticas do Ministério da Saúde, com foco nas decisões executivas em todos os níveis.

Para fomentar os princípios da administração pública diante da pandemia, de forma inédita, celebramos acordos de cooperação com TCU, CGU, CNMP e PGR, possibilitando em tempo real o acesso e o acompanhamento da instrução de todos os processos administrativos e a sua correção oportuna, evitando desvios de recursos, fraude e corrupção, em um trabalho conjunto do controle externo com o interno. Paralelamente, alteramos o fluxo de tramitação de todos os processos de Covid-19, determinando, a partir de maio de 2020, a análise obrigatória de todos os processos pela Diretoria de Integridade do ministério, além da Consultoria Jurídica.

Baseado no plano estratégico de comunicação, investimos mais de R$280 milhões desde o início da pandemia. Fizemos 1,7 mil publicações no Facebook, que resultaram em quase 600 milhões de visualizações. Fizemos também 2,9 mil inserções no Twitter, atingindo 81 milhões de impactos. Realizamos cerca de 20 mil inserções na televisão e quase 300 mil nas rádios. Divulgamos 270 vídeos, 1.850 *releases* para a imprensa, 1.070 boletins para as rádios. Obtivemos mais de 1,1 bilhão de impressões na internet. Além disso, realizamos 132 coletivas de imprensa, 10 entrevistas exclusivas do Ministro da Saúde, somadas às entrevistas do Secretário Executivo, dos secretários e técnicos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde. Implementamos, ainda, 21 ações publicitárias em 11 campanhas. Demos tratamento a mais de 96 mil mensagens recebidas no canal Saúde sem Fake News. Também tivemos 221 milhões de acessos ao *site* do Ministério da Saúde durante a pandemia. Participamos de audiências públicas no Senado Federal, Câmara dos Deputados e reuniões da CIT, todas divulgadas na internet. Fizemos parceria de mídia com 25 empresas, o que permitiu economizar centenas de milhões de reais e, principalmente, atingir toda a sociedade brasileira.

Criamos, em maio de 2020, a força-tarefa de fundamentação para garantir critérios objetivos para aquisição e distribuição de equipamentos, insumos e medicamentos, assim como o custeio de leitos de UTI para o enfrentamento à pandemia. Custeamos leitos de UTI, ampliamos leitos de suporte ventilatório, leitos de retaguarda dos hospitais de pequeno porte. Distribuímos 17.888 ventiladores pulmonares, 1.250 monitores, 283 bombas de infusão e 540 conjuntos de UTI completos, com leitos, monitores e ventiladores. Expandimos as UPAs e a rede Samu. Habilitamos unidades móveis de enfermaria e tomógrafos.

A estratégia de testagem baseada no programa Diagnosticar para Cuidar incluiu ações que vão desde aquisições, distribuição e processamento de testes RT-qPCR e testes rápidos, passando pela capacitação de profissionais e distribuição de equipamentos para os laboratórios centrais estaduais, até a implementação de quatro plataformas de alta capacidade de processamento de testes. Desde março de 2020, ampliamos o processamento de 1.150 testes/dia para 66 mil testes RT-qPCR/dia em abril de 2021. Há registros de mais de 54 milhões de testes, representando 26% da população brasileira.

Desde o início da pandemia, conduzimos três estudos epidemiológicos: o Epicovid, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas, com entrevista de 90 mil moradores dos 133 maiores Municípios, um importante estudo que passou a ter abrangência nacional; o Pnad Covid, em parceria com o IBGE, que teve início em 4 de maio, com cobertura de 193 mil domicílios por mês em todo o Território nacional; e o PrevCov, a partir de maior de 2021, concretizando o planejamento de 2020, em conjunto com IBGE, Opas, Fiocruz, Conasems e Conass, que abordará 211.129 indivíduos em 62.097 domicílios em 274 Municípios.

Durante a pandemia, além de suas competências legais regulares, o Ministério da Saúde desenvolveu inúmeras ações extraordinárias em reforço aos entes federados, sempre em pactuação prévia com Conass e Conasems.

O aumento da demanda por medicamentos para intubação orotraqueal causou desabastecimento no País. Apoiamos as ações dos entes federados com tratativas com a indústria, requisições administrativas, remanejamentos, licitações nacionais e compras internacionais, alcançando equalização nacional desses medicamentos.

Aqui, gostaria de fazer um esclarecimento de um assunto recorrente, mas que é preciso registrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, por solicitação do General Pazuello, eu informo que, durante a nossa gestão, não ocorreu a aquisição de cloroquina para o ano de 2020 para o combate à Covid-19. Porém, identificamos que, para atender ao programa antimalária do primeiro semestre deste ano, em 30 de abril de 2020, foi assinado um termo aditivo ao TED com a Fiocruz no valor de R$50 mil visando à aquisição desse fármaco para entrega posterior. Enfatizo que é para o programa antimalária.

No começo de 2021, o Brasil foi surpreendido com um inesperado impacto do somatório de dois fatores: o surgimento de uma nova e mais agressiva variante do vírus e o colapso da Rede de Atenção à Saúde de Manaus, historicamente entre as piores proporções de leitos de UTI por 100 mil habitantes.

Ainda no final de dezembro, antecipando-se aos fatos, no Estado do Amazonas, o Ministro Pazuello tomou a decisão de destacar uma equipe do Ministério da Saúde para avaliar *in loco* a realidade da situação e propor medidas de apoio. Em seguida, antes de conhecermos a profundidade plena dos fatos, ele decidiu se deslocar de imediato, com seis secretários finalísticos, para Manaus, para de lá prestarmos todo o apoio possível. A crise sanitária de Manaus demandou uma das maiores operações logísticas emergenciais da história. Com apoio incondicional do Ministério da Defesa, foram transportadas toneladas de oxigênio e equipamentos, permitindo estabilizar o fornecimento de oxigênio em apenas seis dias. Foi estabelecida uma ponte aérea para remoção de pacientes leves e moderados com Covid-19 de Manaus para várias cidades do Brasil.

Desde o início de 2020, já estávamos acompanhando e avaliando o início de vários trabalhos promissores de pesquisa e desenvolvimento de vacinas por vários laboratórios e instituições de pesquisa pelo mundo. Foram disponibilizados R$24,5 bilhões e regulamentada a possibilidade de adesão ao Covax Facility, a fim de mitigar o desenvolvimento e o fornecimento de vacinas por nove laboratórios, até aquele momento. Visando à rapidez e legalidade na aquisição, nossa estratégia, priorizou a produção nacional, buscando parcerias, como contrato de encomenda tecnológica envolvendo a AstraZeneca e Fiocruz para o desenvolvimento da vacina e produção 100% nacional, com escalonamento da entrega de 100,4 milhões de doses e transferência total de tecnologia, a qual já iniciou a produção de insumo farmacêutico ativo, sem necessidade de importá-lo. Também priorizamos as tratativas com o Butantan.

Ao final de 2020, o Governo Federal já havia garantido pela Fiocruz e Covax Facility 253 milhões de doses de vacina contra a Covid-19. Também tínhamos memorando de entendimento para milhões de doses de vacinas com Butantan, Pfizer, Janssen, Moderna, União Química e Precisa Medicamentos.

Em 7 de janeiro, o Governo Federal contratou 46 milhões de doses de vacinas do Butantan e, em fevereiro, mais 54 milhões de doses, além de 10 milhões de doses da União Química e 20 milhões da Precisa Medicamentos, com previsão de mais 30 milhões de doses do Butantan. Em março de 2021, mais 100 milhões de doses da Pfizer e 38 milhões de doses da Janssen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa estratégia planejada e executada, incluindo a adesão ao consórcio Covax Facility, foi a opção acertada, pois já disponibilizamos 106 milhões de doses de vacinas aos Estados brasileiros, a maior parte produzida no Brasil, pela Fiocruz e Butantan. Hoje o Brasil figura entre os países que mais imunizaram no mundo e tem previsão de receber e distribuir 34 milhões de doses ainda em junho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Obrigado pela observação do senhor, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos ouvir o...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos ouvir o depoente. Vamos garantir a palavra ao depoente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Em dezembro, após o parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, que desaconselhava a assinatura do memorando de entendimentos com a Pfizer e apontava óbices para a sua contratação, o Ministério da Saúde propôs uma medida provisória com vistas à adequação da legislação para possibilitar a aquisição de todas as vacinas, inclusive Pfizer e Janssen. Paralelamente, ocorreu a rejeição pela Câmara da emenda do Deputado Federal Hiran Gonçalves, em 16 de dezembro, a qual possibilitaria a aquisição das vacinas da Pfizer e da Janssen.

Em seguida, como não houve consenso das consultorias jurídicas dos ministérios que estavam tratando da elaboração da medida provisória quanto à iniciativa de elaboração do texto pelo Executivo ou pelo Congresso Nacional, foram retirados do texto proposto os artigos que atenderiam às exigências contratuais dos laboratórios americanos. O texto da Medida Provisória 1.026, aprovada em 6 de janeiro, possibilitou a compra das demais vacinas em tratativas pelo Ministério da Saúde – do Butantan, da União Química e da Precisa Medicamentos.

Na noite de 22 de fevereiro, atendendo à iniciativa do Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, comparecemos em sua residência oficial, onde participamos de uma reunião de elaboração da minuta de um projeto de lei, que se tornou a Lei 14.125, sancionada em 10 de março de 2021.

Agradeço, nessa oportunidade, a ambos os Senadores e a todos os integrantes do Congresso Nacional, pois a mudança do marco legal possibilitou o atendimento à exigência dos dois laboratórios americanos e pudemos contratar suas vacinas. Saímos do Ministério da Saúde, em março de 2021, com a garantia de mais de 500 milhões de doses para este ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Ministério da Saúde, onde me dediquei diuturnamente, de segunda a segunda, fomos acolhidos e assessorados por inúmeros especialistas tecnicamente qualificados na gestão da saúde pública, pessoas que dedicam suas vidas em apoio aos mais vulneráveis e ao SUS.

A missão de enfrentar a pandemia impôs um esforço cooperativo de todos nós para que, de forma coordenada e organizada, pudéssemos salvar a vida de nossos irmãos brasileiros, tudo respeitando aos princípios da gestão pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A pandemia serviu para mostrar a realidade da saúde pública: superlotação, leitos nos corredores, falta de medicamentos, insumos, equipamentos e profissionais, que são desvalorizados e, por vezes, estão desmotivados. São problemas de décadas de negligência, inoperância e desvio de recursos públicos, além do subfinanciamento do SUS.

Rogo a Deus, o senhor de todos os exércitos, que abençoe a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Coronel Elcio, nosso depoente de hoje.

Pois não, Senadora Eliziane, antes de passarmos para o Relator.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, pela ordem, só em face de haver uma citação do meu nome, até pra deixar um esclarecimento...

Eu fui Vice-Presidente da Comissão que fez o acompanhamento das ações do enfrentamento da pandemia no Brasil, criada constitucionalmente por conta do estado de calamidade pública. E eu, como Vice-Presidente, assinei, na verdade, todos os relatórios que foram apresentados naquela Comissão, porque era exatamente a decisão da maioria da Comissão. Mas quero também deixar aqui registrado os meus posicionamentos críticos acerca da atuação do Governo naquele período, inclusive constando na sub-relatoria da qual eu fui autora. E aí, só pra que fique claro, pra que não saia, na verdade, a informação de que, em estando a minha assinatura no documento, eu concordei de forma plena com aquilo que constava no documento.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan, Relator, o depoente está à sua disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Muito obrigado, Coronel Elcio Franco. Sua presença aqui, como todos sabem, é muito importante sua presença aqui, como todos sabem, é muito importante para atingirmos nossos objetivos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Para tanto, eu vou fazer perguntas objetivas, curtas, tentando obter, para o melhor encaminhamento desta reunião, respostas também objetivas e preferencialmente curtas, como devem ser as respostas nos depoimentos.

Eu peço, em primeiro lugar, por favor, à Izabelle que providencie o vídeo...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era precisamente seu papel nesse processo de negociação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Muito obrigado pela pergunta.

Senador, eu coordenava um grupo multidisciplinar que era composto por agentes, por integrantes da assessoria internacional, porque a maior parte das vacinas, na sua totalidade, elas envolviam o desenvolvimento e produção em outros países; também integrantes da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, por causa do acompanhamento, da prospecção, acompanhamento do desenvolvimento e das tecnologias das plataformas; por integrantes da Secretaria de Vigilância em Saúde, em particular a Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações, para que nós verificássemos também as condições de distribuição e aplicação dessas vacinas e as plataformas e tecnologias e peculiaridades; por vezes integrantes da Conjur, da assessoria jurídica do gabinete do Ministro; e também do nosso departamento logístico, para que nós pudéssemos verificar as condições de operacionalizar armazenamento e distribuição das vacinas a serem adquiridas futuramente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como era a participação do Ministro Pazuello e do Presidente da República nesse processo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Ministro Pazuello me orientava para acelerar os processos na medida do possível, dentro da legalidade, e também para que nós conseguíssemos adquirir o número máximo de doses no mais curto prazo possível. Isso aí demandou inclusive adequação de processos legais.

Quanto ao Presidente da República, o Ministro me reportava que também era orientação de aquisição de vacinas, tanto é que, no ano de 2020, foram disponibilizados R$24,5 bilhões para a aquisição de doses de vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era de conhecimento de V. Exa. alguma orientação expressa ou tácita do Presidente da República ou do então Ministro Pazuello com relação à compra dessas vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A orientação era que nós adquiríssemos a maior quantidade de doses, desde que garantida a segurança e eficácia pela Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode indicar os nomes de servidores, cientistas, técnicos ou de outras pessoas que estiveram envolvidas no processo de acompanhamento e negociação de vacina nos anos 2000 e 2021 e se essas pessoas ainda atuam no Ministério da Saúde.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sr. Senador, eram vários integrantes dessas secretarias que eu citei, com departamentos. Nem sempre eram os mesmos que participavam, e, dependendo do tema que se discutia, por vezes, alguns deles não participavam. Então, eu não teria como enunciar para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum servidor lhe vem à mente, que participou mais ativamente?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Neste momento não, porque, dependendo do tema da reunião, alguns não participavam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum cientista? Ou algum técnico?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A pessoa que fazia acompanhamento científico da Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas, como eu falei para o senhor, eram equipes multidisciplinares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum técnico ou as negociações foram todas sozinho? Ou nunca se fez acompanhar desse assessoramento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu nunca estive sozinho com esses senhores quando eles nos visitavam. Eram sempre alguns integrantes, e dependia do tema. Quando se tratava de prospecção, desenvolvimento, normalmente era o pessoal da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Quando era mais para a parte de operacionalização da logística, etc., o foco maior era com o pessoal da Secretaria de Vigilância em Saúde e do departamento logístico. E também, quando eram mais aspectos jurídicos para contratualização ou até a necessidade de adequação da legislação brasileira, era com o pessoal jurídico, que, por vezes, se fazia representar por outros integrantes da Conjur ou outros assessores. Isso valia para secretarias, valia pra assessoria internacional e valia para a parte jurídica também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O vídeo 2, por favor.

Nós estamos agilizando, Presidente – estamos agilizando.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como todos estão vendo, além do depoimento do Dr. Dimas Covas, trouxe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito documentos que comprovam que o Instituto Butantan fez várias propostas de fornecimento da CoronaVac ao Ministério da Saúde. Uma delas para a entrega de 60 milhões de doses já em dezembro de 2020; outra delas previa o recebimento de 100 milhões até maio de 2021.

Por que o Ministério da Saúde resistiu tanto à compra da CoronaVac?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sr. Senador, eu gostaria de destacar, como parte da resposta, uma matéria publicada no *Estadão* em 22 de julho de 2020, esclarecendo para a população brasileira que a Fase III de estudos clínicos de desenvolvimento de imunizantes também é considerada o cemitério de vacinas. Isso cabe para destacar que o desenvolvimento da vacina gera muitas incertezas. Então, esse é um aspecto que permeou a negociação com todas as vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode repetir?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Fase III de estudos clínicos de desenvolvimento de vacinas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ...ela também é considerada como o cemitério de vacinas, porque pode haver um insucesso no desenvolvimento da vacina. Então, o acompanhamento constante dos estudos clínicos, de dados do desenvolvimento, ocorria por parte do ministério justamente pela incerteza que essa fase pode vir a causar, porque a vacina, no seu desenvolvimento, na Fase III, ela pode não lograr êxito e não ser aprovada. Essa é uma primeira ideia.

A segunda ideia é com relação à aquisição das doses. A Lei 6.360 não permite a aquisição de medicamentos sem que haja aprovação pela Anvisa. Então houve a necessidade de adequação do marco legal, além dessa necessidade de acompanhamento do desenvolvimento, que se materializou pela Medida Provisória 1.126, editada em 6 de janeiro de 2021. Ato contínuo, foi celebrado contrato com o Butantan, já no dia 7, um contrato de cerca de R$2,5 bilhões que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe que a gente não pode celebrar um contrato desse, com parecer jurídico e com todas as suas cláusulas, em apenas 24 horas. Ele já vinha sendo discutido desde dezembro, é importante destacar.

E também nós informamos, em diversas reuniões com o pessoal do Butantan, que nós não poderíamos utilizar a mesma ferramenta, que era a encomenda tecnológica, que ocorreu com a Fiocruz e AstraZeneca. Por quê? No caso da Fiocruz e AstraZeneca, a encomenda tecnológica se presta para que se desenvolva uma solução inédita para um problema, que era o caso da vacina da AstraZeneca, uma vacina de vetor viral não replicante – ou também adenovírus, que é outra denominação –, e essa vacina estava em desenvolvimento.

No caso do Butantan, era uma vacina de vírus inativado, uma tecnologia que o próprio Dr. Dimas Covas nos informou que é uma tecnologia que ele já domina, é a tecnologia de produção da vacina contra influenza que o Instituto Butantan produz. Então, não caberia a encomenda tecnológica para a vacina que o Butantan desenvolveu em parceria com a Sinovac.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só para simplificar a resposta: resistiu porque não caberia a encomenda naquele momento.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não. Não houve... Não foi questão de resistência: não havia uma aderência legal para fazer encomenda tecnológica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que demorou tanto o processo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O senhor me permite apresentar apenas uma imagem, Sr. Presidente? É para fazer uma explicação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Sa. puder apresentar uma cronologia de como o processo se deu, eu agradeceria muito.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Perfeitamente. Perfeitamente, Senador.

É só o desenho do Butantan. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, eu tenho uma via disso aí que eu posso distribuir, se o senhor permitir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Duas aqui: para o senhor e para o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, conforme...

Pode distribuir para os Srs. Senadores.

Conforme a gente identifica ali, nós temos duas linhas: a linha do Ministério da Saúde abaixo e a linha do Butantan acima. Então, a vacina passa, no seu desenvolvimento e no registro, pela fase pré-clínica – esse pré-clínico tem a parte laboratorial e, depois, em cobaias; depois, as Fases II e III, no caso do Butantan, que ocorreram na China, de estudos clínicos, essa já com humanos voluntários; a Fase III, que ocorreu em outros países e no Brasil, e, depois, há necessidade de aprovação na Anvisa.

No Ministério da Saúde, como eu relatei, nós fazíamos a prospecção da vacina; depois, discussões técnicas e logísticas. À medida que elas iam se aprofundando, iniciavam-se as discussões jurídicas para aquisição, e depois precisamos da adequação da legislação.

Então, com a Medida Provisória nº 1.026, nós conseguimos adequar a legislação para a aquisição da vacina, e, no dia 7, ela já foi adquirida. O ofício que o senhor falou foi lá...

Me empresta uma via também? Cadê? Tem aqui?

O ofício que o senhor citou, de 60 milhões, eram vacinas inicialmente importadas da China. Depois, o Butantan nos informou, em setembro, que, em parceria com a Sinovac, ele iria produzir no Brasil. E ele nos fez a proposta, em outubro, de 100 milhões de doses. Então, eu já falei também para o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Precisamente, por que o contrato de compra não foi firmado já em outubro de 2020?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, como eu relatei ao senhor, ele não havia concluído a fase três de estudos clínicos. Então, não era uma vacina pronta ainda. Então, ele prosseguiu na Fase III, o senhor vê que ela vai ali até final de dezembro, início de janeiro, por quê? Ele só apresentou na Anvisa todo o material necessário para solicitar o pedido de uso emergencial no dia 8 de janeiro, embora houvesse uma previsão de entrega desse material para o registro no dia 15 de dezembro, que foi adiada para 23 de dezembro e, posteriormente, foi efetivada no dia 8, ainda com documentação incompleta, que foi entregue no dia 14, ainda faltando alguma coisa, e a vacina recebeu a aprovação para uso emergencial da Anvisa somente no dia 17. A partir desse momento é que nós pudemos iniciar a imunização da população com essa vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, exatamente qual foi a pendência que só foi resolvida em janeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Foram duas, Sr. Senador: o desenvolvimento da Fase III de estudos clínicos, a aprovação da Anvisa e o marco legal. O senhor vê que o marco legal ocorreu ainda antes do pedido de aprovação na Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E como é que o contrato foi assinado apenas em 7 de janeiro de 2021?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ele foi assinado um dia depois da edição da Medida Provisória nº 1.026, que autorizava a aquisição de medicamentos, no caso vacinas contra Covid, ainda sem autorização para uso emergencial ou mesmo registro na Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Dr. Dimas Covas afirmou que o Butantan já tinha, no início de dezembro de 2020, cerca de 6 milhões de doses da CoronaVac em estoque e, aproximadamente, mais 4 milhões em processamento. O Ministério da Saúde não tinha conhecimento disso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Tinha sim, senhor, mas ele não havia concluído a FAse III de estudos clínicos. Então, esse imunizante não estava disponível para ser distribuído para a população brasileira iniciar a imunização da população.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Dr. Elcio, na Fase II, já se sabe que a vacina está bastante avançada e funciona. Fase III é uma outra fase. E isso aí... Primeiro, se ele tivesse feito o contrato com o Butantan, em agosto, para aquisição de 60 milhões em dezembro de 2020, vocês não precisariam botar nenhum recurso na frente, porque eles entregam e recebem, eles não recebem o dinheiro na frente. O Butantan nunca recebeu. O único dinheiro na frente que foi colocado foi 1,9 bilhão, o que foi feito para outra vacina, que o Governo adiantou um dinheiro. No caso do Butantan, não. Ele precisava da garantia de que o Governo iria comprar para poder importar insumos para poder produzir a vacina. E isso já foi... Porque o Senador Renan Calheiros não fala: "Sessenta milhões de doses, em dezembro de 2020"... Nós teríamos caso houvesse uma boa... Caso o Ministério da Saúde e o Presidente da República quisessem comprar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E 130 milhões até os primeiros meses de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** E mais 70 da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E mais 70 da Pfizer.

O doutor...

Então, o Ministério da Saúde tinha, sim, conhecimento disso, não é? A resposta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Ministério da Saúde tinha conhecimento, mas ela não havia concluído a Fase III.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. O Dr. Dimas...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Pelo que eu aprendi ouvindo os técnicos do ministério, a fase 2, ela é feita com um público muito restrito, muito pequeno. Então, não se garante a segurança e eficácia. A Fase III já é feita com mais de 10 mil voluntários. A Fase II é um público muito restrito, e ela está visando, inicialmente, à segurança; a eficácia é na fase 3, quando se amplia o universo de voluntários para se ter uma melhor avaliação da vacina. Tanto é que, mesmo quando se inicia a vacinação em massa, ainda é chamada de Fase IV de estudos clínicos, porque podem acontecer os efeitos adversos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Dr. Dimas Covas declarou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e essa foi uma declaração muito importante, que a incerteza em relação à aquisição das vacinas pelo Ministério da Saúde impediu a aquisição de mais insumos e a fabricação de mais doses de vacina pelo Butantan. Isso prejudicou a vacinação de uma parcela muito grande de brasileiros nos primeiros meses da campanha de vacinação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, a incerteza quanto à aquisição... A nossa garantia foi o memorando de entendimentos ou uma carta de intenções. Agora, nós também tínhamos incerteza quanto ao desenvolvimento da vacina. Então, essa incerteza havia pelos dois lados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o Ministério trabalhou com essa hipótese?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Por isso, nós emitimos uma carta de intenções no dia 19 de outubro de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde investiu recurso no desenvolvimento e produção da CoronaVac?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não tenho esses dados. O senhor poderia solicitar ao Ministério da Saúde. Pelo que eu tenho conhecimento, eu acredito que não, não no desenvolvimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, era uma prática do Ministério da Saúde só começar a negociar a compra de vacina após a terceira fase. É isso que o senhor está dizendo, Coronel?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós tínhamos que entender o que era a vacina. A contratualização, sim, senhor. A contratualização, sim, senhor. Agora, a negociação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, por que que, antes da Fase III, foi adquirida a AstraZeneca?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** A AstraZeneca por causa da transferência tecnológica...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Ele explicou.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E daí?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Mas o Secretário explicou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Espera aí, Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** O Secretário explicou que a vacina da AstraZeneca...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Calma, calma, calma.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** ... impõe uma transferência nova de tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Você conhece o Secretário?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Não, estou conhecendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu conheço o Secretário. Primeiro, serviu no meu Estado; segundo, participou das Forças Especiais, que é muito bom; fez Guerra na Selva; dois MBAs. Nós não estamos aqui com uma pessoa que precise de auxílio para responder, porque eu conheço muito bem a capacidade intelectual do Coronel. É um dos quadros grandes que o Exército brasileiro tem. Então, tenho todo o respeito por ele, mas as perguntas que eu estou dirigindo são respeitosas, eu só quero respostas. Acabou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que a AstraZeneca já fez um contrato, repassou dinheiro, sem ter a Fase III, que também cairia no cemitério, cairia num cemitério. Nós botaríamos 1,7 bilhão no cemitério, caso não desse certo. Só isso, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas ele explicou.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, mas eu posso fazer uma comparação. Existia a possibilidade de insucesso na encomenda tecnológica? Sim. Salvo outro juízo, nós temos apenas dois casos de sucesso em encomendas tecnológicas no Brasil: a aeronave KC-390 e a vacina que a Fiocruz está produzindo, da AstraZeneca. Poderia haver insucesso? Sim, mas, durante esse desenvolvimento tecnológico, a Fiocruz ampliou a sua estrutura de produção de vacinas, adquiriu equipamentos e assimilou uma nova tecnologia de vetor viral não replicante para a produção. Essa nova tecnologia poderia continuar sendo estudada até que se conseguisse desenvolver a vacina. E também ela permite a adequação da vacina a novas variantes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa., vamos aqui fazer uma coisa pra explicar pra quem está nos ouvindo. V. Exa. comprou um apartamento na planta – na planta. O senhor foi lá, olhou a planta, olhou. E qual a prestação? É tanto. Tem que ter que dar de entrada quanto? Toma. Por que não fez a mesma coisa com o Butantan, em que tecnicamente os especialistas, os cientistas são tão bons quanto os da Fiocruz? Eu estou dizendo os dois, não é só um. E dava aquelas garantias pra comprar 60 milhões. E da Pfizer... A Pfizer, eu estou falando de duas vacinas, 60 milhões do Butantan, que era a CoronaVac, mais 70 da Pfizer. E o senhor dá uma explicação técnica sobre o porquê da AstraZeneca, mas, se o senhor está comprando um apartamento na planta, não está pronto ainda, o senhor não sabe se vai ter vazamento, o senhor não sabe se o acabamento vai estar bom, mas está comprando na planta. A mesma situação era a da Butantan. O argumento da transferência de tecnologia: ótimo, concordo. Mas naquele momento era muito importante. É isso, Coronel, que nós não entendemos, por que que a gente não comprou 60 milhões de vacinas do Butantan e 70 da Pfizer, é esse que é o entendimento que nós queremos ter.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que chegamos aonde chegamos.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, a vacina mais avançada naquele momento era, nos estudos clínicos de Fase III, a da AstraZeneca. Então, naquele momento em que foi assinado o contrato, ela já estava bem avançada e tinha grandes chances de ter sucesso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor falou aqui na carta de intenções do dia 19 de outubro. Foi a que o Presidente Bolsonaro mandou cancelar e que o Pazuello disse que obedeceu? É a essa que o senhor se refere?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Essas negociações não foram canceladas, se mantiveram com o Instituto Butantan. O próprio Presidente do Butantan, o Dr. Dimas Covas, informou que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E quais foram as canceladas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Cintia falava conosco. Eles tinham... Tanto o Dr. Dimas Covas como a Cintia tinham o meu telefone. A gente conversava. Então, não houve, em momento nenhum, cancelamento das tratativas para a aquisição da vacina, para o acompanhamento do seu desenvolvimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais foram as canceladas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nenhuma foi cancelada, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nenhuma foi cancelada?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E o episódio público do Presidente, que mandou deixar de comprar? E, no outro dia, foi anunciado pelo Ministério da Saúde que tinha sido cancelada. O que é que houve com relação a isso? Explique para a gente aqui.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não houve cancelamento, e foi feita uma divulgação pública de que as vacinas seriam adquiridas desde que confirmada a garantia, a segurança e a eficácia pela Anvisa, todas dentro do interesse brasileiro, na maior quantidade possível, desde que aprovadas pela Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Governo Federal publicou medida provisória para destinar quase R$2 bilhões ao desenvolvimento da vacina objeto da parceria entre Fiocruz e AstraZeneca. Por que nenhum apoio financeiro foi prestado à CoronaVac?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como eu já havia externado, Sr. Relator, a encomenda tecnológica é regida por uma legislação específica. E, no caso do Butantan... Tanto o Butantan como a Fiocruz são os nossos principais parceiros, e nós adquirimos imunizantes e, no caso do Butantan ainda, soros para atender ao Sistema Único de Saúde. Não havia aderência legal para investir recursos no Butantan. Inclusive, ele foi orientado que, para o desenvolvimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual? Faltava medida provisória?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... da Fase III de estudos clínicos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Faltava medida provisória?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... ele buscasse uma parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que poderia apoiar pesquisas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Faltava legislação? É a isso que o senhor está se referindo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Além disso, há o aspecto que eu coloquei de a fase 3 ser considerada um cemitério de vacinas. Então, nós estávamos acompanhando os estudos clínicos da fase 3 para o desenvolvimento da vacina, que, como eu coloquei para o senhor, também atrasaram. Eles não conseguiram concluir a entrega de toda a documentação em dezembro e só o fizeram, de forma incompleta, no dia 8 de janeiro de 2021. Isso não foi por ter contratado ou por não estar contratado; foi porque atrasou o desenvolvimento da vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu peço, por favor, para exibir o vídeo 3, rapidamente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. pode ver que as contradições são muitas: o Ministro anuncia assinatura de um protocolo para a compra de vacina do Butantan em outubro; o Presidente da República manda não comprar; o Ministro diz que "um manda e outro obedece"; então, o Ministro vem à Comissão Parlamentar de Inquérito e diz que não recebeu essa ordem, que não fez o que o Presidente da República mandou e que isso não atrapalhou as negociações; por fim, vem o Presidente do Butantan e diz aqui que as negociações pararam por mais de dois meses após essa ordem específica do Presidente da República, o que evidencia que a ordem foi, sim, cumprida.

V. Sa., que acompanhou de perto esses episódios, pode nos ajudar a identificar quem está mentindo, ou optar por participar dessa enganação. Eu queria perguntar: V. Sa. recebeu ordem do Ministro da Saúde para cumprir a determinação do Presidente?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não recebeu?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não recebi ordem para interromper, e elas continuaram. Essas tratativas continuaram. E o Instituto Butantan, como eu falei, o Dr. Dimas Covas e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cintia tinham o meu telefone e, em caso de alguma dificuldade de comunicação, eles poderiam ter mandado mensagem para o meu WhatsApp e poderiam ter conversado comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. consultou o Ministro Pazuello sobre se deveria ou não cumprir a ordem do Presidente da República?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. E coincidiu até com o período que ele estava com Covid. Nós mantivemos as negociações e não há nenhum documento, que eu tenha conhecimento, porque não foi assinado pelo Ministro nem por mim, de intenção de não prosseguir nas negociações, ou seja, a carta de intenção de 19 de outubro continuou vigente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro Pazuello lhe disse, em algum momento, que a ordem do Presidente da República de não comprar CoronaVac era somente uma posição política ou uma posição de internet e não deveria ser cumprida?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não consultei o Ministro sobre isso, eu prossegui nas negociações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. entendeu a manifestação do Presidente como uma ordem ao ministério ou como um gracejo de internet?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não entendi como uma ordem ao ministério, eu prossegui as negociações e reafirmo: que eu me lembre, eu não consultei o Ministro sobre esse aspecto e não tornei sem efeito a carta de intenções de aquisição das doses do Butantan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por que as tratativas para a compra da CoronaVac pararam após a manifestação do Presidente e só voltaram a ocorrer em janeiro?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – As tratativas não pararam, Sr. Senador, e, inclusive, nós continuamos cobrando do Butantan dados técnicos dos estudos clínicos; inclusive, o Butantan demorava para nos reportar o que a gente estava solicitando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, seria o caso de perguntar quem mentiu sobre isso: o ex-Ministro Pazuello ou o Dr. Dimas Covas, Presidente do instituto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu acredito que foi uma questão de percepção do Dr. Dimas Covas, mas a área técnica estava sempre acompanhando o desenvolvimento da vacina. Destaco mais uma vez o nível de incerteza no desenvolvimento da vacina durante os estudos clínicos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fase III, ainda mais considerando o período curto em que isso aconteceu. As vacinas são desenvolvidas em torno de dez anos. Uma das que foi mais rápido foi em quatro anos. E essas contra a Covid, todas elas foram em torno de um ano. Então, o nível de incerteza é muito grande. Então, nós precisamos nos afiançar da garantia, da eficácia e da segurança da vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, respondendo precisamente, quem falou a verdade e quem não falou a verdade?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu acredito que o Dr. Dimas Covas teve a percepção de que houve... – não lembro qual o termo que o senhor usou –, mas de forma alguma o ministério se absteve de continuar com as tratativas com o Butantan, assim como com os outros laboratórios e o consórcio de que nós participávamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Relator, V. Exa. me permite?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Qualquer interrupção...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para contribuir com o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em função do depoimento, pode fazê-lo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Em cima de quem mentiu, se o Butantan, se o Pazuello, o Presidente, o Secretário... Tenho um documento aqui, Presidente, que eu acredito que está de posse também da Comissão, da CPI, em que o Butantan responde textualmente, ou seja, com documentos, não é uma fala jogada ao vento. Ele apresenta exatamente, claramente, a suspensão, a interrupção dessas negociações, e ele coloca o seguinte: que foi a público negar que tal aquisição seria feita – isso tudo em outubro de 2020. Só depois de diversas gestões, no dia 7 de janeiro de 2021, é que o contrato de 46 milhões de doses foi firmado pelo Ministério da Saúde, ou seja, o Butantan prova, comprova, através de uma documentação enviada – e ele responde ao Senador Angelo Coronel –, que de fato houve a suspensão e que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... só depois de alguns meses houve...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas se falou aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... portanto, aí, a efetividade, ou seja, alguém está mentindo de fato.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, Senadora, como eu coloquei, um contrato de R$2,5 bilhões para 46 milhões de doses não poderia ser firmado em apenas 24 horas após a edição da Medida Provisória 1.026.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Secretário, mas não foi em 24 horas.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Isso é a prova de que houve tratativas para avaliação das consultorias jurídicas, para análise... Isso aí só na finalização da contratualização, mas houve outras tratativas anteriores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O vídeo quatro, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seriam quatro meses; não são 24 horas que estão sendo colocadas aqui. Entre o anúncio e a suspensão se deram quatro meses. E no próprio documento ele diz que as tratativas estavam sendo feitas antes, em várias outras reuniões e discussões. Ele cita o termo: "após diversas reuniões e discussões".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui no documento. Eu posso passar aqui à Mesa. Ele vem com várias reuniões, tem o anúncio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... do estabelecimento da compra, aí se suspende. Só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, vamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... esperam-se mais quatro meses depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos ouvir o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... V. Exa. terá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Relator...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu vou passar aqui para o Relator, porque eu... Essa pergunta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Relator, posso ler aqui uma matéria? Acabei de receber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Contrariando nota enviada pelo próprio Ministério da Saúde na terça-feira – quer dizer, isso aqui a data é 21 de outubro de 2020 –, o Secretário Executivo da pasta, Elcio Franco, afirmou nesta quarta-feira, 21, que – abre aspas – "houve interpretação equivocada da fala do Ministro da Saúde Eduardo Pazuello sobre a compra de doses da CoronaVac" e ressaltou que a pasta não firmou – abre aspas novamente – "qualquer compromisso com o Governo do Estado de São Paulo, com o seu Governador, no sentido de aquisições de vacinas contra a Covid".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Foi o próprio Secretário-Executivo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem disse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que disse que não havia nenhum contrato.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador é isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O contrato não era com o Governo de São Paulo nem com o Governador; o contrato era com o Butantan.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, obviamente que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... V. Exa. sabe a que eu estou me referindo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Aqui, a referência é esta...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não houve citação ao Butantan. Houve citação ao Governador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Então, quer dizer que V. Exa. está dizendo que não...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Que eu estava tratando com o Butantan, não era com o Governador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** ... com o Butantan e com o Governo de São Paulo...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu estava tratando com o Butantan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** É porque a questão da vacina foi politizada...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O ofício era direcionado ao Butantan.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** A questão da vacina foi politizada de forma excessiva! Todos nós sabemos disso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Presidente, eu estou com a palavra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Não, mas V. Exa. ouviu com tanta atenção...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, mas aí deixe-me dizer uma coisa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** ... a sugestão da Eliziane, de Humberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A Senadora Eliziane falou, o Senador Humberto falou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Falou, mas falou para perguntar e não para responder. V. Exa. está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela falou para perguntar?!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perguntou, perguntou!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela perguntou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perguntou! Perguntou, perguntou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela entrou no detalhe dos requerimentos, das informações, dos ofícios... O Senador Humberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só um minutinho...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu, na realidade, acho que o Secretário respondeu por diversas vezes por que não repassou dinheiro para o Butantan. Não repassou dinheiro para o Butantan porque não estava concluída a Fase III...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... e porque a tecnologia da CoronaVac não tinha nenhuma transferência a ser feita! Por isso, não cabia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a ordem pública que o Presidente da República deu não serviu para nada?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pelo contrário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vale para nada?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pelo contrário, o Governo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É como o documento que ele citou do Tribunal de Contas?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Governo do Presidente Bolsonaro, em agosto, colocou mais de 1 bilhão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... na compra da vacina da AstraZeneca!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só um minutinho, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Portanto, está caindo por terra toda argumentação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra Coelho, eu estou me sentindo incomodado... O Senador Marcos Rogério está me filmando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi o Presidente da República que falou!

Por favor, vídeo 4.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está me filmando, Senador Marcos?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está muito bonito na cena aqui, Presidente! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou bonito?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está, está bonito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um aliado de vocês aí já me chamou de odalisca!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas V. Exa. ontem falou que estava flertando comigo, aí já... (*Risos.*)

Obrigado!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vídeo 4.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito importante!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa perspectiva referida pelo Ministro de arrefecimento da pandemia deixou o Ministério da Saúde acomodado em relação à urgência da negociação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – De forma alguma, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o Ministro mentiu sobre a perspectiva de que...?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, quando ele falava de perspectiva... Se nós consultarmos o Localiza SUS e verificarmos a curva de incidência de casos, a curva epidemiológica e a curva de óbitos, nós vamos conseguir identificar que realmente, no segundo semestre, ela desceu, até nós estarmos vivenciando essa segunda incidência da doença no País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Naquela oportunidade, o Ministério da Saúde atribuiu a queda do número de casos a uma possível imunidade de rebanho adquirida pela população em razão...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – De forma alguma, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-me terminar a pergunta, por favor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em razão dos altos níveis de infecção pelo novo coronavírus?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nunca se discutiu, na área técnica do ministério, entre os secretários, com o Ministro, essa ideia de imunidade de rebanho a que o senhor se referiu. Então, nós não visualizávamos isso. Tínhamos a noção da gravidade da pandemia. E, assim como a influenza, a gente imaginava que teríamos que ter campanhas anuais de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, pede para exibir o vídeo cinco.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. viu, esse vídeo do ex-Ministro das Relações Exteriores culpou o Ministério da Saúde pela opção de receber vacinas do consórcio Covax Facility para somente 10% da população. Perguntamos: por que o ministério optou pela compra de doses para percentual tão ínfimo da população, já que o ministério foi culpado pelo Ministério das Relações Exteriores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Conforme nós relatamos, nós já tínhamos uma encomenda tecnológica entre Fiocruz e AstraZeneca com a transferência total de tecnologia e a possibilidade de fornecimento de 100,4 milhões de doses no primeiro semestre de 2021 e a possibilidade de, com o IFA fabricado no Brasil, mais 110 milhões de doses no segundo semestre. Além disso, também estávamos em tratativas com o Butantan.

Dessa forma, pegando um paralelo, considerando que para a influenza nós temos uma aquisição de cerca de 90 milhões de doses por ano, então nós já tínhamos garantido, de certa forma, 256 milhões de doses pelos dois aspectos que eu falei com o senhor. Mas estávamos mitigando, por intermédio da Covax Facility, que era um consórcio com nove laboratórios, naquela oportunidade, e tínhamos a intenção de 10%, de forma a mitigar o desenvolvimento, podendo fazer contratações bilaterais com aqueles laboratórios que participavam. Nós podíamos aumentar nossa participação. E também poderíamos... Estávamos tratando com diversos laboratórios como a Pfizer, a Janssen e outros de que nós adquirimos vacina. Tudo isso acontecia paralelamente.

Optou-se, através de um estudo da Secretaria de Vigilância em Saúde, a coordenação-geral do Programa Nacional de Imunizações, em trabalhar com 10%, que atingiriam prioritariamente os idosos. E havia a possibilidade da vacina da Janssen, que já se sabia que era dose única. Então, nós teríamos a possibilidade de imunizar mais 46 milhões de brasileiros com aquelas vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. foi o responsável por tomar essa decisão?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Essa foi uma decisão ouvindo todos os técnicos do ministério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem foi então?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... até a decisão, a assinatura final do contrato pelo Ministro da Saúde, ouvindo todos os técnicos do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, a decisão foi do Ministro da Saúde, o senhor não participou da decisão.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu participei junto com os demais técnicos, com o jurídico, com todos e com a assessoria internacional para nós chegarmos a esse número de 10% da população brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E o senhor lembra o nome do assessor das relações internacionais, se continua no cargo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como eu falei para o senhor, não foi apenas ele, foram técnicos da Secretaria de Vigilância em Saúde e outros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quero saber o nome. Perguntei quem participou.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós temos dois... Mas a deles foi mais para a parte técnica do contrato. Nós temos dois técnicos lá na assessoria de relações internacionais do ministério cedidos pelo Ministério das Relações Exteriores para o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então qual foi a unidade técnica e quais foram os nomes desses técnicos responsáveis?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O que baseou a tomada de decisão, entre outros aspectos técnicos e jurídicos, foi uma nota técnica da Secretaria de Vigilância em Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, foi essa nota técnica o único documento que embasou essa decisão?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Além de todos os aspectos que eu falei para o senhor, como o contrato de encomenda tecnológica celebrado entre a Fiocruz e AstraZeneca, mais as tratativas com Butantan, que, de certa forma, nos garantiriam 256 milhões de doses no corrente ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, a pergunta foi mais precisa...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E as tratativas com os outros laboratórios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais documentos foram produzidos para embasar e para formalizar essa decisão?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Isso aí... Eu não tenho eles aqui agora, mas nós poderíamos... Eu solicito que o senhor solicite ao ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, Presidente, eu peço...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Esse processo está instruído...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... eu peço para solicitar.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... e tem vários aspectos a considerar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse processo é muito importante, porque, concomitantemente com aquelas outras recusas e demora nas negociações, o ministério teve uma oferta de 50% da população de vacinas, do número correspondente de vacinas, e fez uma opção depois de demorar muito por apenas 10%; uma participação ínfima, que era a mínima permitida.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, se o senhor me permite um complemento da ideia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Relator, eu poderia fazer uma pergunta nessa mesma direção, considerando a pertinência do tema?

Dez por cento representariam aí acima de 21 milhões de doses do Consórcio Covax Facility. Eu pergunto: o consórcio já entregou os 21 milhões de doses? E por que pergunto isso? Porque nós estamos diante de uma crise sanitária grave na Índia e as informações dão conta de que o consórcio não estaria entregando essas vacinas. Como há um esforço aqui para caracterizar que isso prejudicou o Brasil, eu quero saber se a decisão lá atrás foi acertada, porque você amplia o leque de compra de outros laboratórios ou, se tivéssemos concentrado lá, estaríamos hoje com um problema mais grave.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Senador, obrigado pela pergunta.

Eu queria também esclarecer que a adesão ao Covax Facility não era apenas para aquisição de doses, mas para ajudar a financiar o desenvolvimento e ajudar a imunizar o mundo, porque essa era a intenção do Covax Facility, dentro de uma premissa de que ninguém estará seguro até que todos estejam seguros. Por isso que já se foi discutido aqui, na própria CPI, a importância de o Brasil também poder, mesmo com excedente de vacinas, fornecer para os seus países vizinhos de forma a imunizar e trazer segurança.

O consórcio Covax Facility entregou, até agora, do que ele se propôs ao mundo, apenas 3% das doses. E, para o Brasil, 12% daquele total que nós contratamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas isso não justifica ter feito a opção pelos 10%. Só se o ministério fosse composto por videntes, que saberiam que ia ocorrer o surto na Índia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, é uma escolha estratégica.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas é importante...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma escolha estratégica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas é importante questionar isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A narrativa que V. Exa. quer dar é equivocada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou querendo dar narrativa nenhuma.

Presidente, eu peço que me assegure a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. está querendo concluir que comprar 10%...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que me assegure a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... foi ruim para o Brasil. Não foi ruim para o Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa informação é importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Aliás, vai ser feita uma nova compra e vai comprar de 10%...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... porque é o certo. É o certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa informação é importante, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É o certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... justamente porque a construção que está se tentando imputar aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não. Essa informação não é importante. Por que ela é importante antes de acontecerem esses fatos, se nós estávamos tratando de vacina para imunizar o Brasil e estávamos diante de uma oferta de 50%?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque era melhor diversificar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Será que tinha algum vidente tratando disso, que saberia que teria o surto lá na Índia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, mas você não concentraria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e ela não ia entregar as ofertas?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Você não concentraria numa só sacola; você estava pulverizando as compras de vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas quem está concentrando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém defendeu concentração, não, rapaz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Em duas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas a consequência lógica do que V. Exa. está falando é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém defendeu concentração, não, pelo contrário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para produzir aqui. Para produzir aqui, vai produzir a vacina aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos tratando é da recusa, não é da concentração.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não houve recusa; houve opção.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Preciso que V. Exa. me assegure a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Fatos são fatos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou avançando para concluir o interrogatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agora, querer atropelar os fatos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja que quando as perguntas não convergem com o Relator, aí é isso que acontece...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. em algum momento percebeu animosidade ou resistência de autoridades federais em relação à Organização Mundial da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, com relação à Covax Facility, eu reitero que a importância da adesão – e parte dos recursos foram para isso – era a imunização do mundo, particularmente os países pobres.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, por parte...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E paralelamente nós continuávamos com as tratativas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por parte da Covax Facility. O problema aqui não era...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... com a Pfizer, com a União Química...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para imunizar o Brasil, era nosso, não era...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... e com a Moderna.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação ao atraso nas negociações com a Pfizer, houve incompetência ou ineficiência da equipe do Ministério da Saúde, conforme falou Fabio Wajngarten?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nem incompetência nem ineficiência. A Pfizer colocava cláusulas muito restritas, inclusive as doses previstas da Pfizer para a Covax Facility estão com problemas por causa da regulamentação das exigências da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então por que o Secretário disse isso à *Veja*?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – As cláusulas da Pfizer já são conhecidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Secretário falou isso para *Veja*? E a esta...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Deve ter sido a percepção dele, mas não foi o que aconteceu. Também o Presidente da Pfizer, o Sr. Carlos Murillo, que esteve aqui, tinha meu telefone e poderia ter se comunicado, caso houvesse algum *gap* nas negociações com a Pfizer. E ele tinha o telefone também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor não tinha o dele?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ele tinha o meu, e eu tinha o dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque estão aqui as mensagens que foram mandadas, todas documentadas.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ao analisar as mensagens, aconteceu em determinados dias...

Você tem os *e-mails* aí? Pode distribuir, por favor?

A Pfizer, às vezes, mandava um *e-mail* e reiterava no mesmo dia três ou quatro vezes. Então, dentro desse universo... Eles até estão com a mesma cor, o mesmo ofício mandado... É um dos ofícios da Pfizer...

Os *e-mails* não estão, não é? Mas nós temos a linha do tempo da Pfizer também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Pode até ter feito três vezes, mas em quantos dias seguidos eles mandaram 53 *e-mails*? Quantos dias? (*Pausa.*)

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – O senhor me permite colocar o mesmo gráfico para a Pfizer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos discutindo isso, eu vou fazendo as perguntas e o senhor vai disponibilizando os gráficos, se é que eles existem mesmo.

As informações trazidas pela Pfizer à CPI também revelam que o Governo não respondeu formalmente às propostas formuladas pela empresa a partir de agosto de 2020 para o fornecimento de vacina ao Brasil. Ao justificar a falta de resposta às propostas da Pfizer, V. Sa. encaminhou *e-mail* à empresa em que alegou – *e-mail* de V. Sa. – haver um "problema de vírus na rede do Ministério da Saúde, [...] dificuldades de conexão em rede [o senhor alegou tudo isso pra não responder] e abertura de emails, o que dificultou ou até impediu o acesso aos arquivos enviados até a presente data, assim como sua respectiva análise".

Os *e-mails* da Pfizer – isso é muito importante, porque ele está distribuindo *e-mail* – eram encaminhados a diversos destinatários do Ministério da Saúde e de outras unidades do Governo Federal, incluindo o ex-Ministro Pazuello, o Ministro Paulo Guedes e o próprio Presidente da República. Nenhuma dessas pessoas entrou em contato com V. Exa. para lhe informar das propostas e dos pedidos de audiência da Pfizer?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Bom, Senador, com relação ao ataque de vírus, ele se referiu a uma correspondência que a Pfizer nos mandou, e o Ministério, assim como o STJ e o Governo do Distrito Federal, sofreu um ataque de vírus, e a minha caixa de *e-mails* ficou inoperante – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de todo o ministério – entre 5 de novembro e 12 de novembro. Isso aqui nós divulgamos, inclusive, em uma nota para a imprensa. Foi feita uma divulgação pública, dizendo que o ministério ficou inoperante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Então, a falha na rede de comunicação...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Isso aqui somente em novembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A falha da rede de comunicação foi a razão pela qual o Ministério da Saúde não respondeu às sete propostas feitas pela Pfizer?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não. Isso aqui eu estou falando com relação a uma correspondência, e é esse que é o meu *e-mail*.

Com relação às outras propostas, havia videoconferências, havia contato telefônico, havia *e-mails* de resposta, e eu destaco que a Pfizer exigia, por exemplo, que o memorando de entendimentos fosse assinado pelo Presidente da República, com aquelas cláusulas que o senhor conhece. Num primeiro momento, ela não garantia o sucesso no desenvolvimento da vacina e exigia a assinatura do contrato 30 dias após, ou seja, era um memorando de entendimentos vinculante, que nos obrigaria a pagar adiantado, sem a garantia sequer do sucesso no desenvolvimento da vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, quem tomou essa decisão de não responder?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não houve essa decisão, e houve tratativas e estudos, acompanhamentos e estudos clínicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode fazer uma cronologia de como se deram as negociações com a Pfizer? Chegou a hora.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu lembro que as exigências da Pfizer eram de ativos no exterior. Por exemplo, um prédio de uma embaixada, um fundo garantidor, arbitragem em Nova York, sem penalidades para atrasos na entrega de imunizantes, pagamento adiantado, isenção completa de responsabilidade para eventos adversos, um projeto de lei ou uma medida provisória convertida em lei e a assinatura pelo Presidente da República. Mesmo no último contrato... Porque, normalmente, quem assina os contratos no ministério...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso tudo não valeria a vida de brasileiros?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Isso tudo não valeria a vida de brasileiros?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Tudo isso estava sendo negociado. A vacina também estava na Fase III de estudos clínicos, e só conseguiu a autorização para uso emergencial do FDA no dia 11 de dezembro, e só conseguiu... Entrou com um pedido de registro na Anvisa... Mesmo nós solicitando o pedido de uso emergencial, ela só entrou com pedido de registro na Anvisa no dia 6 de fevereiro de 2021...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... sendo concedido 23, o que possibilitaria a vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Uma pergunta específica sobre isso, sobre essa cronologia: por que o Ministério da Saúde foi chamado às negociações apenas em novembro de 2020.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Eu não entendi essa pergunta, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que, apenas em novembro de 2020, o Ministério da Saúde foi chamado a negociar com a Pfizer?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, conforme a gente pode observar no quadro, nós viemos negociando, com discussões logísticas, jurídicas, etc. Para o senhor ter uma ideia, numa reunião de 6 de agosto, nós tomamos conhecimento da necessidade de conservação criogênica da vacina, a -80 graus. Eles nos apresentaram somente em 27 de outubro uma das soluções para esse problema, que era uma caixa de conservação com gelo seco, e, se nós fizermos um mapeamento de onde tem gelo seco no País, para poder atender o refil dessa caixa, que teria que ser trocado a cada cinco dias, é uma oferta bastante pequena de locais que produzem esse gelo seco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas a pergunta foi: por que só em novembro de 2020 foi chamada a negociar?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós estivemos sempre negociando, com discussões logísticas, jurídicas e, depois, partimos para a adequação da legislação, que se materializou com a sanção da Lei 14.125.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode remeter a esta Comissão Parlamentar de Inquérito documentos que comprovem essa cronologia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós estamos desde abril... Eu não tenho essa documentação. Desde abril do ano passado, nós estávamos tratando. Teria que ser solicitado ao Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como é que o senhor apresenta uma cronologia e diz que não tem documentos sobre ela?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela está baseada em documentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E o que é que ensejou essa cronologia...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela está baseada em documentos do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... se não há nem documentos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela está baseada em documentos do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então mande esses documentos, por favor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O senhor tem que solicitar, por favor, ao Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu vou solicitar, eu vou solicitar...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... mas V. Exa. já disse que não os tem.

Antes de novembro as negociações ficaram a cargo de V. Sa.?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não tenho certeza a partir de que período eu comecei a fazer discussões, mas eu acredito que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Acredita ou tem certeza? O senhor era o Secretário Executivo e tratava dessa questão de vacina.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não tenho certeza de que em que momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque, na fase de prospecção, muitas das tratativas... Eu estava já desde agosto, me lembrei da reunião em 6 de agosto. Mas muitas das tratativas do período de prospecção eram conduzidas pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, mas eu me lembro de ter participado de uma reunião por videoconferência em 6 de agosto do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ex-Ministro Pazuello declarou que a proposta contratual da Pfizer continha cláusulas leoninas.

Primeira pergunta: a suposta inadequação dessas cláusulas foi detectada por algum órgão de assessoria jurídica?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que órgão?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A consultoria jurídica do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que momento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Em várias discussões, mas foi materializada... Pelo que eu me lembre, ela foi materializada por um *e-mail* onde a consultoria jurídica informa que a assinatura do MOU não era... Ela contraindica a assinatura do memorando de entendimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que momento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Isso no dia 3 de dezembro. Eu havia recebido esse memorando de entendimentos no dia 24 de novembro; ele foi estudado; fizemos adequações, porque eles queriam que o memorando de entendimentos fosse assinado pelo Presidente da República. Eles exigiam que nós colocássemos no memorando de entendimentos que seria emitida uma medida provisória e que ela seria convertida em lei. Dentro do nosso Estado democrático de direito, os Poderes são independentes. Então, nós não pudemos garantir que ela seria convertida em lei. Então, o que nós informamos nessa retificação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Convertida em lei o quê? A medida provisória?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eles exigiam, eles exigiam... Ela pode não ser aprovada pelo Congresso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não pode exigir! A medida provisória tem eficácia a partir da publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela tem, mas eles exigiam, no próprio memorando de entendimentos, que ela fosse convertida em lei, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor não esclareceu que medida provisória tem efeito de lei?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela tem efeito de lei, mas ela tem a sua validade. Então, eles exigiam que ela fosse convertida em lei. Inclusive, quando foi feita a discussão, eles vieram aqui, ao Congresso, e houve...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Certamente pela percepção de que os senhores estavam demorando muito na negociação e não querendo e ia estourar o prazo de validade da própria medida provisória, porque...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O tempo todo nós manifestamos o interesse na vacina na maior quantidade e no menor prazo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu não acredito que alguém se insurja em questão institucional, de legislação interna de um país, para impor a sua modificação. Isso não existe em nenhuma relação comercial! Então, como nós estávamos diante de uma recusa continuada, ou de dificuldades que eram postas a cada momento, o prazo da medida provisória não valeria, certamente, porque a negociação iria perdurar além da duração da medida provisória.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Incertezas com relação ao desenvolvimento de uma vacina inédita – não havia nenhuma vacina no mundo com a plataforma de RNA mensageiro – e também atraso no desenvolvimento da Fase III, uma vez que, nesse memorando de agosto que o senhor citou, eles garantiam que teriam autorização do FDA ainda em outubro, o que só ocorreu em dezembro. Tudo isso aí, além do acompanhamento técnico da Fase III de estudos clínicos, levou a alguns atrasos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Havia outras propostas de fornecedores de vacina com cláusulas de teor semelhante às propostas da Pfizer?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – As do laboratório Janssen, da Johnson & Johnson.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** As empresas concordaram em retirá-las?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ou alterá-las?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eles eram irredutíveis – isso aí eu coloquei nas minhas palavras iniciais. Eles eram irredutíveis em alterar qualquer uma dessas cláusulas. Inclusive, nas negociações do contrato, mesmo depois da Lei 14.125, qualquer discussão do contrato eles levavam para a jurídica da Pfizer em Nova York, não era a Dra. Shirley que decidia aqui no Brasil, que era a advogada da Pfizer aqui com quem nós discutíamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para comprar as doses da Pfizer, o Ministério da Saúde alegou ser necessária uma alteração legislativa. Pergunto: por que o Governo Federal não propôs a aludida modificação em legislação, tão logo informado do suposto entrave, que somente foi resolvido em fevereiro deste ano, com a publicação da Lei 14.125, oriunda de projeto de autoria do Presidente da República, perdão, projeto de autoria do Presidente do Senado Federal e sancionado pelo Presidente da República?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Cujo Relator foi o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, cujo Relator...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós propusemos, pelo Ministério da Saúde, uma minuta de medida provisória que atenderia às demandas da Pfizer e da Janssen. E houve uma falta de consenso entre as consultorias jurídicas dos ministérios que estavam participando da discussão com relação a de quem deveria partir a iniciativa, uma vez que deveria ser convertida em lei. E, dessa forma, esses artigos ou parágrafos foram retirados da medida provisória que se configurou, se materializou na Medida Provisória 1.026.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Randolfe Rodrigues, a proposta da citação, trouxe ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito a existência de dispositivo específico no anteprojeto da Medida Provisória 1.026, de 2021, destinada a tratar da assunção pela União das responsabilidades civis advindas de eventuais efeitos adversos de vacinas, a fim de viabilizar a compra de vacinas da Pfizer. Por que esse trecho, exatamente, foi omitido do texto enviado para apreciação do Congresso Nacional?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Conforme eu havia falado para o senhor – talvez eu não me tenha feito entender –, não houve consenso entre as consultorias jurídicas dos ministérios envolvidos nas discussões desse projeto de medida provisória com relação a de quem deveria partir a iniciativa dessa medida, dessa lei: se do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

Eu destaco também que, paralelamente, estava havendo discussões e houve uma proposta de emenda do Deputado Hiran Gonçalves na Medida Provisória 1.003, que estava sendo convertida em lei, e ele garantiria o que era exigência da Pfizer e da Janssen. E ela não foi aprovada, foi rejeitada na Câmara dos Deputados. Isso também gerou esse processo de insegurança que eu citei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou do processo de instrução e elaboração dessa medida provisória?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Orientando... Sim, senhor. Participei de reuniões na Casa Civil e sempre me fazendo acompanhar da consultoria jurídica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só retificando: o órgão que barrou o dispositivo sobre a responsabilidade civil pelos eventuais efeitos adversos vacina quem foi mesmo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, não foi um órgão. Não houve consenso. Dentro desse processo de elaboração das medidas provisórias, são ouvidos os ministérios envolvidos na execução depois que ela é editada. E não houve consenso entre as consultorias jurídicas desses ministérios com relação a de quem deveria partir a iniciativa. E julgou-se por bem, nas discussões, retirar esses dispositivos dela. É o anteprojeto que foi citado pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, Coronel Elcio, aqui está a minuta da medida provisória. Essa foi a minuta que foi encaminhada ao Presidente da República dia 26 de dezembro de 2020.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Aqui consta a assinatura do Ministro da Justiça, da Controladoria-Geral da União, da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde, da Casa Civil. O senhor pode declinar onde houve a divergência?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Com relação a de quem deveria partir a iniciativa, se do Executivo ou do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas me permita... Aqui está a minuta, a minuta encaminhada ao Presidente da República. A minuta foi encaminhada por essas autoridades. Quem me parece que fala pela Advocacia da União é o Advogado da União e a Controladoria-Geral da União, todas as equipes jurídicas. E aqui consta, inclusive, a fundamentação, subscrita pela Consultoria-Geral da União, pela Controladoria e pela Advocacia.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu participei de reunião, acompanhei o dissenso, e o processo final foi a MP 1.026, onde não constam esses instrumentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os pareceres são todos positivos, favoráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente. Só para....

Eu entendo, Coronel Elcio, mas, veja, essa minuta é do dia 26. Só tem uma assinatura que não estava nessa minuta, que é a do Presidente Jair Messias Bolsonaro. No dia 6, como o senhor muito bem disse, a medida provisória é editada sem o dispositivo. Então, aqui está a minuta e os pareceres todos favoráveis à cláusula que supriria as necessidades para a aquisição da vacina.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O senhor tem a data dessa minuta, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vinte e seis de dezembro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Pois é. Essas discussões, como eu falei para o senhor, aconteceram em dezembro – em dezembro. Eu participei de reunião e acompanhei essa falta de consenso entre as consultorias jurídicas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Mas aqui é a minuta que vai ao Presidente da República. A diferença da minuta, já com o encaminhamento de todos, com o parecer de todos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Todos favoráveis. O dispositivo não consta quando o Presidente edita a MP, uma semana depois; inclusive, depois do recesso.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como eu destaquei, não houve consenso entre as consultorias jurídicas. Eu estava em reunião, acompanhei isso. E a tramitação depois da documentação eu não acompanho, porque ela acontece lá com a Secretaria-Geral...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só lembrar a V. Sa. que V. Sa. assumiu no início o compromisso de falar a verdade e apenas a verdade. É muito importante que nós façamos um esforço de lado a lado para chegarmos a bom termo nesse depoimento.

Eu peço para passar o vídeo seguinte aí, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A equipe de checagem e os internautas também mandaram esse vídeo. Esse vídeo escancara, lamentavelmente, uma contradição brutal com relação o encaminhamento da negociação com o Butantan.

Nós estamos aqui todos trabalhando para chegarmos à verdade, para darmos as respostas que as pessoas cobram de nós. Essas mais de 477 mil vítimas, pessoas que perderam suas vidas, seus familiares têm o direito de saber o que aconteceu. Não é? Essa CPI não pode ser utilizada por quem quer que seja – não é? – para distorcer a verdade, tentar obscurecer os fatos. Não é para isso que ela foi criada, não é para isso que nós estamos aqui; nós estamos analisando fatos. Então, é importante que fale a verdade sobre os fatos. Está aí uma prova mandada pelos internautas de que V. Exa. não está falando a verdade, infelizmente, infelizmente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sr. Senador, o Senador Humberto Costa já havia citado esse vídeo com o texto dele e, como eu falei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Faltava contar...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... porque a primeira oferta do Butantan era de importação de vacinas, essa é a primeira de 14 de agosto... Perdão. Essa primeira de 30 de julho. E não essa... O problema que aconteceu é a politização pelo Governo do Estado de São Paulo. E as negociações eram feitas com o Butantan. O contrato foi assinado pelo Sr. Rui Curi, o Diretor-Presidente da Fundação Butantan. As tratativas eram com o Butantan, não com o Governador de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Vídeo 10, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Quantas vacinas chinesas tinham, Senador Renan Calheiros? Quantas tinham? Quando se fala de vacina chinesa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não dá...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quando V. Sa. falou de vacina chinesa, não tem dúvida mais...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Era importação, Senador, importação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Me perdoe, mas, sinceramente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Vídeo 7, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CPI, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Elcio, já tem elementos suficientes e vem recebendo cada vez mais provas materiais da existência de um gabinete paralelo de aconselhamento do Presidente da República sobre a condução da pandemia, que foi batizado por eles mesmos de "gabinete das sombras", designação que, como todos sabem, é apropriada para as atividades desse grupo obscurantista.

Eu pergunto a V. Sa.: V. Sa. teve algum contato com pessoas que as oitivas e os documentos colhidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito mostram que integram o "gabinete das sombras", como Nise Yamaguchi?

Teve algum contato com ela em alguma oportunidade? Quantos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Tive contato com ela. Ela esteve em visita ao ministério, acredito que uma vez, para tratar de algum processo de ciência e tecnologia. Eu a encaminhei à Secretaria de Ciência e Tecnologia. Não me recordo qual era a pauta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só uma vez que esteve com ela?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Que eu me lembre uma ou duas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma ou duas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. Que eu me lembre, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Luciano Dias Azevedo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não sei de quem se trata. Se eu tive algum contato com ele, eu não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Arthur Weintraub.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – É um assessor do Presidente? Encontrei com ele em uma cerimônia no Palácio do Planalto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paolo Zanotto.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – É médico, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aquele que...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não. Eu não me lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... esteve no vídeo em reunião com o Presidente da República.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não me lembro. Não, acredito que não. Nunca tive contato com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Bolsonaro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sei quem é. É o Vereador do Rio de Janeiro, mas eu não me lembro de ter tido contato com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Wizard.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Carlos Wizard eu conheço desde Boa Vista. Ele era um colaborador para a Operação Acolhida; eu era da prefeitura. E ele esteve no ministério conosco, inclusive, num dos meus últimos contatos com ele, na iminência de eu ser exonerado do ministério, ele estava com uma iniciativa do grupo empresarial para a aquisição de vacinas, buscando aquisição de vacinas para suas empresas, para poder imunizar os seus colaboradores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele passou 30 dias trabalhando no Ministério da Saúde, como ele próprio declarou. Nesses 30 dias, qual foi sua relação com ele?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ele seria o secretário de ciência, tecnologia e inovação – era essa a ideia do então Ministro Pazuello. E, desde Boa Vista, a nossa relação era amistosa e sem nenhum problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Osmar Terra.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Deputado Osmar Terra, assim como outros Parlamentares, esteve lá para tratar de emendas, medidas provisórias, emendas que iriam para o seu Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tinha conhecimento da participação do Vereador Carlos Bolsonaro em reunião com a Pfizer no Palácio do Planalto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que momento soube desse fato?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não soube desse fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. discutiu o assunto com ele, em algum momento, dessas vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, conforme eu já coloquei, eu não tive contato com o Vereador Carlos Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como esse grupo agia sobre as políticas do ministério?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A que grupo o senhor se refere?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse grupo do gabinete paralelo – segundo eles próprios: "gabinete das sombras" – que se reunia com frequência com o Presidente da República.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, que eu tenha conhecimento, esse grupo não teve ação sobre a gestão do ministério ou das suas secretarias finalísticas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor veja o que é que isso significa na prática. Esse grupo decidia, falava com o Presidente, despachava com o Presidente e estabelecia prioridades, inclusive o tratamento precoce. Esse grupo era uma espécie de "ministério da doença", em contraposição ao Ministério da Saúde, que o Pazuello e o senhor representavam, ou seja, pelo que nós estamos vendo aqui, quem era paralelo era o Ministério da Saúde, não era esse grupo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, nunca participei, nem tomei conhecimento do que era tratado por esse grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dizendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Inclusive, no vídeo que o senhor mostrou, o Presidente fala da importância da Anvisa para garantir a segurança e a eficácia da vacina. E ele citou que ele verificou em veículos de mídia que a Sputnik, por exemplo, estaria com problemas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não foi essa a minha...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E é o que a Anvisa tem mostrado até agora quando da apresentação da documentação para licenciar a vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não foi a minha pergunta.

É que, se o senhor não sabia da existência do grupo, apesar de ter conversado com muito dos seus integrantes, esse grupo...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não com muitos. Eu citei para o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... não era paralelo. Quem era...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... a Nise Yamaguchi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Esse grupo...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... e o Arthur Weintraub uma vez, no Palácio do Planalto, em uma cerimônia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com o Osmar, com...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com o Deputado Osmar Terra para tratar de emendas de seu interesse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** No dia seguinte à reunião desse gabinete paralelo, o senhor se reuniu com Antônio Jordão Neto, que no vídeo senta ao lado do Presidente Bolsonaro. O que o Antônio Jordão Neto foi orientar ao senhor ou foi recomendar ao senhor?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não me lembro. Eu não sei de quem se trata. Posso ter me reunido, como eu me reuni com várias pessoas, recebi várias pessoas que agendaram comigo, e eu não sei qual foi a pauta, se é que eu me reuni com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a entidade que ele representa? (*Pausa.*)

Médicos pela Vida. O senhor não conhece? O senhor esteve com ele, conversou com ele...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não me lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o recebeu...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não me lembro. Posso tê-lo recebido, mas eu não me lembro. (*Pausa.*)

Normalmente, na minha agenda, eu pedia para colocar a pauta do que iríamos tratar. Se estiver registrado na minha agenda, deve haver a pauta do que foi tratado na reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma diretriz desse grupo, como a desconfiança e o desprezo pelas vacinas e a defesa do tratamento precoce contra Covid, teve influência sobre o Ministério da Saúde durante o período de sua gestão?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, com relação à aquisição de vacinas, eu consegui explanar aqui os diversos laboratórios, as tratativas, acompanhamento de estudos clínicos, discussões jurídicas e logísticas e técnicas, adequação de legislação e todo o trabalho que a gente vem fazendo desde abril do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Então, não influenciou de forma alguma o nosso trabalho com relação à prospecção de vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com relação ao tratamento precoce, não era orientação do ministério, e sim a busca pelo atendimento médico, que seria soberano na sua decisão de atender o paciente e fazer o que era o mais adequado. Isso vale para qualquer enfermidade, não apenas para Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso eu queria fazer uma pergunta objetiva ao senhor: qual é o seu posicionamento sobre o tratamento precoce, o distanciamento social e o *lockdown*? Se puder resolver sobre os três...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Bom, tratamento precoce, como eu falei, é a melhor medida preventiva para qualquer morbidade, qualquer doença, seja câncer, seja uma doença de pele, seja qualquer tipo de problema; é a melhor solução nós partirmos para uma identificação, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico precoce e iniciarmos o tratamento, desde que identificado. Isso vale para qualquer uma. E eu posso colocar como um aspecto interessante que há estudos que dizem que R$1 investido na saúde básica para atender de maneira precoce o paciente economiza R$1 mil na atenção especializada, que seria um agravamento no problema de saúde. É o mesmo exemplo de uma pequena cárie, que pode chegar a um tratamento de canal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pesquisa é específica, é o tratamento precoce da Covid?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como eu falei para o senhor, o atendimento precoce pelo médico para o seu diagnóstico, as suas orientações para que o paciente possa se afastar de demais e não contactar e transmitir a doença para outros e prescrever as medicações que ele julga mais adequadas, eu sou favorável, sim, senhor. Ao atendimento precoce pelo médico.

Com relação às medidas a que o senhor se referiu, as medidas de prevenção, nós editamos, conforme eu citei nas minhas palavras iniciais, a Medida Provisória 1.565, que fala justamente sobre as medidas de prevenção e a convivência social segura.

Ela se refere ao uso de máscaras, etiqueta respiratória, higienização das mãos com álcool ou sabão, higienização de superfícies, optar-se por ambientes ventilados, manter distância de segurança entre as pessoas para evitar a contaminação e a disseminação da doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só recapitulando aqui, V. Sa. defendeu o tratamento precoce?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nossa gestão do Ministério da Saúde defendia o atendimento precoce do paciente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que medicamentos? Cloroquina, ivermectina...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com o medicamento que o médico julgar oportuno, dentro da sua autonomia. E, se ele for usar algum medicamento *off-label*, como vários são utilizados na saúde, que ele faça o esclarecimento para o paciente, que só poderá ser medicado com aquele medicamento se aceitar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre o distanciamento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só um instante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Com a instituição Médicos pela Vida o senhor nunca teve nenhum encontro, nunca recebeu?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Não, o Senador falou que está na minha agenda. Devo tê-lo recebido. O que eu coloquei é que eu sempre pedia para as secretárias na Secretaria Executiva para colocarem a pauta. Então, se tiver a pauta, a gente pode se lembrar do que se tratou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, é que ele estava sentado ao lado do Presidente na reunião do gabinete paralelo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, sim, Senador, mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele recebeu, no dia 9 de setembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, no dia seguinte, o senhor o recebeu!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 9 de setembro de 2020, o senhor recebeu um dos personagens daquela reunião às 15h30 na sua agenda.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E tem a pauta, Senador? Se tiver a pauta, a gente pode saber do que se tratou. Normalmente, eu pedia para colocar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi um dia após aquela reunião.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Mas aí eu não me lembro do que foi tratado. Posso tê-lo recebido, mas não lembro a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi uma simples coincidência ter tido aquela reunião ali que foi revelada no vídeo num dia, e, no dia seguinte, o senhor receber...?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Normalmente, a minha agenda era bastante concorrida, e os eventos eram marcados com uma antecedência considerável. Deve haver, para consolidação da agenda, troca de *e-mails* da minha secretária com quem estava solicitando, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, o próximo vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olhe aí: é o senhor dizendo que há evidência científica para utilização daqueles remédios.

Por isso, os colocava no *kit* do tratamento precoce. Ou seja, o senhor também tem responsabilidade com tudo isso. Estava ali publicamente, como secretário-executivo, como a segunda autoridade sanitária do País, a defender isso, e contra o isolamento, e, consequentemente, contra o isolamento. Acabei de perguntar o que o senhor acha do isolamento, foi uma nova contradição. E queríamos agradecer mais uma vez aos internautas e à equipe do Senado que estão levantando essas informações e essas contradições.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, deixei claro no vídeo que o isolamento, ou essas medidas de prevenção mais restritivas, se adequam à preparação e à estruturação da rede de atenção à saúde. E eu citei também a Portaria 1.565, de junho de 2020, com as medidas de prevenção. E nós temos também editado pelo ministério, elaborado pelo ministério, em conjunto com Conass e Conasems, técnicos do ministério, uma ferramenta de gestão que considera essas medidas a serem adotadas pelos gestores locais de acordo com a evolução da epidemia e com a sua capacidade de resposta, da rede de atenção à saúde pública e privada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo que o senhor colocou anteriormente no vídeo, demonstra que eu até exagerei ao dizer que o Ministério da Saúde era paralelo, porque, pelo que nós vimos ali, o Ministério da Saúde não era tão paralelo assim ao "gabinete das sombras", não é? Ele, de alguma forma, estava em sintonia e em conexão, pelo menos com relação à defesa de algumas teses.

V. Sa. tem familiaridade com a tese da imunização de rebanho?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Esse assunto, esse tema nunca foi tratado em minha presença e com os técnicos do ministério. Eu não tenho conhecimento, durante a gestão em que eu estive, durante um ano, com o General Pazuello, de nós termos abordado algo relativo à imunidade e rebanho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, essa tese em nenhum momento foi tratada nem pelo senhor, nem pelo Ministro Pazuello?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E nenhum técnico a trouxe a nós para que fosse discutida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem conhecimento de alguém que defendesse essa tese no Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu desconheço. Se tem algum técnico que pensa dessa forma, se elaborou algum documento, não chegou ao nosso conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou em algum órgão do Governo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Também desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou no gabinete paralelo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não sei o que o gabinete, esse gabinete que o senhor chama de paralelo tratava. Isso não chegava ao ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acabamos de exibir uma reunião.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu estou vendo agora. Isso não chegava ao ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu falar disso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como eram as discussões com o Osmar Terra e a tese da imunização de rebanho?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, não houve discussão na nossa gestão sobre imunidade de rebanho. E quando o Deputado Osmar Terra esteve no ministério, salvo outro juízo, foi para tratar de emendas de seu interesse. Nós não discutimos nada de imunidade de rebanho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., em algum evento de que participou, alguém eventualmente defendeu essa tese?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Que eu me lembre, não, porque nós nunca pensamos nisso. A gente pensava que uma das soluções era a imunização em massa, a manutenção de medidas de prevenção, como eu citei aqui, editadas pela Portaria 1.565, do Ministério da Saúde, ainda no mês de junho do ano passado. E, com relação às medidas restritivas, com restrição máxima, mesmo essas devem ser adotadas de uma maneira inteligente. O senhor restringir o horário de funcionamento de um supermercado, por exemplo, o senhor vai provocar um adensamento de pessoas dentro do supermercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem visto redução de transporte público, redução de horário de funcionamento de algumas atividades essenciais para a população, o que provoca um adensamento e não uma manutenção de distância de segurança entre as pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação à celebração do contrato de encomenda tecnológica para o desenvolvimento da vacina, a legislação prevê a negociação com um ou mais potenciais interessados, com vistas à obtenção das condições mais vantajosas de contratação. Pergunto: além da AstraZeneca, o ministério consultou outros potenciais desenvolvedores da vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. E nenhum se ofereceu para fazer uma parceria de transferência tecnológica como essa que nós recebemos da AstraZeneca naquela oportunidade.

Nós tivemos um contato, por exemplo, com a Sinopharm, já no ano de 2021, que não tinha condições de exportar, uma vez que toda a sua produção era destinada ao consumo interno na China, e ela estava buscando a parceria não para desenvolvimento e transferência de tecnologia, mas para produção aqui no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A negociação foi transparente?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela foi transparente, acompanhada pela consultoria jurídica. Houve, inclusive, videoconferência com os ministros do Tribunal de Contas da União. É um aspecto que é uma legislação pouco conhecida, que são as leis e o decreto que regula transferência de tecnologia – a encomenda tecnológica. E nós contamos com o apoio técnico do Ministério da Economia e do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) para podermos chegar nessa encomenda tecnológica.

É importante destacar que esses assuntos eram multidisciplinares, discutidos na Casa Civil... Tanto ele, como a adesão ao Covax Facility e a encomenda tecnológica foram tratados de forma multidisciplinar na Casa Civil, envolvendo vários ministérios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que o levaria a destacar essa transparência? Qual efetivamente... O que de mais importante aconteceu no processo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Essa reunião com os ministros do TCU, além dos acordos de cooperação técnica que nós tínhamos com o TCU, Controladoria-Geral da União e vários outros órgãos, que podiam, em tempo oportuno, acessar nossos processos, solicitar correção para que déssemos o máximo de transparência a todo o trabalho executado no Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que levou à escolha da AstraZeneca?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ela era, como eu havia afirmado anteriormente, no momento em que foi celebrado o acordo, a vacina que estava, se não a mais adiantada, uma das mais adiantadas, na Fase III de estudos clínicos. Ela nos ofereceu a transferência de tecnologia, coisa que as outras não ofereceram. E, além disso, o custo dessa dose da vacina girava em torno de US$3,75, diferentemente das demais vacinas, que estavam numa fase mais atrasada de desenvolvimento da Fase III de estudos clínicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Instituto Butantan foi chamado a participar do desenvolvimento da vacina contra Covid no modelo de encomenda tecnológica?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O senhor está falando para a vacina da AstraZeneca?

O Instituto Butantan já estava em tratativas com a Sinovac. Então... E era uma... À vacina da AstraZeneca foi escolhida a Fiocruz. E o Butantan já estava em tratativas com a Sinovac. E eu destaquei aqui, anteriormente – e vou destacar novamente –, que, por se tratar de uma plataforma que é o vírus inativado, ele já domina a tecnologia. Não caberia, então – e nós discutimos isso com o Instituto Butantan, com o Sr. Dimas Covas e com a Cintia; nós discutimos lá no ministério que não caberia –, uma encomenda tecnológica para o desenvolvimento dessa vacina, porque ela já estava sendo desenvolvida lá na China e não haveria uma nova tecnologia, uma tecnologia inovadora para um problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a pergunta que não cala: por que o Ministério da Saúde não celebrou outros contratos de encomenda tecnológica, considerando que era conhecida a existência de outros países desenvolvedores de vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não houve a oferta de transferência de tecnologia nesses moldes que a gente conseguiu com a Fiocruz. Não havia interesse dos outros laboratórios de fazerem essa transferência tecnológica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dados da Unicef apontam que os países com maior sucesso na vacinação contra a Covid-19 realizaram acordos bastante antecipados com desenvolvedores de vacina, em quantidade suficiente para imunizar duas ou até três vezes a sua população. São fatos.

Por que o Brasil não seguiu essa diretiva?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, como eu coloquei anteriormente, a Lei 6.360 impedia a comercialização, a distribuição e a medicação da população brasileira com produtos não homologados na Anvisa. Essas vacinas ainda estavam na Fase III de desenvolvimento de estudos clínicos, ou seja, a fase que também é denominada cemitério das vacinas. O grau de incerteza é muito grande, não é? Nenhum desses laboratórios poderia nos garantir, efetivamente, que a vacina seria desenvolvida com sucesso.

Além disso, a legislação precisava ser adequada. No caso da Pfizer e da Janssen, ainda havia necessidade das cláusulas que foram chamadas de leoninas, e que foi possibilitada a contratação de ambos por meio da Lei 14.125, que foi sancionada apenas no dia 10 de março de 2021.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por que o Ministério da Saúde optou por um portfólio tão reduzido de vacinas, que se baseia massivamente nos imunizantes da Pfizer, AstraZeneca e na CoronaVac?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Também na Sputnik V, que foi comercializada pela empresa União Química, na Covaxin, que foi comercializada pela Precisa Medicamentos, e também pela Moderna. Eram aquelas com quem nós tínhamos memorandos de entendimento. E fizemos contato ainda com várias outras que não estavam tão avançadas na Fase III de estudos clínicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com que empresas ou entidades V. Sa. tratou?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como eu citei, com a AstraZeneca, com o Butantan, com a Moderna, com a União Química, com a Precisa Medicamentos, com a Pfizer, e também fizemos contatos, que eu me lembre agora, com a Sinopharm, se eu não me engano, CanSino também, uma Covaxx, com dois "x", que é uma Covax que estava sendo desenvolvida nos Estados Unidos e, se eu não me engano, ainda estava na Fase II de estudos clínicos. E eu não me recordo agora de outras que a gente tenha tratado também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ou seja, V. Sa. tratou também com produtores de vacina que ainda não assinaram contratos com o ministério, como a Sinopharm e a CanSino.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Sinopharm, como eu coloquei para o senhor, ela não tinha condições de exportar vacinas. Então, ela estava buscando um parceiro aqui no Brasil para produzir a vacina. Então, ela não tinha condições de fornecer, não dava pra gente assinar um contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por que motivo as negociações com os outros não evoluíram?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Todas as negociações foram prosseguindo *pari passu*, e os contratos começaram a ser assinados a partir da edição da Medida Provisória 1.026, com exceção da vacina da Pfizer e da Janssen, que tinham cláusulas que... Particularmente, a de responsabilidade civil por efeitos adversos graves, que só foi possibilitada a contratualização após a sanção da Lei 14.125, apenas no mês de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Depois de fechar contratos, em março de 2021, para fornecimento de vacinas, o Ministério da Saúde ficou satisfeito com a quantidade de doses adquiridas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, nós, quando saímos do ministério, no mês de março, nós tínhamos a garantia já, por meio de contratos e de fornecimento futuro, de 30 milhões de doses pelo Butantan e de 110 milhões de doses pela Fiocruz, das vacinas que seriam produzidas com o IFA brasileiro. Nós tínhamos a garantia de 560 milhões de doses, incluindo aquelas do consórcio Covax Facility.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, ficou satisfeito com os contratos em março? É a pergunta.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Nós prosseguimos e continuamos em contato, tanto é que fizemos contato com a Sinopharm e outras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, não ficaram satisfeitos, o senhor não ficou satisfeito, o ministério não ficou satisfeito.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, porque nós tínhamos que mitigar a possibilidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Depois de fechar os contratos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Nós continuamos tratando, porque a gente tinha que mitigar a possibilidade de não fornecimento de vacinas por algum dos laboratórios contratados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E com o cronograma de entrega?

A última pergunta, Presidente. É bastante específica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não. É a última pergunta verdadeiramente. E eu deixei de propósito para o final, porque é uma coisa bem concreta do ponto de vista do funcionamento do enfrentamento à pandemia, característica, negacionista também.

Em janeiro de 2021, os secretários de saúde dos Municípios – esta é uma informação muito importante – foram procurados por Parlamentares bolsonaristas, entre eles Bibo Nunes, do PSL, do Rio Grande do Sul, para que fizessem a solicitação ao Ministério da Saúde para receber o *kit* Covid para tratamento precoce. A orientação era para que enviassem *e-mail* ao chefe de gabinete do ex-Ministro Pazuello, na época Paulo César Ferreira Júnior, como mostram as mensagens a seguir. Eu trago aqui as mensagens que acostarei à pergunta e enviarei para a Presidência da Comissão.

A ordem vinda de uma pessoa ligada ao gabinete do Deputado Bibo era de que cópias dos pedidos fossem enviadas ao *e-mail* da chefia de gabinete do Ministério da Saúde e para o *e-mail* do próprio Ministro Pazuello, aos cuidados de Gabriela. Outra cópia deveria ser enviada para o *e-mail* de Airton Leites, ligado ao gabinete de Bibo Nunes.

O que o Ministério da Saúde tem a dizer sobre essa orientação feita por pessoas ligadas a Deputados bolsonaristas para o recebimento do *kit* de tratamento precoce?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, o termo "*kit* de tratamento precoce" também não era utilizado no ministério, e os medicamentos que foram fornecidos eram aqueles previstos na relação nacional de medicamentos, e mediante demanda de Estados e Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas quem organizou essa estratégia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu desconheço esses *e-mails* e essa informação do senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem organizou essa estratégia?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Excelência, quais eram esses medicamentos utilizados?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Ah, é uma quantidade muito grande da Rename.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor não pode declinar os nomes? O senhor não lembra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. São muitos medicamentos da Rename.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem organizou essa estratégia?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – São muitos medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos. São aqueles que são adquiridos e incorporados – foi citado aqui pelo Ministro Queiroga – pela Conitec, são incorporados ao SUS e são adquiridos para atender as demandas do País.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tinha cloroquina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com certeza, porque é um antimalárico, serve para tratamento de lúpus e serve para tratamento de artrite reumatoide...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha ivermectina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Brasil tem um consumo que eu...

Ivermectina, pelo que tenho conhecimento, não está na Rename.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Zinco?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E o Brasil tem um consumo mensal em torno de 3,4 milhões de comprimidos de cloroquina, ou hidroxicloroquina, conforme uma informação que se encontra lá no ministério, que foi fruto de um estudo também. É o consumo mensal desse medicamento para atender a essas morbidades que eu citei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas informações estão todas documentadas? Eu queria saber se V. Sa. poderia ajudar: quem organizou essa estratégia de funcionamento com os secretários de saúde para a solicitação desse *kit* ao ministério?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu desconheço. Eu sequer conheço o Parlamentar a que o senhor se referiu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou me referindo a um caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim! Eu não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Estou me referindo a um caso.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E também eu desconhecia que tivesse ido um *e-mail* para o chefe de gabinete do Ministro tratando sobre isso. As demandas para todo o trabalho da Covid iam para as secretarias finalísticas ou para a executiva. Eram tratadas no centro de operações de emergência e eram encaminhadas às secretarias finalísticas para sua execução, fossem ventiladores, fossem monitores ou outras demandas de Estados e Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Especificamente: quantos Municípios atenderam a demanda feita pelos Parlamentares bolsonaristas para solicitarem o *kit*?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu não faço ideia. Se esses *e-mails* foram para o gabinete do Ministro, eu não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É, eu peço ao Presidente que, por favor, faça a requisição dessas informações que são muito importantes para o andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu agradeço. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** O senhor gravava as reuniões com empresários? Sr. Antônio, o senhor gravava as reuniões com empresários?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) **–** Não, senhor. Por vezes algumas videoconferências eram gravadas. Agora, reuniões, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Reuniões para tratar de vacinas...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com Dimas Covas, com empresários da União Química, Precisa: não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não é? O.k.

Você não perguntou sobre o oxigênio de Manaus, não é, Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos perguntar daqui a pouco.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, primeiro obrigado aí por respeitar a inscrição de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Devo essa deferência ao Senador Izalci porque ontem ele ficou aguardando desde cedo para falar e, no final, às 6h30 da tarde, eu pedi para ele e para a Senadora Zenaide: que hoje eu abriria esse espaço, até por respeito aos colegas Senadores que acompanham a CPI. O Senador Izalci e a Senadora Zenaide são dois Senadores que estão o tempo todo acompanhando, não são como aqueles que entram uma vez e saem. Não, estão a todo tempo acompanhando. Então, isso não vai matar ninguém aqui. Estou fazendo essa concessão ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, Presidente, eu quero pedir a V. Exa., já que aprovamos o requerimento de convocação hoje do Secretário do Distrito Federal, que, na medida do possível, a gente agilizasse a marcação do dia do interrogatório – vamos dizer assim –, porque a situação aqui no DF – acho que a maioria dos Senadores não têm acompanhado – é gravíssima.

Nós temos aqui... Com a substituição e a inclusão do Iges, que é um instituto que foi presidido por ele, nós temos hoje um rombo de mais de 250 milhões, e ele administra hoje o melhor hospital, que era uma referência nacional, que é o Hospital de Base, o Hospital de Santa Maria e mais seis UPAs, que hoje nem sequer têm recursos para comprar insumos, medicamentos. Então, tem pessoas morrendo por falta dessa questão, sem contar a própria secretaria, a operação que está aí do Falso Negativo, que realmente não só desviou muito recurso como também pode ter matado muitas pessoas pela qualidade, a má qualidade dos produtos que foram adquiridos.

Então, conforme, inclusive, solicitação... Eu participo da comissão da Covid nacional e também de uma comissão local. Nós temos aqui diversos problemas com relação a contrato de informática, milhões, R$100 milhões com relação a isso. O próprio Tribunal de Contas fez uma auditoria também e identificou muito desvio de recurso.

Mas eu perguntaria então agora ao Sr. Elcio... Eu participo da comissão nacional e local. Eu fui procurado porque a gente... O nosso desafio é o quê? A vacina, e teve um período, que continua ainda, com deficiência de *kit* de intubação... Eu fui procurado, como membro da comissão da Covid, no início de março, por empresa que estava... V. Sa. falou há pouco da Covaxx, que é uma vacina, e também de *kit* intubação, que eles tinham em pronta entrega. Eu consegui agendar com o Arnaldo para que eles fossem atendidos, porque eles estavam com dificuldades de serem atendidos. O Arnaldo, que é o Secretário, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebeu muito bem e os encaminhou para a Secretaria-Executiva do Ministério. Eles encaminharam... Foram recebidos em menos de cinco minutos e, de certa forma, não foram atendidos de forma apropriada. Mandaram ofício no dia 29 de maio, *e-mail,* nos dias 29 de março, 31 de março, 14 de abril, com a proposta, inclusive, do *kit,* que está faltando até hoje. E até hoje não receberam nenhuma resposta com relação a isso. Então, eu não sei se é V. Sa. que cuida disso – eu acho que é a logística, não é? – mas eu vejo, assim, pessoas morrendo por falta de *kit*, e a gente tem *kits* para serem disponibilizados por algumas empresas que não são levadas em consideração.

Mas o meu foco, Sr. Elcio, é outro. Eu quero aqui... Eu participei de várias CPIs, e um dos objetivos nossos não é apenas apurar as irregularidades, mas também melhorar a legislação e saber por que – eu perguntei isso para os ministros todos – o Ministério da Saúde, com o Sistema Único de Saúde, que tem orçamento aí de 130 bilhões por ano, não tem controle de nada, não tem informatização de nada? Eu tenho aqui dois exemplos... O relatório diz que poderiam ter sido economizados 150 milhões em uma compra... Em 130 bilhões, isso não representa nada, mas é muito recurso.

Inclusive, aproveitando essa questão da pandemia, houve diversos processos de aquisição com licitações, através de chamamento público, e o problema aqui é a forma de captação dessas propostas, que eram recebidas por *e-mail* corporativo, simples assim. Os usuários do *e-mail* tinham condições de ter acesso aos preços. Então, há uma manipulação completa disso.

E eu não consegui a resposta ainda de por que, realmente, durante anos e anos, a gente não tem ainda um Sistema Único de Saúde informatizado, digitalizado, com controle dos repasses para os Estados e Municípios, com prestação de contas desses Estados e Municípios.

Aqui em Brasília não tem controle de estoque de medicamento. Aqui você pega dez receitas iguais, vai a dez lugares e pega o mesmo medicamento. Não tem nenhuma integração entre os sistemas, nem com o federal, nem interno.

Quais são as dificuldades que V. Sa. encontrou – acredito que V. Sa. deve ter tentado também isso... Eu sei que tem o Datasus, mas, pelo que eu sei, não resolve, porque, de fato...

Então, há muitos indícios de irregularidades, de desvios de recursos de milhões e milhões que a gente quer apurar no DF, mas também organizar isso no Sistema Único de Saúde. Eu, inclusive, gostaria que a gente aprovasse uma lei em que se exigisse, de alguma forma, uma contrapartida dos Estados e Municípios para que fizessem a informatização. Porque até mesmo o trabalho preventivo na saúde, que deveria ser o correto, não é feito exatamente porque não tem controle de nada.

Até que ponto a Secretaria Executiva trabalhou no sentido de exigir a informatização, o controle? Porque, de fato, há muitos indícios de irregularidade, principalmente no Departamento de Logística do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado pela consideração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Senador, muito obrigado pela sua pergunta. E eu aproveito aqui, porque nós temos um ex-Ministro da Saúde presente também, o Senador Humberto Costa... A gestão é tripartite. Quando o Estado vai executar o orçamento, o recurso que o Governo Federal passa, ele está utilizando recursos próprios e recursos federais. Quando o Município vai utilizar os seus recursos, empregar os seus recursos, ele está utilizando recursos próprios, recursos estaduais e recursos federais. Então, ele tem autonomia para executar o seu orçamento.

Um dos problemas que nós identificamos é que nós não temos, a exemplo do Sistema Integrado de Administração Financeira, o nosso Siafi, que a gente utiliza na administração federal, o Siafi não chega aos Estados e Municípios. Então, nós não conseguimos ver a execução financeira, a finalidade para que foi aplicado o recurso na ponta da linha. Eu acredito até que existe um projeto de lei tramitando no Congresso no intuito de que os recursos da saúde sejam empregados utilizando o Siafi. Seria muito interessante para nós podermos rastrear o que está acontecendo com o dinheiro, porque, se eu mando dinheiro para o senhor comprar um ventilador pulmonar, e o senhor compra uma cadeira, eu iria enxergar isso no Siafi. No momento em que o senhor utiliza um outro sistema para fazer a sua administração financeira própria, eu não tenho como enxergar.

Então, a execução financeira, infelizmente, a meu ver, do Ministério da Saúde para Estados e Municípios é totalmente executada no Ministério da seguinte forma: nós realizamos o empenho, liquidamos e pagamos. Então, ela entra como financeiro, como recurso, e vai lá para a conta única do Estado – não é isso, Senador? E isso dificulta o controle, porque ele fica com o dinheiro lá. Nós não estamos mais vendo uma nota de crédito que está sendo utilizada para o empenho, para a liquidação e para o pagamento. Então, essa é uma dificuldade que nós temos.

E a abrangência nacional do Siafi para os recursos da saúde eu acredito que seria muito boa, porque nós teríamos como verificar, inclusive, o valor que está sendo pago, acompanhar o sistema de registro de preço que foi utilizado naquela compra ou uma dispensa de licitação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só complementando... Sr. Elcio, internamente, esquecendo o Sistema Único, internamente, a diretoria de logística, já, há alguns anos, tinha um contrato de informática, de informatização, e a informação que eu tenho hoje é que voltou ao sistema de Excel hoje, daqui a pouco, disse que vai voltar o papel de novo...

Então, internamente, como é que está a questão do sistema de controle financeiro do ministério? Porque à saúde, bastaria colocar... A segurança pública tem isso hoje. Você pode incentivar os Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de repasse, ou maior ou menor, em função do engajamento da informatização. O que não dá é para passar o recurso e ficar aí. Nós temos aí quantas operações da Polícia Federal correndo atrás do prejuízo? Nós temos que fazer uma prevenção. Como é que está o sistema atual no ministério, com o Dlog, por exemplo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ele não é... No recurso financeiro ele é monitorado pelo Fundo Nacional de Saúde e ele é informatizado. Então, a gente tem o acompanhamento do que vai para Estados e Municípios e do que é empregado dentro do ministério com todos os seus estágios da despesa.

Com relação à aquisição a que o senhor se referiu também, todo o processo acontece dentro do SEI, que é o Sistema Eletrônico de Informações, com toda a tramitação do documento, permitindo o acesso da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, em tempo real, para poder acompanhar a instrução do processo e, se for o caso, nós realizarmos correções, evitando desvio, ou seja, não há um processo paralelo. O processo acontece dentro do SEI. Ele não acontecia dentro do SEI, e nós identificamos isso e determinamos que tudo aconteça no SEI, para que o TCU consiga enxergar o que está acontecendo na instrução do processo. Na execução ele é tratado de forma eletrônica, por um sistema, pelo Fundo Nacional de Saúde.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se V. Exa. puder contribuir depois com a experiência que teve dentro, sabendo os gargalos que existem, seria muito importante para a gente melhorar aqui a legislação...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, uma dificuldade que a gente tinha... Eu fui Secretário Estadual de Saúde e nada era informatizado. Então, uma das minhas metas – mas eu não consegui, eu comecei a implementar, mas não consegui concluir – era justamente a informatização para que eu tivesse o real controle do que tinha na farmácia do hospital, do que tinha na farmácia central, do que tinha de leitos ocupados. Isso seria muito importante, porque lá, sim, estava tudo na fase do papel ainda, não é? E é muito difícil para o senhor controlar. Eu não consigo controlar, por exemplo, ao distribuir um medicamento, um desabastecimento em um hospital. Eu teria que ter um sistema monstruoso e não cabe ao Ministério da Saúde saber qual é o estoque de um determinado medicamento dentro de um hospital que está sob responsabilidade de um Estado. Não é? Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, pelo que o senhor está dizendo, o senhor sabe que o próprio Estado parece que não tem interesse em informatizar nada, porque, não tendo controle, é muito mais fácil de desviar os recursos, de não ter programação, de comprar emergencial..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ou interesse ou iniciativa... Ou interesse ou iniciativa, Senador. É muito importante que haja esse controle para evitar compra, para evitar o desperdício, para evitar o vencimento de medicamentos. É muito importante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Eduardo Braga, remotamente; depois, Senadora Eliziane.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (*Fora do microfone*.) **–** Presidente, só para passar uma ideia adicional para o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois não.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós criamos – também foi até uma imposição do Tribunal de Contas da União – o Siops que é um sistema integrado para verificar toda operação financeira e prestação de contas de Estados e Municípios. Isso estava acontecendo, houve até uma reação do Conass e Conasems, mas eles têm que prestar contas por intermédio desse sistema Siops.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, mas ele não era obrigatório. Ele era voluntário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) **–** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Era o Senador Eduardo Braga remotamente, mas eu acho que deve...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Senador, eu queria só perguntar para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, V. Exa. fala já.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, não, não tem nenhum problema. É só uma informação. Eu não sei se a mesma concessão que o senhor fez ao meu colega Izalci, por não ter participado ontem... Parece-me também que era em relação à Zenaide. Ela foi perguntada, Presidente, se ela falaria agora? Parece-me que ela está no sistema remoto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ela está aí? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela vai falar depois, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ah, está bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A minha assessoria está informando aqui que ela pediu para agradecer. Eu só estou fazendo essa colocação, porque, agora há pouco, falamos aqui, junto com as mulheres, sobre a participação também dela, que seria remanescente de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas foi garantido a ela ontem por mim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Certo. Perfeito!

Eu queria, inicialmente, Sr. Elcio, fazer uma pergunta para o senhor acerca do Sr. Carlos Wizard. Como é a sua relação com ele?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Como eu relatei anteriormente, eu o conheci lá em Boa Vista. É uma relação de convivência e uma amizade não muito profunda, mas, desde que eu o conheci lá em Boa Vista, trabalhando no ministério, eu mantenho uma relação com ele. Por vezes, converso com ele por telefone.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor diria que ele é uma pessoa influente dentro do Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhora! Desde que ele saiu do ministério, ele não exerce influência no ministério, que eu tenha conhecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na sua agenda constam especificamente duas reuniões com ele, uma do dia 24 de fevereiro deste ano. A reunião data exatamente do horário de 11h30. O senhor lembra o teor da pauta dessa reunião?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Salvo engano, foi... Não está a pauta aí, não, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não. Por isso é que estou querendo saber.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Salvo engano, ela se tratava de aquisição de vacinas pelo setor privado para atender aos seus colaboradores. A segunda reunião que, se eu não me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engano, houve com ele, à que a senhora deve se referir... Inclusive o Presidente, o Diretor da Havan estava junto, se não me engano. Se a senhora olhar aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A segunda que o senhor fala é a do dia 24?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Deve ser essa em que estava o Presidente da Havan, não sei. O objetivo deles... E eu expliquei para eles que teria que haver uma mudança na própria legislação, que era a MP 1.026, que foi convertida na Lei 14.124, uma vez que ela previa que as vacinas adquiridas deveriam ser direcionadas ao SUS. Então, qualquer excedente que eles viessem a adquirir demandaria uma legislação específica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Entraria no plano nacional de imunização.

Eu pergunto ao senhor: nessa segunda reunião... Essa primeira que o senhor me relata foi a do mês de fevereiro, por volta de... Por volta não! Foi no horário de 11h30 da manhã. A do mês de março, no dia 24 de março, no horário de 16h30... Consta audiência com o Presidente do grupo Wizard. Nessa segunda reunião, o senhor lembra a pauta?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu acredito que era a mesma. Essa aí não era aquela em que estava o Presidente da Havan também?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, aqui não consta nenhum outro membro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não consta. Ele deve ter vindo nessa segunda oportunidade com o Presidente da Havan.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Então, nas duas reuniões... O senhor lembra das duas reuniões. E, nas duas reuniões, o tema foi o mesmo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Na segunda reunião... Dois dias após essa reunião, se deu a sua exoneração. Eu pergunto ao senhor: por que o senhor saiu do ministério? Aliás, o senhor saiu logo após a chegada do novo Ministro Queiroga. Com a chegada do novo Ministro Queiroga, por que é que se deu a sua exoneração, Secretário?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senadora, eu acho natural que o ministro, ao assumir a sua cadeira, monte sua equipe. Eu era o Secretário-Executivo do General Pazuello, e o Ministro Queiroga queria, já tinha desenhado, o Rodrigo Cruz. E ele, quando assumiu, no dia 23, já me informou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estava montando a sua equipe e iria me substituir. Isso não era... Era só uma questão de tempo. Nós fomos prosseguindo com os processos por mais três dias, e o Rodrigo Cruz foi nomeado em seguida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ainda sobre o Carlos Wizard, consta aqui, por exemplo, a presença dele e o nível de influência dele no gabinete paralelo. Essas conversas que se davam junto ao senhor, em relação ao Carlos Wizard, se tratavam, por exemplo, além da questão da aquisição de vacina para o setor privado que o senhor cita, também da questão, por exemplo, do isolamento social, do uso dos elementos básicos, que são os recomendados – máscara, enfim, álcool em gel? Esses tipos de negação, o que, aliás, era orientado por esse gabinete paralelo, o Carlos Wizard, em algum momento, chegou a discutir com o senhor nessa mesma linha?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhora. Inclusive, nessas reuniões ele compareceu de máscara, ele utilizava álcool em gel que eu tinha sobre a mesa de reunião, e manteve todos esses cuidados, essas medidas de prevenção que eu citei, previstas na Portaria 1.465, de junho de 2020, editada pelo Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sr. Elcio, acerca do Markinhos Show, como é a sua relação com ele? Como era?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu o conheci, ele era Secretário de Comunicação do Governador, do Governo de Roraima, quando eu fui secretário da saúde. E eu mantive a relação com ele quando eu fui convidado para trabalhar na Prefeitura e mantenho contato com ele eventualmente; inclusive, ele fez aniversário, acho que na semana passada, e eu mandei parabéns para ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor lembra de um vídeo que o senhor fez e que foi produzido por ele? Nesse vídeo, por exemplo, o senhor faz uma crítica ao Governador de São Paulo, brincando, ou melhor dizendo, afirmando que o Governador de São Paulo brincava com a esperança do povo brasileiro? E a gente sabe do impacto da vacina CoronaVac no Brasil, aliás, ela iniciou a vacinação no Brasil. O senhor se arrepende desse vídeo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – De forma alguma. Dentro do aspecto da politização que nós citamos, eu nesse vídeo eu me referia à data de início da imunização que foi informada pelo Governo de São Paulo, uma vez que a vacina sequer havia entrado com o pedido de uso emergencial na Anvisa.

Eu lembro mais uma vez que o Butantan informou para a mídia que entraria com o pedido de registro 14 ou 15 de dezembro de 2020, se eu não me engano, adiou para 23 de dezembro, e só entrou com o pedido de uso emergencial e temporário no dia 8 de janeiro na Anvisa, faltando documentação, que complementou no dia 14, até que fosse concedida a autorização de uso emergencial no dia 17 de janeiro. Mesmo assim, ele ainda ficou pendente de documentos que não apresentou. Até a data presente, em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pese a Pfizer e a vacina da Fiocruz terem registro definitivo na Anvisa, o Butantan não entrou com o pedido de registro na Anvisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor está querendo dizer então que a não liberação, a não autorização não partiu de iniciativa do Governo, mas, sim, de ineficiência do próprio laboratório?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, como eu coloquei para a senhora e para todos os Srs. Senadores anteriormente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Presidente, eu queria pedir ao senhor só que mantivesse... A gente desconcentra um pouco quando as pessoas estão falando. Queria que o senhor pedisse um pouquinho...

Pois não.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senadora, são aquelas incertezas a que me referi com relação à Fase III de estudos clínicos, em que ocorreu atraso. Como eu citei o caso da Pfizer, ela disse, no primeiro memorando de entendimentos, que teria aprovação do FDA em outubro; ela só conseguiu em dezembro. O Butantan também atrasou. E a própria AstraZeneca também atrasou.

Nessa Fase III de estudos clínicos, a gente não pode ter uma data certa que vai concluir, porque as pessoas que são imunizadas com a vacina nessa Fase III de estudos clínicos precisam ter contato com a doença para verificar a eficácia e a segurança da vacina. Então, o número precisa estar sendo monitorado tendo contato com o vírus para, então, se identificar que a vacina foi eficaz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Qual a diferença, por exemplo, do tratamento em relação à CoronaVac e à vacina de Oxford, da Fiocruz? Porque a gente tem aqui os levantamentos: as duas, por exemplo, não contavam com o registro da Anvisa, e mesmo assim o tratamento que foi dado a uma foi totalmente diferente em relação à outra, mesmo as duas estando tecnicamente empatadas do ponto de vista burocrático, do andamento. Em relação à Anvisa, por que é que houve, por exemplo, uma agilidade em relação à vacina da Oxford e, ao mesmo tempo, se postergou em fechar o contrato...? E a oferta que foi apresentada, por exemplo, pelo Instituto Butantan, no dia 30 de setembro, ou melhor, de julho de 2020, apresentava uma oferta da ordem de 60 milhões de doses, e somente no dia 7 de janeiro agora, deste ano, o Ministério da Saúde assinou o contrato para a aquisição de doses da CoronaVac – portanto, para o Programa Nacional de Imunizações –, tratamento diferente, por exemplo, ao dado quando se tratava da vacina de Oxford, portanto, da Fiocruz. Por que tratamentos diferentes em situações iguais?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senadora, inicialmente, quando nós tratamos com a AstraZeneca, a situação não era igual. A AstraZeneca era a mais avançada ou uma das mais avançadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Fase III de estudos clínicos. Além disso, era uma tecnologia inovadora, que possibilitava a contratação por meio de uma encomenda tecnológica, conforme o marco legal brasileiro. E foi feito. O que é encomenda tecnológica? É meio que um contrato de risco.

Com relação à vacina do Butantan, por ser uma tecnologia que o Butantan já dominava, não poderia ser feito um contrato de encomenda tecnológica. Então, essa aquisição da vacina do Butantan foi feita como as demais imunizantes e soros que o Butantan nos fornece, que é uma contratação de acordo com a legislação. É um processo licitatório por inexigibilidade, via de regra, que é o caso da vacina da influenza. É feita a aquisição e, recebendo a vacina, é feito o pagamento. Esse contrato só ocorreu após a Medida Provisória 1.026, que foi editada no dia 6 de janeiro, e, 24 horas depois de tratativas anteriores, que nós já tínhamos, nós celebramos o contrato de 46 milhões de doses, com a opção de mais 54, materializando as 100 milhões de doses que o Butantan já havia oferecido ao ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Voltando aqui – o nosso tempo realmente... Meu Deus, eu só tenho três minutos!

Eu queria pedir que V. Exa. me desse mais dois minutos. Tive muita gente falando aqui perto de mim, Presidente. Acabou me desconcentrando um pouquinho. Eu queria pedir ao senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu sei que o senhor é um Presidente benevolente. V. Exa. vai me atender com mais dois minutos.

Sr. Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou vendo aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou vendo aqui que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode falar, Senadora, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tá.

Secretário – ex-Secretário, no caso –, Sr. Elcio, nós recebemos aqui, por exemplo, o diretor-geral da Pfizer, e ele falou que as tratativas, as conversas e as negociações técnicas que se deram em relação à Pfizer foram feitas junto ao senhor. É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhora. Conforme eu coloquei aqui, eu liderava um grupo multidisciplinar, envolvendo o pessoal do departamento logístico, do jurídico, da CGPNI, da SVS como um todo, da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, com o Departamento de Ciência e Tecnologia, e da agência internacional de saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo. Então, só para ganhar meu tempo, o senhor, de fato, esteve nesse acompanhamento das negociações.

Naquele momento, por exemplo, o Governo poderia ter desburocratizado apresentando uma legislação, apresentando uma medida provisória... V. Exa., inclusive, colocou que seria uma das condicionantes já ter, de fato, essa lei. Hoje, o senhor diz isso. Naquele momento, como foi o seu posicionamento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Naquele momento inicial, nós estávamos acompanhando a Fase III de estudos clínicos. Como eu coloquei para todos os senhores, a Fase III de estudos clínicos é considerada o cemitério de vacinas. É uma tecnologia inovadora, não havia nenhuma vacina no mundo com essa plataforma de RNA mensageiro. Isso gera, sim, uma incerteza no acompanhamento e exige um estudo profundo dos estudos clínicos da vacina e do desenvolvimento dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Naquele momento... Por exemplo, eu tenho aqui uma documentação que diz exatamente o inverso do que o senhor, na verdade, fez toda uma exposição aqui agora. O senhor disse o seguinte: o Governo brasileiro não tem intenção de preparar, elaborar nenhuma legislação no sentido de isentar da responsabilidade o responsável pela produção dessa vacina. O senhor confirma que o senhor disse isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Isso era uma discussão comercial, porque eles não arredaram em nenhuma vírgula das exigências deles. E eu não emiti documento falando isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou seja, naquele momento, não havia intenção do Governo, de fato, de criar uma legislação específica...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Porque eu estava forçando também para que eles viessem a ceder nas suas exigências, coisa que eles não fizeram até o final.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Então, não era verdade o que o senhor colocou? Que o Governo não tinha intenção?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós tínhamos interesse em adquirir a maior quantidade possível. Isso aí foi uma forma... Da mesma forma que a Pfizer nos pressionava e procurou o Ministério da Economia, procurou o Congresso, procurou o Palácio, foi uma forma de também pressioná-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

los para que eles cedessem em algumas das cláusulas chamadas leoninas. E eles não cederam em nada até o desfecho que nós citamos aqui pela Lei 14.125...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor sabe, pela posição que o senhor exercia, pelo cargo estratégico que o senhor exercia na secretaria, que uma informação dessa natureza não pode ser feita de forma irresponsável. Quando o senhor disse que o Governo não tinha nenhuma intenção de preparar, o senhor está dizendo que o senhor usou taticamente, estrategicamente, o senhor sabe que isso traz uma repercussão e um impacto muito grande na sociedade brasileira. Por exemplo, uma fala sua tem impacto totalmente diferente da de qualquer uma outra pessoa. O senhor não considera isso também irresponsável de sua parte, falar algo dessa natureza, se hoje o senhor disse que não era bem isso que o senhor queria falar?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como eu falei para a senhora, era durante as tratativas de negociação. Isso era um *business*. Então, isso aí já foi em resposta a uma manifestação da Pfizer, onde ela estava dizendo que nós estávamos protelando... E eu não me lembro agora exatamente do que ela tinha colocado. Então, era uma forma de forçá-los a tentar ceder nas suas exigências para que nós chegássemos a bom termo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero finalizar. O senhor teve Covid, não é?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Qual foi o tratamento que o senhor fez? O senhor usou hidroxicloroquina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O médico me recomendou, eu tomei, na fase viral – que eu me lembre agora –, hidroxicloroquina, ivermectina, nitazoxanida. E, depois, eu tomei anticoagulantes, tomei... Acho que dexametasona injetável. E tomei um antibiótico também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor fez a utilização da hidroxicloroquina...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O médico me recomendou, e eu aceitei.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O médico me recomendou, e eu aceitei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senhor?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – O senhor chegou a ser internado ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Eu fui internado. Eu tive de 25% a 50% de comprometimento nos pulmões.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mesmo com a hidroxicloroquina sendo...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu ainda estou em reabilitação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mesmo com o tratamento da hidroxicloroquina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Meu quadro poderia ter sido mais acelerado e eu poderia estar pior.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O atendimento com a hidroxicloroquina o senhor só teve no hospital ou o senhor teve por conta própria também?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, eu nunca defendi a automedicação, de forma alguma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para finalizar agora, Presidente.

Como o senhor tratava e como o senhor conduzia, por exemplo, o direcionamento de um estoque que o Ministério da Saúde recebeu, inclusive de um lote de 3 milhões de doses do Governo americano de Donald Trump e também de um outro lote de 60 mil doses pela farmacêutica Sandoz? O senhor, na Secretaria, naturalmente de posse dessas informações, qual o tipo de finalidade para o direcionamento de um volume tão grande de hidroxicloroquina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senadora, a senhora me permite? Complementando a informação, foram em torno de 1 milhão de doses do Governo americano e 2 milhões de doses da Novartis. O Governo americano, ou a Novartis, eu não tenho certeza, também fez uma doação para o Município de São Paulo e para o Governo do Paraná, não sei a quantidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui, Secretário, consta no *site* do Ministério da Saúde.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, são 3 milhões, como eu falei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ah, sim, o senhor está fazendo a subdivisão, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – É, fiz a subdivisão, que foi o Governo e a Novartis. E a intenção de receber esses medicamentos, como eu coloquei anteriormente, foi para atendimento dos programas que o ministério conduz, como tratamento antimalária, como lúpus e artrite reumatoide. Esses medicamentos são... Essa quantidade, considerando que o consumo mensal brasileiro gira em torno de 3,4 milhões de unidades, ela ajudaria no combate, no enfrentamento a essas doenças, considerando que a gente sabia que estava havendo a prescrição *off-label* também para o enfrentamento da pandemia por alguns médicos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, com todo respeito – e queria pedir aqui a vênia da nossa Senadora Eliziane Gama... Com todo respeito, o Presidente Jair Bolsonaro fez a propaganda da hidroxicloroquina e recebeu dos Estados Unidos para o tratamento da Covid. Nós não podemos aceitar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Exibiu...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exibiu, nós não podemos aceitar esse tipo de declaração mentirosa, reincidente nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane, concluindo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para finalizar, lembro também que a *Folha de S.Paulo* apresentou aqui um dado também de uma produção de 3 milhões de doses pela Fiocruz para o enfrentamento da pandemia no Brasil.

Eu quero, para fechar, Presidente, considerando as várias interrupções...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluindo, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Concluindo, considerando aqui o rito também feito pelo nosso Relator, diante de tudo que o senhor viveu, Secretário, na Secretaria: o senhor esteve no momento do enfrentamento dos momentos cruciais no Brasil, que foi em relação ao Estado do Amazonas, com a falta de oxigênio, o senhor inclusive numa posição estratégica. A gente viu aqui várias declarações suas claras, por exemplo, em relação ao isolamento social, em relação ao uso da hidroxicloroquina, apresentando, por exemplo, um tratamento precoce com um medicamento que tem efeitos colaterais graves, em algumas situações, inclusive, levando à morte. O primo de uma grande amiga minha morreu porque usou hidroxicloroquina achando que ia ficar bom; e ele teve simplesmente um ataque cardíaco e morreu. Esse é um exemplo diante de tantos outros. E o senhor esteve, na verdade, no comando dessa política, saiu agora, recentemente. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

senhor acha, o senhor se sente com missão cumprida dentro desse cargo que o senhor assumiu? O senhor não se arrepende de algumas posturas que o senhor poderia ter adotado e não adotou, caminhando aí pelo rito, infelizmente, do negacionismo?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senadora, com relação aos medicamentos, eu não sou médico, biomédico, bioquímico, farmacêutico ou cientista. Eu era assessorado por técnicos do ministério, que nos traziam evidências de estudos.

Bom, com relação à produção da Fiocruz a que a senhora se referiu, houve uma compra do ministério em 2018 e, ao final de 2019, em que não houve compras, houve a instrução de um processo, que se materializou ainda na gestão Mandetta, desses 3 milhões de doses a que a senhora se referiu, que seriam para atender ao SUS dentro das demandas, como eu citei, de lúpus, artrite reumatoide e antimalárico.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Coronel Elcio.

Próximo inscrito é o Senador Humberto Costa. Após o Senador Humberto Costa, nós vamos suspender, para um intervalo, por 30 minutos a oitiva de hoje da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senador Humberto, o depoente está à sua disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Secretário Elcio Franco, seja muito bem recebido aqui no Senado Federal...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a palavra ao Senador que está inscrito, por gentileza?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero começar por onde V. Sa. começou. V. Sa. começou aqui dizendo que o SUS é um sistema tripartite – ele é, sim –, cada um tem a sua função, mas V. Sa. se esqueceu de dizer, por exemplo, que a Lei Orgânica da Saúde determina, lógico, as atribuições de cada um dos entes, mas, quando se esgota a capacidade de resposta ou de prestação de serviço de um ente, os demais, especialmente os superiores, têm a obrigação de assumir responsabilidades no que diz respeito a isso.

O Decreto, também, nº 7.616, de 2011, que trata das emergências em saúde pública de importância nacional, deixa claro que o papel do Ministério da Saúde é planejar, organizar, coordenar e controlar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas a serem empregadas durante a Espin, que é essa emergência em saúde pública, inclusive se articular com Estados e Municípios. O Tribunal de Contas da União, no seu relatório, diz que o Ministério da Saúde não cumpriu esse papel. Chegou até a aplicar tanto a V. Sa., quanto ao ex-Ministro Pazuello uma multa que deve estar sendo objeto de uma discussão.

O Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública, que é pra ser coordenado pelo Ministério da Saúde, tem entre as suas competências:

> V– propor, de forma a justificada, ao Ministro [...] da Saúde [escutem isto]:
> a) o acionamento de equipes de saúde incluindo a contratação temporária de profissionais, nos termos do disposto no inciso II [...] [pá-pá-pá];
> b) a aquisição de bens e a contratação de serviços necessários para atuação na ESPIN;

Então, o Ministério da Saúde, o ex-Ministro Pazuello, o Governo Federal não podem se omitir da sua responsabilidade que era ter garantido o oxigênio em Manaus, ter garantido o *kit* intubação pra todos os lugares e garantir vacina para o conjunto da população.

Mas, prezado Secretário, falei isso para situar aqui a minha divergência em relação ao que V. Exa. colocou num primeiro momento.

Mas, entrando exatamente nesse assunto, em maio, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, os estaduais, mandaram pra COE-Covid sete ofícios, pedindo que o Ministério da Saúde adquirisse o chamado *kit* intubação, que são os relaxantes musculares, são os sedativos, não é? Somente em junho, um mês depois, depois dos sete ofícios, o Ministério da Saúde aceitou participar da aquisição. Providenciou à época, aliás, no período todo, apenas 3,5 a 5,7% da necessidade que havia e da demanda que foi apresentada. Isso, em junho começou. Em setembro as compras caíram, em novembro foram zeradas – talvez por aquilo que a gente ouviu ali o Ministro Pazuello dizendo, que em dezembro a coisa ia cair, não ia ter mais, então, não vamos gastar dinheiro com o *kit* intubação, não é? Acontece que veio a segunda onda e muita gente, especialmente em Manaus, teve que ficar amarrada, porque não tinha *kit* de intubação para que as pessoas pudessem ficar inteiramente sedadas.

Eu pergunto, inclusive, eu pergunto a V. Exa., porque houve um outro fato muito importante: a Opas fez uma oferta ao Ministério da Saúde de US$70 milhões em medicamentos do *kit* intubação e o Ministério da Saúde adquiriu US$3,5 milhões, portanto, 20 vezes a menos do que a Opas ofertou. Eu pergunto a V. Exa.: esse dado corresponde à realidade? Se corresponde, por que é que o Ministério da Saúde não adquiriu uma quantidade maior do *kit* intubação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Senador, com relação a essa quantidade, eu desconheço esse fato, ele deve ter sido gerenciado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde e/ou pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação em Insumos Estratégicos em Saúde, onde está o Departamento de Assistência Farmacêutica, sobre a quantidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as ações, numa operação humanitária, em reforço à atuação de Estados e Municípios – e o senhor foi Ministro da Saúde –, cabe aos Estados e Municípios a aquisição, gerenciamento de contratos, verificação de nível de estoques dos medicamentos que eles precisam empregar, porque eles operacionalizam a saúde. E o ministério, atuando em diálogo com o Conass/Conasems, discutindo no gabinete de crise, ele, quando teve a informação, ele procurou mapear – inclusive com o apoio da Anvisa, verificando a produção dos produtores locais – onde estavam os estoques, inclusive os representantes dos laboratórios, pra poder favorecer a requisição administrativa, a aquisição – que ocorreu por meio de pregão, colocando os Estados como coparticipantes e os Municípios das capitais –, importação por intermédio da Opas, ou seja, foram abertas várias frentes, a operação Uruguai, com a ajuda do Ministério das Relações Exteriores, onde também importamos medicamentos, remanejamento de medicamentos entre Estados. Foram feitas várias ações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Meu tempo.

Veja, eu não concordo com V. Sa. porque, na verdade, nós não estamos falando de tempos normais, nós estamos falando de uma emergência em saúde pública.

Portanto, o papel, o que acontece no SUS regularmente não era a realidade que nós estávamos vivendo. Estados e Municípios não estavam adquirindo os bens, o que era necessário, porque a questão da fragmentação, naquele momento, não contribuía. Estava tudo mais caro, estava tudo faltando. Então, tinha que ser o Ministério da Saúde a cumprir esse papel.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Por isso adquirimos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Segundo...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Inclusive, nós tivemos requisições administrativas, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deixa eu só aqui continuar.

Sobre vacinas, primeiro, se o Butantan já dominava aquela tecnologia que a CoronaVac tinha idêntica, não era mais lógico se dar prioridade à compra do Butantan do que investir na AstraZeneca, que nós não tínhamos esse domínio?

Segundo, a fala de V. Exa. é muito clara. Me perdoe, mas o senhor disse: "Não vamos comprar vacina de São Paulo". Tudo bem. "Não vamos comprar a vacina do Governador de São Paulo". Tudo bem. E, no final, o senhor disse: "Nós não vamos comprar a vacina chinesa". Será possível que é outra vacina? Não é a do Butantan? Qualquer criança é capaz de ter essa leitura! Pelo amor de Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, é porque V. Sa., o Ministro Pazuello vieram aqui fazer a mesma coisa: proteger o responsável por isso, que é o Presidente da República. Os senhores não fizeram nada além de cumprir as ordens e os desejos dele. Por isso, ele não estava preocupado com cemitério de vacinas. V. Exa. falou aqui: "Nós não compramos porque a terceira fase, muitas vezes, é o cemitério das vacinas". Deviam ter se preocupado com os cemitérios superlotados hoje no nosso País, de gente que morreu.

O H1N1, ministro, secretário... Do H1N1, o Brasil comprou um ano antes de a vacinação começar. Vacinamos 80 milhões de pessoas em cem dias. Essa questão de você fazer a compra é um risco, é verdade, mas nós estamos na gestão pública pra quê? Pra que a gente vai para a gestão pública, se não é pra correr risco, se não é pra pensar mais pra frente?

Então, o que aconteceu? Foram meses, e nós não tivemos a vacina. Podíamos ter hoje, no Brasil, um processo de vacinação muito mais avançado do que esse que nós estamos vivendo hoje, no nosso País.

Ainda – eu vou lhe dar a palavra – teria uma coisa que eu queria colocar sobre essa questão da vacina. É que, se se tratava de um investimento seguro, como eu disse, era muito mais seguro investir. Era tão seguro, porque tinha que investir na Fiocruz, mas era tão seguro investir na Fiocruz quanto investir no Butantan. Por que não aconteceu? Resposta: política! Política de Bolsonaro. Ele não tava preocupado em vacinar o povo brasileiro; ele não tava querendo era que o Governador de São Paulo capitalizasse, porque fez o que ele não fez.

Estou certo ou estou errado, Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Está certíssimo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, a verdade é essa concretamente.

Não se colocou um centavo no desenvolvimento da CoronaVac por razões políticas. Agora, veja que incoerência: 75% da população brasileira até agora vacinada foi com CoronaVac! Em quem é que devia ter sido colocado recurso para o desenvolvimento? Não podia ter o preconceito político para fazer isso! A verdade é essa.

Mas eu ouço V. Sa. para terminar aqui a minha fala.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, esse número que o senhor citou agora, ele deve estar equivocado, considerando que a Fiocruz já distribuiu mais doses do que o Butantan, ela ultrapassou a quantidade.

Com relação aos outros aspectos que o senhor citou: o meu vídeo também deixa claro que nossas tratativas eram com o Butantan, não com o Governador ou Governo de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à vacina: já citei que nós não tínhamos interesse na vacina chinesa, tínhamos interesse na vacina a ser produzida pelo Instituto Butantan.

E, com relação a H1N1, que o senhor citou: provavelmente, quando ela foi comprada, para aderir à legislação brasileira, ela já tinha registro, diferente dessas vacinas que estavam sendo desenvolvidas.

E sobre eu fazer uma compra antecipada do Butantan: eu estaria invertendo os estágios da despesa, eu não posso pagar pelo que eu não recebi. Isso foi externado também várias vezes em coletivas de imprensa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas o Butantan – me desculpe, Excelência –, o Butantan queria uma garantia, ele não queria que V. Sa. pagasse a ele. Lógico que, se pudesse haver um apoio para o desenvolvimento, nada mais justo, até para que o Brasil...

Na verdade, se não fossem os governos que vieram depois de 2016, o Brasil hoje estaria produzindo vacina, não estaria nem fazendo transferência de tecnologia e nem comprando vacina lá de fora! Destruíram o sistema de ciência e tecnologia do Brasil, especialmente na área da saúde! Se V. Sa. tivesse apostado na vacina do Butantan, nós teríamos começado a vacinar no Brasil a partir do mês de dezembro! Quantas vidas teriam sido poupadas? Quantas vidas teriam sido poupadas se isso tivesse sido feito?

Então eu quero dizer a V. Sa., com o maior respeito que lhe tenho... Vou dizer o que eu disse ao Ministro Pazuello: não era o senhor para estar sentado aí, era o Presidente Bolsonaro, o responsável por implementar no Brasil uma tentativa de enfrentamento à pandemia que ninguém no mundo implementou. Na Grã-Bretanha eles começaram, tentaram, tiveram que voltar atrás; na Suécia, eles começaram, tentaram, foi um desastre, basta comparar os indicadores de Suécia, Noruega e Dinamarca, todos países comparáveis. A tese da imunidade de rebanho é criminosa! Criminosa! Aqui no Brasil ela é responsável em grande parte por isso aqui, porque enquanto – eu acredito que V. Exa. é uma pessoa muito bem intencionada – V. Sa. e o Ministro Pazuello, que eu acho também que era bem intencionado, sabiam o que era certo fazer, tinham que fazer o que era errado, porque o Presidente da República queria que assim fosse. E é isto, Relator Renan Calheiros, que o nosso relatório tem que dizer para o Brasil: nós temos um grande responsável por isso que nós estamos vivendo hoje no nosso País que se chama Jair Messias Bolsonaro. É o principal responsável.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (*Fora do microfone*.) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Coronel, pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Bom, nós não poderíamos apoiar o desenvolvimento da vacina do Butantan, porque ela estava sendo desenvolvida pela Sinovac na China. O Butantan não a estava desenvolvendo, ele estava apenas conduzindo os estudos clínicos de Fase III para poder, depois, colocar na linha de produção.

Com relação à data de início da vacinação, ela também não poderia ocorrer em dezembro, porque o Butantan só obteve autorização de uso emergencial da Anvisa no dia 17 de janeiro.

E, com relação à imunização de rebanho, como eu falei aqui já para todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós nunca discutimos esse tema, nem praticamos, nem o incentivamos durante a nossa gestão no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Coronel Elcio Franco. Obrigado, Senador Humberto Costa.

Eu tinha prometido um intervalo, mas eu cometi... Esta Mesa, esta Presidência cometeu um deslize, que eu queria fazer questão de reparar, pela ordem. Era, na verdade, primeiro, o Senador Eduardo Braga e, depois, o Senador Humberto Costa.

Peço desculpas a S. Exa. o Senador Eduardo Braga, e, ato contínuo, já passo a palavra para ele. O Coronel Elcio Franco está a sua disposição.

Após o Senador Eduardo Braga, nós suspenderemos por 20 minutos.

Senador Eduardo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só uma informação urgente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – O Presidente da República nomeou o pai do auditor que fez o relatório falso para um cargo na direção da Petrobras. O Brasil inteiro precisa saber disso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já tinha sido nomeado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo, se o senhor me permite... Vejam, a ordem, depois que voltarmos do intervalo, é a seguinte: o Senador Otto Alencar; aí ocorreu uma permuta entre o Senador Marcos Rogério e o Senador Fernando Bezerra – então, Senador Fernando Bezerra –; este Senador, que sairá da Presidência para interrogar o depoente; o Senador Eduardo Girão; o Senador Jorginho Mello, o Senador Luis Carlos Heinze. Seguirá com os suplentes: Senador Rogério Carvalho, primeiro suplente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... Senador Alessandro Vieira, Senadora Simone Tebet, Senador Marcos Rogério, e os não-membros Senadora Leila e Senador Fabiano Contarato.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho conversado com o Senador Jorge Kajuru – troco mensagem, converso com ele. O Senador Jorge Kajuru, ao lado do Senador Alessandro Vieira, os dois foram os que provocaram o Supremo Tribunal Federal para que de lá saísse a decisão tomada pelo Ministro Barroso para que o Presidente do Senado Federal pudesse autorizar a CPI da Covid-19. E o Senador Jorge Kajuru é suplente, ele não tem conseguido se expressar ou perguntar, fazer as perguntas necessárias. Ele me falou, e eu pergunto a V. Exa. se há uma possibilidade, diante da iniciativa dele... Tem que se louvar a iniciativa do Senador Kajuru e do Senador Alessandro. Nós não estaríamos fazendo Comissão Parlamentar de Inquérito se não fosse a iniciativa de ambos de provocarem o Supremo Tribunal Federal. Então, há possibilidade – não sei se V. Exa. tem essa condição, essa atribuição, esse poder – de dar ao Senador Kajuru a oportunidade de falar antes? Ele fica, às vezes, no último lugar, já à noite, tarde. E V. Exa. sabe que, no finalzinho aqui, a plateia é muito pequena. Não é que ele precise de plateia, porque ele foi um dos maiores jornalistas esportivos, é ainda o maior jornalista esportivo do Brasil, pela sua veemência, sua coragem, sua decisão de se insurgir contra o que está errado.

Então, eu só queria colocar essa posição, em homenagem, inclusive, à decisão, à coragem dele e do Alessandro de provocar... Não estaríamos aqui hoje se não fosse o Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Otto Alencar, recolho o encaminhamento de V. Exa. para esta Presidência. Reitero a mesma opinião, compartilho da mesma opinião sobre a importância do Senador Jorge Kajuru, assim como do Senador Alessandro Vieira, para termos esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Encontraremos, dentro dos limites regimentais que nos são estabelecidos, os mecanismos adequados...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu posso até abrir mão da minha oportunidade de falar para dar oportunidade a ele, porque esse período inteiro ele não teve nenhuma chance de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Nós encontraremos... Não precisa, Senador Otto. Nós encontraremos a alternativa mais adequada, mais conveniente para dar encaminhamento à reivindicação que V. Exa., justamente, faz aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em benefício do Senador Jorge Kajuru. Esta Presidência recolhe... Se S. Exa. já quiser hoje, inclusive, se inscrever, esta Presidência dará a prioridade para o Senador Jorge Kajuru na inscrição entre os primeiros não-membros, garantindo e assegurando a sua palavra.

Obrigado, Senador Otto Alencar.

Agora sim – me desculpe mais uma vez –, Senador Eduardo Braga, V. Exa. tem o tempo de 15 minutos, com a condescendência desta Presidência. O Coronel Elcio Franco está à sua disposição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bem, eu quero agradecer a V. Exa., Presidente Randolfe; cumprimentar o Coronel Elcio, que serviu no Amazonas, conhece a realidade do meu Estado; cumprimentar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras; e cumprimentar o povo brasileiro que nos acompanha.

Coronel Elcio, eu quero aqui discordar de V. Sa. com relação a esta expressão: "cemitério de vacinas", porque o que nós temos visto é cemitério de pessoas que morreram por falta de vacina.

Veja, a CoronaVac começou a ser aplicada na China, com a aprovação emergencial pela agência chinesa no dia 22 de julho de 2020, em caráter emergencial. Se o Governo brasileiro, se o Ministério da Saúde tivesse assinado o contrato com o Butantan para garantir que nós tivéssemos doses em abundância, em número necessário para salvar vidas de brasileiros tão logo a Fase III estivesse aprovada pela Anvisa, nós, ao começarmos a aplicar a vacina no dia 17 de janeiro... Veja, Senador Randolfe, a primeira dose dessa vacina, em caráter emergencial, foi aplicada na China no dia 22 de julho. Nós aplicamos no Brasil no dia 17 de janeiro, e deixamos de assinar o contrato que poderia assegurar um volume de IFA e um volume de doses para que nós não passássemos o que passamos nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, onde o cronograma de vacinação não foi cumprido. E não foi cumprido por quê? Porque, quando tinha vacina pra comprar, nós não compramos. A Pfizer, por exemplo, foi aplicada, a primeira dose, no Reino Unido, em 8 de dezembro; no Brasil, em 4 de maio. E, quando nós podíamos ter contratado para podermos ter o volume suficiente de vacina, nós não vacinamos – nós não contratamos, melhor dito.

A AstraZeneca, a primeira dose de AstraZeneca aplicada foi no dia 4 de janeiro no Reino Unido; no entanto, aplicamos a primeira dose de AstraZeneca no Brasil no dia 25 de janeiro, mas só agora nós conseguimos o contrato de transferência tecnológica. Quantos brasileiros morreram? Os nossos cemitérios estão cheios de brasileiros mortos por causa da falta de vacina.

Então, esta é a grande questão. E eu sei que o Coronel Elcio era o grande operacional do Ministério da Saúde. E a grande questão que fica, seja com a CoronaVac, seja com a Pfizer, seja com a AstraZeneca, seja com a Sputnik, com a Covaxin e com a Moderna... E olhe só: a Moderna, que foi aplicada nos Estados Unidos no dia 12 de janeiro de 2020, no Brasil a primeira dose vai ser apenas em 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, essa defasagem na vacinação é que lamentavelmente deixou o nosso povo sem vacinação, mais a questão do negacionismo em relação ao uso da máscara, ao álcool em gel, à não aglomeração. Essas são questões que eu creio que V. Sa. precisa responder.

Então, minha primeira pergunta é: por que não contratamos? Por que não contratamos? Porque o argumento do cemitério de vacinas não convence, não é um argumento, porque, ao não contratar, faltou vacina para o País. E, ao não contratarmos agora – e aí já não é com V. Sa., porque V. Sa. não é mais o Secretário-Executivo –, nós estamos agora diante de um outro impasse. Por quê? Porque nós só vamos conseguir produzir a AstraZeneca com a produção do IFA no Brasil daqui a 60, 90 dias. E precisamos, portanto, continuar importando CoronaVac e AstraZeneca. E ainda tem o problema do cumprimento dos prazos com relação à Pfizer. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é sobre oxigênio, Coronel Elcio, porque o Amazonas viveu situações dramáticas de oxigênio. Eu lhe pergunto: faltou dinheiro pra comprar oxigênio?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Elcio, por gentileza.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Já distribuiu aquela planilha do oxigênio?

Bom, com relação às perguntas – muito obrigado pelas perguntas, Senador Eduardo Braga –, eu gostaria de fazer algumas colocações.

Em 29 de outubro, uma matéria do Olhar Digital divulga que o Butantan só poderá "estabelecer um novo calendário quando os insumos da vacina, que chegarão apenas em meados de novembro, após a aprovação da Anvisa". E, em 26 de novembro, a Anvisa afirma que "o Butantan não entregou todos os documentos sobre a CoronaVac" (Saúde - iG). E há atrasos na entrega do pedido de uso emergencial no dia 15 de dezembro – 23 de dezembro –, até que ela protocola na Anvisa, no dia 8 de janeiro, o pedido de uso emergencial. Então houve atraso no desenvolvimento, o que não possibilitaria a antecipação da vacinação.

Com relação à assinatura tardia do contrato de transferência tecnológica entre a Fiocruz e a AstraZeneca, ele apenas formalizou uma transferência que já estava ocorrendo, tanto é que o parque fabril da Fiocruz já está licenciado pela Anvisa, e a Fiocruz já está produzindo IFA – ela não ia fazer isso da noite para o dia.

Com relação a outras contratações, como o senhor citou a da Moderna, a Anvisa divulgou, num caderno sobre licenciamento das vacinas, que as vacinas deveriam ter um representante brasileiro para fornecer a documentação e atender a todas as demandas de informações de estudos clínicos e científico-tecnológicas para, então, aprovar, seja em caráter de uso emergencial ou de registro, a vacina. A Moderna

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tinha esse representante. Agora, como está se manifestando essa contratação neste momento com o Ministério da Saúde eu desconheço, não sei se saiu alguma documentação diferenciada da Anvisa.

Então, no "Guia sobre os requisitos mínimos para submissão de solicitação de autorização temporária" da Anvisa, no item 3, Submissão, ela prevê que "deve ser realizada por empresa devidamente regular perante a Anvisa", uma empresa nacional. Isso valeu para a contratação da Sputnik V e da Covaxin, que tiveram como representantes a União Química e a Precisa Medicamentos. A Moderna, como eu citei, não tinha um representante.

Com relação ao contrato da Pfizer, eu já descrevi a linha do tempo, e as condições que nós conseguimos contratar foram muito mais vantajosas do que o que era oferecido antes com relação à antecipação do calendário e ao aumento da quantidade. Então, nós conseguimos mais vacinas, entregues num período menor, no contrato que foi celebrado entre o Ministério da Saúde e a Pfizer, que tinha representante nacional e, por isso, conseguiu fazer o seu licenciamento na Anvisa.

Com relação ao oxigênio...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas, Coronel...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senhor?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Coronel, antes de o senhor responder sobre o oxigênio, me permita fazer uma colocação, porque eu acho que está havendo um problema de comunicação.

A questão da Anvisa é para que se possa fazer a importação e a aplicação na população brasileira, mas, anteriormente, nada impediria que o Ministério da Saúde garantisse que nós teríamos a vacina! Agora mesmo, por exemplo, o Butantan está produzindo a ButanVac, correndo risco, porque ele acredita na vacina. Ora, já estavam aplicando essas vacinas em outros países! E a diferença entre um dia, dois dias, dez dias, dois meses, três meses, são milhares de pessoas que morreram. É um verdadeiro cemitério de pessoas. Essa é a grande discussão. Essa é a grande questão. Nós não podemos deixar de comprar vacinas. E eu estou dizendo isso agora ao senhor, o senhor não é mais o Secretário-Executivo, mas ontem eu disse ao Ministro Queiroga: não é possível nós não comprarmos mais CoronaVac porque estamos acreditando numa vacina que vai sair daqui a 90 dias. Enquanto isso, tem brasileiro morrendo. "Ah, o cronograma da Pfizer..." Os cronogramas não foram cumpridos. Se nós tivéssemos assinado antes, talvez nós tivéssemos a vacina. Não temos garantia disso, mas pelo menos nós tínhamos feito o nosso esforço. É essa a questão.

Agora quero lhe ouvir sobre o oxigênio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com relação à vacina, Senador, eu concordo plenamente com o senhor, tanto é que, além das 100 milhões de doses compradas, nós ainda colocamos a intenção, após cumprir o calendário de entregas, que já era a capacidade máxima do Butantan, nós colocamos a intenção de adquirir mais 30 milhões de doses, que seriam para o final de 2021. Até eu sair do ministério, o Butantan não havia – havia sinalizado por ligação telefônica – confirmado formalmente essa intenção do fornecimento para uma aquisição. Eu acredito que o Ministro Queiroga falou ontem sobre essa possibilidade.

E também, com relação ao desenvolvimento de vacinas, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem acompanhado e financiado algumas pesquisas para esse desenvolvimento, mas eu não sei se a ButanVac está nesse portfólio.

Com relação ao problema do oxigênio em Manaus, dentro de uma ação, uma operação humanitária, o ministério envidou todos os seus esforços para, em reforço, em complemento àquilo que era responsabilidade do Estado e do Município em adquirir, em monitorar o consumo, identificar o aumento do consumo, dentro da gestão tripartite, nós reforçamos as ações enviando oxigênio. Nós temos uma resolução colegiada da Anvisa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Coronel, faltou dinheiro ao Estado ou ao Município para poder providenciar a compra, onde quer que seja, desse oxigênio?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Pelo nosso levantamento, eu estou procurando aqui, não faltou o dinheiro. E eu vou informar quanto era o saldo em conta do Estado do Amazonas e do Município de Manaus no dia 31 de dezembro.

Procura para mim, por favor.

Com relação ao oxigênio, dentro da nossa operação de reforço, todas as nossas demandas foram atendidas com 24 horas da oportunidade da demanda. Então, inicialmente, o Ministro da Saúde recebeu uma ligação, na noite do dia 7 de janeiro, do Secretário Estadual de Saúde, onde ele solicitava um apoio logístico no transporte de cilindros de Belém para Manaus – 7 de janeiro. E ele foi providenciado com o apoio da Força Aérea Brasileira, Ministério da Defesa. O Ministro solicitou o apoio do Ministério da Defesa e solicitou o apoio do Comando Conjunto do Amazonas, e essas garrafas, esses cilindros chegaram no dia 8. E uma segunda leva de mais 200 cilindros, foram 150, no dia 8, e 200, no dia 10. Quando a comitiva do Ministro chegou em Manaus, na noite do dia 10, que era um domingo, ela se reuniu com o Governador e com o Secretário Estadual de Saúde, e eles tomaram ciência de que, aí sim, haveria um problema na produção e fornecimento. Ato contínuo, o Ministro pediu uma reunião com a White Martins, às 7h30 da manhã do dia seguinte, dia 11. E, no dia 12, ao tomar ciência da situação, já havia a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeronave da FAB transportando oxigênio líquido para Manaus. Tudo que estava ao nosso alcance, dentro de uma ação interministerial, nós fizemos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Coronel...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com relação a saldo, que o senhor perguntou...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... no dia...

Não, aqui é agosto. Espere aí. (*Pausa.*)

No dia 31 de dezembro, o saldo na conta do Estado do Amazonas era de R$478,1 milhões; e o saldo nas contas de Fundo Municipal de Saúde dos Municípios do Estado do Amazonas era de R$203,1 milhões.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, Coronel, só para deixar claro: não faltou dinheiro. Agora, é claro que o transporte de cilindros para uma cidade como Manaus, com o volume que explodiu a demanda, e essa... E amanhã haverá, obviamente, a posição do Governador aí, que vai obviamente ter que explicar por que é que, com o dinheiro que dava para ter comprado oxigênio em qualquer lugar do mundo e transportado para Manaus, para salvar vidas... Só para o senhor ter uma ideia, Coronel, no dia 9 de janeiro, morreram 123 pessoas na cidade de Manaus por falta de atendimento, boa parte delas de oxigênio; e, no mês de janeiro, morreram 2.822 amazonenses; em março, morreram 2.743 amazonenses.

E, Coronel, só me responda a mais uma questão – para respeitar o tempo. O Ministro Ernesto Araújo declarou a esta Comissão que havia mobilizado um avião da Força Aérea americana para transportar oxigênio líquido, inclusive trazendo oxigênio dos Estados Unidos, e que isso não foi realizado por falta de informações do Governo do Estado do Amazonas. O senhor confirma essa declaração do Ministro Ernesto Araújo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não posso confirmar. Eu não estava no MRE. O Ministério da Saúde não foi instado. Quando o foi, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, foi feita uma solicitação para que a Embaixada americana fizesse o contato. E, quando veio a resposta de que não poderia fornecer oxigênio, mas uma aeronave, mediante ressarcimento, chegou a resposta no dia 23 ou 26 de janeiro. Nesse período, nós já havíamos equalizado o fornecimento de oxigênio, conforme a demanda de Manaus, o que se deu no dia 15 de janeiro. Então, não era mais necessário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Coronel, me perdoe...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... locar uma aeronave.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Me perdoe, Coronel, mas essa sua informação, tal qual eu disse ao Ministro Pazuello... Pelo amor de Deus! No dia 15 de janeiro não estava equacionado o problema de oxigênio de Manaus e do Amazonas. O nosso problema de oxigênio e a curva de mortes... E mais: os vídeos que nós temos comprovam que o problema de oxigênio no Amazonas foi até o final do mês de janeiro, começo do mês de fevereiro. Coronel, essa informação é errada! Desculpe, não quero ser descortês! Ela é mentirosa! Por quê? Porque o número de pessoas mortas e os vídeos que nós temos e que nós vamos apresentar... Essa informação não é correta! E, se havia disponibilidade de trazer oxigênio líquido, nós deveríamos ter trazido. E o Ministério das Relações Exteriores informa que esse recurso do avião estava disponível. E, lamentavelmente, nós não tomamos providências.

Mas, eu quero agradecer a sua participação e dizer mais uma vez: não faltou dinheiro, faltou competência, faltou gestão, planejamento para salvar vidas! E não é só no Amazonas, não, porque agora nós estamos vendo falta de oxigênio em outras cidades.

E mais. A execução é estadual e é municipal? É, mas a coordenação tripartite nacional é do Ministério da Saúde. Portanto, o Ministério da Saúde não pode ficar omisso neste momento.

Obrigado, Presidente.

E obrigado, Coronel, pelas suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

V. Exa. quer completar?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Por favor.

Há responsabilidade também do fabricante. Há uma resolução da Anvisa de março de 2020 que diz que, se o fabricante verifica indícios de desabastecimento, ele deverá notificar a Anvisa. E os fabricantes foram notificados disso. Além disso, a White Martins tinha um estoque estratégico de 300 mil metros cúbicos de oxigênio, e ela vinha consumindo esse estoque estratégico. E o dia 14 foi o dia mais crítico. A partir do dia 15, nós temos uma planilha que apresenta que nós passamos a equilibrar a entrada do estoque estratégico com o fornecimento de oxigênio, baseado em importação, transporte de aeronaves da FAB, caminhões, navios da Marinha do Brasil, que levaram oxigênio líquido, e uma série de outras iniciativas, possibilitando que fosse, inclusive, reposto o estoque estratégico da White Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Coronel Elcio.

Como esta Presidência havia anunciado, nós suspenderemos por 20 minutos. Retornaremos pontualmente às 14h45, eu espero já com o retorno do Presidente Omar Aziz. E, a partir daí, retomaremos com a inquirição do Senador Otto Alencar e, logo após, do Senador Fernando Bezerra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria, inclusive... Recebi aqui uma mensagem do Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – O senhor sabe que o Senador Jorge Kajuru é muito amigo do José Luiz Datena, apresentador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E ele está em São Paulo, foi acompanhar o filho do Datena, de 33 anos, que está acometido com a Covid-19. Inclusive, espero que ele possa se recuperar, um jovem de 33 anos acometido por uma doença tão grave dessa natureza. Essa variante nova P1, que surgiu em Manaus, pela ineficiência e omissão do Governo, tem esta característica de acometer pessoas jovens, inclusive de forma muito grave, com a pneumonia virótica. Portanto, o Kajuru não vai ter condições de chegar hoje e fazer as perguntas que ele gostaria de fazer, vai ficar para uma outra oportunidade. Ele mandou mensagem agora de que está em São Paulo acompanhando esse rapaz, que é, inclusive, afilhado dele...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Por videoconferência*.) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – – ... tem uma relação pessoal com o José Luiz Datena.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Otto. Esta Presidência já recebeu o encaminhamento de V. Exa. e, obviamente, aos não membros, sempre que houver a possibilidade, vai dar prioridade ao Senador Jorge Kajuru.

O Senador Eduardo Braga, me parece, tem uma questão de ordem, antes do intervalo. É isso, Senador Eduardo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, é um pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Apenas para não ficar... Apenas para deixar claro.

Veja, essa informação com relação ao estoque de oxigênio é contraditória com o número de pessoas mortas, os depoimentos em vídeo e o testemunho de milhares de pessoas no Amazonas. E outra coisa, amanhã nós mostraremos que há informações às autoridades competentes, inclusive de antes do dia 7 de janeiro, Sr. Presidente.

Apenas para deixar clara mais uma vez esta afirmação: não faltou dinheiro, o que faltou foi gestão, competência, compromisso para não faltar oxigênio. É verdade, a responsabilidade é do Governo do Estado, das Prefeituras, mas a gestão nacional da Comissão Tripartite e o comando nacional pertencem ao Ministério da Saúde. Tanto é que nós estamos tendo problemas com *kit* de intubação em várias cidades brasileiras, vivendo o limite, e nós vivemos no Amazonas, já na época, no mês de janeiro, a falta de *kits* de intubação. Só para deixar isso claro para não ficar parecendo que a resposta seja correta de que havia oxigênio para salvar vidas no Amazonas. Não havia e havia era muito dinheiro, como foi dito ainda há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Portanto, então, suspendemos por 20 minutos e retomaremos com a inquirição do Senador Otto Alencar, logo após os 20 minutos.

Está suspensa a sessão.

(*Suspensa às 14 horas e 26 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 50 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Está reaberta a sessão.

Senador Otto Alencar com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Eu ouvi com atenção as colocações do Coronel da reserva, o Sr. Franco. Comemoro inclusive a recuperação de V. Sa. que teve a forma mais grave da doença, que é a pneumonia virótica.

No início da fala do senhor eu corrigi um jargão que está sendo colocado de forma inverídica a respeito da vacinação no Brasil. O senhor disse que o Brasil era o quarto país que mais vacinou no mundo. A vacinação se mede de acordo com a população vacinada, *per capita*, por cada 100 pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinadas. Há pouco tempo, dois meses atrás, Coronel, o Brasil estava no 56º posto no mundo. Por falta de vacina, hoje, passou para o 67º posto no mundo. Então, não é o quarto. Eu queria corrigir o senhor. Não sei... Esse é um treinamento que foi feito para todos que vieram aqui. Inclusive fora daqui também, algumas pessoas do Governo colocam como o quarto vacinado. Essa é a população do Brasil, mas se mede de forma diferente. Entendeu? Por cada 100 pessoas vacinadas. E, hoje, o País está com 10,8%, quase 11% de pessoas que tomaram a primeira e a segunda dose vacinadas.

O senhor sabe que, depois da segunda dose, é que vem a imunização, depois de 20, 30 dias, das pessoas. A primeira dose não dá a imunização. Pode até proteger.

Foi por isso inclusive que, ontem, eu comecei a falar com o Ministro Marcelo Queiroga a respeito do tema, sobre a bula das vacinas, até porque é muito claro na bula. Por exemplo, para a AstraZeneca, a segunda dose é 28 dias depois da primeira. A Pfizer, 21 depois da primeira dose. Isso está na bula. E o senhor sabe que o médico tem de seguir a bula. Nenhum médico deixa de estudar e ler a bula para ele tomar iniciativa, até porque isso é feito nos laboratórios e nem todos os médicos têm conhecimento farmacêutico, farmacológico das medicações que são utilizadas.

O que aconteceu no Brasil? Como o País não tinha dose suficiente para seguir o que está na bula, partiu para fazer a primeira dose, dar um espaço maior para aplicar a segunda dose, de 90 dias, no caso da Pfizer e da AstraZeneca. Isso está acontecendo não só no Brasil, em outros países também que não fizeram esse provisionamento de vacinas para seguir o que está pré-estatuído na bula.

Eu tenho essas, eu consegui ter essas informações exatamente solicitando a bula, para ter a noção do que significa a eficácia da vacina, de como ela foi produzida.

O senhor até falou aí a respeito de vacinas formadas pelo RNA mensageiro, inativação do vírus, que é a experiência maior que hoje tem o Butantan na produção de vacina – já de muito tempo, inclusive. A CoronaVac é por inativação, embora tenha sido lá na China. Mas o Butantan tem... Espero que o Butantan, inclusive, possa desenvolver a vacina brasileira, o ButanVac, que já está em experiência lá, talvez, na segunda fase da vacina, e termos a vacina aqui no Brasil.

Eu quero só colocar as coisas nos lugares certos para que a população não tenha esta informação equivocada: que o Brasil já vacinou 10%, 11% do povo brasileiro. É muito pouco, depois de tanta negação da compra das vacinas!

Portanto, pergunto, por exemplo, ao senhor, que é um homem instruído... E, de todos os que vieram aqui para serem ouvidos, o senhor foi o que não trouxe o papel nas mãos. Muitos ficaram aqui folheando o papel. O senhor está com tudo na sua mente. Parabéns! Realmente, o senhor treinou e conheceu aquilo que era da sua responsabilidade. É uma pergunta simples, porque o Senador Renan e os outros Senadores que me antecederam já fizeram a maioria das perguntas que eu gostaria de formular, e o senhor respondeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa que eu observei é que o senhor colocou que o Ministério da Saúde não tomou iniciativa maior porque o Supremo Tribunal Federal deu uma decisão contrária à iniciativa do Supremo Tribunal Federal. Isso, inclusive, já está nos blogues, jornais. Eu queria perguntar: o senhor realmente reafirma isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – O senhor me permite considerações sobre o que o senhor falou antes também, além dessa confirmação?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode. Sem problemas. Fique tranquilo, desde que o senhor responda...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Está anotado aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – De forma bem clara, porque...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Coronel Elcio, muitas pessoas que vieram aqui usavam desta posição que o senhor está aí para tergiversar, não responder, querer enganar os Senadores. Não dá para enganar pessoas que têm experiência, tanto Senadores do Governo quanto os da Oposição. Isso é uma coisa clara. Porque o senhor começou assim: O quarto país... Não é o quarto país, é o 66º país do mundo em vacinação *per capita*.

Então essa é a colocação correta que deve ser feita para não se faltar com a verdade. Só isso.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, Sr. Senador. Muito obrigado.

Eu extraí essa informação de um *site* que está comparando os países, que é o *Our World in Data*. E ele coloca lá essa informação sobre a quantidade de doses aplicadas.

Concordo com o senhor que a imunização completa, dentro do nível de eficácia da vacina, ela será atingida, quando previsto na bula, algum período depois da segunda dose, quando se atinge a quantidade de defesa, ou seja, de leucócitos preparados para poder defender essa vacina.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A imunidade...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A imunidade completa, a partir do...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, desculpe. A imunidade da vacina é a imunidade celular.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque às vezes as pessoas vão ao laboratório, fazem o exame sorológico, vem o IGG alto: "Estou com imunidade", e não está. Inclusive, eu aqui falei a respeito disso. A imunidade, o exame que se faz, é o exame de anticorpos neutralizantes. Esses sim, se der, a pessoa está protegida. É só isso aí.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. Mas, com a primeira dose, é importante também esclarecer à população que é importante – eu acho que é importante a gente aproveitar essa oportunidade – o ciclo vacinal completo dentro do prazo previsto, mas a primeira dose ela já oferece algum início de imunização, após um período de tomada da vacina.

Com relação a esse prazo, toda dose que é distribuída pelo Ministério é acompanhada de uma pauta de distribuição, que é elaborada num trabalho conjunto de uma câmara técnica, com vários pesquisadores, cientistas que têm apoiado o Ministério da Saúde, além do Conass e do Conasems; e eles pactuam como vai ser usada a dose, verificando inclusive a experiência de outros países, como o senhor citou.

Não houve negação com relação à aquisição de vacinas.

E com relação à medida do STF, que foi a sua última pergunta, foi a sua pergunta, Senador, como eu coloquei, ela, a meu ver, limitaria a implementação de medidas de restrição ou restrição máxima por parte do Ministério da Saúde. Nós elaboramos uma ferramenta de gestão...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor fala restrição... O que o senhor fala de restrição?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Medidas de restrição?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É não ter aglomeração?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – As medidas de restrição que são impostas pelos decretos estaduais e municipais.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, mas o senhor fala...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não falo das medidas de prevenção. Essas aí que o senhor falou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quando o senhor fala medida de restrição, eu vou entender que o Ministério ia tomar uma atitude e não deixar aglomerar. É isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, nós temos medidas de prevenção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se for isso, vem de encontro ao que o Presidente prega, não é?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós temos medidas de prevenção: o uso de máscaras, recomendado pela Portaria 1565, de junho; manter uma distância de segurança entre pessoas; higienização das mãos por água, sabão, ou álcool em gel; higienização de superfícies; ambientes ventilados, como estamos aqui, com a janela aberta, o pessoal separado por barreiras físicas. Tudo isso tem a recomendação nessa portaria.

Com relação às medidas de restrição, eu estou falando de circulação, de funcionamento de comércio, dessas ações.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É isso, aglomeração. E o Presidente da República prega o contrário. Ele estimulou a vida inteira e até hoje estimula a aglomeração. O isolamento físico... Não há como, Coronel Elcio, não... Todos nós sabemos que as ordens dadas ao Ministério da Saúde foram dadas pelo Presidente da República. Não há como negar isso; negar isso é negar a verdade.

Por exemplo, eu estava olhando os vídeos das reuniões do gabinete das sombras. Em nenhum momento, o "gabinete das sombras", que tinha... Em nenhum momento, o "gabinete das sombras", em que nós vimos várias pessoas que orientavam o Presidente, inclusive, pessoas que não eram da área de saúde, como o senhor, e também o General Pazuello. São militares e, quanto ao desempenho militar, eu vi todos os depoimentos favoráveis ao senhor. Em nenhum momento da reunião do gabinete, estava presente a maior autoridade sanitária do Brasil, que era o Ministro da Saúde. Ou seja, estava o Presidente da República, o Deputado Federal Osmar Terras e os outros todos ali. Quem deveria estar sentado ao lado do Presidente era o General Pazuello, para ter as informações e contestar as informações ou concordar com elas. Então, as ordens todas foram emanadas do gabinete paralelo, para a execução, através do Ministro e também do senhor e dos outros componentes que formavam a estrutura organizacional de cargos no Ministério da Saúde. Então, uso de máscara não precisa de decisão do Supremo Tribunal Federal; isolamento físico pode ser, inclusive, feito até pelos Prefeitos ou pelos Governadores, como foi a decisão que salvou o Brasil de ter uma quantidade de óbitos bem maior.

Então, esse restabelecimento da verdade é que esta Comissão Parlamentar de Inquérito busca, entendeu? Essa decisão do Supremo foi que deu a condição, Coronel, de os Estados e Municípios se movimentarem para se dar assistência, para se fazer o isolamento físico. Porque a estrutura organizacional da rede básica de saúde é coordenada por Estados e Municípios, não é? Nós temos a estrutura do SUS – fantástica! Nós poderíamos, se tivéssemos vacina, estar vacinando hoje 2 milhões de brasileiros por dia. Não tinha dificuldade se tivesse a vacina. Os profissionais de saúde, auxiliares, enfermeiros, médicos, agentes comunitários de saúde, esse pessoal todo, que são os heróis dessa luta, eles poderiam estar vacinando muito mais pessoas, se houvesse ocorrido a compra correta das vacinas na época certa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero rebater a posição do senhor, se o senhor falou isso realmente – e está em todos os blogues e jornais –, de que o Supremo Tribunal Federal deu uma decisão para que os Estados e Municípios pudessem funcionar. No meu Estado mesmo, nós solicitamos, através da Secretaria de Saúde e do Sr. Governador, que a Anvisa pudesse fazer um convênio de cooperação técnica com o departamento de vigilância da Bahia, para fiscalizar portos e aeroportos; a Anvisa negou, por decisão do Governo. O Presidente da República negou isso, tanto que nós começamos a fazer a fiscalização e fomos barrados de fazer. Então, essa relação que aconteceu e essa situação de estar hoje ainda o atendimento às pessoas foi para decisão do Supremo. O Supremo foi fundamental nisso.

Então, além do Supremo, eu queria perguntar ao senhor: o programa nacional de vacinação foi iniciativa do Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. Já estávamos trabalhando nele...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi não...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... desde o momento das prospecções de vacina, das aquisições.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Lamento.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O contrato... A Medida Provisória 994, de R$2 bilhões para a encomenda tecnológica, ela é de agosto; a Medida Provisória 1.003, que possibilitava a adesão ao mecanismo do Covax Facility, e a 1.004, que abria um crédito extraordinário de R$2,5 bilhões, também para aquisição de vacinas, pelo Covax Facility, é de setembro; e nós temos uma medida provisória no final do ano, a 1.015, de R$20 bilhões para a aquisição de vacinas.

Então, nós já vínhamos trabalhando. A Câmara Técnica já havia sido designada pelo Secretário de Vigilância em Saúde, e vários técnicos e cientistas já participavam das discussões para a elaboração do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Lamento contestar V. Sa.

O plano nacional de vacinação foi iniciado pelo ministério em que o senhor era Secretário-Executivo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 2020. Não foi o Ministério da Saúde, Coronel Elcio; eu tenho provas disso. Não é verdade isso. Foi o Supremo Tribunal Federal – e agradeço ao Supremo – ter tomado essa decisão e determinado ao Ministério da Saúde. Existia, por parte do Ministro Pazuello – e o senhor era subordinado a ele –, a decisão de não o fazer. Portanto, isso é muito grave. Então, o Supremo Tribunal Federal, desde as decisões que tomou, foi de cooperação para que se pudesse, pelo menos, minimamente, Coronel, tomar decisão em favor da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, depois que teve a decisão do Supremo, em dezembro de 2020, é que o Ministério da Saúde, através do seu Ministro – o senhor era subordinado a ele –, tomou essa decisão. Só para contribuir com a verdade.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, a portaria do Secretário de Vigilância em Saúde, que designa a Câmara Técnica, composta por técnicos e cientistas que colaboraram com o ministério – foram quase cem, em várias audiências e discussões, inclusive setoriais –, ela não é dessa data, ela remonta de bem antes. Eu acredito que a Mesa pode solicitar ao Ministério da Saúde a definição dessa Câmara Técnica, que vinha discutindo justamente o teor de um plano que não foi feito em 24 horas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi depois da... Lamento reafirmar – e o senhor não está correto nisso – que foi a decisão do Supremo Tribunal Federal, em dezembro.

E outra coisa, Coronel, o plano nacional de vacinação, de imunização, quando foi apresentado, foi uma coisa lamentável, cheio de erros de programação, porque não existiu nunca, dentro da estrutura em que o senhor trabalhava, a intenção de vacinar o povo brasileiro. A intenção era realmente a hidroxicloroquina, como o senhor falou que tomou. Não vou contestar. Cada um pega o médico, e o médico avia a receita, e o senhor toma. Mas nunca existiu. A negação pela vacina foi uma coisa evidente em todas as declarações do Presidente da República. Por exemplo, o senhor ocupa algum cargo hoje na estrutura do Ministério da Saúde, no Planalto? O senhor está ocupando algum cargo hoje?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Qual o cargo que o senhor ocupa?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Assessor Especial na Casa Civil.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Da Casa Civil, na estrutura do Governo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ou seja, nomeado pelo Presidente da República. Então, esse cargo que o senhor tem, naturalmente, lhe dá essa condição de tomar a iniciativa de falar coisas dessa natureza. É lamentável! E outra coisa que eu gostaria de perguntar ao senhor, que passou muito tempo lá no Ministério e deve ter na sua mente todas as informações corretas: o senhor sabe a população do nosso País, não sabe? É claro, quantos habitantes tem o Brasil.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Pela última informação que eu consultei na internet, pelo IBGE, é um diagnóstico de 213 milhões de brasileiros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É, 215 milhões de brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a contribuição do Brasil em termos *per capita* para o mundo, o percentual que o Brasil contribui, a população do mundo? Qual é o percentual do Brasil em relação à população do mundo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não vale soprar, Fernando. Espera aí.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Um trinta e cinco avos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí você vai jogar por terra a escolinha do professor Otto. Assim não dá.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Um trinta e cinco avos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Um trinta e cinco avos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, 2,7% da população do mundo, 2,7% da população. A contribuição do Brasil é população de 2,7, e o senhor não sabia.

Agora...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Um trinta e cinco avos, que eu falei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É 2,7, sim, senhor. Depois o senhor...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – É 200 milhões dentre 7 bilhões.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Depois o senhor pesquisa, 2,7 da população do mundo. Depois o senhor pesquisa e vai ver que eu estou certo.

Segundo, eu quero perguntar ao senhor agora: qual é a contribuição do Brasil... É lamentável isso, é doloroso isso. Os senhores tinham que vir aqui com o preto aqui, o luto no braço. O senhor sabe qual é a contribuição do Brasil em número de mortes por Covid-19 no mundo? Contribuição não, essa coisa lamentável, perversa que aconteceu com o povo brasileiro. O senhor sabe quanto é que o Brasil hoje responde por mortes no mundo, Coronel? (*Pausa.*)

Não sopra, não. Deixe-o falar.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Não sei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não sabe. Pois é. É por isso que o senhor tomou tantas decisões erradas, Coronel: contra a vacina, não comprar *kit* de intubação, não dar provimento ao oxigênio do Amazonas, não assinar com a Pfizer os contratos para a compra de vacina, negar a vacina do Butantan porque tinha origem chinesa, como propriamente, de forma errada, incorreta, disse o Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República e algumas pessoas do entorno do Presidente da República, pessoas, inclusive, que gravitam em torno dele, que têm cargo de confiança, como o senhor tem. Pois bem, Coronel, o Brasil hoje, no mundo inteiro, é responsável de 13,5% de todas as mortes, com 2,7% da população.

A política foi errada, Coronel, foi totalmente equivocada e errada. Não houve compromisso com a vida do povo brasileiro. Aquele número, 477.307, é doloroso. Talvez não possa comover o Presidente da República e outros que seguem o Presidente da República, não comove, não dá comoção por falta de sensibilidade, de humanidade. O mundo precisa hoje e nunca precisou tanto, e o Brasil nunca precisou tanto, de razão, ciência e humanismo, Coronel. O senhor concorda com isso, não concorda?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Concordo com o senhor. Durante a nossa permanência no Ministério...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Razão, ciência e humanismo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... nunca tivemos uma atuação negacionista da ciência e outros recursos da doença.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Deixe-me concluir, por favor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – É o que o senhor me pergunta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Olha, o Brasil nunca precisou de gente com razão, com conhecimento, com humanismo, com solidariedade, com humanidade. Qualquer cargo ocupado por alguém, como o senhor ocupou o segundo mais importante cargo do Ministério da Saúde...

Visitar um hospital de campanha, o Presidente nunca fez isso. Ver as necessidades de um paciente por falta de oxigênio, ele nunca fez isso. Visitar alguém, perguntar as dores do povo, por falta de leitos, como aconteceu em Manaus, como está acontecendo agora em Mato Grosso do Sul, seria um gesto de alguém que diz assim: "governo um país com um povo que é muito sensível", o brasileiro é muito sensível, é muito emotivo, muito emotivo, e visitar um hospital, estender a mão a um paciente, não. Foi a cavalgada, ao passeio em Camboriú, às férias, o *jet ski*, essas coisas todas que estimularam inclusive, Coronel, os seguidores a continuarem... Eu conheço pessoas no meu Estado que são tão radicais e fundamentalistas no seguimento do Presidente da República que não querem tomar vacina, embora tenha disponibilizada a vacina e tenham idade para tomar. Então, por exemplo, se o Presidente da República, hoje, reconhecendo seus erros todos, fosse a um local e tomasse a vacina, ele estimularia muitos seguidores a tomar também, o que seria muito bom para imunizar, ter imunidade, imunidade celular, para não ter problema.

Então, eu estou fazendo esta colocação aqui porque eu já me insurgi muito contra a inverdade, contra a briga com a verdade, das pessoas que participaram desse momento dramático do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluindo esta primeira observação, eu queria perguntar ao senhor: o ex-Ministro e Chanceler, néscio e obtuso, Ernesto Araújo participou de alguma negociação para a compra de vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O termo de adesão ao Covax Facility foi assinado pelo MRE, pelo Ministro Ernesto Araújo. Depois, o contrato foi assinado pelo Ministro Pazuello.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu queria perguntar: nesse contrato, qual foi a natureza desse contrato? (*Pausa.*)

O senhor sabe a natureza do contrato que o Ministro sugeriu?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não entendi a pergunta do senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** A natureza do contrato, que o senhor não entendeu, devo dizer ao senhor, foi um contrato de opção de compra ou não. Se ele pode assinar o contrato, fica opcional. Ele pode comprar a vacina se quiser; se não quiser, não compra a vacina. Foi isso que o Ministro...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Ministro Ernesto Araújo mandou um visto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Ele sugeriu esse tipo de contrato.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... com a intenção de compra. O contrato que foi assinado pelo Ministro da Saúde...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, eu estou falando da opção...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... era de adesão ao mecanismo com a opção, ou seja, nós...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Isso. É opção, opção de compra.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com a obrigação, porque a gente já teve que pagar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Isso. É isso.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... um recurso adiantado de R$830 milhões...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Obrigação de compra.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ..., de 10%...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor sabe quanto foi o valor, o percentual de compra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O valor total era de R$2,5 bilhões, e, na adesão, nós tivemos que pagar R$830 milhões.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Quantos por cento de compra das vacinas? Não sabia, não?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dez por cento da população com duas doses. Covax Facility.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Exato. Vinte por cento da compra, seria, da vacina, do total.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Cerca de 43 milhões de doses.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Isso. Exatamente isso.

Pois bem, então, eu quero colocar estas coisas. Não tenho mais nenhuma coisa, até porque o Renan foi muito preciso, o Humberto, nas perguntas, né? Eu quero apenas lamentar este momento que nós estamos vivendo, e não tenho dúvida nenhuma de que meu País sofre hoje pela negligência de tantas pessoas que foram para o Governo sem nenhum compromisso com o País.

Além disso, o que eu acho mais frágil ainda, e mostra essa fragilidade do Governo, é que nós estamos, agora, com dois anos e cinco meses – agora não é mais com o senhor –, dois anos e cinco meses de Governo, e o Presidente da República já trocou quase 20 ministros de Estado. Um Governo que em dois anos e quatro meses troca 20 ministros... Inclusive na Saúde nós estamos no quarto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu vou encerrar. Já vi. Quando eu olho para ali e vejo 15 minutos, já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, Senador. Ali tem 15 horas e 16 minutos. O senhor já falou mais de 20, Senador. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu falei mais de 20? Então, eu peço desculpa porque eu estava me baseando... (*Risos.*)

Eu quero concluir, Sr. Presidente, me desculpe, peço desculpa aos Senadores inclusive porque eu não quero tomar o lugar de ninguém, absolutamente.

Quero só concluir fazendo ainda a pergunta que eu fiz ontem. Quando é que o presidente do Conselho Federal de Medicina vai mandar um vídeo condenando a ação do Sr. Victor Sorrentino, que fez assédio sexual a uma trabalhadora no *shopping* no Egito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou esperando até agora, ele não mandou. Porque o meu vídeo, me criticando pelas perguntas que eu fiz à Dra. Nise, ele fez em oito horas. E em doze horas já estava no grupo dos 81 Senadores, colocado pelo Senador... Não vou falar o nome, mas estava lá no grupo dos 81 eu apanhando do presidente do Conselho Federal.

Eu quero que ele mande um vídeo agora tomando a decisão do colega dele, Victor Sorrentino, porque assédio sexual é mais grave do que eu perguntei aqui. Então, ele devia mandar esse vídeo.

E encerrando também dizendo que, nos seis anos em que eu estou aqui no Senado Federal, em nenhum momento a minha linguagem deixou de ser a linguagem parlamentar. Eu nunca ofendi minimamente, provoquei – provocado, a gente responde –, provoquei minimamente nenhum colega e vou continuar da mesma forma. Agora, numa provocação, você responde no mesmo grau em que é provocado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator Senador Renan Calheiros, Sr. Elcio Franco, meus colegas, eu queria me dirigir aos que estão nos acompanhando pela TV Senado, pela Rádio Senado.

Na realidade, o enfrentamento à pandemia do coronavírus tem duas grandes vertentes. A vertente sanitária, de saúde pública, e a vertente econômica, no sentido de salvaguardar empregos, proteger empresas, manter as atividades em funcionamento para que haja emprego, renda para milhões de brasileiros.

Eu gostaria de iniciar as minhas considerações lembrando que no ano passado, primeiro ano da pandemia, a economia brasileira, quando muitos apostavam que ia ter uma retração na casa de 9, 10 pontos percentuais do PIB, teve uma retração de pouco mais de 4%.

O Brasil teve o segundo melhor desempenho nas Américas, perdendo apenas para a economia americana, que teve uma retração de pouco mais de 3%. Isso significou que, mesmo com a pandemia, o Brasil foi capaz de gerar ainda empregos com carteiras assinadas. Foram mais de 120 mil empregos com carteiras assinadas ano passado. E este ano, prezado Relator, prezado Presidente, a economia brasileira caminha para apresentar uma das suas maiores taxas de crescimento dos últimos dez anos. As indicações todas já consolidam uma taxa de crescimento acima de 4%, e muitas instituições financeiras trabalham com um crescimento ainda maior, como o Itaú, prevendo um crescimento acima de 5%. Isso significa que as decisões tomadas pelo Presidente Bolsonaro, pela sua equipe econômica, com o apoio do Congresso Nacional, certamente estão tendo os resultados que nós esperávamos: ver o Brasil voltar a crescer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capturar investimentos, gerar emprego, gerar renda, gerar esperança, gerar oportunidade de trabalho e de renda.

É evidente que esta CPI foi instalada para que a gente pudesse enfrentar essa segunda vertente, a questão do desafio da pandemia no campo da saúde pública, no campo sanitário, para que a gente pudesse revisitar todas as ações que foram tomadas pelo Ministério da Saúde e por outros órgãos do Governo, para saber se ocorreram falhas, omissões, responsabilizações. E o meu desejo é de que, além de apontar eventuais culpados, além de indicar eventuais responsabilizações, o relatório do Senador Renan Calheiros possa avançar na modernização da legislação sanitária brasileira, para que a gente possa ter novos instrumentos para continuar enfrentando a pandemia que ainda está em curso, mas que a gente possa estar preparado para outras emergências na saúde pública, que certamente poderão voltar a ocorrer no futuro.

Mas eu queria me dirigir agora ao Dr. Elcio para dizer que, no depoimento que V. Exa. fez, ao longo de todas as suas intervenções, ficou para mim claro, pelas suas palavras, que durante a sua gestão à frente da Secretaria Executiva, houve uma justa preocupação com a segurança e a efetividade dos imunizantes que seriam amplamente disponibilizados à população brasileira.

A forte demanda global levou os laboratórios a modificarem os protocolos de produção de vacinas, de aproximadamente dez anos, Sr. Presidente, que levava para desenvolver uma vacina, e a inteligência, a ciência conseguiu encurtar isso para menos de um ano. Mas é evidente que esse encurtamento também amplia os riscos do sucesso, da eficácia e dos cuidados que se devem ter para a aplicação dos imunizantes nessa campanha mundial, global para que o mundo possa se ver livre da pandemia e dos seus efeitos.

Nesse sentido, eu pergunto ao Dr. Elcio quais os aspectos considerados pelo Ministério da Saúde para a aquisição de vacinas, tendo em vista a aceleração desses protocolos e a possibilidade de ocorrência de efeitos colaterais. Seria a minha primeira pergunta, mas encaminho logo as outras duas em relação a esse tema.

V.Sa. relatou as muitas incertezas relacionadas à Fase III dos estudos para desenvolvimento e aprovação das vacinas, que podem resultar no insucesso do seu desenvolvimento. Do seu relato, tivemos conhecimento dos atrasos tanto da CoronaVac quanto da Pfizer, da Fase III dessas duas vacinas. O senhor poderia esclarecer, com mais detalhes, as dificuldades de superação dessa fase que o senhor reportou como sendo o cemitério de vacinas? E como essas dificuldades inerentes a esse momento de maior complexidade do estudo clínico podem ter afetado o cronograma de aquisição dessas vacinas? E, finalmente, encerrando esse primeiro bloco, como o senhor avalia o planejamento e a execução das aquisições de vacinas e o resultado do Plano de Operacionalização da Vacinação contra o Covid-19?

Eu tenho, depois, mais duas outras perguntas, portanto não quero abusar do tempo. Ainda me restam oito minutos, mas, se o Dr. Elcio puder ser objetivo, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Muito obrigado pelas perguntas, Senador.

Com relação à aquisição de vacinas, nós trabalhávamos, nas discussões com os laboratórios produtores, com três plataformas: uma de vírus inativado, que já nos é conhecida, como a da própria vacina H1N1 produzida pelo Butantan; o RNA mensageiro, que é uma tecnologia, uma plataforma totalmente inovadora e não havia nenhuma vacina, sob essa plataforma, aprovada no mundo; e a de vetor viral não replicante ou adenovírus, que também era inovadora. Isso aí gerava muita dúvida. Além disso, o prazo para desenvolvimento das vacinas que... Pelo que me informaram, pelo que a gente tem notícia, a vacina que tinha o recorde de desenvolvimento levou quatro anos. E estava todo o mundo numa corrida por vacinas para a gente poder enfrentar a pandemia, desenvolvendo uma vacina em um ano, como todas essas que nós estamos aplicando e que conseguimos adquirir para a população brasileira. Então, havia uma preocupação muito grande com relação à eficácia e à segurança, daí a importância do monitoramento pela Anvisa e da sua aprovação para que nós não causássemos problemas de saúde, porque qualquer medicamento tem que atender a alguns princípios: o da benevolência, que é trazer o bem; e o da não maleficência. A pessoa não pode ficar doente porque tomou uma vacina e sim criar os anticorpos para ter a defesa, a imunidade para aquela doença.

Essas incertezas pelas plataformas inovadoras e pelo próprio atraso na conclusão das Fases III geraram um atraso até na celebração dos contratos, na regulação junto à Anvisa, conforme eu relatei anteriormente. No primeiro memorando de entendimentos, de agosto, a Pfizer previa a aprovação no FDA em outubro, o que só ocorreu em dezembro. E mesmo com as nossas solicitações de pedido de uso emergencial na Anvisa, ela só entrou com pedido de registro lá na Anvisa no mês de fevereiro. No Butantan também eu relatei casos de atrasos. Mas nós entendemos isso como natural, faz parte do desenvolvimento da vacina. A própria AstraZeneca também teve atrasos. Isso aí está acontecendo e aconteceu em todo o mundo e vai ocorrer com as novas vacinas também. Eu lembro que a vacina da dengue não se mostrou, com as pesquisas, um caso de sucesso, porque não está oferecendo a eficácia que se buscava, e estão há anos procurando desenvolver essa vacina.

Com relação ao planejamento, nós envidamos todos os esforços. Conforme eu apresentei naqueles dois quadros que foram distribuídos aos senhores, nós tínhamos a nossa parte de entendimento, de prospecção, de identificação de óbices logísticos, técnicos pra poder utilizar aquela vacina, como também dos óbices jurídicos para aquisição até passar para a celebração do contrato.

Por sua vez, os laboratórios tinham o desenvolvimento – Fases I e II, Fase III – e o registro ou obtenção da autorização para uso emergencial por parte da Anvisa.

Então, isso aí provocou alguns atrasos para que pudéssemos atingir o nosso objetivo que era adquirir a vacina segura e eficaz, aprovada pela Anvisa, e disponibilizá-la à população brasileira no menor prazo possível, em quantidade para atender essa nossa população de 213 milhões de habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

Sobre as negociações para a aquisição das vacinas da Pfizer, gostaria, Sr. Presidente, de trazer ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito o editorial do jornal *New York Times*, do dia 24 de abril deste ano, 2021 – eu vou fazer chegar às mãos de V. Exa. a cópia do editorial e a devida tradução –, o qual também farei chegar à mão do Senador Renan Calheiros.

Informa o editorial que a Pfizer buscou isenção de responsabilidade, demandou que governos empenhassem ativos nacionais, incluindo suas reservas bancárias, prédios de embaixadas, bases militares, como garantia contra processos, condições, segundo o *New York Times,* compreensivelmente recusadas por diversos países, na opinião do editorial, o que reduziu o ritmo dos acordos e a exclusão de vários deles do processo de aquisição de vacinas. Essas garantias que as farmacêuticas gozam nos Estados Unidos, por exemplo, é o que tem dificultado, inclusive, a venda ou doação das doses não utilizadas.

Eu digo isso, porque aqui muitas vezes se questiona essas cláusulas draconianas que foram exigidas pela Pfizer, mas o maior jornal americano, fazendo uma análise sobre o atraso na vacinação em todo mundo, um dos itens é justamente essas cláusulas draconianas que foram impostas por algumas farmacêuticas americanas e que não se foram removidas e que ele entende que precisam ser removidas para que a vacina possa chegar, sobretudo, aos países mais pobres.

Eu encerro essas considerações perguntando ao Dr. Elcio se, de fato, essas exigências repercutiram no andamento do processo de negociação com a Pfizer.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, diferente de outros laboratórios com os quais tratávamos, nos pareceu que ela querer se isentar da responsabilidade civil sobre efeitos colaterais graves... Nem ela confiava no que ela estava vendendo pra gente. Então, essa foi uma primeira impressão.

E eu posso citar aqui alguns aspectos, que a Pfizer, conforme o Poder360, ela exigiu de países pobres garantias que não pediu aos Estados Unidos – matéria de 8 de maio de 2021.

Ainda da Pfizer, em 2009, ela concordou em pagar US$2,3 bilhões por promover medicamentos para usos não aprovados pelo FDA. Em outro caso, uma multa de US$15 milhões por promoção ilegal de um hormônio do crescimento.

Essas ações elas geram incertezas durante o processo de negociação.

E também nós temos notícias como o Presidente da Argentina, no UOL Notícias, informando das cláusulas draconianas da Pfizer, além de outros países que também tiveram dificuldades, devido às imposições da Pfizer, que o senhor citou aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

Eu faço a minha última indagação, Sr. Presidente.

O Governo Federal investiu quase R$30 bilhões para a compra de vacinas Covid-19. Mais de 660 milhões de doses estão encomendadas para serem entregues até o fim do ano, após acordos fechados com diferentes laboratórios.

Segundo dados do Ministério da Saúde, já foram distribuídas mais de 105 milhões de doses, sendo mais de 51 milhões de pessoas vacinadas com a primeira dose, que representa cerca de 24% da população brasileira, e cerca de 32% dos 160 milhões de brasileiros com perfil vacinável, previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Também saliento que já foram vacinados com a segunda dose mais de 23 milhões, ou seja, 11% da população total.

Esses números, de fato, colocam o Brasil como um dos principais países em quantidade de vacinas compradas e aplicadas, dentre os países que não produzem vacinas.

É importante a gente chamar a atenção que os relatos da Organização Mundial da Saúde apontam que toda a população do mundo só estará vacinada ao final de 2022, se tudo der certo. E nós temos aqui agora a possibilidade, pelos esforços do Governo, tomados à época do ano passado, quando da gestão do Ministro Pazuello, que garantiram esses contratos, não nesses totais que aqui mencionei, mas que garantiram boa parte dessas 660 milhões de doses, que dão a possibilidade de o Brasil estar com toda a população vacinada não até 31 de dezembro, mas, se não houver falhas no fornecimento das vacinas comentadas e contratadas, toda a população estará vacinada, os brasileiros acima de 18 anos, até final de outubro.

Eu quero chamar a atenção que, nos Estados Unidos, que é produtor de vacina, agora há pouco se ultrapassou a marca dos 50% da população vacinável – lá nos Estados Unidos. Então, o Brasil, como sendo não produtor de vacina, é o que apresenta um dos melhores números.

E, por isso, eu deixo uma pergunta para o Dr. Elcio: se V. Sa. considera que a sua atuação à frente da Secretaria Executiva contribuiu para esse resultado que nós estamos aqui constatando. Se V. Sra. poderia tecer considerações sobre as contratações que se deram na época em que V. Sra. era o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde. (*Pausa.*)

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Muito obrigado, Senador.

Senador, nós envidamos todos os esforços, com todos os quadros técnicos do ministério, em adquirir tudo que tivesse de disponível, desde que garantida a segurança e a eficácia aprovada pela Anvisa para que nós pudéssemos imunizar, no menor prazo possível, a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Muito obrigado, Senador.

Senador, nós envidamos todos os esforços, com todos os quadros técnicos o ministério, em adquirir tudo que estivesse disponível, desde que garantida a segurança e a eficácia aprovada pela Anvisa, para que nós pudéssemos imunizar, no menor prazo possível, a população brasileira. Dessa forma, nós contratamos, até final de março, quando nós saímos do ministério, vacinas, por intermédio da encomenda tecnológica com a Fiocruz, 100,4 milhões de doses, e, já com a produção do IFA nacional, mais 100 milhões, que seriam disponibilizadas ainda em 2020; com o Butantan, 100 milhões de doses, com a possibilidade de mais 30 milhões, como até foi inquirido o Ministro Queiroga aqui; pela Covax Facility, 43 milhões de doses; da Precisa Medicamentos, a vacina Covaxin, da Índia, 20 milhões de doses; e da União Química, a vacina Sputnik V, 10 milhões de doses. Todas essas vacinas foram contratadas entre janeiro e março do ano corrente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – (*Falha no áudio.*) ... Senador Randolfe.

Mas eu queria, Senador Fernando Bezerra, esclarecer uma coisa: não somos nós que ficamos dizendo que não queríamos comprar vacina.

O que eu vejo aqui no depoimento do Sr. Elcio é que é recorrente o Pazuello não respeitar ordens superiores. Então, não é a primeira vez. Não foi esse passeio de moto. Ele, como Ministro, desobedeceu à ordem do Presidente, porque o Presidente disse que não ia comprar vacina, a "corona China", que ele que mandava – tem o vídeo aí -, mas o Sr. Elcio aqui desmente: "O Presidente não mandou. Era para comprar". Então, é recorrente isso.

O Ministério da Saúde... Todos os Ministros que passaram por aqui, depois do Dr. Teich, ninguém recebe nenhuma ordem. O Presidente dá ordem, mas não aceitam a ordem do Presidente.

Então, o Ministro Pazuello recorre em não cumprir ordem – ele não gosta de cumprir ordem. Olha, eu ouvi uma ordem expressa do Presidente: "Quem manda sou eu. Não vai assinar, não vai comprar". Mas eles foram lá e compraram. E aí...

Essa história que vocês estão montando para o Brasil não é verdadeira. Essa história é uma versão da realidade. A realidade é: não havia interesse em comprar a vacina. A imunização de rebanho era uma imunização que quem fosse fraco morreria e os fortes sobreviveriam – essa é a imunização de rebanho pregada. A brincadeira do tratamento precoce tirou a vida de muita gente.

Mas eu só fiz esse aparte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor acompanhou de perto a falta de oxigênio na cidade de Manaus e no Estado do Amazonas, Sr. Elcio?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Não, senhor. Eu permaneci no ministério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor gritou...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Lá estava a equipe do Ministro com os seus secretários finalísticos – seis secretários.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor gritou dizendo que não ia pagar avião nenhum dos Estados Unidos para levar oxigênio para o Amazonas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – De forma alguma, Ministro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque tem uma matéria dessas acusando V. Exa. de ter gritado: "Não, não vou". Agora, o senhor soube da oferta de um avião dos Estados Unidos para levar oxigênio para o meu Estado, para Manaus?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Quando eu tive acesso a essa informação, como eu falei para o senhor, dia 18, nós intermediamos junto à Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, e a resposta só veio no dia 26 ou 23 de janeiro, quando nós já havíamos equalizado com oxigênio líquido no transporte com aviões da FAB lá em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não estava. O oxigênio não estava, porque eu estava lá. Eu não estava em outro lugar, eu estava lá. Eu estava lá em Manaus. Não estava...

Aliás, quero aqui agradecer novamente ao General Fernando, Ministro da Defesa, que foi um gigante. A gente conseguiu máquina de oxigênio em outros locais, transportamos para a produção de oxigênio. Foi um gigante. Tenho que agradecer muito ao General Fernando, que ajudou muito a salvar muitas vidas.

V. Exa. teve recentemente – e, até por isso, nós adiamos sua vinda aqui, em respeito à doença, que é uma doença terrível... O senhor teve dificuldade de respirar?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Muita, razoável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Razoável, não.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Porque a doença é traiçoeira. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Quando eu falei assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não imaginava, quando eu fui internado, que eu já estava com 50% do pulmão comprometido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois é.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A doença engana também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E o senhor é uma pessoa que tem, pela sua história de vida e pelos cursos que o senhor fez, um preparo físico, tinha um preparo físico – agora está meio abatido –, e tinha um preparo físico muito bom. Não tinha, coronel?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque o Coronel é das Forças Especiais. Não é isso, coronel?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Fez guerra de selva?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Isso não é pra qualquer macho, não. É só pra macho mesmo, porque eu sei o que é aquilo. Eu moro lá e sei o que que é guerra de selva. Aliás, o mundo todo vem aprender com os valorosos amazonenses e pessoas que moram lá, com o Batalhão de Infantaria de Selva, do Cigs, que foi comandado pelo General Hamilton Mourão, na época coronel.

O senhor serviu na tríplice fronteira, onde entram drogas e equipamentos pesados, metralhadoras, armamento pesado, sabe muito bem o que o senhor teve que enfrentar lá. As Farc, quando foram imprensadas para a fronteira do Brasil, trocavam remédio por arma com os brasileiros, comida por arma. Então, ele conhece a nossa região.

O coronel teve 50% do seu pulmão. O meu irmão, infelizmente, faleceu; teve 100% do pulmão dele comprometido. Quando eu digo que faltou oxigênio na minha cidade, para quem está de longe, não sabe o que é isso, mas, para quem sofreu a doença e faltou ar, sabe o que aquelas pessoas em Manaus passaram e no meu Estado, no Amazonas, passaram com falta de ar.

Por isso, não dá para admitir que não tenha responsáveis por isso. E aqui eles irão pagar sim. O Governo ficou sabendo, foi comunicado com antecedência, não tomaram as providências, não se dignaram a mandar um avião para a Venezuela, para trazer oxigênio, Coronel, para salvar vidas.

Não estou o responsabilizando, estou fazendo um desabafo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que esta CPI não é uma CPI qualquer, é uma CPI que, se brincou com vida, quando disseram: "Imunização de rebanho", "Tratamento precoce", "Não, pode ir trabalhar, isso é uma doencinha, isso é uma gripezinha"... Vem um Deputado médico dando depoimento sobre depoimento, brincando com a vida das pessoas.

Então, não dá para aceitar, Coronel, que nós...

E V. Exa., que não jurou servir uma pessoa... V. Exa. tem curso, o senhor jurou servir à nossa Pátria. Se o Brasil em guerra entrasse, o senhor é que iria me defender, iria defender qualquer um de nós aqui e qualquer brasileiro neste momento. Por isso, proteger aqueles que foram omissos, proteger aqueles que não quiseram comprar vacina não é trabalhar pelo Brasil, é trabalhar contra os brasileiros. E em nome dessas vidas é que nós estamos aqui, não por vingança, mas para imunizar cada brasileiro.

Então, é isso que eu queria dizer. Não vim aqui pra apontar o dedo pra ninguém, mas houve equívocos, e erros, e omissões. E nós temos que apurar isso.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Omar; Sr. Relator, Senador Renan.

Coronel Elcio, mais uma vez, meus cumprimentos, meus respeitos a V. Sa.

Coronel, o senhor poderia dizer: quando foi a primeira comunicação da Pfizer com o Governo brasileiro ou pelo menos a comunicação a que V. Sa. teve acesso, teve conhecimento? De quando foi?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Um segundo por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. (*Pausa.*)

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O senhor está falando a primeira proposta de doses?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A primeira comunicação, o primeiro contato.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não tenho essa data, porque já havia discussões de carácter técnico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando foi o primeiro momento em que o senhor conversou com a Pfizer, em que o senhor teve contato com a Pfizer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Salvou outro juízo, foi no dia 6 de agosto, participando de uma videoconferência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Seis de agosto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No dia 17 de março de 2020, a Pfizer encaminha uma correspondência ao Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro – em inglês, inclusive: "*Dear President Bolsonaro*", "Caro Presidente Bolsonaro". Nesta comunicação, a Pfizer informa o suprimento de medicamentos hospitalares e a busca por soluções no combate à Covid-19, e apresenta um plano de compromissos, e se coloca à disposição para ajudar o Governo do Brasil no enfrentamento à Covid. Repito a data, Sr. Presidente e Sr. Relator: 17 de março de 2020.

Chegou ao Ministério da Saúde essa comunicação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nesse período nós não estávamos no ministério, eu não tive conhecimento dessa correspondência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas o senhor recebeu depois?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Nós chegamos ao ministério no final de abril.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente. Mas essa comunicação, Sr. Relator, Sr. Presidente, chegou ao Presidente da República – está nos documentos desta CPI – em 17 de março. O Coronel Elcio está dizendo aqui que não teve conhecimento de ter chegado lá ao Ministério da Saúde.

Mas vamos à sequência. E, aí, caríssimo Relator, Sr. Presidente, peço a atenção de todos na contagem.

Primeira correspondência, dia 17 de março, um.

Tem uma segunda correspondência dia 20 de maio. Teve algum comunicado, o senhor chegou a ter?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Essa aí sobre vacinas? Se chegou, deve ter sido tratada por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não teve conhecimento.

Dia 20 de maio, dois; uma outra, no dia 20 de maio, três; uma outra, dia 21 de maio, quatro – vamos seguindo –; uma outra, dia 25 de maio, cinco; uma outra, dia 2 de junho, seis; uma outra, dia 4 de junho, sete; uma outra, dia 24 de junho, oito; uma outra, dia 25 de junho – essa com: "Urgente: colaboração sobre vacina Covid-19", 25 de junho.

Parei em oito ou nove?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nove. Sigamos.

Uma outra, dia 2 de julho, um outro ofício da Pfizer de reforço de solicitação, dez – não vamos perder a conta –; teve uma outra, dia 6 de julho, 11; uma outra, dia 7 de julho, 12; uma outra, dia 8 de julho, 13; uma outra, dia 14 de julho, 15; uma outra, 16 de julho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quinze. Quinze.

Uma outra, dia 21 de julho, 16; uma outra, de novo dia 21 de julho, 17; uma outra, dia 22 de julho, 18; uma outra, dia 24 de julho, 19; uma outra, dia 29 de julho, 20; uma outra, dia 31 de julho, 21; uma outra, dia 31 de julho – essa daí com audiência urgente; aí tem quatro audiências urgentes –, 31, 32, 33 e 34.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Trinta e quatro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vinte e quatro. Vinte e quatro.

Uma outra, dia 6 de agosto, 25 – onde aí parece-me que começaram os contatos, 6 de agosto –; uma outra, dia 14 de agosto, 26; uma outra, 17 de agosto, 28...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vinte e sete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra, dia 17 de agosto, 28; uma outra, dia 18 de agosto, 29; uma outra, dia 19 de agosto, 30; uma outra, dia 21 de agosto, 32...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Trinta e um.

Uma outra, dia 25 de agosto, 32; uma outra, dia 26 de agosto, 33; uma outra, dia 2 de setembro, 34; uma outra, dia 15 de setembro, 35; uma outra, dia 14 de outubro, 36; uma outra, dia 21 de outubro, 37; uma outra, dia 23 de outubro, 38; uma outra, dia 28 de outubro, 39; uma outra, dia 4 de novembro, 40; uma outra, dia 9 de novembro, 41. Mas parece que aqui, dia 9 de novembro, teve uma resposta do Ministério da Saúde, certo, Secretário?

Paramos em 41.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas deixa-me seguir...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Chegou às suas mãos essa planilha aqui com as ações do ministério em resposta as correspondências?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Chegou. E o que eu estou mostrando aqui está além disso. Está começando em março.

Mas vamos lá. Eu parei aqui no dia 9 de novembro. Já vou retomar aqui em 41.

Aí teve outra, dia 11 de novembro, 42; uma outra, dia 13 de novembro, 43; uma outra, dia 21 de novembro, 44; uma outra, dia 24 de novembro, 45; uma outra, dia 27 de novembro, 46; uma outra, dia 12 de dezembro, 48, Senador Rogério.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quarenta e sete.

Uma outra, dia 2 de dezembro, 48. Aí já começaram a ter diálogos.

Mas vamos à sequência de quantas mensagens e *e-mails* a Pfizer mandou.

Uma outra, dia 4 de dezembro, 49; uma outra, dia 5 de dezembro, 50; uma outra, dia 6 de dezembro, 51; uma outra, dia 7 de dezembro, 52; uma outra, dia 7 de dezembro, 53; uma outra, dia 9 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro, 54; uma outra, dia 9 de dezembro, 55; uma outra, dia 15 de dezembro, 56; aí dia 4 de janeiro, 55; 7 de janeiro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Cinquenta e sete.

Uma outra, dia 7 de janeiro, 58; 14 de janeiro, 59; 18 de janeiro, 60; 18 de janeiro, 61; 2 de fevereiro, 62; 3 de fevereiro, 63; 3 de fevereiro, 64; 13 de fevereiro, 65; 17 de fevereiro, 66; 17 de fevereiro, 68...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sessenta e sete.

E 17 de fevereiro de novo, 68; 25 de fevereiro, 69; 25 de fevereiro, 70; 1º de março, 71; 1º de março, 72; 3 de março, 73; 8 de março, 74; 8 de março de novo, 75; 9 de março, 76; 9 de março, 77; 15 de março, 78; 22 de março, 79; 24 de março, 80; 23 de abril, 81.

Foram 81 correspondências. Ao que me parece, Sr. Elcio, pelo menos dos documentos que temos aqui, 90% dessas sem resposta. Eu lhe pergunto...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Algumas delas já eram respostas às demandas nossas. Só para citar para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Noventa por cento não tiveram...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Outras eram *e-mails* **–** eu até procurei um arquivo aqui e não encontrei a análise **–**, *e-mails* que eles mandavam repetidamente para o ministério, com o mesmo conteúdo que eles mandaram quatro, cinco vezes aos correios também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Exatamente. Inclusive, num dia...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Reiterar: no mesmo dia, mandar quatro *e-mails*, no mesmo teor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Inclusive, em julho eles mandaram quatro *e-mails*, pedindo audiência urgente. Foram atendidos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Foi a audiência que ocorreu no dia 6 de agosto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é no meado de julho. O senhor só os recebeu em agosto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eles tiveram uma reunião em junho e tiveram a reunião dia 6 de agosto. Houve reunião também 6 de julho e houve reunião 20 e 21 de julho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, esperei aí... O senhor começou esse depoimento dizendo que a primeira reunião com eles foi em agosto.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Que eu participei. Foi uma videoconferência. Foi inclusive quando eles nos informaram da necessidade de conservação a -80 graus. Até aquele momento, a gente desconhecia esse fato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E então? Não daria ali para fechar o acordo com a Pfizer? Ou era mais importante a embaixada do Brasil no exterior do que as vidas de brasileiros que poderiam ser salvos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Em agosto, eles nos apresentaram primeiro o memorando de entendimentos. Em agosto. E foi no dia 14. Ele tinha aquelas cláusulas que nós falamos e, nesse primeiro memorando de entendimentos, eles já afirmavam que não garantiam sequer o sucesso de desenvolvimento de vacina. Esse memorando de entendimentos era vinculante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando eles disseram para o senhor que garantiam o sucesso do desenvolvimento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Foi mais à frente. Eu não tenho certeza agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mais à frente?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Mais à frente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas quando eles garantiram...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eles não deixaram de afirmar que não garantiriam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando eles garantiram isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não tive essa certeza, só quando eu vi o registro na FDA, em dezembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor recebeu uma correspondência no dia 9 de novembro. Essa correspondência deles diz exatamente o seguinte, assinada pelo CEO da Pfizer: "Ao cumprimentá-los respeitosamente, é com imensa alegria que compartilho a notícia de que acaba de ser divulgada globalmente pela Pfizer hoje dados da primeira análise realizada de sucesso do estudo da Fase III. Contra a Covid-19, indica uma taxa de eficácia da nossa vacina de 90%", maior inclusive que a da AstraZeneca, Senador Jorginho, que é de 63%.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Houve uma reunião no ministério dois dias depois, dia 11 de novembro, justamente para tratar desse dado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Alguém solicitou do senhor essa reunião, dia 11 de novembro? (*Pausa.*)

Esse *e-mail* veio dia 9 de novembro. A reunião foi dia 11.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ou foi por iniciativa do ministério ou deles, mas ocorreu essa reunião dia 11.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa reunião ocorre dois dias depois da reunião dita pelo Sr. Fabio Wajngarten, lá no Palácio do Planalto.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A partir do momento em que eles informaram os dados de sucesso, nós fizemos uma reunião para discussão das propostas de memorandos de entendimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aí seguiram seis *e-mails* para entendimento depois disso, até o dia 2 de dezembro. Não foi o suficiente para resolver?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dia 17 de novembro, uma nova reunião para tratar de aspectos técnicos e logísticos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, perfeito. E não foi suficiente? Porque, veja, no dia 2 de dezembro, eles mandam outro *e-mail* também, que chega ao senhor e chega ao Governo. Aliás, dia 21 de novembro. No dia 2 de dezembro, eles mandam outro *e-mail* assinado pelo CEO da Pfizer, em que eles dizem o seguinte: "Em nossa terceira oferta [em nossa terceira oferta, Senador Rogério] enviada ao Governo brasileiro, na semana passada, em 24 de novembro...". Eles já tinham encaminhado três ofertas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, naquelas condições que eu falei para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – As condições foram mudando até que o momento em que nós celebramos o contrato, em melhores condições de vantagem, antecipando o cronograma e contratando 100 milhões de doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Elcio, enquanto estava tendo essa negociação, enquanto estava tendo essa negociação, vidas estavam sendo perdidas. O senhor não achava que era urgente?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Mas, o próprio memorando de entendimentos previa que a vacina só poderia ser disponibilizada após aprovação na FDA, e havia uma norma do Governo americano que não autorizava exportação de vacinas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma semana antes, eles tinham mandado um *e-mail* informando que já tinha sucesso, eficácia de 90%, e já tinha sucesso da Fase III.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Essa era a informação deles, não o endosso da FDA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, foi a informação que chega ao senhor, está aqui o *e-mail*.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não é o endosso da FDA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está aqui o *e-mail*, foi a informação que chegou ao senhor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Essa é a informação técnica, não é o endosso de uma agência reguladora que era a FDA, o que só ocorreu no dia 11 de dezembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a informação... O senhor não acredita que eles tinham uma responsabilidade ao encaminhar essa informação?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como todos os fornecedores de vacina. A Sputnik também informou e, até este momento, ela não teve uma autorização para uso emergencial total da agência reguladora brasileira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas esse... Eu só quero lhe informar que, no dia 2 de dezembro, lhe passaram aqui o texto que o CEO da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pfizer disse: "Tendo em vista... Solicitamos ao Ministério da Saúde, pela urgência do tema... Se os senhores já tiverem tomado a decisão de não avançar com a assinatura desse documento, possam nos comunicar, para que possamos liberar essas doses para que elas sejam disponibilizadas aos países da região". O senhor respondeu isso aqui?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, essa resposta aí aconteceu com discussões internas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso aqui é dia 2 de dezembro, 2 de dezembro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... e nós tínhamos a imposição deles de edição de uma medida provisória ou de um projeto de lei, e essa medida provisória obrigatoriamente teria que ser convertida em lei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma semana depois eles mandaram para o senhor uma sugestão de medida provisória.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Mandaram sugestão de medida provisória e mandaram essa proposta de MOU.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eles chegaram a fazer uma sugestão de medida provisória!

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Foi aquele período em que houve um lapso temporal em que o Ministério da Saúde assim como o STJ e o Governo do Distrito Federal ficaram fora do ar, o que atrasou a nossa análise desse material. Por uma semana, não funcionava o servidor do ministério por causa do ataque de vírus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, Coronel Elcio, mas esse Governo deve ter alguma incompatibilidade séria com computador. Ora o General Pazuello vem aqui e diz de um tal de *hacker*; agora o sistema saiu; outra hora é um vírus que não é o coronavírus. Tem que fazer um curso rapidamente de manutenção dos dispositivos de computador do Governo, porque, enquanto saem do sistema os dispositivos de computador, vidas estão sendo perdidas.

Veja, quero reiterar: este ofício aqui do dia 2 de dezembro é um ofício desesperador. Ele diz aqui, o CEO da Pfizer, claramente: "Se o Governo brasileiro não quiser, vamos disponibilizar para os outros países da região".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sabe o que aconteceu, Sr. Relator, Sr. Presidente? Uma semana depois o Chile começou a vacinar – uma semana depois. E, hoje, sabe qual é a situação? Hoje o Brasil tem 11% de vacinados e o Chile tem 56% de sua população vacinada.

Então, só para concluir...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dia quatro nós mandamos a contra... O senhor falou do *e-mail* do dia dois.

Dia quatro nós mandamos a contraproposta de memória de entendimentos para que eles analisassem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E logo em seguida eles voltaram a reiterar.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dia cinco eles reiteraram e aí foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mandaram o modelo da medida provisória...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... justamente quando eu falei que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vocês editaram a medida provisória no dia 26 de dezembro.

A medida provisória foi editada e assinada no dia 6 de janeiro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Essa medida provisória foi discutida durante o mês de dezembro, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

Em 26 de dezembro, vocês mandaram para o Palácio do Planalto a medida provisória.

Isso daí eu não estou perguntando, estou afirmando porque nós temos aqui.

A minuta da medida provisória assinada por todas as autoridades do Governo, por todas as autoridades jurídicas do Governo para resolver o impasse que, no meu entender, não existia. Mesmo assim a medida provisória é assinada.

Uma semana depois...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Esse impasse foi justamente do Ministério da Economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a medida provisória é assinada.

Qual é a diferença do dia 26 de dezembro para o dia 6 de janeiro, em que a medida provisória é assinada?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Aquele material foi retirado do texto dela por causa da falta de consenso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... como foi colocado.

E foi, particularmente, do Ministério da Economia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 26 de dezembro, vocês resolveram o impasse com a medida provisória.

No dia 6 de janeiro, o Presidente da República edita a medida provisória, sem esse dispositivo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Porque houve falta de consenso entre as jurídicas dos ministérios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Elcio...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nesse caso, o Ministério da Economia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com a devida vênia, acatamento e respeito a V. Sa. e ao que V. Sa. representa, veja, não existiu falta de consenso em uma minuta que foi assinada pelo Controlador-Geral da União, pela Advocacia-Geral da União e pelo Ministro da Justiça.

Onde está a ausência do consenso aí?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Ministério da Economia não participou desse consenso, foi ele que discordava dessa situação com relação a essas cláusulas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o senhor está dizendo que a gente tem que convocar o Ministro Paulo Guedes, que ele que impediu que a gente tivesse uma medida provisória para garantir vacinas brasileiras já em janeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não citei o Ministro Paulo Guedes, eu falei Ministério da Economia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, o senhor citou Ministério da Economia.

Quem é o Ministro da Economia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ele tem os seus técnicos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Alguém sabe me dizer quem é o Ministro da Economia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não participava de reunião com Ministros, Senador. Eu participava de reunião com técnicos lá no Palácio do Planalto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A minuta e a medida provisória são editadas no dia 26...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Senador Randolfe, mais um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A medida provisória é editada no dia 26, no dia 6... A diferença do dia 26 para o dia 6 é que um senhor não assinava no dia 26 e ele assinava no dia 6 retirando a cláusula.

O nome desse senhor é Jair Messias Bolsonaro.

A última pergunta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois é, o Coronel Elcio traz uma informação nova aqui, que é o fato do Ministério da Economia ter divergência.

Eu acho que nós temos que...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A falta de consenso eu já havia citado e o Ministro Pazuello também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu acho que talvez tenhamos que convocar aqui o Ministro da Economia, o Paulo Guedes, também.

Por fim, o senhor tem conhecimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República, em abril de 2020, fez um contato direto com o Primeiro-Ministro da Índia para liberação de insumos de hidroxicloroquina para o Brasil.

O senhor tem informação se o Presidente da República em algum momento fez contato com algum governo estrangeiro para a aquisição de vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu... Pelo que eu acompanhei pela mídia, ele fez com a Pfizer, ele fez com a Rússia e também foi uma carta do Governo brasileiro para a China para a liberação de IFA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Com a Pfizer me parece que não, não é? Porque nós temos uma medida provisória assinada pelo Presidente da República retirando a cláusula que dava segurança.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não sei precisar o momento em que aconteceram esses contatos, mas eles aconteceram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Com quem mais aconteceu?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu citei Pfizer, eu citei o Governo da Rússia, por causa da Sputnik, houve contato com a China e houve contato também com a Índia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Com a Índia.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não sei se necessariamente o Presidente ou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Com a Índia, para qual vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... o MRE.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Com a Índia, para qual vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Para liberação das vacinas; e para China, para liberação do IFA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Com a Índia, sobre qual vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Em particular, a vacina do Instituto Serum, que nós estávamos adquirindo por intermédio da Fiocruz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Covaxin?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. AstraZeneca também, tendo em vista o atraso na vinda de IFA da China, o que atrasou a produção da Fiocruz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Covaxin, não houve um contato também em janeiro sobre a liberação da Covaxin?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não sei precisar para os senhores. Desconheço. Não me lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, houve o contato, e a vacina da Covaxin, ao que nos consta, é a mais cara das vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, não houve pela Pfizer. E houve em relação às outras...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já estão me cobrando aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já concluindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já estão me cobrando a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só a última pergunta: o senhor acredita que, antes de sair do Ministério, a aquisição de doses de vacinas foi feita o suficiente para todos os brasileiros?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, tanto é que nós continuamos perseguindo doses, como eu falei para o senhor. Eu citei. Nós fizemos contato com a Sinopharm e continuamos com os contatos, porque nós tínhamos de mitigar o risco de um possível atraso em entregas de doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por que a régua de trato com a Pfizer não foi a mesma da Sinopharm?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agora, chegou o Senador Alessandro. Ele cobra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Sinopharm não tinha condições de exportar. Toda a produção era destinada ao mercado interno. Então, ela estava procurando parceiros, laboratórios públicos ou ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é. Mas o senhor mesmo fez o contato, procurou a Sinopharm. Na Pfizer, pelo que está claro, é que ela procurou...

Meu tempo já acabou, por acaso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Pfizer não quis fazer a transferência de tecnologia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E essa transferência de tecnologia e essa não transferência e essa insistência em não negociar custaram a vida de milhões de brasileiros.

Se nós tivéssemos mil, 1,5 mil doses de vacinas que fossem, 1,5 milhão já em dezembro seriam vidas de brasileiros que estariam salvas.

Coronel, só quero concluir. Meu tempo, de fato, já esgotou...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por favor, por favor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluindo, Coronel, eu quero reiterar aqui o que os outros colegas falaram. Eu tenho admiração pelo senhor, pela instituição de que o senhor faz parte, base da formação do Estado brasileiro desde Guararapes, mas eu também tenho profunda consciência de que o senhor, como membro do Exército Brasileiro, cumpre regras de hierarquia e de disciplina, que são regras sagradas, que não podem ser desrespeitadas jamais.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... eu quero reafirmar o que outros colegas disseram: não era o senhor para estar aí. Eu tenho certeza de que o senhor apenas cumpriu ordens. Quem deveria estar aí era o Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Com a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrada a participação do Senador Randolfe, com a palavra o Senador Marcos Rogério, por 15 minutos e mais a tolerância desta Presidência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem.

O Senador Marcos Rogério trocou com o suplente Fernando Bezerra. Então, ele não pode passar a vez para Fernando Bezerra e, depois, voltar à lista, porque aí prejudica a gente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou trocando com o titular.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, não. Há uma ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas eu estou trocando com o titular.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para fazer justiça. O Senador Marcos Rogério, inclusive, trocou no momento em que eu estava na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É que o Senador Girão foi para a 14ª. Então, está com a palavra o Senador Marcos Rogério.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Agradeço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não entendi.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Saiu o Senador Girão, e entrou o Marcos Rogério. O Senador Girão vai para a suplência.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É isso aí.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ah tá.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Então, agradeço a V. Exa., Sr. Presidente. Cumprimento os Srs. e as Sras. Senadoras, cumprimento o Coronel Antônio Elcio Franco Filho.

Eu gostaria de começar a minha manifestação aqui, pedindo à nossa assessoria da Mesa que apresentasse dois vídeos. (*Pausa.*)

Dois vídeos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, aí nós temos aquele vídeo que eu divulguei, quando estava aqui o Presidente do Butantan, do Estado de São Paulo. E é repetido aqui, por diversas vezes, dezenas de vezes, que o Butantan tinha vacina para entregar no segundo semestre do ano passado. O que é verdade e o que é narrativa? O que é apresentado aqui na CPI, ou o que o Presidente do Butantan, em um diálogo acalorado com o Governador de São Paulo, fala nessa gravação?

Quando cobrado sobre a situação das tratativas com Sinovac ele diz: "Tem problemas, estamos enfrentando, vamos ter vacina até 15 de janeiro". Qual versão está correta?

Aqui apresentam-se narrativas e a gente tem que combater com os fatos.

Ali está um fato que desmonta uma narrativa.

O segundo vídeo, por gentileza.

(Procede-se exibição de vídeo.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, eu não sei se precisa de explicação. Há uma diferença entre as narrativas que são apresentadas no âmbito da CPI e os fatos, e a verdade. Esse é o representante da Pfizer no Brasil, falando sobre Pfizer, que desde maio do ano passado realizou tratativas com o Ministério da Saúde, culminando com a assinatura do contrato, o primeiro com 100 milhões de doses e, posteriormente, com mais 100 milhões de doses.

Quem está nos acompanhando, está assistindo o que é fato e o que é *fake*, o que é fato e o que são narrativas. Aí estão os fatos.

Mas eu quero cumprimentá-lo, Coronel Elcio, pelo comparecimento a esta CPI e pela prontidão em responder a todos os questionamentos, o que faz de maneira clara e firme.

É bastante relevante que todas as questões relativas à pandemia sejam analisadas aqui, com a profundidade que o caso requer, e não de maneira superficial. E sua presença está contribuindo muito para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos aqui sabemos que não é incomum que os secretários-executivos tenham mais conhecimentos específicos do dia a dia dos Ministérios, pelo necessário aprofundamento que fazem às demandas, após os despachos regulares dos Ministros de Estado.

Não é incomum e desconhecido também que os Ministros de Estado estejam mais envolvidos com questões do âmbito político no relacionamento com outros órgãos e Poderes, inclusive.

Dessa forma, acentua a importância de sua presença nesta CPI. E estou certo de que se realmente aprofundarmos no exame das ações do Ministério da Saúde, de forma técnica, chegaremos à conclusão da importância, validade e eficácia das medidas governamentais no enfrentamento da pandemia. Exemplo disso são as conclusões já feitas pelas Comissões temáticas, técnicas da Câmara dos Deputados e deste Senado Federal. Cito o trabalho realizado pela Comissão Externa de Enfrentamento da Covid-19, da Câmara dos Deputados, que realizou mais de cem audiências públicas. Cito também a Comissão Mista de Acompanhamento, que já produziu relatório elogiando as ações realizadas pelo Ministério da Saúde e atestando que o órgão tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus. Os relatórios estão feitos e devidamente assinados e não me consta da ocorrência de relatórios paralelos em sentido contrário; ou seja, as Comissões que estão acompanhando bem de perto os trabalhos do Ministério da Saúde têm conhecimento das ações e de sua eficácia. Oportunamente, vou apresentar requerimento no sentido de que esses relatórios venham a esta CPI para instruir os trabalhos desta Comissão e elucidar questões que ao meu sentir não estão sendo bem alinhadas ou analisadas até pela distância dos fatos e a complexidade dos temas.

Outra observação que gostaria de fazer de forma preambular é que o depoimento prestado por V. Sa. é mais uma comprovação da autonomia do Ministério da Saúde em relação ao tal gabinete paralelo. Cumprimento-o, portanto, pelo serviço prestado ao País no Ministério da Saúde. Gratidão é o que penso que mais merecem pessoas como V. Sa., assim como os milhares de servidores públicos que têm se envolvido no enfrentamento dessa pandemia, que é um verdadeiro flagelo mundial e ainda cercada de muitas incertezas.

Quero fazer alguns questionamentos a V. Sa., considerando especialmente sua formação em gestão pública, MBA de Gerenciamento de Projetos, MBA de Gestão Estratégica de Negócios, diversas experiências como ordenador de despesas nas áreas de execução orçamentária, financeira e material. Um dos exemplos disso foi sua atuação como secretário de Estado em Roraima, que, sabemos, tem complexidades peculiares em relação ao País.

Pergunto, nos primeiros meses da pandemia, ficou patente a fragilidade da atenção primária. Recordo-me de que o então Ministro Mandetta falava da necessidade de uma considerável ampliação na oferta de serviços nessa área. Muitos Estados e Municípios procuravam minimizar a falta de estrutura incentivando o "fique em casa e não procure médico". Há casos de recomendações de se esperar, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sintomas, por oito, dez, doze, quatorze dias; ou seja, não houve o atendimento precoce; ou seja, no começo dos sintomas. Até hoje existem protocolos vigentes com esse tipo de orientação.

Pela experiência do senhor no Ministério da Saúde, seu conhecimento amplo sobre o funcionamento do SUS, que realidade brasileira o senhor constatou quanto a essa estrutura e como isso pode ter impactado o enfrentamento da pandemia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – A atenção primária é responsabilidade dos Municípios, onde estão as Unidades Básicas de Saúde. E é muito importante a sua atuação para o atendimento precoce de qualquer morbidade, qualquer doença.

E o ministério, entre as suas ações, criou mecanismos para custear a ampliação do horário de atendimento das unidades básicas de saúde, como funcionar à noite e funcionar aos sábados. Ele também disponibilizou recursos humanos para esse atendimento pelo programa Mais Médicos pelo Brasil. Ele custeou a criação de centros de referência, ou seja, a destinação de algumas dessas unidades básicas de saúde para atender, exclusivamente, a pacientes suspeitos e casos confirmados de Covid. E também ele mobiliou, mandou recursos para a informatização de todas as UBSs; é um legado que vai ficar para o Brasil com a Rede Nacional de Dados em Saúde, com todo o prontuário, tudo do paciente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em sua fala inicial, o senhor afirmou que a pandemia serviu para mostrar a realidade da saúde pública: superlotação, leitos nos corredores, falta de medicamentos, de insumos, de equipamentos e de profissionais, que são desvalorizados e, algumas vezes, desmotivados, e disse que são problemas de décadas de negligência, inoperância e desvios de recursos públicos, além do subfinanciamento do SUS.

Apesar de o Brasil inteiro saber dessa realidade crítica, o tema pandemia está sendo tratado como se nosso País tivesse todas as condições plenas para o mais pleno atendimento de sua população, ou seja, cobra-se perfeição dos agentes públicos, ou melhor, do Presidente da República, e todos sabemos que isso é fácil fazer a partir de gabinetes ou bancadas confortáveis, diferentemente da realidade nua e crua do sistema de saúde brasileiro.

Pois bem, existem estudos que indicam que o Brasil, nas duas décadas imediatamente anteriores à pandemia, teve redução do número de leitos do SUS, e não aumento. Cito, por exemplo, o relatório da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), elaborado pela equipe do Projeto Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde, mostrando queda desde 2009.

Somente de leitos de internação, o Brasil perdeu 43 mil; 43 mil leitos de UTIs a menos! Diversos Estados sofreram redução superior a 20%, como o Rio de Janeiro, que perdeu 35,5% dos leitos do SUS. Ou seja, nas gestões anteriores, os Governos Lula e Dilma conseguiram a façanha de reduzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

drasticamente o número de leitos do SUS, enquanto a população brasileira aumentou em mais de 30 milhões de pessoas.

Outros estudos, também de pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz e da Universidade do Rio de Janeiro, indicam abissais desigualdades entre regiões do Brasil, e pior, no interior dos Estados, pela relação capital/interior. Posso citar com segurança o caso do meu Estado de Rondônia, que insistiu em concentrar, de maneira absolutamente desproporcional, o número de leitos de UTIs na capital, em flagrante prejuízo à população do interior. Não são poucos os testemunhos de pessoas do meu Estado que morreram a caminho de um leito de UTI; muitos, e não poucos, nem sequer conseguiram aguardar o translado; outros não tinham quadro clínico que autorizasse a remoção.

Ainda sobre as UTIs, o quadro é o seguinte: o Brasil entrou nessa pandemia com mais de 5 mil Municípios sem um leito sequer – um! E estamos falando de uma doença que causa graves complicações respiratórias dentro de poucos dias e exige, no mínimo, um respirador mecânico. Na Região Norte, temos muitos Municípios localizados a mais de 500km da capital ou de uma cidade que tenha leitos de UTI.

Não estou atribuindo culpa a esse ou àquele agente público, mas tenho como imperativo que esse tipo de análise seja feito, se é que realmente queremos conhecer a fundo o que aconteceu no Brasil em decorrência dessa pandemia.

O questionamento que faço é o seguinte: na prática de suas interlocuções com Estados e Municípios, V. Sa. detectou esse tipo de desajuste? Que impacto que esse quadro óbvio de desestrutura pode ter causado no número de mortes por Covid?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós identificamos, e todas as medidas que eram possíveis, dentro de um apoio humanitário, em reforço às atribuições dos Estados e Municípios, o ministério adotou, sempre pactuando, atendendo à demanda de Estados e Municípios, atendendo às pactuações com o Conass e o Conasems, que faziam essa filtragem, para disponibilizar 17.888 ventiladores pulmonares, 1.250 monitores multiparâmetro, mais de 345 milhões de unidades de equipamentos de proteção individual – tudo isso em reforço à atuação dos Municípios –, também com a habilitação para o custeio de leitos de UTI e disponibilização, como já foi citado, de material para intubação orotraqueal – são aqueles medicamentos de que o ministério fez requisições, aquisições centralizadas e que identificava, com o Conass e o Conasems, para quem distribuir, atendendo à demanda desses Estados e Municípios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. fez referência à gestão bipartite estadual, à autonomia e à responsabilidade dos Estados e Municípios na execução do orçamento com recursos federais. Também referiu-se à gestão tripartite; no caso dessa pandemia, além do papel da União em destinar recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, sabemos que a decisão do Supremo deu ainda maior autonomia a tais entes, ao retirar da União o poder de estabelecer diretrizes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no enfrentamento, muito especialmente quanto às medidas preventivas. Ficou bem claro que a União não detém competência quanto à gestão das unidades públicas de saúde, que são dirigidas exclusivamente pelos entes subnacionais com plena autonomia.

Nesse sentido, quero questionar V. Sa. sobre os hospitais de campanha.

Existem estudos técnicos que indicam que vários Estados montaram grandes estruturas, mas não souberam aparelhá-las, ou seja, tiveram funcionamento precário. Muitas foram desativadas entre setembro e outubro do ano passado e, quando o Brasil experimentou a segunda onda no começo de 2021, não tiveram como voltar a funcionar no momento oportuno.

Há um procedimento investigativo em curso na Procuradoria-Geral da República sobre a responsabilidade dos Governadores e suas consequências quanto ao fechamento dos hospitais de campanha em meio ao agravamento da pandemia. Também existem operações no âmbito da Polícia Federal que apuram suspeitas de corrupção envolvendo essas estruturas. Entre os Estados que fecharam hospitais de campanha, estão: São Paulo, Alagoas, Maranhão, Pará e Ceará. E alguns desses Estados não reabriram todos os hospitais, mesmo com a nova onda de casos, como vimos nos primeiros meses deste ano.

O senhor já esclareceu que não cabia e não cabe ao Ministério da Saúde interferir na gestão dessas unidades, diante da autonomia dos Estados e dos Municípios. Mas, por se tratar de recursos federais, pergunto: no tempo em que o senhor esteve no Ministério da Saúde, havia acompanhamento desse apuratório? Dentro da estrutura geral de enfrentamento da pandemia, que relevância podem ter esses dois fatores: hospitais com precariedade de estrutura e fechamento intempestivo diante da segunda onda por falta de atendimento?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Um dos aspectos observados quando nossa equipe chegou ao ministério é que não havia critérios com relação a hospitais de campanha. Foi feita uma portaria no ministério orientando que isso teria que ser feito a partir do momento que se identificasse a falta de capacidade de utilização da rede privada de saúde, que poderia ser contratada, poderia ser requisitada ou poderia ser feita por meio de chamamento. Isso posto, nós regulamos que, para o custeio desses hospitais, eles deveriam estar próximos também aos hospitais físicos, estruturas permanentes, para se aproveitar das suas estruturas. E nós, por intermédio do Siops, já por uma até determinação do TCU, tínhamos o controle da execução do que os Estados faziam com seus recursos, é uma conferência parcial que eles preenchiam no sistema para que nós tivéssemos o controle da execução dos recursos descentralizados pelo ministério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Um dos objetivos desta CPI é investigar a crise ocorrida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, o Senador Rogério acaba de citar o Estado de Alagoas de uma maneira aí absurda. V. Exa. sabia – e eu cumpro o papel de lhe dizer – que o Estado de Alagoas foi o Estado que mais investiu no Brasil receita líquida para o enfrentamento da Covid e para a construção e disponibilização de leitos hospitalares e de UTI?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não sou advogado de nenhum Estado aqui na CPI, não. O meu papel aqui é de apurar os fatos. Não sou advogado de nenhum Estado e espero que o Relator também não seja.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Respeito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Embora esteja neste momento exercendo o papel de advogado de um Estado da Federação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Estado que eu represento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Neste momento, não. Neste momento, V. Exa. representa esta CPI na investigação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu represento o Estado de Alagoas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é algo que nós temíamos desde o início.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu represento o Estado de Alagoas no Senado Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., na condição de Relator, não deveria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E V. Exa. não pode se expor a esse tipo de irresponsabilidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Repito a V. Exa.: isso não pega bem a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pega bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, para concluir, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Um dos objetivos desta CPI é investigar a crise ocorrida em Manaus. Precisamos, portanto, considerar todos os fatores envolvidos nessa crise. Em sua exposição inicial, o senhor fez referência sobre a precariedade da rede de saúde de Manaus, citando que ela está historicamente entre as piores proporções de leitos de UTIs por 100 mil habitantes, ou seja, dentro do quadro nacional, Manaus e o Amazonas já amargavam uma crise na estrutura de saúde. Todos sabemos, inclusive, que, certamente, agravada com os escândalos de corrupção que levou agora ao afastamento do secretário de saúde e buscas e apreensões na residência do Governador, que amanhã deve estar aqui, se não comunicou que não virá por alguma decisão. Mas está confirmado para amanhã por ordem do Presidente da CPI.

Temos dados de 2019, por exemplo, antes da pandemia, que mostram a saúde do Amazonas em crise, com hospitais públicos de todo o Estado sofrendo falta de infraestrutura e de pessoal. Cito, como exemplo, quadro de superlotação no Hospital e Pronto-Socorro 28 de Agosto, salas improvisadas, pacientes do lado de fora, em macas, outros sendo mandados de volta pra casa.

Existem diversos outros dados, todos de anos anteriores a 2019, mostrando a crise de saúde no Amazonas. Em 2017, o Conselho Regional de Medicina e a Defensoria Pública do Amazonas consideraram alarmante o quadro de saúde amazonense. O presidente do conselho afirmou, na ocasião, que o serviço de urgência do Amazonas estava entre os piores do País.

Faço essas observações...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, já tem quase 30 minutos. Presidente, eu estou aqui desde as 9h30 tentando falar também. Todo mundo quer falar. Eu fico...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A falta de educação de quem ultrapassa os 15 minutos não é para comigo, é para com os colegas que querem falar, porque eu estou com o microfone aqui, na hora que eu quero intervir, eu intervenho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou abrir mão de continuar minha fala. Eu só vou depois pedir que V. Exa., de maneira muito educada, negue o tempo do colega da oposição que falou agora a pouco por quase 30 minutos. Eu somei 27.54.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem? Quantos minutos V. Exa. já falou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não estou calculando. V. Exa. não chegou nem perto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não precisa. Isso não é TrateCov, isso aí é o relógio. O relógio diz o horário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu gosto de seguir o horário e sempre procuro ficar dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Eu sei, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas a Mesa está tendo dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não estou, Senador, tanto é que eu não intervim. V. Exa., veja bem, eu estou dizendo que o desrespeito não é para comigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. foi provocado, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou calado aqui ouvindo. É desrespeito não de V. Exa., mas de qualquer um que ultrapassa... A pessoa pedir um minuto, tudo bem, pra concluir. Porque, cá pra nós, a pessoa que vem aqui ler um textão já sabe quantos minutos vai demorar pra ler e fazer as perguntas. Não é uma coisa... Se é da cabeça e a pessoa não tem um papelzinho aqui pra ler e vem tudo na cabeça... E isso aqui virou assim uma rotina de a pessoa ler e ultrapassar os 15 minutos. A melhor coisa, o conselho que eu vou dar aos companheiros que leem é que, antes de vir pra cá, já treinem em casa pra chegar aqui e só falar os 15 minutos. Eu sou paciente.

Pra concluir, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, eu vou, respeitando a incomodação dos colegas... Eu não vi essa mesma incomodação quando o Relator gastou horas aqui fazendo os mesmos questionamentos, repetindo 200 vezes, quando a Oposição fez ali, o Senador, meu colega fez... E V. Exa. sabe quantos minutos ele falou. Eu conversei com V. Exa. lá dentro. Mas, quando eu começo a fazer os questionamentos ao depoente na linha daquilo que acho ser coerente, na linha daquilo que considero ser adequado numa CPI, as reações são imediatas. Intervêm pra tirar concentração, intervêm pra impedir o questionamento. Eu não sei se eles têm medo da pergunta ou da resposta. Mas eu agradeço a V. Exa. pela tolerância.

E as perguntas que eu faria em relação ao Secretário Elcio, estão todas aqui, tinha apenas mais duas, eram apenas mais duas.

Mas agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E lamento... Lamento que aqueles que são maioria nesta Comissão não consigam respeitar o direito sagrado de quem diverge de exercer plenamente o seu mandato parlamentar no curso desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem. Muito boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadora Simone, que acaba de chegar e que vai ficar mais para o lado de lá pra câmera me dar visibilidade, cumprimento todos os Senadores.

Vai ficando um ambiente mais cansado, não é? Porque nós estamos aqui desde as 9h da manhã.

Quero cumprimentar o Coronel Elcio, que está aqui conosco desde manhã, pelas suas informações, pelas suas afirmações.

Eu queria entender, até porque eu gosto de cumprir o tempo e, muitas vezes, até economizar para oportunizar para outros companheiros também poderem fazer questionamentos: Coronel, eu queria que o senhor explicasse qual é o motivo mais forte sobre o tratamento diferenciado no repasse dos recursos à Fiocruz e ao Butantan e que o senhor acompanhasse o meu raciocínio.

O senhor respondeu, por diversas vezes, que os recursos que muitos... Respostas que não comprou, porque estava em fase de transferência de tecnologia... Então... O Butantan já tinha tecnologia para fazer a vacina. Então era uma compra. É isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E a legislação exige a aprovação da Anvisa.

A Fiocruz era uma transferência de tecnologia da vacina. Para isso, a legislação permite investimento para o desenvolvimento. Eu queria que o senhor explicasse com mais vagar isso, por que que não comprou, por que que deixou de comprar. Eu queria que o senhor explicasse a diferenciação sobre a vacina que teria que ter aprovação e o desenvolvimento através da Fiocruz.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Muito obrigado, Senador, pela pergunta.

No caso da vacina da AstraZeneca/Oxford, feita em parceria com a Fiocruz, utilizando-se da legislação brasileira, foi realizada uma encomenda tecnológica. Como eu afirmei anteriormente, é a contratação de uma solução inovadora para o problema. É uma vacina de adenovírus ou vetor viral não replicante, e as leis que regulam a encomenda tecnológica são a Lei 10.973, de 2004, a 13.243, de 2016, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Decreto 9.283, de 2018. Essa legislação prevê encomenda tecnológica. O desenvolvimento do avião KC-390, da Força Aérea Brasileira, é um outro exemplo de encomenda tecnológica.

No caso do Butantan, o Butantan nos procurou e nos informou que ele já dominava a tecnologia da plataforma do vírus inativado. Então, não caberia – isso nós discutimos em reunião com o Butantan – uma encomenda tecnológica. Por isso esse tratamento diferenciado, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então é essa a razão para o Butantan não ter recebido investimentos? É isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – São situações jurídicas diferenciadas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O Ministério da Saúde anuncia compra de 46 milhões de doses da vacina chinesa, aquela intenção de compra que não foi cancelada, do CoronaVac. eu só queria que o senhor confirmasse.

Em reunião com os Governadores, o Ministério da Saúde, aliás, o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, assinou protocolo – protocolo – de intenção para adquirir 46 milhões de doses da CoronaVac, vacina chinesa desenvolvida com parceria com o Instituto Butantan. As doses serão adquiridas após aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), não é? "Após o registro, iniciar a vacinação em janeiro [a vacinação nacional em janeiro]. O potencial imunizante da vacina está em fase de testes, mas se mostrou seguro nos procedimentos realizados desde o final de junho. A expectativa é que a vacina esteja disponível em janeiro de 2021".

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Que foi exatamente o que aconteceu. A vacina ficou disponível em janeiro de 21, com a conclusão de estudos clínicos de Fase III. O Butantan solicitou pedido de uso emergencial à Anvisa no dia 8 de janeiro e foi concedido pela Anvisa em 17. No momento anterior, quando nós conversávamos com os laboratórios, não havia ainda previsão de autorização para uso emergencial; falava-se em regulação, registro definitivo das agências sanitárias. E as diversas agências sanitárias, em todo o mundo, passaram essa situação excepcional de autorização para uso emergencial, que foi regulada pela Anvisa, em uma resolução colegiada, em 10 de dezembro, regulando como funcionaria a autorização para uso emergencial. Mesmo assim, a partir de 10 de dezembro, o Butantan só buscou essa autorização no dia 8 de janeiro, com documentação incompleta, complementando dia 14 e obtendo autorização para uso emergencial no dia 17 de janeiro do corrente ano.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Essa reportagem é do dia 20/10/2020, no *Correio Braziliense*. Então, o protocolo foi cumprido rigorosamente. É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Bom, da forma que o senhor explanou, foi aproximadamente isso aí que aconteceu.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem. Muito obrigado.

A plataforma de RNA mensageiro é inovadora e não há nenhuma vacina assim no mundo. Como foi realizado o processo de negociação com a aquisição da vacina da Pfizer? Explica para nós.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O nível de incerteza na vacina da Pfizer já era muito maior com relação à vacina do Butantan. Não havia nenhuma vacina com essa tecnologia aprovada no mundo. A própria FDA ainda não concedeu o registro definitivo dessa vacina. Então, isso nos inspirava muitos cuidados de acompanhamento na área de ciência e tecnologia quanto à segurança e eficácia e a possibilidade de efeito colateral. Inclusive, a própria Pfizer pedia para ser isenta da responsabilidade de efeitos colaterais adversos graves naqueles que fossem imunizados pela vacina. Isso também nos inspirava cuidados, uma vez que, aparentemente, ela não tinha certeza da segurança oferecida pela vacina que ela estava nos oferecendo para vender.

Então, nós tivemos a primeira proposta de MOU, como foi anunciado, em 14 de agosto, e aí foram várias tratativas, inclusive até chegarmos à adequação legal e podermos adquirir a vacina. Eles, em momento algum, cederam em nenhuma das suas exigências. E eu poderia citar, dentre outros países que contrataram a Pfizer, quantidades expressivas: o Chile, por exemplo, contratou a Pfizer, 10 milhões de doses, e recebeu, em dezembro, apenas 21 mil doses; o México contratou 34,4 milhões de doses, e, em dezembro, recebeu apenas 45,9 mil doses. Então, nós tínhamos também a incerteza quanto ao cumprimento de calendários de oferta dos imunizantes para o Brasil.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Coronel Elcio, o senhor pode...

Hoje o Brasil desponta como um dos principais países em quantidade de vacinas compradas e aplicadas. A gente pode afirmar isso? Eu pergunto para o senhor, para que me dê essa tranquilidade, essa segurança.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ao lado de Estados Unidos, Índia, China e Rússia, o Brasil é um dos grandes países produtores de vacinas, o que garante, com essa autonomia, inclusive da produção de IFA, que é o que a Fiocruz vai poder fazer e já está fazendo, a possibilidade da independência com relação à importação de imunizantes e de importação do insumo farmacêutico ativo, que permite a preparação e o envase da vacina. E isso aí, dentro da corrida mundial de vacinas, é um grande legado que fica para o Brasil e uma garantia de que nós teremos vacinas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, fiquei em haver cinco minutos.

Muito obrigado, Coronel Elcio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Jorginho.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Só uma pergunta rápida sobre essa questão que foi levantada pelo Senador Jorge Mello: qual foi a maneira, a forma utilizada para o Ministério da Saúde comunicar ao Butantan que a tratativa continuava e a fala do Presidente não valia nada? Teve algum documento, alguma mensagem, alguma formalização?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Continuou havendo discussões. E, como eu informei ao senhor, nós tínhamos o telefone uns dos outros, e essas tratativas continuaram. Continuamos acompanhando a Fase III de estudos clínicos. Esse estudo do Departamento de Ciência e Tecnologia, da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação, que acompanhava o desenvolvimento das vacinas, era muito importante para que nós tivéssemos a garantia da eficácia e da segurança da vacina para compreendermos o desenvolvimento dela e conseguirmos prosseguir na contratualização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há nenhum documento para continuar a tratativa?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Há documentos que o ministério emitiu, além dessas tratativas por telefone, por videoconferência, etc.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, definitivamente, a fala do Presidente não valia, não é? Essa pergunta...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós nem recebemos ordens...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa pergunta...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós não recebemos ordens...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa pergunta eu fiz ao...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... para encerrar as tratativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... General Pazuello e a faço a V. Sa.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós não recebemos ordem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta: a fala do Presidente não vale nada?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós não recebemos ordem...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... de interromper as tratativas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Aziz, retomando um pouquinho meus quatro minutos.

Não é que a fala do Presidente não vale nada não, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando para ele.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu estou pedindo o meu tempinho de reserva.

Tem na CNN, numa reportagem do dia 21 de outubro: o Presidente, quando não cortam o vídeo, ele diz... Ele nunca disse que não vai comprar vacina; não vai comprar vacina antes que tenha aprovação pela Anvisa. É o que está nas reportagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Entendeu? É isso que foi dito, é isso que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa-me passar a palavra para o Senador...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Reportagem do dia 21 de outubro da CNN.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque tem um vídeo – e nós temos comprovação, e foi um internauta que mandou – do ex-Ministro Pazuello, dizendo que a Pfizer está descartada. Então, é essa versão cheia de buraco, cheia de imprecisão, ela não cola!

Então, o Presidente não manda em nada. Tudo que ele fala não se resolve.

Qual é o documento que comprova isso, que a negociação continuou?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Há o protocolo que eles fizeram e deram fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não mandamos documento cancelando as negociações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exa. que, por favor, requisite formalmente ao Ministério da Saúde que documento deu continuidade às tratativas depois da fala nefasta do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não teve cancelamento nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, nós não assinaríamos um contrato em 24 horas com tamanha complexidade no valor de R$2,5 bilhões, em apenas 24 horas após a edição da MP 1.026; ou seja, isso prova que houve um amadurecimento de todas as tratativas, a ampliação para 100 milhões de doses, a contratação e tudo que aconteceu com essas vacinas que estão distribuídas à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Coronel Elcio, colegas Senadoras, Senadores, é um prazer o estar recebendo aqui.

Dia 10 de março, eu estive com o General Pazuello e V. Exa. estava na secretaria, quando nós levamos os hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul, na questão dos leitos de UTI Covid. Nós tínhamos 908 leitos de UTI credenciados o ano passado, em março, e este ano passou de 3 mil leitos, triplicou no Rio Grande do Sul, recebendo aquele valor de R$1,6 mil por leito. Assim, no Brasil, os dados da Confederação Nacional dos Hospitais, do Dr. Mirocles, quase dobraram os leitos de UTI Covid, recebendo R$1,6 mil por dia.

Conversamos também naquele instante a questão dos *kits* intubação. Ali foram comprados acho que 6, 7, 8 milhões de *kits* intubação com um valor muito baixo. Chegou-se a ser R$27, R$28, R$30 o midasolam, por exemplo. O Governo Bolsonaro, V. Exa., Secretário-Executivo, com o Ministro Pazzuelo compraram por R$3.

Alguém citou aqui anteriormente, Senador Renan: "Ah, tem que comprar. Por que que não compra *kit* intubação?" Não é obrigação do gestor federal. O dinheiro vai para o Estado, vai pro Município, e cada um compra o seu, porque receberam recursos expressivos ano passado. Só quero cumprimentá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que V. Sa. repetisse os valores daqueles contratos em que a Pfizer foi multada. Você tem esses valores ali. Isso é importante, porque o pessoal não sabe, os menos avisados. Eu tenho lido muito material sobre esse assunto e tenho procurado me informar sobre essa questão ali. E também você falou, V. Sa. falou na questão do Chile, na questão do México...

Eu estou buscando, pra trazer à Comissão, Senador Omar Aziz, o contrato com o Chile. Ontem foi comentado com o médico, numa reunião que tive, que o Chile cancelou o contrato com a Pfizer, porque... E pagou e está cobrando dinheiro, pagou adiantado o contrato e está buscando o dinheiro de volta, porque não recebeu mercadoria. Mas o contrato eu vou trazer a esta Comissão. Então, esse também é um ponto importante que eu gostaria de colocar.

Sim, coronel.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Publicado aqui na *Superinteressante*, matéria de 9 de agosto de 2018, a Pfizer, em 2009, concordou em pagar U$2,3 bilhões por promover medicamentos para usos não aprovados pelo FDA. Em outro caso, uma multa de U$15 milhões por promoção ilegal de hormônio do crescimento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Obrigado.

Corrigindo um pouquinho, o Senador Otto falou aqui: "Ah, que só tinha 10% da população vacinada com duas doses". Realmente é 10,87%. Mas não podemos esquecer, Senador Girão, que tem 50.953.709 doses, da primeira dose, que também tem que ser considerado. E, entre a diferença dos 105 milhões que foram liberados para Estados e Municípios e os 74, 75 milhões aplicados, tem 30 milhões de doses, que já eram a segunda dose. Então, o número é bem expressivo. E nós chegamos praticamente a esse... É o quarto país em número de doses aplicadas. China, Estados Unidos, Índia são os três primeiros e nós somos o quarto país.

Também colocando "Ah, o Brasil é o que tem o número de mortes", 12,71% do número de mortes no mundo é do Brasil, Senador Renan. Agora, os Estados Unidos, que já vacinaram 309 milhões, Senador Otto, têm 15,95, mais mortes que o Brasil, e já têm 70%, 80% da população vacinada. Temos que considerar isso também, é o ponto a que eu quero fazer referência aqui pela população que tem e pelo que colocaram.

Eu peguei dados do relatório do TCU. Foi comentado o TCU, convocado alguém, convidado, sei lá. Foram realizados cinco acompanhamentos, que o Senador Renan usa muito, todo dia está usando os relatórios do TCU, no âmbito da Secex-Saúde do TCU. No terceiro acompanhamento, no Acórdão nº 2.817, de 2020, consta que as transferências de recursos federais para os Estados e Municípios estavam sendo baseadas nas notificações e nos dados das secretarias de saúde. Nos subitens 104 e 105 do relatório, consta que esse critério poderia incentivar, Senador Girão, uma supernotificação de casos por parte das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

fontes geradoras de dados, relatório do TCU. No Acórdão 2.026, de 2020, de acompanhamento da Casa Civil, da Presidência da República e do Ministério da Economia, consta a mesma observação. Só fazendo uma referência sobre o TCU.

Bueno, dando sequência, Senador Alessandro, V. Exa., ontem me citou, aí eu recebo com surpresa a representação apresentada por exercer o meu direito de divulgar a opinião de expressiva corrente de médicos brasileiros, cientistas brasileiros e cientistas da volta do mundo. Eu estou baseado nessas pessoas. Lamentavelmente, o Senador Alessandro, demonstrando espírito, para mim, antidemocrático, ao pretender censurar a opinião de um Parlamentar, rasga nossa Constituição, mas não me atemorizo, principalmente porque me limito a chamar a atenção para a prerrogativa, Senador Girão, que V. Exa. e eu defendemos, para os tratamentos, para os médicos exercerem o tratamento dos seus pacientes.

E reafirmo, mais uma vez, e vou continuar afirmando que esse número de mortes, 477 mil... Se esse tratamento precoce não fosse criminalizado, nós teríamos um número bem menor de mortes da forma que estão colocando. Não há pesquisa, não há pesquisa que evidencie ser inútil o tratamento precoce. O que é tratamento precoce? Primeiro dia, segundo dia, quarto dia, quinto dia, sexto dia, por aí. Agora, o que houve foi a intoxicação de doentes por superdose em Manaus, cuja investigação prossegue no Ministério Público estadual. Pode ocorrer que milhares de pessoas estejam morrendo por não se admitir o tratamento precoce. É possível ou não que interesses outros têm campanha, são ideológicos e também pode ser interesse financeiro.

E o Coronel Elcio fala agora dessas questões ali, dos valores das multas que a Pfizer... E seguramente não é apenas a Pfizer, outras grandes empresas da chamada *big pharma* devem ter a mesma a mesma proporção.

Agora, Senador Alessandro, gostaria de saber se V. Exa. vai representar, no Conselho Federal de Medicina, contra todos os médicos brasileiros – nós temos uma lista, Girão, de mais de 14 mil; eles se identificaram, se apresentaram e estão fazendo isso –, por estarem sugerindo aos seus pacientes o tratamento precoce com essa hidroxicloroquina.

Também, nessa breve introdução – gostaria que o Senador Randolfe estivesse aqui –, eu queria que ele apontasse nas notas taquigráficas que ele citou ontem e mostrasse a esta Comissão em qual das minhas falas, hoje e sempre que falei, que eu citei o nome de alguma senhora chamada Mia Khalifa. Nem conheço, nunca ouvi falar o nome dela. Agora, foi citado aqui que eu citei o nome dela.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mia Khalifa. Nunca citei, nem conhecia, não sabia o nome, como o Sr. Senador Randolfe insinuou ontem. Quem cometeu *fake news*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem citou essa Sra. Mia Khalifa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não citei. O Senador Randolfe falou ontem que eu tinha citado ela. Está o.k.? Isso correu o mundo nessas *fake news* que estão aí. (*Risos.*)

Quem cometeu *fake news*, e alguns veículos mal informados, foi V. Exa. o Senador Randolfe. Jornalistas sérios, que verdadeiramente apuram os fatos, entenderam sobre qual atriz de conteúdo adulto eu me referia: a diretora comercial da Surgisphere. A isso que eu me referi.

Também é importante que o Senador Randolfe assista às gravações e leia as notas taquigráficas. Quando eu me referi ao Estado do Amapá, eu nunca citei "mortalidade"; citei sempre "letalidade". E ontem, Senador Omar Aziz, eu entreguei a ele, que era quem estava presidindo, os documentos do Estado do Amapá, que são importantes. É o Governo do Estado, é o conselho de médicos, o Conselho Federal de Medicina, todos citando o que aconteceu lá. Então, *fake news*, distorcer a verdade, estão sendo promovidas por outros e não por mim. Esse é o fato.

Então, Coronel Elcio, só fazer essa colocação: vou continuar insistindo que nós precisamos de vacina. Além dos acordos e das compras que vocês fizeram quando estava lá o Ministro Pazuello e agora o próprio Ministro Queiroga, continuaram o trabalho que vocês fizeram, é extremamente importante, e nós estamos buscando, dos laboratórios brasileiros, e vou me referir mais uma vez e vou repetir tantas vezes quantas forem necessárias: o Ministério da Ciência e Tecnologia tem 16 vacinas em andamento, 16 vacinas, Senador Girão, 3 em fase final, e, em 4, 5 meses, teremos vacinas. Hoje são 12 grandes laboratórios brasileiros de medicamentos humanos que têm interesse na fabricação e no envasamento, enfim, dessas vacinas. Tem quatro grandes laboratórios de medicamentos veterinários que, da mesma forma, têm essa intenção.

Além das vacinas brasileiras, também tem vacinas internacionais já aprovadas pela Anvisa. Isso também é um ponto importante para dar esperança ao povo brasileiro. O Brasil, sim, será produtor de vacina, além do Butantan, que já tem um excelente trabalho; além da Fiocruz, que também recebeu agora um contrato com o Governo brasileiro, na semana passada, para ampliar a produção, inclusive fabricando IFA brasileiro, isso é muito importante. O trabalho foi iniciado quando V. Sa. estava lá no comando da Secretaria Executiva, com o General Pazuello comandando esse processo. Então, isso são dados importantes que eu quero citar aqui, porque é importante que a sociedade brasileira tenha noção dessas coisas, porque, infelizmente, o que se fala aqui é totalmente diferente. Então, são pontos importantes e eu quero fazer menção.

E, Senador Girão, esses nossos 16 laboratórios, escrevam, irão produzir vacinas no Brasil, brasileiras ou vacinas internacionais – chinesas, indianas, belgas, canadenses, russas, inglesas, não interessa –, que já estão aprovadas pela Anvisa ou estão em fase final de aprovação. Escreva o que nós estamos dizendo aqui, Senador Omar Aziz, porque essa pandemia não termina este ano, isso aqui ainda vai continuar por anos a fio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para referir, finalmente, vou me referir outra vez: 15.494.71 vidas salvas graças a esses médicos que estão enfrentando esse processo. Hoje pela manhã, Senador Girão, o Prefeito de Três Passos, perguntei para ele: "E você adota o tratamento precoce?" "O Ministério Público na minha cidade me interpelou que eu não podia usar". Imagina, pela volta do Brasil, quantos promotores estão fazendo isso contra os médicos que querem exercer o seu direito de recomendar o que quiserem, porque eles têm essa posição. Começamos, Senador Girão, pelo relato dos médicos. Um, dois, três, quatro procedimentos, medicamentos, cinco ou seis. Hoje tem dezesseis, dezessete medicamentos que, desde aquele momento do ano passado, quando começou a pandemia, em fevereiro, março do ano passado, até agora, a Medicina evoluiu e esses médicos estão aí.

Uma pesquisa, não vou citar, falei ontem e repito de novo: médicos sérios, pesquisadores brasileiros sérios estão sofrendo retaliação dentro de órgãos do Governo Federal, o que não podiam, são pesquisadores brasileiros. Inclusive a Rede Globo agora fez críticas severas, imagina! Pesquisadores que V. Exa. conhece, renomados, com trabalhos publicados pela volta do mundo, estão sofrendo retaliações aqui no Brasil. Então, esse é o fato.

E só para arrematar. Gostaria... Não tenho nada contra Manaus especificamente, Senador Omar Aziz, é o seu Estado. Até concordo e acredito que seus pesquisadores sejam excelentes, não são só de Manaus, vários que estiveram lá. Que pudessem pedir à Rede Globo, pedir à CNN – desafio qualquer canal de televisão –, não fale com o Girão, não fale com o Luis Carlos; tragam médicos que fizeram a pesquisa e botem médicos, que nós escalaremos, que vão falar sobre a pesquisa. Eles conversam sobre a questão da Medicina, não sou eu que vou falar. Médicos renomados brasileiros que defendam o tratamento vão debater com a base letal, letal, que foi usada no caso em Manaus. Em Manaus ou em qualquer lugar dose letal mata, não é remédio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Presidente, eu queria só fazer um complemento da informação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – O senhor me permite?

Nós temos uma matéria aqui da *Época Negócios*, de 9 de janeiro, onde consta e mostra o desafio das condições especiais de refrigeração exigidas para preservar as vacinas da Pfizer, um grande desafio, o que reforça as nossas dúvidas quanto do desenvolvimento e da operacionalização dessa aquisição. Mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria destacar que nós agradecemos à Pfizer, nós celebramos o contrato, e é uma vacina que está em grande quantidade imunizando a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí. Agradece porque também o primeiro contrato era US$10, agora foi um contrato de US$12 – R$1 bilhão a mais.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Presidente, muito obrigado.

Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Elcio Franco, em primeiro lugar eu quero aqui apresentar: o próprio Presidente negociou com o Presidente da Índia ou Primeiro-Ministro da Índia a aquisição, o próprio Presidente da República, a aquisição de cloroquina, portanto – e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, num vídeo, divulga que está distribuindo 3 milhões de comprimidos para o tratamento precoce da Covid-19 – portanto, V. Sa. aqui faltou com a verdade quando disse que não era utilizado e o Ministério da Saúde não utiliza e não dispensou, para Estados e Municípios, cloroquina para o tratamento precoce. V. Sa. faltou com a verdade.

A outra questão que é importante colocar é que a Constituição brasileira fala num sistema único, conformado pelos três entes federados, e existe um princípio, que é um princípio que está embutido, que é o princípio da complementariedade: quando um ente não consegue atender à demanda da população do ponto de vista da integralidade, da universalidade, é complementado pelo Estado e, assim, complementado pela União. Mas, em casos de pandemia, a responsabilidade de coordenação é sempre da União. Portanto, não é verdadeiro que o STF interferiu na autonomia do Ministério da Saúde, porque as competências são concorrentes – concorrentes. Então, não há... Essa é uma falácia, é uma forma de desinformar a população. O que o STF fez foi dar as condições para que Estados e Municípios pudessem adotar medidas não farmacológicas de ampliação do contágio, da infectação e do número de casos de Covid e de morte, por conseguinte. Portanto, o STF agiu em favor do controle da pandemia, enquanto o Presidente da República...

Concordo com o Humberto Costa e com os demais colegas que me antecederam e que dizem que quem deveria estar sentado aí era o Presidente da República, porque ele foi um agente que promoveu a expansão da pandemia no Brasil de forma dolosa e continuada. Dolosa, porque ele sabia que a cloroquina não tinha eficácia e ele transformou a cloroquina não num medicamento para uso, tratamento precoce, mas como uma medida de controle sanitário, o que é mais grave ainda. O que é uma medida de controle sanitário? É aquela que impede o contágio ou o adoecer, passando a falsa ideia para a população de segurança. Isso é uma ação temerária, dolosa, porque ele sabia que não tinha essa capacidade e, portanto, é um crime continuado contra a saúde pública. É importante deixar isso aqui muito claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos testes, todos que vieram aqui disseram que ofereciam testes a Estados e Municípios sob demanda e que a responsabilidade era de Estados e Municípios. Mas, veja, a aquisição desses testes seria muito mais fácil se a União, como fez... Vinte e quatro milhões de testes não é nada para um país com... E, além disso, se perderam quase R$72 milhões em testes da Covid-19, ou seja, esses testes poderiam ter sido utilizados para saber quem, quais populações ou grupos de maior exposição estavam contaminados ou não, trabalhadores que permaneceram no trabalho, regiões que aumentavam o pico do número de infectados, para poder fazer a testagem, ou seja, um papel fundamental no manejo e no controle da expansão da pandemia.

Mas não tinha política para conter a pandemia, porque a tese que foi defendida pelo Osmar Terra, que foi incorporada pelo Presidente, por todo o gabinete antivacinas, era a tese da imunidade de rebanho adquirida naturalmente. Portanto, testes não eram algo importante.

A outra questão – e eu já vou perguntar a V. Sa. –, a outra questão é sobre os *kits* de intubação. Olha aqui, ver as pessoas sendo amarradas para serem intubadas por falta de rocurônio, por falta de sedativos, relaxantes musculares, como o rocurônio e outras drogas, é de uma crueldade sem tamanho. E é importante dizer que isso só aconteceu, porque nós tivemos um número muito grande de casos ao mesmo tempo e não tinha capacidade produtiva no Brasil pra abastecer o mercado. E qual foi ou quais foram as iniciativas tomadas pelo Governo Federal? Ao invés, como disse Humberto Costa, de comprar 70 milhões de *kits* de intubação, compraram apenas 3,5 milhões de *kits* propostos pela Organização Mundial de Saúde.

Então, vejam, senhores e senhoras, que aqui os fatos são duros e apontam para um Governo que agiu para a expansão da pandemia e negligente na assistência àqueles que tiveram a desventura de adoecer e precisar dos cuidados e da presença do Estado.

No caso de Manaus, Sr. Relator, o caso é mais grave, porque os documentos apontam que o Governo já sabia que ia faltar oxigênio e eles foram pra Manaus pra fazer tratamento precoce, levaram o teste do TrateCov, pra expor a população de Manaus a um experimento com seres humanos da cloroquina. Isso é de uma gravidade, mas de uma gravidade sem precedentes na história do nosso País, que é submeter, sem nenhum critério, as pessoas, primeiro, a uma medida sanitária ineficaz, que é dar cloroquina pra todo mundo, quando as pessoas morriam por falta de oxigênio, ainda mais numa emergência clínica, mais do que de saúde pública, ou seja, a consequência da ausência de medidas de controle não farmacológicos da pandemia, que era a superlotação de estabelecimentos de saúde, portanto as pessoas morrendo e o Governo oferecendo cloroquina. Isso é muito grave, essa é uma ação dolosa e isso mostra um crime continuado.

Eu queria agora fazer alguns questionamentos e eu queria pedir ao Sr. Elcio que me responda "sim" ou "não". E eu queria perguntar a V. Exa. sobre a vacina. A gente já viu que aqui na CPI, entre outras coisas muito importantes, vamos comprovar que o Governo Federal é e foi integrado por pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negacionistas, negando tudo: negam doenças, negam vacinas, negam evidências, negam fatos, negam vídeos, negam áudios, negam que receberam ordens, negam que deram ordens, enfim, negam até que negam.

Algumas pessoas, estiveram aqui e falaram tudo o que viram. Outras negaram tudo o que viram e o que não viram.

Certamente, ao cabo do nosso trabalho, todos serão responsabilizados pelo que fizeram ou pelo que não fizeram no combate à pandemia.

O senhor ocupou, até março de 2021, o segundo cargo mais importante do Ministério da Saúde. Diante disso eu pergunto: quem era o seu superior?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O General Eduardo Pazuello.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Então suas ações decorriam de orientações do Ministério da Saúde. "Sim" ou "não"?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – "Sim", senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Em 26 de junho, autoridades da área da saúde, entre elas o senhor, anunciaram, em entrevista coletiva, um acordo com o laboratório AstraZeneca, para a compra de vacinas e transferência de tecnologia para a produção própria. De acordo com a publicação do *site* oficial do Governo Federal, o Governo assumiu o risco da compra de 30 milhões de doses, mesmo sem eficácia demonstrada, por conta do momento em que vivíamos e da urgência que tínhamos na retomada do crescimento. Isso é verdade? "Sim" ou "não"?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Cem vírgula quatro milhões, "sim".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** "Sim", beleza.

No momento da assinatura desse acordo, a Anvisa já havia liberado a compra dessa vacina? "Sim" ou "não"?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não era a compra da vacina, era uma encomenda tecnológica.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** "Não".

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não existia a vacina ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu não estou perguntando... Eu estou perguntando se a Anvisa, tinha...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não existia a vacina. Não tinha como ela aprovar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não perguntei isso ao senhor.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Mas eu estou respondendo para o senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não estou lhe perguntando isso.

Por favor, o senhor me respeite.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Inicialmente, eu até queria informar ao senhor que eu não faltei com a verdade.

Com todo o respeito, eu não faltei com a verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, o senhor me respeite.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Calma.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu também lhe peço respeito. Eu não faltei a verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor me respeite.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Calma.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou fazendo uma pergunta.

Eu estou calmo.

Eu só quero que me respeite.

Eu estou fazendo uma pergunta, que é o seguinte: no momento tinha autorização da Anvisa? "Sim" ou "não"?

"Não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Anvisa não tem que autorizar uma encomenda tecnológica.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Nesse caso, o acordo com o laboratório AstraZeneca, o Ministério da Saúde estava informado que não tinha esse acordo, porque era uma oferta tecnológica. Então, não precisa responder, o.k.

O Presidente da República estava informado, ou seja, ele autorizou? "Sim" ou "não"?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – "Sim". Houve uma emenda, houve uma medida provisória de R$2 bilhões.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto. Era preciso a autorização dele para a assinatura desse acordo? "Sim" ou "não"?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – "Não".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Em 30 de junho, o Instituto Butantan fez a primeira oferta de vacina desenvolvida em parceria com a China, a maior produtora mundial de vacinas – essa oferta prévia, de 60 milhões de doses, até o dia 20. Em agosto do mesmo ano, o instituto reforçou a oferta e, em 7 de outubro de 2020, o Butantan fez nova oferta, dessa vez de 100 milhões de doses, a serem entregues em 2020, e o restante até maio de 2021.

No dia 20 de outubro de 2020, o ministério anunciou o protocolo com o instituto para a compra e produção de vacina. Esse anúncio foi feito na presença de várias autoridades, entre elas, Governadores, etc.

No dia 21 de outubro, o PR declarou que o ministério não compraria a vacina. Disse ele: "Houve uma distorção por parte do João Doria no tocante ao que ele falou. Ele tem um protocolo de intenções, já mandei cancelar se ele assinou. Já mandei cancelar. O Presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade". Isso dito pelo Presidente da República.

Eu queria aqui agora – tenho uma série de perguntas, mas o meu tempo está se esgotando –, eu queria aqui só colocar, para a gente finalizar: Canadá, Estados Unidos, Israel, Reino Unido, União Europeia, China, todos apostaram no cemitério de vacinas, como disse V. Sa., que era a Pfizer, e salvaram vidas – salvaram e estão salvando milhões de vidas.

O contrato bilionário da Pfizer com o Governo dos Estados Unidos foi firmado em julho de 2020. A FDA dos Estados Unidos foi irresponsável?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não poderíamos ter feito, já que a Pfizer estava tentando desde março fazer, o mesmo que foi feito com a AstraZeneca? Ter uma transferência de tecnologia ou mesmo um contrato nessa perspectiva?

Aqui foi dito que faltava uma medida provisória ou uma lei. É só editar uma medida provisória que a gente poderia ter adquirido ou mesmo autorizado a adquirir em determinadas condições, pelo risco que a gente tinha de milhares de pessoas morrerem.

Isso já foi dito e tem documentos que dizem que eles poderiam vender à metade do preço, que era US$10, quando venderam a US$20 aos Estados Unidos, e entregar em grande quantidade ainda no final deste ano, início do próximo ano.

Por fim, eu queira aqui dizer que, além dos Estados Unidos e da China, outros países fizeram contratos de vacina sem que elas estivessem prontas, porque o sonho do mundo, para conter a pandemia, era ter vacina.

Portanto, Sr. Presidente, eu não tenho dúvidas de que houve, diante dos fatos, uma negligência deliberada por parte do Governo no que diz respeito a não aquisição e não contratação de vacina. Não foi só a Pfizer, vou concluir: a Pfizer, a Moderna, a AstraZeneca – que demorou, mas era do Presidente; essa andou rápido, andou sem nenhuma medida provisória, sem nada –, a do Butantan, a Sputnik, que também tem demorado bastante para poder ser autorizada.

Então, fica aqui a nossa conclusão de que este Governo negligenciou medidas não farmacológicas, negligenciou a compra de vacinas, negligenciou a testagem e agiu de forma temerária e dolosa ao adotar como medida de controle sanitário o uso da cloroquina para prevenir e tratar precocemente, coisa que a cloroquina não tem esse poder...

Portanto, o Presidente, e o Governo do Presidente Bolsonaro, agiu de forma dolosa contra a saúde pública, contra a vida e mantém esse crime de forma continuada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Sr. Elcio pode ir lá no... É para ele a questão de ordem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não, para o senhor. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Não, é só para informar aqui aos integrantes da nossa CPI, o Senador Renan também recebeu, a participação do Presidente da República agora à tarde em um culto na cidade de Anápolis, no Estado de Goiás, onde ele disse, está resumido aqui, Presidente:

> Eu tive acesso a dois acórdãos do Tribunal de Contas da União [...]. [...] dizia o TCU que a metodologia para enviar recursos aos Estados, levando-se em conta incidência do Covid, poderia suscitar a prática não desejável de um superdimensionamento da quantidade de pessoas infectada e mortas para que aquele Estado ganhasse mais recurso.
> [...] a gente pega o número de óbitos de 2020 e retira os que morreram por Covid, aproximadamente 200 mil, a tabela tem um crescimento negativo. Mais um indício, ou melhor, uma constatação da supernotificação de casos de Covid.
> Talvez eu seja o único chefe de Estado no mundo que diga isso.
> [...]
> Se retirarmos as possíveis fraudes, teremos em 2020 o nosso País [o Brasil] como aquele com menor número de mortes por milhão de habitantes por causa da Covid.
> Aí vem a pergunta: que milagre é esse? O tratamento precoce. Eu tomei hidroxicloroquina. Outros tomaram ivermectina. Outros, em estado mais grave, alguns poucos, estão tomando a proxalutamida.
> Ah, não tem comprovação científica. E a vacina tem comprovação científica?
> Que CPI é essa de Renan...

Ele não esquece você. (*Risos.*)

> ... Renan Calheiros, de Omar Aziz e daquela pessoa alegre do Amapá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Ele não me citou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele ama vocês.

É muito grave não somente por essa questão da cloroquina, mas pela insistência do Presidente depois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma pena!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Desculpe-me, Senador Humberto, mas eu não entendi no início. Isso aconteceu hoje?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Hoje, à tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Depois de devidamente comprovado que nós estávamos diante de um documento apócrifo do Tribunal de Contas da União sem timbre, sem assinatura, cujo autor já tinha sido devidamente afastado pelo Tribunal de Contas, confirmando, inclusive, que o documento era falso, que ele já havia confirmado que havia cometido um erro? Ele desdisse o que disse ontem e voltou a dizer hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei em outros Estados, eu sei é que no Estado do Amazonas, diariamente, a Fundação de Vigilância em Saúde, juntamente com os cartórios e juntamente com as Prefeituras, sai o seguinte: 50 óbitos, 30 por Covid e 20 por outros tipos de óbitos. Mas sempre são citados quantos foram por Covid e quantos foram... Porque há algumas mortes naturais que não têm nada a ver com o Covid – diariamente, tem. Então, sempre teve a diferença. É lógico que morre todo dia gente e nasce todo dia. Mas daí a querer...

Bem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente fica triste, não é?

Que CPI é essa que tem o Eduardo Girão, que tem o Fernando Bezerra, que tem o Luis Carlos Heinze? Por que tem que citar nós três?

Fale, querido! Não tem pela ordem, não. Nós estamos esperando o convidado aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, está suspensa a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não, estamos aguardando ele voltar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Quando...

Mas o senhor suspendeu a sessão ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Não, Presidente, rapidamente. Eu acho que a resposta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da República tem ficado muito ansioso com esta Comissão Parlamentar de Inquérito desde o início dela, tem ficado muito tenso. Era necessário o Senhor Presidente da República se acalmar, cuidar do Brasil, tentar evitar que esse número que está aqui na frente todo dia aumente, não é? A CPI vai fazer o trabalho dela. Ao final, o Relator apresentará o relatório dele. O Presidente tem ficado muito preocupado com esta CPI, e sem necessidade. A gente está fazendo aqui o nosso serviço, e o Presidente tem que fazer o serviço dele. O serviço do Presidente, a esta altura, era ir atrás de mais vacinas. Houve 81 tentativas com a Pfizer. A Pfizer ofereceu pelo menos quarenta e tantas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Pois é, e não tivemos retorno sobre isso.

Mas, Sr. Presidente, só complementarmente. Eu vi que, na minha ausência, o Senador Luis Carlos Heinze prestou um esclarecimento que considero, assim, pertinente: ele pelo menos esclareceu a esta CPI que não conhece a Mia Khalifa, então é uma informação importante. Parece que ele tinha se confundido, a atriz pornô a que ele se refere era outra, não era a Mia Khalifa. É importante. Para mim, está resolvido o impasse, está esclarecido da parte de S. Exa.

E hoje acho que nós temos que... Nós fomos blindados porque, pelo menos, Rancho Queimado não foi citado. Acho que isso é um avanço importante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto isso, Presidente, uma vez que está suspensa... Enquanto isso, lamentavelmente nós somos o que o Amazonas foi ontem, nós somos vocês hoje. Mato Grosso do Sul, um Estado pequeno, com uma população relativamente pequena no aspecto demográfico, nós estamos, a todo dia, vendo pacientes morrendo em ordem geométrica, não é nem aritmético o crescimento. Estamos tendo que pedir a solidariedade de Estados vizinhos e estamos recebendo dos Estados vizinhos ajuda. Mandando pacientes entubados ou que precisam de entubação, precisam de leitos de UTI. E, por incrível que pareça, infelizmente, a desinformação está fazendo com que as pessoas não estejam comparecendo para tomar a segunda dose, estamos tendo que acionar.

E aproveitar, Presidente, porque o Secretário de Estado de Saúde do meu Estado, Senador Geraldo Resende – que nem é do meu Partido, não somos da mesma base, mas é preciso fazer justiça – tem feito um excelente trabalho. E aqui foram citadas duas coisas que não foram verdadeiras, de forma muito inocente – sei disso porque é o meu Líder do meu Partido –, que alguns Municípios do Estado já estão sem oxigênio. Pelo menos nesse aspecto, graças a Deus, não está faltando oxigênio nos Municípios de Mato Grosso do Sul. Queria retificar.

Da mesma forma, gostaria de retificar que, lá, quem toma a primeira dose de uma vacina toma a segunda dose da mesma vacina, não está havendo aí alternância de vacinas porque, nesse quesito, é preciso parabenizar não só o secretário estadual, como também o secretário municipal, que, diga-se de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passagem, a prefeitura hoje é administrada pelo irmão de uma colega nosso, o Senador Nelsinho Trad. E, como disse, não é do meu partido, não é da minha base política, mas é preciso reconhecer, Sr. Presidente.

Ontem, em Mato Grosso do Sul, eu, com 51 anos de idade... Ontem abriu e eu tomei a vacina da Pfizer, por conta desse calendário organizado que o Estado de Mato Grosso do Sul tem patrocinado à população de Mato Grosso do Sul.

Aproveitando que acho que estamos com a sessão suspensa, enquanto aguardamos aí a presença do ex-secretário-executivo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas para sugerir que alguém da assessoria verifique se o depoente passa bem, uma vez que o Senador Otto não está aqui para fazer atendimento e já tem um certo tempo que ele se deslocou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tinha me comunicado que ele toma... Ele tem problema de pressão e toma diurético e, de vez em quando, precisa... Ele tinha me comunicado logo que chegou e eu disse para ele ficar à vontade. Na hora em que ele quisesse ir, que ficasse à vontade, só avisar, que a gente suspenderia a sessão.

Mas, Senadora Simone, sei a sua dor, infelizmente muitos devem ter recebido de muitas pessoas... "Simone, me arranja um lugar... Meu pai, minha mãe..." Coisa natural para nós que estamos na vida pública há tantos anos e conhecemos tanta gente. As pessoas acham que, não, isso só vai acontecer do outro lado da rua. Não, acontece dentro da nossa casa também.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Essa é a gravidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse aí deve ser recebido...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto, muitas vezes, a gente vê um Governo de forma tão técnica, apenas na formalidade, respondendo questões sem nenhuma humanidade, sem pensar na dor alheia. É realmente lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Coronel Elcio, boa tarde. O senhor mencionou, no início do seu depoimento, que tem mais de 40 anos nas Forças Armadas ou serviço público como um todo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Mais de 39 anos nas Forças Armadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O senhor ostenta aí, e merecidamente, o broche dos Comandos do Exército, correto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Esse que eu estou utilizando é o das Forças Especiais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor pode referir qual é o lema?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Qualquer missão, em qualquer lugar, a qualquer hora, de qualquer maneira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Eu pedi porque as pessoas não conhecem bem a simbologia, e é importante conhecer que, para ter acesso a esse broche que está ali, não é na lojinha do Paraguai aqui que ele vai comprar. É um curso sério. E eu tenho certeza de que o senhor foi muito bem orientado. Mas isso, ao mesmo tempo, Coronel Elcio, me coloca numa posição difícil, porque é muito improvável que um cidadão com a sua formação, com a sua qualificação e com o senso de missão que o Exército Brasileiro desenvolve, tenha colocado a sua força em direito, em defesa do brasileiro e não tenha apresentado um resultado adequado.

Então, se o senhor recebeu, em algum momento, a missão de comprar vacinas e defender a vida dos brasileiros acima de qualquer coisa, essa missão não foi desincumbida corretamente. Nós temos um processo de negociação com a Pfizer que se arrastou por meses, por meses, e essa CPI já comprovou que nós poderíamos ter recebido um número significativo de vacinas a mais do que temos hoje, um número que, por estimativa mais baixa, vai estar na casa dos 50 milhões de doses, e algumas estimativas chegam a 130 milhões de doses. Então, pra mim fica muito claro que o que V. Sa. fez foi cumprir sua missão conforme ela foi determinada. Então, no tocante a estimular protocolo de atendimento precoce, o senhor foi bem. Essa missão foi cumprida exemplarmente. Efetivamente, quase todo brasileiro recebeu dezenas de vezes orientações no sentido do chamado protocolo precoce. Contratar remédios, sem dúvida nenhuma, isso foi bem exercido, mas a parte de vacinação não, a parte de preparação dos nossos médicos, técnicos, enfermeiros também não.

O senhor foi membro titular Presidente da Agência de Desenvolvimento de Atenção Primária à Saúde, correto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Essa agência tinha orçamento e a missão de contratar médicos, prover médicos, salários dignos, regras da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CLT, pra que a gente pudesse avançar no atendimento à saúde pública brasileira, especialmente nesse momento de crise. Foi anunciado, se eu não estiver enganado, em abril de 2019.

O senhor pode me informar se algum médico foi contratado pela agência nessa modalidade?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor pode informar por quê?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – A Diretoria que ia ocupá-la... Havia óbices jurídicos, não havia um concorde da Consultoria Jurídica do Ministério sobre o processo de nomeação e designação dessa diretoria. E isso aí demandou algum tempo para que fosse solucionado. Quando eu saí do Ministério, ainda não estava solucionado, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É, foram dez meses, e não conseguimos contratar nenhum médico nessa modalidade que respeita o profissional da saúde.

Coronel Elcio, na negociação com a Pfizer, que se arrastou por muito tempo, era o senhor o tomador de decisão abaixo na hierarquia do Ministro Pazuello, que só chega na negociação em dezembro de 2020, correto?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – É, a decisão cabia a ele, mas eu sempre o mantinha atualizado sobre as conversas e as negociações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Sr. Zoser Araújo era o representante do ministério, sob o ponto de vista da análise jurídica do contrato?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Era consultoria jurídica do ministério.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Consultoria jurídica do ministério.

O senhor já conhecia o Dr. Zoser Araújo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu o conheci quando cheguei ao Ministério. Ele foi nomeado para integrar, como um assessor do Ministro, então na gestão do Ministro Teich.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

No momento em que o senhor fazia a fase final já de negociação, aquisição das vacinas, a gente estava ali já no começo do ano... A gente tem aqui uma comunicação do Ministério da Saúde, subscrita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por V. Sa., falando da compra de vacinas pro mercado privado, onde o senhor copia a mensagem para BlackRock Holdings e BRZ Trade. Seriam 30 milhões de doses, salve engano, onde o senhor, copiando, manifesta informação de interesse do Governo brasileiro. O Sr. Gustavo Silva Campolina é o que é endereçado. Trinta e três milhões de doses, vacina AstraZeneca, aquisição pelo setor privado brasileiro. Nós estávamos em 22 de janeiro de 2021. O Ministério da Saúde informa que não tem nenhuma objeção à aquisição dessas vacinas. Subscreve V.Sa., juntamente com o Ministro da CGU Wagner Rosário, e o Advogado-Geral, que à época era José Levi.

Eu pergunto: essa manifestação aqui estava em consonância com o que a gente tinha em termos de legislação e, principalmente, em garantia do interesse do SUS? Porque, se existiam vacinas passíveis de aquisição, por que o ministério não adquiria?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Porque essas vacinas não foram oferecidas ao ministério. O que nós identificamos é que não seria uma ação concorrente com o SUS, mas que se somaria. Mais tarde também consultamos a AstraZeneca e identificamos que essa estrutura não era nominada oficialmente, oficializada pela AstraZeneca para comercializar a vacina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor informou às autoridades competentes, para apuração da proposta fraudulenta?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós solicitamos à Polícia Federal – assim como vários outros vendedores que vieram nos procurar, oferecendo quantidades enormes de vacina, 200 milhões, 400 milhões, no momento em que faltava vacina no mundo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor como tomador de decisão, assessor direto do Ministro Pazuello, no envolvimento com o principal fornecedor de vacinas do mundo, que é a Pfizer... Me parece que os grandes programas de vacinação do mundo funcionaram basicamente à base de vacinas da Pfizer: Estados Unidos, União Europeia, você tem Israel, todos eles com vacinas da Pfizer. O Brasil postergou essa contratação. Ao longo desse processo, quais foram os motivos que V. Sa. encontrou pra postergar essa vacinação, essa contratação com eles?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu já havia colocado aqui anteriormente: foi inicialmente o fato do ineditismo dessa tecnologia. Não havia nenhuma vacina no mundo já sendo disponibilizada com a tecnologia de RNA mensageiro, é uma tecnologia inovadora – o que aumentava o risco. Também, como eu coloquei anteriormente, há a Fase III de estudos clínicos – não é? Na primeira oferta da Pfizer, ela julgava que já teria autorização do FDA para disponibilizar ao Brasil em outubro. Isso só se materializou em dezembro. E as cláusulas chamadas leoninas que ela nos empunha, dentre elas... Ela queria que o Presidente da República assinasse desde o memorando de entendimentos, o primeiro, que era vinculativo, para em 30 dias assinar o contrato, pedindo o pagamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

antecipado. E nesse primeiro memorando de entendimentos, ela já dizia que não garantia 100% da possibilidade de conclusão do desenvolvimento e de oferta da vacina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Essa questão que o senhor afirma agora de pagamento antecipado aparentemente não corresponde aos documentos que recebemos. O que recebemos é que a proposta da Pfizer tinha pagamento condicionado à aprovação pela Anvisa. O senhor está dizendo que não?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O que eu me lembro das nossas conversas com o Carlos Murillo e com os técnicos da Pfizer é que eles se comprometiam até a restituir o pagamento antecipado, caso a Anvisa não aprovasse. É isso que eu lembro. Se eu não me engano, eram 15% do valor da dose.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu vou fazer juntada... Enfim, destacar, porque já estão aí os documentos, mostrando que as propostas tinham pagamento condicionado à aprovação integral pela Anvisa.

Coronel Elcio, foi o senhor que determinou o fechamento do hospital de campanha de Águas Lindas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O hospital de Águas Lindas foi o único hospital de campanha que foi contratado pelo ministério. Foi realizado um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Saúde de Goiás, e a previsão inicial era de funcionamento por três meses. A Secretaria estadual de Saúde de Goiás estava preparando e mobiliando uma estrutura permanente de alvenaria em Águas Lindas. Esta é a situação ideal para o hospital de campanha: possibilitar estruturas permanentes. E eles solicitaram a prorrogação desse nosso acordo de cooperação técnica. Ela foi concedida por 30 dias, e, em comum acordo, nós encerramos essa cooperação técnica e desativamos o hospital.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nós temos a... Primeiro, referi que o Ministro Pazuello não sabia do fechamento do hospital e quem tinha determinado – só para deixar registrado novamente. Segundo, nós temos os documentos da secretaria pedindo a renovação, a prorrogação da manutenção do hospital de campanha, e isso foi negado pelo Ministério da Saúde.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eles pediram por 90 dias, se eu não me engano. Nós estudamos a situação, dialogamos com eles e concedemos por 30 dias, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor achou que foi adequado 30 dias?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Foi em comum acordo com a Secretaria estadual de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Foi em comum acordo com a Secretaria estadual de Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. Secretário Ismael.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

O senhor mencionou, ao longo do seu depoimento, que a adesão ao consórcio Covax no menor percentual disponível foi uma decisão sua. Foi isso mesmo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Foi uma decisão do Ministro, ouvindo todos os técnicos, baseado em uma nota técnica da Secretaria de Vigilância em Saúde, onde se pretendia abordar o público prioritário, que seriam os idosos, e considerando, dentre vários aspectos, que nós já teríamos a garantia de 100,4 milhões de doses da AstraZeneca produzidas pela Fiocruz, com mais a produção de vacina nacional, com produção do IFA nacional, de mais 110 milhões no segundo semestre deste ano, além das tratativas que tínhamos com o Butantan. E eu coloquei também que, como referência, a vacina contra a influenza nós adquirimos 90 milhões de doses ao ano.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Só para ressaltar, o senhor disse que teve uma nota técnica. O senhor sabe dizer quem subscrever essa nota técnica, recomendando a contração do menor percentual disponível?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Mas foi feito um estudo considerando esse público prioritário e considerando as outras vacinas também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Quem eram os técnicos que assessoravam V. Exa. no momento em que fazia essas tratativas todas tão relevantes para a saúde pública?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós tínhamos técnicos da Secretaria de Vigilância em Saúde e, por vezes, os Secretários da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, da agência internacional de saúde...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Algum deles defende a contratação de vacinas, porque...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Todos defendiam a contratação de vacina, tanto é que trabalhávamos também com, dentro da Secretaria de Vigilância em Saúde, com o *tête* da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. Por vezes consultorias jurídicas, por vezes o Departamento de Logística em Saúde, para gente operacionalizar a distribuição e o armazenamento dessa vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para ressaltar, porque talvez tenha dificuldade na matemática mesmo. O senhor está me dizendo que optou por adquirir no consórcio uma quantidade menor de vacinas, porque existiria a produção nacional de vacinas, existiria a produção de IFA nacional, e nós teríamos a Fiocruz produzindo uma quantidade considerável de vacinas. É essa a afirmação que o senhor faz?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Butantan também, e nós continuávamos em tratativas bilaterais com Pfizer, com Janssen, com Moderna e, depois, com a União Química e com a Precisa Medicamentos, para as vacinas, respectivamente, Sputnik V e Covaxin.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É razoável imaginar que o senhor entende que nesse lapso temporal aí tinha gente morrendo, não é?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. Por isso que a nossa prioridade era adquirir a maior quantidade possível no menor prazo, com a segurança e eficácia garantidas pela Anvisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Como é que alguém que tem como prioridade adquirir a maior quantidade no menor prazo não responde a respostas comerciais e faz adesão no menor percentual. Eu estou fazendo um apelo à lógica. Eu compreendo perfeitamente a narrativa que V. Sa. apresenta aqui, é plenamente legítima, justificada, e o senhor hoje é uma figura que está sob escrutínio público, mas, de novo, não há compatibilidade no que o senhor fala. Como é que o senhor me diz: "A minha missão era comprar o maior número de vacinas com a maior segurança, na maior velocidade possível"? Essa fala é absolutamente compatível com a sua história de vida e com o lema que o senhor jurou seguir, mas a sua prática, não, porque, na prática, nós não compramos a maior quantidade de vacinas disponíveis, nós não compramos da forma mais rápida possível, e as pessoas morreram. A gente poderia ter menos gente morrendo. Esses são os fatos. E, se a gente não consegue visualizar os fatos e entendê-los para que a gente não repita mais esse tipo de erro, a gente não está fazendo nada aqui. Então, é muito importante.

E, por último, só para não ultrapassar o tempo, o senhor conhece, certamente, o Epicovid, o inquérito epidemiológico da Universidade de Pelotas, que foi financiado pelo Governo Federal.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. Essa iniciativa começou ainda na gestão do Ministro Mandetta, e nós colhemos os resultados dela. Havia pago, em paralelo... Iniciou praticamente quando ele acabou o Pnad Covid com o IBGE, e agora materializado o PrevCov com o IBGE também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O PrevCov foi desenvolvido o projeto e só acabou lançado agora com o Queiroga, mas toda a preparação foi da equipe da qual V. Sa. fazia parte, correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor, capitaneada pela Secretaria de Vigilância em Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor pode informar para a Comissão e para os brasileiros por que o Epicovid, que investigou, entrevistou e testou 100 mil brasileiros a um custo de R$12 milhões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Cem mil brasileiros, R$12 milhões, foi descontinuado? E, em troca disso, nós temos agora o PrevCov, que vai testar 211 mil brasileiros a um custo de R$200 milhões, contratando um laboratório privado, contratando um *call-center* privado? O senhor pode explicar para a gente? Porque o antecessor não pôde explicar.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu também... Eu não tenho esses dados. Eu solicito que seja solicitado ao Ministério da Saúde. Eu não disponho desses dados, mas o Epicovid teve como prorrogação o Pnad Covid, pelo IBGE.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Eu não tenho mais perguntas, Sr. Presidente. Apenas reafirmo: é importante que a fala seja compatível com os fatos. É lamentável que a gente tenha um esforço tão grande por parte de um homem que tem uma carreira séria, brilhante, para tentar tapar o sol com a peneira e esconder o fato concreto que é de que o Governo Federal tinha uma outra linha de ataque à pandemia, uma linha que não funcionou, uma linha que não tinha base técnica, e que a equipe que ainda hoje permanece no ministério é uma equipe que vai contra a ciência consensual no mundo, parte de princípios totalmente equivocados e imagina que o Brasil é o único país correto e o mundo inteiro está errado. E, evidentemente, isso não é verdade.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado, Senador Alessandro.

Senadora Simone Tebet, pela Bancada Feminina.

V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância deste Presidente.

O Coronel Elcio Franco está à sua disposição.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) **–** Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Sr. Relator, Renan Calheiros, demais Senadores, Sr. Secretário Elcio, ontem, ao mesmo tempo em que eu tive uma enorme alegria – eu diria até que uma euforia individual –, ao mesmo tempo eu tive uma grande frustração e tristeza no campo coletivo. É que ontem eu tive o privilégio de tomar, por idade, num cronograma bastante avançado no meu Estado, a vacina. No mesmo momento em que tomava a vacina, visualizava, nas redes sociais, que uma mulher como eu, do interior do meu Estado como eu, com a mesma idade que eu, depois de ter tido complicação com o coronavírus, teve de ir às pressas, porque não tinha UTI no meu Estado, para Rondônia, e lá faleceu.

Eu trago esse episódio porque ela não me sai da cabeça até agora. Faz um pouco mais de 24 horas que eu tomei a vacina. Eu fui para casa, eu fui almoçar com a minha família. E essa mulher não teve essa oportunidade. Eu pude celebrar a vacina com os meus amigos, com a minha família. Ela não. Eu estou aqui, neste momento, tendo a oportunidade de celebrar a vida. Ela não.

Eu falo isso porque as perguntas que farei serão exatamente a respeito da omissão culposa e dolosa do Governo que V. Exa. serviu – não sei se ainda serve – em relação ao atraso dessas vacinas, que poderiam já estar no braço de milhões de brasileiros da minha faixa etária e da faixa etária de homens e mulheres de 35 ou talvez 40 anos ou mais, praticamente a maioria do povo brasileiro considerado "vacinável", para ser bem popular – entre aspas esse termo.

Ela poderia ser Maria, Simone, Leila; se fosse homem, poderia se chamar Elcio, Renan, Jair ou Messias. Mas ela aqui representa o coletivo, e é sobre isso que eu quero tratar.

Ela não foi vacinada, Secretário, não por falta de oferta de vacinas ao Governo Federal. Ela não foi vacinada por omissão deliberada do Governo em não adquirir as vacinas. Isso já está comprovado. Eu não vou fazer nenhuma pergunta sobre isso. Isso aí já foi sobejamente avaliado, analisado, investigado e deve ter milhões de páginas no subsolo deste Senado comprovando essa ação deliberada.

O que nós temos nesta CPI de diferente de todas as outras – e é por isso que ela tem tanta audiência – é que ela não trata só de corrupção, porque, sim, nós vamos investigar se houve corrupção no Governo Federal e nos governos estaduais. Nós não seremos omissos em relação a isso, mas a discussão maior aqui é que nós estamos falando de vida, de doentes, de UTI, de entubados. Eles não esperam para dizer: "Ah, será que eu posso, será que eu não posso?". E medidas de emergência, em momentos de emergência – eu fui gestora –, façam-se! Pegue o celular, converse com o Tribunal de Contas da União: "Eu vou comprar vacina da Pfizer. Posso me responsabilizar, sem ser imputada responsabilidade pessoal do meu patrimônio numa ação criminal?". Ligue para o Presidente do Supremo Tribunal Federal: "Eu vou comprar as doses da Pfizer, ainda que a responsabilidade não seja dela e seja do Governo Federal. Eu serei responsabilizado criminalmente ou civilmente por isso?". Qual é a autoridade, qual o órgão fiscal, qual o órgão de controle, qual o órgão judicial que diria isso? Todos diriam: "Comprem, pelo amor de Deus".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem desculpa. Não há desculpa, não há desculpa no campo político e não há desculpa no campo jurídico. Eu sou professora de Direito há 12 anos, dei aula de Direito Público: não há crime de responsabilidade no comprar vacinas que ainda estão em Fase III. Há crime de responsabilidade, crime jurídico, crime civil, crime penal na omissão, porque há um preceito constitucional que diz que o direito à vida e à saúde é um direito fundamental, um direito social. E é nossa responsabilidade garantir essa saúde e a vida dessas pessoas.

Então, eu não tenho dúvida quanto à materialidade. Houve omissão do Governo Federal, e vamos investigar se houve do Governo estadual. Agora, a dúvida que nós temos, que é essa pergunta que nós temos que dirigir a V. Sa., é: de quem é a responsabilidade, porque ela não é só de uma única pessoa e não é só de um único órgão. A questão em ser investigada, portanto, é da materialidade.

Eu reconheço que, no Ministério da Saúde, V. Sa. e, às vezes, até o Ministro estavam brincando com fogo amigo. Fala-se em gabinete paralelo. O gabinete paralelo não é só de fora, de pessoas que não faziam parte da administração pública, o governo paralelo vinha de dentro, vinha de outros ministérios, de outros órgãos e até de dentro do Ministério da Saúde, com técnicos muitas vezes indicados – não de carreira, eu não tenho dúvida disso –, que não comungavam da linha, por exemplo, de V. Sa. Eu acredito na boa-fé de V. Sa. e em tudo que está dizendo aqui como técnico, que tentou fazer o possível. Agora, por favor, Secretário, não tome responsabilidade que não é sua. Diga a verdade aqui e exponha os fatos com clareza.

Nós estamos vendo nas suas respostas que V. Sa. fez o que podia dentro do limite, até da hierarquia – não é? –, tão importante para o Exército Brasileiro e pras Forças Armadas, que até isso esse Governo teve a capacidade de arranhar na sua credibilidade. As Forças Armadas do Brasil são a grande referência das instituições brasileiras. É aquela que nos defende na nossa soberania nacional, que nos protege quando nós mais precisamos. Até esse medo, hoje, nós temos, de insubordinação, mediante um fato que deveria ser punido, e não foi por falta de coragem de quem deveria fazê-lo.

Então, a minha pergunta aqui é direcionada não a "se", porque o "se" está comprovado, o "se" é sim, houve responsabilidade, mas em relação a quem? Quem são os responsáveis por não termos o carimbo, no braço dos brasileiros, da vacina? E hoje nós temos 480 mil vidas perdidas, num passaporte de viagem sem volta, porque nós não teremos mais como superar a dor dos familiares que aqui permanecem.

Por isso, eu pergunto... Chegaram às minhas mãos, pela linha do tempo formulada no requerimento solicitado pela CPI, vieram aqui as respostas... E eu tive o cuidado, porque chegou ontem, se talvez não tivesse chegado ontem, eu não teria tido o cuidado, o tempo hábil, porque eu passei em claro essa noite pra ler 200 páginas de um documento que a CPI recebeu, com base numa resposta feita para a USP, junto ao Centro de Estudos de Pesquisas de Direito Sanitário da USP. Das 200 páginas, eu vou aqui trazer, em menos de dois ou três minutos, as respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pesquisa, junto com o apoio do Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), analisou 3 mil atos normativos, 580 atos deste ano e 3 mil atos normativos do ano passado: decretos, portarias, leis, PECs, emendas constitucionais. Dentre tudo, a conclusão: "[...] a confluência entre a consciência dos atos e omissões praticados, e a vontade de praticá-los. [...] [há] coerência entre o que se diz e o que se faz" – e o que se quer alcançar. Entre tantas coisas, há hipótese, sim, de procedência "da existência de uma estratégia federal de disseminação da Covid", numa tese de imunidade de rebanho não por vacina, mas de imunidade de rebanho coletiva por contagem ou contaminação em massa. Isso tem outro nome a meu ver: isso é assassinato.

Essa disseminação dessa imunidade natural foi feita por diversas formas: incitar a população a ir para a rua e a tomar remédios que não têm procedência, para que pudéssemos sair logo dessa pandemia e, depois, voltar à vida normal; banalizar as mortes, que só quem pega e só quem morre são os nossos idosos, como se fossem "só", como se nós não tivéssemos o mesmo amor pelos nossos pais e pelos nossos avós; pelos ataques à imprensa e ao jornalismo profissional questionando dados oficiais a respeito da dimensão dessa pandemia: não são 477 mil, são, entre aspas, "apenas 270 mil", baseado em documento falso, já comprovadamente falso, cujo responsável já foi punido pelo Tribunal de Contas da União, incitado nós sabemos por quem.

As perguntas são: para quê? Por quê? E o documento responde: porque há um objetivo aqui, o objetivo era a imunidade de rebanho e, através de *fake news*, estimular as pessoas a irem para as ruas para que nós pudéssemos nos livrar da pandemia. Chega ao ponto, no final aqui, de ele esclarecer claramente que há um dia muito importante, que acho que a CPI já abordou, que foi, no dia 28 de outubro de 2020, lá na Câmara dos Deputados, em audiência pública realizada, um detalhamento, supostamente científico, dessa estratégia, a pedido do Líder do Governo, que não vou citar o nome.

Não ocorreu mudança nem mesmo quando o País virou pária internacional, quando nós viramos o epicentro, quando nós perdemos o controle da vida das pessoas.

Enfim, chega a dizer dos efeitos dos discursos das autoridades federais no comportamento da população. Eu vou repetir: os efeitos dos discursos das autoridades federais no comportamento das pessoas, estimulando aglomeração e provocando aglomeração.

Qual é a conclusão? Eu vou ler, entre aspas:

> A incitação ao contágio tem como principais pilares a disseminação da falsa crença de que existe um tratamento precoce para a doença e o constante estímulo ao desrespeito massivo de medidas sanitárias básicas como o distanciamento físico e o uso de máscaras, agravadas pela também recorrente banalização do sofrimento e da morte [...].

E aí, sobre o uso de máscaras, vem a minha primeira pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Saúde era consultado oficialmente ou extraoficialmente sobre projetos do Governo Federal, sobre não só as portarias do próprio ministério, mas decretos baixados pelo Presidente da República a respeito de política sanitária no combate à pandemia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Que eu tenha conhecimento, não, nem para as nossas portarias, nem com relação a essas informações.

Com relação a portarias de fronteira, por exemplo, nós éramos ouvidos na Casa Civil, e outros temas, que eu não me recordo agora, nos chamavam para discutir na Casa Civil.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, desses 3 mil atos normativos do ano passado e os mais de 500 atos, Relator Renan, dos 3.500 atos normativos – decretos, portarias, projetos de lei, medidas provisórias e até emenda constitucional –, o Ministério da Saúde, no que se refere à pandemia, não era cotidianamente ouvido no sentido da validade, da conveniência, da oportunidade e do mérito desses atos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Os que eu tenho conhecimento e de que eu participei com técnicos do ministério foram portarias sobre controle de fronteiras, abertura de aeroportos, medidas provisórias de abertura de recursos, discussões como a Covax Facility e discussões como a encomenda tecnológica.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, se V. Sa. está lembrando, contando nos dedos, eu apontei 3,5 mil atos normativos e projetos que foram apresentados, então, V. Sa. aqui... E agradeço pela sinceridade, pela verdade... Como eu disse, eu, eu confio na sensibilidade de V. Sa., que V. Sa. não fazia parte desse gabinete paralelo, confirma a conclusão a que vou chegar.

Se não foi chamado, não era chamado para opinar, acredito eu que nem mesmo nos projetos de iniciativa do Congresso Nacional, quando os projetos eram do Congresso Nacional relacionados à pandemia.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Muitas vezes, Senadora, chegavam, por intermédio da assessoria parlamentar, para nós nos pronunciarmos, e houve pronunciamento do Ministério, por notas técnicas, que eram encaminhados para sanção de leis, veto de algum artigo, alguma coisa assim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pois bem, veja, Secretário, no pico da primeira onda, Presidente, Senador Humberto, no pico da primeira onda, em julho, um Deputado Federal apresentou um projeto sobre o uso de máscara. Ele foi vetado parcialmente, e relacionado a estabelecimento comercial. Os estabelecimentos comerciais eram obrigados a dar gratuitamente máscaras para os seus funcionários. Foi sancionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi vetado... Foram vetados alguns dispositivos... Veio no último dia para o Congresso Nacional. Depois de três dias, fora do prazo do veto, veio um novo veto – eu não sei como isso passou despercebido pelos Presidentes das Casas –, veio um novo veto, no pico da pandemia, Secretário Elcio. Sabe quais foram os novos vetos? Pasmem, olha o trabalho que se deu o gabinete paralelo, que nega a pandemia e que nega que a máscara é tão necessária praticamente quanto a vacinação. O veto era o seguinte: fica vetado o dispositivo que exigia que nos órgãos e entidades, estabelecimentos comerciais, deveria se afixar um cartaz informativo sobre o uso correto da máscara.

Como que este Governo não está negando a pandemia? Como este Governo não estava preconizando a imunidade de rebanho? Como este Governo não tinha um gabinete paralelo, se V. Sa. acabou de dizer que não era questionado sobre o veto desses dispositivos?

Eu vou mais: olha o cúmulo da desumanidade: art. 3º-F, vetado posteriormente, será que esqueceram? Opa, alguém alertou: "Olha, mas falta esse, que é tão importante". Descumpriram a Constituição e mandaram fora do prazo o outro veto. O veto que obrigava o uso de máscaras de proteção nos estabelecimentos prisionais e nos estabelecimentos de cumprimento para crianças em medidas socioeducativas. O uso de máscaras aqui não é apenas para os presos, é para quem também protege a sociedade, que são os agentes penitenciários. Vetaram esse dispositivo, Secretário. Portanto, eu não preciso de mais audiências, eu acho que esta CPI pode concluir o trabalho no que se refere à materialidade, porque está muito claro.

V. Sa. acabou de confirmar; existiam dois Ministérios da Saúde: o de V. Exa., que deveria ser ouvido sempre pela história de V. Exa., pelo currículo de V. Exa., oficial, e o Ministério da Saúde paralelo, dentro do Ministério, nós não sabemos quem são, fora do Ministério, em outros órgãos e fora do Governo Federal, envolvendo, inclusive, políticos do Congresso Nacional.

E, diante disso, eu acredito que eu ainda tempo, porque eu ia tratar exatamente da vacina, eu vou fazer as três perguntas numa só e eu realmente encerro, Sr. Presidente, eu realmente encerro. Eu quase nunca participo, eu vim, tomei vacina, eu peguei dois aviões, cheguei meia-noite para poder chegar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Diante da minha indignação, da minha dor.

Eu estou aqui falando com dor, eu não estou falando aqui, quem me conhece sabe que eu não sou de muita emoção, dentro do Congresso, eu procuro separar as coisas, mas está impossível, como mulher, como cidadã e como cristã, separar a minha atividade, enquanto Senadora da República, da minha condição de ser humano, cidadã, que está me doendo... Que está se doendo pela dor de outras pessoas que eu sequer conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço desculpas a V. Sa. por estar ouvindo um desabafo aqui.

Mas vamos à pergunta das vacinas.

O Ministro Pazuello disse – e V. Sa. confirmou – que essas tratativas junto aos laboratórios para a aquisição de vacinas eram de V. Sa. – eu sei que sim. V. Sa. justificou todo o atraso – o atraso dado de forma técnica por V. Sa. Eu estou afirmando que esse atraso foi deliberado não por V. Sa. nem pelos técnicos competentes do ministério, mas foi um atraso deliberado na parte da gestão política do Governo Federal.

E eu fico imaginando, como alguém disse aqui: "Qual é o reflexo da corrupção nos governos estaduais?" Nós vamos investigar. "Qual é o reflexo de faltar *kit* intubação no número de mortos?" Nós vamos investigar, embora *kit* intubação esteja faltando no mercado e tenha ficado concentrado na mão do Governo Federal.

Mas a pergunta que eu faço é: qual é o reflexo do atraso de vacinas no número de mortos com escala geométrica no pico da pandemia, no número de mortos pela pandemia?

E mais: eu volto a falar da minha conterrânea sobre o aspecto do coletivo. Se as negociações das vacinas tivessem tomado outro rumo, o rumo da coragem, o rumo de defender a sociedade brasileira acima de tudo, de um Governo que sabe ser leão, igual à Receita Federal em relação aos pequenos contribuintes, que sabe ser um leão em relação aos pequenos, mas que mia que nem um gatinho diante dos poderosos, eu pergunto: se nós tivéssemos tomado outro rumo, se nós tivéssemos contratado, doa a quem doer, tendo o Congresso Nacional como parceiro, as vacinas da Pfizer lá atrás, quando foram oferecidas – eu pergunto –, nós teríamos aqui como fazer uma estimativa, Secretário, de quantos brasileiros da minha idade, na faixa dos 50 a 60 anos, que contraíram o coronavírus no final de abril, início de maio para cá, de quantas pessoas morreram e poderiam ter sido salvas? E mais ainda: quantos de idades inferiores à minha, na faixa dos 40 a 50 – no mundo, já estão vacinando os de 30, mas eu vou ficar entre os 40 e 50... Portanto, somando a faixa etária dos 40 aos 50 e dos 50 aos 60, que contraíram a vacina no mês de abril e maio, que já teriam sido vacinados com a Pfizer ou com outras vacinas, quantas mortes nós teríamos conseguido, proporcionalmente, numa estatística, num cronograma em função da omissão ou do atraso desse cronograma de vacinação... Sei que esses cálculos são difíceis de fazer. Quero apenas uma análise de V. Sa.

Mas eu faço uma sugestão à CPI, para encerrar, Sr. Presidente. Eu acho que cabe aqui fazer essa pergunta... Talvez eu não esteja aqui, porque nós, infelizmente, temos pouca voz aqui – nós não somos membros titulares, Secretário –, mas vale a pena fazer esta pergunta, Relator, para os técnicos que vêm na sexta-feira numa projeção – tenho certeza de que eles têm isso de cabeça –: quantas vidas teriam sido salvas, principalmente as pessoas entre 40 e 60 anos de idade, se nós tivéssemos comprado a vacina na hora certa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui, ao finalizar, no meu último minuto: havia, por parte do Governo e fora dele, uma ideia fixa na imunidade de rebanho. Essa ideia foi plantada na cabeça das autoridades máximas deste País por um gabinete paralelo. Esse gabinete paralelo tinha estratégia e tem estratégia. O que diz não diz à toa ao vento; diz com estratégia tática militar. Há uma tática militar de disseminar *fake news*, de dizer inverdades, de misturar a verdade e confundir a cabeça da população, de, com exemplo, fazer aglomeração para que as pessoas também sigam, para tomar cloroquina no lugar de vacina, para todo mundo se contaminar logo e nós voltarmos à vida normal. Repito, Secretário: esta Comissão já sabe que isso aconteceu. Agora, o que falta é saber quem é ou quem são. E responsabilizar essas pessoas, porque, pelo menos nesta CPI, eu tenho certeza, Senador Renan, não passará, não se terá o passaporte da omissão perante a dor da população brasileira.

Eu fico à disposição. Pode fazer os esclarecimentos que achar necessário ou não. Fique à vontade. Desculpe o desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senadora Simone.

Esta Presidência teve a tolerância devida com o tempo de V. Exa., assim como terá com o próximo, que é o Senador Eduardo Girão, mas, antes, pergunto ao Coronel Elcio se quer fazer algum comentário.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois não, Coronel.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, obrigado.

Eu compartilho de seu sofrimento. Cada morte é um ente querido que a população brasileira perde, não é apenas um número. Nós envidamos todos os esforços dentro do que era possível para com a aprovação da Anvisa de uma vacina segura e eficaz, podendo disponibilizá-la, e tudo dentro do princípio da legalidade.

Com relação ao TCU, que a senhora citou, também foi uma preocupação nossa, tanto que, fruto de uma reunião com o Ministro Zymler, Benjamin Zymler, no dia 22 de fevereiro, nós informamos da insegurança que tínhamos, fruto das cláusulas com exigências da Pfizer e da Janssen.

Esse relatório, esse material foi apreciado pelos técnicos do TCU, a Secex Saúde, que cuida da análise da saúde. Esses técnicos deram pareceres favoráveis. Porém, o Plenário, quando se reuniu, que, salvo outro juízo, foi no dia 17 de março, ele deu um parecer favorável. Eu lembro que, quando ele deu esse parecer favorável para a aquisição, dizendo que haveria segurança, já havia sido sancionada a Lei 14.125, que criou condições para essa contratualização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu destaco para a senhora também que nós envidamos todos os esforços, nós nunca discutimos ou indicamos essa imunidade de rebanho que a senhora citou e sempre indicamos que o tratamento médico deveria ser procurado o quanto antes, ao sentir os sintomas da doença, e que os remédios, caso o médico resolvesse prescrever, deveriam ser por indicação do médico.

Com relação às medidas de prevenção que a senhora citou, editamos, em 18 de junho, a Portaria 1.565, orientando sobre o uso de máscaras, sobre manutenção e distância de segurança, ambientes ventilados, higienização das mãos com água e sabão ou álcool em gel ou mesmo álcool comum, limpeza de superfícies e uma série de outras medidas para prevenir a disseminação do vírus e possibilitar um convívio seguro, como estamos aqui, agora, na Comissão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Se me permite apenas para dizer que a sinceridade de V. Sa. só o exime de qualquer responsabilidade. V. Sa. trouxe um dado gravíssimo aqui que precisa ser levado em consideração por esta Comissão. V. Sa. acabou de afirmar que V. Sa. não era, em plena pandemia, um período de pandemia, de algo que ninguém tinha conhecimento, que dirá um gabinete, Casa Civil ou secretaria de Governo... Nem o Ministério da Saúde tinha conhecimento do que estava acontecendo de não ser consultado sobre veto a uma lei que tratava de uma coisa muito simples como o informe publicitário, informe, no estabelecimento comercial, sobre o uso de máscara, entre outros 3,5 mil atos normativos. Isso só corrobora que o Ministério da Saúde não era o Ministério oficial que cuidava da pandemia. Então, acho que esse é o elemento mais importante. V. Sa. não tem responsabilidade em relação a isso. V. Sa. foi como técnico, mas nós... É importante mencionar que, politicamente falando, isso é muito grave.

Eu agradeço a V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O Ministério pode ter sido consultado e a área técnicas consultada, por intermédio da Aspar, por onde chegavam essas consultas, e era elaborada resposta. Eu não sei quanto a esse específico porque não, necessariamente, passava pela Secretaria Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Coronel.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu só generalizei. São 3,5 mil atos, né?

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Secretário, é melhor que não tenha dado realmente uma resposta, porque, se alguém deu uma resposta que era para vetar uma coisa dessa – não é? –, é pior. É melhor que o ministério não saiba.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sobre?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sobre o uso de máscara...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Eduardo Girão, V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. Fique à vontade. O Coronel Elcio está à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente desta reunião, Relator...

Seja muitíssimo bem-vindo aqui, a essa Comissão, Antônio Elcio Franco Filho.

São quase nove horas que a gente está debatendo aqui, imagino o seu cansaço mental e de todos nós aqui. É um assunto denso, um assunto grave, que aflige a todos nós. E acredito que, do ponto de vista espiritual, essa pandemia veio nos trazer uma lição. Deus não deixaria absolutamente acontecer algo que está acontecendo no mundo inteiro – é uma provação global – se não tivesse uma razão de ser. No meu ponto de vista, respeito profundamente quem pensa diferente, mas vejo que tudo isso veio nos convidar a nos olharmos com mais humanidade, com mais fraternidade, com mais solidariedade uns com os outros, não é? É um crescimento, mas parece que a gente não aprendeu. E aí, quando os especialistas, Senador Marcos Rogério, dizem que virão outras pandemias, com base na ciência, a gente se preocupa. Mas, ao mesmo tempo, a gente vê realmente que o ser humano não aprendeu a ter esse olhar mais humano.

O que a gente vê aqui mesmo, nessa CPI? O que a gente vê nessa CPI? Acusações, tripudiando, discursos com muita hipocrisia, não é? Quando a gente vê os sinais trocados: "Ah, vamos ver corrupção. Vamos ver corrupção". Faz um mês e dez dias que eu quero ver corrupção aqui, rastrear corrupção nesta Comissão, e a gente não ultrapassa – não ultrapassa. Eu espero que amanhã – marcado aí, como o Presidente confirmou, a questão do CGU, colocar na pauta amanhã, para que a gente possa ouvir o Ministro Wagner Rosário, para que a gente possa ouvir o Dr. Carlos Gabas, do Consórcio Nordeste – a gente possa avançar um pouco nessa questão, já que a Polícia Federal... Que era uma solicitação, um requerimento meu, foi vencido hoje aqui, nesta Comissão.

Então, eu queria fazer essa colocação, Dr. Elcio, essa introdução, para dizer que, infelizmente, nesse trabalho que a gente vem desenvolvendo aqui na CPI, buscando a verdade, mas querendo buscar toda a verdade e não apenas a verdade para que foi montada esta CPI... E a gente está aqui acompanhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

diariamente e vê que o jogo é politiqueiro, é pelo projeto de poder, e, por mais que eu tenha – e tenho, digo isso todo dia – restrições à condução do Presidente da República do Brasil na questão, fazendo aglomeração, sem uso de máscara, desrespeitando os jornalistas – não concordo absolutamente com essa postura –, mas eu não acho justo se fazer o que se está fazendo, se parando o Congresso, se parando o Senado Federal praticamente, com reformas importantes para dar a mão para o povo brasileiro, como a reforma administrativa, como a reforma tributária para dar a mão, para gerar renda, gerar emprego. Mas o que a gente vê aqui é uma tentativa apenas – apenas – de sangramento do Governo para um projeto de poder do ano que vem, ou seja, é desumano, é uma covardia, é falta de sensibilidade com o povo brasileiro hoje fazer esse tipo de procedimento. Até cai no ridículo muitas vezes aqui, não sei se o senhor percebeu, Escolinha do Professor Raimundo, é Senador dando nota para Senador. Entendeu?

Então, chega! Não é à toa que a gente vê essa CPI derretendo na credibilidade junto à opinião pública, porque quem anda nas ruas, quem conversa com o povo nas feiras, nas praças, nos mercados sente isso, sente isso. E é triste, porque com isso aqui a gente poderia estar tendo realmente um resultado técnico, a gente poderia estar buscando opções inclusive, para enfrentar essas próximas pandemias que virão, como aprendizado, o que deu certo, o que não deu certo.

Foi colocado aqui várias vezes o Supremo Tribunal Federal. É fato que o Supremo Tribunal Federal, com aquela decisão em abril do ano passado, não deixa de retirar atribuições do Governo central e passar para Estados e Municípios, isso é óbvio que aconteceu. Por que não se chama aqui respeitosamente o Ministro do Supremo Tribunal Federal, que na época foi o Ministro Marco Aurélio, para ele vir explicar se essa decisão ajudou a poupar vidas de brasileiros ou não. Ele deve ter um monitoramento sobre isso. Por que não se traz? É um medo do Supremo Tribunal Federal impressionante o que a gente vê aqui, mas tudo passa por lá, tudo passa por lá.

Eu queria... A grande questão hoje no País é vacina – vacina –, isso é o que o povo brasileiro está querendo, está precisando. E eu lhe faço uma pergunta objetiva. Eu sei que o senhor saiu, não está mais na gestão, mas até quando o senhor estava e como o senhor ainda continua no Governo Federal, a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: quantos milhões de vacinas foram adquiridos pelo Brasil? É suficiente para vacinar toda a nossa população? E até quando?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Quando nós saímos do ministério, ao final de março, nós já tínhamos garantidos 562 milhões, contando já com o que seria contratualizado com a Fiocruz, os 110 milhões com IFA nacional, e contando também com os 30 milhões que nós tínhamos manifestado com o Butantan. Isso dava 562 milhões, que foi corroborado ontem pelo Ministro Queiroga, falando em 662 milhões, por causa dos outros 100 milhões de doses que ele adquiriu da Pfizer.

Pelo nosso Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 e considerando que o público elegível para ser imunizado gira em torno de 160 milhões de brasileiros, essa quantidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas é adequada para promover toda a imunização dos brasileiros, já contando com a margem de segurança em caso de atrasos no cronograma, por parte de algum laboratório, dentro da minha percepção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Prazo, prazo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Até o final do ano. Ou seja, materializando o plano que nós havíamos elaborado e foi divulgado a partir de dezembro, onde nós prevíamos apenas os grupos de risco, que davam em torno de 70, 75 milhões de brasileiros, nós estaremos, provavelmente, cumprindo aquele planejamento até o mês de julho com as vacinas disponíveis.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Perfeito. Eu lhe agradeço pela resposta.

Eu queria também, aproveitando o seu foco no Ministério da Saúde enquanto o senhor era o Secretário-Executivo... A questão da vacina, que aflige todos os brasileiros e todos os segmentos da sociedade: buscando ter acesso à vacina, organizações da sociedade civil, no seu legítimo direito de participar da construção de soluções numa sociedade democrática, podem ter buscado o Governo pra achar uma solução no período em que o senhor estava lá. O senhor, enquanto Secretário-Executivo, teve reuniões com organizações civis para tratar da aquisição de vacinas? Com quais organizações o senhor se reuniu? O que foi tratado nessas reuniões? E a que resultados vocês chegaram?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Além dos laboratórios, nós tivemos o contato, como eu citei aqui, com o Sr. Carlos Wizard e o diretor da Havan, e eles com a intenção de adquirir a vacina para os seus colaboradores. E eu informei que seria necessária uma adequação da legislação para poder atender os empresários e vacinar os seus representantes. E também participamos de discussões de um grupo chamado Todos pelas Vacinas com o Magazine Luiza, com a Gol e uma série de outras grandes empresas brasileiras que promoviam e estavam verificando como poderiam nos ajudar a incentivar a população brasileira pela imunização e acelerar essa imunização, verificando se era necessária a doação de seringas, de agulhas e como eles poderiam nos ajudar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, a sociedade civil organizada, de uma certa forma, participou desse movimento.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. Que eu me lembre agora, Todos pelas Vacinas e alguns empresários que pretendiam vacinar seus colaboradores com recursos próprios, mesmo se condicionando a doar parte das doses para o SUS.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou falar um assunto que incomoda um pouco esta CPI aqui, não é, mas a gente está aqui pra defender o Brasil, o que independe de ser contra ou a favor de Governo. Nossa posição é clara aqui, com independência pra buscar toda a verdade, não apenas uma parte da verdade, como muitos querem.

Corrupção – corrupção! O senhor, que é uma pessoa que tem conhecimento, que já demonstrou ser muito articulado aqui, inteligente, tem como fazer uma análise do custo da corrupção no Brasil? Eu digo até como cidadão e com a experiência que o senhor passou na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde – e o orçamento do Ministério da Saúde não é brincadeira. Eu lhe pergunto: o que é que operações que houve no Brasil, por exemplo, como o petrolão, que, em quatro anos, foram R$48 bilhões desviados do povo brasileiro – a fonte é G1 –; e o mensalão, R$141 milhões – a fonte é o *site* da revista *Exame* –, valores desviados... O que é que isso impacta na estrutura que a gente tem hoje ou deveria ter no Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, a meu ver, a corrupção ceifou vidas. Poderia ter sido utilizado o recurso para estruturação da rede de atenção à saúde, hospitais, equipamentos, contratação de profissionais.

E eu aproveito a oportunidade para divulgar a quantidade de recursos que foram disponibilizados aos entes federados no ano passado. Dentro do orçamento do Ministério da Saúde, fora o que foi executado pelo próprio Ministério, foram repassados para a rotina do SUS, para Estados, Distrito Federal e Municípios, R$79 bilhões e, dentro do orçamento de guerra, que foram as medidas provisórias, com créditos extraordinários, foram repassados R$33 bilhões, totalizando R$112 bilhões para os entes federados aplicarem diretamente na saúde. Já no ano de 2021, do orçamento regular da LOA, R$18 bilhões e, do orçamento de guerra, R$22 bilhões, totalizando R$40 bilhões, um total geral, desde o início da pandemia, de R$152 bilhões, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É muito dinheiro. Acho que é um ponto pacífico aqui entre todos os Senadores, acho que não tem uma voz diferente aqui que discorde que dinheiro não faltou. Durante a pandemia, dinheiro não faltou em Estados e Municípios.

Agora eu lhe pergunto... É assassinato, o senhor falou que é assassinato – essa palavra é forte –, mas corrupção, ainda mais em época de pandemia, é assassinato. Como é que o Ministério da Saúde, com esse dinheiro todo que enviou para o País, como ele acompanhou essa execução orçamentária dos recursos?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Conversando com o Conass e o Conasems e por intermédio do Siops. O Siops é um sistema integrado que verificava a prestação de contas dos entes federados. E eu lembro que o próprio TCU... Era nosso interesse, e o próprio TCU se manifestou, obrigando os entes federados a preencherem esse sistema – antes ele era voluntário –, de forma que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

gente pudesse ter uma visão, mas, mesmo assim, como eu falei na ambientação, é uma visão superficial dessa execução financeira orçamentária.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Outra pergunta, emendando com essa: como é que o senhor analisa a decisão de diversos gestores estaduais e municipais de desativar leitos e hospitais de campanha, apesar de a pandemia ainda não ter acabado, especialmente quando vários países enfrentavam a segunda onda, e do risco real de novas variantes? Assistimos a muitos brasileiros morrerem por conta do colapso. Essas decisões podem ter deixado de salvar milhares de vidas no Brasil? O senhor foi consultado quanto à desativação dos hospitais de campanha?

Eu peguei um dado aqui: no Amazonas, em 24 de junho, foi desativado um hospital de campanha, 24 de junho do ano passado. Todo mundo sabia que viria a segunda onda. No meu Estado, no Ceará, Fortaleza, foi ainda mais grave: com cinco meses, cinco meses que o hospital foi ativado, começou a chover, mas não foi chover água não, chover denúncia de corrupção, e o hospital foi desativado com cinco meses de funcionamento. Todo mundo sabia que viria a segunda onda. Quase cem milhões... Só nesse hospital que foi feito no Estádio municipal Presidente Vargas foram quase R$100 milhões. Eu pergunto: esses hospitais... Porque não é um caso não; são vários no País, Amazonas, Ceará, vários. O senhor, o Ministério da Saúde foi consultado pelos secretários estaduais, secretários municipais para desativar esses hospitais, que sabiam que viria a segunda onda?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Coronel Elcio, só para corroborar, se o Senador Girão permitir: o senhor tem o levantamento de quais hospitais, quais e quantos hospitais de campanha foram desativados e se ocorreu – corroborando com a pergunta do Senador Eduardo Girão – a devida comunicação? E onde ocorreu isso, pelo menos nas capitais?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Eu não tenho essa informação. Senador, eu não tenho essa informação. Ela... Eu acredito que, durante a nossa gestão, nós não tivemos acessos a informação. O que nós fizemos foi uma criação... Editamos uma portaria para regular justamente o financiamento e a ativação dos hospitais de campanha, e aí nós fazíamos o custeio. Agora, lembrando que o ideal era o investimento em estruturas fixas que ficariam de legado também da nossa pandemia. Evidentemente, sem ter uma reserva dos hospitais e extrapolando a capacidade da rede de assistência à saúde pública e privada, eles fizeram falta nos momentos críticos que nós estamos vivendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Me encaminhando para o final, com a sua tolerância, Senador Randolfe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade, Senador Girão.

Senador Girão, o senhor me permite?

Mas o senhor não tem um mapa do Brasil com quais capitais pelo menos ocorreu isso, por exemplo, na Amazônia? Porque a mesma situação que o Senador Girão relata também ocorreu na capital do meu Estado. Houve desativação de unidades da mesma natureza. Essas informações o senhor...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu não tenho conhecimento. Se ela chegou ao ministério, ela pode ter chegado para um setor específico, que provavelmente seria a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, mas eu não tenho essa informação. Até porque, Senador, cabe destacar também que alguns desses hospitais não passaram pela nossa governança porque, quando nós editamos a portaria – porque nós vimos que estavam fazendo hospitais demais também no início –, até a nossa recomendação era que o hospital fosse uma estrutura anexa a um hospital fixo, onde o senhor poderia aproveitar até os seus contratos, alimentação, cuidar do lixo hospitalar, no caso de um paciente se agravar ele poderia ir para a UTI de uma estrutura fixa. Então, ele deveria estar num estacionamento, alguma coisa próxima ao hospital para não ter inclusive, não haver necessidade de um ciclo de ambulâncias de um hospital isolado até onde estava um hospital fixo com uma estrutura mais robusta para atenção à saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só complementando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – À vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está bom aqui esse bate-bola. Eu lhe agradeço, Senador Randolfe, porque a minha pergunta vem em cima do que o senhor colocou também: a questão da verba do custeio desses hospitais de campanha, por exemplo, tem verba federal?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como eu coloquei para o senhor, alguns deles, após nós emitirmos a portaria, apresentavam um projeto e eles eram custeados, desde que fossem aprovados pelo ministério, atendendo aos critérios técnicos da portaria que dizia como deveria ser implementado um hospital de campanha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Respiradores: quantos respiradores o Governo brasileiro comprou, o Governo Federal adquiriu nessa pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dezessete mil, oitocentos e oitenta e oito, incluindo os ventiladores pulmonares de leitos de UTI e aqueles portáteis, que são os que ficam em ambulâncias para transportar os pacientes mais graves.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor tem ideia de... Foram para onde? Foram para Estados e para Municípios? O senhor tem mais ou menos uma ideia do percentual desses 17 mil... É isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Dezessete mil, oitocentos e oitenta e oito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi para... O senhor tem ideia do percentual?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu não tenho aqui disponível...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hã...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... mas, se nós consultarmos o Localiza SUS, lá nós conseguimos identificar até o Município que foi atendido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, eu lhe pergunto: por que, se foram comprados dezessete mil respiradores e distribuídos para Estados e Municípios, o Consórcio Nordeste, que reúne Governadores do Nordeste, resolveu comprar 300 respiradores – eu não canso de falar – da indústria da maconha, que comercializa produtos à base de maconha? E não me pergunte o que tem a ver maconha com Covid com respirador, porque eu não sei explicar. Estou querendo saber aqui nesta CPI. É essa a insistência. Por que o Consórcio Nordeste comprou esses respiradores, que até hoje não chegaram – é o famoso calote da maconha, como é conhecido no Nordeste –, e o dinheiro foi antecipado, R$50 milhões? A pergunta que eu quero lhe fazer: quanto é que saiu a unidade desses 17 mil respiradores que o senhor comprou? Porque o ex-Ministro Mandetta disse um número e depois desdisse. Eu preciso confirmar aqui para bater, porque, ao que tudo indica, o do Consórcio Nordeste foi superfaturado, não é? O senhor tem o número? Quanto é que saiu cada respirador do...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, eu gostaria de complementar a informação anterior e dizer que, além dos 17.888, também foram disponibilizados mais de 2 mil ventiladores que foram consertados – vamos assim dizer – com o apoio do Ministério da Defesa e do Senai, com toda a estrutura, o que totalizaria, então, quase 20 mil ventiladores.

Com relação aos preços, o preço máximo que o ministério pagou – infelizmente, eu não tenho aqui o preço médio – foi de R$38.379,02, o ventilador de transporte; e R$54.489,23, o ventilador de leito de UTI. Lembrando que era uma operação humanitária em reforço àquilo que é responsabilidade de Estados e Municípios, que é a aquisição de insumos, equipamentos, contratação de pessoal... A gente também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandou equipamentos de proteção individual, a gente também mandou, quando demandado, adquirimos e mandamos o *kit* de UTI, com os medicamentos para intubação, e uma série de outras ações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor pode repetir o preço de cada respirador?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Este aqui é o valor máximo que nós compramos, porque foi mais de uma compra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, o máximo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – O ventilador de transporte, R$38.379,02...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ...e o de UTI, R$54.489,23.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois olha, é interessante isso, não é? Porque o do Consórcio Nordeste foi, pelo menos, três vezes mais do que esse número – três vezes.

A última pergunta, Senador Randolfe Rodrigues. Mais uma vez, obrigado pela sua paciência.

Quanto aos leitos de UTI, houve muita reclamação por parte de Estados e Municípios alegando que o Ministério da Saúde não liberou os recursos necessários para ampliação dos leitos de UTI, particularmente quando do recrudescimento dos casos da segunda onda. Por que a demora, Secretário, ex-Secretário, em liberar os leitos de UTI num quadro de agravamento que a gente estava vivendo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, os leitos que foram... A terminologia anterior era "habilitado" e depois ficou "autorizado". Os leitos foram habilitados no final do ano de 2020, e essa habilitação era feita por 90 dias, com pagamento antecipado da diária de 1,6 mil para 90 dias. Então, houve habilitação de leitos em outubro, com vencimento... Em novembro, com vencimento em janeiro... Perdão: em outubro, com vencimento em janeiro; em novembro, com vencimento em fevereiro; e em dezembro, com vencimento em março. Então, muitos dos leitos, no ano de 2021, já estavam previamente custeados.

Além disso, nós tivemos uma portaria, no final do ano, do ministério, de R$846 milhões, que destinava 22,4% para atender ao custeio de leitos de UTI. Em reforço, já imaginando a aprovação do Orçamento 2021, então, nós pegamos os últimos recursos disponíveis no ano de 2020, que também serviam como antecipação para custeio de leitos. Agora, o gestor poderia usar mais do que aqueles 22,4% também. Ao início de 2021, nós solicitamos, já no final de 2020, a edição de uma medida provisória para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito extraordinário, para nos atender este ano. E nós tínhamos uma recomendação técnica da Secretaria do Tesouro, STN, para que fosse aprovado o orçamento para, então, editarmos a medida provisória, porque a gente não sabia como seria a aprovação do orçamento e se haveria destinação ou realocação de recursos para atender à Covid.

Dessa forma, quando foi emitida a primeira medida provisória... Foram emitidas duas, uma durante a nossa gestão e outra que foi preparada por nós, uma de, se eu não me engano, 2,8 bilhões e outra de 5,3. Essa de 5,3 já foi depois que nós saímos do ministério, mas foi sob a nossa gestão que ela foi trabalhada, discutida e preparada, tudo com vistas ao custeio, não só dos leitos de UTI, como de outras demandas dos entes federados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Muitíssimo obrigado, Dr. Elcio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu que agradeço, Senador Girão, eu que agradeço a V. Exa.

Nosso último inscrito, então, pelo sistema remoto, é o Senador Fabiano Contarato, meu colega de partido. É uma honra ouvi-lo. V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O Coronel Elcio Franco está à sua disposição.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o comparecimento do Sr. Elcio.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, meu querido Randolfe, pensando num trecho do livro que eu li, *Alice no País das Maravilhas*. Nesse livro tem um trecho que diz o seguinte, quando Alice chega para o gato e pergunta: "Me ensina a sair daqui?". Aí o gato fala: "Ó, depende de para onde você quer ir". E ela fala: "Não, não importa". E ele sentencia: "Não importa, então, o caminho que você deva tomar".

Eu estou chegando à conclusão de que nós estamos vivendo num país de Alice, porque você não atribuir a responsabilidade criminal no agravamento da pandemia, quando o Estado brasileiro é pessoa jurídica de direito público externo, que tem competência para celebrar contratos, para aquisição de vacinas e insumos, sendo que o Estado brasileiro, a teor do que determina o art. 6º e o art. 196, em que a saúde é direito de todos, mas é dever do Estado, e esse dever está sendo negado à população brasileira...

Nós temos 17 milhões de brasileiros infectados; 477 mil brasileiros e brasileiras que perderam suas vidas. Eu não posso me furtar em falar isso, Sr. Elcio, porque é elementar. Esta CPI já provou suficientemente que dolo não é só intenção, é quando você assume o risco de produzir o resultado. E a responsabilidade do Governo e seus ministérios se dá tanto por ação como por omissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é um Governo que nega a ciência, difunde a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica, os ministros que aqui depuseram falaram que não tinham autonomia sobre o ministério – eles falaram isso aqui nesta CPI –, que havia um ministério paralelo, que havia um movimento para mudar a bula, para inserir a hidroxicloroquina com utilização para tratamento da Covid.

O senhor afirmou aqui hoje que houve um ataque de um *hacker* na negociação com a Pfizer. Eu pergunto ao senhor: quais foram as providências que o senhor tomou, após tomar conhecimento do impedimento técnico para resposta à compra dessas vacinas? Lembrando o senhor que o próprio Presidente, meu querido Senador Randolfe, a quem eu estimo muito, contou: foram 81 vezes.

Então, se houve um *hacker* que invadiu o sistema, houve um período. Se houve um *hacker* que invadiu um sistema, isso é crime de ação penal pública incondicionada, de que deveria ter sido lavrada uma ocorrência, e teria que ser instaurado um inquérito policial para apurar quem fez essa invasão ou abstração desses dados.

Então, qual foi a providência do senhor, que o senhor tomou, tão logo teve conhecimento da invasão desse *hacker*? Quanto tempo se passou desde a primeira oferta da Pfizer até a efetiva resposta do Ministério da Saúde?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Senador, com relação ao ataque *hacker*, ocorreu junto com, no mesmo período do STJ e do Governo do Distrito Federal. E essa invasão deixou inoperante o sistema de *e-mails* e uma série de outras facilidades do ministério. Então, eu não tive acesso ao *e-mail* que nos foi enviado pela Pfizer, esse *e-mail* que foi citado, e não pudemos analisá-lo em tempo hábil. Assim que eu tive o acesso, nós fizemos a análise, e eu me manifestei para a Pfizer. Desde a minha...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perdoe-me interromper...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senhor?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... só um minuto.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então o senhor não teve acesso aos 81 *e-mails?*

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Com relação aos *e-mails*, eu expus aqui também que o tempo todo nós estávamos em tratativas. Por vezes, a Pfizer emitiu cinco vezes um *e-mail* com o mesmo teor, quatro vezes no mesmo dia aconteceu, como um levantamento que nós fizemos, e ela era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito redundante. Outros *e-mails* eram justamente respostas a demandas que o ministério havia feito, como a da reunião do dia 6 de agosto, por exemplo. E...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então quem era o responsável pela negociação de compra de vacinas no ministério?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, conforme eu explicitei aqui, eu liderava um grupo multidisciplinar, com integrantes da Secretaria de Vigilância em Saúde, em particular da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações, com integrantes da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, em particular do Departamento de Ciência e Tecnologia, com integrantes da Assessoria Internacional em Saúde do Ministério da Saúde e a Consultoria-Geral da Advocacia Geral da União junto ao Ministério da Saúde.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então não havia uma pessoa responsável pela negociação da compra de vacinas? É isso?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu liderava esse grupo, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tá. Agora, o senhor Eduardo Pazuello participou de reuniões em que se discutiam os termos do contrato de compra das vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Não, senhor. Eu levava esses dados até ele, a partir do momento em que nós íamos fazendo essas discussões jurídicas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O senhor afirmou também aqui, hoje, que na sua interpretação a decisão do Supremo sobre a competência concorrente de União, Estados e Municípios limitou a atuação do Governo Federal, em que pese o Supremo ter emitido uma nota afirmando que ela ressalvou a competência da União, mantendo a autonomia da União, como pessoa jurídica de Direito Público externo competente para celebrar contrato. Então, se o senhor está falando que houve - na interpretação do senhor - uma limitação com essa decisão do Supremo, o Ministério da Saúde tinha um plano nacional de combate à pandemia?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor. Tinha um plano nacional de contingência perante a pandemia e ele era complementado pelos planos estaduais e pelos planos municipais, ele orientava esses planos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas com muita...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E o Ministério tinha também uma atuação proativa de acompanhar as demandas, por intermédio do Conass e do Conasems, e de realizar aquele reforço às ações dos Estados e dos Municípios, inclusive orientações técnicas, contratação de recursos humanos, dentre várias outras que nós citamos aqui no dia de hoje.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Com 477 mil mortes esse plano foi eficiente, Sr. Elcio?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Esse plano abordava várias áreas, lembrando que a execução efetiva das ações de atenção à saúde compete a Estados e Municípios, que é quem detém as Unidades Básicas de Saúde, a média e alta complexidade, os hospitais e toda a tramitação da regulação, inclusive interestadual.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** A competência é concorrente, a competência não é exclusiva. O Supremo decidiu que a competência é concorrente e ressalvou a competência da União. Está mais do que evidenciado que o Estado brasileiro, através do Executivo, se omitiu deliberadamente para mitigar o agravamento da pandemia.

Eu pergunto ao senhor: houve contato do Ministério da Saúde com representantes do Exército para a produção de cloroquina no combate à Covid?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – De que eu tenha conhecimento não houve contato. Inclusive nós fomos instados pelo Tribunal de Contas da União. Verificamos a documentação, e o que os técnicos me trouxeram é que não houve demanda desse medicamento para o Ministério da Defesa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

Qual a participação de V. Sa. na alteração no horário e na metodologia de divulgação dos dados de infectados e mortos pela Covid que ensejou a criação de um consórcio de veículos de imprensa para reunir esses dados de maneira pública? Qual foi a participação do senhor?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu, como Secretário-Executivo, tinha, dentro do organograma da Secretaria Executiva, o Departamento de Monitoramento do SUS. Esse departamento foi o responsável pela elaboração do LocalizaSUS, que é uma ferramenta de muita utilidade que nos permite verificar a variação da curva epidemiológica, a variação dos óbitos e uma série de outros aspectos que ela tem – com 22 itens –, oferecendo publicidade e transparência a todas as ações do ministério. Lá nós podemos acompanhar a variação da curva epidemiológica, quantos infectados por dia, quantos óbitos por dia. E ficou uma ferramenta muito mais clara e ao acesso de todos os brasileiros. Durante a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementação – porque hoje em dia ela trabalha em tempo real com inserção de dados –, nós pudemos verificar uma evolução na qualidade da informação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, V. Sa. acredita que houve uma supernotificação no número de óbitos por Covid-19, como afirmou o Presidente da República?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu... eu não posso afirmar isso, seria leviano de minha parte, mas em um relatório do TCU, um acórdão do TCU do ano passado, ele colocava que haveria o risco de supernotificação, considerando que a lei complementar, que eu até citei nas minhas palavras iniciais, que destinava 60 bilhões a Estados e Municípios, ela previa o repasse desses 60, de 10 bilhões, e um dos itens previstos nessa lei complementar era justamente a incidência de casos.

Então, existe, sim, o risco de ter havido supernotificação, mas eu não posso afirmar isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito pelo contrário: a responsabilidade do senhor é patente, porque o senhor não pode fazer uma afirmação que houve supernotificação em cima de um consórcio que determina isso, sendo que o próprio Tribunal de Contas já... já explanou, especificou que foi errada e falsa a afirmação do Presidente da República. Nós temos que ter responsabilidade com relação a isso.

E quero também fazer um esclarecimento ao senhor. O senhor falou dos *e-mails* da Pfizer, dos 81, da invasão do *hacker*. Sabe por que a Pfizer mandava quatro, cinco *e-mails*, Sr. Elcio? Porque ela não tinha resposta. Foram 81 *e-mails*, e o Estado brasileiro negando vacina no braço dos brasileiros.

Essas mortes, elas são evitáveis, e cada dia que uma pessoa falece por Covid no Brasil, essas mortes têm a digital de todos aqueles que concorreram, direta ou indiretamente, seja por ação ou por omissão.

E a responsabilidade é, sim, do Governo Federal, porque a saúde pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E claro que, se houver responsabilização em Estados e Municípios, quem de qualquer forma concorre pro crime deve ser responsabilizado, seja autor, coautor ou partícipe, e eu não tenho dúvida de que a ação foi dolosa, porque dolo, no Código Penal, no art. 18, o conceito é claro: "Diz-se o crime doloso quando o agente quis o resultado" – isso é teoria da vontade, dolo é intenção –" ou" – conjunção alternativa –, "ou assumiu o risco de produzir o resultado".

Então, o Governo Federal agiu, no mínimo, com dolo indireto, quando ele não proporcionou vacina pra toda população brasileira; quando ele recusou vacina num preço 50% menor do que foi ofertado para os Estados Unidos; quando ele recusou responder 81 *e-mails*; quando ele difunde aglomeração; difunde a não utilização de máscara; o não distanciamento social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essas pessoas têm que ser responsabilizadas, sim, tanto por dolo, tanto por crime, como por responsabilidade civil.

Para concluir, o senhor afirmou em entrevista coletiva, exibida hoje nesta Comissão, que – aspas – "não houve qualquer compromisso com o Governo do Estado de São Paulo no sentido de aquisição de vacinas contra Covid-19". Fecha aspas. Essas são palavras do senhor.

Por que motivo essa declaração foi dada na época em que o Brasil poderia ser vanguarda na contratação e produção de vacinas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Senador, nesse mesmo vídeo, eu afirmo que as tratativas são com Butantan, e não com o Governo do Estado de São Paulo. E elas prosseguiram desde o início das nossas conversações.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu agradeço a paciência de V. Exa. E quero deixar claro e mais uma vez afirmar aqui que, na minha humilde percepção, está mais do que evidenciado o comportamento doloso do chefe do Executivo e de seus ministros para o agravamento dessa pandemia, seja por ação, seja por omissão, seja com concurso de pessoas. Mas essas pessoas eu espero que esta Comissão tenha a hombridade de, ao final, com o Relator, o nobre Senador Renan Calheiros, indiciar, para que essas pessoas sejam responsabilizadas civil, penal e por ação de improbidade administrativa pelo agravamento da pandemia, porque eu não tenho dúvida de que o principal bem jurídico que deveria ser defendido pelo Estado brasileiro, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde, foi violado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

O senhor quer completar?

Coronel, por favor. (*Pausa.*)

Pois não, Coronel.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Perfeito. Muito obrigado.

Eu queria retificar a informação que eu passei para o Senador Eduardo Girão com relação aos ventiladores. Foi o preço médio, houve alguns mais caros, alguns mais baratos. Esse foi o valor médio da aquisição de cada tipo de ventiladores, de UTI e de transporte.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – O senhor pode repetir o valor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – O valor médio da aquisição: transporte, R$38.379,02; e o de UTI, o valor médio de aquisição, R$54.489,23.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o do Consórcio Nordeste foi três vezes mais esse mais caro aí. Foi R$150 mil esse que foi comprado aí da indústria da maconha, que nunca foi recebido pelo povo nordestino.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

Senador Randolfe Rodrigues, se o senhor me permitir, eu gostaria de passar às suas mãos uma análise...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... não, Coronel.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... de diversos *e-mails* que nós recebemos da Pfizer, e o senhor vai ter oportunidade de verificar que eles tratam do mesmo assunto. E, como eu disse também, outros tratavam de respostas a reuniões ou de demandas do próprio ministério. Se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Os que estão da mesma cor, nas diversas páginas, mostram às vezes quatro *e-mails* no mesmo dia, tratando do mesmo assunto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Pois não. Obrigado, Coronel Elcio.

O senhor, inclusive, agora em resposta ao Senador Fabiano, disse que alguns desses *e-mails* eram redundantes.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO (Para depor.) – Sim, senhor.

O senhor vai verificar casos aí de quatro *e-mails* no mesmo dia, do mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente. Exatamente. Nós constatamos.

Mas o senhor acredita que seria redundante tratar de vacina?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Nós demos o máximo de atenção a isso. E, como eu falei para o senhor, nós tínhamos telefones, nós estávamos em tratativas, estávamos estudando. Havia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o risco de uma plataforma inédita, havia o risco. E, como ocorreu, o atraso na conclusão da Fase III de estudos clínicos da aprovação pela FDA e outros aspectos que eu já havia apresentado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A gente já aqui confrontou que a Fase III eles comunicaram já em setembro, em novembro.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Como a Covaxin havia comunicado para a gente também ainda em dezembro e a Anvisa foi aprovar agora, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Então, entre a informação...

A Sputnik, para o senhor ter ideia, eles informaram, e o senhor procurava no *site l*á em dezembro, a primeira vacina registrada do mundo. Só que a agência reguladora russa registrou a Sputnik V ao término da Fase II, estudos clínicos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É pertinente...

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – ... diferente de todas as agências reguladoras do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É pertinente o senhor falar sobre a Covaxin, porque o próprio Presidente da República fez um contato com o Primeiro-Ministro da Índia, em 7 de janeiro, sobre a Covaxin, que é vacina muito mais cara que a vacina da Pfizer. (*Pausa.*)

É interessante esse diálogo sobre a Covaxin e esse interesse que se teve sobre a Covaxin, que é uma vacina ainda não aprovada, sem a eficácia que tem a da Pfizer, e que teve um interesse, inclusive, não somente seu, mas teve o interesse do próprio Presidente da República. E repito: é uma vacina não aprovada, com eficácia menor e com um preço maior que todas as outras vacinas, da AstraZeneca, da CoronaVac, da própria vacina da Pfizer.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, senhor.

Senador, a orientação que eu recebi do Ministro era a aquisição do máximo de vacinas. E o preço, para o senhor ter uma ideia, eu não sei por quanto o ministério está agora contratualizando ou já finalizou o contrato da Moderna, a Moderna custava US$30 a dose. Eu não sei por quanto o ministério conseguiu contratar, mas, nos momentos em que estávamos negociando, era US$30 a dose. E nós precisávamos da vacina com a máxima brevidade, para poder disponibilizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro. Por isso eu acho que teve uma oferta demasiada da Pfizer para isso, não é?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E a vacina da AstraZeneca, por exemplo, saiu a US$3,75.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu tenho os preços aqui: CoronaVac, R$58,20; Pfizer, R$56. Senador Girão, Covaxin, de que o Sr. Elcio falou ainda há pouco: R$80,70. Exatamente, eu fiz aqui a conversão para o real, ou seja, era a vacina mais cara. E houve até iniciativa do próprio Presidente. Eu exulto que essa iniciativa do Presidente, se tivesse sido com as outras vacinas, talvez a gente tivesse mais vacina, como inclusive o Coronel Elcio aqui alega.

Só para concluir, ainda no diálogo agora com o Senador Fabiano Contarato, quem cuidava sobre vacinas no ministério era o senhor?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu liderava esse grupo multidisciplinar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em algum momento foi feito algum contato do Sr. Zoser Plata Bondim Hardman de Araújo?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ele era um assessor jurídico que estava no gabinete do Ministro e, por vezes, ele participou de discussões, inclusive com a Dra. Shirley, da Pfizer, com quem a gente vinha discutindo as cláusulas, tanto o pessoal da Conjur como o Dr. Zoser.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Dr. Zoser ocupava qual função no ministério?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Ele era assessor do gabinete do Ministro e, por vezes, eu o demandava.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele foi designado, em algum momento, para o contato com as farmacêuticas?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Eu sei que ele fazia contato com o jurídico da Pfizer e deve ter feito com o jurídico da Janssen também, para verificar essa parte da contratação. Com o Butantan, também com a Dra. Cintia, ele fez contatos para a minuta do contrato, uma vez que ele teria de ser apreciado pela Conjur, não era adequado que a Conjur trabalhasse na minuta para depois aprovar o contrato, fazer um parecer. Então, ele nos ajudou nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, não foi a AGU? Foi o Dr. Zoser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Na minuta, ele ajudou na elaboração, discutindo com o laboratório. Depois, quando... Porque essa minuta teria de ser apreciada pela Conjur. A Conjur não poderia apreciar algo que ela fez. Então, nós julgamos importante fazer uma segregação, de forma que a AGU fizesse uma nota técnica, avaliasse um contrato do qual ela não tivesse participado da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Essa informação é importante porque contrasta com a informação, inclusive, do General Pazuello nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e é importante sabermos e compreendermos. Inclusive, será objetivo de apreciação amanhã o papel do Sr. Zoser nas negociações.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – No caso do Butantan, foi diretamente. Ele me auxiliou nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Zoser?

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – Sim, no caso do Butantan.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado pela informação.

O SR. ANTÔNIO ELCIO FRANCO FILHO – E o Ministro, como eu falei para o senhor, eu estava nesse trabalho, eu passava informações para ele, ele não necessariamente teve conhecimento de que eu havia solicitado o auxílio do Dr. Zoser.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Coronel. Importante informação que V. Sa. presta a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senhoras e senhores, ao concluir esta Comissão, eu queria, só mais uma vez... Já foi citada aqui a declaração de ainda há pouco de Sua Excelência o Presidente da República. Tirando da declaração os excessos e os ataques, mais uma vez, do Senhor Presidente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, reitero, em nome da Presidência desta Comissão, que esta Comissão está determinada a seguir no trabalho, em que pesem os ataques de Sua Excelência, mas eu lamento o ataque do Senhor Presidente da República ao povo brasileiro. Diz ele: "Remédios de tratamento precoce não têm comprovação científica. E eu pergunto", diz o Senhor Presidente da República, Senador Girão, "E eu pergunto: a vacina tem comprovação científica ou está em estado experimental ainda?" Isso quando a gente está desesperado por imunização de brasileiros e só com 11% da população imunizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coronel Elcio, eu reitero o que eu disse aqui anteriormente. V. Exa. é um oficial do Exército Brasileiro, ao qual nós temos profundo respeito, instituição fundadora da nossa nacionalidade. Reitero os respeitos a V. Sa. pelas funções, pelas honoráveis funções militares que exerce e sei que V. Sa. deve compreender, com muita convicção, que alguns dos princípios, aliás, os dois pilares da instituição militar, a hierarquia e a disciplina, que estão consagrados na Constituição do nosso País, é a estes dois pilares que devemos sempre prestar toda reverência para que eles sejam respeitados. O juramento das Forças Armadas não é a nenhum inquilino de plantão do Palácio do Planalto; é à República, à Constituição, à Pátria, às leis e ao povo brasileiro.

Então, temos consciência, diante disso, que os papéis que V. Sa. veio cumprir foram dentro, veio cumprir, foram cumprindo ordens. Temos plena consciência nesta CPI disso. E a declaração de hoje do Senhor Presidente da República, que contrasta com o vosso depoimento, para mim, deixa claro quais são, de quem é a responsabilidade do negacionismo das vacinas e de termos tantas demandas por vacinas, sobretudo em relação à Pfizer e a outros imunizantes, sem ter tido resposta.

Agradeço, desejo boa sorte a V. Sa., Coronel Elcio Franco, agradeço as contribuições nesse depoimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a reunião deliberativa que teremos amanhã, às 9h30 e, em seguida, para ouvirmos S. Exa. o Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima, que é o depoente de amanhã.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e onze minutos do dia dez de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Leila Barros e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Rose de Freitas, Zenaide Maia, Antonio Anastasia, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Acir Gurgacz. Deixa de comparecer o Senador Renan Calheiros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 570 de 2021** que: "Requer que seja convidado o Senhor FERNANDO ZASSO PIGATTO, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 590 de 2021** que: "Requerimento de Convite Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 102 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 633 de 2021** que: "Requerimento de convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 682 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 699 de 2021** que: "Convoca Wagner Rosário, Ministro da Controladoria Geral da União." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 733 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Mayra Pinheiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 734 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcos Eraldo Arnoud." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 735 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Filipe Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 736 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Ernesto Araújo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 737 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 738 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Carlos Wizard Martins." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 747 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Zoser Plata Bondin Hardman de Araújo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 748 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

telemático de Túlio Silveira." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 749 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Shirley Meschke Mendes Franklin de Oliveira." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 750 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Paolo Zanotto." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 751 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Nise Yamaguchi." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 752 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcellus Campelo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 753 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Luciano Dias Azevedo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 754 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Hélio Angotti Neto." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 755 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francisco Ferreira Filho." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 756 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francisco Emerson Maximiano." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 757 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francieli Fontana Sutile Tardetti Fantinato." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 758 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Flávio Werneck." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 759 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Emanuela Medrades." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 760 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Eliza Samartini." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 761 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Antonio Elcio Franco Filho." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 762 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de David Almeida." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 763 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Camile Giaretta Sachetti." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 764 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Arnaldo Correia de Medeiros." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 782 de 2021** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Alexandre Figueiredo Costa e Silva." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 791 de 2021** que: "Transferência de sigilo fiscal e bancário da Associação Dignidade Médica de Pernambuco." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 792 de 2021** que: "Solicita que esta CPI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da Empresa PPR – Profissionais de Publicidade Reunidos LTDA., CNPJ 05.411.322/0008-13, bem como cópia dos contratos firmados com outras pessoas físicas e jurídicas, comprovante dos serviços, notas fiscais e também detalhamento de contratos de publicidade no período de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro de 2019 até maio de 2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 793 de 2021** que: "Transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Calya/Y2 Propaganda e Marketing LTDA." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 794 de 2021** que: "Solicita que esta CPI requisite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático da Empresa ARTPLAN COMUNICAÇÃO S.A., CNPJ 33.673.286/0004-78, bem como cópia dos contratos firmados com outras pessoas físicas e jurídicas, comprovante dos serviços, notas fiscais e também detalhamento de contratos de publicidade no período de janeiro de 2019 até maio de 2021." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 824 de 2021** que: "Requer transferência de sigilo telefônico e telemático de Antonio Elcio Franco." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO Nº 688 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO Nº 689 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pela Presidência da República, em meio eletrônico, informações para subsidiar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPIPANDEMIA" **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO Nº 690 de 2021** que: "Requer que seja requisitado ao TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO o encaminhamento de cópia integral do processo sob registro "TC 035.190/220-5"." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO Nº 697 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pela Presidência da República, informações sobre a relação de Empresários participantes de reunião realizada em 14 de maio de 2020." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO Nº 707 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelos Ministérios da Saúde e Casa Civil, informações sobre as tratativas relacionadas à vacina Coronavac." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - REQUERIMENTO Nº 709 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações e documentos sobre os estudos, previsões ou projeções sobre os cenários futuros da pandemia de Covid-19 no Brasil e no mundo." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - REQUERIMENTO Nº 710 de 2021** que: "Requeri informações sobre os relatórios de inteligência, ou quaisquer outros documentos, produzidos pelos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), em especial pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), relativos ao novo Coronavírus (COVID-19)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - REQUERIMENTO Nº 722 de 2021** que: "Requer sejam solicitadas ao Ministério das Comunicações cópia de todas as campanhas publicitárias empreendidas pelo Ministério das Comunicações e pela sua antecessora, a Secretaria de Comunicação (SECOM), em função da pandemia." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - REQUERIMENTO Nº 725 de 2021** que: "Requisita os e-mails enviados por sua CEO, Sra. Marta Díez, a todos os envolvidos da empresa na negociação referente à venda de vacinas ao Governo brasileiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO Nº 742 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro-chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, informações sobre a videoconferência realizada na Casa Civil com representantes da indústria farmacêutica." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO Nº 743 de 2021** que: "Requer informações à farmacêutica Vitamedic (Grupo José Alvez)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 48 - REQUERIMENTO Nº 744 de 2021** que: "Requer informações à Sanofi-Aventis Farmacêutica." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO Nº 745 de 2021** que: "Requer informações à farmacêutica Merck." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 50 - REQUERIMENTO Nº 746 de 2021** que: "Requer informações à GERMED Farmacêutica Ltda." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 51 - REQUERIMENTO Nº 765 de 2021** que: "Requer sejam prestadas pela farmacêutica EMS informações relacionadas à comercialização de ivermectina e hidroxicloroquina." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 52 - REQUERIMENTO Nº 766 de 2021** que: "Requer informações à Cristália Farmacêutica relacionadas à comercialização de hidroxicloroquina." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 53 - REQUERIMENTO Nº 767 de 2021** que: "Requer informações à Apsen Farmacêutica relacionadas à comercialização de hidroxicloroquina." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 54 - REQUERIMENTO Nº 768 de 2021** que: "Requer sejam prestadas pela Presidência da República informações em formato eletrônico sobre as reuniões e eventos realizados no âmbito da Presidência da República com integrantes do denominado “gabinete paralelo”, grupo responsável pelo aconselhamento formal e informal do Presidente da República durante a pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 55 - REQUERIMENTO Nº 769 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações em formato eletrônico sobre as reuniões e eventos realizados no âmbito do Ministério da Saúde com integrantes do denominado “gabinete paralelo”, grupo responsável pelo aconselhamento formal e informal do Presidente da República durante a pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 56 - REQUERIMENTO Nº 770 de 2021** que: "Requer sejam prestadas informações em formato eletrônico sobre as reuniões e eventos realizados no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações com integrantes do denominado “gabinete paralelo”, grupo responsável pelo aconselhamento formal e informal do Presidente da República durante a pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - REQUERIMENTO Nº 771 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente do Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre vendas de produtos do chamado "kit-covid" nos últimos cinco anos." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 58 - REQUERIMENTO Nº 772 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Secretário Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, Romilson de Almeida Volotão, informações sobre vendas de produtos do chamado "kit-covid" nos últimos cinco anos." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 59 - REQUERIMENTO Nº 773 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, Antonio Barra Torres, informações sobre empresas autorizadas a produzir e comercializar medicamentos do "kit-covid"."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 60 - REQUERIMENTO Nº 776 de 2021** que: "Requer informações ao Ministro de Estado da Defesa, Walter Braga Netto, sobre os voos da FAB que transportaram oxigênio recentemente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 61 - REQUERIMENTO Nº 777 de 2021** que: "Requer informações ao Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, sobre termo de compromisso para atuação como colaboradora eventual da Sra. Nise Yamaguchi e outros." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 778 de 2021** que: "Requer informações ao Presidente do Conselho Federal de Farmácia - CFF, Walter da Silva Jorge João, sobre vendas de produtos do chamado "kit-covid" nos últimos cinco anos." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 780 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 783 de 2021** que: "Requer à Casa Civil informações sobre reunião realizada no dia 03/04/2020." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 786 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a atuação dos diretores Flávio Werneck Noce dos Santos e Cristina Vieira Machado Alexandre no âmbito das negociações do Consórcio COVAX FACILITY" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 787 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre o monitoramento da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) sobre os estoques de oxigênio, medicamentos e insumos, bem como sobre a taxa de ocupação de leitos, inclusive de Unidade de Terapia Intensiva, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020 e de janeiro de 2021" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 788 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a transferência de pacientes com Covid-19 e seus acompanhantes de Manaus para outros estados." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 795 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente da Germed Farmacêutica, Carlos Sanchez, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 796 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente da Galderma Brasil, Silvina Nordenstohl, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kitcovid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 797 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente do Laboratório Teuto Brasileiro S.A., Marcelo Leite Henriques, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 798 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente da Legrand Pharma Indústria Farmacêutica, Carlos Sanchez, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 799 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente da Momenta Farmacêutica, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 73 - REQUERIMENTO Nº 800 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Germed

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Farmacêutica, Carlos Sanchez, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 801 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Diretora-geral da Sanofi Medley Farmacêutica, Joana Adissi, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 802 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Momenta Farmacêutica, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 803 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Nova Química Farmacêutica, Carlos Sanchez, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 804 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor-Presidente da Prati Donaduzzi & Cia, Eder Fernando Maffissoni, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 805 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica, Marcelo Belapolsky, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kitcovid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 806 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica, Marcelo Belapolsky, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kitcovid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 807 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor Supera Farma Laboratórios, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 81 - REQUERIMENTO Nº 808 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da UCI Farma Indústria Farmacêutica Ltda., informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 82 - REQUERIMENTO Nº 809 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Vitamedic Indústria Farmacêutica, Jailton Batista, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 83 - REQUERIMENTO Nº 810 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- Anvisa, Antonio Barra Torres, informações sobre vendas de produtos do chamado "kit-covid" de 2015 a 2020." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 84 - REQUERIMENTO Nº 812 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Ems / Ems Sigma Pharma, Carlos Sanchez, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 85 - REQUERIMENTO Nº 811 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Farmoquímica S.A., informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 86 - REQUERIMENTO Nº 813 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Eurofarma Laboratórios, Maurizio Billi, informações sobre as vendas de produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 87 - REQUERIMENTO Nº 814 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Cosmed Industria de Cosmeticos e Medicamentos S.A., Breno Toledo Pires de Oliveira, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 88 - REQUERIMENTO Nº 815 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Presidente do Aché Laboratórios Farmacêuticos, Vânia Nogueira Alcantara Machado, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kitcovid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 89 - REQUERIMENTO Nº 816 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente do Abbott Laboratórios do Brasil, Juan Carlos Gaona H., informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 90 - REQUERIMENTO Nº 817 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Althaia S.A. Indústria Farmacêutica, Jairo Yamamoto, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 91 - REQUERIMENTO Nº 818 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Antibióticos do Brasil Ltda., Marco Bosoni, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 92 - REQUERIMENTO Nº 819 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Beker Produtos Fármaco Hospitalares, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kitcovid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 93 - REQUERIMENTO Nº 820 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Apsen Farmacêutica S.A., Renato Spallicci, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 94 - REQUERIMENTO Nº 821 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A., Breno Toledo Pires de Oliveira, informações sobre as vendas de produtos relacionados ao chamado "kit-covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 95 - REQUERIMENTO Nº 822 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre a Ação Estratégica para Enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) "O Brasil Conta Comigo – Profissionais da Saúde" (https://registrarh-covid19.saude.gov.br/cadastro)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 96 - REQUERIMENTO Nº 823 de 2021** que: "Requisição de estudo pela Professora da Fundação Getúlio Vargas e Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, Élida Graziane Pinto, acerca da execução orçamentária relativa à pandemia no âmbito do SUS." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 97 - REQUERIMENTO Nº 826 de 2021** que: "Requer que seja formulado e aprovado pedido oficial desta CPI para a apresentação de estudo por renomados juristas e pesquisadores de diferentes universidades brasileiras, liderados pelo Professor Salo de Carvalho, acerca da imputação penal potencialmente cabível aos responsáveis por ações e omissões no combate à pandemia." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas, em atendimento aos requerimentos 178/2021 e 667/2021. **Resultado:** Oitiva não realizada, em virtude do não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparecimento do depoente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/10

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021 – eu pediria um pouquinho de atenção; nós começamos a sessão, por favor, só um minutinho –, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e ao depoimento do Sr. Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas.

A Comissão foi notificada da decisão da Ministra Rosa Weber no Habeas Corpus nº 202.940, impetrado em favor do depoente Wilson Lima, com o seguinte dispositivo:

> Conheço parcialmente desta ação mandamental e, nessa extensão, concedo a ordem de *habeas corpus*, para (i) convolar [...] [o] comparecimento do paciente perante a CPI-Pandemia em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

> facultatividade, e (ii) assegurar ao paciente, caso decida comparecer, em sua inquirição perante a CPI-Pandemia do Senado Federal: (a) o direito ao silêncio, ou seja, o direito de não responder, querendo, a perguntas a ele direcionadas; (b) o direito à assistência por advogado durante o ato; (c) o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo; (d) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício [...]...

Constrangimento físico?

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Prossigo:

> [...] e (e) o direito de ausentar-se da sessão se conveniente ao exercício do seu direito de defesa.

Esclareço que o direito de não comparecer, exercido pelo depoente, não resultou da sua condição de Governador, que é objeto de ação de descumprimento de preceito fundamental própria, mas da sua condição de investigado.

A Comissão foi formalmente notificada do não comparecimento do Governador Wilson Lima.

Bem, primeiro, iremos recorrer dessa decisão; a Mesa, o Senado irá recorrer da decisão. Respeitamos a decisão da Ministra Rosa Weber, como temos respeitado todas as outras decisões que aqui foram impetradas contra esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas acredito que o Governador do Estado do Amazonas perde uma oportunidade ímpar de esclarecer ao Brasil, mas principalmente ao povo amazonense, o que, de fato, aconteceu no Estado do Amazonas.

O que aconteceu no Estado do Amazonas não é uma coisa rotineira – faltou oxigênio, pessoas vieram a perder a vida –, e o Governador poderia explicar isso ao povo amazonense. Ele não terá uma oportunidade, como estaria tendo hoje se estivesse aqui, de dizer ao Brasil e ao Amazonas o que realmente se passou. Não faço prejulgamento de ninguém, nunca fiz prejulgamento das pessoas, até porque não gosto de ser prejulgado. Mas, Governador Wilson Lima, V. Exa. perde uma oportunidade gigante na sua vida, não só como homem público, mas também como pessoa, para sua história, de explicar, de fato, quem são os responsáveis pelas omissões que aconteceram com o nosso povo, com o meu povo, com o povo seu, que governa esse Estado, mas principalmente com essas pessoas que perderam parentes e amigos – um negócio tão, tão triste que aconteceu na nossa cidade. E não dá, neste momento, para querer proteger alguém. Não dá.

Eu espero que o ex-Secretário Marcellus Campêlo, que estará aqui no dia 15, possa esclarecer aquilo que não está sendo esclarecido neste momento à população de Manaus e do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós iremos recorrer dessa decisão e espero que a gente possa, independentemente das decisões do Supremo Tribunal Federal... Volto a repetir, vamos respeitar, mas não vamos cercear... Aliás, não vamos cessar a nossa busca pela verdade, a verdade daqueles que foram omissos e a verdade daqueles que deixaram de salvar vidas por questões ideológicas ou questões outras que não vêm ao caso neste momento, sem prejulgar ninguém.

O Senador Eduardo Braga com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa.; quero cumprimentar o Senador Renan, nosso Relator; o nosso Vice-Presidente, Senador Randolfe; os demais Senadores e Senadoras; e o público brasileiro que nos acompanha, concordando com V. Exa. Eu acho que decisão judicial cumpre-se e, discordando dela, recorre-se. Entretanto, Sr. Presidente, eu não posso tratar com dois pesos e duas medidas. O General Pazuello obteve uma liminar do Supremo Tribunal Federal. Àquela altura, eu fui indagado sobre qual era a minha opinião, e eu dizia que quem não deve não teme – quem não deve não teme! –, portanto, que o General viesse aqui à nossa Comissão. O General Pazuello veio à nossa Comissão e, se eu não me engano, em apenas um momento, se negou a responder a uma pergunta por orientação do advogado que o acompanhava, e várias questões foram aqui esclarecidas para o povo brasileiro.

Lamentavelmente, o Governador Wilson Lima entrou com esta ação, obteve uma liminar que facultou o direito... E este que é o ponto, Senador Omar: a Ministra Rosa Weber não decidiu que ele não viesse, deu a ele o direito de decidir se vinha ou não vinha. Se ele viesse, não seria obrigado a fazer o juramento de falar a verdade e poderia ficar calado. Ora, ele decidiu não vir. Isto foi uma decisão do Governador: não vir, porque foi facultado, direito facultativo de vir à CPI. Enquanto isso, muitas respostas deixaram de ser dadas. E eu concordo: foi uma oportunidade que ele perdeu de esclarecer à opinião pública do Amazonas, de poder explicar por que ele tinha R$478 milhões depositados no fundo de saúde estadual – portanto, tinha dinheiro – e, mesmo assim, faltou oxigênio, faltou medicamento, faltou leito, tivemos várias situações, compra de ventiladores em loja de vinho... Enfim, muitas questões poderiam ser esclarecidas. Não foi, não aconteceu. Respeitamos a decisão da Ministra Rosa Weber. Vamos recorrer, de acordo com a declaração de V. Exa., e esperamos que o ex-Secretário Marcellus Campêlo possa comparecer aqui e, talvez, em nome da Secretaria de Estado de Saúde, possa prestar esclarecimentos ao povo brasileiro e ao povo do Amazonas.

Obrigado, Senador Omar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, obviamente que eu não pedirei para entrar na pauta, para incluir na pauta do dia de hoje, porque feriria o acordo que ainda ontem estabelecemos sobre a apreciação das matérias, mas quero comunicar a esta Comissão, a esta Presidência e a esta relatoria que estou protocolando e solicitando que seja colocado na pauta para apreciação na semana que vem os requerimentos de convocação dos executivos da EMS e da quebra de sigilos das empresas Apsen e EMS, em decorrência dos notórios acontecimentos, elementos e indícios que temos no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, requeiro a V. Exa. a inclusão na pauta para deliberação na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estará na pauta, com certeza. A Mesa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Só queria lamentar a não vinda do Governador Lima, de lá do Estado do Amazonas, para prestar os esclarecimentos, conforme já foi colocado aqui, sobre o recurso que ele tinha e não aplicou. Os próprios fundos municipais de saúde tinham muito dinheiro, mais de 680 milhões em 31 de dezembro.

Do Governo Federal, todos que foram convocados estão aparecendo aqui, ninguém se omite de vir aqui. Debaixo de vara ou não, Senador Girão, mas estão vindo aqui e falam as suas questões.

Então, nós só lamentamos. E que isso não se torne rotina, Senador Eduardo Braga, com os outros Governadores, com as outras pessoas. O Senador Girão tem insistido no Consórcio Nordeste. O.k., tem que vir, explique-se, não tem problema. Se eu não devo nada, não temo. Só lamentamos esse fato, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem, para reflexão da CPI, sobre as outras convocações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem mais alguma coisa pra completar, Senador Heinze? (*Pausa.*)

Nada?

Obrigado.

Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu agradeço.

Diante dessa decisão do STF – eu sei que ela não é extensiva aos demais Governadores, mas imagino que ela venha na mesma direção –, eu creio que a gente não pode interromper os trabalhos da CPI. Vou deixar um requerimento para apreciação da Mesa Diretora, se julgar oportuno e se a Comissão julgar oportuno, para transformar os requerimentos de convocação de Governadores em requerimentos de convite de todos os Governadores que foram arrolados nos requerimentos anteriores. Mas isso não precisa ser apreciado na próxima reunião. No momento oportuno, quando a direção da CPI julgar oportuno, o.k.? É o Requerimento 825, está aí sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – A minha preocupação, Presidente, embora eu esteja me antecipando um pouco aos fatos, pelo que eu tive oportunidade de ler do *habeas corpus*, esse *habeas corpus* foi concedido ao Governador Wilson Lima não pela sua condição de Governador, mas pela sua condição de investigado, de modo que ainda permanece sem definição essa questão de se a convocação de chefe de Poder pode se fazer ou não pode se fazer. Eu estou dizendo que estou antecipando porque acredito que a decisão do Supremo em relação aos demais será a mesma.

Aí qual é a questão que se coloca? Ora, a Constituição diz que nós podemos investigar aplicação de recursos públicos federais, está certo? Se nós não podemos arrolar o Governador de Estado ou o Prefeito nessa investigação, como essa investigação pode se fazer? É só pela via de papéis que nós vamos obter, de pedido de informações? Então, o Supremo ou o Congresso vai precisar resolver essa questão em algum momento, especialmente se a decisão que for dada disser que o não comparecimento dos Governadores se deve ao fato de serem Governadores. Porque senão a nossa função de fiscalizar e investigar estaria comprometida.

Então, queria só levantar essa observação para que nós pensemos como vai se dar: se não pode vir um Governador, pode vir um Secretário? Pode vir o ordenador de despesa? Quem é que vem, não é? Ou então não vem? Então é melhor a gente perder esse papel e perder essa prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso foi um requerimento feito pelo Senador Eduardo Girão; nós fizemos o requerimento – e aprovamos aqui de comum acordo, inclusive, naquela reunião que nós tivemos – de convocar os nove Governadores com que tinha acontecido uma operação da Polícia Federal. Foi esse o critério que nós utilizamos. E o critério que a Ministra Rosa Weber usa pra conceder o *habeas corpus* é que eles estão sendo investigados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ele, no caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Eles estão, né? Porque a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas veja bem: o Governador do Amazonas está sendo investigado como os outros oito Governadores que foram convocados também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Acontece que, formalmente, boa parte deles não está. Pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, então é o seguinte: então, uma pessoa fez uma operação da Polícia Federal e não tem investigação nenhuma. Lógico que tem, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É isso que eu estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas não diretamente do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou entrar nesse detalhe, porque...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Marcos Rogério pediu primeiro, Senador. Depois, V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria iniciar a minha fala lamentando a decisão da eminente Ministra do Supremo Tribunal Federal, que impede, neste momento, o depoimento do Governador do Estado do Amazonas nesta CPI. E digo impede, porque é uma decisão, no mínimo, dúbia: ele pode vir, mas, vindo, pode ir embora. Eu não quero descer aqui ao mérito da decisão liminar da Ministra Rosa Weber, por quem tenho respeito, mas o Supremo penso que vá submeter essa decisão ao Colegiado, porque nós estamos diante de duas decisões contraditórias do Supremo Tribunal Federal nesse momento. Na mesma condição, o ex-Ministro General Pazuello recorreu ao Supremo Tribunal Federal e, naquele momento, o ex-Ministro não teve assegurada a possibilidade de não vir à CPI. Não lhe dava a decisão a faculdade de não comparecer, mas somente de ficar em silêncio no caso de pergunta que entendesse pudesse incriminá-lo. Agora, dá a possibilidade ao acusado por crimes, do investigado, de não vir à CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, Sr. Presidente: nós estamos diante de uma CPI que objetiva investigar ações tanto do Governo Federal, quanto dos Estados, quanto dos Municípios. E, quando nós partimos para o campo da investigação contra a corrupção, nós temos uma decisão que nos impede de avançar nessa direção. É de se lamentar.

Pela primeira vez na história, nós temos um Governo Federal que quer a investigação. Não se opõe à investigação dos seus quadros, do que aconteceu dentro do seu Governo; quer tudo às claras. Até agora, nenhum membro do Governo Federal se negou a vir a esta CPI; todos vieram, todos compareceram, todos responderam. E, mesmo tendo direito – aqueles que recorreram ao Judiciário – de permanecer em silêncio, falaram. Falaram. Agora, um Governador que é acusado por crimes gravíssimos...

Eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, depois, se V. Exa. abrir o espaço, de repente fazer as perguntas aqui e deixar à disposição as perguntas que faríamos ao Governador.

Mas, como V. Exa. anunciou que vai recorrer da decisão no sentido de buscar do Pleno do Supremo Tribunal Federal, de repente, um enfrentamento do mérito desse *habeas corpus* – e aí por isso não estou entrando aqui no mérito da decisão da Ministra Rosa Weber –, porque ela decidiu em caráter absolutamente precário, de maneira liminar... Mas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É o que cabe fazer, né, recorrer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, é o que cabe à Mesa da CPI, é o que cabe ao Senado Federal fazer.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É, o que cabe à Mesa fazer e ao Senado. Até porque, quando foram pedidas as informações pela Ministra Rosa Weber, quem mandou as informações foram os advogados do Senado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A Advocacia-Geral. Então, nós já pedimos para a Advocacia-Geral do Senado recorrer da decisão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hoje seria uma grande oportunidade para o Governador do Amazonas responder à CPI por que comprou respirador de uma empresa que vende vinhos e não diretamente da empresa fornecedora dos respiradores, que, inclusive, participou do certame licitatório. Mas por que não? Seria uma oportunidade para esclarecer ao Brasil e à CPI por que fez essa opção, entre outros tantos temas!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sim. Por exemplo, ele podia dizer para a gente aqui qual foi o dia que ele avisou ao Pazuello que ia faltar oxigênio na cidade de Manaus. Não só isso, mas é importante isso. E eu tenho certeza de que, se o Secretário Marcellus Campêlo vier aqui, talvez ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa esclarecer, porque isso é uma coisa que a população de Manaus quer saber, é uma coisa que deixa a todos nós estarrecidos: qual foi o dia que o Governador ligou, falou? Com quem ele falou? A White Martins, qual foi o dia que comunicou, não comunicou? Eu moro lá e eu tenho dúvidas porque eu não tenho conhecimento, porque, nas histórias, Senador Marcos Rogério, que a gente escuta desde criança, desde menino, toda história tem três versões: a minha, a sua e a verdadeira. E esta CPI não está atrás da minha história nem da sua história; está atrás da verdadeira história que se passou no Brasil, em que já chegamos a 480 mil mortos. E a colaboração de todos – todos –, sejam Governadores, sejam Prefeitos, sejam secretários, sejam ministros, qualquer órgão que possa colaborar, é bom para a gente tirar isso como uma experiência que futuramente não precise se repetir no nosso País. É isso que eu acho, sabe, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem razão. Eu acho que ele perde uma oportunidade de vir a esta CPI esclarecer os fatos, as acusações gravíssimas.

Agora, apenas um exercício de futurologia. Se essa decisão da Ministra, que se atém ali aos aspectos apenas pertinentes ao *habeas corpus* – ela não adentra o mérito do impedimento ou do não impedimento... Eu entendo que não há impedimento dos Governados de vir quando há presença de recurso federal. Recurso federal atrai a competência federal para investigar, simples assim.

Agora, não vindo, confirmando-se uma decisão, e extensiva ao impedimento dos Governadores de virem aqui, sabe o que esta CPI vai fazer, Senador Marcos do Val? Nós vamos trabalhar com os temas quentes da CPI. Quais são eles? Cloroquina, carta da Pfizer, "gabinete paralelo", Copa América e passeios de moto do Presidente. Porque, se nós não pudermos investigar o que foi feito com os recursos federais, se nós não pudermos fazer a apuração a apuração da corrupção...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... os temas que sobrarão para a CPI são esses que eu acabei de pautar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem a APS/MS também, e dinheiro da APS/MS.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Apenas pra organizar, Sr. Presidente, por favor.

Sei que vai abrir tempo pra discurso, o senhor delimite o tempo, e aí as pessoas se inscrevem e fazem discurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Marcos Rogério já utilizou o tempo dele todo hoje, não falará mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Tem que apurar isso aqui, quem é o responsável.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos! Vamos apurar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos passar à votação. Vou passar à votação dos requerimentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Espere, espere aí, Presidente, o senhor me garantiu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, Senador.

Com a palavra o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Não vou usar mais do que três minutos, se o senhor permitir aqui, pra me solidarizar aos colegas que falaram antes de mim aqui. Eu quero dizer que essa decisão, na madrugada, do Supremo Tribunal Federal frustrou o povo brasileiro – o povo brasileiro que quer a verdade, toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade.

Temos que investigar, sim, o Governo Federal – faz parte do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues –, mas temos que investigar também os bilhões de reais de verbas federais enviadas a Estados e Municípios, o que faz parte do meu requerimento, Senador Renan Calheiros, que foi aprovado por 45 Senadores da República, a maioria desta Casa.

Hoje seria o dia tão esperado do primeiro depoimento, e veio essa decisão, que eu espero realmente que se reverta com esse recurso do Senado Federal.

Eu passei alguns dias trabalhando em perguntas, me sinto até desrespeitado, porque trabalhamos na equipe desde o final de semana pra fazer as perguntas, Senador Eduardo Braga, para o Governador Wilson Lima, mas ele não veio.

Eu tenho convicção, Senador Marcos do Val, de que essa decisão não vai abrir precedentes. Espero e acredito, realmente, no bom senso, porque é um desejo, um anseio legítimo do povo brasileiro saber o que aconteceu com esses bilhões de reais. Que não abra precedente pra outros Governadores, até porque o Governador Wilson Lima é o único que tem denúncia – o único que tem denúncia –, e o *habeas corpus* foi nesse contexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não vamos contaminar aqui o debate para outros Governadores que a sociedade espera que venham, assim também como Prefeitos que, dentro do critério, foram visitados também pela Polícia Federal.

Então, pra encerrar, Sr. Presidente, fica a minha solidariedade ao povo de bem, ao cidadão de bem, seja do Amazonas, principalmente, da terra do Senador e, Eduardo Braga, do Senador Omar Aziz, do Senador Plínio Valério, outro irmão, mas também ao povo brasileiro, que estava na expectativa, ainda quem assiste a esta CPI, quem ainda está acompanhando esta CPI, que está esperando ansiosamente que a gente ouça Governadores, Prefeitos, dentro desse bojo dos dois requerimentos que foram aprovados e legítimos nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Só um instante, só porque... Até em respeito aos colegas e a V. Exa., só pedir também a V. Exa. para colocar para a pauta da semana que vem a quebra dos sigilos – de todo o sigilo – da empresa Calia. Só incluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser votada hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Muito obrigado, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São as que trabalham para a Secom. E vai vir aqui o Sikêra Júnior. (*Fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Muito bem, Presidente. Muito bem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando for possível, depois de esgotar a fala sobre essa questão da decisão do Supremo, eu gostaria de ter a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está esgotado. Eu vou colocar em votação o requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É sobre a pauta, Sr. Presidente, a questão de ordem que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, na forma do disposto no art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal e com base no estabelece o art. 148, *caput*, encaminho a V. Exa. a presente questão de ordem para arguir os pedidos de transferência de sigilos pautados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal, o direito à privacidade, que garante o sigilo das informações relativas à vida de um cidadão e que é protegido pela Constituição, no seu art. 5º, inciso X, não é um direito absoluto, que deve ceder diante do interesse público, do interesse social e do interesse da Justiça. Certo é, também, que ele há de ceder na forma e com observância de procedimento estabelecido em lei e com respeito ao princípio da razoabilidade (Recurso Extraordinário 219.780).

Assim, a eventual quebra do sigilo tem que atender ao princípio da razoabilidade, uma vez que se trata de uma exceção do rompimento de um direito fundamental do cidadão.

Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, na Medida Cautelar no Mandado de Segurança 25.668, de 2005, cujo relator foi o Ministro Celso de Mello... Transcrevo aqui a decisão do Ministro e encaminho à Mesa, na sequência, para V. Exa.

Vale aqui citar o ilustre relator que, em seu voto, lembra que a quebra do sigilo não se pode converter em instrumento de devassa indiscriminada dos dados bancários, fiscais ou telefônicos – postos sob a esfera de proteção da cláusula constitucional que resguarda a intimidade, inclusive aquela de caráter financeiro, que se mostra inerente às pessoas em geral e que a quebra do sigilo inerente aos registros bancários, fiscais e telefônicos, por traduzir medida de caráter excepcional, revela-se incompatível com o ordenamento constitucional, quando fundada em deliberações emanadas de CPI cujo suporte decisório apoia-se em formulações genéricas, destituídas da necessária e específica indicação de causa provável, que se qualifica como pressuposto legitimador da ruptura, por parte do Estado, da esfera de intimidade a todos garantida pela Constituição da República.

Na mesma linha, a Corte, no Mandado de Segurança nº 23.452, entendeu nesse mesmo sentido. E aí apenas um trecho da decisão:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) – ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política – não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar.
> As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV). – As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais [...], quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal.

Ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para questão de ordem, segundo o Regimento, são cinco minutos, e V. Exa. já falou por uns dez. Então... V. Exa. pede tanto para eu cumprir o Regimento! Eu estou pedindo para V. Exa. também cumprir o Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe o tempo lá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, esse tempo já passou. Ele botou agora mais três minutos para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o relógio de V. Exa. está correndo mais rápido do que os dos demais. Dez minutos, não tem cabimento isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então o meu correu mais rápido. Está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conclua, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. quer atropelar até uma questão de ordem, Presidente, sobre uma matéria tão cara para a CPI?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não interrompa, Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está ficando... Eu fico até... Nós temos uma relação tão boa, mas V. Exa. pede... O tempo todo, fica me cobrando para cumprir o Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o senhor não estivesse me cobrando, eu não lhe cobraria. Então, como é que diz esse negócio? Cobrança mútua é possível. Então, estou lhe cobrando. Isso está errado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está errado, Sr. Presidente, o painel?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pedi para ele colocar mais três minutos para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ou seja, é possível que a CPI quebre sigilos, mas se exige para isso motivação idônea; pertinência temática da diligência de quebra de sigilo com o objetivo a ser investigado; necessidade imperiosa da medida; e que o resultado a ser apurado não pode ser possível de confirmação por nenhum outro meio ou fonte lícita de prova, como, por exemplo a contradita de depoentes. Trata-se do que decidiu o Ministro Cezar Peluso no Mandado de Segurança nº 25.812, que transcrevo também e passo na sequência a V. Exa.

Para concluir, Sr. Presidente, assim, qualquer deliberação desta CPI sobre a transferência de sigilo sem respeitar os referidos precedentes do STF é absolutamente nula, razão pela qual peço que, com exceção do Sr. Marcellus Campêlo, ex-Secretário de Saúde do Amazonas, o qual já foi, inclusive, preso, todos os demais requerimentos sejam retirados de pauta, em obediência ao devido processo legal.

Requerimentos de quebra de sigilo, Sr. Presidente, de quem não foi sequer ouvido nesta CPI, de quem nem sequer é investigado, contra quem não pesa qualquer acusação de recebimento de vantagem indevida... Não é o caso de se flexibilizar um direito constitucional sagrado a todo cidadão brasileiro.

É a questão de ordem que apresento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Contarato, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Por favor...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para contraditar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero contrapor esse argumento do nobre colega, porque o sigilo bancário não tem caráter absoluto, deixando de prevalecer, por isso mesmo, em casos excepcionais diante da exigência imposta pelo interesse público. Nós estamos aqui tratando de interesse público. Quem está dizendo isso, Sr. Presidente, é o Ministro Celso de Mello. Nós temos que lembrar que a Comissão Parlamentar de Inquérito se equivale a uma comissão judicial. Basta que o requerimento seja fundamentado, passível a quebra do sigilo. E aqui eu tomo a liberdade de só fazer uma pequena leitura:

> O sigilo bancário, o sigilo fiscal, o sigilo telefônico [...], ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade [...], não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem [apenas] demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional [...].

Para mim, não tenho dúvida de que, se o requerimento de quebra de sigilo foi feito de forma fundamentada e se a Comissão Parlamentar de Inquérito se equivale a uma comissão judicial, é passível, sim, o deferimento da quebra, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para contraditar.) – Sr. Presidente, só para finalizar a contradita à fala do nobre Senador Marcos Rogério, apesar do tempo generoso que V. Exa. concedeu ao Senador Marcos Rogério, ele não foi capaz de apontar nenhum fato concreto específico que afaste a possibilidade da quebra de sigilos.

Vou além: cada pedido está devidamente fundamentado e individualizado. Não existe nenhum pedido de quebra genérica, nada que se conecte, mesmo que remotamente, às restrições já impostas pela Suprema Corte.

É preciso também, Sr. Presidente, que a gente tenha uma compreensão... E o povo nos acompanha. Todos nós aqui temos capacidade para isso. Ou vamos usar as ferramentas para investigação para todos ou vamos ficar aqui fazendo discurso com voz empostada. Acho que não vale a pena.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, para discutir, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou responder o Senador Marcos Rogério na questão de ordem e acabar com isso.

Indefiro a sua questão de ordem. Os requerimentos estão devidamente fundamentados e o Colegiado é competente para avaliação da legalidade dos requerimentos de transferência de sigilo apresentados.

Se houver qualquer excesso, as partes interessadas têm o direito de recorrer ao Judiciário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Recorro da decisão de V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A quem? Ao Plenário? (*Pausa.*)

Então, quem aprova a minha decisão permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Solicito a votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Precisa de apoiamento. Precisa de apoiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Precisa de apoiamento, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, precisa de apoiamento.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, tudo bem! Vamos votar! Vamos votar!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é só porque S. Exa. é muito rigoroso em relação ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas tudo bem! Vamos votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só quero alertar, Sr. Presidente, para a concessão excessiva de uma atenção ao que é claramente protelatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E o pior: não estão querendo jogar luz ao princípio da publicidade. Os princípios que regem a administração pública são claros: legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, moralidade. Quem nada deve nada teme, Sr. Presidente. Vamos quebrar esse sigilo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero passar a palavra ao Senador Otto Alencar.

Senador Otto Alencar, por favor... (*Pausa.*)

Está nos ouvindo, Senador Otto? (*Pausa.*)

Senador Tasso, está nos ouvindo?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência*.) – Estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, vamos votar, então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência*.) – Eu não pedi a palavra.

Se votar é sua decisão, acato a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é só um minutinho. Vai já votar.

Senador Otto...

Então vamos votar?

Quem vota comigo, "sim"; quem vota contra mim, "não". Está bom?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu só quero fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim?

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Não", Sr. Presidente. Eu levantei essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Não está conseguindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três votos contrários; o resto todo SIM.

Está aprovado o...

O Senador Otto vota? (*Pausa.*)

Está bem.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros, para poder colocar em votação os requerimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, há requerimentos pautados, de convites, de convocações, de transferência de sigilo. Eu sugiro, para efeito de organizar um pouco a apreciação dessas matérias, que votemos os requerimentos em globo da seguinte maneira: primeiro os requerimentos de convite, depois os requerimentos de convocação e, depois, os requerimentos acordados de transferência de sigilo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria fazer apenas fazer uma ponderação, Senador Renan. É que há os requerimentos acordados, mas existem também outros requerimentos que estão postos aqui e que não fizeram parte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não. Não entrarão os requerimentos que estão na pauta; entrarão os requerimentos que foram acordados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k.! Os acordados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Requerimentos acordados com quem, Sr. Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual requerimento foi acordado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram acordados pela direção da Comissão. Pode?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, na reunião do gabinete paralelo! O.k.!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é um desrespeito, rapaz! Isso não dá para...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero lhe pedir também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Esta é uma CPI. Não é igual ao Ministério da Saúde, que tem um comando paralelo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é que V. Exas. estão falando o tempo todo de acordo, acordo. Eu não participei de acordo. E aí estão falando de reunião que aconteceu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, conduza a reunião. A provocação só atrapalha e retarda. Nós já vamos para 11h da manhã!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu só quero lembrar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu só estou questionando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todo dia é isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou perguntando porque estão falando de acordo, e não houve acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me explicar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Não, com o senhor, não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas onde houve esse acordo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Comigo também não houve acordo, não, ouviu, Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ontem foi apresentado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí só um minutinho. Não, Senador, veja bem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, Presidente, eu queria só lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre a questão de ter acordo, não existe esse negócio de acordo. A gente pauta, vota quem quiser a favor, vota quem quiser contra. Agora, houve o acordo ontem com V. Exa. para que a gente transferisse...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – De ontem para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de ontem para hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas não é desse que se está falando, não, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, é só desses mesmo.

Senador Renan, é só para lhe lembrar e lhe pedir que, depois, ao final, bote em votação os requerimentos de pedidos de informação. E nós já temos aqui o consenso de aprovar todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou colocar agora para os senhores. São vários pedidos de informação para os quais nós já temos o entendimento aqui de que, na linha da transparência e da verdade, os requerimentos de informação todos serão aprovados. Inclusive, fizemos isso com todos os requerimentos dos governistas.

Outro requerimento é um requerimento que pede a tomada do depoimento da Dra. Ludhmila Hajjar por escrito ou por qualquer forma que facilite o seu depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela está sobressaltada, com medo, ameaçada. Ela é uma testemunha muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sugeri esse encaminhamento, que quero submeter aos senhores, e peço apoio para tanto, que é uma maneira de a Comissão Parlamentar de Inquérito contar com esse depoimento, que é um depoimento de dez, quinze minutos – são dez, quinze minutos.

São esses os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas com relação aos requerimentos de convocação que não obedeceram ao critério regimental, eu manifesto minha posição contrária novamente.

Em relação ao requerimento que o Senador Renan apresenta sobre a Dra. Ludhmila, por quem tenho profundo respeito e particular apreço, pela sua trajetória, pela sua linha profissional, não me parece cabível regimentalmente e não me parece cabível do ponto de vista até da relação com os Senadores tomar um depoimento dessa natureza, unilateralmente, onde apenas um Parlamentar faz questionamentos e onde não cabe aos demais membros da CPI a oportunidade de contraditar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor vota contra. O senhor vota contra. Nós vamos submeter à votação. O senhor vota contra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só estou dizendo que isso não é legal. Eu estou dizendo que isso é ilegal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não é, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E V. Exa. está dizendo para eu simplesmente votar contra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vote contra!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, conduza a reunião, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, ele quer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu estou advertindo V. Exa., respeitosamente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Quando chegar ao ponto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas é este o momento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha só...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe esse tipo de requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço que V. Exa. não paute...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, vamos votar os requerimentos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... nem delibere.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Os requerimentos, Presidente... Itens 1, 2, 3...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimentos de informações, por favor... Cadê os requerimentos de informações?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 570.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São de convites?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Convites!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convites!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou ler os que serão apreciados em bloco: "Requer que seja convidado o Sr. Fernando [...]".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, para facilitar, como tem itens, basta dizer item tal, tal, tal, tal, e a gente acompanha por aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou lendo o número porque eu não tenho o item.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É que tem item... Item... Aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o 570 e o 590, aqueles dois.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – São o item 1 e o item 2.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o item 1 e o item 2.

O de nº 570 requer que seja convidado o Sr. Fernando Zasso Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

E o item 2 é um requerimento de convite a um representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Marcos Rogério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Convocações: Requerimentos nºs 102, 633, 682, 699. São quatro requerimentos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – São o item 3, o item 4, o item 5.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou ler os nomes.

Os de convocação de Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste, são os Requerimentos 102, 633 e 682.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para contestar, para me colocar contra.

Ontem, depois daquela discussão que nós tivemos, eu procurei me informar adequadamente sobre essa temática da compra de respiradores por parte do chamado Consórcio Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A convocação não cabe; não é nem pelas razões que eu externei ontem, mas pelo fato de que a aquisição não envolve recursos da forma que nos cabe investigar. Não são recursos federais decorrentes de transferência voluntária. Em oito Estados, os recursos são da fonte 100, portanto recursos dos próprios Estados, que não estão sob a alçada da nossa investigação; e, em um único Estado, o recurso é federal, mas decorre das próprias transferências obrigatórias do Sistema Único de Saúde. Portanto, pelo critério que nos permite fazer a investigação do que lá ocorre, não se aplica.

Segundo, é um processo que está sendo, inclusive, investigado pela polícia e pela Justiça estadual, porque é uma questão estadual. E a investigação que há, que envolve algum Tribunal Superior, é no STJ, por conta de se tratar de Governadores.

Então, eu pediria não é nem que nós não decidamos isso, é que isso que eu estou dizendo seja confirmado. Se isso que eu estou dizendo for confirmado, eu entendo que não cabe sequer a votação. Se eu estiver errado, que nós possamos aí debater o mérito da convocação ou não. É essa a demanda que eu faço a V. Exas., até porque, se nós fizermos a convocação e o que eu estiver dizendo for correto, com toda certeza, o consórcio vai recorrer ao Supremo no sentido de que isso não aconteça por conta disso que eu estou dizendo. Cabe, sim, à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia fazer investigação, fazer CPI e tal, mas, na minha opinião, pelo que eu constatei, que eu peço que seja constatado pela CPI, para não ficar aqui a minha palavra, que nós possamos, depois, discutir. Adiaríamos apenas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para defender, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pediria a retirada de pauta, na verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu não tenho absolutamente nada contra que se possam confirmar essas informações que o Senador Humberto está colocando, para que a gente deixe para a próxima semana, mas eu queria defender esse requerimento, que é um requerimento que não é apenas meu, é de outros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Por isso que está pautado, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Perfeito.

Então, as investigações estão federalizadas, sim; estão no STJ. Teve operação na Bahia gravíssima, Senador Eduardo Braga; Polícia Civil entrou; caiu o Secretário da Casa Civil por causa disso. Inclusive, eu tenho outros requerimentos para que a gente possa ouvir a empresa Hempcare, que é uma empresa que comercializa produtos à base de maconha. O mesmo estranhamento que o senhor teve com a casa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinhos que vendeu respirador lá para o Governo do Amazonas o povo nordestino tem com relação aos respiradores comprados da indústria da maconha – da droga, da maconha. O que isso tem a ver com Covid-19 e respirador eu quero descobrir aqui.

Mas o fato é que, Sr. Presidente, a própria PGE – olhe só que interessante –, a própria PGE da Bahia, Procuradoria Geral do Estado, está tentando trazer de volta esse processo que está aqui no STJ, que o MPF está junto, tentando levar a todo custo pra Bahia e não está conseguindo. Inclusive, a Desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia defende que esse processo fique aqui no STJ. Então, há realmente uma discussão forte, está federalizado, mas tudo indica que as verbas são federais.

E, como a gente não tem nada a temer – nós estamos colocando aqui que ninguém tem nada a temer –, não custa nada o diretor executivo do Consórcio Nordeste, Dr. Carlos Gabas, ex-Ministro de Estado, vir aqui, que possa vir aqui esclarecer. Assim como também, mais na frente, o Governador da Bahia, que foi o Presidente do Consórcio Nordeste, com essa compra que é considerada um calote no Nordeste, porque, Senador Renan Calheiros, esses respiradores... Foram comprados 300 respiradores, pagos quase R$50 milhões adiantado e até hoje não chegaram esses respiradores. Então, isto é algo que a gente precisa nesta CPI: se a gente quer buscar a verdade, o que custa trazer pra cá essa investigação pra que a gente possa ver? Se o Consórcio Nordeste não quiser vir, que vá ao Supremo Federal pedir pra não ser ouvido, como fez o Governador Wilson Lima e conseguiu. Então, eu acho que a gente não pode é excluir o debate – excluir o debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, eu acho que a proposta do Senador Humberto Costa é bastante coerente. Pediu para que este tema seja tratado na próxima semana, a fim de que nós possamos comprovar aquilo que diz o nosso eminente Senador Girão – que há verbas federais, que há uma conexão com recursos federais –, pra que nós possamos deliberar.

Então, eu peço a V. Exa., em apoiamento à posição de ambos, pra deixar para terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Girão também pediu pra que fosse na terça. É isso, Senador Eduardo Girão? (*Pausa.*)

Está bom.

Então, vamos retirar de pauta. A gente volta na terça-feira, o.k.?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O pedido, Presidente, é que a própria CPI possa indicar alguém que faça essa verificação, por favor, da assessoria do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É impossível a gente ter uma informação tão grande dessa até terça-feira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa boa vontade não existe em relação aos membros do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Não, não é isso. Não é não, Senador Marcos Rogério.

É impossível, hoje, quinta-feira, a gente ter acesso a toda a documentação... Os Governadores que nós requeremos mandaram uma carta aqui, que eu nem respondi, querendo explicações. Foi muito claro o nosso pedido aqui dizendo aos Governadores que encaminhassem a esta CPI os recursos relativos aos repasses feitos para a Covid. E aí eles mandaram uma carta querendo explicações maiores. Eu disse que está muito claro o que nós pedimos. Está certo? Estão claros ali os pedidos. Agora, a CPI não tem condições de sair daqui e pegar o dinheiro... Não tem como, até porque, nesse consórcio, são vários Estados, não é um Estado só. O.k.?

Então, vamos aguardar até terça-feira pra ver se gente tem as informações necessárias.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 699, convocação de Wagner Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o pedido do Senador Eduardo Girão. O senhor está votando contra ele?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente... Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se foi pautado extemporaneamente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi ele que pediu para votar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está pautado desde ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Todo dia ele fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está cobrando todo santo dia, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A regra para convocação, Sr. Presidente... Eu preciso ser coerente. Ele já estava na pauta esse requerimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estava, ontem ele pediu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele entrou na pauta quando?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu pedi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desde semana passada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está o.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, só confirmando. A verdade a gente tem que entregar – a gente tem que entregar. Eu estou insistindo nesse pedido há algum tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agora, não estava na pauta, entrou na pauta ontem à noite.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, vota na terça, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Senador Girão – só para esclarecer, Presidente –, ainda ontem, no debate que aqui travamos, V. Exa. tinha pedido para entrarem esses dois requerimentos – e nós apoiamos –, que inclusive, Sr. Presidente, eu considero muito importantes. Tem uma dúvida, além das questões que o Senador Girão levanta corretamente em relação a esse requerimento, tem uma dúvida jurídica sobre a edição da medida provisória que foi subscrita pela área jurídica do Governo sobre a aquisição de vacinas e teve depois o dispositivo excluído – acreditamos – pelo Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Sr. Controlador-Geral da União pode trazer uma contribuição muito importante à CPI. E eu quero louvar o Senador Eduardo Girão pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Marcos Rogério.

Por favor, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Quebra de... Transferência de sigilos telefônico e telemático.

Requerimento 733: Mayra Pinheiro. É o item 7, Senador Eduardo – eu agora já disponho dos itens –, Mayra Pinheiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, tem que falar no microfone.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nominal, cada um.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu preciso... Sr. Presidente, quebra de sigilo sem conhecer a fundamentação? É quebra de sigilo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A fundamentação está acostada...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, os pedidos de quebra de sigilo estão postados, apresentados há semanas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, há semanas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Até hoje, não vi a apresentação de nenhum questionamento formal de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um minutinho, Senador Alessandro.

Senador Alessandro, o que o Senador Marcos Rogério quer é tentar confundir. Essa decisão já foi tomada, ele já perdeu. Esquece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, eu não estou tentando confundir, não. Não estou tentando confundir, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esquece, esquece.

Senador Renan, com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está atropelando. O requerimento tem que ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser atropelado.

Senador Renan.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O requerimento tem que ser lido, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 735: transferência de sigilo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem está perdendo aqui é o Brasil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tem alguém que está perdendo aqui, é o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Brasil que está perdendo o quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Brasil está perdendo com esse espetáculo dantesco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Brasil está perdendo isso aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aqui quem perdeu!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatrocentas e noventa mil vidas, rapaz!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aqui quem perdeu!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatrocentas e oitenta mil vidas, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quatrocentas e oitenta mil vidas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatrocentas e oitenta mil vidas, Senador!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quatrocentas e oitenta mil vidas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatrocentas e oitenta mil vidas!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quatrocentas e oitenta mil vidas que têm a digital desse Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatrocentas e oitenta mil vidas, é isso que o Brasil perdeu.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quatrocentas e oitenta mil vidas que nós já perdemos, 17 milhões que foram contaminados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade, Presidente. É verdade, Presidente. E em razão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. fez uma questão de ordem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Olha o que o Brasil está perdendo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a sua questão de ordem já foi derrotada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Olha o que o Brasil está perdendo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... V. Exa. quer o que ainda?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas que a Comissão decline quais são os fundamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pegue a sua assessoria e veja lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está lá. Está, os requerimentos todos estão lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sabe que tem que ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, olha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. me pergunta o que o Brasil está perdendo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatrocentas e oitenta mil vidas, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade, Sr. Presidente. Todos nós lamentamos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E 17 milhões de contaminados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, lamenta?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos nós lamentamos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu lamento muito mais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso não dá o direito a V. Exa. de atropelar o Regimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor está tentando encobrir o que aconteceu e o papel desta Comissão Parlamentar de Inquérito é exatamente saber.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que o Brasil está perdendo está aqui, ó! Está aqui o que o Brasil está perdendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas. trabalham nesta Comissão como se fossem justiceiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Querendo encobrir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quatrocentas e oitenta mil famílias!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sejam investigadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Querendo encobrir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e não justiceiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quatrocentas e oitenta mil famílias órfãs!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Além da vida que nós já perdemos, a gente está perdendo tempo aqui ouvindo esse papo furado. Pelo amor de Deus.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Lamento muito que o Brasil esteja assistindo a isso, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, o Brasil, aqui ó: quatrocentos e oitenta mil famílias órfãs.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimento 735: transferência de sigilo telefônico e telemático – é o item 9 – de Filipe Martins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Contra o Senador Marcos Rogério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora vou ler os demais, Presidente.

Transferência de sigilo telefônico e telemático – item 10 – de Ernesto Araújo.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Eduardo Pazuello. Item 11.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Carlos Wizard Martins.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Zoser Plata Bondim Hardman de Araújo. Item 13.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Túlio Silveira. Item 14.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Paolo Zanotto. Item 16.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcellus Campêlo. Item 18.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Luciano Dias Azevedo. Item 19.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Hélio Angotti Neto. Item 20.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francisco Ferreira Filho. Item 21.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francisco Emerson Maximiano. Item 22.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Francieli Fontana Tardetti Fantinato. Item 23.

Transferência de sigilo telemático de Flávio Werneck. Item 24.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Antônio Elcio Franco Filho. Item 27.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Camile Giaretta Sachetti. Item 29.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Arnaldo Correia de Medeiros. Item 30.

Transferência de sigilo telefônico e telemático de Alexandre Figueiredo Costa e Silva. Item 31.

Transferência de sigilo fiscal e bancário da Associação Dignidade Médica de Pernambuco. Item 32.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem mais esse aqui, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os requerimentos que o Senador Renan acabou de ler.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Marcos Rogério.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Item 33.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Item 33: solicita que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requisite quebras de sigilos da empresa PPR

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Profissionais de Publicidade Reunidos), bem como cópia dos contratos com outras pessoas físicas e jurídicas, comprovante dos serviços, notas fiscais e também detalhamento de contratos de publicidade no período de 20 de janeiro de 2019 até maio de 2021, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Item 34.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o item 34.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o 33.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, item 33.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Item 34 é transferência de sigilo, igualmente, da empresa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério e Senador Jorginho Mello, votos contrários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da empresa Cália Propaganda e Marketing.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Calia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Calia Propaganda e Marketing/Y2. Calia/Y2.

Item 35: requerimento pede quebra de sigilos da empresa Artplan.

E 36: transferência de sigilo telefônico e telemático de Antônio Elcio Franco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já foi. Vamos votar o 34 e o 35.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os itens 34 e 35. Em votação os itens 34 e o item 35.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falta apreciar o item 7.

O item 7 é Mayra Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi votado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi votado o da Mayra. Já foi votado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O das duas advogadas da Pfizer foi retirado de pauta por uma razão: nós não temos fato ainda determinante para fazer qualquer coisa, a não ser chamá-las aqui, porque foram elas que participaram da reunião com o Fábio Wajngarten, solicitada pela Pfizer. Por isso que foi retirado. Não há um fato determinante.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu só queria fazer uma... Deixar consignado aqui: não é razoável nós estarmos quebrando o sigilo de pessoas que nem foram ouvidas na CPI. Não há nenhum tipo de suspeita; como é que nós vamos quebrar o sigilo das pessoas sem que tenham vindo aqui, deixado dúvida para esclarecimento, enfim... Isso não é razoável. Então, eu queria deixar isso consignado, Sr. Presidente, para que a gente não se arrependa depois de ter cometido injustiças aqui. A CPI tem que apurar a verdade, e não fazer injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também estou preocupado com apurar a verdade e seguir o dinheiro, conforme a orientação de todos os Senadores, e a gente não cometer injustiça. Por isso que temos retirado alguns, porque realmente eu não vejo razão ainda para fazer. Agora, em relação a essas três empresas que trabalham para a Secom, que trabalham há muitos anos ali na Secom, nós temos certeza de algumas coisas ali. Então, não dá para falar aqui, mas vamos investigar. O.k.? Sem problema nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, se não tiver, ótimo: é um atestado de boa conduta. Está certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, vamos encerrar aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só quero lembrar, Senador Renan: os pedidos de informação... (*Fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há outros que eu quero ler. (*Fora do microfone.*) Requerimentos de Informação 688, 689, 690, 697, 707, 709, 710, 722, 725, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 770, 771, 772, 773, 776, 777 e segue a numeração até 823.

Há uma praxe aqui de aprovar todos os requerimentos de informação em favor da transparência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, tem o 826 também aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O 826... Tem todos aqui: 826, 817, 818, 821, 823, 820...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os pedidos de informação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, por fim, Fernando... Por fim, o último requerimento, Presidente, que é um requerimento que convoca o depoimento da Dra. Ludhmila Hajjar por escrito, na forma da legislação, ou por vídeo ou por qualquer outra forma que possa garantir a presença importante dela e o seu testemunho nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quem é? Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Eduardo, é um requerimento de minha autoria e para o qual eu peço a sua atenção, que convoca o depoimento da Dra. Ludhmila Hajjar por escrito, na forma da legislação. Por quê? Porque ela está sendo pressionada sob todos os aspectos, ameaçada de morte, coisas que acontecem conosco todos os dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Meu querido Relator, eu poderia fazer uma ponderação para tentar fazer um equilíbrio?

Eu acho que é importante ter o depoimento, mas é preciso, Sr. Presidente, colher informações de ambas as correntes, e o Relator poder apresentar as perguntas do Relator e receber contribuições do Senador Marcos Rogério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Claro, faremos isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... do Senador Girão, do Senador Heinze, do Senador Jorginho, para que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não concordo com isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas aí é unilateral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não concordo com isso porque isso abre um precedente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque qualquer pessoa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... é por escrito, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É por escrito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí. O senhor veja bem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É um interrogatório por escrito da Comissão. Não é um interrogatório do Relator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Gostaria de fazer um encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós mandaremos as perguntas e teremos as respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, as perguntas têm que ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dizendo, Senador Eduardo Braga, e estou dizendo, Relator, que eu não concordo com isso. Não vou fazer isso. Não vou abrir precedente para ninguém. Alegaram até que as pessoas não poderiam vir aqui por causa de Covid. Não vou abrir precedente. Se a doutora...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, não haverá o depoimento, é isso que V. Exa. está dizendo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não; se ela quiser depor, que ela venha aqui. Convoquem ela. Não, não vou abrir precedente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, o senhor não vai apreciar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu aprecio o requerimento, agora, eu, pessoalmente, não concordo com isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas vai apreciar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu posso... Me permitam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aprecia, bota para votar o requerimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Por favor...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone.*) – ... uma sugestão de encaminhamento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, nós não podemos ter dois pesos e duas medidas. Eu concordo com V. Exa. Ela, convocada, tem que comparecer e prestar os esclarecimentos, doa a quem doer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A grande questão... Sr. Presidente, me permita um encaminhamento, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, permita-me uma sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – O senhor está coberto de razão. Não cabe denominar de depoimento esse tipo de documento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É lógico!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu peço que seja deferida a juntada de declaração da Dra. Ludhmila. É uma declaração pública que ela fará, e que se pede juntada dessa declaração. Isso não é depoimento; é juntada de uma declaração.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, com todo o respeito, isso vai abrir um precedente para que outras pessoas queiram prestar depoimento de forma escrita.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nesse ponto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Claro, é uma modalidade de depoimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos propor um convite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Está na nossa legislação. É uma modalidade de depoimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Um convite.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos votar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fazer um convite. Se ela quiser vir, ela vem; se ela não quiser, ela não vem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, acho a Comissão lhe dá apoio para rejeitar o requerimento do Senador Renan pelas manifestações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos votar o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Pela circunstância de ser um requerimento extrapauta, até em cumprimento ao que nós tínhamos encaminhado, eu quero sugerir ao querido Relator, Senador Renan, e à Presidência que nós deixemos para apreciar este requerimento ou a melhor forma na semana que vem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um demérito para com o Relator. O Relator apresentou o requerimento, vamos votar o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Relator estará homenageado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... pelo meu encaminhamento agora. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, o Relator precisa ser prestigiado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só tenho... Senador Fernando Bezerra... Senador Fernando Bezerra, da mesma forma que eu sei que a Dra. Ludhmila, quando veio conversar com o Presidente e não aceitou o cargo de Ministra, quando saiu daqui, foi destruída, a família destruída, prejudicou o trabalho dela – todos nós sabemos disso –, e não estava na CPI... Isso tem acontecido muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os desonestos do País estão aqui querendo investigar, os honestos estão não querendo investigar. Isto é que virou na rede social: quem é desonesto quer investigar, quer ir atrás do que aconteceu; agora, os honestos, que estão ao lado, ali apoiando as coisas, esses viraram honestos nas redes sociais. Mas tudo bem, faz parte do jogo. Quem está aqui está na chuva para se molhar.

Agora, a partir do momento em que eu permitir que alguém venha gravar vídeo, da mesma forma que abre essa exceção, depois eu não precisarei botar em votação mais para ouvir ninguém, está certo? Qualquer pessoa que achar: "Não, eu não vou. Vou gravar um vídeo e aí pode postar lá"; aí não adianta dizer: "Não, vamos votar"; não vai votar. Abriu o precedente, vai ser para todos. E eu até hoje não abri precedente.

No momento em que o Senador Renan quiser expor o vídeo da Dra. Ludhmila, que ele coloque. Agora, não eu colocando para votar aqui, senão qualquer um que seja convocado pode arguir: "Não, eu estou preocupado porque eu posso ser prejudicado".

Então, é a isso, Senador Renan, que eu estou fazendo um apelo, até porque quem não quer depor não grava vídeo; quem não quer depor não se expõe.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Mesmo porque, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a exposição será a mesma.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... existe um mecanismo: programa de proteção à testemunha e réu colaborador é uma lei federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu não sou membro desta Comissão e estou sofrendo ameaça.

Então, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... nós não podemos ter dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... se a Dra. Ludhmila não quer, porque tem medo, e o vídeo? Não vai ser exposto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, até em respeito à eminente e querida Dra. Ludhmila...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é questão de respeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... nós temos que dar por encerrada essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é questão de respeito, não é questão de respeito ou não; é questão de ter uma coerência aqui com o tratamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que a CPI acaba expondo-a, Presidente, como está fazendo aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se V. Exa. tem essa posição, está apoiado e vamos mudar a posição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que V. Exa. está correto, mas não acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque... Bom...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então se retira de pauta o requerimento; correto, Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Maioria formada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Retira. O Senador Renan pode expor o vídeo, ele é o Relator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na hora em que ele entender que pode colocar o vídeo da Dra. Ludhmila, coloca. Assim, se outro mandar, ele não vai colocar. É uma decisão do Senador Renan.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Simplesmente coloca vídeo. Você pode colocar na hora em que o senhor quiser.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Senador Omar, o senhor está 100% correto. Eu concordo com o senhor. Agora eu peço só vênia para colocar claramente para o Brasil o nível do problema com que a gente tem que lidar nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nós já temos testemunha que teve que recorrer à proteção policial. A gente não está lidando com brincadeira de internet aqui. Eu tenho 20 anos como delegado de polícia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Esse é o Brasil!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu já coloquei testemunha em programa de proteção. Eu sei o que é isso.

Então é muito fácil exigir coragem dos outros sentado numa cadeira, no ar-condicionado, tranquilo, tocando a sua vida, porque nós pedimos ao povo para estar nesta situação de exposição. Nós fomos para rua, pedimos voto para estar na situação exposta. Essas pessoas, não. Elas estavam vivendo a vida profissional delas normal. Foram chamadas por um Governo que tem problemas sérios – e nós vamos tratar mais adiante de uma questão de ordem, Sr. Presidente –, e ficam expostas porque têm conhecimento de fatos relevantes que o Brasil precisa saber, mas há de se reconhecer o risco pessoal. Hoje se acessam indiscriminadamente as fichas de dados das pessoas, o que permite que a ameaça chegue a filho, vizinho, pai, mãe. É o estado miliciano em que nós vivemos hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Milícia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, deixo isso muito claro para que se possa caminhar nesta CPI com a responsabilidade e com todo mundo entendendo o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem mesmo, Senador, o Senador Marcos Rogério me comunicava aqui que uma Deputada Federal distribuiu os celulares particulares de todos os Senadores. A troco de nada? Não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A troco de alguma coisa. Correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Isso é perfumaria diante da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem. Eu só estou dizendo que isso acontece dentro do próprio Congresso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, lamentavelmente, isso virou rotina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estão com a vida ameaçada. Uma médica dessa, com a vida ameaçada, uma das maiores profissionais do País. (*Fora do microfone.*)

As pessoas precisam entender: nós estamos investigando aqui se houve um genocídio no Brasil, se muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Então, isso está obrigando a uma reação muito grande do Governo, de setores do Governo, que nós conhecemos – todos aqui nós conhecemos. Expor a Dra. Ludhmila a isso não é algo racional, de bom senso. Entendeu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fernando, eu fico muito orgulhoso com a sua recusa ao meu requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente Omar, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente. É só para... Eu dei a informação aqui, há pouco tempo, sobre a desembargadora baiana que solicitou que a investigação continuasse aqui, a nível federal, da questão da Bahia. Então, eu quero só ratificar, confirmar o nome da Desembargadora, Dra. Inez Maria Miranda, que indeferiu o mandado de segurança impetrado, do Governo do Estado, mantendo, portanto, a investigação no STJ. Então, só para deixar claro.

Eu sei que esta Comissão faz o que ela quer. A cúpula se reúne entre si, passa por cima, atropela. O Brasil está vendo tudo isso. Temos que investigar se houve genocídio, sim, concordo plenamente, mas o genocídio pode ter sido também de Estados e Municípios – o que essa CPI precisa também ver, olhar para isso –, porque dinheiro não faltou, e escândalo sobrou.

Então, temos que buscar toda a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o senhor não tem que cobrar da Mesa e nem da Comissão a não vinda do Governador Wilson Lima. O senhor tem que ser direto com quem permitiu que ele não viesse.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fale. Aqueles que estão achando que os Governadores não virão aqui, não. Eu coloquei para votar, foi aprovado. Me pediram para antecipar a vinda do Governador Wilson Lima, eu antecipei a vinda dele. Está certo? Eu fiz tudo aquilo que manda e é possível ser feito. Agora, eu não posso chegar lá no Supremo e dar ordem para uma ministra e dizer: "Nós não queremos que a senhora decida isso". Tenho que respeitar.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião a ser realizada amanhã, às 9h, para o depoimento da Sra. Natalia Pasternak e Sr. Cláudio Maierovitch.

Declaro encerrada.

Na semana que vem, nós ouviremos os convidados do Senador Luis Carlos Heinze.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros e Humberto Costa, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Omar Aziz, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Kátia Abreu, Flávio Arns, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Depoimento de especialistas convidados a respeito de aspectos técnicos da Covid-19. **Participantes:** Natalia Pasternak, Microbiologista e Pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP); e Cláudio Maierovitch, Médico sanitarista da Fundação Oswaldo Cruz e Ex-Presidente da Anvisa. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Randolfe Rodrigues

Vice-Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se a ouvirmos Natalia Pasternak, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo; e Cláudio Maierovitch, médico sanitarista da Fundação Oswaldo Cruz e ex-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a respeito de aspectos técnicos da Covid-19.

Peço à Secretaria da Mesa conduzir os senhores convidados à mesa desta Comissão. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto, por gentileza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Não, é apenas parar registrar aqui, especialmente hoje, um dia em que nós recebemos duas pessoas de uma importância muito grande na saúde pública brasileira e, particularmente, no processo de acompanhamento e enfrentamento a essa pandemia, não é?

Quero registrar, com muita indignação, a informação dada ontem pelo Presidente da República de que havia encomendado ao Ministério da Saúde um parecer, um estudo que promovesse a liberação do uso de máscaras para pessoas que já contraíram a doença ou para aquelas que já tenham sido vacinadas, num contexto em que apenas 11% da população brasileira já foi vacinada com duas doses – não é? – das vacinas que estão sendo aplicadas aqui no Brasil, muito longe do que seria o ideal em termos de cobertura populacional com a vacina.

Isso é profundamente negativo e continua a demonstrar o desinteresse, a indiferença do Presidente da República com a sua população, e também a concepção que ele adotou, desde o início dessa pandemia, de permitir a maior transmissão possível entre as pessoas para que a pandemia se encerrasse mais rapidamente. É uma concepção, como nós já conversamos aqui, criminosa, na minha avaliação.

Mas o que eu queria registrar é que ficou muito mal pro Ministro da Saúde, não é? Ele esteve aqui, demarcou algumas diferenças com o Presidente da República, disse que não era sensor do Presidente, que as imagens falavam por si próprias – não é? –, e disse que estava sintonizado com as orientações não farmacológicas para o enfrentamento à Covid-19. E foi tratado inclusive de forma desrespeitosa: tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tal de Queiroga aí, que é Ministro da Saúde, que anda dizendo isso, aquilo e aquilo outro. Eu espero que o Sr. Queiroga tenha – não é? – a coerência de tomar atitudes conforme aquilo que ele nos falou e nos disse, e que não aceite, por parte do Presidente da República, essa tentativa de intromissão na ação do ministério para adotar uma posição profundamente equivocada. Então, eu espero que nós tenhamos do Ministro da Saúde uma posição digna no enfrentamento a mais essa tentativa de ampliar a tragédia que nós estamos vivendo no nosso País em termos sanitários.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa. Antecipo que compartilho da opinião de V. Exa. Os acontecimentos de ontem são lamentáveis e só mostram a necessidade do serviço, do trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Cada vez mais, o serviço desta Comissão Parlamentar de Inquérito é imperioso para o Brasil e para os brasileiros.

De imediato, então, passo inicialmente à Dra. Natalia Pasternak.

Nós vamos adotar a dinâmica de 15 minutos para a Dra. Natalia, em seguida para o Dr. Cláudio Maierovitch. Em seguida, passaremos ao Sr. Relator, para as indagações que achar por bem serem necessárias. Em seguida, conforme a ordem de inscrição, passaremos para as Sras. e os Srs. Senadores, tanto presencialmente quanto no sistema remoto.

Dra. Natalia, por gentileza, fique à vontade.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Sr. Presidente, eu posso ter apresentação no PowerPoint?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A Secretaria da Mesa pode disponibilizar a apresentação para a Dra. Natalia?

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Vocês vão passando para mim?

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, muito obrigada pela oportunidade de falar nesta Casa e falar principalmente sobre evidências científicas em políticas públicas, que é justamente o mote do Instituto Questão de Ciência, que eu presido.

Pode passar.

Para explicar um pouco...

Passa para mim, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para explicar um pouco sobre o meu trabalho e o que significam, então, evidências científicas em políticas públicas, eu preciso explicar um pouco para os senhores qual é o meu trabalho e de onde eu venho, não para dizer que eu sou qualquer coisa de especial, certamente eu não sou, mas porque os senhores não têm a menor obrigação de saber qual é a minha trajetória e quais as minhas qualificações.

No centro do eslaide, os senhores estão vendo o Instituto Questão de Ciência, que é a minha atividade principal. O Questão de Ciência é uma ONG e é uma organização que se dedica a promover pensamento crítico e racional e políticas públicas baseadas em evidências científicas. Para isso eu tenho, no instituto, uma equipe multidisciplinar que produz conteúdo e assessoria para a população em geral e também para Parlamentares e gestores, para garantir que tenham embasamento para formular políticas públicas e decisões do dia a dia baseados em evidência científica e não em achismo, ideologia. Para isso, eu divido o meu trabalho em dois lados, como os senhores podem ver: um lado, que é a minha atividade acadêmica, e o outro lado, que é minha atividade de produção de conteúdo de divulgação científica.

Na minha atividade acadêmica, eu sou formada em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo e eu fiz meu doutorado também na Universidade de São Paulo, no Instituto de Ciências Biomédicas, em microbiologia, onde eu também conduzi diversos trabalhos de pesquisa de pós-doutorado, que são os projetos que a gente faz depois de se doutorar.

Eu também tenho o prazer de ser a única brasileira membro do Comitê para Investigação Cética, fundado nos Estados Unidos por ninguém menos do que Carl Sagan, na década de 70. Esse comitê também tem o papel de promover pensamento crítico e racional e combater pseudociências. Eu também atuo na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, como professora visitante, dando aulas para jovens gestores, justamente sobre o uso de evidências científicas em processos decisórios na vida pública. E, recentemente, tive a grande honra de ser convidada, como professora visitante, pela Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Estarei deixando o Brasil no mês que vem, para cumprir o meu papel em Colúmbia, onde vou ficar por dois anos desenvolvendo projetos de diplomacia científica e cursos nessa área, para garantir que as evidências científicas sejam encaradas de maneira global e sincronizadas entre os países, principalmente quando tivermos outras crises sanitárias como esta.

Do outro lado, eu atuo produzindo conteúdo para grandes veículos de imprensa e trazendo a ciência para a população. Para isso, eu tenho coluna no jornal *O Globo*, no Genetic Literacy, que é um portal internacional, na revista *The Skeptic*, do Reino Unido. Eu sou também a única brasileira colunista no Medscape internacional e eu tenho dois programas de rádio na rádio CBN, onde eu tenho o prazer, então, de levar para a população conceitos sobre como a ciência funciona e como a ciência interfere no nosso dia a dia.

A comunicação da ciência, senhores, provou ser essencial durante a pandemia. Se a pandemia nos trouxe algum benefício, foi o de mostrar que a ciência precisa e pode ser levada e compreendida por toda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

a população, porque ela já está presente nas decisões que nós tomamos no dia a dia, seja como cidadãos, seja como gestores e Parlamentares.

Pode passar, por favor.

Para isso, a gente precisa entender um pouco o que, afinal, a gente quer dizer com ciência quando a gente fala de defender a ciência. A ciência, então, é vista por nós, cientistas, como um processo, um método. É um processo de investigação da realidade que pressupõe a nossa capacidade de mudar de ideia diante de novas evidências, desde que essas evidências sejam robustas, e da crítica dos nossos pares quando apontam alguma falha metodológica, algum erro no nosso trabalho. Com isso, a gente consegue produzir a melhor descrição possível da realidade em um determinado momento histórico, com as melhores ferramentas que a gente tem na mão naquele momento. O momento histórico, político, social, econômico pode mudar; as ferramentas podem mudar, elas podem ser melhoras. E, com isso, a gente pode mudar de ideia, diante de novas evidências, se essas evidências forem robustas o suficiente.

Pode passar.

O que a gente não quer dizer com ciência? Ciência não é uma verdade absoluta, um dogma; ciência não é qualquer coisa que seja publicada num artigo científico, como a gente tem visto muito durante esta pandemia: "Ah, mas saiu num *paper*". Não é porque saiu num periódico científico que automaticamente se torna ciência ou ciência de qualidade. Também não é qualquer coisa dita por um cara de jaleco que tem vírgula Ph.D. depois do nome e, definitivamente, não é qualquer coisa que seja ensinada numa universidade, porque infelizmente, nas nossas universidades, a gente também ensina bastante besteira.

Pode passar.

Portanto, a ciência não é uma questão de opinião, não é uma questão do que eu enxergo *versus* o que você enxerga, não é uma visão do mundo. Alguém desenhou um número no chão ali: ou é um seis ou é um nove. E não é como eu vejo, é o que desenharam no chão. E, pra descobrir o que desenharam no chão, a gente usa um método, esse método se chama método científico. É um processo investigativo que vai investigar pra descobrir que número, afinal, está no chão – é um seis ou é um nove. Não é uma questão de desrespeitar a opinião alheia, é questão que a ciência funciona buscando os fatos. E o fato é que ou é um seis ou é um nove, não dá pra ser os dois.

Pode passar.

Como que a gente faz, então, pra buscar os fatos – esse seis ou nove –, quando a gente está falando, por exemplo, de uma intervenção de saúde pública, do teste de um medicamento, como, por exemplo, a cloroquina? Vou usar a cloroquina como exemplo, porque, infelizmente, ela causa muita confusão no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso País até hoje. Então, vamos avaliar. Como que a gente faz o seis ou o nove da cloroquina? Como que a gente investiga se um medicamento funciona pra uma doença ou não?

A primeira coisa que a gente tem que ver é se existe plausibilidade biológica. Existe um mecanismo celular? Existe um mecanismo biológico que esse fármaco pode agir nessa doença? Ele pode impedir a entrada do vírus na célula? Ele pode impedir a replicação do vírus? O que ele pode fazer? No caso da cloroquina, infelizmente, ela nunca teve plausibilidade biológica pra funcionar. O caminho pelo qual ela bloqueia a entrada do vírus na célula só funciona *in vitro*, em tubo de ensaio, porque, nas células do trato respiratório, o caminho é outro. Então, ela já nunca poderia ter funcionado.

Aí a gente examina também a probabilidade de ela funcionar. Ela já funcionou pra outras doenças, pra outras viroses? Não, ela nunca funcionou. A cloroquina já foi testada e falhou pra várias doenças provocadas por vírus, como zika, dengue, chikungunya, o próprio Sars, aids, ebola – nunca funcionou. Então, também não tem grande probabilidade de funcionar, nunca teve.

Evidências anedóticas: "Ah, mas o meu vizinho, o meu cunhado, o meu tio tomou e se curou". Evidências anedóticas não são evidências científicas, elas não servem pra ciência, elas são apenas causos, histórias. E o plural de evidências anedóticas não é evidência científica, é só um monte de evidências anedóticas. Não interessa quantas pessoas a gente conhece que usaram cloroquina e se curaram, isso não se transforma em evidência científica, isso precisa ser investigado.

Por quê? Correlação não é a mesma coisa que causa e efeito. Correlação são coisas que acontecem ao mesmo tempo e que, de repente, até suscitam uma pergunta pra ser investigada, mas não uma resposta. Resposta a gente investiga... Pra ter uma resposta, a gente precisa saber uma relação de causa e efeito. Pra isso, a gente usa estudos randomizados, controlados, duplos-cegos e com grupo placebo, de que os senhores tanto já ouviram falar. Esse é o tipo de estudo que consegue estabelecer uma relação de causa e efeito.

Correlação a gente vê nos estudos observacionais. Estudos observacionais são aqueles que olham pra trás, eles vão observar o que já aconteceu: "Olhe, parece que tem um monte de gente que tomou cloroquina e melhorou". Isso é uma observação, isso é uma correlação. Isso dá pra gente uma pergunta – será que a cloroquina funciona pra Covid-19? –, mas não nos dá uma resposta.

Os estudos observacionais produzem perguntas. Os estudos randomizados, clínicos, duplos-cegos e com grupo placebo produzem respostas. E eles fazem uma comparação justa. Como que a gente desenha esses estudos? Os estudos randomizados olham pra frente e não pra trás, eles são prospectivos, eles vão ser desenhados exatamente pra responder àquela pergunta. E a pergunta é: será que a cloroquina funciona pra Covid-19? Esses estudos vão comparar grupos diferentes, grupos de pessoas onde uma toma cloroquina, que é o nosso exemplo, e a outra toma um placebo, uma pílula de mentira, de farinha. Esses grupos precisam ser similares em termos da sua composição – por isso, randomizados. Precisa ser duplo-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

cego, ninguém pode saber o que está acontecendo, pra gente reduzir os nossos vieses, porque nós somos humanos e nós temos vieses. Assim, a gente consegue dar uma resposta para aquela pergunta da cloroquina.

Pode passar.

Se a gente não fizer isso, senhores, a gente vai ter uma correlação parecida com essa, onde a gente vê um gráfico perfeito, plotado com dados absolutamente reais – os dados desse gráfico são reais –, e a gente vê uma correlação perfeita entre o consumo de queijo muçarela nos Estados Unidos e o número de bolsas de estudo concedidas pra Engenharia Civil. A correlação é perfeita. Se a gente for olhar a correlação da cloroquina assim, a gente pode concluir que, aqui no Brasil, o problema das bolsas de estudo de pós-graduação é muito fácil de resolver: é só as pessoas comprarem mais queijo.

Pode passar.

Ou a gente pode observar uma curva assim, uma curva epidemiológica. Isto é uma curva de doença epidemiológica, a gente vê que ela tem aí alguns picos. E, muitas vezes, esse tipo de correlação também é feito, essa correlação temporal. Aquela flechinha que os senhores estão vendo lá em cima muitas vezes é colocada como: "Olhe, eu introduzi tratamento precoce aqui, nessa cidade, Estado, País, e logo em seguida a curva caiu". Mas isso não é causa e efeito, senhores, isso é correlação. Qualquer coisa poderia estar naquela flechinha. Primeiro, eu tenho que ver se o tratamento precoce também não estava presente no resto do gráfico, onde não teve efeito nenhum. Segundo, eu tenho que ver o que mais aconteceu naquela flechinha.

Pode passar.

Será que teve uma queda da bolsa de valores nessa flechinha? E, se teve, os senhores será que me diriam que foi a queda da bolsa que provocou a queda da epidemia? Ou, então – pode passar –, teve uma seca muito grande e alguém fez uma dança da chuva. Foi a dança da chuva, então, que provocou – mais um – ou foi a cloroquina? Ou foi porque as pessoas pararam de se movimentar pela cidade, porque ficaram assustadas com o pico da doença e naturalmente se protegeram mais, andaram menos, usaram menos transporte público? Ou foi porque teve uma exaustão do número de pessoas suscetíveis, e esse é o caminho natural da curva de uma epidemia?

Como os senhores podem ver, tem vários fatores que podem influenciar a queda de uma curva, e colocar um único fator dizendo que foi ele a causa não é correto, porque é apenas uma correlação temporal.

Pode passar.

Pra saber, então, a gente precisa fazer aqueles testes clínicos. Eles começam com um teste pré-clínico, que é quando eu vou avaliar aquela plausibilidade biológica. Começa com estudos *in vitro*,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

seguidos de estudos em animais, que precisam ser roedores e não roedores. Então, geralmente, a gente usa camundongos e macacos. Daí, a gente vai – pode passar os três – àquelas três fases de teste clínico em humanos – pode ir mais um, obrigada –, que vocês já conhecem, porque todo mundo acompanhou aqui os testes clínicos de vacina. Nessas fases, a gente vai ver toxicidade, se o remédio realmente tem efeito, qual é a dose segura... E, na Fase III, a comparação justa... Estou terminando, Senador. Na Fase III, então, a gente vai ter aquela comparação justa entre os grupos.

Pode passar.

Como é que a gente fez, nesse caso, pra cloroquina? A gente não fez nessa ordem, por causa da pandemia e porque a gente teve uma pressão popular e política muito grande pra testar esse medicamento. Se tivesse feito na ordem, já teria parado ali nos pré-clínicos, porque a cloroquina não tinha plausibilidade biológica e nunca funcionou nos testes em animais, mas, como existia uma pressão popular muito grande, acabaram sendo feitos vários estudos.

O primeiro foi aquele... Opa! Volte um pouquinho, por favor. Aí!

O primeiro foi este, em março do ano passado, feito em células de rins de macaco, que são células genéricas, fáceis de trabalhar no laboratório. Esse estudo mostrou que a cloroquina conseguia bloquear a entrada do vírus nessas células genéricas, que são células onde existe um caminho biológico pra cloroquina atuar. E esse caminho não se concretiza em células do sistema respiratório. A cloroquina só funciona em tubo de ensaio, em células genéricas. Por isso é que ela nunca funcionou em modelo animal, nem em humanos.

Pode passar.

Em seguida, a gente teve aqui, no Brasil, o famoso estudo de Manaus, que foi um estudo de segurança e de definição de dose, onde eles testaram uma dose baixa e uma dose alta pra cloroquina. E o que eles perceberam? Que a dose alta era perigosa e que a dose baixa não funcionava. Só esse estudo já foi suficiente pra que vários países acendessem um alerta de: "Opa! Parece que esse negócio não funciona".

Em seguida, a gente teve um estudo muito bom, feito por um grupo alemão bastante experiente com o coronavírus, que estudou justamente as células específicas, não mais as células genéricas de macaco, mas as células do trato respiratório humano, e viu que realmente, nessas células, a cloroquina não funciona, porque a entrada do vírus que ela bloqueia não é a mesma entrada que o vírus usa nas células respiratórias humanas. O vírus, nas nossas células, usa outro caminho, um caminho para o qual a cloroquina não faz nem "cosquinha". Daí a gente vê que a cloroquina nunca poderia ter funcionado em humanos.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a gente teve um outro estudo. E eu tenho todos esses aqui, eu posso deixar depois com o Presidente. Eu tenho todos esses estudos aqui, catalogados. Esse foi um estudo muito completo, publicado também no meio do ano passado, onde foi avaliada a ação da cloroquina nas células genéricas, nas células do trato respiratório, em animais, em combinação ou não com azitromicina, de todas as maneiras que os senhores podem imaginar: foi uso profilático, foi uso profilático pós-exposição, que é o tratamento precoce – é logo que a pessoa ou o animal é exposto –, foi para casos leves, foi para casos graves... Cobriu tudo! Não funciona em células do trato respiratório, não funciona em camundongos, não funciona em macacos, e também já sabemos que não funciona em humanos.

Senhores, a cloroquina já foi testada em tudo! A gente testou em animais, a gente testou em humanos. A gente só não testou em emas, porque as emas fugiram, mas, no resto, a gente testou em tudo, e não funcionou.

Pode passar, por favor.

Não contentes com isso, mesmo com todos esses estudos em animais, que já teriam sido suficientes em qualquer outro medicamento para descartar e nem continuar com os estudos em humanos, a gente fez estudos em humanos, inclusive de tratamento precoce, que são os estudos de PEP e PrEP. PEP é a exposição profilática pós-exposição, ou seja, a pessoa foi exposta ao vírus e já começa o tratamento – não dá para ser mais precoce do que isso. Não funcionou. Aí a gente teve os de PrEP, que é profilático. Vamos dar para profissionais de saúde, porque eles são muito expostos: também não funcionou. Ou seja, a gente testou... E isso tudo é no ano passado. Tudo o que está nesse gráfico já era mais do que suficiente para enterrar a cloroquina de vez e a gente poder mover a discussão para coisas mais relevantes. Isso foi no ano passado. Nós estamos pelo menos seis meses atrasados em relação ao resto do mundo, que já descartou a cloroquina. E, aqui no Brasil, a gente continua discutindo isso.

O próximo, por favor.

Isso é negacionismo, senhores. Isso não é falta de informação. Negar a ciência e usar esse negacionismo em políticas públicas não é falta de informação, é uma mentira e, no caso triste do Brasil, é uma mentira orquestrada, orquestrada pelo Governo Federal e pelo Ministério da Saúde. E essa mentira mata, porque ela leva pessoas a comportamentos irracionais, que não são baseados em ciência. Isso não é só para a cloroquina. A cloroquina aqui é apenas um exemplo. Isso serve para o uso de máscaras, isso serve para o distanciamento social, isso serve para a compra de vacinas que não foi feita em tempo para proteger a nossa população. Esse negacionismo da ciência perpetuado pelo próprio Governo mata.

Deixo os senhores com um trecho de um texto que eu publiquei no jornal *O Globo*:

> Não se trata de ignorância inocente. É mentir em nome de uma agenda política ou ideológica. Ou de encontrar desculpas para não fazer nada. Quando Jair Bolsonaro nega a pandemia, nega a ciência, e nega o direito à vida dos brasileiros, nega consensos científicos e nega direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanos. Mente. Negacionismo é propagação intencional da mentira. E nós não devemos, nunca, permitir que negacionistas ocupem posições de poder.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Natalia Pasternak, muito obrigado.

Os quinze segundos que são anunciados é automático no nosso sistema, mas esta Presidência terá a tolerância necessária. E, assim como teve com V. Sa., terá também com o Dr. Cláudio Maierovitch para poder concluir a sua exposição.

E a senhora fique à vontade no decorrer, no curso da audiência pública de hoje.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio Maierovitch, V. Sa. tem 15 minutos, obviamente com a tolerância desta Presidência.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom dia.

Agradeço muito o convite por estar aqui. Agradeço particularmente ao Senador Humberto Costa, ao Senador Randolfe, ao Senador Renan, autores dos convites. Espero poder trazer alguma contribuição para o debate e especialmente para as discussões e para as investigações realizadas por esta Comissão.

Bom, meu nome é Cláudio, como todos sabem, trabalho aqui na Fiocruz de Brasília, minha formação original é como médico. Eu fiz o curso, residência e mestrado na Universidade de São Paulo e especialização em Administração Hospitalar em Serviço de Saúde na Fundação Getúlio Vargas, em convênio com o Hospital das Clínicas.

Desde então, sou servidor público, inicialmente servidor público do Estado de São Paulo, como médico sanitarista, servidor do Município de Santos, como médico – médico clínico, no caso –, e depois entrei para a carreira federal de especialista em política pública e gestão governamental, carreira essa em que me encontro até hoje. Ao longo dela, trabalhei na Anvisa, trabalhei no Ministério da Saúde e agora na Fundação Oswaldo Cruz, aqui de Brasília. E é sob essa ótica que eu queria olhar um pouco para a questão, sob a ótica da gestão pública, sob a ótica da política governamental – não apenas da política *sensu lato*, mas específica, pensando no planejamento envolvido em toda essa crise que a gente vive. Eventualmente, depois, a gente entra em detalhes mais específicos.

Apenas para trazer uma ilustração, no ano de 2019, houve um estudo feito pela Universidade Johns Hopkins em que o Brasil era o 22º país num índice chamado Índice Global de Segurança em Saúde, que avalia diferentes dimensões da preparação e da organização do país para responder a possíveis ameaças à saúde pública. Naquele momento, os Estados Unidos ocupavam o primeiro lugar nesse índice; e a China,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o 41º lugar, ou seja, 19 posições abaixo do Brasil. O Brasil, nesse mesmo estudo, ocupava o nono lugar no mundo, entre 195 países, no quesito resposta rápida ao alastramento de epidemias e mitigação.

Já um outro estudo realizado no ano passado – um ano depois, aproximadamente –, um estudo australiano situava o Brasil em último lugar na resposta à pandemia, 98º, para ser mais preciso, entre os países estudados; Estados Unidos, em 94º. O Brasil e os Estados Unidos, então, estavam juntos num conjunto de países com lideranças negacionistas, naquela definição que a Natalia apresentou agora, e que resistiram à imposição de medidas de contenção da epidemia, ao lado de Donald Trump, ao lado inicialmente de Boris Johnson, Alexander Lukashenko, que dizia que vodca e sauna poderiam resolver a epidemia. E, neste período, vários desses líderes foram revendo suas posições. Um exemplo mais conhecido, eu acredito, era o Primeiro-Ministro do Reino Unido, o Boris Johnson, que inicialmente falava do isolamento vertical, da necessidade de que o vírus se espalhasse, para que a população ficasse imunizada e que as pessoas mais frágeis deveriam ser isoladas.

Esses cursos, provavelmente, são familiares para muitos aqui no Brasil. No entanto, algum tempo depois, especialmente depois de ter sido afetado pela doença e ter sido, inclusive, internado pela doença, o ministro britânico resolveu escutar o conselho de cientistas do seu país – existe um conselho constituído – e passou, então, a adotar medidas rígidas, medidas importantes de *lockdown*, de limitação da circulação de pessoas e de funcionamento de diversos segmentos da economia.

Desde então, o Reino Unido atravessou períodos de alguma flexibilização e foi obrigado a voltar à estratégia de *lockdown*, na medida em que houve recrudescimento da epidemia. Diversas cidades daquele país estão a 200, 300 dias com restrições importantes à circulação de pessoas e nem por isso a economia daquele país foi à bancarrota; pelo contrário, vem sendo, atualmente, nos últimos meses, um dos grandes exemplos de enfrentamento da epidemia, com redução progressiva da incidência da doença, número de mortos e, agora, já em recuperação progressiva e controlada de atividades das pessoas e atividades da economia.

No Brasil, nós tínhamos um sistema instalado. Esse que aparece no estudo da Johns Hopkins reflete o que era a preparação do Brasil para a epidemia. E eu vou descrever sucintamente o significado disso.

Nós temos, em primeiro lugar, o Sistema Único de Saúde, um dos poucos países ou o único país com esta dimensão de mais de 100 milhões de habitantes com um sistema público dessa magnitude, de acesso universal, capilarizado, que, portanto, dá acesso a pessoas dos mais diferentes locais do país à atenção à saúde. Qual é a importância disso? Em qualquer lugar deste País que alguém apresente sintomas, esse alguém pode ser captado pelo serviço de saúde, pode ser diagnosticado, tratado e orientado e podem ser adotadas, em consequência, medidas de controle a partir daquela localidade, seja o Município, seja a vila mais remota deste País, particularmente, com a existência da estratégia de Saúde da Família, onde equipes de profissionais atuam no território, conhecem as pessoas e são conhecidas pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

pessoas, conhecem a maneira como se organizam os serviços, o comércio, o ambiente, o saneamento das suas áreas de atuação.

É um país que tem um sistema nacional de vigilância em saúde e que estabeleceu, ao longo dos anos – vou lembrar aqui uma referência – os seus planos de emergência e planos de contingência. Nós temos, desde 2014, um plano mestre para resposta em emergência de saúde pública neste País e vários planos específicos. Falo isso com certa tranquilidade, porque tive a oportunidade de estar envolvido na confecção e na coordenação do trabalho de elaboração desses planos quando estive no Ministério da Saúde naquele período. Esses planos... Qual é o sentido deles? É que justamente diversas coisas estejam pensadas previamente para quando da ocorrência de uma crise. Posso citar exemplos: no momento de crise, em que há necessidade de resposta, é preciso comprar insumos emergencialmente. É apenas um exemplo. Quando... O Senador Humberto foi Ministro, tive a honra de conviver com ele naquele momento e de integrar a equipe do ministério, e sabe do que eu estou falando aqui com muita propriedade. Quando, no momento de uma crise, se identificar: "Precisa comprar um medicamento tal", então isso passa por um período de definição de qual é o medicamento, definição técnica, especificação, elaboração de edital, passagem pelo jurídico etc. etc., até que se consiga, enfim, lançar uma compra emergencial ou uma licitação, qualquer coisa nesse sentido, para adquirir o medicamento. Quando há preparação, tudo isso deve ter sido aprontado previamente. Então, está lá pronto o edital, está lá pronta a especificação do medicamento adequado para cada uma das crises que podem surgir. Então, isso tem um significado enorme quando se trata de velocidade. E, em geral, se a gente fala de epidemia, a gente fala de velocidade, a gente fala de pressa para resolver as coisas.

Então, o Brasil tinha isto: planos de emergência, planos de contingência específicos.

O Brasil tem uma Agência Nacional de Vigilância Sanitária organizada. Isso significa a possibilidade de medidas necessárias nos pontos de entrada do País, nos pontos de circulação, medidas em relação a produtos, à organização de serviços, para verificação da garantia de segurança para os profissionais de saúde, segurança dos equipamentos como estes que a gente está utilizando, indicação de quando deve ser usado ou não deve ser usado, orientação à população quanto à sua proteção.

Temos uma rede de laboratórios de saúde pública, uma rede de laboratórios de pesquisa preparada para responder à emergência de saúde pública também. Temos laboratórios de produção de medicamentos invejáveis no mundo, laboratórios públicos de produção de medicamentos. Estamos entre os poucos países de baixa e média renda – somos de média renda nessa classificação – que têm esse tipo de estrutura.

O Programa Nacional de Imunizações, que vai completar seus 50 anos de vida, também é tido como exemplar no mundo inteiro. É um programa que oferece todas as vacinas do calendário sugerido pela Organização Mundial da Saúde de forma gratuita a toda a população, atingindo todas as faixas etárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos planos específicos, como o treinamento de epidemiologia em serviço de saúde, o EpiSUS, já completando 20 anos. Apenas mencionando a existência desse programa, nesse momento estamos aqui, na nossa organização Fiocruz, formando 800 pessoas em especialização em Epidemiologia de Campo para respostas à epidemia. Temos estruturas de formação, tanto no aparelho universitário, como nas instituições próprias de Governo. A Fiocruz, onde eu trabalho – não represento aqui institucionalmente, estou como pessoa física, mas onde eu trabalho –, me traz orgulho pelo seu desempenho nesse campo, a universidade aberta do SUS, uma estrutura de comunicação que sempre conseguiu se colocar frente às crises do campo da saúde pública.

E, no entanto, com tudo isso, o que nós vimos, desde o início da crise, foi a existência de um plano, a existência de uma coordenação nacional de resposta à pandemia. Trago isso para explorar esta contradição entre aqueles dois estudos que citei inicialmente: o do Brasil como liderança e o do Brasil em último lugar na resposta à pandemia.

Então, o que poderíamos ter tido desde o início? Em primeiro lugar, a presença do Estado, naturalmente. A presença do Estado como? A presença do Estado com um plano de contenção – era a ideia inicial, antes de a epidemia entrar no Brasil. Isso significava uma preparação não apenas para as chamadas barreiras sanitárias, de muito baixa eficácia para doenças que têm portadores assintomáticos, mas, especialmente, para detecção rápida, para testagem, para isolamento, para rastreamento de contatos. Nós tínhamos experiência para fazer isso no nosso Sistema Único de Saúde em diversas doenças. Sarampo é um dos grandes exemplos, mas temos muitas doenças de natureza semelhante, de transmissão respiratória, que conseguimos controlar na nossa história.

Esse plano deveria prever uma organização, então: de que maneira o sistema de saúde deve funcionar para responder à epidemia? Um plano, naturalmente, tem que conter um planejamento em relação a insumos. Então, aquilo a que a gente assistiu... "Olha, falta oxigênio, falta *kit* de intubação, faltam profissionais etc.!" Vai faltar tudo se não houver plano. Um plano prevê necessariamente o seu monitoramento. Nós estávamos acostumados a trabalhar com isso em diversas crises com a constituição de um Comitê de Operações de Emergência em Saúde, o Coes, acompanhando as respostas e necessidades de cada Estado e de cada Município.

Trago, para o meu orgulho, no currículo, digamos assim, a experiência – e a experiência em si não é feliz no campo da saúde pública nunca – de um resultado positivo no enfrentamento da epidemia de zika, que aconteceu há poucos anos, cinco anos atrás, em que o Brasil foi o epicentro de uma emergência em saúde pública de importância internacional. Naquele período, se constituíram os mecanismos de gestão, planejamento, comunicação e organização, que conseguiram colocar o conjunto das forças da saúde e das forças do Poder Público e, inclusive, privado – houve cooperação privada naquele momento – com objetivos comuns. Então, tínhamos o nosso Coes funcionando com um comitê executivo, digamos assim, para cuidar dos assuntos operacionais da crise. Tínhamos o GEI, que é o Grupo Executivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interministerial, que existe por força de dispositivo legal; é um dispositivo de emergência em saúde pública que reúne quase todo o conjunto dos ministérios dessa Esplanada, com as suas diferentes atribuições. Tínhamos, então, coordenação dentro da saúde, coordenação interministerial e coordenação nacional.

Naquele momento, funcionou um gabinete de crise e uma coordenação operacional, com a sala de controle nacional funcionando, com o apoio da Defesa Civil nacional, que se comunicava continuamente com todos os Estados, onde se instalaram também salas de controle estaduais e salas de controle em cada uma das capitais brasileiras, ou seja, trata-se de uma estrutura de coordenação, coisa que nós não vimos acontecer neste período, senão para caçar responsabilidade do próprio Ministério da Saúde, na medida em que se constituíram grupos fora do Ministério da Saúde para cuidar da crise.

Tampouco tivemos o planejamento da resposta social e da resposta econômica. O que significaria isso? Criar formas de permitir às pessoas que adotassem as medidas de isolamento físico, particularmente um auxílio emergencial substancial que fosse mantido. Apenas lembro que este Congresso Nacional aprovou um valor bastante superior àquele que era proposto pelo Governo inicialmente no ano passado e conseguiu mantê-lo até o final do ano passado. Entre janeiro e abril, não houve qualquer tipo de auxílio; houve, ao contrário, o estímulo pra que as pessoas trabalhassem e retomassem suas atividades normais. Em seguida, um auxílio de valor insuficiente pra manutenção das pessoas, que lhes permitisse qualquer medida de isolamento.

Tampouco tivemos algum plano na área econômica pra reorganizar o funcionamento dos diferentes segmentos à realidade da pandemia, desde a produção de insumos específicos necessários pra resposta à epidemia até a reorganização de trabalho em empresa, de forma que as pessoas fossem estimuladas a trabalhar em setores que necessitavam. Nós vimos aí muitos exemplos citados na imprensa, ao longo desse tempo, de segmentos que cresceram, cresceram de forma espontânea, sem apoio oficial, sem articulação, de forma que este crescimento significasse geração de emprego, significasse algum tipo de suporte às pessoas e distribuição de renda.

E mais especificamente, o plano de imunização que tivemos é um plano pífio, é um plano que não entra nos detalhes necessários pra um plano de imunização que deve existir no País. E, mais uma vez, assim, sinto-me à vontade, porque, no departamento que eu cuidava no Ministério da Saúde, encontrava-se a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações. Não tivemos, por exemplo, critérios homogêneos definidos para o Brasil inteiro, de forma que ficou a cargo de cada Estado e de cada Município definir seus próprios critérios. O que pode parecer democrático, um sistema descentralizado, mas, frente a uma epidemia dessa natureza e com a escassez de recursos que temos, isso deixa de ser democrático pra produzir iniquidades, na medida em que é difícil para os gestores locais ou mesmo para os estaduais gerenciar diferentes expressões e diferentes critérios pra adoção de prioridades pra vacinação. Não tivemos sequer um plano pra aquisição dos imunobiológicos. Então, assistimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

estarrecidos a um desestímulo oficial a que um grande laboratório nacional assumisse a produção de vacinas.

Certamente o cenário teria sido muito diferente se houvesse uma política oficial não apenas de busca da compra de imunizantes, mas de busca de articulações e de acordos para a produção nacional. Certamente o Instituto Butantan poderia ter agido mais rápido e com mais pujança, com uma produção mais relevante e possivelmente até mesmo acelerando os seus estudos.

Assistimos, esses dias, aos debates sobre o que aconteceu em relação à vacina da Pfizer. Pouca coisa foi mencionada em relação à vacina da Janssen, uma vacina importante, empresa esta que realizou estudos clínicos no Brasil; sem que, no entanto, houvesse qualquer negociação, de que houvesse uma contrapartida desses estudos na forma de priorização do fornecimento de vacinas para o Brasil.

Não assistimos, então, a nada que se parecesse com uma negociação. Não vimos a atuação da diplomacia, ao contrário, parece que, pelas informações que são divulgadas, a diplomacia funcionou no sentido inverso, pelo menos no caso das vacinas de países que eram extremamente próximos do Brasil, como os Brics, particularmente a relação com a China.

Não tivemos a implantação de um sistema de informação específico em tempo hábil e isso seria fundamental para organizar a imunização, especialmente com a quantidade de variedades de vacinas diferentes, com tempos diferentes, eventualmente com indicações ligeiramente diferentes.

Não tivemos treinamento – isso é uma coisa inédita praticamente no Brasil –, implantação de uma vacina nova sem o treinamento específico para que isso acontecesse.

Não tivemos investimento na atenção básica, que é o ponto do sistema de saúde mais fundamental para resposta a maior parte das epidemias. Nós temos perdido gente na atenção básica, perdido agentes comunitários de saúde, perdido médicos, apenas... Nem precisamos lembrar disso, do fim do Programa Mais Médicos, perdido enfermeiros, perdido outros profissionais; então, os profissionais que já estavam sobrecarregados antes desta crise foram insuficientes para qualquer tipo de resposta excepcional.

Não tivemos comunicação. Não me lembro, talvez alguém se lembre, posso citar como exemplo, algum tipo de campanha nacional, seja para orientação quanto a conduta das pessoas para se proteger, fosse especialmente para dizer o que é a vacina. Por que duas doses? Quem deve tomar? Qual é a ordem? Então, com isso, tivemos um sistema desorganizado que respondeu apenas pelo acúmulo anterior que ele tinha, sem protocolos operacionais, sem formação das pessoas para evitar perdas de vacinas, sem anotação adequada, sem que os profissionais estivessem preparados para orientar as pessoas.

Acho que vários aqui receberam a vacina, eu até perguntaria: Quantos, quando receberam a vacina, forem orientados adequadamente para a data do retorno e para a importância deste retorno para receber a segunda dose?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tampouco para que se evitassem erros. Tivemos certamente perda de vacina, podemos ter tido troca de vacinas, assistimos a notícias variadas quanto a vacinas administradas de maneira equivocada, então, tudo isso poderia ter sido evitado, poderíamos estar num outro patamar.

Alguns estudiosos, aqui eu vou citar o pneumologista Pedro Hallal, chegaram a estimar o número de mortes que poderiam ter sido evitadas caso algumas dessas coisas, não precisariam nem ter sido todas, algumas dessas coisas tivessem sido realizadas, e são dezenas de milhares de mortes, e, digo mais, em estimativas conservadoras. Por quê? Os cálculos que ele fez foram baseados em médias populacionais. No entanto, nós sabemos que a vacinação obedece a um calendário com prioridades. Então, se esses cálculos tivessem sido feitos com um desenho que olhasse para os grupos etários mais elevados e para as pessoas de risco, certamente o impacto seria ainda maior, porque são justamente aqueles grupos que tendem a ter uma letalidade maior quando afetados pela doença.

E, por fim, quero dizer aqui que fico muito impressionado e acompanho a impressão traduzida por um estudo da Faculdade de Saúde Pública que foi reeditado recentemente – sei que foi entregue aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo –, em que esta aparência de inexistência do plano talvez revele muito mais: revele a existência de um plano, de um plano que parou em março de 2020 quando alguns, felizmente poucos, líderes internacionais acreditaram que o melhor caminho para vencer a crise era que a doença se espalhasse rapidamente, e quem tivesse que morrer, morreria, e quem sobrevivesse continuaria tocando a economia, como se diz. Morreriam provavelmente os mais frágeis, desonerando a previdência, desonerando serviços de saúde, ou seja, do ponto de vista econométrico, poderia ter-se até um acontecimento positivo. Então, aquilo que foi chamado de produção de imunidade de rebanho, termo que eu assinalo de que não gosto... Nós não somos rebanho, e não existe nenhum coletivo da palavra "pessoa" ou "gente" que seja traduzido como rebanho. Nós temos diversos: temos multidão, povo, temos muitos coletivos nos nossos dicionários, e rebanho não é um deles. Rebanho se aplica a animais, e fomos tratados dessa forma. Acredito que a população brasileira tem sido tratada dessa forma ao se tentar produzir imunidade de rebanho às custas de vidas humanas.

Infelizmente o Governo brasileiro se manteve na posição de produzir imunidade de rebanho – com essa conotação toda – para a nossa população, ao invés de adotar as medidas reconhecidas pela ciência para enfrentar esta crise.

Bom, eu encerro por aqui. Fico à disposição.

Agradeço muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Dr. Cláudio.

Sr. Relator, V. Exa. fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, eu quero dizer da satisfação de recebermos hoje, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, as honrosas presenças da Dra. Natalia Pasternak e do Dr. Cláudio Maierovitch, que são referências da sociedade brasileira e muito contribuirão para que nós possamos aprofundar, do ponto de vista desta Comissão Parlamentar de Inquérito, as apurações, objetivando dar o que pretendemos: as respostas que a sociedade nos cobra.

Eu queria lembrar tristemente que hoje faz 30 dias que nós colocamos esta placa aqui com o número de mortes no Brasil em função da Covid. Nós a colocamos no dia 12 de maio. Naquele dia, 425.711 pessoas haviam perdido suas vidas. Hoje, a placa registra 482.135 vidas que se foram. Nesses 30 dias, perdemos 56.424 vidas. Foram 1.880 mortos por dia e 79 por hora.

Por que colocamos essa placa aqui? Nós colocamos essa placa aqui para que não percamos de vista a necessidade de chegarmos a um resultado para essa tragédia. Nós precisamos saber o que é que aconteceu que poderia ter sido feito diferentemente para diminuir o número de vidas perdidas, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem feito a sua parte, cumprido o seu papel, mas, do ponto de vista do que é também sua obrigação, dissuadir, inibir os fatos, ela não tem conseguido atingir o seu objetivo.

Nós temos um Jim Jones na Presidência da República. A diferença para o americano é que o americano induziu ao suicídio e o que está na Presidência da República do Brasil induz à continuidade dessa tragédia e desse morticínio. Isso não pode continuar a acontecer. Anteontem ele novamente desdenhou da eficácia da vacina, perguntou, em Anápolis: "Tudo bem que a cloroquina não tem eficácia, mas a vacina tem eficácia?", a induzir tudo que havia feito até então, fazer novamente. Ontem ele, depois de ser pego no flagrante fazendo *lobby* para empresa privada pela cloroquina, ele ataca máscara, como a querer mudar de assunto!

A Senadora Simone Tebet, durante a semana, Senador Humberto, nos proporcionou um grande momento, porque ela fez uma pesquisa exaustiva, são muitas as informações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e constatou que, de todas as iniciativas legislativas de Parlamentares e até do Poder Executivo mesmo, todas que tratavam de máscaras foram vetadas pelo Governo. Isso por si só não significa muito, é um contexto de um processo legislativo, mas isso se somando às provas que já se tem significa que, a cada dia, em função dessas coisas, aumenta o clamor e o desespero da sociedade.

Eu queria aproveitar também a oportunidade para comunicar que nós estamos ultimando estudos para evoluirmos de fase na investigação. A partir de agora, nós vamos, com relação a algumas pessoas que por aqui já passaram, tirá-las da condição de testemunha e colocá-las definitivamente na condição de investigados, para, com isso, demonstrar a fase seguinte do aprofundamento da nossa investigação.

Mais uma vez, eu quero agradecer as presenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer algumas perguntas que considero importantes, porque algumas que tinha planejado, de uma forma ou de outra, a senhora e o Cláudio já as responderam.

Qual o modo mais eficaz de combater uma doença viral?

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senador, com vacinas. Doenças virais são tradicionalmente, historicamente combatidas com vacinas. Remédios antivirais são difíceis de obter; não são fáceis como antibióticos, para infecções bacterianas, que a gente tem uma gama enorme para escolher. Antivirais são difíceis de obter, justamente porque o vírus é um parasita intracelular; ele se aproveita do nosso mecanismo celular para se reproduzir. Então, a gente tem alguns antivirais muito específicos no mercado. Geralmente eles servem para uma doença. Então, temos um antiviral que só serve para gripe, para influenza; temos um antiviral que só serve para herpes; temos o coquetel HIV, que foi um grande avanço. Mas, em geral, doenças causadas por vírus não têm remédio. Ninguém aqui nunca tomou remédio para sarampo, para dengue, para febre amarela, para catapora. Se alguém pegar essas doenças, não tem remédio. Vai ser mandado para casa para fazer repouso e com um remédio analgésico ou antitérmico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para nenhuma doença causada por vírus?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Sim, para essas doenças que eu falei. Para gripe tem remédio, para herpes tem remédio, para a aids tem remédio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito, perfeito.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Mas também, Senador, são remédios que ajudam. O Tamiflu, para a gripe, por exemplo, para influenza, não é um remédio que cura; é um remédio que ajuda.

Antivirais são difíceis de obter. Ficaria a dica, inclusive, de investimento em ciência para a obtenção de antivirais genéricos. Como seria bom se a gente tivesse antivirais do mesmo jeito que a gente em antibióticos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a diferença? Porque algumas são tratadas com medicamentos e outras não? Só para que a gente se esclareça um pouco sobre determinados aspectos.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Alguns medicamentos deram certo para inibir alguns mecanismos celulares e inibir replicação do vírus na célula, inibir alguma proteína que o vírus precisa, mas são muito pontuais, são difíceis de obter. E por isso a gente tem tão poucos. Agora, como a gente historicamente controlou doenças virais? Com vacina. Aí a gente teve muito sucesso. A gente tem vacina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para um monte de doenças causada por vírus. A gente tem vacina para sarampo, para rubéola, para caxumba, para febre amarela... Varíola foi a única doença erradicada até hoje causada por vírus.

Aproveitando o gancho do meu colega, o Cláudio, a gente nunca erradicou ou controlou uma doença no mundo com imunidade de rebanho; a gente controlou com vacinas. A gente teve a varíola durante milhares de anos na humanidade. Sumiu? Não! Não sumiu. Só sumiu com o processo de vacinação organizado pela Organização Mundial da Saúde, que durou dez anos. E daí a gente conseguiu erradicar a única doença viral até hoje. A gente conseguiu controlar muito bem a pólio, que também não tem remédio, tem vacina. E a gente conseguiu controlar com vacina, mas ainda não conseguimos erradicar. E o motivo pelo qual a gente não conseguiu ainda erradicar a pólio é justamente a atuação de alguns grupos contrários, por diversos motivos, mas que acabam prejudicando a adesão à campanha de vacinação, principalmente em alguns países específicos.

Mas tradicionalmente, Senador, doenças virais se controlam com vacinas. Vale a pena investir no desenvolvimento de remédios? Claro que vale, mas é um desenvolvimento de longo prazo que requer investimento em ciência e um investimento contínuo. É um investimento que não pode ser feito em soluços: tem uma crise, põe dinheiro para a ciência; acabou a crise, tira o dinheiro. Não. Ciência precisa de investimento constante para treinar pessoas para dar continuidade nos projetos de pesquisa. E, se a gente não tiver esse investimento, Senador, na próxima pandemia nós estaremos tão vulneráveis como estamos nesta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente Randolfe, por favor...

Eu gostaria de dizer o seguinte, exatamente sobre isso: eu vou fazer a pergunta para os dois, e fiquem inteiramente à vontade se um quiser responder, se quiser complementar a resposta do outro ou se deseja também responder. Nós estamos aqui com o tempo todo disponível para ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio, quer completar?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Muito brevemente, porque acho que a Natalia já respondeu de forma muito completa.

Mas, olhando para os medicamentos antivirais, nós não temos nenhum medicamento antiviral que funciona que tenha sido encontrado por acaso. Todos eles foram feitos a partir de estudos muito cuidadosos, estudos dos detalhes moleculares, microbiológicos, que permitem conhecer o mecanismo de replicação de cada vírus, como ele se relaciona com as células humanas, pra então desenhar – isso é uma engenharia – moléculas capazes de intervir em cada um daqueles processos e, muitas vezes, com respostas parciais. Então, nós não temos, no nosso arsenal de medicamentos contra vírus, nenhum que tenha sido encontrado por acaso, que já servia pra outra coisa e foi reaproveitado pra combater vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre a administração de hidroxicloroquina e de outros medicamentos, geralmente inseridos nesse chamado tratamento precoce – ivermectina, zinco, Annita, etc. –, para o manejo da Covid-19, questionamos: algum desses medicamentos pode prevenir infecção pelo SARS-CoV-2?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Não, Senador.

Esses medicamentos não servem pra Covid-19, de acordo com a evidência científica acumulada até agora. Como coloquei na minha apresentação, é claro que a ciência está sempre pronta pra mudar de ideia diante de novas evidências, mas as novas evidências precisam ser robustas; não é qualquer trabalho que foi publicado em qualquer revista. São evidências robustas avaliadas pela comunidade científica. Se essas evidências aparecerem, a comunidade científica muda de ideia. Mas o que temos de evidências acumuladas até agora e acumuladas de uma forma que, realmente, é robusta ou suficiente, é forte o suficiente pra nos dizer que esses medicamentos não são indicados pra Covid-19. E como o Cláudio muito bem pontuou, não é tradicional que a gente tenha redirecionamento de fármacos pra doenças virais, porque é, realmente, muito difícil obter antivirais que funcionem bem.

Então, não é nenhuma surpresa que esses medicamentos não funcionem. Teria que ser pesquisado? Há controvérsias na ciência do quanto que valia a pena o investimento em reposicionamento de fármacos, mas, numa emergência sanitária, as pessoas buscam soluções em qualquer lugar. Então, de qualquer maneira, foram pesquisados, e a evidência que nós temos é que esses medicamentos não servem pra Covid-19. Eles não reduzem carga viral, eles não reduzem inflamação, eles não reduzem tempo de hospitalização, eles não aumentam sobrevida. Infelizmente, nós não temos medicamentos específicos, como não temos pra tantas outras doenças causadas por vírus. Não é surpresa que a gente não tenha remédio pra Covid-19; surpresa, Senador, é que a gente ainda não tenha vacinas no Brasil em quantidade suficiente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem toda a razão.

Dr. Cláudio, quer complementar?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Sim.

Eu vou deixar aqui à disposição dos Srs. Senadores um texto curto, feito por um colega nosso, consultor da Fiocruz, que é consultor da OMS, ficou cinco anos em Genebra, trabalhando com vacinas, trabalhou no Ministério da Saúde, na Anvisa, sobre reaproveitamento de fármacos. Nós temos, na verdade, uma lista grande de fármacos, vários deles em fase experimental, muitos já descartados.

A maior parte dos fármacos em que se tentou o reposicionamento... O que é o reposicionamento? É aproveitar um medicamento que já existe no mercado e que, portanto, já tem o seu perfil de segurança,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

que já se sabe que tipo de eventos negativos ele pode causar, se pode ser usado em pessoas, já tem esse perfil conhecido, mas não tem o perfil de eficácia – quer dizer, se ele vai funcionar pra uma nova indicação ou não – conhecido. Por isso, o estudo deles é mais curto. Se o medicamento já é usado em seres humanos, é mais fácil testá-lo pra uma nova indicação do que um medicamento que nunca foi usado em seres humanos, que sequer passou por testes em cultura celular ou em animais ainda. Então, existe uma lista longa. Alguns têm se mostrado até promissores. Aqueles nomes complicados, o remdesivir, o casirivimabe, o imdevimabe, entre outros, que são medicamentos que começam a ser produzidos, ainda mostrando, infelizmente, uma eficácia muito abaixo do desejável. Não são a resposta que a gente precisa pra essa epidemia, mas pode ser que que surja alguma coisa. Então, vou deixar isso aqui à disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – E eu queria lembrar apenas um exemplo que nós vivemos no Brasil há poucos anos, que foi o da fosfoetanolamina – acho que muitos aqui devem se lembrar –, que traz uma memória triste pra nós, inclusive, porque foi crescendo um clamor difuso na sociedade, nesta fase que a gente vive de grande circulação de informação, de *fake news,* inclusive, pelas redes sociais, e acabou sendo aprovado um projeto de lei de autoria do então Deputado Jair Bolsonaro, propondo a obrigação do Governo em fornecer a fosfoetanolamina pra câncer, que não era sequer um medicamento. Era uma substância produzida num laboratório da Universidade de São Paulo em São Carlos, que não tinha sido produzida originalmente com a finalidade de ser medicamento e que depois se provou realmente não ser um medicamento. E esta lei foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal, porque achou que não cabia uma lei para a incorporação de um medicamento específico, muito menos quando não houvesse comprovação científica da sua utilidade.

Por que eu trago esse exemplo? Porque, no decorrer dessa falta de planejamento, dessa falta de coordenação e organização, não houve institucionalidade nas decisões baseadas em ciência. Não se trata... Eu acho, assim, extremamente importante esse esforço do Senado, desta Comissão, de entender pormenores científicos. Agora, em tese, isso não devia acontecer. Em tese, nós devíamos ter um lugar na institucionalidade brasileira que debatesse os aspectos científicos pra embasar políticas – e aqui sim, cabe discutir as políticas. Então, eu entendo, na medida em que isso não foi feito, que cabe investigar por que não foi feito e até entrar em detalhes científicos do que devia ter sido feito ou não. Mas é mais uma lacuna enorme esta ausência de institucionalidade.

É difícil identificar, hoje, quem, no Governo, por exemplo, faz análise epidemiológica pra orientar as medidas de contenção, de prevenção ou pra mudar o rumo em relação à epidemia. Mesmo tendo trabalhado no Ministério da Saúde por muitos anos, eu tenho dificuldade pra identificar ali: "Bom, mas quem que está fazendo a análise, quais são as análises detalhadas que têm sido feitas pra reorientar a política?". Não sei.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (*Fora do microfone.*) – Por favor, só para dar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – ... um complemento, Senador, já que o Cláudio trouxe a história da fosfoetanolamina – muito bem lembrado, Cláudio –, e lembrar que a fosfoetanolamina gerou um clamor popular tão grande, que acabou custando aos cofres públicos do Estado de São Paulo R$10 milhões para que ela fosse, então, testada devidamente, em testes clínicos controlados, como os que expliquei aqui, porque ela nunca tinha, até então, sido testada.

Então, isso movimenta, Senador, dinheiro público, e nós, parece que não aprendemos a lição, porque estamos repetindo a história, anos depois, com esses medicamentos que não têm comprovação científica. Estamos gastando dinheiro público promovendo esses medicamentos e enviando esses medicamentos para os Municípios, sem que haja comprovação de sua eficácia. Ou melhor: já foi comprovado que eles não funcionam e não têm direcionamento para essa doença. Então, é um grande desperdício também dos recursos públicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só dizer que, se, por acaso, nós perguntarmos sobre alguma questão que, de uma forma ou de outra, ou parcialmente já fora respondida, para que nós tenhamos a ratificação e a ênfase necessária para o aprofundamento dos nossos trabalhos.

Eu queria voltar com relação aos pacientes em estado grave, hospitalizados. Há evidência de efeito benéfico desses remédios no tratamento?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Também não. Eu não mostrei, na apresentação inicial, justamente porque os defensores da cloroquina, principalmente aqui, no Brasil, e do tratamento precoce em geral, frisam muito isso, que o tratamento precisa ser precoce, ou seja, o tratamento usando esses medicamentos como antivirais, pra bloquear a ação do vírus, e não pensando no paciente hospitalizado, que já está com processo inflamatório – que, como não sou médica, o Cláudio pode explicar muito melhor do que eu –, mas justamente os trabalhos que foram feitos, randomizados, multicêntricos, os trabalhos internacionais, o Solidarity, o Recovery, o Discovery foram trabalhos internacionais, feitos em vários países, mostraram que a hidroxicloroquina e a cloroquina também não funcionam para pacientes hospitalizados.

Como geralmente, aqui, no Brasil, a discussão está muito centralizada no tratamento precoce, o argumento é sempre que "ah, mas esses estudos não valem, porque eles foram feitos em pacientes hospitalizados, e nós estamos falando de pacientes ambulatoriais, no início dos sintomas". Por isso que eu trouxe, na apresentação, os estudos de PEP e PrEP, que são a profilaxia pós-exposição, assim que a pessoa é exposta à doença, e o PrEP, que é a profilaxia antes da exposição, usada de maneira preventiva. E esses estudos também deixam bem claro que, pra esses pacientes, também não funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, infelizmente, não funciona, nem no dito tratamento precoce, nem pra pacientes hospitalizados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

E, desculpe a pergunta: e em pacientes com sintomas moderados? Há alguma pesquisa, alguma evidência que...

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Posso?

Em primeiro lugar, reforço sobre isso. Vamos situar um pouco como que se dá o tratamento dos pacientes hospitalizados, em primeiro lugar, o que se faz com paciente grave. Isso acontece com várias doenças.

Quando não há um tratamento específico, adotam-se as chamadas medidas de suporte. O que é uma medida de suporte? Significa um monitoramento de quais são as condições clínicas daquela pessoa que exigem algum tipo de intervenção. Por exemplo, a oxigenação está ruim; então, há que se introduzir oxigênio. Caso persista insuficiente, eventualmente tem que usar uma forma de ventilação, como a gente chama, uma respiração com ajuda mecânica, por máscara ou mesmo por um tubo que entra pela traqueia, levando ar diretamente aos pulmões, levando oxigênio, em muitos casos oxigênio puro, diretamente aos pulmões.

Ah, a pressão baixou muito. Existem medicamentos para fazer subir a pressão.

O coração está com um ritmo diferente. Também há medicamentos para isso.

Isso tudo são chamadas medidas de suporte.

Em algumas doenças e no caso de epidemias, começa-se a observar a repetição de problemas que exigem suportes específicos. Então, por exemplo, um quadro inflamatório exige um suporte específico, que é o uso do medicamento corticoide, que não se dirige especificamente ao vírus SARS-CoV-2, mas a uma reação inflamatória que acontece em várias doenças. Então, existem alguns medicamentos utilizados nessas condições, pouquíssimos até, que estão começando a ser utilizados – por exemplo, baricitinibe e tocilizumabe – como medidas para interromper o progresso do processo inflamatório, e medicamentos anticoagulantes para impedir que haja a obstrução, especialmente dos pequenos vasos, consequente a esse processo inflamatório, mas nada que seja capaz de agir diretamente para a eliminação do vírus ou para impedir que o vírus se instale no organismo em qualquer fase da doença.

Então, em cada fase, existem medidas gerais, mas, infelizmente, são muito poucas as opções específicas – somente alguns medicamentos experimentais ou recentemente considerados experimentais, que já estão em uso emergencial, mas que têm, infelizmente, uma eficácia baixa. E nenhum desses medicamentos... Esse conjunto não inclui cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina ou nitazoxanida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, nós podemos concluir que a administração da hidroxicloroquina é inútil para o paciente também no início dos sintomas?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Em qualquer momento da progressão da doença, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em qualquer momento.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Inclusive o senhor perguntou de pacientes moderados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi. Eu perguntei sobre moderados, graves, hospitalizados e, agora, no início dos sintomas, para que nós tenhamos respostas exatamente pontuais a respeito dessas possibilidades.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Tem um estudo feito por um grupo espanhol, que eu também tenho aqui na minha lista – depois deixo à disposição dos senhores –, que testou em pacientes moderados, e também não funciona.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O que pode ser observado e merece ser destacado em relação às pesquisas que frequentemente são apontadas como embasamento científico para o uso de medicamentos incluídos no chamado tratamento precoce?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, infelizmente, o *kit* Covid, que inclui uma série de medicamentos que infelizmente estão sendo distribuídos para a população como tratamento precoce... Eles não têm nenhuma base científica que apoie o seu uso. E bem pelo contrário. Quando nós falamos de reposicionamento de fármacos – e o Cláudio explicou aqui –, olhando cada medicamento isoladamente, a gente sabe que são medicamentos que já foram testados em humanos e têm a sua segurança testada em humanos. Então, hidroxicloroquina é um medicamento muito comum para malária e muito bom para malária, usado também para algumas doenças autoimunes, mas nunca foi testado em conjunto com outros medicamentos, como a azitromicina, como a ivermectina, a nitazoxanida e outros componentes que aparecem e somem desse *kit* Covid. Nesse *kit* Covid, tem uma série de medicamentos que nunca foram testados em conjunto, com interação medicamentosa.

E, no caso da hidroxicloroquina, ela sozinha tem um teste de segurança, mas ela junto com a azitromicina já não tem, sendo que são dois medicamentos que podem ter como efeito colateral um aumento de complicações cardíacas. Todo paciente que se trata para uma doença autoimune, por exemplo, tem acompanhamento médico, porque é um remédio que pode ter efeitos colaterais – não estamos dizendo que vai ter, pode ter. É por isso que vem escrito em bula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esses medicamentos em conjunto nunca foram testados. Eles podem ter, em conjunto, interações medicamentosas que podem ser nocivas para os rins, para o fígado e podem, então, levar pessoas para a fila do transplante, como tem acontecido, infelizmente, com usuários desse *kit* Covid. Então, são remédios que nunca foram estudados em conjunto e estão sendo oferecidos para a população.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Se me permite um adendo também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Tirei a máscara, porque ia beber a água, mas... Apesar de ter sido vacinado, continuarei usando máscara e espero que essa seja a atitude dos vacinados e dos que tiveram a doença também.

Um dos medicamentos que têm sido...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor me permite, Dr. Cláudio, já que o senhor começou falando disso?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A propósito disso, e contrastando, inclusive, com a declaração de ontem do Senhor Presidente da República, qual efeito que uma declaração como essa do Chefe de Estado, de Governo, da Nação tem para a sociedade e qual a necessidade que se tem de mesmo os vacinados e quem já foi infectado continuarem usando máscaras? Já que V. Exa. tocou nisso, e como é um tema do momento, e pela audiência desta Comissão, eu acho importante um esclarecimento tanto do senhor quanto da Dra. Natalia.

Desculpe-me, Sr. Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu queria... O senhor me permitir agregar uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – É porque eu já recebi hoje alguns WhatsApps e tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente falou em um estudo que seria encomendado ao Ministério da Saúde, e tem gente já achando que a lei mudou. Não! A lei que nós aprovamos aqui continua valendo: a obrigatoriedade do uso de máscaras em todas aquelas situações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Humberto, bem lembrado. Peço, se o Relator nos permitir, um comentário de V. Exa. em relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Obrigado.

Gostaria, apenas complementando o raciocínio anterior... Um dos medicamentos que tem sido frequentemente incluído no chamado *kit* Covid é um antibiótico, um antimicrobiano chamado azitromicina. Isso, além do precedente, é em si um problema enorme para a saúde pública, porque um desafio colocado já há tempos, mas particularmente no século XXI, é a resistência de bactérias a antimicrobianos. Na medida em que esses antimicrobianos são distribuídos na forma de *kits*, saquinhos contendo medicamentos, nós teremos cada vez menos opções para tratar infecções bacterianas importantes. A azitromicina tem um lugar específico pra utilização na terapêutica médica, pra combate a infecções bacterianas, um antibiótico, inclusive, de uso fácil e prático, porque pode ser dado em dose única diária, e vem sendo queimado, na forma como a gente fala, por um uso irresponsável pra uma indicação que não lhe cabe.

Entrando na questão das máscaras em si, o que nós sabemos – a verdade é que nós não sabemos muito, nós ainda não sabemos muita coisa, mas o que nós sabemos até agora – é que, mesmo pessoas que tiveram infecção e mesmo pessoas vacinadas, podem voltar a ter infecção, podem voltar a ficar doentes.

Em geral, os estudos feitos com vacinas verificaram a possibilidade de um novo adoecimento. Nós ainda temos muito pouca informação sobre a possibilidade de uma nova infecção sem sintomas. Provavelmente, essa possibilidade é maior – certamente é maior – do que a de que uma pessoa fique doente novamente.

E sabemos que não existe uma vacina com eficácia de 100%. As eficácias têm sido observadas crescentes quando comparadas com uma gravidade maior da doença, ou seja, as vacinas parecem mais eficazes para evitar morte, para evitar a doença grave do que para evitar os quadros mais leves e provavelmente também quando se fala de evitar infecções sem sintomas.

Então, enquanto nós não tivermos uma quantidade enorme, uma proporção muito grande da população já vacinada, nós temos que continuar com todos esses cuidados, temos que continuar usando as máscaras quando as pessoas estiverem próximas ou estiverem em lugares fechados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – A recomendação do uso de máscaras é essencial enquanto a gente continua observando um número de casos e de óbitos diários que é preocupante. É essa a curva que nós temos que olhar. A gente só vai poder deixar de usar as medidas preventivas – as máscaras, o distanciamento físico e social – quando uma grande porção da população estiver vacinada e quando a curva nos disser que isso é seguro. Nós não temos que olhar nem o percentual de vacinados, nós temos que olhar o efeito dessa vacinação na sociedade. Então, são os números da Covid que vão nos dizer qual é o momento em que a gente pode começar a relaxar as medidas preventivas.

E, complementando o Cláudio, nenhuma vacina é 100%. A eficácia dessas vacinas vai variar de acordo com a taxa de transmissão comunitária também. Eu costumo dar o exemplo sempre do jogo de futebol e do goleiro. Como é que a gente sabe que um goleiro é um bom goleiro? A gente olha o histórico dele, que é a eficácia do goleiro, a frequência com que ele pega a bola. Se ele tem um bom histórico – uma boa eficácia nos testes clínicos –, ele é um bom goleiro, mas isso não quer dizer que ele é infalível, não quer dizer que ele é invicto, não quer dizer que ele nunca vai tomar gol. E, se a gente olha para um único jogo em que ele tomou um frango, fala: "Ih, esse cara tomou frango, ele é uma porcaria". Não, ele não é uma porcaria, ele é um bom goleiro, ele só não é infalível. E, se ele tem uma defesa do time que é uma droga, que não serve para nada, que não usa máscara, que não faz distanciamento social, que não respeita as medidas preventivas, vai ter tanta bola vindo para o gol, vai ter tanto vírus circulando que a probabilidade de ele errar é muito maior. Então, uma boa vacina é como um bom goleiro: ela pode ser muito boa, mas ela não é infalível. E, se tiver muita bola para o gol, muito vírus circulando, a probabilidade de ela falhar é maior. Então, a gente precisa reforçar a defesa do time. A gente precisa ter o bom goleiro, que é uma boa vacina, mas também precisamos ter uma boa defesa do time.

Tudo isso em conjunto vai nos levar a um momento, no futuro, em que a curva da doença vai decair e vai permitir, então, que a gente relaxe as medidas de quarentena.

Esse momento, Senador, ainda não chegou. E, quando você tem o Chefe da Nação fingindo que esse momento chegou, isso confunde a população. Nós não precisamos de uma população confusa; nós precisamos de uma população esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O problema é que, no Brasil, a gente tem um jogador que insiste em fazer gol contra.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pesquisa conduzida em Manaus liderada pelo Dr. Marcus Lacerda sobre o uso da hidroxicloroquina no tratamento hospitalar da Covid-19 ficou, como todos sabem, estigmatizada por desinformações disseminadas sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua própria condução. Sobre isso eu queria perguntar: quais são os resultados mais importantes dessa pesquisa?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – A pesquisa conduzida pelo Professor Marcus Lacerda foi uma pesquisa de excelência, tanto que foi premiada pela revista internacional onde foi publicada, o *Jama*, que é uma das revistas médicas mais prestigiosas do mundo, como um dos melhores trabalhos publicados em 2020. Então, é uma pesquisa extremamente bem conduzida e que foi um estudo de segurança de dose. Foi um estudo de Fase II, um estudo que testou duas doses diferentes pra pacientes hospitalizados e concluiu que a dose alta era perigosa, não deveria ser usada, e que a dose baixa não alterava a carga viral, não trazia nenhum benefício pra aqueles pacientes.

Criou-se uma controvérsia, porque pacientes morreram no correr do experimento, mas esses pacientes morreram de Covid; eles não morreram por causa do teste clínico. Eram pacientes graves, hospitalizados e que infelizmente morreram de Covid.

O teste clínico do Professor Marcus teve todo acompanhamento e aprovação do Comitê de Ética. E, quando eles perceberam que havia qualquer risco para os pacientes com dose alta, esses pacientes foram removidos do grupo.

Então, foi um experimento extremamente ético, extremamente bem conduzido e que trouxe, talvez, a primeira resposta internacional para aquela pergunta: "Será que a cloroquina funciona pra Covid-19?". Esse estudo mostrou, de uma maneira muito clara, que não funciona pra reduzir carga viral, como era a proposta daquele estudo francês de Marselha – que foi um estudo muito criticado pela comunidade científica, porque é carregado de falhas metodológicas e até suspeita de fraude –, e respondeu a pergunta também de que uma dose mais alta não seria segura. Então, não era questão de aumentar a dose.

Imagine, Senador, se o Professor Marcus Lacerda não tivesse feito esse estudo e se começassem a dizer, então, que não estava funcionando porque a dose era muito baixa e "vamos aumentar a dose" e distribuíssem uma dose que, então, não tinha sido testada pra população! O Professor Marcus Lacerda foi quem mostrou que aumentar a dose não era seguro e que a dose baixa não servia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta, Doutora. Então, nesse caso concreto, nesse ensaio clínico, a dosagem usada foi excessiva?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Não foi excessiva. Foi uma dosagem que já tinha sido documentada em outros estudos, que já tinha sido usada em outros estudos e, por isso, foi escolhida – ela não foi escolhida aleatoriamente. Ela foi escolhida exatamente porque ela já existia e já tinha sido usada em outros testes clínicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sas. tiveram conhecimento da pesquisa também conduzida em Manaus sobre o uso da substância proxalutamida no tratamento da Covid-19?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Vou comentar brevemente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Proxalutamida.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Isso, isso. Tive conhecimento superficial, porque isso circulou pelas redes sociais, acredito, há uns dois meses, com alguns vídeos muito bombásticos, digamos assim, de que um pesquisador brasileiro... Inclusive, ele falava em nome de uma empresa, produtora do medicamento, que tinha encontrado um novo medicamento.

Não vou dizer que fosse alguma coisa desprovida de um sentido original. Qual era o pressuposto? Bom, tem se observado que a doença grave e a morte são mais frequentes em homens do que em mulheres. Então, por que isso acontece? Isso ainda não é bem conhecido. A ciência não sabe por que acontece. Então, eles partiram de uma hipótese de que um medicamento capaz de alterar a ação hormonal dos hormônios androgênicos, hormônios masculinos, que é um medicamento utilizado no tratamento, por exemplo, de câncer de próstata, poderia, ao inibir esses hormônios, trazer os homens para uma condição de segurança semelhante à das mulheres. E desenharam estudos nesse sentido. O único estudo que eu vi era um estudo que tinha muitos problemas metodológicos, e não era possível dali, pelo menos, extrair conclusões.

Então, acredito que seja um tema para ser mais bem estudado. Talvez a Natalia conheça em mais profundidade, conheça outros estudos com esse medicamento. Mas, daquele estudo que foi apresentado, não era possível extrair conclusões que dessem base para a indicação desse medicamento, portanto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não há nenhum resultado a partir dos estudos, não é?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – A forma como foi conduzida o estudo não permitia uma boa comparação entre o grupo que usou e o grupo que não usou, se de fato aquilo que estava sendo considerado comparável entre um grupo e outro era real, ou seja, esses grupos eram semelhantes, e, então, havia problemas no que a gente chama de desenho do estudo.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – E houve também um problema justamente na certificação do Comitê de Ética, Senador. Parece que o grupo que conduziu o estudo não obteve a permissão do Comitê de Ética para realizar o estudo, o que é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como estão as pesquisas relativas à utilização de anticorpos monoclonais em estágios iniciais da infecção pelo novo coronavírus?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – A gente tem vários anticorpos monoclonais que já estão aprovados, que já estão no mercado, e eles funcionam, mas eles também são medicamentos que ajudam, não são medicamentos que curam. Então, a gente tem já alguns aprovados de várias empresas – acho que o Cláudio também deve conhecer, talvez melhor do que eu, porque eu não trato pacientes, não sou médica –, mas eles não são também remédios milagrosos, eles não vão curar as pessoas milagrosamente de Covid. Eles vão conseguir ajudar, porque eles vão fazer o papel de um anticorpo natural, mas eles são muito específicos. Eles são desenhados justamente para impedir que o vírus entre na célula.

O que acontece muitas vezes com esses anticorpos monoclonais é que eles acabam sendo muito suscetíveis às variantes do vírus, porque, como eles são únicos, eles são clones... Quando a gente fabrica anticorpos, a gente fabrica um monte de anticorpos diferentes. Um anticorpo monoclonal, não; ele é um remédio. E ele é, como o nome diz, um clone. Então, ele é um tipo de anticorpo que foi isolado e que está sendo usado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já há indicação para a sua utilização?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Tem a indicação, mas eles são remédios caros e que, geralmente, requerem hospitalização. Não é uma pílula, não é uma coisa que você pode tomar em casa.

Eu não sei – e aí vou perguntar para o Cláudio – como está sendo a utilização de anticorpos monoclonais aqui no Brasil, principalmente pelo SUS.

Eu não sei como é que está a questão da importação e do uso desses medicamentos no SUS, Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Do que eu li, existem dois medicamentos aprovados no Brasil para este uso. Um é o chamado – os nomes são difíceis, não é? – Regn-Cov2, que é composto por dois tipos de anticorpo monoclonal, o casirivimabe e o imdevimabe. O segundo é uma composição... Ele nem tem um nome próprio, é uma composição de banlanivimabe e etesevimabe. Todos esses "mabes", em geral, designam anticorpos monoclonais porque vêm da sigla em inglês mAb, que é *Monoclonal Antibody*. Então, em geral, quando a gente vê um medicamento com esse nome horroroso terminado em "mabe", designa o anticorpo monoclonal. Então, esses estão aprovados, em fase inicial de uso; que eu saiba, não existe uso disseminado. Talvez... Eu não sei de nenhum serviço que esteja utilizando assim, pelo menos de que eu tenha tido a informação, porque, além de caros... Há uma estimativa aí entre R$16 mil, R$17 mil por um tratamento de poucos dias... Claro, se pensassem que é um tratamento que faz diferença, esta não seria a grande questão. Mas ainda não há uma conclusão firme de que esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

medicamentos contribuam para diminuir mortalidade ou diminuir sequelas, diminuir as consequências da doença.

Em geral, o que tem que ser observado na maior parte desses estudos com esses medicamentos novos são indicadores, como redução do tempo de internação – do tempo médio de internação, na verdade. Mas é uma questão ainda, na minha opinião, aberta para ciência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, há outras terapias promissoras para tratamento em função de pesquisas?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Existem...

Só concluindo o medicamento dos anticorpos monoclonais, alguns pesquisadores dos Estados Unidos, inclusive, no ano passado, mencionavam, quando ainda não tínhamos vacina, que talvez os anticorpos monoclonais fossem a ponte, pudessem representar a ponte entre um momento em que não havia nada e o momento da vacinação. Aparentemente, as vacinas foram mais rápidas do que a necessidade, do que a ponte que se apontava, que havia esperança. Então, hoje vale muito mais a pena olhar para as vacinas, ver de que forma vacinar em ampla escala, do que pensar no desenvolvimento de medicamentos que são difíceis. Como disse a Natalia, são medicamentos que tentam substituir anticorpos naturais, mas muito específicos, às vezes, contra uma proteína, contra uma região específica do vírus.

Além desses medicamentos dirigidos, então, a auxiliar a defesa contra o vírus, os anticorpos, existem essas outras categorias, muitas vezes medicamentos usados para câncer, medicamentos usados em doenças reumatológicas também, que tentam cuidar não de enfrentar o vírus, mas de diminuir a resposta excessiva do organismo ao vírus, coisa que é feita tradicionalmente com corticoides. Então, existem medicamentos inibidores de fatores endógenos, fatores do próprio organismo, que provocam reações exacerbadas; e eles estão em estudo também. Alguns, como eu citei aqui, já têm sido utilizados em fase inicial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta: quais são as condutas reconhecidamente efetivas – só para ratificação – para o controle da pandemia da Covid-19, desde a prevenção do contágio até o manejo dos pacientes, ou seja, nas diversas fases da doença?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Eu vou deixar o manejo dos pacientes para o médico e vou falar da questão epidemiológica.

Hoje, com o acúmulo de evidências, que se deve justamente ao avanço da ciência durante a pandemia, nós sabemos que as melhores medidas preventivas são aquelas que impedem o contágio de pessoa para pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No começo da pandemia, ainda se teve muita especulação sobre a transmissão via superfície, via contágio das mãos, que ainda é importante, a gente deve manter a higiene das mãos, porque, claro, a gente encosta numa superfície onde outra pessoa encostou e depois a gente leva a mão ao rosto, aos olhos, ao nariz, então, a gente pode se contaminar assim.

Mas, o que se percebeu é que é realmente uma doença de contágio respiratório que passa de pessoa para pessoa pelo contato próximo. Então, as medidas preventivas que realmente funcionam são aquelas que impedem esse contato. Então, são: o uso de máscaras para que a gente não fique emitindo partículas virais em cima do outro, nem recebendo dele; a distância entre pessoas: permitir que nós estejamos muito próximos um do outro e que a gente possa, então, ao falar, emitir essas partículas virais e contaminar o outro; o isolamento social: então, quanto menos gente circulando na comunidade, menos gente circulando numa cidade, melhora a prevenção, porque vai evitar justamente o contato entre pessoas; evitar aglomerações de pessoas, porque, se o vírus passa de pessoa para pessoa, a gente não pode juntar todo mundo em um lugar fechado, fazer festa, fazer balada; o transporte público é um grande desafio, principalmente no Brasil, porque o transporte público acaba aglomerando pessoas de forma inevitável, então, fica um desafio muito grande para o Brasil para aquelas pessoas que precisam sair para trabalhar, que não podem se dar ao luxo de ficar em casa e que é a realidade de grande parte da população brasileira. Então, são essas pessoas que a gente precisa proteger com um maior cuidado. E esse cuidado, é o quê? É tentando garantir que elas tenham condições de ficar em casa, se possível, ou que elas tenham melhores condições de se proteger ao sair para trabalhar, como, por exemplo, distribuição de máscaras, como essas que estamos usando, máscaras PFF2, para quem usa o transporte público.

Ontem, por exemplo, vim para cá de São Paulo e fiquei escandalizada porque o avião em que eu vim estava lotado, abarrotado de gente. É um contrassenso! Todo aquele cuidado no aeroporto, pedindo para que a gente mantenha a distância uns dos outros – o que estava muito correto – nas filas, para depois enfiar todo mundo junto num avião, sentadinho um do lado do outro, sem dar uma poltrona vazia, pelo menos, entre uma pessoa e outra. Não adianta ter filtro hepa no avião, filtro de ar, se as pessoas estão coladas umas nas outras e nem todas as pessoas estavam usando as máscaras apropriadas. Essas máscaras custam R$3. As companhias aéreas podiam muito bem distribuir máscaras PFF2 no embarque para que todo mundo, pelo menos, tivesse as máscaras apropriadas para usar dentro de um transporte coletivo e deveria, obviamente, ser proibido transportar, fazer o transporte de passageiros num avião lotado.

Então, tudo isso mostra que, até hoje, a gente ainda não conseguiu implementar no Brasil, de uma forma eficiente, as medidas preventivas, levando em conta este racional que é evitar o contato próximo entre pessoas e usar máscaras, máscaras profissionais, máscaras que realmente protejam quando esse contato é inevitável.

Então, essas são as medidas que a ciência diz hoje, Senador, que são as melhores. E, quando a gente está em uma situação de calamidade, *lockdown* é uma medida importante. É óbvio que ela é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

medida drástica, mas situações drásticas vão requerer medidas drásticas. E esse *lockdown* nunca foi feito no Brasil, a não ser de forma muito isolada. E essa forma isolada... Por exemplo, uma cidade como Araraquara: uma cidade pequena fazer um *lockdown* é ótimo – e nos deu até uma boa prova de conceito –, mas não é tão eficaz como se tivesse uma região inteira coordenada fazendo esse *lockdown* em conjunto. Isto é o que o Cláudio falou na abertura dele: a falta de diretrizes coordenadas pelo Ministério da Saúde, pelo Governo Federal, que acabou deixando Estados e Municípios à própria sorte, para que cada um combata a pandemia do seu jeitinho, sem terem diretrizes claras coordenadas, com uma coordenação nacional.

A parte médica, eu vou deixar para o Cláudio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Vou me permitir explorar um pouquinho também esta parte, porque eu acho que é uma coisa que merece olhar com cuidado.

Nós precisamos de *lockdown,* nós precisamos de confinamento. Temos experiência mundial suficiente para saber da eficácia dessa medida. Temos exemplo perto, de Portugal, um país tão familiar para nós. Portugal foi um dos países que teve a melhor experiência na chamada primeira onda, e lá eles tiveram realmente alguma coisa que se possa chamar de onda – alguma coisa que sobe e depois desce bastante. Aqui nós não tivemos: a gente tem subida e subida e subida. Então, eles tiveram um sucesso importante entre os países europeus; depois relaxaram, no final do ano passado principalmente, e tiveram novamente uma subida grande: adotaram um novo *lockdown*, e funcionou de novo. A Alemanha tem uma experiência muito semelhante. Em vários países, Inglaterra, é possível observar o que acontece com o número diário de casos antes de um *lockdown,* durante, depois de *lockdown* e com o relaxamento de medidas.

Então, não há mais dúvida quanto à efetividade desse tipo de medida, e não há dúvida alguma de que aquele país que vem ostentando, com tanta frequência, o maior número diário de mortes – maior número diário de mortes! – do mundo, essa medida está indicada por um período mínimo, mínimo, mínimo de duas semanas – idealmente um pouco mais –, que certamente faria a curva mergulhar.

Parece simples, parece até um contrassenso dizer: "Não, mas nós estamos com o maior número de óbitos por dia, e a curva vai mergulhar". Sim, porque, se as pessoas... Se deixar de haver uma transmissão intensa num período de duas semanas, isso cumpre um ciclo da doença, ou seja, as pessoas ficam transmissoras por até duas semanas e, se durante duas semanas, elas ficarem em casa e não transmitirem, esse ciclo se encerra à medida que houver um alcance razoável desse tipo de confinamento.

Havia uma discussão, uma polêmica grande no início da pandemia em que se falava que não havia transmissão pelo ar. A transmissão pelo ar parece uma coisa um pouco estranha: "Não, mas é o ar que está transmitido? Como é isso?". Eu falava: "Não, tem transmissão por gotículas, por partículas, mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

pelo ar". Com o tempo, nós fomos aprendendo que a transmissão pelo aerossol é praticamente a mesma coisa que transmissão pelo ar.

São partículas tão leves, tão pequenas, que se disseminam no ar. Se houver uma pessoa aqui sem máscara com vírus, provavelmente boa parte desta sala terá vírus. É dessa forma que se transmite. Então, não é possível a gente fazer coisas mais ou menos, coisas pela metade, ser transigente com essa possibilidade de transmissão. Essa questão da qualidade da máscara é uma coisa importante para lugares fechados, principalmente, mesmo para meios de transporte fechados, porque existe, sim, transmissão pelo ar.

Entrando no cuidado com as pessoas, cuidado com os pacientes, o que é possível. Em primeiro lugar ter um sistema de saúde receptivo para as pessoas, em que elas confiem e tenham acesso; que nesse sistema de saúde seja possível detectar tanto aqueles que têm sintomas iniciais como aqueles que tiveram contato com aqueles que têm sintomas iniciais. Qual a importância disso? Isso vai mudar a vida desta pessoa? Provavelmente não, mas vai mudar a vida da população, porque estes serão orientados em detalhe quanto à forma de fazer isolamento, de fazer a prevenção, para que não transmitam para outras pessoas. Se esta pessoa... Bom, a pessoa que está nesse momento tem muito pouco a se beneficiar de um cuidado médico específico, não há medicamento indicado, não há nenhum tipo de tratamento que possa lhe dizer que a doença vai ser melhor ou pior. Ele vai ter que cuidar da febre, cuidar das dores e, principalmente, cuidar para que não transmita para outras pessoas. Eu estou repetindo isso porque essa é a dimensão mais importante neste momento. Aí, supondo que a pessoa tem um quadro um pouco mais grave, um pouco mais forte, com febre mais alta, mais dores no corpo, mais cansaço, eventualmente um início de falta de ar, essa pessoa passa a ter que ser monitorada mais de perto, não porque há um medicamento que se possa lhe dar nesse momento, mas porque, se ela começar a ter falta de oxigênio no seu sangue, ela vai precisar de uma assistência com oxigênio e vai precisar ser avaliada continuamente.

Então, essa proximidade do serviço de saúde é muito importante por duas razões: primeiro, para adotar as medidas que possam conter a transmissão na comunidade; e, segundo, para detectar em tempo hábil a necessidade de algum recurso de suporte adicional. E aí eu friso: não é um recurso de tratamento que vá enfrentar o vírus; é um recurso de suporte para que a pessoa tenha melhores condições de evoluir bem no percorrer da sua doença, da sua infecção. E daí para frente vem o tratamento dos casos mais graves em si, que, da mesma forma, envolve medidas de suporte e medidas que foram observadas. Eu mencionei aqui alguns tratamentos, a partir da observação de muitos casos, que entram nos protocolos hospitalares, como o uso de corticoides e o uso de anticoagulantes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só voltando ao tema anterior, Dra. Natalia, V. Sa. fez exposição aqui sobre a hidroxicloroquina. Poderia só detalhar para a gente por que ela pode ter uma eventual eficácia no tratamento *in vitro* e não tem no paciente, não tem quando é aplicada na pessoa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Claro, Senador. O que ocorre é que, quando você testa a cloroquina ou a hidroxicloroquina em células genéricas, células de rins de macaco *in vitro,* ela funciona para impedir a entrada do vírus na célula. Por quê? Porque, nessas células de rins de macaco, a entrada do vírus na célula se dá por uma via que a gente chama de endossômica; ele vai entrar por um endossomo, que é uma partícula que se forma e que permite que o vírus entre. A cloroquina consegue inibir essa entrada, porque ela altera o PH dessa via endossômica e acaba fazendo uma disrupção nessa via. Então, o vírus fica sem caminho para entrar na célula. Mas isso acontece nessas células de rins de macaco. Quando você pega o macaco inteiro, Senador, já não funciona. Por quê? Porque a entrada patogênica no macaco e em nós, humanos, é pelas vias respiratórias. Então, o vírus vai infectar as nossas células respiratórias. E as células do trato respiratório têm uma outra via de entrada para o vírus, que não é a via de endossomo; é uma via que a gente chama de via de transmembrana, é uma fusão de membrana auxiliada por uma serinoprotease que tem nessas células respiratórias, que é o trabalho daquele grupo alemão liderado pelo Stefan Pöhlmann e pelo Christian Drosten.

O Christian Drosten, inclusive, é quem aconselha diretamente a Angela Merkel na Alemanha. Ele é um virologista que trabalha justamente com o coronavírus, e foi o grupo dele que explorou essa entrada do vírus nas células do trato respiratório. E eles mostraram *in vitro*, nas células respiratórias, que já não tem inibição da entrada do vírus, porque nas células respiratórias o vírus usa outro caminho que não é o caminho que ele usa naquelas células genéricas que a gente trabalha em laboratório porque são células fáceis de trabalhar.

Então, elas são sempre o primeiro passo mesmo para testar um medicamento, mas não quer dizer que qualquer coisa que a gente testa *in vitro* vai se confirmar, depois, em animais e em humanos. Na verdade, a maior parte dos medicamentos que está em teste vai morrendo ali, nessas etapas. Muitas vezes funciona *in vitro*, mas não funciona em células específicas. Você já para a pesquisa ali, você nem vai adiante. Ou funciona, mas não funciona em animais; funciona em roedores, em camundongos, mas não funciona em macacos. Então, cada uma dessas etapas geralmente serve justamente para você parar com uma pesquisa que não é promissora. Se a cloroquina tivesse sido pesquisada fora do ambiente de emergência, ela teria sido barrada ali no começo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As vacinas contra Covid-19 aprovadas pelas autoridades sanitárias têm demonstrado eficácia contra as novas vertentes, notadamente a delta, que surgiu na Índia?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Elas têm mostrado eficácia contra as primeiras variantes que surgiram, inclusive a variante que circula aqui no Brasil, mas, em relação à nova variante delta, elas ainda estão sendo testadas. É uma variante nova.

Os testes de eficácia de vacina podem ser de dois tipos: um indireto, que é feito em laboratório, mas é um teste limitado. Por que o que você faz? Você pega o soro de pessoas que foram vacinadas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

aquela sua vacina de interesse, que você quer ver se funcional, e você isola os anticorpos que foram produzidos, então, por aquela vacina. A vacina estimula a produção de anticorpos. Grande parte desses anticorpos são neutralizantes, então, são aqueles anticorpos que conseguem bloquear a entrada do vírus na célula e esses anticorpos neutralizantes podem ser testados contra as variantes, pra ver se eles retêm a capacidade de neutralizar as variantes, assim como a linhagem original para a qual eles foram desenhados. Esse é um teste que dá um bom indicativo se as vacinas funcionam ou não para as novas variantes, mas ele não é um teste completo, porque ele vai analisar só uma resposta de anticorpos, que é a resposta de anticorpos neutralizantes. A gente tem mais respostas imunes do que isso. A gente tem resposta de anticorpos que não são neutralizantes, mas que servem pra sinalizar o sistema imune e trazer mais células de defesa para o local, a gente tem resposta dos famosos linfócitos T, que eu tenho certeza que todo mundo aqui já ouviu falar, que é a resposta celular e que se mostrou uma resposta muito importante pra Covid-19, talvez até mais importante do que a resposta de anticorpos. E essas respostas não aparecem nesse teste simples. Então, pra ver se realmente funciona, precisa ter uma análise de campo, de como essas vacinas estão atuando nos países acometidos por essas variantes e, daí, sim, a gente vai conseguir ter uma resposta mais efetiva sobre se elas realmente estão funcionando ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que V. Sas. sabem sobre o *spray* nasal supostamente terapêutico contra Covid-19, desenvolvido em Israel?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – O *spray* nasal, Senador, ele estava, inclusive, na época, quando teve uma comitiva brasileira que foi visitar, numa fase tão inicial, que surpreendeu, inclusive, os pesquisadores israelenses que o Brasil tivesse interesse num medicamento que ainda estava em Fase I. Quando eu mostrei no eslaide: Fase Pré-Clínica, depois Fase I, II e III, a Fase I é o comecinho dos estudos clínicos. Então, é um remédio que está numa fase muito inicial e que não tinha nenhum motivo pra atrair tanto interesse de qualquer governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não justificaria uma viagem a Israel, com tanta gente, às custas do dinheiro público, se está em estado incipiente, Dr. Cláudio?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Dr. Cláudio e Dra. Natalia, se o relator me permite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Houve alguma excursão do mesmo perfil de alguma outra delegação estrangeira a Israel, de que V. Sas. tenham conhecimento, para pesquisa, para aprofundamento, para ter informações sobre esse dito *spray* nasal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, primeiro, acho que existe um desejo de novas formas de administração de medicamentos, inclusive uma aposta pra desenvolvimento de medicamentos inalatórios, que está colocado como um desafio pra ciência. Neste momento é isto: é um desafio para a ciência.

Natalia é uma pessoa que tem muita experiência de laboratório, acho que pode nos contar o que alguém vai observar quando faz uma visita pessoal, porque: o que levaria um profissional do Brasil – vamos supor que é um profissional do ramo – a fazer uma visita a uma instituição de pesquisa de outro país? Uma coisa é a troca de informações, e nós estamos trocando informação o tempo todo. Aprendemos a trocar informação de maneira eficaz durante esta pandemia, pouca coisa precisa da presença física.

Então, quando eu vi a notícia da delegação que visitaria Israel, eu fiquei me perguntando: bom, o que será que eles vão observar lá que precisa da presença física, que não pode ser um documento que mostre resultados de pesquisa? Pensei: bom, uma pesquisa nesta fase de fato não tem muitos resultados ainda, talvez não tenha nem o que tenha sido documentado, mas o que poderia ser observado? Olha, eu exercitei a minha imaginação e não consegui pensar em nada que justificasse a presença física de alguém lá, mesmo que este alguém que foi lá, que fosse lá – e me parece que não era o caso – fosse um grande especialista experimentado em pesquisa laboratorial, em pesquisa inicial de medicamentos. Ele teria muito pouco a observar que não alguns papéis de registro de pesquisa. De fato, eu achei inusitada aquela visita.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Relator, só um minuto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É que a gente aqui fica interagindo muito com o pessoal que está acompanhando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Me pediram que a Dra. Natalia explicasse mais claramente o que é a pesquisa *in vitro.* Quando a senhora disse que a cloroquina atuou na pesquisa *in vitro*, daqui a pouco já vai ter gente dizendo "ah, ela funciona". Então, eu queria que a senhora explicasse aqui pra todo mundo que está acompanhando poder saber.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada, Senador.

A pesquisa *in vitro*, que a gente chama em ciência, é tubo de ensaio, é cultura de células no laboratório. Menos de 10% – menos de 10% – dos medicamentos que funcionam em *vitro*, em tubo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensaio, realmente se traduzem em medicamentos que vão parar na prateleira da farmácia. Então, é a primeira etapa num caminho enorme, num caminho muito longo de pesquisa de medicamentos. O tubo de ensaio, *in vitro*, é a primeira coisa que a gente faz.

Tem um monte de substâncias que funcionam *in vitro* e que depois, quando você vai testar no camundongo, já não funcionam. Isso é muito comum em ciência, isso é o mais comum. O raro é quando realmente funciona e segue o caminho até o final. Então, *in vitro* é tubo de ensaio, não é uma condição de um organismo vivo, é uma condição experimental altamente controlada, onde eu estou lidando com uma cultura de células, um tipo celular, que foi exatamente o que aconteceu com a cloroquina. Quando a gente testa naquela célula específica, células de rins de macaco, que são células experimentais de laboratório, quando a gente testa nessas células, a cloroquina tem uma função; quando a gente pega o macaco inteiro, já não tem, quando pega um organismo inteiro não tem. E isso é muito comum em ciência, tem um monte de coisas que funcionam em cultura de células e que não se traduzem em medicamentos. Então isso precisa ficar muito claro. *In vitro* é tubo de ensaio, é o primeiro passo de uma longa jornada na pesquisa de medicamentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Inclusive tem um detalhe: às vezes pode funcionar ali no tubo de ensaio e quando você vai aplicar a dose que seria adequada, ela é tão alta que mataria o paciente. Um exemplo desse é a questão da ivermectina, de que também me pediram que depois a senhora pudesse falar um pouco: a dose a ser administrada a uma pessoa que teria essa capacidade de atuar sobre o vírus seria sete vezes maior do que aquela que foi encontrada lá no tubinho de ensaio com as células que foram tiradas do macaco. Uma dose com esse teor pode causar um grau de toxicidade neurológica que pode levar à morte.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Exatamente, Senador, e por isso que a gente precisa inclusive de estudos de segurança de dose, como foram feitos em Manaus, porque a dose pode ser tóxica, o que daí já traz aquela implausibilidade biológica, porque você fala: "Bom, nessa dose eu não vou poder usar; então, não adianta nada". E você vai ter que, de qualquer maneira, pesquisar se a dose é segura para aquela doença também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estou me encaminhando para o final e recebendo aqui retorno, um efetivo engajamento de internautas, contribuições para perguntas, algumas que já fizemos em consequência disso.

Essa é a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito, em tempo real, que conta com o engajamento da sociedade, e isso tem ajudado demais no aprofundamento dos nossos trabalhos. Por exemplo, aqui, o Sr. Mário Simões, de Brasília, pergunta ao Dr. Cláudio Maierovitch, que tratou aqui da desarticulação dos sistemas tradicionais de combate às epidemias: "Quais as efetivas consequências de o Ministério da Saúde ter sido ocupado por militares sem nenhuma formação ou experiência para o cumprimento da tarefa gigantesca no momento de pandemia?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Bom, primeiro, eu queria trazer aqui uma lembrança de que não existe precedente de controle de epidemia sem o Estado, ou seja, não existe, na nossa história, um precedente em que uma epidemia foi controlada, tenha sido controlada sem uma ação pública, sem uma ação organizada por parte do Estado. Isso, certamente, infelizmente, não será nossa experiência tampouco.

Mas eu queria trazer um exemplo aqui: o nosso Programa Nacional de Imunizações. Falo dele porque acho que é uma das nossas grandes referências de coisas que funcionam no Brasil, que são exemplo mundial. Pra quem olha de longe, pode pensar que o programa funciona como o relógio: basta dar corda que ele funciona. Mas não é essa a nossa realidade, e isso se refere a qualquer tipo de programa que a gente tenha nas nossas políticas públicas. Os imprevistos acontecem o tempo todo; a necessidade de tomada de decisões é contínua. Isso exige um mecanismo de organização de gestão aliado à disponibilidade de conhecimento – e esse conhecimento está nas pessoas – que permita prosseguir, permita resolver problemas o tempo todo, pra que se prossiga.

Então, trago essa experiência do PNI. Nós já tivemos, em muitos momentos, faltas de vacinas, notícias de eventos adversos, incorporações de vacinas... Não raro, isso significava, a qualquer momento do dia ou da noite, a equipe encarregada de uma operação ter que se reunir com o diretor, com o secretário ou com o ministro pra tomada de uma decisão. Em muitos momentos, significava o ministro acionar um outro ministro, por exemplo, pra levar uma vacina emergencialmente, por um avião da FAB, ou qualquer outra coisa dessa natureza que envolve uma relação com outros ministérios, com outras políticas públicas.

Isso não é assunto pra amador, não é assunto pra quem nunca fez isso na vida. Muitas vezes, são decisões que têm que ser tomadas instantaneamente, às vezes, decisões de risco, que, se não tomadas, implicarão na falência do programa. Então, nós só temos um programa de imunizações pujante no Brasil porque nós temos pessoas capazes de fazer isso. Infelizmente, a quantidade de pessoas capazes de fazer isso tem se reduzido na nossa estrutura do Ministério da Saúde. Mesmo a quantidade de pessoas em postos de decisão no Ministério da Saúde com experiência anterior de fazer isso tem se reduzido.

É muito diferente uma experiência, que pode ser extremamente complexa – não conheço –, no campo militar, para levar suprimentos para tropas, para deslocar equipamentos, para deslocar armas, de uma experiência no campo da saúde pública. Eu não me atreveria, apesar de ter uma experiência longa – posso chamar de longa, são mais de 35 anos na saúde pública –, não me atreveria a fazer uma gestão de suprimento militar em momento de guerra. Acho que as pessoas que não têm a experiência de trabalhar em momento de epidemia, em momento de crise sanitária... Não acredito que essas pessoas devessem ser as encarregadas de tomar decisão e de comandar as operações nesse caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na comunidade acadêmica e científica – aproveito a presença de V. Sas. aqui –, qual é a reputação, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, dos membros do gabinete paralelo de aconselhamento ao Presidente da República? Vou especificar os nomes. Para a comunidade acadêmica e científica, especificamente os médicos...

Osmar Terra... Os senhores conhecem alguma reputação, alguma especialidade, algum reconhecimento da comunidade acadêmica e científica dessas pessoas? Eu vou citar o nome para facilitar a lembrança, a memória.

Sobre Osmar Terra?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Na minha comunidade, que é muito específica, que trabalha com microbiologia, e na minha área de atuação no Instituto Questão de Ciência, com comunicação de ciência e negacionismo, não. Como médico, talvez o Cláudio conheça o trabalho dele.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – O Sr. Osmar Terra já ocupou posições de comando dentro do sistema de saúde, particularmente no seu Estado, o Rio Grande do Sul, mas me parece que há muito tempo ele vem se dedicando mais especificamente à carreira política ou à gestão na posição de ministro de outras áreas que não a área de saúde. Então, não me parece que o lado mais forte do Sr. Osmar Terra seja o lado de pesquisador ou de acadêmico, não é um homem importante, digamos, nesse meio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito obrigado.

Nise Yamaguchi?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Eu vou me permitir comentar porque eu fui contemporâneo de faculdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – ...da Nise Yamaguchi. Eu a conheci na faculdade e eu devo dizer aqui: fiquei muito espantado, sabendo da formação dela, sabendo da experiência anterior, que ela tivesse assumido posições de defesa de atitudes que contrariam o conhecimento científico, atitudes anticientíficas. Estranhei muito realmente. Sim, verdade, eu não tenho contato há muitos anos, rapidamente a encontrei quando eu estava no Ministério da Saúde e ela estava no escritório de São Paulo do Ministério da Saúde por um período, mas estranhei muito que, com a formação que ele tem... E aí eu corro o risco de elogiar a minha própria escola, mas tomo a liberdade de fazer isso.

Então, estranho muito alguém que foi formado ali, que fez uma parte, pelo menos, da sua carreira acadêmica ali, ter abandonado o seu conhecimento científico não sei em prol de quê.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Luciano Dias Azevedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não conhece.

O biólogo virologista Paulo Zanotto.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Eu vou me permitir comentar também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Eu comentaria de uma maneira semelhante ao que eu comentei da Nise.

Conheci também o Paulo Zanotto há muitos anos, se não me engano, no final da década de 80 ainda – de 90, desculpa. Na década de 90, ele tinha regressado, há pouco tempo antes, de estudos no exterior, um virologista respeitável. Nos ajudou muito durante a crise do zika vírus, nós tínhamos muita coisa desconhecida pela ciência ali, e ele foi um pesquisador que se colocou à nossa disposição, colocou seu laboratório à disposição, uma equipe fantástica que trabalhava ali dia e noite, inclusive no dia de Natal, eles estavam ali comemorando alguns achados – talvez Natalia se lembre disso – de infecção pelo zika vírus em fetos de camundongos. Então, eu tinha nele uma alta reputação como pesquisador, como cientista e como pessoa – convivi algumas vezes, ele sempre com uma disposição muito grande pra ajudar.

E, mais uma vez, fiquei surpreso de ver alguém que tem esse estofo, esse *background*, abandonar os princípios básicos e elementares da construção do conhecimento científico na defesa de algo não se sustenta, inclusive porque, em algumas conversas, ele tentava trazer conhecimentos que não são da área dele, por exemplo, quando se fala em tratamento precoce, isso é um conhecimento da área clínica. Sem nenhum demérito área dele, ele é um biólogo, é um virologista, não está acostumado, não foi formado pra tratar pessoas.

Então, por exemplo, cheguei a ouvir dele: "Não, não, a cloroquina não funciona em casos mais graves, mas funciona, sim, no início do quadro clínico". Bom, eu sinto muito, este não é um conhecimento da área dele, saber o início do quadro clínico, a abordagem clínica em relação a esses casos, mas foi mais um que me surpreendeu.

E vou permitir citar aqui um que não está no gabinete e que também me surpreendeu imensamente, chegamos a trabalhar juntos em São Paulo, o Dr. Anthony Wong, porque também ficou famoso no meio desta crise. Faleceu infelizmente, não sei exatamente a circunstância, mas alguma coisa aconteceu, algum outro tipo de vírus, provavelmente não biológico, que acometeu pessoas que tinham uma trajetória importante, que tinham um currículo, muitas vezes, invejável, mas que enveredaram em oposição ao conhecimento científico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Roberto Zeballos.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Só conheci pelo vídeo e também por um documento que eu vi do hospital Albert Einstein que afirmava que as declarações do Dr. Zeballos não representavam a posição do hospital e não eram autorizadas pelo hospital.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mayra Pinheiro, que, apesar de Secretária lá do Ministério da Saúde, dá conselhos em área alheia à competência da sua própria secretaria.

Já ouviu falar de algum trabalho científico, acadêmico?

Pois não, professor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Eu somente ouvi falar dela como sindicalista, me parece, lá no seu Estado, e, posteriormente, quando ela assumiu a secretaria aqui do ministério. Sinceramente, não posso nem opinar, porque não a conhecia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sas. concordam com a avaliação da Dra. Luana Araújo, apresentada em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de que os bons quadros técnicos do País, em geral, não estão dispostos a trabalhar neste Governo?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Olha, é difícil... Não, não seria... Não se trataria do caso do conhecimento, mas eu posso lhe dizer que muitos bons quadros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta específica sobre quadros técnicos, se se disporiam a trabalhar....

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Então... Muitos bons quadros técnicos que eu conheço não se disporiam a trabalhar. O que as pessoas falam é assim: "Eu não vou sujar o meu nome, não vou sujar o meu currículo para trabalhar nesse contexto".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esta a razão.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (*Fora do microfone*.) – Eu acho muito complicado, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATALIA PASTERNAK – ... trabalhar em meio a um ambiente negacionista, porque é um ambiente que, justamente, não te dá a autonomia necessária como cientista para seguir a ciência. Então, creio que é exatamente o que o Cláudio falou: muitos bons cientistas e bons técnicos não se sentem confortáveis para trabalhar num Governo onde sabem que eles não vão poder seguir a ciência, porque a ciência está sendo negada, está sendo atacada justamente por esse próprio Governo. Então, acho que coloca, realmente, os bons técnicos e bons cientistas numa situação muito difícil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E em relação à médica, Dra. Ludhmila Hajjar, que foi convidada para ser ministra da saúde e recusou o convite, qual a impressão que a comunidade acadêmica tem dela?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Acho que, daí, realmente, os senhores teriam que perguntar a ela por que que ela recusou e quais foram os entraves...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, não perguntei sobre isso; eu perguntei qual é a imagem acadêmica, científica, que V. Sas. têm dela, não é por que ela recusou o convite.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Aí, de novo, eu vou pedir para Cláudio comentar como médico, porque a Dra. Ludhmila é médica e, dentro da academia, não conheço tanto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, por favor. Porque a razão pelas quais ela recusou nós já sabemos, claro.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Bom, não a conheço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Falando sobre a impressão que os senhores têm delas, se a conhecem...

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Não a conheço pessoalmente, não conheço a produção científica dela, apenas ouço de colegas que ela tem um bom trabalho na gestão de serviços dentro do Hospital das Clínicas, acho que, particularmente, do Instituto do Coração, em São Paulo. Não sei mais do que isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Muito obrigado.

O ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco, que esteve, durante esta semana, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, alegou que a Lei 6.360, de 1976, não permite a aquisição de medicamentos sem que haja aprovação pela Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Cláudio Maierovitch, V. Sa., tendo sido Diretor da Anvisa, poderia, por exemplo, nos esclarecer se essa lei impede a assinatura de contrato para a compra de vacinas com estabelecimento de cláusula que condicionasse o pagamento a posterior aprovação, ao registro na Anvisa?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – A Lei 6.360, de 1976, é a lei que trata do registro de produtos no País, que é a passagem de um produto, digamos, do momento em que ele é experimental para o momento do uso corrente. Então, de forma geral, ela diz que tudo aquilo que é usado, que é adquirido, comercializado ou indicado no País deve ter registro.

Ela não se refere aos contratos. Ela não dá qualquer tipo de limitação em relação à celebração de contratos. E ela tem exceções, ela admite exceções, especialmente para circunstâncias de graves ameaças à saúde pública ou do interesse da saúde pública.

Apenas dou como exemplo aqui que uma parte importante das vacinas adquiridas pelo Brasil é comprada do chamado Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana da Saúde e que não tem registro no Brasil, mas tem a certificação pela Organização Mundial da Saúde, porque existe um dispositivo legal que abre a exceção pra aquisição de medicamentos, vacinas e outros produtos de organismos internacionais quando no interesse da saúde pública. Então, a lei não se refere aos contratos e ela tem exceções pra situações em que cabe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

V. Sa. teria conhecimento se já ocorreu situação semelhante em outra ocasião, como, por exemplo, na importação de Tamiflu no surto mundial de H1N1?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Eu não me recordo se, naquela ocasião, já havia um medicamento registrado no Brasil ou não, mas houve aquisição em tempo recorde tanto do Tamiflu pronto como de matéria-prima pra produção nacional do Tamiflu por Farmanguinhos, assim como houve uma tramitação bastante rápida pra liberação de uma vacina monovalente específica contra o vírus H1N1, identificado naquela época da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República – esta é a última pergunta – tem sido constantemente advertido sobre os riscos de difundir informações de que determinados medicamentos, notadamente a cloroquina – para a qual pessoalmente interferiu junto ao Primeiro-Ministro da Índia para trazer para o Brasil e a outras autoridades também –, são eficazes no tratamento da Covid-19. Sobre isso eu queria perguntar: em que medida essa disseminação de informações falsas e de mensagens dúbias por alguns médicos e autoridades públicas, infelizmente, prejudicam o controle da epidemia no nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu complemento, Dr. Cláudio, se o Sr. Relator me permite...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O Governo, ou o próprio Presidente da República, pode adquirir medicamentos que ainda não têm comprovação científica junto a algum Governo estrangeiro sem uma aprovação prévia da Anvisa? Pergunto isso ao senhor pela condição que o senhor teve de ter sido um dos fundadores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de ter sido já seu Presidente. Esse tipo de ação e interferência é possível? É permitido pelo nosso arcabouço legal, jurídico?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Então, primeira questão que eu vou... A questão da comunicação e do exemplo, o que eu acho importantíssimo. Nós falamos de diversas coisas aqui, de aquisição de insumos, de eficácia de medicamentos, de medidas necessárias, de planejamento, mas tão importante quanto tudo isso é a comunicação adequada à população sobre o que ela deve ou não fazer, o que ela pode ou não fazer, e a comunicação adequada aos profissionais de saúde também.

Nós vivemos uma situação bizantina, eu diria, em que o cidadão pode escolher qual orientação ele quer seguir. Então, se ele se sente mais confortável ficando em casa, ele tem a quem ouvir. Se ele se sente mais confortável indo para festa, ele tem em quem se apoiar e vai dizer: "Não, eu vou para festa, porque estou ouvindo uma grande autoridade dizer que eu posso ir para festa". Se eu uso ou não uso máscara, eu tenho quem citar que me respalda para usar máscara ou para não usar máscara e expor o conjunto das outras pessoas à possibilidade de infecção.

Em qualquer experiência de combate à epidemia, em qualquer experiência de sucesso na saúde pública, a comunicação é absolutamente fundamental. E a comunicação significa o conjunto de autoridades responsáveis pela condução da crise trazer mensagens que são coerentes entre si; caso contrário, é o caos. E é o que nós estamos vivendo, infelizmente.

Eu nem sei...

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Posso aproveitar para falar sobre comunicação...

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – É claro! Por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor!

A SRA. NATALIA PASTERNAK – ... antes de você explicar a medida?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Por favor! É a sua área.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – É que aí a gente já fecha esse assunto. Tenho pouco a complementar, porque é minha área, mas o Cláudio falou melhor do que eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, a comunicação da ciência durante uma pandemia se mostrou essencial não só pelos governos, mas até pelas organizações internacionais. Quantas vezes a gente não viu aí falhas de comunicação da própria Organização Mundial da Saúde que geraram confusão! E isso não pode acontecer. Então, o que a gente vê hoje é a necessidade extrema de treinamento das autoridades de saúde dos governos de países e também de organizações internacionais para que consigam se comunicar com a população e com os gestores, com os governantes, de uma forma mais efetiva, mais eficiente.

Essa comunicação precisa ser extremamente transparente, com coragem de comunicar o que a ciência já sabe e o que a ciência ainda não sabe e de dividir essas incertezas – porque a ciência é feita de incertezas – com a população, para que a população saiba que está sendo cuidada, que está sendo amparada, que está sendo amparada pela ciência e que tem cientistas trabalhando para obter as respostas para perguntas que ainda não têm respostas.

Essa comunicação, quando feita de forma transparente... Nós temos exemplos de países, como a Nova Zelândia e como a Alemanha, onde essa comunicação foi feita diariamente pelos líderes, falando com a população de uma forma clara, de uma forma honesta, de uma forma transparente. Esses países se saíram muito bem ao chamar a população como colaboradora para sair desta pandemia.

Uma pandemia é uma doença da sociedade, muito mais do que do indivíduo. A sociedade está doente, e a cura, a solução da pandemia também está na sociedade. É uma solução que precisa ser colaborativa. E não tem como contar com a colaboração da população se a população está confusa, desinformada e não sabe para que lado olhar: "É para usar máscara ou não é? Pode fazer festa ou não pode? Ah, mas se for com poucas pessoas? Se eu estou com sintomas, o que é que eu faço?". Nós não temos, até o momento, diretrizes claras onde as pessoas possam se orientar para coisas simples: "Como eu faço o autoisolamento?". Muita gente – tenho certeza de que o Cláudio também – recebe mensagens de pessoas: "Eu estou com sintomas. Como é que é para eu fazer? Como é que eu faço dentro da minha casa? Eu tenho que ficar num quarto isolado? Não tenho? Eu posso sair se for de máscara? Mas, só para ir ao mercado, não pode?". Nem essa orientação básica as pessoas têm!

A gente não teve campanhas de conscientização sobre a necessidade do uso de máscaras. A gente não teve campanhas de conscientização sobre a necessidade do distanciamento físico e social, cuidados no transporte público, esclarecimentos sobre a segurança, a eficácia e a necessidade de vacinas, com esclarecimentos sobre como fazer quando chegar a minha vez de vacinar – "É pra eu ir agora no posto? Não é? Que categoria que estão cobrindo?" – e busca ativa pra que as pessoas voltem pra segunda dose. Nós temos uma enorme inadimplência de segunda dose no País durante uma pandemia em que naturalmente se esperaria que as pessoas deveriam estar ansiosas pra se vacinar. Como é que alguém pode esquecer da segunda dose duma vacina durante uma pandemia?! Não é vacina de tétano, que você se esqueceu de tomar o reforço quando deu dez anos. Nós estamos vivendo uma emergência sanitária onde naturalmente a gente esperaria que as pessoas estariam ansiosas pra se vacinar e pra receber a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

segunda dose, que é pra completar o regime vacinal. Falta campanha! Não se conduz uma resposta a uma epidemia sem campanha de informação! E essas campanhas não vieram do Governo Federal.

E daí, quando a gente tem figuras de autoridade, como o Presidente da República, que se comportam de maneira contrária à ciência, isso confunde a população. Ele é, afinal, o nosso representante supremo, ele é o Presidente da República e ele pediu pra estar lá, ele tem uma responsabilidade ao se colocar publicamente, porque pessoas o seguem, pessoas acreditam nele. E, quando ele aparece sem máscara, desdenhando a pandemia, fazendo pouco das pessoas que morreram e mostrando total falta de empatia com o luto dos brasileiros, ele confunde as pessoas, ele leva a uma ilusão de que está tudo bem, está tudo normal. "Afinal, é só uma gripezinha e chega de mi-mi-mi!" Isso faz com que as pessoas assumam comportamentos de risco e coloquem a sua vida e a vida dos próximos em perigo.

Então, comunicação é essencial, e negacionismo, como eu já falei no começo, mata!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, para encerrar, Presidente, eu gostaria só de saber, em função das respostas...

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Desculpe. Não, eu não queria deixar o Senador sem resposta apenas em relação à importação de medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Eu vou lembrar um exemplo, uma pessoa que foi citada aqui. O ex-Deputado Osmar Terra, no início da pandemia, disse pra imprensa que não haveria mais do que 800 mortos decorrentes desta pandemia e chegou a reafirmar isso algumas vezes. E aí a gente se pergunta: com base em que ele disse isso? E com que finalidade ele disse isso? Por que eu estou citando isso? Porque é aquilo que eu comentei antes: essa falta de institucionalidade. Quer dizer, qual é o sentido de um Presidente da República, sem se apoiar numa institucionalidade, decidir sobre a indicação ou sobre a importação de um medicamento, como perguntou o Senador Randolfe? Então, apoiado em que ele vai conversar, negociar com o dirigente da Índia, por exemplo, pra importação de um medicamento? Isso faz tão pouco sentido que é até difícil encontrar um argumento legal que diga que pode ou não pode, porque significaria prever – me perdoem a expressão – qualquer maluquice que deveria estar na lei. Então, os Srs. Parlamentares teriam que fazer um exercício de imaginação contínuo para criar leis que proibissem maluquices. No entanto, a gente se surpreende quando elas acontecem.

Do ponto de vista concreto, mesmo numa importação de um medicamento não registrado em circunstâncias excepcionais, a importação tem que ser autorizada pela Anvisa, ainda que seja uma importação excepcional, em caráter emergencial, como foi a autorização recente de importação de vacinas não registradas da Covaxin e da Sputnik V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para encerrar, em função de tudo que aqui se disse e foi perguntado e das premissas postas também, eu queria perguntar: por tudo isso, nós podemos concluir que a crença em um tratamento eficaz contra a Covid-19 desestimula as pessoas a aderirem às medidas não farmacológicas de prevenção da Covid, contribuindo, consequentemente, para o maior contágio da doença? Dá para concluir dessa forma?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, a crença de que existe uma cura fácil, simples, barata, rápida, que seria, realmente, o sonho de todos nós – que bom se isso fosse verdade –, ilude as pessoas, cria uma falsa sensação de segurança e leva as pessoas a um comportamento de risco. Por quê? "Afinal, se eu ficar doente, é só tomar um remédio que eu não vou evoluir para uma forma grave e não vai acontecer nada. Então, por que eu não posso sair? Por que eu não posso abraçar os meus pais idosos? Por que eu tenho que usar essa máscara?" Então, isso confunde as pessoas em relação à gravidade da doença que nós estamos enfrentando e à necessidade das medidas preventivas e, então, pode levar a um comportamento de risco. E é nesse sentido que a desinformação acaba prejudicando muito qualquer tratamento, qualquer condução de epidemia ou até mesmo tratamentos muito pessoais, de doenças pessoais que não são epidêmicas, doenças como câncer. Muitas vezes, a crença em tratamentos que não são homologados pela ciência leva pessoas à morte, porque elas deixam de se tratar da maneira adequada porque acreditaram num tratamento milagroso.

Foi isso, inclusive, que aconteceu com a fosfoetanolamina, que o Cláudio trouxe. Muitas pessoas, naquela época, abandonaram os seus tratamentos de câncer, os seus tratamentos de quimioterapia, de radioterapia, porque acreditaram na pílula milagrosa. Nós nunca vamos saber, Senador, quantas pessoas, naquela época, morreram de câncer porque abandonaram os seus tratamentos, ou seja, na verdade, elas morreram de desinformação.

E, aqui, nesta pandemia também, nós não temos como mensurar quantas pessoas morreram de desinformação, porque não se protegeram adequadamente e acreditaram que existia uma cura fácil e milagrosa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dr. Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio, por favor.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – É impressionante. Nós estamos vivendo uma catástrofe desse tamanho, com meio milhão de vidas perdidas, e vamos nos anestesiando para isso.

Acredito que uma parte dessa anestesia, dessa dessensibilização tem uma relação muito forte com a comunicação, com a maneira como as mortes têm sido banalizadas e como, muitas vezes, exemplos e orientações oficiais cassam – cassam! – a iniciativa das pessoas para se proteger. Então, não apenas nesses exemplos – às vezes até estapafúrdios, como de que só os maricas é que se protegem ou coisa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipo; além de homofóbicos, estapafúrdios –, as pessoas perdem a possibilidade de extrair de si uma energia para se protegerem.

Tudo que nós estamos fazendo hoje para proteger a sociedade é desagradável. Usar máscara não é agradável, ficar trancado dentro de casa, deixar de reunir com os amigos, deixar de participar das coisas, nada disso é agradável. Isso precisa ter um sentido para as pessoas: "Estou fazendo isso porque estou me protegendo, porque isso é o que todo mundo tem que fazer, porque isso tem sentido, isso é o que a ciência diz, isso é o que o conhecimento nos orienta". Quando isso é colocado em xeque de maneira tão forte pelo principal mandatário do País, essas coisas perdem sentido, se transformam em obrigações, se transformam em sofrimento maior. Então, o movimento das pessoas acaba sendo de tentar escapar disso, achando que vão ter uma cura milagrosa.

Às vezes, eu me lembro de uma cultura que havia antigamente – talvez alguns se lembrem aqui – que se fazia com algumas doenças. Particularmente, catapora era famosa: tinha as festinhas de catapora. Se uma criança teve catapora, então juntava a criançada da vizinhança para ter catapora logo e se livrar desse problema, até porque, em geral, a catapora, a varicela, pode ser um pouco mais grave em adultos. Então, as pessoas estão entrando numa ansiedade, quer dizer: "Eu quero ter essa doença logo porque aí eu não tenho mais que pensar nisso, eu vou ficar protegido". Mas essa é uma atitude que, se a gente olhar do ponto de vista racional, é uma atitude suicida. Então, elas estão sendo impelidas a desejos suicidas, ainda que não tenham a consciência de que são desejos suicidas. Acho que isso é gravíssimo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Sr. Relator.

Senador Humberto Costa.

Só para declinar e relatar aqui os próximos inscritos após o Senador Humberto Costa: no sistema remoto, o Senador Tasso Jereissati; em seguida, o Senador Jorginho Mello; e em seguida, pela Bancada Feminina, a Senadora Kátia Abreu; seguiremos com o Senador Marcos Rogério; o Senador Heinze; o Senador Eduardo Girão, pelo sistema remoto; e o Senador Jorge Kajuru.

Senador Humberto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não dá para dar preferência a quem está presencialmente, sem... Eu estou aqui desde as 9h da manhã. Quem está no sistema remoto está em casa, está em outro local. Não dá para dar preferência para quem está aqui na inscrição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

É porque nós adotamos, desde o começo da CPI, um procedimento na Comissão de fazer um presencial e um remoto. Eu creio assim que não demorará tanto – não demorará tanto. V. Exa. é o terceiro, logo após o Senador Humberto Costa e o Senador Tasso, que tinha dito que vai ser breve também.

Então, Senador Humberto, por gentileza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom, primeiro eu quero aqui fazer uma referência à qualidade desta audiência de hoje, aqui: duas pessoas não só extremamente bem reconhecidas pela comunidade científica brasileira, mas que aqui deram uma verdadeira aula para todos nós e para quem está nos acompanhando. E, com toda certeza, nos deram um bom roteiro para que nós possamos fazer uma boa avaliação da condução que foi dada no Brasil ao enfrentamento à Covid-19, não é?

Eu queria, antes de fazer minhas perguntas, apenas fazer um registro importante. É interessante que nós achamos e é natural, de tanto a gente discutir aqui esse tema de tratamento sem eficácia e tal, que ele não viria, mas ele veio. E a cada dia está ficando mais importante porque tem outro aspecto que não estávamos levando em consideração e passamos a considerar. É o fato de que esse tema de utilização desses medicamentos não é apenas um fetiche, não é apenas uma concepção científica errada que está sendo aplicada: tem muita gente ganhando dinheiro com isso. E isso é muito preocupante. Só para ter uma ideia, só a venda em farmácia desses medicamentos do chamado *kit* Covid, entre março do ano passado e março deste ano, foi de 52 milhões de comprimidos, sendo que da cloroquina foi mais de 32 milhões de comprimidos; a azitromicina, cresceu 50% a compra desse medicamento em farmácia, com o agravante, que o Dr. Cláudio já disse, que é um antibiótico. Alguém teve que passar essa receita para a pessoa tomar. Isto é que é o pior de tudo: alguém passou essa receita.

E nós estamos vendo pessoas que efetivamente não precisavam usar esse medicamento usando-o, o que vai fazer com que as bactérias que hoje podem ser tratadas com esse medicamento comecem a desenvolver resistência, e esse que é um bom antibiótico pode ser que mais para frente não faça sentido ser usado para muitas situações. E nós entramos agora na linha de investigar isso. Tem gente que ganhou muito dinheiro com a ivermectina, por exemplo, e que financiou grupos de profissionais para defender a ivermectina, para prescrever a ivermectina. Isso é grave! Isso é muito grave!

Então, nós entendemos que, por mais que a gente não queira debater esse tema, nós terminamos sendo obrigados a fazê-lo, por essas questões.

Mas eu queria dirigir as minhas perguntas, algumas ao Dr. Cláudio, algumas à Dra. Natalia, mas, se quiserem também se manifestar sobre elas... E eu queria fazer primeiro aqui ao Dr. Cláudio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual a chance de nós termos no futuro, que não será também tão longínquo, a possibilidade de outras pandemias como essa ou de outras emergências em saúde pública, daqui para frente, não só no Brasil, mas no mundo?

A outra pergunta que eu faço é: pelo acompanhamento que V. Sa. tem feito de como anda a questão da pandemia no Brasil, se é de esperar, de fato, uma terceira onda que poderia estar se iniciando agora e qual o tamanho da gravidade dela? Porque a segunda foi devastadora. O que seria uma terceira onda na situação que nós temos?

E eu queria perguntar ainda o fato seguinte: o Chile já vacinou uma parcela importante da população – com a primeira dose, 60,2%; com a segunda dose, 46,4%; no entanto, o número de casos está crescendo, principalmente na grande Santiago, tanto é que eles estão fazendo as quarentenas regionais e tal. Como a gente explicar? Lógico que ainda não se atingiram os 70%, mas já se tem um percentual considerável que, em outros países, começou a ter repercussão no número de casos e de mortes. Por exemplo, aqui, segunda dose, quase 50% da população. Como é que a gente poderia explicar isso, se fosse possível?

E, para a Dra. Natalia – também se quiserem falar –, levando-se em consideração o ritmo de vacinação, o ritmo e o grau de isolamento social que nós temos no nosso País e os números que nós temos hoje em termos de casos e a velocidade com que eles estão crescendo, qual é a sua expectativa? Por exemplo, essa previsão do instituto de métrica de Washington, da Universidade de Washington, que é quem acompanha a pandemia para o Governo americano, se é uma possibilidade ou um delírio a ideia de que nós podemos chegar ao final de agosto com 750 mil pessoas mortas, dada essa condução, o ritmo de vacinação e a situação atual da pandemia?

A minha última pergunta para a senhora é: há um vídeo correndo na internet – por sinal, chegou até para mim – de uma pessoa um tanto aflita, porque um cidadão, não sei se ele diz que é médico, mas ele aparece dizendo assim: "Eu fiz a minha dosagem de anticorpos para Covid-19 e só obtive..." Aí ele dá um... Não sei se são 28 mil unidades, não sei qual é o... "Uma porcaria!" – usa até esse termo. "É uma porcaria. Tomei duas vezes essa vacina do Doria e não tive a expectativa de ter os anticorpos que eu teria".

A primeira pergunta que faço é se essa dosagem de anticorpos que é feita para o diagnóstico, se você teve ou não a doença, se você tem anticorpos ou não gerados pela doença, se ela pode ser utilizada para medir a imunidade que a pessoa adquiriu com a utilização da vacina ou não? E, se pode, é interessante a gente saber por que é que alguns poderiam desenvolver uma maior ou menor quantidade de anticorpos produzidos. Pronto, era isso que eu queria saber. Eu acho que eu tentei pegar algumas coisas que eu sei que as pessoas estão preocupadas em saber. Se eu recebo de alguém, vamos dizer, da nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria relação, que normalmente tem uma visão um pouco mais aproximada da ciência, imagine a quantidade de pessoas que estão aí fora que podem ter recebido esse vídeo da "porcaria" que o cidadão fala.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

Dr. Cláudio... Dra. Natalia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio, por gentileza.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Obrigado. Posso começar.

Bom, primeiro, em relação a outras pandemias no futuro, no campo de epidemiologia, a gente estava na espera de uma nova pandemia – a gente, eu digo boa parte das pessoas que se dedicam à área – frente à alta probabilidade de que algum vírus diferente sofresse mutação ou entrasse em circulação e isso gerasse alguma situação pandêmica.

Acho que muito pouca gente imaginava, primeiro, que fosse o coronavírus, e não um vírus de gripe. Tudo que se raciocinava nos últimos anos levava a pensar nos vírus de gripe, na gripe de origem aviária e não especificamente no coronavírus; e, segundo, que houvesse uma dimensão como essa, que acho que revelou duas coisas para nós: primeiro, as consequências muitas vezes invisíveis do nosso trato com o ambiente. Boa parte dos agentes infecciosos novos, ou que não são novos, mas que têm dado problemas para as populações humanas são decorrentes da invasão de ambientes em que esses organismos estavam preservados, especialmente ambientes silvestres, por razões econômicas, colocando, então, as populações humanas em contato com populações de animais que habitualmente não eram desta convivência. Então, isso é uma primeira questão que chamou atenção. A segunda foi o despreparo. Nós, todo o mundo, nos imaginávamos muito mais preparados. Então, sem dúvida, esta pandemia deve criar um movimento mundial para aperfeiçoamento da capacidade de detecção, de identificação rápida e de reação frente a pandemias.

No Brasil, particularmente, nós temos tratado – acho que nos últimos anos, nos últimos poucos anos – esses dois temas de forma muito perigosa. Nós não temos controle sobre esta relação do homem com o ambiente, ao contrário, parece que ela tem se tornado mais ameaçadora, e nós não temos melhorado os nossos mecanismos, particularmente a nossa grande rede de atenção básica do Sistema Único de Saúde. Então, isso tudo é muito preocupante.

Em relação à terceira onda, até mencionei aqui de passagem, no Brasil, é difícil a gente falar em ondas, porque nós temos uma escada, praticamente. Nós não sabemos... Digamos que não houvesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

intervenção nenhuma; em algum momento, nós teríamos o patamar de estabilidade. Provavelmente, demoraríamos muito pra atingir uma imunidade capaz de reduzir bastante a circulação do vírus, então, nós iríamos atingir um patamar de estabilidade alto, com uma queda lenta, provavelmente muito mais com oscilações do que com uma queda contínua. Por quê? O tempo todo nasce gente nova, pessoas se aglomeram e têm contato de formas diferentes, e é assim que a gente conhece a história das doenças de transmissão respiratória. O sarampo é uma grande escola pra nós todos, o sarampo tirava muitas vidas, principalmente das nossas crianças, ao longo de décadas e décadas e décadas, sem que ele se extinguisse naturalmente, como mencionou a Natalia. E me parece que neste momento em que isso não se estabilizou, a tendência é que a gente tenha patamares superiores, porque é como se nós lançássemos um foguete ou qualquer coisa de uma altura maior.

Quer dizer, nós começamos lá em março do ano passado do zero e atingimos uma grande altitude na metade do ano passado. Começamos, depois, de um patamar superior no final do ano passado, atingimos o triplo daquele pico do ano passado, chegamos ao quádruplo. E agora, se se confirmarem as previsões que muitos têm feito de uma nova transmissão intensa – e já há sinais importantes, sinais indiretos, dados pela lotação dos hospitais em vários Estados e várias capitais brasileiras –, nós partimos de um patamar ainda mais alto e sem uma imunidade coletiva capaz de conter isso. A gente tem a esperança de que a mortalidade, a letalidade seja um pouco inferior, porque boa parte dos idosos foi vacinado, já terá sido vacinado daqui a um mês ou dois meses.

Em relação ao Chile, essa é uma pergunta que todos têm se feito também, se tem a ver com a composição das vacinas utilizadas – a composição, eu digo o *mix*, digamos assim, de vacinas utilizadas. Eles estão, se não me engano, com mais de 85%... Mais de 85% das vacinas utilizadas foram da CoronaVac. Não que ela não funcione, mas é possível que ela não seja tão eficaz pra diminuir o estado de portador de infecção e então, na medida em que a proporção da população ainda não é suficiente pra gerar imunidade coletiva, o vírus continue circulando e causando novos casos – que, na ausência de medidas de proteção, de distanciamento, de confinamento, tende a ser uma circulação ampliada.

O risco que sempre se corre quando a gente vacina é de que a confiança dada pela vacina leve ao descuido de outras medidas necessárias. Fazendo a analogia do goleiro que a Natalia usou aqui, é a gente deixar o goleiro sozinho com 11 jogadores do outro lado e nenhum do lado dele. Em algum momento, algum daqueles 11 vai fazer gol, porque ele não vai conseguir segurar sozinho.

Eventualmente eu comento alguma coisa, depois, dos outros itens dirigidos à Natalia.

Obrigado.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Eu vou querer só comentar a questão das pandemias emergentes, Senador, que é um tema bastante preocupante, justamente pelo que o Cláudio falou, da nossa relação predatória com o Planeta. E eu vejo muita preocupação, inclusive internacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje em dia, em montar os sistemas de vigilância epidemiológica, vigilância genômica, fazer sequenciamento de vírus, saber o que está circulando, e isso é essencial, isso precisa acontecer, mas não é a única medida que deveria acontecer pra prevenir novas doenças emergentes.

Se a gente continuar explorando o Planeta dessa maneira predatória que a gente explora, a gente vai esbarrar em novos reservatórios de doenças, em reservatórios animais, que, ao interagir conosco, aumentam muito a probabilidade de doenças emergentes chegarem em nós, de que novos patógenos possam fazer o pulo de reservatório animal pra um reservatório animal de criação e, dali, pra humano, de uma maneira muito simples: só precisa existir essa interação muito próxima. Não é por acaso que a gente teve tantas gripes que vieram com intermediários de animais de criação. Quem não se lembra da gripe aviária, gripe suína. E o que foram essas gripes? Vírus que vieram da natureza, que tinham um reservatório animal e que, por passarem pra um reservatório intermediário, que é um animal de criação, com quem a gente tem muito contato, conseguiram se adaptar até infectar as nossas células e, daí, passar de uma pessoa pra outra. Está feita a epidemia.

Pra evitar isso a gente precisa de medidas preventivas ambientais, que são reduzir o nosso espaço, porque a gente invade espaços de animais silvestres, que podem ser reservatórios de doenças, parar de esquentar o Planeta, do jeito que a gente está esquentando, porque, com esse aquecimento, a gente prolifera espécies de mosquitos que também podem ser transmissoras de doenças e originar novas epidemias, repensar um pouco da nossa criação animal e do nosso consumo de carne, porque a criação de animais confinados... No Brasil, a gente ainda tem sorte de que o nosso gado pasta livre, mas a nossa criação de aves é confinada, e isso é também um belo dum gatilho pra proliferação de doenças que depois podem chegar à gente.

Então, tem várias medias ambientais além das medidas de vigilância genômica que precisam ser implementadas se a gente quiser realmente prevenir novas doenças emergentes. E o Brasil, infelizmente, não tem mostrado uma preocupação ambiental nesse sentido. Então, acho que fica um alerta de que a preocupação ambiental também é extremamente necessária pra preservar a nossa saúde.

Em relação às suas outras perguntas, Senador, do ritmo de vacinação, o grau de isolamento social que temos no Brasil e a estimativa da Universidade de Washington, eu temo dizer que as estimativas da Universidade de Washington costumam ser muito conservadoras. Eles não costumam fazer estimativas escandalosas, espalhafatosas; eles costumam realmente ser muito conservadores nas modelagens matemáticas. Mas lembrando que modelagem matemática não é previsão do futuro; modelagem matemática aponta tendências de curva, e nós não podemos, como cientistas, falar que a gente tem bola de cristal e que a gente sabe exatamente o que vai acontecer. O que a gente pode é dizer que, se a gente continuar nesse ritmo, com pouca adesão às medidas preventivas e com a vacinação lenta, a gente corre o risco, sim, de que essa estimativa da Universidade de Washington se torne realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à pergunta dos anticorpos, essa é uma dúvida muito recorrente de pessoas que acham que dá pra medir se a vacina pegou, se a vacina "deu bom", como dizem por aí. Isso, infelizmente, não é verdade. Os testes de anticorpos servem para fazer vigilância epidemiológica, para medir a prevalência da doença em uma população. Eles não dão uma boa resposta para o indivíduo, se você está protegido ou não, seja porque você já teve a doença ou porque você foi vacinado. Por quê? O que eles medem é um anticorpo, é a resposta de um tipo de anticorpo, e, como expliquei anteriormente, a gente tem várias respostas imunes além do anticorpo ou do anticorpo neutralizante.

A gente tem anticorpos que não são neutralizantes, a gente tem anticorpos que são neutralizantes e que, naqueles testes de farmácia... Aqueles, então, não servem para nada, não vão medir nada. Inclusive, aqueles testes de farmácia podem ser muito enganosos, porque a maior parte dos testes de farmácia que está no mercado vai medir anticorpos contra a proteína do nucleocapsídio, a proteína N do vírus, não é a proteína S, que é justamente a proteína da espícula, que está presente na maior parte das vacinas. Então, serve para ver quem já teve a doença, mas se funcionar, porque esses testes têm uma taxa de erro muito grave, porque são testes rápidos, eles não servem justamente para dar nenhuma informação individual – e a pessoa ainda vai ficar confusa, achando que não tem anticorpo nenhum.

Outro fator é que existe a resposta celular, a famosa resposta de células T, de linfócitos T, que não aparece nesses testes de anticorpos, nem nos rápidos, de farmácia, e nem naqueles feitos por laboratórios especializados, que podem até quantificar os anticorpos, mas a resposta de células T não vai aparecer.

Outra coisa que não vai aparecer nesses testes são as células de memória, e nós sabemos, pelos estudos que a gente fez dessa doença durante a pandemia, que o nível de anticorpos no sangue decai rapidamente, e isso é normal, isso é observado para outras doenças também. Imagina se, para cada doença que a gente tem, cada antígeno a que a gente é exposto, a gente ficasse o tempo todo produzindo um monte de anticorpo no sangue: ia virar uma sopa, uma sopa de letrinhas! E a gente não faz isso. O que a gente faz é produção de células de memória. O nosso sistema imune produz células de memória que ficam quiescentes, ficam dormentes, e, quando estimuladas, quando o patógeno aparece de novo, aí, sim, elas acordam e começam a produzir anticorpos e a jogar esses anticorpos na circulação.

Então, o fato de a pessoa não ter anticorpos no sangue não quer dizer que ela não tenha células de memória – que estão ali prontinhas para responder se a pessoa for infectada pelo vírus ou por outro patógeno – e que essa pessoa não tem resposta celular de linfócitos T, porque isso também não aparece nos testes de anticorpos. Então, esses testes acabam confundindo a pessoa, ou para ela achar que não está protegida ou para achar que a vacina não pegou, "a vacina não serve, eu quero me vacinar de novo". E a gente não deve encorajar esse tipo de comportamento, porque realmente só serve para deixar a população confusa.

O que diz para a gente se uma vacina funciona ou não são os testes clínicos da vacina. Isto a gente já sabe: as vacinas que foram aprovadas pela Anvisa foram aprovadas justamente porque elas funcionam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e elas funcionam na população. Então, não há necessidade de medir uma resposta individual e, quanto mais pessoas vacinadas – é a história do goleiro de novo –, a doença vai parando de circular, para de chegar bola ao gol. Então a vacinação é uma estratégia coletiva, é uma estratégia de saúde pública e não de saúde individual.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Natalia.

Agora, no sistema remoto...

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só quero registrar que, no fim do filme, o cidadão diz assim: "Eu agora vou voltar a tomar a minha ivermectina toda semana!" (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E essa história do goleiro já citada aqui em várias oportunidades é boa, porque nós somos 11 aqui, mas nós não entendemos muito de goleiro, nem de zaga não, nós somos atacantes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Renan.

Senador Tasso Jereissati, V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O Senador Tasso está no sistema remoto.

Como eu prometi, logo em seguida será o Senador Jorginho.

Senador Tasso, V. Exa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Bom dia, Presidente; bom dia, Dra. Natalia; bom dia, Dr. Cláudio, Sras. Senadoras e Senadores.

Eu, aqui, pedindo a paciência do Senador Jorginho, vou tentar ser o mais breve possível.

Para os dois, Dra. Natalia e Dr. Cláudio, eu, de tudo que vi aqui, saio, fico extremamente preocupado. Queria saber se entendi direito.

Nós temos uma terceira onda – ou a terceira onda em cima da segunda onda, como quer que seja chamada –, e é evidente, está aí evidente em alguns Estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, já acontecendo, aparentemente. Ao mesmo tempo, algumas das premissas que a Dra. Natalia colocou, como a existência de uma grande promoção, comunicação intensa para educar a população sobre os riscos da pandemia e do distanciamento ou do não distanciamento social e a necessidade de uso de máscaras, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

existem, continuamente não existindo; pelo contrário, ainda ontem o próprio Presidente da República declarou que iria fazer uma recomendação ao Ministro da Saúde para que fizesse um parecer sobre a não necessidade de uso de máscaras para aqueles já vacinados e para os que já tiveram a doença, indo diretamente na contramão do que a Dra. Natalia e o Dr. Cláudio estão falando. Ao mesmo tempo, nós temos visto todas as evidências que o próprio Presidente tem feito ainda em relação à cloroquina etc., e isso já foi bem discutido, eu considero até vencida essa discussão de cloroquina – a Dra. Natalia, então, fez uma explicação muito didática do que é uma pesquisa científica e como se chega a conclusões. Existe também a tal pesquisa ou a previsão, dentro desse quadro já negativo, da Universidade de Washington de que nós vamos chegar, se não me engano, em agosto ou no final de agosto, a cerca de 700 mil óbitos.

Juntando tudo isso, nos dá – e provavelmente pra quem está assistindo aqui a esta nossa sessão – uma gigantesca preocupação sobre o nosso futuro, futuro próximo, dos próximos dois meses, ou seja, julho, agora, e agosto. Então, seriam necessárias medidas urgentes, já que nós não temos possibilidades de aumentar a vacinação – aparentemente não temos, a curto prazo, pela falta da vacina. Nós teremos necessidade de, urgentemente, eu diria, pelo que eu estou entendendo – e a Dra. Natalia e o Dr. Cláudio que me corrijam –, quase desesperadamente, para evitar mais cerca de 150 mil óbitos, dentro dessas previsões, de uma campanha de isolamento social e uso de máscaras mais enérgica e mais enfatizada ainda. E o que está acontecendo é o oposto.

O meu entendimento está correto? É essa a minha pergunta.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada, Senador.

O seu entendimento está correto. É o que a gente vem comentando aqui desde o começo: as medidas preventivas, elas precisam ser efetivamente implementadas, de preferência com uma campanha coordenada pelo Governo Federal e pelo Ministério da Saúde, para que Estados e Municípios tenham diretrizes claras de como proceder e, principalmente, para poderem proceder em conjunto.

É claro que é um grande desafio, num país com uma desigualdade social tão grande como a nossa, falar em *lockdown*, falar em isolamento social. Muitas vezes parece até hipocrisia dizer para as pessoas ficarem em casa quando elas mal têm casa onde poderiam ficar, e elas precisam sair para trabalhar e precisam pegar transporte público para pôr comida na mesa. Não é uma opção. Não é tão simples para a maior parte da população brasileira falar em *home office*, ficar em casa, ficar na frente do computador. Isso é um privilégio para poucos.

Então, o que que a gente precisa garantir? Primeiro, que esses poucos que têm esse privilégio de ficar em casa, que não precisam trabalhar todo dia, sair, pegar transporte público para pôr comida na mesa, mas que conseguem trabalhar na segurança de suas casas, fiquem nas suas casas, e não fazendo festinhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro, a gente precisa de campanhas de conscientização das nossas classes mais privilegiadas, para que essas pessoas realmente façam sua parte, reduzindo a circulação de pessoas na comunidade, nas cidades, porque há pessoas que não têm essa escolha. Mas, infelizmente, o que a gente vê são pessoas que têm essa escolha fazendo a escolha de sair, de se expor, de ir a bares, restaurantes, festas. Então, primeiro, fazer essa campanha, realmente pesada, de conscientização, de cidadania, de solidariedade para aquelas pessoas que podem.

E, para aquelas pessoas que não podem, aquelas pessoas que não têm escolha, ampará-las, inclusive financeiramente, para que elas possam se proteger, para que elas possam ficar em casa o maior tempo possível, se expor menos, e, quando precisarem se expor, que elas tenham acesso aos equipamentos de proteção adequados, como eu falei, distribuição de máscaras PFF2 para o transporte público, para todo tipo de transporte coletivo, para que aquelas pessoas que precisam sair e trabalhar estejam minimamente protegidas, e fazer *lockdown* coordenado por região, e não uma cidade isolada aqui e outra ali, o que vai acabar servindo como um belo estudo de caso, mas não com efeito duradouro e prolongado na sociedade.

E, para coordenar isso, precisa de uma coordenação regional, de uma coordenação centralizada, e precisa, claro, de auxílio governamental, de auxílio financeiro para amparar os vulneráveis. Isso tudo, Senador, é algo que, infelizmente, nunca foi coordenado, nunca foi centralizado no Governo Federal e no Ministério da Saúde. Bem pelo contrário: não tem diretrizes claras, Estados e Municípios foram deixados à própria sorte, e, como o Cláudio falou, isso pode parecer democrático, mas, na verdade, isso é só falta de comando central e de vontade política.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Dr. Cláudio, eu quero falar... Tudo bom?

Então, eu queria fazer uma observação muito rápida, diante novamente do que está sendo dito aqui com muita clareza: as perspectivas que nós temos pra os próximos dois meses – esperamos até estar equivocados – são dramáticas. E a atitude do Presidente da República, de ontem, por exemplo, está na direção quase de que um... Não vou dizer uma palavra que está sendo usada muito aí, porque eu acho muito forte, mas quase que de uma provocação de casos e óbitos premeditada. Quase que isso está acontecendo. E a senhora, o Dr. Cláudio e outros cientistas, a Universidade de Washington, estão prevendo isso aqui. E a atitude do Governo, na pessoa do seu Presidente, é de provocar e até tripudiar sobre essas afirmações.

Então, eu queria deixar isso, Sr. Relator, Senador Renan – não sei se está me ouvindo – registrado em seu relatório. Isto, a meu ver, é uma das coisas mais graves que nós estamos vivendo aqui neste momento: que nós pudemos antever e estamos fazendo o oposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Dra. Natalia, Dr. Cláudio. Foi bastante esclarecedora a exposição de V. Sas. aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Tasso.

Na sequência, então, Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Quero cumprimentar o Presidente Randolfe, cumprimentar o Senador Renan, Dra. Natalia, Dr. Cláudio, Senadores aqui presentes, Humberto Costa e Luis Carlos Heinze.

Hoje está meio fraca a nossa a participação, dos Srs. Senadores, e foi dado um exemplo de tranquilidade no depoimento dos dois – tranquilidade que não teve a outra médica que esteve aqui –, com sensibilidade, com respeito ao posicionamento. Só pra registrar isso.

Eu quero fazer algumas observações. Eu tenho materiais da imprensa que mostram que tanto a Dra. Natalia quanto o Dr. Cláudio... O depoimento é muito técnico, especialista, depoimento bom. Eu não vou entrar no mérito do depoimento, mas na forma política do tratamento. Eles são, literalmente, adversários do Governo Bolsonaro. Isso está claro nas manifestações deles na imprensa. E, por exemplo, o Dr. Cláudio diz aqui no Sul21: "Médico critica omissão de dados sobre coronavírus: 'Bolsonaro esconde a verdade'", 8 de julho de 2020.

"[...] Cláudio Maierovitch, o objetivo do governo é 'esconder a verdade'."

"[...] 'O Governo Federal está empenhado em trazer confusão [...]' [...]."

A CUT e a Frente Brasil Popular promovem a *live* tal. Foi transmitida no dia 6 de abril, com o pesquisador da Fiocruz.

Então, são posições políticas. Eu não vou entrar no mérito aqui da questão técnica e científica, porque respeito o conhecimento deles.

Por exemplo, a Dra. Natalia diz aqui, no *site* Fórum, de 10 de julho: "'Retire o traseiro do nosso dinheiro e use para comprar vacinas', diz Natalia [...] a Bolsonaro". Aí a TV Cultura reeditou. Mandou o recado para o Presidente: "O dinheiro, não o traseiro. O traseiro ele usa para governar o país, e o resultado já vimos que não é bom".

No Fórum, em 10 de junho de 2021, o mesmo *site*, está aqui: "'Governo Bolsonaro tem fortes inclinações nazistas e fascistas', diz carta de judeus; leia a íntegra". Assinada pela Dra. Natalia, inclusive, com mais 200 intelectuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não vou fazer nenhum tipo de pergunta, respeitando a explanação técnica que os senhores deram aqui, por entender que tanto um quanto o outro tem lado. E eu tenho que respeitar isso.

Eu quero aproveitar, Sr. Presidente, meu tempo aqui e quero colocar dois assuntos em que ficou dúvida na sessão de ontem. Eu quero tentar fazer com que... As pessoas que nos assistiram ontem não ficaram bem esclarecidas, e o próprio Presidente da CPI, o Senador Omar, com respeito à vacina, ao motivo de a vacina do Butantan não ter recebido recurso e de a Fiocruz ter recebido recurso. O Governo Federal não teria sinalizado ao Butantan que faria a compra da vacina deles.

Vamos ao primeiro ponto: são negócios diferentes firmados entre o Governo Federal e os institutos. No caso do Butantan, o contrato foi de compra de vacina; no da Fiocruz, foi de transferência de tecnologia. Segundo o ex-Secretário Elcio, o Butantan foi questionado se tinha a tecnologia ideal para a produção de vacina, e a resposta foi sim, que já possuía tecnologia para a produção daquela vacina. Dessa forma, para que seja efetuada a compra de vacina, a legislação exigia a aprovação da Anvisa, o que ocorreu. No caso da Fiocruz, foi diferente, a entidade não tinha tecnologia. Então, foi feito um contrato de transferência de tecnologia. Neste caso, a legislação permitia o repasse de recurso para o desenvolvimento da vacina. Estamos, portanto, diante de duas coisas diferentes.

Presidente Omar, isso aqui, então, é para esclarecer a dúvida levantada pelo senhor, o porquê de o Governo ter dado recurso para a Fiocruz, e não para o Butantan – e não para o Butantan.

Muito bem.

O segundo ponto: o Governo Federal não teria sinalizado ao Butantan que faria a compra de vacinas deles, suscitado pelo Dr. Dimas Covas? Vejamos: no dia 20/10/2020, o Brasil assina o acordo de intenção de compra com o Butantan, aquisição de 46 milhões de doses de vacina, desde que aprovada pela Anvisa. Detalhe importante: as entregas das vacinas estavam previstas para iniciarem em janeiro de 2021. Veja que interessante: foi exatamente o período em que começamos a vacinar. Nesse acordo de intenção de compra, estava definido que o Governo Federal deveria editar nova medida provisória para disponibilizar 2,6 bilhões até janeiro, efetivando a compra, o que ocorreu.

Esses pontos definitivamente explicam e colocam uma pedra em cima das narrativas de que o Governo Federal não quis comprar vacinas do Butantan, de que o Governo Federal cancelou a intenção de compra, de que o Governo Federal não sinalizou ao Butantan que compraria vacina. Sinalizou que compraria vacina sim, desde que fosse aprovada pela Anvisa.

Outra questão, a suposta fala do Presidente dizendo que não compraria nenhuma vacina inclusive, mas se fosse chinesa... Nesse ponto, reside uma questão interessante: o vídeo usado rotineiramente nesta Comissão é cortado justamente na parte em que o Presidente justifica a sua fala. Por que será que é cortado e editado? Seria por que cairia por terra toda a narrativa que está sendo construída? Na fala em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão, o Presidente diz que será cancelada qualquer compra de vacina que não tiver aprovação da Anvisa.

Vamos ver o vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Isso foi a entrevista dada, a mesma entrevista, que foi dada e foi transmitida pela CNN.

Então, senhores e senhoras, eu quero agradecer a participação. Isso nos ajuda a restabelecer o que nós estamos tentando construir aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jorginho.

Só um rápido reparo, Senador Jorginho, se V. Exa. me permite. A única exceção do Presidente da República foi para a Covaxin, da Precisa, porque essa não teve autorização da Anvisa, e ele fez contato com o Primeiro-Ministro...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esse é outro acordo que ele tinha prazo internacional para entrar. Não vamos entrar nessa discussão, Senador, porque não... Hoje está muito bem... Está muito calma a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só que não tinha acordo, era a mais cara.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Era um acordo internacional que o Brasil estava participando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, o senhor está confundindo. Essa daí...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tinha prazo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... é a Covaxin...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E tinha prazo para entrar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não estou falando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu estou falando de um vídeo que foi editado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Senador Jorginho, só uma rápida retificação. O senhor está confundindo a Covax Facility, que era um acordo internacional, com a Covaxin, Bharat Biotech, que tem um laboratório aqui no Brasil chamado Precisa, que tem a vacina mais cara de todas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Estou falando... Estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E que teve um contrato firmado antes da autorização da Anvisa...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é outra coisa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de 1 bilhão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é outra coisa!

Eu estou tratando de um vídeo editado e cortado para que... Quando o Presidente disse que não vai comprar vacina nenhuma, cortam e editam ali. É só isso que estou falando!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Senador Jorginho. Eu quero agradecer a V. Exa., o senhor colocou o vídeo todo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É só... Não, não, não, mas é...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O vídeo todo está certo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É a entrevista do vídeo todo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, mas está certo. Ele disse lá o seguinte: "Só pode cloroquina, não pode vacina".

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não, ele não falou isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele falou!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele não falou isso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele falou!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É o senhor que está falando. Não falou isso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Falou, mas é o seguinte, é que tem uma preferência do Presidente da República pela Bharat Biotech, Precisa. Esta CPI esclarecerá essa preferência, sem autorização da Anvisa, pela Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O atravessador ganhou 500 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a CPI esclarecerá. Deve ser uma predileção.

Dra. Natalia, Dr. Cláudio, por favor.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Posso começar, Cláudio? (*Pausa.*)

Obrigada, Senador, pelas perguntas...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu até não gostaria de tomar o tempo deles, eu não gostaria de saber a opinião deles, porque eu já sei que é contrária ao Governo. Então, eu respeito tecnicamente, já frisei isso e respeitosamente eu gostaria de não ter... E de dar o tempo aos outros Senadores que querem perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente, mas é o direito de ambos...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Direito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... fazerem alguma consideração, a partir da consideração de V. Exa.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senador, eu acho que a questão que o senhor trouxe é extremamente pertinente e deve ser uma observação que já foi feita por outras pessoas além do senhor. Então, eu agradeço a colocação que nos dá oportunidade, a mim e a Cláudio, pra que a gente se coloque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o posicionamento político do cientista, não é uma questão de ser adversário do Governo. Inclusive, políticas públicas são o tema central do meu trabalho com o Instituto Questão de Ciência, que é a ONG que eu presido – políticas públicas baseadas em evidências científicas. E, quando as políticas públicas não são baseadas em ciência, principalmente políticas públicas de saúde, eu preciso me manifestar – assim diz o meu estatuto. E assim também todo cientista brasileiro que percebe que, quando a ciência é distorcida para promover curas milagrosas e a ciência é ignorada no que ela pretende para controle da pandemia, nas medidas que são aprovadas pela ciência, então, é obrigação do cientista se manifestar, porque é o cientista que pode esclarecer essas questões para a população, para gestores. E não é uma questão de ser adversário do Governo. O meu instituto, por exemplo, nunca se posicionou politicamente em questões que não são pertinentes à ciência. O senhor certamente nunca me ouviu falar sobre a privatização dos Correios ou a reforma da previdência, porque eu não teria por que falar desses assuntos, mas, quando a ciência é distorcida pra embasar políticas públicas erradas, os cientistas precisam, sim, se posicionar. Então, não é uma questão pessoal com Jair Bolsonaro, é uma questão com a política pública deste Governo que está sendo promovida pelo Presidente da República, pela pessoa que ocupa este cargo, e que tem uma responsabilidade, porque pediu para estar lá e precisa, então, se responsabilizar pela mensagem que passa para a população.

Em relação ao manifesto de intelectuais e cientistas judeus que eu assinei, eu sou membro do Conselho do Instituto Brasil-Israel, e esse instituto foi que encaminhou esse manifesto. O manifesto fala por si: é simplesmente um manifesto de judeus que estão preocupados com um governo autoritário. Nós judeus já passamos por isso antes, e a nossa meta como judeus e como filhos e netos do holocausto é nunca esquecer, pra que governos autoritários nunca possam colocar em risco a saúde e a vida de suas populações. Então, faz parte da minha missão como cidadã e como judia participar desse tipo de manifesto. E eu não acho que eu tenha que me justificar perante esta Casa do porquê eu fiz isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agressão. Agressão ao Presidente a senhora fez. A senhora não fez uma manifestação. Então, eu...

E vamos economizar, que fica melhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, a primeira consideração preliminar, eu nunca escondi minhas posições políticas. De fato, o Senador trouxe aqui algumas... Nem sempre o título da matéria reflete o que a gente falou, isso é natural, mas, de fato, nunca escondi minhas posições políticas. Não votei neste Presidente, isso não é segredo pra ninguém, mas trato de um outro jeito em relação ao tema aqui, quer dizer, a minha área... Eu não... Eu tenho sido chamado de cientista, eu sempre fico um pouco assim... Eu não sei se eu me vejo como cientista. Eu sou, no Governo, de uma carreira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialista em políticas públicas e gestão governamental, e a minha grande preocupação é sobre a gestão desta crise.

Eu mencionei antes que tem inexistido o planejamento em relação a esta crise. E, quando a gente fala de vacinas, quando a gente fala de desenvolvimento tecnológico, o planejamento é uma dimensão absolutamente essencial, especialmente quando há tanto desconhecimento e incerteza. Então, acho compreensível que haja dificuldade em planejar num ambiente de tanta incerteza. Isso exige uma qualificação, um profissionalismo dos planejadores, dos gestores, que não se encontra em qualquer lugar, especialmente quando se pensa na necessidade de investir para uma vacina que ainda não está pronta, por exemplo. E aí eu não estou falando do Butantan; estou falando do momento inicial desta crise, em que havia necessidade de fazer apostas em vacinas que poderiam dar ou não certo. Isso exige um conhecimento muito relevante.

Isso teria justificado a criação de um grupo especializado nisso, teria justificado a presença do grande ausente desta crise, que foi o Ministério da Saúde. Toda condução que foi mencionada de uma parceria público-privada de um processo de transferência de tecnologia foi um aprendizado que o Ministério da Saúde teve ao longo de muitos anos. Eu testemunhei uma parte desse desenvolvimento, cheguei a trabalhar na Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do ministério durante esse período. Então, era possível ter um grupo com conhecimento, com experiência, tratando disso. Era possível ter a presença do Ministério da Saúde fazendo a prospecção das vacinas e avaliando as necessidades de cada instituição, inclusive, para fazer os seus acordos. O que nós vimos foi que os institutos públicos ficaram solitários nessa missão. Eles não tiveram respaldo do ponto de vista político, econômico, técnico e diplomático do Governo para fazer esses acordos. No caso da vacina AstraZeneca/Oxford, este apoio veio um pouco mais tarde, ele acabou vindo; no caso do Butantan, aparentemente, esse acordo só veio quando a vacina estava às vésperas de ser aprovada; e, em outros casos em que poderia ter sido possível algum tipo de acordo, não houve iniciativa nesse sentido.

Então, mais uma vez, faltou um plano, faltou organização, faltou coordenação, faltou profissionalismo no trato com uma crise desta dimensão. Então, ficou nas mãos do Presidente da República uma decisão, um discurso e uma organização que ele não estava preparado para fazer. Acho que teve a grande figura ausente que era o Ministério da Saúde, um ministério preparado para enfrentar uma crise deste tamanho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, como é que está a inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Cláudio.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero só agradecer, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... dentro do meu tempo. É só agradecer o discurso ideológico e cumprimentar a qualificação dos dois. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Jorginho.

Respondendo aqui ao Senador Rogério, a Senadora Kátia Abreu será a próxima agora, no sistema remoto; Senador Marcos Rogério; Senador Luis Carlos Heinze; Senador Girão, no sistema remoto; Senador Rogério Carvalho, aqui presencial; em seguida o Senador Kajuru.

Senadora Kátia Abreu, no sistema remoto, V. Exa. está com a palavra. (*Pausa.*)

Senadora Kátia? (*Pausa.*)

Temos conexão com a Senadora Kátia? (*Pausa.*)

Senadora Kátia, V. Exa. tem que liberar o áudio.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agora sim, Senadora, alto e claro. Fique à vontade.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Professor Dr. Cláudio e especialmente a Dra. Natalia Pasternak. É um orgulho para nós mulheres. Eu adoro a ciência, sou uma admiradora. Não sou uma cientista nem uma grande intelectual, mas eu sei tirar o chapéu para quem estuda, para quem busca conhecimento e, principalmente, para quem está disposto a distribuir conhecimento, a democratizar o conhecimento. A senhora tem o meu respeito pela sua valentia e coragem. A senhora nunca abaixou a cabeça para defender os seus ideais, aquilo que senhora acredita, aquilo que a senhora estudou. Estou reforçando mais a Dra. Natalia não é para, em hipótese alguma, diminuir o Professor Cláudio, mas é que eu a conheço mais de perto – das entrevistas, das participações, não a conheço pessoalmente. Eu tenho de tirar o chapéu pela sua coragem em enfrentar. A senhora poderia ficar calada, silenciosa, como tantos cientistas por aí que têm vontade de falar e não se sentem estimulados. Pois eu acredito que as mudanças vêm pela voz, as mudanças vêm pelo coração, e a gente só expõe o que o coração sente e o nosso intelecto, depois de estudar tanto, através das palavras. Então, a senhora não pode silenciar.

Esse fato, essa acusação de que a senhora é contra o Governo... E me desculpe o Senador Jorginho, meu queridíssimo amigo, nós somos parceiros em tantas lutas no Senado Federal, mas não é justo fazer isso com a ciência, não é justo fazer isso com quem grita por nós. Ela poderia ter ficado silenciosa. Se ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e outros ficassem silenciosos, quantos mais milhares de brasileiros poderiam ter morrido? Se nós, colegas Senadores, tivéssemos nos silenciado, quantos mais deveriam ter morrido? E se a imprensa tivesse silenciado? Então, é um conjunto de pessoas com espírito público que não tem nada de pessoal.

Eu acabei de contabilizar, colegas, em quantas matérias, como Senadora, eu votei a favor do Governo, matérias enviadas pelo Governo através de medida provisória. Eu votei 100% – não foram 90%, não, foram 100%. Por quê? Porque a matérias enviadas eram boas para o Brasil. Eu julguei que eram boas. Bolsonaro nunca me ligou pedindo um voto numa medida provisória. Com relação à pandemia, eu sou totalmente o contrário. Então, de que lado eu sou? Eu sou Bolsonaro ou eu sou oposição ao Bolsonaro? Estou querendo fazer esse comparativo para defender e proteger a Dra. Natalia. De que lado eu sou? Eu gostaria, então, que alguém me dissesse se eu sou Bolsonaro ou se eu sou contra o Bolsonaro. Votei 100%, fora as outras matérias de interesse do Governo, projetos de lei, como a independência do Banco Central, como os depósitos voluntários, como a mudança do câmbio, como o decreto dando limite imensurável para o Governo gastar na pandemia com confiança total. Votei em tudo a favor, mas, na pandemia, Senador, faça-me o favor! Nós não temos como mais...

Eu estou assistindo aqui desde cedo, emocionada, indignada, triste e, com toda franqueza, com vontade de chorar – e olhem que eu não sou mole –, vontade de chorar ao ver as perspectivas de, nos próximos dois meses, morrer mais 150 mil pessoas!

Quando eu me alterei um pouco na sessão de ontem, falei um pouco mais alto e mais forte, é porque eu não sei mais o que responder para as pessoas. As pessoas ligam perguntando: "E as vacinas, vocês estão arrumando vacina para nós? E aí? Em que dia vai parar de morrer gente? O que nós vamos fazer?". Nós não temos mais respostas, nós não temos mais resposta para dar! Nós não podemos inventar respostas. Cadê a vacina dos professores? Nós precisamos voltar os alunos para a escola.

Eu quero aqui propor a vinda de um técnico especializado do Banco Mundial, porque fizeram uma pesquisa fantástica demonstrando o empobrecimento das nações, especialmente América Latina e Brasil, em consequência da falta de aulas. É alguma coisa de te deixar desesperado. Esta CPI tem que investigar, sim, os prejuízos econômicos atuais e futuros que o Brasil terá em consequência das inconsequências praticadas no combate à pandemia.

Eu vou fazer três perguntas objetivas, por favor, para os nossos convidados.

Número um, Dra. Natalia: me diga de onde saiu a receita inicial da cloroquina e ivermectina? Em que mês foi isso? De onde saiu? Essa recomendação foi de algum lugar; eu gostaria de saber o mês e de onde foi. Por quê? Conjecturas eu sei que são importantes, e tentativas são importantes. A partir desse dia, doutora, em que dia ficou constatado pela comunidade científica internacional que cloroquina e ivermectina não eram mais a solução? Em que mês foi isso, mais ou menos, para que a gente tenha uma ideia de onde saiu, em que dia foi extinta, para nós vermos o período que ainda se insiste com uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vencida? A população brasileira tem que ver. Sugeriu no início? Sugeriu, foi sugerido, sim. Até eu tomei isso, aquilo... Tudo bem. Depois disse: "Não, não tome mais, porque isso não vale, não adianta e ainda faz mal", para a gente ver o período em que ainda se insiste em receitar cloroquina e ivermectina, porque a população tem que saber sobre isso.

A segunda pergunta: imunização de rebanho. Por favor, professores doutores, expliquem para nós o que é imunização de rebanho, porque rebanho a gente conhece muito, é gado, é boi, é vaca, mas existe essa expressão, eu sei que existe. Então, é importante a população entender o que é imunização de rebanho e se ela, em algum momento da ciência, é importante, se ela é usual em algumas circunstâncias e em outras não. Essa é a segunda pergunta.

A terceira é a seguinte: se nós tivéssemos seguido todos os protocolos adequadamente, se tivéssemos comprado vacinas na hora certa, se nós tivéssemos insistido com as medidas sanitárias, com campanhas fortes, com exemplo das lideranças políticas usando máscara, promovendo distanciamento, organizando as feiras, os negócios, o *lockdown,* o *lockdown* parcial, se nós tivéssemos feito minimamente o dever de casa, ao invés de 482 mil pessoas, nós poderíamos ter evitado a morte de quantos? Respeito se não tiver essa resposta. Eu gostaria de saber se existe uma previsão da irresponsabilidade, uma previsão do que os irresponsáveis fizeram com o País, de quantas vidas tiraram, quantas pessoas adoecidas, quanto de dinheiro público gasto. Nós temos que fazer essa conta completa. Nós precisamos mostrar isto ao Brasil: vidas tiradas, saúde de pessoas aniquilada e dinheiro público torrado à vontade para acudir a desgraça e a irresponsabilidade. Quanto poderíamos ter evitado nesse período?

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente. E agradeço a todos os colegas pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Kátia.

Dra. Natalia? Dr. Cláudio?

Dra. Natalia, por favor.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Posso começar.

Muito obrigada, Senadora, e obrigada principalmente pelas palavras de carinho e de estímulo.

Senadora, o *hype* da cloroquina começou em março do ano passado, com a publicação daquele primeiro *paper*, aquele primeiro artigo que eu mostrei na minha apresentação, o artigo feito por um grupo da China que mostrava atividade *in vitro*, em tubo de ensaio, e, em seguida, uma publicação do famoso *paper* de Marselha, que foi feito pelo grupo do Professor Didier Raoult, e que foi um *paper* extremamente criticado, um artigo científico extremamente criticado pela comunidade científica por ser carregado de falhas metodológicas e suspeita de fraude. Então, é um artigo que, pra comunidade científica, ele não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

validade, mas, infelizmente, ele causou um clamor popular muito grande e que daí deu início ao que a gente chama de *hype* da cloroquina.

Em junho e julho de 2020, a gente já tinha respostas suficientes de outros ensaios que foram feitos pra testar a cloroquina e que já mostravam que ela não tinha plausibilidade biológica pra funcionar e que não, efetivamente, funcionava em diversos estudos clínicos. Naquele tempo, inclusive, em junho de 2020, eu publiquei, com diversos colegas médicos, uma nota técnica, que está no meu *site* do Instituto Questão de Ciência, mas eu trouxe aqui impressa também, pra deixar com o Presidente da Comissão. Nessa nota técnica, já no meio do ano passado, nós já indicávamos – ela foi assinada por mim e por um grupo de médicos com experiência em testes clínicos, inclusive –, essa nota já indicava vários trabalhos – nós fizemos a compilação de vários trabalhos, várias publicações que já existiam naquela época sobre a cloroquina – mostrando que não era um medicamento adequado pra Covid-19. Então, nós temos informações suficientes desde meados de 2020 pra não indicar a cloroquina como um tratamento médico.

A ivermectina, eu vou pedir pra minha equipe me enviar os dados exatos de datas, porque esses eu não tenho aqui de memória, mas a ivermectina também veio de um ensaio *in vitro* que foi conduzido pela Universidade Monash, na Austrália, e que também mostrava uma suposta ação antiviral em tubo de ensaio, numa concentração que seria muito alta se fosse transposta para as células humanas. Então, seria uma concentração muito tóxica. Infelizmente, isso também deu origem a um *hype*, onde se propagou uma noção popular de que existia um medicamento promissor pra Covid-19, e daí, principalmente aqui no Brasil, isso acabou ganhando muito corpo e o remédio ficou bastante difundido na nossa sociedade.

Sobre a questão da imunização de rebanho, Senadora, a imunização...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Só um minutinho, doutora. Então, essa decisão, essa consciência científica, ela foi nacional e internacional, de que a cloroquina e a ivermectina, desde por volta de junho, julho do ano passado, não eram mais eficazes para o tratamento de Covid, é isso? Nacional e internacional.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Sim, nós tivemos vários países, inclusive, além do Brasil, que estavam usando, experimentando com a cloroquina, mas que, em meados do ano passado, já cancelaram os seus protocolos, diferentemente do que aconteceu aqui, porque perceberam, pela quantidade de publicações que já existiam sobre esse medicamento, que não fazia sentido.

Eu estou deixando aqui, com o Presidente, a nota técnica que foi redigida por mim e por um grupo de médicos, a maior parte deles da Fiocruz, sobre o uso da cloroquina. Isso foi publicado, Senador, em junho do ano passado, e está também publicado no *site* do Instituto Questão de Ciência, pra quem quiser baixar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Dra. Natalia.

Eu quero determinar à Secretaria que providencie cópias para o Sr. Relator e também para os demais membros desta CPI que se interessaram.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – E sobre a imunidade de rebanho, Senadora, é um termo vacinal. Imunidade de rebanho é algo que a gente alcança com campanhas de vacinação, e não deixando todo mundo pegar a doença pra ver o que vai dar. Isso a gente nunca fez historicamente.

A gente não controlou doenças, como a varíola, por exemplo, deixando todo mundo ficar doente, pra ver o que ia dar. E a varíola esteve com a gente durante milhares de anos. Mas por que ela nunca foi embora? Por que ela só foi embora com vacina? Porque, efetivamente, imunidade de rebanho, ou seja, fazer a doença parar de circular – e, no caso da varíola, ela parou de circular a tal ponto que ela sumiu, ela realmente foi erradicada –, isso só se consegue com vacina. No caso da varíola, foi uma campanha de vacinação global, maciça, encabeçada pela Organização Mundial de Saúde, que durou dez anos. E daí, sim, a gente conseguiu erradicar até hoje a única doença que foi realmente erradicada do planeta. Outras doenças foram controladas, como a pólio, mas não erradicadas, e isso também com campanhas de vacinação.

Essa imunidade de rebanho, de deixar todo mundo ficar doente, ela não funciona, ela não é consistente, ela não é estável. A gente sempre vai ver novos surtos, novos picos. A gente pode até ter um controle temporário e muito localizado, mas ele não vai durar. Então, não é uma estratégia efetiva. Imunidade de rebanho é algo que a gente só consegue com vacina, e não simplesmente deixando as pessoas ficarem doentes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Obrigado, Senadora.

Eu vou comentar...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Por favor... Ah, desculpa! Desculpa! Pensei que já tinha encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, por favor, Senadora Kátia. Eu ia passar pra...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu queria ver as mortes evitadas, as mortes que poderiam ter sido evitadas se o dever de casa tivesse sido feito a contento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Primeiro um comentário em relação à imunidade de rebanho. Eu vou me permitir aqui traduzir um pouco em miúdos o significado da origem dessa expressão. Como o próprio nome já diz, é algo apreendido da própria veterinária, em que, se vacinando uma parte da criação, uma parte importante da criação contra uma determinada doença transmissível entre os animais, mesmo aqueles que não foram vacinados ficam protegidos, porque esse agente infeccioso não consegue circular o suficiente pra chegar até aqueles que não foram vacinados, a probabilidade de chegar naqueles é muito pequena.

Então, o raciocínio que se faz: bom, na medida em que muita gente tiver a doença, tanta gente estará protegida, estará com imunidade, que a probabilidade de alguém que tenha o vírus ter contato com alguém que não tenha imunidade é tão pequena que a doença acaba. No entanto, para o caso da Covid, só é possível atingir essa imunidade com vacinação. O cenário de que se atinja esse tipo de imunidade pelo rumo natural da doença implica uma quantidade tão grande de doentes e de mortos que não seria sequer eticamente aceitável alguma proposta desse tipo e, mesmo assim, sabendo-se que o vírus continuaria circulando em alguma dimensão e causando novos surtos, novas mortes, novas internações esporadicamente – é o que a história nos tem mostrado. Então, para que nós atinjamos aquilo que a gente tem usado na saúde pública como a transposição desse termo da imunidade coletiva, ou imunidade populacional, nós precisamos de vacinação, e vacinação em larga escala.

Em relação ao número de mortes que poderiam ter sido evitadas, é muito difícil falar em números. A gente tem um mínimo do que poderia ter sido evitado, o cálculo feito pelos epidemiologistas da Universidade Federal de Pelotas de que, caso tivessem sido fechados acordos mais precocemente, mais tempestivamente, com o Instituto Butantan e com a empresa Pfizer, nós teríamos evitado algo em torno de 80 a 90 mil mortes no País, sem nenhum outro tipo de ação. Certamente, se nós tivéssemos tido alguns períodos de confinamento, uma boa campanha de comunicação, medidas no campo da economia e no campo social adotadas tempestivamente de forma coordenada, nós teríamos um número de mortes muito menor. Não sei se alguém já fez essa estimativa de uma forma científica, mas, se a gente fosse pensar em grandes números em ordem de grandeza, é possível estimar que nós tivéssemos metade dessas mortes evitáveis.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Cláudio.

Senadora Kátia, satisfeita?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Impactada, muito impactada.

Uma última pergunta, se me permite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O que aconteceu de pior de 2020 para 2021? Em 2020 morreram 195 mil brasileiros. Em 2021 – nós estamos no meio do ano –, morreram 288 mil brasileiros. Com a previsão de mais 150, ou vamos colocar só mais 100 para não dizer que estamos exagerando, que nós somos contra Bolsonaro, mais 100: então, mais quase 400 mil pessoas em 2021. Então, arredonda-se para 200 no ano passado e, agora, quase 400 este ano, só até daqui a dois meses. O que foi feito de errado, de pior, para terem dobrado as mortes do ano passado para cá? Onde erramos? Por que menos mortes no ano passado? Ou melhor, onde acertamos no ano passado? De qualquer jeito, eu queria saber o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora.

Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senadora, do ano passado pra cá, teve diversas mudanças de comportamento das pessoas e do vírus que contribuíram pra esse aumento em 2021.

Então, se a gente olhar, durante o ano passado, primeiro a gente tem uma pandemia que começa de uma maneira lenta, porque começa se espalhando pelo mundo, e vai atingindo, de maneira diferente e em tempos diferentes, os diversos países e regiões, até que ela se espalha de uma maneira mais homogênea, e daí o estrago é muito maior. Então, primeiro teve um crescimento gradual em 2020, até que ela se estabilizou, então, quando chega 2021, já estava tudo dominado, por assim dizer.

E outra coisa que acontece é que, com a pandemia correndo descontrolada em vários países, a gente tem o surgimento de novas variantes do vírus. E isso é normal, isso faz parte da evolução do vírus, da fisiologia dele: o vírus vai se adaptando melhor a nós, ao hospedeiro, com o tempo. E essas adaptações surgem com mutações bastante específicas, que vão sendo selecionadas, porque elas trazem vantagem para o vírus. Ele se torna mais eficiente em nos infectar. E tem geralmente dois tipos de mutação que dão muita vantagem para o vírus.

Uma dá mais afinidade pelo nosso receptor celular. Então, é como se o vírus... Naquele esquema de chave e fechadura, em que ele tem a chave que abre a fechadura da célula, quando ele faz o primeiro pulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

do reservatório animal para humano, essa chave abre mais ou menos, mas abriu, entrou, e o vírus consegue, então, infectar a nossa célula. Mas ainda tem lugar pra ele melhorar, dá pra ele melhorar essa chave, dá para ele rodar melhor essa chave ali. Então, tem espaço pra mutações que podem trazer vantagem para o vírus, se ele conseguir fazer um encaixe melhor. E é isso que ele faz com o tempo, mas, pra essas mutações acontecerem, a gente precisa de tempo e de multiplicação viral. A gente teve os dois: a gente teve tempo e a gente teve locais no mundo onde a multiplicação viral tendeu ao infinito, porque a pandemia correu muito descontrolada. Então, a gente teve situações ideais pra dar tempo de o vírus se adaptar.

Outra mutação que também acaba sendo muito vantajosa para o vírus é se ele escapa do nosso sistema imune, se ele escapa das nossas defesas, sejam essas defesas geradas por uma infecção prévia ou por vacinas. Se ele consegue escapar, ele está na vantagem.

Então, esses dois tipos de mutação são os tipos que mais apareceram nas famosas variantes do vírus que estão aí circulando pelo mundo e que tornam o vírus mais eficiente. Se ele é mais eficiente, ele é mais contagioso, ele vai chegar a mais pessoas, então ele se espalha mais rapidamente; se ele tem um ligeiro escape de sistema imune, ele também se espalha mais rapidamente.

Outra coisa que mudou, infelizmente, é que o controle dessa pandemia depende do comportamento de pessoas, porque ela passa de pessoa pra pessoa. E, infelizmente, em 2021, a gente teve momentos de uma adesão às medidas restritivas muito menor do que alguns momentos em 2020. Então, isso também se reflete na propagação da doença, porque, se as pessoas estão – e é até compreensível – exaustas, cansadas, frustradas, elas vão aderindo menos às medidas de prevenção – e, se elas estão iludidas, achando que têm curas milagrosas, menos ainda. Então, a gente acaba tendo uma maior circulação do vírus.

Essa circulação motivada pelo comportamento de pessoas, por estarem desinformadas ou por acreditarem em curas milagrosas... Junta-se a isso, então, a própria evolução do vírus com o surgimento de variantes que também são mais contagiosas e mais eficientes em nos infectar e a gente tem um cenário onde o que era ruim ficou pior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes, Dr. Cláudio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Bernadete Moreira pergunta-me pelas redes sociais se dava para colher, aproveitando as honrosas presenças de V. Sas. aqui nesta Comissão, as suas impressões sobre o fato de o Brasil sediar a Copa América depois das veementes recusas do Chile, do Equador e da própria Argentina. O que V. Sas. acham disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Eu só queria fazer um comentário breve em relação à explanação da Natalia.

Isso que aconteceu no mundo inteiro aconteceu com cores mais vibrantes no Brasil. Vamos nos lembrar, em relação ao primeiro movimento: quando a epidemia entrou no Brasil, ela entrou por algumas capitais, principalmente aquelas que têm mais conexão internacional – São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Manaus –, e foi se espalhando aos poucos para o interior. Naquele momento, meados do primeiro semestre do ano passado, ainda houve atitudes de alguns Governadores e alguns Prefeitos de fazer restrição à movimentação de pessoas, ao funcionamento de diversas atividades, e aquilo funcionou, aquilo segurou um pouco. Quando nós tivemos, no fim do ano, uma flexibilização ainda maior, a epidemia já estava espalhada pelo Território nacional inteiro, é como se ela já estivesse semeada em toda parte, e aí foi só bater a chuva que nasceu em toda parte. Então, isso explica em grande parte essa intensidade no início deste ano.

Além disso, as medidas que foram, ainda que precariamente, adotadas ano passado não foram adotadas este ano. E vamos olhar para a cronologia: nós tivemos um auxílio emergencial que durou até dezembro do ano passado, e nós ficamos quatro meses sem auxílio nenhum. Não acredito que seja apenas coincidência que tenha sido justamente nesse período que houve o maior crescimento da transmissão e do número de mortes.

Em relação à Copa América, acredito que ninguém da área de saúde pública, ninguém em sã consciência se colocasse a defender a realização de qualquer atividade que reúne gente numa situação cataclísmica como a que nós vivemos, do ponto de vista da transmissão. Outros dois países se negaram, por razões diferentes até, talvez por mais bom senso, e não estão em situação pior do que a nossa. Quer dizer, é uma coisa... Beira a insanidade que um país que hoje tem sido aquele que ostenta o maior número de mortes diárias por uma doença, por uma grande epidemia, traga para si eventos que reúnem pessoas, que reúnem pessoas de origens diferentes, sabendo que não é possível conter completamente a transmissão. Então, me parece uma atitude insana.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, se puder só fazer um adendo... Porque eu recebi uma mensagem do Professor Pedro Hallal aqui, pedindo que eu desse os dados que ele publicou na *Lancet*, de que três de cada quatro mortes teriam sido evitadas se o Brasil estivesse na média mundial de controle da pandemia. Ou seja, quando atingirmos 500 mil mortes, isso quer dizer que 375 mil mortes poderiam ter sido evitadas com melhor controle da pandemia. Esses dados são do Professor Pedro Hallal. Ele pediu que eu compartilhasse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Natalia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Presidente, por último agora, pra encerrar, eu pergunto aos dois: imaginem que, nesse momento, no dia 11 de junho, vocês recebessem do Presidente da República o poder de mando pra resolver o problema da pandemia nos próximos 30 dias. O que vocês recomendariam aos Governadores, aos Prefeitos, ao próprio Governo Federal? O que seria efetivo, objetivamente? Eu sei que não é assim: "Isso, mais isso, mais aquilo"; é um conjunto. Mas vocês teriam esses 30 dias pra agir. Qual seria a prioridade de vocês pra ajudar a conter essas 150 mil mortes que poderiam vir nos próximos 60 dias? Liberdade total do Governo e do Congresso. O que fariam, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Kátia.

Eu peço à Dra. Natalia e ao Dr. Cláudio também só pra procurarem objetivar a resposta, pra gente poder prosseguir com os próximos colegas Senadores.

Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Bom, neste cenário idílico, em que fosse dado às pessoas, aos cientistas, às pessoas do ramo pra tomar decisões... Eu vou resumir em apenas três aqui – certamente haveria uma infinidade delas. A primeira seria *lockdown*, interrupção por três semanas de todas as atividades que não são consideradas absolutamente essenciais pra manutenção da vida das pessoas, seguida de rotinas de rastreamento, testagem e isolamento. A segunda, obviamente: a vacinação, a busca de mais opções de vacinas, de forma rápida, pra atingir as pessoas, já que velocidade é um componente muito importante da resposta à epidemia. E a terceira: comunicação, quer dizer, campanhas intensas tratando de quais são os comportamentos seguros pra as pessoas, quais são as atividades seguras e de que forma se prevenir. De maneira bem sucinta, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Cláudio.

Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – O Cláudio já disse tudo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Obrigado, Senadora Kátia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, Presidente. Obrigada aos nossos convidados pelos esclarecimentos maravilhosos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós que agradecemos, Senadora Kátia, por sua audiência e por sua intervenção.

Então, na sequência, como a dinâmica desta Presidência é alternar entre um presencial e um remoto – Senador Marcos Rogério está no remoto –, então passaremos ao Senador Luis Carlos Heinze, que está aqui presencialmente. Em seguida, ao Senador Marcos Rogério; e, em seguida, ao Rogério Carvalho, que está aqui presencialmente.

Senador Heinze, fique à vontade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dra. Natalia, Dr. Cláudio, prazer. Colegas Senadoras, Senadores... Presentes tem poucos aqui, mas alguém está no sistema remoto...

Só fazer, primeiro, uma colocação: o Dr. Cláudio fala que o Governo não fez nada. Infelizmente a nossa mídia mostra pouco.

Aqui, BBC de Londres, 20 de maio: paradoxo, Brasil, na América Latina, onde baixou a pobreza, Panamá e Brasil – BBC de Londres, 20 de maio.

Aqui está o *Wall Street Journal* também – isso aqui agora, de 2 de junho –, onde também fala que o Brasil está voltando a crescer depois da pandemia.

Alguma coisa foi feita, não foi por conta.

Então, esses são... É só para responder ao que o senhor falou.

Foi colocado aqui também que não fez nada. Nunca se liberou tanto dinheiro para a saúde como liberou em 2020 e continua liberando em 2021. No ano passado, para os Estados brasileiros e Municípios, foram R$175 bilhões. E, mesmo assim, se vê a farra do dinheiro. Respiradores, nesse Consórcio Nordeste, foram comprados de uma indústria da maconha. O Senador Girão insiste nesse assunto e deve falar desse tema. Da mesma forma, acho que em Manaus ou não sei onde, alguém que vende vinho está vendendo respirador. Aí é muito complicado. Mas dinheiro houve e foi repassado a Estados e Municípios e também aos próprios hospitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou repetir um fato que já venho dizendo: os hospitais filantrópicos têm quase 30 mil leitos de UTI, já renovados aqueles valores que o ministério paga. São R$1,6 mil por dia e quase 30 mil leitos. No meu Estado, triplicaram os leitos de março do ano passado até março deste ano. No Brasil, quase dobraram os leitos de UTI Covid. Então, esse é o ponto.

O Dr. Cláudio é da Fiocruz, uma instituição importante para o Brasil e para o mundo.

Eu fiz... Outro dia, falando para o Dr. Dimas... O Butantan recebe este ano do Governo Bolsonaro, que se está criticando aqui, mais de R$8 bilhões; a Fiocruz, R$7,5 bilhões. Inclusive, o Complexo Santa Cruz... Essa compra da vacina, no acerto feito na semana passada, entre Ministério da Saúde, Fiocruz e AstraZeneca, vai possibilitar, acho, o Complexo Santa Cruz, que é muito importante.

Então, fica ruim falar de um parceiro dessa monta, a crítica que é feita pela Fiocruz, a crítica que é feita pelo Butantan ao Governo. Essa é a minha colocação.

A Senadora Kátia fez uma colocação ali das mortes. Dra. Natalia, só vou fazer uma colocação aqui: os Estados Unidos praticamente vacinaram toda a população, Senador Renan... Preste atenção! Vacinaram toda a população. Na data de ontem, eram 598 mil mortes nos Estados Unidos, com toda a população vacinada. No Brasil, são 476 mil. Hoje são quatrocentos e... É um pouquinho mais. Então, também não é a questão da vacinação. Aqui tem uma informação. São dados públicos nesse processo.

Dra. Natalia, a senhora considera tecnicamente correto afirmar que a ciência comprova a ineficácia da droga ivermectina quando temos cinco metanálises favoráveis, sendo duas já publicadas, uma em maio, pelo Dr. Pierre Kory, e a outra agora em 6 de junho, pelo Dr. Timotheus, tendo um *preprint* da Dra. Tess Lawrie, uma das maiores especialistas do mundo em Medicina Baseada em Evidências, e do Dr. Andrew Hill? E há uma recente, do Dr. Karale, da famosa clínica Mayo dos Estados Unidos. A senhora saberia nos dizer se a metanálise do Dr. Kory fez com que o NIH norte-americano, desde janeiro de 2021, passasse a permitir o uso de ivermectina *off-label* nos Estados Unidos?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Por favor, Dra. Natalia!

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) **–** Obrigada, Senador.

Em relação à vacinação nos Estados Unidos e ao número de mortes que se acumulam no país desde muito antes da vacinação, é claro que os Estados Unidos também tiveram uma passagem muito difícil pela pandemia, e o acúmulo de mortes lá é muito grande e tão lamentável quanto o nosso. Eles também passaram por períodos difíceis de adesão às medidas restritivas, mas, ao passo que começaram a vacinar e fizeram uma vacinação bastante eficiente e rápida, o número de casos de hospitalizações e de mortes caiu bastante, caiu tanto que, em muitos locais dos Estados Unidos, já estão retomando o que a gente tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria, que é a vida normal, inclusive com a liberação de bares e restaurantes para operarem, a liberação, em alguns Estados, em alguns locais dos Estados Unidos, para que as pessoas já andem sem máscara nas ruas, em espaços ao ar livre. Então, é um país que investiu em campanha de vacinação, que fez uma campanha de vacinação eficiente, rápida e abrangente e que, claro, fez a compra antecipada dessas vacinas, o que garantiu que eles pudessem fazer essa campanha de vacinação tão eficiente.

Então, comparar simplesmente e dizer que, nos Estados Unidos, morreu mais gente do que aqui... Primeiro, eles passaram por um período tão ruim quanto o nosso, mas eles efetivamente enfrentaram a pandemia com uma ótima campanha de vacinação e com a implementação de medidas de segurança, de medidas preventivas. Aqui não, aqui nós não fizemos. Então, a gente não pode simplesmente comparar o número total de mortes e dizer...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou comparando. Eu só estou citando. Só citei.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Pois não, pois não. E eu só estou comentando a sua citação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Em relação à comprovação da ivermectina, primeiro, a gente não comprova ineficácia em ciência. A gente não pode comprovar uma negativa. Por isso que, quando a gente, inclusive, fala pra imprensa que a cloroquina é comprovadamente ineficaz, a gente está usando ali uma liberdade jornalística, pra que as pessoas entendam que as evidências acumuladas até agora indicam que a cloroquina não é uma medicação que serve pra Covid-19. Mas comprovar ineficácia não é uma qualidade da ciência. A gente não pode comprovar uma negativa, a gente simplesmente acumula todas as melhores evidências obtidas com os melhores estudos da melhor qualidade, justamente nas metanálises que o senhor cita, Senador.

Mas metanálises só são tão boas quanto os estudos que elas incluem; metanálises são feitas levando em conta, quando elas são boas metanálises, os melhores estudos feitos sobre aquele assunto, classificando esses estudos justamente na sua capacidade estatística de que a gente possa confiar naqueles resultados e na sua qualidade metodológica. Se a gente fizer uma metanálise só com estudos fracos, a gente vai ter uma metanálise fraca, e daí a gente vai poder – muito obrigada – dizer comprovadamente que algo funciona, mas quando, na verdade, o conjunto das evidências que foi contemplado naquelas metanálises é um conjunto de evidências fracas. Então, nós precisamos ter metanálises bem feitas. O grupo Cochrane é um grupo que faz isso muito bem, reúne metanálises de qualidade, que são feitas avaliando e classificando os melhores trabalhos que foram feitos com a melhor metodologia e analisando o poder estatístico de todos esses trabalhos. Então, essas metanálises, principalmente as do grupo Cochrane e de alguns outros grupos, que são metanálises de qualidade, é que devem ser levadas em conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não cabe aqui a gente ficar avaliando trabalho por trabalho. O que eu trouxe, na minha apresentação inicial, foram exemplos de alguns trabalhos, pra mostrar como a ciência funciona, mas não cabe – nem temos tempo aqui – ficarmos juntos avaliando a metodologia aplicada em cada trabalho, em cada artigo publicado.

Isso, inclusive, já foi feito pela comunidade científica e está avaliado em diversos fóruns científicos – tenho certeza de que Cláudio também acompanhou. Então, essa avaliação já é feita pelos pares, quando o artigo é publicado em boas revistas, e pela comunidade científica, porque nós sabemos que até boas revistas, às vezes, publicam artigos que não são de qualidade. E, durante a pandemia, a comunidade científica tem sido muito ativa em avaliar e ajudar essa avaliação dos pares que tem sido feita com bastante pressa. Então, não, eu realmente não vejo sentido em ficar debatendo aqui artigo por artigo, porque nós precisamos olhar o conjunto de evidências, e o conjunto de evidências mais robusto que nós temos hoje indica que a ivermectina não é um medicamento apropriado para o tratamento da Covid-19.

Não sei se o Cláudio gostaria de comentar alguma coisa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só me parece que o Senador Heinze tem mais perguntas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos seguir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ainda falando... De acordo com a Resolução do CNS 466, de 2012, que regulamenta as pesquisas em seres humanos no Brasil, em seu item III, inciso 2, letra "f":

> f) se houver necessidade de distribuição aleatória dos participantes da pesquisa em grupos experimentais e de controle, assegurar que, *a priori*, não seja possível estabelecer as vantagens de um procedimento sobre outro, mediante revisão de literatura, métodos observacionais ou métodos que não envolvam seres humanos;

No ensaio clínico de Manaus, foram incluídos pacientes do SUS, em geral com mais de 50 anos ou com graves comorbidades, conhecidos como fatores de risco para prever maior mortalidade na Covid-19, portanto, muito vulneráveis, que tinham no Hospital Delfhina Aziz o único hospital para assistência médica. Não havia qualquer critério de exclusão e confirmação diagnóstica só seria feita durante o tratamento, mas os pacientes teriam que usar uma droga de acordo com o grupo para qual fosse sorteado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a senhora fosse membro de um comitê de ética em pesquisa e esse protocolo fosse apresentado para a sua relatoria, a senhora aprovaria eticamente aceitável? E por que motivos?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, eu não sou e nem poderia ser membro da Conep ou de qualquer comitê de ética de análise de medicamentos, porque essa não é a minha especialidade, mas o trabalho de Manaus foi aprovado pela Conep, foi aprovado pela nossa Comissão de Ética Nacional. Então, não cabe a mim dizer, cabe à Conep, e a Conep já disse.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** A Conep, vou lhe dizer... Esse assunto está em investigação no Ministério Público Estadual, já teve um trabalho no Ministério Público Federal que não foi arquivado e tem um trabalho agora no Ministério Público Estadual do Amazonas. E também eu estou pedindo à Polícia Federal para investigar. Tem dados errôneos na Conep, e a dose foi letal com 22 pessoas mortas.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, a dose não foi letal. Foi uma dose estabelecida em protocolos anteriores e não cabe ao Ministério...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Letal!

A SRA. NATALIA PASTERNAK – ... Público Federal...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** A dose foi letal **–** depois isso vai ser comprovado!

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Não foi, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Estão investigando e vai ser comprovado.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – A Conep é que é responsável por isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Ainda falando em ética, eu entendi que a senhora se autointitula comunicadora científica, sendo graduada em Biologia. Pergunto-lhe: qual a sua experiência como cientista? Trabalhou onde antes de criar o seu Instituto Questão de Ciência? Qual o índice H do seu currículo profissional?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Eu me graduei em Ciências Biológicas pela USP, Senador. Depois, eu fiz o meu doutorado em Microbiologia, também pela USP, pela Universidade de São Paulo. E lá também eu conduzi diversos projetos de pesquisa como pós-doc, que é o período onde a gente já é um pesquisador independente e participa de grupos de pesquisa, antes de me dedicar mais completamente à comunicação de ciência, quando eu fundei, então, o Instituto Questão de Ciência. Então, a minha formação é em Microbiologia, minha formação de pesquisadora; e, depois, comecei a trabalhar também na área de comunicação de ciência e promoção de pensamento crítico e racional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O índice H, Senador, é uma métrica usada pra acadêmicos, pra pessoas que se dedicam à vida acadêmica e à carreira acadêmica. A dedicação à vida acadêmica não é a minha atividade principal. Eu mantenho, como eu mostrei nos eslaides – não sei se o senhor estava presente –, uma atividade acadêmica e um vínculo de pesquisa, porque eu considero extremamente importante manter esse vínculo, até pro meu trabalho como comunicadora de ciência. Então, eu ainda tenho... Eu participo hoje de um projeto de pesquisa no Instituto de Ciências Biomédicas, na USP, no Laboratório de Desenvolvimento de Vacinas, e eu estou indo agora pra Universidade de Columbia, como professora visitante, pra passar dois anos desenvolvendo projetos de pesquisa em comunicação de ciência e diplomacia científica. Então, acabei trazendo a comunicação de ciência também como uma área de pesquisa, o que é uma grande satisfação pra mim, porque, no Brasil, essa área não é muito valorizada ainda dentro da academia, mas, na Universidade de Columbia, ela é, tanto que o departamento onde eu vou trabalhar, nos Estados Unidos, se chama Ciência e Sociedade, e é um departamento justamente criado pra fazer essa ponte entre a academia e a sociedade. O índice H, portanto, serve pra metrificar aquelas pessoas que se dedicam exclusivamente à atividade acadêmica. Eu tenho algumas publicações acadêmicas científicas, mas a maior parte das minhas publicações é de conteúdo de divulgação científica. Se o senhor quiser avaliar o meu currículo no Lattes, que é público como o de todo cientista, o senhor vai ver lá as minhas publicações acadêmicas. Só este ano, por exemplo, Senador, eu publiquei quatro artigos científicos sobre comunicação de ciência, desinformação e negacionismo. E, só nesta semana, eu publiquei quatro artigos jornalísticos sobre o mesmo tema. Então, a minha produção mais constante é a produção de conteúdo de divulgação. E, se o senhor gostaria de metrificar o meu desempenho, teria que usar uma métrica adequada pro meu trabalho. O índice H é adequado para o trabalho de acadêmicos, como o Dr. Cláudio, aqui do lado, que, tenho certeza, se questionado pelo senhor sobre qual é o seu índice H, não vai ter o menor problema em exibir aí o tamanho do índice H que ele representa, mas, no meu caso, a métrica adequada seria uma métrica que pudesse avaliar a minha produção de conteúdos de divulgação científica, que é a minha atividade principal. Então, espero que satisfaça a sua curiosidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só que eu estou falando... O Dr. Satoshi Omura, Nobel de Medicina em 2015, é um dos pais da ivermectina e recomenda ivermectina – só pra fazer essa colocação a V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Heinze, só para informação a V. Exa., é que recebemos a comunicação agora do Ministério Público Federal, do 8º Ofício do Amazonas, de que o inquérito a que V. Exa. fez referência já foi arquivado. Eu faço, inclusive, menção à última página aqui do despacho de S. Exa. o Procurador da República Rafael da Silva Rocha, onde ele diz: "Ante o exposto, determino o arquivamento da presente notícia de fato, nos termos do art. 4º, §4º, da Resolução 174, 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, ressalvado o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal". É só para trazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixe eu... Eu vou lhe esclarecer (*Falha no áudio.*) ... sobre o Ministério Público Federal. Tem um procurador do Rio Grande do Sul, tem um procurador de Minas Gerais, tem um procurador de Goiás. Esse processo já foi arquivado... Não foi arquivado, não; concluiu porque eles queriam resolver um problema do Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais. O que corre hoje de que estou falando e existe é no Ministério Público Estadual, de Manaus, do Estado do Amazonas. Esse processo está em andamento. Inclusive, um pedido meu na Polícia Federal para poder fazer avaliação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Só informando a V. Exa. que estamos... Encaminharei para sua assessoria...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, federal eu sei. Sei e lhe digo dessa questão dos três procuradores que eu já conversei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor já tem conhecimento, então, do resultado do inquérito do Ministério Público Federal?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Federal, sim, mas o estadual existe, só para fazer uma colocação.

E quero fazer uma colocação aqui, doutora. Quando fala, por exemplo, aqui tem 15.670.754 vidas salvas, e o tratamento precoce, sim, foi utilizado nesse processo aqui. Se não fosse, Senador Renan, nós teríamos muito mais gente morta. Inclusive, a crítica que a gente quer fazer são aos médicos, aos cientistas que estão sofrendo *bullying* hoje, dentro das universidades, na USP, por exemplo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e outras tantas... As pessoas que acreditam na ciência e discutem e debatem esse procedimento. Então, isso é muito ruim. Milhares de médicos, no Brasil inteiro, são responsáveis por essas 15 milhões de vidas. Senão, seria muito mais, negando um tratamento que vários Municípios brasileiros... Vou citar o caso de Serrana, São Paulo, de que já falei aqui. Repito: foi feita a vacinação em toda a população. A letalidade de Serrana é 1.95. Porto Feliz, São Paulo, Prefeito Cássio Prado, médico, aplicou o tratamento; letalidade 1.14. O.k.? Então, assim, eu podia citar dezenas de Municípios no Brasil que têm esse trabalho. Inclusive, o Estado do Senador Randolfe, eu tenho dados, a letalidade é 1.50, é a menor letalidade do Brasil; Rio de Janeiro é 5.9. E lá eles usam esse tratamento. Então, para colocar assim, várias situações existem nesse processo. Então, nós temos que cumprimentar esses médicos que corajosamente, contra tudo e todos, estão salvando vidas pelo Brasil afora. Senão, a situação seria muito pior. É só essa a colocação que eu queria fazer.

Uma última pergunta. Segundo o tratado clássico de farmacologia de Goodman e Gilman, tomada em doses adequadas, a cloroquina é um fármaco extremamente seguro, extraordinariamente seguro. Em relatório oficial, os membros do grupos de estudo de antimaláricos da OMS não concluíram existir um risco maior de morte súbita com os antimaláricos, considerando o uso extensivo por mais de 50 anos e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração de centenas de milhões de doses. De acordo com o Formulário Nacional Britânico, os efeitos adversos no coração da cloroquina são raros ou muito raros, sendo que a cloroquina é muito tóxica em superdosagem. A superdosagem é extremamente perigosa e difícil de tratar. Para a senhora, os efeitos adversos da cloroquina são doses dependentes ou idiossincráticas? São reversíveis ou são irreversíveis? Qual a conduta médica a ser tomada quando o paciente apresenta náuseas, vômitos, diarreias de alta intensidade após o uso da cloroquina?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Se o Senador Heinze me permite, é só para acrescentar, se a senhora puder discorrer sobre a diferença entre os índices de letalidade e mortalidade, qual é o mais comumente aceito em relação à contabilidade, às estatísticas do coronavírus?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Deixe-me responder por partes as perguntas do Senador.

Em relação às vidas que foram salvas, Senador, os 15 milhões que o senhor tem aí na sua plaquinha, eu também concordo com o senhor que temos que cumprimentar os médicos brasileiros que lutaram na linha de frente, que são responsáveis por salvar vidas. Com certeza, nós temos aqui que deixar a nossa admiração e os nossos cumprimentos a esses médicos, mas eu devo salientar também, Senador, desses 15 milhões, quantas pessoas passaram por sofrimentos evitáveis? Quantas pessoas, desses 15 milhões, ficaram com sequelas que a gente não sabe nem por quanto tempo vão ficar? Então, dizer que nós temos que comemorar 15 milhões de curados é lembrar também que são 15 milhões de pessoas que foram acometidas por uma doença que traz dor, que traz sofrimento e que traz sequelas. Esses 15 milhões passaram por tudo isso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Lamento os 480 mil mortos, lamento também.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Com certeza. Então, é só para lembrar, Senador, que esses 15 milhões representam muito mais do que simplesmente o número de curados. Eles representam dor, sofrimento, sequelas, sequelas que, muitas vezes, quando é o caso, por exemplo, de um jovem atleta, para pegar de novo o gancho da Copa América... Imagine um jovem atleta que fica com sequelas respiratórias de Covid e perde a sua carreira profissional. Então, esse jovem atleta está dentro dos 15 milhões.

Em relação às cidades que usaram ou não usaram cloroquina e como se saíram na pandemia, eu acho que o senhor não estava aqui de manhã cedo, na hora em que eu fiz a minha apresentação, mas eu tenho certeza de que ela deve estar disponível para o senhor. Lá na apresentação, eu coloquei exatamente o perigo de a gente não eliminar os diversos fatores de confusão e atribuir a uma única intervenção o efeito da queda, por exemplo, do número de casos. Dessas cidades que usaram cloroquina, quais são as outras características dessas cidades? Qual é a pirâmide etária? Qual é a mobilidade urbana? Como é a densidade demográfica? Para saber esta resposta, se foi o tratamento precoce que teve algum efeito, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa fazer comparações justas. Então, comparar esses Municípios com Municípios similares que não usaram, por exemplo, ou fazer os testes clínicos que realmente podem dizer se aquela intervenção, aquele medicamento funciona ou não, mas a gente deve tomar cuidado com essas afirmações de que tal país usou e melhorou ou tal cidade usou e funcionou, porque existem diversos fatores de confusão em uma comunidade, e isolar esses fatores de confusão é justamente um trabalho epidemiológico muito difícil.

Em relação à cloroquina ser um medicamento seguro, é óbvio que ela é um medicamento seguro para malária, para doenças reumatoides, para doenças autoimunes, e é um medicamento muito bom. Então, nunca ninguém aqui contestou que a cloroquina seja um bom medicamento aprovado, seguro, testado para as doenças nas quais ela é utilizada. O problema é usar a cloroquina em combinação com outros medicamentos para doenças onde ela nunca foi testada. Esse é o risco.

Agora, eu não posso responder, Senador, sobre conduta médica. Isso eu vou passar para o meu colega, para o Dr. Cláudio, porque eu não sou médica e eu jamais poderia, então, me atrever a responder a essa pergunta. Se o Cláudio puder me ajudar...

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Obrigado por suas palavras, Senador.

Eu gostaria de comentar o conjunto.

Primeiro, em relação à diminuição da pobreza, eu acho que a população brasileira deve ao Congresso Nacional boa parte das poucas notícias positivas que houve ao longo do ano passado.

Vamos nos lembrar de que houve uma proposta do Governo inicial de auxílio emergencial que, se não me falha a memória, era de R$200, que foi rebatida nas Casas Legislativas, até que se chegou a uma nova proposta de auxílio emergencial, que foi o triplo, que foi de R$600.

Não se trata de mérito do Executivo ou do Legislativo, porque nós não estamos falando de dinheiro do Executivo ou do Legislativo, tanto o dinheiro para o auxílio, como o dinheiro pra saúde, como para os hospitais, como para a Fiocruz, como para o Butantan; isso é dinheiro do povo brasileiro, isso é nosso dinheiro que está sendo usado pra uma finalidade ou pra outra finalidade. Nossa expectativa sempre é a de que aqueles que detêm o poder, seja no Legislativo, no Executivo ou mesmo no Judiciário, dirijam este dinheiro conforme as maiores necessidades. E acho que houve uma opção naquele momento, que dirigiu dinheiro da população brasileira pra benefício da população brasileira. Isso foi um destaque internacional de que, de fato, houve uma inflexão importante numa curva que vinha ascendente da pobreza brasileira, em que voltamos a ter miséria ascendente e voltamos a ter fome ascendente. Então, essas questões estão aí em todos os anuários. O senhor citou uma das fontes, eu recomendo também que veja essas outras curvas que andam junto com essa. Infelizmente, essa curva de diminuição da pobreza não se sustentou neste ano, foi um lapso curto de tempo, e agora a pobreza continua aumentando, embora com o crescimento do PIB. Isso mostra uma mazela histórica do nosso País, em que o País enriquece e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas empobrecem, quer dizer, nós temos menos comida na mesa do brasileiro, menos dinheiro no bolso do brasileiro, embora alguns segmentos da economia estejam lucrando, lucrando muito, particularmente, o segmento do mercado financeiro brasileiro, mas esse lucro não tem revertido em qualidade de vida ou em qualquer benefício pra boa parte da população brasileira.

Da mesma forma, o dinheiro que foi destinado, no ano passado, ao combate à Covid foi um dinheiro destinado pelo Congresso Nacional, recursos da população brasileira recolhidos em impostos, taxas, tarifas, as mais diferentes formas de arrecadação. Infelizmente, o orçamento aprovado pra este ano para a saúde é inferior ao do ano passado e não destinou qualquer tipo de rubrica específica para o combate à pandemia, sabendo-se que ela não teria acabado. Então, eu acho que isso também deve ficar claro a todos.

Em relação à cloroquina, de fato, o Goodman – eu admiro o Goodman, é um livro desde o tempo em que eu era estudante e, claro, vem sendo atualizado, continua sendo um livro de referência – fala da segurança de medicamentos, mas existe um princípio básico que antecede as próprias avaliações do Goodman e deve estar no seu prefácio: um medicamento só é seguro se ele é utilizado de forma útil. Qualquer medicamento utilizado pra alguma indicação para a qual ele não serve ou para a qual ele não tem eficácia é um medicamento necessariamente inseguro. Tem aquela máxima: a distância, a diferença entre o remédio e o veneno se dá na dose. Nem sempre é apenas a dose, muitas vezes a indicação pode ser por reações idiossincráticas.

Eu não ouvi completamente o quadro do paciente que o senhor falou, mas isso não vem ao caso. Eu não clinico atualmente, já tive meu tempo de clinicar em emergência, UTI, etc., atualmente eu não clinico, mas os efeitos comuns, os mais comuns, os efeitos adversos mais comuns da cloroquina, nos seus aspectos clínicos de sinais e sintomas, foram aqui apresentados por V. Sa., e eles são tratados com as medidas de suporte respectivas: a arritmia cardíaca vai ser tratada com correção hidroeletrolítica, eventualmente com a utilização de medicações antiarrítmicas; outros sintomas são tratados conforme a necessidade, conforme a característica de cada um e a característica, necessariamente, de cada paciente. Os tratamentos, nessas condições, são individualizados, obedecendo a protocolos, muitos deles consagrados, outros deles, protocolos institucionais.

O que acho que é importante é que já existe, está sedimentado... Claro que qualquer coisa na ciência pode ser questionada no futuro, mas, para o momento, para o estado da arte científica hoje, nós temos evidência suficiente pra saber que a cloroquina não produz efeitos benéficos em relação à Covid-19. Então, é insustentável defender... Ainda que os efeitos adversos sejam raros e que os efeitos adversos graves sejam ainda um pouco mais raros, é insustentável a sua defesa. Caso haja alguma indicação específica, que seja feito com os controles devidos e com alguma justificativa própria. Não se trata de dizer que a cloroquina não deve ser usada, ela continua sendo uma das melhores indicações para o tratamento de malária, inclusive, no nosso caso, pra malária *vivax*, que é a mais comum no Brasil, uma medicação extremamente útil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só vou fazer um reparo aqui: eu não sou cientista de profissão, não sou de trajetória acadêmica, então, minha área é gestão pública. Eu sou um sanitarista, um especialista em políticas públicas e gestão.

Obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só pra complementar aqui, infelizmente, Sr. Presidente, Sr. Relator, o que nós tínhamos que ter aqui, a proposta que nós tínhamos feito era de colocar duas pessoas ou uma pessoa que fosse favorável e contrária. Hoje, nós ouvimos quem fala contra, e sexta-feira que vem, por muita pressão que nós fizemos, Senador Girão e eu fizemos, nós vamos ter duas pessoas que falam a favor do tratamento precoce, que não é apenas hidroxicloroquina, cloroquina, azitromicina, inclusive tem Annita, que foi patrocinada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que hoje já está autorizada no Brasil, na Argentina e até agora, recentemente, nos Estados Unidos. Trabalho nosso, pesquisadores brasileiros.

Então, só essa colocação, e vou responder o que um médico me escreveu aqui: a cloroquina, Dra. Natalia e Dr. Cláudio, e a hidroxicloroquina não matam o vírus diretamente, nunca foi dito isso. O que os médicos entendem – quem entende do assunto e trata a doença de fato – e explicam é que a cloroquina e a hidroxicloroquina conseguem, por mecanismos ainda em estudo, dificultar ou impedir a replicação viral intracelular. Com isso, a carga viral acaba decaindo até chegar a níveis indetectáveis ou zerar de fato. Esse mecanismo consta nos livros de texto em medicina como o Harrison's *textbook of medicine*, e um dos editores é justamente o diretor do NIAID, o americano Dr. Fauci. Portanto, a justificação de a cloroquina matar o vírus é bobagem, perda de tempo e nunca foi o objetivo do tratamento, mas diminui a carga viral.

Inclusive, médico brasileiro – médico brasileiro, e a Globo noticiou muito, dois, três anos atrás – descobriu o tratamento pra zika, que é um vírus, com hidroxicloroquina; assim também chikungunya.

Então, são vírus que são combatidos por hidroxicloroquina e cloroquina. Então, não vamos criminalizar um processo que é uma questão, Dra. Natalia, política, ideológica e econômica. Tem muito dinheiro por trás disso.

É só essa colocação que queria deixar pro final aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Responder?

Senador Heinze, a cloroquina nunca funcionou pra zika nem pra chikungunya. Os estudos em chikungunya, inclusive, mostram que o uso da cloroquina em modelo animal aumentou a carga viral dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

animais e aumentou os sintomas. Então, não é um medicamento considerado adequado pro tratamento dessas viroses.

No caso da chikungunya, médicos reumatologistas acabam indicando a cloroquina para sequelas provocadas pela chikungunya, que são sequelas de problemas reumáticos, problemas de articulação. Então, ela não é usada para combater o vírus da chikungunya, mas as sequelas deixadas pela doença. E, quando ela foi testada em modelo animal para combater o vírus, ela não só não funcionou como piorou o quadro dos animais.

Em relação ao mecanismo de ação da cloroquina, eu também já havia explicado aqui: todo mecanismo onde ela poderia impedir a entrada do vírus na célula... Nem se fala em matar vírus, Senador, porque, na Biologia, a gente nem considera que vírus é um ser vivo, mas de impedir a entrada dele na célula e, portanto, que ele se replique ali, mas esse mecanismo só funciona em células genéricas, células que a gente usa em laboratórios. E esse mecanismo não se confirmou nas células do trato respiratório, como foi comprovado pelos estudos do grupo alemão do Prof. Stefan Pöhlmann e do Christian Drosten, que é um grupo que, notadamente, trabalha com o coronavírus há muitos anos. Eles testaram em células do trato respiratório, e daí o mecanismo observado para aquelas células genéricas, as células de rins de macaco, não se comprova. Por isso, também não funciona nos animais e em humanos.

Se houver qualquer outro mecanismo celular plausível biologicamente, pelo qual a cloroquina pudesse funcionar, certamente teria funcionado – teria funcionado em animais, teria funcionado em humanos –, a gente teria evidências robustas. E, como eu disse no comecinho, a ciência muda de ideia diante de novas evidências, mas essas evidências, Senador, precisam ser robustas. Se algum dia aparecer uma evidência extremamente robusta de um outro mecanismo celular pelo qual a cloroquina pudesse funcionar, então, ótimo, que seja publicado em artigo científico, submetido à revisão dos pares e ao escrutínio da comunidade científica internacional. Certamente, se esse trabalho surgir, ele vai ser recebido pela comunidade e avaliado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Essas 15.670.744 vidas têm cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, Annita e ivermectina, que começaram com elas, e vitaminas. Hoje, tem 16, 17 drogas reposicionadas, sendo tratadas, que foram responsáveis por essas 16 milhões de vidas, 15 milhões de vidas aqui salvas.

Muito obrigado.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Essas 15 milhões de pessoas também tomaram o chazinho da avó, deram três pulinhos e uma volta no quarteirão, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É isso aí. Um colega meu, que esteve semana passada aqui, quando eu citei o caso da Dra. Raissa, em Porto Seguro, que liderou um movimento... Sabe qual é a letalidade de Porto Seguro: 0,8; da Bahia, 2,04. Aí dizem que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

água da Bahia é até pior do que a água de... Só tomando água, resolvia o problema. Ela adotou, peitou o tratamento, os empresários ajudaram, pra que pudesse fazer um tratamento em Porto Seguro.

Posso citar centenas de casos que deram resultado positivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Heinze.

Eu vou só, Senador Heinze, se V. Exa. me permite, encaminhar depois para o seu conhecimento uma informação, uma notícia veiculada na revista *Veja* sobre o tratamento precoce em Porto...

É Porto Seguro ou Porto Feliz?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Porto Seguro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, perdão. A notícia que temos aqui é de Porto Feliz, e temos uma outra notícia também sobre Porto Seguro. Para o seu conhecimento, depois encaminharei para V. Exa. notícias atualizadas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Posso trazer... Faço agora, mando fazer e já posso trazer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente, só a notícia aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... esclarecendo a verdade dos fatos sobre as pesquisas em ambos.

Sr. Relator, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Com todo respeito, Heinze, sobre a leitura que você fez do jornal que falava da redução da pobreza: infelizmente, também foi revogada, pela descontinuidade do auxílio e, meses depois, pela aprovação de um auxílio insuficiente, que aí agravou ainda mais o aumento da pobreza no País.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., Renan, isso aqui aconteceu no ano passado. Cito o caso do ano passado, que foi citado agora na BBC de Londres. Aconteceu isso. O PIB está crescendo, o Brasil está se desenvolvendo e, infelizmente, é uma questão política – falei no primeiro dia, falo hoje de novo –, repito, é uma questão política: Senadores e Senadoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão de um lado do Governo... A própria grande mídia brasileira... Citei casos de jornais estrangeiros falando dessa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes de passar para o próximo, só esclareço que estou encaminhando para V. Exa. a notícia que dá conta de que, exemplo de tratamento precoce, Porto Feliz, lamentavelmente, teve alta na taxa de mortes por Covid-19.

Passo, então, ao Senador Marcos Rogério pelo sistema remoto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar os dois convidados que comparecem à CPI para trazer suas experiências na condição de estudiosos e conhecedores dessa temática.

O nosso objetivo aqui é estudar a pandemia dentro das características próprias de nosso País, analisando como se deu o enfrentamento. Eu tenho sempre defendido uma análise ampla, conjuntural do complexo estrutural e de realidades sociais e econômicas, e não um foco exclusivo em eventuais responsabilidades pessoais, sem considerar as reais complexidades do problema. Aliás, considero uma temeridade, se não uma grande irresponsabilidade, tentar buscar culpados de preferência, previamente selecionados, para um flagelo como uma pandemia de caráter inédito e absolutamente desafiador.

Vejo, por exemplo, muitos que se arvoram agora no uso de vacinas, as quais são extremamente importantes, mais de um ano depois do início da pandemia. A questão é ver os fatos dentro de seu próprio contexto, ou seja, comparar a importância de vacina e remédios quando existem vacinas e remédios tem sentido, mas fazer a mesma comparação em relação aos primeiros meses da pandemia, quando não havia vacina e nem certeza de quando poderia existir, é desonestidade intelectual. Aliás, ninguém sabia, em 2020, quando realmente teríamos vacinas efetivamente seguras para a população, já que todos sabemos que o desenvolvimento de vacinas para o coronavírus foi cercado de ineditismo e, diante disso, devemos todo o reconhecimento à comunidade científica, inclusive cientistas brasileiros, que trabalharam e trabalham no mesmo sentido. Digo isso para afirmar que considero valiosa toda a análise científica que leva em conta evidências, mas que respeita também o contraditório, dado o caráter dinâmico dessa ciência, que não é estática.

Inúmeras questões já foram respondidas por V. Sas., mas eu quero ressaltar uma abordagem do Dr. Cláudio, que tem lembrado a estratégia de outros enfrentamentos, como o da epidemia do zika vírus em 2016, que contou com a coordenação nacional. De forma diferente, no caso do coronavírus, todos sabemos que Estados e Municípios forçaram a barra para terem o controle pleno das medidas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

enfrentamento em seus territórios, o que foi sancionado pela decisão do Supremo Tribunal Federal. Não há como fugir dessa realidade.

O senhor já declarou que faltou em nosso País a adoção de critérios homogêneos definidos para o Brasil inteiro, porque a autonomia foi dada para cada Estado e Município. Que isso pode parecer democrático, mas, em uma pandemia, deixa de ser democrático, para produzir iniquidades. O conceito de iniquidade em saúde é a adoção de políticas injustas e desnecessárias, que produzem impactos negativos, com efeitos deletérios muitas vezes.

O senhor é especialista em políticas públicas e gestão governamental e mestre em Medicina preventiva e social. Eu lhe pergunto: que grau de impacto o senhor considera que esta iniquidade pode ter causado no caso específico da pandemia que estamos enfrentando hoje?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – A primeira... Acho que foram abordadas algumas questões aqui. Primeiro, vamos delimitar.

Eu falei dos critérios homogêneos em relação à utilização de vacinas e não em relação às políticas de forma geral, que devem necessariamente obedecer a especificidades locais e regionais e a necessidades de cada população. Então, estamos falando de critérios para utilização de vacinas, para eleição de prioridades em relação às vacinas, contemplando evidentemente circunstâncias que estão locais ou regionais num plano nacional. Se há populações indígenas, populações quilombolas num determinado território, isso deve estar contemplado no plano nacional e não apenas no plano local.

Em relação à liberdade de tomada de medidas por Estados e Municípios, nós temos uma estrutura legislativa no Brasil, a estrutura do SUS, em que há competências concorrentes para adoção de medidas como aquelas restritivas adotadas por Estados e Municípios. A União pode adotar medidas restritivas, os Estados e Municípios podem adotar medidas ainda mais restritivas. É isso que diz a nossa Constituição. Eles não podem o contrário: a União adota uma medida restritiva, e o Estado flexibiliza essa medida restritiva ou o Município flexibiliza. Esse é o nosso ordenamento, e acredito que o Supremo Tribunal Federal restabeleceu isso com clareza quando afirmou a competência de Estados e Municípios para a adoção de medidas restritivas.

Em relação à iniquidade, trata-se não apenas da desigualdade de renda, de situação de vida da nossa população, mas da necessidade de que essa desigualdade seja reconhecida com o tratamento por medidas de políticas públicas que levem em consideração as diferenças de necessidades. Exemplo disso foi a criação de um auxílio emergencial substancial. Não era grande – R$600 por mês não são o que salva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a economia de uma família, não são o que se pode dizer que dá tranquilidade financeira a uma família, mas são o mínimo para continuar tendo comida na mesa das pessoas dessa família. Mas, sim, uma medida que leve recursos, que leve políticas públicas a quem mais necessita delas é, sim, medida de equidade, medida que combate à iniquidade. Não tenho dúvida de que há um impacto importante da iniquidade desta pandemia na medida em que nós vemos o próprio percurso que a pandemia tomou, começando nos grandes centros, começando com os primeiros casos em pessoas de altos extratos de renda que vieram do exterior e espalhando-se rapidamente pelas periferias das grandes cidades, cidades mais pobres, onde a possibilidade de autoproteção, de informação e de isolamento das pessoas é muito menor.

Então, claro, não sei se foi nesse sentido que o Senador trouxe isso, mas, sem dúvida nenhuma, há um impacto importantíssimo da iniquidade nos efeitos dessa pandemia, como de qualquer outra doença que se abate sobre a população. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério... O som está desligado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha sido desligado aí, Presidente. O.k. Agradeço.

Então, a falta dessa coordenação, na visão do senhor, dessa coordenação nacional é somente quanto às vacinas? Isso, para mim, não ficou muito claro. Na fala do senhor, ficou parecendo que a falta dessa coordenação nacional seria só em relação às vacinas. É isso que eu entendi? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está ligado agora.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Não houve e não há um plano nacional para enfrentar a epidemia, não há uma coordenação nacional que vise reduzir a transmissão vírus. Isso para mim é muito cristalino. Houve medidas destinando recursos para os Estados e para os Municípios para equipar hospitais, eventualmente para aquisição de alguns tipos de insumos, mas não houve nenhuma medida nacional para diminuir a transmissão, diminuir a circulação do vírus. Para isso, seria necessária uma coordenação nacional.

A Dra. Natalia já comentou aqui o quanto é difícil que Municípios, isoladamente, adotem, por exemplo – como foi citado Araraquara –, medidas restritivas, até porque raramente esses Municípios são isolados. A população circula de um Município para outro. Isso é lugar comum na saúde pública. Quando se adota alguma medida – vacinação para conter um surto, por exemplo –, há que se analisar uma região, toda área de influência daquela cidade.

Então, há necessidade de um olhar para o Brasil inteiro, há necessidade de campanhas de comunicação para o Brasil inteiro, que a população como um todo seja orientada quanto àquilo que deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou não deve fazer, quanto à forma de se proteger, aquilo que pode ou não pode fazer frente à imposição de medidas restritivas por parte do Governo. É muito difícil, dada a integração econômica que nós temos no País, inclusive integração com o internacional, que medidas restritivas possam ser aplicadas de maneira isolada, sem que seja pensado o conjunto, sob risco, em primeiro lugar, de que elas sejam inefetivas, ou seja, não funcionem, ou, em segundo lugar, que elas produzam efeitos negativos, externalidades que não podem ser percebidas ou mitigadas na esfera municipal ou em lugares isolados. Isso necessita de uma coordenação nacional.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, pelo que eu entendi, então, a coordenação nacional é no aspecto amplo, e a falta disso causa, justamente, o que eu chamei, agora há pouco, na visão que o senhor defendeu aí, de iniquidade. Pelo menos é o que eu é o que eu entendi na sua fala: confirmou que as medidas restritivas precisavam de um olhar pelo Brasil inteiro. E, na minha visão, o STF acabou tirando isso.

Uma segunda pergunta que faço a V. Sa., pra permitir que avance nesse tema, diz respeito à constatação clara e inequívoca de que alguns Estados e milhares... E outros Municípios, sem a menor dúvida, não possuem assessoramento técnico mínimo para as medidas não farmacológicas de enfrentamento à pandemia. Basta dizer que o Brasil tem 3,7 mil infectologistas e temos mais de 5,5 mil Municípios. E aqui lembro, aliás, que, na Lei federal 13.979, de fevereiro de 2020, o Governo Federal estabeleceu uma coordenação nacional com diversas medidas de enfrentamento, as quais deveriam ser adotadas. E o §1º do art. 3º da lei diz: "com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde". A lei previu o seguinte, no §7º do 3º: que as medidas seriam adotadas de forma coordenada, considerando o Ministério da Saúde e os gestores locais. Ou seja, havia a previsão de uma calibragem dessas medidas, considerando uma coordenação nacional conjuntamente com os gestores locais.

Ainda que se queira negar, a realidade patente em todo o País é que o que se viu com a decisão do Supremo foi a concessão de autonomia para que milhares de Prefeitos tomassem decisões sem o embasamento técnico, justamente por faltar a eles, de forma óbvia, esse devido assessoramento. Priorizou a autonomia de cada um dos entes, ignorando-se o que o senhor já disse: a necessidade de um enfrentamento a partir de uma coordenação nacional.

Será que o Supremo Tribunal Federal tomou essa decisão fundado em alguma evidência científica, no mês de março e abril de 2020? Eu, particularmente, nunca vi Prefeitos e Governadores terem tamanho poder. Além de toques de recolher, alguns chegaram a fechar as divisas de seus territórios, de seus Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, a pergunta que lhe faço é a seguinte: essa realidade típica de nosso enfrentamento também não pode ter causado impacto no enfrentamento à pandemia?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Senador, de fato, um problema crônico que nós temos no nosso País, que vinha sendo enfrentado paulatinamente, é a heterogeneidade do País, a grandeza do País e a dificuldade de que houvesse recursos técnicos disponíveis há muito tempo. Isso não aconteceu, não começou com a pandemia.

Nós, realmente, temos insuficiência de vários tipos de profissionais para os nossos 5,6 mil Municípios nas suas mais diversas frentes. Isso vem sendo enfrentado pelo Sistema Único de Saúde há tempos, com coordenação estadual, com coordenação inter-regional e com um papel ativo do Ministério da Saúde, em muitos momentos, na formação de pessoas e no estabelecimento de mecanismos de cooperação. Isso, é claro, vale também para as medidas não farmacológicas.

Agora, o que eu queria, talvez, repetir de outra forma – acho que eu não me fiz claro – é em relação ao papel de restrição ou de liberação. Se nós seguíssemos a ideia de que há uma coordenação nacional que deve impedir a adoção de medidas por Estados e Municípios, nós não teríamos para contar hoje este exemplo de Araraquara, nós teríamos a contar outro exemplo de Araraquara como uma cidade em que as UTIs teriam ficado absolutamente abarrotadas, em que teríamos tido uma mortalidade muito superior à que houve, o que continuaria aumentando até hoje. Não foi o que aconteceu porque o Município teve autonomia para impor medidas restritivas.

Isso não aconteceu apenas agora, nesta pandemia. Nós já tivemos diversas ocasiões em que Municípios foram obrigados ou Estados foram obrigados a adotar medidas excepcionais, fosse em casos de inundações, de desastres naturais, e mesmo em casos de epidemias ou de outros acontecimentos que justificassem a adoção de medidas locais. O que o Supremo Tribunal Federal fez – e, aqui, permito-me mencionar isso, embora eu não seja da área jurídica – foi apenas restabelecer aquilo que diz a nossa Constituição, que há competências concorrentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a adoção de medidas necessárias e de políticas públicas de restrições frente à pandemia, no caso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dando sequência, Sr. Presidente, para mim, está obviamente claro que a decisão do Supremo Tribunal Federal teve impacto nessa equação. O STF retirou a possibilidade de o Ministério da Saúde dar o aparato técnico mínimo necessário. E, como o senhor disse na resposta anterior, produzir medidas inefetivas... Medidas inefetivas produzem efeitos negativos, não é? Resta ver o grau de impacto que isso causou. Não se pode presumir, com toda a vênia, o que aconteceria ou não aconteceria se o Ministério da Saúde fosse responsável – isto não é, obviamente, razoável – pela coordenação. Pensar assim, aliás, fere a lógica do que vem sendo dito. Ou a coordenação nacional é importante, ou ela não é! Não podemos usar argumentos contraditórios, com toda a vênia, no mesmo ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, para avançar um pouquinho mais nessa questão da competência dos Municípios a partir dos dados da ciência, ainda citando uma situação concreta: no meu Estado de Rondônia, diversos Prefeitos editaram decretos proibindo, por exemplo, a venda de bebidas alcoólicas. O que ocorreu? Os donos de estabelecimentos, inclusive supermercados, impetraram mandados de segurança, alegando falta de comprovação científica para a medida restritiva. Resultado: os juízes das varas cíveis, em centenas de mandados de segurança, concederam a segurança para que se liberasse plenamente a venda de bebidas alcoólicas, ou seja, frustrava-se a eficácia das medidas que buscavam impedir aglomerações, porque, mesmo em períodos de restrição de circulação, centenas de festas regadas a bebidas alcoólicas foram realizadas, e era isso que se pretendia evitar nessas medidas dos Prefeitos. Temos centenas de ocorrências nesse sentido em todo o País, sem contar tantas outras, o que tornou impossível qualquer contenção.

Outrossim, o consumo indiscriminado de bebida alcoólica durante a pandemia produz como resultado outros efeitos gravosos à saúde pública, tanto pelo aumento da violência como dos acidentes. O argumento judicial era justamente de que os Municípios não apresentavam, em seus decretos, embasamento científico, e, por isso, se concedia a segurança, ou seja, o enfrentamento restou frustrado em diversas áreas. Esta é uma das faces do enfrentamento da pandemia no País.

Esse tipo de constatação também não pode ser considerado uma iniquidade diante desse quadro de instabilidade em função do absoluto desaparelhamento de Estados e Municípios, da falta de parâmetros objetivos nos Estados e Municípios?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Bom, eu acredito que exista um ordenamento em que nós temos uma Corte Suprema responsável por zelar pela Constituição. São competências diferentes da Justiça de primeira instância, dos tribunais estaduais, do Superior Tribunal de Justiça – são competências diferentes.

Acredito que tenha havido muitos erros de condução em muitos lugares, mesmo na tentativa de fazer o melhor. Em alguns momentos, eu acho que pode haver uma confusão quando não se trata de um conflito entre uma decisão de uma esfera de Governo e a decisão de outra esfera de Governo, mas sim da contraposição entre uma decisão tomada pelo Poder Público e o eventual direito individual. E isso é julgado numa outra ótica. Certamente o Senador conhece isso muito melhor do que eu. Trata-se aí, sim, da ciência jurídica e não da ciência que diz respeito ao enfrentamento da pandemia. Acredito que boa parte dos Prefeitos e dos Governadores tentou buscar soluções no seu âmbito de competências pra enfrentar a iniquidade e pra cuidar pra que houvesse a redução da transmissão de vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu disse e repito é que não houve – e aí eu pergunto ao Senador, inclusive, se pode me dar um exemplo sobre isso – medidas que visassem à redução da transmissão da doença no Território nacional, medidas coordenadas nacionalmente pra reduzir a transmissão da doença.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, só pra V. Exa. concluir. O tempo de V. Exa. já concluiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já acrescentamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já fizemos um acréscimo só pra V. Exa. concluir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

E repito: essa balbúrdia produzida no Brasil não pode deixar de fora o Supremo Tribunal Federal. Acho que, no enfrentamento à pandemia, todos erraram e todos buscaram acertar o tempo todo, mas acho que essa decisão do Supremo acabou causando mais dificuldade do que soluções Brasil afora. As decisões judiciais locais também precisam ser consideradas, porque frustraram muitas medidas restritivas Brasil afora.

E olha que eu sou até um crítico de certas medidas restritivas que são abusivas, que são desproporcionais. Não adianta você mandar fechar tudo, se você não usar essa oportunidade, essa cautela, para você reestruturar os instrumentos públicos, a rede de saúde, a rede de atenção, para atender à população.

Então, eu queria aqui, para não me alongar, agradecer a contribuição dos dois convidados. Espero que a gente tenha a oportunidade de ouvir do outro lado, quem pensa diferente, para poder formar a visão de todos os membros da CPI pelos dois lados, quem pensa de um jeito e quem pensa de outro.

E, apenas para concluir, Dr. Cláudio, hoje eu vi, ao longo do debate aí, falando-se muito em relação à questão do uso de medicamentos. Eu não defendo medicamento A ou medicamento B, defendo a autonomia do médico para, com a sua ciência, com o seu conhecimento, com a sua experiência clínica, prescrever, administrar o que for melhor para o paciente, mas, hoje, tenta-se criminalizar o fato de o Governo, não só o Governo Federal, mas os Estados e Municípios também, ter utilizado a hidroxicloroquina ou a cloroquina sem eficácia científica comprovada. E eu me lembro, em 2009, que nós tivemos o caso da H1N1, e V. Sa. era parte do Governo naquele momento, era o Secretário... Era o diretor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

do departamento de vigilância e doenças transmissíveis e, naquele momento, lançou mão de um expediente como esse, que foi a compra do tamiflu.

Nós tivemos 53 mil casos naquela época. Foram comprados, foram gastos, naquele momento, R$400 milhões na compra do tamiflu que, posteriormente, verificou-se que não tinha eficácia para aquele enfrentamento.

Eu penso que, em medidas... em situações excepcionais são adotadas medidas excepcionais. Você pode até, com o avançar da ciência, com o avançar das pesquisas clínicas, chegar a uma conclusão diferente, mas não dá para você querer criminalizar alguém que agiu num momento com as informações que tinha na busca de tentar salvar vidas, não se pode ter dois pesos e duas medidas.

Eu agradeço a participação dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Por videoconferência*.) – Parabenizo a Mesa pelo ambiente hoje, dando liberdade para os expoentes aí poderem falar claramente o que pensam acerca desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Apenas pra que possamos programar a nossa agenda, os Senadores que estão no sistema remoto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Já...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. está seguindo o tempo de 15 minutos ou está hoje mais liberal? Para que possamos organizar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta Mesa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e saber se, pela ordem de inscrição, eu terei tempo ou me programo já para a próxima semana, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Senadora Simone, terá tempo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque a que está inscrita como suplente na Bancada Feminina é a Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela falará pela Bancada Feminina. Portanto, eu entro na fila de não membro. Se eu não tiver o tempo, obviamente que eu aproveito para cumprir a agenda, que não é pequena, de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria apenas de saber qual é a regra que V. Exa. está cumprindo e, obviamente, me curvarei à decisão soberana não só de V. Exa., mas do Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senadora Simone.

Eu quero, assim, só destacar que a contribuição de V. Exa. é indispensável para esta CPI. O Senador Renan, inclusive, na abertura hoje dos trabalhos destacou a última intervenção sua, a partir dos dados que trouxe.

Eu vou... Os nossos convidados ainda não tiveram sequer a oportunidade de esticar as pernas um pouquinho, de tomar uma água, não é? Eu vou dar o seguinte encaminhamento...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Senador Heinze, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu vou dar o seguinte encaminhamento: o próximo é o Senador Rogério Carvalho. Após o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério, nós vamos suspender por 15 minutos, não mais do que 15 minutos – realmente, Senadora Simone, esta Presidência hoje tem sido um pouco liberal com o tempo, para garantir as indagações e o debate aqui para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Na sequência, teremos o Senador Eduardo Girão, o Senador... Em deferência, por deliberação desta Presidência, abriremos aí as suplências com o Senador Jorge Kajuru, em seguida a Senadora Zenaide Maia, em seguida o Senador Alessandro Vieira, em seguida a Senadora Simone Tebet, concluindo aqui as intervenções de hoje.

Senador Heinze, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O meu gabinete, a minha assessoria me informou: Porto Feliz é 1,29. Tem um audiozinho que o Prefeito me passou agora: se puder colocar aqui...

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que ele coloca é que recebe pacientes da região, e certas pessoas não adotaram o tratamento: cem óbitos, com 14 mil pacientes. Esse é um dado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Posteriormente, os colegas, os nossos conferencistas, discorrerão – eu peço para eles discorrerem – sobre os dados letalidade e mortalidade, como já havia pedido.

Só uma informação que eu considero importante prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o debate das atribuições – e o Senador Rogério Carvalho muito bem sabe. Eu faço questão de suscitar e esclarecer o art. 24, inciso XII, da Constituição da República: "Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [inciso XII] previdência social, proteção e defesa da saúde". Me parece que o texto da Constituição da República, art. 24, XII, é claro sobre a competência concorrente de União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Senador Rogério, agora, sim, finalmente, 15 minutos a V. Exa. Em seguida, teremos um intervalo de 15 minutos para os nossos conferencistas.

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dra. Natalia Pasternak, Dr. Cláudio Maierovitch, primeiro eu diria que esta é a primeira sessão da CPI que a gente não tem aqui posições uniformes e que o tempo todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defenderam o indefensável. Eu diria que talvez esta seja a primeira – se não me engano, a segunda – de convidados que falaram baseados na ciência, com clareza do papel que a União deveria ter, do papel que tinha que ter tido na coordenação de todos os entes para combater a pandemia.

Acontece que eu tenho algum grau de discordância quando a gente fala que o Governo não coordenou, quando o Governo fez pela metade. O Governo fez inteiro para expandir a pandemia. É diferente! A ação do Governo é uma ação dolosa. O Governo adotou como medida de controle sanitário a cloroquina, a única medida de controle sanitário. Isso é de uma gravidade, isso é de uma irresponsabilidade com a vida, com os brasileiros, com as brasileiras, com as famílias, que precisa ter algum responsável!

O que nos faz estar aqui... E, às vezes, há uma confusão das pessoas: quem a CPI vai cassar? Não! A gente precisa saber quem são os responsáveis por levar a morte, com certeza, infelizmente, de mais de 550 mil, 600 mil brasileiros e brasileiras. De ontem para hoje, eu recebi informações de amigos: pelo menos quatro famílias estão sendo dizimadas neste momento, com pai, mãe, filho na UTI intubados. Por que motivo?

Às vezes, eu gosto de ouvir, gostei demais de ouvir – saí, mas estava ouvindo lá no meu gabinete –, pessoas que têm algum grau de responsabilidade, porque a gente tem ouvido aqui Ministro, ex-Ministro, ex-Secretário-Executivo do ministério, ex-integrante do Governo que vem para cá para confundir a opinião pública, alguns colegas Senadores que, sem a menor cerimônia, tentam confundir a opinião pública. Por exemplo: dizer que o STF atrapalhou?! O STF foi um instrumento para que a gente tivesse algum grau de controle, porque, senão, não seriam 482.135 mortes notificadas; poderíamos já ter 600 mil mortos ou mortes notificadas, óbitos notificados pela Covid-19, não fosse a decisão assertiva do STF em garantir uma prerrogativa constitucional da concorrência legislativa entre os entes e o poder de ação entre os entes, que é complementar. A União, como disse V. Sa., Dr. Cláudio, muito bem, tem precedência quando define uma medida, mas, nesse caso, não era para beneficiar, era para impedir o controle da doença.

E vejam os senhores. Eu vou voltar à tecla: este Governo assumiu que deveria expor os brasileiros e as brasileiras ao contágio e agiu deliberadamente para expor as pessoas ao contágio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E continua!

Para quem atua no combate ou quem está fazendo alguma coisa é o mesmo que ficar enxugando uma pedra de gelo. De que adianta mandar milhões, bilhões para manter hospitais abertos, se eles vão ter que continuar abertos por mais tempo, porque nós não temos vacina, porque não há medidas efetivas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle de contágio, do contato e da infecção e dos doentes? Vão continuar chegando aos hospitais aos montes.

E nós vamos ter a terceira onda, porque nós temos um número de suscetíveis enorme. E, como foi dito aqui pelos dois, a base de contaminados está no País inteiro, e não há nada sendo feito para diminuir o contágio. Há uma campanha de vacinação que se arrasta, nós não temos nem 12% de imunizados. Se fizer um inquérito populacional para saber quantos por cento da população são suscetíveis, mais de 70% são suscetíveis. Com o descontrole total, é certo que teremos uma outra onda de mortes, outro pico de mortes, que pode ser mais grave que o anterior, porque a base está muito mais contaminada, não há mais controle de nada, a não ser o uso de máscara que está um pouco mais por conta não do Governo, mas por conta da opinião pública, que tomou para si algumas responsabilidades, por conta dos meios de comunicação que tomaram para si a responsabilidade de informar, de comunicar.

Quero só dizer uma coisa: não fosse o Congresso Nacional, não fossem Governadores de Estado, o STF e a imprensa para resistir – para resistir, prestem atenção! – a uma política nefasta, macabra, criminosa de exposição de toda a população e de estímulo ao contágio, estaríamos hoje com mais de 2 milhões, 3 milhões, sei lá quantos milhões de mortos! Essa é a realidade. Não adianta tapar. Não estou dizendo que vocês fizeram isso, mas não adianta as pessoas ficarem tentando encontrar justificativas, narrativas. Não! O Presidente é o principal elemento de disseminação do vírus.

Ontem, eu estava na casa de um amigo, cuja esposa o pai mora no interior do Mato Grosso, o pai dela, estava contaminado e acreditando no Bolsonaro, estava tomando cloroquina; ele foi buscado às pressas pra vir ser internado aqui em Brasília, com mais de 50% de comprometimento pulmonar.

Quantos estão chegando nessa condição aos hospitais, porque seguem aquele em quem votou, pois acreditam? Tem uma coisa que é a fé pública. Se a pessoa virou Presidente, ele tem, no mínimo, uma credibilidade pra virar Presidente. E, se ele fala, aquela fala tem algum grau de fé pública. E isso está sendo usado pra levar as pessoas à morte deliberadamente.

O que foi feito em Manaus foi um experimento com seres humanos, Dra. Natalia. É de uma gravidade que, se for apurado com lupa, é pra dar prisão perpétua, porque expuseram uma cidade inteira a um tratamento, a uma medida de controle sanitário ineficaz pra testar, enquanto as pessoas morriam sufocadas por falta de oxigênio! É muito grave, gravíssimo! É insuportavelmente repugnante o que nós estamos vivendo neste País, é de indignar!

E eu fico muito triste com alguns colegas – não vou citar nomes – que vêm aqui tentar mais desinformar a população com pseudoestudos. Ninguém aqui está falando que a cloroquina não é uma droga segura. Ela é segura, ela tem ação anti-inflamatória, ela pode ser usada pra várias patologias, em vários casos, mas ela não tem eficácia comprovada, ou seja, ela não se mostrou capaz de prevenir que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas adoecessem, de diminuir a gravidade dos casos e de evitar a morte, portanto, como medida sanitária única adotada por este Governo, mesmo sabendo de tudo isso, é um crime doloso e continuado!

E agora, com os dados do Pedro Hallal de 379 mil – ou seja, dois terços poderiam ser mortes evitadas, Sr. Relator –, o crime de extermínio está se configurando. E é preciso responsabilizar essas pessoas!

Eu queria só fazer uma pergunta, pra não dizer que eu não perguntei nada. Três cidades, Rio de Janeiro, Manaus e Fortaleza, as três cidades com as condições semelhantes de oferta de serviços, de capacidade instalada... Por que em Fortaleza morreu menos gente? Por quê? É *hub* aéreo e portuário, como Manaus é e como o Rio de Janeiro é. Por que em Fortaleza morreu menos gente?

E vejam. Poderia ter morrido muito menos não fosse... Vou deixar essa pergunta pra vocês, mas já afirmo que poderia ter morrido muito menos não fossem as intervenções do Presidente da República e do Governo pra obstruir determinadas ações. Olhem, eu fico tão indignado: uma Deputada fazer um vídeo instando comerciantes a pegar em armas pra manter seus estabelecimentos abertos, quando milhares de pessoas estavam morrendo, porque tinha sido proposto um rodízio, um fechamento temporário de algumas atividades não essenciais na cidade de Aracaju. A Deputada Carla Zambelli. Que loucura!

Eu queria deixar essa pergunta para os dois.

Muito obrigado pela contribuição de vocês ao Brasil e para a boa compreensão de como lidar com situações de emergência sanitária como a que nós estamos vivendo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Natalia? Dr. Cláudio?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, eu não poderia concordar mais com a leitura que o Senador faz sobre o que aconteceu ao longo desse ano e meio, praticamente, em que a gente enfrenta a pandemia.

E acho que, de fato, essa comparação das três cidades quase que fala por si mesma. Nós tivemos, no início da pandemia, inclusive, uma situação muito difícil em Fortaleza, lá no comecinho, com hospitais superlotados, capacidade quase exaurida de atendimento. No entanto, houve uma organização, ao que me parece, houve organização estadual, organização local, criando regras, que deveriam ser nacionais e não são, e restrições, que deveriam ser nacionais e não são. Eu acho que isso aumenta o mérito de quem as tomou, porque é muito difícil adotar regras restritivas quando há uma grande autoridade nacional falando na TV contra essas regras ou agindo na Justiça contra essas regras. Eu acho que isso torna ainda mais evidente o mérito desses governantes, que conseguiram, no contrafluxo, na contracorrente do movimento nacional, organizar nos seus Estados, organizar nos seus Municípios ações pra conter a expansão da doença, para organizar o seu sistema de saúde, para orientar a sua população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos... Gostaria de ter muitos exemplos; a gente tem alguns. Infelizmente, não são tantos. A gente tem vários no Nordeste aqui, acho que a gente deve reconhecer. Esse papel dos Governadores do Nordeste, que, não por acaso, constituíram um consórcio que veio se colocando como num contraponto da tentativa de fazer uma coordenação regional do enfrentamento, infelizmente, esbarra na resistência sistemática do Governo Federal em apoiar ou sequer anuir tacitamente. Não estamos falando de anuência legal, isso já discutimos antes, não cabe, mas que não houvesse sabotagem. Eu acho que tem havido sabotagem sistemática a todas as iniciativas que visam à redução da circulação do vírus, à redução da transmissão da doença.

Então, concordo integralmente aqui. Espero que, um dia, a história faça justiça. Espero que, muito antes disso, vocês, Poderes investidos, façam justiça a tempo de a gente ter menos mortes e menos sofrimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senador, obrigada pelas considerações, com as quais também concordo.

No caso das cidades citadas, convém lembrar que tanto o Rio de Janeiro quanto Manaus tiveram um comportamento da população como se realmente a vida estivesse acabando amanhã. Então, a gente teve uma dificuldade nessas duas cidades de colaboração da população para o enfrentamento, para a adesão às medidas restritivas, que foi muito marcante. E eu digo isso aqui não para culpar a população, porque, como deixei bem claro no começo, é uma questão de uma boa comunicação do Governo com a sociedade, de cada Governo com as suas populações, para chamar essa população como parceira, pra que essa população, então, tenha uma adesão às medidas restritivas e se coloque também exercendo a cidadania, exercendo a solidariedade, parceira do Governo nas medidas de restrição. E isso é muito difícil de obter, justamente como o Cláudio falou, quando você tem um ambiente politicamente tão polarizado, como o que a gente vive, onde alguns governantes falam uma coisa, e o Presidente da República fala outra, e outros governantes falam outra. Então, as populações ficam muito confusas. Quando você consegue uma coesão dessa comunicação com a população, certamente o resultado é muito melhor. Infelizmente, esse resultado não foi obtido nas diversas cidades, inclusive nas duas cidades que o senhor, citou, Rio de Janeiro e Manaus, que foram cidades tão acometidas pela pandemia.

Conversando outro dia com a Professora Margareth Dalcolmo, que mora no Rio de Janeiro, ela até comentou que o trânsito do Rio de Janeiro já estava um trânsito normal, como se realmente a vida lá estivesse normal. E ela ficou muito espantada com isso: "Como assim, de onde veio todo esse trânsito, por que essas pessoas estão todas circulando?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o problema da comunicação é um problema muito grave. Sem uma boa comunicação vinda dos órgãos institucionais e dos órgãos supremos, do Governo Federal, do Ministério da Saúde, é muito difícil conduzir uma crise global, uma crise sanitária desse tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Natalia.

Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria, só complementando a colocação que foi feita pelo Senador Rogério Carvalho, dizer que chegam às nossas mãos dados do número de mortes por Estado em cada grupo de 100 mil habitantes, dados de hoje.

Roraima tem o maior número de mortes por cada grupo de 100 mil, 331; em seguida, Mato Grosso, Amazonas, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Espírito Santo. E, lá embaixo, os cinco Estados que tiveram menor número de mortes por cada grupo de 100 mil habitantes foram exatamente os Estados que tentaram de todas as formas seguir o distanciamento social...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que são quais, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São os Estados... O último lugar... Deixe eu ver aqui, Randolfe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Os cinco Estados são: Rio Grande do Norte, Pernambuco, Pará, Bahia e Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Inclusive, até para fazer um esclarecimento definitivo a esta CPI e a todos que estão nos assistindo: esse dado que o Senador Renan acaba de relatar é o dado de mortes por 100 mil habitantes – me corrijam, Dr. Cláudio e Dra. Natalia, se estiver errado –, esse é o dado de mortalidade, que é o dado que é considerado para ter referência do número de mortes, de estatísticas em relação à pandemia, e não o dado de letalidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Taxa de mortalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, esse dado que o Senador Renan acabou de relatar – ótima contribuição que ele dá – é a taxa de mortalidade, que é o dado... E me corrijam, Dr. Cláudio e Dra. Natalia, se eu estiver errado. É isso? A referência é esta: é o dado de mortalidade e não de letalidade. E a imperfeição.. Só para concluir, a imperfeição disso – e por isso faço questão de prestar este esclarecimento, em especial a todos que estão nos assistindo – é que o dado de letalidade leva a uma distorção.

Por exemplo, é sempre citado aqui o caso do meu Estado, por conta de a letalidade ser pequena. E a letalidade é pequena por conta do número de testados, mas a população do Amapá é uma população proporcional à população do Acre e, lamentavelmente, tem um número de mortos maior do que o da população do Acre. Isso é uma demonstração concreta, como V. Sas. estão confirmando para esta Comissão, de que o dado a ser considerado para as estatísticas não pode ser a letalidade, porque ele distorce a realidade. O dado real deve ser o dado de mortalidade por 100 mil habitantes, como aqui foi apresentado pelo Senador Renan e pelo Senador Rogério. Se eu estiver errado...

Por favor, Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Corretíssimo. São dados, ambos, que são importantes e revelam coisas diferentes. O dado de mortalidade mede o impacto da doença numa determinada população e o seu resultado mais grave, que é a proporção de mortes em relação àquela população. O dado de letalidade mede a proporção entre aqueles que ficaram doentes e que foram documentados como doentes, entre eles quantos morreram. Então, mede muito mais a capacidade de atender adequadamente os doentes, adequadamente ou não, e como vai o sistema de notificação e de registro de casos de óbitos.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – E, só pra complementar a resposta do Cláudio, a letalidade também dá uma ideia pra nós da capacidade daquela doença de matar. Então, por exemplo, a letalidade da raiva, quando a pessoa pega a raiva, é de quase 100%, é uma doença que quase sempre é letal. Isso não quer dizer que está todo mundo morrendo de raiva naquele país; quer dizer que, se acometido, infelizmente, a letalidade dessa doença é muito alta, mas não quer dizer que tem uma epidemia de raiva acontecendo.

Então, são, realmente, dados usados pra fazer medidas diferentes.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso quer dizer também, Dra. Natalia, que a taxa de letalidade indica quantos mortos poderíamos ter se largássemos os brasileiros à própria sorte para um contágio irrestrito como foi proposto pelo Osmar Terra, que foi encampado pelo Presidente da República e por toda a sua estrutura de Governo. Daria para a gente saber exatamente pela taxa de letalidade da doença, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATALIA PASTERNAK – E com a taxa de transmissão também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Agradeço primeiramente ao Senador Renan, que trouxe o dado aqui a esta CPI; agradeço aos senhores por prestarem esse esclarecimento sobre a diferença entre dados de mortalidade e letalidade, e esclarecerem em definitivo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o índice adotado para as estatísticas é o índice de mortalidade por 100 mil habitantes.

Dito isso, nós vamos realizar o intervalo que eu prometi por 15 minutos. Tentamos esticar ao máximo para adiantar, mas realmente não é muito comedido, não é humano ficarmos seis horas sem nenhum suporte, sem nenhum intervalo. Então, em decorrência disso, nós vamos suspender durante 15 minutos.

Na sequência, Senador Eduardo Girão; logo depois, o Senador Kajuru, em homenagem a S. Exa., uma deliberação da Presidência e da relatoria desta Comissão. E seguirá a sequência com a Senadora Zenaide Maia, que já está aqui no remoto, Senador Alessandro Vieira, e concluiremos com a Senadora Simone Tebet.

Suspensa a sessão por 15 minutos.

(*Suspensa às 15 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 50 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Reiniciamos a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Senador Eduardo Girão é o próximo inscrito pelo sistema remoto. Em seguida, será, só recapitulando: Senador Eduardo Girão, Senador Jorge Kajuru, Senadora Zenaide, Senador Alessandro e Senadora Simone.

Senador Girão, V. Exa. tem 15 minutos. Fique à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente. O senhor me ouve bem?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ouvimos. Ouvimos alto e claro. Pode ficar à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saudar a todos neste momento que a gente está vivendo, um momento difícil, dramático no País. Isso é indiscutível.

Eu esperava, desde a semana passada, quando foi marcada a reunião, que fosse um debate. Essa era a expectativa minha e, acredito, do povo brasileiro, mas o debate, infelizmente, foi excluído na CPI. Seria bom, para que a gente pudesse tirar as próprias conclusões, ouvir um lado e ouvir o outro. Eu acho que isso seria mais interessante do ponto de vista, para que a gente pudesse ver eventuais contradições, porque nós não somos médicos, nós não entendemos, mas, quando a gente vê duas pessoas que entendem discutindo, acredito que é mais proveitoso sob todos os pontos de vista, inclusive o democrático. Então, eu queria, neste momento, registrar isso, porque tinha sido pautado que iria haver debate. Tinham sido escalados dois cientistas de um lado e dois de outro. E ele foi desmembrado e ficou: hoje, dois cientistas; e, na próxima sexta-feira, ou seja, daqui a uma semana, nós vamos ter os outros dois cientistas, que pensam divergente dos nossos convidados de hoje.

Eu agradeço aqui as explicações do Dr. Cláudio e da Dra. Natalia e informo que me sinto até contemplado com as algumas perguntas formuladas pelos colegas.

Repito: não sou médico, nem cientista, portanto não posso avaliar adequadamente o tratamento precoce. Esse é um assunto absolutamente técnico e não deveria ser politizado, inclusive pelo Presidente da República, que, ao meu ver, erra quando politiza esse assunto. Por mais que possa, eventualmente, ter boa intenção, gerou toda essa polêmica em torno do assunto. E vejo que também está criminalizado tal assunto.

Eu só tenho trazido aqui hoje alguns argumentos de médicos e pesquisadores que, infelizmente, não têm tido oportunidade de serem ouvidos, como eu disse aqui no início; cientistas que têm posições divergentes, diametralmente divergentes – e são muitos. E, pelo princípio do jornalismo, a gente tem que ouvir sempre os dois lados. Se a CPI quer discutir e precisa – é um ponto central da CPI – discutir o tratamento precoce, que não se restrinja apenas a um medicamento, que tem essa polêmica, como a cloroquina está sendo colocada aqui; mas também sabendo que existem 17 medicamentos que fazem parte do chamado tratamento precoce. Que seja justa e que ouça esta CPI os dois lados. E que o tratamento seja o mesmo, porque a gente viu aqui como tem que ser: muita cordialidade, sem exigência de "sim" ou "não", sem intimidação, sem absolutamente querer enveredar a resposta do depoente para outro lado, ou seja, um clima de harmonia. É disso que a gente precisa se a gente quer, realmente, buscar a verdade.

O que eu sempre lutarei é pela justiça, pela autonomia médica e do paciente também. Eles já são responsabilizados pelos seus atos perante a lei brasileira. Nada contra outros tipos de especialistas de outras áreas. Podemos ouvi-los, sim, mas é fundamental ouvir os médicos que estejam tratando pacientes com Covid dos dois lados. Não podemos violar o princípio constitucional do contraditório, repito, que permite assegurarmos a igualdade e a ampla defesa. Aqui o debate não é o ideal, até porque não existe o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate. Ele fica prejudicado, porque temos somente uma visão dos fatos, com falta dos necessários reparos, porque somos humanos, imperfeitos, o que não contribui para o crescimento da ciência, como todos defendemos aqui.

Eu queria iniciar pela Dra. Natalia, fazendo aqui uma colocação para ela: são cerca de 17 drogas utilizadas *off-label* atualmente nesse chamado tratamento precoce. A senhora deve ter pesquisado essas drogas de alguma forma. E eu pergunto: em todas essas 17 drogas, existe a polêmica como tem na cloroquina, hidroxicloroquina e na ivermectina?

Eu queria só pedir à senhora, como o tempo da gente é curto... Eu não vou fazer jamais o que foi feito aqui, por exemplo, com a Dra. Nise Yamaguchi, que foi desrespeitada covardemente. E lhe foi imposto: sim ou não, tem que dizer. Eu não vou fazer isso. Eu só peço que a senhora, por favor, por gentileza, seja objetiva na resposta.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senador, muito obrigada.

O senhor tem toda a razão quando diz que alguns medicamentos foram muito mais politizados do que outros, e esse, realmente, foi o caso, principalmente, da hidroxicloroquina e também, no Brasil e em alguns outros países, o caso da ivermectina. Outros medicamentos foram aventados, foram estudados, foram descartados; alguns foram aprovados, mesmo sabendo que eles são medicamentos que ajudam, como o remdesivir, mas que não curam. Então, até agora, nós não temos nenhum medicamento que, realmente, mostrou ser eficaz para combater a replicação viral, para ter um efeito muito impactante na transmissão da doença e na progressão da doença para que ela se agrave.

Então, desses 17 medicamentos, que o senhor diz, certamente a cloroquina e a ivermectina são os que foram mais politizados. Por que é que isso aconteceu? É um fenômeno muito mais jornalístico do que científico. Em cima desses medicamentos foi feito um *hype* muito grande. No caso da cloroquina, esse *hype* é muito conhecido por pessoas que, como eu, trabalham com comunicação de ciência e negacionismo. É o *hype* do cientista que vai para a mídia antes de passar pela revisão dos pares. Esse *hype* também aconteceu na promoção do movimento antivacinas, com Andrew Wakefield, em 1998, por exemplo. Também foi um cientista que foi para a mídia antes de publicar.

Então, esse tipo de apelo jornalístico e midiático, tão facilitado hoje pelas mídias sociais, foi o que acabou dando mais politização. E essa politização, como o senhor bem colocou, é muito prejudicial.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Girão, está sem áudio. Está sem áudio, Senador Girão. (*Pausa.*)

Agora sim. Agora sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estava sem áudio, porque foi cortado aí, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, desculpe-me, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Aqui eu não tinha mexido em nada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. Parece...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas parece que não foi aqui, não. De qualquer forma, tudo bem, agora está restabelecido...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, foi aí, porque eu não mexi em nada. Eu estava atento aqui no funcionamento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, tudo bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o tempo de V. Exa. vai ser reposto, pelo tempo que V. Exa. quiser.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado. Sei de sua tolerância sempre.

Eu queria ver... Olhem que interessante: a gente percebe aí o grave erro, colegas Senadores, jornalistas que estão acompanhando, pessoas em geral, porque tem ocorrido a generalização, não é? Algumas dessas drogas já foram aprovadas para uso *off-label*, como a budesonida inalatória, na Inglaterra, e como a ivermectina, pelo NIH, Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos.

Afirmar que a ciência comprova a ineficácia do tratamento precoce é algo assim que a gente... Só há discussões em 3 das 17 drogas. É a mesma coisa que afirmar que todos os políticos são corruptos ou que todos os políticos não trabalham. Muitos dos senhores se sentiriam injustiçados, colegas, com esse tipo de afirmação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, a verdade é que milhares de médicos que estão no *front* e que estão salvando vidas têm sido perseguidos sim!

Pesquisadores têm tido suas reputações destruídas, e muitos pacientes ficaram com medo de buscar esse tratamento, que é, sim, seguro, desde que sempre com orientação médica. Eu sou totalmente contra a automedicação, sou a favor de vacinas. Nós estamos numa guerra. Sempre fui a favor de vacinas, do distanciamento físico, do uso de máscara e também do álcool em gel, mas por que não? Se a gente está numa guerra e todos os recursos têm que ser usados, por que não, com recomendação médica, um tratamento?

Inclusive, eu quero sugerir pra quem está nos assistindo e tirando suas próprias conclusões de tudo isso que a gente está ouvindo aqui, que assista ao debate, porque foi debate, não foi excluído. Olha como as coisas são na vida: há dois meses e meio, o Senado fez um debate, na Casa, ouvindo cientistas e médicos renomados contra o tratamento precoce e cientistas e médicos renomados a favor do tratamento precoce. É só você buscar nas redes sociais do Senado, colocando aí tratamento profilático Covid-19. Foi aprovado por todos os Senadores, não teve discussão, e muitos participaram. A gente vai ouvir o... A gente ouviu, nesse debate – é bom que as pessoas assistam no YouTube –, os dois lados e ambos apresentaram seus estudos randomizados, apresentaram metanálises, apresentaram também a questão do duplo-cego, isso aí e resultados clínicos também.

Eu queria aproveitar aqui também e fazer uma colocação. Foi falado de Fortaleza, antes de encerrar a primeira parte do intervalo. Fortaleza é a terra em que eu nasci, eu sou fortalezense, e 8.835 irmãos fortalezenses morreram por Covid. Então, assim, é algo que, quando a gente muitas vezes quer politizar...

Eu já vou me dirigir agora ao Dr. Cláudio porque ele defendeu aí o Consórcio Nordeste como uma busca de alternativa. E a gente viu que, por exemplo, em Fortaleza, muita gente morreu porque procurou leito em Fortaleza, agora nessa segunda onda já, e o hospital de campanha foi fechado pela gestão local. Inclusive, eu fiz essa pergunta ao Dr. Elcio, se ele tinha autorizado, eu fiz essa pergunta ao ex-Ministro Pazuello, se ele tinha autorizado. E não. Foi fechado o hospital de campanha, com cinco meses. Foram gastos quase R$96 milhões e foram simplesmente fechados quando começou a chover sabe o quê? Não foi água, não. Começou a chover denúncia de corrupção. Foi fechado o hospital. Quando o povo, agora, de Fortaleza, os fortalezenses precisaram de leito, não tinha leito. Então, esse é um fato que a gente precisa... E o Consórcio Nordeste, Dr. Cláudio, que o senhor defendeu...

Eu vejo que realmente está muito politizado tudo isso aqui. Eu espero que, na próxima sexta-feira, se veja, Presidente Randolfe... Vamos deixar a política de lado. Vamos deixar a política de lado, porque isso faz com que a gente perca a razão, perca o foco, perca a verdade quando a gente politiza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sexta-feira que vem, se tiver, se tiver algum cientista que seja bolsonarista, nós precisamos tirar. Nós temos que ouvir cientistas que não têm vínculo político partidário, porque isso atrapalha, isso tira a credibilidade.

O currículo do Dr. Cláudio é respeitável. Eu não tenho uma vírgula para falar. Acompanhei algumas palestras dele, está inclusive sendo agora transmitido, foi divulgado muito que ia ser transmitido pela TV PT, por vários outros organismos aí, CUT e tudo. Eu acho bacana que se dê publicidade.

Agora, o que não pode, no meu ponto de vista, é que a gente tenha, dum cientista que venha expor aqui, uma posição clara política, já de campanha para o ano de 2022. Por isso que se perde muito nesta CPI, que ela está derretendo em credibilidade junto à população, quando hoje inclusive teve aqui já a pesquisa da XP, que mostra que só 35% acreditam na efetividade desta CPI. Ela vem derretendo por esse viés político.

Então, eu acho que esse tipo de retuitada aqui, mostrando o ex-Presidente da República... Eu não tenho absolutamente nada contra ele, tenho divergências políticas, questionamentos com relação a muita coisa, mas nada pessoalmente contra ninguém. E aqui, que está na própria página do Dr. Cláudio aqui no Twitter, dizendo que seria cômico, se não fosse mais uma rajada assassina no povo deste País, mostrando o Presidente aqui cumprimentando as pessoas, o que eu acho errado, o que eu acho errado. E coloco isso toda sessão. O Presidente causa aglomeração. Está errado. Não usa máscara. Tinha que dar o exemplo, não tenho dúvida.

Agora, o que não pode é a gente ouvir cientistas que estão realmente com essa contaminação política. Isso tira a credibilidade, porque a gestão do SUS é tripartite, não é? Eu acredito que a gente tem que investigar. Estamos investigando o Governo Federal. E a gente está fazendo isso bem, foi o que fez durante um ano, um mês e uma semana até agora, só isso.

Agora, o estrago que, por exemplo, o Consórcio do Nordeste, que é a ideologia defendida por muitos que estão conosco aqui neste momento, é uma ideologia que infelizmente causou prejuízo para o povo nordestino. Só numa compra, de trezentos respiradores comprados da indústria da maconha, que até hoje não chegaram, foram pagos aí quase 50 milhões antecipados. Graças a Deus, terça-feira os colegas toparam votar. Nós vamos ver a possibilidade de esclarecimento disso com o Diretor Executivo do Consórcio Nordeste, que é Carlos Gabas, não é? Que é o Diretor Executivo, e há um requerimento meu para ouvir, para explicar isso, porque onde eu ando, as pessoas perguntam e esperam da CPI isso.

Então eu só queria deixar claro que a gente não pode politizar. A gente tem uma responsabilidade grande com relação a isso. Da nossa parte, politicamente falando, até se aceita, de alguma forma, não é? Não de forma politiqueira, trazendo um debate 2022 para cá. Agora, o que não se pode é ouvir de cientistas, e eu espero que sexta-feira nós não tenhamos nenhum cientista que tenha viés político,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendendo "a", "b", bolsonarista, lulista, para que a gente possa realmente ter um resultado coerente, que as pessoas possam acreditar no nosso trabalho nesta CPI.

Só para complementar, Presidente, sabendo que o senhor já deu aí um bom prazo, pelo que eu ouvi ao soar o alarme, queria colocar o seguinte: o Senador Renan Calheiros fez uma colocação a partir de uma fala da Dra. Natalia com relação à questão do... É que ela fez aquela analogia, interessante, com o futebol, colocando o time de futebol. O Senador Renan Calheiros, depois, colocou assim – eu até anotei aqui – que nós somos todos atacantes nesta CPI, todos atacantes nesta CPI. Acho que a CPI tem que ter esse papel. A CPI só não pode é ser também o juiz, como o dono da bola, o dono do time, e que possa, de alguma forma, ouvir todos os colegas para a tomada de decisão. Porque o que a gente viu nesses dias foi atropelo em cima de atropelo por narrativas políticas e a gente precisa, sempre, ouvir o contraditório.

A Dra. Natalia também falou que Estados e Municípios "estão entregues à própria sorte". Eu anotei isso aqui. Eu vejo aqui... Eu fiz essa pergunta também, Dra. Natalia, eu fiz essa pergunta para o Dr. Elcio, muito parecida, com relação a recursos do Governo Federal. Não sei se a senhora sabe, mas nunca se investiu tanto em saúde. Isso é fato. Independente de ser de um lado ou de outro, a gente tem que entregar a verdade para as pessoas. Em 2020, só no ano passado, foram R$79 bilhões na rotina do SUS investidos, mais R$33 bilhões para a Covid, uma verba para a Covid. Só para a senhora ter uma ideia, com relação ao saldo. O saldo agora, em março, das Prefeituras e dos Estado, foi de 9,5 bilhões nos Estados e 14,9 bilhões nos Municípios, o saldo positivo que nós temos visto. Sem falar nos insumos, nos equipamentos comprados, o que dá 46,5 bilhões e 11,2 bilhões. Uma coisa é ponto pacífico entre todos os Senadores. Eu já falei isso várias vezes e nunca fui contestado por ninguém: dinheiro não faltou nessa pandemia. Dinheiro não faltou.

Agora, pela própria Polícia Federal, que eu tentei chamar aqui o Diretor-Geral anteontem... Fui voto vencido. Só tive o meu voto. Foi 8 a 1 para chamar a Polícia Federal para ouvi-la com relação a esses escândalos. São mais de setenta operações da Polícia Federal que foram realizadas, mostrando aí que corrupção, em época de pandemia, não é apenas um fato de impunidade, de corrupção, é...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Desviar dinheiro de verba pública, neste momento, é simplesmente assassinato. Então, queria só fazer essa ponderação para o Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela ordem, a Senadora Simone, por gentileza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência*.) – É muito rapidamente, apenas para fazer um esclarecimento. Acho importante, a CPI está indo muito bem.

O Senador Eduardo Girão sabe do meu carinho, da minha amizade e do meu respeito por ele e pela família dele, mas ao falar que não vamos politizar e trazer para o lado eleitoreiro, acabou trazendo. Eu gostaria apenas de...Da mesma forma como a Bancada Feminina colocou uma Senadora da Oposição para pedir urbanidade no trato em relação a Dra. Nise...

Portanto, repito, uma Senadora da oposição pedindo que a Dra. Nise pudesse ser tratada com urbanidade, que nós possamos também não colocar em cheque ou em credibilidade o depoimento dos doutores, tanto da Dra. Natalia, que também teve uma situação como essa apontada, e, agora, com o Dr. Cláudio.

Acho que nós podemos continuar, e estamos indo muito bem. Cada Senador e Senadora tem o seu juízo de valor e saberá levar em consideração ou não aquilo que for dito.

Mas é importante ressaltar que aqui estão falando dois cientistas. Quem está falando neste momento é a ciência, e o Brasil agradece o fato de a CPI estar dando oportunidade para a ciência se pronunciar, essa mesma ciência que deixou de ser ouvida e, infelizmente, em função disso, levou a esse número exorbitante de mortes.

Da mesma forma, Sr. Presidente, apenas para aqui fazer uma defesa do Senado Federal, aqui aproveitando essa oportunidade que o próprio Senador Eduardo Girão nos trouxe, e ele só apresentou esses dados, a gente só tem a agradecer a ele por isso, de que apenas 35% da população brasileira acredita no resultado dessa CPI.

Mas é importante deixar aqui, de uma forma muito objetiva e clara, que essa CPI é diferente de todas as demais: ela não vai investigar apenas fatos passados; ela não vai dar em pizza, como também não vai dar esse ou aquele resultado; ela já deu resultado. Ela já deu resultado quando, pouco antes de ser instalada, a tentativa do Governo de que o Senado não instalasse a CPI mudou o Ministro da Saúde, do Ministro Pazuello para o Ministro Queiroga. Pelo menos por isso já serviu essa CPI, porque, pelo menos, o Dr. Marcelo Queiroga é um homem da ciência, um homem da Medicina, que, bem ou mal, tem procurado fazer o seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, apenas, porque o meu querido amigo Eduardo Girão nos permite... E ele traz um dado verdadeiro mesmo, ele está totalmente correto: as pessoas não acreditam na classe política e muito menos em CPI. Mas esta CPI não vai dar em pizza porque ela já está dando resultado neste momento. Neste mesmo momento pararam de falar em remédio que não... Muitos pararam de falar em remédios que não têm eficácia; neste mesmo momento está tendo uma discussão totalmente equivocada, mas está tendo a discussão sobre a questão do uso de máscaras – essa CPI não ficará silente em relação a isso.

Repito, essa CPI não é CPI do passado; é CPI do presente. É uma CPI que, de alguma forma está curando, de alguma forma está ajudando a salvar vidas.

Então, agradeço a oportunidade e faço aqui apenas a minha consideração de que também não pertenço à linha política – pelo que eu estou vendo – do Dr. Cláudio; nunca votei a princípio no partido que os próprio Eduardo Girão apontou, mas vou defender até o fim, no meu mandato, o direito de eles estarem aqui, de poderem esclarecer, fazer os seus esclarecimentos e, no juízo de valor de cada um de nós, que somos inteligentes, somos da política, saberemos fazer aqui a nossa interpretação sobre tudo que está sendo dito.

Desculpe o alongado, mas é importante...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... porque o Senador Eduardo Girão trouxe um dado fundamental que precisa ser muito explorado. Senador Eduardo Girão, vamos mudar essa realidade e mostrar para a sociedade brasileira que o trabalho do Senado Federal é sério, que o resultado vai ser o resultado que é o justo e verdadeiro. Puna-se quem tiver que tiver que punir, doa a quem doer – Governadores, Prefeitos ou o Presidente da República. Eu e Eduardo Girão estamos juntos nessa trincheira.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Então, dando... Eu queria passar rapidamente: então, vou conceder dois minutos à Dra. Natalia e dois minutos ao Dr. Cláudio. Peço procurar cumprir o tempo para nós passarmos... Logo em seguida temos o Senador Jorge Kajuru, já inscrito aqui, já esperando há algum tempo, para nós... Temos outros colegas Senadores aqui inscritos.

Senadora... Perdão, Dra. Natalia. (*Risos.*)

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao que foi falado pelo Senador Girão sobre os dois lados no jornalismo e o princípio do contraditório, é importante salientar que esses princípios do jornalismo – e da política também – de sempre observar o contraditório, eles não se aplicam para a ciência, porque a ciência é um processo investigativo dos fatos, da realidade, e daí não cabe o contraditório.

A ciência não tem dois lados. E isso não é por desrespeitar opiniões alheias, mas pelo modo como a ciência trabalha, que é um processo empírico de investigação.

Então, quando a gente fala que existem consensos científicos, eles são consensos. Um consenso científico como, por exemplo, de que o aquecimento global é real e é causado pelo homem, é um consenso científico. Podem até existir cientistas que contestem isso, mas, para que esse consenso seja derrubado, as evidências em contrário precisam ser muito robustas, precisam ser evidências extraordinárias. Como já dizia Carl Sagan, alegações extraordinárias precisam de evidências extraordinárias, senão continua valendo o consenso científico.

E, quanto ao uso *off-label* de medicamentos, acho que Cláudio pode esclarecer melhor do que eu, mas *off-label* não precisa de autorização de agência regulatória. E ele não é política pública. *Off-label* é justamente a autonomia do médico de prescrever *off-label*, porque senão seria *label*, seria autorizado pela agência regulatória.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, muito obrigado pelas questões trazidas, Senador Girão.

Primeiro, acho que minhas posições políticas, como eu disse inicialmente, eu nunca me preocupei em escondê-las, torno-as públicas, não sou filiado a partido nenhum.

As minhas posições não se confundem com a minha posição institucional. Esse perfil que, eventualmente, foi mostrado aqui – não sei nem se é o meu ou não – é o meu perfil pessoal de Twitter, não é institucional. Isso é outra coisa. O que eu faço nas minhas horas em que não estou trabalhando, se eu advogo por um, por outro, se defendo certas posições, acho que é uma questão do exercício de cidadania, assim como acho que é inevitável falar em política numa Casa de política, tendo eu mesmo a política no nome do meu cargo: sou especialista em políticas públicas, tá-tá-tá. Então, claro, não estou falando de política partidária, estou falando de políticas públicas.

Em relação ao tratamento precoce, claro, as pessoas têm que ser acolhidas precocemente, têm que ser orientadas antes de ficarem doentes, têm que ter o sistema de saúde receptivo para elas o tempo todo. A grande questão é: não existe nenhum tratamento precoce considerado efetivo hoje para a Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns até estão em fase de validação. O Senador citou a budesonida, que é um medicamento promissor. Vamos lembrar: ele é um corticoide – ele não ataca o vírus – e ele pode talvez reduzir a reação inflamatória, da mesma forma que outras categorias de corticoides injetáveis não inalatórios já têm sido indicados para a Covid.

Em relação à ivermectina, a posição do NIH (Instituto Nacional de Saúde americano), que está no *site* deles, onde eles afirmam com todas as letras – e sugiro ao Senador que consulte diretamente o *site* deles –, é de que não há evidências suficientes para a indicação da ivermectina e que isso pode ser objeto de estudos futuros. Esse medicamento é contraindicado explicitamente pela OMS, pela Agência Europeia de Medicamentos, pela Food and Drug Administration e pelo próprio fabricante original, que é a empresa Merck.

E, por fim, a questão do Consórcio Nordeste, eu continuo afirmando a importância do Consórcio Nordeste pelo que tem demonstrado de vontade de adotar políticas, de adotar medidas em relação à prevenção, em relação ao cuidado com a doença.

Agora, o grande protagonismo dado ao Consórcio Nordeste pode nem ter sido pelas suas ações, mas muito mais pela omissão do Governo Federal em adotar políticas, em adotar medidas de prevenção. Outro protagonista surgiu nesse vácuo, e o que nós menos precisamos hoje é de um vácuo quando vivemos uma epidemia dessa importância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Cláudio.

Senador Jorge Kajuru. Depois, o Senador Alessandro e concluiremos com a Dra. Zenaide... Com a Senadora Zenaide, perdão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. *Por videoconferência*.) – Bem, Pátria amada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Senador Jorge Kajuru.

Senador Girão, é uma questão de ordem, é um pela ordem? Senador Girão, estamos sem o áudio...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – É rapidamente só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por gentileza, Senador Girão, porque os seus colegas Senadores estão aguardando já há algum tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto. Se o meu querido irmão Kajuru permitir, rapidamente. Não mais do que dois minutos, amigo. Obrigado.

Eu acho que esse assunto é um assunto... Não é que a ciência tem dois lados, absolutamente. Eu não disse isso. Eu disse que os cientistas estão divididos sobre o assunto. E aqui, nesta CPI, já que um dos focos é ver a questão de cloroquina, de tudo isso que aconteceu durante esse período, a gente precisa ouvir os dois lados, e o debate é o melhor formato. Quem não tem receio do debate eu acho que é importante estar junto.

Só para passar aqui as qualidades das cincos metanálises favoráveis à ivermectina, que o doutor falou agora há pouco, que foram citadas inclusive pelo Senador Heinze antes. Algumas foram feitas por um dos maiores especialistas do mundo, a Tess Lawrie, consultora da onde? Da OMS, da NHS da Inglaterra e do NIH dos Estados Unidos.

Só para passar isso. Assim como o Dr. Andrew Hill e a Dra. Kerali, que é a mais famosa clínica de meio, inclusive revisado agora em janeiro.

Então, a gente precisa realmente buscar a verdade com relação a isso, tá?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

Eu vou passar para o Senador Kajuru, não sem antes pedir para o Senador Renan acumular relatoria e Presidência provisoriamente, enquanto eu tenho que me deslocar aqui ao lado. Voltarei o quanto antes.

Senador Kajuru, Senador Alessandro e Senadora Zenaide.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bem, Pátria amada, eu não posso esconder esse minuto de emoção porque finalmente eu estou, Presidente Randolfe, Senador Renan Calheiros, na CPI. Porque é algo inacreditável, que o País inclusive discute, gente do bem.

Porque esta CPI só existe e está sendo exercida – e o senhor sabe muito bem, Presidente Renan, Relator – por minha causa e por causa do Senador Alessandro, que entramos com um mandado de segurança no STF. Do contrário, ela não existiria, e o senhor sabe disso. Ela iria ser prorrogada e não estaria aqui. Então, como pode alguém que é responsável pela existência da CPI não participar dela? Então, evidente que eu estou aqui emocionado.

Eu me dirijo a quem, até então, assumiu a Presidência desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues, com o maior carinho, porque eu só estou aqui em função de um homem que, para mim, é uma reserva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

moral deste País, o Senador Otto Alencar, que fez a solicitação para que eu participasse da CPI e estivesse na escala à hora de perguntar e também no dia em que ocupava a Presidência o Randolfe Rodrigues, que concordou. Randolfe, para mim, é um rapaz exemplar e um rapaz limpo, ao contrário de gente da classe política que é rapaz sujo.

E aproveito para fazer, se o senhor me permite, Senador Renan, uma correção. Quando o senhor responde a críticas e o senhor diz de onde essas críticas vêm, elas são um elogio para o senhor. O senhor está me ouvindo ou não?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou te ouvindo. Claro!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Então, por favor, não diga mais que elas são um elogio para o senhor. Essas críticas, de onde vêm, ao senhor são um atestado de idoneidade. Entendeu a diferença? De elogio para atestado de idoneidade? Então, eu mudaria a forma de o senhor responder, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Com todo o carinho que eu tenho, porque é um irmão – eu frequento a casa dele; a família dele é minha amiga –, pelo Senador Girão... Senador Eduardo Girão, entre aí – a sua assessoria não lhe informou bem – na internet, agora, às 15h31 – agora são 16h26. O *Valor*, de *O Globo*, informa a Pesquisa XT, que diz o contrário do que o senhor informou: que 62% dos brasileiros aprovam esta CPI. Portanto, essa é a informação verdadeira.

E aqui está um jornalista de 40 anos de carreira nacional que só acredita em uma pesquisa no Brasil: Datafolha. As demais eu ignoro. Mas a correção é necessário ser feita.

Tanto que muitos colegas ficam ansiosos para uma pergunta nesta CPI com o desejo de quê? De 30 segundos no Jornal Nacional. Eu não babo, Presidente Renan Calheiros. É o desejo de aparecer no Jornal Nacional. Eu não tenho isso, porque eu apareci em rede nacional, na televisão brasileira, durante 40 anos. Portanto, isso não faz falta nenhuma a mim.

Indo direto aos assuntos, por ter essa primeira grande chance aqui na CPI, Dra. Natalia e Dr. Cláudio, os senhores merecem, inicialmente, um aplauso pelas aulas dadas durante toda esta sessão. Portanto, a CPI – e eu sei que o Senador Renan não vai se esquecer disso e o Brasil do bem – agradece as suas posições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Natalia, eu adorei aquela frase sua, do goleiro, da vacina-goleiro. Mas a senhora há de concordar comigo que não basta só a defesa. O meio-campo tem que voltar e marcar bem também, e até os atacantes. Ou seja, é um time completo, é um jogo coletivo.

A senhora concorda? Sim ou não?

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Senador, desculpa, mas o senhor está abusando dos meus conhecimentos futebolísticos. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Porque futebol tem goleiro, defesa, meio-campo e ataque, Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Então, a minha analogia fica no limite do meu conhecimento, Senador. Desculpe.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Mas pergunte ao seu filho, ao seu sobrinho, que ele vai lhe explicar o que é o futebol.

Segundo: também adorei a sua colocação sobre a ciência.

E peço, rapidamente, sim ou não, se, na verdade, a sua definição é de que a ciência não é uma achismo. Concorda?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Perfeito. É isso mesmo. É um processo de investigação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Exatamente, não é um achismo.

Aí eu tenho que entrar em uma colocação para a senhora e para o Dr. Cláudio, dura, que é o meu estilo – quem me conhece, o Senador Renan sabe o que eu sou como jornalista, na minha carreira –, é o meu jeito de perguntar.

Infelizmente, o Brasil, hoje, tem um Presidente da República, cuja cultura é uma cultura de latrina.

Eu sei que muita gente vai pegar o telefone agora e buscar no dicionário. Inclusive ele, Presidente, se estiver vendo a gente, vai ter que pegar, no telefone, no dicionário, o que é latrina. É a sua cultura.

Daí a pergunta à senhora: qual é a sensação de uma mulher, com a sua experiência? Que motivo realmente teve o Presidente da República para agir da forma que ele agiu, para enfrentar a pandemia do jeito que enfrentou, com declarações grotescas, para não repetir aqui a palavra estapafúrdia, com declarações assim revoltantes? A senhora acha que foi o quê? É o quê? É uma ignorância de alguém que chegou à Presidência da República do Brasil? Ou alguém colocou na cabeça dele tudo o que ele falou, que eu não quero repetir aqui, porque não quero passar mal ao vivo, no ar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, não cabe a mim fazer qualquer tipo de análise sobre a motivação ou a personalidade do Presidente da República. O que eu posso analisar, como uma especialista em comunicação de ciência, é que a maneira como o Presidente se comporta, como ele apresenta a sua comunicação para a população, é uma maneira muito perigosa. Ele mostra, no seu comportamento, total falta de empatia com as famílias enlutadas, com as famílias que perderam seus entes queridos. E ele mostra também total ignorância da ciência, que deve ser levada em conta na condução da pandemia.

A motivação dele eu não posso arriscar a dizer, mas eu sempre costumo citar a navalha de Hanlon, que é uma situação que a gente usa muito em ciência, que diz que a gente nunca deve atribuir à malícia aquilo que pode ser explicado perfeitamente pela ignorância.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Respondeu muito bem.

Parabéns, Dra. Natalia.

Dr. Cláudio, a sua visão em relação a esse mesmo questionamento que eu fiz.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) **–** Bom, saudações, Senador Kajuru. Tenho parentes na sua cidade, conheço desde criança...

Eu tenho uma dificuldade semelhante à da colega aqui para entender as motivações. Eu não tenho dúvida quanto à natureza dessas declarações, mas me parecem absolutamente coerentes com as declarações dadas por ele, ao longo de toda a sua vida política, desde quando era Deputado, quando defendeu um torturador, quer dizer, são declarações de quem não tem empatia, de quem não se identifica com os outros seres humanos.

Então, me parece, não é surpresa ouvir o que tem acontecido atualmente, como declarações para não usar máscara, questionando a validade da vacina, dizendo que a vacina é experimental, ou outras coisas dessa natureza que têm como resultado último a piora da nossa situação epidêmica e a piora da capacidade da população de se proteger.

Agora, não sei a motivação, só posso dizer que, aparentemente, essa motivação já vem há 28, 30 anos, porque é coerente ao longo de toda essa trajetória.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Perfeito, Dr. Cláudio.

Presidente Renan Calheiros, minha última colocação, e peço só a permissão, ao senhor e a todos os companheiros, que merecem o meu respeito, para algo que eu não consigo entender, Presidente Renan Calheiros, neste momento na sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, dá-se a impressão de que, quando se defende... O senhor, Renan, a imagem da TV Senado poderia ser um pouco mais inteligente e mostrar o Renan, que eu estou me dirigindo a ele, ele é o Presidente. Então, se a TV Senado puder...

Então, Presidente Renan Calheiros e Relator, quando se fala que 15 milhões de pessoas estão salvas no Brasil pela pandemia, uma coisa que eu não consigo entender, quer dizer, então, que meio milhão de pessoas mortas não significam nada? Vamos comemorar? Vamos gritar, como um gol no Maracanã? Olha, 15 milhões de pessoas estão salvas; porém, meio milhão, mortas. É algo que eu não consigo entender.

Então, a minha última pergunta, e me dirijo à Dra. Natalia, ela é simples. A senhora deve ter, Dra. Natalia, com a sua cultura, que não é de latrina, evidentemente... Com a sua cultura, a senhora deve ter lido Millôr Fernandes. E Millôr dizia o seguinte: que a ignorância é a maior multinacional do mundo. Infelizmente, ela é.

Teve um Parlamentar neste Congresso Nacional, o Senador Randolfe deve se lembrar desse dia, porque ele tem uma memória de elefante, embora seja um nanico fisicamente, mas ele deve se lembrar de que um colega nosso falou que esta CPI – o Renan também deve lembrar, deve se lembrar – poderia começar só em outubro, porque até outubro essa epidemia ia acabar, como se ele tivesse uma bola de cristal. Vejam o ponto a que chega a ignorância de um Parlamentar. E eu tenho vídeo para quem duvidar, nos *Anais* deste Senado Federal.

Então, a pergunta, que é a final, é se a sua previsão é otimista ou pessimista em relação até onde essa tristeza vai nos doer, chamada pandemia, Dra. Natalia, primeiro e, Dr. Cláudio.

E, assim, eu encerro e agradeço ao Randolfe, ao Renan e a todos por finalmente ter tido esse espaço aqui na CPI.

Dra. Natalia, por fineza.

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Senador, eu busco não fazer previsões, porque justamente na ciência a gente também não tem bola de cristal. E, como já falei aqui anteriormente, essa pandemia depende do comportamento de pessoas, além, é claro, da aquisição de vacinas, mas que também dependem do comportamento de pessoas para que essas pessoas se vacinem.

Então, dado o comportamento que nós estamos vendo no Brasil e a falta de adesão às medidas preventivas acopladas a uma vacinação lenta, eu temo que essa pandemia ainda vai ficar entre nós por bastante tempo. Eu não consigo e nem devo bater um martelo aqui de data, porque justamente nós não fazemos previsões do futuro, mas é uma pandemia que depende do comportamento de pessoas.

Então, eu sou otimista na medida da capacidade que nós tivermos de comunicar efetivamente com a população para que a gente tenha uma melhor adesão às medidas restritivas, para que a gente tenha a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementação de *lockdowns* coordenados regionalmente, no mínimo, e que a gente tenha uma maior aquisição e distribuição efetiva de vacinas. Com essas medidas, a gente conseguiria até ter um certo otimismo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Entendi muito bem a sua resposta e, para terminar e passar alguns segundos, eu nunca passo do tempo, a resposta do Dr. Cláudio... Eu só esqueci de colocar que do jeito que este Governo enfrenta a pandemia, a previsão da Dra. Natalia e do senhor, Dr. Cláudio, ela é otimista ou pessimista? Até quando vamos viver esse desespero?

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH – Eu não me considero uma pessoa pessimista. Habitualmente, eu diria que eu sou esperançoso. Agora, acho que o Senador usou a palavra exata, porque neste momento eu não consigo ser esperançoso. Eu enxergo o desespero. Parece-me que não há nada colocado no curto prazo, no nosso cenário político e institucional, que leve a crer que haverá uma mudança na condução da resposta brasileira à pandemia. E, dessa forma, há uma chance grande, há uma probabilidade grande de que as piores previsões venham a se confirmar paulatinamente e que as reações que gerem algum produto sejam muito pequenas. Então, lamento. Não consigo ser esperançoso neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Dr. Cláudio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Obrigado a todos e obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues. E volto a repetir: um abraço. Faz tempo que a gente não se vê.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Faz tempo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) **–** Um abraço, rapaz exemplar e rapaz limpo, diferente de quem é rapaz sujo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado, Senador Kajuru.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Queria exaltar a participação do Senador Kajuru. Acho que já tive, inclusive, em várias oportunidades, que falar para ele que a presença dele é muito importante nesta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo cabedal, pela experiência e por tudo com que ele pode ajudar no sentido de que nós cheguemos a bom termo ao final e ao cabo dos nossos trabalhos.

Quero também aproveitar a oportunidade para dizer que o Senador Eduardo Girão, que todos os dias ocupa 15 minutos para tentar politizar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, deve pedir desculpas, porque ele, de propósito, citou um número errado em relação à aprovação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em pesquisa hoje publicada pela XP, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem 62% de aprovação do povo brasileiro nos seus trabalhos. Apenas trinta e poucos por cento... Eu não lembro o número que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Trinta e cinco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Trinta e cinco por cento confiam que esta Comissão vai chegar a bom termo, responsabilizando quem deve responsabilizar.

Ele, ao citar esse número, talvez estivesse levando em consideração a popularidade do Presidente, que ele representa aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e, em nome dele, tenta todos os dias politizar os nossos trabalhos; aliás, não são mais 30%, continua despencando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu vou lhe conceder, Senador Girão.

Mas só antes, ainda em relação ao Senador Kajuru, sempre faço questão de frisar e destacar que o funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito se deve muito ao Senador Alessandro Vieira e ao Senador Jorge Kajuru, que ingressaram no Supremo Tribunal Federal para garantir que esta Comissão Parlamentar de Inquérito ocorresse. Esse é um testemunho em dever de ofício nosso e também um testemunho para com a história e com a verdade que nós temos que sempre fazer questão aqui de registrar, Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Girão, se V. Exa. puder ser bem breve, eu lhe agradeço, para nós podermos prosseguir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Claro, muito breve.

É apenas para trazer aqui que o irmão Kajuru, a quem eu tenho o maior carinho e respeito, falou de um dado que eu citei equivocado. Eu não citei equivocado. Quero, inclusive, mostrar aqui – não sei se dá para ver – o *site* da *Veja*, agora, 11 de junho, dizendo o seguinte: "Para 57%, CPI da Pandemia terminará em *pizza*, diz XP". Aí vem o número que eu dei. Pode recuperar a fita que eu não falei. Eu não falo inverdade. Já os brasileiros, que confiavam na efetividade da CPI, eram 46%, em maio, e, agora, são 35%.

Então, para encerrar, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, eu quero apenas dizer que o Senador Kajuru, como eu, anda em avião doméstico, a gente anda nas ruas e nas feiras. E, pelo menos da minha parte, em Brasília, no Ceará, eu vejo as pessoas me perguntarem: "Cadê corrupção? Cadê corrupção? Por que essa CPI não quer olhar a corrupção?". Mas eu espero que a gente, a partir da semana que vem, com o início aí do Consórcio Nordeste, já que o Governador, infelizmente, o STF, o primeiro Governador, ele disse que poderia ficar calado ou não viesse pra CPI – ele não veio – , mas eu espero que a gente possa fazer o nosso trabalho, investigando a todos, a todos. Governo Federal, sim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ...investigar, como também Estados e Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

Só para, assim, passar os dados, de fato, nós estamos aqui com a pesquisa XP/Ipespe. Opinião sobre a instalação da CPI da Covid: aprovam a instalação 62%; desaprovam a instalação da Comissão 25%. Estamos aqui com... Então, 62% aprovam e 25% desaprovam. O segundo dado, pra relatar todos os dados aqui, o segundo dado, a pergunta é a seguinte: a CPI da Covid atingirá seu principal objetivo? Sim, 35%; não, 57%. Portanto, são duas perguntas distintas: a aprovação da CPI é superior a 60%. E, obviamente, Senador Girão, Senador Renan, hão de concordar comigo: o sucesso aí depende de todos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para responder, principalmente, a pergunta de quem são os responsáveis por termos mais de 480 mil brasileiros mortos.

Dando sequência, então, Senador Alessandro Vieira – V. Exa. tem 15 quinze minutos –; em seguida, Senadora Zenaide; e, para concluirmos no dia de hoje, Senadora Simone Tebet.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço pelo espaço. Agradeço pela presença, Professora Natalia, Professor Cláudio.

Quero, de logo, pedir desculpas aos senhores que estão aqui presentes por tantas horas e aos brasileiros pela reiteração de um *show* de ignorância, desinformação, que não merece mais a guarida do simples desconhecimento de fatos. Você pode alegar que desconhece que determinada pesquisa é falsa, você pode alegar que desconhece que determinada metodologia não se aplica, no primeiro momento, talvez no segundo ou terceiro, se você é uma pessoa com dificuldade de entendimento, mas, agora, com 30 dias de CPI, onde, sentados nessas cadeiras, ninguém foi capaz de trazer nenhum único estudo sequer, nenhum único estudo sequer qualificado, com metodologia verificada, que indique o famoso tratamento precoce, que indique os remédios nos quais o Governo Federal investiu o nosso dinheiro, que dê validação pra essa ilusão que levou as pessoas para as ruas pensando que era possível se proteger com o uso de medicamentos... Então, peço desculpas aos brasileiros, peço desculpas aos dois cientistas que estão aí sentados.

Eu acho que, com tanto tempo já de sessão, a gente pode ser bem objetivo. O Brasil enfrenta hoje um problema adicional ao da pandemia. Nós vivemos uma desinformação violenta e uma sucessão de barbaridades perpetradas por autoridades, dentre elas o Presidente da República. São vários fatos que se sucedem diariamente. O ritmo agora é de blogue, é de internet; não é mais de gestão pública. Mas eu preciso da ajuda de vocês, que têm uma formação adequada, pra trazer de novo a discussão para o centro. Chegamos agora a perto de meio milhão de brasileiros mortos pela pandemia, mais de 15 milhões de contaminados, centenas de milhares de brasileiros que precisaram passar por internação.

Quantas mortes poderíamos ter evitado com a conduta adequada, com a conduta que a ciência preconizou lá a partir de meados de maio de 2020?

Se puderem, por favor... Acho que essa é a grande pergunta, e espero a resposta dos dois depoentes, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito difícil a gente estimar realmente quantas vidas teriam sido poupadas se houvesse realmente instituída pelo Governo Federal e pelo Ministério da Saúde uma boa campanha de prevenção da pandemia no Brasil. E essa campanha teria que incluir todas as medidas preventivas que já foram faladas aqui: uso de máscara, distanciamento social, implementação de *lockdown* quando necessário, compra de vacinas para conseguir vacinar a população de uma maneira eficaz e uma campanha de informação, que, eu creio, é um dos elementos essenciais para o controle de qualquer pandemia, ainda mais uma pandemia que depende de comportamento de pessoas para ser controlada. A gente só consegue modificar o comportamento de pessoas com informação adequada, transmitida de forma honesta, de forma clara, de forma transparente. A gente não teve campanhas de conscientização, para uso de máscaras, para distanciamento físico, para evitar aglomerações. A gente não tem, ainda, campanhas adequadas de informação sobre vacinas. Nós temos vacinas, ainda que em ritmo lento, mas nós não temos as campanhas adequadas que geralmente acompanham o processo de vacinação, para que as pessoas estejam esclarecidas sobre a segurança, a eficácia, a necessidade das vacinas e como proceder para se vacinar da forma adequada. E a falta dessas campanhas e esse processo de desinformação orquestrado pelo Governo Federal e pelo Ministério da Saúde acabou levando, com certeza, muito mais vidas do que se houvesse um processo honesto, transparente, comunicativo e baseado em ciência. Agora, estimar quantas vidas teriam sido poupadas se nós não estivéssemos sofrendo com um governo negacionista é muito difícil. Algumas estimativas foram feitas com modelagens matemáticas, como a do meu colega Pedro Hallal, que até mandou aqui, durante a sessão desta CPI, para que eu compartilhasse com os senhores. Ele publicou na revista *The Lancet*, recentemente, que três quartos das vidas perdidas no Brasil poderiam ter sido salvas com medidas mais efetivas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** Isso representaria quantas vidas, doutora?

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) **–** Trezentas e setenta e cinco mil, quando chegarmos a 500 mil. É uma estimativa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, se tivermos 500 mil mortos, pelo menos 375 mil poderiam estar vivos?

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Poderiam ter sido poupadas, de acordo com essa modelagem, levando em conta se o Brasil tivesse adotado medidas preventivas e se encaixasse numa média de países que assim o fizeram.

É muito difícil ter esse número cravado. Assim como, quando a gente teve o problema da fosfoetanolamina, da pílula do câncer, a gente não consegue estimar quantas vidas foram perdidas para aquela cura milagrosa, a gente também não vai conseguir estimar, com certeza, quantas vidas foram perdidas para o negacionismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Eu não poderia fazer nenhum cálculo mais preciso. Até, mais cedo, aqui, comentei que eu chutaria – e a palavra é essa – que pelo menos metade do número de mortes poderia ter sido evitada. Certamente o nosso colega Pedro Hallal, de Pelotas, tem um instrumental e uma equipe muito mais preparada para fazer esses cálculos, em que ele estimou que, caso no Brasil houvesse a mesma média de mortalidade, taxa de mortalidade por população que no resto do mundo, nós teríamos poupado três em cada quatro vidas perdidas ao longo dessa pandemia.

O fato é que, com diferentes estimativas, com certa imprecisão, não há dúvida de que nós tivemos dezenas de milhares, passando a centenas de milhares de mortes no Brasil devido à falta de uma atitude, de uma organização, de um planejamento do Governo Federal para enfrentar a pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Alessandro, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu agradeço aos professores, Sr. Presidente, porque é exatamente essa a questão.

Nós podemos passar aqui horas conversando, ouvindo teorias absurdas, ouvindo informações técnicas coerentes, colhendo depoimentos, analisando mais de 1TB de documentos que já chegaram à CPI, mas a questão central é esta – as pessoas precisam entender –: se por ação ou omissão eu deixo de salvar uma vida sequer, eu cometo um crime; se por ação ou omissão eu deixo de salvar centenas de milhares de vidas de brasileiros, eu cometo um crime ainda mais grave. Esse é o fato. Não adianta você tentar, por qualquer meio, desinformar o cidadão ou, por qualquer meio, tentar reduzir o número de mortos, como se isso reduzisse a gravidade dos fatos.

A CPI tem uma missão, e o Sr. Relator Renan Calheiros, que está aí acompanhado do Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente, todos os membros têm uma missão e uma responsabilidade muito grande: não permitir que o Brasil perca o foco. A gente não pode perder o foco da realidade: o Brasil não teve política de testagem em massa em nenhum momento; o Brasil não teve uma política de isolamento qualificada, não teve apoio para as medidas de isolamento; o Brasil não comprou vacinas quando poderia ter comprado – e os números e os documentos já chegaram e já são públicos. Isso tudo de uma gravidade absurda. E a conduta equivocada, criminosa persiste. E a gente vai ter que encontrar um meio de dar basta nisso tudo.

Para finalizar, eu gostaria de saber se um dos dois depoentes tem conhecimento de alguma motivação, de algum fundamento técnico que justifique a escolha que fez o Ministério da Saúde em descontinuar o programa de testagem, o inquérito epidemiológico feito pela Universidade de Pelotas em convênio com o próprio Ministério, que testou, se eu não estiver enganado, alguma coisa em torno de 100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil brasileiros, entrevistou e testou 100 mil brasileiros a um custo de R$12 milhões, para um novo programa, que é o PrevCov, que pretende entrevistar e testar alguma coisa em torno de 200 mil brasileiros por um custo de R$200 milhões. Primeiro programa, R$12 milhões; esse novo programa, R$200 milhões. Se algum dos cientistas pode informar o que motivaria uma elevação de custo tão significativa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. NATALIA PASTERNAK – Não conheço nenhuma motivação que justifique, Senador. Só posso dizer com certeza que o estudo conduzido pelo Professor Pedro Hallal foi um estudo de extrema qualidade e que tenho certeza de que poderia ter continuidade. Nunca ninguém da comunidade científica entendeu por que esse estudo foi descontinuado para depois a gente ter o *cover* dele com um orçamento muito maior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio? (*Pausa.*)

Senador Alessandro?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu encerro a participação, Sr. Presidente.

Agradeço pela participação e desejo a todos saúde.

Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Boa tarde.

Muitíssimo obrigado, Senador Alessandro, que traz aqui eu acredito que o tema central. E uma das perguntas mais importantes de hoje, que eu acho que deve orientar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é: com as medidas que deveriam ter sido adotadas, quantas vidas de brasileiros e brasileiras poderiam ainda estar aqui conosco.

Eu queria, antes, se a Senadora Zenaide me permite, somente uma indagação aos dois expositores, o Dr. Cláudio e a Dra. Natália: qual o impacto, no agravamento da pandemia, pode ter tido ou tem tido a postura do Presidente da República, principalmente em relação ao uso de máscaras, às medidas de distanciamento, às medidas sanitárias? Qual o impacto e o que representa?

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – É um impacto gigantesco, Senador, porque ele é o Presidente da República. O cargo que ele ocupa é uma posição pública, é uma figura pública, cuja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

responsabilidade precisa ser explicitada. E essa responsabilidade é a responsabilidade de como ele se comunica com a população e a mensagem que ele passa.

A mensagem passada pelo Presidente da República tem sido uma mensagem de descaso e de negação. E essas duas mensagens são muito prejudiciais para a população brasileira. O descaso com que ele trata a pandemia e as mortes, as famílias que perderam seus entes queridos mostra, como já foi falado aqui, uma total falta de empatia, que chama a atenção. E isso acaba inclusive incitando discursos de ódio, de violência, uma maior politização da situação, como aquelas frases famosas de "quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda toma Tubaína", como se medicamentos pudessem ter partido político ou orientação ideológica.

Então, o discurso é muito deletério, porque é um discurso que causa uma politização, que incita o ódio, que incita a violência, e é um discurso baseado em negacionismo. Então, ao fazer esse discurso, ele cria confusão, ele cria discórdia, ele cria falsas controvérsias na ciência e pode colocar a vida de pessoas em risco, porque pessoas mudam seu comportamento de acordo com o que o Presidente faz e fala. Se o Presidente não usa a máscara e diz que é só uma "gripezinha", muitas pessoas vão seguir esse exemplo. Elas encontram, como o Cláudio colocou anteriormente, respaldo para suas atitudes. E usar máscara é incômodo. Então, é humano a gente querer respaldar o que a gente gostaria que fosse verdade. Como seria bom se realmente fosse uma doença simples, como um resfriadinho, e a gente não precisasse usar máscara, a gente não precisasse abrir mão das nossas liberdades individuais em prol do bem coletivo! E, se há alguém que respalda isso, muitas pessoas vão adotar esse discurso. A imagem do Presidente, a mensagem que ele passa é muito importante para a população, e ele tem usado essa imagem e esse cargo de forma irresponsável e perigosa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Senadora Zenaide.

Eu vi, no sistema remoto, também, que o nosso Presidente Omar Aziz tinha entrado. Quando S. Exa. também desejar, obviamente que também lhe facultaremos a palavra.

Senadora Zenaide, desculpe mais uma vez a interrupção. V. Exa. tem 15 minutos, com toda a tolerância desta Presidência.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero aqui, antes de qualquer coisa, parabenizar a CPI. A CPI é um benefício para a população. Ela veio mostrar com documentos o que as pessoas ouviam falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como eu queria já agradecer à Dra. Natalia, ao Dr. Cláudio. Vocês não são contra o Governo – isso não é um pensamento dos membros desta CPI –; vocês defendem a ciência e a vida. Quem é contra a ciência e a vida é o Governo brasileiro.

Eu queria aqui fazer um resumo do que fizeram. Vou fazer só uma última pergunta.

Desde 2020 que este Governo... Não estou nem falando que ele disse que era uma "gripezinha", que é mi-mi-mi. É um absurdo o que o que este Presidente da República faz. Mas em 2020 a ciência já sabia que não existia prevenção com medicamento, que não existia tratamento precoce para essa doença, já se tinha conhecimento, se sabia, mesmo antes das vacinas, que a única maneira era a comunicação vinda do Governo brasileiro mostrando como os brasileiros e brasileiras podiam se defender dessa doença grave – porque a gente já tinha a experiência de outros países –, enquanto chegavam as vacinas. Em seguida, chegam as vacinas, mas ele resolve não comprar, e isso está comprovado. Se não fosse esta CPI, a população não tinha conhecimento, gente, não tinha conhecimento disso. E o mais grave: além de não comprar... Para mim, mais grave do que os efeitos colaterais de hidroxicloroquina, invermectina, é a falsa esperança que deu ao povo brasileiro. Eu conheço várias pessoas que se arriscaram, se aglomerando, porque achavam que estavam imunes, que não iam ter ou que, se tivessem, era leve a doença. E saber que eles usam isso até hoje...

Doutores, vocês que estão aqui, cientistas, eu acho que só num dia vocês já perceberam que existe uma obsessão deste Governo de dar um jeito de legalizar esse tratamento precoce para essa virose, o que a gente sabe que, praticamente, não existe em nenhuma virose. Nas viroses, a gente mantém o paciente bem até o vírus passar. E ele usa esses 20%, no máximo, que são sintomáticos e os 5% que pioram e diz: "Não; esses não morreram, não ficaram grave porque tomaram a hidroxicloroquina ou a invermectina". Isso é muito grave.

Agora, a última coisa que eu vou perguntar, Randolfe, é o seguinte: negou as vacinas, ilude o povo e não permite uma comunicação, com a propaganda em massa, de como o povo se defender. Para mim, o que me apavora, é o seguinte: não vai mudar, gente! Diz que nós vamos cuidar só daqui. A gente tem que cuidar de lá, porque quem cometeu o erro, desde o ano passado, continua no poder. Ontem o que eu vi, por exemplo, um Ministro de Estado da Saúde... O Presidente dizendo assim: "Vocês conhecem um tal Queiroga? Pois eu vou dizer que ele tem que tirar a obrigatoriedade das máscaras".

Por favor, não é? Dr. Queiroga... E ele, no dia 8, tinha dito aqui, que o Ministro prestigiava ele. Sabe quando perguntaram ao Dr. Cláudio e à Dra. Natalia se tinham esperança, fica difícil, porque o que a gente precisa depende do Governo Federal, porque o que depende do Congresso a gente está aí. E ele jamais vai permitir uma propaganda em massa, e, se permitir, como o Ministro vai dizer que que faça as medidas não farmacêuticas para a proteção da população, se o próprio Presidente proclama, estimula aglomeração, o não uso da máscara? Ou seja, no mínimo, ele torna inócuo o que o Ministério da Saúde está fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um culpado, e tem algo que não se pode negar, porque aqui a gente vê dizendo que o Governo quis a CPI, e a gente sabe que não quis em nenhuma hora, foi obrigado mandar para o Supremo pra poder abrir essa CPI, e eu quero ser grata por isso, muito grata.

Dra. Natalia e Dr. Cláudio, os senhores hoje deram uma aula de ciência, mostram como defender a vida do povo brasileiro... Quase meio milhão de óbitos! Eu sou médica infectologista, não sou cientista como vocês, mas desde o início que eu digo isso, milhares morreram de morte evitável, e nós temos essa CPI, o Congresso Nacional, o Senado de apontar e punir os culpados, e está tão visível isso, tão visível quem está defendendo a morte, porque isso é a defesa da morte!

Outra coisa que eu queria falar, essa história de autonomia médica, eu quero aqui me solidarizar com os médicos brasileiros que estão na linha de frente, nós não estamos aqui falando de autonomia médica, e mais: ele desmereceu os médicos, Dr. Cláudio, quando essa semana ele insinuou que 50% dos atestados de óbito eram falsos, que não tinham morrido de Covid. Agrediu, Randolfe, os médicos ou não agrediu?

Agora, eu lhe digo: eu sou médica, no curso de Medicina a gente aprende na teoria e na prática o que é ciência nos mostrou. Não existe essa autonomia médica para eu sair prescrevendo medicamento que a ciência não mostrou, que tinha eficácia terapêutica em outra doença.

A malária... A gente sabe que a hidroxicloroquina tem uma eficiência excelente na malária, depois no lúpus, em alguns casos, mas ela não impede a replicação do vírus e isso foi mostrado, gente.

E desde o início que eu digo: o Governo quer simplesmente legalizar, já tentou mudar até a bula, porque usou o dinheiro público para drogas que não têm eficácia na Covid e ainda prometeu algo que não vai conseguir cumprir.

Eu quero parabenizar essa CPI: Randolfe, Omar Aziz, Renan Calheiros e todos os colegas. E acho, gente, foi aprovado por vocês... Eu não sou membro da CPI aqui, mas eu espero até o final – não é Randolfe? – pra falar, pra ouvir falar, porque é o seguinte: a gente trazer gente... Ciência não tem lado, não tem discussão. Eu acho, já foi aprovado, mas um desserviço pra sociedade brasileira ficar ouvindo que o remédio é, o remédio não é, a hidroxicloroquina.

E como o Governo não tem uma firmeza nem tem uma publicidade, ou seja, não trabalha sobre isso... Nem vai ter, gente!

Dr. Cláudio, perguntaram se o senhor era otimista. É difícil ser otimista quando quem errou continua no comando e quem não obedecer ao Presidente da República ele desmoraliza, porque eu digo que ele já está desmoralizando o Dr. Queiroga. Quando ele disse: "Conhece um tal Queiroga?" É Dr. Queiroga, Presidente, cardiologista, membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Espero que o senhor não deixe o Presidente da República desmoralizá-lo, porque a gente precisa do senhor, que tem a coragem para ver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho nem dúvida que, se continuar desse jeito, sem comprar as vacinas. Ele negou agora em comprar 30 milhões da vacina do Butantan – trinta milhões! – e disse aqui para a gente, disse na CPI, porque ia esperar o estudo da ButanVac. Gente, a gente precisa de vacina hoje – hoje!

Então, eu quero parabenizar a CPI por dar visibilidade à população, não só ouvindo falar, mas mostrando. É como a gente diz aqui no Sertão: mata a cobra e mostra o pau, porque matou. É isto o que a população está vendo e é isto o que a gente precisa mostrar: que tem saída, desde que o Governo deixe o Ministério da Saúde comandar, coordenar.

Desde o início, eles querem condenar Estados e Municípios. Não pode, gente! Os Estados e Municípios tomaram alguma conduta porque viram que o Governo dizia que era uma gripezinha e o Município, o Prefeito é quem vê o paciente, porque eles conhecem inclusive pelo nome, nas cidades pequenas, morrendo. Então, eles resolveram tomar. Falta de comando, falta de respeito à ciência, negação da ciência. E agora quer dizer que o número de óbitos é falso – e não é!

Então, eu queria aqui agradecer pelo tempo que me deixou. E parabéns Omar, Renan, meu amigo Randolfe, e todos os que falaram aqui!

Ciência, vida e vacina!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Zenaide.

Nós temos aqui, na sequência... Aliás, a última inscrita é a Senadora Simone Tebet para nós concluirmos.

Mas temos aqui o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo sistema remoto, o nosso querido Senador Omar Aziz.

Presidente, V. Exa. obviamente tem precedência. Como a Senadora Simone está esperando já há algum tempo, eu posso passar para a Senadora Simone e depois passar para V. Exa., Senador Omar, concluir?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – V. Exa. não tinha nem que me perguntar isso. Já era para passar para ela. Nem pergunte.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, em relação a V. Exa., eu cumpro regras de hierarquia e disciplina. Por isso, então, eu tinha que fazer a devida pergunta.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Você é disciplinado. O Renan, de vez em quando, não. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu sou Vice e Presidente eventual aqui. Eu sei o meu posto, eu sei o meu lugar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Mas, quando você estiver aí – e você tem capacidade para muito mais –, quando houver uma Senadora, nem pergunte para mim, já vá passando para a Senadora. Elas têm prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Simone, eu ainda permito a possibilidade de o Presidente jogar todo esse charme assim, junto à Bancada Feminina, que é uma posição, inclusive, da direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero aqui destacar – já foi dito pelo Senador Renan no começo desta sessão – a contribuição da Senadora Simone, inclusive, na última intervenção nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, assim como da Senadora Zenaide, da Senadora Eliziane, da Senadora Leila...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que têm muito a contribuir.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... eu esqueci...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente, um minuto. Eu me esqueci de fazer a pergunta aos doutores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu me entusiasmei em falar tudo que eu estava com vontade...

É o seguinte: até que ponto a pauta de autonomia do Ministério da Saúde prejudica o Brasil nesse acompanhamento, nas atitudes em defesa do povo na Covid-19?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora Simone, com a vossa permissão, vou passar, então, por dois minutos, para a rápida consideração da Dra. Natalia e do Dr. Cláudio. Em seguida, aí, sim, a Senadora Simone, para a última intervenção, e, logo depois, eu passo ao Presidente Omar Aziz.

Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – (*Falha no áudio.*)

... certeza, prejudica muito. Já nos custou, inclusive, quatro trocas de ministro no meio da maior crise sanitária que a gente já enfrentou e, se bobear, vai nos custar mais uma troca. O ministro que não se curva aos desejos do Presidente é rapidamente destituído. E essa troca, essa ciranda de ministros é extremamente prejudicial para a condução da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Senadora, numa crise desse tamanho, nós precisamos de uma resposta à altura, precisamos de organização, precisamos de uma equipe capaz de responder.

O Ministério da Saúde esteve virtualmente ausente, inexistente, exceto no papel de repassar recursos. Não coordenou, não implantou medidas. Então, o Ministério da Saúde inexistiu, e a resposta foi nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Agora, sim, Senadora Simone, por 15 minutos, com toda a tolerância desta Presidência a V. Exa. Obrigado por toda a paciência de S. Exa. para com esta Comissão e para com esta Presidência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Só tenho a agradecer, Senadora Randolfe. Eu é que peço desculpa ao nosso Presidente, porque o Senador Omar tem todos os créditos com a Bancada Feminina, afinal, embora não tenhamos vez, temos voz nesta Comissão graças a uma decisão individual dele, depois referendada pela unanimidade dos membros desta Comissão.

Então, muito obrigada, mais uma vez. De público, agradeço ao Senador Omar Aziz.

Mas, Dra. Natalia, Dr. Cláudio, em função do tempo de V. Sas., do cansaço, eu vou ser muito breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha, no mínimo, três perguntas para fazer. Vou reduzi-las a uma, de caráter, a meu ver, essencial. Eu tenho feito muitas perguntas para corroborar e colaborar com o relatório do Senador Renan. Portanto, baseada em fatos pretéritos. Hoje eu vou fazer uma pergunta baseada em fato presente.

Tão importante como esclarecer quem são os responsáveis por essa fatalidade de estarmos chegando próximo a 500 mil vidas é impedir que os familiares desses mesmos mortos venham a sofrer o mesmo destino, talvez até... Uma pergunta que não vou fazer – deixo para um momento oportuno – é exatamente se a questão genética contribui, porque, às vezes, o mesmo vírus, com a mesma letalidade, atinge famílias diferentes e não causa nada em algumas famílias e, às vezes, em outras famílias, está dizimando vários membros da família: pai, mãe, irmão, tio... Então, acho que pode ser que haja um componente genético. Era uma pergunta que eu ia fazer, mas essa eu busco a resposta, posteriormente, com os senhores, com a ciência.

Para economizar o tempo aqui, eu gostaria apenas de fazer um esclarecimento e uma pergunta de caráter atual: de que forma podemos salvar vidas hoje, amanhã, até o final desta pandemia?

Pois bem, comparando os seus depoimentos técnicos, científicos, enfim, baseados na ciência, com aqueles que defendem e que praticam, infelizmente, a imunidade de rebanho por contaminação e não por imunização e até desdenham dessa imunização por meio da vacina, tiveram dificuldade, até não quiseram adquiri-la em tempo ideal, a ponto de estarmos discutindo quantas mortes ou quantas mortes teríamos poupadas ou quantas vidas estariam hoje entre nós... Hoje falam que três, de cada quatro, poderiam ser poupadas. Que fossem duas, de cada duas. Que fosse uma vida em cada quatro. Que fosse 20%, nós estaríamos falando de 100 mil vidas poupadas.

Portanto, comparando os depoimentos de V. Sas. aos daqueles que negam a ciência, eu imagino, afinal, o que ainda eles já perderam. O que eles perderam na sua essência? Talvez aquilo que é da essência dos seres humanos: a sensibilidade, a compaixão, a capacidade de sentir a dor alheia.

Então, é baseada nisso mesmo a minha pergunta, porque eles perderam a compaixão pela dor. E, mesmo no amanhecer constante da ciência, continuam negando a ciência, continuam a defender prescrição de remédios comprovadamente ineficazes, continuam promovendo aglomeração, pregando o desuso de máscaras protetoras.

A minha pergunta é sobre máscaras! Não em relação ao uso – eu quero ser prática. Nós estamos ouvindo a ciência hoje, temos muito a agradecer. Esta CPI está cumprindo esse papel. Muitos farão ouvidos moucos, não esta CPI, não esta Casa. Nós estamos ouvindo, ouvindo atentamente, porque queremos extrair frutos do que os senhores, do que a senhora, do que o senhor, do que V. Sas. estão dizendo.

Hoje – hoje –, a CPI está promovendo o encontro entre a ciência e a política. Nós estamos ouvindo a ciência. Agora, nós que estamos aqui num grito de indignação. Eu afirmaria, talvez, que o grande erro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Governo foi ter subestimado o vírus. A estratégia estava dando resultado até o momento em que eles perceberam, nós percebemos que o vírus passou a ganhar de nós de WO. Com isso, depois de estarmos totalmente despreparados, fomos para uma guerra desarmados, sem vacina, sem proteção. E me desculpem o exemplo, mas é o que me veio como imagem enquanto eu estava ouvindo a senhora e o senhor: como nas arenas romanas, em que os cristãos eram devorados em minutos pelos leões famintos, nós estamos assistindo, hoje, nas arenas da vida, a 500 mil brasileiros tombarem ao som do sarcasmo, do descaso, do negacionismo de alguns que têm nome e têm sobrenome.

Então, hoje, por meio dos senhores, nós estamos aprendendo.

Agora, é hora – e é isto que eu gostaria de dizer – de a política falar aos senhores. Eu gostaria de, em nome dos senhores, falar aos cientistas, aos médicos, aos enfermeiros, aos profissionais de saúde, a todos aqueles que trabalham hoje na saúde pública e fazer um compromisso da maioria da Bancada Feminina e, acredito, da maioria dos Senadores da República, para dizer à Nação que as normas jurídicas também têm hierarquias. Para alguns que fingem não saber, portaria não vale mais que lei no Brasil. As leis se submetem a regras. Mas a lei não se submete à portaria, venha essa portaria de onde vier, chegue ela de onde chegar.

Qualquer mudança em relação ao uso de máscaras no Brasil terá que passar pelo Congresso Nacional! A portaria só serve apenas para regulamentar o que nós estabelecemos. Isso é preceito jurídico no Brasil desde sempre.

Não se criam direitos, não se modificam direitos, nem se extinguem direitos no Brasil, a não ser por lei, ou a não ser que a lei dê esses poderes.

Então, o que pode a portaria? A portaria pode dizer o tipo de máscara que serve e o que não serve. Isso não é competência nossa, é da ciência, é do Ministério da Saúde. O que pode uma portaria? A portaria pode esmiuçar detalhes: não coloquem a mão no olho quando utilizarem a máscara, tomem cuidado, não deixem ela ficar úmida e até dizer de quanto em quanto tempo deve se trocar, que tipo de máscara entra dentro de um avião, que tipo de máscara não protege um passageiro dentro de um avião.

Nós temos leis hoje que falam sobre a obrigatoriedade da máscara. E, para deixar muito claro, ela não veio do Governo Federal. Essa lei foi de iniciativa do Congresso Nacional. Isso aconteceu no pico da pandemia, porque ela modificou uma lei de fevereiro, que não tratava disso. E mais: ela veio – isso eu tratei na reunião passada – com vetos do Presidente da República, vetos fora de hora e, ainda assim, fora do tempo constitucional. Depois de já ter vetado alguns dispositivos sobre essa questão, vieram, depois de três dias, outros vetos, impedindo, por exemplo, a publicidade de como usar máscara nos estabelecimentos comerciais e também proibindo a obrigação de uso de máscara no sistema penitenciário socioeducativo, inclusive para os profissionais do sistema penitenciário, para os agentes penitenciários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos, realmente, diante de um Governo que não acredita no uso de máscara como forma protetora de salvar vidas. E é a pergunta, porque, como eu disse, esta CPI não trata só do passado, ela trata do presente – para que se deixe muito claro, já que nós estamos aí diante da iminência, não só do Governo Federal, mas de Governadores quererem disciplinar sobre essa questão, sem passar pelas assembleias legislativas ou pelo Congresso Nacional. Nós estamos na iminência até de discutir a possibilidade de voltar a apresentar e aprovar um projeto de lei no Senado Federal. Sei que já tem Parlamentar pensando em apresentar, e eu gostaria de ouvir a ciência em que sentido? O que nós poderemos, como emenda a esses projetos que estão sendo protocolados hoje, no Senado Federal, ou mesmo na segunda-feira, de forma bem objetiva... Os senhores já esclareceram bem no início, mas eu gostaria de forma efetiva, para que pudéssemos apresentar a emenda: quando, em que momento nós podemos flexibilizar o uso de máscaras no Brasil? Porque também eu quero tirar a máscara do rosto, no momento certo, mesmo depois de imunizada. Qual o percentual de vacinados no Brasil, com a primeira e segunda dose? Depois de quanto tempo? Qual o patamar seguro de circulação do vírus? Depois que o vírus estiver circulando em que percentual? E em que momento nós podemos estar flexibilizando as máscaras, também, no que se refere ao momento seguro e no que se refere às pessoas que estão sendo contaminadas semanalmente, ao número de mortes diárias ou semanais? Hoje temos quase duas mil mortes diárias. Quando tivermos 1.500, podemos tirar as máscaras? Quando tivermos mil mortes por dia, é o momento de tirar as máscaras? Quando nós tivermos 500? Quando tivermos 100? Esse conjunto de situações que precisam ser observadas para que nós possamos fazer a melhor lei para garantir a todos os brasileiros o direito à vida.

Essa é a pergunta que deixo à Dra. Natalia e ao Dr. Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Natalia, para podermos caminhar para a conclusão, vou conceder dois minutos à senhora e ao Dr. Cláudio, para podermos, em seguida, ouvir o Senador Omar, Presidente desta comissão e terminarmos.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada Senadora.

Serei breve, Senador.

Senadora, a curva de casos novos e de óbitos é que deve nos orientar quanto ao momento em que a gente pode flexibilizar as medidas preventivas, inclusive o uso de máscara.

Não é o número de vacinados; é a curva de novos casos, a quantidade de novos casos e a quantidade de óbitos. Se a gente se basear só no percentual de vacinados, isso fica um número muito probabilístico. A gente não sabe o que vai acontecer no Brasil quando a gente tiver 70% de vacinados. Isso é uma estimativa. A gente imagina que, quando a gente conseguir, finalmente, atingir esse patamar, a gente vai ter uma população mais protegida e que isso vai diminuir a circulação da doença e principalmente diminuir hospitalizações e mortes, que é o efeito para qual as vacinas foram desenhadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que deve nos nortear são os números de casos novos e de hospitalizações e de óbitos, e não um percentual de vacinados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Bom, de pleno acordo com a colega Natália, lembrando o seguinte: infelizmente, pelo rumo que as medidas tomam, vai demorar um pouco para a gente poder flexibilizar, para a gente dizer: "Olha, a transmissão está sob controle". Nós deveríamos ter um plano que situa essas coisas ao longo do tempo, então, o que é possível se flexibilizar ao longo do tempo, na medida em que se consiga conter a transmissão. Hoje é impensável. Estamos com 2 mil mortes por dia, algo dessa natureza. Com mil mortes por dia, ainda será impensável. Quando nós tivermos um patamar muito baixo, nós podemos começar a pensar na flexibilização de atividades. Acho que a máscara deve ser das últimas a cair, já que ela é instrumento fácil, barato, que não interfere no funcionamento da economia, não interfere em qualquer necessidade das pessoas, exceto um leve desconforto que alguns têm por usar a máscara. Então, acredito que não devemos ter pressa nenhuma em fazer a supressão do uso da máscara. E a minha impressão é de que isso ganhou um caráter simbólico para o Presidente e para muitos políticos seguidores, que fazem questão de ostentar o não uso da máscara, como símbolo de quem não dá importância para a pandemia, de quem acha que é apenas uma gripezinha que não merece ações de controle.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Sr. Presidente.

Como entendo que pelo menos nesta CPI a ciência tem que falar por último, tem que falar e estar acima da política, eu deixo a palavra final com os nossos convidados, agradecendo mais uma vez.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone, muitíssimo obrigado por mais essa contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passo, então, ato contínuo, ao Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz, que se encontra no sistema remoto.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente Randolfe, meu querido amigo Renan Calheiros, Relator da CPI, e os companheiros, Senadores e Senadoras que ainda estão por aqui... Mas eu quero primeiro agradecer a presença da Dra. Natalia e do Dr. Cláudio, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estarem presentes, passarem o dia praticamente todo aí ouvindo perguntas, respondendo. Eu acho que todas as questões em relação à ciência, na medida do possível, foram respondidas pela Dra. Natalia e pelo Dr. Cláudio no dia de hoje.

Mas eu quero fazer aqui uma análise, Senador Randolfe e Senador Renan, principalmente relacionada à CPI. Há 45 dias, quando nós iniciamos a CPI, ela era uma CPI que todo mundo achava que não ia dar em nada. Muitos se equivocaram e, graças a Deus, nós avançamos muito naquilo que foi possível até agora, mas iremos avançar mais, iremos avançar muito mais.

Desde o primeiro momento, nós vimos que o Governo nunca teve interesse de comprar as vacinas, protelou ao máximo comprar as vacinas, se interessou por tratamento precoce. E o mais incrível, Dra. Natalia e Dr. Cláudio, é que todos aqueles do Ministério da Saúde ou membros da equipe do Governo, quando sentaram aí, negaram o tratamento precoce, negaram a imunização de rebanho, negaram várias coisas.

Quando é questionada por alguns Senadores a questão da credibilidade da população, uma coisa eu posso dizer, com certeza – e é essa a minha pergunta ao Dr. Cláudio e à Dra. Natalia. Quando iniciamos, o Brasil estava perdendo de sete a um, porque o contraponto, a imunização de rebanho e o tratamento precoce, por mais que os especialistas falassem na televisão, não tinham o alcance que a CPI teve para chegar à população brasileira e aí instaurar a dúvida. Nós empatamos esse jogo porque eles continuam ainda prescrevendo esses medicamentos, fazendo apologia ao tratamento precoce, fazendo apologia à imunização de rebanho, que, para mim, é um dos maiores crimes que foi cometido no Brasil, porque imunização de rebanho é: vai lá, adquire o vírus e aqueles que são fortes se salvarão; infelizmente, aqueles que não são atletas, aqueles que têm algum tipo de doença padecerão na doença. Foi isso que fizeram com os brasileiros. Quantos padeceram?

E aí eu digo, Dra. Natalia e Dr. Cláudio, que essa doença não escolhe cor, credo, não escolhe ideologia, não escolhe nada. Qualquer uma dessas pessoas pode adquiri-la. Mas, infelizmente, todos que se contrapunham ao pensamento do Governo eram imediatamente destruídos nas mídias sociais. A CPI resistiu a isso, resistiu a isso, e muito mais: nós fizemos chegar à cabeça das pessoas que existe um tratamento para essa doença, um único tratamento, que é a vacina, são duas doses de vacina em cada braço de brasileiro. Por isso, a correria para comprar vacina.

Hoje eu estou lendo aqui uma matéria que o Ministério da Saúde não queria comprar vacina porque não queria dar esse ganho para o Governador de São Paulo. A que ponto nós chegamos! Então, deixam morrer as pessoas.

Há pouco, um Senador falava da credibilidade, cadê o dinheiro... Nós estamos atrás do dinheiro, mas nós estamos atrás também de quem é responsável por mais de 480 mil mortes no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a minha pergunta é muito simples, Dra. Natalia e Dr. Cláudio: qual foi a importância, do ponto de vista dos dois, que estão hoje como nossos convidados, da CPI para o Brasil e para a sociedade num todo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente Omar, muitíssimo obrigado.

Dra. Natalia.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada, Presidente. A CPI foi de extrema, está sendo de extrema importância para trazer a ciência para o debate público, para trazer a ciência para o debate das políticas públicas baseadas em evidências científicas, que garantem o melhor uso dos recursos públicos e que garantem a preservação da saúde e da vida dos brasileiros.

Nesse sentido, a CPI já está cumprindo o seu papel, porque ela já colocou a ciência e o uso das evidências científicas no debate público, e está cumprindo também um papel educativo, ao trazer a ciência pra esta Casa, onde milhões de brasileiros estão assistindo e, talvez, tendo o seu primeiro contato com conceitos de racionalidade e princípios científicos.

E, é claro, espero que essa CPI consiga cumprir o seu objetivo, que é o de responsabilizar os culpados por ignorar a ciência, por propagar o negacionismo e por causar mortes que poderiam ter sido evitadas com medidas baseadas em evidências científicas.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Esse momento eu acho que é simbólico da importância da CPI. Todo mundo que participa, que assiste, está envolvido num debate de elevadíssima importância para o que o País vive hoje. Eu acho que as coisas vão ficando cada vez mais claras do ponto de vista das responsabilidades e das necessidades – acho que isso é claríssimo –, a necessidade de que as pessoas conheçam o que está acontecendo não simplesmente porque alguém leu numa rede social isso ou aquilo, mas ao vivo, na TV, nos meios de comunicação tradicionais. Por que eu digo isso? Porque os meios tradicionais de comunicação permitem a responsabilidade também dos seus autores, dos jornalistas, dos proprietários das empresas que detêm a responsabilidade de informar, diferentemente de boa parte do que a gente encontra nas redes sociais, que é apócrifo, é anônimo e circula sem qualquer tipo de controle.

Mais do que isso, como disse a Natalia, esperamos – acho que todo o povo brasileiro espera – que a CPI identifique responsabilidades. Agora, ainda mais importante, além de identificar responsabilidades, que essa CPI tenha peso político para mudar os rumos, pra que a responsabilização redunde em mudança de atitude, mudança de projetos e que possa ainda trazer benefícios ou ainda diminuir os malefícios que sofre a população brasileira pela falta de controle da doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente Omar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Muito obrigado ao Dr. Cláudio e à Dra. Natalia. Obrigado, Presidente, Randolfe. Um abraço carinhoso, meu querido Senador Renan Calheiros, nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Presidente Omar. Daqui a distância, eu e o Senador Renan sentimos vossa falta, viu? Já estamos prontos para nos encontrarmos na segunda-feira. Tem sempre na segunda o bacalhau da casa do Omar, não é, Relator, Renan? Estamos aqui já indicando em rede nacional os encontros que essa direção da CPI sempre tem na residência, aqui em Brasília, do Senador Omar Aziz. Muitíssimo obrigado, Presidente.

Senador Renan, alguma consideração final para encerrar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria só agradecer, mais uma vez, a presença da Dra. Natalia, do Cláudio Maierovitch. Sem dúvida nenhuma, nós tivemos hoje um grande dia, né, do ponto de vista da Comissão, do debate, de dedicarmos um olhar especial à ciência, à academia. Nós estamos felizes com as presenças e com as contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Natalia, suas considerações finais, assim como o Dr. Cláudio.

A SRA. NATALIA PASTERNAK (Para expor.) – Obrigada, Presidente. Obrigada, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, pela oportunidade de participar desta CPI, de poder trazer ciência para o debate público e trazê-la para esta Casa, que é justamente o objetivo maior que me fez criar o Instituto Questão de Ciência em 2018, para conseguir criar essa ponte que foi representada hoje de maneira tão significativa entre a academia e o Governo, os Parlamentares, os gestores e também a população, que também beneficiou do que foi falado aqui hoje.

Gostaria de colocar, então, o meu instituto e esse trabalho à disposição desta Casa para que esse seja apenas o primeiro e não o nosso último encontro, para que essa seja apenas a primeira de muitas interações para trazer ciência para o debate público, para que as formulações de políticas públicas sejam feitas da maneira mais racional possível, baseadas em ciência e não em achismo e ideologia.

Podem ter certeza de que essa não vai ser a primeira vez que a ciência será ignorada no debate de políticas públicas. Então, fico muito feliz que esta Casa deu abertura para que a ciência participasse das políticas públicas como participou hoje.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Natalia.

Dr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO MAIEROVITCH (Para expor.) – Primeiro, agradeço mais uma vez a oportunidade de participar desse debate. Vim aqui, como foi dito, como pessoa física, como alguém que tem se dedicado à saúde pública, mas isso não impede que eu traga aqui uma expectativa enorme do que eu tenho ouvido, lido, percebido de grupos, comunidades de que eu participo.

Vou mencionar algumas delas: colegas de universidade; a comunidade da Fiocruz, onde trabalho; a comunidade dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, que tem a sua associação; a nossa Associação Brasileira de Saúde Coletiva; o nosso Observatório Covid-19, entre outros tantos, que, acredito, representam a expectativa que a população brasileira tem de que o Poder Legislativo brasileiro, representado aqui por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, consiga produzir um contraponto à ausência de políticas públicas para enfrentar a pandemia e consiga criar pressão suficiente para que esse cenário mude.

Então, eu quero dar aqui os parabéns ao Senador Randolfe, ao Senador Renan, aqui, presentes, ao Senador Omar Aziz, Presidente, que está remotamente, a todos que têm participado da CPI, ao conjunto dos Senadores que respaldam esta Comissão para que as suas consequências se transformem em atos concretos.

E dizer que acho que é isso que nos dá um laivo de esperança num cenário tão terrível como a gente tem vivido hoje, tão triste como é o que a gente percebe ao nosso redor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Dr. Cláudio.

Dra. Natalia, V. Exa... Trato de V. Sa., mas à altura de V. Exa. o Dr. Cláudio, no debate que possibilitou no dia de hoje dar o *status* para o tratamento – não é, Senador Renan? – também de V. Exa. Então... Porque, em um momento de dificuldade como este, em um momento em que a ciência é colocada à prova, na verdade, o tratamento, o melhor pronome de tratamento deve ser destinado aos representantes da ciência.

V. Exa., portanto, disse ainda há pouco, Dra. Natália, que não é a primeira vez na história humana que a ciência é questionada. Isso me fez lembrar um comentário na contracapa de um livro de duas ótimas, fantásticas historiadoras de nosso País, Dra. Lilia Schwarcz e Dra. Heloisa Starling, o livro *A bailarina da morte*, que fala sobre a pandemia de 1918. V.Sa., V. Exa., Dra. Natalia, Dr. Cláudio, faz um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comentário ao final do livro, na contracapa, dizendo o seguinte, mais ou menos: "É incrível como 100 anos depois, nós estamos recaindo nos mesmos erros que foram cometidos na pandemia de 1918.".

Eu espero – a nossa condição temporal neste Planeta, somos seres finitos, talvez não nos permita... Eu espero que nos permita deixar legados para a humanidade, para as eventuais pandemias que virão. Vírus sempre conviveram com a humanidade, desde sua existência. Aliás, os vírus existem antes da própria condição humana.

Diz, Senador Renan, um historiador que a história muda por revoluções, pela guerra ou pelas pandemias, ou seja, pelo aço, pelas armas ou pelo vírus. Eu espero sinceramente que para nós, brasileiros e brasileiras, este difícil momento seja de aprendizado para o futuro. Não é aceitável que na próxima pandemia, mais uma vez, nós não tenhamos aprendido nada com o que está acontecendo aqui.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Kajuru, que nos assiste, Senador Renan, que está aqui presente, foi instalada quando todas as demais instituições deste País não cumpriram o seu papel. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada como um clamor da sociedade brasileira, quando aqueles que deveriam ter o dever de agir, sobretudo o Sr. Procurador-Geral da República, não o fizeram. É por isso que tem esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tem significado diagnóstico a pesquisa que foi citada no dia de hoje da XP/Ipespe, que foi inclusive destacada aqui pelo Senador Renan. Essa pesquisa diz que os brasileiros querem uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas também diz que os brasileiros estão céticos em relação a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Porque o que os brasileiros e brasileiras querem é a resposta a esta pergunta: por quê? Por que 482.135 famílias brasileiras estão hoje despedaçadas? Por que, à mesa de jantar de várias famílias brasileiras, neste momento, está faltando um pai, está faltando uma mãe, está faltando um irmão, está faltando um avô, uma avó, um parente, está faltando um amigo? É essa a resposta que os brasileiros e brasileiras querem. É nosso dever histórico, Senador Renan, dar essa resposta aos brasileiros.

Se a responsabilização aos culpados virá, talvez não seja responsabilidade desta CPI. A esta CPI cabe o papel de inquirir, cabe o papel de investigar e, ao final, apontar os indiciamentos que são necessários. Às demais instituições da República brasileira cabe o papel de dar cabo ao relatório desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quis a história, Senador Renan, nos colocar diante desse desafio histórico para com os brasileiros, desse desafio de dar essa resposta, talvez a mais premente resposta que os brasileiros esperam de uma Comissão Parlamentar de Inquérito dos últimos 100 anos ou, vou mais além, desde a instituição da República em nosso País e do instituto de Comissões Parlamentares de Inquéritos. Na história a que me refiro, já disse algumas vezes, Dra. Natalia, Dr. Cláudio, há o espaço para a honra, há o espaço para a glória e há o espaço, também, para a desonra e o espaço para a vergonha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós hoje estamos sendo julgados, também, como membros desta CPI, por todos os brasileiros e brasileiras, por essas famílias que estão despedaçadas. Que, ao ceticismo que muitos têm, nós possamos saber responder com o relatório que está ao encargo do Senador Renan Calheiros. Que ele esteja à altura da dor dessas famílias despedaçadas. Que ele esteja à altura do Brasil.

Ao ouvir, Dra. Natalia, a senhora e o Dr. Cláudio, nós temos consciência de que este País pode dar certo, de que este País vai dar certo, de que o Brasil não é o Brasil do negacionismo, não é o Brasil da vergonha, não é o Brasil da morte, que este é um País maravilhoso, é um País fenomenal que produziu mentes como essas, como a de V. Exas, inteligentes como as de V. Exas, como a da Sra., Dra. Natalia, que tantas vezes nos honra ao aparecer nos meios de comunicação e trazer a luz da ciência. Que esses ensinamentos fiquem não somente para o presente, mas que fiquem para o futuro.

Eu queria agradecer à senhora, Dra. Natalia, e ao senhor, Dr. Cláudio, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ao fim, eu quero determinar à Secretaria desta Comissão que seja juntada aos autos desta CPI o pronunciamento de ontem de Sua Excelência o Presidente da República Jair Mecias Bolsonaro em relação ao uso de máscaras. Creio que esse será um dado necessário para o relatório final do Senador Renan Calheiros.

Muitíssimo obrigado.

O Senador Kajuru pede a palavra. Por um minuto eu ouço V. Exa. Se V. Exa. puder... Ligue o microfone, por favor, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. *Por videoconferência*.) – Pois não. Ouve-me agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Eu vou ser rápido.

É que o senhor entrou aí na palavra julgamento. Então, como o pontapé inicial desta CPI é seu, o senhor foi o criador dela, eu só gostaria, por ter mais experiência do que o senhor e do que o Senador Renan no que tange à experiência popular, no contato com as pessoas como jornalista por 40 anos, e me dirigindo aqui ao Presidente, que deve estar nos vendo, Omar Aziz, de lembrar Shakespeare: as pequenas mentiras fazem o grande mentiroso. E pelo que a gente vê de mentira e de maldade a gente se chateia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só quero colocar rapidamente o seguinte: o Brasil do bem – eu tenho convicção, porque eu converso com esse Brasil do bem, que sei qual é, o Brasil que a gente sabe, que a gente conhece através de redes sociais –, o Brasil do bem tem respeito por esta CPI.

Então, é muito injusto você, de repente, ver gente até do nosso meio aqui no Senado fazendo crítica baixa ao comportamento do Presidente Omar Aziz. Gente, é inquestionável o trabalho dele até agora: justo. Ele já chegou, Presidente Randolfe, a não concordar com o senhor, em posições na Mesa Diretora; a não concordar com o Senador Renan, Relator, em relação a um dia que eu faria a mesma coisa que o Senador Renan fez sobre aquele convocado, aquele soez Wajngarten, ex-Secretário de Comunicação do Governo, e ele disse: "Não, eu vou salvar a CPI, não vou permitir isso".

Então, não tem como você fazer crítica por crítica, você querer discutir as perguntas feitas por um Relator como Renan Calheiros que dedica a vida dele, o tempo inteiro, se prepara, faz perguntas oportunas, preparadas, embasadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Então, não tem como discutir o trabalho dessa CPI e, muito menos, querer desqualificá-la. Isso vai continuar sendo uma pretensão de quem está de outro lado. Mas, repito, Presidente Randolfe Rodrigues, o Brasil do bem tem respeito a esta CPI e, em especial, a essa Mesa Diretora no comportamento individual dos três que eu acabei de falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – ... vivi hoje um dia muito feliz, especialmente pelo que o senhor falou sobre as presenças da Dra. Natalia e do Dr. Cláudio.

Fiquei feliz ainda de saber que ele tem amigo lá na minha cidade natal de Cajuru, que é muito maior do que a sua cidade de Macapá, Presidente Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Kajuru.

Havendo número regimental, coloco em votação as atas das 17ª e 18ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

Declaro encerrada esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, convocando todas as Sras. e os Srs. Senadores para nova reunião na terça-feira, às 9h, para ouvirmos o Sr. Marcellus Campêlo, ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia quinze de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros e Eduardo Girão, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Telmário Mota, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Izalci Lucas e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Tomada de depoimento de convocado pela CPI. Oitiva do Marcellus Campelo, Ex-Secretário de Saúde do Amazonas, em atendimento aos requerimentos 185/2021 e 324/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/15

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Marcellus Campêlo, ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas.

Esclareço que aqueles que forem regularmente intimados e se negarem a comparecer para depor perante esta CPI terão a sua intimação solicitada ao juiz criminal da localidade em que residam ou se encontrem, nos termos dos arts. 218 e 219 do Código de Processo Penal.

Determina o art. 218 que o juiz poderá requisitar à autoridade policial a apresentação da testemunha faltosa ou determinar que seja conduzida por oficial de justiça, o qual poderá solicitar o auxílio da força pública.

Nós recebemos um documento do advogado do Sr. Carlos Wizard, e eu encaminhei a seguinte resposta a ele.

Diante da manifestação dos advogados do Sr. Carlos Wizard, os quais antes sequer recebiam intimações por esta CPI, presto os seguintes esclarecimentos: foi negado o depoimento telepresencial, incompatível com a dinâmica da CPI, em que se precisa assegurar a incomunicabilidade da testemunha, assegurar que a testemunha permaneça até o final da reunião, dizendo e não calando a verdade, bem como que a testemunha não leia o seu depoimento.

Requisitei informações à defesa do convocado: cópia integral do seu passaporte, uma vez que o documento encaminhado só apresenta carimbos e não permite saber se é efetivamente do convocado; e esclarecimentos sobre o recebimento da intimação no endereço do convocado no Brasil – em um primeiro momento, consta dos registros que a correspondência foi entregue ao destinatário. Logo após isso, consta que o destinatário recusou-se a receber a correspondência.

Em paralelo, esta Presidência solicitou esclarecimentos adicionais aos Correios.

Determino à secretaria...

Essa foi a manifestação da CPI ao Sr. Carlos Wizard.

Se o Sr. Carlos Wizard não comparecer na quinta, nós iremos tomar as devidas providências com a CPI em relação ao que eu li há pouco.

Srs. Senadores, será disponibilizado hoje a todos os Parlamentares desta Comissão uma lista de mais de 2 mil arquivos registrados inicialmente como sigilosos que poderão ter a sua reclassificação para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos ostensivos. Solicito que todos leiam atentamente essa lista para que possamos votar em Plenário a abertura desses documentos nesta quarta-feira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Primeiramente, desejando a todos os colegas uma semana de serenidade, eu queria, Presidente, saber se... Eu vi que na pauta não está o Requerimento, de minha autoria, nº 102, que na última sessão, quinta-feira, ficou acordado que seria pautado para hoje, do Diretor-Executivo do Consórcio Nordeste, Dr. Carlos Eduardo Gabas. Eu queria saber se o senhor vai colocar para fazermos essa deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, nós colocaremos amanhã para votar.

Hoje, nós recebemos o documento... Aquele documento que nós estávamos esperando, recebemos ontem e eu nem tive tempo ainda de ler o documento – vou ser sincero com V. Exa. –, mas, conforme acordado, nós pediríamos informações ao Sr. Carlos Gabas, e V. Exa. concordou naquele dia, então, nós votaremos os requerimentos todos amanhã.

Pode ser?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tudo bem.

Fica compromissado então, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não, vamos votar não só o seu como outros, de outros companheiros aqui que têm outros requerimentos.

Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria registrar que apresentei um requerimento a esta CPI solicitando o envio à empresa Azul de uma solicitação de esclarecimentos por fato acontecido na última sexta-feira.

O Senhor Presidente da República, acompanhado por um segurança sem máscaras, adentrou a um avião da empresa Azul. Nesse avião, ele começou a bater fotos, recebeu muitas vaias também e retirou a máscara para bater fotos e para professar uma série de impropérios contra quem estava vaiando Sua Excelência. A tripulação e passageiros também tiraram máscaras para que pudessem bater fotos e chegar perto do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, isso, na verdade, é inteiramente ilegal. Nós já vimos, inclusive, aviões voltarem para o hangar porque alguém dentro do voo se recusava a utilizar máscaras. Há uma resolução da Anvisa que determina que a máscara tem que ser usada em todas as instalações aeroportuárias, nas aeronaves e nas instalações aeroportuárias, até nas lojas comerciais que existem no aeroporto.

O Presidente da República é alguém que deveria dar exemplo de cumprimento da lei, mas ele se sente muito feliz em descumpri-la, demonstrando que quer ficar acima da lei, diferentemente dos demais cidadãos.

Por essa razão, eu apresentei um requerimento à CPI pedindo informações à empresa Azul e, diante do que vier respondido, eu vou recorrer à Anvisa e à Anac. À Anvisa porque é quem determina as normas que têm que ser aplicadas em toda essa... em tudo aquilo que diz respeito à aviação civil. E à Anac porque é a responsável pela sua aplicação.

Essa é a primeira questão.

A segunda, Sr. Presidente, é que eu estou pedindo ao Tribunal de Contas da União que faça uma auditoria sobre o ato político eleitoral que aconteceu no Estado de São Paulo, no último sábado, quando o Presidente da República promoveu isso que chamaram de "motociata".

Só o Governo do Estado teve que gastar um R$1,2 milhão para garantir a segurança do evento e da população, a Prefeitura Municipal de São Paulo teve que gastar R$70 mil e a União teve que gastar com aviões que conduziram a comitiva até São Paulo, helicópteros, seguranças com diárias, aeronaves, combustível. O Presidente ainda cometeu infrações contra o Código de Trânsito, porque estava em uma motocicleta com a placa encoberta. Aquele ato é um ato de campanha eleitoral ilegal e extemporânea. E, como tal, eu pedi que se faça uma auditoria e, se for confirmado o gasto ilegal de recurso público, que haja um ressarcimento.

E por último eu queria aqui registrar uma estranheza: o Presidente da República não trabalha? Não trabalha! Eu me fiz essa pergunta e eu mesmo me respondi: não trabalha! No fim de semana ele faz ato político, no meio da semana ele vai para os Estados para fazer atos políticos. Seria tão bom que, no meio de uma pandemia, o Presidente Bolsonaro trabalhasse. Trabalhe, Bolsonaro! O Brasil precisa de um presidente trabalhador.

Obrigado!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só para pedir um esclarecimento: a pauta de amanhã o senhor pretende liberar até que horas? (*Pausa.*)

A pauta de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pauta sobre requerimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Daqui a pouco nós vamos colocar para V. Exa., está bem?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Faça isso, Presidente, porque o correto seriam 48 horas. Então, eu não quero criar obstáculo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí nós temos hoje sessão, não só quarta-feira.

A do Senador Eduardo Girão já estava pautada semana passada, nós só adiamos, entendeu? Então, a do Senador Eduardo Girão já estava pautada. A única que não foi votada foi a do Senador Eduardo Girão.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As outras, se a gente colocar hoje, nós temos sessão até sexta-feira; nós temos amanhã, quinta e sexta.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas seria bom... Faço um apelo para ver se se disponibiliza até o final da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu recebi... Eu recebi um telefonema do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Arthur Lira, Presidente da Câmara. Ele disse... Ele conversou comigo e eu concordei com ele que nós trocaríamos a convocação do Deputado Osmar Terra para convite. E eu quero colocar isso aqui para V. Exa., para a gente poder... E nós deliberamos como convite, mas ele me ligou... Eu acho que a reivindicação do Deputado Arthur Lira, como Presidente de um Poder... Ele está correto em... E eu aceito o acordo, então. E eu quero comunicar a V. Exas. que nós iremos não convocá-lo, mas convidá-lo a vir a esta Casa, o.k.?

Eu peço à Secretaria...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Só para um registro.

Queria aqui registrar dois eventos importantes que aconteceram nesta semana. Primeiro, o evento da busca e apreensão no laboratório do Professor Didier Raoult, na França, por desonestidade científica e médica nos trabalhos que ele fez no uso da hidroxicloroquina ou cloroquina. Então, a polícia francesa fez lá busca e apreensão, não permitindo que ele mais mentisse para o mundo com as suas experiências. Em segundo lugar, um dos Senadores americanos foi retirado do YouTube por promover, de forma indevida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a ineficácia do tratamento precoce. São dois fatos importantes, que precisam ser registrados no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mostrando que o mundo já entendeu que esse tratamento precoce, como qualquer outro tratamento para qualquer virose, não tem nenhuma eficácia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Determino à Secretaria que conduza o depoente à mesa para o início do seu depoimento. (*Pausa.*)

V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Se V. Exa. quiser, tem 15 minutos pra se posicionar; se não, passo diretamente ao Relator.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu quero, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Fique à vontade.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) **–** Quero dar o meu bom-dia aqui aos Senadores, agradecer a cordialidade. Bom dia, Presidente Omar Aziz, Relator Renan Calheiros, Senador. E, em nome do Senador Eduardo Braga, do Estado do Amazonas, eu dou o meu bom-dia a todos os outros demais Senadores.

Bom, o meu nome é Marcellus José Barroso Campêlo, eu sou natural, nascido no Estado do Amazonas, na cidade de Manaus. Eu tenho 51 anos de idade. Sou casado há 30 anos, tenho dois filhos, um casal de filhos. Minha profissão é de engenheiro civil, formado no então Instituto de Tecnologia da Amazônia, a Utam, em 1992, profissão em que eu segui e eu atuei, metade dos anos da profissão, na iniciativa privada e metade, agora, nas experiências no serviço público. Eu trabalhei... Essa é a minha quarta experiência no serviço público. Trabalhei duas vezes na Prefeitura de Manaus e essa é a segunda vez que eu estou trabalhando no Governo do Amazonas.

Senadores, eu queria, em primeiro lugar, prestar a minha solidariedade a todos os familiares das vítimas da pandemia no Brasil e especialmente as vítimas da pandemia no nosso Estado do Amazonas. Solidariedade também aos familiares das vítimas, dos trabalhadores e profissionais da saúde do Brasil e do Estado do Amazonas.

E lembrar aqui a memória da Dra. Rosemary Costa Pinto, epidemiologista, que respeitava e amava o SUS como ninguém. Ela era uma amante da ciência, ela era uma entusiasta da vacina e também a grande líder que incentivava as medidas não farmacológicas no Estado do Amazonas como único meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até então, como não tínhamos vacina, para combater a pandemia. Infelizmente, a Dra. Rosemary, grande amiga, veio a óbito quatro dias antes da chegada da primeira remessa do lote de vacinas ao Amazonas.

Estou aqui também para honrar a memória dos trabalhadores e profissionais de saúde que lutaram e ainda hoje lutam no fronte da pandemia, com os quais convivi nesses dez meses de titularidade como Secretário de Estado de Saúde do Amazonas. Eles são os verdadeiros heróis desta pandemia, aqueles que literalmente entregaram a sua vida para ajudar o povo brasileiro e o povo amazonense.

Com eles, junto com eles, desenvolvemos várias ações administrativas e, principalmente, um programa de modernização da saúde no Amazonas, estruturado em nove grandes ações estratégicas, chamado Saúde Amazonas, que começamos a implementar a partir do dia 1º de setembro. Os servidores da saúde tiveram até então a oportunidade de serem realmente os protagonistas da gestão da saúde no Estado do Amazonas. Eles elaboraram o plano, estruturaram esse plano, tiraram os projetos das gavetas, que há muitos anos tentavam implementar, mas nunca tiveram oportunidade, e isso nós procuramos fazer da melhor forma possível.

Por fim, eu gostaria de lembrar a minha esposa e os meus dois filhos, que certamente compreenderam a necessidade dessa dedicação exclusiva nos dez meses da pandemia, quando tivemos que estar ausentes em muitas noites e muitas madrugadas e muitos finais de semana. A eles, o meu carinho pelas lágrimas, pelas orações e pelo amor que sentem por mim.

Senhores, eu cheguei ao Governo do Amazonas, em 2019, a convite da Comissão de Transição, para ajudar a formar um relatório na Comissão de Transição de Infraestrutura, pela experiência que eu tinha em relação a essa área. Fui o Coordenador da Comissão de Transição, à época coordenada pelo Vice-Governador Carlos Almeida.

E, após a Comissão de Transição, fui convidado a assumir a Secretaria Executiva da Secretaria de Estado de infraestrutura (Seinfra) e também coordenar a Unidade Gestora de Projetos Especiais, que cuida de um grande programa, que já é um programa de Estado, chamado Prosamim, programa de sucesso que eu tive a honra de coordenar dos anos de 2015 a 2017. E aí, nessa oportunidade, o Governador Wilson Lima me fez o convite para voltar à frente da daquela unidade gestora. Durante o ano de 2019, portanto, trabalhamos nessas duas frentes, organizando a pasta da infraestrutura.

No mês... Em meados... No final do mês de abril, com o agravamento da crise da pandemia na saúde, todas as secretarias de Estado foram convocadas pelo Governador a apoiar o sistema de saúde, em virtude do grande déficit de profissionais que estavam tombando doentes, afastados ou mesmo indo a óbito. Então, nós mobilizamos uma grande quantidade de servidores do Estado para ajudar a saúde. E, após esse período, no dia 8 de maio, o Governador, então, me convidou para assumir a Secretaria Executiva da Saúde no Amazonas – passei a ser o Secretário Executivo. E, no dia 8 de julho, assumi interinamente como Secretário da pasta, e apenas no dia 1º de setembro, portanto, fui confirmado como titular. Então, de setembro até o período em que eu saí da pasta – pedi a exoneração –, foram dez meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como principais ações à frente da saúde, peço permissão para enumerar: a reorganização administrativa da secretaria; a nomeação prioritária de servidores de carreira, empoderando-os na tomada de decisão com pragmatismo, com senso de urgência e com senso de indignação ante os problemas históricos e crônicos que nossa rede ainda possui; diálogo aberto e transparente com os órgãos de controle, com profissionais de saúde, com conselhos regionais, sindicatos, usuários do SUS, associações de transplantados, cardiopatas, da saúde mental, da saúde bucal e outras linhas de cuidado, portadores de deficiência, com o conselho estadual, com a Comissão Intergestores Bipartite e com outros órgãos como Cosems, aproximação com Conass e o Ministério da Saúde.

Fizemos também e promovemos a integração da rede da administração direta e indireta da saúde, que era fragmentada; unimos as unidades de saúde e das fundações em um grande sentimento de rede, com as fundações de especialidades de saúde, com a Fundação de Vigilância em Saúde e com a rede de saúde complementar, e também com o Hospital Federal Getúlio Vargas; aproximação junto ao Conass, à Organização Pan-Americana de Saúde, à Força Nacional de Saúde, à Unicef, à Médicos sem Fronteiras, com o Hospital Sírio-Libanês, que foi um grande parceiro na reorganização de algumas unidades de saúde, o Hospital Albert Einstein, que nos ajuda na telemedicina; o foco na gestão de dados da saúde, com fortalecimento do TI, que os dados eram fragmentados, nós não tínhamos informação da rede, o que acontecia, quantos usuários, quantos leitos, quantos internados, quantas vagas, qual era a taxa de ocupação. E nós conseguimos integrar os sistemas de saúde para poder ter dados em painel de gestão e tomar decisão de forma mais rápida.

Implantamos o Lean nas emergências nos três grandes prontos-socorros de Manaus, com apoio do Sírio Libanês, e também fizemos um grande trabalho desospitalização de pacientes nesses hospitais, alguns com mais de 60 dias internados aguardando uma cirurgia, os chamados... E nós chamamos plano Gira Leitos com cirurgias noturnas, o que o que proporcionou, inclusive, termos leitos suficientes para a segunda alça epidêmica.

O Programa Saúde Amazonas com nove metas, grandes metas estratégias; 200 projetos sendo executados; a desburocratização de processos administrativos para contratações e pagamentos; comissão de especialistas – foram quatro comissões implantadas; comissão de eliminação de pagamentos sob indenização, pagamentos indenizatórios, que é um programa crônico há décadas na secretaria e que nós estamos, que o Governo está agora, a Secretaria de Saúde está eliminando; e a criação da Secretaria Executiva do Controle Interno da Saúde, que concentra todos os órgãos de auditoria, sindicância, controle interno e ouvidoria.

Ampliamos os leitos habilitados no Cnes, sendo o maior número da história da saúde no Amazonas, leitos habilitados na capital e no interior do Amazonas. E também proporcionamos a integração das políticas de saúde entre capital e interior do Amazonas. Estamos no início dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integração, inclusive no diálogo, agora possível, com a Prefeitura de Manaus e a Semsa Manaus, com a integração dos técnicos e com portarias assinadas para reorganização na cidade.

Senhores, sobre o enfrentamento da pandemia, quando eu cheguei na secretaria, em 8 de maio de 2020, nós estávamos com números ainda elevados de internações, taxa de ocupação, óbitos e contaminação, mas os números estavam em queda. Tínhamos, à época, a finalização de um contrato de locação com o Hospital Nilton Lins, que foi um contrato de 90 dias, que, em julho, já não tinha mais nenhum paciente internado e, por isso, sem ter demanda, ele foi encerrado.

O principal hospital de referência Covid em Manaus, o Hospital Delphina Aziz, estava com taxas de ocupação em decréscimo no mês de setembro, o que nos motivou, inclusive, a elaborar um plano de utilização daquele hospital. Para quem não conhece, o Hospital Delphina Aziz é um hospital de seis andares; é o maior hospital da rede pública do Estado do Amazonas, um hospital espetacular, que tem um potencial gigantesco de redução de filas de cirurgias eletivas e outras na cidade de Manaus e atendimento a todo o Estado do Amazonas. Por isso, ele precisa ser utilizado para esse fim, não somente para atender Covid. Então, com a taxa de ocupação em baixa, nós nos estimulamos a criar um outro plano de trabalho pra o Delphina Aziz, para ficar como hospital híbrido.

Porém, após os o feriado de setembro, grandes aglomerações se registraram na cidade de Manaus, e eu fui alertado pela então Presidente, Diretora-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde, Dra. Rosemary, sobre o aumento, o início de um aumento da taxa de ocupação nos hospitais particulares da cidade de Manaus, o que poderia estar evidenciando a contaminação, principalmente das classes A e B, que são as classes que estavam mais sendo expostas, naquele momento, nas atividades de recreação, principalmente, nos bares, nos restaurantes, nos flutuantes, no iates, nas boates etc. As aglomerações detectadas também pelas convenções partidárias, início da campanha eleitoral, com muitos comícios e carreatas realizados principalmente no interior do Amazonas, fora do controle da fiscalização.

Em setembro, então, com base nesse número, nós começamos a elaborar um plano de contingência para o enfrentamento do recrudescimento da Covid-19. Esse plano foi elaborado pelas equipes de saúde, as equipes técnicas, junto com a Fundação de Vigilância em Saúde, ouvindo especialistas, e também em consonância com o Plano Nacional de Enfrentamento à Covid-19 e também em consonância com todos os Estados brasileiros, o modelo que é usualmente utilizado em todos os Estados.

O plano era em cinco fases e disparava quando a taxa de ocupação de UTIs Covid ultrapassava ou atingia 75% da sua capacidade. E começou, a partir de setembro, a aumentar o número de hospitalizações na rede, tanto na rede pública quanto privada. Em setembro, foi de 553 o número de internações. Em outubro, nós tivemos que disparar a primeira fase do plano de contingência. E realizamos, para isso, para a abertura de leitos, o plano Gira Leitos. E, em outubro, também a realização das eleições com o registro de muita aglomeração e 61 festas da vitória nos 61 Municípios do interior do Amazonas, com um registro também de muitas aglomerações, o número salta, de hospitalização, para 968.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também, a partir de novembro, a segunda fase e, no 23 de dezembro, dispara a terceira fase do plano de contingência, o que nos obrigou a solicitar do Comitê de Crise um decreto de restrição das atividades econômicas e de circulação de pessoas na cidade de Manaus e no Estado, para dar uma trégua ao sistema de saúde e assim podermos reorganizar e preparar a quarta fase que, inclusive, previa – que previa – a instalação de hospital de campanha ou enfermaria de campanha na área externa do Hospital Delphina Aziz. Nós, a partir daí, não tivemos êxito nesse decreto, que chegou a ser publicado, mas muitas manifestações, inclusive com violência, com barricadas, com a interrupção do direito de ir e vir da população, o que obrigou o Governo a flexibilizar o decreto a partir... E foi uma decisão judicial que fez com que o decreto passasse a vigorar a partir do dia 2 janeiro.

Enfim, a partir do final do ano, no dia 31 de dezembro, pedimos o apoio via ofício à Força Nacional, pedindo ao Ministério da Saúde a presença da Força Nacional de Saúde no Estado do Amazonas para apoiar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quando?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Em 31 de dezembro, o ofício.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode repetir? Trinta e um de dezembro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Trinta e um de dezembro pedimos no ofício e também solicitamos diversos apoios para recursos humanos, medicamentos e equipamentos.

No dia 4 de janeiro, recebemos a Secretária Mayra Pinheiro na primeira reunião, pela manhã, 8h, no auditório do Hospital Delphina Aziz, onde foi convocada... A sua assessoria convocou a presença de representante do Conselho de Medicina, do Conselho de Enfermagem, sindicatos, autoridades da área médica, especialistas, etc.

Estivemos juntos com o Governador, participando dessa reunião, com a presença da imprensa – está tudo registrado –, e vimos uma ênfase da Dra. Mayra Pinheiro em relação ao tratamento precoce e disponibilização de... Relatando um novo sistema que poderia ser utilizado e que seria apresentado oportunamente. Chamava-se TrateCov.

A viagem da Dra. Mayra se deu mais com ênfase na atenção primária, ou seja, as reuniões mais eram para trabalhar com as prefeituras, e a Prefeitura de Manaus, àquela época, estava com uma nova gestão, a gestão tinha acabado de assumir, com muitas dificuldades na gestão, inclusive faltava medicamento na Prefeitura de Manaus para suas UBS. Inclusive, estavam muitas fechadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 7 de janeiro, à tarde, por volta de 14h, o representante da White Martins pede para falar comigo e com alguns integrantes da minha equipe para questionar quantos leitos de UTIs e leitos clínicos nós ainda iríamos abrir no nosso plano de contingência, porque ele estava preocupado com o aumento do consumo e precisaria fazer uma programação do fornecimento. Então, nós relatamos que, aproximadamente, teríamos capacidade de implantar mais 150 leitos de UTI e, aproximadamente, 250 leitos clínicos na capital de Manaus. Esse era o plano.

Ele anotou, pediu para que nós não ativássemos mais nenhum leito de UTI até o sinal da empresa fornecedora de que poderia ter segurança para a ampliação do fornecimento de oxigênio. E assim fizemos: demos a ordem de não ativação, de continuarmos com a ampliação dos leitos, mas ativar os leitos somente no momento em que tivéssemos a anuência da empresa com segurança.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Neste dia, nós já estávamos aumentando leitos, mas, neste dia, nós informamos que nós tínhamos capacidade ainda de aumentar, por questões físicas, de RH etc., mais 150 leitos de UTI e 250 leitos clínicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mas eu não entendi. Vocês deixaram de ampliar leitos em vez de buscar oxigênio? Como é que foi essa história? Me conta aí.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, é isso que eu quero saber.

Você disse o seguinte: nós recebemos... Quem é a White Martins para dizer para o Estado que ela não pode abrir mais nenhum leito? Em vez de a White Martins e você, nesse momento, irem atrás de oxigênio para abrir leito, que era até a necessidade de Manaus, você parou – foi isso que você disse aí e por isso que eu estou te perguntando – de abrir leito por causa da White Martins?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, nós continuamos abrindo os leitos, Senador, porque a White Martins, neste mesmo dia, apresentou uma programação para a gente de fornecimento de oxigênio – inclusive, nós estamos falando do dia 7, que é uma quinta-feira –, e ela afirmou para mim e para a nossa equipe que, a partir do sábado, dia 9, chegaria a primeira balsa de abastecimento com 52 mil metros cúbicos de oxigênio vinda de Belém e, a partir daquela data, a cada dois dias, chegariam novas balsas, novos carregamentos de oxigênio para dar segurança ao fornecimento da rede.

Vale ressaltar que a White Martins fornecia para o Estado todo: fornecia para a rede pública estadual; para a rede pública municipal; para a rede federal no Hospital Federal Getúlio Vargas, que é controlado pela Ebserh, vinculado ao Ministério da Educação; para o Hospital Militar de Manaus; e também para a rede privada, diversos hospitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, evidentemente, tínhamos acesso aos relatórios mensais de fornecimento e consumo, devido aos pagamentos que fazíamos, em relação à rede estadual; o restante era controlado pela White Martins. Então, quando ela falava que viria uma programação, era uma programação para atender a toda a rede de saúde privada e pública.

No dia 7... No mesmo dia 7, já à noite, o representante pediu para falar comigo novamente, por volta das 19h, horário de Manaus, para relatar três situações: a primeira, para reafirmar a programação de entrega do oxigênio, como ele havia confirmado à tarde; a segunda, para pedir o apoio do Estado para realizar uma requisição administrativa do estoque de 20 mil metros cúbicos de oxigênio que teria disponível numa pequena empresa sediada em Manaus, de oxigênio, chamada Carbox, e que eles estavam tentando adquirir esse oxigênio da empresa, a empresa se recusava a vender, e que, apesar de estar chegando o oxigênio no sábado, era necessário, por segurança, ter essa reserva na rede.

Imediatamente, consultei meu setor jurídico para verificar como realizar a requisição administrativa, qual o passo a passo; foi orientado que imediatamente a White Martins formalizasse esse pedido, para nós iniciarmos o processo e, no dia seguinte, realizarmos a requisição.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para questão de ordem.) **–** Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem à V. Exa. Nós estamos aqui diante de uma CPI. Nós estamos há mais de 20 minutos ouvindo um relato, e o Sr. Relator, que deveria estar questionando, para que nós pudéssemos ter esclarecimento... Nós estamos ouvindo uma única versão, unilateral. V. Exa., ainda há pouco, fez um questionamento pertinente, e há outras questões a serem feitas, que, por questão até de educação, nós estamos aguardando, mas, Presidente, nós já estamos às 10h30 da manhã, nós estamos praticamente há 30 minutos ouvindo unilateralmente uma declaração, e nós precisamos ouvir as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu pediria para V. Sa. concluir, por favor, para que eu passe ao Relator.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Tá.

Eu gostaria, então... Como esses fatos deverão ser muito bem explorados aqui na Comissão, só queria pedir licença para falar a respeito da Operação Sangria, da qual eu fui alvo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Você terá oportunidade, Marcellus, na hora em que for perguntado, de explicar tudinho.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Você vai passar praticamente o dia todo aqui. Então, você vai ter várias... Várias vezes você vai repetir a mesma coisa. Então, eu peço para V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concluir e passo ao Relator, para que, durante o seu depoimento, você possa esclarecer tudo aquilo que achar necessário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

Srs. Senadores e Sra. Senadora, Senadores que estão aqui, não é que eu me esqueci, é que eu li aqui alguns documentos e depois... Mas eu quero aqui, como Presidente desta CPI, em meu nome e, com certeza, em nome do Senador Eduardo Braga, que compõe a CPI, agradecer, do fundo do nosso coração, o mutirão que foi feito esse final de semana, na cidade de Manaus, pelos profissionais de saúde, que, de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, conseguiram vacinar 141 mil pessoas. Se você multiplicar 141 mil pessoas por 27, dá mais de 3 milhões de pessoas por dia que cada mutirão desse dá pra vacinar. E olha que a estrutura nossa, só na capital, foram 141 mil pessoas vacinadas acima de 40 anos. E foi um esforço muito grande desses profissionais que já vêm trabalhando exaustivamente na pandemia, mas não se negaram a passar a madrugada. E era fila 3h da manhã, 4h da manhã fila, e o pessoal vacinando. Foi realmente um negócio que nós ficamos muito felizes com isso. Tenho certeza de que é este o caminho: a vacina. Não tem outro caminho que não seja a vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Líderes partidários; Senador Eduardo Braga; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; em primeiro lugar, muito obrigado pela presença do Sr. Marcellus Campêlo, ex-Secretário de Estado da Saúde do Estado do Amazonas.

Nós vamos, Sr. Marcellus, tentar fazer perguntas objetivas, objetivando também, claro, respostas precisas, sintéticas, rápidas, para o melhor andamento deste depoimento. Como V. Sa. sabe, seu depoimento é muito importante pra que nós possamos iluminar bastidores e compartimentos da tragédia, do colapso que aconteceu no Estado do Amazonas – um dos fatos determinados desta própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quais são os hospitais públicos de Manaus atuantes no combate à Covid?

Se alguma pergunta o senhor já teve a oportunidade de respondê-la na introdução na sua participação inicial, por favor, releve, porque nós a repetimos exatamente para que tenhamos a ênfase necessária na resposta.

Quais são os hospitais públicos de Manaus atuantes no combate à Covid?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, nós temos a rede... Na rede estadual, a qual nós estávamos dirigindo, nós temos um hospital grande de referência, que é o Hospital Delphina Aziz. E, como eu falei que existia um plano de contingência, nós... Gradativamente, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospitais iam entrando, conforme a necessidade, como atendendo Covid, mas, no ápice da pandemia, praticamente todos os hospitais tinham atendimento à Covid. Nós temos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são os hospitais, por favor?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós temos três grandes hospitais prontos-socorros: Hospital João Lúcio, Hospital 28 de Agosto e o Hospital da Zona Leste, além de três hospitais infantis, Instituto da Criança... A Fundação Cecon também entrou no plano de contingência, que é uma fundação especializada em oncologia; então, os pacientes Covid oncológicos eram direcionados para lá. O Hospital Francisca Mendes, que é hospital do coração – pacientes com Covid com problemas cardiológicos também eram direcionados para lá. Além desses, havia as portas de entrada, SPAs e UPAs, sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde, que também atendiam aos pacientes num primeiro momento e, depois, caso precisassem de internação, eles eram transferidos para os hospitais de referência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles são de administração da Prefeitura ou do Governo do Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Esses hospitais que eu relatei são hospitais administrados pelo Estado do Amazonas. O hospital que acabou sendo utilizado também como referência para a Covid no pico foi o hospital federal Getúlio Vargas, sob administração da Ebserh e também na jurisdição do Ministério da Educação.

Também a rede complementar entrou com contratualização. O Hospital Beneficente Português: nós fechamos uma contratualização no mês de dezembro e também foi utilizado para leitos de UTI e leitos clínicos de Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois dessa primeira onda, que já havia trazido forte comoção nacional, quais foram as medidas tomadas para o fortalecimento do sistema de saúde?

O primeiro período, como se sabe, de colapso no sistema de saúde do Amazonas devido à Covid-19, se deu em abril e maio de 2020, mesmo mês em que V. Sa. assumiu a Secretaria de Estado do Amazonas. Por isso eu faço esta primeira pergunta: depois dessa primeira onda que já havia trazido forte comoção, quais foram as medidas tomadas para o fortalecimento do sistema de saúde local?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós trabalhamos, Senador, principalmente no hospital de referência Delphina Aziz, que não tinha a totalidade de seus leitos em funcionamento. Como eu falei, o hospital de referência Delphina Aziz é um hospital de seis andares, mas, quando nós assumimos a gestão, ele ocupava somente três andares do hospital. Então, nós fizemos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

trabalho de estruturação daquele hospital, e hoje ele está sendo utilizado na sua capacidade máxima, os seis andares, com 180 leitos de UTI e 342 leitos clínicos.

Também fizemos a restruturação de hospitais e a ampliação de leitos onde nós identificamos condições físicas para isso. Fizemos a ampliação de leitos no Hospital da Zona Leste.

Fizemos ampliação de leitos e reestruturação no Hospital João Lúcio. Nós fizemos a ampliação de leitos na Fundação de Medicina Tropical, que recebeu pacientes tanto de leitos clínicos quanto de leitos de UTI. No Instituto da Criança, fizemos também a estruturação e a ampliação de leitos clínicos para referência infantil. Trabalhamos a ampliação de leitos também nas maternidades; fizemos uma reestruturação nas principais maternidades de Manaus, onde eliminamos espaços ociosos, que não estavam sendo utilizados ou estavam sendo utilizados de forma inadequada, para a utilização de leitos e dar melhor atendimento à população.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi solicitado algum tipo de apoio do Governo Federal para a implementação dessas medidas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós solicitamos, desde o início do plano de contingência, respiradores, monitores e bombas de infusão para essa ampliação de leitos do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Manaus foi provavelmente a primeira grande cidade a ser alcançada pela segunda onda da pandemia no Brasil. Quais foram as vulnerabilidades que persistiram no Estado do Amazonas mesmo após a primeira onda?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – As vulnerabilidades eu acredito que foram, principalmente, a escassez de recursos humanos, profissionais especializados, numa limitação. Nós temos um problema histórico como a falta de UTIs no interior do Amazonas. Então nós ampliamos a instalação de UCIs (Unidades de Cuidados Intermediários) em todos os Municípios do Estado, porém, nós não temos UTIs instaladas no interior do Amazonas, o que dificulta o atendimento de média e alta complexidade não só para atendimento Covid, mas também para cirurgias eletivas. Esse foi um grande gargalo e ainda é. E nós temos um projeto, a Secretaria de Estado, nós deixamos um projeto lá para instalar as primeiras UTIs no final deste ano.

Temos também a questão logística. Manaus fica ali ilhada dentro da Floresta Amazônica, sem acesso a rodovias para a ligação com o restante do País. O acesso é só aéreo ou fluvial, o que dificulta também qualquer ação de logística para atender a rede numa emergência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A gestão da saúde estadual contava com a possibilidade – esta pergunta é muito importante – de já se ter adquirido imunidade de rebanho em decorrência das altas taxas de contágio verificadas na primeira onda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, absolutamente. Essa tese nunca foi ventilada em qualquer reunião de que eu tenha participado.

Inclusive, a Dra. Rosemary Pinto, que era Diretora-Presidente da Fundação de Vigilância em Saúde, era absolutamente contra esse tipo de tese; era defensora exclusivamente das medidas não farmacológicas e tinha muita esperança na chegada das vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Governo Federal sugeriu que isso pudesse ter acontecido, em alguma dessas conversas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não tenho conhecimento e não participei de nenhuma reunião nesse sentido, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o montante de recursos enviado pela União em 2020 em comparação com o ano de 2019, em que não havia pandemia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, nós enviamos esse material. De fato... Eu vou pedir para a minha assessoria aqui me passar o relatório, mas o que nós tínhamos no fechamento do ano de 2020 eram aproximadamente 470 milhões no Fundo Estadual de Saúde, onde 115 milhões eram específicos para atendimento Covid.

Vale ressaltar que o repasse de recurso do Governo Federal – e isso é muito bom a gente ter noção –, como o Amazonas é sempre o primeiro, foi o primeiro na primeira onda e o primeiro na segunda onda, quando os recursos para o combate à Covid chegam, eles já chegam num momento onde há uma diminuição de taxas e o investimento geralmente foi feito, na sua maior parte, pelo Governo do Amazonas.

Nós temos hoje... Nós temos, historicamente, no Amazonas, uma rede 85% SUS-dependente, onde apenas... Onde 82% é custeado por recursos estaduais, e apenas 18% com recursos federais. Então, há um desequilíbrio nessa conta, historicamente isso acontece no Estado do Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a comparação de recurso, do volume de recurso...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Se eu puder mandar posteriormente, estou pedindo para a minha assessoria aqui verificar, eu posso passar novamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para a Secretaria da Mesa, por favor, obter essas informações, elas são importantes aqui para a Comissão.

Em relação aos recursos da União de caráter voluntário enviados exclusivamente para o combate à pandemia, em que foram aplicados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós aplicamos na contratação de recursos humanos. Na segunda alça epidêmica, nós contratamos mais de 2 mil profissionais de saúde em diversas especialidades para o contra-ataque.

Adquirimos muito medicamento para o tratamento de pacientes, principalmente o *kit* intubação e outros medicamentos, compramos outros insumos para a rede, compramos equipamentos, ampliamos a rede, enfim, foi todo utilizado no que preconiza a utilização do recurso Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O que não foi possível fazer pela falta de recursos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, nós fizemos tudo o que era possível fazer com os recursos que tínhamos.

Nós ampliamos os leitos, nós contratamos profissionais, nós adquirimos os insumos necessários, fizemos todos os esforços necessários para dotar a rede da necessidade do atendimento à pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que momento a Secretaria de Estado da Saúde verificou que havia crescimento sustentado dos casos de Covid-19 no Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A partir, como eu falei na introdução, a partir do mês de setembro, na segunda quinzena de setembro, fui alertado pela FVS, a Fundação de Vigilância em Saúde, do crescimento de internação na rede privada, o que poderia estar demonstrando ali uma contaminação das classes A e B e que poderia, logo, seguir para as demais classes.

Estávamos com números, na nossa rede pública, estáveis, em decréscimo, mas na rede privada começou a ter esse acréscimo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Setembro.

Foi quando nós elaboramos o plano de contingência para o enfrentamento dessa segunda alça epidêmica.

Vale lembrar que, nessa época, todos os Estados brasileiros já estavam saindo da primeira onda, inclusive estava havendo já, isso é fácil de buscar no histórico, o retorno das cirurgias eletivas, etc. E nós já preocupados com a segunda alça epidêmica, já pensando em medidas de contingência para, inclusive, interromper as cirurgias eletivas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, em setembro verificou-se que havia crescimento sustentado dos casos de Covid no Amazonas. Não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E quando se identificou que o sistema de saúde não iria suportar a alta demanda?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, nós fizemos um plano de contingência cujo pior cenário era a repetição da crise da primeira onda. Então, o plano foi construído, foi elaborado, olhando para o que aconteceu na primeira onda. Então, nós nos estruturamos para isso. Até dezembro, até o final de dezembro, os números de internações ainda não tinham chegado ao número da primeira onda. Então, somente no final de dezembro é que nós começamos a notar que havia algo diferente, alguma coisa diferente na contaminação, que estava sendo muito mais rápida, no número de internações e no perfil dos pacientes que chegavam muito agravados e também com...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Senador Renan, me permita fazer aqui uma complementação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor. Qualquer interrupção pode fazer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) **–** O Secretário fez uma colocação que me parece ser necessária uma explicação. Primeiro: nós contratamos um hospital de campanha. É verdade, Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) **–** Na primeira onda, foi a contratação do hospital...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Em que mês foi feita essa contratação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Os meses do contrato foram os meses de maio, junho e julho, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Portanto, quando você tinha, dentro do Delphina Aziz, três andares de hospital público fechado e sem operação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, nessa época... Nessa época o Delphina Aziz estava em ampliação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Quantos leitos tinha o Delphina Aziz aberto nesta data?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu tenho que verificar, Senador. De cabeça eu não sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. tem que verificar porque, na realidade, metade do Delphina Aziz, hospital público, estava fechada. E o Estado contratando um hospital de campanha privado. Eu acho que dessas questões é preciso começar a ser faladas com a necessária ênfase, porque...

Quantos metros quadrados aumentou de área de UTI? V. Sa. é engenheiro.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O Delphina Aziz...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quantos metros quadrados V. Sa., como Secretário de Saúde, construiu em área de UTI?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós ampliamos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, quantos metros quadrados V. Exa., V. Sa. construiu?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Só se fizesse o cálculo, Senador, não tem... Isso é um número...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sabe por quê? Sabe o que aconteceu, Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pegaram salas que eram de cirurgia e colocaram leitos de UTI dentro de centro cirúrgico. Pegaram áreas de depósito e transformaram em área de UTI. Não aumentaram em um metro quadrado a área de UTI.

Quando V. Sa. está falando, parece que o Amazonas não viveu o subsolo do inferno e que as pessoas não morreram por falta de assistência e de atendimento. É preciso começar a falar a verdade. V. Sa. jurou dizer a verdade aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer, se eu entendi: houve o desmonte do setor público e equipamentos foram transferidos para...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mais do que isso, Senador Renan: não houve a montagem do setor público. Três andares do Delphina Aziz estavam fechados, sem operar. E contrataram um hospital particular para hospital de campanha. Esse hospital de campanha foi fechado entre a primeira e a segunda ondas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que data abriram-se os leitos do Delphina Aziz? Porque aí a pergunta de V. Exa. faz todo sentido. Isso é que nós precisamos esclarecer, porque o que me parece aqui é que há um discurso, uma narrativa, e que essa narrativa não é o que nós vivenciamos na cidade de Manaus.

Apenas para complementar.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é fundamental que o depoente preste essas informações.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos aqui todos para isso. Não há, sinceramente, outro objetivo na sua presença e na sua fala senão o objetivo que coloquei aqui inicialmente, de nós iluminarmos esses compartimentos todos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O senhor me permite um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só V. Sa. pode fazê-lo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator, antes do depoente, eu queria fazer uma breve intervenção que tem a ver com os recursos, porque houve uma afirmação de que teriam faltado recursos. Eu estou com o seguinte dado aqui: em dezembro de 2019, havia um saldo de R$306 milhões na conta do Governo do Estado do Amazonas. Em agosto de 2020...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele falou em 400, viu, Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu vou chegar lá. Eu vou chegar lá.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, 2020.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou em 2019. Em agosto de 2020, havia um saldo de 459 milhões. Em dezembro, conforme o Secretário acabou de citar, havia um saldo de 478 milhões. E em março, Sr. Relator – e aí eu chamo a atenção –, em março de 2021, o saldo era de 553 milhões. Eu acho que fica claro que nunca faltou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

dinheiro ao Estado do Amazonas para tomar as providências necessárias para o enfrentamento da pandemia, seja...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E o saldo só cresceu.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O saldo só cresceu, não faltou dinheiro. O saldo não é decrescente. Havia recursos disponibilizados na conta do Governo do Estado, e eu gostaria que o Secretário pudesse explicar, porque não houve falta de recursos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Houve certamente falta de providências.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tem uma sequência de inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tem uma sequência de inscrições, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vou pedir aos colegas a atenção...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vou pedir aos colegas a atenção: há vários Srs. Senadores e Sras. Senadoras inscritos, então, para nós organizarmos a dinâmica...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Relator, não fique aceitando essas interrupções. Termine seu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... dos trabalhos da CPI, eu queria pedir ao Sr. Relator para proceder à dinâmica das perguntas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... termos as respostas do Sr. Marcellus Campêlo, e em seguida, pela ordem de inscrição, nós daremos sequência.

Senador Otto, é uma questão de ordem?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou atender ao que V. Exa. disse. Vou esperar minha hora, então, para não atrapalhar o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, da minha parte, não atrapalha em nada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu só queria dar uma contribuição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... ao que o Senador Eduardo Braga falou. O que ele deve ter perguntado, o Senador Eduardo Braga, é que a estrutura do Estado do Amazonas, no que tange à capacidade instalada de hospital, teve leitos que poderiam ser utilizados e não foram instalados, ou seja, existia uma capacidade instalada que dava suprimento ao atendimento, e isso não foi feito. É mais ou menos isso que o Senador Eduardo Braga perguntou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu queria, Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Agora, ele me falou uma coisa que realmente eu tinha lido e é um índice que eu considero bem significativo para ser analisado: do orçamento do Estado do Amazonas de 2020 – e repetiu em 2021 com um pouquinho de aumento da parte do Governo –, 2,6 bilhões foram destinados à saúde pública no Estado e 2,2 bilhões foram de recursos próprios do Estado. Então, a contribuição do Governo Federal no Estado do Amazonas é pequena, é muito pequena. A maior parte vem da receita própria do Estado: 2,2 bilhões. Contribuição do Governo Federal: quatrocentos e poucos milhões de reais. Mais ou menos 82% vêm da fonte 00, da receita própria, e o resto é contribuição federal, não é assim?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Isso, é isso, 82%. No ano passado, 2020, fechou com 82% de recursos estaduais e 18% de recursos federais.

Eu queria só complementar, se me permitisse, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Eu vou assim... Eu vou passar para o Relator...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... prosseguir nas indagações.

Se o senhor quiser, a partir das perguntas do Relator, retomar o fio da meada, a partir das intervenções que os Srs. Senadores tiveram, a Presidência facultará ao senhor. Está bom?

Sr. Relator, prossiga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu agradeço, Presidente.

Eu queria, mais uma vez, enfatizar aqui que qualquer pergunta pertinente ao que está sendo colocado pelo Relator eu acho que tem muito sentido, sim. Isso tudo é somando esforços em favor do que possa haver de melhor no depoimento do Sr. Marcellus.

O Governo Estadual procurou se articular com o Ministério de Saúde e com as prefeituras, principalmente a de Manaus, para enfrentar esse problema?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, quando eu cheguei à secretaria, eu procurei imediatamente conversar com os órgãos de controle, especialmente o Ministério Público Estadual, pra entender quais eram os problemas da rede como um todo. E foi me relatada a grande dificuldade de organização da rede nos serviços de competência do Estado do Amazonas, que são serviços de média e alta complexidade, com a atenção primária no Município de Manaus. Existia, inclusive, uma ação civil pública, uma decisão judicial de 2018 que obriga o Estado do Amazonas e a Prefeitura de Manaus a trabalharem a reorganização da rede.

Quando eu soube dessa decisão judicial, que dava dois anos e, inclusive, venceu em março de 2020, eu fiz ofícios à Prefeitura de Manaus para que nós iniciássemos esse processo de organização da rede, mas tive dificuldade de obter resposta da prefeitura para esse trabalho. A organização da rede da atenção primária na cidade de Manaus era de fundamental importância para esse primeiro atendimento à população nos primeiros sintomas principalmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não houve parceria com a prefeitura da capital? É isso o que o senhor está dizendo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, apesar dos nossos esforços de buscar essa parceria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando o Ministério da Saúde foi chamado a auxiliar na solução dos problemas eventualmente detectados?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ao longo da execução do plano, a partir de setembro, na solicitação e entrega de respiradores e outros equipamentos, mais ostensivamente quando eu mandei o ofício solicitando a presença da Força Nacional de Saúde e a presença mais ostensiva do Ministério da Saúde para apoiar naquele momento em que estavam num crescimento exponencial de casos e internações na rede.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve tempestividade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Trinta e um de dezembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve tempestividade em atender essa solicitação, por favor?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós fizemos um plano, uma reunião *on-line* com o ministério nessa data, era uma data de final de ano. A Prefeitura de Manaus estava em transição, a secretaria estava sendo feita. E nós... Na segunda-feira, veio a Dra. Mayra Pinheiro pra entender as situações da cidade de Manaus, da rede e assim buscar subsídios para o Ministério da Saúde.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Relator, eu queria contribuir.

O Secretário disse que recebeu respiradores do Governo Federal. Houve tentativas do Governo do Estado de comprar diretamente respiradores? Ela foi exitosa ou não foi? Quantos respiradores do Governo Federal o Governo do Estado do Amazonas recebeu?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Não, eu tenho o registro... Não era da minha época, eu não era Secretário, mas tenho o registro da entrega de respiradores pelo Ministério da Saúde, na primeira alça epidêmica, pelo então Ministro Mandetta.

Inclusive, respiradores que vieram, em alguma parte deles, com problemas e foram devolvidos – e alguns, inclusive, respiradores inadequados, segundo os relatórios, inclusive, do Denasus, que eram para uso veterinário. Então, foi feita a devolução.

A partir daí, o Ministério da Saúde tem a requisição da indústria nacional...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Os respiradores que foram enviados para o Amazonas no período do Ministro Mandetta foram respiradores veterinários? O senhor está trazendo essa informação...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não. Uma quantidade, se eu não me engano, de dez expiradores. Foram devolvidos por esse problema.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas quantos foram enviados?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Acho que 80 respiradores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Oitenta respiradores.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Dez tiveram problemas.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Dez eram para fora... Veterinária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quais representantes do Ministério da Saúde V. Sa. tratou pouco antes da crise do oxigênio em dezembro e início de janeiro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sobre o oxigênio, especificamente, eu fiz uma ligação ao Ministro Pazuello, no dia 7 de janeiro, por telefone, explicando a necessidade de apoio logístico para trazer oxigênio de Belém para Manaus, a pedido da White Martins. A partir daí, nós fizemos contato com o Comando Militar da Amazônia, por orientação do Ministro, para fazer esse trabalho logístico. Mandamos oficio ao Comando Militar da Amazônia.

A partir do dia 9 de janeiro, enviamos um ofício... Enviamos diariamente ofício ao Ministério da Saúde, pedindo apoio em relação a essa questão da logística de oxigênio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Qual foi a posição do Governo Federal, com o Ministro da Saúde, em relação a você mandando esses ofícios? Eles não respondiam esses ofícios?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – No dia 9 de janeiro, quando nós percebemos que haveria um atraso na chegada da primeira balsa prometida pela White Martins, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enviamos o ofício. E existia uma agenda do Ministro Pazuello, em Manaus, a partir do dia 10 de janeiro. Então, no dia 10 foi relatada a situação dessa preocupação do apoio logístico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Secretário. Eu fiz uma pergunta muito objetiva. V. Exa. disse que mandou correspondência para o Ministério da Saúde.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – No dia 7, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, no dia 7 ele ligou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – No dia 7 foi o telefonema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pelo telefone.

Até porque tem aqui no *site* Amazonas Atual, que é um *site* lá do meu Estado: "Secretário do Amazonas rebate Pazuello e diz que pediu ajuda ao ex-Ministro para trazer oxigênio". Pazuello disse que não pediram ajuda. Por isso é que eu quero saber. E isto é um dos pontos dessa investigação da CPI: foi a falta de oxigênio. Qual foi o comportamento do Governo Federal no Estado do Amazonas em relação à prática deles? Você mandou correspondência. Porque a Pfizer mandou 83 correspondências, e eles não responderam nenhuma. Eu quero saber se eles responderam alguma correspondência do Estado do Amazonas em relação à falta de oxigênio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não tenho conhecimento se houve resposta. Acredito que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem conhecimento ou não houve resposta?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não houve resposta, que eu saiba, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma prática, uma prática comum do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E com quais autoridades do ministério V. Sa. tratou? Os nomes, por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A partir do dia 10, tratei diretamente com o Ministro Pazuello...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a partir do dia 10, não. Você disse dia 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Dia 7, com o Ministro Pazuello. E depois mandamos ofício para o Comando Militar da Amazônia. Ponto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por outro meio de comunicação? Telefone?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Por outro meio de comunicação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não falou com ninguém?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não. Por outro meio de comunicação, não, porque a programação da White Martins estava para o dia 9, sábado. Como não houve a confirmação, nós enviamos ofícios ao Ministério da Saúde, via Comitê de Crise, enviamos ofício no dia 9, no dia 11, no dia 12 e no dia 13...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ao Ministro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... ao Ministério da Saúde, pedindo apoio logístico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ao Ministro? Ao ministério?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ao Ministro. Ao Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ao Ministro.

Quais foram as atividades desenvolvidas pelo Ministro junto à Secretaria de Estado? O que é que ele encaminhou em função da... Ele não respondeu, mas encaminhou alguma coisa?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Bom, no contato telefônico, ele pediu pra entrar em contato com o CMA dizendo que já havia uma pré-aprovação de um comando conjunto das Forças Armadas em relação a esse atendimento logístico. Isso foi feito. Nós mandamos o ofício no mesmo dia para o Comando Militar da Amazônia.

Em relação a esse contato do dia 10, pessoal, porque o Ministro estava em Manaus, foi relatada a preocupação com a White Martins e aí o Ministro marcou uma reunião no dia seguinte com a White Martins para tratar desse assunto pessoalmente. Foi no dia 11, às 8h da manhã. O Ministro conversou com os representantes da White Martins, que explicaram a situação do problema, pediram o apoio logístico e, a partir daí, o Ministro designou o Coronel Moura para fazer as tratativas com a White Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite...

Dr. Sr. Marcelo, só para detalhar as datas. O Ministério da Saúde, o Ministro Eduardo Pazuello teve conhecimento do iminente colapso de oxigênio em que dia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sobre apoio logístico, no dia 7, no dia 10.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, desculpe...

(*Interrupção do som.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... colapso de oxigênio. Vamos aqui ser precisos, porque o Secretário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, exatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o Secretário afirma que havia o compromisso da White Martins de entregar uma carga de 52 mil metros cúbicos na segunda-feira.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, no sábado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – No sábado. Portanto, não havia colapso caracterizado, porque a White Martins ia entregar a carga.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Existia uma programação da White Martins para isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos deixar o...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu só estou querendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... o depoente responder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Precisamente quando o Ministério da Saúde...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É não colocar palavra na boca do depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não. Eu estou perguntando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas ele pronuncia as palavras dele da própria boca. Ele está pronunciando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, vamos lá: quando que o Ministério da Saúde tem conhecimento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Teve conhecimento sobre o pedido de logística no dia 7, no dia 10, no dia 11 com a própria White Martins pessoalmente, em reunião com o Ministro. E, a partir daí, os representantes do Ministério da Saúde, especificamente o Coronel Moura começou a tratar diretamente com a empresa essa logística.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Dra. Mayra esteve lá entre os dias 3 e 5?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso, ela chegou dia 3, mas acho que não teve a agenda oficial; foi a partir do dia 4.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vocês comunicaram algo a respeito do problema de oxigênio pra ela?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, Senador, porque, nessa data, ainda não havia sinais desse tipo de necessidade. A empresa não sinalizava e o consumo de oxigênio estava na média...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Em que data? Em que data você estava dizendo? Dia 3?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Quatro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Dia 5?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quatro, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda sobre essa questão de datas, tal: cronologicamente, que medidas de auxílio foram tomadas efetivamente pelo Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Em relação ao oxigênio, Senador?

Bom, a partir dessa data, foi entregue pela White Martins uma programação de necessidades e estabeleceram uma ponte aérea de entrega de oxigênio líquido de Guarulhos para Manaus, que seria feita diariamente com as cargas. Esses documentos são acessíveis. Uma programação da White Martins...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é: essas medidas da White Martins foram definidas por decisão do Governo? Do Governo Federal? Do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso, em reuniões entre representantes do Governo Federal e White Martins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O Ministério da Saúde fomentou, sugeriu nas visitas *in loco* ou em outras tratativas o uso do chamado tratamento precoce como solução para o combate da crise no Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A visita da Dra. Mayra, no dia 4, tinha um enfoque muito forte e firme sobre o tratamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor falou isso na.... O senhor falou isso na introdução.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... falando sobre tratamento precoce. Foi uma reunião gravada, uma reunião aberta, inclusive, à imprensa, onde ela falava isso e falava de um sistema chamado TrateCov a que, depois, nós teríamos acesso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Relator, eu estou com uma dúvida aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, pode dirimi-la.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque ele disse que, no dia 7, não tinha, estava normal o consumo de oxigênio, e, no dia 14, o consumo era nove vezes maior. O que aconteceu para o consumo explodir nove vezes e as pessoas morrerem sufocadas? Porque eu não estou conseguindo entender – entendeu, Presidente? Não consigo entender o que é que aconteceu. Se estava tudo normal até o dia 9, o consumo era o mesmo, como é que, três dias depois, ele fica nove vezes maior?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Posso explicar aqui uma coisa, Senador, até porque eu estava lá em Manaus e acompanhei isso não de perto, não dentro, mas olhando. No dia 26 de dezembro, um dia após o Natal, o Governador fez um decreto de *lockdown* na cidade de Manaus – dia 26 de dezembro. Houve uma movimentação nacional, pessoas, inclusive lá de Manaus, muita gente de Manaus: "Não, o pessoal tem que trabalhar, tem que ganhar dinheiro", não sei o quê, pá, pá, pá, pá, uma série de coisas. Pessoas ligadas ao Presidente, infelizmente, o filho dele e Deputados Federais atacando o *lockdown* na cidade de Manaus. O Governador, equivocadamente, errando, recua no *lockdown*, pressionado pelas redes sociais. Pressionado por manifestações, e tal, recuou. No recuo, aí, há uma grande contaminação. Por quê? Porque você vinha de festa de Natal, teve *Réveillon*, uma série de coisa. Então, essa questão foi muito... Houve um crescimento. Mas ele está dizendo que em setembro já havia – veja bem, em setembro já havia – uma superprocura da classe A e B em hospitais particulares, quer dizer, foi a mesma primeira onda. Quando chega em Manaus, não chega...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, me perdoe. Na realidade, o que o secretário não está relatando – Senador Rogério Carvalho, preste bem atenção – é: o contrato com a White Martins era de 250 mil metros cúbicos de oxigênio. Em julho, o fornecimento já estava em 413 mil metros cúbicos, já tinha praticamente dobrado – em julho! –, e a secretaria tem conhecimento disso. Em agosto, mais de 400 mil; em setembro, mais de 400 mil, 424 mil; e, aí, em outubro, 424 mil, mas, quando chega em novembro, já vai para 505 mil, vai para 582 mil. Esse crescimento não foi como está dito aqui: "Ah, cresceu do dia 7 para o dia 9". Não! Houve tempo, houve notificação. Agora, isso não isenta a questão que V. Exa. acabou de falar com relação ao *lockdown*, ao negacionismo – isso não isenta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só isso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que é fato é que havia um aumento gradual, firme e constante, em função do número de infectados. A secretaria, o Governo do Estado teve tempo suficiente pra poder agir e, enquanto isso, Senador Omar, em 24 horas em que ele ficava trocando ofício, Senador Humberto, 200 pessoas estavam morrendo em Manaus por falta de oxigênio por dia – por dia, por dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o fato que nós não podemos deixar de questionar: por que não houve providências? Desde julho estava claro o aumento exponencial do consumo de oxigênio na cidade de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E foi isto que eu expliquei ao Senador Rogério Carvalho: que vem na crescente. Ele fala em setembro, que detecta em setembro, quer dizer, setembro já começa o crescimento da segunda onda...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas em julho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que vai explodir em janeiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... em julho, esse crescimento já estava... E mais: já há documentos que esta CPI tem da White Martins, da secretaria dizendo que em julho ela já estava preocupada com a explosão de consumo. Portanto, nós estamos falando de julho de 2020, e as pessoas morreram por falta de oxigênio a partir do dia 8, dia 9 de janeiro de 2021, seis meses pra providenciar o oxigênio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, sobre essa questão dos documentos do Marcellus, que eu acho que é no contexto do que foi perguntado, foi dito agora pelo Senador Eduardo Braga e na pergunta do Senador Rogério: o senhor recebeu esse documento da White Martins dia 7 de janeiro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sim, senhor. Fui eu que pedi pra eles elaborarem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Aqui no documento está dizendo assim: "Assim sendo, considerando a essencialidade do produto em destaque, servimos da presente para recomendar que a secretaria retifique e faça a aquisição de volumes adicionais ao contrato diretamente de um outro fornecedor que seja capaz de aumentar a disponibilidade do produto nas áreas críticas".

O que eu quero lhe perguntar objetivamente: o senhor comunicou isso ao Ministério da Saúde? Quando e a que horas o senhor comunicou ao Ministério da Saúde e a quem o senhor comunicou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Esse ofício foi enviado em anexo eu acho que meia-noite e alguma coisa do dia 8.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Como a reunião com a White Martins foi na noite, a ligação para o Ministro Pazuello foi, se eu não me engano, às 20h15 do dia 7, 21h em Brasília...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. A pergunta objetiva: o senhor comunicou ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós encaminhamos esse ofício.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que horas? Que dia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Meia-noite do dia 8, entre 7 e 8.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entre o dia 7 e o dia 8, à meia-noite, o senhor comunicou ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, Eduardo Pazuello, do eminente colapso de oxigênio em Manaus. Certo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós encaminhamos essa carta pedindo o apoio, isso que nós fizemos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Obrigado.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Aqui, desculpa, Senador, eu me equivoquei no horário: 23h45...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Do dia 7.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do dia 7.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Do dia 7.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegaremos lá.

A reunião com a Dra. Mayra, a primeira reunião foi que dia, quando ela falou do tratamento precoce na reunião e anunciou o TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quatro de janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quatro de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. participou da apresentação do aplicativo do TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Essa apresentação se deu no dia 11.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, mas o senhor participou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, estava no evento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** De quantas reuniões o senhor participou com a Secretária Mayra?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sobre esse, somente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, quantas reuniões nesse período?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ah...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Esta o senhor já referiu; depois, teve a segunda...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu acho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... de apresentação do TrateCov...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – E a terceira... Eu acho que, nesse mesmo período que ela passou em Manaus, nesses dois dias, houve uma segunda reunião com a secretária, eu acho que na sede do Governo, para falar... Eu acho que foi uma *live* que foi feita em relação à vinda dela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Você já mudou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, não.

O processo de improbidade administrativa movido contra o Ministro Pazuello, que nós estamos requisitando para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e outros integrantes também do Ministério da Saúde pelo Ministério Público Federal, informa que V. Sa. conversou com Pazuello – e repetiu agora há pouco aqui – por telefone no dia 7 de janeiro. Contudo, em seu depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o ex-Ministro Pazuello negou que tenha tratado do colapso do oxigênio nesse contato telefônico e que teria sido informado sobre o problema apenas no dia 10, pessoalmente, em uma reunião com V. Sa. e o Governador Wilson Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante dessa óbvia contradição, eu queria fazer algumas perguntas. Em que dia V. Exa. informou mesmo ao ex-Ministro Pazuello sobre o desabastecimento do oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – No dia 7, foi a ligação para pedir apoio logístico para Belém, de Belém para Manaus; no dia 10, informei a preocupação com as entregas da White Martins; e, no dia 11... A partir daí, o Ministério da Saúde começou a tratar diretamente com a White Martins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quanto à negativa do ministro de que isso teria acontecido no dia 7 e que só foi informado no encontro de V. Sa. e do Governador no dia 10, pessoalmente? O que o senhor acha desse fato?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Foi feito sobre um... Foi feita uma ligação, Presidente, ao ministro, pedindo apoio logístico para o oxigênio, explicando a situação, o pedido que a White Martins me fez, e aí eu passei para o ministério em função de que somente aeronaves militares poderiam fazer esse tipo de transporte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o ministro mentiu ao não referir esse fato, ao negar que ele tenha acontecido?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator, só para ajudar, se me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O senhor permite...

Houve o contato telefônico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não é isso o que eu estou perguntando, Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, eu só vou lhe dar uma informação. Houve o contato telefônico no dia 7, avisando ao Ministro Pazuello, e eu gostaria que constasse que, no dia 8, chegou um avião da Força Aérea Brasileira...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é essa a pergunta, Fernando. Ela está...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... com 150 cilindros. No dia 10...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, eu estou fazendo uma pergunta concreta. Houve uma contradição.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu só estou dizendo que essa contradição não é importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é importante, porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante, sim!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o avião chegou no dia seguinte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é sobre avião. Eu estou falando...

Eu estou perguntando diretamente o seguinte: o ministro mentiu ao dizer que não foi informado no dia 7? É isso o que eu estou querendo saber, nessa óbvia contradição do seu depoimento com o depoimento dele.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, o que eu falei foi a ligação... Eu fiz uma ligação para o ministro informando da necessidade de logística para trazer oxigênio de Belém, e ele pediu para entrar em contato com o CMA, porque já estava pré-autorizado, e isso foi feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não é verdade o que ele falou, não é isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A verdade é o fato que eu liguei pra ele naquela data do dia 7.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele está atestando que o ministro mentiu ao não referir essa data.

Quando o Ministério da Saúde providenciou os primeiros carregamentos de oxigênio para a cidade de Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – No dia 8, o CMA providenciou a entrega desses 300 cilindros de Belém para Manaus. Chegaram 300...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que dias e quantidades o oxigênio chegou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Trezentos cilindros de $10m^3$: 3 mil metros cúbicos de Belém para Manaus no dia 8.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – São 150 cilindros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por quantos dias perdurou...

Precisamente, por quantos dias perdurou esse desabastecimento de oxigênio medicinal?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, na nossa rede pública estadual, nós temos registro de intermitência de fornecimento de oxigênio nos dias 14 e 15. Evidentemente que toda a população com um nível de contaminação impressionante, que foi de três vezes e meio mais... Para os senhores terem uma ideia: em dezembro tivemos 2,2 mil internações; em janeiro, 7,6 mil internações. Então, em relação ao pior cenário da primeira onda, foram 375% comparando janeiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não.

Eu quero saber exatamente por quantos dias perdurou o desabastecimento.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Na nossa rede de saúde, foram dois dias – 14 e 15 – com intermitência no fornecimento. No mercado de Manaus, onde as pessoas estavam procurando oxigênio para levar pra casa, etc., houve...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, me perdoe. Eu preciso...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... uma procura de oxigênio para poder atender.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, de igual modo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Eduardo Braga, vou já passar a palavra a V. Exa., mas, Secretário, as imagens eram diárias – não era uma coisa –, eram nos hospitais, eram nas ambulâncias, eram no Samu chegando e faltando oxigênio, eram as pessoas dentro do hospital com um balão na mão ali tentando sobreviver as pessoas... Não foram só os dois dias.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, eu estou falando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi. O Senador Eduardo Braga tem toda a razão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço... Tem um vídeo aqui com datas, se V. Exa. me permitir. Porque eu não aguento mais: o Pazuello veio aqui e mentiu; o Elcio veio aqui e mentiu; agora vem o Secretário mentir também – enquanto isso os nossos irmãos amazonenses morrendo por falta de oxigênio. Eu peço a V. Exa. que autorize a mostrar o vídeo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, eu peço à Mesa que mostre o vídeo, porque lá tem datas, tem datas. Não foram dois dias, pelo depoimento das pessoas. Não é possível. Toda vez é isto: "Ah, porque o estoque...". Estoque? Veja o depoimento das pessoas. Veja o que as pessoas dizem.

Vinte e seis de janeiro, BBC News.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Vinte e um...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, como você viu e como o Sr. Relator e todos viram, no dia 26 de janeiro, no Hospital 28 de Agosto, o maior pronto-socorro da cidade de Manaus, faltava oxigênio e as pessoas morriam! Vamos começar a falar a verdade, pelo amor de Deus!

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Qual é a situação lá? Qual é a situação lá? O senhor e o Governador suspenderam as medidas restritivas no final de dezembro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Nessa época...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com essa situação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, nessa época as medidas estavam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Dia 26 de janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já tinha... Dia 6 de janeiro a White Martins comunicou ao Governo que já havia um aumento de 347% na utilização de oxigênio. Quando o Governador, no dia 26 de dezembro, decretou *lockdown,* houve uma mobilização vinda das mídias dizendo que querem que o povo vá à rua, querem que as pessoas se contaminem, defendem abertamente a imunização de rebanho, tratamento precoce – nisso nós vamos entrar já, já e V. Exa. vai ter de dizer quem estava lá com a Dra. Mayra, quem foram as pessoas que foram fazer palestra lá para usar os amazonenses como cobaia.

Porque V. Exa. está aqui, em primeiro lugar, não é para proteger A ou B, é para proteger o povo do Amazonas. Você chegou aqui, você tem uma história bonita, você foi uma pessoa que se formou, tem família. Marcellus, todos nós já passamos por dificuldades, não tem um aqui que não tenha passado, uns mais outros menos. Sofrimento todo ser humano tem, mas é o momento... Aquilo que você não pôde fazer na secretaria, por falta de condições ou porque não teve oportunidade... Mas você tem uma oportunidade ímpar: que a gente faça justiça a essas pessoas que morreram por falta de oxigênio no Amazonas e a gente chegue aos verdadeiros culpados.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, eu posso fazer um adendo só em relação... A minha fala foi: na rede de saúde, nos tanques de oxigênio, nós registramos a intermitência de fornecimento nos dias 14 e 15. Uma coisa é faltar na rede de saúde, no hospital, outra coisa é o paciente que está tratando em casa porque não tem vaga no hospital tentar comprar o cilindro no mercado e ele não existir no mercado da cidade. Então, fila de compra etc...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas a pergunta foi global, ela perguntou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas ninguém iria comprar se não estivesse colapsada a rede!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...desabastecimento de oxigênio medicinal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E, no dia 26 de janeiro, pessoas morrendo dentro do 28 de Agosto por falta de oxigênio!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Secretário...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós não temos registro no 28 de Agosto de ter acontecido isso, Senador. Não há registro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente! Presidente!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pelo amor de Deus, nós acabamos de ver!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A gente acabou de ver!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Mas não por falta de oxigênio.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu vou suspender a reunião por 5 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus, gente!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Uma pergunta para o Secretário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixa eu concluir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. não vai concluir nunca, porque, na hora em que o senhor está falando, eu às vezes interrompo, outros Senadores interrompem e V. Exa. não consegue...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas eu preciso concluir, eu preciso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos dar sequência, Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...eu preciso entregar o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir aos Srs. Senadores que a gente não interrompa. Quem quiser falar, na hora certa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos vão ter oportunidade de falar, apesar de não causar nenhum ônus a mais aqui.

O Ministério das Relações Exteriores atuou para a obtenção de carregamento de oxigênio junto a outros países? É uma pergunta precisa. Por favor, se puder respondê-la precisamente...

Que providências foram tomadas para normalizar a situação em Manaus? E quando a situação ficou definitivamente resolvida?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não pode se equivocar com relação a essas datas, porque o senhor está prestando depoimento sob compromisso de falar a verdade e apenas a verdade.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, senhor.

O que eu sei é que o Governo do Amazonas tentou diversas formas, diversos contatos para poder buscar uma forma de trazer a logística, melhorar a logística de trazer o oxigênio para o Amazonas, porque o problema, segundo a White Martins, não era de produção, e sim de logística para trazer isso. Fizemos contatos com a Unicef, para poder buscar transporte; fizemos contatos com... Existe documento para o Ministério das Relações Exteriores pedindo essa intermediação com o Governo americano. Enfim, fizemos o que podíamos, mas as tratativas com governos internacionais, governos de fora do Brasil, tinham que ser via Governo Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Segundo o ex-Ministro Pazuello, o Governador Wilson Lima compareceu a uma reunião interministerial para defender a desnecessidade de intervenção federal na saúde do Amazonas, requerida pelo Senador Eduardo Braga e prontamente negada pelo Presidente da República. Sobre isso eu queria fazer algumas perguntas.

V. Sa. assessorou o Governador para preparar sua argumentação junto à reunião interministerial?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, eu não tive conhecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim ou não?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não. Não tive conhecimento dessa reunião, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não teve conhecimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram os argumentos utilizados pelo Governador do Estado para convencer o Presidente da República da desnecessidade da medida?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Como eu não tenho conhecimento, eu não sei quais foram os argumentos. O que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é impossível que ele, em algum momento, não tenha conversado com o Secretário de Saúde sobre que argumentos utilizar em uma reunião interministerial. (*Pausa.*)

Eu não acredito. O senhor não...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... não deve estar corretamente informando o que perguntamos.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não, Senador. Nós... Como eu não tive conhecimento dessa reunião, eu não sei o que o Governador falou. Agora, o que nós sabemos é que nós estávamos trabalhando na rede para... A rede estava controlada, no sentido do atendimento à população. Nós estamos... Nós temos que ver as datas aí, porque... No final de dezembro para o início de janeiro é que houve uma explosão de contaminação, o que hoje, olhando para trás, nós verificamos que foi uma forte influência da variante P1, que não era nem conhecida naquele momento, não é? Então, assim... Por que é que estava acontecendo aquilo, aquela explosão de contaminação e internações, nós só soubemos depois, no dia 13, uma primeira pista apresentada pela Fiocruz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a pergunta não é essa. Que argumentos o Governador utilizou na reunião interministerial, em nome do Estado, em função do colapso que estava havendo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, eu não sei quais os argumentos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem ouviu falar nem leu em nenhum jornal o que aconteceu? Não é possível que V. Sa. seja tão desinformado a esse ponto enquanto Secretário. Eu sei que isso, de certa forma, acontece no Ministério da Saúde, com relação ao Presidente da República, que fala de "um tal Queiroga". O Governador não o chamava de "tal" também. Não é possível que V. Sa. não tenha acompanhado nada, absolutamente nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nesse assunto específico, eu realmente não sei, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A gestão estadual do SUS foi alvo de três fases da Operação Sangria da Polícia Federal, para apurar a intermediação ilegal, conhecida como triangulação, de uma loja de vinhos na compra de respiradores, desvios e fraude na aquisição desses produtos, além de irregularidades na construção do Hospital de campanha Nilton Lins em Manaus.

Sobre isso, essa é a última... Eu quero fazer algumas perguntas.

A compra dos respiradores, que teria ocorrido por intermédio de uma loja de vinhos, sofreu auditoria durante sua gestão ou posteriormente?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quando eu cheguei, no dia 8 de maio, como Secretário-Executivo, já haviam instaurado uma sindicância e a Controladoria-Geral do Estado estava apurando isso. Esse material foi enviado e, que eu... A Controladoria-Geral enviou aos órgãos de controle para as providências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A verba utilizada para a compra desses respiradores era de origem federal?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, que eu saiba era de origem estadual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E no hospital de campanha?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Também de origem estadual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eram de origem estadual as duas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso, as duas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É uma afirmação.

Qual é a responsabilidade de cada um dos Secretários de Saúde que comandaram a pasta durante o período em que há indícios de fraudes e de irregularidades?

Por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Só um minutinho.

O quê? Não entendi. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual...?

Perguntas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Pode repetir, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a responsabilidade de cada um dos Secretários que comandaram a pasta durante esse período em que há indício de irregularidades e de fraudes?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, quando eu cheguei lá, em relação aos respiradores, o ato já tinha sido...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram três Secretários: Rodrigo Tobias, Simone Papais e Marcellus Campêlo.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que deixou o cargo recentemente.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quando eu cheguei lá e me tornei Secretário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A responsabilidade dos Secretários nessas denúncias de irregularidades.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu entendo, Senador, que, sobre os respiradores, o pagamento foi feito no dia 9 de abril, se eu não me engano.

Eu assumi no dia 8 de maio, então, sobre esse processo, eu não tinha nenhuma responsabilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas...

Então, a responsabilidade, de quem era?

Eu estou perguntando...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O relatório da Controladoria-Geral do Estado manda para os órgãos de controle para a responsabilização dos gestores da época.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era o Secretário na época, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Na época do processo era o Secretário Rodrigo Tobias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

De que V. Sa., o Governador Wilson Lima e o Vice-Governador Carlos Almeida são acusados no âmbito da Operação Sangria realizada pela Polícia Federal?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Bom, na quarta fase da Operação Sangria, eu fui alvo de uma prisão temporária, onde há três situações que a acusação faz. A primeira, de contratação fraudulenta do Hospital Nilton Lins, em 2021, que afirmo que não houve contratação, porque foi por meio de uma requisição administrativa, em que, inclusive, nenhum pagamento foi efetuado nessa requisição, porque a requisição administrativa é um ato legal onde se faz a requisição em caso de calamidade e depois só que é pago o preço justo discutido entre as partes. E isso está sendo feito neste momento, agora, durante os dias em que não foi feito nenhum pagamento.

A outra acusação é de contratação de empresas para serviços no Hospital Nilton Lins, também de forma fraudulenta, na radiologia, na conservação e limpeza e em lavanderias. As três empresas citadas no processo não foram contratadas; elas ganharam um chamamento público, mas, porque elas estavam envolvidas em outros processos de denúncias, eu resolvi não contratá-las e fizemos a requisição dos serviços de radiologia e de limpeza e conservação da própria unidade da Nilton Lins e utilizamos contratos de lavanderia de outra unidade hospitalar, que no caso é o João Lúcio.

Nós... E também essas requisições não foram pagas. Até o momento se está nessa discussão do valor justo para fazer o pagamento. Não houve pagamento.

E a terceira alegação é que o Hospital Nilton Lins era inadequado para utilização como hospital de combate à Covid, né? Nós fizemos a requisição das instalações, fizemos as adequações necessárias, houve uma inspeção do Ministério Público estadual com a Anvisa Manaus, etc., que fizeram diversas recomendações. Um plano de ação pela controladoria interna da saúde foi elaborado e foi executado para cumprir as determinações. Então, foram essas três colocações que, a meu ver, não procedem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que acusam o Governador Wilson Lima? Por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Bom, o que eu li no processo é que acusam de associação, de conhecer ou de realizar esses procedimentos fraudulentos para contratação do Hospital Nilton Lins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Vice-Governador, Carlos Almeida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quanto ao Vice-Governador, eu não tenho conhecimento, assim, especificamente sobre essa... (*Pausa.*)

Segundo o advogado, nós não tínhamos acesso ao processo, está em sigilo, então, nós não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá. Qual foi o fundamento jurídico da sua prisão e, posteriormente, da sua soltura? Por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Pelo que eu li, foi fraude em licitações, formação de quadrilha, etc., em relação ao hospital de campanha Nilton Lins.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sua exoneração do cargo de Secretário Estadual da Saúde foi a pedido ou foi determinada pelo Governador Wilson Lima?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, eu pedi para deixar o cargo, depois do cumprimento do mandado de prisão, porque eu acredito que, por questões éticas, você tem que deixar um cargo para permitir que as investigações procedam e não seja acusado de estar tentando interferir nas investigações. Então, eu pedi para sair do cargo e deixar a rede sem sofrer nenhum tipo de constrangimento ou coisa, como secretário, lá na pasta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A iniciativa foi sua? Foi V. Sa. que pediu para ser exonerado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu pedi para ser exonerado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi na... Foi dispensada a licitação para a contratação do complexo hospitalar Nilton Lins. Que outros interessados acudiram ao chamamento público?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não, não houve... Bom, se o senhor está se referindo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi dispensada a licitação para a contratação.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não foi dispensa, Senador. Como eu falei, foi uma requisição administrativa. Vale ressaltar que o Hospital Nilton Lins foi contratado depois de esgotadas todas as possibilidades de espaços em que pudessem ser instalados leitos na capital, Manaus.

Nós fizemos dois chamamentos públicos, o primeiro com tabela SUS, a que somente o Hospital Beneficente Português aderiu, e foi contratado. O segundo, nós fizemos um outro chamamento com tabela SUS e mais um complemento para tornar atrativo às empresas privadas: também não acederam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proponentes. Em seguida, a própria Defensoria Pública do Estado do Amazonas fez ofícios questionando as unidades privadas sobre a disponibilidade de leitos. Todas negaram. E, assim, a Defensoria Pública entrou com uma ação na Justiça, determinando, pedindo que o juízo obrigasse o Estado do Amazonas a requisitar os leitos da Nilton Lins. Uma audiência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia leitos fechados, nessa oportunidade, da rede pública?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, todos os leitos estavam ocupados, o Hospital Delphina Aziz, completamente lotado, as taxas de ocupações estavam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voltando à pergunta anterior, que outros interessados acudiram à requisição?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, a requisição, não há uma... Nós fizemos a requisição diretamente ao Hospital Nilton Lins, que era a única opção de requisição existente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o fundamento da contratação desse hospital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A necessidade de leitos. Inclusive, o relatório da Força Nacional de Saúde prevê essa possibilidade de utilização desses leitos do Hospital Nilton Lins como alternativa de expansão de leitos na cidade.

E que irregularidades estão sendo apontadas em função dessa contratação?

Estão sendo apontadas essas que eu falei: de fraude na dispensa de licitação pra contratação do Nilton Lins – e não foi dispensa, foi uma requisição administrativa, e não foi pago –; fraude em dispensa de licitações para as empresas, como eu falei, de lavanderia, radiologia e conservação e limpeza – que não foram contratadas, não prestaram serviços e não foram pagas; foram feitas requisições também, que também não foram pagas ainda –; e também na inadequação do hospital – e restou provado que ele é adequado, tanto que atendeu, nessa segunda alça epidêmica, a mais de 600 pacientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhecia ou tinha algum relacionamento profissional com o empresário Nilton Costa Lins Júnior anteriormente à contratação do hospital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu conhecia de nome, porque ele é conhecido na cidade de Manaus, no Amazonas. Tive, na visita ao hospital, duas ou três conversas, conhecendo as instalações, mas não tinha relação pessoal com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse hospital possui instalações adequadas à prestação do serviço à população?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, o Hospital Nilton Lins foi, inclusive, por muitos anos, hospital alugado pela Unimed e funcionou por muitos anos ali naquele espaço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quais eram as outras opções para instalação de um hospital de campanha para Covid em Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O nosso plano...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O Nilton Lins era um hospital de combate.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, de campanha. Eu perguntei: quais eram as outras opções para instalação de um hospital de campanha para Covid em Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O nosso plano previa a instalação de leitos clínicos na área externa do Hospital Delphina Aziz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inicialmente, eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Antes de o senhor iniciar aí a lista de inscrição para as perguntas, eu queria apenas – sem querer, absolutamente, polemizar, até porque a gente já recombinou aqui, amanhã, a votação do Requerimento 102, pra chamar o Sr. Carlos Gabas, diretor do Consórcio Nordeste –, eu queria só entender: o senhor, no início desta sessão, quando eu fiz a cobrança da votação que tinha ficado acordada pra hoje, o senhor informou que tinha recebido um documento desse mesmo Sr. Carlos Gabas e que ainda não tinha dado tempo para lê-lo.

Eu pergunto: que tipo de informação foi essa? A que se refere? Qual o motivo? Foi um requerimento formal desta Comissão ou algo informal, ao arrepio do conhecimento de nós Senadores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Questiono isso, Sr. Presidente, pois minha equipe fez uma rápida análise entre os requerimentos aprovados e não aprovados, Senador Marcos Rogério, bem como os documentos enviados e, salvo melhor juízo, não conseguiu detectar nenhum registro nesse sentido.

V. Exa. sabe da importância da investigação dos bilhões de reais passados aos Estados e Municípios pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Inclusive, hoje...

É só para concluir. Por favor, Presidente, estou no final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Eduardo Girão. V. Exa. quer saber que documento do Carlos Gabas... Foi aquilo. Só um minutinho. Deixa eu lhe responder. Deixa eu lhe responder. Na última quinta-feira, na hora em que nós fomos votar os requerimentos, o único requerimento que ficou de fora foi o do Sr. Carlos Gabas. Eu disse: "Eu vou colocar para votar".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador, se não me engano, Humberto Costa disse: "É melhor a gente pedir informações ao Sr. Carlos Gabas, e votaremos na terça-feira". O senhor estava aqui. Foi isso que aconteceu, foi só isso, não há nada. Agora, eu não estou protelando, não. Eu coloco para votar... Se V. Exa. quiser que eu coloque para votar hoje, eu coloco sem problema nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, é porque, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tenho absoluta... Olha, não sei quem é Carlos Gabas, não o conheço, não devo absolutamente nada a ele. E, se ele tiver que vir aqui com a aprovação dos Srs. Senadores, para mim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Já está recombinado para amanhã. Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, V. Exa. levanta... A sua assessoria faz dez perguntas de onde vem, como foi, de onde... Até parece um negócio, sabe, que é feito na surdina. Não fiz nada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É porque... É porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nada, absolutamente nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, é porque é informal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa... Deixa eu dizer uma coisa, irei votar o Sr. Carlos Gabas hoje, está certo? E com a certeza do seguinte: não vou nem ler o papel.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só queria dizer que eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Já está resolvido, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu tenho vasta documentação aqui de que são verbas federais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, eu não estou discutindo isso, amigo. Não estou entrando no mérito.

O que foi pedido e eu atendi, com a sua anuência inclusive, Senador, não foi uma coisa que eu impus, não fui eu que disse "Estou retirando de pauta", absolutamente. Num acordo aqui com os Srs. Senadores – quem estava aqui se lembra –, nós votamos vários requerimentos; os de informações votamos todos; pedidos de quebra de sigilo foi um a um; e o Sr. Carlos Gabas... Aliás, já me pediram tanto pra convocar esse Carlos Gabas que eu estou doido para conhecê-lo aqui, para ele sentar aqui, mas eu tenho que trocar essa cadeira. É impressionante, quando as pessoas sentam aqui nessa cadeira, como elas mudam. O pessoal não lembra, não existe tratamento precoce, tratamento inicial, "O Presidente nunca mandou eu não comprar a vacina", depois tem um monte de documento. A pessoa senta aqui e muda completamente, todo mundo usa máscara...

Ontem eu vi o Ministro Queiroga... Aliás, quero aqui, Queiroga... Vi o Ministro Queiroga, sem máscara, ao lado do Presidente Bolsonaro e ao lado do Carlos Murillo, e o Presidente fazendo um apelo. E é um grande avanço do Presidente, é um grande avanço. Olha como a CPI está funcionando! E há aqueles que não está. O Presidente fazendo um apelo à Pfizer, ontem, para antecipar as doses. Antes da CPI, não queriam nem ouvir falar! Nem responder uma correspondência era feito. Agora não, o próprio Presidente... E aqui eu quero parabenizar o Presidente Bolsonaro por fazer esse apelo à Pfizer para antecipar. E tomara que chegue vacina para todos os braços dos brasileiros. E é esse papel, Presidente, que esta CPI está buscando. E a nossa justiça é vacinar os brasileiros.

Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiramente, cumprimentar V. Exa. pelo cumprimento do que foi ajustado com o Senador Girão, com relação a pautar o requerimento de convocação do Sr. Gabas. O questionamento que ele faz na sequência não é em razão da decisão de V. Exa., mas em razão do que aconteceu naquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sessão e que não pode se repetir. Nós não usamos deste expediente com nenhum outro depoente, de mandar documentos ou solicitar informações sobre condição "a" ou "b" desse ou daquele depoente. Então, não se pode abrir exceção, seja de quem interessa ao Governo, seja de quem é contra o Governo.

Em relação a V. Exa., no tocante ao acordo que foi feito de pautar, está sendo cumprido. Agora, este procedimento de pedir, extrapauta, documentos que, de repente, pode afastar a vinda de um depoente não é algo que deve acontecer, porque foge ao devido processo nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós iremos colocar para votar. Conforme acordado e para eu cumprir o que nós acordamos, nós vamos colocar o Carlos Gaba para ser votado hoje. Os outros requerimentos nós votamos amanhã, sem problema nenhum, até porque, quando se dá enfoque, parece que eu estou aqui para proteger A ou B. Não, amigo, eu não sei nem quem é Carlos Gabas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sei não... Eu nunca vi esse senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para confirmar: vai ser votado hoje, então?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, para eu cumprir o acordo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Parabéns! Carlos Gabas virou a cloroquina dos governistas. É a cloroquina nesta CPI. Só se fala nisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vamos votar hoje o Carlos Gabas. Se V. Exa. quiser, eu coloco para votar agora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, vamos continuar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só... Senador Eduardo, é porque da forma como as pessoas, alguns Senadores colocam parece que nós estamos querendo proteger alguém.

Senadora Eliziane, pela Bancada Feminina.

A Senadora Soraya também, hoje, está inscrita aqui e falará mais tarde.

Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores colegas, Secretário....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Secretário, eu quero fazer aqui uma pergunta e pedir aqui a atenção dos colegas. A Dra. Mayra esteve em Manaus nos dias 3 e 4 de janeiro. Nessa presença dela no Estado, o senhor não informou a ela da falta de oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Nessa data não havia sinais ainda disso. Não havia informação a respeito disso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor não informou.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não informei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No dia 8, ela, portanto, envia para o Estado 120 mil comprimidos de hidroxicloroquina. Foi o senhor que solicitou esses comprimidos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela... Nós estávamos com estoque zerado de hidroxicloroquina, que é utilizado para lúpus, artrite. Mas ela solicitou para dar seguimento à distribuição às Prefeituras do Estado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De lúpus e artrite. Ela não solicitou... Não fez atendimento para Covid?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não, ela não falou isso. Eu estou falando é que era para o tratamento de Covid, mas o que eu estou dizendo é que a hidroxicloroquina é um medicamento que nós utilizamos para outras causas. E nós estávamos com os nossos estoques zerados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, nesse momento a sua prioridade foi pedir cloroquina. É isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, hidroxicloroquina, pedido para a distribuição às Prefeituras. A prioridade não foi essa. Havia muitas prioridades nesse momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor não pediu oxigênio; o senhor pediu a hidroxicloroquina?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, pedimos oxigênio sempre. Eu acabei de falar que eu pedi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor pediu para ela dia 3 e dia 4? Nos dias que ela estava lá?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor informou pra ela a necessidade?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Só no dia 7, Senadora, que a gente soube da dificuldade logística da White Martins em trazer oxigênio. E aí nós começamos a tomar imediatamente as providências.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas, no dia 8, chegam 120 mil comprimidos. E, veja bem, o senhor faz uma... Coloca, por exemplo... A Secretaria de Estado da Saúde emitiu uma nota técnica no dia 30 de março, lá atrás, de 2020, fazendo a orientação acerca do uso da hidroxicloroquina, sendo que, no dia 19, ou seja, 11 dias antes, a Anvisa já havia feito a apresentação da demonstração clara da ineficiência desse comprimido para o enfrentamento da Covid-19. O senhor fez isso tendo conhecimento da informação da Anvisa?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, a nota técnica não foi elaborada por mim. Eu não era Secretário nessa época, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas o senhor teve o conhecimento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Da nota técnica?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sim, porque aqui, mais na frente, um ano depois, basicamente, o senhor continua, na verdade, com esse mesmo atendimento, dando prioridade em relação a esse comprimido.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, eu não dei... A rede estadual não faz atendimento precoce, não trabalhava o uso da..., orientava o uso da hidroxicloroquina ou cloroquina para atendimento Covid. Isso é um ato médico que cada um faz de acordo com a sua a sua opinião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Secretário, no dia... Eu queria saber aqui do senhor... Por exemplo, o jornal *Folha de S.Paulo* fez uma ampla matéria acerca dos estoques de oxigênio, por exemplo, em Guarulhos. E aí faz referência a alguns volumes: 23 tanques, que estavam lá disponíveis desde o dia 9, segundo essa matéria. E aí, apenas no dia 12... E aí é bom lembrar que, no dia 9 de janeiro, nós já tínhamos uma apresentação de 54 mortes no Estado do Amazonas, mas, apenas no dia 12, há o início do envio, realmente, desse produto, desse estoque para o Estado de Manaus, onde lá... Perdão, no dia 9, havia uma quantidade de 54 mortes e, no dia 12, também ainda, o mesmo número, inclusive igual aqui, de 54 mortes. Só que, no inquérito que foi... O ofício, que foi reproduzido pelo inquérito, assinado pelo Governador do Estado do Amazonas não faz referência, por exemplo, à parte desses produtos. Por exemplo, havia, no estoque de lá, 200 cilindros vindos, oriundos, por exemplo, procedentes de São Paulo; 150, de Belo Horizonte; mais 150, de Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os 200 e os 150 foram enviados; 150 aí estão meio sem informação, nem nos documentos do Ministério da Saúde, nem mesmo as informações que constam no inquérito acompanhado pelo Ministério Público Federal. O senhor tem informação acerca deste outro número de 150 cilindros? Por que eles não foram para o Estado? Ou eles chegaram ao Estado em outro tempo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Essa logística de Guarulhos para Manaus era feita de Ministério da Saúde diretamente com a White Martins. Como eu falei, eles passaram a trabalhar em conjunto a partir da reunião com o Ministro Pazuello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor não tinha conhecimento do volume de estoque que estava em Guarulhos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O volume... O que eu sei que havia uma ponte aérea trazendo oxigênio pra Manaus...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas o senhor não perguntava, não tinha informação do que tinha lá? Porque tudo que chegou acabou no prazo de 24 horas. No dia 14, por exemplo, nós não tínhamos mais nada, porque tudo foi consumido nesse pouco espaço de tempo. O senhor não teve interesse de perguntar se ainda havia mais estoque?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Além de ter interesse, de saber da informação, nós estávamos constantemente pedindo o apoio, porque esse tipo de produto, ele é transportado, oxigênio líquido é transportado somente em aviões não pressurizados, aviões militares. Então, sempre era o apoio pedido ao Ministério da Defesa e ao Governo Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas o senhor, não...

Deixe eu lhe fazer outra pergunta ainda sobre essa questão do transporte – o senhor faz referência muito bem –: quando o Ministério da Saúde rejeitou, por exemplo, o apoio dos Estados Unidos em relação à aeronave – que aí o senhor coloca muito bem; tem que ser uma aeronave própria –, o senhor teve o conhecimento disso, Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu soube, em relação ao pedido, que o Governo do Amazonas teria feito uma solicitação de apoio nessa tentativa diplomática, mas não tratei diretamente sobre esse assunto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas o senhor não era o Secretário de Saúde?

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Mas era uma relação, Senadora, de Governo, relações exteriores com outros Governos fora do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO –

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não tentou, pelo menos, ter informação, porque na resposta... Veja, Secretário, no dia em que o Governo brasileiro rejeita o apoio americano foi exatamente no dia 26 de janeiro. No dia 26 de janeiro, nós tivemos, no Estado do Amazonas, 192 mortes – em um dia! Só para o senhor ter uma ideia de lá, continuaram aumentando os casos, e, no dia 30 de janeiro, havia 225 casos. Nós temos uma não aceitação da ajuda americana pelo Governo brasileiro para atender ao seu Estado no dia 26, aliás, que foi solicitada no dia 18, quando o oxigênio da Venezuela veio, via terrestre, para o Brasil, para o atendimento do Amazonas. Depois, o Governo brasileiro rejeita o apoio de um transporte. E é bom a gente lembrar: havia uma disposição de artistas no Brasil inteiro na tentativa de encaminhar, por exemplo, cilindros para o Estado do Amazonas, mas não havia logística de transporte. E nós temos a disposição do Governo americano, o Governo brasileiro rejeita, e a Secretaria de Saúde do Estado não tem conhecimento disso. O senhor não foi informado, de fato, disso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós fizemos todo o possível para ter essa logística de transporte. Inclusive, eu, pessoalmente, fiz uma solicitação à representante do Unicef para poder buscar esse apoio de logística. No primeiro momento, houve uma informação positiva de que teria. Depois, o Governador reiterou o pedido, mas não houve resposta a respeito disso por parte do Ministério da Saúde. Então, existe esse pedido, nós fizemos o pedido de apoio logístico para transporte de oxigênio à representante do Unicef no Brasil, ela manda um *e-mail* dizendo que confirmou com a Opas esse apoio, mas que foi enviado ao Ministério da Saúde para que isso seja viabilizado via Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Secretário, outra pergunta, porque eu nem consegui entender muito bem a sua resposta agora há pouco. O senhor diz o seguinte: que não faltou oxigênio no Estado do Amazonas. Só teria faltado nos dias 14 e 15? É isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu falei que, na rede estadual, nas unidades de saúde da rede estadual, há registro dessa intermitência no fornecimento nesses dois dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Apenas nos dias 14 e no dia 15?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nos hospitais da rede estadual. É isso que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E por que nós tivemos 225 mortes no dia 30? Por que tivemos 195 mortes no dia 26? Por que nós tivemos, agora há pouco, a exposição de um vídeo – de vários vídeos – de pessoas naquele desespero estarrecedor? A gente assiste ao vídeo, Secretário, a gente chora, e a gente chora toda vez em que alguém assiste em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casa, porque é algo desalentador, é algo desesperador as pessoas correndo atrás do oxigênio pra atender as suas famílias numa fila. E o senhor diz na CPI que só faltou no dia 14 e no dia 15, Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, eu estou me referindo às unidades de saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Me desculpa, mas o senhor está tentando infantilizar esta Comissão.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, estou falando nas unidades de saúde da rede estadual. No mercado, as pessoas tentando comprar oxigênio... Realmente a fila por leitos existia, as pessoas estavam fora das unidades de saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas vem cá: se não tinha nos hospitais, por que as pessoas estavam comprando? Pra quê? Pra levar pra casa? Não estou conseguindo entender.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Muitas pessoas ficaram, muitas pessoas ficaram em tratamento domiciliar e tentavam adquirir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Aquele povo inteiro na frente dos hospitais, Secretário, pelo amor de Deus!

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Mas havia uma superlotação, Senadora. Nós estávamos diante de uma...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas as pessoas estavam na frente do hospital, Secretário, com cilindro nas costas pra entrar no hospital. Eu não sei se até não quebraram a porta pra entrar, no desespero desalentador. O senhor está dizendo que não estava faltando cilindro, não estava faltando oxigênio dentro dos hospitais, Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu falei que estavam...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Pelo amor de Deus, Secretário, não subestime...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... na superlotação do...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... o nosso raciocínio, Secretário. O senhor está subestimando a nossa capacidade até de humanidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senadora, eu lamento muito o que aconteceu no Estado do Amazonas. Eu me solidarizo com as mortes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Então, lamente falando a verdade, Secretário...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Mas eu estou falando a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... porque – eu vou lhe dizer – o senhor faz a gente trazer uma certa angústia revoltante. Sinceramente, é revoltante ouvir do senhor que não tinha, que só faltou oxigênio em dois dias no Estado do Amazonas.

Do dia 6 ao dia 30, Secretário, morreram 2.349 pessoas. Um pouco antes, com o anúncio da cepa, começaram a aumentar os casos. O senhor falou da virada do ano e, a partir do dia 6, foram mortes atrás de mortes. No meu Estado, quando nós tivemos 25 pessoas, 28 pessoas, era um desespero geral. Imaginem só 225 pessoas morrendo e o senhor vem aqui na CPI e simplesmente diz que não faltou oxigênio nesses demais dias.

Eu quero dizer para o senhor para finalizar aqui a minha fala – e nem dá mais pra perguntar, porque, diante da sua resposta, nem tem mais como perguntar –, você tem um Estado do Amazonas, que é aliado do Governo Federal, e aí, você fica pensando: meu Deus, de quem é a culpa? Porque você lá tem um Governador e você tem um Presidente da República, que são aliados. Se são aliados politicamente falando – todos nós aqui somos políticos –, o que acontece? Você junta forças pra você resolver o problema.

Às vezes, as pessoas são condenadas sabe por quê, Secretário? Às vezes, nós aqui, políticos... Porque, olha, puxou mais para o seu Estado. Há uma briga, às vezes, até neste sentido: fulano de tal não olhou para o restante do Brasil, porque buscou mais no Governo Federal apoio para o seu Estado. E a gente está vendo que, no caso do Estado do Amazonas, são dois Governos alinhados: Governo Federal e Governo Estadual. E aí você tem lá a apresentação do TrateCov assim, num passe de mágica, você tem lá 120 mil comprimidos de cloroquina assim, rapidamente; e você tem falta de oxigênio, você tem rejeição do transporte americano, você tem simplesmente a falta de comunicação do Governo Estadual com o Governo Federal. E aí fica muito claro o que a gente ouve aqui do Presidente desta Comissão de que o Estado do Amazonas foi utilizado como cobaia para imunidade do rebanho, sabe? Isso é criminoso, gente! Isso é criminoso, isso é terrível, isso é inaceitável, isso é desumano! É lamentável, Secretário, é lamentável ouvir o que a gente está ouvindo hoje nesta Comissão, infelizmente!

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Dr. Marcellus Campêlo, seja bem-vindo.

Eu vou fazer aqui uma linha do tempo, e o senhor vai me dizendo, mas bem objetivamente.

Em setembro, foi quando o Governo do Estado do Amazonas definiu um plano de contingência para o enfrentamento à Covid, porque o número de casos já era muito grande.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Estava aumentando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso foi, à época, comunicado ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

No dia 31 de dezembro, diante de um incremento ainda maior, o Governo do Amazonas pediu ao Ministério da Saúde, entre outras coisas, recursos para compra de respiradores...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Insumos de RH...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Enfim, pediu a requisição da Força Nacional de Saúde. Essa demanda foi atendida ao longo do mês de janeiro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, a Força Nacional chegou e ficou no Estado durante toda a crise.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E esses outros componentes que foram demandados de equipamentos, de condições para implementação de um hospital de campanha, essas coisas foram atendidas ou não?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, nós tivemos atendimento de respiradores, bomba de infusão, de monitores, e envio de medicamentos também... Foram enviados. RH, o que o ministério fez foi disponibilizar o banco de dados de cadastro dos recursos humanos no Brasil, e o Estado utilizou esse banco de dados para a contratação, mas paga pelo próprio Estado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é importante, Presidente, e depois o Relator precisa ver, porque, na verdade, a Dra. Mayra, quando esteve aqui, disse que o Ministério da Saúde enviou uma série de profissionais, de médicos, de uteístas, enfim, quando, na verdade, pela palavra do secretário, eles mandaram uma lista de pessoas que poderiam ser contratadas pelo Governo do Estado do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor... V. Exa., V. Sa. referenciou aqui, quando perguntado sobre essa questão da imunidade coletiva por transmissão em Manaus, não é? O senhor tem conhecimento de um estudo que foi feito pela Universidade Federal de Pelotas – que foi feito em Manaus também – e que tentava medir a quantidade de pessoas que haviam sido contaminadas pela Covid-19 e que tinham resposta por intermédio de anticorpos? Foi no seu período ou no período anterior?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu soube dessa pesquisa... Foi feita através dos pesquisadores vinculados ao Hemoam, que era com os pacientes que já haviam sido contaminados etc. e o estudo sorológico.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual foi o percentual de pessoas contaminadas em Manaus por essa pesquisa, por esse estudo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Se eu não me engano, eram setenta e poucos por cento, eles afirmavam.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, era bem menor do que isso, não chegava a 25%. Isso é importante porque...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Hã? Pois não.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Tem uma pesquisa que falava que era mais. Não sei se é a mesma pesquisa que está relatando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho que era de 18 a 25%. Isso é importante pra esse debate sobre a questão da imunidade de rebanho.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso, de fato, confundiu em alguns dias o entendimento de muitas pessoas, achando que estariam aí...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ou seja, pessoas que tinham, que foram identificados nelas anticorpos, não é?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Hã-hã.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sendo que, se eu não me engano, em Manaus, nós estávamos entre 18 e 25%, e a dita imunidade coletiva se atinge quando se tem por volta de 70%, ou seja, defender essa tese, veja, numa das cidades que mais foi castigada pela Covid-19, e tinha um percentual de pessoas com resposta compatível com ter tido a doença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

chegava a isso. Quer dizer, pra se chegar a 70%, era preciso que muita gente fosse contaminada e que muita gente morresse.

Eu pergunto: quem organizou essas resistências às medidas protetivas tomadas lá em Manaus? Quem eram os articuladores desse movimento quando o Governo tentou implementar um *lockdown* lá na cidade?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu não tenho o nome das pessoas, mas o que nós vimos eram comerciantes e pessoas que estavam querendo voltar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** E o Governador voltou atrás...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... o comércio pra poder ganhar dinheiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** ... sendo que a Justiça restabeleceu essas medidas no dia 6.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Exato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** É isso? O.k.

Isso é importante por quê? Primeiro, tem a responsabilidade do Governador. O papel de um Governador é atender aquilo que é necessário; não é se submeter ao que grupos organizados tentaram fazer – quer dizer, isso aí, digamos, não tem a preocupação fundamental com a saúde pública – e ter sido objeto dessas pressões.

Nessas pressões, participaram pessoas como a Deputada Bia Kicis. Ela diz aqui que a pressão do povo funcionou em Manaus e obrigou o Governador a voltar atrás no decreto de *lockdown*. "Parabéns, povo amazonense, [...]."

Osmar Terra: "Embora noticiário alarmista, Manaus tem queda importante de óbitos desde julho [o senhor disse que em setembro havia crescido violentamente] mostrando uma imunidade coletiva (de rebanho) em formação e se manteve assim até o último dia do ano. As escolas reabriram [...] em setembro e não houve alteração da curva de óbitos como mostra gráfico". É patético. É o que ele defende desde o primeiro dia da pandemia. E agora nós temos 500 mil pessoas que perderam a vida, e ele continua defendendo a mesma ideia e fazendo a cabeça do Presidente da República.

E agora o outro foi o Deputado Eduardo Bolsonaro: "Primeiro Búzios e agora Manaus. Todo poder emana do povo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se essas medidas tivessem sido implementadas ao final de dezembro, o senhor acha que teria conseguido poupar muitas vidas, que nós não teríamos vivido essa crise da falta de oxigênio que se manifestou no dia 7, exatamente por conta do colapso do sistema de saúde do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – As restrições, elas ajudam a achatar a curva de contaminação e, consequentemente, a necessidade de internação e de óbitos. Então, era esse o pedido da rede: para poder dar um tempo de conseguirmos organizar mais a rede para a alta demanda, explosiva, que estava se efetuando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** É uma coisa óbvia: em todos os lugares onde isso foi feito, a situação que o Amazonas enfrentou não aconteceu.

E, aí, veja o protagonismo e a importância do Presidente da República, Sr. Relator:

> Bolsonaro classifica de "absurda" proposta de Arthur sobre *lockdown* em Manaus. A gente vê agora absurdos. O prefeito de Manaus falou que tá esperando uma sugestão do governador pra decretar o *lockdown*. Ô, cara, essa política acabou, cara. Eu falei lá em março que tava errada essa política. Tá tudo dando, certo, o que eu falei. Não tenho bola de cristal não. [É preciso ter] um pouco de raciocínio, um pouco de estudo e coragem pra decidir. Ser presidente, governador, prefeito não é sentar na cadeira e esperar a banda passar, tem que tomar decisões em momentos difíceis.

Veja a pressão que ele estabeleceu sobre o Governo, sobre o Governador e sobre o Prefeito de Manaus! E ainda disse que está tudo bem! É diretamente responsável por essas mortes, Senador Eduardo Braga! É diretamente responsável por essas mortes por defender essas posições, como eu disse, estapafúrdias!

Eu pergunto a V. Sa. se, quando houve aquela oferta de oxigênio da Venezuela, que terminou chegando e atendendo a uma certa demanda do Município, se o Governo do Estado chegou a pedir que fosse deslocado um avião para buscar esse oxigênio na Venezuela.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O que nós pedimos, no dia 16 de janeiro, foi um apoio da Unicef, e a Unicef acedeu, mas precisava fazer via Ministério da Saúde. Esses pedidos foram feitos, foram registrados, os *e-mails* trocados, mas não aconteceu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Então essa carga teve que vir por caminhão?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, a carga veio via rodoviária.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Quantos dias isso dura?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor me permite?

Vocês comunicaram ao Ministério da Saúde?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ligue o microfone!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Vocês comunicaram ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sobre a Unicef?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, sobre...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que o Senador Humberto está perguntando é sobre a carga da Venezuela. O senhor acabou de dizer que comunicou à Unicef e comunicou ao Ministério da Saúde.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, à Unicef foi o pedido de ajuda. Ele perguntou o que nós estávamos fazendo.

Sobre a Venezuela especificamente, houve um contato do Estado de Bolívar, na Venezuela, que é um estado deles, oferecendo a carga, e nós aceitamos e fomos buscar a carga. Inclusive, eu, pessoalmente, fui buscar lá na barreira, lá na BR-174, e levar, agradecendo ao povo venezuelano etc.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quantos dias da cidade até chegar a Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, acredito que dois dias, em função do peso da carga e dos cuidados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é, se tivesse...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ...só para ajudar, só para contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse oxigênio chegou em Manaus no dia 20 de janeiro, e o governo venezuelano disponibilizou no dia 14. Portanto, foram seis dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Importante, Relator, aqui já havia sido dito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – E a respeito disto: o Senador Eduardo disse que foram seis dias. O governo não se atentou a pedir um apoio do Governo Federal para isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – É, nós pedimos apoio para... Aviões para fazer apoio logístico de oxigênio, não é? Eu não tenho aqui registrado o pedido que nós fizemos para a Unicef...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não; nesse caso específico, foram atendidos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – De apoio... Este aqui é o apoio que nós fizemos para a Unicef.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não; a gente está perguntando sobre isto aqui.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não; para a Venezuela... Não vejo um apoio específico para a Venezuela, até porque a White Martins tem uma planta, tinha uma planta na Venezuela e estava trazendo oxigênio de lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É porque o que o Senador Eduardo está dizendo é que teve um intervalo de seis dias para chegar o oxigênio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – O oxigênio venezuelano chegou em Manaus no dia 20 de janeiro.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sim, no...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Numa prova inequívoca de que faltava oxigênio em Manaus.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Bom...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, antes de chegar o oxigênio venezuelano, o Whindersson mandou para lá, outros cantores sertanejos, o Paulo Gustavo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Gusttavo Lima...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Paulo Gustavo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... Paulo Gustavo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Paulo Gustavo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Paulo Gustavo mandou antes...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o oxigênio. Esse oxigênio era recebido pelo Estado, Secretário.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui, veja bem, tem uma matéria feita pela UOL...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero meu tempo, viu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... e que é assinada aqui pela jornalista Rosiene Carvalho: Campêlo admitindo que a crise permanecia – no dia 27 de janeiro; que a crise permanecia.

Aquelas imagens, por exemplo, Secretário, de pessoas com a mão naquele respirador manual, dentro do hospital, tentando dar uma sobrevida para as pessoas, isso aconteceu nos hospitais de Manaus, não foi isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sim; nos hospitais em que houve essa intermitência no fornecimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Então, não foram só dois dias. Nós estávamos começando a falar do dia 11 e já estamos no dia 27! E V. Exa. mesmo, em uma declaração, disse que nós estávamos com problema ainda.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O abastecimento de oxigênio existiu... vários tipos. Esse fornecimento dos artistas, que nós agradecemos, temos gratidão por isso, são oxigênios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

gasosos, que vêm naqueles tanques que podem ser transportados no voo comercial comum, só que eles vêm com muito pouca quantidade para a rede. O oxigênio vindo da Venezuela foi oxigênio líquido, que não é qualquer avião que transporta; tem que ser avião militar para transportar. É diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas nesse caso o Ministro Ernesto Araújo não tomou nenhuma providência. Ele já foi ouvido aqui sobre isso.

Aí, agora, ontem, eu estava assistindo à televisão... A vibração do Embaixador dizendo: "*Habemus* cloroquina!".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... cloroquina! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a gente aqui tentando tirar alguma coisa, porque...

Quando o Senador Eduardo Braga pediu a intervenção, ela de fato aconteceu – de direito, não – porque o Ministro foi para lá, passou mais de uma semana lá.

E nessa semana você conversava com ele?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim. O Ministro passou... Ele chegou no dia 10 e, se eu não me engano, foi embora no dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não; passou mais tempo, meu amigo.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passou mais tempo. Ele passou no CCI um tempão, fez reunião com a White Martins...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A equipe dele... A equipe dele ficou mais tempo – toda a equipe dele –, Senador, mas eu acho que na quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Numa intervenção branca, e mesmo assim não conseguia dar um telefonema para buscar o oxigênio na Venezuela.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, me reponha meu tempo aí, só para eu terminar. Não falta muito aqui, não.

Eu queria perguntar... Porque o Ministro Pazuello chegou aqui e disse que o Hospital de Campanha de Manaus foi desmobilizado por um pedido do Governo do Amazonas, sendo que ele disse que o hospital era totalmente mantido pelo Governo Federal. V. Sa. confirma essa informação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu queria até retificar uma informação aqui, Senador Renan, sobre a questão do recurso.

O aluguel, em 2020, desse hospital foi pago com recurso federal – o aluguel –, mas os contratos foram todos com recursos estaduais.

Agora, o que o Ministério da Saúde fez no hospital... Nós fizemos a locação, fizemos os contratos de utilização daquele espaço, o ministério entrou com respiradores, alguma estrutura, mas quem tocava o hospital era o Governo do Amazonas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E quem pediu para desmobilizar o hospital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O hospital foi desmobilizado quando encerrou o contrato de locação em julho. Em julho, porque nós estávamos atendendo via Delphina Aziz, que tinha capacidade de receber os pacientes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O senhor ouviu falar de um estudo realizado no hospital que é chamado Samel, com o uso de uma droga chamada proxalutamida, que foi usada como mais uma dessas drogas milagrosas para o enfrentamento à Covid, num grupo de 600 pacientes de que... Aliás, o grupo que recebeu foi menor, e o Conep relata que essa experiência foi feita sem apoio, sem a autorização do Conep e que 200 pessoas teriam morrido.

O senhor ouviu falar desse estudo? Teve alguma parceria com a Secretaria de Estado da Saúde ou não?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu não... Eu soube desse estudo apresentado pelos proprietários da Samel, mas eles fizeram essa experiência em Municípios, se não me engano, Coari e outros Municípios da rede.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, não tinha nada que ver com a secretaria, não é?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor chegou a ouvir falar sobre o Sr. Ricardo Zimerman?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Que seria um dos coordenadores desse estudo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era importante que nós pudéssemos investigar mais a fundo essa situação.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu tive um contato com o dono da Samel, o médico, o dono da Samel, que falou sobre esse estudo, mas, assim, o Ricardo Zimerman pode ser da equipe com que ele estava trabalhando, mas, assim, diretamente, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tá.

Bom, esse estudo teve aprovação do Conep para realizá-lo, mas o desenvolvimento desse estudo foi eivado de uma série de irregularidades, inclusive com essa informação de que 200 pessoas teriam morrido. Eu acho que é importante depois nós investigarmos.

Eu quero concluir, Sr. Presidente, só fazendo um resumo do que a gente viu aqui.

Na minha opinião, Manaus foi uma espécie experimento para o Governo Federal, não é? Acreditavam que a cloroquina seria capaz, juntamente com esses outros medicamentos, de promover um tratamento precoce, diminuir o número de pessoas acometidas e de mortes e eu tenho convicção de que, por essa razão, os esforços para garantir o mínimo necessário para o enfrentamento à pandemia em Manaus não foi feito.

Isso se confirma também pelo empenho que o Presidente da República e vários de seus apoiadores tiveram para derrubar o decreto com as medidas protetivas que poderiam ter feito diferença nesse período lá de Manaus.

É de registrar também a mentira que foi dita aqui pelo General Pazuello. Aliás, ele disse que tinha recebido, no dia 7, a informação quando ele respondeu ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público naquele inquérito. E, aqui, disse que só teve conhecimento no dia 10. Então, é mais uma reafirmação de que ele faltou com a verdade aqui, nesse ponto que é tão importante, e, com isso, houve uma demora em promover esse socorro.

E, por último, que não é menos grave, nós tivemos aí um governo que, quando Manaus estava pedindo oxigênio, mandou cloroquina para ser utilizada pela população, fez um trabalho para convencer os médicos da atenção básica a fazerem a prescrição desse medicamento. Então, eu acho, Sr. Relator, que V. Exa. tem aí pano para as mangas, para que a gente dê uma resposta à população do Amazonas, à população de Manaus e à população brasileira, porque ali, com toda certeza, sofreram muito, muito, muito, muito mais as pessoas que vivenciaram aquela tragédia, mas o povo brasileiro ficou horrorizado com aquele episódio que ali aconteceu. E esta CPI precisa dar uma resposta tanto aos manauaras, ao povo do Amazonas, quanto à população brasileira, porque Manaus foi parte de um sofrimento coletivo, um sofrimento nacional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Eu agradeço.

Senador Omar, Sr. Marcellus Campêlo, primeiro eu quero dizer que o Amazonas registra 13.149 mortos, Senador Renan Calheiros; 317 óbitos acumulados por cem mil habitantes, contra uma média nacional de pouco mais 200 por cem mil habitantes, o que mostra que no Amazonas as coisas não foram bem. Tanto é que não foram bem que nós já estamos, eu acho, no quinto secretário de saúde. E, desses cinco secretários de saúde, lamentavelmente três deixaram a secretaria, Senador Omar, presos por operações decididas pelo Superior Tribunal de Justiça e por ações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal.

O Dr. Campêlo chega à secretaria, como secretário executivo, no dia 7 de maio, positivo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Oito de maio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nomeado no dia 7, tomou posse no dia 8.

O número de mortos no mês de maio, Relator: 1.622 mortos no Amazonas, no mês de maio. É um número estarrecedor. Maio, junho, julho, agosto, setembro; os números, altos. Repito: o Hospital Delphina Aziz tinha três andares fechados quando o Governo do Estado requisitou, contratou, como queira chamar, os hospitais de campanha. Isto está comprovado numa CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Isso foi comprovado numa CPI.

E o Estado não construiu, nos momentos em que nós estivemos na situação mais crítica... Porque nós tivemos – e o Senador Omar sabe disso – momentos de fila de UTI no Amazonas desesperadores, e com números alarmantes, que nenhuma outra cidade no Brasil registrou. E o plano de contingência que estabelecia até o dia 12 de dezembro ampliações de vários leitos em várias unidades não se realizou. Quem diz isso? Ministério Público do Estado.

Eu acabo de receber informações aqui que comprovam que o plano de contingência de que V. Sa. fala, a partir de setembro... Secretário, a pandemia não começou em setembro. A primeira onda, em pleno mês de maio, matava mais de 1,6 mil no Amazonas. O plano de contingência acontece em setembro. Fecha o hospital de campanha no mês de julho – por decisão do Governo do Estado. Não foi por decisão do Governo Federal. A omissão do Governo Federal é que, como comandante da Comissão Tripartite, tinha que ter agido para impedir essa sandice. Isso é que é fato, não é? Isso é que é fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro fato: o oxigênio da Venezuela chega no dia 20. O oxigênio trazido pelo Ministério da Saúde, mobilizado de outras áreas do Brasil, chega em Manaus na madrugada do dia 24 para o dia 25, o que mostra, mais uma vez, a crise de oxigênio no Estado do Amazonas. E, lamentavelmente, Pazuello veio aqui com essa mesma conversa: "Não, só foram dois dias, três dias". Não é verdade. É mentira. Elcio veio aqui com a mesma coisa. Não é verdade. É mentira. E agora Marcus Campêlo, que era Secretário Executivo e depois foi interinamente nomeado Secretário de Estado, depois efetivado como Secretário de Estado. Nós vivenciamos uma crise de oxigênio gravíssima. Senadora Eliziane colocou muito bem. E, no mês de janeiro, Senador Humberto, 2.822 mortos. Dois mil, oitocentos e vinte e dois mortos.

Agora, dito isso, aqui está a carta que a White Martins mandou no dia 16 de julho. "Ocorre"... Parágrafo terceiro da carta: "Ocorre que, avaliando [isso no dia 16 de julho] os volumes contratados por Vossas Senhorias, já pudemos constatar que os mesmos não suportarão o consumo que atualmente estão praticando". Em 16 de julho. Quando é o dia 9 de setembro, plano de contingência... Parágrafo primeiro da carta: "Vimos, pela presente, reiterar [...], conforme protocolo 6368 em 16/07/2020, que, apesar do contrato em referência estar em vigor, o respectivo empenho de dotações orçamentárias não foi emitido [...]".

Em setembro, Senador, a Secretaria de Saúde não tinha emitido o empenho de oxigênio, "sem saldo suficiente equivalente ao total do consumo, o que contraria a legislação vigente" – isso em setembro.

Na mesma carta, parágrafo terceiro: "[...] o atendimento do excepcional aumento da demanda em instalações novas, manutenções, atendimentos emergenciais, etc. Estamos trabalhando [...] sob a máxima capacidade" – em setembro.

Diz no parágrafo quarto:

> [...] já pudemos constatar que os mesmos não suportarão [Portanto, não é janeiro, não é dezembro. Nós estamos aqui falando de setembro de 2020.] o consumo que atualmente estão praticando. Por outro lado, preocupa-nos que, neste momento excepcional, de tão alta demanda [em setembro], há possibilidade de termos que tomar a difícil decisão [isso a White Martins escrevendo] de atender somente os clientes em seus limites [em seus limites contratuais], prazos e condições comerciais contratadas, até porque, muito embora a indiscutível situação de calamidade, que indica uma maior flexibilização nas contratações, em todos os casos persiste a máxima de que qualquer dispêndio público só é possível mediante a formalização de contrato prévio, observadas as hipóteses e justificativas legais.

Ou seja, em setembro, a White Martins já anunciava que não suportaria.

Minha pergunta: quantas unidades de fábrica de oxigênio, para resolver esse problema, o Estado comprou com o dinheiro que tinha em caixa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nesse momento, não estava sendo feita compra de usina de oxigênio. Nós...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Quantas usinas de oxigênio o Estado do Amazonas comprou com o dinheiro que tinha em caixa?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós lançamos o edital de compra. Os editais foram fracassados, mas nós temos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Quantos vocês compraram, pelo amor de Deus? Tudo você não sabe. Tudo você não diz. Quantas usinas vocês compraram com o dinheiro do Governo do Estado, sabendo desde julho, sabendo desde setembro que não tinha capacidade de abastecer o consumo e as unidades hospitalares? Quantos vocês compraram?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, esse pedido da White Martins... Nessa época, nós não compramos nenhuma, nenhuma usina de oxigênio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** E hoje vocês compraram quantas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Hoje nós compramos usinas, estamos instalando... Tem oito usinas que estão em processo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Diga, não minta! Você está sob juramento! Cuidado, não minta!

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós temos processo de compra...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Não, quantas vocês compraram?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Nenhuma.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós temos a compra de oito usinas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Está aqui a relação de compras de usina do Estado do Amazonas: nenhuma feita pelo Governo do Estado. Senador Omar, está aqui, nenhuma feita com dinheiro do Governo do Estado ou com o dinheiro que tinha em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caixa. Não dá pra você dizer que não sabia, não dá pra você dizer, como Secretário de Saúde, que você não podia comprar uma usina, uma usina de oxigênio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi comprada usina?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não compraram nenhuma com o dinheiro do Governo do Estado. Quem comprou foi a Prefeitura de Parintins, com emenda; quem comprou foi a Prefeitura de Careiro, de Itacoatiara. O Governo do Estado do Amazonas não comprou nenhuma, recebeu doações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A de Parintins, a emenda é minha pra comprar usina.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, dinheiro de emenda de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu consegui com o General Fernando, a época Ministro da Defesa, que nós transportássemos essas usinas para vários Municípios.

A doação do Sírio-Libanês: também houve doação de usinas que foram distribuídas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Doação do Sírio Libanês, Senador Omar... Eu vou... Se V. Exa. me permite, tem aqui a relação com todas as usinas, nenhuma do Governo do Estado. Por isso, eu perguntei para V. Exa., ou para V. Sa., ou para o engenheiro, ou para o ex-Secretário. Nenhuma. Está aqui o documento. Enquanto isso, as pessoas morriam no meu Estado por falta de oxigênio.

Vamos em frente.

Hospital Getúlio Vargas: V. Sa. disse que ele foi importante e é a maior unidade do Governo Federal – a única, aliás – no Estado do Amazonas. Por que vocês não repassaram o recurso que, com emenda minha, está no Fundo Estadual de Saúde? Até hoje, R$7 milhões, e não repassaram nenhum centavo dessa emenda para o Hospital Getúlio Vargas.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, esse recurso é oriundo da Portaria 1.666...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... que é de... Foi enviado para o Governo do Estado em torno de R$70 milhões para o enfrentamento da Covid. A proposta do Hospital Getúlio Vargas era realizar a obra, que o recurso não pode para isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, é custeio. V. Exa. está equivocado.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, a proposta é que eles fizeram e eles pediram para nós executarmos o recurso e adquirirmos o que eles precisavam e mandássemos. Nós enviamos medicamentos para o Hospital Getúlio Vargas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – De novo o senhor está faltando com a verdade. De novo o senhor está faltando com a verdade! Vocês tiveram que usar parte dos leitos do Hospital Getúlio Vargas. Compraram R$1,4 milhão de medicamentos – para atender a esses pacientes – que foram usados no leito. E agora querem debitar esses medicamentos na verba que era para o custeio do Hospital Getúlio Vargas, que é o hospital que tem suporte e apoio de todos os tipos de complexidade.

Quer ver outra resposta para que V. Sa. possa explicar a esta Comissão? Não foi o dinheiro para comprar nenhuma usina; não foi dinheiro para o Hospital Getúlio Vargas, tendo dinheiro; e não foi dinheiro para Tabatinga. No Município de Tabatinga morreram 123 pessoas. Por que que não foi também aplicado o recurso destinado à UPA de Tabatinga, colocada por recurso na Portaria 1.666?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Como eu falei, esses... Tanto Tabatinga, como o de Getúlio Vargas... Tabatinga queria fazer uma ampliação da unidade, cujo valor... O recurso não pode ser aplicado para isso. Há uma objeção...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – De novo, eu lamento, mas tem documentos dentro da Secretaria de Saúde, do Fundo Estadual, desde dezembro, com aplicação e custeio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Existe um parecer da Procuradoria-Geral de que não pode ser utilizado esse recurso para isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas, para custeio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, para o que... Para o que o Município de Tabatinga podia utilizar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas vocês não aplicaram de forma nenhuma! Enquanto isso, morreram 163.

Quando falta oxigênio: "É ofício." Quando as pessoas estão morrendo: "Não, é a Procuradoria-Geral que não autorizou." Para fechar um hospital, não é a procuradoria..

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Marcellus, lamentável incompetência, falta de planejamento, falta de amor ao povo do meu Estado! É lamentável isso! Lamentável! Como disse a Senadora Eliziane, tem hora que a gente fica absolutamente sem saber o que dizer, porque são tantas as questões e sempre a resposta que o Sr. Marcellus nos dá é: "Não, eu não sei; eu não tomei conhecimento", mas, pra dizer pra UOL que a crise de oxigênio foi até o dia 27, isso você não desmente, porque está publicado.

Eu gostaria de fazer mais uma pergunta ainda sobre a questão da Covid. Eu gostaria de perguntar se V. Sa. pode nos dizer por que havia atraso de pagamento para o fornecimento de oxigênio no Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, quando eu assumi o cargo na secretaria, essa questão de processamento de pagamentos era um problema crônico, mas... Inclusive, com a própria White Martins, havia dívidas de 2018, etc., e nós efetuamos, negociamos, fizemos parcelamento, pagamos e hoje nós temos uma regularidade em relação aos pagamentos da White Martins.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, é lamentável dizer que, em plena crise de abastecimento de oxigênio e com dinheiro em caixa, sem comprar usinas – sem comprar usinas –, sem construir hospitais de campanha em áreas de estacionamento, como no caso Delphina Aziz, que poderia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eduardo, eu posso só contribuir?

Marcellus, se houver uma crise, como teve em janeiro, hoje – um exemplo –, se começar amanhã isso aí – peço a Deus que isso não aconteça mais no Estado do Amazonas –, nós não estamos preparados, então, pra fornecer oxigênio pra os hospitais do Estado? Porque a informação que eu queria de você hoje é que Delphina Aziz, 28 de Agosto, Platão Araújo, Francisca Mendes, vou dizer, Adriano Jorge, instituto de Medicina Tropical, Secom, todos eles tivessem hoje com usinas de oxigênio para, caso nós tivéssemos um colapso, pudessem abastecer. Não foram compradas usinas pra esses hospitais?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Nós recebemos usinas do Ministério da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, meu amigo. Não, Marcellus...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não foram instaladas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Estado tem dinheiro pra comprar essas usinas, sim, filho.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós fizemos o processo de compra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, o Estado não é paupérrimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você falou uma coisa aqui que é verdadeira: o Estado do Amazonas gasta em torno de 25% do seu orçamento – de 20% a 25% do seu orçamento, é o Estado que mais gasta – em saúde, até porque a nossa média e alta complexidade é referência no Norte do Brasil todinho. Muitas pessoas podem fazer críticas e tal, mas tanto o Eduardo Braga como eu sabemos muito bem, porque muito... Nós temos o Instituto da Mulher, nós temos o Instituto da Criança, nós temos o Instituto do Câncer, nós temos CAICs, nós temos SPA, nós temos uma série de unidades de saúde... Eu mesmo, quando Governador, construí o Delphina Aziz. Construí, em quatro anos, dez hospitais no interior. O Eduardo construiu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quarenta e dois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então... Fizemos... E por isso que o nosso custeio aumentou, tá certo? E pior, no interior, como na média e alta complexidade, nós somos deficientes de especialistas, nós não recebemos o teto SUS como deveríamos receber, para manter com recursos do Estado a maioria dos hospitais e pagando diferenciado para os médicos que a gente consegue colocar no interno, fazendo minimutirão de saúde.

Agora, o Estado, depois de toda a crise, não ter comprado usinas para colocar nesses hospitais, isso é uma temeridade muito grande – é uma temeridade muito grande! –, porque não aumentou a planta da White Martins, Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A planta dela para produzir oxigênio não foi aumentada. Então, se amanhã faltar oxigênio...

Como foi o caso de Coari? O caso de Coari foi uma coisa, Srs. Senadores... O avião sai já perto da noite, não consegue pousar em Coari, vai para Tefé e, de Tefé, o transporte teria de ser feito via marítima. E morreu muita gente nesse dia em Coari por falta de oxigênio...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Morreu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E você sabe disso. Você sabe disso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E, Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, não dá, não dá para entender, sinceramente, Marcellus.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só para complementar, Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é aqui querendo fazer... Quem sou eu para estar aqui apontando o dedo ou fazendo alguma referência ou tirando proveito? Mas o Estado tem capacidade financeira para comprar essas usinas e a gente não permitir que isso aconteça novamente nos principais hospitais, pelo menos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só para eu complementar, ainda houve situações para o interior, Senador Renan, em que mesmo com os Municípios nessa situação de desespero, comprando cilindros, ainda houve apreensão de cilindros de oxigênio que eram destinados para o interior. E o senhor vem dizer para nós aqui que não tinha crise de oxigênio em Manaus? Pelo amor de Deus!

E mais: ainda deviam o principal fornecedor de oxigênio, com dinheiro em caixa.

Portanto, eu repito aqui, diante do Dr. Marcellus: o que houve mesmo foi muita incompetência, muita falta de planejamento e muita falta de compromisso com a população. Não ter comprado uma única usina com o dinheiro que estava depositado no fundo estadual de saúde? Não conseguir fazer...

E tem mais: ainda houve remoção, Senador Omar, de usina de saúde do Amazonas para outro Estado depois da crise, porque, como não era do Governo do Estado, como não era de propriedade do Governo do Estado, o Ministério da Saúde foi lá e disse: "Está precisando em outro lugar", retirou e levou. E o Estado não tem hoje capacidade... E para todas as unidades do interior para que o Estado ficou de comprar unidade de oxigênio não comprou.

Portanto, para mim está muito claro. O que aconteceu no Amazonas foi exatamente isto: incompetência, inépcia em vontade de salvar a vidas dos amazonenses.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O próximo é o Senador Marcos Rogério, mas o depoente precisa...

Por favor, vou suspender por dez minutos. (*Pausa.*)

Então, vai ser meia hora de intervalo, enquanto a gente come alguma coisa.

Obrigado.

(*Suspensa às 12 horas e 43 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 30 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Reabrindo os trabalhos, os próximos inscritos seriam os Senadores Marcos Rogério e Otto Alencar.

Como S. Exas. não se encontram e eu sou o próximo inscrito, eu passo a Presidência para o Senador Eduardo Girão para poder inquirir o Sr. depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, por gentileza. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Imediatamente eu já passo a palavra para o Senador Randolfe Rodrigues para fazer as suas perguntas ao depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Eduardo Girão.

Sr. Marcellus, eu vou procurar aqui ser objetivo. Eu acredito que a objetividade ajudará esta Comissão e, sobretudo, ajudará V. Sa. neste depoimento.

Então, assim, diretamente lhe perguntando, porque não ficou claro: quanto tempo durou a crise de oxigênio no Amazonas? Qual foi a data que foi percebida no início? Qual a providência que foi tomada junto ao Ministério da Saúde para a comunicação? E quanto tempo, até quando durou esta crise?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, como eu falei, nós temos que diferenciar duas coisas: uma é a crise nas unidades de saúde por falta de oxigênio ou intermitência no fornecimento, e no mercado local. O nosso contrato com a White Martins é para fornecer na rede estadual. Então, era esse monitoramento, mas, de fato, o oxigênio, no mercado, foi até o final do mês de janeiro e depois ele começou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De que data até que data?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ele começou da data do... Quando as unidades não tinham mais no dia 14, que foi a data crítica de fornecimento para as unidades, e se estendeu até o final por uns 20 dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, mas que data? Vinte dias.

A primeira data é qual?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Catorze.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Catorze?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, de falta de oxigênio, sim. Agora, de procura da população por oxigênio, é anterior, no início do mês de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos a algumas imagens, Sr. Presidente, com a sua permissão e com a sua permissão também, Sr. Marcellus. Vamos à primeira imagem aí, às primeiras imagens? (*Pausa.*)

Temos aí?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso aí é do dia 13 de janeiro – procura de oxigênio em uma das fábricas de oxigênio lá do Amazonas. Essa imagem aí é do dia 13.

Quem nos encaminhou essa imagem disse que essa é a fila de oxigênio do dia 13. A própria pessoa que nos encaminhou disse que é testemunha, estava nessa fila à procura de oxigênio.

Perfeito.

Pode colocar as outras imagens?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso é dia 14 de janeiro.

Obrigado.

Então, deixa eu lhe reiterar... Obrigado.

Deixe eu lhe reiterar a pergunta. Essas imagens são dias 13 e 14.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Hum-hum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso aqui era o ápice da crise.

O que eu quero lhe perguntar objetivamente: quando o Ministério da Saúde foi comunicado dessa situação iminente que estava no Amazonas? Quando o senhor...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Em 13 e 14, as equipes do Ministério da Saúde estavam todas em Manaus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual apoio foi prestado nesse período?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Qual... Desculpa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Apoio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ah, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que o Ministério da Saúde... Qual foi a providência do Ministério da Saúde nesse momento para socorrer esse colapso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nesses dias apresentados nas imagens, eles já estavam providenciando o transporte junto à White Martins...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Dr. Marcellus. Vamos lá, para eu ajudá-lo.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor disse que, nesses dias, estavam providenciando?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, porque a primeira reunião com o ministro foi no dia 11...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Marcellus, me permita... O senhor acabou de ver as imagens.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como é que... O verbo a se pronunciar é "estavam providenciando"? As pessoas estavam morrendo por falta de oxigênio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É porque a operação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcellus, você falou que a White Martins deixaria oxigênio na sexta-feira e depois passou para ser no sábado. O sábado é anterior a esse dia 13 e ao dia 14.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A comunicação da White Martins é do dia 7 ao senhor?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor comunicou ao Ministro da Saúde. Pelo que foi informado aqui, chegaram, no dia 8, 150 cilindros de oxigênio. Foi o suficiente para inibir?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não. De forma alguma. A quantidade foi muito pequena.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não foi suficiente. Resultou nisso que nós estamos vendo. Nesse momento aí – dias 12, 13, 14, em que o colapso estava em curso –, qual o apoio do Ministério saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eles estavam apoiando trazendo, transportando o cilindro, ajudando a White Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tinha oxigênio nessas datas dessas imagens que vimos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não tinha suficiente para atender. Não tinha suficiente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é. Isso que eu queria saber objetivamente: qual o apoio do Ministério da Saúde nesse momento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Era de logística: transporte de oxigênio da produção da White Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas que oxigênio tinha aí?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, nesse momento aí... Os dias 13 e 14 foram os dias do ápice da intermitência de fornecimento. Algumas unidades deixaram de ter...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Ministério da Saúde não tinha a dimensão desse tamanho da crise nesse momento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Neste momento já tinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já tinha?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Já tinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor considera que esse apoio prestado foi adequado, foi suficiente para satisfazer a necessidade que tinha?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não foi porque a demanda era muito maior do que a logística que foi implantada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual era o apoio prestado nesse momento, por parte do Governo Federal, do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Essa imagem, inclusive, a última é do Hospital Getúlio Vargas, diga-se de passagem, é um hospital federal. É um hospital federal que – o Hospital Getúlio Vargas – tem contrato direto com a White Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu considero essa informação muito importante. Essas imagens aí são de um hospital federal, o Hospital Getúlio Vargas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O citado Hospital Getúlio Vargas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem contrato direto com a White Martins?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Direto com a White Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E não...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Assim como... Desculpa, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Assim como o Hospital Militar tem contrato direto com White Martins, etc.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Dr. Marcellus. Então, veja só: os hospitais federais não estavam tendo provimento de oxigênio adequados também?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Só tem um hospital, que é o Hospital Getúlio Vargas, é um hospital universitário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois bem. Ele também não estava tendo provimento? Essas imagens...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ele também sofreu com o problema de intermitência no fornecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Dr. Marcellus.

Eu acho que essa informação é muito importante, Presidente Omar, e eu acho que o Relator também tem que constar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Hospital Getúlio Vargas é um hospital universitário, que é gerenciado pelo Ministério da Educação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes disso, no final de dezembro, o Governo estadual emitiu o Decreto 43.234, de medidas restritivas, e depois esse decreto foi revogado pelo próprio Governador.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Foi flexibilizado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Secretaria de Saúde... O senhor foi ouvido na revogação desse decreto?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, a assistência pedia para ter as restrições justamente para ter uma trégua. A decisão foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a posição da Secretaria de Saúde foi pela revogação do decreto das medidas restritivas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, foi pela manutenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela manutenção. A despeito disso, o Sr. Governador revogou o decreto?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O decreto é do Governador. Ele revogou e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Essa informação também é muito importante, Sr. Presidente. Veja: a posição da Secretaria de Saúde foi contra a revogação do decreto das medidas restritivas, pelo o que o Sr. Secretário aqui está prestando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. talvez não lembre, porque não é do nosso Estado, no dia 26 de dezembro, quando o Governador decretou *lockdown*, houve uma movimentação nacionalmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É nisso que eu quero chegar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, há pouco, parece que o Senador Humberto Costa até citou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E as pessoas, naquele momento: "Não, já passou a pandemia. O que é isso?"

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

Veja, nesse mesmo momento, quando o Governador revoga o decreto – e V. Sa. diz aqui que a opinião da Secretaria de Saúde foi contrária à revogação do decreto –, vários membros do gabinete paralelo...

Primeiro, é o Sr. Osmar Terra, que faz manifestações no Twitter, que inclusive foram declinadas aqui pelo Senador Humberto, dizendo: "Embora noticiário alarmista, Manaus tem queda importante de óbitos desde julho..." Outros Parlamentares... Inclusive o filho do Sr. Presidente da República disse o seguinte: "1º Búzios e agora Manaus. Todo poder emana do povo." Outros Parlamentares da base de apoio do Presidente Jair Bolsonaro também celebram isso.

O senhor tem conhecimento se isso influenciou ou pressionou o Sr. Governador na revogação do decreto?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não o Governador. O Governador foi pressionado pela manifestação popular em relação, inclusive, à segurança pública no Estado do Amazonas. Houve uma revolta generalizada, inclusive com ateamento de fogo, as equipes de segurança tiveram que enfrentar os manifestantes etc.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Secretaria de Segurança do Amazonas tem informação de quem incentivou esses atos contra as medidas restritivas uma semana antes do colapso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Essa informação eu não tenho. Eu só sei que muitas pessoas, inclusive autoridades e Parlamentares, foram para as redes sociais criticar o decreto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Governador. Inclusive o Prefeito de Manaus à época foi para as redes sociais criticar o decreto do Governador. Também tem decreto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, só para ficar claro, Dr. Marcellus: várias autoridades, federais inclusive...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... de alguma forma incentivaram as manifestações que lá ocorreram e que resultaram na revogação do decreto.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quando uma pessoa pública que tem uma liderança faz uma manifestação, pode influenciar a ação de outras pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito, Dr. Marcellus.

É importante, Srs. Senadores e Sr. Presidente, destacar que o próprio Presidente da República naquele momento celebrou a revogação do decreto lá. E, repito, as manifestações que aqui descrevi nas redes sociais são do Sr. Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente da República, e de vários Parlamentares vinculados à base de apoio do Governador, contra as medidas restritivas, que resultaram, uma semana depois, na suspensão e no colapso de oxigênio em Manaus.

O senhor já... Bom, então, o senhor inclusive já destacou aqui que, ao que me parece, foi um claro erro do governo ter revogado o decreto de 23 de dezembro.

Eu pergunto ainda ao senhor: o Vice-Governador do Amazonas, Dr. Carlos Almeida Filho, em entrevista à coluna Painel do jornal *Folha de S. Paulo,* afirmou que o Estado adotou a estratégia de imunidade de rebanho, acreditando que a contaminação generalizada da população faria com que todos adquirissem anticorpos. O Sr. Carlos Filho disse que a estratégia foi mostrar alinhamento com o Governo do Presidente Jair Bolsonaro. Qual é a sua posição com relação a essa declaração do Vice-Governador do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu não acredito nessa tese da imunidade de rebanho e eu não participei de nenhuma reunião que abordasse esse assunto dentro do Governo ou mesmo com o Governo Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em algum momento, o senhor teve contato com alguém do Ministério da Saúde que chegou a levantar essa tese?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, em nenhum momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ainda voltando... Já concluindo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu recebi aqui (*Fora do microfone.*) num áudio de uma rádio que: "Pessoas estão morrendo com falta de ar. Uma amiga que trabalha lá acabou de mandar mensagem, querendo denunciar no seu programa. As balas de oxigênio que mandaram para o hospital não foram suficientes". Isso aqui foi no Hospital Getúlio Vargas, em Manaus. E é um apelo que a pessoa estava fazendo naquele momento – como eu, outras pessoas receberam muitos apelos nesse sentido.

(*Procede-se à execução de áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aqui foi no Getúlio Vargas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi... Onde começou, teve o primeiro colapso foi no Getúlio Vargas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E é importante destacar que era um hospital federal e que não teve o atendimento por parte do Governo Federal, visto que era... Ela necessitava... Lá, diretamente, uma instituição federal tinha o colapso de fornecimento de oxigênio.

O senhor falou aqui sobre a ida da Dra. Mayra no dia 4, certo? Ela, ao chegar lá, defendeu o quê? Qual a posição que ela veio a defender em relação ao enfrentamento, ao agravamento da pandemia? Qual a posição da Dra. Mayra lá?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela tinha uma posição da questão do tratamento precoce e da...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tratamento precoce com distribuição de quê? *Kit* Covid, cloroquina...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, falava dos medicamentos para esse tratamento, inclusive apresentando aí 150 teses, dizendo que havia 150 teses a respeito desse tema etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E recomendou isso à Secretaria de Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Na verdade, ela recomendou que fizesse, que adotasse essa sistemática, mas que ela ainda iria trabalhar principalmente na atenção primária. Isso era para a atenção primária; no primeiro momento, no primeiro contato com o paciente. E isso foi feito com a atenção básica, no caso, procurando os Municípios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem distribuiu... Quem organizou a distribuição de cloroquina quando tiveram as semanas mais críticas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador Randolfe, para colaborar com a sua pergunta.

Nesse dia, no início de janeiro, quando chega a Dra. Mayra, e chegaram com ela alguns especialistas que foram fazer palestra lá, você estava em alguma palestra dessas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – O evento de que eu participei foi no dia 11 de janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... em que, inclusive, estava o Ministro Pazuello. E algumas pessoas apresentaram os painéis a respeito da... eu acho que do TrateCov na época.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 11?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Onze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se você lembrar, Senador Randolfe, o Ministro Pazuello falou que, quando chegou a Manaus, no início de janeiro, o relatório que ele recebeu da Dra. Mayra é de que as unidades básicas de saúde estavam fechadas na cidade de Manaus. Estava havendo a transição, o Prefeito atual tinha assumido... No dia 1º é posse, no dia 2...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Dia 4 era o primeiro dia útil

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 4, quer dizer, era o primeiro dia útil. Era uma segunda-feira, para você ter uma ideia. E o relatório... E aí foi perguntado aqui: "Mas, Ministro...", "Dra. Mayra, naquele dia não foi dito que faltaria oxigênio?". "Não, não foi". O que eu... Ela disse isso: "No dia 4, ninguém me falou que ia faltar oxigênio". Aí ela disse o seguinte, que ela fez um levantamento nas unidades básicas e a maioria estava fechada no dia 4. E aí, o que a gente entende hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque que ela ficou com raiva, porque ela tinha levado uma equipe para treinar os profissionais de saúde das unidades básicas para fazer o tratamento precoce, que era o TrateCov, porque ele precisa... O TrateCov precisa das unidades básicas de saúde para funcionar, é a entrada do sistema. Já na alta complexidade... Na média e alta complexidade não, é um profissional de saúde já, que está dentro do hospital e você prescrever num ambiente hospitalar não é... Não existe nenhuma má conduta nisso. E ela ficou chateada porque como ela queria usar Manaus como... E usou Manaus como cobaia, as unidades de saúde estavam fechadas e ela não teve como propagar para todas as unidades de saúde de Manaus.

Foi esse o relatório que ela fez aqui, lógico que com outras palavras para não se comprometer e virou... Não era mais tratamento precoce, virou tratamento inicial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para concluir, só duas últimas perguntas.

Sobre isso ainda, Dr. Marcellus, quais as informações e protocolos passados pelo Ministério da Saúde para tratamento da Covid?

E quem do ministério orientava as equipes da Secretaria de Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O que eu sei é daquela portaria lá que utiliza... Que coloca... Utiliza a cloroquina, mas do ano passado, a portaria que eu considero obsoleta já porque foi antes das recomendações de não utilização.

As nossas equipes de saúde utilizavam os protocolos estabelecidos já na rede há muito tempo. Nós tínhamos quatro comissões de especialistas, nós tínhamos o apoio da Opas, com os seus especialistas, que trabalhavam em conjunto para, por exemplo, trabalharmos notas técnicas de utilização de *kit* intubação, da racionalização dos insumos etc., naquele momento de pandemia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Eduardo Pazuello, aqui, indagado sobre quando foi comunicado sobre o início da crise, ele disse aqui – está nas nossas notas taquigráficas:

"Olha só, isso é o papel, escrevendo, agora eu estou falando pessoalmente aqui sobre esse assunto. O telefonema do Secretário de Saúde para mim, no dia 7, à noite, foi exclusivamente para apoio logístico de transporte de tubos de oxigênio que iam para o interior do Amazonas, saindo de [...] [Manaus] para [...] [Belém]."

Mais adiante ele diz: "Não quer dizer aí que se havia... Não quer dizer aí que havia a compreensão do colapso de oxigênio."

Confere essa declaração do Sr. Eduardo Pazuello?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor não... O senhor não comunicou nesse momento para ele, no dia 7, do iminente colapso de oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu comuniquei a ele o pedido da White Martins em relação a esse apoio logístico de... Não é de Manaus para Belém, é de Belém para Manaus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Com o transporte de cilindros para o estoque da White Martins.

Foi isso que foi falado: Precisamos de apoio logístico para trabalhar com a White Martins nesse sentido, de apoio para a White Martins.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas a comunicação da White Martins não falava somente de apoio logístico, falava da necessidade de aumentar a oferta de oxigênio, fornecimento de oxigênio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, ela justifica dizendo que precisa aumentar a oferta. Mas vale lembrar, Senador, que a White Martins, antes de fazer esse pedido, houve uma reunião onde ela afirmou que estavam chegando cargas de oxigênio via balsa e esse envio, via aérea, era para dar um equilíbrio no estoque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Nessa comunicação, dia 7, ela fala, inclusive, para procurar outros fornecedores.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, mas vale ressaltar que a White Martins estava comprando os estoques de outros fornecedores, inclusive fora do Amazonas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O fato é o seguinte, na conversa com o Ministro Eduardo Pazuello, o senhor relata sobre o problema de oxigênio no Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, que estava precisando de um apoio logístico para trazer o oxigênio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Só isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O problema é esse. Eu contei o que a White Martins me falou em relação à regularização do consumo e também pedi para ele, pelo pedido da White Martins, transportar o oxigênio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Depois dessa data, em algum momento, o senhor comunica, pede apoio do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Depois dessa data, nós comunicamos, no dia 9, via ofício, via comitê de crise. No dia 10...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No dia 9?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, pedindo apoio. No dia 10, pessoalmente, ao Ministro comuniquei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Presidente, Sr. Relator, essa cronologia é importante. Dia 9 o senhor comunica, dia 10 o senhor comunica, dia 11 a Dra. Mayra vai lá lançar o TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Dia 11 tem um evento, em que inclusive estava o Ministro Pazuello.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, para ser claro, Sr. Relator, Sr. Presidente: Dr. Marcellus, o senhor comunica, desde o dia 9, a necessidade do fornecimento de oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – De apoio logístico. É.

Porque, Senador, vale ressaltar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A primeira resposta do Ministério da Saúde é fazer o lançamento do TrateCov lá?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eles disseram que iam fazer o apoio, tanto que eles ficaram... Antes do lançamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E fizeram?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Antes do lançamento desse evento, que foi, se eu não me engano, 10h da manhã, houve a reunião, 8h da manhã, com o Ministro Pazuello e a White Martins para verificar essa questão do apoio logístico. E essa reunião... A partir daí, os assessores do Ministro começaram a tratar desse apoio específico. O evento foi logo em seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O evento foi logo em seguida.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, o questionamento é este: a resposta imediata é esse evento de lançamento do TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor solicitando oxigênio, e a primeira resposta que eles dão é o lançamento do TrateCov.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ministro Pazuello, aqui, depondo, falou que tomou conhecimento no dia 10, à noite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, o Sr. Secretário está informando aqui que foi dia 9 que comunicou.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Dia 7 foi a primeira ligação, dia 9...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dia 7 foi a primeira ligação, dia 9 foi a comunicação do colapso.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Dia 9 foi enviado ofício.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dia 11 ou dia 12 tem o lançamento do TrateCov lá, e não as providências em relação ao fornecimento de oxigênio, é isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso. Nós trabalhamos a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para ficar clara essa cronologia: é isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Só que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Marcellus.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Deixa eu te explicar uma coisa: dia 10, dia 11, desculpa, de manhã, houve a reunião do Ministro com a White Martins para tratar disso aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A partir daí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E qual a providência?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Transporte logístico para o oxigênio para Manaus, de acordo com a programação que a White Martins passou. Foi isso que foi feito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor achou apropriado fazer um evento de lançamento do TrateCov quando tinha um colapso de oxigênio lá? Por parte do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós, assim, nem sabíamos do que se tratava, porque eles iam explicar o que que era.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

Presidente, Sr. Relator, eu acho que essa informação do Dr. Marcellus é fundamental.

Veja... Dr. Marcellus, me corrija se eu estiver errado. O Dr. Marcellus acaba de dizer aqui para nós o seguinte: que ele nem sabia do que se tratava o evento de lançamento do TrateCov, isso quando o oxigênio em Manaus já estava colapsando, isso na véspera das dramáticas imagens que nós vimos ainda há pouco, das pessoas indo atrás de oxigênio em tudo quanto é canto, no dia 13 e no dia 14.

Dr. Marcellus, essa sua informação aqui é valiosíssima.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Só um adendo, por favor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois não.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Esse evento teve várias pautas, não é? Uma delas foi a apresentação dessa solução, dessa ferramenta, digamos assim, o.k?.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois é. Mas nesse momento em que as pessoas estavam precisando de oxigênio, era essa a resposta, na sua opinião, que deveria ter tido? O TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós tínhamos que trabalhar prioritariamente a logística.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Alguma pauta desse evento tratou de oxigênio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, ele falou... Não, sobre oxigênio, especificamente, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Mas uma das pautas era a questão da vacina, da programação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

Alguma das pautas desse evento tratou de oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Desse evento, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado.

Presidente, esse esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Você estava ao lado dele ou estava presente nesse dia em que ele anunciou que, a partir de fevereiro, iriam vacinar todos os amazonenses acima de 50 anos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Estava. Foi no Comitê de Crise, ele estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 20 de fevereiro, Senador Randolfe... O Ministro Pazuello prometeu que, no dia 20 de fevereiro, todos os amazonenses acima de 50 anos seriam vacinados. E eu perguntei a ele aqui, no dia que ele veio, e ele começou a justificar uma série de coisas e tal. Era isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, a informação do Dr. Marcellus para nós é preciosa. No tal do evento do TrateCov sequer foi pautado, Sr. Relator – sequer foi pautado, Sr. Relator – oxigênio. No dia seguinte, as cenas que nós mostramos ainda há pouco eram dramáticas, as pessoas indo em todos os locais atrás de oxigênio.

Só uma última pergunta de fato, Presidente.

O senhor concede uma entrevista no dia 26 de janeiro – ou seja, a crise já estava, a crise já tinha colapsado de diferentes formas – e o senhor diz o seguinte: "Vai ter que ter uma força nacional, uma estratégia nacional, porque eu alerto, e alertei hoje na reunião do Conselho Nacional de Secretários de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde, o Conass: aqui [no Amazonas] é só o começo, isso vai se alastrar para o Brasil, e a crise de oxigênio tem que ser uma estratégia nacional". O senhor confirma essa declaração?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, porque eu inclusive alertei o Conass...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E é de 26 de janeiro isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim. Na verdade, antes mesmo eu estava comentando com os secretários, porque o perfil era diferente, com essa segunda onda consumia-se mais oxigênio, as pessoas ficavam mais tempo internadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Essa comunicação também chegou ao Ministério da Saúde, de que o que ocorreria em Manaus iria se espalhar pelo Brasil?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O ministério estava em Manaus, Senador. As equipes estavam, todos os secretários nacionais passaram quase 30 dias em Manaus a partir do dia 11.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Satisfeito, Dr. Marcellus. Eu acho que essa informação, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... pedir a atenção de V. Exas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Já concluindo, Senador Otto.

Eu pediria a atenção de V. Exa.: essa informação é preciosa porque é evidente que a crise, o colapso que se inaugurou, da segunda onda, em Manaus, iria evidentemente, nos meses seguintes, se espalhar pelo Brasil, como se espalhou. E o Ministério da Saúde tinha conhecimento disso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) **–** Eu pergunto aqui ao Senador Marcos Rogério se ele pode fazer uma permuta, porque eu tenho um compromisso logo agora, de ordem pessoal, para eu falar rapidinho aqui, não demoro muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem. Queria só passar um documento à Presidência. V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu estou aqui, Presidente... E aí cumprimentando a imprensa, que sempre nos auxilia muito. O jornalista André Spigariol, da *Crusoé*, ele fez uma publicação de um documento que quero passar à CPI. Quando fiz a pergunta ao Secretário acerca do recebimento do volume de 120 mil comprimidos de hidroxicloroquina, ele colocou claramente que seria para o tratamento de lúpus e também artrite.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Não, Senadora, eu falei que nós utilizávamos a hidroxicloroquina para tratamento de... Mas o pedido foi para atender a esse programa que a Dra. Mayra estava querendo implantar lá, para distribuição para os Municípios.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, era para Covid. Mas agora o senhor está dizendo. Quando eu fiz a intervenção, o senhor não falou isso.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, eu falei que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor falou claramente...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... utilizava para a hidroxicloroquina...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui, eu estou com a taquigrafia, inclusive, aqui ó, e na taquigrafia está claro. Passo a V. Exa. de novo, para V. Exa. refrescar a fala, e passo à Presidência desta CPI o documento assinado pelo Secretário, fazendo o recebimento e, portanto, solicitando o volume de hidroxicloroquina para o dia 5 de janeiro, pico, início do crescimento vertiginoso da quantidade de mortos no Estado do Amazonas.

Passo a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu começo por ter convicção de que, nesse caso de Manaus com o Ministério da Saúde, foi o verdadeiro pecado original. Sentado na cadeira do Ministério da Saúde, um general que não sabia sequer o que era o SUS, desconhecia completamente o que era a doença; sentado na cadeira de Secretário de Saúde, um engenheiro que não tinha experiência absolutamente nenhuma em medicina sanitária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

epidemiológica, absolutamente. Eu acho que este casamento deu a tragédia de Manaus: duas pessoas sem competência absolutamente nenhuma nesse setor de saúde para tratar de uma doença nova, gravíssima, letal.

As perguntas mais banais que foram feitas, se eu for formular aqui ao Secretário, certamente ele não vai saber responder. E eu pergunto o quê? Secretário, se o senhor fosse construir uma casa, o senhor contrataria um médico pra fazer o projeto? Claro que não, não fazia, mas o Governador indicou um engenheiro para ser Secretário de Saúde.

Eu pergunto: quando a doença começou, o senhor fez barreiras sanitárias? E o senhor sabe como fazer barreiras sanitárias?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, primeiro, eu não tomava decisão somente, sozinho, existe uma equipe...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não. O senhor é o titular. Secretário, o senhor é o titular. O titular existe para oferecer ao Governador as informações corretas a respeito do tema que é da sua responsabilidade. Qualquer secretário tem que ter conhecimento, autonomia, personalidade pra dizer ao seu governante que o caminho é esse aqui. E, quando não estiver no caminho certo, se insurgir contra e não aceitar – e não aceitar –, tomar as decisões. Então, consultar...

A irresponsabilidade de quem assume um cargo dessa natureza sem conhecer nada absolutamente de doenças epidemiológicas, controle de viroses sanitárias é uma irresponsabilidade muito grande. O senhor foi pra lá fazer um curso, fazer um teste pra ver se dava certo, foi falar... Foi coisa empírica, sem nenhum conhecimento. Não devia ter assumido. A mesma coisa eu disse aqui ao Ministro Pazuello. Jamais eu aceitaria assumir um cargo de que eu não dominasse a matéria. Então, foi o casamento ideal para a crise. O senhor é responsável pelas mortes, claro, de Manaus, como é também responsável o Ministério da Saúde pela inoperância e pela incompetência.

Eu perguntei ao senhor se o senhor sabe como proceder pra fazer barreiras sanitárias, que o senhor certamente não fez, porque o primeiro ato de um secretário, numa doença como essa, numa doença virótica em que a transmissão é pessoa pra pessoa, não tem o hospedeiro intermediário, é um respirando frente ao outro e passando a doença, é fazer bloqueios sanitários. Quando o primeiro caso chegou, se o senhor tivesse a competência, o primeiro ato era fazer barreira sanitária e conter a doença com quem trouxe a doença, como foi feito agora, depois de... No Maranhão me parece que foi feita alguma coisa para conter a cepa indiana. E o senhor não fez. O senhor só falou aqui de tratamento da doença, não falou em nenhuma prevenção para conter a expansão da doença. Por quê? Porque é incompetente para o cargo, totalmente incompetente!

E é uma situação de que, certamente, a fase pré-clínica da doença que se faz *in vitro*, em camundongos, foi feita com o povo de Manaus. A fase pré-clínica foi feita com o povo: "Deixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disseminar a doença; 95% ficam bem, porque o curso é assintomático, leve ou moderado; 5% formam a forma grave, a pneumonia virótica; e dos 5%, 2% morrem – mais ou menos, 2,5%. Mas o seu Estado teve a maior letalidade do Brasil: 3%, a maior letalidade. A média é 2,8%, e Manaus foi 3%, a maior letalidade, porque lá estava uma pessoa que não conhecia absolutamente nada.

O senhor disse agora que é contra a imunidade de rebanho. É contra, não é contra?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Essa tese da imunidade de rebanho...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor disse que é contra. E como é que o senhor permitiu, se o senhor é contra? Pedisse demissão do cargo, não se agarrasse ao cargo. Se agarrar ao cargo para ser responsável por tantas mortes no seu Estado, dos seus compatriotas, isso é uma coisa inaceitável, Sr. Marcellus! Absolutamente inaceitável!

Então, o senhor nem sabe definir como fazer barreiras sanitárias. Parei para o senhor se explicar, e o senhor não vai explicar, porque não sabe, duvida. E a ignorância duvida quando desconhece o que ignora.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Essa é uma grande realidade.

Por exemplo, TestCov: o senhor mandou... Todo hospital tem ambulatórios – não é? – para atendimento. O senhor provisionou os ambulatórios dos diversos hospitais, o senhor falou aí, com medicamentos para tratamento precoce da doença?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, foi enviado às prefeituras.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Foi enviado às prefeituras para utilização dos medicamentos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, nos hospitais, o senhor sabe que, se um doente chega para ser atendido, ele vai para um ambulatório.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O médico faz o primeiro atendimento, faz a anamnese. O senhor sabe o que é anamnese?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, análise.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A análise inicial, o diagnóstico inicial.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, anamnese é colher todo o histórico do paciente, as suas comorbidades, e depois o exame físico. Depois, vê o exame, pede exame laboratorial, diagnóstico, e interna o paciente ou trata no ambulatório. Essa é a sequência que acontece no atendimento feito de escolha, com procedimento correto nesse sentido. O senhor conhece quais são as duas fases da doença?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, a fase inicial, a fase inflamatória...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Fase inicial... Não sabe.

Como é que pode ele ser Secretário de Saúde do Estado de Manaus, na crise sanitária que aconteceu?! Como é que você pega e toma a decisão de assumir um cargo que mexe com a vida das pessoas – que preserva a vida se foi tudo feito corretamente e que deixa morrer quando é feito incorretamente –, Secretário?

Sinceramente, eu não sei qual é a cabeça de uma pessoa que assume para fazer uma coisa que não tem competência para fazê-la. É um absurdo, sobretudo com a vida das pessoas! Com a vida das pessoas!

Então, o senhor não sabe nem as fases da doença e não tem também conhecimento, não sabe como é a transmissão... Absolutamente nada. Pois a fase da doença é a fase... O senhor sabe que o vírus entra pela...?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, pela...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pela mucosa nasal, pela mucosa bucal, da boca, pela...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pois é. E o vírus na boca passa um período de reprodução e depois desce pra o pulmão. São duas fases: bucal e pulmonar, em que a pulmonar, às vezes, dá grave.

Então, uma coisa que eu queria perguntar ao senhor – isto aqui é fundamental, qualquer Secretário de Saúde tem que saber: o senhor sabe quantos leitos de UTI deve ter uma estrutura hospitalar *per capita*, por 100 mil – leito de UTI por 100 mil? O senhor sabe quantos leis de UTI são necessários por cada 100 mil habitantes?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu sei que a taxa de leitos de UTI no Amazonas é muito baixa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, eu estou perguntando se o senhor sabia... Não, se é baixa, não. Se o senhor sabia quanto é que se precisava de leitos de UTI pra os pacientes. Não sabe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Dez, vinte, trinta...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí, olha, o Jorginho falou: dez, vinte, trinta... Escolhe um número aí. Se o senhor não sabe, joga na Mega-Sena aí pra ver se o senhor acerta. Não sabe! Não sabe nada!

O senhor está errado; e o seu Governador, mais errado ainda de nomear um engenheiro pra ser Secretário de Saúde do Estado do Amazonas. A mesma irresponsabilidade cometeu o Presidente da República, que nomeou um general que não conhecia o que era o SUS, a rede do SUS. Ele não conhecia, disse textualmente que não conhecia. Quando eu perguntei a ele as coisas, ele respondia que não sabia – não sabia, porque não queria agredir a ciência e a medicina.

Então, o senhor vê que o senhor fez uma coisa errada, equivocada. O senhor é muito culpado por isso, pode ter certeza absoluta. Como aceitar, sendo Secretário de Saúde, que é a maior autoridade sanitária do Estado, a imposição de um tratamento que o senhor não concorda? Como aceitar fazer o teste da fase pré-clínica no povo de Manaus? O maior crime é este: é fazer a fase pré-clínica, que se faz *in vitro* ou em camundongo, mas fizeram com o povo de Manaus. Deixa disseminar a doença, deixa contaminar; vai morrer 3%, 4% dos contaminados, é pouca coisa. Já morreram quantos lá, Secretário? Quantas mil pessoas morreram?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Mais de 13 mil.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Treze mil, oitocentos e... Quase 14 mil pessoas, uma letalidade altíssima para o número de infectados. Infectaram-se 395 mil amazonenses; morreram 14 mil amazonenses, uma taxa de letalidade altíssima. Uma cidade de 14 mil habitantes no seu Estado desapareceu do mapa. Só que... São tantas mortes no Brasil pela Covid-19 que a morte ficou banalizada. Infelizmente ficou banalizada a morte.

Quando eu falei aqui que era preciso fazer – e eu espero que o Presidente paute – uma acareação entre a Dra. Francieli e a Dra. Luana, por que eu fiz isso? Eu fiz porque perguntei ao Ministro aí por que ele editou uma norma criminosa. Essa norma permitia que uma mulher em gestação que tomasse a primeira dose pudesse tomar uma dose de qualquer outra vacina. O nome disso é intercambialidade. Isso aí é teste com o ser humano pra saber se dá resultado ou não. E as mulheres grávidas, como o Ministro da Saúde, que estava no seu lugar, confessou, morreram. E ele, no outro dia, tirou isso do Ministério da Saúde.

Banalizaram a morte das mulheres, das crianças, dos pais, dos avós, de todas as pessoas, como se isso fosse uma coisa de conviver no dia a dia, que é doloroso pra qualquer pessoa que tem o mínimo de humanismo, que acredita na ciência, que tem a sensibilidade humanitária pra não aceitar isso sem ser com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita veemência e com muita também reprovação pelo ato do senhor. Incompetente, cuidou da saúde do povo de Manaus e deixou o povo morrer à míngua e ser enterrado na vala comum.

Manaus disponibilizou um terço dos leitos de UTI de que se precisava para suprimento da sua população – um terço! Um terço do que precisava! E tinha dinheiro no caixa, tinha dinheiro no Fundo Estadual de Saúde.

A culpa não é só da incompetência do Ministério da Saúde, a culpa também é muito do Governo do Estado. Tivesse um Governador responsável, não teria acontecido essa tragédia, em Manaus, de que o senhor é um cúmplice, tanto quanto o Ministro Pazuello, um General do Exército, de logística, com um engenheiro cuidando da saúde do povo de Manaus, e falta oxigênio, falta *kit* intubação, falta EPI, faltam medicamentos para suprimento das UTIs, falta absolutamente tudo. Só não faltou vergonha ao senhor e ao Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fui perguntado agora, porque estão falando muitas siglas aqui... Opas é Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhor depoente... Sr. Presidente, o ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde prestou depoimento perante esta CPI e, em sua exposição, fez referência à precariedade da rede de saúde de Manaus, citando que ela está, historicamente, entre as piores proporções de leitos de UTI por 100 mil habitantes do Brasil. Ou seja, dentro do quadro nacional, Manaus e o Amazonas já amargavam uma crise na estrutura de saúde.

Tenho defendido que qualquer apuração de responsabilidade sobre o enfrentamento da pandemia considere os aspectos gerais da saúde brasileira, além de diversos outros fatores envolvidos nesse processo.

Sobre Manaus e o Amazonas, todos sabemos, inclusive, que a crise certamente foi agravada com os escândalos de corrupção. Temos dados de agosto de 2019, por exemplo – portanto, antes da pandemia da Covid –, que mostram a saúde do Amazonas em crise, com hospitais públicos de todo o Estado sofrendo com a falta de infraestrutura e de pessoal. Cito, por exemplo, o quadro de superlotação no Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto, salas improvisadas, pacientes do lado de fora, em macas, outros sendo mandados de volta para casa.

Existem diversos outros dados dos anos anteriores a 2019 mostrando a crise de saúde no Amazonas. Em 2017, o Conselho Regional de Medicina e a Defensoria Pública do Amazonas consideraram alarmante o quadro de saúde amazonense. O presidente do conselho afirmou na ocasião que o serviço de urgência do Amazonas estava entre os piores do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço essas observações justamente porque considero que o problema da saúde do Amazonas não pode ser considerado apenas levando-se em consideração o início do ano de 2021, como se costuma fazer.

E aí pergunto: quando o senhor assumiu a Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas, qual era a realidade dessa área da capital e interior? De modo sucinto.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, a Atenção Primária do Município de Manaus tem umas das piores coberturas do Brasil. Então, isso afeta muito, influencia muito a atenção de média e alta complexidade. As nossas portas de entrada nos nossos prontos-socorros... O senhor falou 28 de agosto aí: 50% a 70% dos atendimentos que são realizados em 28 de agosto são atendimentos que deveriam estar sendo realizados na atenção primária...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que não existe?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... num hospital que é muito deficitário.

Agora, nessa gestão, que o Município vai começar a trabalhar – e está trabalhando – em conjunto pra poder resolver isso, mas, historicamente, a atenção primária no Município é muito deficitária, cobertura muito baixa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A que fatores...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu queria fazer um adendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O Senador falou sobre a letalidade. A letalidade em Manaus foi 5%, em Manaus; no interior, 1,92%, mais ou menos. Então, por que, em 61 Municípios, a letalidade é menor? Porque a atenção primária nesses outros Municípios é mais eficiente, está mais presente ou próxima da população pra dar aquele primeiro atendimento; e, em Manaus, há essa deficiência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A que fatores V. Sa. atribui essa realidade em Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Bom, eu acho que nós temos, historicamente, um período de organização da rede, antes de 2014, 2013 – pelo menos isso é o que os servidores relatam –, mas aí houve uma descontinuidade dessa reorganização.

Foram anos com essa disputa do Governo do Estado do Amazonas e a Prefeitura de Manaus em relação às suas competências: o Município dizendo que não tem dinheiro pra investir, e o Estado assumindo esse investimento sem ter esse diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que de fato faltou foi trabalhar com a lógica do SUS, que é uma lógica de que nós temos que dar as mãos, tripartite – federal, estadual e municipal –, e isso não acontecia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como o quadro da saúde do Amazonas já não era bom antes da pandemia, por que o Governo não providenciou a abertura de novas licitações de insumos, como o oxigênio, por exemplo, logo nos primeiros meses da pandemia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Bom, eu não estava na gestão na época. O que nós sabíamos é que a produção da White Martins era suficiente para a projeção que estava dando, tanto que, na primeira alça epidêmica, o máximo que se atingiu ali foi um consumo de 30 mil metros cúbicos de oxigênio. E aí, no segundo semestre, quando eu já assumi lá, havia, tem o projeto de aquisição de miniusinas – nós disparamos o processo –, mas fomos surpreendidos já com a segunda alça epidêmica, e foi muito maior do que qualquer previsão que nós pudéssemos fazer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu pergunto isto – e gostaria que o Governador do Estado estivesse sentado na cadeira em que V. Sa. está, para responder objetivamente a essas perguntas, e ele fugiu da CPI, mas pergunto a V. Sa., que assumiu a pasta na sequência –, e pergunto isto, inclusive, porque dados da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas mostram que o número de casos de Covid-19 cresceu de forma gradativa, ou seja, era possível um acompanhamento planejado: por que, então, não houve a compra do oxigênio, à medida que a pandemia avançava?

Eu estou dizendo isso, porque eu tenho aqui os dados. Só no mês de dezembro, nós tivemos, em 2 de dezembro, 698; 17, 894; 30/12, 1.369; 31/12, 1,4 mil. Depois vai para janeiro, 5, 1.928; 8, 2.342; 14, 3,8 mil. Ou seja, há um processo de crescimento ao longo do ano de 2020 e se avolumando em 2021. Por que não se tomaram providências em relação ao oxigênio antes?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Com relação ao oxigênio, durante os meses de 2020, a média de consumo ficou em torno de 15, 16 mil, que era a média um pouco maior antes da primeira alça epidêmica, mas que não apresentava ali risco de fornecimento, tanto, que a White Martins continuou fornecendo de forma regular até essa fase do mês de dezembro, que foi quando houve a explosão de casos em relação à contaminação, e essa explosão, Senador, nós sabemos agora que foi uma variante que circulou de forma descontrolada na sociedade.

Então, houve maior número de contágio, maior número de internações e, infelizmente, maior número de óbitos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Secretário, infelizmente, essa não é a lógica dos fatos. Você não tem uma situação num dia e, no outro dia, uma situação que leva ao colapso uma estrutura pública de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho documentos aqui que comprovam que o Estado do Amazonas deixou passar praticamente todo o ano de 2020 em meio à pandemia para ampliar a compra de oxigênio; só assinou o aditivo com a White Martins no dia 23 de novembro de 2020, para atender ao aumento da demanda de oxigênio decorrente da pandemia. Na ocasião, o Governo valeu-se, de última hora, do percentual máximo de aditivo previsto na Lei de Licitações, ou seja, o Governo do Estado do Amazonas deveria ter feito antes, primeiro, no primeiro momento, quando se identificou o crescimento dos casos... Aditivar-se. E a Lei de Licitações estabelece um teto máximo de 25%. Teria que ter feito, no primeiro momento, um aditivo no seu limite máximo, por precaução, como medida de planejamento. Não o fez.

Num segundo momento, teria que ter instaurado um novo processo licitatório para ampliar a aquisição do insumo, ou seja, houve absoluta falta de previsibilidade. Escolheu expor a população do Amazonas ao risco de morte, e foi isso que aconteceu no Estado do Amazonas, por irresponsabilidade administrativa.

Eu lhe pergunto – V. Sa. chegou depois –: o senhor tinha conhecimento específico da situação desse contrato com a White Martins, que eu mencionei aqui, do aditivo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, a White Martins solicitou um aditivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... de 25% em julho. Esse processo foi tramitando, mas a ênfase da White Martins...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me repete a data novamente de quando a White Martins pediu...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – No mês de julho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Julho.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Pediu o aditivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dentro do teto?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... para dar lastro orçamentário ao contrato, em virtude da projeção do aumento de consumo mensal, da média mensal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela pediu em julho?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Antes da primeira alça, Senador, a média era menos de 15 mil, e, após a segunda alça, a média subiu um pouco para em torno de 17, 18 mil metros cúbicos por dia. Então, o que a White Martins pediu foi um ajuste contratual para dar lastro orçamentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela pediu um aditivo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, aditivo contratual.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E ela vinha informando ao Estado do Amazonas, ao Governo do Estado sobre a situação do quadro de oxigênio, precisava rever o contrato. O Estado foi notificado algumas vezes pela White Martins.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O processo tramitou para poder fazer o aditivo, mas veja que esse aditivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Seis meses?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... de 25%, Senador, o aditivo de 25%, se nós formos analisar o que aconteceu depois, não faria frente à demanda. Nós tivemos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não faria frente à demanda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que faria frente à demanda, o que daria resposta positiva à demanda era se o Governo do Estado tivesse assumido o seu papel de responsabilidade no planejamento e tivesse feito o aditivo no momento oportuno, e, quando do final do ano, já teria que ter um novo contrato e não um aditivo. Isso é um quadro clássico de crime de responsabilidade. Isso é um quadro grave.

Mas eu vou além: o senhor tinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que o erro não é aí. Me desculpa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está com a tese correta. A capacidade de produção da White Martins é limitada. Ela não tem uma planta... A planta dela não dá pra produzir mais do que ela produz. E ela produz para os hospitais particulares. O erro foi nós não termos ido buscar fora de lá o oxigênio e ter condições de transportar esse oxigênio, porque a produção, a planta de produção da White Martins ela atende. Lá tem duas empresas que produzem oxigênio: a Carboxi, que produz muito mais para o distrito... Porque nós usamos muita solda e precisamos de muito oxigênio na solda; lá para muita coisa é utilizada solda, então é oxigênio. A produção dela é limitada. Uma planta dela eu acho que é 30 mil, 40 mil por dia.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Era 28, aumentou para 36.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso. É o total deles. Então, a White Martins, sabendo que não tinha condições de produzir, e o Estado sabendo do aumento, teriam que ter se preparado, se organizado fazendo planejamento pra trazer oxigênio. Não dava pra fazer outra fábrica ali naquele dia, mas trazer oxigênio de fora dava.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A empresa seria obrigada a cumprir o contrato.

Indago a V. Sa.: em que momento V. Sa. assumiu o posto de Secretário? Em que data?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Primeiro de setembro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Discutiu com o Governador esses aspectos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – De oxigênio?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Oxigênio.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, esse tema oxigênio foi levado à baila durante esse processo do contrato do oxigênio que eu assinei, e ele, do aditivo, em novembro, mas é uma questão apenas de regularidade contratual, de lastro orçamentário. Em nenhum momento a White Martins fez uma projeção que precisaria do volume que foi necessário. Nem a White Martins sabia. No dia 7 – e isso está em depoimento, inclusive, no Ministério Público Federal –, eles não tinham noção dessa demanda que aconteceu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Secretário, o número de casos estava crescendo ainda em 2020. Não é verdade. Não é correto afirmar a esta CPI...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Estava crescendo dentro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que o número de casos veio, de uma hora pra outra, à estratosfera. Os casos vinham evoluindo ainda no mês de dezembro.

V. Sa. só tomou conhecimento de que estaria diante de um problema de oxigênio a partir de janeiro de 2021, é isso que quer dizer à CPI?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A partir do contato da White Martins, que pediu a necessidade do apoio logístico para ajudar no transporte. Porque nós estamos falando da White

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Martins, que é uma multinacional e que é a maior empresa e a melhor empresa que nós poderíamos ter lá no Amazonas pra fornecer oxigênio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tanto é verdade que era possível se antecipar com planejamento e resolver o problema, que, quando veio a crise, o oxigênio chegou. O que faltou foi planejamento. Houve um lapso temporal ali de falta de cobertura, que é um crime contra a humanidade. Então, se tivesse apontado na fase certa o risco do problema, se tivesse colocado no planejamento, nós não teríamos a situação que tivemos no Estado do Amazonas. É uma questão de lógica, é racional.

E eu queria passar para outros questionamentos aqui.

V. Sa. disse fez o primeiro contato com o Ministro sobre a situação no dia 7, pedindo apoio logístico. Objetivamente: quando teve esse apoio com a chegada da primeira remessa de cilindros?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela chegou no dia 8 à noite.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pediu dia 7, chegou dia 8.

O senhor afirma que recebeu o documento da White Martins alertando para a necessidade de apoio com oxigênio tarde da noite do dia 7, 7 para 8, e que esse documento foi encaminhado ao Ministério da Saúde no mesmo dia 7 para 8. Procede essa informação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, nós mandamos, por orientação do Ministro Pazuello, para o Comando Militar, solicitando esse apoio logístico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu estou falando aqui da comunicação com o documento que V. Sa. recebeu da White Martins e disse aí que encaminhou ao Ministro da Saúde esse documento. Eu estou pedindo e dando a V. Sa. a oportunidade de buscar na memória o que de fato aconteceu, para que não paire dúvida sobre a cronologia dos fatos: recebeu o documento da White no dia 7 e encaminhou ao ministério no próprio dia 7, foi isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A White Martins encaminhou para nós, com cópia para o Ministério da Saúde, o pedido do apoio logístico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. disse que o Estado do Amazonas, o Governo do Estado e a Secretaria de Saúde, encaminhou o documento ao Ministério da Saúde. Eu estou perguntando se é esse o fato.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Está aqui o documento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ou V. Exa. está refazendo o depoimento que deu na pergunta...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, eu falei que foi enviado ao CMA por orientação do Ministro Pazuello.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então V. Sa...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ele falou: mandar para o CMA para o apoio logístico. Foi isso que eu falei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja a contradição, Sr. Presidente: o documento não foi encaminhado, então, ao Ministério da Saúde. Esse documento só chegou ao Ministério da Saúde no dia 16 de janeiro.

V. Exa. tem a contrafé desse documento enviado ao Ministério da Saúde antes dessa data? Porque disse que tinha enviado ao ministério...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu liguei para o Ministro Pazuello, informei da situação e ele pediu para informar para o CMA.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. já disse isso e está claro: ligou no dia 7 e, no dia 8, já teve a resposta efetiva do Ministério da Saúde.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque a narrativa aqui é que parece que há uma eternidade entre o contato e a resposta do Ministro e, quando a gente está diante dos fatos, verifica que não é bem assim. É por isso que eu estou reiterando essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Ele disse aqui, Senador, que dia 9 mandou correspondência, dia 10, dia 11. Foi isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está... Ele disse que tinha mandado o documento no dia 7...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, pois é, ele disse isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ...mas agora já disse que não mandou. Ele fez contato no dia 7...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, mandei para o Comando Militar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... com o Ministro sobre o aspecto logístico, sobre o aspecto logístico, e, no dia 8, houve a resposta logística que o Estado do Amazonas solicitou.

Eu pergunto objetivamente: com o que o Município de Manaus participa da estrutura de saúde, especialmente em tempos de pandemia? Como é que é essa relação? V. Sa. disse agora há pouco que parece que há uma guerra política entre as competências de Estados e Municípios. É isso que eu entendi?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quando eu assumi, havia essa dificuldade de diálogo com o Município de Manaus. Hoje nós estamos abrindo esse diálogo, mas, antes, era difícil o diálogo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Quantas unidades do Governo do Estado e quantas são do Município na capital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Todas as unidades de saúde que foram trabalhadas na pandemia, todas eram... Nessa fase epidêmica, todas eram do Governo do Amazonas, não existia unidade da prefeitura, que não tem um pronto-socorro, não tem uma UPA, não tem nenhuma atividade, somente Unidades Básicas de Saúde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Como se deu a indicação de V. Sa. para o cargo de Secretário de Estado da Saúde? Quem fez a sua indicação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu era Secretário-Executivo; o Governador me alçou a Secretário. Ele mesmo decidiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Qual a relação de V. Sa. com a Sra. Alessandra Campêlo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A Alessandra é Deputada, hoje está como Secretária. Eu sou primo dela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Ela foi também a relatora do processo de *impeachment* contra o Governador na Assembleia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Após esse relatório, V. Sa. teria sido indicado Secretário de Estado da Saúde, foi isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não; não tem relação uma coisa com a outra. Minha vida profissional, ao longo do tempo, justifica a minha contratação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Sa. não tem nenhuma... Não há nenhuma relação, não há indicação...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... por parte da Parlamentar, como medida de compensação...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu já trabalhava...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... ao relatório?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu já era da estrutura do Governo. Eu já era Secretário de Infraestrutura, como eu falei. Então, não tinha nenhum tipo de relação ou de acordo em relação a isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Estou falando, estou fazendo este questionamento porque, no bojo da investigação da Polícia Federal, o nome dela aparece e, inclusive, o nome também de V. Sa. Aqui eu tenho todos os dados. Não estou repassando na CPI em razão do tempo, para não cansar os Senadores, mas há um conjunto de fatos narrados aqui, acusações gravíssimas contra ela e contra V. Sa.

Nessa... Qual critério V. Sa. atribui para a escolha do Governador do seu nome para o cargo de Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Como eu falei, a Secretaria de Estado de Saúde possui excelentes técnicos na área de saúde, mas o problema dele era essa organização administrativa, e foi nesse foco que eu trabalhei lá, em conjunto com os servidores da saúde; na reestruturação da Secretaria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Deu certo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... que vinha tendo muitos problemas ao longo do tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Atingiu o objetivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu fiquei somente dez meses lá, Senador, então muita coisa precisa ser feita ainda. Problemas crônicos de décadas não se resolvem em dez meses.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Silvio Romano Junior. Pergunto: como o senhor o escolheu para ser seu Secretário-Executivo na pasta da Saúde? Foi V. Sa. que o escolheu ou foi o Governador que escolheu o seu Secretário-Executivo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O Governador que escolhe. O Secretário-Executivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Aleatoriamente?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, o Dr. Silvio Romano já fazia parte da estrutura da saúde. Ele era Diretor do Hospital e Pronto-Socorro João Lúcio. Na época, quando eu cheguei lá, ele já trabalhava nessa área.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Essa escolha se deu por critério técnico ou critério político?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Qual? De qual?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** A escolha do Secretário-Executivo.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quem escolheu foi o Governador, e certamente pela experiência que o Dr. Silvio já possui, por ter sido diretor de hospital e por ser o Secretário-Executivo de Controle Interno. Ele está interino no cargo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Sa. teria negócios com o Sr. Silvio Romano Junior?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não tenho negócio com... Hoje, não tenho negócio nenhum com o Silvio. Trabalhei com o Silvio Romano na Prefeitura, na Prefeitura de Manaus, e em 2005 nós chegamos a trabalhar juntos numa empresa, mas fechou em 2009.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Ele teria sido seu avalista numa transação de crédito?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, nós estávamos em parceria na empresa, e ele foi avalista em vários negócios, porque ele fazia parte... Ele pegou uma licença da Prefeitura e ficou trabalhando comigo em relação a esses negócios da empresa, que trabalhava com reformas e obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Eu não quero constranger V. Exa., apenas o estou indagando sobre fatos e sobre a sequência para a nomeação.

Primeiro, a nomeação de V. Sa. Na sequência, V. Sa. deixa a Secretaria de Estado da Saúde, mas fica, em seu lugar, alguém que V. Sa. disse que não escolheu, mas que tem relações negociais.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Tinha, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Foi o Governador que apresentou ele a V. Sa. ou V. Sa. o apresentou ao Governador?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quando eu cheguei na Saúde ele estava lá, não fui eu que indiquei ele para a Saúde.

Na verdade, eu o reencontrei depois de mais de 10 anos que eu não tinha relação com ele nesse nível que o senhor está falando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Eu tenho aqui todos os documentos, que estão inclusive em posse da CPI à disposição das Sras. e dos Srs. Deputados.

Eu não estou aprofundando nesse aspecto em relação a esses documentos porque eu tenho, dentro desta CPI, o cuidado de procurar sempre um nexo entre o que está se afirmando e o que está se investigando, e não descarto a hipótese de, a partir da análise mais profunda desses documentos, de repente, propor aqui a reinquirição de V. Sa.

Eu pergunto, por fim: a Operação Sangria, na qual o senhor é um dos investigados, deflagrou no dia 2 de junho de 2021, uma operação com o objetivo de investigar crimes contra pertencimento à organização criminosa, fraude à licitação e desvios de recursos públicos. Uma das linhas de investigação apontou que o Hospital Nilton Lins não atendeu as necessidades básicas de assistência à população atingida pela pandemia. Além disso, conforme consta no relatório final da CPI da Saúde, na Assembleia do Amazonas, que... Aliás, fiz aqui um requerimento para convocação tanto do Presidente dessa CPI, quanto do Relator desta CPI, que eu gostaria muito que viessem aqui também prestar esclarecimentos. Nesse relatório, por exemplo, todos os serviços prestados na referida unidade hospitalar ocorreram sem contratos formais – sem contratos formais. Todas as empresas prestadoras de serviços receberiam a contraprestação dos serviços prestados sob a forma de pagamento indenizatório. Em tais processos não há sequer um contrato administrativo que estabeleça os direitos e as obrigações das partes. Por vezes, sequer se encontra pesquisa de preços com os demais fornecedores; simplesmente o próprio fornecedor monta o processo administrativo com a proposta de preços, certidões negativas e nota fiscal do serviço prestado, e a Secretaria de Saúde efetua o pagamento.

Pergunto: o senhor tinha conhecimento dessa prática que começou antes de V. Sa. e se manteve na sua gestão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Esses pagamentos... Quando eu cheguei lá, o Hospital Nilton Lins já estava funcionando. Existe um problema crônico na rede de pagamentos indenizatórios, um problema que se arrasta há décadas. Inclusive, o Deputado Péricles, inclusive na CPI, citou isso, da criação de uma comissão de eliminação de pagamento indenizatório que eu criei justamente para eliminar esse problema crônico na rede.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Pergunto, por fim: em relação a esse ato, a essa decisão de manter esse sistema de pagamentos, havia pressão, orientação, recomendação, determinação para que se mantivesse esse modelo de pagamentos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não há...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Recebeu ordem de alguém para manter esse modelo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não há ordens para manter modelo. Pelo contrário, nós temos um planejamento... Tínhamos, eu era Secretário. Tinha uma programação, a ideia é que até o mês de agosto a gente consiga eliminar aí grande parte desses pagamentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Eu estou lhe perguntando isso porque V. Sa. disse antes que há problema crônicos na Saúde do Estado do Amazonas. E aí eu pergunto se havia ou se há resistência e interferência política para acabar com alguns desses graves problemas que existem na Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas. V. Sa. enfrentou esse tipo de resistência?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Presidente, qual é o tempo mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Já passou bastante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Já estou concluindo, Presidente.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, quando a gente tenta mudar um processo que aí está há décadas, evidentemente que as empresas procuram se manter no contrato em que estão, mas não houve nenhuma pressão em relação a isso. E eu, enquanto estive lá, estava firme no propósito de eliminar esses pagamentos indenizatórios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Conseguiu?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Uma parte foi conseguida, e nós tínhamos um planejamento de, até agosto, eliminar pelo menos 90% desses pagamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A última pergunta – e concluo agradecendo a tolerância do Presidente e dos demais membros: das empresas que foram apontadas pela Polícia Federal como integrantes de esquemas fraudulentos, essas empresas continuam operando e prestando serviço à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas ou foram afastadas e substituídas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – No processo específico que foi feito da quarta fase da Operação Sangria, elas não forneceram para o Nilton Lins, eu não permiti que fornecessem. Agora, elas têm contratos em outras unidades de saúde, e estão trabalhando até o momento em que não tenham nenhum nexo causal em relação a outra unidade, no caso, da Nilton Lins.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. disse aqui no início que falou da família, dos filhos, da esposa. Pergunto e encerro por aqui: depois desse tempo que passou à frente da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas, a par de tudo que vem acontecendo, se arrepende de alguma coisa? Se pudesse voltar no tempo, faria diferente?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu, Senador, trabalhei diuturnamente na secretaria, junto com as equipes de saúde, para resolver os problemas que eu estava enfrentando. Eu tenho a humildade de dizer que eu fiz o que eu pude fazer dentro da secretaria. Eu trabalhei e me dediquei, junto com os demais Secretários da Saúde e as equipes de saúde, que são muito valorosas, para fazer o máximo possível pra salvar o maior número de vidas. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu... Toda a experiência, na minha opinião, é rica e precisa ter lições aprendidas, mas eu agradeço a oportunidade de ter passado pela Saúde, porque, de fato, ela me ensinou muitas coisas, inclusive o reconhecimento de uma área de profissionais muito dedicados e comprometidos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O Senador Jorginho Mello trocou com o Senador Eduardo Girão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem, quero cumprimentar V. Exa., Presidente Omar, cumprimentar a Sra. Senadora Soraya e os Srs. Senadores.

Agradeço ao Senador Girão pela permuta do tempo, porque eu tenho um outro compromisso.

Quero cumprimentar o depoente, Sr. Marcellus Campêlo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Renan começou dizendo hoje que o depoimento era para trazer luzes aos compartimentos, mas eu quero, de forma muito respeitosa, Secretário, dizer que o senhor não trouxe muitas luzes para que a gente pudesse esclarecer muita coisa.

Eu queria... Eu tenho algumas curiosidades. Primeiro, como é que se deu essa compra naquela adega de vinho? Eu queria que o senhor me explicasse isso, porque o senhor, como Secretário de Saúde, o senhor gerenciou isso, o senhor participou disso. Eu queria entender por que não foram comprados de uma empresa especialista que participou do certame e foram comprados dessa adega de vinho respiradores? Eu queria que V. Sa. respondesse isso, por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, quando eu cheguei à secretaria... Não fui eu que fiz essa compra, não participei desse processo. Quando eu cheguei, essa compra já tinha sido consolidada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E o senhor não teve a curiosidade de saber o porquê disso? Se conformou com a compra numa casa de vinho, numa adega de vinho?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, o processo, quando eu cheguei a... Eu entrei como Secretário-Executivo. A então Secretária já tinha instaurado um processo de sindicância, e o processo estava... Que era a medida administrativa adequada para a apuração. E a Controladoria-Geral do Estado também já estava fazendo uma apuração a respeito dessa situação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E até agora nada?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A apuração foi concluída pela Controladoria-Geral e foi enviada aos órgãos de controle para as medidas cabíveis.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é o fim da picada, Secretário.

Operação Sangria: o senhor chegou a ser preso, não é?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Tive um mandado de prisão temporária, cinco dias.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eles foram à sua casa. O que foi apreendido lá?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Apenas um caderno de anotações.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Um caderno de anotação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Morreram no Amazonas quase 14 mil pessoas, não é? Quando o senhor... Dia 07/01, o senhor liga para o Ministro Pazuello e solicita o transporte aéreo de cilindros de oxigênio de Belém para Manaus. É muito importante esta data: dia 07/01. Já anoitece, e não foi tratado risco de desabastecimento.

Dois, transporte de cilindro de oxigênio foi solicitado dia 07 à noite, executado pela FAB no dia 08 – 150 cilindros. O senhor confirma isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – No dia 10, mais 200 cilindros?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, foram dois voos que trouxeram cilindros. Acredito que sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Na madrugada do dia 08, a White Martins encaminha o *e-mail* para a Secretaria estadual de Saúde do Amazonas. O conteúdo do *e-mail* trazia a dificuldade da White Martins em atender à crescente demanda de oxigênio. Esse *e-mail* só chegou ao conhecimento do Ministro da Saúde dia 16. É isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O *e-mail* foi enviado para o CMA, pedindo o apoio logístico.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não é isso. Chegou ao ministério a cópia do Ministro, o encaminhamento chegou no dia 16 de janeiro. A White Martins nunca encaminhou esse *e-mail* para o Ministério da Saúde? Foi o senhor que encaminhou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O *e-mail* foi enviado, esse pedido da White Martins foi enviado para o CMA, não é isso? Para o CMA, pedindo...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É difícil. É difícil, Secretário.

No dia 09/01, num sábado, o Secretário estadual de Saúde do Amazonas – o senhor, não é? – enviou ofício ao Ministério da Saúde, oficializando o pedido verbal de transporte de cilindros de oxigênio. Esse pedido formal só tinha sido atendido no dia 8/1 – já tinha sido atendido no dia 8/1 –,150 cilindros, e seria complementado no dia 10. O senhor confirma isso, não é?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, o Comitê de Crise passou a oficiar o Ministério da Saúde, pedindo apoio logístico. Pediu no dia 9, no dia 11, também no dia 12 e no dia 13.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu lamento, Secretário, os amazonenses que morreram, os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor é engenheiro, deve ter aptidões pra ser um bom engenheiro, mas, como Secretário, o senhor foi muito mal. O senhor foi muito mal. O senhor não contribuiu com a pandemia. O senhor não tem muita segurança no que fala. O senhor, talvez pra não se comprometer... Foi uma lástima. Na sua gestão, o senhor era... O senhor antes era... O senhor era funcionário, se formou na Utam, não é? Depois o senhor teve, na secretaria, o cargo de gestão. Para ocupar o cargo de gestão, na secretaria... Foi exonerado, tá, tá, tá, tá, tá, tá. Muito bem. O senhor esteve na Secretaria Executiva.

Agora, como Secretário de Saúde, eu quero lamentar. Tomara que isso sirva de lição pra que o povo do Amazonas... E, como disse o Senador Renan, se o senhor tivesse conseguido trazer um pouco mais de luz para os compartimentos, o que não veio. Está tudo escuro ainda, está tudo no escuro. A sua gestão foi uma tragédia, incompetência, dinheiro público, o senhor e o Governador brincando com isso, tendo dinheiro na conta. O senhor tinha aqui ó, o senhor tinha em... O senhor tinha, em 2020, no final, 478 milhões, Secretário. Então, não faltou dinheiro, o que faltou foi ação, o que faltou foi os senhores terem planejamento. O senhor não tinha um nada. O senhor não tinha um nada. Os senhores estavam brincando com a saúde do povo do Amazonas. Por isso que eu lamento a sua participação aqui, que foi pobre, não esclareceu muita coisa e só reafirmou...

E o Governador perdeu a oportunidade de estar aqui pra dizer alguma coisa pra nós, mas ele foi se esconder pedindo ao Supremo Tribunal pra que ele não pudesse vir aqui. E jogou o senhor aqui, pra vir pra cá dar essas informações que o senhor deu aqui, o que não acresceram absolutamente nada.

Portanto, eu não tenho mais pergunta a fazer para o senhor, a não ser lamentar o descaso com a população do Amazonas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente desta sessão.

Eu queria começar com a máxima... Primeiro, desejo boas-vindas para o senhor, Dr. Marcellus Campêlo. Seja bem-vindo a esta Comissão, que está marcando uma data histórica, Senadora Soraya Thronicke, aqui hoje, Senador Heinze. É um momento histórico, depois de um mês e meio praticamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a primeira vez que tem um traço de se buscarem eventuais desvios dos bilhões de reais de verbas federais destinadas a Estados e Municípios para o enfrentamento da pandemia.

É a primeira vez, não é o tocante desta sessão, não é o espírito desta sessão, que tem outros componentes – a gente está vendo. Mas tem algo que a gente pode buscar: a corrupção, pela primeira vez em um mês e meio. Espero que daqui para a frente, a gente possa equilibrar isso, porque tem muita coisa que o povo brasileiro está querendo saber. É isto que me perguntam muitos nas ruas, nas feiras, nos mercados, nas redes sociais, sobre o que é que foi feito, porque nunca se investiu tanto, Senadora Soraya, em saúde no Brasil.

Eu queria iniciar com esta máxima, não é? Desviar verba pública em pandemia não é corrupção: é assassinato. E é com base nisso que eu vou encaminhar alguns questionamentos para o senhor, já que o Governador não veio. Trabalhamos o final de semana passado, retrasado, para ouvir o Governador Wilson Lima, mas o STF, que mandou o Senado Federal abrir esta CPI, ele mesmo deslegitimou a nossa convocação do Governador Wilson Lima. E eu tinha muitas perguntas a fazer a ele. Uma delas é: o senhor colocou que pediu a logística para o oxigênio chegar ao Amazonas no dia 7 – deu algumas informações: 7, 8 –, mas o senhor, como Secretário de Saúde, foi que pediu diretamente ao Ministro; e o Governador? O que é que fez? Ele pegou um avião para vir pedir socorro ao Ministro da Saúde ou não? Porque, um caso desse, eu acho que é tão desesperador – e a gente viu as imagens, o Brasil todo viu – que o Governador tinha que largar tudo e ir efetivamente buscar socorro, buscar ajuda de quem quer que seja. E eu não posso fazer essa pergunta para ele, eu não posso fazer, como muitas outras perguntas eu não pude fazer.

Mas eu queria fazer aqui um breve balanço, para lhe fazer algumas perguntas. Vale ressaltar que o Estado do Amazonas, desde 2016, ocupa os holofotes dos veículos de imprensa nacionais por desvios de recursos públicos justamente na área da saúde. O Ministério Público Federal, por meio da Operação Maus Caminhos, investiga desvios praticados por organizações criminosas, cujo valor estima-se que ultrapasse a casa dos R$100 milhões. Vale ressaltar que a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas instaurou, em maio de 2020, Senadora Soraya, uma CPI que funcionou até setembro daquele ano e cujos trabalhos foram reconhecidamente fundamentais para o início das investigações que desencadearam na Operação Sangria, ou seja, a Assembleia Legislativa do Amazonas demonstrou sobre como se deve trabalhar uma CPI, também rastreando dinheiro. É um valor do povo brasileiro, que quer saber o que é que foi feito do dinheiro dele.

Sobre o Governo atual, o Ministério Público Federal apresentou, no Superior Tribunal de Justiça, duas denúncias. Em uma delas, o Governador e demais denunciados, como o senhor, são acusados de desvio de valores que tinham em posse, à razão dos cargos públicos ocupados, causando um prejuízo ao Erário de R$2.198.419,88.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a primeira pergunta que eu lhe quero fazer, ainda fazendo uma analogia com o que está acontecendo no Brasil, Sr. Marcellus, porque, a título de exemplo, várias capitais brasileiras... E lá em Fortaleza não é diferente, ocorreu uma operação também da Polícia Federal, a Dispneia, para apurar a aquisição de respiradores que nunca foram entregues. Outro exemplo é a Operação Ragnarok, que apura o pagamento pelo Consórcio Nordeste de 48 milhões para a empresa Hempcare, que é uma empresa que comercializa produtos à base de maconha – qualquer semelhança com empresa de vinho talvez não seja mera coincidência –, por aparelhos de respiradores que nunca foram entregues. Nesse caso do Consórcio Nordeste é que a gente vai votar um requerimento sobre esse assunto aqui nesta CPI. E os recursos lá não foram devolvidos. A quarta fase da Operação Sangria, realizada no último dia 2 de junho, apura irregularidades na construção do Hospital de campanha Nilton Lins, usado no combate à pandemia. Isso demonstra a importância de a CPI averiguar os eventuais desvios de recursos públicos, afinal não se olvida que desvio de recursos, ainda mais na época de pandemia, é assassinato – eu repito. A primeira pergunta que eu quero lhe fazer é sobre isso.

O nosso colega aqui que há pouco tempo falou, o Senador Marcos Rogério, lhe fez uma pergunta e o senhor respondeu que, quando assumiu a Secretaria de Saúde, o sistema primário de saúde era muito deficitário, muito precário. O senhor confirma isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sim, confirmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

A pergunta que eu lhe faço imediatamente, de forma objetiva, se o senhor puder responder como cidadão amazonense e cidadão brasileiro: qual o impacto que a corrupção tem nessas deficiências, nesse déficit da saúde primária do seu Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, não tem como responder essa resposta... Essa pergunta, Senador. O impacto da corrupção em cima... Em que sentido?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O que poderia se ter de hospitais, de UTIs? O que se poderia ter de respiradores? O que se poderia ter de estrutura, de infraestrutura se não tivesse tantos escândalos de corrupção no seu Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Evidentemente que qualquer dinheiro público mal-empregado deixa de ser investido naquilo que deveria ser. Então, o impacto é este: dinheiro que deveria ser utilizado para o que deveria ser realmente utilizado, para o fim adequado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, muitas vidas poderiam ter sido salvas se tivesse um equipamento melhor aplicado, adequado, estruturado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não tenho como responder essa pergunta, Senador, porque é difícil você mensurar esse tipo de resposta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Segundo os autos do Inquérito 1.306, cujo objeto é a apuração do cometimento de crimes no contexto do enfrentamento à pandemia, houve direcionamento de procedimentos de dispensa de licitação para aquisição de 28 respiradores de uma loja de vinhos. Algo que impactou muito no País é esta questão: o que tem a ver vinho, com respirador, com Covid-19. O nome da empresa é FJAP e Cia. Ltda., que é a Vineria Adega.

A pergunta: quando correu essa compra? Esses respiradores foram todos entregues? Eles eram adequados para o tratamento hospitalar da Covid-19?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, como eu falei ao Senador Marcos, eu cheguei depois que esse procedimento já havia sido consolidado. Já havia sido... Inclusive, foi pago e entregue. Então, eu não tenho essa informação de como se deu, porque eu cheguei no dia 8 de maio, e essa compra, se eu não me engano, foi feita dia 8 de abril – se não me engano!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor falou, numa pergunta até do Senador Renan Calheiros, Relator desta CPI, que as verbas aplicadas, no seu Estado, em respiradores, hospital de campanha, eram verbas estaduais.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu retifiquei depois: para o aluguel do Nilton Lins, em 2020.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Apenas o aluguel era verba federal? O senhor tem certeza de que apenas o aluguel era verba federal?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não. Neste procedimento, especificamente, do Nilton Lins; neste procedimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo! Porque me estranha muito, já que existe a denúncia no Ministério Público Federal e esse processo corre no STJ, continua correndo.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu acredito que porque configura a presença do Governador no mesmo processo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero lhe perguntar também, Dr. Marcellus, sobre a denúncia que implica o Governador e três servidores, incluindo o senhor, ex-secretário da saúde, que traz a acusação de peculato em proveito de duas empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicas: justamente esta, a FJAP e Cia., e a Sonoar e seus sócios, devido ao fretamento indevido de aeronave para o transporte de respiradores. Nesse caso, a PGR pede que os servidores públicos sejam condenados à perda de seus cargos e, justamente, juntamente com o Governador, ao pagamento de uma indenização por danos morais coletivos no valor de R$191 mil, equivalente ao pagamento do frete.

A pergunta: por que o Governo do Estado pagou esse fretamento em duplicidade, se o valor já estava incluído no contrato de compra desses tais respiradores? O senhor sabe dizer se foi instaurado algum procedimento administrativo interno para que estes valores sejam devolvidos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, como eu falei, esse processo, eu não estava na secretaria à época. O que eu sei é que foi instaurada uma sindicância pela então secretária e um procedimento de apuração via Controladoria-Geral do Estado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está vendo, Senadora Soraya Thronicke, como era importante ter o Governador do Estado aqui, como é fundamental ouvi-lo? Porque muitas informações a gente não está conseguindo ter porque ele não estava à época.

Eu até entendo o seu lado. Você não estava à época.

Esse escândalo está no meio do mundo, transcendeu a questão do Amazonas. E o Governador não vem dar os esclarecimentos. Vamos dar uma oportunidade a ele para dar os esclarecimentos.

Eu espero que essa moda não pegue – viu, Senadora Soraya? –, que os outros possam vir, os outros Governadores e os Prefeitos também. Estavam agendadas para já serem votadas aqui as convocações, mas foi mudado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – E secretários de Saúde, Senador Girão, para responderem sozinhos e objetivamente. Fácil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, perfeito.

Fala. Quer falar ao microfone?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só pra encaminhar, sobre o Hospital de campanha Nilton Lins, a Polícia Federal investiga irregularidades na prestação de serviços para atender à unidade de saúde, na qual se verificou, por exemplo, o sobrepreço para o serviço lá de manutenção no montante de R$1.971.882,12, que representa um total, Senadora Soraya Thronicke, 539% – 539% – superior ao praticado no hospital de referência.

A pergunta que eu lhe faço: o que o senhor tem a esclarecer sobre isso? Quanto custou a montagem desse hospital de campanha? Qual o valor mensal da manutenção? Quanto tempo de funcionamento? E quantos pacientes atendeu?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, essas empresas citadas não foram contratadas para o hospital de campanha. Elas chegaram a ganhar um chamamento público de contratação, mas, por estarem envolvidas em outros procedimentos, inclusive sendo alvo da CPI que foi citada pelo senhor e pelo Senador Marcos Rogério, eu decidi não contratá-las e realizar requisição administrativa dos serviços na própria unidade de saúde. Inclusive essas requisições ainda nem foram pagas, porque está sendo discutido o valor justo para elas.

Então, não houve contratação, não houve prestação de serviço, nem houve pagamento. A unidade de saúde atendeu, até o último dado que eu tinha, 625 pacientes de Covid-19.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O fechamento do hospital de campanha, o senhor falou até a data hoje mais cedo: quando terminou o contrato, terminou o aluguel, fechou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Governo Federal foi acionado sobre isso, foi consultado com relação ao fechamento desse hospital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não me recordo de comunicação formal a respeito disso, porque...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por que resolveu fechar?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O hospital não tinha mais paciente internado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas a segunda onda não viria? A segunda onda não viria? Todo mundo sabia que viria a segunda onda.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, em julho, nós não tínhamos pacientes internados naquela unidade. Era uma contratação provisória, de três meses. Como não tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais pacientes internados e o Hospital de referência Delphina Aziz tinha taxa de ocupação baixa para receber pacientes, foi optado pelo encerramento do contrato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas vocês, então, descartavam que viria a segunda onda, que não teria segunda onda, especialistas não avisaram lá?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Em julho de 2020, havia muita controvérsia a respeito desse assunto. Agora, nós tínhamos hospitais de referência, que é o Delphina Aziz, que nessa época já estava trabalhando com a sua capacidade máxima.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, talvez a segunda onda tenha sido menosprezada, porque depois veio a segunda onda e muita gente ficou sem UTI no Amazonas.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós trabalhamos a ampliação, por exemplo, no Hospital Delphina Aziz: saiu de 50 leitos de UTI pra 180 leitos de UTI, que é um hospital próprio do Governo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas mesmo assim ficou gente na fila de espera?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, a demanda foi muito grande...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... assim como houve fila de espera em todo o Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é, mas fechar um hospital de campanha, ainda antes da segunda onda, me parece, pelo menos, uma...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O Hospital Delphina Aziz supriu a necessidade como hospital de referência em Covid até o seu esgotamento até dezembro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Até dezembro.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O Hospital Nilton Lins teria que ficar funcionando de julho até dezembro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor concorda que, se tivesse o hospital de campanha, se não tivesse sido fechado pelo Governo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazonas, teria condição de ter recebido mais pacientes no período em que esgotou tudo na segunda onda?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ele voltou a funcionar em janeiro, logo em seguida do esgotamento do Delphina Aziz. Nós estávamos já, desde o dia 4 de janeiro, em tratativas para essa contratação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas teve gente na fila de espera...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... enquanto não se montou.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – E teve gente na fila de espera porque não havia leitos suficientes...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Teve gente que morreu na fila de espera – vamos ser bem diretos.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A característica da pandemia em todo o Brasil mostra... Hoje mesmo, nós estamos percebendo Estados como Mato Grosso do Sul com filas de espera, inclusive tendo que transferir paciente para outros Estados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas um erro não justifica o outro, não é? Vamos... Nós estamos aqui sobre o Estado do Amazonas, nessa crise.

Para encaminhar para o encerramento.

Durante essa pandemia, o sistema de saúde do Estado do Amazonas colapsou duas vezes – duas vezes –, com a ocupação de 100% dos leitos de UTI e a falta de oxigênio, que todo mundo sabe porque foi noticiada.

O que o senhor tem a esclarecer sobre isso? O senhor sabe quanto foi gasto no total no combate à pandemia no seu Estado, enquanto o senhor era secretário? E quanto desse valor foi decorrente de repasses efetivados pelo Governo Federal através do Ministério da Saúde? Isso que eu queria saber.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Os números exatos aqui eu não tenho, Senador, mas o que eu posso dizer é que nós trabalhamos ao longo de 2020, ampliando os leitos na rede, com o apoio, inclusive, do Ministério da Saúde, que enviava equipamentos e alguns insumos para nós realizarmos essa ampliação de leitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos, infelizmente, no final do ano, um aumento abrupto. Nós saímos de 2,2 mil internações em dezembro para 7,6 mil internações já em janeiro – então, um aumento aí de mais de 300% em poucos dias. Nós não tínhamos como fazer uma ampliação tão rápida de leitos nesse período de tempo, e pegou todos nós, infelizmente – hoje, nós sabemos; na época, nós não sabíamos –, com a circulação dessa cepa, a P1, que circulou e causou uma tragédia ali não só no Amazonas, mas depois também nos Estados brasileiros.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – No tocante à contratação de oxigênio para os hospitais e fornecimento de EPIs também, foi usada verba federal para essa finalidade?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, nós compramos insumos, medicamentos, equipamentos, contratação de recursos humanos etc...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Com verbas federais?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Com verbas federais também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixa eu lhe perguntar mais uma coisa. O senhor falou aí – se eu não estou enganado – que a eleição do ano passado foi ruim para o processo de contaminação que nós tivemos lá no Amazonas. O senhor confirma essa informação?

O senhor se manifestou contra a realização das eleições, de alguma forma, para o seu Governador, para as autoridades?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Houve reuniões com a Fundação de Vigilância em Saúde e com o TRE para essa questão das orientações e, principalmente, no combate às aglomerações provenientes desse movimento eleitoral.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, o senhor era contra a realização das eleições?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu era contra aglomerações em virtude do período eleitoral. Então, o período eleitoral é muito importante para o processo democrático brasileiro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, eu só quero 15 minutos.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... mas tem que trabalhar sob protocolos, no caso de uma pandemia, para evitar aglomerações e, consequentemente, as contaminações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A última pergunta, Senador, última pergunta.

Em resposta ao Requerimento nº 300, do nosso colega aqui Senador Alessandro Vieira, a Secretaria de Saúde informou que recebeu do Governo Federal, para enfrentamento da crise sanitária decorrente do novo coronavírus, o montante líquido de 533.470.645, mais de meio bilhão de reais; desse valor, foi gasto o montante de 314.327.529, restando ainda um saldo a executar de 219,143 milhões. Além desse valor, a comunicação oficial do Governo do Amazonas, em notícia publicada no dia 15 de janeiro, informa que em 2020 o Estado recebeu do Governo Federal, a título de auxílio financeiro, como forma de compensar perdas fiscais durante a crise econômica gerada pela pandemia, o valor de 890,4 milhões. Eu lhe pergunto, por último mesmo, encerrando: como se vê, houve aporte de recursos, tanto é que ainda restou o saldo de mais de 290 milhões. Por quê? Se não foi falta de dinheiro, o que é que causou tanto a morte do povo amazonense, dos brasileiros que vivem naquela região bonita do País?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, o que causou a morte foi a contaminação excessiva da população e, consequentemente, as hospitalizações, com a pressão e o colapso da rede. Então, quando você tem uma pandemia, mesmo tendo todos os recursos disponíveis, como é o caso de outros países desenvolvidos, que também sofreram com esse colapso na rede... Nós temos relatos dos Estados Unidos, da Europa etc., de países desenvolvidos também que – certamente não faltaram recursos financeiros – colapsaram ou tiveram, inclusive, problemas com oxigênio. Nós acreditamos que, se não houver as medidas restritivas, também a obediência da população em relação a medidas não farmacológicas e, principalmente, a aceleração da vacina, de fato, a contaminação se alastra e pode ficar incontrolável.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador, só uma pergunta, até porque V. Exa. irá nessa...

Aqueles médicos que foram pra Manaus e uma médica... No Hospital Dona Lindu, uma médica fez uma paciente inalar cloroquina. Isso é uma orientação da Secretaria de Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – De forma alguma, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E da onde aquela senhora...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela veio nesse cadastro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Governo Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela veio de fora, nós contratamos nesse cadastro do banco de dados do Ministério da Saúde. Veio para Manaus, trabalhou somente por 5 dias, e nós, quando tomamos conhecimento desse procedimento, imediatamente desligamos, abrimos processo de sindicância para apurar. E realmente foi apurado na sindicância que ela deu causa, que ela realmente fez por livre iniciativa, isolada, dela, e o processo está sendo encaminhado para os órgãos de controle e para quem deve tomar as iniciativas, inclusive para a investigação policial se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) **–** Obrigado, Presidente.

Cumprimento o Sr. Marcellus Campêlo, cumprimento os Senadores e as Senadoras.

É um pouco cansativo a gente não reparar o que de fato leva a você ter o colapso de um sistema de saúde. Quando você tem uma pandemia provocada por um agente infeccioso viral com alto poder de transmissão e com uma letalidade alta, como é o caso da taxa de letalidade alta por conta da transmissão... Se tivesse uma transmissão baixa, ele teria causado pouco impacto do ponto de vista de taxa de mortalidade, mas, como ele tem um índice de transmissibilidade e uma capacidade de transmissão muito voraz, a transmissão pode se dar de 1 para 4, 1 para 5, vai depender, e essa última cepa muito mais transmissível... Então, não tem outro caminho senão adotar algumas medidas, e medidas simples como o isolamento social, medidas como o uso de máscaras, medidas como higienização, mas, para isso, é preciso que haja um governo interessado em fazer isso. E não...

Eu vou ser repetitivo, porque às vezes as pessoas não conseguem perceber que o que foi dito que aconteceria aconteceu duas vezes no mesmo lugar, e aconteceu depois em todos os lugares do Brasil. O que era que se dizia no começo da pandemia? Se dizia que era preciso fazer isolamento, ter medidas restritivas de contato para diminuir o contágio, porque, como era uma doença altamente contagiosa, se acontecesse de várias pessoas adoecerem ao mesmo tempo, os sistemas de saúde entrariam em colapso. E não tem quem consiga atender a todos quando você perde o controle de uma pandemia como essa do coronavírus, da Covid-19. Não há recurso, nem humano, nem de serviço e nem de produção de insumos, porque a demanda se multiplica por várias vezes, não há capacidade instalada para atender essa demanda. Então, essa era uma preocupação de todos os países que passaram pela primeira onda antes de chegar ao Brasil. E a gente já sabia disso. Infelizmente, Manaus, na primeira onda, quando a gente foi dizer que tinha o primeiro caso aqui, em fevereiro, final de fevereiro, início de março, Manaus já devia ter o vírus circulando por conta de ser um *hub* e ter relação direta com a Ásia por conta do seu complexo industrial.

Quando Manaus tem o primeiro pico pandêmico da epidemia ou da pandemia, que morreu aquela quantidade de pessoas, já não tinha mais como controlar. Quando se chegou, já era tarde, e a gente já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

tinha milhares de pessoas fazendo a transmissão comunitária, e era fundamental que fizesse uma intervenção no que diz respeito ao isolamento social, com dureza, com radicalidade, porque foi assim que a Itália segurou, foi assim que a Espanha segurou, foi assim que os países seguraram na primeira onda, Portugal e outros países.

Óbvio, quando sai dessa primeira onda pra segunda onda, as pessoas relaxaram. Entre a queda do número, da média móvel de mortes, ela começa a cair, as pessoas começaram a relaxar e parecia que não tinha mais pandemia, só que o contágio continuou acontecendo. E aí eclode uma segunda onda muito mais violenta, porque tinha muito mais pessoas transmitindo ao mesmo tempo. E aí é enxugar gelo. Não adianta ter 7 mil leitos... Você precisaria ter 7 mil leitos de terapia intensiva. Quem é que vai ter? Ou 7 mil leitos a mais. Quem é que vai ter? Quem é que vai mobilizar? Ninguém consegue.

Então, eu queria que passasse um vídeo pra vocês poderem ler aí, 11 de janeiro de...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O som está ruim. Não precisa continuar, não, porque essa história a gente já viu. Pode interromper o vídeo.

Eu estou trazendo isso aqui porque nós temos um grande inimigo no combate dessa pandemia: é a forma como o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro se conduziu na pandemia. O Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, o Governo do Bolsonaro, não controlou a pandemia, não adotou medidas de controle da pandemia.

Adotou medidas de expansão da pandemia, porque acreditavam que... Está aqui o que o Osmar Terra disse aqui em outras, e a gente já mostrou que ele disse que era melhor que as pessoas se contaminassem, como disse a Dra. Mayra Pinheiro num vídeo aqui, no dia em que ela esteve aqui, que era importante que os jovens, que os fortes pudessem se contaminar para que pudessem ter imunidade, que a imunidade de rebanho deveria ser adquirida naturalmente.

Então, vejam: se a gente está diante de uma situação em que um governo adota como medida sanitária largar o povo à própria sorte para se contaminar e adquirir imunidade naturalmente, coletiva, naturalmente, nós estamos largando a população à própria sorte.

E o que aconteceu em Manaus na segunda onda, quando o Governador faz o decreto, porque já vinha crescendo o número de casos, o que foi que houve? Veja a manifestação. O Humberto falou aqui na Bia Kicis. O que ela diz? "A pressão do povo funcionou também em Manaus. O Governador do Amazonas voltou atrás em seu decreto de *lockdown*. Parabéns ao povo amazonense! Vocês fizeram valer o seu poder". Osmar Terra: "Embora o noticiário alarmista, Manaus tem queda importante de óbitos desde junho, mostrando uma imunidade coletiva de rebanho em formação e se manteve assim até o último dia do ano. As escolas reabriram ainda em setembro, e não houve alteração da curva". O próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário, aqui, falou que em setembro já vinha tendo aumento da curva. Coincide com a contaminação provocada pela abertura das escolas. O próprio Eduardo Bolsonaro disse aqui: "Búzios e, agora, Manaus. Todo o poder emana do povo".

Presidente, nós estamos diante de um crime, sim. Além disso, nesse vídeo que a gente viu aqui, a gente tem uma outra questão muito importante. Enquanto Manaus vivia o pico da pandemia, de uma segunda onda, o Ministério da Saúde estava lá para defender o tratamento precoce. Enquanto as pessoas morriam sufocadas por falta de oxigênio ou já se sabia que teria falta de oxigênio generalizada, por conta do aumento do número de casos, eles estavam defendendo o tratamento precoce. Tratamento precoce que não é problema de se ter tratamento precoce se se tem drogas capazes, efetivamente, de impedir que a doença se manifeste, drogas que sejam capazes de impedir que a doença se manifeste de forma grave, mas isso não existe.

E mais: propôs o tratamento precoce em substituição a todas as medidas de controle sanitário. A gravidade e o crime que os meus colegas Senadores e Senadoras às vezes não conseguem perceber, o grande crime está em defender uma medida de controle sanitário ineficaz, que largou brasileiros e brasileiras à própria sorte, ao contágio, à infecção e, por conseguinte, à morte, que fez gestores verdadeiros enxugadores de gelo.

Isso não quer dizer, ex-Secretário Marcellus Campêlo, que o Governador do seu Estado não foi um incompetente, não foi um fraco. Foi conivente. Foi conivente, porque ele sabia de todos os riscos e ele voltou atrás, ele não teve coragem de manter a posição dele, porque desagradava o Presidente e o grupo político do qual ele faz parte.

E V. Sa. também é corresponsável, porque ficou nesse meio sem se posicionar e sem abrir mão da função. Às vezes a gente acha que se manter num cargo é a nossa vida e a gente está colocando em risco a vida de milhares de pessoas.

O que eu vi aqui e o que a gente vê o tempo todo, sabe o que é? É a falta de... A gente não está preocupado com as pessoas. Ninguém aqui está preocupado em proteger o povo. Em Manaus, quem estava menos sendo protegido era o povo de Manaus, era o povo do Amazonas, Senador Omar Aziz.

Ninguém tinha preocupação com o povo do Amazonas, pelo menos quem estava na gestão federal e estadual. Falta de humanidade. Falta de compromisso com a vida. É isso que a gente viu em Manaus, uma verdadeira tragédia humanitária, sanitária, uma catástrofe do ponto de vista sanitário. Isso porque se acreditou que era possível controlar a doença com apenas hidroxicloroquina, que era possível não fazer isolamento social, que o vírus não ia ser transmitido para quem estava tomando hidroxicloroquina ou quem tomasse estaria protegido desse vírus.

Então, o que eu quero chamar atenção é que aí tem um crime contra a vida, porque a decisão de fazer foi deliberada. E esta CPI tem que indiciar ou pelo menos encaminhar para indiciar o principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

responsável e promotor dessa pandemia, que não é só o Osmar Terra, mentor, tem um grande chefe. E o grande chefe dessa situação que a gente está vivendo, com quase 500 mil mortos, chama-se Jair Messias Bolsonaro. E ele deve ser indiciado por crime contra a humanidade, por crime contra o povo. Porque, veja, Manaus, diferente de outras cidades, é sitiada ou por floresta ou por água. Ou o Estado está presente ou as pessoas morrem.

E, para concluir, eu quero dizer o seguinte. Sabe o que aconteceu em Manaus? Foram lá levar tratamento precoce, enquanto o que precisava era levar oxigênio, era montar uma estrutura, mobilizar recursos do País inteiro para corrigir o erro, que era anterior, de não ter feito o isolamento social, conforme todo mundo vinha dizendo que era o caminho pra evitar contágios, pra evitar infectados, pra evitar doentes e mortos. Então, virou um grande cemitério a cidade de Manaus e um grande cemitério o Estado do Amazonas. E tem responsáveis por isso, e o maior dos responsáveis é quem vem fazendo e promovendo a pandemia no Brasil.

Manaus teve 60% a mais de votos em Bolsonaro do que em Haddad no segundo turno, e onde Bolsonaro foi mais votado a mortalidade pela Covid é maior. Sabe por quê? Porque as pessoas acreditavam no Presidente, na fé pública que o cargo lhe confere, e ele promoveu essa expansão da pandemia.

Pra concluir, Presidente, só tem vacina hoje porque o STF definiu que teria que ter um plano nacional de imunização, mas o Bolsonaro só queria um tipo de vacina, que era a AstraZeneca; não queria a CoronaVac, não queria a Pfizer, passou o ano inteiro enrolando. E, se não é essa CPI, se não é a iniciativa de Governadores e deste Congresso, a população brasileira não estaria, se não são os Governadores, a população brasileira não estaria sendo vacinada com maior volume e em maior quantidade. Foi um esforço de todos para que a gente chegasse aqui, porque o negacionismo que a gente demonstrou aqui era um gabinete paralelo antivacinas, em que tudo estava vinculado ao tratamento precoce como única medida sanitária para conter a pandemia.

E a gente está vendo que a gente teve 500 mil mortos, e, se não fossem Governadores, o Congresso Nacional, a opinião pública, se não fosse os vários atores que se posicionaram contra o Presidente, nós teríamos mais de 2 milhões de mortos a essa altura.

Portanto, Presidente, fica aqui o nosso repúdio e a nossa sugestão ao Relator, que vai estar gravada, de que o Presidente Jair Messias Bolsonaro seja responsabilizado, ele e toda a sua assessoria, por mais de 300 mil mortes que poderiam ter sido evitadas, não fosse essa a condução, a condução de ter só tratamento precoce como medida de controle sanitário ineficaz, que levou milhares de brasileiros e brasileiras à morte e à destruição de centenas de milhares de famílias no nosso Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos ainda a Senadora Soraya, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Alessandro Vieira e, não membros, o Senador Telmário, o Senador Fabiano Contarato, a Senadora Zenaide Maia e o Senador Izalci.

V. Exa. quer falar?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Não estou inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está inscrito aqui. Eu pensei que nós tínhamos conversado lá.

Senador Luis Carlos Heinze também.

Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Presidente, eu acho que o Senador Heinze está na minha frente, o Heinze e o Alessandro. Eu fico pra depois. Ou o Fernando... É, eu tenho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, aqui na minha lista é a senhora, depois Senador Fernando Bezerra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então está assim: Rogério Carvalho, Fernando Bezerra, Alessandro Vieira, Luis Carlos Heinze, e aí é a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então tudo bem, vamos lá.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, é o que eu... É a ordem de inscrição. Não vou furar a fila dos meninos, não. Eu falo depois deles.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eles me entregam aqui uma lista, e eu vou lendo aqui conforme eles me entregam.

Senador Alessandro Vieira. Não, Senador Fernando Bezerra? Senador Fernando Bezerra, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Marcellus Campelo, Srs. e Srs. Senadores, já tive oportunidade de comentar sobre artigo publicado recentemente pela revista *The Economist*, alertando para o fato de que a pandemia da Covid-19 provocou a mais profunda recessão global desde a Segunda Guerra Mundial, sendo que o PIB na América Latina e Caribe caiu 7%, o pior resultado registrado em qualquer região monitorada pelo FMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o periódico inglês, um dos aspectos que explicam esse desempenho que nossa região apresentou durante a pandemia foi a implementação dos mais severos *lockdowns* do mundo. Nenhuma outra região ficou tanto em casa durante um ano de pandemia quanto a América Latina, onde o isolamento social foi 70% maior do que na América do Norte.

Em que pese a implementação dos mais severos *lockdowns*, os números de casos e mortes registrados, relativos à população, são os maiores dentre todas as regiões do mundo. Na prática, somos uma região altamente vulnerável aos *lockdowns*, do ponto de vista econômico, enquanto que o resultado sanitário dessa medida foi bastante questionável.

Segundo dados do *site* Our World in Data, com informações da Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos, diversos países da América do Sul, mesmo aqueles que já avançaram significativamente em seus planos de vacinação, como é o caso do Uruguai, estão entre os países com maior número de novas mortes por semana no mundo por milhão de habitantes. Considerando os dados da última semana, temos o Paraguai ocupando a primeira posição, com uma média de 19 novas mortes diárias por milhão de habitantes. O Uruguai, que já vacinou com duas doses 35% da sua população, é o segundo país com o maior número de mortes diária por milhão de habitantes, com média, na última semana, de 14 mortes por milhão de uruguaios. Na Argentina, a quarta colocada, foram praticamente 13 novas mortes por milhão de argentinos, seguida pela Colômbia, em quinto lugar, com 11 novas mortes por milhão de colombianos.

O Brasil, por sua vez, tendo atingido, com o esquema vacinal completo, 11% da sua população, apresentou média de nove mortes por milhão de brasileiros, mesmo número médio de mortes verificado regionalmente na América do Sul. O Chile, que também possui um dos cronogramas de vacinação mais adiantados do continente, com 47% da população completamente vacinada, apresentou média de cinco novas mortes por milhão de chilenos.

Esse cenário, Sr. Presidente, aponta para a complexidade e o desafio que o enfrentamento da pandemia impõe aos gestores públicos e à sociedade como um todo, ao mesmo tempo que não permite, isoladamente, indicar quais ações seriam efetivamente responsáveis por garantir a superação desse lamentável cenário de perda de vidas humanas e por romper com o ciclo de perda de emprego e cortes em gastos que afetou a economia mundial e respondeu pela forte recessão que se verificou nesse período.

O Governo Federal, o Governo do Presidente Bolsonaro, tem adotado inúmeras medidas, que incluem a vacinação de toda a população brasileira acima de 18 anos, até o final de 2021. Aliás, o Brasil é um dos países que mais vacina contra a Covid-19 no mundo, além da disponibilização de recursos humanos, do fornecimento de materiais de apoio logístico e insumos, sem contar, como aqui testemunhou o Secretário Marcellus Campêlo, os vultosos recursos financeiros repassados aos Estados e Municípios como parte da estratégia de enfrentamento à Covid-19, cuja aplicação também é objeto de investigação desta Comissão Parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saliento que o Governo Federal já pagou despesas no montante de quase 562 bilhões em ações e investimentos relacionados ao combate à pandemia do coronavírus, sendo praticamente 230 bilhões, quase dez Bolsas Famílias, destinados ao Auxílio Emergencial de proteção social, pagos diretamente às pessoas em situação de vulnerabilidade, para o enfrentamento da crise pandêmica também em seu aspecto econômico.

Gostaria ainda de chamar a atenção, Sr. Presidente, para o resultado da última reunião deliberativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ocasião em que foram aprovados diversos requerimentos de transferência de sigilo telefônico e telemático que não preenchiam os requisitos de ordem legal e constitucional. A Constituição Federal, em seu art. 5º, assegura a inviolabilidade dos direitos à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, bem como garante o sigilo das correspondências, das comunicações telefônicas e de dados, os quais somente poderão ser violados em hipóteses excepcionais, devidamente justificadas.

Como bem asseverou o Supremo Tribunal Federal, em inúmeros precedentes sobre a matéria, a quebra de sigilo não pode se converter em instrumento de devassa indiscriminada dos dados bancários, fiscais e/ou telefônicos, posto sob a esfera de proteção da cláusula constitucional que resguarda a intimidade.

Portanto, Sr. Presidente, em sintonia com a decisão recente do Ministro Luís Roberto Barroso, que aceitou os pedidos de liminar para suspender a quebra de sigilo telefônico e de mensagens de dois ex-servidores do Ministério da Saúde, esses poderes devem ser exercidos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito de forma fundamentada e em conformidade com o princípio da proporcionalidade, de modo que a quebra de sigilo esteja circunscrita aos limites imprescindíveis às tarefas de investigação.

Esse entendimento está consolidado na Suprema Corte, que já assentou em sua jurisprudência os requisitos que devem ser observados para quebra de sigilo. Por isso, para que os trabalhos desta Comissão estejam em consonância com o nosso ordenamento jurídico, solicito que sejam observados futuros requerimentos que não preenchem os requisitos de ordem legal e constitucional apontados acima, devendo os mesmos serem indeferidos de ofício pela Presidência desta CPI, observando sempre, no diapasão da decisão do Ministro Barroso, a individualização das condutas a serem apuradas, a apresentação dos indícios de autoria, a explicitação da utilidade das medidas para caracterização das infrações e a devida delimitação dos dados e informações buscados, para que não ultrapassemos os limites desta medida de restrição de direitos.

Para encerrar, Sr. Presidente, antes de formular meu questionamento ao Sr. Marcellus Campêlo, gostaria de salientar alguns aspectos jurídicos relacionados à questão da falta de oxigênio em Manaus. Inicialmente, lembro que a competência e a responsabilidade pelo fornecimento do oxigênio medicinal é dos Estados e dos Municípios, cabendo ao Ministério da Saúde o envio de recursos financeiros para a sua aquisição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda que se possa aduzir juridicamente o caso de força maior no sistema de saúde do Amazonas, particularmente pela emergência de uma cepa mais resistente e contagiosa, há que se considerar que o sistema de saúde local já era estruturalmente debilitado, com evidentes dificuldades de logística.

Temos clareza de que a competência para o fornecimento do oxigênio medicinal era da White Martins e caberia ao gestor local fiscalizar esse contrato com a White Martins. Reafirmo: a União não detinha responsabilidade jurídica sobre o caos do oxigênio no Amazonas. Ainda assim, com fundamento no pacto federativo humanitário, a União empreendeu todos os esforços para minorar os efeitos do caos em Manaus assim que teve conhecimento do ocorrido, seja em atenção à logística de oxigênio, seja através do transporte seguro de pacientes.

Tenho em mãos uma nota de esclarecimento do Comando Militar da Amazônia, informando o cronograma dos fatos relacionados ao apoio deste comando para o transporte de oxigênio, entre os dias 7 e 15 de janeiro, bem como da pronta disponibilização de recursos operacionais e logísticos das Forças Armadas, a fim de garantir o transporte não apenas de oxigênio, mas também de outros materiais essenciais para o combate à Covid no Amazonas, tanto por via aérea, quanto por via fluvial.

Feita essa contextualização, recordando a fala do depoente, V. Sa. afirmou ter recebido documento da White Martins, alertando para a necessidade de apoio com o oxigênio, no final da noite do dia 7 de janeiro.

A partir desse momento, gostaria de revisitar a cronologia dos fatos com V. Sa., para que fique clara a real linha do tempo.

V. Sa. confirma o contato telefônico com o Ministro Pazuello, na noite do dia 7 de janeiro de 2021? Sim ou não?

O SR. MARCELLUS CAMPELO (Para depor.) – Sim. Confirmo, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual foi o objeto desse contato telefônico?

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Ah, pedir o apoio logístico para um pedido da White Martins de apoio para trazer cilindro de oxigênio de Belém a Manaus.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Portanto, a solicitação se limitou ao apoio das Forças Armadas para o transporte aéreo de cilindros de oxigênio de Belém para Manaus. Nesta data, 7 de janeiro de 2021, não foi tratado sobre o risco de desabastecimento de oxigênio medicinal.

V. Sa. confirma essa minha afirmação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Sim, eu confirmo porque, na verdade, a White Martins apresentou a solução que estava a caminho, que era a programação de balsas de Belém para Manaus, a cada dois dias.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na madrugada do dia 8 de janeiro de 2021, a White Martins encaminha um *e-mail* para a Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas.

V. Sa. confirma o recebimento dessa mensagem?

O SR. MARCELLUS CAMPELO – O *e-mail* encaminhando o ofício. É isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma mensagem que foi encaminhada na madrugada do dia 8 de janeiro.

O SR. MARCELLUS CAMPELO – À meia noite e treze encaminhando o ofício do pedido.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual era o conteúdo dessa mensagem da White Martins?

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Ele pedia a requisição do estoque da Carbox e pedia...é... falava aqui da requisição da Carbox e apoio... O ofício era para a Carbox...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O *e-mail* dava notícias da dificuldade da White Martins em atender à crescente demanda de oxigênio?

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Sim. Ela citava essa dificuldade para justificar o pedido da requisição do estoque da Carbox.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quando o conteúdo desse *e-mail* chegou ao conhecimento do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS CAMPELO – Deste *e-mail* aqui? Os registros que nós temos aqui no relatório da Força Nacional de Saúde, aqui está mostrando o dia 8 de janeiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Temos informação de que, apenas no dia 16 de janeiro de 2021, o Ministério da Saúde foi comunicado do conteúdo do *e-mail*. A White Martins nunca encaminhou esse *e-mail* para o Ministério da Saúde. Isso é uma coisa a ser analisada e investigada por esta Comissão.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Este *e-mail* aqui, Senador, foi a instrução do processo de requisição. O pedido, via CMA, foi feito verbalmente, e depois foram enviados ofícios específicos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou seja, o *e-mail*...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... ao CMA.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... não foi remetido ao Ministério da Saúde. O *e-mail* só chegou ao Ministério da Saúde no dia 16 de janeiro – é isso que nós estamos aqui afirmando. Quando é que o Ministério da Saúde toma conhecimento do problema do desabastecimento no Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu tenho aqui um relatório parcial de ações entre 6 e 16 de janeiro da Força Nacional de Saúde. O registro que eles falam: "Tal problema chegou ao conhecimento no ministério no dia 8 de janeiro por meio de um *e-mail* enviado por Petrônio Bastos, da White Martins". É isso que eles estão relatando aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eles falam... Seria bom que essa cópia desse *e-mail* que eles comunicam que chegou ao Ministério da Saúde... Aí a data é do dia 10 de janeiro. A informação do Ministério da Saúde é que o *e-mail* só chega no dia 16 de janeiro. Portanto, isso é um ponto de divergência que precisa ser aclarado na investigação.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu vou encaminhar esse relatório da Força Nacional...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Por favor.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... para a CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Voltando ao dia 7 de janeiro de 2021, V. Sa. afirmou ter enviado ofício, naquela mesma noite, ao Comando Militar da Amazônia solicitando o apoio de transporte aéreo de cilindros de oxigênio de Belém para Manaus. Correto?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A demanda foi atendida quando e qual a quantidade de cilindros recebida nesse primeiro voo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu tenho conhecimento de a demanda ter sido atendida na noite do dia 8. No primeiro voo, se não me engano, 150 cilindros. E, no dia seguinte, o restante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – No dia seguinte, no dia 10 de janeiro. Talvez seja a data mais correta.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso, isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na primeira remessa, no dia 8, foram 150 cilindros, e, no dia 10, mais 200 cilindros.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Naquele final de semana, concluiu-se a operação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Foram 350 cilindros. Portanto, não demorou sequer 24 horas para o pronto atendimento do Ministério da Saúde quando da solicitação pela Secretária de Saúde do Estado do Amazonas.

V. Sa. considera que os pedidos de transporte desses cilindros de oxigênio foram tempestivos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim! Sim, senhor!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – De fato, no dia 9 de janeiro de 2021, um sábado, a Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas enviou um ofício ao Ministério da Saúde, oficializando o pedido verbal de transporte de cilindros de oxigênio. Esse pedido formal já tinha sido atendido no dia 8 de janeiro, com os primeiros 150 cilindros, e seria complementado no dia 10 de janeiro, com outros 200 cilindros.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

A duração da fala do Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou terminando, eu estou terminando, só mais um pouquinho de compreensão.

Seguindo a linha do tempo, no dia 10 de janeiro de 2021, um domingo, o Ministro Pazuello e todos os secretários do Ministério da Saúde se deslocaram para Manaus, a fim de prestar todo o apoio necessário *in loco* à população. No mesmo dia 10, à noite, em reunião com o Governador do Estado e com V. Sa., foram apresentadas as dificuldades da White Martins em produção local e logística de transporte, ou seja, foi nesse momento, apenas no dia 10 de janeiro, à noite, que o Ministério da Saúde tomou ciência das dificuldades da White Martins tanto para a fabricação quanto para o transporte de oxigênio. V. Sa. confirma esse relato?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós informamos, no dia 7, a questão da logística e mandamos ofício no dia 9. No dia 10, eu falei pessoalmente com o Ministro a respeito da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programação da White Martins, que deveria ter chegado no sábado – não chegou. No domingo, não tinha chegado ainda. E, na segunda, também estava programado para segunda-feira de madrugada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. já disse anteriormente que não tratou, no telefonema com o Ministro Pazuello, sobre o problema do desabastecimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por favor, a duração prolongada.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, porque nem a própria White...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Senador escolheu fazer um discurso de defesa durante 15 minutos. Agora, vai fazer mais 10, 20 minutos de perguntas evasivas. Por favor, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Evasivas, não. Eu acho que eu devia merecer respeito por parte do meu companheiro, porque ele usa o tempo dele da forma que ele julga melhor para os esclarecimentos. É o que eu estou tentando fazer aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas é justamente o tempo, Sr. Senador. O tempo é de 15 minutos. O senhor já vai para 30.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só vou pedir, Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu tenho mais duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Tudo bem, Senador Fernando Bezerra.

Mas alguns Senadores usam 15 minutos fazendo defesa ou emitindo opinião. Depois, chega o final, para ocupar mais cinco, dez minutos, começam a fazer as perguntas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou ser bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele ainda tem que lhe responder às questões que V. Exa. levantou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele acabou de responder. Ele acabou de responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. falou sobre quebra de sigilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No seu discurso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na parte introdutória. Falei na parte introdutória.

Mas, só para concluir, Sr. Presidente, mais uma vez pedindo a compreensão dos meus colegas Senadores: prontamente o Ministro Pazuello agendou uma reunião com a White Martins para o dia seguinte, segunda-feira, dia 11 de janeiro, às 7 da manhã. V. Sa. confirma esse encaminhamento que o Ministro tomou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, mas a reunião foi às 8h, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Às 8h?

V. Sa. participou da reunião ou teve conhecimento do resultado da conversa com a diretoria da White Martins?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, estava presente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual foi o resultado dessa reunião?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O resultado foi que, imediatamente, o Ministro Pazuello designou um dos seus auxiliares para começar a tratar diretamente com a White Martins desse apoio logístico de oxigênio para Manaus.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Dessa reunião com a White Martins, o Ministério da Saúde confirmou as dificuldades com a empresa e iniciou as tratativas para atender à demanda de transporte de oxigênio líquido, iniciando, no próprio dia 11 de janeiro, as adaptações de aeronaves da FAB para o seu transporte. No dia 12 de janeiro, acontece o primeiro voo com oxigênio líquido. V. Sa. confirma essa afirmação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Seguindo, no dia 11 de janeiro, às 16h, o Ministério da Saúde e o Estado do Amazonas instauraram o Centro Integrado de Coordenação e Controle para auxiliar na solução de todas as demandas estaduais advindas da crise em Manaus.

Encerro, Sr. Presidente, com essas linhas gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o Ministério da Saúde, com o apoio do Comando Militar da Amazônia, de forma efetiva, auxiliou na solução das demandas sanitárias, além de articular as ações no âmbito dos demais Ministérios do Governo Federal.

Muito obrigado, e eu peço as minhas escusas ao meu querido companheiro Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, brilhante defesa do Governo, principalmente uma brilhante defesa do Ministro Pazuello. Mas, quando o Governo do Amazonas comunica ao Governo Federal, no dia 7, que precisava transportar oxigênio, é porque alguma coisa já não estava normal. Para o Estado pedir naquele momento, uma semana antes...

Veja bem, eu não estou aqui passando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, é porque nós estamos aqui... Esta Comissão tenta criminalizar ações ou omissões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que tenham sido desenvolvidas por autoridades públicas.

Na realidade, tanto o Governo do Estado do Amazonas... E o Governo Federal não sabia, porque a White Martins tinha o compromisso de entregar 52 mil metros cúbicos de oxigênio no sábado. Essa ligação... Portanto não havia o colapso caracterizado. Isso se deu quando a White Martins não faz a entrega do que tinha acordado com o Governo do Estado, se é que eu interpretei corretamente a palavra e a fala aqui do Secretário Marcelo Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação à decisão do Ministro Barroso, o Governo tem que ver quando ele está do lado do Ministro Barroso e quando está contra. Quando o Ministro Barroso manda abrir a CPI, o Ministro Barroso não é um bom Ministro, mas, quando ele dá uma decisão favorável, ele vira um bom Ministro. Então, vocês primeiro têm que decidir em relação a isso, porque não sou eu que vou decidir.

Respeitamos a decisão do Ministro Barroso. Ele disse que faltam informações, e nós estamos providenciando as informações para mandar a ele.

Agora, em relação à quebra de sigilo, a investigação sempre aconteceu assim. V. Exa. é uma pessoa experiente e sabe que isso acontece, não tem jeito. É lógico que cada vez mais temos que embasar esses pedidos, até porque aqui não é um tribunal de exceção, em que nós vamos chegar aqui e, porque eu não gosto de A ou de B, eu vou quebrar sigilo bancário, sigilo telefônico... Então não é isso que nós queremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário, o senhor é engenheiro de formação, correto? O ainda Governador do Estado do Amazonas é jornalista, correto? Quem traçou a política de atendimento à saúde pública durante a pandemia no Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Houve vários planos de enfrentamento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem traçou esses planos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Quem traçou?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós tivemos Secretários no início que eram da área e que estavam trabalhando. Esse plano, a Fundação de Vigilância em Saúde, que têm epidemiologistas no seu quadro, os técnicos da rede traçaram os planos necessários.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E esse plano foi seguido?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O plano foi seguido até o momento que nós nos deparamos com o crescimento descontrolado de contaminação e necessidade de internação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Permita-me só fazer uma pequena observação para V. Sa. O crescimento acontece porque o plano não funciona; não é o contrário. A contaminação aumenta quando o poder público não tem competência para evitar que isso aconteça. Não é um milagre que acontece no meio da selva. Só para deixar claro, para a gente poder endereçar corretamente as coisas.

Então, o senhor poderia, por favor, me explicar qual era o plano, como funcionava o plano de atendimento da saúde pública do Amazonas para evitar que o amazonense, primeiro, se contaminasse; segundo, chegasse no hospital e não tivesse vaga; e, terceiro, morresse sufocado. Qual era a linha de gestão que foi traçada pela equipe e pelo Governo do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, o plano previa a adoção de medidas não farmacológicas: a divulgação para a população e, no caso, quando precisasse, restrição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

circulação para evitar contaminação. A única medida que nós tínhamos disponível, num ambiente sem vacina, era evitar contaminação para evitar justamente essa transmissão que ocorreu no final do ano, de forma descontrolada, no Amazonas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Claramente não funcionou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Os planos de enfrentamento... Como eu falei, nosso plano era baseado em modelos que eram aplicados no plano de enfrentamento nacional e em todos os Estados – seguem os mesmos parâmetros.

Evidentemente, que, numa transmissão comunitária, nós precisamos evitar que as pessoas tenham contato para evitar essa contaminação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor fez uma manifestação, no início de janeiro, atribuindo à população a culpa pela elevada contaminação, alguma coisa na linha do "a população escolheu se contaminar". Procede essa afirmação que o senhor fez?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu falei que as aglomerações e as manifestações que ocorreram contra o decreto de restrição do Governador do Estado era uma clara opção da população. Eu falei, a minha frase: a sociedade optou pela contaminação, quando prefere ficar nas ruas, sem seguir as recomendações não farmacológicas e buscando essa contaminação. Foi isso que eu falei com as aglomerações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem revogou o decreto foi a população ou o Governador do Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Foi o governador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem roubou o dinheiro público encaminhado para atender o cidadão? Foi a população do Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, o que eu posso dizer é que nós trabalhamos para enfrentar a pandemia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seu trabalho foi profundamente ineficiente, Sr. ex-Secretário.

Só para contextualizar, Sr. Presidente, tomando como base a fala quilométrica do Senador Fernando Bezerra, os documentos apresentados pelo próprio Ministério da Saúde apontam que já era do conhecimento do Ministério da Saúde, em 4 de janeiro – e outro documento aponta em 6 de janeiro, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2020 – o caos sanitário que se aproximava do Amazonas, como de fato aconteceu. Então, não foi um fator imprevisível; pelo contrário, a política pública, no Estado do Amazonas, não é traçada pela White Martins; é traçada pelos gestores. E a todo o instante eu estou escutando aqui falar que a White Martins disse que ia fazer, que não ia fazer. Não tem um planejamento adequado. Isso me impressiona muito.

Diante dessa perspectiva de que não existia, como de fato não existia, uma política racional de enfrentamento a essa crise gravíssima, qual foi o papel do Ministério da Saúde no tocante à formatação da política pública que o Amazonas vivenciou?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós seguimos a formatação do modelo nacional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Qual era o modelo nacional, Sr. Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Exatamente esse que eu falei para o senhor: trabalhar as medidas não farmacológicas, orientar a população e restringir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O plano nacional era de medidas não farmacológicas? O Ministério da Saúde esteve em Manaus ...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O enfrentamento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ...defendendo medidas não farmacológicas, Sr. Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não! Estou falando que o plano nacional que está publicado, inclusive na Secretaria de Vigilância e Saúde, é o mesmo... Nosso plano estava em consonância com esse plano nacional. E é isso que nós seguimos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O plano que está publicado no *site* ou com o plano que foi aplicado? Porque o Ministério da Saúde não foi para Manaus defender medidas não farmacológicas. Ou o senhor tem alguma evidência ou vídeo ou alguma coisa que indique que o Ministério da Saúde, com a equipe que foi enviada, em algum momento, exercitou lá esse plano que trata de medidas não farmacológicas? Falando em português, para as pessoas acompanharem: isolamento, distanciamento, medidas de higiene, higiene respiratória, essas coisas todas que o Governo não faz.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós, do Governo do Amazonas, sempre defendemos isso. Em todas as manifestações do governador, minhas ou de qualquer outro da equipe sempre defendemos as medidas não farmacológicas para evitar a contaminação. O Governo do Amazonas sempre defendeu isso. Enquanto eu estive na pasta, também defendia essas medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A equipe do Ministério da Saúde que esteve em Manaus, ela esteve lá para defender essas medidas, que o senhor descreve agora? Porque essas medidas que o senhor descreve agora são as medidas que a ciência preconiza.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Fosse isso verdade, seguramente, o caos de Manaus não teria acontecido.

Então, os vídeos, os textos e a propaganda do Governo mostram que a equipe do Ministério da Saúde foi até lá para defender tratamento medicamentoso precoce, lançar um aplicativo de diagnóstico automático e retardar, como de fato retardou, o atendimento para aquelas urgências que eram mais óbvias: melhor estrutura para atendimento das pessoas, o que está no relatório que foi encaminhado à Câmara dos Deputados apontado como objeto de uma reunião de 4 de janeiro.

Então, eu entendo que V. Sa., que passou um tempo já na cadeia por conta de uma prisão temporária, tenha um certo receio de se posicionar – eu entendo –, mas é muito importante que o senhor se coloque da forma mais precisa e absoluta de acordo com a verdade.

Então, é muito clara a ação do Ministério da Saúde que não foi no sentido que o senhor descreve, e, ainda assim, o senhor persiste – já vamos em horas de depoimento – na mesma narrativa de que o Ministério da Saúde tem um plano nacional de combate à pandemia e que o Amazonas e o Brasil estavam seguindo essas medidas não farmacológicas, não estavam encaminhando para o tratamento precoce, não estavam defendendo medicamentos que não têm eficácia comprovada pela ciência, não estavam defendendo a utilização do aplicativo para diagnóstico imediato.

Qual é a realidade?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A realidade é que nós sempre defendemos as medidas não farmacológicas no Governo do Amazonas e também sempre... Há diversos decretos do Governador impondo restrições ao longo da pandemia. Essas restrições, evidentemente, quando o número de contaminação arrefece, você vai fazendo a flexibilização para apoiar a economia. Porém, sempre defendemos as medidas não farmacológicas como o senhor citou aí: utilização de máscaras e outras medidas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, infelizmente, a única medida não farmacológica que funcionou no Amazonas foi cadeia mesmo.

Eu agradeço pelo espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Luis Carlos Heinze, V. Exa. tem 15 minutos.

O depoente está à sua disposição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, colegas Senadoras e Senadores, Senador Girão, primeiro, eu quero fazer um esclarecimento da última sessão da CPI com a bióloga Natalia Pasternak.

Somente para esclarecer: segundo o Conselho Federal de Medicina e as normas que regulamentam o exercício profissional dos médicos, ao emitir pareceres e opiniões sobre tratamentos clínicos e recomendações de tratamentos médicos, a bióloga está exercendo de forma ilegal a Medicina.

A bióloga Natalia não possui atribuições legais para emitir opiniões sobre tratamentos medicamentosos, fato esse que limita várias das suas colocações e conclusões nesta CPI.

Ao falar o número de pessoas que conseguiram obter a recuperação do Covid mediante aplicação de tratamentos medicamentosos, a Dra. Natalia me ironizou, dizendo que esses quase 15 milhões de pessoas salvas devem ter tomado também o chazinho da vovó. Essa sua ironia revela um sarcasmo e o desrespeito muito grande com as áreas da Medicina e da Farmácia, como o uso de plantas medicinais e fitoterápicos.

Dados da Anvisa mostram que há no Brasil mais de 60 fitoterápicos devidamente registrados. A farmacopeia brasileira é muito vasta e qualificada. Há cinco plantas medicinais indicadas, inclusive, na rede pública de saúde, SUS, sendo que o Ministério da Saúde também vem ampliando o acesso dos pacientes a medicamentos à base de plantas medicinais fitoterápicas. Essas informações foram desprezadas pela depoente. Me questiono: quais outras informações a depoentes ignorou ou confundiu nesta CPI?

Sr. Marcellus, em 2020, o Governo Federal, Jair Bolsonaro, repassou o valor de R$2.731.548.169 ao Estado do Amazonas, Estados e Municípios. Desse total, 1.000.981.000 – não vou deixar os quebradinhos aqui – foram repasses normais, fundo a fundo, para Estados e Municípios; R$749,868 milhões, Senador Girão, foram extra, para atender o Covid. Isso no ano de 2020; nem estou falando de 2021.

Pergunto: como o Governo, como o senhor, Secretários anteriores, o próprio Governador, gastaram esses recursos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Senador, nós utilizamos os recursos Covid, tanto de fonte estadual quanto de fonte federal, na contratação de profissionais de saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na aquisição de medicamentos, de equipamentos, com intuito de ampliação de rede e combate à pandemia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Alguns colegas já fizeram, e eu vou repetir a pergunta sobre o fornecimento de oxigênio em Manaus. Prestem atenção, Sr. Relator, Sr. Presidente e Senador Girão: foi falado aqui, na correspondência que a White Martins encaminhou à Secretaria estadual da Saúde do Estado do Amazonas. Parte do documento diz assim:

> Vale registrar que a White Martins vem oferecendo o produto em questão em quantidades muito superiores às suas obrigações previstas em contrato, estando rigorosamente em dia com suas responsabilidades contratuais [foi disso isso em 7 de janeiro]. Contudo, o imprevisto aumento da demanda ocorrido nos últimos dias agravou consideravelmente a situação de forma abrupta, superando em muito o volume contratado pela Secretaria junto à White Martins, fazendo com que sejam necessários novos esforços adicionais para que a totalidade das necessidades sejam supridas.
> Assim sendo, considerando a essencialidade do produto em destaque, servimo-nos da presente para recomendar que a Secretaria identifique e faça a aquisição de volumes adicionais ao contrato diretamente de um outro fornecedor que seja capaz de aumentar a disponibilidade do produto nas áreas críticas.

Então, o Governador, a Secretaria da Saúde deveria saber, já tinham sido alertados de que já estava faltando, como aumentou, que tinha problema no contrato com a White Martins.

Conhecedora do mercado de gases da região, a White Martins informa a existência do fornecedor Carboxi Indústria e Comércio de Gases Ltda., acreditando ter essa empresa condições de suprir produto à secretaria, o que não configura qualquer violação por parte da secretaria ao contrato de fornecimento hoje existente, dado o estado de calamidade pública em que o País se encontra. Isso foi dito, Senador Renan, pela White Martins ao Governador e ao Secretário. Disponibilizaram, Senador Girão, que pudesse procurar outro fornecedor. E tinha mais fornecedores. A pergunta: por que o Secretário da Saúde da época, o Governador do Estado ou alguém não bateu na porta da Carboxi ou da outra empresa – tem uma terceira empresa ainda lá –, sabendo que faltava oxigênio? Pode me responder? **O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO –** Sim, Senador. A Carboxi é uma pequena empresa local com capacidade de produção de 8 mil metros cúbicos. A White Martins, nesse expediente, na verdade, ela pede, porque ela tentou comprar da Carboxi, que é uma prática da White Martins.

Eu queria ler para os senhores um documento da própria White Martins, que fala assim: esforços logísticos da White Martins com recursos de terceiros, comprando... A White Martins tem adquirido das empresas Carboxi Indústria e Comércio, Nitron Gases... A White Martins adquiriu oxigênio líquido na modalidade de entrega da empresa Messer Gases Brasil, comprando da Air Liquide... Então, a White

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Martins... Comprando da empresa Aço Verde. Enfim, todas as possibilidades... Onde havia disponibilidade de oxigênio no Brasil, a White Martins estava mobilizando e comprando esses estoques. Então, mesmo que a Secretaria de Estado fosse em busca de outros fornecedores, a própria White estava comprando esses estoques pra trazer pra Manaus. O que ela tinha dificuldade era na logística de trazer esse oxigênio pra cá. Em Manaus não tem outra produtora de oxigênio do porte da White Martins pra atender uma rede do tamanho da nossa rede. Quando a White Martins fez o pedido da requisição do estoque da Carboxi, imediatamente nós fizemos. No dia seguinte, a White Martins foi buscar o estoque lá.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E também, apenas pra lhe lembrar, em 31 de dezembro, os fundos municipais e estadual tinham 681 milhões disponíveis. E também, em 31 de janeiro, tinha 800.190.000 disponíveis no fundo estadual de saúde e no fundo municipal. Então, não é que faltasse dinheiro por falta do Governo Federal, não é? O dinheiro repassado estava no fundo, em 31 de dezembro, Senador Girão, e em 31 de janeiro. É bem claro isso. É importante que o Relator preste atenção.

Também foi lembrado já, pelo Senador Bezerra e algum outro que me antecedeu – o Senador Jorginho falou da mesma forma –, que, em 7 de janeiro, você telefonou para o Ministro Pazuello pedindo ajuda na logística de cilindro de oxigênio. O senhor queria que transportasse 1,5 mil cilindros, o que daria oito viagens carregando 200 cilindros, que é a capacidade de cada viagem de avião. O General, imediatamente, fez contato com o Ministério da Defesa e, no dia 8 de janeiro, já havia 150 cilindros em condições de serem transportados pra Manaus; no dia 9, não havia cilindros; no dia 10, carregaram mais 200. Portanto, 350 cilindros. Isso foi do seu telefonema e, imediatamente, o Governo, o General Pazuello e o Ministério da Defesa o atenderam.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k, não é?

O Estado do Amapá, ao perceber o risco de essa epidemia causar muitas mortes, afetando seus cidadãos... E lamento aqui também, Senador Girão, as 13.149 mortes. É muito relapso, porque, se tinha dinheiro na conta, sabendo que podia faltar oxigênio, como faltou, discutindo... A White Martins avisando vocês que não tinha. Tinha que procurar umas providências muito antes disso, dia 1º, dia 2, dia 3, sei lá. Esperaram acontecer as coisas para poder fazer essa colocação.

Havia o risco de epidemia, de causar mortes, afetando seus cidadãos; optou por ofertar atenção primária e se organizou para tal. Vem tratando a sua população, o que tem reduzido a letalidade dessa doença de modo significativo incomparável.

Pergunto: por qual razão, a sua Secretaria da Saúde não implementou centros de triagens de pacientes e tampouco acatou as notas técnicas disponíveis na época através do Ministério da Saúde que orientavam e sobre a atenção primária? Por que não fizeram algo semelhante ao que o Estado do Amapá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está fazendo? Quem deu essa contraordem, visto que a Dra. Mayra, quando estava em Manaus, ainda em janeiro de 2021, orientou a seguir tais normas técnicas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A orientação foi dada à Prefeitura de Manaus.

A crítica da Dra. Mayra Pinheiro se refere às unidades básicas de saúde da Prefeitura de Manaus, com a qual eu concordo. De fato, ela encontrou uma situação muito desorganizada na rede básica de saúde de Manaus, com várias unidades básicas fechadas e com apenas 18 unidades básicas com referência à Covid. Infelizmente, houve o processo eleitoral, que deu uma descontinuidade dos trabalhos das Prefeituras, e isso ajudou a agravar a situação. Quando a nova gestão assumiu, já encontrou uma situação muito ruim, inclusive com necessidade de abastecimento de medicamentos, o que o Estado, inclusive, apoiou.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para lhe colocar: os colegas Parlamentares falaram mal do tratamento precoce. Vários falaram. Eu vou lhe dizer: é o tratamento que teria ajudado o seu Estado. O Estado do Amapá adota esse procedimento. Se pegarmos o dado do Pará, o dado de Belém, comparado com o de Manaus, que é praticamente a mesma a situação, é bem diferente; o número de óbitos é bem menor que o de vocês. Faltou adotar esse procedimento.

A letalidade – volto a insistir –, no Amapá, 1,5. Parece que hoje, Senador Girão, já está em 1,44, porque adota o procedimento, enquanto que o Estado de V. Exa., o Estado do Amazonas, está em 3,4. E parece que Manaus é bem pior que o interior do Estado do Amazonas.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É em torno de 5.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Então, de 5, e interior, 1,9, 1,2.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – De 1,9.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Então, veja o problema que os amazonenses estão sofrendo por causa da cabeça dura de alguém dizer que não use o tratamento.

Então, essa mortandade – os 488 mil mortos no Brasil e os 13 mil mortos lá no seu Estado – teria sido bem menor se tivesse adotado esse procedimento. É isso que eu quero lhe colocar. Infelizmente, quem lhe dá orientação está errando na orientação que lhe deu, porque a orientação dada pelo Ministério da Saúde de que poderia adotar esse procedimento não foi adotada. E, hoje, você tem essa letalidade de 5 na cidade de Manaus e de 3,4 no Estado do Amazonas como um todo. Então, é lamentável que isso tenha ocorrido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o fato importante que eu quero colocar.

Senador Renan, Senador Randolfe, amanhã eu vou responder que o Senador Otto Alencar criticou um cientista.

Girão, eu não sou médico, mas não admito que façam isso perto de uma pessoa como Didier Raoult. Na hora certa... Não estou respondendo porque não está aqui presente. Na frente dele, eu quero responder o ataque frontal que fez a um cientista reconhecido no mundo inteiro. Não se pode fazer isso. Eu lamento.

E, mais uma vez, eu quero cumprimentar os médicos brasileiros pelas 15.854.264 vidas salvas, esses que estão sendo achacados em tantos cantos do Brasil, professores universitários, cientistas, sendo hoje tripudiados dentro das suas universidades, porque adotam, tiveram coragem de adotar um procedimento. Lamento.

Senador Girão, vou ver se eu consigo lembrar aqui... Não estou achando o que Barack Obama... Barack Obama, está num livro, foi citado.

> Estou em campanha eleitoral para contar aos lobistas das grandes empresas que os dias em que determinam a ordem do dia em Washington estão encerrados. Fiz mais do que qualquer outro candidato nessa campanha para me opor aos lobistas e venci. Não custearam a minha campanha, não concorrerão comigo à Casa Branca e não afogarão as vozes do povo norte-americano quando eu for Presidente.

Na época, o Prof. John Talbott, da Universidade da Califórnia... Mais de 630 grandes empresas e organizações fizeram *lobby* somente em relação a produtos farmacêuticos e da saúde. Essa matéria está no livro *Obamanomics*, do Prof. Talbott, que fez uma referência ao discurso de Obama na Pensilvânia. Ele citou, Senador Girão, que mais de U$1 bilhão haviam sido gastos por empresas farmacêuticas em *lobby* dentro do Congresso americano.

Isso é o que está ocorrendo neste instante por essa questão das vacinas e da questão desse tratamento precoce que nós estamos defendendo arduamente aqui. A verdade prevalecerá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, Sr. ex-Secretário, Sr. Relator, Senadores e Senadoras, servidores e todos que nos assistem pela TV Senado, hoje, nós inauguramos uma nova fase nesta CPI, que é a fase em que estamos investigando a conduta dos Estados e Municípios na condução da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que o depoente saiba que, infelizmente, o STF entendeu como inconstitucional a convocação de Governadores. Infelizmente, o Governador Wilson Lima não veio. Ele poderia ficar calado em certas perguntas e responder outras perguntas. Se a moda pega, como disse o Senador Girão, os secretários de saúde correm o risco de responder por muito mais do que possam ter cometido. A responsabilidade, se apurada, é subjetiva. O senhor vai responder pessoalmente se for identificado dolo ou culpa, por ação, omissão, imperícia, negligência, imprudência. Então, se a moda pega...

E aí eu gostaria de saber do Sr. Presidente se os nove secretários de saúde onde estão acontecendo operações da Polícia Federal foram convocados. O Senador Eduardo Girão disse que fez o pedido. Já foi votado? É só para saber. Não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não foi votada a convocação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas tem pedido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Quem nós convocamos foram os Governadores, que está marcado. Até hoje, não há decisão da Ministra para eles virem ou para eles não virem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas não é uma decisão *erga omnes*, ou era uma decisão somente para o Wilson Lima?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Somente para o Wilson Lima, que o deixou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque foi considerada inconstitucional...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele abre o precedente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. A decisão foi a seguinte: que ele poderia vir e que, aqui, qualquer pergunta que se fizesse, ele poderia ficar calado, não responder. Isso é uma questão. E a segunda questão é que eles alegaram que ele já está sendo investigado. Então...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Enfim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi baseado nisso. Agora, em relação aos outros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... seria importante já começar com a...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para colaborar, Senadora Soraya, se a senhora me permite.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – É só para colaborar, esclarecer.

Realmente, foi votada a convocação, se eu não me engano, de nove Governadores. O primeiro faltou, pela decisão do Supremo. Espero que os outros venham, mas o Presidente ficou de colocar, no momento oportuno, a votação dos Prefeitos de capitais que tiveram seus Municípios visitados pela Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a gente espera que a decisão também do Supremo não saia em cima da hora, porque, senão, vai nos prejudicar na investigação. Caso o Supremo permita que os Governadores venham depor, a gente vai manter aquela agenda primeira, que nós já temos agendada. Agora, não dá é para a gente esperar... Já está lá o pedido de informações, já foram mandadas as informações para a Ministra...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que nós queremos é que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se chegar em cima da hora, aí não vem, e a gente também não convidou mais ninguém, não convocou ninguém, e começa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pois é...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sobre os Prefeitos, o senhor tem mais ou menos uma data, quando é que pretende...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós podemos conversar sobre isso. Amanhã, nós vamos votar vários requerimentos, não está pautado, mas eu estou esperando a decisão do Supremo em relação aos Governadores. É isso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí é já deixar alerta para os secretários de saúde de que a responsabilidade pode cair subjetivamente, uma responsabilidade pessoal dos secretários, se o senhor ou cada depoente que vier aqui não apontar... Os depoentes geralmente aqui são todos inocentes, todo mundo aqui, todo mundo é inocente. E aí não apontam também o responsável, mas nós temos uma situação de caos.

Por isso, eu gostaria, Secretário, para que nós fôssemos bastante objetivos aqui, que o senhor conseguisse responder "sim" ou "não" – eu fiz perguntas bastante objetivas –, se for possível isso, porque o tempo já urge.

Iniciando aqui, o senhor tem formação na área de saúde ou uma pós-graduação numa área de gestão de saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Não, sou engenheiro civil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem fazia parte do corpo técnico da Secretaria de Saúde do Amazonas? O corpo técnico, eu digo, na área médica.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós temos... Como eu falei, foram estabelecidas quatro comissões de especialistas, e há vários médicos na rede, inclusive...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Formais? Formalmente? Tinha médicos...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, tem portarias...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... sanitaristas que entendem de...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, médicos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Infectologistas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... epidemiologistas, etc.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor pode depois declinar esses nomes dessas pessoas de quem o senhor tomava orientação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu posso enviar as portarias que têm os nomes de cada um, inclusive com o CRM.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, esse corpo se reunia para ajudá-lo a tomar as decisões na área de saúde. Certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, nós tínhamos as reuniões de especialistas. Conversávamos a respeito de determinado tema, as notas técnicas eram elaboradas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E eles orientavam o senhor, e o senhor tomava, formatava, formalizava os atos administrativos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Exato.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quantos médicos mais ou menos? O senhor se recorda?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não me recordo agora. Precisava ver...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Um, dois, dez?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, mais...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Menos de dez?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É mais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É mais?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Mais, mais...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, esses médicos são corresponsáveis com o senhor. O.k.

O senhor enxerga que houve um colapso no sistema de saúde na gestão da pandemia no Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, houve um colapso em função do número imponderável de contaminação e necessidade de internação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas poderia ter sido melhor gerido esse colapso? Poderia ter tido uma melhor gestão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós fizemos um plano para, como eu falei, que atendesse o pior cenário da primeira onda. Infelizmente, no final do ano, no começo do ano, na última semana de dezembro e na primeira semana de janeiro, houve uma incidência inesperada, absurda de contaminação em função – hoje nós sabemos – da P1. A P1, em novembro, tinha uma incidência de zero na capital, em Manaus; 52%, em dezembro; e quase 92% em janeiro, ficando clara aí a prevalência da variante e a influência dela nesse processo pandêmico exponencial que aconteceu no final do ano.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Secretário, eu escutei aqui, desde a hora em que eu cheguei, desde o início da sua fala, várias datas: dia 7 de janeiro, dia 10, dia 11, dia 16, dia 15... Eu gostaria de saber exatamente quando faltou oxigênio no Amazonas. Que dia? Dia 12, 13, 14? Foram só três dias de desabastecimento? Quais foram os dias exatamente?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O que eu falei: existe a rede pública estadual...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No Amazonas.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – No Amazonas, começamos a ter a necessidade de a população ter acesso a mais oxigênio no início de janeiro, houve filas para comprar oxigênio, mas na rede de saúde...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas eles estavam comprando e não estava faltando? Eles estavam comprando para estocar onde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, a quantidade que... Porque as pessoas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ou as pessoas estavam usando oxigênio que seus familiares levavam para o hospital já no começo de janeiro?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não. Nós identificamos... Os hospitais privados colapsaram em dezembro. No começo de janeiro, evidentemente, os hospitais públicos, estando lotados, as pessoas procuraram, inclusive, para tratamento em casa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quando faltou na rede pública, Sr. Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Na rede pública, faltou no dia 14 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** No dia 14, não tinha. Dia 14...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não é que não tinha completamente. Em algumas unidades, houve intermitência de fornecimento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas começou a faltar.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A quantidade necessária para atender tudo, em função da alta demanda, não foi suficiente nos dias 14 e 15. A partir do dia 16, nessas unidades de saúde, começou a ter um fornecimento... Apesar de valores baixos nos tanques, mas sem registro de falta nas unidades...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quando é que normalizou a provisão de oxigênio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A provisão normalizou quando a White Martins conseguiu que a programação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual a data?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sem ter riscos de desabastecimento, no final de janeiro...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** No final... Quando é que o senhor quitou a dívida com a White Martins? Ou ainda...? Porque a White Martins disse que havia pagamentos em atraso.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, mas a White Martins nunca se refutou, inclusive está escrito, em função de pagamento, a abastecer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A abastecer. Mas quanto que estava em débito e quando que foi quitado? Porque nós estamos trabalhando aqui as remessas dos recursos públicos federais enviados para os Estados e Municípios e a gestão desses recursos. Oxigênio é algo que precisa estar em dia.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu acho que eu tenho um quadro aqui que fala sobre os pagamentos da White Martins. Eu vou... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Enquanto o senhor acha, vou fazer a próxima pergunta, porque a minha preocupação é com o meu horário – e eu tenho certeza de que o Presidente vai repor um pedacinho do meu horário aí.

O senhor pediu apoio logístico para a Unicef e não pediu para o Governo Federal – foi isso que eu entendi?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, pedimos pra... O primeiro que foi pedido foi para o Governo Federal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E por que que o senhor pediu pra Unicef?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós fomos buscar qualquer alternativa de trazer apoio, porque a Unicef, com a Opas, estava sempre apoiando o Estado do Amazonas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E a Unicef deu apoio também logístico?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela sinalizou, através de um *e-mail,* que teria viabilizado com a Opas, mas precisava fazer via Ministério da Saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Chegou, então... A única participação em logística foi via Ministério da Saúde? Foi só o Ministério da Saúde que deu suporte de logística?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, porque esse tipo de transporte de oxigênio líquido, que é muito complexo e perigoso, inclusive com risco de explosão, somente aviões militares poderiam trabalhar esse tipo de carregamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Qual o montante, Secretário, de recursos federais que foram enviados para o Amazonas exclusivamente para o combate ao coronavírus? É porque, em uma busca – até busca em todos os *sites*, busca aqui da minha assessoria –, nós não encontramos o montante exato destinado para o Covid. Porque não adianta colocar junto no pacote valores para investimento, tem que ser para o custeio do Covid.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu tenho um quadro aqui, Senadora: em 2019, os valores foram 447 milhões...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – 2019?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É. E, em 2020, 697 milhões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Em 2020, já tinha Covid.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É. No caso, tem uma linha Covid em 2020 de 212 milhões. É...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, esses números, até agora, nem o Ministério da Saúde, em nenhum lugar, nós temos os números exatos. O senhor não tem o número exato de quanto foi?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Mas esses dados foram enviados pra CPI, se eu não estou enganado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Os números exatos.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, os relatórios do fundo estadual...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Do fundo a fundo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone*.) **–** De 2019 que o senhor está falando?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) **–** Não, eu falei dos recursos federais. Com a planilha, por exemplo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Porque falam de 8 bi, 9 bi, 11 bi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Nós aprovamos aqui recurso para Estados e Municípios especificamente para tratamento Covid, fora os repasses naturais que o Governo Federal fornece.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sim, mas só para o Covid, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Em 2020, só Covid, quanto foi?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Foram R$219.435.508,09.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E em 2021?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E 219 milhões? Porque já falam em bilhões de reais. Aí nós estamos investigando recurso federal, mas nós não sabemos nem quanto que foi enviado. Não sabemos quanto foi enviado. Nenhuma soma bate, Presidente Omar.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É porque existe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O Amazonas, inclusive, ficou numa relação um pouco melhor, porque nós tínhamos tido a primeira onda, e aqui a gente conseguiu colocar um recurso um pouco melhor. Nós botamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Fala-se em bi, e aqui só 200 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Bi eu não diria, mas não foram só 219 milhões de Covid, não; foi mais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Em 2020. E em 2021 quantos milhões?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O senhor passou aqui do...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque também se fala...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... nós votamos várias matérias para ajudar os Estados. Uma delas foi a reposição...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... das perdas. Lembra que nós votamos? Reposição de perdas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sim, mas isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Votamos anistia...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Apenas para compra de insumos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Deixamos, nós prorrogamos o pagamento das dívidas dos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, mas esse aí eu gostaria que estivesse fora da contagem, porque houve déficit na arrecadação.

O que foi para a pasta de V. Exa., exatamente, somente para a sua pasta?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu vou pegar o número de pastas daqui a pouco, tá?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O.k.

Então, fica difícil a gente... Não temos clareza sobre absolutamente nada.

Eu gostaria, e o senhor pode até enviar a resposta sobre as perguntas que foram feitas, mas eu quero aqui terminar parabenizando os Parlamentares aí. Eu estive agora com o Delegado Pablo, Deputado Federal, do Amazonas, que também pediu a intervenção no Estado, e ele diz que não foi por acaso, foi por descaso. Esta é uma frase do Delegado Pablo: "Não foi por acaso, foi por descaso".

Então, eu não sei se fico constrangida. Sinceramente, estou me sentindo constrangida e, ao mesmo tempo, não sei se parabenizo o Sr. Secretário pela calma dele. Foi até agora o depoente mais calmo que esteve aqui. Não sei se o senhor toma um floralzinho, alguma coisa. O senhor deve estar... Eu estou impressionada ou não sei se é frieza, porque eu não consigo ficar fria diante dessa situação. Eu não consigo ficar calma diante dessa situação, principalmente o meu Estado, estou sentindo na pele, está em colapso neste momento, e nós estávamos no pico da vacinação. Desejo que ninguém mais passe por isso, mas, infelizmente, o que nós temos visto, eu não sei a que ponto nós vamos chegar. Mas, assim, a covardia – não sei quem disse – é a mãe da crueldade. Felizmente o seu Governador não veio dar explicações. Não é só para os Senadores não; é para o povo brasileiro. Ele poderia se calar quando não quisesse responder uma pergunta, mas poderia dar muita informação para todos nós. A responsabilidade objetiva pode, sim, recair sobre o senhor sozinho. O senhor vai levar esse monte de morte nas suas costas. O senhor tem certeza? O senhor vai levar sozinho? Porque, para dizer que não aconteceu nada numa possível – numa possível – responsabilidade, caso seja apurada, na sua opinião, se houve algum erro no Amazonas, o erro é de quem? E aí a minha última pergunta: o senhor tinha autonomia como secretário de saúde, carta branca para tomar decisões?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senadora, na minha opinião, a responsável pela crise que nós enfrentamos é a grande contaminação e circulação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, o senhor fez tudo certo? O senhor deita no travesseiro e acha que está tudo certo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós fizemos todo o possível...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Nós quem? O senhor fazia sozinho? Quem...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós o Governo, nós a equipe de saúde, os servidores da saúde...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor tinha carta branca total, autonomia total na sua pasta?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós trabalhávamos com a liberdade necessária para trabalhar, para agir e para propor. Quando saía da nossa alçada, existia um comitê de crise que tomava as decisões para a necessidade de relaxamento e tudo o mais...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, ficou tudo, a responsabilidade está toda difusa ou é só do senhor?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senadora, eu tomei as decisões que eu podia tomar para enfrentar uma crise sem precedentes, como essa pandemia. Nó fizemos todos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quantos médicos o senhor tinha, junto com o senhor, nesse comitê de crise?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senadora, eu tenho que ver...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não sabe o número, o senhor não sabe o quanto o senhor recebeu...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, eu tenho que ver...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não sabe quantos médicos lhe orientavam, o senhor não sabe quem tomava decisão no seu Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eram várias equipes que se reuniam dependendo do tema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Várias equipes. Quantas equipes no comitê de crise?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós temos quatro comissões de especialistas que fariam isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quantas pessoas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu preciso ver o número.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quantos médicos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu não tenho, eu não tenho essa informação. Eu posso lhe passar as portarias depois.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então vocês faziam uma assembleia para tomar uma decisão? Que tamanho é isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós ouvíamos os especialistas da área para poder tomar decisões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Me dê um nome.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Especialistas, por exemplo, como o Dr. Bernardino, da Fundação de Vigilância em Saúde; o Dr. Marcos Guerra, o doutor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eles ajudavam o senhor, eles orientavam o senhor na parte de saúde para o senhor tomar as decisões na gestão da pandemia?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Depende da área. Se a área for administrativa, de gestão... Se for na área, evidentemente, de epidemiologia, nós tínhamos que ouvir a Fundação de Vigilância em Saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Na estratégia de combate ao coronavírus, na estratégia de combate à pandemia, quem orientava o senhor?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós ouvíamos os especialistas e trabalhávamos em conjunto para isso. Um plano...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas o senhor não lembra quantos, quais?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Como eu falei para a senhora, existiam quatro comissões de especialistas. Eu posso trazer os nomes dos que nós estávamos ouvindo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Para o combate à pandemia, para o combate ao coronavírus, quatro comissões de especialistas médicos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, em determinadas áreas. Existiam especialistas na área de fisioterapia, que nós montamos agora para a segunda onda, especialistas em epidemiologia...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Na estratégia. Na estratégia...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Na estratégia...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... de combate.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – .... de combate para um plano de ação, as equipes de saúde, nós tínhamos o Secretário de Políticas em Saúde, o Secretário da Capital, o Secretário do Interior...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, o senhor não mandava sozinho. O senhor não tinha autonomia total.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu tomava a ação, mas evidentemente que eu, não sendo da área médica, preciso ouvir as pessoas da área médica, e isso eu reconheço.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, o senhor vai declinar esses nomes para a CPI, por favor.

E aí nós sabemos também que no Hospital Dona Delphina... Como que é o nome da mãe do Senador Omar Aziz?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Delphina Aziz.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Delphina Aziz. Parece-me que dois – o senhor vai me dizer – andares estavam sem utilização, dois andares estavam subutilizados, e aí foi necessário alugar um novo hospital de campanha, é isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Isso foi antes da minha entrada...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E aí fechou e depois teve que realugar? Como é que foi isso?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não. Quando eu cheguei, já estava o aluguel da Nilton Lins executado. O que eu sei do histórico é que o Delphina Aziz tinha a capacidade de instalação, mas precisava de um tempo para poder fazer essa instalação. Como o Hospital Nilton Lins já estava montado e poderia ser alugado, o Governo do Amazonas preferiu fazer as duas coisas em paralelo, tanto que no mês de maio o Hospital Delphina Aziz já estava funcionando na sua totalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom, eu lamento, mas agradeço, Senador Omar, e desejo ao povo de Manaus e ao povo brasileiro boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora. Vou passar a palavra ao Senador Contarato e depois à Senadora Leila. Já iniciou a sessão do Senado. Vai ter votação daqui a pouco.

Eu vou pedir ao Senador Izalci que abra mão de falar hoje – ele é um parceiro que sempre está aqui – e, se o Senador amigo Kajuru quiser falar, eu vou abrir este espaço para o Senador Jorge Kajuru, logo após ouvir o Senador Contarato e a Senadora Leila, e aí o Kajuru.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário... Deixe-me ver aqui. Bota o Senador Telmário aqui na palavra, por favor. Bota o Senador Telmário. (*Pausa.*)

Saiu o vídeo dele.

Caiu?

Ele que desligou?

Senador Contarato, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Por videoconferência*.) – Oi, está me ouvindo, Presidente? Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou ouvindo Senador Telmário. Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado. Eu parei aqui o carro para poder falar. Primeiro, muito obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentar o Secretário que está aí, o ex-Secretário.

Eu vou direto, Presidente, ao assunto.

Secretário, eu tenho dez perguntas rápidas para V. Sa.

Primeira. O senhor diz que o Estado montou um plano de enfrentamento da pandemia, entre o fim de 2020 a 2021, e o número de casos de Covid-19 aumentou em um intervalo curto de tempo. O Estado preparou a rede, previu a ampliação da rede de assistência para atender os pacientes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda pergunta. A situação da saúde no seu Estado rende manchetes em redes nacionais desde gestões anteriores à atual, da qual o senhor fez parte. O problema na saúde do Amazonas é um problema histórico? Foram feitos alguns investimentos para melhorar a qualidade da modernização e atendimento da população durante o período em que o senhor ficou à frente da pasta ou o senhor só administrou o que encontrou lá? O senhor fez alguma coisa ou só administrou o que já estava lá?

Terceira pergunta. Mas houve aquisição de equipamento pelo Estado ou vocês apenas ficaram esperando a colaboração do Governo Federal e as doações da sociedade civil organizada?

Quarta. O Amazonas é o maior Estado em dimensão territorial do País. Para ir da capital a alguns Municípios são necessários dias. Eu imagino que nem sempre dá para levar pacientes do interior para a capital quando ele precisa de um suporte à vida avançado. O que o senhor fez para tentar melhorar o atendimento de quem não está na capital?

Quinta. Se o paciente precisar de se transferir com urgência para um leito de UTI, o Estado tem capacidade de atendimento?

Sexta. Falando do interior, muitas prefeituras não têm estrutura. O Estado deu algum suporte para preparar os Municípios para receber a vacina, fazer essas vacinas chegarem nas cidades mais longínquas e chegar no braço da população?

Sétima. O Estado enviou recursos especificamente aos Municípios do interior?

Oitava. A saúde não é feita só de leitos, tem que ter insumos também. A rede estadual se preparou para não deixar faltar medicamentos e outros insumos?

Nona. Hoje na sociedade existem os órgãos de controle como transparência. Os seus atos à frente da Secretaria de Saúde do Amazonas tiveram transparência e observaram a legalidade?

Décima. Caso o Estado do Amazonas passe por uma terceira onda, ainda há risco de desabastecimento de oxigênio? Quais medidas o senhor adotou para que não ocorra novamente o que aconteceu em janeiro?

São essas dez perguntas, Sr. Presidente, ao ex-Secretário.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Nós, de fato, encontramos uma rede de saúde desestruturada no Estado do Amazonas, principalmente na reorganização ali na cidade de Manaus em relação à atenção primária. É uma rede com déficit de leitos, principalmente de UTIs, e nenhum leito no interior do Amazonas. Então, o que nós fizemos? Para a pandemia, nós trabalhamos na expansão de leitos, trabalhando os hospitais de referência. Nós saímos, na segunda fase, de um total de 130 leitos para 447 leitos de UTIs. Então, nós mais que triplicamos os leitos de UTIs no atendimento dessa fase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o histórico, realmente, o Amazonas tem um histórico de problemas na área de saúde – não é um problema de agora – com vários problemas crônicos, de décadas, que precisam ser reparados. Era isso que nós estávamos já executando o plano, e a Secretaria de Saúde tem um plano chamado Programa Saúde Amazonas para resolver esses problemas.

Sobre aquisição de equipamentos, sim, nós adquirimos vários equipamentos para restruturação da rede. Estamos fazendo uma remodelação da rede – estávamos fazendo, eu era Secretário – com a aquisição de raios X digitais, tomógrafos, ressonâncias, etc., substituindo os equipamentos obsoletos que tem na rede. Para o interior, nós instalamos quase 300 UCIs, que são unidades de cuidados intermediários, para dar suporte aos pacientes nessas unidades. O interior tem um problema crônico: como eu falei, não existe uma UTI instalada no interior. E nós temos esse projeto para fazer até o final do ano... Sendo Parintins a primeira cidade que vai ter equipes e leitos de UTI no interior.

Sobre interior e vacinas, sim, a Fundação de Vigilância em Saúde, que coordena o PNI no Estado, apoiou os Municípios com as redes de frio para poder armazenar vacina, também apoiando na logística de vacinação nas comunidades, principalmente as comunidades mais afastadas. A Casa Militar do Amazonas é que apoia nesse sentido para distribuir rapidamente as vacinas aos Municípios mais distantes. Para terem uma ideia, na primeira leva de vacinas, na primeira remessa, em menos de dois dias, todos os Municípios do Amazonas já tinham vacina, não obstante a área de 1,5 milhão de quilômetros quadrados.

Sobre insumos, o Governo do Amazonas recebeu a Secretaria de Saúde com a capacidade, o estoque de insumos e medicamentos com 12% de taxa, e hoje está mais de 70%. A rede está abastecida tanto na capital quanto no interior.

Sobre transparência, nós criamos a Secretaria Executiva de Controle Interno, que cuida exatamente desse processo de transparência. Nós criamos *site* de transparência... Nosso *site* de transparência específico para Covid, inclusive, foi considerado dos mais transparentes no Brasil.

E nós consideramos que há, sim, risco de um novo recrudescimento. Um plano de contingência para a terceira onda, inclusive, foi entregue ao Ministro Queiroga, porque ele prevê, no caso de oxigênio, um plano específico para, dependendo do consumo, já adotar medidas de logística, porque a capacidade, como bem lembrou o Senador Omar, aumentou 8 mil metros cúbicos desse momento pra cá.

Num total da White Martins de 36 mil metros cúbicos, somadas as usinas de oxigênio instaladas, a nossa capacidade total hoje está em 66 mil metros cúbicos. Então, há um plano de instalar mais 30 usinas de oxigênio. Cinco já estão compradas, estão em via de instalação, e, as outras 25, em processo de licitação.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o comparecimento do convidado.

Eu queria iniciar minha fala esclarecendo ao senhor que na saúde pública, como direito de todos e dever do Estado, a culpa do Estado não exclui a culpa do Governo Federal, porque isso é chamado culpa concorrente. Então, o senhor está aqui... E eu quero lembrar também que o senhor foi convocado pela base aliada do Presidente Jair Bolsonaro. Foram integrantes do Presidente Jair Bolsonaro que fizeram essa convocação, claro, aprovada pela CPI, mas que, quando o Governo Federal vê um aliado envolvido em alguma coisa, ele não quer vincular; ele fez isso com o Pazuello, com todos os generais que deixaram o Planalto, Santa Cruz, Rêgo Barros, inúmeros outros aliados, e também fez isso com o Governo do Amazonas, e está fazendo com o senhor. Então, por que ele faz isso? Porque ele age como se não tivesse responsabilidade pra tentar se eximir da sua responsabilidade, que é patente, porque quem tem legitimidade pra celebrar contratos é o Estado brasileiro, através do Presidente da República. Eu não tenho dúvida disso.

Queria deixar claro para o senhor que, no dia 23 de dezembro de 2020, o Governo do Estado do Amazonas decretou o fechamento das atividades. Não é isso? Então, isso aconteceu no dia 23.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Exatamente no dia 27, após alguns protestos da população, ele voltou atrás e permitiu a reabertura. Não foi isso que aconteceu?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Exato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então veja bem: dia 23, o senhor é Secretário de Estado de Saúde, o Governo entende que tem que determinar medida de restrição, fechando pra não proliferar o vírus, e, dia 27, quatro dias depois, ele volta atrás. Em 4 de janeiro, o Deputado Osmar Terra declarou que – aspas –: "Embora noticiário alarmista, Manaus tem queda importante de óbitos desde junho, mostrando uma imunidade de rebanho em formação e se manteve assim até o último dia do ano". Dez dias após essa declaração, a cidade entrou em colapso. Então, veja bem, V.Sa. informou que sua secretaria foi contrária à reabertura. Não é isso? O senhor foi contrário à reabertura das atividades.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A recomendação da rede e da assistência da Fundação de Vigilância em Saúde era restrição, porque era a única medida que poderia dar uma trégua para a rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Tá. O Governo Estadual utilizou alguma fundamentação técnica para a reabertura? Porque, veja bem, se no dia 23 o Governo fala: "Olha, tem que decretar, é *lockdown*" com o aval do senhor, como secretário, dia 27 ele volta atrás, dia 10 entra em colapso. Quero lembrar o senhor que, só no dia 14, faleceram 159 amazonenses. Isso foi o recorde. Então eu pergunto: o Governo do Estado utilizou alguma fundamentação técnica pra voltar atrás?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, a retomada do decreto, ou a revogação do decreto se deu em função da pressão das manifestações, inclusive com a orientação da segurança pública em relação às manifestações, que estavam sendo violentas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com todo respeito, dentro da Constituição Federal, existem bens jurídicos a serem protegidos. A liberdade é um deles? É! Mas o principal bem jurídico que tem que ser protegido pelo Poder Público é a vida humana. Então, quando você tem um conflito entre dois bens jurídicos, eu não tenho dúvida: sacrifique-se aquele de menor valor.

Então, o senhor está falando, como Secretário Estadual de Saúde do Estado do Amazonas, que era necessário decretar o *lockdown*. Foi decretado. Quatro dias depois, por uma pressão de algumas pessoas, volta-se a liberar. Há o colapso, dez dias depois, o colapso no sistema de saúde. As pessoas morreram asfixiadas. Isso é um homicídio qualificado – art. 121, §2º, inciso IV, quando diz: se o crime é praticado "com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum". Isso é crime hediondo. Então, o senhor está falando que foi por pressão, e não foi uma decisão técnica. Isso é muito sério! A responsabilidade do senhor como Secretário de Estado da Saúde, a responsabilidade do Governador é patente, porque quem, de qualquer forma, concorre por crime deve responder pelo mesmo crime.

Eu pergunto: houve pressão do Governo Federal para que fosse feita essa reabertura?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Desconheço.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por gentileza, o senhor está aqui para dizer a verdade.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não. Não tinha nenhum representante do Governo Federal no comitê de crise. Eu desconheço essa pressão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A formação do senhor é em Engenharia, do Governo do Estado... Tudo bem que o senhor estava gerindo uma pasta sensível, que, para mim, na minha humilde opinião, tem que ser ocupada por uma pessoa técnica, que saiba o que é Sistema Único de Saúde, que saiba o que é gerir o sistema de saúde, que saiba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o principal bem jurídico é a vida humana. Não é à toa que o abre-alas do Código Penal começa com os crimes contra a vida.

E o senhor me falar que, entre um conflito, entre uma pressão da população para abrir o comércio, e salvar a vida, sacrificaram-se, em um único dia, 159 amazonenses. Essa responsabilidade é de vocês e isso tem que ser dito para a população brasileira.

Caso fosse feita alguma transferência de sigilo... Agora, é esta pergunta para o senhor: se fosse feita uma transferência de sigilo das comunicações de V. Sa. por esta Comissão, haveria registro de algum integrante do Governo Federal solicitando a reabertura? Preste atenção, porque esta CPI pode quebrar o sigilo do senhor, e eu estou perguntando: se for feita essa abertura do sigilo do senhor pela CPI, vai haver ali... O momento de o senhor falar é agora. Nós temos uma lei que abraça testemunha e réu colaborador. Eu acho que o senhor podia até se valer dela, se valer da lei de proteção à testemunha e réu colaborador. Não puxe para uma responsabilidade se o senhor não tem. Por favor, o comportamento do senhor vai ter responsabilidade, seja civil ou penal. Então, eu estou perguntando: se esta CPI determinar a quebra do sigilo das comunicações do senhor, esta Comissão vai ver ali algum registro de algum integrante do Governo Federal solicitando a reabertura do comércio no Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senador, eu trabalho com a verdade, e a verdade é que eu não tinha contato com o Governo Federal nesse nível político a que o senhor está se referindo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Então, não tem nenhum contato no registro do senhor, se for feita a quebra, de qualquer pessoa do Governo Federal solicitando que fosse reaberto o comércio?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não há.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

O senhor mencionou que o foco da visita da Sra. Mayra Pinheiro a Manaus foi a promoção do uso de medicamentos chamado *kit* Covid: cloroquina, ivermectina, azitromicina. Antes dessa visita, o Governo Federal já havia atuado na promoção do uso desses medicamentos contra a Covid junto ao Governo do Estado?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Enquanto eu estava lá, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Sabemos que o senhor não é médico, mas, no entendimento da secretaria que o senhor comandou, a cloroquina é um remédio eficaz contra a Covid?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Existia uma nota técnica do ano passado que falava sobre isso, mas ela estava obsoleta em função do que já foi feito...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** A pergunta é "sim" ou "não".

A cloroquina é eficaz no combate à Covid, Secretário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sempre as orientações eram para deixar isso na conduta médica, então, acredito que o médico tinha que tomar a decisão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Você acha que na bula da ivermectina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, só um minutinho. Não, porque você estava no lançamento do TrateCov lá e lá fez uma coisa... Você distribuiu...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O *kit* Covid.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ...dois milhões de cloroquina para unidades básicas de saúde, onde a pessoa chegava lá e pegava o *kit* Covid e, quando você disse há pouco, e eu fiquei quieto, Porque eu acho que não fluiu a tua presença aqui, não fluiu, absolutamente, não houve esclarecimento nenhum, não é? Eu acho que as investigações, por outro lado... Você veio aqui só pra tentar explicar o inexplicável.

A falta de oxigênio foi uma coisa, Marcellus, mas uma coisa que eu quero lhe dizer: o interior do Amazonas não teve os casos que teve lá em Manaus, primeiro porque em Manaus a população é maior do que o interior todo, primeiro caso; segundo, no interior do Amazonas, as pessoas vivem mais isoladas que na capital e não tem aglomeração. Totalmente contrária à política que o Governo prega, porque, no interior, não tem bailes, não tem bar. A pessoa trabalha, vai pra casa, não fica, não tem essas aglomerações todas, como tem na capital, em que o Governador tira o *lockdown* num dia, aí lá numa praça está lotado de gente sem máscara, no dia seguinte, se infectando. Então, o interior é uma situação diferente, não é o interior do Amazonas, é o interior da Amazônia todo.

Lógico que nós tivemos problemas em Municípios grandes, tivemos muitos problemas, tivemos que transferir... Teve que se transferir muitos pacientes para Manaus, mas o número de casos e de óbitos não foi por causa de tratamento precoce, foi pelo isolamento. Essa que é a diferença entre a capital e o interior. Não é...

E mais, quando se faz uma contabilidade de UTIs, é porque no interior tem hospitais em todos os Municípios, mas não tem recursos humanos. Primeiro, que não é qualquer profissional de saúde que sabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intubar uma pessoa, tem que ter intensivista para fazer isso, e você passou o dia todinho aqui e não conseguiu falar isso que eu estou te dizendo. Então, nós não temos.

Agora, as outras coisas: falta de planejamento em relação a oxigênio, – isso é gravíssimo! – e outras coisas mais que estão sendo investigadas e que você vai ter que responder por isso, que é natural, eu também tenho problemas para responder e respondo de cabeça erguida, porque eu sei que não fiz nada.

Inclusive, Senador Contarato, Senadora Leila, que estão aqui, o Hospital Delphina Aziz, tem o nome de Delphina Aziz, porque é minha mãe, que já é falecida, mas tem mais de 500 leitos. Tem poucos hospitais no Brasil com mais de 500 leitos. São 180 leitos de UTI e trezentos e poucos leitos para utilização... São mais de 500 leitos. E me orgulha muito eu ter construído esse hospital na cidade de Manaus, no meu Estado do Amazonas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só para ainda concluir, esses medicamentos que eu te falei do *kit* Covid eram distribuídos na rede estadual do Amazonas? Foram, né?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ele foi distribuído, esse medicamento, nesse lote de hidroxicloroquina, foi enviado às prefeituras.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Foi o Governo do Amazonas que pediu para que fosse enviada cloroquina, hidroxicloroquina, outros medicamentos do chamado *kit* Covid?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – A hidroxicloroquina é utilizada regularmente na rede, inclusive pela Seaf, para outras causas. E nós estávamos com o estoque zerado...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas não era para outras causas, né?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, para outras causas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor está querendo subestimar a capacidade intelectual de qualquer pessoa.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não, não é isso. Estou dizendo que o pedido também atendeu para repor esses estoques de outras causas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor também não me respondeu, quando eu falei que houve o *lockdown,* quatro dias depois o governo voltou atrás, por pressão, e eu perguntei, e aí entrou no colapso em dez dias, 159 pessoas morreram em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um único dia, e eu perguntei se houve pressão do Governo Federal, o senhor falou que não. Então, houve pressão de quem?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sobre?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Para reabrir o comércio, para reabrir.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não. A pressão que eu vi foi da população.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Mas eles se sobrepõem? Como é que pode, a sua população vai falar "eu quero". Foi feito decreto de *lockdown* para não permitir que seja violado o principal bem jurídico, que é a vida humana. Eu quero meu comércio de volta. Aí vocês, subservientemente, apenas de forma submissa, fazem isso? Sem nenhuma avaliação com cientificidade?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, foi feito... Foi precedido de várias reuniões, inclusive com a sociedade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O senhor tem responsabilidade, o senhor é secretário de Estado se saúde, o senhor tem que obedecer à ciência! Por favor! Eu fico muito triste quando eu vejo que nesta Comissão aqui estão jogando no lixo a ciência. Respeitem a ciência! Respeitem, quando há um conflito entre bens jurídicos, a vida humana se sobrepõe a qualquer outro bem jurídico, inclusive à liberdade do comércio, porque economia a gente põe de volta, mas salvar vida humana não! Quanto que vale a vida de um amazonense? Quanto que vale a vida de uma mãe, de um pai, de uma criança, de uma irmã? Isso que o senhor tinha que ter pensado e o governo!

O senhor mencionou que esses medicamentos eram destinados para doenças reumáticas, entre outros, mas a Senadora Eliziane, por exemplo, mostrou que a quantidade recebida era muito superior. O senhor reconhece que esses medicamentos foram enviados para o tratamento da Covid? Por favor!

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, foi enviado a pedido, para distribuição das prefeituras, a pedido do Governo Federal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O senhor mencionou que a Sra. Mayra antecipou, durante sua visita a Manaus, o lançamento do aplicativo TrateCov. O senhor falou que a Sra. Mayra...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu falei que ela comentou a respeito, que isso ia ser apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor poderia detalhar exatamente o que ela disse? Porque, olha só, ela, a Mayra, estava lá falando do TrateCov; o senhor é o secretário de estado da saúde; o que que ela falou sobre o TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela falou que era uma ferramenta que ia facilitar o diagnóstico só. Não deu mais detalhes porque iria ser apresentado depois.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ela disse que seria, estaria disponível para todos os brasileiros e não só para os médicos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não me recordo, Senador, não me recordo disso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Gente, o Sr. secretário de saúde recebe ela falando que vai lançar um aplicativo TrateCov num Estado que está tendo um alto índice de mortalidade por Covid. Ela fala que vai lançar o aplicativo. O senhor não sabe nada do aplicativo?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, eu... O aplicativo não estava com a Dra. Mayra na época. Ele iria ser apresentado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas esse aplicativo seria disponibilizado para todos os brasileiros e não só para os médicos?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu acredito que ia ser, pelo que eu vi no sistema, ia ser disponibilizado na rede básica de saúde...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Para todos os brasileiros!

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu não lembro dessa afirmação, mas se está registrado...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Olha só, basta o senhor entrar... Eu vi. Basta o senhor entrar no TrateCov e colocar os sintomas da Covid, que ele já te prescrevia ivermectina e hidroxicloroquina. Isso é crime! Isso é um genocídio...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Nós não disponibilizamos essa ferramenta para a rede.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas o senhor era Secretário de Estado e estava lá sendo conivente. Quem, de qualquer forma, concorre por um crime, responde pelo mesmo crime. Não tenho dúvida disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Para concluir, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

A equipe do Ministério da Saúde, chefiada pela Secretária Mayra Pinheiro, fez um *tour* por 13 unidades básicas de saúde de Manaus. Ela fez um *tour* lá por 13 unidades, promovendo o uso da cloroquina, em janeiro de 2021. O senhor tinha conhecimento, na época, dessas atividades?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Ela tinha duas agendas: uma agenda para trabalhar com o Governo do Estado, para conhecer algumas unidades de saúde de média e alta complexidade, e outra com a atenção primária, com a nova gestão da Prefeitura de Manaus. Essa agenda com a Prefeitura eu não acompanhei.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Alguma unidade de saúde do Governo estadual foi visitada pela equipe do Ministério da Saúde? Alguma unidade foi visitada por uma equipe do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Com a Dra. Mayra?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Eu estou perguntando...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Se for a Dra. Mayra, sim. A reunião inicial do dia 4 foi feita dentro de um auditório de uma unidade de saúde, que foi o Delphina Aziz.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Nessa reunião, houve o chamado tratamento precoce? Foi discutido?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Foi abordada, sim, por ela, essa necessidade, ao ver dela, desse tratamento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Tá.

Sr. Presidente, eu vou concluir, por favor.

O senhor tem conhecimento de qualquer palestra, aula, reunião ou comunicação de qualquer tipo dessa equipe do Ministério da Saúde para funcionários estaduais de saúde sobre o tratamento precoce? Chegou ao conhecimento do senhor qualquer palestra, aula, reunião, comunicação, dessa equipe do Ministério da Saúde para os funcionários estaduais sobre o tratamento precoce?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, sobre esse tratamento precoce, a única reunião de que eu participei, que foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu estou falando pelos funcionários.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não tenho conhecimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não tem.

Sr. Presidente, para mim está muito clara a responsabilidade, tanto do Governo do Estado quanto do Secretário de Estado de Saúde nos 488.404 brasileiros e brasileiras que perderam sua vida humana quando, em um conflito de bens jurídicos diferentes, não se priorizou aquilo que é mais sagrado na Constituição Federal, que é preservar pela vida humana, o respeito à integridade física e à saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Secundarizando essa pergunta do Senador Fabiano Contarato, o senhor tem conhecimento de distribuição de hidroxicloroquina ou *kit* de tratamento precoce para os povos indígenas do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Não, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da parte da Funai, do Governo Federal?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, porque esse medicamento era... Qualquer medicamento pra os povos indígenas era feito via os DSEIs regionais. Era diretamente pelo Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Mas o senhor não tem conhecimento...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de nada nessa circunstância. Obrigado.

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Vice-Presidente desta Comissão, que está, enfim, presidindo neste momento a sessão. Cumprimento também o Sr. Marcellus Campêlo, que é ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe, o Presidente Omar falou que não rendeu, não é, Dr. Marcellus, a sua vinda aqui. "Não rendeu", o que é a minha percepção? É que as suas respostas foram, de certa forma, muito evasivas.

Quando o Senador Eduardo Braga apresenta um ofício, aqui, mostrando que a White Martins, em julho, 16 de julho, já sinalizava para um possível colapso no fornecimento de oxigênio, me faz pensar assim: "Meu Deus, o colapso chegou em janeiro, quer dizer, isso foi em julho". O que o Governo do Amazonas fez? Nada, porque o colapso chegou, milhares de pessoas morreram e nós estamos discutindo aqui o fornecimento ou não. O que aconteceu nisso tudo? O que eu vejo claramente? E, olha, Senador Presidente desta sessão, Senador Randolfe, o que eu vejo sinceramente? A minha concentração, não é? Que não faltou, aliás, faltou planejamento em todas as esferas. A maior prova disso.... Planejamento, e sobrou demais o negacionismo, faltou... Sobrou incompetência, negacionismo e também corrupção. E aí eu me pergunto: quando a Pfizer veio e ofereceu, em agosto do ano passado, 30 milhões de doses, depois 70, para o Governo Federal, e, simplesmente, o Governo ignorou, a White Martins chegou para o senhor, para o Governo do Estado do Amazonas, já sinalizando à secretaria que poderia acontecer esse colapso em julho, e isso não aconteceu. Então, realmente, o que a gente constata? Que, além do planejamento, é a falta de respeito com as vidas. Para mim, é claro isso.

Então, eu gostaria só de fazer algumas perguntas, porque, como eu percebi e era clara para mim essa questão de respostas evasivas, eu queria insistir com algumas perguntas e gostaria que o senhor fosse claro, não é? Com relação a essa presença do Governo Federal no Amazonas, no mês de janeiro passado, em uma delegação chefiada, claro, pela Dra. Mayra Pinheiro, eu pergunto ao senhor: como foram as tratativas para a ida dessa delegação do Ministério da Saúde ao Estado do Amazonas? Foi o Estado que procurou o Governo Federal ou foi o contrário?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Foi através de uma reunião, o gabinete do Ministro Pazuello pediu para ter uma reunião *online* com a equipe.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E que dia que foi... Porque, assim...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Foi... Eu acho que foi 31 de janeiro. Onde eles estavam... Um dos questionamentos era que nós estávamos pedindo insumos e equipamentos para ampliação da rede, e eles queriam entender o porquê de que nós estávamos pedindo tantos insumos e equipamentos. Nós explicamos, eu apresentei o plano de contingência, quantos leitos a gente precisava ainda ampliar, e, para entender melhor a situação, enviou a equipe até Manaus.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor está falando dia 31 de janeiro.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Desculpa. De dezembro. Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É, 31 de janeiro de 2020.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Dezembro de 2020.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Porque o senhor falou 31 de janeiro. Então é 31 de dezembro.

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – É, eu errei, eu errei.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k.

Qual era a motivação oficial dessa delegação – vamos lá – chefiada pela Dra. Mayra? Estava previsto o incentivo ao tratamento precoce por parte dos representantes do Governo Federal? Houve alguma ação ou planejamento em defesa do tratamento precoce por parte da equipe do Ministério da Saúde junto à Secretaria de Saúde do Amazonas? Houve um planejamento nesse sentido, "vamos atuar nesse sentido"?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Houve uma reunião, apresentação dessas ideias do Ministério da Saúde. Não houve um planejamento escrito; houve o pedido de que nós colaborássemos ou que nós entendêssemos a proposta dela. Como era uma proposta para atenção básica, e não era para a rede de média e alta complexidade, então as tratativas foram mais com as prefeituras ou a Prefeitura de Manaus.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, eu pergunto ao senhor: qual foi o resultado prático da presença... Porque foi falado muito sobre essa presença da delegação ali. Mas qual foi o resultado prático da presença da equipe da Dra. Mayra Pinheiro em Manaus? Foi produzido algum documento ou relatório sobre esse período da permanência dessa delegação em Manaus?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Um dos resultados práticos e que foi importante foi a... Ela trouxe as equipes da Força Nacional de Saúde que nós tínhamos requisitado. Essa Força Nacional de Saúde permaneceu todo o mês de janeiro e parte do mês de fevereiro com a gente, ajudando na análise das ações necessárias para a pandemia.

Existe um relatório diário da Força Nacional de Saúde que está disponível, e a gente pode enviar para a CPI. Eu acho que já foi enviado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

O Governo do Estado teve alguma participação na experiência do TrateCov em Manaus? Foram consultados sobre o uso da plataforma? E o que foi dito sobre o uso e o que seria feito em Manaus?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque não está claro para a gente o que, de fato, foi essa experiência do TrateCov em Manaus. O que de fato...

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não houve experiência. Não chegou a ser instalado...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Não houve nenhum tipo de experiência?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – ... porque a Dra. Mayra falou sobre o assunto, mas não deu detalhes. No dia 11, houve uma apresentação expositiva em relação ao TrateCov.

No caso do Governo do Estado, eu mandei a equipe de TI entender o que era. Eles deram uma negativa dizendo que não tinham condições de implantar, e foi... E simplesmente nós não demos continuidade. Na Prefeitura de Manaus, eu acredito, pelo que eu saiba, também não fizeram nenhum tipo de instalação ou uso desse sistema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** A minha pergunta vai neste sentido: V.Sa. sabe se foi prescrito para qualquer cidadão do Estado algum medicamento constante do *kit* Covid a partir da plataforma TrateCov?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, acredito que não, porque ela não foi instalada, o sistema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Beleza.

Afinal, o tratamento precoce foi adotado pelo Governo do Estado do Amazonas?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, nós não adotamos tratamento precoce. A conduta médica que dizia qual a medicação que deveria tomar. Não adotamos essa prática.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** O.k.

Bom, a Polícia Federal já deflagrou quatro fases da Operação Sangria no Estado do Amazonas, por meio da qual são investigados fatos relacionados a possíveis práticas de crimes, como pertencimento à organização criminosa, fraude à licitação, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. Na primeira fase da operação, verificou-se que uma empresa comercializadora de vinhos, utilizando-se de empréstimos de dinheiro, adquiriu, de uma empresa local, os respiradores pulmonares. Em seguida, revendeu-os ao Estado do Amazonas com o preço superfaturado. Aparentemente, a operação abrange quatro contratos firmados pelo Estado ao longo do último ano, totalizando valores em torno de 22 milhões, um pouco mais de R$22 milhões. São eles: locação de um hospital de campanha para o tratamento de pacientes com Covid, lavanderia hospitalar externa, diagnóstico por imagem e prestação de conservação e limpeza. Segundo o delegado da PF, o Henrique Albergaria, em todos os casos há indícios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fraude no processo de licitação, serviços e produtos contratados a preços superfaturados e pagamentos por trabalhos não realizados.

Sobre essa operação, eu pergunto ao senhor: o senhor sabia que o Estado estava adquirindo respiradores de uma empresa de vinho? O senhor conhecia os representantes dessa empresa? O senhor tinha alguma relação comercial com a empresa ou sabia de alguém do Governo que tivesse?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Senadora, na época dessa aquisição, eu não estava na Secretaria de Saúde. Então, eu não conhecia nada sobre esse processo nem sobre as pessoas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Então, o senhor não sabe dos preços praticados nas licitações e se estão distantes dos demais preços?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu só sei do que eu vi e que eu li depois, inclusive pela imprensa, etc.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Então, esses preços praticados nas licitações organizadas pelo Estado do Amazonas estão distantes dos demais preços?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Na época, o que eu sei é que os preços de respiradores estavam a preços exorbitantes. Então, eu não sei se, na época, a análise foi feita nesse sentido. O que eu sei é que eu não fazia parte desse processo. Eu cheguei depois. Inclusive, o processo de apuração interna de sindicância e de controladoria geral já estava em andamento, instaurado pela Secretária de Saúde da época.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Em relação à locação do hospital de campanha, o senhor conhece o empresário Nilton Lins, cuja família dá nome ao hospital?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Eu conhecia o empresário Nilton Lins de nome e o conheci durante esse processo da requisição administrativa. Não houve uma licitação para contratação, houve uma requisição administrativa. E nenhum valor foi pago a esse hospital até agora, porque os valores estão sendo analisados.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Então, eu pergunto ao senhor: por que foi escolhido um hospital que aparentemente não atende às necessidades para as quais se prestava?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – O Hospital Nilton Lins era o único disponível naquele momento com características de hospital. Ele foi hospital da Unimed durante cinco anos, e, então, ele atendia, sim, às características. Nós fizemos as adequações necessárias. Uma auditoria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma inspeção no Ministério Público estadual, com a Visa Manaus e outros órgãos, fizeram uma análise, recomendaram diversas ações. Fizemos um plano de ação e executamos. O hospital atendeu quase 700 pacientes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** O.k. E por que não foi realizada a licitação para a locação?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não foi feita a licitação, porque foi feita uma requisição administrativa. Era aquele espaço que tinha... O único espaço que tinha. Foi feita uma pesquisa em todos os hospitais privados de Manaus, e nenhum deles tinha disponibilidade mais de leitos. Inclusive a Defensoria Pública entrou com uma ação para que o Estado requisitasse o Hospital Nilton Lins. Não houve acordo, porque nós queríamos pagar tabela SUS e mais uma diferença por leito, e eles não aceitaram. E aí foi feita a decretação da requisição para depois discussão dos valores.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer esta oportunidade e dizer, mais uma vez, que, a cada desenrolar desta CPI, a cada sessão, a gente sai estarrecido, triste, porque o que a gente já constata, por esse número exorbitante de óbitos no País, é que realmente faltaram planejamento e respeito às vidas e sobrou muito, muito mesmo... Eu falo para o senhor: sobrou incompetência, negacionismo... E a gente vai ver, no decorrer desta CPI, com os secretários que virão aqui, corrupção também. Então, não é só corrupção que mata: o negacionismo e essa incompetência também matam.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Muito obrigado, Senadora Leila.

Eu vou passar a palavra para o Senador Kajuru.

E peço ao Senador Izalci que... Amanhã, o Senador Izalci será um dos primeiros a falar.

Senador Kajuru, com a palavra, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) **–** Presidente Omar Aziz, eu vou ser objetivo ao extremo.

Tenho certeza de que a Senadora Leila Barros pensa como a Soraya: que o nosso convocado de hoje, o ex-Secretário Marcellus, é frio. Leila, se ele é frio, eu também sou. Eu nasci no polo norte, eu sou glacial por natureza.

Portanto, a minha pergunta ao senhor, única, é se, em nome da sua palavra, em nome da sua família, durante todo esse tempo aqui hoje da reunião da CPI, em nenhum momento o senhor mentiu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO (Para depor.) – Eu falei, procurei, falei a verdade em todos os meus pronunciamentos, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – O senhor trupicou um pouquinho aí. Seja mais duro: "sim" ou "não"?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, eu falei a ver...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – O senhor mentiu ou não em nenhum momento?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Não, em nenhum momento eu menti. Eu falei a verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Essa é a sua resposta?

O SR. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO – Sim, senhor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Perfeito.

Eu termino assim, Presidente Omar Aziz, dizendo que, se eu fosse da Justiça do Amazonas, eu mandaria prender em definitivo o ex-Secretário Marcellus e o Governador Wilson Lima.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero agradecer a presença do Secretário Marcellus.

Eu vou encerrar esta sessão convidando para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, para apreciarmos a reclassificação de documentos e requerimentos, bem como para ouvirmos Wilson Witzel, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(*Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros, Eliziane Gama e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato e Izalci Lucas. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 19ª e 20ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Reclassificação de documentos**. **Finalidade:** Proposta da CPIPANDEMIA para reclassificação de documentos. **Resultado:** Aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 860 de 2021** que: "Requer a relação de procedimentos e processos instaurados, sob quaisquer títulos, em desfavor do Senhor EDUARDO PAZUELLO, ex-Ministro da Saúde, bem como as respectivas cópias integrais dos autos eventualmente existentes." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 856 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, no prazo de dez dias, informações pelo Senhor John Rodgerson, Presidente da Azul Linhas Aéreas" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 865 de 2021** que: "Requer informações à Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 102 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 633 de 2021** que: "Requerimento de convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 682 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 315 de 2021** que: "Requer que seja convocado para prestar depoimento a esta CPI o representante da Jansen no Brasil." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 859 de 2021** que: "Requer a convocação dos senhores Fausto Vieira dos Santos Junior e Péricles Rodrigues do Nascimento, ambos Deputados Estaduais do Estado do Amazonas." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 864 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Francisco Emerson Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 851 de 2021** que: "Requer as transferências de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário de RENATA FARIAS SPALLICCI." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 852 de 2021** que: "Requer as transferências de sigilo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

telefônico, telemático, fiscal e bancário de Renato Spallicci." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 854 de 2021** que: "Requer as transferências de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário de Francisco Emerson Maximiano." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 855 de 2021** que: "Requer as transferências de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário de José Alves Filho." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 857 de 2021** que: "Requer as transferências de sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário de Carlos Wizard Martins." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Wilson Witzel, em atendimento aos requerimentos 646/2021 e 659/2021. **Resultado:** Depoimento realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/16

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia, bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação da reclassificação de documentos e de requerimentos, bem como a ouvirmos o ex-Governador Wilson Witzel, do Rio de Janeiro.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 19ª e da 20ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para registar aqui, mais uma vez, uma informação que pode levar o povo brasileiro a não aceitar as vacinas.

O Presidente da República ontem em Roraima defendeu, claro, como ele defende sempre, o tratamento precoce e colocou em dúvida a eficácia da vacina CoronaVac, feita pelo Butantan, dizendo e fazendo contraponto com a Pfizer, dizendo que a CoronaVac, não sabia se dava imunidade ou não. É bom que o povo brasileiro tome conhecimento de que isso é uma falácia. Ele não tem conhecimento científico nenhum pra falar isso, ele não fez nenhuma pesquisa. Ele não sabe absolutamente como significa a construção, se fazer uma vacina, o trabalho que dá, os pesquisadores do Butantan... E a população que o segue pode tomar essa decisão de achar que a CoronaVac não imuniza.

Sr. Presidente, eu, por exemplo, tomei as duas vacinas da CoronaVac. Estou completamente imunizado, com imunidade celular. Estou aqui por isso até, tenho comorbidade, 73 anos. Estou aqui por causa da CoronaVac, pra mostrar ao Brasil que essa mentira do Presidente da República não pode se sustentar. As agressões ao povo chinês e ao Estado chinês, querendo desqualificar a vacina, isso pode comprometer, inclusive, o encaminhamento de insumos para o Brasil. É uma coisa em que ele não deve permanecer, nessa batida de querer desqualificar aquilo que hoje serve para salvar a vida do povo brasileiro, numa posição meramente política e completamente desqualificada do ponto de vista da seriedade e da honestidade da fala do Presidente da República ontem em Roraima.

É isso que eu queria registrar, para que vocês todos que estão assistindo pela TV Senado, brasileiros, não levem em conta as afirmações do Presidente da República. Ele não tem nenhum conhecimento a respeito do tema, ele não se formou, ele não é médico, ele não é cientista, ele nunca construiu nenhuma vacina. Ele fala aleatoriamente de forma muito até irresponsável, para causar confusão na mente do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o registro. A vacina CoronaVac tem sua eficiência comprovada pela Anvisa – e está sentado na Anvisa um almirante, colocado pelo Presidente da República – e pelos técnicos da Anvisa, que têm todo o nosso respeito e sincera consideração, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Senador Marcos Rogério, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma ponderação com V. Exa.

Eu sei que está na programação da Comissão hoje deliberar sobre o requerimento que propõe levantar sigilo de documentos encaminhados a esta CPI. Eu até concordo com V. Exa. e também com o Relator que há muitos documentos que são encaminhados à CPI em que não se justifica você ter o sigilo porque nada a se proteger do ponto de vista de sigilo. Ocorre que quem determina o sigilo é justamente a autoridade que manda; ela manda com essa recomendação, com essa cautela do sigilo. E, à luz do Regimento do Senado Federal e também de lei própria, isso configura infração legal, isso configura... Levantar isso configura quebra, inclusive, do próprio decoro. Por exemplo, nós temos documentos em que há problema de natureza legal objetiva. Em documentos encaminhados, por exemplo, pelo Itamaraty, é algo grave fazer o levantamento dessas informações. O art. 104 do Regimento do Senado Federal trata disso, quanto à natureza sigilosa desses documentos, e o parágrafo único desse artigo fala das consequências dessa inobservância.

Então, eu queria fazer uma ponderação a V. Exa. no sentido de a gente ter cautela com relação ao levantamento desses sigilos. Talvez fosse o caso... Não diria isso com relação ao Itamaraty, porque, quando envolve relações internacionais, não é possível fazer esse levantamento de sigilo, mas, com relação a outros documentos enviados por autoridades outras, que de repente a Comissão provocasse quem está enviando essas informações no sentido de tomarem providências para levantar esse sigilo a partir da desnecessidade. Agora, de forma unilateral a Comissão levantar esse sigilo... E eu não estou entrando no mérito dos documentos, porque eu concordo que para muitos daqueles que vieram realmente não se justifica ter, mas atribuíram isso.

Então, o apelo que faço a V. Exa. é que, antes de praticar esse ato, que é um ato grave e que ofende o nosso Regimento Interno e ofende também a Resolução nº 20, de 1993, que se providenciasse a notificação de quem enviou no sentido de verificar para quais se justifica ter a manutenção do sigilo e para quais não se justifica, para a gente não incorrer aqui em uma medida ilegal, arbitrária. É apenas o apelo que faço a V. Exa., considerando, sobretudo, a gravidade no tocante àqueles documentos oriundos do Itamaraty.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Apenas como sugestão, Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até hoje, Senador...

Vou só responder o Senador Rogério Carvalho... Ah, Marcos Rogério, desculpa. Primeiro que até agora não vazou nenhum documento. O que tem são frases que esporadicamente podem sair no meio de comunicação, e aí é impossível a gente controlar isso, porque qualquer Senador... E cada Senador tem assessores aqui que leem esses documentos.

Segundo, V. Exa. diz muito bem: tem até documentos que estão no Portal da Transparência que o Governo mandou pra cá como sigilosos. Estão no Portal da Transparência, e ele manda como sigiloso. Uma forma de tentar obstruir a investigação, correto? Porque é muito fácil botar lá o carimbo "sigiloso"...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, um pouco de má-fé, né?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não entraria... Eu digo que mais pra obstruir ou retardar a investigação; nos dá dificuldade pra investigar.

Pra vocês terem uma ideia, Srs. Senadores, nós já estamos com um 1,5TB,1,500TB, sei lá... É uma quantidade bastante expressiva.

Só um minutinho, Senador Ciro.

Em relação ao Ministério das Relações Exteriores, ontem eu recebi um telefonema do Presidente Rodrigo Pacheco, que o Chanceler entrou em contato com ele, e nós vamos ter todos os cuidados, se necessários, até porque queremos manter a CPI não na politização dos fatos, mas, sim, na investigação concreta daquilo que nós nos propomos a fazer, sem politizar.

Agora, há de convir... Por isso, essa questão de levantar e reclassificar os documentos, é isso que o senhor está falando. Vamos reclassificar o que a gente entende por sigiloso e o que a gente não entende por sigiloso do que estão mandando aqui com carimbo. Agora, mandar de volta pra eles dizerem o que é sigiloso ou não, aí, isso aí, nós vamos terminar a CPI e não vamos ter essa resposta.

Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, eu acho que aí nós temos que sair um pouco da disputa política nesse caso, porque a preocupação do Senador Marcos Rogério é mais do que pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez até... Acho que aqui temos bons juristas. Aqui, o nosso Senador Randolfe, que pode participar de uma triagem dessa. Enfim, acho que não existe menor intenção da CPI de criar constrangimentos pra quem quer que seja, mas existe uma preocupação e até que está bem expressa no nosso Conselho de Ética, não é? Nós não podemos revelar documentos sigilosos que estejam em poder da CPI.

Eu acho que tem que haver um cuidado extremo aqui da CPI. Eu não vejo aqui a menor intenção de revelar, através de disputa política, essa situação, mas tem que haver cuidado.

Acho que, se houver talvez um pequeno comitê aí, comandado aqui pelo Senador Randolfe, Marcos Rogério, pra dar uma avaliada nisso, o senhor, eu acho que pode chegar a bom termo e nós não cometermos nenhum tipo de crime que esteja expresso e que a própria Comissão possa sofrer alguma sanção e ser levantado isto no futuro – de a nossa Comissão ter cometido algum crime.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, é só um rápido comentário.

Veja, essa deliberação nós já tomamos, em relação a levantar sigilo.

Eu quero só lembrar aos caríssimos colegas Senadores que, há duas semanas, esta Comissão apreciou requerimento de igual sorte do Senador Relator Renan Calheiros e definiu pela desclassificação de sigilo. O que ocorreu, a partir daí, foi um trabalho exaustivo – sou testemunha – da Consultoria desta Casa em conjunto com a Secretaria desta Comissão para ver, dos documentos que estão, quais aqueles que têm a devida classificação de sigilo ou é necessário o afastamento.

Muito bem disse o colega: o que faz a classificação de sigilo é a lei. O que ocorre é que, veja, Sr. Presidente, vieram pra esta Comissão documentos... Entre os documentos que estão aí de afastamento de sigilo tem documento de empresa privada, empresa privada fazendo classificação de sigilo, o que claramente faz ofensa à legislação, não é?

Então, esse trabalho de esmiuçar o que pode ser enquadrado e o que não pode ser enquadrado já foi feito pela Comissão. Tanto é que, de quase um *terabyte* de documento que consta no âmbito da Comissão, em quase mais de dois terços não ocorrerá desclassificação de sigilo porque quase dois terços desses documentos de fato tratam de classificação de sigilo. Exemplos: inquéritos que no âmbito do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos estaduais, não cabe a nós, nós não temos competência pra fazer o afastamento de sigilo desses documentos. Agora, outros que são simples correspondência, ocorreu uma desclassificação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Randolfe, só para contribuir com uma coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Minha preocupação é de que a própria Comissão coloque em dúvida isso. Ela própria colocou aqui: "Podem conter informações sigilosas". Eu quero é esclarecer. Eu não sou contra aqui eu não quero que a população e o País...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque é o MRE...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... tomem conhecimento, mas a própria Comissão está colocando isso em dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – É o MRE que manda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem mandou assim foi o Ministério das Relações Exteriores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a origem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a origem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece que esses que estão aí vêm da origem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ela vem já carimbada da origem, Senador Ciro, não é a Comissão: "Pode conter documentos sigilosos" é o MRE que manda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E aí, me permita, caríssimo Ciro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está me entendendo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... inclusive o verbo está muito bem aplicado por parte do órgão de origem: "pode". Quando coloca a possibilidade, acaba limitando, porque eles fazem o julgamento da possibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas, é só uma dúvida que eu tenho, Senador Randolfe, até o senhor tem muito mais conhecimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Aqui nós temos algumas situações de Ministério das Relações Exteriores que não dizem respeito somente ao nosso país, não é? Nós temos outros países envolvidos nisso. O nosso país tem o direito de tornar isso público?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazer o seguinte? Nós iremos provar e depois vamos fazer uma reunião. A gente senta – eu, o Vice-Presidente, o Relator e o Marcos Rogério –, sem problema nenhum. Eu acho que isso aí, o interesse de todos aqui é saber da verdade, independente de posicionamento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa, por exemplo, Senador... Eu vi, eu não tive acesso ao documento, eu sou sincero, eu não faço requerimento de informação. Então, quem faz o requerimento de informação é que realmente está atrás de saber das informações, porque cada um tem um objetivo de pedir uma informação, cada Senador aqui. Lógico que todos nós temos acesso, mas também não é um linguajar muito peculiar de um embaixador "*habemus* cloroquina", não é? Quer dizer, "*habemus* cloroquina". Então, se isso for sigiloso, aí eu não sei... Isso é uma brincadeira do embaixador de se referir, mandar um documento que o Ministério das Relações Exteriores... Se um embaixador escreve isso dessa forma, não dá pra levar a sério isso, dizer que isso é sigiloso. Eu não li esse documento, eu vi... Eu até não acreditei que aquilo fosse verdade, o palavreado de um embaixador, não é? *Habemus Papam*, *habemus* cloroquina! O que é isso? Esse embaixador está brincando na Índia? E a Comissão de Relações Exteriores tem que tomar providência em relação a esse tipo de linguajar. A população brasileira... Vamos chegar, até o final da semana, infelizmente – infelizmente! –, e isto foi dito no início da CPI por mim: que, quando a gente não completasse dois meses de CPI, nós chegaríamos a 500 mil mortos – meio milhão! Cidades inteiras brasileiras se foram! Quantas cidades no Brasil têm 500 mil habitantes? Quantas? Quantas? Poucas cidades.

Então, o interesse meu e o interesse de qualquer Senador aqui, com certeza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a população de algumas capitais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Com certeza, é a gente chegar à realidade. Por que esse número de mortos? Não tenho dúvida: da mesma forma que morrem no Amazonas, morrem no Piauí, do meu querido amigo Ciro Nogueira; morrem no Estado de Rondônia, do nosso amigo Marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério; morrem no Ceará, do Senador Eduardo Girão; morrem em Santa Catarina, do Senador Jorginho; morrem nos Estados de todos nós.

Então, não há oposição e situação aqui. Há um entendimento para a gente tentar minimizar o número de mortes por uma doença tão terrível, porque nenhum de nós aqui, em vida, esperava ver isso. Pra nós, isso era coisa de cinema; pra nós, todos nós, eram filmes a que a gente assistia, em que tinha uma pandemia, isolamento, aquela coisa toda, e nós não estamos vivendo um filme. Isso não é ficção; isso é realidade! Nós vamos chegar a uma cidade inteira que se acabou, uma capital, com 500 mil habitantes... Eu não sei quantas pessoas tem em João Pessoa, quantos habitantes tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em Macapá, são 500 mil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, uma cidade como Macapá se acabou nessa pandemia, só pra gente ter uma ideia.

E aí, um ministro, aliás, um embaixador escreve: "*habemus* cloroquina". Vai explicar isso pra quem perdeu um irmão, como eu; vai explicar isso pra quem perdeu amigos, pra quem perdeu, pra quem ficou órfão – órfão! –, perdeu pai e mãe, que está jogado à sorte aí; vai explicar isso pras viúvas que dependiam do marido pra sobreviver! É disso que nós estamos atrás. Não é querer aqui crucificar e fazer prejulgamento; longe de mim. Quem sou eu pra prejulgar alguém?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já fui prejulgado muitas vezes, porque eu estou na vida pública há muitos anos, e, cada dia, você tem que matar uma onça pra provar que não fez uma coisa de que te acusam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cada dia, você tem que provar pra sua família, para os seus filhos que aquilo que estão falando de você não é verdade, que aquilo é coisa política, que, muitas vezes, a injustiça sobrecai... Como eu já fui vítima disso, Senador Marcos Rogério, Senador Ciro, como V. Exa. também já foi vítima disso, e a gente tem que encarar os nossos filhos, as nossas famílias, sendo vítima, eu não estou aqui pra julgar e prejulgar ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou aqui pra investigar, e a gente vai chegar à verdade.

Então, é isso que eu quero dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por mim, quebrar sigilo, levantar o sigilo... Quem de vocês aqui não é procurado por um meio de comunicação, pra saber, ter uma informação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Essa é a questão, Presidente, porque, assim, veja: o fato de estar com sigilo não impede que os Senadores tenham acesso à informação, como V. Exa. acabou de declinar. V. Exa. teve acesso à informação. O que está em jogo aqui é levantar o sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, qual informação?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. acabou de falar aqui que está nos autos lá uma declaração de um embaixador. V. Exa. tem acesso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, saiu na televisão!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não fui eu... Eu não tive...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas nós todos... Os documentos sigilosos não impedem – não impedem – o nosso acesso. Eu quero dizer isso. Não impedem a investigação. O que está em jogo aqui é se vai jogar para a imprensa ter acesso livre ou não. Agora, aos investigadores não impede a investigação. Isso é uma retórica que não combina com a verdade.

A preocupação que eu estou levantando não é em relação à questão da justeza ou não da determinação do sigilo, porque, isso, quem fez inicialmente é que deveria ter tido a cautela de não declarar sigiloso aquilo que não é sigiloso. Eu só estou dizendo que a CPI, que a Comissão não deveria praticar um ato unilateral, para levantar sigilo, sem as cautelas legais. É apenas nesse aspecto. Eu estou nesse momento, Presidente, com um familiar na UTI, em razão da Covid. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero que ele saia, se Deus quiser.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se Deus quiser.

Então, esse discurso de que todo mundo... Todo mundo tem vítima aqui, na família...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, ninguém está se vitimizando aqui não. Longe de mim me vitimizar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é que, quando V. Exa. fala da, de que parece que, se não levantar o sigilo, nós estamos protegendo, não é verdade. A CPI está investigando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... só para colaborar: no caso, aqui, a CPI exerce poderes típicos de Justiça. A gente só não pode afastar o sigilo, levantar o sigilo, se a questão envolve segredo de Estado ou risco para a segurança nacional. Então, a gente pode fazer a aprovação do afastamento de sigilo com essas duas condicionantes. Na hipótese de o documento configurar risco para a segurança nacional ou segredo de Estado, não cabe afastar. Nos demais, é uma decisão que esta CPI tem poder para tomar, sem problema nenhum.

E, quando a gente tem essa questão do acesso a documentos, o acesso ao documento restrito limita o próprio trabalho da equipe, porque nem todos conseguem acessar, é uma senha só. Então, tem todas as dificuldades que as pessoas precisam compreender.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Vamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Só para esclarecer: esta Comissão não tem poder de julgar não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não estou julgando ninguém...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Nós temos poder de investigar, Senador Alessandro. Aqui nós não temos poder de Justiça não. No caso de alguma divergência, nós temos que recorrer ao Judiciário.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, são os poderes típicos, Senador Ciro, de Justiça para fins de investigação. No caso específico, o afastamento do sigilo que é proposto não é para fazer divulgação de documento; é para facilitar o acesso e o trabalho por parte das equipes. Todos nós sabemos, quem está se dando ao trabalho de buscar os documentos, que é um acesso muito restrito. Retarda o trabalho de todos nós. Facilita muito se tiver a liberação do sigilo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Vai ver, na hora que levantar esse sigilo, se não está no mesmo dia em todos os jornais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, na linha do Senador Alessandro, só lembrando que nós temos a Lei de Acesso à Informação. Então, a Lei de Acesso à Informação dá exatamente a clareza do que é documento sigiloso e o que não é. Nós temos uma consultoria técnica na Casa que pode nos auxiliar exatamente nessa linha. Se não atende a esses pré-requisitos, não tem por que a CPI tomar providências em relação à suspensão desse sigilo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que a classificação resulta em uma burla, em uma fraude. Você só pode classificar como documento sigiloso aquilo que é sigiloso na forma da lei. Ponto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Lembrando da transparência pública. Não é isso, Relator? Transparência é um dos princípios da administração pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente! Então, é uma discussão inócua que nós estamos tendo aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente e Sr. Relator, tem uma questão objetiva: foi feito um trabalho exaustivo da consultoria da Casa, pela qual nós temos profundo respeito. Eu me atrevo a dizer que é uma das melhores consultorias que tem no âmbito da estrutura de poder aqui em Brasília, em conjunto com a secretaria, baseado, inclusive, nos princípios da lei de sigilo de documentos, da qual o Senador Alessandro acabou de declinar. O que tiver ameaça à segurança do Estado brasileiro e ameaça à segurança nacional, o que não tiver esses critérios, não tem por que ter a classificação.

O que ocorreu, de fato e concretamente, Presidente, é que ocorreu uma fraude da parte de alguns. Encaminharam pra cá documentos, colocando – foi muito bem dito ainda há pouco – "pode conter". O verbo "poder", aí, faz uma advertência inadequada em relação ao documento, porque ele não afirma que é e deixa ao julgamento de outros, para, com isso, querer impedir a divulgação do documento.

Então, é claramente má-fé. Então, o trabalho já foi feito aqui, pela consultoria e pela secretaria da Casa. Cabe a esta Comissão ratificar esse trabalho ou não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passamos à apreciação da proposta de reclassificação de documentos pautados.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com voto contra do Senador Jorginho, voto contra do Senador Ciro e voto contra do Senador Marcos Rogério. O Senador Luis Carlos Heinze é contrário, mas o seu voto não pode ser apreciado na condição de suplente. O senhor me desculpe.

Determino à Secretaria da Comissão que proceda imediatamente à reclassificação, na forma aprovada pelo Plenário.

Passo a palavra ao Relator pra apreciação de requerimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Vice-Presidente, há requerimentos pautados de informações, de convocações e de transferências de sigilo. Eu me permito sugerir a V. Exa. que votemos os requerimentos em globo, da seguinte maneira: primeiramente, em bloco, os requerimentos de informações; depois, nós votaremos os requerimentos de transferência de sigilo; e, por fim, individualmente, os requerimentos de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.?

Em votação os requerimentos de votação em globo do Relator.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só pra esclarecer: o Senador Jader nem o Senador Eduardo estão presentes; o Senador Heinze vota, tá?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quem é titular no... Quem é suplente do Eduardo é o Jader.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Ele não está presente, viu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o Eduardo está presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Eduardo não está, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele pode estar remotamente presente.

Enfim, consulte se ele está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quem está presente está em amarelo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Registre o voto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá? (*Pausa.*)

Boa estratégia.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vamos lá. Vamos votar, vamos votar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Isso daí é Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer a leitura rápida dos requerimentos de informação.

Requerimento 860, de 2021; Requerimento 856 – o primeiro, assinado por mim, e, o segundo, assinado pelo Senador Humberto Costa –; e Requerimento 865, do Senador Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os requerimentos de pedidos de informação.

É isso, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir inversão de pauta para o Requerimento 102, do Sr. Carlos Gabas, Diretor Executivo do Consórcio Nordeste.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Chegaremos lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está na relação. Vamos votar todos, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Está seguindo a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem problema.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Queria pedir só inversão de pauta se for possível. Poderia me atender?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que nós aprovamos o procedimento na primeira votação, quando o Senador falou em votação global.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi. Eu sugeri.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E já foi aprovado, inclusive, com o seu voto e com votos contrários dos outros quatro Senadores. Vamos votar. Não se preocupe porque nós vamos votar o Carlos Gabas. E eu tenho um compromisso com V. Exa.: se der empate, eu voto a favor. Estou aqui, não tenho... Aqui comigo não tem duas palavras. Põe e acabou. (*Fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Requerimentos de transferências de sigilo: Requerimento 851, do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 852, também do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 854, do Senador Randolfe Rodrigues; Requerimento 855, do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Proponho a gente votar todos os requerimentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hum?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E Requerimento 857, também do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Convocações, Presidente. Quatro, cinco e seis: Requerimentos 102, 633, 682/2021. Convocações de Carlos Eduardo Gabas, ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste – dos Senadores Eduardo Girão, Marcos Rogério e Ciro Nogueira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Bom, eu levantei aqui, primeiro, que o Consórcio Nordeste não tem nenhuma dificuldade de vir aqui se pronunciar sobre essa compra e sobre outros assuntos. No entanto, o Consórcio Nordeste tem uma representação legal, que é o seu Presidente, que, inclusive, já se colocou à disposição para vir aqui, independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal. Ele viria aqui mediante convite. Segundo: é muito claro que o poder de investigação desta CPI, no que diz respeito a recursos transferidos para os Estados, é claro no sentido de que têm que ser recursos que foram transferidos a título de enfrentamento à pandemia; segundo, têm que ser recursos de transferência voluntária e do Governo Federal, obviamente.

Eu entreguei aqui ao Senador Girão, porque foi entregue na Secretaria da CPI, um documento que demonstra que os recursos que foram aplicados foram recursos dos governos estaduais, da chamada fonte 100, à exceção do Estado da Paraíba, cujo recurso é da transferência fundo a fundo, portanto transferência obrigatória. Isso, portanto, já eliminaria a possibilidade de investigação nossa dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquisição por parte do consórcio, que, aliás, já é resultado de processo que andou na Justiça estadual e que está agora no STJ – que está agora no STJ.

Pois bem, além do mais, em relação a essa pessoa especificamente, ele ocupa um cargo no consórcio que é o de secretário executivo do consórcio; ele não é ordenador de despesa, ele não tem poder de decisão sobre a questão de contratos que foram realizados e ele não é funcionário de nenhum dos Estados. O consórcio, na verdade, é uma figura jurídica que não tem recursos próprios, que não recebe dinheiro do Governo Federal, nem tem autonomia pra aplicar como consórcio. Portanto, não caberia essa convocação.

Por essa razão é que eu proponho que nós adotemos como solução a proposta apresentada pelo Senador Rogério Carvalho, que foi a de transformar, pelo menos nesse caso, em convite, para que venha aqui o representante legal do consórcio, que é o Senador Wellington Dias. Então, é por essa razão que eu entendo que não cabe, e essa decisão seria facilmente questionada e derrubada na Justiça.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só pra dizer, Senador Humberto, que, por mais que V. Exa. faça os argumentos, eu não vejo... Se é fonte 100, quando o Carlos Gabas estiver aqui, ele diz bem assim: "Olha, isso é fonte 100, isso é fonte 200, isso é fonte 1.000, isso não tem recurso federal, não houve nenhum tipo de problema". Porque o que se passa, parece, é que as pessoas não estão querendo que o Carlos Gabas venha aqui. Parece que tem alguma coisa a esconder. Eu acho que não, que é bom ele vir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É bom ele vir. Sabe por que, Senador Humberto? Parece que V. Exa... Não é o seu caso, não é o meu caso e tenho certeza de que não é o caso do Senador Otto. Conheço bem o Senador Otto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é o caso de querer esconder nada, não. Então, veja bem, eu acho que o Carlos Gabas vai acabar, se ele tiver realmente argumento, com essa historinha de "Olha, estão escondendo". Porque isso já deu, sabe? Isso já deu. As pessoas ficam querendo julgar a gente, como o caso ontem do ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, veio aqui e não falou nada com nada. Problema dele, não é meu, não, como não é seu nem do Senador Otto e de Senador nenhum do Nordeste ou do Governador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu acho que eu estou fazendo uma defesa maior da presença do Carlos Gabas que V. Exa. possa fazer agora, mas eu passo a palavra a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu só queria dizer que eu tenho todos os documentos aqui de que são verbas federais, auditoria da CGU, TCU. Tenho tudo aqui mostrando isso. Então, eu queria só pedir pra que a gente pudesse votar logo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, sendo assim, para a gente acabar com essa conversa mole aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... eu retiro a contestação e nós votamos, então.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nós votamos a favor, Sr. Presidente. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar a favor!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos votar e vamos ouvir o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso, porque, senão, quando V. Exa. faz a defesa e o Senador Otto faz a defesa, teve até um questionamento...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Espere aí, Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós estamos querendo só seguir a legalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, levantar suspeita...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Levantar suspeita sobre o Senador Otto, da conduta dele, pelo que eu conheço do Senador Otto, é uma injúria contra o Senador Otto sem tamanho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas quem levantou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Quando V. Exa. defende parece que...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não. Eu não estou defendendo a figura do Dr. Carlos Gabas. Por sinal, eu o conheço muito pouco. Eu estou apenas, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu estou apenas em cima do que foi o ato, publicado no *Diário Oficial*, do Presidente Rodrigo Pacheco.

Se o Senador Eduardo Girão tem provas de que tem recursos federais, pelo menos no meu Estado não teve recursos federais. Eu tenho, inclusive, toda a prova que foi da fonte de arrecadação própria – fonte 100. Dos outros Estados eu não tenho informações. Agora, o que está no requerimento é exatamente transferência de recursos voluntários para os Estados.

Quando o Senador Humberto Costa coloca a posição dele, não é também em defesa do que está errado ou do que foi feito errado, porque nós não estamos aqui para ter compromisso com o erro, mas vai, de alguma forma, fazendo uma convocação dessa, quando não tem recursos...

Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Aí, fica difícil. (*Pausa.*)

Não, termine. Eu espero. (*Pausa.*)

Quando dois estão falando, um tem que parar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, essa movimentação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um tem que parar. (*Pausa.*)

O caso em tela... E o Senador Humberto coloca o presidente do consórcio, que é o Governador do Estado do Piauí; está trazendo uma autoridade maior do consórcio, o presidente do consórcio, para aqui vir debater.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse caso mesmo do Senador Girão – e ele tem todo o direito, claro, para a investigação –, a investigação que foi feita no caso dos respiradores foi feita por determinação do Governador da Bahia, Rui Costa, que é um Governador que se elegeu com 78% dos votos e continua com a mesma popularidade. Uma pessoa de bem, um cara honesto, um homem honesto, acima de qualquer suspeita. Quem fez a investigação? A Polícia Civil da Bahia. Determinada por quem? Pelo Governador Rui Costa. Prendemos... Foram presos os bandidos, cinco fraudadores de uma licitação. Estavam presos lá. De forma inusitada, no Ministério Público do Estado da Bahia, um promotor pediu a liberdade dos presos – uma coisa inusitada que aconteceu –, e o juiz deu a liberdade dos presos, que já estavam para confessar o crime e devolver os recursos que foram pagos em um momento difícil da vida de um Governador, faltando, tendo que comprar respiradores para colocar nos hospitais...

Porque não é fácil sentar na cadeira. O senhor sabe, foi Governador e sabe que numa situação dessa natureza para salvar vidas, às vezes, o momento de urgência pode levar a um caso dessa natureza. Então, eu não estou aqui para defender absolutamente a figura do Sr. Carlos Gabas. Tenho pouco conhecimento com ele.

Estou apenas relatando os fatos, porque não foi a Polícia Federal que fez a intervenção, quem fez foi a Polícia Civil da Bahia: agiu, prendeu. E, lamentavelmente, na história do Ministério Público do meu Estado, um procurador pediu a liberdade, o que nunca pedem, pedem para prender, pedem para dar condução coercitiva, qualquer coisa dessa natureza, mas nunca para dar liberdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir, por último, o Senador Marcos Rogério e vou votar, porque o convidado já está aí...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, Presidente, eu gostaria de aqui mostrar as provas. Eu lhe peço o mesmo tempo que o senhor deu para os colegas para que eu possa mostrar as provas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma ponderação e espero com sinceridade que todo este tempo de discussão paralelo que houve aqui não tenha sido motivado para se chamar ao plenário alguém que, de repente, pudesse dar um voto a mais para derrubar este requerimento. Espero que não tenha sido... A cena que se movimentou aqui foi muito clara.

Este é um caso clássico. Ouvi argumentos aqui dizendo: "Olhem, não devem chamá-lo aqui, não devem investigar, porque já teve inquérito na polícia, já tem ação no STJ". Tem convocado vindo à CPI que já passou por todo esse caminho e foi até condenado duplamente! Será que esse argumento realmente é argumento de fundo sustentável? Porque quem vai estar aqui hoje já passou, inclusive, por uma condenação, e, ainda assim, a CPI o convocou para estar aqui. Então, esse argumento não se sustenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro aspecto, a Polícia Civil...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, por favor, vamos dar andamento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhem, eu não sei por que se incomodam tanto! Quando a Oposição fala, fala à vontade, o tempo que quer, o que quer, como quer. Quando alguém que pensa diferente começa a falar, a incomodação levanta! É um caso extraordinário!

Mas eu quero, Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É um caso de desperdício do tempo do cidadão brasileiro, é um caso de desperdício de tempo, Sr. Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, quando é Oposição que está falando, aí não é desperdício de tempo, aí está tudo certo! Quando é estratégia para falar alguém para poder...

Presidente, vou concluir a minha fala dizendo o seguinte: a vinda do Sr. Gabas a esta CPI é algo que vai determinar se esta CPI realmente tem um lado – e não é um lado político, não, de ser contra o Presidente ou a favor do Presidente –, o lado da busca da verdade, se tem ou não tem.

E digo mais: tem outro personagem que nós deveríamos trazer aqui, que tem requerimento meu aí também, que a Polícia Civil da Bahia também está investigando e que, por uma razão objetiva, o afastaram do cenário para poder dar um ar de que foi feito justiça, que é o Sr. ex-Secretário Bruno Dauster. É necessário que ele venha aqui também, porque foi responsável por um processo importante naquele Estado.

Neste momento, Sr. Presidente, acho que todos nós temos a compreensão da necessidade imperiosa de se trazer aqui o Sr. Gabas para esclarecer os escândalos envolvendo o Consórcio Nordeste.

É a ponderação que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, o Senador autor do requerimento, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive acesso a diversas notas técnicas produzidas pela Controladoria Regional da União, braço regional da CGU na Bahia, em parceria com o Ministério Público do Estado da Bahia, nas quais ela faz uma análise depurada de despesas realizadas pelo Consórcio Nordeste, bem como pelo Governo da Bahia, relacionadas a enfrentamento da Covid-19.

Na Nota Técnica nº 9, de 2020, de 3 de junho de 2020, que tenho aqui em mãos para mostrar – são dezenas de páginas, assinadas por dois auditores federais de finanças e controle, que tratam da compra de 300 respiradores –, apontam-se diversos indícios de irregularidades nessa aquisição, entre eles, contrato eivado de vícios para respaldar a compra milionária dos respiradores pulmonares aqui referidos.

2. Falta de zelo na escolha da contratada para o fornecimento dos equipamentos: não restou evidente o critério adotado para a escolha da empresa Hempcare, que comercializa produtos à base de maconha, principalmente pelo fato de o valor referente ao objeto do contrato ser 490 vezes maior do que o capital social da referida empresa, que era de apenas R$100 mil, e por não ser uma companhia do ramo de importação de equipamentos hospitalares.

3. Não foi identificado no portal de transparência ou disponibilizadas informações referentes à execução de verbas pelo Consórcio Nordeste, inclusive quanto aos gastos de Covid-19, fato que fere a Lei 13.979, de 2020, que determina a imediata disponibilização de contratações e aquisições em *link* específico no *site* da internet.

Ainda segundo a nota técnica, a PGE da Bahia limitou-se a observar a habilitação jurídica e fiscal da contratada, deixando de se analisar a comprovação da capacidade técnica e operacional da Hempcare, que é uma companhia em que não há empregados, não há registro de empregados, não possuindo sequer endereço comercial, e, sim, um endereço residencial em São Paulo, que eu mostro aqui para os senhores. Eu mostro para os senhores a sede da empresa, que é residencial...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... nesse edifício aqui...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente Omar Aziz...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... em São Paulo.

Por favor, Sr. Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu faço questão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por favor, eu gostaria de concluir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Para que o Senador Marcos Rogério não se sinta perseguido, eu faço questão de fazer essa ressalva. Nós temos dezenas de requerimentos. Se cada requerimento for sustentado dúzias de vezes...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu preciso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... a gente não chega a lugar nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas esse chama a atenção, inclusive, do seu Estado, de Sergipe.

Eu gostaria... Inclusive, vou falar de Sergipe aqui, vou falar de Sergipe se o senhor deixar, se o senhor permitir.

Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Girão, vai ser votado o requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para concluir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu preciso mostrar as provas.

Para concluir. Vamos, vamos...

O pagamento executado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou, eu vou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixa eu concluir, Presidente. O senhor não vai... Toda vez eu falo o senhor corta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Toda vez que eu tento falar, o senhor corta a minha palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem um depoente, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu preciso terminar, por favor.

O pagamento executado de forma antecipada, R$48 milhões do povo nordestino, sem observância dos trâmites legais, da execução de despesas publicadas e sem a existência de garantias de cobertura de danos ou prejuízos decorrentes do contrato. Tal fato indicava, desde o início, alto risco de inexecução contratual.

Para fechar: o pagamento do total contratado foi feito mediante transferência para o banco Itaú. Sabe por quem? Pelo Sr. Joseilton Gonçalves dos Santos, Diretor Administrativo e Financeiro do Consórcio Nordeste, e pelo Sr. Carlos Gabas, Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, em duas parcelas: no dia 7 e 8 de abril, portanto, antes da emissão da nota fiscal.

O interessante dessa empresa aqui... Pra mostrar outro documento, Presidente, está aqui a transferência no valor de R$48 milhões, e as notas fiscais estão aqui. Eu vou encerrar, mas eu vou entregar esse documento pra imprensa daqui a pouco, lá fora. O interessante, Senador Marcos Rogério, é que essa empresa só teve duas notas fiscais em dois anos de trabalho, ou seja, muitos indícios de que é uma empresa de fachada.

E se esta CPI, que tem 82% de Senadores... Olha que detalhe, Jorginho Mello, você é uma raridade aqui, porque esta CPI – pouca gente sabe disso – 82% dos Senadores que a compõem, entre titulares e suplentes, são sabe de onde? Do Nordeste e do Norte do Brasil – dez Senadores do Nordeste. Por isso que eu gostaria que a gente votasse votando contra a corrupção aqui.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é razão de suspeição? Isso é uma irresponsabilidade. Isso é uma irresponsabilidade da sua parte, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Humberto: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados", Mateus 5:3.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A justiça de Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a gente vai de jegue. Vai de jegue.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Paraíba e Sergipe, eu estou com as provas. Eu estou aqui com as provas da Paraíba e Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De jegue, para quem não conhece.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se o senhor me der tempo, eu posso concluir.

Se o senhor me der tempo, eu posso concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me desculpe.

Agora é o seguinte – só um minutinho, Senador –: eu vou ser muito rígido a partir de agora, quando estiver presidindo. Aqueles Senadores que pegam e trazem um catatau pra ler, porque a assessoria escreve e nem sabem, às vezes, o que está escrito ali, e passam 15 minutos lendo, depois vão fazer as perguntas, isso acabou. Quinze minutos pra todos os Senadores, independentemente de oposição, situação, direita e esquerda. E mais: questão de ordem levantada são três minutos – três minutos. Questão de ordem: três minutos; marcou, eu vou encerrar. Porque, senão, eu vou ter que pegar aqui, as pessoas vêm pra cá pra fazer uma pergunta – eu não vou citar Senadores aqui –, leem um textão, defendem quem quer que seja e depois, no final, já quando espira o tempo, fazem duas, três perguntas pra ficarem 20, 25 minutos.

Então, a partir de hoje, eu peço aos colegas Senadores e Senadoras que não ultrapassem 15 minutos. Quem não fizer a pergunta antes vai ficar sem... E não peçam pra mim: "Senador, me dá mais um minuto". Não darei. Serei muito rígido. Sabe por quê? Porque esse tipo de coisa só faz atrapalhar.

O convidado nosso, o convocado está aí fora, e nós estamos aqui. Vamos em votação, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para questão de ordem.) – Presidente, questão de ordem.

Para uma questão de ordem, questão de ordem.

Apresento questão de ordem com esteio dos arts. 306 e 153 do Regimento Interno do Senado Federal associado ao art. 252 do CPP. Há de se ressaltar que uma das principais competências das comissões parlamentares de inquérito é a sua correlação com o processo penal vigente no País. O que queremos reforçar é que, nos casos de CPIs, os Parlamentares, que exercem funções atípicas, a de legislar, acabando por exercer a função de investigadores. As comissões parlamentares de inquérito criadas dentro do Parlamento se assemelham às instruções probatórias de juiz, ou seja, seus atos são fundamentais para definir o indiciamento ou não dos investigados. Tanto o Regimento Interno do Senado Federal quanto a Constituição Federal exigem das suas autoridades a aplicação do princípio da impessoalidade e moralidade nos atos que possam ser praticados também pelos seus agentes públicos.

Esse princípio constitucional deve ser obedecido, não cabendo discricionariedade no momento da sua aplicação. O princípio da impessoalidade é tão importante que, em diversas passagens do Regimento Interno, está tipificado como dever do Senador em abdicar-se da votação quando o Parlamentar tiver interesse pessoal no caso em questão – art. 306 do Regimento Interno do Senado.

In verbis, art. 306: "Nenhum Senador presente à sessão poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de *quorum*".

Art. 153, também do Regimento Interno do Senado Federal, inserido no Capítulo XIV, ao tratar da matéria atinente às Comissões Parlamentares de Inquérito e seus processamentos, preconiza que: "Art. 153 Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal".

Desse modo e tendo em vista as previsões elencadas no Código de Processo Penal, que é a norma a ser aplicada de forma subsidiária, consoante expresso no Regimento Interno, verifica-se o art. 252 do referido diploma processual, o juiz... Pra concluir: "O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que: [...] ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito".

Pra encaminhar o pedido para o senhor aqui, dessa questão de ordem... Pode-se perceber que, intrinsecamente, o princípio da impessoalidade permeia regras internas do Senado da República, bem como da legislação penal e própria da Carta Magna e, dessa forma, impera ser respeitado. Não é segredo pra ninguém que o Senador Renan Calheiros...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, espera aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o seu tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não! Espera aí, eu estou o Twitter...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou! Acabou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou com o Twitter do Senador Renan Calheiros aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele se declarou impedido para votar, isso foi colocado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o seu tempo, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só queria que fosse cumprida a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o seu tempo, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, só alertar, Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só queria que fosse cumprida a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou o tempo. Eu dei três minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente... V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passou dos três minutos. Acabou o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente, o Regimento diz...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coloca...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o tempo regimental... O tempo regimental...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tempo regimental para uma questão de ordem é cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas eu estipulei três agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está acima do Regimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Plenário é maior do que o Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. V. Exa. não deliberou sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Plenário é maior do que o Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Plenário deliberou... Vota, Sr. Presidente, coloca pra votar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o Regimento... Presidente, o Regimento diz claramente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. devia ter questionado a hora que eu falei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente! V. Exa. não pode mudar o Regimento como quer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Plenário pode.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pode, Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pode, Presidente! Não faça isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, coloca em votação!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quando eu comecei a falar, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Faça a chamada, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não faça isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Faça a chamada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, falta um parágrafo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu concordo com V. Exa. com relação à disciplina...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas não pode atropelar o Regimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, ele está concedendo.

Senador Marcos, ele está concedendo pra eu terminar. Agradeço.

Não é segredo pra ninguém que o Senador Renan Calheiros, Relator desta CPI é pai do Governador do Estado de Alagoas, unidade federativa que compõe o Consórcio Nordeste, que, portanto, também participou da frustrada e provavelmente fraudulenta compra de 300 ventiladores pulmonares em face da empresa Hempcare, matéria tratada nos Requerimento nºs 102, 633, do Senador Ciro, e 682 também do Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o próprio Relator desta Comissão já declarou em seu Twitter – está aqui o Twitter –, no dia 23/04/2021, às 16h50 – abre aspas: "Desde já me declaro parcial para tratar qualquer tema na CPI que envolva Alagoas. Não há sequer indícios quanto ao Estado, mas a minha suspeição antecipada é decisão de foro íntimo". Por isso, defendo e arguo a V. Exa. que o Senador Renan Calheiros se declara impedido de votar o tema que envolve os Requerimentos nº 102, de minha autoria, e os Requerimentos 633, 682, de autoria, respectivamente, dos Senadores Marcos Rogério e Ciro Nogueira.

Caso V. Exa. rejeite a presente questão de ordem, requeiro que a mesma seja submetida à deliberação do Plenário desta Casa, nos termos do art. 405, do Regimento Interno do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu vivi para ver um colega Senador tentar impedir outro colega de votar. Eu vivi pra ver isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Primeiro que essa questão de ordem já foi votada aqui. Está certo? Isso foi votado lá atrás. V. Exa., inclusive, foi até para a Justiça e perdeu na Justiça. Então, essa questão de ordem... Tu tens que explicar para a tua assessoria que essa questão de ordem... Só um minutinho, Senador, o senhor falou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas esse Twitter dele foi depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, me ouça! Senador, me ouça. Senador, me ouça, por favor.

Escuta o seu assessor aí. Explica aí para ele, amigo. Explica!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, o que o senhor está fazendo? O senhor dá nota para cada Senador aqui. Respeite os Senadores! Aqui não é Escolinha do Professor Raimundo, não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é escolinha do Professor Raimundo, não! Respeite os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E V. Exa. é um mau aluno!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor faz o que quer aqui dentro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. é um mau aluno!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor faz o que quer aqui dentro! O senhor faz o que quer aqui dentro! Manda e desmanda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente!

Presidente, eu acho que, propositadamente, querem atrasar um depoimento. Então, não vamos cair na corda. Vamos votar, vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou... Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... querem ouvir o que o Governador tem a dizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Conduza, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu só vou responder à questão de ordem do Senador Eduardo Girão.

Essa questão de ordem já foi votada. E V. Exa. já fez essa questão de ordem aqui, pedindo impedimento. Depois veio aqui o Senador Marcos do Val e fez a mesma coisa, e eu indeferi. Então, é a terceira vez que eu estou indeferindo a suspeição do Senador, que tem as mesmas prerrogativas que qualquer um de nós aqui, o Senador Renan Calheiros. Veja bem, essa suspeição que V. Exa. coloca já foi colocada, isso já foi julgado por um juiz de primeira instância, já foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, está certo? E V. Exa. insiste.

Então, veja bem: quando o Senador Renan colocou essa questão, isso foi antes das decisões judiciais que foram dadas e antes das questões de ordem colocadas. Então, isso para a gente é ponto pacífico já. Então, V. Exa. fez aí os argumentos e ultrapassou em muito o tempo que nós tínhamos estipulado aqui.

Então, vou colocar em votação e vou rejeitar, porque não é a primeira vez, Senador Eduardo Girão, que o senhor levanta essa mesma questão de ordem. O senhor pode até ter colocado outras palavras, mas é a mesma questão de ordem. Eu tenho uma memória muito boa, Senador Girão, mas muito boa mesmo.

Então, está rejeitada a sua questão...

Agora, coloco em votação.

Como V. Exa. pediu para colocar em votação, em votação a questão de ordem.

Aqueles que não aceitam a questão de ordem do Senador Girão permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado à unanimidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, deixa eu fazer uma ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Está bom, Senador. O senhor me desculpe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, Senador. Por favor! Meu amigo, por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou polemizar não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou votar esse requerimento e vou chamar o convidado. Depois a gente vota os outros requerimentos, ainda hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só vou votar esse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A minha votação foi contrária, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Eu quero trazer o convidado, que já está há uma hora esperando a gente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei que o senhor quer trazer o convidado, mas tudo que eles querem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Os outros requerimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é que nós não votemos os outros requerimentos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É. Por quê? Não é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar hoje ainda, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele começou a sessão aqui pedindo para inverter a ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vamos votar.

Inverter a ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, nós não podemos prejudicar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí o senhor está cedendo demais, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o resultado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos votar tudo. Vamos votar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obstrução mesquinha essa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A minha questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação a convocação do Sr. Carlos Eduardo Gabas.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Quatro; o Tasso, cinco; e o Senador Jader, seis.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Não se encontra.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não".

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não, não. Primeiro o suplente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, Senador Jader Barbalho. (*Pausa.*)

Senador Jader Barbalho. (*Pausa.*)

"Não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Cadê a voz dele, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde está a voz dele? Ninguém ouviu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu também não ouvi a voz dele, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Abre aqui. Está aqui na coisa.

Bota a imagem do Senador Jader Barbalho, por favor. Bota aí.

Senador Jader Barbalho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não".

Ouviu agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Duvidar do Presidente... Duvidar do Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Jader Barbalho já disse "não". O pessoal ainda...

Você ouviu, não é, Ciro?

O Ciro está aí... O Ciro entendeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Só vimos, Presidente; não ouvimos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Gente, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, "sim".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Meu voto é "sim", só ratificando... Retificando, Presidente, que o Senador Renan Calheiros postou no dia 23 de abril no Twitter. Foi antes... A decisão foi antes; a postagem foi depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não".

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sem blindagem, Sr. Presidente; o voto é "sim", pela convocação do Sr. Carlos Gabas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – "Sim", Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seis a quatro: "não".

Está rejeitado o requerimento.

Convocação do representante da Janssen do Brasil, do Senador Alessandro Vieira, em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convocação do Deputado Fausto Vieira dos Santos – tem muito a explicar aqui nesta CPI – e Péricles Rodrigues do Nascimento, ambos Deputados Estaduais do Estado do Amazonas, do Senador Marcos Rogério.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convocação do Francisco Emerson Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Transferência de sigilo já foi votada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, está faltando aqui a quebra de sigilos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só em relação... Em relação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi votado? Já?

Agora vou convidar o ex-Governador Wilson Witzel.

Agora, retiraram daqui a EMS. Foi retirada a EMS? A transferência de sigilo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, tem informações complementares que vamos receber e encaminharemos a V. Exa. no momento mais oportuno.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão como uma questão de ordem.

Eu sugeriria a V. Exa., me perdoe, que nós tirássemos um dia da semana pra fazer reunião administrativa, sem que a gente comprometesse aqueles depoimentos que são feitos. Então, um desses dias, nós nos reuniríamos só pra votar requerimentos, convocações, enfim. À medida que o tempo for passando, isso vai se tornando desnecessário. Mas, por enquanto... Veja que nós perdemos aí quase duas horas do depoimento do Governador Witzel. Fica, aliás, não como uma questão de ordem, como uma sugestão a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Rapidamente, Presidente, só pra comunicar a V. Exa. e, na verdade, até ajustar com V. Exa.: que alguns requerimentos de quebra de sigilo que necessitamos apreciar para V. Exa. pautar na reunião, conforme, inclusive, a orientação do Senador Humberto, mais adequada administrativa, porque essas quebras de sigilo são necessárias pra esta CPI... (*Pausa.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Antes do início do depoimento, eu lhe peço 30 segundos só para um esclarecimento referente ao Estado de Sergipe.

O Estado de Sergipe, que foi mencionado pelo Senador Eduardo Girão, é governado por Belivaldo Chagas, Governador do seu partido, PSD. Eu sou opositor, entendo que o Governo tem problemas gravíssimos, mas, particularmente, neste ponto, o recurso utilizado foi estadual. Eu não sou oportunista,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não estou aqui pra fazer brincadeira. As coisas são muito sérias. O recurso que foi enviado ao Consórcio Nordeste por parte do Estado de Sergipe foi estadual. Um escândalo, tem desvio, o Estado foi prejudicado, mas não é este o espaço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que ele citou o meu nome, eu queria colocar.

Senador Alessandro Vieira, o senhor sabe que não é verba estadual, é federal. O senhor sabe porque, inclusive, foi estornado, foi feito o pagamento, e foi estornado justamente para burlar. Mas a Paraíba, por exemplo, tem um documento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Da Paraíba, o senhor fale com os paraibanos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, mas em Sergipe...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quando for falar de Sergipe e quando for falar de combate à corrupção, o senhor faça isso com a responsabilidade que o tema exige. Veja, as coisas são sérias.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O tema exige que a gente não blinde ninguém. O termo exige que a gente busque a verdade, seja do Governo Federal, do governo estadual...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, querem atrasar o depoimento do Governador Witzel. Eu não sei o que é que estão temendo que o Governador Witzel fale aqui. Vamos deixar o Governador falar, homem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui cumprimentar o ex-Governador Wilson Witzel. É um prazer tê-lo aqui, ex-Governador.

A Comissão foi notificada da decisão do Ministro Nunes Marques no Habeas Corpus nº 203.227, impetrado em favor do depoente Wilson Witzel, com o seguinte dispositivo:

> [...] defiro o pedido de *habeas corpus* para dispensar o paciente, caso queira, de comparecer perante a CPI da Pandemia e, em caso de opção pelo comparecimento, garantir-lhe: o direito ao silêncio, a não assumir o compromisso de falar a verdade (em razão da condição de investigado e não de testemunha) e à assistência de advogado.

Esclareço que o direito de não comparecer, exercido pelo depoente, não resultou da sua condição de ex-Governador, que é objeto de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental própria, mas da sua condição de investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Wilson, V. Exa. está albergado por *habeas corpus* e, por essa razão, não é obrigado a prestar compromisso de dizer a verdade, mas pode fazê-lo, mesmo tendo sido classificado como investigado, se assim desejar.

V. Exa. gostaria de prestar esse compromisso?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senador Omar Aziz, Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui; Senador Renan Calheiros, em nome dos quais eu cumprimento todos os demais integrantes desta douta CPI, a minha condição aqui é única e exclusivamente de esclarecer a verdade. O meu compromisso sempre foi, como Juiz Federal, como Defensor Público, servidor há mais de 30 anos, falar a verdade. Então, não tenho medo da verdade. Estarei aqui à disposição.

Evidente que os advogados que me acompanham têm estratégias para defesa nos processos, e, eventualmente, eles podem me pedir para não falar sobre determinada questão que será submetida a requisições e pedidos na esfera criminal lá no Rio de Janeiro. Então, por uma questão de respeito aos profissionais, eu, apesar de ter sido Juiz Federal, respeito que eles estão advogando, então eu não posso contrariar as orientações dos advogados, mas tenho certeza de que não haverá problema em responder toda e qualquer pergunta aqui, na CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Então, vou passar... V. Exa. teria 15 minutos pra falar, ou quer que eu passe diretamente ao Senador Renan Calheiros, como Relator?

O SR. WILSON WITZEL – Sr. Presidente, seria importante fazer uma breve explanação sobre os fatos.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, prestar a minha solidariedade ao povo brasileiro. O Senador Renan está ali com a quantidade de vítimas dessa pandemia, uma triste realidade que o nosso País enfrenta, que certamente poderia ter sido reduzida caso nós tivéssemos uma melhor organização, melhor entendimento, melhor diálogo entre o Governo Federal e os Governadores dos Estados.

Então, inicialmente, quero deixar aqui a minha solidariedade a todos os mais de 450 mil mortos, e certamente isso tem sido doloroso pra todas as famílias, inclusive pessoas próximas a mim, que já faleceram.

Diante desse contexto da pandemia, que se inicia praticamente no mês de março de 2020, eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós, Governadores, desde o início do controle da pandemia, buscamos tomar as medidas de acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde. A partir do momento em que os Governadores e os Prefeitos sentiram a necessidade de seguir orientações eminentemente técnicas dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos de saúde internacionais e internos, nós, Governadores, pedimos ao Presidente da República, diversas vezes, e, se não constam ainda da CPI, é importante que todas as cartas que os Governadores fizeram sejam encaminhadas a esta CPI e constem do relatório, porque fizemos várias reuniões, suplicando ao Presidente da República que nos atendesse, que nós pudéssemos conversar para poder encontrar soluções em conjunto, soluções que outros países encontraram, países como a Espanha, como a Itália, que tiveram dificuldade para o controle da pandemia e que têm um sistema de saúde muito melhor do que o nosso, países como a Inglaterra, países como a Alemanha... Mas, infelizmente, no caso do Brasil, a nossa situação foi absolutamente diversa disso.

Os Governadores, Prefeitos de grandes capitais, Prefeitos de pequenas cidades ficaram totalmente desamparados do apoio do Governo Federal. Isso é uma realidade inequívoca, que está documentada em várias cartas que nós encaminhamos ao Presidente da República. E, no Fórum de Governadores, que eu integrava, como um dos organizadores, ao lado do Governador João Doria, fizemos vários pedidos ao Presidente para reunião. Nas poucas reuniões – salvo engano foram duas reuniões que nós tivemos com o Presidente –, foram reuniões em que o que se percebeu foi a politização da pandemia, o Governador Doria foi frontalmente atacado na reunião, de uma forma descortês.

Eu fiz pedidos para que nós pudéssemos, ainda no início da pandemia, ter uma ação do Governo Federal conjunta, porque outros países... E é preciso, Srs. Senadores, não olhar para uma cidade isoladamente, para um Estado isoladamente, e os senhores vão entender isso, porque o contexto não é específico de uma região; é a questão nacional. Se o Brasil tivesse, através do Governo Federal, não sido negacionista; o Presidente da República desse a determinação para que o Itamaraty negociasse com o Governo chinês, alemão, até mesmo os Estados Unidos, para que nós pudéssemos trazer para cá os respiradores, os insumos, e agora nós estamos vendo a questão da vacina, os Governadores – e aqui está se falando do Consórcio do Nordeste –, nós não teríamos ficado à mercê das alternâncias dos preços dos mercados internacionais.

Então, não é simples, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, chegar aqui à CPI e falar "o Governo do Estado do Amazonas, o Consórcio Norte e Nordeste, o Governo do Rio de Janeiro compraram respiradores superfaturados", porque é preciso fazer uma análise dos valores que eram praticados no mercado internacional e de que nós, Governadores, ficamos completamente desaparelhados para poder comprar esses equipamentos.

E aqui foi mencionada a Lei 13.979. No seu art. 3º, inciso VII, o Governador poderia até requisitar! Não precisa de licitação, não precisa de procedimento nenhum. Ele poderia simplesmente requisitar! Mas requisitar onde? Como é que eu vou requisitar ao Governo da China receber respirador? Isso é uma negociação internacional, e não foi feita.

E eu quero que os senhores agora me deem uma atenção especial, pelo que eu vou falar: o Governo Federal, para poder se livrar das consequências do que viria com a pandemia, criou uma narrativa. Foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

uma narrativa pensada, estrategicamente pensada. Os governos estaduais ficariam em situação de fragilidade, porque não teriam condições de comprar os insumos, respiradores e, inclusive, atender os seus pacientes no Sistema Único de Saúde, que, embora seja um excelente sistema para um país como o nosso, tem dificuldade. Então, o que ficou claro é que a narrativa construída pelo Governo Federal foi para colocar os Governadores numa situação de fragilidade, porque os Governadores tomaram as medidas necessárias de isolamento social. E isso tem repercussões econômicas.

E eu quero lembrar os Srs. e as Sras. Senadoras que, no dia 13 de março de 2020, eu fui o primeiro Governador a decretar o isolamento social, de forma contundente, a fim de que nós pudéssemos controlar a pandemia no Rio de Janeiro, que é um dos Estados brasileiros que tem o maior índice de contaminação nas comunidades, em razão das deficiências dos habitantes daquelas regiões. Nós temos o maior índice de tuberculose que está registrado, e índice de tuberculose nas comunidades, Senador Randolfe, que é maior do que em países da África.

Então, a minha situação como Governador do Estado do Rio de Janeiro era crítica, e nós não conseguíamos diálogo com o Presidente. O Presidente não dialoga comigo. Como é que você tem um país em que o Presidente da República não dialoga com um Governador de Estado? E o Presidente deixou os Governadores à mercê da desgraça que viria. O único responsável pelos 450 mil mortos que estão aí tem nome, endereço e tem que ser responsabilizado, aqui, no Tribunal Penal Internacional, pelos fatos que praticou.

E eu quero dizer, continuando nessa linha: a narrativa que foi criada foi a narrativa de que "os Governadores vão destruir os empregos", porque sabia o Senhor Presidente da República que o isolamento social traria consequências graves à economia. E eu avisei a ele. Avisei a ele na reunião. O Senhor Presidente precisa liderar, sentar na cadeira de Presidente, e não ficar fazendo motociata, carreata, porque o que nós vimos no Rio de Janeiro foi vergonhoso. Carreata, Sr. Presidente Omar Aziz, carreatas me desafiando e fazendo com que a população ficasse contra o Governador e os Prefeitos, porque decretaram as medidas de isolamento.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Ele veio aqui pra fazer um comício, o Governador? Ele veio aqui pra fazer comício?

O SR. WILSON WITZEL – Eu tenho prazo pra falar, Sr. Senador. E eu estou fazendo a minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Jorginho...

O SR. WILSON WITZEL – Estou fazendo a minha defesa, eu sei que incomoda. Mas é a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O nosso convidado... O convidado, inclusive, tem uma decisão judicial de que ele não precisa nem estar aqui hoje.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele veio aqui pra fazer discurso, está claro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na hora em que V. Exa... V. Exa. é uma pessoa muito educada, e todos nós sabemos disso. Vamos ouvi-lo e aí todo mundo poderá contestar e fazer as perguntas.

Fico agradecido.

O SR. WILSON WITZEL – Sr. Senador, eu agradeço a oportunidade, mas eu não estou aqui pra fazer comício. Eu estou aqui pra falar a verdade. E a verdade... V. Exa. terá a oportunidade de me indagar, da forma como entender pertinente. Neste momento eu estou falando a verdade, doa a quem doer. Eu fui cassado num mandato em que eu fui eleito com 4,6 milhões de votos num tribunal de exceção. O que aconteceu no Rio de Janeiro é uma vergonha para a história do Brasil, um tribunal de exceção, um tribunal que foi totalmente parcial.

Se o Senador olhar...

Senador, qual é o seu nome?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Jorginho.

O SR. WILSON WITZEL – Senador Jorginho, olhe a ementa do tribunal especial misto. Sabe o que está escrito na ementa? Que o Governador Witzel supostamente praticou isso ou aquilo.

Como é que um Governador pode ser cassado no seu Estado por uma ementa que diz que ele supostamente praticou isso ou aquilo, senhores? As provas periciais foram indeferidas. Isso é uma vergonha para o Brasil! Isso é uma vergonha internacional, porque as pessoas lá fora sabem quem é o Governador Witzel.

E eu quero continuar nessa narrativa que foi estabelecida pelo Governo Federal para destruir e perseguir Governadores e Prefeitos. E eu disse... No dia em que foi a primeira busca e apreensão, Senador Omar, na minha residência, eu disse: "Eu sou o primeiro; outros virão". E nós estamos assistindo aqui às investigações... Eu estou falando como quem tem a experiência de 25 anos de magistério no Direito Penal e no processo penal; eu estou falando como quem tem a experiência porque foi Juiz criminal durante mais de 10 anos, Juiz federal por 17, e Defensor Público; eu estou falando como quem tem a experiência de conduzir o processo penal: o processo penal contra mim é uma vergonha! As investigações que foram realizadas, se analisadas a fundo – e vão ser no momento oportuno –, vão verificar que são investigações que foram conduzidas para o linchamento moral e forçar o Estado do Rio de Janeiro, os Deputados a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazerem o meu *impeachment.* Tudo isso para dar corpo, Senador Humberto, à narrativa do Governo Federal – à narrativa do Governo Federal – de que os Governadores aproveitaram a pandemia para destruir empregos e acabar desviando recursos da saúde.

Eu tenho certeza de que, se nós investigarmos os recursos que foram destinados ao Estado do Rio de Janeiro, Senador Renan, vai ser verificado que não houve desvio nenhum de recurso durante a pandemia.

Se tivesse o Governo Federal adquirido os respiradores, se tivesse o Governo Federal liderado o combate à pandemia de forma séria, de forma contundente, eu tenho certeza de que nós não teríamos chegado aonde nós chegamos, infelizmente, eu não teria sido cassado no Rio de Janeiro, e nós estaríamos numa situação muito diferente, e o Brasil, avançando.

Então, eu não vou me estender demais, mas quero agradecer aos meus advogados que aqui estão – Dr. André Hespanhol, Dr. Bruno Albernaz, Diego Carvalho, Emídio Marques, Dr. Eric Trotte – porque estão trabalhando de graça! Não estão aqui por dinheiro, estão aqui como profissionais que defendem a democracia e que acreditam que o nosso trabalho foi um trabalho sério.

E, sem mais delongas, mas é importante também mencionar que a narrativa do Governo Federal vai mais além: além de dizer que os Governadores estavam destruindo empregos, que os Governadores estavam destruindo a economia, eles aproveitaram para fazer desvios de dinheiro público.

Em relação às investigações, Sr. Senador, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu tenho aqui todas as delações que foram feitas do Sr. Edmar Santos, do Sr. Edson Torres. A delação hoje é o pau de arara moderno. O sujeito é preso, aí ele vai e remonta uma história com fatos da imprensa pra dizer, como fizeram outros delatores... E nós estamos vendo agora, em relação ao que aconteceu com o Presidente Lula, a anulação de um processo em que o juiz está sendo reconhecidamente – lamentavelmente, porque foi meu colega – parcial. Isso é muito triste pra história da República, porque amanhã, Senador Humberto, vai ser reconhecido da mesma forma, só que até lá quem paga o tempo que o Governador Witzel foi cassado, o tempo que o Presidente Lula perdeu preso quando não poderia estar preso naquelas circunstâncias?

E eu quero aqui dizer claramente que existe a Cautelar Criminal 35. Essa Cautelar 35 investigou várias OSs do Rio de Janeiro, várias OSs. Só que incrivelmente a investigação das OSs parou. Simplesmente, Senador Humberto Costa, está aqui... A Medida Cautelar 35 tem uma relação de OSs. Eu vou encaminhar aqui o nome dessas OSs, e esta CPI pode e deve fazer a quebra de sigilo dessas OSs, porque ali nós vamos encontrar pra onde está indo o dinheiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Você pode declinar as empresas para esta CPI?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Posso declinar. Posso declinar o nome das empresas agora.

Essas OSs constam da Medida Cautelar 35 e, incrivelmente, após a minha cassação... E eu quero deixar claro aqui que eu fiz uma auditoria em todas as OSs, em 2019, um ano de auditoria, e o meu objetivo era intervir nas OSs e tomar as providências para moralizar as OSs no Rio de Janeiro, porque a maior máfia do Rio de Janeiro é a da saúde. E eu entrei com o objetivo de coibir os desvios na saúde e regularizar a situação das OSs, com OSs sérias ou então com a Fundação Estadual de Saúde. E, dessas OSs, Senador Randolfe, eu vou te dar o nome aqui.

Eu vou te dizer um fato curioso. O meu *impeachment* foi pautado em duas questões: a primeira, de que eu dei uma decisão favorecendo uma OS, a chamada OS Unir. Incrivelmente, a OS Unir foi uma OS que foi descredenciada pelo, infelizmente, ex-Secretário que foi surpreendido com R$18 milhões em espécie. Infelizmente, eu não poderia saber, porque o Dr. Edmar não tinha sinais exteriores de riqueza, e, somente depois que a investigação veio à tona, ele acabou sendo surpreendido. Eu o convidei pra ser Secretário, porque era médico, Diretor do Pedro Ernesto, querido entre os médicos. E muitos se surpreenderam com o desvio ético dele, embora, do ponto de vista profissional, eu não tenha o que reclamar do Sr. Edson, do Sr. Edmar Santos.

Agora, quando a Unir foi descredenciada – e eu achei estranho o descredenciamento da Unir... Eu fui juiz. Juiz não está obrigado a seguir parecer de procurador nem de promotor. Eu tenho meu livre convencimento e eu entendi que o processo da Unir estava estranho. Agora, a minha decisão é questionada, e não foi encontrado um centavo comigo. Não tem um centavo encontrado nas minhas contas. Agora, com o Sr. Edmar, com quem foram encontrados R$10 milhões em espécie, a palavra dele vale mais do que a minha.

E o Sr. Edmar tirou a Unir e colocou, no lugar da Unir, a OS Associação Filantrópica Nova Esperança, que está na Medida Cautelar 35. Essa Associação Filantrópica Nova Esperança não foi investigada e continua operando no Rio de Janeiro! Eu saí, a OS ficou. Então, se eu queria impedir a OS de fazer algum tipo de corrupção... Eu saí, a OS ficou. Não foi só ela. Essa OS Nova Esperança... A OS Nova Esperança...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senhor...

O SR. WILSON WITZEL – A OS Filantrópica Nova Esperança assumiu várias UPAs no Rio de Janeiro; depois, tem o Hospital Psiquiátrico Mahatma Gandhi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Dr. Wilson, o senhor tem alguma ideia de por que essas OSs não foram investigadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senador Omar Aziz, a investigação contra mim era direcionada, era para atingir o Governador Witzel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim...

O SR. WILSON WITZEL – Todos os que ficaram ao redor... Veja: teve busca e apreensão na casa do Presidente da Alerj; teve busca e apreensão na casa do Vice-Governador, que, no dia da busca e apreensão, estava aqui em Brasília. O Vice-Governador, que me substituiu, estava aqui em Brasília no dia da busca e apreensão dele. O que ele estava fazendo aqui ele não me contou até hoje. E eu não o autorizei a vir aqui falar em meu nome. Porque Vice-Governador não faz nada sem o Governador mandar. Isso está na Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Eu não mandei o Vice-Governador vir para cá. Ele estava aqui em Brasília, não me disse o que estava fazendo em Brasília. e isso eu acho que mereceria uma quebra de sigilo para saber o que é que ele estava fazendo em Brasília na véspera do meu... na véspera da busca e apreensão no Palácio Laranjeiras.

E, em relação às OSs, eu queria só continuar a relação aqui: Hospital Mahatma Gandhi; Hospital Mahatma Gandhi de novo, na outra UPA; Instituto Lagos (ILR); Instituto Mahatma Gandhi, de novo... Todas elas entraram no lugar da Unir. E detalhe: algumas dessas OSs têm classificações técnicas piores do que a própria Unir. Instituto Diva Alves do Brasil... Eu vou passar depois, Senador Aziz, todas essas questões aqui das UPAs. Associação Filantrópica Nova Esperança, de novo, assumindo uma UPA; aqui, a UPA da Tijuca, assumindo a Viva Rio – a Viva Rio assume a UPA da Tijuca...

E aqui, na Medida Cautelar 35, nós temos... Aqui, na Medida Cautelar 35, na página... Aqui na... No depoimento do Sr. Edson Torres, o Sr. Edson Torres diz o seguinte. (*Pausa.*)

Aqui, no depoimento do Sr. Edson Torres, prestado ao Ministério Público... O Edson Torres é um criminoso contumaz no Rio de Janeiro, um criminoso que está solto.

Senador... Senador Renan, o Edson Torres é um réu confesso. Ele vem praticando crimes na área da saúde do Rio de Janeiro há muito tempo. Ele confessa os crimes, as empresas dele não são bloqueadas. Eu, se fosse o juiz federal do caso, teria bloqueado as empresas, bloqueado os bens dele. E o Sr. Edson Torres está solto, as empresas estão funcionando! E aí eu pergunto: como é que o Ministério Público Federal não pediu o bloqueio das empresas, não pediu o bloqueio dos bens do Sr. Edson Torres e não impediu que essas empresas – essas OSs aqui – funcionassem? Eu achei estranho, como magistrado, ver um membro do Ministério Público não pedir aquilo que se espera que alguém peça numa investigação como esta – eu tenho dez anos de experiência como juiz criminal. As OSs Solidário, Nova Esperança, Mahatma Gandhi, Gnosis e Idab. Diz o Sr. Edson Torres que essas OSs faziam parte de um grupo que dava a bendita da caixinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu estou pedindo, Srs. Senadores e Senadoras, que façam a quebra do sigilo dessas empresas para saber para onde foi o dinheiro, porque para mim não foi! Para mim, não foi um centavo, mas eu quero saber para onde foi o dinheiro! Quem é que financiou o meu *impeachment*! O meu *impeachment* foi financiado por essas OSs, e alguém recebeu esse dinheiro! E quem recebeu eu fico extremamente preocupado, porque pode ser, inclusive, do sistema de Justiça do País. Então, eu estou preocupado com isso daqui e preciso que seja investigado.

Diz o Sr. Edson Torres que esse grupo pagava essa propina de 3% a 6%. Depois, ele diz, na p.5 do depoimento dele: "que o depoente declara que teve conhecimento que houve repasse da Alerj para a Secretaria de Saúde, que tais recursos foram administrados exclusivamente por Edmar e pelos Deputados da Alerj, quando da sua distribuição".

E aqui um parêntese. Na medida em que o Ministério Público Federal pede a busca e a apreensão na casa do Vice-Governador, a busca e a apreensão na casa do Presidente da Alerj, a busca e a apreensão na casa do Relator do meu processo de *impeachment*, o Deputado Estadual Bacellar... Em todos, foi colocada a corda no pescoço. Eu aqui trago a esta CPI o seguinte questionamento: o meu *impeachment* acontece de uma forma totalmente acelerada, sem que o devido processo legal me fosse garantido. Essas pessoas, o Presidente da Assembleia Legislativa, o Vice-Governador, o Relator do meu processo de *impeachment* na Alerj, todos investigados, com a corda no pescoço. E, ao final, quando eu sou cassado, isso daqui simplesmente acabou, morreu! Não tem mais investigação! Isso é ou não é indício de parcialidade e de perseguição política ao Governador de Estado?

Agora, eu vejo aqui, nesta CPI, se falar que quer investigar Governador de Estado. A investigação de Governador de Estado é só dar a narrativa do Governo Federal de que os Governadores aproveitaram a pandemia para roubar.

Quero dizer mais, para concluir. Os Governadores não são ordenadores de despesa. Governador não tem obrigação de ficar conferindo contrato. E, no processo de *impeachment*, eu fui condenado... Isso é um risco! Aqui, quem não vai ser Governador um dia? Vai ser Governador! Eu quero saber o seguinte: quem for Governador vai conferir um contrato, vai conferir o pagamento que foi feito a A, B, C ou D? E, no processo de *impeachment*, eu fui condenado, Dr. Bruno, por omissão, omissão de ter fiscalizado a obra do hospital de campanha! Como é que eu posso ser condenado por omissão como Governador, se eu mandei todos os órgãos técnicos trabalharem? Ou seja, eu estou aqui agradecendo a oportunidade, mais uma vez, de falar ao povo brasileiro que o Governador do Estado do Rio de Janeiro foi perseguido vergonhosamente por instituições que não poderiam se politizar.

E, se investigar... Eu não tenho poder, Senador Randolfe, de investigar, mas V. Exas. têm. V. Exas. têm o poder de investigar. E aqui já se foi falado que os membros de uma CPI têm poderes inerentes aos de magistrados, de juízes, com algumas limitações, obviamente. Mas eu digo, inclusive, Senador Randolfe, que a CPI pode deferir, sob segredo de Justiça – e aqui vai uma sugestão –, sob segredo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça, deferir, com o apoio do Supremo Tribunal Federal, medidas cautelares de busca e apreensão de celular, de documentos, de forma sigilosa, com o apoio do Supremo, para nós sabermos quem é que está por trás do meu *impeachment*, porque, por trás do meu *impeachment*, estão aqueles que se aliaram a esse discurso, esse discurso de perseguição aos Governadores. E eu só fui o primeiro, porque, depois de mim, outros Governadores foram atingidos por essas investigações superficiais, rasas, e que agora estão fragilizando os Governos estaduais. Esse é um objetivo de enfraquecimento do Estado democrático de direito, e nós não podemos permitir isso.

O Senado tem, hoje, o dever, a obrigação de tomar as medidas necessárias para acabar com essa farsa que nós estamos vivendo de perseguição aos Governadores. E eu hoje estou alijado do mandato para o qual fui eleito por mais de 4,6 milhões de fluminenses.

Eu, vindo para cá – estou encerrando –, no aeroporto, fui abordado por um cidadão da cidade de Campos – Dr. Emídio estava comigo. Ele veio chorando falar comigo: "Governador, o que fizeram com o senhor, Governador? O que fizeram com o senhor é muito triste. Como é que a gente pode acreditar no futuro, se o Governador que nós elegemos foi cassado de uma forma totalmente inaceitável, porque era um Governo que estava dando certo?" Tem problema? Tem! Mas eu nunca deixei de dialogar com a esquerda nem com a direita, porque eu não me considero nem de esquerda nem de direita; eu me considero um cidadão que deixou a magistratura por amor ao nosso País. Eu deixei a magistratura para poder fazer para o meu Estado do Rio de Janeiro o que eu acho que deveria ser feito. E não pude avançar mais porque a corrupção é grande e não iam querer que alguém que foi juiz federal, que não tem compromisso com corrupção, continuasse governando o Estado do Rio de Janeiro para poder, enfim, dar um futuro diferente. Eu saí. As OSs, Senador Humberto, estão lá. As OSs estão lá no Estado, operando livre e abundantemente com seus operadores. O Sr. Edson Torres está solto, está operando livremente, e eu estou aqui, infelizmente, impedido de governar o meu Estado.

O que eu espero? Que, em breve, o Supremo Tribunal Federal reconheça a parcialidade do julgamento, o tribunal de exceção a que eu fui submetido, e eu possa retornar ao Governo do Estado para poder terminar o meu mandato e prosseguir na vida política. Eu quero fazer parte deste País, porque o nosso País precisa de rumo e hoje ele está completamente sem rumo.

E finalizo: tudo isso começou porque eu mandei investigar, sem parcialidade, o caso Marielle. Quando foram presos os dois executores da Marielle, o meu calvário e a perseguição contra mim foram inexoráveis. Ver um Presidente da República, numa *live* lá em Dubai, acordar na madrugada pra me atacar, pra dizer que eu estava manipulando a polícia do meu Estado; ou seja, quantos crimes de responsabilidade esse homem vai ter que cometer até que alguém o pare? E, se nós não pararmos, esta república chavista ao contrário vai avançar cada vez mais e o nosso País é quem mais vai sofrer com o que nós estamos vivenciando hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade de poder fazer a minha defesa, que até agora eu não pude fazer, não pude falar isso. E aqui eu entendo que é o ambiente pra se falar, o Senado da República, independentemente da opinião ideológica de cada um. É um Governador que foi ilegitimamente cassado por um tribunal de exceção, e isso não pode continuar. Eu espero que a ordem democrática seja restabelecida e que eu possa retornar. Quem sabe o mandante do caso Marielle vai ser descoberto.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. ex-Governador Wilson Witzel.

A palavra com o Relator.

O depoente está à sua disposição, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ex-Governador Wilson Witzel, eu quero, em primeiríssimo lugar, cumprimentá-lo pela presença corajosa neste depoimento.

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Inclusive, Senador Renan, eu tenho certeza de que eu corro risco de vida. (*Fora do microfone.*)

Eu corro risco de vida. Eu tenho certeza, porque a máfia da saúde no Rio de Janeiro e quem está envolvido por trás dele, que tenho certeza que tem miliciano envolvido atrás disso, eu corro risco de vida e a minha família. Por isso que eu, inclusive, já disse que era a minha intenção me retirar do País para que eu pudesse preservar a integridade física minha e da minha família.

Mas eu só queria fazer esse acréscimo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conte com a nossa solidariedade, com a solidariedade desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós estamos aqui reunidos exatamente para investigar o que aconteceu no Brasil no enfrentamento da pandemia e avançar para a definição de responsabilidade. Dentro desse foco, a sua presença aqui é uma presença destacada, porque, como ex-Governador de um Estado importante da Federação, V. Sa. pode verdadeiramente ajudar no que se quer a partir da criação e da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

As comissões parlamentares de inquérito têm sentido de serem criadas e serem instaladas – o Governo nunca a quis, V. Sa. acompanhou – quando os fatos não estão sendo devidamente investigados. Aí faz-se uma investigação emergencial, parlamentar, política, mas emergencial, com características

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicas, com poderes constitucionais, com poderes judiciais para se esclarecerem determinados fatos. E por isso todos nós estamos aqui. Mais uma vez, eu quero agradecer a presença de V. Sa.

Eu vou fazer algumas perguntas. Se por acaso na introdução V. Sa. já respondeu, releve, porque eu as faço para obter a ênfase necessária, porque, como V. Sa. sabe, mais uma vez, repito, a sua presença aqui é muito importante. E é nessa condição que lhe dirijo essas perguntas.

A cidade do Rio de Janeiro, por suas características turísticas e de grande integração internacional, foi uma das mais duramente atingidas pela Covid-19 desde o início da pandemia. Municípios dos arredores também sofreram com a doença rapidamente. Quais as medidas que foram adotadas pelo Governo do Estado para o enfrentamento da pandemia, inicialmente, Governador?

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan, muito obrigado pela solidariedade, obrigado. Pela primeira vez, eu estou tendo a solidariedade do Parlamento brasileiro. E agradeço que tenha vindo de V. Sa., que sabe muito bem o quanto nós Governadores estamos sofrendo, porque tem o seu filho como Governador, o Governador Renanzinho, que é uma pessoa muito querida, gosto muito do trabalho do Governador Renanzinho.

E quero dizer que adotamos no Rio de Janeiro o decreto, no dia 13 de março de 2020, para o isolamento social. A Defesa Civil, na pessoa do Coronel Robadey, me informou que, à época, se não tomássemos a medida de isolamento social – está documentado nas nossas reuniões –, nós teríamos mais de 150 mil mortos no Rio de Janeiro em curto período de tempo.

O Sistema Único de Saúde, sabemos, é um sistema em que os profissionais se desdobram, mas infelizmente é um sistema deficitário. Isso é assim em toda a história do nosso Estado. E que, para fazer frente à pandemia, precisávamos fazer o isolamento social, sob pena de a curva de contaminação ser rapidamente elevada e não termos condições de atender os pacientes nos leitos de CTI.

Nós buscamos, Senador Renan, a possibilidade de leitos na iniciativa privada. Eu fiz uma reunião, essa reunião com a presença do Procurador-Geral de Justiça, do desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, do Presidente da Alerj, as associações de empresas de Medicina, de empresas de saúde, e não havia leitos na iniciativa privada. Também não havia leitos na... Também não havia leitos no SUS. E, em razão disso, nós pedimos os leitos dos hospitais federais, são mais de 600 leitos nos hospitais federais, e esses leitos não foram disponibilizados. E nós teríamos que fazer os hospitais de campanha.

A história dos hospitais de campanha, ela é dramática – não é? Nós temos aqui os hospitais de campanha... O que eu quero aqui dizer em relação aos hospitais de campanha é que houve uma sabotagem dos hospitais de campanha por alguns Deputados Estaduais. Um Deputado, de forma alucinada, ele foi dizer na imprensa que tinha gasto nos hospitais de campanha de 25 milhões com jardinagem. Mentira, porque a planilha dizia que o gasto era para limpeza de leito de CTI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós fomos inaugurar o hospital de campanha de São Gonçalo, um Deputado do PSL – não vale nem a pena nominar o nome desse infeliz – invadiu o hospital de campanha de São Gonçalo, ele entrou no hospital de campanha, sujou o hospital de campanha. O hospital estava pronto para ser inaugurado, e nós tivemos que fazer uma nova limpeza do hospital de campanha.

Infelizmente, os hospitais de campanha foram sabotados do começo ao fim com essas reportagens estimuladas por esses Deputados, que faziam, inclusive, carreatas no Rio de Janeiro contra o isolamento social. E nós, lamentavelmente, tivemos dificuldade de fazer o controle social. Fechamos as praias. Eu tomei a determinação... Tomei a decisão de fechar as praias, fechamos todas as praias. E algumas pessoas, inclusive um Deputado Federal, levou a família para a praia, para dar um mau exemplo; foi abordado pela Polícia Militar, desrespeitou o policial militar.

E nós tivemos, ao longo do meu mandato, na gestão da pandemia, várias e várias ações de Deputados que estavam boicotando a pandemia. Mas, com todas as dificuldades que nós tivemos, nós conseguimos evitar milhares de mortes. Fizemos aquilo que foi possível no nosso atendimento e só não fizemos mais, porque, conforme eu falei no início, nós não tivemos a coordenação do Governo Federal.

E tudo isso está registrado nas reuniões dos conselhos de secretários. Tem as atas dos conselhos de Secretários, em que os pedidos eram feitos ao Ministro Mandetta e depois a... Eu já nem lembro o nome dos Ministros, porque foram tantos. Essa sucessão de Ministério dificultou o controle, a melhor organização da pandemia. Parece que a troca de ministros era exatamente para isto: para evitar que nós tivéssemos a continuidade do trabalho de prevenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi solicitado algum tipo de apoio ao Ministério da Saúde para implementação de algumas dessas medidas?

O SR. WILSON WITZEL – Não, só ao Ministério da Saúde. Como eu falei, nós tínhamos dificuldades de fazer reuniões com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – Mas nós tivemos, através dos secretários de saúde, registrado nas atas... Têm que ser solicitadas todas as atas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos solicitar.

Peço ao Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito que, por favor, se digne requisitar as informações que estão sendo citadas pelo ex-Governador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Determino à Secretaria que atenda à requisição do Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Então, todas as atas dos secretários em que foram registrados os pedidos de concentração de aquisição de respiradores, de insumo, pedidos para a questão dos hospitais de campanha... Quer dizer, tudo isso está registrado nessas atas.

Eu não participei das reuniões, mas a minha determinação ao Secretário de Saúde era que fizesse essas solicitações.

Na reunião dos Governadores com o Presidente, nós fazíamos esse clamor para que fossem comprados, de uma forma nacional, os equipamentos. E, como não foi feito, cada Governador, Consórcio Norte e Nordeste, etc. foram trabalhando para poder tentar fazer o impossível. Quando a gente tentava comprar os respiradores, os Estados Unidos mandavam um monte de avião, a Alemanha mandava um monte de avião, e levavam tudo. E muitos Estados pagavam antecipadamente porque era exigido o pagamento antecipado. Por isso que é preciso contextualizar, se as investigações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual foi o nível de cooperação obtido junto ao Ministério da Saúde?

O SR. WILSON WITZEL – É um nível de cooperação que foi praticamente zero – né? O nível de cooperação foi praticamente zero. O que nós tivemos, ao longo de todo esse período, foi uma descooperação, uma dificuldade de você conseguir...

Eu tive uma reunião com o Comandante Militar do Leste, na época eu pedi ao meu Chefe do Gabinete do GSI, o Almirante Luiz Corrêa, que nós fizéssemos uma reunião com o Comandante Militar do Leste pra pedir apoio à montagem de hospitais. Não tivemos o apoio e o Comandante Militar diz que está disponível pra dar o apoio na época. Mas evidente que militar cumpre ordens; cumpre ordens para executar o trabalho.

Nós não tivemos o apoio das Forças Armadas. Eu, que sou Fuzileiro Naval, Oficial da Reserva, tenho conhecimento de que as Forças Armadas poderiam instalar os hospitais de campanha lá em toda a Baixada Fluminense, no Aterro do Flamengo... Instalar os hospitais de campanha. Nós temos *expertise*, como militares, de fazer isso de forma rápida. Nós saímos daqui, vamos pra outro lado do mundo e montamos hospital de campanha pra guerra. Não seria difícil montar o hospital de campanha para atender os pacientes do Covid.

Isso não foi feito, portanto é mais uma falta de colaboração, infelizmente. Não do Exército, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Entendi.

O SR. WILSON WITZEL – ... mas de quem manda no Exército.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O envio de verbas federais foi tempestivo e suficiente para o enfrentamento...

O SR. WILSON WITZEL – Desculpe, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O envio de verbas federais foi tempestivo e suficiente para o enfrentamento à pandemia?

O SR. WILSON WITZEL – Não, não foi. Desde o começo da pandemia, os Governadores clamaram pela aprovação rápida do auxílio emergencial. Sabíamos que haveria redução de ICMS, de ISS e que somente o Governo Federal é que pode lançar mão de recursos para encaminhar aos Estados. O Estado não pode fazer empréstimo; o Estado não pode emitir moeda.

São várias declarações minhas que estão nos órgãos de comunicação a fim de que nós pudéssemos fazer com que o Governo Federal rapidamente aprovasse o auxílio emergencial pra que a população se sentisse acolhida. Se você pede pra ficar em casa, porque é necessário, e a população não tem uma resposta do auxílio emergencial na mesma agilidade que as medidas de combate à pandemia eram acionadas, evidentemente que você tem dificuldade de conduzir a pandemia.

Então, demorou o auxílio emergencial, os recursos que foram encaminhados para completar o orçamento dos Estados também demoraram e nós tínhamos até já imaginado a possibilidade de redução de salário dos servidores pra poder fazer frente ao controle da pandemia. Os recursos vieram em cima do laço e aí nós conseguimos dar continuidade, mas, até lá, nós tivemos dificuldade de poder fazer esse trabalho.

Então, tudo isso, Senador, eu estou falando, mas tudo isso é documentável...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei.

O SR. WILSON WITZEL – ... é analisável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma ação específica foi custeada com verba federal?

O SR. WILSON WITZEL – Nós recebemos... Eu não tenho acesso aos documentos do Governo do Estado, até porque o processo de cassação me impede; e eu tenho certeza que a requisição desses documentos... Eu posso depois tentar fazer uma relação deles e informar. Mas eu tenho uma resolução que foi feita pelo Coronel Alex Bousquet, meu Secretário de Saúde que substituiu o Edmar, em que ele fez o repasse de forma técnica a todos os Municípios para que nós pudéssemos fazer o controle da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Eu quero citar um ato, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. WILSON WITZEL – Eu determinei no meu decreto, no dia 13 de março, de 2020, que inclusive os aeroportos tivessem restrições. Por quê? A Anvisa não estava fazendo o controle dos aeroportos, os turistas estavam vindo da Itália, estavam vindo da Espanha, de áreas de contaminação. E eu fui duramente criticado porque tomei essa medida como Governador de Estado. Fui chamado de tirano, ditador, quando, na verdade, a gente chama as pessoas daquilo que a gente é.

Então fui chamado de ditador, fui chamado de tirano porque eu estava combatendo a pandemia. O meu decreto, ele dizia claramente que fica proibido o ingresso de turistas no aeroporto. E, como não havia uma coordenação do Governo Federal, a questão foi solucionada pelo Supremo Tribunal Federal.

E é preciso deixar bem claro. O Supremo Tribunal Federal não impediu o Governo Federal de fazer nada, mas deu aos Governadores e aos Prefeitos as condições necessárias pra que nós supríssemos a omissão do Governo Federal. Se o Governo Federal não impede o turista de entrar, eu, como Governador e por ter sido Juiz Federal entendi que o atendimento à saúde é obrigação de todos e nós temos que agir nesse caso. E tomei a decisão, o decreto estava nesse sentido, só pra deixar claro que eu fui obrigado a tomar esse decreto porque houve uma omissão do Governo Federal e o Supremo Tribunal Federal depois veio dizendo que os Governadores e os Prefeitos estavam certos. Mas deixa claro, não impediu o Governo Federal de fazer nada, é só pra eles, pra que os Governadores pudessem agir e o que o Governo Federal fizesse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sobre isso: houve contingenciamento de verbas destinadas ao Estado do Rio de Janeiro?

O SR. WILSON WITZEL – Eu não tenho essa informação clara. Mas no ano de 2019, em relação ao ano de 2020, em relação a emendas parlamentares, houve uma redução sensível. E o Estado do Rio de Janeiro está no regime de recuperação fiscal. O Ministro Guedes claramente disse que só depois do meu *impeachment* – só depois do meu *impeachment* – é que o regime de recuperação fiscal seria aprovado. Um Estado num *impeachment*, envolvido num processo de *impeachment*, envolvido num processo de retaliação do Governo Federal para que o regime de recuperação fiscal fosse aprovado, nós ficávamos numa situação muito difícil e tínhamos que fazer o contingenciamento. Esse contingenciamento, está assinalado num decreto qual foi o valor e o tamanho do contingenciamento. Mas eu acredito que seja algo em torno de R$20 bilhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Os critérios de distribuição de recursos para os Estados eram claros, justos do seu ponto de vista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan, essa questão do critério... Eu fui contra, mas, como bom membro de colegiado que fui, eu me dei por vencido. O critério que foi utilizado beneficiou quem tem mais participação no regime de distribuição dos recursos federais. E eu não tenho como te afirmar se os recursos que foram para o Rio de Janeiro... Porque eu não tenho esses valores de memória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, o senhor chegou a fazer alguma reclamação formal ao Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Não. Em relação ao orçamento não, porque foi aprovada aqui, no Congresso, a questão orçamentária, mas a aprovação que foi aqui, no Congresso, que foi uma proposta do Governo Federal, prejudicou os Estados do Sul e do Sudeste, prejudicou a mim e prejudicou ao Governador Doria. Nós tivemos menos recursos, proporcionalmente, do que outros Estados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILSON WITZEL – Sim, foi baseado no FPE, mas esse critério, em termos de pandemia, não atendia. Então, o Congresso aprovou, mas foi uma proposta do Governo Federal para poder, de uma forma disfarçada, prestigiar os Estados do Nordeste e dificultar os Estados do Sul e do Sudeste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas, Governador, não o interrompendo... Aliás, não questionando a sua posição, eu fui Governador também, eu fui Governador por quatro anos, fui reeleito e fiquei mais quatro anos no Governo. O que aconteceu em 2019... Aliás, em 2020, é que o custeio do Estado, de um modo geral caiu.

O SR. WILSON WITZEL – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Correto? Então, não teve outros gastos. Você deixou de fazer várias atividades fins por causa da pandemia; então, os Estados... O que o Senado e a Câmara aprovaram foram recursos substanciais para os Estados. Não dá pra negar que não faltou recurso. Veja bem...

O SR. WILSON WITZEL – Mas essa questão é uma questão complexa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Essa questão é uma questão que eu só estou lhe colocando, porque o que nós estamos procurando é uma verdade. E a verdade, a única coisa de que a gente não pode reclamar, sendo oposição ou situação, é que houve realmente um esforço muito grande do Congresso, e o Governo atendeu ao pedido do Congresso. Nós aprovamos aqui a PEC da guerra, pra dar facilidade para os governos atuarem e, com a queda... Por exemplo, um exemplo claro: em 2020, nenhum Estado e nenhum Município gastou dinheiro com transporte escolar; não pode ter gastado com manutenção de escola, com outras atividades que eram recorrentes em anos em que não tinha pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, houve uma economia do Estado muito grande em várias áreas, que poderia ser alocada para a saúde, pra trabalhar, nesse caso específico que eu estou lhe dizendo.

O SR. WILSON WITZEL – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Agora, o critério utilizado pelo Congresso pode até não ser bom para os Estados do Sul – é o caso de São Paulo, Rio e outros Estados –, mas foi o Fundo de Participação dos Estados, foi esse o critério que nós utilizamos. Inclusive, o meu Estado foi até beneficiado a mais, porque, como estava no auge da primeira onda, e o Amazonas foi o primeiro, teve até um benefício a mais, tanto para o Estado como para os Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Governador, V. Sa. considera que sua relação de oposição ao Presidente da República, tornada pública em diversas oportunidades, foi motivo de algum boicote ou sabotagem por parte do Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan, eu não posso dizer que eu sou... Eu não vou dizer que eu sou oposição. Eu, na verdade, não me vejo dessa forma. O que eu quero dizer é que fiz críticas à atuação, como aqui mencionei no início, críticas à atuação do Governo Federal, e nessas críticas é que eu senti... Não é simplesmente um sentimento; houve retaliação, houve, por parte do Governo Federal, retaliações ao Estado do Rio de Janeiro, especialmente do regime da pandemia, em que nós estávamos cumprindo todas as exigências, com toda a dificuldade, e, se não fosse a aprovação aqui, no Congresso Nacional – e, aí, eu tenho que agradecer ao Presidente Rodrigo Maia, que muito nos ajudou para que fosse aprovado o novo regime de recuperação fiscal, pelo prazo de dez anos –, seria difícil o Rio de Janeiro sobreviver

Então, o que eu posso lhe dizer é que, na medida em que eu fui acusado, de forma leviana, de interferir na Polícia Civil do Rio de Janeiro... O que não é verdade. Isso é mentira. Não há prova e foi uma afirmação leviana que foi feita, de que eu estava interferindo na Polícia Civil do Rio de Janeiro, para que o caso Marielle fosse adiante. Isso é mentira, não é verdade, não há prova, é uma afirmação leviana, inaceitável, da forma como foi feita. Da forma como foi feita. E, a partir daquele momento, do caso Marielle, é que nós... Eu, particularmente, percebi que o Governo Federal e o próprio Presidente começaram a me retaliar.

Depois desse evento, eu não fui recebido mais no Palácio do Planalto e nós tínhamos dificuldade de poder falar com os Ministros para sermos atendidos.

Eu encontrei o Ministro Guedes no avião e fui falar com ele; ele virou a cara e saiu correndo. "Não posso falar com você". Então, esse não é um comportamento republicano. Quando você tem um Governador de Estado que tem que falar com os Ministros, para poder levar recurso para o seu Estado, você tem retaliação, e depois sobrevieram as investigações, da forma como elas foram feitas, eu fico claramente, eu posso dizer que, claramente, eu fiquei numa situação de vulnerabilidade, por uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

perseguição política, num processo criminal que tem, por trás desse processo criminal, uma motivação política, em que duas buscas e apreensões foram feitas... Eu nunca vi, como magistrado, fazer uma busca e apreensão e, três meses depois, você faz outra busca e apreensão. E o juiz vai decidir com base naquilo que o Ministério Público leva pra ele. Se o Ministério Público leva pra ele fatos que estão distorcidos, você só vai descobrir depois.

Quantos casos nós estamos falando aqui? O Presidente Collor foi absolvido, o Presidente Michel Temer foi absolvido, o Governador Pimentel foi absolvido, por uma atuação do Ministério Público que, ao longo desses anos, vem sendo politizada. Uma instituição que não deveria ser politizada está sendo politizada.

Então, a partir disso, eu vejo vários atos de perseguição política contra mim, no exercício da minha atividade democrática, que culminaram com o meu *impeachment*.

Esse *impeachment* é um tribunal de exceção, é um tribunal que tirou meus direitos políticos...

Eu queria fazer um relato aqui também, Senador Renan... Eu estive com o Ministro Moro, à época, eu estive com o Ministro Moro e fui pedir a ele que não pedisse de volta os delegados que estavam comigo.

Eu tinha cinco delegados federais que estavam trabalhando comigo. Um deles, inclusive, o Delegado Bernardo Barbosa, que era da Controladoria-Geral do Estado. O Delegado Bernardo Barbosa estava levantando uma série de crimes praticados em governos anteriores, inclusive as OS. O Delegado Bernardo Barbosa descobriu mais de R$1 bilhão de desvio das OS. E o delegado estava fazendo um brilhante papel.

Eu sou chamado – convidado, evidentemente, pelo Ministro Moro – para conversar. Eu achei estranho, Senador Renan; quando eu cheguei na sala do Ministro Moro, ele não quis tirar foto comigo, ele não quis anunciar o meu nome e disse que ele não poderia estar dando publicidade à minha presença no Ministério da Justiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando foi essa conversa?

O SR. WILSON WITZEL – Eu tenho a data certinha na minha agenda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, se puder nos informar...

O SR. WILSON WITZEL – Vou informar essa reunião.

E, quando eu cheguei lá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

O SR. WILSON WITZEL – Não, mas esse fato é importantíssimo. Eu cheguei lá, o Ministro Moro disse pra mim o seguinte: "Ô Witzel, o chefe falou pra você parar de falar que quer ser Presidente. O chefe falou pra você parar de falar que quer ser Presidente. E, se você não parar de falar que quer ser Presidente, infelizmente a gente não vai poder te atender em nada, né?". E aí o Ministro Moro falou que ia pedir de volta os delegados, porque estava sendo uma determinação do Governo Federal. Isso é ou não é uma clara intervenção num Estado da Federação, em que o ato está materializado, de intervenção indevida num Estado da Federação?

O delegado é do Governo Federal, ele pode pedir de volta quando ele quiser, mas não nessas condições, porque não havia justificativa pra pedir de volta o Dr. Bernardo Barbosa, que estava fazendo um brilhante papel e investigando as OS – essa relação de OS que eu vou te mandar aqui, porque elas continuam lá, operando, livres, leves e soltas, e fazendo dinheiro pra alguém que não sou eu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor pode informar à CPI o nome...

Desculpe, Sr. Relator.

O senhor pode informar a esta CPI o nome das OS, quais são?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Eu já falei para o senhor. Eu vou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vai informar...

O SR. WILSON WITZEL – Nova Esperança é a campeã. Essa daí é a campeã. Agora, é quebra de sigilo das OS as empresas que trabalham com as OS, porque quem deve estar pagando a propina são as empresas que estão trabalhando com as OS. O dinheiro em espécie sai do caixa dessas empresas. A OS certamente não tira o dinheiro de uma vez, mas a empresa do Sr. Edson Torres, a empresa desse tipo de gente é que pega o dinheiro em espécie e entrega propina pra quem quer que seja.

E eu quero garantir a V. Exa.: já foram feitas duas buscas e apreensões, devassa na minha conta, e não acharam um centavo que eu não tivesse declarado ao Imposto de Renda e fosse produto do meu trabalho. Já no Sr. Edmar Santos, infelizmente, um grande erro da minha parte, que eu não tinha condição de saber... Não é exigível do homem médio que você possa saber que alguém estava com desvio ético, da forma como o Edmar estava. Então, infelizmente, ele e o Edson Torres se aproveitaram da fachada do Sr. Edmar Santos pra entrar e dar continuidade à máfia da saúde no Rio de Janeiro, que eu estava combatendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o que o senhor falou, a propósito da conversa anteriormente relatada com o então Ministro da Justiça, depois que ele lhe fez essa indigna colocação em nome do chefe?

O SR. WILSON WITZEL – Eu disse pra ele que ele estava indo por um caminho errado. Eu falei: "Ô Moro, eu acho que você está num caminho equivocado. Eu acho que, se você quer ser Ministro do Supremo, você não precisa fazer isso. Se você quer ser Ministro do Supremo, você tem que procurar convencer os Senadores – se o Presidente vai te indicar – de que você é capaz de ser um Ministro imparcial, de que você é capaz de ser um magistrado que se espera que tenha na Suprema Corte. Agora, esse tipo de coisa, lamentavelmente, de menino de recado, não é um papel que se espera de um magistrado como você, que, como eu; 20 anos de carreira".

E esse fato foi um fato marcante nessa história toda, porque foi depois daquele vídeo em que eu fui levianamente acusado de interferir na Polícia Civil.

Senador Renan, mais importante ainda, pra mostrar o quanto o Rio de Janeiro sofreu com essa intervenção indevida do Governo Federal: o Ministro Moro, logo após o porteiro, logo após o porteiro... Isso é importante porque tem a ver com a pandemia. Tudo isso foi um crescente para chegar na pandemia e dar o golpe final contra mim.

O porteiro, uma pessoa simples, prestou depoimento à Polícia Civil. Logo depois, o Ministro Moro, de forma criminosa, lamentavelmente, requisita um inquérito para investigar crime de segurança nacional, porque o porteiro depõe, prestou um depoimento para dizer que o executor da Marielle teria chegado no condomínio e mencionado o nome do Presidente. Se isso é verdade ou não, não é problema meu, não tenho nada com isso, eu não sou juiz e nem delegado do caso. Agora, imediatamente, o Governo do Rio de Janeiro não tomou nenhuma providência em relação a isso. Foi a polícia que atuou junto com o Ministério Público e pediu o encaminhamento do processo ao Supremo Tribunal Federal.

Agora, o porteiro, que estava como testemunha, recebe uma intimação da Polícia Federal – essa Polícia Federal que, infelizmente, eu não estou reconhecendo, uma Polícia Federal que vai lá, à requisição do Ministro da Justiça –, e o Procurador-Geral da República instaura um inquérito para acuar. Qual é a outra leitura que se pode fazer disso? Eu sou jurista. É eminentemente uma acuação da testemunha no curso do processo com um inquérito feito por um Estado que não é democrático, por um Estado com o objetivo de coagir aquela testemunha. Óbvio: depois disso, o que o porteiro fez? Pegou e falou que não tinha nada a ver, que ele se equivocou, etc. e tal. Eu cheguei a falar com a Defensoria Pública: "Vocês não vão fazer a defesa do porteiro? Vocês não vão pedir ao porteiro para entrar no programa de proteção à testemunha?". O porteiro estava apavorado. Ele não quis mais falar nada, nem entrar no programa de proteção à testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são indícios veementes de que nós tivemos aí atuações de intervenção numa investigação no Estado do Rio de Janeiro e que caracteriza uma série de atos de perseguição a mim porque eu não me dobro a nenhum tipo de ação ilícita. Fui juiz, não admito interferir na polícia, a minha polícia é independente – aliás, a polícia do Estado do Rio de Janeiro. Eu acabei com a Secretaria de Segurança Pública para não ter intervenção na Polícia Civil, nem na Polícia Militar. E, infelizmente, isso desagradou a muita gente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Izabelle, por favor, peça para exibir o vídeo número um, rapidamente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República chegou a pedir a V. Sa. que ficasse contra ou não declarasse apoio ao isolamento?

O SR. WILSON WITZEL – Não. O Presidente me chamou de estrume, o Presidente me chamou de ditador, me chamou de leviano, ele fez várias afirmações inaceitáveis que eu jamais faria em relação a ele. Eu respeito o cidadão. Eu respeito o cidadão. Eu fui juiz, eu fui defensor público. E, mesmo quando eu era defensor público e entrava no cárcere pra defender alguém, eu sempre chamei aquela pessoa de senhor, porque não adianta nós levarmos esse discurso de que presídio é lugar pra se colocar pessoa, como tem um Deputado aí que falou que bandido tem que ser enterrado de pé... No Estado democrático de direito, a justiça tem que ser feita – e a justiça restauradora. Eu não acredito numa justiça que não seja restauradora.

Então, infelizmente, a postura do Presidente foi de isolamento em relação a mim. Não só ele me ofendeu, ele me chamou de estrume – eu não o processei, eu não entrei com ação em relação a isso –, o Presidente não me recebeu no Palácio do Planalto. Eu vou encaminhar aqui a esta CPI os meus pedidos de requerimento de audiência com o Presidente e a declaração do Presidente, na imprensa – pode buscar – , dizendo que eu tinha que ser mais humilde: "O Governador do Rio tem que ser mais humilde". O que ele queria? Que eu me ajoelhasse aos pés dele e implorasse: "Por favor, senhor soberano, me atenda"? Então, não foi isso que aconteceu. Eu não tive audiência com o Presidente, não pude falar com ele. Tudo que eu pedi ao Presidente, ele se recusou a atender. E, infelizmente, é uma relação difícil.

E vou falar um pouco mais, vou falar mais uma outra questão em que nós tivemos um problema. Nessa época em que o vídeo está sendo apresentado aí – inclusive, eu estava com Covid –, eu estava no Palácio Laranjeiras, trabalhando no Palácio Laranjeiras, pra poder atender a pandemia, e com Covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Estado do Rio de Janeiro, ainda sob sua gestão, foi objeto de operações da Polícia Federal. O senhor reconhece alguma materialidade fática das ações – o senhor já teve a oportunidade de rapidamente falar sobre isso aqui – ou entende que se tratou de operações políticas? Por quais razões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Senador, esta CPI, com os poderes inerentes que tem, é que vai poder investigar isso aí.

A pandemia é a pedra de toque do resultado de uma série de atos de perseguição política – não só em relação a mim, mas em relação a vários Governadores. Não preciso aqui relembrar, mas, se esta CPI não tem, deve colocar no relatório a representação que foi feita por nove Governadores em face de a Procuradora da República Dra. Lindora... A Dra. Lindora, claramente, no ofício encaminhado aos Governadores, demonstra que é parcial no trabalho ministerial, o que é uma violação dos deveres funcionais. Esse requerimento foi encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público, por nove Governadores, por conta das perguntas indevidas, no meu sentir, que foram feitas pela Procuradora da República Dra. Lindora.

Em relação a mim, esta CPI é que pode investigar. Agora, aqui nós estamos falando de investigar... Nós estamos falando de investigar aqui atos praticados no curso de uma investigação por uma Procuradora da República. Inclusive, foi aqui já aventada a possibilidade de uma convocação, mas, no meu sentir, como experiência que eu tenho como magistrado, algumas medidas cautelares precisam ser tomadas antes da oitiva dessa pessoa. Então, a minha sugestão é que essas medidas sejam tomadas em segredo de justiça, evidentemente junto ao Supremo Tribunal Federal, pra saber de que forma se atuou, de que forma se fez.

Eu vou falar aqui, sem nominar o fato, mas farei reservadamente, que houve conversas ao longo da noite com Ministro do STJ para poder fazer busca e apreensão em Estados da Federação. E, assim como nós vimos o julgamento no Supremo Tribunal Federal, não cabe ao magistrado se reunir até altas horas da noite com quem quer que seja, principalmente do Ministério Público, para tomar uma decisão. Eu acho uma conduta inadequada. Mas, enfim, isso precisa ser, evidentemente, avaliado de uma forma que seja sob segredo de Justiça, porque medida cautelar não se toma sem segredo de Justiça, a fim de se verificar.

Eu tenho todos os indícios de perseguição política, de desvio funcional no exercício da atividade do Ministério Público. Agora eu, infelizmente, sou vítima nessa história. E, se eu estou aqui hoje, é exatamente para pedir o apoio desta Comissão para que esse ato atentatório à democracia e que envolve a pandemia, porque a atuação da procuradora envolve os Governadores que ela está investigando... No meu sentir, ela deveria imediatamente ser afastada da investigação, porque já está demonstrado que há por parte dela interesse numa narrativa do Governo Federal, o que é inaceitável. De acordo com a Constituição de 1988, o Ministério Público ficou totalmente blindado – e deveria sê-lo – da politização. O Ministério Público não mais participa de defesa do Estado; ele é um órgão independente – devia sê-lo. E isso é algo que precisa ser investigado por esta Comissão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, só uma questão de ordem, porque é muito grave esse fato que está sendo trazido aqui pelo depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem.) – Porque, pelo que eu me lembre, ele foi afastado por decisão do Ministro Benedito Gonçalves, do STJ, e em seguida o afastamento dele foi prorrogado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça. Então, o que o depoente está dizendo aqui agora é que há um conluio de ministros do STJ para persegui-lo. E isso é muito grave, Presidente. Isso é muito grave. Tinha que haver alguma comunicação da CPI com o Superior Tribunal de Justiça para que se apurasse o que está sendo trazido por ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor enxergou nessas operações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... alguma digital do Governo Federal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Governador.

Tem uma questão de ordem aqui:

> Excelentíssimo Senhor Senador Presidente da CPI [...], na condição de advogado do depoente, apresento questão de ordem, por estarem sendo violadas neste momento as regras de acesso ao plenário desta CPI, as quais estão publicadas no *site* deste Senado Federal, sendo a violação constatada com a presença de pessoas que aqui não poderiam estar, especialmente, alguns Deputados Federais, razão pela qual solicito o acatamento desta questão de ordem para determinar o cumprimento das regras de acesso a esta CPI, com a consequente determinação da retirada deste plenário das pessoas que aqui são proibidas de estar, especialmente os Deputados Federais presentes.
> Termos em que, respeitosamente, pede deferimento.
> Dr. Diego Carvalho Pereira, advogado do depoente.

Dr. Diego, a presença de Parlamentares do Congresso Nacional em qualquer parte do Congresso é permitida desde quando o Congresso existe. Tanto os Deputados Federais podem estar presentes numa Comissão como nós Senadores também podemos estar numa Comissão da Câmara. Então, eu estou indeferindo baseado numa conduta que nós temos aqui há muitos anos. Eu não estava nem aqui, mas essa conduta já...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Tenha medo não, doutor. Tenha medo não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa é uma conduta prática nossa. Sempre foi assim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Só um minuto, se V. Exa. me permite.

Sr. Presidente, eu consideraria importante também comunicar ao senhor depoente que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, se entender e se o depoente assim quiser, pode, inclusive, requisitar uma reunião reservada com os membros da CPI. Se o senhor depoente compreender que tem informações sensíveis para esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Vamos dar transparência à CPI, Senador. Vamos dar transparência à CPI. Não tem que esconder nada de ninguém, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Transparência, mas também a segurança, a garantia de vida ao depoente.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem a possibilidade e o instituto... Isso, se o depoente quiser... O grande objetivo desta CPI é chegar à verdade, custe o que custar, esteja onde estiver. Então, todos os meios para chegar à verdade a CPI tem que buscar. O instituto de sessão reservada é, inclusive, para o fato de que, se o senhor depoente compreender que tem informações sensíveis a prestar a esta CPI para seguir nas investigações, assim se possa prosseguir.

Eu queria, Sr. Presidente, que o senhor somente comunicasse isso ao senhor depoente. Obviamente, isso é a juízo de valor dele.

Eu quero destacar: essa possibilidade que existe nas Comissões Parlamentares de Inquérito é uma possibilidade constante do Código de Processo Penal, é uma possibilidade do inquérito. E não é para evitar transparência, é ao contrário: é para proteger as informações e fazer com que a verdade alcance seja quem for os responsáveis pelos crimes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero lembrar aqui aos Senadores, às senhoras e aos senhores que estão aqui presentes nesta sala que o depoente hoje está aqui por livre e espontânea vontade. Ele não necessitaria, até porque, ontem, o Ministro Nunes Marques concedeu um *habeas corpus*. E ele está aqui querendo contribuir com as investigações.

Caso queira e tenha alguma informação que não queira falar publicamente, ele ficaria muito à vontade... E ele conhece, até melhor do que a gente... Como ex-Juiz, ele sabe muito bem como pode se comportar no depoimento que ele está dando aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outras palavras...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só uma pergunta aqui, Sr. Presidente.

Eu concordo plenamente que não é possível aqui impedir a participação de Parlamentares, inclusive de Deputados, mas acho que têm que, primeiro, respeitar as regras da Casa, do ponto de vista sanitário, inclusive, como afastamento social... Essas cadeiras estão aqui marcadas exatamente para que isso aconteça. E, segundo, não deve ser permitido que, daqui de dentro, se façam programas, *lives*, não sei o quê, ficar fazendo transmissões... Isso eu não sei onde está previsto dentro do Regimento. Que possam acompanhar, mas que possam acompanhar de forma silente e respeitosa, de acordo com todas as regras que são praticadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até agora, eu não vi, sinceramente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já houve aqui uma transmissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas não hoje. Veja bem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Houve hoje!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Houve, sim. Inclusive, estava atrapalhando a gente ouvir...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, está sendo transmitido para todo o Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Qual o problema de transmitir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas não interessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu queria, como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou pedir o seguinte. Está indo tão bem aqui. Vamos continuar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Presidente, como Relator, fazer um pedido a V. Exa. Primeiro, eu quero saber do Governador se V. Sa. se sente inibido em função da presença desses senhores aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Nossa, quanto carinho e diferença, hein, Sr. Relator! Quanto carinho com a testemunha! Nossa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dando a palavra a V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, parabéns! Trate assim todo mundo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dando a palavra a V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Trate assim todo mundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não me interrompa, por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Trate assim todo mundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não me interrompa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Só estou pedindo isso para o senhor, mais nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu pai parece que não lhe deu educação. Não me interrompa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Diferente da sua, graças a Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não me interrompa, por favor.

O senhor se sente intimidado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu vou pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... e gostaria de fazer o depoimento...

O SR. WILSON WITZEL – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Gostaria de fazer o depoimento sigiloso?

O SR. WILSON WITZEL – Senador Renan, primeiro, Senador Aziz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, fique inteiramente à vontade. O importante é o seu depoimento da melhor forma possível, de modo a colaborar, contribuir com a verdade que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está buscando.

O SR. WILSON WITZEL – Indubitavelmente. A verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade é o que interessa.

Eu quero agradecer aqui ao Dr. Diego e, respeitosamente, eu vou pedir licença a ele. Os advogados sabem que, às vezes, eu discordo deles, mas eu tenho o maior respeito pela atuação deles.

Eu não faço aqui a menor questão de que o Senador Flávio Bolsonaro esteja ou não presente, muito menos o Deputado Otoni.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Se for reservado, eu vou estar presente também.

O SR. WILSON WITZEL – Não entendi, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Se for reservado, eu vou estar presente também. Eu sou Senador da República.

O SR. WILSON WITZEL – Senador, o senhor pode estar presente onde o senhor quiser...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Pois é.

O SR. WILSON WITZEL – ... desde que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, reservado ou público, eu vou estar presente.

O SR. WILSON WITZEL – Desde que a Casa assim o permita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, isso é intimidação. O senhor tem que garantir isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma intimidação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está tendo um claro ato aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de intimidação ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só vou pedir...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Intimidação onde? Está louco?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí. Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Intimidação!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Intimidação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele citou o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um pouquinho. Senador...

O SR. WILSON WITZEL – Eu quero só dizer que eu não tenho nenhum problema em estar na presença aqui do Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Lógico.

O SR. WILSON WITZEL – ... Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem...

O SR. WILSON WITZEL – Eu o conheço desde garoto, garoto que conheço desde... A sua família, a sua mãe, a Rogéria Bolsonaro. Conheço a sua família, conheço seu pai de longa data. E a minha questão aqui não é pessoal. A minha questão é institucional em defesa da democracia.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah, que lindo discurso!

O SR. WILSON WITZEL – É! Se o senhor fosse um pouquinho mais educado e menos mimado, o senhor teria respeito pelo que eu estou falando.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, eu acho lindo...

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Experiência não ter a ver com idade.

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... o senhor aprendeu.

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, chame...

O SR. WILSON WITZEL – Se o senhor veio aqui para bagunçar a CPI, o senhor saia.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. WILSON WITZEL – O senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando começou a CPI, eu tinha mais cabelo e já perdi bastante. Por favor, eu não quero perder o resto.

Ninguém é criança aqui. Por favor! Eu acho que o respeito mútuo nós todos merecemos, independentemente de questões políticas, de pensamento sobre uma pessoa ou outra. Eu já indeferi o pedido. O Governador Witzel já disse não tem problema nenhum da presença de ninguém. Então, por que nós estamos debatendo a mesma coisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não falou da presença de ninguém.

O SR. WILSON WITZEL – Eu só quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, ele falou da presença do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Senador nem está em questionamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você me desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você me desculpa, mas o Senador não está em questionamento. Nenhum Senador será questionado sobre a presença aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, o senhor precisa garantir a palavra às pessoas que estão fazendo as perguntas. Há um clima intimidatório, claro. E precisamos ouvir o depoente se ele se sente à vontade para prosseguir dessa forma ou não.

O SR. WILSON WITZEL – Senador, pode ficar tranquilo que eu não sou porteiro. Não vai me intimar, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem.

O SR. WILSON WITZEL – Ademais, Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa. é contumaz em dar declarações atacando o Poder Judiciário, especialmente o Juiz Flávio Itabaiana, a quem eu aqui faço um desagravo pela forma como o senhor tem se dirigido a ele na imprensa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso o Judiciário vai decidir.

O SR. WILSON WITZEL – Eu estou falando.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso o Judiciário vai decidir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – O senhor pode esperar eu falar, rapaz?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** O Judiciário vai decidir.

O SR. WILSON WITZEL – Então...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** E aqui não é o que o senhor quer, não; não é o que você quer, não.

O SR. WILSON WITZEL – Olha só...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sr. Presidente, interrompeu o depoente. Sr. Presidente, interrompeu o depoente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só desculpa, desculpa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Interrompeu o depoente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Presidente, eu estou sendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Veja bem...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Eu estou sendo citado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Espere aí, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Presidente, a questão é a seguinte, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Flávio e Senador Rogério...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) **–** Presidente, eu estou aqui ouvindo. Eu quero colocar uma questão muito importante. Nós temos uma ordem de fala. Eu chego aqui às 8h30, espero meu horário de falar e acho um desrespeito comigo e com todos os Senadores que fazem parte desta CPI a interrupção sem inscrição.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Ele está usando o meu nome, eu tenho que respondê-lo, Senador. Está citando o meu nome.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Não, não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Está citando a minha família inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor é Senador. Aqui o senhor não é filho do Presidente da República.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sempre que o meu nome for citado, eu vou querer intervir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor. Por favor, o senhor me escute para eu escutar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, o senhor me garante a palavra, quando eu for citado?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, olha, uma coisa é a seguinte, Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quando o meu nome for citado, eu queria que o senhor me garantisse a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me dizer uma coisa aqui: aqui o senhor é Senador como eu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Igualzinho. Sem tirar nem pôr. Sem tirar nem pôr.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor tem que me respeitar na hora em que eu estiver falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você não pode deixar, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pelo amor de Deus! Eu o respeito e você me respeita.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, V. Exa. disse: "O senhor não pode deixar". Só se eu sair daqui, ir lá e botar alguma coisa na boca do Senador. Aí não dá. Aí você me desculpa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O microfone, Presidente. V. Exa. pode cortar o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou pedindo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor pode cortar o som, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode! O senhor não pode permitir isso. Isso é um tumulto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode chamar a atenção e cortar o som.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vem cá, vocês acham que os Senadores não falam mais alto do que o som?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. Cortando o som, não. Deixe ele falando sozinho. Agora, não pode interromper o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, eu peço, por favor.

Governador, o senhor com a palavra.

Senador Flávio Bolsonaro, o senhor vai...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu fui citado, Presidente. Queria fazer uma questão de ordem. Fui citado, Presidente, quero falar. Eu estou sendo citado rotineiramente pelo depoente. Então, nada mais correto, regimental...

O SR. WILSON WITZEL – Eu falei o seu nome uma vez só.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... do que eu possa responder ao que ele está falando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ele nem falou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu queria que o senhor me garantisse a palavra.

O SR. WILSON WITZEL – Eu só mencionei o seu nome porque V. Exa. trouxe aqui uma valoração.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A minha sugestão também ao nosso convidado é que, por favor, não cite nome de ninguém, se detenha aos fatos pra que a gente possa caminhar e ter as informações fundamentais que o senhor tem a repassar para a CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O SR. WILSON WITZEL – Só quero fazer um esclarecimento e, antes de mais nada, dizer que considero relevante a decretação de sigilo de Justiça para as medidas que porventura possam ser tomadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na investigação de fatos que envolvam atividade do Ministério Público e que tenham desvio de finalidade.

Sobre o Superior Tribunal de Justiça, eu quero dizer que tenho profundo respeito por S. Exas. os Srs. Ministros. O Ministro Benedito, inclusive, é originário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, de que eu já tive a honra de fazer parte. A minha questão não é com nenhum Ministro do STJ. O Ministro está fazendo um trabalho que lhe é possível fazer diante dos fatos cuja verdade está sendo desvirtuada ao levar pra ele. A acusação...

E olha, Srs. Senadores, eu fui defensor público, trabalhei em diversos tribunais do júri, trabalhei em vários processos criminais, fui juiz criminal e os excessos do Ministério Público, em várias e várias oportunidades, eu tive a experiência triste de presenciar. Não são todos. É uma instituição valorosa, tem muito promotores, procuradores e procuradoras que são profissionais valorosos, merecem o nosso respeito, mas não posso admitir que, nessa quadra da República, depois de uma consolidação da instituição Ministério Público, da instituição Polícia Federal, haja cooptação por interesses que precisam ser investigados se são interesses espúrios ou não, que levaram à investigação de Governadores com partidarismo, posições ideológicas e políticas. E precisa ser investigado. Eu não tenho poderes para investigar. Eu não tenho condições de pedir pra nenhum outro órgão investigar, porque sabemos que há uma situação da Polícia Federal extremamente grave.

E, continuando, Senador Renan, eu me lembrei do outro fato aqui, numa reunião em que o Presidente da República disse ao Ministro Moro, e esse foi o fato que o Ministro Moro... Foi a gota d'água pra ele. Ele disse: "Eu quero o Rio de Janeiro; o senhor, o Ministro Moro tem todos os outros Estados, mas o Rio de Janeiro é meu".

Logo depois que foi alterado o superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro, uma escuta telefônica em que o alvo da escuta telefônica, o Sr. Luiz Roberto Martins, ele negou que tenha dito aquilo na escuta telefônica, e eu tenho a impressão, pela minha sensibilidade, pela minha experiência como magistrado, de que o Sr. Luiz Roberto Martins pode ter sido coagido a falar o que falou ao telefone...

E mais: esse senhor falou meu nome ao telefone. O Juiz Marcelo Bretas, que teve, possivelmente está no nosso processo criminal... Isso os advogados podem não concordar, mas eu vou falar. E está no processo criminal um pedido de violação do juiz natural, porque o senhor magistrado... Eu tenho o maior respeito por ele, carinho, mas, quando erra, eu não posso permitir isso. Ele determinou buscas e apreensões, após a escuta telefônica mencionar o meu nome.

Depois, fecharam o pacote com este novo superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro e mandaram isso de bandeja para o Superior Tribunal de Justiça, pra mão da Procuradora da República, que não tinha nada. Ela não tinha nada. Ela conseguiu este material que foi produzido de uma hora pra outra. Tem vários fatos estranhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Juiz Bretas ia fazer a busca e apreensão sem que meu nome tivesse sido mencionado. Estranhamente, o Ministério Público do Rio de Janeiro entra com um mandado de segurança no Tribunal pra que a operação não fosse feita, porque estava com a Covid. Estranhamente... O Ministério Público nunca impediu de pedir busca e apreensão com o Covid.

Esse mandato de segurança o Tribunal Regional Federal deferiu, a busca e apreensão não foi realizada. Aí, logo depois, aparece a escuta telefônica mencionando o meu nome. Quando aparece o nome de uma autoridade com prerrogativa de foro, o que deve fazer o magistrado? Eu fiz isso várias vezes: encaminha ao Supremo Tribunal Federal, ou ao STJ, no caso de Governador do Estado, o que eu peço aqui ao Congresso Nacional, que mude a Constituição e tire o foro dos Governadores do Estado do Superior Tribunal de Justiça. O Governador do Estado tem que ter foro do Supremo Tribunal Federal. Não pode um Governador do Estado ficar com o foro do Superior Tribunal de Justiça. Tem que estar no Supremo Tribunal Federal, como Deputado, como Senador, como Presidente da República, é uma sugestão.

E, logo depois da busca e apreensão ilegal, em que meu nome foi mencionado e a prerrogativa de foro foi violada, não interessa se concordamos ou não... Eu já fui contra a prerrogativa de foro, hoje eu sou favorável, por conta da imaturidade democrática no Brasil e por conta das perseguições que os Governadores estão sofrendo neste momento com este Governo.

Então, o Dr. Bretas – e isso precisa ser investigado – defere a busca e apreensão, encontra documentos que se referem a mim e a minha esposa e manda para Superior Tribunal de Justiça, dizendo que é compartilhamento de provas. Eu entendo que isso não foi compartilhamento de prova coisa nenhuma. Agora, minha opinião como defendente é uma opinião jurídica, e eu posso externá-la sem que seja...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Falta objetividade nas respostas.

O SR. WILSON WITZEL – ... qualquer tipo de calúnia, difamação etc.

Esse fato precisa ser investigado, porque esse cidadão que falou na escuta telefônica... Há antenas de celular próximas, policiais federais tiveram contato com ele; ele pode ter sido intimidado a falar meu nome. E, depois disso, surge toda essa história em volta do empresário Mário Peixoto, que havia sido mencionado anteriormente pelo candidato na eleição e faz o que os delatores costumam fazer: reconstroem a história a partir de fatos existentes, para poder dar substância à narrativa. Então, o que precisa ser investigado não são os Ministérios do Superior Tribunal de Justiça, em hipótese alguma.

E aí eu aceito, sim, o pedido de uma reunião reservada com os membros da CPI – com os membros da CPI! –, porque são eles que estão legalmente, constitucionalmente... Aí, Senador Omar, me perdoe, mas não pode participar de uma reunião, sob segredo de Justiça, quem não é membro da CPI e quem não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode votar como juiz, que a Constituição assim outorga. Então, nesta reunião, eu faço questão de apresentar elementos para iniciar uma investigação contra pessoas que estão desvirtuando a atuação funcional. E nós vamos descobrir quem está patrocinando investigação contra Governador, quem está patrocinando essa narrativa criminosa, que o resultado é um só: 490 mil mortes no nosso País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos continuar.

Eu tenho que consultar a assessoria jurídica para saber como pode ser feito esse tipo de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não seria agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas eu vou consultar. Eu sei que não é hoje, não é agora. Eu vou consultar como é que pode ser feito esse tipo de depoimento.

Por favor, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer um apelo ao Governador. Eu vou tentar fazer algumas perguntas...

O SR. WILSON WITZEL – Ser mais sucinto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, ser mais sucinto na resposta em benefício do próprio depoimento.

O SR. WILSON WITZEL – O problema de professor é esse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas superaremos.

O SR. WILSON WITZEL – Vamos superar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor disse em uma certa ocasião: "A interferência anunciada pelo Presidente da República na Polícia Federal está devidamente oficializada." – fecha aspas.

Em que o senhor se baseou para fazer a afirmação? Se puder ser sucinto, será melhor.

O SR. WILSON WITZEL – Tendo em vista que haverá consulta a esta Comissão de instauração de sessão sob segredo de Justiça a fim de que possam ser apreciados fatos que possam levar a essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afirmação, eu peço ao Presidente e a V. Exa., Relator que tais questões sejam tratadas sob segredo de Justiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu vou fazendo as perguntas, e o senhor vai dizendo se prefere responder ou...

O SR. WILSON WITZEL – Sim, se pode ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma Deputada aliada do Governo chegou a antecipar uma operação da Polícia Federal em uma entrevista a uma emissora de rádio do Sul do País. Disse ela, a Deputada – aspas: "A gente já teve operações da Polícia Federal que estavam na agulha para sair, mas não saíam. E a gente deve ter nos próximos meses o que a gente vai chamar, talvez, de "covidão" ou de... Não sei qual é o nome que eles vão dar, mas já tem alguns Governadores sendo investigados pela Polícia Federal." – fecha aspas.

Como o senhor interpretou essa previsão à época e como a analisa hoje?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, vazamentos foram feitos. Quem vazou isso? Está sendo investigado no STJ. Agora, quem está investigando isso? Nós estamos vendo que o investigado se autoinvestiga. Então, se houve vazamento no Ministério Público Federal... Porque quem tem o controle dos processos? O Ministério Público Federal. E esse vazamento eu ataquei duramente, porque como pode uma Deputada Federal ter a informação de que haveria uma operação da Polícia Federal contra o Governador? E esse fato é muito grave.

Eu quero dizer que, às vésperas do meu *impeachment*, foi mais uma vez vazado, num jornal local, que um dos desembargadores que iriam julgar meu processo de *impeachment* tinha sido mencionado na delação do Sr. Lavouras. E esse desembargador era um dos que votou no meu processo de *impeachment*.

Então, esses vazamentos seletivos, o que é muito comum acontecer no nosso País, continuam acontecendo de forma criminosa. Os vazamentos têm por objetivo alimentar a imprensa, assassinar reputações e potencializar o desgaste da autoridade. E, no meu caso, pra poder facilitar o *impeachment*. Então, eu acredito, sim, que houve vazamento.

Esta CPI... Como a investigação não está sendo conduzida de uma forma independente, a CPI, que tem independência, são Senadores com mandato, eles podem, sim, em sessão... Presumo eu, aqui como jurista, que tais medidas possam ser tomadas.

Há o caso do Ministro Salles, em que o próprio Procurador-Geral da República foi afastado da decisão do Ministro. Isso é um indício de que o próprio Ministro Supremo Tribunal entendeu que haveria uma intervenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está ou não está claro que o Senado da República precisa, através desta Comissão, fazer aquilo que ninguém está fazendo? Ou passamos a República a limpo ou a República vai passar a ser suja por um bom tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em uma transmissão em 26 de maio do ano passado numa rede social, o Senador Flávio Bolsonaro rebateu as declarações do senhor quando Governador. Disse ele – aspas: "Quando você fala que eu devia estar preso, preso por quê? Não fiz nada de errado. Como eu me arrependo de ter te elegido Governador aqui no Rio de Janeiro. Ou você não lembra?" – fecha aspas.

Depois, Flávio Bolsonaro elogiou Fabrício Queiroz: "Onde eu ia, você ficava ligando para o Queiroz. Botava assessor pra ligar pra ele pra saber onde eu estava, para ir atrás de mim na campanha eleitoral, porque sabia que o Queiroz estava do meu lado, trabalhando. Um cara correto, trabalhador, dando sangue por aquilo que ele acredita" –, fecha aspas.

Pergunto: isso é verdade?

O SR. WILSON WITZEL – Senador...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu pergunto o que isso tem a ver com o Covid, Presidente, numa boa?

O SR. WILSON WITZEL – Na boa... Na boa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é verdade?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O que é que isso tem a ver com Covid?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para mim, nada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é a pergunta do Relator, e eu não posso intervir na pergunta de nenhum Senador aqui. Pra mim, absolutamente nada, mas o que eu posso fazer?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, eu não sei qual é a linha de raciocínio, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é verdade? A pergunta é a seguinte: isso é verdade? O que o senhor... A que o senhor atribui isso?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu, durante a campanha eleitoral, fui procurado pelo Senador Flávio Bolsonaro pra pedir que o meu partido se juntasse ao dele pra dar a ele tempo de televisão, porque ele não tinha tempo de televisão. Então, na verdade, quem procurou o então candidato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wilson Witzel, que foi membro da magistratura federal, a quem ele queria dar o braço para poder dar à própria campanha dele uma alavancada, porque ele estava em quarto, quinto nas pesquisas, foi ele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, agora preciso falar.

O SR. WILSON WITZEL – Então, na verdade, quem me procurou foi o Senador Flávio Bolsonaro pra poder ter tempo de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sinceramente, mas eu não sou questão de intervir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas questão pertinente ao Covid...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o Flávio apoiou o Witzel, o Witzel apoiou o Flávio, isso é problema deles lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é problema do Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, mas me permite, cada Senador tem a linha de inquirição que quiser e saber (*Falha no áudio.*)... ... não sabe qual é a linha que o Senador Renan quer perguntar, como Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Será que eu não posso perguntar, Presidente? É isso? Se eu não puder perguntar, o senhor avisa também.

Por qual razão o senhor declarou que o Senador Flávio Bolsonaro deveria estar preso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem.) – Presidente, olha só, aí eu tenho que intervir, porque está claramente fazendo aqui uma afronta a mim, está me desrespeitando como Senador, assunto que não tem nenhuma relação com essa CPI. E eu vou querer falar após a fala do Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é assim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está ficando ruim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Presidente, não, Sr. Relator, continue com as perguntas, por favor.

E o Senador Flávio Bolsonaro, após as perguntas... Por favor, Senador, o senhor pede uma questão de ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu darei uma questão de ordem ao Senador Flávio Bolsonaro. Aí ele fala e explica o que está... Não é assim também. Porque está citando nominalmente o Senador, que está aqui presente. Qualquer um diz Senador....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo a pergunta. Eu não posso fazer qualquer pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador. E ele também pode depois falar, só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Posso fazer...

Por que razão o senhor fez aquela declaração? O senhor quer falar ou prefere falar...

O SR. WILSON WITZEL – Senador, como essa questão realmente é uma questão delicada e foi feita fora da situação de Covid, é uma questão que trata da eleição e de outros fatos que não são inerentes, eu peço a V. Exa. escusas pra não comentar a tal declaração.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor também declarou à época – aspas: "Continuarei lutando contra esse fascismo que está se instalando no País...

O SR. WILSON WITZEL – Isso é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... contra essa ditadura da perseguição [...]. Não permitirei infelizmente esse presidente que eu ajudei a eleger se torne mais um ditador da América Latina." – fecha aspas. O senhor reafirma isso?

O SR. WILSON WITZEL – Isso é verdade, essa é a minha avaliação....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor reafirma isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – ... minha avaliação pessoal. Reafirmo. Eu já dei uma declaração pra imprensa dizendo que nós estamos vivendo um chavismo ao contrário, um chavismo de extrema direita. Infelizmente, é a realidade. Nós temos capacidade de fazer avaliações críticas sobre a atuação de quem quer que seja. Eu fui jurista, sou jurista, sou político e posso fazer avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Renan Calheiros... É só para o senhor afirmar "sim" ou "não"?

O SR. WILSON WITZEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não precisa explicar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Presidente, a questão de ordem vai me ser concedida em que momento? Só para eu saber...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ainda me refiro às suas declarações na época, Governador. "[...] na família do presidente, a Polícia Federal engaveta inquéritos, vaza informações" ...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Isso não é verdade, Presidente. Pelo amor de Deus! O que é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** "O Senador Flávio Bolsonaro, com todas as provas que temos contra ele, [declarações à época] que estão sendo apresentadas, dinheiro em espécie depositado em conta, lavagem de dinheiro, bens injustificáveis... O Senador Flávio deveria estar preso." **–** declarações suas. A que provas o senhor se referia quando afirmou "todas as provas"?

O SR. WILSON WITZEL – Primeiro, eu queria fazer uma retificação, que não é prova que eu tenho. As provas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, estou falando sobre a declaração que o senhor fez anteriormente.

O SR. WILSON WITZEL – Só fazendo uma retificação, não é prova que eu tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, fica à vontade.

O SR. WILSON WITZEL – A forma de dizer... São provas que o Estado tem, a prova do Ministério Público etc. e tal. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem.) – Presidente, eu queria evocar aqui o art. 14, inciso VIII, do Regimento Interno, que diz que o Senador pode fazer uso da palavra para explicação pessoal em qualquer fase da sessão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não estou fazendo pergunta ao Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou fazendo pergunta...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, eu quero fazer uso da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem toda a razão, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... porque ele vai ficar três horas aí falando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor só anota...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... e eu não vou ter oportunidade de falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor só anota, porque depois V. Exa. terá o tempo disponível pra falar. Sem problema nenhum, Senador. Se toda vez que ele citar o seu nome aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pois é, ele vai citar o meu nome...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já... Senador Flávio, é o seguinte...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Cada vez... Presidente, só uma questão de ordem rapidamente. Cada vez que ele fala, ele cita um fato, e eu queria rebater em sequência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Vai anotando, Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não vou, eu quero rebater em sequência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou falando... Estou fazendo pergunta a ele, eu estou citando declarações...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vai anotando, depois tem o tempo pra falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que estão surgindo da CPI.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso não tem nada a ver com Covid. Por favor, Senador Renan Calheiros, isso não tem nada a ver.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É um vexame! É um vexame o que você está fazendo aí.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não pode.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Renan, eu gostaria de ouvir sobre os hospitais de campanha, secretário de Saúde. Eu vim aqui para ouvir o depoimento, que é a chance que ele tem de, inclusive, se defender.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Usando de palanque para, inclusive, atacar Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, muito bem!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com todo o respeito, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem! Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, Senador Flávio, eu vou dar todo o tempo que V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas não dá pra ficar ouvindo calado as aberrações que ele está fazendo, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "A Polícia Federal deveria fazer seu trabalho com a mesma celeridade que passou a fazer no Rio de Janeiro, porque o Presidente acredita que eu estou perseguindo a família dele, [novamente, declarações do Governador], e ele só tem essa justificativa de me perseguir politicamente. Acusações levianas estão sendo feitas a mim, mas tudo isso será esclarecido, de forma clara, nos processos".

O senhor reafirma essa percepção sobre a perseguição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Reafirmo que me considero perseguido politicamente por uma instituição que não deveria ser politizada.

Agora, pra aprofundarmos sobre isso, acredito eu que deva ser em segredo de justiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor promete aprofundar numa reunião em segredo de justiça. É isso que eu ouvi?

O SR. WILSON WITZEL – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Um mês antes da operação, na rumorosa reunião de 22 de abril do ano passado, o Presidente se referiu ao senhor e ao Governador de São Paulo com palavras escatológicas e xingamentos. Essas declarações foram conhecidas em 22 de maio daquele ano, e a operação, tendo como alvo o Rio de Janeiro, se deu em 26 de maio. O senhor faz algum tipo de encadeamento político na deflagração dessas operações?

O SR. WILSON WITZEL – Certamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor faria alguma correlação entre os episódios envolvendo a pandemia aqui relatados e um possível cerco da Polícia Civil do Rio de Janeiro contra Fabrício Queiroz?

O SR. WILSON WITZEL – Polícia Civil do Rio? Ele foi preso pela Polícia Civil de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, cerco.

O senhor faria alguma correlação entre os episódios envolvendo a pandemia aqui relatados, durante o depoimento, e um possível cerco da Polícia Civil do Rio contra Fabrício Queiroz?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu, quando assumi o Governo do Estado do Rio de Janeiro, dei independência à Polícia Civil. Ao nomear o Secretário de Polícia Civil, eu disse a ele que a Polícia Judiciária do Estado do Rio de Janeiro tem independência. Eu não quero saber o que eles fazem ou deixam de fazer. Agora, o Ministério Público é o controle externo da atividade policial. Se fizerem errado, cabe ao Ministério Público, então, atuar de forma independente, apartidária.

Então, o que a Polícia Civil fez ou deixou de fazer, ela fez de forma independente, sem a minha intervenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A Polícia Civil do Rio de Janeiro, ainda em sua administração, conduziu investigações que redundaram na famosa reportagem de outubro do ano passado, sobre o acesso de milicianos – e há pouco o senhor referiu isso aqui – ao condomínio onde tem residência o Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor estabelece alguma conexão entre esse fato e as operações da Polícia Federal contra a sua administração?

O SR. WILSON WITZEL – Já afirmei aqui anteriormente que entendo que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Entende que sim.

O senhor foi acusado de peculato, corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Em que pé está essa apuração?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, tem quatro denúncias contra mim, todas elas afirmam o seguinte: que ofereceram uma vantagem indevida pra mim, e todas as pessoas que ofereceram vantagem indevida pra mim fizeram visitas oficiais ao Governador de Estado.

Comigo não foi encontrado um único centavo. Comigo não foi encontrado qualquer bem que seja considerado de valor: quadro, pedra preciosa, qualquer valor que sejam esses, comuns, de lavagem de dinheiro comigo, não tenho. Não tenho estabelecimento que pode ser utilizado para lavagem de dinheiro, supermercado, loja, não tenho esse tipo de coisa, e comigo não foi encontrado absolutamente nada, razão pela qual quatro denúncias... E ainda sendo estimulada a imprensa com essas denúncias, num claro sentido de assassinato de reputação e perseguição. Uma investigação, um inquérito policial...

E, infelizmente, o juiz de garantia não foi implantado. Eu sou favorável, porque, num juiz de garantia, a defesa vai ter condições também de fazer requerimento. Eu tenho certeza de que nós não teríamos chegado a essas denúncias contra mim e os inquéritos teriam sido arquivados. Na pior das hipóteses, as denúncias seriam rejeitadas.

Como eu não pude falar, a fala do Ministro Benedito, ao receber a denúncia, é clara: "Aqui nós não estamos dizendo que o governador está sendo condenado a nada. É durante a instrução criminal que ele vai se defender". Só que, na vida de um político...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** Essa influência o senhor atribui a quem?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) **–** O Ministro Gilmar Mendes tem dito reiteradas vezes que não se pode receber denúncia contra políticos, contra Governadores, contra Deputados, de uma forma rasa. Ele fez isso recentemente, inclusive envolvendo, à época, esse inquérito com o Ministro, na época, Fernando Bezerra, que agora novamente está aí, nessa questão aí, envolvido.

Então, o Ministro Gilmar, nesse voto, que foi vencedor, claramente já disse isso. E, aí, o Superior Tribunal de Justiça, com o maior respeito que eu tenho aos Ministros... Veja bem, eu faço essa crítica desde a época em que eu era Presidente da Associação dos Juízes Federal do Rio de Janeiro e Espírito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santo: nós entendemos que a prerrogativa de foro pode permanecer, mas a questão é que os juízes que julgam a prerrogativa de foro normalmente são juízes que não têm experiência criminal. No STJ, por exemplo, os membros do Órgão Especial não são os membros da Quinta e da Sexta Turmas; são os membros do Órgão Especial, que são juízes que não tiveram atuação em área criminal, o que gera uma certa dificuldade. Isso é uma crítica construtiva, e não um demérito aos magistrados. O que eu quero dizer é que o recebimento da minha denúncia no Superior Tribunal de Justiça, no meu entender, não observou as recentes mudanças do processo penal, que exigiriam aprofundamento nas respostas para se analisar e, assim, for rejeitada a denúncia. Infelizmente, isso não aconteceu, porque o Ministério Público fez uma investigação em que só prevaleceu a versão do Ministério Público. A minha versão vai ser no desgastante processo criminal. Esse é o grande problema.

Então se manipulou um processo criminal, para se assassinar reputação e potencializar o meu *impeachment*. Agora, isso pode ser investigado com mais profundidade, evidentemente, com outras medidas cautelares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Sr. Alex teve influência? E essa influência o senhor atribui a quem?

O SR. WILSON WITZEL – Eu suspeito que tenha influência. Agora, pra que nós possamos chegar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Presidente, antes de passar pra outro Senador, eu queria fazer minha questão de ordem, porque o Senador Randolfe está interrogando o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Você tem razão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Governador, perto do epicentro da crise envolvendo denúncias contra a sua administração, o senhor foi ameaçado, perseguido ou alertado de possíveis retaliações contra o senhor, particularmente por milícias?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, a gente recebe sempre ameaças nas redes sociais, de que eu deveria estar morto. Sempre recebe esse tipo de ameaça. Durante o período em que eu tinha a minha segurança como Governador, isso me deixava um pouco mais tranquilo. Hoje eu não tenho mais essa prerrogativa, consequentemente eu evito sair à rua, eu evito sair em horários que possam ter rotina. Então, o que eu quero te dizer é que o meu governo foi um governo que combateu duramente as milícias. E o fato de ter feito isto, combater as milícias, combater o crime organizado do tráfico de drogas, eu recebi várias mensagens pelo *direct*, de que eu sou traidor, de que eu sou isso, de que eu sou aquilo. Isso, de certa forma, é intimidatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Antes de fazer... E particularmente de milícias recebeu também retaliação ou ameaça?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – O miliciano, ele não se declara miliciano, ele não vai dizer claramente que ele é miliciano, mas a minha segurança sempre observou aproximações de veículos, procurando mudar o trajeto. Intimidações houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Antes de fazer a última pergunta, eu queria deixar claro aqui para o Presidente e para os Senadores que todas as perguntas que fiz como Relator têm pertinência, sim, com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque as declarações que citei ocorreram depois das operações da Polícia Federal contra o ex-Governador, sobre a acusação de desvios na pandemia. É por isso que elas estão imbricadas e têm pertinência, sim.

O senhor esteve ao lado do Presidente e dos seus filhos na campanha. Sabe informar a que se referia o ex-Ministro Gustavo Bebianno quando se referia à Abin paralela?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, são questões que têm que ser aprofundadas – né? Esta Comissão Parlamentar de Inquérito é para tratar da questão da pandemia. Mas entendo eu que ela traz na sua investigação, no bojo da sua investigação, a necessidade de ver o aparelhamento do Estado de forma inadequada. Que se... O Presidente pode nomear um secretário, o diretor da Polícia Federal, pode nomear o ministro, pode? Pode nomear – né? Pode. Agora, a partir do momento em que se aparelha e nomeia pessoas que vão trabalhar para, efetivamente, o governante, e não para o Estado, isso contamina as instituições. E ela vai crescendo.

Então, hoje cooptou um aqui, cooptou outro ali, é a Abin, é a polícia, parte da Polícia Federal, é um membro do Ministério Público. Tudo isso foi uma preparação pra que, na hora em que precisasse jogar pesado, como agora está acontecendo, jogar pesado contra os Governadores, contra Prefeitos, isso viesse à tona, e nós estamos vendo aí o que está acontecendo com os Governadores e com os Prefeitos. E eu fui o primeiro, obviamente – né? –, por ser um Estado que tem o maior interesse dessa estrutura que tomou conta do Estado democrático de direito, que está deixando de ser democrático.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por enquanto, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Obrigado, Senador Renan.

Sobre o caso do Rio de Janeiro, pelo conhecimento que nós temos, pode ser que V. Exa. seja totalmente inocente, como tem colocado. Agora, não dá para esconder que houve um secretário seu, da sua administração, que foi pego com R$18 milhões. Eu não digo que o senhor tinha obrigação de saber, mas não é possível uma pessoa desviar 18 milhões e ninguém informar – uma controladoria-geral, um delegado da Polícia Federal – para o senhor! Olha, segundo o senhor disse, descobriu desfalques em OS. E foi tomada providência em relação a isso, Sr. Governador? A Controladoria tomou? Esse delegado federal, ele entrou com uma ação contra essas OS? Há essa ação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque, quando nós estamos falando sobre CPI, desvio de Covid, muita gente... Há muitos fatos que viram versões que interessam àqueles que têm mais poder de fogo. Vítima de perseguição, vítima de *fake news*, de robôs eu estou sendo também. Ameaçam à minha família, ameaçam a mim, ameaçam todo mundo. Isso aí está acontecendo com todos nós. Eu não fico choramingando. Por isso que eu não aceito também o cabra dizer: "Olha, tocou no meu nome". Não! Espere aí! No meu nome toda hora é tocado, e de uma forma muito maldosa, de uma forma muito... E não só por mídias sociais, até pelo próprio Presidente da República, que se coloca como Presidente e me chama – sem me conhecer, sem eu nunca ter tido uma conversa com ele –, faz acusações contra mim, porque ouve o compadre; isso aí também eu tenho que dizer. Mas eu não trouxe isso para a CPI – eu não trouxe isso para a CPI!

Eu estou atrás é de a gente investigar omissões do Governo e se houve malversação de verba nos Estados dos recursos que foram repassados para a Covid. Não são outros recursos, não são os fundos constitucionais, não! São recursos da Covid.

Então, nesse caso, Governador Wilson, eu vou lhe fazer uma pergunta. O senhor falou que tinha um controlador, que o ex-Ministro Moro pediu para tirar, que era delegado da Polícia Federal, que estava investigando OS, que trabalha no Rio de Janeiro e continua trabalhando.

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Não. Não está trabalhando, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não está mais?

O SR. WILSON WITZEL – Não. Foi devolvido. Na medida em que foi requisitado, foi devolvido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não, não! Essas OS continuam trabalhando...

O SR. WILSON WITZEL – Todas. Todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo. Então, veja bem, o Governador, que era seu vice à época, deve ter conhecimento da investigação que o controlador estava fazendo em relação a essa OS. Não tinha?

O SR. WILSON WITZEL – Provavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E tomaram alguma providência?

O SR. WILSON WITZEL – Que eu saiba, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem o antigo...

O SR. WILSON WITZEL – Senador, só um esclarecimento: no depoimento prestado à Polícia Federal, o Sr. Edson Torres, criminoso contumaz, declara, à pag. 2 aqui do depoimento: que o Sr. Edmar Santos recebeu propina, no período, do Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Governo anterior, de 2016 até 2018, de aproximadamente 15 milhões; que esse valor se refere tanto ao período em que Edmar esteve na direção do hospital quanto ao período em que ele recebeu vantagem sem estar no comando do UPE, mas em decorrência do UPE; que o depoente se compromete a entregar a planilha discriminando os valores a Edmar no período citado. Até agora, Senador Omar, a esse Anexo 2, eu não tive acesso para saber quem é que pagou propina ao Edmar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei. Sim, só uma coisa....

O SR. WILSON WITZEL – É para dizer que foi no Governo anterior, não foi no meu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor passou quantos anos no Governo?

O SR. WILSON WITZEL – Vinte meses.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte meses, um ano e oito, um ano e seis meses, e oito meses.

O Controlador, que era da Polícia Federal, que o senhor citou o nome, o delegado que estava fazendo um bom trabalho, ele passou quanto tempo no seu Governo?

O SR. WILSON WITZEL – Acredito que seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seis meses. Então, ele deve ter investigado essas... Ele deve ter muitos documentos que possam ser repassados pra gente saber...

O SR. WILSON WITZEL – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... em relação a isso. E queremos também saber se ele, por ofício, como Controlador, fez uma denúncia contra essas OSs de que ele tinha já descoberto alguma coisa.

O SR. WILSON WITZEL – Ele fez um relatório apontando valores já descobertos, acredito eu, da ordem de R$1 bilhão. O Dr. Bernardo Barbosa também fez esse relatório, e nós temos um outro relatório, que é um relatório da Controladoria Geral do Estado, que começou com ele, que é o Relatório nº 51, que faz uma análise profunda de todas as OSs. Qual era o meu objetivo com isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Governador atual tem conhecimento desse relatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – É lógico que... Ele deve ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ele está prevaricando na função de Governador em não fazer a denúncia contra essa empresa, porque o ex-Controlador-Geral, no meu entendimento, prevaricou, porque ele tinha que ter feito a denúncia.

O SR. WILSON WITZEL – A questão não é prevaricar ou não, Senador. A questão é que o relatório apontava medidas que deveriam ser tomadas para se poder ter critérios de aferição das OSs. Então, OS...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não. O senhor disse que ele descobriu corrupção dentro das OSs. E aí não dá. E aí é ser afastado sumariamente. Você não pode esperar... O pessoal continua lá fazendo de conta que não está acontecendo nada.

O SR. WILSON WITZEL – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O Controlador-Geral do Estado é pra isso. Ele não pode prevaricar na função. O atual Governador está prevaricando. Aliás, o atual Governador... Continuam essas empresas lá de que o senhor passou os nomes aqui pra gente?

O SR. WILSON WITZEL – É preciso esclarecer que essas OSs... Foram apontados vários problemas em relação a elas e precisaria, a partir daquele momento... Eu não tive tempo de fazer isso, porque eu iria fazer e aí veio o meu processo de *impeachment*. Eu iria fazer critérios para aferição dessas OSs e tirar aquelas que não fossem adequadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O senhor passando os nomes, nós iremos tomar providências para...

O SR. WILSON WITZEL – Tem que investigar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Flávio Bolsonaro, questão de ordem do art. 14.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exa. e pedir que garanta a minha fala sem interrupção, porque eu fui aqui diretamente atacado pelo Relator e pelo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O Relator só fez as perguntas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Não, como se eu não estivesse aqui... Falando meu nome, como se não eu estivesse aqui, na forma mais cínica que pode existir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E causa indignação, sim, não só em mim, mas tenho certeza de que em todo mundo que está assistindo esta CPI e que esperava que ela tivesse realmente uma preocupação com relação aos fatos envolvendo o Covid. Mas é que esse conchavo duma pessoa que responde a 17 processos no Supremo Tribunal Federal, cujo filho é suspeito de receber R$800 mil da Odebrecht em troca de uma aprovação a pedido do pai, em troca de aprovação de uma medida provisória em 2014...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Esse pingue-pongue... O Senador Renan Calheiros, com esse pingue-pongue com...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Flávio não faça isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, ele falou aqui de um monte de coisa, eu vou falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador. Eu estou só... V. Exa. está trazendo uma coisa que não tem nada a ver.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Como ele também trouxe.

Então, Presidente, esse conchavo dessa pessoa com outra aqui que é suspeita de desviar R$700 milhões na saúde do Rio de Janeiro, em plena pandemia... Como diz o colega e amigo Senador Eduardo Girão, isso não é corrupção, isso é assassinato. E tem, sim, o depoente a mão suja de sangue entre esses quase 500 mil mortos. Esse, sim, é o culpado. E vem aqui e cria um monte de narrativa mentirosa. E eu faço questão de desmascarar, porque ele foi eleito mentindo, enganando a população do Rio de Janeiro, e se revelou depois que sentou naquela cadeira de Governador.

As investigações às quais o senhor responde começaram na Polícia Civil do Rio de Janeiro – do seu Estado, do nosso Estado – junto com o Ministério Público estadual. E, quando chegaram ao seu nome, porque o senhor é acusado de ser chefe de uma organização criminosa, é que foi para o Ministério Público Federal. E tudo que o senhor está colocando aqui está ignorando que foi uma decisão tomada por um ministro do Superior Tribunal de Justiça, referendada depois pelo Pleno do Superior Tribunal de Justiça. Há um conchavo de todos contra você?

E mais: o conselho misto que, mais uma vez, por unanimidade, no Rio de Janeiro, o cassou, declarou seu *impeachment*, foi por unanimidade: cinco Desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio e cinco Deputados Estaduais. Por unanimidade, o senhor foi cassado. O senhor quer fazer o que aqui nesta CPI? O senhor está sendo perseguido? Que é um conluio de toda a República contra você?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por muito menos já vi Relator pedir voz de prisão para depoente aqui – que, aliás, hoje está com um comportamento completamente diferente, né? Levanta as bolas, troca figurinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o senhor me desculpe... Senador...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Parece que combinaram antes de vir para cá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Flávio.

V. Exa. deve ter conhecimento do *habeas corpus* que o ex-Governador Wilson tem em mãos. Ele está aqui por livre e espontânea vontade.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, ele está aqui para fazer palanque político – desculpe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele não pode...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele está usando a CPI para fazer palanque político.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não pode sofrer nenhum tipo de constrangimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – E nem o Senador, como ele me fez passar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Ele não... Aí, veja bem, V. Exa. está falando. Eu dei a palavra ao senhor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sim, sim, Presidente. E eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu tenho que preservar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu estou só rebatendo o que fui acusado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... preservar o *habeas corpus* que foi consentido.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, só para terminar, Presidente. Para terminar.

Porque essa narrativa de que há uma mobilização para persegui-lo, isso não existe. É mentira deslavada! Só que você enganou o eleitor do Rio; os Senadores você não vai enganar, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha o que diz o Ministro Benedito no seu voto – vou fazer a leitura aqui, Presidente, e vou abaixar um pouco a máscara, senão fica embaçado e eu não consigo ler:

> Os fatos não só são contemporâneos como estão ocorrendo e, revelando especial gravidade e reprovabilidade, a abalar severamente a ordem pública. O grupo criminoso agiu e continua agindo, desviando e lavando recursos em plena pandemia da Covid-19, sacrificando a saúde e mesmo a vida de milhares de pessoas, em total desprezo com o senso mínimo de humanidade e dignidade, tornando inafastável a prisão preventiva como único remédio suficiente para fazer cessar a sangria dos cofres públicos, arrefecendo a orquestrada atuação da [...] [organização criminosa].

Quer dizer, não é bem isso que o depoente está dizendo aqui. Será que isso aqui é perseguição?

E, para concluir, olhe outro trecho, Presidente, para mostrar como é que tem fundamento, tem base, tem prova testemunhal, material. Não é à toa que ele foi cassado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Para concluir.

Outras aspas aqui, do Ministro: "foi utilizado para escamotear o pagamento de vantagens indevidas ao governador, por meio de contratos firmados com pelo menos quatro entidades da saúde ligadas a membros da organização criminosa [...]", recebendo mais de R$0,5 milhão só no período de 13 de agosto de 2019 a 19 de maio de 2020.

Então, Presidente, é isso aqui que está matando gente. Não é narrativa, não é discurso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só isso, não é? É falta de vacina também no Brasil que está matando as pessoas...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Vacina está chegando, em grande quantidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, mas com a demora necessária...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Por isso, nós somos o quarto País que mais vacina no mundo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu não vou entrar nessa discussão. Por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não vou entrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só me dar a ordem dos inscritos, por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, é só uma questão pela ordem.

É só para o senhor recomendar aos Srs. e Sras. Senadoras para o uso da máscara. É uma medida sanitária necessária nesta CPI, determinada por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem não está usando a máscara?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São as recomendações para as medidas sanitárias, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa, com a palavra, por favor.

Senador Randolfe, por favor, sente-se aqui um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Governador, seja bem-vindo.

Sr. Presidente e Sr. Governador, a primeira onda de casos e óbitos da Covid-19 no Rio de Janeiro começou em maio, teve seu ápice em julho, com quase 18 mil casos e 1.372 mortes, e persistiu com uma média de 12 mil casos semanais e 600 óbitos por semana até o final do ano.

O Estado do Rio, Sr. Governador, tem uma relação – o Estado do Rio, a Secretaria Estadual de Saúde – *per capita* de leitos de internação que é de 2,04 por mil habitantes, abaixo da média nacional, que é 2,13 por mil habitantes, conforme informado pelo Cnes. Diferentemente do que ocorre com os demais Estados, existe uma rede federal robusta no Estado do Rio de Janeiro. Além da sede da Fiocruz, o Ministério da Saúde tem sob a sua gestão direta 1,6 mil leitos no Rio de Janeiro em seis grandes hospitais, Lagoa, Ipanema, Servidores do Estado, Cardoso Fontes, Bonsucesso e Andaraí; e os três institutos nacionais, de câncer, tráumato-ortopedia e cardiologia; além dos hospitais universitários das universidades federais. No entanto, esses hospitais vêm sofrendo denúncias sistemáticas sobre a falta de investimentos federais para a reposição da força de trabalho especializada, o fechamento de serviços, a precarização das condições de trabalho e atendimento à população. Os hospitais federais, Sr. Governador, desde 2016, foram paulatinamente desfinanciados e desmantelados. Hoje, há 808 leitos federais no Rio de Janeiro que estão inoperantes, ou seja, 33% do total existente. Portanto, Sr. Governador, somente, por exemplo, o Hospital Bonsucesso, que tinha 511 leitos, hoje possui só 370.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa parte desses hospitais não se envolveu diretamente no enfrentamento da pandemia da Covid-19. Alegação: falta de funcionários, que poderiam ter sido contratados pelo Governo Federal. Na verdade, o que nós podemos constatar – esta é a minha interpretação e leitura – é que o Governo Federal não se interessou por colocar essa rede à disposição do enfrentamento da Covid-19.

Eu queria, portanto, perguntar a V. Sa.: quantas reuniões o senhor teve com o Presidente da República ou com o Ministério da Saúde para tratar do tema da pandemia? Eu peço que seja bem objetivo, porque eu tenho muitas perguntas a fazer a V. Sa.

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senador, obrigado pelas perguntas. Obrigado pela atenção.

Eu pedi ao Presidente que ele me entregasse os hospitais federais, todos, obviamente junto com a verba, para que eu pudesse administrar os hospitais pelo Estado. Realmente não faz sentido, no Estado do Rio de Janeiro, ter hospitais federais administrados pela União, porque o Estado do Rio de Janeiro não é mais capital e... Veja, V. Exa. falou: mais de 800 leitos. Eu queria construir 1,5 mil leitos de hospitais da campanha, que foram sabotados. Então, a conclusão a que eu chego é que não me deram os leitos e ainda sabotaram os hospitais de campanha exatamente para criar o caos.

A verdade é que esses 800 leitos poderiam estar à disposição do Rio de Janeiro – eu pedi no início do meu Governo ao Ministro Mandetta. Ele esteve num almoço comigo. Isso no início de 2019. Eu pedi, eu estive com o Presidente, pedi a ele o porto do Rio de Janeiro, entre outras coisas, para que o Governo do Estado pudesse fazer a privatização do porto, assim como eu fiz a privatização da Cedae. Independente de concordar ou não, é a maior concessão de infraestrutura da história do País, e eu fiz em 18 meses de Governo. E eu queria administrar os leitos hospitalares para que pudessem atender o SUS. E poderíamos, inclusive, na pandemia, estar mais preparados se, lá atrás, eu tivesse obtido, porque...

Um outro problema também, Senador, que eu verifico que agravou a situação da pandemia foi não me entregar os leitos. E, detalhe: esses leitos estão fechados, mas, se nós analisarmos a verba que vai para o Rio de Janeiro, ela não mudou – salvo engano, é algo em torno de R$3 bilhões. O dinheiro vai para o Rio de Janeiro e os hospitais estão fechados. Então, uma investigação nesses hospitais – por que esses leitos não estão abertos e o dinheiro está indo para lá, quebra de sigilo – pode chegar à conclusão de quem é o beneficiado pelo dinheiro que está sendo desviado nesses hospitais federais do Rio de Janeiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é importante, Sr. Relator. O depoente diz aqui que o Governo Federal não quis ceder e nem colocar para funcionar os leitos que tem no Estado do Rio de Janeiro. Inclusive é bom dizer que, em princípio, a ideia era constituir 1,7 mil leitos nesses hospitais de campanha, onde aconteceram...

O SR. WILSON WITZEL – Mil e quinhentos, mil e quinhentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... essas coisas todas.

Portanto, se o Governo Federal tivesse colocado à disposição só os hospitais ligados ao Ministério da Saúde, fora os hospitais universitários – vários deles estão também com leitos desativados –, a demanda por leitos de hospitais de campanha teria caído pela metade.

O SR. WILSON WITZEL – Talvez nem fossem necessários os hospitais de campanha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente. Isso aí é uma...

O SR. WILSON WITZEL – Não deram os leitos e ainda sabotaram os hospitais de campanha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa é uma demonstração...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A opção dos hospitais da campanha ficou clara a razão. É por isso que, inclusive, ele está aqui impichado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador, nós temos um Senador inquirindo. O depoente está respondendo. Salvo melhor juízo, V. Exa. está inscrito. Na sua oportunidade, esta Mesa lhe garantirá.

Senador Humberto, prossiga.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pergunto também qual foi a postura do Governo Bolsonaro em relação às medidas não medicalizantes, como distanciamento social, distanciamento físico, uso de máscaras e informação ao público. Como o Governo reagiu diante das medidas que V. Sa. e também o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro tomaram em relação a isso?

A propósito, o senhor acredita que as eventuais tentativas de sabotar essas medidas possam estar relacionadas a uma ideia de que o melhor caminho pra enfrentar o vírus era deixar ele se disseminar, na visão do Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Essa é a conclusão a que eu chego. A ideia do Governo Federal era a contaminação de rebanho. Ocorre que eu ouvi vários especialistas – inclusive o Ministro Temporão fazia parte da comissão de especialistas do Rio de Janeiro –, e a ata de reunião desses especialistas deixava claro que a contaminação de rebanho e isolamento vertical não seriam suficientes para o Rio de Janeiro. Então, eu tomei as medidas de restrição de aeroportos, rodovias, tomei medidas que estão no meu decreto, inclusive de esvaziamento das praias do Rio de Janeiro por pelo menos três meses, que era o tempo em que nós teríamos condições de avaliar a disseminação da doença e tomar as providências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessárias. Logo após, tem aqui *link* de reportagem, Deputados ligados a esse movimento negacionista fizeram carreatas pedindo a abertura do comércio. E nós vimos que demorou pra chegar o auxílio emergencial.

E apenas pra esclarecer sobre os hospitais de campanha: eu não respondo a nenhuma ação de improbidade envolvendo os hospitais de campanha. O Ministério Público do Rio de Janeiro nem o Ministério Público Federal ingressaram com ação de improbidade em relação a mim. E, muito menos, nenhuma das denúncias criminais, denúncias fajutas criminais contra mim, nenhuma dessas denúncias têm qualquer fato relativo a hospitais de campanha.

No processo de *impeachment* – a ementa do processo de *impeachment* é vergonhosa –, a ementa diz o seguinte: supostamente o Governador, supostamente os hospitais de campanha. Lendo o relatório do Tribunal Especial Misto, nós chegamos à conclusão de que a minha omissão na fiscalização é inaceitável e contrária à jurisprudência, à doutrina do País. Eu não tenho nenhuma responsabilidade com qualquer desvio – que não está comprovado. Não houve desvio. E qualquer afirmação sobre esse ponto é leviana e desnecessária.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Eu queria "adendar" aqui que, por exemplo, o Hospital Gaffrée e Guinle, que é da Unirio, também federal, teve 80 leitos fechados, que não foram reabertos e poderiam ter sido utilizados pra pandemia. No caso da UFRJ, chegou-se a fazer uma campanha de arrecadação de fundos pra recuperação de 60 leitos de UTIs no Hospital Clementino Fraga Filho. V. Sa. confirma esse quadro também envolvendo os hospitais federais universitários?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu não tenho os números de memória, mas as reuniões que eu tive com o Ministro Mandetta, à época – eu não consegui me reunir com o sucessor dele e estive uma vez com o Ministro Pazuello visitando o Hospital de Campanha do Maracanã –, em todas essas oportunidades, os hospitais federais não foram colocados à disposição do Estado do Rio de Janeiro. Na minha gestão, enquanto eu fui Governador, eu não tive a colaboração absolutamente nenhuma para poder fazer o enfrentamento, o combate ao coronavírus.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mais uma pergunta: foi denunciado pela Rede Globo que, em novembro de 2020, os gestores que estavam à frente do escritório do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro teriam autorizado duas contratações sem licitação que somam quase 28,8 milhões. Só pra reformar galpões do Ministério da Saúde, na Zona Norte, foram quase 8,9 milhões. Felizmente, isso aí não chegou às últimas consequências, porque houve por parte de órgãos de fiscalização a orientação de que não fosse feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu pergunto: diante da tragédia que o Estado do Rio de Janeiro viveu e continua vivendo, V. Sa. acha que seria prioritário fazer reforma do escritório do Ministério da Saúde ou de galpão do próprio ministério quando esses recursos poderiam ser utilizados para outras ações, intervenções mais adequadas e necessárias?

O SR. WILSON WITZEL – Entendo exatamente nesse mesmo sentido, foi isso que eu pedi, pra que o Ministro Mandetta, à época, me passasse todos os hospitais federais. Nós íamos fazer uma reestruturação da rede de saúde do Rio de Janeiro, com os hospitais federais, com a verba, porque todas essas questões que o senhor está mencionando... Os hospitais federais não têm leito, não oferecem, o serviço é precário, mas o dinheiro continua chegando. E, durante a pandemia, não foi diferente. O dinheiro chega: algo em torno de quase R$3 bilhões. E tem gente por trás disso que está se locupletando disso daí. E uma investigação com a quebra de sigilo diz quais são as empresas que prestam serviço pelos hospitais. Não, não são essas; as empresas que prestam serviço pra OS. Vai verificar que tem saque em dinheiro de altos de valores, elevados, nessas empresas e pode chegar à conclusão de que vai ter gente por trás do recebimento desses valores em espécie.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Pois bem, eu agradeço a V. Sa., acho que foi esclarecedor. Eu entendo que das questões a que V. Sa. se referiu aqui na sua defesa não me cabe entrar no mérito. Espero que V. Sa. possa concretamente clarificar pra todo o Brasil tudo o que eventualmente aconteceu.

Mas, no que diz respeito à condução do enfrentamento à Covid-19 no Rio de Janeiro, nós podemos chegar a uma conclusão muito clara: quem é responsável em grande parte por esse processo trágico que se viveu e se vive no Rio de Janeiro é o Governo Federal, é o Presidente da República, são aqueles que, durante todo esse processo, sabotaram as medidas de afastamento, de isolamento social, que apregoaram contra as vacinas, que apregoaram contra os testes e que, no momento em que poderiam abrir toda a estrutura do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, os hospitais, os hospitais também do Ministério da Educação, não o fizeram. Foram absolutamente omissos. E esse capítulo, Sr. Relator, nós precisamos investigar, inclusive, com as denúncias que foram feitas aqui pelo depoente em relação ao papel das chamadas organizações sociais.

Diante disso, eu me sinto satisfeito com os aspectos aqui que investiguei, que levantei no que diz respeito à condução do enfrentamento à pandemia. E a mim só vieram as respostas a confirmar a minha avaliação de que a gestão que o Governo Federal deu a esse processo de enfrentamento à pandemia teve o objetivo claro de implementar essa imunidade coletiva por transmissão e relata, reflete um absoluto e total descompromisso com a saúde da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar para a Senadora Eliziane, mas antes comunico aos Srs. Senadores que estão inscritos e ao nosso convidado que eu não farei interrupção, e nós encerraremos essa sessão às 16h, porque tem uma medida provisória que diz respeito ao Brasil, e nós temos de participar desta reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só pergunto uma coisa a V. Exa.: em algum momento, o depoente poderá apresentar a sua versão em relação também aos ataques que sofreu aqui ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A hora que ele... Ele tem todo o tempo possível.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mais um advogado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas, Relator, Sr. Witzel, eu inicio perguntando para o senhor acerca da relação do Governo Federal com os Governos durante o seu período.

O senhor pegou um período que é importante do ponto de vista do enfrentamento da pandemia, e nós tivemos naquele momento várias críticas apresentadas pelos gestores estaduais de todo o Brasil da falta de comunicação, de envolvimento junto ao Governo Federal, da falta de comando de uma política, de uma transparência, de uma governança que efetivamente estivesse focada no enfrentamento da pandemia, e neste comando considerando inclusive a política nacional a partir do princípio do SUS. E, em cima disso, nós tivemos várias recomendações do Tribunal de Contas da União, que apontava exatamente uma falta de planejamento, uma falta de uma ação mais unificada, eu diria assim. Em um dos termos, por exemplo, do Ministro Benjamin, ele coloca o seguinte: ele aponta a falta de planejamento para compra de insumos, medicamentos e também equipamentos.

A minha pergunta para o senhor é exatamente o que o senhor sentiu nesse momento, nessa unificação e, ao mesmo tempo, também em relação à implantação dessas políticas que foram – todas elas – em todo o mundo orientadas e que são muito elementares, como, por exemplo, implantação de *lockdown*, uso de máscaras, uso de álcool em gel. O senhor sentia naquele momento, como aliado do Governo Federal, algum tipo de pressão na não adoção dessas medidas que eram recomendadas pela Organização Mundial de Saúde e, naturalmente, orientadas em todo o Brasil, sobretudo, pela orientação da ciência?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Senadora Eliziane, obrigado pela pergunta.

É fato notório que todos os Governadores, através do fórum, estavam clamando por uma organização central no combate à pandemia. Como eu falei no início do meu depoimento, no início da minha contribuição aqui, havia uma narrativa estruturada de que os Governadores iriam exterminar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

empregos e iriam aproveitar a pandemia para roubar. Essa narrativa foi avançando, e nós vimos o que aconteceu: sem apoio do Governo Federal, desestruturou-se o combate à pandemia; tivemos grandes dificuldades para poder obter os insumos, respiradores, os leitos hospitalares. E isso foi fortalecendo essa narrativa de, além de os Governadores estarem destruindo empregos, querer jogar responsabilidade, politizando a pandemia, sabendo que a economia iria ser fragilizada, querendo colocar a responsabilidade nos Governadores, porque essa é a temática do Governo Federal para responsabilizar os Governadores pela pandemia.

Então, foi preparado, no meu sentir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor sentiu, especificamente, uma pressão no sentido de mudar um pouco essa rotina e, digamos, desvirtuar esse pensamento acerca dessas medidas?

O SR. WILSON WITZEL – Os fatos demonstram que houve uma omissão, houve um distanciamento. Nós não tínhamos reuniões com o Presidente e os Ministros da Saúde não tinham a autonomia necessária. E os Governadores fizeram várias cartas. As cartas estão publicadas. Nós queríamos diálogo, nós queríamos uma centralização, queríamos que o Governo Federal negociasse com a China, negociasse com quem quer que fosse para comprar os respiradores. Como isso não estava acontecendo e os leitos de CTI estavam ficando lotados, nós tivemos que partir para as medidas de isolamento, um isolamento mais contundente, infelizmente – e era o nosso desespero –, isolamento sem auxílio emergencial, porque demorou.

E tudo leva a crer que tudo isso foi feito para fragilizar os governos estaduais e responsabilizá-los, como está sendo agora: que os Governadores acabaram com os empregos e, por conseguinte, falharam no combate à pandemia, fomentando ainda os desvios, com essa perseguição com o processo penal.

Então, essa narrativa toda está consubstanciada nessa série de fatos que eu estou aqui narrando e que deixam claro que politizou-se a pandemia, e a principal vítima de tudo isso – evidente que nós, Governadores, estamos sofrendo – são as 491 mil pessoas que morreram em detrimento dessa política desastrosa de descontrole no combate à pandemia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Governador, o Iabas (Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde) foi escolhido aí para a construção e também gerir os hospitais de campanha, não é?

Por exemplo, o custo médio de R$851 mil por leito envolve equipamentos, insumos, profissionais da saúde e a própria construção da estrutura da unidade. A maior parte dos leitos prometidos não foram entregues. Acabou que, em função disso, esse valor encarece ainda mais exatamente pela falta de entrega.

Quem indicou a contratação do Iabas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Senadora, como Governador – e, se a senhora não foi Governadora, um dia poderá sê-lo –, ao nomearmos um Secretário de Saúde, ele nomeia o seu corpo técnico. Quem toma as decisões para contratação são os técnicos. A estratégia de combate à pandemia quem formula, obviamente, é o Governador. Então, a minha estratégia foi: diante da negativa dos leitos dos hospitais federais, diante da negativa de um auxílio mais organizado por parte do Governo Federal com as Forças Armadas, para hospitais de campanha com as Forças Armadas, nós partimos... Então, eu dei a determinação pra que se fizessem hospitais de campanha.

Esses hospitais de campanha foram planejados por essa empresa. E, nos termos da Lei 13.979, no art. 3º, inciso VII, não precisaria sequer ser licitado. Isso eu estou falando avaliando a situação jurídica do caso. E foi feita uma avaliação. A Lei 13.979 não exige estudos preliminares. E nós estávamos naquilo que se chama uma guerra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você tinha conhecimento do Iabas? O senhor sabe que ele também foi o contratado para a construção de hospitais no Estado do Amazonas, não é?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, essa instituição... Eu vim a saber da existência dela quando ela foi selecionada pela Secretaria de Saúde para poder fazer a instalação dos hospitais de campanha. Já tinha feito em São Paulo, já estava fazendo na Bahia, salvo engano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor tem informação se ela tem alguma vinculação ou indicação junto a membros do Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Senadora, aqui, na delação do Edmar, que fica... Do Edmar, não, do depoimento do Sr. Edson Torres, ele menciona que, numa conversa com Edmar Santos, o Edmar relata a ele – vou me poupar de ler aqui, mas depois encaminho à senhora... Ele relata que o tal do Bertholdo, que eu só vim a conhecer durante duas vezes pra dizer a ele que, se ele não entregasse hospitais, eu iria intervir, como de fato intervim... Eu baixei um decreto intervindo nos hospitais federais, através da Fundação Estadual de Saúde, e todos valores que foram pagos foram devidamente auditados pelo Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. Edson Torres disse que à época o Bertholdo estava em Brasília e teria tido um contato com o então Ministro Mandetta. Está aqui na folha 6 do relatório. Eu não sei se tem credibilidade ou não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Bertholdo era ligado ao Iabas?

O SR. WILSON WITZEL – É, aqui na p. 6 do depoimento dele: "Que Edmar disse que não seria possível mudar o Iabas, pois estava [...] [em] um relacionamento [...] [em um bom relacionamento] com o então Ministro Mandetta e este o teria apresentado Roberto Bertholdo; Que o depoente [...] [Edson

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Torres] disse a Edmar que cuidasse do Iabas; Que ainda em março de 2019 Edmar disse, em uma das reuniões do grupo [de que eu nunca participei, essas reuniões eram feitas pelas minhas costas], que era muito amigo da família proprietária do [...] Hospital Madre Therezinha de Jesus".

Então, esse trecho está no depoimento do Edson Torres. Agora, se o Bertholdo esteve no gabinete do Ministro, tinha relação, cabe, se possível, à própria CPI quebrar sigilos desse Sr. Bertholdo e do próprio Ministro Mandetta, à época, pra saber se houve algum relacionamento, se houve algum tipo de interação. Essa é a que consta aqui do depoimento do criminoso Edson Torres.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nosso tempo vai passando bem rapidamente, Sr. Wilson.

Eu queria fazer a pergunta para o senhor acerca do Dr. Zoser. O senhor conhece ele?

O SR. WILSON WITZEL – Desconheço quem seja.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Tem relação com ele?

O SR. WILSON WITZEL – Não conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas o senhor sabe quem é?

O SR. WILSON WITZEL – Não sei quem é.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O advogado, Dr. Zoser, que atua no Ministério da Saúde.

O SR. WILSON WITZEL – Desconheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor lembra de uma reunião que teve no dia 29 com o Ministro Pazuello **–** e aí, acompanhado do Zoser **–**, no Estado do Rio de Janeiro, para uma visita à Fiocruz. O senhor se lembra dessa visita?

O SR. WILSON WITZEL – Qual foi a época? Qual foi a data?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ela foi no dia 25 de maio de 2020.

O SR. WILSON WITZEL – Não fui convidado pelo Ministro Pazuello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas o senhor teve conhecimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Não fui convidado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor nunca ouviu falar do Dr. Zoser?

O SR. WILSON WITZEL – Não, o Governo Federal evitava me convidar pra reuniões no Rio de Janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo. Ex-Governador, eu queria... Minha última pergunta agora para o senhor é exatamente acerca da atuação de milicianos. Eu pergunto ao senhor se alguém que já foi magistrado – portanto, tem uma longa experiência, inclusive nessa área do acompanhamento de processos, em várias áreas –, assumiu o Governo de São Paulo, e aí, como o senhor inclusive colocou aqui um pouco mais cedo, o senhor atuou fortemente no enfrentamento em relação a essas milícias... Eu pergunto ao senhor: como é que foi o comportamento deles no período de pandemia, por exemplo. Qual configuração? Eu sei que meu tempo é muito pouco, mas eu queria que o senhor nos explicasse um pouquinho como se dava.

Por exemplo, havia pressão de grupos de milicianos em relação, por exemplo, ao rompimento da pandemia por parte de alguns comerciantes, a ponto, por exemplo, de pagar lá aquelas famosas taxas, que são as taxas de segurança que acabam sendo cobradas? O senhor poderia nos relatar um pouquinho como se dava, na verdade, essa atuação, se isso aconteceu e como foi, ao mesmo tempo também, a sua atuação em relação a esses grupos?

O SR. WILSON WITZEL – Senadora, é bem provável que, nas carreatas, eles estivessem envolvidos. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ingressou com várias ações para proibir as carreatas. Nós tivemos decisões favoráveis, havia envolvimento de Deputados do Estado do Rio de Janeiro nessas carreatas também, Deputados Federais que são ligados a esse movimento negacionista, e o Ministério Público conseguiu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ligado ao movimento negacionista ou ligado a milicianos?

O SR. WILSON WITZEL – Se os milicianos participavam ou não, pra que nós possamos saber, era preciso ter fotografado as pessoas que participaram das carreatas. Eram muitas carreatas, e até "a gente vai abrir o comércio", mandando os comerciantes abrir o comércio.

A senhora sabe que nós temos muita dificuldade de investigar os milicianos. Eles se infiltram. Eu classifico a milícia como uma máfia, e ela assim o é; a gente é que dá um nome diferente. Investigar a máfia, que tem gente infiltrada na polícia, tem gente infiltrada em Câmara de Vereadores, ligados a Prefeitos, ligados a Parlamentares federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pra essas investigações, eu determinei à Polícia Civil, como linha de Governo – a polícia é independente, mas o Governador determina as linhas de investigação que são importantes para o plano de Governo –, determinei investigações contundentes da milícia. O Secretário de Polícia Civil pediu exoneração, dizendo que estava com receio de retaliação, exatamente porque ele estava investigando profundamente as milícias. O secretário ficou com receito até da própria família, da vida dele, e pediu exoneração do cargo, o Dr. Marcus Vinicius.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor teria, por exemplo, concretamente, algum elemento que pudesse nos enviar à Comissão, acerca do que o senhor acaba de colocar, essa relação de poder das milícias com quem, por exemplo, dentro do Legislativo... A gente viu, inclusive, algumas homenagens que foram feitas, no Estado do Rio de Janeiro, a pessoas que depois vieram a ser acusadas de morte, de assassinato, portanto, até de milicianos. O senhor teria algum fato mais concreto que o senhor poderia enviar à Comissão?

O SR. WILSON WITZEL – Senadora, quem tem essas informações é a Polícia Civil do Rio de Janeiro. A Polícia Civil tem os inquéritos que foram abertos em relação a milicianos. Eu determinei, quando assumi o Governo do Estado do Rio, a criação do departamento de combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. Sugeri ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e foi criada, através de lei, uma vara especializada em combate ao crime organizado, que não tinha. A ideia era criar cinco varas; criou-se uma, com juízes especialmente dedicados a isso.

Então, há muito material, certamente, pelo menos havia, não sei se continua... Mas, pelo menos na minha gestão, havia muitos inquéritos investigando empresas e pessoas ligadas ao movimento dito miliciano. Tem que requisitar à Polícia Civil do Rio de Janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No começo da sua fala aqui, o senhor fez, por exemplo, referência, e o senhor colocou o seguinte: que espera que a ordem democrática seja restabelecida. Aí, no final, o senhor continua: "Quem sabe o mandante do caso Marielle vai ser descoberto?". O que motiva essa sua fala? O que o senhor pode falar, de forma mais clara, à Comissão, quando o senhor... E aí é bom lembrar: o senhor não falou essa frase apenas uma vez, aqui, no seu depoimento; o senhor falou algumas vezes. O que leva, por exemplo, o senhor a ser motivado a falar exatamente isto: "Quem sabe a gente chega aos mandantes do caso Marielle?" – do assassinato brutal e terrível dessa mulher, que foi impacto não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

O SR. WILSON WITZEL – É verdade.

Senadora, a minha condução como Governador não é interferir na investigação. Quando eu chamei os delegados que estavam à frente do caso Marielle, eu havia me comprometido com a família da Marielle, com a mãe, que eu inclusive recebi no Palácio Guanabara, que o Governo do Estado faria de tudo para saber quem eram os executores e mandantes. Com dois meses de Governo, em fevereiro, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executores da Marielle foram presos, porque, na reunião que eu tive com os delegados – eu não tive acesso ao processo. Não é meu papel, como Governador, ter acesso à investigação, mas é meu papel, como Governador, fazer com que a polícia funcione, assim como é meu papel fazer com que a saúde funcione –, eu perguntei aos delegados: "O que vocês têm de elementos do ponto de vista de autoria e mandante?" Os delegados me disseram: "Nós temos os autores". "Então, não quero saber quem são. Eu sugiro a vocês que fechem essa parte do inquérito e abram um novo inquérito". Uma sugestão, com a experiência como magistrado. "E, nessa nova fase, vocês vão encontrar quem é o mandante do crime".

Quando se fez a prisão dos executores da Marielle, deu-se prosseguimento às investigações dos mandantes e chegou-se ao porteiro. A partir dali, houve esse inquérito requisitado pelo Ministro da Justiça, para, no meu entender – no meu entender –, coagir a testemunha, que foi, de fato, coagida; ela não quis mais prestar o depoimento, e o meu *impeachment* foi na sequência de todos esses atos, e a polícia, hoje... A investigação do caso Marielle caiu em banho-maria, no meu sentir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na sua opinião, o seu *impeachment* é fruto da sua atuação em relação ao caso Marielle...

O SR. WILSON WITZEL – Começou ali. Começou ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Governador Wilson Witzel, eu queria partir do ponto deixado agora pela Senadora Eliziane. Pelo que eu entendi do que V. Sa. relata aqui, ocorreram ações contrárias às medidas restritivas adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro quando V. Exa. estava no exercício do Governo. Eu queria somente que o senhor confirmasse: o senhor entende que algumas dessas ações, e, para corroborar isso, eu peço aqui uma informação... Tem uma notícia de 7 de fevereiro de 2019, antes inclusive da pandemia, V. Exa. ainda estava no Governo, em que o então Ministro Gustavo Bebianno relata ameaça à equipe de Governo, em hospital do Rio de Janeiro, e suspeita da atuação de milícia.

Pelo que V. Sa. destacou ainda há pouco, respondendo à Senadora Eliziane, teve atuação de milícias contra as medidas de isolamento adotadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. V. Sa. confirma isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Foi o que aconteceu, que eu também tive notícia pela imprensa. Agora, só para esclarecer a V. Exa., como foi um fato ocorrido num hospital federal, nos termos do art. 109 da Constituição, cabe à Polícia Federal apurar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – E o fato não foi apurado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, após esse episódio – eu falo em relação à pandemia –, teve atuação miliciana contra as medidas restritivas, as medidas de isolamento?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu não posso afirmar isso, porque as carreatas eram organizadas, de forma muito bem organizada, contra as medidas de isolamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, vamos a este foco: as carreatas. O senhor relatou aqui... Nós temos conhecimento e o senhor declina aqui que Parlamentares estaduais e federais participaram das carreatas. De fato...

O SR. WILSON WITZEL – Não participaram, eles organizavam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eles organizavam...

O SR. WILSON WITZEL – Eles organizavam as carreatas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, de fato, inclusive, Sr. Relator, aqui temos algumas postagens em redes sociais da época, inclusive de um Parlamentar investigado pelo Supremo Tribunal Federal, dizendo o seguinte: "É hora de começar os trabalhos: manifestações pela reabertura do comércio e isolamento vertical".

Aqui, outra...

O SR. WILSON WITZEL – Como é que um Governador de Estado decreta e, ao invés de se ir ao Judiciário pra questionar a decisão do Governador, faz-se um movimento de desobediência civil, motivando carreatas contra a decisão do Governador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem outra aqui: "Venho alertando há tempos sobre a alteração da estatística de óbitos". Acredito que, inclusive, um dos temas de investigação desta CPI. "Quando a verdade vier a tona, muitos perceberão que a grande esquerdopata mídia participou, com todas forças, do maior experimento social deste e do século passado e, talvez, parem de se pautar por ela".

O senhor podia declinar o nome dos Parlamentares que organizaram carreatas, organizaram eventos contra o isolamento social?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu acredito que sim. Tem umas notícias de jornal, mas é o Deputado Estadual Poubel – um dos mais violentos. Esse cidadão invadiu o hospital de campanha de Nova Iguaçu –, o Deputado Anderson Moraes, a Deputada Alana Passos, o Deputado Federal Otoni de Paula. Que eu me lembre, de cabeça, são esses, são os principais articuladores das carreatas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, Sr. Relator... (*Pausa.*)

Sr. Relator, Sr. Relator... (*Pausa.*)

Sr. Relator, eu considero importante nós registrarmos nesta CPI os nomes dos Parlamentares que foram declinados pelo Sr. Governador Wilson Witzel, porque esses, assim... Claramente, o Sr. Governador aqui declina nome de Parlamentares que obstaculizaram, sabotaram medidas de prevenção à Covid.

O SR. WILSON WITZEL – Inclusive, Senador, eles são réus, eles foram réus numa ação civil pública promovida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro para que não fizessem as carreatas. Alana Passos, Anderson Moraes, Poubel, eles foram claramente réus nessa ação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não pode afirmar, mas o senhor... Há elementos, há informações que acredita que também, desses atos contra o isolamento, contra as medidas restritivas, teve, ou melhor, tiveram a atuação de grupos milicianos?

O SR. WILSON WITZEL – É bem provável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Sr. Governador, no Rio de Janeiro, salvo melhor juízo, o senhor me corrija, tem 650 leitos de hospitais federais fechados, né? O senhor chegou a informar o Governo Federal?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mais de 800.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor chegou a informar o Governo Federal sobre esses leitos fechados e ao Fórum de Secretários Estaduais de Saúde?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, eu, no início de 2019, pedi a administração dos hospitais, obviamente com os recursos. Acredito que são mais de R$3 bilhões. Pra esses hospitais, dá e sobra pra abrir os leitos. E, em 2019, nós já teríamos esses leitos abertos. Não fui atendido, e, durante a pandemia, também não fomos atendidos, com o objetivo exatamente de asfixiar a gestão da pandemia pra fazer prevalecer a narrativa de que os Governadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o Governo Federal, propositadamente, não atendeu às requisições...

O SR. WILSON WITZEL – Não atendeu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de V. Sa. para...

O SR. WILSON WITZEL – Não, as justificativas são as mais estapafúrdias: que os leitos estão sucateados, que os leitos não estão em condições de serem operados. Sim, mas, entre construir um hospital de campanha, o que é uma grande dificuldade e um grande problema, e reformar rapidamente leitos, a medida que seria salutar seria reformar os leitos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Além dos episódios de carreatas contra as medidas restritivas, nós tivemos notícia de invasão de hospitais, e também que teriam sido organizados e patrocinados por Parlamentares.

O SR. WILSON WITZEL – Pelo Deputado... Deputado Poubel. Ele invadiu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Além desse, tinha algum outro?

O SR. WILSON WITZEL – Que eu me lembre, esse daí foi o articulador da invasão ao hospital.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor chegou a constituir um comitê científico de enfrentamento à pandemia durante o seu Governo. As decisões sobre as medidas restritivas foram adotadas no âmbito desse comitê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Todas. Eu, pela experiência como Juiz federal, ouço os peritos. As minhas decisões são pautadas com base na *expertise* dos que são conhecedores do tema. E eu determinei ao Secretário de Saúde que ele constituísse um comitê científico e que todas as decisões seriam motivadas por esse comitê científico nos decretos que foram baixados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor disse que ocorreram intervenções indevidas do Governo Federal no Rio de Janeiro. Uma delas, salvo melhor juízo, foi a mudança do comando da Polícia Federal. O senhor confirma isso? E lhe pergunto: além dessas mudanças, ocorreu algum outro tipo de pressão direta ao senhor para que ocorressem alterações na estrutura de Governo dirigida por V. Exa. à frente do Governo do Rio?

O SR. WILSON WITZEL – Há um fato de que eu vou manter sigilo e, se houver a sessão em segredo de justiça, eu vou revelar. E uma outra questão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Um fato...

O SR. WILSON WITZEL – ... que é o regime de recuperação fiscal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Desculpe-me: um fato...

O SR. WILSON WITZEL – Um fato gravíssimo que eu vou revelar numa sessão que for em segredo de justiça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – Senão não haverá condições...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Um fato de intervenção do Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Que envolve intervenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em vosso Governo?

O SR. WILSON WITZEL – No meu Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Além...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Além disso, nós tivemos o regime de recuperação fiscal, que só foi assinado após o meu *impeachment* do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor chegou a ser advertido por alguém do Governo Federal de que isso ocorreria só após o seu *impeachment*?

O SR. WILSON WITZEL – Fui advertido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Governo Federal chegou a procurar o senhor pra falar do Hospital Geral de Bonsucesso? E o senhor se recorda das prisões ocorridas por ter milícia à frente da direção desse hospital federal?

O SR. WILSON WITZEL – Os hospitais federais, os hospitais federais são intocáveis, ninguém mexe ali. Tem um dono, e esta CPI pode descobrir quem é o dono daqueles hospitais federais. Tem um dono, tem alguém...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor fala "dono" entre aspas?

O SR. WILSON WITZEL – É, tem um dono, ali tem um dono. E tem investigação sobre isso que eu sei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor poderia indicar para esta CPI um caminho para descobrirmos quem são os donos?

O SR. WILSON WITZEL – Quebrando o sigilo das OSs que prestam serviço lá...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Nós encontraremos quem são os donos?

O SR. WILSON WITZEL – ... quebrando o sigilo do superintendente que foi exonerado – teve um que foi exonerado, ou os dois ali –, do que foi exonerado, quebrando o sigilo dele; quebrando o sigilo das OSs que prestam serviço e das empresas que prestam serviço para as OSs. Certamente essa quebra de sigilo, que deve ser sob segredo de justiça para que se possa avançar sem expor, num primeiro momento, os investigados...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor acredita que, se nós, se esta Comissão Parlamentar de Inquérito seguir nesse caminho, encontraremos quem são, abre aspas, "os donos", fecha aspas...

O SR. WILSON WITZEL – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... dos hospitais federais do Rio de Janeiro.

O SR. WILSON WITZEL – Vai encontrar. Certamente, ali tem dono.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Durante o seu período à frente do Governo do Rio de Janeiro, V. Sa. recebeu alguma pressão por parte do Presidente da República no sentido de não decretar isolamento social, de não decretar o uso de máscaras? Caso afirmativo, quando e como isso se deu?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, ele nunca fez essa afirmação direta. A afirmação que ele fazia era nos pronunciamentos oficiais. Quando nós decretávamos as medidas de isolamento, vinha um pronunciamento oficial falando gripezinha, falando que os Governadores iam acabar com os empregos, que os Governadores são ditadores, ou seja, não havia uma coordenação. E, não havendo uma coordenação, havia uma descoordenação. Havia um pronunciamento oficial – eu entendo esse pronunciamento criminoso – que impedia os Governadores de fazer o trabalho deles. Este é o problema. O Governador pede pra ficar em casa e o Presidente vai no pronunciamento oficial e fala o contrário: "Olha é uma gripezinha, inclusive eu estou com meu histórico de atleta, não vou ter problema"; ou seja, as pessoas vão pra rua, vão sem máscara, fazem aglomeração, o caos vai se implantando e a dificuldade pra fazer o isolamento é sempre muito grande.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em algum momento, houve interferência ou tentativa de interferência do Senhor Presidente da República ou de pessoas próximas do Presidente da República em sua administração, com o objetivo de impedir a adoção das medidas sanitárias aprovadas pela Organização Mundial de Saúde ou algum outro tipo de interferência?

O SR. WILSON WITZEL – Omissão. Omissão. A omissão na coordenação central, a omissão em dialogar com os Governadores pra encontrar uma solução que fosse nacionalmente. A omissão no sentido de se fazer a compra dos respiradores de forma nacional, através da União, junto a outros países, negociar... Hoje mesmo, nós estamos assistindo ao desespero dos Governadores pra poder conseguir vacina, porque, em vez de negociar com o Governo, está brigando com o Governo chinês. Então, essa é a dificuldade que nós estamos enfrentando desde março de 2020 pra poder minimizar os efeitos da pandemia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Algum pleito feito por V. Sa. ao Governo Federal para adotar as medidas de combate à pandemia foi atendido ou deixou de ser atendido por conta das posições políticas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Muito pouco, muito pouco. Recebemos talvez alguns respiradores, mas muito pouco, e já com o Ministro Pazuello recebemos alguns. Agora esses números todos são muito insignificantes diante da pandemia, mas é uma conduta que fica clara, que demonstra que é uma omissão calculada e atende um pouquinho aqui, um pouquinho ali, dá uns respiradores pra não dizer que não deu nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – Totalmente insuficiente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor disse que o seu afastamento, o seu *impeachment* foi caracterizadamente um ato político de perseguição por suas posições serem opostas às do Governo Federal. O senhor, inclusive, insinuou que o hoje Governador do Rio de Janeiro, no dia do vosso *impeachment*, estava aqui em Brasília.

O SR. WILSON WITZEL – No dia do meu afastamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No dia do vosso afastamento...

O SR. WILSON WITZEL – Na véspera do meu afastamento, ele estava em Brasília.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O senhor sabe, tem notícia de que, após isso, houve, ocorreram mudanças no trato com o Governo Federal? E, mais que isso, alguns personagens, como o Sr. Fabrício Queiroz, passaram a frequentar o Palácio Guanabara?

O SR. WILSON WITZEL – Tem foto disso. Depois da minha saída, a relação do Governo Federal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** É fato que a filha dele é nomeada no Governo?

O SR. WILSON WITZEL – Foi nomeada e, depois que saiu a reportagem, foi "desnomeada".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. WILSON WITZEL – E ela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem foto dele no Palácio Guanabara. O Fabrício Queiroz passou a frequentar o Palácio Guanabara. No meu Governo, não chegava nem perto. E eu nunca atendi pleitos de favorecimento a quem quer que seja, embora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hoje ele frequenta?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, tem uma foto dele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hoje ele frequenta e tem relações com o Sr. Governador, o atual Governador?

O SR. WILSON WITZEL – Não posso dizer, mas que a reportagem mostrou a foto dele dentro do, no estacionamento do Palácio Guanabara, está publicada na imprensa. No meu Governo, ele nunca passou perto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, claramente houve... O senhor acredita que o apoio que hoje o Governo do Rio de Janeiro recebe é claramente por conta de o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o atual Governo, apoiar a política adotada pelo Presidente da República, pelo Governo Federal?

O SR. WILSON WITZEL – Certamente. O atual... O Vice-Governador, que me substituiu; o Vice-Governador declarou, inclusive, que vai votar no Bolsonaro em 2022. Ele está fazendo campanha – né? Já declarou isso aí, lamentavelmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor acha que isso tem relação com a omissão do Governo do Estado do Rio de Janeiro nos eventos públicos que o Presidente da República realiza, transgredindo as medias sanitárias no Rio de Janeiro?

O SR. WILSON WITZEL – Certamente. Senador Randolfe, se eu estivesse no Governo do Estado, não ia ter aquele tipo de coisa, não. Não ia ter motociata... Eu ia ingressar na Justiça, provocando o Ministério Público, para que houvesse uma decisão judicial proibindo motociata. Motociata, passeata... Ia ter resistência. Infelizmente, sofri o *impeachment*, de uma forma totalmente parcial. Não adianta falar que foi por unanimidade. O Ministério Público fala o que quer, de forma irresponsável; o juiz vai definir com base naquilo que o Ministério Público fala. Agora, lá na frente... Não adianta ficar citando trecho da delação aí, como foi citado, trecho da decisão, porque a decisão do Ministro é pautada nas inverdades que o Ministério Público leva. E aí, lá na frente – eu nunca fiz isso como juiz – lá na frente, absolvido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Sr. Governador.

Sr. Presidente, só comunicando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só comunicando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... fazer uma pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Sr. Presidente. Só para comunicar a V. Exa. e ao Sr. Relator que estou requerendo o depoimento em reservado a esta CPI do Sr. Wilson Witzel. Acho que tem informações complementares que S. Sa. poderá prestar a esta CPI.

Não há mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Governador, para complementar as perguntas do Senador Randolfe.

O senhor saiu dia 28 de agosto de 2020?

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Eu fui afastado dia 28 de agosto, com base em... numa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é só... Foi dia 28.

O SR. WILSON WITZEL – Foi dia 28 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Naquela época, dia 28 de agosto, já tinha empresas, laboratórios procurando o Brasil para comprar vacina. O senhor ainda chegou a discutir com alguém do Governo Federal a compra de vacinas?

O SR. WILSON WITZEL – Não. Eu... Eu estava desenvolvendo, no Instituto Vital Brazil, o soro do Covid, com recursos do Estado do Rio de Janeiro, para utilizar nos pacientes internados. E a vacina, eu estava preparando o Instituto Vital Brazil para receber a vacina, mas isso nunca foi conversado comigo. O Governo Federal não conversava comigo. O Presidente não conversava comigo. O Presidente ignorava qualquer tentativa de aproximação minha com ele para poder conversar sobre questões que dependem de opinião pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque em agosto o Governo brasileiro já tinha recebido várias propostas da Pfizer...

O SR. WILSON WITZEL – Nunca chegou ao meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e de outras empresas. Por isso que, como o senhor participava de reuniões como Governador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – O Presidente Bolsonaro chegou a dar uma declaração no cercadinho dizendo que não ia conversar comigo, porque todo mundo sabe onde o Witzel vai estar logo mais. É uma afirmação curiosa de um Presidente: "Ah, logo mais, a gente vai saber onde é que o Witzel vai estar". Só quem fala isso é quem tem a segurança e a garantia de que alguém está trabalhando para ele para prender quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Nada acontece do dia para a noite numa relação: a mulher não se separa do marido por nada, amigos não deixam de ser amigos por nada, e aliados políticos também não deixam de ser aliados políticos por nada. O senhor chegou a comunicar ao Presidente – e, com isso, ele ficou com raiva – em relação ao processo da Polícia Civil em que o porteiro citava o nome do Presidente?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, essa pergunta eu só posso responder se a CPI adotar o procedimento de segredo de Justiça, porque os fatos são graves.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) **–** Por que nós não fazemos isso em seguida?

O SR. WILSON WITZEL – Eu pediria também, Senador Renan, que nós pudéssemos fazer isso em outra oportunidade, até para que eu possa me preparar para trazer elementos, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Nós iremos... O Senador Randolfe, que propôs, irá entrar em contato com seus advogados...

O SR. WILSON WITZEL – Até porque para poder também juridicamente preparar, para saber se daquela sessão de sigilo de Justiça poderão adotar medidas cautelares com apoio do Judiciário, etc. Os fatos são graves.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Jorginho Mello, representante do grande e bonito Estado de Santa Catarina, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) **–** Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Senadora Soraya, ex-Governador Wilson Witzel, eu vou fazer algumas perguntas bem diretas, como... O próprio Presidente Omar me conhece, todos me conhecem: a minha franqueza, a minha... Não divagar, já ir direto ao ponto.

Eu pergunto a V. Sa.: o senhor contratou o instituto Iabas para administrar sete hospitais de campanha no Rio de Janeiro, o senhor não sabia do histórico deles de corrupção, de desvio de dinheiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL (Para depor.) – Se eu soubesse, eu não tinha contratado, Senador.

Eu não sei se o senhor tem conhecimento da Constituição do Estado do Rio de Janeiro ou de qualquer outra Constituição estadual: não cabe aos Governadores fazer qualquer tipo de ato de fiscalização e, sim, atos de gestão. Eu não sou gestor... Eu não sou gestor de orçamento, não sou engenheiro, não tenho *expertise* em relação à construção de hospital de campanha. A minha determinação foi para que o Secretário de Estado providenciasse construção de hospital de campanha. Tem a determinação de que tudo isso fosse feito com base em apoio à Procuradoria-Geral do Estado. Haja vista que a Lei 13.979 permitia, inclusive, a requisição dos hospitais, podia, inclusive, ter sido uma empresa privada em vez de uma OS, como foi o caso da construção de outros dois hospitais de campanha pela iniciativa privada. A forma pela qual foi feita... Não cabe ao Governador olhar projeto, a Governador cabe dar determinações para que sejam cumpridas. Se elas vão ser cumpridas ou não, os órgãos de fiscalização têm que realizar, sob pena de responsabilizar Governadores e Prefeitos de forma objetiva, o que é inaceitável tanto na teoria da improbidade administrativa quanto na teoria criminal.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, é por isso que o senhor disse, numa entrevista na CBN, no dia 24/04/2021, que não tinha nada a ver com isso, que o senhor não era engenheiro. Então, o senhor agora nos explica... Então, o senhor não se preocupou em saber da eficácia disso, se ia acontecer ou se não ia. O senhor só pediu para contratar e...

O SR. WILSON WITZEL – Vamos simplificar, para ficar mais fácil.

Quando o médico me pede para comprar um bisturi e o secretário traz o orçamento para ser aprovado na Assembleia Legislativa – o orçamento da saúde, no Rio de Janeiro, é algo em torno de R$5 bilhões –, eu não vou perguntar para ele se o bisturi é bom ou não; eu não vou perguntar se o hospital de campanha tem que ser feito assim ou assado ou a forma como ele vai fazer. A determinação é: a saúde não pode parar, a Polícia Militar não pode parar. Quer comprar fuzil? É necessário? Então, o orçamento vai contemplar a compra de fuzil. Agora, eu não sou *expert* no assunto, não sou médico, e, portanto, eu não posso dizer para V. Exa. se houve acerto ou não. Quem tem que dizer isso são os peritos.

Agora, no meu processo de *impeachment* eu pedi para fazer uma perícia para que nós pudéssemos saber exatamente o que aconteceu. Eu não respondo ação de improbidade sobre os hospitais de campanha, não respondo ação penal sobre os hospitais de campanha, e o Tribunal Especial Misto indeferiu a perícia por maioria. Indeferiu! Nós estamos recorrendo em relação a isso. Eu entendo que o julgamento do Tribunal Especial Misto é nulo, é um julgamento que não foi realizado de acordo com o devido processo legal. E, se tivesse deferido a perícia, nós estaríamos aqui respondendo às suas perguntas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Outra pergunta: o senhor considera que a contratação criminosa e fraudulenta do Iabas contribuiu para o resultado das mortes lá no Rio de Janeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON WITZEL – Bom, inicialmente, dizer que a contratação é criminosa ou não é, neste momento, inadequado, haja vista que não há nenhuma ação criminal que envolva o hospital de campanha, não houve perícia, e, portanto, nós podemos dizer que, se o hospital de campanha foi contratado regular ou irregularmente, isso somente após o devido processo legal.

O que eu posso dizer para V. Exa. é que o que contribuiu foi o negacionismo do Governo Federal; foram as carreatas; foi a ausência de leitos dos hospitais federais que poderiam evitar que nós tivéssemos construído hospital de campanha. E fica claro, para mim, Senador, que a negativa dos leitos dos hospitais federais e a sabotagem dos hospitais de campanha por Deputados estaduais ligados a esse movimento negacionista, inclusive ao Presidente, é a articulação cristalina de que tudo isso foi planejado para sabotar o controle da pandemia no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O senhor...

Segundo o Ministério Público Federal, a primeira-dama recebeu um pouco mais de meio milhão de reais em propina. O senhor confirma essa informação?

O SR. WILSON WITZEL – Bom, propina fica por sua conta. São honorários advocatícios que ela recebeu por serviços prestados, declarados no Imposto de Renda. Não é em espécie. Muito pelo contrário, na conta da minha mulher, não entrou dinheiro em espécie, diferente de outros fatos por aí. Na conta da minha esposa, entraram honorários advocatícios. Ela é advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil. Ela trabalhou, continua trabalhando com toda a dificuldade. Então, por favor, eu peço que V. Exa. não mencione a palavra propina, porque não é...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Segundo o Ministério Público Federal.

O SR. WILSON WITZEL – Pois é. Segundo esse Ministério Público Federal, que precisa ser investigado...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O senhor acha todo mundo é contra o senhor, então? É só o senhor que está certo?

O SR. WILSON WITZEL – Olha, quanto tempo demorou para dizer que o Presidente Lula estava certo? Que ele estava sendo julgado por um juiz parcial? Demorou – né? Uma hora nós vamos chegar lá.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O senhor recebia mesada de aliados? Pagava pedágio a aliados? Tinha cofre nas residências oficiais no Rio e fora do País para supostamente ocultar recursos financeiros?

O SR. WILSON WITZEL – Em hipótese alguma. Jamais!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que era o clube do charuto?

O SR. WILSON WITZEL – É um evento que nós fazíamos pra receber amigos. E esclareço a V. Exa.: eu não fumo mais charuto, nem bebo bebida alcoólica. Me converti e sou evangélico.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem. Então, era só pra fumar charuto.

O senhor considera que roubar em uma pandemia é igual a matar as pessoas, com dolo eventual ou culpa consciente?

O SR. WILSON WITZEL – Considero que a omissão do Governo Federal... Considero que a atuação negacionista do Governo Federal deve ser julgada não só aqui no Brasil, mas pelo Tribunal Penal Internacional, e condenados aqueles que assim o fizeram – os nomes, o senhor já sabe de quem.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** A Operação Favorito trouxe provas cabais de que Mário Peixoto pagou propina a funcionário do Governo do Estado para reabilitar organizações sociais que estavam inviabilizadas. O que significa a frase na Operação Favorito: "Aquele cafezinho básico de 500 mil pra um e de 1 milhão pra outro"?

O SR. WILSON WITZEL – Senador, a operação a que o senhor se refere está em julgamento na 7ª Vara Criminal. Esse cidadão que falou essa frase é aquele que eu mencionei no início: Luiz Roberto Martins. Eu acredito que toda a fala desse cidadão foi mediante coação. É só investigar que nós vamos chegar lá. Lembrando que a Polícia Federal teve mudança de superintendente logo depois que ele falou isso no grampo. Tem que investigar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Pra que a gente possa saber. Muito bem.

O SR. WILSON WITZEL – Exatamente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O senhor insiste em acusar o Governo Federal de persegui-lo – o Governo Federal, o Judiciário Federal, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, a Alerj, a Polícia Federal, todas essas operações feitas. Enfim, o senhor acha que isso é uma grande perseguição à sua pessoa?

O SR. WILSON WITZEL – É. Tem muita gente aí que diz que é perseguido também, Senador. Tem pessoas que respondem a processo na Justiça do Rio de Janeiro que também dizem que são perseguidas. Então, nós precisamos investigar e saber se realmente é verdade ou não.

No meu caso, eu não disse que o Judiciário me persegue. Juiz decide com base naquilo que o Ministério Público leva. Como o Ministério Público tem o princípio da legitimidade daquilo que ele leva, normalmente eu, como juiz, várias vezes fiz uma análise criteriosa no recebimento da denúncia, mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o caso, no Brasil, a análise criteriosa, pelo princípio do *in dubio pro societate*, que, graças a Deus, está mudando. Então, o juiz recebe a denúncia e, lamentavelmente, lá na frente, a gente faz a absolvição, que é o que está acontecendo em vários casos, e eu acredito que não vai ser diferente comigo.

Então, infelizmente, o Ministério Público do Brasil, de uma forma geral, tem muitos bons profissionais, mas no meu caso, especificamente, há que se investigar uma perseguição política inaceitável, que não é só a mim, tem mais Governador sendo perseguido.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Sr. ex-Governador Witzel, eu fico me perguntando o que pensam aqueles que o senhor, como juiz, condenou. Eu acho que o senhor foi uma negação para o Estado do Rio de Janeiro, para a política brasileira, o senhor foi uma negação para o Judiciário, pra não dizer uma vergonha. O senhor é um Juiz Federal. Eu vi um depoimento seu emocionado dizendo que não sairia da magistratura pra fazer coisas erradas. E o senhor envergonhou a Justiça brasileira. O senhor pode ter certeza disso, tá?

O senhor está aqui dizendo que é um santo, mas eu fico só imaginando a amargura das pessoas que o senhor meteu a caneta pra condenar. O que que essas pessoas estão pensando hoje do senhor? O senhor saiu do cargo de Juiz Federal pra ser Governador do Rio de Janeiro. Na primeira oportunidade, fez um monte de lambança. Então, eu quero lhe dizer o seguinte: o senhor envergonhou a Justiça, envergonhou o Rio de Janeiro e a população brasileira. E não tenho mais pergunta pra fazer.

O SR. WILSON WITZEL – Senador, como o senhor fez uma afirmação leviana em relação a minha pessoa...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Leviano é o senhor que foi cassado!

O SR. WILSON WITZEL – Se o senhor permitir...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Leviano é o senhor que foi cassado!

O SR. WILSON WITZEL – A sua afirmação foi leviana.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Não, senhor! O senhor é que... O senhor que está bancando o mocinho aqui, o santo.

O SR. WILSON WITZEL – É... Exatamente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Cheio de picaretagem que o senhor fez lá no Rio de Janeiro.

O SR. WILSON WITZEL – Exatamente. Já está tudo transitado em julgado mesmo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Por isso que foi cassado por unanimidade!

O SR. WILSON WITZEL – Isso... Um tribunal parcial. Mas vamos chegar lá...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Não, eu não quero saber a sua resposta!

O SR. WILSON WITZEL – Ué, mas eu tenho o direito de falar. Eu tenho direito de falar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Fala!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILSON WITZEL – Eu tenho o direito de falar. O senhor está dizendo que eu envergonhei a magistratura. Lamentavelmente, para a sua decepção, isso não é verdade, muito pelo contrário.

Durante o período em que eu estive na magistratura, eu fui um juiz efetivo, eu fui um juiz comprometido com as minhas funções, todas as minhas sentenças submetidas ao tribunal foram sentenças regularmente julgadas. Eu passei 17 anos na magistratura sem responder a nenhum processo disciplinar administrativo. Eu passei 17 anos fazendo um trabalho sério. Saí da magistratura pra ser Governador do Rio de Janeiro. Agora, desculpa, estou incomodando. Eu não baixo a cabeça pra ninguém que quer fazer desse País uma bagunça. Não vou baixar a cabeça pra ninguém. Vou continuar fazendo o meu trabalho e, pra decepção de muitos, vou continuar na política e não vão me impedir de ajudar a reconstruir este País e evitar que pessoas se aproveitem da boa vontade daqueles que estão acreditando numa lorota de que nós estamos numa democracia. Infelizmente, o senhor está apoiando um Governo que é fascista e que se demonstrou antidemocrático.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Mas de mão limpa, não é? E o senhor, não.

O SR. WILSON WITZEL – Quem sabe? Vamos ver...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Entendeu?

O SR. WILSON WITZEL – Tem o Tribunal Penal Internacional aí...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O senhor vem aqui dizer que é santo, que isso, que aquilo, e os fatos não comprovam isso. Então, portanto, o senhor envergonhou a Justiça brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Jorginho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo inscrito é o Senador Otto Alencar. S. Exa. não está aqui, vamos garantir a palavra no seu retorno. O Senador Marcos Rogério também não está.

Senador Eduardo Girão, V. Exa. Em seguida – se V. Exa. me permite, só para poder destacar os demais –, na sequência, o Senador Alessandro Vieira, Senador Marcos do Val, Senador Rogério Carvalho, Senador Heinze, Senadora Soraya Thronicke. Se os Srs. Senadores titulares retornarem a esta Comissão, pela ordem, nós asseguraremos a palavra anteriormente, conforme foi estabelecido antes por esta Presidência.

Senador Girão, V. Exa. está com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria dar as boas-vindas ao ex-Governador Wilson Witzel aqui nesse recinto, aqui na CPI. O senhor está aqui graças a um requerimento de minha autoria, assinado por 45 Senadores da República do Brasil que querem rastrear os bilhões de reais de verbas federais enviadas a Estados e Municípios. Esse é o nosso trabalho, isso não é narrativa. Isso não quer dizer que é contra ou a favor de Governo. Isso é uma postura de quem quer realmente a verdade e não fica falando a palavra verdade de forma banalizada. Antes de o senhor caminhar por este roteiro e chegar até onde o senhor está sentado, nós tivemos um episódio triste que mostra a cara desta CPI, a cara verdadeira desta CPI, Senadora Soraya Thronicke.

Eu tenho muitas discordâncias e critico publicamente o posicionamento do Presidente da República. Todo mundo sabe isso. Causa aglomeração; o uso de máscara, não usa; às vezes desrespeita jornalistas, e a gente não deve fazer isso. Senador Flávio, eu tenho essas críticas públicas com relação ao seu pai, mas o que está acontecendo aqui é algo politiqueiro. Param-se reformas importantes para o País, como reforma tributária, reforma administrativa, pra gente socorrer, dar as mãos para as pessoas, para antecipar o calendário político visando sangrar o Governo atual – que eu critico. Eu não tenho um cargo no Governo Federal, eu não tenho nenhuma emenda extra, eu voto contra algumas bandeiras, mas eu reconheço que foi eleito democraticamente, gente! Nós já estamos indo para o último ano do Governo, e não aceitaram ainda. A gente precisa aceitar. O único País do mundo que está fazendo CPI é o nosso. Será que se quer investigar os bilhões de reais que foram enviados para Estados e Municípios mesmo? Se quer mesmo?

Hoje, antes de o ex-Governador entrar aqui, nós tivemos um fato emblemático, e a população está vendo o que aconteceu aqui. Não convocaram o Consórcio Nordeste, e olhem que nós temos 82% desta CPI compostos por Senadores do Norte e do Nordeste do Brasil. É por acaso? O fato é que vou insistir, Senadora Soraya Thronicke, porque eu quero buscar a verdade com V maiúsculo, e não apenas uma parte da verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governador Wilson Witzel, que está aqui, é de um Estado que tem protagonizado o símbolo da corrupção nesta pandemia. Assim como o Consórcio Nordeste é para aquela nossa região importante, o Rio de Janeiro é para o Brasil, em termos de sucessivos escândalos de corrupção. A gente tem de virar essa página e buscar responsabilidades.

Governador, o senhor tem um roteiro de vida incomum. Foi militar, onde aprendeu valores importantes para sua vida. Depois, Juiz de direito federal, função onde são primordiais o conhecimento e o cumprimento estrito das leis. Em seguida, o senhor foi eleito Governador com o discurso, entre outros, de combate à violência e à corrupção. Mas, segundo o jornal *Gazeta do Povo*, o seu governo se viu diante de investigações sobre suspeita de superfaturamento na compra de respiradores para o combate ao coronavírus, licitações investigadas sobre a construção dos hospitais de campanha e suposto envolvimento com esquema de desvios na saúde, em plena pandemia, por meio de fraudes em contratos, entre outras acusações. Eu queria lhe perguntar o seguinte...

Esta frase não é minha; esta frase é uma frase que virou um mantra hoje no País com relação ao desvio em pandemia: desviar verba pública em época de pandemia não é apenas corrupção, é assassinato.

E eu queria lhe perguntar sobre essa compra dos respiradores para o Rio de Janeiro. O Tribunal de Contas do Estado mostrou aí a aquisição, por R$183 milhões, de mil respiradores. O Governo Federal comprou 17 mil respiradores – quem é bom de matemática me ajude a fazer o cálculo aí –, segundo o ex-Secretário Elcio, que esteve aqui nesta Comissão, comprou 17 mil respiradores para distribuir para o resto do Estado... E o interessante é o seguinte: o preço com que o Governo Federal comprou esses respiradores... É que eu fiquei assustado com relação ao valor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foram...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Opa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O depoente vai se retirar. Ele está embasado...

A Comissão foi notificada da decisão do Ministro Nunes Marques do Habeas Corpus nº 203227, impetrado em favor do depoente Wilson Witzel, com o seguinte dispositivo:

> [...] defiro o pedido de *habeas corpus* para dispensar o paciente, caso queira, de comparecer perante a CPI do Pandemia e, em caso de opção pelo comparecimento, garantir-lhe: o direito ao silêncio, a não assumir o compromisso de falar a verdade (em razão da condição de investigado e não de testemunha) [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele acabou de me comunicar que quer se retirar da sessão. E a gente não pode fazer absolutamente nada.

O SR. WILSON WITZEL – Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente. Agradeço as perguntas. E tenho certeza que muito temos a contribuir futuramente.

Muito obrigado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Não contribuiu em nada. Só veio aqui fazer...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A reunião está encerrada.

Convocamos os Srs. Senadores para amanhã no horário regimental.

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia dezessete de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Rose de Freitas, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Carlos Wizard**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Carlos Wizard Martins, em atendimento ao requerimento 553/2021. **Resultado:** Oitiva não realizada por motivo de não comparecimento do depoente. **2ª Parte - Oitiva - Alexandre Marques**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, Auditor do Tribunal de Contas da União, em atendimento aos requerimentos 779/2021 e 789/2021. **Resultado:** Depoimento adiado em virtude da realização da 66ª Sessão Deliberativa Remota do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/17

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento de Carlos Wizard e do Sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques.

Quanto ao depoente Carlos Wizard, a Comissão foi notificada da decisão liminar do Ministro Roberto Barroso no Habeas Corpus 203.387, que diz o seguinte:

> defiro a medida liminar, em parte, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito conceda ao paciente o tratamento próprio à condição de investigado, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha, bem assim para que o dispense de responder sobre fatos que impliquem autoincriminação e, ainda, para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do uso da titularidade do privilégio contra a autoincriminação. Fica assegurado ao paciente o direito de assistência por advogado e de, com este, manter comunicação reservada durante o respectivo depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esclareço que os pedidos de Carlos Wizard para depoimento remoto, para amplo acesso a documentos sigilosos e para a não obrigatoriedade de comparecimento perante esta Comissão foram negados a ele.

Hoje, às 7h da manhã, a Secretaria recebeu pedido dos advogados de Carlos Wizard para uma audiência com esta Presidência para tratar da redesignação da data mais adequada dentro do cronograma dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É uma brincadeira dele, não é? Uma data combinada para ele vir... É uma autoridade...

Carlos Wizard foi regularmente intimado para depor por diversos meios: postal, mensagens em celular e em conta de *e-mail*.

Conforme anunciado na reunião da terça-feira, esta Comissão adotará em relação ao depoente Carlos Wizard, assim como em relação a qualquer outro depoente que se recusar a comparecer, o procedimento descrito no art. 3º, §1º, da Lei 1.579, de 1952.

O que me espanta é um cidadão procurar o Supremo Tribunal Federal para conseguir um *habeas corpus* para vir a esta CPI para ficar em silêncio nas perguntas que forem feitas a ele, e ele não aparece. Então, para que foi ao Supremo se não vinha? O Ministro Barroso, que com certeza tem muitos afazeres dentro do trabalho que ele tem como Ministro do Supremo Tribunal, concede um *habeas corpus* para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Wizard, que é uma medida legal – e respeitamos as medidas adotadas pelo Supremo Tribunal Federal. Mas o Sr. Carlos Wizard tem que entender que a Justiça brasileira tem outras coisas para fazer, e não ele levar na brincadeira o Supremo Tribunal Federal. Ele conseguiu um *habeas corpus* para vir à CPI, para estar presente na CPI, e não compareceu à CPI. O Sr. Carlos Wizard está achando que conseguir *habeas corpus* no Supremo é que nem ir na quitanda comprar bombom. É uma falta de respeito, não com a CPI nesse momento, mas com o Supremo Tribunal Federal, que concedeu a ele um *habeas corpus* para ele poder comparecer e ficar em silêncio em alguma coisa que o autoincriminasse.

Por isso, nesse sentido, oficiaremos a um juiz criminal para que requisite à autoridade policial a apresentação da testemunha faltosa ou determinar que seja conduzido por oficial de justiça, o qual poderá solicitar o auxílio da Força Pública.

Para além dessas medidas, diante da ausência do depoente, determino que seja oficiado à Justiça Federal para que o passaporte do Sr. Carlos Wizard seja imediatamente retido pela Polícia Federal tão logo ele ingresse em Território nacional e somente lhe seja devolvido após a prestação de seu depoimento perante esta Comissão.

A CPI dispõe de poderes próprios de autoridade judicial e, com base na teoria dos poderes implícitos, deve dispor de todos os meios suficientes para fazer cumprir as suas decisões.

Encerrada a parte relativa ao depoimento do Sr. Carlos Wizard, por ausência não justificada do depoente, determino à Secretaria que comunique – comunique – ao Sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques que nós iremos remarcar o depoimento dele, em virtude de ter uma medida provisória de interesse da população brasileira em que todos os Senadores, inclusive este Presidente, têm interesse de debater a matéria, porque se trata de uma medida provisória que mexe com a estrutura da energia elétrica do Brasil. Então, nós não teríamos como... Até porque essa decisão foi tomada ontem à noite, pela Presidência do Senado, de marcar... Não estava marcada essa reunião às 10h da manhã. E tenho certeza de que todos os Senadores desta CPI, individualmente, têm interesse de debater essa matéria tão importante.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nós remarcaremos.

E pedimos desculpa ao Sr. Alexandre pela vinda dele aqui e a gente não poder fazer a audição que nós queríamos aqui, para ele colaborar com a CPI. Pedimos essas desculpas ao Sr. Alexandre e, num momento oportuno, nós teremos uma nova data para ele comparecer a esta CPI.

Com a palavra o Sr. Senador Jorginho, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É só para... Amanhã nós teremos depoimentos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã nós temos depoimentos do Senador... Amanhã, às 9h, os médicos Ricardo Ariel Zimerman e Francisco Eduardo Cardoso Alves. Se eu não me engano, é do Senador Luis Carlos Heinze o convite feito a esses dois profissionais de saúde.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Vai ter deliberativa amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Tem antes.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Antes? Antes ou depois?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes. Antes.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Antes do depoimento. Aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã nós votaremos vários requerimentos que foram protocolados ontem. Conforme nós acordamos, tem requerimentos de informação, requerimentos de convocação e requerimentos de quebra de sigilo – parece. Amanhã nós iremos fazer isso antes de ouvirmos os dois convidados.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, só queria reconsignar neste meu pela ordem, Sr. Presidente, que ontem, enquanto o ex-Governador do Rio estava aqui, a Dra. Caroline Figueiredo, da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, tornou réus, por organização criminosa e acusação de desvio de dinheiro da saúde, ele e a sua mulher, dois secretários e o Presidente do PSC. Ele é réu pela segunda vez. Então, só queria deixar consignado isso para que não paire... A forma ontem em que houve o depoimento e a nossa participação... Só para deixar isso consignado.

Então, ele não é o santo que ele veio dizer que é.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – É apenas para apoiar essa informação e colocar a minha indignação pelo que aconteceu ontem, no momento em que eu estava iniciando minhas perguntas, inclusive comparando compra de respiradores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foram feitas pelo Governo Federal, ditos aqui pelo Dr. Elcio os valores. Na hora em que eu estava comparando com o valor do Rio de Janeiro, o ex-Governador sai. Ou seja, ele estava aqui por um requerimento meu, apoiado por 45 Senadores, para que a gente finalmente comece a se rastrear a questão de corrupção, e, na hora em que a gente começa a falar de corrupção – ele falou de política, falou de tudo aqui, fez comício, como bem colocou o Senador Jorginho Mello –, na hora em que começou a responder sobre corrupção, ele sai, deixa este Senador que vos fala falando sozinho. Inclusive, uma das perguntas que eu iria fazer, mas fui simplesmente ignorado aqui, era sobre os 8,5 milhões encontrados com o secretário de saúde do Rio de Janeiro. Só para me manifestar com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, é lamentável porque é até constrangimento meu eu ter que falar aquilo, mas o depoimento de ontem estava munido de um *habeas corpus.* Ele podia falar ou se retirar a hora em que ele quisesse. Então, infelizmente, nós chegamos àquele... Agora, o responsável disso se chama Jorginho. Vá para cima dele.

Eu vou encerrar a reunião e convido, convoco os Srs. Senadores para, amanhã, às 9h da manhã, a gente votar requerimentos.

Muito obrigado pela presença de todos.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Jorginho Mello e Marcos Rogério, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Styvenson Valentim, e ainda dos Senadores não membros Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Leila Barros, Rose de Freitas, Lasier Martins, Simone Tebet, Zenaide Maia, Giordano, Carlos Portinho, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Lucas Barreto e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 231 de 2021** que: "Requer que seja convidado para que preste depoimento o Sr. Wellington Dias, Governador do Piauí, na condição de coordenador do Fórum Nacional de Governadores e presidente do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 647 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Claudio Castro, Governador do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 650 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Claudio Castro, Governador do RJ." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 878 de 2021** que: "Convocação de Alexandre Chieppe Secretário de Estado de Saúde do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 862 de 2021** que: "Pedido de auditoria ao Tribunal de Contas da União - "motociata"" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 866 de 2021** que: "Requer diligência, para que na condição de testemunha sujeita ao compromisso de dizer a verdade, preste depoimento em sessão reservada o Sr. Wilson Witzel, Ex-Governador do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 877 de 2021** que: "Diligência externa para ouvir secretamente Wilson Witzel - mesmo pedido do Req. 866." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 867 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Instituto Unir Saúde" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 868 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Viva Rio" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 870 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Associação Filantrópica Nova Esperança (OS)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 871 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Associação Mahatma Gandhi (OS)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 872 de 2021** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Instituto dos Lagos Rio (OS)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 873 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do IABAS.Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde - IABAS" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 900 de 2021** que: "Requer a Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático - Instituto Diva Alves do Brasil – IDAB" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 905 de 2021** que: "Requerimento de transferência de sigilo Transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Alex Lial Marinho." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 850 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, no prazo de dez dias, pelo Senhor Ministro da Defesa,todas as informações sobre registros de voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), no período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 até o presente, com indicação das datas e trechos, bem como de quem eram as pessoas que participaram das respectivas viagens." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 879 de 2021** que: "Requer que o Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os seguintes documentos: 1. Processo de licitação nº 25000.175250/2020-85 2. Processo de execução nº 25000.043170/2021-41" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 880 de 2021** que: "Requer informações à Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 881 de 2021** que: "Requer informações à Secretaria de Saúde do estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 882 de 2021** que: "Requer o compartilhamento e acesso integral e em tempo real, das peças e eventuais audiências, interrogatório e demais oitivas relativos a Alexandre Figueiredo Marques." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 883 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre a situação da cobertura vacinal no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 884 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 885 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Secretaria de Governo da Presidência da República, Flávia Arruda, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 886 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 887 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tereza Cristina, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 888 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Cidadania, João Roma, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 889 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 890 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre registros e informações gerais sobre saúde indígena em relação à Covid 19 e malária, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 891 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre ofertas de vacinas contra Covid-19 ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 892 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhadas, pelas empresas produtoras e fornecedoras de oxigênio hospitalar e representantes do setor, listados a seguir, cópias de todos os documentos e comunicações com o Ministério da Saúde, encaminhados ou recebidos, desde março de 2020 até a presente data, em aditamento ao Requerimento 9/2021 desta CPI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 893 de 2021** que: "Requer que seja encaminhada pela empresa TWITTER BRASIL REDE DE INFORMACAO LTDA informações sobre as contas de usuários excluídas a partir do dia 14 de junho de 2021, conforme reportagem da rede CNN." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 894 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações Hospital Federal da Lagoa (HFL)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 895 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Hospital Federal de Ipanema (HFI)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 896 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Hospital Federal Cardoso Fontes (HFCF)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 897 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Diretor do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 898 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações Hospital Federal do Andaraí" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 899 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 901 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 902 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Instituto Nacional do Câncer – INCA" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 903 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Instituto Nacional de Cardiologia – INC"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Depoimento de especialistas convidados a respeito de aspectos técnicos da Covid-19. **Participantes:** Sr. Ricardo Ariel Zimerman, Médico Infectologista; e Sr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, Médico. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/18

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus. A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e ao depoimento dos médicos Ricardo Ariel Zimerman e Francisco Eduardo Cardoso Alves, em atendimento ao requerimento do Senador Luis Carlos Heinze.

Em relação aos requerimentos, eu quero comunicar à CPI que nós votaremos na terça-feira. Tendo em vista que ontem entraram vários requerimentos e para a gente dar aquele prazo que a gente tinha estipulado aqui, iremos votar na terça-feira os requerimentos. Então, nós vamos tirar de pauta os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimentos, Sr. Relator, em virtude da quantidade de requerimentos e fatos novos que foram relatados aqui, na CPI, e houve requerimentos. Então, eu acho por bem, para que a gente não crie nenhum tipo de celeuma aqui, a gente votar na terça-feira, já comunicando e pautando, viu? Eu quero que V. Exa. paute os requerimentos para que os membros da Comissão tenham ciência do que nós iremos votar na terça-feira que vem, o.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – É apenas para entregar à Comissão uma nota que foi preparada por um conjunto de cientistas renomados brasileiros. É uma nota sobre o uso da cloroquina e hidroxicloroquina para o tratamento da Covid-19. Assinam esse texto o Dr. Celso Ferreira Ramos, o Dr. Cláudio Daniel-Ribeiro, o Daniel Tabak, a Djane Baia da Silva, o ex-Ministro José Gomes Temporão, o Marcus Vinícius Lacerda, a Dra. Margareth Dalcolmo, o Mauro Schechter, a Dra. Natalia Pasternak e a Dra. Patrícia Brasil.

Eu o passo às mãos do Relator como uma contribuição desse grupo de cientistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu queria só fazer um esclarecimento sobre a investigação – não se trata de condenação – de questões em 2019 do hospital onde Didier Raoult é apenas um dos diretores e não presidente – foi citado aqui pelo Senador Otto Alencar.

O texto é de matéria do jornal France Bleu Provence sobre uma busca em andamento nessa segunda-feira, 14 de junho, desde as 9h30, no Instituto Hospital Universitário de Marselha, na França, localizado próximo ao Hospital La Timone.

Segundo informações oficiais, uma dezena de policiais foram mobilizados para essa busca, acompanhados por um promotor público. O Ministério Público de Marselha confirmou que uma investigação preliminar foi iniciada a partir da publicação de um relatório da agência anticorrupção francesa em 2019, visando o Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento, um estabelecimento público científico e tecnológico. A investigação incide sobre ligações financeiras entre o Instituto Hospital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universitário de Marselha e o IRD, mas também sobre o funcionamento interno do IRD na utilização de fundos públicos para despesas não relacionadas com missões do IRD ou missões injustificadas.

As buscas efetuadas decorrem dessa investigação e decorreram sem dificuldades, e a investigação prossegue em nome da exploração dos documentos apreendidos, especificou o Ministério Público.

Didier Raoult não tem nada a ver com isso, segundo seu advogado.

Esse pesquisador é membro da diretoria do hospital, atuando no corpo técnico e não financeiro, e tampouco as pesquisas de eficácia de medicamentos estudados por essa renomada instituição são alvos dessas buscas. Isso é diferente do que foi colocado aqui pelo nosso Senador Otto Alencar, no sentido de que estavam trabalhando contra a pesquisa com hidroxicloroquina e outras questões.

Então, eu já busquei do advogado dele, estou recebendo o material, e depois eu vou deixá-lo nesta Comissão.

Então, é apenas este esclarecimento: é uma questão fiscal, que também não tem nada a ver, não é questão contrária às pesquisas que são realizadas pelo Dr. Didier Raoult.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou nem falar sobre esse assunto, Senador Luis Carlos Heinze, porque eu vou esperar o Senador Otto na reunião para que ele possa falar sobre esse assunto. Eu não estou por dentro disso, então não...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou falando... Ele deu a versão dele, eu estou dando a versão real. Essa é a versão real.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas é que eu não estou inteirado do assunto, então eu não posso nem falar sobre esse assunto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nós iremos receber o seu documento, sim. (*Pausa.*)

Eu peço à Secretaria que chame os convidados, por favor.

Conduza. "Conduzir" é uma forma...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Presidente, vai haver votação de requerimentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem nós recebemos muitos requerimentos, Senador Ciro, e aí acertamos para votar na terça-feira que vem.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou mandar pautar para que não haja aqui nenhum tipo de questionamento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vai ser pautado pela Secretaria da Mesa, para que a gente possa, terça-feira, votar, Senador. (*Pausa.*)

Eu passarei ao Dr. Ricardo Ariel Zimerman, por 15 minutos. Logo em seguida, passarei a palavra ao Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, também por 15 minutos, caso deseje falar antes.

Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (*Fora do microfone.*) – Bom dia a V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só queria que V. Exa. ligasse o microfone. Aí, está ligado já.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Bom dia! V. Exas. estão ouvindo? (*Pausa.*)

Bom dia a todos!

É muito bom estar aqui depois de um ano dessa triste pandemia para poder prestar alguns esclarecimentos que se fazem cabíveis.

Antes de mais nada, eu, como sugere a Anvisa, sigo meu protocolo de declaração de potenciais conflitos de interesse. Eu não tenho nenhum vínculo atual com nenhuma indústria farmacêutica que esteja fabricando fármacos ou vacinas para Covid-19. Não tenho patentes, não tenho ações em nenhum desses fabricantes.

Em relação a potenciais conflitos de interesses políticos, eu sirvo meu País. Embora eu tenha nascido e me criado na Argentina, eu sou considerado brasileiro nato, porque meus pais são brasileiros. Fiz a formação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, depois a residência em infectologia no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. E já tive o prazer de ajudar o Estado brasileiro em outras ocasiões. Durante o Governo Lula, eu fui consultor do Ministério da Saúde para interpretação de genotipagem do HIV. Também durante o Governo Lula, eu fiz um trabalho encomendado pela Organização Pan-Americana da Saúde em relação à prevenção de disseminação de bactérias resistentes aos antibióticos na comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, naquela ocasião, eu trabalhei com a Organização Mundial da Saúde. Eu fui treinador, dava aula para médicos do Fundo Global contra a tuberculose, que é uma mazela que, infelizmente, ainda afeta muitos de nós, porque nós, os infectologistas, temos as emergentes, as novas e temos as reemergentes, então a gente é desafiado sempre com as velhas e com as novas.

Depois, no Governo Dilma, eu coordenei um grupo técnico da Anvisa. Fui o coordenador do protocolo brasileiro de prevenção de infecção de corrente sanguínea, o que é de extrema importância porque as taxas hoje, infelizmente, no Brasil, nos hospitais, de infecção de corrente sanguínea, que também vitimou muitas pessoas com Covid-19, são cinco vezes maiores do que nos hospitais norte-americanos, e eu pude coordenar, então, esse manual.

E, agora, eu fui contratado como consultor do Ministério da Saúde, via Organização Pan-Americana. Fiquei pouco tempo, recebi uma quantia por isso na ocasião – foi até noticiado, por exemplo, pelo Antagonista que teriam sido R$30 mil; eu recebi R$10 mil, em realidade, não sei onde é que ficaram esses outros R$20 mil – e não tenho, no momento, nenhum conflito de interesse político, nem econômico, então, para apresentar.

Rapidamente, eu acho que a gente tem que seguir o que a gente chama de medicina baseada em evidências. E medicina baseada em evidências é uma ferramenta muito potente que surgiu no McMaster, na década de 80, no Canadá, como um novo paradigma de se encarar a ciência médica. Quando vocês olham, vocês se dão conta de cara que medicina baseada em evidências não é tão simples quanto parece. Medicina baseada em evidências não é só ensaios clínicos, randomizados, duplo-cego, controlados por placebo. Na verdade, esses estudos – eu fiz aqui até um paralelo – correspondem mais ou menos ao que seria a Constituição, são extremamente robustos, porém eles têm um problema: como esses estudos são difíceis de serem feitos, em geral, o número de pacientes arrolados é muito baixo e eles carecem do que a gente chama de poder estatístico para mostrar a diferença. É por isso que a gente tem que juntar todos eles para fazer as metanálises, que também têm um grau de evidência bem grande. Por exemplo, só em relação à ivermectina, nós temos, no mínimo, cinco revisões temáticas com metanálise. A mais recente, com 19 ensaios clínicos randomizados, sendo nove duplos-cegos, mostrando uma redução de 85% na mortalidade, com a ivermectina, em pacientes com Covid leve a moderada.

Vejam, os estudos observacionais que foram muito mal falados estão aqui. Na verdade, embora eles estejam relativamente bem na pirâmide, eles estão abaixo dos estudos randomizados. No entanto, eu tenho que dizer um porém, dizer que estudo observacional não serve não é baseado em evidência. De fato, tem pelo menos dois estudos publicados na *New England Journal of Medicine* mostrando que os estudos observacionais, quando bem feitos, quando bem corrigidos por eventuais discrepâncias entre os grupos, trazem a mesma resposta na mesma direção que os ensaios clínicos randomizados. Então, se você está numa pandemia onde é muito difícil eu colocar um número suficiente de pacientes nesses estudos aqui, você aceita esses aqui também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui embaixo, eu queria mostrar para V. Exas. que há espaço sim para o que a Organização Mundial da Saúde falou, há espaço sim para o que a Sociedade Brasileira de Infectologia falou, há espaço para tudo isso. Esses argumentos de autoridade estão aqui, só que eles estão na base porque as autoridades erram, infelizmente isso pode acontecer. Por exemplo, se a gente for ver a Sociedade Brasileira de Infectologia, eles só foram recomendar corticoide recentemente. O estudo Recovery teve seus dados publicados em junho, diminuindo a mortalidade dos pacientes com Covid. Mesmo assim, agora eles continuam recomendando doses baixas de corticoide. A gente sabe já, de estudos comparativos com metilprednisolona, que doses mais altas de metilprednisolona podem reduzir até pela metade a mortalidade e o risco de intubação do que a dexametasona no estudo Recovery.

Finalmente, eles ainda continuam contestando a hipoxemia silenciosa, que é muito importante, com aquela filosofia de distribuir oxímetros. É uma política que deve ser encorajada, mas é só um pouquinho melhor do que o "fica em casa até ter falta de ar". O "fica em casa até ter falta de ar" é fica em casa até o paciente ser quase terminal, porque, quando ele chega e intuba, no Brasil, 90% de quem é intubado morre, de 80% a 90%.

A Sociedade Brasileira de Infectologia fez aquela política de distribuição de oxímetros para ficar em casa até cair o oxigênio do dedo. Acontece que a curva de queda do oxigênio no dedo tem o formato de "s". Lembram V. Exas. o Insano, que tem em Fortaleza, em que se desce de escorregador? Enquanto está lá em cima, a saturação está boa, mas rapidamente a saturação cai, como se a gente descesse o Insano. Então, o paciente entra em insuficiência respiratória muito rápido. Então, é óbvio que ele não deve ficar em casa até ter hipoxemia.

Também foi negada a evidência da colchicina, embora a gente saiba que a colchicina no corona pode reduzir em 20% o desfecho combinado de internação e morte.

A Organização Mundial da Saúde tem também essa questão no atraso de ter declarado a pandemia. Isso foi feito quando já tinha mais de 100 mil pacientes em mais de 110 países. Isso fez com que medidas de contenção, que poderiam ter sido tomadas, não fossem tomadas em momento adequado.

Corticoide inalatório, para quem diz que não existe terapia precoce. O corticoide inalatório agora foi incorporado pelo SUS inglês, pelo National Health Service. Por quê? Porque é barato e reduz em 91% o risco de internar com Covid. Não é recomendado por nenhuma autoridade.

Então, em última instância, só para finalizar, quando a gente está com um paciente dentro da gente, na nossa frente, quem tem que dar satisfação para o familiar dele, se ele for mal, não é a Organização Mundial da Saúde, não é nenhuma sociedade, não é nenhum coletivo; somos nós. E nós fazemos isso com base na nossa autonomia na prescrição de medicações *off-label*, que nos é garantida pela nossa autarquia, pelo CFM. Então, quem garante a nossa prática está nos defendendo e nos permitindo que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste momento de extrema coerção que alguns colegas estão sofrendo, a gente ainda continue a tratar nossa população.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Dr. Ricardo Zimerman.

Dr. Francisco Alves.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia aos Exmos. Senadores da República.

Agradeço o convite feito por este colendo Colegiado, a Casa Alta do Congresso brasileiro, para dar meu testemunho sobre a minha experiência no enfrentamento à pandemia pelo novo coronavírus em nosso País como médico e como servidor público.

Meu nome é Francisco Eduardo Cardoso Alves. Sou natural do Município do Rio de Janeiro, capital do Estado. Sou médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com residência médica em infectologia pelo Instituto de Infectologia Emílio Ribas, o maior e mais tradicional hospital de doenças infecciosas da América Latina, na cidade de São Paulo, onde resido há 18 anos. Após a residência, mediante concurso público, me tornei médico assistente da UTI do Emílio Ribas, centro de excelência que reúne a nata da infectologia brasileira no serviço público. Também sou perito médico federal do Ministério da Economia, nome atual da antiga carreira de perito médico do INSS. Fui Presidente, entre 2015 a 2020, da Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais e atualmente sou Vice-Presidente eleito dessa entidade. Durante minha vida estudantil, sempre fui eleito pelos meus pares para representá-los perante as instituições às quais estávamos vinculados.

Quando escolhi cursar Medicina, tinha claro em mim um único objetivo: salvar vidas, acolher o sofrimento do cidadão e contribuir com o melhor da minha prática e técnica para aliviar as dores da pessoa que me procura, curar, se possível, prevenir sempre. Logo no início da faculdade, ficaram claras as dificuldades que teria pela frente no plano pessoal, profissional e social para atingir tal meta. Porém, persevero há 23 anos neste propósito. O bom médico sempre é um eterno aluno.

Ainda na faculdade, participei de projetos de extensão que ajudaram centenas de famílias carentes em favelas do Rio de Janeiro, projeto esse que recebeu premiações da UFRJ. Desde que me formei em Medicina, sempre trabalhei no Sistema Único de Saúde, onde atuo salvando vidas há 20 anos, dentro dos preceitos éticos que regem a atividade médica neste País, a despeito das enormes carências que o SUS enfrenta até hoje, inclusive os péssimos salários pagos aos profissionais responsáveis por cuidar da vida dos cidadãos brasileiros.

Em todos esses anos, nunca me furtei a atender gratuitamente incontáveis pessoas que me procuraram dia e noite em busca de auxílio, ajuda, orientação ou recomendação. Sempre fez parte da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha essência querer ajudar o próximo, porém, entendo que nossa profissão não é um regime sacerdotal, ela precisa ser valorizada e bem remunerada, precisa de dignidade no ambiente de trabalho e condições de atendimento, mas isso nunca me impediu de ajudar o outro. A saúde não é valorizada neste País como deveria, muita gente passa muita necessidade para conseguir o básico, e, às vezes, nem isso. Só quem está na linha de frente, longe de gabinetes, entende essa situação e sabe o que realmente ocorre nos postos de atendimento País afora.

Como servidor público em outra área social sensível, a previdência social, sendo um agente do Estado brasileiro, sempre contribuí com todos os Governos que solicitaram ajuda, seja no Governo Lula, Governo Temer e, agora, no atual Governo. Quando se trata de ajudar o País e ajudar o povo brasileiro, não devemos jamais olhar para bandeiras políticas, e, sim, fazer o que há de melhor para cumprir nossa missão.

Como dirigente da Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais, ajudamos o Governo Temer, especialmente, a reorganizar o gerenciamento da perícia médica federal, acabamos com as filas de espera para agendamento de perícia médica no INSS, elevamos o padrão de atendimento dentro das unidades e ajudamos a realizar o maior programa de austeridade socioeconômica do País na última década, o programa revisional de benefícios por incapacidade, que, de acordo com o estudo publicado em revista da Fundação Getulio Vargas, gerou uma economia de R$85 bilhões no controle de benefícios indevidos, fraudulentos ou já vencidos, que ainda eram pagos pelos cofres do trabalhador brasileiro. Graças a esse programa, segundo declarações, à época, das autoridades, foi possível criar o décimo terceiro salário do Bolsa Família no ano de 2019, por exemplo.

Como médico infectologista, assim que os primeiros rumores de uma nova pneumonia viral começaram a surgir nos grupos de conversas de todo o mundo, no final de dezembro de 2019, início de janeiro de 2020, percebi que se tratava de algo muito sério e comecei a estudar profundamente o tema e guardar todos os artigos que começaram a surgir sobre o assunto, muitos ainda em formato de pré-publicação, pois ainda não havia dado tempo de verificação por pares.

Parte significativa desse material começou a vir da China, foco primário da pandemia. Ficou claro que se tratava de uma nova forma de pneumonia viral causada por uma nova variante do coronavírus causador de síndrome respiratória aguda grave, conhecida pela sigla SARS, agora denominada SARS-CoV-2 ou simplesmente novo coronavírus. Os estudos e ensaios clínicos começavam a demonstrar que não era uma doença meramente pulmonar; se tratava de uma doença sistêmica que atingia o corpo todo, causando vasculite disseminada e inflamação de diversos órgãos além do pulmão, sendo que também aumentava a chance de eventos trombóticos nos portadores do vírus.

Vídeos com pessoas desmaiando em cidades chinesas e sendo levadas de ambulância feitos nas janelas de prédios das cidades atingidas pelo foco inicial, filmagens de construções a jato de enormes hospitais de campanha e isolamento na China começaram a tomar conta das redes sociais. Era algo novo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potencialmente grave e ainda desconhecido da comunidade médica e científica e que estava matando pessoas. Era necessário de forma urgente procurar algo ou alguma coisa não apenas para conter o vírus, como também tratar os doentes.

Rapidamente a Europa, em especial a Itália, e parte da Ásia, como o Irã, foram atingidos por ondas de contaminação em massa e o consequente colapso de suas redes de saúde. A doença aparentava ser mais grave em idosos e portadores de doenças crônicas.

Vieram da China os primeiros trabalhos com medicamentos reposicionados de outras doenças para tentar tratar os doentes que começavam a lotar os hospitais e suas UTIs. De todos os remédios testados, incluindo antivirais para combate do HIV, o que apresentou inicialmente o melhor desempenho nos estudos foi a cloroquina e sua prima farmacológica, a hidroxicloroquina, incluindo um pequeno ensaio clínico randomizado que mostrava grande potencial dessa droga no combate ao novo coronavírus feito na China.

Em medicina, Exmos. Senadores, a prática de utilizar fármacos homologados para determinadas doenças em tratamentos para outras doenças, aproveitando-se seja de uma plausibilidade clínica, biológica, farmacológica ou até mesmo de um efeito colateral que acaba sendo útil para o tratamento de outra doença, se chama uso *off-label* da medicação, ou seja, uso fora da bula oficial. Em alguns casos, o uso *off-label* se torna tão benéfico ao paciente que essa nova indicação acaba sendo incorporada, tempos depois, pela agência reguladora responsável por esse papel de farmacovigilância. No Brasil compete à Anvisa o registro oficial de bulas e autorização de comercialização de medicamentos no País. Portanto, o uso *off-label* não é, nunca foi e nunca será prática ilegal, criminosa ou antiética, pois se trata do uso do remédio já aprovado para a comercialização no Brasil sob a responsabilidade única e intransferível do médico prescritor, que responde pelos seus atos.

Em texto publicado em seu *site*, a própria Anvisa explica o que é *off-label* e que sua prática não é incorreta, mas deixa claro que se trata de uso fora da bola oficial. Isso é diferente de tratamento experimental, que envolve drogas ou procedimentos normalmente novos ou antigos, porém em situações muito específicas.

No Brasil, a competência para definir se uma medicação, tratamento ou procedimento pode ser feito de forma *off-label,* se deve ser feito como prática experimental ou, até mesmo, se não pode ser feito compete ao Conselho Federal de Medicina (CFM), autarquia pública de natureza *sui generis*, criada por força de lei federal e que tem, entre suas competências, justamente essa análise técnica sobre utilização de drogas. Esse entendimento foi reforçado pela Lei 12.842, de 2013, no seu art. 7º, que, explicitamente, decreta que compete ao CFM a definição de procedimentos experimentais no Brasil. Portanto, uma vez que o Conselho Federal de Medicina define a regra, determinado procedimento ou tratamento pode ser usado como *off-label* e isso não caracteriza nenhum tipo de crime ou conduta ilícita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando ao tema do novo coronavírus, o sucesso chinês no controle da pandemia, em parte atribuído a seus protocolos de tratamento, que incluíam cloroquina, em parte devido a outras medidas, fizeram pipocar estudos com essa droga no mundo todo, especialmente na Europa, onde a pandemia, que nessa época ainda nem estava declarada como tal pela OMS, começava a criar força. Surgiram estudos de diversos tipos que mostraram evidências a favor do uso dessa droga, em alguns casos, associado a outras drogas para tratar pessoas doentes por Covid-19, o nome da doença pelo novo coronavírus.

Aqui é importante destacar um ponto: a ciência, ao contrário do que vem sendo dito por algumas pessoas que se intitulam divulgadores, a ciência não é fruto de consensos. Isso não existe na ciência, em especial, na ciência de fronteira, que analisa o novo, a nova descoberta, o desconhecido. O dissenso, as diversas opiniões contrárias, os embates teóricos são parte da essência da ciência. A ciência nasce da observação. Dela surgem as hipóteses científicas nas quais serão baseados os diversos tipos de estudos, com diversos modelos, formatos e pesos.

Diante da observação dos resultados do uso da cloroquina na China e na Europa, formou-se a hipótese de que tal droga poderia ter alguma utilidade no combate à Covid-19. Centros científicos do mundo inteiro começaram a pesquisar e trabalhar essa hipótese.

Ao chegar ao Brasil, a Covid-19 rapidamente começou a ganhar corpo e, em poucas semanas, o País passou a figurar entre os primeiros no *ranking* de infectados e mortos. Diante desse cenário, vários centros médicos do País começaram a tentar replicar os estudos estrangeiros, e diversos formatos e formas de tratamento começaram a surgir. Ocorreu inclusive o que, na minha opinião, foi o maior desastre científico do Brasil em décadas: um estudo conduzido pela Fiocruz do Amazonas, que se destinava a avaliar a segurança e a eficácia de duas dosagens diferentes de cloroquina em pacientes com síndrome aguda respiratória grave, publicado na edição eletrônica do Jornal da Associação Médica Americana (Jama), calculou errado a dose do grupo de alta dosagem, expondo os pacientes a níveis séricos potencialmente fatais desse medicamento. Nesse grupo foi dado o equivalente a 12g de cloroquina em dez dias. A bula desse remédio é clara que não se deve dar mais que 1,5g de cloroquina em três dias, sob risco de graves eventos tóxicos. Esse estudo deu 3,6g de cloroquina em três dias a doentes graves, dose 2,4 vezes maior que a permitida em bula. Nos primeiros três dias do estudo, morreram sete pacientes. No total, o braço do estudo de alta dosagem teve cerca de 40% de mortes, e foi interrompido quando se viu o que estava ocorrendo. Inacreditavelmente, esse estudo foi aceito para publicação na edição eletrônica aberta do Jama, mas não na revista oficial, e passou a guiar o mundo todo no sentido de que a cloroquina era ineficaz e perigosa, sendo que o estudo jamais avaliou a eficácia, e esqueceram de dizer que perigoso era dar remédio em dose tóxica para fins comparativos.

Em comparação, os 14 ensaios clínicos randomizados sobre imunoterapia com hidroxicloroquina já realizados com milhares de pacientes, em doses seguras, não mostraram um caso sequer de arritmia fatal ou muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em abril, o Conselho Federal de Medicina, órgão normatizador e regulador da Medicina no Brasil, emitiu um documento considerando esse tratamento como *off-label*. Era necessário e urgente orientar os médicos brasileiros para aplicarem uma dose suficiente e segura para esse uso *off-label*. Nesse sentido, fui honrosamente convidado pelo Ministério da Saúde a compor, como colaborador eventual do Governo, sem nenhum tipo de remuneração, a equipe de profissionais responsáveis pela construção da Nota Orientativa 9, de 2020, atualmente atualizada pela Nota Orientativa 17, de 2020, sobre orientações para o tratamento inicial da Covid-19, com doses adequadas de hidroxicloroquina e cloroquina, para que a tragédia do estudo CloroCovid de Manaus nunca mais se repetisse. Foi um ato de coragem do Ministério da Saúde do Brasil, que, naquele dia, se colocou na vanguarda mundial sobre orientações de tratamento de Covid ambulatorial à sua população.

Apesar de não podermos atribuir causalidade direta, os dados mostram que, desde a publicação dessa nota orientativa, o número de óbitos por caso novo sofreu progressiva e contínua queda em Território nacional até o fim de 2020, quando começou a segunda onda neste País, causada pela variante P1.

Estranhamente, a partir de maio de 2020, passamos a assistir, de forma estarrecida, à politização do tratamento médico no Brasil. De repente, apoiar o tratamento de pessoas doentes com medicamentos *off-label* suportados por dezenas de estudos científicos passou a automaticamente lhe colocar em um lado do espectro político nacional. E as pessoas que não comungam desse espectro passaram a atacar as drogas e os médicos que as prescreviam, rejeitando o tratamento com um discurso recheado de ódio, sofismas e inverdades. O ódio foi tamanho que nenhum outro novo remédio descoberto para tratamento inicial da Covid-19 deixou de ser alvo do mais profundo assédio coletivo já visto contra a Medicina no País.

Médicos foram inibidos, cercados, cerceados e, em alguns casos, proibidos de prescrever drogas para tratamento da Covid-19, a depender da linha política do secretário de saúde local. Médicos renomados, dedicados, que tentavam explicar o absurdo disso começaram a ser taxados de negacionistas, obscurantistas, termos ofensivos que podem até caber numa seara de lide política, mas jamais deveriam estar presentes no sistema de saúde. Era uma falácia absolutamente sem sentido. Os que negavam o tratamento, em plena demonstração de sinalização de virtude, chamavam os médicos que tratavam os doentes de negacionistas. Para sustentar essa narrativa, veio o xiitismo evidencionista, a partir do qual apenas estudos considerados padrão ouro ou Classe I A poderiam chancelar tratamentos para a Covid-19, e todos os demais estudos passaram a ser refutados de ofício.

Existem, porém, dois problemas nessa abordagem. O primeiro é que tais estudos são muito caros, custam milhões de reais, demoram muito para serem feitos e só podem ser feitos em grandes centros, normalmente financiados pela indústria, que não terá provavelmente interesse de financiar drogas sem patente. O segundo problema é que se esqueceram de combinar com o resto da Medicina. De acordo com diversos artigos que estudam as diretrizes americanas de tratamentos para várias especialidades, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

média, menos de 10% dos tratamentos e procedimentos médicos no mundo atualmente possuem esse chamado nível de evidência máxima, erroneamente chamado por alguns de comprovação científica. A vasta maioria dos tratamentos médicos, incluindo quase todos os procedimentos cirúrgicos, ginecológicos, pediátricos, mais de 90% dos procedimentos em cardiologia, oncologia, infectologia, por exemplo, não possuem nível de evidência máximo que tenha sido exigido para a Covid-19 por alguns e são feitos normalmente em Território nacional, sem nenhum óbice ou questionamento. A tentativa de usar a Medicina baseada em evidências para bloquear qualquer forma de tratamento imediato para Covid gerou um fenômeno: a evidência baseada em Medicina quando a busca pelo ensaio clínico perfeito se torna mais importante do que tratar os pacientes enfermos.

Ao trazer um embate político para a Medicina, quem mais foi penalizado não foram os médicos que prescreveram o tratamento imediato para Covid-19, foram os cidadãos mais humildes deste País, dependentes do SUS, que viram um apagão de condutas terapêuticas para a sua doença e de seus familiares. Como pode um cidadão chegar ao posto de saúde com Covid-19, diante das centenas e centenas de evidências favoráveis ao tratamento imediato com força igual ou superior a mais de 50% do que existe atualmente em tratamento médico, sair desse posto apenas com uma receita de dipirona? Pior: em alguns casos, prescrevem corticoides orais no início do tratamento de Covid, algo absolutamente errado, pois aumenta a chance de agravar a viremia na primeira semana e causar graves inflamações na segunda semana da doença. Por favor, colegas, parem de dar corticoide oral, nos primeiros cinco dias de sintomas de Covid, aos pacientes!

Diversos estudos, Excelências, apontam que a maior vítima da Covid-19 no Brasil são os pobres, homens e não brancos. Essa batalha política que virou o tratamento no Brasil está privando a população pobre deste País de receber um tratamento mínimo para a Covid em tempo real, enquanto a população mais abastada consegue se tratar com médicos e hospitais livres da influência do SUS. Precisamos tirar os remédios da pauta política urgentemente, sob pena de mais brasileiros morrerem desnecessariamente. Não é justo o rico ter acesso ao tratamento e o pobre, não. Quem difama o tratamento tem culpa direta nesse fenômeno, mesmo que involuntariamente.

Junto com a pandemia da Covid-19, assistimos às salas de emergência do País serem invadidas por juízes, políticos e repórteres, cada um disputando para ver quem fala mais grosso com o médico e quem sabe mais de Covid-19. De repente, o médico se viu recebendo aula de ciência e Medicina de pessoas completamente leigas e sem a devida formação para tal, o que é uma completa inversão da lógica.

A única certeza que nós podemos ter em uma doença nova como a Covid é a incerteza. Pouco ainda sabemos. Aqueles que se levantam para falar "Sei tudo sobre Covid, não existe tratamento precoce" demonstram mais sobre sua ignorância ao tema do que propriamente sabedoria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Doutor, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Concluindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Já passaram mais de 15 minutos.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Urge e é necessário retirar os juízes, políticos e repórteres da sala de emergência e postos de atendimento deste País.

O CFM, como autoridade máxima deste País, defende a autonomia do médico baseada em sua relação com o paciente, o estudo individualizado de cada caso e a prescrição, conforme a convicção do médico e a livre escolha e aceitação do paciente. Não cabe aos demais entes deste País definir que tipo de tratamento pode ou não ser dado, seja na Covid-19, seja em qualquer outra doença. Se permitimos que isso ocorra, será o fim da civilização, o início da barbárie em saúde.

Em minha vivência na Covid-19, eu já atendi mais de mil casos muito graves, com poucos óbitos, graças a Deus! A equipe com a qual trabalhamos em São Paulo já atendeu mais de 4 mil casos com pouquíssimos desfechos fatais. Nós temos resultados, Exmos. Senadores – resultados! Não é opinião, são fatos. Se o remédio funciona, se ele deve ser aplicado ou não de acordo com o caso clínico, dentro da autonomia médica, compete aos médicos, sob a guarda do CFM e dos Conselhos Regionais de Medicina.

Se, nesse momento, eu não consigo descrever com precisão o seu mecanismo de ação, isso é secundário – que os cientistas pesquisem e publiquem. Nós, médicos, estamos aqui para atender as pessoas e salvar vidas. Nada pode nos desviar desse destino.

Sobre o tratamento imediato, para finalizar, quem ainda o discute como sendo sinônimo de cloroquina e hidroxicloroquina está enganado. Hoje em dia, já temos quase 20 tipos diferentes de remédios que mostram enorme potencial de ação no tratamento imediato ambulatorial da Covid; alguns, inclusive, já acatados pelo poderoso NHS, o sistema britânico de saúde, como a budesonida inalatória, um corticoide inalatório, e a vitamina D preventiva. Alguns remédios novos se mostraram falhos no uso hospitalar, porém promissores no uso precoce, como o anticorpo monoclonal. Até mesmo a pesquisa de novas drogas vem comprovando isso. Recentemente, um novo antiviral, em pesquisa por uma poderosa indústria, abandonou o braço hospitalar e passou a estudar apenas uso imediato com sua droga experimental.

Portanto, conceitos emanados como plena verdade para alguns, como a não existência de tratamento precoce e que tais remédios e tratamentos são comprovadamente ineficazes, além de não serem condizentes com a verdade, mostram que, por trás dessas falas, tem uma narrativa negacionista sendo construída.

Todos os dias neste País, neste exato momento, isto está sendo acontecendo: pessoas estão sendo salvas, graças a médicos que resolveram enfrentar essa narrativa negacionista e estão tratando seus doentes da melhor forma possível, defendendo sua autonomia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Venho aqui, como médico infectologista que trata, na vida real, o paciente com Covid-19, demonstrar para a Nação brasileira que pensem duas vezes após ouvir esse tipo de discurso. Acreditem no seu médico.

Muitos me pediram para não vir aqui, porém, qual é o melhor local para o pleno exercício da democracia e das liberdades civis que dentro do Senado Federal?

Agradeço a oportunidade. Estou à disposição do Senado para contribuir neste debate.

Desculpa o tempo alongado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muitos lhe pediram para não vir aqui? Quem pediu para o senhor vir aqui está ali, o Senador Luís Carlos Heinze. A pedido dele é que o senhor está aqui. Se muitos lhe pediram...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Foram colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Ah! Seus colegas.

Primeiro, duas coisas que V. Exa. falou aí: não foi a partir de maio que começou uma discussão aqui sobre eficácia de doença ou não; segundo, nenhum Senador prescreveu nenhum tipo de coisa. O que o senhor acha de um médico eu também acho. Nenhum médico, para mim, pessoalmente, ou para qualquer um de nós Senadores, prescreve um medicamento para tentar prejudicar o paciente. Todos tentam salvar vidas. Se puder ser dado a um doente terminal qualquer tipo de remédio que possa amenizar o sofrimento dele ou ajudá-lo, com certeza absoluta... O profissional de saúde é que fez Medicina para isso.

Agora, o senhor não falou de uma coisa aí no seu discurso: não médicos prescrevendo remédio. O que o senhor acha de um não médico prescrever remédio?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – É pra responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode responder.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Não médico prescrever remédio é algo absolutamente irregular e ilegal. Não deve ser feito por nenhum médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ilegal. Chamado pela comunidade médica e científica de charlatão.

Então, o que nós sempre criticamos não foram os médicos prescrever remédio, nós sempre criticamos não médicos fazerem apologia a medicamentos sem saber qual é a dosagem. "Olha, estou aqui com essa caixinha, isso aqui me salvou." Isso nós condenamos. Agora, profissional de saúde, cada um é responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só pra gente deixar claro que não fomos nós que politizamos a questão da cloroquina ou qualquer outro de medicamento. Não foi politizado pela CPI. A CPI trouxe o debate, e o debate sempre será assim. Não aceitamos e não devemos aceitar alguém fazer apologia a qualquer tipo de medicamento sem ser o profissional de saúde.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria, inclusive, aqui dar um registro que eu acabei de receber do ex-Deputado Wadih Damous. Veja, por exemplo, a Viação Redentor, que é uma empresa de ônibus do Estado do Rio de Janeiro, afixou, no seu posto médico, assinado pelo médico do trabalho Marcelo Oliveira de Souza, o seguinte aviso: "Vamos evitar Covid na nossa empresa! Usar 3 comprimidos de ivermectina (6mg) por semana sempre no mesmo dia e tomados fora do horário de trabalho", ou seja, o paciente não é sequer examinado. Tem ali uma sugestão, uma orientação. Não se sabe se essa dose é exagerada pra ele ou não é. E, acima de tudo, o que já tem acumulado sobre a ineficácia desses medicamentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso que nós estamos investigando os laboratórios, o crescimento da produção de ivermectina e cloroquina no Brasil assustador. E eles vão pagar por esse tipo de irresponsabilidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Girão pediu a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, Presidente, é só para parabenizar por essa oportunidade. Finalmente, a gente está podendo ouvir dois médicos e cientista aqui, Dr. Ricardo Zimerman, que têm uma posição divergente de outros médicos que vieram.

Mas eu quero lembrar que, o senhor falou que esta CPI trouxe o debate, esta CPI não fez aquilo que tinha sido combinado, que estava divulgado, que tinha sido aprovado, que estava na pauta, que era um debate franco ouvindo os dois lados ao mesmo tempo. Então, eu só quero registrar que isso, de alguma forma, produziria um resultado melhor para as conclusões das pessoas que estão assistindo – ouvir um lado e ouvir o outro no mesmo dia. Até porque a gente percebe que a audiência desta CPI hoje caiu muito. Pela primeira vez, nós temos aí algumas emissoras que divulgaram esta CPI o tempo inteiro, desde o início da CPI, divulgaram, mas hoje, infelizmente, os depoentes não estão sendo transmitidas as falas deles, coincidentemente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, só para dizer que eu entrei com um requerimento pra solicitar dessa empresa que ela esclareça esse tipo de prática.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, eu não sou dono, nem proprietário de nenhuma empresa de comunicação. Então, eu fico muito tranquilo, que não sou eu que mando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sou dono, então, o editor deve saber o que vai transmitir ou não.

Eu não sei também porque nós estamos aqui, mas eu aprendi uma coisa logo cedo: quando a gente era criança e minha mãe servia comida, nós éramos seis irmãos homens, e a minha mãe servia comida; eu via o sacrifício que a minha mãe fazia para fazer comida para seis homens na minha casa – mais o meu pai, sete –; só ela de mulher; e ela, quando a gente fazia besteira, ela dava mangueirada, ela tinha uma mangueira de 1m; ela não falava, não, ela já dava com a mangueira, e onde pegasse estava bom, para a gente aprender a respeitar ou coisa parecida; então, nós tínhamos que ter muito cuidado. E eu aprendi uma coisa, Senador Eduardo Girão: que quando a minha mãe servia, ela fazia com o maior carinho a comida para mim e para os meus irmãos, mas a gente sempre reclamava, nunca estava bom. E depois que a gente perde a mãe é que a gente vai saber o quanto ela fez pela gente.

Eu estou dizendo isso para você, para V. Exa., Senador Girão, é porque a gente não botou o embate, mas eu acho que o senhor deveria estar satisfeito porque tem dois profissionais de saúde aqui, como o senhor disse, cientistas – eu não sei se são cientistas, eu sei que são médicos e estão aqui como médicos. Sinceramente me desculpem, mas eu não sei se tem algum estudo feito por eles como cientistas, eu não sei, e por isso é que eu não vou afirmar assim. Mas eu acho que, como diria a minha mãe, é o que tem, come se quiser. Então é o que tem aqui, vamos ouvir se a gente quiser. É isso, Senador Girão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador...

Quatrocentos e noventa e seis mil mortos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, 496 mil mortos no Brasil no dia de hoje – até o dia de hoje.

O Senhor Presidente da República, ontem, mais uma vez, em uma de suas *lives*, transmitida pelas redes sociais, Sr. Presidente, voltou a falar que se contaminar pelo vírus é mais eficaz que a vacina, Senador Humberto. Não é a primeira vez, não é a primeira vez. O Senhor Presidente da República tem o direito de falar a besteira que quiser, ele só não tem direito de produzir o aumento desses números aqui, de cada vez mais disseminar notícias sem lastro na ciência que produzem o aumento desses números. Diante disso, Sr. Presidente, eu quero comunicar a V. Exa. e ao Sr. Relator que estou protocolando agora requerimento de convocação das plataformas do Facebook e do YouTube...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E peço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – ... para acabar com essa brincadeira

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E peço a V. Exa. que pautemos para votar já na terça-feira. Por muito menos, por muito menos o Twitter e o Facebook baniram o Sr. Donald Trump – por muito menos, Senador. Por muito menos.

Repito, não se trata de censura: Senhor Presidente da República, fale as besteiras que quiser, onde quiser, só não pode comprometer a vida dos brasileiros, só não pode através... E, aliás, se ele assim o fizer, esta CPI está, inclusive, apurando isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Tem que acabar com esse negócio de *live* para falar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta CPI está apurando isso.

Agora, não pode esse tipo de irresponsabilidade das plataformas, das mídias sociais, disseminando esse tipo de procedimento.

O requerimento está protocolado hoje, Sr. Presidente.

Eu requeiro a V. Exa. que já conste na pauta seguinte desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O mais rápido possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até cancelaremos alguém que está... Porque isso é de importância muito grande, porque propaga a mentira, propaga a inverdade.

Senador Renan Calheiros, Relator.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, quando chegamos a quase meio milhão de mortes pela Covid, no Brasil – e, desde logo quero assegurar meu apoio à colocação e ao requerimento do Senador Randolfe Rodrigues – nós tivemos, ontem, a continuidade criminosa da defesa da imunização do rebanho, do desdém com a eficácia da vacina e o exemplo do próprio Presidente de que ele era a imunização natural, porque havia contraído o vírus. Essa irresponsabilidade não pode continuar. Isso é a reiteração do crime. Um Presidente da República não pode chegar a tamanha irresponsabilidade. Os brasileiros estão morrendo – morrendo. Sabemos que ele tem pulsão por morte, mas ele precisa respeitar a memória de todos e esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que se instalou para investigar esses fatos que não estavam sendo investigados.

Ora, o Presidente da República continua a fazer o que sempre fez, dessa forma irresponsável, utilizando indevidamente as plataformas, as mídias sociais para induzir os brasileiros ao erro e à morte, com mentiras, com falsidades.

Nós, Sr. Presidente, jamais esperávamos chegar, no Brasil, a tamanha irresponsabilidade. Eu, sinceramente, em função desse escárnio, desse descaso, eu me recuso a fazer hoje, mesmo como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, qualquer pergunta aos expoentes... Aos depoentes. Com todo o respeito que lhes tenho, mas eu me recurso; não dá para continuarmos nessa situação. A CPI tem o papel de dissuadir práticas criminosas como essa do Presidente da República, e ele continua a fazê-lo, em desrespeito a uma instituição da República, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito, com poderes constitucionais, judiciais, criada para investigar uma coisa cujos órgãos convencionais não estavam investigando. Isso não pode continuar. Nós chegaremos, sábado, provavelmente, a meio milhão de mortes pela Covid no Brasil, e ainda continuamos a ouvir esse tipo de irresponsabilidade impunemente – impunemente.

Quer dizer, chega, nós precisamos dar um basta nisso tudo, Sr. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu quero lamentar a atitude do Senador Renan de não ouvir os depoentes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, o senhor não está ouvindo. O senhor ouviu mas não quer questioná-los; deveria questioná-los. Deveria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., não quero lhe obrigar, mas são dois pesos e duas medidas. Quando lhe interessa questionar quem o senhor quiser aqui... Como questionou aqui... Aqui tem cientistas, aqui tem médicos que tratam pacientes.

A Dra. Luana não tratou um paciente! A Dra. Natalia Pasternak não tratou um paciente! Aqui tem centenas, milhares de pacientes tratados por esses dois senhores aqui; um é pesquisador com trabalhos publicados. Inclusive descobriram agora tratamentos, neste instante, para pacientes terminais e que depois alguém pode questioná-los sobre isso aí. Eu lamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não tenho o que perguntar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não tem porque não lhe interessa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não tenho o que perguntar!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não tem porque não lhe interessa! Aqui: 16 milhões de vidas que essa gente salvou, eles e milhares de brasileiros; 16 milhões de vidas!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram salvas pelo tratamento precoce...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E pela imunização natural...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esquece a imunização natural. O tratamento precoce que V. Exa. e tantos outros aqui demonizam salvou vidas no Brasil e no mundo. O caso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O papel que V. Exa. está fazendo aqui é deprimente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deprimente é V. Exa., Relator da matéria, ser parcial. V. Exa. faz o que quer, mas não pode fazer. O senhor não é um promotor para condenar o tratamento ou as pessoas no Brasil, tem que atender e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero, Senador, eu quero que o senhor questione eles sobre a pesquisa de Manaus, questione eles sobre outras pesquisas que querem fazer. Questione, porque morreram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Perguntem, vocês têm oportunidade. Infelizmente... Deprimente... Deprimente, Senador Renan...

Aqui, o senhor não quer falar... Polícia Federal nas ruas em Alagoas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Senador Luis Carlos Heinze, V. Exa. vai ter o tempo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode ficar aqui...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então discuta ciência, ciência com cientistas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... mas não pode estar registrando e postando as coisas aqui não. Se fizer isso, eu vou ter que tomar providências. Eu espero não fazer isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Postar o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é com o senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou alertando... A senhora pode ficar, sem problema nenhum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O primeiro inscrito é o Senador Jorginho Mello.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, só para concluir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – "Polícia Federal nas ruas em Alagoas, Rio de Janeiro e Espírito Santo" – redação de O Antagonista.

> Operação Sufocamento investiga fraude em licitações e desvios na compra de respiradores; mais de 80 policiais e auditores da CGU cumprem 19 mandatos.
> A Polícia Federal deflagrou há pouco a Operação Sufocamento, que busca desmantelar grupo criminoso que fraudou contratações durante a pandemia em Alagoas, Rio de Janeiro e Espírito Santo.
> Mais de 80 policiais federais e auditores da CGU cumprem simultaneamente 19 mandatos de busca...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, não dê meia notícia!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui está a notícia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, fale quais são os Municípios, Senador. Fale quais são os Municípios, não é no Estado...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Maceió, Girau do Ponciano, Arapiraca...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. quer atingir o Senador Renan com isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não quero atingir, estou dando a realidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, veja bem, isso está acontecendo em vários locais. É a primeira vez que um Senador está falando isso. O senhor está falando isso por causa do Senador Renan. Não foi contra o Governador do Estado de Alagoas, foi em alguns Municípios...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou falando os Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E está fazendo o trabalho, a polícia faz o trabalho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tá bom, mas deixe eu ler! Pronto, só isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já, já está bom, o.k.

Senador Jorginho, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, Sr. Francisco Eduardo Cardoso Alves e Dr. Ricardo Ariel Zimerman.

Srs. Senadores, é lamentável o que está ocorrendo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jorginho...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É lamentável o que está ocorrendo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jorginho, V. Exa. me permite apenas uma pequena intervenção? É apenas para pedir uma questão de ordem ao Presidente: para que designe alguém da CPI para ficar na condição de Relator substituto e fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, o Senador Renan, como Relator, não quis fazer perguntas e ninguém vai fazer por ele, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, Senador, o senhor me desculpe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI não pode funcionar, ela não poderia funcionar se não tivesse Relator. V. Exa. Pode designar alguém substituto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. O Relator não tem interesse em fazer perguntas e eu não posso obrigar ninguém a fazer perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. pode designar alguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles não estão aqui como investigados, e nem como testemunhas. Eles estão convidados para falar sobre uma coisa. Nenhum dos dois é investigado, e nem testemunha de absolutamente nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então não tem porque obrigar um Senador a fazer perguntas. Eles estão aqui para defender uma tese, e que nós respeitamos. Por quê? Porque a CPI tem que ser eclética. Ela não pode só ouvir um lado. Nem o Dr. Francisco nem o Dr. Ricardo são testemunhas ou sequer... Aliás, nem de longe são investigados, nem de longe, e estão como testemunhas. É para esclarecer o uso de um fármaco, ou de fármacos relacionados à Covid, que é o pensamento deles, como tem divergências. Foi um pedido do Senador Luis Carlos Heinze.

Então, eles não estão aqui para acusar ninguém, eles não estão aqui para defender ninguém ou para ser testemunha de nada, absolutamente de nada. Aqui hoje, a experiência deles, Senador Marcos Rogério, que eles tiveram, é que eles vão passar para a CPI. É isso, Senador.

Então, ninguém é obrigado a fazer perguntas a eles.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Os dois que vieram contra aqui, Sr. Presidente, e ficaram aí lado a lado, onde estão exatamente os dois, tiveram o mesmo tratamento que estão tendo eles?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estava nesse dia presidindo, Senador. Eu tive que viajar a Manaus, V. Exa. sabe. Eu não estava na sexta-feira passada aqui. E hoje, para você ter uma ideia, eu tinha que estar em Manaus hoje, mas eu estou aqui fazendo questão de presidir a CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu gostaria, Presidente, de lhe passar o que o Senador Marcos Rogério está colocando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor não estava aqui. Eu vi o senhor, inclusive, na tela lá em Manaus, o senhor participou no final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só no final, à tardezinha já.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – No final, eu vi a sua atenção. Eu vi a atenção que o senhor teve. Isso é fato. Agora, quem estava presidindo a atenção, o Senador Randolfe Rodrigues, estava sentado onde o senhor estava, e de uma certa forma conduziu esta CPI com o Relator o tempo inteiro sentado, fazendo perguntas. O Relator abandona a CPI, vai embora hoje, porque realmente parece que não interessa a busca pela verdade, apenas uma parte da verdade. A gente tem dito isso desde o começo da CPI. Hoje está claro, está explícito para o Brasil inteiro isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que ficou evidente aqui é que o Relator já tem uma sentença debaixo do braço. Se alguém tinha dúvida, hoje está evidente. Lamentável isso. Lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

Srs. Senadores, o Relator não pode ter sentença sobre prescrição de medicamentos. Ele não pode ter sentença, até porque esta CPI não é uma CPI que tem o direito de dizer o que é isso e o que é aquilo. São indícios que serão colocados no relatório, tanto de uma parte quanto da outra. Agora, não há nenhuma condição de tanto os dois convidados que estão aqui... É até constrangedor a gente estar debatendo. Já era até para o Senador Jorginho estar fazendo as perguntas. Eu acho que a gente deveria tocar, Senador. Aliás, V. Exa. me ajudaria muito. Deixe o Senador Jorginho e a gente vai vendo aqui. Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço a V. Exa. A questão de ordem que fiz tem amparo regimental no art. 147: "Na hipótese da ausência do relator a qualquer ato" – a qualquer ato! – da CPI, será designado um substituto para ficar nessa condição.

Eu perguntei isso porque o Relator tem um tempo para fazer o questionamento que nenhum de nós temos. Eu peço a V. Exa., então, que seja tolerante com os membros da CPI para que possam fazer as perguntas e dar tempo aos convidados para falar, Sr. Presidente, com a mesma generosidade que tiveram aqueles dois que vieram aqui e foram contra, porque, senão, nós estaríamos tratando de maneira desigual nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Por favor, Senador, não vamos desmerecer os colegas Senadores.

Eu volto a repetir: a CPI passa e nós vamos continuar convivendo aqui, tomara que Deus permita que a gente conviva muito tempo. A gente não é inimigo um do outro aqui, nós estamos aqui e temos divergências do ponto de vista de políticas pontuais e não são tão grandes essas divergências. Cada um defende um lado. E eu respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, os dois convidados... E desculpe, Dr. Francisco e Dr. Ricardo, vocês estão numa audiência... Uma audiência pública aqui onde nem o senhor e nem o senhor não são testemunhas e não são investigados em nada, até porque eu não fiz... Não teve juramento, não tem nada. O senhor está aqui para colocar o que o senhor defende. Aqui, a gente tem que respeitar a opinião de todo mundo – pode discordar, mas respeita. É o papel. Então, é uma audiência pública, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, Presidente, como era também a do Dr. Cláudio e a Natalia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que eram contra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E nós ouvimos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E olhe o que aconteceu lá e o que está acontecendo aqui.

Vamos seguir a sessão. Só espero que a gente tenha o mesmo tempo para poder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu vou ficar aqui o tempo necessário para V. Exa. fazer as perguntas que quiser.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique tranquilo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor dará tempo extra?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu farei a mesma coisa que eu sempre fiz. Às vezes, eu interrompo para perguntar alguma coisa. Isso é normal, é uma coisa que eu faço naturalmente. Então, não haverá comportamento diferenciado de nada.

Senador Jorginho, por 15 minutos, por favor.

Agora, é aquilo que nós tínhamos acordado. Por favor, não façam um discurso de 15 minutos, depois façam as perguntas, que não vai acontecer isso. Lembrem o que nós acertamos? Que nos 15 minutos a pessoa pode falar o que quiser, mas também pode fazer as perguntas que quiser, nos 15 minutos. Aqui tem Senador que chega aos 14 minutos e 30 segundos e, faltando 15 segundos para terminar, ele faz as perguntas. Hoje não vai acontecer.

Senador Jorginho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para lamentar.

Ontem à noite, a Globo já publicou o que aconteceu aqui, que a Oposição se afastaria. Um desrespeito.

Eu fiquei até o fim da outra sessão, ouvindo tudo que era bobageira que eles disseram, mas ouvi.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Jorginho...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para mediar, Sr. Presidente.

Perdão, Senador Jorginho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – É para mediar, para mediar, para dar um encaminhamento, é só para dar um encaminhamento para pacificar a situação.

Já que o Relator, Senador Renan Calheiros, não quis fazer perguntas e saiu, inclusive, da CPI – acho que é a primeira vez que a gente está sem Relator aqui –, eu queria lhe perguntar se o senhor poderia o tempo dele distribuir com os Senadores aqui. O tempo que ele faria, geralmente três horas, quatro horas de perguntas, se a gente pode distribuir para os Senadores esclarecerem esse assunto, que é de interesse da sociedade brasileira?

Eu lhe faço esse encaminhamento para o senhor dar uma tolerância. O senhor tem como dar uma tolerância maior, já que hoje é um caso de exceção neste tribunal?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, só se a gente... Três horas? Só se fosse para perguntar onde, com quantos anos, com quantos meses ele nasceu, como foi a infância dele... Porque, sinceramente, é uma questão, um ponto só, nós estamos tratando só de um ponto. Sinceramente, não há muito o que perguntar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade, Presidente, com relação aos dois que vieram contra aqui, também não tinha e ficaram aqui o dia inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, amigo, mas acontece que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou dizer só para finalizar a minha fala, e V. Exa. segue com a direção dos trabalhos.

Quero dizer que estou com vergonha do que estou assistindo neste momento em razão do papelão que fez o Relator e os membros da Oposição – vergonha! Porque dois médicos profissionais deixam as suas atividades, vêm para cá para poder dividir a sua experiência...

Eu não sou dono da verdade, eu quero saber dos dois lados, ouvi os outros que eram contra – ouvi, ouvi –, questionei.

E hoje tinha outros afazeres também, mas fiz questão de vir aqui para ouvi-los, porque eu tenho interesse pela vida, tenho interesse em saber se é possível salvar vidas com esse ou com aquele protocolo, tenho interesse em saber se o "fica em casa" mata ou salva, se o tratamento precoce mata ou salva.

Então, eu tenho vergonha do que estou vendo aqui: a covardia do Relator e dos membros da Oposição, que abandonam a sessão, porque dizem que já sabem tudo e que não querem ouvir o outro lado.

Eu acho que quem está promovendo morte aqui, Sr. Presidente, são esses que se acham donos da verdade, pais da ciência, covardes – covardes! É isso que são.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que... Vamos deixar claro para quem está nos vendo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E parabéns a V. Exa. por ter ficado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é questão... Eu sou o Presidente da CPI, eu tenho por... Não é favor, é obrigação minha estar aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa... Ninguém é obrigado a ter lado "a" ou "b", agora, ouvir os dois lados é um gesto de grandeza e de humildade de todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Irei ter o comportamento como sempre tive o comportamento aqui. Na hora em que discordar, eu vou questionar, na hora em que... Vai ser...

Senador Jorginho Mello, desculpe, Senador, mas não fui eu que lhe atrapalhei.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cumprimento o Dr. Ricardo e o Dr. Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lamentável o que aconteceu, evidentemente. O Senador Renan não poderia ter virado as costas para dois médicos que vieram aqui responder – e os demais membros da CPI que se ausentaram. Isso é... Fica feio. Isso realmente foi um acontecido muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, só pela questão...

Como não tem ninguém aqui e tem uma questão de a gente ter o espaço necessário, eu vou pedir para eles sentarem aqui, por favor. A gente está mantendo aqui no...

Desculpe, doutor, mas é melhor até para o senhor. (*Pausa.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero começar falando um pouquinho, Sr. Presidente, pedindo a atenção dos Srs. Senadores...

Dr. Ricardo, seja muito bem-vindo aqui, seja muito bem-vindo!

Quero lembrar uma frase sua publicada nas redes sociais: "Vou sereno à CPI defender a ciência, a Medicina, meus colegas de *front*, meus colegas de pesquisa e os preceitos de honra que aprendi com minha mãe". Desejo com muita serenidade realmente que o senhor... Porque, nesta CPI, o senhor notou que a ciência tem dono, a liberdade para falar, dos poucos que entendem dos interesses de muitos...

Eu quero começar a fazer a primeira pergunta. Em março passado, circulou na imprensa estudo que dizia que o *lockdown* é uma medida drástica que nos traz riscos, entre eles surgimento de novas cepas de Covid-19. Eu, como Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, posso garantir que há alto risco econômico, já que o *lockdown* acaba com empresas e empregos. O senhor é um dos autores desse estudo que alerta para o aspecto negativo do *lockdown* para a saúde. Eu pergunto, doutor: o que exatamente mostra esse estudo? No que ele se baseou? No que o senhor se baseou para conferir esses riscos? Essa é a primeira pergunta. E eu gostaria que fosse bem sintético.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Muito obrigado pela pergunta, excelente.

Eu sempre fui um grande defensor do distanciamento social – sempre! Pra mim, uma pandemia de um vírus respiratório não deveria seguir regras diferentes das anteriores: distanciamento social, controle de infecção, engenharia de ambiente, se possível, tratamento mais rapidamente possível e, quando disponível, vacinação – superessencial, bem claro.

A questão toda é que, ao contrário do que as pessoas pensam, às vezes, o *lockdown* completo, o *lockdown* dito hoje horizontal, curiosamente, é o contrário do distanciamento social, porque... Se você pega o Estado do Amazonas, que V. Exa. conhece melhor do que eu, e olha no IBGE, o número de residentes por domicílio é muito grande. Então, quando ficam seis, sete, oito pessoas dentro de casa, para o gestor de saúde pública pode ser um *lockdown*, para o vírus é uma aglomeração, ele não sabe a diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por ser a favor do distanciamento social, esse conceito sempre causou estranheza. O que a gente encontrou não é prova causal, é muito bom deixar claro – o artigo foi publicado numa revista revisada por pares, pode ser criticado, basta vocês mandarem sua carta para o editor, eu vou responder a todas as cartas que a editora me repassar –, mas há uma correlação, um coeficiente de determinação, de correlação entre a aglomeração intradomiciliar e depois o surgimento da letal P1. Isso faz sentido? Faz sentido, porque pra P1 surgir foram necessárias 35 mutações. Dessas 35, 10 na pontinha da chave que o vírus usa pra entrar na nossa fechadura. Esse fenômeno de pressão seletiva, essa evolução brutal, esse salto evolutivo só ocorreria num ambiente de muita replicação viral, de uma replicação viral descontrolada. Inclusive, meu grupo de pesquisa testou outras hipóteses, como recombinação viral, e foi negativo. A gente pode falar mais sobre isso depois, mas é mais técnico. Então...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Vou repor seu tempo, Senador Jorginho. Vou repor seu tempo.

E me desculpe, doutor: o senhor está totalmente equivocado sobre o meu Estado. V. Exa. não sabe nem o que está falando sobre o Amazonas. Você me desculpe, mas o senhor está dizendo que, no Amazonas, porque tem uma aglomeração maior e tal e, por isso, que replicou mais o vírus!? Não diga isso!

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Na verdade, V. Exa., não sou eu, é a análise de dados de milhões de telefones celulares. Quando eles ficavam a menos de uma determinada distância, sinalizava como...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, me explica Dr. Ricardo, conhecedor do Amazonas mais do que eu: por que na capital o número de infectados, o número de mortes foi muito maior do que no interior do Amazonas que tem a menor população? Explique isso.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Mas faz sentido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faz sentido? Vamos lá. Então, qual é o sentido que faz? Vamos lá.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Como a população é maior, evidentemente, há uma transmissão maior, há colapso mais precocemente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não foi isso que o senhor disse! O senhor disse: moradia em que moram seis, sete pessoas por moradia... Não faça isso! Fale por que no interior do Amazonas, em que o número de pessoas que moram numa residência é bem maior do que na capital, o número de infectados é menor do que na capital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Bem, é evidente que, em Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Eu só estou falando, porque ele falou do Amazonas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, usa, usa...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa... Eu posso não conhecer tanto do Amazonas, mas conheço de dispersão viral.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Dr. Ricardo...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Se V. Exa. quiser, depois lhe explico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Dr. Ricardo, vamos fazer o seguinte. Para facilitar sua vida, faça referência ao Estado de Rondônia que facilita.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Ah, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não. É porque é equivocado.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu lhe agradeço. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O sentido do que ele está falando, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Deixe-me falar, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... é absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não tem lógica!

Dê-me licença, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas não é lógica, é ciência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não. Não tem lógica a ciência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Ah, ciência não tem lógica?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** No meu Estado, tem ótimos cientistas também.

Espere aí, só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, mas nós estamos ouvindo o Dr. Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele não pode falar de um local que ele não...

Vejam bem, eu quero explicar para o Dr. Ricardo.

Dr. Ricardo, o que aconteceu em Manaus é simples. A primeira onda chegou ao Amazonas e chegou pela classe média, onde não tem esse acúmulo de pessoas que V. Exa. está dizendo – as pessoas moram em boas casas, bons apartamentos, poucos filhos... Chegou lá. Por quê? Veio trazido de Miami, porque, no final de ano, boa parte da classe média alta do Amazonas vai tirar férias nos Estados Unidos. E, como o Brasil, equivocadamente – e aí desde o primeiro Ministro da Saúde –, equivocadamente, não montou barreiras sanitárias... Até hoje, você entra no aeroporto, e ninguém nem mede sua temperatura... V. Exa. veio do Rio Grande do Sul aqui e passou tranquilamente. Ninguém nem quer saber como o senhor está ou não. O senhor entrou num avião com 200 passageiros. E foi isso. Quando entra no Amazonas, entra pela classe média alta, tanto é que os primeiros pacientes – Senador Jorginho, eu vou lhe repor o tempo – vão para hospitais particulares, onde ninguém tinha conhecimento da doença. Zero! Não sabiam quais eram os efeitos e tal, tal, tal... Depois ela se espalha. Então, não foi o trabalhador de fábrica que trouxe...

Aí lhe falo: por que no interior o número de infectados é menor?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa... São duas doenças diferentes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu acho que o problema da...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Se o senhor deixar eu concluir sobre a minha pesquisa, eu lhe explico...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dr. Ricardo, V. Exa. vai ter tempo.

Eu acho que o problema da pandemia se agrava justamente por situações como estas que nós estamos tendo aqui na CPI: leigos, palpiteiros achando que conhecem alguma coisa de virologia e de transmissibilidade. Eu não conheço e não posso fazer afirmações desse tipo, mas às vezes a gente é dado... E eu não estou falando aqui que é só o Presidente, não. Às vezes, a gente... É igual época de Copa de Mundo: todo mundo acha que é um técnico de futebol...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Ricardo... (*Falha no áudio.*)

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Quatro vezes, V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, ele esteve dando aula com a Dra. Mayra lá sobre tratamento precoce.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Essa foi só uma vez. As outras três foram na pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre tratamento precoce! Está entendendo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas vamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas vamos continuar, vamos continuar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos deixar os especialistas falarem, porque, senão, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele também esteve em Manaus. Ele esteve em Manaus dando aula...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque, senão, a gente fica passando a ideia de que nós é que somos os especialistas.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não, então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E aí está errado.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu vou... Eu estava tentando explicar como é que a dispersão viral...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não cita Manaus. Não cita Manaus, porque foi lá que vocês foram levar e usar o povo do Amazonas como cobaia com o TrateCov! Foi lá!

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi lá! Foi lá, na minha terra, na terra em que eu vivo! Foi lá que vocês, o Governo Federal juntamente com alguns médicos, foram usar os amazonenses, os caboclos do meu Estado como cobaia!

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Nossa droga...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O problema...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que morreu de gente lá, doutor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Nossa droga em teste, inclusive, reduziu em cinco vezes a mortalidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – O senhor teve acesso aos resultados? V. Exa. não está acreditando?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Senador Omar Aziz, eu gostaria... O senhor tem cientistas...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Isso é uma pesquisa séria. Por favor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) **–** Senador Omar Aziz, o senhor tem cientistas no seu Estado. Eu já estou pedindo várias vezes: debata com esses dois médicos. O senhor traga o Sr. Lacerda e quem o senhor quiser, para debater com eles, frente a frente. Não diz que o senhor tem cientista sem debater com as pessoas que podem debater. O senhor não tem debate...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa., eu vou concluir...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** ... e faz um monólogo! E as pessoas não vêm de lá... Venham aqui e vão debater!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** Senador Jorginho, o seu tempo foi parado em...

Reponham aí, por favor.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu vou tentar concluir rapidamente, só para V. Exas. entenderem que são duas doenças diferentes.

Num primeiro momento, na primeira onda, V. Exa. tem razão, inclusive, como disse como se disseminou: era um vírus diferente. O vírus da primeira onda tinha um comportamento que era bem mais em *cluster* mesmo. Isso é muito típico do coronavírus. São eventos que ficam ao redor de um superdisseminador. E isso causou uma determinada disseminação, e a doença tinha uma determinada letalidade. Quando surge a P1, a P1 é muito mais infecciosa, V. Exa. Tem que conhecer bem os inimigos do seu Estado. A P1 é um terrível inimigo! Matou 80 vezes... É 80% maior a letalidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Doutor, eu sei o que é P1. Eu perdi meu irmão na P1!

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não diga "você tem que conhecer"!

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Mas, se o senhor quiser, eu posso mostrar a minha pesquisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vá, vá...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não, eu digo isso pela oportunidade, porque eu vejo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu irmão morreu pela P1!

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu vejo que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é você que vai me ensinar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa., eu poderia, porque a minha pesquisa é sobre isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, Presidente – só um pouquinho, por favor, Dr. Ricardo –, Presidente, vamos restabelecer a tranquilidade, vamos deixar as pessoas responderem, por favor. Eu não quero me exaltar, mas vamos, vamos... Eu quero que... O senhor me repôs o tempo de 13 minutos e...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu lamento muito pelo irmão de V. Exa.

Só para concluir, são doenças diferentes.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Conclua, mas eu tenho outras perguntas para fazer. Por favor.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – A P1 é 80% mais letal. A P1 tem uma transmissão 220% maior. E, sem dúvida, quando a gente está com um inimigo desses, a gente tem que entrar com todas as armas na mão. Por isso é que a gente usa medidas que são complementares. Ninguém é a favor da medicação e contra a vacina. V. Exa. quer entrar com uma arma só na guerra? Eu quero entrar com as duas! Então, na verdade, as medidas são complementares.

E tudo que a gente tem para pôr na balança da evidência já é muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi dito aqui: budesonida inalatória. Quero que vocês saibam em casa: é um sprayzinho que quem tem asma usou a vida inteira. Reduz em 91% o risco de o seu irmão internar, de o seu pai internar. É usado no sistema público inglês. Aqui não foi recomendado.

Colchicina, Montreal, agora: 20% de redução de combinação, internação e morte. Imaginem, no colapso de Manaus, como poderia ter sido bom e evitado internação – essas combinações.

Nitazoxanida, que tiravam sarro que era um vermífugo... Só quem não conhece biologia! E me surpreendeu saber que era uma bióloga. Ela induz a expressão de interferon, um potente antiviral, tem ação antiviral em bula já – em bula! Saiu agora estudo americano, em *preprint*: 85% de redução de risco de internação.

Veja você que está em casa: 85% de redução de risco de internação por nitazoxanida; 91% de redução de risco de internação com a budesonida inalatória; 20% com a colchicina.

A proxalutamida, que foi alvo de gargalhadas, eu acho que a gente pode explicar isso melhor, num estudo ambulatorial, reduziu 91% o risco de internação. Está no *preprint*, está aceito para a publicação sair esta semana.

A ciência é isso. A ciência salva vidas. A ciência é o contraditório. A ciência é você ver no *front*, levantar a hipótese, de forma empírica, e testar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Ricardo, o senhor disse, em um vídeo que circulou nas redes sociais, que o uso da hidroxicloroquina diminui em 21% a mortalidade. Ou seja: se vocês conseguirem reduzir o número de pacientes internados ou que são internados na UTI, vocês podem evitar o colapso. Esse é o raciocínio do tratamento. O senhor tem como comprovar essa afirmação?

Pergunto: por que o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) notificou extrajudicialmente os operadores da Hapvida e da Prevent Senior, que dão aos médicos autonomia para adotarem ou prescreverem o que julguem necessário ou adequado para cada paciente, conforme prevê, inclusive, o Conselho Federal de Medicina?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Muito obrigado pela pergunta. V. Exa. aqui me permite dar explicações. Eu fui convidado, como S. Exa. o Presidente citou, pra dar uma aula em Manaus e, infelizmente, todos os presentes falaram, as autoridades falaram. Quando foi a minha vez de falar, eu fiquei sabendo que os mais de 16 microfones e câmeras haviam sido simultaneamente cortados. Então, a minha aula só foi reaparecer de forma editada, agora, pra me citar falando em hidroxicloroquina. Falo, sim, mas eu falei de mais de 15 medicamentos naquela ocasião e posso defender cada um deles aqui.

A hidroxicloroquina, quando usada num sistema de saúde público, como o iraniano, que é parecido com o nosso, até com centralização e prontuário eletrônico de mais de 90% dos atendidos no SUS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iraniano... Em estudo, agora, publicado recentemente, 27 mil iranianos avaliados, quem recebeu hidroxicloroquina, letalidade de 73% a menos – 73% a menos. Já tinha um estudo parecido, saúde pública da Arábia Saudita, centros de febre, parecidos com nossos postos, redução de 45% no desfecho combinado, internação e intubação, com hidroxicloroquina. Estudo de coorte, New Jersey, Nova York, Brasil, tudo é a mesma coisa. Estudo de coorte tem aquela vantagem de ter mais poder, pode não estar aqui em cima na pirâmide, mas tem mais poder estatístico – e todos eles são positivos.

Então, sim, eu defendo o uso em algumas situações de hidroxicloroquina, mas, não, não defendo imunoterapia. Eu sou infectologista, a gente dá tratamento combinado na aids, na hepatite C, na tuberculose. Isso não é novidade pra mim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Dr. Zimerman, a população está confusa. Eu quero que o senhor preste atenção nessa minha pergunta. A população está confusa e com razão, os médicos estão divididos entre os que defendem o tratamento inicial e os que demonizam o tratamento inicial. O que o senhor atribui a isso? Por favor, com paciência. O senhor já viu algo com outro tratamento ou medicamento causar tanto racha na comunidade médica? Explique isso com vagar pra que as pessoas possam entender, as pessoas que estão nos vendo.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Perfeito, Excelência, nunca vi antes. Acho que isso é explicado pela politização, que infelizmente aconteceu, o que, pra mim, causa surpresa, porque eu não sou filiado a nenhum partido político e o próprio juramento do médico é um juramento que é apolítico ou, ao menos, apartidário. E não há dúvida de que o que ocorre é uma espécie de viés de confirmação, ou seja, se você já decidiu qual é o seu lado, você só vai ler aquilo que reforça aquilo que você diz e você não vai querer ler aquilo que diz o contrário, o que, em inglês, se chama de *cherry-picking*, quando você escolhe.

Bem, eu fico até às 2h da manhã, toda noite – meus colegas também ficam –, revisando todas as evidências. Quem faz uma análise sistemática e não heurística, não superficial das evidências, quem não faz *cherry-picking*, quem não tem viés confirmatório, quem lê tudo e não só o que lhe interessa, em geral, chega à mesma conclusão. Essa é a questão.

A outra questão é em relação à autonomia médica. Eu não quero obrigar ninguém a prescrever medicação. Eu prefiro um médico que não prescreve porque avaliou seu paciente e achou que não havia necessidade ao médico que prescreve porque viu casos e disse que tinha que prescrever. Está errado! Cada um tem que fazer aquilo que acha que é certo, da posse da sua autonomia e revisando aquele quadro em particular do paciente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero... Sr. Presidente, agora, eu quero fazer uma indagação ao Dr. Francisco.

Dr. Francisco, seja muito bem-vindo aqui também. Eu o recebo com uma frase que tirei das suas redes sociais sobre a convocação da CPI: "Temos que tirar os juízes, jornalistas e políticos da sala de emergência. Somente médicos podem tomar decisão sobre tratamento, com a chancela do Conselho Federal de Medicina. Fora disso, será o caos".

Dr. Francisco, o senhor, que inclusive trabalha na linha de frente na UTI, poderia comentar essa frase e essa sua afirmativa?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Bom dia, Senador.

Está funcionando? Alô? Está.

Bom dia Senador, obrigado pela pergunta. É o que eu repeti aqui hoje: a decisão médica, para tratamento de um paciente, envolve a interação do paciente com o médico, a percepção do médico do que esse paciente tem e do que ele precisa. Isso é feito de acordo com os nossos estudos, a nossa *expertise*, dentro das melhores evidências disponíveis para o momento diante daquele caso. Nesse aspecto, essa decisão tem que ser sempre individualizada caso a caso, não se podem tomar protocolos a granel de tratamento, porque eles não vão respeitar a individualidade da pessoa, e isso tem ocorrido na Covid no Brasil, infelizmente. E, principalmente, quando... Respeito muito políticos, respeito juízes, respeito jornalistas – meus pais eram jornalistas. Eu tenho um profundo respeito pelo jornalismo, eu cresci em redação de jornal, no Rio de Janeiro, mas a gente tem que saber separar as coisas. Quando é pra fazer uma determinação técnica de verificação de eficácia, de funcionalidade, de plausibilidade de um tratamento, tem que ser um profissional que está preparado e qualificado para aquilo e que viu o doente – no caso, é o médico. Se nós começarmos a permitir a politização do tratamento médico e que outros entes atropelem o Conselho Federal de Medicina, atropelem a autonomia médica dentro da sua conveniência política do momento, que pode mudar amanhã, e definir que tal remédio pode e tal remédio não pode, vai ser o caos. Foi isso o que eu quis dizer na frase.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Sobre o *lockdown*, o senhor ironizou nas redes: "*Lockdown* é que nem o comunismo: não deu certo em lugar nenhum, mas, segundo os seus defensores, 'é apenas porque não foi implantado direito, tem que continuar tentando'". O que o senhor acredita que está por trás dessa defesa do *lockdown*?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Bom, essa foi uma frase que eu coloquei realmente pra tentar demonstrar, de maneira clara, o absurdo que era Municípios estarem fazendo o terceiro, quarto *lockdown*, países na Europa fazendo o terceiro – Israel, no terceiro *lockdown* –, e claramente essa prática não estava servindo pra conter o vírus, nem suas variantes, nem suas ondas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O motivo pelo qual algumas autoridades ainda insistem nessa prática, pra mim, é desconhecido. Pode ser um *mix* de preconceitos concebidos sobre epidemias, pode ser um misto de desconhecimento sobre a dinâmica da Covid ou pode ser insistência no erro também. O fato é o seguinte: enquanto se continuar apenas pensando que *lockdown* vai ser a solução, a bala de prata para a solução da Covid no Brasil e no mundo, nós vamos continuar enfrentando esse problema. Vide a Inglaterra agora, que ontem apresentou o maior número de casos de contaminação desde 13 de fevereiro, se não me engano, de 2021, quando eles estavam no auge da segunda onda europeia e eles estavam plenamente seguros, eles estavam com índices muito baixos de contaminação, atribuídos também parte à vacinação local. Agora voltou a crescer a contaminação na Inglaterra devido à variante indiana, chamada de delta (B.1.617, variante 2).

Então, tudo é muito dinâmico. E achar que trancar todo mundo dentro de suas casas, ambientes que promovem o confinamento sem máscara, aglomeração em zonas residenciais, é a solução para a Covid está provado que não funciona.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Dr. Francisco, em outubro de 2020, o senhor já alertava para o risco de mutações tornarem-se inúteis às então vacinas em produção no Brasil e também alertava para o risco de vacinação em massa sem os devidos testes de segurança. O senhor continua pensando assim? O senhor, no lugar do Presidente Bolsonaro, teria comprado vacinas antes da autorização da Anvisa?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Bom, primeiro respondendo a primeira parte, eu fiz esse pronunciamento numa audiência na Câmara dos Deputados que discutia justamente a questão da eficácia e segurança das vacinas e eu alertei que uma das coisas que deveriam ser ponderadas é que essas vacinas feitas com a cepa anterior poderiam se tornar pouco eficientes a partir do momento em que mutações desse vírus começassem a surgir, principalmente porque você não consegue vacinar 200 milhões de pessoas em uma semana. Então, há uma tendência natural, tanto pela vacina quanto pela própria dinâmica na doença, de surgirem mutações aqui e lá fora, e isso atrapalhar o desempenho de uma determinada vacina. Por isso que eu falava que a vacina não pode jamais ser a única estratégia de combate, de enfrentamento à pandemia, seja aqui ou lá fora.

Mas eu sou um árduo defensor de vacina. Eu mesmo tenho todas as vacinas de calendário vacinal que se possa ter. Mas a gente tem que ter o pé no chão de que as vacinas ainda são novas, elas devem ser aplicadas conforme as agências forem liberando, porém elas não podem ser nunca a única estratégia.

Quanto a comprar a vacina sem liberação de uma agência regulamentadora, eu creio que seja tema de legislação federal. Eu acho que, inclusive, o Senado aprovou alguma legislação nesse sentido pra poder facilitar essa burocracia. Eu não sou Presidente, eu não tenho esse conhecimento da burocracia, eu não sei como que funciona isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, já estou me encaminhando para o final.

Para o senhor, os médicos que defendem o tratamento inicial são submetidos a constrangimento. O senhor acredita que muitos, inclusive, se furtam de prescrever o que julgam melhor para os seus pacientes diante de tal pressão? Eles se acham... Eles ficam inibidos de fazer essa prescrição. Pergunto: por que o senhor declarou ter sido alvo de intensa campanha de ataques? Eu queria que o senhor pudesse comentar um pouquinho sobre isso.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Eu fui e estou sendo – inclusive hoje com matérias inverídicas publicadas em jornais ao meu respeito – alvo de ataques desde que me posicionei publicamente, como infectologista, a favor de tratamentos para o Covid, deixando bem claro que o termo tratamento precoce em si é um erro: não existe tratamento precoce, existe tratamento. Nenhum médico espera um câncer ficar do tamanho de um abacate pra propor um tratamento para o cidadão. Eu não espero um paciente com dor no peito infartar pra poder propor um tratamento. A gente tenta iniciar o tratamento assim que descobre que o cidadão está doente.

Então, esse termo tratamento precoce, que acabou surgindo, sendo cunhado pra tentar identificar que o tratamento deveria ser o mais cedo possível, diante dos sinais de sintomas, e que acabou estigmatizado, custa a quem o defende, alvo de ataques, seja dentro ou fora das instituições onde a gente trabalha, ataques na rede social, ataques na própria comunidade médica. Mas a gente não liga porque a gente sabe que está com a razão. Nós estamos salvando vidas, a nossa experiência e a nossa observação são de milhares de vidas salvas com tratamento. Então, não vai ser a chacota de algum colega negacionista que vai me fazer voltar atrás.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Eu quero cumprimentá-lo, e agradecer ao senhor e ao Dr. Ricardo, e pedir aos Srs. Senadores que permitam que eles possam explicar para a população brasileira tudo aquilo que eles defendem, que nós entendemos que é necessário para que possamos distinguir o que é tratamento, o que é vontade de salvar vidas. Nós estamos no meio de uma guerra, e tudo aquilo que a gente puder fazer para salvar pessoas nós precisamos fazer.

Então, eu quero agradecer a participação dos dois e até pedir desculpa pelo esvaziamento. Não é correto o que aconteceu no dia de hoje, e não levem isso como sendo um desprestígio da qualificação de cada um de vocês, tá?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Presidente, pela tolerância aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu não poderia deixar de começar esta sessão... Até antes de agradecer a presença dos senhores, o Sr. Ricardo Zimerman, cientista – cientista! –, e o Dr. Francisco, médico, eu não posso... Antes de dar boas-vindas, quero pedir desculpa – pedir desculpa! – aos senhores pelo que está acontecendo aqui.

Eu participei, Senador Marcos Rogério, de todos os dias desta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Eu também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso é renúncia em serviço do Brasil para a busca pela verdade. Chegamos cedo, saímos tarde, fiz perguntas a todos os depoentes, seja do Governo Federal... Porque aqui, em um mês e meio, só se investigou Governo Federal – e tem que investigar mesmo. Agora, Estados e Municípios, corrupção eu não vou nem falar porque não é o assunto, porque parece que não interessa a esta CPI.

Eu queria, pedindo desculpa a vocês, fazer uma pergunta aos dois. Em primeiro lugar, vocês têm algum conflito de interesses por estarem aqui neste momento fazendo esse depoimento?

Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Não, eu não tenho nenhum conflito de interesse, nem político, nem econômico.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Eu não tenho conflito de interesse, nem político, nem econômico.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Interessante essa... Vocês terem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só quero fazer... Contribuindo, não é interesse de conflito nem... Eu vi uma matéria ontem: os senhores são assessores da OEA?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Em realidade, o que ocorreu foi um convite para fazer uma análise referenciada a questões de biossegurança, como vacina, por exemplo. É um convite que me honra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – ... e que não é remunerado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor é também?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convidados pelo Weintraub?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Não têm conflito de interesse, foram convidados pelo Weintraub, cujo irmão fazia parte daquele ministério paralelo em que foi pedido para que ele fizesse o estudo sobre o uso da cloroquina pelo próprio Presidente – não dito por mim, dito pelo Arthur, irmão do ex-Ministro da Educação.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Trabalho voluntário, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, tem gente sendo convocada por Lula para fazer conferência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem gente da CPI aqui sendo convocada para ir lá fazer conferência com o Lula.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu só fiz essa pergunta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Não, eu só fiz a pergunta.

Espera aí. Eles... O Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, tem gente que está despachando com o ex-Presidente Lula aqui pra poder trabalhar na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu... Não, não, não é isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. quer desqualificar os convidados? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, longe de mim.

Espera aí. Não fui eu que fiz essa pergunta; quem fez foi o Senador Eduardo Girão, eu só contribuí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Girão disse: "Existe algum conflito de interesses?". Eles disseram: "Não".

Eu acredito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E qual conflito de interesses teria?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acredito. Eu só fiz... Como eu li uma matéria ontem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há um conflito de interesses em relação a vida ou morte aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem gente que defende outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, ontem você fez um relatório espetacular; você deveria estar comemorando. Não vamos brigar hoje. Não vamos brigar. Não vamos brigar hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hoje eu estou descansando, Presidente. Estou cansado, foi cansativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só perguntei ao Dr. Ricardo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e ao Dr. Francisco se eles eram assessores da OEA. Eu não fiz julgamento nenhum; só fiz essa pergunta, pelo amor de Deus.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se eu não puder perguntar aqui, eu também vou me retirar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos em frente! Vamos em frente, Presidente! Daí, se o senhor me permitir, eu assumo a Presidência. (*Risos.*)

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Presidente... Presidente... Presidente Aziz...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você expulsa convidado.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Presidente Aziz...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nada, Presidente, nada. Eu sou... Eu cisco pra dentro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora quer votar secreto.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Só uma palavrinha, Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só uma pergunta. Só um minutinho, doutor. Uma pergunta.

Expliquem um pouquinho vocês dois qual é a ideia de vocês sobre esse tal de comitê paralelo. Podiam me explicar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai chegar o seu momento. Calma aí! (*Risos.*)

Está garantido o tempo, porque eu interrompi o Senador Eduardo Girão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos deixar o Girão. Agora é o Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estava no meu primeiro minuto, e eu refaço a pergunta, já que fui interrompido: se existe algum conflito de interesse dos senhores, até para explicar o que o Presidente colocou aqui. Os senhores recebem algum tipo de remuneração, têm algum tipo, já que foi colocada a OEA aqui...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não. Eu recebi, num momento, R$10 mil do Ministério da Saúde, via Organização Pan-Americana da Saúde, o que é totalmente lícito e legítimo, mas foi noticiado que foram 30 mil. Então, aproveito para dizer que não, foram 10 mil. Não tenho nenhum conflito de interesse.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Também não tenho nenhum conflito de interesse. Inclusive, a questão da OEA, se eu fosse aqui assessor da OMS ou da Fiocruz, eu estaria aqui com a mesma isenção. Não recebo nenhuma remuneração por isso e não tenho nenhum motivo para esconder, tanto que tornei público, nas minhas redes sociais, o convite feito pela secretaria da OEA e a minha condição de *expert ad honorem* da OEA. Então, só para deixar claro, eu entendo até que alguns possam pensar que sim, mas não, não tenho nenhum conflito em relação a isso. Trabalhei para o Governo Lula, só para deixar bem claro, como servidor público. Então, eu sou um agente do Estado, eu trabalho para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, porque o que aconteceu aqui, na sexta-feira passada – não sei se os senhores assistiram –, quando estava sendo transmitida, como todos os dias é transmitida esta CPI em várias emissoras, do começo ao fim, sem interrupção é transmitida... Hoje, Senador Jorginho, apenas uma, que é a CNN – e eu quero dar os parabéns aqui –, continua transmitindo esta sessão. É a primeira vez que há interrupção.

Então, no País em que não se tem censura, que é democracia, é isso que acontece quando se deve ouvir o outro lado, porque é um princípio do jornalismo ouvir o contraditório, buscar a verdade.

Na semana passada, sexta-feira, nós tivemos aqui um cientista que eu mostrei – eu mostrei o perfil dele. Eu mostrei o *print* de que ele teria dito que o Lula, o ex-Presidente Lula, já teria vacinado a população, fazendo uma campanha, praticamente, e dizendo que o atual Presidente é uma rajada por cima de outra de assassinatos.

Então, isso contamina, Senador Jorginho Mello, o debate, porque o cientista não pode ter lado, ele tem que estar no lado da ciência, sem contaminação política. Mas o que a gente vê aqui é narrativa por cima de narrativa...

E o povo brasileiro, que está assistindo, está vendo hoje um capítulo desta CPI que não deve esquecer. Não deve esquecer jamais desta CPI, porque o que aconteceu hoje aqui, de o Relator não estar presente pela primeira vez, é algo muito feio, que joga contra o trabalho que se procura fazer nesta CPI, embora aqui a gente saiba do viés politiqueiro, dessa antecipação de calendário eleitoral para o ano 2022. No momento em que o povo brasileiro tem problemas graves de saúde, tem problemas graves de emprego e de fome, se faz isso aqui! O Brasil está vendo! O Brasil está vendo o que é que aconteceu, o que é que está acontecendo hoje aqui, neste dia emblemático. Caiu a máscara! Caiu a máscara, mas isso é muito bom, é muito bom. A verdade incomoda, incomoda muito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem deixou cair a máscara coloque a máscara, por favor! Não pode ficar aqui...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Muito bem! É isso mesmo! Está certíssimo, Presidente!

Eu peço que a gente possa sequenciar, porque é isto que está acontecendo aqui: a máscara está caindo, mas não é essa máscara que a gente deve usar. Eu sou a favor de vacina, sou a favor de uso de máscara, sou a favor de distanciamento físico, sou a favor do álcool em gel. Nós estamos numa guerra e todas as armas devem ser usadas, inclusive – por que não? –, com recomendação médica de quem estudou o tratamento imediato, ou precoce, como queiram chamar. Por que não? Um não anula o outro, pelo menos é isso que eu tenho buscado – já que esta CPI não permitiu o debate que estava programado entre um lado e outro para que a gente pudesse tirar mais facilmente as conclusões –, eu fui atrás de procurar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer perguntas para os senhores. E os senhores fiquem à vontade para responder, um ou outro, porque, infelizmente, vários Senadores que criticam, que abominam, que demonizam o tratamento precoce hoje não estão aqui. Espero que participem, nem que seja de forma virtual...

Por favor, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Girão, eu queria fazer um apelo a V. Exa.: para que a gente pudesse deixar eles... As informações deles são ricas para a população que está nos vendo, sobre esse tratamento, sobre essa demonização. Então vamos deixar... Se pudesse ser mais objetivo, para que eles tivessem mais tempo para responder...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Então, vamos lá.

Afinal, existem ou não existem estudos randomizados, duplos-cegos e até várias revisões sistemáticas e metanálises, inclusive muitos já revisados e publicados, que demonstram que essas drogas são eficazes no tratamento da Covid? São frágeis? Por que eles são amplamente divulgados? Por que os estudos contrários são alardeados aos quatro cantos? Ou politizaram tanto que hoje existe uma espécie de Fla-Flu? E as metanálises? São ou não são o nível máximo de evidência científica? Rapidamente, até porque o senhor já falou em metanálise, rapidamente, se o senhor puder dar a resposta, por favor.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Eu, Excelência? Posso começar?

Muito bem, concordo com V. Exa. Se a gente for citar, por exemplo, a ivermectina, saiu agora, recentemente, numa revista de alto índice de impacto, uma revisão sistemática com metanálises só de ensaios clínicos randomizados. Foram 19 incluídos, sendo que nove deles eram duplos-cegos. Não foi um, não foram dois, foram nove. Então, a ivermectina é um exemplo.

Depois, nós temos várias outras drogas com ensaios clínicos randomizados. A nitazoxanida reduziu em 85% o risco de precisar de oxigênio. Budesonida, o Stoic, reduziu em 91% o risco de internar. Colchicina reduziu em 20% o risco de internar ou morrer, que é um desfecho combinado.

Então, existem evidências, sim. A impressão que dá é que elas estão sendo lidas de forma assimétrica. Isso já tem alguma indicação de que seja verdade na literatura. Sempre, Excelência, historicamente, só para concluir, era mais fácil você, como pesquisador, publicar um estudo positivo. Você acha um resultado, você consegue publicar. Quando é negativo, em geral, a revista: "Ah, gostei muito, mas é negativo"; e não publica. Esta é a primeira vez na história, talvez, em que está sendo mais fácil publicar um estudo negativo. Tem um viés de publicação para o lado negativo. Ainda assim, tem muita coisa positiva publicada. E a gente tem que lembrar que isso é uma balança. Do outro lado, tem que pesar a toxicidade, efeitos colaterais, algo para a gente não usar. Se a gente já tem bastante, pesando para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usar, a pergunta é: tem alguma coisa pesando para não usar? Essas medicações são particularmente tóxicas?

Francisco.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Cloroquina tem mais de 70 anos de estudo e conhecimento, seu nível de toxicidade já é conhecido e os níveis considerados seguros para tratamento estão muito abaixo do nível de toxicidade, por isso chama muito a atenção o que ocorreu no estudo da Fiocruz que eu citei no meu discurso inicial. Eles não observaram o nível de toxicidade da cloroquina. E isso tem sido usado como referência até hoje, inclusive em metanálises, como da revista *Nature*, para pesar desfavoravelmente contra a cloroquina. Esse estudo deveria ser ignorado e retratado pelo Jama, porque ele foi absolutamente antiético e não respeitou os princípios básicos de biossegurança.

A ivermectina, foi alardeado durante um tempo aí que ela causaria a hepatotoxicidade. Isso é uma mentira, isso não é verdade. Tanto que no LiverTox, que é o *site* do NIH americano que lista esses medicamentos que causam dano ao fígado, problema no fígado, hepatite, não sei o quê, a ivermectina está lá no final da lista de potencialmente perigosa. Ela é um dos medicamentos que menos causa danos ao fígado e, quando causa, nunca foi, até agora, descrita hepatite fulminante por ivermectina, ao contrário do paracetamol, o Tylenol, que tem sido prescrito que nem água nos postos de saúde País afora para tratamento de Covid. Esse, sim, é um remédio que, com menos de uma caixa inteira, você pode causar hepatite, se tomado de maneira equivocada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Nós temos tantos estudos randomizados para cloroquina, ivermectina, colchicina, corticoide e diversas outras drogas que me assusta ainda ver chancela de parte da sociedade da tese de que a medicação não tem evidência comprovada ou que é comprovadamente ineficaz. A gente pode discutir a qualidade dos estudos e o peso das evidências, mas falar que não tem evidência científica, a essa altura do campeonato, é coisa de quem não está lendo o assunto ou está querendo fazer uma narrativa diferente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Eu queria aproveitar e perguntar, acho que são cerca... O pessoal só fala em cloroquina, hidroxicloroquina e ivermectina, mas o tratamento precoce envolve 17 drogas, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria perguntar, porque é o seguinte: um dos colegas aqui, desta CPI, que sempre toca nesse assunto, que é ortopedista, e respeitamos, costuma afirmar que não existe tratamento para viroses, só vacina. É verdade essa afirmação dele? Quantos antivirais existem na atualidade?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – É que, em realidade, o termo virose já é um termo muito abrangente e pouco técnico. É que nem dizer: tem tratamento para bactéria? Claro. Tem tratamento para fungo? Claro, mas qual bactéria e qual fungo? Então, existem vários tratamentos antivirais, começou com a vidarabina, depois a ribavirina, o aciclovir, depois veio a terapia anti-HIV, que foi uma revolução na virologia, terapias anti-hepatite C. Existem diversos agentes antivirais. O que eu acho que o Exmo. Senador quis dizer é que não tinha especificamente antivirais que foram construídos e estão disponíveis para Covid-19, mas isso, é claro, é evidente de se esperar, posto que a doença tem pouco mais de um ano.

Essa é a grande vantagem, Excelência., do reposicionamento de drogas. Você, primeiro, garante disponibilidade. Tem um artigo recente de Andrew Hill mostrando que no mundo inteiro tem corticoide, no mundo inteiro tem ivermectina e no mundo inteiro tem dutasterida, que é da terapia antiandrogênica, que é uma linha da nossa pesquisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Você tem baixíssima toxicidade também. Então, se tem para dar, é barato, é muito pouco tóxico, o que vai pôr do outro lado para não dar?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Inclusive, eu recebi um estudo científico revisado e publicado, recentíssimo, agora, do dia 15 de junho, sobre os vários mecanismos de ação da ivermectina, inclusive antiviral, em uma das revistas do grupo *Nature*.

Outra pergunta: por que a Merck, Dr. Francisco, falou que não havia evidências nem da eficácia nem da segurança da ivermectina para a Covid? É outro questionamento que colegas que sempre participam aqui fazem sobre isso. A Merck ainda fabrica esse medicamento? Está lançando alguma droga para Covid?

Por favor.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Só complementando a última resposta, só para HIV, nós temos listados no Rename, que é uma lista de medicamentos do Sistema Único de Saúde, 37 antivirais. Temos antivirais para hepatite B, para hepatite C, temos antivirais para herpes, para herpes zoster, temos antivirais para influenza, temos antivirais para citomegalovírus – apenas para citar aqueles que estão disponíveis no Sistema Único de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a afirmação do colega e nobre Senador, ela está um pouco equivocada. Talvez fosse esse contexto mesmo que o Dr. Zimerman explicou.

A Merck foi a detentora da patente da ivermectina. Ela não é mais a detentora dessa patente, fábricas do mundo inteiro fabricam ivermectina atualmente. E a Merck está desenvolvendo um novo antiviral, que, a princípio, é promissor para o tratamento da Covid-19. Inclusive, esse antiviral, o teste dele em pacientes hospitalizados foi abandonado, eles estão testando apenas no chamado tratamento precoce, por... Sem querer fazer jogada de palavras, mas há testes adotados aqui no Brasil, inclusive, em Curitiba. Seria até bom perguntar para a Sociedade Brasileira de Infectologia quem são os médicos em Curitiba que estão comandando esse estudo nos hospitais lá. É um antiviral novo. E eu trouxe até aqui uma notícia que o Governo americano fechou um acordo de US$1,2 bilhão com a Merck para ter acesso a tratamentos experimentais dessa droga específica. Então, por que a Merck, de repente, depois de anos calada, resolve falar que a ivermectina não funciona mais para Covid? Acho que cada um tira a sua conclusão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto. É porque saiu aqui o microfone. Inclusive, peço, porque tive interrupções no início, se o senhor puder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o seu tempo foi paralisado. Só não foi paralisado na hora em que o Senador Jorginho lhe interrompeu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A assessoria informou que tem cinco minutos que ficou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A assessoria está equivocada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor sempre costuma dar um pouco de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço, eu lhe agradeço porque estou aqui sendo rápido. Vamos lá.

Os senhores já falaram que hidroxicloroquina não produz arritmias. Eu queria só confirmar isso, porque também se fala que ivermectina produz cirrose ou insuficiência hepática. Eu pergunto: isso consta no *site* americano LiverTox? Há estudos randomizados de sua segurança? Quantos casos de reações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adversas, arritmias, óbitos por algum desses medicamentos e os outros quinze – a gente não pode esquecer os outros quinze que fazem parte do tratamento precoce? Eu sei que são milhões de pessoas que tomaram alguns desses medicamentos, sempre com recomendação médica – sou contra a automedicação –, até crianças e grávidas, inclusive preventivamente ou diariamente, e se diz por aí que são tão perigosos? E onde estão esses milhares de mortes? Essa é a pergunta que eu queria fazer.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senador, excelente pergunta. A diferença entre poção e veneno é a dose. Então, no caso da cloroquina, ficou muito claro no estudo CloroCovid, em Manaus, onde uma dose potencialmente tóxica aplicada a doentes graves resultou em óbito, devido à dose alta, com significância estatística publicada em revista internacional essa conclusão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Em doses usuais, como aquela que nós damos para combate de malária, por exemplo, na própria Região Amazônica ou em São Paulo, que também tem casos de malária, ou em várias regiões do País que têm, ou até mesmo para as doses preconizadas para a Covid, a cloroquina não tem se demonstrado um arritmogênico potente. Pelo contrário, nós temos 14 ensaios clínicos randomizados de monoterapia com hidroxicloroquina ou profilaxia com hidroxicloroquina publicados em revistas internacionais por autores estrangeiros, e esses 14 ensaios com milhares de pacientes não mostraram um caso de arritmia fatal em seus estudos.

Já a ivermectina, isso foi uma fabricação mesmo, foi um factoide criado que a ivermectina causaria hepatite medicamentosa; isso não tem comprovação em lugar nenhum. Talvez seja um fenômeno a ser estudado, porque só no Brasil se descobriu que ivermectina causa cirrose hepática ou hepatite aguda, coisa que não está descrita em lugar nenhum do Planeta, inclusive na África, onde se dá ivermectina a granel para a população para combate de outras doenças.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ou seja, *fake news*?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se não for muito invasivo, pergunto: quantos pacientes de Covid os senhores já trataram? Qual a quantidade de óbitos e letalidade? Todos eles eram jovens e saudáveis ou a maioria era do grupo de risco? Porque já ouvi alguns desses médicos afirmarem que já trataram centenas – repito: centenas – de pessoas e tiveram letalidade em torno de 0,3%, muito menor – muito menor, Senador Marcos Rogério – do que a média do Brasil, que é 2,8%?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Na minha experiência, que é difícil de quantificar porque inclui pacientes ambulatoriais, telemedicina, pacientes internados, principalmente *rounds*, rondas que a gente faz em UTI, então, a abrangência do nosso trabalho é grande, mas, considerando o tratamento inicial, com menos de três dias de sintomas, em torno de 300 a 400 – estou fechando os dados ainda – e nenhuma morte. Em relação a menos de cinco dias, mais de 500 e em torno de duas mortes – duas mortes, para ser mais exato. Isso é muito menos do que a mediana e não é esperado pela doença natural, pela história natural da doença não tratada.

Então, não parece ser uma coincidência temporal, até porque esse tipo de experiência é dividido por basicamente todos os colegas que fazem a abordagem recomendada da infecção.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A última pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, não! Senador Eduardo Girão, V. Exa. já ultrapassou bastante o tempo. Por favor! Eu já disse que não vai passar de 15 minutos nem hoje, nem amanhã, nem nunca mais, porque vocês abusaram. E abusavam de mim. Eu ficava aqui, todo mundo... O pessoal que fica detrás: "Presidente, o tempo, o tempo, olha ali, olha ali". Aí, é por isso que eu estou pedindo: a última pergunta, por favor, bem breve.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por favor. Eu lhe agradeço. Eu lhe agradeço mesmo.

Porque, inclusive, eu vi Senadores americanos denunciando o que eu vou falar agora, Senadores dos Estados Unidos da América. Eu lhe pergunto, justamente sobre a pergunta anterior: esses milhares de médicos do Brasil, parece que são cerca de 14 mil médicos no Brasil, eles também obtêm números semelhantes, com menor letalidade, a partir do tratamento imediato ou precoce? Qual tem sido essa média de letalidade? Porque, se esses números são verdadeiros, mesmo que nem todos obtivessem 0,3%, mas o triplo, ou seja, 1%, como várias cidades que passaram a utilizar o tratamento precoce – inclusive, o Senador Heinze fala o nome dessas cidades aqui, seria bom que a gente pudesse ouvir os seus gestores –, se ainda que só para uma parte da população obtêm 1%, é verdade que, pelo nosso preconceito, desconhecimento, politização, exigências de evidências altíssimas em plena pandemia, em vez de quase 500 mil mortos a que a gente deve chegar sábado, infelizmente, poderíamos ter tido cerca de 150 mil mortes ou talvez menos, salvando cerca de 300 mil pessoas? Eu vi que Senadores andaram, nos Estados Unidos, denunciando isso por lá também. Faz sentido isso? Tem algum cabimento?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa., faz sentido, até porque, em 2020, o FDA americano aprovou 18 drogas novas anticâncer, no ano em que a Covid estava tomando o mundo – 18 drogas novas anticâncer em 2020 –, e apenas 22% dessas drogas com ensaio clínico randomizado padrão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouro. A maioria era estudo não controlado, pequeno estudo de Fase I e Fase II. Então, a questão de um peso e duas medidas é extremamente estarrecedora nessa pandemia.

Em relação ao que o senhor falou, o que eu vejo entre os meus colegas é a experiência se repetir. Eu não posso dizer exatamente quantas vidas seriam salvas, porque isso seria um cálculo de mortalidade atribuível, que é algo que a gente tem que fazer com muita calma e não de uma hora pra outra, mas a gente certamente está compilando esses dados.

E, de novo, a experiência é extremamente favorável. Se ninguém tem nada para pôr do outro lado da balança, se os nossos pacientes não morrem de hepatite, isso não existe em 3,6 bilhões de doses prescritas de ivermectina, com dois suspeitos só de toxicidade hepática reversível, então, se os nossos pacientes não estão morrendo de hepatite, não estão morrendo de arritmia cardíaca e se a gente tem tudo isso pra pôr do outro lado da balança, qual é a dúvida, V. Exa.?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Corroboro as falas do Dr. Zimerman.

Na nossa experiência, quem procura o médico e obtém o tratamento – e esse tratamento, eu repito, não é só cloroquina, em alguns casos nem é a cloroquina; a avaliação é individualizada; nós temos quase 20 classes de drogas, nesse momento, já pesquisadas pra tratamento de Covid – e se submete a um tratamento, costuma ter uma evolução melhor do que aqueles que procuram tardiamente o tratamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Zimerman, o senhor ouviu bem a pergunta do Senador Eduardo Girão, quando o senhor respondeu?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu ouvi, V. Exa. Se eu deixei de responder alguma coisa, eu posso responder agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não, ele falou que poderia ser evitada a morte de 300 mil pessoas.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Ah, perfeito.

Eu fiz uma menção a isso, V. Exa. Disse que eu não tenho como calcular a mortalidade atribuível, nem como a gente poderia ter esse cálculo, assim, agora, imediatamente, mas isso vai ser feito no futuro sem dúvida nenhuma, quando a poeira baixar; agora a gente está preocupado em salvar vidas. Isso não é algo só dessa pandemia, V. Exa. Por exemplo, em 2009 também: as metanálises contando o que aconteceu mesmo em 2009 só saíram em 2013. Então, agora é o momento de a gente salvar vidas. Depois a gente fecha os cálculos, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o contrário também nós iremos fazer. Com certeza nós iremos fazer o contrário também: aqueles que adotaram esse tipo de protocolo, se ele foi equivocado também, essas pessoas que estão, hoje, prescrevendo esses medicamentos...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Por isso que o médico tem que ser autônomo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... futuramente...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – ... para tomar decisão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não; mas autônomo pra tomar decisão e acompanhar o paciente.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é chegar, com TrateCov, aplicativo...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Ah, mas eu concordo plenamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, espera aí só um minutinho, Doutor. Eu ouvi. Agora ninguém está falando. Agora eu posso falar, não estou atrapalhando ninguém.

Acompanhamento médico em ambiente hospitalar – hospitalar. Quem está me vendo agora, toda medicação, seja qual for... Volto a repetir as minhas primeiras palavras: nenhum profissional de saúde, médico, que se forma e faz juramento, prescreve o remédio pra fazer mal ao paciente. Todas as vezes ele tenta salvar a vida do paciente. Mas tem que ser prescrito em ambiente hospitalar, não é em *live*, não é em televisão, não é mostrando caixinha, não. É tudo...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – O propósito é evitar internação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque a cloroquina, diferente do que V. Exa. fala de ivermectina, o que causa efeitos colaterais no fígado é o quinino, que é utilizado pelos povos tradicionais da nossa região, Senador Marcos Rogério, secularmente pra tratar malária. Não é, Doutor?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – É, por isso que a dose tem que ser observada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Por quê? O fígado sofre efeitos colaterais muitas vezes irreversíveis. A pessoa fica amarela, verde, esverdeada. E isso não é porque me contaram, não, é porque a gente convive todo dia lá e vê. Não é, Doutor?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Sim, V. Exa. A única questão é que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Eu estou dizendo...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – ... o objetivo é não internar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a ivermectina...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu concordo com o senhor, mas o objetivo é não internar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A cloroquina ou o quinino – não sou profissional, não sou médico, mas pelo conhecimento da região... Não é o efeito malária que faz mal ao fígado, é o remédio que faz o efeito colateral ao fígado, se não for, como disse o Doutor, prescrito por acompanhamento médico, a dose e tudo mais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas por amor ao debate, Presidente, essa fala de V. Exa. é oportuna, mas a gente tem que considerar sempre os dois lados - né? Concentra-se muito a fala no ataque a eventuais efeitos colaterais da hidroxi ou da própria cloroquina, mas qualquer medicamento, qualquer medicamento tem efeito colateral. A questão é como que você lida com isso, porque o protocolo que se tem aí, independentemente de quem defende cloroquina ou hidroxi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Corticoide, todos os medicamentos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos têm.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qualquer tipo de antibiótico ou qualquer tipo... Tem efeitos colaterais. Agora, o efeito colateral, segundo os profissionais de saúde explicam para os pacientes e para mim, e quando ele me prescreve um remédio, eu quero saber: qual é o efeito colateral? Porque tem gente que olha a bula somente para saber se pode ou não beber.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem remédio que, se a pessoa ler a bula dele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na hora em que o cara olha a bula, a primeira coisa: "O que que não pode fazer?" Não pode beber. Aí, o cara deixa de tomar o remédio para tomar uma. Não é? Isso é natural. O paciente...

A maioria de nós olha a bula só para saber qual é o efeito: "Não pode fazer o quê?" Isso, você não pode beber, não sei o quê. Então, veja bem: o que eu estou dizendo para o doutor aqui, e estou dizendo porque V. Exa. perguntou, porque é um negócio muito subjetivo quantas pessoas foram salvas ou quantas foram mortas por medicação sem acompanhamento médico.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E eu lhe agradeço pelo senhor, Presidente, ter colaborado com a minha pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é? Porque você não tem só um lado; tem dois lados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... agora, o Dr. Ricardo Ariel quis responder ao senhor, e era bom... O senhor falou do quinino aí. O senhor falou do quinino...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Seria bom ele dar essa resposta a V. Exa. mesmo, porque quantos medicamentos que provocam, por exemplo, arritmia? Porque concentra-se aí, pega-se a cloroquina e a hidroxi... Eu não defendo a administração nem desse, nem de outro medicamento. A minha defesa sempre é: o médico tem autonomia para administrar.

Mas eu acho que seria bom V. Sa. fazer menção em relação a isso, para esclarecer.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – V. Exa. tem razão: é um bom ponto. Isso fala contra a automedicação.

É fundamental que os fármacos sejam prescritos por um médico e haja o acompanhamento, porque algumas dessas drogas têm doses letais, e cloroquina é um exemplo clássico.

As pessoas podem morrer envenenadas pela cloroquina, e, infelizmente, isso não é difícil de acontecer. Então, é uma catástrofe uma administração de dose errada. Não pode. E isso tem que estar claro. Como disse o Dr. Francisco: a diferença entre o medicamento e o veneno vai ser a dose.

As outras medicações têm um perfil de dose máxima melhor tolerado. A gente não conhece doses letais para muitas delas. A ivermectina tem uma boa janela de dose, mas de novo: depende, porque existem polimorfismos, ou seja, mutações nas populações, que podem fazer com que ela entre mais no sistema neurocentral ou menos. Por isso que V. Exa. tem toda a razão: não pode ser feito sem... Com um *kit* fixo, por exemplo, sem a prescrição do médico, sem individualização, para ver que outras medicações está tomando e se tem alguma contraindicação. Eventualmente... Existe uma síndrome raríssima, que é a Síndrome do QTc Longo, que pode ser uma contraindicação. Ela é raríssima, mas, aí, o paciente não pode tomar Plasil, não pode tomar uma série de outras medicações. Então, tem que individualizar sempre.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por favor... Sei que V. Exa. irá falar, mas vamos cumprir os 15 minutos. Ontem, V. Exa. já falou muito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, ontem eu sofri muito, Presidente, mas eu agradeço a V. Exa. e sei que, em razão da importância do debate, V. Exa. terá compreensão com este Parlamentar e com os demais. Eu espero assim, para que a gente seja minimamente justo.

Mas eu queria começar fazendo uma abordagem na política.

Hoje completam dois dias que esta CPI rejeitou a convocação do ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste Carlos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe... Só um minutinho, Senador... Desculpe... É o tempo do Senador.

A Senadora Soraya está me alertando aqui que não está esvaziada a CPI, existem vários... Tem vários Senadores acompanhado virtualmente a nossa sessão. Estão aqui o Senador Marcos do Val, o Senador Izalci Lucas, o Senador Telmário, a Senadora Soraya...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a Senadora Rose de Freitas, a Senadora Daniella Ribeiro, o Senador Vanderlan...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Coisa boa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o Líder Nelsinho e o Senador Jorge Kajuru, mas nenhum deles vai falar. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Hoje completam dois dias que esta CPI rejeitou a convocação do ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, Senador Girão, Carlos Eduardo Gabas, que tem acusação grave, indícios de corrupção no Consórcio Nordeste. Compraram, pagaram antecipado e não receberam os respiradores que salvariam vidas de nordestinos. Foram R$48 milhões pagos antecipadamente. Gabas, o motoqueiro de Dilma, deveria esclarecer o que fez, como fez, por que fez. Repito, nordestinos perderam a vida por práticas criminosas, mas o G7 da CPI não quer convocar o Gabas, não quer investigar, disse não à convocação do Sr. Carlos Gabas – faz dois dias.

Tenho tido, aqui nesta CPI, a preocupação de analisar a realidade brasileira no enfrentamento à pandemia sem desconsiderar a realidade da saúde pública do nosso País antes da pandemia, além do tratamento que foi dado em surtos epidêmicos que afetaram a população brasileira. Isso faço, porque há uma narrativa injusta que se esquece, de propósito, das mazelas que este País viveu em governos anteriores, inclusive na área da saúde, e do tempo que a ciência precisa para obter resultados científicos conclusivos, ainda mais diante de quadros que colocam a vida das pessoas em grande risco de contaminação e de morte. O que a pandemia fez foi escancarar mais ainda um quadro que todos já conhecíamos na saúde pública: superlotação, leitos nos corredores, falta de medicamentos, insumos e equipamentos e profissionais insuficientes Brasil afora.

Diante desses fatos, passo a perguntar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre medicamentos e evidências científicas, como se dá esse processo? Existem etapas de confirmação de evidências e fases primárias até a fase conclusiva ou somente se considera evidência científica quando há aprovação definitiva? Indago aos convidados.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, V. Exa. Eu vou tentar responder da forma mais sucinta possível e clara, mas esse é um problema. Muita gente foi introduzida ao conceito da Medicina baseada em evidência, incluindo leigos, pessoas assustadas que queriam entender mais, e se vendeu a ideia de que Medicina baseada em evidência e de que evidência científica eram somente os estudos padrão ouro, os chamados ensaios clínicos randomizados duplo-cego controlados por placebo. Ora, cerca de 10% da cardiologia, a despeito de todo mundo ter hipertensão, doença cardiovascular, insuficiência cardíaca, é baseada nesse tipo de evidência.

Mesmo para doenças crônicas que já existem há muito tempo, onde há interesse comercial em se desenvolver medicamento, porque eles vão ser usados por anos, não existe esse nível de evidência. Então, é óbvio que, na pandemia, a gente não deve se posicionar com base nesse nível de evidência.

No entanto, como eu já mostrei anteriormente, o que as pessoas acham que é a Medicina baseada em evidências é isso aqui em cima. Na verdade, tudo isso aqui é a pirâmide das evidências. Medicina baseada em evidência não é ensaio clínico randomizado. Medicina baseada em evidência é se posicionar com a melhor evidência disponível. Em última instância, ela é só uma ferramenta da Medicina, que é uma só: assistir ao seu paciente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dr. Francisco, como se processa na prática em relação ao uso de medicamentos ou protocolos em casos como o de uma pandemia no que diz respeito às evidências, considerando que evidências científicas absolutamente conclusivas podem levar anos ou décadas?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – O médico sempre procura aliar a sua *expertise* e prática médica à melhor evidência científica disponível no momento para aquela situação. Se a situação é emergencial, é pandêmica, a gente não pode se dar ao luxo de esperar meses ou anos por estudos perfeitos, caros, que não são conduzidos de maneira pública e, sim, por entidades privadas, pra poder determinar que tal tratamento deve ou não deve ser feita à população. Nós temos que nos basear na experiência do passado, na similaridade e plausibilidade clínica, biológica e farmacológica e, a partir daí, determinar como que nós vamos agir diante daquele paciente e daquela situação. É assim que a gente faz, sempre fez na Medicina, e estamos fazendo agora. A única diferença é que agora isso está sendo alvo, objeto de discussão e narrativas políticas que visam a bloquear esse tratamento pra população e deixá-la apenas com uma dipirona numa mão e um oxímetro na outra mão, o que é um total descabimento do que se faz como médico, diante do cidadão doente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Triste realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Ricardo, é correto dizer que Medicina baseada em evidências é utilizar a melhor evidência disponível e não exclusivamente as do tipo 1-A? Como se aplica isso no caso específico de uma pandemia, como estamos atravessando agora?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – É correto. Os ensaios clínicos randomizados demoram pra sair, porque eles têm que colocar um grande número de pacientes. Então, é improvável que a gente vá ter respostas – ou pelo menos todas elas – somente com base nos ensaios clínicos. Pra piorar, ainda tem o atraso editorial, ou seja, mesmo que o ensaio clínico seja concluído, ainda tem todas as etapas pra ele ser aceito por uma revista revisada por pares. Daí a importância também de os cientistas e médicos terem acesso aos *preprints,* que foram demonizados, mas que são publicações da pesquisa dos colegas, assim que saem, e que permite que as pessoas tragam para o seu paciente o melhor em tempo real. Setenta por cento dos *preprints* ou mais acabam sendo publicados. Então, é muito importante se posicionar com base nas evidências disponíveis, nas melhores delas e nas mais atualizadas, porque é um campo que muda muito rapidamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Existem estudos que apontam que mais de 80% – e alguns indicam até 90% – dos pacientes do SUS que são intubados vêm a óbito. Isso, na rede particular, é um pouco menor. Sabemos que um dos fatores para esse alto índice pode ser a falta de médicos intensivistas diante da surpreendente demanda da pandemia, que estrangulou o sistema. Mas a pergunta que faço é: que relação esse número de mortes pode ter com a estratégia adotada por muitos Estados e Municípios de serem contra o tratamento no início dos sintomas e orientar os pacientes a procurar o médico já com falta de ar? Pergunto aos dois.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – O que causa a Covid-19 é um vírus, o SARS-CoV-2. Quanto maior a quantidade de vírus que o paciente chega no final da primeira semana, mais potente vai ter que ser a resposta imune, as defesas pra combater esse vírus. E aí tem guerra. O problema é que a guerra tem como cenário o nosso pulmão. Aí os vasos sanguíneos entopem, não tem chegada de sangue pra oxigenar, os espaços que eram pra ter ar se enchem de água. Então, a chave é bater no vírus. Se o vírus causa doença, a gente tem que bater no vírus. Como é que se bate no vírus? Com esse tratamento com antivirais. Nenhum dele é perfeito? Não. Eles não foram feitos pra corrigir, eles são reposicionados. Mas, somando as imperfeições e os pontos fortes deles, a gente tem um coquetel que, no outro lado da balança, coloca muito pouca toxicidade e, do lado da balança que pende pra nos ajudar, coloca-se antiviral. Exemplo só de um deles: ivermectina, publicação do Carlos Chaccour, ensaio clínico randomizado, duplo-cego, controlado por placebo, publicação na EClinicalMedicine, que é uma revista de alto impacto. Pacientes que usaram ivermectina – ensaio clínico, randomizado, duplo-cego, controlado por placebo, padrão ouro – tiveram carga viral no sétimo dia dezoito vezes menor.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – A dificuldade que o usuário do SUS tem em encontrar tratamento ambulatorial pra Covid, com certeza, na minha opinião, está ligado à enorme demanda que os hospitais públicos estão tendo por pacientes graves, aliado à falta tradicional de leitos, que sempre foi um problema crônico no Sistema Único de Saúde e ao esgotamento de recursos nessas unidades. Tirando ilhas de excelência do Sistema Único de Saúde, a realidade triste da população é de que o índice de mortalidade de quem é intubado no SUS é nessa faixa aí mesmo, de 80 a 90%, variando o estudo; e, na rede particular, é quase a metade.

O que a gente pode falar, com certeza, é que quem tem a rede particular ao seu lado tem muito mais facilidade em poder combater o vírus no seu corpo com medicamento já primeira semana do que os usuários do Sistema Único de Saúde. Os secretários estaduais de saúde e municipais têm que responder pra população porque que estão negando a eles acesso a tratamentos, a remédios baratos comprovadamente eficazes, dentro de seu determinado potencial pra cada um, amplamente testados e que a parte da população que não depende unicamente do SUS está tendo acesso. Por que os usuários do SUS estão sendo descriminados?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas é correto afirmar que quem busca o tratamento tardio tem um quadro de agravamento que leva à necessidade de uma UTI, até de um processo de intubação?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Quem, na segunda semana de doença, busca o tratamento é porque ele está com sintomas, esse sintoma é inflamação, isso é um quadro grave e que normalmente vai exigir uma terapêutica muito forte e provavelmente a hospitalização.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estudos já bem avançados, um deles por pesquisadores da PUC do Paraná, indicam que a falta de tratamento no começo dos sintomas leva pacientes a outras complicações, inclusive cardíacas e renais, que têm levado milhões a óbito. O senhor tem conhecimento desses estudos, Dr. Ricardo? Quais seriam as outras complicações das quais o senhor tem conhecimento?

O Dr. Francisco também pode responder.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Sim, isso é que é o triste. Quando a pessoa sai da UTI e ela sai naquele corredor, todo mundo aplaude, bate palma e parabeniza, há aquele momento mágico, mas, pra muitas dessas pessoas, o tormento não acabou. Grande parte delas fica com o que a gente chama de Covid longa, que são complicações crônicas pelo desbalanço inflamatório. É como se o corpo, pra ficar vivo, não que ele tivesse queimado todo combustível, é que ele tivesse desmontado suas próprias peças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso demora muito tempo e se associa muitas vezes a déficit de atenção, muitas vezes à narcolepsia, que é a doença do sono, e a outras complicações, além de manter o paciente num estado inflamatório crônico que pode levar a essas outras questões que o senhor falou, como doença cardiovascular e doença renal.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senador, eu queria apontar um dado que está sendo objeto da mais absoluta omissão por parte de autoridades e até mesmo da mídia.

Isso, como o Dr. Ricardo falou, de que o paciente sai da UTI com aplauso, balão, "Venci a Covid"... Aquilo é o início. Esse paciente ainda tem um risco aumentado de óbito por morte súbita por evento trombótico, por exemplo, nos seis meses pós-alta, muito maior do que a população em geral. E pior: quem não toma tratamento ou quem tem tido acesso tardio ao tratamento está tendo mais chances – a gente está vendo evoluir mais – com a chamada síndrome pós-Covid, que é uma série de sinais e sintomas que vão desde fadiga, dispneia, falta de ar, depressão, transtorno de ansiedade, quadros articulares, quadros cardíacos, até mesmo questões mais estéticas, como quedas absurdas de cabelo, mas que deixam as pessoas em situação de estresse. Isso tudo tem causado uma grande inabilitação da população economicamente ativa. Eu, como Perito Médico Federal, constato que, este ano, o Covid-19 ultrapassou as doenças ortopédicas e traumas como a principal causa de afastamento por auxílio-doença neste País. E não é por Covid aguda, não, porque a Covid aguda se concentra nas primeiras duas semanas: é por esses pacientes que estão cronicamente sequelados pela Covid, seja pela gravidade da Covid que os atingiu ou pela falta de tratamento adequado na primeira semana.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas para registro, eu estou com um caso na família. É exatamente isso que você descreveu agora: um tio que teve Covid, ficou bem, estava bem e agora mais recentemente, quatro, cinco meses depois, foi parar numa UTI. Ontem saiu, graças a Deus, evoluindo bem, mas é exatamente isto: essa trombose...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Trombose.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e a outra, que é no pulmão... É embolia...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Embolia pulmonar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

E é um caso pós-Covid – pós-Covid – e está relacionado, segundo os médicos, àquele momento em que ele enfrentou a Covid.

É uma doença realmente traiçoeira, perigosa, em que é preciso... É por isso que é importante, Presidente Jorginho, ouvir não quem acha que é dono da verdade, absolutamente, mas ouvir as pessoas que estudam, que enfrentam no dia a dia esse problema. Todos estão buscando salvar vidas, mas parece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem alguns que se envaidecem tanto que se sentem os donos da verdade e não querem permitir que as pessoas tenham acesso ao que os outros pensam, aos protocolos, ao modelo de atendimento. Então, eu fico feliz em tê-los aqui hoje. Gostaria que ficassem o dia todo respondendo as muitas perguntas.

Que relação esse tratamento tardio com as pessoas já com falta de ar pode ter com o colapso pela falta de oxigênio e de leitos de UTI?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Para mim, a relação é clara, porque é mais difícil redirecionar o desfecho de um paciente posteriormente do que direcioná-lo adequadamente no início, ou seja, como tudo em Medicina – e, por isso, eu sou contra o termo "tratamento precoce" –, o tratamento deve ser precoce. Nenhum colega oncologista fica esperando dar metástase nos ossos para começar a quimioterapia. Então, quando já tem falta de ar, é muito possível que vá acabar no tubo. Tem umas modalidades, como no Amazonas – eles estão de parabéns –, em que eles fizeram técnicas não invasivas de ventilação, desenvolvidas lá, que podem atrasar o tubo. Isso é ótimo, porque, se chega ao tubo, como já foi dito anteriormente por V. Exa., a letalidade pode chegar a 90%.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dr. Francisco, como se aplicam os princípios da beneficência e da não malevolência da autonomia do médico e do paciente em relação ao tratamento imediato, junto com todas as demais armas?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Todo paciente que procura um médico tem direito a um tratamento que seja clinicamente viável, com alguma plausibilidade clínica e alguma evidência científica. Isso é atender aos princípios bioéticos que norteiam a nossa profissão e que estão nos cânones éticos do Conselho Federal de Medicina. Pode haver divergência entre um tipo de tratamento ou outro, pode haver divergência entre profissionais, mas o fato é que esse paciente tem que ser acompanhado individualmente pelo médico. Então, por isso, só reiterando, até numa fala do Presidente, nós somos absolutamente contra autotratamento. Médico não defende... Quem defende a Medicina não pode defender autotratamento ou o *kit* Covid. Eu, inclusive, desconheço esse termo *kit* Covid, porque o que eu vejo sendo falado como *kit* Covid, pra mim, é algo que eu não faço na minha prática clínica, e todo mundo que trata paciente com Covid não faz. Pacientes têm que ter o médico ali, do lado, o dia inteiro. A gente aqui, no celular, por exemplo, os pacientes nos ligam 24h por dia. Não é um atendimentozinho e manda o paciente embora; ele fica conosco, abraçado conosco até a alta. É assim que se trata paciente. Todo o resto está errado, inclusive prescrição ou divulgação de eficácia de tratamento fora desse ambiente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Doutor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, já terminou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., ontem, foi muito bem. Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tema ontem era energia, Presidente. Eu agradeço V. Exa.

Eu tenho... São perguntas absolutamente objetivas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas já encerrou o seu tempo, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E eu gostaria de pedir a V. Exa. a oportunidade de declinar dessas perguntas, porque são absolutamente importantes não pra mim apenas, pra Comissão, mas para aqueles que estão nos acompanhando.

É verdade que médicos e pesquisadores que foram pioneiros na utilização de corticoides para Covid afirmam ter ajudado a tirar do colapso a cidade de Belém? Parece que há até um estudo do Dr. Zeballos e colaboradores narrando essa exitosa experiência em Belém. Vocês têm conhecimento?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Sim. Tenho.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Belém colapsou em maio de 2020, numa situação trágica. E, na época, o Dr. Zeballos, que foi, de fato, o pioneiro aqui, no Brasil, a falar de corticoide para Covid, junto com outros colegas que já passavam, a seguir, inclusive eu, essa abordagem, essa transmissão de conhecimento aos outros colegas... Eu não tive nenhuma participação em nada do Pará, mas eu sei que vários colegas foram para o Pará para tentar resolver a situação e que, com a instituição de um protocolo de tratamento que incluía a corticoterapia, os casos desabaram lá, no Pará. Desde então, o Governador do Pará, Helder Barbalho, tem instituído protocolos de tratamento precoce pra população. E a verdade é que, em Belém do Pará e no Estado do Pará como um todo, em que pese ainda estar em regime de alerta por conta da pandemia, a gente nunca mais ouviu falar do que aconteceu lá ou como houve em maio de 2020. Esse estudo do colapso de Belém já está em *preprint,* pra ser publicado numa revista internacional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Poxa, que boa notícia! Então, pelo que eu entendo aqui, negar tratamento inicial, como muitos fazem, como muitos defendem, seria antiético ou talvez até criminoso...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – E me permite um aparte, Excelência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo diante de evidências observacionais vindas da China de que corticoide ajudava a tratar pacientes com Covid, mesmo diante dos estudos que já existiam sobre sepse bacteriana que mostravam o papel do corticoide nos pacientes graves, nós fomos atacados como charlatães por membros da Sociedade Brasileira de Infectologia e médicos renomados, dizendo que isso não tinha sentido, que não tinha efeito. Inclusive, tem falas do Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, Dr. Clovis Arns, professor que a gente muito respeita, mas discorda nesse aspecto, em *guideline* de maio da Sociedade Brasileira de Infectologia, falando que corticoide não prestava e que era malefício para o paciente. Mesmo quando saíram os estudos ingleses do grupo Recovery demonstrando pela primeira vez, em ensaio clínico duplo-cego – aliás, Recovery não é duplo-cego, se não me engano, mas ensaio clínico randomizado –, que havia benefício no uso do corticoide no paciente crítico e, eventualmente, no paciente não crítico de Covid, a SBI continuou mantendo o negacionismo do corticoide em seus *guidelines* até que, meses depois, eles começaram a corrigir o painel, o rumo, mesmo assim, prescrevendo doses consideradas pequenas de corticoide, sem individualização dos casos. A gente pode dar uma dose "x" de corticoide para um paciente de 70 quilos, mas, se esse paciente tem 130 quilos, a dose tem que ser outra, e isso não era observado nos *guidelines* da sociedade. Quantos pacientes morreram sem corticoide neste País, dos 500 mil, número trágico que infelizmente vai se abater sobre nós neste final de semana? Quantos morreram sem corticoide? Quantos morreram por seguir os *guidelines* da SBI naquela época?

E é por isso que eu falo: a ciência é dinâmica, a ciência muda. A gente tem que evitar posições firmes, como "não existe", "não é", "não é assim, é assado". A gente tem que ter sempre abertura para ouvir todos os lados, porque nem sempre aquilo que parece é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Obrigado a V. Exa., Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, deixe eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tenho só mais duas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador, o senhor me desculpe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me desculpe, Senador, mas já ultrapassou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Permita-me fazer as duas últimas perguntas. É um tema extremamente importante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é importante, mas, Senador, o estipulado é 15 minutos, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem consciência... Eu estou fazendo este apelo a V. Exa. e ao bom senso, porque V. Exa. sabe que, em outros momentos, quem veio aqui defender a cegueira científica ou o ponto de vista deles que nega o tratamento precoce, que nega o atendimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eles também negam o tratamento precoce.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor é a favor do tratamento precoce?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, senhor, não é o que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está dizendo... Eu vou perguntar para ele se ele...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá! Quer ver?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tratamento na fase inicial da doença.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Tratamento precoce!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que é tratamento precoce, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei! Eu não sei!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, não fale bobagem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei! Vou perguntar para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, não fale bobagem, Presidente!

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Mas eu concordo com V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor está confundindo tratamento precoce com profilático.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – ... em relação à questão.

O que se fala tratamento precoce é o tratamento do paciente com até, no máximo, cinco dias de sinais e sintomas. Prevenção é quando o paciente ou se expõe muito, como um profissional da área da saúde, ou tem algum caso na família; ele não tem sintomas e, aí, ele usa para tentar evitar o desenvolvimento da doença.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem.

Presidente, apenas mais duas perguntas.

É verídico que artigos publicados revelam que cerca de 90% dos procedimentos médicos e medicamentos não possuem evidências do tipo 1A? E também é verídico que as evidências são classificadas em uma pirâmide de relevância, mas que as abaixo das do tipo 1A também são relevantes, especialmente na falta daquelas? É justo esse excesso de rigor somente com os medicamentos do tratamento imediato ou precoce, mesmo em plena pandemia? Por que usam dois pesos e duas medidas somente com eles? Nesta tabelinha que V. Sa. mostrou aí, esses estudos da fase de baixo não têm relevância, não podem servir de parâmetro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, para concluir, Senador Marcos Rogério! V. Exa. faz a pergunta... A pergunta pode ser objetiva, por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Marcos Rogério!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...o Brasil inteiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Brasil inteiro está acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, V. Exa. já ultrapassou, e muito, o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sei, Presidente. Parece que V. Exa. não tem amor à vida. Eu fico triste de ouvir isso aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, não tenho amor ao meu irmão que morreu, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, não faça apelo, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tenho, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça apelo não, que eu também tenho caso de família e não vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tenho nenhum amor, nenhum amor ao meu irmão. Não faça isso, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso! Eu estou aqui sendo paciente com V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. foi paciente com todos que foram contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você falar para mim que eu não tenho amor à vida?!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não quer permitir o debate. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. ultrapassou o tempo. São 15 minutos. Não são 30, são 15.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. usa dois pesos e duas medidas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pega o parâmetro do que foi feito contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quantos minutos o Senador já está falando, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, não estou falando em relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! Faça isso, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. fez, ao longo do tempo aqui, Presidente, apologia aos que são contra o que nós estamos discutindo hoje. O tempo todo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vou continuar fazendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai continuar fazendo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, V. Exa. tem lado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu estou ouvindo aqui, eu estou ouvindo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem lado, está claro isso. É uma pena.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Não é que eu tenha lado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É uma pena isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu perguntei para ele... V. Exa. está falando em um lado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O respeito que eu tenho por V. Exa.... Não acho que deveria tratar, neste dia, diante do que nós estamos discutindo aqui, da maneira que está. Ficaria muito mais bonito para V. Exa., mesmo discordando, e eu sei que discorda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olhe, eu não estou preocupado se você vai me achar muito mais bonito ou mais feio. Não é isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não sou eu, não, Presidente. É o Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Brasil inteiro que está acompanhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, o senhor falou em duas perguntas. Faça as duas perguntas, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.. Agradeço. Ele pode responder primeiro, ou faço as duas na sequência?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só falta uma. Você já fez uma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas ele não respondeu. Aí eu faço a outra.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Em relação à pirâmide de evidência, como eu já trazido, sem dúvida, existem vários níveis de evidência diferentes, e é óbvio que, numa pandemia, não é nem prático a gente esperar pelos ensaios clínicos randomizados, por um motivo muito simples: mesmo que eles saiam, para sair o ensaio clínico randomizado numa pandemia, ele obrigatoriamente vai ter uma tendência forte a ser pequeno, e aí ele pode ter o que a gente chama de erro de poder estatístico. É que nem fazer uma pesquisa eleitoral para Presidente, por exemplo, entrevistando dez pessoas. Você não vai ter um resultado apurado. Em infectologia, que é a minha área, a gente sempre prescreveu sem evidência nível 1A, como os colegas tratam endocardite infecciosa, meningite... Não existe ensaio clínico randomizado para essas doenças. Não é por isso que a gente vai deixar o paciente morrer de infecção cardíaca ou de meningite na nossa frente. Então, eu não entendo por que, agora, numa pandemia, é que se vai atrás de um grau de evidência que nunca antes foi solicitado. E, mesmo assim, mesmo a despeito disso, esse nível de evidência tem se acumulado. É isso que chama mais atenção, mas não parece adiantar em relação à mudança de opinião de certas pessoas.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Só complementando, especialmente na cardiologia, que a gente considera que é a meca da medicina baseada em evidências, tem um excelente artigo publicado no JAMA em 2018, 2019, mostrando que apenas 8,5% dos procedimentos nos *guidelines* da Sociedade Americana de Cardiologia eram baseados na chamada evidência 1A, evidência de ouro, evidência mais forte. E, em dez anos, em uma década, de 2008 a 2018, esse número não mudou, ou seja, como é difícil se conseguir uma evidência 1A na Medicina. E exigir isso para tratar uma pandemia que está vitimando milhões de pessoas no mundo e meio milhão de brasileiros... Isso beira a insanidade, na minha opinião.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou fazer a última pergunta. Esse tema daria para a gente ficar aqui o dia perguntando, questionando, para esclarecer, mas vou fazer a última em respeito ao que falei ao Presidente.

Os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é a mim, nobre Senador. É o tempo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sei. Eu sei do tempo, Presidente, é o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o tempo, 15 minutos. Foi estabelecido lá atrás. Veja bem, não é... Eu acho que eles têm realmente muita coisa a esclarecer. Agora, é o tempo. Não sou eu. É o tempo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, os que saíram daqui saíram, porque quiseram, para desequilibrar o tamanho do debate, a importância do debate, e V. Exa. ficou. Eu agradeço por ter ficado, mas que isso demonstra justamente uma tomada de posição demonstra.

Os senhores têm conhecimento sobre o uso do tamiflu e do AZT no início das viroses de H1N1 e aids. Apesar de não possuírem evidências conclusivas, foram demonizados, como o que assistimos hoje em relação a alguns medicamentos. Essa é a experiência? Essa é a visão? Por que isso? Qual a visão de vocês?

E aí, para concluir – eu não vou fazer mais perguntas –, em relação ao que está acontecendo no Brasil hoje, essa negação, essa satanização, essa demonização de procedimentos, de protocolos, de atendimento, o que o mundo está fazendo em relação a isso?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa, é um excelente exemplo histórico. Para quem não sabe, o AZT (2',3'-dideoxi-2',3'-didehidrotimidina), de 1987, era uma droga anticâncer e foi reposicionada para tratamento do HIV. Não só isso: todos os antirretrovirais da classe devem as vidas que eles salvaram ao AZT, que foi o primeiro. Se as pessoas tivessem dito "Ah, uma droga para câncer", como disseram "Ah, um vermífugo", e ignorado o AZT, a gente não teria chegado aonde a gente chegou na terapia do HIV aids, que foi um marco na virologia moderna. Isso, como infectologista, eu digo com muita tranquilidade.

Em relação ao tamiflu, é um exemplo também muito bom, porque o tamiflu faz diferença nos sinais, sintomas se iniciado logo. Ora, quem diria, é sempre a mesma coisa em infecção viral de vias aéreas. Se inciado logo, tem resultado. É isto que a gente precisa: iniciar as coisas logo. Para isso, os pacientes têm que ir até o médico assim que tiverem sinais, sintomas. Neste contexto epidemiológico que a gente está, a probabilidade de sinais, sintomas de resfriado serem Covid é grande, porque a gente parte de uma probabilidade pré-teste, que a gente chama grande. Então, elas não podem ficar em casa para ver se vai passar sozinho, etc. Elas têm que chegar, justamente, porque existe um tempo hábil para tentar redirecionar esse desfecho dos pacientes, como toda a virologia nos ensinou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Sr. Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Inclusive, lembrando que o tamiflu para o tratamento da influenza é a evidência tipo C – de casa – e tem sido recomendado sem nenhuma crítica ou óbice por nenhuma entidade internacional ou nacional, seja de infectologia ou não. E o tamiflu ainda é recomendado para o tratamento da Covid, evidência zero, enquanto que remédios que têm centenas de estudos são alvos de questionamentos.

E aí vem o que eu falo: temos que tirar os juízes, os políticos e os jornalistas da sala de emergência, porque é um tema que deixa todo mundo em polvorosa, é o tema do mundo há dois anos. Pessoas com experiências pessoais tristes em relação ao coronavírus, todos se acham no direito de comentar. Isso é legítimo, mas a gente tem que deixar o debate técnico para os técnicos que não são, com todo o respeito que eu tenho, formados em microbiologia. São os médicos, farmacêuticos que podem discutir as drogas, os enfermeiros, os médicos, mas médicos... Quem prescreve é o médico, é o médico que assume a responsabilidade daquilo que ele prescreve. Ele responde sozinho pelo que ele prescreve, inclusive penalmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Dr. Ricardo e Dr. Francisco, quanto tempo demorou para que o coquetel da aids fosse lançado no mercado e tivesse aprovação pelos órgãos internacionais, inclusive pela Anvisa, para o tratamento de HIV?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – O AZT foi redirecionado em 1987. Foi aprovado pela FDA americana neste ano. O primeiro coquetel verdadeiro, que é a associação de fármacos, como V. Exa. falou bem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a pergunta é...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – É de AZT, ddC e Saquinavir, de 1995. E depois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. E quanto tempo demorou, após o descobrimento do HIV, para se ter esse coquetel?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – O coquetel no País foi aprovado com base em estudos com desfechos substitutos, carga viral CD4. Demorou algum tempo, V. Exa., mas era...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto tempo? Eu estou perguntando quanto tempo.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu não me recordo...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – A primeira descrição do HIV foi em 1981, casos em Nova York de pneumonia atípica; o AZT veio em 1987, com a droga reposicionada, foi alvo de um *fast study*, ensaio clínico randomizado muito pequeno, que serviu, na prática, para autorizar a FDA a liberar o AZT como droga experimental nos Estados Unidos, e ficou como mono ou duploterapia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até mais ou menos o ano 1996, 1997, 1998, que foi quando as pesquisas do David Ho, nos Estados Unidos, levaram à conclusão de que um coquetel com duas ou três drogas seria um tratamento ideal para você zerar a carga viral do HIV. Então, 1998 menos 1981...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Dezessete anos.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Dezessete anos depois do descobrimento dos primeiros casos da aids, que era também uma doença desconhecida, como é o vírus do Covid, se criou um coquetel. E o AZT, que foi o primeiro a ser utilizado, cinco anos depois. Isso?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Sim.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Mas o AZT foi redirecionado da pesquisa de câncer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Cinco anos depois, não foram seis meses, três meses depois.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Ah, V. Exa., a gente deveria projetar 17 anos sem tratamento para Covid-19, mas o vírus vai acabar antes disso, pelas minhas próprias pesquisas. Então, acho que a gente não vai ter esse tipo de problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Luis Carlos Heinze, 15 minutos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, colegas Senadoras e Senadores, agradecer aos presentes aqui e àqueles que estão virtuais e lamentar, Senador Girão, aqueles que se ausentaram. Nós temos ficado aqui em todas as sessões, esquerda, direita, ideológica ou não, escutamos, ouvimos.

Dr. Zimerman, meu conterrâneo gaúcho, Dr. Francisco, essa mocinha aqui, mirradinha, baixinha, Dra. Evelin, a vocês eu quero render essa homenagem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** A mim?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Não, aos médicos que eu citei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** Pensei que era para mim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Pode ser também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa homenagem é em nome dos milhares de médicos que teimam, insistem, persistem e trazem resultados. A vocês, que têm esses 16,077 milhões de vidas salvas. Eu claro que lamento as 490 mil mortes. Então, esse é o ponto importante que a gente está debatendo.

Senador Otto... Otto não – estou me lembrando do Otto –, Omar, nós vamos trazer, na semana que vem, o caso Fauci, que hoje é emblemático no mundo inteiro. E eu já estou, Senador Marcos Rogério, Senador Girão, questionando o Senado norte-americano sobre esse tema, certo? Vou receber informações, já os questionei e vou receber deles sobre esse caso, que é emblemático, sobre esse processo aqui.

Aos nossos convidados, perguntas para o Dr. Francisco e Dr. Zimerman. Em relação ao estudo de Manaus com a cloroquina, que culminou com a publicação da revista *Jama* e que até hoje é um balizador da tomada de decisões médicas, pergunto: quais foram as premissas assumidas na escolha das doses do remédio? Os doutores julgam as dosagens avaliadas seguras para o uso no tratamento precoce? Alguma razão específica para o uso de cloroquina em fase de pacientes já em estágio avançado de Covid-19? Ainda sobre a hidroxicloroquina, podem traçar um resumo sobre a quantidade, a qualidade de estudos clínicos e de eficácia disponíveis e sobre a questão de arritmias cardíacas? E qual a sua visão sobre esse assunto?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Bom, posso falar primeiro?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Pode.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Quando saiu o estudo da *Jama*, que chamou a atenção pelos supostos efeitos graves com cloroquina, esse estudo não era pra avaliar a eficácia do tratamento da cloroquina na Covid, era pra avaliar a segurança de altas e baixas doses de cloroquina em pacientes com Covid grave. Chamou a atenção a quantidade de cloroquina empregada nos pacientes do grupo da dose alta, 12g em dez dias. Quando nós vamos nos referir ao artigo – e tudo que eu estou falando aqui está no artigo, não é invenção minha, não é ilação –, eles falam que copiaram ou se inspiraram num estudo chinês, que usou 500mg de fosfato de cloroquina duas vezes ao dia, durante dez dias, pra pesquisar a mesma coisa lá na China. Qual foi o erro? E isso teve até uma investigação que chegou a essa conclusão. Fosfato de cloroquina é o nome do remédio na China, ele contém 310mg da base, da pasta cloroquina. Só que, com o comprimido brasileiro que eles usaram, o que que eles fizeram? Se foram usados 500mg na China, aqui no Brasil nós vamos usar 500mg – no Brasil –, só que o comprimido brasileiro é de 150mg. Então, eles calcularam que teriam que ser quatro comprimidos, o último sendo quebrado. Pra não ter que quebrar, eles assumiram a dose de 600mg, de 12 em 12, pra tentar equivaler ao estudo chinês. É por isso que erroneamente pessoas que já vieram até nesta CPI estão falando que a dose usada no estudo de Manaus é igual à do estudo chinês; não é, e eu vou falar agora por quê.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O comprimido brasileiro tem 150mg de base cloroquina, o que equivale a 241mg do fosfato de cloroquina. Então, eles pegaram o comprimido chinês, cuja apresentação era em fosfato de cloroquina 500mg, que tinha, na verdade, 310mg de cloroquina na prática. Então, os chineses deram 600mg por dia, no seu estudo, e aqui no Brasil eles pegaram 600mg vezes dois, durante dez dias.

Por causa desse erro na hora de calcular a dose do grupo alto, eles descrevem no estudo o comprimido brasileiro de fosfato de cloroquina 150mg da base, com 241mg do equivalente fosfato de cloroquina, e que o estudo chinês, eles revelaram no estudo, na bula e no próprio estudo citado, foi 500mg de fosfato de cloroquina. Ou seja, na prática, os chineses deram 1g de cloroquina, fosfato de cloroquina, que equivale a 620mg de cloroquina base. E, aqui no Brasil, eles deram 620mg base vezes dois, deram 1.200mg de cloroquina base, o que equivale a 241 vezes quatro, vezes dois. Então, na prática, o estudo de Manaus deu o dobro, o dobro da dose do estudo chinês pra pacientes graves. Na própria bula da cloroquina... E não confundir com hidroxicloroquina, porque também foi dito que houve um estudo pra estudar cloroquina em pacientes com câncer que usou dose igual. Esse estudo usou a hidroxicloroquina, que é um primo da cloroquina, mas ela tem uma apresentação diferente, dosagem diferente e margem de segurança muito melhor que a cloroquina.

Então, no estudo de Manaus, isso está no próprio estudo – o que eu estou falando é extraído do estudo –, eles deram 1.200mg de cloroquina base – se calcular isso em fosfato, vai dar cerca de 2g – por dia para os pacientes, sendo que a própria bula da cloroquina fala que deve se evitar dar mais que 1.500mg em três dias seguidos. Eles deram pra esses pacientes 3.600mg de cloroquina em três dias. Sete pacientes morreram nesses três dias. No total, teve aquele desfecho que já foi falado aqui, dos 22 óbitos, sendo seis no grupo de baixa dose e o restante no grupo de alta dose, quando o estudo foi interrompido.

Agora, detalhe: as mortes não foram por Covid. Esse estudo era randomizado, isso quer dizer que ambos os braços tinham o mesmo grau de risco, tinham os seus fatores de risco equilibrados. O único diferencial foi a dose quase letal – em alguns casos, letal – de cloroquina no grupo de alta dose. E isso foi achado que teve relação com eventos de arritmia e com mortalidade com significância estatística, ou seja, "p" menor que 0,05. E isso foi publicado na revista, isso está escrito na revista. Então, eles publicaram o estudo dizendo que o que causou as mortes foi a dose elevada de cloroquina, por isso cloroquina é uma droga insegura, por isso cloroquina seria ineficaz...

E daí se extrai toda a narrativa de difamação de uma droga, que sempre foi segura, sempre foi dada na Região Amazônica sem nem prescrição médica, em muitos casos, nas populações ribeirinhas, nas populações tradicionais da Região Amazônica. Nem tem médico lá pra fazer isso. Eles sabem exatamente qual é a dose que tem que tomar. Então, foi esse pequeno, porém fatal erro que levou às mortes do CloroCovid.

E, Senador, as mortes não se resumem a esse estudo. Esse estudo trouxe tão má fama a cloroquina em nível mundial que vários países, vários centros, vários pesquisadores, sem se atentar ao fato de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houve hiperdosagem no estudo, passaram a refutar a cloroquina, até porque eles não têm muita experiência com cloroquina. Tanto os grandes centros de São Paulo, quanto os centros internacionais – são drogas com as quais eles não lidam muito – passaram a rejeitar de pronto cloroquina, hidroxicloroquina, e começou-se a construir uma narrativa negativa contra qualquer tipo de droga contra Covid.

Então, muito mais pessoas, incontáveis pessoas morreram em virtude da má fama que esse estudo deu à cloroquina. Isso é uma tragédia que precisa ser investigada pelo País. Os Srs. Senadores têm que ter ciência do que aconteceu nesse estudo. Isso é uma vergonha pra ciência nacional. E isso deveria ser alvo de apuração – não pra caçar a pessoa ou pra punir. Tem que ser revisado todo o processo científico no Brasil, inclusive a Conep, que autorizou esse estudo com dose tóxica. Tem muita coisa errada em termos de regulação de pesquisa neste País.

Foi isso que aconteceu em Manaus.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Só pra complementar, V. Exa., pra ter uma ideia, essa dose que eles deram equivale a 20 doses de ataque pra malária, dadas ao longo de dez dias. E os estudos de farmacologia, de farmacocinética mostram que, nessas doses, o paciente fica sob dose potencialmente letal metade do dia, metade do intervalo/dose, acima de 10 micromol/litro.

Então, isso é muito importante, porque, por exemplo, a revisão sistemática com metanálise da *Nature*, que todo mundo comentou, que mostrava que a cloroquina fazia mal, todo o peso desse estudo foi o responsável por esse achado. É um estudo que, aliás, não deveria ter sido incluído na revisão sistemática, porque a revisão tinha que incluir só estudos com cloroquina *versus* controle, e esse estudo, na verdade, era cloroquina *versus* cloroquina.

Então, o que ocorreu depois na sequência, na ciência, em virtude disso, é algo que não deve ser desprezado, como colocou o Francisco.

De fato, os dados de toxicidade de cloroquina e de hidroxicloroquina se concentram nesse trabalho e num outro que é pior, porque é totalmente falso, que é o Surgisphere, que passou no *peer review*, com mais de 94 mil pacientes que não existiam. E, depois disso, houve suspensão de estudos com a hidroxicloroquina, e é por isso que a gente vai ter que saber, tem que se posicionar agora, ou não vai ter mais informações novas para se posicionar, porque não tem grandes estudos em andamento, em virtude da má ciência.

Então, não só que os estudos eram – esse, da Surgisphere – ao menos fraudulentos, mas também eles interromperam a pesquisa e condenaram o fármaco que não tinha ninguém para torcer por ele, porque não leva ninguém para Cancún no final do ano, por exemplo.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Só para completar, Senador: esse estudo fraudulento de *The Lancet*, *Lancet gate*, e eu fui um dos médicos brasileiros que denunciou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

publicamente isso assim que saiu o estudo, e tive que ouvir de colegas: "Esse é o melhor estudo", "Essa é a pá de cal", como se fosse uma torcida contra a medicação, e ainda tive que ouvir algo do tipo: "Quem é você para contestar *The Lancet*?". Quem sou eu, um grão de areia nessa praia, para contestar *The Lancet*? Doze dias depois, *The Lancet* retratou o estudo, a maior vergonha na ciência na última década.

Esse estudo é base de uma ação, no Supremo Tribunal Federal, contra a nota informativa do Ministério da Saúde que eu ajudei a construir, dizendo que era uma nota falsa, uma nota obscurantista, baseada em má ciência, e essa ação, que, se não me engano, está lá até hoje, no Supremo, tem como base um estudo fraudulento que foi revogado por *The Lancet*. Esse é o nível do debate que a gente está tendo no Brasil atualmente sobre o tratamento de Covid.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para esclarecer, Senador Omar Aziz, também Jorginho Mello, Girão e também Styvenson, esse estudo está em andamento... Está em análise no Ministério Público estadual do Amazonas. Existe uma ação sobre o processo e nós também temos um pedido na Polícia Federal para ser investigado. E gostaria – viu, Senador Omar Aziz? – que esse debate fosse feito à luz de cientistas, inclusive do próprio Francisco Cardoso.

Eu pedi na CNN, eu pedi na Globo, para que a gente debatesse o tema específico de Manaus. Da mesma forma, o tal *The Lancet*. Esses dois estudos, eu tenho repetido aqui, foram fundamentais para que a OMS mudasse a sua orientação sobre esse tratamento. Então, esse é o ponto.

Segunda questão: o conhecimento de quantos médicos no Brasil têm salvado vidas utilizando o tratamento que envolve a atenção primária e prescrição de remédios em tratamento precoce. Como explicar a diferença observada em letalidade nas mesmas regiões de uma certa área, considerando uma mesma taxa de vacinação de população?

A vacinação garante imunidade e, portanto, impede infecção e transmissão do vírus. Esse tratamento... Só para colocar a vocês: nós fizemos um levantamento em 40 Municípios brasileiros, de norte a sul, em todas as regiões que adotam esse tratamento, e a letalidade desses Municípios deu 1,4. A letalidade no Brasil é 2,8.

Senador Omar Aziz, quando eu falo muito nesse assunto aqui... Numa outra oportunidade, eu vou mandar imprimir. Não conheço a pessoa. Um pesquisador de São Paulo fez um trabalho que trata justamente do que eu estou falando aqui e traz exemplos da China, da Índia, de vários países que adotam o procedimento. Inclusive, quando eu falei, não sei se foi a Dra. Luana ou a Natalia: "Ah, mas só 28 países adotam". Esses 28 países que adotam têm 54% da população mundial. Então, veja que é alguma coisa expressiva a percentagem desse processo. Eu vou imprimir o trabalho que essa pessoa me mandou, um vídeo mostrando dados de país por país que faz esse controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pergunta a vocês é esta: o que vocês acham desse tratamento em que médicos adotaram o procedimento? E são Municípios como – é o caso – Porto Feliz, é o caso de Rancho Queimado, vários Municípios brasileiros, Porto Seguro, da Dra. Raissa, que estão usando o tratamento.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – E isso foi uma experiência, V. Exa., que foi reconhecida no exterior. Na publicação da Front Line Covid-19 Critical Care, dos colegas americanos, apareceu a comparação de Municípios brasileiros que tratavam e não tratavam com esquemas baseados em ivermectina, e os resultados consistentemente foram favoráveis à ivermectina. Mas eu acho que a gente tem que encarar isso como um complemento às estratégias. Me parece lógico que, se a gente fizer a vacinação e fizer o tratamento, a gente vai ter um resultado potencializado em relação a escolher um ou outro. O bom é que a gente não precisa escolher, a gente pode fazer os dois. Conhecendo o vírus da Covid como eu conheço, inclusive a sua evolução, que eu estudo – tenho um grupo de pesquisa disso –, eu recomendo fortemente que as pessoas usem todas as estratégias disponíveis. Não é o momento de politização, porque, se a gente não usar tudo que a gente tem, o vírus pode continuar evoluindo para linhagens cada vez piores.

Há pouco, por exemplo, o nosso grupo descreveu a P1.2, V. Exa., que é uma continuação da P1 em Manaus. Foi um dos grupos que descrevemos nas nossas análises de genoma. Então, o vírus é um inimigo muito sério. Meu apelo é para que as pessoas despolitizem o assunto. Se alguém ficar doente, quem vai se prejudicar é quem está doente, não é o político que gosta, o político que não gosta. Este é o momento de a gente se unir em torno de todas as estratégias disponíveis que tiverem algum grau de eficácia comprovada e que forem seguras. A gente não pode exigir um nível de evidência de uma e não de outra, senão seria um peso e duas medidas.

Eu fui um dos primeiros a me vacinar com a CoronaVac, coloquei no Instagram, as duas doses, estimulando as pessoas a fazerem, mas a vacina, na época, tinha sido aprovada com uma apresentação de eslaides. Para mim, estava o.k. Eu entendi a relevância disso em saúde pública. A minha pergunta é: por que com metanálises essas drogas não podem ser também consideradas? Isso é que não entra na minha cabeça. E, V. Exa., eu não sou exatamente burro e não tenho uma grande dificuldade de entender as coisas. Então, se isso não entra na minha cabeça...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – ... é algo interessante.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Francisco, quer complementar?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Exatamente. Nós estamos fazendo a vacinação em todo o mundo. E não é porque essa vacina ainda não tem um estudo duplo-cego, randomizado, multicêntrico, tal e tal, que nós vamos impedir ou falar contra a vacinação. Então, não dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para entender por que se adotam dois pesos e duas medidas. Vacinação é essencial em qualquer epidemia, em qualquer doença infecciosa como um todo, mas ela nunca foi e nunca será a única estratégia de combate e remissão de doença, até porque essas vacinas para Covid não são esterilizantes. Elas são vacinas que tendem, que prometem e que têm a eficácia medida na redução de incidência de doença, ou seja, eu estou vacinado, eu posso ainda pegar o vírus e transmiti-lo, mas eu não evoluo com doença, que é o que, no fim, importa. Quem está dando o braço lá para receber a vacina quer se proteger do vírus, não quer morrer do vírus. Se essa vacina é esterilizante ou não, tanto faz. O que eu quero é que essa vacina permita que eu não evolua com doença, caso entre em contato com o vírus. Esse é o objetivo da vacina.

Então, contar com a vacina como único método de impedir a propagação da pandemia no Brasil é errado, repito. A Inglaterra voltou nessa semana a ter aumento de casos por causa de uma nova variante. Isso é muito dinâmico e muito complexo. Em nenhuma... E não é por isso que se tem que taxar alguém como antivacina, anti-isso, antiaquilo, porque aí é demagogia política, aí é Fla-Flu mesmo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Uma pergunta, rapidinho: a vacinação e esse tratamento precoce não impedem a multiplicação do vírus, a retransmissão?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Se o paciente se trata, ele tem provavelmente uma chance menor de transmitir, porque a carga viral cai com o tratamento. Isso está provado já por alguns estudos, como o da nitazoxanida, o da ivermectina... A dudasterida também tem uma taxa maior de negativação. E, como o que importa, evidentemente, é destruir o vírus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Isso está provado onde, Doutor?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Então, vamos lá. Estudo de resposta virológica... Aqui mesmo o Ministério da Ciência e Tecnologia publicou, é um trabalho daqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas onde que foi...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – ... da casa, do ministério vizinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutor, doutor, a sua resposta...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Annita, a Annita...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – É a nitazoxanida, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho.

A sua responsabilidade, como a do Dr. Francisco... Nós estamos entrando aqui num debate que está provado. É fácil... Está provado, ou está condenado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Redução na carga viral, V. Exa., está provado: tem uma redução de cinco mil vezes na carga viral *in vitro*.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Foi um estudo conduzido pela UFRJ.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** *In vitro,* Doutor... Dá licença, eu não sou médico. *In vitro*, Doutor?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Sim, mas é que as coisas começam *in vitro*; depois elas vão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ah! Começam *in vitro*, mas o senhor não pode afirmar isso para a população. A população...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Então, deixa eu prosseguir: *in vivo*, em pacientes também, no estudo do Carlos Chaccour, houve uma redução de 18...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois onde está publicado?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Carlos Chaccour, EClinicalMedicine, uma revista de alto índice de impacto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Onde?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – EClinicalMedicine, Carlos Chaccour, ensaio clínico randomizado, duplo-cego...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque, se a Organização Mundial de Saúde, se a Organização Mundial de Saúde não recomenda...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – A Organização Mundial da Saúde está aqui: estudo em ensaio clínico randomizado... Está aqui em cima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, espere aí. A Organização Mundial de Saúde não permite. A Anvisa – a Anvisa tem profissionais lá que são colegas de vocês, porque quem está lá são colegas de vocês também, são médicos, são especialistas, são cientistas – também não recomenda.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – A Anvisa não se pronunciou sobre isso ainda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O próprio Ministro da Saúde veio aqui e disse que não recomendava isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa., a Anvisa não tem... A Anvisa não tem poder de deliberar sobre medicações *off-label*. Não é o papel dela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Doutor, eles já vieram aqui. Veio aqui o Dr. Queiroga, que é Ministro da Saúde...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Com todo o respeito, eu discordo do Dr. Queiroga, então.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, o senhor discorda do Dr. Queiroga e discorda da Anvisa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Eu discordei dele também.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Excelência, Excelência, a Anvisa não pode se posicionar sobre isso, não é papel dela.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não cabe à Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu estou dizendo que a Anvisa...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não cabe à Anvisa, V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... não quis colocar na bula da cloroquina o que vocês queriam.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Não, não é...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Não, negativo, negativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Vocês queriam que colocassem na bula...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Não, não...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa., eu nunca quis que colocassem na bula.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Eu nunca quis...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O senhor não estava... O senhor nunca quis que colocasse na bula, não?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Não precisa colocar na bula...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... se os médicos prescrevem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Tentaram fazer com que o Presidente da Anvisa aceitasse. Isso aqui já foi provado.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não! Como assim, V. Exa.? Por mim?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Isso não tem nada a ver com a gente aqui, vamos deixar bem claro.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa., eu quero deixar bem claro que não tenho nada a ver com isso!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem, pela ordem.

Presidente, isso é uma falta de respeito com os depoentes que estão aqui. O senhor acusar, virar para um cientista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E daí?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... e dizer pra ele que ele quis mudar a bula?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas ninguém fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E daí?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor está fazendo uma acusação grave.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E daí?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas eles não fizeram isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E daí? E daí?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eles não fizeram isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é você para me chamar a atenção aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou aqui querendo fazer um trabalho independente, um trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que falta de educação? Eu perguntei ao doutor onde está publicado isso. E eu disse da responsabilidade. Ele falou que era *in vitro*.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eles são responsáveis por fazer um trabalho sobre isso.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não, V. Exa. Eu disse que na EClinicalMedicine, uma revista de alto índice de impacto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu fui questionar o doutor...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não! Pode me questionar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é questionar. O senhor o acusou. O senhor o acusou aqui.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Pode questionar. Faz parte do debate.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acuso, eu acuso aqueles que defendem de forma..., como um tratamento, uma política pública para o Brasil fazer esse tratamento precoce.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor virou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acuso. Eu acuso. Eu acuso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu sei que o senhor acusa o que o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E acabou!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor faz o que o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sou obrigado a ficar sentado aqui e concordar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Brasil está vendo que o senhor manipula do jeito que quer.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor acusa... O senhor acusa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O que eu estou falando é que o senhor não pode acusar um cientista...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cortei mesmo. Está cortado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou falando, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Cortou o meu microfone. É assim que funciona o autoritarismo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É assim que funciona aqui.

V. Exa. estava lá e veio aqui só para...

Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Cortou geral. Passou o rodo. (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, eu já citei aqui o caso fraudulento, escandaloso, da *The Lancet*. Ninguém me disse quem pagou aquela atriz pornô para fazer a pesquisa em 96 mil pacientes em 17 países. Quem me disse que pagou? A pesquisa de Manaus que eu questiono, o Dr. Zimerman e o Dr. Francisco comentaram exatamente. Eu quero que alguém venha debater com essas pessoas aqui. Ninguém debate. Tem que debater. Essas duas pesquisas, Sr. Presidente, foram fraudulentas, mataram gente e fizeram com que a OMS mudasse a sua orientação no mundo – foi dito aqui. Eu queria que o senhor estivesse para ouvir. Por que não debate esse assunto? Vamos trazer alguém para debater com esses moços aqui – não é com o Girão, não é comigo.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Debatam os cientistas com eles. Debatam sobre esse tema. Vamos trazer o debate – o debate!

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu gostaria só de citar os 19 ensaios clínicos randomizados que mostraram uma redução da carga viral em três dias...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor fala numa atriz. O senhor vai querer que eu convoque a atriz?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – ... três dias mais rápido em quem usou ivermectina, metanálise publicada agora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, o senhor falou que não existe trabalho. Esses dois trabalhos foram fundamentais para a OMS mudar o seu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu não disse isso, eu perguntei onde estava publicado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não. Mas eu estou dizendo, eu estou afirmando.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senador, só um segundo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Mesmo o fato de a OMS, hoje, ou amanhã, ou ontem, recomendar ou não determinado tipo de tratamento, não é a função da OMS, em tese, recomendar tratamento médico especificamente. A OMS cuida de política de saúde pública no Planeta todo, nos membros das Nações Unidas. Isso não é necessariamente vinculatório ao País. Por exemplo, a OMS reprova o uso do antiviral chamado remdesivir. Ela fez um grande estudo Solidarity, onde mostrou que o remdesivir não tinha efeito para nada, só tinha efeito colateral. A Anvisa, aqui no Brasil, aprovou o remdesivir pra uso. Então, a Anvisa estaria errada porque não seguiu uma orientação da OMS? A gente não pode levar tudo a ferro e fogo desse jeito. As entidades, elas têm seu respeito, elas têm sua importância, elas têm que ser ouvidas, mas a situação é dinâmica. Eu posso citar "n" exemplos de terapêuticas pra Covid que têm dissenso entre CDC, OMS, Sociedade Americana de Doenças Infecciosas, SBI. E isso não quer dizer que elas estão erradas ou que tem uma mais certa do que a outra.

Em relação às evidências, Excelência, só para terminar, eu e Ricardo Zimerman produzimos uma nota técnica para o Ministério Público Federal, onde elas estão todas listadas, explicadas, desenhadas, com todos os gráficos, todas as referências. E, se V. Exa. aceitar, a gente pode entregar uma cópia para a Comissão, para servir de consulta para os pares. É melhor do que ficar aqui agora discutindo, lembrando qual foi a revista, qual foi o autor, em que data que foi. Que tem evidência tem. Agora, se a gente vai aceitar essa evidência ou não, são outros quinhentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, eu vou dizer uma coisa, doutor: ninguém aqui... Todos nós torcemos para que a gente tenha uma cura rápida dessa doença. Ninguém aqui é contra A ou B, não é uma coisa... A gente está aqui tratando. Agora, o que nós não aceitamos – e eu não aceito – é que se faça o *kit* Covid como salvação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pois não estou dizendo que é a salvação; é uma ferramenta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Luis Carlos, meu amigo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É uma ferramenta!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Luis Carlos Heinze, eu não estou aqui... Eu acabei de dizer que... Olha, eu falei duas vezes e vou falar a terceira, para a gente não discutir mais isso, nem hoje, nem nunca mais: nenhum profissional de saúde médico prescreve um remédio para alguém para fazer mal; tenta salvar, seja o Dr. Zimerman, seja o Dr. Francisco, seja o Dr. João, o Otto Alencar, o Rogério Carvalho, o Dr. Humberto, qualquer um, seja de direita, de esquerda, de centro, seja católico, seja evangélico, seja ateu, seja umbandista. Nenhum médico quer que o paciente dele vá a óbito. Ele faz qualquer coisa para salvar o paciente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas o interesse econômico no mundo é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas aí, para mim... Olha, os maiores lobistas do mundo são os laboratórios, amigo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo?

Aqui, por exemplo, eu pedi informações sobre um laboratório – um laboratório! –: sabe qual foi o crescimento dele na produção de ivermectina? Nove vezes mais – nove vezes mais! Um! E não estou nem falando da Apsen, que vem aqui falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui, ó: "Essas vidas foram salvas com esse tratamento".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não dá. Nem eles vão concordar com o senhor se o senhor colocar 16 milhões de pessoas salvas, porque eles, como profissionais, sabem que muita gente pega esse vírus e nem... Não têm... Não acontece nada, nem sentem nada. Noventa e cinco por cento das pessoas que estão adquirindo o vírus, a grande maioria, não sentem nada ou sentem alguma coisa muito leve. Você está me entendendo? É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Dr. Ricardo e Dr. Francisco, qual é a posição dos senhores sobre imunização de rebanho?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – A imunização de rebanho, em realidade, ela não pode ser encarada como uma estratégia para acabar com a pandemia. Ela é a consequência de as pessoas não serem mais suscetíveis, só isso.

Nós queremos que essa consequência chegue com a imunização do maior número possível de brasileiros, por isso é que eu coloquei, por exemplo, no meu Instagram, minha foto sendo imunizado com a CoronaVac, porque eu estou defendendo o que eu prego para os meus pacientes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a imunização de rebanho, eu pergunto para o senhor: a pessoa ir, e se contaminar, e ficar boa, ela, entre aspas, "estaria imunizada". Correto?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Estudo conduzido na África do Sul, que, inadvertidamente, colocou 31%, no estudo de vacinas, de pessoas que já tinham tido Covid. Elas foram randomizadas para receber vacina ou placebo. As pessoas que já tinham tido Covid e receberam placebo tiveram 4% de Covid. As que não tinham tido o Covid e receberam vacina tiveram 8% de Covid, ou seja, parece...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desses 8% de Covid, 8% das pessoas infectadas com grau de letalidade bem menor...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não se sabe, Excelência, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como não se sabe?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não se sabe, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem o número, e não sabe a letalidade?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Excelência, ninguém deseja que pessoas sejam contaminadas com uma doença potencialmente fatal.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa., não se sabe exatamente qual é a gravidade.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Então, a vacina é a estratégia para enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não falei de vacina; eu falei de imunização de rebanho.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Mas é que a vacina tem tudo a ver com imunização de rebanho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Governo Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Esse termo vem da vacinolgia, V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não, senhor.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Como é que a gente pode dissociar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Vem, V. Exa. Um menos um se abreviou, só na população homogênea.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Terça-feira vai estar aqui um conterrâneo seu, que é convidado nosso, pra falar sobre imunização de rebanho.

V. Exa. não entendeu.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Mas eu acho que ninguém deseja imunização de rebanho.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não, eu entendi.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Só pra concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não entendeu, não.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu vou explicar um pouquinho, V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Só pra concluir, Sr. Presidente. Só pra eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Fez de conta que entendeu, mas não entendeu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Presidente, deixa eu concluir. Só o final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Já terminou o seu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Só pra terminar aqui.

Bom, pra fazer uma colocação, repito, mais uma vez aqui. Aqui está o mapa de letalidade do Estado do Amapá: 1,54. Continua campeão. Aqui está o protocolo utilizado, esse tratamento. Então, nós preconizamos vacina e um tratamento precoce.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, olha, eu vou dizer uma coisa. Eu vou dizer para o Dr. Marcus Lacerda que só o estudo dele mudou o comportamento do OMS – só o estudo dele.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – O dele e o da *Lancet*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, dele. O senhor disse do dele.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O dele e da *Lancet*. Teve a *Lancet*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu conheço o Dr. Marcus Lacerda há muitos anos. Eu fui Governador e sei da importância do Instituto de Medicina Tropical do meu Estado, eu sei o quanto eles são muito bons – está certo?

Eu não vou entrar aqui tecnicamente na discussão de dosagem, mas posso garantir que todas as informações ao Ministério Público já foram prestadas pelo Dr. Marcus, já foi ao Conselho Federal de Medicina e aos órgãos competentes que estão investigando ele em relação à dosagem que V. Exas. colocaram aqui. E, por ser uma pessoa do meu Estado, eu tenho obrigação de citá-lo e falar em nome dele. Então, eu o conheço muito bem, sei que é interesse dele, como o interesse de todos os profissionais do Brasil, que a gente possa conseguir salvar o maior número de vidas.

A discordância nossa aqui é uma – é uma: não dá pra usar como política de Governo o tratamento precoce e o *kit* Covid. Com isso eu não posso concordar.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Excelência, a gente não defende *kit* Covid, só pra deixar bem claro. O *kit* Covid é algo antimédico, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, os senhores disseram que não defendem tratamento precoce nem *kit* Covid.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Não, a gente defende o tratamento inicial, sim; agora, *kit* Covid não é igual ao tratamento precoce, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Pois é, mas tratamento inicial é uma outra coisa.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – *Kit* Covid é uma invenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença. Foi isso...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – O tratamento é totalmente individualizado; é exatamente o oposto do *kit*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peraí, só um minutinho. V. Exa. já falou. Deixa eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem três coisas aqui que eles falaram, que é importante ficar bem... Quem prescreve medicamento sem ser médico, via internet, via YouTube ou via qualquer mídia social ou qualquer lugar, é charlatão. Nisso os dois concordaram comigo. É verdade ou não é, doutor?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Quem prescreve, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Charlatão. O charlatão é que prescreve. Não, porque a Dra. Mayra não quis dizer isso, o doutor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E quem fala contra o medicamento A ou o medicamento B também é charlatão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Sim, mas eu não eu estou falando contra medicamento nenhum aqui. Eu estou dizendo que eu sou contra...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Dra. Luana e a Dra. Pasternak falaram, e a Pasternak nem médica é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, eu não estou entrando nesse detalhe, porque também o Dr. Zanotto também não é médico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hum?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Dr. Zanotto é médico?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É um cientista, é um pesquisador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, é um biólogo.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – O Dr. Zanotto tem 3,5 mil publicações, a outra não tem nenhuma. Mas, tudo bem, falar de tratamento é com médico, não é nem com o Paulo Zanotto e nem com a outra. Vivem falando de médico como se fosse médica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que eu estou dizendo para o senhor. Estou dizendo que cada um com seu cada um. Eu não estou falando de medicamento, estou fazendo pergunta sobre um medicamento. Não estou dizendo qual é o medicamento bom ou o melhor, estou dizendo que seria ótimo se tivéssemos um medicamento hoje que salvasse todas as vidas. Todo mundo quer isso.

Há uma diferença grande entre tratamento precoce e tratamento inicial. Tratamento inicial é aquele *kit* que é distribuído até hoje em todas as unidades básicas de saúde, que é azitromicina, corticoide...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Isso está errado! Está completamente errado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas é isso que é distribuído, é isso que o Governo...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Mas não é isso que a gente defende!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é isso que é distribuído!

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Pelo contrário, a gente combate, porque distribuem isso e não dão o tratamento certo para a Covid. Não dão cloroquina, não dão ivermectina, não dão Annita, não dão nada! E dão azitromicina com corticoide! Isso não é *kit* Covid, isso é *kit* sinusite! A gente não trata Covid como se trata sinusite. Depois se pergunta por que são tantos mortos no Brasil... Pelo amor de Deus! Concordo com o Senador Presidente completamente: não dá para defender *kit* Covid, não dá para defender isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles levaram para lá, doutor, lá para Manaus, um aplicativo chamado TrateCov, e sem fazer nenhum tipo de exame para saber se a pessoa tinha ou não... Era através de um aplicativo que perguntava "O que você está sentindo?" "Estou sentindo dor nos olhos, estou lacrimejando..." Então, ia fazendo ali... "Tome o *kit* Covid." Foi assim! Foi assim, doutor, em Manaus! Foi assim! Foi assim, doutor!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Omar Aziz, o exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos, eu não vou mentir para você. Eu sei, rapaz, foi assim! Foi desse jeito, amigo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador, o senhor pegue o exemplo do Pará e pegue o exemplo do Amazonas, aí o senhor vai ter a resposta. O que Barbalho fez no Pará e o que fizeram no Amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, o Governador Barbalho... O Estado do Amazonas, depois que saiu da segunda onda, recebeu pacientes do Pará! Os Municípios fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fronteira com o Estado do Amazonas. O Município de Parintins: 40% dos pacientes não são nem amazonenses, são dos nossos irmãos do Pará. O senhor vai me ensinar sobre a minha região? Eu conheço minha região melhor do que o senhor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Instituto do Coração do Estado do Amazonas, o Francisca Mendes e o Cecon recebem pacientes do Norte todinho. Eu estou lhe falando que ali, na região, esse negócio de que fulano... Todos tiveram problemas graves. Belém do Pará não tem... A população de Belém é muito menor do que a população de Manaus, é muito menor! A proporcionalidade de infectados em uma população menor também é menor!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ouça o Dr. Francisco falar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho, Presidente, como Senador, que a gente não tem...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Explique aí o que aconteceu em Belém e o que aconteceu em Manaus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe eu apenas pedir para V. Exa., Sr. Presidente... Eu recebi o convite...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Está conseguindo ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Marcos do Val, deixe o Senador Marcos Rogério... Dois Marcos... Aí é difícil! Um já é difícil. Imaginem dois! (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Marcos do Val é um amigo, um irmão!

Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exa... Eu fiz um requerimento para a convocação, antes convite, do Dr. Péricles, que foi o presidente da CPI no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Tinha sido inicialmente convite, depois mudou para convocação. Eu queria que V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerasse o primeiro requerimento, que era de convite. Ele é um Parlamentar, fez contato comigo e eu estou fazendo essa deferência a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, trocar o Deputado Péricles de convocação para convite. O outro Deputado é convocação mesmo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Por videoconferência*.) – Pronto, agora... Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, Marcos, primeiro, parabéns pelo seu aniversário, que foi esta semana. Eu não tive como falar com você. Parabéns!

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado! Obrigado, Presidente! Recebo com muito carinho.

Quero agradecer o Dr. Ricardo e o Dr. Francisco pela presença. Hoje escutei de um jornalista que seria a CPI da anticiência. Eu escutei isso hoje de um jornalista, de um canal que todos os dias fazia cobertura da CPI e hoje nem tocou no assunto.

Bom, eu tenho algumas perguntas, algumas posições... Até fazendo 50 anos, dando a deixa do carinho do Presidente, eu completei 50 anos e vivi para ver que a gente vive num País com um regime democrático, mas em uma CPI ditatorial, porque o que o Relator e outros Senadores fizeram, de sair da CPI como protesto porque não acreditam ou não querem ouvir o contraditório... Uma coisa que eu aprendi muito como Senador da República, vivendo em uma democracia, é escutar o contraditório, é ouvir quem pensa totalmente diferente de você. Isso não significa que você vai mudar sua posição, mas os seus horizontes se ampliam assustadoramente. Me entristece muito ver posições ditatoriais, como essa que aconteceu aí mais cedo. Aproveito e até parabenizo o Presidente Omar Aziz por estar aí sentado e conduzindo essa sessão, porque...

Bom, eu queria... Saiu no noticiário, eu vou ler aqui.

> A Deputada Fernanda Melchionna [acho que é isso] (PSOL-RS) enviou à CPI da Covid documentos que provam que autoridades brasileiras sabiam, desde agosto, que as pesquisas sobre o uso da cloroquina como tratamento para o coronavírus tinham sido paralisadas por ausência de evidências sobre a eficácia.
> Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, a Parlamentar submeteu à CPI um telegrama enviado ao Governo Federal em 24 de agosto de 2020 no qual a Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas informa que a cientista-chefe da Organização Mundial da Saúde (OMS) falou sobre a ineficácia da cloroquina durante uma conferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aí eu pergunto: qual é a diferença de hidroxicloroquina para cloroquina? Essa é a primeira pergunta. A outra pergunta, que eu gostaria de esclarecimento: qual é a diferença de tratamento precoce para tratamento preventivo?

E eu também... Aí já não é uma pergunta, eu queria fazer uma colocação. Existem duas coisas totalmente distintas. Está se debatendo no Brasil assim: se você é a favor do tratamento precoce, você automaticamente é contra a vacinação. É mais ou menos assim que a sociedade brasileira está entendendo, e a gente precisa retificar isso, corrigir isso. Uma coisa não substitui a outra; uma coisa acrescenta à outra. Como foi dito no início, numa guerra, todas as armas são possíveis. Assim como eu sou favorável ao uso de máscara, ao álcool gel, à vacina. Está até ali, acho que posso mostrar para vocês a data da minha segunda dose, está na parede ali, esperando a minha segunda dose.

Fiz o uso, quando estive infectado na primeira cepa, do tratamento, mas isso não substitui a vacinação. A gente sabe da prioridade, da importância que a vacinação tem e eu queria reforçar isso. Não é que quem defende a hidroxicloroquina ou o tratamento precoce com os outros remédios aí que os cientistas e médicos estão colocando é contra a vacinação, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Não dá para também dizer que esse Governo é um negacionista, se ontem, só em um dia, foram vacinados 2,2 milhões de pessoas num único dia. Que show foi isso!

E o Brasil correndo atrás das vacinas. "Ah, poderia ter corrido atrás antes, depois...". A CPI está aqui para levantar isso. Isso, sim, eu acho que vale o debate. Se foi tarde ou se poderia ter sido mais cedo ou mais tarde, mas dizer que hoje, que ainda hoje é negacionista, que é... Enfim, a gente não pode dizer, não tem como dizer, estão mostrando aí as pessoas sendo vacinadas.

Bom, então, eu queria, mais uma vez, insistir nessa questão, que quem defende o tratamento precoce não é contra a vacinação.

Acho que o Dr. Ricardo colocou isso, ele mesmo se vacinando e tudo mais.

Bom, então, vou voltar à pergunta.

Como foi dito, saiu aqui na *Folha de S.Paulo*, falou da cloroquina. Eu entendi, mais cedo, você dizendo que cloroquina é muito mais forte, mais nociva, vamos dizer, do que a hidroxicloroquina. Sempre escutei, desde criança, que a diferença de medicação e veneno é a dose. Eu sempre escutei isso também e queria saber isso aí, a diferença do tratamento precoce e preventivo.

Eu posso buscar um médico... Claro que a gente não vai aqui incentivar a automedicação, isso é um crime, mas eu poderia procurar um médico para ele prescrever remédios para eu evitar de ser contaminado? Ou eu posso procurar o médico quando tiver os primeiros sintomas para que esses sintomas não evoluam, mesmo eu sendo vacinado? Ou, já vacinado, eu não preciso fazer, procurar um médico para o tratamento precoce?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem puder me responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só repete o final, Senador Marcos do Val, por favor, porque a gente não ouviu aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O.k.

Eu vou repetir.

Quem fez... Vou botar de uma outra forma.

Bom, eu fui vacinado, primeira dose, não tomei a segunda dose – a pergunta que provavelmente muitos brasileiros têm –, mas eu estou tendo os meus primeiros sintomas. Claro que a primeira dose já garante aí a você não parar na UTI e nem morrer pela Covid. Isso a ciência já comprovou, a eficácia da vacina.

Bom, mas eu tenho os primeiros sintomas. Eu tendo esse primeiro sintoma, mesmo eu tendo recebido a primeira dose da vacina, eu procuro um médico para que ele faça um tratamento precoce? Ou não preciso procurar o médico? E deixa ver o que vai acontecer?

E a outra pergunta é: a diferença da hidroxicloroquina para a cloroquina?

E o que é tratamento precoce e o que é tratamento preventivo?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa., posso começar respondendo? Ou o Dr. Francisco?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Qualquer um dos dois...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Obrigado.

Rapidamente, obrigado, V. Exa. Eu agradeço a V. Exa. pela pergunta.

Em relação à diferença entre a cloroquina e a hidroxicloroquina, é química mesmo: esse grupo hidroxi. Na verdade, são parecidas, mas a cloroquina é em torno de 30%, 40% mais tóxica, e a hidroxicloroquina parece ser três vezes mais ativa. Logo, se a hidroxicloroquina é mais ativa e menos tóxica, talvez ela seja preferível, mas não há evidências para sugerir que uma seja melhor do que a outra. Elas têm diferença em relação à distribuição pelo corpo também, eliminação renal. Então, são basicamente farmacológicas.

Em relação à diferença entre tratamento preventivo e precoce, tratamento preventivo é tentar usar medicamento antes de a gente se infectar, para evitar essas etapas iniciais da infecção e para ter a doença. Já o tratamento precoce é tratar a doença clínica, quando ela já ocorre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O equivalente à vacina.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Em relação à última pergunta...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Seria o equivalente, então, a gente ter a vacina, ser imunizado pela vacina?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não, V. Exa., porque a vacina deixa memória imunológica. A grande característica da imunização é a memória. A profilaxia só funciona enquanto a gente usa. Por exemplo, a profilaxia pré-exposição no HIV, que, eventualmente, pode se dar para algumas pessoas, vai funcionar enquanto é usada. Não é uma vacina.

E, em relação à sua última pergunta, se fez a primeira dose, como não é da Janssen, é ou CoronaVac ou Oxford ou Pfizer talvez, não dá para considerar plenamente imunizado. Então, é possível, sim, que se infecte entre a primeira e a segunda dose. Isso é tudo que a gente não quer. Daí a importância de fazer logo a segunda dose, mas, se isso acontecer, tem que procurar atendimento médico para receber o manejo mais apropriado para o caso. E, durante a fase aguda da doença, não deve fazer a segunda dose, tem que deixar para depois.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – E foi citado aí também – acho que foi o Dr. Francisco que citou – que tem já estudos onde se comprova a eficiência do tratamento precoce como mais uma ferramenta contra o Covid-19, além da vacina, do isolamento e tudo o mais. Esse documento a gente pode ter acesso a ele? De repente, peço ao Senador Girão, que está presidindo, se pode solicitar para que a CPI possa ter acesso...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu posso fornecer, V. Exa. Basicamente, existe uma revisão sistemática e metanálise da Front Line Critical Care que mostra um benefício com a profilaxia com ivermectina – foram oito estudos incluídos. E a gente tem outros dados de grupos, como, por exemplo, o grupo da Rússia usando bromexina, publicação na Jama, fluvoxamina, que é, em tese, um antidepressivo, mas que, nesse estudo do Jama, não se associou à progressão para Covid grave. Então, sim, existem outras estratégias, mas eu não vou dizer estratégias alternativas, porque parece que a gente está propondo em alternativa à vacina. São estratégias complementares.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso. Eu acho que essa posição que você colocou de complementar, eu acho que é isso que está tendo assim, porque... É até compreensível esse movimento quase visceral contra o tratamento precoce, porque parte da sociedade entende que, se você apoia o tratamento precoce, você é contra vacina. Uma coisa não tem nada a ver. É mais uma ferramenta contra a Covid. É esse entendimento que a sociedade tem que ter. E, se hoje esta CPI reforçar isso, vai ser muito produtivo, porque as pessoas vão entender que é mais uma ferramenta, não é a única.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – E, se V. Exa. me permite concluir, em relação ao que foi dito pela imprensa – em geral, eu não dou bola – de que seria hoje a sessão anticiência, ora, eu, até o momento, tenho cinco estudos publicados em revistas revisados por pares sobre Covid-19, mais três em *preprint* que vão ser publicados e mais um em andamento, são pelo menos nove a dez e ainda temos pesquisas em andamento. Eu desconheço quantas publicações os convidados da semana passada tinham em Covid. Acho que isso é interessante, porque dá lastro moral pra falar.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Ricardo...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – O Dr. Chico, por exemplo, viu muito mais pacientes que eu, inclusive. Acho que é a maior experiência do Brasil em tratamento. Então, isso dá lastro moral. A pessoa quando que tem lastro moral pra falar? Ou quando ela trata, ou quando ela faz ciência a respeito. Não quando ela é colunista de algum... Enfim, isso é irrelevante pra nós cientistas, é até meio... Nem tenho como responder uma coisa dessas a V. Exa., me perdoe.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, vocês se posicionam, como boa parte dos brasileiros, avessos à fala da Dra. Luana, que diz que, então, vocês estão escolhendo o lugar da Terra plana pra se jogar, não é? Pra pular, não é?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – É, essa fala foi extremamente ofensiva, fora de propósito, dita por alguém que não tratou nenhum paciente com Covid até hoje, nunca publicou um artigo sobre absolutamente nada em sua trajetória acadêmica. A gente desconhece, inclusive, quem é essa doutora. Ela só passou a ser conhecida no meio público quando o Ministro Queiroga a convidou pra ocupar um cargo para o qual ela acabou não sendo habilitada.

Então, é aquilo que falo, não é? Se a gente for parar pra responder a todo mundo que taca pedra na gente, a gente não vai avançar. Temos que continuar avançando, não é?

Essa narrativa de que quem é a favor de tratamento precoce ou tratamento imediato é contra a vacina faz parte da narrativa política que se instalou neste País e está ocupando os nossos hospitais, as nossas salas de emergência, os nossos consultórios para tentar criar um time que é a favor do tratamento precoce, que é do político A, e um time que é a favor da vacina, que seria do político B. Isso é absolutamente nefasto e tem que ser afastado. Vacina e tratamento sempre foram terapêuticas complementares, seja para o tétano, seja para o sarampo, seja pra pneumonia, seja pra influenza, seja pra varicela-zóster, seja pra qualquer tipo de doença que tenha alguma vacina disponível. Nenhum médico em sã consciência vai defender um lado ou outro ou falar que só concorda com isso ou só concorda com aquilo. O que pode estar havendo é uma discussão natural de vacinas novas que estão sendo fabricadas a respeito de sua eficácia e de sua segurança. E discutir isso não torna ninguém antivacina. A gente precisa ter senso crítico e independência de raciocínio. Essa falsa ciência que estão vendendo por aí, que vem enlatada, com rótulos, com frases bonitas, com produtos pré-fabricados, com repórter se dando ao direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de falar que uma sessão com médicos é anticiência... Quantos pacientes esse repórter tratou? Eu acho que eu vou mandar meus pacientes agora pra redação do jornal desse repórter para se tratarem, porque ele deve entender tudo de Covid, já que nós somos anticiência. Então, usar esses termos como terraplanista, obscurantista, isso vai mais ao caráter de cada um, que eu prefiro não julgar. Nós estamos tratando doentes, salvando vidas e viemos aqui dar o nosso testemunho disso.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – E só pra fazer mais uma colocação, V. Exa., que foi uma pergunta que você fez em relação à suposta falta de eficácia da cloroquina.

O que acontece? Eu não sei de que estudo eles estão falando, porque o que mais se vê é *cherry picking*, ou seja, você pega o estudo que quer e, bem, você vai encontrar estudos de todos os gostos. Por isso, a evidência é revisada de forma sistemática e não de forma heurística, lendo aquilo que disseram que eu tinha que ler ou o que eu podia ler ou o que eu estava autorizado a ler. Mas o que ocorre? Na Medicina baseada em evidências, quando a gente lê um ensaio clínico randomizado, a gente tem que fazer uma leitura sistemática, a gente tem que usar ferramentas de leitura. E uma delas – e é uma honra ter a oportunidade de estar falando isto pra quem está nos ouvindo – é a ferramenta PICO, "p" de população, "i" de intervenção, "c" de controle e "o" de desfecho. Isso é muito simples de entender. Eu não posso dizer que a cloroquina não serve se eu a testei em animais com outra doença. Então, a população tem que ser humanos com Covid-19. Esse é um exemplo. Bom, vamos lá. O que acontece com a cloroquina e com a hidroxicloroquina? Todos os estudos que usaram doses altas – e, com a fala do Dr. Chico, a gente começa a entender talvez o porquê – não se associam a benefício. O Castelnuovo publicou, esta semana, a revisão sistemática dele em metanálise que mostra que existe um ponto ótimo, um ponto doce pra hidroxicloroquina, em torno de 4,4g, 4g. A curva de dose-resposta da hidroxicloroquina não é linear, ela é um sinete. Então, sobe a dose até 4g, cada vez melhora; a partir daí, cai a resposta até que não tem mais benefício – então, a dose, que é a intervenção, o "i" do PICO. E, finalmente, de novo, no "p" de população, a gente está falando de hospitalizados com doença grave e avançada? Que foram os resultados negativos do Recovery, do Solidarity... Até o Coalizão disse lá que era doença leve a moderada, mas estava todo mundo internado. Que doença leve e moderada é essa? Em colapso, você vai internar quem tem Covid leve e moderada? É assim que você faz gestão do leito hospitalar no Brasil? Lógico que não! Então, o que acontece? Cloroquina e hidroxicloroquina, bem simples: em estudos que usam doses acima das ideais e que usam em pacientes muito tarde, não funcionam, não parece funcionar ou parece associar benefício pequeno. Até digo "parece associar benefício pequeno", porque até tem estudos positivos: a experiência belga, com mais de 8 mil pacientes; o Henry Ford, nos Estados Unidos, em Michigan; o Corist, na Itália, com inúmeros centros na Itália. Eram em pacientes hospitalizados, e, mesmo assim, funcionou. Mas vamos dar essa por vencida, vamos dizer que ela não funciona nos graves, com doença avançada. O.k. Só que a maioria dos pacientes se apresentam no ambulatório. Esse é o momento de redirecionar o desfecho e não é com dipirona e paracetamol.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Ricardo, só me permita complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pra quem afirma que a terapia é comprovadamente ineficaz, que nos mostrem, por favor, quais estudos onde o grupo placebo ficou melhor do que o grupo tratado com alguma dessas drogas. E digo além: num ensaio clínico randomizado publicado numa revista de peso sobre ivermectina que se propôs a dar um resultado negativo, pasmem os senhores, o grupo placebo teve mais efeito colateral do que o grupo que tomou ivermectina. Só pra mostrar o quão falho têm sido esses estudos. Como que, em um estudo clínico randomizado, quem toma placebo vai ter mais efeito colateral do que quem toma droga ativa? Isso não existe. Só existe num estudo malfeito, mal randomizado, mal triado, que colocou gente tomando ivermectina como braço placebo, ou seja, foi um estudo que comparou a ivermectina com ivermectina, um estudo colombiano, que alguns alardeiam aí como sendo a prova de que a ivermectina não funciona.

Então, não basta ter o artigo publicado, a gente tem que ter o senso crítico de saber ler artigo. Muita gente está lendo só o *abstract*, está lendo só o título do artigo. Resultado: paga o mico, como pagaram todos esses *experts* que estão falando contra no estudo do Lancet.

A doutora que veio aqui na semana passada é a referência técnica de uma ação no Supremo Tribunal Federal contra a nota orientativa do Ministério da Saúde, que usa um artigo fraudulento e já retratado como base científica em sua argumentação junto aos ministros. Não dá para levar isso a sério.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu queria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bem.

Senador Marcos do Val, se o senhor puder, até para a gente ouvir os outros colegas... Eu estou dando uma tolerância aqui, mas, se o senhor quiser fazer mais uma pergunta...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É a última pergunta.

E, só para reforçar para fazer a solicitação desses documentos que comprovam a efetividade do tratamento, acho que vale a CPI solicitar essa documentação, para que fiquem aí também não só os documentos contraditórios.

Todo mundo sabe que esta CPI é para achar uma forma de criminalizar esse tratamento precoce, para, então, cair na conta do Presidente da República algum ato possível criminal que ele possa ter feito por ter incentivado o tratamento precoce no período que não se tinha vacina, o período em que se tinham só estudos e suposições.

Bom, mas o Dr. Ricardo fez uma fala aí que eu achei interessantíssima. É assim... Uma pergunta, a última. Eu não estou vacinado, mas eu tenho a dúvida se eu... A vacina já está disponível, só que eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fui vacinado ainda. Vocês me recomendariam, doutores, para que eu fizesse o tratamento preventivo ou que eu me vacinasse? Qual seria a recomendação de vocês?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senador, eu recomendo que V. Exa. procure um médico, porque essa recomendação a distância fica difícil. Tanto uma estratégia...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ele procurou o Otto Alencar. Já procurou um médico. O Dr. Otto já prescreveu pra ele. Ele já foi tratado pelo Dr. Otto Alencar...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Só para deixar claro, o fato de alguém tomar uma vacina não a impede de eventualmente adoecer de Covid. A vacina não tem 100% de eficácia. Então, quem tomou vacina, seja a primeira dose ou a segunda dose ou mesmo dose única, no caso da Janssen, e desenvolve sintomas compatíveis com Covid-19 tem que procurar um médico imediatamente. E, se o médico julgar que é caso de Covid, a nossa orientação, que a gente sempre recomenda, é de instituir o tratamento o mais cedo possível. Essa é a orientação geral, mas com supervisão médica.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ótimo. É porque ficou uma questão que eu achei interessantíssima, que eu nunca vi ninguém comentando e falando. É porque a imunização lhe cria anticorpos e você tem uma defesa um longo período, e a medicação é só naquele período em que você está se medicando, isso no caso de eu não ter sido vacinado. É mais ou menos isso o entendimento de um leigo, não é? Se você faz um tratamento com remédios, enquanto você está fazendo o tratamento, você está evitando que o vírus fique com mais potencialidade ou o leve a uma doença mais incapacitante, enquanto a vacina lhe dá um prolongamento de defesa num período maior. Seria mais ou menos isso, no que eu entendi também, não é?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – É, V. Exa., é exatamente isso. A vacina tem essa memória. É o que caracteriza a nossa resposta imunológica dita adaptativa. É a memória imunológica. Isso que é o legal.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Muito obrigado.

Agradeço a presença dos dois, agradeço a paciência dos meus amigos e amigas Senadores e devolvo a palavra ao Presidente Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Styvenson – Senador Styvenson, que prazer tê-lo aqui!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Ah, é? Mas eu vim na quarta!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é um apoiador do Amazonas. Você é o quarto Senador do Amazonas também. É o terceiro...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... do Rio Grande do Norte, mas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Nascido no Acre, não é? Na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É do lado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Agradeço a oportunidade de falar. Não sou titular, nem sou suplente desta Comissão.

Eu vim na quarta, Presidente Omar Aziz, pra perguntar ali ao ex-Governador do Rio de Janeiro, que era um assunto mais que a gente domina, um assunto que a gente tem o interesse de aprofundar... Seria aquele tema lá. Mas não ia deixar de vir hoje, já que o tratamento está exposto, eu estou em Brasília, estava aqui no Senado, e o senhor está me dando essa chance de falar – melhor ainda.

Agora, eu entendo, Senador Omar Aziz, por que o Brasil está assistindo de perto à CPI da Covid. É porque ela coloca, mostra os bastidores de forma clara. O que acontece nos bastidores do Senado está sendo exposto. A conversa, o diálogo, a briga, o posicionamento é o que acontece na sociedade lá fora. Essa polarização, não é? De um lado está quem defende algo ou qualquer coisa – não sei o que vai ser discutido – e de um outro está um outro time que realmente não quer que divulgue, não quer que aconteça, não quer que faça.

Ouvindo atentamente a fala dos dois, esse último questionamento do Marcos do Val eu deixaria pra fazer depois para o senhor, porque as pessoas estão tomando algum tipo de vacina e estão tendo reação. É febre, é dor de cabeça, é tontura, deixa de trabalhar ali uns dois, três dias, parece até que é Covid de novo. Mas não seria esse caso que eu vou... A pergunta não é essa, não. A pergunta é mais sobre o que vieram fazer aqui, que seria pra esse tratamento precoce ou tratamento adiantado, para evitar que as pessoas cheguem até um estado terminal, um estado de UTI, um estado de ser intubado.

Como o Senador Marcos Rogério já tinha dito – e eu complemento só o que ele já falou –, são estudos, isso aí são números, não é achismo. Dizem que, de quem chegar ao ponto de ir até um leito de hospital precisando ser intubado por um equipamento mecânico de respiração, 80% talvez não retornem mais. Então, parece que a luta é evitar que essas pessoas cheguem até lá, evitando... Porque, a princípio, a grande necessidade do País seria respirador, leitos. Eu digo que, no meu Estado, muitas pessoas morreram, Senador Omar Aziz, porque não tinham nem uma maca pra fazer o procedimento que tinham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fazer deitadas. Teve gente que ficou sentado, fazendo tudo isso. Mostrou a deficiência da saúde no nosso País.

Então, falando desse tratamento, eu não sei qual a palavra me referir...

Só adiantando, pra quem está me assistindo, Senador Omar Aziz, não sou base de Governo, não sou Oposição também, não sou isento. Eu estou aqui discutindo um assunto com que talvez nem os médicos estejam mais concordando, talvez a ciência nem esteja chegando a um ponto de equilíbrio. Então, não tenho essa necessidade de vir aqui falar algo contra alguém pra tirar esse proveito.

Mas, lendo uma matéria agora, do dia 16/06/2021, de um jornal de grande circulação, uma notícia até boa – eu não sei se os dois pesquisadores, os dois médicos têm esse conhecimento –, o jornal trouxe que a Pfizer e o Einstein, através de um estudo, localizaram um remédio que já existe, um remédio que combate artrite e reumatismo. Aí o senhor vai aprofundando mais. Com essa medicação, que não é barata, foi feito um teste, não com 10 mil pessoas, mas com cerca de 300 pessoas, durante um curto, seguindo todas as metodologias. Foi feita essa testagem, como eu já falei, dentro do padrão metodológico e descobriu-se – ainda não é autorizado, mas foi publicado –, com 37% de eficácia, que as pessoas que chegaram a fazer o uso desse medicamento... Aí o senhor vai me dizer o nome e vai dizer como ele atua dentro do organismo não pra combater um vírus, e, sim, as consequências de uma inflamação que chega. Se é pra curar artrite, se é pra tratar artrite, artrose, reumatismo, se é inflamação, então tem alguma coisa a ver com esse tema.

Então, esse estudo trouxe, assim, um ânimo de um remédio a mais, porque o senhor disse que tinha cerca de 20 remédios, e eu não sei se esse já está incluído entre os 20... Não está incluído, é um remédio bem caro, é um remédio que custa R$5 mil. A pergunta é bem simples: se alguém com muita popularidade, se alguém com muita influência sobre as pessoas, se alguém que tem boas redes sociais ou que seja amado ou odiado por algumas pessoas, que ocupe algum polo, levantasse a bandeira desse remédio como a salvação e dissesse: "Olha, esse remédio aqui é o grande salvador", talvez esse remédio estaria hoje aqui sendo discutido como sendo eficiente ou não, mesmo não tendo a comprovação.

A pergunta é: se o Presidente da República não tivesse empunhado, colocado a cloroquina na mão e a mostrado como uma possível solução, a gente estaria discutindo sobre cloroquina, sobre tratamento precoce? Será que os médicos não teriam uma relação mais tranquila, uma vez que – acho que foi o Sr. Francisco que falou – a politização chegou a esse ponto de discussão em uma CPI e está uma intromissão de política ou Judiciário dentro de uma relação particular?

Eu não vi ninguém, Senador Marcos Rogério, nem Senador Girão, nem Heinze chamar aqui o pastor que ofereceu o feijão mágico pra curar as pessoas. Alguém de uma igreja disse que, se tomasse uma água... É fé, ninguém vai discutir a fé da pessoa, ninguém vai discutir aqui se a pessoa toma ou não. Pergunte àquele cidadão que está à beira de ser intubado, que está ali na iminência devido ao terrorismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é esse vírus, o terror que é esse vírus passado pela imprensa, na iminência de perder a vida, de ser intubado e não retornar, com esse dado estatístico que eu lhe dei de que 80% não retornam... Ele quer tomar qualquer coisa. Ele ouviu dizer que qualquer coisa faz bem e ele vai tomar.

Eu tive coronavírus. Fui reincidente, duas vezes. Eu fui infectado duas vezes e não fiquei sem máscara por aí, não fiquei fazendo extravagância, não. Fiquei cumprindo tudo que deveria ser cumprido. Eu não fiz o que muitos brasileiros que cumpriram o *lockdown* tiveram que fazer: deixavam de trabalhar, mas pegavam ônibus lotados, iam para as praias e ficavam expostos, sem máscaras. Então, era um assunto até de ser discutido por que não foi tão eficiente. Porque a eficiência dele não foi, porque alguns serviços públicos não são eficientes, e não é só da saúde, não, mas principalmente do transporte público em qualquer lugar deste País. Era o "fique em casa", mas quem precisava trabalhar e chegar até a residência de uma outra pessoa que pegasse um transporte coletivo estava ali infectado.

Então, se esse medicamento, esse que eu disse aqui agora, com 37% é um número bom? Trinta e sete por cento para os senhores cientistas é um número assim: "Ô, 37% é um número bacana pra uma medicação pra salvar vidas"? Se fosse empunhado por alguma pessoa...

A gente viu um fato, Senador Rogério... Um jogador famoso afastou só uma Coca-Cola, e as ações despencaram. Será que, se fosse esse jogador segurando o remédio, os brasileiros, as pessoas não acreditariam também que seria ele ou causaria também uma discussão sobre o certo ou errado do uso desse remédio?

A relação médico e paciente foi interferida por isso? O senhor pode atribuir ao seguinte: é, realmente, se não tivesse existido essa divulgação por certas pessoas, talvez a gente não estaria discutindo isso aqui hoje? Eu imagino que, se fosse a oposição que estivesse defendendo esse medicamento, se fosse usada como arma política também, que parece que é...

Então, a pergunta é bem simples: esses medicamentos os senhores têm conhecimento se já estão dentro dessa relação desses 20 medicamentos que os senhores citaram aí? O senhor conhece esses estudos? Eu li isso aí num jornal de grande circulação. Apesar de muito caro, tem essa esperança, expectativa de que pode tratar as inflamações; não é combater o vírus, é uma coisa diferente. E, se esse medicamento, como já foi dito, fosse empunhado por uma pessoa de grande reconhecimento social e de grande repercussão social, ele estaria sendo discutido de forma contrária?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Então, obrigado, V. Exa., pelas excelentes ponderações.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Ah, só um minuto. Eu disse que eu tive Covid duas vezes, não foi, Senador? Não tomei cloroquina, nem ivermectina, nem nada. Tomei chá ayurvédico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Que bom que o senhor se recuperou bem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** Sabe o que é isso, chá ayurvédico? Chá ayurvédico é limão, alho, cúrcuma, essas coisinhas. Mas tomei, tomei muito.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) **–** Tomou cúrcuma, Senador?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Cúrcuma tem uma ação anti-inflamatória importante.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Tomou cúrcuma?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** Tomei: cúrcuma, gengibre, limão.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Eu vou te mostrar depois o ensaio duplo-cego, randomizado feito no Paquistão sobre cúrcuma.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** Pois é. Eu estou lançando um medicamento, Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não faça isso, não faça isso. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Vai ser convocado na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por favor, não faça isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** Não, eu estou dizendo só o que eu tomei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Tudo o que o senhor tomou todos nós tomamos. É uma coisa que qualquer cidadão toma.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** O que eu quero dizer, Senador Omar Aziz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Muitos como você...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** ... é que a crença pode levar as pessoas a acreditar. Deu certo pra você? Pode dar certo pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Hoje as pessoas se medicam pelo Google.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – É verdade. Isso a gente deve evitar.

Mas, agradecendo a V. Exa. pela sua colocação, essa medicação... Já existia uma aprovada pelo FDA parecida, que era o baricitinibe. Essa é nova, mas é basicamente a mesma coisa. São inibidores do que a gente chama de JAK. O que é JAK? São enzimas que levam à inflamação. Então, como o senhor colocou, aprovado pra doença inflamatória. Mas veja que interessante – características que vêm se repetindo com todos os fármacos que dão certo, ou que a gente acredita que deem certo: primeiro, reposicionada, porque ela vinha do tratamento pra doenças inflamatórias; segundo, baseada na fisiopatologia, porque, como eu expliquei anteriormente, a gente tem o vírus, a gente tem a formação de coágulos, a gente tem a inflamação, então a colchicina, o corticosteroide, o corticoide inalatório, esses novos inibidores da JAK, o tocilizumabe, etanercepte, e aí a gente pode continuar, é tudo uma inflamação. E veja como a Medicina à beira do leito é importante, porque se faz a observação empírica e se testa depois. Como é que eles sabiam que o corticoide inalatório era bom? Porque tinha menos asmático internado do que se pensava. E aí se foi estudar e se viu que reduzia 91% o risco de asma.

Então, sim, é uma droga nova – redirecionada, não é verdadeiramente nova. E a todo fármaco novo a gente dá boas-vindas, a gente quer que ajude. Tem essa redução de impacto de 37%; foi publicado no *The New England Journal of Medicine;* tem o pessoal do Albert Einstein aqui participando, é uma pesquisa séria, muito legal.

Em relação à questão do preconceito pelo tratamento, se isso poderia exercer alguma influência... Não foi o que V. Exa. colocou? Não quero responder errado. Perdão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não, não. Eu perguntei o seguinte: se esse remédio – tem várias fotos, tem várias publicações do Excelentíssimo Senhor Presidente segurando a cloroquina e dizendo que seria um tratamento eficaz – fosse... Senhor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sim, sim. A pergunta é: se eu seguro esse remédio, vamos dizer – até eu citei um jogador de futebol que tirou a Coca-Cola da frente –, o impacto que essa pessoa, pela publicidade que ela tenha, possa transferir para esse tipo de medicamento ou não... Por quê? Porque o jornal publicou que esse medicamento que o senhor não citou o nome, mas é o tofac...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – É da mesma classe.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Tofacitinibe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Isso, esse nome aí, esse nome. E ninguém deu atenção, passou até despercebido. Está lá nos jornais de grande circulação. Agora, se aparece o Senador Omar Aziz falando que esse remédio é bom...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não tomem, não tomem! (*Risos.*)

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – E o tofacitinibe é o que saiu, mas já tinha o baricitinibe. Então, já existia um.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Aonde eu quis com a minha pergunta é: atrapalhou os médicos, a relação médico-paciente, o envolvimento político do Senhor Presidente na cloroquina, nos remédios precoces, tudo isso?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Eu não sei avaliar porque eu não sou político, mas eu, com certeza, acho que a gente deveria deixar o assunto despolitizado. Essa é minha opinião.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Ah, então, entendi. Então, atrapalhou: politizou...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Talvez tenha atrapalhado, mas eu acho que a politização, seja de um, seja de outro lado, é ruim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é porque, Senador Styvenson, o próprio Dr. Ricardo agora (*Fora do microfone.*) falou em hidroxicloroquina, que é melhor do que a cloroquina, não é?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Na verdade, a gente não sabe se ela é melhor. Ela tem algumas propriedades farmacocinéticas melhores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, foi ele que falou em hidroxicloroquina. Agora há pouco, eu estava lá, e o Senador – eu acho que quem estava aqui era o Senador Eduardo Girão, estava aqui... E eu ouvi ele falando numa resposta para o Senador Marcos do Val. Ele disse: "Olha, a hidroxicloroquina e tal". Olha, eu não estou aqui fazendo propaganda de remédio – por favor, quem está me ouvindo: não, só estou falando o que o doutor falou. E o Governo mandou o Exército fazer cloroquina, não foi hidro... Está certo? Foi cloroquina. O que nós recebemos dos Estados Unidos foi cloroquina de presente. Lá eles não quiseram usar, eles mandaram para a gente. O.k.? O número... A quantidade que os laboratórios produziram de cloroquina em 2020 e 2021, principalmente dois laboratórios, que nós estamos investigando aqui, é um negócio absurdo: cresceu assim substancialmente o faturamento. Mas eu estou colocando isso do que eu tenho já de conhecimento, não estou aqui questionando os médicos, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu sempre falei aqui, e volto a repetir, e vou continuar falando é que nenhum profissional de saúde, nenhum médico prescreve um remédio para fazer mal a uma pessoa. Como quando a gente era criança. Você se lembra de quando a gente era criança... Eu não sei, porque você é muito mais novo do que eu, Styvenson, e talvez os médicos aqui também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Heinze... Quando a gente era menino, eu morava em Cacequi, lá no Rio Grande do Sul. Meu irmão nasceu em Cacequi, o meu o irmão mais novo do que eu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Ele era gaúcho, chê!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Gaúcho, gaúcho de Cacequi. Nasceu em Cacequi, eu morei em Cacequi, o meu pai é palestino, lá tem uma comunidade palestina muito grande, no Rio Grande do Sul, e eu morei em Cacequi. Eu me lembro, era muito criança ainda, eu me lembro de quando a gente era criança, a mãe da gente fazia o seguinte: ela pegava e dava uma gota de Creolina no leite para a gente tomar para verme, naquela época – uma gota. Não vão tomar, eu estou falando aqui, mas, pelo amor de Deus!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém vai tomar isso não, eu só estou falando para você que são aqueles remédios caseiros que a mãe dava e tal. Imagina a mãe da gente querer que a gente morra? Não, ela queria que a gente ficasse bom. Então não tinha, hoje, os remédios que tem, está certo? Naquela época não tinha. Eu estou falando na década de 60, há muito tempo. A ciência evolui muito. Talvez a coisa que mais evoluiu na humanidade nos últimos anos foi a ciência.

Depois que decifraram o nosso DNA todo, você entra numa máquina PET Scan e tem ali o diagnóstico completo. Não sou médico, mas sei, porque já fiz esses exames e procuro me aconselhar com médicos.

Então, eu só estou falando, Styvenson, que, nessa questão de medicação, realmente – eles falaram há pouco, e eu concordo plenamente com os dois –, eu acho que quem tem que prescrever remédio... E a discordância tem que ser briga da ciência; não é leigo com a ciência. Eu não vou bater boca com um doutor nem com outro. Esperem aí!

Você falou de uma coisa importante, porque eu acompanhei o que estava acontecendo no Rio Grande do Norte, que foi muito parecido com Manaus. Também vocês tiveram uma crise muito séria lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o Senador Marcos Rogério teve no Estado dele, com falta de oxigênio. A nossa talvez tenha sido mais séria porque foi a primeira cidade. Agora, nós temos um grande problema no Brasil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Acho que a primeira é a mais distante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... um grande problema no Brasil, porque não é num estalar de dedos... Porque nós teríamos que fazer uma política para isso muito séria, e eu acho que nós temos que tirar ensinamentos dessa pandemia. Não é a quantidade de UTIs que um hospital tem. O problema é que a UTI não funciona sozinha. Ela tem que ter recursos humanos, e nós não temos, em quantidade suficiente para o número de UTIs que nós criamos nos últimos anos – desde quando iniciou a pandemia, cresceu o número de UTIs. Nós não temos intensivistas. O Dr. Zimerman pode até ser um ótimo... Ele detecta, mas ele não pode... Eu não creio que ele vá para uma UTI e vá ser um intensivista e saber intubar um paciente. Talvez... Ele aprendeu, mas não é a especialidade dele. Cada um na sua, cada um... Também não é a especialidade – não sei – do Dr. Francisco; também não sei dele. Eles podem até saber, mas não é qualquer médico que sabe fazer. Então, nós precisamos dele numa UTI. São duas coisas primordiais para manter um paciente vivo: médico intensivista e enfermeiro intensivista. E o Brasil não forma, porque a quantidade... Uma UTI, por exemplo, se você for se internar num hospital particular, uma UTI custa uma fortuna por dia. E o que se requisitou nessa pandemia a maioria dos hospitais não queria, porque o que o SUS paga é muito abaixo do que uma... Por isso que vai continuar sendo assim enquanto nós não tivermos uma saúde plena brasileira.

E mais: o que salvou muita gente – e aí a gente tem que concordar – foi a Atenção Básica. Onde tinha uma Atenção Básica de saúde forte, em que o profissional acompanhava o paciente... Porque o erro é este: é chegar a 90%, você estar com 60%, 70% do teu pulmão comprometido – em dez minutos, o teu pulmão aumenta e tu vais para lá –, chega lá, o cara vai e fura o teu esôfago, e você morre. Não se sabe, depois, se o cara morreu da Covid ou porque houve uma perfuração num órgão importante. Está certo?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito, Senador.

Sr. Presidente, onde o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só estou colocando o seguinte: o grande problema nosso não é só que nós temos que tirar... Eu acho que o Senado pode... Eu só estou colocando isso porque você foi muito preciso nas suas colocações – muito! –, inclusive, falando sobre as questões, que o vírus afeta coração, dá embolia pulmonar, dá problema no pulmão... O meu irmão – eu vou dar aqui um exemplo –, o meu irmão foi internado falando comigo pelo telefone, e, em horas, ele foi intubado. Olha só! E não é só um, não. Outro rapaz que trabalhava comigo, com 21 anos, falou pelo WhatsApp comigo. Eu falei com ele: "E aí, tá tudo bem?". Ele disse: "Não, tá tudo bem, chefe", daquele jeito de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

pessoa amiga; não é aquele cara que trabalha, já vira da tua família. É uma pessoa que trata os teus filhos como se fossem os dela. Sabe aquelas pessoas que estão ali? Em horas, meu amigo! Horas! Porque a variante P1 é muito letal, ela foi muito... Era uma coisa que... E, aí, tem gente que não quer ir para o hospital, não acredita: "Não, isso é uma gripezinha, eu vou ficar bom, me dá um chá". E, quando ia, já estava no sufoco.

O que você coloca é verdadeiro: eu acho que tem muitos medicamentos, esses 20 ou 30 medicamentos, que não são para combater o vírus, mas para combater as causas – insuficiência respiratória, insuficiência renal, insuficiência cardíaca, sei lá, uma série de coisas. Foi o que eu aprendi – aliás, foi o que me falaram. Agora, por favor, quem está me ouvindo: não vou prescrever remédio aqui porque não sou profissional para isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Senador, só concluindo a pergunta que eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só quis interferir... O teu tempo está garantido.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senador, posso só falar brevemente do...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Bem rápido, só para eu pegar aqui a linha de pensamento do Senador Omar Aziz, porque ele falou o que eu já tinha dito antes. Ele disse: "Olha só, se chegar no hospital, não tem médico intensivista, não tem equipe de enfermagem especializada". Quer dizer, se você chegar a precisar ser intubado – é um número estatístico, eu já disse –, 80% não retornam, morrem. É por isso que esta discussão aqui hoje está sendo importante. Por quê? Como evitar? Com medicamento precoce ou não? Com chá ou não? Com suas crenças ou não? Com máscara... Como evitar que você chegue até esse ponto se a gente tem deficiência até mesmo de profissionais que possam fazer esse procedimento que deveria ser básico? Deveria ser básico, e essa seria uma outra discussão que levaria muito tempo.

Então, vou refazer a pergunta. A pergunta que eu fiz para o senhor foi: existem algumas medicações, como essa que eu trouxe aqui como uma coisa boa, apresentada pelo jornal de grande circulação *O Globo*, que disse: "Notícia boa! Remédio que já existia para artrite: 37% de eficácia". Não foi ainda comprovado, não pode ainda ser dado esse alarme, mas há grande chance de ele fazer isso. Isso, em jornal, falando de uma pesquisa feita em um hospital muito respeitado, com empresa farmacêutica que é produtora desse medicamento. A pergunta que eu fiz foi... Desde a Idade Média a gente vê venda de indulgências, vê o cara vendendo um pedaço de pau dizendo que é da cruz de Jesus ou vendendo o céu, vê tudo isso. Alguém com influência, na necessidade da fé ou no seu dia a dia, influencia de uma forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

ou de outra. A minha pergunta foi: atrapalhou o relacionamento de vocês, o trabalho de vocês, médicos, uma pessoa entrar e dizer que está valendo... Por mais que você ache que dá certo, por mais... Ótimo! Agora você está podendo ser criminalizado, ou não, se esse medicamento não der certo, mas a relação entre médico e paciente não foi preservada. Por quê? Porque envolveu alguém que, eu não sei por qual motivo, empunhou aquilo lá, o remédio na mão, e começou a dizer que dava certo.

A pergunta foi bem simples, eu citei até três situações de pessoas influentes, ou pessoas conhecidas no nosso País, ou conhecidas pelas pessoas, que, através de um gesto, movimentam milhões – não só milhões de reais, milhões de dólares, milhões de pessoas, influenciam a vida das pessoas. Eu citei o rapaz do futebol, que afastou a Coca-Cola; eu citei algumas pessoas – nada contra religião – que diziam que tinham feijão que curava, ou que tinham água, ou que se tomasse... Estava lá envolvida a fé, e eu não vou discutir isso com ninguém, mas estava lá, é a fé da pessoa. Se ele tomou ou não remédio, vacina ou não, se é do anticristo ou não, está lá. Se vai virar jacaré ou não, a vacina está disponível, toma; e tem muita gente rejeitando. E dei a situação do Presidente segurando a cloroquina. A pergunta é: atrapalhou ou ajudou o trabalho médico no nosso País?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – V. Exa... Eu entendi a pergunta, lhe agradeço de novo. Eu acho que atrapalhou a ação e atrapalhou a reação. O ato e a reação ao ato, as duas coisas atrapalharam. E, deixando claro: eu gostaria que fosse a medicina, o meu paciente, eu, e é isso. Porque, no frigir dos ovos, quem vai ser responsável pelo desfecho não vai ser o Presidente, não vai ser o Governador, não vai ser nenhuma autarquia, não vai ser nenhum coletivo escondido em nenhuma sociedade; vou ser eu.

E, só para concluir, ele segurou essa medicação na mão, mas ele deixou de segurar todas as outras 18, e todas as outras 18 estão sofrendo reação. Por quê? Qual é a justificativa? De novo, é uma pergunta que não é retórica, é para reflexão. Não sei responder, não sou o mais indicado, não sou político. O que eu queria só era fazer o pedido para vocês tentarem despolitizar o assunto, porque, em última instância, quem se prejudica é o eleitor de todo mundo, é o povo brasileiro. Então, por favor, vamos dar uma vez à ciência mesmo, à ciência que publica, à ciência que vê pacientes.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mas essa que saiu no jornal *O Globo*...

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não é porque saiu no Globo, é porque saiu no *New England Journal of Medicine*...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não, mas essa não sofreu preconceito, não.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Claro, não sofreu. Mas não porque saiu no *Globo*. *O Globo* não é nada para a ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – É por que foi o Einstein que elaborou?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Não, é porque saiu na *New England Journal of Medicine*, que é a maior revista de medicina, com índice de impacto de 70. Ou seja, isso é notável. Não é porque foi noticiada nesses meios. Porque, nada contra, mas está havendo um noticiamento seletivo. Então, a gente tem que louvar a pesquisa porque foi bem conduzida, os resultados foram muito bons. Esses 37%, para lhe responder, são ótimos. Ótimo! Excelente! Quanto mais, melhor. Não vamos pôr um limite no benefício. Existe esse limite. A gente sabe que algumas estratégias reduziram em 91% o risco de internação, como a budesonida inalatória, que é baratíssima. O único problema que eu vejo para esse fármaco, para o Tofa, no futuro, é o que V. Exa. mesmo comentou: o custo. Tanto o Baricitinib quanto o Tofa é R$5 mil ou R$6 mil uma caixinha.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mas, para salvar uma vida, não tem custo.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Exatamente. Perfeito.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senador, eu trouxe a matéria aqui da *Folha*, na verdade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu li no *Globo*.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – O senhor citou *O Globo*, mas está na *Folha*.

Essa medicação já vinha sendo usada por nós de maneira *off-label*. É interessante voltar ao assunto do *off-label*. Tanto essa quanto outras medicações similares, como principalmente tocilizumab e etanercept – eu, particularmente, tenho uma excelente experiência com o etanercept, o Enbrel, que é uma medicação desse tipo de categoria –, elas não são para o tratamento inicial da Covid. Elas são usadas quando o paciente já inflama, já perdeu, ou não deu certo o tratamento, ou não fez o tratamento, ele evoluiu com inflamação, passa a necessitar de oxigênio suplementar, precisa ir para o hospital, e, quando você começa a dar corticoide para esse paciente no hospital, você tenta entrar com esse tipo de medicação, que pode ter o poder de bloquear a chamada tempestade de citocina, ou seja, a cascata inflamatória que começa a acontecer no corpo da pessoa em reação à infecção viral quando ela se torna mais grave. A plausibilidade farmacológica, clínica e biológica existiu, o medicamento foi feito, deu resultado.

Diante dessa observação, grupos com muita estrutura e muita prática em pesquisa clínica, como o pessoal do Albert Einstein, em São Paulo, com o patrocínio da Pfizer... É aí que eu falo da questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

como se faz um estudo desse naipe. Tem que ter dinheiro pesado, e normalmente ele vem da indústria. É óbvio que a Pfizer tinha todo o interesse do mundo em fazer essa pesquisa. Fizeram uma pesquisa muito bem feita, muito bem conduzida, que achou esse resultado de 37%, que é fantástico, quando o paciente está lá no leito na UTI, sufocando, com máscara, com tudo, tentando de tudo para evitar o tubo, seja o tofacitinibe, seja o Enbrel, seja o tocilizumabe, que foi a primeira das drogas que foi tentada ano passado, a despeito de os estudos não terem sido muito bons.

Qualquer ator público que tenha grande influência sobre uma determinada parte da população, que fale qualquer coisa sobre algum tipo de fato do cotidiano vai ter impacto nesse fato.

Cabe a nós, médicos – e aí uma fala para os médicos –, termos o discernimento de separar o que é político do que é medicina e passar a olhar as evidências, olhar artigos como esse que foi publicado no *New England Journal of Medicine*, desapegar da paixão política do momento e passar a combater discursos negacionistas de que não há evidência de que há eficácia, de que há evidência de ineficácia – isso não existe –, e pensar no doente, porque, no fim, o que importa é o doente, o que importa é você chegar para família do doente e falar: "Salvei teu pai, salvei tua mãe", ou não: "Infelizmente o teu filho está morto". Isso quem fala somos nós, médicos, não é a divulgadora científica, não é a médica que nunca tratou ninguém. Somos nós que estamos na ponta tratando que temos que chegar para a família e falar: "Desculpa, mãe, o seu filho morreu". É muito duro ter que falar isso para uma família que deposita toda a esperança no nosso colo para salvar o parente. Quando entra política no meio, e aí dos dois, três, quatro, cinco lados, não sei quantos lados tem, a coisa vai para o beleléu.

Então, a gente precisa desapaixonar um pouco desse assunto e focar. Olha, não dá para falar que não tem evidência com tanto artigo publicado! Vamos agora discutir os níveis de evidência. Dá para fazer política pública com isso? Sim ou não? São outros quinhentos. São outros quinhentos.

Agora, o médico, na sua individualidade, tem que ter a liberdade de prescrever sem ser alvo de chacota, de piada, de *bullying.* E aí eu condeno sociedades médicas no Brasil que entraram nesse jogo, fazendo..., em espelho, queimando a caixa. Não é para ser nem um nem outro. É para chegar e falar: "Vamos oferecer todo o arsenal possível de guerra para combater o vírus". O inimigo comum aqui é o vírus. É isso, é isso!

Eu sempre defendi isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Agora, doutor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Francisco.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Senador Omar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É para concluir?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não sei se eu posso... Se o senhor permitir, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está há 20 minutos, eu permito, e muito. V. Exa. é meu amigo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Não sou suplente, não sou nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Diferente daquele grupo ali, V. Exa... (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Tratamento VIP.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas olha o tamanho da... Olha o tamanho do...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu ia pedir para o senhor... O senhor disse que tem um estudo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Styvenson, na verdade, é o seguinte: é impossível dizer não para você, sabe por quê? Olha o teu tamanho para o meu, meu irmão. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Olha aí, para alguma coisa serviu o meu tamanho.

O senhor disse que eu iria falar, porque eu disse que tomei um chá... E o Senador Presidente Omar Aziz disse: "Não, não, não divulga". Mas eu falei, eu quis dizer que uma boa alimentação ou uma alimentação que aumente a sua imunidade pode ser uma profilaxia – pode ser, não, é uma profilaxia para muitas doenças, uma vez que o brasileiro se alimenta muito mal. O brasileiro se alimenta pessimamente, ruim. É muito carboidrato, é muito açúcar...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Alimentação regular, não só *fast food*. O senhor está coberto de razão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Porque até agora a gente só discutiu remédio.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Remédio é a última fronteira do...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mas alimentação, para a população que está passando fome, que não tem alimentos. As crianças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

nas escolas que não têm hoje a merenda nem que seja mínima. A gente está falando de brasileiros que estão passando necessidade. Então, eu quis trazer aqui, eu fiz um tratamento ayurvédico, indiano...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Depois eu te mostro um estudo do Paquistão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** Tem gengibre, tem glutamina...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Tem cúrcuma, tem tudo isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** Tem tudo isso. Por quê? Porque eu faço isso todos os dias, não é uma vez só porque eu estava doente, não. Então, esse tratamento é diariamente que eu faço. Talvez eu tenha passado duas vezes pelo Covid e não tenha sentido, mesmo tendo um pulmão só. Viu, Senador Omar Aziz? Porque o direito é paralisado devido ao diafragma da inflamação que eu tive aqui, doença trabalhista aqui dentro do Senado.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Vamos afastar o senhor com benefício acidentário.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** Deveria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, ele faz falta aqui no Senado.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senador, só para complementar rapidinho. Essa questão da alimentação é fundamental. Isso traz outro assunto que tem sido também polêmica na Covid: o mundo inteiro está pesquisando Covid. Aqui, nos Estados Unidos, na Europa ou no Egito, no Paquistão, na Índia, na África, e o que eu vejo às vezes é algumas sociedades, alguns colegas falarem: "Ah, mas esse estudo é do Egito". "Ah, mas esse estudo é do Paquistão". "Esse estudo é da Índia". Isso tem ocorrido e eu chamo de xenofobia científica, gente que só enxerga se for publicado no *New England*, no *Jama*, no *British Medical Journal* ou no *Lancet*. Fora isso, eles falam que não é ciência. Essa postura está completamente equivocada e não dá para levar a sério gente que se comporta desse jeito. Tá?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) **–** Senador Omar Aziz, obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa... Uma coisa é eu brigar com o Marcos Rogério; outra coisa é com você, Styvenson. É uma diferença, aliás, você é muito amigo de um querido amigo meu, que é o Senador Plínio Valério. Então, nós estamos tudo, é Amazonas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Que bom, mas eu queria, antes de só me retirar, eu queria só lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha a diferença de tamanho aí, Marcos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu queria só deixar, porque eu não faço parte da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você não, mas qualquer Senador... Olha, deixa eu explicar: qualquer Senador tem direito a falar aqui a hora que quiser...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito, mas aí eu já estou na Comissão temporária em que a gente está buscando ali as soluções, mas quando tiver alguma sessão que trate justamente de um problema aqui no meu Estado, Senador Omar Aziz – eu estou sendo cobrado –, que é o Consórcio Nordeste, o dinheiro que foi colocado... As pessoas me cobram, cobram o senhor, cobram qualquer outra pessoa. Elas não querem saber se é Senador, se é Vereador, se é Governador: "Eu quero os 5 milhões de volta, Styvenson, vá atrás", como se eu fosse pegar a Governadora pelo pescoço e mandar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos a convocação dos Governadores, para estarem aqui para explicar essas questões. E começa dia 29, o primeiro Governador vai estar aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Coisa boa, e como vai ter uma coletiva de Senadores aqui para votação, se tiver eu posso vir outra vez – não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, eu agradeço, querido Senador Styvenson.

Se o Dr. Ricardo... O que o Styvenson falou é sério. E nós temos outro problema também, nós temos as sequelas dessa doença em milhões de brasileiros, e a gente tem que preparar os Estados para isso, os Municípios, porque tem sequelas em que tem que fazer fisioterapia pulmonar, problemas de hemodiálise, problemas cardíacos, problemas inúmeros que essa doença traz, principalmente problemas mentais, há pessoas que realmente ficam com problemas mentais.

Acho que esta CPI também tem que se encaminhar para esse lado, para a gente saber como vamos tratar. As pessoas se salvaram da doença, mas permaneceram, muitas delas... Graças a Deus, o Senador Styvenson não, mas muitos brasileiros têm sérias sequelas dessa doença que é preciso a gente encaminhar isso.

Srs. Senadores, aqui nós temos inscritos ainda o Senador Nelsinho Trad. Está presente?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Estou aqui, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é um prazer, meu Líder.

Senador Nelsinho, Senador Telmário, Senador Izalci, Senador Carlos Portinho, Senador Roberto Rocha, Senador Flávio Bolsonaro, Senadora Soraya, Senador Mecias de Jesus e Senador Luiz do Carmo. Tem algum Senador que não está inscrito aqui que queira se inscrever? (*Pausa.*)

Senador Nelson...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós iremos ouvir V. Exa. e depois a gente vai suspender por 30 minutos, porque os convidados que estão aqui hoje precisam comer alguma coisa. E depois, no retorno, o Senador Marcos Rogério vai estar aqui, no meu lugar, porque eu tenho um compromisso já agendado. Já expliquei ao Senado Marcos Rogério e ao Senador Eduardo Girão.

Mas vamos ouvi-lo, meu Líder Senador Nelson Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, primeiramente dizer que admiro a tarefa desempenhada por V. Exa., que não é fácil. V. Exa. tem que saber mediar os conflitos, as divergências, tomar decisões... E a decisão é um dos atos mais solitários do ser humano. E, até o que me consta, esta CPI tem percorrido caminhos que, com certeza, haverão de dar horizontes mais positivos pra sociedade brasileira.

Gostaria também de fazer aqui um breve comentário a respeito da busca de alguns colegas Senadores no sentido de quererem encontrar um caminho, um horizonte para se poder salvar vidas. Esse é um dos motivos pelo qual a gente observa que move o mandato do Senador Girão, que muitas vezes entra num conflito com determinados colegas no sentido de querer elucidar, da forma mais clara possível, caminhos para que a sociedade brasileira possa buscar soluções a fim de salvar vidas.

Eu quero também cumprimentar os dois convidados de hoje, colegas médicos como eu, Dr. Ricardo Ariel Zimerman e Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, dizer a V. Sas. que o ambiente, ainda mais numa comissão parlamentar de inquérito, onde se estabeleceu uma divergência já desde o seu nascedouro, é um ambiente em que os embates são normais, corriqueiros e cada vez mais frequentes. De tal sorte que eu quero fazer essa colocação para que V. Sas. não se sintam, vamos dizer assim, desrespeitados ou mesmo menosprezados, ou mesmo algum outro sentimento que possa vir a ferir a suscetibilidade do humor de cada um de vocês. Esse é um ambiente onde a divergência é normal, é corriqueira.

Eu quero fazer aqui um comentário a respeito de muito daquilo que, no meu entender, acaba sendo o responsável por toda essa interrogação que está pairando nas nossas cabeças. O comentário que eu quero abordar é a respeito do ato médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, quando a gente vai fazer um vestibular de Medicina, habitualmente é vestibular mais concorrido que tem. Aí você entra pro curso, habitualmente também é o curso mais longo que tem. Aí, quando você se forma, você vê que você ainda precisa fazer uma especialização, que muitas vezes demanda o mesmo tempo daquilo que você já estudou, ou seja, são seis anos, às vezes, mais quatro, mais cinco e mais seis anos até, pra você poder ter um título de especialista. Eu quero abordar esse aspecto pra poder deixar muito evidente pra sociedade brasileira e para os colegas que estão aí e para V. Exas., meus colegas Senadores, que o ato médico é inerente, através das responsabilidades que recaem sobre os seus ombros, do CRM que carimba, orienta e encaminha o paciente que confiou até você a possibilidade do alívio de um sofrimento, a busca de uma cura ou mesmo a interrupção de uma determinada doença.

Essa pandemia desse coronavírus botou nós todos de joelhos. Essa é a grande verdade. Não só as grandes cidades – Nova Iorque, Paris, Tóquio, aqui no Brasil, as cidades fechando –, porque, quando ela veio, pouco se sabia de como a gente tinha que se portar diante de tamanha interrogação que acometeu a todos nós. E quando isso ocorre, Sr. Presidente – e eu estou falando aqui como médico, aquilo que sou, porque Senador eu estou, médico eu sou –, eu costumo muito observar aqueles que têm casuísticas, aqueles que têm a lida, no dia a dia, com pacientes que eles manejam, com pacientes que eles recebem a confiança, com pacientes que eles têm a responsabilidade carimbada na orientação que ele deu.

Ao que me consta, pelos artigos que já li, toda essa situação se faz questionar em função de alguns colegas defenderem, até pela casuística que eles têm, a abordagem precoce da doença – esta é a palavra correta –, e não o tratamento precoce, porque até esses que estão aí na bancada sabem, e eu duvido que eles não saibam, que o tratamento puro e simples para uma situação como essa ainda não se tem. Tem, sim, uma abordagem precoce da doença, que vai minimizar os efeitos consequentes que esse maldito vírus causa no ser humano.

Falando sobre isso, Sr. Presidente, eu queria, de pronto, fazer a seguinte pergunta para os colegas que aí estão: de cem casos que eles tratam ou que eles deixam de tratar, o número de pacientes que saem bem é similar, é o mesmo? Essa é uma pergunta que eu quero fazer para o Dr. Cardoso Alves.

E deixo aqui um parêntese, e, na resposta, ele pode responder: se ele é parente daquele que foi Deputado, Roberto Cardoso Alves, pelo Estado de São Paulo. Na resposta ele fala, porque, após essa consideração, eu queria fazer um adendo.

A outra situação que eu coloco – e, aí, eu pergunto para o Dr. Zimerman – é o seguinte: diante da casuística que V. Sa. tem... Então, já fiz uma pergunta para o Dr. Cardoso Alves e agora estou fazendo uma para o Dr. Zimerman. Diante da casuística que V. Sa. tem, eu queria que V. Sa. apresentasse dados, vamos dizer, dos pacientes que o procuraram de uma forma mais imediata e que V. Sa. teve a oportunidade e a graça de fazer um diagnóstico mais cedo, como é que é a abordagem precoce desses doentes, diante daquele que já vem com sintomas mais acentuados? Para a gente poder ver exatamente essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última consideração, Sr. Presidente, que eu queria deixar clara aqui, é um hábito que nós, brasileiros, temos, até em função da dificuldade de acesso que a nossa sociedade tem para se fazer presente diante de um profissional médico. Essa história que acabou sendo a responsável, na minha avaliação, por toda essa celeuma de se orientar este ou aquele sem ter a presença do profissional médico na frente. Então, vem um vizinho, ou vem um primo, ou vem um amigo e fala assim: "Rapaz, eu tomei isso aqui ó, que fulano falou, que beltrano falou, que não sei quem mostrou na televisão, que mostrou a caixinha, e isso faz bem". E, aí, o que que habitualmente acontece? Na boa-fé, o brasileiro vai atrás daquela orientação dada por alguém que nem sempre está apropriado pra isso.

Então, são as considerações que eu queria deixar, para que V. Sas. possam responder, e o Sr. Presidente conduzir, até que venha o intervalo.

E, mais uma vez, quero registrar aqui, Sr. Presidente, em nome do PSD, do qual sou Líder, a satisfação com que estamos vendo os nossos membros se portarem diante de uma situação tão delicada como esta, frente a um monte de respostas que a sociedade brasileira precisa ter em função desta CPI. Habitualmente, uma CPI se faz – e este é um alerta que quero deixar para os colegas Senadores – por algum fato que já se passou. Esta CPI, não, gente. Os fatos estão aí pra quem quer ver, a tempo e a hora, minuto por minuto. E a responsabilidade que recai sobre os ombros de V. Exas. é muito grande. Que Deus possa abençoar cada um de vocês, porque o que a gente precisa são de respostas claras para um horizonte melhor pra sociedade brasileira!

Era isso, Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Líder Nelsinho Trad.

Eu estou assumindo agora a Presidência eventual. Daqui a pouco, vou fazer aqui a alternância com o Senador Marcos Rogério, porque o Senador Omar Aziz já tinha avisado que precisava viajar ao Amazonas, terra dele.

Antes de passar a palavra para o Dr. Ricardo Ariel Zimerman, pra quem o senhor fez a segunda pergunta, eu queria lhe agradecer pela sua participação. O senhor esteve também num debate histórico que nós fizemos há cerca de três meses, se não me engano, debatendo exatamente este assunto de uma forma diferente. Naquela oportunidade, como eu gostaria que a CPI fizesse também – inclusive, estava combinado, divulgado, mas foi cancelado –, foi feito um debate franco, ouvindo os dois lados, porque aí as pessoas podem tirar a sua conclusão melhor. Na sexta-feira passada, nós tivemos aqui dois que são contra o tratamento precoce; hoje nós temos dois que são a favor. Então, o debate seria melhor se tivesse aqui uma oportunidade pra um, 15 minutos, depois pra outro, fazendo perguntas entre si. Eu acho que dava pra verdade vir à tona. A gente está tendo esta oportunidade agora, só temos que agradecer. E o senhor, Senador Nelsinho Trad, V. Exa. participou, inclusive presencialmente, ao lado, daquela audiência que a gente teve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para quem quiser assistir, quem quiser ir atrás até pra conhecimento – e foi riquíssimo aquele debate –, é só entrar nas redes sociais do Senado Federal e colocar, lá no YouTube, TV Senado, debate, tratamento profilático Covid – alguma coisa assim, tratamento profilático Covid. Você vai ver, inclusive, que estavam o Dr. Zimerman, a Dra. Ellen Guimarães, que está aqui, inclusive, e que estava também lá, e médicos contra e a favor. Então, foi muito bom o debate.

Eu vou passar a palavra agora...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Girão, só uma perguntinha para o Dr. Zimerman...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... sobre os antiandrogênios, que são medicamentos novos. A ciência está evoluindo! Se ele pudesse fazer um comentário sobre a questão dos antiandrogênios, pra nós é muito importante – pra nós, não, pra todos que estão nos assistindo Brasil afora...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – É pra ver que nós começamos com três ou quatro medicamentos, e hoje tem vários medicamentos e esse também... Se pudesse comentar, Dr. Ricardo, sobre antiandrogênios, pra nós é importante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, Senador Heinze.

A pergunta primeira do Senador Nelsinho Trad, se o senhor puder responder, Sr. Ricardo Zimerman.

E depois eu peço ao Senador Nelsinho que refaça a primeira pergunta, se possível, para o Dr. Francisco Cardoso, porque, no momento, o Senador Styvenson o estava cumprimentando, e ele não pegou a pergunta.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer ao colega e a V. Exa. pelas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao tratamento, eu estou compilando ainda a minha experiência, mas, dos pacientes que começaram o tratamento com menos de três dias ou até três dias, eu não tive nenhum óbito; daqueles que começaram com até cinco dias, a gente teve dois óbitos, e eram pacientes com comorbidades, pacientes com fatores de risco pra progredir. Essa letalidade que eu tenho é bem menor do que a letalidade do meu Município. A letalidade em Porto Alegre por Covid oscila entre 2% a 3%, 2,5% em média; a minha é de mais ou menos 0,25%, considerando esses pacientes com até cinco dias.

O que ocorre com abordagem – e isto já foi colocado aqui – é que ela tem que ser individualizada, não pode ser em *kit*. E, quando a gente fala em individualização, eu acho que tem três fatores – a gente falava em dois, mas agora três.

Primeiro, o tempo em que o paciente se apresenta. Se o paciente se apresenta precocemente, ele está no momento em que o vírus está se dividindo ativamente, é a chance que eu tenho pra cortar essa divisão do vírus. Se o paciente se apresenta mais tardiamente, eu preciso ver se ele tem inflamação pulmonar, se ele tem formação de microcoágulos pra atuar com anti-inflamatórios, com anticoagulantes, conforme a fisiopatologia e as evidências disponíveis. Então, primeiro ponto: momento.

Segundo ponto: fatores de risco. Às vezes, o paciente se apresenta cedo, porém é idoso, tem diabete descompensada, hipertensão, cardiopatia... Então, esses pacientes assim eu trato como se eles fossem pacientes de maior risco pra complicar, eu sou mais agressivo.

Até um tempo atrás, eu dizia que tinha esses dois fatores: era o momento da apresentação e os fatores do paciente. Agora, V. Exa., acho que tem a questão viral também. A gente está aprendendo que diferentes linhagens têm um grau diferente de agressividade. Foi sugerido que a linhagem que surgiu em Kent, na Inglaterra, a B.1.1.7 teria 67% maior letalidade, mas o que nos interessa é a nossa, a P1, que parece ter 80% maior letalidade. Então, isso é fundamental. Esses dois fatores são cruciais, então, e, além disso, o fator viral.

E, em relação à resposta ao que V. Exa. perguntou dos antiandrogênicos, isso é muito interessante. E eu vou ter que explicar um pouquinho, mas eu acho que vale a pena, porque ninguém fez a explicação aqui ainda – nem a bióloga que veio, nem a outra médica que veio – pra que as pessoas entendam em casa, que é como funciona o vírus e como é que funcionam os nossos antivirais. Eu vou explicar de forma bem, bem resumida e bem simples pra gente entrar nos antiandrogênicos, porque aí vocês vão ver como faz sentido.

O vírus, pra entrar na nossa célula, obviamente precisa de uma chave, e, na nossa célula, tem uma fechadura. Agora, quando o vírus entra na fechadura, ele tem que quebrar a chave pra entrar mesmo. Quem faz essa quebra da chave, depois que ela entrou na fechadura, é uma enzima que é induzida por um hormônio que é eminentemente masculino, a dihidrotestosterona. Então, basicamente, a teoria antiandrogênica é baseada na observação. E lembrem: observação empírica é tudo. A gente começou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

usar corticoide inalatório, porque a gente observou que asmático que usava a bombinha internava menos. Então, começou com a observação de que os calvos, quem tinha sinal de hiperandrogenismo, quem tinha sinal de excesso de ação de dihidrotestosterona, eram excesso em UTIs, homens iam pior que mulheres. Mulheres que tinham hirsutismo, tinham sinais de masculinização, podiam ir tão mal quanto homens, independentemente de outros fatores. E aí, com a descoberta de que essa enzima fundamental para o vírus entrar na célula pra quebrar a chave do vírus é produzida pela dihidrotestosterona, bloqueando a ação do hormônio masculino, poderia se fazer com que ela desaparecesse e ela não conseguisse abrir as portas para o vírus. Essa é a chamada terapia antiandrogênica, essa hipótese antiandrogênica. Como ela está sendo corroborada até agora? Existe estudo publicado da dutasterida em que – aliás, de acordo com o Andrew Hil, é uma ótima droga pra reposicionamento porque ela é muito disponível – a dutasterida diminui a quantidade de dihidrotestosterona. E existem os antiandrogênicos, como, por exemplo, a pesquisa que está sendo realizada com a proxalutamida, tanto pra pacientes não internarem quanto para os internados não piorarem. Então, essa teoria antiandrogênica chegou pra ficar, não só para SARS-CoV-2, mas pra outros coronavírus e outros vírus que usam a mesma enzima pra entrar na célula. Além disso, tem ações anti-inflamatórias. Então, se a gente lembrar tudo que nos importa, o vírus se dividindo, a inflamação e a coagulação, a terapia antiantrogênica tem tudo a ver com esse tripé.

Eu agradeço a oportunidade pra falar um pouco do mecanismo de ação e trazer um pouco de ciência básica pra esta CPI. Quando eu digo ciência básica, não é pra ofender, é que a gente chama essa ciência de células como ciência básica – imunologia, virologia, bioquímica, etc.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bem.

O Dr. Francisco vai falar.

Eu só peço ao Senador Nelsinho Trad, por gentileza, que possa refazer a primeira pergunta para o Dr. Francisco, porque na hora ele estava sendo cumprimentado por um colega.

Muito obrigado.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Perfeitamente.

Eu não estou botando a minha imagem, porque o meu som fica mais prejudicado.

V. Exas. estão me escutando bem?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bem. Muito bem, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caro Presidente eventual Girão, a pergunta que eu fiz para o colega Cardoso Alves é no sentido de ele, com a casuística que ele já tem, poder fazer um comparativo a respeito daqueles que passam pela sua mão. Quantos que curam? Vamos dizer: de cem pacientes que passaram na sua mão, qual foi a sua eficiência com essa sua abordagem precoce, com essa rotina do seu tratamento, em detrimento daqueles que não – se ele fez essa análise – o procuraram e o próprio organismo, a gente sabe que isso acontece, acaba resolvendo a questão diante de um paciente que tenha um sistema imunológico hígido e que não apresente comorbidade? Ou seja, o que eu quero evidenciar com essa pergunta? É pra saber se a taxa que a gente tem de cura normal dessa doença, devido ao sistema imunológico do ser humano, é mais ou menos equivalente à daquele que procura o médico, que tem essa possibilidade, que tem essa condição de passar na mão de um especialista que tenha casos cada vez mais comprovados.

E quero ressaltar para os dois colegas que estão aí o seguinte: não se deixem inibir ou influenciar com essa polêmica ideológica, que infelizmente existe. Não há que deixar de respeitar aquele que está na ponta atendendo, dia após dia, dezenas de pacientes para poder ter o resultado do atendimento que ele faz. Apenas para dar um exemplo...

Então, a minha pergunta era essa.

E quero perguntar se ele é parente daquele que Deputado – isso aí, no meio da resposta, ele pode falar – Roberto Cardoso Alves, porque, uma vez, eu ainda não estava na política, na Voz do Brasil, eu ouvi um debate entre o Roberto Cardoso Alves e o Roberto Jefferson, pessoa que eu prezo e que, apesar de ter saído do PTB, é uma pessoa que eu tenho na minha alta consideração. Então, eu queria só saber se ele é parente desse que foi Deputado pelo Estado de São Paulo.

Então, basicamente é isso, Sr. Presidente.

Estou mais aqui para ouvir do que para poder falar, porque ouvindo a gente aprende.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Senador e colega, Excelência, obrigado pela pergunta.

Só para esclarecer, não, eu não sou parente do ex-Deputado Roberto Cardoso Alves. Quando eu era criança, me perguntavam muito isto para mim e para a minha mãe: se éramos parentes do Robertão. A resposta é não. Eu tenho o sobrenome igual, mas não sou parente.

Em relação ao seu questionamento, na minha experiência dos pacientes que me procuraram ainda na fase inicial, até os primeiros cinco dias de tratamento, eu não tive nenhum óbito até hoje. Eu tive poucos óbitos, mas com pacientes que, por diversos motivos, acabaram me procurando já na fase tardia, quando a gente já tinha que entrar com corticoide, com anticoagulante, com medicamentos pesados. Alguns acabaram evoluindo para a hospitalização, sendo que essa hospitalização diminuiu bastante depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da introdução de antiandrogênio na terapia, mas continua tendo. E infelizmente alguns acabaram vindo a padecer da pandemia.

Não tenho a menor dúvida – a menor dúvida! – de que a chance de alguém sobreviver tomando a medicação e se submetendo ao acompanhamento médico contínuo, diário, regular é muito maior do que aquele que deixa à própria sorte – ou com um frasco de dipirona na mão – a sua conduta em relação ao vírus. Esse paciente fica muito exposto, Senador, não apenas a evento fatal, mas principalmente a sequelas da Covid, a chamada síndrome pós-Covid, que afeta sobremaneira a população brasileira. Nós já temos estimativas com mais de 1 milhão de casos de pacientes com algum tipo de síndrome pós-Covid. E, neste momento, ela representa a principal causa de afastamento do INSS dos trabalhadores em idade economicamente ativa e de idosos, ou seja, é um problema grave, é um problema a que não está sendo dado a devida atenção. As sequelas da Covid, ou seja, a pessoa sobreviveu à Covid aguda e agora convive com embolias, com tromboses, com dores no corpo, com fraqueza, com cansaço, com dispneia, com falta de ar, com necessidade de uso de oxigênio em casa, com desnutrição prolongada, com problemas psiquiátricos e psicológicos das mais diversas ordens, são situações para as quais nós ainda não temos um sistema de saúde adaptado para lidar com isso.

A nossa reabilitação, tanto reabilitação física no sistema de saúde quanto reabilitação profissional no âmbito da previdência social, é precária. Então, a gente ainda vai ter muita dificuldade em reabilitar esses brasileiros que agora sofrem com síndrome pós-Covid. E a maior parte desses casos são dos pacientes que, vamos dizer assim, evoluíram naturalmente a história da doença, sem se tratar, sem se fazer nenhum tipo de abordagem clínica.

O ideal é que todo brasileiro com sintoma de Covid pudesse ter acesso a um médico capaz de fazer um exame nele, seja por telemedicina inicialmente, depois fazer o acompanhamento presencial passado o período de transmissão – ou seja, em Sistema Único de Saúde, em postos, seja o que for, que fosse devidamente acompanhado por uma equipe médica, uma equipe multidisciplinar se possível, para poder ter o seu tratamento individualizado naquilo que ele precisa, de acordo com o diagnóstico e prescrição médica –, ter os remédios que são indicados para o caso, ter acesso a reabilitação quando for o caso, ter acesso a alimentação de qualidade, a repouso, a descanso.

E aqui, Senador, eu queria denunciar uma coisa que vem ocorrendo. É que o INSS, há dois anos, decidiu abolir a concessão ao pagamento de auxílio-doença para os trabalhadores autônomos que não completam pelo menos 15 dias de afastamento consecutivos, baseada numa interpretação, na minha opinião, esdrúxula da Lei 8.213 e de decretos.

O INSS sempre pagou aos autônomos a partir do primeiro dia de afastamento e, desde 2019, só está pagando a partir do 15º dia de afastamento. Qual é o problema? O problema é que a maior parte da população que pega Covid e que por lei se afasta por dez a catorze dias – que são as normas trabalhistas que existem atualmente – e depois volta ao trabalho está pegando atestados de afastamento de dez a 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dias. São autônomos, são profissionais liberais, dão entrada no auxílio-doença e esse benefício é rejeitado de ofício porque ele não ficou 15 dias consecutivos, pelo menos, em afastamento.

Então, ainda tem esse problema agravando a situação porque isso causa tristeza, causa depressão, causa desânimo, prejudica o emocional do paciente, que já está abalado por um diagnóstico de Covid, lembrando que os pacientes nos procuram sempre achando que o diagnóstico de Covid é quase igual à morte. Alguns chegam praticamente em pânico no atendimento, no atendimento remoto que é feito. Eles acham que vão morrer, procuram o médico desesperadamente. E o mais difícil desses pacientes não é nem conduzir o tratamento médico em si; é dar o suporte emocional, é atender o paciente a toda hora, falar que ele vai ficar vivo, para ele ficar tranquilo, que ele está respondendo bem ao tratamento, que ele está respondendo bem, que os exames estão indo bem.

Isso não é *kit* Covid, isso não é tratamento obscurantista ou terraplanista, como algumas pessoas que tenham algum tipo de ajuda política tentam tachar a conduta médica nesses casos. É conduta médica, é o médico tratando o paciente. E esses pacientes ainda por cima, quando vão ao INSS, eles não conseguem o benefício por causa de um dia. Nós já, com a associação dos peritos, reportamos isso ao INSS, ao Ministério da Economia e até agora não tivemos resposta. Isso na Covid tem sido trágico porque coincidiu que os 14 dias que a lei dá de afastamento compulsório aos pacientes com Covid não batem com os 15 dias do INSS.

Mas, voltando a terminar minha fala, se todo mundo pudesse ter acesso a algum tratamento e seguimento médico regular, eu não tenho a menor dúvida de que nós não estaríamos num estado tão calamitoso como estamos atualmente em relação à pandemia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves.

Eu pergunto ao nobre e querido irmão, Senador Nelsinho Trad, se ele está satisfeito com as respostas ou se quer fazer mais algum complemento.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Satisfeito.

Presidente Girão, apenas para ressaltar que a busca daqueles que muitas vezes se contradizem com aquilo que está sendo colocado, da abordagem precoce, é a mesma dos colegas que querem fazê-la, ou seja, salvar vidas. Essa é a verdade. Tanto aquele que fala: "A cloroquina não serve para nada, e isso é algo que não pode acontecer", ele fala isso por quê? Porque ele busca salvar vidas com uma boa orientação, ao passo que aquele que possa vir a defender, da mesma sorte, tem esse encaminhamento.

E eu queria dizer a V. Exa., que sempre defendeu essa questão da boa orientação, da informação, que este Senado sentiria muito a falta de uma pessoa com a sua personalidade, personalidade do bem, personalidade que busca realmente fazer o melhor de si, no sentido de bem informar a população, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela possa ter condições e cada vez mais situações para poder enfrentar essa terrível pandemia que está nos acometendo.

Apenas essas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Gratidão, Senador Nelsinho Trad. Por favor, leva meu abraço ao Dr. Luiz Ovando, que também é Deputado Federal, que participou daquele debate histórico que fizemos, há cerca de três meses, sobre tratamento profilático Covid-19.

E o senhor está coberto de razão. Eu acho que o que nós estamos precisando no País é de união, de pacificação. A política tomou conta de tudo, e isso não é bom, porque essa briga afasta, essa briga faz com que inclusive as pessoas adoeçam, não é? Então nós estamos vivendo um clima que não é um clima saudável. E a gente precisa ter serenidade e muita responsabilidade com o País agora.

Então o Senado presta um grande papel hoje, o senhor tem razão, em poder, finalmente, depois de um mês e meio, ouvir o contraditório, porque eles não têm espaço na mídia. Isso a gente sabe. Na grande mídia, vocês não têm espaço. Então, através da CPI, de certa forma, os senhores estão tendo a oportunidade de falar.

Inclusive eu quero aqui saudar a transmissão, que continua sendo feita pela CNN, que tem todas as reuniões da CPI, desde o início, com transparência, mostrado as sessões, os debates que ocorrem, assim como o SBT também está fazendo agora. Eu fui informado de que continua a transmissão. Isso é democracia, isso é muito importante para que as pessoas possam receber o outro lado da moeda, para a gente não ficar em cima de narrativas apenas, o que não é correto, não é justo. A gente precisa ouvir o outro lado, porque o interesse de todos, de um lado e de outro, é salvar vidas.

Então, é muito importante o que a gente está ouvindo aqui – e eu já quero... –, neste momento reconhecendo que os cientistas estão divididos, médicos estão divididos. Essa é a realidade que a gente vê hoje sobre essa questão do tratamento, da abordagem precoce ou imediata, como o Senador colocou há pouco, o Senador Nelsinho.

Então, é importante que a gente possa tirar as conclusões, pelo que nós estamos ouvindo, vendo estudos, randomizados, metanálises, duplo-cego, resultados clínicos demonstrados aqui, como também, na semana passada, nós tivemos o outro lado.

Então, não tem que perseguir ninguém por causa disso, não tem que fazer prejulgamento de ninguém.

O Senador Marcos Rogério está querendo fazer uma colocação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, só vou...

Como o Presidente Omar havia anunciado o intervalo de 30 minutos, para que os convidados e os Senadores que estão aqui pudessem se alimentar, então vou propor a V. Exa. fazer esse intervalo e apenas fazer mais um registro antes de sair, porque, assim... Reiterar, porque, de repente, alguém está acompanhando a sessão a partir deste momento e não viu o que aconteceu antes.

O Relator e os membros da oposição, deliberadamente, se ausentaram daqui para não ouvi-los. Perderam uma grande oportunidade, mas não só perderam uma grande oportunidade: a ausência do Relator e dos demais membros da oposição nesta CPI – que, desde o começo, eu tenho dito, têm prejulgado, têm uma sentença debaixo do braço – desqualifica ainda mais o Relator, esses membros e vai desqualificar o relatório quando for apresentado, porque, para emitir um juízo de valor sobre determinada matéria, você precisa colher provas, analisar essas provas, submetê-las ao contraditório. É o devido processo. Mas, quando optam, escolhem agir como agiram, perde-se a imparcialidade para a condução do inquérito. E aqui nós estamos diante de uma CPI, Comissão Parlamentar de? Inquérito. O delegado não escolhe as provas. O procurador não pode escolher.

Então, é, mais uma vez, lamentar, porque a Comissão tem um Relator que se ausenta para não colher provas.

Quero dizer, Presidente, que, com a ausência do Relator, considerando que o trabalho da CPI é investigar, negar o exame de provas, quaisquer que sejam elas, é nulificar o trabalho investigativo. É como se um delegado de polícia ou promotor de Justiça negasse a colheita de uma prova por ser ela contrária ao seu intento investigativo. É exatamente isso que nós temos aqui. A tentativa deles de obstruir o depoimento dos convidados não pode ser feita em uma investigação de qualquer natureza. Nós estamos no meio de uma investigação.

Eles não querem ouvir aqui representantes de farmacêuticas, de laboratórios pra poder tratar sobre medicamentos, sobre protocolos? Não é isso? Ora, não teriam que ouvir quem produz ciência, quem pensa sobre isso, quem entende sobre isso? Eu não sou médico, eu não tenho que ficar dando opinião aí se "ah, esse remédio não serve pra nada!". Não sou eu que tenho que dizer isso não! A opinião de quem diz que esse remédio não serve pra nada, a opinião dessa pessoa não serve pra nada. Aliás, serve pra tumultuar.

Então, hoje, o Brasil tem uma grande oportunidade, esta CPI, de tê-los aqui fazendo esse depoimento. E estou fazendo essas ponderações aqui em relação à ausência do Relator, que escolheu sair da CPI pra não ouvi-los, e dos membros do G7 da oposição – e faço aqui a ressalva do presidente da Comissão, o Senador Omar, que aqui permaneceu, só saiu no final em razão de um compromisso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha e nos comunicou. Essa ausência deliberada macula, nulifica, deslegitima os atos do Relator e dos membros da oposição. Esta CPI, hoje, com todo respeito, perdeu a sua razão de ser.

Você sabe o que eles estavam fazendo enquanto nós estávamos aqui ouvindo os depoentes, Senador Girão? Eles foram para um gabinete paralelo, do lado de fora, na tribuna de imprensa, e ficaram lá uma hora – uma hora! – dando entrevista coletiva para tentar tirar o foco do que estava acontecendo aqui dentro da sala da CPI. É isso que fizeram.

Falam tanto de gabinete paralelo e eles deliberaram, num gabinete paralelo, uma lista de investigados pela CPI. Eu não sei se V. Exa. votou alguma lista de investigados aqui; eu também não. Eu estou aqui, não faltei a uma sessão. Mas, lá, divulgaram uma lista de quem o Relator acha que é investigado. Enquanto nós estávamos aqui ouvindo os médicos, eles estavam lá, no gabinete paralelo, por uma hora, debatendo.

Então, eu queria apenas fazer esse registro aqui para lamentar que eles não estejam aqui ouvindo tudo o que vocês estão falando e, sobretudo, o que estão fazendo pelos brasileiros.

Eu fiquei muito contente de ouvi-los aqui, espero ouvir mais, a par dos próximos questionadores, dos próximos Senadores que vão fazer questionamentos a V. Sas. É muito bom tê-los aqui, porque isso dá esperança pra quem está lá fora, no Brasil real, sofrendo com essa pandemia.

A gente não quer aqui saber se a verdade absoluta de um é a que vale ou se é a de outro. O que eu quero saber aqui é o seguinte: o que salva mais? É atender e oferecer medicamento ou é atender e falar: "Volta pra casa porque não tem medicamento com prescrição na bula". É se o tratamento *off-label* é uma prática legítima ou não, e não eu ficar dizendo: "Use isso ou use aquilo".

Eu gostei de ouvir isso na boca dos dois médicos aqui, dizendo que o protocolo é aquele que o médico, no seu contato com o paciente, prescreve. Eu acho que é isso; é esse nível de segurança que a gente precisa, sabe? Médico, do mais simples Município, de uma UBS a um grande hospital, é ele, diante do atendimento clínico, diante do diagnóstico que faz com seu paciente, que tem autoridade pra dizer: "Olha, no seu caso, eu recomendo esse procedimento ou esse protocolo", e com as cautelas que tem, com as informações que tem.

Olha, assim, eu tenho caso na família em que foi prescrita a tal da colchicina, que é um remédio para gota, mas há experiências, estudos aqui – parece que em São José dos Campos e num outro país, acho que o Canadá – em que usaram, se usou, e foi bom. Eu não vou dizer para as pessoas usarem isso. É o médico que tem que dizer: "Olha, no seu caso, é esse o procedimento"; no outro caso, uma médica que esteve aqui a quem eu perguntei falou assim: "É corticoide". O.k., mas é um médico que tem que dizer.

Então, eu queria parabenizá-los por estar aqui hoje, e aos Senadores que estão participando também. Eu acho que isso enriquece o nosso debate. Nem todos se acovardaram e saíram do debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bem, Senador Marcos Rogério...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Girão, só complementando...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu vou passar a palavra ao senhor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só complementando o Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Há quantas semanas, Senador Girão, nós vínhamos batendo para ter alguém que pudesse explicar cientificamente! São cientistas, médicos que estão cuidando de pacientes. Então, é só para complementar o que o Marco Rogério falou. Faz quase um, dois meses que a gente poderia ter trazido essas duas pessoas aqui hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É verdade. A verdade incomoda, Senador Heinze, Senador Marcos Rogério. Inclusive, eu também tomei conhecimento pela imprensa, Senador Marcos Rogério, sobre essa lista de investigados, que não foi deliberada aqui, pelo que eu saiba, nesta Comissão – e eu sou membro titular desta Comissão. Isso, infelizmente, aconteceu. Outro fato é que esta CPI, infelizmente, não tem sequer um plano de trabalho aprovado ainda.

É muito importante que a gente possa tirar as próprias conclusões.

Os médicos, os cientistas aqui, eles me comunicaram, Senador Marcos Rogério, Senador Heinze e Senadores que estão conectados aqui – e isto é da vida deles: salvar, não ter hora para comer, não ter hora para dormir, ainda mais num momento como este –, eles me comunicaram que não vão precisar almoçar. Eles me comunicaram que, não tem problema, podem continuar, pelo andamento do trabalho aqui, até para a gente agilizar, para que se possa correr. Não vejo problema, até porque o médico é isso, o médico tem essa obstinação.

Então, eu queria, neste momento, já chamar aqui a Senadora Zenaide Maia – está aqui na lista para participar virtualmente... (*Pausa.*)

Não? Então, deixa eu tirar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Portinho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixa eu ver se o Senador Izalci... Só um minuto, Senador Carlos Portinho. O Senador Izalci está aqui, mas eu estou vendo que ele saiu rapidamente, não sei se está voltando, mas... Senador Carlos Portinho, o senhor está a postos para já fazer seus questionamentos?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Sim, sim. Só um instantinho aqui, Senador Girão.

Eu vinha acompanhando muito interessado – muito interessado, Senador Girão – e, realmente, confesso que minha atenção prendeu na TV. Eu venho acompanhando sempre, do meu gabinete ou em casa, os trabalhos da CPI. E o Senador Jorginho Mello me representa, como membro do PL, de forma muito competente, comprometida e, assim como V. Exa., representa o País. E a ele e aos demais Senadores que hoje estão presentes – hoje estão presentes, uma sexta-feira – numa sessão de debates, eu queria dar os parabéns.

A CPI, neste caso, faz um debate bastante democrático, muito democrático; faz a gente pensar, faz a gente buscar a compreensão, cada um na sua. E este é o espírito democrático: poder unir várias vozes, para que não seja um discurso único, e o cidadão faz o seu juízo de valor no final, defende a sua posição, mas com elementos.

Antes de tudo, Senador Girão, eu quero dizer: use a máscara, lave as mãos, mantenha distanciamento físico – físico! Erramos ao defender o distanciamento social, como se fosse só uma figura de linguagem, mas ele tem um significado muito maior. O ser humano não se distancia socialmente. É impossível. Estamos aqui próximos hoje, de forma social. Então, o distanciamento é físico; físico! Lavem as mãos, usem máscaras. Isso você deve. O meu conselho é que se vacine; vacine-se. A escolha é sua, mas é o interesse de todos, é coletivo e é de verdade uma vez a gente pensar coletivamente. Mas é só um conselho da minha parte.

Eu queria, Senador Girão, aproveitar a minha oportunidade. Eu aprendi – e queria que isso revertesse aos nossos convidados de hoje, ao final, como pergunta – que a segunda opinião médica e até a terceira são determinantes, muitas vezes, para salvar uma vida. Eu vivi isso. Eu perdi meu pai muito cedo, mas, mais cedo ainda, quando ele estava lá nos seus 30 anos, foi diagnosticado um câncer, e deram a ele seis meses de vida, Senador Girão. Psicologicamente, na cabeça dele, foi um momento muito ruim, até porque muito jovem, mas ele foi ouvir uma segunda opinião e começou um tratamento de radioterapia apenas. Viveu mais 30 anos, até quando o câncer novamente o levou – outro câncer, outra razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aprendi dessa maneira e acho que a decisão final é sempre do paciente. E é lógico que a relação só pode ser paciente-médico. É lógico. Eu não estou falando de *youtubers*, de conselhos; estou falando da relação paciente-médico. E, no final, a decisão, não adianta, é sempre do paciente.

Eu vou contar a minha história, Senador Girão, para poder chegar à pergunta. Eu tive a Covid. Eu perdi, talvez, a maior referência política, que foi o Senador Arolde de Oliveira – todos nós aqui perdemos, o Senado, a política –, homem sério, homem de Deus. Todos perderam alguém próximo, alguém querido. Mas, quando eu tive a Covid, fiz o exame numa sexta-feira, e fui correr. Corri oito quilômetros. No dia seguinte, também oito quilômetros. Tenho o hábito de correr com alguma frequência e tenho o mau hábito – e aí eu ouvi até o Senador Omar Aziz: "Não leve tudo o que a gente fala aqui como conselho", somos humanos – de fumar. Fumava diariamente. Na segunda-feira, depois de todo esse exagero, digamos assim – uma parte saudável; outra, nem tanto –, eu recebi o resultado de que eu estava com o Covid. E Deus foi muito generoso comigo.

Embora, no quarto dia, eu já não tivesse sintomas, eu liguei para o meu médico, porque eu estava fazendo o exame com bastante frequência, toda semana quase, naquele momento que antecedeu a campanha eleitoral passada, e, fazendo o exame, eu descobri, e o resultado veio na segunda-feira, depois de todo esse exagero. E o meu médico de acompanhamento, excelente médico, me disse: "Olha, você está no quarto dia, não teve sintoma, se você tiver uma falta de ar, alguma coisa, você procure um hospital; não precisa tomar nada". Essa foi uma primeira opinião, e eu respeito. É um direito meu aceitá-la como opinião final. Lógico que não tem nada a ver com a relação de confiança. É um excelente médico. Mas eu não dormi bem naquela noite. Passei uma noite inteira com muita dificuldade de dormir, esperando a falta de ar. E, no dia seguinte, busquei uma segunda opinião. E essa segunda opinião me receitou a ivermectina, a azitromicina. É real. Eu estava acometido, e a decisão era minha – minha – de tomar ou não. Embora a recomendação era médica para não tomar, a segunda opinião me receitou. Eu tomei.

Como eu disse, Deus foi generoso. Não tive maiores sintomas. Tive uma areia nos olhos – eu não vejo ninguém nem se referir muito a isso –, mas o exame confirmou, e passou. Não sei se passou por causa da ivermectina, que poderia ter contribuído até para a questão do que ela combate diretamente, ou a azitromicina. Eu não tomo muito antibiótico. Então, também não vi risco em tomar.

Mas, no final, foi uma decisão minha. Eu me deparei com duas opções. Eu estava lembrando aquele filme, já falei isso uma vez, o Radioactive, que está aí numa dessas plataformas. Na guerra, quando não havia o raio X, a pessoa quebrava a perna e, muitas vezes, cerravam. Eu acho que é dever do médico salvar a vida e indicar aquilo que, na sua formação, ele aprendeu que é a melhor opção. Mas acho sempre que, no final, a escolha é daquele a quem é dirigida essa receita médica. Aí eu estou falando, de novo, em receita médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, defender a segunda opinião e aceitar a dúvida, como a gente, aqui, está ouvindo todos os lados, neste debate, assim como a escolha do paciente, que é um direito seu, eu acho que isenta dúvida. A dúvida, o contraditório, a controvérsia está implantada, e de forma científica.

A minha especialidade é a de advogado, mas eu vejo que há razões científicas de todos os lados; às vezes, certamente, politizadas, infelizmente; às vezes, porque acreditam naquilo. E eu respeito.

Então, eu queria saber, como pergunta final, depois desta minha colocação, se a decisão é realmente do paciente, se é um direito dele buscar uma segunda, uma terceira opinião, se informar mais e ser aconselhado por quem, profissionalmente, tenha os requisitos para isso.

Enfim, essa é a minha pergunta, porque acho que não vou recriminar o médico que me mandou não tomar nada, nem o médico que me mandou tomar remédios que não me causariam mal. Não estou falando da hidroxicloroquina, nem da cloroquina e também, por desconhecimento, não sei até que ponto, remédios de farmácia. Então, queria saber se, no final, ouvindo democraticamente este debate, se é direito do cidadão – e um dever até, muitas vezes – buscar uma segunda opinião.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. tem a palavra.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Excelência, obrigado pela pergunta. O direito a uma segunda opinião, ou a um segundo posicionamento, a ouvir um outro médico, é um direito consagrado nos cânones éticos da Medicina ao paciente. E nenhum médico pode impedir, bloquear o direito do paciente de buscar uma segunda opinião, quando o paciente, por livre convencimento, achar que deva procurar. Isso está inscrito no art. 39 do Código de Ética Médica. A cada hora, a cada momento, pacientes e médicos estão vivendo uma relação dinâmica, e o paciente pode achar por bem procurar uma segunda opinião, com ou sem, às vezes, a ciência do médico original, ou, às vezes, com a ciência do médico original, no caso de pacientes internados. E o médico tem que aceitar essa decisão do paciente. O paciente tem total direito de buscar essa segunda opinião caso a opinião inicial não lhe tenha convencido, não lhe satisfaça aquilo que ele procurou no médico. Quanto a isso, é sagrado na Medicina. O paciente tem total direito, a qualquer hora, de procurar uma segunda, terceira, quarta, quinta opinião, trocar de médico, o que for necessário. Nesse aspecto, em relação à Covid... Inclusive, no Sistema Único de Saúde, onde o paciente não escolhe o médico – esta é uma grande diferença do sistema público para o privado: você não escolhe o seu médico no Sistema Único de Saúde, ou não deveria poder escolher –, até lá, se o paciente se sentir mal atendido, achar que tem alguma dúvida, estiver inseguro, qualquer coisa que seja, ele pode pedir ao diretor da unidade um outro médico para avaliar o seu caso. Quanto a isso, é um direito garantido a todos os pacientes, e esse direito é pouco exercido no Brasil, diga-se de passagem, talvez por desconhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Muito obrigado pela questão.

Eu gostaria de complementar o que o Dr. Francisco colocou, que o grande problema é a coerção, Excelência, porque, no momento em que o médico está sob coerção, há o risco real de a primeira opinião ser sempre igual à segunda opinião e ser sempre igual à terceira opinião, porque os médicos estão com medo. Então, para que realmente exista uma segunda ou uma terceira opinião, o ambiente deve ser livre de coerção. Parece óbvio, parece básico, mas não é o que vem acontecendo. Todo mundo que está tentando tratar os seus pacientes está sofrendo coerção de coletivos diversos, mas o que importa – e o recado é para um dos 500 mil médicos que estão em casa, que estão nos assistindo no Brasil – é que o Conselho Federal de Medicina, que é quem nos rege, nos garante essa autonomia. Isso é crucial.

A grande diferença que eu vejo entre quem se posicionou contra e quem se posicionou a favor do tratamento é que, primeiro, quem se posiciona contra parece trazer sempre os mesmos artigos; quem se posiciona a favor, em geral, conhece aqueles artigos, mas conhece outros também. Quem se posiciona a favor em geral respeita mais autonomia. Do ponto de vista final é simples, é só respeitar o que o Conselho Federal de Medicina orienta. E o paciente que não se sentir bem acolhido tem direito garantido a uma verdadeira segunda opinião tomada em ambiente livre de coerção.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Só para complementar nessa fala, é muito importante também que a gente garanta e que todos os médicos se unam nisso, que o órgão que regula a Medicina no Brasil é o Conselho Federal de Medicina, que não pode deixar em nenhum momento, sob nenhuma circunstância política ou não... Não interessa se naquele momento atende o interesse ou não, que organismos externos, outros organismos, outros órgãos tentem *bypassar* o Conselho Federal de Medicina e definir o que o médico pode ou não fazer, porque se isso for conseguido, nunca mais haverá retorno e será o caos, eu repito, o caos.

É necessário, e eu vejo com muita tristeza que, nessa lide política que virou o tratamento para Covid no Brasil, que alguns médicos têm, inclusive, feito abaixo-assinados, entrando até com representações no Ministério Público contra o Conselho Federal de Medicina basicamente pelo crime de opinião. Eles não querem que o Conselho Federal de Medicina garanta a autonomia dos médicos. E todos nós, médicos, temos que apoiar e defender o Conselho Federal de Medicina, porque sem a autonomia nós não somos nada. E quem paga a conta no fim das contas é o paciente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Carlos Portinho, V. Exa. tem a palavra para complementar suas perguntas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

No final das contas, lembrar que é a decisão e o direito da pessoa buscar, através de informações, na relação paciente/médico – paciente/médico – buscar aquilo que lhe conforta. Eu dormi muito bem, posso dizer. Não sei se foi pela ivermectina ou pela azitromicina. Mas eu dormi muito bem. Deus foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

generoso comigo e eu me senti bem com a minha decisão, porque foi fundada num aconselhamento médico, médico, médico, receitado por médico.

Então, eu agradeço e também não recrimino quem pensa o contrário. Eu acho que há dúvidas. Justamente, a gente escutou, aqui nesta CPI, de um lado e de outro, que não há ainda uma conclusão. É uma coisa muito nova. A gente está buscando. Um dia a gente vai encontrar um remédio. Não acho que vai ser uma vacina eternamente. Pode até ser. Se for, vacine-se. Mas eu espero e vejo aí evoluir a Medicina e os estudos para que a gente alcance um remédio, porque se esse vírus se mantiver em circulação, como outros que a gente também dá vacina nos nossos filhos, aqueles que acreditam, enfim... Mas, no final, dizer que, então, a opinião consubstanciada em recomendação médica é do cidadão.

Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Queria até mandar um abraço para o Senador Styvenson. Escutei-o e fiquei muito bem impressionado com todas as colocações. Foi quando isso me prendeu ainda mais aqui nesta CPI, hoje, assistindo.

Muito obrigado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço, agradeço a V. Exa., Senador Carlos Portinho pelas contribuições, as ponderações todas.

O Senador Styvenson esteve aqui e, além dos seus questionamentos, trouxe também a sua própria experiência pessoal.

Na sequência, temos aqui alguns Senadores inscritos pelo Sistema Remoto. O próximo orador inscrito é o Senador Roberto Rocha.

Indago se está conectado.

Continua ativo no sistema.

Senador Roberto Rocha. (*Pausa.*)

O Senador Roberto Rocha está se reconectando.

V. Exa. tem a palavra para os questionamentos aos médicos Dr. Ricardo Ariel Zimerman e Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves.

Senador Roberto Rocha. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Roberto Rocha, o áudio de V. Exa. não está chegando.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – O áudio agora está...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente. Estamos ouvindo V. Exa., Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e, na sua pessoa, cumprimentar todos os membros da Comissão, cumprimentar os convidados e convidar aqueles que nos acompanham pelos diversos veículos de comunicação que o Senado faz possível chegar a todos os cantos do País e dizer o seguinte: esta audiência de hoje trata, de modo especial, da questão do remédio, do tratamento precoce, especialmente da cloroquina, que ficou famoso por conta de uma politização feita numa guerra que nós estamos vivendo, o que é extremamente lamentável. Tenho dito que, quanto mais nós brigamos entre nós, mais o vírus se fortalece. E esse problema não é do Brasil apenas, é um problema do mundo inteiro e é um problema que aconteceu pela primeira vez. Portanto, não tem professor nessa questão. Se não tem hoje, imagina há um ano atrás! Hoje, nós estamos cheios de incertezas, cheios de dúvidas. A única coisa sobre a qual eu não vejo ter controvérsia é que lavar a mão com água e sabão combate o vírus. Só isso. Daí para a frente, a gente tem dúvida de tudo.

Muito bem. Eu acho que o próprio nome já estabelece um respeito à questão: tratamento precoce. Se é precoce, é para você tratar antes de piorar, para não deixar a situação ser agravada e você ter que ir para uma UTI ou mesmo ser internado e, na UTI chegando, ter que ser intubado. Para cada dez intubados, nove estão morrendo. Ora, eu aposto com qualquer um que, se pudesse perguntar para uma pessoa que está na UTI intubada, se ele pudesse voltar o tempo e fazer o tratamento precoce, se ele não faria. Claro que faria! Claro que faria! É como perguntar, Presidente, para um passageiro de avião, um avião em pane, um avião que está caindo, e lá só tem um paraquedas, e esse paraquedas não tem o selo do Inmetro. Se não tem o selo do Inmetro, esse passageiro vai usar o paraquedas ou não vai usar o paraquedas? Essa que é a questão; ou seja, nós temos que fazer o que for possível para salvar vidas.

Nesse sentido, eu quero fazer um questionamento aos nossos doutores, cientistas, convidados que estão aqui. É uma coisa muito simples, muito objetiva, para não tomar muito tempo e dar oportunidade para que outros companheiros possam também fazer uso da palavra no menor espaço de tempo possível, porque já se arrasta há muito tempo esta audiência.

Quando um país, sobretudo um país não democrático, adota um protocolo oficial – oficial –, e, nesse protocolo oficial, estabelece que pode e deve ser feito o tratamento precoce, que pode ser utilizada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cloroquina, como em 29 países que já utilizam a cloroquina em seus protocolos oficiais, esse país, via de regra, concede o direito ao paciente de não tomar o remédio que ele não queira?

Entendeu mais ou menos sentido da pergunta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

Eu vou passar a palavra aqui aos nossos convidados.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Primeiramente, obrigado pela questão.

Eu gostei muito da analogia ao paraquedas e, se me permitir, eu vou começar a usá-la também nas minhas palestras, aulas, *lives*, etc., porque a gente aprende também com V. Exas. e a gente consegue se comunicar melhor. Para nós, médicos, isso é importante. Às vezes, a gente não tem noção de quão técnicos a gente fica, e esse tipo de analogia ajuda muito mesmo. Então, vou usá-la, já o comunico de antemão. Depois, eu pego a sua autorização, mas eu imagino que o senhor não vai se incomodar.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Não.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Para dar alguns exemplos a V. Exa. do que o senhor está colocando, em primeiro lugar, muita gente diz: nenhum país no mundo usa hidroxicloroquina e ivermectina. Isso não é verdade. Vários países usam; muitos, em seus protocolos oficiais. A questão é que em muitos países não há recomendação nem a favor nem contra, se deixa para a própria autonomia. Em outros países, algumas províncias ou alguns estados usam; e outros, não.

Mas, para o senhor ter uma ideia, vou pegar dois países: a Arábia Saudita e o Irã.

A Arábia Saudita montou, no início da primeira onda, centros de febre, que são semelhantes aos nossos postos de saúde; ficavam abertos todo o tempo, atendiam quem era legal, quem estava ilegal na Arábia Saudita, independente de qualquer questão, e o paciente podia sair ou não com a hidroxicloroquina e o zinco; ou seja, essa decisão que V. Exa. colocou de sair com o paraquedas sem o selo do Inmetro ou sair sem o paraquedas. Bem, no final da inclusão de mais de 7,2 mil pacientes, quem tinha escolhido o paraquedas sem selo do Inmetro, quem tinha saído com a hidroxicloroquina e o zinco teve uma chance combinada de intubação e morte 45% menor.

Mais recentemente, em publicação de um mês atrás, o principal investigador que fica por último sênior é o Khaliu, na verdade, Khalili; são iranianos. No Irã, existem os *comprehensives healthcare centers*, que também são postos de saúde, 5,5 mil no Irã. E vejam que organizados: a informação dos pacientes do sistema público é 90% informatizada. Isso no Irã. Mesma escolha os pacientes iranianos tiveram: receber o paraquedas sem selo do Inmetro ou não receber nada. Interessante, talvez pela influência, e alguém falou em coerção aqui, uma questão importante: 75% dos iranianos optaram por não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber hidroxicloroquina; somente 25% receberam. Embora o estudo seja de natureza retrospectiva, como o sistema de saúde era único, e os dados eram coletados prospectivamente, ele é um estudo muito interessante. Ainda houve controle pra idade, controle pra comorbidades, pra parear bem os pacientes. Quem optou pelo paraquedas sem selo do Inmetro, quem optou pela hidroxicloroquina, isso que, em monoterapia, coisa que a gente não preconiza, teve uma redução de 73% na chance de óbito em seis meses de seguimento.

Ora, V. Exa., eu converso com os meus pacientes, deixo-os livres pra ter uma segunda opinião, mas eu, em geral, sugiro o paraquedas. Quando o Inmetro colocar o selo dele no paraquedas, melhor. A gente quer que isso aconteça. Até lá, eu não vou deixar ninguém pular sem paraquedas, não do meu avião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Excelente analogia. Eu também não só usarei o paraquedas, como eu não vou deixar ninguém pular sem o paraquedas, porque a gente está jogando aqui com razão de probabilidade: de um lado, é a certeza do óbito e, no outro, é a esperança de vida.

No caso do tratamento, essa esperança não é baseada em crença, fé ou acreditação, como algumas pessoas tentam induzir a sociedade brasileira. Ela é baseada em evidências científicas, algumas sólidas, outras muito sólidas, outras nem tanto, mas cujo composto final tende a balançar para a positividade dos casos que tomam a medicação, tendo um menor desfecho fatal, um melhor desfecho clínico.

E, se a gente não sabe exatamente qual é o mecanismo ou se esse medicamento não tem o selo do Inmetro, vamos dizer assim, pouco me importa. Eu tenho o estudo, eu vou usar, eu estou aqui pra salvar vida. Eu não estou aqui pra fazer política com a vida de paciente. Então, eu acho que é esse o pensamento que a gente tem que começar a mudar neste País, principalmente algumas sociedades, quando tem 60% dos seus *guidelines* com terapêuticas que não são aprovados com estudos duplo-cegos randomizados, diversos procedimentos com terapêuticas *off label*, mas para a Covid-19, exijam o suprassumo do conhecimento médico e que é tão difícil de obter.

Então, não, eu não vou querer... Eu nem vou olhar se tem selo ou não. Se tem o paraquedas, se ele tem uma plausibilidade clínica ou uma plausibilidade teórica de se usar, eu vou usar em mim e nos meus pacientes, porque é uma coisa que todo médico tem que prezar também. Nós nunca vamos fazer no paciente aquilo que a gente não faria na nossa família. Então, eu nunca faço com os meus pacientes o que eu não faria com o meu filho, com a minha mulher, com os meus pais. Então, a gente tem que ter a regra igual pra todo mundo. Não dá pra vir em público querer sinalizar virtude, falando mal de cloroquina ou dos outros 14, 15 remédios pra tratamento precoce, e, no privado, nos procurar – não é, Ricardo? – e pedir tratamento precoce para o primo, pra tia ou pra própria pessoa em si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Presidente, eu agradeço as respostas objetivas dos dois convidados.

E, desde já, quero dizer que essa questão do paraquedas podem usar à vontade, porque, se ajudar a salvar vidas, é claro que nós temos que usar qualquer recurso.

Eu, antes de fazer o último questionamento, quero dizer o seguinte, com muita tranquilidade, Presidente. Eu tenho assistido, sempre que possível, e tenho acompanhado, sempre que possível... E quero, inclusive, parabenizar V. Exa. pela conduta nesta Comissão, tanto eu como inúmeros brasileiros que têm tido a oportunidade de acompanhar tanto V. Exa. como outros companheiros Senadores que têm dedicado uma atenção muito especial a essa questão da CPI... CPI é uma questão muito séria. A função do Parlamento é legislar e fiscalizar. Inquérito, normalmente, quem faz é do outro lado da avenida, é o Poder Executivo. E lá tem a Polícia Federal. Além disso, tem o Ministério Público, etc., etc., etc. Por que se faz inquérito dentro do Poder Legislativo? Para atingir um objetivo. Qual é o objetivo? É produzir apenas um relatório e mandar para o Ministério Público? Não, não, isso a polícia faz. É para poder, dentro do Parlamento, fazer leis para evitar que novos fatos aconteçam. Esse que é o objetivo de uma CPI. Eu fico me perguntando: qual vai ser o objetivo desta CPI? Então, eu não quero discutir aqui – eu vou aguardar o relatório –, porque, até agora, como cidadão brasileiro e como Senador da República, eu não tenho visto a CPI caminhar na direção de atingir um objetivo de interesse do povo brasileiro.

Tanto que eu quero dizer o seguinte agora. Nós temos um País dividido, evidentemente – isso aí é óbvio –, um País que está polarizado, está num maniqueísmo grande. Isso é bom? Não, mas nós temos esse... Isso é fato, já vem desde a eleição passada. De um lado, para falar português claro, sem rodeio, sem tergiversar, está o Bolsonaro; do outro lado, está o Lula. Muito bem! O Bolsonaro, Presidente da República, tomou cloroquina – pegou Covid e tomou cloroquina. O.k. Ele está aí bem, graças a Deus. Do outro lado, está o ex-Presidente Lula. O Lula pegou Covid? Pegou Covid. Ele tratou onde? Tratou em Cuba. Em Cuba, tem no protocolo oficial a cloroquina? Tem – em Cuba, na China e em mais 27 países. A questão é: o ex-Presidente Lula, que está aí muito bem, graças a Deus, com saúde, tanto quanto Bolsonaro, também tomou cloroquina? Essa que é a questão. É evidente que tomou. Por quê? Porque eu não posso acreditar que o ex-Presidente Lula, pelo respeito que tem a Cuba, iria lá descumprir o protocolo oficial, e ele próprio se automedicar.

De tal modo que eu acho isto uma bobagem sem tamanho: as pessoas tomarem o tempo de um comandante de uma guerra contra um inimigo invisível e letal, por duas vezes, durante o dia inteiro, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o Ministro da Saúde, que poderia estar usando o tempo para salvar vidas, para fazer perguntas repetidas, com um único objetivo: o objetivo de atingir a pessoa do Presidente da República. Isso é um absurdo completo! O que se vê é política. E nada mais que isso.

Ontem votamos a medida provisória que abre a capitalização para a Eletrobras. Hoje, até o presente momento, já cresceram mais de 7% as ações da Eletrobras na bolsa – na bolsa –, e vão fechar o dia talvez com 10% de ganho. Até pouco tempo atrás, valia R$4,00 uma ação da Eletrobras; hoje, vale R$47,00.

De tal modo que eu trato aqui a questão não a favor desse lado nem a favor do outro lado, nem esquerda nem direita, mas a favor do povo brasileiro, o mesmo lado que está V. Exa., Senador Marcos Rogério.

Parabéns a V. Exa. e a esses membros da Comissão que estão trabalhando em favor do interesse público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Roberto Rocha. Agradeço as palavras de V. Exa., a leitura que faz sobre este momento que o Brasil enfrenta e o mundo também. Realmente, estamos enfrentando um inimigo invisível e muito poderoso. É o inimigo comum de todos nós. Independente de quem defende protocolo "a", protocolo "b", todos nós queremos vencer a Covid.

Eu vou passar a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, o próximo inscrito, e, na sequência...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só uma perguntinha rápida, se o senhor me permite – jogo rápido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Nós tivemos ao longo desta semana aqui um questionamento feito por um colega – acho que talvez o Dr. Ricardo Zimerman tomou conhecimento disto –, que o acusou de, nos testes da proxalutamida, que tem trazido muita esperança pelos resultados que o senhor, inclusive, já apresentou aqui rapidamente, diminuindo a letalidade, diminuindo mortes em pessoas que estão em fase hospitalar... Se eu estiver equivocado, o senhor me perdoe, o senhor pode até explicar. E o senhor foi acusado aqui de ter colaborado nesses experimentos, nesses testes no Amazonas para a morte de 200 pessoas. É muito grave a acusação que o senhor recebeu. Eu queria lhe perguntar: isso tem algum tipo de veracidade?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Muito obrigado pela oportunidade de explicar essa questão, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em realidade, quando a gente faz um ensaio clínico randomizado, duplo-cego, controlado por placebo, que é o padrão ouro que tanto se exige, a gente evidentemente não tem certeza de que o fármaco vai ser melhor do que placebo. Se a gente tivesse, não precisava da pesquisa. Então, o que se fez nesse estudo é que se incluíram diversos centros, e todos os pacientes receberam o tratamento máximo, tanto é que a mortalidade deles foi menor do que a mortalidade em geral no Estado do Amazonas, porque os centros que incluíram esses pacientes eram centros de excelência e têm um trabalho notável, inclusive postergando intubação com o uso de cápsulas que protegem o ambiente, permitindo que se use ventilação não invasiva por mais tempo. É um trabalho louvável. Bem, a despeito disso, é evidente que a P1, como eu disse, tem uma letalidade alta. A P1, que é a linhagem que surgiu lá, em Manaus, é 80% mais mortal do que as linhagens anteriores, da primeira onda. Então, houve óbitos, mas a taxa de óbitos foi cinco vezes maior entre os que receberam placebo, ou seja, o fármaco nos pareceu extremamente eficaz, tanto é que, na reunião de quem avalia de forma independente os dados de segurança, em Zagreb, na universidade da Croácia, se decidiu pela suspensão do estudo, porque já tinha se atingido o objetivo.

A gente pegou leve com a proxalutamida? Não! Cientistas de verdade não ficam torcendo pra droga: "Vai droga, dê certo!". Fica sacaneando a droga... A gente trabalha com a hipótese de nulidade. A gente era cego, o estudo foi randomizado. Quem não recebeu a droga – porque recebeu placebo – recebeu tratamento otimizado. Então, a chance de demonstrar a diferença era menor. E, mesmo assim, os resultados foram excelentes, até foram resultados que mostram que os antiandrogênicos não têm só ação antiviral. Já tinha sido publicado em estudo anterior do mesmo grupo com a proxalutamida em pacientes não internados, já tinha se demonstrado que a proxalutamida reduzia a carga viral de forma significativa, em comparação ao placebo. E esse trabalho em não internados já está disponível em *preprint*, está aceito por uma revista e vai ser publicado. O trabalho em hospitalizados está sendo avaliado por editores. Então, é claro que a gente defende a nossa pesquisa, muito embora seja uma pesquisa séria. Ninguém facilitou a vida da proxalutamida. Ao contrário, a gente testou a hipótese de nulidade e a refutamos, ou seja, o fármaco foi, no nosso ensaio clínico, eficaz.

Isso é muito importante, porque foi um estudo que não foi patrocinado, no sentido clássico, pela indústria farmacêutica. Muitas vezes, os pesquisadores recebem um protocolo pronto pela indústria e só selecionam pacientes. Essa pesquisa muito nos honra, porque foi um desencadeamento lógico da teoria antiandrogênica. Era o grupo que tinha teoria, o grupo que testou, e a droga foi doada pelo fabricante.

Por todos esses motivos, eu defendo a pesquisa e eu acho que ela é bem promissora, tanto é que a Anvisa – a gente recebeu a notícia esta semana – já aceitou fazer o estudo de Fase III em ambulatoriais também, um novo estudo de Fase III.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito bem.

Pra complementar, o Dr. Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na sequência, apenas pra dar a lista de quem vai falar na sequência, o próximo é o Senador Flávio; na sequência, a Senadora Soraya Thronicke; posteriormente, Senador Mecias de Jesus; Luiz do Carmo; e Senador Giordano.

Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Só pra tentar resumir um pouco o que o Zimerman falou em termos tão competentes, o que aconteceu nesse estudo foi o seguinte: teve 200 mortes, 170 foram do grupo que não estava tomando remédio. Quando os pesquisadores abriram o estudo e viram isso, interromperam o estudo, porque não era mais ético continuar não dando remédio para os pacientes. Isso ocorre em todos os estudos. O estudo Recovery de corticoide, que foi esse que fez com que os céticos passassem a acreditar que corticoide salvava vida, teve 1,5 mil mortes. Não é o número de mortes em si que define se um estudo é bom ou ruim, se é criminoso ou não é criminoso; é por que que morreram. No caso do estudo da Fiocruz em Manaus, os pacientes morreram por *overdose* de cloroquina, devido a um erro de cálculo na hora de montar o grupo de estudo, conforme eu já expliquei aqui. Isso é muito diferente de pegar um estudo onde 170 pacientes de 200 morreram sem o remédio. E esse remédio, quando foi dado, levantou praticamente todo mundo que tomou o remédio. É impressionante. Eu vi a ação desse remédio em algumas pessoas.

Acho que o Brasil está perdendo tempo em não acelerar a aprovação desse remédio para o tratamento de Covid no Brasil. Outros países vão se lançar na nossa... A pesquisa foi aqui no Brasil, e, por causa dessa politicagem, nós vamos ter outros países lançando esse remédio pra sua população antes do Brasil, o que é um total absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

Passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos que nos assistem.

Minha saudação aos Drs. Ricardo Zimerman e Francisco Alves.

Presidente, antes de iniciar a minha indagação aos convidados de hoje, eu, como não sou membro efetivo e nem suplente da CPI, queria solicitar a alguém que o fosse que protocolasse um requerimento pra que se discutisse a destituição do Senador Renan Calheiros da relatoria desta CPI por uma razão muito simples: tudo aquilo que debatíamos antes do início dos trabalhos sobre a sua suspeição e o seu impedimento – discutíamos e, então, estávamos na teoria, a CPI não tinha começado ainda – já se confirmou com casos concretos, reais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que aconteceu hoje, essa postura do Senador Renan Calheiros, em especial, de se levantar da CPI, um desrespeito não apenas às pessoas que estão aí hoje pra falar e que estão dando uma aula para o Brasil, mas em desrespeito a todos os membros da CPI e em desrespeito ao Senado Federal, uma postura como essa é reprovável, é a comprovação, a constatação, o carimbo na testa de que ele não tem a menor possibilidade de continuar nessa relatoria.

Não é à toa que já se fala em Brasília, Presidente Marcos Rogério – o senhor já deve ter ouvido também –, o Renan Calheiros sendo chamado de Renan Dallagnol. Aliás, deve estar dando inveja ao Deltan Dallagnol pela sua metodologia com que conduz os trabalhos aí nesta Casa.

E quais são os casos concretos e novos que, por isso, eu entendo que a discussão tem que se retomar?

Primeiro, hoje, a sua postura de se levantar e sair da CPI é um caso concreto de que ele não atende a um requisito básico de alguém que tem que formatar um relatório final, que se equipara a uma decisão judicial, por exemplo, que vai ser discutida em seguida pelo Colegiado. É claramente, é claro e evidente que ele não respeita o contraditório. Ele já tem uma opinião preconcebida, como discutíamos antes de começar a CPI, e hoje está mais a prova de que era isso mesmo, que ele não tem a menor condição de continuar na relatoria, porque o princípio do contraditório, Presidente – o senhor também é advogado –, é um preceito básico, constitucional, que, ao ser desrespeitado, torna qualquer relatório ou qualquer decisão absolutamente nula.

E, com relação ao seu impedimento, discutíamos do seu interesse pessoal em fazer parte da CPI, em especial de ser Relator de uma CPI, por causa do seu filho, que é Governador do Alagoas. Pois bem, foi ontem ou anteontem – eu não lembro agora – que ele vota pela não convocação do Sr. Carlos Gabas, que é o Secretário do Consórcio Nordeste, que comprovadamente fez uma compra fraudulenta, gastou R$48 milhões pra comprar respiradores de uma empresa fantasma e que não entregou os respiradores. Está constatado, está evidenciado. É um crime, um crime que a CPI deveria, em sua grande maioria, estar interessada em investigar, mas o Senador Renan Calheiros, para proteger seu filho, dando a prova real, a prova concreta de que ele está impedido de exercer essa função de Relator da CPI... E todo o Brasil assistiu, atônito.

Então, Presidente, fica aqui este meu primeiro pedido a alguém que entenda, que concorde com o que eu estou dizendo, que possa formalizar isso dentro da CPI.

E, segundo, Presidente, já passando aí para a fala sobre os nossos dois convidados, eu quero parabenizar a coragem dos dois. A coragem, porque eu entendo bem o que é defender um ponto de vista e, de uma forma preconceituosa, esse ponto de vista ser discriminado. Só que aí é mais grave, entendo eu, porque não é ponto de vista, são constatações, são provas; pessoas que participaram, na ponta da linha, do salvamento de pessoas, da aplicação de técnicas com conhecimento científico, que deram resultado e foram abortadas por causa da discussão política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E algo, Presidente, que eu reputo ser tão grave quanto também, é a cobertura que está sendo dada à sessão de hoje. Salvo engano, as televisões que cobrem rotineiramente a CPI, dentre elas, a única que continua cobrindo é a CNN. Então, eu queria dar os parabéns aos profissionais da CNN, porque dão uma demonstração também; saem do discurso e vão para a realidade de que ouvem, sim, os dois lados. Acho que é muito importante. O trabalho social que hoje a CNN está exercendo ao deixar, ao permitir que o Brasil tenha acesso ao compartilhamento de conhecimentos dos dois médicos que estão aí hoje tem uma função muito grande.

Então, esse preconceito que existe, essa politização que existe nós vimos ontem também com o ex-Governador Wilson Witzel, que mentiu descaradamente na CPI sobre um monte de temas; tentou antecipar as eleições de 2022, no mesmo dia em que ele foi denunciado. A denúncia foi aceita na 7ª Vara Federal Criminal contra Wilson Witzel, a sua esposa e uma série de seus ex-assessores, exatamente por roubar a saúde em plena pandemia. Então, isso não pode passar batido. Mais uma vez o Senador Renan Calheiros demonstra a sua total parcialidade, porque, por muito menos, ele já havia dado voz de prisão a uma pessoa que estava, supostamente – na ideia dele –, caindo em alguma contradição.

Mas o ex-Governador Wilson Witzel, Sr. Presidente, foi além disso. Ele quis imputar a mim ser o dono dos hospitais federais do Rio de Janeiro. E é importante eu usar este espaço para esclarecer, porque isso é uma mentira. Já dei diversas entrevistas esclarecendo. Não sei quem são, não sei o nome de um diretor de hospital federal do Rio de Janeiro; se passar do meu lado, eu não posso reconhecer quem é, porque eu não conheço de verdade. E ele joga isso na CPI para o Brasil inteiro assistir. Obviamente, uma parte da mídia compra essa mentira. Mas eu estou ansioso para essa reunião reservada que acontecerá, onde esse cidadão, ex-Governador, ladrão, corrupto, assassino, Wilson Witzel diz que trará informações importantes, porque eu quero estar presente. Porque, até onde eu tenho conhecimento, em alguns aparelhos federais da saúde no Rio de Janeiro, há donos, sim – por exemplo, o Sr. Rodrigo Maia –, mas a gente conversa sobre isso numa sessão reservada.

E, passando à fala agora direcionada aos nossos convidados, Presidente, sobre a questão do tratamento imediato, a primeira pergunta que eu faço: existe alguma doença no mundo – no mundo, qualquer doença – que, ao se perceber ou se sentir no seu corpo qualquer indício de que você não está com a saúde plena, que não haja o aconselhamento de que a pessoa busque, imediatamente, um médico, um hospital?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Há alguma doença no mundo em que isso acontece? A pessoa não se sente 100% com saúde e manda-se... a orientação é ficar em casa, não é ir para o hospital? Existe alguma doença no mundo?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Obrigado a V. Exa. pela pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se existe, Excelência, eu desconheço. Em doenças infecciosas, que é minha área, em particular, velocidade de erradicação é igual à chance de cura. Por quê? Os micro-organismos, os bichos, deflagram o processo inicial, mas, em última instância, esses processos se tornam autossuficientes e se amplificam mesmo com a eliminação do bicho, depois. Então, a gente tem que eliminar o vírus, a bactéria, o fungo, antes de que esses processos corporais que se autoamplificam se iniciem, porque, senão, é uma cascata de eventos que levam a uma tragédia hemodinâmica, a choque, à formação de trombos do pulmão, a edema pulmonar. E as vias comuns da morte são parecidas, até por isso que, às vezes, se coloca no atestado de óbito "parada cardiorrespiratória", ou coisas do gênero, e todo mundo diz: "Sim, é evidente". Claro, é evidente, os denominadores comuns, os processos fisiopatológicos se repetem. E esta regra de medicina, Excelência, também se repete: quanto mais cedo trata, melhor é a chance do paciente, maior é a probabilidade de o tratamento funcionar. Essa é uma regra de ouro da medicina.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Obrigado, Dr. Zimerman, porque nós tivemos aqui o Ministro que é idolatrado aí pelo chamado G7 na Comissão, que orientava as pessoas a ficarem em casa e, quando sentirem falta de ar, aí sim, vão buscar um hospital. Então, a gente... Essa reclassificação de quem é genocida, de quem tem muita responsabilidade ou pouca pelas mortes, obviamente, tem que ser discutida, porque Covid, na cabeça dessas pessoas, é a única doença no mundo para a qual você não tem que procurar um tratamento imediato. Porque se joga com as palavras, tratamento precoce, preventivo, imediato, e no fundo todos nós sabemos que a discussão, que a intenção, ao se usarem essas expressões, é exatamente para que, ao sentir qualquer sintoma, a pessoa busque logo uma orientação médica. Porque é óbvio, não tem que ser médico para entender isso, não tem que ser médico. Se essa doença Covid é caracterizada por um agravamento muito rápido de inflamação no pulmão, de alterações cardíacas, de um dia para o outro, é óbvio que, se nessa fase a pessoa já estiver sendo tratada, acompanhada ali, até dentro de uma UTI, não sei, já com todo aquele equipamento, aqueles aparelhos que possam ser usados no caso de uma necessidade, uma urgência, estarem ali a pronto emprego, é óbvio, isso aumenta em muito a chance de a pessoa sobreviver. Porque quem fica contra o tratamento inicial está dizendo aqui: "Olha, não tem o que fazer". A gente sabe que Covid não tem uma cura, não tem um remédio, mas quem é contra isso está dizendo o seguinte: "Não lute pela sua vida". Então, parece aquela máxima de Lenin que eles usam – sabe? –: acuse-o do que você é... Xingue-o do que você é; acuse-o de fazer o que você faz, ou seja, eles xingam de genocida, de assassino exatamente aqueles que estão buscando salvar vidas. Se não há algo já 100% comprovado de que funcione, qual é o problema de a pessoa tentar, mediante um acompanhamento médico, uma alternativa para amenizar as consequências de uma doença como essa e aumentar a sua chance de sobreviver?

Então, na verdade, nós temos a constatação de quem são os verdadeiros negacionistas, que querem negar essa alternativa de as pessoas salvarem suas vidas. A gente está falando de algo que tem que estar a critério dos médicos, não dos políticos, não do Senado, não da CPI da Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já peguei Covid, eu peguei Covid em agosto do ano passado, passei muito bem, graças a Deus. Eu dou o meu testemunho. As pessoas não são obrigadas a seguir aquilo que eu falo.

Muitos dizem: "O Presidente Bolsonaro tem que dar o exemplo. Quando ele diz que toma hidroxicloroquina para sair bem de um Covid, várias pessoas seguem o que ele está fazendo. Então, ele tem que dar o exemplo". Já que ele não dá o exemplo, na cabeça das pessoas, se ele não dá o exemplo, automaticamente, ele está sendo responsável pelas mortes. Eu dei a seguinte comparação: o Presidente Bolsonaro não rouba, mas dá o exemplo de não roubar; é a sua obrigação, mas acaba no nosso contexto real virando exemplo. O Presidente Bolsonaro não rouba; quem dera muitos Governadores e Secretários de Saúde por todo o Brasil seguissem o exemplo dele de não roubar. A gente vê que, infelizmente, nem todos seguem o exemplo do Presidente Bolsonaro.

Como eu ia falando, eu já peguei Covid, o meu IgG estava muito alto logo após o meu restabelecimento, em torno de 87. Eu fiz um novo exame em janeiro, e já tinha caído bastante, para algo em torno de 32. Agora não sei quanto está. Certamente, quando chegar a minha vez, eu vou querer, sim, me vacinar. Mas a pergunta que eu faço é a seguinte: uma pessoa que já tomou a segunda dose e faz um exame de sangue desses e constata que o IgG dela está zero, essa pessoa está imunizada ou não está imunizada? Ou a gente não pode, ainda, ter uma convicção, uma certeza sobre se essa pessoa está imunizada ou não?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Essa é uma excelente pergunta, Excelência. É claro que o que gente quer é que, quando se testam os anticorpos, eles sejam reagentes, sejam detectados.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Porque tem imunidade celular ou molecular, não lembro o nome agora.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Aí é que está, essa é a questão. Tem duas coisas: primeiro, às vezes, os anticorpos não são detectados, no entanto, a célula que fabrica esses anticorpos está lá. É que os anticorpos são só um espalhamento, só um extravasamento a partir da fábrica.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Exato.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – São uma cicatriz no sangue. Às vezes a fábrica está lá pronta para produzir grande quantidade de anticorpos, se a gente entrar em contado com o vírus, mas a quantidade de anticorpos que extravasam é baixa. As pessoas têm a ideia de que os anticorpos que a gente detecta no sangue vão ficar com uma lancinha nos defendendo contra o coronavírus. Não é isso. Eles são indicativos de que a fábrica de anticorpos está lá. Isso que importa.

Além disso, o senhor colocou muito bem, Excelência. Tem a resposta imune celular, que é mediada principalmente por linfócitos T-CD4. Para essa, tem algumas evidências de que algumas vacinas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também desenvolvem, o que é ótimo, porque reduz a gravidade das infecções, mesmo quando elas possam ocorrer.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Excelência...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Pois não.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Não dá para afirmar com certeza que quem não desenvolve anticorpo IgG reagente após determinado período não está imune à doença justamente pelos motivos elencados pelo Dr. Ricardo, inclusive porque existem muitas falhas nesses testes. Os testes para detecção de anticorpos para Covid ainda não estão muito bem padronizados; tem alguns testes que pegam apenas, detectam apenas proteína S, outros vão atrás da proteína N. Estou resumindo aqui. Então, dependendo se você tomou vacina ou se foi contaminado, um teste vai dar positivo e outro não vai dar. Dependendo do tipo de vacina que você toma, um teste vai dar positivo, e outro não vai dar. E não quer dizer, necessariamente, que a pessoa não está protegida contra o vírus.

O que nós temos da ciência básica são artigos publicados, até na *Nature,* falando que quem pega Covid desenvolve uma imunidade robusta, e essa imunidade tem efeito duradouro, por enquanto, seis, dez, onze meses. É o que os estudos vêm mostrando. E que quem teve Covid não se beneficia de uma revacinação, pelo menos no prazo que foi estudado na África do Sul, mas isso é a fronteira do novo, esse é o novo conhecimento. A gente ainda está aprendendo sobre isso. Não dá para afirmar com certeza nada sobre esse assunto, a não ser que quem tomou, quem teve Covid recentemente não deveria se vacinar por diversos motivos, inclusive, evitar efeitos adversos, mas o Brasil tem vacinado todo mundo – tudo bem. Mas o fato de a pessoa ter o IgG positivo alto e, de repente, cair não é igual a que ela perdeu a imunidade. A gente está longe ainda de ter esse conhecimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** O senhor acabou de falar uma coisa... Eu tive uma segunda opinião médica agora, indiretamente, porque o meu médico, à época, assim que eu me recuperei, eu perguntei a ele se ele me orientaria a tomar a vacina, ele falou a mesma coisa: "Nesse momento, Flávio, não tome, porque pode ter diversos contratempos e nesse momento você está imunizado".

E, só para concluir, eu achei muito importante uma fala – não sei se foi o Dr. Ricardo ou se foi o Dr. Francisco –, comparando a letalidade dos vírus, que o vírus que está circulando, nesse momento, no Brasil, nessa segunda onda, seria muito mais letal do que os vírus que estão circulando em outras partes do mundo, como na Europa. É porque é comum... Como está muito politizada essa questão – o que não deveria –, há sempre uma comparação: quantidade de mortes no Brasil, tantos por cem mil habitantes; quantidade de mortes em um outro lugar, na Europa, na América, na África, na Ásia, é menor que a do Brasil. Bom, se nós temos um vírus que é mais letal aqui, no meu entendimento, a gente está comparando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alho com cebola. Se ele é mais letal, obviamente ele vai trazer como consequência mais morte do que na Europa. Então, foi uma comparação desigual.

E minha pergunta é no seguinte sentido: se são vírus diferentes, a vacina que serve lá para se aplicar no europeu tem a mesma eficácia se for aplicada aqui no brasileiro ou não? Minha pergunta é pelo seguinte: quando se discutia muito a pressa da Anvisa em autorizar a liberação de vacinas, os integrantes da Anvisa, que obviamente são técnicos, alertavam que o importante não era ter pressa em aprovar a vacina – era, sim, óbvio, não causar nenhuma lentidão, nenhuma demora diferenciada para se investigar se a vacina pode ser aprovada ou não –, mas que se aprovasse uma vacina segura e eficaz para os brasileiros.

Então, se a gente está dizendo que são vírus diferentes... Obviamente um organismo de um asiático, de um africano é diferente do de um latino, detém algumas características peculiares. Então, obviamente que há algumas peculiaridades também nos antídotos, nos remédios, talvez, ou nas vacinas como a gente está discutindo aqui agora.

Então, a pergunta é esta: a eficácia de uma mesma vacina que seja aplicada no braço de um europeu ou de um asiático é a mesma que a aplicada no braço de um brasileiro, por exemplo?

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Excelência, essa pergunta é excelente. A gente está tentando descobrir. Eu diria que, com as evidências disponíveis até o momento, a que parece ser pior para as vacinas é a sul-africana, é o vírus sul-africano, da África do Sul, que é uma variante que, como tinha três mutações muito parecidas com a P1, no início, nos causou muita preocupação. A gente pensou: "Bom, se a P1 tem três mutaçõezinhas iguais às da África do Sul, e a da África do Sul responde mal a algumas vacinas, será que a P1, que é nossa, também não vai responder mal?". Felizmente, as outras mutações são diferentes. Isso parece influenciar. Então, o que a gente tem por enquanto? Pode haver uma queda, mas parece que a eficácia no geral se mantém razoável.

Para a linhagem sul-africana, a gente sabe responder melhor. Para a linhagem sul-africana, a gente tem que a Astra perde 86% da ação, na verdade 86 vezes a ação, e ela tem uma eficácia inferior em torno de 10%. Então, ela não deve ser usada quando tem essa sul-africana. Mas a Astra felizmente parece ser boa contra a nossa. A Astra, agora Fiocruz, não parece perder tanta resposta contra a nossa, o que é excelente. A Pfizer, Moderna perdem um pouco a ação, mas a gente não sabe se isso vai se associar a uma perda de proteção.

Então, na dúvida, a gente não tem evidência para dizer que nenhuma vacina é permitida ou proibida para nenhum tipo de linhagem e nenhuma região geográfica. À exceção, talvez, da Astra para a África do Sul.

E, no futuro, Excelência, as novas vacinas têm que levar isso em conta e têm que tentar ir atrás de alguma porção do vírus que seja mais conservada, que seja mais importante para ele e que ele não consiga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

trocar tanto. Porque toda a nossa plataforma, à exceção talvez da CoronaVac, é orientada contra essa chavezinha da superfície do vírus e essa chavezinha pode mudar as ranhuras com facilidade, e aí cai parte da eficácia das vacinas.

Então, isso é importante.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Ricardo, só para complementar. O Senador tem razão quando ele fala disso porque a gente não pode validar de pronto um estudo feito em população europeia com a população brasileira ou com populações de outros países fora do Primeiro Mundo.

A gente tem o exemplo dos estudos da Janssen com vacinas de adenovírus e da própria AstraZeneca, que mostraram uma eficácia muito superior no Primeiro Mundo, vamos dizer assim, do que no Brasil, na África do Sul e em outros países onde elas foram testadas, antes mesmo do surgimento ou do início do surgimento de cepas variantes, sendo que a primeira que surgiu foi na própria Grã-Bretanha, onde a Janssen mostrou ter efeito.

Então, há, sim, uma diferença. A gente não sabe qual é essa diferença, e é por isso que essas vacinas deveriam, em tese, ser testadas aqui também para a gente saber exatamente como elas se comportam com o perfil do público brasileiro. Mas isso a gente está descobrindo agora na prática com a aplicação da vacina na população.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Só uma última questão, Presidente. É que realmente tem perguntas de que só saberemos as respostas daqui a algum tempo. Não tem jeito. Tudo que se tente avaliar e concluir agora é precoce e inconclusivo.

Isso pode explicar, por exemplo, por que na Argentina – se não me engano, foi a vacina da Sputnik que foi aplicada lá na população – não teve tanta eficácia como talvez tenha tido na Rússia. A mesma coisa no Chile, em que parece que foi a CoronaVac também e está tendo um caso muito grande de reincidência, mesmo naqueles chilenos que tomaram a segunda dose. Então, essa é uma questão que realmente a gente vai descobrir só com o tempo.

Mas, Presidente, só para concluir, então, eu quero comunicar que eu vou interpelar o ex-Governador Wilson Wiztel para que ele explique por que disse que eu sou o dono dos hospitais federais do Rio de Janeiro. Ele vai ter que explicar, e, se não forem explicações razoáveis – e eu sei que ele está mentindo –, a consequência será ele ser processado, bem como com relação a um monte de besterias e mentiras que ele contou sobre Marielle, querendo fazer algum vínculo entre a investigação de Marielle e as investigações terem avançado sobre os desvios dos recursos da saúde promovidos pela gestão do Sr. Wilson Witzel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Presidente, por fim, a gente pode depois, talvez, conversar com outros Senadores que entendam, como eu, que não há mais condições de o Senador Renan Calheiros permanecer como Relator desta CPI, agora – diferente do que ocorreu antes da CPI – agora, já com a CPI iniciada, com quase dois meses de trabalhos, com casos concretos, mostrando que ele é não só suspeito, como ele é impedido para exercer essa função tão importante na relatoria.

Obrigado e boa tarde a todos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. pela contribuição, pelos questionamentos que fez, as ponderações todas na tarde de hoje.

Nós vamos dar sequência aos próximos inscritos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu tenho um vídeo; se pudesse passar, seria muito importante. Esse vídeo, desse pessoal anônimo que nos ajuda pelo Brasil afora, vem do interior de São Paulo. Ele fez um apanhado das falas que a gente tem feito por aqui. E eu gostaria de agradecer ao Hermes Rodrigues Nery. Ele é de São Bento do Sapucaí, São Paulo.

Se pudesse passar, são sete ou oito minutos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Heinze, deixe-me só... Se V. Exa. puder continuar com a gente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque a Senadora Soraya já pediu algumas vezes aqui para entrar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu a chamo, e na sequência a gente faz...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas para não...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só que eu gostaria da opinião do Dr. Zimerman e também do Dr. Francisco sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Vamos tentar esgotar aqui os que estão na lista para falar agora, porque eles estão querendo sair, e eu vou prestigiar os que estão esperando já há bastante tempo. E, na sequência, V. Exa. apresenta, e nós vamos acompanhar aqui conjuntamente.

Senadora Soraya Thronicke, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos convidados deste dia de hoje; boa tarde aos Senadores e Senadoras que nos acompanham e às pessoas, aos brasileiros que estão nos assistindo e que vão nos assistir.

Eu gostaria de começar, Sr. Presidente, relembrando o nosso saudoso Major Olimpio. Ele dizia que o mais bobo na casa é Senador. Nós somos todos Senadores de igual modo. E eu gostaria de iniciar com um desagravo. Na hora em que... Eu me chateei, quando no começo eu estava ouvindo que estava esvaziada essa CPI. Eu, que sequer sou membro da CPI, nunca perdi um dia sequer. Eu chego cedo e sou a última a sair. E eu ouvi – espero estar errada, Sr. Presidente, mas eu ouvi – um tom de chacota em relação à minha... Eu pedi para que avisassem os Senadores que estavam *on-line,* que fossem anunciados, porque parecia que ninguém se interessava, e eu me interesso, sim. Então, eu espero ter ouvido errado. Mas, enfim, não é esse o tema. Eu só gosto de... Como eu trato com respeito, eu quero, espero ser tratada com o mesmo respeito com que eu trato todos, absolutamente todos, e principalmente quando a gente vê diferenças nos tratamentos daqueles que dizem que não estão politizando, e acabam por politizar; daqueles que reclamam quando uns falam a mais, aí, quando têm a chance, abusam do tempo; daqueles que atuam de forma conveniente para si quando lhe interessa.

Então, é importante que nós lembremos que esta CPI está aqui por conta das vidas brasileiras perdidas, para que não percamos mais e para apurar responsabilidades de Estados, de Municípios, até mesmo responsabilidades que eu venho pedindo para que os depoentes que vêm por parte do Governo apontem; apontem os nomes, porque, se não apontarem aqui, eles vão responder objetivamente, o que fica muito ruim para o Governo Federal, para os ministros, se não apontarem erros de Estados e Municípios. E aí é muito complicado, porque a gente vê que a orientação jurídica para os depoentes não está sendo feita a contento, e aqui fica, mais uma vez, a minha insurgência contra isso.

Bom, em relação aos nossos oradores de hoje, eu gostaria de parabenizar os médicos pela postura, pelo que disseram até o momento, que são contrários à politização desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria também de saber deles se eles vieram como médicos ou como médicos e cientistas. Se estão fazendo estudos randomizados, se trouxeram os números, quantos eles trataram, quantos usaram o tratamento com ivermectina, com cloroquina.

Outros remédios desse tratamento inicial não têm sido objeto de celeuma.

Eu tive Covid, não tomei cloroquina. Tive problema, no ano passado, por me automedicar com ivermectina. Tomei de quinze em quinze dias, e o meu fígado não tolerou. Então, como o doutor, um dos médicos aí disse que as doses erradas... E aí eu já fico angustiada, porque nós também não temos a notícia de que dose *off label* que seria o correto. Eu tomei a colchicina; foi ótimo.

Mas eu queria dizer aqui que a importância da vinda de médicos que adotam um tratamento, outros que adotam outro, é muito importante, por quê? Porque nós precisamos ter uma noção exata. Hoje o Ministério da Saúde não adota. Segundo disse o Ministro Queiroga, ele não adota como protocolo esse tipo de tratamento. Ele falou da liberdade médica.

E aí vai mais uma pergunta para os médicos: os senhores tratam 100% dos seus pacientes com ivermectina e com cloroquina? Porque se tratam, aí, sim, podem falar na analogia do paraquedas. Quando você não trata 100%, quando você tem que analisar um paciente, se ele tem, se o fígado dele suporta, se o coração dele suporta aquela dose, aí você não pode falar em paraquedas. Paraquedas é bom para todo mundo; o mesmo paraquedas vai salvar qualquer vida. Agora, nós chamamos cloroquina e ivermectina de paraquedas isso significa que, sim, é para todos, inadvertidamente.

O que eu quero aqui é esclarecimento. Não quero aproveitar este momento de palco para absolutamente nada, para atacar ninguém. Eu estou preocupada, única e exclusivamente, com a boa informação da população brasileira.

Eu não conto mais nos dedos das mãos quantas pessoas já morreram, conhecidas minhas, ao meu redor, de Covid. E eu tenho, neste momento, um amigo intubado, e estava fazendo esse tratamento.

Então eu gostaria que vocês colocassem os números. Quais... Quantos pacientes trataram, quantos foram entubados, quantos morreram e quantos se salvaram. Porque, quando você fala em paraquedas, parece que ninguém se salva sem cloroquina e ivermectina. Eu me salvei, meu marido se salvou, conheço inúmeras pessoas que não tomaram e que se salvaram. Então, que essas informações fiquem absolutamente claras – absolutamente claras. Infelizmente, assim, até agora...

Eu estou desde o começo, eu saí um tempo, porque eu estava numa *live* com Humberto Theodoro, com grandes nomes do Direito brasileiro, falando dum projeto de lei meu sobre desjudicialização, e aí eu voltei.

Bom, e também saber quantos pacientes desenvolveram a forma grave. De todos esses números nós precisamos saber, se nós queremos fazer um estudo sério. E aí, eu peço aos senhores, mesmo após as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respostas, que um colega membro desta CPI possa requerer essa documentação – o.k.? –, por escrito, pra a CPI. Se a CPI não tiver interesse, eu tenho interesse. Eu quero entender isso. Eu estou estudando com afinco isso, justamente porque nós não podemos politizar. E é o que se fala aqui, o tempo inteiro – o tempo inteiro –, mas a gente vê uma veia. E eu sou 100% Governo, sou da Vice-Liderança do Governo e, justamente pra ajudar, eu quero aqui que a gente acabe de uma vez por todas com esse tipo de coisa.

Estou presente, porque eu não ficarei ausente, em nenhum momento, não sendo membro, mesmo assim, porque, como Senadora, eu tenho o mesmo direito. Então, eu gostaria dessas respostas.

Outra questão aqui... Acho que foi... Não sei se foi Ricardo ou Francisco que disse que o que ocorreu no Amapá foi uma dose, uma dose...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Soraya, V. Exa. me permite uma ponderação?

Eles responderiam a esse primeiro questionamento. Na sequência, eu lhe passo a palavra novamente e aí faz a próxima pergunta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ótimo.

Vai acumular. O.k.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Senadora, boa tarde.

Excelência, eu sou médico, eu não sou cientista, mas eu trabalho com muitos cientistas, inclusive cientistas fora da área médica. Mas eu, particularmente, sou médico e não tenho participação em pesquisa. Mas isso, é óbvio, não impede nenhum médico de tratar o seu doente. A gente tem que estudar os casos, estudar a literatura, estudar os estudos e aplicar isso em benefício do paciente.

Eu não tenho um condensado, posso até procurar fazer, do número exato de pacientes que eu já tratei. Eu posso falar, com certeza, que eu já tratei mais de 500 casos que me procuraram com menos de três, cinco dias e, desses, nenhum foi a óbito, e igual número de casos de pacientes que procuraram atrasado, com mais de cinco dias, e, nesses, eu tive até agora três óbitos.

Não existe na Medicina essa questão de 100% de pacientes terem que tomar um único remédio. Isso é individualizado, caso a caso, porque, senão, Excelência, a gente volta no discurso do *kit* Covid. E nós somos contra *kit* Covid. O tratamento tem que ser individualizado. Alguns pacientes meus, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, não podiam tomar cloroquina, outros pacientes não tinham aversão à ivermectina, outros pacientes tiveram intolerância gástrica à ivermectina, tiveram diarreia com a ivermectina.

Então, a gente faz adaptação conforme a individualidade do paciente diante do rol de medicamentos que a gente já tem disponíveis com estudos que mostram alguma eficácia pro tratamento da Covid-19. São quase 20 drogas neste momento. E também, é claro, nós não vamos dar 20 drogas pro paciente, porque todas elas têm alguma eficácia. Há um planejamento nisso.

E, via de regra, eu posso dizer que a ivermectina, nos últimos meses, no último ano, substituiu o papel da cloroquina e da hidroxicloroquina como principal droga base, vamos dizer assim, para o tratamento inicial, imediato da Covid, particularmente por ter uma melhor eficácia nos estudos. E, aí, eu queria citar que a própria Organização Mundial da Saúde fez um estudo, fez uma metanálise que mostra que, em todos os ensaios clínicos randomizados de ivermectina que eles escolheram, a redução de mortalidade da ivermectina pra Covid-19 ficou acima de 63%. Então, isso vai muito longe do discurso de algumas pessoas, de alguns meios jornalísticos que dizem que é comprovadamente ineficaz. Um remédio que diminui 63% da mortalidade, numa metanálise feita pela Organização Mundial da Saúde, não pode ser comprovadamente ineficaz.

Por outro lado, a gente sabe que o a monoterapia, ou seja, o tratamento único, com uma droga só, não serviu para combater a Covid com eficácia. Então, a gente defende o chamado coquetel, no sentido de que são várias drogas, assim como o mesmo princípio do que foi usado no HIV. A gente... Com uma droga não deu, com duas drogas não deu, com três drogas começou a ter efeito. Isso está sendo alvo de estudos, com certeza, mas já há uma certa padronização pra alguns casos, alguns biotipos, se o paciente é obeso ou se não é, se é idoso ou se não é, se é mulher ou se é homem, se é criança. Então, a gente vai adaptando.

Então, não há, não existe... Ninguém, em nenhuma área da Medicina, em nenhum tipo de tratamento, pode falar que deu 100% de um tratamento só para um paciente, e isso não tira o mérito da questão que foi colocada aqui. Eu acho que houve um entendimento errado da analogia do paraquedas, que é a seguinte: eu tenho um tratamento disponível, ele pode ser qualquer um, o fato dele ter um selo de aprovação científica, que, no caso, foi o selo do Inmetro, me impede de usá-lo? A resposta é não. Eu posso ter um paraquedas pra adulto, pra criança; posso ter um paraquedas de uma marca "a", "b", "c" e "d", ou seja, vários tipos de paraquedas. O fato de ele não ter uma aprovação por algum órgão chancelador não impede, necessariamente, que a gente use ele numa situação de emergência, exatamente o conceito da Covid.

Colegas com quem eu trabalho em São Paulo também têm experiências com mais de mil, mil e quinhentos pacientes, com pouquíssimos óbitos, em alguns casos, nenhum óbito, com o tratamento imediato. Em alguns casos, até quando o paciente interna em hospital, a gente lança mão de medicamentos *off label*... Recentemente, saiu esse estudo no *New England* de uma droga utilizada pra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artrite reumatoide, o tofacitinibe, que é o Xeljanz – acho que é esse o nome –, da Pfizer, mas a gente já vinha usando, por exemplo, o Enbrel, que é o etanercepte, com alta eficácia pra diminuir tempo de hospitalização, tempo de tubo ou tempo de oxigênio do dos pacientes. Já se usava tocilizumabe, também com o mesmo objetivo, ou seja, tudo indicação *off label*.

Todo medicamento tem um efeito colateral possível em algum paciente, e os estudos que fazem a Anvisa liberar esse medicamento no Brasil levam em consideração a eficácia, a segurança, a toxicidade. Então, respeitando essas regras que já foram determinadas pela Anvisa, você pode perfeitamente usar um medicamento de forma *off label*, se tiver alguma plausibilidade clínica, sem se preocupar muito com a questão do efeito colateral.

O que aconteceu com a cloroquina é que vários estudos usaram doses propositadamente muito altas de cloroquina, e isso interferiu no resultado dos estudos.

Ricardo.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer as perguntas. Vejo que V. Exa. se interessa bastante pelo tema. Acho aconselhável, portanto, que nós lhe ajudemos e que lhe forneçamos os estudos para a senhora complementar seu estudo, pois percebo que seu interesse é legítimo.

E é muito importante para o povo que os políticos se inteirem exatamente de que doença eles estão falando e estão tratando aqui.

Em relação a se eu trato 100% de meus pacientes, nas linhagens anteriores, eu não tratava 100% os meus pacientes. Em realidade, quando era um paciente jovem, sem comorbidades, eu não tratava. Depois que eu fui apresentado à P1, que é outra doença praticamente, eu passei a tratar a maioria dos meus pacientes.

Hidroxicloroquina, eu uso pouco hoje em dia pelos motivos que o Chico falou, tem o estudo do NIH, tem estudo do Elgazzar, estudos em que a ivermectina bateu na hidroxicloroquina. Então, hoje, ivermectina é considerada a base.

Eu não vou dar detalhes do que que uso pra não estimular a automedicação, mas eu, em geral, em pacientes que não tão graves, de ambulatório, com início dos sintomas há pouco tempo, eu uso a budesonida, que é baseada em evidência, estudo Stoic, com redução de 91% no risco de internação, isso pode fazer diferença entre o colapso de um sistema de saúde ou não, tanto que o National Health Service, tem um sistema de saúde socializado, passou a oferecer como alternativa na Grã-Bretanha o uso de budesonida inalatória. Eu gosto muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, não é recomendada por nenhuma sociedade, mas eu, embora esteja tratando o paciente, eu não quero que ele interne, não pelo sistema de saúde, porque é meu paciente, eu quero que ele vá bem.

Eu também uso a nitazoxanida, já tinha um estudo brasileiro, brasileiro, feito no Ministério de Ciência e Tecnologia, mostrando a ação antiviral da nitazoxanida. Olha, isso não é surpresa, tá em bula: ação contra norovírus, rotavírus. "Ah, mas é um vermífugo". As pessoas têm que entender que, quando a droga nasce ou é desenvolvida, ela não sabe que ela é um vermífugo. Ela vai ter ação contra a primeira coisa que se testa se ela for ter ação contra aquilo.

Se tivessem testado nitazoxanida contra um vírus. "Ah, mas o antiviral nitazoxanida tem ação também contra fungos? Contra vermes? Contra..." É, tem ação contra vermes; contra fungos, não.

Então, isso é importante. A nitazoxanida, agora, mais recentemente, com uma roupa nova pra ter mais interesse da indústria, com uma liberação mais lenta, acabou de ser testada num ensaio clínico, randomizado, Fase III, controlado por placebo, padrão ouro, esses que as pessoas insistem em dizer que não existem, mostrando redução de 85% na necessidade de usar oxigênio.

Não é bom ter 85% menos de paciente precisando de oxigênio? Não teria evitado eventualmente crises em saúde pública? Eu não sei, eu não sou gestor de saúde pública, mas o meu paciente que eu tenho a responsabilidade, com certeza, eu vou tentar reduzir em 85% a chance de ele precisar de oxigênio.

Então, não é verdade que não é baseado em evidência. Não é verdade. É baseado, eu acabei de citar, isso pode ser recuperado, vai ser enviado para V. Exa. poder analisar.

E isso são só dois exemplos, vamos à ivermectina. Eu lamento que a senhora tenha hepatite com ivermectina; acho triste, mas eu não conheço o seu histórico, não posso opinar, não sou seu médico. Se eu fosse, eu perguntaria que outras hepatotoxinas a senhora tomou.

Veja, isso é muito importante, porque eu sei que não foi seu caso, que a senhora usou como prevenção, mas tem muita gente dizendo que a ivermectina causa hepatite, porque o paciente chega com Covid e tá com hepatite. Ora, a P1 causa muita hepatite. Colocar a culpa na ivermectina, com todo respeito, V. Exa., é que nem o sujeito tomar dez martíni, estar com hepatite e culpar a azeitoninha.

Eu acabei de dizer: são 3,7 bilhões de doses prescritas e nenhum cientista sério vai dizer que a ivermectina é hepatotóxica, porque, então, paracetamol, a partir de amanhã, ninguém mais toma, que é a principal causa de intoxicação medicamentosa no mundo.

Então, é um peso, uma medida. Com todo o respeito a V. Exa., eu entendo, vejo no seu rosto a vontade de estudar e vamos lhe fornecer, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à minha experiência, é óbvio que, pela relação médico-paciente, eu não posso lhe fornecer dados dos meus prontuários. A senhora entende isso. Mas eu vou aceitar que a senhora aceite que eu tenho boa-fé e vou lhe contar a minha experiência.

A minha experiência, se a senhora optar em acreditar em mim, inclui em torno de 300 pacientes, como eu já citei, tratados com até três dias. A gente ainda está compilando os dados; então, eu não quero ser leviano com isso, mas sem nenhum óbito. Em cinco dias, já aumenta um pouco.

De qualquer forma, a letalidade é muito mais baixa do que a da minha cidade. E, na minha cidade, onde a letalidade foi maior, eu imagino que exista um público misto, com gente que não tratou e gente que tratou. Então, ainda tem um viés conservador, V. Exa., porque muitas dessas pessoas da minha cidade se beneficiaram de tratamento. Correto? Então, isso tenderia a levar os meus dados para a nulidade científica. E não é verdade: continua a minha letalidade sendo mais baixa. Bem, isso tem valor científico? Não, tem valor como médico. Mas eu também sou cientista em relação à Covid-19.

Eu tenho cinco estudos publicados, revisados por pares, três *preprint*. Um deles vai ser publicado logo – eu vou mostrar aqui o *preprint*: o estudo da proxalutamida, em caráter ambulatorial. Está lá disponível: redução de 91% no risco de internação. "Ah, mas não tem proxalutamida". Para nós, cientistas, a gente não quer vender proxalutamida. Eu não tenho patente, eu não tenho ações, eu não tenho nada com a proxalutamida. Para mim, cientista, eu tenho é que pesquisar moléculas eficazes e ver se elas são eficazes. E, como eu disse anteriormente – a senhora até fez questão de explicar como é que é o método científico, eu lhe agradeço, eu já conheço o método científico –, sem dúvida alguma, a gente testou a hipótese nula.

O ensaio clínico ele é... Agora pulando para a pesquisa da proxalutamida a internados, cego é randomizado, a randomização é central. A gente não tem ideia para onde o paciente vai. A gente não escolhe o paciente. Todo mundo recebe terapia de ponta. Isso tende à nulidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Muito obrigado pela oportunidade, V. Exa.

Estou à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

Senadora Soraya, V. Exa. tem a palavra para a sua próxima questão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Depois que eu senti, Dr. Ricardo, o problema no fígado, eu não havia identificado, mas o único remédio que eu havia tomado era esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí passei a me recordar, a cada seis meses, que eu sempre tomei Annita, e nunca havia tomado ivermectina. E aí eu me recordei que Annita são três doses, três dias seguidos, e eu me recordei que toda vez que eu tomo o vermífugo, eu sinto problema no fígado. Aí é algo meu. Por isso que eu perguntei: vocês receitam para todos? Então, isso é algo do meu organismo, que eu descobri agora. Então, foi nesse sentido que eu estou contando.

Aí muitas pessoas... Foi o Dr. Francisco que disse que muitos pacientes bradam por uma coisa, e depois telefonam pedindo o tratamento. A gente sabe e conhece pessoas que são contrárias: defendem o tratamento inicial, precoce, seja lá como chamam, aí, quando têm o Covid, não tomam e não dão para os seus.

Então, há os dois lados. A politização fez com que as pessoas façam as mesmas coisas de acordo com os seus interesses.

Mas eu queria fazer uma pergunta para os dois e queria saber se os senhores sabem se os fabricantes de ivermectina ou de cloroquina estão trabalhando nas suas bulas, porque nós sabemos de vários estudos científicos, mas eu gostaria de saber exatamente se os fabricantes... Eu acabei de abrir a bula da cloroquina, e ela continua a mesma, não mudou. Aí discutiu-se aquela questão de decreto, não decreto. Obviamente, não é por um decreto que se muda a bula de um remédio.

Os senhores têm notícia se os laboratórios estão fazendo os estudos e buscando mudar as suas bulas? Desses dois remédios, porque esse último que o senhor falou, Dr. Ricardo, eu acho que ele acabou, ele nem está em discussão, ele é um estudo do senhor. Eu acho fantástico fazer esses estudos para sabermos quais remédios desse coquetel vão fazer parte, no futuro, de um coquetel seguro.

Eu tenho mais uma pergunta para finalizar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O.k. Perfeito.

Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senadora, bom, eu não sei se quem fabrica atualmente ivermectina e cloroquina já teve interesse ou está tendo interesse em postular junto à Anvisa a inclusão do tratamento para Covid-19 na sua bula. Isso é um processo lento, caro, difícil, em que a Anvisa, com toda a razão, exige uma série de estudos, uma série de evidências, um trabalho muito bem formatado, que tem que partir do interesse da fabricante. São remédios que não têm patente, são remédios baratos. Então, eu não sei se isso está sendo feito. Realmente, não posso lhe responder.

O que eu posso só complementar é que V. Exa. falou da questão da pessoa que advoga pelo tratamento e, quando fica doente, não toma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela minha experiência pessoal, e eu conheço muito médico País afora, já conheci muito médico em relação a tratamento de Covid, eu desconheço, até agora, algum médico que dê a cara a tapa para falar que defende o tratamento inicial da Covid, o tratamento precoce, e sofra toda a gama de preconceitos, de pichações, de gozações de um determinado setor enclausurado da sociedade, e que, se esse médico, se tiver Covid, não vai se tratar, a si ou a sua família.

Inclusive, eu mostro aqui o meu advogado. Ele teve Covid e me autorizou a falar aqui. Tratei-o com tratamento imediato, ele pegou P1, provavelmente teve um sintoma muito grave. Com dois, três dias, já estava apto de novo. Não tem síndrome pós-Covid. Essa tem sido a minha experiência.

Eu prego, para os meus pacientes, o que eu prego para a minha família.

Então, é nesse sentido que eu só queria reforçar que a questão nem é muito essa. A questão é se trazer para o debate político um tema técnico, que é a indicação ou não de droga para um tratamento.

É isso que a gente vem apontando como equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Obrigado, Excelência, pela questão.

Eu vou lhe ser sincero, como é bem o meu jeito.

Eu não sei se tem algum movimento para se colocar em bula ou não. Eu imagino que para isso seriam necessários estudos regulatórios, eventualmente, e é muito difícil fazer estudos com esses fármacos pela falta de interesse comercial, em geral, em fármacos que não têm patente.

E eu digo isso porque a gente tinha um protocolo para testar a ivermectina, um ensaio clínico randomizado, duplo cego, e, infelizmente, a gente não conseguiu fazer o protocolo, justamente, por dificuldade de conseguir financiamento. Então, a gente não só lê e estuda o que os colegas fazem, mas a gente tenta fazer ciência também, quando possível consegue, para ajudar a trazer essas respostas, sempre seguindo todas as recomendações, que V. Exa. mesmo colocou.

Respondendo, eu não sei se existe um movimento ou não. Eu não sei se eu vejo isso acontecer para fármacos, como a hidroxicloroquina, por exemplo, em que o interesse comercial deve ser muito baixo. Posso estar enganado, mas até meu conhecimento acho que não tem esse movimento para hidroxicloroquina no momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de saber do Dr. Francisco, ele estava comentando sobre o Amazonas, e ele disse que houve um erro de cálculo. Eu gostaria de saber de quem foi esse erro de cálculo.

E aí o senhor disse também que essa pesquisa só foi feita no Brasil. Que pesquisa é essa que foi feita aqui no Brasil? Acho que foi a pesquisa do Amazonas mesmo, não é? Eu gostaria de saber mais sobre essa pesquisa.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Excelência, obrigado pela pergunta. Na verdade, são duas pesquisas diferentes. A pesquisa que foi feita no Brasil é da proxalutamida, que também foi feita, especificamente, no Estado do Amazonas, essa que mostrou um potencial enorme dessa droga para evitar casos graves de Covid-19.

A responsabilidade pelo erro do cálculo no estudo CloroCovid, da Fiocruz de Manaus, ela é compartilhada pelos autores do estudo, mas principalmente pelo investigador principal, que é o líder da pesquisa. Ele, mais que ninguém, deveria saber que não se pode dar mais que 1,5 grama de cloroquina, em três dias, para qualquer paciente, por qualquer motivo que seja. E ele deu 3,6 gramas. Foram sete óbitos em três dias.

A responsabilidade principal seria dele, mas não cabe a mim apontar responsabilidade. Eu acho que esse é um tema que, se derivar para investigações penais, cíveis, são os juízes que vão dizer, no final das contas, quem é o culpado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Esta CPI é um inquérito. Aqui nós não somos juízes, mas nós temos poder de polícia dentro de uma CPI, os membros desta CPI, para apurar e depois encaminhar ao Ministério Público, para que o Ministério Público tome as providências, mas as informações apuradas.

Então, aí eu digo, Sr. Presidente, essa informação é muito importante. Deve fazer parte do objeto de análise desta CPI quem é o líder dessa pesquisa. Eu acho que o Dr. Francisco ficou constrangido em declinar esse nome, mas a nossa responsabilidade aqui, de todos os Senadores, é provocar as perguntas específicas que vão levar a atingir o escopo da CPI.

Então, muito discurso e pouca técnica jurídica nas perguntas.

Aqui nós não temos nenhum depoente, mas vocês estão aqui no intuito de ajudar o Brasil. Vocês estão aqui no intuito de colaborar com as investigações desta CPI, porque, caso contrário, não estariam.

E o que eu quero mais uma vez aqui afirmar: estamos buscando atingir o escopo da CPI para que ela não termine em pizza, como estão dizendo. E aí tiram de nós a credibilidade. Mas, sinceramente, eu vejo muita perda de tempo nas perguntas e nas discussões. Temos que ser mais assertivos nas nossas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu volto a indagar ao senhor, se o senhor quiser declinar, enviar depois para a CPI, porque há perigo, há um medo de constrangimento, há medo de testemunhas e de pessoas que vão informar, que sejam declinados esses nomes, porque isso é muito sério, Dr. Francisco. Isso é muito sério. São vidas. E aí eu espero, eu peço a Deus que não coloque tão próxima a morte de nenhum de nós, como isso já tem acontecido, para que nós fiquemos indignados. Eu estou indignada, mesmo não tendo perdido nenhum parente. Peço a Deus que não os leve. Mas eu já estou indignada. Então, essa indignação tem que se traduzir com um trabalho sério.

Então, eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... a V. Sas., agradeço ao Presidente. Quero só que o senhor me permita terminar de falar, porque teve gente que falou o dobro...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – À vontade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... do que eu estou falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem todo o tempo disponível, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agradeço. Não vou abusar. Não vou abusar, pode ter certeza disso.

Só quero finalizar agradecendo, parabenizando por não politizarem, parabenizando por esse intuito. Entendo que nós precisamos aqui encontrar as responsabilidades e apontar os nomes, sob pena de a responsabilidade objetiva recair em cima dos nomes dos detentores das canetas, de quem está sentado nas cadeiras do Executivo, sendo que nós temos pessoas responsáveis por aí fazendo estudos, fazendo cobaias pelo Brasil afora. E isso é um perigo. Nós não queremos ser cobaias de ninguém. Mas quem está nos fazendo de cobaia com certeza não é o Presidente Bolsonaro; de repente, não é nem um Governador. Mas são de repente médicos ou cientistas ou aventureiros ou charlatães que entram nessas aventuras e nos fazem de cobaia. E aí, sim, nós teremos a responsabilização injusta de quem não deve. Então, por isso a minha insistência em perguntar todas as vezes que deem nomes aos bois, quem são essas pessoas que agiram assim ou assado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vai aqui a minha solidariedade com as famílias que perderam já quase meio milhão de brasileiros. Que Deus nos abençoe, que ilumine a cabeça dos nossos cientistas, dos nossos médicos para que salvem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vidas e as nossas cabeças aqui, de políticos, de Parlamentares, de membros do Poder Executivo e do Judiciário que respeitem uns aos outros, que não interfiram nas prerrogativas, que não interfiram nas prerrogativas do próprio Parlamento, que é o que nós temos sentido muito aqui em relação à nossa CPI, à apuração dessas responsabilidades e ao nosso dever, que é de fiscalizar. É um dever fiscalizar, e eu percebo que tem horas que estão nos coibindo.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela paciência.

E que Deus abençoe o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Amém.

Obrigada a V. Exa., nobre Senadora Soraya Thronicke.

E eu indago ao Dr. Francisco se quer...

Por favor, tem a palavra.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Senadora, Excelentíssima, o estudo é público. Mas vou ler aqui. Estou aqui com a lista dos autores: Mayla Gabriela Silva Borba, Fernando Fonseca de Almeida Val, Vanderson Souza Sampaio, Marcia Almeida Araújo Alexandre, Gisely Cardoso Melo, Marcelo Brito, Maria Paula Gomes Mourão, José Diego Brito-Sousa, Djane Baia da Silva, Marcus Vinitius Farias Guerra, Ludhmila Abrahão Hajjar, Rosemary Costa Pinto, Antonio Alcirley Silva Balieiro, Felipe Gomes Naveca, Mariana Simão Xavier, Alexandre Salomão, André Machado Siqueira, Alexandre Schwarzbolt, Júlio Henrique Rosa Croda, Maurício Lacerda Nogueira, Gustavo Adolfo Sierra Romero, Quique Bassat, Cor Jesus Fontes, Bernardino Cláudio Albuquerque, Cláudio Tadeu Daniel-Ribeiro, Wuelton Marcelo Monteiro, liderados pelo investigador principal, Marcus Vinícius Guimarães Lacerda. CloroCovid-19 Team.

Esse dado é público.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa a colaboração.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, o senhor vai chamar daqui a pouco mais um. Eu não sei qual é o nome.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou chamar o Senador Mecias, que está no remoto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só peço um minutinho ao Senador Mecias, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para complementar o raciocínio da minha querida Senadora Soraya Thronicke, que foi de uma elegância e de uma serenidade e que, de forma muito responsável, fez as perguntas.

Os senhores vão enviar esses estudos, vão enviar toda essa documentação que ficou aqui para a CPI, mas eu...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Só dizer o rito que a gente envia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor pode até deixar, mas a gente sabe e eu já sei o que vai acontecer: isso vai para o lixo, infelizmente, porque, se o Relator, que era para estar sentado aí onde o senhor está, foi embora pra não ouvir, você imagina se ele vai querer saber. Ele já tem um prejulgamento sobre essa história aqui.

Então, mas o bom é que o povo brasileiro está vendo outra versão; finalmente, está tendo a outra versão.

Senador Marcos Rogério, Presidente desta sessão, Senador Heinze, Senador Mecias e Senador Izalci, que vão falar agora, eu fico curioso de ver que, desde o início desta CPI, nós tivemos aqui muitos médicos, colegas nossos, que participam desta CPI, fazendo perguntas, às vezes, num aspecto até não apenas inquiridor, mas tentando de alguma forma dar pegadinha, fazer um vestibular aqui de perguntas. E hoje eu fico perguntando: onde é que eles estão? Por que não participaram? Teriam a oportunidade de desmascarar, como geralmente se colocam certas situações aqui. O bom disso tudo é que não está tendo desrespeito, não está tendo aqui agressão, como nós vimos.

Agora, esses cientistas aqui, Dr. Ricardo e Dr. Francisco, médicos, poderiam responder à altura qualquer vestibular, qualquer pergunta que fosse feita – eu quero ver o que vão dizer depois, porque tiveram a chance e não perguntaram –, porque esses são capacitados, assim como 14 mil médicos do Brasil capacitados fazendo um trabalho diuturno pelo bem da Nação.

Eu acho que esse assunto, para encerrar, Senador Marcos Rogério, não tem nada a ver com ser contra ou a favor de Governo, gente, pelo amor de Deus! Esse é um assunto técnico, científico. Nós chegamos a um ponto de cegueira e de irracionalidade tão grande que, porque o Presidente foi mostrar o medicamento... E está errado o Presidente. Na minha posição, no meu modo de entender, ele erra ao mostrar. Por mais que ele tenha a melhor intenção, mas ele erra. Isso não é papel de ele fazer. É a mesma coisa: se ele chegar e mostrar que água faz bem, no outro dia, vai ter matéria mostrando que faz mal por isso, por isso, por aquilo. Nós estamos numa cegueira! Esse assunto não tem nada a ver com política, é um assunto científico! Tem gente salvando vidas. Então, por que a gente não pode ouvir, deixar a política de lado, e vamos salvar vidas? Só isso, só essa razão que eu queria pedir às pessoas que estão nos ouvindo, porque eu acho que isso... A verdade vai triunfar. O bem sempre prevalece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. O inimigo comum de todos nós, do Presidente e todos os brasileiros, é a Covid-19. Temos que ser todos pró-vida. É isso que nos interessa, é isso que nos importa.

Senador Mecias de Jesus, V. Exa. tem a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Marcos Rogério, me ouve agora?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ouço perfeitamente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, boa tarde a V. Exa., boa tarde aos depoentes, boa tarde a todos os Senadores e Senadoras, ao povo brasileiro que nos assiste neste momento.

Presidente, me causou estranheza ver que os membros da Bancada da Oposição desta CPI não estão presentes nesse depoimento. No início, para se estabelecer essa CPI, a Oposição toda dizia que tínhamos pressa porque estávamos perdendo vidas, vidas humanas. Vidas humanas realmente interessam. Eu não entendo por que agora, no momento de depoimentos, em que parece não interessarem a eles as respostas, eles se negam a ouvi-los. Certamente não constará do relatório deles esses depoimentos.

Não estou aqui para defender a cloroquina, ivermectina ou qualquer tipo de tratamento. Não sou médico, não sou enfermeiro, mas tenho uma vivência, uma vivência muito grande. Aos meus 59 anos de idade, já passei por várias funções públicas. Entre elas, fui diretor de um hospital na minha cidade, São João da Baliza, fui Vereador em São João da Baliza, tenho seis mandatos, fui seis vezes Deputado Estadual e agora como Senador da República. Já participei de várias, várias Comissões Parlamentares de Inquérito, já presidi, já fui Relator. A grande maioria dessas Comissões Parlamentares de Inquérito visavam a apurar desvios de conduta, desvios de recursos públicos, desvio de dinheiro, corrupção.

Esta CPI, infelizmente, da Casa Alta do País, ela me parece estar sendo destinada especificamente para incriminar quem tomou ou quem orientou que se tomasse cloroquina e ivermectina. Essa é a CPI da cloroquina, porque não se comentou até agora qualquer desvio de recursos públicos por parte do Governo Federal, porque não há denúncias de corrupção no Governo do Presidente Jair Bolsonaro. Agora, cabe à CPI provar que a cloroquina não trata ninguém, só isso. Não cabe mais nada a esta CPI. Portanto, não há interesse de alguns colegas, lamentavelmente, de ouvir relatos de que a cloroquina tratou alguém.

Eu tive parentes na minha família, já perdi parentes que faleceram tomando a cloroquina e tenho parentes que não morreram e alegam que não morreram porque tomaram a cloroquina. Dessa parte da ciência, realmente, eu vou me isentar de falar porque quem tem que falar são os especialistas que aí estão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas é preciso que esta CPI tome um rumo. Esta CPI precisa se identificar com a população brasileira, precisa salvar vidas. Estamos tomando tempo de autoridades neste País que poderiam estar tratando da Covid-19, como o Ministro Marcelo Queiroga, por exemplo, que já foi chamado duas vezes nesta CPI, e me parece que agora está sendo incluído no rol de investigados. Ora, não há por que o Ministro Queiroga ser incluído no rol de investigados e o Ministro Mandetta, não. Se tem que colocar os Ministros da Saúde como investigados, tem que colocar todos, do Mandetta ao Queiroga, investigar todos então, porque o Ministro Queiroga, não me consta, não tenho conhecimento de qualquer ato dele, e ele esteve nesta CPI por duas vezes e respondeu claramente a tudo que lhe foi perguntado.

Mas, para finalizar, Sr. Presidente, vou fazer uma pergunta, duas, no máximo, aos dois depoentes, e não vou voltar com réplica. O adiantado da hora para todos nós aqui... A pergunta é simples: a hidroxicloroquina, Dr. Ricardo e Dr. Francisco, produz ou não arritmia? Tem estudos que comprovam que ela não produz arritmia? A ivermectina provoca cirrose ou insuficiência hepática? Sim ou não? Quais os estudos randomizados de que os senhores estão falando que dão segurança a esses medicamentos?

É a minha pergunta, Presidente Marcos Rogério, deixando um abraço a todos os Senadores e Senadoras e ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Mecias de Jesus.

Passo a palavra aos convidados para as respostas.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Excelente pergunta, Senador. Muito obrigado pela participação e pelo prestígio.

Bom, é o que eu já disse antes e vou repetir aqui: a diferença entre poção e veneno é a dose. A cloroquina ou a hidroxicloroquina, se dadas dentro das margens terapêuticas e de segurança previstas na bula ou previstas em estudos que a usaram em tratamento *off-label* com doses adequadas, ela dificilmente evolui com arritmia grave. E, se há alguma dúvida sobre isso, nós temos 14 ensaios clínicos randomizados de monoterapia para a Covid-19 com hidroxicloroquina ou profilaxia com milhares de participantes em doses seguras, e nenhum deles mostrou arritmia grave com cloroquina. Agora, quando eu elevo a dose da cloroquina sem justificativa plausível para níveis tóxicos ou quase tóxicos como os usados no estudo Recovery, no estudo Solidarity, no estudo do Teng, na *BMJ*, e no estudo, já citado aqui, de Manaus, aí, com certeza, a gente começa a observar eventos, arritmias e eventos graves envolvendo a droga, porque ela começa a atingir uma zona de toxicidade perigosa.

Tem um artigo – esqueci o nome do periódico, francês, se não me engano; o Zimerman pode lembrar – publicado recentemente sobre revisão farmacológica que verificou essa questão das doses da cloroquina. E o artigo de Manaus está lá no topo. Foi muito acima de todos os outros em relação a doses usadas em estudos. E, quando você vê as curvas de concentração sérica, o que o artigo mostra é que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

pacientes que foram submetidos ao estudo de Manaus, da cloroquina, ficaram, em média, no braço de dose alta, metade do dia sob dose terapêutica possivelmente letal. Aí, sim, você vai ter efeitos adversos da droga, com certeza. Tudo que é tomado em excesso pode dar efeito colateral.

Com relação à ivermectina, desconheço caso de cirrose hepática associada à ivermectina. Cirrose hepática é uma doença crônica do fígado, uma inflamação crônica gerada por vários fatores ou doenças, e a ivermectina não tem o poder de fazer isso.

Em relação à hepatite aguda pela ivermectina, as descrições de caso são raríssimas – raríssimas –, e os testes de segurança que já existem publicados mostram que a ivermectina tem uma alta tolerabilidade em doses acima das consideradas terapêuticas. Tem um estudo particular, que até publiquei nas minhas redes, que mostra que foi dada 20 vezes a dose usual de tratamento para pediculose para ivermectina, e esses pacientes não evoluíram com alteração de transaminases hepáticas. Então, eu sempre refiro: tudo depende da indicação, do estado clínico prévio do paciente e da dose. Tem muita hepatite na Covid que é causada pela própria Covid ou por paracetamol e que está sendo falsamente atribuída à ivermectina por questões políticas.

Então, quem toma ivermectina e cloroquina em doses seguras, com indicação médica, avaliados todos os riscos e benefícios, pode ter certeza de que esse risco de evento adverso é muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Doutor.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Mesmo nos raros pacientes que têm uma mutação no MDR1/ABC1B, que é um gene que aumenta a absorção de ivermectina e aumenta a penetração dela no sistema neurocentral, a toxicidade é muito rara. Novamente, ninguém está falando em automedicação, ninguém está falando em *kit*, ninguém está falando em prescrições feitas por quem não seja médico. Mas, sem dúvida, médicos estão acostumados a prescrever fármacos com potencial para causar hepatite muito maior. A ivermectina não deve ser considerada, a princípio, como uma toxina hepática. A gente comentou anteriormente: são bilhões de doses, desde que essa droga, que ganhou o Prêmio Nobel em 2015, foi lançada na década de 80 até hoje, com dois relatos publicados de hepatite que reverteu. Então, me causa muita estranheza esse surto aparente de pessoas na fila de transplante hepático. Eu não vi ninguém ir atrás disso mais a fundo; parece até informação de consumo imediato. Porque onde é que estão os transplantes hepáticos pela ivermectina? A gente não deseja que ocorram, mas, quando acontece um evento adverso grave de uma droga como a ivermectina, cadê a investigação atrás da causalidade? Esses hospitais que atenderam fizeram a gestão de risco? Foram atrás da causa raiz? Viram mesmo se era ivermectina? A ivermectina não é uma hepatotoxina, a princípio. Claro que pode acontecer alguma idiossincrasia, porque todo mundo é diferente, como, por exemplo, o exemplo da nobre colega Senadora. No entanto, esses são casos que o médico identifica e troca por outras opções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à cloroquina, à hidroxicloroquina, o meu colega Dr. Francisco já colocou o ponto chave. Diferente da ivermectina, que parece ser segura mesmo em doses mais altas, para a cloroquina, hidroxicloroquina, conforme sugerido pela metanálise publicada agora pelo Castelnuovo, existe um ponto ótimo de dose, ou seja, não é quanto mais dá, maior é a resposta; ao contrário, a toxicidade pode até reduzir o benefício. E, certamente, doses muito altas são muito perigosas.

Ele citou essa revista, que tem índice de impacto 7, que publicou uma revisão de farmacologia, e coloca como triste exemplo esse estudo do JAMA, que o Francisco nos colocou anteriormente, onde, na metade do intervalo-dose, metade do tempo, com essa posologia usada, se tinham mais de dez micromol/litro, que é concentração potencialmente fatal.

Então, para quem está nos ouvindo, tudo se resume àquilo: a diferença entre veneno e remédio muitas vezes é a dose. E é óbvio que o médico sabe disso. Por isso é que quem tem que tratar o paciente é o médico. Por mais óbvio que isso seja, hoje em dia a gente tem que bater nas coisas óbvias para deixar bem claro.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Senador Mecias de Jesus e também aos nossos convidados por suas respostas.

Ainda temos aqui alguns Senadores inscritos, mas estou olhando quem está no remoto, e muitos estão apenas com a fotos. Então, eu vou chamar e, caso estejam conectados, poderão fazer a sua participação.

Senador Giordano. (*Pausa.*)

Acho que ele não está mais conectado.

Senador Luiz do Carmo. (*Pausa.*)

Também não está mais conectado.

O Senador Jorge Kajuru está com a foto na tela. Está conectado. Indago se vai fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

O Senador Izalci Lucas também está conectado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Marcos Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Enquanto nossos colegas estão aí se conectando ou se ajustando para entrar, eu queria aproveitar e fazer uma pergunta rapidamente para um dos dois senhores. Por favor, fiquem à vontade para fazer.

É sobre a OMS, Organização Mundial da Saúde, que é tão citada aqui nesta CPI. Ela e as grandes associações médicas do mundo já cometeram algum erro? Eu queria ouvir isso de vocês. Que exemplos de equívocos os senhores poderiam relacionar? Eu ouvi falar de alguns. Vejam se estou correto: o caráter de pandemia; a transmissão de pessoa a pessoa; máscaras – muita controvérsia na época, a própria OMS foi e voltou; intubamento precoce, que aumentou a mortalidade; corticoides; experimento desumano de sífilis com afrodescendentes do CDC americano; 20 anos de atraso provocado pela indústria do tabaco, que questionava a observação dos médicos sobre câncer no pulmão; enfim... Para mim, o caso mais absurdo nessa pandemia... Muitos, muitos, mas teve um que, para mim, particularmente, foi muito forte: foi considerar, Senador Marcos Rogério, Presidente desta sessão, no meio de uma pandemia, um dos primeiros atos da OMS foi considerar sabe o que atividade essencial? Aborto! Aborto. Quer dizer, no momento em que a gente está tentando salvar vidas, a OMS faz uma colocação dessa.

Eu queria ouvir se a OMS errou, o que errou ao longo desse tempo, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou assegurar a palavra para os dois fazerem a resposta ao Senador Eduardo Girão e, na sequência, já está conectado o Senador Izalci, que já entrará com os seus questionamentos.

Por favor.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Obrigado a V. Exa. pela pergunta.

Eu tive oportunidade de, durante algum tempo, por uns meses, trabalhar com o Fundo Global contra tuberculose, da Organização Mundial da Saúde. Na época, eu admirava muito a Organização Mundial da Saúde, e ainda admiro em grande parte, tem seu mérito. A gente fazia um trabalho de ir atrás dos lugares do Brasil onde tinha mais tuberculose e dar aula aos médicos; fazer uma preceptoria pra tentar diminuir o impacto da doença. O Brasil, na ocasião, era considerado um país em desenvolvimento e, portanto, o Fundo Global financiava esse tipo de conduta. Depois, o Brasil foi alçado a condições melhores e o fundo parou de atuar. Mas só pra dizer que eu já atuei como consultor da Organização Mundial da Saúde.

Nessa pandemia, eu concordo com V. Exa., pra mim o principal erro foi o atraso na declaração do *status* pandêmico. Se a gente usa o que a gente chama de relógio molecular pra tentar achar a origem do vírus, ele realmente parece que surgiu por novembro, lá em Wuhan, província Hubei, na China. Só que a Prefeitura de Wuhan só foi admitir a ocorrência de uma pneumonia com transmissão inter-humanos no final de dezembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Organização Mundial da Saúde foi lá, em algumas ocasiões, se inteirar da situação, mas ela declarou pandemia, depois de perder várias oportunidades de fazê-lo antes, somente em março, no dia – se não me falha a memória – 11 de março de 2020. Nessa ocasião, nobre Senador, mais de 100 mil casos confirmados já tinham ocorrido em mais de cem pacientes. Então, é evidente que não precisava mais declarar uma pandemia naquele momento, porque todos os países tinham se dado conta de que estava acontecendo uma pandemia e já estavam fazendo suas restrições em relação a idas até a China.

Então, este atraso realmente foi algo que me marcou, que eu acho que tem que ser questionado, tem que ser levantado, porque, no início de uma pandemia por coronavírus, atrasos podem significar muitos casos de diferença. Por quê? O vírus é heterogêneo na sua transmissão. Isso significa que, de dez pessoas infectadas, não são as dez que transmitem. Digamos que umas três ou quatro transmitam. No início, umas três transmitiam, de dez. Pra que pegue fogo num incêndio assim, múltiplas faíscas têm que ser geradas, porque não é todo mundo que transmite. Essas múltiplas faíscas poderiam não ter sido geradas dessa forma se o aviso fosse dado antes.

Então, eu acho, do ponto de vista virológico, o maior erro o atraso pra se declarar pandemia para um vírus de transmissão heterogênea, onde, se a gente tivesse ganho tempo, a gente poderia ter tomado, talvez, condutas, e os rumos pudessem ter sido diferentes. Tenho certeza disso? Não, mas de qualquer forma é uma falha clara na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Só outra falha grave da OMS: a OMS, até 5 – deixa eu pegar aqui – 5 de junho de 2020, quando o mundo inteiro já estava colapsado pela pandemia, só nessa data que ela recomendou o uso de máscaras. Antes disso, a OMS chancelava a tese de que pessoas que estavam sadias não precisavam usar máscaras. Quantas pessoas pegaram Covid seguindo a orientação da OMS? Quantos morreram no mundo todo?

Outro problema da OMS: desde 6 de julho de 2020, cientistas do mundo inteiro passaram a pressionar a OMS pra ela declarar que o SARS-CoV-2 era transmissível pelo ar. E a OMS atendeu a esse pedido em maio de 2011.

Então, assim, é claro que a OMS é uma entidade respeitada, tem que ser levada em conta, mas não é infalível, assim como nenhuma entidade médica ou científica do planeta é infalível. Todas essas entidades aplaudiram o estudo fraudulento do *Lancet* em maio de 2020. Todas, todas suspenderam estudos no mundo inteiro. E o que que aconteceu? O estudo era uma fraude. Ninguém leu o estudo.

Isso aqui no Brasil também ocorreu. Eu já citei até que tem uma ação no Supremo Tribunal Federal que tem como base esse estudo fraudulento. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E só uma informação, Presidente: as metanálises da hidroxicloroquina e da ivermectina adotadas pela OMS têm muita crítica de especialista também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Senador Izalci Lucas está conectado.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sim, Presidente.

Bem, Presidente, primeiro, eu quero parabenizar o debate, mas ao mesmo tempo eu, sinceramente, fico muito preocupado, Presidente, porque a população fica muito confusa quando você tem uma discussão como essa, em que realmente... As pessoas ficam realmente na dúvida sobre o que fazer. Eu mesmo tomei uma vez ivermectina, lá no início, quando me falaram, fui um dos primeiros a tomar, depois parei de tomar, porque exatamente ficou aquela polêmica toda. Então, é muito ruim essa divisão de informação. Lógico, tem coisa que não é exata, não é? O que não é exato dá margem a essas questões.

Agora, o que eu queria perguntar... Tem uma nota conjunta da Associação Médica Brasileira junto com a SBI, que é a Sociedade Brasileira de Infectologia, que foi divulgada agora. Aliás, agora não, foi em janeiro de 2021. Naquela época, em janeiro, apontava que: "As melhores evidências científicas demonstram que nenhuma medicação tem eficácia na prevenção ou no 'tratamento precoce' para a Covid" – até janeiro de 2021. As instituições pontuam que pesquisas clínicas ainda estão em curso. De lá pra cá, com certeza muitas pesquisas foram feitas. "Atualmente, as principais sociedades médicas e organismos internacionais de saúde pública não recomendam o tratamento preventivo ou precoce com medicamentos, incluindo a Anvisa", como está no documento.

Então eu perguntaria: com base em que evidência técnica ou científica tanto o Ricardo quanto o Francisco poderiam recomendar o tratamento precoce?

Eu sei que, no início da pandemia, todo mundo, todo médico, todo pesquisador, todo cientista, lógico que buscava uma solução pra resolver essa questão. Bem, mas já não estamos no início mais, já tem mais de ano, não é? Já vamos fazer agora quase dois anos. Depois desse tempo todo, ainda é recomendado, tanto aí pelo Ricardo, quanto pelo Francisco, vocês ainda recomendariam esse tratamento precoce com base nessas recomendações?

Eu tenho aqui – eu acredito que alguém já questionou, mas eu vou reforçar –: a Opas informou que o infectologista Dr. Ricardo Zimerman evidentemente que não podia falar pela organização, pelo menos é o que consta. Aliás, declararam aqui: Ricardo recebeu um contrato de serviço, para um serviço pontual,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com cláusula informando que não é um trabalhador da Opas, não fala em nome da organização e nem pode usar o nome da Opas para esses fins pessoais. Acrescentou, ainda, que o seu posicionamento sobre os medicamentos citados está em um sumário de evidências de terapia para Covid, atualizado em 14 de janeiro, e esse documento indica que ainda são necessários mais estudos para comprovar os benefícios dos medicamentos citados, que é uma lista aí de 70 substâncias.

Então, a minha pergunta é única: depois de tudo isso até agora, há ainda uma recomendação para continuar esse tratamento precoce? Aí, eu pergunto para o Francisco e para o Ricardo.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Excelência, eu lhe agradeço pela pergunta e pela oportunidade de mais uma vez trazer aqui as evidências.

Eu ainda sou relativamente jovem, não sou mais tanto, mas eu fui moldado na medicina baseada em evidências, que já era um paradigma bem forte na minha época, ainda mais no Sul, onde eu fiz a minha formação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

É lógico que eu não falo em nome da Opas, eu nunca falei. Eu sou um colaborador eventual. Nunca me neguei a colaborar. Colaborei no Governo Lula, colaborei no Governo Dilma, colaborei aqui, via Opas, e continuarei colaborando se me chamarem em ocasiões futuras. Espero que não me chamem, porque, como infectologista, quando me chamam, não é coisa boa. Eu já dei minha contribuição em 2009, na pandemia de H1N1, no Rio Grande do Sul, e tenho dado a minha contribuição aqui, porque não posso me privar de fazer o meu trabalho, afinal de contas, ele é calcado num juramento que eu levei a sério.

Em relação, novamente, ao argumento por autoridade, eu vou colocar de novo a pirâmide das evidências. A Sociedade Brasileira de Infectologia... Aliás, depois o Francisco pode me corrigir se eu estiver errado. Parece que na eleição da Associação Médica Brasileira teve em torno de 4 mil votantes, então a gente tem que se dar conta de quem a Sociedade Brasileira de Infectologia representa: se ela verdadeiramente representa a sociedade, se ela verdadeiramente representa a infectologia. Eu, por exemplo, não me sinto representado; eu me sinto representado pelo Conselho Federal de Medicina. É para ele que eu devo satisfações. São 500 mil médicos no CFM contra 4 mil votantes, mais ou menos, na AMB. Se eu estiver cometendo algum equívoco, depois o Dr. Francisco, que sabe mais essas questões, por favor, me corrija. Mas, basicamente, então, aqui a gente tem os argumentos por autoridade – eles têm algum valor, quando a gente não tem mais nada –, e depois a gente tem todas as evidências.

Vamos colocar a hidroxicloroquina. Estudos observacionais ficam mais ou menos aqui. A hidroxicloroquina é interessante em relação ao estudo observacional de tratamento precoce, ambulatorial, no sentido de que a grande maioria dos estudos são positivos: Andrew Ip, em Nova Jersey; Zelenko, em Nova York; Arábia Saudita, eu já citei; Irã, todo o sistema de saúde pública; o Hapvida aqui, estudo conduzido em Fortaleza. O que esses estudos têm em comum? Todos são cortes grandes com a hidroxicloroquina. Inclusive, a do Irã tem mais de 27 mil pacientes analisados. "Ah, mas não é ensaio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

clínico randomizado", que realmente ficaria aqui. Sim, mas é que os ensaios clínicos randomizados são muito difíceis de serem feitos. Portanto, tipicamente, quando eles são feitos, eles são pequenos. E aqui vem o pulo da questão. Tem ensaio clínico randomizado com hidroxicloroquina? Tem. Eles foram encarados como negativos, mas são dois estudos muito pequenininhos em pessoas saudáveis, jovens, que tinham um risco de complicar muito baixo. Então, para a gente poder mostrar poder estatístico, tinha que ter um valor muito maior.

Por isso, vêm as metanálises. E aí, nas metanálises, a gente tem várias com hidroxicloroquina positivas e várias negativas. Bem, se há pelo menos controvérsia, o que justifica eu rasgar a autonomia do médico, o que justifica eu não deixar o médico prescrever, eu fazer toda essa coerção que a gente está vendo? Uma alta toxicidade, talvez? Não, porque mesmo os ensaios clínicos negativos não demonstram excesso de toxicidade.

Para demonstrar excesso de toxicidade, precisou de um estudo totalmente falso da Surgisphere, com 94 mil pessoas que simplesmente não existiram, e um estudo que usou cinco vezes a dose. Bom, aí a gente consegue demonstrar toxicidade até de limonada ou de suco de maçã. Se eu tomar cinco litros de suco de maçã, eu vou passar mal.

Em relação à ivermectina, bom, a ivermectina tem pelo menos cinco metanálises. Eu acho que, a essa altura, questionar a eficácia da ivermectina é um pouco complicado. Na última que foi publicada, são 19. Não é um. São 19, Excelência, 19 ensaios clínicos randomizados. "Ah, mas quantos foram publicados?" Nove. Só que os outros dez que estão em *preprint* têm uma qualidade, um *score* de qualidade de moderado a alto, o que prevê que eles vão ser publicados.

Desses 19, 9 publicados. Desses 19, 9 duplos-cegos; esses que dizem que não tem, tem 9. Quais são os resultados disso? Analisando sob efeito randômico, que é uma análise mais conservadora, se encontrou uma redução de risco de morte em Covid ambulatorial de leve a moderada de 85%. Como é que se diz para uma população, para uma nação, para um povo que o médico não pode prescrever algo em que as pessoas estão encontrando essa magnitude de impacto?

"Ah, deve ter uma toxicidade enorme". Novamente, não. A ivermectina não tem uma toxicidade enorme. Até pouco tempo atrás, a ivermectina era politicamente correta. Quando se demonstrou que o uso em massa de ivermectina na África aumentava o *score cali*, que é o *score* de vida com qualidade, livre de morbidade, a ivermectina era listada como droga essencial. Ganhou Prêmio Nobel em 2015, mas agora ela virou droga do mal.

Então, esse tipo de coisa, para quem faz ciência, para quem é médico, desculpe, Excelência, mas a gente não leva a sério. E exigir que a população leve isso a sério eu acho que talvez só uma extrema politização para justificar. Ou o bombardeio seletivo de notícias, mas eu não vou entrar nessa seara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não é minha área e eu só gosto de transitar nas coisas que eu estudo. Eu sou um técnico, eu tenho respeito pela técnica dos outros também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Francisco.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Eu agradeço a pergunta do Senador Izalci, que já tive a oportunidade de conhecer em outras ocasiões.

Senador, a resposta é muito simples. Em primeiro lugar, a AMB e a SBI não representam os médicos e não determinam quais são as terapêuticas que podem ser adotadas no Brasil ou não. Quem determina isso é o Conselho Federal de Medicina.

E eu repito isso insistentemente porque estão tentando "*by-passar*" o Conselho Federal de Medicina com argumento de autoridade de pessoas que não têm autoridade para falar nada sobre a Covid.

A SBI, durante muitos meses após a publicação do estudo Recovery sobre corticoide e outros, como o Codex, que foi feito inclusive por brasileiros, um estudo muito bom publicado no *Jama*, continuou a negar a importância do corticoide no tratamento da Covid-19. Inclusive, na época, eu fiz uma conta, baseada nos dados do Recovery, de que quem seguiu as *guidelines* da SBI teve 50% a mais de chance de morrer do que quem decidiu seguir o tratamento precoce.

E por que é que eu falo que, sim, eu continuo defendendo o tratamento precoce para os meus pacientes? Porque eu quero que eles vivam, eu quero que meus pacientes tenham alta, eu quero que meus pacientes continuem podendo chegar a casa, receber a sua família, seus netos, seus filhos, seu cachorro, trabalhando e produzindo para este País. Eu não quero que eles morram, eu não quero que eles fiquem sequelados, eu não quero que eles fiquem incapazes para o trabalho, coisa que está acontecendo agora lá no INSS. É a maior... Pela primeira vez na história, uma doença ultrapassou trauma e ortopedia como causa de afastamento do trabalho.

A nossa experiência, o nosso resultado diz tudo. Nós temos milhares e milhares e milhares de pacientes atendidos, somando todos nós, e os resultados são muito bons. Quantos pacientes esse pessoal que advoga pelo não tratamento tratou? Dos especialistas que vieram aqui na CPI falar contra o tratamento, quantos pacientes eles trataram? Quantas pesquisas eles publicaram? Nenhuma, nenhum paciente.

Então, sinceramente, eu falo para a população brasileira: é muito simples tirar essa dúvida. Primeiro, que não é meio a meio, não é racha; a maior parte dos médicos está, sim, fazendo tratamento em seus pacientes. Existe uma minoria importante, com entradas em setores estratégicos da sociedade, que faz muito barulho, mas a maioria está tratando. Então, não é um racha propriamente dito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo lugar, a OMS, apesar de haver umas metanálises falando que a ivermectina diminui em 63% a mortalidade, continua não recomendando ivermectina. Por quê? A pergunta tem que ser feita a eles. Por que é que a OMS, a SBI e a AMB continuam falando que não há evidência, quando as evidências estão aqui? Às vezes, quando eu ouço isso, parece que eu estou olhando para o céu e falo, o céu é azul, e vem a OMS e fala, "não, o céu é vermelho". Não, é azul. "Não, mas é vermelho." Então, fica uma conversa de louco.

Não é só aqui que há essa discussão e esse tratamento. Eu posso citar a Rússia, a China. A China tem cloroquina nos seus *guidelines* de tratamentos. A Índia. Cuba, um país que é tão aclamado por parte da sociedade brasileira, Cuba tem cloroquina. O Presidente Lula viajou para Cuba para tratar Covid. O que será que ele usou lá? Água?

Então o seguinte, neste momento, a OMS e seus influenciados estão errados em relação ao tratamento precoce. A pergunta é: por que a OMS continua insistindo que não tem evidência, quando as evidências estão aqui? Eu poderia trazer um caminhão de *paper* sobre o tratamento de Covid. Será que vai adiantar? Não sei, mas eu quero que meus pacientes vivam É por isso que a gente vai continuar recomendando.

E agora, um ano, dois anos depois, agora, sim, mais do que nunca, faz-se necessário a gente divulgar as evidências, e que cada médico tome a sua decisão, baseado na sua autonomia e no caso clínico que está posto na sua frente, sem *kit* Covid, sem predeterminações, sem entidades privadas tentando "*by-passar"* o poder do CFM, entre outras coisas. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V.Sas.

Senador Izalci, V. Exa. tem a palavra para concluir seu questionamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, Presidente, é só isso.

Na prática, o que a gente percebe é que, de fato, é óbvio que cada médico tem... Ninguém vai sair comprando remédio também sem falar com nenhum médico, porque nem todo mundo tem a mesma condição de tratamento, mas eu digo, assim, que fica uma intranquilidade muito grande, uma dúvida muito grande. Mas o que a gente precisa deixar claro para qualquer pessoa que está nos assistindo é que, em qualquer situação, tem que procurar o médico. O médico é que tem que, realmente, receitar, e não ir apenas à farmácia, diretamente, e se automedicar, porque essa é a maior preocupação que a gente tem.

Então, é lógico, continua a dúvida para muita gente, mas eu acho que cada um procurando o seu médico... É evidente que na rede pública está um caos... Aqui em Brasília, pelo menos, para você conseguir uma consulta, é a coisa mais rara do mundo, mas, de qualquer forma, a recomendação – e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou contador –, a recomendação que eu faço é de que não tomem nenhum medicamento sem falar com o seu médico ou com um médico da rede pública que possa atendê-lo, porque, realmente, cada pessoa tem um DNA diferente, tem gente que pode, tem gente que não pode. Então, a recomendação médica é fundamental.

Mas valeu o debate. Não dá pra ficar também só numa posição. Acho que a população merece, realmente, saber a posição de todos os lados. Não dá para ficar também só com uma verdade. A verdade tem que ser muito clara, transparente.

Então, parabenizo aí pela audiência, pelo debate, para não ficarmos numa nota só.

É isso aí, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Izalci Lucas, pelos questionamentos, pelas ponderações feitas.

Nós já estamos caminhando para o final do debate no dia de hoje.

Voltou à conexão aqui o Senador Giordano. Eu indago se V. Exa. quer fazer uso da palavra para os seus questionamentos.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos.

Gostaria de fazer uma curta pergunta ao Dr. Cardoso, ao Dr. Zimerman.

O Brasil tem ampliado cada vez mais as vacinações – graças a Deus! –, mas diversas outras versões do vírus têm surgido, o que não garante a eficácia das vacinas para todos os tipos de variantes. Os senhores entendem que os tratamentos com medicações, inclusive as utilizadas em protocolos de tratamento precoce, constituem meio efetivo para salvaguardar vidas mesmo com a existência da vacina? Ou seja, independentemente das vacinas, nós vamos continuar tomando algum tipo de medicamento?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Senador, boa tarde, Excelência. Excelente pergunta.

Vacina e tratamento são abordagens e conceitos distintos. Eu uso a vacina para evitar a doença e uso o tratamento para tratar a doença.

Então, seja qual for o mutante, a cepa, ou seja o que for virar esse bicho, nós sempre vamos ter que ter, lado a lado, vacina e tratamento. Se Deus quiser, tratamentos cada vez melhores e mais específicos e vacinas cada vez melhores e mais específicas, abrangentes para a gente poder eliminar, de uma vez por todas, esse risco causado pelo vírus pandêmico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as medidas não se contradizem, não são excludentes.

Lembrando que quem tomou vacina não está isento de adquirir e desenvolver a Covid. A questão da vacina é que ela diminui o risco de adoecimento. É este o objetivo da vacina: evitar que a pessoa fique doente. Só que não tem a mensuração exata do quanto as vacinas atuais vão conseguir fazer isso. Nós não sabemos, nem ao menos, se será necessário vacinar de novo as pessoas que já vacinaram, como, por exemplo, ocorre na gripe. A gente não sabe. Tem vacina que você dá a cada dez anos, como a do tétano. Agora, a gente não sabe se se essa vacina vai ter que ser refeita no futuro ou não, ou se vai ter que se criar uma nova vacina, numa outra plataforma, pra combater essas variantes. É tudo ainda tema de discussão, na fronteira do conhecimento médico científico.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dr. Ricardo.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - SP) – Está ótimo!

Eu parabenizo o Presidente, toda os colegas que estão desde as 9h da manhã na CPI, os doutores também, Cardoso e Zimerman. Parabéns pelo dia totalmente aproveitável e esclarecedor para o povo brasileiro.

Obrigado, Presidente, e parabéns, mais uma vez, pela condução.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Giordano, pela participação e pelo questionamento que fez, dando oportunidade aos nossos convidados de exporem seus conhecimentos, suas experiências à CPI e aos brasileiros. Agradeço, mais uma vez, a V. Exa.

O Senador Heinze queria apresentar um vídeo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim; de sete ou oito minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós encerramos a lista dos Senadores que estavam inscritos pra falar. Então, se tiver um jeito...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Eu só quero agradecer, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... ao Sr. Hermes Rodrigues Nery, que diz que o que nós estamos fazendo aqui é a defesa pela vida, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é ele; é um grupo de amigos e pesquisadores, que trabalham nessa questão, que montaram esse vídeo, que é muito importante pelo que nós vimos falando aqui constantemente, repetindo. Eu acho que fizeram um vídeo muito interessante depois das nossas conversas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É só para, mais uma vez, agradecer a essas pessoas anônimas que se somam ao que a gente está fazendo, porque, afinal, a guerra que nós sofremos aqui vai ser mostrada ainda mais.

Os Senadores Republicanos Marco Rubio, Flórida; Tom Cotton, Arkansas; Marsha Blackburn, Tennessee, dentre vários outros, estão questionando a atuação do Dr. Anthony Fauci, Diretor do Instituto Nacional de Alergias e Doenças Infecciosas (NIH) dos EUA e consultor da Casa Branca para a pandemia. Os Senadores alegam que o infectologista perdeu a confiança do povo americano, em função das revelações de suas correspondências com pesquisadores chineses na condução da pandemia Covid-19. O Dr. Fauci "perdeu a confiança do povo americano" com as suas repetidas respostas evasivas, desorientações e declarações politizadas, disse Cotton, de acordo com o canal da Fox News.

Esses questionamentos do Senado americano nos revelam as mesmas preocupações que temos aqui no Brasil. E, como estamos num mundo globalizado, nos sentimos na obrigação de acompanhar atentamente o que está sendo revelado nos Estados Unidos.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Este assunto nós trataremos ainda para a frente.

Só estou fazendo um *briefing* do que esse amigo nosso, anônimo, lá do interior de São Paulo, junto com várias cabeças, produziu essa montagem para nós, extremamente importante!

E, aqui, são dados reais, diferentemente do Metrópoles e de outros tantos *sites*, que adulteram as falas, pegam parte das falas, como V. Exa. já mostrou aí outras tantas. Isso desmerece a classe científica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira, os médicos brasileiros, aqueles que trabalham pelo bem, pela vida, sem interesses econômicos, financeiros quando tentam jogar na sua cara, na do Girão, na minha e de outros, que nós tivéssemos no bolso da ivermectina e da cloroquina. Pelo amor de Deus! Um remédio de R$20, R$50. Outros são US$1,5 mil, US$3 mil. Como é que vão jogar para nós isso aqui, se o interesse é muito maior?

Esse caso dos Estados Unidos, aqui, está demonstrado: a chamada *big pharma*, desmoralizar Didier Raoult, esse cientista francês, que já faz o trabalho que faz... Qual é o interesse? Remedinhos baratos, que têm resultado positivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se me permitir, rapidamente, para me despedir, aqui, dos médicos, que, gentilmente, já tinham tirado passagem anteriormente, porque foi cancelado o debate. Mas, hoje, finalmente, vocês conseguiram vir aqui.

Eu queria só dizer da minha indignação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Porque eu já fiz cerca de nove, quase uma dezena de *lives* no momento mais crítico em que a gente estava, as pessoas desesperadas, para a gente buscar entender o que estava acontecendo. Eu ouvi médicos do Brasil e de fora, de forma serena, ouvindo os estudos e tudo.

Hospitais privados do meu Estado, do Ceará, adotam o procedimento.

Quer dizer, quem não tem dinheiro, quem é pobre e quem só depende do SUS, dos Secretários de Saúde, da boa vontade de algumas pessoas, não teve a opção de ter esse tratamento, com vários medicamentos. Agora, quem tem dinheiro tem. E é essa a hipocrisia que reina.

Isto é o que dói no coração: quantas vidas nós poderíamos ter salvado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse vídeo apresentado pelo Senador Heinze, eu estava lembrando aqui, me trouxe uma passagem de Mateus 10:26: "Não há nada escondido que não venha ser revelado, nem oculto que não venha a se tornar conhecido".

Para encerrar, agradecendo aos médicos, eu faço uma passagem de um grande humanista brasileiro, Dr. Bezerra de Menezes, lá da sua terra, aliás, da minha terra, que fez a vida totalmente dedicada, humanística, ao próximo, lá no Rio de Janeiro.

A frase dele, que tem muito a ver com estes dois médicos, que estão representando mais de 14 mil que fazem esse trabalho de coração, idealistas, aqui também a Dra. Ellen Guimarães, que veio de Goiás. Olhe a frase, Presidente Marcos Rogério, que inspiração! E esses dois ficaram sem almoçar aqui, no dia, enquanto milhares também estão fazendo isso, para salvar vidas.

Frase dele:

> O médico verdadeiro não tem o direito de acabar a refeição, de escolher a hora, de inquirir se é longe ou perto. O que não atende por estar com visitas, por ter trabalhado muito e achar-se fadigado, ou por ser alta noite, mau o caminho ou o tempo, fica longe ou no morro; o que sobretudo pede um carro para quem não tem como pagar a receita, ou quem diz a quem chora à porta que procure outro – esse não é médico, é negociante de Medicina, que trabalha para recolher capital e juros dos gastos da formatura.

Dr. Bezerra de Menezes.

Parabéns ao trabalho de vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Girão, Senador Heinze, que permaneceram aqui durante todo o debate, em prestígio aos nossos convidados e em atenção ao que estava sendo dito aqui.

Eu concluo os trabalhos, não há mais oradores inscritos para se manifestar, apenas fazendo, de maneira muito objetiva, essa palavra foi repetida aqui muitas vezes, para poder instigar os depoentes a serem sucintos, mas apenas para que fique claro, porque, enquanto V. Sas. estavam falando aqui, eu recebi mensagens de um amigo, e vou mencionar o nome, porque não é anônimo, é o João Luiz, que é lá do meu Estado. Ele diz assim: reforce o questionamento aos convidados, porque eles estão dizendo uma coisa aí e eu estou assistindo a TV aqui dizer o contrário do que eles estão dizendo. E eu vou ler o que ele escreveu.

Eu não vou falar o nome do telejornal que estava fazendo, por uma questão ética, mas comentaristas do jornal dizendo: Estão falando que esses médicos defendem o tratamento precoce e o *kit* Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, tratamento precoce eu ouvi V. Sas. falando aqui. O *kit* Covid eu ouvi dizendo totalmente contra o tempo todo.

Então, primeiro, eu queria questionar o seguinte. Para vocês, qual é a definição de tratamento precoce?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Presidente, tratamento precoce é você pegar um cidadão que o procura com sinais e sintomas de uma determinada doença, você fazer uma hipótese diagnóstica, ou até mesmo um diagnóstico da doença e propor um tratamento para ele, o mais cedo possível, para tentar conter o avanço dessa doença. Inclusive, no caso de doença infecciosa, tempo é vida. Não dá para esperar muito para propor um tratamento, não dá para esperar 15 dias para tratar uma infecção bacteriana, o mesmo vale para o vírus. Então, o tratamento que se chama de precoce é aquele que tem que ser instituído, o mais cedo possível, diante de um paciente doente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na fase inicial?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Na fase inicial.

Kit Covid é uma tentativa de desqualificar o tratamento da Covid, onde as pessoas presumem que um composto único de remédios vai ser distribuído de maneira global, sem avaliação médica, sem segmento médico, para a população, como se isso fosse suficiente para conter a Covid.

Nós não defendemos *kit* Covid. O jornalista que escreveu isso é um péssimo jornalista, fez um péssimo trabalho em sua profissão. Ele deveria ter vergonha. O meu pai era jornalista, a minha mãe era jornalista, eles respeitavam a profissão, eles nunca davam barrigada desse jeito. E essa foi proposital, porque esse jornalista não está fazendo notícia, está fazendo militância.

Então, *kit* Covid, a gente não concorda com nenhum *kit* em Medicina. O tratamento tem que ser individualizado, dentro da nossa autonomia, caso a caso, seguindo alguns parâmetros. *Kit* Covid é para quem não entende do assunto ou está a fim de bagunçar a conversa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só trouxe este caso aqui, porque nós estamos diante de situações aqui onde se repetem, o tempo todo, narrativas. E narrativas nascem assim. Não importa o que o outro está dizendo. Ele continua na sua cantilena, repetindo aquilo que está dentro da sua crença.

Então, vocês estão dizendo aqui, desde o começo, e eu fiz questão de questionar lá atrás, e estou reposicionando aqui, que eram contra o *kit* Covid, mas lá repetia-se vocês defenderiam o *kit* Covid.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Isso é fascismo, quase, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, eu não sei.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Quando é expressamente dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Dr. Francisco disse e deixou claro que não defende *kit* Covid.

Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) – Na verdade, esse exemplo é evidente, óbvio, escrachado da falácia do espantalho, onde, em vez de discutir com o Ricardo, se monta um espantalho, dizem que é o Ricardo, refuta o espantalho, e saem gritando vitória. Isso é de quem quer evitar a argumentação. Infelizmente, acontece bastante isso hoje em dia.

Eu sou diametralmente contra o *kit* Covid. Na verdade, a nossa abordagem é o oposto. É individualizar medicamente, caso a caso, e acolher o paciente precocemente, oferecendo soluções em todos os estágios da doença, sempre seguindo a nossa autonomia, nosso Código de Ética e respeitando o juramento que a gente fez, mais de uma década atrás.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu fiz questão de trazer esse tema, porque isso é um assunto que tomou conta do Brasil inteiro e nós temos muitos protocolos e muitos médicos. E você está diante de uma guerra onde muitas das vezes você não tem médico suficiente para atender cada paciente. Tem cidades em que você tem um médico, dois médicos para atender a população inteira. Então, é muito complicado. E aí adotou-se, em muitos lugares, um protocolo padrão e que eu, desde o primeiro momento, quando vi aquilo, tive muita preocupação, muita preocupação.

Eu sei que numa guerra você usa as armas que você tem, mas às vezes você usa um canhão para matar um pássaro muito pequeno. E o efeito colateral pode ser maior. Então, esse é um assunto que eu acho que merece uma atenção. Não falo aqui no sentido de condenar médicos que de repente até tenham chancelado esse tipo de procedimento, mas é algo que tem que ser observado. Não sou médico, mas quando ouço V. Sas. fazendo esse alerta, essa advertência, me conforta muito.

Eu acho que quem tem autoridade, quem tem legitimidade para poder dialogar com o paciente e identificar qual é o procedimento mais adequado para aquele caso, considerando as características pessoais, as comorbidades, o histórico de saúde daquele paciente, é justamente o médico dele, é o médico dele.

Então, parabéns a V. Sas. E já vamos finalizar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...agradecendo mais uma vez aos Senadores.

O Senador Jorginho retorna. A Senadora Soraya também está pedindo a palavra para uma breve consideração. Vamos fazer a...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode primeiro a ela, Sr. Presidente. Depois eu ...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Primeiro, a Senadora Soraya...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...e, na sequência, o Senador Jorginho finaliza.

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu acabei de receber, recebi de várias pessoas uma reportagem aqui da *Exame* dizendo que estudo não usou dose letal de cloroquina para matar pacientes com Covid. Foi eu fazer a pergunta para o Dr. Francisco, acabei sendo aqui bombardeada com mais informações. E confesso que eu li *en passant.* Não chequei absolutamente nada. Mas é da revista *Exame*. E aí eu gostaria que o doutor fizesse algum comentário. Eu vou colocar aqui no bate-papo. Vou ver se eu consigo fazer, inserir essa reportagem, justamente porque aqui é muito sério o que nós estamos fazendo. Tudo o que nós falamos atinge a população e leva a população a praticar atos, a tomar remédio, a deixar de tomar remédio, a vacinar, a não vacinar. E isso me preocupa sobremaneira. A nossa responsabilidade é muito grande. Então, eu vou, estou tentando colocar aqui antes de o senhor terminar. Mas gostaria de ouvi-lo sobre isso. Eu não sei se eu consigo inserir, mas eu vou mandar no seu WhatsApp particular.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mande-me, Senadora, que eu já encaminho para ele aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Para o Dr. Francisco, que a revista *Exame* diz que estudo não usou dose letal de cloroquina para matar pacientes com Covid. E aí eles discorrem e aprofundam o tema.

Eu gostaria de saber aqui, por fim, para que não fique nenhuma dúvida, o que ele tem a dizer sobre isso e já estou enviando no seu WhatsApp. Por favor encaminhe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Senadora, excelente oportunidade de a gente poder botar em cheque as chamadas agências checadoras. Acabei de ler a matéria aqui. Ela foi baseada numa checagem de uma agência chamada Comprova. A única coisa que essa agência comprova é que eles são incompetentes em analisar matéria médica. Doze gramas de cloroquina em 10 dias é dose tóxica para qualquer paciente com cloroquina, em qualquer lugar do Planeta. Isso está na bula.

Todas as informações que eu dei sobre o estudo de Manaus estão no próprio artigo, no próprio artigo cuja conclusão foi exatamente essa: dose alta de cloroquina está associada à mortalidade e à arritmia grave. Está lá com significância estatística. O que eu estou vendo aqui é que a fonte para a agência checadora Comprova dizer que era falsa foi o próprio pesquisador líder. Eles queriam o quê, que ele se incriminasse? Que ele falasse em rede nacional que ele errou?

Não dá para levar a sério a agência checadora quando se fala em análise de artigo científico, com todo o respeito que eu tenho à imprensa. A agência checadora é para você chegar se aquela foto é aquela mesma, se o político estava ali naquele dia de fato, se aquele texto realmente foi escrito pelo fulano ou ciclano. Para discutir artigo científico? Essas agências de checagem servem a uma narrativa, elas não servem à verdade.

Reitero o que eu escrevi, provo matematicamente com prova real, se precisar, a confusão da dose de cloroquina, de fosfato de cloroquina, que foi feita no estudo. E o resultado está no próprio estudo. Foram dadas 12 gramas de cloroquina com 40% de mortalidade no braço que tomou a dose alta, a dose tóxica. E tem vários estudos recentes confirmando essa tese. Agora, se a revista *Exame* se presta a passar esse vexame, o problema é da revista, com todo o respeito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós não podemos passar inverdades aqui. Nós estamos sendo acompanhados por todos os brasileiros, gente até de fora do País. Eu fui bombardeada, agora, justamente, com essa informação e por pessoas querendo esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Exatamente, Senadora, a inverdade é a matéria. Só esclarecendo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – A inverdade é a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu já desafiei a Rede Globo, a CNN, desafio a *Exame*, desafiei esta Comissão que trouxesse esses médicos para debaterem com quem eles quiserem. Não vieram, não querem vir. Por quê? Têm medo de... Os colegas, tem quatro colegas médicos nesta Comissão que se pronunciam. Por que não estão aqui? Quatro colegas. São médicos, são Senadores.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Só para terminar. Eu não ia falar, mas agora vou falar. Eu e um grupo de pesquisadores médicos e não médicos, inclusive, pesquisadores com doutorado em suas respectivas áreas, que vão da imunologia à matemática, à estatística, inconformados com essa situação, mandamos uma carta para o Jama pedindo a retratação desse estudo, com todos os argumentos. A revista está, a princípio, querendo saber mais dados, está enrolando, não respondeu direito, mas eles não têm como escapar do inescapável, o cálculo é matemático, está lá com prova real, se precisar. Não tem dúvida sobre o que aconteceu nesse estudo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

E, para concluir, o Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Presidente. Eu quero dizer a V. Exa., ao Dr. Ricardo Zimerman, ao Dr. Francisco Cardoso Alves e a todos os Senadores que aqui estão desde a manhã que hoje foi um dia extraordinário para esta CPI, que tem o grande compromisso, meu e de muitos Senadores aqui, de mostrar para o Brasil a verdade, somente a verdade.

As explicações que eles deram foram pedagógicas, foram acadêmicas. Isso nos enriqueceu. Perdeu quem não veio para cá, perdeu quem foi embora, perdeu quem tinha que dar entrevista e não veio aqui escutar conversa séria, conversa boa.

As informações que os senhores prestaram à população brasileira foram de grande valia. As pessoas, muitas vezes, sem saber o que fazer, com recomendações truncadas, e os esclarecimentos que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores fizeram esclareceram muita coisa. Eu recebi inúmeras mensagens do Brasil inteiro, de Santa Catarina, cumprimentando os senhores pela clareza, pela grandeza, pela humildade e, acima de tudo, pela coragem de estarem aqui levando para os brasileiros, por nosso intermédio, essas informações que são preciosas para salvar vidas. Se muita gente tivesse ouvido mais esse tipo de informação, eu tenho certeza absoluta de que menos brasileiros tinham perdido a vida no Brasil, infelizmente.

Muito obrigado. Muito obrigado mesmo pela presença de cada um dos senhores.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Obrigado, Senador.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Senador Jorginho e indago aos convidados se querem fazer alguma consideração final para a gente encerrar.

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES (Para expor.) – Agradeço ao Senado Federal pela honra de poder participar desta CPI e de poder trazer o nosso testemunho dos fatos e o nosso conhecimento para ajudar esta CPI a concluir a sua missão, que é a de apurar as omissões e fatos que possam ter levado o Brasil a essa situação atual que nós temos com a Covid.

Espero e gostaria que o que nós trouxemos hoje seja considerado pela CPI na produção do seu relatório, e, principalmente, estamos à disposição de todos para continuar falando, continuar mostrando provas e evidências, porque a gente tem que acabar com esse discurso, que parece fascista, de que há uma verdade única e que quem fala o contrário... Eles chegam a mentir no que você falou para poder sustentar a narrativa, seja com essa matéria da *Exame*, com a qual bombardearam a Senadora agora, seja com coisas muito mais graves, como o repórter que disse aqui na matéria que a gente estava defendendo o *kit* Covid. Então, é uma situação que ameaça a democracia brasileira. A imprensa não pode mentir dessa forma. Há que ter limites para isso.

Então, eu deixo aqui o meu agradecimento a todos. Que a gente possa superar essas divergências políticas e combater o nosso inimigo comum, que é o vírus.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, médico intensivista. Ou não?

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Trabalho na UTI do Emilio Ribas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, eu vi no começo aqui. Houve um começo de debate sobre: "Ah, que atua em UTI, não atua". Ele ficou quieto, não falou nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES – Eu atuo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas eu tinha, no meu dever de casa, observado que V. Sa. atua também no âmbito de UTI.

Dr. Ricardo Ariel Zimerman, agradecimentos por sua presença aqui absolutamente colaborativa e esclarecedora no dia de hoje.

Muito obrigado.

Suas considerações finais.

O SR. RICARDO ARIEL ZIMERMAN (Para expor.) **–** Muito obrigado a V. Exa. e a V. Exas. que ficaram até tarde.

É uma honra estar aqui no Senado Federal, uma Casa que abriu a oportunidade que a gente não teve em outras situações, mas a gente não pode ser mal-agradecido. A Casa de maior importância nos abriu, então isso é um ponto positivo.

E eu gostaria de deixar uma mensagem para o povo brasileiro. Força nesta hora! O Brasil vai superar tudo isso. Pode contar que tem um grupo heterogêneo – cada um com seus pensamentos e divergências e posições políticas –, porém grande, de médicos estudando, trabalhando, ficando acordados até mais tarde para tentar ajudar o maior número de brasileiros possível e também, com os nossos trabalhos, pessoas de todos os locais do mundo.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Agradeço, mais uma vez, aos nossos convidados, que vieram trazer suas experiências, suas pesquisas, compartilhar com o Senado Federal, compartilhar com as pessoas que estão acompanhando. Eu reitero: quem tem autoridade para dizer ao paciente o que deve fazer, como deve fazer é justamente o médico. E a esses médicos, milhares deles espalhados por todo o Brasil, bem como aos nossos enfermeiros, técnicos de enfermagem, que estão lá assistindo o paciente... Muitas vezes, em um momento em que o familiar não pode estar perto, são justamente esses médicos, esses enfermeiros, esses técnicos de enfermagem que estão perto desses pacientes; é quem chega perto, é quem dá a palavra. Para além de administrar os medicamentos, os protocolos, é o calor humano que está perto desses pacientes de Covid. São os nossos profissionais de saúde. Então, é a eles, a cada um deles – e V. Sas. representam... V. Exas., os médicos, representam neste momento, abaixo de Deus, a grande esperança que essas pessoas têm de vencer a Covid-19 e de, daqui a um tempo, poder conviver com seus familiares, amigos e ter uma vida normal. A vacina está chegando, mas, ainda que a vacina chegue em escala, nós vamos continuar precisando dos nossos médicos, que merecem os nossos aplausos, independente da corrente que seguem – aqueles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguem um protocolo A, um protocolo B. Médico que é médico não desqualifica médico. Lutam pelo mesmo objetivo: salvar vidas.

Muito obrigado aos senhores.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 21ª e 22ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Agradecendo, além de aos Senadores e às Senadoras, aos servidores desta Casa, à Secretaria da Comissão, a todos os profissionais que nos acompanham aqui...

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 22 de junho de 2021, às 9h, para ouvirmos o Deputado Osmar Terra.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Nilda Gondim, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia e Jorge Kajuru. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 231 de 2021** que: "Requer que seja convidado para que preste depoimento o Sr. Wellington Dias, Governador do Piauí, na condição de coordenador do Fórum Nacional de Governadores e presidente do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 647 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Claudio Castro, Governador do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 650 de 2021** que: "Requer convocação do Sr. Claudio Castro, Governador do RJ." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 878 de 2021** que: "Convocação de Alexandre Chieppe Secretário de Estado de Saúde do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 907 de 2021** que: "Requer a convocação de representante da empresa Facebook Serviços Online do Brasil LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 908 de 2021** que: "Requer a convocação de representante da empresa Google Brasil Internet LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 862 de 2021** que: "Pedido de auditoria ao Tribunal de Contas da União - "motociata"" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 866 de 2021** que: "Requer diligência, para que na condição de testemunha sujeita ao compromisso de dizer a verdade, preste depoimento em sessão reservada o Sr. Wilson Witzel, Ex-Governador do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 877 de 2021** que: "Diligência externa para ouvir secretamente Wilson Witzel - mesmo pedido do Req. 866." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 867 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Instituto Unir Saúde" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 868 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Viva Rio" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 870 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Associação Filantrópica Nova Esperança (OS)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 871 de 2021** que: "Transferência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Associação Mahatma Gandhi (OS)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 872 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Instituto dos Lagos Rio (OS)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 873 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do IABAS.Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde - IABAS" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 900 de 2021** que: "Requer a Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático - Instituto Diva Alves do Brasil – IDAB" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 905 de 2021** que: "Requerimento de transferência de sigilo Transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Alex Lial Marinho." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 913 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Evian Administracao de Imoveis Proprios Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 914 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Vcm Participacoes Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 915 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Ccvl Participacoes Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 916 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Central Brasileira Participacoes Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 917 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Orion Consultoria Empreendimentos e Participacoes Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 918 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Smartkids Brasil-Livros e Consultoria Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 919 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Aloha International Comercio de Cosmeticos Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 920 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Aloha International Comercio de Cosmeticos Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 921 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Aloha International Comercio de Cosmeticos Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 922 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Cwmv Sistema de Escolas Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 923 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Vip Xviii - Empreendimentos e Participacoes Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 850 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, no prazo de dez dias, pelo Senhor Ministro da Defesa,todas as informações sobre registros de voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito, em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), no período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 até o presente, com indicação das datas e trechos, bem como de quem eram as pessoas que participaram das respectivas viagens." **Autoria:** Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Não apreciado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 879 de 2021** que: "Requer que o Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os seguintes documentos: 1. Processo de licitação nº 25000.175250/2020-85 2. Processo de execução nº 25000.043170/2021-41" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 880 de 2021** que: "Requer informações à Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 881 de 2021** que: "Requer informações à Secretaria de Saúde do estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 882 de 2021** que: "Requer o compartilhamento e acesso integral e em tempo real, das peças e eventuais audiências, interrogatório e demais oitivas relativos a Alexandre Figueiredo Marques." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 883 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre a situação da cobertura vacinal no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 884 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 885 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Secretaria de Governo da Presidência da República, Flávia Arruda, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 886 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 887 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 888 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Cidadania, João Roma, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 889 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 890 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre registros e informações gerais sobre saúde indígena em relação à Covid 19 e malária, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 891 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre ofertas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vacinas contra Covid-19 ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 892 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhadas, pelas empresas produtoras e fornecedoras de oxigênio hospitalar e representantes do setor, listados a seguir, cópias de todos os documentos e comunicações com o Ministério da Saúde, encaminhados ou recebidos, desde março de 2020 até a presente data, em aditamento ao Requerimento 9/2021 desta CPI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 893 de 2021** que: "Requer que seja encaminhada pela empresa TWITTER BRASIL REDE DE INFORMACAO LTDA informações sobre as contas de usuários excluídas a partir do dia 14 de junho de 2021, conforme reportagem da rede CNN." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 894 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações Hospital Federal da Lagoa (HFL)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 895 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Hospital Federal de Ipanema (HFI)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 896 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Hospital Federal Cardoso Fontes (HFCF)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 897 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Diretor do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 898 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações Hospital Federal do Andaraí" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 899 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 901 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 902 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Instituto Nacional do Câncer – INCA" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 903 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Instituto Nacional de Cardiologia – INC" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 924 de 2021** que: "Requisita ao Ministério da Defesa cópia integral da Mensagem Operacional nº 106/CCLM/EMCFA/MD, de 27/3/2020, e de outros documentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 910 de 2021** que: "Requer a convocação do Diretor/Presidente da empresa de transporte carioca Viação Redentor." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 911 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor MARCELO OLIVEIRA DE SOUZA, médico da empresa de transporte carioca Viação Redentor" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 925 de 2021** que: "Convocação de representante da empresa Twitter Brasil Rede de Informação Ltda." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento de convidado. Oitiva do Osmar Terra, em atendimento aos requerimentos 413/2021 e 416/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/22

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos – estamos transferindo isso para amanhã, porque ontem entraram novos requerimentos e não daria aquele tempo, vamos fazê-lo só amanhã – e ao depoimento do Deputado Osmar Terra, em atendimento aos requerimentos dos Senadores Rogério Carvalho, Humberto Costa e Alessandro Vieira.

Questão de ordem para o Senador Ciro Nogueira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Questão de ordem também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, questão de ordem. Se for a mesma...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, acho que poucas comissões de inquérito tiveram tanta repercussão, até pelo momento que o País está vivendo. E tem uma situação, Sr. Presidente, que eu acho que é importante a Comissão debater, porque em tudo que tem acontecido aqui nesta Casa até agora eu não vi, Senador Otto, nenhuma ação positiva desta Comissão que diga respeito à sociedade, diga respeito a nós imunizarmos a população, a tratarmos a população. Esta Comissão tem se transformado numa guerra política, Senador Marcos Rogério, o que tem feito bem a alguns, que aparecem nas televisões, nos meios de comunicação, mas eu sinto que a população está se sentindo, Presidente Omar, um pouco abandonada, porque tinha uma expectativa.

Há uma situação de que eu ontem tive conhecimento que eu acho que esta Comissão poderia debater, porque poderia ser algo produtivo para o País, para a situação. Diz respeito a uma vacina que está sendo produzida no nosso País chamada Sputnik. Olha o absurdo que pode acontecer com o nosso País, Senador Girão: nós estamos produzindo essa vacina, essa vacina vai ser exportada, e, depois – os Governadores tiveram a autorização do Supremo e da própria Anvisa – se vai importar essa vacina.

Olha que absurdo: nós vamos exportar a vacina para depois ela ser importada, porque do laboratório aqui não é permitido vender para o País. Olha que absurdo. A Anvisa, que é uma entidade que tem todo o respeito, mas tem que dar uma explicação sobre essa situação esdrúxula que nós temos no nosso País.

Então, eu queria apresentar esse requerimento para que a Anvisa pudesse esclarecer, porque é uma situação em que eu tenho certeza de que facilmente pode ser dada uma solução para o nosso País e que não se possa permitir uma situação tão esdrúxula como essa, de obrigar uma empresa nacional a exportar para depois ser importando. Olha o custo disso e olha a coisa absurda que nós temos!

Então, eu queria apresentar esse requerimento, Senador Omar, para que a Comissão... Porque eu tenho certeza de que isso é uma ação positiva que a Comissão pode ter e dar uma solução para o nosso País. O que importa mesmo para o Brasil hoje é nós imunizarmos a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador. Será votado amanhã o seu requerimento de pedido de informações para a Anvisa. É o pedido de informação, não é?

Em relação a não dar resultado, Senador Ciro, fico muito feliz em ver agora o Presidente Jair Bolsonaro anunciando um avião com 1 milhão de doses da vacina Janssen. Como progredimos! O Presidente anunciando a chegada de vacinas; isso é importante. Como não? A CPI teve esse papel importante, e a participação do Presidente sempre foi colocada aqui como importante demais, a participação do Presidente, para a gente imunizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que estamos avançando. O próprio Presidente está fazendo aqui, anunciando nas suas redes sociais a chegada de 1 milhão de vacinas, 1,5 milhão de vacinas da Janssen. Acho que a CPI cumpre seu papel nesse momento, nesse sentido, de trazer o Presidente para lutar para imunizar a população.

Senador Marcos Rogério, com a palavra. Pediu questão de ordem o Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, apresento a presente questão de ordem nos termos do art. 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal para arguir os efeitos da ausência do Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito na reunião do dia 18 de junho último.

Efetivamente, nessa data, o eminente Relator desta CPI, o Senador Renan Calheiros, retirou-se abruptamente de reunião deste Colegiado devidamente convocada para ouvir cientistas convidados por decisão de seus membros, e declarou que, passo a citar: "Eu me recurso a fazer hoje, mesmo como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, qualquer pergunta aos expoentes", fecha aspas.

Em seguida, em conjunto com o ilustre Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Humberto Costa, enquanto a CPI continuava sua reunião, reuniu a imprensa para entrevista coletiva. Naquela ocasião, com base no que determina o art. 147 do Regimento Interno, que prevê que, "na hipótese de ausência do relator a qualquer ato do inquérito, poderá o Presidente da Comissão designar-lhe substituto para a ocasião, mantida a escolha na mesma representação partidária ou bloco parlamentar", solicitei a V. Exa. que designasse um Relator substituto. Entretanto, V. Exa. indeferiu o meu pedido, afirmando que "o Senador Renan, como Relator, não quis fazer perguntas e ninguém vai fazer por ele, não".

Argumentei ainda que a CPI não podia funcionar sem Relator, mas, novamente, V. Exa. negou o meu pedido, alegando que "o Relator não tem interesse em fazer perguntas e eu não posso obrigar ninguém a fazer perguntas".

Lembrei também, finalmente, que o já citado art. 147 do Regimento Interno fala que, na hipótese de ausência do Relator a qualquer ato da CPI, será designado um substituto para ficar nessa condição. Mas tudo sem sucesso. V. Exa. permaneceu irredutível, e a reunião seguiu sem Relator.

Diga-se que essa decisão foi mesmo contraditória com o que V. Exa. havia decidido na reunião do dia 13 de maio passado, quando, ausente o Relator, designou para substituí-lo, em face da questão de ordem levantada pelo Senador Jorginho Mello, o Senador Fernando Bezerra Coelho. V. Exa., inclusive, respondeu ao Senador Jorginho dizendo: "Sem problema. Eu acho que é uma questão de lógica. V. Exa. pede, e eu atendo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, a decisão de V. Exa. de não designar Relator substituto para atuar na reunião da CPI do dia 18 de junho último gera uma série de questionamentos. Em primeiro lugar, aquela reunião destinava-se a estabelecer, por decisão deste Colegiado, o contraditório em torno do tema tratamento precoce, uma das questões em torno das quais esta CPI vem se debruçando. O contraditório é, por previsão constitucional (art. 5º, inciso LV) e do Código de Processo Penal (art. 155, *caput*) – que, na forma do art. 153 do Regimento Interno do Senado Federal, se aplica subsidiariamente aos atos processuais das CPIs –, elemento imprescindível para a formação da convicção do julgador.

Esse direito se desdobra em dois momentos: o direito de ser ouvido e o de ter suas alegações levadas em consideração. Nesta segunda acepção, houve ofensa a esse direito, pois o Relator deixou o recinto e não tomou parte das discussões da parte contrária. A ausência do Relator na reunião faz com que, daí, não possa ele tratar do tema tratamento precoce em seu relatório, pois a sua forma de condução dos trabalhos demonstrou sua parcialidade, além de ter restado evidente a antecipação de juízo de valor relativamente a esse tema, ensejando, em consonância com o princípio do devido processo legal, a nulidade dos atos realizados pelo Relator, ou seja, deve S. Exa., então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... se declarar suspeito para tratar desse tema, uma vez que o ato de Relator de se ausentar da reunião feriu frontalmente o direito ao contraditório. Afinal, se o Relator se retira quando acha que os depoentes – que, sempre é bom reiterar, comparecem a esta Comissão por decisão da maioria de seus membros – irão dizer coisas com as quais ele não concorda ou que podem comprometer a narrativa já definida por ele, isso significa que já tem uma sentença pronta no bolso do colete; que não busca a verdade.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem por marco o princípio da oralidade. Assim, ainda que se alegue que o Relator vai considerar as razões no relatório, houve evidente ofensa ao contraditório ao se tentar desconsiderar os defensores das medidas tomadas pelo Governo e reduzir o debate.

Em razão disso, solicito a V. Exa. que esse tema seja retirado do objeto de análise do relatório final, tendo em vista a demonstrada parcialidade do Relator, sob o risco de termos a total desmoralização desta CPI.

É a questão de ordem que lhe apresento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu irei respondera sua questão de ordem.

V. Exa... Primeiro, não era... As pessoas que estavam aqui, os dois... Os convidados estavam em uma audiência pública. Eles não eram nem testemunhas nem investigados. E, quando se trata de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública, tendo só dois Senadores, pode ter a reunião de audiência pública; não se precisa mais de dois. Sobre isso aí, V. Exa. vai, lá no art. 93, §3º, que V. Exa. vai ler. Essa é a primeira questão.

Segunda questão: nenhum deles veio tratar de tratamento precoce aqui. Eu perguntei dez vezes. Não, V. Exa... Eles falaram que era o tratamento inicial da doença.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Precoce.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não, tratamento precoce é a pessoa tomar antes de ter qualquer tipo de tratamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, isso é tratamento profilático, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho. Isso é que defende até a Mayra, que esteve aqui. Em relação ao tratamento precoce, nós ouvimos várias pessoas favoráveis ao tratamento precoce.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Várias, a Dra. Nise Yamaguchi, Mayra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá, a Nise Yamaguchi, que, aliás, está processando um colega seu, um colega seu, dois colegas seus Senadores. Dois advogados ou não sei quantos advogados estão me processando, porque, segundo ela, eu não proibi o Senador de fazer as perguntas para ela; eu, Presidente! Aliás, V. Exa. sabe que qualquer Senador, seja da CPI ou não, tem o direito à palavra aqui; V. Exa. sabe muito bem disso! E eu estou sendo processado; dois colegas seus Senadores, Senador Marcos Rogério, estão sendo processados por alguém que sempre defendeu o tratamento precoce, e o Senador Renan fez as perguntas a ela como outros Senadores.

A Dra. Mayra, TrateCov, tratamento precoce; o doutor, o ex-Ministro da Saúde Pazuello; o Coronel Elcio Franco; várias pessoas foram ouvidas, e foram ouvidas como testemunhas e se tornaram, agora, investigadas, diferente dos dois doutores que nós tratamos com muito respeito; você sabe disso, o respeito foi muito claro aqui. Eles, inclusive, explicaram para a população o que é charlatão, o que os outros não queriam explicar. Eu perguntei ao doutor que estava ao meu lado direito e ao que estava ao lado esquerdo: "Doutor, uma pessoa que não é médico, que prescreve remédio na internet é chamada por quê?". Aí, eles disseram: "Charlatão". Então, está cheio de charlatão na internet, está cheio de charlatão no Facebook, no YouTube, que, aliás, estarão aqui, para depor, para saber se eles vão continuar propalando aquilo que a ciência não defende. Então...

E a outra questão que V. Exa. levanta é que o Relator... Numa audiência pública, o Relator não é obrigado a fazer pergunta, nem o Senador é obrigado a fazer pergunta. Audiência pública é uma coisa para dar entendimento às pessoas sobre alguma dúvida e tal. Então, não vejo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais, o art. 147, sobre o qual V. Exa. disse, na hipótese da ausência do Relator a qualquer ato do inquérito, poderá – poderá! – o Presidente da Comissão designar o substituto. Poderá! Está certo? V. Exa. é advogado, V. Exa. sabe, está escrito "poderá"!

Então, estou lhe respondendo, quanto à sua questão de ordem, que a questão tratamento precoce foi tratada diversas vezes aqui, por vários profissionais favoráveis ou contra. Esteve, aqui, a Dra. Yamaguchi, que defendia isso; esteve aqui a Dra. Luana, que defendeu contra. Então, é uma questão que está muito avaliada, e eu acho até que essa é uma pauta sobre a qual a CPI deve até, já tem uma opinião. V. Exa. mesmo disse: "Olha, eu tive, eu fiquei doente, eu não usei esses remédios, eu procurei a ciência", V. Exa. disse isso aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu não tive, eu não tive Covid, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas V. Exa. disse que ia procurar um profissional. O senhor não ia a um médico qualquer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor defendeu isso aqui.

Então, a sua questão de ordem, Senador Marcos Rogério, não... Em nenhum dos artigos que V. Exa. citou, ela cabe pra que eu defira a sua questão. Então, eu indefiro novamente a questão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu agradeço a V. Exa. Apenas, Sr. Presidente... A decisão de V. Exa. está tomada, mas apenas quero dizer que a vinda deles aqui foi muito importante e que a fala de V. Exa. neste momento é a prova da necessidade da vinda deles aqui, continua causando confusão sobre o que é tratamento precoce na fase inicial da doença. Veja a importância da vinda deles.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, um minutinho.

O Senador Marcos do Val está remotamente pedindo uma questão de ordem. Eu vou passar a palavra... Eu não o estou vendo aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Olá, Presidente, me escuta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou ouvindo. Pode falar Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

É uma questão sobre os Requerimentos 907 e 908 – provavelmente o senhor já comunicou que vão ser votados amanhã e fazem parte do item cinco e do item seis – sobre a convocação das plataformas Google e Facebook, porque elas estão sendo convocadas e não convidadas pra que prestem esclarecimentos acerca da divulgação de material da plataforma. As plataformas não fazem parte do objeto da CPI e estão sendo tratadas da mesma forma que os investigados.

Eu queria que pudesse se rever essa questão, porque foi solicitada pra eles uma cópia integral de todo o conteúdo que está armazenado no Google Fotos, quer dizer, muita coisa da privacidade da pessoa vai se tornar pública; lista de contatos; números de telefones; cópia integral de todas as mensagens do Gmail enviadas, recebidas, armazenadas, rascunho, da lixeira, com seus anexos; localizações pretéritas, quer dizer, até onde a pessoa estava, em que local estava, incluindo essa localização geográfica; histórico de pesquisas realizadas no usuário, incluindo pesquisa no Google Maps; informações dos aplicativos baixados no Google Play. Do Facebook foi solicitado todo o conteúdo relativo às contas de sua titularidade, em especial mensagens privadas, participação em grupos fechados, comentários, postagens, enfim.

Então, eu estou vendo isso com muita... Fiquei muito preocupado ao ver isso, primeiro, por estarem sendo convocados e não convidados e pela solicitação tão detalhada de assuntos e materiais que fazem parte da privacidade e que, assim que chegarem à CPI, vão se tornar públicos. Então, é só pra que possamos rever essa questão desse requerimento e passar a ser, pelo menos, um convite e não uma convocação.

Obrigado, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos do Val, eles estão sendo convocados, porque são testemunhas dos crimes que estão sendo cometidos na internet. E há de convir V. Exa. que prescrever medicamento via YouTube, Instagram, Twitter é um crime. É um crime pessoas estarem postando foto de coisa... Então, eles não estão vindo aqui... E, aliás, estão sendo convocados como testemunhas, mas poderão passar a ser investigados se a Comissão assim decidir. Então, é bom eles virem aqui e explicarem direitinho que plataforma é essa que permite... Numa doença tão difícil, tão dolorida para o Brasil, eles ainda permitam que as suas plataformas fiquem propagando medicamento que não tem nenhum tipo de resultado científico. Então, não é... Eles não estão vindo aqui porque são nossos amigos, não. Não estou convidando pra festa, não. Estou convidando como testemunhas e poderão se tornar investigados caso assim a Comissão decida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, é só para acrescentar uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Os dados apresentados pelo colega Marcos do Val, referidos por ele, são aqueles dados que são solicitados nas quebras de sigilo e que serão recebidos na condição de documentos sigilosos. Então, ele misturou dois assuntos que não têm ligação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo Girão. V. Exa. está...

Depois o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu queria desejar uma semana aí produtiva para todos nós, com serenidade, para que possamos aqui buscar a verdade.

Eu queria apenas – já aceitando, respeitando a sua posição, Presidente, da questão de ordem do Senador Marcos Rogério – dizer que a Dra. Nise Yamaguchi não veio aqui com o objetivo... A convocação dela não foi sobre tratamento precoce. Ela veio sobre o suposto gabinete paralelo, assim como a Dra. Mayra também veio falar do trabalho dela no Ministério da Saúde, não foi sobre tratamento precoce.

Audiência sobre tratamento precoce, nós tivemos duas – aliás, era para ter uma apenas, que era um debate que tinha sido marcado e foi cancelado por esta Comissão, o que eu acho que facilitaria que as pessoas tirassem suas próprias conclusões, os Senadores –, mas nós tivemos uma audiência com cientistas contra o tratamento, e os Senadores participaram, o Relator, o Senador Renan Calheiros ficou do início ao fim, na sexta-feira anterior, mas não teve o mesmo tratamento respeitoso com os cientistas e médicos que são a favor do tratamento na última sexta-feira.

E é esta a minha questão de ordem.

Se não bastasse a situação vexatória da última sexta-feira, onde o Relator e vários participantes Senadores, colegas desta Comissão, numa atitude desrespeitosa, se negaram a travar um debate franco com os médicos que pensam diferente de outros cientistas, fui surpreendido, nesse final de semana, com a informação de que o Instagram removeu uma publicação do médico Dr. Ricardo Ariel Zimerman, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esteve aqui na sexta-feira, em que este divulgava a produção acadêmica da cientista Tess Lawrie sobre a redução de mais de 60% da letalidade com o uso da ivermectina. Em rede social, alegou que publicação foi removida, porque violava suas políticas internas de Covid e poderia desencorajar as vacinas. Ocorre que a manifestação do Dr. Zimerman, em momento algum, teve essa intenção. Muito pelo contrário, teve, sim, o objetivo de difundir estudo técnico, científico, padronizado e devidamente reconhecido.

Na verdade, o que ocorreu foi uma censura branca, portanto, fato intolerável à luz da nossa Carta Magna da República. Está pacificado que a liberdade de expressão é um direito consagrado pela Constituição Federal de 1988, mormente em seu art. 5º, incisos IV e V, sendo considerado um direito da personalidade, de modo que não pode ser transigido, salvo quando ferir intimidade, privacidade, honra e imagem de outra pessoa. Portanto, qualquer controle antecipado que não seja feito pela Justiça se trata de cerceamento prévio, censura a uma manifestação de opinião. O Marco Civil da Internet, construção normativa que é uma conquista civil do Direito Civil brasileiro, seguindo os princípios constitucionais que norteiam o conjunto legal do nosso País, disciplina a internet no Brasil tendo como base o fundamento da liberdade de expressão.

Por fim, Sr. Presidente, ao nos depararmos com tão truculenta e injustificada conduta, afirmo que não só as normas constitucionais e as infraconstitucionais foram visivelmente violadas, mas também o princípio da autonomia médica, axioma defendido pelo Conselho Federal de Medicina, inclusive no âmbito da pandemia.

Portanto, quero exteriorizar o meu mais profundo repúdio a essa atitude manifestadamente inconstitucional do Instagram que, ao tentar calar opiniões a favor do tratamento precoce, expressa tão somente a repulsiva demonstração da prática de censura.

Neste momento, nesse mesmo sentido e com base nos dispositivos normativos ora citados, mostra-se despropositada qualquer pretensão que mostra interesse em transformar esta CPI em instrumento para que, de forma autoritária e unilateral, se queira calar a voz de cidadão brasileiro, seja ele quem for. Tal ato é, sem dúvida, prática de censura, ato, na minha concepção, inaceitável, em face dos princípios democráticos da legislação em vigor.

Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Girão.

Só porque é cidadão brasileiro, ele pode fazer o que quiser? Então, o Lázaro também é cidadão brasileiro, e o estão procurando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só para explicar aqui.

Senador Girão, V. Exa. terá toda oportunidade, porque todas as plataformas estão sendo convidadas, convocadas para estar aqui. V. Exa. pode colocar isso com toda veemência, e eles vão ter que responder a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir, por último, o Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, antes, antes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e o Senador Rogério Carvalho, por último. E vou chamar o convidado, que já está há uma hora esperando a gente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para concluir, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! J está bom, Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, é só para concluir sobre a decisão ontem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sobre a decisão ontem do que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o Deputado Osmar Terra está aí esperando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente pode tratar disso amanhã. Isso não vai mudar muita coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor pode me dar um minuto apenas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Posso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Um minuto cravado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto.

Diante da decisão monocrática de ontem da Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, que se manifestou por suspender a convocação de Governadores a esta CPI, fato que, sem dúvida, atrapalha o andamento dos trabalhos desta Comissão, pois impede uma melhor investigação dos recursos federais repassados para Estados e Municípios, fundamento do meu requerimento assinado por 45 Senadores, que deu origem a esta CPI, torna-se, mais do que nunca, necessária a convocação de Prefeitos e ex-Prefeitos de cidades onde aconteceram operações da Polícia Federal. Só para lembrar, esses atores políticos estavam na pauta desta CPI há três semanas e foram retirados. Por isso, recorro à sensibilidade de V. Exa., Sr. Presidente, para que, com urgência, retomemos a votação dessa importante... O senhor se comprometeu a colocar em pauta oportunamente...

E eu faço esse pedido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Senador Luis Carlos Heinze.

Eu pediria só um pouquinho de pressa, por causa da...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... da falta de educação em manter o convidado aguardando lá.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para questão de ordem.) – É uma questão de ordem, mas só primeiro eu vou falar: é uma pena. V. Exa. até ficou uma parte, mas os seis outros colegas se ausentaram. Inúmeras vezes, inúmeras vezes, trabalhos em todo mundo foram apresentados, trabalhos científicos comprovando que a ivermectina, que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidroxicloroquina, enfim... Os processos positivos que acontecem no mundo inteiro. Então, é só isso que vou registrar, diferente do que V. Exa. falou.

A questão de ordem é a seguinte, Sr. Presidente.

Na forma do disposto nos arts. 413 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, com base no que estabelece o seu art. 412, encaminho a V. Exa. a presente questão de ordem para arguir a decisão monocrática do Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito de determinar que passem à condição de investigados diversas pessoas que são arroladas como testemunhas.

Efetivamente, no dia 18 de junho do corrente, o eminente Relator desta CPI, o Senador Renan Calheiros, após se retirar abruptamente de reunião deste Colegiado devidamente convocada para ouvir cientistas convidados por decisão de seus membros e declarar que – passo a citar – "eu me recuso a fazer hoje mesmo, como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, qualquer pergunta aos expoentes", decidiu, em conjunto com o ilustre Vice-Presidente, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Humberto Costa, enquanto a CPI continuava a sua reunião, reunir a imprensa para informar que um número de pessoas passaria à condição de investigadas pela Comissão.

Ora, afirma expressamente o nosso Regimento Interno, em seu art. 412, que um dos princípios do processo legislativo desta Casa é o da decisão colegiada, ressalvadas as competências específicas estabelecidas neste Regimento.

Conforme a nossa lei interna, em seu art. 132, compete ao Relator analisar, estudar as matérias submetidas ao exame das Comissões, e, somente se a maioria do Colegiado se manifestar de acordo com a sua opinião, essa se transforma em decisão da Comissão. Não há nenhum momento em que a Comissão Parlamentar de Inquérito autoriza o Relator a decidir em nome da Comissão.

Assim, foi certamente abusiva a providência tomada pelo nosso Relator de – e vale ressaltar: simultaneamente à realização da reunião da CPI, na qual, inclusive, deveria estar presente exercendo seu papel, para o qual V. Exa. o designou – chamar os meios de comunicação social para informar sobre providência de alto significado para os trabalhos desta Comissão, sem que esta tenha decidido ou sequer tenha sido consultada sobre a matéria. Trata-se de verdadeiro atropelo ao princípio da colegiabilidade, que deve presidir todas as decisões do Poder Legislativo, o que representa grave precedente que fere o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

Aliás, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é clara ao determinar que as medidas que venham a restringir direitos devem obedecer ao princípio da colegiabilidade, sendo esse um requisito de validade das decisões. Veja-se:

> O princípio da colegiabilidade traduz diretriz de fundamental importância na regência das deliberações tomadas por qualquer comissão parlamentar de inquérito, notadamente quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> essa, no desempenho de sua competência investigatória, ordena a adoção de medidas restritivas de direitos, como aquela que importa na revelação das operações financeiras ativas e passivas de qualquer pessoa. O necessário respeito ao postulado da colegiabilidade qualifica-se como pressuposto de validade e de legitimidade das suas deliberações parlamentares, especialmente quando estas – adotadas em nome da comissão parlamentar de inquérito – implicam ruptura, sempre excepcional, da esfera da intimidade das pessoas. A quebra do sigilo bancário, que compreende a ruptura da esfera da intimidade financeira da pessoa, quando determinada por ato de qualquer comissão parlamentar de inquérito, depende, para revertir-se de validade jurídica, da aprovação da maioria absoluta dos membros que compõem o órgão de investigação legislativa (Lei nº 4.595/64, art. 38, §4º).

Nesse sentido, há decisão monocrática, em relação ao Ministro Celso de Mello, em julgamento em 06/04/2004.

Em razão disso, solicito que sejam consideradas nulas as decisões tomadas de forma irregular pelo Relator e que a matéria seja submetida à devida deliberação desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós, Senador Luiz Carlos Heinze... O Senador Renan, como Relator, tendo indícios, pode transformar qualquer pessoa que veio aqui – ou não vindo aqui – como testemunha em investigado. Foi isso que aconteceu, mas, se V. Exa. quiser, eu coloco em votação só para agradar V. Exa.

Aqueles que concordam...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, sob qual fundamento V. Exa. diz que o Relator tem essa prerrogativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pediu, ele pediu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, qual o fundamento para que o Relator determine quem vai passar à condição de investigado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o argumento do Senador Luiz Carlos Heinze é que diz que o Colegiado tem que decidir, e eu vou colocar em votação. Calma!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, as decisões da CPI obedecem ao princípio da colegialidade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, antes de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, Senador Fernando Bezerra e Senador Marco Rogério! Eu vou colocar em votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está querendo corrigir uma nulidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está querendo corrigir uma nulidade por um ato arbitrário!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os nomes anunciados pelo Senador Renan Calheiros...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que transforma as pessoas em...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que é isso, Sr. Presidente? Olhe o que V. Exa. está fazendo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual o problema?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe o que V. Exa. está fazendo, Presidente!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou fazendo, porque eu posso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Prossiga, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Posso, sim. Como Presidente, eu estou, eu estou... É uma questão de lado? Espere aí. Então, se entenda com Luiz Carlos Heinze, porque foi ele que pediu a questão de ordem. Entenda-se com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, V. Exa. nem ouviu a questão de ordem dele!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ouvi!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, não ouvi?! Lógico que eu ouvi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas olhe o que V. Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, é claro que eu ouvi.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu não preciso estar lendo aqui no computador, não, para responder! Espere aí! Dá licença?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês pegam uma questão de ordem de uma hora, leem uma questão de ordem, e depois, se eu perguntar, sem ler, não vão saber me responder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, só um...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vão saber me responder!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É muito fácil...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu estou esperando por uma questão de ordem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Um minuto, um minuto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes, questão de ordem do Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou inscrito aqui esperando a oportunidade, de forma disciplinada, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É antes da votação, Senador Rogério Carvalho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Não vai, não, antes... Senador Fernando Bezerra, eu estou inscrito, pedi uma questão de ordem e eu queria pedir a V. Exa...

A gente está aqui o tempo todo falando e o tempo todo tentando justificar aquilo que nós não conseguimos justificar para o mundo: 502.817 brasileiros mortos!

Neste momento, esta Comissão tem que pedir um minuto de silêncio em homenagem a todas as vidas perdidas, Sr. Presidente. Nós estamos de luto! São mais de 500 mil mortes no Brasil! Então, eu queria, antes de a gente começar qualquer coisa, em sinal de respeito às famílias, pedir um minuto de silêncio em homenagem a 502.817 famílias que se desfizeram pela dor, a dor da perda irreparável, que é a perda da vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acato a questão de ordem do Senador Rogério Carvalho.

E vamos fazer um minuto de silêncio.

Todos de pé, por favor.

(*Soa a campainha.*)

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria também, Presidente, pedir para que constassem todos os vídeos, para que fizessem parte vídeos que foram publicados aqui, para que integrassem os documentos que compõem as informações da CPI. Queria deixar este requerimento – vou passar aqui para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra e, depois, Senador Jorginho.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu acompanhei a decisão do eminente Relator, o Senador Renan Calheiros, de transformar os depoentes em investigados. Eu gostaria de fazer uma ponderação ao Relator e aos membros desta Comissão em relação a um dos depoentes.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito visa à investigação de fatos pretéritos que aconteceram por omissão ou por ações desenvolvidas pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais em relação ao enfrentamento da pandemia. Eu queria fazer a ponderação em relação à questão do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de transformá-lo em investigado. Ele está à frente da pasta do Ministério da Saúde há muito pouco tempo, está com pouco mais de 90 dias à frente do Ministério da Saúde. É notório o esforço que o Ministério da Saúde vem fazendo no sentido de acelerar e antecipar as entregas das vacinas. Nós chegamos, na semana passada, num dia só, a vacinar mais de 2 milhões de brasileiros – se a gente puder manter essa média daqui para frente até final de setembro, toda a população adulta do Brasil estará vacinada. Então, a ponderação que faço é a de que o Sr. Relator pudesse reconsiderar a decisão em relação ao Ministro da Saúde em função da atividade, do trabalho, do esforço que toda a equipe do Ministério da Saúde vem fazendo no sentido de dar as respostas que todos nós queremos, que é, de fato, avançar na vacinação e reduzir o número de óbitos – pelo qual nós aqui todos, unidos, estamos consternados, apresentando a nossa solidariedade a tantas famílias brasileiras enlutadas pela perda dos seus entes queridos.

Então, esse é o apelo que eu gostaria de fazer ao Presidente e, de forma especial, ao Sr. Relator, o Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ministro Queiroga passa de testemunha para investigado por duas razões básicas, que é de entendimento da maioria. Primeiro: ele disse aqui que não é censor. Não, todo médico é censor, todo médico censura o seu paciente. Todos nós que vamos ao médico... O médico nos censura: "você não pode fazer isso", "você não pode comer aquilo" "você não pode fazer mais...". É uma censura. Ele diz que não é censor como médico. E a segunda é que a Pfizer vendeu as vacinas – e aí a gente está tendo um prejuízo só na Pfizer de R$1 bilhão, Senador Fernando Bezerra – a US$10, agora está vendendo a US$12. O contrato que o Ministro Queiroga assinou é de US$12 a dose. Se tivéssemos comprado a vacina em dezembro do ano passado, o Brasil teria economizado US$1 bilhão só na Pfizer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem a Copa América também, Presidente. Tem a Copa América também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Então, essas duas razões é que levam o Ministro da Saúde a ser investigado, porque ele, como médico, diz que não é censor, e eu entendo que ele seja censor, porque ele tem que censurar o paciente que não está cumprindo a regra, principalmente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Os preços...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A política do Brasil, a política sanitária do Brasil é exercida pelo Ministro da Saúde.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, os preços da Pfizer são uniformes em todos os países. Foi dado aqui o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sei. Nós temos que investigar se isso é verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu sei, mas não colocá-lo na condição de investigado. A CPI poderá fazer isso para saber se procede ou não esse fato.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ano passado, a vacina era de US$6, a da Pfizer, quando foi oferecida – US$6.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu acho que não é razoável. Eu faço um apelo por causa da razoabilidade. Eu reitero o meu apelo para o bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprimento a todos os Senadores.

Eu só quero exaltar a operação da Polícia Federal realizada, hoje de manhã, no Estado de Sergipe. Já que o Supremo Tribunal não nos deixa chamar os Governadores aqui, a Polícia Federal está indo aos Estados ver o desmando, o desvio de recurso público no Estado de Sergipe. Eu estou citando Sergipe porque a polícia fez essa operação hoje de manhã, Operação Transparência. Então, só para deixar registrada a atuação importante da Polícia Federal do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou colocar em votação os nomes que passaram a ser investigados através da relatoria.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Eu convido o Deputado Osmar Terra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É bom porque agora é uma decisão da CPI, não somente do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma decisão da CPI já.

Eu convido o Deputado Federal Osmar Terra para que possa se encaminhar à mesa. (*Pausa.*)

Deputado Osmar Terra, V. Exa. é convidado desta Comissão e, por essa razão, não está obrigado a prestar compromisso de dizer a verdade, mas pode fazê-lo se assim desejar. V. Exa. gostaria de prestar esse compromisso?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não sei, Senador. Independente do compromisso ou não, vou falar a verdade aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra, se assim desejar, Deputado Osmar Terra, por 15 minutos, senão passarei direto ao Relator. V. Exa. deseja...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Desejo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O senhor tem 15 minutos, Deputado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Presidente, eu quero agradecer ao Presidente Omar Aziz, ao Relator Renan Calheiros e a todos os Deputados essa oportunidade. Eu acho que é uma oportunidade preciosa para discutirmos questões importantes em relação à pandemia e a salvar vidas. Eu quero dizer que, até onde eu sei, a discussão aqui, a minha convocação, se dá por opinião, por ter uma posição, que pode estar influenciando A ou B, mas é em cima de opinião. Normalmente as CPIs são sobre corrupção, né? Eu vejo aqui uma outra forma de fazer o debate e eu acho importante, porque a população brasileira precisa ouvir os dois lados. Hoje a grande mídia só mostra um lado nessa questão da epidemia. É importante a gente ter essa oportunidade.

Então, eu quero agradecer esse convite, como Deputado. Sou Parlamentar como vocês – é claro que numa realidade um pouco distinta, da Câmara dos Deputados. Não estou como gestor, portanto não tenho poder de decidir nada em termos de Executivo.

Eu queria começar, meu Presidente, me solidarizando com as vítimas. As vítimas... Eu, particularmente, já sofri perdas pessoais, amigos muito queridos nessa pandemia, parentes... Eu mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiquei na UTI nessa pandemia. Entendo a gravidade que ela tem e gostaria de me solidarizar com as centenas de milhares de vítimas, não só do Brasil, mas do mundo. São quase 4 milhões de pessoas que já morreram, principalmente nos países mais desenvolvidos do mundo, que já vieram a falecer. Queria dizer também que eu me solidarizo com os meus colegas, as equipes de saúde que não saíram do *front*, inclusive tiveram perdas grandes, e que estão aí lutando – médicos, enfermeiras, atendentes, auxiliares de enfermagem, técnicos... Eu acredito que isso também fez muita diferença em termos de salvar vidas no Brasil. Queria me solidarizar com a parcela da população enorme que nunca parou de trabalhar. E não podia parar de trabalhar, senão nós íamos morrer de fome antes de qualquer vírus. Toda a cadeia do agronegócio, os caminhoneiros, todo mundo que trabalhou sem parar nesse período todo e que sofreu com isso, eu queria também cumprimentá-los e me solidarizar com eles, os funcionários públicos, as cadeias todas produtivas, que nunca pararam. Eu queria me solidarizar com eles.

Quero dizer que nós estamos diante de uma força de uma pandemia, que é sempre devastadora. Eu passei, no meu período de vida, por cinco pandemias: a pandemia da gripe asiática, a pandemia da gripe Hong Kong, a pandemia da gripe russa, a pandemia do H1N1 e, agora, a pandemia da Covid, do coronavírus, e eu quero dizer que a convicção que eu tenho de estar aqui com vocês, de estar podendo participar deste momento importante, é de que todos nós estamos buscando salvar vidas aqui. Todos nós queremos salvar vidas. Eu acho que esse... Eu imagino que esse seja o tom do debate, porque nós temos um inimigo comum, que é o vírus, e nós estamos lutando contra ele. Se é a melhor forma ou não, vamos discutir. Eu acho que essa é a função que nós temos aqui hoje.

Se existisse, e acho que não existe... Eu queria já começar a colocar algumas questões que são levantadas. Se existisse vacina desde o início, ninguém estaria discutindo nada aqui, nem existiria esta Comissão. Se existisse vacina... Eu sou defensor e acho que a vacina foi a grande revolução da saúde no mundo, na história humana, por salvar vidas, por eliminar doenças. A vacina é tudo. Nós tivemos...

Agora, todas as pandemias – eu citei cinco aqui... Nenhuma delas teve vacina desenvolvida a tempo e testada de forma adequada a tempo. Para todas, a vacina veio depois. Essa é a primeira e levou um ano, com a pandemia correndo, para se ter vacina!

Então, essa história de querer antepor a tal de imunidade de rebanho – e há uma interpretação de alguns Senadores aqui de o que significa, e depois eu vou explicar isso –, ela não é... Não existe nenhuma proposta aqui de deixar a população se contaminar livremente. Nunca se fez isso! A imunidade de rebanho é uma consequência. A imunidade de rebanho é como terminam todas as pandemias, é o resultado final. Quando se chega a um percentual da população por vacina – nesse caso, vai ser importante a vacina – ou não, pelo contágio que o vírus causa, vai se chegar a um percentual que termina com a pandemia. Senão, não vai terminar. Essa é grande questão.

Desde o início se fizeram previsões apocalípticas em cima de projeções matemáticas do Imperial College que assustaram a humanidade, assustaram muito a humanidade. Assustaram e criaram um efeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de manada, vamos dizer assim, em decisões em cascata de governantes, fechando tudo, trancando tudo, em cima de uma proposta que era de supressão. A proposta do Imperial College, que fez essa previsão apocalíptica de que iriam morrer 40 milhões, 50 milhões, e que iria ser pior que a gripe espanhola, foi a supressão. O que que é a supressão? A supressão é trancar todo mundo em casa por 18 meses – eu tenho os textos do Imperial College – até encontrar a vacina. Ora, minha gente, isso é uma proposta, como muitas propostas que estão sendo feitas, fora da realidade. Se trancar todo mundo em casa por 18 meses, as pessoas, em um mês, dois meses, vão morrer de fome. O mundo tem que funcionar, para as pessoas se alimentarem, para terem assistência médica, para terem os serviços públicos mínimos, para terem segurança, para terem as coisas... A indústria não pode parar. Então, criou-se um medo e um pânico, na verdade, não é? A mídia ajudou a aumentar esse pânico em relação à epidemia.

Quando eu... Eu sei que vão mostrar um monte de vídeos meus falando das previsões. Eu já quero antecipar aqui dizendo para vocês que as previsões que eu fiz foram baseadas não num estudo matemático apocalíptico, como foi o do Imperial College, mas nos fatos que existiam na época, em março – fevereiro e março.

Quais eram os fatos – e assim se faz a ciência – concretos que existiam em fevereiro e março? Os fatos concretos que existiam em fevereiro de março eram a epidemia da China. A China teve um surto completo. Ela completou... Ela começou, subiu, desceu e terminou! Tem 4 mil mortes na China até hoje. Era o surto que tinha na época para ser analisado: 4 mil mortes num país de 1,4 bilhão de habitantes nos levaram à ideia de que não seria uma coisa tão grave. O mesmo aconteceu com o surto da Coreia, 185 mortes; no navio Diamond Princess, sete pessoas morreram em 3,5 mil... Esses eram os dados, esses eram os fatos que tinham na época. E isso levou muita gente a fazer um julgamento otimista.

O Drauzio Varella – Dr. Drauzio Varella, que nós tanto vemos na televisão – fez um pronunciamento dizendo que era uma gripezinha. Esse termo quem cunhou foi ele. Eu nunca falei que era uma gripezinha, mas ele cunhou esse termo e disse: "Não, as crianças não irem para a aula é ruim. Olhem a China" – ele pega o exemplo da China na época –", olhem a China". E, na China, realmente, durante toda essa pandemia, as crianças praticamente não foram – muito poucas crianças foram – vitimadas. E foram vitimadas mais pelas outras infecções do que pela Covid. Os países que não fecharam, como a Suécia, Coreia, Japão, praticamente não tiveram mortes de crianças, tiveram muito pouco dano para as crianças. E nós estamos... O Brasil é recordista mundial de tempo sem aula presencial.

Eu afirmei, então, que essa pandemia estava sendo comandada pelo medo, e não pela ciência. Foi essa a discussão. Claro que as novas cepas, os prazos que nós tínhamos pensado, que todas as pandemias cumpriram, de 14 semanas, 15 semanas, foram aumentados pelas novas cepas.

Qual é a ideia quando não existe vacina, não existe nada? O que acontece? Quando há um contágio, chega a um determinado percentual, a epidemia começa a declinar e termina. Esse percentual, que pode ser com as pessoas trancadas em casa, como foi no Brasil... Nós estamos com 500 mil mortes no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, é bom que se diga, com as pessoas em sistema de *lockdown* e quarentena dos Governadores – dos Governadores! O Supremo Tribunal, no dia 15 de abril – o Supremo Tribunal Federal – do ano passado, impediu, limitou o poder do Presidente de interferir nessas decisões. Todos os Governadores decidiram por fazer quarentena, *lockdown*, fique em casa, isolamento social. Então, essas 500 mil mortes não estão acontecendo em outro país em que o Presidente podia decidir tudo. Estão acontecendo no País – e os que estão nos vendo podem dar testemunho disso... Em qualquer Estado da Federação, eles ficaram limitados pelos Governadores – pelos Governadores –, pelas decisões dos Prefeitos... Está aí o Prefeito de Araraquara já fazendo o terceiro *lockdown* e, comparando com Chapecó, que não fechou mais, não tem impacto nenhum, não tem diferença nenhuma.

Nos países, em um ano de pandemia, foram feitos 32 trabalhos, publicados durante o ano, e, no final do ano, comparando países que não fecharam, como a Coreia, Japão e Suécia, com países que fecharam, estão mostrando que não tem – não tem – nenhum impacto fazer o *lockdown*, a quarentena. E o motivo é simples, o motivo é óbvio, e só não vê quem não está interessado em ver: as pessoas ficarem em casa, fecharem o comércio e botarem a culpa na lojinha, quando toda a produção industrial, está tudo funcionando, milhões de pessoas saem todo dia para trabalhar porque são serviços essenciais... Serviços essenciais, minha gente, são o agronegócio inteiro, a saúde inteira, todos os serviços públicos, toda a construção civil, indústria automobilística... Isso aí é mais da metade da força de trabalho brasileira. Saem todo dia e voltam para casa. Então, não tem isolamento. Se as pessoas saem e voltam, elas podem trazer o vírus. E é assim que está acontecendo. Enquanto a lojinha está fechada, o trabalhador informal está trancado em casa, passando fome... Se não fosse essa ajuda emergencial que o Presidente fez aí, com o apoio do Congresso, nós teríamos o caos, porque ninguém vai morrer de fome trancado em casa.

Então, aquilo com que nós nos deparamos é que, na aglomeração, em ambiente fechado, esse, sim, é o grande lugar de contágio. Aglomeração em ambiente fechado acontece em todas as casas. As pessoas chegam em casa, inclusive com a orientação canhestra que é dada pela própria televisão, e tiram a máscara quando chegam em casa, andam sem máscara em casa. Não que eu esteja defendendo que usem máscara em casa, mas, em situações especiais, tem que usar, quando está tratando com alguém de risco.

Eu quero chamar a atenção só para um dado aqui, que pra mim justifica: se isolamento funcionasse, não morria ninguém em asilo. Os asilos foram lugar de maior número de mortes no ano de 2020: 40% das mortes nos Estados Unidos, 46% foram em asilo, em 2020; 80% das mortes do Canadá, 70% da Suécia, que não fechou nada, orientou a lavar as mãos, guardar distância... Ninguém está propondo todo mundo ficar se abraçando e se contaminando, isso não existe; isso é uma invenção pra tentar deturpar um argumento. O que nós estamos dizendo: o que a Suécia fez, o Japão fez e a Coreia fez foi fazer o que sempre se fez em pandemias – sempre se fez em pandemias: as pessoas guardam distância, tem protocolos de segurança no trabalho, na escola, as escolas não fecham... Nos Estados Unidos chegaram a dar aula, na epidemia da gripe asiática, no inverno, ao ar livre. As crianças não pararam de... É um absurdo as crianças brasileiras serem as crianças do mundo mais tempo sem aula presencial. Nenhum país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante do mundo, mesmo os que fizeram quarentena e *lockdown*, ficaram mais de 90 dias com as escolas fechadas; nós estamos há 300 dias com as escolas fechadas. Isso não tem justificativa científica, minha gente; não tem argumento científico que explique isso.

Então, o pânico das previsões catastróficas pautou os Governadores e pautou a vida das pessoas. Será que alguém aqui não teve constrangimento e não seguiu? No começo, inclusive, as pessoas seguiam cegamente isso. Depois começaram a ver: mas isso não está funcionado, estão morrendo igual as pessoas, o contágio está acontecendo igual. Nós temos que trabalhar pra reduzir o contágio.

Então, eu... Genocida? O Presidente é genocida? E o Presidente da Argentina, que fechou tudo, trancou tudo, e tem, proporcionalmente, 420 mil mortos na Argentina. O Presidente nosso não teve poder de decidir nada, ele não teve a caneta na mão; o da Argentina teve, e morreram... Vai passar o Brasil a Argentina. A Argentina está aumentando exponencialmente o número de mortes.

E aí? E os países que fecharam? O Reino Unido, que fechou? O Reino Unido teve surtos gigantescos. Por quê? São genocidas os ministros de lá, o Primeiro Ministro? É genocida o Fernández? É genocida?

Então, eu acho que nós estamos fazendo uma discussão politizada. A política infectou a ciência – a política infectou a ciência. E é essa a discussão que nós temos que fazer aqui.

Eu vim pra isso, eu quero contribuir. Eu, como brasileiro, não podia ficar quieto, de braços cruzados, e, tendo experiência nessa área, ficar quieto, de braços cruzados, vendo acontecer as coisas que eu considero erradas. Eu quero discutir; se eu estiver errado, eu me convenço. Me deem fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Deputado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Em Deus nós acreditamos; os outros têm que me trazer os fatos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado, só para...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, só um reparo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Rogério.

Deputado, só pra lhe lembrar – a gente tem uma boa memória aqui e temos muitos dados aqui –: se alguém infectou a ciência, pode ter certeza que não foram os Senadores que estão aqui; nenhum destes Senadores aqui infectou a ciência. Quem primeiro começou a falar de teses que não deram resultado positivo não foi nenhum de nós aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor começou a falar isso logo no início da pandemia, a fazer prognósticos, a falar sobre isso. Então, se alguém infectou, tenha certeza de que não foi nenhum Senador daqui, não. Então, a política não infectou a ciência. Alguns políticos, como V. Exa., sim, infectaram a ciência.

Senador Renan Calheiros.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu só queria fazer um reparo, Sr. Senador, porque na Inglaterra o Primeiro Ministro foi contra o *lockdown* e teve que voltar atrás e correr atrás de vacina para viver a situação que está vivendo hoje. Então, a gente não pode, num momento como este, produzir mais desinformação do que já foi produzida, que nos leva a 502 mil mortos – 502.817 brasileiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Senadores, Sras. Senadoras...

Sr. Presidente, hoje, com a presença do Deputado Osmar Terra, e no exato momento em que chegamos a 52.817 mortos no Brasil...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Quinhentos e dois.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a 502.817 mortos no Brasil em função da pandemia, que interrompeu vidas, interrompeu sonhos, desejos, convivência, amizades, parentesco, e no momento em que nós ouvimos o Deputado Omar, um dos líderes do negacionismo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Osmar Terra, um dos líderes do negacionismo, quero lembrar um fato que considero muito importante: a segunda condenação de Galileu pelo Tribunal do Santo Ofício, quando, em 1633, foi condenado a renegar a ciência. O autor Mario Livio, que conta essa história no livro *Galileu e os Negadores da Ciência*, lembra que a história do cientista serve de poderoso alerta sobre a liberdade de pensamento em um mundo – aspas – "de atitudes governamentais anticientíficas, com negadores da ciência ocupando cargos importantes, [e gerando] conflitos desnecessários" – fecho aspas.

Isso, essa citação do autor Mario Livio, se estende a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com negadores da ciência todos os dias incentivando aglomeração, prescrevendo tratamentos e remédios ineficazes e enfatizando experiências mentirosas, desmascaradas pelo noticiário do dia a dia e desdenhando da vacina e da própria ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de começar as perguntas, eu peço à Izabelle que, por favor, mande exibir o vídeo nº 1.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vimos, em diversas ocasiões, Deputado Osmar Terra, que V. Exa. fez vários prognósticos sobre o andamento e o fim da pandemia no País. Nenhum de seus prognósticos otimistas se realizou. Ao contrário, a pandemia se concretizou num cenário compatível com as previsões mais sombrias, e atingimos, esta semana, mais de meio milhão de brasileiros mortos.

Em função disso, pergunto: o que levou V. Exa. a crer que seria diferente do que aconteceu? Primeira pergunta. Ainda sobre esse tema, a segunda: em que se basearam suas previsões? E a terceira: algum grupo técnico lhe auxiliou a formular suas previsões?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Bom, Senador, eu quero dizer que eu tive uma experiência vivida de enfrentamento a pandemias, como está registrado ali no vídeo. Eu acompanhei e estudei muito essa questão de pandemias e de epidemias. Acompanhei a dengue no Rio de Janeiro, que é uma epidemia para que não tem vacina até hoje; a epidemia do zika vírus, que subitamente terminou no início de 2016; acompanhei e me preocupo com isso, eu acho que a minha preocupação é salvar vidas.

Aquelas previsões ali, Senador, são baseadas no que eu disse antes. E são minhas conclusões, são conclusões pessoais. São baseadas na China: quem diria que a China, com 1 bilhão e 400 milhões de habitantes, tivesse 4 mil mortes até hoje? Ela foi a primeira, a única que tinha, em março, para a gente fazer essas previsões; era a pandemia da China. A pandemia, a epidemia, o surto da China, o surto da Coreia, que, em 70 dias, portanto, dez semanas, subiu e desceu – o da China subiu... – sem vacina. Ele subiu e desceu, o que é o ciclo de todas as pandemias.

Eu sou defensor da vacina. Aqui, quando eu falo que não teve vacina, é porque não tinha vacina. Quando tem, tem que usar. Eu briguei com o Ministro Temporão, publicamente, quando eu estava coordenando o H1N1, o enfrentamento do H1N1; eu briguei na rádio gaúcha com ele – briguei, não; tive um debate com ele –, porque ele queria vacinar só o grupo de risco, quando surgiu a vacina do H1N1, que foi seis meses depois que terminou a pandemia. Ele queria vacinar só o grupo de risco, e eu dizia que tinha que vacinar todo mundo; está registrado, inclusive.

Eu defendo a vacina. Aqui, ninguém está... Não é negacionista de... Eu não sou negacionista, eu não condeno vacina.

Eu acho que nós temos que entender qual é a melhor forma de salvar vidas. E a melhor forma de salvar vidas é trabalhando da forma como foi trabalhado em todas as pandemias. Inclusive, com exemplos que eu acho que deviam vir pra essa... Uma sugestão, Senador, se me permite a ousadia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... Presidente, é trazer, botar... Eu tenho certeza de que eles falam no vídeo pra todo o Brasil, o coordenador da pandemia da Suécia; o da Coreia, Kim Jong-un – o da Suécia é o Anders Tegnell –; o Ministro da Saúde do Japão. Eles podem dar uma lição, eles podem mostrar como se enfrenta uma pandemia sem assustar as pessoas dum jeito que tem que ficar em casa, e as pessoas têm que sair pra trabalhar ouvindo que têm que ficar em casa. Quer dizer, não tem... Tem que ter uma metodologia que sempre foi usada nas pandemias.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor falou da Suécia?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Suécia.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Suécia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Primeiro-Ministro... O gabinete do Primeiro-Ministro caiu ontem por conta da condição da pandemia.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não sei se é por isso. Mas deixe-me só terminar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Randolfe, só para dar uma informação ao Deputado Federal, que está totalmente equivocado com a questão da Suécia. Na Dinamarca e na Noruega... Na Suécia, morreram seis vezes mais, foram a óbito seis vezes mais pessoas do que na Noruega e na Dinamarca. O senhor deu um dado completamente errado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Lá teve uma CPI também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Lá teve uma CPI, e foi demitido, como falou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Caiu o gabinete do Primeiro-Ministro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O gabinete caiu, porque os Deputados tomaram a iniciativa de retirá-lo. Se no Brasil tivesse parlamentarismo, Bolsonaro já estava retirado do poder há muito tempo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Só pra completar, então, o Brasil é um país continental...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu não falo bobagem, Senador. Eu falo... Me dê dados. A Suécia é dos países com mais de 10 milhões de habitantes que menos morte teve. Compare a Suécia...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor está errado. O senhor está errado. A República Tcheca tem a mesma população da Suécia. Na Suécia, morreram cinco vezes...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na Suécia, 10 milhões, e na República Tcheca, 10 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a palavra, vamos garantir ao depoente. Todo mundo sabe que o dado está errado. Na Escandinávia, a Suécia foi onde mais matou gente. Então, todo mundo sabe que o dado está errado. Vamos garantir a palavra para o depoente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso, Presidente.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Só pra terminar minha fala aqui – depois nós podemos debater, Senador –, nos países... O que causou a epidemia com mais intensidade? Por que houve em alguns lugares do Brasil no início mais, depois em outros? Foi a primeira circulação prévia do vírus. O vírus se espalhou pela Europa, veio em voos comerciais e turísticos para o Brasil e se espalhou, inclusive, na Zona Franca de Manaus. Entrou muito pela Zona Franca, pelo Amazonas, para o norte do País. São duas coisas que causam o contágio maior. Primeira, é a circulação prévia do vírus. Veja a África, Senador. A África não tem turismo pra Uganda, não tem voos comerciais para o Sudão do Sul...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... e tem um índice menor que o da Noruega e da Dinamarca.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... pra que a gente possa retomar o eixo do depoimento com as respostas às perguntas.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu só queria, para terminar... Senador, por favor, leia de novo a mortalidade da República Tcheca, a mortalidade da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, a mortalidade da República Tcheca...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Vamos ouvir, Senador. Me ouça. Me ouça. O senhor não gosta de ouvir. Eu não posso fazer nada. Eu só quero terminar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos ouvir o Relator, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Vou falar uma frase. Vou fazer só uma frase para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Conclua, Deputado, e devolvemos para o Relator.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A República Tcheca tem o dobro da mortalidade da Suécia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O dobro – o dobro! Vamos conferir, Senador, aí o senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu desfaço o meu raciocínio, eu reconheço o meu erro, e o senhor reconhece o seu. É só olhar os dados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A República Tcheca tem o dobro. E o Rio Grande do Sul tem o dobro da mortalidade da Suécia, com a mesma população.

Cada Estado brasileiro funciona quase como um país, o Brasil é continental. Veja o que está acontecendo em São Paulo e no Rio Grande do Sul com a rede de hospitais que têm, com a estrutura que têm, e a mortalidade explodindo! O que está acontecendo? A estratégia é que está errada! É isso que a gente tem... É isso que eu gostaria de discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria só fazer uma advertência. Eu vou fazer algumas perguntas, mesmo que algumas já tenham sido lateralmente respondidas, para que o Deputado Osmar Terra possa precisar exatamente das respostas, de modo a avançarmos aqui nesse depoimento e possibilitarmos que cada um faça o que eu estou fazendo aqui, que são as perguntas pertinentes ao seu comparecimento aqui.

Eu fiz uma pergunta e ela não foi respondida exatamente: o que o levou a crer que seria diferente do que aconteceu?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Os dados que nós tínhamos, todos os dados, as evidências que nós tínhamos até março de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que se basearam suas previsões?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – No surto da China, que começou em 1º de janeiro e terminou em meados de março; no surto da Coreia, que começou no final de janeiro e terminou no fim de março; e no Diamond Princess, que foi um navio que ficou todo em quarentena – todo o contágio do vírus foi livre dentro do navio, com 3,5 mil passageiros: 700 ficaram contaminados e 7 morreram.

Diante desses dados, que eram os únicos que nós tínhamos na época – me permitiu ser otimista, não é? Hoje... O que aconteceu de diferente, Senador, nesse período? O surgimento das novas cepas, que foram atrás, inclusive, das pessoas que não tinham sido contaminadas antes. Não é um novo vírus – não é?

Então, o que se estava previsto para encerrar a epidemia, com 30% a 40% da população infectada, foi para 60%, 70%, 80%. É isso que está acontecendo hoje, e a tendência é diminuir com a vacinação – ajuda – e com a imunização que as pessoas que pegaram, sem ter culpa e trancadas em casa, a maioria, têm que... Têm que... Chegaram nessa imunização.

Então seria isso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum grupo técnico o auxiliou a formular suas previsões?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, quando montei a minha equipe lá para enfrentar o H1N1, que eu coordenei no Rio Grande do Sul, eu tinha... Eu trouxe todos os infectologistas e epidemiologistas, todos, para conversar – não é? A alguns deles eu ligo, telefono de vez em quando, pergunto o que que acham de uma coisa ou outra, mas nada mais do que isso. Eu não tenho nenhum grupo me assessorando, até porque eu sou Deputado, eu não tenho estrutura nenhuma, Senador. Eu não sou gestor, eu não determino nada, não tenho recursos para isso. Eu sou uma pessoa que tem opinião e, como Deputado, eu tenho a obrigação de dar minha opinião, senão não justifica nem ser político, se ter mandato. Eu sou obrigado a falar – não é?

É isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, com que fundamento V. Exa. afirmou tão taxativamente que as epidemias se encerrariam em 14 semanas?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É que todas as pandemias anteriores foram assim, Senador. Todas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que isso não aconteceu com essa pandemia?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Porque surgiram... Esse vírus apresentou mutações mais rápidas e surgiram novas cepas. Foi isso que aconteceu. Essas cepas prolongaram o prazo do fim da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na história da humanidade, Deputado, houve alguma doença de grande disseminação ou virulência que foi erradicada por uma imunidade induzida pelo autocontágio?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Desde que a humanidade existe, Senador, a vacina passou a existir há 200 anos, a primeira, que foi a da varíola. Até então, todas as epidemias aconteciam com as pessoas tomando algumas medidas de proteção, ninguém ficava se abraçando nas epidemias, nem se contaminando, mas as pessoas tentando se proteger; e, quando chegava um percentual da população contaminada, terminava a pandemia. Senão a humanidade não existira.

O que aconteceu na gripe espanhola, que foi a pior de todas as pandemias, morreram 50 milhões de pessoas – se calcula até que possa ter sido mais –; a pandemia da gripe asiática, 3 milhões de mortes; a pandemia da gripe Hong Kong, 2,5 milhões de mortes; a pandemia da gripe russa, 1,5 milhão de mortes; do H1N1, 500 mil; e agora esta, que está chegando a 4 milhões de mortes no mundo... Então, todas elas tiveram um curso com medidas de proteção não farmacêuticas, que não foram de trancar as pessoas em casa, sadias em casa, de fechar comércio, de fechar tudo. Nunca houve isso na história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mesmo fazendo isso, nós estamos com uma quantidade enorme, infelizmente, uma trágica quantidade de mortos. Então, é isso. Um ano depois, Senador, a gente tem que chegar à conclusão do que funciona e do que não funciona.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O seu Twitter, nas suas redes sociais, publicou exatamente tudo isso que V. Exa. acaba de defender e concluiu dizendo o seguinte: que todas as doenças tiveram mortalidade maior que a Covid-19 e todas terminaram com a imunidade de rebanho; vacina só depois. Isso é um pouco diferente do que V. Exa. acabou de colocar...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com relação à defesa veemente da eficácia das vacinas.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não é, Senador; não é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vacina só depois da imunidade de rebanho...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu estava relatando o passado, Senador. Eu estava relatando o passado. De todas as pandemias, é a primeira pandemia da história humana... As pandemias acontecem com intervalo de 15 anos, em média. É a primeira pandemia da história humana que tem um a vacina, que foi desenvolvida uma vacina. Que bom que foi desenvolvida a vacina.

Eu imaginei que ia ter os testes tradicionais e tal. Não testaram tudo que precisava testar, mas tem que fazer. Tem que fazer a vacina. A vacina é fundamental. Como eu briguei pela vacina do H1N1 para prevenir um novo surto, em 2009, eu brigo para que todo mundo se vacine o mais rápido possível.

Agora, o que eu relatei aí, Senador, foi: a imunidade de rebanho não é uma técnica, nem é uma estratégia de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegaremos...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... enfrentamento. A imunidade de rebanho é o resultado final de qualquer epidemia, inclusive as gripes de inverno.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. entende que esses surtos são comparáveis com a atual pandemia do Covid-19? Esses surtos citados por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Cada um tem a sua peculiaridade. O vírus mais letal, a família de vírus mais letal que tem é a influenza. A influenza matou mais de 50 milhões quando a humanidade era um terço do que é hoje. Então, até hoje, não teve nada comparado com a gripe espanhola, que não tinha vacina. Não tinha nem UTI naquela época. E agora nós estamos trabalhando com a possibilidade de ter a vacina.

Outra coisa importante é que nunca teve uma pandemia de coronavírus humana. O primeiro surto que teve e que quase virou uma pandemia foi a SARS em 2003 na Ásia; chegou a atingir o Canadá, mas não se espalhou. Ali seria muito pior do que hoje. Ali...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta específica.

Esses vírus também tinham disseminação rápida, como ocorre com o SARS-CoV-2 e também mataram essa quantidade absurda de pessoas?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, estou lhe dizendo: o vírus da gripe espanhola matou mais de 50 milhões. Era um influenza H1N1; era H1N1, como foi o de... Era muito próximo ao H1N1. O vírus da gripe asiática era outro influenza e matou 3 milhões de pessoas, infelizmente. O vírus da gripe Hong Kong também era um influenza e matou 2 milhões. O vírus da gripe russa chegou a matar 1,5 milhão de pessoas. Todos influenza. E o H1N1 era um vírus influenza também; esse vírus agora é um coronavírus. Então, é uma novidade. Mas o padrão viral, Senador, como os vírus se comportam... Os vírus não se comportam como bactérias; eles se comportam como vírus, e é isso que a gente tem que entender para entender a lógica de como é que ele... Esse pode demorar mais por causa das variantes, mas ele vai formar a imunidade necessária para terminar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se a sua tese a respeito da imunidade de rebanho por contágio da população está certa, por que as sucessivas retomadas de crescimento da Covid-19, algumas delas até mais agressivas no Brasil e também em outras regiões do mundo?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, eu tenho aqui, se o senhor me permitir... Eu não vou pedir transparências, mas eu vou mostrar um gráfico aqui que diz muita coisa. Esse gráfico aqui – não sei se dá para ver – é um gráfico, aproveitando a presença do Senador Omar Aziz, do Amazonas. Esse gráfico aqui é do Amazonas. Esse aqui é o surto inicial, com a cepa inicial. Ele sobe, justamente em abril e maio ele chega ao pico e depois começa a cair. Isso aconteceu na maioria dos Estados brasileiros. No Rio de Janeiro, no início de junho, não tinha ninguém nos postos de saúde nem nos hospitais com Covid; depois começou a subir de novo. Primeiro teve o surto, desapareceu e começou a surgir. Olhem o tempo que fica praticamente sem nenhum surto o Amazonas: até dezembro, até o final de dezembro. O que aconteceu aqui? Não tinha vacina aqui. O que aconteceu nesse período aqui? É que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vírus cumpriu... Aquela cepa não tinha mais poder de contágio tão rápido, começou a declinar. Tinha mais gente, tinha muita gente, já tinha muita gente imunizada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual o dia de dezembro?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas aumenta aqui e surge a P1 no Amazonas, que surge e sobe rapidamente.

Desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho, Deputado.

Qual é o dia de dezembro que V. Exa. fala que não tinha nada no Amazonas?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Foi até, Senador... Até o dia 16 de dezembro estava um nível baixo de contágio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 26 de dezembro, Deputado Osmar Terra, o Governador decretou *lockdown.* Após o Natal, decretou *lockdown* porque já existia um indício muito grande de uma nova onda. E aí houve uma movimentação nacional, postagens de aliados do Presidente, pessoas muito ligadas ao Presidente. Houve uma movimentação muito grande lá em Manaus, pressionaram o Governo, e ele, infelizmente, recuou do *lockdown*. E aí nós tivemos uma coisa que nenhum brasileiro gostaria de ver em Estado nenhum: faltou oxigênio, e as pessoas morriam porque não tinham como respirar.

Então, essa questão que V. Exa. levanta, nós temos que ter cuidado com as palavras, os números, porque foram vidas que foram perdidas por causa de não termos uma política sanitária no Brasil. Então, eu responsabilizo, eu responsabilizo essas mortes que tivemos no Amazonas àqueles que foram contra o *lockdown*. Podem até estar festejando porque se reabriu o comércio e reabriu tudo, mas tenham a certeza de que cada pessoa que foi para a rua, de que cada pessoa que postou no Facebook, no Twitter comemorando "é a mesma coisa que aconteceu no Rio, em Manaus também, o povo se revolta e faz o Governador retroceder", todas essas pessoas não têm o direito de deitar num travesseiro e dormir tranquilamente. São cúmplices de assassinato do povo amazonense.

Fora isso, Deputado Osmar Terra, uns pitaqueiros... Eu digo pitaqueiros, V. Exa. é médico, sabe que médico pode prescrever remédio porque ele tem o direito de prescrever, não sou contra, agora, pitaqueiro, charlatão, isso não. E é isso que está acontecendo no Brasil, e o senhor não quer enxergar isso, é difícil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inclusive nesta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, inclusive aqui. Se o senhor não quer enxergar isso, é difícil. E eu tenho todo o respeito por V. Exa., eu o conheço há muito tempo, sei da sua atuação. A gente diverge de pensamentos em relação à pandemia, mas eu o respeito como Deputado. Agora, nenhum, nenhum brasileiro que teve a ousadia de questionar o *lockdown* que causou a morte de amazonenses – não casou só a morte, o sofrimento de uma pessoa não ter oxigênio para respirar –, essas pessoas são cúmplices de assassinato, aquelas pessoas que foram para o Twitter comemorar, Deputados, pessoas sem conhecimento nenhum. Sr. Deputado, imunização de rebanho, para mim, não sou médico, vai lá, te infecta, os fortes sobreviverão, os fracos morrerão, é isso que é a imunização de rebanho. E é isso que o próprio Presidente disse: "Olha, eu me contaminei, eu sou atleta, eu não senti nada, e tal".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E continua a dizer.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Parece eugenia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, imunização de rebanho, quem está me ouvindo aqui, é o seguinte, imunização de rebanho é: infecte-se com o vírus, mas, se você tiver algum tipo de problema, você vai morrer, e os fortes sobreviverão. Isso aconteceu, é histórico isso, não é de agora não, isso é histórico. Então, eu não discuto com a ciência, eu ouço a ciência.

Agora, o senhor falou em cinco pandemias aí. Eu não sei se H1N1 foi uma pandemia. Que eu saiba foi uma epidemia, há uma diferença muito grande entre epidemia e pandemia. Agora, eu quero lhe dizer o seguinte: quando for falar de Manaus e mostrar gráfico, veja qual foi o comportamento, por que que esse gráfico ficou desse jeito. Porque se tivesse tido o *lockdown* no 26 de dezembro, se o Governador tivesse mantido o *lockdown,* talvez nós não chegássemos a esses números que aconteceram em Manaus e no Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em várias manifestações públicas, Deputado Osmar Terra, V. Exa. sempre reiterou que a pandemia se encerraria quase que espontaneamente, pelo rápido surgimento da imunidade na população, e que isso não demandaria dar vacina e aconteceria antes de a vacinação estar disponível. Em função dessas manifestações, que são públicas, reiteradas, e temos aqui, nesta Comissão, várias, eu queria perguntar o seguinte. Considerando a subnotificação dos casos da Covid-19, qual seria, de acordo com seus cálculos, a quantidade de pessoas que já foram efetivamente infectadas pelo novo coronavírus no Brasil?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Presidente, eu queria só... Eu sei que o assunto do Amazonas é muito caro aqui ao Presidente, mas eu queria dizer que foram seis meses com escolas abertas, ensino presencial e tal, sem ter surto. Depois surgiu um surto por causa do vírus, por causa da nova cepa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso! Em 2020 as escolas não funcionaram o ano todo! Não diga isso!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Setembro a abril, Presidente. As escolas públicas... Pelo menos é o dado que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, levantou em março, pararam as escolas em março de 2020.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – E abriram em setembro, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando a OMS declarou a pandemia e que...

Deixe eu lhe explicar como é que chegou o vírus ao meu Estado, porque quem mora lá é que sabe, e eu estava lá, não ouvi dizer.

O vírus chegou ao meu Estado pela classe média. Em janeiro e fevereiro... Miami e Los Angeles estão perto de Manaus. É mais fácil eu chegar em Miami do que ir para o Rio Grande do Sul em termos de logística, e é o mesmo tempo, praticamente, de voo. Em Miami as pessoas se infectaram e foram para Manaus, tanto é que os primeiros pacientes – se V. Exa. for pesquisar – foram para hospitais privados, não públicos. Não foi o camelô, o trabalhador de fábrica ou o comerciante, a pessoa classe média baixa; não, foi classe média alta que levou. Somatizado a isso: a Zona Franca tem indústrias do mundo todo, principalmente da China, indústrias do mundo todo, está certo?

Mas os primeiros casos... Eu sei o nome das pessoas, porque eu conheço as pessoas que se infectaram, conheço todas, de classe média alta que foram passar as férias em Miami, em Los Angeles. Aí, tem o Carnaval. O Carnaval aconteceu em Manaus como aconteceu no Brasil todo, no Rio Grande do Sul, no Rio, no Nordeste todo, em todos os Estados.

Em março, quando tem o primeiro caso, Manaus rapidamente... E aí, quando começam a ter casos em Manaus, a primeira cidade do interior... Aliás, o primeiro infectado é do Município de Parintins, um dos primeiros infectados. A primeira morte, se não me engano, é no Município de Parintins, que é um Município conhecido por muitos brasileiros por causa dos bois-bumbá.

E aí, Deputado, as aulas são suspensas tanto municipais como estaduais, começa-se a trabalhar remotamente. É como no próprio Senado, que começou a trabalhar remotamente quando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em março.

Então, a partir de março, não tinha nenhuma escola funcionando, Deputado, nenhuma – nenhuma! Foi quando a gente teve a primeira onda e, depois, com o tempo, com as medidas adotadas, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diminui... E, realmente, depois, quando vem a P1, que é essa variante, variante que em dois dias coloca uma pessoa intubada, infelizmente, muitas pessoas foram a óbito. E aí, somatizado a isso, a essa dor de perder, era ver filhos, era ver mulher, era ver marido vendo um parente querido sem oxigênio para respirar do lado dele.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Presidente, só para um esclarecimento, até porque o depoente foi desmentido por alguns membros aqui. Para esclarecer, porque aqui ficam algumas dúvidas de datas, números. E, realmente, o depoente tem razão: na Suécia morreram 14.574, número mais atualizado; e na República Tcheca, 30.280. Então, o depoente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para também esclarecer, Presidente, o comparativo é com a Península Escandinava..

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu não estou querendo fazer comparativo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E é por conta disso que caiu o gabinete do primeiro-ministro ontem.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O depoente relatou um número que foi desmentido, e não é verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, o seu paralelo é com a República Tcheca. Na Península Escandinava – Suécia... onde fica a Suécia, a Noruega, a Finlândia e, junto a isso, a Dinamarca –, o maior índice da região é da Suécia, exatamente pelas medidas que adotou.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Senador Randolfe, eu só citei um número, eu não quero entrar nesse mérito. Só citei o número que foi dito pelo depoente, que estava correto e que foi desmentido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nós estamos falando em Suécia, nós estamos falando em Escandinava, e a Itália? E a Itália?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente, eu não estou querendo entrar no mérito, só quero dizer que o número que o depoente falou estava correto. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu acho o seguinte: cada país com a sua peculiaridade. A nossa peculiaridade é uma, a dos outros países é outra, então vamos focar no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade. Então, a Mesa não pode tomar partido aqui para desmentir o depoente. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a Mesa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não pode? Com dado errado sobre a Península Escandinava? A Suécia é um péssimo exemplo pra Europa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Senador Ciro acabou de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Repetir isso aqui, não. Comparado com a República Tcheca é outra coisa, mas um dos piores exemplos europeus é o da Suécia, é o pior da Península Escandinava. Isso é fato, é dado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Senador Ciro acabou de trazer a informação que confere com a informação do depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ontem caiu o gabinete do primeiro-ministro por conta disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, retome, por favor, o depoimento e o fluxo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Retomar as indagações, eu estava...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que não pode, Sr. Presidente, Sr. Relator, é prevalecer uma estratégia de desinformar as pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Sem dúvida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já chega.

Esta CPI não pode ser uma CPI de *fake news*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade, não pode mesmo. Mas dados errados...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Reproduziu *fake news*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Os médicos, cientistas que vieram falar a V. Exa., ninguém quis ouvir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é *fake news.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor é *fake news* aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por que não vieram questionar? Não é *fake news.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o cara que mais mente nesta CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não é *fake news.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o cara que mais mente nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tchê! Por favor, tchê! Por favor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – *Fake news...* Cientista, gente de fundamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que matou gente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Que matou gente? Quem? Me diga o nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senador Renan...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Meio milhão! Meio milhão!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Olha aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Talvez até parente seu. Talvez até parente seu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Olha aqui: 16 milhões salvos por essa gente – 16 milhões salvos por essa gente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando um avião cai, o senhor fala de quem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, pare de falar absurdos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Que absurdo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Chega.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é absurdo nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Brasil todo está vendo os absurdos que o senhor fala.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O seu Estado, que V. Exa. nega, o seu Estado é o menor índice de letalidade do Brasil – menor índice.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Heinze, Senador Randolfe, eu faço um apelo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Randolfe.

Senador Randolfe, Senador Luis Carlos Heinze, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou preocupado, porque da última vez que teve o bate-boca aqui, eu fui processado, eu e o Senador Otto. Vai que eu vá ser processado, eu não vou aguentar pagar esse dinheiro todo, por favor. Vocês vão fazer uma cota para pagar, eu estou avisando. Vocês batem boca e eu que pego o pato aqui. Então, por favor.

Senador Renan, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, Senadores, retomando, eu vou só lembrar as manifestações que foram lidas aqui, manifestações públicas feitas pelo depoente, Deputado Osmar Terra, que reiterou que a pandemia se encerraria quase que espontaneamente pelo rápido surgimento da imunidade na população, e que por isso não dependeria da vacina, e antes de a vacinação estar também disponível.

Em cima disso, dessas óbvias manifestações, eu fiz algumas perguntas específicas, e gostaria que o senhor fosse preciso e as sintetizasse na medida do possível.

Considerando a subnotificação dos casos da Covid-19, qual seria, de acordo com seus cálculos, Deputado Osmar Terra, a quantidade de pessoas que já foram efetivamente infectadas pelo novo coronavírus no Brasil? É a primeira pergunta.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, eu acho que o senhor tocou em um ponto muito importante, Senador Renan. Primeiro, eu quero só reiterar que, quando eu falo, quando eu analiso o curso de uma pandemia, lá no começo, quando eu faço essa análise, é baseado nas informações das epidemias anteriores. Eu não estava... Eu não tinha... Ninguém previu. Quem é que acertou o número de mortes? Quem é que acertou o que ia acontecer? Ninguém acertou nada. Tem previsões aí de que vai morrer 1,5 milhão. Será que nós vamos chegar lá? Então, isso são previsões que, até agora, ninguém acertou.

Mas eu queria só dizer, Senador, que é muito importante o cálculo da soroprevalência – quantas pessoas estão contaminadas na população, que têm defesas, e que podem ajudar a reforçar o efeito da vacina, inclusive. Se não fossem os portadores assintomáticos, não existiria pandemia.

Eu só quero corrigir que a OMS decretou pandemia do H1N1, Senador Omar. Foi pandemia, sim. Não foi epidemia. Mas de qualquer maneira, eu acho que foi muito menor do que essa, sem dúvida nenhuma. Sem dúvida nenhuma. Agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Num daqueles vídeos que nós passamos aqui, V. Exa. afirmou que não iria ter variantes, porque em pandemia não tem variante.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu acreditei nisso, Senador. Eu acreditei nisso, mas o tempo que levou a epidemia permitiu o surgimento de variantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas o que o levou a fazer tamanha e irresponsável declaração?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Porque nenhuma outra teve, Senador. Nenhuma outra. Eu estou me baseando em várias pandemias. Para fazer um raciocínio daqui para a frente, eu tenho que me basear na experiência que tem. Eu não posso inventar um número, eu não posso inventar um raciocínio. Então, eu me baseei nas outras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual seria, portanto, o percentual de contágio na população necessário para que o Brasil alcançasse essa imunidade de rebanho defendida por V. Exa.?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu não defendo imunidade de rebanho. Imunidade de rebanho é o resultado de todas as pandemias, publicado em qualquer livro de epidemiologia. Não é uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ressaltado...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não é uma proposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ressaltado, lembrado, defendido.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Lembrado, tudo bem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Defendido por V. Exa.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas olha só, Senador. Nós temos... O que está faltando no Brasil, e que eu cobrei do Ministro... Acho que o Ministro falou isso aqui, o Ministro Queiroga, quando ele esteve aqui. Eu cobre dele um estudo sorológico. Nós precisamos ter, pegar... Nós temos assintomáticos em grande quantidade, pessoas que não tiveram sintomas graves. Olhe para os sintomáticos. Quando teve a epidemia em Wuhan, na China, os japoneses que saíram de lá... Quando vieram os brasileiros, voltaram para o Brasil, voltaram também os japoneses, e se descobriu que metade dos japoneses, ou 30%, não sei direito, dos japoneses que voltaram para o Japão estavam...

Todos foram examinados, em todos foram feitos testes para ver anticorpos, e 30% ou mais deles tinham anticorpos e não sentiam nada; foram fazer exame, ainda tinham algumas alterações na tomografia e não sentiam nada.

São essas pessoas que veiculam o vírus. A maior parte do contágio se dá por pessoas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nos asilos? Como é que se contamina um vovozinho no asilo que não sai, que nunca saiu, que nunca saiu, que não foi à loja, que não pegou um ônibus?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas alguém vai...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É um cuidador que vai contaminado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, amigo...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Se o cuidador vai com sintomas, ele é isolado, mas, se ele vai... Nos primeiros três dias, as pessoas não sentem nada; depois, muita gente pode ficar assintomática e ter o vírus.

Então, voltando, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, voltando. Qual seria o percentual de contágio na população?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O Maranhão fez um inquérito sorológico – deu 40% da população em setembro do ano passado, 40% da população do Maranhão – feito pela Universidade Federal do Maranhão e publicado em revista científica.

São Paulo acabou de fazer uma pesquisa agora mostrando que 35% da população de São Paulo – é muito mais do que o número de pessoas testadas, é três vezes o número de pessoas testadas – já tinham anticorpos para o vírus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a resposta é a seguinte: no Maranhão, 40%...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Em setembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... teriam que ser contagiadas para garantir a imunidade de rebanho.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi essa!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O que eu estou dizendo... Então, eu vou voltar à pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual seria o percentual de contágio na população necessário para que o Brasil alcançasse essa imunidade de rebanho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Isso se faz, Senador, por um cálculo que os epidemiologistas fazem que inclui a reprodução do vírus, a capacidade de contágio do vírus. Então, se estimou no início que esse vírus... Uma pessoa contaminada contaminaria três. Depois se viu que 80% das pessoas não contaminam, não têm um poder de contágio alto, mas 20% contaminam muito mais do que três. Então, isso é uma questão controversa do ponto de vista percentual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o percentual? O senhor tem manifestações apontando um percentual.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu vou chegar lá.

Então, quando se faz esse cálculo sobre o R0, que é a capacidade de reprodução, contando a capacidade de reprodução, depende-se disso para se chegar à alguma conclusão.

O Ioannidis fez um cálculo – Ioannidis é o maior pesquisador de Stanford na área de... Ele fez um cálculo para o mundo da letalidade. O que é a letalidade? O número de pessoas que pegam o vírus e, dentro dessas, quantas vêm a falecer. Isso tem uma... Infelizmente falecem, mas tem uma lógica nisso aí. Essa lógica o levou a calcular que era 0,27, 0,23 para o mundo. Em cada 10 mil pessoas que pegavam, 23 vinham a falecer. Para o Brasil, ele fez uma estimativa de 0,27, mas isso está numa margem de erro grande, que pode ter muito mais. No Brasil, eu acredito que vai ter muito mais do que isso. Não se sabe ainda.

Nós estamos precisando agora fazer o que o Ministro Marcelo Queiroga se comprometeu a fazer – parece que já está iniciando – que é um grande inquérito sorológico no Brasil todo, para 200 mil pessoas. Uma amostra de 200 mil pessoas vão ser testadas. Aí nós vamos ter uma ideia de... A gente só vai saber disso quando terminar, Senador, quando terminar a pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Deputado, é só pra dizer... O primeiro amazonense que faleceu foi o Geraldo Sávio. Eu estou aqui sendo informado pelo BNC, que é um *site* de notícias do meu Estado, de Parintins e Manaus. Foi no dia 24 de março o primeiro óbito por Covid no meu Estado.

E, depois, começou uma contaminação muito grande tanto na capital como no interior – no interior muito menos, por causa do isolamento. As pessoas dizem: "Ah, mas por que a capital teve muito mais casos e muito mais óbitos do que o interior?". É porque, no interior, as pessoas não faziam aglomeração, geralmente trabalham, sempre isoladas.

Eu queria lhe fazer uma pergunta aqui. Nós chegamos, infelizmente, ao número de 502 mil mortos. O senhor tem alguma projeção? Quantas vidas nós vamos perder ainda?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Senador, é muito difícil fazer isso, até porque as previsões que eu fiz foram baseadas nos fatos que eu tinha antes e não se concretizaram, foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

otimistas. O que eu acredito, Senador, pelo conhecimento que eu tenho, é que um número muito grande, muito além dos 17 milhões que o Senador Heinze mostra sempre ali, que foram os testados, positivados... Se calcula que, nesses inquéritos sorológicos que se fizeram ao longo do mundo, se fizeram em vários lugares do mundo, se tem de quatro, cinco, seis vezes mais pessoas contaminadas em relação àquele... Eu acredito que, quando chegar aí ao percentual, imagino, que de 70%, 60%... Sei lá! Não dá... A curva... Sabe como é que a gente sabe, Senador? Só para lhe... A gente tem ideia quando a curva começa a cair.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo perguntas sobre esse caso concreto, a partir das manifestações do Deputado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegaremos lá.

Então, eu perguntei exatamente, em função de manifestações anteriores, qual o percentual. Agora, V. Exa. diz que 60%, 70%, reafirmando o que...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Com as variantes, com as variantes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o que dissera anteriormente. Com as variantes, que V. Exa. falou anteriormente que não teria no caso da Covid-19...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Achei que não ia ter.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque as pandemias não tinham, até então, tido variantes.

Considerando esse percentual apontado por V. Exa., qual seria o número de óbitos, de acordo com seus cálculos, a letalidade da doença? Agora, fazendo a pergunta que foi antecipada pelo Presidente Omar Aziz, especificamente.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não tenho como fazer essa previsão. Eu só acho que 502 mil já é muito, é demais, não é? Mas, nos Estados que mais tiveram contaminação, a tendência é cair mais rápido. O Amazonas caiu de novo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. já dispõe do percentual necessário – do percentual necessário. Falou 60%, 70%...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Vai depender de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E dispõe também dos cálculos de letalidade da doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, pode fazê-lo. É só fazer a conta.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, mas os cálculos de letalidade, se eu for fazer o cálculo de 40% no Maranhão, em setembro, já era pra ter terminado no Maranhão. Alguma coisa não funcionou ali no cálculo. Então, tem que calcular...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – É porque esse número está errado, Ministro!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Sim. A Universidade Federal do Maranhão errou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No Brasil, alguns levantamentos falam em 10% – 10%! Manaus, que foi um dos lugares do Brasil onde mais teve gente infectada, não chegou a 25%.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Onde é que está publicado isso, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em vários lugares.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Me dê os dados para ajudar no raciocínio...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero que você me mostre o seu, então!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Me dê os dados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, desculpe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento. Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o número esperado de mortos de acordo com o percentual citado por V. Exa. e pelos cálculos de letalidade? Por favor, Deputado!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O cálculo de letalidade, Senador, vai variar... Ele tem uma média, que é de 0,27, que não aconteceu no Amazonas. No Amazonas é mais do que isso, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Responda...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não aconteceu no Rio de Janeiro, que é mais do que isso. Eu estou me baseando nos dados. Não aconteceu em vários lugares. Então, provavelmente, é mais do que isso. Que número exato eu não posso lhe dar, Senador! Ninguém sabe!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, me responda uma coisa, Deputado...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O que eu quero é que termine logo esta pandemia. Eu estou trabalhando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan está perguntando números para V. Exa. até porque V. Exa., no início da pandemia, dava números.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, e citou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, a gente... Eu, quando pergunto para o senhor, é baseado na sua experiência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Citou percentual, citou números de letalidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... na sua experiência, que o senhor teve com cinco pandemias, na sua experiência. Então, eu, quando lhe pergunto, é baseado na sua experiência de números.

E ciências exatas são um negócio complicado, porque a pessoa que... Eu aprendi isto há muito tempo: ciência exata é ciência exata, e, então, número é número. Não dá pra você falar num número, porque, se você erra por um ou por dois, você é desmentido, não é? Então, se é 800, é 800. Na primeira vez que o senhor falou, foi em 800 mortes; a diferença é 502 mil óbitos. É muito grande...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que levou o Presidente a reproduzir esses números.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Presidente reproduzia isso.

Agora, deixa eu lhe fazer uma pergunta. Eu tenho certeza de que o Presidente Bolsonaro – certeza absoluta – não acordou um dia e disse: "Olhe, imunização de rebanho é bom, tratamento precoce é bom".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Não precisa vacina; vacina vem depois".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor, que tinha uma relação próxima... Tem até vídeo do senhor participando, ele brincando com o senhor: "Olhe, meu assessor vai falar com o Pazuello". Ele o chama de assessor. Quem convenceu o Presidente a isso? Porque ele não tirou isso da cabeça dele. E essas coisas que ele fala... O senhor é muito próximo do Presidente. Quem é que convenceu o Presidente sobre tratamento precoce, imunização de rebanho, "a melhor imunização é você contrair o vírus"? Isso foi dito na semana passada. Quem convenceu, Deputado Osmar Terra, o Presidente? Pela relação que o senhor tem, pessoal e de amizade, com ele.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Senador, eu acho que... Eu estou aqui falando e sou Deputado... Eu não tenho poder de... Eu não sou Governador, que faz a estratégia, que fiscaliza, que prende gente que vai à praia, que não tem risco. A filha do Deputado Luiz Lima foi presa na Praia de Copacabana, comandada pela polícia do Governador Witzel. O lugar mais seguro do mundo é nadar sozinha na praia; não tem lugar mais seguro no mundo pra não pegar vírus. Então, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não estou perguntando, não... Eu falei, enfim...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu sou Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dizendo o seguinte...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – E a relação que eu tenho com o Presidente, se o senhor me permitir a resposta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É de amizade.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É uma relação de amizade que ele tem com muitos outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei, mas o senhor tem uma proximidade maior, porque o senhor participa...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu fui Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... e tenho... Gosto do Presidente, tenho simpatia por ele e tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente Omar...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Quando, de vez em quando, o Presidente me pergunta alguma coisa ou eu acho que tenho que falar alguma coisa, eu falo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor falou com ele sobre a imunização de rebanho, então?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu... Presidente Omar, eu postei isso todo o tempo no Twitter! Eu falo publicamente as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não creio que o Presidente leu no seu Twitter e falou...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas não estou falando que a imunidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não acredito nisso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O Presidente fala o que ele quer falar, ele fala do jeito que ele entende. Eu não tenho poder sobre o Presidente de "o senhor vai falar isso, var falar aquilo". Isso não existe. Se eu tivesse esse poder, eu era o Presidente, e ele era Deputado. Não tem cabimento uma coisa dessas, querer imputar um poder sobrenatural para as pessoas... Ele ouve todo mundo, como todo mundo... O senhor não é da área da saúde, Presidente, nem o Senador Renan, mas o senhor ouve alguém, o senhor vai perguntar, pergunta pra um, pergunta pra outro pra formar um juízo. O Presidente da República não pode fazer isso? Ele pode, claro! Isso não significa que tem gabinete paralelo, que tem estruturas paralelas. Isso é uma falácia! Não tem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, e fez, mas a pergunta do Presidente Omar foi no sentido, Deputado Osmar, de: o senhor acha que a defesa veemente da imunidade de rebanho influenciou o Presidente a defendê-la, até com os mesmos números que V. Exa. citava? É essa a pergunta dele.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu vou lhe dizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É essa. E eu depois...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O senhor acredite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... vou voltar para as perguntas que anteriormente fiz.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O senhor acredite se quiser: a primeira vez que eu ouvi a palavra quarentena vertical foi do Presidente. Eu nunca falei isso. Nunca vi e nunca... Ele cunhou este termo: quarentena vertical. É da cabeça dele! Ele tem uma visão em que nós coincidimos em alguns pontos – em muitos pontos, aliás – sobre que quarentena e *lockdown* não funcionam; que destruir a economia do País para salvar vidas não salvou. Não salvou! Não salvou nenhuma vida!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a economia... A economia do País...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – E o exemplo é São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo, que têm...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não, não...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... uma estrutura gigantesca de hospitais, de tudo, e não salvou ninguém!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas as coincidências entre o Presidente e V. Exa. não são apenas essas; são também com relação à vacina, de que a vacina vem depois, que ela não tem eficácia, que vira jacaré...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu nunca disse isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que vira jacaré, que a mulher vai engrossar...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu nunca disse isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente falou isso!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, mas é dele, não é? O que é que eu... Eu não posso responder por ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Exa...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O que eu estou dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... também falou que a vacina vem depois.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A palavra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A imunidade de rebanho não precisaria da vacina.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, o senhor me desculpe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A vacina só chegaria depois de acabar a pandemia. Falou!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O senhor está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu veiculei os vídeos aqui.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu sempre falei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas retomando...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Retomando, Deputado...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, o senhor me diga quando que uma vacina foi feita para qualquer pandemia anterior. Quanto tempo levou? É isso que eu disse. A vacina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não foi essa a pergunta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A vacina vai vir, mas vai vir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor me permite uma pequena colaboração?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Por favor, só para colaborar para a compreensão de todos.

O senhor já disse para todos nós que é defensor da vacina. Ótimo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esta CPI já provou que nós poderíamos ter hoje o dobro de vacinados se o Governo tivesse adquirido as vacinas. O senhor teve alguma oportunidade de orientar o Presidente nesse sentido, de comprar as vacinas logo que pudesse?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu sempre, sempre que eu tive a oportunidade de falar com o Presidente, defendi a vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A CPI provou o que, Senador?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tanto é que ele, quando assina... O Presidente assina...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A CPI provou o quê?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Espere aí, Senador. É o colega agora, por favor.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É tanto que, quando ele assume – só terminando a resposta –, quando ele assume...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A CPI não provou nada!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Quando ele assina 20 bilhões – e foi durante um ato de posse do Ministro do Turismo, não estava nem programado isso –, quando ele assina um documento que libera 20 bilhões para a compra de vacina, ele me dá a caneta, de tanto que eu falei em vacina para ele, não é? Então, eu acho que o que aconteceu dentro do ministério, como é que foram os trâmites, eu não... Eu não tenho o menor conhecimento, eu não estou... Eu não sou gestor. O que eu tenho é opinião. O que nós estamos discutindo aqui é porque eu tenho opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos chegar lá. Eu queria voltar à pergunta.

O senhor falou no cálculo, de 60% a 70%, do contágio da população, lembrou os números da letalidade. No entanto, se recusou a fazer a conta de quantas pessoas morreriam em função do equívoco dessa estratégia de imunidade de rebanho defendida por V. Exa.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não é uma estratégia, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se fizer o cálculo, dá 1,5 milhão de pessoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Daria 1,5 milhão de pessoas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sem mutações, viu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem mutações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria lhe fazer uma pergunta em torno disso: é defensável admitir essa quantidade de mortos pela Covid para que essa imunidade de rebanho seja alcançada em vez de se tentar refrear o contágio enquanto se espera a vacinação?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta específica...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que eu gostaria que...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A imunidade de rebanho... Há uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pudesse ter uma resposta também específica.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Desculpe, Senador, mas há uma falha aqui em considerar a imunidade de rebanho uma estratégia. Nunca foi uma estratégia, nunca foi uma estratégia! A imunidade de rebanho é uma constatação de como termina uma pandemia. É isso, está em todos os livros. Não é... Não sou eu que inventei esse termo; isso está em todos os livros. O que... O que eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a diferença aqui é do enfoque. É que, com base nessa experiência, o senhor a defendeu para o Brasil...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não... Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para fazer estancar a pandemia! O senhor, o Presidente da República e o gabinete paralelo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A primeira vacina...

Não tem gabinete paralelo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É, vamos chegar lá.

A primeira vacina que foi feita, no mundo, foi no dia 8 de dezembro; a epidemia começou no dia 1º de janeiro. Teve mais de um ano de pandemia no mundo sem vacina. O que nós estávamos tentando fazer era qual a melhor maneira de se mitigar, de se evitar que as pessoas se contaminassem e salvar vidas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é o isolamento... O isolamento aumenta o contágio em casa, Senador, é isso que eu estou dizendo aqui. Então, essa discussão é uma discussão baseada em fatos. Tem 32 trabalhos publicados comparando, em um ano de pandemia, os países que fecharam, os que mais fecharam, e os que menos fecharam, os que não fecharam. E o resultado não mostra nenhuma vantagem nos países que fecharam, porque o contágio é maior em casa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Se Ministro da Saúde, desde o início da pandemia, lá no lugar do Mandetta, que fez pouco ou quase nada também, o que o senhor teria feito de diferente para a gente não ter 502 mil vidas perdidas na pandemia? O que que o senhor faria como Ministro? V. Exa. é médico, foi cogitado até para ser Ministro da Saúde. E o que o senhor faria de diferente para que a gente não chegasse a esses números? Como Ministro da Saúde?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Eu procuraria os melhores exemplos no mundo para isso. E os melhores exemplos foram a Coreia, o Japão e a Suécia; não foi o Reino Unido, nem os Estados Unidos, nem a França, nem a Itália. Eu procuraria os exemplos que mostraram resultado. Compare o resultado desses países com os países que fecharam!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu procuraria isto: testagem em massa, protocolos de segurança individuais, cuidado com os idosos. Quem trabalha em asilo tem que ser testado, no mínimo, duas vezes por semana; desde o início, devia ter sido isso; não se deu bola para os asilos. Os lugares onde tinha o maior risco não foram cuidados e foi só o: "Fique em casa, fique em casa". Parecia que todo mundo tinha que ficar em casa. Como é que as pessoas vão ficar em casa e não ser contaminadas se...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas em Manaus...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... milhões de pessoas saíram para trabalhar todo dia e voltaram?

Se fechar o agronegócio, morre todo mundo de fome!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, V. Exa. rechaçou a possibilidade – e eu já mostrei isso aqui, já li, já repeti – de um novo coronavírus sofrer mutações, pois a epidemia ocorreria, segundo suas previsões, em período curto. Sobre isso, eu queria fazer uma pergunta, sabendo que essa sua opinião também não se confirmou: V. Exa. tratou especificamente disso com o Presidente da República ou com o Ministério da Saúde? "Sim" ou "não".

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Presidente, eu tenho que contextualizar só para a gente poder... Eu quero lhe dizer o seguinte: quando a gente fala que não haveria uma nova cepa, eu me baseei em todas as pandemias anteriores, em que o prazo foi em 14, 15 semanas. Eu estou falando de seis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

pandemias. Eu estou falando da Sars, que foi uma epidemia na Ásia e foi até o Canadá, que durou poucas semanas também, que terminou sem vacina, sem nada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta não foi essa, Deputado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... e da Mers, no Oriente Médio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta não foi essa, Deputado. A pergunta foi a seguinte...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, voltando a falar, eu falei sobre muitos assuntos com o Presidente e outros assuntos que não tem nada a ver com a pandemia também. Sempre falo quando eu posso. Agora, especificamente desse caso, se ia ter nova cepa, eu não me lembro se eu falei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembra?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu falei na televisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembra.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Se o Presidente viu a televisão, eu falei na televisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra pergunta sobre isso: sugeriu que fossem tomadas outras providências em razão do surgimento de novas variantes quando elas surgiram e se tornaram inevitáveis? V. Exa. sugeriu ao Presidente...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O que eu sempre disse, Senador, é que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a tomada de novas providências?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... as variantes são uma força da natureza brutal. Elas aumentam o contágio. Se está trancado em casa, não está trancado em casa, o vírus se espalha. O vírus está em toda parte, não tem como evitar o contágio, o que tem é as pessoas tomarem medidas de proteção individual e continuarem a vida o melhor que elas puderem, como foi feito em todas as pandemias. Não é a imunidade de rebanho, estratégia que todo mundo tem que se abraçar e se contaminar. Eu nunca falei isso. Nunca falei isso. As pessoas têm que tomar as medidas de proteção. E o vírus tem essa força, Senador. O senhor acha que essa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe essa curva aqui do Amazonas. O Amazonas ficou seis meses praticamente sem vírus, sem epidemia. Olhe a curva que aconteceu. Essa curva aqui não tem nada a ver com... Aliás, essa curva aqui aconteceu em todos os Estados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas essa curva...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Aconteceu em todos os Estados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... desmente, sobretudo, a sua previsão.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Estados que estavam fechados, como o Rio Grande do Sul...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa curva desmente, sobretudo, a sua previsão de que acabaria em 14 meses...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, Senador, eu estou lhe dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e morreriam apenas até 900 pessoas.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O senhor me fez uma outra pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria pedir novamente à Izabelle pra exibir o vídeo.

Nós estamos sendo interrompidos e isso vai proporcionar um tempo evidentemente maior, mas correrei no sentido de concluir as indagações.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Impressionante é o ventríloquo, que geralmente fala o que o Deputado fala também.

Veja a contradição: agora o Deputado diz ser a favor das vacinas, mas não era o que vinha dizendo com o Presidente da República – certamente combinando, porque ele reproduzia praticamente o que o Deputado Osmar Terra dizia com relação à imunidade de rebanho.

Eu queria, sobre essas questões, fazer algumas perguntas, Deputado. Há um claro casamento temporal entre as manifestações de suas opiniões sobre a pandemia e as do Presidente da República, visto agora há pouco, o que evidencia mais uma vez que algumas pessoas de fora do Ministério da Saúde aconselhavam o Presidente da República quanto às políticas de saúde a serem adotadas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira pergunta sobre isso: qual foi a primeira vez em que V. Exa. conversou sobre a pandemia com o Presidente da República?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu não me lembro, Senador. Provavelmente foi no início de fevereiro, em algum evento que a gente teve lá, ou, em alguma conversa, eu posso ter comentado alguma coisa. Inclusive, se o senhor observar bem os vídeos, os vídeos estão pinçados, não é? Se eu pinçar os vídeos, o Ministro Mandetta não acertou nada, não acertou nenhuma previsão também. E aí, pinçar frases isoladas, tem que ver o contexto.

Quando eu falo que o Ministro Mandetta era o condutor e que eu acreditava nele, ele tinha a mesma posição que eu tinha em março – em março! Depois ele mudou, não é? Ele mudou, e não adiantou nada; quer dizer, o Brasil que... A proposta que ele fez, que era essa de *lockdown* e quarentena e tal, que foi executada à risca pelos Governadores – não houve interferência nenhuma, o Governo Federal não pôde interferir, eu não pude interferir... Eu sou um Deputado, eu só dou opinião –, agora resultou nessas 502 mil. Isso aí era inevitável, Senador.

O senhor acha que o que está acontecendo na Argentina, 420 mil mortes, se fosse a população brasileira a da Argentina... foi uma coisa deliberada, um erro? Ele trancou todo o país um ano, um ano e pouco – o Presidente da Argentina. E o resultado foi uma tragédia. O Reino Unido também, os Estados Unidos também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, é que nós estamos aprendendo, Senador, e temos que ver...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, por isso estamos aqui.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Estamos nos baseando no passado, nos fatos acontecidos, para pensar alguma coisa para o futuro. É isso que está acontecendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, nós estamos aprendendo, claro, mas estamos aqui para levantar os erros acontecidos, os equívocos, as experiências equivocadas que foram adotadas também aqui no Brasil.

Mas, especificamente, o senhor não lembra qual foi a primeira vez em que conversou com o Presidente da República sobre a pandemia?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Conversei muitas vezes com o Presidente sobre muitos assuntos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A primeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A primeira, exatamente o dia, não me lembro, mas provavelmente foi no início de fevereiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que frequência se dão esses encontros com o Presidente da República?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, isso aí é... Sei lá. Eu, uma vez por mês, uma vez a cada 15 dias em alguns momentos... São encontros esporádicos que um Deputado pode ter e tem a obrigação de ter.

Eu me encontrei muito mais vezes com o Presidente Michel Temer quando eu já não era ministro do que eu me encontrei com o Presidente Bolsonaro, e até para ajudar em questões importantes, como a greve dos caminhoneiros, em que eu articulei o fim da greve e tinha que estar a toda hora com o Presidente. Então, eu tive uma... Isso é atuação do Parlamento, do Parlamentar.

Eu tenho que estar... Nas coisas que que causam dano pra população, que causam medo pra população, a gente tem que estar; e levando reivindicações também, que todo Deputado leva. Isso é uma atividade normal do Parlamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seus encontros, Deputado, com o Presidente da República costumam ser públicos ou reservados?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tem momentos que eu me encontro com ele num evento e tem momentos que eu peço uma audiência ou que ele me convida pra ir lá ao gabinete dele. São encontros como o senhor já deve ter tido, como Deputado, como Senador, como muitos Presidentes também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com ex-Presidentes, com certeza.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Com ex-Presidentes, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com certeza.

Que outras pessoas costumam estar presente nesses encontros? Nos meus, com os ex-Presidentes, eu saberia nominar todos.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Ah, tem sempre um auxiliar do Presidente, tem chefe de gabinete, tem... O Ministro Ramos participou de várias conversas nossas, às vezes porque o Presidente engarrafava a agenda dele. Sempre foram conversas muito rápidas, conversas de 15 minutos, 10 minutos. Uma ou duas vezes, ele me convidou pra almoçar lá, quando a audiência era perto da hora do meio-dia, almoçar; e eu almoçava com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Izabelle, por favor...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Aí com vários... Aí com muita gente presente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... exiba o próximo vídeo.

Nós vamos apressar aqui pra tentar concluir.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Adicionalmente, além dessas gravações todas e vídeos, em artigo intitulado "Imunidade de rebanho, a ponta do *iceberg* e as vacinas", o depoente, Deputado Osmar Terra, afirma que: "Todos os surtos epidêmicos levam a um contágio grande, num curto período de tempo. Com isso, aumenta rapidamente o número de pessoas infectadas, curadas e imunizadas, como se fizessem uma vacina natural, mais potente que as produzidas em laboratórios [que é a tese que ultimamente vem sendo também defendida pelo Presidente da República], e é o aumento dessa imunidade que derruba a contaminação e finaliza o surto".

Eu queria, sobre isso, fazer algumas perguntas.

Em que evidência científica se baseia a sua afirmação de que a infecção natural pelo próprio coronavírus causa resposta imune melhor que a da vacinação?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu só queria mostrar uma coisa aqui, se o senhor me permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu só queria que o senhor respondesse...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tá, pra responder.

Isso aqui é Amazonas. Tem um pico, reduz, fica zero, seis meses... Isso significa que, de alguma maneira, tem uma imunidade aqui na população. As aulas reabrem, o comércio reabre e tal. Depois tem o surto da...

Olhem a Inglaterra, o Reino Unido: a mesma coisa. Esse vírus tem uma capacidade de desenvolver isso, e o segundo pico é maior que o primeiro, como foi em Manaus, como é no Brasil.

Então, isso é uma regra do vírus. Esse vírus tem esse padrão, conseguiu desenvolver cepas ultrainfectantes e está cumprindo, independentemente de estar em *lockdown* ou em quarentena... Mais *lockdown* e quarentena do que o Reino Unido ninguém fez. Agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas a pergunta, Deputado Osmar Terra não é essa.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que evidências o senhor se baseou para afirmar que a imunização natural, quer dizer, a elevação do contágio, a infecção natural pelo próprio coronavírus causa resposta imune melhor do que a da vacinação, que V. Exa. desdenhava e agora defendeu aqui?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu nunca desdenhei a vacina. Eu só disse que não teria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que viria depois, que não teria eficácia...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A vacina não tinha tempo para ser desenvolvida. Ela foi desenvolvida... É a primeira vez na história que se desenvolve uma vacina. Eu estava me baseando nos exemplos anteriores.

O que eu quero dizer aqui é que... O que que é a vacina? É importante que quem está nos vendo saiba isso. A vacina é um vírus inerte ou é um vírus morto que é injetado na pessoa, como é o vírus da CoronaVac, para produzir anticorpos, e esses anticorpos defendem de uma nova infecção. Ora, se eu sou infectado pelo vírus vivo, pelo vírus ativo, infelizmente... Infelizmente, não se consegue controlar esse contágio; nenhum *lockdown* conseguiu controlar nada. O exemplo é Araraquara, que está no terceiro *lockdown* e tem basicamente o mesmo número de casos que Chapecó, que não está fazendo *lockdown,* e a mesma população. Então, baseado nesses dados e no fato de o vírus vivo ter te contaminado e ter produzido... E é uma dose só – não é? –, graças a Deus! Ele protege. A tendência desse vírus é produzir mais anticorpos do que o vírus inerte, e isso tem trabalhos, tem várias publicações falando isso.

Tem gente que acha que tem fazer mais uma vacina, ter terceira dose, quarta dose... O que eu vejo, Senador, que não tem reinfecção no Brasil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A reinfecção é muito limitada, é muito rara. Tem, mas é rara; é zero vírgula alguma coisa por cento. Isso significa que quem se infectou não se infecta de novo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas pedir a V. Exa. que, além de garantir que essa CPI não sirva de palco para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desinformação, não é possível apontar benefício na infecção natural com relação à vacina. A vacina é a contaminação em dose segura...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Claro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – .... o que não é o caso da contaminação natural.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Concordo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor esteve internado numa UTI ou numa semi UTI.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu concordo, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não dá para comparar com vacina, pelo amor de Deus.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu não estou comparando, só estou dizendo que a pergunta do Senador foi outra, se continha anticorpos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu perguntei por que é melhor, por que é mais eficaz a imunização natural do que a vacina? Foi textual, textual.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, é um raciocínio lógico: um vírus vivo provoca mais anticorpos que um vírus morto. É esse o raciocínio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República concorda com suas colocações, pois frequentemente afirma que teve a melhor vacina, que seria o próprio vírus – também tenho várias citações aqui do Presidente da República. V. Exa. também o aconselhou sobre esse tópico especificamente?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não tratei desse assunto. Ele pode ter até visto alguma manifestação minha, mas eu não tratei desse assunto com ele.

Eu sou defensor da vacina, é importante dizer isso, Senador. Eu defendo a vacina. Acho que o ideal é que a gente tivesse a vacina no primeiro dia da epidemia, mas nós não estávamos aqui, não estávamos nem discutindo nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não, o senhor não falou isso, o senhor disse que a vacina só viria depois.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, só viria depois.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que não tinha necessidade da vacina...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não, isso eu nunca disse, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma conclusão óbvia, conclusão óbvia.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não, essa é a sua conclusão. O que eu disse sempre...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E colocamos também gravações e vídeos que demostram isso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O que eu disse sempre é que a vacina é demorada, ela demora. Ela, ela não vai vir... Se nós tivéssemos a primeira cepa só, infectando, nós já teríamos terminado essa pandemia, né? Sem vacina, inclusive, até antes de a vacina ser criada. Ela foi criada, ainda bem, graças a Deus conseguiram desenvolver durante a pandemia, porque é a primeira vez na história humana que se faz isso, e ela tem que ser usada. Eu não estou aqui substituindo. Isso que o senador Alessandro falou, eu concordo com ele: ninguém, ninguém pode defender... Eu briguei com o Ministro Temporão publicamente porque ele queria vacinar só grupo de risco no H1N1, e eu fiz ele vacinar no Brasil inteiro, 60% da população do Brasil pela pressão que eu fiz na época, como Secretário de Saúde lá do Rio Grande do Sul. Eu defendo a vacina, Senador. O que eu estou dizendo só é que, quando não tem vacina, os efeitos que ocorrem são esses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, que bom que V. Exa. agora defende a vacina.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não é agora, eu sempre defendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eduardo Pazuello informou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que V. Exa. tratou da ideia da imunidade de rebanho com ele. Qual era a sua sugestão objetiva a respeito do assunto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Surgiu nos vídeos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele reportou aqui um encontro com V. Exa. para tratar especificamente da imunidade de rebanho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não foi especificamente para isso. Eu conversei com ele sobre respiradores no Rio Grande do Sul, sobre a necessidade... Sempre levei pleitos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era a sugestão objetiva sobre a imunidade de rebanho nesta conversa reportada aqui na CPI pelo Ministro?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A pergunta que o senhor fez: quando é que termina? Só vai terminar quando chegar, quando tiver a imunidade de rebanho pela vacina somando com os casos que já têm anticorpos. É isso. É simples.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Suas orientações, suas orientações foram seguidas pelo Ministro Pazuello?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas não tem orientação nisso, Senador. É uma constatação só; é uma constatação. Ele foi atrás da vacina, eu imagino que ele se empenhou para ter a vacina, se empenhou para ter medicamentos. Eu sei que ele fez uma operação, inclusive, no Uruguai lá, trouxe anestésicos do Uruguai, e tal, uma operação quase militar para garantir que tivesse, não faltasse nos hospitais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que ações ele tomou, portanto, em consequência dessas constatações?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O senhor tem que perguntar para ele! Eu não... Eu não tenho... Eu simplesmente citei, posso ter citado numa conversa isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas nós já perguntamos para ele.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... como estou citando para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele mandou perguntar para V. Exa. Por isso é que eu estou fazendo isso aqui.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, assim, eu posso lhe dizer... É uma constatação: só vai terminar... Quando é que termina? Termina quando... A vacina é para isso. Termina quando tiver uma quantidade, um percentual x, pode ser 50, 60, 70% da população. E como é que a gente vê que está terminando? Quando começa a cair a curva!

Olha a curva da Inglaterra. A Inglaterra terminou, está terminando, provavelmente está na imunidade de rebanho. Ah, é por causa da vacina? Não. Quando essa curva cresceu aqui, quando essa curva mais alta cresceu, não se tinha 2% da população vacinada na segunda dose. Então, o que fez cair é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já tinha tanta gente com anticorpos que... Mas isso não é... Não estou defendendo que se deixe as pessoas se contaminarem, eu estou constatando o que aconteceu. O Reino Unido fez o *lockdown* mais radical da Europa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, constatando e dizendo o que aconteceria no Brasil.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, mas isso que vai acontecer... O senhor acha que vai terminar como a pandemia? O senhor tem alguma ideia sobre isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não sei como vai terminar, eu só sei que vai terminar diferentemente da sua previsão.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Como é que termina?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com vacina!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diferentemente da sua previsão.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A vacina vai se somar ao que já tem de gente imunizada, soma-se tudo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. externou sua opinião sobre a impossibilidade de haver uma segunda onda de contágio da Covid no Amazonas diretamente a membros do Governo e ao Ministério da Saúde?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Diretamente, não. O que eu fiz foi isso aqui, Senador... Eu botei no Twitter isso, eu botei no Twitter. Eu mostrei que tem uma curva alta, que teve casos graves, como teve no Amapá, terra do Senador Randolfe. Eu, inclusive, ajudei, Senador... Eu ajudo a... Passei informações e ajudei a articular a ida de médicos para lá, do Rio Grande do Sul e de vários lugares, quando teve o surto maior lá no Amapá.

Ela termina aqui, olha, em 30 de junho, e fica até dezembro praticamente sem ter casos. Por que aconteceu isso se não tinha vacina? É porque essa cepa ficou... Essa cepa estava controlada, essa cepa estava indo para o fim quando surge a nova cepa. A cepa não é um outro vírus, a cepa é uma mutação do vírus. É a mesma imunogenicidade do vírus. Aliás, graças a Deus, senão as vacinas não variam efeito. Então, quem tem imunidade, quem pegou aqui no início, não pega depois. A reinfecção, com a qual assustaram muito a população... Disseram que ia ter reinfecção. Se fosse haver reinfecção, seria uma epidemia eterna, ou seria outra epidemia. Então, isso vai se somando, isso vai se somar e vai levar ao fim essa pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. declarou no ano passado: "A mortalidade que vai ter dessa epidemia não vai ser de um milhão, como estão dizendo alguns seguidores do Imperial College; não vai ser 500 mil e nem 140 mil, como eu ouvi de um técnico do Ministério da Saúde."

Que outras orientações e previsões de técnicos do Ministério da Saúde V. Exa. considerou equivocadas?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, Senador, a discussão era se isso ia ser uma epidemia... Se ia ter que fazer a supressão, trancar todo mundo em casa até descobrir a vacina, o que seria impossível, porque iria morrer todo mundo de fome, ou se ia ser um número catastrófico. Sempre foi um número... As previsões do Ministro Mandetta sempre foram previsões além do que... Eram previsões altas, mas mesmo assim não se concretizaram: já passou de 140 mil – não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que outras previsões V. Exa. considerou equivocadas de técnicos do Ministério da Fazenda?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, eu sempre me pautei, até surgir o segundo surto, o surto da P1 – teve a P2 antes no Rio e no Rio Grande do Sul, teve outro pequeno surto... Quando se viu que iam ter mais surtos, se fez uma... Aí tem que mudar o cálculo, tem que se ver, se refazer. Mas o meu cálculo foi otimista, eu volto a dizer, no início, quando eu me baseei na experiência que tinha. Eu sempre me baseei em alguma experiência. Eu não invento número.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. não descredibilizou técnicos, em algum momento, do Ministério da Saúde junto ao Presidente da República?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não.

Se o senhor quer saber, Senador, eu defendi o Ministro Mandetta até o fim. Eu sempre... Até num áudio clandestino que fizeram, que foi um áudio de uma conversa minha com o Ministro Onyx, que eu acho um erro aquilo ali, mesmo na conversa eu defendo que o Ministro... Uma conversa que não tinha... Eu nem sabia que estava sendo gravada, nem nada. Eu defendo que o Ministro Mandetta continue, desde que ele se afine com o Presidente, que ele tenha o entendimento com o Presidente sobre como conduzir. Ele teve uma boa equipe, ele fez um bom trabalho, o Ministro Mandetta, eu não critico o trabalho dele. Eu o ajudei, inclusive, a ser Ministro; eu articulei a indicação dele, ajudei a articular pela Frente Parlamentar da Saúde. Eu não tenho nenhum... Eu prezo o Ministro Mandetta. Só que ele, a partir de um determinado momento, adotou uma visão, no meu entendimento, errada de que *lockdown* e quarentena controlam a epidemia – não controlou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vídeo 5, por favor, Izabelle.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CPI, como todos acompanham, já confirmou a existência de um gabinete paralelo de aconselhamento do Presidente da República sobre a condução da pandemia, que fornece a ele, Presidente da República, informações e estratégias que se afastam totalmente das evidências e abordagens científicas, bem como das melhores práticas internacionais sobre o tema. O Presidente da República disse, desde abril do ano passado, que estava conversando com V. Exa., pois V. Exa. entenderia do assunto.

Sobre isso, algumas perguntas.

V. Exa. é o líder desse grupo, já que as opiniões do Presidente da República sobre diversos temas da pandemia são coincidentes, inclusive na linha do tempo, com as suas?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Presidente, esse vídeo aí, editado pelo Metrópoles, é um vídeo que mostra uma reunião pública. Isso foi transmitido pela internet, tinha mais de 20 mil pessoas assistindo. Isso foi vazado como informações sigilosas, que tinha uma reunião do gabinete paralelo... Aquilo ali foi um grupo de médicos que, através da rede, se manifestou querendo conversar com o Presidente. Conversou com o Ministro da Saúde no mesmo dia, conversou com o Presidente, e me convidaram para ir junto. O Presidente me botou sentado ali do lado dele porque ele quis. Eu estava sentado junto com o pessoal ali. Eles foram falar sobre suas experiências. Na verdade, era uma reunião para ser bem menor. No fim apareceu mais gente. Ele resolveu fazer daquela forma na hora. Aquilo ali foi uma coisa resolvida na hora.

E as opiniões que tem ali são opiniões pessoais. O Presidente julga as coisas do jeito que ele quer. Por isso ele é Presidente da República, e chegou lá. Ele não é teleguiado por ninguém, ele não é... Ele vê, ele aceita uma informação se ele acha que está certo. Ele tem bom senso pra fazer isso, senso que o levou a ser o Presidente da República do Brasil. Então, eu acho que nós não temos essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existe algum ponto em que o entendimento de V. Exa. diverge do entendimento dele?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque as posições ali todas são convergentes, mas...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu acho que, no atacado, nós podemos ter muito mais convergências. Mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas existe algum ponto de divergência.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Às vezes, na forma de ele falar, na forma de ele se manifestar – né? Isso é dele. Cada um tem o seu jeito. Por isso que ele é o que é. Ele é o Presidente. Então, eu não tenho...

Eu defendo... Vou voltar a dizer: eu defendo a vacina, acho que a vacina é importante, inclusive mesmo não sendo testada no tempo que deveria, porque normalmente as vacinas levam anos para serem testadas. Era importante porque era uma emergência, e a vacina está sendo feita. Com a vacina sendo feita, somando-se às pessoas que já têm imunidade, nós vamos chegar ao fim dessa pandemia, se Deus quiser, o mais rápido possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que frequência os membros desse grupo de aconselhamento despacham com o Presidente ou se reúnem com o Presidente?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Essa foi a única reunião de que eu participei, foi a única, a única. Inclusive, com o Dr. Paolo Zanotto, que é uma pessoa, é um virologista respeitado no País, foi a primeira e única vez que eu conversei com ele, porque ele estava sentado do meu lado ali. Ele veio para falar. Foi a única vez. Transformar isso num gabinete secreto, que vaza vídeos e tal, isso é um absurdo, não tem, não tem sentido isso, Senador.

Eu sei que não é só... O senhor está tentando encontrar a verdade nisso, mas eu posso lhe dizer que não existe esse gabinete, esse gabinete é uma ficção. Se assessores do Presidente lhe dão alguma recomendação, algum conselho, isso é natural. Todos tiveram, todos os Presidentes, até hoje, que eu sei, se aconselham com alguém, sei lá, entendeu? Eu não... É da cabeça deles. O que eu faço é manifestar minha opinião; se serve ou não serve...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o seu relacionamento, Deputado, com Arthur Weintraub?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Olha, à exceção de um ou dois churrascos que teve lá no Clube do Congresso, em que, por acaso, ele estava lá junto, nenhum, nenhum. Foi o único... E encontrá-lo, às vezes, no gabinete do Presidente, quando ele entra e sai. Ele é assessor do Presidente... Era, né?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. ainda desenvolve algum trabalho ou estratégia em conjunto com o Paolo Zanotto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Com quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paolo Zanotto.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu nunca mais falei com o Paolo. Eu o conheci naquele dia e nunca mais nos falamos, né? Eu não tenho nenhum... Uma vez acho que participou...Teve uma *live* antes disso, teve uma *live* de que ele participou e de que eu participei também. Tinha dez pessoas na *live*. E foi isso, a relação é essa. Não tem, não tem nenhuma coisa secreta, combinada, um comitê, uma coisa, isso não existe, Senador. Poderia até ter. O Presidente até poderia ter criado, não criou, isso não existe. São opiniões esporádicas e conversas que ele pode aceitar ou não, depende dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não poderia ter criado, e, na lógica do voto da Ministra Rosa Weber, isso dificultaria muita coisa, e dificultou inclusive a própria fiscalização e o acompanhamento dos órgãos de controles. Por isso que não poderia ter feito um gabinete oficializado por ato, por publicação.

V. Exa. está trabalhando com Nise Yamaguchi no delineamento de estratégias nacionais de condução da pandemia?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não... Eu conversei... Eu conversei com a Dra. Nise Yamaguchi – respeito o trabalho dela –, eu conversei com ela duas vezes, duas vezes, talvez mais uma, não sei. Mas foram vezes assim: foi naquele evento que apareceu ali, foi numa vez em que o Presidente me convidou para almoçar e ela estava na mesa do almoço, um monte de gente junto. Eu acho que foi isso. Basicamente, assim, junto com o Presidente, em alguma coisa do Palácio, foram as únicas vezes em que eu falei com ela. Nem por telefone, nem por telefone eu converso com ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente, qual foi a última vez que se encontrou com ela, Deputado Osmar?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Olha, eu não me lembro. Isso pode ter sido numa... Essa aí, por exemplo, formalmente, foi a última vez que a gente conversou. Escondido ou não... O senhor está dizendo que a gente tem encontros escondidos. Não. Essa foi a última vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não disse isso. Eu disse que o gabinete paralelo era para, inclusive, evitar o controle dos órgãos de fiscalização na expressão do voto da própria Ministra.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas a Ministra, mas a Ministra... Vai me desculpar, mas isso aí nunca existiu. A ministra tem julgamentos... Eu respeito a Justiça, eu respeito todos os julgamentos. Agora, os Governadores, por exemplo, não poderem vir aqui na CPI eu acho um erro. Eu acho que deveriam ouvir os Governadores. Por que é que não? Se eles têm a política na mão, são eles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executam, determinados pelo tribunal, pelo STF, eles têm que dar alguma explicação. Ou será que não têm explicação nenhuma para dar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. conhece o médico Luciano Dias Azevedo?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Nesse almoço com o Presidente, estava a Dra. Nise e o Luciano, e nunca mais eu o vi, nem... Acho que troquei duas palavras com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. trabalhou com ele na minuta do decreto, ou não, que liberaria o uso da cloroquina contra a Covid...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o que foi reportado aqui pelos Ministros e pelo Presidente da Anvisa?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas não que eu estava junto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não. Eu estou apenas perguntando.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não participei, não participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou apenas perguntando.

V. Exa. tem mantido contato com Carlos Wizard?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. Eu vou lhe dar um dado sobre o Carlos Wizard, que é o dado que eu tenho. Como Ministro da Cidadania, eu era responsável pelos venezuelanos refugiados, e ali eu conheci o Carlos Wizard assim: falei uma vez com ele. Ele era um filantropo, uma pessoa que estava ajudando a internalizar no País, a irem para os Municípios os venezuelanos, para não haver aquela sobrecarga enorme que estava em Roraima. Fazendo um trabalho voluntário – ele é um filantropo. Foi a única vez que eu falei com ele e achei o trabalho dele muito bonito naquela, naquela situação. Depois disso, a gente não conversou, nunca mais tive contato com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. sabe ou ouviu falar se ele financia de alguma maneira o funcionamento desse grupo de aconselhamento paralelo ao Presidente da República?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. Que eu saiba, não tem grupo e nem financiamento, muito menos financiamento. É bom perguntar para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. já tratou de assuntos relacionados à pandemia com o Vereador Carlos Bolsonaro?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu vou lhe dizer uma coisa curiosa aqui, Senador. Eu, em um ano e pouco que fui Ministro e, agora, com as relações que eu tenho, de amizade, com o Presidente, e tal, eu nunca conversei com o Carlos Bolsonaro. Nunca. Eu o cumprimento quando ele está no gabinete do Presidente ou ia numa reunião de ministério, sentava lá atrás, eu o cumprimentava. E eu respeito o trabalho dele, respeito ele, mas nunca, nunca, nunca conversamos, nunca tivemos uma conversa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque nós recebemos aqui uma confirmação da participação dele em uma das reuniões, no gabinete do então Secretário de Comunicação Carlos Wajngarten, por ocasião da negociação com a Pfizer.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Nem sei disso, nunca passei perto disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, nunca participou de reuniões com a presença dele?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não participei de reuniões com a presença dele nem participei de reunião com Pfizer, com nada. Não me meti nas questões de Governo; eu apenas tinha... Tenho opinião, que acho que é obrigação do Deputado ter opinião, e, se não tiver, é covardia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante a pandemia, o Ministério da Saúde já foi comandado por quatro ministros. Qual foi o seu nível de influência em cada gestão passada?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Olha, foi muito... Influência, eu diria zero. Até com quem eu conversei mais foi com o Pazuello. Conversei com ele quando deu a crise lá do Amapá, pra levar voluntários, médicos voluntários pra trabalhar nas UTIs do Amapá. Conseguimos lá, no Rio Grande do Sul, no Paraná estávamos tentando conseguir também, em outros lugares, pra ir pra lá, porque não tinha surto no Rio Grande do Sul, o vírus não circulava no Rio Grande do Sul, no início. Até abril, maio, o vírus circulou muito pouco no Rio Grande do Sul. Então, aconteceu uma coisa curiosa no Rio Grande do Sul: teve uma epidemia de saúde, porque reservaram centenas, milhares de leitos de UTI pra Covid, e não tinha ninguém internado. O surto começou lá em junho, julho, diferente do resto do Brasil. Então, não tinha... Por isso tinha gente disponível pra ir. A Santa Casa, o Instituto de Cardiologia, o Hospital Conceição, nós acertamos pra ir gente de lá para o Amapá, pra ajudar lá, nas UTIs do Amapá, que estavam sobrecarregadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E com o atual Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, Deputado Osmar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu tive acho que uma ou duas audiências com ele, muito rápidas, e o principal assunto sempre foi... Um é pleitos lá de respiradores e tal para o Rio Grande do Sul, e outra era um pleito de ele fazer um inquérito sorológico, eu estava pedindo pra ele fazer o mais rápido possível, pra gente ter uma ideia da extensão do contágio no País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. foi convidado, em algum momento se dispôs a assumir o cargo de Ministro da Saúde?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não fui convidado nem me dispus, senhor. É curioso, porque acham que eu tenho um poder tão grande.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, porque isso foi fartamente noticiado pela imprensa.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Se eu quisesse ser ministro, então eu seria? Não, eu não fui convidado nem pleiteei. Eu já fui ministro do Presidente. Eu acho muito confortável a minha posição, como Deputado, como Parlamentar, como vocês são, de ter postura, ter opinião, falar o que pensa. E isso, política, pra mim, é mudar o mundo, é fazer o melhor que se pode pelas pessoas. Eu ajudei a criar o SUS (Sistema Único de Saúde), fui secretário, fui o primeiro Prefeito a ter equipe de saúde da família no Brasil – um dos primeiros Prefeitos a ter. Eu sei, eu fui secretário oito anos, eu tenho... Criei o programa de primeira infância mais premiado do mundo, que é o Criança Feliz, um dos maiores prêmios do mundo.

Tenho muito orgulho; esse é o legado que eu vou deixar, Senador. E, quando tem uma questão como essa, eu dou opinião também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro Marcelo Queiroga disse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, eventualmente, conversa com V. Exa. – recentemente, inclusive, falou o Ministro.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Duas vezes nós conversamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, sobre isso, fazer algumas perguntas.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. insistiu com o Ministro na tese da imunidade de rebanho pela via da infecção pelo novo coronavírus?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, eu sempre... Não sei se eu falei especificamente sobre isso. Eu falei, o assunto que eu tive com ele foi que é importante testar a população. Não o teste do vírus; testar os anticorpos. E tem, inclusive, exames mais recentes sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anticorpos, que pegam os anticorpos anti-S, a proteína *spike*, que é a que entra na célula do vírus, que mede melhor a imunidade da população. Os outros testes não medem. Por exemplo, o teste que foi usado pela Universidade de Pelotas é um teste que tem muito falso negativo e falso positivo, então não é um teste exato. Então, isso teve problema. A gente ficou sem ideia real de o que é que tinha de contágio no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não tem teste que garanta 100% que a pessoa está imunizada, Ministro. Não tem nenhum teste.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, mas dá para ter uma ideia. Os testes sorológicos existem para isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Às vezes, você toma duas vacinas e não aparece.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tem a memória. As células que armazenam a memória, as células T. Eu, por exemplo, tive o vírus, fiquei na UTI, como o Senador falou, e fiz agora, 15 dias atrás, 20 dias atrás, eu fiz um teste Elisa, que mede o IgG, e está lá em cima. O meu IgG está lá em cima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas isso não quer dizer nada.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Foram seis meses depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não quer dizer nada.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu concordo com o senhor. Não tem teste exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem nenhum teste que meça...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas é importante ter, testar para...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso nem para quem já tomou vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, isso aí, eu estou falando de pessoas que são cientistas, que falam e afirmam isso. Por isso que eu estou falando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, e nem com relação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não; cientistas. Não é pitaqueiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cientistas. Cientistas dizem isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, e nem em relação a quem tomou a vacina. Não tem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não tem um teste que possa dizer 100%. Agora, por que é que não tem? Isso não quer dizer que você não esteja imunizado, tá?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é porque não aparece no IgG e tal... O IgG não é o teste que... Mesmo que você esteja com o IgG abaixo de 1, não quer dizer que você não esteja imunizado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Porque a gente não tem um teste ainda para verificar 100% se está ou não. Então, tome a vacina. Tome a vacina, que ela imuniza.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu concordo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda voltando sobre o que nos falou aqui o Ministro Marcelo Queiroga... E eu fiz uma pergunta específica: se V. Exa. insistiu com o Ministro na tese da imunidade de rebanho. E o senhor... V. Exa. diz que não lembra exatamente ou falou "sim"... Qual foi a...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... resposta exatamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... eu só quero dizer o seguinte – vou repetir pela... mais uma vez: para mim, a imunidade de rebanho é um resultado, não é uma estratégia. Quando eu falo em imunidade de rebanho, é o fim de... Foi assim que... O H1N1 durou 13 semanas, 14 semanas e terminou; a gripe espanhola, a mesma coisa; a gripe asiática, a mesma coisa; a gripe Hong Kong, a mesma coisa; a gripe russa, a mesma coisa. O senhor pode pegar os gráficos no Google que o senhor vai ver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas a pergunta...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O que eu sempre disse é o seguinte: por que não se desenvolve uma vacina durante uma pandemia? Isso é um dado importante também de saber. Porque a vacina é uma coisa que demora para ser desenvolvida e demora para ser testada e, mais ainda, demora para ser produzida em uma escala colossal, como precisa. Por isso que a vacina vem depois. Quando eu dizia que a vacina vai vir, poderia vir depois... Foi surpreendente a velocidade com que fizeram a vacina. E eu acho ótimo isso. Foi muito importante começar a vacinar, como se começou a vacinar, em grande escala. O Brasil está vacinando aí 1 milhão, 2 milhões de pessoas por dia. Tomara que isso ajude a terminar, porque a gente vai ver... Sabe como é que a gente vai ver o inquérito sorológico, Presidente Omar Aziz? É quando a curva começar a cair e desaparecer, como foi daqui, a do Reino Unido. Eu acho que o Reino Unido conseguiu fazer isso. Uma soma de um grande número de pessoas que já tinham anticorpos com um número grande, agora, de pessoas vacinadas. Terminou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que frequência o senhor se encontra com o Ministro Marcelo Queiroga?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Olha, desde que ele assumiu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, Senador Renan...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... eu falei com ele duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. fez uma pergunta e o depoente aqui falou uma coisa que, por favor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, eu estou tentando que ele responda à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas ele respondeu uma coisa que não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não dá para a gente não o questionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor está dizendo que a Inglaterra, porque foi uma grande quantidade de pessoas infectadas, por isso que ela está numa situação boa, hoje? O senhor insiste nessa questão de imunização de rebanho?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Não tem situação boa nessa pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Deputado, a Inglaterra é porque vacinou, Deputado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Investiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se nós tivéssemos começado a vacinar em dezembro, nós não estaríamos na situação em que nós estamos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E me permita, Sr. Presidente, fez isolamento social em vários momentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em vários momentos, exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Três meses de *lockdown*. Pelo amor de Deus!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu posso falar? Eu só quero dizer que eu acompanho o Reino Unido, eu acompanho vários países diariamente, eu tenho... Por isso que eu sabia responder aquela questão do Senador Otto Alencar; eu acompanho todos os que têm um maior número de casos. O Reino Unido começou, no dia 8 de dezembro, a vacinação e, no dia 8 de dezembro, explodiu a cepa britânica, que fez essa curva gigantesca aqui. É claro que a vacina não tinha, não ia conseguir fazer efeito até chegar no pico e depois cair.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eram três meses depois da segunda dose.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, Senador, eu concordo. Eu só estou dizendo que: por que caiu a curva, então, se a vacina não estava fazendo efeito?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quando é que caiu a curva?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Não é por causa do *lockdown*.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando caiu a curva?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Primeiro-Ministro teve que se retratar com a população inglesa, porque ele achava e tinha essa tese de imunização de rebanho – e ele quase cai por causa disso –, teve que se explicar ao Parlamento britânico.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Está havendo uma investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está tendo uma investigação em cima disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está tendo uma investigação do período em que ele esteve apoiando o negacionismo parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voltando sobre a pergunta: com que frequência o senhor se encontra com o Ministro Queiroga?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Olha, Senador, eu acho que eu conversei com ele pessoalmente duas vezes, talvez três; eu o encontrei num evento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o assunto tratado no último encontro?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, Senador, eu lhe disse já: sobre os pleitos do meu Estado, que são muitos, em função da pandemia. O Rio Grande do Sul é um Estado que tem índices muito ruins e é um Estado que tem uma grande estrutura de saúde, que chegou a mais de 30 mil mortes. Então, é um Estado que, junto com São Paulo, se fossem países separados, estariam em terceiro lugar, no mundo, em mortes; se fossem países separados, terceiro lugar, no mundo, em mortes, Rio Grande do Sul e São Paulo, que, agora, está chegando lá, infelizmente. Eu não estou fazendo nenhum juízo de valor disso, mas eu vou levar os pleitos do meu Estado para ele, é isso que eu... E conversamos, é claro, eu tenho que dar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – E, aí, quando a gente conversa sobre, eu insisto é no inquérito sorológico feito com os melhores, os exames que medem melhor a quantidade de anticorpos de longo prazo, porque esse é o grande desafio que a gente tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por isso... Por que V. Exa. tem interesse específico na realização de um inquérito nacional que estime a proporção de pessoas com anticorpos contra o coronavírus?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Em primeiro lugar, Senador, para a gente ter uma ideia de como está evoluindo a pandemia. A gente está às escuras, a gente está às cegas! É o mesmo motivo por que o Maranhão fez, é o mesmo motivo por que São Paulo fez o inquérito sorológico: é para a gente ter uma estimativa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor pretende, com isso, confirmar que o Brasil estaria perto da imunidade de rebanho?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, Senador, eu quero ver como é que está. Eu não estou... Eu vou lhe dizer mais uma coisa: no primeiro inquérito nacional que foi feito, sorológico, fui eu que levei a Universidade de Pelotas para o Ministro Mandetta, apresentei, porque eles têm um grupo de epidemiologistas importante. Apresentei e eles se dispuseram a fazer, foi com eles que foi feito.

E eu acho que teve um problema com o tipo de teste que eles usaram, mas isso é uma outra coisa, é um assunto que qualquer um que está preocupado com a epidemia tem que saber, tem que estimar pelo menos qual é a população que está contaminada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estou terminando.

Como vimos nos vídeos, em sua apresentação inicial e nas respostas, algumas repetidas, V. Exa. é um crítico ferrenho das políticas de restrição à circulação de pessoas recomendadas pela OMS e, mais ainda, da adoção do próprio *lockdown.* Eu queria sobre isso fazer algumas perguntas. V. Exa. considera que a disseminação do novo coronavírus é inevitável, seguindo um curso natural, ou haveria alguma política de redução do contágio da Covid-19 que V. Exa. considere útil?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, eu vou começar pelo fim. A primeira... O resultado mais incrível que o mundo teve foi o da Coreia, que testou em massa. Eu apresentei... Eu vou entregar para o Presidente Aziz aqui. Nós fizemos um documento para o Governador do Rio Grande do Sul, em setembro, e entregamos junto com 16 Deputados Federais – eu ajudei a coordenar e ajudei a redigir –, dizendo para substituir a política de bandeiras pretas e vermelhas, que no fim resultaram em nada, porque não evitou, não salvou nenhuma vida, o Rio Grande do Sul chegou a esse número gigantesco e trágico de mortes. Imagine um Estado, como Rio Grande do Sul e São Paulo, ter mais mortes que a média brasileira, ter mais mortes que 18, 20 Estados brasileiros, que 17, 18 Estados brasileiros. Não tem justificativa a não ser a estratégia que está errada. Nós propusemos pra ele a testagem maciça. Inclusive, pedi ao Ministro Pazuello pra fornecer, e o Ministro imediatamente forneceu 1 milhão de testes. Faltava equipamento pra processar os testes, pra localizar... Localize a pessoa que está infectada, veja quem teve contato com ela há 14 dias – foi o que a Coreia fez –, vá atrás daquelas pessoas e vá atrás do vírus, não espere o vírus vir atrás da gente. Nós ficamos com uma política muito restrita a *lockdown*, fecha a lojinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, Deputado...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, mas o que eu estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... qual é a sua proposta pra evitar as mortes pela Covid-19 no Brasil, sintetizando?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Fazer o que sempre se fez em todas as pandemias, Senador: protocolos de segurança individual, protocolos de segurança pra local de trabalho, protocolos de segurança pra escolas. Nós reabrimos as escolas no meio da pandemia do H1N1 lá no Rio Grande do Sul, e não afetou nada, porque as crianças se contaminam mais fora do que dentro da escola.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há alguma intervenção que seja capaz de reduzir esse alto número de mortes? Alguma intervenção direta que faltou?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, a intervenção é a proteção maior do grupo de risco, o que não foi feito pelos Governadores. Não foi feito, não tem protocolos específicos, não tem protocolo específico, inclusive, pra cuidar das pessoas dentro de casa. O maior número de contágios é familiar. São as famílias que se contaminam. Pode ver que, no hospital, está baixado, às vezes, o marido, a mulher, o avô, a criança. Então, não foi feito... O que foi feito simplesmente é "fique em casa". Chegando em casa, a pessoa... A máscara é pra usar só na rua. Chegando em casa, a pessoa tira a máscara, senta em grupos pequenos, fica conversando e aí, se está contaminada, vai contaminando todo mundo. Ou o senhor acha que tem algum isolamento social na Rocinha, tem algum isolamento social na favela do Alemão, tem algum isolamento social... Isso aí é um mundo, é uma teoria que, na prática, é outra... Na prática, é outra realidade. É isso que eu critico desde o início.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que medida, por fim, essa sua proposta ou recomendação ou constatação ou diretriz de condução da pandemia foi adotada aqui no Brasil?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu não consegui... Olha, nós apresentamos... Desculpe, é que eu vou tomar água aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, nós tentamos interferir – eu tentei, porque é o meu Estado – no Rio Grande do Sul. Tentamos dar sugestões. O Governador nunca ouviu, nunca ouviu o contraditório, sempre acreditou numa coisa e, mesmo não funcionando, continuou acreditando, tanto é que agora é que ele desistiu da política de bandeiras, não é? Mas esse documento que nós entregamos é a prova disso. Lá em setembro, nós entregamos um documento para o Governador propondo uma mudança na política. E a mudança principal era a testagem maciça da população, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diminuir o contágio. É a única maneira de diminuir o contágio – a Coreia mostrou isso com exuberância para o mundo todo. A Coreia tem mais que São Paulo de habitantes, tem 51 milhões de habitantes e tem 1,9 mil mortes. São Paulo está com, sei lá, 120 mil, 130 mil mortes. Então, a Coreia é um bom exemplo. Por que nós não seguimos bons exemplos? Por que nós temos que seguir os que não funcionaram?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Pois é, é isto que eu lhe pergunto: por que o Governo brasileiro não seguiu esse bom exemplo, Ministro?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Porque o Governo brasileiro... O senhor vai me desculpar, Presidente, mas o Presidente está limitado. Quem estabelece a estratégia é o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso! Não faça isso, Deputado!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É o Governador, Presidente, pela lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo amor... Deputado, não faça isso! Deputado! O Ministério da Saúde não tem uma política para o Brasil – sanitária. Essa política que o senhor falou aí nas três respostas antes – eu prestei atenção – que V. Exa. sugeriu ao Governo do Rio Grande do Sul... Se V. Exa. tivesse sugerido para o Presidente, em vez de falar para ele sobre tratamento precoce, sobre imunização de rebanho, se tivesse sugerido uma política pública e tivesse um estudo com cientista, é lógico que isso seria adotado no Brasil. Se está errado ou está certo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E defendido aquisição de vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não temos absolutamente nenhuma política macro no Brasil! O senhor é médico e Deputado. Quem faz a política sanitária do Brasil não é Governador e não é Prefeito. Isso é o Ministério da Saúde, aliás, Ministério da Saúde esse que é inchado, que não tem uma atividade fim no Brasil, não tem atividade fim. Está lá um prédio enorme, de pessoas, e a gente perguntou para o Ministro da Saúde aqui, aquele que não é censor, aquele que comprou uma vacina que era US$10 por US$12: "Ministro, quantos infectologistas o senhor tem no seu quadro?". "Nenhum." É isso, Deputado. É isso, Deputado. O Ministério da Saúde não tem... Agora talvez tenha: uma senhora de Mato Grosso que assumiu, e não sei se ela é infectologista....

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor: tem sete ou oito infectologistas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem, não. Ele disse...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, Senador. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu já lhe dei o nome e vou dar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tenho os nomes. Não foi por ele. Já estamos... Eu nunca vi, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ô gaúcho de Cacequi, meu amigo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou lhe passar os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, mas ele não sabia dizer. É bom que o senhor explique para ele, para o Ministro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda me perguntam por que que ele está sendo investigado. O cara não sabia se tinha infectologista dentro do ministério.

Deputado, o senhor tem uma relação com o Presidente, próxima – tem, o senhor foi ministro dele, o senhor defende... O senhor mesmo disse aqui: "Olhe, tem coisas que eu concordo, tem coisa que a gente não concorda". Isso aí, entre amigos, sempre aconteceu. O senhor não propor isso... O senhor conversou com o Mandetta, o senhor conversou com o Teich, o senhor conversou aí com o Pazuello – que não sabe nem para onde vai uma injeção, imagine entender de ciência e de saúde –, o senhor conversou já com o Queiroga. O senhor fez uma proposta para o Governo do Rio Grande do Sul e não fez uma proposta igual para o Governo Federal?!

Aí é que não dá para entender, não dá mesmo! Você me desculpe, Deputado. O senhor é médico, e o médico preserva a vida – a economia vem depois. O que aconteceu com o Governo é que eles deram prioridade pra economia, achando... A economia, Deputado Osmar Terra, já vinha decadente antes da pandemia. Então, a pandemia não é justificativa para o número de desempregados, não. Nós já vínhamos mal. Nós nunca estivemos bem. Há muitos anos, o Brasil vem numa decadência, aumentando o número de desempregados. A pandemia é justificativa para se dizer que os Governadores é que são culpados, que os Prefeitos é que são culpados... Não! Se tivesse um protocolo nacional, eu duvido que esse protocolo não tivesse sido implantado no Brasil todo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se não fosse o Pronampe, tinha piorado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Pronampe nosso ajudou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a pequena e média empresa – e nós ajudamos muito nisso, porque nós votamos – também não vinha bem, Senador. O senhor sabe disso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, meu amigo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Só um dado importante é que o número de mortes e de infectados é maior na população que acredita mais no Bolsonaro, que é aquela que votou mais em Bolsonaro. Então, significa que tem um efeito Bolsonaro na expansão da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Direto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Direto.

E isso significa desinformação, significa a orientação de quem tem alguma fé pública sendo colocada como um desserviço à preservação da vida e à salvação de vidas. E aí está o resultado.

Não fosse a resistência de Governadores e Prefeitos, estaríamos com mais de 1 milhão de mortes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não tem mentira maior do que dizer que o STF tirou o poder do Presidente. Isso é a maior mentira que existe. Não existe um documento dizendo bem assim: "Olhe Presidente, o senhor não...". Tanto é que não tirou, que o Presidente vai pra motociata sem máscara, faz o que quer, e ninguém faz nada. Se ele não tivesse poder, ele não faria isso. Se ele fosse um cidadão comum, ele não faria isso. Não faria, porque o Governador do Estado ia tomar providência, a polícia ia tomar providência. Então, esse discurso de que se tirou: "Olha, não deixaram...".

Ao Presidente Bolsonaro eu já fiz um apelo e vou fazer novamente. E eu quero que o senhor faça este apelo para o nosso Presidente: o Presidente precisa nos ajudar a vacinar... Ele tem que se vacinar pra dar exemplo – pra dar exemplo! Ele precisa fazer isso. Não é uma questão política – eu contra o Presidente, o Presidente contra mim, não –, até porque tudo isso passa um dia... Se Deus quiser, nós vamos voltar à normalidade, mas, agora, é o momento de se unificar.

Eu fico feliz... V. Exa. está dizendo bem assim: a quantidade de pessoas infectadas no mundo foi o que viabilizou a gente ter uma vacina com mais rapidez. Viabilizou por quê? Porque não era só salvar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

vidas, era o interesse também econômico de se pesquisar e se investir, porque ia ter retorno, coisa que está tendo. Correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso. A questão não é: "Olha, não, o laboratório, a Pfizer está preocupada com o mundo".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobretudo para a Covaxin.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é conversa. Isso é conversa de laboratório. A gente não entra nessa conversa. A gente sabia que, com a quantidade de infectados no mundo, todos os laboratórios iam investir fortunas pra fazer a pesquisa, porque, com certeza, quem descobrisse a vacina primeiro ia ter um retorno enorme financeiro, tanto é que o Brasil já comprou vacina de R$50 que agora está R$80 – essa da Índia, está R$83 a da Índia –, está comprando uma vacina a R$83, a quase US$15. Então, não é essa a questão.

Esse apelo eu lhe faço. Eu sei que o senhor tem relações boas com o Presidente, mas eu acho que o Presidente chegou a hora de fazer autocrítica em algumas coisas. Nós precisamos fazer autocrítica, o ser humano faz autocrítica, todos nós fazemos. Ninguém aqui é o dono da verdade. Eu não sou, o senhor não é, ninguém é. Agora, o Presidente podia dar um exemplo como Chefe da Nação e nos ajudar a vacinar as pessoas.

Hoje mesmo, ele postou aqui: 1,5 milhão da Janssen. Aí o Líder do Governo, o Fernando Bezerra: "Não, nós vacinamos 2 milhões...". Meu irmão, chegaram 1,5 milhão; não dá nem para o cheiro. Isso é 750 mil pessoas que... Aliás, são 1,5 milhão, porque é uma dose só. Vão vacinar 1,5 milhão, mas, se chegassem 100 milhões, 150 milhões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só vacinamos 11% da população, primeira e segunda doses.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso. Nós queremos vacina, e o Presidente pode nos ajudar bastante, Deputado Osmar Terra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Presidente, no momento em que encerro, dizer o seguinte.

Evidentemente, ficamos satisfeitos com as contribuições do Deputado Osmar Terra. Eu quero apenas destacar aqui algumas das contradições que verificamos pelos vídeos, pelas declarações, desmentidos dos próprios vídeos que exibimos aqui. E acho importante repetir aos brasileiros, primeiro, que o *lockdown* funciona, sim, que está provado, diferentemente do que ouvimos, que o *lockdown* não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

piora a contaminação, como aqui foi dito também; que em Manaus não houve imunidade de rebanho, os dados mostram exatamente isso; que a questão da Suécia, citada aqui como referência pelo Deputado Osmar, tem os piores indicadores da região – e ontem o *premier* foi afastado por ter apostado na imunidade de rebanho. Ele também disse que a letalidade da Covid é, mais ou menos, de 0,27%, mas os dados do Epicovid apresentados ao Ministério da Saúde mostram que a taxa é de aproximadamente 1%. E ele diz também que a taxa de reinfecção é pequena, entretanto, análise conduzida por cientistas do Centro Brasil-Reino Unido para Descoberta, Diagnóstico, Genômica e Epidemiologia de Arbovírus sugere que até 31% dos indivíduos que contraíram a Covid em Manaus, após janeiro de 2021, quando a cidade foi atingida pela segunda onda da doença, correspondem a caso de reinfecção pela nova variante P1. E o Supremo não eximiu o Presidente da República de responsabilidade, como aqui já colocou o Presidente Omar Aziz.

Por enquanto, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Otto Alencar, por 15 minutos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Srs. Senadores e Senadoras, quero saudar o nobre Deputado Federal Osmar Terra, corrigindo os números que S. Exa. passou aqui, sobretudo quando ele falou agora, recentemente, que a Argentina já tinha 420 mil óbitos...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Não, proporcionalmente ao Brasil.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. V. Exa. disse 420 mil. Está errado. São 90 mil óbitos, mais ou menos.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Pegue o vídeo e o senhor vai ver que eu falei 420 mil, proporcional...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – São 90 mil óbitos. O senhor falou errado. Não falou...

A não ser que o senhor esteja confundindo taxa de mortalidade com taxa de letalidade. O senhor sabe como se mede a taxa de mortalidade?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, eu vivi isso muitos anos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, estou perguntando ao senhor: o senhor sabe como mede a taxa de mortalidade?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu sei, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como é que mede?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu sei, Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas diga, por favor.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O senhor está querendo saber?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como é que mede a taxa de mortalidade?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A taxa de mortalidade é pelos habitantes...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não, senhor. É por mil...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, senhor. Sim, senhor...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por mil pessoas de cada localidade.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Por um milhão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. Por mil pessoas.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Por um milhão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, por mil.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, por um milhão. Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Claro, o senhor pode olhar que é por mil... Espere aí...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, vamos fazer uma discussão, vamos fazer uma *live s*obre isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A taxa de mortalidade é por mil, mil pessoas. Espere aí! Letalidade é uma coisa, mortalidade é outra, Deputado. Tenha paciência, tenha paciência.

O senhor disse aí que eram 420 mil mortos, que estavam chegando próximo ao Brasil. Não é! A Argentina tem 50 milhões de habitantes e 90 mil óbitos.

Agora, a taxa de letalidade na Argentina é um pouco maior que a taxa de letalidade do Brasil. O Brasil está com uma taxa de letalidade de 2,8, e a Argentina está mais que o Brasil.

Então, por isso, eu quero dizer ao senhor que a taxa de mortalidade é medida por cada mil habitantes em determinada localidade, não é? Então, essa é que é a taxa de mortalidade. A taxa de mortalidade no Brasil é que está chegando a esse número aí de 502.817 mortos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa que eu queria falar com o senhor é o seguinte. O senhor comparou a evolução de uma virose como a zika e como a dengue com a do coronavírus. É completamente – o senhor comparou no início aí –, é completamente diferente...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu citei... Bom, tudo bem, depois eu respondo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por quê? Qual é a diferença entre um e outro? A diferença, Deputado, é que a transmissão do Covid-19 é pessoa por pessoa. A zika e a dengue têm um hospedeiro intermediário, que é o mosquito. É por isso que não se fez vacina, porque é só combater o mosquito, e não tem a vacina. Se fez teste *in vitro* para a vacina, mas é muito mais fácil combater o mosquito do que ir atrás da vacina. Matou o mosquito, acabou a dengue, acabou a zika. O senhor comparou zika e dengue com coronavírus, em que a transmissão, Deputado, é pessoa por pessoa. É completamente diferente do que o senhor falou aí. Sinceramente, não dá para o senhor orientar o Presidente da República. Não dá!

Por exemplo, o senhor falou em variantes que chegaram e aumentaram o número de óbitos. Não foi isso. Quando surgiu a P1 em Manaus, Deputado Osmar Terra, nós já tínhamos mais de 320 mil óbitos, mais ou menos isso; foi em fevereiro. A P1 surgiu no dia 17 de fevereiro de 2021. O Brasil já tinha mais de 300 mil óbitos; foi quando surgiu a P1 lá em Manaus. Pode checar aí: 17 de fevereiro de 2021. O senhor falou que depois das variantes é que se perdeu o controle. Não, não foi isso, não! O controle da doença se perdeu por aquilo que nós vimos aqui, o senhor falando em imunidade de rebanho por contaminação. Sabe o que significa isso, Deputado? É que 5% das pessoas vão ter a forma grave; e a forma grave, a pneumonia virótica, a tromboembolia mata; 5%, no mínimo 2,5% vão a óbito, são aqueles óbitos ali. A imunidade de rebanho, para se conseguir, num país da dimensão do Brasil, com duzentos e tantos milhões de habitantes, só se consegue por vacinação. Se fosse para conseguir com imunidade de rebanho, morrendo 2,5%, 3% da população, faça a conta para o senhor saber quantos óbitos nós iríamos ter no Brasil. Milhões de pessoas! Então, essa é uma atitude que eu digo ao senhor que não teve respaldo científico.

Eu não quero, Sr. Deputado, eu não quero de maneira nenhuma colocar nenhuma palavra dura, mas não teve nenhum respaldo científico a sua fala sobre imunidade de rebanho. Para ter imunidade de rebanho, Deputado, tem que ter conhecimento científico de como procederia e de como procede o coronavírus.

Por exemplo, o senhor falou na MERS-CoV em Hong Kong e numa parte da China. Eu pergunto ao senhor: o senhor tem conhecimento de por quanto tempo os infectados desenvolveram anticorpos? O senhor sabe?

O SR. OSMAR TERRA – É pergunta, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É pergunta. Estou perguntando se as pessoas que tiveram SARS-CoV em Hong Kong e em parte da China desenvolveram anticorpos e, se desenvolveram, qual foi a duração dos anticorpos.

O SR. OSMAR TERRA – Senador, eu li um trabalho sobre isso que mostra que, 18 anos depois, a população ainda está com anticorpos, as pessoas que se infectaram. Vamos comparar os trabalhos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não procede, não procede, Deputado.

O SR. OSMAR TERRA – É a sua opinião.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não procede de maneira nenhuma! Essas pessoas que foram contaminadas tiveram anticorpos entre oito meses e dois anos, até porque... Eu devo dizer ao senhor que o senhor falou que só teve essa manifestação da Covid, do coronavírus, e teve também a manifestação na Ásia Menor.

O SR. OSMAR TERRA – Eu falei...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, o senhor falou só Hong Kong.

O SR. OSMAR TERRA – ... o senhor não ouviu.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só Hong Kong. Teve em 2012, 2013 e 2014 na Ásia Menor, que é o MERS-CoV, que é exatamente aquela síndrome respiratória do Oriente Médio. Nessa época – eu quero sempre dizer isso para que usem máscara –, as mulheres árabes usavam a burca e se protegeram mais do que os homens. Os homens se contaminaram muito mais do que as mulheres. Digo isso para que quem está assistindo use a máscara, não faça como o Presidente da República fez.

Então, nesse período lá... Da mesma forma, foram pesquisados anticorpos, e os anticorpos não ficaram por muito tempo no organismo das pessoas. Portanto, essa questão de dizer que faz imunidade de rebanho...

Primeiro o senhor tinha que saber: se tivesse imunidade de rebanho, por quanto tempo os anticorpos do coronavírus ficariam no organismo da pessoa. Ninguém sabe isso, muito menos o senhor! Então, o senhor dizer que vai ter imunidade de rebanho sem conhecer cientificamente esses dados... Não é coisa de responsabilidade! Sinceramente, com todo respeito que tenho ao senhor.

Mas vou fazer uma pergunta simples também, para que o senhor possa responder.

O senhor sabe o que significa memória imunológica?

Pode olhar no celular...

O SR. OSMAR TERRA – Sim, eu sei, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe o que é memória imunológica?

O SR. OSMAR TERRA – Eu sei, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode dizer então.

O SR. OSMAR TERRA – É a memória das células.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, mas eu... Memória das células? Não é isso!

O SR. OSMAR TERRA – O senhor está querendo me desqualificar?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, desqualificar não. O senhor está respondendo errado!

O SR. OSMAR TERRA – O senhor está querendo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu estou dizendo que o senhor está respondendo errado.

O SR. OSMAR TERRA – Então...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou explicar ao senhor.

O SR. OSMAR TERRA – Explique, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se quiser eu paro, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês são dois colegas médicos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se quiser eu até paro, porque, quando eu fiz aqui as perguntas científicas à Dra. Nise...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, e eu recebi o processo e o senhor também. Eu estou com medo de outro!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não quero desqualificar, eu quero a resposta certa. Se não vier a resposta certa, eu tenho que dizer que está errado.

Mas eu vou até... Se for para continuar assim, o senhor achando que eu quero desqualificá-lo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou parar de perguntar, porque eu não quero, de maneira nenhuma, desqualificar o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Otto, o senhor teve a oportunidade, sexta-feira passada, de debater com dois cientistas e não veio aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olha, eu não estou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só estou lhe dizendo isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não estou me dirigindo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Você teve oportunidade e não veio aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olha, Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Questione seus colegas. Ele não veio aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não estou me dirigindo ao senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por que não veio?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não vim...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Respeite o seu colega.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não compareci...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Respeite o seu colega.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu não compareci nem na...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador, deixe-me responder ao senhor com educação.

Eu não compareci nem na dos que eram contra o tratamento precoce, nem compareci também na dos que eram a favor, porque eu tive um compromisso no meu Estado. Só não compareci por isso.

Gostaria de comparecer para o debate. Eu estou preparado para debater. Não compareci por isso. Portanto, não houve nenhuma maneira de fuga, absolutamente. Não tenho esse estilo. Eu tive um compromisso no meu Estado na sexta-feira, tanto que eu não compareci nem na vez dos que falaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra o tratamento precoce, nem também compareci na dos que eram a favor. Foi só isso. Então, não estou tratando mal o Deputado, estou perguntando as coisas, mas, se é para parar, eu vou parar.

Então, a memória...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não precisa parar, Senador. Pode continuar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor está achando que eu estou desqualificando o senhor, eu vou parar.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O senhor tem uma versão, eu tenho outra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu tenho a certa, o senhor tem a errada.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É, o senhor está sempre certo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A diferença é essa.

Então, a memória imunológica, Deputado, é quando o organismo da pessoa recebe um antígeno, esse antígeno vai provocar uma reação de formação de anticorpos ou não. Como é que formam os anticorpos quando o organismo recebe aquela informação? O senhor sabe?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O senhor pode completar o raciocínio, depois eu lhe respondo então.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois bem, o Linfócito B – o senhor sabe o que é linfócito B – recebe essa informação, ele vai para uma variante formando uma célula plasmática. As células plasmáticas são as células que produzem os anticorpos. É isso que eu queria dizer ao senhor. Isso é uma coisa científica.

Por que eu estou dizendo isso ao senhor? Porque, para defender a imunidade de rebanho, tem que saber a duração de anticorpos, se forma anticorpos, como vai formar. Tem pessoas que contraem a doença, Deputado, e não desenvolvem os anticorpos.

O senhor falou, por exemplo, de fazer o exame sorológico IgM e IgG, se está alto ou baixo; e até o senhor falou, de forma correta, que esse exame sorológico não dá a condição de a pessoa dizer: "Eu estou imune. Eu não vou contrair mais a doença". Se ele tiver uma carga viral alta, e esse vírus for para a mucosa da boca ou nasal, ele vai contrair a doença outra vez. Depende muito da carga viral. O exame sorológico não define; o exame que dá uma definição de imunidade celular é o exame de pesquisa de anticorpos neutralizantes. Se você fizer e tiver realmente uma quantidade de anticorpo neutralizante alta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

você pode dizer: "Eu estou imunizado". O senhor falou até certo: esse IgM e IgG não dá absolutamente a garantia, o senhor não concorda comigo?

Concorda, ele está dizendo que concorda.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas é um indicativo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exato, mas não é a imunidade.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Precisa ser mais específico.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Até porque, Deputado Osmar Terra, nós estamos tratando de uma doença nova que a ciência ainda não tem todos os dados clínicos, manifestações clínicas, sequelas que ficam no organismo das pessoas. Se fala em sequela de ordem psicológica, cardíaca, do pulmão, sim, faz a fibrose pulmonar, pode dar insuficiência renal... Tudo isso é uma coisa nova e, por ser uma coisa nova, Deputado, não merecia o ano passado se receitar hidroxicloroquina pelo Ministério da Saúde, botar TrateCov e uma pessoa jurídica passar um remédio para o Brasil inteiro, TrateCov, "tome essa medicação que você fica bom". Se for um médico que aviar uma receita, tudo bem. Se ele quiser passar hidroxicloroquina, mas tratar pelo Ministério da Saúde, no *site* do Ministério da Saúde... Eu ouvi dizer que não aumenta, que quem tem arritmia pode tomar hidroxicloroquina? Não pode tomar. Não pode tomar, porque arritmia... O senhor deve... É cardiologista, o senhor?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu conheço cardiologia bastante. Eu sou clínico.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É cardiologista. O senhor sabe, então. Quem tem arritmia... Arritmia é uma doença que – o senhor sabe – é dose dependente, ou seja, se o senhor toma, se você tem arritmia e toma uma medicação que aumenta a arritmia, a proporção que o senhor aumenta, vai tomando, o intervalo QT vai aumentando. A pessoa pode ter parada cardíaca e morrer. Então, é por isso que não pode dar receita do TrateCov no *site* do Ministério da Saúde. Fazer um eletrocardiograma, controlar o doente, tudo bem. Não tem efeito a hidroxicloroquina, não tem nenhum, absolutamente nenhum. Não tem, está comprovado. Só o Brasil e o Presidente da República e os seus seguidores ainda teimam com isso. Não tem outro lugar no mundo que está teimando com hidroxicloroquina, país de primeiro mundo. Estou falando aqui de países de primeiro mundo.

Então, essa situação é uma situação que eu quero dizer ao senhor que eu jamais me pautaria para dizer assim: "Olha, vai ter imunidade de rebanho por contaminação". Se tivesse imunidade de rebanho no Brasil, 215 milhões, para ter um índice, uma taxa de letalidade de 2,8%, faça a conta de quantos milhões de brasileiros iam morrer. E a imunidade de rebanho – o senhor sabe, tanto quanto eu, aliás, o senhor falou isso aí – só virá com a vacinação, quando nós atingirmos aí em torno de 70% do povo brasileiro vacinado. Estamos com 11% do povo brasileiro vacinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não há como negar que houve, lá atrás, a negação de não comprar vacina, isso é óbvio. Está claro!

E também eu vi aqui o Senador falar que a CPI não trouxe nenhuma vantagem... Quando o Randolfe, Deputado, fez o requerimento e 28 assinaturas foram conseguidas, inclusive a minha assinatura, isso foi em fevereiro. Fevereiro. Depois demorou, teve a decisão do Ministro Luís Barroso. Quando aconteceu isso em março, foi quando o Presidente da República tomou a decisão de assinar contrato pra comprar vacina, quando tomou a decisão de demitir o Pazuello, o general que não entendia absolutamente nada de saúde pública, completamente despreparado para essa atividade e também com essa demissão foi tratar de fazer aquilo que é fundamental, que era a compra de vacinas para imunizar o povo brasileiro. Então, se tem vacina no Brasil hoje, teve pela pressão, pela pressão que o Presidente recebeu da Comissão Parlamentar de Inquérito, que hoje investiga todos os erros que foram feitos, do ponto de vista médico-científico.

Nós estamos numa década, Deputado... Eu estou lendo um livro agora, *O Novo Humanismo*. Não sei se o senhor está lendo esse livro. Eu esperava que esta década, e talvez este século também, fosse o século da razão, da ciência e do humanismo. O senhor pode ter certeza de que – eu sei que o senhor sabe disso – o nosso País não está sendo governado pela razão, nem pela ciência, nem pelo humanismo, porque, se fosse pelo humanismo, não haveria tanta grosseria por parte do chefe da Nação.

Eu não quis, de maneira nenhuma, desqualificar o senhor. E, se o senhor pensou assim, eu lhe peço desculpas.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, eu quero lhe agradecer até pelo seu gesto. Eu acho que nós somos colegas e nos entendemos, como o Senador Omar Aziz falou, e podemos ter divergências.

Eu só queria lhe dizer o seguinte: o senhor já ouviu falar no oseltamivir?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Oseltamivir. O oseltamivir é o Tamiflu.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Tamiflu é a droga que foi...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não, não estou lhe pedindo para explicar, não estou questionando.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... droga de escolha para a H1N1.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Agora, agora estão se pesquisando vários antivirais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... para o Coronavirus.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tomara que descubram um antiviral que resolva tudo, não é, Senador?

Mas eu vivi esse drama do oseltamivir quando eu coordenei o H1N1 lá. O primeiro lugar do Brasil em que entrou foi o Rio Grande do Sul, e a gente não sabia nem como como lidar direito com a epidemia. E era uma pressão enorme de médicos, todo mundo cobrando o oseltamivir, que sumiu das farmácias. O Tamiflu sumiu, tinha que se comprar no Uruguai. As pessoas tomavam e se sentiam melhor e tal e achavam que o oseltamivir curava.

Um estudo, uma revisão sistemática, uma metanálise feita quatro anos depois mostra que o oseltamivir não salvou uma vida, não teve impacto em salvar vidas, apenas reduziu os sintomas. Foi um remédio aplicado de forma experimental, vamos dizer assim, que foi feito, que tinha resultado. As pessoas se sentiam bem e usavam. Por que não usar? Então...

Mas foi um drama. O Ministro Temporão era questionado – na época, ele era o Ministro da Saúde – até pela Opas: por que ele não estava dando o oseltamivir.

Então, eu acho que a hidroxicloroquina, a ivermectina... Esses medicamentos, Senador, eu tomei quando eu fiquei doente, como tratamento prévio, vamos dizer assim, tratamento inicial. Eu tomei e talvez, se eu não tivesse tomado, teria morrido, não sei. Mas é melhor tomar do que não tomar.

Eu acho que o que o senhor fala do aumento do QT na parte cardiológica, a experiência que se tem é de que 250 milhões de pessoas tomam todo ano a hidroxicloroquina – eu não estou defendendo – para malária; mais milhões de pessoas tomam pra síndromes autoimunes, né? E os médicos cardiologistas que acompanham, como é o caso daquele que apareceu no vídeo lá... Ele me falou antes, eu não conhecia o rapaz, o colega, e ele falou que ele não tem nenhum caso de morte, nenhum caso de arritmia grave com tratamento inicial.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Deputado, se o senhor me permite, o Ministro da Saúde, sentado onde o senhor está – eu perguntei a ele –, disse que só aplicaria, só daria hidroxicloroquina a um paciente se fizesse eletrocardiograma antes...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Bom, tudo bem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... por causa da arritmia.

A Dra. Nise Yamaguchi, quando eu perguntei a ela, disse que só daria se fizesse, no mínimo, um eletrocardiograma ou um ecocardiograma antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É uma decisão do médico.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como eu falei com o senhor, essa doença é dose-dependente. Eu expliquei ao senhor o que é dose-dependente. Quanto mais você toma a medicação, mais a arritmia vai aumentando – se ela altera isso. Por isso, tem que fazer eletro, tem que controlar.

Qualquer médico responsável, antes de aplicar, se for aplicar, e é ineficaz, aplica e faz um eletrocardiograma. Agora, o senhor falou do Tamiflu, Tamiflu é um antiviral, não é um anti-inflamatório como a hidroxicloroquina, que serve para tratar artrite e lúpus. A Aids. Se usa para Aids o quê? Um antiviral. Não se usa um anti-inflamatório para Aids. É isso que eu quero mostrar para que as pessoas tomem consciência.

Para a Covid-19, vai-se encontrar, nesses seis meses, oito meses, um antiviral, não vai ser um anti-inflamatório com propriedades como a hidroxicloroquina. É nessa discussão que, às vezes, a gente fica debatendo... Eu respeito a convicção do senhor, e o senhor tem que respeitar a minha também, porque eu tenho as minhas e o senhor tem as do senhor. Agora, eu tenho certeza absoluta de que o que se vai encontrar de medicação de escolha – e o senhor sabe o que é medicação de escolha: é aquela medicação adequada para a doença – vai ser um antiviral, não vai ser um anti-inflamatório. Tenho certeza absoluta disso. Aliás, já tem pesquisa, um laboratório em Boston já desenvolvendo um antiviral, que, certamente, com seis, oito meses, não sei se vai estar aqui Brasil, mas será uma medicação como o Tamiflu, que as pessoas, quando tiverem a doença e fizeram o teste, vão tomar e, com fé em Deus, vão ficar boas da doença.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Otto, Deputado Osmar...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Posso terminar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vou garantir a V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Eu queria... Eu acrescentei, inclusive, dois minutos ao tempo de V. Exa., então, queria acrescentar três minutos para que o Deputado Osmar pudesse concluir, para nós passarmos à longa lista de inscritos que temos aqui, e devolvo já a palavra ao Sr. Presidente.

Deputado, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu só queria fazer uma referência aqui ao que nós conversamos antes, Senador. Há um trabalho publicado na *Nature* analisando a imunidade, a longa imunidade dos casos de SARS e um ano de imunidade dos casos de Covid. Então, tem estudos, estão em andamento – estão em andamento –, sobre isso, mostrando que existe.

Quanto ao Ministro não ser da área da saúde, eu acho que o ideal seria que tivesse um... Um profissional da área da saúde? Tudo bem! Mas já tivemos grandes ministros que não eram da área da saúde. O Senador Serra é um deles; é um economista que foi um grande Ministro da Saúde. O Ministro Ricardo Barros, que agora é o Líder do Governo na Câmara, também foi um grande ministro, fez um bom trabalho como Ministro da Saúde. Então, eu acho que não é necessário a pessoa ter uma qualificação específica para ser ministro de uma área. Ele precisa é ter uma boa equipe, entender do assunto, estudar o assunto e procurar, como os outros ministros fizeram.

Em relação a esses remédios, eu quero lhe dizer o seguinte...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor considera que o Pazuello foi um bom ministro?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu acho que o Ministro Pazuello, eu conheci o Ministro Pazuello como responsável pelo atendimento aos refugiados em...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, mas eu estou falando como saúde, não é?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Deixe eu falar, deixe eu falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sabe por que, Deputado? Deputado... Sabe por que, Deputado? Porque ele sentou aí e disse, textualmente, que não entendia nada da Covid-19. Eu perguntei, e ele disse que não entendia. Sabe o que ele falou? Eu não quero agredir a Medicina, portanto, eu não entendo nada dessa doença.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Ele tem que ter uma... Qualquer Ministro...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Uma pessoa que não entende nada da doença pode ser o primeiro, o responsável, a maior autoridade sanitária do Brasil? Sinceramente! Ele disse que não sabia o que era o SUS, não sabia o que era o Sistema Único de Saúde, Deputado! Olha, é quase indefensável...

Eu não quero aqui destratá-lo, de maneira nenhuma, o ex-Ministro, não tenho por que; tenho que respeitá-lo, mas, do ponto de vista do entendimento da doença... Aliás, devo dizer ao senhor que ela, desde o início, não foi tratada como deveria ser tratada. Uma doença chegou de avião, da classe A, da classe média alta, chegou nos locais certos. Era para se fazer barreira sanitária, conter essa população pra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se estender pelas classes sociais e não ter o que nós estamos vivendo hoje, que é uma realidade dramática – uma realidade dramática.

O senhor sabe que, naquele número ali, 502 mil óbitos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pra concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... mais de 70% são pessoas de mais de 60 anos de idade, que tinham uma aposentadoria, eram provedores da família, e, pelas ruas do Brasil, andam órfãos, viúvas, viúvos, netos sem os avós. Isso é muito doloroso, e o senhor, que é médico, sabe mais ainda. Qual é a maior tristeza de um médico, Deputado? É assinar o atestado de óbito. Assinar o atestado de óbito é se render à doença.

Quinhentos e dois mil, oitocentos e dezessete médicos assinaram atestado de óbito, e esses médicos deveriam ser respeitados pelo Presidente da República quando ele duvidou do número de óbitos que estavam no Tribunal de Contas da União. Isso é uma falta de respeito com os meus colegas, e eu faço esse protesto aqui. Ninguém vai assinar o atestado de óbito morrendo alguém por Covid-19 se ele não teve a doença, ele não foi infectado, ele não teve uma forma grave da doença.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto.

Pois não, pode concluir.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu só queria dizer isso: eu acho que os medicamentos como hidroxicloroquina, eu acho que pode até no futuro se ver que não tinha um grande efeito, mas as pessoas que estão tomando relatam, têm um acompanhamento *off label*. Era um remédio que foi feito pra malária, pra infecção, e hoje é muito usado pra síndromes autoimunes – completamente diferente.

Só dar uma informação aqui: o Primeiro-Ministro da Suécia, derrotado no Parlamento em moção de censura, o estopim pra essa manobra dos adversários e ex-aliados do *Premier* foi a decisão do Governo de suspender o congelamento de aluguéis – medida adotada durante a pandemia.

Só pra esclarecer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Desculpa, já cumprimentando V. Exa., os demais membros e o ex-Ministro e Deputado Osmar Terra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas eu não entendi a última fala em relação à questão de aluguel, desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O estopim pra manobra que levou ao voto de censura o ministro da Suécia foi de ter suspendido o congelamento de aluguéis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa, por 15 minutos. Depois, o Senador Tasso Jereissati, remotamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores... Deputado Osmar Terra, seja bem-vindo.

Eu vou ter que, aqui, contestar várias informações que V. Exa. deu, até pra que as pessoas que estão em casa não fiquem mal-informadas.

Primeiro, quero reafirmar: na Suécia houve uma comissão de investigação para analisar a condução que o Governo sueco tomou no início da pandemia, que ele depois mudou, mudou completamente essa orientação. Essa comissão de investigação chegou à conclusão de que o Governo demorou a fazer testes, falhou em proteger idosos e não adotou uma estratégia que fosse coordenada.

No início, nós tivemos, com as medidas de isolamento, um nível que chegou a 2%; posteriormente, aumentou para 5,5% em 28 de fevereiro; chegou a 14% em 9 de março; já no final de março, foi elevado para 59%; e depois esse índice foi elevado para 70%, sendo mantido nesses patamares até o final de maio de 2021. Atualmente, com o controle da pandemia, o índice é de 54,6%.

Agora, veja o que aconteceu aqui, Deputado.

Aqui em cima é o número de mortes na Suécia, por milhão de pessoas; aqui, é na Dinamarca; aqui, é na Finlândia; e, aqui, é na Noruega – países com condições extremamente semelhantes, tanto do ponto de vista social, econômico, sanitário. Portanto, essa informação que V. Exa. trouxe aqui... Não é boa referência a Suécia como caso. Aqui, por exemplo, nós temos resultados que demonstram claramente que a Suécia não foi bem.

Segundo, com relação à Coreia... O caso da Coreia, o caso da China, que já tinham inclusive vivenciado epidemias muito fortes, não é? Eles já tinham *know-how*, e esse *know-how* poderia ter sido adotado aqui. Tudo que V. Exa. defendeu o Governo brasileiro não fez. O que é que foi feito ali na Ásia? Primeiro, diagnóstico precoce. Diagnosticou precocemente; isolamento dessas pessoas. Testagem em massa. Não foi somente na Coreia; na China também. A cidade de Wuhan, chegou a ser testada duas vezes toda a população de Wuhan. Aqui no Brasil, os testes que compraram não prestaram e estão se estragando. Essa foi a orientação que o Governo brasileiro teve. Além de que, uso de máscara nesses países – uso de máscara; aqui o Presidente é contra... E a vigilância digital: você, na China, para entrar em um *shopping* tem que pegar ali aquele código de barras – código de barras, não; tem um nomezinho – para saber onde você andou, porque, se aparecer alguém que contactou com você e que teve a doença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão lá atrás de você. Eu tenho até uma certa dúvida se isso é uma coisa boa do ponto de vista da liberdade individual, mas numa guerra vale tudo. Aqui no Brasil nós não tivemos nada disso.

Outra coisa que é importante dizer, Deputado, quando V. Exa. fala de Manaus... Em Manaus nós tivemos o ápice da primeira onda por volta do mês de abril. Chegamos a 11.758 casos e 413 óbitos em uma semana. Isso no mês de maio. Passou o processo, mas a quantidade de pessoas acometidas pela doença continuou: 4,5 mil casos, 100 óbitos por semana. Nós ouvimos aqui o Secretário de Saúde dizer que em setembro já estava começando a haver um processo atípico de aumento do número de casos – ele falou, inclusive, nas classes médias altas.

Portanto, nunca houve o que V. Exa. defendeu como uma situação em que quase que uma imunidade de rebanho havia se instalado. O Epicovid, por exemplo, que foi feito de 14 a 21 de maio, lá atrás, mostrou que só 12,5% das pessoas entrevistadas tinham anticorpos. Então, essa ideia da imunidade de rebanho, inclusive, nesse caso, ela é muito grave, ela é muito equivocada.

Aqui, tem um outro estudo que estou com ele aqui, agora, feito – Centro Brasil-Reino Unido para Descoberta, Diagnóstico, Genômica e Epidemiologia de Arbovírus – que sugere que até 31% dos indivíduos que contraíram a Covid-19 em Manaus, após janeiro de 2021, correspondem a casos de reinfecção; ou seja, essa imunidade por transmissão é muito falha. O indivíduo, em muitos casos, em pouquíssimo tempo, já não tem os anticorpos. Então, ou é vacina, ou é nada – ou é vacina ou é nada! E este Governo irresponsável não investiu na vacina.

Agora, existe uma coisa importante: V. Exa. é um grande influenciador; influenciou o Presidente da República. Basta a gente olhar, por exemplo, as previsões que V. Exa. fez de quando é que acabaria essa pandemia, e a gente vai vendo que a posição do Presidente da República vai acompanhando isso. Ele disse lá, abril de 2020: "A epidemia no Brasil vai acabar em abril de 2020". Depois, V. Exa. sugeriu que era maio de 2020; depois, V. Exa. sugeriu que era junho de 2020; depois, julho de 2020; depois, novembro de 2020; e, depois, janeiro de 2021. E a epidemia só faz crescer.

O Presidente da República, inclusive, quando ignorou as tentativas da Pfizer de vender vacina, do Butantan de garantir vacina, ele estava baseado nessas previsões. No fim do ano, com a camisa de um time de futebol, lá no Alvorada, ele disse: "Esse vírus está indo embora", quando, na verdade, chegou uma segunda onda que matou mais gente do que a primeira onda.

Então, veja, eu não sou Relator, mas, no mínimo, V. Exa. é autor intelectual de boa parte dos problemas que nós estamos vivendo hoje, no Brasil, porque influenciou aquele cidadão que está lá no Palácio do Planalto e no Palácio da Alvorada.

Outra coisa, vamos acabar com essa discussão de que o STF proibiu o Presidente Bolsonaro de fazer o que devia fazer. V. Exa. é uma pessoa inteligente – lhe conheço há muito tempo –, não repita isso, porque V. Exa. sabe que não está dizendo o que, de fato, ocorreu! O que o Supremo decidiu é que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República não podia desmontar aquilo que os Estados e os Municípios estavam fazendo concorrencialmente para enfrentar a pandemia. O que o Presidente queria era passar por cima dos governos estaduais e das prefeituras para adotar a estratégia dele da imunidade de rebanho.

Portanto, eu queria fazer aqui duas perguntas a V. Exa. A primeira: qual é a avaliação de V. Exa. sobre a utilização desses medicamentos que, comprovadamente, não têm eficácia contra a Covid-19? Esses medicamentos que não têm eficácia contra a Covid-19, V. Exa. tomou, vai tomar? Orientaria ou não?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Eu acho que o Senador não estava aí quando respondi ao Senador Otto Alencar, que me fez a mesma pergunta. Eu tomei, tomaria de novo, se precisasse, se tivesse a doença, porque não tinha nada pra fazer a não ser ficar esperando e tomar dipirona.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Hoje V. Exa. tomaria de novo?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, tomaria. Tomaria. Não teria nada pra fazer a não ser ficar esperando.

O senhor já leu a bula da dipirona? O senhor já leu a bula da dipirona?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu já li no passado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim. Eu não estou lhe questionando. Só estou fazendo uma figura de retórica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Todos os medicamentos têm contraindicações.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A bula da dipirona mostra tragédias enormes que podem acontecer com quem toma, muitas patologias, inclusive, de sangue...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, se você estiver com uma dor de cabeça e tomar uma dipirona, ela tem efeito.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tem efeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se você estiver com Covid e tomar cloroquina, não tem efeito nenhum.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, isso... Tem milhares de médicos que estão usando *off label* e dizem que tem. É uma discussão, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Alguns até beneficiados.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu acho que nós devíamos procurar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Alguns até beneficiados.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Como o Tamiflu, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O Tamiflu, quatro anos depois da pandemia do H1N1, se mostrou, nos estudos de metanálise, ineficaz pra evitar mortes, e nós só dávamos Tamiflu. Era é a única coisa que tinha pra fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor se infectou quando, Deputado?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Eu me infectei em... Eu tive o primeiro sintoma no dia 14 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em novembro, já existiam vários estudos científicos em relação à cloroquina, vários aí... A OMS já tinha...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tem uma discussão. Sobre ivermectina tem estudos publicados agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. É só pra lhe fazer uma outra pergunta. O senhor foi internado?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, eu fui internado uma semana depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E qual... O senhor pode dizer o nome do hospital em que o senhor se internou?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Hospital São Lucas da PUC, em Porto Alegre?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da PUC. Deve ser um hospital bom.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bom. E deve ter bons médicos.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram os médicos que prescreveram cloroquina para o senhor lá, os que estavam lhe atendendo?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, os que me atenderam no hospital, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas o senhor... Veja bem...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Quem me prestou o primeiro atendimento me receitou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Tudo bem.

O senhor foi pra UTI?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Fui pra UTI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque o senhor teve comprometimento pulmonar ou qual foi...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Oitenta por cento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Então, a cloroquina não lhe ajudou muito, não. O que lhe ajudou foi o bom hospital que o senhor tinha, os bons médicos que estavam lhe atendendo. Se o senhor teve 80% de comprometimento do pulmão, a cloroquina não fez efeito, porque a cloroquina, segundo a tese de quem defende tratamento precoce – ou vamos lá, como vocês estão dizendo agora, vocês estão dizendo que antes era tratamento precoce e agora é tratamento inicial –, é pra que você não tenha comprometimento de ir para a UTI. É essa tese.

Veja bem que a tese do próprio Dr. Osmar, Deputado Osmar... Ele foi para um bom hospital da PUC – eu não conheço a PUC do Rio Grande do Sul –, que deve ter bons médicos, coisa a que poucos brasileiros têm direito infelizmente. Não são bons médicos, bons médicos nós temos vários, bons hospitais nós não temos. Então, esse é o caso. Segundo, mesmo tomando cloroquina, Senador Humberto, ele teve 80% do pulmão comprometido, coisa que também quem não toma tem. Correto? Ou tem até menos, porque isso varia entre as pessoas. Não é a cloroquina. Por isso é que eu estou dizendo... A gente está prescrevendo... A gente não, tem gente prescrevendo remédio... E o senhor está me dizendo que não foram os médicos da PUC. O senhor disse pra mim que tomou por iniciativa, mas eu acho que a cloroquina... O senhor disse há pouco: "Olha, eu não sei, ela pode ter salvado a minha vida". Olha, eu acho muito difícil, porque quem realmente lhe ajudou foram os profissionais de saúde do Rio Grande do Sul e o hospital em que o senhor se internou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só para eu terminar, Presidente, me dê um tempinho aí a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. concorda com a afirmação do Presidente Bolsonaro de que protege mais adquirir a doença e o vírus do que a vacina?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tá, eu vou responder tudo? Ou vou por etapa? O que o senhor prefere?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, pode responder a essa pergunta, e eu já vou terminar.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Primeiro quero lhe contestar sobre a questão da reinfecção.

O senhor mostrou um estudo aí. Eu tenho contato com os hospitais e tive contato, inclusive, com os hospitais lá no Amazonas, no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul teve um surto de P1 grande, igual, parecido com o do Amazonas – não chegou, porque a rede hospitalar do Rio Grande do Sul proporcionalmente é maior do que a de Manaus, por exemplo. Então, em Porto Alegre, é maior que Manaus a rede. Mas isso não quer também... Não significa nada, porque hoje os indicadores de saúde de mortalidade do Rio Grande do Sul são altíssimos. Não adiantou nada toda a estratégia montada pelo Governo lá. Mas ao Hospital Conceição – que nós fomos, os dois, do conselho do Conceição, juntos, quando o senhor era Ministro e eu era Secretário de Saúde –, eu pedi um levantamento dos funcionários e dos internados, no Conceição, desde o início da pandemia: quantos se reinternaram, quantos tiveram o quadro de novo da pandemia. É 0,6%. Não é 31%. É 0,6%.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou falando de Manaus, de um estudo feito em Manaus.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu estou dizendo que, se é a mesma P1, pode ter relação. Eu acho que isso ainda é uma coisa que vai ter que ser estudada.

Mas é importante saber isso, Senador, porque, senão, as vacinas não têm eficácia. Se tu tomasses... Se há reinfecção de pessoa que pegou o vírus... O senhor acha que uma pessoa que... O senhor, como médico – eu vou lhe perguntar como médico –, o senhor acha que uma pessoa que pegou o vírus, foi infectada pelo vírus, como eu peguei, com 80% de comprometimento pulmonar, uma quantidade grande de vírus, uma carga viral grande, o senhor acha que eu tenho... Eu vou ter mais anticorpo? Os meus anticorpos vão ser menos do que os de alguém que tomou uma vacina com 50,3% de eficácia?

Eu não... Eu estou defendendo a vacina aqui, entendeu? Eu estou dizendo que os anticorpos se formam das duas formas, e a vacina é um vírus atenuado – ou é um pedaço do vírus, ou é um vírus atenuado. Então, se tem reinfecção para quem pegou lá em Manaus, tem para quem faz vacina também. Então, não termina nunca essa pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas veja a diferença de proporção...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Bom...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A diferença de proporção é muito grande.

Mas eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é diferença. Não é diferença: você tem que explicar para quem está te vendo neste momento que o Dr. Osmar Terra disse o seguinte: que não há diferença. Há, sim, doutor: quem se infecta com o vírus pode morrer; quem toma vacina não morre.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Nisso estamos de acordo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, mas o senhor deixou... O senhor colocou na imunização!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Nós estamos falando na reinfecção.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deixa eu concluir, Deputado Osmar.

Veja bem – só para concluir –, eu acho que, se algumas coisas que V. Exa. defendeu este Governo tivesse adotado, nós estaríamos numa situação melhor. Agora, o grande problema mesmo se trata da coisa da vacina, e este Governo não tratou corretamente. No nosso Governo – V. Exa. falou do H1N1 na gestão do Ministro Temporão –, nós vacinamos 80 milhões de pessoas em 100 dias, não é? Conseguimos, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde, dominar aquela que era também uma pandemia e era uma pandemia grave. A diferença é de estabelecer a prioridade de colocar em primeiro lugar a população brasileira, coisa que este Governo jamais fez. Jamais seguiu qualquer orientação que estivesse baseada em fundamentos científicos, que fosse orientada por autoridades sanitárias. E é por isso, Dr. Osmar, Deputado Osmar Terra, que nós estamos sofrendo isso aqui: 502 mil pessoas.

Eu estava olhando aqui um material que me mandaram – só pra efeito de uma comparação – de países com número de habitantes parecido com o do Brasil e todos eles com sistemas de saúde muito piores do que o nosso: a Indonésia, 276 milhões de habitantes, 54 mil mortos; Paquistão, 225 milhões, 22 mil mortos; Nigéria, 211 milhões, 2 mil mortos; Bangladesh, 176 milhões, 13 mil mortos; Brasil, 214 milhões, 500 mil mortos.

Isso é responsabilidade direta – direta – da incompetência, da indiferença do Governo que nós temos no nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, sim, senhor.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu acredito, Ministro, ex-Ministro e Senador Humberto Costa... Eu tive uma participação muito intensa na questão do H1N1. Eu posso dizer que, quando terminou... A vacina veio depois. A vacina não surgiu durante a pandemia. A pandemia terminou em setembro, final de setembro, e a vacina veio em abril. Então, ela foi desenvolvida em dezembro, testaram e tal.

Bom, quando o Ministro Temporão me comunicou que seriam vacinados menos de 10% da população, que era o grupo de risco, eu fiz um protesto público. Naquela época, eu tinha a rede, eu fui Presidente do Conass duas vezes, eu fui... Eu mobilizei os secretários do Brasil todo pra dizer para o Ministro que não seria possível fazer aquilo. Tivemos um debate na rádio público, porque não podia ser... Tinha que vacinar todo mundo, porque era um risco grande aquela pandemia se repetir, porque tinha terminado o surto. O que eu estou falando o tempo todo aqui é da imunidade necessária pra terminar o surto, não é de extinguir o vírus, porque até hoje tem... O único que foi extinto até agora, que eu saiba, foi o da varíola e levou 200 anos da vacina criada.

Então, o Ministro, essa vacinação que o senhor falou, recorde, de 80%, foi por pressão dos secretários estaduais, porque não ia ser feita – não ia ser feita –, mas o Ministro Temporão foi sensível. Eu acho que arrumou dinheiro... O Presidente, na época era o Presidente Lula, deve ter conseguido dinheiro pra ele fazer e tal, mas a ideia inicial não era essa. Então, é importante falar.

E outra coisa que é importante dizer também é que essa curva aqui, Senador, isso aqui não é por causa do Amazonas; isso aqui é uma curva de 14 Estados brasileiros. É mais ou menos a mesma. Tem o pico lá em abril. Começa a diminuir... Por que diminui? Fica um longo tempo sem... Já conformando que poderia ser uma imunidade já final de rebanho, quando surge uma cepa mais infecciosa e aí levanta o pico. Isso aqui ocorreu praticamente em todos os Estados brasileiros. Em todos não, mas na maioria dos Estados brasileiros. Isso significa que eu não falei nenhum absurdo quando eu disse que haveria uma tendência pra... Se fosse essa cepa que criou essa curva aqui, teria terminado a pandemia. Surgiu uma nova. Isso é uma... Com isso, levantou o limiar de percentual que precisa pra terminar a pandemia. Mas vai terminar pela soma do que tem de vírus e do que tem de pessoas imunizadas já, pela própria doença, inclusive. Não estou propondo que as pessoas adoeçam, nem se contaminem. Essa ideia de a imunidade de rebanho ser uma proposta, uma estratégia, uma tese é um absurdo. Imunidade de rebanho é um resultado final. Qualquer livro de epidemiologia, qualquer livro de infectologia mostra isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem. Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Na semana passada, Sr. Relator, esta Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou... Na verdade, no dia 15 de junho, acredito que na semana passada, aprovou um requerimento do Senador Alessandro Vieira pedindo uma série de informações dos contratos entre o Ministério da Saúde e a empresa Precisa.

Presidente, eu peço a sua atenção porque esses documentos ainda não chegaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ainda está no prazo, é óbvio, mas é uma série de documentos solicitados por S. Exa. o Senador Alessandro Vieira e aprovado em requerimento por esta Comissão. São informações urgentes e necessárias para esta CPI sobre o contrato do Ministério da Saúde com a empresa Precisa. Então, queria demandar a V. Exa., a esta Presidência que reiterasse ao Ministério da Saúde a urgência da vinda desses documentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza, alguém do Ministério da Saúde está vendo a CPI. Com certeza! E está ouvindo V. Exa.

Então, Ministro Marcelo Queiroga, manda a informação da Precisa.

Está bom assim, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ficou perfeito, Presidente. Perfeito! Melhor não poderia ter sido. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Líder do Governo, Fernando Bezerra, manda o contrato da Precisa!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. não, Senador Marcos Rogério. Nós somos amigos agora, nós não brigamos mais. (*Risos.*)

Eu vou pedir ao Senador Tasso, que é um *gentleman*... Nunca vi uma pessoa... É o cara mais educado de todo o G7, é a pessoa mais educada, depois da Eliziane. Mas eu quero dizer aqui que nós vamos suspender por 30 minutos e voltamos daqui a pouco, Senador Tasso, com V. Exa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É para a gente almoçar, comer alguma coisa. Já é 1h30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Presidente, antes de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – V. Exa. semana passada disse que seguiria rigorosamente o *script* do tempo de fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu sei que não foi culpa de V. Exa. e muito menos do Senador Randolfe, porque ele é muito gentil, mas foi dado um tempo bem acima a alguns colegas, e na semana passada eu tive de desistir da minha inscrição como não membro duas vezes. Então, eu não consegui fazer intervenções – eu era uma das últimas. Como Líder, eu sempre dou preferência para a Bancada Feminina para as minhas colegas. Acho que esse é o papel...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje é a Senadora Eliziane e Senadora Leila.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exato.

O meu papel, como Líder, aceder o espaço para as minhas colegas. Eu fico sempre como não membro e eu tenho desistido porque não tenho tido tempo de fazer a inquirição. Então, eu pediria a V. Exa., só para que possamos nos orientar, se V. Exa. vai seguir rigorosamente – obviamente dando o prazo para um governista extrapolar, pelo menos um –, mas que pudéssemos, de repente, ter esse cuidado com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será, para mim, melhor ainda.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É um pedido que eu faço a V. Exa. Não sou membro, mas eu gostaria de participar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que agora, Senadora Simone, inclusive estou contratando os seus serviços como advogada, seus e da Senadora Soraya – porque são duas mulheres e sabem do meu comportamento e respeito às mulheres que tenho aqui –, porque eu fui processado por causa de um negócio desse. Então, vocês vão me defender.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu posso ficar com o cronômetro aqui, Sr. Presidente, e tocar a segunda campainha se for necessário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas me curvo à deliberação da Comissão; apenas para nós possamos nos organizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para mim... Eu já tinha pedido isso, mas é muito difícil. V. Exa. há de convir, já que presidiu a CCJ e sabe também quando o debate...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ou, quando a lista não for preenchida, que ela possa ser passada para o dia seguinte.

Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, acho que só tem aqui, nos titulares, somente a Senadora Eliziane; nos suplentes, a Leila Barros. Eu sou a primeira dos não membros e eu cedo qualquer tempo meu para a Senadora Simone.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado, nós vamos parar por 30 minutos para o senhor... Vamos parar por 30 minutos, está bom?

(*Suspensa às 13 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 02 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos retomando o depoimento do Deputado Osmar Terra.

O próximo inscrito, pelo sistema remoto, é S. Exa. o Senador Tasso Jereissati.

V. Exa. nos escuta, Senador Tasso?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Estou escutando bem. Está me escutando, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

E 15 minutos, com a tolerância desta Presidência, fique à vontade.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente.

Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Boa tarde, Deputado Osmar Terra.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas aqui muito rápidas e objetivas.

O senhor, no início, previu que esta pandemia mataria menos que a de H1N1. Correto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Está correto, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O senhor errou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Em outra oportunidade, V. Exa. previu que haveria cerca de 900 mortes durante esta pandemia. Correto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Correto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O senhor falou, com as informações que tinha à época, que "esqueçam as vacinas, que não vai ter vacina". Correto? O senhor também falou?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não foi bem isso, Senador. Eu disse que a epidemia, que nenhuma pandemia tinha desenvolvido vacina durante o surto pandêmico – depois, ela tinha desenvolvido. Então, eu não disse para esquecer as vacinas, eu só disse isto: que a vacina poderia vir depois, porque não dá tempo de pesquisar, desenvolver e produzir numa escala colossal, como é preciso numa vacina desta, num prazo curto de tempo. Conseguiram fazer isso nesta. É inédito, é a primeira vez na história que se faz isso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Certo, mas o senhor errou também na sua previsão de que não conseguiriam?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Quem acertou, hein, Senador? Quem é que acertou?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Por enquanto, eu estou perguntando, depois o senhor...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, desculpe, desculpe. Tudo bem, vamos lá.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Depois, o senhor também afirmou que não haveria segunda onda no Amazonas. Correto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, senhor. Eu disse que era pouco provável.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O senhor errou?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – A pandemia acabaria entre junho, julho, em maio ou abril... O senhor também fez essa previsão?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O senhor errou?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O senhor acabou de dizer aqui – e eu o cumprimento pela franqueza – que em pandemia não há variantes, que é muito raro, que não haveria variantes. Correto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Nenhuma anterior teve.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Está certo. O senhor errou também.

Aqui, estão estabelecidas, nesse conjunto de erros, a meu ver, as bases da estratégia que foi adotada pelo Governo Federal de combate à pandemia. Se colocarmos que o senhor defende outras posições com as quais a maioria dos cientistas não concorda, estão colocadas as bases que orientaram a estratégia do Governo Federal de combate à pandemia.

Agora, me preocupa que o senhor continue errando. Ao falar aqui diversas vezes e repetir que não é importante o isolamento social como única maneira de mitigar a pandemia não havendo vacinas ou mesmo com vacinas, o senhor está novamente errando, porque isso aconteceu no mundo inteiro, é um consenso mundial, um consenso aqui. E o pior, que me assusta vindo de um médico, ex-Ministro e ex-Secretário da Saúde tão bem-sucedido, é que nós sabemos que, no pico, a necessidade do distanciamento social – eu não sou médico, mas é questão de bom senso – não é apenas para evitar o número de contaminados, mas para evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde, que não darão conta, como não deram e não estão dando em alguns lugares de receber todos os contaminados, o que ocasionará mortes, óbitos, intubações, etc. Portanto, me parece que é mais um erro que V. Sa. está cometendo, com consequências.

Não está na hora, com todo o respeito, em função da enorme influência que o senhor tem e que foi aqui demonstrada com o Presidente da República e seus seguidores, de o senhor parar de dar opinião?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu imagino, Senador Tasso, que o senhor não queira me censurar, me proibir de opinar como Deputado, como Parlamentar. Eu vou sempre opinar, eu vou sempre dizer o que eu acho, posso estar errado, posso estar certo.

Eu procuro me basear em evidências científicas pra falar. Eu não falei nada que não fosse baseado em fatos e em trabalhos científicos publicados, em experiências passadas, porque a gente tem que entender o passado pra entender o futuro, pra onde é que pode ir uma pandemia desta.

E, com as previsões, Senador, realmente, acho que os fatos que nós tínhamos na época foram insuficientes para nos fazer prever o tamanho e o surgimento de novas variantes, que não tinha acontecido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas outras pandemias. Esta não é a primeira pandemia, não será a última; nós vamos ter outras no mundo, infelizmente, sempre com um rastro de destruição muito grande.

O que eu fiz... Quando falei sobre a questão do *lockdown* e da quarentena, eu me baseei em evidências também. Primeiro, não tem nenhum trabalho científico publicado mostrando que quarentena e isolamento funcionam. Se funcionasse, Senador, nós não teríamos a maior parte da mortalidade no ano de 2020 dentro dos asilos de idosos, pessoas que nunca saíram, não pegaram ônibus, não foram a uma loja e acabaram pegando, de alguma maneira, o vírus através dos funcionários e vindo a falecer. Isso aconteceu também em milhões de casas brasileiras, porque metade da população não ficou em isolamento, não pôde ficar em isolamento. Mais da metade da força de trabalho brasileiro não parou nem um dia de trabalhar, Senador; saiu pra trabalhar nas indústrias, na indústria automobilística, saiu pra trabalhar em toda a cadeia produtiva do agronegócio, que é 37% dos postos de trabalho no Brasil; toda a estrutura da saúde não parou nenhum dia; toda a estrutura da segurança não parou; a dos serviços públicos não parou; a da construção civil não parou. Isso são dezenas de milhões de brasileiros que não ficaram em isolamento, Senador, que saíram pra trabalhar, porque seria um mundo irreal se eles não trabalhassem.

Então, eu digo que o que os Governadores patrocinaram, que foi a quarentena e o *lockdown*, não funcionou, porque eles tinham a caneta na mão, eles que decidiram como é que ia ser a estratégia, não foi o Presidente. E essa tentativa de botar no colo do Presidente toda a responsabilidade não é justa. Se os Governadores não têm responsabilidade nenhuma, o que eles fizeram?

Então, eu posso lhe dizer que no mundo não funcionou isso. Os países onde não fizeram isolamento, não fizeram quarentena e não fizeram *lockdown* foram os países que têm menos mortalidade: o Japão, a Coreia, a própria China. A China isolou a Província de Hubei, no início, que foi o foco, que era o único lugar do mundo onde tinha o vírus; ela isolou; e, a partir dali, a epidemia terminou. São 4 mil mortes na China – 4 mil, Senador, 4 mil –, e o resto da China funcionou como nunca. Senão, a China não teria o crescimento estupendo, recorde de 18% do PIB durante o ano de 2020. Então, os países...

Nós ficamos com um discurso pra dentro de *lockdown* e de quarentena que não funciona. Os Governadores prenderam pessoas nas praias, prenderam pessoas sentadas no banco da praça, soldaram porta de loja, e não funcionou. Está aí São Paulo como exemplo disso. Olhe a quantidade de mortes que tem em São Paulo. Olhe a quantidade de mortes que tem no Rio Grande do Sul.

É isso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Esse argumento eu acabei de ouvir, inclusive, numa *fake news* que foi colocada no grupo de Senadores de um suposto diretor do Banco Santander dizendo praticamente que a economia cresceu enormemente, que está crescendo enormemente e que vai crescer muito ano que vem – portanto, a estratégia que matou 500 mil pessoas valeu a pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Isso eu nunca disse.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não. Esse argumento leva a isso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Todos esses argumentos levam a isso, evidentemente.

Agora, eu estou me referindo aqui... Longe de mim censurar o Deputado Osmar Terra, mas o que eu estou levantando é a quantidade de erros e de premissas erradas com que V. Sa. influenciou o Presidente da República para que ele fizesse uma política completamente equivocada e que resultou em mais de 500 mil... E nós estamos ainda subindo o número de mortes. É isso! É a responsabilidade que uma pessoa respeitada, honrada como o senhor, que, ao fazer esse erro, está causando um dano enorme ao Brasil, à população brasileira, enfim, causando esse desastre que nós estamos vivendo hoje. É nesse sentido, não é nunca de censurar. Eu não censuro as maiores bobagens que podem ser ditas, sou contra qualquer tipo de censura. Agora, quando causam mortes e influenciam a política de estratégia de combate à pandemia do Governo, eu não estou censurando, eu estou quase que pedindo ao senhor que evite dar essas – pelo menos – precipitadas opiniões, porque essas opiniões que o senhor deu já tinha a maioria dos cientistas do mundo dando opiniões diferentes, completamente diferentes. E a que prevaleceu na política pública de combate à pandemia foi a sua opinião.

Outra coisa: eu não respeito – e não estou me dirigindo a V. Sa. – um governante que não assume a responsabilidade do que acontece sob o seu governo e simplesmente fica jogando a culpa nos outros. Eu fui Governador 12 anos, e o maior erro que eu vi em outros Governadores, em determinadas ocasiões, é: "Isso não é comigo, isso é com o Secretário da Saúde", "Isso não é comigo, é com o Prefeito". Está morrendo gente no Município tal: "Isso não é comigo, a culpa é do Prefeito". Ou o governante assume a responsabilidade por tudo aquilo grave, sério que está acontecendo no seu país, ou ele não tem a capacidade psicológica, social de governar o seu país.

É isso que eu queria pedir, com todo o respeito, toda a vênia, ao Deputado Osmar Terra.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. *Fora do microfone*.) – Senador, eu entendo o espírito da sua pergunta. Eu posso dizer o seguinte... Alô?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O microfone, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu entendo o espírito da sua pergunta e lhe respeito muito também. Quero dizer que lhe conheço há muito tempo e lhe tenho o maior respeito.

Então, nós estamos discutindo aqui um tema: o que é importante fazer para salvar vidas. Se eu tenho uma convicção ou não, eu sou um Deputado, como 513 Deputados. Eu não sou nem Ministro mais do Governo. Se o Presidente dá mais importância para o que eu falo do que para outras pessoas que falam, é uma decisão dele. Se fosse o contrário, se eu tivesse tanto poder – eu já disse isto –, eu seria o Presidente, e ele seria Deputado. Ele é uma pessoa que tem discernimento, que sabe, que tem instinto político, que tem discernimento, tanto é que chegou à Presidência da República contra tudo e contra todos, e é um líder importante do País, histórico.

Então, eu quero dizer o seguinte, Senador: ninguém acertou nada nesta pandemia. Pergunte para os outros cientistas se eles ousaram fazer alguma previsão e aos que ousaram se acertaram alguma coisa. Não acertaram nada. É uma epidemia... O que, o que nós temos... A única... Porque prever, Senador, é um exercício de suposição. Tem coisas imponderáveis numa previsão, ainda mais numa previsão de longo prazo, que podem acontecer, como aconteceu com as variantes.

O que a ciência... Se a estratégia funciona ou não funciona, nós temos um ano e meio, quase um ano e meio já de estratégias pra enfrentar essa pandemia montadas e conduzidas pelos Governadores. O Presidente não pôde interferir nisso. Isso está claro na decisão do Supremo Tribunal Federal. Ele não pode interferir. O que o Governador decidir é o que tem que ser feito. Eu vi, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, o Governador criar uma política de bandeiras pretas, vermelhas, bandeiras pra todo lado e tal, e o Rio Grande do Sul, hoje, ser o recordista de mortes. O Rio Grande do Sul tem mais mortes que 19 Estados brasileiros – 19 Estados brasileiros. Mesmo com toda estrutura que tem, com toda a história que tem na área de saúde pública, uma estrutura melhor que 90% dos Estados brasileiros, está tendo uma mortalidade tão alta... Se fosse um Estado, um país separado, seria o terceiro país do mundo, o terceiro país do mundo em mortes! Só perderia para o Peru e para a Hungria. Então, alguma coisa está errada na estratégia. Não é por má vontade, nem por maldade do Governador; ele está equivocado. Eu posso falar isso, quer dizer, como Deputado e como Deputado gaúcho, eu posso falar que o Governador está errado, ou não posso?

Então, é isto que eu tenho alegado aqui: essa questão do isolamento não é consenso. Tem países que não fecharam e que estão muito melhor que os países que fecharam. Veja o caso da Suécia. Veja o caso da Coreia. Veja o caso de Taiwan. Veja o caso do Japão. O Japão não fechou! Olha o Japão! As escolas nunca fecharam! O senhor acha justo nós estarmos com as escolas fechadas há 300 dias no Brasil? Essas questões têm me indignado, e eu tenho colocado, porque... Me prove o contrário, me mostre... Eu tenho 32 avaliações de *lockdown* dentro da quarentena, publicadas em revistas, pra lhe expor, mostrando que não funciona. Se o senhor achar que tem alguma que me mostre que funciona, que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

seja só uma projeção matemática, eu estou disposto a ouvir e a mudar, inclusive. Mudo o que eu estou falando.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu vou só falar dois minutos.

Evidentemente, eu não sou cientista, não sou médico, não faço nenhum levantamento, mas ouço com muito cuidado, leio cientistas e políticas adotadas no mundo inteiro e sei que a política de isolamento social, a política de não perceber o tal do tratamento precoce como eficaz, do uso de máscaras, enfim, é a política adotada pela grande maioria dos países e dos países com mais alto grau de educação. É a Europa inteira etc. Não vou discutir esses números assim, mas é tão claro, é tão óbvio...

Agora tem algumas evidências que eu vejo, por exemplo, que é insistir no erro – que é insistir no erro. Eu ouvi aqui uma intervenção do Presidente Omar Aziz, quando V. Sa. falou que teve coronavírus, foi internado, tomou, no tratamento inicial, a cloroquina, a hidroxicloroquina, tomaria de novo, mas foi parar numa UTI com 80% do pulmão comprometido. Isso é uma prova de que não funciona. Essa foi a maior prova que o senhor deu aqui. Até agora, foi essa. Esse é um fato que o senhor mesmo registrou.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, só lhe respondendo, com todo o respeito, eu posso dizer o seguinte: o senhor, nessa sua afirmação, não fala como se processa qualquer pesquisa. As pesquisas são feitas com duplo-cego, com randomizadas, comparando grupo controle com grupo que não é controle. E é sempre por estatística, Senador. Mesmo o melhor remédio do mundo, o remédio mais eficaz contra uma determinada doença pode não fazer efeito numa determinada pessoa ou em muitas pessoas. É o percentual que vale, é a proporção de casos que vale. E é isto que eu tenho dito: talvez, se não tivesse tomado, eu poderia ter morrido. Quem sabe? Então, isso é uma discussão que a gente tem que fazer. Com o tempo, vai se decantar isso e nós vamos poder saber.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Estou satisfeito, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, só... Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Tasso Jereissati.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Rapidamente, a título de comunicado, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Da mesma forma que o nosso colega Senador Jorginho Mello, hoje, pela manhã, falou da Operação Transparência, que ocorreu hoje no Estado de Sergipe, eu queria também comunicar, segundo matéria aqui de *O Antagonista*: o Covidão chegou também ao Maranhão. Polícia Federal deflagra operação Inter Pares, que mira fraudes, Senador Marcos Rogério, em licitações e irregularidades em contratos envolvendo recursos contra a Covid nos Municípios de Bacurituba e Bom Jesus das Selvas. Aqui, a foto da Polícia Federal agindo, com verbas federais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Senador Girão agora me lembrou Silva Lima, um radialista da minha terra que fazia esses comunicados assim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

Antes de passar à Senadora Eliziane, aproveito a oportunidade de V. Exa., porque também houve, no meu Estado, duas operações da Polícia Federal na manhã de hoje. Aproveito o ensejo também para comunicar que, em um dos Municípios onde ocorreu a operação, no Município de Pedra Branca do Amapari, acabou de sair um comunicado da Prefeitura que é importante trazer a esta CPI: "A Prefeitura municipal de Pedra Branca do Amapari esclarece a toda população que a operação realizada pela Polícia Federal (PF), durante esta terça-feira (22), na Secretaria Municipal de Saúde, corresponde às compras de medicamentos para tratamento de pacientes (ivermectina, azitromicina e hidroxicloquina) efetuadas no mês de abril de 2020, início da pandemia do Novo Coronavírus".

É uma nota oficial da Prefeitura de Pedra Branca do Amapari, falando as razões da operação, nessa manhã, da Polícia Federal naquele Município.

É por isso que eu acho que esse é, de fato, um caminho, Senador Humberto e Rogério, a ser perseguido por esta CPI. Nós temos dados aqui que apontam a necessidade de aprofundarmos investigação.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Muito importante, Presidente, o seu comunicado e o trabalho da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria iniciar perguntando aqui para o convidado de hoje, Deputado Osmar Terra: Deputado, eu queria, primeiramente, conversar com o senhor sobre algumas agendas. Consta aqui – e aí a razão da sua vinda a esta Comissão é por integrar o aconselhamento paralelo ou gabinete paralelo – uma reunião, não sei se o senhor lembra, do dia 1º de abril de 2020. Consta uma agenda sua do Palácio do Planalto, cuja pauta não foi informada, mas consta a sua presença e a presença da Dra. Ludhmila Hajjar.

O senhor lembra dessa reunião, Deputado?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Lembro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor lembra o teor da pauta dessa reunião? E, ao mesmo tempo também, foram discutidos nessa conversa com a Dra. Ludhmila Hajjar medicamentos do *kit* Covid, uso de hidroxicloroquina, imunização por contaminação... Melhor: a imunização de rebanho, que é um tema que a gente está inclusive discutindo hoje. Esses temas foram tratados nessa reunião?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Olha, Senadora, essa reunião foi uma reunião com muita gente; não foi só com a Dra. Ludhmila. Foram médicos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fernando Silva, Dante Senra, Alexandre Fernandes...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Isso, médicos de vários hospitais de São Paulo, pra discutir se tinha ou não razão de ser o uso da medicação hidroxicloroquina e outras. Eu fui chamado pra reunião, nem sabia que ia ter a reunião. Fui chamado em cima da hora, fui lá, sentei e ouvi a reunião. Nem falei muito, nem falei quase.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor lembra qual foi a posição da Dra. Ludhmila nesse momento?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Olha, ela estava... A Dra. Ludhmila, se eu não me engano, esteve no Amazonas também, ela teve um trabalho no Amazonas. Ela falou sobre o trabalho dela. Eu nem me lembro direito do que que ela falou. Pra mim não foi muito relevante o que que ela falou, mas foi isso, foi cada um falando sobre a sua experiência, no seu hospital, hospitais de São Paulo, hospitais... O caso dela parece que pegou experiência lá de Manaus e tal...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nesse momento, não havia possibilidade de discussão ou debate acerca de ela assumir o Ministério da Saúde?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. Que eu saiba, não. Pra mim, quando surgiu o nome dela, foi surpresa. Eu fiquei... Eu vi pela imprensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No dia 6, cinco dias depois, no mesmo mês, consta também uma outra agenda sua, no Palácio do Planalto, com a Dra. Nise Yamaguchi e a presença de outros representantes. Inclusive, dessa reunião, nós tivemos aqui... O senhor lembra dessa reunião?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Que dia foi?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Cinco dias depois, no dia 6 de abril de 2020.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O único encontro que eu tive no Palácio... Dois encontros que eu tive no Palácio, com a Dra. Nise, foram um almoço, que o Presidente me convidou pra almoçar... Quando eu cheguei lá, estava a Dra. Nise e mais algumas pessoas; e a outra foi naquele encontro com o grupo Médicos pela Vida, que eles pediram audiência e...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Antes de chegar no Médicos pela Vida, ainda essa, do dia 6. O Dr. Mandetta falou aqui que, naquele momento, havia, por exemplo, uma minuta de um decreto para a mudança da bula de cloroquina.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Isso foi outra reunião. Dessa eu não participei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor não participou dessa em que se tratou dessa temática.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não, não. Não participei. Não, não. Eu fiquei sabendo até pela...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas aqui consta a sua presença, na agenda presidencial, na agenda do Palácio.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A agenda foi o almoço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente com a sua presença.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A agenda foi o almoço, Senadora. Possivelmente ela teve uma reunião antes e depois foi almoçar. E o Presidente me chamou para o almoço. Foi isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor definitivamente não participou da primeira parte.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não participei. Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E nessa outra reunião, do dia 8 de setembro, que foi com representantes dos Médicos pela Vida, que o senhor ia falar agora há pouco? Como é que se deu essa reunião?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Essa reunião foi... O Médicos pela Vida teve um evento grande, com médicos, pra falar da sua experiência, anterior a esse, que não teve a minha participação de articulação nem nada. Depois, o Médicos pela Vida, que é um grupo grande de profissionais, que trabalham no País inteiro, pediu uma audiência com o Presidente e me pediram para ajudar na audiência, quer dizer, a falar pra sair a audiência. E aí o Presidente resolveu atender-lhes. Demorou, inclusive, demorou um mês, eu acho, e acabou atendendo a eles.

Eu imaginei que fosse uma reunião com cinco, seis pessoas. Quando eu vi, tinha 30 pessoas lá. Eles vieram de todas as partes do Brasil, médicos de todas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quem lhe pediu essa agenda, Deputado?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O Médicos pela Vida, o grupo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor lembra de alguma das pessoas do Médicos pela Vida que lhe pediu ajuda para a agenda?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Foi... Me apresentou... Um, que é gaúcho, me apresentou o... acho que é Antônio, que é o Presidente do sindicato dos médicos lá de Pernambuco, não é? O sindicato dos médicos. E ele...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Paolo Zanotto fez algum pedido ao senhor?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. O Paolo Zanotto, eu nunca havia tido, estado com ele. E a única vez em que eu estive com ele foi quando ele foi a essa audiência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nessa audiência aqui, do Médicos pela Vida?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Que é aquela que consta no vídeo?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Isso. Estava a Dra. Nise Yamaguchi, estavam os médicos, estava o presidente do sindicato dos médicos lá de Pernambuco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Presidente foi orientado pelo senhor ou por outra pessoa que ele... Acerca de um abaixo-assinado que foi apresentado por esses representantes. O senhor tem conhecimento do abaixo-assinado?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. Não. Eu não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Em nenhum momento não foi falado sobre isso?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. Não fiz abaixo-assinado nenhum e não sei de abaixo-assinado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No abaixo-assinado, por exemplo, ele fala que, acerca do uso da máscara, é uma falsa solução e medida equivocada. É o que consta aqui no documento que foi apresentado naquele momento, nessa reunião. O senhor não viu a apresentação desse documento?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. Não, eu não tomei parte nisso. E eu defendo o uso da máscara. Então, não, não... Isso aí não tem sentido para mim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Deputado, só até a título de informação, porque eu acho que a CPI tem um papel muito importante...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós temos uma audiência muito grande. E, a título até de informação, agora há pouco, na pergunta do colega Tasso, o senhor falou sobre a decisão do Supremo, de que o Supremo teria, na verdade, limitado a atuação do Governo Federal frente aos Estados e Municípios também. E é bom a gente lembrar que a decisão do Supremo Tribunal Federal foi muito clara quando falava da competência concorrente, ou seja, uma responsabilidade compartilhada entre Estados e Municípios, junto ao Governo Federal, nas medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, não é?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Hum...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, a gente não pode chegar e isentar o Governo Federal, em hipótese nenhuma, no enfrentamento da pandemia.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não; o Governo Federal, até onde eu sei, na decisão do Supremo... Ele pode falar em ações conjuntas, mas o Governo Federal não pode alterar... Por exemplo, o Governador do Ceará, se ele tomar uma decisão de fazer determinado tipo de estratégia, o Governo Federal não pode interferir. isso ficou claro, é a decisão do Supremo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o Governo Federal fez, passou dinheiro para os... Fez a maior transferência de renda da história do Brasil para os mais pobres, com R$600 por mês, chegando a 1,2 mil...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pelo Congresso Nacional. É bom lembrar que ele pediu R$200, numa primeira etapa. Depois, o Congresso subiu para 600.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Isso é uma outra conversa que a gente pode discutir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tudo bem.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... mas eu não estou querendo tomar seu tempo com isso. Eu só quero dizer que o Presidente repassou, fez uma transferência de renda gigantesca, fez um... Que é maior que quase todo o Programa Bolsa Família no passado, em valores, somando tudo. Ele fez uma política específica para as empresas não quebrarem e manterem os empregos, pequenas empresas... O Rio Grande do Sul fechou 100 mil micro e pequenas empresas nessa pandemia. Cem mil, Senadora! Cem mil. Isso é publicação da *Zero Hora*, que é o jornal que defende o *lockdown*, defende a política do Governo do Estado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor acha, então, que errou os Estados brasileiros?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, o que o Governo Federal fez...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Erraram os Estados brasileiros?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A vacina é paga pelo Governo Federal, não é paga pelo Estado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seis meses depois, não é, Sr. Deputado?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, mas aí é uma discussão... Eu não participei dessa negociação com os laboratórios, de como é que foi, mas o Governo está fazendo; está fazendo 2 milhões de vacinas por dia. Ele está fazendo a parte dele.

Agora, interferir, dizer que o Governador não pode prender alguém que vai... A filha do Luiz Lima, 15 anos de idade, promessa olímpica, campeã de natação, ser presa porque está nadando sozinha na Praia de Copacabana, pela polícia do Wilson Witzel? Que fim tem isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Que política é essa?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... apenas um pequeno esclarecimento, porque, como deve ser a quarta ou quinta vez que se usa esse episódio, para exemplificar uma ação abusiva de Governadores, ninguém foi preso, porque nadava; a prisão se deu por resistência à condução à delegacia, por resistência à ordem legítima de retirada da pessoa do local, porque, naquele momento, era vedado o uso, só isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Deputado, só para que fique claro, o senhor, até hoje, no mês de junho de 2021, o senhor continua afirmando que o isolamento não é um caminho para o enfrentamento da pandemia. É isso, Deputado?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senadora, se o isolamento desse certo, não morriam os idosos em asilos. Foi a maior mortandade que teve nessa pandemia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Deixa eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas, Deputado, veja bem, não precisa ser físico, não precisa ter noção de física, não precisa ter noção de saúde: se uma pessoa tem contato com outra que está contaminada, é óbvio que ela vai ser contaminada, Deputado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Claro, isso acontece em casa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí, como é que o senhor vai dizer que o isolamento não ajuda?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, mas, Senadora, a senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor citou, por exemplo, a China, Wuhan. Wuhan fez um sistema intenso de isolamento, de *lockdown*. Eu me lembro das primeiras imagens; eu ficava aqui no Brasil, lá no Maranhão, no Nordeste brasileiro, eu ficava com o clima, aquele clima nostálgico de tristeza, vendo as ruas de Wuhan totalmente isoladas. E aí o senhor citou o número de casos de mortes.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, os casos de *lockdown*... O senhor fala, por exemplo, no meu estado, o Estado do Maranhão, o primeiro Estado brasileiro a implantar o *lockdown*. O Estado do Maranhão é o Estado que tem menos mortes por habitante do Brasil.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Que bom!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, não dá para se dizer que o isolamento não é um mecanismo para se combater, como, por exemplo, o uso de máscara, que o senhor disse que defende. Entendeu?

Então, a minha pergunta para o senhor: o senhor não se arrepende de tudo que o senhor falou? Porque, quanto às previsões que o senhor apresentou, nenhuma delas se configurou. Eu lhe digo isso até... Eu fiquei muito estarrecida ao ouvir as suas posições, porque o senhor sabe que eu tenho até uma admiração pessoal pelo senhor, mas as suas posições...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É recíproco, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – As suas posições, na pandemia, Dr. Osmar Terra, elas foram terríveis, elas foram desastrosas.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – A senhora acha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pergunto ao senhor: o senhor não se arrepende por tudo que o senhor fez? Porque, sobre a orientação que o senhor deu ao Presidente da República, a gente ouvindo aqui o senhor, em junho de 2021, a gente vê que foi exatamente o que o senhor falou lá atrás. O senhor disse que ninguém acertou. O Mandetta, ele falou – quando a gente o ouviu, o senhor estava lá na Câmara Federal, na Câmara dos Deputados –, ele fez um cenário da situação de pandemia. Eu fiquei: "Meu Deus do céu, que coisa terrível!", e foi pior do que ele apresentou. Ele falou de como as curvas iam acontecer e ele disse – o senhor disse que ninguém acertou –, ele disse que, se o Brasil errasse muito, a gente chegaria a 400 mil mortos; errou mais do que ele previu, nós estamos com mais de 500 mil mortos.

Então, a sua previsão não é só otimismo, todos nós temos otimismo. Agora, uma coisa é eu ser otimista, e não fazer a precaução... Entendeu? Ou seja: "Eu vou ser otimista, não vai acontecer nada comigo e tal, mas eu tenho que me cuidar, eu tenho que me proteger". O seu otimismo não acompanhou, não se associou, por exemplo, a essas orientações que são básicas.

O Mandetta colocou aqui: "Olha, eu falava com o Presidente da República, ele me ouvia; no outro dia, ele mudava de ideia, ele mudava totalmente de ideia". E para a gente, ouvindo aqui o senhor, fica muito claro, porque parece que ele lhe ouvia realmente muito – lhe ouvia muito nessa pandemia! –, tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as ações primárias que o Governo deveria ter feito não fez, as orientações do comando da política nacional; falta de comunicação do Governo Federal com os entes federados; falta de transparência.

Outra coisa, eu acho que o senhor não tem conhecimento da orientação do STF e do TCU. Eles disseram claramente que política pública só pode ser adotada mediante o respaldo científico na área da saúde. O que nós tivemos? Um derrame de hidroxicloroquina, que foi claramente desde o início do ano passado, do mês de março pra frente. Em abril, já havia orientação da ineficácia desse medicamento, e a gente tem uma derrama.

Ao mesmo tempo, Deputado, o senhor se contradiz, porque, quando o senhor não fala do isolamento, o senhor citou o caso do Amazonas. Aí o senhor diz assim: "Olha, lá teve a explosão de casos, porque tinha nova cepa e também porque as escolas abriram, porque lá também o Governador não fez o sistema de restrição que deveria acontecer pra realmente esse enfrentamento".

Então, eu pergunto ao senhor: o senhor não se arrepende, não, de tudo que o senhor falou?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senadora, tudo que eu falei na minha vida eu falei por convicção e baseado em experiência, em evidência científica. Eu sou médico, eu não tenho... Diferentemente de outras profissões, o médico trabalha com evidências. Então, eu procurei sempre ter evidência. Em todas as políticas públicas que eu criei, todas as equipes de saúde que eu montei, as primeiras do Brasil de saúde da família, eu sempre trabalhei com evidências, o impacto que isso tem na saúde da população. E tem uma experiência que eu tive, que eu vivi por circunstância, não foi por mérito: eu acompanhei várias epidemias como gestor, acompanhei como Presidente da Frente Parlamentar da Saúde e acompanhei como Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Eu acompanhei a epidemia. Então, eu tenho obrigação de falar o que eu acho, eu não posso ser proibido de falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É verdade, Secretário. Eu quero dizer para o senhor que o médico...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Agora, eu não vi, em nenhuma dessas epidemias, Senadora, a quarentena e o *lockdown*. Eu procurei no passado, eu comprei livros, inclusive, pra ler sobre epidemias e nunca houve.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor não se arrepende de nada do que o senhor falou?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Nunca houve *lockdown* e quarentena e não há nenhuma evidência de que isso funcione. Todos os trabalhos publicados agora, de um ano de pandemia, mostram que não tem impacto nenhum isso. Por que não tem impacto, Senadora? Porque a senhora criou... A senhora resumiu isso falando: "Se as pessoas estão isoladas, como é que elas pegam?". Ninguém está isolado, Senadora. Em todas as casas do Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Deputado, quando se fala de *lockdown*, tem critérios, tem pessoas, tem atividade essencial que funciona.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... tem uma pessoa trabalhando. Em todas as casas do Brasil, tem uma pessoa que sai de casa, volta – na maioria das casas – e traz o vírus.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Deputado, no *lockdown*, você tem um critério, tem atividade essencial que fica funcionando.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Quantos por cento é a atividade essencial?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Todas as casas não ficam 100%. Eu dou um exemplo da minha cidade, do meu Estado do Maranhão.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Governador do Estado do Maranhão fez um sistema rigoroso de controle, de restrição.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Quantos por cento?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E a gente viu o resultado, o Estado do Maranhão é o Estado que teve a menor contaminação de vírus do Brasil por habitante e a menor quantidade de mortos.

Eu quero finalizar, porque meu tempo acabou, perguntando ao senhor sobre a questão do gabinete paralelo ou "gabinete das sombras". Por que isso? Porque essa coisa meio camuflada? Porque é uma coisa meio escondida? Por que não se obedeceu, aliás, um princípio da administração pública que é a transparência? O senhor integrava esse gabinete paralelo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane, um minuto pra senhora concluir, e um minuto para o Deputado Osmar Terra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu já concluí, eu quero só que ele responda.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senadora, esse gabinete nunca existiu. Pelo menos que eu saiba, nunca existiu. Eu não integrei nada. Eu sou um Deputado, Senadora. Eu não posso falar? Eu não posso ter opinião? Se o Presidente me ouve ou não, se eu sou tão poderoso assim que o Presidente me ouve, não ouve mais ninguém... Isso não existe, Senadora. O Presidente tem discernimento. Ele chegou à Presidência da República, ele é um homem que tem discernimento, ele sabe o que ele tem que fazer. Se ele me ouve ou não... Eu não participo nem de *live* com ele. Você já me viu em *live* com o Presidente? Eu não participo. Eu tenho uma participação episódica de conversar com ele de vez em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando. E, de alguma maneira, se ele concorda com alguma coisa que eu falo, o que eu posso fazer? Eu sou culpado disso?

Eu tenho convicção de como teria se conduzido essa pandemia: não seria pior do que aconteceu com o isolamento e com o *lockdown* – seria melhor – se nós tivéssemos adotado o modelo da Coreia, se nós tivéssemos adotado o modelo... Nós temos que enfrentar o vírus, Senadora. Nós não temos que achar culpa. Eu não estou culpando o Governador do Maranhão de alguma coisa, nem o Presidente. Nós temos que saber enfrentar um vírus. É esse aprendizado que nós temos que ter. Se esta CPI servir para isso, além das coisas que ela vai fazer – que eu acho que ela deve fazer –, se ela servir para isso está ótimo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor esperava ter sido Ministro da Saúde?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Se eu sou tão poderoso assim, Senadora... Rá-rá-rá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor esperava ser?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Se eu sou tão poderoso como a senhora me classifica, eu poderia ter sido se eu quisesse. Então, eu não esperava nada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor se prontificou a isso?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu fui Ministro do Presidente, com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora, concluindo... Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama, o seu tempo acabou. Obrigado, Deputado Osmar Terra.

Senador Marcos Rogério é o próximo. Na sequência ao Senador Marcos Rogério, o Senador Jorginho... O Senador Ciro Nogueira... Se S. Exa. o Senador Ciro estiver aqui será ele; se não, passarei para o Senador Jorginho Mello.

Senador Marcos, por gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nobre Deputado Dr. Osmar Terra, hoje completa seis dias que o G7 desta CPI rejeitou a convocação do ex-Secretário Executivo do Consórcio Nordeste Carlos Eduardo Gabas. Comprou, pagou antecipado e não recebeu respiradores pulmonares, quase R$50 milhões desviados, milhares de nordestinos mortos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, a hipocrisia tem sido uma constante nesta pandemia, não somente nesta CPI, como vimos hoje, diga-se de passagem. Para alguns se cobra exatidão nas palavras, imutabilidade, como se fossem entes divinos que não podem errar. Para outros se relativiza: "Não, não foi bem assim. Não foi isso que ele quis dizer. Era em outro tempo". Vejo que hoje há um grande interesse em se saber de onde poderiam ter saído certas opiniões sobre a pandemia, inclusive a previsão de imunidade de rebanho.

Antes de fazer perguntas ao Deputado Osmar Terra, quero apresentar um vídeo de uma pessoa muito influente em nosso País, que talvez auxilie esta CPI na busca de origens das ideias sobre a pandemia. Eu peço que soltem o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bem, está aí o Dr. Drauzio Varella. O Brasil inteiro sabe quem é.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador, qual é a data?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse vídeo é do dia 30 de janeiro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um homem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... um homem altamente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em abril de 2020, o médico Drauzio Varella já tinha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... desmentido esse vídeo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir que respeitem a minha fala...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em abril de 2020. Novamente se usa um recurso baixo, de desinformação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir que assegure...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vídeo sem contextualização de data.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir que me assegure a minha palavra...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Os vídeos do depoente foram todos apresentados com a data.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque os (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*) da CPI...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Os (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*) da CPI...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É um vexame.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... sempre querem atropelar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Assegure a minha palavra e, no momento dele...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vai ser assegurada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ele vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está assegurada... Está não só assegurada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está não só assegurada a sua palavra, como também acrescentarei o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só que eu acho que não é de bom tom agredir os Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É simplesmente não interferir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas agredir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas o senhor vai ser censor de Senador agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não estou agredindo, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, só a título de justiça...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não estou agredindo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor vem desinformar.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Assegurada a palavra...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não cansa de passar vergonha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não estou agredindo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não cansa de passar vergonha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não estou agredindo e não é parte do meu perfil.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou enfrentar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Rogério, por gentileza, se contenha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só para fazer justiça: o Drauzio reconheceu o erro de se colocar esse vídeo na atualidade, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadores...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No início do ano passado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Srs. Senadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja a estratégia da oposição... Atenta bem, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Srs. Senadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é a oposição. Esse é o grupo G7 da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É assim que eles agem. É assim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, esta Presidência está garantindo o tempo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só houve uma retificação de informação, que considero adequada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Não precisa, porque essa informação eu vou dar aqui. A questão é a narrativa. Convenhamos, os açodados aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, a questão é a verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. A questão é a narrativa, a cantilena que o G7 coloca aqui dentro.

Um homem altamente capacitado, influente, com exposição de âmbito nacional, que não acertou em todas as suas previsões feitas logo no começo da pandemia – foi em 30 de janeiro de 2020 –, mas já sei o que se dirá acerca dele. E nem precisou eu dizer aqui; já vieram aqui os (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*) dizerem. Era o começo da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador, me permita, esse tipo de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente! Não, Presidente... Não, Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor me respeite.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Peça para ele retirar isso com a Taquigrafia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É o máximo que você tem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu determino à Taquigrafia que seja retirado o vocabulário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja V. Exa., Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... das notas taquigráficas desta sessão.

Pode continuar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que V. Exa. está determinando que seja retirado?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O termo que o senhor chamou os Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor quer manter? O senhor quer manter o termo como o senhor chamou os Senadores?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente. Eu, assim, não tenho problema nenhum em retirar se alguém se sentiu ofendido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, a Presidência determina à Secretaria que retire os termos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas esta CPI já teve xingamentos aqui de coisas que, olha, vão muito além de (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*), viu, Presidente?

Mas não tem problema, se se ofenderam com (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*), eu retiro, não precisa de retirar, não.

O Brasil está acompanhando esta sessão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está acompanhando e acompanhando a sua postura, Senador Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, V. Exas. gostam de rotular a postura dos outros, mas praticam o tempo todo exatamente o que o Brasil inteiro está vendo.

Então, veja, qual é a argumentação aqui em relação ao que eu apresentei agora? E eu não estou condenando o médico Dr. Drauzio Varella, por quem tenho profundo respeito. Enganam-se V. Exas. se acham que essa é a intenção; não é essa. Mas aí vêm os senhores: "Era o começo da pandemia, as coisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudaram, a ciência avança!" Bom, o problema é que essa cantilena só vale, caro Deputado Osmar, para um lado; para o outro não vale. Deixemos a hipocrisia!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ninguém se arrependeu de...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que a gente pode extrair da fala do Dr. Drauzio – vou passar aqui alguns pontos? Primeiro, que ele foi o primeiro a falar em gripezinha, resfriadinho.

Segundo, da fala dele, fica clara a abordagem e previsão de imunidade de rebanho. Querem saber da origem, onde começou essa fala toda? Prestem atenção no que foi dito lá! Vamos ver o que ele disse: "Nós vamos ter um grande número de brasileiros infectados, possivelmente. Vai acontecer depois o que está ocorrendo na China hoje; vai haver uma estabilização da pandemia e, depois, começa a diminuir, diminuir e vai embora, como muitas outras epidemias". Ora, isso é ou não é conceito de imunidade de rebanho?

O que é imunidade de rebanho? Diz o conceito científico: a imunidade de rebanho é um termo que define o momento em que a cadeia de transmissão de uma doença dentro de um grupo populacional é interrompida por se ter atingido um grande percentual de indivíduos já imunizados contra o agente infeccioso. Em outras palavras, imunidade de rebanho é a resistência de um grupo ou população à introdução e disseminação de um agente infeccioso, baseada na elevada proporção de indivíduos imunes entre os membros desse grupo ou população e na uniforme distribuição desses indivíduos imunes. Ou seja, o Dr. Drauzio Varella falou justamente em imunidade de rebanho, expressão que aqui, no âmbito desta CPI, tem sido tratada com tanto assombro.

A imunidade de rebanho decorre de um processo natural, em consequência da cadeia de transmissão, que, conforme o nível que alcança, é interrompida. Aliás, imunidade de rebanho é um conceito positivo e não, negativo. É o que sempre se espera que ocorra o mais breve possível para evitar a proliferação do agente infeccioso e, consequentemente, evitar mais mortes. Isso não significa negar a doença, negar a sua gravidade, deixar de praticar atos que são atos necessários para a prevenção, para o enfrentamento. Não!

Observemos também que o Dr. Drauzio fala em epidemia e não, em pandemia. Ou seja, não acreditava na dimensão que a contaminação iria causar. Tem outras falas dele dizendo, textualmente, que não acreditava que haveria um grande número de mortos. Ele deu uma entrevista no Roda Viva falando disso. E foi em fevereiro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso foi dito, por exemplo, em entrevista...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A grande diferença – e não quero interrompê-lo –, a grande diferença é que ele fez uma revisão do seu ponto de vista, enquanto que os senhores não o fizeram, haja vista o depoimento que nós estamos vendo hoje aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diante de todas evidências, não fizeram nenhuma revisão, continuam a fazer a mesma coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas. estão fazendo afirmações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já reviu sua posição, pediu desculpas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade, é verdade. Eu não estou negando isso. Eu estou dizendo é que aqui se cobra uma postura de alguns e, de outros, fazem justamente o contrário, são advogados de defesa. Em palavras do Dr. Drauzio: "[...] não vejo essa gravidade que muita gente enxerga, o vírus chegando e acometendo um grande número de pessoas.". Outra coisa é o que, no vídeo a que assistimos, o Dr. Drauzio fala com clareza sobre a incerteza, sobre a real causa da morte de pessoas idosas e das que tivessem comorbidades. Ele fala mais especificamente sobre esse público. Defendeu também o "fique em casa", mesmo com sintomas, lá no primeiro momento, mas nem por isso é ridicularizado, nem por isso é satanizado. Aliás, disse que o lugar certo para quem gosta de pegar coronavírus é no pronto-socorro. Ou isso não foi dito? Ou isso não foi dito?

Ou seja, nós temos uma coleção de expressões do Dr. Drauzio que vale a pena rememorar. A primeira, que era apenas um resfriadinho. A segunda, que ocorreria a imunidade de rebanho. A terceira, que era apenas uma epidemia. A quarta, que não haveria um grande número de mortos. A quinta, que os números de mortos seriam incertos quanto à causa das mortes por dois fatores: o primeiro, a idade do maior grupo atingido, o de idosos; o segundo, as comorbidades. Ou seja, o Dr. Drauzio previu até mesmo a ocorrência de supernotificações de óbitos por Covid-19. Vejam, senhores! Mas tem mais uma afirmação dele que precisa ser analisada. A sexta afirmação foi: "Você vai continuar andando na rua? Claro, claro que vou. Não acho que se justifique qualquer mudança nos hábitos". O que é isso? Uma posição claramente contra qualquer medida de distanciamento social ou físico.

Fica claro, portanto, Sr. Presidente, caro Dr. Osmar Terra, que não é privilégio de uma pessoa só errar. Vou repetir: não é privilégio de uma pessoa só errar. Aliás, muitos erraram, para não dizer todos erramos, de certa forma, em relação a esta pandemia. Para ser ainda mais claro, o mundo inteiro errou e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continua errando porque ainda não existem respostas seguras sobre diversas questões que envolvem esta pandemia. Todos erraram buscando acertar, mas todos erraram, inclusive este Parlamento; inclusive este Parlamento. Dias atrás, numa provocação do Senador Otto aqui, gerou-se até um pouco de constrangimento aqui dentro da CPI, porque foi este Senado Federal que aprovou uma legislação obrigando que se priorizassem as grávidas na vacinação. E, depois, recomendou-se que não se aplicasse determinada vacina...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Intercambialidade, Senador Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em razão das preocupações que se tinham em relação a esse tema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Intercambialidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Intercambialidade, não pode trocar de vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, não, não, não foi isso, não. Não, não foi isso, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi, foi, Senador, foi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não foi isso, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A acareação é para isso na quinta-feira que vem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não foi isso. A questão é que foi a vacina da AstraZeneca. Não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, é porque ele tomou da AstraZeneca e depois tomava uma outra, de um outro tipo de laboratório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, eu não estou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É para fazer justiça, porque nós, mulheres, defendemos, como continuamos defendendo, a vacinação das mulheres.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas eu também defendo. O que eu estou dizendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A gente não defende é fazer a intercambialidade da vacina. Então, seja correto com a bancada feminina, porque nós estamos sendo muito corretas nesse posicionamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe eu concluir a minha manifestação.

Eu estou dizendo que naquele momento, dentro da CPI, foi questionada justamente essa ideia. E, naquele momento, quando nós fizemos, não houve essa exceção – "Olha, vacina assim, mas não vacina assado". Ou seja, todos erraram! Todos erraram! Todos erraram! Mas querem pegar um para Cristo. Querem pegar um para Cristo e colocar justamente o rótulo de culpado por tudo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Senado não errou na vacinação de parturientes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quero fazer aqui alguns questionamentos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Governo errou na orientação da vacinação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou lhe pedir que me assegure a palavra...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente, porque não é correto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir que V. Exa... Eu não fiquei interferindo na fala de ninguém...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente, aí não é correto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hoje eu fui extremamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane, V. Exa. já fez a devida correção. Vamos garantir a palavra do Senador Marcos Rogério.

Eu já dei mais três minutos a V. Exa. Vou dar mais dois minutos para que V. Exa. conclua.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

Não estejam preocupados, porque o Brasil inteiro está acompanhando a CPI, hoje, antes e vai continuar acompanhando, talvez com muita frustração, com muita decepção com o palco de horrores em que se transformou isto aqui.

Mas, Deputado Osmar Terra, queria fazer alguns questionamentos a V. Exa.

V. Exa. tem sido considerado pela mídia, e especialmente pelo grupo do G7, como integrante do chamado gabinete paralelo de aconselhamento do Presidente da República, grupo que seria consultado pelo Presidente para a tomada de decisões sobre o enfrentamento da pandemia e outros assuntos.

Existem registros, os mais diversos, de reuniões de presidentes de nações do mundo inteiro com conselheiros não integrantes do governo, especialmente em tempos de crise. O senhor está no sexto mandato de Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, ou seja, o senhor já acompanhou seis mandatos de Presidentes da República. Pergunto: é a primeira vez que o senhor tem conhecimento, tem notícias de que o Presidente da República busca aconselhamento para gerir crises em seu governo?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Não, eu acho que todos os Presidentes da República podem conversar com alguém em quem eles confiem ou alguém com quem eles tenham relação e perguntar...

Eu estou dizendo, eu disse desde o início, que eu tive muito mais contato em um ano com o Presidente Michel Temer do que com o Presidente Bolsonaro. Ajudei, inclusive, e tenho muito orgulho disso, a terminar com a greve dos caminhoneiros. Foi uma articulação que eu fiz às 9h da noite, num domingo, no Palácio do Planalto, e o Presidente me pediu para fazer isso.

Agora, eu estou estranhando, porque parece que qualquer pessoa que o Presidente ouça é culpada também, está influenciando. Essa imagem que estão tentando colar com a minha aqui, que eu sou o grande culpado de tudo – daqui a pouco vão me botar a culpa de tudo! –, é *fake news* de primeira grandeza, porque qualquer pessoa que o Presidente ouvir, ele pode formar juízo, inclusive dos ministros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele nomeia. Por que ele não ouve mais o ministro que ele nomeia? O que está havendo? Tem gabinete paralelo?

Não existe gabinete nenhum, nunca tive reunião com as pessoas que foram citadas aqui para tratar de nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aquela reunião...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu fui lá conversar sobre os assuntos do Rio Grande e falar sobre o que eu tinha vontade de falar com o Presidente quando fui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aquela reunião, que já foi repetida aqui por capítulos fracionados diversas vezes, para o Brasil inteiro ver, que mostra V. Exa., Dra. Nise e um conjunto de médicos, foi uma reunião secreta, Deputado Osmar? Porque trata-se como se fosse a maior descoberta do Planeta. Foi uma reunião secreta?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. A revista divulgou, o jornal divulgou como imagens vazadas da reunião, aquilo foi transmitido ao vivo pela internet para o Brasil inteiro, para o mundo. Foi uma reunião, foi uma audiência que o Presidente deu para um grupo de médicos. Eu estava junto. Não estive em outras, mas estive naquela. Qual é o problema?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Uma reunião que foi transmitida ao vivo, mas que, aqui na CPI, é tratada como reunião secreta.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Secreta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a narrativa.

Gostaria de ouvir um pouco mais V. Exa. sobre a sua experiência no combate à H1N1. Na época, existiam remédios específicos para o combate à H1N1? E que V. Exa. falasse um pouco sobre...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador, para concluir, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na ausência de medicação específica, qual o papel do tratamento *off-label*?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Bom, primeiro eu queria fazer uma referência que, na epidemia do H1N1, nós não sabíamos também como é que era o vírus. Toda pandemia começa com um vírus novo: é um vírus que surge, ninguém sabe como é que ele vai se comportar, e existia pânico. As pessoas... O vírus entrou pela fronteira da Argentina e começou a contaminar. Na Argentina eles não divulgavam que tinha pandemia porque era ano eleitoral. A Cristina Kirchner era candidata, ela não podia falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós enfrentamos o vírus sem saber direito como é que ele ia se comportar, aumentamos, em três semanas, 20, 30% dos leitos de UTI. As pessoas entravam em estado grave. Ele é um vírus que matava em uma semana, é diferente desse, embora ele fosse menos contagioso, que foi a vantagem que nós tivemos – vantagem em termos. O que aconteceu? Por exemplo, as escolas, terminou o mês de julho, estavam fechadas. Os Prefeitos não queriam reabrir, muitos Prefeitos não queriam reabrir. Nós fomos lá e reabrimos as escolas, porque o contágio era maior fora – nós tínhamos trabalhos publicados, inclusive, mostrando que o contágio era maior fora da escola – do que dentro, se a escola está organizada.

E aí eu quero citar uma coisa que eu acho que é importante aqui para os Senadores ouvirem. Um Prefeito veio falar comigo que não ia reabrir as escolas da cidade dele – eu vou dar o nome da cidade: Canguçu. Ele disse que não ia reabrir a escola. Eu disse: "Mas por que, Prefeito?". Eu levei epidemiologistas, infectologistas pra reunir com os Prefeitos. "Eu não vou reabrir, Secretário, porque a única coisa que pode mostrar que eu estou preocupado com a saúde da população é manter a escola fechada. Se eu reabrir, vai parecer que eu não estou dando mais bola pra saúde da população." Então, é essa a mentalidade que está atrás, inclusive, dessa questão do *lockdown* e da quarentena, um pouco é isso também, de mostrar que está fazendo alguma coisa. Na prática, em um ano já dá pra ver isto: não teve efeito nenhum. Quinhentas mil mortes? Será que isso é o resultado positivo do *lockdown* e da quarentena que os Governadores promoveram? Eu não acho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou fazer mais questionamentos ao Deputado Osmar Terra.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mesmo porque o tempo de V. Exa. acabou e eu ainda acrescentei cinco minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive, acrescentei mais ao senhor do que à Senadora Eliziane.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ela nem pediu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sob os meus protestos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só pra concluir minha linha de raciocínio em relação ao que apresentei aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não apresentei a fala do Dr. Drauzio para desqualificá-lo, porque continuo respeitando e entendendo que é um grande profissional de saúde e de comunicação. Apresentei justamente com o intuito de demonstrar que projeções erradas foram feitas por muitos. O que muda é a forma de tratamento que se dá no âmbito desta CPI. Então, todos erraram, todos erramos, na busca, na tentativa de acertar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, isso não pode ser argumento para desqualificar aqueles que, a partir da sua consciência, do seu conhecimento científico, da sua prática médica...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... tenham um pensamento diferente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu ouvi e não ia fazer nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E, antes de V. Exa. pela ordem, V. Exa. está cheia de razão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Eu não ia fazer nenhum comentário, mas, se me permitir aqui, em nome da imagem de todos nós do Senado Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos as primeiras vítimas, porque somos, hoje, perante o País, fruto de uma série de equívocos, criminalizados. Hoje nós temos a criminalização da política e pagamos um alto preço por isso. A história há de dizer.

Nós não podemos cometer esse mesmo erro com pessoas de bem, cidadãos comuns. Vejam aqui o que se fez agora e que se faz constantemente, seja do lado da oposição ou da situação. Aqui eu não estou para defender quem quer que seja. Eu sou uma Senadora independente e nem membro desta Comissão. Eu prezo por ser justa e, quando não sou, eu sou a primeira a reconhecer e pedir desculpas.

São questões muito distintas, Sr. Presidente. Primeiro, aqui se injuriou e se difamou um cidadão de bem, que já havia se redimido daquilo que disse, que fez uma fala em janeiro, quando não tinha pandemia nem epidemia no Brasil, não tinha um caso de morte, que fez uma série de vídeos e se retratou. Errar é humano, errar duas vezes é burrice. No caso desta pandemia, quando se erra nessa gravidade, isso é mais do que burrice, é crime e pecado capital.

Então, vejam. Eu gostaria de pedir à Comissão que pudesse, inclusive, dar o direito ao Dr. Drauzio Varella de vir aqui por 15 minutos, o tempo em que foi aqui, de alguma forma, injuriado, difamado, para que ele possa – e eu sei bem a diferença de calúnia, difamação e injúria, por isso que eu não falei que ele foi caluniado; ele foi injuriado, difamado – aqui fazer as suas apresentações, se quiser. Se não, que ele possa mandar um vídeo para esta Comissão.

O que nós não podemos é fazer do Senado Federal, a fim de defender algo em que acreditamos – porque aqui ninguém quer ouvir a verdade, todo mundo quer estar certo, seja oposição, seja situação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Essa que é a verdade. Eu procuro aqui ouvir os dois lados e eu não consigo, muitas vezes, encontrar alguém ouvindo. Todo mundo quer falar, e poucos querem ouvir.

Eu acho que é fundamental convidar o Dr. Drauzio Varella para, por 15 minutos, falar ou mandar um vídeo, para que nós possamos corrigir esse erro.

Que nós não mais utilizemos, em nome de uma defesa de tese, seja ela qual for... Que não possamos, através de inverdades ou de informações restritas, pela metade, que consequentemente não condizem com a verdade, para poder defender uma tese, acabar difamando ou injuriando qualquer cidadão de bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, essa é a sugestão que eu faço...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... porque infelizmente não é a primeira vez. E é importante corrigir, a ponto de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone. Obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... evitar réplica e tréplica de uma questão que é unanimidade no Senado Federal. Nós nunca nos submetemos a isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta Presidência já entendeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós nunca fomos... Dentro do Senado Federal, nós nunca tivemos esse tipo de debate envolvendo os cidadãos de bem.

Perfeitamente. Esta Presidência já entendeu.

Senador Marcos, se V. Exa. puder ser em um minuto... Senão... Nós estamos já atrapalhando os próximos inscritos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Não, Presidente, eu só... Eu estou espantando com o nível de reação que se tem quando eu apresentei uma situação que é pública, que todos os brasileiros acompanharam e que causa esse nível de incomodação. Eu só apresentei...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é verdade, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não pode ter a última palavra a mentira na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Senadora Simone...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tenho uma inscrição, Presidente. Eu gostaria de falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A mentira não pode ter a última palavra nesta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Obrigado, Senadora.

Senador Marcos, por gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que apenas me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Já está assegurada, já está entendido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O próximo inscrito é o Senador Jorginho Mello. Vamos garantir a palavra ao Senador Jorginho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Siga o debate, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe-me fazer aqui a minha contradita, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, pelo amor de Deus!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na minha fala, não cabe contradita...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, a sua contradita neste momento vai prejudicar todos os inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, eu apenas quero dizer o seguinte: eu apresentei aqui um fato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu apresentei aqui um fato, não foi no sentido de injuriar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entendido por esta... Entendido...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, nós não vamos permitir que a mentira seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Jorginho Mello...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Alô, alô, alô...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes do Senador Jorginho Mello, eu queria pedir...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Calma, calma, calma, calma...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Jorginho, só um instante, só um instante.

Senador Rogério Carvalho... Senador Rogério Carvalho, eu queria pedir a V. Exa. se V. Exa. poderia, por obséquio, assumir a Presidência, porque, após o Senador – se não V. Exa., o Senador Humberto, um dos dois colegas –, após a fala do Senador Jorginho Mello, eu serei o próximo inscrito.

Desculpe, Senador Jorginho, a palavra está com V. Exa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Restabelecida a calmaria em ambas as colunas, eu inicio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, V. Exa. não atrapalha, V. Exa. tem uma alma tão branca e limpa que chega a ser transparente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero... Deputado Osmar Terra, V. Exa. podia olhar pra mim? Tudo bem, amigo? Como vai?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. *Fora do microfone*.) – Bem.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ainda bem que o senhor é Deputado e firme pra aguentar aí todas as indagações e responder com propriedade.

Cumprimento V. Exa. e lhe agradeço por estar aqui conosco.

Eu queria que o senhor falasse um pouco, Deputado Osmar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Calma, calma, calma, calma!

Presidente, o senhor está anotando aí o meu tempo, não é? Está bom. Então, vamos nos acalmar, gente, senão, não vamos chegar a lugar nenhum.

Eu quero cumprimentar o Deputado Federal Osmar Terra, gaúcho de fibra.

Deputado Osmar, eu queria que o senhor falasse um pouquinho sobre a efetividade do *lockdown*.

O senhor sabe que eu faço uma defesa intransigente da micro e pequena empresa no Brasil, até porque a micro e pequena empresa representa 98% de todos os empregos formais do Brasil – todos os empregos do percentual de empresa, 57% dos empregos formais, 98% de todas as empresas, e 28% do PIB. Passamos por dificuldades. Graças ao Pronampe, que o Senado da República aprovou, a Câmara Federal, e o Presidente sancionou, nós socorremos inúmeras pessoas e emprestamos no Brasil 37,5 bilhões através do Pronampe. Agora, tem mais uma *tranche* de 5 bilhões, que têm o compromisso de os bancos alavancarem por 4, o que vai virar 25 e, desses 25, aplicarem 20% em empresas de eventos, empresas que já quebraram. Nós temos que ressuscitar esse segmento, porque faz 16 meses que eles não têm um real de faturamento, pela pandemia.

Então, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre a efetividade do *lockdown*. Inegavelmente, acabou com empregos e empresas. Como o senhor vê – e o senhor tem posição clara sobre isto, forte – que o *lockdown* não é a solução pra evitarmos a pandemia? Eu queria que V. Exa. respondesse isso pra mim.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Senador, não sou eu que digo, são 32 trabalhos – que vou encaminhar a esta Comissão – publicados comparando países que fecharam e países que não fecharam, Estados que tiveram uma política mais flexível e Estados que tiveram uma política mais dura no *lockdown* nos Estados Unidos, por exemplo. Essa comparação é unânime, Senador: o *lockdown* não diminui o número de mortes, não reduz o número de mortes. Se reduzisse, Senador, eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava nem aí para a situação das empresas, nós tínhamos que salvar as vidas mesmo. Agora, fazer tudo isso que se está fazendo e não salvar vida é uma tragédia, é uma tragédia dupla. Essa é a questão.

O Rio Grande do Sul fechou, trancou 100 mil empresas pequenas e médias – foi publicado no *Zero Hora* isso –, 100 mil empresas, microempresas fecharam as portas durante este período da pandemia, 100 mil empresas. E o Rio Grande do Sul é recordista de mortes. Como se explica um Estado do tamanho do Rio Grande do Sul – vocês são nossos vizinhos ali e podem avaliar isto bem – com a estrutura de saúde que o Rio Grande do Sul tem? A gestão de saúde é boa, a estrutura é ótima, tem 3 mil leitos, quase 4 mil, três mil e tantos leitos de UTI disponíveis para a população – é a maior proporção, acho que está entre os três ou quatro Estados com a maior proporção de leitos de UTI. Como é que pode o Estado ter um número tão alto de mortes? Se fosse um país, seria o terceiro do mundo em mortes! Não tem justificativa isso. É sinal de que não funciona.

Esse estudo é um estudo da Universidade de Stanford, é o mais completo. A Universidade de Stanford comparou vários países, vários Estados que flexibilizaram, que não flexibilizaram, que fecharam, que não fecharam. E o resultado é unânime: não funciona o *lockdown*, nunca funcionou. Nunca foi feito, Senador, nunca foi feito em nenhuma epidemia. É uma invenção e não tem evidência científica nenhuma de que funcione.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Deputado Osmar Terra, eu quero perguntar... O senhor é – posso dizer – acusado de incentivar o tal de gabinete paralelo, como é chamado aqui nesta CPI, um gabinete paralelo, para o Presidente Bolsonaro, de grandes especialistas, enfim.

Eu só queria, para equilibrar essa fala, apresentar aqui que, no tempo do Governo do Presidente Lula...

A *Folha de S.Paulo* traz aqui, do dia 21 de junho: "O Sr. Gerdau será conselheiro informal do Presidente Lula". Nesse caso, poderia fazer reuniões semanais com o Presidente para orientá-lo. E também o Ministro Delfim Netto. Aqui, o *blog* do Correio Braziliense também diz: "O empresário Gerdau teve mais uma conversa com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aceitou o convite para ser conselheiro informal do Presidente". Aqui tem a *Gazeta do Povo*: o ex-Ministro do Planejamento e ex-Deputado Antonio Delfim Netto, em 09/03/2018, embora não fizesse parte da equipe que assumiu a Fazenda, era um consultor informal do Presidente Lula.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, Mendonça de Barros vira conselheiro de FHC. Barros assumiu a função informal de conselheiro do Presidente Fernando Henrique Cardoso na montagem do cobiçado Ministério da Produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só queria fazer esses registros para que a gente, definitivamente, pare de falar nesse gabinete paralelo, porque conversar, pedir sugestões, filtrar é uma obrigação de cada... Não tem nada a ser recriminado ou condenado de qualquer gestor público, seja ele Prefeito, Governador, Presidente. Ouvir as pessoas, Senador Girão, é uma coisa muito salutar. Evita erro se aconselhar e, depois, tomar a posição que quiser tomar. É pra isso que ele foi eleito, é pra isso que ele tem o dever de ser um gestor, de cuidar da coisa pública.

Então, eu só queria, Deputado Osmar, fazer essas considerações e deixar, se V. Exa. entender, mais alguns minutos da minha fala pra que V. Exa. possa explicar ou justificar as suas posições firmes no início da pandemia, quando ninguém sabia de absolutamente nada. Nós estávamos no escuro lutando contra um inimigo invisível e ainda continuamos. Esse inimigo vai trocando de forma, vai mutando. Então, eu queria deixar ao Deputado Osmar Terra, que é um político respeitado no Brasil, um brasileiro respeitado, um médico preocupado com o Brasil, para que V. Exa. pudesse fazer qualquer tipo de consideração que entender necessária dentro deste tempo que me resta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E passo a palavra ao Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Bom, eu queria só deixar claro que a minha relação com o Presidente Bolsonaro é uma relação pessoal e de Deputado. Eu tenho interesse em ter uma boa relação com o Presidente, inclusive para o exercício do meu mandato, para participar de decisões importantes... Acho que a gente faz política pra isso. A gente faz política pra mudar o mundo, pra ver de que maneira a gente pode ter protagonismo ou lutar pra mudar uma realidade injusta, uma realidade que não funciona. Então, Senador, eu não tenho... Essa tentativa que estão fazendo, que alguns sugerem – não estou dizendo que estão fazendo propositalmente (*Falha no áudio.*)

... que fala tudo que ele quer ouvir e que influencia... Isso é ridículo! Isso, na minha opinião, é ridículo. Não existe, nunca existiu. Eu nunca fui...

E outra coisa: nunca me convidou pra nada, pra ser algum conselheiro. São reuniões periódicas que a gente tem, quando eu preciso, quando tem algum pleito, quando tem alguma questão, levar Prefeito lá, camisa de futebol... Essas coisas estão nessa agenda aqui: 20 reuniões com o Presidente, um ano, um ano e meio. Isso eu acho que é o normal de um Deputado que está no Governo, que apoia o Governo, como eu estive com o Presidente Temer. Eu tive muito mais reuniões com o Presidente Temer, muito mais eu fui ao gabinete do Presidente Temer do que eu fui ao gabinete do Presidente Bolsonaro. Agora, nunca fui ao gabinete da Dilma, da Presidente, e nunca fui ao gabinete do Lula, porque eu era oposição. Então, essas questões dependem da afinidade se tem política, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma relação... E esse gabinete, Senador, é uma construção de uma narrativa, que, talvez, seja necessária pra quem quer, de alguma maneira, incriminar o Presidente e me carregar junto nisso, né? É uma narrativa no ar, não tem base material isso aí.

Então, eu queria deixar isso claro e dizer o seguinte, Senador: nós estamos... Completando aqui uma pergunta que foi feita anteriormente, o Tamiflu foi um remédio usado, incentivado pelo Governo e fornecido pelo Governo, fornecido pela Fiocruz no Governo no Presidente Lula, durante a pandemia do H1N1, o Tamiflu, e custou uma fortuna. Era caro o remédio, sumiu das farmácias e tal e, no fim, a Fiocruz não conseguia nem envazar o remédio e mandava os tonéis de líquido do Tamiflu pra gente envazar lá no Rio Grande do Sul.

Até hoje, ele não tem... Todas as metanálises que foram feitas não mostram nenhum efeito, nenhum impacto do remédio na mortalidade. Então, o que se faz nesses momentos... É provável que a ivermectina tenha mais impacto, pelo estudo que eu vi agora publicado, da Argentina, tenha mais impacto do que o Tamiflu.

Não se pode demonizar um tratamento. Se for olhar a bula de remédio e olhar os efeitos colaterais, a dipirona tem efeitos terríveis, mas todo mundo toma, né? A hidroxicloroquina é usada. Tem 250 milhões de casos de malária por ano no mundo. Todo mundo toma, é obrigado a tomar. Os militares todos da Amazônia são obrigados a tomar. Então, eu não vejo problema nisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, Dr. Osmar, o senhor é médico, sabe mais do que, qual é o efeito colateral do quinino? Qual é?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Jorginho. É, porque é muita coisa pra eu ouvir aqui.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele está no meu tempo, eu dei o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mas eu dou o tempo para o senhor. Só um minutinho!

Qual o efeito colateral do quinino?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Ela inibe a entrada do vírus na célula e a multiplicação do vírus. Essa é a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Efeito colateral, doutor!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Ah, efeito colateral?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, doutor!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O efeito que falam, o mais comum, é o efeito da arritmia cardíaca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é, não, doutor. É no fígado!

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Também, também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pessoa fica esverdeada, fica esverdeada.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O senhor conhece bem isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conheço muito bem, por isso que eu estou lhe dizendo. Eu não sou médico, não.

Eu estou lhe perguntando o efeito colateral do quinino é muito ruim para o fígado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Meu querido Presidente, o senhor não é médico. Deixa o homem explicar aí!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. é lá vizinho, vizinho lá do Rio Grande do Sul, sabe que também o Rio Grande do Sul está com muito problema.

Agora, eu estou vindo aqui... Eu estava lá embaixo, porque eu estava tratando de uma coisa da Zona Franca de Manaus. Tem duas coisas que me tiram a atenção de qualquer lugar, e uma delas é a Zona Franca, que é a vida dos amazonenses, e eu ouvi o meu querido amigo Marcos Rogério colocar um vídeo do Dr. Drauzio Varella de um ano atrás.

As pessoas, vejam bem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mais de um ano, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quem não muda de opinião é aquele burro xucro que empaca e não anda, porque quem não é burro xucro muda de opinião, avança, e a ciência avança.

A única coisa que tem avançado muito no mundo – não é, Dr. Osmar? – é a ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, nós saímos... Aqui se falou da gripe espanhola, aqui se falou não sei do quê. Naquela época, não se tinha a tecnologia que nós temos hoje. Então, não dá pra gente... Não tem comparativo em tempos de pandemia que tá acontecendo agora com o que aconteceu no século passado.

Agora, o quinino... Não é só arritmia, não. Quinino faz um efeito colateral, Senador Jorginho, muito grande no fígado das pessoas, que pode ter uma doença hepática – não é?...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... muito séria por causa desse tipo de efeitos colaterais que tem o quinino.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, art. 14.

Apenas pra registrar: V. Exa., não sei se ouviu, assistiu ao vídeo e à minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, só ouvi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, só ouviu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Presidente, vamos seguir a...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu quero reiterar aqui, Presidente, que estava falando de hipocrisia. Talvez V. Exa. não tenha ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque as projeções que um faz e não se confirmam, aí não, é evolução da ciência, equívoco, contemporizado. Mas o que outros fazem é tratado como se fosse um dado irreversível, imutável.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas eles não mudaram, Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É disso que eu estou falando. Eu não estou... eu não fiz a apresentação para condenar. O médico continua sendo digno de respeito, de acatamento por suas opiniões, por suas participações que faz. Agora, não dá pra tratar de um jeito um, e o outro, de maneira absolutamente diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu não conheço... Eu conheço o Dr. Drauzio pela televisão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu sou o próximo inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu nunca falei com ele...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu também não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem: mas, que eu saiba, pelo que eu vi, ele mudou de opinião. Aí, o burro xucro, não, ele fica empacado, você está me entendendo? Sabe o que que é burro xucro? Sabe, né? Aquele cara que empaca com uma ideia e não se mexe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. faz isso o tempo todo também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, Presidente. V. Exa. dá opinião sobre remédio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu sou o próximo inscrito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. fala sobre cloroquina como se fosse um médico especialista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Eh, Senador, não faça isso, Senador, não faça isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ai, não ué!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coloque-se no seu lugar, e eu me coloco no meu, e aí a gente vai ficar aqui bem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, exato, exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, por mais 30 segundos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Como 30 segundos? São mais quatro minutos, tava faltando aí, o que é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já que o senhor deu uma receita, deixa eu ver se o remédio tá certo, por favor.

Eu queria, eu queria pedir pro, queria pedir pro Deputado Osmar: o senhor tem três minutos ainda pra continuar falando no meu tempo. Se o senhor quiser falar... Se não, eu já abro mão da palavra, mas a palavra tá com V. Exa.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu só queria acrescentar ao conhecimento que o Senador Omar Aziz tem da cloroquina e da hidroxicloroquina que esse efeito que ele fala é muito comum em uso continuado, que na Amazônia o pessoal tem que fazer o uso continuado; senão, pega malária.

O que está se falando aqui agora é um tratamento de cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu não acredito que vá... que vá causar esse dano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O quinino não é uso preventivo não, ele só é usado após adquirir a malária.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Não é preventivo não, doutor.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, por um longo... mas várias vezes as pessoas pegam malária, não é? Então... Mas de qualquer maneira não, não... Eu quero só reafirmar que, citando algumas questões que ficaram pendentes aqui na minha fala, o Governo da Argentina tem uma mortalidade de 1.963 pessoas por milhão de habitantes – 1.963 pessoas por milhão de habitantes! Se aplicar essa mortalidade no Brasil, dá 420 mil pessoas mortas. Seriam... Se a Argentina fosse do tamanho do Brasil, seriam 420 mil pessoas mortas. É a proporção, não é?

O Presidente fechou essa Argentina em *lockdown* um ano e pouco, o Hernández, Fernández. Fechou, quebrou a Argentina, não é? Em um ano e pouco, e não evitou, 420... Tá aumentando, a taxa de aumento... A Argentina vai passar o Brasil em menos de um mês em taxa de mortes, não é? Na taxa de mortes... E ninguém... Ninguém tá processando ou tá chamando de genocida, ou tá chamando o Hernández, o Fernández... Quatrocentos e vinte mil! Pra mim uma vida já é importante, imagina 420 mil – não é? –, 500 mil, não é? Isso não tem...

Minha gente, nós estamos trabalhando aqui e nós temos que ter um consenso para lutar contra um vírus, não é ficar um botando a culpa no outro e tentando botar a culpa em alguém que não tem poder de decisão. O poder de decisão é limitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho, eu entendo... E, como Deputado, eu estou falando isso, porque eu estou sendo convidado aqui para discutir a minha opinião. Não é por... Eu estou disposto a fazer com qualquer Senador que quiser, inclusive com meus colegas médicos, e a gente fazer um debate, separado até da CPI, trazendo os dados. Eu sou convencido por dados. Eu tenho aquela frase do pai da qualidade total: em Deus nós acreditamos, os outros têm que me trazer os dados, trazer as informações. Se me trouxerem as informações, me convencendo, não tem problema. Eu jamais falaria sobre um assunto que pudesse prejudicar as pessoas, se eu não tivesse convicção de que não prejudica, que prejudica menos do que o outro, não é?

Então, *lockdown* e quarentena, Senador Jorginho, não têm nenhuma comprovação científica. Inventaram em cima do medo, criaram pânico. O "fica em casa" virou... A grande mídia assustou a população como nunca na história – nunca! –; assustava e não informava. As pessoas precisam ser informadas. Foi o que eu fiz, quando coordenei o H1N1. Eu informava, todo dia, as pessoas e tirava o pânico. As pessoas precisam saber que têm começo, meio e fim, como é que termina uma pandemia. Está demorando? Está demorando, porque surgiu uma variante e tal. E é isso. É isso que tem que se fazer. Então, não ficar botando pânico e usando a morte das pessoas para fazer política. Não tem sentido isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já é o Senador Jorginho.

V. Exa. viu que eu respeito V. Exa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vou aguardar a próxima receita de V. Exa. aí, para o senhor dar mais uma receita de quinino aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, isso não foi inventado pela ciência, não. O quinino é utilizado pelos povos tradicionais da Amazônia, há séculos. Não foi nenhum cientista que inventou isso, não. Foram os povos tradicionais do meu Estado e dos Estados da Amazônia, que sabem que o quinino é bom para a malária. Não é usado como prevenção; ele é usado após a pessoa adquirir a malária.

Senador Randolfe Rodrigues, por 15 minutos.

Senador Randolfe, tenho que comunicar que às 13h45 eu vou ter que me ausentar, porque a Medida Provisória 1.034 tem um artigo que fala da Zona Franca de Manaus e eu preciso acompanhar a votação.

Eu quero dizer para vocês o seguinte: recebemos um comunicado do advogado do Sr. Maximiano, comunicando a esta CPI hoje – poderia ter nos comunicado antes, e a gente teria amanhã alguém para estar aqui presente – que o cliente dele, o Sr. Maximiano, chegou no dia 15 da Índia e que a Anvisa e ele mandaram um documento que ele tem que fazer quarentena na sua residência. Eu falei há pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estaremos transferindo a oitiva para a semana que vem. Agora, no dia 15... hoje, são 22, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não dá para antecipar a dos outros?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem como eu convidar alguém para estar aqui amanhã. É muito complicado, não é? A pessoa, quando vem para cá, se prepara para vir. Eu não posso, hoje, chamar alguém para vir amanhã.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é na quinta?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o Filipe Martins.

Filipe Martins.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele já sondou, já conversou com o Sr. Filipe Martins, e ele disse que não pode estar aqui, e eu não posso obrigá-lo a vir num dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O de sexta, de repente, Presidente. Aí libera a sexta, porque, na sexta, são duas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, se eu tivesse tomado ciência desde a semana passada... Todos nós sabemos que o Sr. Maximiano teria de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não posso fazer. Eu não posso obrigar ninguém a antecipar a vinda.

Teria de ser de comum acordo.

Então, nós marcaremos para a semana que vem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, para encaminhar, a título de sugestão.

Se o senhor considerar correto, poderia pedir à Mesa para ver se pode antecipar os dois nomes de sexta para amanhã. Eu acho que é tranquilo. Não custa tentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho... Se as pessoas morassem aqui em Brasília, seria fácil. Mas, geralmente, essas pessoas não moram em Brasília. Você tem de trazê-los. Eles têm de vir de avião. Inclusive, as passagens são vistas pela CPI, que encaminha as passagens. Está certo?

E vamos aguardar para ouvir o Sr. Maximiano na semana que vem. Aí eu vou comunicar, ele disse que está à disposição. Não será terça, nem quarta. Ou será quinta ou sexta que nós faremos a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só registrar o grau de desrespeito do Sr. Maximiano ou de sua defesa para com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Bastava esta comunicação ter chegado a esta CPI no dia de ontem, que, inclusive, as sugestões aqui encaminhadas pelos colegas Senadores poderiam ter sido operacionalizadas. Bastava isso.

Era uma medida...

Ele começou muito mal, ele começou muito mal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, porque era público que ele viria aqui amanhã. E nós mandamos vários...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, ele começou muito mal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós mandamos várias correspondências, e ele não respondeu a nenhuma. E quem respondeu hoje foi o advogado dele. Mas vamos aguardá-lo na semana que vem, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aí eu reitero com V. Exa. para nós reiterarmos ao Ministério da Saúde as informações sobre essa empresa.

Inclusive, talvez nesse sentido, o adiamento do Sr. Maximiano nos auxilie mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro Marcelo Queiroga, o Senador Randolfe está cobrando, de novo, a informação que foi encaminhada ao Ministério!

O Brasil todo está ouvindo! Não é possível que o Ministério da Saúde não ouça.

Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, até para restabelecer os fatos, eu acho que nós temos que começar também com o vídeo do Dr. Drauzio Varella.

Eu quero só destacar que o vídeo que vamos apresentar, agora, é de maio de 2020.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, só para contextualizar, Presidente, esse vídeo é de maio de 2020, o vídeo passado anteriormente é do dia 30 de janeiro de 2020, como já foi dito, inclusive pela Senadora Simone, não tinha sequer o registro de um caso do coronavírus no Brasil. Na primeira fala do Dr. Drauzio Varella sequer tinham casos do coronavírus no Brasil. Então, eu acho que era importante trazer esse esclarecimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E me permita, Deputado Osmar, só para nós completarmos também um esclarecimento. De fato, a razão final da queda do premiê sueco não foi a condução em relação ao coronavírus. Mas o início da perda de apoio no gabinete foi disso. O Primeiro-Ministro sueco é social-democrata. Ele perdeu o apoio da esquerda, no parlamento e, por conseguinte, teve um voto de censura aprovado ontem, logo após as críticas que até o rei da Suécia fez às medidas e à condução que a Suécia adotou em relação à pandemia. Dados aqui, inclusive, apontam isso. Na península escandinava, Senador Humberto, a pior condução da pandemia foi a sueca. O número de mortos na Noruega, na Finlândia, na Dinamarca era muito inferior, nos países próximos, foi muito inferior ao que ocorreu na Suécia. O próprio Primeiro-Ministro teve que vir a público pedir desculpas, o que não permitiu a perda de apoio da coalizão que o sustentava no gabinete. Notícia da BBC: "Sem isolamento, Suécia sofre com Covid-19 fora de controle, UTIs lotadas e debandada de profissionais de saúde". Meses depois, olha aqui a notícia: "Suécia admite erros em sua estratégia contra a pandemia". Então, não me parece, com a devida vênia e acatamento e respeito, não me parece que tenha sido uma boa referência no enfrentamento da pandemia.

Deputado Osmar, V. Exa. é um Parlamentar experiente, seis mandatos parlamentares concedidos pelo povo do Rio Grande. Então, as opiniões de V. Exa. eu não tenho dúvidas de que elas influenciam as pessoas. Já foi dito aqui por alguns outros colegas, e V. Exa. mesmo confirmou, que teve alguns encontros como Senhor Presidente da República, dialogou várias vezes com o Senhor Presidente da República. Obviamente, entre os diálogos que estabeleceu, dialogou sobre o enfrentamento da pandemia. Numa sequência agora, ainda há pouco dita pelo Senador Tasso, V. Exa., inclusive, e eu louvo V. Exa. por isso, disse que errou na previsão sobre o número de mortos, errou sobre a possibilidade de surgimento de novas variantes, sobre o tempo da pandemia e sobre a chamada imunidade de rebanho. Nesse curso das opiniões de V. Exa., pelo que já foi demonstrado aqui, inclusive pelos vídeos, é uma opinião que V. Exa. sustentou pelo menos até dezembro do ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse curso das opiniões de V. Exa., em quantas oportunidades V. Exa. conversou com o Presidente da República e dialogou com ele sobre o enfrentamento à pandemia?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Senador Randolfe, eu conversei com o Presidente várias vezes. Eu vi aqui, que saiu publicado agora, que foram 20 vezes; 20 vezes, em um ano e meio, não é... Tem Deputados, aliás, muitos Deputados, que conversam muito mais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi mais que Pazuello, bem mais que Pazuello.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi mais que o Ministro da Saúde. Foi mais que o Ministro da Saúde.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas é por questões políticas, inclusive independentes dessa questão aí, a questão da eleição da Câmara. Tem um monte de questões aí. Quantas vezes o senhor conversou com o Lula, quando era Deputado? Então, isso aí não tem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quando eu era ministro foram muito mais vezes.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Como ministro, o senhor não era o superego dele?

Então, essa tentativa de me colocar como pessoa tão influente que possa mudar a opinião do Presidente da República... O Presidente tem opinião própria. Quero dizer isso pra vocês. Vocês estão lidando com um Presidente, esse País tem um Presidente que pensa, que tem opinião própria sobre tudo. Ele ouve pessoas. Ele ouve e decide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E é isso que eu lhe pergunto: em relação à pandemia, ele o ouviu?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Me ouviu algumas vezes e me perguntou algumas coisas em um ano e meio. Não tem um gabinete, Senador, isso é o que eu quero dizer. Não existe um lugar que as pessoas se reúnem para influenciá-lo. Ele podia até ter criado isso, se ele quisesse. Ele não criou. Ele ouve um, ele ouve um, ouve outro. É isso que ele faz.

Eu sou Deputado. Eu não vou falar? Vou me colocar na posição de não falar com o Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, em absoluto.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Ora, eu fui ministro dele! Eu tenho amizade com ele!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, em absoluto. Não, em absoluto. O objeto, o destino da minha pergunta é exatamente isso, que V. Exa. nos confirma: ele o ouviu várias vezes nesse um ano e meio. Naquela opinião que ele o ouviu, a opinião que V. Exa. emitia para ele em relação à pandemia era essa opinião que V. Exa. externava.

Inclusive só um dado, se V. Exa. me permite: entre as opiniões que V. Exa. externava, uma das opiniões de imunidade de rebanho, o senhor emitiu 135 tuítes sobre essa opinião. Segundo dados do portal Aos Fatos, esses tuítes chegaram a ter 3,2 milhões de interações. Então, influenciou bastante. Não somente influenciou o Presidente da República, mas trouxe influência na opinião pública. Só estou dando dado de um dos tuítes, que é esse tuíte sobre imunidade de rebanho, que corresponde a 14,8% de suas opiniões.

Eu acho que V. Exa. confirma que exerceu influência, dialogava frequentemente com o Presidente da República – não sei se V. Exa. ainda tem as mesmas opiniões –, mas, na oportunidade, externava essas opiniões que estavam presentes nas redes sociais de V. Exa.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, eu posso lhe dizer o seguinte: eu tenho uma rede social que cresceu muito, inclusive depois que eu saí do ministério...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... não foi nem como ministro, em função de opiniões que eu tenho e que as pessoas que me seguem concordam, e tem os que me seguem só para me ofender também. Tem de tudo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós todos temos.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Vocês também devem ter isso nas redes de vocês.

Então, o que eu posso dizer é que eu sou um Deputado, Senador, eu sou um Deputado como outros. Já viu as fotos do Presidente? Já viu o Deputado Hélio quantas vezes está com ele? O Hélio visita o Presidente muito mais do que eu. Eu não vou ao Palácio da Alvorada, eu não tiro, eu não participo de *lives* com o Presidente. Olha quantas pessoas participam de *lives* com ele. Eu tenho... De vez em quando, eu falo com ele. Qual é o problema? Se eu fosse tão influente assim, eu estaria noutra situação. Eu estou dando opiniões sobre o que eu acredito, porque eu vivi, Senador. Eu vivi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente. Mas, veja, deixe-me lhe dizer: eu não estou subestimando a sua opinião; ao contrário, eu estou superestimando e estou dizendo que essa opinião teve influência direta sobre o Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. E V. Exa., nós todos somos Parlamentares, temos seguidores que argumentam em nosso favor e contra-argumentam nas redes sociais.

Vou aqui, por exemplo, citar uma dessas argumentações e contra-argumentações. Em um Twitter, de 20 de dezembro de 2020: "No espaço de tempo que dura uma pandemia não ocorrem mutações significativas num vírus pandêmico. Portanto, até que se prove o contrário, não existe uma nova pandemia de um coronavírus mutante". Um seguidor seu, divergindo, disse: "Dr. Osmar, tenho uma dúvida: esse repique das infecções o senhor acha que pode durar muito tempo ou pode em pouco tempo ter uma queda brusca?". O senhor responde: "Repique indica que vírus adquiriu massa crítica de contágio para chegar logo na imunidade de rebanho (85 a 90% população). No geral estaríamos perto de 80%. Os já infectados + os que têm imunidade prévia. Assim, estaríamos na reta final da pandemia, que deve se resolver em semanas". Então, o cidadão divergiu de sua opinião, e o senhor sustentou a sua opinião sobre a tese da imunidade de rebanho.

O que nós estamos concluindo é que, de fato, e pelos encontros que V. Exa. teve com o Presidente, essa opinião, de alguma forma, afetou, influenciou o Presidente da República. V. Exa., inclusive, destacou isso aqui. V. Exa. disse que o vírus vivo – só me corrija se eu estiver errado –, o vírus vivo é melhor que o vírus morto. O vírus... O senhor tem essa convicção?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, o senhor está colocando uma coisa que eu não disse. Eu disse que a formação de anticorpos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita, é porque foi um trecho de sua declaração na preliminar aqui.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O momento em que o vírus... Os anticorpos que um vírus vivo forma, como ele é muito mais agressivo que o vírus morto, ele forma muito mais anticorpos – isso é um raciocínio lógico – que um vírus morto. Eu não estou recomendando às pessoas a se contaminarem. É essa a ilação que vocês estão tentando fazer aqui, que eu estou recomendando... Eu defendo a vacina, defendo a proteção individual, defendo a proteção do grupo de risco, que não foi feita pelos Governos estaduais. Eu defendo um... Eu defendo a... Sempre se fez em todas as pandemias. Não é as pessoas se contaminarem livremente. Isso é um absurdo. Isso não existe.

O que a imunidade de rebanho é, Senador, é o resultado final. Ela não é uma estratégia nem uma tese. É importante deixar claro isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor falou sobre a Coreia e o Japão, que foram exemplos bem-sucedidos no enfrentamento à pandemia. O senhor não acredita que isso se deve, entre outros assuntos, entre outras medidas, ao fato de lá ter testado mais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, eu considero. Acho que a testagem é muito importante. Nós oferecemos para o Governador do Rio Grande do Sul, conseguimos um milhão de testes, e o Governador não se importou muito com isso. Deve ter usado lá os testes. O Governo Federal ofereceu trocar o *lockdown*, a quarentena e as bandeiras pretas e vermelhas por uma testagem maior, o que não aconteceu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Neste caso, então, mais uma razão do fracasso no Brasil, porque nós testamos pouco, testamos muito pouco. Fomos um dos países que menos testou, segundo dados de diferentes instituições, inclusive da Organização Mundial de Saúde.

Deixa eu lhe perguntar uma coisa: o senhor disse, ainda sobre a chamada imunidade de rebanho... V. Exa. tem algum exemplo de algum vírus que foi embora por imunidade de rebanho por infecção?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Todos os vírus vão embora por imunidade de rebanho, sem exceção nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O *influenza* está aqui há mais de cem anos.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, imunidade de rebanho... Surto. Nós não estamos falando de surto epidêmico. Surto pandêmico. É disso que nós estamos falando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Porque a notícia que eu tenho é de que o único vírus que foi contido pela vacina foi a varíola.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Foi a varíola. Duzentos anos. Duzentos anos de vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, pela vacina.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Duzentos anos de vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Duzentos anos de vacina. Então, o que eu... Nós não podemos esperar 200 anos de vacina. O que eu estou dizendo é o surto, Senador. O surto é quando rapidamente aumenta o contágio, exponencialmente, aumenta, uma quantidade enorme de pessoas é contaminada todo dia, e, depois, diminui e termina. Isso é um surto epidêmico. O vírus não desaparece. O H1N1 tem até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro, nisso temos acordo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Agora, acaba o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os vírus antecedem os humanos e conviverão depois de nós.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, é isso que vai acontecer. E o que vírus faz... Com esse surto é que nós precisamos terminar. Nós precisamos terminar é com o surto, é a quantidade de casos novos por dia. É isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que será com a vacina.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Com a vacina, e vai somar à vacina, para fazer o percentual necessário para terminar, quem já se contaminou também, sem querer contaminar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Osmar, o senhor conhece, obviamente, a ADI 6.341... É porque o senhor falou aqui várias vezes da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre Governadores, Prefeitos e a responsabilidade da União. V. Exa. muito bem conhece a decisão da ADI 6.341. Perfeitamente?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu não sei se esse é o número. Eu não tenho ideia. Mas, se é o mesmo assunto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá. Então, me permita fazer a leitura para o senhor e para que reste claro isso aí.

Veja o que diz o Relator, Ministro Marco Aurélio, e foi decisão da maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal:

> A diretriz constitucional da hierarquização, constante do *caput* do art. 198, não significou hierarquização entre os entes federados, mas comando único, dentro de cada um deles.
> É preciso ler as normas que integram a Lei 13.979, de 2020, como decorrendo da competência própria da União para legislar sobre vigilância epidemiológica, nos termos da Lei Geral do SUS, Lei nº 8.080, de 1990. O exercício da competência da União em nenhum momento [repito, grifo nosso: o exercício da competência da União em nenhum momento] diminuiu a competência própria dos demais entes da Federação na realização de serviços da saúde...,

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para concluir, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ..., nem poderia, afinal, a diretriz constitucional é a de municipalizar esses serviços.

Parece-me que a decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal é no sentido da consagração do princípio constante da Constituição de que o direito à saúde, o dever do Estado em oferecer saúde e o direito de todos à saúde é matéria concorrente da União, dos Estados e dos Municípios. Só para restar claro – e falo isto já para concluir, Sr. Presidente – que a decisão do Supremo me parece claríssima em não inibir a atribuição de ninguém. Ao contrário, é clarear qual é a contribuição, qual é a atribuição e a responsabilidade de cada um dos entes federados: União, Estados e Municípios. O próprio Relator, no texto da decisão da ADI, fala da competência e da responsabilidade da União.

Por fim, Dr. Osmar Terra, o Deputado Federal, perdão, o médico é o senhor, mas me permita aqui, porque eu posso falar como historiador. Eu recomendo a leitura de uma obra chamada *A bailarina da morte*, da Heloisa Starling e da Lilia Schwarcz. É uma obra sobre a pandemia de 1918. E, nessa obra, essas duas mais conceituadas historiadoras do País, num resgate histórico, falam da chegada da dita gripe espanhola – o nome inclusive é indevido; da influenza no Brasil – e elas destacam na obra o seguinte: os médicos e a ciência diziam que, com a chegada daquele vírus, era necessário medida de isolamento, em 1918. O governo da época, os governos locais, os políticos foram contra essas medidas. Só depois, quando o vírus se expandiu, é que começaram a ter as primeiras medidas de isolamento. Não sem antes, não sem antes, alguns advogarem que o remédio para enfrentar a influenza era um tal de quinino, alguma coisa parecida com a hidroxicloroquina.

Lembra aquela história, não é: "Eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades, o tempo não para".

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para concluir, Senador.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu queria só fazer uma referência a esse último, acho muito interessante esse livro. Eu também li a história dos vírus, que conta a situação da gripe espanhola.

O que se fez sempre nas pandemias e nas epidemias, Senador, foi isolar os doentes e os mais vulneráveis, não isolar as pessoas sadias. Não pode isolar as pessoas sadias, não tem como; alguém tem que trabalhar, senão morre todo mundo de fome. Alguém tem que fazer alguma coisa, senão a espécie humana desaparece numa pandemia. Então, o isolamento dos doentes e idosos é sim importante, eu reafirmo isso. O que não é inteligível é a gente ter uma quantidade enorme de pessoas com o seu comércio fechado, com tudo fechado, trancado em casa, em condições de produzir, de falar, de fazer as coisas andarem, enquanto outros setores da economia estão bombando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós devemos o nosso, não está quebrado o País... Ao agronegócio, o agronegócio tem 37% dos postos de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Deputado Osmar, só para dar andamento aqui.

Obrigado.

Convidar o Senador Randolfe a ocupar aqui a Presidência e passar a palavra ao Senador Girão por 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. cabe bem aí. Se V. Exa. puder...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não tive votos para tanto. Pode comparecer o senhor. Senador Eduardo Girão, 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, muitíssimo obrigado, Presidente eventual Alessandro Vieira.

Seja extremamente bem-vindo a esta Comissão, Deputado Osmar Terra. Parabéns pela sua serenidade, tranquilidade, respondendo todas as perguntas sem ir atrás de STF para buscar nenhum tipo de resguardo, nem sequer veio com advogado aqui. Isso mostra realmente o compromisso, uma lisura, uma consciência tranquila de que está com a verdade.

Aliás, nós viramos um Fla-Flu aqui, uma politização de tudo, um clima extremamente acirrado desde o início desta CPI e fora dela, porque nós somos exemplos para a sociedade. E se politizou tudo, se politizou remédio que existe há décadas, se politizou até futebol. Essa é a realidade que a gente vive. E não existe um meio-termo: ou você tem que ser Governo ou você tem que ser contra o Governo. Não tem um equilíbrio, pelo menos na visão da maioria das pessoas, não existe esse equilíbrio.

Mas eu fiz algumas perguntas aqui para o senhor lhe dizendo que a maneira como o senhor, até, de certa forma, com uma pontada de agressividade, quando foi chamado, aqui no início, como negacionista da ciência, eu acho que quem é negacionista é quem não ouve os cientistas, quem se recusa a ouvir cientistas que vão falar sobre o que eles entendem. Então isso aconteceu, infelizmente, uma página triste dessa história da CPI, na última sexta-feira.

Deputado Osmar Terra, teve uma declaração bombástica do senhor, que não foi revelada ainda aqui, no dia 1º de junho de 2020, que repercutiu muito na imprensa, e eu estava atento e comecei depois a mergulhar nesse assunto. Eu queria pedir ao Presidente para passar o vídeo que está aqui e depois eu quero lhe fazer uma pergunta a respeito. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O vídeo que o Senador Girão requisitou?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deputado Osmar Terra, eu queria abrir aspas aqui, porque o senhor falou, em 1º de junho de 2020: "Quanto mais eu rezo mais assombração". Até onde eu entendi, o consórcio dos Governadores do Nordeste comprou respiradores de empresas que comercializam produto de maconha e derivados, a HempShare e Hempcare, que pagaram o dinheiro adiantado e não entregaram. É isso?

Eu queria perguntar para o senhor, que é uma pessoa experimentada na vida, já passou por muitos cargos – foi ministro; foi coordenador, aliás, foi secretário, o Presidente da Associação dos Secretários de Saúde do Brasil inteiro; foi Prefeito, inclusive implantou o Programa Saúde da Família, pelo que eu pude pesquisar; um dos fundadores do SUS no Brasil... Eu lhe pergunto: qual é o custo da corrupção?

Aqui nós estamos tentando, de alguma forma, rastrear, não temos conseguido êxito sobre os bilhões de reais – e não faltou dinheiro, é ponto pacífico entre os colegas aqui da Casa, não faltou dinheiro do Governo Federal para Estados e Municípios, para se enfrentar a pandemia, mas sobrou, sobraram escândalos. É a Polícia Federal quem diz. E a cada dia, hoje tivemos mais duas operações.

Eu lhe pergunto: qual é o custo da corrupção? Se você pegar alguns governos passados, com os escândalos que nós tivemos com petrolão, com mensalão mostrando um sistema institucionalizado da corrupção no País, e agora o que está acontecendo com essas operações... Quantas vidas poderiam ter sido salvas? Qual é o estado da rede pública de saúde do SUS, degradada pela corrupção, que poderia ter salvado vidas durante essa pandemia?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Bom, Senador, me chamou a atenção nesse caso específico que foi uma empresa produtora de maconha, o que, até onde eu sei, é ilegal no País, não mudou a lei ainda. Estão tentando mudar, mas não mudou, é ilegal. Eu dedico o meu mandato à luta conta as drogas, então me chamou muito a atenção esse fato de ela receber e não entregar. Eu acho até que ela podia, se fosse uma empresa legal e tal, receber e entregar, mesmo sendo produtora de maconha, mas juntou as duas coisas. Eu não sei se entregou ainda os respiradores. Não entregou? Então, o dinheiro sumiu.

Eu acho que isso, realmente, teve esse impacto aí. Teve demissões no Governo da Bahia. Eu não sei. Eu acho, viu Senador, eu tenho procurado aqui pautar as minhas questões em cima da estratégia... Eu tenho criticado a estratégia dos Governos estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Lá em Santa Catarina, Deputado Osmar, foi para uma casa de massagem no Rio de Janeiro, então, para o senhor ver que é meio parecido os briques que fazem com o dinheiro público.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Pois é.

Então, o que eu tenho procurado trabalhar é a questão estratégica, porque eu acho que muitos governos erraram, bem-intencionados, inclusive, mas erraram, na minha opinião.

Agora, o que eu vejo é que tem um outro lado aí. Realmente, o Governo Federal... Isso é depoimento dos Estados e dos Municípios, eu fui Presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, eu conheço a história e tenho uma relação boa com os Prefeitos. Nunca receberam tanto dinheiro para a saúde, de uma única vez, como receberam agora na pandemia, nunca. Vocês são Senadores, vocês sabem melhor do que eu disso. O Estado do Rio Grande do Sul inclusive botou em dia as contas, estava devendo meses de atraso, estava devendo meses atrasados lá para os funcionários e botou em dia as contas.

O que me surpreendeu foi que os Governadores, em grande número, e Prefeitos, alguns Prefeitos, entenderam, como eu tinha entendido, que a epidemia estava declinando depois de maio e junho e fecharam os hospitais de campanha. Todos os hospitais de campanha foram fechados, que tinham um determinado custo, todos foram, quase todos, nem todos, quase todos foram fechados. Depois tiveram que reabrir às pressas, quando veio a cepa nova, a P1, subiu. Alguns nem reabriram. No Rio Grande do Sul não reabriram, aí ficou sobrecarregada a rede. Então, tem coisas aí que nós temos que ver depois, abaixando da questão estratégica para a questão de recursos públicos, tem que ver o que aconteceu com o dinheiro. Acho que grande parte foi bem aplicada. Eu imagino que a maioria dos gestores seja de pessoas sérias, honestas. Até pode acontecer um infortúnio de uma empresa pegar, não pagar e sumir. Mas fazer isso com uma empresa de maconha? Com uma empresa que vende maconha, o que é proibido por lei? Essa eu não entendi até agora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nem eu, Ministro. E eu estava querendo descobrir. Vamos continuar insistindo aqui.

Inclusive, sobre hospital de campanha, o que o senhor bem lembrou aí, tem muitos casos, inclusive tem Prefeitos aqui a serem chamados de Estados, de vários Municípios, capitais, ex-Prefeitos, que eu espero que se chame logo. Já que o Supremo não deixa a gente convocar os Governadores, que é um dos requerimentos que dá origem a esta CPI, que pelo menos a gente possa buscar outros atores.

Lá no Nordeste a gente diz, Senador Jorginho, que quem não tem cão caça com gato. Então, vamos agora – já que não podem os Governadores – tentar buscar, sempre dando direito à ampla defesa, ao contraditório, mas buscar outros atores que possam esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero fazer uma pergunta: o que o senhor pensa... Aqui já surgiu, várias vezes, nesta CPI, hoje mesmo, essa questão da decisão do STF, de ter transferido a Estados e Municípios a prerrogativa de decisões que impactaram em ações, muitas delas divergentes do Governo Federal. Eu lhe pergunto a sua opinião sobre isso.

E outra coisa: se tivesse sido o inverso com essa decisão do Supremo, se o Governo Federal, porventura, mandasse fechar tudo e os Governadores quisessem abrir, qual decisão prevaleceria? A decisão dos Governadores e dos Prefeitos pra abrir ou a decisão do Governo Federal pra fechar?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Eu acho que o Governo Federal ficou, de certa maneira, limitado na sua decisão, na sua capacidade de impor uma política, uma estratégia. Ficou limitado. A estratégia foi toda ela montada, e os próprios Senadores admitiram aqui em todos os depoimentos que eu vi, que foram os Governadores que determinaram a forma de fazer.

Eu acho que houve excessos, se criou a ideia na população de que ela estava protegida dentro de casa e houve um estresse muito grande com isso, a população muito amedrontada – muito amedrontada. Não se explicava nada, só se assustava a população. Aliás, até hoje, ainda, em grande parte é isso.

Então, eu imagino que essa decisão foi... Eu pego o exemplo da Argentina. Eu volto ao exemplo da Argentina, que pode ser de qualquer outro país em que o governo comandou, o governo federal comandou. O Governo Federal da Argentina determinou o *lockdown*. O Governo Federal da Argentina determinou fechar as escolas – acho que estão fechadas até hoje, estão concorrendo com as nossas, pra ver quem é que fica mais tempo sem aula.

A questão das escolas fechadas não é pela questão da aprendizagem só. A questão é que os meninos de classe média e de classe alta têm o ensino a distância, podem ter o ensino a distância. Os pobres, não. Os pobres não têm equipamento, não têm *wi-fi*, não têm banda larga. Eles estão completamente... Há um ano. Isso vai aumentar muito a desigualdade social no Brasil. A perda de um ano é uma perda cognitiva difícil de se recuperar ao longo do tempo. Essa é uma área que eu conheço, a área do início da vida. A capacidade de aprendizagem no início da vida tem que ser muito estimulada. Um ano de perda disso, a família que não consegue...

E outra coisa: onde é que as mães que trabalham – porque uma boa parte da população não parou de trabalhar – deixam os seus filhos? Deixam em lugares inapropriados. Não tem sistema de creches capaz de suportar isso. Então, é com a vizinha, com a mãe crecheira, que, pra criança, é uma tragédia à parte.

Então, eu quero dizer que os pobres foram os mais prejudicados nessa pandemia, nesse *lockdown* e quarentena. Perderam o emprego, perderam os serviços não formais, os informais perderam, perderam o trabalho, perderam... Foi uma tragédia! Aumentou a pobreza como nunca no Brasil num espaço tão curto de tempo! E as crianças, que são a esperança que uma família tem de ter um futuro melhor, de ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renda melhor, estão proibidas de ir à aula presencial. E não tem risco, esse vírus não tem risco pra crianças pequenas.

Então, realmente, é uma tragédia em grande escala.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só pra concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Conclua, por gentileza, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – O ex-Ministro falou, muitas vezes, aqui, sobre a Argentina, comparando a Argentina com o Brasil; trouxe aqui o número proporcional.

E uma pergunta que eu queria lhe fazer era sobre isso. O senhor considera o Presidente da Argentina um genocida, já que os números, de forma proporcional, são muito parecidos com os do Brasil?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Apesar de ele ter o poder de decidir por cima dos Governadores e dos Prefeitos, eu acho que ele tentou fazer o que ele acreditava. Isso não é um genocídio. Como o Presidente Bolsonaro, que não pôde interferir, ser acusado de genocida, se acusado de... É um absurdo! Eu não concordo com isso, né?

Então, eu acredito que... E o Primeiro-Ministro do Reino Unido? O Reino Unido chegou a ter, proporcionalmente à população do Brasil, seis mil mortes por dia, e tudo fechado. Então...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. presidente, para lhe agradecer pela tolerância, apenas deixando muito claro que, neste momento que a gente vive, delicado, de radicalização de um lado e de outro, a gente precisa ter serenidade pra não ser arauto da ciência, donos da verdade, e poder ouvir os dois lados. E é nisso que esta Comissão, infelizmente, se complica, porque não quer buscar toda a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado. Senador Girão.

O próximo inscrito é o senador Rogério Carvalho.

Eu só queria pedir uma providência à Secretaria da Mesa para providenciar cópias da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341 para todos os colegas Senadores, que fala claramente das atribuições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, Estados e Municípios, no tocante ao enfrentamento da pandemia, da relatoria do Ministro Marco Aurélio e exarada a decisão em abril do ano passado.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Deputado Osmar Terra.

Em primeiro lugar, a única coisa irreparável ou que não volta atrás são os 502.817 mortos da pandemia. Todo o resto a gente pode reconstruir. Empresas que fecharam, se tivesse havido, no tempo certo, uma posição não dependente do congresso, mas uma iniciativa direta do Presidente, poderíamos ter evitado o fechamento. O Pronampe, que foi falado aqui pelo Senador Jorginho, o Governo só emprestou o que foi o Fundo Garantidor, não resolveu o problema das micros e pequenas empresas, elas fecharam; o auxílio emergencial só foi sair depois que o Congresso tensionou e pautou, demorou pra poder sair.

Então, é importante dizer que a única coisa que a gente não recuperará são as vidas perdidas. Essa é a primeira questão que eu queria trazer.

Segundo, a Argentina não fez um ano de *lockdown*; a Argentina fez nove dias de *lockdown* em várias regiões, conforme foi noticiado pela BBC News, certo? Então, portanto, não é um fato.

Terceiro, que já foi dito aqui, os países que não fizeram isolamento tiveram uma mortalidade maior via de regra; é só comparar os países nórdicos – a Finlândia, a Dinamarca e a Suécia. A Suécia tem um número de mortes maior por milhão de habitantes do que os demais países. Não é pouco maior, não; é muito maior.

Também é importante dizer que a China fez *lockdown*, que não é verdade que a pandemia lá começou e parou do nada. Foi *lockdown*.

Terceiro, eu queria deixar muito claro aqui, olhando para o Senador... Para o Deputado Osmar Terra...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... é que, em epidemiologia, isolamento é uma tecnologia. A gente isola infectado de não infectados...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Concordo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, quando a gente chega numa situação em que a transmissão é comunitária com um vírus tão contagioso, não é possível saber quem está e quem não está, e é preciso fazer isolamento, parar. E quando a gente faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lockdown, cai a taxa de internação em hospitais, caí a mortalidade, cai o número de pessoas em leitos de terapia intensiva, ou, então, tem uma mentira generalizada sobre os dados da pandemia no mundo e no Brasil.

Então, é importante a gente deixar as coisas muito claras, e é importante também dizer que o que aconteceu em Manaus; o que aconteceu em outras regiões é que todo mundo tranquilizou-se, achou que já estava resolvido o problema da pandemia, e aí o contágio que foi se deslocando, porque o vírus ele se desloca, ele vai sendo levado pelas rodovias, ele vai sendo levado pelo deslocamento das pessoas, o contágio vai acontecendo lentamente, e, na primeira onda, não aconteceu ao mesmo tempo.

Na segunda onda, estava no Brasil inteiro. E não foi a P1, não foi só a P1 que estava sendo disseminada; quando eclodiu, eclodiu de uma vez e aconteceu isso em Manaus e aconteceu isso em São Paulo e aconteceu isso no Brasil inteiro ao mesmo tempo.

Portanto, não é uma questão que a gente deve negligenciar, nem desinformar a população com relação ao isolamento social, porque, senão, a gente está prestando um desserviço à população brasileira, quando a gente fala que o isolamento social não funciona ou não funcionou. Funcionou, sim. E funcionou onde foi feito. Funcionou, reduziu a mortalidade, reduziu a circulação de pessoas, porque reduziu os contactantes. Quando você faz isolamento, reduz quem faz contato. E tem mais: tem pessoas que estão se contactando e, quando você muda esses contactantes, aí aumenta o contágio, aumenta o número de infectados e aumenta a mortalidade.

Então, é importante a gente dizer que, no Brasil – no Brasil –, foi defendida, sim, uma teoria da imunidade naturalmente adquirida, coletiva, que se chamou de imunidade de rebanho. Coisa que jamais se alcançaria, porque, com 200 milhões de brasileiros, este caminho levaria a outras cepas e mais cepas. E que nós precisávamos ter era vacina há mais tempo.

E este País testou: testou a Moderna, testou a CoronaVac, testou a AstraZeneca, testou a Pfizer. E foram feitas ofertas de vacinas de março a maio de 2020, e propostas de o Governo antecipar a compra. E mais – e mais: com a garantia de devolver o dinheiro se não tivesse eficácia, para garantir lotes de imunizantes para quando essas vacinas estivessem prontas a entregar, e a gente poder iniciar uma campanha de imunização sem o sofrimento que a gente está vendo. Porque imunização coletiva, no caso de um vírus tão contagioso, a gente só vai alcançar com imunização em tempo rápido, porque, se demorar muito, também não vamos conseguir, porque podem surgir outras variantes. Então, a primeira questão é colocar as coisas nos devidos lugares.

Outra questão que me chama a atenção, como sanitarista, é que o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro adotou, como medida de controle sanitário – eu vou repetir isso aqui várias vezes –, uma única medida, Sr. Presidente: a cloroquina. Porque ele propôs aglomeração, porque ele foi contra o isolamento, porque ele foi contra a vacinação. E não sou eu que estou dizendo. Em todos os vídeos que nós vimos aqui, ele fala – ele mesmo – contra todas essas medidas, inclusive contra a vacina. Ele só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendeu uma única medida de controle sanitário, que foi a cloroquina. E nenhum estudo, nenhum laboratório que produz assumiu a defesa de que aquele medicamento teria ação específica no tratamento precoce da pandemia da Covid-19.

Portanto, nós estamos diante de um cenário em que o Presidente da República definiu, como única... Porque ele vetou o uso de máscaras, porque ele entrou no STF para proibir isolamento social. Ele tentou obstruir o trabalho de isolamento, que deve ser feito por todos, a começar por ele e por portos, aeroportos, circulação de pessoas; coordenando, distribuindo recursos, fiscalizando a aplicação desses recursos. Devia ser coordenador deste processo todo, e não foi, não o fez. O que ele fez foi uma desorganização sistemática do controle da pandemia.

E V. Exa., as suas falas, a sua contribuição foi uma contribuição que eu lamento. Lamento porque V. Exa. defendeu que as pessoas se imunizassem naturalmente. V. Exa. defendeu – e nós vimos aqui, em vídeo –, dizendo que não ia ter vacina e que as pessoas iam adquirir essa imunidade ao longo do tempo.

E mais, isso em janeiro, em março, em maio, em junho de 2020, talvez não tivéssemos curva de aprendizagem sobre a pandemia que justificasse a gente ousar, mas, depois disso, insistir? Não, não é minimamente aceitável para quem é do ramo que nós somos.

Ex-Secretário de Saúde de Estado, médico, ex-Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde! Não é aceitável, mas o senhor tem a sua posição e eu respeito, mas quero dizer que 502.817 mortes precisam ter uma explicação. E a explicação não é o que o diversionismo desta CPI, de alguns querem apontar. Está no fato de o Governo Central ter obstruído, agido para impedir que essa pandemia se propagasse. Agiu como promotor da pandemia.

E eu vou deixar uma única pergunta para o senhor. O senhor, como médico, como ex-Secretário de Estado da Saúde, que conhece de epidemiologia, como ex-Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, com quem eu tive oportunidade de conviver, o senhor que conhece laboratórios, como se produz medicamentos, porque eu estive com o senhor na sede da Bayern, em Berlim. E a gente sabe como é que produz um medicamento, não é só teste estatístico, não; tem comprovação para ver se tem eficácia aquele agente, aquele princípio ativo, se tem alguma atuação, depois em animal, depois em teste clínico. Tem várias formas de se produzir um medicamento. Nós estivemos em Virtis, a gente sabe o que é um anticorpo monoclonal; nós estivemos em Berlim; nós estivemos em Manchester, eu estive junto com V. Exa. Então, não estou falando com alguém que não conhece. Eu pergunto a V. Exa.: o que o senhor faria diferente do Presidente Jair Messias Bolsonaro no combate à pandemia fosse o senhor o Presidente da República?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Essa é uma pergunta complicada porque eu não me coloco nesse lugar, mas eu queria falar algumas coisas sobre isolamento. Vou sair daí para responder à sua pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De que isolamento nós estamos falando, Deputado, Senador? Qual é o isolamento de que nós estamos falando? Isolamento das pessoas doentes, isolamento das pessoas idosas ou isolamento da população inteira? Nós podemos isolar a população inteira sem ela poder sair de casa durante quanto tempo? Isso é uma coisa factível? Por isso que nunca se fez esse tipo de tentativa nas epidemias anteriores, não tem como isolar as pessoas sem sair de casa, morre todo mundo de fome! Quem tem a geladeira cheia, quem tem dinheiro no banco ainda pode jogar ali o *delivery*, mas o *delivery* também tem que ficar em casa. Por que todo mundo não fica em casa então e termina com a epidemia? Porque não pode, Senador! Porque não pode, não tem como fazer isso. Isso é uma, é uma extravagância, é um raciocínio teórico, tentando colocar na prática pra imporem, inclusive, uma espécie de tirania de obrigarem as pessoas a... Não pode andar na... O Prefeito de Porto Alegre chegou a proibir os idosos de andar na calçada. Ora, meu Deus! Onde é que nós vamos parar? Então, as pessoas... Isso tudo é em cima de uma teoria. Não tem factibilidade, não é uma coisa que aconteça na prática. Nós estamos falando de prática, não é?

Então, eu queria... Manifestações estão ocorrendo no Brasil todo. Inclusive, a aglomeração, não sei se o senhor foi no dia 19 aí na aglomeração...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não fui.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... do seu partido, não é?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não misture as bolas, por favor. Eu estou falando sério com V. Exa.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu estou falando sério com o senhor também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não está falando sério comigo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Estou falando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou falando sério com V. Exa.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu estou lhe perguntando de que isolamento nós estamos falando e por quanto tempo, porque, se isolar as pessoas completamente, elas não saírem da porta da casa, não deixarem ninguém chegar perto, botar álcool em gel em tudo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero saber o que o senhor faria... Eu fiz uma pergunta objetiva, Deputado. Fiz uma pergunta objetiva: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o senhor faria se fosse o Presidente da República no combate à pandemia? O que o senhor faria? Isso tudo eu já ouvi do senhor. Eu queria algo diferente. O que o senhor faria?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, eu faria o que... Eu tentaria restabelecer o direito de interferir na estratégia. A estratégia está errada – a estratégia dos Governadores, não é a do Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. O que o senhor faria? O que o senhor faria?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não... A estratégia é...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A mesma do Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. O que nós fizemos em 2009, que foi a proteção individual, o isolamento dos casos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor sabe que o vírus era diferente, o vírus era menos transmissível, o senhor sabe de tudo isso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – E mais letal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E era muito menos contagioso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas era mais letal, mata mais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem, mas era menos contagioso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tá.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quanto mais contagioso, apesar de ser menos letal, ele chega a mais pessoas. Portanto, a taxa de letalidade... A taxa de letalidade, ao final, vai se modificar.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Concordo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu perguntei objetivamente: o que o senhor faria? O senhor faria o quê, diferente do Presidente da República? O que o senhor faria? Independente de Governador, independente de qualquer um, eu estou perguntando para o senhor, como ex-Secretário de Estado, como ex-Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde, o que o senhor faria para evitar que nós tivéssemos 502 mil mortes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu procuraria restabelecer o direito de o Presidente da República de interferir na política que está sendo, na prática, levada junto à população. Olhe aqui. Eu vou mostrar isso aqui para vocês. Isso aqui são dois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, espera aí. É isso que nós estamos falando. Isso aqui é *lockdown*. Isso aqui é *lockdown*, Araraquara. *Lockdown*, olha a curva. Não sei se dá para ver aí, porque a imagem está... Isso aqui é uma cidade do mesmo tamanho, que começou a fazer um *lockdown* e acabou com ele antes do tempo – é do mesmo tamanho, com a mesma população –, que é Chapecó. Olha a diferença. Adiantou fazer o *lockdown*? É isso que... O senhor está querendo me dizer é que, se o seu Governador fosse Presidente da República, ele faria um *lockdown* no Brasil inteiro? É isso? Se o senhor fosse o Presidente da República, faria um *lockdown* no Brasil inteiro?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu fiz uma pergunta para o senhor...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, mas eu estou lhe...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, agora, já que o senhor não me respondeu, eu vou dizer para o senhor: vários lugares do mundo saíram... Para a gente encerrar a minha participação, a nossa participação aqui, a minha e a do senhor, vários lugares do mundo só saíram da crise com o isolamento. No Brasil, quando o número de vagas de terapia intensiva chegava a perto de cem, foi preciso fazer o isolamento. Então, é importante dizer que um conjunto de medidas precisam ser adotadas para controlar uma pandemia por um agente infeccioso altamente contagioso como o coronavírus. E teríamos que ter investido muito antes na vacina. E teríamos que ter distribuído e feito testes e inquéritos populacionais e ter testado a população vulnerável o tempo todo. Teríamos muitas coisas a fazer, e este Governo só fez uma: propagar o uso da cloroquina.

Muito obrigado. Eu já estou satisfeito, porque o senhor não me respondeu... O senhor não me respondeu...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, olhe. Eu posso dizer uma coisa: se...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, não precisa, sabe por quê? O senhor não me respondeu. Eu perguntei várias vezes.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Com o dinheiro que foi repassado para o seu Estado, podiam ter feito isso lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe eu lhe dizer: o meu Estado tem um Governador, tem um Prefeito. Eu não sou Governador e nem Prefeito.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Nem eu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, pronto. Então, não está em discussão aqui. O que está em discussão aqui é: o senhor o que faria? O senhor não me respondeu. O senhor faria o mesmo que Bolsonaro? Pelo visto, sim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Nós vamos passar a palavra agora para o Senador Marcos do Val.

Eu só queria fazer uma pergunta ao ex-Ministro Osmar Terra, Deputado.

O senhor compara sempre Araraquara, em São Paulo, com Chapecó, Santa Catarina. Chapecó, se eu não me engano, é uma cidade que adotou o tratamento precoce. É isso?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor. *Fora do microfone*.) – Não, não é só isso, e não fechou em *lockdown*. Araraquara, está indo para o terceiro *lockdown*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Fale no microfone.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Araraquara está indo para o terceiro *lockdown* agora, pelo que eu soube. A população não pode nem sair na rua. Mesma população, cidades parecidas, economicamente muito próximas. Uma que não fechou tem esse resultado; outra que fechou tem esse. Eu deixo à disposição aqui da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, em Chapecó, não teve *lockdown*.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. Chapecó teve 14 dias, sem fechar a indústria; Araraquara já fez três *lockdowns* de 40 dias cada um, um negócio completamente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Eu vou chamar agora o Senador Marcos do Val, que está...

Saiu a conexão dele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, imediatamente, eu já passo aqui a palavra para o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Osmar Terra, V. Exa., no início de sua fala, ressaltou que foi gestor da saúde, salvo engano, por oito anos, na Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul. Correto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor enfrentou lá a pandemia do H1N1. Correto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Só uma correção, Senador: eu enfrentei a febre amarela, uma epidemia; dengue, a maior epidemia, a primeira do Rio Grande do Sul. Bom, lá foi isso. Fora de lá também...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – No cenário do H1N1, como ficou o desempenho do Rio Grande do Sul comparado com o dos outros Estados? O senhor tem esse número?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Tenho. Nós ficamos... O H1N1 atingiu de maneira muito importante o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. Depois, foi diminuindo e não chegou ao Nordeste. Ao Nordeste chegou... Tem surtos esporádicos no Nordeste, lá naquela... Isso foi uma das coisas também...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Foi o terceiro pior resultado do Brasil. Correto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu não sei, essa conta eu não tenho, mas não foi o pior.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Com certeza, não foi o pior.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Foi o terceiro pior do Brasil.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Só tinha três Estados atingidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nós estamos falando do Brasil inteiro. Os dados comparam todos.

Mas, retomando aqui, por favor.

O senhor colocou uma coisa para mim muito importante, eu lhe agradeço: a questão do direito de opinião. E, por muitas vezes, me parece que, por algum erro de condução de todos os envolvidos, estamos discutindo opiniões aqui. Nós não estamos discutindo opiniões. O senhor tem todo o direito de ter sua opinião; o Senador Girão, a dele; eu, a minha; o Presidente da República, uma quarta. Estamos discutindo políticas públicas, se a política pública adequada foi adotada para combate à pandemia.

Aí, de novo pegando a sua fala no início do seu depoimento, o senhor disse que um gestor, numa situação como essa, deve buscar os melhores exemplos, aquilo que funciona pelo mundo afora. Eu lhe pergunto: o senhor acha que o Governo Federal fez isso?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O Governo Federal poderia ter feito isso se tivesse a responsabilidade da gestão do País inteiro, que ele não teve.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Governo Federal apresentou algum projeto, algum tipo de planejamento de ação que foi impedido de execução pelo Supremo?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Depois da decisão que o Supremo tomou, é uma decisão compartilhada que segue os princípios do SUS, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas que, se o Governador, no seu caso lá de Sergipe, ou do Rio Grande do Sul, não quiser seguir o que o Presidente orienta, não segue. Então, teve um problema sério de...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu retomo a mesma pergunta, precisamente.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor tem conhecimento de algum tipo de política pública ou planejamento desenhado pelo Governo Federal que não tenha sido executado por conta de uma imposição de quem quer que seja? Do Supremo, do Papa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu não sei o que o Presidente encaminhou ou não encaminhou. Eu estou...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu não sou da gestão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor não tem conhecimento. Correto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Ao longo do tempo, o senhor fez centenas, talvez milhares de manifestações públicas.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Todas elas no sentido de minimizar os efeitos da doença, as dificuldades... O senhor justifica isso como uma tentativa de tirar o medo da população. Correto?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu digo que o que aconteceu na grande mídia foi um apavoramento da população que eu nunca tinha visto. E, quando fui gestor de uma pandemia, a primeira coisa que eu fiz foi tirar o medo... Tirar o medo não, informar à população, porque a mídia vive de notícia, vive do medo da audiência. Então, era acalmar a população, porque uma população apavorada tende a aceitar qualquer coisa ou não aceitar qualquer coisa. É uma situação muito grave! É um problema a mais que se tem na pandemia. Tem que se acalmar a população. Agora, a previsão que eu fiz foi baseada em fatos, como eu falei do início – em fatos.

Quando apareceram as variantes, aí eu vi que realmente tinha um fato a mais que tinha que ser considerado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Deputado, por que o senhor... Nós passamos aqui, hoje, vídeos datados de janeiro deste ano, janeiro de 2021, até onde eu prestei atenção exatamente em datas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E eu não localizei, em nenhum momento, uma revisão de opinião de V. Exa.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O que eu disse foi antes do surgimento da P1, que foi realmente... Foi bem no início de...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, não. Mas, então, eu estou falando agora aqui deste ano já. Nós temos declarações do senhor deste ano.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. O que eu tenho dito é o seguinte: ali no início de janeiro, por exemplo – você está citando janeiro –, nós não tínhamos ainda a vacina, não é? E estávamos... As pessoas questionando: "Quando é que termina essa pandemia?" Eu disse: "Vai terminar quando tiver – ou com vacina, ou sem vacina – um número grande de pessoas imunizadas". Então, foi essa... E é isso que vai acontecer. Nós vamos somar as pessoas imunizadas com a vacina e termina. Quando que vai acontecer...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vai depender da competência de cada Governo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu acho que termina... Não vai demorar muito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vamos torcer para que desta vez V. Exa. acerte a previsão.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Está bom.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Existe um ponto específico de tudo que o senhor falou, com o qual eu concordo plenamente: o senhor prestou uma grande contribuição pra esta CPI e para o Brasil quando o senhor esclarece pra todos nós que o Presidente da República, se informando pelos meios que ele escolha, é o único responsável pelas decisões que toma. Não é uma pessoa com problemas mentais, até onde se sabe, e toma decisões como gestor desta República. O senhor falou por várias vezes isto: que o senhor é apenas um Deputado, que manifesta opiniões, e o Presidente escuta o que quer e decide como quer, não é? É isso mesmo, não é?

E, de novo, pergunto...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Todos os presidentes são assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É, eu espero que sejam, não é? Talvez não tão ineficientes, mas, enfim, espera-se que todos eles façam o que pensam.

Essa responsabilidade da Presidência da República deve ser manifestada em políticas públicas no sentido de mitigar os efeitos de uma pandemia. Eu pergunto se o senhor tem alguma dúvida relevante no sentido das medidas que são, de certa forma, consenso: uso de máscara, por exemplo?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não tenho dúvida nenhuma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor tem alguma dúvida de que o distanciamento social colabora pra reduzir a propagação do vírus?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Depende da interpretação de o que é um distanciamento social.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor pode me dar uma interpretação na qual o distanciamento social não ajude a reduzir a propagação do vírus?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, mas o que é, na sua opinião, o distanciamento social? Explique-me um pouquinho, pra eu poder raciocinar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu vou pedir, Sr. Presidente, que o senhor aumente o tempo, porque, ao invés de perguntar, eu vou ter que explicar.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, não, eu estou... É porque distanciamento social tem várias interpretações. Pode ser o distanciamento que eu estou aqui do Girão, do Senador Girão, o distanciamento que nós estamos aqui. Isso é... Isso é um tipo. Agora, distanciamento social de ficar todo mundo trancado em casa, pra não andar na rua, isso é outra coisa. Então, é isso que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu estou tentando separar, pra que as pessoas que acompanham sejam devidamente informadas.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor, como profissional de saúde, ex-gestor de saúde, tem alguma dúvida de que a redução de mobilidade e medidas de distanciamento social ajudam a reduzir a propagação do vírus, de qualquer vírus?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não... Eu tenho dúvida, sim. Não reduz. Não reduziu. Isso foi feito no Brasil, foi feito em Nova York, foi feito em vários lugares, e aumentou o contágio dentro de casa. É isso o que eu estou falando desde o início, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor... Eu vou... Eu vou... Enfim, eu acho sempre que a gente sempre tem que tentar dar o benefício da dúvida, no meu entendimento. O senhor está dizendo aqui na CPI que distanciamento e redução de mobilidade não afetam a dinâmica de disseminação de um vírus?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu vou dizer bem claro, Senador, pra ficar claro o que eu estou dizendo: é impossível fazer um isolamento completo das pessoas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, parece evidente.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, mais da metade da força de trabalho sai todo dia de casa pra trabalhar e volta pra casa de noite e pode trazer o vírus. E aí o contágio é na família inteira. O senhor imagina, na Rocinha, cinco, seis pessoas morando numa casa de 40 m². Qual é o isolamento social que tem aí? Qual é o distanciamento social que tem?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quando o Governo Federal não cuida das pessoas, não garante meios pra que elas possam se proteger, nenhum. Então, por isto, eu lhe fiz a pergunta apartando os assuntos: para que a gente pudesse ter uma resposta com a devida correção técnica.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu acho que está se criando...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Tecnicamente, eu estou lhe perguntando se o senhor, como médico, tem alguma dúvida de que reduzir a mobilidade e reduzir esse contato frequente reduz a dinâmica do vírus.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Numa pandemia, não reduz, Senador, porque, na pandemia, as pessoas que saem pra trabalhar contaminam as que não trabalham. E a maioria sai pra trabalhar. Isso seria... Aconteceria, Senador, se fosse um isolamento completo, se todo mundo fizesse o que o Imperial College propôs: a supressão, todo mundo fechado em casa, 18 meses. Alguém acha que isso é possível?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nós estamos falando de coisas diferentes, eu não sei até que ponto, de forma deliberada. Eu estou falando em redução do ritmo de contágio.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor está levando pra discussão de *lockdown* completo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O senhor está dizendo que tem redução do ritmo de contágio? Eu concordo. Qualquer redução do ritmo contágio, eu concordo. Agora, não é dessa maneira que se reduz o ritmo de contágio. É isso que eu estou dizendo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, o senhor entende que a redução do contato entre pessoas não reduz o ritmo?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – E as mortes também. E as mortes que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Eu vou encaminhar a V. Exa. estudos publicados na *Science, The Lancet* e *Nature*, todos eles apontando eficiência de medidas de redução de mobilidade, para que o senhor tenha oportunidade eventualmente de mudar de opinião.

O senhor falou da importância, o senhor falou da cobrança que fez ao Ministério da Saúde no tocante ao estudo sorológico do impacto da Covid e distribuição da Covid no Brasil. E o senhor fez uma referência rápida ao estudo que foi conduzido lá pela Universidade Federal de Pelotas, inclusive se colocou na condição de ter sido a pessoa que fez a apresentação desse estudo, enfim, desses profissionais ao Ministério da Saúde.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Só repete, Senador, porque não peguei...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O estudo da Universidade Federal de Pelotas, o inquérito epidemiológico.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu apresentei a Universidade Federal de Pelotas para o Ministro, foi isso que eu fiz.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sugeri que ele fizesse o inquérito sorológico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso.

O Professor Pedro Hallal diz que não reconhece essa apresentação, mas fica na conta, enfim, da boa vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse estudo foi descontinuado pelo Ministério da Saúde. O senhor tem ciência disso?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, até onde eu sei, Senador, esse estudo, houve uma, vamos dizer assim... O coordenador do estudo, o que vem aqui falar, acho que esta semana ainda, o Pedro Hallal, recebeu dinheiro para fazer o estudo, montou rapidamente... O estudo usou um método que tem uma sensibilidade baixa, na minha opinião, e ele assumiu como se fosse dele, da Universidade Federal de Pelotas. O Ministério da Saúde ficava sabendo pelo jornal do resultado. Então, houve um problema lá que tem que... Eu não sei direito, porque tem que conversar com o Ministro Pazuello, mas houve um problema – o ex-Ministro Pazuello –, houve um problema ali de autoria, parece que ele tomou conta e não dava satisfação para o ministério. A informação que eu tive foi essa. Agora, tem que esclarecer isso com o Ministro Pazuello.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para deixar registrado, Sr. Presidente Girão...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu... De alguma forma, fui eu que apresentei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... a gente está falando de um estudo conduzido por uma universidade federal séria, que testou 100 mil brasileiros, entrevistou 100 mil brasileiros, a um custo de R$12 milhões. Esse estudo foi descontinuado por decisão do então Ministro Pazuello e agora nós temos a expectativa de um outro estudo que vai entrevistar e testar 200 mil pessoas, o dobro, só que vai custar R$200 milhões. Esse é um ponto que merece atenção desta CPI e terá essa atenção.

O senhor fez, em algumas oportunidades aqui, Deputado Osmar Terra, referência ao indicador de mortos por milhão e sempre mencionou a Argentina, exatamente, enfim, não sei por que essa observação. Para garantir a fidelidade da informação, com os dados de hoje, o Brasil conta 2.360,87 mortos por milhão; é o nono País do mundo nesse indicador, que me parece um indicador relevante de gravidade...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... da pandemia no cenário nacional. Entre os países que têm mais de 100 milhões de habitantes, o Brasil é o terceiro com maior número de mortes. Em números absolutos, nós sabemos que já caminhamos rapidamente para atingir o patamar dos Estados Unidos. É dramático. A Argentina, se eu não estiver enganado, está no 16º lugar nesse mesmo *ranking* macabro. Então, esse comparativo, mesmo que politicamente interessante, na prática não se sustenta.

Uma pergunta para finalizar, Sr. Deputado. O senhor é um técnico da saúde, foi Secretário de Saúde. Eu lhe pergunto: o senhor como Secretário de Saúde, na sua relação com o Governador do Estado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor aceitaria uma interferência na sua atuação e no seu trabalho que fosse contrária ao seu entendimento técnico?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É... Vou falar as duas coisas. É a última pergunta, então eu posso falar tudo agora?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, se o senhor... Eu vou usar o tempo na dinâmica. Vai que a sua resposta me motiva.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Com 2.360, teve 502 mil mortes, infelizmente, no Brasil; com 1.963, se fosse aplicado na população brasileira, seriam 420 mil mortes. Para mim, cada morte, cada vida pesa: 420 mil é muito, como é 502 mil também. Então, o que eu falei da Argentina foi isso. Foi essa a conta que eu fiz da Argentina.

A Argentina, hoje, junto com o Uruguai são os dois países em que mais cresce a mortalidade no mundo. Então, ela vai, em pouco tempo, chegar ao patamar do Brasil em termos de mortalidade. Eu acredito que vai chegar, porque está crescendo muito mais que a do Brasil.

Em relação a... Eu coordenei o enfrentamento à pandemia lá no Rio Grande do Sul, onde a Governadora me chamou e me colocou a responsabilidade de fazer o enfrentamento. Foi uma grande Governadora. Eu agradeço muito a ela por isso. Eu montei a equipe, eu fiz o que tinha que fazer e conversava e explicava pra ela o que eu estava fazendo. E ela concordava. Eu não fiz nada contra a vontade dela.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A pergunta, me permita, foi oposta. Se o senhor, como um profissional da saúde, aceitaria uma interferência política contrária ao seu entendimento técnico.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu ia tentar convencer a pessoa a não fazer: ou eu tenho razão ou o outro tem razão, não é?

Agora, eu não entendi essa pergunta, porque nós estamos falando do... O senhor está querendo chegar à questão do Presidente e do Governador, é isso? Os Governadores tomaram uma posição e o Presidente tomou outra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, não. Eu estou tentando aferir aqui para a CPI e para os brasileiros que nos acompanham qual é o nível da independência técnica que o senhor acha correto?

Eu, particularmente, sou um técnico da segurança pública...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu nunca fiz nada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu nunca aceitei interferência política. Eu estou perguntando ao senhor, um técnico da saúde: o senhor aceita interferência?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu nunca fiz nada que contrariasse princípios e convicções minhas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Por último, então – faltam poucos segundos –, eu peço que o senhor explique o conteúdo de uma conversa vazada entre o senhor e o Ministro Onyx Lorenzoni, onde se referia à permanência ou não do então Ministro Mandetta, e o senhor teria afirmado, nesse diálogo vazado – não sei se ele é verídico –, que era importante ou seria o melhor caminho que o Ministro Mandetta se adaptasse ao discurso do Presidente Bolsonaro. Eu queria que o senhor explicasse isso neste contexto da independência técnica do profissional de saúde, considerando que o Presidente Bolsonaro não entende coisa nenhuma de saúde.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu respeito o Ministro Mandetta, como ajudei o Ministro Mandetta a ser o Ministro, participei da articulação política, ajudei, dei sugestões, ideias e tal. Então, é uma pessoa por quem eu tenho respeito, embora ele até não tenha o mesmo respeito, talvez, por mim. É uma discussão... Aí é uma outra conversa. Mas eu sempre achei que o mais importante não era trocar o Ministro, era manter o Ministro e ganhar o Ministro, quer dizer, discutir com o Ministro ideias que estivessem de acordo com o que o Presidente... Porque quem manda, quem tem a responsabilidade de conduzir... Se der errado, o culpado sempre vai ser o Presidente. Então, o Ministro teria que se adaptar. Foi isso que eu disse. Eu nunca falei em demitir o Ministro, nunca me posicionei dessa forma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Presidente, eu agradeço pelo tempo e só deixo registrado que essa fala de V. Exa. não corresponde àquilo que a nossa legislação determina. Então, na hipótese de o líder político orientar o técnico de forma equivocada, incompatível com aquilo que ele entende como correto, o que cabe ao técnico é não aceitar esse comando. Nunca cabe se adaptar ao político, mais ainda quando a gente está falando de uma situação que gera mortes.

E, quando você tem uma persistência... O senhor falou aqui que é a favor da máscara. O Presidente é contra a máscara; ele fala contra a máscara todo dia.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu vi o Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor falou que é a favor de vacina; o Presidente trabalha contra a vacina todo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, essa desconexão entre o técnico e o político... Para o técnico, exige postura, coragem e postura, nunca subserviência. Ninguém se elege imperador do Brasil. É importante registrar isso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas o Presidente tem a responsabilidade de conduzir o destino do País, e o Ministro tem que ter diálogo com o Presidente. Não é o Ministro dizer que sabe tudo e o Presidente não sabe nada. Tem que ter... Ele é o responsável político, ele não chegou lá à toa, não é? Essa questão de subestimar a capacidade do Presidente Bolsonaro, que está permeando muitas das coisas que estão sendo faladas aqui, é errada. Ele, contra tudo e contra todos, se elegeu Presidente da República. Nós temos que respeitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Alessandro Vieira, o senhor, que é sempre muito respeitoso com o tempo, quer fazer mais alguma colocação? Está satisfeito?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, não, só agradecer. Não posso me descrever como satisfeito, seria injusto, mas cumpri meu tempo.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Uma dúvida que me surgiu – vou passar a palavra agora para a Senadora Leila Barros –, mas uma dúvida que eu não sei se foi perguntada, pelo menos eu não observei, Ministro Osmar Terra. Nessa sua relação próxima com o Presidente da República – o senhor citou algumas reuniões que teve com ele –, o senhor, como médico, de alguma forma, chegou a falar para ele para usar máscara, não aglomerar, alguma coisa sobre essa recomendação sanitária importante?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Olha, aglomeração... Isso são decisões... O Presidente era instado a... Houve mobilizações populares o tempo todo. Esse processo político instabiliza a política, de alguma maneira. Uma epidemia sempre instabiliza o processo político, não é? E o Presidente foi instado muitas vezes a ir a um grupo grande de pessoas. Ele vai do jeito que ele acha que tem que ir. Eu não... O que eu disse para ele, o que eu sempre procurei dizer é que a máscara, de alguma forma, protege. Ele tem usado máscara. Eu tenho visto ele usar máscara praticamente em todos os eventos em ambiente fechado, não é? Em ambiente aberto, eu via fotos, porque eu não estive junto com ele, nesses eventos. Então, o que eu acho é que o Presidente mede, ele tem instinto para medir o que é importante. E eu tenho certeza de que ele fez tudo o que podia para que essa pandemia tivesse os recursos necessários, as políticas fossem... Ele chamou atenção para mudanças na questão política, da estratégia dos Governadores, que não foi ouvido, não é? Então, eu acho que ele está fazendo o que ele pode, da maneira que ele sabe fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Girão, me desculpe o abuso e peço desculpas à querida colega.

Só para dar os dados de Araraquara e Chapecó, porque foram citadas várias vezes e só agora me chegaram aqui. Araraquara tem 238 mil habitantes; Chapecó, 224 mil. Araraquara registra 24.071 casos de contaminação pela Covid; Chapecó registra 38.316. Araraquara registra 483 óbitos; Chapecó, 642. São dados referentes aos boletins das Prefeituras.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Só para corrigir, eu queria... O que eu falei foi a partir do momento em que se decreta o *lockdown.* No dia 23 de março, se não me engano, ou 23 de fevereiro, as duas cidades decretaram *lockdown* juntas. Quando acontece isso, Chapecó já tinha um número maior de casos. Mas, a partir do momento em que as duas decretaram *lockdown,* é que a gente tem que acompanhar para ver se funciona ou não funciona. E o desempenho é praticamente o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Imediatamente, passo a palavra para a Senadora Leila Barros, do Distrito Federal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente Eduardo Girão.

Cumprimento também o Deputado Osmar Terra.

Deputado, como já foi dito antes, o senhor é um crítico do *lockdown* e também do isolamento, e já defendeu o tal do isolamento vertical, que, segundo as suas palavras de hoje, foi um termo criado pelo Presidente. Então, eu pergunto para o senhor: o senhor defende o isolamento vertical? E poderia nos informar se essa estratégia já foi adotada em qualquer país ou em qualquer tempo para enfrentamento de pandemias? E nos apontar os resultados obtidos?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – O termo isolamento vertical significa, para quem está nos vendo, as pessoas que têm risco de ter a forma grave da doença, que são as pessoas idosas ou doentes crônicos, terem isolamento. Isso é correto. As pessoas que estão doentes, infectadas, ter isolamento é correto. Mas as pessoas que não têm risco maior e que não têm doença, essas pessoas têm que levar a vida o mais normal possível, usando a proteção individual, usando um protocolo de segurança para não se infectar. Então, é isso aí que eu acho que é a base. E testar bastante, testar o máximo que puder.

Voltando à sua pergunta, eu posso lhe dizer que tem vários países que fizeram isso. Um deles foi a Suécia que fez, outro foi a Coreia do Sul que fez, outro foi o Japão que fez, outro foi Taiwan que fez. Não fecharam as escolas nem um dia e não teve nenhum problema com isso.

A China fechou a Província de Hubei, fez um *lockdown*, porque era o único lugar do mundo onde tinha o vírus. Então, naquele momento, ali foi uma política adequada. Ela bloqueou a saída do vírus. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

o vírus já tinha saído para a Europa, não é? Mas na China, ele foi controlado. Eu imagino que foi isso, com a informação que eu tenho. Ela...

Toda a China... Se você andar na China, em qualquer lugar da China hoje, a vida está normal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Hoje? Hoje?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. Desde aquela época, desde o dia...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, a China promoveu um *lockdown* lá.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Abril... Desde abril...

Não. O *lockdown* foi de 76 dias.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, promoveu.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Do dia 1º de janeiro ao que corresponde a 76 dias depois, em março.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, pegando carona...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Há um ano... Há um ano, a China está normal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pegando a carona nessa questão da China, que o senhor falou sobre as suas previsões e colocou muito a China como um exemplo... Inclusive as informações que o senhor obtinha vinham muito da China, local em que efetivamente houve poucas mortes, em comparação com o tamanho da população... Isso nós já entendemos. Porém, indago ao senhor por que não usa o exemplo da China com relação aos *lockdowns*?

E, afinal, os números da pandemia na China servem só para orientar as projeções? Porque, até o momento, o senhor falou em várias projeções. Mas teve um lado positivo que não foi analisado pelo senhor e nem foi dado como exemplo, que foi a questão dos *lockdowns* lá. E Wuhan teve *lockdown* total durante dias. Isso o senhor não usou; o senhor usou muitas vezes a China como um exemplo das informações que vinham...

Inclusive, uma informação que era superpositiva com relação ao que serviria para nós aqui, como uma política ou como uma intervenção, seria o *lockdown.* E a China fez isso muito bem. Então, por que o senhor usou isso também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, eu estou dizendo... A China tem 1,4 bilhão de habitantes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O *lockdown* foi feito numa província de 60 milhões de habitantes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós estamos...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Portanto, 1,34 bilhão ficou fora do *lockdown*, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Quando se dissemina o vírus, Senadora, o vírus não tem... Ele foge do controle, não é? O vírus entrou no Brasil por São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Zona Franca de Manaus... Ele entrou no Brasil de vários lugares, não tinha mais como fazer esse tipo de *lockdown*, a não ser que parasse toda a população, fizesse uma supressão, parasse todo mundo em casa, fechados, sem sair de casa, no País inteiro. Isso não tem como fazer, Senadora. Isso aí é uma teoria, não é uma... Na prática isso não existe. Então, o Brasil não podia ter feito isso, não é? Os outros países também não fizeram. Os outros já tinham...

Na Itália entrou por Milão. Por que que Milão foi o lugar mais importante da epidemia, no início, lá? Porque Milão é a mesma economia de Wuhan. Eles têm uma relação muito forte na questão de *design* de modas, de confecções. Tem 20 mil chineses morando na Lombardia, em volta de Milão, que são originários, a maioria, de Wuhan. Então, esses, ao viajarem, trouxeram o vírus. Mesmo depois que se fez o *lockdown* lá, eles já tinham viajado. O vírus vem antes, ele circula antes de a gente descobrir que ele existe. Então, foi isso que aconteceu lá. Então, é uma particularidade da China, não é uma regra que pode ser seguida pelos países que já estavam com o vírus entrando por tudo que era lado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ao longo de toda a pandemia, V. Exa. se manifestou várias vezes acerca do pico da pandemia.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Em setembro do ano passado, o senhor deixava claro em suas redes sociais sua convicção de que o pico da pandemia já havia passado no Brasil. Na época, o senhor defendia a retomada de atividades e comparava o coronavírus ao H1N1 e classificava a imprensa como apocalíptica. O senhor também fez previsões equivocadas sobre o pico da crise no Amazonas e no Rio Grande do Sul. Sobre esse assunto, eu indago ao senhor: por que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

afinal, suas previsões sobre o pico da pandemia foram todas erradas? E por que, mesmo diante da sucessão de erros, o senhor continuou fazendo algumas projeções que voltaram a se mostrar equivocadas?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senadora, essa história de que todas foram equivocadas não é verdade.

No ano de 2020, se a senhora pegar o *site* do Ministério da Saúde... O que eu falei é que o vírus contamina rápido no início; em seis semanas ele sobe, ele contamina uma quantidade grande de pessoas, e depois ele começa a diminuir. Esse é o retrato de todas as pandemias anteriores e das epidemias em geral. Então, no Rio Grande do Sul, por exemplo, a gente tem as epidemias de inverno. Todo inverno tem epidemia de gripe, cujo pico é 20 de julho. É quase invariável: 20 de julho é o dia que mais tem casos de gripe, depois começa a diminuir e termina. Sem vacina, porque vacina ou faz antes ou não faz, não é?

Então, o que eu disse... Se a senhora pegar o *site* do Ministério da Saúde, a senhora vai ver que o gráfico das doenças respiratórias agudas graves, da síndrome respiratória aguda grave, que é a SRAG, tem o pico no final de abril, início de maio, no ano todo de 2020. Se a senhora pegar esses gráficos que eu mostrei aqui do Amazonas, a senhora vai ver que o pico, no ano de 2020, foi no final de abril, início de maio. Catorze Estados tiveram pico no final de abril, início de maio. O Rio de Janeiro desapareceu, as pessoas sumiram, esvaziaram os hospitais, esvaziaram os postos de saúde durante os meses de maio e junho; teve um pico alto e depois foi desaparecendo. O que... Qual é... Por que que aconteceu isso? Porque tinha uma cepa viral que estava entrando, estava terminando, estava... Já tinha uma massa de pessoas infectadas, em que ela não conseguiria mais progredir com velocidade, e estava terminando, até que vai... Isso, por exemplo, no Amazonas, vai até o fim do ano. As escolas reabriram em setembro, aula presencial, o comércio voltou; não aconteceu nada, não aumentou contagem, não aumentou nada, até o final do ano. No final do ano surge uma nova cepa. Aí a cepa nova é ultrainfectante – foi o que aconteceu com a cepa britânica, agora com a Índia, aconteceu com a P1, aconteceu em todos os Estados brasileiros – e puxou de novo o percentual que é necessário pra terminar a pandemia pra cima. A gente não sabe. Deve ser 60, 70, 80%, a gente não sabe. A gente vai saber no final. A gente só vai ver a curva cair e terminar. Isso vai acontecer com a vacina – a vacina veio ajudar isso muito – e com o número de pessoas que já têm. Como não é um novo vírus... E é importante dizer isto: não é um outro vírus, a cepa não é um outro vírus; senão teria que começar tudo de novo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É uma mutação dele, eu sei. É uma mutação dele.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, ela soma...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... todo mundo que tem imunidade pra terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Na verdade, então, esse pico... Na verdade, o vírus nunca acabou no País e, mesmo com essas declarações do senhor, o senhor não acha que o senhor passou a sensação de tranquilidade que não existia e que até o momento não existe, e, provavelmente, contribuindo para o relaxamento das medidas não farmacológicas, como o uso de máscara e higienização, ao anunciar, seguidas vezes, o fim da pandemia? Afinal, o que o senhor espera atingir com esse tipo de comportamento? Já não dava pra ter mudado depois de tantos erros nesse sentido, Deputado?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Porque a pandemia não acabou no País. Em nenhum momento ela deu folga pra gente.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, ela deu folga, sim, Senadora. No final do mês de setembro, outubro, tinham muitos poucos casos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas ela nunca, a pandemia não acabou no Brasil, e a gente ficou insistindo nisso.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não, o que eu disse... Senadora, o que eu falei desde o início é que nós não prevíamos as novas cepas, porque não teve nas outras pandemias. Eu estava trabalhando com os dados que eu tinha, os dados das pandemias anteriores e da China, Senadora. Lá na China, subiu, desceu, em 76 dias terminou. Era esse o dado que eu tinha, que, inclusive...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas na China desceu porque teve *lockdown*, porque eles tiveram medidas restritivas. Eles fizeram o papel deles.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Mas o *lockdown* não evita o ciclo de contágio. Ela subiu e desceu e terminou na China.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Wuhan ficou fechada praticamente.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Na China, o *lockdown* era na província de Hubei. A China não... Terminou a pandemia na China. A Coreia teve um surto de 185 mortes, logo depois da China, e subiu e desceu. Ainda tem casos na Coreia, mas são muitos poucos. O Japão também teve o seu pico. A Suécia teve o seu pico. Portugal tinha muito menos mortes que a Suécia e hoje tem muito mais mortes que a Suécia, porque fez *lockdown* e quarentena, e a Suécia, não. Eu quero até dar um, se me permitir, no seu tempo, rapidinho...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Se o Presidente me der pelo menos mais um ou dois minutos a mais. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Está bom. É um minuto.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu, quando estava... Eu tive sempre... Olha, o que o Presidente fez, eu tiro por mim... Senadora, é muito fácil pegar carona no medo e com a grande mídia, não é? Pra enfrentar isso e contrariar isso e dizer que isso pode estar errado, tem que ter coragem, tem que ter coragem pra fazer isso.

Então, eu posso lhe dizer que eu estava... A única entrevista que a Rádio Gaúcha me deu, porque eu pedi para o Presidente da Rádio Gaúcha, porque eles não entrevistavam, só mostravam o outro lado – a imprensa só mostra um lado, e, com isso, cria uma, tenta criar um consenso de que aquilo ali está certo –, o repórter não me deixou falar quase. Ele falou mais do que eu, me atacava, perguntava, eu respondia, e me criticava. E uma frase que ele fez foi esta: "O Rio Grande do Sul tem 150 casos – foi maio do ano passado –, 150 mortes no Rio Grande do Sul. A Suécia tem 3 mil. O senhor acha que a Suécia é um exemplo? O senhor continua acreditando que a Suécia é um exemplo?". Eu disse: "Não, a Suécia está agindo como se tem que agir. A do Rio Grande do Sul ainda está começando". Resultado: hoje o Rio Grande do Sul tem 30,4 mil, e a Suécia tem 14 mil. Então, trabalhar sem *lockdown* e quarentena é possível, orientando a população, criando protocolos de segurança, orientando como tomar cuidado...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas isso foi feito desde o início?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Feito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós sabemos que não foi feito, não teve campanha. Nós sabemos, esta CPI tem sido muito esclarecedora nesse sentido, porque, quando o senhor fala e outros que vieram aqui a respeito do que deveria ter sido feito, nós demoramos muito para fazer, muito. E não é de hoje que a gente escuta aqui, nós já estamos há semanas nesta CPI, e o que a gente ouve é isto: poderia ter sido feito, ter sido feito, na verdade, está sendo feito agora em que nós já chegamos a mais de 500 mil brasileiros mortos, Sr. Deputado, entendeu?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, porque em *lockdown* e quarentena.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom, nesta CPI o senhor falou que fez o uso de tratamento inicial e disse que voltaria a usar se fosse novamente contaminado com a Covid-19.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Porém, eu gostaria de lhe indagar sobre o tratamento preventivo que trata do uso de medicamentos como ivermectina e outros por pessoas que não estão contaminadas com a Covid-19 e acreditam estar evitando a contaminação ao tomá-los, porque eu sei disso, isso acontece muito. E o senhor está falando isso hoje, que tomaria novamente. Como médico, o senhor acredita em qualquer medicação que evite a contaminação pelo novo coronavírus? O senhor acredita?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Há afinal algum tratamento preventivo? Porque falam muito da ivermectina, tem a cloroquina, mas muita gente fala da ivermectina como preventivo. Há afinal um tratamento preventivo, Sr. Ministro médico Osmar Terra, além da vacinação?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senadora, eu não tomei; eu só tomei quando eu tive sintomas, eu só tomei medicamentos quando eu tive sintomas...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas o senhor está falando que se se contaminasse tomaria novamente.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu me recusei a ficar esperando piorar tomando dipirona, até porque o meu sintoma principal o tempo todo foi febre, eu não tive outro sintoma. O que eu vejo...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, o senhor esteve pior, o senhor teve 80% do pulmão comprometido, Dr. Osmar...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, sim, sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então foi muito além...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu não tomei só hidroxicloroquina, aí eu tomei ivermectina, aí eu tomei remédio para coagulação do sangue, eu tomei...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, isso foi no tratamento. Eu também tomei, eu tive 40% do pulmão tomado...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, mas deixa eu... Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Tomei dexametasona, azitromicina, tomei tudo isso aí, mas dizer que ivermectina, cloroquina antes, como preventivo, sabendo que o senhor já pegou, teve 80%, o senhor tomaria novamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senadora, eu não sei se... Isso são dados estatísticos, Senadora, eu não sei se isso me salvou a vida, eu acho que pode ter me salvado a vida. É uma discussão, Senadora, tem que ter dados, tem que ter dados...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É uma discussão, mas o senhor não pode declarar aqui, o senhor é um formador de opinião...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Agora, uma coisa eu tenho certeza: se eu não tivesse feito nada eu teria 80% ou mais, isso eu tenho certeza. Se não interfere eu teria...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, eu tive 40%, eu fui internada, tive um ótimo tratamento...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Piorar não piorou, então, eu tive o cuidado de tomar uma coisa que eu sabia que não ia piorar, que eu não ia ter problemas maiores com ela. Agora, ontem foi publicado um artigo muito importante, um grande estudo sobre o uso da ivermectina. Eu não li o estudo, mas eu sei que é um estudo que defende o uso da ivermectina. Eu vou ler e posso lhe dar mais informação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

Só para finalizar aqui, última pergunta. Há controvérsias em relação à publicação da carta contendo a Declaração de Barrington. Haveria entre os supostos signatários o Professor Bananas, o Dr. Nomefalso e ainda cerca de 18 homeopatas autodeclarados e pelo menos uma centena de terapeutas cujas especialidades são massagem e hipnoterapia, isso além de falar de todas as suas projeções sobre números, no caso de óbitos, e o fim da crise sanitária, extremamente otimistas, confrontado pela maioria dos especialistas e, posteriormente, pelos próprios fatos.

Eu pergunto ao senhor, Sr. Ministro, o que o senhor acha de *fake news*? O que que o senhor acha de *fake news* num momento desse? O que o senhor acha sobre *fake news* que está sendo propagada por muitos, muitos agentes, e falo políticos... E me incluo dentro dessa classe aí, mas eu, graças a Deus, tenho pavor de *fake news*. Eu pergunto ao senhor: o que o senhor acha sobre *fake news*?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É claro que *fake news,* todo mundo é contra, Senadora. Ninguém aqui defende *fake news*. Agora, eu quero lhe dizer que a Declaração de Great Barrington foi feita... Ela é uma declaração original de três grandes epidemiologistas, o principal de Harvard, o principal de Stanford e a principal epidemiologista de Oxford. Eles fizeram a Declaração de Great Barrington condenando o *lockdown* e a quarentena e mostrando que tem outras possibilidades, que existe vida inteligente fora do *lockdown* e da quarentena. Então, é uma... Aí, fizeram um abaixo-assinado na internet em que quem era contra começou a sabotar. Botaram o Joe Banana, não sei o quê, aí isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fake news. Isso é uma piada, não é? Mas a declaração original são três grandes epidemiologistas do mundo que assinaram e que têm que ser respeitados.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor não acha que, diante da gravidade desta pandemia, com tantos óbitos, mais de 500 mil, é fundamental, especialmente para autoridades com maior visibilidade, que a comunicação sobre o tema seja confiável? Não acredita que desinformar as pessoas pode ser responsável pelo agravamento dessa situação?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senadora, eu sou francamente favorável a passar informação confiável, informação séria. Aqui não estamos discutindo isso, não é? Não estamos divergindo. O que eu acho é que todo mundo, toda informação que contraria esse senso que a grande mídia criou em torno da epidemia, toda informação que contraria isso é errada, é *fake news.* E acho que isso é que...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas o senhor checa as suas informações?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Checo todas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Todas as suas informações o senhor checa?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim, sim, sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está satisfeita, Senadora Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está bom. Muito obrigado.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Deixa eu dar uma informação para a Senadora?

Senadora, eu tive... Talvez a senhora já tenha informação, mas o Governador parece que fechou o hospital de campanha, porque a curva caiu aqui no DF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Boa notícia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – É... Aproveitando as excelentes perguntas da Senadora Leila Barros, eu queria só perguntar ao senhor rapidamente: o senhor acredita que a politização de medidas e tratamentos do combate à pandemia contribuíram para a rejeição de medicamentos de baixo custo que já vêm sendo usados aí há décadas?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Eu acho que o uso do medicamento que seja até para uma outra finalidade que tem alguma comprovação ou alguma informação que pode ser útil, se ele não faz mal, não tem problema usar. A primeira coisa da Medicina é não fazer mal, não é? E pode ser usado. Eu acho que o...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas jamais como automedicação, não é? Sempre com orientação médica.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sempre com orientação médica. O médico é que tem que... Uma doença grave dessas tem que ter orientação médica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Autonomia médica...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O médico tem que ter autonomia. Eu defendo a posição do Conselho Federal de Medicina.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só uma colocação aqui... O Deputado Osmar falou sobre o Governador fechar aqui. Espero que ele esteja respaldado pela ciência, porque no ano passado ele fechou, se precipitou, e nós sofremos. Então, assim, eu falei "ótimo", espero que ele esteja respaldado mesmo por critérios técnicos, por números, para fazer... Enfim, a gente está vendo os números crescentes. Fica o registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, Senadora Leila.

Eu vou passar agora a palavra para o Senador Heinze. Só fazendo um comunicado, que essa coisa que foi colocada aqui – fecha, não fecha; fecha, não fecha – da questão aí dessa decisão da ADI do Supremo Tribunal Federal, a ADI 6.341, que gerou essa polêmica toda aqui durante o dia de hoje – o Ministro falou várias vezes sobre isso –, que é aquela questão de se retira ou não retira atribuições do Presidente da República e repassa para Estados e Municípios, a decisão do Ministro Marco Aurélio, que foi o Relator, depois confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu queria trazer aqui, respeitosamente, convidado para esta CPI – é um requerimento meu que não foi votado ainda –, o Ministro. Que ele possa vir aqui. Ele deve ter monitoramento, se essa decisão foi importante ou não para o País, para que a gente possa...

Porque os especialistas, Senadora Soraya, dizem aos quatro cantos que nós teremos outras pandemias, infelizmente, na humanidade. Então, que a gente possa aprender a lição com essa pandemia. Eu acho que o grande legado que a gente precisa buscar também aqui nesta CPI, além de eventuais ações e omissões do Governo Federal, de rastrear os bilhões de reais que foram para Estados e Municípios – isso a gente não tem feito aqui ainda, infelizmente –, também é a lição disso tudo. Deixar um legado, para os nossos filhos, para os nossos netos, de como combater uma pandemia.

Então, espero que, quem saiba, a gente possa chamar o Ministro aqui.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, eu posso pedir um tempinho para ir ao banheiro?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pode.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Senador Girão, vamos ver se a gente consegue acelerar o tempo para liberar o Ministro também, porque a Ordem do Dia já começou. Eu tenho uma agenda com a Ministra Flávia, eu não sei se eu vou conseguir, porque eu estou aqui... Justamente para eu poder perguntar, eu estou deixando os demais compromissos, porque é importante. É importante a gente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Ministrou pediu só para ir ao banheiro, volta rapidinho e a gente já começa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O próximo está marcado aqui o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bora, tchê!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E depois é a senhora, Senadora Soraya Thronicke. É V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Depois, quem vai estar aqui, quem está marcada é a Senadora Zenaide Maia, que eu já estou vendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui na tela – Senadora Zenaide Maia; e o Senador Fabiano Contarato também está aqui aguardando a hora de falar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pela ordem aqui.

O senhor falou aí sobre pensar o futuro, não é? Só lembrando que, no presente, hoje, a pandemia não acabou. E nós temos que ficar alertas, cobrando não só o Governo Federal, mas os governos locais. Essa questão do hospital de campanha me preocupa muito, porque a pandemia não acabou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A Senadora Soraya queria falar alguma coisa?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Eu quero falar que essa ADI, a 6.341, não retira a responsabilidade de nenhum ente federativo. Ela, pelo contrário, diz o seguinte:

> Medida cautelar parcialmente concedida para dar interpretação conforme à Constituição ao §9º do art. 3º da Lei 13.979, a fim de explicitar que, preservada a atribuição de cada esfera de governo, nos termos do inciso I do artigo 198 da Constituição, o Presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais.

E, aí, vem:

> [...] preservada a atribuição de cada esfera de governo, nos termos do inciso I do art. 198 da Constituição, o Presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais, vencidos, neste ponto, [...]

Aí é o acórdão. Mas não tira os poderes da União. É importante deixar... Porque, na verdade, as pessoas falam dessa ADI, e o impressionante é que não leram. São três folhas só – só, somente – essa decisão dessa medida cautelar que foi parcialmente provida e é muito clara no que diz.

Então, o que falam que essa decisão determinou é algo completamente contrário. Meu Deus, é uma avalanche de desinformação. É chocante isso, Senador Girão. A medida fala o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós precisamos respeitar, entender, mas nós precisamos, acima de tudo, ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Vou passar agora a palavra para o Senador...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senador, eu posso só corrigir uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pode.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu dei uma informação errada, aqui, sobre o hospital de campanha. O hospital de campanha fechou antes e agora o Governador está tentando reabrir. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ah, tá.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Fechou quando a curva caiu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Retificação...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Retificação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... sobre o hospital de campanha do Distrito Federal.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. *Fora do microfone*.) – Do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Senador Heinze, o senhor tem a palavra por 15 minutos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Girão; Senadora Soraya; pessoal que ainda está na tela aí para entrar daqui a pouco mais; colega Osmar Terra...

Senador Girão, eu e o Osmar temos uma história longa. Fomos Prefeitos na mesma época. Ele era de Santa Rosa e eu era de São Borja. Na época, ele foi Presidente da Famurs e eu fui Presidente da Comissão de Agricultura da Famurs. Fizemos um grande movimento. Ele tem ressaltado que o agronegócio... Naquela época, fizemos uma grande mobilização chamada caminhonaço. Eu liderei esse movimento. E o meu substituto, o meu suplente, Ireneu Orth, era Prefeito também e era da mesma liderança que nós tínhamos naquele instante. Então, nossa relação vem de muitos anos. Ele se elegeu seis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes Deputado Federal e eu cinco vezes. E agora estou no Senado. Então, estamos juntos há um bom tempo e a nossa relação é ótima.

Mas eu queria, primeiro, iniciar aqui cumprimentando o Sr. Mauro Ribeiro, Presidente do Conselho Federal de Medicina, pela postura correta em um vídeo que ele gravou, falando exatamente, digamos assim, do trabalho que os médicos brasileiros estão fazendo nesse combate à pandemia, no uso *off label* de diversos tratamentos; afinal, eles é que preconizam. Ninguém é charlatão aqui, ninguém quer mandar de qualquer jeito, não. Então, parabenizar Mauro Ribeiro, em nome dos milhares, milhares de médicos brasileiros, pelo trabalho consciente e sério que estão fazendo. A eles, Senador Girão, Deputado Osmar Terra, se devem 16.288.392 pacientes salvos, com as equipes, claro, com os médicos, com as equipes de enfermagem, fisioterapia, psicologia, enfim, todo mundo. Então, a essa equipe devemos esse respeito. E também lamentar, Senador Girão: no vídeo dele, ele falava que em torno de 700 médicos morreram com Covid, no enfrentamento à pandemia. Então, vamos render homenagem e o respeito também às famílias desses médicos que estão trabalhando dia a dia. Imagina fazer o enfrentamento de uma guerra, dessa pandemia, desse vírus, na frente de batalha, nos hospitais. Essas pessoas têm que ser reconhecidas.

E aí, Senador, eu lamento que esta Comissão e também a própria Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, negaram o pedido de suspender a quebra de sigilo fiscal e bancário da associação Médicos pela Vida, autorizada pela Covid. Lamentável, porque esse pessoal está na linha de frente em qualquer canto do Brasil. No seu Estado do Ceará, no meu Estado do Rio Grande do Sul, lá no Amapá, em qualquer Estado esses médicos estão fazendo a sua parte. A gente lamenta.

Lamentamos também aqui, desta CPI – e nós não tivemos votos suficientes –, a investigação de profissionais, inclusive médicos, cientistas, que estão aqui com a quebra de sigilo bancário, fiscal, enfim. É lamentável que essas pessoas estejam se expondo. Não tem nada a ver com corrupção, Senador Girão.

Na semana passada nós tivemos uma batalha aqui. V. Exa. é autor de um requerimento... O Marcos Rogério e o Senador Ciro são autores dum requerimento para convocação de Carlos Gabas, para que viesse a esta CPI explicar. Infelizmente, sete Senadores votaram para que ele não viesse aqui, Senador, Deputado Osmar Terra. Lamentável, porque isso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só corrigindo: seis. Seis senadores.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Seis. O.k.

Nós não tivemos voto pra que ele viesse explicar os 48 milhões que jogaram no lixo, no lixo de uma empresa ligada ao tráfico de drogas. E, infelizmente, ele não veio se explicar pra dizer.

E, da mesma forma também, lamentar a decisão da própria Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito aos Governadores. Liberou que não viessem. Se a Polícia Federal, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministério Público Federal já estão fazendo um trabalho, por que nós também não podemos ajudar na investigação? Esse é o nosso papel em cima dos bilhões que foram liberados pelo Governo Federal e, infelizmente, nós não temos condição nenhuma de poder também ajudar na investigação. Então, eu lamento o que a gente faz, nesse sentido.

E a questão específica aqui também no que diz respeito a essa investigação em que agora V. Exa. tem insistido muito: que nós possamos ter nesta Comissão, que os colegas Parlamentares digam que nós podemos trazer Prefeitos aqui. Acho que este é um ponto importante que a gente possa investigar: os Prefeitos, já que com Governadores não teremos mais condições de fazer esse trabalho. Então, é importante para nós sabermos o caminho do dinheiro. Isto também mata a vida, isto também é genocídio: essas pessoas que gastaram mal o dinheiro.

Deputado Osmar Terra, a guerra em cima do tal de gabinete paralelo, que nunca existiu... Foram comentados aqui, pela Senadora Leila, os *fake news*. Vocês imaginam que a gente assiste nessa telinha ali montagem de vídeos. O evento com esses médicos pela vida e alguns cientistas que estiveram no Palácio do Planalto foi público. Agora, quando você filtra algum pedaço e diz o que você quer e a gente vê as falas... Vou repetir aqui 200 vezes: nós lamentamos que façam isso duma reunião que foi pública – pública! YouTube, as redes sociais, Facebook, sei lá, passaram todos, não sei que tempo levou, mas ali estava tudo exposto. Agora, quando eu monto um vídeo, é complicado.

E, da mesma forma, eu já citei noutra ocasião aqui: o Presidente Bolsonaro... Eu citei todos os fatos de que ele não é contra a vacina, desde o primeiro momento falava das vacinas brasileiras, das vacinas estrangeiras. Está aí o resultado das doses que foram liberadas, das doses que foram aplicadas. E nós chegaremos até setembro, seguramente, com a população já com a primeira dose completa e, depois, a segunda dose virá na sequência. Nós deveremos completar o ano com essa dosagem. Então, o lamento é esse.

Agora, infelizmente, Senador Girão, Senadora Soraya, V. Exa. esteve conosco na semana passada, quando tivemos a oportunidade de dois cientistas – cientistas... Osmar, já tem gente, um deles conterrâneo nosso, Zimerman, que aqui estava com Francisco Cardoso, estão trabalhando já na fase aguda da doença.

Quando falam nos detalhes, o que é que nós falamos toda vez? Tratamento... Aí começa o preventivo, o precoce. O pessoal começa a torcer para dizer o que é que é. As narrativas que nós estamos vendo aqui são justamente nesse sentido. Sempre foi dito: quatro, cinco, seis dias. O.k. Se você está no primeiro dia, segundo dia, quarto, quinto, sexto dia, o.k., ainda esse tratamento pode lhe fazer efeito. E hoje... Naquele dia, foi colocado por esses médicos que estavam aqui que já tem tratamento em cima da fase aguda da doença, tratamentos brasileiros, médicos brasileiros, cientistas brasileiros já atuando. E foi relatado um caso aqui que o Dr. Cadegiani, aqui de Brasília, e o Dr. Zimerman, eles explicaram, uma equipe. Cito esses dois, mas tem mais pessoas que já tratam... E V. Exa., inclusive, fez uma pergunta em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cima de um colega que fez uma pergunta maldosa de mortes. As mortes foram de quem não recebeu o tratamento – quem não recebeu o tratamento, ocorreu morte. Agora, quem tratou, o resultado foi fantástico. Médicos brasileiros, Dr. Osmar Terra, seus colegas, que estão fazendo isso. Tem que ser ressaltado.

É uma pena que esses Parlamentares que aqui não estiveram não estivessem aqui para questionar, questionar os médicos. Nós temos quatro médicos na Comissão; deveriam ter a oportunidade de questionar, afinal aí estava o momento certo para fazer o questionamento. Não vieram! Infelizmente, não vieram aqui. Então, nós lamentamos que perderam essa oportunidade.

E, da mesma forma, repito aqui, Senador Girão, que eu continuo pedindo o debate sobre o caso de Manaus – de Manaus – que a Polícia Federal está investigando, que o Ministério Público estadual de Manaus está investigando, para que nós possamos dar resposta aos manauenses das 22 mortes que tiveram lá por uma dose letal. A dose foi dita aqui pelos médicos. Alguém que questionasse eles, que se contrapusesse a eles. Foi bem esclarecido o que foi dito naquele instante aqui da dose letal. Aquilo matou pessoas. E essa dose letal... E esse trabalho de Manaus foi fundamental para a publicação na revista *Jama*. E já tem um grupo de cientistas brasileiros questionando a *Jama* – questionando a *Jama*. Esperamos que a *Jama* se retrate, assim como foi feito na *Lancet* e na pesquisa de Harvard – já foi feito também. Harvard e Manaus foram dois fatos fundamentais para a mudança de atitude da Organização Mundial de Saúde, que é tão falada e decantada aqui, como se tudo fosse a OMS. Mas duas pesquisas fraudulentas – repito aqui –, duas pesquisas que nós podemos questionar; em uma já houve a retratação e a segunda seguramente haverá. Então, isso é muito importante para nós botarmos os pingos nos is e fazermos os esclarecimentos necessários.

E a gente fala nomes. Tenho aqui... Quando falam no tratamento que não tem...

Na semana passada, tivemos a publicação de uma metanálise, que é o nível máximo de evidência científica de excelente qualidade a favor da eficácia da ivermectina para o Covid. Depois da revisão por pares, no dia 17 de junho – 17 de junho agora, semana passada –, foi publicada a revisão sistemática com metanálise e análise sequencial da Dra. Tess Lawrie e colaboradores, uma das maiores especialistas do mundo em Medicina baseada em evidência na revista *American Journal of Therapeutics*. Essa metanálise tem sido considerada padrão ouro da técnica e tem sido muito elogiada, pela sua excelente qualidade, por vários especialistas. Então, só no caso da ivermectina, já temos duas metanálises publicadas: a do Dr. Pierre Kory e a da Dra. Tess Lawrie, e duas metanálises em *preprint,* além de dezenas de ensaios clínicos randomizados, duplo-cego, demostrando a sua eficácia contra a Covid-19.

Senador Girão, são dezenas de trabalhos, dezenas de trabalhos que, infelizmente, negam a ciência, negam a ciência. Médicos daqui, desta Casa, dizem que não existem. Estou falando aqui de dois casos, dezenas de casos. Digam quem são os contrários. Quando falam: "Ah, deram uma lista de médicos cientistas". Imagina: a Dra. Natalia Pasternak não tem um trabalho publicado, não tratou um paciente. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Luana não tratou um... Ela nem podia tratar porque ela é bióloga, trabalho até que ela tem, mas não tem tratamento nenhum. Como a Dra. Luana, da mesma forma.

Os dois médicos cientistas que aqui estiveram já trataram dezenas, centenas de pacientes. Eles trataram e têm resultados positivos, como milhares de médicos brasileiros têm esse resultado também, milhares de médicos brasileiros têm o resultado. Então, não podemos criminalizar alguma coisa que está dando certo.

Agora com relação às vacinas. V. Exa. sabe, inclusive vamos votar agora de tarde, está, neste instante, no Plenário do Senado, aquele projeto com relação ao uso dos laboratórios de medicamentos veterinários para fabricação de vacina. O Senador Wellington Fagundes, que trabalha muito esse assunto... De novo, foi votado aqui no Senado por unanimidade, votado na Câmara. Deputado Osmar Terra, V. Exa. votou esse projeto na Câmara e volta agora ao Senado para os retoques finais. Logo esse projeto será sancionado.

Então, nós temos, Senador Girão, 16 grandes laboratórios brasileiros que querem fabricar vacina. Além do Butantan, que é importante, além da Fiocruz, que é importante – nós rendemos homenagens aos pesquisadores da Fiocruz, do Butantan –, nós também temos 16 laboratórios querendo fabricar.

Estamos trabalhando com três grandes vacinas brasileiras do Ministério da Ciência e Tecnologia. Render homenagem aqui ao Ministro Marcos Pontes e também ao Dr. Marcelo, em nome da equipe do ministério, que tem trabalhado. Em nome dessas duas pessoas, cito a equipe do ministério. Uma é na Universidade USP, em Ribeirão Preto, a outra é no Instituto de Cardiologia, em São Paulo, e a terceira é na Universidade Federal de Minas Gerais. Já estão tratando para essas vacinas, no momento em que estiverem concluídas – espero que em dois, três, quatro meses, Deputado Osmar Terra, estejam prontas. Nós fabricaremos vacinas de cientistas brasileiros, esse é o ponto importante. Porque essa pandemia deve continuar e, no ano que vem, precisamos vacinar de novo. Então, esse é um ponto importante.

E esses 16 laboratórios, Senador Girão, Deputado Osmar Terra, Senadora Soraya, têm interesse na fabricação em escala comercial. A gente sabe que uma universidade não tem escala comercial. Então, já tem também esse interesse. Tudo isso está sendo feito neste instante para o combate à pandemia. Isso é muito importante, são dados importantes.

Cumprimentar os cientistas da USP, do Instituto de Cardiologia e da Universidade Federal de Minas Gerais. E tem outras universidades também já continuando as pesquisas sobre esse tema que demorarão mais tempo. Estou falando apenas de três. São outras 13 vacinas que também estão sendo produzidas por cientistas brasileiros, dentro de várias universidades brasileiras. Tem em Santa Catarina, tem no Paraná, tem em vários Estados. Então, esse também é um ponto importante. Nós não estamos dando notícia ruim, nós estamos preocupados com coisas positivas que ajudem a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, as mais de 650 milhões de doses já adquiridas pelo Governo Federal para que nós possamos ter essa apresentação dos dados importantes. Nós temos aqui, Senador Girão, Deputado Osmar Terra, 123 milhões de doses distribuídas, 86 milhões de doses aplicadas: 24 milhões, primeira e segunda doses, 64 milhões só na primeira dose.

Então, isso é um ponto importante. Não vou lhe fazer pergunta, Deputado Osmar Terra, mas apenas referenciar fatos positivos. E V. Exa., no seu trabalho que tem feito como médico e, principalmente, como Deputado e ex-Ministro dessa Casa, desse Governo, sabe da importância que nós temos hoje de trabalharmos pelo bem da nossa comunidade. Vamos deixar de criminalizar esses médicos brasileiros, cientistas brasileiros!

Tenho aqui, já falei, quando falo: "Ah, o Drauzio Varella se retratou", eu gostaria que um colega Senador, sobre Didier Raoult, eu busquei uma matéria... Criticaram que a sua clínica havia sido invadida pela Polícia Federal, pela Receita Federal e que o assunto era cloroquina. Não tem nada a ver com cloroquina. Vamos respeitar um dos maiores virologistas do mundo! Vamos respeitar! Eu sou agrônomo, Senador Girão. Vamos respeitar um cientista! Então, esse é o caso. Recebi do seu advogado. É uma questão fiscal e ele garante que, mesmo a questão fiscal do seu laboratório, não tem nada a ver. Vamos respeitar um cientista como o Didier Raoult, que tem hoje inúmeros prêmios pela humanidade, inúmeros trabalhos pela humanidade e vai seguir trabalhando! Não vamos criminalizar pessoas sérias, corretas, decentes só por ideologia!

Senador Girão, Senadora Soraya, Deputado Osmar Terra, o meu gabinete já encaminhou ao Senado norte-americano um pedido de informações pra nós estarmos lincados no caso Fauci, porque hoje o grande fato nos Estados Unidos é o caso Fauci, muito sério. Os mais de três mil *e-mails* que o Fauci trocava com um laboratório de Wuhan. Isso virá à tona – isso virá à tona – e já estamos entrando em contato com eles sobre esse tema também.

Muito obrigado, Senador Girão, pelo espaço, um pouquinho mais de tempo. Eu sei que nós temos sessão agora, Senadora Soraya e os demais colegas Senadores que ainda vão se manifestar, mas não podia deixar de registrar essas minhas posições.

Muito obrigado e parabéns, Senador, Deputado, Senador, pode ser o nosso Senador na próxima eleição, Osmar Terra, viu? Pode ser um Senador do Rio Grande vindo mais para nos ajudar aqui no Senado, o.k.? Parabéns pelas suas posições firmes, pelo seu estudo, pelo seu trabalho, pelas suas posições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se o Deputado Osmar Terra quer fazer algum tipo de colocação sobre...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Eu só quero agradecer as palavras do Senador, ele que é um amigo de longuíssima data, nós fomos Prefeitos 30 anos atrás, quase, Heinze, e dizer que eu...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – De 1993 a 1996, Girão.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – É, 28 anos atrás.

Nós estamos... Eu acho que essa caminhada é uma caminhada importante. Se tem alguma questão que pesa na vida das pessoas hoje é essa questão da pandemia, porque é a vida de toda a população brasileira.

Então, ficar de braços cruzados, ficar assistindo a isso sem se posicionar, eu acho que é um absurdo. Eu acho que é isso o que o Senador Heinze está fazendo, a Senadora Soraya está aqui também, a quem eu respeito muito, o Senador Girão, todos os Senadores aqui, mesmo os com posições contrárias, estão tentando achar um caminho.

Muito obrigado aí pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

Eu passo, imediatamente, a palavra para a Senadora Soraya Thronicke, lá de Mato Grosso do Sul.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Do sul, não pode esquecer do sul.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Osmar Terra, obrigada pela paciência de estar aqui como convidado e estar até este momento aqui conosco. Grata pela sua disponibilidade. Eu quero começar lendo um trecho importante dessa ADI, porque, olha, são três folhinhas apenas, duas e meia, e infelizmente hoje a gente vive um momento de discussão política muito rasa. Estamos avançando na nossa politização, mas, infelizmente, ainda há muito o que caminhar, porque as pessoas discutem de forma superficial e, às vezes, propagando desinformação.

O trecho é simples, mas diz aqui nessa ADI. Primeiro que: "(...) inciso I do art. 198 da Constituição Federal, o Presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais".

E diz o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O direito à saúde é garantido por meio da obrigação dos Estados partes de adotar medidas necessárias para prevenir e tratar as doenças epidêmicas e os entes públicos devem aderir [isso aqui nunca ninguém comenta] às diretrizes da Organização Mundial da Saúde, não apenas por serem elas obrigatórias, nos termos do art. 22 da Constituição da Organização Mundial da Saúde (o Decreto nº 26.042, de 17 de dezembro de 1948), mas, sobretudo, porque contam com a expertise necessária para dar plena eficácia ao direito à saúde.
> Como a finalidade da atuação dos entes federativos é comum [comum!], a solução de conflitos sobre o exercício da competência deve pautar-se pela melhor realização do direito à saúde, amparada em evidências científicas e nas recomendações da Organização Mundial da Saúde.

Um pequeno trecho, e eu quase li a decisão inteira. Então, eu sugiro que as pessoas se informem antes de abraçar qualquer falácia por aí.

Bom, o Senador Girão disse há pouco que nós ainda não conseguimos investigar Estados e Municípios, o que foi objeto do seu requerimento, Senador Girão, mas eu vou insistir num tema, que é o tema da minha formação. Não dou nenhuma opinião sobre remédio, principalmente porque esta CPI não é a CPI da cloroquina, da ivermectina, de seja lá o que for; é a CPI pra analisar os repasses de recursos do Governo Federal para Estados e Municípios também.

E aí, por que é que nós não perguntamos apenas... Por que é que nós não nos limitamos principalmente aos limites da CPI, ao fato determinado desta CPI? O tempo passa, não volta, nós perdemos oportunidade, e a oportunidade é quando a pessoa está aqui, um depoente – no caso, um convidado. Nós temos que fazer perguntas focadas no fato determinado da CPI, e a maioria das manifestações não têm nada a ver com isso, nada a ver com o fato determinado da CPI. E aí, nós não vamos colher material e vamos reclamar depois. Mas não tivemos a orientação jurídica necessária.

Essas manifestações não nos levam ao que realmente interessa. Então, é um alerta aqui que eu vou fazer mais uma vez. E eu vou ter que alertar aqui ao vivo, porque, senão, não chega. É impressionante!

Nós não estamos tendo uma estratégia jurídica que leve a atingir o escopo da CPI. O tempo já passou, muitas pessoas já vieram aqui, não vão voltar, e as perguntas não foram focadas.

E eu quero aqui parabenizar o Deputado Osmar Terra, porque foi o primeiro que teve a coragem, porque essa... Eu pergunto sempre a mesma coisa, Deputado, mas o senhor é o primeiro que teve a coragem de criticar a estratégia dos Estados e Municípios. Ninguém aqui falou, ninguém nunca falou. Então, eu pergunto para o senhor e peço para o senhor que decline os nomes.

O Maranhão acertou na estratégia ou não acertou? O Rio Grande do Sul acertou ou errou na estratégia? O senhor tem relatos de corrupção pra nos passar? O senhor deve saber muita informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI precisa disso. Se o senhor não se sentir à vontade, eu peço que o senhor decline isso em reservado, porque, de repente, o senhor não vai se sentir à vontade, mas é isso que essa CPI busca. O senhor pode declinar nomes? Quem mais errou na gestão da pandemia?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Bom, Senadora Soraya, eu agradeço a sua manifestação.

Eu realmente acho que é uma coisa surrealista estar discutindo o que o Presidente acha ou não acha, o que ele faz ou não faz.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não é o escopo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – E não discutir o que os Estados estão fazendo e o que os Municípios estão fazendo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor disse que erraram bem intencionados, mas há culpa e há responsabilização por culpa também.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Claro, claro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não só por dolo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu acho que a sua intervenção está coberta de razão. Eu vejo lá no meu Estado... Pergunta para um gaúcho quem é que interfere na vida dele? Se é o Bolsonaro, o Presidente Bolsonaro, ou se é o Governador Eduardo Leite, é o Eduardo Leite...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, eu vou colocar aqui: "Eduardo Leite errou na gestão". Posso?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não. Errou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Errou.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Errou, criou um sistema de bandeiras que não funcionou. E o resultado, a gente mede como? Pela taxa de mortalidade, a taxa de mortalidade do Rio Grande do Sul é elevadíssima. Um Estado que tem a rede de saúde que tem, que tem toda a estrutura que tem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, vamos chamar o Secretário de Saúde, tem que ser, tem que ser objeto urgente de deliberação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu posso até lhe dizer o seguinte, eu vou até dizer uma coisa em benefício do... A Secretária de Saúde é ótima, do Rio Grande do Sul, ela não tem culpa. Quem fez a estratégia foi a Secretária de Planejamento e o Governador abraçou e se aconselhou com o Pedro Hallal, que vai vir aqui agora, na sexta-feira. Ele se aconselhou ideologicamente, é um viés completamente ideológico: fecha tudo, tranca tudo....

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A saúde tem ideologia hoje em dia, não é? Que coisa vergonhosa, que coisa mais triste.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – E o Rio Grande do Sul chegou ao máximo, Senadora, de hoje ser um dos Estados, um dos lugares do mundo com mais mortes. É uma tragédia isso pra mim, gaúcho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual outro Estado também o senhor pode declinar?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu acho que todos erraram. Agora, uns... Por exemplo, o Maranhão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Maranhão.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu vou falar aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem foi que menos errou, então? Quem não errou? Ou quem...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Os Estados se combinaram de adotar a política que veio lá, importada do Reino Unido, que é o *lockdown* e a quarentena, que é a primeira vez que se fez isso numa pandemia, não é?

Importaram, não deram bola para o que o Presidente falava, não é? E fizeram por sua conta a política. Fecharam, trancaram, quebraram. Se isso tivesse resultado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, a responsabilidade total, mesmo depois... Mesmo depois de a gente ler isso aqui, essa ADI, o senhor diz que a responsabilidade total ou concorrente seria de Estados e Municípios. Eu gostaria que o senhor apontasse os nomes mesmo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu vou lhe dizer...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Temos o Eduardo Leite, temos aí Wilson Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Não estou acusando ninguém de roubar, porque eu não tenho essa informação, não é? Não tenho... Eu sei que foi uma quantidade grande de recursos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Foi.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – E eu não estou acusando ninguém, eu só estou dizendo que a estratégia está errada. Quando tu tem uma rede como São Paulo, uma enorme rede de atendimento, referência nacional, todo mundo quer se tratar em São Paulo; tu tem uma quantidade gigantesca de postos de saúde, de ter... E São Paulo está entre o sétimo Estado com maior número de mortes do Brasil, acima de 19 Estados, não é? Alguma coisa está errada! São Paulo era para ser o que tinha menos, proporcionalmente à população.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, João Dória também. Temos que chamar aqui o Secretário de Saúde de São Paulo...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu acho que o Maranhão, por exemplo, de que a Senadora falou, a Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eliziane.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – ... a Senadora Eliziane, o Maranhão, realmente, é o Estado que tem menos mortes. Proporcionalmente aos outros é o que tem menos morte. Mas é o Estado também que é o menos urbanizado do Brasil, o que tem menos conglomerados urbanos. A população é mais rural. Talvez isso tenha tido algum impacto. Eu não sei. Aí tem que estudar o caso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu digo isso, Deputado, porque é importante. Eu gostaria que o senhor analisasse esse pedido meu para identificar. Por quê? É importante que o senhor decline esses nomes sob pena de a responsabilidade que recair sobre o Chefe do Executivo, o Presidente Jair Bolsonaro, ou sobre o Ministro de Estado, porque aí podem alegar a tal da culpa grave, que é uma das vertentes aí das teses jurídicas aventadas – culpa grave.

Então, se não colocarmos nomes, se não dermos nomes aos bois, a responsabilidade objetiva pode recair sobre o Chefe da Nação. E aí vai ficar complicado, porque nós temos aqui o que apelidaram de tropa de choque do Governo, e eu vou alertar o Governo mais uma vez: a estratégia jurídica não está correta. Se Governadores estão errando na estratégia em relação à saúde, aqui estão errando na estratégia jurídica, porque não fazem as perguntas corretas, discursam, falam de outras coisas, mas não buscam o fato determinado desta CPI.

E aí vão dizer que inventaram, que colocaram coisas a mais, a menos no relatório, mas não deram subsídio pra isso, não apuraram os fatos aqui. E, no mundo jurídico, o que não está nos autos não está no mundo. Tem que estar aqui dentro. Não posso trazer de fora, depois que a CPI acabar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem gente que pensa que está ajudando o Presidente, que está ajudando o Governo, no sentido de fazer justiça e colocar a culpa em quem realmente é responsável, e, na verdade, está fazendo exatamente o contrário. E o Governo acordou. Eu quero acordar a AGU para isso.

O senhor veio sem advogado, e eu lastimo, porque o senhor precisa de uma orientação jurídica. Eu não sou médica, não posso falar de remédio, mas eu preciso de orientação médica, caso necessário. Agora, orientação jurídica eu lamento que o senhor não tenha, lamento mesmo.

Então, assim, eu gostaria que o senhor declinasse. E eu só gostaria de fazer alguns comentários para terminar.

Em relação à questão de *lockdown,* nós poderíamos fazer, porque ainda dá tempo de se corrigir, de entrar nos trilhos. Humildemente aqui, eu entendo que poderíamos, sim, fazer uma campanha, mobilizar a população para que quem não precisa sair de casa, quem tem esse privilégio de poder trabalhar em casa que não saia e deixe as ruas, sabe? Eu acho que é um ato de compaixão, um ato patriótico de você olhar para o teu irmão e saber que ele precisa, ele é o entregador; o outro é o médico e precisa estar na linha de frente; o outro é policial, os outros precisam vender. Por que não nós que não precisamos sair de casa não deixamos as ruas para aquelas pessoas que precisam nos servir? Por que não trabalhar com a coluna do meio, no meio termo, não haver um equilíbrio?

Não precisa ser abre tudo ou fecha tudo, mas conscientizar a população e trazer a população para a responsabilidade, porque eu cansei de ir para a rua, e nós ficamos desorientados, nós não sabíamos que regra seguir. A população fica na dúvida. Ela não sabe se ela escuta o Marcelo Queiroga, o atual Ministro da Saúde, ou se escuta o Deputado Osmar Terra. Vocês falam coisas completamente diferentes. Falam! O Ministro Queiroga esteve aqui e fala outro tipo de estratégia. Aí nós ficamos numa saia justa.

Então, o meio termo, meu Deus! Por que tanta polarização?

A rua é para quem precisa estar na rua. Se a gente não precisa sair, poxa, fica em casa. Custa?

Nós poderíamos ter um pingo de equilíbrio, neste momento, mas nosso País está dividido. Eu fui lamentar na rede social o meio milhão de mortos. Sabem o que aconteceu? As pessoas riram.

Eu apanhei, Senador Girão.

Apanha! Você não pode lamentar as mortes.

O SR. OSMAR TERRA – Eu também apanhei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Isso é uma vergonha. Isso é trágico. E isso está fazendo a gente já perder a paciência, porque não é normal. Sinto muito, mas não é normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A saúde não tem ideologia. Nós somos todos um. O maior gênio que vai surgir neste País é aquele que conseguir unir a população, porque as nossas convergências são maiores do que as nossas divergências. Pelo amor de Deus!

Um país onde a gente fala que Deus é brasileiro, meu Deus, que vergonha! Que vergonha que eu sinto!

Eu sinto tristeza de olhar para o meu funcionário, que perdeu a esposa, e de milhares de pessoas mortas. E de amigos que fizeram o tratamento precoce e estão entubados!

Então, não é uma receita de bolo, Deputado, que eu posso pegar e colocar na internet: cloroquina e ivermectina para todo mundo. Eu entrei nessa, tomei ivermectina e passei muito mal do fígado. Depois, descobri que eu, Soraya, não posso. Passo mal com Annita também.

Então, temos de ser claros para a população. "Um estudo da ivermectina deu certo". Para alguns. Cloroquina deu certo? Para alguns. E perguntem aqui, dentro do Senado, o que cada um tomou quando teve Covid. Tem gente que defende uma coisa, mas tomou outra e vice-versa.

Então, assim, nós falamos João 8:32, João 8:32. Muita gente em vão! Que vergonha! Que vergonha!

Então, desculpe-me o meu desabafo, mas é impossível você ir para a rede social lamentar a morte e ser criticado por isso! Que vergonha! A que ponto nós, brasileiros, chegamos?

Nós temos que encontrar o caminhão de que caímos. Não é possível, gente.

E pedir a Deus que nos ilumine. Peço a Deus que as pessoas que estão ao lado do Presidente Bolsonaro o orientem com responsabilidade, Senador Girão, porque podem levar o Presidente... Ou são infiltrados ou são burros, porque não é possível.

E tem gente orientando mal. Ele já disse: "Eu não sei tudo". Então, eu preciso do meu posto Ipiranga na economia, eu preciso de fulano, eu preciso de beltrano. Mas tem gente que está passando do limite. Por que é que não se unem numa estratégia só? Não podemos chegar ao ponto de o Ministro falar uma coisa e os outros falarem outra.

Então, perdoe o meu desabafo. Quero que o senhor, por favor, decline esses nomes e o que o senhor souber para esta CPI, porque aí, sim, o senhor vai estar ajudando o Presidente Jair Bolsonaro a não assumir uma culpa. Porque se esta CPI não caminhar corretamente pelo lado jurídico também, de que nós não podemos esquecer, porque a ciência jurídica existe, existe. E isso aqui não é uma brincadeira, não. Isso aqui não é uma pizzaria. Cuidado, cuidado, porque eu estou vendo a coisa sair dos trilhos juridicamente.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Deputado.

E aguardamos as suas informações. Que sejam anônimas, eu sei lá, mas, de uma forma ou de outra, é possível. Eu acho, não sei na CPI, mas é possível você dar informações anônimas para a polícia num inquérito. Se o senhor se sentir constrangido ou mal, mas esse é o único caminho aqui dentro para que façamos justiça e não deixemos cair a culpa objetiva no colo do Presidente da República.

Obrigada.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Senadora, eu só queria agradecer as suas palavras e lhe dizer o seguinte: eu não tenho nenhum conhecimento sigiloso de alguma coisa que é feita, porque não tem sido o objeto do meu trabalho, da minha preocupação e, sim, discutir as estratégias. Isso, sim, eu acho que é importante. Aí, todos os Governadores estão com a mesma estratégia. E não tem um, mas têm uns que erraram mais porque teve mais...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, nos ajude com esse estudo.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O que mede é a morte. Infelizmente, o que mede é a taxa de mortalidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A única coisa que esta CPI busca saber é erros na gestão para apurar culpa ou dolo e malversação do recurso público.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – São essas duas únicas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Até agora, Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É só disso que nós precisamos. Quem quer ajudar, porque houve erro, não é? O senhor disse que erraram e muito. Então, se erraram, quem errou e como errou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Até agora, Senadora Soraya Thronicke, infelizmente, um mês e meio, mais do que um meio e meio de trabalho, mas só está indo por um caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas, Senador, o senhor também precisa focar nisso e com a tropa de choque fazer com que eles façam a pergunta certa e direcionem para o caminho...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, mas aí para fazer a pergunta certa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... que a CPI busca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... para fazer a pergunta certa, tem que ter, a gente tem que conseguir convocar aqui depoentes que saibam. O ex-Ministro Osmar Terra não está na gestão. Então, precisa se ter...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não. Olha, precisamos de união.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por exemplo, nós tivemos uma oportunidade ímpar na semana passada de votar o Carlos Gabas aqui, que é do Consórcio Nordeste. E nós perdemos no voto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas não adianta chorar. Eu acho que a gente tem que se reunir e traçar estratégia para conseguir fazer com que venha outro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não! Tem muitos requerimentos, Senadora Soraya. Tem muitos para serem votados e nós vamos cobrar. Nós vamos continuar cobrando.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No dia do Witzel, eu havia escrito tudo sobre o Gabas, quando, infelizmente, nós fomos... A coisa virou do avesso aqui, e simplesmente o resto dos Senadores não puderam fazer as suas perguntas, infelizmente. Isto também, a falta de respeito nesse nível, em que o depoente ou o convidado levante e vá embora, e aí deixa a parte mais importante... Porque chegar aqui e ficar gritando e xingando, isso não é o escopo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O escopo da CPI, o escopo de gente responsável é perguntar o que vai levar ao caminho da verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E outra coisa de que a senhora tem muita razão no que a senhora falou é com relação à cegueira política que a gente vive hoje. Tudo virou política, não é? Ideologia para um lado, ideologia para o outro. Isso está separando, inclusive, Senadora, famílias. Tem famílias que se desfazem em grupo de zap. Tem uma série de...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Amigos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Amigos.

Então, o momento do País é o momento de pacificação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E, Senador, o recado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu acho que é o equilíbrio, o caminho do meio. Se você pegar, por exemplo, uma pandemia destas, que é uma tragédia global, que está com repercussão aí para a humanidade durante séculos – isso vai ficar muito marcado na história, e já está –, se você pegar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Isso é um divisor de águas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual é o convite – aí, vamos, a senhora é uma cristã também – de Deus para a gente nisso tudo? De reflexão, de fraternidade, de solidariedade, de uns dar as mãos para os outros.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, Senador, nós devemos estar preocupados com as vidas e vai um recado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Com as vidas. Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu estou preocupada com vidas e não com *likes*. Não faço questão de alegrar absolutamente ninguém. O meu compromisso é com Deus e com as vidas, acima de tudo. *Likes*, xingamento na internet, ameaça, isso não me importa. Eu não nasci política, não preciso voltar, não estou preocupada. A minha única preocupação é deitar no travesseiro e dormir, respeitar a vida, acima de tudo.

Então, o caminho do meio, Senador Girão, o caminho do meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso. Exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não podemos fechar os olhos nessa cegueira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Diálogo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Diálogo e estratégia jurídica, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

Eu vou passar agora imediatamente a palavra para a Senadora Zenaide Maia, que vai usar agora 15 minutos.

Muito obrigado, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colega, convidado, Doutor e Deputado Osmar Terra, eu estou aqui desde que começou esta sessão da CPI e as perguntas vão ser no final.

Eu vou dizer o seguinte... Primeiro, eu queria dizer que a mídia não é quem está provocando pânico nas pessoas. Quem está provocando pânico nas pessoas, quem está assustando é uma coisa muito real: mais de meio milhão de brasileiros e brasileiras que morreram da Covid-19 de morte evitável, gente, de morte evitável, porque a gente sabe que, se tivesse tido uma coordenação geral... Ouvi aqui V. Exa., o Deputado Osmar Terra, dizer o seguinte com as perguntas que fizeram: "O Presidente deve agir por instinto para conduzir a pandemia".

Dois. Eu quero aqui parabenizar a Senadora Soraya Thronicke por mostrar que realmente a orientação do Supremo foi que seguisse a ciência e a Organização Mundial de Saúde. Fala-se aqui que é muito de decisão política. A decisão do Presidente da República de não comprar vacinas em tempo hábil, de desrespeitar o distanciamento social, o *lockdown e* não aglomerar foi uma decisão política do Presidente, porque ele insiste até hoje nessa tal de imunidade de rebanho, que é uma coisa grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois. Eu vi... Eu queria dizer aqui que o senhor, V. Exa., disse que era contra o *lockdown* e falou no exemplo da China. A China fez um *lockdown* de meses em Wuhan, uma cidade com uma população igual ou maior que a de Portugal. Os senhores imaginem se onde começou essa pandemia não tivesse fechado! E só tem 4.636 óbitos mesmo, porque, enquanto não tinha vacina, priorizaram o que já se sabe de anos: o distanciamento físico e social.

Outra coisa para a qual eu queria chamar a atenção aqui, só falar com o Deputado Osmar Terra, que foi meu colega. O senhor disse aqui, eu observei, por exemplo, que nenhum país importante do mundo – para mim, eu já acho que todos os países, Deputado, são importantes – que fez *lockdown* passou mais do que 90 dias com suas escolas fechadas. São 126 países, segundo a Unicef, que mantiveram suas escolas fechadas por mais de três meses.

E o senhor falou aí... Eu lhe digo o seguinte, quando eu for perguntar aqui. O senhor disse que, a questão da escola, o Governo estava preocupado com a desigualdade social entre os alunos da escola privada e da pública. O senhor acha que convence quem com isso? Porque um Governo que não tem um plano econômico para gerar emprego e renda – essa miséria a gente já tinha em 2019; o IBGE já mostrava mais de 30 milhões na extrema pobreza – e que concentra renda e que desmonta a educação, a saúde, a assistência social, retirando os recursos, como a gente vê, nos orçamentos... Então, essa história de não seguir a ciência, a Organização Mundial da Saúde porque está preocupado com a desigualdade social nunca se teve... É um Governo que nem o aumento real do salário mínimo dá.

Outra coisa, quando o senhor falou sobre os abrigos dos idosos. O abrigo dos idosos é uma condição de vida de pessoas que têm outros cuidados. Não foi o Governo estadual ou o municipal que fechou. Agora, querer culpar os Governadores e os Municípios, os Prefeitos, por essa gestão desastrada do Presidente da República, que não é porque ele não sabe; essa condução dele é intencional. Por isso que a gente chegou a mais de meio milhão de óbitos, e vamos chegar a mais se não conseguirmos vacinar, porque todos nós sabemos que, até conseguirmos vacinar pelo menos 70% da população, o vírus vai continuar circulando.

Outra coisa. Osmar, com todo o respeito a V. Exa., o senhor usou aquele gráfico. A gente sabe, foi estudado que, no ano passado, aquela curva desceu porque, por incrível que pareça, naquela época, a gente conseguia, em algumas cidades, manter o distanciamento social, o uso de máscara, e só ir para o trabalho essencial uma grande parte da população. E, quando a população resolveu se aglomerar, com incentivo do Presidente da República, que até hoje aglomera e diz: "Vamos esquecer o passado". Como esquecer, Senador Randolfe, se quem errou no passado continua errando? E morrendo mais gente. E essa decisão de deixar a população morrer é política e é do Presidente da República, sim! Não adianta dizer. Estamos aqui todo dia discutindo medicamentos que, em abril do ano passado, a ciência já mostrava que não tinham eficácia terapêutica. E usando essa história de médico ou de autonomia médica – autonomia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médica permite que você prescreva aquele medicamento que a ciência já provou que é eficaz para aquela patologia –, insistindo em ivermectina e em cloroquina e esquecendo das vacinas.

Eu digo o seguinte: não tem como negar, não adianta dizer qualquer coisa. Esta CPI veio para mostrar o que a população ouvia falar e hoje ela está provando com documentos que realmente nós chegamos a esse número de brasileiros e brasileiras que morreram da Covid, sem falar nos que estão morrendo de fome, gente...

Então, dizer o seguinte, a pergunta para V. Exa. Osmar Terra: o senhor reconhece que essa sua vinda aqui hoje... Eu não considero um desserviço ao povo brasileiro, que fica sem entender e em quem acreditar. O senhor é um médico e fica aqui dizendo que insiste na ivermectina, na hidroxicloroquina e que acha que o Presidente tem o direito de fazer o que quiser. O senhor não disse aqui ao povo brasileiro – e a gente sabe o porquê dessa divisão – se o Ministério da Saúde tivesse feito uma campanha na grande mídia, mostrando o que era necessário –: "Brasileiros e brasileiras, enquanto não temos vacina para todos, mesmo eu sendo culpado, estou aqui pedindo desculpa ao povo brasileiro por não ter comprado, em tempo hábil, mesmo tendo os recursos".

Agora eu quero dizer a vocês que, até a gente conseguir vacinar os 70% do nosso povo, estou pedindo aqui que mantenham o distanciamento quem pode. O senhor falou aí: "Tem gente que precisa trabalhar." Realmente precisa nas atividades essenciais. E por que as pessoas estão indo trabalhar? Porque no mundo todo se deu, se ofereceu um auxílio emergencial decente – estão aí os Estados Unidos –, decente para as pessoas terem o direito de sobreviver, incentivar, estimular o financiamento das micro e pequenas empresas para manter os empregos.

Então, Osmar, agora é uma pergunta, fora a que eu disse. O que eu vejo aqui é muito preocupante. Eu estou aqui desde 9h da manhã ouvindo voltar a isto: distanciamento fulano fez, ciclano não fez. Oh, meu Deus, por favor, é claro que a mãe de família já fazia isso, mesmo sem ter deficiência. Sarampo deu em alguém, enquanto não tinha vacina, ficava no quarto trancado para não pegar nos irmãos. Esse vírus circulando... Não tem como esta CPI não provar quem são os culpados, as ações e omissões, e chegam ao Governo Federal, que não assumiu o controle – e não foi por causa dessa ADI, não –, porque, como eu e a Soraya lemos, os Estados e Municípios participaram.

Graças a Deus, os Estados brasileiros, quando viram que o Presidente da República não ia tomar nenhuma conduta, resolveram fazer algo porque eles estão, principalmente o Município, não é um número. Ele sabe o nome daquela mãe que está pedindo socorro para o filho dela.

Então, eu perguntaria: o senhor insiste que existe esse tratamento precoce e que a hidroxicloroquina tem eficiência para a Covid-19? E o senhor ainda insiste em dizer que distanciamento, não aglomerar, o uso de máscara não são essenciais para a gente ter o número de óbitos cada vez maior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque vocês podem maquiar o que quiserem, mas o número de óbitos de brasileiros e brasileiras, o número de órfãos que a gente já está aqui estudando como proteger esses órfãos... Tem culpados sim, tem culpados sim. E esta CPI está escancarando com papéis, com documentos, provando à população por que chegamos a isso.

Então, as perguntas são essas. Primeiro, o senhor me desculpe, foi meu colega Deputado. Eu também sou médica e digo o seguinte, acho que isso aqui foi um desserviço, porque o senhor insiste nessa história de dizer que o Presidente não tem culpa, que ele age por instinto, por instinto. Isso é muito grave, gente.

Não obedece a ciência, não obedece a Organização Mundial da Saúde, como está aqui provado, como a colega falou, e ainda insiste em medicamentos. Meu Deus, gostaria muito que tivesse medicamentos para isso, mas com certeza não tem e já se sabe desde abril do ano passado.

Mulheres na ciência e são 32 instituições. Todas já estudaram. Tudo bem que alguém errou no início porque todo mundo estudou essas drogas, mas agora que tem certeza, insiste em enganar o povo. Para mim o mais grave não são as hepatopatias, as sequelas, os problemas cardíacos dessas drogas, é a falsa ilusão que se dá ao povo brasileiro de que, tomando esses medicamentos, ou não tem a doença e, se tiver, não se agrava.

A única coisa que resolve tudo deste País se chama vacina; vacina para todos é que vai alavancar essa economia. País doente não resolve os seus problemas econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide. Deputado Osmar.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Querida Senadora Zenaide, minha colega de Câmara. Eu já estou naquela quilometragem. Eu fico feliz de ver meus colegas de Câmara estarem aqui no Senado.

Mas eu queria só fazer uma reflexão, Senadora Zenaide. A senhora coloca toda a responsabilidade no Presidente, que não pôde interferir nisso. Ele não pôde interferir nas decisões dos Governos estaduais. Então, os Governos estaduais, para mim, têm uma importância estratégica. Eles é que estão determinando como agir.

E a senhora acha que eles estão agindo certo, com a ciência, e que quem pensa diferente não usa a ciência. Eu quero dizer que é uma questão de opinião. Eu acho, eu tenho convicção de que as coisas que eu estou falando têm base na ciência.

Agora, eu concordo com a senhora que a vacina é a grande solução. Nós estamos trabalhando para que tenha vacina para todos o mais rápido possível. O Governo eu acho que está fazendo isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou acompanhando, embora eu não seja funcionário do Governo Federal. Eu sou Deputado Federal e estou exercendo meu mandato. Então eu acompanho.

Agora, eu quero... A vacina é muito mais importante do que qualquer remédio também, se ela for feita em tempo hábil e tal. Agora, se não há outra saída... E nós tivemos, Senadora Zenaide, até dezembro, até janeiro, mas até dezembro, dia 8 de dezembro, foi a primeira pessoa vacinada no mundo. Então essa epidemia começou, no Brasil começou em março. Março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, não havia vacina, não é? Então a estratégia de mitigação, de como prevenir o contágio é que tinha importância.

Os Governadores optaram por uma maneira. E eu acho que é uma maneira que em vez de reduzir o contágio, pode aumentar. E eu não defendo, em nenhum momento eu defendi a imunidade de rebanho como estratégia. Eu defendo a segurança, os protocolos de segurança individuais, o isolamento do grupo de risco, o isolamento dos infectados, a testagem maciça. Eu acho que isso é muito mais importante do que quarentena e *lockdown*, fechar escolas e tal, que nunca deveriam ter fechado, na minha opinião.

Agora, eu lhe pergunto o seguinte também, a senhora vai me desculpar de fazer uma pergunta, Senadora, a senhora está me perguntando, eu estou respondendo, mas os Governadores não tiveram importância nenhuma? Nada? Tudo que os Governadores falaram não tem importância nenhuma para a população?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, não disse... Espere aí. O senhor está distorcendo. Os Governadores têm importância. Pelo contrário, eu disse que, graças a Deus, havia os Governadores e os Prefeitos, que, quando viram que a coordenação nacional não havia, não existia, porque o fato de o Presidente não ter conhecimento da saúde não justifica... Ele é cercado de pessoas, como se está vendo essa história do gabinete paralelo.

E outra coisa que eu...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – O gabinete não existe, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Qualquer Ministro da Saúde que discordar sai. Um ministro, o senhor vai ver que não tem, a gente está aí com o colega Queiroga, que é médico, mas eu duvido de que ele vá conseguir fazer uma campanha publicitária, de massa, dizendo o que é necessário fazer. Então como defender o Governo que mesmo não comprou vacina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Zenaide, concluindo, por gentileza.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, o que eu queria dizer é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estamos, só para a senhora concluir.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O que eu queria dizer é que quando o Governo sabia, ou não quis comprar, não incentivou o Instituto Butantan, não quis comprar a vacina da Pfizer, pelo menos que fizesse o distanciamento social, porque a gente sabe que o que existe hoje é vacina, as medidas não farmacológicas e um atendimento bom em hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Após a Senadora Zenaide então, o nosso último inscrito é o Senador Fabiano Contarato, para nós concluirmos esta longuíssima oitiva do dia de hoje com o Deputado Osmar Terra.

Senador Fabiano Contarato, V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Senador.

Senhoras e senhores, a população brasileira está acompanhando os trabalhos desta CPI, de extrema importância, porque está jogando luz em cima de uma das principais violações ao principal bem jurídico, que é a vida humana.

E o que mais me impressiona e me assusta – e aí eu quero trazer essa reflexão ao convidado Osmar Terra – é que hoje um Parlamentar iniciou a inquirição com uma fala do Dr. Drauzio Varella. Ora, é importante ressaltar que esse vídeo apresentado é de janeiro de 2020 – isso já foi dito aqui –, ou seja, antes de a OMS ter decretado estado de pandemia, o que aconteceu em 11 de março de 2020, e antes de qualquer brasileiro ter morrido da doença. A primeira morte aconteceu em 12 de março de 2020. Então, houve uma grande distorção com a veiculação dessa fala absolutamente descontextualizada.

O Senador Randolfe, com bastante propriedade, apresentou um vídeo recente com a fala do Dr. Drauzio Varella pedindo desculpas pelo equívoco. Certamente, especialistas também cometeram erros ao longo da pandemia.

O que buscamos demonstrar aqui com esta CPI é a responsabilidade por insistir nos erros e formular políticas públicas com base nesses erros.

E aqui eu quero ressaltar que eu achei curioso o fato de o vídeo ter sido utilizado pra justificar os erros do Governo Federal. Vejam bem, colegas Senadores e população brasileira, o próprio Parlamentar da base governista admitiu os erros da gestão Bolsonaro; consequentemente, comprometeu o Sr. Osmar Terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cito aqui alguns destes erros: foi admitido o erro de o Presidente ter dito gripezinha – diga-se de passagem, foi posterior... O Presidente falou isso posteriormente à decretação do estado de pandemia e à morte de brasileiros; foi admitido também o desastroso plano governamental de imunidade de rebanho através da contaminação da população brasileira; foi admitido também que o Governo Bolsonaro não via a pandemia com o grau de seriedade necessário; foi admitido que o Governo Bolsonaro foi e ainda é contrário ao distanciamento social. Veja que são provas irrefutáveis. Contra fatos, não há argumentos, e isso não é uma fala de um Senador do partido A, B ou C.

O que se busca aqui é apurar os fatos, trazendo provas de natureza objetiva e subjetiva, e atribuir a responsabilidade penal, civil e administrativa. E o senhor está equivocado quando transfere isso para os Governadores, porque quem tem personalidade jurídica de direito público externo pra celebrar contrato pra aquisição de insumos e vacinas é o Estado brasileiro, através do Presidente da República e do Ministério da Saúde. E, na decisão do Supremo, o próprio Supremo desmentiu o Presidente da República e o Ministério da Saúde, quando vocês têm o argumento de que isso tirou a responsabilidade do Governo Federal. Muito pelo contrário, a competência é concorrente. O que o Supremo disse foi simplesmente que a competência é de União, Estados e Municípios.

Em uma expressão muito simples, eu creio que o tiro saiu pela culatra, quando utilizaram esse vídeo do Drauzio Varella querendo justificar todos os erros do Governo Bolsonaro, que é que tem essa digital nas 503 mil mortes – eu não tenho dúvida.

E, se o Estado brasileiro, através de sua instituição, como é o Ministério Público Federal, não tiver hombridade de deflagrar um crime de responsabilidade do Presidente, o Tribunal Penal Internacional assim o fará.

Eu queria aqui deixar claro que V. Sa. fez inúmeras previsões e nenhuma delas funcionou. Entre essas previsões, eu pontuo que o senhor disse que era impossível prever a progressão da doença, da Covid-19, mas o senhor se enganou, porque uma pesquisa da Universidade de Oxford, de maio de 2020, previu 478 milhões de mortes no Brasil, marca que já ultrapassamos. Mesmo com as informações limitadas disponíveis à época, foram capazes de acertar a previsão.

Então, eu fico aqui e quero questionar. O Brasil é o país com mais mortes por milhão entre os mais populosos do mundo. Eu cito aqui: Indonésia tem 270 milhões de habitantes, morreram 54 mil; Paquistão, 216 milhões, morreram 22 mil; Brasil, 211 milhões, morreram 503 mil; Nigéria, 201 milhões de habitantes, morreram dois mil; Bangladesh, 163 milhões de pessoas, morreram 13.548.

Osmar Terra, meu querido Deputado, a que V. Exa. atribui essa diferença? Países que eu citei aqui – Indonésia, Paquistão, Nigéria, Bangladesh – oscilam entre 163 milhões e 270 milhões da sua população, sendo que o Brasil aponta 503 mil brasileiros e brasileiras enlutados, famílias enlutadas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

estão chorando pelos seus pais, mães, tios. A que V. Exa. atribui essa diferença? Houve falha do Governo Federal na condução das políticas de combate à pandemia?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Senador, eu queria agradecer a sua pergunta e dizer o seguinte: Senador, eu não parto do princípio de que tudo que eu falo é correto como a ciência manda. Mas eu procuro fazer isto: buscar a ciência. Como eu também não admito que... Quer dizer, não admito... Eu não aceito quem acha que, trancando as pessoas em casa, fechando as lojas, fazendo *lockdown* e quarentena, está fazendo ciência. Não existe comprovação disso. Eu tenho dados, eu tenho 32 trabalhos publicados, que eu vou deixar à disposição da CPI, inclusive da Universidade Stanford, comparando um ano de pandemia, mostrando que não tem nenhum impacto fechar, trancar, porque o contágio acaba sendo maior na aglomeração dentro de casa. Este é o maior contágio que tem hoje no Brasil: por pessoas que saem pra trabalhar, que não podem deixar de trabalhar, porque são serviços essenciais, e que são mais da metade da força de trabalho do Brasil.

Então, os Estados se fecharam e acharam que com isso estavam... Com o "fique em casa", só estavam resolvendo o problema, não resolveram. Nessa cota das mortes, nós temos que analisar qual é a importância dos Governadores. Ou os Governadores não têm importância nenhuma? Sumiram os Governadores, é só o Presidente que comanda alguma coisa? Ou a estratégia que foi feita no Espírito Santo, que é um Estado muito comprometido, com número elevado de mortes... Acho que até pela vizinhança que tem com o Rio de Janeiro, que foi muito comprometido também. Mas o Espírito Santo é um Estado que está entre os que têm maior número de casos de morte no Brasil. Então, nessa diferença, por que um Estado tem menos, outro Estado tem mais? O Brasil é como se fosse um continente, cada Estado funciona como um país.

E hoje, com a decisão do Supremo, eles ficaram muito mais dependendo das decisões dos Governadores, em que o Presidente não pode interferir, do que qualquer outra coisa. Então, não dá para eliminar...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por gentileza, não...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Sim...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só para contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... à população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo Tribunal Federal declarou por nota – e eu leu vou ler para o senhor:

> A Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal esclarece que não é verdadeira a afirmação que circula em redes sociais de que a Corte proibiu o Governo Federal de agir no enfrentamento da pandemia do Covid-19.
> Na verdade, o Plenário decidiu, no início da pandemia, em 2020, que União, Estados, Distrito Federal e Municípios têm competência concorrente na área da saúde pública para realizar ações de mitigação dos impactos do novo coronavírus. Esse entendimento foi reafirmado pelos ministros do STF em diversas ocasiões.
> Ou seja, conforme as decisões, é responsabilidade de todos os entes da Federação adotarem medidas em benefício da população brasileira no que se refere à pandemia.

E aqui eu quero fazer um esclarecimento de que o Estado do Espírito Santo está sendo um exemplo no País no combate ao Covid-19. O Governador Casagrande tem feito o enfrentamento; ao contrário do Presidente da República, ele não é negacionista, acredita na ciência; se for necessário *lockdown*, faz; se for necessário distanciamento, faz; a utilização de máscaras, faz. Agora, este Governo não acredita em distanciamento social, não acredita em vacina, difunde a utilização de vermífugo, de hidroxicloroquina, de ivermectina, de azitromicina, é contra a vacina, nega a ciência! Espere aí! Nós estamos aqui...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não... O senhor, por gentileza... Eu estou inquirindo o senhor. O senhor tem que entender que o senhor está na qualidade aqui de prestar um depoimento, porque o senhor está falando do Espírito Santo, e o Espírito Santo está tendo um comprometimento com o principal bem jurídico que é a vida humana, o que não aconteceu com o Governo Federal, do qual V. Exa. fez parte. Então, quem de qualquer forma concorre para um crime deve responder. Eu não estou excluindo responsabilidade de Prefeitos e Governadores. Isso é uma premissa do art. 29 do Código Penal que diz que quem de qualquer forma concorre para o crime responde pelo mesmo crime na medida de sua culpabilidade, seja autor, coautor ou partícipe, seja por ação ou omissão, porque a responsabilidade de proteger o principal bem jurídico é do Estado brasileiro, porque a saúde pública é um direito de todos, mas é dever do Estado – isso está expresso no art. 6º da Constituição Federal e no art. 196. A omissão do Governo Federal é relevante – daí a responsabilidade criminal. Isso não sou eu que estou falando, Deputado, isso está no art. 13, §2º, alínea "a", do Código Penal, que diz que a omissão é penalmente relevante, quando o agente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado. E diz mais: o resultado de que depende a existência de um crime somente é imputável a quem lhe deu causa. E considera-se causa a ação ou a omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. O Governo Federal teve o comportamento positivo por ação devendo ser responsabilizado criminalmente por essas mortes e também o comportamento por inação, por omissão, quando ele não adquiriu os insumos, as vacinações, quando ele incentiva aglomeração, quando ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

difunde a imunidade de rebanho, quando ele nega a ciência e difunde a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica.

O senhor pode trazer quantos artigos o senhor quiser, mas eu pergunto: de todos que você tem aí... O senhor mesmo disse que tomou cloroquina e tomaria novamente, porque não há outra alternativa. No entanto, todas as sociedades médicas especializadas, assim como a OMS e a Opas, são contrárias à indicação da cloroquina e de todos os outros medicamentos do chamado kit Covid. A que o senhor atribui essa posição unânime das organizações médicas contra esses medicamentos? Está havendo uma conspiração contra os brasileiros? É uma conspiração do mundo? A ciência está contra o Brasil? É isso? Então, nós temos que dar à população brasileira ivermectina, azitromicina.

O que salvou o senhor não foi a cloroquina, foram os brilhantes médicos que o atenderam, coisa que a população pobre não tem, porque a população pobre morre no Sistema Único de Saúde. A população pobre está morrendo nos corredores dos hospitais públicos, porque o senhor não precisa de fazer uma tomografia, uma cintilografia, uma ressonância magnética, como a população pobre precisa. E sabe quando ela vai fazer isso? Daqui a um ano, dois anos, quando já não estiver mais aqui. Essa pandemia só veio agravar a situação dos pobres. E isso tem que ser dito. Agora, não me faça... Não cometa essa injustiça com a população brasileira.

Por favor, o senhor é um médico, respeite a ciência. Todo médico... Um médico pode ser um cientista, mas nem todo médico é um cientista. Ciência se faz dentro do laboratório, com pesquisa aprofundada com seus pares. O senhor não pode utilizar a população, o paciente no consultório como cobaia pra difundir uma medicação sem nenhuma comprovação científica. Por favor, tenha hombridade e respeite a ciência. O senhor não está respeitando a ciência quando difunde a utilização dessa medicação sem nenhuma comprovação científica.

O senhor tinha que estar defendendo, tinha que estar falando para o Presidente: "Por gentileza, use máscara. Não aglomere. Não participe de movimentos antidemocráticos. Respeite o principal bem jurídico, que é a vida humana". Mas esse principal bem jurídico está sendo violado, quer seja por ação, quer seja por omissão. E essa digital, mais cedo ou mais tarde, vai alcançar a responsabilidade do Presidente da República, e não só dele, dos ministros que por lá passaram, de qualquer Governador que fez mal-uso de verba pública, porque eu volto a falar: quem, de qualquer forma, concorre para o crime deve responder pelo mesmo crime.

Então, por favor, só um desabafo pra concluir: respeite a ciência, respeite a Medicina. O senhor é formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, salvo engano, no que pese a especialização do senhor não seja em infectologia ou epidemiologia, mas, então, respeite a ciência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluindo, Senador Fabiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, sem mais perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

Deputado Osmar Terra...

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Eu só quero dizer que eu respeito a ciência, que realmente o Supremo Tribunal não proibiu o Presidente de agir. E ele agiu. Ele repassou recursos como nunca se repassou para Estados e Municípios. Ele repassou recursos para as pessoas não morrerem de fome, uma quantidade gigantesca, mais do que toda história quase, a maior parte da história do Bolsa Família junto. O Presidente agiu. O problema é que o Presidente não pode interferir na decisão do Governador. Se o Governador achar que tem que fazer quarentena e *lockdown,* e ele não, o Governador vai fazer quarentena e *lockdown*. Por isso que eu falei que o Governador também... E eu não estou falando isso porque o Governador é mal-intencionado, nem o Presidente é mal-intencionado. Todo mundo quer salvar vidas, Senador Contarato. Todo mundo quer salvar vidas. Nós também queremos salvar vidas. Todo mundo está aqui pra ver se tem uma maneira melhor de salvar vidas e não de ficar acusando politicamente um, outro; tirando a responsabilidade de um, jogando para o outro. O que nós precisamos saber é o que funciona e o que não funciona. Aí, entra a tal da ciência.

E o Conselho Federal de Medicina, até onde eu sei, autorizou que os médicos decidam o que eles têm que fazer em relação à pandemia, se receitam ou não receitam. Então, é uma decisão do médico. E o médico trabalha muito com a ciência, sim, principalmente, nesse caso, com medicação *off-label*, porque não tem outra, não tem outra! Se tivesse outra, estava usando.

Aliás, o tamiflu é um exemplo disso. O tamiflu foi usado, exigido, e cobrado, e tinha que ser tamiflu de qualquer jeito e tal. Eu vivi isso, na coordenação, no enfrentamento ao H1N1. E, até hoje, o tamiflu não tem efeito, não tem estudos de nível "a", de padrão ouro, provando que ele tem algum efeito que reduz mortes na pandemia. Era o que tinha.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Deputado Osmar Terra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, rapidamente, querido...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rapidamente, para que possamos concluir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – ... Senador Randolfe, Presidente desta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, em tudo isso que a gente está observando aqui, nesses discursos que, muitas vezes, encaminham para narrativas, a gente precisa colocar um ponto final nisso, porque está ficando chato. Nós tivemos a oportunidade de ouvir cientistas aqui – de ouvir cientistas! –, na última sexta-feira, com publicações que mostraram resultados clínicos. E a gente excluiu o debate, mas ouvir a gente não quer ouvir. Então, a gente não pode dizer que a gente é o arauto da ciência, o dono da verdade.

Eu quero fazer uma sugestão, Presidente, sei que o senhor vai apenas encaminhar para o Presidente amanhã – mas para a gente tentar colocar um ponto final nisso; eu sei que é difícil, porque existe uma contaminação ideológica nisso tudo, virou um fla-flu, como eu disse aqui – o Requerimento do Senador Humberto Costa, nº 215; o Requerimento do Senador Marcos Rogério, 715; o Requerimento do Senador Marcos do Val, 728; e o meu também – olha só, a mesma pessoa! –, Requerimento 99, que é para a gente chamar justamente o Presidente do Conselho Federal de Medicina, como convite, para que ele possa vir aqui dialogar conosco sobre esse tema que tem dividido. Eu vou reafirmar aqui, por todos os debates de que eu participei – eu participei, durante a CPI e antes da CPI, realizei um debate com cientistas e médicos renomados pró-tratamento precoce contra cientistas e médicos renomados a favor do tratamento precoce –, então, eu queria sugerir para o senhor que fizesse esse encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pró?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... pró e contra, pró e contra, porque a ciência caminha, mas os cientistas estão divididos. Você tem 14 mil médicos que a gente não tem como esconder, não tem como fazer de conta que eles não existem.

Então, eu acho que a gente poderia ouvir o Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Mauro Ribeiro, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, para que a gente possa definitivamente buscar a verdade, de alguma forma, aqui nesta CPI, e não ter uma sentença do que é verdade, do que não é. Isso não é papel nosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

A pauta de amanhã, Senador, já foi publicada, mas vamos encaminhar os requerimentos e a requisição de V. Exa. para a Presidência, para, no momento mais oportuno, melhor dizendo, para ulterior deliberação desta Presidência.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 23ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, eu quero inicialmente agradecer ao Deputado Osmar Terra a sua disposição, boa vontade... S. Exa. veio a esta Comissão na condição de convidado. Nós tivemos um exaustivo e longo depoimento aqui, foram mais de dez horas, quase dez horas de depoimento. Então, quero agradecer sua disposição para contribuir e colaborar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, dia 23 de junho, às 9h30min para deliberarmos sobre requerimentos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 41 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e três de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Zenaide Maia e Jorge Kajuru. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 151 de 2021** que: "Convocação Tenente-coronel ALEX LIAL MARINHO" **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 907 de 2021** que: "Requer a convocação de representante da empresa Facebook Serviços Online do Brasil LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 908 de 2021** que: "Requer a convocação de representante da empresa Google Brasil Internet LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 910 de 2021** que: "Requer a convocação do Diretor/Presidente da empresa de transporte carioca Viação Redentor." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 911 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor MARCELO OLIVEIRA DE SOUZA, médico da empresa de transporte carioca Viação Redentor" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 925 de 2021** que: "Convocação de representante da empresa Twitter Brasil Rede de Informação Ltda." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 926 de 2021** que: "Convoca Thais Amaral Moura, Assessora Especial da Secretaria de Assuntos Parlamentares da Presidência da República." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 927 de 2021** que: "Convoca Carolina Palhares Lima, Diretora da Diretoria de Integridade (DINTEG) do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 862 de 2021** que: "Pedido de auditoria ao Tribunal de Contas da União - "motociata"" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 866 de 2021** que: "Requer diligência, para que na condição de testemunha sujeita ao compromisso de dizer a verdade, preste depoimento em sessão reservada o Sr. Wilson Witzel, Ex-Governador do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 877 de 2021** que: "Diligência externa para ouvir secretamente Wilson Witzel - mesmo pedido do Req. 866." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 867 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Instituto Unir Saúde" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 870 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Associação Filantrópica Nova Esperança (OS)" **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 871 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Associação Mahatma Gandhi (OS)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 872 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Instituto dos Lagos Rio (OS)" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 873 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do IABAS.Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde - IABAS" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 900 de 2021** que: "Requer a Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático - Instituto Diva Alves do Brasil – IDAB" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 905 de 2021** que: "Requerimento de transferência de sigilo Transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Alex Lial Marinho." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 913 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Evian Administracao de Imoveis Proprios Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 914 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Vcm Participacoes Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 915 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Ccvl Participacoes Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 916 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Central Brasileira Participacoes Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 917 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Orion Consultoria Empreendimentos e Participacoes Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 918 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Smartkids Brasil-Livros e Consultoria Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 919 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Aloha International Comercio de Cosmeticos Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 920 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Aloha International Comercio de Cosmeticos Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 921 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Aloha International Comercio de Cosmeticos Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 922 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Cwmv Sistema de Escolas Ltda" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 923 de 2021** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Vip Xviii - Empreendimentos e Participacoes Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 934 de 2021** que: "Transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Thais Amaral Moura." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 850 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, no prazo de dez dias, pelo Senhor Ministro da Defesa,todas as informações sobre registros de voos realizados por Nise Yamaguchi, Greici Yamaguchi e Charles Takahito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), no período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 até o presente, com indicação das datas e trechos, bem como de quem eram as pessoas que participaram das respectivas viagens." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 879 de 2021** que: "Requer que o Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os seguintes documentos: 1. Processo de licitação nº 25000.175250/2020-85 2. Processo de execução nº 25000.043170/2021-41" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 880 de 2021** que: "Requer informações à Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 881 de 2021** que: "Requer informações à Secretaria de Saúde do estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 882 de 2021** que: "Requer o compartilhamento e acesso integral e em tempo real, das peças e eventuais audiências, interrogatório e demais oitivas relativos a Alexandre Figueiredo Marques." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 883 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre a situação da cobertura vacinal no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 884 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 885 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Secretaria de Governo da Presidência da República, Flávia Arruda, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 886 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 887 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 888 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Cidadania, João Roma, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 889 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre a condução do governo federal na pandemia em relação à população quilombola no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 890 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre registros e informações gerais sobre saúde indígena em relação à Covid 19 e malária, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 891 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre ofertas de vacinas contra Covid-19 ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 892 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhadas, pelas empresas produtoras e fornecedoras de oxigênio hospitalar e representantes do setor, listados a seguir, cópias de todos os documentos e comunicações com o Ministério da Saúde, encaminhados ou recebidos, desde março de 2020 até a presente data, em aditamento ao Requerimento 9/2021 desta CPI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 893 de 2021** que: "Requer que seja encaminhada pela empresa TWITTER BRASIL REDE DE INFORMACAO LTDA informações sobre as contas de usuários excluídas a partir do dia 14 de junho de 2021, conforme reportagem da rede CNN." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 894 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações Hospital Federal da Lagoa (HFL)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 895 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Hospital Federal de Ipanema (HFI)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 896 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Hospital Federal Cardoso Fontes (HFCF)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 897 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Diretor do Hospital Federal de Bonsucesso (HFB)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 898 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações Hospital Federal do Andaraí" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 899 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 901 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 902 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Instituto Nacional do Câncer – INCA" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 903 de 2021** que: "Requisição de Documentos e Informações do Instituto Nacional de Cardiologia – INC" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 924 de 2021** que: "Requisita ao Ministério da Defesa cópia integral da Mensagem Operacional nº 106/CCLM/EMCFA/MD, de 27/3/2020, e de outros documentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 928 de 2021** que: "Requer da Anvisa informações sobre a produção, exportação e importação da vacina SPUTNIK V, especialmente no que se refere às razões que impedem a utilização interna de uma vacina produzida e exportada pelo Brasil." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 935 de 2021** que: "Convida LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA e o Deputado Federal LUIS CLAUDIO FERNANDES MIRANDA para prestarem depoimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 59 - REQUERIMENTO Nº 937 de 2021** que: "Requer sejam solicitadas ao Ministério da Cidadania informações acerca da distribuição do auxílio emergencial e das medidas adotadas para monitoramento e estratégias para redução da possibilidade de fraudes." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 60 - REQUERIMENTO Nº 984 de 2021 que: "Requer seja convocado o Sr. Rodrigo de Lima, funcionário terceirizado lotado no Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **ITEM EXTRAPAUTA 61 - REQUERIMENTO Nº 982 de 2021** que: "Requer seja convocado o Sr. Thiago Fernandes da Costa, servidor do Ministério da Saúde e um dos gestores que atuou no contrato celebrado entre a União e a Bharat Biotech Limited International, representada pela empresa brasileira PRECISA MEDICAMENTOS, para fornecimento de 20 milhões de doses da vacina Covaxim, para prestar depoimento como testemunha perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 979 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Roberto Ferreira Dias, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 976 de 2021** que: "Requer seja convocado o Sr. Ricardo Barros, deputado federal e líder do Governo na Câmara dos Deputados, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 965 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. Roberto Ferreira Dias, Diretor do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 964 de 2021** que: "Requer a convocação da Sra. Regina Célia Silva Oliveira." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 945 de 2021** que: "Requer a convocação do Sr. MARCELO BENTO PIRES, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 943 de 2021** que: "Requer que seja convocado o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 938 de 2021** que: "Convoca Antônio José Barreto de Araújo Júnior, ex-secretário-executivo do Ministério da Cidadania." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 909 de 2021** que: "Convoca Roberto Luiz D'Avila, Presidente do Conselho Federal de Medicina." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) **–** Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, bem como outras ações ou omissões cometidas por administrações públicas federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Eu vou passar a palavra ao Relator, o Senador Renan Calheiros, para que a gente aprecie os requerimentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Omar Aziz, Sr. Vice-Presidente Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, há requerimentos pautados de convocação, de diligência, de transferência de sigilo, de informações e de convite.

Para maior celeridade dos trabalhos, como sempre fizemos, sugiro a V. Exa., Presidente, que votemos todos os requerimentos pautados em globo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quais requerimentos, Sr. Presidente? De sigilo, convocações, tudo junto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

Eu vou colocar o encaminhamento do Senador Renan Calheiros em votação.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu peço, Sr. Presidente... Eu não tenho nenhuma dificuldade, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o senhor tiver algum destaque, a gente destaca, Senador.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito, é isso que eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Em votação o requerimento do Senador Renan Calheiros pra gente votar tudo em globo.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Qual é o destaque, Senador Ciro Nogueira?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É o destaque do 934, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é, Senador, por favor?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Diz respeito à quebra do sigilo fiscal, telefônico, bancário e telemático de Thais Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é Thais Amaral? (*Pausa.*)

Ah, é a Secretária do...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu quero fazer uma ponderação, Sr. Presidente, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou retirar de pauta, Senador, esse... Eu peço pra retirar de pauta e a gente pode aprovar na... Vamos aprovar os outros.

Se só é esse o destaque, Senador, eu peço...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Minha ponderação... É só explicar ao senhor o porquê, Sr. Presidente. É porque está a convocação dela...

Se o Relator, logo depois do depoimento dela, achar que isso é pertinente, que existe essa necessidade, nós votaríamos essa situação.

Essa é a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero entender que existe um requerimento de convocação e tem um de quebra de sigilo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Acho que é pertinente a proposta do Senador Ciro Nogueira: depois de ouvi-la, se for necessário ou tiver algum sinal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Sem problema.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... alguma suspeita, aí se quebra o sigilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Então, em votação, os outros...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Isto deveria se aplicar a qualquer outro depoente: para não quebrar antes do depoimento. Então, é só verificar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os indícios de outros depoentes, aí é pontual, está certo? Eu não vejo necessidade, neste momento, de fazer isso com a senhora... Eu não conheço a Sra. Thaís, Até porque eu entendo que ela financeiramente não tenha... Ela não é ordenadora de despesa, ela não participa de licitação, ela não participa de absolutamente nada. Então, é uma outra coisa, Senador Fernando Bezerra. Por isso é que eu concordei com o Senador Ciro Nogueira.

Agora, os demais são empresas, é outra coisa. E a gente... Hoje mesmo de manhã tive uma reunião com a Secretaria.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu me refiro a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero deixar muito claro aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só me refiro a servidores públicos. Eu estou falando aqui: esse procedimento que se está...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Claro, servidor público que for ordenador de despesa é uma coisa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que trata de licitação, de outra coisa.

No caso dela específico, ela não tem esse tipo de trabalho na função dela, não é, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem. Então é pertinente o pedido do Senador Ciro Nogueira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Que eu estou apoiando – que eu estou apoiando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou falando é que a outros talvez se aplique.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora deixe eu colocar aqui.

Senador Fernando Bezerra e Senador Ciro Nogueira, só um minutinho. E aos Senadores que estão aqui, a todos nós: a responsabilidade sobre a quebra de sigilo fiscal e bancário.

Nós não estamos aqui para quebrar empresa, prejudicar trabalho. Muitas empresas trabalham para o Governo e trabalham também para a iniciativa privada, e não é o papel da CPI investigar ações dentro do Governo. Fora do Governo, não cabe à CPI estar expondo as empresas. Por isso é que eu hoje de manhã recomendei todo o cuidado com sigilo fiscal e bancário de todos que estão chegando para a gente. Inclusive, deu um problema no Prodasen, mandei, encaminhei um ofício, porque, de todas as informações que chegaram, Senador Renan Calheiros – o que é importante, porque V. Exa. é o Relator –, somente 20% dessas informações é que nós conseguimos colocar para que os Senadores tivessem acesso. As outras nós não conseguimos junto ao Prodasen. Por isso é que eu pedi hoje agilização e recomendei o máximo para que a gente não possa prejudicar ninguém. Nós estamos investigando, nós não temos ainda nenhuma prova de que a pessoa cometeu um ato falho na sua contabilidade. Então, é muito, muito, muito importante que todos nós tenhamos todo o cuidado – as pessoas estão manejando, estão olhando –, para que a gente não possa prejudicar ninguém, porque não é o papel nosso. Nosso papel é tentar buscar a verdade: não tentar buscar prejudicar A ou B.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Depois da votação em bloco aí que o senhor está comandando, eu queria um "pela ordem", por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui algumas ponderações.

O item 9, por exemplo, é um pedido de auditoria ao Tribunal de Contas da União relativo à motociata. Assunto: diligência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não compreendi o que significa. É um requerimento de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor quer fazer um destaque? A gente vota em separado.

Deixe-me voltar logo em bloco...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu quero fazer um destaque desse, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bom. Vamos fazer o destaque.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E tem outros itens...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador... Aí não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque tem aqui... Por exemplo, os itens 10 e 11... Requer diligência para que, na condição de testemunha sujeita ao compromisso de dizer a verdade, preste depoimento em sessão reservada, ou seja, sessão secreta, o Sr. Wilson Witzel, ex-Governador do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a razão para...?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele pediu!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para fazer...?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pediu!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Não, eu sei, mas a diligência quer dizer que ainda vamos ao Rio de Janeiro?!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, vejam bem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas diligência é isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, vejam bem. Nós podemos fazer diligência e, de comum acordo com os advogados dele e a Secretaria, marcar hora e local. E qualquer Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vejam bem. Aí não é... Isso é o comum acordo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, qualquer Senador do Senado Federal – qualquer um, independentemente se fizer parte da Comissão ou não – pode participar da reunião secreta. Qualquer um, não é só membro da CPI! O Regimento é muito claro em relação à reunião secreta de CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, a ponderação que eu faço é que a diligência é aceitável e justificável quando você tem um depoimento de alguém que está na condição de preso. Nas CPIs anteriores, por exemplo, nós tivemos diligência de CPI no Paraná em razão de investigados que estavam presos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A diligência é a diligência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse caso, não. Ele não está preso, ele pode vir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. A diligência em relação ao ex-Governador Witzel é porque ele se sente ameaçado diuturnamente. E a própria CPI se colocou à disposição, porque ele recebeu muitas ameaças.

E V. Exa., Senador Marcos Rogério... Eu também recebo, só que eu não fico falando nada sobre isso. Isso é um papel... Eu estou aqui e não tenho que estar choramingando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, isso é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nenhum de nós tem o direito de ficar choramingando, porque foi agredido pela internet ou não sei o quê.

Então, o que eu quero dizer para V. Exa. é que, se V. Exa. quiser que votemos em separado, votaremos em separado a diligência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu gostaria, porque não tem sentido essa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k.

Em relação aos dois requerimentos separados, iremos votar em separado.

Em relação aos outros requerimentos, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permite, é só mais um requerimento de pedido de informações do Senador Alessandro Vieira.

É pedido de informações, e já temos, inclusive, prática nesse sentido na CPI. S. Exa. o Senador Alessandro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Votaremos em separado também, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, mas é só pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., não, mas isso é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só me permita declinar qual é o conteúdo para que os colegas saibam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O requerimento do Senador Alessandro é ao Ministério da Cidadania solicitando dados acerca da distribuição do auxílio emergencial bem como das medidas adotadas para monitoramento e estratégias para redução da possibilidade de fraudes. É o Requerimento 937. Como eu disse, é somente pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador Alessandro Vieira.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Em votação os destaques.

Senador Renan Calheiros, os destaques dos itens 9, 10 e 11, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Item 9.

Requerimento 862/2021, do Senador Humberto Costa.

Pedido de auditoria ao Tribunal de Contas da União – motociata.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – O motivo desse meu pedido é que, aproximadamente duas semanas atrás, o Senhor Presidente da República mobilizou toda a estrutura da Presidência da República, assessores, seguranças, pagamento de diárias, quatro aviões e um helicóptero que ficaram sobrevoando essa motociata que foi feita – a justificativa que foi apresentada pelo Presidente foi entregar uma boina a um aluno do Colégio Militar de São Paulo –, aluguel de motocicletas, infringência à lei do trânsito do nosso País e tantas e tantas coisas. Eu, então, resolvi solicitar ao Tribunal de Contas da União que faça uma auditoria nos gastos dessa viagem dele a São Paulo e da realização dessa motociata, porque eu entendo que diz respeito a um ato de conteúdo político-eleitoral e não, a uma atribuição específica do cargo do Presidente da República. Então, o objetivo de pedir a auditoria é esse.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria contra-argumentar com o meu nobre e querido Humberto: o que tem a ver isso com a pandemia do Covid? O que tem a ver os gastos da Presidência? Aqui eu não quero entrar no mérito, mas diversos Presidentes da República já passaram pelo nosso País e se fizeram as suas manifestações, as suas viagens. Nós estamos num momento de pandemia, é lógico, mas em toda a fala do meu querido amigo Humberto não se trata de nada de pandemia. Não tem nada a ver. O senhor está falando de gastos do deslocamento do Presidente, da segurança. Isso não tem nada a ver, Senador Humberto Costa.

Então, eu tenho de me manifestar, por esse argumento que o senhor apresentou aqui hoje, contrário a essa proposta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não tem? Eu entendo que tem tudo a ver, porque, na verdade, foi um evento realizado contra as determinações do próprio Governo de São Paulo em relação à pandemia, promovendo aglomeração. E, como tal, se enquadra numa situação em que houve total desrespeito às normas que estão previstas para o enfrentamento à pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui uma contra-argumentação no seguinte sentido. Primeiro, o Senador Ciro Nogueira sustentou exatamente o ponto: pertinência temática. CPI investiga fato determinado, e o fato determinado aqui é apurar ações e omissões do Governo Federal, dos Governos estaduais, dos Governos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipais relativos à pandemia. Essa motociata não tem nada a ver com o objeto desta CPI, mas caso fosse, num exercício extremamente elástico à interpretação do Senador Humberto Costa e pelo último argumento que ele apresentou, nós teríamos de fazer um adendo a esse requerimento para que se investigassem também os partidos de esquerda e os movimentos de associações que mobilizaram o movimento vermelho; foram para as ruas recentemente em algumas vezes, em algumas ocasiões. Inclusive no Estado de São Paulo, onde ele disse que a regra é que não pode, lá teve; em Brasília, onde a regra diz que não pode, teve; ou seja, quando é de esquerda, é democrático, é movimento popular, mas se é do Presidente não pode.

Então, respeitosamente, eu não quero entrar no mérito aqui em relação ao que foi feito, como foi feito e tal. Você... Existem instrumentos próprios... E esse requerimento do Senador Humberto, se ele quiser apresentar no Plenário do Senado Federal para que o Senado Federal expeça esse expediente ao Tribunal de Contas, é uma outra situação. Agora, querer trazer esse tema para o âmbito da CPI, para deliberar aqui, Presidente, me parece algo absolutamente desarrazoado, fora de contexto, cujos argumentos de fundo não se sustentam, porque se esses argumentos são válidos, então faça-se um aditamento para investigar, porque os partidos políticos do PT ao DEM... Os partidos políticos hoje dispõem de recursos públicos. Você não tem recurso privado nos partidos políticos. Não há captação privada. Ou é doação pessoal ou é dinheiro público. E foram feitos vários eventos Brasil afora dos movimentos de esquerda.

Então, respeitosamente, cobram do Presidente aquilo que a esquerda está fazendo o tempo todo, só que lá eles dizem: "Não, aqui é movimento popular, aqui é movimento democrático". Se é vermelho, é democrático, mas se é verde e amarelo, aí, não, aí é outra coisa. Então, eu respeito absolutamente as posições de cada Senador aqui, mas não acho que seja o caso de a gente trazer pra CPI esse tipo de expediente, porque foge ao escopo de atuação da CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello, com a palavra.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Presidente Omar Aziz, eu quero, de forma muito respeitosa também, na esteira do que argumentou o Senador Ciro e o Senador Marcos Rogério... Não tem nada a ver, não tem nada a ver esse pedido de informação. Se quiser saber do gasto, o Senado Federal pode fazer isso. A CPI não pode ficar com esses adminículos, senão nós não vamos... Aí vai ser a CPI de tudo. Nós temos fato determinado e é isso que nós temos que seguir. Então, não é razoável aprovar um requerimento pra saber duma motociata. Então, eu quero ponderar com as Sras. e Srs. Senadores que esse requerimento não pode ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, o Senador Luis Carlos Heinze, e eu botarei em votação, por favor.

O Senador Luiz Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Gaúcho, tchê.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Lá de Cacequi, tchê. A terra da creolina.

Sr. Presidente, acho que amanhã ou sexta-feira, nós teremos o Dr. Pedro Hallal e a Dra. Jurema Werneck. Nós temos que fazer o contraponto. Estão falando contra o tratamento precoce e nós já temos aprovado, acho que o Dr. Paulo Porto... Eu também tenho um requerimento que não consta nessa relação aqui, da Dra. Roberta Lacerda e do Dr. Antônio Jordão. Então, a ideia... Para haver um equilíbrio das forças, eu gostaria que esse requerimento entrasse, Sr. Presidente, porque não está junto, e nós faremos, então, pra semana que vem. Esta semana, ouvimos alguém falando contra o tratamento e, na semana que vem, que nós possamos ter essas pessoas. Por isso que eu estou colocando... Eu já tenho um requerimento, que já entrou na semana passada, e não consta na relação dos requerimentos que nós estamos deliberando hoje, pra convidar a Dra. Roberta Lacerda e o Dr. Antônio Jordão. Já tem outros nomes aprovados ali, mas é o pedido que eu lhe faço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só pra explicar, Sr. Presidente, não sei se o senhor ouviu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Até agora, pelo menos nesse aspecto, está havendo um equilíbrio aqui na CPI, embora tenha sido excluído o debate com relação a tratamento precoce, no mesmo recinto, de dois cientistas, um contra e outro a favor.

Mas o senhor, eu tenho que reconhecer, fez duas audiências públicas: uma com quem é contra o tratamento precoce e outra com quem é a favor. O que acontece é o seguinte: amanhã desequilibra novamente, amanhã nós teremos o depoimento aqui do Sr. Pedro Hallal, e eu gostaria de solicitar apoio ao Senador Luis Carlos Heinze para que, em outro momento, o senhor coloque um também a favor para que possa equilibrar e continuar equilibrado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós votaremos esse requerimento na sexta-feira ou na quinta-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma ponderação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não foi votado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os dois de amanhã... A audiência de amanhã não vai tratar de tratamento precoce, não é esse o tema. O debate de amanhã é a posição de dois cientistas sobre a condução em relação à pandemia, não se falar sobre tratamento precoce, o tema não é hidroxicloroquina, não tem nada disso. Não é esse o debate de amanhã, só para deixar claro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas nós temos que ter o contraponto, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O.k., não tem problema o contraponto, mas o contraponto tem que ser com cientistas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – São cientistas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ...que divirjam quanto ao tratamento que eles vão dar amanhã em relação ao enfrentamento da pandemia. Reitero: os dois expositores de amanhã não vão falar sobre tratamento precoce, não é esse o tema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse requerimento do Senador Luis Carlos não está pautado, então nós não temos que discuti-lo agora. Na hora em que a gente pautar a gente discute.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.? Não vai ser discutido hoje, então para que a gente está discutindo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pauto na próxima reunião em que tiver votação.

Em votação o pedido de destaque do Senador Marcos Rogério em relação ao pedido de informação do TCU. É isso, Senador Renan Calheiros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os que aprovam o requerimento do Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já é o mérito?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora é o mérito.

Os que aprovam o requerimento do Senador Humberto Costa permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Dois, quatro...O do Senador Heinze...

O Senador Jader Barbalho está presente e ele é o suplente do Senador Eduardo Braga.

Então está aprovado, porque tem dois votos, do Senador Tasso e do Senador Jader...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Vamos fazer de forma nominal, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, vamos lá.

Senador Eduardo Braga. No lugar dele, o Senador Jader Barbalho.

Aprova?

Sim.

Senador Renan Calheiros?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aqui, no vídeo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coloca o vídeo aí por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou te enganar, não é, Senador Marcos Rogério? (*Risos.*)

Por favor!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quero ouvir a voz do Jader. Estou com saudade dele!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Omar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto, está aí o Jader na tela, para todo mundo ver.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador Jader Barbalho, olhem aí.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas ninguém ouve a voz do Jader nunca não, é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pergunte para ele, Senador! (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Quem vota "sim" vota com o requerimento do Senador Humberto Costa; quem vota "não" vota com o destaque.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, eu confio na sua palavra, não é isso, mas deixe o Senador Jader falar ali.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O problema de áudio está lá.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Toda vez esse problema de áudio?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Toda vez esse problema de áudio.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu não acredito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agora você vai consertar lá...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Peça para ele fazer um aceno de positivo.

Pronto, está ali!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jader, vota "sim"?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Pronto, agora eu vi!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora está o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Toda vez essa questão aí... Com mímica não dá, tem que consertar esse problema!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Sim", voto "sim", Presidente, no requerimento do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente. Eu estou sem áudio também; não vão questionar o meu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um, dois, três, quatro, cinco, seis votos "sim"; quatro votos "não".

Está aprovado o requerimento.

Outro destaque, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O número do destaque é... (*Falha no áudio.*)

877, de 2021, do Senador Alessandro Vieira e do Senador Randolfe Rodrigues. (*Fora do microfone.*)

Requer diligência para que, na condição de testemunha sujeita ao compromisso de dizer a verdade, preste depoimento em sessão reservada, como pedido aqui publicamente, o Sr. Wilson Witzel, ex-Governador do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Pela ordem, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero encaminhar contra esse requerimento em razão do seu caráter absolutamente inusitado, desnecessário, desrespeitoso e, assim, fora de qualquer parâmetro de normalidade.

O Senado Federal tem estrutura própria, segurança absolutamente garantida para qualquer depoente. Nada justifica mobilizar Senadores para sair daqui para ir ao Rio de Janeiro, ao argumento de que o depoente não se sente seguro dentro do Senado Federal. Se ele não se sente seguro dentro do Senado Federal, eu duvido que ele consiga, em algum outro ambiente, ter maior segurança. Não sei se, no Rio de Janeiro, onde ele foi caçado pelos crimes que cometeu, pelo conjunto de atos praticados, ele se sentiria mais seguro.

A diligência sequer determina aqui, no seu mapa, na sua... Pelo menos no item que está aqui, essa diligência, esse depoimento vai ser tomado na sede da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro? Na sede do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro? Porque, senão, aí quem não tem segurança são os Senadores. Tem que determinar o local.

No caso da CPI do mensalão, do petrolão, tivemos diligências. No caso da última, no Paraná, foi em local próprio, específico.

Então, eu queria fazer um apelo a V. Exa. para que a gente não se submeta a esse procedimento. Não há justificativa plausível para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Retirar de pauta e votar num outro dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há justificativa plausível para isso. O que justifica o Senado Federal sair da sua sede, mobilizar aqui os Senadores membros e não membros e ir ao Rio de Janeiro para tomar o depoimento do ex-Governador caçado, de maneira secreta?

Tem um local definido, Presidente, já pra tomada desse depoimento?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nem consta, Senador Marcos, no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. V. Exa. já está dizendo o local. Até agora, não foi definido, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, é isso que eu estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Vai ser uma diligência que nós, de comum acordo, vamos ver onde que nós vamos ouvi-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas vai ser num local público, com ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Público, não. Um local secreto, uma sala em que só estarão os Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, público que eu digo é o seguinte: na Assembleia Legislativa, uma sala de debates reservada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso que eu estou perguntando. É isso que eu estou perguntando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao autor do requerimento, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Para contraditar, com bastante brevidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPI recebeu uma declaração muito objetiva de que existiriam fatos gravíssimos que só seriam possíveis de revelação em uma diligência, em uma situação reservada. Não dar seguimento a isso significa tentar evitar a apuração de fatos potencialmente graves.

Então, eu peço que V. Exa. coloque em votação, de forma muito objetiva.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente... Senador Alessandro...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Os detalhes operacionais ficam a cargo da Presidência.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, só para esclarecer, ninguém está sendo contra a tomada de depoimento. Agora, a ponderação do Senador Marcos Rogério é muito pertinente: que o local escolhido, Sr. Presidente, seja um local que possa também qualquer Senador ter segurança para ir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador Ciro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Confio na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro... Senador Ciro, vem um depoente aqui – e eu não vou entrar no mérito do que aconteceu com ele – e diz, aqui na CPI, para todos ouvirem, que ele tem informações que queria dar secretamente à CPI. Se a gente se furtar a ouvi-lo, a gente vai estar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu sei.

Agora, estão colocando a carroça na frente dos bois. Já estão dizendo onde vai ser e por que vai ser... Isso vai ser decidido posteriormente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tenho nem data ainda para ouvi-lo. Eu só quero... Primeiro, vamos votar o requerimento. Na hora de escolher o local, aí, a gente entra nesse debate, correto? É um debate, agora, inócuo, porque não foi decidido nada ainda, Senador Marcos Rogério.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou já ouvir o Senador.

Só quero explicar que não foi decidido nada. No requerimento está dizendo que nós vamos fazer uma diligência para ouvi-lo. Pode ser aqui no Senado, pode ser na Presidência do Senado, pode ser dentro da Polícia Federal do Rio de Janeiro ou dentro da Polícia Federal de Brasília. Ainda nós vamos decidir. Então, não adianta a gente estar discutindo isso agora. Agora nós vamos aprovar a diligência de ouvi-lo secretamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto. Depois, o Senador Jorginho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – O Governador Wilson Witzel, quando esteve aqui, declarou, de público, isso e, em reservado, falou das ameaças de morte que tem sofrido permanentemente, que tem dificuldades, inclusive, de se locomover no Estado do Rio de Janeiro. Avião de carreira para ele é um problema seriíssimo para ele pegar. O senhor sabe que os adversários dele usam muito as redes sociais de forma muito agressiva. Inclusive, é ameaçado pelas milícias do Estado do Rio de Janeiro, querendo buscar, inclusive, sair do País, com medo de perder a sua vida, porque, realmente, não houve, em nenhum Estado do Brasil, tantos desvios de recursos como no Estado do Rio de Janeiro, e comprovados, inclusive, até com o próprio Governador atual. Há vídeos mostrando que houve repasse de valores para a mão do atual Governador que está no poder em lugar do Governador Wilson Witzel. Portanto, ouvi-lo de forma sigilosa é fundamental.

Como V. Exa. falou, essa questão de saber onde, pode se tomar a decisão ouvindo, inclusive, todos os Senadores e, diante disso, fazer uma coisa de que possam participar também os Senadores todos, tanto aqueles que se dizem oposicionistas, independentes ou governistas. Que possam participar, até porque é prerrogativa de qualquer Senador participar, sendo membro ou não desta Comissão. Mas eu acho que isso deve ser feito, ele deve ser ouvido, para que ele possa esclarecer os fatos que aqui ele anunciou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E também, veja bem, a diligência é pra alguém que pediu pra ser ouvido. Então, nós temos que entender que tem que haver uma conversa entre a Secretaria da nossa Mesa aqui e os advogados do depoente, pra que a gente chegue a um acordo, pra que tudo... E eu espero que a maior quantidade de Senadores possa participar. Isso aí eu não tenho por que negar.

Senador Jorginho, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu entendo o seguinte, de forma muito clara: condenado não tem que estar impondo lugar pra ser ouvido. Ele não tem moral nenhuma pra fazer nós corrermos atrás dele lá no Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Janeiro. Eu concordo com o requerimento, mas ele tem que vir aqui ao Senado da República. Nós não podemos gastar mais dinheiro público com quem fez patifaria. Se ele tem dificuldade em andar na rua, no avião de carreira, é porque ele botou a mão no baleiro, e picareta tem que ser utilizado pelo povo brasileiro. Então, não tem que ir atrás dele lá no Rio de Janeiro, não. Ele tem que vir depor nesta CPI, ele não pode ter privilégio nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu tenho só uma dúvida: nesta audiência reservada, sigilosa, se fatos que forem relatados não tiverem a ver com o escopo da CPI, qual é o encaminhamento? Nós vamos investigar e apurar fatos fora do escopo da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É tudo sobre CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É sobre... Olha, ele deu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu estou falando, Senador Renan, porque todos sabem que tem uma disputa política entre o ex-Governador e o grupo político do Presidente. Eu pergunto: se os fatos forem estranhos ao escopo da CPI, qual é o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Girão fez uma CPI, que foi assinada por 45 Senadores, que fatos conexos – dito pelo Presidente do Congresso, Senador Rodrigo Pacheco – podem ser investigados. É baseado nos fatos conexos que nós vamos investigar o que o Governador Witzel falou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É área de saúde, é área de saúde.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só quero saber se vai ser, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, ele fez uma acusação aqui muito grave. Ele disse: "Olha, os hospitais federais no Rio de Janeiro têm dono...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Hum hum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... as milícias tomam conta". E aí nós não podemos fazer ouvido de mercador pra uma coisa dessa, dita por alguém aqui pra todos os Senadores ouvirem. Não foi uma coisa que ele disse no meu ouvido, não. Ele falou aqui publicamente para o Brasil ouvir. E disse que se reservava ao direito de ficar calado agora, mas que falaria mais coisas pra gente, daria mais detalhes numa reunião secreta, até porque ele veio aqui a convite, está certo? Ele não foi convocado, ele foi convidado, veio aqui, falou e disse isto textualmente: "Olha, tenho mais coisas pra falar, mas quero falar isso de uma forma secreta".

Então, eu entendo que todos os Senadores querem estar junto, olhando, não há dificuldade.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Acho que é mais para confessar algum crime, não é, Presidente? Acho que ele quer fazer secreto para confessar algum crime que ele não contou para a Justiça...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ou denunciar alguma coisa ou alguém...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Confissão ou denúncia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ou denunciar outros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, é só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que as denúncias...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode ser uma colaboração premiada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... são feitas... Se as denúncias são feitas, Senador Jorginho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colaboração premiada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, se as denúncias são feitas...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tardias, né? Porque foi oportuno...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De acordo com o fato, ainda em tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas quem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A gente, que denunciou tanto isso, e estarmos assistindo agora a esse tipo de testemunho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabei de...

Não, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Presidente da República deve ficar satisfeito com isso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, vamos encaminhar a votação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A gente não pode cair nessas armadilhas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vamos para o voto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não podemos cair nessas armadilhas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Presidente da República e alguns colegas Senadores...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Essas armadilhas... Não podemos cair nessas armadilhas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... se beneficiaram disso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, é bom a gente lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar... Por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, só para fazer um lembrete aqui aos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quinze, vinte Senadores irem ao Rio de Janeiro? Quanto custa para esta Casa? Por conta de duas ou três pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas quem falou em Rio de Janeiro, pelo amor de Deus?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não tem nem definição de local, Presidente. E é bom a gente lembrar aqui aos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu vou a fazer a diligência para ouvir lá no meu Estado, hein! (*Risos.*)

É melhor parar, senão vai ouvir lá no Amazonas. Faço ir lá no Amazonas, aí vocês vão ter que ir para lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Melhor a gente só resolver isso depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em Tabatinga, Benjamin Constant e Tefé, de preferência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu só estou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria só fazer uma colocação aqui aos colegas: que a questão do foco da CPI levou a um amplo debate, não apenas agora, mas antes, inclusive no momento da sua instalação. E os mesmos colegas hoje que estão questionando essa nova busca de informações junto ao Witzel foram os que defendiam exatamente o olhar para os Estados. Então, eles têm que decidir aqui que tipo de investigação eles querem: se é a seletiva, se tem que decidir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. Não é isso, não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... qual é especificamente o Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é isso, não. Não é isso, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, não, não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Deixem-me terminar de falar.

Então, Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele teve a oportunidade de fazer qualquer declaração.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... há um temor grande em relação ao depoimento do ex-Governador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nenhum temor! Nenhum temor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, vamos ouvir. Vamos ouvir, proceder a uma diligência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É para não ser um depoimento oportunista.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Oportunista, porque quem tivesse alguma informação já devia ter prestado à Justiça. Quem tinha alguma informação séria, grave já devia ter prestado à Justiça, e não se aproveitar da CPI para poder fazer da CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É para isso que existe a CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... instrumento de promoção política.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A CPI existe porque alguns da Justiça não cumpriram o seu papel. É por isso que tem a CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós estamos fazendo esse esforço todo para reouvir o Witzel em sessão secreta, e aqui rejeitaram o requerimento do Sr. Carlos Gabas. Veja a coerência da CPI, que diz que quer investigar com profundidade um Governador condenado – condenado! –, mas não aceitou investigar Carlos Gabas, ex-Secretário do Consórcio Nordeste.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, assim... Falta coerência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, sem querer interromper...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem querer interromper, eu queria só dizer aos nossos companheiros aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito que não se trata exatamente do que o Senador está colocando. É o oposto! Nós não estamos aqui investigando Governadores porque o Supremo disse que não é nossa competência, mas nós já tínhamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o Carlos Gabas não é Governador, não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já tínhamos, inclusive, requerido todas as informações.

No que se refere ao Rio de Janeiro, é o oposto: a maior rede federal de hospitais do Brasil – aliás, a única – está localizada no Rio de Janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – E tem dono!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, segundo o ex-Governador, tem dono. Se isso não tiver a ver com a pandemia, o que é que vai ter a ver com a pandemia?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Consórcio Nordeste... O requerimento aqui não é contra Governador, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Consórcio Nordeste...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Consórcio Nordeste... O requerimento é contra o secretário executivo. Não há impedimento nenhum para ele vir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá, mas o que é o Consórcio Nordeste?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente... Bote para votar o requerimento, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nenhum!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, o Plenário é soberano. A decisão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A decisão em relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço, encarecidamente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... ao Gabas foi exatamente em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço, encarecidamente, aos companheiros Senadores e à nossa querida Senadora Eliziane... Eu vou colocar em votação, e depois a gente discute onde vai ser ouvido o ex-Governador Wilson Witzel.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário de dois Senadores: o Senador Heinze...

Não, o Senador Heinze não está votando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, desculpa. O Ciro não está, é verdade.

Três votos contrários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero aqui comunicar aos senhores que hoje seria ouvido o Sr. Maximiano, mas nós recebemos um documento dos advogados que ele esteve na Índia e chegou da Índia no dia 15, estava tratando – ele é a pessoa da Precisa – sobre a compra da vacina da Covaxin, a vacina indiana, e ele chegou dia 15. E a Anvisa recomenda que quem vem da Índia faça uma quarentena. Então, nós ouviremos... No momento oportuno, nós iremos ouvi-lo, até por uma de segurança dele e nossa também em relação à essa quarentena, que é exigência da Anvisa. E, segundo os advogados dele, ele está na sua residência isolado. Então, para a gente cumprir as regras que manda a Anvisa, em relação ao isolamento, nós ouviremos o Sr. Maximiano no momento oportuno em que acabar essa quarentena.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Hoje nós tivemos aqui a votação de vários requerimentos, todos eles do G7. E eu quero fazer um pedido ao senhor aqui para que, na próxima reunião deliberativa – não sei se vai ser na sexta-feira... Mas, dizendo que faltam quatro dias para completar dois meses, Senador Marcos Rogério, da instalação desta CPI, e até agora os trabalhos passaram muito longe de investigar o mau uso, pelos Estados e Municípios, dos bilhões de reais repassados pelo Governo Federal. Além disso, o STF vem dificultando as investigações quando toma decisões como a da Ministra Rosa Weber, que se manifestou por suspender a convocação de Governadores a esta Comissão. Mesmo diante de todos esses empecilhos, não irei desistir de buscar toda a verdade.

Portanto, Sr. Presidente, venho solicitar a V. Exa. que paute o quanto antes, se possível sexta-feira – é o apelo que eu lhe faço –, os requerimentos que vou falar aqui.

O nº 701, da Sra. Cristiana Prestes, Senador Fernando Bezerra, sócia-proprietária da empresa Hempcare Pharma, organização que vendeu, recebeu antecipado R$48,7 milhões e não entregou os 300 respiradores ao Consórcio Nordeste. Essa senhora, em seu depoimento à polícia, acusou o ex-Secretário da Casa Civil do Estado da Bahia, Bruno Dauster, de ter sugerido um aditivo no contrato para superfaturar, Senador Jorginho Mello, o valor dos respiradores.

Requerimento 706, Sr. Bruno Dauster, ex-Secretário da Casa Civil do Governo da Bahia. Além de acusado de sugerir superfaturamento na compra dos respiradores, ele admitiu que diversos procedimentos obrigatórios na composição de contratos públicos não foram cumpridos na condução dos contratos desses tais respiradores, entre eles, a falta de seguro de transporte de entrega.

Requerimento 685, para solicitar o Ministro Francisco Falcão que agilize a decisão de compartilhamento de informações sobre uma série de inquéritos sobre malversação das verbas federais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repassadas aos Estados e Municípios e que hoje estão na alçada do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência desse Exmo. Ministro.

Requerimento nº 99. Reforço o pedido que fiz ontem da aprovação do convite do Sr. Mauro Luiz de Brito Ribeiro, que é o requerimento também do Senador Marcos Rogério, do Senador Humberto Costa, porque ele é o Presidente do CFM (Conselho Federal de Medicina).

Esse convidado poderá ajudar a afastar as possíveis dúvidas que pairam sobre as atitudes de milhares de médicos, são 14 mil médicos pelo menos, que usando da sua autonomia profissional, Senador Luis Carlos Heinze, podem receitar medicamentos na fase inicial da contaminação pelo Covid.

Requerimento nº 83. Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Diretor-Presidente da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Entidade administradora...

Por favor, Senador Alessandro, deixe-me concluir!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É porque nós temos mais de 600 requerimentos. Se todo mundo for fazer a leitura em sessão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim, mas os senhores aprovaram o que os senhores quiseram aqui. O G7 aprovou o que quis.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Por favor! O que tem ali de tempo, Sr. Presidente?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixe-me tentar aprovar pelo menos alguns. Vai acabar agora. É o penúltimo.

Sr. Ronaldo Laranjeira, Diretor da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, entidade administradora do hospital de campanha do PV...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – G7? O que é G7?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... em Fortaleza, que suspeita de fraude investigada pelo Ministério Público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é G7?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E Requerimento 343, requer que sejam convidados para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito os Srs. Secretários de Estado da Saúde. Quem não tem cão caça com gato. É algo que lá no Ceará a gente ouve muito. E já que a gente não pode trazer os Governadores aqui, pela decisão do STF, vamos trazer os Secretários de Saúde dos Estados da Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte para explicar o uso de verbas públicas federais no contexto da pandemia do Covid-19.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Se a gente prorrogar esta CPI dez vezes, aí dá para ouvir todo mundo que o senhor quer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Não. Eu acho, inclusive, Presidente, que já tem razão para prorrogar. Inclusive, com os requerimentos do Senador Girão, eu acho que temos razões para prorrogar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que se a gente for aprovar essas pessoas todas aí, começa o senhor a assinar aí a prorrogação da CPI. O senhor primeiro, logo, assina a prorrogação da CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estou coletando amanhã...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, pois é. Pois é, eu também quero.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós vamos prorrogar esta CPI!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vocês deveriam alternar. O que vocês não fazem é alternar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Nós vamos prorrogar a CPI, gente. Vamos prorrogar a CPI. Eu gostaria de ouvir tudo o que o Girão está falando. Tem que prorrogar esta CPI agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Presidente, de todos os requerimentos que o Senador Girão apresentou, e eu concordo com eles...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos discutir requerimento que não está na pauta, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas eu solicitaria a V. Exa. que colocasse em pauta pelo menos dois inicialmente, que é do ex-Chefe da Casa Civil da Bahia, o Bruno Dauster, é um requerimento de minha autoria em relação à representante dessa Empresa Hempcare. Eu acho que é um caso realmente emblemático, suspeitíssimo, com indícios de corrupção flagrantes e que justificaria absolutamente a CPI aprofundar nessas investigações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Duas questões, Presidente. Até para atender os colegas, eu acho... Amanhã eu vou apresentar o requerimento de prorrogação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E eu acho... Porque até para tentarmos atender as demandas que estão sendo colocadas pelos colegas. E a respeito...

(*Intervenções fora do microfone.*)

É, senão não dá tempo. Temos que prorrogar esta CPI. Eu acho que coloca na pauta agora a necessidade de prorrogação desta CPI. Amanhã estaremos aqui apresentando, Sr. Presidente.

O segundo fato é que já que estamos apresentando requerimentos para serem apreciados, Presidente, eu queria pedir também a apreciação, por parte de V. Exa., de um requerimento, obviamente, na próxima sessão, de pedido de informações. O primeiro é pra reiterar um pedido de informações.

Nós pedimos... Já foi aprovado nesta Casa um pedido de informações sobre a produção da Medida Provisória 1.026, que foi publicada no *Diário Oficial da União* no dia 6 de janeiro de 2021, que, em tese, seria a medida provisória para facilitar, possibilitar a aquisição de vacinas no Brasil.

Pois bem, nós pedimos, requeremos, foi aprovado o requerimento de toda a documentação da construção dessa medida provisória. Esses documentos ainda não chegaram oficialmente a esta CPI.

Entretanto, nos chega um documento aqui de uma reunião, Sr. Presidente, ocorrida na Casa Civil da Presidência da República no dia 23 de dezembro. Nessa reunião, no debate da minuta da medida provisória, Senador Humberto, encontrava-se o dispositivo que possibilitaria que o Governo brasileiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adquirisse as vacinas da Janssen e da Pfizer. Pois bem, isso nós já sabíamos na CPI. Nós não sabíamos o que estava escrito nesse documento. É um documento que chega, por isso é necessário que todos esses documentos cheguem, Senador Girão, oficialmente aqui.

No §2º do documento, embaixo, tem uma anotação da reunião do dia 23 de dezembro na Casa Civil da Presidência da República. Peço destaque ao que estava escrito, abre parêntese: "Observação: sem cláusula de garantia/seguro, a aquisição das vacinas da Pfizer e da Janssen ficam inviabilizadas". Isso aqui constou da reunião do dia 23 de dezembro.

Dia 6 de janeiro, sai a Medida Provisória 1.026 sem a cláusula de garantia e de seguro. E, com isso, não foi possível adquirir as vacinas da Pfizer e da Janssen em janeiro, que só vieram a ser adquiridas em março, depois que este Congresso Nacional, através de projeto de lei exarado e construído aqui no Senado Federal, aprovado, sancionado um mês depois, dois meses depois, que as vacinas puderam ser adquiridas.

Eu só fico aqui a perguntar, Sr. Relator e Sr. Presidente: dois meses para a aquisição de vacinas, quantas famílias brasileiras não poderiam ainda estar inteiras? Quantas vidas não poderiam ter sido salvas?

Salta mais: vem à atenção desta Comissão, Presidente, mais um dado. A medida provisória, sem a cláusula que possibilitava as vacinas da Pfizer e da Janssen, foi editada dia 6 de janeiro. No mesmo dia, 6 de janeiro, o representante da Covaxin estava na Índia. E uma das razões que ele alegou, segundo descrição da Embaixada brasileira na Índia, conversando lá, é que o senhor representante da Covaxin, na Índia, em visita à Índia, em visita a Nova Delhi, dizia o seguinte, entre outras coisas: "Nós queremos desenvolver a vacina Bharat Biotech, através da Precisa, para inviabilizar, impedir, quebrar o monopólio da Pfizer". Dia 7 de janeiro, o Senhor Presidente da República telefona para o Primeiro-Ministro da Índia, pedindo, demonstrando o interesse dele com a vacina Covaxin, Bharat Biotech.

Eu acho que foi tudo mera coincidência. Deve ter sido, Senador Alessandro, tudo mera coincidência – a edição da MP no dia 6; a presença do representante da Precisa, dia 6 e dia 7, em Nova Delhi, na Índia; e o Presidente da República ligar para o Primeiro-Ministro da Índia entre o dia 7 e o dia 8. Tudo isso ter acontecido no intervalo de três dias, Sr. Relator, eu acho que foi mera coincidência. Aliás, esta CPI tem que investigar se foi coincidência ou não.

Por isso, eu peço pra ser reiterado o pedido para que os documentos da elaboração da medida provisória venham a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E o pior de tudo, complementando a informação do Senador Randolfe Rodrigues...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ligue o microfone, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O pior de tudo, complementando, Presidente, as informações gravíssimas trazidas à baila pelo Senador Randolfe Rodrigues, é que nós estávamos tratando, em algum momento, essa investigação como se fosse um mero caso de omissão, mas nós precisamos evoluir para o patamar seguinte. Isso foram ações deliberadas – deliberadas. Não se trata de omissão, são ações deliberadas objetivando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se trata de preferência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... determinados objetivos, que são quebrar o monopólio da Pfizer, quer dizer, impedir o monopólio do Brasil, da AstraZeneca também, e para trazer a Covaxin, que coincidentemente era a vacina mais cara, com o calendário mais delongado, a única aquisição que teve um atravessador, a empresa Precisa. E agora nos chegam informações de que essas vacinas que estavam sendo adquiridas pelo Governo, que foram adquiridas, foram contratadas pelo Governo... Dessas vacinas, a validade expiraria em maio – em maio –, o que demonstra, de todas as formas, que é uma operação, no mínimo, suspeita.

Por isso que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por decisão do seu Presidente, inverteu a agenda de sexta-feira, a antecipou para terça, para que nós possamos, na próxima sexta-feira, ouvir o diretor do ministério que cuidou especificamente dessa importação e de outras importações, que vai poder, nesta Comissão Parlamentar de inquérito, esclarecer muitos aspectos do enfrentamento à pandemia não só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o irmão se ofereceu pra vir junto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o irmão vem em solidariedade, porque o irmão levou o diretor a uma conversa com o Presidente da República para adverti-lo do que significava essa operação. Não sabia ele que o próprio Presidente da República estava diretamente envolvido, porque já tinha mandado mensagem, já tinha telefonado ao Primeiro-Ministro da Índia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpe, Senador. Isso já é uma ilação que V. Exa. está fazendo sobre o posicionamento do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. tem o direito de esclarecer todos os fatos, mas V. Exa., como Relator, não pode prejulgar o posicionamento do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou falando nada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou apenas... Eu estou apenas relatando o que li nos jornais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, mas é grave.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que li nos jornais. E, por isso, nós vamos investigar pra saber se é verdade ou não é verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Todos nós concordamos que seja investigado, mas nós discordamos veementemente das ilações que V. Exa. acabou de fazer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não fiz nenhuma ilação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... sobre o posicionamento do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não fiz nenhuma ilação, Senador Fernando, e não gostaria de fazê-lo – nenhuma, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria... Eu pediria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. São os fatos que estão na CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vou fazer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só ver os documentos da CPI, já tem isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São fatos que gritam à sociedade que teve parentes, filhos, irmãos, esposos, mulheres, mães, pais que perderam as vidas em função desses movimentos do Governo, muitos deles caracterizados pela omissão e outros pela má-fé, pelo resultado que se iria obter com essa conversa fiada de que a imunização natural resolveria o problema, que não precisaria de vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem nós vimos aqui o Deputado Osmar Terra desdizer uma declaração feita em vídeo, conhecida pelo País, no rumo de que a vacina não servia para nada, de que em pandemias e epidemias vacinas só depois – só depois! –, e que a imunização tem que ser natural.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi isso tudo que ensejou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan Calheiros, o fato é que todos os brasileiros acima de 18 anos de idade poderão estar completamente vacinados até 30 de setembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Graças ao funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu me lembro que 30 dias atrás...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, isso não é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Graças ao posicionamento desta Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Trinta dias atrás V. Exa. fazia uma projeção de que isso só ia ocorrer no próximo ano. Agora, Governadores de Estados já estão falando que vão estar com a população adulta toda vacinada até 30 de setembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só iria ocorrer no próximo ano, mas esta Comissão tinha sido criada para agilizar o calendário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quero lembrar que os Estados Unidos, que prometeram vacinar toda a população adulta até 4 de julho, não vão cumprir a meta!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não vão cumprir a meta!

Portanto, com o que nós estamos aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, não há como... Por mais esforço, não há forma.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... é uma disputa de narrativa política, quando, na realidade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fernando, nos Estados Unidos já retiraram a máscara...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o Brasil, quando comparado a outros países emergentes do mundo, tem procurado dar respostas à questão da pandemia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, não há como, por mais esforço que o Senador Fernando faça para negar que o Presidente da República não quis comprar a vacina, o tempo todo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fernando, nos Estados Unidos já não usam nem máscara já.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós não temos o direito...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Meio milhão de mortos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós não temos o direito de trazer os depoentes que nós indicamos? Não temos direito!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, não é possível que o Líder do Governo, que é um Líder habilidoso, vai querer demonstrar que o Presidente da República, no ano passado, se esforçou para comprar vacina? Será que nós não assistimos a vídeos aqui, com ele negando a vacina? Foram 12, 14 vídeos negando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, me assegure a palavra. Estou na ordem, inscrito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... a vacina, e vai dizer que queria comprar a vacina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas não brigue contra a realidade, Senador Otto. Não brigue contra a realidade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sinceramente, ninguém aqui tem inteligência abaixo da média, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A realidade é uma só: toda a população adulta brasileira...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Outra coisa... Outra coisa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... estará vacinada até 30 de setembro. Essa é a realidade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A vacina até 18 anos em setembro, porque até agora falharam todas as propostas e planejamentos de botar vacina no Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se tiver, não foi graças ao Presidente da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um minutinho, eu vou pedir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Presidente da República queria Bharat Biotech...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Será que nós vamos ser enganados pela palavra e não pela ação do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu vou encerrar a reunião.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu vou encerrar a reunião.

Eu vou ouvir o Senador Marcos Rogério. Por favor, Senador.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Chamar o povo de bobo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu vou fazer algumas ponderações, Sr. Presidente, a par dos discursos que foram feitos aqui com prejulgamentos e ilações que não podem ser concebidas.

Primeiro, em relação ao que trouxe um Senador em relação à medida provisória. Isto é uma questão vestibular, Presidente, o Direito Internacional Público nos dá as balizas de como deve ser feito: você não trata de matéria onde você tem acordos bilaterais ou multilaterais por via de medida provisória. Isso deve obedecer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não diga isso, não, Senador. Isso é básico. Não faça isso, não. Não desinforme as pessoas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu não sei por que alguém tem dificuldade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está aqui a minuta da medida provisória preparada pelo seu Governo, que tinha a cláusula que você falou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não sei por que as pessoas têm dificuldade para ouvir. Eu ouvi as asneiras que foram faladas aqui o tempo todo e não disse nada!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se tem um campeão de asneiras aqui é o senhor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até parece que vocês colocam gasolina, rapaz, no fogo, meu irmão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tenta aplicar na cabeça de todo mundo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, Presidente, eu ouvi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tenta aplicar na cabeça de todo mundo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, encerre a reunião! Encerre a reunião!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O objetivo é este: é render vídeo para a internet!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está aqui a minuta da Casa Civil...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu ouvi tudo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Encerre a reunião...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se fosse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fica Rolando Lero aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém falou nada, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fica Rolando Lero o tempo todo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que é, Randolfe?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador, por favor!

Eu acho que o mínimo que a gente tem que ter aqui é uma civilidade para nos tratarmos. Senão, isso fica um campo de batalha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É! Quando é do lado de cá, pedem; e de lá...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor! Não! Não, mas ninguém chamou ninguém de asno aqui! Ele não chamou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, mas ele não pode dizer que medida provisória não é lei!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não pode dizer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Renan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... isso, porque desinforma a população...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desinforma!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desinforma!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Renan, V. Exa., mais do que ninguém, com todo o respeito que tenho a V. Exa....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não pode dizer isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espere aí, Senador Renan. Espere aí.

V. Exa., mais do que ninguém... Qualquer um de nós aqui poderia ter o direito de errar em relação a isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é lei?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não! V. Exa. foi Presidente do Senado várias vezes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Medida provisória não tem força de lei?!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sabe qual é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na medida em que o senhor insiste com isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sabe exatamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na medida em que o senhor... O senhor está desinformando a população...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não... V. Exa. sabe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Art. 62 da Constituição... Se o senhor quiser ler, tudo bem. Art. 62 da Constituição...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, acho até que... Na época da Copa do Mundo, V. Exa. era o Presidente do Senado, ou era o Senador Eunício? Nem me lembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois é. Na época, tentaram fazer uma medida provisória...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já se foram tantas Copas do Mundo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, a do Brasil! Não, Senador Renan. Não desinforme não. A Copa do Mundo aconteceu no Governo da Presidente Dilma, e tentaram fazer uma medida provisória para disciplinar as relações bilaterais e em relação até o protocolo de segurança que se teria – eu era Deputado Federal – na Copa do Mundo. A FIFA não aceitou. E sabe por quê? Porque não há segurança jurídica nas questões bilaterais, nas questões entre países... É a via ordinária que manda. Você tem que fazer por lei ordinária. Medida provisória pode caducar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não é entre países, é uma empresa que quer vender vacina...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Medida provisória pode não ser aprovada. Então, o que foi trazido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É uma empresa que quer vender vacina!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que foi trazido aqui, em relação à questão da medida provisória, só para concluir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não é entre países!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação ao que foi trazido aqui em relação à medida provisória, eles: "Ah, mas constou na minuta". Ué... Se constou na minuta e não foi aprovado – não estou dizendo que constou, porque não vi o documento oficial –, certamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aqui está uma cópia para o Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É certamente porque se reconheceu que, juridicamente, não era o caminho. E eu entendo que não é o caminho. Tem que ser a via ordinária, que foi o que nós fizemos no Senado Federal.

Em relação...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Que não foi apresentada pelo Governo, só para registrar e ajudar o colega Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A pergunta básica é essa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação à questão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Governo, se quisesse, teria feito, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... por lei ordinária ou por medida provisória.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sua argumentação não isenta o Governo da responsabilidade que ele...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa discussão, essa discussão... Eu acho que nós já estamos em outra etapa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Todos da Oposição falaram o que quiseram...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa já foi!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e ninguém interferiu!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu estou interferindo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está todo mundo interferindo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na hora em que ele estava falando também, o Senador Fernando Bezerra interferiu!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Eu ouvi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Interferiu! A pessoa que interfere aqui foi o Senador Líder Fernando Bezerra, que interferiu quando o Senador Renan Calheiros estava falando, e eu não me meti, fiquei quieto!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A culpa é do Fernando Bezerra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O jogo é injusto, Presidente!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O que tem sido normal aqui! Toda hora se interfere... Se estou falando, interrompem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – As estratégias...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É isso mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está assegurada a palavra para V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ontem, o Heinze me interrompeu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A estratégia do G7...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É isso aí!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está assegurada a palavra para o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A estratégia da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está assegurada a sua palavra, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, Presidente.

A estratégia da Oposição é a estratégia dela. Quando qualquer um do Governo vai trazer um fato, alguma fundamentação, atacam em bloco para desviar o assunto e não deixar que quem é ligado ao Governo fale. Dizer aqui, Presidente, que querem esticar a CPI porque não tem tempo de ouvir o outro lado... Isso não é uma questão honesta, Presidente. Nós estamos, desde o começo, tentando trazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. disse que não é uma questão... Quando não é uma honesta, é desonesto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas é! Dizer que tem que prorrogar a CPI para ouvir acusados de corrupção dos governos estaduais, de Consórcio Nordeste... Isso é honesto, Sr. Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não quer prorrogar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, eu quero dizer aqui que não sou contra investigar quem quer que seja, do Governo Federal, dos governos estaduais, do Consórcio Nordeste... Eu não tenho blindagem para ninguém. Quero que investigue! Quero que traga aqui o Sr. Bruno Dauster, quero que traga aqui representante da empresa Hempcare... Quero que investigue! Agora, sem prejulgamento, sem nada. É isso que eu estou pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazê-lo.

Eu vou encerrar esta reunião... Só um minutinho, que eu vou falar. Eu ouvi todo mundo e agora vou encerrar a reunião.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 24ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Outra situação: ontem, o Ministério da Saúde soltou uma nota já mudando o discurso. Veja bem: quem muda o discurso não somos nós; quem muda o discurso, muitas vezes, são as pessoas que vêm aqui depor e falam uma coisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro da Saúde afirmou aqui e muitos dos Senadores que dão apoio à base do Governo afirmam aqui que o Brasil só compra vacina após a aprovação da Anvisa. Aí, quando a Anvisa aprova, eles podem comprar a vacina. Ontem, na nota emitida pelo Ministério da Saúde, já mudam, e a mudança é muito radical. Já dizem o seguinte, que só vão distribuir a vacina após a Anvisa aprovar. O que quer dizer isso? Compra, espera aqui e, depois que aprovar, distribui. Então, há uma mudança radical por causa da vacina, falando da vacina. Até então, só comprava se houvesse a aprovação da Anvisa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A Sputnik está sofrendo até hoje uma demora injustificada para liberar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. E agora mudou o discurso, dizendo o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Marcos. Já ouvi V. Exa., e eu só quero esclarecer isso.

A reunião está encerrada.

Convoco os Sr. Senadores para amanhã, às 9h30 da manhã, aqui.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Rogério Carvalho, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Soraya Thronicke e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia, Giordano, Daniella Ribeiro e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Jurema Werneck, Diretora-Executiva da Anistia Internacional e Coordenadora do Movimento Alerta, em atendimento ao requerimento 525/2021; do Pedro Hallal, Professor e Pesquisador, em atendimento ao requerimento 597/2021. **Resultado:** Depoimento realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia aos Senadores e Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se a ouvirmos, em atendimento a requerimento do Relator, Senador Renan Calheiros, a Dra. Jurema Werneck, Diretora-Executiva da Anistia Internacional e coordenadora do Movimento Alerta, e o Dr. Pedro Hallal, epidemiologista, pesquisador e professor da Universidade Federal de Pelotas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só deixa eu terminar aqui, por favor.

Esta Presidência oficiou ontem à Polícia Federal com vistas à expedição de certidão a respeito dos inquéritos envolvendo a Covaxin e a empresa Bharat Biotech. A Comissão aguarda para o dia de hoje a resposta da Polícia Federal.

Além disso, a Polícia Federal foi oficiada para providenciar segurança aos depoentes da reunião a ser realizada amanhã e a seus familiares. Diante das ameaças relatadas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, reitero à Polícia Federal a necessidade de cumprimento desse pleito, que não só garante a integridade física dos depoentes mas assegura o bom andamento das investigações conduzidas por este Colegiado.

Senador Eduardo Girão, pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nos documentos enviados para esta CPI...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a Controladoria-Geral da União repassou informações de 53 operações especiais que potencialmente envolvem recursos federais destinados à pandemia entre março de 2020 e abril de 2021. Foi investigado nas 53 operações o montante de R$1,6 bilhão. O prejuízo efetivo apurado até agora atingiu quase R$39,2 milhões e o prejuízo potencial é de R$124 milhões. Assim, o prejuízo total pode alcançar R$164 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por meio de ações coordenadas, em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público, já foram expedidos 778 mandados de busca e apreensão e 67 mandados de prisão temporária, sendo 472 pessoas físicas, sendo dessas 129 agentes públicos e 291 jurídicas, que estão sob investigação, das quais há 51 pessoas jurídicas de natureza pública, 228 empresas privadas e 12 entidades sem fins lucrativos. Além disso, na Nota Técnica nº 9 da Regional da Bahia, que foi assinada por dois auditores federais de finanças e controle da própria CGU e trata da compra dos 300 respiradores pelo Consórcio Nordeste, nela foram apontados diversos indícios de irregularidades nesta aquisição, bem como o emprego de verbas federais na negociação.

Por isso, finalmente, Sr. Presidente, eu fiz o Requerimento nº 699, que convoca o Sr. Wagner Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da União, para vir depor nesta CPI. Foi aprovado pelos colegas já, duas semanas atrás, e a boa notícia, Senador Marcos Rogério, é que o próprio Ministro já declarou, em várias entrevistas, que quer vir depor. Diante desse fato, solicito a V. Exa. que paute a vinda desse Ministro, na urgência, se possível na semana que vem, já que foi aprovado pelos colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o Ministro, Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Ministro Wagner Rosário, da Controladoria-Geral da União.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Pela ordem.

Sr. Presidente, duas questões que eu queria levantar. Primeiro, eu ontem tive a oportunidade de ver a manifestação de V. Exa., do Relator e do Vice-Presidente desta Comissão diante das colocações do Ministro Onyx Lorenzoni, e os três citaram a necessidade de convocação desse Ministro para vir até esta CPI, por conta das ameaças explícitas que ele fez a testemunhas que estão programadas para depor aqui, amanhã. Chegou a um ponto em que ele disse – dirigindo-se ao Deputado Luis Miranda –: "Deputado Luis Miranda, Deus está vendo, mas o senhor não vai se entender só com Deus, não; vai se entender com a gente também". Me parece, assim, um jargão mafioso, miliciano, não é? De modo que eu acho que é importante que ele venha. E eu tomei a liberdade de apresentar um requerimento fazendo a convocação do Sr. Onyx.

A segunda coisa que eu queria demandar a V. Exa., para que V. Exa. possa avaliar: nós temos aqui, em várias reuniões, onde estão pessoas que a base desse Governo pretende ou proteger ou intimidar, e enche esta sala com pessoas, particularmente Deputados. Nós aqui tivemos dificuldade de implementar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta CPI, porque o Presidente da Casa exigia que se fizesse nas melhores condições sanitárias possíveis. Como amanhã, inclusive, há uma previsão de que não virão somente os bolsonaristas, virão mais outros Deputados, que nós pudéssemos, amanhã, ter uma limitação da participação das pessoas credenciadas e dos Senadores nesta sessão. Queria que V. Exa. refletisse sobre isso, porque é óbvio que há uma clara intenção de intimidação quando, aqui, chegam pessoas que saem daqui para, inclusive, divulgar notícias falsas.

Então, eu faço esse apelo para que V. Exa. pense em como proceder amanhã, porque eu acho que a audiência, amanhã, vai ser grande.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós iremos analisar a sua questão de ordem, Senador, e...

V. Exa. quer falar, Senador Fernando Bezerra?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Antes de qualquer coisa, Sr. Presidente, eu gostaria de expressar a minha mais completa repugnância pela bravata do Secretário-Geral da Presidência da República, um estafeta acrítico, Sr. Presidente, que fez uma despudorada coação de duas testemunhas e, consequentemente, desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Além de uma intromissão indevida em uma investigação de um outro Poder, ele comete um crime – um crime! –, porque é um caso clássico de coação de testemunha e de dificuldade ao avanço da investigação.

Nós não podemos, de forma nenhuma, submeter esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é uma instituição da República, que é uma expressão do Parlamento, que está investigando se era possível evitar pelo menos parte dessas 507.240 vidas, Sr. Presidente.

Eu entendo e, portanto, peço a V. Exa. que, se for possível, nós possamos avaliar esse requerimento hoje mesmo, porque esta Comissão é uma comissão extraordinária, política; esta Comissão precisa dar respostas imediatas. E, quando um caso desse se apresenta, nós temos que ter uma óbvia reação em nome da sociedade brasileira. Se esse senhor continuar a reincidir, nós não temos outra coisa a fazer, Sr. Presidente, se não requisitar a prisão dele.

E, por falar nisso, eu quero aproveitar a oportunidade para encarecer a V. Exa. todos os esforços no sentido de defendermos a absoluta segurança do empresário da Precisa. Nós precisamos garantir a segurança de vida do dono, do proprietário da Precisa, seja de qual modo for, garantir uma segurança de 24 horas, quem sabe, Sr. Presidente, até o final dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quê? Para não incorrermos em prevaricação. Eu vou requerer a V. Exa., vou requerer à Polícia Federal, vou requerer ao Supremo Tribunal Federal, seja lá quem for, para garantir 24 horas, todos os dias, segurança de vida para os proprietários da Precisa, que será alvo a partir de agora, porque é uma testemunha muito importante. Os fatos estão gritando à sociedade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós precisamos garantir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Os empresários pediram?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Precisamos garantir a segurança de vida dele. Da mesma forma que o Estado brasileiro, Senador Fernando Bezerra, garantia, quando da Operação Lava Jato e quando estava à frente dessa operação o ex-Juiz Sergio Moro, a sua segurança de vida, 24 horas, porque era um alvo iminente, nós temos que garantir a segurança de vida do proprietário da Precisa, uma empresa atravessadora que teria levado R$500 milhões num contrato feito com o Governo, condenável sob todos aspectos.

Mais, Sr. Presidente: é muito importante isso para... Nós sabemos os métodos que estamos enfrentando, que essas pessoas enfrentarão. Para não incorrermos na repetição do que ocorreu com o próprio Adriano da Nóbrega, nós precisamos garantir a segurança de vida dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, o Senador Líder Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer algumas ponderações, tendo em vista as afirmações feitas pelo Relator, o Senador Renan Calheiros.

Em relação à fala, ao pronunciamento do Ministro Onyx, eu discordo completamente das afirmações do Senador Renan. Eu apenas ponderaria, já que amanhã nós vamos ouvir aqui o Deputado e o irmão, que deverá trazer informações referentes ao que a CPI, a Comissão e todos nós queremos investigar e esclarecer, que esse requerimento de convocação do Ministro Onyx pudesse ser apreciado após ouvidos esses depoimentos, isso na próxima segunda ou terça-feira. Não tem nenhuma dificuldade para que o Ministro possa trazer aqui as suas explicações e a visão do Governo em relação ao que se quer investigar, que é esse contrato com a Bharat Biotech e a posição dessa empresa, a Precisa, em relação a isso, sobretudo para avaliar as afirmações que o Senador considera como coação à testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente que nós queremos garantir a integridade, a segurança de todos os depoentes que possam vir aqui.

A segunda observação que eu queria fazer era mais um esclarecimento. Eu queria saber se os empresários da Precisa requereram a proteção de vida, sugeriram isso ao Relator. As informações que eu tenho são de que não, que a Precisa, o empresário está em confinamento, como foi informado ontem aqui pelo Presidente da Comissão, e está absolutamente à disposição para poder refutar todas as colocações que o Relator acabou de fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Todas, todas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o que eu coloquei não foi isso. Eu disse que, para não incorrermos em crime de prevaricação e sendo o proprietário da Precisa um alvo indiscutível, num processo desse que nós estamos vivendo, com ameaça pública, com a coação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque V. Exa. já está julgando. V. Exa. já está julgando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou julgando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Já está dizendo que a Precisa está incorrendo na prática de crime.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não. Estou dizendo que, para não prevaricarmos – para não prevaricarmos –, para que essa testemunha...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O empresário solicitou? O empresário solicitou proteção de vida?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para que essa testemunha importante, como era importante o Adriano da Nóbrega, não apareça morto amanhã metralhado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é uma narrativa política. É uma narrativa política, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... nós temos que garantir a sua segurança.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma narrativa política a que V. Exa. está fazendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Temos que garantir a sua segurança.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um absurdo isso. Comparando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o episódio da Precisa com o episódio de Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores, Sr. Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é um exagero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Os atores são os mesmos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, Senador Renan Calheiros, pediria à Comissão... O advogado está constantemente em contato, o advogado do Sr. Maximiano está em contato com a CPI. Hoje de manhã mesmo solicitou a participação dele em todas as sessões da CPI. Eu disse que não seria possível porque nós temos aqui um controle sanitário dentro da CPI, não é possível a gente ter tanta gente.

Então, para não prevaricar – porque não creio em prevaricação, até porque não fomos comunicados pelo depoente que ele está sofrendo alguma coisa; ele não pediu, não solicitou... Eu prevaricaria, Senador Renan, caso ele me pedisse e eu não tivesse nenhuma atitude, está certo? Então não há prevaricação nesse caso por parte desta Mesa.

Eu pediria para que entrassem em contato com o advogado do Sr. Maximiano perguntando a ele se ele precisa de proteção policial. Caso precise, a CPI irá requerer, porque essa questão de prevaricar, como se eu tivesse sido avisado... Eu não fui avisado de nada! Eu não posso tomar a iniciativa de... Eu fui avisado ontem e pedi para os irmãos e a família do Deputado, que solicitou à CPI...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu já encaminhei à Polícia Federal o pedido para a proteção a ele, como também encaminhei à Polícia Federal ontem um pedido para saber se houve algum pedido por parte do Palácio do Planalto ou de ministro para que se abrisse algum procedimento em relação aos documentos que, segundo o depoente de amanhã...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, depois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós fizemos isso. Nesse caso específico, Senador Renan, eu não posso... Por exemplo, o ex-Governador Wilson Witzel: os advogados pediram proteção. Quando eu disse quem ia... Vejam bem, eu pedi, disse: "Olhe, nós vamos...". "Não, eu não quero esses". Aí ontem eu li uma matéria em que ele disse que só vai depor se tiver proteção, não sei o quê...

Vejam bem. Nós temos que ter sinceramente... Quando a pessoa pede e está... Eu nem ouvi ainda o Maximiano! Ele não veio aqui, não falou nada! Então, eu acho que nós podemos aguardar, mas, mesmo assim, com a sua recomendação, Senador Renan, irei pedir para que os advogados ou que a Secretaria da Mesa entre em contato com os advogados, e, caso – e eu quero isto por escrito, por favor, para que eles respondam por escrito para a gente – ele não peça, não tenho por que demandar esse tipo de solução se ele não quiser. Se ele quiser, lógico, iremos demandar na mesma hora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É, mas é muito importante, Presidente... E eu cumprimento a sua sensibilidade e ponderação, mas é muito importante – é muito importante – que o Sr. Maximiano, se estiver nos ouvindo, fique advertido de que ele é uma testemunha muito importante desta Comissão Parlamentar de Inquérito – muito importante! –, de uma negociação que envolveu, já se sabe, muita gente, muita gente, inclusive um atravessador, coincidentemente ele próprio, que teria feito um contrato de R$500 milhões de uma vacina que, infelizmente, é a mais contestada das vacinas, inclusive rejeitada pela própria Anvisa. Então, para não ter amanhã problema de consciência, para dormir bem, fica o registro, que, como Relator, fiz aqui nesta Comissão, de que acho que, pela importância dele, assim como o Estado disponibilizava segurança 24 horas por dia para o Sergio Moro, o que deveria ter feito com Adriano da Nóbrega e não fez, ele pode ser vítima de qualquer coisa, porque ele é uma testemunha, repito, importantíssima! Mas eu cumprimento V. Exa., Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Marcos Rogério e, em seguida, o Senador Randolfe.

Aí eu vou pedir para a gente ouvir já os nossos convidados que estão aqui, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas algumas considerações em face das muitas manifestações que estamos ouvindo aqui no âmbito desta CPI, especialmente com relação a este caso da Covaxin, que me parece ser a maior *fake news* até agora no âmbito desta CPI.

Eu tenho observado aqui que tomam como verdade uma informação sem conferir os fatos, sem checar as provas, colocando sob suspeita o trabalho de um conjunto de servidores do Ministério da Saúde, além dos dirigentes da pasta. A maneira como esta CPI está agindo, Sr. Presidente, contribui para o travamento da máquina pública, ao apagão das canetas, face às acusações sem provas que partem daqui. Investigar, sim; prejulgar, não. E nós temos visto isso aqui no dia a dia.

Chegou uma informação, V. Exa. deu entrevista hoje, e eu ouvi; citou até que eu estive lá – é verdade. Agora, qual é o papel do investigador? É sair acusando ao léu? Não; o papel do investigador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o senhor deve ter ouvido bem que a gente, coincidentemente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu te puxei aqui e disse: "Vamos lá tomar um café?".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi, foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E não estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não sabíamos nem que a pessoa estava aí. Eu não o conhecia. Aliás, você que disse que ele era Deputado. Eu não sabia que ele era Deputado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou... A entrevista de V. Exa., eu não estou me referindo a ela; eu estou me referindo ao que está acontecendo aqui dentro.

Agora, as acusações... As acusações estão acontecendo aqui... Ouvimos, agora há pouco – o Brasil inteiro ouviu –, como se já tivesse uma sentença em relação a esse fato. Repito: nós ainda não apuramos. O que vejo aqui é uma operação acusatória grave, sem lastro nos fatos, mesmo porque não se apurou ainda. E o relato... E o que nós ouvimos agora há pouco aqui, inclusive do Relator, são acusações graves, praticamente sentença antecipada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em outros tempos, Sr. Presidente, isso era prática comum. Gerou os escândalos que o Brasil conhece. E o que me parece é que muitos aqui imaginam ser o caso. Como ontem, está acontecendo hoje. O Brasil mudou, novos tempos, práticas diferentes. Não há qualquer acusação de corrupção contra o Governo até este momento, e eu sou a favor de que se investigue. Nesse caso, sou a favor de que se investigue profundamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E o Ministro Salles?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não dá, Sr. Presidente... Não dá...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estava fazendo o quê? Brincando de boneca, era isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não dá, Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Ministro Salles?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não dá, Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É de boneca mesmo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para ter aqui na CPI ser um instrumento de prejulgamento. Tome os fatos na medida dos fatos! Olhe para o processo! Se alguém aqui tiver o cuidado de fazer isso, vão encontrar a verdade, que é a única coisa que nos interessa.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir, por último, o Senador Randolfe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente... Eu só queria sugerir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tenha certeza, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que, caso o (*Fora do microfone.*) Ministro Onyx venha a esta Comissão, só o venha na condição de convocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, não será convidado.

Eu... Senador Marcos Rogério, apesar de alguns insistirem em dizer que a CPI está indo para o lado errado, eu tenho sido muito cauteloso, eu não tenho prejulgado. Por mais que me perguntem, eu digo "olha, é bom ouvir". Até agora, tem uma versão dada pela imprensa – não foi na CPI –, uma versão dada pelo ex-Deputado.

Eu tenho interesse em ouvir o irmão dele, que era técnico de lá e tem uma versão dada pelo Ministro Onyx. Do que nós estamos aqui atrás é do fato verdadeiro, as versões não me interessam. A versão, eu estou cansado de ler versões em inquéritos, que fazem ilações e previsões e não sei o que então...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É por isso, viu, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho, Senador. Nós estamos aqui atrás de fatos verdadeiros. A versão do Deputado, ontem essa versão foi dada numa entrevista a uma rede de TV, está certo, e horas, muitas horas depois o Governo se posiciona através do Ministro Onyx. Eu não quero aqui prejulgar, mas, com certeza absoluta, acho que muitos pontos... Inclusive, quando eu citei seu nome, porque o Ministro Onyx disse que ele andava aqui pelo Senado. V. Exa. é testemunha de que eu nunca vi ele aqui, eu não o conhecia, sou sincero. Você que me alertou dizendo: "Ele é Deputado". Ele até brincou: " Nós somos do mesmo Partido, mas você apoia, eu rompi", você viu a forma como ele falou, você é testemunha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade? Eu estava até, eu não entendi, a pessoa veio aqui e se convidou para vir. Eu fui tomar um café com V. Exa., eu te puxei: "Bora ali, Marcos, comigo? Deixa aí e tal." Mas eu espero que as versões dadas tanto por um quanto por outro lado possam provar essas versões e essas versões virem fatos verdadeiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Omar, apenas para confirmar...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Omar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas para confirmar o que V. Exa. está falando, eu realmente fui com V. Exa. à antessala da CPI, ele estava lá com o Relator, nós ficamos por um momento ali e, na sequência, eu saí e ...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E ficaram lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu disse...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então esse é o fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu disse que você saiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu disse que ele disse: "Eu vou derrubar essa República"; ele disse para V. Exa. isso. Ele disse ou não disse?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele fez em algum momento essa afirmação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não; fez essa afirmação! Ele disse para V. Exa.: "Eu tenho provas e vou derrubar a República", ele disse em alto e bom som. Eu tomei um susto, porque eu não sabia quem era. Eu até perguntei: "Marcos...". E aí eu disse, e, bom, você me explicou depois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz Carlos Heinze. Antes do Senador Jorginho tem o Senador Randolfe.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Randolfe primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o Senador Randolfe primeiro.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k., tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É V. Exa. Pode dar para ele, você quer? O Senador Luis Carlos Heinze ou o Senador Jorginho, qual dos dois?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, eu só queria fazer uma consideração aqui, porque V. Exa. ontem disse em *O Antagonista* "Agora pegamos o Governo, a máscara caiu", diz Osmar Aziz. É *O Antagonista* dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então vamos ter que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. A máscara caiu, eu nunca disse isso; não tem, isso aí não é verdade.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então tem que chamar atenção de *O Antagonista.*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não vou chamar a atenção de ninguém.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nós precisamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – A máscara não pode cair não, a máscara tem que ficar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, e nem a minha máscara, nem a que eu estou usando aqui caiu, e eu nunca dei uma declaração dessa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As máscaras têm que ficar, a máscara...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu devo ter dado uma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem defende que a máscara caia é o secretário pessoal dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Engraçado...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Até porque esse Luiz Miranda é conhecido aí, diz que é muito lobista, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não sei.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então ele tem que vir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não frequenta a minha casa, ele frequenta a casa do Bolsonaro, espere aí.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não, não, eu não sei se ele frequenta a casa do Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, ele frequenta a casa do Bolsonaro.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não, eu não sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não faça isso; não faça isso. Não faça isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – É um prejulgamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é prejulgamento não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A gente tem que avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ei, ei, ei, ele falou que foi à casa dele.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Analisar tudo para depois falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não foi lá na minha casa não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É cedo pra fazer conclusões, gente; é cedo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu estou dizendo isso.

Agora, Senador Jorginho, eu lhe asseguro que eu nunca disse que a máscara caiu. Eu dei... Pode procurar todas as entrevistas que eu dei ao vivo, ontem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas essa frase não é sua, Presidente, quando o senhor disse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que a máscara caiu? Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não, que o senhor disse aí... Está no *O Antagonista*. O senhor disse assim: "Agora pegamos o Governo".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu nunca disse isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então *O Antagonista* mentiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu nunca disse isso. Eu não posso dizer isso, eu tenho responsabilidade. Se tem uma pessoa que deve ter responsabilidade aqui, sou eu. Eu não prejulgo. Eu já disse isso dez vezes, em todas as entrevistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está escrito em *O Antagonista*, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo que *O Antagonista* escreve...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não. Tem que só chamar atenção deles.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu não vou chamar atenção de ninguém. Tem 500 entrevistas. Eu nunca falei isso. Pelo contrário, hoje de manhã me perguntaram: "Já é possível investigar o Presidente?". Eu falei: "Não sei se é possível. Não sei se é possível. Eu não tenho ainda o esclarecimento jurídico para isso."

Agora, você se apega a uma frase e vem dizer que esse cara... Esse cara não anda na minha casa, não. Não é meu amigo não. Não anda de moto comigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, duas questões. A primeira é a seguinte, nós estamos protocolando um requerimento solicitando a análise técnica feita pela Anvisa em relação ao laboratório da Bharat Biotech, na Índia. São importantes os autos da inspeção feita pela Agência de Vigilância Sanitária em relação a esse laboratório.

Além disso, eu considero importante ouvirmos, Sr. Presidente – e iremos protocolar requerimento nesse sentido, aqui nesta Comissão –, a área técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre as condições desse laboratório.

Causa espanto para todos nós, Presidente, que o Governo tenha se antecipado nos procedimentos em relação à Bharat Biotech e à Anvisa e Precisa... É tanta empresa, Senador Humberto. Ainda tem mais uma no meio, que é uma que tem sede num paraíso fiscal que pediu o adiantamento de US$45 milhões...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Que faz vacina para gado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E que faz vacina para bovinos, na Índia. Tem sede em paraíso fiscal.

Então, são necessárias algumas providências que eu estou encaminhando a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeiro, a quebra do sigilo bancário dessa *offshore*, dessa empresa que tem sede em paraíso fiscal, que já aplicou um golpe no Paraguai. Já aplicou o golpe no Paraguai. Dessa, a quebra de sigilo fiscal, a quebra de sigilo bancário, se tiverem operações dessa empresa aqui no Brasil, porque temos informações de que há operações dessa empresa também no Brasil, apesar de ser *offshore.* Então, é importante identificar a atuação dessa empresa e, por isso, protocolo o requerimento nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, protocolaremos requerimento também para pedir a análise técnica, já reitero, feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária nos laboratórios da Bharat Biotech, Covaxin, em Nova Délhi. E ouvirmos aqui também a área técnica da Anvisa sobre como foi esse procedimento.

Por fim, Sr. Presidente, só para deixarem claros os fatos. Nós... Em nenhum momento esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu, o Relator Renan Calheiros ou o senhor ou outro membro pensou em convidar o Deputado Luis Miranda, do DEM. Nós levantamos a possibilidade da convocação do Sr. Luis Ricardo, servidor do Ministério da Saúde, a partir do depoimento que esse senhor prestou ao Ministério Público Federal falando de procedimentos indevidos na aquisição dessa vacina Covaxin.

No depoimento do Sr. Luis Ricardo é dito o seguinte: "Foi pedido pra mim a exceção da exceção em relação à essa vacina". Na terça-feira, o Senador Renan me informou que ia protocolar um requerimento de convocação, concordei com o Senador Renan. Em seguida, o Deputado Luis Miranda, do DEM, procurou esta Comissão Parlamentar de Inquérito dizendo que tinha mais informação, informando inclusive a esta Comissão Parlamentar de Inquérito algo que nós não sabíamos, que ele era irmão do servidor concursado do Ministério da Saúde Luis Ricardo, e informando que tinha notícias a mais a prestar a esta CPI; entre estas notícias a mais que tinha, a de que tinha comunicado pessoalmente o Presidente da República da fraude em curso no Ministério da Saúde. É por isso que resolvemos convidar também o Deputado Luis Miranda. E reitero: o Deputado Luis Miranda, do DEM, procurou esta CPI, V. Exa. relatou agora como ele procurou V. Exa., procurou o Senador Renan Calheiros e outros membros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Ele não procurou. Coincidentemente, ele estava lá na antessala. Eu não sabia nem que ele estava lá. Eu cheguei lá e conversei, estava o Renan e tinha outra pessoa lá – não sei quem estava lá junto com o Renan, não lembro. E entramos eu e Senador Marcos Rogério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, para completar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso. Não teve outra coisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para completar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tenho o telefone do Deputado. Eu não sei onde ele encontra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, para completar, o Deputado Luis Miranda, do DEM, que veio até esta CPI, que procurou se dispor a comparecer e a falar nesta CPI, pela circunstância do irmão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ontem o Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, do DEM, do mesmo partido do Deputado – eu acho, não é? –, do mesmo partido do Deputado, assacou um conjunto... Ele pode acusar. Me parece, Presidente, tem um... Os dois são do mesmo partido. Ele pode ter as divergências que tiver, embora sejam do mesmo partido, mas o problema é que não é aceitável ameaça à testemunha. E a fala ontem do Sr. Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, no meu entendimento, Sr. Presidente, claramente fere o art. 4º, §1º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, *ipsis litteris,* que diz o seguinte, inciso I do art. 4º dessa lei: "Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros. Pena - reclusão, de um a três anos", conforme o art. 329, do Código Penal.

Por isso, eu quero só reforçar aqui a advertência feita pelo Sr. Relator e pedir a V. Exa. que esta Comissão Parlamentar de Inquérito advirta que não vai aceitar qualquer tipo de obstrução à atuação quer dos seus membros, quer de quaisquer que sejam as testemunhas que venham prestar depoimento a esta CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só pra fazer um comunicado. Eu acabei de ligar para um jornalista que, de vez em quando, sempre pergunta sobre as questões, de *O Antagonista*, Senador Jorginho. E ele me comunicou agora que o colega dele disse que ouviu falar e publicou. Veja bem aonde nós chegamos! Eu nunca daria uma declaração dessa. Não é nem minha forma de falar. Negócio de "a máscara caiu"... É muito prematuro pra você fazer qualquer prejulgamento sobre pessoas.

Eu já disse aqui, Senador Jorginho, que eu já fui prejulgado e não tenho uma denúncia contra mim, zero, nenhuma. Eu não sou réu em nenhuma ação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Fico feliz de ouvir isso, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sou réu em uma ação, eu não tenho uma denúncia e não sou réu em nenhuma ação em mais de 30 anos de vida pública! Eu nunca fui condenado a nada, só que as pessoas querem potencializar, é normal. E eu não tenho a irresponsabilidade – e mais – eu sou uma das pessoas que menos fala *in off*, porque eu falo francamente da forma que eu sei me expressar – e eu não daria isso. Eu espero que o próprio jornalista que se equivocou, que ouviu dizer, que possa reparar isso para o bem da nossa comunicação. E tenho certeza que a atuação de O *Antagonista,* que tem sido uma atuação séria... Equívocos qualquer pessoa pode cometer. Eu espero – que eu, quando cometo equívocos, eu peço desculpas e reparo o equívoco que eu fiz –, então, eu peço que seja feito da mesma forma para não comprometer a isenção da Presidência da CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu... Sr. Presidente, o assunto Luis Miranda foi rápido, ontem veio, o Onyx falou... Vamos ouvir o Luis Miranda, talvez o Onyx. Então, prova e contraprova. Pra nós é muito importante isso, pra ouvirmos os dois lados da versão.

Eu estou insistindo, já há algum tempo, na questão da pesquisa de Manaus. Já pedi à mídia, já pedi nesta Casa e reforço o pedido: seria muito importante que alguns dos pesquisadores da pesquisa de Manaus publicada na revista *Jama* viessem a esta CPI juntamente com algum outro pra fazer um contraponto. Por que eu insisto nesse ponto, Presidente? Fundamental, a pesquisa da *Jama* e a pesquisa da *Lancet* foram fundamentais pra mudar os destinos do mundo – do mundo –, não é do Brasil, com relação a um tratamento. Por isso que volto a insistir, seria muito importante qualquer pesquisador da lista de pesquisadores que acompanharam a pesquisa lá de Manaus tivesse um debate nesta Comissão, frente a frente, como o senhor quer trazer o Onyx e o Luis Miranda, não tem problema nenhum, pra que nós possamos unir os dois lados. Já escalamos alguém do nosso lado e V. Exa. poderia trazer alguém. Nós tiramos as dúvidas. Eu continuo insistindo que tem um problema seriíssimo na pesquisa, como foi feito também na pesquisa de Harvard publicada na revista *Lancet*.

Então, é mais uma vez um pedido a V. Exa. Já que nós vamos agora ouvir o Onyx e o Luis Miranda, que nós possamos ouvir quem é o responsável pela questão desse tratamento precoce no mundo inteiro. A decisão da OMS, a decisão da OMS mudou depois da pesquisa *Jama*, esse é o ponto importante. O que nós estamos debatendo aqui é a pandemia, combate ao vírus, e aqui tem um ponto fundamental nessa pandemia, que é o tratamento preconizado ou não pela OMS.

Por isso, eu reforço o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente, é bem rápido.

Eu queria só discordar do meu caro colega Randolfe, porque ontem eu assisti à coletiva do Ministro Onyx Lorenzoni e não vi, em momento nenhum, ele ameaçando ou insinuando algo sobre a CPI, em momento algum, vi se direcionando e falando com o Luis Miranda, sobre o Luis Miranda. Cabe ao Luis Miranda recorrer ou buscar justiça pra fazer o que é justo, mas não usar a CPI pra ser intermediária numa situação como essa.

Então, eu queria, com todo respeito e admiração que eu tenho pelo Randolfe... Eu não vi movimento nenhum do Ministro contra a CPI ontem, na fala dele.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Jurema, a senhora é convocada na CPI e a senhora tem que fazer um juramento aqui.

Dra. Jurema Werneck, V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado?

A SRA. JUREMA WERNECK – Prometo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Dr. Pedro Hallal, V. Exa. é convidado, não é convocado. Não precisa fazer nenhum juramento, mas, se assim o quiser, eu farei o juramento de V. Exa..

O SR. PEDRO HALLAL – Quero sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Está bem.

Dr. Pedro Hallal, V. Sa. foi convidado a prestar depoimento perante esta Comissão, mas pode voluntariamente firmar compromisso de dizer a verdade. V. Sa. gostaria de firmar esse compromisso?

O SR. PEDRO HALLAL – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A partir deste momento, os depoentes estão sujeitos ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal.

Eu passarei a palavra, por 15 minutos, primeiramente pra Sra. Jurema e, depois, para o Sr. Pedro. Então, a senhora, por 15 minutos. E, depois, passarei a palavra ao Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*) (*Falha no áudio.*)

... ver o som. Eu acho que não estão ouvindo.

A SRA. JUREMA WERNECK – Alô.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Agora sim.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) **–** Obrigada.

Repetindo, bom dia, Sras. Senadoras. bom dia, Srs. Senadores. Eu queria inicialmente agradecer a oportunidade da convocação recebida pelo grupo Alerta.

Pra nós, é um momento extremamente doloroso. Estamos vendo aqui 507.240 pessoas que morreram em consequência da pandemia de Covid-19 entre nós. Nós do grupo Alerta, que somos um grupo de organizações da sociedade civil, estamos em alerta desde o princípio da pandemia; nos unimos, nos reunimos às organizações Oxfam Brasil, Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), Inesc, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Anistia Internacional Brasil, que eu represento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós nos reunimos, desde o primeiro momento, movidos por um sentimento difícil, Senador, de angústia, de angústia pela pandemia fora de controle no Brasil. Nós... E buscamos também, movidos pelo sentimento – além da angústia, além da dor – de urgência, porque era preciso que todas e todos – sociedade, Governos, Parlamento, todas as instituições brasileiras, todas as pessoas, toda a cidadania brasileira – se unissem pra que vidas pudessem ser salvas... E é isso que eu trago aqui, Senador. É isso que eu trago aqui.

Eu trouxe uma apresentação. Peço, por favor, o próximo eslaide, que apresenta dois momentos da ação do Alerta.

O Alerta, já em maio de 2020, lançou uma campanha e um manifesto nos principais jornais brasileiros. Era chamado "Alerta sobre a responsabilidade pelas mortes evitáveis por Covid-19", em maio de 2020. Naquele momento, naquele manifesto, já afirmávamos que era preciso uma ação insistente, contundente e aprofundada pra proteger a saúde e a vida da população brasileira, e, principalmente, era preciso colocar em curso medidas que já estavam à disposição, já em maio de 2020. E digo: ainda no início da pandemia no Brasil, medidas que salvariam vidas.

Naquele momento a gente dizia, Senador Renan, que mortes evitáveis têm responsabilidades atribuíveis. O que dizíamos? O que queríamos dizer com isso? É que aquelas autoridades que não cumprissem seu dever de proteger a saúde e a vida das pessoas deveriam ser responsabilizadas e que esse grupo de organizações chamado Alerta se comprometia com a sociedade brasileira de levar adiante os estudos, as informações e as mobilizações, para que os responsáveis sejam apontados, as decisões sejam tomadas e, principalmente, para que essas autoridades passassem a corrigir a rota, virar a página e produzir as ações de forma consistente, para salvar vidas.

O próximo eslaide – por favor – fala um pouco desse estudo. Esse estudo... Nós começamos a fazer esse estudo ainda no início da pandemia, no início da ação do Grupo Alerta. Já em maio, junho, nós nos reunimos com o pesquisador Guilherme Loureiro Werneck, do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ; com a pesquisadora Ligia Bahia, do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro – a UFRJ também; com a Jéssica Pronestino de Lima Moreira, também do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ; e com o Professor Mário Scheffer, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP.

Chamo a atenção para o nome e para a vinculação desses pesquisadores, porque estão entre as instituições mais prestigiosas das universidades públicas do Brasil. Repito: das mais prestigiosas. A seriedade desses pesquisadores está atestada pelos seus trabalhos consistentes nesses centros de pesquisa.

E esse estudo buscou duas frentes de análise. A primeira é sobre as mortes evitáveis por medidas não farmacológicas no primeiro ano da pandemia. Eu já chamo a atenção, já neste momento, sobre o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

eu quero dizer com primeiro ano da pandemia: a primeira morte confirmada por Covid-19 no Brasil aconteceu no dia 12 de março de 2020. A primeira morte, uma mulher da Zona Leste de São Paulo; primeira morte confirmada. A partir da semana seguinte, nós passamos a analisar a mortalidade registrada no período da pandemia e fizemos isso para um período de um ano, de março de 2020 a março de 2021, perfazendo 52 semanas epidemiológicas de observação.

Nós também buscamos os dados. Os dados que foram analisados são dados oficiais, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, não são dados tirados da cartola nem do bolso de ninguém. São dados oficiais, presentes no Sistema de Informação de Mortalidade do Datasus, e também os dados do cartório do registro civil. Esses dados são de morte, de morte.

Por que que a gente usa essas duas fontes principais? Porque o Sistema de Informação de Mortalidade traz informações importantes, mas a qualidade do dado, a precisão do dado vai sendo produzida com o tempo. Os Municípios informam para os Estados, os Estados informam para o nível federal, e essa transmissão de dados passa por checagens, para corrigir erros de preenchimento. Então, isso leva um tempo, cerca de um ano, para os dados estarem mais consistentes. Então, a gente, para se apoiar, para garantir mais consistência à informação, a gente foi buscar os dados do cartório de registro civil. Por quê? Atestado de óbito. Ninguém é enterrado sem o registro da morte. Então, a gente comparou essas duas fontes de informação sobre morte no Brasil, fez as correções necessárias, porque são bases de dados diferentes, e trazemos esses números aqui.

Buscamos uma metodologia que fosse aceita na comunidade científica, uma metodologia que pudesse garantir segurança sobre essa análise, e a gente se apoiou em dois estudos publicados nas duas das mais prestigiosas revistas científicas do mundo, a revista *Science* e a revista *Nature*. Essa é a primeira frente de informação. A outra frente de informação é a que busca analisar as mortes evitáveis por ações e serviços de saúde.

E explico por que são duas frentes: porque esses estudos da revista *Science* apontam, nos permitem apontar... De qualquer forma, era uma pandemia. A gente sabe que tem duas coisas que precisam ser feitas: lidar direto, tentar impedir a transmissão do micro-organismo, no caso o vírus SARS-CoV-2, e, outra, preparar o sistema de saúde pra receber os pacientes. Essas duas medidas contribuiriam pra salvar vidas.

Então, nós buscamos dados. Com relação ao serviço de saúde, a gente utilizou também dados oficiais, a Pnad Covid, produzida pelo IBGE, de maio ao final do ano de 2020; a gente procurou também o banco de internações por síndrome respiratória aguda e grave e ali a gente separou só aqueles dados indicados por Covid; e nós buscamos também – não está no eslaide, peço desculpas – o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde pra conhecer que serviços eram esses, pra ter alguma informação de que serviço era esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E chegamos aqui com cinco perguntas. Organizei, Sr. Senador... Até desculpa... Presidente, eu deixo aqui à mão. Organizamos essa apresentação na forma de perguntas e respostas pra facilitar. O estudo está sendo entregue para o Presidente, para o Sr. Relator e pra cada Senador e Senadora integrantes desta CPI, desta Comissão. O estudo está à disposição de todos. Todas e todos nós do grupo Alerta, os pesquisadores, estamos todos à disposição desta Comissão pra responder a qualquer detalhe, qualquer pergunta. Mas organizei aqui cinco perguntas pra ser mais direta, pra usar os meus 15 minutos de forma mais produtiva.

O próximo eslaide, por favor.

O próximo eslaide é a primeira pergunta: qual o impacto da pandemia nas mortes no Brasil? Qual impacto sobre as mortes do Brasil? E aí a metodologia mais adequada diz que primeiro a gente tem que se perguntar: a pandemia produziu mortes no Brasil? E esse gráfico... O gráfico tem... A gente vê que o gráfico tem quatro linhas. Eu peço que olhem pra linha mais escura do gráfico, a linha em preto. Esse é um cálculo baseado numa série histórica de 2015 a 2019 sobre o padrão de mortes no Brasil sem a pandemia. Então, a gente tem a linha mais escura, que diz que, no Brasil, se morre mais ou menos naquele padrão. Aqueles são os números sem a pandemia, no período das 52 semanas estudadas. As linhas em cinza são a chamada margem de erro, porque pode ter sido um pouco mais, um pouco menos, porque vai haver correções, vai havendo correções ao longo do período.

Mas eu chamo a atenção, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, pra linha vermelha. A linha vermelha é o excesso de mortes. A pandemia no Brasil, ao longo 52 semanas, produziu aquelas mortes em excesso. E, quantificando aquelas mortes em excesso, a gente pode afirmar que foram 305 mil mortes acima do esperado no Brasil – 305 mil mortes acima do esperado no Brasil no primeiro ano da pandemia, nas primeiras 52 semanas!

Os senhores podem perguntar: todas as 305 mil mortes são por Covid? Eu vou responder: tem casos de Covid, mortes causadas diretamente por Covid, mas mortes causadas indiretamente pela presença da pandemia. Isso significa que pessoas ou retardaram a busca de ajuda e morreram antes de ter ajuda e pessoas buscaram ajuda, mas o serviço estava sobrecarregado e não foi capaz de dar a atenção necessária e vieram a óbito também, ou seja, são todas as mortes que a pandemia provocou direta ou indiretamente.

O próximo eslaide, por favor.

A pergunta... Porque a nossa preocupação é: havia algo que poderia ser feito pra evitar já no primeiro ano da pandemia, sem vacina, sem medicamento comprovado pela ciência, sem muito conhecimento inclusive, será que havia algo que poderia ser feito para não ter 305 mil mortes a mais?

E a gente buscou responder no próximo eslaide. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A literatura, o conhecimento, como eu disse, desde o princípio, apontam dois caminhos de ação para reduzir as mortes, para reduzir o impacto da pandemia entre nós. Uma é a redução da transmissão, isso é assim para qualquer doença infecciosa, para qualquer epidemia, para qualquer surto. Vamos tentar impedir a redução da transmissão. E como poderia ter sido feito isso, como se poderia fazer isso? Através de uma técnica básica da saúde pública, a vigilância epidemiológica, não é? A testagem para identificação daquelas pessoas que estão infectadas, a busca... A gente fazendo busca ativa, procurando. O vírus está em algum lugar, a gente tem que ir atrás, tem que encontrar, tem que testar. E, quando a gente testa e encontra, a gente isola essa pessoa, faz a primeira barreira para a transmissão. Rastreia os contatos, com quem ela entrou em contato, seja no ônibus, seja no trabalho, seja mesmo em casa, também testa, também recomenda o isolamento e a gente controla a transmissão.

Mas havia outra medida também de redução da transmissão além da vigilância epidemiológica. Existiam as medidas não farmacológicas. Esses estudos já falam desde o princípio que o uso de barreiras para transmissão do vírus, como nós estamos fazendo aqui – estamos todos na sala, mas estamos de máscara, isso é uma barreira central –, então, os estudos já comprovam que uso de máscara é uma alternativa importante; o distanciamento físico, como estamos fazendo aqui, é uma alternativa importante; a restrição da mobilidade e redução das taxas de contato. Tem tido um debate intenso na mídia sobre aglomeração. Isso tudo os estudos mostram que teriam feito a diferença – teriam feito a diferença.

Essa era a parte da redução da transmissão, mas tem outra parte, que é a preparação do sistema de saúde. A pandemia foi anunciada no fim... A epidemia, o surto, naquele momento era uma epidemia ainda na China, foi anunciado em 2019. Sabíamos que corríamos um risco bastante significativo de ela chegar até aqui. Então, o que a gente tem que fazer? Pessoas vão adoecer, é preciso preparar o sistema de saúde para receber os pacientes e salvar as vidas.

E quais medidas são essas? Oferta de profissionais treinados em quantidade suficiente; repito: oferta de profissionais treinados em quantidade suficiente. Oferta de leitos em hospitais e leitos de UTI, porque víamos, pelo histórico da doença na China, na Europa, que a demanda de leitos hospitalares e CTI era muito alta. Então, tínhamos que preparar isso porque ia chegar aqui. Tinha uma vantagem temporal porque, quando ainda estava acontecendo na Europa, ainda não estava acontecendo aqui. Tínhamos uma vantagem temporal. Tínhamos que oferecer medicamentos e suportes porque sabíamos que essas pessoas são hospitalizadas, são intubadas. Então tem uma série de medicamentos necessários. E vimos as notícias: faltaram anestésicos, corticoides, relaxante muscular. À medida que a gente foi aprendendo quais eram os medicamentos necessários... A gente não estava preparado, a gente precisava estar preparado para ter isso no sistema de saúde, para poder cuidar da saúde das pessoas. E disponibilidade de insumos também: oxigênio medicinal, ventiladores mecânicos e outros, fundamentais para cuidar das pessoas e ajudar a salvar vidas.

O próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu tempo está acabando, eu vou pedir...

Aqui é uma informação sobre os estudos. Pode passar, por favor. Pode passar.

Mas eu posso... Aí, isso. Aí a pergunta...

Aqueles eslaides mostraram, o que eu mostrei até agora mostra que havia o que poderia ter sido feito de forma intensa, de forma consistente, para ajudar a salvar pelo menos em parte as vidas que perdemos. Havia e ainda há, Senador, ainda há, Senadora.

Nesse estudo, então, se pergunta: 305 mil mortes em excesso, quantas dessas poderiam ter sido evitadas?

O próximo eslaide, por favor.

Aqui, a gente se baseia nesses estudos que eu citei, que apontam que, se as medidas eficientes de distanciamento social e controle da transmissão, vigilância epidemiológica, etc. tivessem sido adotadas, haveria uma redução de 40% no potencial de transmissão do vírus, o famoso R0, de que a gente escuta falar – 40%, senhoras e senhores; 40%! Embaixo, tem uma ilustração sobre o que é o R0. A3 gente pode botar isso, mas eu peço para passar, por favor, que o próximo número é muito importante.

A resposta é: se tivéssemos agido como era preciso – como era preciso! –, Senador, a gente poderia, ainda no primeiro ano de vida, ainda no primeiro ano de história da pandemia entre nós, nas 52 primeiras semanas epidemiológicas, ter salvo 120 mil vidas. E não são números, não são números! –; são pais, são mães, são irmãos, são sobrinhos, são tios, são vizinhos, são gente que eu não conheço, mas habita este País, como eu. A gente poderia ter salvo pessoas, se uma política efetiva de controle, baseada em ações não farmacológicas, tivesse sido implementada.

E, no próximo eslaide, chamo atenção, brevemente – eu sei que meu tempo está acabando –, porque na mídia houve muitas declarações acerca do vírus democrático, que o vírus estava igual para todo mundo, e é verdade. O vírus procura oportunidade, mas a injustiça, a desigualdade, as iniquidades fizeram diferença. E o próximo eslaide me ajuda a mostrar um pouco isso.

Por favor.

Aqui, é um exemplo, um cálculo, uma análise que a gente fez, com base na Pnad Covid, acerca do acesso à testagem – acerca do acesso à testagem! –, no primeiro ano da pandemia. Os dados da Pnad Covid dizem que menos de 14% da população brasileira fizeram testes, menos de 14%! Isso já mostra, Senadores e Senadoras, que não estávamos buscando as medidas básicas para garantir o controle da transmissão, mas esse estudo mostra, os estudos, os outros dados mostram um fato bastante gritante da desigualdade: que, dentro desse universo, pessoas com renda maior do que quatro salários mínimos consumiram quatro vezes mais testes do que as pessoas que recebiam menos de meio salário mínimo. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

injustiça está demonstrada e, mais do que isso, já sabíamos, antes da pandemia, que existiam populações mais vulneráveis do que outras, porque a injustiça, a desigualdade é vulnerabilidade. É nessas populações que estão as mais altas taxas de morte por qualquer coisa no Brasil. Então, já sabíamos que essas populações estavam vulneráveis, e nada foi feito, nem o teste.

O próximo eslaide, por favor.

Aqui, mostra um pouco, é mostrada a mesma coisa. Em preto, nas quatro colunas de diferentes meses da Pnad Covid, de julho a novembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente Randolfe, sem interromper...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Se a expositora...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta Presidência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que veio colaborar com esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... puder estender um pouco mais, eu acho que iria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já acatando o encaminhamento de V. Exa., esta Presidência pede para a senhora ficar à vontade para poder concluir a sua exposição.

A SRA. JUREMA WERNECK – Agradeço, Senadores. Vou ser o mais breve possível, só para poder concluir e passar para o Dr. Pedro Hallal, que também traz informações essenciais.

Esse gráfico, em preto, em cada mês, mostra aquele setor de quatro salários mínimos ou mais. Em todos os meses, a diferença para os outros setores de renda foi importante.

O próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, é pelo grau de instrução. Pelo grau de instrução, em preto, estão as pessoas com maior, com o grau mais alto de instrução, e a mesma desigualdade está demonstrada.

O próximo, por favor.

O que esses dados... E tem outros dados, tem muitos dados, não é? Tem muitas informações. Trouxe essas aqui, mas o estudo traz mais dados. O que essas informações atestam é que as desigualdades estruturais tiveram influência sobre as altas taxas de mortalidade. E quando a gente cruza com diferentes marcadores, a gente vê que a maioria das pessoas que morreram no Brasil eram negras, eram indígenas, eram pessoas de baixa renda e de baixa escolaridade. Já sabíamos que o Brasil tinha uma desigualdade nesse campo. E deixamos passar; e deixamos passar.

O próximo, por favor – já quase encerrando.

Respondendo a pergunta sobre o sistema de saúde, a imagem mostra: aqueles desenhos de hospital são as unidades públicas, as unidades empresariais e as unidades filantrópicas, o sistema de saúde brasileiro, né? Esse é o sistema de saúde brasileiro. Nós vamos ver... Ali na informação da unidade pública, a gente vê que 66% das pessoas que morreram no Brasil, morreram nas unidades públicas. E a gente está vendo também que desses 66% que morreram nas unidades públicas, a maioria era população não branca. O que quer dizer isso? Quer dizer que o sistema público é ruim? Não. Quer dizer que o sistema público estava terrivelmente sobrecarregado e não conseguiu dar conta. Quer dizer também que, possivelmente, essa população, que tinha uma carga de doença, uma carga de risco, uma carga de vulnerabilidade maior, talvez não tenha conseguido acesso a tempo. É isso que quer dizer. Eu não estou dizendo isso pra dizer que o sistema público é ruim, muito pelo contrário. Vivi a minha vida inteira apoiada no sistema público. Muito pelo contrário, eu estou dizendo que, se a gente investisse e se continuar investindo, podemos fazer a diferença.

O próximo, por favor.

Esse é um outro dado estarrecedor. Os dados apontam que 20.642 pessoas morreram em unidades de atendimento pré-hospitalar, ou seja, morreram nas UPAs, morreram no pronto-socorro. Não tiveram condição de acesso a tempo. Boa parte dessas pessoas não tiveram condição de acesso. E a maioria, como o segundo número mostra, foi na unidade pública, ou seja, porque a epidemia estava descontrolada, estava muito intensa entre nós, não houve condição de receber todo mundo que precisava a tempo.

O próximo, por favor.

O próximo, por favor.

Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pra encerrar, como eu disse, o Grupo Alerta está movido pelo senso de urgência, o senso de urgência de salvar vidas. Então, a última pergunta que nós fizemos é: o que podemos fazer?

O próximo, por favor.

Porque aí trazemos recomendações a esta CPI, recomendações à CPI que a gente acha importantes. A CPI já está liderando e precisa liderar, cada vez mais, os esforços pra que medidas adequadas sejam adotadas. Então, a gente traz as seguintes recomendações. Primeiro, a criação de um memorial das vidas perdidas para Covid. São mais de meio milhão de mortes, Senador. A gente precisa viver como coletividade, como brasileiros e brasileiras, como Nação, esses rituais, esses processos de luto. É muito difícil o que a gente está passando e a gente não está tendo tempo pra parar, pra chorar e pra honrar adequadamente nossos mortos. Esta CPI pode liderar esse processo. Precisa liderar, precisa criar um plano de responsabilização e reparação – responsabilização daqueles que deixaram de fazer o que era necessário, daqueles que deixaram de cumprir o seu dever; e também de reparação, falamos de reparações individuais às famílias, mas principalmente reparação coletiva. A sociedade brasileira precisa encontrar forma de reparar o dano que foi causado pelo descontrole da pandemia.

É preciso, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, criar uma frente nacional de enfrentamento à Covid-19 no Brasil. Por que é preciso criar essa frente? E por que essa frente precisa ser liderada por esta CPI, pelo Senado Federal? Porque precisamos de alguém que lidere as ações que vão fazer a diferença hoje, amanhã, no futuro.

Essa frente nacional que a gente propõe é liderada pelo Senado, é liderada pelo Parlamento, mas precisa, necessariamente, incluir todos os setores da sociedade, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, da sociedade civil, de todo mundo, porque todo mundo tem o dever e tem o que contribuir para salvar as vidas no Brasil.

Precisamos garantir, a partir dessa liderança, a implementação consistente das medidas não farmacológicas para redução da transmissão, porque vimos nos estudos de excelência que eu trouxe aqui como exemplo que isso pode fazer a diferença, pode reduzir em até 40% a morte. E, agora, a gente ainda tem um fator adicional: agora a gente tem também as vacinas, que precisam ser intensificadas. Então, mais vidas podem ser salvas. Então, a gente precisa garantir... Não precisa ficar nesse debate estéril se usa ou se não usa. Precisa usar. É para salvar a vida não apenas das pessoas, mas da sociedade. A sociedade está perdendo. Precisa usar.

E é preciso garantir que o Sistema Único de Saúde refaça, angarie, tenha a sua dimensão adequada, a abrangência adequada e as responsabilidades adequadas para o desafio atual da pandemia, para cuidar dos doentes, para cuidar daqueles milhares que estão com sequelas – e são muitas sequelas –, e para cuidar dos futuros desafios epidemiológicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa epidemia não acabou, mas um dia ela vai acabar. Mas há um desafio que já está colocado: outras epidemias virão.

E a gente precisa dessa riqueza que é o Sistema Único de Saúde, aquele sonho da Constituição de 1988, que ele se realize plenamente, porque, aí, vidas serão salvas – vidas serão salvas agora e no futuro.

O próximo, por favor.

Há vidas que ainda podem ser salvas. É isso.

O próximo, por favor.

Esse é o último.

Apenas para agradecer, em nome de Oxfam, do Idec, do Inesc, do Instituto Ethos, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e pela Anistia Internacional, que eu represento aqui. Eu quero agradecer, mais uma vez, a convocação para estar aqui e a oportunidade de apresentar esses dados.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Jurema Werneck, muitíssimo obrigado por vossa contribuição.

Pergunto a V. Sa.: esses eslaides também estão disponibilizados para todos os Srs. e Sras. Senadoras? Aqui é o estudo.

O SR. JUREMA WERNECK – A gente pode pedir. Os eslaides foram entregues à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Eu queria determinar, então, à Secretaria que providenciasse também cópias dos eslaides para os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ato contínuo...

Muitíssimo obrigado, Dra. Jurema.

Ato contínuo, Dr. Pedro Hallal, professor, pesquisador da Universidade Federal de Pelotas.

V. Sa. tem 15 minutos, mas com toda a tolerância desta Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe. É uma satisfação estar aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma satisfação estar aqui nesta Casa, o Senado Federal, pela qual todos os cidadãos brasileiros têm muito apreço.

Queria, inicialmente, lembrar que eu venho da Universidade Federal de Pelotas e fazer uma saudação especial ao nosso reitor eleito, Professor Paulo Ferreira, e à nossa Reitora nomeada, Professora Isabela Andrade, porque a UFPel é uma das mais de 20 universidades do Brasil na qual o voto da comunidade não foi respeitado e não foi nomeado o reitor que venceu o processo democrático.

Queria também fazer uma manifestação de que todo o material que eu vou apresentar, tanto os eslaides quanto os documentos comprobatórios do que eu estou dizendo, são públicos, estarão disponibilizados para todos aqueles que tiverem acesso, têm acesso.

Inclusive entrego aqui em mãos para o Senador Randolfe cópia de todos os documentos que vão embasar a apresentação que eu farei agora para os Srs. e Sras. Senadoras.

Próximo eslaide, por favor.

O meu currículo Lattes, assim como o de todos os pesquisadores e pesquisadoras do Brasil, está disponibilizado publicamente na Plataforma Lattes, mantida pelo CNPq. Então, não farei nenhuma manifestação sobre o meu currículo, apenas que tenho graduação em Educação Física, mestrado e doutorado em Epidemiologia, sou professor da Universidade Federal de Pelotas e coordeno o Epicovid, o maior estudo epidemiológico sobre coronavírus no Brasil. Mas faço questão de fazer um reconhecimento: se eu estou aqui hoje apresentando este testemunho, muito é pelo trabalho do Dr. Fernando Barros e do Dr. Cesar Victora, que, 40 anos atrás, começaram a fazer pesquisa em Epidemiologia na Universidade Federal de Pelotas e lideram hoje um grupo de pesquisas reconhecido internacionalmente. A Universidade Federal de Pelotas é sede dos estudos de coortes de nascimentos, que são um patrimônio da ciência brasileira, muito pelo trabalho desses dois colegas, a quem faço questão de prestar minha homenagem.

Próximo, por favor.

Eu começo mostrando, na visão da Epidemiologia, quais são os sete pecados capitais que foram cometidos no enfrentamento da pandemia. A Professora Jurema já fez um pouco, a doutora fez basicamente a mesma explicação.

Então, o Brasil teve pouca testagem, rastreamento de contatos e isolamento, que é o bê-á-bá do enfrentamento de qualquer doença infecciosa.

O Brasil demorou para comprar e desestimulou a vacinação.

O Brasil fez promoção de tratamentos ineficazes. E sobre esse tema gostaria desde já de manifestar que muito menos que a discussão se um medicamento em específico funciona ou não é a discussão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

sensação de segurança que foi passada para a população brasileira: "podem pegar o vírus que tem um remédio que vai salvá-los".

A ausência de liderança do Ministério da Saúde, de um comitê de crise.

O desestímulo ao uso de máscaras.

O uso de uma abordagem clínica *versus* epidemiológica. E esse é um tema extremamente importante. O Brasil adotou uma abordagem clínica para curar cada pessoa que fosse acometida pelo vírus – compra mais respirador, garante que tenha oxigênio, o que, às vezes, infelizmente, não deu, garante que tenha *kit* intubação, amplia leitos –, mas nenhuma pandeia na história da humanidade foi vencida assim. A pandemia, para ser vencida, precisa cessar a transmissão do vírus. Infelizmente, o Brasil não foi por esse caminho.

E a falta de uma comunicação unificada, talvez um dos temas mais graves a ser investigado por esta Comissão Parlamentar: a necessidade que o País tinha de uma política de comunicação unificada, estimulando a população a usar máscara, a se proteger, a evitar aglomerações. Infelizmente, isso não foi feito.

Próximo, por favor.

Eu vou rapidamente passar aqui por quatro questões metodológicas, porque elas têm permeado o trabalho dos Srs. e Sras. Senadores aqui nesta Comissão.

Primeiro, vocês vão ver que, na minha apresentação e na apresentação da Dra. Jurema, a gente apresenta muitos poucos dados sobre o número de casos, porque o número de casos não é uma estimativa confiável. O Epicovid mostrou que, no meio do ano passado, havia seis vezes mais casos no Brasil do que aparecia na estatística oficial. E esse resultado é válido em vários lugares do mundo. As políticas de testagem determinam o número de casos.

Exatamente por isso também, é absolutamente equivocado, sob o ponto de vista científico, comparar locais usando taxas de letalidade. Taxa de letalidade leva em consideração o número de casos, e o número de casos depende da política de testagem de cada local. Vocês nunca viram artigos científicos na literatura comparando a letalidade em diferentes localidades. Vocês veem artigos comparando a mortalidade em diferentes locais.

Obviamente há necessidade de usar números relativos ao invés de números absolutos. É muito triste que até hoje a gente veja isso. Inclusive aqui, nesta CPI, eu já ouvi que o Brasil é o quarto País que mais vacina no mundo. É lamentável essa afirmação ser feita. Em números relativos, o Brasil não está entre os 70 países que mais vacinam no mundo – vou mostrar os dados –, assim como o Brasil também não é o segundo país com mais mortes no mundo; o Brasil é o nono ou oitavo país – depende dos últimos dois ou três dias, se mudou. Então, a gente sempre tem que usar números relativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há a importância também de usar fontes confiáveis quando a gente for fazer análises sobre a pandemia.

Próximo eslaide, por favor.

Este é um dado que é estarrecedor, mas todas as vezes ele precisa ser mostrado: o Brasil tem 2,7% da população mundial; e, desde o começo da pandemia, o Brasil concentra praticamente 13% das mortes por Covid no mundo. No dia de ontem, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, uma de cada três pessoas que morreram por Covid no mundo foi no Brasil; 33% das mortes por Covid no Planeta Terra ontem aconteceram num país que tem 2,7% da população mundial. Portanto, é tranquilo de se afirmar que quatro de cada cinco mortes no Brasil estão em excesso, considerando o tamanho da nossa população.

Próximo eslaide, por favor.

Nesse outro gráfico, eu faço uma comparação extremamente simples. Aquela linha de cima é a mortalidade acumulada no Brasil por 1 milhão de habitantes. Então, no Brasil, desde o começo da pandemia, morreram 2.345 pessoas para cada 1 milhão de habitantes. No mundo, é menos do que 500. Notem que é uma análise diferente da anterior e que chega exatamente na mesma conclusão: quatro de cada cinco mortes teriam sido evitadas se estivéssemos na média mundial. Não é se estivéssemos com um desempenho maravilhoso, como a Nova Zelândia, Coreia, Vietnã. Se nós estivéssemos na média – um aluno que tira nota média na prova –, nós teríamos poupado 400 mil vidas no Brasil.

Próximo, por favor.

Esse conjunto de imagens apenas mostra o tamanho da tragédia; e o lado direito mostra, em azul, as vidas que poderiam ter sido poupadas se estivéssemos apenas na média mundial.

Próximo, por favor.

Esses gráficos têm sido apresentados desde o começo da pandemia por mim e por outros pesquisadores, e muitas vezes dizem: "Esta é uma comparação injusta. Não se pode comparar o Brasil com a média mundial". Então, eu faço um conjunto de três comparações.

Primeiro, o Brasil é muito populoso. Então, eu pego os dez países mais populosos do mundo – estão ali os dez listados – e vejo a mortalidade por um milhão de pessoas nos dez países. O Brasil é o pior dos dez entre os países mais populosos do Planeta Terra.

"Ah, Professor, mas isso também não é justo". Vamos comparar com países mais ou menos do mesmo bloco do Brasil.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui está o Brasil comparado com os Brics – África do Sul, China, Rússia... E o Brasil novamente tem um resultado disparadamente pior do que os outros países.

Então, não é porque o Brasil é populoso, não é pelo nível de desenvolvimento e não é também pela pirâmide etária da população, que eu me esqueci de falar. Ao contrário, a pirâmide etária da população brasileira é um pouco mais jovem do que a pirâmide etária do resto do mundo.

Por último, "Ah, mas professor, tem a fronteira, tem a delimitação geográfica".

Próximo, por favor.

Esse é o gráfico que mostra o Brasil comparado com o resto da América, da América do Sul. E realmente, aí o Peru está na nossa frente. As estatísticas do Peru são bastante divergentes da maioria dos outros países, teve uma correção que gerou uma duplicação do número de mortes, mas o Brasil já é o segundo. Logo depois do Peru, o Brasil já é o segundo país da América do Sul com mais mortalidade por Covid-19.

Próximo, por favor.

Agora eu vou entrar numa questão que tem causado bastante incomodação nos epidemiologistas brasileiros quando a gente fala da primeira onda, da segunda onda, da terceira onda. Ondas, para um epidemiologista, são o que vocês observam, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, no gráfico da Inglaterra. Uma primeira onda que sobe, chega perto do zero; uma segunda onda, e depois chega perto do zero de novo. O Brasil não tem ondas definidas. O Brasil tem uma onda que parece a onda da pororoca – para aqueles Senadores que conhecem esse fenômeno –, porque a onda nunca acabou. O segundo aumento de casos passa por cima do primeiro, e o terceiro, agora, infelizmente, começa por cima do segundo.

E a outra coisa que eu queria ressaltar, e eu vou pedir para os Srs. Senadores e Sras. Senadoras atenção ao próximo eslaide, é uma declaração que a gente ouviu esta semana, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que fica comparando o formato dos gráficos e dizendo que a pandemia é igual em todo o mundo – "pode ver, olha ali, os gráficos são idênticos." Eu trago aqui os dados da Coreia do Sul e de Portugal. E realmente, Senador Humberto, se a gente comparar o formato dos gráficos, eles são idênticos. Só tem um detalhe: olhem a escala dos gráficos! O número de mortes – e está pequeno no eslaide, por gosto –, o número de mortes na Coreia do Sul é infinitamente inferior ao número de mortes em Portugal. Tu podes ter dois gráficos com o mesmo formato, num deles morreram 20 mil pessoas e no outro morreram 200 mil pessoas. O formato do gráfico não é a forma que o epidemiologista usa para comparar a evolução da pandemia num lugar e no outro.

Vou falar rapidamente sobre o Epicovid. O Epicovid é esse estudo liderado pela Universidade Federal de Pelotas, cujo logotipo é um *iceberg*, e a ideia desse *iceberg*, para os Srs. Senadores e Sras. Senadoras compreenderem, é que a gente, lá no começo, em março do ano passado, entendia que existiam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mais casos na população do que a gente podia observar pelas estatísticas oficiais. Por isso, desenhamos esse estudo, que começou no Rio Grande do Sul e depois se expandiu para 133 cidades do Brasil, a partir de um contato – e eu faço questão de dizer isso para esta Comissão –, com o Secretário de Atenção Primária à Saúde, Dr. Erno Harzheim, que foi o responsável pela aproximação do Ministério da Saúde com a Universidade Federal de Pelotas para que fizéssemos essa pesquisa, diferente do que foi dito nesta Comissão durante esta semana por um outro depoente.

Esse estudo – volta ali, por favor – foi realizado em três fases, entre os meses de maio e junho de 2020, e foi financiado pelo Ministério da Saúde com um financiamento de R$12 milhões, dos quais, ao final do projeto, cerca de R$1 milhão foi devolvido, porque não foi utilizado. O restante foi usado para fazer a pesquisa.

O próximo eslaide, por favor.

O Epicovid mostrava coisas como esta: que em maio 1,9% da população brasileira já tinha sido exposta ao vírus; isso aumentou para 3% em junho; depois, no meio de junho, para 3,8%. Então, a gente poderia ter esses dados até hoje. Infelizmente, o estudo não foi continuado, e a gente vai falar sobre isso logo no final.

Por favor, o próximo eslaide.

E aí o Epicovid mostrava esses dados espetaculares. Tenho certeza de que os Senadores da Região Norte do Brasil e da Região Nordeste vão ter atenção especial para esse gráfico, porque ele mostrava que lá no começo da pandemia, em maio e junho, era uma pandemia concentrada na Região Norte do Brasil e que depois ia crescendo nas demais regiões. E, infelizmente, a gente não tem esse mapa a partir de junho do ano passado, por uma decisão deliberada do Ministério da Saúde de que esse monitoramento não era mais relevante.

O próximo eslaide, por favor.

Como a Dra. Jurema explicou, incomoda muito a nós pesquisadores quando é dito que a Covid afeta todos. Ela pode até afetar todos, mas em intensidades muito diferentes. Em todas as três fases do Epicovid, as pessoas mais pobres tiveram o dobro do risco de infecção do que as pessoas mais ricas neste País.

O próximo eslaide, por favor.

E eu vou pedir especial atenção das Sras. e Srs. Senadores para este eslaide, porque este eslaide tem uma longa história. Ele mostrou que as populações indígenas tinham cinco vezes, em média, maior risco de contaminação do que as populações brancas; que as populações negras, sejam pretas ou pardas, tinham o dobro do risco de infecção do que as populações brancas; e este eslaide, Sras. e Srs. Senadores – o próximo, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Humberto.

O SR. PEDRO HALLAL – Pode voltar ali, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em relação às populações indígenas, aquela leitura é de que elas foram atingidas numa proporção bem maior do que...

O SR. PEDRO HALLAL – Pegando a Fase 3, Sr. Senador, entre os indígenas incluídos na pesquisa, 7,8% já tinham tido contato com o vírus. Entre os brancos, era 1,7%. Esse abismo de diferença é o que o Epicovid mostrou. Na fase anterior, 6,4% de doentes entre os indígenas e 1,4% entre os brancos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso foi o que permitiu ao Governo Federal priorizar a vacinação para a população indígena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Professor, essa fase é de quando para quando?

O SR. PEDRO HALLAL – Sim. Exatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Foi esse dado que permitiu ao Governo Federal priorizar a população indígena, que inclusive está praticamente 100% vacinada.

O SR. PEDRO HALLAL – Vou comentar sobre isso, Sr. Senador.

Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essa fase é de quando para quando?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É preciso saber por que se chegou a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa fase é de quando para quando?

O SR. PEDRO HALLAL – Primeira fase no meio de maio; segunda fase, começo de junho; terceira fase, final de junho; e o monitoramento foi interrompido. Eu vou pedir, por favor, que passe para o próximo eslaide.

E aí eu vou dizer para as senhoras e os senhores que este eslaide que apresentava diferença pelos grupos étnicos foi censurado – repito o termo: censurado – na coletiva de imprensa no Palácio do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Planalto, na qual eu apresentei os resultados dessa pesquisa. Faltando 15 minutos para começar a minha apresentação, no Palácio do Planalto, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu fui informado, pela assessoria de comunicação, de que o eslaide tinha sido retirado da apresentação de eslaides de que eu era o apresentador; o eslaide foi retirado da apresentação e eu fui comunicado 15 minutos antes. E logo depois, pouco tempo depois, o Ministério da Saúde decidiu interromper o monitoramento por meio do Epicovid, sem qualquer justificativa técnica – até porque, se formos discutir tecnicamente, esse estudo que foi publicado no *The Lancet Global Health*, poucos meses atrás, pegou os mais de 500 estudos sorológicos que existiam até essa data no mundo e avaliou a qualidade metodológica dos estudos. O Epicovid brasileiro foi um dos oito estudos que tirou nota máxima nos indicadores de qualidade; em todos os indicadores de qualidade, o Epicovid tirou a nota máxima – também diferente do que foi dito na terça-feira, se eu não me engano, pra esta Comissão de Inquérito.

O próximo eslaide, por favor.

Em relação à vacinação, os Srs. e Sras. Senadoras já conhecem essa informação, mas só pra passar a visão epidemiológica, o Brasil é o quarto País em número absoluto de doses aplicadas. O Senador acabou de dizer que as populações indígenas estão quase 100% vacinadas – obrigado pela informação, Senador. Mas, no percentual da população brasileira com pelo menos uma dose, o Brasil é o 78º país que mais vacinou a sua população; e, no percentual da população completamente imunizada com as duas doses ou no caso da vacina da Janssen com uma dose só, o Brasil ocupa a 85ª colocação. Essa é a verdade dos números sobre vacinação.

O próximo, por favor.

Uma última análise que nós fizemos pra esse depoimento. Em 1965, o Dr. Hill – o Dr. Hill, para os Srs. e Sras. Senadoras saberem, é o mesmo que, junto com o Dr. Doll, descobriu que fumar fazia mal pra saúde – publicou um artigo sobre nove critérios de causalidade, que para a epidemiologia é o seguinte: eu posso encontrar uma relação numa pesquisa e essa relação ser absolutamente por acaso. Ele elencou nove critérios de causalidade pra que uma doença, uma relação encontrada numa pesquisa seja ou por acaso ou uma relação verdadeira. E eu gostaria de dizer aos Srs. e Sras. Senadoras que absolutamente todos esses critérios de causalidade, todos, estão preenchidos no caso da relação entre a postura de anticiência adotada no Brasil e a mortalidade por Covid-19. Eu só trouxe um eslaide pra mostrar isso, Srs. e Sras. Senadoras.

Pode passar, por favor.

São dois gráficos. No lado direito, é a mortalidade acumulada de Covid de acordo com o percentual de votos no segundo turno da última eleição presidencial. Então, ali nós temos, bem no canto inferior do gráfico da direita, as cidades em que o Presidente teve menos de 10% dos votos e até o outro limite, que são as cidades onde o Presidente Bolsonaro foi mais votado. Essa é a curva de mortes por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Covid no Brasil. Isso foi apresentado no *Valor Econômico*, numa reportagem. No gráfico da esquerda, nós temos todas as outras mortes no Brasil. E notem, Srs. e Sras. Senadoras, que não tem nenhuma relação como não deveria ter entre mortalidade em geral no País e em quem que a cidade votou majoritariamente. Não tem nenhum motivo pra ter uma relação entre essas duas variáveis, o que é observado no gráfico da esquerda. No gráfico da direita, a gente observa uma relação extremamente linear entre o percentual de votos obtidos no segundo turno das últimas eleições presidenciais e, especificamente, a morte por Covid-19.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas qual é a conclusão disso? O que está se querendo dizer com a população da cidade que votou pra lá ou votou pra cá tem mais ou menos Covid?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – ... não tomaram o cuidado necessário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Que isso? É só pegar essas cidades aí que têm níveis de isolamento maior do que outras. Qual é a base científica...

O SR. PEDRO HALLAL – Desculpe, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... pra poder fazer uma afirmação dessa natureza?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A não ser animar uma narrativa. V. Exa. acabou de dizer que o Brasil tem 12% das mortes em nível do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando Bezerra... Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Senador Fernando Bezerra. Me permita, Senador Fernando. V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Senador Renan Calheiros interrompeu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é o Relator, ele é o Relator designado pela maioria dos membros desta Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... a depoente, Dra. Jurema. Ele está fazendo uma afirmação aqui. Eu só gostaria de saber do Dr. Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Brasil é o responsável por 12% das mortes a nível do mundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante que ele explique. Ele vai explicar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Eu só queria saber o seguinte: são confiáveis os dados que a gente tem da China, da Índia e da Rússia em relação à morte de Covid? A imprensa internacional inteira, semana após semana, questiona esses dados de morte desses grandes países porque são precários os controles de informação na Índia, na China e na Rússia.

Então, eu acho que é preciso ter cautela na hora de fazer as afirmações. Eu acho que o estudo está muito bem-feito, está muito bem conduzido, foi reconhecido com todo o rigor técnico. Do que eu estou discordando é da narrativa que se está tentando construir aqui a partir desses números.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Perfeitamente, Sr. Senador.

Então, na verdade, os dados mostram que, de acordo com o percentual de votos do atual Presidente, aumenta a mortalidade por Covid-19. Cada pessoa pode fazer uma interpretação desse resultado. A única coisa que eu estou trazendo aqui é que esse resultado não se observa por acaso, porque quando a gente compara com as mortalidades em geral, não existe essa tendência. Essa tendência é específica pra Covid-19, cada pessoa pode fazer a interpretação que achar mais adequada.

Sobre a subnotificação de mortes em outros países, nós epidemiologistas trabalhamos com as fontes de dados que julgamos mais confiáveis. Se o Sr. Senador tem evidência de que a China, a Índia ou a Rússia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A imprensa internacional...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – A imprensa internacional discute...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É só ler...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – São só 4 mil mortes, 5 mil mortes na China, com 1,3 bilhão de habitantes. São só 5 mil mortes. Alguma coisa está errada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... oportunidade para que todos indaguem, façam perguntas. Ele está aqui para isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom.

O SR. PEDRO HALLAL – Eu acho importante esclarecer isso, Senadores, os dois Senadores. Eu não posso usar os dados da China que eu acho que existem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, a gente vai chegar na lista de inscritos.

O SR. PEDRO HALLAL – Eu tenho que usar os dados da China que a China disponibiliza oficialmente. É isto que foi feito. Se os Srs. Senadores têm dúvidas sobre os dados da China, fiquem à vontade pra fazer os questionamentos. Mas eu não poderia pegar o dado da China e multiplicar por "y" porque eu resolvi achar que a China está subestimando as mortes. Eu uso os dados oficiais da China, da Índia, da Rússia, dos Estados Unidos, do Japão e do Brasil.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Como é que se explica o baixo índice de óbito na África? Como é que os infectologistas, como é que vocês estão analisando isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, sem interromper, o Senador Fernando Bezerra, que é nosso querido amigo, com todo o respeito, ele vai ter oportunidade de, por 15 minutos, indagar o depoente. Por favor, vamos deixar que, em favor da melhor utilização do tempo inicial, ele possa concluir, pra nós começarmos as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Sr. Relator.

Devolvo a palavra e garanto a palavra ao Dr. Pedro Hallal. E se V. Sa. puder, inclusive, comentar o questionamento último do Senador Fernando Bezerra...

O SR. PEDRO HALLAL – Em relação ao baixo percentual de mortes na África, tem vários estudos sobre isso. Tem um estudo que, inclusive, elenca cinco grandes fatores: estrutura etária da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

população... O segundo fator é: a população em vários países da África é mais dispersa no território, então tu tens menos densidade populacional. Mas, durante os 15 minutos, eu posso entrar em detalhes desse assunto com o senhor.

Só faltam dois eslaides, eu vou acabar e depois, nos 15 minutos, a gente pode voltar a esse tema. Obrigado pela pergunta, Sr. Senador.

O próximo, por favor.

E um último tema, que acabou se tornando necessário para os epidemiologistas analisarem, foi o impacto específico do atraso na compra das vacinas. Então, a Dra. Jurema mostrou 120 mil mortes que poderiam ter sido evitadas só até março deste ano. Vamos lembrar que a maior parte das mortes no Brasil aconteceu depois disso, e não considerou, a análise da Dra. Jurema, até porque não tinha essa informação à época, o atraso do Brasil na compra das vacinas. Nós fizemos uma análise que estimou que especificamente o atraso na compra das vacinas da Pfizer e da CoronaVac resultou em 95,5 mil mortes. E logo depois, outros pesquisadores, usando um método – com toda tranquilidade pra dizer isto – inclusive mais robusto do que o nosso porque eles analisaram os dados não especificamente dessas vacinas, mas o ritmo da campanha de vacinação que teria sido caso tivéssemos adquirido, e eles estimaram 145 mil mortes especificamente pela falta de aquisição de vacinas tempestivamente pelo Governo Federal.

O próximo eslaide, por favor.

Então, as considerações finais, muito rapidamente.

O Brasil é um dos piores países do mundo na reposta à Covid-19. Não há outra justificativa que não a postura anticiência adotada no País.

Investir na aquisição da imunidade de rebanho foi uma estratégia inicialmente equivocada, mas que a Suécia adotou no começo da pandemia. Então, apenas equivocada. Mas, depois de um certo tempo, se torna uma estratégia repugnante, com toda a evidência científica apontando que a imunidade de rebanho por infecção natural não era atingível pra Covid-19. Quatro de cada cinco mortes não teriam ocorrido se estivéssemos na média mundial. E entre 95 e 145 mil mortes foram causadas pela demora em comprar as vacinas.

Então, eu encerro com esse eslaide, que mostra a bandeira brasileira com 500 pontinhos, representando cada uma das 500 mil vidas perdidas. E só aqueles pontos em preto do gráfico da direita teriam sido perdidos caso o Brasil estivesse, repito, na média mundial, não na situação dos melhores países do mundo no enfrentamento da pandemia.

Muito obrigado, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Desculpem por passar um pouco do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Dr. Pedro Hallal.

Passamos, então, de imediato para o Sr. Relator. Peço só pra Secretaria me trazer a relação dos inscritos na sequência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em primeiríssimo lugar eu quero agradecer as honrosas presenças da Dra. Jurema Werneck e do epidemiologista, Dr. Pedro Hallal. São presenças importantes, fundamentais para que nós possamos, com absoluta isenção, estabelecer referências à conclusão dos nossos trabalhos.

Desde logo eu quero agradecer as recomendações trazidas aqui pela Jurema Werneck. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai, sim, fazer a implementação de medidas, ela vai, sim, propor o aprimoramento da legislação brasileira, notadamente no que se refere a enfrentamento de pandemias e de endemias, e vamos, sobretudo, estamos aqui para isto, responsabilizar quem precisar, evidentemente, ser responsabilizado.

Portanto, desde logo também eu agradeço ao grupo Alerta por esse estudo criterioso, indiscutível sobre mortes evitáveis por Covid-19 no Brasil. Como todos sabem, o presente estudo foi elaborado com apoio do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), da Oxfam Brasil, a partir de iniciativa do grupo Alerta, que conta também com a participação das seguintes organizações: Anistia Internacional Brasil, Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, e SBPC, que, como todos conhecem, é a nossa Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Eu vou me permitir fazer perguntas, começar pela Jurema Werneck, e queria que, desde logo, o Dr. Pedro Hallal ficasse à vontade também, não só para que nós possamos alternar as respostas, na medida em que sejam perguntas comuns, mas de modo a complementá-las se sentir necessidade. O esforço nosso aqui é para que nós possamos verdadeiramente avançar, à luz desses estudos que, como disse e queria repetir, Senador Girão, são importantíssimos, Senador Heinze, fundamentais para que nós possamos levar adiante os nossos trabalhos.

A primeira pergunta é a seguinte: o Brasil se destaca negativamente, e vimos sobejamente isso aqui, no enfrentamento da pandemia, razão pela qual cientistas e também o relatório confeccionado pelo Movimento Alerta e pelo estudo trazido pelo Pedro Hallal mencionam um excesso de mortes no País. A primeira pergunta é a seguinte: o que é exatamente esse conceito de excesso de mortes? O que é exatamente esse conceito? E o que esse conceito significa na prática?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador. Agradeço a oportunidade de explicar um pouco mais o conceito de excesso de morte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O conceito de excesso de morte é quase literal: diz que, primeiro, nós temos já um padrão, entre aspas, "normal" de mortalidade no País. Um número determinado de pessoas morre cotidianamente, mas, na presença de algum evento grave, e, nesse caso, dessa pandemia, a gente vê que a gente sai do padrão e passa por uma situação que é: muito mais gente morreu do que o esperado. Muito mais gente morre do que o esperado. Isso é o excesso de morte. E como é que a gente calculou o excesso de morte? Como eu disse, para apenas o primeiro ano da pandemia, o Dr. Pedro Hallal acompanha os dados até agora... Mas, o caso do estudo do Alerta: nós acompanhamos o excesso de mortes nas 52 primeiras semanas epidemiológicas, e esses dados falam que são pessoas que morreram, no Brasil, fora do padrão, ou seja, em excesso, na vigência da pandemia da Covid, ou seja, morreram por Covid, diretamente, mas morreram também por outras intercorrências naturais... Naturais, a gente fala: doenças e estados mórbidos. A gente exclui desse cálculo as mortes naturais: violências, acidentes, suicídios não estão contados aí. Mas, por causa das chamadas naturais, na presença da pandemia, quantas mais pessoas morreram? E elas morreram seja por Covid, seja porque tardaram a buscar o cuidado que precisavam – foi o medo, o medo de ir ao serviço de saúde, e lá ser um ambiente de risco –, seja porque o serviço de saúde não foi capaz de cuidar delas, pelas dificuldades. É esse o excesso. Esse é o excesso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, na sequência, perguntar aos depoentes: como o Movimento Alerta e o estudo trazido aqui pelo Pedro Hallal realizaram a estimativa desse excesso de mortes? Qual é a interpretação contextualizada do número, do número em si?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Sr. Senador, basicamente são contas complementares. Eu e a Dra. Jurema, inclusive, conversamos antes deste depoimento, porque, na verdade, o que aparece? Quatrocentas mil dessas 507.240 mortes poderiam não ter acontecido se o Brasil estivesse na média mundial. E aí a gente vai subdividindo essas mortes. Por exemplo, a Dra. Jurema mostra que, em um ano de pandemia, 120 mil destas poderiam ter sido evitadas caso o Brasil tivesse adotado aquelas medidas que a Dra. Jurema muito bem relata. Além disso, tem as 145 mil que poderiam ter sido evitadas se nós tivéssemos comprado a vacina na primeira oferta da Pfizer e na primeira oferta da CoronaVac. E aí, Sr. Senador, eu só quero ressaltar isto, que é muito importante: essa conta que eu apresento da Pfizer e da CoronaVac é baseada nos depoimentos que foram dados aqui na CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. PEDRO HALLAL – Então, não são 100 milhões de doses da Pfizer, são 4,5 milhões de doses que teriam chegado caso o Governo tivesse respondido a um dos 101, eu acho, *e-mails* a que não respondeu naquele primeiro momento. No caso da CoronaVac, o Dr. Dimas disse aqui: seriam 100 milhões até maio. O que nós fizemos? Já tinham, até aquele momento, chegado 51 milhões de CoronaVac no Brasil. Então, nós só consideramos as 49 milhões a mais que teriam chegado. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente por isso que nós chegamos a esse número. Então, é um número composto, são 400 mil vidas que poderiam ter sido salvas por diferentes mecanismos de ação que o Brasil poderia ter adotado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente, se puder detalhar, para dar mais ênfase ao próprio estudo, qual foi especificamente o número de mortes pela negativa das vacinas no próprio cronograma?

O SR. PEDRO HALLAL – Segundo o cálculo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem essas planilhas aí que demonstrem isso?

O SR. PEDRO HALLAL – Exatamente, está na documentação que eu entreguei para o senhor, para o Presidente e para o Vice-Presidente. São 95,5 mil mortes especificamente relacionadas à demora na assinatura da Pfizer e da CoronaVac. Um outro estudo liderado por outros colegas da USP estimou em 145 mil mortes, mas aí levando em consideração todas as ações diversas que poderiam ter sido feitas em relação à vacinação. Por exemplo, o Brasil ter aderido ao menor percentual ao consórcio da OMS e às outras oportunidades de vacina que infelizmente o Brasil não optou por assinar antes, um pouco antes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Jurema.

A SRA. JUREMA WERNECK – Senador, apenas pra complementar o que o Dr. Pedro diz com tamanha propriedade e dizer que o estudo do Alerta pega os números de mortes evitáveis, principalmente quando não havia ainda vacina disponível. É claro que a primeira vacina foi dada em janeiro, na Mônica Calazans, em São Paulo – todo mundo lembra. Nós pegamos as 52 semanas, só as últimas poucas semanas desse período em que já tinha vacina, mas, na primeira dose, a gente não tem ainda o cinturão que a vacina pode fazer, ainda não chegamos a esse patamar.

Então, antes da vacina, o que a gente diz é que havia outras medidas que poderiam e deveriam ter sido adotadas, e essas, se fossem adotadas, salvariam vidas. É esse o cálculo.

Quando a gente fala das 305 mil mortes em excesso, a gente está considerando inclusive que algumas delas, aquele número está beneficiado pelo fato de que parte da sociedade levou a sério as recomendações, que parte da sociedade fez o que devia. Muitos e muitas de nós seguiram as recomendações de evitar a transmissão, aqueles que puderam, evidentemente. Aqueles que puderam usaram máscara de qualidade, aqueles que puderam ficaram em casa, aqueles que tiveram consciência e puderam não fizeram aglomerações. Mesmo assim, nós chegamos a 305 mil mortes em excesso e 120 mil que poderiam ter sido evitadas. Se a gente conseguisse implementar as medidas de forma consistente isso não teria acontecido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O estudo do Movimento Alerta e também o estudo do Professor Pedro Hallal mostram que 120 mil mortes poderiam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter sido evitáveis se medidas não farmacológicas para redução da transmissão do vírus tivessem sido efetivamente adotadas no Brasil. Ambos tiveram já oportunidade de descrever aqui essas medidas não farmacológicas consideradas pelo estudo.

Eu queria uma reflexão dos dois: de que forma essas medidas foram implementadas no Brasil? Quais os resultados observados que são diferentes dos observados em outros países do mundo?

A SRA. JUREMA WERNECK – Olha, Senador, obrigada. Eu acho que os números, os dados já são específicos. A fonte, a metodologia científica, o conhecimento, a ciência disponível já mostra, mas, já que o senhor pede uma reflexão, eu vou dizer que faltaram muitas coisas – faltaram muitas coisas.

O Dr. Pedro Hallal falou do desencontro de comunicação, das *fake news*, já falou... O nosso estudo, as nossas recomendações, quando a gente pede uma frente nacional, a gente está dizendo de outra forma que faltou liderança nacional. É responsabilidade, na presença de uma epidemia, de uma pandemia, a responsabilidade é da liderança nacional. E é fácil de entender, porque a liderança nacional tem todas as informações e consegue administrar, obviamente que é preciso ter união, é preciso que não haja essa política de salve-se quem puder nem de uns contra os outros. É preciso que a liderança lidere, Senador, para que a gente possa, numa mensagem única, garantindo a confiança da maioria da população, garantindo a adesão de todas e todos, fazer a diferença. Isso infelizmente faltou e ainda falta. E este é o apelo que o Alerta faz também: é preciso liderança, uma liderança nacional firme, baseada em evidências, que cumpra e faça cumprir as medidas necessárias para salvar vidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero fazer uma pergunta... Pergunto se quer complementar. Por favor, Pedro.

O SR. PEDRO HALLAL – Rapidamente, Sr. Senador. Basicamente, eu apresentei aquele eslaide que fala dos sete pecados capitais, mas, já que a Dra. Jurema abordou vários deles, eu queria só focar no bê-á-bá do controle de doenças infecciosas. Em qualquer momento da história da humanidade, doença infecciosa se controla com testagem, rastreamento de contatos e isolamento dos casos suspeitos. E o Brasil tem indicadores vexatórios em testagem, em rastreamento de contatos e em isolamento.

Só para uma resposta direta, Senador: quando as pessoas no Brasil têm Covid, ninguém pergunta para elas com quem elas tiveram contato nos dias anteriores. Esse é o bê-á-bá do controle de doenças infecciosas, para que essas pessoas sejam isoladas e evitem o risco de transmitir para outras pessoas. Infelizmente, essa estratégia não foi adotada como estratégia política de saúde no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Considerando a subnotificação dos casos da Covid, qual seria aproximadamente a quantidade de pessoas que já foram efetivamente infectadas pelo coronavírus no Brasil? Há condição de termos precisamente esse número, professor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Exatamente, Senador, no Epicovid, estudo que eu apresentei, no meio do ano passado, eram seis vezes mais, ou seja, seis vezes mais infectados do que aparece nas estatísticas oficiais, mas, Sr. Senador, hoje, esse número mudou, porque, obviamente, houve evolução na testagem, mais gente ficou sabendo que tem a doença. A estimativa, hoje, é de que ao redor de 50 a 60 milhões de brasileiros e brasileiras já tiveram contato com o vírus, ou seja, de três a quatro vezes mais do que aparece nas estatísticas oficiais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Há muito barulho, Presidente, a gente não está conseguindo ouvir.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a palavra ao Relator e aos depoentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso ainda, Pedro, a infecção pelo novo coronavírus induz à imunidade das pessoas contaminadas, como defende o Deputado Osmar Terra e o Presidente da República?

O SR. PEDRO HALLAL – Então, aí, Sr. Senador, vamos dividir essa resposta. Primeiro que tem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que as pesquisas e a ciência acham sobre essas duas questões?

O SR. PEDRO HALLAL – Primeiro, seria um componente que a imunidade a esta doença detectável pelos anticorpos IgG, especialmente, tem uma certa duração. Vários estudos mostram que, depois de um tempo, a gente não consegue mais identificar os anticorpos em testagem sorológica.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Nós sabemos qual é essa duração?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Têm algumas estimativas, Senador, mas, aí, teria que ver com o pessoal da Infectologia, que está mais por dentro desse número, para passar, e eu posso passar esse dado à Comissão após requerer para alguns dos colegas aqui.

Mas, Sr. Senador, isso é completamente diferente da tese da imunidade de rebanho. A imunidade de rebanho é atingida quando 70%, em média, da população têm anticorpos para aquela doença. Eu estou lhe dizendo que, se no Brasil nós temos ao redor de 50 milhões de casos de pessoas que já tiveram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infecção, isso dá 20% da população, vinte e poucos, e tem mais 12% vacinados, embora algumas das pessoas sejam as mesmas; no máximo, o Brasil tem de 25% a 30% da população imune, ou seja, se nós formos esperar até chegar nos 70%, a plaquinha que o senhor carrega, todos os dias, aqui nesta Comissão, infelizmente vai precisar de mais um dígito, que é algo que nenhum de nós brasileiros gostaria que acontecesse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Jurema.

A SRA. JUREMA WERNECK – Bom, Senador, do ponto de vista além do que o Dr. Pedro Hallal traz, é preciso lembrar que, mesmo a vacina – mesmo a vacina! – não vai conferir imunidade 100%, não é? É um conjunto de medidas que precisam ser colocadas em prática, ao mesmo tempo, de forma consistente, para a gente poder ir evoluindo, com o tempo, na redução da transmissão e no controle da pandemia. É como o Dr. Pedro diz, a imunidade do corpo, natural do corpo, tem um tempo de duração pós-infecção por Covid. A gente traz a vacina para ter uma resposta, uma imunidade mais consistente, mas todos os fabricantes da vacina e todos os estudos têm afirmado que nenhuma vacina é 100%.

Precisamos de vacina mais medidas não farmacológicas e, é claro, vigilância epidemiológica e o serviço de saúde adequadamente preparado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há evidências de que o Governo Federal optou por tolerar e até mesmo – acompanhamos isso aqui em várias oportunidades – estimular o contágio pelo novo coronavírus, apostando que, assim, chegaríamos à imunidade de rebanho. Mais uma vez, para obter a ênfase necessária: é possível isso?

O SR. PEDRO HALLAL – Sr. Senador, existe um estudo da Universidade de São Paulo que faz exatamente a avaliação dos atos normativos que foram adotados pelo Governo Federal e chega à conclusão que a estratégia foi atingir a imunidade de rebanho. Obviamente que essa é uma pergunta que pode também ser mais bem respondida pelo pelos próprios membros do Governo Federal, mas a postura adotada pelo Governo Federal, em especial pelo Presidente da República sugere que a estratégia era atingir a imunidade de rebanho, o que, repito, Senador, foi a estratégia adotada pela Suécia no começo da pandemia. Poucas semanas depois, o epidemiologista chefe sueco veio a público pedir desculpas, dizer que esteve equivocado, e essa estratégia não foi mais usada naquele país.

Aliás, esta semana, a Suécia foi trazida aqui como um exemplo de sucesso no enfrentamento da pandemia. Entre todos os países da Escandinávia, a Suécia é disparadamente o pior. Então, tem algum equívoco na interpretação dos dados da Suécia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vários países...

A SRA. JUREMA WERNECK – Posso complementar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. JUREMA WERNECK – Só queria fazer uma complementação que, na verdade, é um chamado à reflexão, porque eu acho que a noção de imunidade de rebanho – que tem um lugar técnico onde se usa isso – tem um efeito perverso sobre a sociedade, não é? Ser humano não é rebanho. A gente está falando de imunidade coletiva. Isso é um primeiro ponto da reflexão.

Mas, quando a gente pensa no rebanho, a imunidade do rebanho no Brasil, a gente pode perguntar pra qualquer pecuarista, pra qualquer veterinário: o que eles fazem pra garantir a imunidade do rebanho? Eles vacinam. Eles garantem as vacinas à disposição pra salvar o seu rebanho.

Portanto, existe... A noção de imunidade de rebanho traz uma confusão que é muito perversa pra nós, porque nos interessa, por qualquer meio, salvar vida – salvar vida. E ser humano não é gado, não é? A gente quer que todo mundo esteja imune – a gente quer que todo mundo esteja imune –, mas, se olhar a imagem do rebanho, o pecuarista, o veterinário vacina o seu gado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vários países que não impuseram medidas de restrição à sua população, como Reino Unido, Holanda, Suécia, reviram, em seguida, suas posições quanto a essa política e até assumiram os equívocos de sua condução da pandemia. Frise-se, contudo, que nenhum dos governos desses países minimizou a Covid-19, nem incentivou que as pessoas se expusessem ao SARS-CoV-2.

V. Sa. poderia comentar, Pedro, inicialmente, quais foram os resultados dessas políticas, especialmente na Suécia, aqui referida e referida há pouco na resposta?

O SR. PEDRO HALLAL – Muito obrigado, Sr. Relator.

Basicamente, o modelo sueco adotou uma política de isolamento vertical, que é aquele isolamento somente dos grupos de risco. A população se expôs ao vírus. Poucas semanas depois, a Suécia apresentava indicadores muito piores do que o resto do mundo e rapidamente, então, a Suécia corrigiu o rumo, o que é perfeitamente aceitável, Sr. Senador. Eu gostaria de deixar isso muito nítido.

Nenhum pesquisador tem 100% de certeza sobre como proceder, nenhum gestor, numa doença tão nova como a Covid-19. Então, é aceitável que a Suécia tenha cometido um equívoco, mas teve a tranquilidade de reavaliar. O que nos espanta em relação ao caso brasileiro, e eu lhe digo com toda franqueza, é que, em nenhum momento, o Brasil se dispôs a reavaliar. O Brasil está errando, continua errando. Ontem, um terço das pessoas que morreram no mundo foi aqui. E o Brasil continua discutindo hidroxicloroquina, imunidade de rebanho, que são temas superados no restante do mundo.

A SRA. JUREMA WERNECK – Complementando, eu só queria sublinhar, Relator, que é exatamente isso. Porque era um vírus desconhecido, o SARS-CoV-2, era desconhecido em certa medida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Covid-19 era desconhecida, a população não tinha imunidade natural a isso, ou seja, no momento, no primeiro momento, se teve muita tentativa e erro, perdemos muita gente naquela tentativa erro, mas é compreensível. A gente não sabia, a gente estava diante de um grande desconhecido, e um grande desconhecido amedrontador. Mas, mesmo assim, já no início do primeiro ano da pandemia, países corrigiram sua rota – países corrigiram sua rota! Com ou sem autocrítica pública, corrigiram sua rota.

Nosso senso de urgência é que o Brasil precisa corrigir a sua rota, Senador, porque, se a gente caminhar nessa margem... A gente está vendo todo dia que a gente só sobe. Como o Dr. Pedro falou, o estudo do Alerta fala de março a março, de março de 2020 a março de 2021. Ele se encerra com aquelas 120 mil mortes, vidas perdidas que poderiam ter sido evitadas, antes dos meses mais letais do Brasil. E a gente vai de mês mais letal a mês mais letal. E a gente tem que lembrar que, em mês mais letal, é gente entre a gente que está morrendo, é gente entre a gente que está sofrendo. Então tem uma urgência aí, Senador.

Eu agradeço.

E eu repito que, para nós, é muito importante chamar a atenção desta CPI, da sociedade, porque é um senso de urgência, é urgente que a gente corrija a rota. Não há justificativa para a persistência no erro, porque evidência já há suficiente para que a gente... Porque a correção na rota salva vidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estudo do Movimento Alerta mostra que 20 mil pessoas faleceram em UPAs e emergências enquanto aguardavam transferências para outras unidades de saúde. Especificamente, qual é o perfil dessas pessoas que faleceram nessas condições?

A SRA. JUREMA WERNECK – Olha, Senador, infelizmente, é o perfil da desigualdade brasileira: eram negros, eram indígenas. Eu chamo a atenção: entre os negros, as comunidades quilombolas, terrivelmente afetadas, mais afetadas, e os dados indicam... E os dados, Senador, que os próprios quilombolas estão analisando a partir do observatório que constituíram, porque os dados oficiais, as autoridades não são explícitas, não fazem o dever de divulgar... Então, são negros, indígenas e os amarelos. A população branca, principalmente – mas tem brancos lá também –, a população branca, principalmente, teve o melhor acesso garantido à resposta hospitalar e de UTI do que essas populações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses números estão relacionados à inação do Governo Federal?

A SRA. JUREMA WERNECK – Olha, Senador, a iniquidade, a injustiça e a desigualdade já estavam assinaladas há décadas no Brasil. Em 2019, a gente já sabia, já estava diante dos dados de desemprego, que eram altos, ou seja, as populações nas baixas faixas de renda estavam crescendo. Em 2019, a gente já sabia do crescimento da insegurança alimentar. Em 2019, a gente já sabia que os trabalhadores informais já estavam numa situação limite. E, quando a pandemia veio, a gente já sabia que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

essas populações estavam em maior risco – a gente já sabia. Então, sim. E isso sem contar que existe uma política nacional de saúde integral da população negra, existe uma política nacional de saúde integral da população indígena.

Existem políticas nacionais, Senador, que poderiam ter orientado o sistema de saúde, poderiam ter orientado os gestores públicos a partir do nível federal para poder seguir o rumo para salvar vidas. Então, virar as costas, censurar eslaide ou não fazer, não cumprir a determinação das políticas é isso que está por trás desses resultados tão nefastos para essas populações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Universidade Federal de Pelotas realizou o Epicovid-19, já referido aqui pelo Pedro Hallal, pesquisa, como todos sabem, importante para o conhecimento da realidade epidemiológica da Covid-19 no Brasil, mas o Governo Federal descontinuou esse levantamento e lançou o PrevCov em seu lugar. Sobre isso, eu queria fazer algumas perguntas, mesmo que parcialmente tenham sido respondidas, Presidente Randolfe.

Qual foi o custo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, Senador Renan, só um instante, porque me causou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Chamou-me a atenção e me despertou a curiosidade a informação que o Dr. Pedro Hallal trouxe a esta Comissão de que houve uma censura do eslaide na apresentação, se não me engano, no Palácio do Planalto. O senhor poderia declinar de quem partiu a censura do eslaide?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Senador, na verdade, eu não tenho como saber se a ordem foi dada por algum superior imediato, mas quem estava lidando com a questão da coletiva e quem participou da coletiva foi o Secretário-Executivo do ministério à época, Élcio Franco, que acho que até esteve aqui na CPI. Então, antes que tenha outra informação, foi dele a decisão de que aquele eslaide mostrando a desigualdade étnico-racial não poderia ser apresentado no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o custo total do Epicovid-19?

O SR. PEDRO HALLAL – Olhe, Senador Renan, o custo foi de R$12 milhões, foi um TED que foi assinado entre o Ministério da Saúde e a Universidade Federal de Pelotas com grande agilidade. E eu faço questão novamente de fazer um agradecimento ao Dr. Erno Harzheim, que era Secretário de Atenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Saúde na época e entendeu a urgência de o País começar a monitorar... Aliás, o ex-Ministro Mandetta anunciou o Epicovid numa coletiva de imprensa antes de eu receber a informação, como investigador principal, de que estaria financiado, de tão ágil que foi o processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os escopos dos estudos são os mesmos?

O SR. PEDRO HALLAL – Exatamente, é monitorar a evolução da prevalência de Covid-19 no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São os mesmos.

O SR. PEDRO HALLAL – Foram contratadas três fases, as três fases foram concluídas e... Era junho do ano passado, e, então, era necessário manter o monitoramento. O estudo custou R$12 milhões. O monitoramento foi interrompido. E, agora, acho que, em fevereiro deste ano ou em março – peço desculpas por não saber a data exata –, fomos surpreendidos quando foi lançado um estudo chamado PrevCov sem nenhum contato prévio com o Epicovid, que era um estudo do próprio Ministério da Saúde. Esse novo estudo nos chamou atenção, porque o tamanho do estudo era praticamente igual ao nosso, era só em capitais e regiões metropolitanas, diferente do nosso, que pegou o interior do Brasil – aliás, os resultados mais interessantes foram obtidos nas cidades de Tefé, no Amazonas, e de Breves, no Pará, cidades que não entrarão nesse novo estudo –, com o custo de R$200 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual foi a justificativa do ministério para essa interrupção? O senhor pode falar?

O SR. PEDRO HALLAL – Pra interrupção a gente ficou sabendo pela imprensa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O valor desse estudo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – R$12 milhões...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – São R$200 milhões?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – São R$200 milhões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o Epicovid, 12...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – São 12... E o outro?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O outro...

O SR. PEDRO HALLAL – São R$200 milhões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São 200 milhões.

O SR. PEDRO HALLAL – A justificativa para a interrupção, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pegar, pedir informações, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso que eu estou tentando fazer.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... a esse respeito, porque isso me parece mais um... uma desmedida: se faz um estudo, num ano, com 12 milhões; e um estudo semelhante por 200 milhões, só nas regiões metropolitanas, o que é mais barato. Precisamos ter informações sobre essas questões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mais uma demonstração de que não faltou dinheiro, porque o Congresso garantiu o espaço fiscal. E o fato de não ter faltado dinheiro não exigiu critérios de transparência na hora das aquisições dos programas.

O SR. PEDRO HALLAL – Mas, Senador, só respondendo, então, sobre por que é que foi cancelado o Epicovid, por que é que não foi continuado.

Na verdade, nós pesquisadores ficamos sabendo pela mídia, nunca fomos comunicados. E a explicação dada pelo Ministro Pazuello, à época, não tinha nenhum critério técnico. Basicamente, ele disse que fariam outros estudos, que optaram por não continuar com aquele e fariam outros estudos. E, infelizmente, entre junho de 2020 e março de 2021, na verdade até hoje, infelizmente esses outros estudos não foram a campo, então a gente não sabe a realidade epidemiológica da Covid no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente sobre os indígenas, por que a infecção pelo novo coronavírus é proporcionalmente maior entre indígenas?

O SR. PEDRO HALLAL – Olha, no artigo que escrevemos, que foi publicado no *The Lancet Global Health*, que é um periódico conhecido da nossa área, fizemos uma série de suposições. Primeiro, as pessoas, especialmente da mídia, nos perguntaram: "Será que é alguma questão genética, biológica?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E obviamente que não; é uma questão cultural e social. Nós temos um grupo que vive em grupos maiores, e, portanto, o risco de transmissão é maior. São populações vulneráveis que precisavam ser mais cuidadas durante a pandemia.

Aliás, o Senador Fernando Bezerra mencionou sobre a estratégia de vacinação. A única opinião que eu emiti sobre a estratégia nacional de imunização foi de que deveria haver um sequenciamento inverso por renda familiar no Brasil. A vacinação deveria ter começado com as populações mais vulneráveis e ir em direção às populações mais ricas. Infelizmente, a vacinação começou, única e exclusivamente, pelos idosos, doenças crônicas e profissionais de saúde, e as populações mais vulneráveis continuam sendo as que mais morrem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, doutor. Os índios tinham prioridade.

O SR. PEDRO HALLAL – Sim, os indígenas também. E quilombolas também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu posso fazer uma pergunta, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É sobre a questão que o senhor está falando, sobre a questão de infecção indígena. O senhor está falando daqueles que vivem nas cidades, não em comunidades isoladas, não é?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Exatamente. No estudo, nós não estudamos as comunidades...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, nas comunidades isoladas, houve um número de infecção, e houve, sim, a vacinação. A vacina chegou com rapidez aí. Logo que chegou a vacina, foi entregue...

O SR. PEDRO HALLAL – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... até porque eles tinham prioridade, mas, pelo conhecimento da minha região, eu sei que lá, no Estado do Amazonas, onde nós temos a maior comunidade indígena do Brasil, o maior número de etnias... Nós temos 77 etnias, se não me engano, das quais eu conheço praticamente todas, porque, como Governador, tive contato com todas. E, principalmente, quem mora no Alto Solimões, em São Gabriel da Cachoeira... No Alto Solimões, em regiões onde há o isolamento. Porque nós temos uma comunidade indígena na cidade de Manaus também muito grande, mas eles convivem com os brancos ali, têm uma convivência pacífica; muitos já formados pela Universidade estadual do Amazonas. Isso, a gente percebe que existem, dentro já das tribos, índios que conseguiram se formar, se graduar – e isso é muito importante para as comunidades indígenas –, e preservando sempre a cultura deles, as culturas tradicionais que eles têm, e que nós respeitamos. Mas, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenha conhecimento, pelas informações que eu tenho, e eu converso muito com os Prefeitos, temos Prefeitos indígenas lá, há, sim, nas comunidades mais isoladas o número de infectados foi muito menor.

O SR. PEDRO HALLAL – Exatamente. Sr. Presidente, deixe-me só complementar, porque esse ponto, exatamente, Presidente, foi trazido na reunião com o ministério. Inclusive, o ministério disse, quando falava ainda sobre renovação do estudo, pediram pra que a gente desenhasse um estudo em comunidades aldeadas, exatamente porque a nossa pesquisa conseguia captar apenas os indígenas que moram em área urbana, e que seria necessário conhecer a realidade dos indígenas aldeados.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Só gostaria de complementar brevemente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... porque os indígenas aldeados, uma vez que não havia uma política efetiva de garantir o seu efetivo isolamento, criaram uma estratégia, planos de emergência, criaram observatórios. E eles têm afirmado também que, além daqueles grupos que vivem na cidade, que demoraram um tempo pra serem reconhecidos como indígenas, tiveram que lutar e judicializar muitas das questões pra poder serem considerados parte da diversidade dos povos indígenas, mas os indígenas aldeados informaram também que há presença de intrusos, ou seja, de não indígenas no território, como fator de risco, e têm apelado, desde o princípio, para a garantia da proteção do território, porque o vírus vem... Se eles fossem... Vem de fora o vírus, não é, sejam os não indígenas oficiais, inclusive funcionários do sistema de saúde, do subsistema de saúde indígena, ou os invasores, grileiros, madeireiros – esses também colocam, trazem um risco especial para os indígenas aldeados que supostamente deveriam estar isolados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, especificamente, nós temos um diagnóstico do nível de contágio dos aldeados?

A SRA. JUREMA WERNECK – O nosso estudo, Senador, não se não se dedica a isso, mas, sim, há estudos que foram feitos, por exemplo, eu dou exemplo de pesquisadores da Fiocruz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... e dos próprios pesquisadores das organizações indígenas, os pesquisadores que constituíram o Observatório Covid entre indígenas. Eu acho que vale a pena, se interessar, se for possível, esta CPI convidá-los a estar aqui, porque vão trazer números precisos e a experiência concreta, para além dos números, de como é que é ter que tentar evitar a entrada do vírus, tentar evitar a intrusão no seu território, os riscos numa situação dessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E havia indígenas também que, por sua condição, precisavam ir... Muitas das ações de assistência que passaram a acontecer, inclusive, graças a uma decisão feliz do Congresso Nacional de aprovar um auxílio emergencial consistente, essas pessoas tinham que ir à cidade, tinham que ir à cidade para poder encontrar alguma resposta, e isso também vulnerabilizou bastante. E havia já elementos que diziam que havia técnicas que eram possíveis serem colocadas, ações que poderiam ser colocadas em prática para proteger mais consistentemente a saúde dos indígenas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que maneira, Jurema Werneck, o período de tempo compreendido entre a declaração pela OMS da emergência internacional pelo novo coronavírus, mais ou menos 30 de janeiro, e os primeiros casos no Brasil, final de fevereiro, início de março, poderia ter sido devidamente aproveitado para organizar respostas de supressão e mitigação da transmissão da Covid no Brasil? O estudo já coloca isso? Eu mais uma vez pergunto para que nós possamos especificá-lo melhor na sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu vou pedir um requerimento ao Ministério da Saúde para que possa informar a esta Comissão o percentual de indígenas vacinados no Brasil, porque foram os primeiros a receber as duas doses.

No meu Estado, eu tenho conhecimento – e é conhecimento por conviver – de que muitos não quiseram tomar a vacina. Muitos índios não quiseram tomar a vacina, até por questões culturais deles, crenças, e também propagação de *fake news* muito grande: vai virar sapo, vai isso... Aquelas coisas. Isso entra muito. E alguns... Algum... Eu não diria religiosos, mas crenças diferentes que estão na comunidade e que fazem aquele acompanhamento também contribuíram muito para isso.

É importante nós sabermos o percentual, porque a vacina foi distribuída através dos distritos sanitários, está certo?

A saúde indígena tem uma *per capita* bem maior do que nós temos em relação... No SUS. O repasse por índio é maior. Então, a saúde deles tem um aporte de recursos muito maior do que tem o homem branco, o que é natural porque eles vivem isolados, e nós temos lá os distritos sanitários. E esses distritos sanitários eram responsáveis pela vacinação, correto? Foi passada diretamente para eles a vacina; não era a prefeitura do Município. O Município se encarrega de quem mora na cidade; quem mora em aldeias eram os distritos sanitários. Isso é no Brasil todo, principalmente na região em que eu vivo.

Então, seria muito importante esta Comissão ter no seu relatório... Que a gente tivesse um levantamento de quem foi imunizado, porque já deu tempo suficiente para imunização de todos, Senador Renan, e também o número de óbitos que aconteceram, porque nós temos mais ou menos um censo para sabermos a quantidade de índios que nós... Pelo menos no nosso Estado, nós sabemos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não apenas do Ministério, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Os DSEIs repassam a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas também trazer uma representação de indígenas aqui para conversar um pouco com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

As coisas no Brasil estão acontecendo de uma maneira inacreditável, Senador Jorginho. Nós, ontem, fomos no Supremo Tribunal Federal – pasmem – para pedir ao Presidente do Supremo Tribunal Federal que fizesse o sorteio da distribuição do Relator de um pedido contra esta CPI que foi levado à Suprema Corte pelo dono da Precisa. Ele entrou com um pedido de *habeas corpus* diretamente num determinado Ministro e dizendo assim: "Eu quero a extensão dos benefícios concedidos ao Elcio Franco". Então, nós estamos tratando com esse tipo de gente. Nós tivemos que ir conversar com o Presidente do Supremo para fazer o sorteio eletrônico do pedido. Quer dizer, numa clara tentativa de enganação da Suprema Corte; de exposição do Ministro, para quem pediu diretamente, e da própria Corte. Quer dizer, onde é que essas coisas vão parar? Se a Comissão Parlamentar de Inquérito não colocar um basta nisso, vai ser muito ruim, vai ser muito ruim!

Eu queria repetir a pergunta: de que maneira o período compreendido entre a declaração da OMS e os primeiros casos de morte no Brasil poderiam ter sido devidamente aproveitado para organizar respostas de supressão e mitigação nesse caso da transmissão do vírus?

A SRA. JUREMA WERNECK – Obrigada, Senador.

De fato, nós estamos diante de um lamentável episódio de oportunidade perdida, que, reiteradamente, continuamos perdendo. Mas, naquele momento, quando se anuncia o que está que está por vir, era o momento de as autoridades reunirem os melhores técnicos, o melhor do que se poderia saber de experiências passadas, de doenças infecciosas, experiências passadas de pandemia, porque essa não foi a primeira – infelizmente, não será a única –, era o momento de estabelecer, como disse o Dr. Pedro Hallal, o bê-á-bá, o bê-á-bá. Enquanto a gente não sabe os detalhes, existe um bê-á-bá. Senador, eu estudei Medicina – ainda que esteja afastada da Medicina já há algum tempo –, eu estudei Medicina, eu me formei em Medicina, aquilo é o bê-á-bá. Os Senadores que passaram pela saúde sabem: é o bê-á-bá que se podia fazer, estabelecer os parâmetros da vigilância epidemiológica, estabelecer os parâmetros da atenção básica, da estratégia de saúde da família, estabelecer os parâmetros das políticas sociais para garantir que as populações em risco... Porque as epidemias, infelizmente, os surtos caminham sempre na direção dos mais vulneráveis, e elas se espalham na direção dos vulneráveis. A gente já tinha dados naquela época de quem eram os mais vulneráveis da sociedade brasileira, aqueles que estariam em risco, seja por dificuldade de acesso ao sistema, seja pela sua condição primária anterior de espoliação, de dificuldade. Então, foi uma oportunidade perdida. Era estabelecer os parâmetros da atenção básica, da identificação dos potenciais infectados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, Senador, a Covid-19, o vírus, pela informação que a gente tem até agora, começou lá na China, numa cidade específica, numa província específica; ele viajou, Senador, ele viajou. Então, os portos, os aeroportos, a vigilância nos portos e aeroportos teria feito a diferença, porque ele vinha com os viajantes. O vírus caminhou no corpo de viajante. E não era perseguição aos viajantes, muito ao contrário, era o cuidado com os viajantes. O primeiro caso identificado no Brasil era de um viajante que veio da Europa, da Itália. Se a gente tivesse identificado, será que não teria sido diferente? A primeira morte foi de uma funcionária de um viajante. Será que, se tivesse identificado, não teria sido diferente?

Estudos recentes dizem, por exemplo, já depois da pandemia, esses dados mais recentes... O senhor perguntou do início, mas eu quero chamar atenção para um estudo recente que eu não li a fundo, mas foi anunciado, mostrou que ela se espalhou no Brasil pelas BRs. Poxa, se a gente fizesse uma vigilância, um cuidado, por exemplo, com os motoristas de transporte rodoviário... Os dados do Caged mostram que os motoristas de transporte rodoviário interestadual, caminhoneiros, motoristas de ônibus foram os que mais morreram entre os profissionais com carteira assinada. Olha, os dados, se a gente já tivesse estabelecido lá os parâmetros... Como que eu vou pensar quais são os caminhos pra controlar? Do ponto de vista nacional, portos, aeroportos, informação, preparação do sistema de saúde, união com os gestores das outras esferas da administração pública – existia muita coisa que podia ser feita, Senador. E, à medida que o conhecimento foi sendo gerado, era só ir incorporando.

Essa epidemia, Senador, é dramática pelo caos instituído pela negligência instituída, mas as epidemias, de certa forma, são parecidas, e a técnica, a boa técnica já é bastante conhecida pelos técnicos do SUS. O SUS brasileiro era identificado pela sua excelência em vigilância epidemiológica, por sua excelência em controle de epidemias e pandemias.

Dou aqui o exemplo da pandemia da HIV/aids. É claro que há diferenças: Covid é uma doença respiratória; a aids a gente sabe como é transmitida.

Mas, veja, naquele momento da pandemia, o Brasil foi o número um do mundo em boas práticas porque reuniu o que de melhor tinha da gestão pública, do Parlamento, da sociedade civil pra encontrar saídas com todo mundo junto pra enfrentar. A gente já sabia porque a gente já foi, a gente era a excelência mundial, o exemplo mundial. Por que a gente não usou isso? Por que que se perdeu essa oportunidade?

É isso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foram, como todos sabem, concedidos incentivos suficientes para pesquisa, desenvolvimento e produção de testes para diagnóstico e rastreamento de infectados e de seus contatos recentes, nem para aquisição, produção e distribuição de máscaras de boa qualidade. As oportunidades para aquisição de vacina, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

vimos também, também foram desprezadas. Os estudos, os dois estudos analisam a resposta à pandemia do ponto de vista orçamentário?

A SRA. JUREMA WERNECK – O nosso estudo busca algumas informações do orçamento nesse primeiro ano, analisamos os documentos que falavam do orçamento do primeiro ano de pandemia. E a gente verificou que, nesse primeiro ano de pandemia, o dinheiro disponível... Porque o Sr. Senador diz que não faltou recurso, porque o Congresso aprovou. A gente viu que se investiram na resposta à pandemia apenas 60% do recurso destinado.

Então, não faltou dinheiro, mas faltou a decisão de empregar esse dinheiro, de investir, como o senhor disse, na pesquisa, na aquisição dos insumos necessários seja pra proteção, seja para o cuidado com os infectados e os doentes, pra poder ter uma resposta mais adequada. De fato, não faltou dinheiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Pedro...

O SR. PEDRO HALLAL – Queria complementar nesse ponto. Primeiro, dizer que o investimento em ciência e tecnologia no Brasil vem decrescendo nos últimos anos e isso é um problema para o País. Tivesse o investimento em ciência e tecnologia sido mantido, nós teríamos laboratórios mais prontos para ter testes mais rapidamente, para desenvolver vacinas mais rapidamente. Então, tem uma questão aí que é estrutural: a ciência precisa de investimento e não é só no momento da pandemia.

O nosso estudo não fez análise do orçamento, Senador, mas o nosso estudo mostra que é necessário monitorar a pandemia no Brasil e infelizmente esta opção não foi feita. Então, o recurso para pesquisas de monitoramento da pandemia no Brasil teria sido extremamente importante para que a gente tivesse conseguido controlar a pandemia e ter menos mortes.

Então, é uma oportunidade perdida, como muito bem disse a Dra. Jurema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer duas perguntas para que os dois respondam rapidamente. Em seguida, vou fazer uma pergunta em nome do Senador Alessandro Vieira, que não pôde estar infelizmente hoje aqui, porque está em Sergipe.

Qual é a responsabilidade do Ministério da Saúde em evitar mortes que poderiam ser salvas pela imunização?

A SRA. JUREMA WERNECK – Ao não colocar em prática, ao não mover o Sistema Único de Saúde com o potencial de liderança, de indutor do sistema, de não fazer as previsões necessárias, ao não fazer os investimentos necessários, não há dúvida, Senador, de que o Ministério da Saúde falhou terrivelmente. Poderia ter sido diferente e segue falhando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pedro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Concordo integralmente com a resposta da Dra. Jurema. Essa responsabilidade é obviamente do Ministério da Saúde, que é a instituição, na nossa estrutura governamental, responsável por lidar com a pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Se estamos falando de mortes evitáveis, é porque alguém, evidentemente, não as evitou. Como o estudo – os dois estudos, aliás – pode ser usado para apurar essas responsabilidades e trazer justiça para as famílias das vítimas? Uma pergunta para os dois.

A SRA. JUREMA WERNECK – Bom, Senador, o nosso estudo "Mortes evitáveis em razão da Covid", nas primeiras 52 semanas do ano da pandemia, nas 52 semanas epidemiológicas, aponta uma série de medidas que deveriam ter sido tomadas e aponta também que havia recurso. É verdade que estamos diante de um sistema de saúde enfraquecido, enfraquecido já desde anos anteriores. O SUS que a gente teve no início da pandemia não era o SUS sonhado na Constituição de 1988, mas o que a gente... O estudo mostra é que não se investiu para adequar o sistema de saúde às necessidades do que estava por vir. Não se investiu, não se liderou a população, a Nação brasileira da forma adequada, em termos de informação, em termos de insumos. Não se chamou a atenção, não se dirigiu a atenção pra aqueles segmentos mais vulneráveis. Não se fez, infelizmente, o que por sinal, Senador, era obrigação. Não era uma questão de opinião, "vou ou não vou fazer". Ao recusar a cumprir seu dever, ao recusar a cumprir a obrigação... O nosso estudo mostra que aqueles que se recusaram a cumprir aquilo que já estava estabelecido, seja pelos estudos da primeira fase da pandemia, seja pela tradição e pelo conhecimento gestado antes, aqueles que se recusaram, esses podem ser responsabilizados, esses devem ser responsabilizados não apenas no sentido imediato, mas é preciso passar uma importante mensagem à sociedade, a todos e todas: que isso não vai se repetir, porque isso não pode se repetir, isso não pode ser aceito por ninguém, que gestores que estavam em posição de fazer o que deviam tenham se recusado, a custo de tantas vidas.

O SR. PEDRO HALLAL – Sr. Relator, concordo com as palavras da Dra. Jurema. Gostaria apenas de salientar que, durante esse período, o Brasil teve oficialmente quatro Ministros da Saúde; Ministro Mandetta, Ministro Teich, Ministro Pazuello e Ministro Queiroga. Por mais que eu tenha tanto elogios quanto críticas à atuação dos quatro Ministros da Saúde que passaram pela casa nesse momento, os principais sinais de negacionismo do Brasil no enfrentamento da pandemia não foram dados por nenhum dos quatro Ministros da Saúde deste País. A principal personalidade responsável por propagar mensagens anticiência não foi nenhum dos quatro Ministros da Saúde, foi diretamente o Presidente da República.

Os Senadores da República e as Senadoras aqui presentes, em muitas oportunidades, defendem ações do Governo Federal, conseguem defender ações do Ministério da Saúde, mas não existe como defender a promoção de aglomerações sem máscara, por exemplo; não existe como defender uma série de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posturas adotadas pelo Presidente da República. As posturas adotadas pelo Ministério da Saúde, várias delas, são no sentido adequado; infelizmente, a grande maioria delas, no sentido equivocado. Mas infelizmente a postura do Presidente da República como líder maior da Nação é a pior de todas as posturas que nós observamos como cientistas durante essa pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso eu queria trazer uma sugestão de um internauta, que lembra o seguinte: o senhor sofreu ataques pessoais do Presidente da República e houve um processo administrativo contra o senhor por – aspas – "proferir manifestação desrespeitosa direcionada ao Presidente da República". O que o senhor disse? Em que democracia estamos para ensejar um processo dessa ordem? E como está, evidentemente, esse processo?

O SR. PEDRO HALLAL – Sr. Relator, esse processo foi arquivado. Ele partiu de uma denúncia protocolada por um Deputado da base governista, Deputado Alcíbio, do Rio Grande do Sul, e esse processo foi arquivado pela Controladoria-Geral da União, após assinatura de um TAC, e, efetivamente, eu vou pedir desculpas a V. Exa., mas eu vim para prestar a minha opinião científica sobre a pandemia, e esses ataques pessoais que eu recebo desde março do ano passado e os que se intensificarão nas próximas semanas, em decorrência deste depoimento, eu prefiro não discorrer sobre eles aqui nesta pandemia, exceto se for obrigado, porque eles me causam grande sofrimento pessoal, a mim e a toda a minha família.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Jurema...

A SRA. JUREMA WERNECK – Eu gostaria só de complementar a fala do Dr. Pedro Hallal.

Eu reconheço o seu empenho em superar esses ataques, seguir em frente, trazer a mensagem positiva, construtiva, de transformação da realidade, para salvar vidas, mas eu quero destacar que esse tipo de ataque é uma tentativa de silenciamento, e esse silenciamento, essa perseguição àqueles que só trazem as evidências, isso, Senador, não pode ser aceito. Eu acho que é importante que esta Comissão aqui leve isso em consideração.

Esses movimentos de perseguição e tentativa de silenciamento e criminalização da sociedade civil precisam ser reprimidos com veemência, precisam ser condenados com veemência. É preciso construir mecanismos para que a gente, pessoas, cientistas respeitáveis como o Dr. Pedro Hallal ou qualquer pessoa que tenha a opinião divergente não sejam vítimas da tentativa de silenciamento, porque é preciso que o Brasil se recorde de que a expressão, a liberdade de expressão é um direito, e, quando essa liberdade de expressão segue os ditames da lei, da Constituição e das evidências, ela é benéfica para a sociedade, ela é necessária para a sociedade.

O Sr. Presidente aqui já falou do efeito que teve a desinformação, as *fake news*, sobre, por exemplo, alguns povos indígenas, que receberam informações negativas e temeram, por conta disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso à vacina. Isso produz, isso alimenta as estatísticas de morte no Brasil; isso alimenta o descontrole e o caos. É preciso também interromper a marcha da perseguição e do silenciamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Alessandro Vieira lembra que a utilização de mecanismos de testagem em massa é consenso científico global no combate à pandemia. A Universidade Federal de Pelotas, pelo seu notório conhecimento técnico, em parceria com o Ministério da Saúde, conduziu o principal estudo já realizado no Brasil. Foram testadas 100 mil pessoas, com um custo final de R$12 milhões. Esse estudo, também já vimos aqui, foi descontinuado, com o Ministério da Saúde anunciando um novo estudo, que testaria cerca de 200 mil pessoas, por um custo de R$200 milhões. Ele pede-me para perguntar, o Senador Alessandro: é fato que o Ministério da Saúde mostrava incômodos com dados trazidos pelo estudo da Universidade Federal de Pelotas? Primeira pergunta.

O SR. PEDRO HALLAL – Sim, é fato.

Nas reuniões preparatórias a essa apresentação no Palácio do Planalto, o Ministério da Saúde demonstrou incomodação com o resultado da diferença entre os grupos étnicos. Aliás, um dos participantes da reunião disse que era um absurdo usar etnia autorreferida, e eu expliquei para ele que essa era a metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, amplamente consolidada na literatura. E essa discussão aconteceu por dois dias, e o resultado final foi a exclusão do eslaide da apresentação que foi feita no Palácio do Planalto, num episódio, Senador Renan, que eu considero talvez o mais bizarro da minha carreira.

Eu era o investigador principal da pesquisa, eu preparei um conjunto de eslaides junto com o meu grupo da Universidade Federal de Pelotas, entreguei os eslaides pra Secretaria de Comunicação do Ministério da Saúde e, quando fui apresentá-los, um dos eslaides tinha sido retirado e eu fui comunicado dez minutos antes. Se este episódio não caracteriza censura, eu peço desculpas, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para me explicarem o que é censura se não é este episódio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por fim, ele pergunta se o senhor sabe se o novo estudo já começou, se o Brasil continha trabalhando às cegas, sem nenhuma referência, nenhuma informação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Eu também vou querer fazer perguntas através do Relator. (*Risos*.)

O SR. PEDRO HALLAL – Eu não tenho informação se o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu estarei à disposição, permanentemente, de V. Exa.

O SR. PEDRO HALLAL – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso não é bom pra nós aqui que estamos...

O SR. PEDRO HALLAL – Eu não tenho informação se o PrevCov já veio a campo. Aliás, apesar da necessidade de explicação dos R$200 milhões de investimento, eu torço muito pra que o PrevCov comece logo, para trazer resultados epidemiológicos pra que a gente consiga monitorar a situação da pandemia no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante o período em que o estudo estava em prática, o senhor presenciou autoridades – essa é uma pergunta do Relator – do Ministério da Saúde falando em forçar envio e uso de cloroquina para alguma cidade do Brasil?

É uma pergunta sugerida por internauta também. E é a última pergunta, Presidente.

O SR. PEDRO HALLAL – Não. Na verdade, durante a realização do Epicovid, nós tivemos uma série de problemas de comunicação com o Ministério da Saúde. Fazendo a presunção de inocência, que é princípio básico do Direito, a gente entendeu que aqueles problemas eram causados pelas sucessivas transições que aconteciam naquele momento, porque o Epicovid foi contratado na gestão Mandetta, foi planejado na gestão Teich e foi operacionalizado na gestão Pazuello, tudo isso num período de 60 dias. Então, pra não fazer nenhuma acusação equivocada, acho que as sucessivas transições no Ministério da Saúde prejudicaram o Epicovid, mas dou o benefício da dúvida pelas transições.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A falta de informação, não querer passar as informações corretas e criar versões sobre o que estava acontecendo na pandemia inicia quando o Mandetta deixa o ministério e o Teich para de informar o número de óbitos diários. Aí é criado o consórcio de imprensa. Através desse consórcio é que a gente sabe o que está acontecendo, porque o Ministério da Saúde não...

Somatizado a isso, no ano todo, nós tivemos aí várias desinformações, inclusive pela própria Secretaria de Comunicação, que nós estamos investigando. São fatos concretos. Eu estou colocando fatos concretos. Escamotear para a população brasileira o número de óbitos, que era uma obrigação, não era favor do Ministério da Saúde, é uma coisa gravíssima que foi feita para desinformar. Somatizado a tudo isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... agora, menos de um mês atrás, me aparece um cidadão no Tribunal de Contas da União, que está sendo investigado pelo Tribunal de Contas da União, que me faz um relatório e joga pra população de uma forma bastante irresponsável. Então, eu creio, Senador Renan Calheiros, que isso aqui, independentemente de direita, esquerda, centro, branco,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negro, azul, qualquer coisa, não é o comportamento de transparência que nós lutamos para ter na democracia.

O próprio Ministério Público Federal, que, em 1988, nós conseguimos dar uma força muito grande, não consegue mudar esse tipo de comportamento, tanto é que nós chamamos aqui essas plataformas virtuais, que têm responsabilidade na informação, porque se trata de vidas. A gente sabe que você entra numa plataforma dessa e aparece lá uma foto de uma senhora obesa e, daqui a pouco: "tomando esse remédio vai ficar desse jeito". Quer dizer, são propagandas feitas de uma forma tão irresponsável! Um aparelho de ginástica que o cara vai ficar sem barriga! E aí você não vê mais uma atuação da defesa do direito do consumidor, você está me entendendo? Tinha que, por obrigação – por obrigação, ele tem que agir! Você não tem mais isso. O Ministério da Cidadania, que tinha que trabalhar essa situação, o Ministério da Justiça... Onde está o direito do cidadão, que é uma lei que foi aprovada no Governo Collor, que foi um dos avanços grandes? A população era enganada na compra de um produto, não tinha direito à devolução, perdia um produto e não tinha direito... Então, é uma série de coisas que nós perdemos nos últimos anos, infelizmente, e a desinformação chega com uma facilidade muito maior.

Agora mesmo o Senador Jorginho me questionou sobre uma coisa que eu não falei, nunca falaria aquilo, não é meu estilo falar isso. Eu tenho responsabilidade de colocar as palavras e saber como colocá-las para não criar nenhum tipo de dúvida sobre o nosso comportamento.

Então, só para complementar, isso inicia logo no início da saída do Mandetta, quando o Governo deixa oficialmente de registrar, infelizmente, o número de casos e de óbitos no Brasil.

Senador Tasso Jereissati, remotamente, por 15 minutos.

Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente Omar Aziz, Sr. Relator, Dra. Jurema, Dr. Pedro, Srs. Senadores, são duas perguntas muito curtas e objetivas.

Chamou muito a minha atenção, no depoimento do Deputado Osmar Terra, a afirmação que ele fez repetidas vezes aqui nesta CPI de que não existe nenhum estudo no mundo que nós procurássemos que demonstrasse a eficiência do isolamento social, ou *lockdown,* ou restrição de circulação. Isso foi repetido aqui pelo menos umas cinco ou seis vezes por ele, defensor, médico – os senhores devem saber – defensor muito enfático do não isolamento social. Essa é minha pergunta que vale para os dois.

A segunda pergunta tem a ver com o que a Dra. Jurema falou, que a entidade, o grupo a que ela pertence tem um senso de urgência muito grande em função não só do que aconteceu no passado, mas do que está acontecendo e por acontecer. Dentro do senso de urgência que, com certeza, todos nós devemos ter, eu perguntaria à senhora: o que nós precisaríamos fazer? E, se a senhora estivesse na cadeira do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan, o que colocaria no seu relatório como urgente que a CPI sugerisse ao Governo Federal, aos órgãos de saúde, aos governos estaduais, agora, ainda agora, visando a mitigar as mortes que estão acontecendo e que ainda estão por vir? São essas as minhas duas questões.

Obrigado, Presidente Omar Aziz; obrigado aos dois depoentes, que deram demonstrações muito claras, aqui, do que aconteceu até agora.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Em relação à primeira pergunta, sobre o *lockdown*, o anexo 19 do documento que eu entreguei ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Relator, e deixarei uma cópia aqui para todos os membros da CPI, o anexo 19 traz exatamente os estudos que existem comprovando que medidas de restrição da circulação funcionam.

Em relação ao futuro, eu sei que a pergunta foi específica para a Dra. Jurema, mas eu quero lembrar que, ontem, morreram mais de 2 mil pessoas no Brasil. Então, a gente não tem que pensar no futuro lá na frente só; nós temos que pensar no futuro agora.

Existem duas medidas que o Brasil precisa fazer, para controlar essa pandemia neste estágio: o Brasil precisa vacinar, em média, 1,5 milhão de pessoas por dia. Felizmente, nos últimos dias, o Brasil conseguiu chegar a esse número algumas vezes; o Brasil precisa chegar a esse número em média. E o Brasil precisa urgentemente parar integralmente, o País todo, por três semanas, para que a gente consiga botar os números lá no chão, como aconteceu na cidade de Araraquara. E, daí, a gente possa partir com uma vacinação acelerada. São só duas recomendações neste momento, isso está expresso num artigo escrito por mim e pelo Professor Cesar Victora, uns dois meses atrás: 1,5 milhão de doses de vacina por dia, de média; três semanas de *lockdown* de verdade – infelizmente, o Brasil nunca fez. E, aí, nós começaremos a olhar a luz no final do túnel.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador Tasso, pelas perguntas.

Como o Dr. Pedro já falou e o nosso relatório do estudo Alerta também traz, nós temos, nos anexos, as informações sobre os estudos, como eu disse na minha apresentação, de excelência que afirmam, que demonstram, que comprovam – e a metodologia está lá exposta – a eficiência das medidas não farmacológicas na redução da transmissão. Isso já está posto! Se não estivesse posto, nos estudos científicos, a gente também poderia ver a experiência dos países. Já temos um ano, mais de um ano da pandemia. A gente tem visto em que momento e em que países a epidemia, a pandemia cai e em que países – o nosso principalmente – ela não cai.

E a gente já pode, pelo menos, inferir as razões – não é? –, ou seja, a vida real também está desdizendo esse tipo de informação, não precisava... Porque eu entendo – eu entendo! – que nem todo mundo tem tempo de fazer as pesquisas aprofundadas, nem todo mundo tem as condições de ler os artigos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de excelência e de interpretá-los devidamente e corretamente. Eu compreendo isso, mas para quem não fez isso olha para o lado de fora! A gente está vendo que não está dando certo, não é? A gente está vendo que esse tipo de informação não funciona, é só olhar da janela, é só olhar para dentro da sua própria família, é só olhar em volta. É esse número espantoso de mortes, com as ruas lotadas, com as pessoas sem acesso às devidas medidas de proteção. A gente está vendo onde a gente está parando, ou melhor, a gente não está parando, não é? A estatística de mortes só sobe.

E o Senador pergunta qual é a medida de urgência. A medida de urgência, primeiro, a minha primeira recomendação é da responsabilidade. É preciso que quem tem o dever... É dever, Senador; é dever, não é assim alguma coisa que a pessoa pode pensar. Quais são os mecanismos à disposição desta CPI aqui pra que se faça ou se cumpra? Percebe? É dever. A gente não precisa convencer alguém, porque a lei, a determinação já está lá. É preciso que faça; mas faça o quê? Como o Dr. Pedro falou: acelerar a vacinação. O SUS tem capacidade de vacinar por dia muito mais do que a gente está vacinando agora. As equipes, etc., já têm informação e conhecimento suficiente. É preciso reforçar a confiança da população nos métodos de redução da transmissão: uso de máscaras. É preciso distribuir máscaras de qualidade.

Eu vejo, Senador, na cidade onde eu vivo, Rio de Janeiro, as pessoas que confiam e acreditam nas medidas comprovadas de uso de máscara, essas pessoas, aqueles que são ditos essenciais, mas estão sendo tratados como descartáveis nos ônibus lotados, essas pessoas estão com a máscara, hoje em dia, a mesma que eles que eles conseguiram por doação de iniciativas comunitárias um ano atrás. Essa máscara está surrada, essa máscara não oferece a proteção ideal.

É preciso que as autoridades distribuam os insumos à população para garantir a proteção e que sejam só os essenciais que saiam pra rua – que sejam só os essenciais –, porque a gente está vendo as ruas lotadas, a gente está vendo as cidades lotadas. E a gente está vendo, por conta disso, os hospitais lotados, as UTIs lotadas e os cemitérios.

Então, essas são medidas de urgência.

E mais uma – se me permite dizer mais uma –: a informação, a informação correta, a informação a tempo. Não se deve aceitar sonegação de informações, não se deve aceitar que a gente tenha que buscar informação, que a população... A população busca informações nas empresas de mídia – eu reconheço a importância do trabalho das empresas de mídia –, mas nós temos sistemas oficiais de informação, nós temos gestores públicos capacitados e contratados com o dever de prestar informação correta. Então, é preciso prestar informação correta pra gerar de novo a confiança da população em nós, em todos nós. Nós temos que voltar a ser um Brasil.

A Anistia Internacional tem uma iniciativa, a gente tem uma linha de pensar que a gente faz desde 2019. E a gente afirma: é preciso que haja um Brasil pra todo mundo. O Brasil precisa pra todo mundo, e não em grupos separados. É preciso restaurar essa unidade, essa unidade pra enfrentarmos essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempestade – e agora. Isso é agora, não dá pra deixar pra depois. É preciso responsabilizar, exigir e demandar.

E é por isso que a gente confia nesta CPI, na liderança e na consistência possível, pra fazer mover essas estruturas agora.

Obrigada.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Obrigado, Dra. Jurema.

Só insistindo, mais uma pergunta ao Dr. Pedro: o senhor poderia citar – porque nós ouvimos tantas vezes aqui que não existem estudos sobre o isolamento, a restrição – pelo menos uns dois ou três, alguns estudos, pra que fique bem claro pra quem está nos assistindo, pra todos? Se puder, evidentemente.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO HALLAL – Obrigado, Senador.

Não deve ser coincidência, Senador Tasso, que os dois estudos que eu trago no anexo 19 são exatamente os dois que a Dra. Jurema e a sua equipe usaram na pesquisa. É um artigo cujo primeiro autor é Jan Brauner, publicado na revista *Science,* e, depois, vou trazer um segundo artigo, que é o artigo cujo primeiro autor é Seth Flaxman, que foi publicado na revista *Nature*. Então, pelo menos esses dois artigos já estão disponibilizados a esta CPI para que possa combater as informações repetidamente passadas de que não existe nenhum estudo na literatura mostrando que *lockdown* e outras medidas de restrição funcionam. A literatura não tem dúvida sobre esse assunto, como a literatura não tem dúvida sobre vários outros assuntos que têm sido debatidos aqui na CPI.

Várias vezes os Senadores e Senadoras trazem essa ideia de que existem dois lados na ciência. Não! A ciência está absolutamente acostumada a lidar com divergência de opiniões, mas tem temas que são consolidados. Um exemplo bem concreto: existe consenso da literatura de que fumar aumenta o risco de câncer de pulmão. Agora, é intelectualmente desonesto se, dos 10 mil estudos que avaliaram essa associação, alguém trouxer para esta CPI os dois únicos que não encontraram uma relação, porque os outros 9.998 estudos mostraram que fumar aumenta o risco de câncer de pulmão.

A ciência, ela é feita pelo consenso de diversos estudos, critério da consistência. E a consistência da ciência mostra que *lockdown* e medidas de restrição da circulação funcionam; assim como a consistência da ciência mostra que hidroxicloroquina não serve para nada para a Covid; assim como, nesta semana, a ciência disse que vale a pena seguir estudando o efeito da ivermectina. A ciência não tem problema nenhum de reconhecer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, selecionar os poucos estudos que mostram algo diferente do consenso científico, Senador Tasso, isso não é fazer ciência; isso é fazer charlatanismo ou fazer ciência de WhatsApp.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado, Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Tasso.

Seguindo, então.

A próxima inscrita: Senadora Eliziane Gama.

Eu pergunto... O Senador Otto está no remoto. Se S. Exa. quiser se inscrever, de imediato, eu o colocarei aqui na lista dos inscritos.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dra. Jurema, Dr. Pedro, eu quero, inicialmente, cumprimentar a Dra. Jurema e dizer para a senhora, doutora, que eu, pessoalmente, fico muito feliz quando vejo uma mulher, negra, empoderada, intelectual, competente e que está dando uma grande contribuição para o Brasil. A senhora é a demonstração de luta, de resistência, de persistência e de superação de várias dificuldades. Então, parabéns pela sua presença aqui nesta Comissão! Eu não tenho nenhuma dúvida de que a senhora é inspiração para muitas outras mulheres deste País.

Quero iniciar perguntando aqui para o Dr. Paulo – e a Dra. Jurema também pode nos ajudar aqui nas respostas...

Mas, antes disso, quero fazer aqui dois registros. O primeiro deles é que a Polícia Federal, mais uma vez, aqui, apresentando a constatação da não abertura de inquérito para investigação das denúncias que foram apresentadas pelo servidor que virá aqui a esta Comissão, o Miranda, acerca de possíveis irregularidades na aquisição da Covaxin... A Polícia Federal não encontrou, na verdade, a abertura desse inquérito.

E a gente tem também uma outra informação de que o ex-Ministro Pazuello teria assumido a responsabilidade de não ter enviado a informação ao Presidente da República.

Mas é bom também a gente lembrar que, pelas informações que nós obtivemos, a solicitação feita pelo servidor ao Presidente seria que ele encaminhasse à Polícia Federal, já que ele estaria ali mostrando os dados efetivos dessas possíveis irregularidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro fato também, Dr. Pedro, é que ontem nós tivemos pela primeira vez, desde o início da pandemia, da primeira e da segunda onda, Dra. Jurema, o registro de um recorde de mais de 100 mil casos de contaminação. E aí vou já fazer uma pergunta sobre primeira, segunda e terceira ondas.

Antes disso, Dr. Pedro, eu queria que o senhor nos desse de forma mais detalhada uns esclarecimentos, que é foco de investigação desta CPI, exatamente sobre esses monitoramentos. O senhor recebeu informação do Governo no mês de julho de 2020 da descontinuidade do contrato da Epicovid, que seria no valor de R$12 milhões. O senhor tem documentos que pudesse enviar à nossa Comissão sobre essa informação? O senhor poderia nos dar até mais detalhamentos dessa justificativa, o porquê da não continuidade? E, ao mesmo tempo também, o senhor recebeu informações da PrevCov se essa continuidade seria dada para a PrevCov? E, ao mesmo tempo também, o porquê dessa mudança? Havia um perfil, havia uma discriminação do ponto de vista de informação do novo modelo que seria adotado? E, ao mesmo tempo, quando o senhor fala, por exemplo, da censura em relação às informações dos povos indígenas, o senhor tem também documentos que poderia enviar a esta Comissão, que nos ajudariam no aprofundamento desta investigação?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Na verdade, nestes volumes de mais de 500 páginas, vários desses documentos que a Exma. Senadora pede já estão apresentados.

Sobre a questão dos 100 mil casos ontem, eu acho que nós temos que ter a capacidade de fazer duas possíveis interpretações. Uma interpretação otimista é a de que este número de 100 mil casos não vai levar a 3 mil mortes daqui a 15 dias, porque tem mais gente vacinada, mas a verdade é que a interpretação realista é que 100 mil casos ontem, muito provavelmente, farão com que, daqui a 20 dias, o Brasil quebre o seu recorde diário de mortes. É isso que a pandemia vem nos mostrando desde o primeiro dia. Eu vi com muita preocupação esse resultado de ontem, Senadora.

Sobre a questão da descontinuidade, eu acho importante pontuar esse item com a devida tranquilidade. O contrato para o Epicovid era um contrato de três fases, ele foi integralmente cumprido – o contrato do Epicovid. O que aconteceu foi que, dali pra frente, o Ministério da Saúde decidiu não continuar monitorando a evolução epidemiológica da pandemia. Essa é uma decisão do Ministério da Saúde. Tendo em vista a minha postura crítica ao Governo Federal em relação a esse assunto, eu disse, na reunião, inclusive: "Senhores do ministério, existem dezenas de grupos de Epidemiologia no Brasil extremamente capacitados para conduzir um estudo parecido com o Epicovid. Se não têm intenção de continuar o Epicovid com a Universidade Federal de Pelotas por qualquer que seja a razão, por favor, sigam com esse monitoramento com qualquer outra universidade". O Dr. Guilherme Wernerck, que está aqui presente, foi coordenador da área de saúde coletiva. Existem pelo menos 30 universidades brasileiras que poderiam ter continuado o Epicovid. A decisão de não continuar o Epicovid não tem como não ser atrelada ao episódio do resultado por etnia. Por quê? Porque o Ministério da Saúde censurou o eslaide,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora. E, no outro dia, nós apresentamos o resultado para a mídia, com bastante ênfase. Foi publicado inclusive pelo *The New York Times*, por todos os veículos de comunicação do Brasil e, também, em artigos científicos. A apresentação daquele resultado certamente causou muito incômodo ao Ministério da Saúde, e talvez por isso eles tenham decidido por não continuar com o monitoramento.

Repito: é uma decisão... O Ministério da Saúde tem o direito de tomar as decisões em relação a qual universidade vai fazer o monitoramento – não precisa ser a UFPel –, mas não tem o direito de privar a população brasileira de seguir monitorando uma pandemia, em junho do ano passado. Olhe o que aconteceu de lá para frente? Se nós tivéssemos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Em julho houve a descontinuidade. De lá até agora, em relação ao PrevCov, por exemplo, o senhor não tem nenhuma informação de qualquer monitoramento?

O SR. PEDRO HALLAL – Não, eu tenho a informação de que o PrevCov foi anunciado um mês atrás. Não tem nenhuma informação de que os dados...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, de lá para cá, nós não temos nenhum outro instrumento de monitoramento?

O SR. PEDRO HALLAL – Exceto monitoramentos no nível local ou estadual, desenvolvidos com muita dificuldade pelas universidades brasileiras e pelas Secretárias de Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Relator, eu acho que, das informações que nós obtivemos hoje, essa para mim é uma das que merece o aprofundamento da investigação. Nós temos aqui uma informação clara de censura.

Inclusive, o senhor fez a citação de que foi o Elcio, na exposição que o senhor fez no Palácio, não foi isso?

O SR. PEDRO HALLAL – Eu não tenho como...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Elcio Franco.

O SR. PEDRO HALLAL – Eu não tenho como afirmar que foi ele que tomou a decisão ou se foi o superior a ele, que era o Ministro Pazuello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas naquele momento...

O SR. PEDRO HALLAL – Era ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... o senhor conversou com alguém, quando o senhor detectou que havia sido retirado, por exemplo, aquele eslaide?

O SR. PEDRO HALLAL – Eu conversei com o representante da Secom ou Ascom. O nome dele era Renato – eu não sei o sobrenome. Foi ele que me comunicou de que a decisão do ministério teria sido retirar aquele eslaide. E eu não posso responder quem tomou a decisão em nome do Ministério da Saúde: se foi o Ministro Pazuello ou se foi o Secretário-Executivo Elcio Franco. Eu entendo que é mais provável que tenha sido o Secretário-Executivo porque é ele que estaria presente na coletiva e esteve presente na coletiva junto comigo, representando o Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor acha um valor muito exorbitante, comparativamente com os R$12 milhões, esse valor de R$200 milhões para esse novo monitoramento na PrevCov?

O SR. PEDRO HALLAL – Não necessariamente exorbitante, mas acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito deve investigar aonde que esse recurso está indo. Pelo que eu entendi... Porque o Epicovid, ele utilizou... Ele fez pesquisa de preço, todo o processo formal de tomada de preço, com as empresas que têm capacidade de fazer esse tipo de estudo no Brasil inteiro: Ibope, Datafolha, Datamétrica; as que naquela época estavam acostumadas. Pelo que eu entendi, o PrevCov... A informação que nós temos é que quem vai coletar a informação é um laboratório, não sei de onde – um laboratório está sendo selecionado para essa atividade –, e um *call center*, que deve ser para coletar informações telefônicas. O valor de cada um desses contratos eu desconheço, mas certamente que, se esta CPI requerer essas informações, o ministério, até pela Lei de Acesso à Informação, será obrigado a repassá-lo. Mas chama a atenção – e aí eu não deixo... que a Dra. Jurema não me deixe mentir... Um inquérito epidemiológico com 200 mil pessoas custar R$200 milhões chama muito a atenção.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não há dúvida.

A gente pode afirmar – e aí eu queria perguntar isso aos senhores, pela experiência de pesquisa e de estudos que os senhores têm – que no Brasil nós tivemos e nós temos subnotificação?

O SR. PEDRO HALLAL – Olha, o Brasil tem subnotificação de casos, como praticamente todos os países do mundo. Claro que, pelo fato de que o Brasil testa muito pouco, a nossa subnotificação de casos é menor.

Em relação à subnotificação de óbitos... Aliás, primeiro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De óbitos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Deixe-me esclarecer: não existe superestimativa de óbitos no Brasil. Essa foi uma informação trazida pelo Presidente da República de um documento que teria vazado do TCU, e acredito que esta Comissão vai averiguar. Não existe nenhum estudo científico sugerindo que tenha superestimação de óbitos. Existem alguns estudos mostrando que pode haver subestimativa de óbitos. Não é uma magnitude tão grande. A pessoa em quem eu mais me referencio para falar desse assunto é o Dr. Paulo Lotufo, que é um epidemiologista, como eu, que vem monitorando isso da subestimativa de óbitos, e ele tem estimado que hoje a subestimativa é na casa de 12%; ou seja, peguemos a estatística oficial de 504 mil, multipliquemos por 1,12 e teremos uma noção do número de pessoas que perderam a vida para a Covid no Brasil. Vai dar ao redor de 600 mil pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Infelizmente o nosso tempo passa rápido, ele passa bem mais rápido do que quando é o Relator, não é, não sei por quê, esse relógio é um problema. Dra. Jurema, na perspectiva, por exemplo, das subnotificações, o Dr. Pedro fez a colocação de que o nosso percentual seria 12, não seria tão alto, digamos assim, mas você pega, por exemplo, no caso de testagem, a posição do Brasil, pelos dados que nós temos, chega à posição de número 80; ou seja, nós temos, de fato, pouca testagem no Brasil, associada, por exemplo, a uma possibilidade que o estudo apresenta de possíveis erros ali em relação à questão do atestado de óbito. Essa associação, por exemplo, a gente pode dizer que é real? O Brasil precisaria, sim, hoje, ter mais testagens pra gente evitar essa subnotificação?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senadora Eliziane.

Primeiro, eu quero agradecer a fala generosa inicial da Senadora e responder da seguinte forma: é fato que eu também sou um exemplo de superação, mas entendo que a senhora, Senadora; a Senadora Leila, a Senadora Soraya também são exemplos e honram a representação que nós, mulheres, esperamos aqui no Senado. Eu agradeço profundamente.

Eu queria chamar atenção para um fato que a gente já conversou antes, mas é preciso destacar. A Senadora estava falando da desinformação, da falta de informação nos parâmetros nacionais, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUREMA WERNECK – Desinformação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... porque a informação é encaminhada do nível local ao nível estadual, e depois o nacional, e como isso tem sonegado tem sido mal utilizado. E isso traz um outro lado, quer dizer, nós não somos só portadores e portadoras de más notícias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim.

A SRA. JUREMA WERNECK – É preciso destacar que gestores locais, alguns gestores locais têm feito um esforço descomunal para ir contra a corrente e tomar decisões corajosas. Com os dados que têm à disposição, com as análises possíveis, decisões corajosas foram tomadas, e isso, Senadora, isso impactou. Nós mostramos aqui que houve um excesso de morte de 305 mil pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

A SRA. JUREMA WERNECK – Isso poderia ter sido muito pior se não houvesse gestores e gestoras corajosas e corajosos no nível local, tomando as decisões difíceis com as informações que teriam. Isso poderia ter sido muito pior! Talvez a gente chegasse a um excesso de mortes três ou quatro vezes maior do que aconteceu. Então, existe um esforço de outra parte pra mitigar, pra minorar esses impactos nefastos que a liderança inadequada está produzindo, não é?

A senhora fala também das notificações, das informações. O Dr. Pedro Hallal já respondeu. Tem um nível de informação que é próprio dos sistemas: ter erro, ter demora na subnotificação. A gente não está testando 14%. No período, no primeiro ano, apenas 14% foram testados no Brasil. E, principalmente, quem foi testado foi basicamente a população branca dos grandes centros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim.

A SRA. JUREMA WERNECK – Quatro vezes mais do que os mais pobres.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dra. Jurema, sem querer interrompê-la...

A SRA. JUREMA WERNECK – Pois não, pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... mas só para somar e a senhora me responder, por conta também do meu tempo.

A SRA. JUREMA WERNECK – Hum, hum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando a senhora, por exemplo, apresenta a quantidade de mortes, por exemplo, em relação aos negros, em relação aos índios, a essas populações que acabam ficando em situação, de forma geral, no acesso à política pública, mais excetuados, mais excluídos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente se refere especificamente a essas populações, elas estariam enquadradas em quais tipos de mortes? Que poderiam ter sido evitadas ou exatamente nessas mortes por excesso?

A SRA. JUREMA WERNECK – Bom, estão nos dois grupos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Estão nos dois grupos.

A SRA. JUREMA WERNECK – Negros, indígenas, pardos e brancos, todas... O número de excesso de mortes fala de todos que morreram a mais, além do esperado, diante da pandemia. Então, estão todos... Ali está incluído todo mundo. Quando a gente analisa as mortes evitáveis, de certa forma está incluído todo mundo, mas o que os nossos dados, baseados em dados oficiais, demonstram é que nesse universo de todo mundo, dos 305 e dos 120, a maior parte era de negros, de indígenas, dos pobres e de baixa escolaridade.

E tem um dado importante, Senadora Eliziane... E olha que os dados oficiais já demonstram isso. Mas a gente vai pegar epidemiologistas... Muitos epidemiologistas vão dizer que, por exemplo, o quesito raça/cor, nas fichas, em todas as fichas, ele tem sido negligenciado por muita gente, seja negligenciado na notificação, seja negligenciado nas análises. Isso pode sugerir o quê, Senadora? Que se coletassem com mais afinco essa informação, possivelmente os números seriam muito mais dramáticos do que são.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nosso tempo acaba, não é? Mas eu quero fazer uma pergunta em duas e pediria que os senhores me respondessem, tanto a Dra. Jurema quando o Dr. Pedro. Primeiramente sobre a questão da primeira, da segunda e da terceira ondas.

Nós temos, ontem, por exemplo, o caso de cem mil mortes... Perdão! De cem mil contaminados, ou seja, um recorde desde a primeira etapa. A segunda onda foi pior do que a primeira onda. A terceira onda, porque já está aqui diante de nós esse novo cenário, infelizmente, poderá... Qual a estimativa, em cima de dados e de estudos, que vocês têm até hoje? A gente pode dizer que ela poderá ser pior até do que a segunda? A vacina vai ajudar para que esse impacto de fato seja menor?

E a minha última pergunta aos senhores também. Diante do caso que nós temos hoje, de mais de 507 mil mortos no Brasil, é seguro dizer que o Governo Federal tem responsabilidade, obviamente não em todas, mas em parte, nessa quantidade de mortes no Brasil?

A SRA. JUREMA WERNECK – Bom, eu começo e o Pedro depois...

Obrigada, Senadora.

Com relação às ondas, o nosso estudo não chama de ondas, apenas lida com a presença da pandemia e o efeito dela nas mortes no Brasil. Mas olhando de onde a gente olha – acho que o Dr. Pedro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

vai poder demonstrar –, é que a gente não está em muitas ondas, a gente está sendo arrastado por um grande tsunami, por uma grande tragédia que nunca... A gente não... Porque o Brasil não está tomando as medidas necessárias de controle da pandemia, de controle da transmissão, de vigilância epidemiológica e de preparo do sistema de saúde, o que a gente está vendo é que estamos sendo atropelados, atropelados de uma vez só! A gente não parou... Como a gente está assim, lá no Rio de Janeiro, de onde eu venho, chamam isso de caixote, não é? A gente vai levando um caixote... A gente não coloca a cabeça para fora, para respirar, a gente não colocou. Então, não teve essa chance de baixar para depois subir. A situação é dramática desse nível, não é?

A senhora pergunta sobre responsabilização. O nosso estudo, baseado na evidência científica, já demonstra que sim. A gestão federal... É uma pandemia, é uma pandemia. Não é o Prefeito sozinho que vai dar conta. A pandemia, a ameaça é nacional. Então, só por aí a gente já fala: de quem é a responsabilidade, então, de coordenar os esforços pra lidar com uma ameaça que abarca o País inteiro, se não da gestão federal? Não é sozinho – não é sozinho. Todo mundo, gestores nas diferentes esferas, sociedade, universidades, os Poderes, todos precisam ser envolvidos, porque é um desafio. Nas gerações atuais, é um desafio inédito pra todo mundo, não é? Então, precisávamos estar todos juntos, mas precisávamos ter uma liderança consistente que se apoiasse em evidência e, principalmente, se apoiasse na responsabilidade de garantir o direito à saúde e o direito à vida da população.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Dra. Jurema.

O SR. PEDRO HALLAL – Então, vou tentar responder em relação às ondas.

Eu mostrei na apresentação e a Dra. Jurema complementou muito bem, esse conceito de ondas não se aplica pra pandemia no Brasil, pelo fato de que nós nunca saímos da primeira. A segunda engoliu a primeira, e a terceira está engolindo a segunda. Existem duas razões pelas quais a terceira pode ser pior e uma razão que ela pode ser menos ruim. As duas razões por que ela pode ser pior é de que o patamar inicial é muito mais elevado, nós já partimos pra terceira onda com 2 mil mortes por dia.

Então, se for a mesma escadinha, a tendência é piorar muito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO HALLAL – Exatamente.

E o segundo fator é a contribuição das novas variantes, tanto a variante indiana, que, infelizmente, já está presente no Brasil, quanto a própria variante brasileira. Agora todas elas têm nomes, mas para a população que nos assiste entender, as variantes fazem com que a terceira onda possa ser muito pior. Por outro lado, tem um fator que pode atenuar essa terceira onda, que é a vacinação. Infelizmente, o nosso ritmo de vacinação ainda é lento, mas já tem 12%, 13% da população vacinada. E isso pode fazer com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aconteça um fenômeno: que a terceira onda seja a maior de todas em termos de casos e talvez não seja a maior de todas em termos de óbitos, porque a vacina protege muito mais contra óbitos do que contra casos.

Sobre a questão da responsabilização do Governo Federal – e eu tenho plena consciência da responsabilidade de fazer essa afirmação –, eu acho, Senadora, que uma coisa é a responsabilização do Governo Federal, que é muito nítida pelos dados apresentados por nós, mas eu gostaria de lhe dizer, com toda franqueza do mundo, que eu tenho muito mais tranquilidade em dizer que um pedaço dessas mortes é responsabilidade direta do Presidente da República, que não é uma figura que se esconda atrás do Governo Federal. Quem disse que vacina transforma a pessoa em jacaré foi o Presidente da República, não foi o Governo Federal; quem disse que não ia comprar vacina da China foi o Presidente da República. Muitas vezes, a gente confunde a instituição com a pessoa. E eu acho, até pelas manifestações que eu tenho visto dos Senadores, inclusive dos Senadores que, de uma forma ou de outra, têm independência ou são da base governista, que eles são capazes tranquilamente de defender ações do Governo Federal, mas as ações do Presidente da República são indefensáveis.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

O Dr. Pedro pediu uma rápida suspensão. Então, vamos conceder uma suspensão de cinco minutos. Em cinco minutos, nós retornamos aqui.

O próximo inscrito é o Senador Humberto Costa; na sequência, pelo sistema remoto, Senador Otto Alencar; Senador Marcos Rogério; em seguida, serei o inscrito; e depois o Senador Eduardo Girão.

Cinco minutos de suspensão da sessão.

(*Suspensa às 13 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 15 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dando sequência, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Dr. Pedro Hallal e Dra. Jurema Werneck, sejam muito bem-vindos. Parabéns pelas exposições, pelas respostas até agora.

Eu queria começar aqui dando duas informações. Uma, aliás, veio ali na própria sugestão do Dr. Pedro Hallal. Nós tínhamos preparado, o Senador Rogério e eu, um projeto de lei que cria um memorial de vítimas brasileiras da Covid-19 e dos profissionais que atuaram no enfrentamento da pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundial. Seria bom que se tornasse um projeto da própria Comissão e que nós pudéssemos aprová-lo no momento adequado.

O outro fato é que eu apresentei, mas também gostaria que se transformasse num processo coletivo, um projeto de lei que garante um amparo a 45 mil órfãos e órfãs desta pandemia. Muitos deles que perderam pais e mães e estão criados por outrem e por outros parentes. E é justo que o Brasil, que o Estado brasileiro dê um amparo a essas pessoas por intermédio de uma pensão, enfim, acho que é algo muito necessário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É? Então, seremos vários, três ou mais. Ótimo.

Bom, a outra questão que eu gostaria de colocar é que já vimos aí essa manifestação, tanto da Dra. Jurema quanto do Dr. Pedro Hallal, no sentido de que é inaceitável que o Governo tenha assumido, que o Presidente da República tenha assumido a tese da contaminação em massa da população na expectativa da obtenção da imunidade coletiva por transmissão. Mas é um fato, é um fato e a cada dia que se passa esse fato vai se confirmando.

E o interessante é que, em toda essa condução da pandemia feita pelo Governo Federal, é de conhecimento e consciência das pessoas de que estão cometendo um crime. Engraçado que a gente traz aqui os integrantes do Governo e a gente pergunta: "Mas tal coisa?" "Não, não, eu não sou a favor da imunidade de rebanho, eu não mandei fazer tal coisa". Às vezes botam ali, naquela tela ali... Só falta o cidadão ou a cidadã dizer: "Mas aquele ali não sou eu não". É assim. Nega o que está registrado, o que está visto, enfim. Então, essa é uma coisa importante de a gente dizer.

Eu acho que esta tese tem que permear fortemente o relatório que esta Comissão vai aprovar: a tese de que o Governo deliberadamente, intencionalmente, optou pela contaminação em massa da população, na expectativa de com isso controlar a propagação do vírus.

Mas eu queria desenvolver algumas questões, algumas perguntas. A primeira delas... Aqui há outros que também se fingem de mortos, não é? Ainda esta semana, o Dr. Osmar Terra, que é médico, que é Deputado, veio aqui na nossa frente dizer que o Governo Bolsonaro não pôde fazer o que tinha que ser feito porque o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão e impediu que ele fizesse. Eu disse a ele na hora que não fizesse isso porque ele sabia que isso era uma mentira. E, aí, o que eu quero perguntar é exatamente: qual o peso da inexistência de uma coordenação central nesse processo de enfrentamento à pandemia na produção desse número de mortes? Ou seja, sobre o fato de o Governo Federal ter deixado a cargo de Estados e Municípios fazerem do jeito que pudessem, desarticuladamente, descoordenadamente esse enfrentamento, que influência teve isso nesse resultado trágico que nós estamos vivendo hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque nós sabemos que o SUS é tripartite, e o papel de coordenação pra todas as situações é do Ministério da Saúde.

Eu, inclusive, até mandei para o Dr. Pedro Hallal um estudo que eu vi feito nos Estados Unidos sobre a condução da pandemia pelo Trump. E eles chegaram à mesma conclusão de que dois terços das mortes eram evitáveis. E eles atribuíram ao fato de não ter havido coordenação entre Estados e Governo central e utilizavam só três critérios: a proibição de viagens entre os Estados, o uso da máscara e o "fique em casa". E chegaram à conclusão, inclusive, de que o uso da máscara era o mais importante. E chegaram à conclusão de que se tivesse havido uma coordenação por parte do Governo Trump, eles teriam evitado dois terços dessas mortes. Eu queria que vocês pudessem comentar se no Brasil isso se expressa corretamente ou não.

Segundo: esse tema dos indígenas já foi efeito de boa parte das denúncias que foram feitas. No início, o Governo não estava querendo fazer vacinação de indígena não. Pelo contrário, o tempo inteiro, durante a pandemia, o Governo jogou contra os povos indígenas e a favor da contaminação desses povos. As barreiras sanitárias que foram feitas pelos próprios índios foram derrubadas; os garimpeiros e os mineradores entraram nas aldeias, nos espaços pertencentes aos índios, e isso gerou casos; nós tivemos distribuição em massa de cloroquina para os índios; *fake news* o tempo inteiro, para que os índios não se vacinassem; o Presidente da República vetou um projeto de lei que garantia água potável, garantia auxílio emergencial, garantia leitos hospitalares, garantia cestas básicas, máscaras... Ele vetou! Foi o Congresso Nacional que derrubou esse veto. Então, para mim é muito claro que há razões mais que suficientes para a gente ter aquele resultado lá.

E eu fico assim, muito... Me causa espécie o fato de que... Aqui existem pessoas que são muito esclarecidas. Todos os Senadores aqui têm um nível de formação universitária, alguns foram gestores, secretários, ministros, Governadores, Prefeitos, e essas pessoas aceitam a visão de que a excentricidade do Presidente da República é algo aceitável. A grande responsabilidade por aqueles 507.240 – o senhor está certo, Dr. Pedro Hallal – é do Presidente da República. Foi ele que desdenhou das medidas sanitárias necessárias; foi ele que sabotou as medidas de isolamento social que precisavam ser tomadas; foi ele que desdenhou as vacinas, desacreditou as vacinas e não comprou as vacinas. Ele foi rápido para comprar essa Covaxin, que está agora sob suspeita, mas o restante não. Não é?

Então, eu entendo que é importante ser base do Governo, sei que é muito difícil neste Governo, mas, pelo amor de Deus, alguém querer aqui fazer contestação de que esses números não correspondem à realidade, querer comparar com outros países... Não me interessa se, nos outros países, os números são precisos ou não; eu quero saber que, no Brasil, são 507.240 famílias que perderam entes queridos, e o Presidente da República tem responsabilidade direta sobre isso. E eu espero que cada Senador aqui, diante do grau de esclarecimento que cada um tem, tenha a absoluta clareza em relação a essa questão, em vez de dizer: "Não, até o fim do ano vai vacinar todo mundo". E esses que morreram? E boa parte desses, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia ter sido vacinada? Não tem responsabilidade? Não tem culpa? Claro que tem. Então, isso é muito importante.

Então, eu queria deixar esta pergunta para cada um dos nossos debatedores de hoje: que diferença fez o fato de o Governo Federal, de o Ministério da Saúde, de o Presidente da República não terem assumido a coordenação desse processo de enfrentamento à pandemia em termos de número de casos e número de mortos?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

Dra. Jurema...

O SR. PEDRO HALLAL – Vou ser eu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Hallal, por gentileza.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Eu gostaria de manifestar, em primeiro lugar, que a falta de uma liderança, a falta de um trabalho centralizado pelo Ministério da Saúde foi muito bem debatido nesta Comissão pelo Dr. Cláudio, sanitarista que veio aqui e explicou o papel e como se estrutura o sistema de saúde brasileiro e por que uma liderança é tão importante.

Eu gostaria de fazer uma referência também, como cientista, porque eu acho que isso é necessário. Eu ouvi muitas vezes o Senador Eduardo Girão se manifestar, aqui nesta CPI, dizendo que essas responsabilidades têm que ser apuradas em todos os âmbitos, nível federal, estadual e municipal. Eu quero dizer, Senador, que eu concordo integralmente. Se o espaço de apuração é nesta CPI ou em outro espaço, essa é uma discussão que vocês Senadores podem ter, mas, certamente, essa responsabilização em diferentes camadas é importante pra que a gente supere este momento triste na história do nosso País, mas a gente também não pode deixar de admitir – e aí eu falo diretamente para o senhor, Senador – que a liderança nacional tem um papel.

Nem o senhor nem eu fomos eleitos com 57 milhões de votos. Quem é eleito com 57 milhões de votos tem um papel a exercer na maior crise sanitária da história do País. E o que nós estamos trazendo aqui é que quem foi eleito pra administrar o País e deveria ter exercido a liderança durante a maior crise sanitária da nossa geração não o fez. Se uma parte dessa responsabilidade pode ser compartilhada com outros gestores, o.k., tem que ser investigado, concordo integralmente, mas nós não temos, Senador Humberto, como desagregar qual percentual específico é do Presidente, qual percentual é do Ministério da Saúde, qual percentual é de um Governador que eventualmente comprou respirador superfaturado. Essa conta é muito difícil de ser feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente pode, como cientista, é analisar, por exemplo, os dados do Brasil. Mesmo o Maranhão, que é o Estado com menor taxa de mortalidade no Brasil, tem uma taxa muito maior do que a maioria dos países no mundo. O que traz à reflexão de nós pesquisadores que, na falta de uma liderança nacional, por mais que uma liderança estadual tente adotar as políticas baseadas na ciência, não consegue, porque a liderança nacional dificulta esse processo. Nenhum Estado brasileiro tem menos do que cem mortes por 1 milhão de habitantes. E tem muitos países no mundo, talvez quase cem países no mundo, que têm morte menor do que cem por 1 milhão de habitantes. Então, não tem como os Governos estaduais darem conta num cenário em que a liderança maior do País desdenha das medidas pactuadas pela ciência.

E já que o senhor trouxe o caso dos Estados Unidos, eu peço a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que entrem naquele *site* Our World in Data, Nosso Mundo em Dados, que todo mundo entra. Olhem o primeiro gráfico de mortalidade que aparece só para os Estados Unidos e botem uma linha no gráfico quando trocou o Governo. E vocês vão ver qual é o impacto que tem a troca de um gestor que está conduzindo mal a pandemia. Olhem esse gráfico antes de a gente tentar politizar essa discussão. Olhem o gráfico americano enquanto o Presidente era o Trump e depois que mudou o Presidente. Por que tem aquela mudança tão drástica no gráfico? A liderança exerce um papel importante.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Presidente. Obrigada, Senador Humberto.

Primeiro eu quero dizer, Senador, que ninguém melhor do que o senhor, que foi Ministro da Saúde, para compreender todos os desafios que nós enfrentamos na condução dessa pandemia e todas as suas ausências, não é? O senhor conhece a responsabilidade, o papel de um ministro da saúde, o senhor conhece a responsabilidade e o papel da Presidência da República na condução dos desafios nacionais na saúde da população. O senhor conhece, mas, já que o senhor me pergunta, eu sigo respondendo na linha do Dr. Pedro Hallal. Era fundamental, como o nosso estudo fala, era fundamental, diante de uma ameaça que não era uma ameaça na minha cidade, não era uma ameaça somente no meu Estado, era uma ameaça nacional que estava afetando dramaticamente países – países! –, não uma cidade ou outra em diferentes partes do mundo, não era uma ameaça que estava colocando em questão qual é a coloração política da liderança nacional, não era isso: todos os líderes nacionais foram convocados – foram convocados – a responder baseados no melhor da informação, do conhecimento disponível naquele momento.

E sim, Senador, a gente precisa admitir, e o senhor traz o exemplo dos Estados Unidos, porque o exemplo dos Estados Unidos sugere que a liderança faz diferença. Mas não é só o exemplo dos Estados Unidos. Nós sabemos que a liderança faz diferença sempre. A liderança faz diferença para unir o País, a liderança faz diferença para garantir confiança nos agentes que estão enfrentando o desafio. A liderança garante a coordenação, a pactuação entre os diferentes gestores, das diferentes esferas, para que se possa caminhar no sentido da solução, da melhor solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse aqui, algumas lideranças locais fizeram alguns esforços corajosos que diminuíram um pouco a tragédia das mortes evitáveis, mas não era suficiente, porque não têm, não dispõem de todos os elementos. Como eu disse, a doença entrou por aeroporto, por exemplo. A doença requer confiança na informação, confiança nas medidas. A doença requer o investimento adequado, seja em mais pesquisas, seja em insumos, seja em ação. Requereu, por exemplo, estímulos nacionais contundentes ao complexo médico industrial, às indústrias no Brasil, e que no momento... E tardou demais, tardou demais! Faltou tudo! Nós recebemos oxigênio de outros lugares, nós ainda estamos contando com as lideranças nacionais de outros países: os Estados Unidos vão mandar 3 milhões de doses da vacina da Janssen. Está contando com as lideranças nacionais. Quando a gente foi chamado a participar do Covax Facility, a gente recusou, a gente titubeou. E não fui eu, não foi o senhor; nós sabemos quem foi que recusou e titubeou.

Então, para mim, Senador – mas eu sei que esta CPI que tem esse mandato –, as evidências estão colocadas, mas aqueles que não acreditam, aqueles que ainda duvidam... E eles têm razão, não estou discutindo se está certo ou errado duvidar dessa informação; estou dizendo: promovam mais estudos, invistam na pesquisa, mas não deem como certo o sim ou o não. Invista, pergunte, avalie, investigue para poder trazer os elementos que podem ser atestados.

O senhor faz referência, Senador, à situação dos indígenas, que precisou de muita luta para ser atendida. E o PL, a lei aprovada aqui foi vetada para os indígenas e quilombolas. Não é à toa que esses dois grupos populacionais são os que, comparativamente... Os dados que estão disponíveis sugerem que eles estão entre os grupos mais afetados pela pandemia no Brasil.

Água potável... Olha, eu sou do tempo – eu já tenho idade suficiente –, eu sou do tempo em que a gente dizia que a gente não nega um copo d'água para ninguém, e a gente vive numa época em que o Presidente da República nega água potável. O que quer dizer isso, Senador? O que quer dizer isso, Senador? Por quê? Eu não estou discutindo aqui o viés ideológico, Senador; eu não estou discutindo aqui se é esse partido ou se é outro partido. Eu estou dizendo: por quê? Se a água, se a higiene, se a água potável faz diferença na vida ou na morte, na Covid, na diarreia, em tantas outras afecções, por que alguém, em vez de encontrar soluções para garantir o acesso, veta um projeto e dá isso por certo? Eu não compreendo, Senador. Eu não estou discutindo ideologia, não; eu estou discutindo desde essa dimensão humana de não negar água a quem precisa e, particularmente, a dimensão da liderança diante de um desafio tamanho. Qual é a responsabilidade da liderança, senão cuidar da Nação que ele representa; senão cuidar, salvar a vida, fazer todos os esforços para salvar a vida dessa Nação, tendo votado nele ou não? Não há outra responsabilidade, não há outra expectativa. É um dever, é um dever pela lei, é um dever ético, é um dever moral. E esse dever, Senadores e Senadoras, não foi respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Jurema.

Senador Humberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria fazer um último registro aqui de me solidarizar com o Dr. Pedro Hallal. Acompanhei todo esse processo de perseguição que foi feito a ele.

Quero também registrar aqui minha solidariedade a uma outra pessoa que tem sido brutalmente perseguida pelo seu trabalho científico, que é o Professor Marcus Lacerda, lá do Amazonas, que tem sido vítima permanente dessas hordas digitais que existem no Brasil, além de – mais grave – ameaças de morte também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

Dando sequência, pelo sistema remoto, Senador Otto Alencar.

V. Exa. nos escuta, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, estou escutando.

Sr. Presidente, quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente a palavra é sua. Fique à vontade!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer a V. Exa.; fazer uma saudação aos Srs. Senadores e Senadoras que estão participando desta sessão; e também prestar solidariedade ao Dr. Pedro Hallal, até porque eu tenho passado pelos mesmos problemas que V. Sa. tem passado. Eu recebi 15.200 mensagens agressivas, até ameaça de morte. Eu nunca imaginei na minha vida, por estar participando de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que quer apurar aquilo que aconteceu contra a saúde do povo brasileiro, que tivessem tantas ameaças. Mas as ameaças, por trás de um computador, de um celular escondido, que não são presenciais, normalmente são de pessoas covardes e, portanto, não me causam, em nenhum momento, o desejo de não seguir em frente. Recuar jamais, quando sei que estou defendendo uma causa em favor do meu povo.

Mas, recentemente, Dra. Jurema, Dr. Pedro, o Presidente da República, numa reunião – e ele foi aplaudido quase que de pé pelos que estavam presentes na reunião –, disse que ia chamar um tal de Queiroga e que esse tal de Queiroga tinha que editar uma portaria no Ministério da Saúde para que as pessoas que já tivessem sido acometidas pela doença, que já tiveram a Covid-19, como o Presidente teve, ou que estivessem vacinadas, deveriam retirar as máscaras para ter liberdade de trabalhar e de voltar às suas atividades normais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A portaria não foi editada. O Ministro Queiroga até não atendeu o Presidente, que é uma coisa... Nós esperávamos que ele atendesse, até porque nós tivemos quatro Ministros da Saúde nesse período: dois não quiseram seguir as orientações do Presidente a respeito das ações de combate à pandemia, o Mandetta e o Nelson; e dois aceitaram seguir o "gabinete das sombras" aí, que é liderado pelo Presidente, e ele determina as ações do Ministério da Saúde, sobretudo no período do Ministro Pazuello, que confessou, nessa cadeira que o senhor está sentado aí, que não entendia absolutamente nada da doença e não sabia o que era o Sistema Único de Saúde.

A primeira pergunta que eu faço é se há condição de o povo brasileiro agora não usar mais a máscara, como orientou o Senhor Presidente da República.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Sr. Senador, muito obrigado pelas considerações.

Devo admitir que, à vinda a esta CPI, a única angústia que me causava eram as perguntas do Senador Otto Alencar, que costuma fazer umas perguntas difíceis para os depoentes. Estou brincando com o senhor, Senador, representante da Bahia, um ótimo... Um dos Estados por que tenho mais carinho neste País.

Não é momento de retirar a máscara no Brasil, basicamente porque a retirada da máscara depende de alguns critérios, e o Brasil não preenche nenhum deles. São quatro critérios mais tradicionais. Nós temos que ter número de casos novos muito baixo. Não é o momento: o Brasil ontem quebrou o recorde do número de casos diários. Nós precisamos ter espaço suficiente nas unidades de internação. Não é a realidade: quase todos os Estados do Brasil têm hoje acima de 80% de ocupação. Nós precisamos ter os óbitos controlados. E nós precisamos ter a vacinação avançada. O Brasil, infelizmente, só tem 12% da população total vacinada. Isso dá cerca de 16%, 17% da população elegível. Isso faz com que não seja momento de retirada de máscaras.

Nessa semana, eu escrevi um texto, Senador, dizendo que chega a dar inveja desses outros países que já estão podendo retirar a máscara. E eu acho que é uma inveja saudável, mas infelizmente não é o momento. Adoraria que fosse, Senador, mas infelizmente não é momento ainda.

E, sobre a consideração inicial do senhor de que o discurso do Presidente foi amplamente aplaudido, olha, eu já comentei sobre isso numa entrevista na TV. Todas as vezes... Eu não era nascido, mas, todas as vezes que eu vejo discurso do Hitler, tinha gente aplaudindo. Não estou fazendo nenhuma comparação aqui, mas estou dizendo que o fato de que alguém foi aplaudido num discurso dentro do ministério de que ele mesmo é o Presidente da República é absolutamente normal, é perfeitamente compreensível.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra pergunta que eu faço é o seguinte: aquele paciente que teve a doença, seja ela assintomática, leve, moderada ou na forma grave, desenvolve imunidade para ter condição segura de não voltar a ter a reincidência da doença?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Jurema quer comentar?

O SR. JUREMA WERNECK (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Dra. Jurema.

O SR. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Bom, Senador Otto, obrigada pelas considerações, importantes perguntas pra este momento.

Eu vou fazer um comentário, mas certamente o Dr. Pedro vai completar.

Primeiro, chamar atenção para a primeira parte da sua pergunta, sobre as condições de deixar a máscara. Já está devidamente documentado o papel que as máscaras têm na proteção das pessoas. Como o Dr. Pedro falou, o Brasil não cumpre nenhum dos quatro critérios: de número de casos, de número de vagas em hospitais e UTI, da redução dos óbitos ou da quantidade de vacinas postas em curso para garantir a proteção. Mas, por outro lado, tem uma outra parte: a nossa expectativa, a expectativa do grupo Alerta, é que a Presidência edite uma portaria para garantir máscaras de qualidade para toda a população. É essa a urgência. Não é para retirar. Muito pelo contrário: é preciso garantir que toda brasileira, todo brasileiro, em qualquer parte do Território nacional, tenha acesso às máscaras. As máscaras, junto com as outras medidas, vão fazer a diferença. E essa decisão é urgente.

Em relação à sua segunda pergunta, Senador Otto, em relação à imunidade do paciente, também já está posto, já tem conhecimento suficiente que mostra que essa a imunidade que as pessoas... As pessoas positivas, a resposta imunológica à presença do vírus no corpo das pessoas, essa resposta imunológica é temporária. Depois de algum tempo, os anticorpos, a resposta imunológica fica indetectável, ou seja, ela desaparece.

Fora isso, a gente está com as chamadas variantes. As variantes. Quer dizer, não há segurança de que não vá surgir, particularmente aqui no Brasil, com esse descontrole tamanho, não há segurança de que não vá surgir uma variante para a qual a gente ainda não tem nem vacina. Do jeito que a gente está caminhando, corre o risco de não demorar muito e surgir uma variante para que nem as vacinas atuais, que são eficientes, venham a ser eficientes no futuro.

Então, é urgente – é urgente, Senador! –, garantir as medidas de redução da transmissão, de testagem e vigilância epidemiológica, distribuição de máscara para todo mundo e, sim, é a informação baseada em conhecimento que afirma que não é hora de relaxar, não é hora de propagandear alternativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não são alternativas, mas são caminhos para mais morte, para mais doença, para mais sequelas, para mais dramas, o que a gente não pode aceitar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O que eu perguntei, na verdade, é para esclarecer a população brasileira que o paciente que adquiriu a doença, que contraiu a doença, ele pode não desenvolver a imunidade, ou seja, ele não está completamente protegido.

Se ele tiver uma carga viral, Dr. Pedro Hallal, ele pode voltar a ter a doença? É isso que eu quero perguntar.

O SR. PEDRO HALLAL – Muito obrigado, Senador.

Não é exatamente a minha área de pesquisa – eu gosto sempre de lembrar que a minha formação inicial é em Educação Física; meu mestrado e doutorado, em Epidemiologia –, mas tenho ouvido muitas considerações dos colegas. A Dra. Natalia Pasternak acabou de me enviar essa mensagem. Realmente, as reinfecções, o risco de reinfecção depende, varia muito de pessoa para pessoa. Existem casos de reinfecção. Depende da carga viral e da resposta imune que foi dada à infecção original. Especialmente com a ampla circulação de variantes, a probabilidade de reinfecção aumenta pela óbvia diferença entre a variante e o vírus original. Então, advogar que uma infecção, no passado, faz com que a pessoa não precise mais tomar as medidas de precaução é uma medida totalmente equivocada sob o ponto de vista da saúde pública.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. É que eu estou falando isso para esclarecer, inclusive, porque, aqui no meu Estado, eu tenho acompanhado os casos com os meus colegas. Eu não sou infectologista, mas converso muito com eles. Nós já tivemos dois casos graves aqui de pacientes que tiveram a doença, depois receberam uma carga viral muito alta e desenvolveram a forma aguda da doença. Portanto, é superimportante que se mantenham todas essas ações de máscara e distanciamento físico para não voltar a doença, mesmo aqueles que tiveram a doença.

A outra coisa que a Dra. Jurema falou é que esta doença da SARS-CoV-2, Covid-19, por ser uma doença nova, tem algumas coisas, algumas informações que ainda são interrogações nos principais centros de tratamento e também dos epidemiologistas. Por exemplo, a Dra. Jurema falou sobre duração da imunidade. Sobre a duração da imunidade – eu pergunto, inclusive, a ela –, no Brasil e até no mundo, não se tem ainda segurança por quanto tempo aquele que teve a doença ou até quem está vacinado, que recebeu as duas doses da vacina vai ter uma imunidade por "x" meses ou por dois anos ou três anos. Eu queria perguntar à Dra. Jurema se ela tem alguma informação a respeito da duração da imunidade até para quem recebeu as duas vacinas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O microfone aqui, Dra. Jurema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUREMA WERNECK – Obrigada, Senador Otto.

Eu vou fazer uma introdução que é a mesma que o Dr. Pedro falou: eu sou uma médica de formação, mas sou uma Diretora Executiva da Anistia Internacional no Brasil e...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Ah, pois não.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... representante do grupo Alerta. Não tenho informação que especialistas poderiam trazer melhor aqui, mas o que eu posso dizer? O que eu posso dizer é que não se tem certeza do tempo de duração da resposta imunológica, mas algumas informações indicam que os assintomáticos aparentemente têm uma resposta bem pior em relação à reinfecção do que outros. É uma dúvida... Ainda há uma dúvida em relação à duração da imunidade. Ainda precisamos acompanhar mais. Ainda precisamos investir em todas as medidas necessárias para vigilância, para acompanhamento e testagem para ter certeza, mas o que a gente já sabe, independente da duração, é que todas as medidas que foram elencadas pelos estudos do Alerta e pelos estudos do Dr. Pedro Hallal... E, por isso que o senhor traz, Senador, o fundamental é que, diante das incertezas, a solução, o caminho é a proteção – é a proteção. A proteção é dada pela máscara, pelo isolamento social, pelo distanciamento, pela detecção de casos, pela vacinação para todo mundo o quanto antes possível e pelo controle deste *tsunami* absurdo que transformou o Brasil numa fábrica de variantes, o que coloca mais risco, o que mais amedronta não apenas nós brasileiros e brasileiras, mas também o mundo todo.

É isso, Senador.

Obrigada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pois é. Eu...

O SR. PEDRO HALLAL – Senador Otto, posso complementar rapidamente?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pode, Pedro, pode. Tranquilo.

O SR. PEDRO HALLAL – Sobre a sua pergunta específica...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** As minhas perguntas, Pedro e Dra. Jurema, são exatamente para chamar a atenção do povo brasileiro, que não pode, de maneira nenhuma, deixar de usar a máscara, de usar o álcool em gel, de fazer o distanciamento físico, ou seja, não é o momento, como falou o Presidente da República, de tirar a máscara, como ele faz nas reuniões, nas motociatas que anda fazendo pelo Brasil afora. Essas declarações do Presidente, essa maneira de proceder – "eu tive a doença, não vou ter mais" –, isso prejudica muito, até porque seus seguidores, aqueles que o seguem aí... Claro, o Presidente da República tem muitos seguidores, sem dúvida nenhuma, e acho que ele falando... Mesmo sendo Capitão reformado do Exército, ele fala com a autoridade, talvez, de um grande sanitarista, de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande epidemiologista, não é? E segui-lo é um risco muito grande, porque significa ou contrair a doença ou, estando infectado, propagar a doença para outras pessoas.

Mas eu gostaria de ouvir o Dr. Pedro.

O SR. PEDRO HALLAL – Senador – muito rapidamente –, em relação à duração da imunidade gerada pelas vacinas, não se tem a resposta definitiva, mas se tem uma sugestão de que essa não é uma vacina que nós vamos tomar só uma vez na vida...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu sei disso.

O SR. PEDRO HALLAL – ... e a dúvida é se será uma vacinação anual ou a cada dois anos, três anos.

Existe uma iniciativa brasileira na ButanVac que parece bem interessante. Parece que eles estão tentando que a vacina contra Covid seja desenvolvida na mesma plataforma da vacina contra a gripe, exatamente, que já está no calendário nacional de imunização, para que a vacina contemple tanto a vacinação contra a gripe quanto contra a Covid. Parece uma ótima iniciativa, pensando no médio e longo prazo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pois é. Essas informações desencontradas, erradas foram dadas aqui pelo Deputado Federal Osmar Terra. Quando eu... Primeiro ele falou, antes de eu ter feito os questionamentos. Ele disse... Ele citou, por exemplo, o caso do SARS-CoV em Hong Kong, em partes da China, no ano de 2004, e ele disse que a imunidade, a duração da imunidade era por oito anos, seis anos. Eu sei que ele colocou de uma forma muito errada, muito incorreta. Eu até rebati, até porque essa manifestação do SARS-CoV lá em Hong Kong, o máximo da duração da imunidade foi de oito meses até um ano e oito meses. Não chegou a dois anos que quem teve a doença continuou com imunidade contra agressão, contra o antígeno, o SARS-CoV que aconteceu lá, em Hong Kong.

E essas informações todas, que são dadas por pessoas que não têm lido, estudado e têm o conhecimento... Até porque, como falou a Dra. Jurema e o próprio Pedro e as pessoas que vieram aí, todos nós sabemos que ainda não temos as informações todas nessa questão da imunidade que a pessoa adquire tendo a doença. Não é a mesma coisa do sarampo, da varíola, em que você tem o sarampo, a varíola e não vai ter mais a doença. É só doença nova, como outras que podem... O caso do H1N1, em que você tem que tomar a vacina todos os anos, sobretudo com as variantes. Então, hoje a ciência ainda desconhece isso, a duração da imunidade, ou para quem teve a doença ou até quem está vacinado, com as duas vacinas, e depois de 30 dias da segunda dose, quando você adquire a imunidade celular, ou mesmo no caso do desconhecimento total da memória imunizante que o vírus pode trazer ao organismo das pessoas.

Por isso é que cada dia nosso aí na CPI, desde que começamos, é combater essas informações, porque as pessoas que não têm o conhecimento da doença, o conhecimento científico, que não estudaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a doença começam a oferecer essas informações todas para que as pessoas relaxem nas ações de contenção da disseminação do vírus pelo nosso País. É isso que nós temos colocado, e é importante que todas as pessoas tomem conhecimento.

Eu, por exemplo, tomei as duas doses da CoronaVac, a primeira e a segunda dose; depois fiz meu exame, que é o exame de escolha para se identificar se você tem ou não, e as dificuldades são muito grandes para você dizer "eu estou imunizado, eu posso tirar a máscara, eu posso estar num ambiente, por exemplo, de uma UTI com carga viral alta". E eu vou citar o exemplo aqui de um colega meu, o Dr. Spencer Vieira, que é médico, que tomou as duas doses da vacina, foi trabalhar numa UTI com carga viral alta, deu um tempo de trabalho maior do que o normal, não é – você fica com aquele EPI (Equipamento de Proteção Individual) por oito horas, ele estendeu a mais do que isso –, recebeu a carga viral, contraiu a doença, não foi a óbito, mas chegou a ter uma leve pneumonia virótica.

Portanto, tem que ter cuidado. Não dá para seguir a orientação do Presidente da República. Por mais que ele tenha poder, força, decisão da caneta ou de querer impor às pessoas, as pessoas devem seguir a orientação médica, a orientação de quem entende, de quem estudou, de quem está consciente do que está acontecendo Brasil afora, nos hospitais, nos ambulatórios, para, a partir daí, ter a condição mínima de não deixar expandir a doença, como já estamos agora, numa situação bem grave e caminhando para uma terceira onda.

A outra pergunta que eu queria fazer é se o Dr. Pedro e a Dra. Jurema – o Dr. Pedro mais até – têm conhecimento de uma terceira variante que surgiu aí numa cidade do Estado do Rio de Janeiro, Porto Real, chamada P5 – se realmente foi confirmado que essa variante foi identificada e se ela tem alguma característica igual ou diferente da P1, que surgiu lá no Amazonas.

O SR. PEDRO HALLAL – Desculpe, Senador, as informações que eu tenho são as mesmas que o senhor. Eu ouvi falar que ela foi encontrada, identificada, mas não vi ainda os estudos para identificar se ela é uma variante de relevância, como o pessoal da área costuma chamar, ou se é uma variante muito parecida com alguma das anteriores. Acho que, nos próximos dias, essa informação vai vir a público, mas, por enquanto, não tenho conhecimento dessa informação ainda.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu quero agradecer ao Dr. Pedro e à Dra. Jurema, parabenizar pela luta de mostrar a realidade do nosso País e aquilo que deve ser seguido pelas orientações dos epidemiologistas e sanitarista que conhecem, já trataram e têm experiência de tratar e conter a expansão de uma virose. É claro que toda virose, eu não tenho dúvida nenhuma, só é contida, evitada por vacinação. São doenças redutíveis por vacinação, e não há outro caminho. Quando eu vejo alguém dizer que uma medicação dada a um paciente vai evitar que o vírus possa chegar e entrar pela sua mucosa nasal, pela boca, e ele não vai ter a forma grave da doença, eu acho isso uma aberração, uma orientação completamente equivocada. São 18 ou 20 viroses de que nós já temos conhecimento aqui no Brasil, todas elas controladas e redutíveis por vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a vacina é a única saída. Lamentavelmente, no momento de contratar, de comprar as vacinas, em julho, agosto do ano passado, o Governo não quis fazê-lo, negou isso, inclusive, de alguma forma, até debochou da vacina do Butantan, da CoronaVac, e o Brasil vive hoje essa dificuldade tão grande que nós estamos vivendo agora, até porque 11% da população vacinada não significa absolutamente a possibilidade de tirar a máscara, não significa também que já temos condições de ter imunidade de rebanho. Como o Dr. Pedro falou, só com 70% da população vacinada. E a primeira dose da vacina, que não imuniza, infelizmente... Inclusive o próprio Ministro da Saúde teve um debate conosco. Eu sou de seguir aquilo que está pré-estatuído na bula. Então, a bula, por exemplo, da AstraZeneca diz que a segunda dose é com 28 dias, da Pfizer com 21 dias, e nós estamos aplicando aqui a da Pfizer 90 dias depois. Então... (*Falha no áudio.*) ... por segurança imunológica necessária para aquele que toma a primeira dose relaxar, tirar a máscara, não usar o álcool em gel e fazer o isolamento físico. Isso preocupa todos nós. Esperamos que a partir de agora, o Governo reconhecendo seus erros, possa tomar o caminho e ouvir a voz da ciência, da razão, até porque é preciso que o Governo, o próprio Presidente da República, tenha mais humanismo, solidariedade com o povo que ele representa.

Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... Senador Randolfe Rodrigues, Dr. Pedro e Dra. Jurema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Otto.

O próximo inscrito é o Senador Marcos Rogério. Como eu sequenciarei o Senador Marcos Rogério, eu queria convidar o Senador Rogério Carvalho para assumir a Presidência, enquanto me preparo para questionar, indagar, inquirir os depoentes.

Senador Marcos Rogério, fique à vontade V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, convidados e convocados para esta sessão, estamos assistindo hoje, como em outras ocasiões, a avaliações tidas como objetivas sobre possíveis resultados distintos da pandemia se eventuais políticas fossem praticadas de forma diferente.

Quero começar fazendo uma análise sobre os dados da pandemia nos Estados Unidos até a presente data, considerando que naquele país, diferente do Brasil, houve mudança de governo, mudança de ideologia política, mudança de estratégia, mudança de política de enfrentamento à pandemia. Aliás, mudança abrupta de estratégia, segundo avaliam os críticos do pensamento do Governo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos Estados Unidos, a pandemia começou sob o Governo do Presidente Trump e apresentou, em abril de 2020, um dos maiores picos no número de mortes, com 2.289 óbitos, no dia 17 de abril de 2020. Houve quedas, como em 19 de junho de 2020, para 698 mortes. Houve um novo aumento no número, mais para o final do ano, chegando a 3.628 mortes, no dia 29 de dezembro de 2020.

Joe Biden tomou posse no dia 20 de janeiro de 2021, celebrado como entusiasta de uma política totalmente distinta em relação à pandemia. Já no dia 21 de janeiro anunciou um novo plano para conter a pandemia em todo o país, com fortes restrições, inclusive com recrudescimento das barreiras em relação ao ingresso de estrangeiros. Mesmo assim o número de mortos não caiu no mês seguinte, chegando a alcançar o número de 5.463 mortes no dia 12 de fevereiro de 2021. Vou repetir: 5.463 mortes no dia 12 de fevereiro de 2021. Pode-se dizer que o tempo era curto. O.k. Vamos considerar. Mas o número de mortos nos Estados Unidos continuou crescendo e somente começou a cair quando houve a redução do número de casos em função da vacinação, o que se começou a perceber, de forma consistente, somente a partir do dia 16 de abril de 2021 – 16 de abril, quarto mês do ano de 2021 –, considerando que lá a vacinação começou no dia 14 de dezembro de 2020. Se a mudança de política de enfrentamento fosse realmente eficaz, a queda no número de mortos não poderia ter demorado mais do que 30 dias. Só começou na segunda quinzena de abril, e em função da vacinação iniciada em dezembro de 2020. Lembrando que, mesmo assim, os Estados Unidos ainda apresentaram dados de mortes superiores aos menores números de 2020. Em junho de 2020, os Estados Unidos apresentaram dados de 257 mortos no dia 21; no final agora de maio de 2021, a América ainda apresentou o número de 1.341 mortos, dia 27 de maio, ou seja, número muitas vezes maior que os alcançados em alguns dias de maio e junho de 2020, quando o Presidente era Donald Trump e ainda não havia vacina. Repito: não havia vacina nesse momento.

Digo tudo isso para que entendamos como é superficial esse tipo de afirmação com tanta certeza sobre a possibilidade de se evitar o número de mortos com essa ou aquela política. O coronavírus não respeita barreiras políticas, ideológicas, econômicas ou sociais. Nações abertas, nações fechadas, aliás, a pandemia veio igualar a todos. Basta dizer que ontem os Estados Unidos ainda registraram 398 mortes, número ainda acima de dados de alguns dias de maio e junho de 2020, e com seis meses de vacinação. Não ouço dizer que isso seja em função das políticas defendidas por Joe Biden. Agora, é claro que, no caso de Biden, diferente de Trump, poderá se usar o argumento da organização política e administrativa dos Estados Unidos através de seus estados. Interessante é que esse argumento não valia para Donald Trump. Por quê? Por qual razão? Porque era republicano, ou seja, de direita, e não democrata, de esquerda. Esse tipo de hipocrisia é que é difícil de entender e de aceitar. São dados, são fatos. Contra fatos não há argumentos, embora sempre se costume insistir em apresentá-los.

Agora, aqui no Brasil, sim, é possível dizer que o Governo Federal ficou tolhido de coordenar o enfrentamento da pandemia, especialmente, sim, repito, pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu competência concorrente em relação aos Estados e Municípios, no tocante ao enfrentamento, com as regras especialmente restritivas à pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma tentativa de se minimizarem os efeitos da decisão do Supremo, o que não se sustenta. Quando o Supremo deu autonomia para Estados e Municípios fazerem de forma plena a gestão da pandemia em seus territórios, não sobrou espaço algum para a União. Estamos falando de competência territorial, definição de competência territorial para Estados e Municípios ou ainda que somente para Estados ou somente para Municípios esvazia completamente a competência territorial da União. A União somente tem competência territorial quando não se dá a mesma competência para Estados e Municípios. Neste caso, a União é reduzida a mera ficção científica, a ente político abstrato, a quem competiu somente enviar recursos, o financeiro, para pagar a conta da política de enfrentamento. Essa é a discussão que tem que ser feita quando se fala em políticas de enfrentamento de uma pandemia que tem inevitavelmente efeito e característica espacial. Já dizia Arquimedes que dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço no mesmo tempo. Isso é ciência.

Feitas essas observações, eu quero fazer algumas perguntas aos depoentes.

O ex-Ministro Mandetta previu, no começo da pandemia, que o Brasil alcançaria o número de 180 mil mortos no ano 2020, Dra. Jurema, isso considerando todas as políticas restritivas que ele defendia, ou seja, com todo rigor no enfrentamento. Foram 194.776 mortos em 2020; ou seja, pode-se afirmar que foi confirmada a previsão do Ministro Mandetta, principalmente porque o Ministro, obviamente, não poderia prever o surgimento de cepas, de variantes do vírus, como infelizmente ocorreu no começo de 2021, agravando a crise; ou seja, o número de mortos, considerando essas cepas, está dentro do previsto no começo da pandemia, considerando-se a previsão de todas as políticas restritivas de enfrentamento.

Ainda assim, a senhora consegue dizer que seria possível evitar 305 mil mortes durante a pandemia atribuindo a isso as mesmas medidas de enfrentamento que o Ministro Mandetta defendia?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador Marcos Rogério.

Eu acho que o senhor traz uma oportunidade importante pra afirmar a perspectiva que o estudo que nós do grupo Alerta trazemos.

Antes de responder diretamente, vou fazer algumas observações?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu vou fazer...

A SRA. JUREMA WERNECK – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou usar o mesmo método que o Relator usa e que alguns Senadores... Objetivamente, em cima da pergunta que fiz, considerando que o tempo dos Senadores não é o do Relator.

A SRA. JUREMA WERNECK – Fique tranquilo, fique tranquilo. Tenho sido objetiva, vou continuar me esforçando pra honrar a sua solicitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pergunta... Primeiro o senhor traz a previsão, não é? A previsão. O Ministro Mandetta, Ministro na primeira fase da pandemia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que eu questionei objetivamente é: se o método dele fosse aplicado, conseguiria chegar ao número que V. Sa. prevê de não mortos? É essa, a pergunta é objetiva.

A SRA. JUREMA WERNECK – O método que garante que a gente consegue reduzir a mortalidade, o método que garante que vidas teriam sido salvas é um método que oferece vários caminhos, que esteve à disposição, com alguns limites, ao Ministro Mandetta, e, à medida que os conhecimentos vieram, outros Ministros tiveram acesso O que é, Senador Marcos Rogério? Medidas pra redução da transmissão, medidas de vigilância epidemiológica, com importante participação da testagem, e medidas de preparação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Sa...

A SRA. JUREMA WERNECK – ... do sistema de saúde pra receber os doentes.

É importante dizer, Senador Marcos Rogério, porque o senhor diz que as afirmações são superficiais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu estou perguntando...

A SRA. JUREMA WERNECK – As nossas afirmações...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quanto a isso eu não fiz pergunta.

A SRA. JUREMA WERNECK – Eu sei, mas eu gostaria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Não, a pergunta quem faz aqui, nesse caso, é justamente o Senador. Posteriormente à minha fala, se quiser fazer manifestações, aí, com a aquiescência da Mesa, eu gostaria até de ouvir.

A SRA. JUREMA WERNECK – Agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não fiz pergunta em relação a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Marcos Rogério, só pra colaborar com essa discussão aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... depois da perolação de V. Exa.: barreira sanitária não evita morte, evita propagação do vírus. Portanto, não têm nada a ver esses números do Biden com os do Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Renan, a lógica de V. Exa., então, é qual? Se evita a propagação do vírus, não evita mortes?

A SRA. JUREMA WERNECK – Eu posso complementar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A matemática de V. Exa., respeitosamente...

A SRA. JUREMA WERNECK – Pra facilitar, Senador. Sendo objetivamente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou fazer outra pergunta a V. Sa..

A SRA. JUREMA WERNECK – Está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que tipo de medida a senhora defende, então, que difere das políticas do Ministro Mandetta pra dar chance de avançar...

A SRA. JUREMA WERNECK – Obrigada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e que faria o milagre dessa redução de números nessa proporção tão grande que foi apresentada aqui?

A SRA. JUREMA WERNECK – Não existe milagre na redução dos números, não é? Mas existem, sim, medidas... É porque isso é simples, isso não começou com SARS-CoV-2, não começou com a Covid-19. Em todo caso de doença infecciosa que se espalha, surtos, epidemias e pandemias, a redução da transmissão, barreira sanitária, ou seja, impedir a circulação, a mobilidade, ou controlar a mobilidade para o não espalhamento, junto com todas as outras medidas que eu já elenquei aqui, Senador, teria trazido respostas. Não é milagre. Não é milagre, mas teria poupado vidas, Senador.

É verdade que tinha muita incerteza naquele momento, ainda temos muita incerteza. É por isso que eu... Veja, eu sou uma ativista e não tenho mandato, exceto o mandato da SBPC, que eu represento aqui também, pra falar o lugar da ciência. A ciência é um método muito transparente, porque a pessoa, o cientista coloca uma hipótese, ele estuda... Ele realiza aquela hipótese e ele oferece...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu já compreendi.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... aos senhores, aos seus assessores, Senador, a possibilidade de revisar aqueles dados, pra dizer se eles são superficiais ou se eles são mentirosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu já compreendi...

A SRA. JUREMA WERNECK – Do ponto de vista da gente, Senador, o estudo das duas mais prestigiosas revistas, a *Science* e a *Nature*, já nos dão algum parâmetro. Mas, eu recomendo, Senador, o esforço desta Comissão pra investir em ciência, porque aí vai dar mais tranquilidade e segurança ao senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu compreendi.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... pra ter todas as respostas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há resposta em relação aos questionamentos que fiz.

Em relação ao Professor Pedro Hallal, todos os boletins e informes epidemiológicos elaborados pelo Ministério da Saúde são feitos com base nas informações que os mais de 20 mil profissionais que trabalham na saúde indígena – e 50% deles são indígenas – são validados pela Opas, pela Organização Pan-Americana da Saúde. Que metodologia o senhor usou para apresentar os dados sobre saúde indígena, objetivamente?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Nós fizemos um inquérito epidemiológico, que foi classificado numa revisão sistemática como um dos melhores até hoje no mundo. Aleatoriamente sorteamos amostras da população, como é feito em pesquisa eleitoral, entrevistamos – não me lembro quantos – milhares de indígenas que moram em áreas urbanas, não tem indígena aldeado na nossa amostra, e, do total de indígenas avaliados, fizemos o teste, e o percentual de infecção era cinco vezes maior do que nos brancos avaliados pelo mesmo método.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então V. Sa. está dizendo que essa pesquisa não aconteceu em terras indígenas. Por que eu ia perguntar como foi realizada a pesquisa em terras indígenas, quais terras indígenas foram pesquisadas...

O SR. PEDRO HALLAL – A pesquisa não foi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você não foi a nenhuma aldeia indígena?

O SR. PEDRO HALLAL – Não, eu não. Eu coleto os dados. A empresa contratada para fazer a coleta dos dados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você não foi fazer pesquisa em campo?

O SR. PEDRO HALLAL – Não, claro que não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A pesquisa foi feita em campo, mas não pela população aldeada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, espere aí... Está compreendendo um pouquinho, Senador Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O fato de o senhor entender, o fato de o senhor entender...

Só uma questão, para a gente recolocar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O fato de o senhor entender não tira de qualquer um de nós que também entenda do tema indígena, até porque índio tem no Brasil inteiro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas ele está falando de uma pesquisa...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele está falando de uma pesquisa e ele foi muito claro, dizendo que não foi feito inquérito populacional em população indígena aldeada, mas população indígena urbana.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E como é que chegou à constatação com relação a essa população não aldeada?

O SR. PEDRO HALLAL – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi autoafirmação?

O SR. PEDRO HALLAL – Como?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ué, V. Sa. não foi...

O SR. PEDRO HALLAL – Autoafirmação quanto à etnia, pergunta do IBGE.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. não foi a nenhuma aldeia indígena pesquisar...

O SR. PEDRO HALLAL – Não, absolutamente nenhuma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas traz os dados aqui dos povos indígenas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Eu trago os dados das pessoas que se autodeclararam indígenas, conforme metodologia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Ah, traz dados de pessoas que se autodeclararam...

O SR. PEDRO HALLAL – ... conforme recomendado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** A Conep aprovou sua pesquisa?

O SR. PEDRO HALLAL – Claro, obviamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Foi aprovada pela Conep?

O SR. PEDRO HALLAL – Claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Hã...

Os dados apresentados pelo depoente são baseados em pesquisas...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Mais dois minutos para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Quantos?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Mais dois minutos para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Sim?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que tenham um pouquinho mais de tolerância comigo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Os dados de V. Sa. são baseados, sobretudo, em pesquisas bibliográficas...

O SR. PEDRO HALLAL – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que o senhor fez... Não visitou nenhuma aldeia indígena!

O que o senhor fez, efetivamente, em relação à saúde indígena, além da elaboração de teorias? Que base de dados usou para essa pesquisa? Qual a metodologia científica?

O SR. PEDRO HALLAL – Desculpe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E repito: quantas aldeias indígenas pesquisadas?

O SR. PEDRO HALLAL – Desculpe, Senador, talvez o senhor não tenha entendido: a nossa pesquisa foi realizada em 133 cidades, espalhadas por todo os Estados do Brasil. Essas 133 cidades foram escolhidas por serem as sedes das regiões intermediárias do Brasil divididas pelo IBGE. Nós sorteávamos, em cada cidade, setores censitários, que são minibairros. Em cada setor censitário, nós sorteávamos domicílios; em cada domicílio, nós sorteávamos um morador. Essa pesquisa é a metodologia usada em todas as pesquisas populacionais do mundo para estimar parâmetros da população.

Nestas 33.250 casas visitadas do Brasil, em cada fase, tinha um conjunto de milhares de pessoas que se autodeclararam indígenas. Entre essas pessoas que se autodeclararam indígenas, 7% numa fase, 8% na outra, quando fizeram o teste, deu positivo. Entre as pessoas que se autodeclararam brancas, esse percentual era 1,5%.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Professor, eu vou agradecer a V. Sa. Eu acho que eu não vou nem fazer mais pergunta sobre pesquisa e sobre índio, porque, respeitosamente, você não pesquisou sobre índio, sobre comunidade indígena, não visitou nenhuma aldeia, não conhece, pelo jeito – pelo menos é o que está demonstrado aqui –, como funciona dentro de uma aldeia indígena.

Aliás, um outro dado que foi apresentado aqui: pesquisou índio urbano e com autodeclaração. Respeitosamente...

O senhor sabia que, do primeiro lote de imunizantes que o Brasil recebeu, 907 mil doses foram enviadas para atender aos indígenas aldeados, com primeira e segunda doses? O senhor sabia que 83% dos indígenas aldeados e os que estão assegurados pela ADPF 709 já tomaram a primeira dose de vacina e 73%, a segunda?

Sr. Presidente, a Sesai atende 756 mil indígenas. Desse total, houve 726 óbitos, ou seja, cerca de nove óbitos – nove óbitos – para cada grupo de 10 mil indígenas. Em relação à população em geral, a relação é de 24 para cada 10 mil. Com base em que a pesquisa apresenta números tão absurdamente maiores? Não dá, Sr. Presidente. Pesquisa tem método, tem público-alvo, e essas perguntas não são respondidas nessa pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concluo...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso, Senador, porque já são cinco minutos de tolerância.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu concluo a minha fala, Sr. Presidente, dizendo que, sobre as medidas de enfrentamento instituídas pelo Governo Federal antes da decisão do Supremo, nós temos a Lei 13.979, de 2020, que inclusive passou por este Congresso Nacional, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública e foi sancionada pelo Presidente Bolsonaro quase três semanas antes do primeiro caso de Covid no Brasil. Os senhores certamente tinham conhecimento desses dados.

Em 16 de março de 2020, o Presidente da República editou o Decreto 10.277, que instituiu o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o que também foi esvaziado pela decisão do Supremo que deu autonomia aos Estados e Municípios.

Eu queria e não vou aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu sugiro... Eu só solicito, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas uma última questão ao depoente pra ele ter oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor... Já teve mais de sete minutos de tolerância, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu concluo aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pra podermos ter uma isonomia em relação a todos os Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você defende um modelo radical de isolamento. Fez até uma proposta aqui de um isolamento, de uma política de isolamento, de distanciamento total de três semanas pra você ter o achatamento da curva de contaminação. Você pegou Covid?

O SR. PEDRO HALLAL – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em que situação você pegou Covid? Esse cuidado fruto dessa sua concepção não te deu a oportunidade de não se expor?

O SR. PEDRO HALLAL – Posso responder agora?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode responder. O Senador já concluiu.

O SR. PEDRO HALLAL – Então, em primeiro lugar, Senador, eu lamento muito a sua última consideração, é a típica pergunta que circula em grupos de WhatsApp. Eu não esperava que o senhor trouxesse uma pergunta dessa magnitude pra Comissão. Mas, como eu sou um agente público, na semana anterior a pegar Covid, eu vim a Brasília, a convite do Ministério da Saúde, pra trabalhar numa reunião – a convite do Ministério da Saúde do meu País. Mas eu não peguei Covid aqui em Brasília. Todas as evidências sugerem que eu peguei Covid da minha enteada, que tem nove anos de idade e que circula entre a casa da mãe, que é a minha esposa e que está lá no fundo, e a do pai dela. E ela pegou Covid na casa do pai dela. Então, tentar trazer isso como um argumento de hipocrisia dos meus argumentos é extremamente lamentável.

E, diferente do senhor, que diz que a nossa pesquisa é superficial, eu queria lhe dizer assim, eu tenho total respeito pelo senhor, que representa a população do seu Estado, não chamei nada das suas manifestações de superficiais. Mas, minha vez de responder, em relação aos dados dos Estados Unidos...

Eu vou pedir que sejam projetados pra que toda a população brasileira possa ter acesso.

O Presidente Biden assumiu no dia 20 de janeiro. Esta é a curva, a média móvel de óbitos nos Estados Unidos desde o começo da pandemia. Olhem a tendência. Em 20 de janeiro assumiu o Presidente Biden, olhem a tendência dali para frente. A gente não pode estimular dentro da CPI, cujo objetivo, um deles, é desmistificar informações falsas, que a gente deixe de reconhecer a diferença no formato da curva. Até posso dizer, e o Senador falou, que parte desse decréscimo marcante, depois que o Presidente Biden assumiu, pode ser por mérito do Presidente anterior, que comprou vacina. Agora, negar que houve uma queda? O gráfico está ali para o senhor e para toda a população brasileira ver. Eu acho importante dizer isso.

Sobre a possibilidade de ter números melhores, Senador, eu peço desculpas. O Vietnã tem 96 milhões de pessoas e teve 14 mil óbitos. Eu não entendo por que é feita uma comparação com o Ministro Mandetta. Eu não tenho nenhuma relação, nem a Dra. Jurema, com o Ministro Mandetta. Fui crítico a várias políticas do Ministro Mandetta. O Ministro Mandetta não conseguiu implementar uma política de testagem, rastreamento de contato, isolamento de casos suspeitos. Muitos dos erros começaram inclusive na gestão do Ministro Mandetta. O Vietnã não usou as políticas do Ministro Mandetta, ele usou as políticas que a ciência recomenda e por isso tem esses resultados tão maravilhosos. Então, assim, não tem aqui, não sou advogado do Ministro Mandetta. O Ministro Mandetta tinha uma grande qualidade: ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinha a público diariamente e passava para a população uma mensagem sobre a Covid-19. Com algumas das mensagens eu concordava e outras eu não concordava, mas pelo menos tinha um esforço de comunicação.

Em outras áreas tenho críticas à gestão, inclusive na época do Ministro Mandetta.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Dr. Pedro Hallal; obrigado, Jurema.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Meus cumprimentos, Dra. Jurema, Dr. Pedro Hallal, Sr. Relator.

Me permita, Sr. Presidente, só uma preliminar aqui. O meu Estado é o único, Sr. Presidente, que tem todas as suas reservas indígenas demarcadas. Nós temos, ao todo, oito povos indígenas no Amapá. Nós temos pelo menos mais de 10 mil indígenas entre esses diferentes povos. Eu vou citar que uma cidade muito conhecida no Brasil, Oiapoque, porque o Brasil é muito conhecido como do Oiapoque ao Chuí, na cidade de Oiapoque 40% de sua população é indígena, quase metade dessa na área urbana...

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – E foi estudada na nossa pesquisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E foi objeto de estudo da Universidade Federal de Pelotas, porque é uma cidade que tem uma população hegemonicamente indígena, é de conhecimento de todos isso.

Os povos indígenas não ficam somente aldeados, aliás, só destacar...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Randolfe, a Universidade Federal de Pelotas, o Centro de Pesquisa de Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas é considerado um dos melhores e um dos mais importantes centros de epidemiologia do Brasil e reconhecido mundialmente. Eu tive o privilégio de trabalhar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um dos melhores centros de epidemiologia.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... por dez anos nesse centro de pesquisa e eu conheço muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, Sr. Presidente. Não tenho o conhecimento de V. Exa. sobre isso, mas tenho o conhecimento de que é um dos melhores centros de epidemiologia da América Latina. Aliás, temos que recuperar, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

nos tempos atuais, parece que se resolveu atacar a ciência e onde se faz ciência! O Butantan passou um ano sendo atacado, Senador Renan Calheiros, pelo Presidente da República! O Butantan, a Fiocruz!

Uma representante desse movimento negacionista veio aqui falar que a Fiocruz era um local onde tinha aparelho sexual masculino, na estrutura da Fiocruz, exposto por todo canto. Então, já chega de a ciência ser atacada! É a ciência que está nos salvando, Sr. Presidente. Foi o Butantan, foi a Fiocruz que desenvolveram as vacinas. É a vacina do Butantan, é a CoronaVac que vacina, hoje, 60% dos brasileiros, e essa vacina foi negada. A nossa ciência, os nossos cientistas têm feito um esforço enorme para estudar as causas e o comportamento da pandemia no País e para salvar a vida de brasileiros. A Federal de Pelotas é motivo de orgulho para os gaúchos, para os brasileiros por se destacar na América Latina. Então, vivemos tempos tristes, de obscurantismo, onde o conhecimento, a universidade, a ciência é atacada. Então, só para deixar...

Eu sou de um Estado, com muito orgulho, um Estado de povos indígenas, que têm seus territórios demarcados, com muito orgulho! Chega a ser desconhecimento até entender que a formação do povo brasileiro é branca, negra, indígena. E, como dizia Darcy Ribeiro, essa é a nossa maior riqueza; essa mistura que nos formou, essa mistura que nos forjou é a nossa maior riqueza. Os povos indígenas deste País não estão – não estão! – todos aldeados. Aliás, as pesquisas hão de destacar que boa parte, muitas cidades do nosso País, sobretudo da nossa Amazônia, têm boa parte de sua população na área urbana composta de povos indígenas. Só essa preliminar que eu considero que era importante aqui destacar.

E eu queria já me dirigir, então, ao Dr. Pedro Hallal, para fazer a seguinte consideração, continuando as considerações sobre a Universidade Federal de Pelotas, que eu acredito desenvolver um dos sistemas mais eficazes, ao longo da pandemia, de estudos da evolução da pandemia, da evolução da infecção pelo coronavírus: esse estudo, o Epicovid, tinha como alvo realizar um monitoramento epidemiológico em todo o País. Esse estudo, é importante que se diga, foi financiado pelo próprio Governo, por este Governo, pelo Ministério da Saúde; teve esse financiamento nas gestões – o senhor me corrija, se eu estiver errado – do Ministro Mandetta e do Ministro Teich e foi suspenso após a entrada do Ministro Eduardo Pazuello. O ponto focal dos pesquisadores do mistério passou a ser uma técnica de poder decisório, o que, me parece, dificultou as tratativas. E o ministério passou a não aprovar o modelo devolutivo dos dados pelos Municípios, em que pese a importância e a eficácia do estudo.

Diante disso, Dr. Pedro, eu queria diretamente perguntar ao senhor – porque me parece que, depois, esse estudo foi substituído por outro –, se o senhor tiver as informações, sobre a relação de custo do Epicovid e do monitoramento que foi adotado, em seguida, pelo Ministério da Saúde.

Corroborado com isso, me permita, até para ganhar tempo, fazer as seguintes perguntas: qual foi a importância de um estudo como esse, do Epicovid, durante a pandemia? Quais foram as justificativas apresentadas pelo Ministério da Saúde para descontinuar o estudo? O estudo se iniciou, já disse, sob a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão do Ministro Mandetta e, depois, houve mudanças. Quais as mudanças que ocorreram na postura do ministério? E a que o senhor atribui a postura de boicote do Ministério da Saúde ao Epicovid?

O SR. PEDRO HALLAL – Bem, Senador, eu vou tentar ser breve pra não gastar muito do seu tempo nos seus 15 minutos.

Primeiro, ressaltar e agradecer pela manifestação, até pelo reconhecimento. O nosso grupo de epidemiologia de Pelotas liderou, e o Professor Bernardo Horta é participante de um dos maiores estudos sobre saúde indígena neste País até hoje. Então, é muito lamentável ter a nossa universidade e o nosso grupo de pesquisa atacado pelo Senador Marcos Rogério, como acabamos de ser.

O Epcovid foi importante pra trazer essas informações sobre a pandemia no Brasil. Todos aqueles dados que eu apresentei poderíamos ter pra todos os momentos da pandemia. Infelizmente, só temos até junho do ano passado, pelo corte de verbas.

A justificativa apresentada pelo Ministro Pazuello à época, numa coletiva de imprensa, que não teve absolutamente nada a ver conosco, foi uma justificativa completamente confusa: "Ah, nós não vamos manter esse estudo, porque nós queremos estudos mais regionalizados; e nós vamos começar esses estudos em breve". Nenhum deles nunca saiu do papel.

A mudança de postura foi radical: quando o Ministro Mandetta liderava o Ministério da Saúde, nós tínhamos contato direto com o Secretário de Atenção Primária, com o próprio Ministro. Quando entrou o Ministro Pazuello, foi nomeada uma técnica do ministério...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Como o senhor foi comunicado da descontinuidade do estudo?

O SR. PEDRO HALLAL – Pela mídia. Fiquei sabendo por uma ligação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pela imprensa?

O SR. PEDRO HALLAL – Por uma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor não foi comunicado?

O SR. PEDRO HALLAL – Nunca. Eu fiquei sabendo por uma ligação de uma repórter me questionando por que foi... E eu disse pra ela que eu nem sabia, porque eu não acompanhei a entrevista ao vivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve uma mudança nítida de postura após assumir o Ministro interino Pazuello, na época era interino. E eu não tenho nenhuma dúvida de dizer que os resultados mostrando a diferença entre as populações de outras etnias e os indígenas foi o estopim pra motivação de descontinuidade do estudo.

Aliás, como fica muito nítido pela manifestação do Senador Marcos Rogério, esse resultado, que é um resultado de pesquisa – pesquisa é assim, nem sempre dá os resultados que as pessoas gostariam de ver –, esse resultado incomoda muito as pessoas ligadas à base do Governo, talvez pelo histórico de políticas contra a população indígena que têm sido adotadas.

Mas esse foi o resultado da pesquisa. Ele foi publicado nos melhores periódicos científicos do mundo. Os nossos pares que devem avaliar a qualidade da pesquisa consideram ela uma das melhores de todas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Há algum outro projeto com financiamento do Governo que o senhor coordena?

O SR. PEDRO HALLAL – Sim, eu coordeno o Guia brasileiro de Atividade Física, que é um projeto de interesse do Ministério da Saúde – também foi contratado na época do Ministro Mandetta –, mas esse projeto tem uma característica... Aliás, o lançamento desse guia vai ser na terça-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor foi convidado para o lançamento?

O SR. PEDRO HALLAL – Não, até agora eu não recebi... Eu sou Coordenador-Geral do projeto. O lançamento é na terça-feira que vem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Espera aí, me desculpa, Dr. Pedro, só pra entender: o senhor é o Coordenador-Geral deste projeto?

O SR. PEDRO HALLAL – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Ministério da Saúde vai fazer o lançamento na terça?

O SR. PEDRO HALLAL – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor não foi convidado como Coordenador-Geral do projeto?

O SR. PEDRO HALLAL – Acredito que seja uma falha de comunicação, qualquer coisa, mas, até hoje, eu não recebi o convite formal pra participar do lançamento do projeto liderado por mim, com a participação de mais de 70 pesquisadores do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Só mais uma pergunta ao senhor, que considero importante, pra depois perguntar à Dra. Jurema no limite do meu tempo.

Eu gostaria que o senhor declinasse aqui a diferença dos índices da taxa de contagem de casos e de mortos pelo coronavírus e a diferença dos índices de mortalidade e letalidade. V. Sa. disse aqui na preliminar que o índice reiterado pela ciência a ser adotado deve ser o índice de mortalidade. Eu queria que o senhor explicasse por que o índice de mortalidade é o índice mais adotado e qual é a diferença do índice de mortalidade para o índice de letalidade.

E, se V. Sa. tiver, quais são, pelo menos, os cinco primeiros Estados do País com menor mortalidade pelo coronavírus.

O SR. PEDRO HALLAL – Olha, Senador, primeiro, a diferença de mortalidade e letalidade é muito fácil. A gente sempre usa o mesmo exemplo: acidente de avião. Acidente de avião tem uma baixíssima mortalidade: são poucas pessoas sobre o total da população que falecem em acidente de avião, mas tem uma altíssima letalidade: das pessoas que sofrem um acidente de avião, a grande maioria delas acaba indo a óbito. Então, esta é a diferença: letalidade: do total de pessoas que pegaram o coronavírus, quantos vieram a óbito; mortalidade: do total da população, quantos morreram por Covid-19. A letalidade considera o número de casos.

E já que nós mostramos aqui nos eslaides que o número de casos é absolutamente subestimado, não é correto usar para comparações os índices de letalidade.

Sobre os cinco Estados do Brasil com menores taxas no momento – eu sei que o Maranhão é o que está com menor taxa –, eu não me lembro, de cabeça, agora. Posso até buscar as informações dos cinco melhores, neste momento, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Sa.

Eu queria perguntar, pode ser para o Dr. Pedro, mas também para a Dra. Jurema, sobre a questão da validade das vacinas. Já foi dito aqui pelo Dr. Pedro – não sei se pela Dra. Jurema também – sobre a circunstância da inviabilidade de alguma estratégia – abre aspas – "de imunidade coletiva" – fecha aspas –, por conta da possibilidade de reinfecção pelo coronavírus. Em relação às vacinas, qual a validade que V.Sas. estimam e os estudos que tem sobre a validade das vacinas, sobre o tempo de validade das vacinas após a aplicação? E aí pergunto, complementarmente a isso: se a validade for de um ano, por exemplo, o Brasil já não deveria estar se preparando para o ano que vem, já adquirindo as vacinas necessárias para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

ano que vem, para, eventualmente, não termos a situação dramática, trágica que nós estamos vivendo hoje?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador.

Vou primeiro afirmar que o estudo que o grupo Alerta traz aqui tem informações muito objetivas em relação às mortes evitáveis. Nós demonstramos, a partir dos dados disponíveis nos sistemas oficiais, que houve um excesso de mortes, nas primeiras 52 semanas, de 305 mil, do tamanho de 305 mil, e demonstramos, com base em estudos de excelência, que as medidas não farmacológicas que já estavam conhecidas no primeiro ano da pandemia, se elas tivessem sido utilizadas de forma intensa, teriam reduzido a mortalidade. Elas teriam reduzido, elas teriam efetivado... Esses estudos, analisados pelos cientistas que nos apoiam nessa afirmativa, esses estudos são consistentes o suficiente.

Mas, veja, Senador, a ciência não vive de certezas; a ciência vive de dúvidas. É sempre possível contestar aqueles estudos, é sempre possível contestar o nosso estudo. Por isso é que esses estudos, e o nosso também, apontam, informam de forma objetiva quais são as premissas, qual é o método utilizado, a que resultado chegamos, para que eles possam ser analisados por outros olhos e vejam se houve equívoco ou não. Nós estamos seguros de que as informações que estamos trazendo aqui, produzidas pelo Dr. Guilherme, pela Dra. Ligia, pela Dra. Jéssica e pelo Dr. Mário, são consistentes o suficiente para as afirmativas que nós fizemos.

Em relação à sua pergunta objetiva sobre o tempo de validade da vacina, esse estudo não vai nessa direção. É preciso destacar que há especialistas dedicados a essa informação.

A nossa preocupação – a nossa preocupação –, o que eu posso afirmar neste momento, é que os debates, o que se está conhecendo aí... Tem muitas perguntas no meio dos cientistas... E algumas premissas que eles estão colocando é que esse vírus muda. A gente ainda não consegue... O vírus muda, a gente já sabe. Outra coisa que a gente sabe é que a resposta imunológica também tem um tempo. A gente ainda precisa de mais tempo para entender o tamanho e a duração da resposta imunológica da vacina também. Mas os especialistas estão demonstrando que a soma desses fatores – a mutação, mas também o que a gente ainda não sabe sobre o tempo de duração do efeito da vacina – parece indicar – e a Dra. Natalia Pasternak, que esteve aqui, já afirmou isso – que vai ser preciso, vai ser preciso, talvez, talvez, se sugere que pode vir a ser necessário que a gente repita periodicamente a vacinação para garantir a imunidade necessária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só a última pergunta mesmo, objetiva.

Primeiro, quero agradecer ao Dr. Pedro. Eu acabou de me trazer aqui os cincos Estados brasileiros com menor índice de mortalidade. Maranhão, Alagoas, Bahia, Pará e Pernambuco são os cinco Estados da Federação com a menor mortalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última pergunta, e assim eu já encerro, Sr. Presidente.

Temos notícias... São de conhecimento de todos os ataques que a ciência tem recebido no País. Já falei isso aqui, na preliminar, mas nós temos notícias aqui de que o senhor especificamente, Dr. Pedro, tem recebido diversos ataques. Então, eu queria ouvir de ambos, Dr. Pedro e Dra. Jurema, qual o nível dos ataques que vocês vieram a sofrer por conta da atividade de vocês como cientistas, que tipo de ataques sofreram e como enxergam esses ataques a vocês, como cientistas, em nome da ciência brasileira.

Dito isso, eu encerro minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Antes de passar para a Dra. Jurema, eu queria só fazer uma correção, para ficar claro para todos que estão assistindo: o Dr. Mandetta, quando Ministro, disse que o pior cenário seria 180 mil mortos e que, em um cenário realista, teríamos em torno de 90 mil mortos. Portanto, nós extrapolamos o pior cenário com 194 mil mortos no ano de 2020.

Por favor, doutora Jurema.

A SRA. JUREMA WERNECK – Obrigada, Presidente. Obrigada, Sr. Senador Randolfe.

Primeiro, eu preciso corrigir, Senador, se o senhor me permite, uma informação. Sou médica de formação, fiz mestrado na Coppe da UFRJ, fiz doutorado na Escola de Comunicação da UFRJ, mas eu sou fundamentalmente uma ativista. Sou a Diretora Executiva da Anistia Internacional, não me dedico cotidianamente à produção de conhecimento científico, como o Dr. Pedro.

Dito isso, é preciso dizer que, na minha posição de ativista, na minha posição de Diretora Executiva da Anistia Internacional, como os meus colegas que dirigem as organizações do Alerta, a gente experimenta – e não somos só nós, e não somos só nós, não é só Dr. Pedro – um processo insistente de tentativa de silenciamento da informação, da verdade real e daquilo que a gente traz de alternativa de informação para corrigir. Essa é uma estratégia que não começou com a pandemia, já está aí há um tempo, mas a grande questão é: primeiro, essas tentativas de silenciamento – a realidade mostra – não estão sendo bem-sucedidas, mas causam um desconforto, mas não haverá silenciamento de nossa parte. No meu caso, esses ataques, muitas vezes, têm um cunho terrivelmente racista, Senador, terrivelmente racista, terrivelmente sexista. Isso é lamentável nesta sociedade que se imagina, em que se quer um Brasil de todo mundo.

Sou uma brasileira, estou aqui presente, dando a minha contribuição. Como ativistas, como diretores de organizações, como pesquisadores e pesquisadoras, não estamos buscando unanimidade nem aprovação. Estamos buscando o direito de participar da sociedade em igualdade de condições. Então, sim, Senador, os ataques acontecem, os ataques são lamentáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu venho de um Estado e de uma cidade em que uma ativista ficou conhecida mundialmente por ter sido assassinada – Marielle Franco –, e até hoje não temos resposta de quem mandou matar Marielle e por quê, ou seja, a situação é extremamente grave. É preciso que as autoridades tomem as medidas necessárias para garantir o direito ao ativismo no Brasil; que contrariem aquele chamado da campanha eleitoral de que "vamos acabar com todo o ativismo no Brasil". Muito pelo contrário: não vão acabar com o ativismo. Mas é nosso direito exercer o nosso papel em segurança.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito obrigado, Dra. Jurema.

E agora, para suas considerações finais, Dr. Pedro Hallal, por favor.

O SR. PEDRO HALLAL – Senador Randolfe, como eu disse anteriormente, quando questionado sobre esses ataques, eu vim aqui para apresentar minha visão científica sobre a pandemia. Todos os ataques sofridos por mim ou pela minha família estão sendo investigados no âmbito adequado: existe investigação na Polícia Federal, existe investigação na Delegacia da Mulher, existe investigação na Polícia Civil. Todos os ataques estão sendo apurados pelas instituições brasileiras, e eu não tenho nada a fazer a não ser confiar na integridade das instituições.

Sofri ataques diretamente por parte da base bolsonarista; o próprio Presidente da República tuitou, em janeiro, um ataque contra mim diretamente, mas, obviamente, isso não vai me silenciar. Eu vou vir aqui e vou emitir minha opinião científica, embora eu saiba que vir aqui e emitir a minha opinião científica tem um custo pessoal bastante grande. Mas eu não posso... Eu fui formado com recursos públicos, eu sou filho da universidade pública, onde eu fui estudante, onde sou professor e fui reitor. Então, eu não tenho o direito de ficar calado em relação aos ataques. Estou aqui apresentando a minha visão.

Todos estão sendo investigados nas devidas instituições: Polícia Federal – repito –, Delegacia da Mulher... A minha esposa, que está ali no final, teve o carro perseguido duas semanas atrás. Está tudo registrado, filmado, e isso está denunciado adequadamente. Então, estamos... Toda vez que saio de casa... De vez em quando, tenho que tomar cuidado; as pessoas tiram foto. Estes dias circulou na internet – talvez algum dos Senadores tenha recebido – uma foto minha sem máscara em um restaurante. Eu estava pegando um chiclete para comer e, nessa hora, estava sem máscara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Pedro, eu também sofri isso num café, tomando café.

O SR. PEDRO HALLAL – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim... Esse tipo de ataque mostra a questão que eu falei lá no começo: desconstruam cientificamente os argumentos; a tentativa de criar uma narrativa de atacar as pessoas é uma tentativa equivocada. Não tenho nenhum problema de discordar da opinião de algum Senador aqui. O que eu acho equivocado é tentar atacar a pessoa, porque nós – eu, como pesquisador, aqui, e a Dra. Jurema – nós não vamos atacar nenhum Senador. A gente vai responder, e espero ser tratado com o mesmo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Dr. Pedro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – É apenas para dizer, na fala do Dr. Pedro – eu tenho acompanhado desde o início –, que não é um direito subjetivo ou mera opinião de V. Sa. o direito de se manifestar. Isso está na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 19: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

Para aqueles que não acreditam que uma lei internacional possa prevalecer no Brasil, eu cito apenas o artigo, talvez o artigo mais importante da Constituição Federal, além do artigo que diz que todo poder emana do povo, e somos nós e V. Sas. que detêm o poder. Fora esse artigo, o artigo mais importante da Constituição Federal está no art. 5º, que diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, e, num dos incisos diz, o inciso IV: "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato"; e inciso IX: "é livre a expressão da liberdade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença." E esta Casa, Dr. Pedro e Dra. Jurema, esta é a Casa das liberdades públicas, esta é a Casa da democracia, esta é a Casa da República brasileira. Enquanto nós vivermos uma democracia – e nós haveremos de viver, se Deus quiser, eternamente, porque o regime de exceção não vai voltar nesse País –, V. Sas. têm o direito de dizer o que pensam, e nós estamos aqui para dar toda proteção não só a V. Sas., mas também a qualquer cidadão e cidadã brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente, mas, como advogada, e ouvindo o que tenho ouvido, e a história do Dr. Pedro, que não é diferente da história de muitos homens e mulheres de bem que tentam dizer aquilo que pensam e dizer a verdade, ter o direito de fazer oposição, eu precisava me manifestar neste momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero passar a palavra para o Senador Girão e convidar o Presidente Randolfe Rodrigues para assumir aqui a presidência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Gratidão, gratidão, Presidente eventual desta sessão, Senador Rogério Carvalho; sejam muitíssimo bem-vindos aqui Dra. Jurema, Dr. Pedro.

Eu concordo plenamente que a liberdade de expressão é uma conquista, é um direito, e a gente tem que respeitar. Posições divergentes fazem parte do jogo democrático e, inclusive, esta CPI precisa dar o exemplo. Esta CPI, infelizmente, não tem dado o exemplo nesse caminho quando o senhor e a senhora trouxeram aqui, o Sr. Pedro e a Sra. Jurema trouxeram informações importantíssimas aqui para a gente, mas a gente precisa ouvir, até para fazer, realmente, um julgamento de valor, poder tirar suas próprias conclusões – e o povo brasileiro que está assistindo –, a gente precisa ouvir o outro lado. Então, já tivemos aqui um debate anterior – um debate, não, porque foi excluído o debate, mas nós já tivemos um momento anterior onde cientistas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Girão, me permita, desculpe-me.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe-me V. Exa. Vou passar a presidência para o Senador Humberto para poder fazer um lanchezinho ali e poder retornar aqui, está bom?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, continuando, a questão de ouvir o outro lado contraditório é muito importante, porque equilibra. E a democracia é construída e amadurecida pelo resultado das discussões e estimulada para que o produto originário desse debate represente sempre o consenso e a verdade, a busca por isso.

Então, já fica meu pedido aqui à Presidência desta CPI para que a gente possa ouvir, em outra sessão, para equilibrar.... Da mesma forma que tivemos aqui cientistas e médicos renomados contra o tratamento precoce, e cientistas e médicos renomados a favor do tratamento precoce, que a gente possa ter uma visão diferente do que foi apresentado aqui. Porque o ideal seria, no mesmo recinto, duas posições divergentes, pra que a gente pudesse fazer as mesmas perguntas e tirar as conclusões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, é o que temos e é assim que a gente vai sequenciar.

Então, deixando muito claro aqui, Dr. Pedro, que existe... Eu vi a sua exposição de que cientistas não estão divididos. Existe divisão clara, abissal, de cientistas que são pró e contra certas teses. Então, isso... A gente precisa ter uma lucidez com relação a isso. Assim como também existem muitos estudos, não são poucos estudos, muitos estudos randomizados, com duplo-cegos, com metanálise, e a verdade precisa ser entregue. Se vai demorar tempo, que é o senhor da razão, o tempo é o senhor da razão, tudo bem, mas a gente não pode ignorar que existe o outro lado.

Eu queria começar com a Dra. Jurema, se me permite.

A base de cálculo que a senhora apresentou aqui sobre as mortes evitáveis, com que eu acredito que o Dr. Pedro também concordou, 120 mil mortes, esse número, eu queria perguntar se nesse estudo... Primeiro, o Dr. Pedro colocou que a base de cálculo também levou em consideração as cartas da Pfizer, o período em que foram emitidas essas cartas aqui para o Governo brasileiro, que não foram respondidas, enfim, na fala dele, e que isso ajudou a fazer esse cálculo. Existe uma divergência clara também com relação a isso, que a gente pôde ver aqui na própria CPI. Cartas que chegaram, mas, ao mesmo tempo, não se tinha a autorização da Anvisa, que é um órgão técnico, e não se podia, naquele momento, até por cláusulas leoninas – pelo menos foi isso que eu entendi – não se podia comprar. Foi até necessário fazer uma legislação para resguardar o País nesse sentido.

Então, essas 120 mil vidas – chegado aqui – que poderiam ser poupadas, de brasileiros... Uma pergunta bem objetiva. Pergunto, porque o tempo vai rápido. Com relação a outros países do mundo, foi feito também o cálculo de quantas mortes poderiam ter sido evitadas em alguns países, ou foi apenas estudado o Brasil?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador.

O senhor fez uma pergunta objetiva, eu serei objetiva para responder. O nosso estudo se debruça sobre as informações do Brasil especificamente, não é? E pega o período... E o senhor falou das questões da vacina. Pegou as primeiras 52 semanas, ou seja, o primeiro ano da pandemia. Em uma parte desse tempo, havia as medidas não-farmacológicas e havia a vigilância epidemiológica somente à disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Eu lhe agradeço a objetividade, mas é importante que fique registrado que só foi visto o Brasil. Para a gente ter uma noção, fazer comparações, seria importante o estudo ter abrangido outros países.

Outra pergunta que eu quero fazer para a senhora – daqui a pouco vou para o Dr. Pedro: o SUS tem tido um desempenho reconhecido por toda sociedade brasileira no enfrentamento à pandemia. Antes disso, a despeito do descaso de vários governos ao longo de décadas passadas, inclusive com escândalos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de corrupção... É aí que eu quero entrar, já que esta CPI ignora o meu requerimento assinado por 45 Senadores para rastrear os bilhões de reais de verbas federais enviadas para Estados e Municípios. Mas, dessa forma, Dra. Jurema, nós temos um problema de infraestrutura do SUS, histórico, que se agrava diante dessa crise sanitária sem precedentes. Ainda assim, nosso glorioso SUS e a área da saúde converteram-se nos nossos briosos combatentes do bem. No entanto, numa entrevista à Universa, em 7 de junho de 2021, a senhora afirma – abre aspas: "Claro que a epidemia no país levaria algumas pessoas e que o vírus produziria mortes, mas, na nossa análise, vemos um excesso de vidas perdidas, resultado de negligência. Há medidas que poderiam ter sido tomadas e não foram, como testar o máximo de pessoas e aparelhar melhor o SUS (Sistema Único de Saúde)".

Uma pergunta que eu lhe faço, também muito objetiva, e eu agradeço se a senhora puder ser objetiva: o que a senhora quis dizer com: "o SUS tem problemas estruturais"? Aliás, a senhora falou, inclusive, há pouco tempo, que o Brasil poderia estar vacinando mais rapidamente, inclusive diariamente com um número maior de pessoas nesse momento. O SUS não estaria cumprindo a sua missão? O que a senhora entende por aparelhar melhor o SUS? Lembrando, mais uma vez, que a corrupção pode ter – eu quero ouvi-la sobre corrupção também – tirado essa estrutura ao longo de décadas, porque ele chegou sucateado. Para você ter uma ideia, no meu Estado do Ceará, 10% de Municípios do Estado não tinham estrutura pra receber no início da pandemia pacientes pra tratar Covid, não tinha UTI – 10% dos Municípios não tinham –, ou seja, 90% não tinham; apenas 10% tinham. Então, eu lhe pergunto exatamente sobre isto: o custo da corrupção no Brasil. Inclusive, a senhora falou de ventiladores mecânicos na sua exposição, e tem um caso escandaloso do Consórcio Nordeste, que foi um desses casos de corrupção emblemático durante essa pandemia.

A SRA. JUREMA WERNECK – Mais uma vez, obrigada, Senador Girão.

O senhor pede objetividade, vou continuar na objetividade, mas, primeiro, eu faço um breve preâmbulo de agradecimento ao senhor pela oportunidade de fazer justiça ao Sistema Único de Saúde. Lembramos que o Sistema Único de Saúde é o serviço público, o sistema filantrópico, o sistema empresarial contratado, porque o SUS inclui as três entidades: o público, o empresarial contratado e o filantrópico contratado – é tudo Sistema Único de Saúde. Mas como farei justiça ao SUS? O senhor tem razão. O senhor tem razão ao dizer que o SUS já chegou sucateado ao ano de 2020, quando a pandemia se instalou entre nós – já chegou sucateado. Diante dessa informação, que é do seu conhecimento, que é do nosso conhecimento, é de conhecimento da gestão pública em geral, o nosso estudo demonstra que havia medidas que precisavam ter sido colocadas em ação para que a gente superasse essas deficiências, porque já era possível vislumbrar o tamanho do desafio. Infelizmente, essas medidas não foram tomadas a contento.

O senhor informa... O senhor pede pra eu falar sobre a corrupção. Eu, de fato, não tenho dados nesse estudo pra responder em relação a isso, mas é importante investigar também. É importante dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o SUS, esse SUS sucateado é que atende a maioria da população nessa pandemia, está atendendo a maioria da população. A única questão importante, Senador Girão – e eu acho que o senhor vai concordar comigo –, é: a que custo? Os profissionais do SUS estão super hiper sobrecarregados, estão em situação difícil. Eles estão trabalhando ininterruptamente, e a pandemia só cresce. A gente, daqui a pouco, não vai ter quem aguente, quem aguente cuidar de tanta gente doente.

Obrigada, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, eu que lhe agradeço, Dra. Jurema.

Agora pergunto rapidamente para o Dr. Pedro.

Dr. Pedro, o senhor é tido como um dos principais aconselhadores do Governador do Rio Grande do Sul – pelo menos é a informação que a gente pôde observar –, que é da terra dele, de Pelotas, ele foi inclusive Prefeito de Pelotas. E ele adotou a política das bandeiras difundidas como solução. Mas, se levarmos em conta o Rio Grande do Sul, aquele Estado maravilhoso do senhor, que tem 2,7 mil mortes por milhão de habitantes, se fosse adotada esta política no Brasil, que tem 220 milhões de habitantes, seriam 594 mortes e não 505 mil registradas hoje no País.

Diante dessa triste realidade, podemos considerar que essa política das bandeiras foi um desastre? O que é que o senhor acha sobre isso?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Sr. Senador, em primeiro lugar, eu gostaria de responder à primeira parte da pergunta.

Em nenhuma oportunidade, desde março de 2020, eu conversei com o Governador do Estado e dei qualquer recomendação a ele sobre como deveria proceder na condução da pandemia no Rio Grande do Sul. O Governador foi eleito pra isso. Embora tenhamos uma relação cordial por sermos da mesma cidade, nunca discuti ou apresentei pra ele qualquer sugestão, exceto nas minhas manifestações públicas.

Ao modelo de bandeiras usado no Rio Grande do Sul eu fui crítico desde o primeiro momento, muito crítico a ele. Mas, de março a setembro do ano passado, o resultado gaúcho era extremamente positivo. O Rio Grande do Sul era um dos melhores Estados no enfrentamento da pandemia. A partir de outubro, especialmente com o envolvimento forte politizado, acirrado com as eleições, o Rio Grande do Sul degringolou e, de lá pra cá, o Rio Grande do Sul não tem um desempenho bom; ao contrário, hoje o Rio Grande do Sul está entre os dez Estados com pior desempenho em termos de mortalidade por um milhão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, o senhor discorda da política do Governador do Rio Grande do Sul em relação ao enfrentamento da pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Discordo da politização que foi dada ao modelo de distanciamento, que, na sua origem, tinha uma ótima concepção, mas foi politizado, especialmente a partir das eleições municipais no ano passado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O senhor é professor da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas – não é? –, da qual foi reitor, mas fez doutorado em epidemiologia. Qual é a sua experiência em epidemias? Já teve, já enfrentou alguma na sua carreira?

O SR. PEDRO HALLAL – Senador, na verdade, eu sou um epidemiologista, fiz mestrado e doutorado em epidemiologia, e, assim como todos os profissionais de saúde do mundo, até 2020, eu não era especialista em coronavírus. Não existia a Covid-19 até março do ano passado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas em outra epidemia teve? Não? Enfrentou alguma outra? Não?

O SR. PEDRO HALLAL – Não, desculpa, Senador. A minha área de conhecimento, a minha área de estudo na epidemiologia é a epidemiologia da atividade física. Efeito da atividade física sobre doenças crônicas etc. e tal. Com o surgimento de uma nova pandemia, eu e diversos epidemiologistas do País buscamos estudar esta epidemia que estava em curso e, só nessa epidemia, eu já publiquei cerca de 20 artigos científicos especificamente sobre coronavírus. Mas não tenho nenhuma experiência em epidemia anterior.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Agradeço a sua objetividade e sinceridade na resposta...

A CNN Brasil, em reportagem no dia 12 de junho de 2021, informa – abre aspas: "Apesar da boa vacinação no Chile, casos aumentam e Santiago entra em *lockdown*". O aumento no número de casos foi de quase 40%. Informo, ainda, que um país próximo da gente aqui já imunizou com duas doses quase metade da população. Ao todo, 79,8% das doses aplicadas são, inclusive, da CoronaVac. Ou seja, o Chile adotou o pacote de medidas defendidas por alguns especialistas, incluindo o *lockdown*, mas se vê às voltas com este grave quadro epidemiológico. O senhor poderia avaliar essa situação? O que está errado no Chile para que ocorra o aumento de casos? Isso pode também ocorrer no Brasil?

O SR. PEDRO HALLAL – Olha, Senador, na verdade, tem um equívoco conceitual na pergunta. O Chile está adotando o *lockdown* porque houve o aumento de casos. Se o Chile tivesse feito que nem os outros países que, quando começaram a vacinação, adotaram medidas restritivas, talvez não tivesse chegado à necessidade de fazer *lockdown*. O que acontece no Chile – e a gente tem olhado os dados, é um exemplo praticamente único no mundo – é um aumento de casos, felizmente não acompanhado de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

aumento na mesma proporção de mortes. Por quê? Como os estudos já tinham mostrado, as vacinas, especialmente a CoronaVac, são muito mais eficazes pra prevenir óbitos e hospitalizações do que pra prevenir casos. Então, é essa a explicação do dado do Chile.

Precisamos só lembrar, rapidamente, que, desde o começo da pandemia, o que nós dizíamos é: a imunidade coletiva, pra ser atingida, precisa de 70% da população imunizada. Mesmo o Chile tendo um resultado muito melhor do que o brasileiro, ainda são 40% da população com as duas doses.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Alto.

O SR. PEDRO HALLAL – Precisa caminhar um pouco mais pra chegar na imunidade coletiva.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A última pergunta, agradecendo a tolerância do Senador Humberto Costa: a gente está vivendo um momento de radicalização, de polarização, isso é público e notório. Essa guerra... O ódio não ajuda nada, muito pelo contrário, atrapalha. E eu – inclusive o senhor citou há pouco tempo – discordo de algumas políticas do Presidente da República, que poderia dar um exemplo maior, melhor, não usando máscara, causando aglomeração e, com essa independência que marca o nosso mandato, eu digo isso publicamente sempre, e o senhor reconheceu.

Eu lhe pergunto também: o senhor reconhece, de alguma forma, que, nas suas falas, pelos ataques... Eu repudio qualquer tipo de ataque, e o senhor falou que recebeu ataques do Presidente da República. De alguma forma, quando o senhor falou agora de Hitler, há pouco – até me assustei, porque eu acho que isso aí só faz agravar um pouco –, e o senhor contextualizou, estou com as notas taquigráficas aqui... De alguma forma, esses ataques que o senhor recebeu ou alguma mágoa que o senhor possa ter tido o senhor está traduzindo não apenas nas suas falas aqui colocadas, mas especialmente nessa fala? Por que eu acho que é um equívoco usar isso, porque eu acho que a regra da boa convivência é o respeito – e a gente precisa guardar a lembrança histórica de tudo isso, da gravidade do que aconteceu na história do mundo... Então, eu lhe pergunto se, de alguma forma, o senhor reconhece que foi um equívoco essa fala que o senhor usou sobre Hitler, dizendo que não queria comparar – o senhor falou, estou aqui com a nota –, mas, de uma forma clara, subliminarmente, comparou.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO HALLAL – Muito obrigado, Sr. Senador. Na verdade, sobre essa questão da polarização, que foi o começo da sua pergunta, eu acho que é bom, inclusive, citar um exemplo aqui pra esta CPI. Vocês ouviram o Dr. Ricardo Zimerman, semana passada ou retrasada. Uma das melhores *lives* que eu tive durante essa pandemia foi uma *live* junto com o Dr. Ricardo.

Nós, cientistas, estamos absolutamente acostumados com divergir em opiniões e estarmos no mesmo ambiente, com a maior naturalidade. Aliás, antes de o Dr. Ricardo vir aqui, eu mandei um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

WhatsApp pra ele, desejando boa sorte, e, antes de eu vir aqui, ele também me mandou um WhatsApp, desejando-me boa sorte. A ciência está acostumada com isso.

Em relação a uma manifestação do senhor, Senador, em relação à questão da Anvisa, eu gostaria de discordar respeitosamente. Parece-me que essa narrativa de que "olha, não se compraram as vacinas antes porque não tinha a aprovação da Anvisa" é uma narrativa que perde a consistência, porque todos os países do mundo compraram as vacinas antes de ter a aprovação dos órgãos reguladores. Não podia esperar a autorização para já garantir o acordo comercial. Aliás, Senador, o acordo comercial previa que, se, por acaso, os testes não confirmassem a eficácia das vacinas, o acordo estaria desfeito. Então, é muito difícil – e com toda a admiração que eu tenho pelas suas manifestações nesta CPI – ver o senhor adotar essa narrativa de que a Anvisa não tinha aprovado e, então, o Governo fez bem de não comprar. O Governo deveria ter comprado.

Imagina como é que fica essa narrativa no momento em que está sendo noticiado que o Governo empenhou R$1,6 bilhão para adquirir uma vacina que ainda não foi aprovada na Anvisa. Entende? Não faz sentido essa narrativa de que tinha que esperar a Anvisa aprovar. Tinha que esperar a Anvisa aprovar para começar a administrar, mas não para assinar o contrato. Então, permita-se discordar especificamente desse item.

Sobre a questão de se os ataques que eu sofri, de uma forma ou outra, influenciam as posições...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, eu gostaria de entender a resposta que foi dada ao Senador Eduardo. A pergunta que ele fez e a resposta... Eu fiquei na dúvida. Por favor.

O SR. PEDRO HALLAL – Desculpa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A pergunta que eu fiz?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A pergunta que eu fiz foi a seguinte... Porque foi colocado um cálculo aqui pelos dois, no início da apresentação, de que vidas poderiam ter sido salvas, 120 mil – se chegou a esse número inclusive... Inclusive, eu perguntei à Dra. Jurema se essa base foi feita em outros países também, porque erros nós tivemos no mundo inteiro, e, inclusive, não foi feito em outros países, apenas no Brasil. E eu perguntei... A base de cálculo, pelo que eles colocaram, foi das cartas da Pfizer. Uma das bases de cálculo foram cartas da Pfizer, sendo que chegaram dezenas de cartas da Pfizer, a gente teve realmente acesso aqui, mas a compra foi feita depois. Então, eu perguntei exatamente sobre isso, porque aqui nós estamos vivendo uma guerra de narrativas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa... E a resposta do Dr. Pedro qual foi?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senadora Simone, só para concluir, que a senhora interrompeu aqui a minha fala: eu respeito a sua colocação. Eu só quero incluir aqui...

O que nós estamos vivendo nesta CPI é uma guerra de narrativa. Isso é fato. Isso é guerra de narrativa. Por isso que eu estou perguntando, porque eu quero entender exatamente que base de cálculo foi essa, para que a gente possa depurar exatamente qual é a verdade, o que que é narrativa e o que que não é.

O SR. PEDRO HALLAL – Na verdade, Senador, eu estou entregando por escrito toda a documentação que explica como é que eu fiz o cálculo. Este cálculo foi que 95,5 mil vidas de brasileiros foram perdidas pelo atraso na aquisição da Pfizer e da CoronaVac, com base nas informações prestadas pelos depoentes a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A minha conta de quantas vidas em excesso foram perdidas no Brasil, a mais do que seria esperado, são 400 mil, 95,5 mil especificamente pela demora na compra das vacinas.

Só para concluir a última parte da sua pergunta, Senador: o senhor pergunta se, de uma forma ou de outra, os ataques que eu sofri influenciam as minhas posições sobre a pandemia, e, aí, eu vou tentar lhe responder com uma resposta tranquila: as minhas posições sobre a pandemia são as mesmas antes de sofrer os ataques e depois de sofrer os ataques. São as posições que eu e outros cientistas do Brasil defendemos. Se a gente trouxer aqui, como já está aprovado o requerimento, o Dr. Cesar Victora, que é o maior epidemiologista deste País e um dos maiores do mundo... Quando o Governo Lula lançou o Fome Zero, o Dr. Cesar foi uma das primeiras vozes a dizer que não era o momento de lançar o Fome Zero, tinha outros programas prioritários. O Dr. Cesar deu uma declaração, na semana passada, das mais impactantes que eu ouvi na pandemia, de que ele, como pesquisador, não está certo 100% das vezes, ninguém está certo 100% das vezes, mas, em relação ao enfrentamento da pandemia, o Presidente da República consegue estar errado em 100% das vezes – e isso também é difícil. Essa é a declaração de um outro colega pesquisador e não minha.

Mas nossa postura dos epidemiologistas do Brasil é muito crítica em relação à condução da pandemia neste País. Não quer dizer que todos são contra o Governo Federal, muito longe disso. Muitos deles podem ter votado, inclusive, neste Governo. Agora, entendemos que a condução da pandemia no Brasil é um fracasso, como eu mostrei nos eslaides. É essa a nossa opinião científica. Então, não tem nada a ver os ataques que eu sofri com a posição que eu estou trazendo aqui, porque eu já trazia essa posição antes de sofrer os ataques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, com a palavra agora o Senador Marcos do Val. (*Pausa.*)

Não estando presente, com a palavra agora a Senadora Zenaide Maia, pelo sistema remoto.

Em seguida, o Senador Rogério Carvalho e o Senador Luis Carlos Heinze.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar os nossos depoentes ou palestrantes, Dra. Jurema Werneck e Dr. Pedro Hallal, e dizer do orgulho que a gente tem de os senhores estarem aqui mostrando o que a gente vem dizendo: que a grande maioria das mortes poderiam ser evitadas.

Antes de fazer a pergunta, eu queria dizer que os senhores mostraram que são fatos – isso não tem como mudar –, que o Governo Federal está coordenando... Ou seja, a gente diz que não tem uma coordenação. Infelizmente, Presidente Humberto, tem uma coordenação de lado que toma todas as condutas erradas. Então, por exemplo, são fatos em que a gente sabe que o Brasil teve a oportunidade, como falou a Dra. Jurema, de já ver experiência de outros países que iniciaram a pandemia antes da gente e sabiam que, enquanto não viessem as vacinas, a gente teria não só que treinar e equipar os hospitais e as unidades de saúde do SUS, mas também que tomar as medidas protetivas não farmacológicos – enquanto não vinha vacina.

É fato também que o Governo Federal contrariou tudo isso, porque ele botou uma ideia na cabeça de que tinha que ter a imunidade de rebanho, uma atitude altamente irresponsável e, com isso, ele seguiu. Todo Ministro da Saúde que entrasse e não quisesse seguir as regras, mostrando que não era a hora... A partir de abril do ano passado, a gente já sabia que esses medicamentos que ele mostrava em público não tinham eficácia terapêutica, era hora de se falar em distanciamento físico, uso de máscara, higienização das mãos e pedir pra que as pessoas não se aglomerassem quando era necessário.

Infelizmente, como o senhor disse, o Presidente da República é uma autoridade, é visto por muitas pessoas. E a gente sabe que ele influencia. Está aqui no Rio Grande do Norte, aglomerando pessoas em algumas cidades, e sem máscara, nem ele, nem os assessores. Então, gostaria de dizer que isso é fato.

Terceiro, é fato que ele não adquiriu as vacinas no tempo certo, da Pfizer, perseguiu o Instituto Butantan, não investiu em ciência e tecnologia, mesmo sabendo do risco, porque convenciam ele, mas eu costumo dizer a todos que estão nos vendo que isso era intencional. Alguém que... Ele é um cara que não defende aquilo. Isso está... Ninguém pode contestar.

Quarto, não comprou a vacina a tempo, e outra coisa, gente: toda política errada ele continua fazendo. Aí, dizem assim: "Vamos deixar passar, não vamos radicalizar". Hoje eu queria pedir licença aqui ao Presidente Humberto. Hoje eu estava ouvindo um debate dos juristas. Dr. Pedro e Dra. Jurema, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou médica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e estava ouvindo o seguinte: "A CPI está radicalizando, não pode antecipar sentenças". Ao Presidente da República e todos que o acompanham. Mas quem teve sentença antecipada neste País, gente, foi mais de meio milhão de homens, mulheres, jovens e crianças que morreram neste País, uma sentença de morte, sem dar o direito, mesmo sabendo que a maioria era de morte evitável.

Mas eu vou fazer aqui uma pergunta, ou seja, ninguém pode antecipar a sentença, mas pode sentenciar mais de meio milhão de brasileiros à morte. Isso é incontestável, gente, porque se sabia o que deveria fazer. Quando eu era criança, minha mãe, quando alguém tinha sarampo, já botava no quarto isolado – isolamento para evitar a circulação do vírus. Se nós tínhamos, como ontem, 100 mil pessoas infectadas, é claro que vai adoecer mais e morrer mais, e é fato que só existem essas medidas não farmacológicas para prevenir – máscaras, gente, máscara boa, usada completamente... Não sigam o Presidente da República, por favor! Vacina no braço!

O SUS é um sistema de que eu tenho um orgulho! Sem o SUS aí é que a gente tinha morrido mesmo, porque, em qualquer Município, por menor que seja, neste País, tem agente comunitário de saúde, tem enfermeira, tem técnico de enfermagem e médico que tem conhecimento do que é saúde preventiva, com certeza. Agora, precisava de um comando para isso, um comando correto, viu! Porque nós tivemos um comando, um comando paralelo. Não deixavam o Ministério da Saúde assumir a coordenação de uma pandemia gravíssima.

Dois, a falta de comunicação. Eu nunca ouvi falar que num país com uma pandemia dessa não houve nenhuma campanha de grandes mídias, mostrando à população como se defender enquanto não chegasse a vacina, porque a gente sabe que, enquanto não chegar a 70%, todos estão correndo risco.

A pergunta é: vendo essa insistência do Presidente da República em fazer essa imunidade irresponsável de rebanho, os senhores acham que a conduta do Presidente da República em demorar a aprovar o auxílio emergencial... Ele esperou. Podia ter emitido uma medida provisória, mas ele esperou que o Congresso Nacional aprovasse, Câmara e Senado, e ele esperou o número de dias necessários que ele tinha para poder sancionar. Isso não ajudou a deixar a população em desespero, os pequenos a irem para a rua para não morrerem de fome, como o pipoqueiro? Não aumentou a aglomeração e não fez com que houvesse mais mortes evitáveis?

Outra coisa: demorou a dar assistência a micro e pequenas empresas para as pessoas não ficarem desempregadas. É aí onde está... A pergunta é esta: diante de um governo que tem uma visão de que tem que ter imunidade sem vacinação, essa imunidade natural, essas duas condutas do Presidente... E quando voltou, ele botou um auxílio emergencial de R$150! Ou seja, não existe – para vocês que estão assistindo – nenhum estímulo para as pessoas fazerem o distanciamento físico para não morrerem de morte evitável. E esse fato de economicamente o Governo não chegar perto de quem mais precisava, com o auxílio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergencial, com o auxílio a micro e pequenas empresas, não fez com que se tivesse um maior número de mortes evitáveis neste País?

O SR. PEDRO HALLAL – Tu queres começar ou tu queres que eu...

Tu começas, fica à vontade.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Boa tarde! Obrigada, Senadora Zenaide.

As suas perguntas me dão a oportunidade de trazer mais informações que até o momento eu não tinha exposto, que estão no nosso estudo, no estudo sobre mortes evitáveis, sobre as medidas não farmacológicas que poderiam ter sido tomadas. E a senhora chama atenção para os aspectos econômicos e assistenciais da resposta à pandemia.

É verdade que durante... Muitas vezes aqui falamos das medidas no âmbito do Sistema Único de Saúde, mas também o Sistema Único de Assistência Social e outras áreas da administração pública tinham um papel a cumprir na resposta à pandemia para garantir que as medidas de proteção da população fossem postas em curso com a magnitude necessária. A senhora tem razão em dizer que o apoio para a implementação de... Os auxílios pecuniários, os créditos, a suspensão e o congelamento de dívidas, o congelamento de tarifas básicas e várias medidas estiveram, e ainda estão, à disposição da autoridade pública e, se colocadas em prática, vão garantir que as pessoas possam ficar em casa.

A senhora deu o exemplo de microempresários e pequenos empresários. A gente pode falar dos trabalhadores informais, daqueles que têm sido chamados de essenciais, mas, de fato, Senadora, têm sido tratados como descartáveis. É urgente que se recomponham as políticas públicas que já podem estar disponíveis, Senadora, já podem estar disponíveis para contribuir para salvar vidas.

A gente diz "fique em casa", mas não se deu condição de ficar em casa para muitos e, como a gente vê pelo desfecho, não se deu condição para a maioria ficar em casa. A gente diz "lave as mãos", mas a gente não garante as medidas de acesso a água potável para aqueles que não a têm. Ou seja, Senadora, o que eu estou dizendo é que, sim, nosso estudo fala sobre o Brasil, como o Senador Girão destacou. O nosso estudo fala para o Brasil apoiado em experiências internacionais. Eu citei dois estudos em que o nosso estudo se baseou, dois estudos que olham pra vários países do mundo, e eu citei aqui as medidas do SUS.

E agora, graças à sua intervenção, Senador, eu posso dizer que, sim, medidas de assistência... E no auxílio emergencial, Senadora, se a senhora me permite, eu quero, na verdade, parabenizar dois entes que foram fundamentais na primeira fase do auxílio emergencial, porque a proposta governamental era um... Foi depois de muita luta... E era um auxílio pífio, como o que a gente tem agora. Foi a mobilização da sociedade civil junto com a ação contundente do Congresso Nacional que conseguiu elevar o auxílio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergencial pra R$600 pra parte da população e pra R$1,2 mil pras mulheres chefes de família. Aquela decisão, aquela aliança da sociedade civil com o Congresso fez diferença.

É importante destacar isso, porque as decisões da administração pública, do Governo Federal, foram na contramão. Infelizmente, a gente está nesse momento novamente. É preciso que essa aliança seja editada, que a gente ouça a voz da necessidade das pessoas. É preciso auxílio emergencial de R$600 no mínimo, pra que as pessoas possam, de fato, atravessar essa fase difícil que a gente está vivendo, possam ter o que comer. Mais de 50% da população brasileira, na verdade, está em insegurança alimentar, não sabe o que vai comer hoje à noite ou amanhã de manhã.

Então, é preciso, sim, apoio pra alimentação, apoio pra auxílio emergencial, todos os apoios necessários de assistência social. Assistência social, a senhora sabe melhor do que eu, Senadora, é direito garantido – assistência social é direito. Então, é preciso garantir.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, só pra dizer o seguinte. Os senhores acham, doutores, que, se o Presidente da República continuar com essa mesma conduta, estimulando aglomeração, o não uso de máscara, dificultando, não ampliando esse auxílio emergencial, esse índice, essa curva de morte vai continuar a subir?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Senadora, em primeiro lugar, muito obrigado.

A senhora nos dá oportunidade de talvez esclarecer aquele que foi o maior equívoco conceitual na condução dessa pandemia. Em muitos momentos, foi dito que nós precisávamos nos preocupar com o desemprego, ou com a economia, e também com a saúde pública. E isso é baseado numa falsa premissa de que existe uma competição: ou eu invisto na saúde, ou eu invisto na economia.

A experiência de pandemias anteriores e de epidemias anteriores, Sra. Senadora, mostra que não existe recuperação econômica sem controle da pandemia. Se o Brasil tivesse adotado medidas mais restritivas de curta duração, o Brasil teria uma situação sanitária e econômica muito melhor do que o modelo que o Brasil adotou, de medidas flexíveis e de longa duração. Existe um equívoco conceitual nesse item.

Eu nem vou trazer isso como uma das partes do negacionismo. Nesse caso, é um erro conceitual. Achar que é possível recuperar a economia sem controlar a pandemia é um equívoco conceitual baseado no que aconteceu em todas as outras pandemias.

A segunda parte da sua pergunta, Sra. Senadora, ela traz: qual é a previsão daqui pra frente? Eu vou repetir o que eu respondi anteriormente: existem dois fatores que nos fazem acreditar que a situação vai piorar nessa terceira onda. O ponto de partida é mais alto – nós já começamos com 2 mil mortes por dia – e existe ampla circulação de variantes. Esses dois fatores fazem com que a terceira onda possa ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais grave. E existe um fator atenuante: diferente das duas primeiras ondas, neste momento já há um percentual da população vacinada. Então, são dois fatores colaborando para que a pandemia ainda piore em termos de mortes e tem um fator que vai tentar frear essa piora. O resultado dessa equação a gente vai saber em alguns meses. Tomara que não tenhamos um aumento de mortes tão considerável como sugere o aumento de casos de ontem.

Mas, como eu sou cientista e não tenho compromisso com o erro, o maior número de casos da história da pandemia, que foi observado ontem, tem que ser relativizado, porque 36 mil desses novos casos foram dados represados do seu próprio Estado, porque o Rio Grande do Norte revisou os seus dados represados. Então, o maior número de casos registrados ontem na pandemia talvez não seja tão diferente dos dias anteriores, apenas decorreria da inclusão desses novos dados que estavam represados. Isso já aconteceu inúmeras vezes ao longo da pandemia e faz parte da qualificação dos sistemas.

Agradeço muito pelas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só para finalizar aqui, Presidente. Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem rapidinho!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero parabenizar aqui a CPI, porque aquilo que as pessoas ouviam falar está sendo transformado aqui em fatos reais, com pessoas que vieram aqui mostrar que tem solução, que tinha e que continua tendo, só depende de vontade política.

Então, por favor, não vamos condenar antecipadamente o povo brasileiro com a sentença de morte quando se sabe como evitar esses óbitos.

Mais uma vez, obrigada à Dra. Jurema e ao Dr. Pedro.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Na sequência, eu peço a palavra pelo art. 14, mas eu vou respeitar, neste momento, o direito de fala do Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode ser depois da fala dele?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, na sequência!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tá bom! Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar a Dra. Jurema Werneck e o Dr. Paulo Hallal.

Quero agradecer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pedro Hallal, desculpe-me.

Eu, primeiro, quero agradecer a todas as pessoas que têm acompanhado a CPI e que têm mandado várias perguntas para a gente no intuito de buscar o esclarecimento sobre o que está acontecendo no Brasil e por que a gente tem 507.240 mortes pela Covid-19. Então, o Brasil inteiro acompanha, e as pessoas perguntam e pedem para a gente perguntar, para indagar aqui, ao longo das oitivas.

Também quero – e também foi uma pessoa dessas que acompanham que mandou para a gente... Hoje, num evento no Rio Grande do Norte, o Presidente Jair Bolsonaro pede para uma criança de dez anos tirar a máscara. Ela tira, e ele reforça a atitude que pode colocar em risco não necessariamente a vida dela, mas a vida das pessoas que estão no entorno dela.

Eu quero também aqui me solidarizar... Por uma questão de respeito, eu vou preservar a identidade, mas ontem eu visitei uma amiga, um casal de amigos, cujo pai era seguidor do Bolsonaro e, por ser seguidor do Bolsonaro, ele negou a vacina, ele tomou cloroquina e morreu de Covid-19. Quando chegou para iniciar o tratamento, já estava em situação avançada, com comprometimento e morreu. Então, aqui, a minha solidariedade à família e a todas as famílias do Brasil que viveram isso e que têm vivido isso cotidianamente. Eu quero aqui falar em nome de todas essas famílias, de todas essas famílias que estão tendo e vendo os seus entes queridos irem embora por fé, por acreditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é preciso que nós, Senadores, políticos, Presidente da República... Nós precisamos saber qual é a nossa responsabilidade social e coletiva, porque a minha fala, como médico e como Senador, é ouvida. A fala de um Senador, de uma Senadora, supostamente, para a maioria dos brasileiros, tem um grau de responsabilidade e comprometimento com algo que lhe dá respaldo para que aquela fala se justifique. Nós não podemos transformar a disputa política e construir versões sobre as coisas para poder defender posições políticas quando está em jogo a vida – a vida!

O Presidente da República não é um cidadão comum, como foi dito aqui pelo Professor Pedro Hallal, que trabalha e que é professor de uma das universidades que tem um dos maiores centros de epidemiologia do Brasil, um dos mais conceituados entre os seis centros de epidemiologia reconhecidos mundialmente, onde eu trabalhei durante 10 anos com o Professor Facchini e com o Professor Piccini. Eu conheço e sei da seriedade desse centro de pesquisa, um dos primeiros a usar *big data* no Brasil.

Então, eu fico aqui pensando qual é a responsabilidade social de um Presidente? Ele teve, como disse o Professor Pedro Hallal, 57 milhões de votos, 57 milhões de pessoas acreditaram nele na hora de votar. Quantas pessoas continuam acreditando no que ele diz e no que ele faz? Quantas pessoas vão seguir a versão que ele apresenta para a sociedade? Qual é o risco, meu Deus do céu, que isso representa na vida das pessoas? E eu estou dizendo aqui vários casos e quero me solidarizar com essas milhares de famílias que perderam seus entes por terem acreditado em versões que não têm embasamento.

Quero também dizer que essa história, Dr. Pedro, Dra. Jurema, que a gente chama de negacionismo... Quando a gente fala em negacionismo, a gente está dando uma impressão culposa para o agente que faz a negação, mas, para mim, é uma ação dolosa. Veja: quando eu nego, no início da pandemia, quando a gente não tinha uma curva de aprendizagem – tudo tem uma curva de aprendizagem –, quando gente não sabia como era a transmissão do vírus, quando a gente não sabia quais eram as formas de tratamento da doença Covid, que é diferente... A gente não sabia, estava tudo em dúvida. Então, tudo era possível. Mas o tempo foi passando e as coisas foram ficando claras. Descobriu-se, com muita velocidade... Quando a pandemia chegou no Brasil, a gente já sabia que era um vírus altamente contagioso e que, por ser muito contagioso, a letalidade dele era um perigo e poderia levar milhões, como levou, à morte. A gente já sabia disso.

A gente já sabia que não tinha como fazer o bloqueio epidemiológico, que é uma tecnologia de isolamento de grupos específicos, porque, como é muito contagioso, muito contagioso, você tem que fazer isolamento drástico.

A gente sabia... Depois a gente ficou sabendo que o uso de máscara é uma barreira que diminui a transmissão e o contágio. Depois a gente começou a ter informações de que a ciência, por estar trabalhando e por ter evoluído bastante do ponto de vista da engenharia de manipulação de genes – tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma engenharia específica hoje que trabalha só nisso... Soubemos que nós teríamos uma vacina num curto espaço de tempo. Não esperávamos que fosse num espaço de tempo tão curto, mas a gente sabia que teríamos uma vacina e que a única solução para voltarmos a ter uma vida dentro da normalidade era uma vacina.

Mas eu quero chamar a atenção aqui para o que disse, como questionam aqui as pessoas que nos acompanham, Osmar Terra, para o que disse a Dra. Mayra Pinheiro nesta Comissão, para o que disseram vários dos que estiveram aqui e que depois negaram: eles defenderam a imunidade naturalmente adquirida, que deveria se transformar numa imunidade coletiva, com 70% de brasileiros e brasileiras contaminados para que a gente pudesse ter uma imunidade coletiva, e essa contaminação concretizada naturalmente.

E quem foi o grande ator, como disse o Professor Pedro Hallal? O grande ator tem um nome, tem um nome: Jair Messias Bolsonaro. Foi ele quem aglomerou; foi ele quem reproduziu a gripezinha; foi ele quem interferiu na ação de Governadores e Prefeitos pra evitar o isolamento e as medidas restritivas de circulação pra garantir a contenção da expansão da pandemia; foi ele quem negligenciou as vacinas; foi ele quem disse que vacina no Brasil só depois de a Anvisa autorizar. E ele mesmo autorizou e negociou a compra de determinadas vacinas sem a aprovação da Anvisa, como é o que está em investigação, o caso da Bharat Biotech.

Portanto, é um conjunto de narrativas irresponsáveis, mortais, cruéis, que nos leva a uma indicação que eu queria que os dois comentassem, de que se praticou crime contra a saúde pública, indiscutivelmente, como ação de Governo, como ação individual de... Como ação de Governo e como ação de uma pessoa chamada Presidente da República, que teve 57 milhões de votos e deveria ter responsabilidade com o seu povo e com a vida do seu povo, em um crime de genocídio, de um crime contra a vida, porque expôs, como em Manaus, enquanto as pessoas estavam morrendo sufocadas por falta de oxigênio, a teste de cloroquina em massa, para saber qual era o comportamento, se ia ou não controlar a pandemia.

É um Governo que assentou todas as suas iniciativas de contenção e de controle da pandemia numa única medida sanitária: a cloroquina. Tudo se resumiu, Presidente Humberto Costa, à cloroquina.

Então, aqui hoje nós estamos diante de dois pesquisadores.

E quero dizer mais uma coisa: ciência não é uma questão de democracia. Ciência é método de investigação que tem regramento, que tem constructos muito bem estruturados e que valem aqui, que valem na Alemanha, que valem na Inglaterra, que valem em qualquer lugar do mundo. É universal! Não existe a ciência do Brasil, a ciência inglesa, a ciência alemã, a ciência americana; existe a ciência, o método científico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não dá pra a gente ficar nesse bate-boca de versões sobre o que é a ciência, quem está certo, quem está errado. Quem está certo é quem faz o melhor estudo acadêmico, assentado sobre as melhores técnicas e práticas científicas.

Portanto, eu deixo aqui para os dois a mesma pergunta, que vocês já responderam várias vezes. Mas a pergunta é: quais são os crimes contra a saúde pública e se tem, sim, crime contra a vida? Porque, se tem morte evitável, tem crime contra a vida.

Eu queria ouvir a opinião de ambos os convidados. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Na verdade, eu vou comentar, antes de responder à sua pergunta.

O senhor falou da questão de cordão sanitário, e o Senador Fernando Bezerra, no começo da sessão, também falou isso.

A China... uma das estratégias mais bem-sucedidas da China no combate à pandemia foi exatamente a criação do cordão sanitário e isolar a região de Wuhan do resto do país.

No Brasil, quando a P1 chegou, o Brasil cometeu um erro que a saúde pública já descobriu desde a Idade Média. O Brasil exportou a P1 para todo o resto do Brasil, mandando os pacientes com P1 para os outros Estados da Federação. Esse foi um erro, sob o ponto de vista epidemiológico, extremamente grave.

Sobre a sua pergunta, Sr. Senador, eu não dúvida de que a responsabilidade maior pelos equívocos na condução da pandemia não é dos Senadores que defendem as ações do Governo, não é dos Deputados que defendem as ações do Governo; é especificamente do Palácio do Planalto.

Se isso será ou não tipificado como crime, não cabe a mim responder; cabe aos colegas da CPI – é uma função de vocês, dos senhores e das senhoras –, cabe aos órgãos investigativos. Mas eu posso lhe dizer que, das 400 mil mortes a mais que tivemos em comparação ao que seria esperado, o grande responsável é o Presidente da República. Se é crime ou não, essa é uma afirmação que não sou eu que devo responder.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador Rogério.

Eu sigo um pouco na linha do Pedro Hallal na primeira parte, em dizer que, eu, como representante do grupo Alerta e da Anistia Internacional, não estou posicionada para afirmar se há crimes, mas eu consigo afirmar responsabilidades. Afinal, lideranças têm de dar o exemplo; lideranças não podem propagar desinformação; lideranças não podem propagar curas milagrosas; lideranças não podem dividir ao invés de agregar. Nunca, mas especialmente neste momento de pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Senador, qualquer liderança eleita tem um conjunto de votos até o dia antes da posse. A partir da posse, seja Governador, Presidente da República ou o que quer que seja, ele representa o conjunto da população para a que ele foi eleito.

Somos, no Brasil, mais de 200 milhões de habitantes. E a vida de todos merece ser salva. Não se pode tergiversar nisso. É um dever. É uma responsabilidade.

O senhor citou, Senador, a informação sobre o pedido para se tirar máscaras de crianças. Eu quero só fazer uma observação: o nosso estudo não fala disso, mas é importante buscar pesquisadores que têm mostrado que o Brasil é um dos países onde mais crianças morrem neste momento. Mas, mesmo que as crianças não morressem, onde está o exemplo? A gente sabe que as crianças têm o potencial de infectar, têm o potencial também de transmitir, como todo mundo. E por que a gente não ensinar as crianças a fazer parte desta Nação da melhor forma possível?

Como eu disse, Senador, não estou em posição de dizer quais crimes foram cometidos. O senhor, os demais Senadores e Senadoras estão em posição de dizer isso.

Mas eu posso aqui anunciar que a Anistia Internacional, as organizações do movimento Alerta, já, desde o início desta semana, iniciamos uma campanha nacional e internacional, convidando a sociedade para assinar uma petição que reforça – que reforça – a ideia de que os encaminhamentos desta Comissão não podem ser engavetados. É uma petição endereçada ao Ministério Público Federal, ao Procurador-Geral da República, Sr. Aras, recomendando, lembrando e destacando que a sociedade espera que nada seja engavetado, que as decisões desta Comissão tenham consequências, muitas consequências. E a principal delas: que façam com que isso não se repita e que vidas venham a ser salvas daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

Pede a palavra (*Fora do microfone.*)

pelo art. 14, Senador Marcos Rogério.

Peço que seja breve, que nós temos ainda uma lista aqui de companheiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para explicação pessoal.) – Vou usar apenas o tempo regimental, Sr. Presidente.

Estou pedindo o art. 14 em razão de uma fala do Professor Dr. Pedro Hallal, que me citou em relação à Universidade de Pelotas, que eu teria desrespeitado a Universidade de Pelotas.

Eu não desrespeitei a universidade nem o pesquisador. O que ataco é a pesquisa, que não serve de parâmetro para nada em razão dos dados e do método, na minha avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As condições ambientais, sociais e econômicas de um índio urbano são totalmente diferentes de um índio aldeado. O pesquisador não conhece a realidade indígena, a realidade das aldeias brasileiras. Querer usar pesquisa feita em cidades para retratar a realidade do índio brasileiro é lamentável. Não precisa ser cientista para saber disso. Mais que isso, o Governo Federal cuida dos indígenas aldeados em terras sob responsabilidade do Governo Federal. Os Governos estaduais e municipais é que são responsáveis pelos indígenas em contexto urbano. E, diga-se de passagem, que hoje basta a autodeclaração para ser indígena. São responsabilidades dos Estados e Municípios. Portanto, não é correto culpar o Governo Federal por eventuais falhas desses entes. Aliás, diga-se de passagem também, o Governo Federal, inclusive, possui um programa de financiamento para essa finalidade, que é o Previne Brasil.

Outra coisa, Sr. Presidente, eu falei sobre uma comparação dos Estados Unidos com o Brasil. E aí a afirmação que veio na sequência: "No Brasil, a curva não cai por falta de vacina". É a narrativa. Nos Estados Unidos, a curva quando caiu não foi por causa da vacina; foi por causa das políticas do Biden. O que fica claro...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, com todo o respeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Essa foi uma fala do Dr. Pedro ou ele está contraditando a fala dos Parlamentares? Porque eu estou aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei, eu sei. Eu queria...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu sou sempre a última, porque, como Líder, eu vou de novo repetir: as mulheres não têm voz nesta Comissão. E provavelmente essa vai ser a quarta reunião seguida que eu vou ter que desmarcar a minha inscrição, porque usam o art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... quem inquiriu, inquire de novo. Eu peço, assim, com muito respeito... Por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu penso que os Senadores conhecem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só pedir a V. Exa. que se limitasse ao pedido que V. Exa. fez...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... foi do art. 14.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. na verdade está fazendo uma réplica.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou dentro do art. 14, Sr. Presidente, porque foram feitas afirmações atribuídas a mim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, termine, conclua.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, é isso. Tem que respeitar o Regimento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas nessa última parte não tem fala do Dr. Pedro, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! Senadora, eu acho que V. Exa. não ouviu a fala dele quando eu o questionei. É disso que eu estou falando. Não é dos Senadores, não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estava assistindo do meu gabinete.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! Mas não é dos Senadores que eu estou falando, não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Infelizmente, eu tive que ouvi tudo que V. Exa. disse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não digo "infelizmente", quando ouço V. Exa. falar do que eu discordo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que fica claro, Sr. Presidente, é que qualquer tipo de argumento de que a definição de uma política nacional poderia reduzir "x" número de mortos, beira à irresponsabilidade Todos nós gostaríamos de que o número de mortos fosse realmente menor.

E finalizo. Na verdade, é o tipo de previsão que não tem qualquer tipo de evidência científica, se é que valorizamos evidências científicas também para isso. Eu respeito, obviamente, quem vem à CPI, mas, em relação à pesquisa ou a dados que são trazidos, eu posso divergir dentro daquilo que entendo ser a compreensão mais adequada para o caso.

Apenas, isso, agradecendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mais uma vez a compreensão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. PEDRO HALLAL (*Fora do microfone.*) – Presidente, eu tenho direito a responder por um minuto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! Aí eu vou pedir de novo.

O SR. PEDRO HALLAL (*Fora do microfone.*) – Não, não tem problema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO HALLAL (*Fora do microfone.*) – Não, nós precisamos debater.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor responde no meu tempo, Dr. Pedro. Se precisar, os 15 minutos serão de V. Sa.

O SR. PEDRO HALLAL (*Fora do microfone.*) – Eu preciso de um.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senadora Simone.

Senador Luís Carlos Heinze é o próximo inscrito e, em seguida, no sistema remoto... Como está presencialmente, então, em seguida, a Senadora Simone, como não membro. Não, o Senador Heinze, primeiro. O Senador Heinze, primeiro. Estou dizendo que é na lógica da lista de chamada aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Heinze, V. Exa. tem o tempo com a tolerância desta Presidência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, Dr. Pedro e Dra. Jurema, prazer estar com vocês aqui.

Senador Marco Rogério, diferente dos nossos colegas, eu fico até o fim, mesmo que eu ouça o que eu não concordo. Não tem problema. Faz parte da democracia não me ausentar do processo.

Eu ouvi, por parte da Dra. Jurema e do Pedro, dizendo que não é ideologia. Está aqui Jurema Werneck curtindo as manifestações em São Paulo, retuitando, ativista em Movimento de Mulheres Negras brasileiras; Dr. Pedro Hallal: "CEO da Pfizer acaba de confirmar o que todos sabiam, mas alguns fingiam não saber. Agora é questão de tempo para o *impeachment*"; Pedro Curi Hallal: "Já que os *outdoors* foram retirados em Sinop, espalhemos nas redes sociais contra o Presidente Bolsonaro", "Exército decidiu não punir Pazuello. Ainda restam a CPI e o julgamento do povo. Nesses, a chance de *pizza* é bastante reduzida", esta CPI, a CPI da qual eu discordo. Olha aí, no primeiro dia, ao nosso Ministro Mandetta, que aqui estava.

E repito até hoje: eu ouvi algumas falas, falando aqui: tratamentos ineficazes, ciência de WhatsApp, curas milagrosas. Dr. Pedro e Dra. Werneck, Satoshi Omura, Prêmio Nobel de Medicina; Luc Montagnier, Prêmio Nobel de Medicina; Dr. Zelenko, candidato a Prêmio Nobel da Paz com o tratamento com a hidroxicloroquina – o Dr. Satoshi Omura foi um dos descobridores da ivermectina –; temos ainda Dr. Peter McCullough, Estados Unidos; Dra. Kory, médica americana; Didier Raoult, entre tantos – são cientistas, sumidades na área em que estão –, recomendam esses tratamentos. Então, esse é o ponto importante.

O Deputado Osmar Terra, quando esteve aqui, Senador Marco Rogério, falava na letalidade da Argentina, que adotou o tratamento e essa questão do *lockdown*, enfim. A letalidade da Argentina é 4.7, a nossa é 2.8, com todo esse descalabro que foi dito aqui, que o Brasil não está adotando.

Também a doutora colocou aqui que não tinha recursos. Deixa eu lhe dizer: o Ministério da Saúde, no ano passado, destinou a Estados e Municípios R$133 bilhões, e o extracovid de R$64 bilhões para Estados e Municípios. Nunca houve tanto dinheiro como foi colocado esse ano passado aqui. Da mesma forma, foi falado no auxílio emergencial; 68 milhões de brasileiros receberam R$294 bilhões. Somam todos e o Bolsa Família, essas pessoas receberam esse valor e continuam recebendo agora R$150 este ano.

Foi falado aqui de microempresas. O Senador Jorginho Mello, nosso colega, tem trabalhado muito nessa questão. Foram R$37 bilhões para 517 mil empreendedores.

Pedro, os leitos de UTI. Quando eu peguei esse assunto, na associação dos hospitais filantrópicos do Rio Grande do Sul, nós tínhamos novecentos e poucos leitos de UTI credenciados para Covid. Com esse recurso que foi destinado aos hospitais, prefeituras e Governos estaduais, nós temos hoje mais de 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

mil leitos no Rio Grande do Sul, de UTI-Covid, recebendo R$1.600 por dia, e nós trabalhamos para repactuar esses leitos dos hospitais do Rio Grande e do Brasil. São quase 30 mil leitos de UTI só nos hospitais filantrópicos. Não vou nem falar nos hospitais privados e hospitais federais e estaduais. Só nos hospitais filantrópicos, esses quase 30 mil leitos, que quase dobraram no Brasil, mas triplicaram no Rio Grande do Sul, Pedro, esses recursos saíram do Governo Federal. Os Estados e Municípios brasileiros receberam quase 100 bilhões. No nosso Estado, o Governador da sua cidade recebeu quase 2,3, 2,4 bilhões, e conseguiu honrar a folha de pagamento com esse dinheiro que veio daqui. Acertou? Ajudamos o Estado e ajudamos todos os Estados brasileiros. Não houve exceção de quem recebesse ou quem não recebesse. Então, dizer que não houve recursos... Houve recursos, sim.

Pedro, tem uma notícia aqui: a cidade em que o Presidente Jair Bolsonaro, sem partido, ganhou, no segundo turno, as eleições apresenta o maior número de casos de morte de Covid. Senador Marcos Rogério, preste atenção. Eu só filtrei aqui 23 Municípios, Pedro, 23, em que eu casualmente olhei a maior letalidade no Brasil. Desses 23 Municípios, em 6 o Bolsonaro ganhou e em 17 o Haddad ganhou. Então, é um pouco diferente daquilo que você fala que... E vou checar todos esses aqui. Se puder passar, eu vou checar todos esses aqui, porque estão diferentes. Eu estou mostrando 23 que eu peguei, assim, em cima do laço.

Então, eu quero colocar... Quando eu falo aqui 16,478 milhões vidas salvas – eu repito –, isso se deve aos médicos brasileiros que adotaram esses procedimentos e fizeram com que esses medicamentos reposicionados pudessem ser utilizados em todo o Brasil.

E hoje nós estamos trabalhando com um grupo de médicos no instituto chamado Hipócrates, italianos, chilenos, argentinos, americanos, que estão pegando dados do Brasil para que possam ser apresentados a nível mundial para derrubar o que a OMS fez. E, falando em OMS, eu repito aqui: o trabalho da *The Lancet*, criminoso. Houve uma retratação, o.k. Sobre aquele trabalho, houve uma retratação do que foi feito na *The Lancet*. Estou insistindo com esta Comissão para que veja, reveja, possamos rever o trabalho de Manaus, também criminoso. Foram os dois principais trabalhos que fizeram a OMS mudar a sua orientação, em cima dessas posições hoje, contra esse tratamento de medicamentos reposicionados.

Da mesma forma, quando a gente pega Rio Grande do Sul, o nosso Estado, com 2,59; Pelotas, sua cidade, 2,3; e a gente pega o Amapá, Senador Randolfe, que eu cito aqui, 1,54. Esses médicos, italianos, americanos, chilenos, querem esse trabalho, Senador, e também outros trabalhos brasileiros de cidades que adotaram o procedimento. Então, por isso, é um ponto importante, porque eu não posso criminalizar um tratamento que deu certo.

O Presidente Bolsonaro, que V. Exa. e outros tantos criticam, é um líder, ganhou a eleição. Onde ele vai, junta gente. Gostaria, Senador Marcos Rogério, que eu também fosse à cidade e se aglomerassem como chegam a ele, porque o Presidente Lula, um dia, foi assim. Não sei se hoje, se ele voltar às ruas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será assim também. Gostaria que ele estivesse nas ruas de novo. Bolsonaro vai às ruas. É um Governo sério, Pedro.

Eu estudei em Santa Maria; você, em Pelotas – acho que se formou em Pelotas, não sei, deve ser em Pelotas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul é o terceiro maior orçamento do Rio Grande do Sul. O primeiro é o Governo do Estado; o segundo, a Prefeitura de Porto Alegre; e o terceiro, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Santa Maria e Pelotas são outros dois, três grandes orçamentos. E o que eu sinto, Pedro, infelizmente, é a política, a ideologia dentro das escolas. Eu estudei em Santa Maria nos anos 70. Tenho vergonha da minha escola, onde eu estudei nos anos 70.

Um dos cursos de agronomia mais renomados. Hoje, perde para Lavras do Sul, perde para Piracicaba, para outras escolas, porque não tem ideologia lá, e na minha escola, onde eu me formei, Marcos, tem ideologia. Então, essa é uma questão...

Deixemos de lado essa questão, viu, Pedro? É a mesma coisa que estou falando aqui. Infelizmente, aconteceu nos Estados Unidos, está acontecendo no Brasil a mesma coisa: cientistas de direita e de esquerda. Deixemos de lado essa questão. Todos, todos tinham que estar focados numa coisa: no vírus. Porque o Bolsonaro pegou uma caixinha e falou em cloroquina, remédio que salva... Citei cientistas mundiais, sendo centenas do Brasil.

Senador Randolfe, infelizmente, está errado o procedimento desta Comissão. Quando trouxerem um debate, vamos trazer um debate, uma pessoa falando de um jeito e outra de outro. Não, hoje ouvimos um monólogo, mas eu estou aqui para ouvi-los. Na semana passada, dois cientistas que estão pesquisando medicamentos inclusive para a fase aguda do processo... Agora, infelizmente, os colegas não quiseram ouvi-los, e aquele era o momento de questioná-los. Apresentam trabalhos... E cientistas que, de certa forma, curam vidas. O Dr. Zimerman e sua esposa, em sua clínica, trabalham não só com pesquisa, mas curando vidas, aplicando tratamentos em que eles acreditam. O Dr. Francisco Cardoso, além de ser cientista, cura vidas e está hoje trabalhando dentro de um hospital.

Então, esse é um ponto importante, porque a gente tinha que deixar de lado essa questão e trabalhar exatamente com aquilo que precisa ser... E não dizer "eu não acredito nisso". Pelo amor de Deus! Nesses 16 milhões de vidas salvas, eu quero cumprimentar os médicos brasileiros, os cientistas brasileiros e internacionais que adotam um procedimento que deu certo.

Quando alguém falava, uma das debatedoras, quando falava assim, "a China usa, Cuba usa, a Índia usa", são 28 países. São só 28 países, mas os 28 países que eu citei correspondem a 54% da população mundial. Representam mais da metade da população do mundo, que usa esse tratamento, adota o tratamento, além das vacinas.

E, só para colocar, Pedro, eu tenho me esforçado muito... O Senador Wellington Fagundes lidera um movimento conosco sobre laboratórios. A partir de uns dois meses, alguns Senadores trabalhamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa questão de usar os laboratórios brasileiros. Hoje, tem 4 de medicamentos veterinários e tem 12 de medicamentos humanos que estão buscando vacinas, vacinas. Tem 3 vacinas brasileiras: uma na USP, em São Paulo, em Ribeirão Preto; outra no InCor, em São Paulo; e a terceira na Universidade Federal de Minas Gerais. E tem mais 13 que estão trabalhando para que nós tenhamos vacinas brasileiras. Qual é o meu empenho? Além do empenho da Fiocruz, que vai receber, este ano, R$7,5 bilhões do Governo Federal, e do Butantan, R$8,6 bilhões do Governo Federal, para fabricar as vacinas chinesas ou vacinas inglesas... E falam mal do Governo Federal. Falam mal do Governo Federal, como V. Exas. das universidades falam mal do Governo Federal e recebem recursos federais – esse é o ponto – de um Governo sério.

O que está sendo feito amanhã com a Covaxin não tem problema. Vamos ouvir o colega Deputado vir falar. Mas não tem problema com relação ao que estão falando. Ontem, a mídia falava da fala do cara. Pegue a ficha desse Parlamentar, que amanhã vai estar sendo debatida aqui a questão dele.

Então, o que eu quero colocar, só para cumprir meu tempo e falar, é que é importante que todos estivéssemos juntos, mas, infelizmente, isso não acontece. A ideologia política em função das eleições do ano que vem fala mais alto nesse processo.

Pedro, uma pergunta: o senhor conhece a Dra. Elisa Rodrigues Curi Hallal?

O SR. PEDRO HALLAL (*Fora do microfone.*) – Minha irmã.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Clínica geral em Pelotas.

Ela receita algum tipo de remédio reposicionado?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Rapidamente, Senador. A Elisa Rodrigues Curi Hallal é minha irmã, eu não tenho nenhuma interferência sobre a prática clínica dela. Até onde eu sei, ela coordena um serviço e não atende diretamente pacientes com Covid. O serviço que ela coordena tem médicos que prescrevem medicamentos para tratamento precoce.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu o que eu sabia.

Dra. Jurema, a senhora é médica? O CRM seu está ativo ou cancelado? Qual é o motivo?

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador. Eu sou médica de formação e doutora em Comunicação e Cultura e aqui represento a Anistia Internacional Brasil e o Movimento Alerta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pergunta por que meu CRM está inativo. Porque eu estou fora da prática. Eu estou fora da prática, então é temeroso e ilegal eu, como diretora-executiva de uma organização, manter o meu CRM ativo porque eu não tenho autorização para clinicar nesse momento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Bom, eu falei, Senador Randolfe. Para mim, a minha parte foi essa. Repito essas questões que falo. Tenho consciência e vou repetir mais uma vez. Já estou em contato com o Senado americano sobre o caso Fauci. Eu acho que vão ser muitas questões sobre o caso Fauci, hoje um problema sério mundial.

O Senado americano está dedicado a essa questão, e eu já estou lincado com eles para que nós possamos trazer, Senador Marcos Rogério, também as informações do caso Fauci para o Brasil. Aquilo causou esse problema no mundo inteiro. Aquilo vai repercutir em qualquer parte do mundo. Estou focado com eles e na hora certa eu vou trazer as informações aos colegas Senadores e Senadoras aqui para esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Pedro.

O SR. PEDRO HALLAL – Bem, rapidamente respondendo às manifestações do Senador do meu Estado, Senador Heinze.

Primeiro, o senhor fez uma manifestação sobre algumas postagens minhas no Twitter em que eu faço críticas. Como a liberdade de expressão mostra, nunca fui filiado a nenhum partido político. Já fui convidado por vários, nunca optei por isso. Muito provavelmente não optarei nos próximos dez anos da minha vida.

O senhor traz a manifestação de alguns cientistas que defendem, utilizam o tratamento precoce, inclusive a manifestação dos 14 mil brasileiros que assinam aquele manifesto. Mas eu acho que a gente tem também que dizer que esses 14 mil representam 2,3% de todos os médicos do Brasil. Isso é menos percentual do que a torcida xavante. O senhor conhece a força da torcida xavante.

Em relação à questão das vidas salvas, acho que o senhor certamente cometeu um engano. Quando o senhor homenageia os profissionais da saúde, o senhor falou especificamente, única e exclusivamente dos médicos. Certamente, o senhor também reconhece o trabalho dos enfermeiros, auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Claro. Hoje eu não falei, mas toda a vida eu falo. Profissionais de enfermagem, fisioterapeutas, psicólogos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laboratoristas. Todo mundo, é um conjunto. Só falei nos médicos, mas é todo mundo. Sempre falei isso. Hoje casualmente eu não falei.

O SR. PEDRO HALLAL – Perfeito.

Senador, quando o senhor fala essa questão das vidas salvas, a nomenclatura, a numeração das vidas salvas, eu devo admitir para o senhor que eu sempre fico com a sensação de que nós estamos comemorando o gol do Brasil contra a Alemanha. Foi 7 a 1 o jogo, e a gente está comemorando que 16 milhões de pessoas ficaram doentes. Não consigo entender essa lógica.

Em relação ao crescimento dos leitos de UTI no Rio Grande do Sul e no Brasil, eu comentei sobre isso na apresentação inicial. Eu valorizo esse investimento, mas entendo que ele faz parte de uma estratégia equivocada. A nossa estratégia para lidar com o vírus foi clínica.

A gente aumenta leito, a gente quer garantir que tenha oxigênio, mas a gente tem que combater a disseminação do vírus. Os países que têm os melhores índices do mundo não aumentaram tanto leitos de UTI, eles barraram a disseminação do vírus. Então, fica essa reflexão.

Sobre a questão das publicações do *The Lancet* e do *Jama*, a do *Jama* obviamente não foi motivo de retratação, mas, sobre a publicação do *The Lancet*, eu queria dizer que eu concordo plenamente com o senhor e fico envergonhado cada vez que um artigo de cientistas é retratado, como aconteceu naquele artigo.

Não tenho nenhum compromisso, não torço contra a hidroxicloroquina. Achei extremamente lamentável aquela postura daquele grupo de pesquisa.

Mas a gente não pode esquecer que, se há alguma evidência, desta semana, de que a ivermectina deve seguir sendo estudada, a evidência sobre a hidroxicloroquina é absolutamente consistente. Não há nenhuma evidência de benefício para o tratamento da Covid em todos os consensos internacionais. E eu não sou médico, estou analisando epidemiologicamente os artigos. Certamente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Mas o Dr. Zelenko é candidato ao Prêmio Nobel da Paz por esse tratamento.

O SR. PEDRO HALLAL – Eu nem sabia que existia candidatura a Prêmio Nobel. O Professor César quase foi indicado para o Prêmio Nobel da Saúde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO HALLAL – Sim, não sabia.

Queria só rapidamente destacar que, como eu disse no começo, eu não acho adequada a comparação dos Municípios ser por letalidade, pelos problemas metodológicos de que eu falei. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

costuma comparar por mortalidade. E a mortalidade tem uma grande diferença, porque depende da política de testagem.

Sobre a questão do tratamento precoce, e aí eu acho, dialogando bem tranquilamente com o senhor, Sr. Senador, eu acho que tem um equívoco nessa discussão. Uma coisa é o que o senhor está trazendo aqui e que o Dr. Ricardo trouxe semana passada, por exemplo, do manejo clínico de um paciente, que tem, "ah, vou usar a combinação, vou usar outra combinação de medicamentos." Isso é obviamente dentro da autonomia médica. Ninguém está discutindo isso aqui.

O que nós da saúde pública discutimos, sempre foi essa a nossa linha, é a ideia de passar para a população uma sensação de segurança. Pode pegar o vírus, porque tem um remédio ou um conjunto de remédios que vai salvá-lo. Esse é o equívoco. Não é a prescrição individual. Se no serviço em que a minha irmã atende, em algum paciente, alguém achou adequado prescrever, o. k. O problema é utilizar isso como estratégia de saúde pública.

Sobre a manifestação sobre as universidades, aí, obviamente, eu tenho que discordar, não é, Senador? Eu tenho imenso orgulho das universidades federais. A UFRGS hoje é a universidade federal mais bem avaliada do Brasil, já faz alguns anos. Na UFPel, o senhor fala da questão política, a UFPel e a UFSM. E eu acho que esse argumento... Primeiro que, em todos os *rankings*, a UFPel só bomba. Em todos os *rankings* que olhar, a UFPel melhorou, nos últimos anos, consideravelmente.

Mas aí eu vou trazer uma reflexão para o senhor, com serenidade, para que analise. Quando vêm essas manifestações, o senhor a está fazendo agora, de que as universidades estão dominadas ou tomadas por uma esquerda, isso demonstra total desconhecimento da realidade da universidade. Eu tenho convicção de que na Universidade Federal de Pelotas, algumas unidades acadêmicas, talvez, vamos lá, talvez as Engenharias, Medicina, Direito, se for lá, não há maioria de esquerda nessas unidades acadêmicas. As universidades refletem o panorama da sociedade. Essa ideia de que as universidades estão tomadas pela esquerda é uma ideia equivocada.

Rapidamente, já estou acabando.

Sobre a questão de ouvir, queria dizer que eu concordo com o Senador, tanto que eu e o Ricardo, o Dr. Ricardo Zimerman, fizemos uma das *lives* que foi mais efetiva durante essa pandemia, várias discordâncias, nós estamos acostumados a fazer esse tipo de debate na ciência, não há problema nenhum.

Sobre a questão da ivermectina, a planilha que eu tenho diz que, desses 28 países, só 9 têm protocolos que usam o medicamento. Tem outros que são protocolos bem subnacionais, uma cidade ou outra, mas são nove países do mundo.

E aí eu tenho que comentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão dos laboratórios das vacinas, vejo com muito bons olhos a iniciativa. Parabéns para o senhor por estar tentando ajudar na produção de vacinas nacionais.

Mas eu tenho que responder ao último comentário. O senhor diz, "vocês ficam falando mal do Governo e recebem recursos." Olha, no Governo Dilma, nós fomos à rua e fizemos a maior greve dos últimos tempos.

No Governo Temer, nós fomos à rua; no Governo Bolsonaro, quando a gente discorda, a gente vai à rua. Faz parte da democracia. Por eu ser de uma universidade federal, isso não me exime da possibilidade de discordar de alguma política do Governo e de aplaudir outras com que eu concordaria. Desculpa por passar do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Pedro.

Senadora Simone e, em seguida, Senadora Soraya.

Senadora Simone, por gentileza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou ter que mudar toda a minha linha aqui de questionamento porque eu não posso ouvir o que eu ouvi, inclusive com a resposta do Dr. Pedro, e me calar, não eu, como advogada, eu que sou filha também de um processo de redemocratização. Aos 16 anos, eu estava no banco das universidades do Rio de Janeiro e fui às ruas a favor das Diretas Já! E vejo não só lá fora, como aqui também, que os pilares mais sagrados da democracia são, aos poucos, golpeados. E esse é o maior problema, não é? Porque muitos não veem, não enxergam ou teimam em enxergar a verdade.

Novamente eu vou me dirigir ao Dr. Pedro para dizer ao senhor que também não... Eu sou liberal na economia – sou uma pessoa de centro – e também não vejo nenhum problema se tem mais gente de esquerda na universidade. Isso faz parte da democracia. Então, V. Sa. não tem que justificar nada. Essa é a beleza da democracia. E é contra isso que eu me insurjo todo dia quando vejo, aqui ou lá fora, as pessoas negarem os princípios mais básicos da democracia e da Constituição brasileira. Está falando alguém aqui que é de centro, que nunca votou na esquerda, mas que vai defender até a morte, como diz a frase que não é de Voltaire, mas que dizem que é de Voltaire, o direito de V. Sa. e de qualquer um dizer aquilo com que eu não concordo.

Enfim, mas eu sou obrigada, neste momento, a mudar todo o rumo no que se refere ao questionamento que vou fazer a V. Sa. porque tem a ver exatamente com esses pilares da democracia. Os princípios e os pilares mais básicos estão sendo golpeados e abalados: o direito à liberdade de expressão, como eu falei; de poder exercer a sua atividade científica, artística, cultural, na sua plenitude. V. Sa. foi o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

exemplo disso. Talvez, aqui, o que mais me chamou a atenção não foram os seus conhecimentos epidemiológicos, foi o fato de não poder, neste momento aqui, numa Casa que é democrática e que um dia foi fechada por fora, mas que jamais pode ser fechada por nós no que se refere aos direitos civis, quando se recusou, por um certo receio, a responder a uma pergunta feita pelo Relator. Eu confesso que isso me incomodou muito. Entendo V. Sa., tenho filhos como V. Sa. Jamais admito ou admitirei passar por uma situação como esta. V. Sa., aqui, não pôde responder e, consequentemente, já respondeu à minha pergunta. V. Sa. não está no pleno exercício da sua liberdade de expressão neste momento, em um País dito plenamente democrático. V. Sa. está protegido por uma Comissão, convidado por esta Comissão, onde disse que poderia dizer toda a verdade e não pode dizer toda a verdade. Por quê? Porque tem um TAC assinado, porque teve um processo, porque disse o que alguns entendiam que não podia ser dito. Teve que assinar um TAC, provavelmente com receio de segurança em relação à sua família. Então, eu lamento muito.

A minha pergunta, então, ao senhor é apenas uma em relação a isso. O senhor disse que um eslaide foi retirado da sua pesquisa científica no Palácio do Governo, já disse por quem. Eu acredito que seja o eslaide mais polêmico, porque o Governo não quer a verdade, quer impor a sua verdade. Que bom que não nesta CPI. Nesta CPI a mentira nunca vai ser a última palavra a ser dada.

A minha pergunta é simples: o processo de V. Sa. e o TAC assinado foi anterior ou posterior a essa retirada do eslaide? Só pra que eu possa fazer o meu juízo de valor a respeito de tudo o que está acontecendo.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Sra. Senadora, o processo, o Termo de Ajustamento de Conduta ou o Termo Circunstanciado Administrativo, depende do caso – o Senador Marcos Rogério, provavelmente, vai saber me esclarecer –, foi muito posterior, foi em 2021, quando a retirada do eslaide foi em 2020.

Sobre a manifestação de que eu estou aqui constrangido na minha liberdade de expressão, na verdade, eu me sinto tranquilo pra manifestar a minha opinião científica. Apenas naquelas respostas em que eu vejo como possíveis ameaças a mim e a minha família, eu sou obrigado a não produzir mais motivos pra ser atacado, como eu tenho sido.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. só reforça, na resposta de que o processo foi posterior e novamente por dizer que não quer ser atacado em plena democracia por pensar diferente, só reforça tudo aquilo que mencionei. Eu agradeço nesse sentido.

Agora, vamos à minha pergunta, Sr. Presidente.

Também começo diferentemente de tudo o que ia falar, porque, quem me antecedeu novamente falou de um remédio que eu reputo ineficaz e sobre que nós não podemos mais fazer propaganda nesta Comissão, talvez até possamos dar um apelido a ele. Aqueles que não acreditam que a tal da cloroquina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa funcionar em relação a pacientes com Covid, que nós possamos dar um outro nome, pra evitar usar esse nome e fazer propaganda indevida. Não sei se "o clo" ou "a clo" no lugar do nome que tem.

Mas, de qualquer forma, me chamou atenção, porque me remeteu também a Shakespeare, em Hamlet: "Há muito mais coisas entre o céu e a terra do que supõe nossa vã filosofia". Neste caso aqui, há muito mais coisas, Sr. Presidente, entre o Governo Federal e a Covaxin do que imaginam todos esses remédios ineficazes como ivermectina e cloroquina.

Tudo aquilo que nós pensávamos sobre esses remédios, o que estaria por trás de se entregarem tantos remédios ineficazes para a população, até com suspeita de compras indevidas, superfaturadas em relação a esses remédios, está ficando no chinelo perto do que virá a partir de amanhã, porque... E aí vem uma pergunta de ordem – fiquem à vontade a Dra. Jurema ou o Dr. Pedro pra responder: qual é a diferença básica, Dr. Pedro – e, assim, fique à vontade também se não tiver toda a informação –, a básica entre a Covaxin e a CoronaVac? Qual é a diferença básica na plataforma? Muito rapidamente, só pra que eu possa tentar entender o que está acontecendo, porque amanhã eu não terei a oportunidade de perguntar pra um epidemiologista.

A informação que eu tive com base numa mensagem que me mandaram é que a plataforma básica pra produção da imunização em relação à Covaxin era a mesma da CoronaVac. Portanto, a vacina era um vírus inativo. É isso mesmo?

O SR. PEDRO HALLAL – Eu tenho conhecimento só sobre o caso da CoronaVac. A CoronaVac é uma vacina de vírus inativado. Da Covaxin, eu não tenho informação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, eu recebi aqui, por parte das universidades, vários médicos dizendo assim: "A Covaxin é uma vacina que usa uma plataforma clássica para produzir imunidade contra a Covid. Como a CoronaVac, já em distribuição no Brasil como resultado de uma parceria entre o Instituto Butantan e o Laboratório Sinovac, a vacina utiliza vírus inativo para ativar o sistema imunológico. Isso significa que o coronavírus é morto, removendo-se dele sua capacidade de se replicar no corpo, mas ainda é reconhecido pelo organismo, que pode criar defesa em uma situação segura e preparar-se contra a infecção real".

E aí eu tenho que confiar nessas médicas que me mandaram. Depois, posso até, se houver a necessidade, dizer de que universidades são – a Dra. Magna é uma delas que me mandou –, pra tentar realmente entender o que aconteceu, mas, de qualquer forma, de uma forma muito objetiva, Presidente, a Covaxin conseguiu fazer o que nenhum Senador aqui conseguiu: extrair a verdade, toda a verdade e a contradição do Governo Federal e do Ministério da Saúde. Conseguiu colocar na parede toda a narrativa e tudo aquilo que foi construído em cima de todas as outras vacinas.

A Pfizer levou quase um ano pra conseguir contratar e ser adquirida; Covaxin, menos de cem dias. A CoronaVac era tida, que é o mesmo princípio ativo, quer dizer, vírus morto; então, com a mesma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

eficiência, a mesma eficácia... Se uma serve, a outra serve; se uma não é eficaz, a outra não é tão eficaz. Eficazes são todas. E a CoronaVac foi dita como "coronalixo", como algo que não serve, como a vacina politizada de um outro, de um Governador de Estado, tudo isso pra atrasar.

E agora, recentemente... Agora começam a ficar claras algumas coisas. Recentemente, na narrativa: "Vamos ver se paramos de comprar e comercializar a CoronaVac", que tem o mesmo princípio ativo de uma vacina que foi comprada às pressas, pelo quádruplo do preço da AstraZeneca. Numa análise muito simples pra quem está conseguindo nos entender, com um contrato de R$1,6 bilhão, comprando 20 milhões de doses, quando poderiam comprar mais 10 milhões de doses da Pfizer, o que significa que com duas doses nós conseguiríamos atender 5 milhões de pessoas.

Ainda pra ficar mais claro, isso significa, de pessoas vacináveis no meu Estado de Mato Grosso do Sul e no Estado de Mato Grosso, estado vizinho, 100% de dois Estados da Federação brasileira vacinados. Nós poderíamos vacinar, com a diferença da Covaxin em relação à Pfizer, 5 milhões de pessoas, de cidadãos brasileiros, num preço maior, com intermediário, com suspeitas, sendo que a vacina tem o mesmo princípio ativo, a mesma forma de atacar.

Então, eu gostaria que o Dr. Pedro pudesse só dizer se isso é verdade ou não em relação a essa comparação, mais ou menos, em relação a essa comparação. Por quê? Porque, ainda assim, a Anvisa, que se negou num primeiro momento, só agora autorizou, ela autorizou, Sr. Presidente, com uma série de restrições que não foram dadas à CoronaVac, numa demonstração de que a CoronaVac é mais segura, por enquanto. Por exemplo, a Anvisa não liberou essa vacina pra menores de 18, pra maiores de 60 anos. E mais: pra quem não tem, não está saudável; quem tem comorbidades não vai poder tomar a Covaxin? Nós vamos, de repente, ter que trazer a Anvisa novamente aqui ou algum médico pra poder esclarecer.

Então, há muito que ser esclarecido, e eu gostaria muito de ouvi-los, ouvir a ciência antes de ouvir amanhã os técnicos que têm muito a responder em relação a isso.

Agradeço.

O SR. PEDRO HALLAL – Muito rapidamente, Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Não, fique à vontade com o tempo.

O SR. PEDRO HALLAL – Bem rapidamente, na verdade, assim, eu ouvi muitas vezes uma manifestação aqui nesta CPI, que eu acho que é uma manifestação válida, de que a ivermectina e a cloroquina estariam sendo boicotadas pelo *lobby* da indústria farmacêutica. Várias vezes isso foi dito aqui por alguns Senadores.

O que acontece? O que me parece estranho é que agora, então, nós vamos dizer o quê? Que o *lobby* da indústria farmacêutica está favorecendo? Porque a gente está pagando muito mais por uma vacina que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem evidência nenhuma de ser melhor que as outras ao contrário, como a Senadora muito bem mostrou, essa vacina está em estágio muito anterior às demais.

Então, eu não tenho como fazer absolutamente nenhum julgamento sobre esse caso, até que vocês consigam, Sras. e Srs. Senadores, apurar os casos, mas causa enorme estranheza para um pesquisador que R$1,6 bilhão tenham sido empenhados – foi a informação que eu obtive ontem – numa vacina que ainda não tinha aprovação na Anvisa e que existem outras vacinas já aprovadas que não tiveram o mesmo tratamento por parte do Ministério da Saúde e do Governo Federal.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senadora Simone. Eu também estava nas Diretas Já, e aquele foi um momento vigoroso da sociedade brasileira.

A senhora pergunta sobre o diferencial entre a CoronaVac e a Covaxin. Eu já disse aqui nesta Comissão que eu não estou em posição de falar muito sobre isso. Eu sou uma médica com o CRM inativado exatamente porque estou exercendo outra função, então não tenho condição. As informações que eu recebi são de que, sim, todas as duas são vacinas inativadas.

E a gente confia muito, a sociedade confia muito no trabalho desta CPI para fazer a gente entender o que está acontecendo. É tudo o que eu posso dizer, Senadora: que a gente confia, aposta no trabalho das Senadoras e dos Senadores para trazer a público todas as informações necessárias, porque, Senadora, a nossa grande preocupação é que todos aqueles meios com algum nível de segurança possam ser usados, possam ser usados para salvar a vida das pessoas, mas é preciso que as decisões sejam cobertas de transparência, de explicações objetivas, que a gente possa garantir a responsabilidade daqueles que tomam decisões e que essa responsabilidade possa resistir à luz do dia, à transparência necessária. A gente confia nesta CPI para poder nos trazer as respostas necessárias.

Obrigada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Sr. Presidente.

Diz o ditado que você pode enganar uma pessoa a vida inteira, pode enganar muitas pessoas por muito tempo, mas não pode enganar um país inteiro a vida toda. A verdade vai ser esclarecida a partir de amanhã em relação à compra, à aquisição das vacinas, a por que se negou tanto a contratação de vacinas, a por que se procrastinou tanto a produção de vacinas, se estimulou tanto a utilização de medicamentos ineficazes, numa comprovação de que a tentativa era uma imunidade de rebanho por contaminação e não por vacinação.

Como diz a Bíblia, conhecereis a verdade, e a verdade, Sr. Presidente, começará agora a nos libertar.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Na ordem, Senadora Soraya e, em seguida, o Senador Fabiano Contarato pelo sistema remoto.

Senadora Soraya.

Eu vou pedir só uma gentileza. Sei que a Senadora Simone terá uma *live* daqui a pouco, mas eu queria pedir só uma gentileza. Eu vou me deslocar para fazer o exame na sala anexa, inclusive recomendo às senhoras e aos senhores, Senadoras e Senadores, e servidores que estão acompanhando esta Comissão que ainda não fizeram o exame que semanalmente esta Comissão está fazendo: a equipe que está fazendo os testes, ou melhor, que está fazendo os exames, está, a partir desta sessão, atuando aqui na sala ao lado.

Rapidamente irei até lá e voltarei aqui a tempo de V. Exa. ir para o seu próximo compromisso, Senadora Simone. Agradeço-lhe e passo de imediato à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Soraya, só um minutinho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pode falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Pedro, tu falastes que tem uma pesquisa que o Governo está contratando de R$200 milhões. Não quis fazer a de vocês?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – De R$200 milhões? O PrevCov foi anunciado numa coletiva de imprensa dois, três meses atrás, eu acho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Dr. Pedro, Dra. Jurema, Sra. Presidente, eu pedi até para o Senador Heinze ficar, Senadora Simone, porque eu gostaria de fazer um apelo aqui para os colegas. A nossa posição de Senadores é extremamente séria neste momento em que nós participamos da CPI devido à audiência desta CPI. O que eu quero dizer com isso? Nós precisamos tomar cuidado com a informação, não tocar no nome de remédios – seria muito importante, Senador Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando colocamos esse número de vidas salvas, 16 milhões e tanto, parece que todas foram salvas com a mesma medicação. Eu estou aqui e fui salva com uma medicação, mas não com a medicação de que estão falando. Eu não posso tomar ivermectina, faz mal para o meu fígado. Essa receita de bolo não salvou os 16 milhões de pessoas. A Senadora Leila foi salva, está aqui conosco, com outra medicação. Quando se coloca isso, parece, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Deixa eu só explicar. Eu estou aqui. Eu quero... Eu não quero... Com todo o respeito a V. Exa., eu não quero polemizar nada disso, mas, quando se coloca assim, parece que a defesa de um medicamento salvou todos os brasileiros. Não é verdade. Isso influencia na automedicação; eu já fui influenciada e me automediquei. Tem que tomar cuidado.

Então, nós não sabemos quantas pessoas... Eu tenho um amigo que está intubado agora, com esse tratamento de que o senhor fala. Não quero falar nomes, não, chega, porque isso é muito perigoso. Ele está intubado. Então, não.

E não é isso que vai definir ou vai classificar quem vai viver e quem não vai. A minha preocupação é as pessoas serem induzidas a acreditar que o que está escrito aqui, na minha frente, é a defesa que eu estou fazendo, e todos foram salvos. Por favor, não me interprete mal, mas isso é sério. As pessoas podem acreditar que todos esses que foram salvos foram salvos com essa medicação. Não é verdade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Não é uma medicação; são 17 medicamentos reposicionados hoje – 17!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Incluindo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Heinze, assim que a Senadora Soraya terminar, se V. Exa. precisar... Acho que a Senadora tem o direito de terminar, e ela está no seu tempo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está me entendendo? Será que eu estou me fazendo entender?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Perfeitamente, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vindo de V. Exa., só engrandece essa tese, porque V. Exa., mais do que ninguém, tem toda a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legitimidade, porque defende o Governo, é Vice-Líder do Governo e tem a coerência e toda a capacidade de...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o Governo quer defender vidas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... estar aqui, em busca da verdade.

V. Exa. tem o tempo que for necessário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agradeço.

O próprio Ministro Queiroga, Senadora Simone, não está mais falando nisso. Falou... Ele não revogou a portaria, que está à disposição lá, mas ele não está indicando essa medicação como uma receita de bolo. Eu estou me referindo ao Governo Federal, ao Ministro Queiroga, e ele está defendendo a autonomia médica, mas não está indicando uma medicação. Isso é perigoso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se V. Exa. me permitir, eu vou repor o tempo de V. Exa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Permito, claro, sem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... mas eu preciso fazer justiça a V. Exa. e aqui, na Presidência temporária desta Comissão, fazer um agradecimento. Eu sou uma Senadora independente, mas preciso fazer um agradecimento ao Ministro da Saúde Marcelo Queiroga.

O Mato Grosso do Sul hoje é, no efeito Orloff, o que foi Manaus a um tempo atrás. Graças a Deus, oxigênio não está faltando, mas nós somos o único Estado da Federação brasileira com mais de 100% de leitos de UTI totalmente ocupados. Os nossos Estados vizinhos estão emprestando leitos para que os nossos irmãos sul-mato-grossenses não morram sem oxigênio e sem atendimento.

E, no auge – há 15 dias – desse sufoco, numa tentativa de conseguirmos mais vacinas, a Senadora Soraya emprestou a audiência que ela tinha com o Ministro às 11h da manhã. Antecipamos para que a bancada de Senadores pudesse ter uma audiência imediata com o Ministro Queiroga. Ali nós pedíamos apenas os 5% que o Ministro tinha de autonomia daquele valor de contingência de vacinas para que pudesse destinar esses 5% da Janssen para o Estado de Mato Grosso do Sul. Então, a Senadora Soraya foi fundamental, a Bancada Feminina, nós duas, e o Senador Nelsinho. E eu preciso dizer também que hoje, pela manhã – foi a primeira mensagem, antes das 7h da manhã; parece que o Ministro madruga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também –, ele deu a notícia de que, além das doses que todos os Estados terão da Janssen, inclusive o Mato Grosso do Sul com 40 mil, nós teríamos aqueles 5% de contingência, de reserva dele, do ministério para Mato Grosso do Sul. Então, Mato Grosso do Sul vai receber quase 190 mil doses – só dessas, fora as outras – graças à agenda que V. Exa. cedeu para a Bancada de Mato Grosso do Sul.

Eu preciso registrar, porque realmente o Mato Grosso do Sul... Falam tanto no Estado do Amazonas, mas o Mato Grosso do Sul está vivendo esse momento dramático.

Será reposto o tempo de V. Exa., e eu aqui entregarei de novo a Presidência ao Vice-Presidente desta Comissão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agradeço, Senadora Simone.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – As vidas sul-mato-grossenses, brasileiras e de todos os seres humanos estão acima de absolutamente tudo. Então, nós não podemos brincar com isso.

Eu lamento a saída do Senador Heinze daqui. Eu gostaria que todos os Senadores estivessem alertas com isso. Se eu estou colocando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele foi fazer o exame.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Maravilha!

Senador, eu não sei se o senhor me ouviu, mas a minha questão é: parece que as pessoas foram todas salvas com esse medicamento.

E, aí, a partir dos estudos de vocês, eu gostaria de saber: nas mortes, existe algum estudo dizendo, sobre quem morreu, qual medicamento tomou e, sobre quem não morreu, quem se salvou, quais foram os medicamentos? Eu nunca declinei o que eu tomei justamente para não influenciar ninguém. Não podemos fazer isso, principalmente porque não somos médicos. Se eu fosse médica, eu até me sentiria mais à vontade para defender esse ou aquele protocolo, mas dizer que temos uma receita de bolo é um perigo, é um perigo muito grande.

Então, eu lamento, Senadores... Nós temos essas vidas todas para comemorar, mas não sabemos como todas foram salvas. Existe esse estudo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Senadora, ao contrário: todos os estudos especificamente em relação à cloroquina mostram que não salvou nenhuma das vidas – nenhuma das vidas! Não tem nenhuma evidência de que cloroquina diminua o risco em comparação com não fazer nada. Existe evidência para alguns medicamentos em algumas situações específicas. E olha que eu não sou médico, eu estou trazendo o que a literatura mostra. Dependendo do momento do quadro, tem que entrar com corticoide. Dependendo do quadro e do risco do paciente, tem que usar o anticoagulante – eu usei o anticoagulante por um bom tempo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu também.

O SR. PEDRO HALLAL – Então, assim, a afirmação de que o tratamento precoce salvou x vidas é absolutamente equivocada. E aí eu vou reforçar o que eu disse para o Senador Heinze, Exma. Senadora: comemorar 16 milhões de curados é como comemorar o gol do Brasil contra a Alemanha no jogo em que foi 7 a 1 para a Alemanha. Dezesseis milhões de curados significam que dezesseis milhões de pessoas ficaram doentes, e muitas delas vão ter sequelas de longo prazo. Não sei se a senhora tem, mas eu tenho algumas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu tenho.

O SR. PEDRO HALLAL – Então, assim, não é motivo para comemoração, é motivo de reconhecer os profissionais de saúde que lidaram com esses casos, mas não temos nada a comemorar com 16 milhões de recuperados.

Desculpe, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, principalmente porque... Pode tirar o meu exame, porque todos nós – os nossos exames foram notificados, porque a notificação é compulsória – estamos nessa conta; pode tirar o meu número dali e o de outros, porque não foi essa medicação que me curou.

Então, sejamos sérios aqui e absolutamente responsáveis naquilo que fazemos e naquilo que mandamos de mensagens subliminares para as pessoas. Isso é muito perigoso. Pode tirar o meu nome dali. Não é... O Ministro da Saúde já reconheceu que essa receita de bolo é perigosa e que vamos defender, sim, a liberdade dos médicos. Eles vão saber o que receitar, eles estudaram pra isso, doutora.

Então, eu gostaria de deixar claro, com toda a vênia do mundo, para o nosso querido Senador Heinze, cuja opinião respeito, mas nós temos que tomar esse cuidado, porque, cada dia mais, essa necessidade aparece: dias atrás, nós não tínhamos essa noção desta necessidade de cuidar das nossas palavras mais ainda, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu queria deixar aqui um alerta para os Legislativos estaduais: muitos brasileiros estão aguardando o desfecho desta CPI pra resolver todos os problemas da malversação dos recursos públicos nesta pandemia, incluindo Estados e Municípios. Com a decisão do STF que dificultou as investigações nos demais entes da Federação, alerto a população e principalmente os Deputados Estaduais, bem como os TCEs (Tribunais de Contas dos Estados), para que exerçam as suas funções de analisar contas e de investigar.

O Governo Federal está sendo culpado aqui... Nós corremos um risco muito sério, se não trabalharmos com seriedade, com estratégia jurídica correta aqui dentro, de trazer para o Governo Federal uma culpa objetiva, e isso me preocupa. Eu tenho dito muito isso. Então, eu alerto aqueles Parlamentares estaduais responsáveis para que comecem a se movimentar nos seus Estados porque tem... Não escutei ainda sobre a abertura de CPI em nenhuma assembleia legislativa. Gostaria de estar errada e de ser informada sobre isto neste momento: qual é a assembleia legislativa que está se movimentando e realmente investigando? E como está sendo feito o trabalho nos Tribunais de Contas dos Estados? Nós estamos aqui de olho.

Agora, a minha pergunta pra vocês, antes parabenizando pelo trabalho realizado, pela paciência de estar aqui, de aguentar todos os Senadores durante o dia de hoje. Eu não pude ouvir o início da explanação dos senhores porque eu estava numa agenda externa. Tentei correr atrás desse prejuízo, mas não foi possível até este momento. Então, não sei se vocês tocaram neste assunto – acredito até que sim –, mas, considerando que o Dr. Pedro falou que as medidas mais restritivas e de curta duração são melhores dos que as medidas mais flexíveis e de longa duração, eu gostaria de saber de vocês, dos dois doutores aqui: se tivessem que tratar desta pandemia no Brasil a partir de hoje, deste momento, no meio deste caos, qual seria a receita mais viável e o que nós deveríamos fazer?

E, sobre essa questão de medidas mais restritivas e de curta duração, quero também deixar mais uma vez o apelo: não precisamos... O Deputado Osmar Terra falou que *lockdown* não resolve, mas eu acredito – e aí vocês também vão me responder – que no Brasil nunca teve um *lockdown* de verdade, né? Nunca teve. Então, não adianta dizer que não resolve, porque nós também não fizemos. E toda flexibilização também não vai resolver. Por que não um caminho do meio? Aí, nós ficamos no caminho do meio, porque nunca tivemos *lockdown*? Não, nós ficamos num caminho bem difícil de compreender, mas um apelo precisa ser feito: muita gente vai para as ruas, sai, vai ao mercado mais do que precisa. Eu já fiz isso várias vezes. Hoje, não. Hoje eu tenho segurado mais e não tenho... Tenho cortado a maioria das minhas agendas no meu Estado e aqui. Então, eu tenho buscado ficar mais em casa, trabalhando, porque eu posso trabalhar lá da minha casa. Muita gente pode, muitos funcionários públicos já estão trabalhando, muita gente tem essa condição, e o Brasil até avançou neste quesito.

Nós deveríamos deixar as ruas para aqueles que precisam ir para as ruas. Então, se você for ver todo mundo que está na rua, se for perguntar e for verificar a verdade de cada um, verá que muitos precisam das ruas pra trabalhar, mas muitos que estão ali ou já são aposentados, estão andando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normalmente... Porque, se nós nos esforçarmos por um curto período de tempo, de repente nós podemos aproveitar, voltar a ter uma vida normal e aproveitar, mas, se não nos unirmos neste momento, vai ficar cada vez mais difícil, cada vez estaremos mais prisioneiros de uma catástrofe, não é?

Então, gostaria de perguntar qual é a receita, qual é a ideia deste momento em diante.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senadora Soraya. Gostaria de parabenizar o seu compromisso, a sua postura, a sua busca, porque é dessa união nacional que o Brasil precisa pra superar esse momento que, reconhecemos, é muito grave.

Repito aqui brevemente qual é o teor do estudo que eu apresentei aqui do grupo Alerta, que eu estou aqui representando. Esse estudo investigou o primeiro ano da pandemia, desde a semana seguinte da primeira morte, que foi em março de 2020, até as 52 semanas posteriores, até março de 2021.

Uma premissa importante desse estudo é que não havia vacina. Isso é mais do que uma premissa: não é havia mesmo, não é? E também não havia medicamento eficaz. O que se tem com base na ciência até agora é que determinados medicamentos, que a senhora recomenda acertadamente que não devemos ficar nomeando, porque receita... Tem profissionais habilitados, existem profissionais que têm direito de receitar; os outros profissionais não têm. Isso não é pra cercear ninguém, é pra conferir segurança, preservar a saúde. Então, a senhora tem toda a razão de recomendar que não se saia falando, não se estimule a automedicação, porque é muito perigosa, e nem compreensões equivocadas.

Mas esse estudo é baseado no reconhecimento dos estudos daquele momento e também no que se tem até agora, quando dizem que ainda não há medicação específica para o SARS-CoV. Existem medicações, como disse o Pedro, que são para o manejo da doença, como corticoides, anticoagulantes e vários outros, mas ainda não há reconhecimento de que exista algum medicamento.

E por que que eu estou falando do reconhecimento científico? É porque não é uma questão de opinião, Senadora Soraya, é a busca da segurança. E a segurança aqui é pra preservar a vida. Então, a senhora tem realmente toda a razão.

A senhora pergunta qual medida seria a medida pra a gente colocar em ação daqui pra frente. Eu vou dizer, Senadora, que o nosso estudo é baseado... Ele se beneficia de estudos internacionais publicados em duas revistas de excelência, a *Nature* e a *Science*, que já mostram que, mesmo na ausência de medicação específica, mesmo na ausência de vacina ou insuficiência de vacina, há medidas que funcionam, e é um conjunto de medidas.

Mesmo na ausência de vacina ou insuficiência de vacina, há medidas que funcionam, e é um conjunto de medidas. São medidas que reduzem a exposição ao vírus, como o distanciamento social e as medidas econômicas de que a senhora está falando. Tem gente que vai para a rua porque precisa. Então, trata-se dos estímulos necessários, seja para os empresários, seja para os trabalhadores e trabalhadoras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formais e informais para que não vão à rua, para que só saiam aqueles fundamentais, essenciais. Estas medidas são importantes: suspensão das atividades não essenciais, medidas de redução da probabilidade da contaminação.

Nós somos um exemplo disso, todos nós aqui: estamos de máscara, estamos tomando cuidado, esta Comissão está fazendo a testagem adequada para tomar as medidas se algum teste aqui for positivo, vai identificar, vai fazer recomendação de isolamento, vai investigar os seus contatos para ver o contato de quem foi positivo para também recomendar quarentena, ou seja, são medidas de vigilância epidemiológica também.

E tem medidas, Senadora, que são para a redução da gravidade e do risco de morte: aí é no hospital, no sistema de saúde. É preciso pegar o Sistema Único de Saúde, que envolve o setor público, o setor filantrópico contratado e o setor empresarial contratado, e garantir que ele funcione da melhor forma possível, investir mais, treinar mais os profissionais, repor profissionais que o sistema está perdendo, seja por *burnout*... Morreram muitos profissionais. O Brasil já foi o terceiro país da região com mais mortes de profissionais de saúde. Então, há muitas medidas.

O que estou tentando dizer, Senadora, é que são muitas medidas, mas todas são possíveis de serem colocadas em práticas aqui e agora.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO HALLAL – Senadora, basicamente a Dra. Jurema respondeu de forma brilhante. Apenas quero lhe dar uma informação: o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul montou recentemente um comitê científico, do qual eu faço parte, para investigar as utilizações de recursos públicos, entendo eu tanto do Governo do Estado quanto das prefeituras, no enfrentamento da pandemia. Só para lhe dar um exemplo que talvez seja útil.

Queria rapidamente lhe dizer que eu fiquei muito sensibilizado com a sua fala sobre a questão da necessidade de uma união nacional. O Senador Marcos Rogério me perguntou se as minhas posturas críticas poderiam estar relacionadas com o fato de que eu fui atacado pelo Governo Federal. Quando o novo Ministro assumiu, eu escrevi uma coluna – eu tenho uma coluna semanal num jornal de circulação nacional – dando dicas que a epidemiologia entendia como necessárias para o enfrentamento da pandemia. Então, todos nós da ciência estamos dispostos a colaborar para que o Brasil saia melhor desta.

Se eu tivesse que resumir em duas hoje, e eu falei isso anteriormente, diria que o Brasil precisa vacinar em média 1,5 milhão de pessoas por dia. Nesse sentido, o Brasil tem avançado, o Brasil está chegando perto desse número, mas infelizmente é um dia ou outro, precisa ser a média, mas estamos melhorando. A outra medida absolutamente urgente é botar esses números lá embaixo, e não há outra medida numa situação aguda como a nossa além de parar tudo no País por três semanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a Senadora pode dizer: "Pô, Professor, depois do cansaço que todo mundo está, 15 meses depois..." A gente nunca parou tudo no Brasil. Em termos econômicos, o ganho de uma parada rigorosa agora, por apenas três semanas, é muito maior do que nós ficarmos mais vinte semanas enfrentando, que é o que vai ser preciso para os números baixarem se a gente não fizer nada. Então, eu peço a sensibilidade da Senadora, que está super disposta a ouvir a ciência, para tentar disseminar essa ideia de que o Brasil precisa botar esses números lá embaixo. Com a vacinação acelerando, eles não vão conseguir subir de novo. Então, é preciso botar os números no chão.

Ontem nenhum país do mundo teve mil mortes. O Brasil teve duas mil e poucas. O Brasil representou ontem um terço das mortes no mundo, e nós só representamos 2,7% da população mundial.

Nós precisamos mudar esse rumo, não pra responsabilizar o Governo Federal ou desresponsabilizar, mas pra resolver o problema da pandemia, que é o nosso maior problema do momento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu agradeço, Sr. Presidente, agradeço aos convidados de hoje. Peço que continuem estudando, continuem firmes. Nós precisamos da ciência, precisamos dos estudos, precisamos das pesquisas, porque sem dados nós não conseguimos desenhar as estratégias de políticas públicas. É impossível, sem esse estudo rigoroso, sério, e, acima de tudo, não politizado. Ciência é ciência; ciência não tem ideologia; vidas não têm ideologia.

E outra: parabéns! Nós estamos juntos.

Eu fui lamentar os mortos no sábado e fui atacada nas redes sociais, como muitos. Então, nós chegamos num ponto que não dá mais nem pra avaliar esse tipo de coisa. Eu já disse aqui e vou repetir: eu estou preocupada com as vidas, e não com *likes* na internet. Isso é o que importa.

Obrigada, Sr. Presidente. Parabéns pra vocês, e continuem o trabalho sério.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Soraya, eu agradeço V. Exa. e a cumprimento – e a cumprimento. Tem algo que tem posições diferentes neste Parlamento – tem gente de direita, de centro, de esquerda –, mas não tem posição diferente para empatia, para a condição humana e para sentimentos de humanidade. Lamentar mais de meio milhão de brasileiros e brasileiras mortos, que não estão mais entre nós, isso não define a posição política de quem quer que seja; isso só demonstra que nós temos empatia.

Eu só aumento minha admiração e cumprimento V. Exa. por isso.

Na sequência, Senador Fabiano Contarato. V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu agradeço o comparecimento da Dra. Jurema, do Dr. Pedro.

Eu queria começar a minha fala com uma frase que ficou marcada pra história, que diz que ainda há juízes em Berlim. Eu trago essa frase pra traçar um paralelo: ainda existem políticos que acreditam na ciência; ainda existem políticos que acreditam que o investimento na educação é o melhor instrumento pra redução da desigualdade; ainda existem políticos que acreditam que nós podemos, sim, construir um Brasil melhor, mais justo, fraterno e igualitário.

Eu não tenho procuração dos meus colegas Senadores, mas eu faço em meu nome. Eu queria pedir perdão a todos os professores, a toda a academia, a todos os cientistas, diante dos ataques que nós estamos sofrendo constantemente. Nós temos um Presidente da República que queria cortar verbas dos cursos de Sociologia, Antropologia, Filosofia, com o pretexto de que esses cursos não dariam retorno para a população. Ora, a minha formação é no Direito, mas eu não seria nada se eu não tivesse feito leituras que passam por Locke, Rousseau, Maquiavel, Thomas Hobbes, Michel Foucault, os pensamentos de todos os filósofos.

Então, eu fico triste quando você vê um Governo Federal que incentiva filmar o que o professor está falando em sala de aula e mandar. Eu queria que os professores filmassem as condições que eles têm nas aulas, escolas sucateadas, com um piso salarial de um pouco mais de R$2 mil, corte na educação, corte na ciência e na tecnologia.

Ainda há políticos que acreditam na educação e na ciência, e eu peço esse perdão, porque eu não consigo, não acho razoável, não acho crível, aceitável que, em pleno século XXI, nós estejamos discutindo se a Terra é redonda ou plana; em pleno século XXI, nós estejamos repudiando a vacina e difundindo uma cultura de utilização de uma medicação sem nenhuma provação científica; em pleno século XXI, nós estejamos presenciando um Chefe de Estado brasileiro propagando, participando de aglomeração, sendo contra o distanciamento social, sendo contra utilização de máscaras e incentivando o uso dessas medicações que a ciência não comprovou. Ciência se faz com pesquisa, com estudo, com publicação em revista. E, aqui, eu quero parabenizar todos os cientistas, todos os professores. Eu tenho muito orgulho das universidades públicas do Brasil, dos institutos federais, a quem eu faço aqui o meu agradecimento.

Dr. Pedro, o senhor falou brevemente sobre a falsa sensação de segurança que os medicamentos do *kit* Covid conferem às pessoas que o utilizam. O senhor poderia detalhar um pouco melhor as consequências da promoção e disseminação desses remédios sem eficácia? Há dados sobre como isso impactou a adesão às medidas de isolamento social e de higiene?

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, nós não temos dados diretos sobre isso, nós temos uma série de evidências indiretas como as que eu apresentei aqui.

Desde o começo, nós, da ciência, temos dito que muito mais do que o possível efeito colateral de uma dose exagerada de hidroxicloroquina ou danos ao fígado da ivermectina, muito mais grave do que isso é a falsa sensação de segurança. Inúmeras vezes, nós recebemos no WhatsApp, em todos os grupos de que todos nós participamos – certamente o Sr. Senador também –, as pessoas perguntando: "Mas se tem remédio que cura, por que que eu vou precisar ficar em casa?". Então, assim, essa quantificação é feita na análise que eu apresento, como parte das 400 mil mortes a mais do que nós teríamos, porque nós deveríamos ter, mas, especificamente, quantas dessas 400 mil mortes em excesso são causadas pela disseminação do tratamento precoce, infelizmente, a gente não tem essa resposta nesse momento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Dr. Pedro, além de retardar a compra de vacinas, o que, pelos seus cálculos, levou a quase 100 mil mortes, o Presidente Bolsonaro tem incutido um temor irracional com relação às vacinas: afirma que as vacinas são arriscadas, que transformam as pessoas em jacarés, enfim. Temos visto uma disseminação pavorosa de mentiras sobre vacinas. Qual pode ser o impacto dessa campanha de desinformação contra as vacinas e contra algumas vacinas específicas? É possível calcular quantas mortes adicionais foram causadas por essas narrativas falsas e cruéis?

O SR. PEDRO HALLAL – Olha, Senador, deixa eu ser bastante específico na resposta.

A estimativa que nós temos é que, se nós estivéssemos na média mundial, 400 mil mortes teriam sido evitadas. Essas 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas por diversas ações. A Dra. Jurema mostra que, só entre março e março, 120 mil poderiam ter sido evitadas pela adoção de medidas não farmacológicas. O estudo que eu apresentei mostra que 95,5 mil poderiam ter sido salvas ou evitadas pela compra antecipada das vacinas. Entre as restantes, tem uma série de outros fatores, inclusive a disseminação de que a vacina poderia transformar as pessoas em jacaré ou botar em dúvida a eficácia das vacinas.

Aliás, esse é um tema importante. A liderança nacional tão bem trazida aqui pelo sanitarista Dr. Cláudio, da Fiocruz, leva em consideração esses fatores. A liderança nacional tem um papel na mensagem de comunicação, em todas as mensagens. No momento em que a liderança nacional traz uma mensagem anticiência, infelizmente isso acaba afetando todas as pessoas, mas não tem como quantificar cada ação em específico. O grosso, o conjunto das ações resultou em 400 mil mortes a mais do que seria esperado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Dra. Jurema, a senhora destacou a forma desigual como a pandemia impactou os brasileiros. Eu gostaria de pedir para que a senhora destacasse especialmente como a pandemia afetou de forma mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intensa e gravosa a população negra. Aproveito para perguntar também se o grupo Alerta identificou qualquer política pública desenvolvida pelo Governo Federal para endereçar à desigualdade racial.

Aliás, eu queria manifestar aqui meu absoluto repúdio à censura sofrida pelo Dr. Pedro com relação aos dados sobre a desigualdade racial nos impactos da Covid.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador Contarato.

Como o senhor, eu também acredito na ciência e na educação. As organizações do Alerta acreditam na ciência e na educação e acreditam na potência da sociedade civil, que, mobilizada, vai fazer, junto com aqueles setores que de fato defendem a vida, com que possam agir de forma consistente pra alterar esse quadro. Eu digo isso... Quando o senhor fala que ainda há Senadores com quem a gente pode contar, é exatamente por isto que a gente está aqui: é porque há Senadores com quem a gente pode contar pra tomar as medidas urgentes e necessárias pra alterar esse curso de coisas.

O senhor pergunta sobre as iniquidades, sobre as injustiças, sobre o impacto dessas desigualdades, das desigualdades raciais em particular sobre a saúde. Sim, a população negra e a população indígena, por exemplo, são os grupos populacionais que tiveram menor acesso ao teste. E, pra exemplificar... Por que eu estou citando o teste, Senador? Porque o teste significa identificar a pessoa infectada e significa oferecer à pessoa infectada as condições de isolamento, oferecer para os contactantes dessas pessoas as condições também de testagem, identificação e isolamento, pra poder evitar a progressão descontrolada da pandemia.

O que os dados têm mostrado, Senador, é que essa população não teve acesso a isso. Os dados estão mostrando, Senador, outros dados estão mostrando, por exemplo, que, no primeiro ano da pandemia... O nosso estudo não foi capaz de detectar isso, porque, no primeiro ano da pandemia, a população quilombola, por exemplo, não era contada como quilombolas. As organizações quilombolas precisaram judicializar a questão pra reivindicar, inclusive, que fossem contadas pelas suas condições de vida especiais, diferentes da maioria.

Senador, o senhor pergunta se nós identificamos alguma política que desse conta da igualdade racial. Senador, o Brasil enxerga como essas políticas vêm sendo veementemente atacadas particularmente – mas não apenas – por gestores dedicados ao tema, que têm a obrigação, o dever do seu cargo, do cargo em que está investido, do investimento que a sociedade faz pra oferecer condições para os gestores darem conta da sua responsabilidade... A gente está vendo que são as pessoas que estão nessa posição, naquela cadeira que mais atacam as políticas.

O Brasil tem Estatuto da Igualdade Racial, o Brasil tem as leis que dizem que racismo é crime, o Brasil tem a Constituição Federal... E o senhor, Senador, sabe melhor do que eu, pela sua formação em Direito, que o Brasil tem uma Constituição que diz que todas e todos temos direitos. A população negra, a população indígena, as pessoas de baixa escolaridade, as pessoas de baixa renda têm direitos, Senador. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas pessoas – o estudo ajuda a demonstrar – foram negligenciadas, não receberam, não tiveram acesso a tudo aquilo que necessitavam, apesar de haver as políticas, apesar de haver as determinações constitucionais e legais, apesar de haver a Declaração Universal dos Direitos Humanos, apesar de haver todo o arcabouço que define as obrigações; ainda assim, essas obrigações não foram realizadas.

E estamos aqui. Por isso que estamos aqui na CPI, Senador, para que este momento aqui da CPI, esta ação da CPI, esta ação fundamental da CPI nos ajude a corrigir essa trajetória nefasta.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente. Eu concordo em gênero, número e grau. Não adianta no Brasil, no art. 3º, inciso IV, termos, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação, sendo que... E aqui eu dou um testemunho: como delegado de polícia, por 27 anos, eu fui utilizado para agir de forma contundente contra pobres, negros e semianalfabetos, quando os crimes que maior prejuízo causam são os crimes praticados por políticos, porque, quando um político desvia a verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas; quando um político desvia verbas da educação, ele está matando o sonho de milhões de jovens.

E eu sonho também. Assim como Martin Luther King teve um sonho, eu também sonho. Eu sonho com um dia em que nós teremos aqui, no Senado, na Câmara, uma representatividade maior das mulheres, dos negros, dos índios, dos quilombolas, das pessoas com deficiência, da população LGBTQIA+. Mas a senhora pode ter certeza que nós estamos aqui lutando, lutando com coragem e determinação, para reduzir essa desigualdade, para que nós tenhamos, efetivamente, um Brasil mais igualitário, mais justo e fraterno.

Eu queria perguntar ao Dr. Pedro, com a aquiescência do meu querido Presidente, que nós temos visto Estados em ritmos de vacinação bastante diferentes. Enquanto alguns avançam, outros estão um tanto quanto atrasados. A que o senhor atribuir essa variação? Há alguma política por parte do Governo Federal para reduzir isso e acelerar essa vacinação de forma geral?

O SR. PEDRO HALLAL – Sr. Senador, na verdade, essas disparidades na vacinação entre os Estados são bastante preocupantes. Eu venho de um Estado que é o Estado que, já faz muito tempo, vem liderando a corrida das vacinas no Brasil, mas vejo que outros Estados estão tendo mais dificuldades.

Mas eu gostaria de destacar que o Governo Federal tem, pelo menos, duas políticas que precisam ser implementadas imediatamente. A disseminação ampla da ideia de que a segunda dose não é dose de reforço. Tem muita gente entendendo que não, que a segunda dose não é necessária, como se fosse uma dose de reforço, e não é. No caso da Covid-19, a segunda dose faz parte do tratamento, de uma vacinação completa. E a segunda coisa é desestimular essas narrativas que tentam comparar as vacinas. Todas as vacinas, no nível individual, possuem absolutamente eficácia individualmente altíssima e o mais importante é nós termos mais gente vacinada o mais rápido possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu peço para todos aqueles que assistem à CPI ou que vão assistir depois – hoje é o *top trend* do Twitter no Brasil – que não façam essa escolha de vacinas. Não digo isso da boca pra fora. A todas as pessoas da minha família que tiveram que se vacinar, aos que vieram falar comigo sobre isso eu disse: "Tomem a primeira vacina disponível, que a primeira vacina disponível é a melhor, desde que aprovada pela Anvisa, é claro".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Dr. Pedro.

Eu quero aqui fazer mais um desabafo – me perdoem. Mas eu não consigo entender, porque eu tenho duas missões na minha vida: ser servidor público e ser professor. E eu não consigo entender quando você tem que, nas escolas públicas de ensino fundamental, 92% dessas escolas no Brasil não têm laboratório de ciência; 73% não contam com biblioteca; 73% não têm acessibilidade; 63% dessas escolas, dos nossos filhos, dos nossos jovens, não contam com quadra esportiva, e o Governo Federal, no orçamento, salvo... Em 2019, ele cortou do Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia 16%; agora, cortou 18% e, em plena pandemia, cortou do Ministério da Saúde 21,8% de áreas tão sensíveis que nós estamos passando.

Eu queria saber, Dr. Pedro, Dra. Juliana... Jurema – desculpa –, vimos ao longo do último ano que o Governo Federal não desenvolveu qualquer política pública ou planejamento para direcionar as medidas restritivas... (*Falha no áudio.*)

... nacional.

Se escorava na absoluta falsa narrativa de que o Supremo havia proibido o Governo Federal de tomar qualquer medida – isso foi desmentido por nota do Supremo Tribunal Federal. O que tivemos foram Estados e Municípios delimitando as áreas de maior contaminação, risco ou esgotamento da rede hospitalar.

No entendimento dos senhores, seria papel do Governo Federal fazer esse mapeamento e delimitação das restrições específicas para cada região? Quais as desvantagens da descentralização desse esforço?

O SR. PEDRO HALLAL – Na verdade, o termo correto não é descentralização; o que aconteceu foi que o Ministério da Saúde e o Governo Federal lavaram as mãos e não exerceram seu papel constitucional de liderar a saúde pública brasileira.

Toda a história da saúde pública brasileira foi sob liderança do Ministério da Saúde, todas as grandes campanhas de vacinação – o Brasil é referência mundial em vacinação, o Brasil é referência mundial no tratamento do HIV, o Brasil é referência mundial em várias áreas da saúde pública. Todas essas políticas foram sob liderança do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento em que o Ministério da Saúde abriu mão de liderar as políticas de enfrentamento da Covid-19, o Ministério da Saúde, obviamente, causou uma série de danos à saúde da população brasileira e, repito, não só à saúde, também à economia brasileira, porque a falta de controle da pandemia traz repercussões gravíssimas para a economia do País.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente, isso está reforçando que houve uma violação ao art. 6º da Constituição Federal, que diz que a saúde pública é direito de todos, mas é dever do Estado, e isso tem que ser dito várias vezes. Platão falava que a sabedoria está na repetição; a repetição que tem que ser dita é que o Estado brasileiro é que é a pessoa jurídica de direito público externo que tem competência e legitimidade para celebrar contratos para aquisição de insumos e vacinas, e, deliberadamente, não fez isso, quer seja por ação ou por omissão; daí a responsabilidade criminal, civil e administrativa por ato de improbidade, que eu espero que esta Comissão, com bastante hombridade, seriedade, imparcialidade vai concluir.

Eu só quero tomar a oportunidade para fazer mais uma pergunta. Especificamente, desde o começo desse ano, o Presidente Bolsonaro tem viajado pelo Brasil em campanha eleitoral antecipada, fazendo aglomerações, desrespeitando todas as regras de isolamento e higiene. Muitas dessas cidades visitadas são, inclusive, cidades pequenas e médias, com capacidade reduzida pra lidar com o aumento de casos de Covid-19.

Queria pedir uma avaliação de vocês, do Pedro, Dr. Pedro e da Dra. Jurema, sobre a os impactos negativos da conduta do Presidente da República quando ele assim se porta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

Vou passar para a Dra. Jurema e, em seguida, para o Dr. Pedro. Vou pedir a compreensão dos nossos expoentes e também do Senador Fabiano, nós temos sido aqui, no exercício da Presidência, o mais tolerante possível com o tempo. Acrescentei tempo ao Senador Fabiano.

Eu vou pedir um minuto, se for possível, para a Dra. Jurema. Em seguida, passarei também para o Dr. Pedro. Aí, em seguida, eu peço só para o Senador Fabiano concluir, por gentileza.

Dra. Jurema.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senador Randolfe.

Senador Fabiano, vou ser bastante breve. A sua pergunta é sobre o papel e sobre o exemplo, não é? É papel, é responsabilidade federal coordenar as ações, em parcerias com os entes federados. Não era papel... Nenhuma decisão judicial ou o que quer que seja disse o contrário, porque é assim que está dito na Constituição e na legislação que faz o sistema de saúde, etc, etc. E o senhor sabe melhor do que eu: é papel coordenar e agir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor pergunta também o papel da liderança e do exemplo. Nosso estudo, Senador, observando o primeiro ano, diz que as medidas não farmacológicas, se bem utilizadas, se utilizadas com intensidade, elas preveniriam mortes pela redução da transmissão.

Então, toda a situação em que se produz aglomeração, Senador, me traz – eu acho que traz a todas e a todos nós – angústia, traz uma tristeza profunda, porque a gente sabe o que vai acontecer em algumas semanas, depois daquilo. Nas cidades pequenas, há situações extremamente dramáticas, porque não há recursos disponíveis para dar conta do que vai vir.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUREMA WERNECK – É exatamente isso, Senador. A liderança precisa se colocar em favor da vida. E esse é o apelo que a gente faz a todo mundo: é preciso que a liderança se coloque em favor da vida, coordene as ações federais e garanta que as medidas à disposição, cientificamente comprovadas, sejam disponibilizadas para toda a população, pra que a gente saia disso o mais rápido possível. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO HALLAL – Na verdade, eu peço desculpas, Sr. Senador. Tive que fazer um *pit stop* bem rápido para ir ao banheiro.

Mas, pelo que eu entendi, a pergunta é sobre a necessidade de um pacto...

A SRA. JUREMA WERNECK (*Fora do microfone.*) **–** É sobre o papel do Presidente da República, que tem feito aglomerações.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) **–** Ah, isso.

Não, na verdade, assim, eu já comentei sobre isso anteriormente, Senador. Eu não tenho dúvida nenhuma da responsabilidade da Liderança maior do País pela crise sanitária que estamos vivendo.

Seria inevitável o coronavírus chegar no Brasil e, pela extensão territorial do Brasil, seria inevitável que tivéssemos, inclusive, milhares de óbitos. Agora, minimizar a importância da pandemia, desestimular a vacinação, desestimular o distanciamento social, promover tratamentos ineficazes, todas essas ações que são muito personalizadas no Líder maior do País, elas atrapalharam e muito a criação de uma força tarefa unificada para o enfrentamento do vírus.

Então, quando alguns Senadores inclusive dizem aqui que o nosso único inimigo é o vírus, na verdade, o nosso único inimigo deveria ser o vírus, mas, infelizmente, no Brasil, a gente tem que enfrentar também aqueles que jogam no mesmo time do vírus. E esses, infelizmente, têm atrapalhado muito as políticas nacionais de enfrentamento da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Dr. Pedro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano, muitíssimo obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Deixa eu só concluir aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado pela paciência.

Eu quero, mais uma vez, parabenizar o trabalho, a coragem e a forma destemida do Dr. Pedro e da Dra. Jurema e dizer, mais uma vez, que o Parlamento, o Senado Federal, nós temos políticos sérios em Brasília, assim como existiram juízes sérios em Berlim. Então, também estamos aqui.

Eu queria também fazer um apelo a todos os professores, principalmente das escolas públicas. Como o Governo tinha incentivado filmar os professores, afetando a liberdade de cátedra, filme, filme suas escolas sucateadas, sem bibliotecas, sem quadras desportivas, sem laboratório de ciências! Como eu vou falar qual tratamento se dá a um professor se o piso salarial de um professor é de R$2 mil e poucos? Que tratamento estamos dando para a saúde pública?

Então, fica aqui o meu apelo e, mais uma vez, o meu agradecimento ao Dr. Pedro, à Dra. Jurema, que muito dignificam. E parabéns a todos os cientistas, a todas as academias, a todas as universidades públicas e institutos federais.

Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em absoluto. Eu quem agradeço, Senador Fabiano Contarato.

A nossa penúltima inscrita, imagino, é a Senadora Leila Barros.

Penúltima ou última, porque eu pergunto ao Senador Izalci, que está no sistema, se ele pretende se inscrever, se ele está inscrito. (*Pausa.*)

Saiu, né?

Então, nossa última inscrita, deste dia dos belíssimos depoimentos da Dra. Jurema e do Dr. Pedro Hallal na CPI, é a Senadora Leila Barros.

V. Exa. fique à vontade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu acompanhei a primeira parte da Comissão presencialmente, mas tive de vir aqui para o gabinete. Eu estou no Senado. Mas não tinha como, enfim, não participar deste momento.

Quero agradecer demais a presença do Dr. Pedro, da Dra. Jurema. Acho que vocês dois foram muito, muito precisos nas suas falas.

Eu tive oportunidade, gostaria de dizer a ambos, de, quando o ex-Ministro Pazuello esteve aqui na Casa, na Comissão, comentar com ele algo muito assim... Eu fiz uma comparação entre as Forças Armadas e o esporte. Eu falei para ele que todo coletivo, ele precisa de liderança. Eu, a vida inteira, liderei equipes, fui liderada e tenho certeza de que o General também.

Então, quando vocês falam – e aí eu agradeço demais, assim, primeiro, pela fala e pela coragem de ambos – "olha, faltou liderança", isso, nós não temos dúvida – não temos dúvida.

E eu tive essa oportunidade de dizer ao Ministro Pazuello que não existe Exército sem um general, sem uma liderança, que não existe uma equipe sem um capitão ou um técnico e que não existe uma nação sem um Presidente que lidere, que tenha uma atitude. E isso, de fato, a gente sente, a gente percebe justamente por este cenário trágico que nós estamos vivendo e enfrentando desta pandemia.

Então, gostaria de perguntar a ambos – é claro que eu perdi uma parte desta sessão, não sei se foi perguntado –, eu peço desculpas se estou sendo repetitiva, mas os estudos de ambos apontam relação entre etnia, cor, classe social e localização e a incidência de casos e óbitos. Eu gostaria de saber se é possível apontar estratégias específicas para o enfrentamento da doença a partir desses dados. Eu gostaria de perguntar a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Jurema.

A SRA. JUREMA WERNECK (Para depor.) – Obrigada, Senadora Leila.

Sim. A resposta é "sim", para ser objetiva. E eu explico.

A gestão da epidemia exige ações comprovadamente eficazes para proteger a saúde, proteger a vida e garantir a sobrevivência de todos e todas.

Mas, neste universo de brasileiros e brasileiras, há características específicas para diferentes grupos específicos, não é? Há as mulheres, os homens, as mulheres trans, as mulheres CIS, os pobres, os que não são pobres, os de alta escolaridade, os de baixa escolaridade.

É preciso que se compreenda a população na sua heterogeneidade e diversidade, porque essa heterogeneidade significa também necessidades diferentes para cumprir as necessidades que a pandemia impõe. Então, sim, quando a gente dizia, os dados mostram, que a população negra ficou desassistida e termina sendo a que está na primeira, na primeira posição trágica das mortes, o que a gente está dizendo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisava, compreendendo que a população negra tem diferentes pré-condições – eu não estou falando nada de genética aqui, eu estou falando de pré-condições sociais, da exclusão social –, impunham-se ações específicas para garantir que esse lapso de acesso aos direitos, ao direito à saúde, fosse suprido com urgência, no momento da pandemia. É preciso garantir.

Senadora, disseram para ficar em casa e lavar as mãos. Mas quem não tem casa precisa ser contado também e resolver. Para quem não tem casa, resolve como a recomendação de ficar em casa? Falou-se: "Lavem as mãos". E quem não tem água potável, quem não sequer qualquer tipo de água, faz como para poder garantir isso? Disseram várias outras medidas, várias outras medidas. A gente recomenda, por exemplo, o isolamento social. Mas há gente nessa sociedade, Senadora, negros, os pobres, e muitas são mulheres, que não tem garantias hoje do que vão comer ainda hoje ou amanhã. Então, era preciso garantir os auxílios, os apoios, os mecanismos todos de política pública para olhar para essas pessoas que têm direito à saúde, que têm direito à assistência e oferecer a elas o que é necessário. A senhora tem toda razão, Senadora, de perguntar em relação às medidas específicas, porque é assim que se faz uma boa política pública – reconhece qual é o seu universo e passa a compreender o que ele tem de similar, de igual e o que ele tem de diferente e cuida de todos, porque, apesar da diversidade, o direito é de todos e todas.

Muito obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Pedro.

O SR. PEDRO HALLAL (Para expor.) – Sra. Senadora, antes de começar a responder a sua pergunta, deixa eu fazer um momento de 15 segundos de tietagem e agradecer por toda a felicidade esportiva que eu tive assistindo à senhora jogar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

O SR. PEDRO HALLAL – Foi um prazer durante todos esses anos assistir aos seus jogos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Grata.

O SR. PEDRO HALLAL – Sobre a pergunta específica, eu vou citar algumas ações que poderiam ter sido feitas para proteger aqueles que mais precisam. Porque, quando eu fui Reitor da Universidade, uma das frases mais importantes que eu ouvia é que eu teria que rapidamente tomar uma decisão: se eu faria uma gestão para quem mais ou para quem mais precisa. E a pergunta da senhora indica quais as políticas que poderiam ter sido adotadas para quem mais precisa.

Na vacinação, por exemplo, houve a priorização dos indígenas, mas não houve a priorização das pessoas de acordo com o nível socioeconômico, o que no Brasil é possível de fazer – Cadastro Único, cadastro do Bolsa Família. Poderiam ter sido priorizados os mais vulneráveis na vacinação. O auxílio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergencial é especialmente relevante para esse contingente vulnerável da população. Então, ele precisava ter sido aprovado com mais agilidade, ter sido mantido por mais tempo.

A questão da comunicação é extremamente importante. As pessoas que estão em casa precisam receber uma mensagem unificada. Não dá para receber uma mensagem de que máscara é importante, dos pesquisadores, dos médicos, e o Presidente da República não usar máscara. Então, uma mensagem de comunicação unificada é especialmente importante.

Campanhas de distribuição de máscaras são extremamente relevantes. Se o Governo Federal, especialmente o Ministério da Saúde, tivesse investido em distribuição de boas máscaras para a população, especialmente a mais vulnerável, teria diminuído a transmissão. O mesmo recurso que foi investido para aumentar a produção de cloroquina, por exemplo, que, infelizmente, não serviu para nada...

E, por último, a garantia da segurança alimentar. Uma das medidas mais graves que eu tenho ouvido de relato dos colegas é que as unidades básicas de saúde voltaram a receber crianças desnutridas, que era algo que tinha diminuído consideravelmente no Brasil, não como esforço de um Governo, de vários Governos. Então, é muito triste saber que tem muitas famílias em situação de insegurança alimentar nesse momento, e isso poderia ter sido incluído nas políticas públicas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

Eu perguntei para vocês sobre as estratégias específicas para esta pandemia, até porque, como vocês falaram, nós vivemos uma pandemia com *tsunami*. A gente não teve nenhum momento em que ela nos deu folga. Entramos numa onda, a primeira, a segunda, já estamos embolando na terceira. Quer dizer, não houve um gráfico de queda. Ela esteve o tempo todo ali assolando e matando os brasileiros.

E aí, baseada nisso, eu gostaria de perguntar... Claro, me antecipando, porque, assim, realmente, eu tive Covid, eu perdi amigos, eu perdi pessoas muito próximas, e não tem isso, como vocês falaram, não tem cor, não tem classe. Ela está aí. Ela é real. E já pensando no futuro e baseado muito nos estudos que vocês nos apresentaram aqui, como é que o País deve se preparar de antemão para enfrentar da melhor forma uma eventual pandemia no futuro?

Eu sei que eu estou me precipitando, mas eu tenho uma curiosidade de ouvir de vocês isso. Eu sei que é fortalecimento do SUS, investir em ciência e tecnologia, mas o que mais nós podemos, assim, como Parlamentares, começar a pensar em termos futuros? Porque isso é real. Eu, particularmente, e nossa geração estamos encarando um momento ímpar de viver essa pandemia. E o futuro? O que nos reserva o futuro?

Então, eu pergunto pra vocês nesse sentido: como que podemos nos preparar para um futuro que a gente sabe que é incerto ainda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Senadora, essa é uma ótima pergunta, porque esse é um tema que está circulando em vários grupos de pesquisadores. A Organização Mundial da Saúde está, inclusive, criando uma unidade específica para lidar com o futuro e com a possibilidade de novas pandemias.

Existe uma série de iniciativas que podem ser adotadas. Obviamente que o investimento em ciência e tecnologia e investimento em educação, nas universidades públicas, por exemplo, não podem não fazer parte da minha resposta, mas, para ser mais direto, especificamente, a estrutura de ciência e tecnologia do Brasil precisa, definitivamente, se dissociar dos Governos e se associar com o Estado brasileiro. Um grande problema que a estrutura de ciência e tecnologia e a estrutura de educação do Brasil vivem é que muitas das políticas de ciência e tecnologia deste País são políticas de governo e não políticas de Estado, o que faz com que, dependendo do Governo ou do interesse do Governo em valorizar mais ou menos, algumas iniciativas praticamente inexistam. Aí eu posso citar as iniciativas do CNPq e da Capes.

Então, os Srs. e as Sras. Senadoras têm o compromisso conosco, pesquisadores, que estamos tentando colaborar com o enfrentamento dessa pandemia, de nos ajudar para que no futuro próximo a ciência e tecnologia e as universidades brasileiras não sofram com a falta de recursos que a gente vive hoje. Essa é uma medida bem importante.

Outra medida, se eu tivesse que recomendar, Sra. Senadora, é o investimento na redução das desigualdades sociais. Por mais que a pandemia tenha afetado vários grupos populacionais, a Dra. Jurema e eu mostramos aqui como a pandemia afetou de forma desigual os grupos populacionais. Quanto mais nós conseguirmos investir em medidas que reduzam as desigualdades, menor será o impacto da próxima pandemia na nossa população.

Por fim, existe uma série de fatores de risco para doenças crônicas, que também se mostraram fatores de risco no agravamento dos casos de coronavírus. Inclusive, respondendo ao tuíte de um Senador que acaba de se retirar daqui e começou a me atacar no Twitter porque eu sou professor de educação física, saíram vários estudos mostrando, por exemplo, que as pessoas ativas têm menos risco de desenvolverem quadros graves de Covid. As pessoas dentro do peso ideal também têm menor risco. Então, o investimento na promoção da saúde também fará com que a próxima pandemia tenha menos danos do que, infelizmente, essa pandemia atual teve.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Perfeito, professor, doutor.

Por último, eu gostaria de perguntar... Nesta semana, na CPI, nós ouvimos o Deputado Osmar Terra, e ele fez afirmações de que o Japão, a Coreia do Sul, a Suécia não fizeram isolamento social e apresentam números positivos. Eu pergunto, especificamente, ao senhor, doutor – e conto com a colaboração também da Dra. Jurema –, se vocês concordam com a afirmação do Deputado e, enfim, por quê, só para finalizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HALLAL – Eu vou começar respondendo, especificamente, e, depois, vou deixar a Dra. Jurema responder, inclusive, à pergunta anterior.

O caso da Suécia é uma disseminação de notícia falsa muito grave nesta CPI. A Suécia é o pior país da Escandinávia no enfrentamento da pandemia, disparadamente. A Suécia adotou uma política de isolamento vertical nas primeiras semanas da pandemia. Logo depois, notou que estava errada e mudou a política. Usar a Suécia como exemplo de enfrentamento da pandemia é absoluto desconhecimento. Os países que têm melhores resultados no enfrentamento da pandemia são Nova Zelândia, Vietnã, Coreia do Sul, vários desses países, nunca a Suécia. A Suécia, dentro da Escandinávia, repito, é o pior dos países no enfrentamento da pandemia. Aliás, no dia do depoimento, o Senador Randolfe, Vice-Presidente desta Comissão, já trouxe a informação. Então, assim, a gente ver essa questão da ideia de que a ciência tem dois lados... Não, nesse caso, tem o lado da verdade e o lado que não é verdade. A Suécia não é modelo para lugar nenhum do mundo de enfrentamento da pandemia. Aliás, a Suécia é um país que tem muitas qualidades, inclusive histórico em saúde, mas, nesta pandemia em específico, a Suécia teve um desempenho muito pior do que os seus pares.

A SRA. JUREMA WERNECK – Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) **–** Pois não, doutora.

A SRA. JUREMA WERNECK – ... indo rapidamente a essa última pergunta da senhora, eu acho que o Dr. Pedro foi bastante enfático de dizer que os exemplos... A literatura, as informações dos Governos e dos Estados nacionais já demonstram o que deu certo e o que não deu certo. É importante para nós não propagar notícias falsas, é importante para nós garantir que a população esteja informada e tenha os meios para evitar a infecção, para evitar a transmissão.

Com relação à sua pergunta anterior, sobre como é que a gente pode se preparar para o futuro, para pandemia, eu vou fazer uma breve propaganda, Senadora, porque a Oxfam Brasil, por exemplo, é uma organização brasileira que se dedica a produzir estudos e recomendações sobre as desigualdades e como superá-las. Redução, eliminação das desigualdades é um fator fundamental em relação a como a gente vai estar presente, preparado para enfrentar a próxima epidemia.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor é uma organização nacional mobilizada para garantir que a prestação de serviços e a entrega de produtos sejam feitas da melhor forma possível e que sejam responsabilizados aqueles entes que estão prestando serviço e que estão entregando produtos que devem estar adequados, têm que ser seguros e têm que proteger a população.

O Inesc, outra organização brasileira, trabalha há décadas avaliando, por exemplo, o Orçamento nacional e mostrando as lacunas, mostrando as lacunas, mostrando o mau uso dos recursos públicos e apresentando também recomendações consistentes, baseadas em análises consistentes, dizendo qual a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor forma de se aproveitar o Orçamento nacional para garantir que o Brasil esteja mais bem preparado não apenas para as pandemias, mas para ser aquela nação que tem a responsabilidade de vir a ser.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social trabalha com esse segmento e trabalha com as empresas brasileiras no sentido de demandar delas e assessorá-las para se posicionarem melhor a favor no campo dos direitos humanos, no campo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUREMA WERNECK – ... dos direitos das pessoas.

Eu já estou terminando.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, também organização nacional renomada, tenta garantir a liberdade, a liberdade da ciência, a afirmação da importância da ciência para o Brasil, a importância do investimento nos centros de pesquisa, nas universidades. E a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem estado, ao longo de décadas, alinhada àqueles momentos e àqueles movimentos de transformação do Brasil para o melhor. Esse alinhamento também vai ajudar.

Já o Centro Santos Dias de Direitos Humanos e a Anistia Internacional se dedicam, fundamentalmente, aos direitos humanos, os direitos humanos acordados mundialmente, os direitos humanos que garantem que, se a gente olhar para todo mundo e garantir a cada pessoa o seu direito, o Brasil e o mundo vão ser lugares melhores.

Senador, eu dei o exemplo do Grupo Alerta, mas eu estou dizendo que o Brasil tem essa riqueza, o Brasil tem resposta. É preciso que a gente faça o que é preciso, é preciso que a gente faça agora e a gente faça em coalizão e união, a gente faça apostando num futuro diferente, garantindo o fim do desmatamento, porque o desmatamento também nos coloca extremamente vulneráveis, o fim da destruição do Território nacional, porque nos torna muito vulneráveis a pandemias no futuro.

Então, Senador, é para dizer que há muitas medidas, medidas que já estão documentadas, analisadas e disponibilizadas publicamente, e outras serão construídas, obviamente, para apoiar essa visão correta da senhora de que o futuro precisa ser diferente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Jurema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Presidente.

Quero agradecer demais os esclarecimentos e a participação de ambos aqui, nesta Comissão.

Muito obrigada em nome do Senado Federal e, principalmente, da Bancada Feminina.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Leila.

Antes de concluir, teve uma solicitação aqui, feita, no *chat*, pelo Senador Izalci Lucas. O Senador Izalci encaminha para esta Mesa o seguinte:

> Presidente, solicito a V. Sa. que me garantisse a fala amanhã após o Relator porque aguardei até agora, mas tenho compromisso. Sou do Distrito Federal, e amanhã tem como convidado um Deputado daqui e o irmão dele.

Esta Presidência compreende e recebe o encaminhamento do Senador Izalci Lucas, mas encaminhamos para a Presidência desta Comissão também, para o Senador Omar Aziz, e para o Sr. Relator, visto que tem uma deliberação anterior desta Comissão de a ordem de inscrições ser, inicialmente, dos membros efetivos, depois, dos membros suplentes e, em seguida, dos não membros, com respeito à participação da Bancada Feminina. Mas, como já houve um precedente anteriormente concedido por S. Exa. o Presidente, eu encaminharei essa demanda de S. Exa. o Senador Izalci Lucas para o Presidente Omar Aziz para ulterior, posterior deliberação dele. A deliberação sobre esse tema é impossível ser somente sob esta Presidência. Encaminharei ao Presidente Omar Aziz.

Antes da conclusão, senhores e senhoras, Dra. Jurema e Dr. Pedro, eu tenho que lamentar mais um fato: ainda há pouco, esta Comissão Parlamentar de Inquérito e esta Presidência recebem a notícia de que, em um ato, salvo engano no Rio Grande do Norte, o Senhor Presidente da República pediu para uma criança de dez anos retirar a máscara.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída sobretudo para ter também um papel educativo para brasileiros e para brasileiras. É inaceitável, a essa altura, com tudo inclusive que foi repassado aqui sobre o que poderia ter sido evitado e quantas vidas brasileiras poderiam ter sido salvas, o Presidente da República atentar contra as medidas sanitárias básicas, elementares, consagradas pela ciência. O uso de máscaras, a utilização do álcool são as mais elementares das medidas tomadas por todo o Planeta.

É totalmente inaceitável o Presidente, a cada dia, atentar contra a ordem sanitária num acinte não a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas num acinte aos brasileiros. Esta audiência de hoje deixou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem claro que muitas famílias brasileiras poderiam, neste dia de hoje, ainda estar completas, Pedro e Jurema.

Pelos dados que vocês passaram aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, mais de 100 mil famílias brasileiras podiam estar completas ainda. Mais de 100 mil mesas de jantar poderiam ter ainda presentes um avô, uma avó, um tio, uma tia, um amigo, um irmão, uma irmã, um filho, um pai, uma mãe. Os dados que a Dra. Jurema e o Dr. Pedro trouxeram a esta Comissão no dia de hoje nos demonstram cabalmente que nós estamos em curso com uma tragédia sanitária enorme que poderia ter sido evitada.

É trágico saber que um terço – um terço! – dos que morreram por Covid-19 ontem no planeta são compatriotas nossos. Mais trágico ainda é saber que esse um terço que ontem faleceu por Covid-19, brasileiros e brasileiras, poderia ter tido as suas vidas salvas se nós tivéssemos uma coordenação nacional do enfrentamento da pandemia, medidas sanitárias básicas, trabalho de unidade nacional e em conjunto, e a providência de vacinas, de vacinas – não somente da Covaxin Bharat Biotech Precisa –, de vacinas, das vacinas quando precisávamos ter vacinas.

É por isso que o depoimento inclusive de amanhã talvez traga luz para um *front* a mais que deve ser investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Desde o começo, o objetivo de tudo isso que estamos fazendo aqui, de todo o trabalho e esforço que temos empreendido é para que possamos unir o Brasil e os brasileiros e todas autoridades deste País contra um inimigo comum que é o coronavírus.

Lamentavelmente, as autoridades, muitas autoridades do Governo Federal e notadamente o Senhor Presidente da República resolvem atuar diariamente como se fossem aliados do vírus, cumpliciando com o vírus, amplificando a tragédia como se não fosse grande a tragédia que todos nós estamos vivendo.

Eu quero repetir aqui, Dr. Pedro e Dra. Jurema, que nós temos uma esperança enorme neste País. E, apesar da tragédia que estamos vivendo, temos uma esperança enorme de que nós vamos superar este momento difícil. Eu tenho uma esperança enorme neste País quando a ouço aqui, Dra. Jurema, quando eu vejo que a sociedade civil atuante, que os ativistas da sociedade civil, que tanto têm sido perseguidos, estão presentes. Mais feliz, vejo, mais feliz, sou ao ver que uma mulher negra, preta, mulher se impõe e se afirma diante do trabalho que tem conduzido. Lidera, lidera muitos nesse trabalho. Tenho esperança no Brasil quando a vejo aqui, quando vejo o seu depoimento aqui e a força do seu depoimento para que nós pudéssemos superar essa pandemia.

Eu tenho esperança neste País, Dr. Pedro, quando, ao vê-lo, vejo a ciência brasileira e vejo a atuação das universidades federais. Causa espécie criminalizar as universidades federais. Aliás, se a lógica fosse que as universidades têm uma posição política, como o acesso às universidades só ocorre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de processos seletivos, seja para estudantes, seja para os profissionais, então, a posição política que não está em hegemonia lá não teria tido capacidade para acessar. É ilógico esse raciocínio.

As universidades deste País são uma conquista da construção e da formação do nosso Estado nacional, são um direito conquistado por todos os brasileiros. Nós queremos cada vez mais universidades neste País, para nós termos cada vez mais brasileiros e brasileiras com acesso às universidades. A universidade não pode ser criminalizada. A universidade tem que ser colocada no panteão da glória, no panteão da honra. E o País que investe em ciência, em tecnologia, em saúde, em universidade sai logo de pandemias, supera crises sanitárias, supera crises econômicas, aponta para o seu futuro.

Então, em seu nome, Dr. Pedro, quero homenagear a ciência brasileira e as universidades, tão atacadas. E peço desculpas até por eventuais ataques nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Perdoe, perdoe, Dr. Pedro e a ciência e a universidade brasileira. Eu quero acreditar que eles não sabem o que fazem, porque, se eles soubessem o que estavam fazendo, aí eu teria que acreditar que existe, em alguns aspectos na alma humana, a perversidade, a banalidade do mal.

Eu ainda acredito no espírito brasileiro, no espírito que empreendeu e construiu este País. Como já disse aqui, um País diverso, maravilhoso, lindo, branco, negro, indígena, como dizia Darcy Ribeiro, que vai dar certo, vai superar essa tragédia. Este País não pertence a nenhum Governo. Este País pertence ao povo brasileiro. Este País pertence às gerações que antecederam a nossa e que o construíram. Este País pertencerá às gerações que virão depois da nossa, e é por essas gerações que nós estamos aqui lutando.

As universidades... Dr. Pedro, Dra. Jurema, vocês não devem render obediência a nenhum Governo. O serviço dos senhores é público, e o serviço dos senhores é o Estado brasileiro. E a liberdade de expressão e de manifestação é direito consagrado pelos brasileiros na sua Constituição de 1988 como direito individual inalienável. Então, continuem, Dr. Pedro e Dra. Jurema, se manifestando. Quem viveu tempos de arbítrio sabe o quanto custou garantir esses direitos. E nenhuma tentativa de ditador frustrado de plantão tirará esse direito do povo brasileiro.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 25ª reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, em especial a dos convidados desta audiência pública.

Convido todos para a próxima reunião, a ser realizada no dia 25 de junho de 2021, às 14h, para ouvirmos os Srs. Luis Ricardo Fernandes Miranda, servidor público do Ministério da Saúde, e seu irmão, Deputado Federal Luis Cláudio Fernandes Miranda, nos termos do convite aprovado por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Giordano, Jean Paul Prates, Zenaide Maia e Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Dep. Luis Miranda e Luis Ricardo Miranda**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Luis Claudio Fernandes Miranda, Deputado Federal, em atendimento aos requerimentos 935/2021 e 1030/2021; do Luis Ricardo Fernandes Miranda, em atendimento ao requerimento 935/2021. **Resultado:** Depoimento realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e dois horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Parlamentar Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se a ouvirmos, em atendimento ao requerimento do Relator, Senador Renan Calheiros...

Eu pediria aos Senadores que, por favor, deixem-me ler aqui, depois a gente comemora. Não sei o que, mas a gente comemora.

A presente reunião destina-se a ouvirmos, em atendimento ao requerimento do Relator, Senador Renan Calheiros, Luis Ricardo Fernandes Miranda, servidor público do Ministério da Saúde, e seu irmão, o Deputado Federal Luis Claudio Fernandes Miranda, nos termos do convite aprovado por esta Comissão.

Eu passo a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de começarmos a oitiva programada para hoje, nós precisamos fazer um alerta muito importante exatamente, Senador Fernando Bezerra, sobre a postura do Ministério da Saúde em sua obrigação de colaborar com as investigações conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós aprovamos alguns requerimentos que determinam que o Ministério da Saúde dê acesso externo à equipe técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito formada por auditores do Tribunal de Contas da União e da Consultoria Legislativa desta Casa aos processos administrativos relacionados à aquisição de vacinas. A Secretaria da CPI já expediu ofício ao Ministério há 25 dias – 25 dias –, mas a pasta ainda não forneceu o referido acesso aos servidores designados para análise dos documentos.

Ora, hoje, mais uma vez, fizemos um contato com a assessoria parlamentar do Ministério da Saúde, por meio do Sr. Paulo Tiago, que disse que a questão dependeria de uma reunião com o Ministro, que só seria realizada essa reunião amanhã – amanhã. Precisamos dizer, Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não vai, até porque não pode, aceitar essas manobras obstrutivas e protelatórias do Governo, agora através do Ministério da Saúde. Nós vamos ter que investigar, sim. Esse é o nosso objetivo, é o nosso papel.

Por isso, Sr. Presidente, eu solicito a V. Exa. que tome as providências enérgicas, como sempre, contra obstruções do Ministro Marcelo Queiroga, que, inclusive, já é investigado nesta própria Comissão Parlamentar de Inquérito e está incorrendo numa nova prática delituosa, criando obstáculo ao acesso à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentação do ministério, depois de requerimento aprovado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito há 25 dias. Olhe que nós temos um prazo de 90 dias para investigação. Nós temos uma manobra obstrutiva, fundamental, sobre documentos de aquisição de vacinas, e há 25 dias o Ministério ainda não se reuniu com o Ministro pra dar o acesso como quer a Comissão e como tem direito... Eu peço providências de V. Sa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pra, digamos, registrar, porque agora nós estamos com a sessão já em curso, reiterar ao Senador Renan Calheiros, reiterar a todos os membros desta Comissão a disposição plena do Ministro Marcelo Queiroga para atender a todas as solicitações, esclarecer esses eventuais atrasos que o Relator está aqui a indicar. Mas acho que seria também importante fazer uma reflexão sobre a alta demanda de informações que foram encaminhadas ao Ministério da Saúde. E muitas dessas informações, eu ouso dizer que mais de 90% das informações solicitadas, foram encaminhadas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas renovo aqui esse compromisso com todos os membros da Comissão, em especial com o Sr. Relator e o Sr. Presidente, de que o Ministro Marcelo Queiroga irá autorizar o pleno acesso desta documentação, dessas informações, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito tenha todo o material necessário para concluir o seu trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, já com a sessão em curso e a partir do alerta trazido pelo Relator, o que nós temos percebido, Presidente, é uma prática contínua por parte do Governo. No meu entender, incorre no art. 4º da Lei 1.579 de 1952, que rege o funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito. Diz o artigo 4º do dispositivo legal que constitui crime a prática de ameaças ou assuadas ou omissão de documentos a inquérito em curso. Ameaças, me parece que foi o que ocorreu, notadamente com a fala do Sr. Onyx, Secretário-Geral da Presidência, na quarta-feira, e de um investigado. Pasmem, Sr. Presidente, Sr. Relator: o Governo, ao responder pela primeira vez sobre Covaxin, coloca um investigado pela CPI pra responder, que é o Sr. Elcio Franco. Então, ali já caracterizava. Caracteriza também quando os documentos não vêm pra esta Comissão em tempo certo. Presidente, o senhor é testemunha, nesta semana, na terça-feira, eu alertei que os documentos do Ministério da Saúde sobre a empresa Precisa ainda não tinham chegado.

Passou terça. O senhor aqui, na transmissão ao vivo, apelou para o Ministro da Saúde, não obteve resposta. Foi necessário, hoje, o Senador Rogério Carvalho, mais uma vez, reiterar o pedido de informações de documentos que não chegam. A lei estabelece, no Código de Processo Penal, cinco dias. No caso do Ministério da Saúde, a demora já configura quase duas semanas, Presidente. É necessário V. Exa. reiterar as responsabilizações que existem sobre a omissão de vinda de documentos a esta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta não é a única. Temos informações aqui de que outras informações que estão sendo pedidas por esta CPI estão vindo erradamente ou não vêm. Outras informações, que foram requisitadas por esta CPI, têm tido omissão deliberada por parte do Governo, sobretudo em relação ao comparecimento de agentes investigados por esta CPI no Palácio do Planalto. Sobretudo em relação a isso, sobretudo à agenda presidencial. Então, não se trata somente do Ministério da Saúde; trata-se de uma prática que me parece reiterada e deliberada por parte do Governo de: um, obstruir o trabalho da Comissão, obstruir a investigação; dois, se omitir em relação à prestação das informações requisitadas.

Diante disso, Presidente, eu reitero a necessidade de esta CPI advertir, nos termos da lei do art. 349, do Código de Processo Penal, as penas que lá estão expostas, que são as mesmas, conforme o art. 4º, da Lei 1.579, que devem ser infligidas àqueles agentes públicos que procurarem obstruir investigações em andamento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente, vamos iniciar os trabalhos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senador Randolfe, sem falar nas informações imprecisas e no tempo que nós perdemos aqui para reclassificar os sigilos e indivíduos que tinham sido classificados, contra a lei.

Hoje mesmo – e isso é grave –, uma jornalista conceituada me procurou com informações de que o Palácio do Planalto nos deu uma informação específica, pontual, com relação às vezes que o Carlos Wizard tinha ido ao Palácio do Planalto, e agora, quando vem o detalhamento das agendas e das entradas do Palácio do Planalto, são informações que não se comparam, quer dizer, inexatas. Então, estou falando isso, e V. Exa. também exatamente falou, porque nós pretendemos deixar claro que nós vamos continuar investigando, mas que essa tarefa não é fácil! A investigação parlamentar já é uma investigação complexa, complexa, mas nós temos nos desdobrado. Mas, para que isso aconteça com a velocidade que todos nós queremos e a sociedade cobra, é muito importante que as pessoas do Governo saibam que estão incorrendo em problemas, na medida em que não facilitam esses acessos, na medida em que distorcem os sigilos e na medida em que dão informações contraditórias, o mesmo órgão, como no caso do Palácio do Planalto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos iniciar, Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na sessão de ontem, o Senador Renan Calheiros chegou a sugerir a necessidade de proteção aos Diretores da Precisa Medicamentos, e V. Exa. oficiou um ofício aos Diretores da Precisa sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saber se houve resposta por parte dos Diretores da Precisa e, se houve, se o senhor poderia comentar qual foi a resposta dada ao ofício que V. Exa. encaminhou sobre a necessidade ou não de proteção, de segurança aos Diretores da Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu encaminhei conforme o pedido feito pelo Senador Renan Calheiros. Eu encaminhei e recebi uma resposta dos advogados dele dizendo que não era necessário, que ele não tinha nada a esconder, que ele estava tranquilo e tal. Tem lá um monte de palavras bonitas, mas o fundamental é dizer que eles não precisam de segurança.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Melhor, pecamos pelo excesso na tentativa de garantir a incolumidade – uma preocupação a menos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a reunião por 15 minutos, porque fui informado de que o servidor está no aeroporto se dirigindo pra CPI. Ele acabou de chegar ao aeroporto e está se dirigindo pra cá. Eu pediria ao Senador Líder Fernando Bezerra... O depoente Deputado Luiz Lima disse que queria dar uma palavra, mas eu queria que alguém, principalmente o Líder do Governo, me acompanhasse pra conversar com o depoente pra que não haja dúvidas sobre qualquer tipo de comportamento da minha parte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O depoente está aqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Deputado, sim, e o irmão está chegando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vou suspender a reunião por 15 minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Queria conversar comigo e eu estou convidando o Senador Fernando Bezerra ou qualquer um outro de apoio ao Governo pra me acompanhar, porque, se ele tem alguma coisa pra me falar, não é segredo. Correto? Não tem problema nenhum. Não é segredo, não é pra mim, não vai ser para o Líder do Governo, até porque, se não fosse o Senador Marcos Rogério, eu, na brincadeira, tendo convidado pra ir tomar um café, teriam dúvida de que eu que estava... Porque o Presidente soltou: "Não, essa armação". Não houve armação. Felizmente, graças a Deus, o Senador Marcos Rogério estava ao meu lado, porque eu não sabia com quem eu estava falando ali. Ele que me disse quem era.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você pode me acompanhar, Senador Fernando?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Posso sim.

Agora o Parlamentar também vai depor hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vão os dois.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Os dois.

Poderíamos começar pelo Parlamentar e depois pelo servidor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. O foco é o trabalho do servidor da saúde. O que nos interessa saber aqui, muito mais do que relações pessoais de A ou de B, é como se deu o processo de compra da Covaxin. E quem pode nos oferecer as informações é o servidor da saúde concursado. Ele, sim, pode nos informar. Eu acho que o Parlamentar entra após, a partir do dia em que levou o irmão pra mostrar os documentos para o Presidente. Isso aí ele pode esclarecer melhor aos senhores. Mas a CPI está atrás de como foi procedimento que o Ministério da Saúde e ele, se ele foi pressionado ou não, conforme ele deu um depoimento à Procuradoria Federal. É isso, então.

A presença do Deputado é porque ele se ofereceu pra vir, dizendo que tinha algumas coisas pra falar, só que ele já falou, ele já deu uma entrevista, inclusive, sobre isso, mas o depoente principal, tenha certeza absoluta, é o servidor da Saúde, e é dele que nós queremos ter as informações necessárias e esperamos ter as informações necessárias do que se passou na compra da Covaxin.

(*Suspensa às 14 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 22 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Vou reabrir a sessão.

Há uma questão de ordem pedida pelo Vice-Presidente Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, a revista *Veja*, ainda há pouco, publicou a seguinte notícia: "Exclusivo: Flávio Bolsonaro abriu as portas do BNDES para dono da Precisa, empresa que fechou contrato com a Covaxin".

Obviamente, qualquer denúncia deve ser objeto, Sr. Relator, de averiguação por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O problema, Sr. Presidente, é que o Senador Flávio Bolsonaro, em resposta à alegação feita, fez uma ilação que eu considero, no mínimo, Sr. Relator, criminosa, suscitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma reunião pública que nós tivemos com essa empresa no dia 5 de abril, que foi, inclusive, transmitida pelas nossas redes sociais.

Sr. Presidente, ir atrás de vacina não é crime. Aliás, crime foi o Presidente da República não ir atrás de vacina. Nós estivemos atrás da CoronaVac, estivemos atrás da Janssen e da Pfizer. Inclusive, pelo encontro que tivemos com a Janssen e com a Pfizer, trouxemos a Janssen e a Pfizer para se reunirem com o Presidente do Congresso Nacional, o que resultou na Lei 14.123. Fomos atrás e nos reunimos com o Embaixador de Cuba, procurando a vacina também produzida por aquele país e reunimos todas as notícias de vacina que tinha até aquele momento. Ir atrás de vacina deve ser um dever público não somente de todos os Parlamentares desta Casa, como do Senhor Presidente da República. Aliás, algo que nós averiguamos nesta Comissão é a omissão do Presidente da República na aquisição de vacinas. Aliás, o que nós estamos encontrando é que essa omissão ocorreu para beneficiar uma empresa determinada. Ir atrás de vacina não é crime. Comprar vacina superfaturada e propositadamente omitir vacinas devidas aos brasileiros, isso é crime, isso é morticínio. E é isso que esta CPI deve investigar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para... Estamos no início, vamos ouvir os depoentes. Não quero polemizar, mas está claro que não existe sobrepreço – tem auditoria do Tribunal de Contas da União. Os preços promovidos pela Bharat Biotech são preços uniformes, foram vendidos a mais de 13 países; os preços variam de 15 a US$20; o preço vendido ao Brasil foi o menor preço, a US$15. Portanto, eu queria refutar as colocações do Senador Randolfe Rodrigues. E esta CPI, com serenidade, com calma, à luz dos documentos e dos fatos, vai verificar a completa legalidade dos procedimentos adotados pelo Governo brasileiro na aquisição das vacinas da Covaxin.

Em relação ao vídeo do Senador Flávio Bolsonaro, é só pra dizer que a audiência do Senador com o Presidente do BNDES nada teve a ver com vacina; se tratava de outro tema, de outro assunto. Portanto, as coisas não se interligam nem se comunicam. Portanto, quero também refutar as ilações que foram aqui trazidas sobre a presença do Senador Flávio Bolsonaro na Presidência do BNDES.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para complementar – eu havia esquecido –, eu tenho um requerimento de convocação do Sr. Danilo Fiorini. Aí, inclusive, com a vinda dele a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e posterior quebra de sigilos bancários, telemáticos e fiscais desse agente, desse cidadão, nós esclareceremos a verdade sobre os fatos, inclusive o que o caríssimo Senador Líder do Governo alega.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é Danilo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Danilo Fiorini, atuando... Temos informações de que ele foi sócio da Precisa, sócio da Global e objeto, inclusive, também, de investigação no Ministério Público.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas vamos fazer isso depois da presença dele aqui, como tem sido a praxe adotada por essa Presidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não! Claro. Nós vamos convocá-lo. Tem requerimento de convocação dele. Vamos convocá-lo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agora, eu queria aproveitar, Sr. Presidente, queria aproveitar para... Eu tinha já discutido com V. Exa. sobre o esclarecimento. Acho que foi um mal-entendido a quebra de sigilo de um profissional da área da advocacia. No meio de tantos requerimentos que foram votados aqui na semana passada, eu acho que V. Exa. poderia trazer à baila essa informação, no sentido de esclarecer que não foi a intenção da Comissão Parlamentar de Inquérito promover essa quebra de sigilo telemático desse escritório de advocacia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Só para complementar a fala do Senador Fernando Bezerra, o Senador Flávio já esclareceu que o assunto de que foi tratar no BNDES foi assunto de fibra ótica, inclusive para levar para a região do nobre Senador Randolfe Rodrigues, que é a Região Norte do País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou chamar... Solicito à Secretaria que conduza o depoente à Mesa, Sr. Luis Ricardo Miranda, e o Deputado Federal Luis Miranda. Os senhores foram convidados por esta Comissão. Peço para chamar os convidados, os depoentes. (*Pausa.*)

Sr. Luis Ricardo Miranda e Deputado Federal Luis Miranda, os senhores foram convidados por esta Comissão e, por essa razão, não estão obrigados a prestar compromisso de dizer a verdade, mas podem prestar esse compromisso voluntariamente. Os senhores gostariam de prestar esse compromisso?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Sr. Presidente, primeiramente, boa tarde a todos. Quero aqui cumprimentar os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, a toda a imprensa e a toda a população brasileira que aqui nos acompanham.

Os fatos que serão apresentados aqui, em sua grande maioria, são documentos, *prints* de conversas, e não tem narrativas; dificilmente eu me negaria a assumir falar com a verdade durante todo esse depoimento. E eu assumo o compromisso com esta Comissão de não mentir em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Sr. Luis Ricardo Miranda...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor deseja prestar compromisso de dizer a verdade?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

A partir deste momento, os depoentes estão sujeitos ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código do Processo Penal.

Eu passarei a palavra ao servidor do Ministério da Saúde, Sr. Luis Ricardo Miranda, para que, por 15 minutos – e, desejando, um pouco mais de tempo –, possa fazer a apresentação que ele está pedindo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Boa tarde, Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão; Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Relator da Comissão; Exmos. Senadores e Senadoras; Deputados e Deputadas; senhoras e senhores da imprensa; e população. Boa tarde a todos.

Meu nome é Luis Ricardo Fernandes Miranda. Trabalho no Ministério da Saúde desde 2011. Sou Chefe de Importação desde 2018, lotado no Departamento de Logística em Saúde. Coordeno uma equipe – não participo de licitação ou escolha de empresas – somente e apenas na área de execução de importação. Somos a ponta final do processo para que os insumos estratégicos da saúde cheguem ao País.

Meu cargo não é indicação política. Não sou filiado a nenhum partido. Meu partido é o SUS. Minha função é trabalhar para que os insumos e vacinas cheguem de maneira mais rápida possível aos braços dos brasileiros, realizando toda parte de importação e de desembaraço o mais rápido possível. Trabalho em defesa do interesse público.

Acabei de chegar de viagem dos Estados Unidos – peço até desculpa pelo atraso –, uma viagem oficial aos Estados Unidos, Miami, onde fui realizar uma missão humanitária: fui receber e fazer todo o processo de exportação da doação de 3 milhões de doses da vacina da Janssen do Governo dos Estados Unidos para o Governo brasileiro. Cheguei em um voo dos Estados Unidos pela manhã em Viracopos. Fizemos todos os desembaraços da carga. A carga foi direcionada para o nosso Centro de Distribuição.

Foram muitas horas de voo. Confesso: estou cansado. Mas, em atenção ao convite recebido da Presidência da CPI, estou aqui para colaborar com a Comissão e falar sobre o meu depoimento no Ministério Público, o qual foi vazado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria perguntar uma coisa, Sr. Ricardo: V. Sa. entrou no Ministério da Saúde em que ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Em 2011.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Em 2011, através de quê?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Concurso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Quantas pessoas participaram desse concurso público?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) **–** Salvo engano, Senador, foram 50 a 60 mil pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado.

É um servidor público concursado do Ministério da Saúde que exercia, que exerce um cargo que... Só por ele estar aqui hoje e por onde ele foi, merece todo o nosso respeito, porque ele foi buscar 3 milhões de vacinas para os brasileiros – 3 milhões!

Então, obrigado pela sua presença aqui. Eu espero que você possa contribuir para que o Brasil possa melhorar a sua quantidade de vacinas.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Luis Claudio Fernandes Miranda.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) **–** Exmo. Presidente Omar Aziz, eu, antes de seguir... Um dos grandes questionamentos que me fizeram foi: como viemos parar aqui numa CPI, onde não temos negócios com insumos, não temos empresas com insumos de Covid, não temos negócios com empresas de saúde? Trabalhamos para o Governo Federal ambos: eu como legislador e meu irmão como servidor público. Nós somos pessoas ilibadas, honestas, atacadas nos últimos dias porque fomos expostos por uma gravação do Ministério Público Federal que vazou. Não procuramos esta CPI, fomos procurados. Minto! Meu irmão foi procurado. Foi questionado: quem era essa pessoa do Ministério da Saúde que teria dado um depoimento para o Ministério Público Federal?

Eu, na minha atribuição de Parlamentar, procurei meus colegas Parlamentares desta Casa, em especial desta Comissão, desta CPI, para explicar que o caminho poderia ser muito ruim para o meu irmão. Afinal de contas, por que ele estaria dando um depoimento no dia 31 de março, sendo que a grande maioria dos problemas ocorreu na semana que antecedeu o diálogo que nós tivemos com o Presidente da República, no dia 20? Prevaricou? Teria faltado com sua responsabilidade constitucional de sempre defender a população brasileira? Em nenhum momento. Ele me procurou, sabendo que, como Deputado Federal... E aqui respeito todos que estão aqui presentes, apesar da falta total de respeito de alguns para comigo nas redes sociais, utilizando-se de *fake news* e de fatos inverídicos. Eu, como legislador, defensor e fiscal do dinheiro público, fiz somente o que qualquer cidadão brasileiro deveria fazer: levei ao conhecimento daquele que eu acreditei – e ainda acredito, porque ainda não estão esclarecidas quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram as ações tomadas – que deveria tomar todas as ações possíveis para coibir qualquer irregularidade. Não sou policial, não sou promotor de Justiça, não sou investigador.

Eu levei para a pessoa certa, na minha opinião, que deveria dar o devido provimento ao assunto, que é o Presidente da República. Presidente esse que não nega – é impossível negar – que nós estivemos com ele. Ele nos recebeu num sábado, por conta de que eu aleguei que a urgência era urgente, urgentíssima, devido à gravidade das informações trazidas pelo meu irmão para a minha pessoa.

O Presidente entendeu a gravidade. Olhando os meus olhos, ele falou: "Isso é grave!" Não me recordo do nome do Parlamentar, mas ele até citou um nome pra mim, dizendo: "Isso é coisa de fulano". Não me recordo. E falou: "Vou acionar o DG da Polícia Federal, porque, de fato, Luis, isso é muito grave, isso que está ocorrendo".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O Presidente disse que era coisa de um Parlamentar isso, essa falcatrua?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não é... A gente não sabe se é uma falcatrua, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Sim...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O senhor me desculpe, mas eu não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que era...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu falei que as pressões que o meu irmão estava levando para assinar uma *invoice*... O Governo fala, com muita tranquilidade – e quando eu falo o Governo, em especial o Sr. Onyx –, que o tal documento foi logo depois corrigido. Esse logo depois foi depois da visita ao Presidente da República e porque meu irmão não assinou o documento que eles exigiam, pressionado, conforme eu irei apresentar aqui, por *prints*, documentos e fatos. Eu intervi pela forma e o *modus operandi* e porque eu entendo de importação e exportação. Talvez, se não entendesse, acharia aquilo normal. Eu sei o que é uma *invoice,* uma nota fiscal internacional. Eu sei o que que são os documentos de importação. E eu falei pra ele: "Não assina! Não faça! Segura! Estou aguardando o Presidente! Ele vai me responder!". E me respondeu, me atendeu. Entendeu e disse que iria dar o provimento.

Como pode sermos os errados, sermos atacados pelo próprio Palácio do Planalto, por Senadores, colegas que são defensores do combate a um indício de corrupção, porque não podemos afirmar, tem que ser investigado? Estão do lado do errado ou do lado do denunciante, que, em nenhum momento, espalhou tal conversa do Presidente, não gravou o Presidente, não achacou o Presidente, não denunciou o Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vazaram um áudio do Ministério Público Federal, que deu a entender que meu irmão, consciente e sabedor de algo errado dentro do seu ministério, não teria agido. Ele agiu e levou ao Presidente da República, que foi cobrado – isso foi num sábado – num sábado à noite, porque ele estava recebendo mensagem à noite daquele dia, pra ainda dar provimento no documento. Errado. Cobramos o Presidente na segunda, cobramos o Presidente da terça, e na terça me responderam. Verdade. "O Presidente tem muitas outras tarefas, mas irá dar provimento agora". E coincidência ou não, após a nossa cobrança, realmente chega um *e-mail* da empresa, com a última correção. Se não fossemos nós, US$45 milhões teriam sido pagos por uma vacina que até agora não se resolveu e nem sabemos se irá se resolver, para uma empresa que há quem diga que já recebeu, no passado, recurso público, e não entregou também medicamentos para o Brasil. E que, diga-se de passagem, está envolvida também em um recente escândalo aqui, no Distrito Federal. Indício suficiente para qualquer Parlamentar agir, usando suas atribuições legais de defender o dinheiro público e combater o indício de corrupção – para que não usem minhas palavras aqui contra mim.

Então, Presidente, o que eu queria pedir, para ficar claro pra todos os Parlamentares que aqui estão presentes, Senadores, Deputados, todos aqui e, principalmente, para todos que estão em casa... Nós criamos uma *timeline*, um documento que vai ter tudo isso, áudios. Eu quebrei meu sigilo, meu telemático, minhas conversas, inclusive com o meu irmão, desse dia fatídico. E, quando chegar o momento que for do ministério, eu quero me abster de falar, porque quem tem de falar do Ministério da Saúde é o meu irmão, dos documentos do Ministério da Saúde é o meu irmão. Mas, dos diálogos que eu tive com ele, com o Presidente, e as providências que eu tomei, não tenho medo aqui de falar a verdade, tanto que não precisava ter jurado falar a verdade aqui porque eu estou comprometido em falar a verdade, porque, a verdade, ela não tem dois caminhos, a verdade é uma só.

Então, se o senhor me permitir, e se alguém tiver ainda alguma dúvida sobre como foi que paramos aqui, a Rede Globo fez uma matéria de nove minutos. Se quiserem passar, a gente perde nove minutos aqui assistindo. Se não, está à disposição sobre o servidor do Ministério da Saúde o depoimento dele no Ministério Público Federal, onde traz a gente para este momento aqui. Não preciso de palanque e, coincidentemente, meu irmão fala isso nos áudios pra mim. Quando eu falo para ele: "rapaz, a Globo vai te buscar na porta aí para poder saber desse assunto", e dou uma risada, ele fala assim: "Não quero palanque, não quero saber, não quero isso, não quero que ninguém saiba nem que foi eu que fiz. Quem fez foi o SUS, quem fez foi o Ministério da Saúde.". Eu conheço o caráter dele, eu só estou aqui porque eu conheço o caráter do meu irmão, e é pelo meu irmão que eu estou aqui. E entra o meu sangue, porque não corre dinheiro público, desculpa aí, não corre dinheiro público. Não tem denúncia de mexer com o dinheiro público, com o dinheiro do povo. É por causa do meu sangue, sangue da minha família, que eu estou aqui. E com a minha família ninguém mexe. E conosco, nós estamos baseados na verdade e na palavra de Deus.

Presidente, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem. Eu passo a palavra...

Você poderia passar a projeção para que fosse explicado, ponto a ponto, pelo servidor da Saúde, por favor?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, está bom. Está bom.

Vamos começar, Renan, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu consulto V. Exa. se posso fazer as perguntas, se é esse mesmo o *script* da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, no decorrer, se tiver alguma coisa que os depoentes queiram falar, eles pedem para colocar alguma coisa. Mas eu queria que V. Exa. começasse a fazer as perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda, do Ministério da Saúde, já disse, na sua rápida introdução nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é servidor de carreira do Ministério desde 2011. Não foi isso, Luis?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde quando esteve lotado na Coordenação-Geral de Logística de Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu sempre fui lotado no Departamento de Logística. Antigamente, a importação fazia parte da CEOF (Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira). Houve uma modificação no Regimento Interno e passou a ser a CGLOG (Coordenação Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde) e atualmente é da qual eu faço parte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde a posse, continua fazendo parte com a mesma lotação.

Quais são mesmo, se puder repetir, as funções dessa repartição do Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Somos a ponta, o final para que os insumos estratégicos para a saúde cheguem ao País, quando são importados. Toda parte de importação do Ministério inteiro é realizada por nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que atividades V. Sa. desempenha lá?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Coordeno uma equipe de gestores que acompanham processos de importação de vacinas, medicamentos, equipamentos, todos os insumos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

V. Sa. estava lotado nessa mesma divisão do Ministério da Saúde quando dos problemas com a Global Gestão em Saúde ocorreram?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. prestou algum depoimento à autoridade sobre esse caso da Global Gestão em Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para o Ministério Público especificamente ou para...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim. O Ministério Público e a Polícia Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O caso da...

Ministério Público e Polícia Federal.

O caso da Global Gestão em Saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, o senhor me permite?

Para a Polícia Federal foi quando?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desculpa, Excelentíssimo. Eu não lembro o dia exato, mas foi ano passado, se eu não me engano.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas os fatos ocorreram quando, Relator? Só para deixar claro, porque se está colocando com a data 19 o depoimento, mas os fatos ocorreram antes de 19, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Fernando vai ter oportunidade de fazer perguntas, Presidente. Se me interromper, delonga, e eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficando já mal aqui com os Senadores, porque acaba, nas minhas indagações, demorando bastante, consumindo muito tempo dessas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Prossiga, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O caso da Global Gestão em Saúde é conhecido entre os funcionários que atuam na aquisição, recebimento e distribuição de medicamentos do Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa tem má reputação perante os técnicos do Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É de conhecimento, no setor de contratações e execuções de insumos do Ministério da Saúde, que a Precisa Medicamentos pertence ao mesmo grupo da Global Gestão em Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Depois da assinatura do contrato da vacina, acredito que a gente tomou conhecimento pela mídia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

Há algum empecilho na legislação que impeça a negociação direta do Governo Federal com a Bharat Biotech?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que justifica a intermediação da contratação por meio de representante nacional ou outro tipo de intermediário?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Normalmente o fabricante no exterior tem um representante legal em alguns países, e esse representante entrega, faz todo o processo desse medicamento nesse país.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando ocorre o atravessador ou quando não se faz diretamente com a indústria?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso, isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os outros contratos de vacina, Pfizer, Janssen, CoronaVac, AstraZeneca e Sputnik V, têm entre as partes algum representante nacional ou outro tipo de atravessador, intermediário?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A Sputnik tem a União Química; a Janssen, é a própria Janssen; a Pfizer, é a própria Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só uma pergunta: não é obrigado... A Anvisa não obriga a empresa a ter o seu representante direto aqui no Brasil, como a Pfizer tem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Renan! Senador Renan, a Moderna, pergunte sobre a Moderna.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador. Eu estou fazendo uma pergunta: não é obrigada, pela Anvisa, a empresa que vai fornecer a vacina a ter aqui um representante do laboratório?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Ela tem que ter documentação técnica junto à Anvisa e, se ela possui registro junto à agência, só o detentor do registro pode fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma informação sobre a Moderna?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, desconheço porque esse contrato não foi assinado e não chegou ao meu conhecimento ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No ofício de 5/3/2021 do Ministério das Relações Exteriores para a Anvisa, que teve resposta ao Requerimento nº 19 – obtivemos esse acesso –, que transmite teor de comunicação da Embaixada do Brasil em Nova Delhi informando sobre a visita de representante da Precisa Medicamentos à Índia para negociar com a Bharat Biotech o aumento do número de doses da Covaxin a serem adquiridas, consta relato de que o pagamento pela vacina será feito diretamente pelo Ministério da Saúde à companhia indiana. Contudo, o empenho emitido em 22/2/2021 tem como favorecido a Precisa Medicamentos. Pergunto: por que isso ocorreu?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso é feito pela área de licitação, que não é minha parte, é a CGLIS... CGIES, perdão, e eu não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso acontece no pagamento de outros contratos? Tem informação sobre isso, Luis?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. sustenta que recebeu pressões atípicas para que a importação da Covaxin fosse feita às pressas. Poderia nos relatar esses fatos e a cronologia deles?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Senador, para ajudar a Comissão, nós preparamos uma apresentação que ele pode ir explicando, de acordo com a apresentação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele próprio, o Luis?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Pode ser e, no momento em que ele fala comigo, eu falo o que foi que eu fiz com o Presidente. Nós vamos chegar ao momento em que falo eu, mas ele pode explicar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, claro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Por favor, coloque a apresentação. É ele que tem que falar da cronologia do que aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida. (*Pausa.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Pode colocar o primeiro o momento. Ele explica o que é rapidinho, e chega no momento dele. (*Pausa.*)

Pode passar para o momento dele por favor.

São informações, Senadores, que eu tive que colocar, porque explodiu de *fake news;* a gente coloca só para poder acabar com as narrativas terríveis de que nós não temos credibilidade para estarmos sentados aqui. Não respondo em um processo criminal e não tenho nenhuma condenação. Estou aqui representando – acho que todos vocês, não é? – todos os brasileiros no combate a qualquer tipo de corrupção, de qualquer tipo de governo.

Esse vídeo é importante, porque é um vídeo produzido pelo Ministério da Saúde e começa tudo aí. E aí você fala, tá, irmão? Você explica isso aí por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – No dia 16 de março, o setor de importação recebe o *e-mail* da empresa solicitando, com a anuência da Secretaria Executiva, a emissão da licença de importação de embarque aéreo à primeira entrega do Contrato 29, de 2021. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está fora, aqui, da ordem. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que a gente tem que fazer um esclarecimento. Nós podemos ouvir os dois depoentes, mas um não pode estar ajudando o outro. Isso é contra toda a regra das comissões parlamentares de inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto. Correto, Senador.

Eu pediria ao servidor Luis Ricardo Miranda que pudesse explicar toda a cronologia da compra e onde e em que momento houve pressão e o porquê da pressão. E pediria ao Deputado... No momento oportuno V. Exa. irá participar, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sem dúvida, Sr. Presidente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só um minutinho por favor. (*Pausa.*)

Os eslaides da apresentação não estão no cronograma, não estão na lógica. (*Pausa.*)

No dia 16 de março, a empresa solicita o início do processo de importação. No dia 18 de março, o setor de importação recebe um *link* no *site* Dropbox contendo todos os documentos, inclusive a *invoice*, a primeira *invoice*. Eu acho que tem ela...

Pode passar.

Isso.

Nessa *invoice*, o setor de importação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor poderia só explicar para todos que estão aqui e para todos que estão assistindo o que é a *invoice*?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – *Invoice* é um recibo, é uma nota fiscal a qual descreve todo o material, a empresa, de onde vem, quem é o importador, quem é o exportador, quem está recebendo, todos esses dados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses documentos confirmam a existência de três *invoices*, o que significa dizer, em outras palavras, que o Ministro Onyx, o Secretário-Geral da Presidência, mentiu ao fazer aquelas acusações.

É isso mesmo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim. Inclusive, no *link* Dropbox, que não está mais disponível, no *e-mail* enviado pela empresa tinha essa *invoice*. E novamente, no dia 22 de março, a empresa envia essa primeira *invoice* em anexo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É... São três *invoices...*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode prosseguir, por favor. (*Pausa.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso.

Ao ser analisado por um técnico da divisão de importação, foi verificado que Madison Biotech não é uma correspondente do contrato que constava a Precisa Medicamentos e a Bharat Biotech. Outra observação que foi analisada foi que o termo de pagamento era 100% antecipado. Outro requisito era a quantidade de apenas 300 mil doses. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Continue por favor. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quantas doses?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Na primeira *invoice*, 300 mil.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É importante...

Sr. Presidente, desculpa! Desculpa! A *invoice* é feita pelo exportador e é verificado no Ministério da Saúde se ela está de acordo com o contrato. A *invoice* foi corrigida duas vezes não pelo depoente; foi corrigida pelo fiscal do contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, não é possível! Presidente, não é possível!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não foi isso que o Onyx falou! Não foi isso que o Onyx falou!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi isso que...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Foi corrigida duas vezes pelo fiscal do contrato, que busca...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi corrigida porque ele não assinou. Foi corrigida por isso, porque ele não aceitou...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acalme-se, Senador Fernando Bezerra!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... verificação do *compliance* do Ministério da Saúde.

Aqui há uma tentativa inútil, tentativa inútil, inútil, a tentativa é inútil!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse não é o Senador Fernando Bezerra que eu conheço. Nunca vi o Senador Fernando Bezerra desse jeito!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, vamos avançar, que os fatos vão revelar a verdade. Estejamos todos tranquilos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está insinuando que as testemunhas estão mentindo aqui?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na hora certa V. Exa. será informado: não das testemunhas, do processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa. não precisa colocar palavras nem na boca do depoente, muito menos do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na hora correta, na hora certa... Eu só estou tentando acalmar a Comissão para avançar com os fatos, porque, na hora certa, nós vamos enfrentar o que está no processo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não estou tentando, longe de mim, querer colocar palavras na sua boca. Nós estamos atrás dos fatos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. me perguntou se eu estou dizendo que ele está mentindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem: há uma versão dada pelo depoente, que é uma versão dele; e há uma versão dada pela resposta. Mas nós dois, toda esta Comissão e o Brasil queremos saber o fato verdadeiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É aquela velha frase, antiga: tem a minha verdade, a sua verdade e a verdade verdadeira. É dessa verdade verdadeira que nós estamos atrás.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O processo tem a verdade verdadeira, Presidente. Estejamos tranquilos.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Senador... Posso, por favor, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu, como Parlamentar, gostaria de falar 30 segundos.

Eu não vou aceitar ninguém levantar aqui... Eu não precisava jurar falar a verdade, tampouco meu irmão: nós somos convidados. Se for o caso, levantamos e vamos embora, e os senhores continuem defendendo o errado! Não, não, isso é um absurdo! Nós queremos ajudar!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós queremos a verdade! Nós queremos a verdade!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Então espera que vai chegar no e-mail...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Queremos a verdade! Nós queremos a verdade!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É só ter calma! Vai chegar no *e-mail,* e o senhor vai se surpreender.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vai chegar, vai chegar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Só um minutinho! Só um minutinho!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, por favor...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, ele tem o direito de falar. Vai chegar a sua hora, e o senhor vai falar o que o senhor quiser. Anota tudo aquilo que o senhor discordar... Até o próprio Senador Marcos Rogério disse: "Olha, nós vamos corrigir tudo isso, nós vamos falar". Cada um tem seu momento aqui; eu só peço um pouco de paciência. Até porque eles são convidados...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, meu encaminhamento é que o Relator pudesse fazer as perguntas e...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ponto a ponto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e o depoente pudesse ir respondendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está muito confuso, só isso. Isso aí não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou pedindo... Eu quero a cronologia. Nós queremos a cronologia, por favor. Por favor, continue.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – A cronologia, depois a gente vai questionar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois.

Não vamos interromper em benefício do resultado que se quer aqui dos trabalhos.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Depois de... Após ter analisado a primeira *invoice*, foi solicitada uma correção dos dados que faltavam para o registro da LI e dos dados que foram inseridos de modo errado. No dia 23 de março, foi enviada uma segunda *invoice*, na qual foi corrigida a quantidade de doses. Entretanto, permanece a empresa Madison, os 100% de pagamento antecipado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inserido o frete e o seguro, somando 45.929.867,02. Esse valor, se dividido pelo número de doses, de 3 milhões de doses, é superior ao valor unitário de US$15 constante no contrato. Foi apresentado isso pra empresa para mais uma correção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode repetir? O senhor pode repetir esse trecho que o senhor falou agora?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se puder, nós vamos interromper também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O tratamento tem que ser o mesmo. Não pode ter interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só falou um, já pulou três. Por favor, Senador Randolfe...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estamos tranquilos, Senador Humberto, tranquilos, absolutamente tranquilos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço... Eu vou fazer as contas aqui pra você. Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado. Eu lhe agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Vamos lá, continue, por favor.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – No mesmo dia, no dia 23, a empresa apresenta a *invoice* corrigida, com os valores e os dados corretos conforme o contrato, porém, 11h da noite. Foi encaminhada para o fiscal do contrato a autorização para continuar com a execução do processo, pois a *invoice* trazia um quantitativo menor ao que constava no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – E também foi solicitado ao fiscal do contrato para que seguisse com a Madison, que não constava no contrato. A empresa Precisa Medicamentos informou quem era a Madison, agente comercial responsável pela emissão da LI, possui o mesmo quadro societário e é encarregado de todas as emissões da bio. "Estamos providenciando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declaração, mas, como representantes e signatários do contrato, informamos que estamos de acordo com a pró-forma enviada." No dia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso já é uma coisa muito estranha também, porque, se são os mesmos acionistas, por que pagar em uma empresa em paraíso fiscal e não diretamente na empresa contratada?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator, não faça essa colocação. Isso é normal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é normal. Se V. Exa. soubesse como são pagos os contratos internacionais do Ministério da Saúde, pode ser paga, sim, a terceira parte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou querendo me informar. Eu estou querendo me informar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é absolutamente normal. Não diga que isso é anormal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não. Eu não falei isso. V. Exa. que está falando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O senhor falou que era estranho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. falou que era estranho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei para ele: "Isso é estranho, Luis?" É estranho, Luis? Repito a pergunta. É estranho isso?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

Eu sou bem disciplinada, mas, no meio do tumulto, no início da fala do convidado, ele estava falando... Realmente, não há pegadinha, eu quero apenas compreender, eu estou aqui acompanhando, e as letras estão muito pequenas. Ele estava falando... Pelo que eu vi, tem três *invoices*, mas ele estava falando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um anexo do primeiro e ele interrompeu o raciocínio dele, já foi para o segundo, e eu fiquei perdida. São três *invoices*, fora a retificação do primeiro, que tem um anexo? É só pra eu entender, Senador. Eu não quero aqui atrapalhar nada, mas, se eu não compreender, não vou conseguir fazer os questionamentos posteriores.

Então, se ele pudesse rapidamente retornar a essa... Esse ponto é muito importante. Se o senhor pudesse retornar com rapidez, eu agradeceria, pedindo desculpa e paciência aos colegas.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A gente recebeu a primeira *invoice*, identificou os pontos divergentes do contrato, só que essa primeira *invoice* a gente recebeu através de um *link* Dropbox, onde foi realizado o *download,* e também recebemos no dia 22, três dias depois, isso por *e-mail* em anexo, a mesma primeira *invoice*.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) **–** Porque foi solicitado, é isso? É por isso o anexo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) **–** É porque no *link* do Dropbox a gente tinha uma dificuldade por âmbito da internet do ministério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** O mesmo documento? Sem nada acrescido? Só pra poder entender.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso, isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Muito obrigada. Desculpe a todos, é que a inteligência aqui é mediana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Desculpa, Senadora, não admito, não apoio a senhora, não a apoio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não apoiada nessa parte, não apoiada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Estão achando que eu estou querendo tumultuar, e eu só estou querendo entender, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não apoio a senhora nesse item.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não se pode falar mentira aqui, Simone. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. não pode falar isso sobre V. Exa., porque nós todos discordamos disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agora, seria importante...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – No dia 22 de março, foi autorizada pela fiscal do contrato, Regina Célia Silva Oliveira, da SDS, a continuidade do processo para o quantitativo menor de 3 milhões de doses e a empresa Madison.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Este é que é o problema: é que as informações não eram as do contrato, e eles detectaram que estava havendo uma burla. Não é isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É, tinha falhas na *invoice*, e encaminhamos todas essas falhas para a fiscal do contrato, que é a responsável pela execução para dar o "de acordo" ou não para a continuidade do processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A terceira *invoice* foi corrigida, conforme o contrato, e autorizada pela fiscal do contrato, onde foram feitos todos os reajustes, ajustes solicitados. Diante disto, da autorização da fiscal do contrato, do ofício de pedido de excepcionalidade assinado pelo diretor do Departamento de Logística, por a *invoice* estar com os valores e medicamentos conforme o contrato e autorizado pela fiscal do contrato, no dia 24, foi aberta uma Licença de Importação, e foi solicitado o pedido de excepcionalidade para a Anvisa, o qual foi negado no dia 30 de março, faltando CBPF, que é o Certificado de Boas Práticas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem aprovou o uso da Madison?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Foi a fiscal do contrato, pra continuar com essa empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é o nome dela?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Regina Célia. Só um minutinho, por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mas ela é funcionária do Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só pra saber, porque nós estamos levantando tudo isso. São informações importantes.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria tirar uma dúvida, Sr. Relator e Sr. Presidente. É uma dúvida formal.

Não há nenhum óbice de uma terceira empresa ser responsável, como no caso dessa empresa. A questão que me parece que é o problema é não constar no contrato. É essa que é a questão central: não consta no contrato da Precisa com o Ministério da Saúde uma terceira empresa que receberá o pagamento. Esse é o problema que eu estou entendendo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Como área de execução, nossa lei, nosso norte, nosso baseamento é o contrato, e tudo o que foge do contrato é apresentado para o fiscal pra aprovar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É irregularidade.

E, nesse caso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ao transferir pra uma *offshore*...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... receber, ao invés da empresa localizada no Brasil...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é um óbvio movimento que dificulta o controle e a fiscalização.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Discordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso, Luis?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, só pra esclarecer aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não faça... Pergunte, mas não faça afirmações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Faça perguntas, e não faça afirmações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso, Luis?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É normal, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... essas empresas farmacêuticas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso fazer... Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... trabalham com *offshore*. A Pfizer trabalha com *offshore*, a AstraZeneca trabalha com *offshore*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente... Não dá, né, Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não queria ver fantasmas onde não existem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente, hoje está difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Assim não dá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Assim não dá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não dá pra poder construir essa narrativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Faça as perguntas, mas não faça afirmações...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, eu peço, por favor, V. Exa. terá todo o tempo pra desconstruir tudo o que o senhor achar que é narrativa. Agora, neste momento, tudo o que se falar aqui, qualquer Senador tem o direito de falar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, mas isso está acontecendo não é só com o Senador Fernando Bezerra, não. Agora, quando é pra apoiar as afirmações dos depoentes, aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu tenho que cortar a palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já pedi para o Senador Rogério Carvalho.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu já fui interrompido por vários Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já pedi também para o Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas pra apoiar as declarações dos depoentes, é pra isso que estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço aos Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Apoiar?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Apoiar? Apoiar?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. *Fora do microfone.*) – Nós temos que ouvir as informações... Nós não estamos aqui pra apoiar nada, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso foi um ato falho! Ato falho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Apoiar? A máscara cai. Apoiar? Nós estamos atrás da verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Apoiar ouvir os depoentes.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Nós temos que ouvir e esclarecer os fatos, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Apoiar os depoentes, ouvir os que eles têm a dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador quis dizer apoiar o aprofundamento dos nossos trabalhos da investigação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, sim. É isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não pode falar isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito melhor, Senador – muito melhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Apoiar mesmo para os depoentes serem ouvidos, porque eles querem falar, e vocês não deixam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É bom. É bom. Muito bem, Relator. Isso, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu pergunto se eu posso continuar os trabalhos da CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É que a base do Governo hoje está muito tensa. Não sei por que, Presidente. Eles nunca foram assim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que é o contrário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A base do Governo hoje está muito tranquila.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que é o contrário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fernando, eu não estou te conhecendo hoje.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos absolutamente tranquilos. Nós temos fatos que a gente vai trazer aqui, ao longo do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estamos absolutamente tranquilos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Fernando que está aqui não é o Fernando que eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Fernando... Senador Fernando Bezerra, por favor. Senador Fernando Bezerra, eu peço por favor aos Srs. Senadores. As Sras. Senadoras não estão atrapalhando a CPI. Quem está atrapalhando são os homens aqui. Então, peço para os homens que tenham um pouco mais de tranquilidade, que nós vamos chegar e ouvir todo mundo. Nós temos muito tempo aqui. Se a gente tiver que ficar até amanhã de manhã, vamos ficar até amanhã de manhã. Não tem problema. Agora, vamos lá.

Eu só queria te perguntar uma coisa: sem a tua autorização, poderia fazer a importação da vacina?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eles autorizaram assim mesmo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Baseado na autorização do fiscal do contrato, a assinatura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da Ana Regina?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Da Regina Célia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

A Ana Célia terá que vir depor aqui para saber como é que passa por cima...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só fiz uma pergunta. E a pergunta é pertinente. Eu não estou fazendo nenhum tipo de juízo. Eu perguntei ao depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu perguntei ao depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. V. Exa. deixa eu falar e o senhor fala.

Ao depoente: só pode importar vacina com a sua autorização, com a sua assinatura? "Sim" ou "não"?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A gente que dá continuidade ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E por que a servidora Ana Regina deu essa continuidade?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, reitera a pergunta sobre a assinatura para ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... só sobre assinatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunta de novo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que ter a assinatura dele?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunta de novo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Pergunta de novo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sob juramento, ele vai responder a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acabei de perguntar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunta sobre a assinatura dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Já respondeu, já respondeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Pergunte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem que assinar esse documento para importação?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Assinar não, autorizar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Autorizar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E sem a sua autorização...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas fala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador. Calma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ué, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma, por favor.

É uma pergunta simples, objetiva, não tem nem um contexto.

Sem a sua assinatura autorizando, alguém pode autorizar no seu lugar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Tem os gestores, mas eles não fazem sem me consultar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E a Ana Regina autorizou no seu lugar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ela é a fiscal do contrato e responsável por toda essa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – ... execução desse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho, só.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Ele está sob juramento. Pergunta de novo se ele tem que autorizar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ah, me erre.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Continue, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, Presidente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Senador, o senhor está querendo o quê? Constranger a testemunha. Para com isso, Marcos Rogério.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Não...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Como meu amigo, por favor, deixa ele tranquilo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Não, espera aí.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** "Sob juramento", "sob juramento", é demais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Espera aí... Mas o depoente não pode presidir a sessão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Nós não estamos num parquinho, não. Aqui é depoimento, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** O depoente está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, mas não tem que estar constrangendo a testemunha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eles querem isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Depoente não pode presidir a sessão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eles querem isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos vendo aqui uma inversão de valores.

O depoente quer assumir a Presidência da sessão?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Vamos ouvir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só fiz duas perguntas objetivas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – E eu reforcei a pergunta de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas depois o senhor pergunta para ele. O senhor vai ter tempo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até bastante tempo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – As informações trazidas colidem com as atribuições do cargo do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é ele que...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... pra ficar claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como é que chegou a essa conclusão?

Ah, Presidente, aí é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor é Ministro da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Ele não tem competência para autorizar nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, rapaz, agora sim. Agora sim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Presidente, está tendo uma obstrução...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora sim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. hoje, meu amigo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hoje ele está demais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Senador Fernando Bezerra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hoje ele está demais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje V. Exa...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, hoje ele está bom. Hoje ele está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Não, Presidente, é porque, quando se ouve algo alguma coisa que é totalmente fora do devido processo administrativo, é realmente algo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço ao depoente que continue.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Finalizei a parte da solicitação de importação ao qual foi negada para a Anvisa. E apresentei as três *invoices*. (*Pausa.*)

Continuo o eslaide?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – No dia 24 de março, recebi uma notificação do Ministério Público para prestar esclarecimento sobre o inquérito civil.

No dia 31 de março, foi agendado – cadê? – para falar junto à Procuradoria sobre este caso, sobre este inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora são conversas no WhatsApp que recebi sobre esse processo de tramitar de modo mais rápido algumas cobranças fora do comum e do padrão no nosso setor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – No dia 19 de março, o Coronel Pires encaminha para o WhatsApp dois contatos: de um coordenador da SVS e do representante sócio da empresa Bharat Biotech, Max, da Precisa, solicitando: "Meu amigo, estamos com muitos brasileiros morrendo. Precisamos fazer tudo para ajudar. O representante da empresa veio agora à noite falar com o Elcio para agilizar a LI para encaminhar as vacinas esta semana, quatro milhões" – 11 horas da noite.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

Durante toda a execução desse contrato, diversas mensagens recebi, ligações, chamadas no gabinete sobre o *status* do processo desse contrato.

No dia 21 de maio, por exemplo: "Luis, boa noite!". É o Alex Leal Marinho, coordenador. "Novidades sobre a Covaxin? Liguei para a empresa e não consegui falar." "Perdão! Boa noite! Liguei e não consegui falar com você." "Sem problemas. Teve novidade?" "Mandei mensagem para a Emanoela, que está na Índia. Acredito que, por conta do fuso horário, umas oito horas, não tivemos resposta."

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Luis, quem é o Coronel Pires, por favor?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Coordenador de Logística. É o meu chefe. Era o meu chefe superior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Era seu chefe?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Essa coordenação é ligada a que secretaria?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Secretaria Executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, Secretaria Executiva...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso, ao Departamento de Logística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... cujo ocupante era o Sr. Elcio.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ocupante era o Sr. Elcio.

Obrigado.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Em 23 de maio: "Alguma novidade sobre a Covaxin?".

Oi?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Que dia foi isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Foi 23 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que dia foi 23 de maio?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Domingo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Domingo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Domingo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Cinco horas da tarde. (*Pausa.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Acho que, em plena pandemia, qualquer horário é horário, não é? (*Pausa.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parou por quê? Por que parou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode falar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parou o depoimento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso é a conversa contigo, com meu irmão, sobre o caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há este diálogo aqui: "Quero saber se serão responsabilizados e pagarão pelos seus crimes. Só isso eu quero saber". Esse diálogo foi seu com quem exatamente, Luis?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Esse é do meu irmão, não é? Esse é o que questiona, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ah, é seu irmão, que lhe questiona.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pode prosseguir.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Dia 20 de março, um *link* de uma reportagem: "Empresa que negocia vacina da Índia com o Governo é investigada por venda de testes rápidos no DF". "Sócio de empresa de vacina indiana deve R$20 milhões à Saúde por não entregar remédio".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma outra pergunta sobre isso, Luis: na conversa, anteriormente, no mesmo no mesmo diálogo, você diz: "Te falei desde o início dessa nova gestão. Era nítido que ia explodir uma hora ou outra". Referia-se a o quê nessa questão? Por favor, Luis.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Baseado no contrato da Global e ciente da mídia que era o mesmo sócio, a gente, todo o ministério que fez parte do processo da Global tinha essa suspeita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, pode continuar.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É a parte do adjunto.

Você quer falar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vamos passar para o Deputado Luis Claudio, porque essa parte da continuação dos diálogos foi a participação do Deputado Luis Claudio.

Por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) **–** Senadores, eu só vou ler o que está escrito, e a gente evita polêmica. Se tiver dúvida, eu respondo depois.

Volte só um eslaide, por favor.

Na verdade, eu coloquei lá em cima, porque é uma conversa minha com ele. É mais fácil eu explicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está num grupo, ele bota uma matéria nesse grupo e eu o questiono, porque ele já tinha dito pra mim: "Eu te falei". Ele tinha dito: "Essa gestão está atropelando procedimentos. E não é normal atropelar procedimentos. Essa nova gestão atropela procedimentos". E, aí, a gente já tinha conversado sobre isso no passado, então falei assim: "Eu só quero saber se serão responsabilizados e pagarão pelos seus crimes. Só isso que eu quero saber". Isso num grupo, aberto, não é pra estar aqui. Não fiz pra poder ser midiático. Isso é um grupo de amigos, fechado. Só entre amigos. Ali: "Infelizmente não acho que isso aconteça". Aí, ele segue no mesmo diálogo, ou seja, pelos horários, não foge muito, não é? Tem os horariozinhos embaixo. Esse é o meu telemático sendo quebrado para a gente poder ter o máximo de transparência possível aqui.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Mas você cadastra o seu irmão com o nome completo e a função dele?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** É porque, às vezes, as pessoas pedem para eu indicar o nome dele e, aí, para não colocar: irmãozinho, e tal, eu coloco o nome dele, quem ele é.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pode prosseguir.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Diga-se de passagem, foi para o Sr. Eduardo Bolsonaro, quando eu fui enviar, para ele saber exatamente quem era, quando eu fiz a primeira vez a alteração no nome do meu irmão, em vez de: Ricardinho, como estava antes. E foi pra ele que eu encaminhei, quando tinham outros problemas de 2020, que ele tinha alegado pra mim. Eu mandei: "Está aí o contato". Se quiserem, eu coloco o *print* também na tela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente, vamos pedir...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Não, só questionando...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Quando chegar na minha hora, eu pergunto. Eu peço desculpas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... com os questionamentos, porque senão não tem sentido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Eu estou respondendo o Senador; Senador da sua base.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas... Colegas... Colegas...

Deputado Luis Claudio, somente prossiga o histórico daí. Somente prossiga o histórico.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Perfeito.

Então, ele coloca uma matéria, matéria essa que fala assim: "Empresa que negocia vacina da Índia com o Governo é investigada por venda de testes rápidos no DF". Essa empresa... Nesse caso, aqui no DF, ocorreu inclusive a prisão do secretário e de todos os membros envolvidos ali no caso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu preciso interromper...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... ambos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – , porque existem declarações do TCU sobre a regularidade desses contratos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando Bezerra, por gentileza. O depoente está prosseguindo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixe-me seguir, Senador. Eu só estou lendo os textos, Senador. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso daí é do depoimento dele, é o depoimento dele. Depois, V. Exas. vão poder questioná-lo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a palavra ao depoente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – E, na sequência, eu falei assim: "Ambos estão brigando para 2022, matando o povo". Isso aí é um comentário que a gente faz em cima de um erro, porque a gente entende que politicamente não é o momento. Aí eu falei: "E tem mais". E aí ele coloca outra matéria, eu não vou ficar lendo que aqui para evitar polêmica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a próxima página.

Aí, ele: "Eu fui à Polícia Federal testemunhar por causa desse caso". Aí ele explica que, naquele caso, ele já tinha sido, inclusive, testemunha na Polícia Federal. Aí, eu falei assim, e aí eu comento: "Mas nunca dá em nada". E ele: "O delegado disse que vai dar; se depender dele, prende todo mundo. Esse sócio me ligou hoje" – no caso, o sócio da empresa. E ele fala pra mim: "Ele, o secretário executivo, o diretor, pressionando para andar rápido com a importação dessa vacina". Esse diálogo que eu tenho com ele, ele me chama *inbox* – se quiser eu vou lá no *inbox* e depois eu volto para essa conversa com o ajudante de ordem, porque ali, pelo horário, acho que alguém pode ter confundido.

Então, eu falei que eu fiz um comentário, estou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, eu não estou conseguindo ler porque está muito distante.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas o papel que está com a senhora é esse mesmo documento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Ah, sim, mas na parte branca também está mal. Quem é esse diretor aqui?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – No papel também está muito ruim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está muito ruim. Só quem é o sócio e quem é o diretor, só para eu anotar, por favor, para eu entender o enredo aqui. É que eu estou estranhando, eu estou estranhando um servidor público de carreira receber telefonema ou mensagem de empresa privada que tem contrato, ou que vai assinar um contrato bilionário com o Ministério da Saúde. Por isso eu estou querendo entender quem é o diretor – se é da empresa ou se é o diretor do Ministério da Saúde – e quem é esse sócio; só isso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Luis Ricardo, pode responder?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – O diretor desse caso que eu recebi foi o Maximiano, uma ligação dele no sábado pela manhã.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então é da empresa, não é diretor de dentro do Ministério?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Do ministério também...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E quem é esse sócio?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas quem é o sócio?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ah, então o diretor deve ser o de Departamento de Logística, meu diretor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, sim.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – E o sócio o Maximiano.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, tá, obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O Deputado Luis....

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixe-me continuar, porque, aí, fica claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para não seguir muito sem a gente esclarecer um fato. Citou que botou o nome completo do Luis Ricardo exatamente para atender a um pedido do Eduardo Bolsonaro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É. Ele: "Manda o contato do seu irmão que eu vou procurá-lo quando"...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Mas o nome não está completo não, só o primeiro nome.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Procurá-lo para...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O sobrenome não está incluso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Procurá-lo para...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Nós conversamos no Plenário, eu e o Deputado Eduardo Bolsonaro, sobre problemas que vinham sendo denunciados pelo meu irmão já ao Palácio. Eu falei para ele que foram entregues por duas vezes denúncias relatadas pelo meu irmão ao Ministro Onyx, e que uma hora poderia estourar no Governo, que era importante que ele desse atenção a isso. E mando o contato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ele do meu irmão, e coloco bonitinho quem é ele, o cargo e tudo, para que ficasse fácil ele conversar com meu irmão e localizá-lo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Você tem isso em mensagens?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Tenho, sim, senhor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Você tem essa conversa com o Eduardo em mensagens?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tenho, sim, senhor. Essa conversa foi feita em Plenário, mas, no momento em que eu mando o contato dele, eu mando, eu tenho aqui no meu telefone, eu estou aqui para fazer no meu telefone...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Luis Ricardo, e ele telefonou para você?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não; perfeito, Luis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele telefonou, Eduardo Bolsonaro? Não, né?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixe-me dar prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Então, o que acontece? Meu irmão comenta; aí eu faço um comentário, o seguinte: "Estou com uma denúncia cabeluda do Ministério da Saúde e ainda não respondeu. Se não fizer nada, é cúmplice". A denúncia que eu falo é o seguinte, eu corro atrás ali do ajudante de ordens e peço assim: avise o Presidente. "O Sr. Israel também pegou"... E, aí, o assunto muda. Mas ali é o seguinte – esse eslaide do meio é o mais importante –: eu escrevo para o ajudante de ordem do Presidente da República, por conta de que reconheço que o Presidente deve ter uma agenda bem complicada, e ele está sempre do lado dele, e aí eu coloco: "Boa tarde, Diniz, avise ao Presidente que está rolando um esquema de corrupção pesado na aquisição de vacinas dentro no Ministério da Saúde. Tenho as provas e as testemunhas. Sacanagem" – aí uso uma expressão que não quero citar aqui – "a pressão toda sobre o Presidente e esses caras roubando". Na verdade, você vê que ali, claramente, eu estou defendendo o Presidente, o que me estranhou o Palácio reagir contra mim. É até pelo escrito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Luis. É que o depoente foi ao banheiro. O outro depoente, o servidor Luis Ricardo Fernandes, foi o banheiro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu posso prosseguir, porque, na verdade, a minha fala aqui não chega na dele. Ali é meu momento com o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Se os senhores permitirem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Pode continuar, Luis Claudio.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Então, ele manda a bandeirinha dizendo o seguinte: "li".

Entendendo a urgência e a emergência, eu reforço novamente: "Não esquece de avisar o Presidente. Depois não quero ninguém dizendo que eu implodi a República. Já tem PF" – e uso outra expressão que não deveria ter usado – "no caso, ele precisa saber e se antecipar". Porque se tem algo errado, quem luta pelo Governo, quem quer defender o Presidente da República, quem quer que o Governo dê certo quer que o Presidente aja antes e não permite que essas coisas deem seguimento. Foi o que eu fiz. Volto a dizer: me estranha a base do Governo ficar contra quem está defendendo o dinheiro público, a saúde, salvar vidas.

Bandeirinha, de novo, dizendo que recebeu.

Aí, ele me liga, o Diniz me liga e fala o seguinte: "Deputado, o Presidente quer lhe receber agora de tarde. O senhor consegue vir às 16h30?". Eu falei: sim, senhor; perfeito, irei eu e o meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – De que dia isso, Luis?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – No dia 20 de março, um sábado. Aí, eu explico para ele que eu estou a caminho, né? Escrevo: "Estou a caminho".

Para que fique claro, as conversas que antecederam a minha decisão de mandar essa mensagem para o Sr. Diniz vou abrir no meu telefone aqui, gente, porque eu não deletei nunca as mensagens. Realmente, a leitura... Me perdoem. Se eu soubesse que tinha ficado tão pequenininho, tinha feito maior. Mas eu acho que a gente ganha com qualidade aqui se a minha leitura for propícia. Ainda vou tentar aqui, fica melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que me fez – passa um eslaide, por favor – tomar a decisão de chamar o Presidente da República? Foi o fato de o meu irmão escrever para mim o seguinte... O delegado teria dito para o meu irmão, me chamou no *inbox*: "Ele me disse que qualquer ataque à testemunha podia falar com ele". Aí passou o telefone para a gente. "Então hoje você deveria acusá-lo que estão te pressionando" – avisá-lo, né?; saiu "acusá-lo" – "avisá-lo que estão te pressionando para importar logo a vacina". Aí, ele: "Ligaram ontem de noite. O assessor do secretário executivo" — isso, no sábado, né? – "me ligou às 22h30 dizendo que o cara da empresa estava lá". No sábado, às 22h30. Ele: "Muito estranho esse encontro sexta à noite". Aí, eu: "Avisa a PF".

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Quem é o assessor, por favor? Só para eu anotar. Assessor do secretário disse que estava com alguém da empresa num sábado à noite. Então, quem é esse assessor que estava fora do trabalho conversando com alguém que estava negociando um contrato de R$1,6 bilhão?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Eu tenho aqui o eslaide dele, anteriormente, porque ele manda mensagem para o meu irmão na sexta-feira, porque, na cronologia... Ele é o primeiro eslaide que os senhores podem acompanhar quando começam os eslaides de WhatsApp. É o Sr. Coronel Pires. Tanto que, na conversa com meu irmão, ele manda os contatos do... No caso aqui, parece que é um diretor do Ministério da Saúde. E o segundo é do Sr. Max, da Precisa. Ele manda o contato dos dois, né? E, aí, ele cobra do meu irmão o devido provimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Deputado Luis, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Seguindo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deputado Luis, por favor. No diálogo: "O assessor do Secretário Executivo me ligou às 22h30 dizendo que o cara da empresa estava lá. Muito estranho esse encontro sexta à noite". Quem é o cara que estava lá?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi o que eu perguntei, Senador Renan. Era Coronel Pires.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Pires.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Coronel Pires é o servidor do Ministério da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o servidor, não é o cara da empresa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... que estava...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O cara da empresa referido.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu acredito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso que eu estou perguntando. Eu estou perguntando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ele manda aqui para mim. Ele mandou um *print.*

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu acredito que seja o Max.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Está aí com vocês: Max... Está na mesma conversa lá.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Maximiano.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Max Precisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O próprio assessor, funcionário do Ministério da Saúde, manda um contato para o meu irmão para falar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Você ligou para ele?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não. Ele me ligou pela manhã. No outro dia, no sábado, pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Quem te ligou?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Maximiano. Não sei quem passou meu contato para ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele já tinha teu telefone? Ou...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Acredito que o Coronel deve ter divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu não tenho relação com o Ministério da Saúde. Meu irmão falou comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. O telefone do seu irmão.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não. Isso aqui é um *print* que o meu irmão me manda. Olha o cara aí. Você vê que na conversa é um *print* que ele manda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Exatamente. Ele passou o telefone para o Eduardo Bolsonaro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ele passou o *print* para mim, para ver que o chefe dele passou o telefone para ele.

Nesse momento, o diálogo com meu irmão é de denúncia, denunciando para um Deputado Federal fazer alguma coisa por ele, porque ele está numa situação espremida.

Seguindo: "Elcio é o Secretário-Executivo" – ele me explica. Ele: "Faça o seu trabalho, mas não deixe de avisar à PF".

Max é o sócio da empresa. Respondendo à pergunta dos senhores, ele já tinha respondido para mim também. Ali está cronologicamente no horário, está, senhores?

E aí tem dois áudios que aqui estão, que a pedido do meu irmão, ele pediu para não passar, mas eu acho que aqui nós temos que ser sinceros o máximo possível, transparentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor, Luis.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Se tiver alguma coisa que desagrade ele, me perdoe, meu irmão, mas eu acho que toda conversa tem que ser transmitida aqui hoje.

Os senhores conseguem clicar nesse audiozinho ali? Tem dois. Eu acho que o de cima... Não. Volta lá no mesmo eslaide. Acho que é só clicar no áudio. Fabrício Carlos.

(*Procede-se à execução de áudio.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Aí o segundo áudio.

(*Procede-se à execução de áudio.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixa eu continuar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem uma coisa, tem uma coisa também muito importante aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Seria bom esclarecer quem são essas pessoas que estavam pressionando, não é?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tem tudo aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É sobre isso que eu vou perguntar.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É o que eu estou dizendo. Eu vou chegar em tudo. Eu fiz um jeito para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deputado Luis, Deputado Luis, uma pergunta que não pode calar.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Está bom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No diálogo diz o seguinte: Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacina, disse que não assinaram porque...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixa eu chegar lá, então. Vamos lá? Podemos ler?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Porque aí eu cheguei aqui. Aí: "Ruim, maninho. O que não dá é pra denunciar e ficar no anonimato". Ele não queria denunciar, porque ele sabia que cedo ou tarde o nome dele estaria aqui, como está agora.

Ele: "Ficar exposto, tudo o que falo é escrito e tenho que assinar", se ele for fazer uma denúncia, como servidor público.

Aí eu: "Diga para o delegado que está avisando, mas não quer ser exposto, tem que ser anônimo. E ele que investigue".

Aí ele: "Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacina disse que não assinaram porque os caras cobraram dele propina para assinar o contrato. Vou perguntar para ele se tem provas".

Aí, no meu tempo, ele me mandou: "Recebi mais uma ligação". Aí eu: "De quem?" "Do meu coordenador".

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Deputado, só para esclarecer: quem é que diz que estava cobrando propina, quem é o seu outro interlocutor? O senhor está trocando mensagens...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Eu estou trocando com o meu irmão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com o seu irmão. Então, o seu irmão estava dizendo que estava cobrando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Meu irmão falou assim: "Aquele rapaz que me procurou..."

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, ele está negando.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O senhor, por favor, o senhor sabe para onde está tentando ir. Escute. Vou ler de novo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vai ler de novo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Vamos ver juntos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Ele está aqui como depoente. Todos eles.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, eu estou aqui como convidado.

Senador, o senhor me respeite como Parlamentar. Não vai adiantar, o senhor não vai me irritar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Deputado, só um minutinho

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, não pode irritar a testemunha!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado, Deputado, eu peço...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O senhor está fazendo um papel, um desserviço à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado, V. Exa., só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Leia de novo, Luis, leia de novo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Aquele rapaz que me procurou dizendo que tinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir aqui, somos todos Parlamentares, mas, na condição que V. Exa. está aqui, V. Exa. está aqui como testemunha, como depoente. E eu peço, da mesma forma que eu peço respeito aos depoentes, os depoentes têm que ter todo o respeito aos Senadores e Senadoras aqui, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convidados, sim, mas estão dando um depoimento, fizeram um juramento aqui, apesar de não querer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Espontaneamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Não vou levar desaforo para casa, não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Podíamos ter lembrado disso com a Nise Yamaguchi, ter falado menos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não estou fazendo nenhum desaforo ao Deputado, eu tenho tratado ele bem.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, o senhor sabe o que o senhor fez.

Deixa eu continuar então, porque aí esclarece sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho... O Senador Fernando Bezerra pediu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quem é que estava falando que tinha propina? É o seu irmão? É só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele perguntou se era o seu irmão que estava te dizendo ou era você dizendo para ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, ele vai ler, ele vai ler. Leia, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Posso ligar meu microfone?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ligar.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Obrigado.

Vou ler novamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – "Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacinas", a pessoa falou para ele: "Tenho vacina", "diz que não assinaram porque os caras cobraram dele propina para assinar o contrato", os caras, ele fala, os caras...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É seu irmão que...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Meu irmão está escrevendo para mim isso, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é o rapaz...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele está, ele está... Eu perguntei a ele ali e ele disse que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, isso não pode, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Deixa eu continuar a leitura, gente, por favor. Não vamos cumprir nenhum raciocínio...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O seu irmão, eu perguntei aqui a ele, ele está negando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ele está negando o raciocínio do depoente. Isso não dá!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente principal aqui é o Luis Ricardo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, não, os dois são iguais. Nós estamos aqui para depor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O servidor do Ministério da Saúde é o Luis Ricardo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Ele está dizendo que está falando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu estou lendo as conversas, Senador. Deixa eu continuar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está lendo as conversas dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Calma, nem precisava ter trazido. Então, deixa eu ler, deixa eu esclarecer para o senhor, porque se tem alguém dentro do ministério cobrando propina, a gente tem que lutar para tirar lá de dentro, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tirá-lo de lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

Peça ao depoente que junte esses áudios e esse material todo no processado e aí o Relator pode fazer objetivamente as perguntas e a gente avança.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Leia, por favor. Eu já tinha perguntado isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você, Deputado, por favor, esclareça uma coisa, esclareça para todos nós e para quem está nos vendo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho, só uma pergunta, por favor, por favor.

Deputado, "aquele rapaz que me procurou para falar da vacina", quem é aquele rapaz, Ricardo Miranda? Ricardo, quem é aquele rapaz?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, nos ajude.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Foi um servidor do ministério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nome?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) – Não, não, não, quem foi o rapaz, o vendedor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O rapaz que diz que pediram propina dele? E quem pediu propina dele, isso que eu quero saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito importante essa informação.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone*.) – Mas aí quem pediu propina dele só ele vai saber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. É uma pergunta muito objetiva.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quem tem que responder é ele, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, calma, Ciro... Ciro, não, Senador Ciro, por favor, eu estou perguntando ao Luis Ricardo. Ele está como convidado.

E eu quero te dizer que hoje você está como convidado. Se V. Exa. não quiser responder, eu o convocarei pra vir aqui pra responder. É diferente, aí V. Exa. vai ter que me dizer de quem é o nome, de quem é o nome do servidor que pediu propina daquele cara da vacina? Que é isso que está aqui escrito. Alguém pediu propina do... É isso que está aqui.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sim, mas aqui o que ele está escrevendo é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Luis Ricardo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Deixa a resposta, queremos a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Ricardo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Deixa eu explicar, calma aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fala aí, Ricardo, por favor.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O Ministério estava sem vacina e um colega de trabalho, Rodrigo, servidor, me disse que tinha um rapaz que vendia vacina e que esse rapaz disse que os seus, alguns gestores, estavam pedindo propina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Qual rapaz?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Qual rapaz?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Ele não citou o nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ricardo disse pra ele, o Ricardo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rodrigo, o Rodrigo disse pra ele que tinha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Chama o Rodrigo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Aí, chama o Rodrigo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma! Só isso, está esclarecido.

Então, quem falou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Então, chama o Rodrigo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está esclarecido.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, chama o Ricardo para o Ricardo acusar quem são os gestores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O Rodrigo. É Rodrigo. Então, chama o Rodrigo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Rodrigo. Convoca o Rodrigo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Para dizer quem são os gestores.

Vamos lá, gente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, prossiga. Prossiga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Só perguntei isso, só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi, foi muito boa a pergunta, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Convoca o Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convoca o Rodrigo para ele vir aqui dizer quem pediu propina.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Aí ele segue – só para a gente seguir – aí ele segue perguntando tudo para acelerar, inclusive dizendo que a empresa foi agora ao Ministério levar os documentos. Isso num sábado, tinha ido no Ministério levar os documentos num sábado.

Aí eu: "Avisa a PF!".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu: "Avisa a PF!". Isso é conversa do dia 20, gente, não existia na CPI, não, tá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, ele quer interromper...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – ... da Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeiro, nós estamos vendo ali um assessoramento direto ao depoente; segundo, são os dois depoentes, um está ajudando o outro. Eu gostaria que pudesse o Relator... (*Fora do microfone.*)

... para a gente poder não estar cruzando informações. Estou falando para termos um depoimento isento.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O senhor está o tempo todo me constrangendo aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Constrangendo, interrompendo, tumultuando o raciocínio.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu só estou lendo o que está na tela.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Estamos querendo a isenção do depoimento. Nós estamos vendo aqui uma agressão às regras da Comissão Parlamentar de Inquérito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso mesmo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... de forma escancarada – escancarada!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu sugiro que a gente passe a ignorar o Senador Fernando.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pessoal, quem está lendo... A conversa do WhatsApp é do Deputado, o Deputado está explicando o teor da conversa que ele teve com o irmão dele no celular dele. Por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso aí! Muito bem!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vamos parar de tumultuar!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Leila!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Leila! Muito bem, Leila!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Precisávamos ouvir alguém aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Leila! Muito bem, Leila!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Posso seguir, senhores?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem! Muito bem!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Seguindo: eu mando então o *print* que eu já tinha enviado para o ajudante de ordens do Presidente e estava aguardando a resposta.

Aí eu falei: "Hoje a gente descobre se o Bolsonaro é cúmplice ou honesto.". Mandei pra ele minha denúncia. Gente, eu não estou aqui acusando nada, eu estou lendo minha conversa com meu irmão, me desculpem, mas eu quis ser o mais transparente possível com os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Fiquei de ligar para o delegado às 15h." Eu: "Informa que você não pode fazer nada, terá que prosseguir com o processo ou te exoneram, é a PF que tem que agir.". Eu: "Me ligue aqui, mano". Aí, ele: "Estava ao telefone com o delegado. Te liguei. Me retorna.". Aí ele: "Diretor me chamando". Eu: "Sério?". Mais uma vez, olha a hora: 8h45 na noite de sábado. Eu estou ligando para ele. Aí, ele manda o *print* do cara com a chamada: "Como está a LI da vacina?". Nós já tínhamos ido com o Presidente, até está aqui o *print*, com uma matéria que saiu com o Presidente, que eu estive lá, tratando desses assuntos com o Presidente, mas sem entrar e sem se aprofundar, essa matéria dizendo.

O que que acontece? Quando eu estive no Presidente, só para a gente parar aqui agora, a reunião com o Presidente, eu fui com o meu irmão. Apresentamos pra ele a LI, no caso, a LI, não, uma *invoice*, que até aquele momento era a *invoice* que queriam que assinasse. Volto a dizer: pressão na sexta à noite, qual era a *invoice* que estava ativa? A primeira, que, diga-se de passagem, ela não está tão errada assim, como saiu na imprensa, não são 1.000%. São 300 mil caixas, que a caixa custa US$150. Então, o valor é o mesmo no final, ou é caixa ou é unidade. Aquela *invoice* tem um erro apenas *pro forma*, com exceção da questão de a empresa não estar no contrato. Então, mesmo assim, eu não vi nada de mais na quantidade, só para explicar, diferente do que o Sr. Onyx falou, porque ele é tão sem noção que falou que ela foi falsificada. Não é falsificada, a empresa mandou caixas – 300 mil caixas de 150 doses, que dá o mesmo que unidade a US$15. É isso.

Só que, como a *invoice* também não possuía a informação do frete, que ficaria com o Governo Federal, também descumpria o contrato. Então, o meu irmão manda para mim questionando isso: "Tem vários erros aqui, precisa mostrar para o Presidente". Então, já que é pra mostrar, vamos mostrar tudo. Primeiro, o pagamento *advanced*, não é? A*dvanced payment*, pagamento adiantado. Segundo erro grave: a exposição de produtos não estava conforme o contrato, deveria ser via unidade, apesar de não enxergarmos aqui uma diferença, como foi exposto pelo Onyx, de um jeito como se fosse uma agressão, falsificação, algo do gênero. Não tem documento falsificado. Aquela *invoice* era a *invoice* do momento, era a *invoice* que queriam que pagasse. E a empresa, a empresa não estava no contrato.

E a pressão. O coronel ligando para ele, o tal do Coronel Pires, à noite, num sábado, mesmo já tendo ido no Presidente, o diretor dele fala assim: "Como está a LI da vacina?". O que a LI, para quem não compreende? Eu mexo um pouquinho no mercado de importação e posso explicar: é a Licença de Importação. Feita ela, você liberou a importação. Se o meu irmão libera a LI, está liberada a importação com aquela *invoice*, com os termos dela, da forma que a LI foi emitida.

Então, eu sigo a conversa. "Diretor me atolando". Eu: "Sério?". Aí, ele manda pra mim aqui... Aí, eu mando os *prints.* Os *prints* são só para contextualizar que eu estava conversando, para não ter quebra de conversar, parecer que a gente cortou alguma coisa na conversa. Ele: "Estou lendo aqui" e dá uma risadinha. "Lendo os comentários da galera que julga muito por conta daqueles vídeos fdp do Youtube". Esses caras foram, inclusive, todos indiciados por *fake news.* Um deles foi até preso, que queria dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu para parar de fazer vídeo falso contra mim. Aí, eu: "Eles estão todos indiciados", explico. Aí, ele: "Onde você está vendo esses comentários?". Aí, eu: "Vou mandar para a galera do gabinete rebater". Aí, ele: "Facebook, Metrópoles, *Correio Braziliense*". Eu: "É uma boa. Até todos são eleitores de Brasília". Aí, ele manda a *invoice* pra mim no dia 22, circulando os pontos que ele acreditava que estavam permanecendo e queriam que ele assinasse. Volto a dizer: o Diretor Roberto mandou para ele no sábado, reforçando "cadê a LI?". Não tinha correção, gente. Esse papo de correção, se ele tivesse feito...

Então, ele manda assim: "A *invoice* da vacina". Eu falei: "Daquele rolo?"

Nós estamos onde? (*Pausa.*)

Agora tem esse áudio aí para escutar. Ele explica... Eu falo: "Daquele rolo?"

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – No eslaide anterior... Aquele áudio ali?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Ah, eu mando um áudio pra ele. Verdade.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Podemos ouvir? Podemos ouvir?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Podemos escutar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Claro.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Esse é um áudio que eu encaminho para o ajudante de ordens do Presidente da República, o Sr. Diniz Coelho.

Obrigado, Senador. É importante.

Aí falamos já, do primeiro eslaide.

O segundo aqui... Tem o áudio... Aí, eu: "Daquele rolo?" Aí ele manda o áudio.

Por favor.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Pois não, Senador Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Dá para repetir o áudio anterior? Porque eu fiquei com a compreensão de que estava se negociando uma outra vacina...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo amor de Deus, isso é só para tumultuar... Por favor!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, mas a gente coloca! A gente coloca!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Espere aí, Senador Renan Calheiros! Eu estou numa dúvida...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voltar numa coisa que ele já falou?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu estou querendo que ele repita o áudio anterior. No áudio anterior, eu fiquei com a impressão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Atendamos o desejo do Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero apenas esclarecer que estava se tratando de uma outra vacina, que ela não era a vacina da Covaxin. Eu posso ter entendido errado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos tranquilamente atender os desejos do Senador Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bota o outro áudio, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O áudio anterior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aquele áudio que o Senador falou...

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Que vacina? "Da outra vacina..."

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Da que eu fui despachar com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele foi conversar com o Presidente sobre a Covaxin...

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Olha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, eu queria...

Está falando de outra vacina...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É porque eu tratei de dois assuntos com o Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ah, pois não. Esclareça, porque parece que tem duas vacinas aqui...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Claro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ...não tem só a Covaxin.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tem sim, uma que eu fui buscar no domingo com o Ministro Pazuello, um milhão de doses. Eu pedi autorização do Presidente para ir no avião da FAB, e fui no avião da FAB buscar 1 milhão de doses, no meu domingo de descanso, para a gente garantir que elas chegassem o mais rápido possível, sempre ajudando o Governo Federal. Eu estava dentro da aeronave da FAB, fui buscar esse 1 milhão de doses.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor ajudou em quê, Deputado?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Explique aí esse 1 milhão de doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa conversa já foi referida pelo Deputado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas eu explico! Eu explico!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Eu queria entender por que o senhor ajudou nesse avião da FAB.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Me explique aí... No avião da FAB, uma outra vacina... O senhor foi pegar vacina? O Deputado Federal foi pegar vacina?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não é isso, não, é porque o Governo Federal, naquele momento, queria divulgar... E todo o esforço pra quem tem 4 milhões de seguidores... Divulgar que o Governo está chegando com as vacinas, está entregando as vacinas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não, Presidente. Não, espere aí, o senhor foi pegar....

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Foi divulgação. Pegue minhas redes sociais e assista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – No dia 21, divulgando que o Brasil está entregando vacinas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, vamos pra frente! Presidente, vamos pra frente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Foi nesse sentido que eu fui ajudar. Tenho 4 milhões de seguidores e fui divulgar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos pra frente, Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Aí eu falei assim: "Dessa vacina, ninguém perguntou pro meu irmão até agora, se ela estava chegando, mas da do rolo estão ligando pra ele agora." Olhe aí, aí mando um *print* para ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bora, Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Está óbvio!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A do rolo é...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É a Covaxin.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É a sua palavra que está falando que tem rolo e que até agora o senhor não apresentou absolutamente nada, nada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

Todos nós somos Parlamentares, todos nós sabemos dos nossos direitos, dos nossos deveres e das nossas prerrogativas. Eu não vejo nenhum problema de um Deputado da base do Governo acompanhar o Governo num momento de pandemia numa tratativa de vacinas. Da mesma forma, eu defendo o filho do Presidente ir a Israel ver um *spray* que está sendo testado. Ele é um Parlamentar também e está no exercício das suas atribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que efetivamente isso tem a ver com a narrativa que está sendo interrompida a todo momento aqui é que nós queremos entender, até pra buscar a verdade dos fatos nesta que é uma das questões apresentadas na CPI, talvez a mais séria? É que, até então, nós estávamos discutindo negligência e imprudência de Governadores e do Governo Federal a respeito da pandemia e por que o povo brasileiro está morrendo sem vacina no Brasil.

Agora, a fase é outra, Sr. Presidente. Estão aparecendo denúncias graves, indícios, seja por parte do Governo Federal, seja por parte dos governos estaduais, de corrupção, superfaturamento, fraude à licitação, peculato, organização criminosa, ou seja lá o que for de qualquer autoridade, do Vereador, do Deputado, do Governador, do Ministro da Saúde. É isto que nós precisamos saber: o que é que aconteceu e está acontecendo com o dinheiro que o Congresso Nacional colocou à disposição do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Bom, seguindo, ele me manda a *invoice*, faz aquela explicação. Aí eu falo assim: "Cara, se pagar isso, é crime" – quem ia estar aqui agora respondendo era ele. Eu escrevo. Aí eu faço uma expressão um pouco forte. Volto a dizer: fui tão transparente que não apaguei nada, até aquilo que eu sei que é forte.

Aí ele: "Muito rolo." Aí: "Você consegue segurar alguma coisa?" – segurar o máximo possível pra não deixar acontecer. Aí mando para o... Mais uma vez, pego o que ele me mandou, encaminho para o ajudante de ordem do Presidente da República – esse áudio já passamos. E aí eu mando outro áudio, que é o do irmão, pra ele. Então, o áudio se repete, não precisa passar novamente, que é o áudio do meu irmão.

Eu: "Pelo amor de Deus, Diniz, isso é muito sério. Meu irmão quer saber do PR como agir." Não fomos respondidos na segunda-feira.

No dia 23...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É o mesmo áudio do meu irmão. Aquele áudio do meu irmão eu encaminho pra ele. Eu encaminho tanto o diretor chamando ele às 8h da noite...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Está bom, pode ser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sem problema, vamos colocar aí os áudios.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma pergunta...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É o mesmo.

Só uma pergunta, só uma pergunta, só uma pergunta aqui. Ricardo, esse áudio que você fez: foi antes de você ir com o seu irmão à casa do Presidente ou foi depois que você esteve na casa do Presidente?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Foi... Foi depois, né?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou lhe perguntando, Ricardo, que dia... Esse áudio foi feito antes de V. Sa. ir à casa do Presidente ou após vocês terem comunicado ao Presidente?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não recordo ao exato, não.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, eu queria sugerir que pudessem se afastar, porque toda hora que o senhor pergunta o outro passa informação para o outro depoente. Se for possível separar, se puder separar... Fica próximo ao...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi dia 23, gente, três dias depois.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pronto, pronto... Aí não tem o que questionar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Se alguém interromper agora, eu vou botar pra fora, estou avisando.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ótimo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu não me recordo ao exato dessa data, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, só um minutinho. É importante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem uma cronologia aí, Presidente. Está escrito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está a data: 23 de março...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Foi dia 22, né? Eu não enxergo daqui. Foi 23.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... três dias depois do encontro deles com o Presidente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Dia 23? Então, foi depois. Então, eu falei correto: depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Sim, mas, só um minutinho... Três dias depois de você estar na casa do Presidente, ainda estavam erradas as *invoices*? É isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Essa data é uma importante informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, muito, muito!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Seguindo.

Na terça-feira, eu, mais uma vez, cobro do ajudante de ordens do Presidente e mando pra ele: "Bom dia! O PR está chateado comigo? Algo que eu fiz? Só precisamos saber o que fazer em uma situação como essa." Ele me responde: "Bom dia. Negativo, Deputado" – respondendo que não estava chateado comigo. "São muitas demandas. Vou relembrá-lo". Eu falei: "Obrigado, irmão. Você sabe que a vontade é de ajudar. Estamos juntos."

Seguindo, com o ajudante de ordens: eu mando um documento no dia 24 pra ele. Mas, ao mesmo tempo, no dia 23, eu respondo também ao meu irmão e mando ao meu irmão: "Acabei de cobrar o PR." E ele me manda um áudio.

Não sei por que não está ali o audiozinho., do

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ah, é porque é do Governo, do GDF. Ele falou que conseguiu liberar as vacinas, os *supplies*, os produtos que estavam presos na Receita, que foi até matéria em tudo que é lugar, que o Governo tinha recebido de uma doação e...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Esse áudio: o senhor não tem como botar no fone pra gente escutar, não?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Está ali. Eu posso botar aqui, no fone. É só pra gente não perder tempo: é falando do GDF, especificamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas é bom. É porque como todos você está mostrando, e esses não...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas é porque não era relevante para o tema. É só por isso que eu não coloquei.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas eu acho... Pode não ser pra você, para a gente pode ser.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É porque o sigilo... Se você quiser, eu coloco só o iniciozinho, pra gente não perder tempo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu acho que é. Eu acho que se o Presidente autorizar...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não tem problema nenhum, Senador, o senhor pode ter certeza, mas eu peço pra ele: "Escreve isso pra encaminhar para o Governador, escreve tudo, inclusive do MP." É que ele fala: "O MP não requereu o Governador pra poder dar satisfações, por que não liberava." E aí ele me explica.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu acho importante, bastava o Presidente e o Senador...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas eu acho... Aí ele escreve... Mas também está lá, escrito. Aí, eu: "Pronto e tudo". Mas por que eu coloquei esse?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu acho que nós já entendemos bem esse enredo, está certo? Esse enredo já foi bem entendido.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Vamos passar, vamos pra outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Eu só quero saber agora, Deputado... V. Exa. vai me dizer da sua ida à casa do Presidente e a sua conversa. É só isso que nós queremos saber.

Depois, Senador Renan, V. Exa. volta a fazer perguntas para o depoente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu tenho uma pergunta pra fazer antes, já que foi consentida pelo Deputado: é se V. Exa. tem o áudio com o Eduardo Bolsonaro...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pra não passarmos, não seguirmos adiante sem...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu tenho um *print*. Eu vou mandar aqui, pelo meu assessor, mas eu estou só encaminhando o contato do meu irmão e tudo. A conversa, como eu disse, ocorreu no Plenário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ...mas, se quiser, eu encaminho aqui para o meu assessor, ele entrega lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não tenho óbice a isso, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom, Luis. Pode prosseguir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Presidente, só uma pergunta rapidinho.

Deputado, o senhor esteve duas vezes com o Presidente ou o senhor esteve apenas uma?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Sobre esse tema, somente no sábado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando o senhor fala aqui: "Estou indo onde o Presidente.... Segura aí, que eu vou no Presidente agora." O senhor, nesse momento, conseguiu falar com o Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Em qual a senhora está lendo isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, no dia 24 de março, o senhor diz que vai novamente falar com o Presidente. O senhor falou nesse dia também ou não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E há um...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, não consegui ser atendido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E há um outro diálogo, Deputado Luis Miranda, também, que nós consideramos gravíssimo. É esse que trata do vencimento da validade das vacinas.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Perfeito, eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, eu dei um encaminhamento que eu só quero saber agora da conversa do Deputado Luis Miranda. O resto, de vencimento, V. Exa. vai perguntar ao servidor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas vamos concluir aqui os meus eslaides, se o senhor me permitir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não vou permitir, não, Deputado. Você me desculpa, mas eu vou ser muito rigoroso agora, porque nós estamos conversando aqui... Nós temos perguntas a fazer, correto? E essas perguntas nós iremos fazer, porque a gente sabe como fazer as perguntas aqui. E eu peço a V. Exa. que, para encerrar agora, por enquanto, V. Exa. fale sobre o seu encontro com o Presidente, o que o Presidente lhe falou. As outras coisas nós iremos perguntar para o Luis Ricardo Miranda.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sr. Presidente, minha intenção aqui é única e exclusivamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Deputado, eu não estou falando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... esclarecer. Eu vou falar do encontro, eu vou falar do encontro.

Mas é porque a Senadora me fez uma pergunta extremamente pertinente: "Você conseguiu de novo falar com o Presidente?". Depois do meu encontro, eu não consegui mais falar com o Presidente, o que responde muito do que foi questionado: por que eu não sentei com o Presidente, por que eu não contei para o Presidente, por que, antes de vir pra uma CPI, não falei para o Presidente. E aí eu juntei nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eslaides as várias tentativas de ofício de documentos, de pedidos ao Ministro da Saúde – o novo Ministro da Saúde... Eu não consigo mais, depois que eu denunciei o caso, ou pelo menos comuniquei ao Presidente do caso, falar com ninguém.

E o último eslaide que vai ter aí, passando algumas partes, inclusive, é com o Chefe de Gabinete do Presidente, que falou que ia verificar – no dia 10 de junho, minha última tentativa. E não consegui mais falar – só explicando. Então, assim, eu tive esse encontro no sábado e não tive uma resposta mais sobre ao que foi dado provimento. E eu encontro com o Presidente, levo todos os documentos que, naquele momento, a gente possuía, que eram não só documentos, mas também apresentei matérias de jornais – pra ficar bem claro o que eu apresentei para o Presidente –, matérias que falavam dos problemas que a empresa possuía dentro do ministério. E levando a questão ao Presidente, com muita clareza, eu falei: "Presidente, a gente não sabe ao certo se tem ou não tem alguma coisa de errado. E não temos força pra saber. Mas meu irmão não quer assinar. Ele não tem conforto pra assinar a *invoice* da forma que ela veio". E na segunda – vocês observaram nos eslaides –, na segunda, na terça, se manteve.

Então, eu explico isso para o Presidente pra que o Presidente tome as devidas providências. E o Presidente, de forma enfática, falou pra mim: "Não, isso realmente é muito sério. Vou encaminhar para o DG da Polícia Federal verificar tudo isso que vocês passaram pra mim". A gente agradece ao Presidente, ele entra em outro assunto comigo sobre imposto sobre combustíveis, fala que é um absurdo como estavam caros os combustíveis e tudo... Que tinha um projeto que estava na Comissão de Finanças e Tributação. E ele até brinca comigo: "Pega a relatoria desse projeto, é muito bom. É bom pra você, porque é tua bandeira. Vocês fazem aqueles vídeos dos Estados Unidos". Eu falei: "Obrigado, Presidente. Vou tentar". Até tentei, mas já tinha Relator. E o assunto se mantém nisso. Na hora de sair, batemos fotos com o Presidente. Eu bati foto. Meu irmão bateu foto com o Presidente. Minha esposa aguardava na antessala. Pego e me retiro, Sr. Presidente. Foi basicamente... Minha conversa com o Presidente se manteve nisso.

E, depois disso, encontrei com o Presidente algumas vezes no Palácio por questões de reuniões que ele faz. E a última, eu avisei, foi quando eu mandei aqui para o Diniz. Teve um evento no Palácio e eu falei: "Presidente, preciso falar com o senhor, Presidente. Preciso muito falar com o senhor". Ele falou assim: "Tu está vendo como é que está minha vida. Minha vida está uma loucura. Entra em contato [com o Diniz não]... com o Célio". Ou: "Entre em contato com o Célio, que é meu Chefe de Gabinete, e pede pra ele agendar pra você lá, que ele tenta". E eu tentei no dia 10 de junho e até hoje eu não obtive resposta, pra falar de novo com o Presidente.

Então, eu não sei o que aconteceu. Não sei se foi dado provimento. Eu não sei pra quem ele falou. Eu não tive uma resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Você percebeu que, de repente, seu irmão sofreu perseguição depois que pararam de falar com você?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Não. Eu não sei disso. Ele não me relatou mais isso – meu irmão. Foi um assunto que depois que nós... Passamos aquela semana tumultuada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Deputado.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu dei o assunto como encerrado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Deputado.

Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por favor, nós vamos fazer as perguntas continuando as perguntas feitas ao Luis Ricardo Miranda. Em seguida, nós faremos outras perguntas também ao Deputado Luis Miranda.

Além do Secretário... Luis Ricardo, além do Secretário-Executivo, outras pessoas fizeram pressão?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – O Coordenador Alex Lial Marinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coordenador Alex Lial Marinho...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – E Alberto Ferreira Dias, Diretor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E Roberto Ferreira Dias.

Pode nos descrever como eram essas pressões detalhadamente?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Detalhes, perguntando se acionou a empresa, se ele já conseguiu a documentação, se já foi protocolado na Anvisa, sempre um andamento, mas com bastante constância.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. reportou essa pressão a algum superior no Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, porque esses dois eram meus superiores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, eram os dois superiores?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

Quando V. Sa. percebeu que as pressões de fatos atípicos relacionados à aquisição da vacina Covaxin eram realmente sinais de irregularidade e de favorecimento nesse vultoso contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Com essa pressão e a forma com que a gente recebeu os documentos, toda a equipe do setor não se sentiu confortável com essa pressão e com a falta de documento. E aí, como os meus dois superiores internos no ministério estavam pressionando, eu acionei, conversei com meu irmão, que aí passou ao Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito!

V. Sa. teve contato ou conversou com alguém do Ministério da Saúde envolvido nas negociações e na assinatura do contrato da Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém lhe reportou algo estranho especificamente na negociação dessa vacina?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Poderia nominar as pessoas que estiveram envolvidas no processo de negociação de compra da Convaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sr. Senador, eu desconheço as pessoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo lado do ministério e pelo lado da empresa, você teve informações?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Existe a parte de licitação interna do ministério, e eu não tenho conhecimento das ações deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. verificou se a documentação oferecida pela Precisa ao Ministério da Saúde para a execução do contrato continha algum indício de irregularidade ou alguma atipicidade?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, foi mais uma questão de documentação técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Assim como ocorreu no caso da Global Gestão em Saúde, a Precisa Medicamentos tentou garantir o pagamento antecipado para o fornecimento da Covaxin, segundo relato à imprensa. Eu queria fazer, em função disso, algumas perguntas. Poderia detalhar como se deu esse episódio?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Da Global?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do pagamento antecipado...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Da Global, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que a Precisa tentou garantir.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Da Global ou da Precisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu falei o seguinte... A pergunta é exatamente a seguinte: assim como ocorreu no caso da Global Gestão em Saúde, a Precisa Medicamentos tentou garantir o pagamento antecipado para o fornecimento da Covaxin, segundo relato de seu irmão à imprensa.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas. Poderia detalhar como se deu esse episódio?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não houve pressão de pagamento. Sr. Senador, eu não sou da área de pagamento. Eu sou da área de importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito!

Quem lhe apresentou, V. Sa. se recorda, o *invoice* do carregamento da Precisa?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pode repetir, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem lhe apresentou o *invoice* do carregamento da Precisa?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Foi um representante da empresa que encaminhou por *e-mail*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Emanuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Emanuela?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. foi pressionado a aceitar o *invoice*?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém ofereceu vantagem de qualquer natureza para que V. Sa. aceitasse ignorar regras ou afrouxar as exigências consideradas necessárias para a importação da vacina Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. A única exigência foi protocolar na Anvisa com a documentação que a empresa tinha encaminhado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que impede o cumprimento do contrato de fornecimento da Covaxin até o dia de hoje?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – CBPF, o Certificado de boas práticas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. verificou algum indício de irregularidade em algum outro contrato de aquisição de vacinas firmado pelo Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato do Ministério da Saúde para fornecimento da Covaxin, assinado em 25 de fevereiro de 2021, estipulava que as vacinas seriam entregues de maneira escalonada, depois de 20, 30, 45, 60 e 70 dias após a celebração do ajuste do contrato. Sabemos que até hoje nenhuma dose foi entregue. Pergunto – em função disso eu queria fazer algumas perguntas –: o Ministério da Saúde aumentou o prazo para a entrega das doses, contrariando com o cronograma inicialmente previsto no contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço. Isso é parte de licitação, um termo aditivo, acredito, no caso, e não é meu setor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. continuou sendo pressionado para facilitar a importação da Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa tolerância do Ministério da Saúde com o atraso da entrega de produtos adquiridos, especialmente vacinas, é usual?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pode repetir, por favor, senhor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa tolerância do ministério, demonstrada na aquisição da Covaxin, com o atraso da entrega dos produtos adquiridos, especialmente vacinas, é usual no ministério?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, os contratos de vacina que a gente tem com a Pfizer, Janssen são de execução normal. O único que não teve andamento é o da Sputnik, pois não tinha tido autorização pela Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. saberia informar se o Ministério da Saúde demonstrou alguma intenção de cancelar esse contrato da Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço, eu sou da área de importação; novamente, não é a minha área.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não... Nem ouviu falar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diante do descumprimento do contrato e da demora para a entrega das doses que perdura até hoje – todos sabem – V. Sa. sabe se o Ministério da Saúde ainda adotou providências para punir a empresa contratada ou para rescindir esse contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu tenho conhecimento de um ofício encaminhado pela empresa, questionando as entregas, mas, novamente, não é minha área, porque esse ofício estava na árvore do processo, o qual eu visualizei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando Alex Marinho chegou à Coordenação-Geral de Logísticas de Insumos Estratégicos para Saúde, V. Sa. já estava lotado nessa repartição?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Saberia nominar quem indicou Alex Marinho ao Ministério?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nunca ouviu falar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem é o Coronel Marcelo Pires? Já perguntamos. É verdade que ele ficou apenas três meses no Ministério da Saúde?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. se encontrou, pessoalmente, com o Presidente da República para relatar os problemas identificados no contrato da Covaxin? Fato já, inclusive, relatado...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... aqui pelo...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. apontou pessoas específicas em seu relato com o Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só as mesmas da questão da pressão para acelerar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor pode repetir a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. apontou pessoas específicas no seu relato ao Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** As mesmas pessoas apontadas....

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Perdão! O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator, por favor, só a título de esclarecimento. É rápido. É porque o depoente falou que o que impedia a importação das vacinas da Covaxin seria o Certificado de Boas Práticas. E não procede. O Certificado de Boas Práticas já foi publicado no *Diário Oficial* desde o dia 8 de junho. É só para corrigir a informação.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É recente, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando o senhor for...

É, é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estamos falando em março, Senador Fernando Bezerra!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ou o senhor acha que foi uma grande coisa seis meses depois?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele perguntou... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo amor de Deus!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é naquele tempo. É temporal a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Isso aqui é temporal. Eu vou completar a pergunta: V. Exa. disse os nomes das pessoas que o estavam pressionando ao Presidente da República? E quais foram esses nomes?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Sim.

Alex Leal Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Coronel Pires...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Secretário-Executivo, que ele citava anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É o Coronel Pires, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu só estou perguntando a ele, para que fique claro que ele comunicou ao Presidente os nomes das pessoas que estavam pressionando ele. Não é isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Roberto Ferreira Lima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ao Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual foi a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O Sr. Roberto Ferreira também, só para entender?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual foi a reação do Presidente da República ao ouvir o seu relato? Luis Ricardo, por favor.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ele se comprometeu a acompanhar, através do DG da Polícia Federal, e apresentar para uma investigação para verificar se existia algo ilícito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, só para dar ênfase, que providências ele prometeu tomar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Que ia apresentar à Polícia Federal para investigar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que ia apresentar os fatos à Polícia Federal para investigar.

Autoridades do Governo Federal estão tentando intimidar V. Sa. publicamente com a abertura de processo disciplinar, além de outras acusações e ameaças. Todos vimos o pronunciamento do Ministro Onyx Lorenzoni, da Secretaria-Geral da Presidência, ao lado do agora Assessor Especial da Casa Civil, Elcio Franco, que era, na oportunidade, o Secretário-Executivo do ministério, já referido aqui.

Quero, em função disso, fazer algumas perguntas: V. Sa. reafirma a autenticidade dos documentos que apresenta para comprovar o seu relato, como o *invoice,* emitido pela Madison Biotech?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, foi o que a gente recebeu e o que a gente comparou *invoice* com o contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Perfeito.

Há outros documentos que poderiam auxiliar no esclarecimento dos fatos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É, alguns documentos técnicos, que são a validade da vacina, a falta de certificados, entre outros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu queria aproveitar a oportunidade para perguntar exatamente sobre a validade das vacinas. Numa das conversas, V. Sa. chama a atenção para esse fato que é gravíssimo: que as vacinas venceriam no final de abril ou em maio. É isso mesmo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A empresa apresentou um certificado de análise, onde continha a data de fabricação. Salvo me engano, era outubro e novembro. E foi apresentado para a Anvisa uma validade até janeiro de 2023. A Anvisa questionou, porque ela tem conhecimento da autoridade sanitária da Índia que essa vacina só possui seis meses de validade, por que o tão longo prazo de vencer, já que as vacinas, nesse caso, se for seis meses, a validade venceria em maio e junho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Maio e junho. Isso é uma informação também muito importante.

De onde é a empresa Madison Biotech e qual é o seu vínculo com o contrato da Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não tem vínculo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não conheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Essa empresa é uma intermediária nesse negócio apenas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. já tinha visto outras empresas ou terceiros com que o Ministério da Saúde não tem relação contratual aparecerem como credores na etapa de execução do contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Normalmente, a execução do processo que é realizado na importação ou é o próprio fabricante ou o representante legal no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** As vacinas Covaxin contidas no lote a ser enviado... Já foi respondida essa, com relação ao prazo.

Eu passo para a seguinte: que ameaças V. Sa. tem recebido por causa da sua denúncia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só do assessor da Presidência, publicamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Do assessor da...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É o Onyx, né?, o assessor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ah, sim, essas ameaças recentes.

V. Sa. foi procurado por alguém do Ministério da Saúde após a denúncia encaminhada ao Presidente da República, no dia 20 de abril?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não. O ex-Ministro Pazuello o procurou sobre o fato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Também não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Também não.

E o Secretário Executivo Elcio Franco o procurou?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Também não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Também não.

Alguma sindicância interna foi aberta pelo Ministério da Saúde para apurar o caso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. acha que a demissão de Pazuello três dias após o encontro de V. Sa. com o Presidente da República se deu por causa de sua denúncia ou foi apenas uma coincidência de datas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. Procurou o Ministério Público para tratar desse caso Covaxin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, pelo contrário; eu fui notificado para prestar esclarecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi procurado.

V. Sa. conhece alguém da Precisa Medicamentos?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Conheço a Emanuela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Conhece a Emanuela.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A Precisa fornece também preservativos, se eu não me engano, femininos para o Ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ela fornece preservativos femininos.

Tem outros contratos?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Com a Precisa, que eu me recorde, só esses preservativos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Só esses preservativos.

V. Sa. já ouviu falar ou teve contatos com Danilo Fiorini Junior?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, nem sei quem é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nunca ouviu falar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Nunca ouvi falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu vou citar alguns nomes – e já me encaminho para o final com relação ao Luis Ricardo –, e gostaria de saber se V. Sa. conhece, ou teve contatos, ou ouviu falar dessas pessoas que nominarei: Gustavo Alexandre de Oliveira.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Gustavo... Pelo nome completo, não sei afirmar. Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Francisco Emerson Maximiano.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim. É o sócio da empresa, né?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Frederick Wassef.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Willer Tomaz.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece.

Thaís Amaral Moura.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não sei se é o mesmo sobrenome da Thaís que trabalhava no Ministério. Pelo nome completo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não! É uma, uma...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não é servidora?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É do Palácio do Planalto.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ah, não! Então, desconheço, desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Flávio Bolsonaro.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Nunca, desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. relatou a seu irmão outras situações atípicas ou estranhas que vivenciou no Ministério da Saúde. Quais são essas situações atípicas? Poderia nos informar? Isso, sem dúvida, ajudaria a esclarecer algumas questões pendentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Tenho que lembrar, mas é da gestão anterior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Relator, se me permite apenas uma... V. Exa. fez uma pergunta a ele em relação à empresa, a Madison Biotech. Ele disse que desconhecia essa empresa, mas ele disse que conhece Emanuela Medrades.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** E ela encaminhou um documento ao seu departamento, fazendo justamente esses esclarecimentos.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não! O esclarecimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Indago se o senhor tem conhecimento do documento.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas é posterior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É da sua pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É posterior, não é?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso. É posterior, e aceito pelo fiscal do contrato, o que eu já disse aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) **–** É porque você disse que não conhecia.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) **–** Não! A Emanuela eu conheço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não. Ela informou ao seu departamento justamente sobre a empresa Madison.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso foi quando eu recebi a *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** No dia 22.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) **–** Você tem de acreditar na...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! É o documento. Ele disse que não conhecia o documento.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não! O documento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Posterior.

Eu estou satisfeito, Sr. Presidente...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Confusão, que eu não compreendi...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para o Sr. Luis Ricardo deixar claro o que respondeu.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu não entendi o raciocínio. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, perfeito. Perfeitamente.

Sr. Relator... Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mais alguma pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou, com relação às perguntas para o Luis Ricardo Miranda, eu estou, por enquanto, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem perguntas para o Luis Claudio?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São poucas.

Antes de... Deputado, antes de procurar diretamente o Presidente da República, V. Exa. tentou fazer contato com membros do Governo para denunciar as irregularidades constatadas por seu irmão com outras pessoas?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – No caso da Covaxin, eu fui direto ao Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando V. Exa. e seu irmão, Luis Ricardo Miranda, procuraram o Presidente da República tinham já conhecimento de que ele próprio tinha enviado correspondência e telefonado ao Primeiro-Ministro indiano mencionando a negociação da Covaxin?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tinha.

Alguém tentou dissuadir V. Exa. de procurar o Presidente da República?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

Em que dia, só para garantir a ênfase necessária, V. Exa. conseguiu marcar o encontro com o Presidente?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – No mesmo dia, no dia 20 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia 20 de março.

Que providências o Presidente da República disse que tomaria acerca da denúncia que V. Exa. levou ao seu conhecimento?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O Presidente falou, com clareza, que iria encaminhar todas as informações para o DG da Polícia Federal, e chegou a tecer um comentário de um nome de um Parlamentar, que eu não me lembro bem, que ele disse assim: " É mais um rolo desse...", e falou o nome da pessoa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não dá para fazer um esforço de memória e tentar lembrar o nome desse Parlamentar?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – São 513...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seria também muito importante.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... e mais 81. O Presidente sabe. Na verdade, o Presidente sabe toda a verdade. Ele poderia ter me poupado de passar esse constrangimento aqui. Eu não precisava nem estar aqui. Bastava ele falar que eu fui lá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ...despachei com ele, que ele mandou para quem quer que seja. Eu não precisava estar aqui. Eu fui lá. Ele sabe que eu fui. Ele sabe de quem é a confusão. Ele citou o nome dessa pessoa – não me recordo bem –, falou que já tinha mais ou menos um conhecimento, mais ou menos presumia o tamanho do problema e ia encaminhar para o DG da Polícia Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. afirmou em entrevista que informou Eduardo Pazuello sobre os indícios de irregularidades no contrato da Covaxin durante uma viagem aqui referida neste dia, novamente. Que viagem exatamente foi essa?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Uma viagem oficial na aeronave da FAB. Inclusive, nós fomos buscar algumas vacinas que tinham chegado. Meu papel como Parlamentar era fazer a divulgação, fazer chegar à população a informação e colaborar dentro do possível naquilo que fosse necessário. E, dentro da aeronave, eu comento com o Pazuello que a situação era uma situação grave, que eu tinha encaminhado para o Presidente da República: "Ó, ontem, eu estive com o Presidente, encaminhei situação, na minha opinião, grave". Porque a minha visão de grave se baseava... Inclusive, quando o meu irmão falou dos vencimentos... O documento já era... A média das vacinas fabricadas era de novembro, outubro e novembro. Seis meses depois, elas venciam, no mês seguinte e no outro. Não dava tempo de importar e distribuir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Primeiro ponto.

Segundo: uma terceira empresa, e depois me explicaram que tem uma carta dizendo que essa empresa representa a outra, mas não é um *modus operandi* natural, o natural é estar dentro do contrato... Então, tinha esse caso que, na minha opinião, era gravíssimo: "Presidente, vai receber uma terceira empresa, que tem um capital social de US$1 mil". Qualquer um que quiser pesquisar, a Madison tem um capital social de US$1 mil, mil e alguma coisa, não é? No documento, está lá: US$1 mil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Madison?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – A Madison. Então, assim, num paraíso fiscal, *off-shore*. Eu falei: "Presidente, não posso afirmar que tem, mas não custa nada verificar". E o Presidente se convenceu disso de forma clara, não é? E eu expliquei isso para o Pazuello de forma bem resumida, porque não dava pra conversar dentro da aeronave porque tinham outras pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a reação do Pazuello?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Falei: "Olha, tal, é uma situação que está rodando". Aí ele olhou pra minha cara com uma cara de descontentamento e falou assim: "Luis, não duro mais nem essa semana; é certeza: eu vou ser exonerado. Eu tenho conhecimento de algumas coisas, tento coibir, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente por eu não compactuar com determinadas situações, é que, assim, eu vou ser exonerado". Ele usou uma expressão assim de desabafo. Eu falei assim: "Pô, mas a gente precisa brigar" – aí, mudou o assunto – ", a gente tem que lutar contra isso, a gente não pode aceitar". Ele mudou o assunto e falou assim: "Vou te contar uma historinha só da vacina". Aí ele me conta a história que, desde o meio do ano passado, ele estava lutando para a gente lançar a nossa vacina, ele foi travado diversas vezes, ele teve dificuldade aqui para poder trabalhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito importante essa informação.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ele foi bem amplo com essa explicação da produção da vacina brasileira, que era para ter saído antes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... mas ele foi constantemente atrapalhado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe-me, Deputado.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Essa conversa que o senhor teve com o Ministro Pazuello, ele veio aqui e não falou isso, não. Inclusive ele disse que... "Por que que o senhor foi exonerado?" Ele falou: "Missão cumprida". Mas nunca falou sobre esse assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso que é – Presidente, me desculpe –, por isso que é muito importante saber do Deputado Luis Miranda o que aconteceu. Qual foi a reação do Pazuello ele já contou.

Ele demonstrou que já conhecia esse problema, Deputado?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, porque eu não tratei do problema específico. Eu falei que tinha levado uma denúncia. Ele falou assim: "Existem vários problemas que, por causa disso, meu irmão, eu estou saindo fora disso aqui". Aí, uma coisa que ele usou muito específica, ele falou assim: "No final do ano mesmo, eu não quis dar o pixulé para o pessoal. O cara, olhando no meu olho" – ele usou uma expressão assim, olhando o meu olho, ele botou o dedo da minha cara e, olhando no meu olho –", falou assim: 'Eu vou te tirar dessa cadeira'". Aí, eu falei: "Quem falou isso?". Ele: "Ah, esquece". Aí, eu falei assim: "Como assim, cara? Fala pra mim que eu vou pra cima". Eu tenho esse meu jeitão assim, mas eu quero lutar, como todos nós aqui, com o Governo. Eu vi que alguns Senadores, no início, acharam... Eu não sou contra, eu sou a favor do Brasil. Eu não tenho esquerda ou direita, eu não tenho um lado. Se tem alguém chantageando o Ministro da Saúde a ceder em determinadas situações, acho que o Pazuello tinha que ter vindo aqui e rasgado o verbo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda tem oportunidade, porque tem uma nova convocação dele já aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Agora, o senhor falou que o Presidente disse que sabia quem era a pessoa que estava por trás disso?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem era a pessoa?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não me recordo do nome do Parlamentar. Foi algo solto na conversa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se a gente desse aqui alguns nomes, o senhor poderia se lembrar?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não me lembro, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Informado por jornalistas exatamente sobre isso que o Deputado Luis Miranda falou...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Senador ou Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele falou: "Deputado".

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Falou: "Deputado".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Informado por jornalistas sobre a fala de Pazuello sobre o pixulé no fim do ano, V. Exa. afirmou que o ex-Ministro lhe disse, dentro da aeronave em que viajavam, aspas: "O que eles queriam era dinheiro público fácil, e eu não dei. Por isso que eu não sirvo para ficar aqui dentro" – quer dizer, dentro do Ministério –, fecha aspas.

Eu vou lhe fazer algumas perguntas, Deputado, respeitosamente, com relação a isso. Qual é a verdade sobre esse caso? Pazuello lhe deu detalhes sobre algum desses casos, ao que ele referia ao chamar de pixulé?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Falou apenas que pessoas muito poderosas que são do Parlamento avisaram a ele que, se ele não soltasse aquelas famosas emendas de final de ano pra um grupo específico – entregaram uma lista pra ele –, ele estaria fora. E, na aeronave, ele desabafa comigo: "Eu sei que eu vou sair. Essa semana, eu saio". E não tinha nenhuma notícia de que ele ia sair. Na semana, realmente, ele cai, nessa semana que segue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu irmão lhe relatou, Deputado Luis Miranda, algumas outras situações atípicas ou estranhas no Ministério da Saúde?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estou me encaminhando para o final.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Meu irmão, por duas vezes, me entregou dossiês, por duas vezes. Entregou dossiês completos, com nomes, empresas, dados, informações, os quais ele, mais uma vez, como ele escreveu para mim, ele não se sente confortável de denunciar para não receber represálias, mas que eram claros aditivos aumentando os preços, radicalmente, de contratos. Eram visíveis, se tivesse interesse de haver uma investigação séria. Ele falou: "Não precisa ter grande esforço. Uma investigação séria descobre". Aí eu falei: "Me dá o documento que eu vou levar pra quem eu acredito que pode cuidar". E, nessas duas vezes, eu entreguei nas mãos do Ministro Onyx – então, Ministro; ele ainda não era Ministro da Cidadania, estava no Palácio.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Esse documento pode ser entregue aqui à Comissão?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Pergunto eu, pelo desconforto do meu irmão naquele momento, se o meu irmão se sente confortável.

Você não é obrigado, Ricardo, a entregar nada aqui, até porque isso já passou, mas, se você se sentir confortável, da minha parte, eu não vejo problema nenhum.

Porque vai ficar caracterizado que foi ele que denunciou, não é?, se ele entrega aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Já está público, já falou agora.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas eu não falei quem são as empresas, quem são os nomes, quem são as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Ministro Onyx tem esses documentos.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tem.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas tem o dossiê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deve ter. Ele disse que entregou para o Ministro Onyx o dossiê.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou citar alguns nomes, Deputado Luis Miranda, e gostaria de saber se V. Exa. conhece, teve contatos, ou de ouvir dizer.

Gustavo Alexandre de Oliveira.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece.

Francisco Emerson Maximiano.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Frederick Wassef.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Willer Tomaz.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não me recordo, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Thaís Amaral Moura.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não me recordo, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Flávio Bolsonaro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Conheço o Senador. É o Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Conheço o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou, por ora, satisfeito, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem uma questão de ordem feita pelo Senador Flávio Bolsonaro, que o nome dele foi citado. Ele requer pela ordem. Eu queria que colocasse o Senador Flávio Bolsonaro, que está remotamente.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Omar Aziz, obrigado pela oportunidade de poder falar, já que meu nome foi citado várias vezes ao longo do dia na CPI. Eu estava em trânsito e não tinha como acompanhar presencialmente. Só agora, recentemente, consegui me conectar.

Em primeiro lugar, sobre uma matéria muito maldosa feita pela revista *Veja* hoje, que, apesar de eu já ter feito os esclarecimentos, gravado vídeo, acho importante falar aqui ao vivo para toda a CPI, tentando induzir as pessoas que leem a matéria a erro, como se eu tivesse algum interesse escuso junto na questão da vacina. Eu fiz, realmente, lá atrás, um pedido ao Presidente do BNDES para que fizéssemos uma videoconferência com o Maximiano, que não tem nada a ver com vacina, porque eu o conheço por pessoas em comum aqui, em Brasília – eu não tenho absolutamente nada, nenhum vínculo com ele –, porque ele veio com uma ideia muito interessante sobre a ampliação da rede de internet no Norte e no Nordeste. Esse, como é o papel do BNDES ajudar realmente aqueles brasileiros que mais precisam, diferente do que acontecia em governos passados, ele entendeu, fez a videoconferência comigo, onde foram apresentadas as ideias, nada além disso, numa agenda absolutamente pública, transparente, sem nada a se preocupar em relação ao que estava sendo conversado lá. Uma agenda absolutamente aberta.

Então, a revista *Veja* fez uma matéria maldosa, querendo dar a entender que, pelo fato de o Sr. Maximiano ser dono de outra empresa que trata de questões de vacina, que é a Precisa Medicamentos, como se eu tivesse algum vínculo com isso. Então, só para desfazer essa maldade que se tenta jogar sobre mim por parte da revista *Veja*. Eu até citei no vídeo o Senador Randolfe Rodrigues, que, ele, sim, fez uma audiência virtual com os representantes da Precisa Medicamentos no dia 5 de abril, conforme divulgado na própria rede social dele... E eu também falo no vídeo, Senador Randolfe, que eu jamais seria irresponsável de jogar qualquer luz sobre o seu caráter, sobre as suas intenções, que, no meu ponto de vista, acredito, sinceramente, foram no intuito de tentar acelerar de alguma forma para que as vacinas chegassem mais rápido até o povo brasileiro. Nunca insinuaria que o Sr. Randolfe Rodrigues estaria tendo alguma vantagem financeira com isso. É papel nosso, do Parlamentar, sim, quando chegam alguns tipos de demanda, buscar quem tem competência para resolver.

Então, é só para esclarecer esse primeiro ponto.

Em segundo lugar, Presidente Omar Aziz, sobre essa questão agora que o Relator, o Sr. Renan Calheiros, esse ser que está sentado aí ao seu lado, ele faz umas perguntas ao depoente que a gente percebe claramente com isso qual é a real intenção do Sr. Renan Calheiros. Ele perguntou alguns nomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pessoas que, de alguma forma, estão no meu entorno. Algumas são amigas, outras são pessoas próximas sem muitos vínculos, como ele citou agora aí o meu advogado e amigo Frederick Wassef, como o meu amigo advogado Willer Tomaz, perguntou se ele conhecia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é art. 14?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ..., se tinha algum...

Eu fui citado, Senador. Então, eu tenho que falar sobre tudo que eu fui citado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, mas é...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, por favor, o senhor aguarde o término da minha fala.

Nomes citados pelo Relator, Senador Renan Calheiros.

Então, Presidente, ele pergunta ao depoente, o depoente fala que nunca ouviu falar, e, apesar disso, talvez muitos da Comissão não saibam, inclusive, talvez, até o Sr. Humberto Costa, mas eu queria, antes de entrar nesse assunto, perguntar ao senhor, Presidente Omar Aziz, qual é o critério que a CPI está adotando para quebrar sigilos fiscais e bancários de qualquer pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O critério nós estabelecemos aqui. Após ouvi-los, sabendo que se tem alguma conexão com alguma empresa que esteja em investigação, procurar saber quais são as vantagens indevidas que essas empresas receberam, Senador Flávio Bolsonaro.

E isso tem sido feito regularmente. Ou de servidores, agora mesmo com o depoimento feito pelo Deputado e pelo seu irmão, eles falam, dão nomes a pessoas a que foram oferecidas vantagens no serviço público. E nós temos o dever e o direito de fazer isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Cortou meu áudio?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Muito obrigado, Presidente. Porque eu só queria ouvir isso do senhor. Eu, se fosse membro da CPI, votaria a favor de convocar qualquer pessoa aí que o depoente está falando que tenha tentado negociar alguma coisa, obter alguma vantagem ilícita porque este, sim, é o papel da CPI: buscar quem porventura tenha usado o dinheiro público que nós no Congresso aprovamos, que o Presidente Bolsonaro fez chegar a todos os Estados e Municípios.

Se houve algum desvio, tem, sim, que ser investigado. E eu fico muito feliz. Eu quero pedir ao depoente que dê os nomes, CPFs de todo mundo que porventura tenha participado disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o senhor falou uma palavra-chave, Presidente Omar Aziz: nós ouvimos os depoentes e depois analisamos se é o caso de quebrar o sigilo ou não. Pois bem. O Senador Renan Calheiros, acredito eu, sozinho, porque parece que ele é que manda na CPI, quebrou o sigilo fiscal do Sr. Willer Tomaz, que nunca foi ouvido aí. E acabou de ser dito pelo depoente que nunca ouviu falar.

Quebrou o sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Tem um requerimento aí que o senhor pode observar. Ele quebrou sozinho, ele está quebrando de todo mundo que ele entenda que transite em torno de mim. Ele está usando a CPI, fazendo uma coisa famosa e abominada, Presidente, no meio jurídico. Não tem que ter conhecimento jurídico para entender. A famosa *fishing expedition*.

Para quem não sabe o que é, a figura é de quem joga uma rede no mar e não sabe o que vai pescar. Aí, dependendo do que vem, ele direciona para onde ele quer, conforme ele quer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, nós concedemos a sua questão de ordem e eu agradeço e nós iremos tomar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, eu estou falando exatamente das pessoas que ele acabou de citar. Então, é importante porque ele citou meu nome, perguntou se ele me conhecia. Eu estou falando do assunto no qual eu fui citado.

Então, assim, é importante porque passa a imagem para quem está assistindo a CPI de que é algo irregular, de que há alguma suspeita no ar. Isso tem que ser rechaçado veementemente. O Senador Renan Calheiros não pode fazer o que ele bem entender na CPI, quebrar o sigilo de quem ele quiser. Isso sequer é deliberado pelos membros da Comissão.

Então, essa questão de ordem é importante para o senhor como Presidente porque parece que a Comissão tem um dono, que não é o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, todas as quebras de sigilo foram deliberadas pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... V. Exa. é o seguinte. Todas as quebras de sigilo passam pela Comissão, inclusive tem muitos aliados aqui do Governo e eles têm votado a favor da quebra de sigilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu votaria a favor, Presidente. Mas como é que quebra o sigilo de uma pessoa que sequer foi ouvida, que não tem nada a ver com o assunto, que nunca foi citada em lugar nenhum?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas o que nós fizemos... Senador, isso não é hora. A questão de ordem de V. Exa. foi porque o senhor foi citado. Mas a sua citação aqui não houve nenhuma, por parte do Senador Renan Calheiros, não foi ofensiva. Perguntou ao depoente se conhece V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, ele citou nomes que tiveram o sigilo quebrado pela Comissão antes de serem ouvidos, que nunca haviam sido citados na CPI. Isso é um absurdo! Isso é um crime! Eu vou representar contra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Essas correções serão feitas. Essas correções serão feitas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador. Nós iremos tomar os cuidados devidos e eu agradeço a sua...

E passo a palavra ao primeiro Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente. Questão de ordem, Presidente. Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Ontem, sob a Presidência do nosso Vice, Senador Randolfe, eu fiz uma questão de ordem. Como V. Exa. já fez outras vezes, quando ficava para o final, acabava que ficava para o outro dia. Ontem eu fiz uma questão de ordem, ele disse que levaria a V. Exa., mas para que eu pudesse falar inclusive, já respeitando a relação de ontem. Então eu faço um apelo a V. Exa., para que eu possa também me manifestar. Se V. Exa. concordar, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou consultar... Eu não estava presente, mas foi uma regra que nós tínhamos estabelecido antes, está certo? E consultarei os Parlamentares. Por quê? Porque como eu não estava presente, se eu estivesse presente, eu teria dito a V. Exa., será o primeiro amanhã. Isso já aconteceu outras vezes, e nós já tínhamos quebrado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite, *ad referendum* de V. Exa., e inclusive pela doutrina já adotada por V. Exa., eu deferi a requisição do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ou se V. Exa. poderia falar após o Senador Marcos Rogério, porque o Senador parece que tem um compromisso, ele tem que viajar para o seu Estado, e eu entendo essa situação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sem nenhum problema, pode ser depois do Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, Senador Marcos Rogério com a palavra. Depois eu passo ao Senador Izalci, depois, à Senadora Eliziane.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu inicio dizendo que estou impressionado com os motivos das suspeitas de irregularidades: os servidores do Ministério da Saúde estarem preocupados com a compra de vacinas, fazendo comunicações sexta-feira à noite, sábado, domingo.

Até poucos dias atrás, cobrava-se agilidade. Agora se valoriza como suspeita a troca de contatos em um final de semana para compra de vacinas. Os mesmos que até agora há pouco cobravam celeridade agora estão questionando os funcionários do Ministério da Saúde por trabalhar até mais tarde. De serem cobrados. Tivemos que viver para ver e ouvir isso nesta CPI.

Houve gente que chegou aqui e disse que se fosse preciso passar por constrangimento para ter vacina, passaria. Outros gritaram aqui para todo mundo ouvir: "Qual o preço da vida? Quanto vale uma vida? E V. Exa. preocupada com preço de vacina?" Tudo isso, nós ouvimos aqui nesta CPI ao longo desses dias. Não vou mostrar o vídeo de quem fez isso, não. Não quero constranger colegas.

Quero iniciar dizendo também que defendo, desde logo, que o Ministério da Saúde audite esses processos, sem nenhum prejuízo de apurações no âmbito da CGU, do TCU, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Queremos apuração de tudo, embora, pelo que vi, estamos diante de uma flagrante denúncia vazia, que fez circular a informação de superfaturamento de 1000% na compra dessa vacina. Senador Marcos do Val, é a maior *fake news* da história da pandemia no Brasil, de 2020 e 2021. Estamos diante da maior *fake news*. Esta CPI deveria apurar esse fato também. Os mobilizadores, multiplicadores que espalharam isso. Porque desestimula a compra, a seriedade de servidores.

Mas passo aqui a indagar. No dia 18 de março, o Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda recebeu um *e-mail* com diversos documentos dentre os quais constava a *invoice* – em bom português fatura, nota fiscal. O dia 18 foi uma quinta-feira. Passada a sexta-feira, outro dia útil, no dia 20 de março, um sábado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor foi ao Presidente da República e reportou a fraude. Entre esses documentos tinha algum documento público, um típico ato administrativo, Sr. Luis Ricardo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Foi a questão da *invoice*. O contrato foi assinado, se não engano, em fevereiro. Então, já havia um questionamento para a empresa apresentar os documentos. A gente recebeu esses documentos no dia 18 e fizemos a conferência. Eu já apresentei aqui as divergências e as pressões já tinham se iniciado, após a assinatura do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.K.

Que cargo o senhor ocupava naquela época e dentro de que nível de hierarquia no Ministério?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Qual época?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na época dos fatos.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O mesmo. Não é agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Continua no mesmo cargo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem eram seus superiores hierárquicos?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O Coordenador Alex e Diretor Roberto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E depois dele?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O Secretário Executivo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E depois?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O Ministro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Ministro. O.K.

O Estatuto do Servidor Público Federal diz, em seu art. 116, inc. VI, que é "dever do servidor levar as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo, ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração", ou seja, é dever do servidor se reportar ao seu superior imediato, salvo se houver suspeita de envolvimento deste na prática que considera irregular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso, como o senhor levou direto ao Presidente da República, gostaria que o senhor nos informasse, até para contribuir com as investigações da CPI, que suspeita o senhor tinha de seu superior imediato nesse episódio da Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sr. Senador, na questão de hierarquia tem o meu coordenador, que foi dito, o diretor, o secretário e o ministro. Com o secretário e o ministro eu não tenho contato direto. Então, um superior do Ministro seria o Presidente. Então, eu procurei meu irmão para apresentar o que foi verificado das *invoices* e a cobrança, que foi acionado o Presidente para verificar supostos atos ilícitos, para verificar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Exa., então, não falou com nenhuma superior hierárquico?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O maior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Procurou o irmão.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O que eu citei aqui. Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Até parece... Estão dando risadas aqui na CPI. Até parece que os Senadores desconhecem a Constituição Federal e a lei penal brasileira. Vocês estão sendo cúmplices, aqui, de um crime funcional. Depois, vão lá defender o servidor. É o 325 do Código Penal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas ele estava recebendo a pressão do chefe imediato dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. está ameaçando o servidor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não. V. Exa. não tem que citar código para uma testemunha, por favor. O que é isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Exa. não vai determinar o que eu posso ou não citar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O que é isso, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vai sim, porque também é crime...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele era pressionado pelo chefe imediato.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Como ele ia denunciar se o chefe imediato dele é que estava fazendo....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o chefe imediato dele era apaniguado, nomeado pelo Governo. Ele é concursado, ele tem muito mais fé pública do que quem está lá bajulando o Presidente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Só para esclarecer, Sr. Presidente; só para esclarecer, Sr. Presidente!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele não podia denunciar.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) – Esse senhor está nesse cargo por conta de quem? O senhor fez essa indicação do seu irmão?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Boa pergunta, Senador. Meu irmão está no cargo desde 2016. Eu fui eleito no final de 2018. Meu irmão está lá em excelência e, mesmo com as acusações feitas ao MP, que já eram de conhecimento do Ministério da Saúde, não conseguem tirar ele de lá, porque, se tirarem hoje ele de lá, não entra mais vacina nesse País. Palavras do chefe dele, porque é o único que consegue desembaraçar com a aeronave no ar. Escutei isso, inclusive, do Delegado da Receita Federal, parabenizando ele, dizendo que, sem ele, nós não teríamos vacina na velocidade em que está chegando.

Pergunte quem é meu irmão para o Ministério Público Federal. O senhor saberá que ele está lá antes de eu existir como Deputado. Diga-se de passagem, tudo que nós estamos colocando aqui, o Ministério Público Federal já investiga e a Anvisa disse que, se ele não tivesse segurado e não tocado para frente naquele momento ali, teria sido feito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está aí a importância da estabilidade do servidor público.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... irregular também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, a palavra é do Senador Marcos Rogério.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sr. Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presida a CPI, Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Fui questionado e respondi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presida a CPI, Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Fui questionado e respondi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está difícil aqui, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Respondeu a uma pergunta feita pelo Senador Ciro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode falar. A palavra é sua, a palavra é sua!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Toda vez que vou falar, há essa histeria na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço que V. Exa. reponha meu tempo. Comeram o meu tempo todo! (*Pausa.*)

Se o senhor... Indago ao Sr. Luis Ricardo.

É estratégia, Presidente, eu sei, eu sei!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sei, Presidente.

Se o senhor tinha suspeita do seu superior imediato, tinha também dos demais superiores?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha suspeita em relação ao seu superior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, porque não tinha contato nem pressão dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** E, mesmo assim, não reportou a ele o problema?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não tenho contato com eles. Eu não consigo chegar ao Ministro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Você não tem contato com seu superior imediato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, com o coordenador e o diretor, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Ué, mas o coordenador é seu superior imediato.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Mas é o que me mandava mensagem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas era quem estava dando pressão, Senador!

Parece que ele não está na CPI o Senador Marcos Rogério!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Você tem suspeita em relação a ele de prática, de conduta ilícita?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu acho que ele estava fora e não acompanhou o depoimento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente, eu vou pedir a V. Exa. que bote ordem no...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas olha, eu até entendo, porque nós estamos aqui entre adultos. Eu não preciso estar chamando a atenção toda hora.

Eu peço, por favor, para que...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Mas é que está interrompendo o raciocínio do Marcos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos lá, então. Vamos para frente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pelo que apurei, você não fez, não reportou aos seus superiores, a nenhum deles e não tem motivo aparente, não declinou aqui nenhuma suspeita. Pelo que apurei, suas suspeitas de irregularidades estavam baseadas em quatro itens: um possível pagamento de US$45 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador; só um minutinho, Senador!

Por favor, vamos ouvir o Senador Marcos Rogério que está fazendo perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque, se é alguma coisa com que puder colaborar, a gente colabora.

Por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

Pelo que apurei, suas suspeitas de irregularidades estavam baseadas em quatro itens. Primeiro, pagamento de US$45 milhões por 300 mil doses, e não 3 milhões de doses. Segundo, uma empresa que supostamente seria estranha à operação de importação. Terceiro, uma questão relacionada ao seguro e ao frete. E, quarto, um pedido de pagamento antecipado. O senhor fez alguma checagem prévia dessas informações antes de ir ao Presidente, já que as recebeu dia 18 e, só no dia 20, esteve com o Presidente?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como fez?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Checando o contrato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E com quem fez?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – ... com o *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E com quem mais fez?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Minha equipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A sua equipe chegou à mesma conclusão de V. Sa.?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, todos... A gente tem um grupo da nossa coordenação onde recebi essas mensagens também. Então, todos estavam inseguros por falta de documentação, não só o *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor, como técnico, tinha o dever de fazer uma checagem minuciosa dos documentos antes de apelar para denúncia tão grave e diretamente ao Presidente da República. E, aí, como o senhor não fez seu dever e terminou criando todo um clima de denuncismo, vou apresentar aqui a verdade dos fatos contidos no processo.

Na primeira fatura...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator está incomodado, Sr. Presidente, com o meu tempo. Poxa, Presidente!

A quantia de 300 mil...

Cadê? Eu peço que o pessoal coloque no painel para todo mundo ver.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na primeira fatura, a quantia de 300 mil se referia ao número de frascos de 5ml, ou seja, as dez doses de 0,5 ml estão na nota. E aí disseram: "Não, está pagando US$45 milhões por 300 mil doses". Isso foi espalhado aqui, inclusive por colegas. Olha lá!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ele falou que o contrato era em doses.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Trezentos mil, 5ml...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ele falou que o contrato era em doses.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ao preço unitário de US$150 por dez doses. Portanto, nenhuma irregularidade; apenas um erro formal, de acordo com o contrato, é verdade

Vamos à frente.

O senhor interpretou o documento de forma equivocada ou com má-fé, porque não é isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... que se espera de um expediente, porque denunciou que havia superfaturamento.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Precisa, precisa deixar claro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** Deixa ele responder.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desculpa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, Presidente. Eu estou...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Precisa deixar claro para a Anvisa a unidade de doses.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, com relação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Vamos à frente, vamos à frente, então!

Ali, é o primeiro documento. Quem é que informa sobre esse documento para a empresa que foi com essas imprecisões: pagamento adiantado, a quantidade de doses apenas num volume maior, sem a especificação das 3 milhões de doses?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Quem reporta as falhas na *invoice*, os erros?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Isso.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É o Ministério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, não. Quem exatamente do seu departamento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, encaminha para a empresa para correção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O seu departamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O.k.

E, quando reporta à empresa, o que acontece?

Coloca o segundo eslaide.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Normalmente ela corrige.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Vamos lá, então. Vamos botar o segundo eslaide. (*Pausa.*)

Cadê o segundo eslaide? (*Pausa.*)

Aqui, aqui no segundo eslaide, o segundo *invoice* recebido pelo Ministério da Saúde, no dia 23, ainda tem impropriedade, porque fala do pagamento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Pois não.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) **–** Deixa eu só alertar o senhor que o senhor devia ter feito um vermelhinho também lá em cima, porque houve uma... Assim, igual o senhor gosta de falar para a testemunha que está ajudando o País a não perder dinheiro público...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente, eu estou...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Rapidinho. Só um minutinho, Senador. Circula ali 19 de março...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente, eu estou...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Não, mas é bom circular 19 de março...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente, eu estou interrogando...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Só um minuto. Só para esclarecer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Isso é um erro.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Se o *e-mail* chega dia 23 de março, a *invoice* veio com data retroativa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não estou interrogando o advogado de defesa do depoente, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... é a primeira vez que dois depoentes se juntam para um fato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. quer que eu traga um de cada vez? É melhor para você?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deveria ter sido assim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, é uma questão de esclarecimento ao público que nos assiste. O Senador Marcos Rogério é reincidente em não apresentar as datas dos documentos que ele apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso aí.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, eu queria pedir a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que desse as datas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que apresentasse as datas dos devidos registros que V. Exa. apresenta nesta CPI, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, as datas estão nos documentos. Os *e-mails* foram recebidos pelo departamento do Sr. Luis Ricardo...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone*.) – Eles falsificam...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que é que ele está dizendo aí?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Posso falar agora ou não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está dizendo que o documento é falsificado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está dizendo que vocês estão apresentando as datas após o recebimento do *invoice*. É isso. A data é anterior, quando eles receberam. O Presidente já tinha conhecimento. Vocês estão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, o Presidente foi informado no sábado, Presidente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, não. Desculpa. O senhor está dizendo... Só para colaborar. É que foi corrigido dia 23, correto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Correto. O.k. Foi corrigido no dia 23.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Só que a pressão que queriam que ele assinasse era da *invoice* errada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu pergunto ao Sr. Luis Ricardo...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Quando foi corrigido...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não existe isso.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... por uma coincidência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Luis Ricardo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não existe isso.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... veio com a *invoice* com data do dia 19, um dia antes de ir ao Presidente da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Luis Ricardo...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... para parecer que, quando fomos ao Presidente da República... Já estava tudo certo, mas o *e-mail* que trouxe – ainda bem que você foi honesto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... foi dia 23 de março...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Uma *invoice* não anula a outra.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... tentando ludibriar um processo legal que queriam porque queriam que fosse pago à vista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se tem fraude aí, é essa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... um produto que, até hoje, não consegue entrar no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O contrato não previa...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas tem que circular a data.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – E se o Presidente não tivesse segurado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... tinha pago US$45 milhões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha isso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – É um absurdo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – O contrato não previa pagamento à vista.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas a *invoice* liberaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – A *invoice* estava errada. A *invoice* é feita por...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Agora é errada, mas poderia ser considerada como fraude.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas como? Que absurdo!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Não tem perigo disso. Tem que passar para o rapaz do Ministério da Saúde.

Está-se tentando aqui fraudar uma narrativa que não corresponde à realidade. É um absurdo! É um absurdo! Essa *invoice* foi corrigida...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Mas foi corrigida a mando do Ministério da Saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Omar... Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Não foi Deputado A, B, C, D.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Depois da denúncia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, peça tranquilidade para o Senador Fernando. Ele está muito tenso, muito descontrolado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Nós temos que fazer uma cingulectomia aqui. Cadê o Otto?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só um minutinho, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Posso falar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A correção foi feita depois da visita do Deputado ao Presidente da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Foi solicitado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma mera tentativa de narrativa. Isso passa dentro do Ministério da Saúde. Ninguém poderia formalizar uma *invoice* desrespeitando o contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, tranquilize o Senador Fernando.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é um absurdo!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Gente, nós temos um técnico aí...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é um absurdo!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Deixem ele falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas estava no documento, Senador Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria... Só um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A *invoice*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, eu vou pedir ao senhor...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Quem está credenciado para falar tecnicamente aqui é ele, e ele não consegue falar, explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Deixe ele... Ele é uma pessoa que passou mais de horas e horas viajando, trazendo as vacinas para que pudessem chegar ao Brasil hoje. Veio direto do aeroporto. Ele fez uma viagem dos Estados Unidos para São Paulo e de São Paulo veio para cá direto para... Nós temos que compreender também o cansaço físico e mental. Então, eu pediria que fossem feitas as perguntas de uma forma que o depoente pudesse responder e esperar o depoente responder. Houve muitas críticas aqui a Senadores que querem uma resposta e atropelam quando a pessoa está respondendo. Então, essa estratégia eu vou pedir para mudar.

O Senador Marcos Rogério pergunta; V. Exa. pode responder. Por favor, responda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Quando...

É para responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Só para responder pergunta sua...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual pergunta, Presidente?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Quando a gente solicita a correção do frete e seguro, no contrato tem dizendo que é obrigação e está incluso no preço unitário o frete e o seguro. E a empresa adiciona, nessa *invoice*, a empresa adiciona, tanto que o valor final, se você chamar o valor total pelo número de doses, é mais do que US$15 o valor unitário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – E está errado, é isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exatamente. E não é obrigação do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espere, calma! E não é obrigação justamente do seu departamento verificar isso e cobrar da empresa...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, e a gente apontou isso... E a gente apontou isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o ajuste?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E não foi feito isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Depois, novamente na terceira *invoice*...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não. Responda!

No dia 22 de março, às 16h27, você recebe um *e-mail* com a primeira correção, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Qual dia?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Dia 22.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** E, aí, ainda veio com imprecisão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Vinte e três.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Aí, vem um terceiro *invoice*; aí, totalmente regular...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) **–** Depois da denúncia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não.

Pergunto, pergunto: houve alguma... Nos documentos, nos autos – V. Sa. está aqui para falar a verdade –; houve, nos documentos, nas tratativas, alguma negativa da empresa com relação a esses vícios formais?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Na terceira *invoice*, bate com as coisas do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Eu estou perguntando objetivamente. Nas tratativas que foram feitas, houve alguma objeção da empresa ou a empresa reconheceu... Quando foi feito o contato, já havia reconhecimento por parte da empresa que tinha erros. V. Exa. está sob juramento para responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

Senador, Senador, só um minutinho. Calma, está pressionando o rapaz, calma!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente, quando é para buscar a verdade, aí, não pode, mas, quando é para espalhar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Você quer eu lhe responda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ele está querendo responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você quer que eu lhe responda por ele. Você quer me ouvir?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Deixa ele responder! Ele está querendo responder! Jesus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí é mais antigo que...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que é, Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Omar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Madison não estava no contrato, Senador Marcos. Como ele ia pagar uma empresa que não constava no contrato?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, pela ordem. Está todo mundo respondendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nunca foi prática dessa natureza. Era uma empresa de um paraíso fiscal que V. Exa. está fazendo argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, por favor...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Responde para ele, por favor. Responde...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Foram falhas da *invoice* apresentada que foi verificado e apresentado se existe suposta irregularidade. Pronto, acabou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nessas tratativas, houve por parte da empresa objeção a fazer as correções? É isso que eu estou perguntando.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, tanto na terceira *invoice* que ela manteve, corrigiu de acordo com o contrato, e o fiscal do contrato deu o "de acordo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu estou perguntando o passo a passo, eu estou perguntando o passo a passo! Houve em algum momento, em algum momento, resistência por parte da empresa em fazer qualquer correção? Responda.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, aquela parte do contrato, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, houve ou não houve?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Luis Ricardo, você tem autoridade para poder autorizar *invoice*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vinte minutos, vinte minutos!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – ... e submeter ao fiscal do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E são dois indagando agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, quem está inquirindo? É Fernando Bezerra ou Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, estou, desde o início, tentando fazer os questionamentos, mas a Oposição, a Oposição...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, a origem do documento está errada!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já respondeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a Oposição...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É porque a empresa não poderia receber esse recurso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro! Ela queria fraudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A empresa não constava no contrato. Nem que ela estivesse redonda, não poderia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor, Presidente! Por favor, Presidente, eu gostaria de ter condições.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está-se tentando criar um enredo que não existe, gente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, no meu entendimento, isso está mais claro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas é que essa empresa não poderia receber, Marcos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Essa empresa não constava no contrato. Então, aí não é só um documento formal. É direcionamento para esta empresa que não poderia ser feito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, só um minutinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não estava no contrato, Senador Fernando.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores, Srs. Senadores, é o seguinte...

Só um minutinho... Houve perguntas...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tem o contrato aí. Vocês querem?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas essa empresa não deveria receber...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não recebeu a informação?

(*Interrupção do som.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Imprimiu o contrato. Pede para a Secretaria imprimir o contrato para todos os Srs. Senadores, em especial para a Senadora Soraya.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Não tem por que assinar esse documento!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei. Já falou três ou quatro vezes sobre isso.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, a estratégia aqui é não deixar eu fazer... (*Fora do microfone.*)

Voltou o microfone.

A estratégia aqui...Eu já entendi a Oposição: acreditou numa denúncia sem provas, viajou...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Do MPF e da Anvisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... fez todas as sortes de acusações antecipadas. E, quando chega a oportunidade de colocar diante dos fatos, faz isso que está fazendo aqui, ó: barulho para sustentar uma narrativa acusatória absolutamente leviana e contra o interesse público nacional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, quem fez essa acusação leviana não foram os Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão reproduzindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foram os Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele tem que falar com a Procuradoria da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem fez acusação leviana foi o Deputado Luis Miranda, do seu partido. Está certo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que agora, que agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se é leviana é dele, porque ele que botou isso aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou. Falou. Não fui eu não.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não pode falar isso de mim, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi ninguém aqui da CPI que fez acusação leviana nenhuma, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A narrativa da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, a narrativa é aquela que foi dada. A narrativa foi: levaram para o Presidente; o Presidente disse que ia mandar investigar e...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E mandou. Ele mandou.

Agora, Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me permita, Sr. Presidente, por favor! Não tenha medo da verdade, não. Vamos para os fatos. Vamos para os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tenho, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos para os fatos. Vamos para os fatos. Querem continuar com a narrativa? Então, cancele a CPI e continuem com a narrativa, porque os fatos desmentem a narrativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, o Marcos é o Relator? Porque ele já está há meia hora perguntando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E V. Exas. não me deixam falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está ganhando do Relator Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Presidente, toca o barco, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu mesmo já fiz essa pergunta no início. Ele respondeu. Eu vou só lembrar o que ele citou como os erros o *invoice*: valor unitário, valor global, valor do frete, registro da empresa emitente, inexistência de pessoa jurídica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou responder a V. Exa. sem olhar cola.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... não tinha certificado por relações de boas práticas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou responder a V. Exa. sem olhar a cola.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, vocês vão parar com esse negócio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte: V. Exa. conclua as suas perguntas, e V. Exa. responda. E acabou! Acabou a brincadeira aqui! Vamos lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, me reponha o tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conclua as suas perguntas, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então reponha o meu tempo. Não me deixaram fazer pergunta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não. Mais tempo?

Um minuto, Presidente. Ele está com uma hora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, V. Exa. está enrolando agora. Por favor, faça as perguntas. Eu vou deixar o senhor fazer as perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tudo bem. Então, me deixe.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No dia 22 de março, às 16h27, o senhor recebeu um *e-mail* da empresa ao fiscal do contrato onde se esclarecia o quantitativo de três milhões de doses.

Também em relação à questão do seguro e do cronograma que previa quatro milhões de doses. E a origem da empresa: Madison Biotech.

Está aqui o documento. Posso levar à Mesa.

É verdade isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Tem valor jurídico no Brasil?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Se eu recebi? Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Duas horas depois, no mesmo dia, o fiscal do contrato concorda com o quantitativo de três milhões de doses e pede a comprovação de vínculo da empresa Madison... Bharat... E foram apresentados os documentos.

No dia 23 de março, o senhor recebeu um *e-mail* endereçado ao fiscal, com a referida declaração, fazendo tudo isso aqui.

No mesmo dia 23, teve a última correção, que aí vem tudo regular: pagamento, conforme o contrato; quantidade, três milhões de doses...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não conforme o contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não estava conforme o contrato, mas autorizado pelo fiscal, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. V. Sa. está afirmando que o terceiro *invoice* ... Coloca o terceiro... Ah lá o terceiro *invoice*.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Três milhões de doses. Qual é o quantitativo total para a primeira entrega?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O primeiro contrato era ...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A primeira parcela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de quatro milhões...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ah... Está vendo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Sa., o seu departamento foi informado que, em razão de um problema de seguro, porque o seguro cobria até US$50 milhões... Ou não é verdade?

Não recebeu esse documento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. não recebeu a informação, no seu departamento, de que a empresa estava propondo mandar, naquele primeiro momento, as três milhões em razão de uma questão de seguro.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Que faltavam as informações frete e seguro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você recebeu ou não recebeu?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Que tem que registrar na licença de importação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas recebeu ou não recebeu?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Na terceira *invoice*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Na terceira?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas você está colocando como suspeito um contrato que está absolutamente saneado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Estava tudo errado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... pelo seu departamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só depois da pressão e da denúncia que houve a correção.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou perguntando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí ele se respalda num terceiro, depois da pressão toda para ser corrigido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, começaram, no dia 22, as tratativas.

E, no dia 23...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Meu colega de partido, eu lhe respondo. É fácil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O que ele foi denunciar foi no dia 20.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – No dia 20, ele foi denunciar ao Presidente da República.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – A pergunta não foi para o Deputado.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele denuncia no dia 20...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É imoral o que você está fazendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não faça isso.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Só corrigiu porque nós fomos ao Presidente da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não faça isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Cobramos segunda, cobramos terça. Aí nego falou assim: "Esse Luis Miranda não vai sair do nosso pé. Corrige essa porra!".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não faça isso, Presidente.

Me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um pouquinho.

Pessoal, é o seguinte: olha só, eu pedi ao Senador Marcos Rogério que fizesse as perguntas. Aí ele responde. E o Senador Marcos Rogério continua fazendo as perguntas. Ele responde às perguntas. Só isso.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou dar mais cinco minutos para ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cinco minutos, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – No dia 24 de março, às 10h14, a empresa despachante contratada pelo ministério... (*Fora do microfone.*)

No dia 24, às 10h14, a empresa despachante contratada pelo Ministério insere no Siscomex e encaminha ao seu setor uma licença de importação totalmente corrigida. Procede?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Registrada, não é? A licença de importação registrada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Registrada.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O que é corrigida é a *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Diante disso, eu pergunto a V. Sa.: o senhor não teve conhecimento desses atos praticados no processo, dessas retificações ao longo desses dois dias?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Como assim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Uai! Essas retificações: primeira *invoice*, segunda *invoice*, terceira *invoice...*

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Como é que eu vou registrar uma empresa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com relação à empresa Madison.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sr. Senador, como é que eu vou registrar uma empresa licença de importação com uma *invoice* errada?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É, não tem como...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não! Ele está perguntando pelas correções.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou perguntando, eu estou perguntando...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Marcos está mais perdido do que cego em tiroteio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir a V. Exa. que de repente retire o Deputado da sala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone*.) – Eu sair?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para permitir o interrogatório. Ele não pode interromper.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, por favor. Isto é uma inquisição, não um interrogatório. Ele está fazendo uma inquisição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí. Só um minutinho, só um minutinho, por favor, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tem que respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está respeitando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, quem é o Presidente desta Comissão? É o senhor ou é o Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Como é um pedido do Presidente, eu vou me calar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, só um minutinho.

Ele está respondendo, acabou de responder para o Senador. O Senador fez uma pergunta e ele disse que não podia autorizar a licença sem correção da *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas estavam todos corrigidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas estavam todos corrigidos.

Presidente...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Na terceira *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O meu tempo continua correndo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Depois da denúncia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi na segunda: só na terceira *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com os *invoices* corrigidos... V. Sa. teve conhecimento da correção dos *invoices*, do dia 22 e do dia 23, de todos eles?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Do dia 22 e do dia 23?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Teve conhecimento ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ele está mostrando aqui que teve.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** E ignorou essas correções?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por favor, deixe ele responder, deixa...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não ignorei, tanto... Não ignoramos, que foi um a autorização do fiscal a respeito de estar divergente do contrato: do quantitativo de três milhões em vez de quatro; e a empresa Madison, em vez de dar à Bharat Biotech ou à Precisa; foi autorizada pelo fiscal do contrato e corrigida a *invoice*. E, aí sim, com a correção e "de acordo", encaminhamos para o registro da LI, que foi no dia 24.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O senhor considera que essas retificações também são consideradas fraudes? – já que mantêm a versão da primeira...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Fraude o quê? Não está de acordo com o contrato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não! Mas essas correções... Eu estou perguntando se V. Sa. considera essas correções fraudes?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Se não está de acordo com contrato, aí é que seria fraude.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sim, mas se elas foram corrigidas, o problema persiste?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas o contrato foi corrigido?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não! Não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O contrato não foi corrigido, Senador, como é que pode...?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ele está dizendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O contrato é maior do que a *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O problema não é o contrato, Presidente. O problema é que a *invoice*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É lógico que é o contrato! É lógico que é o contrato, rapaz.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro que não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nem consta no contrato a empresa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vai cumprir o contrato, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas, meu Deus do Céu!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O contrato era de quatro milhões de doses. Eles mandam uma *invoice* querendo três milhões. O que é isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, está difícil fazer questionamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está mesmo, está difícil mesmo, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os teus questionamentos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está querendo...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, isto aqui está parecendo um tribunal de inquisição, Presidente!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O senhor quer convencer o Brasil de mandar US$45 milhões com a *offshore* num paraíso fiscal que não está num contrato. É a primeira vez que eu vejo no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Bolsonaro escancarada uma tentativa literal de um indício grave de corrupção. É escancarado, não está no contrato. É uma licitação, tem que estar no contrato!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa, desculpa, Deputado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu vou pedir a V. Exa., seria o caso de V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. está insistindo. Por isso é que eu estou falando, Senador: não está no contrato. É só isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, pelo amor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas como é que você não vai cumprir o contrato, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, me ouçam...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Podemos ter acesso ao contrato, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tenho, tenho cópia aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Queremos o contrato inteiro, inteiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O contrato está até público no ministério...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tem como arrumar uma cópia?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, mas, olha, é insalubre, Presidente. Isso aqui é insalubre. Assim, a sanha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Insalubres eram as vacinas indianas, segundo a Anvisa, tá? Não, não é aqui, não. Era a vacina que o seu Governo queria comprar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

Presidente, não faça isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Insalubre é a vacina indiana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Pfizer é salubre. Essa aí é que não era...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não faça isso, Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pessoal, por favor. Deixem o Senador falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha o esforço que V. Exas. estão fazendo para obstruir o direito de se demonstrar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como obstruir? Está há uma hora falando, está há uma hora falando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Uma hora, ganhou do Relator ganhou de todo mundo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Está todo mundo interrompendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Haja paciência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, realmente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, Presidente, eu esperava de V. Exa. um pouco mais de consideração, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou lhe dando o tempo necessário, e V. Exa. não quer terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. V. Exa. está fazendo comentário em relação ao contrato. V. Exa. leu o contrato, Presidente?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu li, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui o contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu li, Presidente. Eu li o contrato, li os *invoices*. Agora, esta CPI está diante de uma fraude de uma narrativa – de uma fraude! E eu lamento muito pelo meu colega, por quem tenho respeito, consideração. E sei a motivação dele para fazer isso.

Agora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Qual é? Qual é a motivação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora você tem que falar. Agora você tem que falar a motivação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fala qual é a motivação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você tem que falar qual é a motivação.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É dinheiro que ele está querendo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Posso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Fale qual é a motivação, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual é a motivação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a motivação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual é a motivação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, fale a motivação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, baixem, falem, deixem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu falo do jeito que eu quiser. Eu estou lhe perguntando qual é a motivação do depoente. Ele foi comprado por alguém?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – A única motivação que eu tenho aqui é o combate à corrupção, que essa está na minha veia, na minha bandeira, e eu vou continuar combatendo a corrupção e protegendo...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Marcos Rogério tinha que dizer... O Senador Marcos Rogério tem que dizer qual é a motivação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A motivação... Senador Marcos Rogério, qual é a motivação do depoente aqui?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... está aqui como depoente, mas ele está se comportando como se fosse membro da CPI! Uma CPI do Senado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o Presidente permitindo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... e ele se comportando como membro da CPI!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – E fico calado, sendo ofendido. Acabou de dizer que eu tenho interesses pessoais.

Senador Fernando Bezerra, fique calado! Eu vou respeitar os senhores se não faltarem respeito comigo.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado, é o seguinte: então, eu vou pedir... Caso o depoente continue, eu vou pedir para ele se retirar, está certo?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu vou ficar quietinho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, primeiro, é isso. Vou pedir para se retirar e vou fazer a convocação individual...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Agora, V. Exa. diga qual é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Faça a convocação individual.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, agora não. Calma!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Faça!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se acontecer de novo, eu vou fazê-lo – eu disse isso.

Agora, o senhor diga para nós aqui, para o Brasil qual é a motivação pessoal dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a motivação, Senador? Fale, por favor. Não vá procurar palavra para enrolar. Fale qual é a motivação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Eu sei qual é a motivação, e V. Exa. sabe também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também não. Eu não sei, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sabe, sabe sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei, não. Eu não conheço ele, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. esteve na sala lá atrás, junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. A motivação, não. Ele não falou a motivação, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É claro que falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Opa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ele falou foi... Ele falou o nome do Deputado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você estava presente. A Senadora Soraya estava presente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não estava, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não falou a motivação, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não diga isso, não.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele falou a motivação? Não. Espere aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – A motivação está na folha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É só repetir, gente, tudo que ele falou.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto. Resolvida a questão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – ... uma questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu preciso... Eu preciso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Antes, eu queria fazer uma questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu preciso concluir, Presidente, as minhas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. (*Fora do microfone.*)

Primeiro, nós não estamos em condição de continuar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – ... esta sessão do jeito que ela está.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Primeiro ponto.

Segundo ponto. Estamos... Tem gente extrapolando aqui, tentando... Tentando desqualificar a testemunha, que é um servidor público de carreira e que veio aqui para dizer fatos objetivos relatados com documento.

Então, a minha sugestão é que a gente suspenda e que a gente possa fazer...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, Presidente. Não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou pedir a conta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me concluir, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Cancele está CPI, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É só uma questão de ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Concordo. Vamos fazer...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou colocando uma questão de ordem, uma questão de encaminhamento: que a gente suspenda e ouça separadamente cada um dos dois.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Perfeitamente. Tem todo o nosso apoio, Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente... Olha, Presidente... O Governo aqui está querendo tumultuar a sessão, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não! Não; o Governo só quer a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, pelo amor de Deus, mantenha os trabalhos da Comissão. Dê as recomendações...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Separadamente! Vamos ouvi-los separadamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... e mantenha os trabalhos da CPI, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou... Só um minutinho.

Eu irei suspender por dez minutos a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos nos acalmar. Vamos nos acalmar, porque esse depoimento aqui, esse bate-boca... E aqui eu vou alertar novamente o Deputado e o depoente.

O depoente está se comportando corretamente, mas, Deputado, V. Exa. aqui... Aqui são Senadores da República. V. Exa. é Deputado, e nós o respeitamos – e os Deputados são muito bem-vindos a qualquer sessão –, mas, nesse momento, V. Exa. tem que seguir o Regimento deste Senado e respeitar o Regimento.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero que os Senadores também possam ser mais objetivos.

Vamos surpreender um pouquinho para as pessoas se acalmarem, por favor.

(*Suspensa às 18 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 53 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Está reaberta a sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, um rápido pela ordem de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para nós organizarmos os trabalhos.

É fundamental este depoimento ter fim no dia de hoje, seja qual for o horário. Então, uma questão de encaminhamento: primeiro, que V. Exa. conceda os cinco minutos finais para a fala e a inquirição do Senador Marcos Rogério; e, depois, 15 minutos – 15 minutos – para cada colega Senador, se forem improrrogáveis; se algum colega for interrompido, aí acrescenta o tempo que for necessário, mas para nós levarmos a bom termo os dois depoimentos de hoje e podermos concluir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou pedir aos depoentes, especialmente ao depoente e Deputado Luis Miranda, que possa permitir que a gente... Sem interromper. E eu tenho certeza de que o servidor público federal, servidor do Ministério da Saúde, tem condições de responder qualquer pergunta referente à Covaxin em relação à sua importação.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério, por cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria, por favor, que... Depois, as pessoas terão tempo de retrucar qualquer coisa que qualquer Senador falar aqui. Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – (*Fora do microfone.*) ... saber toda a verdade, inclusive se há envolvimento de algum setor ou qualquer agente político deste Governo em atos de corrupção, lhe pergunto: foi a primeira vez que seu chefe imediato lhe pediu informação sobre processo de importação ou isso já aconteceu em outros casos?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – É competência... (*Fora do microfone.*)

Perdão. É competência do diretor, porque a direção... Uma coordenação faz parte da importação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi a primeira vez ou já aconteceu antes?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Outras vezes?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sobre a importação, é... O setor de...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já aconteceu antes ou não?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O setor de importação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou perguntando objetivamente se já aconteceu antes ou não.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Perguntar sobre processo de importação?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesses outros casos o senhor considerou também ser um movimento suspeito?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tenho a informação de que é normal o pedido de correção de outras *invoices*, faturas. Já aconteceu isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – São erros pontuais, né? De falta de peso líquido, peso bruto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunto se já aconteceu de o seu departamento identificar incorreções...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e ter que pedir à empresa para corrigir.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já aconteceu antes?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Nesses outros processos em que o senhor atuou e aconteceram retificações idênticas, também ocorreram crimes? Teria prevaricação sua?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não foram idênticas, né? É bem claro que não foram idênticas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse caso, quando o senhor diz que impediu um pagamento ao não assinar um recibo, que recibo é esse? Sua divisão possui competência para tratar de financeiro, fazer pagamentos?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não; competência para prosseguir com o processo de importação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Foi dito que impediu um pagamento. E foi dito aqui que queriam a sua assinatura no documento. Como foi isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, para prosseguir com o processo de importação. Não o pagamento. Eu não trabalho no setor de pagamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que foi dito é que V. Sa. impediu um pagamento de U$45 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Se prossegue com a aquele processo, daquela forma da primeira *invoice*, estaria coagindo ou tratando o processo de maneira correta... Incorreta, perdão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** No dia 24, o processo estava saneado. Confere? As incorreções foram corrigidas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Autorizado pelo fiscal do contrato, porque em nenhum momento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas estava saneado ou não?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Em nenhum momento, no contrato, citava a empresa que constava na *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas o seu departamento não foi informado de que aquela empresa não seria uma subsidiária da empresa principal?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Autorizado pelo fiscal do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas V. Sa. foi ou não informado no seu departamento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Após a boa-fé do fiscal do contrato e o responsável pela execução dele, o nosso setor deu prosseguimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O seu departamento foi informado ou não dessa ligação?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pelo fiscal do contrato, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Foi informado? Chegou o documento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pelo fiscal do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Chegou o documento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas chegou o documento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pelo fiscal do contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas chegou o documento ou não?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Se, no dia 24 de março, V. Sa. já sabia que o *invoice* estava correto, já havia sido corrigido, e já havia sido emitida a licença de importação, por que não comunicou o seu irmão para que ele avisasse o Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A gente já tinha feito isso no dia 20, sob...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, no dia 20 não tinha correção dos *invoices*. V. Exa. está faltando com a verdade.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Os fatos, a cronologia dos fatos mostra que os *invoices* começaram a ser corrigidos 22 e 23.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ué, como é que foi dia 20?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O que aconteceu, as falhas da *invoice*, no dia que aconteceu a falha e a pressão, principalmente a pressão para aprovar algo que estava fora do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou lhe perguntando objetivamente: depois que você toma conhecimento de que havia sido corrigido, por que não comunicou seu irmão para reportar ao Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Se está de maneira correta, não tem o que falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, aí ele vem... E por que seu irmão, que sabia de tudo... Ou V. Exa. sonegou essa informação dele? Se o *invoice* já havia sido corrigido, 90 dias depois foi à CNN com a primeira *invoice* do processo, a *invoice* errada, que o seu departamento pediu para corrigir, criando uma falsa denúncia de que tem origem em uma...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Senador, eu não posso responder por ele, mas acredito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas você informou seu irmão em algum momento que todo o processo tinha sido saneado? Sim ou não?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Acredito que ele foi na CNN por conta da primeira...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas você trocou muita mensagem com o seu irmão?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Deixa eu falar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, mas eu tenho só três minutos. Não dá, tem que ser objetivamente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não tem como eu responder objetivamente essa pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não. Você informou ou não o seu irmão de que o processo tinha sido...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, a questão, a pergunta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... de que as *invoices* tinham sido corrigidas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A pergunta foi por que ele foi na CNN com a primeira *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não. Você informou seu irmão de que, depois da primeira *invoice*, as demais foram corrigidas? Sim ou não?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Ah, não? Então você induziu o seu irmão...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Induzi a quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... a cometer um crime.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Ele... Eu não respondo por ele, não falo por ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, porque, se você vai para a televisão dizer que a primeira era uma fraude, tendo a segunda e a terceira corrigindo tudo e saneando o processo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ele apresentou, acredito – tem que questioná-lo –, o que foi levado ao Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Noventa dias depois? Com o processo todo saneado?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Noventa dias? Foi dia 20!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quanto tempo depois?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, quanto tempo depois?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Um dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós estamos no mês de junho!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Está acabando, deixa acabar o tempo dele aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu pergunto: você não informou o seu irmão de que o processo tinha sido saneado, que as *invoices* tinham sido corrigidas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, ele sabia que havia uma abertura de LI e um pedido de excepcionalidade para a Anvisa, o qual foi negado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ele tinha ciência de que a gente fez... de um pedido de excepcionalidade, e a Anvisa negou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, Sr. Presidente, eu vou considerar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Chega o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., deixe-o concluir. Só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Já terminou!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conclua, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Tem mais gente querendo falar também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Humberto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, Sr. Presidente, a gente insiste numa versão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só conclua.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Quase 35 minutos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só conclua, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A oposição hoje resolveu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Senador Humberto; 45.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... obstruir a minha fala o tempo todo para impedir que a gente apresentasse os fatos, para ter aqui a verdade.

Sr. Presidente, nós estamos diante de uma situação absolutamente normal, dentro de um processo administrativo. Houve uma incorreção, que foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador... Senador, já terminou o seu tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... Por favor, V. Exa. já fez as perguntas, ele respondeu. A sua opinião, depois, futuramente, V. Exa. pode colocar, mas agora, por favor, me ajude. Me ajude, porque tem, olha aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, Presidente, eu, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu fiz essa concessão, V. Exa. falou muito mais do que 15 minutos, mesmo com as interrupções. Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não consegui falar cinco minutos sem interrupção, Presidente. V. Exa. sabe disso, e o Brasil todo sabe. O Brasil todo sabe.

A única coisa que me interessa aqui, Presidente, é olhar para o processo e, com os depoentes que estão aqui, demonstrar qual é a verdade. Nós estamos diante de uma situação absolutamente injusta com funcionários sérios do Ministério da Saúde, que trabalharam, que cumpriram o dever de casa para oferecer vacina ao Brasil e aos brasileiros. Não é justo o que estão fazendo neste momento com os servidores do Ministério da Saúde. E a suspeição que levanta sobre o Governo do Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é absolutamente injusto, leviano.

Pensam estar nos Governos anteriores, essa é a verdade. Pensam estar diante daqueles sucessivos escândalos que nós vivemos no Brasil nas últimas décadas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é a situação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é o quadro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente... Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse cidadão não vai parar de falar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, 15 minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, agradecer o respeito ao acordo que fizemos ontem, mas eu vou falar sobre a empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contrato foi assinado pelo representante da Bharat Biotech; chama-se Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. Vou falar sobre ela. A empresa Precisa, Presidente, também estendeu os seus tentáculos aqui no GDF. Infelizmente, parte dos escassos recursos públicos destinados ao combate à pandemia do Covid foi desviada por uma organização criminosa e que se instalou na Secretaria aqui da Saúde do Distrito Federal. A empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. participou do produto de pilhagem.

Tendo em vista que os dados disponibilizados pela CPI da Pandemia estão protegidos, parte deles, em segredo de justiça, farei menção a eles, num primeiro momento, de forma mais genérica, com vistas a reforçar a necessidade, Sr. Presidente, da vinda do Secretário Francisco Assis Filho, que é um dos líderes da organização criminosa, juntamente com os demais que participaram de todo esse desvio de recursos.

Seguem aqui alguns pontos, Sr. Presidente. A empresa Precisa, após irregular direcionamento, sagrou-se vencedora da Dispensa de Licitação nº 5, de 2020, para a aquisição de teste para a detecção de Covid-19. Nesse procedimento foram identificadas as seguintes irregularidades: ausência de critério e justificativa para constantes alterações dos quantitativos dos objetos licitados; exiguidade de prazo estabelecido entre a publicação do aviso de abertura de dispensa de licitação e a data para o recebimento da proposta; definição de prazo inexequível para a entrega dos produtos; preterimento de propostas de menor valor, sem qualquer justificativa técnica; constantes alterações nos quantitativos sem respaldo técnico.

A empresa Precisa foi contratada para fornecer 150 mil unidades ao custo de R$139,90. Registra-se que uma das empresas participantes ofertou o mesmo teste a um custo unitários de R$73,00, ou seja, metade do preço.

A empresa Luna Park Brinquedos, que foi apanhada também na Operação Falso Negativo, sagrou-se vencedora de outra dispensa de licitação e ofereceu o mesmo teste ao custo de R$180,00. Registra-se que mesmo o valor de R$73,00, antes citado, foi elevado, uma vez que o mesmo teste foi oferecido em Pregão Eletrônico nº 38, de 2020, do Sesc, a um custo de R$18,00. Então, foi dez vezes mais o preço desse teste.

Mas, Sr. Presidente e demais membros desta CPI, o pior está por vir. Parte dos testes adquiridos não é confiável. Para além de evidente superfaturamento, os testes da marca chinesa Zhuhai Livzon são tidos como ineficazes e apresentam problemas ao redor de todo o mundo, como segue. Na Índia, o Conselho Indiano de Pesquisa (ICMR) anunciou recentemente que havia aconselhado os vários Estados da Índia a pararem de usar os *kits.* Então, vários canais de televisão, jornais, todos; além disso, na Dinamarca, na Argentina. Na Argentina, afirmaram que os testes são falhos. Olhem um exemplo da Argentina: até o momento 1.200 testes, dos 170 mil testes rápidos foram usados nesse monitoramento populacional com apenas 8 casos positivos, ou seja, 0,0066%, segundo informações oficiais. A Dinamarca devolveu todos os testes imprecisos dessa marca que foi apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, Presidente, que na matéria acima, da Dinamarca – eu tenho aqui e depois vou deixar para a CPI –, se afirmou que adquiriu os testes por R$32,00. Os mesmos testes repassados aqui para a Secretaria de Saúde do DF, pela Precisa, custaram aos cofres públicos R$139,90, ou seja, 433, comparado ao Sesc dez vezes mais.

Pois bem, Sr. Presidente, demais membros, é esse o nível de criminalidade organizada aqui no GDF.

Desse modo, Sr. Presidente – eu peço aqui o apoio de todos os membros da CPI –, é imperioso trazer aqui o Secretário, o ex-Secretário, o Francisco, mas também todos aqueles que o nosso querido Senador Girão e o Senador Marcos do Val, que, a meu pedido, apresentaram os requerimentos.

Seguem, ainda, alguns pontos que eu quero aqui ressaltar, Sr. Presidente. Novamente, farei menção a eles, à questão da Precisa, de forma mais genérica também, porque tem documentos sigilosos. Francisco Araújo Filho, de maneira sub-reptícia, sem qualquer justificativa aportada nos autos da operação, determinou a reabertura do prazo de apresentação das propostas. Essa medida ocorreu apenas porque a empresa de interesse de Francisco Araújo não havia apresentado a proposta a tempo – a saber, a Precisa Comercialização de Medicamentos –, ou seja, não obedeceu ao prazo, mas, mesmo assim, foi colocada.

O sigilo telemático revelou que foi o próprio Francisco – ele próprio – que encaminhou a proposta da empresa Precisa para compor os autos da licitação. Ao final, como previamente ajustado, a mencionada empresa foi declarada vencedora, mesmo não tendo apresentado o menor preço. A empresa Precisa – essa do contrato – beneficiada da Dispensa de Licitação nº 5, de 2020, somente entregou os 150 mil testes em 12 de maio, ou seja, 33 dias do prazo exigido, uma vez que a empresa tinha até o dia 9 de abril pra entregar.

Registre-se que Francisco Araújo Filho já havia reaberto o procedimento em duas outras oportunidades por descumprimento de prazo, mas com o objetivo escuso de eliminar as concorrentes da empresa Precisa. A Secretaria de Estado de Saúde do DF, chefiada à época por Francisco Araújo Filho, manteve a empresa Precisa como fornecedora de 300 mil testes IGG e IGM mesmo após essa empresa ter deixado de entregar esses produtos, aqueles 150 mil, no prazo.

A empresa Precisa, em conluio com a Secretaria de Estado de Saúde, então comandada pelo Francisco, entregou material diverso do contratado ainda. Embora a empresa Precisa tivesse proposto entregar os testes de marca MedTeste, ela entregou os testes de outra fabricação, o Levensohn, de baixíssima qualidade, como eu disse no relatório, e sem autorização formal da Secretaria de Estado de Saúde. É preciso destacar, Sr. Presidente, senhores membros, que isso aconteceu mesmo depois de a empresa Precisa ter atrasado a entrega nos 33 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sigilo telemático acostado também nos autos da CPI revelou, de forma cabal, o movimento de Francisco Araújo Filho para viabilizar a contratação da empresa Precisa. Existem ao menos 18 registros sobre a empresa Precisa no sigilo telemático disponibilizado por essa CPI. Eu vou deixar de transcrevê-los, neste momento, em razão do sigilo desses documentos.

Portanto, Sr. Presidente, volto a insistir na necessidade de trazermos aqui o Sr. Francisco Araújo Filho para depor nesta Comissão, aprovarmos os outros requerimentos de todos que participaram, para esclarecer isso.

Por fim, eu gostaria de registrar que a Operação Falso Negativo revelou apenas parte do esquema criminoso que foi instalado aqui no GDF. Temos evidências bastante fortes de que há conexão direta entre a Secretaria de Estado de Saúde do DF, o Ministério da Saúde, dois partidos políticos e políticos importantes do GDF aqui também nesse processo. Portanto, precisamos avançar nessa apuração. Eu perguntaria aos... Não são depoentes, mas convidados. Eu perguntaria aos convidados: os senhores teriam, tanto o Deputado Luís Miranda quanto o seu irmão, alguma informação sobre o esquema montado no GDF com a participação da empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. para repassar a esta Comissão e, assim, colaborar com as investigações?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não, eu não.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senador, sobre o caso, eu sei tanto quanto o senhor. O que eu sei foi noticiado pela imprensa, é de conhecimento público dessa situação: a prisão dos envolvidos naquele momento. E o que eu sei... Aí, inclusive, foi por conta desse fato, juntando com Global e tudo, que meu irmão me convenceu de que ali não tinha como conversar com as pessoas do Ministério da Saúde, porque como é que uma empresa envolvida num escândalo desse tamanho tinha conseguido ganhar um contrato de US$20 milhões mais uma vez dentro do ministério – o segundo mega escândalo em três anos, não é?

Então, assim, eu não tenho informação pra lhe dar, mas é realmente... Eu tenho o mesmo sentimento que o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, Presidente, eu falei a V. Exa., na última vez que eu falei sobre isso, quando aprovamos o requerimento, que a questão do Francisco é apenas o início. Na hora que puxar realmente isso, nós vamos encontrar coisas terríveis que estão acontecendo na Saúde há muito tempo.

Por isso que eu perguntei a todos os ministros se havia algum controle com relação ao sistema de controle da execução dos recursos da Fazenda. E tenho, sim, informações da Delog de que é um antro de corrupção. Eu disse aqui, inclusive mostrei, onde houve documentos dizendo que teria economia de até R$150 milhões em licitação. Tive informações aqui de que os editais colocados, de milhões e milhões, eram apresentados via *e-mail*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o que é Delog?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Delog é o Departamento de Logística

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Departamento de Logística.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É o Departamento de Logística do Ministério da Saúde,

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque nós sabemos aqui, mas quem está nos ouvindo agora não sabe o que é Delog.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim; é o Departamento de Logística do Ministério da Saúde, que não tem controle de nada. Inclusive, havia um contrato de informática do sistema de controle de medicamentos etc., que foi paralisado, de R$350 milhões, em andamento. Paralisaram, voltaram à planilha Excel e, provavelmente, já estão trabalhando com o papel de saco de pão, de padaria, para controlar estoque e tal.

Os Ministros disseram aqui que não têm controle, apenas o financeiro, quando encaminham. Mas ninguém sabe quem executou, quanto executou, não tem prestação de conta de nada, ou seja, o Ministério da Saúde não tem absolutamente controle de nada com relação a... E olha que o orçamento é de quase R$130 bilhões, o orçamento do Ministério da Saúde.

É só pra dizer que, realmente, esta CPI precisa apurar mais.

Presidente, muito obrigado. Fico aqui.

Solicito a V. Exa. para a gente marcar o dia da convocação do Sr. Francisco e aprovar os requerimentos dos demais que tiveram participação nessas operações.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será feito, Senador.

Senadora Zenaide, por quinze minutos, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Zenaide ou Eliziane?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe; é que eu vi a Senadora Zenaide aqui na minha frente.

Senadora Eliziane, depois o Senador Humberto Costa, Senador Eduardo Girão, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane.

Desculpe, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Não; com muita honra, a minha amiga Zenaide. Orgulha-me muito ser confundida com ela, porque ela é incrível.

Sr. presidente, eu quero cumprimentar o senhor, o Relator, todos os colegas e iniciar dizendo que nós estamos acompanhando aqui exatamente a tática defendida pelo Olavo de Carvalho: tentar desqualificar o interlocutor e jamais centrar no fato principal. É a tentativa que a gente acompanhou aí nas últimas horas, mas nós não vamos sair do foco.

Eu quero fazer a minha primeira pergunta ao servidor, ao Luis Ricardo: você está desde 2011, não é isso? Você é um servidor de carreira e está desde 2016 no cargo, especificamente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Desde 2011.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Desde 2011, está como servidor de carreira.

E o fato específico que nós estamos acompanhando aqui da apresentação de uma terceira empresa que não estava dentro de um contrato para receber um volume financeiro da ordem de US$45 milhões de forma antecipada e, de repente, sendo colocado para que esse pagamento de fato ocorresse...

O senhor, durante a sua caminhada e carreira no serviço público, já recebeu alguma outra inconformidade com esse mesmo nível de gravidade que nós estamos acompanhando aqui em relação à Madison?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. É que nem eu comentei com o Senador Marcos Rogério, são erros pontuais: falta de peso líquido, peso bruto, informar a descrição da mercadoria, mas não uma outra empresa ou um número grande de quatro ou cinco itens para alterar numa *invoice*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor viu erros elementares, básicos.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, primários também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Primários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o senhor levou, o senhor sentiu, na verdade, a pressão desses chefes mais imediatos seus, o senhor procura seu irmão que o senhor chega ao Presidente da República. Nesse momento, o senhor procura também o Ministro Pazuello?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não tenho contato direto com ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Quando ele saiu, o Ministro Pazuello, ele fez a citação e usou a palavra pixuleco, mais ou menos assim: que várias pessoas estavam realmente fazendo esse pedido de dinheiro, pixuleco, parecia ali uma propina ou coisa parecida. O senhor teve conhecimento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A saída dele se deu exatamente no dia 23 de março, ou seja, no meio de toda essa situação que nós realmente estamos acompanhando.

Você foi informado por alguém que a demissão dele teria alguma relação com essa questão?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não recebeu nenhum tipo de informação?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu quero perguntar agora ao Deputado Luis Miranda: quando você esteve com o Presidente da República, ele lhe comunicou que levaria o caso ao Delegado-Geral da Polícia Federal. Ele também informou que procuraria o Ministro Pazuello para informação?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) **–** Não. Em nenhum momento, ele falou do Pazuello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas assegurou que encaminharia à Polícia Federal?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Exatamente. Ele entendeu que aquilo externava o problema de um nível administrativo. Ele entendeu que era um nível que necessitava de investigação policial.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Deputado, quando ele diz o seguinte: "Olha, isso é coisa de um Deputado ou daquele Deputado", o senhor entendeu ali que ele já tivesse conhecimento dessa prática dentro do Ministério?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor não recorda o nome do Parlamentar?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não me recordo do nome.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A imprensa chegou a divulgar que o senhor chegou a conversar com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Lira, informando essas irregularidades, essas inconformidades. O senhor chegou a conversar com ele?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não é verdade. Não informei ele sobre as irregularidades. Apenas informei a ele, encaminhei para ele uma matéria, exatamente a matéria da Globo que iniciou aqui, mostrando: "Olha, esse é o meu irmão. Quero ir lá defendê-lo, porque eu conheço do caso. Isso é ruim para a Câmara, para a imagem como Parlamentar. Eu quero me oferecer".

Ele disse: "Por que você está me perguntando isso?". No sentido tipo assim: não tem nada a ver; se você sabe alguma coisa, tem que falar mesmo, tem que esclarecer, tem que colocar tudo pra fora; não tem por que não falar. Eu falei: "Então, tudo bem". Exatamente pelo respeito, amizade, como Presidente, mas nem entrei no mérito do caso com ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor chegou a ter alguma gravação de fala com o Presidente da República?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu não gravaria um Presidente da República, eu acho isso imoral. E, se tivesse, certamente, hoje, eu não estaria passando por isto aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor chegou a trocar mensagens com o Presidente da República pelo celular?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Troquei com adjunto dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com o Presidente não?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Com o Presidente diretamente... O número que eu possuía dele não responde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu volto aqui ao servidor.

Quando o senhor foi chamado pra prestar depoimento no inquérito do Ministério Público Federal, o senhor não informou à Procuradora que o senhor havia informado o Presidente da República?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Por que o senhor não falou pra ela?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, porque eu só respondi os questionamentos que a Procuradora fez por causa do inquérito dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Servidor, acerca, por exemplo, de algumas questões, eu queria que o senhor me explicasse se o senhor achou normal ou achou, de fato, estranho.

Por exemplo, acerca do empenho do volume de R$1,6 bilhão para a aquisição das vacinas, o empenho aconteceu no dia 22 de fevereiro, o contrato foi assinado no dia 25 de fevereiro. Até neste momento, não havia nenhum tipo de autorização da Anvisa em relação à importação dessa vacina. Havia, inclusive, uma... Não havia, por exemplo, o certificado de boas práticas com as visitas, na verdade, que foram feitas. E, ao mesmo tempo, também havia uma fala por parte da Anvisa de que a Covaxin não tinha as condições mínimas sanitárias para esse atendimento. Quer dizer, a gente vê aí uma situação extremamente nebulosa. Há, na verdade, vários elementos que demonstram claramente a inviabilidade, por exemplo, dessa aquisição, mas, em meio a tudo isso, se tem o pedido de antecipação da ordem de US$45 milhões. Você, analisando todos esses pontos anteriores, compreendeu como algo extremamente estranho, algo extremamente inconforme, algo que haveria, dentro de tudo isso, alguma coisa de fato errada?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu... A gente não acompanha os prazos de assinatura de contrato, de empenho, não; só faz execução.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Quando você faz uma avaliação, por exemplo, da Covaxin e você faz um comparativo com a Pfizer, por exemplo, qual é o tipo de diferença que você pode considerar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O cronograma de entrega é um. Na Covaxin, eram 20 dias após a assinatura, 30 dias...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu digo do ponto de vista de interesse, de esforço dos seus superiores em relação ao andamento da vacina da Pfizer, por exemplo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não tive... Não fui comunicado, assim, de forma atípica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Você não sentiu diferença entre as duas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas há uma grande diferença da atenção que foi dada em relação à Covaxin...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, sim... Eu falo da Pfizer eu não tive essa pressão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Você não recebeu pressão da Pfizer.

Outra coisa, Ricardo. Eu queria que você me desse mais detalhes acerca desta pessoa: Rodrigo. Na frase, quando você fala para o seu irmão isto: "Aquele rapaz que me procurou dizendo que tem vacina disse que não assinaram, porque os caras cobraram dele propinas para assinar o contrato. Vou perguntar se ele tem provas. Recebi mais uma ligação". Esse Rodrigo era a parte empresarial ou esse Rodrigo era servidor?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Terceirizado do ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Estava como terceirizado, mas na condição de servidor. É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) **–** Rodrigo de quê? Só para ajudar.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) **–** Eu não tenho o sobrenome, infelizmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Nenhum sobrenome...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O seu microfone, Relator, não está ligado.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não tenho o servidor agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É muito importante isso...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Vou conseguir e informar à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque, no Ministério da Saúde, existem vários Rodrigos.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone*.) – Ele disse que deve informar em outro momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, ótimo! Ótimo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor o conhece?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Por acaso, Luis Ricardo, seria Rodrigo Cardoso, da Dlog?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor conhece o Rodrigo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Conheço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tinha contato com ele e conhece normalmente, se tiver que identificá-lo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor consegue entregar a esta CPI o nome dele completo, para que a gente possa convocá-lo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria fazer uma pergunta agora ao Deputado.

Deputado, houve ontem, por parte do Secretário-Geral da Presidência da República, o anúncio da abertura, por exemplo, de investigação da Polícia Federal em relação ao senhor e em relação também ao seu irmão. Como é que o senhor recebeu essa informação? E o que você poderia dizer que está por trás dessa tentativa, ou melhor – dessa tentativa não –, dessa investigação em relação à sua pessoa e também ao seu irmão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – A gente recebeu a informação da forma que ela chegou e a gravação feita pelo Ministro Onyx, o desespero com estranheza. Até acho interessante que o mesmo, de fato, seja convidado para explicar por que ele se irritou tanto, por que ele se enraiveceu tanto com pessoas que estão combatendo possíveis desvios de dinheiro público, possível corrupção. Em nenhum momento, nós afrontamos o Governo: "Ah, o Governo está fazendo". Em nenhum momento, a gente fez isso. Pelo contrário! Encontrei com o nosso Presidente: "Presidente, dentro do seu Governo, pode ser que tenha pessoas agindo de má-fé". E apresentamos para ele as informações. O Presidente tanto entendeu que era um fato que cita um Parlamentar específico e diz que vai acionar a Polícia Federal para poder cuidar do caso. Na sequência, quando vaza o áudio do depoimento do meu irmão, a reação muda, a gente sente radicalmente a reação alterando. Diga-se de passagem, o Planalto já tinha alterado comigo, eu tinha sentido alguma coisa de estranho, mas não conseguia associar que necessariamente era isso – poderiam ser tantas outras coisas, porque, na política, uma votação pode mudar o sentimento, às vezes, do Governo para com você. Eu estava numa relação excelente com o Presidente, e ela sumiu – essa relação. Não consegui mais falar com o Presidente. E essa explosão do nada me faz assim... Não preciso ser nenhum farejador: algo está errado nessa relação. Não digo quanto ao Presidente, porque o Presidente, até quando ele fez a *live* dele, questionou por que eu não o procurei e tal. Eu tenho que provar para ele que eu procurei, não deixaram eu ter acesso a ele. Mas o Onyx, da forma que ele agiu, da forma que ele explodiu, a reação dele... E outra coisa: exatamente com a pessoa que estava pressionando o meu irmão do lado... Fica muito evidente que ele tem que explicar qual o interesse dele na causa ao ponto... Porque foi ele que falou, não foi o Presidente que falou. Ele falou que o Presidente encaminharia para investigar. Investigar quem? Quem está combatendo a corrupção? Quem está combatendo algo que possa estar errado? Então, eu recebi de uma forma, no mínimo, estranha essa reação por parte do Sr. Onyx.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já chegando aqui para a finalização, Presidente, eu queria perguntar ao servidor... Quando do *e-mail* do comunicado, por exemplo, da Precisa, em relação ao último *invoice*, ele faz o encaminhamento com as retificações, com essas alterações e, na verdade, ele faz o *e-mail,* mas coloca a data retroativa. Não é estranha essa data retroativa? Ele manda no dia 23, se não me foge a memória, mas com a data do dia 19?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É, todos *invoices*, eles não alteram do dia 19.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso não é...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... uma prática normal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Se atualizou, teria que mudar a data.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu queria finalizar perguntando aos senhores se os senhores estão sofrendo alguma ameaça e, ao mesmo tempo, se a resposta for positiva, de onde vêm essas ameaças, se têm nomes realmente para citar.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) **–** Na minha opinião, a forma com a qual foi colocada pelo Secretário-Geral e agora ex-Ministro Onyx... Colocou de uma forma como se nós tivéssemos falsificado um documento para todo o Brasil, o que não é verdade. Ele coloca de uma forma como se nós fôssemos inimigos do Brasil e fala: "Agora, nós vamos para cima de você". Aquilo, para quem é apaixonado pelo Governo... E eu vi as reações instantâneas nas minhas redes sociais. Aquilo recebeu como se fosse um gatilho de ameaça, mas pior do que ameaça: com execução de que ele não tem controle, ele não tem controle da sociedade. Ele não tem controle se, por exemplo, o Marcos do Val, aqui no momento, chega aqui e aponta algo para mim: "Pá! Você é isso". Ele pode até, naquele momento, ser política, mas, lá fora, nas ruas, as pessoas apaixonadas não encaram assim. Elas podem fazer loucuras. E fizeram com o Presidente da República uma loucura por causa dessa paixão polarizada entre dois lados, porque ninguém aqui tem que concordar com o esfaqueamento do Presidente da República nem com o de ninguém, mas, quando você incita a violência da forma como foi incitada pelo Onyx – e vou representá-lo criminalmente pelo que ele fez –, eu me sinto hoje ameaçado. E, até agora, não foi respondido se vamos ter segurança ou não, para que uma fatalidade não ocorra, até isso se esfriar, porque nós não atacamos o Governo. Nós apontamos um fato, que deveria ser verificado, que é anormal. O próprio meu irmão aqui, servidor, disse que a mesma empresa já está envolvida em outros dois casos graves, quer dizer, tinha todos os indícios para poder levar ao Presidente: "Presidente, pode ser que estoure uma bomba aqui, e vai cair no teu nome". Não fizermos nada de errado. Aí estoura aqui na CPI, e estamos aqui para esclarecer. Viramos inimigos daqueles que acreditam que estamos indo contra o Presidente? Estamos sendo ameaçados...

Nas minhas redes sociais, teve até um Deputado – e eu gosto muito dele, espero que ele tenha cometido um devaneio – que escreve:"O Deputado Luis Miranda estava na luz, agora ele entrará na escuridão eterna". A palavra escuridão eterna, para mim, em qualquer outro momento, você lê como "você morreu". Estou sendo ameaçado pelo Parlamentar?

Aqui mesmo ainda agora, por causa deste momento... E sempre admirei o Marcos do Val, que teve um desconforto comigo por causa desta história. Por quê? Onde está o nosso erro em querer combater a corrupção? Estamos malucos? Porque o Governo quer chegar com esta narrativa de que fechou o mandato dele sem corrupção nenhuma?!

É terrível para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane, um minuto para V. Exa. concluir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para finalizar, eu quero só que V. Exa. me responda exatamente o que foi colocado, agora, pelo colega. O Senador colocou que ele sabia a motivação de o senhor ter trazido essas denúncias. Eu queria que o senhor finalizasse, em relação à minha participação, respondendo a essa pergunta.

Finalizo dizendo o seguinte, deixando aqui registrada, Presidente, a necessidade clara de aprofundamento desta investigação, a necessidade clara de adiar esta CPI. Nós estamos diante aqui de uma situação clara de indícios de corrupção: um volume bilionário a ser pago para uma empresa, uma *offshore* em um paraíso fiscal, que aliás, já havia sido questionada, aqui do lado, no Paraguai, que já havia sido questionada, inclusive, na sua própria região, de repente, aqui, numa tentativa de antecipação de algo em torno de R$200 milhões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E qual a motivação?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Respondo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vou lhe dar um minuto, Deputado, não mais que um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Só repete a pergunta com clareza para mim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só diretamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Senador do lado colocou aqui que ele sabia qual a motivação de o senhor ter...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – A motivação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... trazido a denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ele deve como um bom político saber que, após o que fizeram com meu irmão, ameaça de PAD... Ele deu a entender para mim, como colega, amigo que nós somos, fora deste momento... Como eu disse, o momento é um negócio assim incrível! Achar que eu tenho uma motivação eleitoreira para 2022, porque eu disse para ele: "Depois do que fizeram com o meu irmão, todos os servidores públicos, principalmente aqui do Distrito Federal, se sintam abraçados, porque, a partir da agora, eu sou contra a reforma administrativa, porque, se não fosse a estabilidade, ele não estaria aqui sentado com a coragem que ele tem de denunciar isto tudo que está ocorrendo". Então, a estabilidade para o funcionário público é a garantia de que eles não possam ser coagidos, como o Onyx tentou fazer com ele... Até PAD e ações criminosas contra uma pessoa que só quer fazer o bem – combater a corrupção. Essa é a minha motivação, já que ele não quis falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Deputado Luis Cláudio. Obrigado.

Próximo inscrito, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, senhores depoentes, sejam muito bem-vindos.

Eu quero começar dizendo que mandei preparar já aqui o requerimento de convocação da Sra. Regina Célia, fiscal do contrato, para que ela explique por que autorizou a continuidade desse processo, depois das irregularidades que nós vimos aqui.

Sr. Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Senador Humberto, se me permitir, no requerimento... Porque eu acabei de investigar aqui, e, se eu não estiver errada, parece que – e o depoente pode informar – não só ela, mas também Thiago Fernandes da Costa... Porque eu me ausentei justamente para entender o que eu não estava conseguindo entender. Então, eu fiz uma decupagem de toda aquela documentação. Eu peço desculpa, é só para complementar – pode depois tirar do meu tempo e repor o tempo do Senador, mas eu acho que é importante. A informação, o depoente pode me corrigir, é que foi feita a solicitação de autorização de importação das vacinas para a fiscalização de controle e que seriam a Sra. Regina e o Sr. Thiago Fernandes da Costa... E quem, a princípio, participou também foi William Amorim Santana, da Dlog, ou alguma coisa assim...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Esse William trabalha comigo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ele é que fez os questionamentos nos *e-mails...*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso! E aí Thiago é que teria, na Secretaria de Vigilância em Saúde, respondido ao *e-mail* autorizando a realização de importação de vacinas. É isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso! Thiago é o coordenador e Regina é...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu acho que é fundamental, Senador Humberto... Depois eu posso explicar com calma. Desculpe-me interrompê-lo, mas é...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Façamos juntos, façamos juntos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não! Eu não sou membro, V. Exa. apenas. Por isso é que eu aproveitei...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu faço em nome de V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senadora Simone...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Queria só meu tempo de volta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acrescentado devidamente, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, o tema que nós estamos tratando aqui é grave, é sério, mas ele é parte de uma questão. Nós estamos errando em nos concentrarmos unicamente nisso aqui.

Na verdade, existe neste Governo uma empresa *vip* – *vip* – que se chama Precisa e que precisa vir aqui, precisa vir aqui. Primeiro, para explicar. Ela é um jabuti. Com tantas empresas na área de saúde no Brasil que já intermediaram contratos, que têm atividades lícitas, quem indicou para uma empresa indiana que nunca ninguém ouviu falar essa empresa Precisa? Isso foi alguém que botou um jabuti! A primeira questão é essa.

Segundo, que Ministério da Saúde é esse que aceita como intermediário para compra de vacina uma empresa que já tinha dado um golpe no Ministério da Saúde!? Essa empresa, com o nome de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Global, vendeu ao Ministério R$19 milhões – e é o processo que ele deu aquele depoimento – em medicamentos para doenças raras, não entregou, e 14 pessoas morreram. O Ministério da Saúde pagou R$20 milhões para essa empresa Precisa e até hoje ela não devolveu.

A primeira questão é esta: que Ministério da Saúde é esse que contrata uma empresa bandida? Que Ministério da Saúde é esse? Essa é a primeira questão.

A segunda questão, o Senador Izalci falou aqui: uma empresa envolvida agora na pandemia com superfaturamento de testes – o Senador Girão, sempre tão preocupado com a temática da corrupção com os recursos da Covid, há de concordar – é inaceitável. Quer dizer, o Ministério da Saúde usou como intermediário para comprar vacina para salvar a vida do povo brasileiro uma empresa que roubou o dinheiro do SUS aqui no Distrito Federal. O problema é essa empresa; não é somente esse *invoice*, não.

E aí a gente vai encontrar uma série de coincidências. Por exemplo, o Presidente da República, por mais de uma vez, disse: "Quem quiser vender vacina que me procure. Eu não vou atrás de ninguém". Esse caso aqui foi diferente. O Ministério da Saúde procurou a empresa, tiveram a primeira reunião no dia 20 de novembro do ano passado. Por uma iniciativa do Ministério, no dia 18 de janeiro, já formalizaram um grupo de trabalho para discutir a aquisição da vacina. A Embaixada do Brasil na Índia recebeu o dono da empresa, com uma série de empresários de clínicas de vacina no Brasil, para fazer negócio também. Se reuniram na sede da Embaixada do Brasil, lá em Nova Delhi. O Presidente da República mandou carta para algum país, para algum Primeiro-Ministro, para algum Presidente da República, pedindo que ele ajudasse com vacina? Me responda aí alguém. Não, mas para o da Índia ele mandou, para pedir cloroquina e essa vacina Covaxin, que vai para a Precisa. Então, essa empresa é uma queridinha do Governo Federal, Senadores e Senadoras.

Outra coisa: vários Senadores aqui da base do Governo, quando a gente questionava por que é que não contratou a Pfizer, por que é que não contratou a Pfizer, o que eles diziam? "Não, nós não podíamos contratar uma empresa que não tinha registro na Anvisa". É verdade ou mentira? Vocês sabem quando ela foi contratada? Ela foi contratada no dia 25 de fevereiro. Sabe quando a Anvisa aprovou? Três meses e sete dias depois. Então, essa empresa é VIP, essa empresa é queridinha desse Governo. Nós temos que ir é por esse caminho, pegar essa empresa. Isso aí é um pedaço. Esse golpe que ela queria dar, que foi o "se colar, colou", se não tivesse um servidor atento, poderia ter colado.

Vocês sabem mais o que aconteceu? Essa empresa ganhou uma licitação para vender preservativo feminino. Ganhou num valor aí de 15 milhões e tal.

Quando chegou em fevereiro, ela aumentou, ela atualizou esse contrato, alegando aumento na cotação do dólar, de R$15,7 para R$31,5 milhões dos preservativos. Aí, quando foi essa semana, que saiu uma nota no jornal dizendo que eles tinham feito isso, essa semana o Ministério da Saúde voltou para os R$15 milhões. Foi outro "se colar, colou".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa empresa é queridinha do Governo. Nós temos é que ir atrás dessa empresa. É isso que nós temos que fazer. Uma empresa queridinha dos Deputados. Quem não lembra que foi lá na Câmara que botaram uma emenda para permitir que vacina que tivesse registro na Índia pudesse ser comprada? Quem não lembra que eles queriam começar a comprar vacina privada antes de o SUS dar para a população? Ora, minha gente, não vamos ficar discutindo só esse tema aí, não, que é importante, mas o negócio é muito mais complexo do que a gente está discutindo aqui.

E o preço? Aqui disseram: "Não, não comprou da Pfizer, porque o preço era alto". O outro disse aqui, o Ministro disse: "Não comprei Covaxin, porque era muito caro". Foi quando eu disse aquilo: "Mas o preço de uma vida... Uma vida não tem preço". E aqui o meu colega tentou fazer uma brincadeira comigo. Eu continuo dizendo: mas, se o Governo era tão preocupado com o preço, por que ele se esforçou tanto para botar a mais cara? Não se esforçou por nenhuma; só pela mais cara, só por essa! Então, nós temos que ir atrás dessa vacina, dessa Precisa. Essa é o caminho. Tem mais: esse contrato do preservativo, eu vou representar ao TCU para que ele avalie. Para mim, isso tem coisa. Onde tem essa Precisa tem coisa.

Agora, eu queria só dizer o seguinte: o que tem de mais grave nisso tudo, além disso que eu falei aqui, é outra coisa. O Presidente da República, que diz que não tem corrupção no Governo dele, embora o Ministro do Meio Ambiente tenha saído aí para não ser preso... Saiu do Governo para não ser preso pelo Supremo, porque estava envolvido com contrabando de madeira, tem denúncias aí as mais diversas. Mas o Presidente diz que no Governo dele não tem corrupção. Então, num Governo que é presidido por alguém que é contra a corrupção, se eu recebesse um Deputado Federal da minha base e um servidor público com documento dizendo que havia possibilidade de corrupção num processo, eu teria tomado uma medida. Eu teria chamado a Polícia Federal para abrir um inquérito. Ele disse que ia fazer isso, mas não fez. Hoje, ele está dizendo que vai fazer, mas não fez. Ao contrário, o que ele fez? "Vou punir quem denunciou". Polícia Federal neles, CGU neles, PAD neles! É esse o Governo imaculado que nós temos no nosso País, minha gente!

Portanto, esse depoimento de hoje foi muito importante, muito importante, porque nos deu aqui a pista que nós temos que seguir. Vamos atrás dessa Precisa! A Precisa precisa vir aqui; ser investigada, dizer quem foi que botou ela na Índia para ser representante dessa empresa aqui no Brasil; cobrar dela por que ela quis fazer, se colar, colou. É isso que nós estamos precisando fazer.

Eu acho que a CPI hoje sai muito mais forte. O Dr. Luis Ricardo disse claramente, foi perguntado a ele: é normal esse negócio de, na hora de autorizar a importação, vir um papel dizendo que quem vai receber o dinheiro é uma empresa que não está no contrato? Que negócio esquisito. Eu, se fosse ele, também não ia assinar, não. Não está escrito no contrato. O contrato tem lá Bharat Biotech e Precisa. Se viesse para a Precisa, tudo bem, mas não foi isso que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu não quero fazer perguntas aos depoentes, porque eu acho que eles já foram suficientemente claros nas suas colocações. Essa Dra. Regina Célia vai ter que explicar por que é que ela autorizou a continuidade desse processo, porque em nenhum momento ele disse que o problema havia sido sanado. Mesmo na terceira *invoice*, está lá o nome da empresa de Singapura. Está lá a questão do número de doses diferente. Está lá o registro de que o pagamento era antecipado. Ele não aceitou, não; foi ela que, superior a ele, passou o jamegão lá. Então, ela precisa vir aqui para explicar para a gente essa decisão. Está bem?

Eu queria agradecer, Sr. Presidente, pelo tempo que V. Exa. me compensou e eu gostaria de que os nossos outros companheiros fizessem um raciocínio dizendo se eu estou certo ou se eu estou louco. Eu, para mim, a chave desse negócio se chama Precisa, Precisa! Já quebramos o sigilo, já chamamos o dono. Ele vai ter que vir aqui para explicar tudo isso, e eu acho que o caminho é esse.

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, questão de ordem. Só para fazer uma pergunta. Se o Rodrigo que V. Sa. está falando é o Rodrigo de Lima, que é terceirizado do Ministério da Saúde.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É esse. Ele é terceirizado, mas eu não lembro de cabeça o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É só porque eu tive umas informações com ele sobre...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Então, é ele mesmo.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sabe muita coisa ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu não sou membro da Comissão, mas tenho certeza de que alguém vai chamá-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Izalci. Nós, eu e o Relator já vamos requerer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para registrar, Presidente. A Precisa, que eu disse aqui, aqui no DF matou muita gente. Não é superfaturamento. A questão é o teste, que não tinha valor nenhum. Na Índia, na Dinamarca, foi aplicado na Argentina, onde de 120 mil apenas oito testes deram positivo. Então, muita gente fez o teste, foi para casa achando que estava bem, e, aí, está aí esse número de mortes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Izalci, mesmo sem V. Exa. ser membro desta Comissão, V. Exa. traz uma contribuição muito importante. O nome do servidor, tudo indica, terceirizado, é Rodrigo de Lima. Tanto eu quanto o Sr. Relator já estaremos providenciando o requerimento para apreciação na sessão deliberativa de quarta-feira e, de imediato, procurarmos ouvir o Sr. Rodrigo de Lima.

Eu queria convidar o Senador – o próximo inscrito é o Senador Eduardo Girão, e, depois, sou eu –, então, eu queria convidar o Senador Humberto Costa para assumir a Presidência, para que, após o Senador Eduardo Girão, eu possa inquirir os depoentes.

Questão de ordem, Senador Marcos?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Isso, questão de ordem, porque nós trocamos. Eu tenho que sair, eu vou estar no lugar do Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então V. Exa. será... O Senador Eduardo Girão passa a ser o terceiro suplente, e V. Exa., então, passa para agora, e o Senador Girão. Perfeitamente, então, Senador Marcos do Val.

Passo a Presidência para o Senador Humberto Costa, e, logo em seguida ao Senador Marcos do Val, eu estou inscrito para inquirir os depoentes.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Bom, o Marcos Rogério saiu daqui com um questionamento de todos, não é? E eu li aqui e acho que o que ele queria dizer é o seguinte: porque, na última terça-feira, enquanto o senhor conversava, de forma privada, isso, o Deputado Federal, com o Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senador Marcos Rogério entrou na sala, e o senhor disse, abre aspas: "Você apoia o Governo, mas eu vou derrubar esta República". Informações que foram divulgadas pela *Folha* e *O Estado de S. Paulo*.

E aí eu queria que pudesse, aos meus amigos da Mesa, pudesse apresentar, botar o vídeo no telão, porque depois eu vou fazer algumas perguntas, após a apresentação do vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Srs. Senadores, eu considero que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, deixa continuar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas eu não considero que isso tenha a ver com o depoimento.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tem a ver, tem a ver. Tem a ver, por favor, deixa passar o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero pedir que suspenda aqui a divulgação do vídeo, e eu vou submeter ao Plenário se quer ouvir.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, tem a ver.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque eu entendo...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tem a ver com o vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu entendo que isso não tem relação com o assunto que está em baila aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tem a ver com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pergunto aqui aos Senadores...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tem a ver com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero perguntar aos Senadores se querem assistir...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Os Srs. Senadores estão sempre mostrando vídeos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Olha, eu vou esperar o Presidente chegar aqui. Que ele decida aqui. Na minha opinião, eu acho que isso não tem a ver com o processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não tem nenhuma relação, Presidente, com a CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente Omar. Presidente Omar, V. Exa. está...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É a tática olavista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. está retornando, vou só apresentar para V. Exa. as circunstâncias. Eu me reportei, eu saí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou chamar o Senador... O Senador Eduardo Girão trocou?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu estou querendo explicar para o senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Escute-me. Escute-me, Presidente, escute-me.

Presidente, então, eu quero lhe explicar. Eu seria o próximo a inquirir. Eu seria o próximo a inquirir, passei a Presidência ao Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Humberto Costa ficou na Presidência eventual desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E o inscrito antes da minha inquirição era o Senador Marcos do Val, que permutou com o Senador Eduardo Girão. S. Exa. o Senador Marcos do Val iniciou a sua inquirição apresentando um vídeo do Fantástico que envolve o Deputado Luis Claudio Fernandes Miranda.

O Senador Humberto Costa fez uma questão de ordem que eu considero pertinente para que V. Exa. submeta ao Plenário desta Comissão se é tema pertinente a esta Comissão a apresentação desse vídeo. Então, é nesse sentido que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer um apelo ao Senador Marcos do Val para que possa fazer as perguntas ao depoente. O tema específico é a questão da Covaxin. Eu não estou julgando aqui o passado, nem o dele nem o de ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? E não vou aqui entrar no mérito das denúncias que foram feitas contra A, B ou C. Mas eu acho que é deselegante da nossa parte querer desqualificar uma testemunha através...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, me permita. É mais grave do que do deselegante.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu não estou conseguindo nem ter o direito de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É infração ao Código de Processo Penal. É mais grave, Presidente, do que deselegante: é infração ao Código de Processo Penal.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou dar a palavra ao Senador Marcos do Val. Por favor, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vou contextualizar.

Primeiro, a gente precisa saber quem é, por que faz uma denúncia grave, dizendo que vai derrubar a República. Nós temos que ter muita responsabilidade do cargo que ocupamos e temos que ter uma vida que nos dê exemplo, tanto para o resto do Brasil quanto para as próximas gerações.

As perguntas que eu tenho que fazer mostram que ele, possivelmente, provavelmente, poderia não respondê-las. Eu posso mudar aqui as perguntas, mas eu me senti no direito de colocar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem faria aí essas perguntas seria o Senador Marcos Rogério?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, eu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu me senti no direito, me sinto no direito de colocar porque aqui há já um histórico, dentro da CPI, dos que estão aqui sendo convidados ou intimados, também de serem mostrados em vídeos, em situações, em falas, em vários momentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas todas elas vinculadas à CPI da Covid.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso, ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou agora, a partir de hoje...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. me permite? Art. 413 do Regimento Interno...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ....combinado com o 344 do Código de Processo Penal, que regem o funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquéritos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.K. Eu vou pedir à Secretaria da Mesa que... Não é uma questão de censura, mas é uma questão de objeto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu queria até que colocasse então, Sr. Presidente, já que não vai ser permitida a exibição do vídeo... Já que também ele é público, foi produzido pela Rede Globo, no Fantástico. Mas eu queria, então, que pudessem colocar aí nos autos que o Deputado Federal, enquanto aqui estávamos no intervalo, chegou e fez uma ameaça à minha pessoa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone*.) – Eu te ameacei? Ah... Prova?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, eu queria que constasse. Isso tem em vídeos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, tem um vídeo aqui...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Já tem em vídeo. O Senador já gravou e já...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho um vídeo aqui em que V. Exa. vai no encontro dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem... Não tem áudio.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Porque ele me desrespeitou como pessoa e como Senador da República. Eu disse: "Você está na Casa do Senado". Eu cheguei até ele falando isso: "Você está na Casa do Senado, respeite esta Casa".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria a V. Exa., Senador Marcos do Val, que pudesse fazer os seus questionamentos, e a gente faria isso depois.

V. Exa. tem o tempo para fazer os questionamentos. Por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – O.k. Então, vamos lá.

O Deputado Luis Miranda disse que, ao lado do Ministro Onyx Lorenzoni, estava a pessoa que o pressionava. Quem estava ao lado do Ministro era o Coronel Elcio, ex-Secretário Executivo do Ministério da Saúde. Mas o Sr. Luiz Ricardo disse que jamais teve contato com o Coronel Elcio e que não foi pressionado por ele. Aí eu queria...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone*.) – Posso responder?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pode responder, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Aproveitar meu momento de resposta, apenas pra esclarecer, se o senhor me permitir, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. V. Exa. responde só ao Deputado, por favor... Ao Senador.

A questão sua em relação a qualquer outro tipo de...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não é só... Tudo bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu respeito. Eu vou responder, então, exatamente ao que ele perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas eu acho que a minha honra já foi atacada na hora em que ele lançou aquele vídeo, porque os envolvidos com a matéria foram todos indiciados criminalmente. Foi comprovado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, a gente não está tocando nesse assunto.

O senhor disse que...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sim, senhor – sim, senhor. Vamos seguir – vamos seguir.

Então, tudo bem.

O departamento coordenado pelo Sr. Elcio – não é isso? – tem um coronel, o qual mandou a mensagem para o meu irmão às 11h da noite de uma sexta-feira, com os contatos dos empresários, o que é altamente atípico, na relação entre servidor que não tem tomada de decisão, falar com empresários, sob a supervisão do Sr. Elcio.

Foi isso que eu falei, que o mesmo, se tiver algum interesse nessa causa ou numa investigação, ele não é uma pessoa legítima pra estar ali do lado do Sr. Onyx. E, se, de fato, estava, mais um motivo pra que o Sr. Onyx explique. Ele, já exonerado, o que estava fazendo do lado do Sr. Onyx? Foi apenas isso, dando a entender, obviamente, que é, no mínimo, temerário – no mínimo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O.k.

Uma pergunta para o Ricardo.

Nesta semana foi apresentado um requerimento de convocação da tal Thaís Amaral Moura, servidora da Segov. Essa petição foi apresentada pelo Senador Randolfe Rodrigues, e, na sequência, foi pedida a quebra do seu sigilo bancário, telefônico, telemático e fiscal pelo Senador Renan Calheiros, ambos alegando suposta participação da servidora na negociação da Covaxin, sendo ela o elo entre o Governo e a empresa Precisa.

Aí eu pergunto: o senhor tomou conhecimento da participação da servidora Thaís Amaral Moura na negociação?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não, não participo de negociação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Alguma vez ela esteve presente em alguma reunião ou o senhor tem conhecimento de algum documento nesse sentido, *e-mail*, ata, alguma coisa?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não – não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom, então, só pra concluir, porque eu tinha outras perguntas, mas eu vou deixar a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é Thaís Moura?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Foi uma solicitação feita pelo nosso Senador companheiro aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, nós tiramos, não foi, ontem? Nós retiramos, não é? A quebra de sigilo nós retiramos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tiraram?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Retiramos.

É assessora parlamentar. Nós ficamos de, primeiro, ouvi-la e, depois, fazer... Se tivermos que fazer uma diligência, nós faremos, mas foi retirado e com a anuência do Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Porque não houve quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque não houve quebra de sigilo, nada.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ah, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que foi divulgado errado, tá?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado pelo esclarecimento.

Só pra finalizar, então, já não seria uma pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Nem do Willian, nem do Wassef. Não houve quebra de sigilo. Não houve. Foi uma informação imprecisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a informação está imprecisa. Não houve, Senador Fernando. Não houve, ouviu, Senador Marcos?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tá, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para, então, a gente encerrar, eu andei questionando alguns Senadores companheiros – todos são, cada um com uma visão – e questionei o seguinte: a corrupção, para mim, se efetiva quando o dinheiro sai da conta do Governo e vai para a conta do corrupto ou de seja lá quem for. O dinheiro não saiu ou nem saiu da conta, e o contrato foi sempre seguindo... Se ajustando para seguir o contrato. Então, eu não consigo ver, como os outros Senadores estão vendo, uma ação grave, gravíssima, de possibilidade.

Então, como não houve transferência e utilização e uso de zero, de nenhum centavo, não consigo ver nenhuma movimentação no sentido de corrupção do atual Governo.

Era isso que eu queria colocar.

Obrigado, Presidente; obrigado aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador. Obrigado pela compreensão em relação ao pedido da Presidência.

Eu passo a palavra... Era o senador Eduardo Girão, que trocou com V. Exa...

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só, inicialmente, lembrando a todos aqui que o crime de corrupção passiva admite a tentativa, conforme rege o nosso Código Penal. Então, só para lembrar para todos.

Neste caso, o crime só não foi concretizado graças a esse cidadão que está aqui na nossa frente, Luis Ricardo Fernandes Miranda.

Perguntaram aqui se ele tinha se reportado ao superior dele. O superior dele estava fazendo, pelo que ele relatou – o senhor me corrija se eu estiver errado –, o superior dele estava pressionando ele para agilizar o contrato. O Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda se reportou, junto com o seu irmão Luis Claudio Fernandes Miranda, ao maior dos superiores, o Presidente da República – ao maior dos superiores. E qual é o procedimento do maior dos superiores? É instaurar um procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, me desculpa. Eu estou tendo um problema com a Mesa, que não consegue colocar o tempo do Senador. Está um minuto e dezenove segundos. Eu acho que nós estamos tendo problemas com a Mesa. Se temos problemas, temos que resolver, não é? Quando tem problema, se resolve.

Só um minuto aí, Senador, porque está errado o seu tempo. (*Pausa.*)

Pode continuar, Senador, que eles vão corrigir o tempo. (*Pausa.*)

Não é a primeira vez, não é? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Podemos prosseguir, Presidente, com o devido desconto do meu tempo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Veja, Sr. Presidente: o Sr, Luis Ricardo Fernandes Miranda e o seu irmão foram ao maior dos superiores, o Presidente da República. E qual é a reação do Presidente da República a este caso? A reação do Presidente da República, nesta semana, foi tentar intimidar e ameaçar os depoentes. Aliás, o Presidente da República, finalmente, anunciou uma providência – dia 25 de junho de 2021, na data de hoje: "Bolsonaro diz que Polícia Federal vai abrir inquérito para investigar acordo do Governo com a Covaxin".

Mas só agora? Só agora?

Deputado, quando o senhor esteve com o Presidente da República, o senhor e o servidor?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – No dia 20 de março de 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vinte de março! Então, agora, somente! Está claro que... E exatamente no dia do depoimento de ambos, quando restou frustrada a tentativa de intimidação de um dos investigados desta CPI e do Sr. Secretário-Geral da Presidência da República.

O Tribunal de Contas da União... Eu ouvi muito falar aqui que não tem uma narrativa sendo construída. Vão dizer para o Ministério Público. É importante destacar isto: o Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda está aqui porque prestou um depoimento ao Ministério Público Federal relatando lá a ocorrência de um crime à Dra. Luciana, Procuradora da República. O Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda está aqui porque tem um procedimento em curso no Tribunal de Contas da União, datado do dia 25 de março de 2021, em relação a essa empresa Precisa. É por isso que o Sr. Luis Ricardo está nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e, em especial, porque outros fatos o trouxeram, não é por conta do recibo, do...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – *Invoice*...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... do *invoice*. Criaram a polêmica do *invoice*. Eu lhe pergunto, Dr. Luis Ricardo: a questão é o *invoice* ou a pressão que V. Sa. recebeu? E aí eu lhe pergunto diretamente: V. Sa. recebeu pressão para ser firmado o contrato com a empresa Precisa? Ser autorizado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não firmado o contrato: para a execução de importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Desculpe.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não firmado o contrato: execução de importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** V. Sa. afirma nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que recebeu pressão para isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** É este o fato, Sr. Relator. É este o fato, Sr. Presidente.

Este tipo de pressão que ocorreu com V. Sa. neste caso ocorreu em relação a outras licenças de importação que passou por sua área? (*Pausa.*)

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O nosso setor é a ponta pra que a vacina chegue ao País. Então, a gente já está habituado a receber essa pressão, porque a importância do setor é enorme. Então, a gente está habituado a ter esse tipo de pressão pra que faça a vacina chegar o quanto antes. Mas, nesse caso, em específico, ela foi totalmente atípica e excessiva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E o senhor pode repetir os termos? Foi atípico e... O senhor falou no Ministério Público Federal que o que foi pedido para o senhor foi que ocorresse a exceção da exceção?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim. Nessa citação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor pode detalhar o que seria essa exceção da exceção?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

Existe uma RDC da Anvisa 81 (Resolução de Diretoria Colegiada). Lá exemplifica toda a documentação a ser apresentada para uma importação de qualquer insumo, por exemplo, vacina. Com a vinda do Covid, a Anvisa e a Diretoria Colegiada editaram uma resolução pra simplificar o processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – De quinze a vinte documentos a serem apresentados, foram dez, sete. Reduziu. Quando eu entro na Anvisa pedindo uma autorização de uma vacina para a qual eu não apresento um CBPF, eu estou pedindo a exceção da exceção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

Aí eu lhe pergunto: esse procedimento ocorreu em relação às outras vacinas? Aí eu vou pela ordem. Em relação à vacina da Pfizer?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em relação à vacina da Janssen?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em relação à CoronaVac?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em relação, se é que...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A CoronaVac não é importada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

AstraZeneca também não; não precisava?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só se for no consórcio Covax Facility.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

Covax Facility teve também?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, vejam, Sr. Presidente, Sr. Relator: Covax Facility, não teve isso; Pfizer, não teve isso; Janssen, não teve isso. Só com a Covaxin que teve isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor poderia me dizer... O senhor acabou de vir dos Estados Unidos junto com a aeronave que trouxe, graças a Deus, para os brasileiros – demorando, lamentavelmente – 3 milhões de doses da vacina da Janssen. O senhor sabe informar se já chegou alguma dose dessa vacina da Covaxin aqui ao Brasil?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E não chegou, obviamente, porque ainda não tem o...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... autorizo definitivo com a Anvisa.

Destaco, Sr. Presidente, Sr. Relator, que esse é um procedimento que não ocorreu em relação às outras. Aliás, eu quero recuperar a memória dos colegas do Governo aqui que sempre diziam: a razão do atraso da Pfizer é que não teve autorizo da Anvisa, que não teve autorizo da Anvisa. Nessa... No tempo em que o senhor recebeu essa pressão, tinha algum tipo de autorizo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só para completar, Senador. (*Fora do microfone.*)

Houve alguma recomendação do Ministério Público Federal e do TCU para não pagar a Covaxin?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Em fevereiro, não houve uma recomendação?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não sei. Eu desconheço. Eu não sou da área de pagamento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Tá, obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor teve contato com alguém de nome Túlio Silveira? O senhor conhece?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Passou pela...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu lhe pergunto: o senhor informou aqui que depôs na Polícia Federal em novembro, certo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não lembro exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas foi no ano passado?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era nesse mesmo inquérito que o senhor falou depois à Procuradora, Dra. Luciana?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. É da Global e Precisa à Polícia Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Aí eu queria lhe perguntar: Global e Precisa, qual a relação das duas empresas?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Segundo a mídia, o sócio... São os mesmos, é o mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São os mesmos sócios.

Nesse depoimento... O depoimento foi no ano passado?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria requerer, Sr. Presidente, que fosse questionado à Polícia Federal se há algum inquérito aberto em relação a esse processo, a esse procedimento, além do inquérito que está em curso no Ministério Público Federal. A informação que temos é que não tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Já informou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre o pedido do Presidente da República para investigar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, ao inquérito anterior, sobre Global e Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria perguntar ao Deputado Luis Claudio... Acho que ao Luis Ricardo, e se o Luis Claudio também puder complementar. No *e-mail* do *invoice* das comunicações, qual o conteúdo desse *e-mail*? O que é que tinha nesse *e-mail*?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – O *e-mail* que eu li, que o meu irmão me encaminhou, inclusive, ele... Claramente, no dia 23, ele é questionado por um servidor do Ministério da Saúde sobre as alterações que deveriam fazer. Percebe-se que aquele momento é o momento da alteração, bem posterior ao momento em que a gente denunciou para o Presidente. E aí a pessoa manda uma *invoice*, na troca de *e-mails*, só que ela ainda tinha um erro: tinha as 3 mil doses, já estava alterado para dose ao invés de caixa, mas manteve o *advance payment*, que seria o pagamento adiantado. E aí é questionado novamente para fazer a correção, e faz-se a correção de acordo com o contrato.

Então, tem realmente um momento em que o Ministério acorda, no dia 23, né? E à noite isso. E às 11h, praticamente às 11h...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Após o encontro do senhor com o Presidente da República?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Após o encontro, não tivemos um efeito imediato, porque o próprio diretor Roberto, que é a pessoa que poderia esclarecer tudo isso pra nós, porque é o chefe do Luis Ricardo, né? A pessoa mais importante, eu acho, nesta CPI aqui seria o Roberto. Após esse momento, a gente... ele não faz nada porque ele cobra o meu irmão à noite ainda do sábado. Na segunda-feira, parece que não ocorre nada, porque não me respondem. Na terça-feira, me responde: "Oh, o Presidente tem muita coisa, mas agora ele vai ver". Aí, essas coisas acontecem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só uma pergunta – se o senhor não puder responder eu entendo: o senhor não teria mesmo como lembrar o nome do Deputado no diálogo com o Presidente da República?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu já fiz um esforço aqui... Não consigo lembrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá. O senhor poderia só dar... Este Deputado tem relação com a base do Governo, tem relação com o Presidente da República?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, essa é uma informação importante. Então, é um Deputado que tem relação com a base do Governo, tem relação com o Presidente da República.

Estas são algumas perguntas, Presidente, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter que perseguir. Veja, embora nós não saibamos o nome do Deputado, sabemos que ele tem relação com a base de apoio do Presidente da República.

Agora, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem que aprofundar algumas investigações. Primeiro: por que o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Por favor... Srs. Senadores, Sras. Senadoras, por favor. O questionamento é muito sério que o Senador Randolfe está fazendo. Talvez seja um dos melhores questionamentos feitos até agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Presidente, pela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Porque o pessoal está rindo, aí eu vi muito discurso aqui e...

A questão que o Senador Randolfe lembra... V. Exa. disse que o Deputado do qual o Presidente disse... citou o nome lá pra V. Exa., e o senhor não se lembra, ele faz parte da base do Governo? Continua fazendo parte da base do Governo?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Como eu disse, como eu não lembro exatamente quem é a pessoa... Naquele momento eu me lembro que... É aquela imagem: você fala o nome, você sabe quem é a pessoa que é do... é da base, né? Mas não me lembro a pessoa, não me lembro mais o nome. São 513 Deputados; é complicado lembrar o nome de todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. disse que, para...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas eu posso lembrar. Igual a Senadora falou há pouco o seguinte: "O senhor gravou a conversa?". Eu tinha mania de gravar algumas conversas, mas eu não gravo conversa com o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque V. Exa. respondeu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas posso tentar procurar na gravação, assim o Presidente também não poderia me desmentir, né?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... V. Exa. acabou de afirmar ao Presidente que o Deputado era da base, correto?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) – Certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Responde no microfone, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Isso é certeza, é certeza...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Certeza que era da base.

E eu estou perguntando se ele continua na base depois de o Presidente afirmar que essa pessoa que estava envolvida nessa falcatrua. É isso que eu estou lhe perguntando, porque...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – E eu com clareza estou lhe dizendo: pra eu afirmar isso, eu teria que lembrar o nome da pessoa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exerce algum cargo de Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor quer tomar uma água, um café pra lembrar? (*Risos.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, pode perguntar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ou, senão, tem algum remédio para memória?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença, Senador Fernando Bezerra...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... se exerce algum cargo de Liderança essa pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou perguntando aqui se ele faz parte da base ou continua na base, porque se o discurso... E ele gosta de fazer isso em *live*, acusar as pessoas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

graça, chama todo mundo de corrupto e continua na base, V. Exa., pelo Brasil, tem obrigação de dizer quem é esse Deputado, que continua na base e continua usurpando do bem.

Esse Deputado é o mesmo que está no dossiê que V. Exa. entregou para o Ministro à época, Onyx Lorenzoni? (*Pausa.*)

V. Exa. jurou dizer a verdade.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu não lembro o texto, o contexto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. V. Exa. levou um dossiê, no início do Governo...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, não, o senhor não entendeu. Eu não lembro exatamente qual era o nome das pessoas. Lembro que eu estava chegando no meu mandato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas veja bem...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu não me aprofundo no nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem, mas...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Mas eu tenho a cópia do dossiê. Eu entrego para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria a cópia do dossiê.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, eu requeiro...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É melhor do que isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Requeiro ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque V. Exa...

Só um minutinho. Eu estou lhe interrompendo, Senador, para contribuir nesse debate, porque esse negócio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. É uma honra para mim, V. Exa. interromper.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senão, vai ficar uma lenga-lenga aqui que nós não vamos sair do lugar. Se o Presidente citou um nome de um Deputado, o certo era o Presidente ter expulsado da base e ter denunciado esse Deputado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele tem mania de ir para *live* e acusar todos nós aqui, que somos... temos alguma divergência, de ladrão, sem ter prova nenhuma. Ele joga ao vento o nome das pessoas sem se aprofundar. Aliás, não se aprofunda em absolutamente nada. Por isso que fala num cercadinho, porque senão... E, quando é questionado, ele ofende. E, se for mulher, ofende muito mais. E tem mulher que está ao lado dele – você está me entendendo? – que, em solidariedade a ele, quando ele tira a máscara, a mulher também tira a máscara só para bajular. Bajula porque tem emprego de parente, carguinho de marido. E essas pessoas é que ficam denegrindo a imagem da gente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles têm a mesma... aquela mesma prática antiga de arranjar carguinho, um empreguinho, e aí bajulam o Chefe do Poder.

Então, Deputado, me ouça aqui: V. Exa. jurou aqui; V. Exa. disse que está fazendo isso pelo Brasil; V. Exa. disse que está aqui dizendo que é contra a corrupção; V. Exa. tem obrigação de dizer o nome desse Deputado, que é da base do Governo, que é corrupto, que está fazendo esse tipo de coisa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Presidente, o senhor me indaga como se eu soubesse o nome. Eu não me recordo do nome, Sr. Presidente. Por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nós já temos certeza de que continua na base, que ele é da base do Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – O Deputado não lembra, Senador Randolfe, mas eu tenho certeza que o ex-Ministro Pazuello tem uma lista, porque, segundo ele – entre aspas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Está na mensagem, e isso é muito grave...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O microfone, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele disse que liberou recursos para serem usados exclusivamente no combate à pandemia, mas, ao chegar no final do ano, "políticos queriam pixulé" – eu não sei o que é isso –, que seria o mesmo que usar os recursos para outras finalidades. Então, ele acusou Parlamentares de quererem usar recursos que eram para a pandemia, na área da saúde, para outras finalidades.

E mais, o Ministro Pazuello: "Aí começou a crise com a Liderança política que nós temos hoje, que mandou uma relação para a gente atender, e nós não atendemos. E aí você tá jurado de morte. Chegou no final do ano uma carreata de gente pedindo dinheiro politicamente. O que nós fizemos? Nós distribuímos todo o recurso do ministério"...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... "porque todos queriam um pixulé no final do ano".

Então, o Ministro Pazuello deve saber quem são os Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora... Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que, ao invés de querer recursos para a pandemia, queriam...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... me ajude: ligue o microfone, por favor, porque a senhora está falando, e a gente não está lhe ouvindo direito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, mas agora eu já disse o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o meu tempo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... convocar o Ministro Pazuello, porque ele faz acusação em relação a vários Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só lembrando que temos um requerimento já aprovado de reconvocação do Ministro Pazuello a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Luis Ricardo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não só o Ministro Pazuello.

Mas eu queria, por favor, que a sua assessoria pudesse pegar agora os dossiês que V. Exa. entregou ao Ministro Onyx Lorenzoni, que vai para a televisão e acoberta roubalheira, já que V. Exa. entregou às mãos dele. E ele deveria ter...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... denunciado na hora, e prevaricou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, requisitado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Requisitados esses dossiês...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... eu queria que o seu assessor fosse buscar e entregasse isso agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. me permite, só para concluir?

Luis Ricardo, só lhe perguntar: a fiscal que deu aval final no *invoice*, você poderia declinar o nome dela?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Regina Célia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Regina Célia. O senhor... O nome dela completo?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Só um minutinho, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Fique à vontade.

É importante pesquisarmos, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente... Sr. Presidente...

Sr. Presidente, é importante nós pesquisarmos. As informações que temos é que a Sra. Regina Célia é uma indicação, ao contrário de Luis Ricardo, que é servidor de carreira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Não, mas, ao contrário do Sr. Luis Ricardo... Vamos aguardar aí o nome da Dra. Regina Célia, mas as informações são que... A gente tem que checar se a fiscal do contrato, ao contrário do Sr. Luis Ricardo, não é indicação política. Então, assim que o Sr. Luis Ricardo puder confirmar...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Regina Célia Silva Oliveira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, a Sra. Regina Célia Silva Oliveira foi nomeada pelo então Ministro Ricardo Barros?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas está no *Diário Oficial da União*. A Sra. Regina Célia Oliveira foi nomeada pelo então Ministro Ricardo Barros, anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E na Anvisa também tem pessoas ligadas ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Assim... Ainda não tenho conhecimento sobre a Anvisa, mas é importante essa informação porque tem a nomeação quando o Sr. Deputado era, então, Ministro da Saúde.

Presidente, é importante... Presidente, Sr. Relator, é importante destacar uma coisa: o Ministério da Saúde...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, com a devida vênia e permissão de V. Exa., Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, é importante destacarmos que o Tribunal de Contas da União encaminha para o Ministério da Saúde esse relatório e pede, entre outras coisas, o seguinte: se "as investigações pretéritas contra a contratada e sua sócia, a Global Gestão em Saúde S.A. [apontadas pelo representante] chegaram ao conhecimento do Ministério da Saúde e se foram consideradas na gestão dos riscos de contratação [...]". Caso afirmativo, encaminhar cópia da documentação correspondente.

Sr. Presidente, claramente, houve uma advertência do Tribunal de Contas da União ao Ministério da Saúde para suspensão do contrato, já apontando a relação da Precisa Medicamentos com a Global Saúde. Isso está no relatório do Tribunal de Contas da União, que foi encaminhado.

Há algumas perguntas, Sr. Presidente, que é necessário que sejam respondidas.

A primeira: nós temos... O Deputado já clareou para nós, mas nós temos de descobrir em definitivo quem é o Deputado; quem é o Deputado que fez essa pressão.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Os senhores, aqui, com o caminho que estão seguindo, vão descobrir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Segundo: por que o Senhor Presidente da República não mandou investigar? Aliás, mandou investigar hoje, no dia do depoimento dos dois.

Terceiro: qual a ligação do Senhor Presidente da República com o dito Deputado? Qual a relação que tem?

E quarto: por que acelerar a compra desta vacina?

Não tem nenhum problema. Eu mesmo já disse aqui, até com essa empresa eu me reuni atrás de vacina. Não tem nenhum problema ir atrás de vacina; aliás, é mérito ir atrás de vacina. Tinha que ir atrás também da Pfizer, tinha que ir atrás da Janssen, tinha que ir atrás de todas as vacinas que estavam disponibilizadas. O problema é por que essa, sem autorização da Anvisa, teve a pressão diretamente ao servidor?

Eu quero também perguntar, Sr. Presidente, já concluindo: notícias dão conta de que a vacina da Moderna está sendo negociada com empresa intermediária, com a mesma empresa intermediária da Covaxin, no caso, a Precisa. Pergunto se o Sr. Luís Ricardo tem conhecimento disso.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pode repetir, por favor. Perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem conhecimento de alguma negociação, no âmbito do Ministério da Saúde, para aquisição da vacina da Moderna e se essa negociação é com essa mesma empresa?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Eu desconheço qualquer tipo de negociação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Deputado Luís Cláudio...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos denunciar e investigar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor esteve com o Presidente da República também nos dias 29 e 30 de janeiro? O senhor esteve nessas datas?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Estive. Creio que sim. É uma data em que estive no Palácio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nessas datas, o senhor chegou a falar com o Presidente da República sobre esse contrato da Covaxin?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O tema foi outro? Não tratou...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Os temas foram outros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não tratou especificamente, não tratou especificamente desse caso.

Por fim, Presidente, e aí para concluir, eu vi aqui uma obsessão em defender a boa vontade da empresa, ao invés de defender a boa vontade do servidor que impediu a negociação, uma negociação que poderia acarretar um prejuízo de US$45 milhões. Não é isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É o valor da *invoice,* isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O valor da *invoice*, então, que acarretaria prejuízo seria este, US$45 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor poderia, só para concluir, apontar, para não prevalecerem, aí sim, as narrativas que querem obstruir esse debate, qual a diferença entre a *invoice* e o contrato? Qual a diferença dos dois? E por que não é a questão da *invoice* que compromete somente, mas é o fato de a *invoice* não estar de acordo com o contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O contrato é feito de obrigações que a empresa tem que fornecer ao Ministério. É um insumo, a quantidade, o valor acordado, todas as obrigações, tanto para o fornecedor como para o comprador. A *invoice* é uma nota fiscal, um recibo que o fornecedor está passando para o fornecedor... para o importador, perdão. Então, a empresa vai indicar o que ela está vendendo, a quantidade e valor, de acordo com o contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

A grande diferença é que os termos da *invoice* não estavam contemplados no contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Dessa *invoice*?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sim.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Existe uma contradição entre a *invoice*...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Nas primeiras *invoices*, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E esse procedimento o senhor nunca acompanhou, nunca teve procedimento parecido?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Perdão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Esse tipo de procedimento o senhor, nesses dez anos de Ministério da Saúde, nunca viu algo igual?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Do número de correções não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Peço para V. Exa., concluir, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Só o Luís Ricardo responder.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desse número de correções, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Só uma última pergunta e encerro.

Deputado Luis Claudio e Luis Ricardo, na conversa com o Presidente da República, se não me engano, dia 20 de março...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Isso! **O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 20 de março, quando o senhor relatou, quando vocês relataram ao Presidente da República o que estava acontecendo no Ministério da Saúde, o senhor poderia detalhar o que o Presidente da República falou? Na percepção de vocês, o Presidente da República já tinha conhecimento ou tinha uma suspeita do que estava em curso?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não. O que eu percebi do Presidente, sem querer proteger, ele demonstrou atenção no que estávamos falando, calado, atencioso aos papeis, aos documentos. Aí ele cita para mim assim: "Vocês sabem quem é, não é?" Assim: "Vocês têm...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Presidente fala isso?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – "Você sabe que ali é foda e tal. Se eu mexo nisso aí, você já viu a merda que vai dar, não é?"

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É assim mesmo?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Aí ele falou assim: "Fulano... Vocês acham..." Tipo assim, para mim e para o meu irmão: "Vocês sabem que é fulano, não é?". Eu já falei com o meu irmão também, e ele não lembra o nome. Então, em 513, para quem está fora do Parlamento, esse aqui não lembra mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, nessa questão, é só o seguinte: o senhor não está se lembrando agora. Nós vamos pedir para um médico receitar um negócio de memória e nós só vamos terminar a CPI quando o senhor lembrar, viu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, não estou brincando, não.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É sério, é sério...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, está indo bem o que o Deputado está falando. Continue...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós só vamos terminar quando ele lembrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas vamos ouvir o Deputado.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Assim, o que eu senti? Que o Presidente, apesar de toda a força que ele demonstra, de tudo o que a gente conhece, ele, nesse grupo específico, na minha percepção, não tinha força pra combater. Ele deu a entender isso, porque ele fala o nome, mas não tem certeza também. Ele falou assim: "Deve ser coisa de fulano –puta merda! –, mais uma vez." Vai, dá um tapa na mesa e fala assim: "Vou acionar o DG da PF pra mandar investigar esse troço." Não foi uma ação de conivência. Foi uma ação de "estou amarrado".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, não tenho mais perguntas. Nós estamos diante de um dos maiores esquemas de corrupção da história da República. Não há mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como não houve nenhuma mudança de Liderança, de Vice-Liderança e de Comissões desde o dia 20 de março, quando o senhor esteve lá, então, a pessoa continua no mesmo lugar que estava desde o dia que o senhor esteve com o Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, reitero: somente hoje é que o Presidente da República fala em abrir um eventual inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, prezado Parlamentar, Deputado Federal Luis Claudio Miranda, cumprimento também o servidor público Luis Ricardo Miranda, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, em primeiro lugar, a respeito das declarações apresentadas pelo Deputado Federal Luis Miranda, que afirmou ter alertado o Presidente da República sobre supostos indícios de corrupção na contratação da vacina Covaxin, informo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Só um minuto. Senador Fernando Bezerra, me permita.

Acabamos de receber a notícia de que o Sr. Frederick Wasseff está nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, nas proximidades aqui do corredor do banheiro feminino, andando sem máscara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante esta Comissão Parlamentar de Inquérito saber o que S. Sa. o Sr. Frederick Wasseff veio fazer no Senado Federal exatamente numa sexta-feira, a esta hora, durante um dos depoimentos mais importantes desta CPI. É uma informação que eu requeiro que esta Comissão Parlamentar de Inquérito busque.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe, eu espero...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu sugiro, eu peço...

Senador Randolfe Rodrigues, eu queria pedir à segurança do Senado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Polícia Legislativa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas não é proibido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só estranho: numa sexta-feira à noite, no dia desse depoimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O acesso ao Senado Federal não é proibido a nenhum cidadão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas ele está sem máscara.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu peço à segurança do Senado...

Senador Fernando Bezerra, no exercício aqui, no exercício da Presidência, delegada pelo Presidente, eu vou pedir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Providencie o segurança para pedir que ele use a máscara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... eu vou solicitar que a Polícia Legislativa do Senado solicite que a pessoa use a máscara. Caso contrário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Segundo, Presidente, eu requeiro... A entrada ao Senado Federal está restrita neste período de pandemia. Alguém autorizou a entrada do Sr. Frederick Wassef aqui. Eu requeiro a esta Comissão Parlamentar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inquérito que busque saber quem autorizou a entrada do Sr. Frederick Wassef nas dependências do Senado Federal nesta sexta-feira, no momento deste depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, de forma legítima, restitua o meu tempo. Eu vou ter que reiniciar a minha fala.

Em primeiro lugar, a respeito das declarações apresentadas pelo Deputado Federal Luis Miranda, que afirmou ter alertado o Presidente da República sobre supostos indícios de corrupção na contratação da vacina Covaxin, informo que, em face do relato do depoente, o Presidente Jair Bolsonaro levou o fato ao conhecimento do Ministro Pazuello, e o Ministro, no regular exercício do poder de autotutela da administração pública, solicitou ao Secretário-Executivo, Coronel Elcio, que realizasse uma averiguação prévia acerca das supostas irregularidades. Verificou-se, na ocasião, que o contrato estava juridicamente hígido.

Em razão da entrevista concedida pelo Deputado Federal Luis Miranda à CNN no último dia 23 de junho, para relatar de forma voluntária e fatos inverídicos, imputando supostas ilicitudes em autoridades públicas, o Ministro Onyx e o Coronel Élcio, convocaram entrevista coletiva para o devido esclarecimento dos fatos, no estrito cumprimento do dever de qualquer Ministro de Estado ou agente público de representar às autoridades competentes, diante do conhecimento de ilegalidades praticadas contra a Administração Pública, em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Gostaria de iniciar afirmando que é destituída de fundamento a alegação de que houve superfaturamento nas negociações do Governo Federal com o laboratório indiano Bharat Biotech, para a aquisição do imunizante Covaxin. Já é de conhecimento público que o preço da vacina foi estabelecido pelo próprio fabricante, em ofício encaminhado em 12 de janeiro de 2021 e reiterado em 24 de abril de 2021, quando a Bharat Biotech divulgou comunicado de que a vacina seria vendida para exportação a preços na faixa de US$15 a US$20 por unidade. Ou seja, o preço contratado para o Brasil é o menor valor dentro da faixa estipulada pela fabricante indiana para venda a países estrangeiros e inferior à nova oferta da CoronaVac – chamo atenção, Sr. Presidente –, que, no último dia 18 de junho, enviou expediente ao Ministério da Saúde ofertando a vacina no valor de US$16 a dose.

Para encerrar de vez essa narrativa de que houve sobrepreço, ressalto, por derradeiro, a manifestação do Tribunal de Contas da União em face da representação encaminhada pelo Deputado Federal Alessandro Molon, oportunidade em que o TCU não vislumbrou nenhuma ilegalidade na contratação da Precisa Comercialização de Medicamentos, representante da Bharat Biotech Limited International e que não existem elementos que caracterizem o suposto sobrepreço, uma vez que a mera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferença no valor da aquisição, especialmente no atual cenário de forte demanda mundial, não constitui evidência para a caracterização de sobrepreço.

Sobre a participação da Precisa Medicamentos como representante oficial da Bharat Biotech, importante lembrar que a Anvisa estabeleceu um guia sobre os requisitos mínimos para submissão de solicitação de autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, de vacinas Covid-19, onde resta inequívoca a exigência de que a submissão de solicitação de autorização deve ser realizada por empresa devidamente regular perante a agência. Nesse sentido, é falsa a afirmação de que a Covaxin tenha sido a única vacina contratada por meio de representante do laboratório produtor. Os demais laboratórios que desenvolveram vacinas também se valeram de empresas do Brasil para a comercialização das vacinas: a AstraZeneca, representada pela Fiocruz; a CoronaVac, representada pelo Instituto Butantan; a Sputnik, representada pela União Química; apenas para citar alguns outros exemplos.

De igual maneira, nos demais países em que a Bharat Biotech comercializou a Covaxin, representantes oficiais foram designados para participarem da negociação, como é o caso do Laboratório Jayor, na Argentina, e da Eseotres Pharma, no México.

Sr. Presidente, aproveito também para trazer informações que julgo importantes, tendo em vista diversas declarações aqui proferidas por Senadores que me antecederam.

A Precisa jamais teve qualquer envolvimento em irregularidades. O nome da empresa foi suscitado na investigação Falso Negativo, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por ter vendido testes de Covid ao Governo do Distrito Federal. Contudo, após regular investigação, não houve denúncia contra gestores da Precisa, o que evidencia que nada de irregular foi praticado pela empresa.

Quero também trazer a informação de que o diretor da Precisa, o Francisco Maximiano, está pronto para vir depor a esta CPI para prestar os devidos esclarecimentos, inclusive para trazer a informação de que a Global não tem nenhum envolvimento com irregularidades. Francisco Maximiano não é e nunca foi réu em ação penal.

A Global possui apenas uma discussão judicial acerca de um contrato com o Ministério da Saúde e está plenamente apta a operar. Nesse sentido, eu transcrevo aqui manifestação do Tribunal de Contas da União sobre a empresa: "Em relação às investigações pretéritas que envolvem a Precisa e a Global, como foi salientado no âmbito do exame de admissibilidade desta instrução, não existe nenhuma sanção aplicada contra elas que as impeçam de contratar com o Poder Público, o que pode ser confirmado nas bases de dados à disposição do TCU". Então, era importante também trazer esses esclarecimentos.

Aproveito também para esclarecer sobre a Madison Biotech, que aparece nos *invoices* aqui comentados. A Madison é fornecedora logística da Bharat Biotech, tendo celebrado contrato para o fornecimento e distribuição dos produtos do laboratório em diferentes territórios. Não se trata de empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fachada, como alguns insinuaram, mas de uma subsidiária do grupo Bharat Biotech e de seus acionistas, sediada em Cingapura, voltada ao comércio exterior.

Em nota, o laboratório indiano esclarece que a Madison foi criada em 2020 com foco nas vendas globais do grupo empresarial, que reúne cerca de 3 mil funcionários. Aliás, essa é uma prática extremamente comum no âmbito do comércio internacional. As empresas *offshore*, como é o caso da Madison Biotech, realizam transações em países estrangeiros, sujeitas a um regime extraterritorial, e costumam ser registradas em jurisdições com baixa tributação ou até mesmo com isenção de tributação.

Em Singapura, são mais de 1,3 mil *offshores* devidamente declaradas e lícitas, atraídas para aquele país por uma questão tributária. Aliás, Singapura desempenha um papel importante na rede de abastecimento da indústria farmacêutica mundial, sendo um dos poucos países do mundo que exporta mais produtos farmacêuticos. Singapura se tornou um renomado centro dos gigantes farmacêuticos, que implantaram *offshores* no país, como a americana Pfizer, a suíça Roche, a britânica Glaxo e a japonesa Takeda. A título de exemplo, o contrato de aquisição de vacinas da Pfizer pelo Governo dos Estados Unidos não foi celebrado diretamente com a matriz sediada naquele país, mas sim com a Pfizer Export BV, *offshore* sediada nos Países Baixos, para demonstrar quão corriqueiro é esse tipo de procedimento.

Retomo. A Precisa Medicamentos, representante oficial da Bharat Biotech no Brasil, tem 20 anos de atividade na distribuição de medicamentos e de outras soluções na área de saúde e, nessa condição, é responsável por todos os trâmites e custos para a obtenção da Covaxin no Brasil. Além disso, é responsável pelos procedimentos necessários para a obtenção do registro junto à Anvisa e de todas as demais atividades e custos administrativos inerentes à representação. Todo o processo ocorreu conforme as normas estabelecidas pela Anvisa. E a Precisa Medicamentos, representante oficial da Bharat Biotech indiana no Brasil, aderiu integralmente ao contrato adotado pelo Ministério da Saúde, não tendo contestado quaisquer de suas cláusulas, o que aconteceu, por exemplo, na negociação para aquisição dos imunizantes da Pfizer, com a imposição de cláusulas leoninas, como aqui já tivemos oportunidade de debater. Essa postura da Precisa Medicamentos certamente contribuiu para o bom andamento do processo de contratação, cujo período entre a negociação e a assinatura do contrato transcorreu em 111 dias, prazo adequado na média de outros trâmites semelhantes.

Nesse tema, impõe-se discutir a atuação do servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda, depoente nesta reunião. Sobre isso, informo que o servidor exerce suas atribuições funcionais na Divisão de Importação do Ministério da Saúde, à qual compete o cumprimento de meros atos materiais exarados por autoridades públicas dentro do Ministério da Saúde, a exemplo da remessa de documentos para órgãos públicos e entes privados, além da emissão de licença de importação, dentre outros atos administrativos afetos à burocracia de desembaraço de produtos farmacológicos, com o auxílio da empresa Wegh – com "h" no final – de Assessoria Aduaneira. Enfatizo que o servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda não negocia, não gerencia ou fiscaliza contratos, muito menos exara parecer jurídico sobre contratos, não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordenador de despesa e não realiza a liquidação de recursos financeiros, ou seja, não efetiva o pagamento de absolutamente nada no que diz respeito à aquisição de vacinas.

Ademais, no tocante especificamente ao objeto da presente investigação, destaca-se que a Bharat Biotech, por meio da Madson Biotech, sua fornecedora logística, encaminhou o primeiro documento, intitulado *invoice*, que consiste em uma mera nota fiscal, ao servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda. Por não deter competência administrativa para apreciar o mérito do documento, o mesmo foi encaminhado ao servidor fiscal do contrato no Ministério da Saúde, que observou três inconsistências: indicação de erro na entrega do objeto contratual; impossibilidade de pagamento antecipado; e recomendou diligência para que a Bharat Biotech apresentasse instrumento formal de mandato de representação da Madison Biotech.

De posse dessas observações do fiscal do contrato, o servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda comunicou à Bharat Biotech que reapresentasse um segundo documento, novamente encaminhado pelo depoente ao fiscal do contrato, que atestou a correção do objeto contratual, mas manteve as demais observações. Somente após a segunda manifestação do fiscal do contrato, comunicada pelo servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda à Bharat Biotech, foram, enfim, promovidas todas as correções, materializadas no terceiro documento recebido. Somente diante da posse do terceiro *invoice*, juridicamente hígido de acordo com o exame do fiscal do contrato, finalmente a Divisão de Importação deu seguimento aos trâmites burocráticos junto à Anvisa, bem como providenciou a confecção da respectiva licença de importação.

O que se verifica, ante o exposto, é que o servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda, salvo melhor juízo, agiu com ausência de boa-fé ao relatar fatos passíveis de saneamento ao seu irmão, o Deputado Luis Miranda, o que de fato aconteceu por meio das correções das *invoices*. Na prática, nunca houve assédio moral ao servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda, tão somente o regular exercício do poder de direção da chefia imediata, que tem o dever de verificar o cumprimento das atribuições funcionais de qualquer servidor, em especial quando este auxilia no combate à pandemia. Eventuais trabalhos aos finais de semana e no período noturno são intrínsecos a todos aqueles que ocupam cargo ou função de confiança, inexistindo qualquer ilegalidade em demandas dessa natureza.

Portanto, feitos os devidos esclarecimentos, reafirmo aqui o compromisso do Governo do Presidente Jair Bolsonaro com a legalidade e a transparência, atestando que não houve nem jamais haverá qualquer tipo de favorecimento ou irregularidade, em especial nos processos de contratação de vacinas para a imunização dos brasileiros contra a Covid-19.

Sr. Presidente, eu agora vou fazer os questionamentos, e aí os depoentes terão oportunidade de poder responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando Bezerra, só esclarecer a V. Exa. que já se passaram os 15 minutos de V. Exa. Eu acrescentei mais dois minutos. Então, darei mais dois minutos para que V. Exa. possa fazer os questionamentos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou fazer o seguinte, então, para não ser prejudicado. V. Exa. falou muito mais...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou deixar as perguntas para os depoentes. Aí V. Exa. concede ou não oportunidade de eles responderem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Eu vou dar três minutos a V. Exa. para que V. Exa. possa fazer as perguntas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Dentro das competências administrativas do seu cargo – eu estou me dirigindo ao servidor Luis Ricardo –, na Divisão de Importação do Ministério da Saúde, o senhor está obrigado a enviar à análise de autoridade superior a conformidade das *invoices* recebidas? Não desse caso, de qualquer outro caso. Quando você recebe a *invoice*, é obrigado a submetê-la à apreciação superior? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O som de Luis Ricardo, o som do depoente está desligado.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Pode repetir, por favor?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Se quando o senhor recebe uma *invoice* de qualquer empresa que esteja exportando para o Ministério da Saúde, você está obrigado a submeter essa *invoice* à análise superior?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Não. É função exclusiva regimental da Divisão de Importação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E o fiscal do contrato não opina na regularidade e na conformidade da *invoice*?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O fiscal do contrato dá a autorização para a continuação do contrato e também a autorização de qualquer divergência dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois, em algum momento, o fiscal do contrato tem que ter acesso à *invoice* que o senhor recebe. Não é correto afirmar isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Normalmente, o fornecedor a coloca em cópia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Coloca em cópia. Então, o fiscal do contrato é que, de fato, opina sobre as correções que devem ser feitas na *invoice*?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, porque o fiscal do contrato não trabalha na Divisão de Importação, a qual é a competência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. poderia afirmar ou esclarecer se o fiscal do contrato promoveu ou solicitou de V. Exa. a correção das *invoices*?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O fiscal do contrato só acompanha a execução do contrato. Se a empresa apresentar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nas informações que eu acabei de passar – e o fiscal do contrato será chamado a esta CPI –, ele promoveu, ele encaminhou a V. Exa. sugestões para que a *invoice* fosse corrigida.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Qual fiscal? A Regina?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não tenho o nome de quem é o fiscal desse contrato da Bharat BioTech.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu desconheço esse *e-mail*.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A informação que tenho...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Se o senhor puder apresentar... Eu desconheço esse *e-mail*.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não é *e-mail*. O fiscal do contrato da Bharat BioTech tem acesso... Como V. Exa. acabou de dizer, através de cópia, ele tem acesso ao *invoice*.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sim, ele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E ele faz as recomendações ao seu departamento para que as *invoices* estejam em conformidade. Correto?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. A conformidade... Quem apresenta a *invoice* e todos os dados nela é o fornecedor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu estou falando... V. Exa. está driblando a minha pergunta.

A *invoice* chega do fornecedor, V. Exa. a analisa.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O.k.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas essa *invoice* é encaminhada em cópia, como V. Exa. afirma, ao fiscal do contrato.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O.k. O.k. Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, o fiscal do contrato se manifesta sobre a *invoice*, se ela está regular com o contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Normalmente, ele não olha, porque não é competência dele analisar um documento que é técnico.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O fiscal do contrato se manifestou sobre essa *invoice*...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Dessa não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para V. Exa.?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Se manifestou porque houve uma alteração do contrato na *invoice*. Por isso, houve a manifestação dele para saber se é a favor ou não da alteração.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O fiscal do contrato se manifesta?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senador Fernando Bezerra, eu posso ajudar, porque eu li esse *e-mail*. Esse *e-mail* eu li.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, mas, Deputado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tudo bem, tudo bem. É só para colaborar com o senhor...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É relativo ao fiscal e que é importante, porque está se falando que houve uma tentativa de fraude...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Prossiga, Senador. Prossiga.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... e que não está claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Prossiga com a inquirição, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque existe um fiscal do contrato que é – digamos – responsável pela regularidade e conformidade da *invoice*. Ele afirmou...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que a cópia vai para o fiscal do contrato, acabou de afirmar.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O fiscal não é para a *invoice*, procedimentos de importação; o fiscal é responsável pela execução do contrato.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O fiscal vai vir à CPI, e nós vamos esclarecer isso.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso.

Existe uma lei específica de fiscalização de contrato.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. pode concluir?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Depois de regularizadas todas as *invoices* – eu queria só esclarecer –, V. Exa. comentou com o Deputado, com o seu irmão que o processo tinha sido sanado ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O processo foi encaminhado pra Anvisa, e a Anvisa negou e é de conhecimento brasileiro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não estou falando isso. Depois que tudo foi corrigido?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Ele foi desautorizado, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não, não. A minha pergunta não é essa. A minha pergunta é: sanada a questão das *invoices*...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É porque não foi sanado ainda...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minuto, Deputado.

Por favor, conclua, Senador Fernando Bezerra, por gentileza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele acabou de dizer, Senador Humberto, que tudo foi corrigido, tudo foi sanado até o dia 24 – demoraram três, quatro dias essas incorreções das *invoices*.

A minha pergunta é: ele informou ao Deputado que as incorreções que ocorriam nas *invoices* tinham sido sanadas? Você chegou a informar?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – A empresa e o quantitativo eu não conheço, mas eu não informei ao meu irmão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O senhor não informou. Pronto. Era só isso que eu queria saber.

E, finalmente, Sr. Presidente, é a última pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... dirigida ao Deputado Luis Miranda. É a última pergunta.

É em relação à sua visita ao Ministro Onyx. V. Exa. disse que entregou ao Ministro Onyx – e não ficou claro pra mim – dois dossiês. Foi numa única visita em que foram entregues esses dois dossiês? Foi em duas visitas? O senhor tem a data da entrega, da visita, quando...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu tenho. Nós batemos fotos, inclusive. As vezes em que eu fui lá, batemos fotos, entreguei para ele.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas você teria condições de informar a esta CPI a data, o horário em que o senhor foi recebido pelo Ministro Onyx...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sr. Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... quando V. Exa. entregou esses dossiês?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... eu posso, obviamente, buscar minhas informações...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... e fornecer, em data futura, se for de extrema importância pra CPI. E eu tenho certeza de que é.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Por favor.

Agora, a minha última pergunta, encerrando.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Fornecerei. Eu lhe garanto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Você encaminha essas informações pra CPI.

Os dossiês eram informações sobre ações do Governo Bolsonaro? Esses dossiês para que V. Exa. chamava atenção, que alertava, eram sobre ações em que ministérios, em que áreas?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eram exatamente do Ministério da Saúde e foram logo no começo do Governo Bolsonaro. Então, ainda não eram fatos do Governo Bolsonaro e, sim, do Governo anterior, provavelmente, sob gestão do ministro anterior.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, se tratava de ações relativas ao Governo anterior, não do Governo Bolsonaro?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Naquele momento, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem era o Ministro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Eu, pelo que me recordo, era o Ministro Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Inicialmente, eu queria cumprimentar o servidor Luis Ricardo Miranda e cumprimentar o Deputado Claudio Miranda.

Nós estamos aqui já há algumas horas nesta CPI, e a gente tem visto hoje uma outra face do que acontece no combate à pandemia no Governo do Presidente Bolsonaro.

Antes de eu entrar no debate deste momento, eu queria pedir pra passar um vídeo que me deixou muito, muito convicto do trabalho da CPI até agora e dos apontamentos que a CPI tem feito quanto ao modo como o Governo tem conduzido do ponto de vista da saúde pública o combate à pandemia. E, depois, eu vou fazer as considerações sobre a audiência do dia de hoje.

Por favor, o vídeo do Ministro Paulo Guedes.

Aumente o som, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, eu fiz questão de apresentar essa pérola, porque mostra exatamente como o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro contribuiu para que nós chegássemos aos 509.282 mortos nesta pandemia. E, até agora, a CPI tinha se concentrado no trabalho de mostrar o quão negligente e até responsável foi o Presidente Bolsonaro por conduzir o País a essa trágica marca que nós estamos vivendo, por ter adotado como única medida sanitária o uso da cloroquina, em detrimento de qualquer outra coisa.

E eu quero também dizer que esta CPI já cumpriu grandes papéis. O primeiro deles foi a pressão sobre vacinas, que a gente passa a ter contratos assinados, a gente passa a ter algumas conquistas decorrentes desta CPI. E, hoje, a gente começa a passar a limpo algumas ações deste Governo e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam ser explicitadas para a sociedade no que diz respeito à aquisição de alguns insumos estratégicos pelo Ministério da Saúde.

O servidor Luis Ricardo Miranda foi muito claro aqui. Houve uma tentativa de obrigá-lo, como servidor, a dar um parecer, em desconformidade com o regramento do Ministério da Saúde, para que fosse autorizado o pagamento de US$45 milhões a uma empresa com sede, se eu não estou enganado, em Singapura. Onde é mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em Singapura, não estava enganado. E ele conseguiu impedir que fosse feita essa autorização e conseguiu impedir que fossem pagos US$45 milhões sem que as vacinas tivessem a certeza de chegar ao nosso País.

Agora, diante disso, a gente começa a perceber que ele passa a ser ameaçado. E nós estamos vendo que, na prática, apesar de o Deputado ter ido ao Presidente com o servidor, que mostrou toda a forma como estava sendo conduzido no Ministério da Saúde para viabilizar um pagamento de US$45 milhões – R$220 milhões – fora da conformidade, o Presidente não tomou nenhuma medida. Portanto, o Presidente da República, assim como prevaricou, assim como agiu para expandir a pandemia, no caso do combate a esse fato, ele prevaricou, porque quem pode mais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para lhe informar, Senador, eu acabo de ver aqui no *site* do jornal *O Globo* que nós ultrapassamos 511 mil óbitos no Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em seis dias, 11 mil óbitos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O que eu estou dizendo, Presidente, é que o Presidente da República, além de ter estimulado essa expansão e ter sido o efeito, o maior efeito de expansão da pandemia, promovendo e ajudando a promover e levando à morte milhares de brasileiros por acreditarem nele, ele também, nesse caso, que é um caso que foi informado, foram apresentados dados, foi um Deputado da sua base, foi um servidor, ele não adotou nenhuma medida. Ele prevaricou! E não venham com essa história de que o Ministro... Não! Quem pode mais pode menos. E ele era quem mais podia fazer naquele momento. Chamar o feito à ordem e evitar.

E a gente sabe também – a gente sabe – que este Governo, este Presidente nunca interferiu por vacina nenhuma. Ele negou a vacina. Ele negou... Ele não interferiu pelo *kit* de intubação, mas ele interferiu pela cloroquina e interferiu, especificamente, junto ao Primeiro-Ministro por essa vacina. E, portanto, ao ser procurado pelo Deputado, em vez de tomar medidas que garantissem que não ocorre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento dos US$45 milhões – R$220 milhões –, ele não tomou medida nenhuma. E não fosse a segurança e a persistência do servidor, teriam sido pagos US$45 milhões, sem estar na conformidade.

Agora, eu quero aqui fazer uma pergunta ao Deputado. Se ainda existe no Ministério da Saúde e se está... Por exemplo, se essa servidora que foi nominada aqui como supervisora do Luis Ricardo Miranda foi nomeada pelo ex-Ministro Ricardo Barros. E também gostaria de saber se o ex-Ministro Ricardo Barros ainda tem força no Ministério da Saúde, se ele ainda comanda espaços no Ministério da Saúde, se ele ainda continua exercendo influência decisiva no Ministério da Saúde e se... Agora, eu refrescando a memória de V. Exa., se não foi o Ministro Ricardo Barros, que é Deputado Federal, Líder do Governo, a quem o Presidente da República se referiu. Se, assim, refrescando a memória de V. Exa., se V. Exa. poderia confirmar se foi o ex-Ministro Ricardo Barros, atual Deputado Federal, Líder do Governo, o Deputado que ele disse ser um problema, porque veja, ele foi Ministro, ele exerce influência dentro do Ministério da Saúde, imagino, se ainda há servidores que foram nomeados por ele, que permanecem no Ministério da Saúde. Eu pergunto a V. Exa. se é fato que ele exerce influência no Ministério da Saúde; se é esse ex-Ministro da Saúde, que é Deputado Federal, Líder do Governo na Câmara, a pessoa que é o problema para o Presidente da República?

Eu deixaria essa pergunta para V. Exa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senador, são perguntas para que eu gostaria muito de ter a resposta e contribuir com esta Comissão. E volto a dizer, há pouco, quando eu cheguei aqui, pela porta da frente, de cabeça erguida, apesar das diversas ameaças, eu vim fazer o meu dever cívico de combater qualquer tipo de corrupção, qualquer tipo! Não interessa por quem, não tem partido, não tem ideologia. Se nós não fizermos isso, não adianta ter político de estimação. E, certamente, se eu pudesse lhe precisar essa resposta eu lhe daria. Ter dúvidas, suspeitas, achar, aqui neste Parlamento, é um risco; a gente tem que ter certeza absoluta. E queria ter essa certeza hoje, agora...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o senhor...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... porque – só para concluir –, porque as pessoas não estão entendendo. Eu vi um monte de Senadores aqui e, por incrível que pareça, da base governista, querendo comprovar e desconstruir que o servidor está errado, mesmo com relatório do TCU confirmando que ele fez certo; relatório da Anvisa confirmando que ele fez certo; o próprio MPF investigando o mesmo tema; e ele só travou os US$45 milhões, são só US$45 milhões! E, se eu tivesse o dom para lhe precisar: foi esse aqui o cara que está mandando ali por trás, deixou de salvar 20 milhões de vidas, porque escolheu uma vacina que ia ficar travada, porque tentar empurrar goela abaixo nós brasileiros não somos bestas, não vamos deixar mais isso acontecer; eu, pelo menos, não deixei, levei ao conhecimento do Presidente. E vou ser criticado hoje, mas, quando a hipocrisia acabar; como eles gostam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de falar, quando a máscara cair e ficar comprovado o verdadeiro jogo, vai todo mundo lembrar onde foi que começou. Começou na coragem de impedir que esse tipo de ação continue.

Então, Senador, me perdoe não ter essa resposta agora, mas vou continuar fazendo o que é certo, independente de quem está no poder me ameaçando, me chantageando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, aqui no *O Globo*, acho que é *O Globo*:

> E aí a gente vai para a segunda fase, além de tudo essa empresa [Global] já vendeu para o ministério e não entregou, no ano tal, processo tal.
> Ele aí cita: "Ah, esse é o caso do Ricardo Barros".
> Eu falei: "Exatamente, Presidente".
> Aí, ele faz um manifesto um pouco descontente, falando que estava difícil para ele lidar com esse tipo de situação, mas que iria encaminhar para o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Isso aqui são declarações que, segundo *O Globo*, é um diálogo de V. Exa. com o Presidente da República.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Como é que eles tiveram acesso a isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não sei, mas está aqui com...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu nunca falei. Desculpa! Eu não falei isso para ninguém.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, *O Globo* economia. *O Globo* recomenda, está aqui.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Estão tentando acertar o nome.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu não tenho essa memória tão boa assim. Queria ter.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Olhe:

> "Nesse momento, o Presidente atende claramente todas as demandas", relatou Miranda.
> Também contou que o Presidente chamou o processo da Global como "o caso do Ricardo Barros".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> E aí a gente vai para a segunda fase, além de tudo essa empresa [Global] já vendeu para o ministério e não entregou, no ano tal, processo tal.
> Ele aí cita: "Ah, esse é o caso do Ricardo Barros".
> Eu falei: "Exatamente, Presidente".
> Aí, ele faz um manifesto um pouco descontente, falando que estava difícil para ele lidar com esse tipo de situação, mas que iria encaminhar para o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Esse aqui é um diálogo que foi dito pelo jornal *O Globo.*

Sr. Presidente, eu vou deixar 1,06 minuto para os próximos colegas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço.

Senador Jorginho, remotamente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Você está ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou ouvindo bem. E V. Exa. está num avião. Cuidado no avião!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Estou aqui dentro de uma vã.

Cumprimento todos os senhores, cumprimento todos os senhores.

Queria, de forma muito respeitosa, mas queria solicitar, pedir ao depoente, o Deputado Luis Miranda: V. Exa. se reuniu com o Senador Renan e outros membros desta CPI, antes de ir para a CBN, na quarta-feira? É a primeira pergunta, Sr. Presidente.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – O senhor já quer que eu responda?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero que responda, por favor.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu estive aqui na presença de todos, e não reunido com pessoas específicas, tanto que, da base do Governo tinha o próprio Marcos Rogério junto, a Senadora Soraya. Estavam todos ali, de forma tranquila, onde eu tentava esclarecer o caso do meu irmão, para evitar vir até este momento. Se, de fato, fosse impossível o convite dele, então, que eu viesse junto, tendo em vista que eu tive participação direta na relação da denúncia feita ao Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu só queria reafirmar aqui que o Deputado Miranda muita gente já conhece ele. Ele está tentando arrumar um momento de glória, aí, para fazer uma espuma, como ele sempre fez na vida dele, não é? Ele é um...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Senador Jorginho, eu não sou o senhor, não, que respondeu sobre crimes contra o sistema financeiro no ano de 2005, tampouco tenho dívidas tributárias.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O que é isso, rapaz? Seja mais... Picareta, ô, vinagre!

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O senhor não pode atacar minha honra. O senhor foque no tema.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vai lavar sua boca, seu vinagre. Vai lavar a sua boca! Vai lavar a sua boca, picareta! Você só logrou as pessoas até hoje...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, corte o microfone.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Atacar a testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Você é um salafra. Vai lavar a sua boca! Entendeu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos manter o foco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não pode atacar a testemunha.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah... Respondeu por crime... Nunca tive um processo na vida, seu picareta! Nunca tive! Entendeu?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. *Fora do microfone.*) – Está aqui o processo dele: inquérito...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Portanto, Sr. Presidente, perguntar para esse cidadão aí não tem jeito. Ele está querendo fazer média e é um larápio. Precisa ser punido pela Câmara dos Deputados depois.

Eu não quero mais fazer pergunta. E não quero dar tempo de resposta para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, V. Exa. ainda tem tempo e eu peço desculpas pela forma como o Deputado Luis Miranda se referiu a V. Exa. V. Exa. é um grande companheiro.

Mas ontem... É bom... Eu vou lhe fazer uma pergunta, porque não foi feita aqui. O senhor me fez uma pergunta, dizendo que eu tinha dado uma entrevista ao O Antagonista, e eu lhe respondi. Ontem, V. Exa., numa entrevista aqui, teria dito que o Presidente encaminhou para o Pazuello investigar. O senhor confirma isso?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Confirmo isso. O Presidente pediu ao Pazuello que verificasse. E verificou e devolveu a resposta ao Presidente, e o Presidente... Disse que não havia nada irregular.

Confirmo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Muito obrigado, Senador Jorginho.

Agora, eu vou fazer umas perguntas...

Desculpa aí, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero agradecer a participação, dentro do meu tempo, e dizer que a Câmara dos Deputados precisa levar esse cidadão aí para a Comissão de Ética, para ele parar de ser mentiroso e inventar caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só um segundo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu não queria perder... Eu lhe darei, porque a informação que o Senador Jorginho trouxe do Palácio do Planalto é muito importante.

Por diversas vezes, o depoente aqui, o Deputado, tem dito que tem uma relação muito próxima do ex-Ministro Pazuello. Ele viajou com ele para buscar vacina.

Eu vou fazer três, quatro perguntas ao depoente, Deputado Luis Miranda.

Qual foi a última vez que V. Exa. falou com o Ministro, ex-Ministro Pazuello?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – De ter diálogo, nesse voo, nessa ida, nessa viagem, no dia seguinte, ao encontro com o Presidente. No dia 21 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo telefone, recentemente, o senhor teve uma conversa com ele.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tive, tive. Eu mandei mensagem. Posso buscar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não precisa. Eu acredito no que V. Exa. está dizendo.

Ao telefone, o senhor conversou com ele. Na última vez, o senhor teve uma conversa. Não é mensagem. É conversa. Inclusive, o ex-Ministro Pazuello mudou o número de telefone. Deve ter passado para o senhor o novo número.

Qual foi a última vez que V. Exa. conversou com ele?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Teria que olhar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Ministro Pazuello é uma pessoa com quem você tinha uma relação boa. O senhor defendeu o Ministro Pazuello.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sim. Mas eu falo com muitas pessoas todos os dias.

O senhor quer que eu olhe?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não precisa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria que o senhor me respondesse...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Diga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa afirmação do Senador Jorginho Mello, que ele trouxe ontem a este Senado, tenho certeza que o Ministro estava de saída já... E o Ministro saiu em que dia? Se o senhor disse que o senhor levou...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Dias depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. O senhor levou essa denúncia ao Presidente no dia 20. Qual foi o dia em que o Ministro foi exonerado? Eu queria ajuda das pessoas para me dizerem qual foi o dia que o Ministro foi exonerado. Que dia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte e três de quê?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. falou com o Ministro que dia?... Com o Presidente?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – E com o Ministro, dia 21.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. O Ministro lhe relatou que o Presidente passou alguma coisa para ele investigar no dia 21?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Impossível, Senador Jorginho Mello, que no dia 20 o Presidente encaminha para o Ministro da Saúde, como foi afirmado aqui por V. Exa., numa entrevista dada às redes de televisões, no dia 20, num sábado... Dia 21, era um domingo, dia 22 era uma segunda-feira – eu estou aqui pegando o cronograma das datas, dos dias –, dia 23 ele já não era mais Ministro. Então, como é que pode o Ministro Pazuello, sendo num domingo, porque sábado à tarde o senhor deu a ele essa informação ao Presidente, no domingo, com certeza absoluta, o Ministro Pazuello não teria acesso a nenhum documento, porque o ministério não estava funcionando, não tinha servidor nenhum, na segunda-feira já era véspera e ele já tinha dado uma declaração à imprensa que estava saindo, então como, Senador Jorginho, o Ministro Pazuello pode ter informado ao Presidente uma denúncia tão séria levada pelo servidor do Ministério da Saúde à autoridade máxima do País? Como pode o Ministro Pazuello ter dado uma resposta dessa? – e ontem V.Exa. veio aqui e disse que o Pazuello investigou e deu a resposta ao Presidente. É impossível, cronologicamente, isso ter acontecido.

E creio, creio sinceramente que V. Exa., Senador, porque eu o conheço, não está mentindo. Alguém lhe informou isso. Agora, quem lhe informou isso, lhe informou uma grande mentira, uma grande mentira. E lhe digo que, sinceramente, eu o conheço, sei da sua idoneidade, não creio que o senhor falou isso para tentar enganar alguém, mas tenha certeza, V. Exa., Senador Jorginho, foi enganado pelo Palácio do Planalto, porque o Pazuello àquela altura não investigou absolutamente nada. O Presidente não mandou investigar absolutamente nada. Mandou investigar hoje, muito tempo depois. Para quem prega, para quem assaca, para quem joga flecha, para quem joga pedra em todos, ele prevaricou!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prevaricou! Prevaricou! Não é verdade que o Pazuello teve condições de investigar, porque, no sábado à tarde, o Presidente é informado; domingo é feriado; segunda-feira, véspera da queda do Ministro; na terça-feira ele não era mais Ministro. Por isso, há um grande equívoco em quem lhe informou.

Eu vou passar a palavra agora ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Omar Aziz. Quero aqui dar as boas-vindas tanto ao Deputado Luis Miranda como também ao servidor público Luis Ricardo, do Ministério da Saúde.

Eu queria, neste momento, dizer que nós estamos completando dois meses, agora no final de semana, desta CPI, uma CPI que chamou muito a atenção do povo brasileiro logo no início – e a gente precisa reconhecer que tivemos depoimentos importantes aqui também –, mas muitos nomes, títulos são dados, assim, na rua, quando a gente conversa com as pessoas, pra essa CPI, vários nomes, alguns até desrespeitosos, que eu não vou citar aqui, mas ela ficou com algumas alcunhas: CPI da cloroquina, CPI da Copa América. E, após dois meses, dois meses, a gente começa, de alguma forma, a enveredar pelo caminho de uma CPI que busca ver corrupção. E é importante que a gente possa seguir esse caminho, seja lá de que lado for, seja de Governo Federal...

Mas aí eu aproveito pra dar os parabéns para o Presidente Omar Aziz, que se comprometeu, na semana que vem, a colocar pra votar também apelos importantes que a gente tem feito aqui, que é rastrear dinheiro de corrupção que, supostamente, houve em Estados e Municípios, com a convocação de atores importantes do Consórcio Nordeste, da CGU, porque foi aprovado pelos colegas aqui que a gente possa ouvir o Ministro Wagner Rosário, que tem muitas informações sobre bilhões de reais que foram destinados de verbas federais para Estados e Municípios.

Então, eu quero aqui, neste dia importante, sem prejulgamento nem de um lado, nem de outro lado, que a gente possa fazer o nosso trabalho e atender a expectativa da sociedade, que ainda acredita, que ainda acompanha esta CPI. Foi um dia hoje que eu acho que, de todas as sessões que nós tivemos, Senador Fabiano Contarato, nesses dois meses, foi o dia mais tenso. Eu fiquei ali observando, e muitas interrupções, muita agressividade. Nós tivemos outros dias também de desrespeito aqui, mas hoje eu acho que nós atingimos o ápice. Não é por aí. É na base do diálogo, é na base da... A regra da boa convivência é o respeito, e a gente vai poder chegar a algum lugar.

Eu queria começar, Deputado, lhe fazendo algumas perguntas e, depois, eu vou para uma área mais técnica, porque eu acredito que o Brasil precisa virar a página – neste ponto eu concordo com o senhor – com relação a práticas velhas da nossa política. O toma lá dá cá, a barganha, tudo isso o povo brasileiro não aceita mais, e com razão. Fomos vilipendiados por muitos governos, e a gente precisa virar essa página importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pergunto para o senhor. O senhor procurou o Presidente da República para fazer essa denúncia. E o senhor teve esse acesso, tem uma proximidade para tal. Eu lhe pergunto: o senhor tem ou teve alguns cargos no Governo Federal? E quais? – se a resposta for "sim".

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senador Eduardo Girão, eu nunca consegui ter um cargo no Governo Federal por vários motivos que aqui eu não quero trazer ninguém ao constrangimento, mas o meu pessoal é um pouco caxias e técnico. Então, acho que eles não são muito bem-vindos. As pessoas que eu conheço quase sempre são no perfil do meu irmão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Outra pergunta que eu queria lhe fazer, e eu lhe agradeço a objetividade, porque o tempo aqui é muito rápido. Muito se fala de emendas extraparlamentares. Nós temos as emendas constitucionais, aquelas impositivas, e temos, especialmente... É uma prática antiga que existe, alguns especiais que fazem parte da base do Governo, vamos dizer assim – é uma postura antiga –, têm as emendas extraparlamentares. O senhor teve, nesse... O senhor está aí no segundo ano de mandato...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Terceiro, né?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Terceiro, agora.

Teve emendas extraparlamentares?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tive, sim. Poucas, em comparação aos meus colegas, bem poucas, que eu estou aprendendo como é que faz, mas tive, sim, em alguns momentos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está aprendendo como faz... Como assim?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não, no sentido dentro do próprio partido, né? O partido faz a distribuição numa votação importante: "Ó, vamos colaborar com vocês...". Eu não vou mentir aqui porque todo mundo sabe que isso é normal, mas são emendas que aqui, no Distrito Federal, em especial, diferente – para quem não conhece os outros Estados –, você pega ela e entrega na Secretaria de Educação, para contribuir com a melhoria da educação; você pega ela e entrega direto na Secretaria de Saúde... Você não tem como destinar: "Eu quero para isso, porque aqui eu ganho voto ou deixo de ganhar...". O DF, em especial, talvez por isso, dos oito Deputados que estavam no mandato anterior, só um conseguiu reeleição. A gente não consegue usar emenda nesse sentido. Por isso, eu nem tenho interesse. É quando o partido chega para mim e: "Ó, você tem R$5 milhões para poder investir na educação". Eu só transfiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas foi bem-feita a pergunta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Então, o senhor não teve, durante esses três anos de mandato, apenas emendas impositivas, as constitucionais...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Tive algumas extras, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... teve também emendas extras do Governo.

Como Parlamentar, após tudo isso que o senhor colocou aqui e seu irmão colocou para a gente... Eu agradeço as informações, é importante isso. Eu acho que a Precisa, essa empresa, é chave para que a gente possa ouvir. Eu não tenho a menor dúvida, e vou apoiar, porque a gente tem que buscar toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Parabéns, Senador! Parabéns!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe pergunto: como Parlamentar, por que o senhor, nesse período, desde o dia 20 de março, na conversa que o senhor teve com o Presidente, o senhor, como Parlamentar – parlar, falar, denunciar –, por que o senhor não foi à tribuna da Câmara dos Deputados quando o contrato ainda podia ser revogado e não fez a denúncia pública no momento em que, confirmados os fatos relatados por V. Sa., dano maior ao Erário poderia ter sido evitado? Eu sei que hoje pode ser evitado ainda, mas eu lhe pergunto por que o senhor não fez isso antes.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Senador Eduardo Girão, quem pode mais pode menos.

Eu fui ao Presidente da República, que me afirmou – ele não falou para mim "vou ver o que eu faço" –: "estou encaminhando agora para o diretor-geral da Polícia Federal".

Na minha visão, até então, não tinha visto nenhum desdobramento, mas também não tinha sido mais executado o contrato. E não foi. Eu subentendi que tinha uma investigação, e o negócio está travado. Não tenho por que expor a situação em plenário e atrapalhar uma investigação policial, se porventura estivesse ocorrendo.

E, na tentativa de saber o que estava acontecendo, eu não obtive êxito. Provo por várias mensagens, ofícios pedindo reunião com o ministro... Depois que o Pazuello saiu, desligaram a minha comunicação oficial.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto, e era isso que eu queria lhe perguntar: mesmo depois desses contatos que o senhor diz ter tentado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– mostrou até algumas mensagens aqui –, não conseguiu, por que é que o senhor não foi no Parlamento fazer a denúncia na tribuna?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Para não perder exatamente a possibilidade de uma investigação séria, com a chance de travar uma empresa que já deu um prejuízo gigante no Distrito Federal...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas depois de tanto tempo?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Três meses é muito tempo? Sim, mas o contrato não tinha sido concluído; me dá a entender que ele já está travado. Esta CPI e o dia de hoje é que me mostram que só não saiu porque a empresa está tão embolada, com problema na Anvisa, com problema no TCU, com problema no STF, que não vai sair. Ou a gente pega esse recurso que está reservado para essa vacina e destina imediatamente para outra vacina... São 20 milhões de doses; mesmo sendo duas doses, são 10 milhões de pessoas imunizadas. Se a gente conseguir imunizar 20 milhões, é 10% da população. Pega o número de mortes, pega dos últimos... deste ano – não vamos nem pegar de tudo –, e aplica em 10% de pessoas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos... Vamos..

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... que poderiam ser salvas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – É importante agora agir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Vamos voltar aqui só à objetividade, para a gente não transformar aqui em palanque político.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Claro , não é o objetivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é o objetivo de ninguém, de ninguém.

Eu lhe pergunto: esse nome é chave, que o Senador Rogério Carvalho falou, o próprio Presidente Omar Aziz falou, esse Mister M, que a gente não conseguiu extrair do senhor, é muito estranho o senhor não lembrar, porque é uma figura influente, pelo que o senhor colocou aqui – o Presidente da República citou o nome –, e, ao que tudo indica, pelos fatos apresentados pelo senhor, é uma figura influente até hoje no Ministério da Saúde. Então, até o final da sessão, o senhor vai dizer para a gente o nome desse Deputado ou vai, por uma questão de coleguismo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Quem deve ter uma memória bem fresca sobre o tema, porque ele deu de pronto, "'puf', é fulano", é o Presidente da República. Ele tem a facilidade de resolver isso assim, num estalo de dedos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, mas o senhor poderia...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Não lembro!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... ajudar a gente aqui a descobrir.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu tenho poucos amigos no Parlamento, e os que eu tenho são verdadeiros, mas até esses eu esqueço o nome de vez em quando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Já que o tempo está indo para o espaço... O seu irmão voltou hoje dos Estados Unidos. O senhor declarou à imprensa, agora à tarde, que seu irmão foi abandonado pelo Ministério da Saúde. O que o senhor quer dizer com "abandonado"? Ele teve todos os meios para viajar, como qualquer servidor público? O que faltou?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Ele me... Quando eu liguei para ele, eu falei assim: "Onde você está?". Ele falou assim: "Estou aqui do lado de fora. Não tem ninguém. Era para terem me recebido aqui, o cerimonial, para me levar lá para..." – como se fosse um evento da vacina –, "mas ninguém veio me buscar, me abandonaram aqui". Por isso que eu falei a palavra abandonado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A última pergunta para o senhor. O senhor chegou aqui hoje ao Senado, pelo que eu vi na imprensa – mas eu não percebo isso –, com colete à prova de balas e segurança. O senhor está sofrendo alguma ameaça? O senhor já disse, mas registrou boletim de ocorrência? O senhor já solicitou à Polícia Legislativa da Câmara, da sua Casa, proteção policial? Eu pergunto isso, essa pergunta cabe, porque a polícia da Câmara faz uma investigação antes de conceder a proteção, para confirmar a necessidade. O senhor teve esse procedimento?

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Sim, senhor. Encaminhei ofício para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Presidente da Câmara?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... para o Presidente da Câmara. Hoje mesmo, inclusive, eu o cobrei, e o Departamento da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, inclusive, me acompanhou, tão quão a Polícia aqui do Senado, quando eu saí da minha casa.

O nosso receio é por conta das falas irresponsáveis do ex-Ministro Onyx, Secretário-Geral, que tem a coragem de falar que um documento verdadeiro é falso, de dizer que eu minto perante Deus – ele usa a palavra Deus em vão. Eu sou um verdadeiro cristão, sei perdoar. Eu o perdoo, mas talvez os maníacos, fanáticos, apaixonados por polarização não tenham essa mesma sensibilidade de perdoar as pessoas ou pelo menos enxergar. O ministro mentiu. O documento não era falso. O documento, inclusive, é citado num relatório da Anvisa, de que essa "mentira" – que é verdade – é o motivo de ter a negativa da aprovação da vacina.

Então, só concluindo, para lhe responder – eu não quero trazer isso em palanque, mas me dói muito saber que minha vida vai ser abalada, alterada, eu vou ter que andar com segurança, porque um irresponsável atrai o ódio das pessoas contra mim por estar lutando pelo meu País, por estar lutando agora por servidores públicos e entender que, sem a estabilidade, ele nunca estaria aqui. Eu nunca mais vou falar disso, sobre essa reforma administrativa. Para mim é uma bomba.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O Judiciário, promotores, que querem incluir, funcionários públicos todos, policiais; todos se sintam abraçados por mim, porque hoje eu sei...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... o perigo que é não dar estabilidade para um funcionário público.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, Deputado.

Só para poder encerrar, Presidente Humberto Costa, fazendo aqui duas últimas perguntas, agora para o irmão do Deputado, que é o servidor Luis Ricardo, que está cansado, não é? Passou a noite viajando, trazendo vacinas, graças a Deus.

Eu lhe pergunto: o senhor viajou ao exterior para negociar com outras empresas fornecedoras de vacina? Também o senhor fez... Eu sei que o senhor foi buscar vacinas doadas pelos Estados Unidos, e fica aqui a nossa gratidão ao Governo americano, mas eu lhe pergunto: o senhor tinha feito antes alguma viagem internacional? Quantas vezes e para quais países o senhor foi; com quem negociou – caso tenha negociado –; e se o senhor integrava comitivas do Governo brasileiro e quais seriam as composições dessas comitivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Meu cargo é somente para importação e exportação. Então, as vezes em que eu viajei foi para acompanhar desembaraços de carga ao chegar ao Aeroporto de Viracopos, de Guarulhos. E, devido a essa doação dos Estados Unidos sair dos Estados Unidos para o Brasil, e o Brasil ter que fazer esse frete internacional, foi exigido pelo Governo americano que um servidor do Ministério da Saúde estivesse em solo para fazer todo esse processo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi a primeira vez que o senhor viajou?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Primeira vez.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, perfeito.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Primeira vez, e nunca participo de negociação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Como o senhor obteve cópia desses documentos que o senhor entregou, junto com o seu irmão, ao Presidente da República? De que sistema foi extraído? Existe – eu estou lhe perguntando aqui por curiosidade – existe um processo de autorização para se retirar um documento oficial do sistema? Existe cópia autenticada disso? O senhor tem?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. O senhor falou do *invoice* do contrato, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim, o que o senhor entregou ao Presidente.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Por *e-mail*, por *e-mail*. A gente recebe por *e-mail*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Aí imprimiu e entregou?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, para concluir, agradecendo a sua paciência, dizendo que é uma data importante desta CPI. Em dois meses de trabalho, a gente vai poder, de alguma forma, buscar mais informações, trazer a Precisa aqui. Mas eu faço um apelo ao comando desta CPI: nós não podemos ter dois pesos e duas medidas; vamos rastrear a corrupção, também, nos Governos estaduais, federal... O Consórcio Nordeste... É fundamental que a gente dê uma resposta à sociedade que quer a verdade com relação ao que a gente tem insistido aqui. Eu lhe agradeço se puder levar esse pedido ao Presidente desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Girão.

Eu passo a palavra agora, remotamente, ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos.

Já são mais de 510 mil mortos, mais de 18 milhões de contaminados. Então, não adianta se fazer todo um esforço gigantesco para tentar tampar o sol com a peneira. Nós vivemos um desastre, e uma parte desse desastre foi causado por mãos humanas.

Nós temos, neste caso, especificamente, da importação da vacina Covaxin, alguns fatos que já estão provados. Nós tivemos uma negociação num prazo mais curto do que todas as outras. Nós tivemos iniciativas, por parte do Governo, diferentes de todas as outras: nós tivemos pressão para a contratação, os intermediários, pagamento sugerido em *offshore*; tudo diferente das outras empresas.

Eu assisti aqui – a distância – à tentativa do nosso Líder do Governo, Fernando Bezerra, de confundir empresas como a Pfizer do Brasil e a União Química com a Madison, intermediária em Singapura, sediada numa... enfim, numa portinha, claramente com indícios de empresa criada para redução de pagamento de impostos ou para evitar a responsabilização por fraudes. Muito claramente.

Eu peço ao depoente Ricardo, servidor do Ministério da Saúde, que relate, da forma mais detalhada que puder, o diálogo que teve com o Senhor Presidente da República onde reportou as suspeitas de crime cometido no âmbito do Ministério da Saúde.

Por favor, Sr. Ricardo.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Imprimi todos os documentos, assim como aqui nesta CPI – o contrato, a *invoice* –, e apresentei ao Presidente os detalhes, falei as pessoas, a qual eu estava sendo pressionado... É isso. Tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor falou para o Presidente da República sobre o relato do seu colega de trabalho, o Rodrigo, que informou que um determinado fornecedor de vacinas não conseguiu fechar o contrato porque não aceitou fazer o pagamento de propina? O senhor reportou isso ao Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Quando o Presidente da República reportou ao seu irmão que sabia do caso e sabia quem era o Parlamentar responsável pelas pressões, o senhor ouviu as palavras do Presidente da República?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não. Eu tinha saído nessa hora, eu acho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Tinha saído essa hora, o senhor acha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor entende que...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não... Eu não estou mentindo, não!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não estou acusando ninguém de mentira por enquanto. Não estou acusando ninguém de mentira por enquanto, o senhor pode ficar tranquilo em relação a isso.

Eu estou lhe perguntando...

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Eu só não me lembro. Desculpe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

As correções que foram feitas na nota, no *invoice* para pagamento do contrato com a Bharat Biontech, foram suficientes, considerando a experiência que o senhor tem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Baseado nos dados do contrato em relação a valor, só ficaram duas pendências em relação à empresa e ao quantitativo da parcela do contrato, que aí foi autorizado pelo fiscal do contrato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É comum você ter autorizações por parte do fiscal do contrato fora das especificações do próprio contrato para pagamento?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – O quantitativo, sim; a empresa, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Deputado Luis Miranda – muito brevemente –, o senhor se apresentou perante esta CPI, e é muito claro o seu objetivo de reconstruir uma imagem, de apresentar, novamente, para os brasileiros essa veia combativa: combate à corrupção, coragem com o enfrentamento do sistema. A gente está presenciando tudo isso, mas eu sou obrigado a dizer a V. Exa. que esse esforço está sendo em vão. Está sendo em vão, porque o senhor não está tendo a coragem de falar o nome Ricardo Barros. Claramente, está lhe faltando coragem para falar o nome do Deputado Federal Ricardo Barros, que é a figura que é referida em todos os corredores com envolvimento nesse caso.

Então, eu gostaria de dar oportunidade, Deputado, para que o senhor exercite, de fato, a coragem que o senhor propala na internet, porque, efetivamente, quando o senhor tenta fazer as manobras, as ginásticas, os malabarismos para dizer que não consegue recordar um nome, o senhor, claramente, ofende a inteligência dos Parlamentares que estão lhe assistindo, ofende a inteligência dos brasileiros e, muito claramente, joga fora uma oportunidade.

Então, eu peço, novamente, que o senhor faça esse exercício de buscar na sua memória o óbvio nome do Parlamentar que o senhor não está com coragem pra falar aqui.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senador... Senador Alessandro, eu acompanho com uma certa constância aqui o Senado e vejo que o senhor sabe o que é ser combativo – sim, o senhor o é muito, inclusive –, mas existem momentos na nossa vida em que era melhor ter esquecido o que a gente escutou. E eu acho que esse foi um dos momentos, porque, se o Presidente da República, o qual eu admiro tanto, olha para você e fala... e demonstra que sabe, e sabe a chave. Você sai de lá, e agora, hoje... Porque, se hoje ele disse que vai investigar a partir de agora, significa que, desde então, não foi feita a investigação e nem o nome da pessoa que ele fala pra mim que, teoricamente, está sendo investigada a pedido do Presidente, eu acho que eu tive, realmente, um lapso de memória temporal, que, não que eu não queira contribuir com esta Comissão, mas é porque eu ainda estou respirando e tentando entender tudo que está acontecendo. Eu estou sendo atropelado por um furacão. Eu sei que o senhor não vai me compreender, mas você estar de um lado, apaixonado por um lado, porque a mudança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do País é aquilo com que a gente sempre sonhou, fazer as reformas – eu sempre sonhei em fazer a reforma tributária – e, de repente, você descobre que a coisa está aparelhada, igual a que sempre foi criticada. E, pela luta de não perder a bandeira de governo sem corrupção, ele é capaz de atropelar um Deputado da base, um servidor público extremamente honesto como o meu irmão, como foi aqui acusado, várias vezes, como se estivesse aqui para mentir e tentar criar um palanque ou qualquer coisa do gênero. É arrasador! O próprio Eduardo Bolsonaro colocou que eu sou um 171. Eu não respondo nem... Não sei nem o que esse cara quer dizer com isso. Então, assim, eu estou sendo massacrado por estar lutando pelo que é certo. Então, eu acho que eu cheguei no meu limite de complicar minha vida, mas eu acho que esta Comissão, acho que esta CPI já sabe o caminho que tem que seguir. E, se ela usar o *follow the money* e trabalhar direitinho, o Brasil vai perceber que nós estamos vivendo uma ilusão, uma verdadeira hipocrisia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Registro, Sr. Presidente, que será apresentado o pedido de convite ou convocação para que a gente possa ouvir o Deputado Federal Ricardo Barros, por conta das suas supostas ligações com esse episódio que envolve a Covaxin e a Precisa; e registro também, para minha tristeza, que o Deputado Luís Miranda não se coloca à altura da imagem que tenta vender.

Coragem, Deputado, não é só para brincar na internet. Aqui é uma coisa muito séria. O senhor voluntariamente compareceu à CPI...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – E como é que eu provo se o Presidente disser que eu estou mentindo, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor voluntariamente assumiu o compromisso de dizer a verdade, mas lhe falta coragem pra dizer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Nós temos documentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, não assumisse o compromisso; fizesse, como vários outros fizeram, não tiveram coragem de assumir o compromisso de dizer a verdade. O senhor assumiu o compromisso e, agora, aqui, diante do Brasil, não tem a coragem de falar o nome. Eu falo: Deputado Federal Ricardo Barros. Será ouvido, se a CPI assim entender,

A gente precisa ter tudo claro neste País. Só vai mudar o País, como o senhor diz que quer mudar, quando as pessoas tiverem coragem, especialmente as pessoas que...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – O senhor acha que eu já não tive coragem demais de estar aqui, Senador? O senhor acha que nós, eu e meu irmão, aqui, nos expondo da forma que estamos nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expondo, dando chance de vocês concluírem o trabalho, já não fizemos uma grande missão por esta Nação, que, talvez hoje, muitos dos eleitores apaixonados...

Perdão; continue, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O seu irmão, sim. O seu irmão, que é um servidor público concursado, cumpriu a missão dele; o senhor faltou com a sua missão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Agora ouviremos a Líder da Bancada Feminina, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de eu começar na linha das minhas perguntas, dos meus questionamentos e algumas conclusões que já tenho, eu gostaria de, na linha do Senador Alessandro, pedir aqui que, no espírito público, que parece presente na alma e no coração do Deputado, dos irmãos Miranda, que complete o depoimento a favor do País. É muito importante que diga o nome, até porque não se preocupe, V. Exa. diz que não tem como provar, mas nós temos. Nós já temos indícios, nós já temos documentos e nós temos como rastrear. Se V. Exa. tiver a coragem de dizer o nome, eu posso garantir, não se preocupe com o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, que nenhum Deputado vai ter coragem de se insurgir contra V. Exa., contra a opinião pública, contra a massa de brasileiros que quer saber a verdade e buscar a verdade dos fatos.

Pode falar o nome do Deputado, porque nós já sabemos.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – A senhora sabe que, se eu fizer isso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa., não irá para o Conselho de Ética.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – ... eu vou ser perseguido. Já disseram que eu já perdi a minha relatoria da reforma tributária, que foi uma promessa do Presidente Arthur Lira para mim; já perdi todos os espaços; já perdi tudo que eu tenho; já acabaram com a minha política. O que mais vocês querem que eu faça?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, Deputado, V. Exa., só confirma que sabe e não quer dizer.

Eu o respeito como Parlamentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu sei o que vai acontecer comigo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu entendo a posição de V. Exa., mas V. Exa. só confirma que sabe qual é o nome do Deputado e nós vamos buscar...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – A senhora também sabe que é o Ricardo Barros que o Presidente falou.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... vamos buscar a verdade a favor do País.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor confirma?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor confirma então que o...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Foi o Ricardo Barros que o Presidente falou. Foi o nome Ricardo Barros.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço imensamente a V. Exa.

Esta CPI, a partir de agora...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Eu não me sinto pressionado pra falar. Eu queria ter dito desde o primeiro momento, mas é porque vocês não sabem o que eu vou passar por apontar um Presidente da República que todo mundo defende como uma pessoa correta, honesta, que sabe que tem algo errado. Ele sabe o nome, ele sabe quem é. Ele não faz nada por medo da pressão que ele pode levar do outro lado. Que Presidente é esse que tem medo de pressão de quem está fazendo o errado? De quem desvia dinheiro público? As pessoas estão morrendo pela (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*) desse Covid.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deputado, V. Exa...

Eu ia finalizar a minha fala dizendo que o seu irmão deveria ser condecorado ao invés de ser...

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF) – Meu irmão estava do lado. Ele sabe qual foi o nome. Qual foi o nome que o Presidente falou?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Desculpa, mas eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu ia finalizar, Sr. Presidente, a minha fala, dizendo que o irmão do Deputado deveria ser condecorado pelo Governo ao invés de ser processado administrativamente, porque ele está impedindo e impediu o Governo de cometer um crime, um pecado mortal de assinar um dos contratos bilionários mais fraudulentos da história da República. Foi isso que o Sr. Luis Ricardo Miranda acabou de fazer a favor do Governo e a favor do País. Infelizmente, V. Sa., ao invés de ser condecorado e parabenizado, está sendo processado ou vai ser investigado por um Governo que tinha uma promessa de campanha.

O Presidente Bolsonaro, Sr. Presidente – se puder retomar apenas os dois minutos da minha fala, porque não estava fazendo uma pergunta para o Deputado –, o Presidente Bolsonaro ganhou quase no primeiro turno com quase 50% dos votos. E qual foi a bandeira de campanha do Presidente da República? Foi a bandeira da ética. Nós estávamos acabando de sair de números superlativos de denúncias de combate de mensalão, de petrolão. E, baseado nisso, surfando nessa onda, o Presidente da República Jair Bolsonaro ganhou com um maciço apoio da população brasileira, dizendo que o seu Governo seria diferente, que seria um Governo a favor do combate à corrupção e que, em seu Governo, teriam pessoas, gestores experientes, compromissados com a coisa pública.

Pois bem, o que nós estamos vendo neste momento, de lá para cá, não só na pandemia, mas em todas as áreas de relevância para a vida da população brasileira? Simplesmente ou por questões puramente ideológicas ou por compromissos outros assumidos naquela velha barganha do presidencialismo de coalizão, do toma lá dá cá, colocando pessoas que não são experientes nos postos-chave dos ministérios. Chegamos aonde chegamos, Sr. Presidente. Eu acho que a pandemia juntou todos os pecados, Senador Renan.

A Comissão fechou uma fase e começa outra. Qual foi a fase que esta Comissão está encerrando? Não encerrou, mas está encerrando. Está comprovado, num primeiro momento, que, através do conceito de imunidade de rebanho por contaminação e não por vacinação, um Governo paralelo tentou imputar na população brasileira uma sensação falsa de segurança: "Podem ir pra rua. Tomem remédio ineficaz. Não precisam usar máscara. Não precisam usar álcool em gel. Não precisam fazer distanciamento social, porque, preocupados apenas com a economia – e eu também estou –, vamos ver se todo mundo se contamina rapidamente". Isso já está provado, mais do que comprovado nesta CPI.

Só que, além disso, além desse pecado que é gravíssimo, porque nós estamos falando através de dados que foram dados ontem por Dr. Pedro... O Dr. Pedro disse – abro aspas –: "Quatro de cinco mortes pelo coronavírus não teriam ocorrido se estivéssemos fazendo o dever de casa da média mundial. Ainda, se tivéssemos investido nas vacinas naquele tempo hábil, poderíamos ter salvado entre 95 e 145 mil vidas de irmãos brasileiros". Entre aspas, palavras dele – e eu corroboro, assino embaixo –: "Investir na aquisição da imunidade de rebanho foi uma estratégia inicialmente equivocada e, depois, repugnante". Repito: investir numa unidade de rebanho por contaminação é repugnante, é imoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, Sr. Presidente, agora nós entramos numa segunda fase, Senador Renan, uma fase que nós não esperávamos deste Governo em que nós acreditávamos, que é a fase de saber que também neste Governo há não só pessoas que estão com fortes indícios de comprovação de crimes contra a administração pública – crimes no plural. Eu estou falando aqui de peculato. Eu estou falando aqui de corrupção passiva. Eu estou aqui falando de corrupção ativa. Eu estou aqui falando, inclusive, de crimes relacionados à saúde pública, porque você está disseminando a epidemia. São tantos os crimes que chegam ao final no crime de organização criminosa. Só que aí tem algo mais. O que os irmãos Miranda estão falando é que chegaram à autoridade máxima deste País e disseram a ela: tem fortes, gravíssimos indícios de corrupção. Ao invés de se buscar investigar, se colocou tudo pra debaixo do tapete. Agora que está se falando que vai se levar aos órgãos de fiscalização e controle. O que é isso senão crime de prevaricação? Então, o que nós estamos vendo hoje é um renascer da CPI sob uma nova ótica.

Senador Eduardo Girão tem toda a razão. Onde houver corrupção, onde houver dinheiro público que deveria ter resultado – resultado – em vacinas no braço do povo brasileiro e foi ou iria para o bolso de quem quer que seja tem que ser investigado, tem que ser punido e no relatório tem que constar nomes e sobrenomes, com CPFs, para que o Ministério Público investigue e o Poder Judiciário faça a sua parte.

Então, nesse aspecto, eu concordo... Eu ia fazer... Eu mudei tudo, porque eu ia fazer uma série de perguntas, mas eu acabei fazendo durante uma hora a ordem cronológica da sua apresentação. No tempo que eu tenho aqui, eu não vou conseguir fazer as perguntas, porque eu acabei indo pra uma outra linha de raciocínio, eu vou ter que deixar para os técnicos que vierem, porque ficou realmente... Eu fiquei em dúvida com algumas lacunas da sua exposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Senadora Simone, só uma rápida interrupção. Eu queria dizer que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Microfone, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria dizer, para pontuar, que V. Exa. fez a grande pergunta do dia e queria cumprimentá-la por ter obtido do Deputado Luis Miranda a resposta que todos nós tentamos em vão e não conseguimos. A senhora acabou de nos proporcionar e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito um grande momento.

E eu queria aproveitar este momento para cumprimentá-la mais uma vez e para dizer que o nome citado pelo Deputado Luis Miranda é o mesmo nome que apresentou na Câmara dos Deputados...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma emenda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... uma emenda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para incluir a vacina indiana...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... incluída na lei que autorizou a aquisição da vacina indiana sem a autorização da Anvisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Relator Renan, a Medida Provisória 1.026, de janeiro de 2021 – que tem eficácia imediata, portanto, ela vale desde janeiro –, autorizava o Brasil a comprar vacinas cujas autoridades sanitárias estrangeiras as tivessem liberado: as autoridades sanitárias estrangeiras dos Estados Unidos, da União Europeia, do Japão, da China, da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte; não tinha a indiana. A lei foi publicada e, portanto, só passou a valer em 10 de março! Foi incluída através de emenda na Câmara só em 10 de março, que foi a lei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o contrato foi feito anteriormente, ele foi feito no dia 25 de fevereiro. Só aí já está mostrando que a assinatura do contrato é irregular e ela é ilegal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... porque o contrato foi assinado antes da lei que permitia contratar com a vacina indiana, que não tinha autorização da Anvisa e que não estava na medida provisória permitindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. foi muito feliz na intervenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone, se V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, se V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta mesma medida provisória, Senador Renan, essa mesma Medida Provisória 1.026, foi essa medida provisória que foi editada no dia 6 de janeiro de 2021. Foi essa medida provisória que, nos documentos que teve nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, no debate que ocorreu na Casa Civil da Presidência da República, no dia 23 de janeiro de 2020, no dia 23 de dezembro de 2020, estava o dispositivo que possibilitaria a aquisição das vacinas da Pfizer e da Janssen. Esse dispositivo não foi incluído na edição da medida provisória no dia 6 de janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estamos com o roteiro pronto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pronto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone, eu quero cumprimentá-la. Eu acho que o grande momento desta Comissão foi este momento aqui. Estamos com o roteiro pronto, só é seguir.

Há um debate. Há setores do Governo que querem, que defendem a aquisição da vacina da Pfizer e da Janssen. Há um veto pra isso. No dia 6, a medida provisória é editada sem o dispositivo que possibilita essas vacinas. Na Câmara dos Deputados, é feita uma emenda pelo Deputado já citado para favorecer essa vacina específica da empresa Precisa. Em seguida, o servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Fernandes Miranda vê um processo atípico. O Deputado Luis Claudio leva ao Presidente da República. O Presidente da República diz o quê?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Presidente da República diz: "Você sabe, né? Isso é coisa lá do Deputado, daquele Deputado, né?", que nós já sabemos o nome: o Deputado Ricardo Barros.

Sr. Presidente, eu tinha dito, eu cheguei a falar em algum momento que havia uma tentativa. Não tem crime tentado. Estamos diante do maior esquema de corrupção da história da República. Esta CPI chegou neste momento a isso, com os nomes de todos os personagens e com o roteiro do crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pra completar a cereja do bolo, Senador Randolfe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só uma contribuição...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A cereja do bolo: as tratativas da compra da Covaxin aqui podem ter sido, como eu vou dizer, o ingrediente que faltava nesse grande caldeirão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque, além disso, olhem só: a medida provisória é de janeiro. Não permite compra de vacina sem a autorização da Anvisa ou dessas agências de autoridades sanitárias. O contrato é feito em fevereiro – ainda não podia. E a lei só passa a vigorar em março, com a emenda do Deputado Ricardo Barros. Só isso teria que fazer com que quem quer que tenha assinado aquele contrato tivesse rasgado o contrato antes de assiná-lo.

Mas há mais. Eu fiquei uma hora fora da CPI tentando juntar esses fios e eu fiz uma rápida análise aqui. Nós estamos, Presidente, hoje, respondendo a uma série de questionamentos do mês inteiro. Por exemplo, o Governo diz que não aceitava a Pfizer por conta de cláusulas leoninas, mas aceitou a indiana com cláusulas draconianas. Não aceitava CoronaVac chamando de "coronalixo", "vachina", porque ela era de um vírus morto, inativo, e que ela não tinha tanta eficácia. É a mesma plataforma da Covaxin. A Covaxin e a CoronaVac têm a mesma plataforma. Por que, então, aceitaram a Covaxin e não aceitaram a CoronaVac? E mais: por um preço muito acima da outra, por exemplo, da Pfizer e da AstraZeneca. E num contrato simplificado: levaram apenas 97 dias; levaram 330 para autorizar a da Pfizer.

Eu fui anotando, porque são tantas...

A intermediária é uma empresa privada que já foi falado que tem lá, no paraíso fiscal, em Singapura, um endereço – realmente tem, e nós sabemos pra que serve.

Ora, é um contrato bilionário de 1,6 bilhão que eu não sei, Senador Omar Aziz, se foi um valor que o tal chamado mensalão, que o tal chamado petrolão chegou perto desse valor.

E nós estamos aqui preocupados com a possível coerência ou incoerência de um servidor humilde, de carreira, que fez apenas o dever de casa!

Então, na minha fala final, Sr. Presidente – já estou ficando até sem voz, porque, com esta máscara, a gente acaba aqui tendo que elevar a voz... Se comprovado, portanto, tudo isso que ele disse, os crimes são muitos e são no plural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me pegar emprestada a fala do Humberto pra falar que a vacina tem que colocar no rol das vacinas *vips* da contratação, porque não tem outra razão pra se contratá-la, mas, lembrando, apenas 1% da população brasileira vai poder tomar essa vacina, se ela um dia chegar ao Brasil. Ela está proibida de ser dada pra menores de 18 e acima de 60. Ela está proibida pela Anvisa de ser comercializada e aplicada em jovem, qualquer cidadão que tenha comorbidade, que tenha problema de coração, que tenha diabete, que tenha pressão alta, que tenha obesidade mórbida. Ela não pode ser aplicada em gestante, em puérpera. Ela pode ser aplicada em quem, então? Em 1% da população.

Então, Sr. Presidente, eu não sei se é o caso aqui, como última parte dessa novela... Ao invés de chamar a D. Regina, vamos fazer uma acareação coletiva aqui. Vamos chamar o Ministro Pazuello até pra ele dizer o que ele disse no dia que ele saiu lá, que tem "pixulé" que tem que ser distribuído no final do ano do recurso que foi dado, aprovado por nós, pra ser destinado para o combate à pandemia. Nós não furamos teto, abrimos exceção pela Lei de Responsabilidade Fiscal pra colocar recurso em outro lugar – nós, com responsabilidade, Deputados e Senadores, aprovamos no Congresso Nacional... Estamos lá defendendo os nossos Estados nos ministérios, Ministro Pazuello, pra, sim, pegar recursos extras até no final do ano pra saúde, mas é para o combate à pandemia do coronavírus. Não há "pixulé", seja lá o que isso significa. Ele tem que dar nome também. Temos que chamar o Sr. Élcio, que foi citado aqui, a Sra. Teresa, o Presidente da Anvisa... Vamos fazer uma acareação com esses cinco, nessa ordem aqui que eu fiz – e posso entregar à Mesa, se quiser, mas a Mesa tem consultores muito melhores pra isso –, mostrando aqui essa novela, quem é quem dentro do processo e quem é responsável pelo quê.

Ao final da minha fala aqui, Sr. Presidente, esta CPI está de parabéns por todo o trabalho que fez. E aqui ela só demonstra, na fala final, que, comprovados esses fatos, só falta agora colocar o guizo no rabo do gato: quem fez o quê, quem agiu de dolo, quem agiu por culpa, quem foi negligente de boa-fé, quem foi negligente aí na má-fé, quem foi com a conduta dolosa de praticar os crimes elencados.

E eu aqui termino pedindo muita atenção ao que eu vou dizer, porque é muito triste. Quando eu tinha 14 anos, eu fui para as ruas lutar pelas Diretas Já. Aos 18 anos, 16 para 17 anos, eu estava no banco de uma universidade no Rio de Janeiro e eu fui pra rua pedir Fora, Collor.

Eu acho que eu vou ter que pedir desculpas ao Presidente Collor por ter ido às ruas, porque ali estava envolvendo apenas... Não que não seja crime, merece ser punido, mas, comparado a isso, estava se discutindo ali um Fiat Elba. Eu tenho que pedir talvez desculpas, porque eu fui às ruas.

Mas o que eu mais me sinto, do que eu mais me ressinto, eu que já estou quase saindo da vida pública – tenho menos tempo no futuro do que já tive de vida pública, porque estou há 20 anos na vida pública –, do que eu mais me ressinto é ver que as minhas filhas, que hoje têm a idade que eu tinha, estão tendo que viver e rever uma inversão total de valores, um Estado em que, no dia a dia – e o Congresso Nacional não está percebendo ou, se está percebendo, estamos fazendo pouco, Sr. Presidente –, os pilares que sustentam a democracia brasileira estão sendo golpeados. No dia a dia, nós estamos vendo o povo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez armado, nós estamos vendo a ingerência política nos comandos da Polícia Militar, nas Forças Armadas e ainda o toma lá dá cá, o centrão dominando o Governo Federal, impondo a um Presidente que envergou uma bandeira do combate à corrupção, tendo que ceder.

Talvez seja a hora de o Congresso Nacional discutir o fim da reeleição. Que dê seis anos para um Presidente da República, mas não permita mais que os Chefes do Executivo possam pensar em reeleição, ano sim, outro também, e cederem à toda sorte de tentação visando apenas à reeleição. E eu não estou falando deste, eu estou falando do Presidente que passou, da Presidente anterior, do outro Presidente e do Presidente que antecedeu. É sempre assim! E é essa a razão total, nós não fazemos outra coisa.

E eu falei da inversão de valores, porque eu estou começando a ver – pensando nesse servidor que é humilde – que está havendo, de novo, um estado policialesco, em que, ao invés de fiscalizar e proteger os cidadãos de bem que denunciam crimes de corrupção, eles estão sendo agora investigados, porque não podem dizer o que pensam. Como aconteceu com o Dr. Pedro ontem, que aqui teve que se recusar a responder uma pergunta do Senador Renan Calheiros, porque estava incomodado e preocupado com as filhas nas redes sociais. Não é possível vivermos neste País!

Eu não posso, terminando o meu mandato, pensar que os meus 20 anos de vida pública foram pra quase nada, pra eu ver um verdadeiro retrocesso na defesa das políticas públicas e na defesa das instituições democráticas!

Desculpem o desabafo, agradeço a oportunidade, mas aqui está falando alguém que sabe o que é poder estar fazendo, estar na vida pública e sofrendo, Deputado, todo tipo de sorte de pressão nas redes sociais também. Este País polarizado precisa ter fim! É preciso que os nossos irmãos brasileiros voltem a se abraçar. É preciso esquecer o discurso de ódio. É preciso, sim, que a CPI da Fake News faça alguma coisa pra que a gente investigue quem é, lá na fonte, aquele que cria, que mente, que calunia, que difama um homem público, uma mulher pública, um cidadão de bem, as pessoas de bem neste País. Enfim, há muito o que fazer.

Eu quero parabenizar V. Exa., Senador Omar Aziz, pela coragem, pela determinação e pela forma como conduz.

Senador Renan Calheiros, obrigada pelas palavras.

Peço desculpa aqui pelo desabafo que estou fazendo aos meus colegas, porque, ao invés de usar 20 minutos, eu acho que eu extrapolei até os 20.

Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senadora... Primeiro as mulheres.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro. Eu sou o primeiro a concordar e apoiar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero só dizer para o senhor... Parabenizá-lo, Presidente, porque, quando nós fizemos, aqui nesta Casa, um pedido, uma questão de ordem pedindo que facultasse às mulheres o direito de voz, V. Exa. não apenas permitiu como deu, inclusive, prioridade.

E hoje, em um dos dias mais altos que esta CPI teve até este presente momento – eu diria o dia mais alto –, a principal pergunta saiu de uma mulher. Essa é a demonstração do quanto as mulheres estão contribuindo para a história do Brasil e do quanto as mulheres estão contribuindo nesta CPI.

Parabéns, querida Simone! Você me representa e você representa todas as mulheres desta Casa.

Quero finalizar, Presidente... A gente viu que o Deputado demorou muito a fazer a confirmação do nome do seu colega Deputado da Câmara dos Deputados. Eu queria pedir a V. Exa. e perguntar ao Deputado, diante dessa resistência – ele chorou, inclusive, ele tem família que está, na verdade, em torno dele –, se ele requisitará um apoio a esta Comissão para que a sua integridade física possa ser assegurada, diante do choro que nós tivemos dele e da resistência que ele teve para que pudesse declinar o nome desse Parlamentar.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Para expor.) – Senadora, no ano de 2018, com uma vida muito confortável, tentando tocar os meus negócios que eu possuía nos Estados Unidos, um desejo ardia dentro de mim de tentar mudar, mas isso foi antes de... Eu fui, a minha vida foi muito boa, e um dia eu caí na besteira de querer falar sobre política nas minhas redes sociais, que só falavam de negócios, palestras, eventos. Quem lembra do tal do Luis Miranda USA não tem nada a ver com política, mas não tem jeito de a gente deixar de falar de política. Algumas vezes, minha esposa me pegou chorando em locais muito glamourosos na América e perguntou: "Mas por que você está chorando, meu bem?". Eu falei: "Por que o nosso povo brasileiro não pode ter isso? Olhe quanto a gente está gastando para passar essa noite maravilhosa". Sei lá, US$50, US$100, para quem ganha em dólar... Quem conhece um pouquinho lá sabe do que eu estou falando, não é nem a diária de uma empregada doméstica. E aquilo vai ardendo dentro de você. E a onda Bolsonaro – aquela onda assim: "agora chegou a hora de mudar", "nós vamos mudar tudo" – me fez escolher o lado da política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sofri muita *fake news*, porque, onde eu estava, o partido em que eu estava, em agosto, quando eu tomo a decisão em cima da hora, eu já estava há dez anos, já estava em uma coligação fechadinha: tinha a pessoa que iria ganhar com muitos votos, e tinha o segundo. Se eu entrasse, eu tomava essa vaga. Essa pessoa fez da minha vida um inferno com *fake news*, juntou com exatamente a base do Governo, porque a gente viajou para a China... Aqui a Soraya sabe o que a gente passou naquela época. E nós fomos humilhados de todas as formas que vocês pensarem. O que nós recebemos de ataque desse mesmo grupo por coisas que a gente nem sabia que estava fazendo, porque a gente foi visitar empresas de tecnologia... Disseram que a gente tinha ido lá para tudo, menos para o nosso principal propósito, que era conhecer o que tinha de bom lá fora para trazer para o nosso País, ideias, propósitos, conceitos e não ideologia, e não comunismo ou deixar de ser comunismo. Não tinha nada com isso! Nós sofremos muitos ataques, mas muitos ataques. E aquilo destruiu a minha vida de tal maneira que o tal do Terça Livre fez uma matéria onde entrevista um lavador de carros que nunca fez nenhum negócio comigo e dá voz para essa pessoa só para poder queimar meu nome, porque era um contratado desse suplente que queria me derrubar da minha vaga. Eu tomei a vaga da pessoa errada, um ex-diretor da polícia, um cara poderoso, que a auxiliar, a estagiária do escritório de advocacia dele era quem produzia todas as denúncias e todos os ataques à minha pessoa, uma máquina de destruir reputação. E chegou ao nível...

Por isso é que eu nunca processei a emissora Globo, apesar da minha decepção. Até a Globo foi pautada pela matéria do Terça Livre. Se você pegar o que passa no Fantástico, é a matéria exata da mentira – Terça Livre esse que hoje o STF confirma para o Brasil inteiro, hoje todos os estudos, todas as análises, que mais de 90% do que tem ali é *fake news*.

Acabaram com a minha reputação! Eu não respondo processo criminal. Eu não tenho nada a dizer assim: teve uma condenação criminal.

Mas eu sei o que vão fazer comigo, porque foi esse mesmo grupo que iniciou esse trabalho contra mim. E talvez esse *modus operandi* é para manter todos nós assim, com o rabinho entre as pernas, com o medo de botar a cabeça para fora e falar a verdade do que a gente sabe, porque muitos colegas meus que hoje estão na base estão decepcionados, pois o que a gente queria era mudar o Brasil, e o que nós estamos vendo é um Brasil cada vez mais aparelhado num conceito inaceitável.

Então, hoje, eu tirei, na verdade, um peso das minhas costas, eu tirei uma voz da garganta, o que eu tinha receio de fazer, porque eu já sei das minhas consequências. Daí a minha lágrima.

Mesmo sendo uma pessoa honesta, de uma família honesta, correta, destruíram os meus negócios. Meu Imposto de Renda... Meu contador, quando eu mal entrei no mandato, falou para mim: "Você já está com um prejuízo de mais de US$2 milhões. Você não vai conseguir pagar esses investidores. Como é que você vai fazer?". Eu falei assim: "Mas como eu estou com esse prejuízo?". Ele falou: "Não fatura mais, amigo. O pessoal está falando que você é bandido, que você é isso, que é aquilo. Não fatura mais. Suas empresas não vendem mais. Não aluga mais carro, não aluga mais apartamento, não aluga mais nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você vai quebrar". Eu falei assim: "Então, eu não...". "Declare a falência!" Eu falei: "Não vou declarar. Eu vou dar a volta por cima, vou conseguir vencer e não vou deixar essas pessoas desamparadas".

Mas a destruição de reputação não foi só do político, foi do empresário, foi do pai. Meu filho saiu da minha casa e foi embora, porque falou: "Você escolheu uma vida que destruiu a vida de todos nós". Está morando em Curitiba, o meu bebê foi embora, ele foi embora. Casou com a namoradinha, com a primeira namoradinha dele. Foi embora e falou assim: "Eu não quero viver este ambiente político, porque eu lembro da minha vida e lembro da vida em que você transformou a nossa".

E, se eu não for protegido por quem aqui quer mudar o Brasil, eu sei o que vai acontecer comigo. Já aconteceu uma vez, e ninguém se retratou, mesmo eu tendo uma vida ilibada, sendo uma pessoa honesta, nunca tendo tido nenhum voto de um desembargador ou de um ministro contra mim. Todas as minhas vitórias foram de zero!

Como pode passar por isso por querer a verdade, por querer o certo, por lutar por um Brasil de verdade? Olhem as pessoas passando fome! Olhem a inflação real agora! Estamos com uma inflação real de mais de 30%. Todo trabalhador, funcionário público está sendo achacado, massacrado! Parece que o funcionário público é o inimigo do Brasil, e o Presidente sabendo desses esquemas da saúde! É desesperador, é desesperador! Só que eu sei o que eu vou passar! Eu sei o que eu vou passar, e por isso a lágrima! Mas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deputado, a sua emoção, o seu choro superou o medo. O que importa é que a emoção é que prevaleceu. E V. Exa. vai ter a proteção do Senado Federal, desta Comissão, das pessoas de bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, pela ordem! Eu pedi antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É só para trazer uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Secretaria da Mesa... Nós encaminhamos um documento. Até então, o Deputado Luis Claudio Fernandes Miranda e o servidor público Luis Ricardo Fernandes Miranda não tinham feito depoimento à CPI, tinham dado uma entrevista numa rede de televisão. Então, eu estou pedindo ao Diretor da Polícia Federal proteção a eles e à família. Caso aconteça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma coisa sobre eles, o Diretor-Geral da Polícia Federal irá responder pela vida deles, porque, há três dias, nós encaminhamos um documento e até hoje não obtivemos resposta. Então, estou dizendo isso aqui publicamente, porque tem que parar o Governo de manter pessoas sob seu controle. Isso é aparelhamento de polícias, isso é aparelhamento de instituições, o que nós não podemos permitir! Então, Sr. Diretor da Polícia Federal, o ofício está na sua mão. E, a partir deste momento, é de responsabilidade do Senado Federal, desta CPI e, principalmente, da Polícia Federal que se dê garantia de vida a eles dois e às famílias deles.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para passar uma informação aqui que tem a ver com toda a nossa discussão.

Primeiro, minha solidariedade ao Deputado Luis Claudio e ao servidor Luis Ricardo. Ele disse que vem aqui, vai ficar calado e, se alguém aperreá-lo, ele vai se embora.

O Sr. Maximiano, da Precisa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele é convocado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas foi deferido o mandado de segurança?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, ainda não. Ele entrou com o pedido. Espero que não defiram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu recebi agora informação da Mesa de que, segundo a Polícia Federal, o Deputado tem que pedir proteção para a Polícia Legislativa da Câmara Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi pedido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não foi atendido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho. Deixa eu dar a informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Eu queria só requerer a V. Exa. o seguinte, que subsidiariamente, visto que a Polícia Federal até agora, três dias após essa Comissão Parlamentar de Inquérito, como o senhor acaba de informar, não respondeu os pedidos de proteção ao Deputado Federal Luis Claudio Fernandes Miranda, ao Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda, irmão do Deputado, de proteção a ele e à sua família, e como também não foi providenciado isso pela Polícia Legislativa da Câmara Federal, eu requeiro a V. Exa. que, através da Polícia Legislativa do Senado Federal, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sejam tomadas as providências de segurança à integridade física e à vida de ambos os depoentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria, em complementando aquele aparte rápido que fiz à Senadora Simone Tebet, enfatizar o seguinte, que para além de ter apresentando a emenda que autorizou a Covaxin a ser adquirida sem aprovação da Anvisa, sem aprovação ainda terminal, conclusiva, da Agência Sanitária da Índia, não é? O nome citado aqui, do Deputado Ricardo Barros, é o Líder do Governo. E os jornais recentes estão a afirmar que ele acabou de indicar uma dessas pessoas que estava no Ministério da Saúde para exercer um cargo de diretor na Anvisa. Pasmem! Pasmem!

Então, eu quero também cumprimentar o Deputado Luis Miranda, dizer que não tenha preocupação. Esta Comissão, através de cada um de nós, estará permanentemente à sua disposição, solidária, haja o que houver. A sua participação hoje, aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, foi uma participação histórica e, como tal, precisa ser respeitada pelo povo brasileiro. Essa Comissão até hoje era uma e, a partir de hoje, essa Comissão Parlamentar de Inquérito é uma investigação diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer um apelo ao meu querido amigo e Presidente da Câmara dos Deputados Federal, Senador Arthur Lira, a quem eu tive – aliás, Deputado Arthur Lira –, a quem eu tive o prazer de ter conhecido o pai dele, que foi colega nosso, Senador, uma pessoa muito boa, por quem eu tenho um carinho muito grande, e tenho certeza de que o Deputado Arthur Lira irá mandar providenciar imediatamente.

Em relação ao Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda, eu pedirei à Mesa que entre em contato. Acabei de receber um comunicado da Polícia Federal, Senador Randolfe, dizendo em relação a isso. Em relação a ele, nós temos que fazer um formulário, algumas coisas que são de proteção à testemunha, certo? Isso é coisa que nós temos que fazer pela Mesa. Então, eu pediria que fosse encaminhado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imediatamente isso. E os outros encaminhamentos falaremos do ponto de vista administrativo – administrativo!

E eu, Deputado, quero dizer que você hoje faz uma grande contribuição. A Senadora Simone Tebet foi feliz, V. Exa. pôde expor o que o senhor passou, que não é diferente de muitos de nós aqui. Eu estou sendo informado de que eu fui agredido agora por uma Deputada. Diferente do chefe dela, eu vou mandar música para ela em vez de agredi-la. Eu irei mandar uma música. Daqui a pouco, estará nas minhas redes sociais. E eu espero que ela goste da música, porque mulher a gente não ofende, a gente homenageia. E eu farei uma grande homenagem à Deputada em vez de ofendê-la. Ela me chamou de idiota, não sei o quê, não tem problema nenhum. Faz parte e as mulheres podem falar o que querem para os homens. Os homens têm que responder com carinho e amor, e é isso que nós vamos fazer para a Deputada com muito carinho, diferente do que ela está aprendendo ali ao lado de alguém que ofende e gosta de ofender mulheres. Eu não faço isso, eu não ofendo mulheres. Pelo contrário, desde o primeiro momento, abri um espaço para as mulheres do nosso Senado estarem aqui presentes e têm tido uma participação muito boa, muito boa. E não me arrependo um minuto de ter feito isso, de tê-las aqui nos ajudando até esta hora. Muitas têm filhos, marido e estão aqui, estão aqui com a gente trabalhando. E sei que a dificuldade da mulher de cuidar da família é muito maior do que a do homem. Por isso que eu agradeço a presença hoje, aqui, da nossa Líder Simone, da Eliziane, da nossa Senadora de Mato Grosso do Sul, Soraya, e, aqui no vídeo, sempre presente, mas muito presente, a Senadora Zenaide Maia, que muito nos honra com a sua presença também.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Presidente Omar, V. Exa. vai entrar para história das CPIs, porque, nas lutas das pautas femininas, nunca nada é nos dado de graça, sempre é na base de muita luta. Eu confesso que hoje eu estou emocionada, talvez por isso que eu vim mais pilhada. Ao voltar do toalete, a que eu tinha ido lá no meu gabinete, eu estava com a televisão ligada no Jornal Nacional e tinha acabado de ver como é diferente a postura de dois Presidentes, o da CPI e o da República. Ali ele tinha acabado de novo de atacar a jornalista Victoria Abel, que tem toda a nossa homenagem, todo o nosso respeito, da CBN. Olha, pasmem, o que disse ele? Que ela tinha que voltar à faculdade, depois ao ensino médio, à escola, ao jardim de infância e depois teria que nascer de novo, Sr. Presidente. Essa é a diferença.

E V. Exa. abriu um precedente, porque, na nossa luta, apesar de muito difícil, a gente depois não aceita mais recuar, não vai haver mais retrocesso. Todas as CPIs terão, daqui para frente – espero que não tenhamos mais CPIs –, a presença de uma mulher no Senado Federal, e nós deveremos muito isso a V. Exa. E V. Exa. sabe que a minha fala de hoje tem muito a ver com a conversa que, minutos antes, eu tive com V. Exa. E aqui eu repetindo alguém que já disse uma vez para outra autoridade: V. Exa. sabe o que eu estou dizendo.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu irei passar a palavra ao Senador Fabiano Contarato, do nosso querido Espírito Santo, e convido a Senadora Eliziane, que tem participado ativamente das reuniões e tal, para assumir aqui a Presidência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com muita honra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para fazer essa homenagem às mulheres hoje.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela é a oitava do G7, com o apoio da Bancada Feminina. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Subscrevo, subscrevo! E a senhora é a nona, Senadora Simone. (*Risos.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora é a nona – a senhora é a nona!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a Soraya está mais perto, todo dia aqui. Está muito presente a Soraya.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Fabiano, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – A Soraya é a nona, a Simone é a camisa dez, que acabou de marcar um golaço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, seremos presididos pela Eliziane com muita honra e muito orgulho, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada. Obrigada, Presidente Omar, por esta oportunidade de estar presidindo uma extraordinária Comissão, que é esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, seguiremos aqui aos convidados... Aos inscritos, melhor dizendo.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato, por até 15 minutos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente, com muita alegria que eu vejo V. Exa. nessa cadeira, em nome de quem eu saúdo todas as Senadoras e todas as mulheres, especialmente a Senadora Simone Tebet hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao Deputado Luis Claudio Miranda e ao servidor público. Enquanto nós estamos vendo movimento de tantos ataques aos servidores públicos, hoje isso é uma demonstração inequívoca do valor da estabilidade para um servidor público. Eu sou servidor público com muito orgulho, eu estou como Senador. Então, parabéns por sua coragem e conte com essa Casa, com essa Casa que representa o povo, com essa Casa que está de abraços abertos para acolher, para proteger, porque, quando a gente está com a verdade, nada muda essa verdade, Senador Renan.

Agora, uma coisa que tem que ser dita, e a população brasileira tem que ficar muito atenta: hoje está sacramentado que a permanência do Presidente da República, na cadeira no Palácio do Planalto, se torna insustentável. Eu acho que a Câmara dos Deputados tem que ter a hombridade, a responsabilidade de abrir um dos 130 pedidos de *impeachment* contra o Presidente da República, porque os ataques à Constituição Federal foram sistematizados; ele participou de movimentos antidemocráticos para fechar o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal; atacou a Ordem dos Advogados Brasil; criminaliza ONG; nega a ditadura e ovaciona torturador; em plena pandemia, vai contra as orientações da Organização Mundial da Saúde; nega a aquisição da Pfizer; exige autorização das agências reguladoras e faz esse acordo, acordo espúrio, com o aval do Líder do Governo na Câmara dos Deputados e que, agora, indica uma funcionária para a direção da Anvisa. Isso tudo é muito grave, porque tudo está correlacionado.

Então, eu não tenho dúvida de que todos os crimes elencados, tanto na Constituição Federal, como na Lei 1.079, de 1951, que trata dos crimes de responsabilidade, já estão mais do que evidenciados na prática desse Governo, que veio com um discurso da nova política, do combate à corrupção e que nós estamos vendo aqui. Onde já se viu? É normal? A base governista que aqui estava acha normal que a nota fiscal foi corrigida por três vezes, não se questionaram os valores ali, as quantidades vendidas, achando normal a empresa que recebeu o dinheiro – ou que poderia receber o dinheiro – ser uma *offshore* num paraíso fiscal e que não...?

Gente, olha, até nos contratos particulares, você tem o contratante e o contratado, tem que ter o CPF e a conta daquela pessoa que vai depositar. Imagina um contrato de US$45 milhões em que você não tem; você tem uma intermediária, sem autorização da agência reguladora! Ora, isso tudo com aval, com aquiescência. E é muito grave, porque, quando o Deputado pega o irmão dele, que ele não poderia... Aqui, eu vi de casa falando: "Ah, o servidor não reportou ao chefe". Como que ele ia reportar, se era por esses chefes que ele estava sendo pressionado? Então, ele teve acesso àquele que é o chefe do Estado brasileiro, aquele que detém o poder, o poder de determinar, acabar uma apuração, o afastamento imediato, o cancelamento, para, aí, sim, apurar a responsabilidade. E, aí, ele ficaria isento, mas, não; ele preferiu, na hora em que foi dito, falar o nome do Deputado, e ainda confirmar o comportamento inadequado, e falar que iria providenciar a apuração.

Eu queria saber – e, aí, eu faço uma sugestão –: poderia esta Comissão chamar o Diretor-Geral da Polícia Federal para saber em que momento ele foi procurado; se, em algum momento, ele foi procurado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Presidente da República, no dia 20 de março, para apurar essa irregularidade desse contrato, porque assim não foi?

Também eu quero destacar que o Onyx Lorenzoni acusou falsamente esse servidor que aqui está de ter apresentado documento falso, quando todos os documentos estavam no sistema do Ministério da Saúde. Isso tem que ser dito. Ele fala que ele atribuiu; veja, inverte! Como pode o Governo Federal utilizar do aparato estatal para ir contra um servidor que está denunciando uma irregularidade num contrato de US$45 milhões? É o inverso disso. Falou-se até que o servidor seria responsabilizado por crime de denunciação caluniosa, previsto no art. 339, quando jamais – jamais! – existe esse crime ali, nessa conduta, porque teria que se atribuir um fato, dar causa à infração de um fato definido como crime de que o sabe inocente. E ele, ao contrário, foi ao Presidente da República falar: "Olha, tem um contrato de 45 milhões que não tem a autorização da Anvisa, que tem uma empresa intermediária, que eu estou sendo pressionado". E o Presidente falar: "Já sei, só pode ser...". E aquilo ali fica por isso mesmo? Não!

Outra coisa que é muito grave – e aqui eu quero chamar atenção –, quando se fala que o valor destinado à compra dessas doses já está empenhado desde o dia 22 de fevereiro, impedindo, assim, a utilização desse recurso para outros fins, caracterizado claro prejuízo à administração. Claro, um dos princípios que rege os contratos administrativos e está expresso no art. 37 é a legalidade, é a eficiência – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência! Então, está aqui. Se, nesse contrato, as doses já estavam empenhadas desde o dia 22 de fevereiro, impedindo, assim, a utilização desse recurso para outros fins, caracterizado, claro, o prejuízo à administração, especialmente ao povo brasileiro, que tanto precisa da vacina no braço.

Embora, o Governo alegue que não gastou nada, lembro que o empenho da despesa é ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente. Isso está na Lei 4.320, de 1964, art. 58. Essa despesa foi empenhada no momento certo da negociação ou houve antecipação do processo? Essa despesa foi empenhada ou houve uma antecipação desse processo, a despesa do contrato?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – Ela foi empenhada, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Foi, não é?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Isso é um orçamento, não é?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – As demais vacinas também seguiram o mesmo procedimento? Obviamente que não, não é?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não sei, Senador; não tenho acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu quero também aqui deixar claro, Sr. Presidente, que o crime de corrupção ativa, que se fala no art. 333, é crime formal de mera conduta, ou seja, não precisa da obtenção da vantagem: basta oferecer ou prometer. Então, não vamos confundir: se você oferece ou promete, consumado está, independentemente de recebimento. E ali foi empenhado. Então, isso tem que ser dito a todo momento. Isto, para qualquer agente público e para o particular, o crime de corrupção passiva previsto no art. 317, com pena de reclusão de dois a doze anos e multa.

Então, eu acho, assim, que à permanência desse Presidente, nessas circunstâncias, esta CPI tem que dar uma resposta contundente. E para esses brasileiros que sempre estão defendendo o atual Presidente, que ataca, vilipendia a Constituição Federal, as instituições legalmente estabelecidas no nosso Estado democrático de direito, elas têm que ver, abrir os olhos. Com o depoimento hoje desse Deputado aqui, que é da base do Governo – que é da base do Governo! – e que foi contra os colegas do mesmo partido aqui querendo denegrir a imagem de um servidor público que, pelo manto da estabilidade e do compromisso para cumprir os princípios que regem a administração pública, dentre eles a legalidade, teve a coragem, a hombridade de denunciar todas essas irregularidades... E aquele, a quem nós almejávamos que tivéssemos um comportamento proativo de apuração dos fatos, que é o Presidente da República, nada fez, prevaricou, aquiesceu, e nós temos aí esse comportamento.

A permanência e... Eu acho que a convocação... O convite do Presidente... Do Líder do Governo aqui para esta Comissão, ele tem que ser imediato, para prestar esses esclarecimentos aqui.

Eu queria fazer também aqui uns questionamentos. Qual o embasamento legal para que o pagamento seja feito à Madison Biotech, com sede em Singapura, e não diretamente à fabricante indiana Bharat Biotech ou à Precisa Medicamentos? Tem embasamento legal para isso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – É área de pagamento...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não é? É porque não tem como: se você faz um contrato, você vai pagar a uma empresa intermediária? Obviamente, não.

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Normalmente à empresa à qual está o empenho, não é? Empenhado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

É comum em contratos de responsabilidade de V. Sa. que o nome da empresa que consta no contrato não ser a mesma que recebe recursos públicos do Governo Federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Tem que ser normalmente a mesma ou um representante legal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

O contrato assinado para compra de 20 milhões de doses da Covaxin previa a entrega de 8 milhões de doses em março, 8 milhões de doses em abril, 4 milhões de doses em maio. No entanto, nenhuma dose foi entregue. Qual foi o motivo para esse atraso?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Sem autorização da Anvisa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Sem autorização da Anvisa. Perfeito.

Há registros ou *e-mails* ou outros meios de comunicação de negociação do preço da Covaxin que chegou ao conhecimento do senhor?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Não, não é?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não é da minha área.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O preço adotado é compatível com o oferecido aos demais países? O senhor tem ideia?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não, não tenho.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O senhor Luis Carlos... Sr. Luis Carlos, por gentileza... Luiz Ricardo, o senhor conhece o Sr. Wellington Ferreira Gonçalves?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Ele é sócio de Francisco Maximiano na Global Gestão em Saúde e na Rompro Participações S.A. Eu gostaria de sugerir que a CPI inclua o Sr. Wellington nas quebras de sigilo e convoque para dar explicações sobre o seu papel nesse contexto, que eu acho que seria prudente.

E aqui também para deixar claro à população brasileira essa denúncia que foi feita pelo Deputado, querido, Alessandro Molon, teve um encaminhamento no Tribunal de Contas no dia 25 de março, e a proposta de encaminhamento eu vou ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – "Pergunto: se foi realizado algum gerenciamento de riscos associados ao Contrato 29?", isso o Tribunal de Contas está perguntando. "Se as investigações pretéritas contra a contratada e a sua sócia, a Global Gestão em Saúde, apontadas pelo representante, chegaram ao conhecimento do Ministério da Saúde e se foram consideradas na gestão de riscos da contratação? Em caso afirmativo, encaminhar a cópia da documentação correspondente".

Sra. Presidente, eu fico, assim... É um momento triste quando a gente tenta buscar para a nossa sociedade, para o nosso povo brasileiro, uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, um combate à corrupção é tudo aquilo que nós almejamos. Uma sociedade melhor. E hoje, aqui, esta CPI tem um outro momento. Já foi flagrantemente provado que esse Presidente difundiu a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica. Já foi provado que ele também é contra a utilização de máscara, distanciamento social, ele é contra a vacina, mas difunde essa utilização de ivermectina, hidroxicloroquina, azitromicina. Esse Presidente também, aqui está comprovado, recusou a aquisição da Pfizer inúmeras vezes. E agora, aqui, hoje, está comprovado que o Líder do Governo também, na Câmara, teve, com a chancela do Presidente da República, esse movimento um tanto quanto irregular nesse contrato da Covaxin. Eu acho que tudo isso é motivo suficiente, e espero que esta CPI dê uma resposta à população brasileira, apurando, responsabilizando, de forma isenta, imparcial, doa a quem doer, para que quem, de qualquer forma, tenha concorrido para o agravamento da pandemia seja responsabilizado, seja por dolo, seja por ação, seja por omissão.

Eu agradeço e, mais uma vez, quero parabenizar a coragem do Deputado de vir a esta Comissão declarar nomes e falar efetivamente tudo o que aconteceu. Em nome do Luiz Ricardo, eu quero saudar todos os funcionários públicos e falar que, efetivamente, neste momento em que nós já vivemos tantos retrocessos para os trabalhadores no Brasil – reforma trabalhista, em 2017, reforma da previdência, agora vem reforma administrativa, querendo mais uma vez atacar os funcionários públicos... Quando eu vejo pessoas, que tem funcionário público com estabilidade, com a coragem, com a integridade de vir a uma Comissão, de ir ao Presidente da República e apontar onde está, mesmo contrário, com a pressão dos seus superiores, eu falo que vale a pena, sim, lutar por um Brasil melhor, por uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais fraterna.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora passar a palavra aqui, pelo remoto, à Senadora Zenaide Maia, mas, antes, eu queria fazer aqui uma pergunta ao Ricardo: a Covaxin foi a única vacina cuja negociação teve uma intermediária, que foi, no caso, a Precisa, ou alguma outra teve algum outro intermediário?

O SR. LUIS RICARDO FERNANDES MIRANDA (Para expor.) – A Sputnik tem a União Química.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Apenas as duas, não é?

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, pelo sistema remoto, por até 15 minutos, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar a nossa colega Senadora que está presidindo, Eliziane, e, em nome dela, cumprimentar a Simone Tebet e todos os Senadores e os nossos convidados.

Eu diria o seguinte, seguindo o raciocínio da nossa amiga Simone Tebet: só o fato de o Presidente optar por uma vacina cujo desenvolvimento é igual ao da CoronaVac, ou seja, com vírus inativado, e insistir na compra de uma vacina, a Covaxin, que nem aprovada pela Anvisa estava... Gente, não tem explicação. Isso é um fato.

Outra coisa: eu quero dizer aqui ao servidor público Luis Ricardo Fernandes Miranda que você viu que... É como se eu fizesse um contrato para alguém com uma empresa e pagasse a outra. Eu já fui Secretária de Saúde. Não é assim que as coisas funcionam. E a gente sabe que nesse período o próprio Instituto Butantan... Eu queria aqui lembrar Omar Aziz e o nosso Relator Renan, lembrar que o Instituto Butantan ofereceu mais 30 milhões de doses da CoronaVac, ou seja, já aprovada pela Anvisa. E por que a preferência de comprar uma vacina de um preço maior e que não estava nem autorizada pela Anvisa? E que eu digo o seguinte: aqui são fatos. Não tem... É indefensável.

Eu estava olhando que, enquanto a gente está aqui, praticamente há nove horas, morreram quase 800 brasileiros e brasileiras de Covid. É por isso que eu quero parabenizar aqui esta CPI. Quero parabenizar aqui Omar Aziz, o nosso Relator e todos que compõem. Isso aqui não quer dizer que é de esquerda e de direita, não. O povo ouvia falar que o Governo incentivava uma imunidade de rebanho. Claro! Ele veio aqui ontem, no meu Estado. Vergonhoso! Ele tirou a máscara de um bebê de menos de três anos. Porque, apesar de o pai ser adepto do Jair Bolsonaro, mas mesmo assim ele levou o filho com máscara. E ele fez questão de tirar. Então, é uma defesa da morte, sim. É uma defesa da morte. Então, esta CPI já conseguiu mostrar que o Governo usou dinheiro público para comprar medicamentos sem eficácia terapêutica e quer obrigar... Eu imagino a pressão para botar na bula da ivermectina, da hidroxicloroquina que serve para o coronavírus. Desde o início que desincentiva as vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, gente, eu quero chamar a atenção aqui do Brasil e dos Senadores que estão aí: essa reforma administrativa, que tira a estabilidade dos servidores públicos; que eles passam a ser servidores do governo atual, e não do Estado... Essa pandemia veio mostrar isso. Está aqui Luis Ricardo: se ele não fosse um servidor efetivo, é claro que ele já teria sido demitido. Não tenha dúvida disso, gente! Não venha dizer que essa reforma administrativa... Eu estou dizendo porque isso tem tudo a ver. Quando se fala em desmerecer o serviço público, você está tirando das pessoas... Por exemplo, os trabalhadores da saúde. E nós temos outro exemplo: está aí o policial federal que denunciou o Ministro Salles e mostrou a quantidade de árvores derrubadas, e que se não fossem os Estados Unidos não aceitar a madeira porque era ilegal, ele ainda estaria no cargo? Foi transferido. Não é demitido porque não pode.

Mas quero dizer o seguinte: a CPI está de parabéns! Não adianta ficar dizendo que a CPI é isso ou aquilo. A CPI deu visibilidade – como a gente diz aqui: deu nome aos bois. Quem é o responsável pela maioria das mortes que seriam evitáveis comprovadamente? Eu vinha dizendo isso, mas gostei ontem porque o Pedro Hallal falou isso claramente. A maioria não teria morrido. Então, esta CPI mostrou à população brasileira que realmente não se tem nenhum respeito, da parte do Governo Federal, do Presidente da República, pelas vítimas desta Covid-19.

E quero dizer mais: a gente aqui fala todo dia. Eu quero aqui também agradecer a Omar Aziz, a Renan Calheiros, por deixarem esta representatividade feminina. Nós somos poucas, mas somos combatentes. Está aí a Simone Tebet, que tem um conhecimento jurídico grande. E a gente está aqui.

Eu não tenho mais o que perguntar a eles, porque foi provado aqui... O Luis Claudio Fernandes, o Deputado, colega Parlamentar, mostrou aí... E o raciocínio chegou justamente em quem o Governo transforma em refém. Então, Eliziane, todos os colegas e Brasil, se não fosse esta CPI, ia passar esse povo todo, esses óbitos todos. Há 45 mil órfãos neste País, já tem 45 mil órfãos! E um servidor público que quer mostrar... Imagine a fidelidade do Deputado Luis Claudio! Porque ele podia ter só denunciado, Senador Renan, mas ele, devido ter amizade com o Presidente da República, é o normal, o cara foi lá e mostrou, porque o irmão é um servidor público que merece respeito e viu que estava errado. E, mesmo assim, o Governo se volta contra o servidor.

Mas quero dizer o seguinte: nós não vamos recuar, porque são mais de 511 mil óbitos pela Covid, milhares de óbitos pela fome, e a gente aqui lutando. Estamos mostrando, e tem que ser punido... Tem que ser punido, gente! Com é que alguém pode fazer isso tudo contra uma população e não dar em nada? E, se não fosse esta CPI, não estaria apurado nada. Ia ficar naquela história que era fulano, era política de idealista, não sei o quê.

O ideal pra gente... Primeiro, eu quero dizer ao povo brasileiro que acabe com essa história de politizar. Todas as decisões são políticas, gente. Quem definiu que queria imunidade de rebanho mesmo que morressem milhares de brasileiros e brasileiras foi o Presidente da República, e isso foi uma decisão política. E, quem atrapalhar, ele atropela – ele atropela sim! Estão aí os dois Ministros que não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renderam... Ele tirou o Mandetta, o Teich. Eles saíram e, agora, o Pazuello também. Eu tenho uma preocupação muito grande com o Ministro atual, porque vai fazer a mesma coisa: nunca vai querer ser o culpado. Mas a gente sabe quem é o culpado por isso tudo. Isso tem nome – tem nome e não tem conivência da gente aqui!

Então, eu quero parabenizar Luis Claudio pela coragem de não ceder – eu sou servidora pública, Luis Claudio, do Ministério da Saúde –, de mostrar o erro e ter a coragem e a lealdade de não ir e já denunciar, mas levar a quem seu irmão considerava como uma pessoa séria, porque ganhou se autointitulando guardião da ética e da moral. Foi assim que o Presidente foi eleito: vestiu o paletó e disse que era o guardião da ética e da moral!

Não vou fazer mais pergunta, porque tudo já foi desvendado aí. O que faltava era saber quem era que pressionava, nós já sabemos quem é o Deputado.

E agora vamos batalhar! Vamos em frente, Omar! Vamos em frente, Renan e todos que fazem esta CPI! O Brasil merece essa explicação! Ninguém vai deitar em berço esplêndido aqui com mais de 0,5 milhão de óbitos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Zenaide.

Como última inscrita, Senadora Zenaide, eu quero aqui agradecer ao Deputado Luis Miranda. E ao nosso servidor que Deus possa abençoá-lo, que Deus possa... Quero agradecer a você por ter viajado horas dos Estados Unidos hoje... Para quem não sabe, o servidor Luis Ricardo Fernandes Miranda esteve nos Estados Unidos, viajou a noite toda, desembarcou em São Paulo com 3 milhões de vacinas doadas pelos Estados Unidos para o Brasil – ele foi para que fosse desembaraçada a importação. Ele pegou um avião, pousou em Brasília e não foi nem em casa, diretamente veio a esta CPI contribuir para o Brasil. Nós somos devedores do seu trabalho, da sua posição. Espero que as pessoas possam reconhecer a sua ajuda a milhões de brasileiros em relação à vacina.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos, agradecer a Deus por este dia e encerrar esta sessão convocando os Srs. e Sras. Senadoras para a próxima sessão na terça-feira, dia 29, em que iremos ouvir o Relator da CPI, que esteve no Estado do Amazonas. Espero que nós possamos estar aqui.

Eu quero dizer que ainda tenho... Cadê o documento? (*Pausa.*)

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 26ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sessão está encerrada.

Agradeço ao Deputado, agradeço ao servidor.

Que Deus possa abençoar o Brasil!

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Humberto Costa e Rogério Carvalho, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Daniella Ribeiro, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Telmário Mota, Giordano, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 293 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Rogério Rosso, diretor de negócios internacionais da União Química." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 311 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Rogério Rosso." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 349 de 2021** que : "Requer a convocação de Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 531 de 2021** que : "Convoca Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 532 de 2021** que : "Convoca Emanuela Medrades, diretora técnica da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 731 de 2021** que : "Convoca o médico Antonio Jordão de Oliveira Neto para prestar depoimento em conjunto com Paolo Zanotto." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 938 de 2021** que : "Convoca Antônio José Barreto de Araújo Júnior, ex-secretário-executivo do Ministério da Cidadania." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 945 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. MARCELO BENTO PIRES, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 964 de 2021** que : "Requer a convocação da Sra. Regina Célia Silva Oliveira." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 988 de 2021** que : "Requer seja convocada a Sra. Regina Célia Silva Oliveira para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 965 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Roberto Ferreira Dias, Diretor do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 976 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Ricardo Barros, deputado federal e líder do Governo na Câmara dos Deputados, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 979 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Roberto Ferreira Dias, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 982 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Thiago Fernandes da Costa, servidor do Ministério da Saúde e um dos gestores que atuou no contrato celebrado entre a União e a Bharat Biotech Limited International, representada pela empresa brasileira PRECISA MEDICAMENTOS, para fornecimento de 20 milhões de doses da vacina Covaxim, para prestar depoimento como testemunha perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 984 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Rodrigo de Lima, funcionário terceirizado lotado no Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 985 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Danilo Berndt Trento para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 986 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Emanuel Catori, um dos sócios da Belcher Farmacêutica, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 994 de 2021** que : "Requer a convocação do Exmo. Sr. André Aranha Corrêa do Lago, Embaixador do Brasil em Nova Delhi, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 611 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Cefa-3 e Lled Soluções." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 621 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Cefa-3 e Lled Soluções." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 612 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de LENEIR DOS SANTOS OLIVEIRA, bem como do sigilo bancário e fiscal da empresa da qual é sócio, S P SERVICOS E LOCACAO LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 613 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de JEAN DOS SANTOS OLIVEIRA, bem como do sigilo bancário e fiscal da empresa por ele administrada, S P SERVICOS E LOCACAO LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 614 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 615 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de GEORGE DA SILVA DIVERIO." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 617 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de CELSO FERNANDES DE MATTOS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 618 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de FÁBIO REZENDE TONASSI." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 619 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Leneir Oliveira."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 620 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de JEAN DOS SANTOS OLIVEIRA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 734 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcos Eraldo Arnoud." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 759 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Emanuela Medrades." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 830 de 2021** que : "Requer informações ao Ministério da Economia" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 861 de 2021** que : "Requer informações ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe: 1. Inteiro teor do processo de auditoria especial do contrato emergencial firmado pela Prefeitura de Aracaju para administrar e suprir a escala de médicos da Unidade de Pronto Atendimento Nestor Piva. 2. Relatório preliminar da referida auditoria." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 936 de 2021** que : "Reque informações sobre solicitações à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Única de Saúde (CONITEC) acerca de incorporação de tecnologias ou elaboração de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas relativas ao tratamento para COVID-19" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 942 de 2021** que : "Requer informação ao Ministério da Saúde para que decline todos os detalhes acerca da comunicação da Pasta com a empresa Madison Biotech PTE. Ltd (discriminando os envolvidos nas negociações), da frequência dos contatos, da justificativa para potencial assinatura de documento acerca de pagamento antecipado pela entrega de doses em quantitativo sensivelmente menor que o estipulado, dos contratos entabulados com a Precisa Medicamentos, Bharat Biotech e Madison Biotech PTE. Ltd" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 951 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente Executivo da Unimed Fortaleza, Elias Leite, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 953 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente Executivo da Hapvida Participações e Investimentos S.A., Jorge Pinheiro Koren de Lima, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 954 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde LTDA, Fernando Parrilo, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 957 de 2021** que : "Requisita da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados as informações referentes à tramitação da Medida Provisória nº 1.015." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 959 de 2021** que : "Requisita informações do Ministério da Saúde: a) todos os documentos relacionados à licença de importação solicitada pelo Ministério da Saúde à ANVISA, inclusive comunicações entre o Ministério, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANVISA e a empresa Precisa Medicamentos; b) todos os documentos e a íntegra dos processos administrativos em que figurem referidos órgãos e empresa e; c) a íntegra dos processos administrativos em que a Madison Biotech é mencionada." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 966 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE MINAS, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 967 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico FOLHA DE SÃO PAULO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 968 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico JORNAL DO COMMERCIO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 969 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico JORNAL DO CORREIO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 970 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE PERNAMBUCO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 971 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE SÃO PAULO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 972 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O GLOBO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 973 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico ZERO HORA, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 980 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pelo Ministério da Saúde a respeito de todos os detalhes das negociações para aquisição da vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino, por intermediação da Belcher Farmacêutica, incluindo todas as comunicações realizadas, minutas de contratos e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 981 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pela Belcher Farmacêutica, com detalhes acerca das negociações para venda da vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino, incluindo todas as comunicações realizadas, minutas de contratos e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 50 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 983 de 2021 que : "Requer sejam solicitadas à ANVISA informações a respeito dos procedimentos administrativos relacionados à vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino, por intermediação da Belcher Farmacêutica, incluindo todas as comunicações realizadas e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 991 de 2021** que : "Requer, com fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição Federal e no artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam requisitados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informações e documentos em formato eletrônico sobre a autorização para uso da vacina Convidecia, do laboratório CanSino." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 992 de 2021** que : "Requer, com fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição Federal e no artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam requisitados ao Ministério da Saúde informações e documentos em formato eletrônico sobre negociação realizada pelo mencionado Ministério para a aquisição de testes para detecção de covid-19 e a compra de 60 milhões de doses da vacina Convidecia, do laboratório CanSino, com intermediação do Laboratório Belcher." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 993 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o bloqueio de informações do servidor Luis Ricardo Miranda." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 713 de 2021** que : "Requer à CGU a disponibilização dos dados de investigação acerca de recursos federais repassados ao Estado de Sergipe para fins de combate à pandemia" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 929 de 2021** que : "Requer à Polícia Federal o detalhamento acerca da Operação Transparência, realizada na manhã do dia 22 de junho do corrente ano, para investigação de potenciais irregularidades em contratações com dispensa de licitação promovidas pela Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe e financiadas com verbas federais, disponibilizando-se a esta Comissão os indícios em que se amparou a Operação, detalhando-se igualmente os agentes públicos e privados envolvidos, bem como o montante de recursos públicos. empregados" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 939 de 2021** que : "Requer que sejam solicitadas à Procuradoria Regional da República no Distrito Federal cópias de todos os procedimentos e inquéritos, civis ou criminais, onde constem como interessados ALEX LIAL MARINHO e/ou a empresa PRECISA MEDICAMENTOS e cujo objeto tenha qualquer relação com a aquisição, pela Administração Pública Federal, da vacina denominada COVAXIN." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 956 de 2021** que : "Requer a notificação do Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria-Geral da República, para que forneça a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a relação de procedimentos e processos instaurados, sob quaisquer títulos, em desfavor do Senhor RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS, Deputado Federal, bem como as respectivas cópias integrais dos autos eventualmente existentes." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 974 de 2021** que : "Requer a determinação de apresentação de relatório contendo análise fiscal com base em todas as informações disponíveis nas bases de dados da Receita Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 975 de 2021** que : "Requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU), em caráter de urgência, a realização auditoria no Contrato nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

316/2020 (Processo nº 25000.002337/2020-34), firmado entre o Ministério da Saúde, por meio do DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE – DLOG, com a PRECISA - COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 03.394.819/0001-79)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 998 de 2021** que : "Requer informações relativas ao acesso a sistemas pelo servidor" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 999 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Marcelo Batista Costa." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Fausto Vieira dos Santos Junior, em atendimento ao requerimento 859/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/29

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à apreciação do requerimento que não será apreciado hoje – o requerimento será apreciado só amanhã – e ao depoimento do Deputado Estadual do Amazonas Fausto Vieira dos Santos Junior, em atendimento ao requerimento do Senador Marcos Rogério.

A presença do Deputado Fausto Junior se dá aqui... E o escopo da CPI é muito claro em relação às primeiras investigações, que é em relação à omissão do Governo e aos fatos decorrentes no Estado do Amazonas – cita literalmente o Estado do Amazonas – pelos problemas que nós tivemos tanto na primeira onda, como na segunda onda da pandemia. E o Deputado Fausto Junior foi o Relator da CPI que investigou, do ano de 2011 até 2020, a saúde no Estado do Amazonas.

Coincidentemente, em 2011, eu era Governador; em 2012, eu era Governador; e em 2013. Saí do Governo em março de 2014.

Eu pergunto ao Relator se ele tem alguma coisa a falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sobre, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre nada. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, Presidente, me permita um "pela ordem", me permita um "pela ordem".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nada, nada... Então, nada, nada. (*Risos.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É um peixe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, me permita aqui um "pela ordem", para, primeiro, cumprimentar V. Exa. e dizer que, ainda há pouco, conversávamos, e V. Exa. me apresentava as razões necessárias para que seja apresentado o requerimento de prorrogação de CPI.

E eu quero aqui comunicar que não apenas como Senador, mas como Líder do MDB, estou, neste momento, apostando a minha assinatura de apoiamento à prorrogação da CPI.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar hoje algo que está acontecendo, neste momento, na Agência Nacional de Energia Elétrica. Veja, Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, pelo fato de o Governo não ter ligado as térmicas três, quatro meses atrás, nós estamos diante, hoje, de uma decisão da Aneel que penalizará, com um pênalti adicional na bandeira vermelha, todos os brasileiros. Acabei de dizer a técnicos da Aneel que isso é um absurdo, que o Governo deveria, através da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONS, através da EPE, tomar as suas providências, e não penalizar o povo com um pênalti adicional, para que o povo, com medo do preço da energia elétrica, não consuma energia para não haver racionamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, não lhe interrompendo, mas... Para quem está nos vendo, o que é pênalti adicional?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É o seguinte: se a bandeira vermelha, que já era para ser ligada em momentos críticos, custaria nove, estão querendo cobrar onze, e esses onze são para pagar pela negligência de não terem ligado as térmicas três, quatro meses atrás, para que nós pudéssemos ter um planejamento nos reservatórios de água, portanto, energia suficiente.

Eu quero aqui fazer esse alerta, porque, mais tarde, falaremos sobre isso na sessão deliberativa do Senado, mas esse é um caso grave, crítico, que pressionará a inflação para cima e prejudicará milhões de brasileiros.

Por fim, Sr. Presidente, o meu pela ordem é para saudar o Deputado Fausto, Deputado do Estado do Amazonas, Deputado do MDB, Relator da CPI da Assembleia Legislativa que tratou da questão do Covid. Todos nós, aqui nesta Comissão, Sr. Presidente, ficamos, como o resto do Brasil, penalizados com aquilo a que assistimos no Amazonas. Lamentavelmente, o nosso Governador não nos deu a oportunidade de vir à CPI responder aos amazonenses e aos brasileiros o que levou à falta de oxigênio no Amazonas, o que levou à compra de ventiladores em lojas de vinho no Amazonas e o que o levou a, mesmo tendo dinheiro, não aplicar esses recursos para salvar vidas. Mas, hoje, esperamos que, com a presença do Relator da CPI, nós tenhamos mais informações e que fique cada vez mais claro que, no Amazonas, nós vivemos, meu querido Presidente Omar, uma tragédia pela falta de competência, pela inépcia e pela irresponsabilidade daqueles que nos governam, além, obviamente, de pelos equívocos, negacionismo e tantas coisas que nós temos visto de crimes contra a saúde pública praticados pelo Ministério da Saúde.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, a CPI convocou o Governador do Estado do Amazonas e, por uma decisão da Justiça, que nós respeitamos, mas recorremos da decisão...

Esta CPI recorreu da decisão, e a gente aguarda uma decisão sobre o que nós recorremos, para ter a presença aqui do Governador do Amazonas, para que ele possa esclarecer fatos decorrentes do que aconteceu no Estado do Amazonas.

É importante ressaltar que a presença dele, aqui, seria uma oportunidade única que ele teria na vida, para explicar o que realmente se passou, e não ficar protegendo pessoas que levaram programas, lá, do Governo Federal que, em vez de ajudar, mataram amazonenses, como o TraTecov, o tratamento precoce e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras coisas mais, em vez de terem colocado oxigênio e terem realmente se mobilizado, Governo Estadual e Federal, para trazer oxigênio para o Estado do Amazonas.

Eu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, quero saudar a todos vocês que estão iniciando, aqui, mais uma semana. Que sejamos serenos, iluminados, para buscar a verdade, toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade!

Queria fazer referência ao que o senhor acabou de dizer; eu acho que isso transcende quem seja contra ou a favor de Governo. O senhor repete, sempre, aqui nesta CPI, algo sobre o que eu tenho que fazer um esclarecimento, porque essa narrativa é algo em que a gente tem que ter serenidade, no momento em que os nervos estão tão a flor da pele, que é dizendo que tratamento precoce mata gente. Então, isso eu acredito que não é uma verdade; pelo menos, os médicos que estiveram aqui, cientistas, especialistas disseram uma outra coisa, trouxeram dados. Infelizmente, uma boa parte dos Senadores que sempre participam da sessão deram as costas e sequer ouviram. Então, eu acho que não podem, de maneira nenhuma, fazer um prejulgamento sobre isso se nem sequer ouviram os especialistas. Eu digo: isso transcende ser contra, a favor de Governo.

Eu queria só lhe pedir – eu sei que o senhor já retirou da pauta, passou para amanhã os requerimentos que estavam previstos para hoje –; então, eu queria só pedir ao senhor para que a gente, amanhã, porque há uma expectativa enorme... Eu estive no Rio Grande do Sul, na terra do Senador Heinze, esse final de semana, e conversei com o ex-Senador Pedro Simon, uma reserva moral deste País, para ouvir, num momento tão delicado, Senador Marcos Rogério, que a gente vive na Nação, para ouvir conselhos, procurar ter uma linha. E eu acho que a expectativa de todos os brasileiros é de que a gente possa rastrear corrupção, seja no Governo Federal, seja nos Estados, seja nos Municípios, porque dinheiro não faltou para nenhum deles, mas sobraram – pelo menos, a Polícia Federal já definiu – escândalos, especialmente nos Estados e Municípios.

Então, sobre o Consórcio Nordeste – que é algo que vai do Oiapoque ao Chuí; hoje em dia, não é uma coisa só mais do Nordeste –, o povo brasileiro, gaúcho, nas ruas, me perguntou se isso ia ser votado. E eu disse que vai, que o senhor tinha se comprometido e que, amanhã, nós vamos votar a vinda ou não do ex-Chefe da Casa Civil Bruno Dauster, que foi exonerado por causa desse escândalo; e também da dona da empresa Hempcare, que é Cristina Prestes, que recebeu o dinheiro do Consórcio Nordeste, e não comprou, não entregou os respiradores, foram quase R$50 milhões. E a gente gostaria muito que, amanhã, a gente pudesse realmente votar isso aí. E todo o empenho, todos os discursos dos Senadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, na semana passada, contra a corrupção, que são válidos – totalmente válidos! –, que a gente tenha também, por coerência, para buscar, em Estados e Municípios, que eu acho que é importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só... Nós recebemos... Eu recebi, o Relator também recebeu um documento do Sr. José Alves Filho. Ele pede pra que o nome dele seja trocado pelo Sr. Jailton Batista. Ele não é a pessoa que gerencia, e quem tem o conhecimento sobre a Apsen é o Sr. Jailton Batista. Ele faz alegações aqui; é importante a gente ter informações sobre a Apsen. E eu vou, amanhã, colocar em votação esse requerimento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – O que é a Apsen, Sr. Presidente, só por favor. Apsen.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Apsen produz medicamentos. É um laboratório que produz...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não é a Vitamedic?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, é Vitamedic. Vitamedic. É Vitamedic. Aliás, não é Apsen; é Vitamedic. Desculpa. É Vitamedic Indústria Farmacêutica Ltda., fabricante do fármaco "ivermecticina".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ivermectina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ivermectina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Posso dar uma opinião aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que amanhã a gente discute isso, Senador Humberto, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só recebi e tenho que comunicar, até porque quem aprovou o nome dele foi a Comissão, e eu não tenho poderes de monocraticamente tomar uma decisão dessas. Quem tem que tomar é o Colegiado aqui, da CPI. Por isso que eu estou falando que eu estou colocando esse requerimento para ser votado amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Qual é o objeto do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o Sr. José Alves filho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ele pede o quê, no requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que ele não tem o conhecimento de todos os trâmites, porque ele não é o presidente da empresa; ele é o... Eu acho que ele é do conselho, presidente do conselho, alguma coisa... E quem gerencia, quem realmente toca é uma outra pessoa, que ele dá o nome aqui. Por isso, aí é uma determinação de V. Exas., porque se trouxer uma pessoa aqui pra dizer: "Não, tem que consultar fulano, consultar sicrano...". Essa é uma decisão que V. Exas. vão tomar amanhã.

Senador, pode passar isso à Mesa, para a gente colocar isso em votação amanhã, por favor?

Deputado Fausto Junior, como é de costume, V. Exa. está aqui como testemunha. Então, eu vou pedir para que V. Exa. responda aqui o juramento que é feito aqui.

V. Exa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Exa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. Se assim V. Exa. quiser, V. Exa. teria 15 minutos pra expor as suas primeiras palavras aqui, nesta CPI.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Agradeço, Sr. Presidente. Um bom dia a todas e a todos.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz; o Exmo. Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, que ainda não está; Exmo. Sr. Relator Renan Calheiros; Exmo. Sr. Senador Marcos Rogério, autor do requerimento de convocação; demais Senadores e Senadoras, membros, suplentes e presentes no dia de hoje.

Antes de mais nada, quero prestar minha solidariedade a todas as vítimas da Covid-19 e também registrar o meu agradecimento aos verdadeiros heróis: todos os profissionais da saúde que estão envolvidos direta ou indiretamente no combate à pandemia. A essas pessoas quero citar um trecho do Salmo 30, versículo 5, que diz: "No seu favor está a vida. O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã". Tenho fé em Deus e tenho a certeza de que vamos vencer essa pandemia através da vacina, através do uso de máscara, através do distanciamento social e do álcool em gel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reiterar o meu compromisso em contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado para esclarecer todos os fatos investigados na CPI da Saúde instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, da qual fui Relator.

Meu nome é Fausto Vieira dos Santos Junior, tenho 28 anos, sou o Deputado Estadual mais jovem do Parlamento estadual, eleito por unanimidade como Relator da denominada CPI da Saúde do Amazonas, ocorrida entre os dias 26 de maio de 2020 e 29 de setembro de 2020, na Assembleia Legislativa do Amazonas.

Srs. Senadores, como é de conhecimento dos senhores, fomos o epicentro da primeira onda no Brasil, e, diante do crescimento exponencial do vírus no Amazonas, viramos destaque nacional e mundial. Vivemos cenas de terror, sofremos com a falta de leitos e equipamentos, tais como respiradores e EPIs, tivemos corpos amontoados em câmaras frigoríficas e vivenciamos enterros coletivos. Não tenham dúvida, Srs. Senadores, de que esse foi um dos momentos mais difíceis da história do Amazonas. Mas é preciso ficar claro que a CPI da Saúde no Amazonas não nasceu apenas por conta da pandemia do novo coronavírus: já existia um gravíssimo problema na saúde pública do meu Estado, vindo de muitos anos e herdado de gestões passadas. A pandemia foi apenas um estopim dessa bomba-relógio.

É preciso ressaltar que essa foi a primeira CPI da história do Amazonas que investigou a saúde.

A CPI do Amazonas teve como principal linha de investigação irregularidades em contratos da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas no período de 2011 a 2020. A presente CPI da Saúde no Amazonas teve como finalidade precípua o combate à corrupção, apurando fatos, e com foco na análise dos contratos firmados perante a administração pública. A investigação se aprofundou em como os recursos públicos eram gastos, se os serviços eram prestados de forma adequada e apontando os caminhos para solucionar as problemáticas.

Mesmo com curto prazo de duração de 120 dias, de acordo com o art. 52 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do extenso lapso temporal que veio a ser o objeto das investigações, nesse caso de 2011 a 2020, a CPI conseguiu identificar uma série de irregularidades estarrecedoras cometidas em diversas gestões governamentais e também durante a pandemia da Covid-19 no Estado do Amazonas, encaminhando o relatório final, com tudo que foi apurado, para a Polícia Federal, para o Ministério Público do Estado do Amazonas, para o Ministério Público Federal, para o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e para o Tribunal de Contas da União.

Durante os quatro meses de intenso trabalho e dedicação, a CPI da Saúde no Amazonas identificou, em mais de 40 reuniões ordinárias e 41 oitivas, onde colhemos depoimentos de secretários de Estado, empresários, servidores públicos e possíveis lobistas, R$1,5 bilhão de pagamentos indenizatórios na saúde, detectados com indícios de corrupção no período de 2011 a 2020, e, deste valor, R$407 milhões em pagamentos indenizatórios detectados com esses indícios de corrupção tão somente no atual Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até a conclusão da CPI. Ao todo, foram 271 ofícios expedidos, 149 empresas investigadas, 104 requerimentos apresentados e 92 memorandos.

Encaminhamos um total de nove recomendações, sendo cinco recomendações à Secretaria de Saúde do Amazonas, cabendo destacar uma delas, que ocorreu no dia 5 de junho de 2020, ao então Secretário interino à época, Marcellus Campêlo, em que foi recomendada a suspensão dos contratos indenizatórios; uma ao Governador do Estado, Wilson Lima, recomendando a exoneração dos servidores envolvidos na compra dos respiradores superfaturados; uma recomendação ao TCE e uma recomendação ao Ministério Público do Estado, ambas no sentido de requerer uma investigação mais aprofundada dos atos praticados por secretários de saúde no período de 2011 a 2020; e uma recomendação à Central de Medicamentos do Amazonas.

Efetuamos cinco inspeções técnicas, duas no Hospital de Campanha Nilton Lins, uma na Secretaria de Saúde do Amazonas, uma no Hospital Delphina Aziz e uma no Hospital Francisca Mendes. Detectamos mais de 17 crimes, entre eles, peculato, fraude em licitação, organização criminosa, lavagem de dinheiro, ocultação de bens, violação do sigilo de proposta de concorrência, inserção de dados falsos em sistema de informações, dispensa indevida de licitação, frustração do caráter competitivo da licitação, advocacia administrativa, falsidade ideológica, estelionato, falsificação de documento público, falsificação de selo ou sinal público, falso testemunho, usurpação do exercício da função pública, tráfico de influência, além de ato de improbidade administrativa.

Foram 50 pedidos de indiciamento, ressaltando que, desses 50, 14 pessoas foram presas nas três operações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, entre secretários, empresários e servidores públicos.

Apresentamos também quatro projetos de lei, sendo três deles ainda em andamento no âmbito legislativo e um aprovado e transformado na Lei Ordinária 5.311, de 26 de novembro de 2020, que proíbe a contratação dos serviços e empresas de cônjuges e parentes até terceiro grau de secretários de Estado. Vale lembrar que esse normativo só foi promulgado após a Assembleia Legislativa derrubar o veto do Governo.

Vale ressaltar que todos os encaminhamentos da CPI da Saúde no Amazonas, como pedidos de informações e esclarecimentos para o Governo do Estado e suas respectivas secretarias, para os quais não obtivemos respostas até o final dos trabalhos da Comissão, foram anexados ao relatório final, para que os órgãos de controle e fiscalização dessem prosseguimento a esses pedidos de informação e apurassem possíveis irregularidades.

Vale ressaltar também que foram regularizados diversos pagamentos atrasados para os profissionais da saúde após pedido dos membros da CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso culminou em projetos de lei e medidas judiciais, sendo cruciais para o sucesso das investigações que desencadearam a Operação Sangria, da Polícia Federal, revelando à sociedade diversos esquemas de corrupção que impediram, de maneira estrutural e sistemática, o adequado funcionamento dos serviços públicos de saúde no Amazonas, o que, inevitavelmente, Srs. Senadores, foi uma das razões pela perda de tantas vidas.

Merece especial destaque o fato de que a Comissão revelou não apenas o esquema de corrupção, como as irregularidades na compra dos respiradores em uma loja de vinhos, mas também demonstrou que o *modus operandi* da Secretaria de Estado de Saúde era absolutamente temerário, uma vez que os serviços eram prestados de maneira informal e com favorecimento financeiro a diversas empresas.

Foi revelada, ainda, a falta de fiscalização, que acarretou gastos excessivos e serviços mal ou não prestados. Nesse contexto, destaca-se que a má gestão dos recursos públicos permitiu que o Hospital Delphina Aziz, que foi designado como hospital de referência para os casos de Covid-19, não operasse em sua capacidade máxima, havendo diversos andares vazios e leitos inoperantes, mesmo o Estado enfrentando uma situação de calamidade. Como consequência, centenas de pessoas naquele momento morreram em casa sem tratamento algum.

No que tange à visita ao hospital de campanha Nilton Lins, cabe mencionar que nenhum dos serviços que seriam prestados naquele hospital possuía cobertura contratual, havendo casos de superfaturamento de até 10.000% – isso em apenas um dos contratos analisados na CPI.

Essa promiscua mistura de corrupção e incompetência fez com que o Estado do Amazonas possuísse um dos piores serviços de saúde do País, mesmo sendo um dos Estados com um dos maiores investimentos *per capita* nessa área.

Conforme detalhamos no relatório entregue aos ilustres Senadores e Senadoras, procuramos estabelecer um novo paradigma para a gestão pública na saúde do Amazonas, evitando erros administrativos antigos e novas fraudes, de modo que o dinheiro que saia das mãos do contribuinte possa ser empregado com eficiência, honestidade e transparência. Essa é e sempre foi a luta dos membros na CPI da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Dessa forma, a CPI da Saúde, de fato, foi um marco inicial na luta contra a corrupção no âmbito da saúde do Estado do Amazonas.

Não se teve notícias no meu Estado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tenha funcionado de maneira tão eficiente. Os dados obtidos no procedimento e reunidos nas centenas de páginas do relatório final serviram de fonte de informação para os órgãos de controle, em especial a própria Polícia Federal no encaminhamento das suas investigações.

É inequívoco que a CPI da Saúde foi marcada por resultados positivos, sem que houvesse um único centavo de gasto aos cofres públicos, tendo em vista que seus proponentes abriram mão da verba de custeio assegurada pelo art. 52 da Assembleia Legislativa, ou seja, zero de custo ao contribuinte e uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia de bilhões de reais aos cofres públicos do Amazonas e do Governo Federal. Sem dúvida, foi uma grande conquista à sociedade amazonense e ao Brasil como um todo.

Também quero frisar que a minha convocação para esta Comissão já está gerando resultados positivos para o Amazonas. Logo após começar a circular a informação sobre a minha convocação para a CPI da Covid no Senado, a Secretaria de Estado do Amazonas publicou a Portaria nº 323, de 2021, determinando a eliminação dos contratos indenizatórios, até setembro de 2021, de todos os serviços sem cobertura contratual. A portaria também proíbe a abertura de novos processos nessa modalidade.

Essa foi uma das nossas lutas na CPI da Saúde no Amazonas, que, após quase dez meses dessa recomendação, foi acatada pelo Governo do Amazonas. E tenho certeza de que os Srs. Senadores e Senadoras contribuirão para que essa conquista no combate à corrupção se estenda ao Brasil.

É com base nesta breve introdução que me coloco à disposição desta CPI aqui no Senado Federal a fim de somar e contribuir para o combate à corrupção no sistema público de saúde do Amazonas e de todo o Brasil, esclarecendo todos os fatos e questionamentos pertinentes para o bom andamento das investigações desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Líderes; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; Deputado Fausto Junior, Relator da CPI da Saúde no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, eu queria lembrar a todos que o colapso na saúde do Amazonas é um fato determinado desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, é importantíssimo – já ouvimos aqui algumas pessoas – que possamos ouvir outras, de modo a avançar no aprofundamento dessa investigação.

Dentro desse propósito, também é muito importante que possamos ouvir o Deputado Fausto Junior sobre o que, na verdade, aconteceu naquele querido Estado da Federação. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ampliar o seu prazo de duração porque, a partir de agora, nós já começamos a acessar informações gravíssimas com relação à possibilidade de desvio de dinheiro público no âmbito da administração federal. Fizemos, na sexta-feira passada, uma grande reunião aqui nesta Comissão que contou com a presença dos irmãos Miranda e, nessa reunião, avançamos bastante com relação a algumas informações que procurávamos.

Já estão coletadas todas as assinaturas para a prorrogação dos nossos trabalhos. Nós já adentramos em uma nova fase da investigação. As fases que ficaram para trás restam comprovadas por depoimentos, por informações, por confissões, e nós estamos também, paralelamente, fazendo a transferência dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sigilos e nos detalhando com relação a essa problemática que esta Comissão Parlamentar de Inquérito reúne.

Eu queria começar perguntando ao Deputado Fausto Junior quais foram os principais problemas detectados já em 2020, depois da primeira onda da doença, a respeito do sistema de saúde do Estado do Amazonas.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Bom dia, Senador Renan Calheiros. Quero cumprimentá-lo e parabenizar pela coleta de assinaturas de prorrogação, uma vez que nós não conseguimos essa prorrogação no âmbito da CPI da Saúde do Amazonas e certamente poderíamos ter contribuído muito com o nosso Estado.

Senador, é importante deixar claro que essa não foi uma CPI somente da Covid no Amazonas, e sim uma CPI da Saúde. Nosso Estado, lamentavelmente, possuía um dos piores sistema de saúde do Brasil, mesmo tendo um dos maiores investimentos *per capita* no nosso Estado. E certamente essa fragilidade era muito clara, uma vez que nós tínhamos profissionais da saúde com meses de salários atrasados, desabastecimento das unidades de saúde no que se refere a insumos básicos, como medicamentos e materiais cirúrgicos, sem falar da falta de oferta de leitos. Então, a CPI foi criada justamente com essa sensibilidade.

Nós já tínhamos um sistema à beira do colapso. Como é que nós iríamos receber a pandemia, com a intensidade que todo o Brasil e todo o mundo viu no nosso Estado, com um sistema de saúde tão frágil? Então, realmente foi uma tragédia que estava anunciada. Lamentavelmente, perdemos muitas vidas. Eu, como amazonense, sei do sofrimento de tantas famílias que perderam seus entes queridos, e o nosso papel na CPI era de contribuir para que esse cenário mudasse, para que nosso sistema de saúde pudesse oferecer um serviço de qualidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram as medidas que o governo estadual tomou para o fortalecimento do sistema de saúde local?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então... Naquele momento, foi designado o Hospital Delphina Aziz como hospital de referência para a Covid-19 e foi aberto um hospital de campanha onde funcionava, num outro momento, um hospital privado. Esse hospital a que me refiro é o hospital da Nilton Lins. Lamentavelmente, o *modus operandi* adotado pela Secretaria de Saúde era um *modus operandi* absolutamente temerário, no sentido da fiscalização da coisa pública. Era feito, praticamente ele todo, através da contratação por meio de processos indenizatórios, que eram processos sem qualquer tipo de cobertura contratual, sem qualquer tipo de avaliação por meio da Lei 8.666, que é a Lei das Licitações, e, dessa forma, também sem qualquer tipo de fiscalização. Então, lamentavelmente, nós tínhamos muitas dúvidas se os serviços contratados foram prestados ou prestados com qualidade – se foram sequer prestados, na verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, realmente, foi uma administração temerária naquele momento da primeira onda, e eu não tenho dúvida de que isso fez com que muitas vidas fossem perdidas. Como eu já disse na minha fala inicial, muitas famílias tiveram pessoas que perderam suas vidas em casa, sem acesso a tratamento algum. E foi nesse sentido que a CPI atuou, de fiscalizar, para tentar solucionar essas problemáticas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As preocupantes deficiências da saúde pública amazonense foram, de algum modo, acompanhadas pelo Governo Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, nós, enquanto Assembleia Legislativa, não temos a competência de fiscalizar a fundo as ações do Governo Federal. Nós vimos que houve envio de recursos ao nosso Estado e que o Governo do Estado tinha autonomia para definir as ações, as políticas de combate à pandemia. O foco da CPI realmente foi avaliar se essas ações tiveram a eficiência necessária, se havia probidade nos atos administrativos. Foi dessa forma que nós atuamos na CPI, limitando-nos à nossa competência constitucional, que seria fiscalizar o Governo do Estado do Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei anteriormente, Deputado Fausto Junior, quais foram as medidas que o governo estadual tomou para o fortalecimento do sistema local. Se V. Exa. pudesse precisar exatamente que medidas o Governo Estadual encaminhou, em função daqueles fatos detectados no colapso, seria bom para a ênfase necessária que nós gostaríamos no seu depoimento.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A medida que foi apresentada para a sociedade foi a abertura do hospital de campanha da Nilton Lins, uma compra de respiradores que foi lamentável – posteriormente nós vamos citar –, e a designação do Hospital Delphina Aziz com um hospital de referência. Mas o que aconteceu, na verdade, foi que todos os hospitais, diante da demanda que se viu no nosso Estado, atuaram no combate à Covid. Mas a medida de diferente do que já existia realmente foi a abertura do hospital de campanha e a designação do Hospital Delphina Aziz como hospital de referência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí, na sequência, nós perguntamos se essas preocupantes deficiências da saúde pública amazonense foram de algum modo acompanhadas pelo Governo Federal.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Como eu já...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta específica.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, como eu já abordei anteriormente, a CPI não teve acesso a informações inerentes ao Governo Federal, limitando-se à nossa competência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

constitucional, que é de fiscalizar o Governo do Estado. Se houve ou não, a CPI não teve acesso, porque não é da competência da CPI da Assembleia fiscalizar o Governo Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Havia recursos suficientes para enfrentar a pandemia no Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, nós dispúnhamos de um orçamento, em 2020, de R$2,6 bilhões, sendo aproximadamente R$1 bilhão de origem do Governo Federal. Então, eu acredito que havia, sim, recurso; a questão é como esse recurso foi empregado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E uma outra pergunta, em função da primeira: em que foram aplicados os recursos federais enviados para o Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, nunca ficou claro, de acordo com as informações da Secretaria de Saúde. Eu conto, inclusive, com esta CPI, que possa apurar essa informação, porque houve uma dificuldade enorme na obtenção de certas informações. Então, como o nosso foco, naquele momento, era realmente solucionar as problemáticas, nós estávamos no meio de uma situação de calamidade, em que vidas não podiam esperar, nós precisávamos encontrar meios para solucionar o problema do dia a dia. Então, devido, inclusive, ao lapso temporal a ser investigado pela CPI, de 2011 até 2020, eu não tenho dúvida de que muita coisa poderia ter sido mais aprofundada. Nós tivemos apenas 120 dias de duração da CPI. Então, em 120 dias você fiscalizar dez anos, realmente é algo que precisou selecionar bem o que deveria ser investigado, o que poderia contribuir para solucionar a situação daquele problema. Então, eu conto... Estou aqui no sentido de contribuir com esta Comissão, no sentido também que eu espero que esta Comissão, como tem um dos seus fatos geradores a questão do Amazonas, possa elucidar o que a Assembleia, dentro das suas limitações de estrutura... O Senado sem dúvida é muito maior do que a Assembleia. Poderá conseguir contribuir para o meu Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A Assembleia Legislativa já realizou alguma apuração específica dos fatos relacionados à crise do oxigênio? E, efetivamente, o que se configurou a partir dessa apuração, dessa investigação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Houve um pedido de instauração de uma nova CPI, que seria para abordar essa segunda crise. No entanto, esse pedido ficou sobrestado por uma questão de articulação política, por nós entendermos que, com a CPI do Senado, com a estrutura do Senado, a Assembleia fazer uma CPI com o mesmo objeto seria apenas um gasto de dinheiro público, já que a CPI do Senado está verificando exatamente a mesma problemática. Então, eu estou aqui, inclusive... Não estou aqui como Deputado Estadual Fausto Junior; estou aqui representando os meus pares, no sentido da nossa esperança de poder contribuir com esta CPI, que a gente consiga encontrar a verdade, consiga responsabilizar aqueles que falharam e também dar justiça às famílias que perderam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus entes queridos e, dessa forma, contribuir, fazendo o meu papel como Deputado Estadual do Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Governo do Estado do Amazonas editou, em 23 de dezembro de 2020, o Decreto 43.234, que estabelecia medidas restritivas para conter o avanço da pandemia no período de festividades, mas, cinco dias depois, esse decreto foi revogado. Qual foi a posição do Legislativo amazonense em relação ao decreto citado e à sua revogação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O Legislativo não foi consultado. Essa foi uma decisão estritamente do Governo do Estado. É importante frisar nessa situação que havia uma negação da urgência dos casos da pandemia naquele momento. E o povo foi pego de surpresa. Isso que motivou a irritação das pessoas. A Assembleia Legislativa não foi consultada; então, não houve nenhuma participação na Assembleia Legislativa nesse movimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. pode nos informar de quem foi a responsabilidade pela aquisição e monitoramento do oxigênio empregado nos hospitais públicos circunscritos em Manaus que atendiam aos pacientes com Covid?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, Senador... A responsabilidade da distribuição dos oxigênios... Eu, como Deputado Estadual, gostaria, inclusive, de deixar claro que eu vim aqui pra relatar a questão do meu relatório, que foi anterior à questão da crise de oxigênio. Mas ficou... O Governo do Estado tem autonomia para tratar sobre as temáticas da saúde. Se essa autonomia foi interferida pelo Governo Federal, se não foi, realmente precisa de uma investigação mais aprofundada, e eu conto com o trabalho dos Srs. Senadores para que a gente possa elucidar esses casos, porque existem muitas dúvidas ainda e nós temos certeza de que essas dúvidas precisam ser esclarecidas. E eu estou aqui para contribuir com o que aconteceu na primeira onda.

Eu posso até tentar me estender, no sentido do contexto que existia, porque a saúde é só uma, não mudou a saúde depois do meu relatório, mas eu prefiro me restringir somente ao relatório, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, então, no relatório não consta, por exemplo, de quem é a responsabilidade pela aquisição e monitoramento do oxigênio empregado nos hospitais públicos?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Sr. Relator, porque o nosso relatório foi concluído em 29 de setembro e essa crise do oxigênio aconteceu em meados de janeiro de 2021. Então, foi anterior à crise.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa., como Deputado, não tem conhecimento, Deputado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não disse que eu não tinha conhecimento, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então responda ao Relator, por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu disse que eu não tenho conhecimento sobre dados aprofundados. Eu tenho conhecimento do que eu vi e do que todos que estávamos no Amazonas vimos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. é fiscal da lei e do Estado, como Deputado. V. Exa. responda ao que o Relator está lhe perguntando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Presidente, uma questão de observação: eu estava vendo aqui esse livro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Bonito, né?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Bonito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não gastaram nada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Mas deixa eu falar uma coisa que me chamou atenção, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Dezessete crimes, R$1,5 bilhão sob investigação de irregularidades. Nós vimos 50 pedidos de indiciamento, e o Governador não foi indiciado. Então, o que que significa isso? Eu não estou entendendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Posso responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Pode.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pode responder. A pergunta específica foi o seguinte: de quem é a responsabilidade pela aquisição e monitoramento do oxigênio empregado nos hospitais públicos circunscritos em Manaus que atendiam aos pacientes com Covid?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A responsabilidade de todos os hospitais públicos do Amazonas cabe ao Governo do Estado. O Governo do Estado tem autonomia sobre toda a média e alta complexidade. Isso é uma questão inclusive constitucional, Senador Omar.

Respondendo à pergunta do ilustre Senador, nosso relatório serviu como base para três operações da Polícia Federal, que, sim, chegaram a encontrar casos que conectavam o Governador do Estado. Em nenhum momento, a CPI atuou no sentido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Deputado, o senhor permite? O senhor me permite? Veja, nós todos... Aqui todo mundo sabe qual é o papel de uma Comissão de Inquérito.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** Numa Comissão de Inquérito, uma das conclusões lógicas é terminar com indiciamentos.

A pergunta direta e objetiva que o Senador Rogério fez e que eu quero reiterar: por que a CPI concluiu pelo não indiciamento do Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) **–** Porque os casos que conectavam o Governador do Estado no caso dos respiradores da loja de vinho foram encontrados pela Polícia Federal e não pela CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas não tinha responsabilidade nenhuma do Governo do Estado? Não tinha nenhuma responsabilidade do Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A responsabilidade que nós encontramos, vamos... Veja bem, Senador: a CPI foi feita de forma técnica e imparcial, sem nenhuma convicção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não... Deputado, essa parte a gente sabe. Não estamos questionando isso.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito. Então, a parte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A gente está querendo saber o seguinte...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A parte técnica, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Por que, na conclusão... A pergunta do Senador Rogério, que nós queremos saber...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu gostaria de explicar o assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o seguinte: essa responsabilidade é da Assembleia Legislativa – é da Assembleia Legislativa. Se tem uma responsabilidade típica da Assembleia Legislativa é essa, em relação aos Governadores estaduais.

O que traz a curiosidade aqui, a atenção que foi chamada ao Senador Rogério e pra nós é por que o relatório final da CPI não concluiu pelo indiciamento do Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, o Governador já estava indiciado pela PGR...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... baseado nas investigações que a CPI iniciou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor continuou não respondendo. Vamos lá. Vamos tentar mais uma vez. Vamos tentar mais uma vez: se o relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito apontar a responsabilidade de quem quer que seja, mesmo que indiciado e respondendo esteja, esta CPI tem a obrigação, sob risco de nós cairmos em prevaricação, de apontar a necessidade de indiciamento.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não houve prevaricação, Senador. Nós não tivemos acesso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu nem estou dizendo...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... aos dados...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não estou nem dizendo isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu preciso fazer uma pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu nem estou dizendo isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Randolfe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu estou dizendo o seguinte: por que não teve indiciamento?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... me permita complementar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – ... a pergunta de V. Exa.

Na realidade, nós temos aqui, Sr. Presidente, a oportunidade de fazer várias perguntas. Primeiro: por que que o Governador Wilson Lima até hoje não foi julgado pelo STJ? Por que que o Governador Wilson Lima até hoje não foi responsabilizado por quem de direito pelos 12,8 mil amazonenses que morreram por falta de competência e de ação do Governo do Estado do Amazonas no combate à Covid?

Agora, eu acho que resta aqui uma pergunta muito clara. É: por que que a Assembleia Legislativa, diante da decisão do Supremo Tribunal Federal, que não permitiu esta Comissão investigar o Governador Wilson Lima – porque foi o Supremo que disse que a competência não era nossa –, por que que a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Senador Randolfe, neste momento, diante dos fatos, não abre uma nova investigação sobre o Governador Wilson Lima, se é que a vontade dos Deputados Estaduais do Amazonas é de esclarecer os fatos, porque essa CPI que o Relator Fausto Junior vem aqui relatar é uma CPI anterior à falta de oxigênio, anterior ao que nós assistimos de brasileiros amazonenses morrendo por falta de oxigênio. Agora, cabe à Assembleia Legislativa, diante da decisão do Supremo... Porque o Supremo disse ao Governador Wilson Lima: "Olha, se o senhor for a CPI... O senhor vai se quiser, mas, se o senhor for, não jure dizer a verdade. Se você for e não quiser responder às perguntas, você se levanta e vai embora". Então, o Governador Wilson Lima não veio. E a Assembleia Legislativa...

Esta é a pergunta: a Assembleia Legislativa está, neste momento, com algum requerimento, com alguma ação para investigar o Governador Wilson Lima?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Senador, esse é o nosso papel constitucional de fiscalizar o Governo do Estado. Isso tem sido feito. Agora, eu venho aqui, com toda a boa vontade, me coloquei à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. não... Só um minutinho, Deputado. V. Exa. não se colocou à disposição. V. Exa. foi convocado pra estar aqui. O senhor não está fazendo favor, não. O senhor está fazendo sua obrigação aqui. Então, não se coloque aqui como se estivesse fazendo um favor pra nós, não. V. Exa. não respondeu à pergunta do Senador Renan, não respondeu ao questionamento do Senador Randolfe e não respondeu ao questionamento do Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não consegui responder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu vou perguntar aqui literalmente.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não consegui responder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Só um minutinho.

V. Exa. teve a oportunidade, como Relator, de indiciar o Governador do Estado do Amazonas por prevaricação, por uso de verba. Por que V. Exa... O senhor está sob juramento, Deputado Fausto Junior. Se V. Exa. não explicar agora por que, eu ainda tenho muitas coisas a lhe perguntar até o final desta CPI, porque ela vai ser longa e nós teremos oportunidade de V. Exa. responder a muitas coisas que são a dúvida do povo amazonense. O povo do Amazonas que está escutando queria saber por que o Deputado Fausto Junior, Relator... Porque V. Exa., Senador Renan Calheiros, não ouse não indiciar aqueles que são responsáveis pelas mortes no Brasil, não ouse fazer isso com esta CPI, não vá fazer que nem o Relator no Amazonas. Então, me diga, Senador... A pergunta é deles, não era minha. Agora, eu estou perguntando pra V. Exa.: por que V. Exa. não indiciou o Governador do Estado do Amazonas na CPI da Saúde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) **–** Senador, o relatório não é meu, o relatório é da CPI, o relatório é votado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. propôs isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso é regimental, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não. V. Exa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso é regimental, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Veja bem, o Senador Renan vai apresentar um relatório aqui e tem algumas coisas em que alguns Senadores vão dizer: "Vamos retirar". Mas ele vai propor à CPI, quem vai decidir é o Colegiado. Quem decidiu não foi o Colegiado, o Colegiado era de cinco, se eu não me engano. Agora, quem propõe ou não o indiciamento de pessoas é o Relator. V. Exa., Deputado Fausto Junior, mais uma vez... O senhor está sob juramento aqui. V. Exa. não indiciou o Governador? V. Exa. sugeriu o indiciamento do Governador e os Deputados, na votação, retiraram o nome do Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, o problema da saúde do Estado do Amazonas, já que o senhor fala em prevaricação do Governador, no caso do Governador Wilson Lima...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, eu não falei, não, eu não falei nada. Eu estou perguntando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O senhor está perguntando por que eu não indiciei o Governador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O seu relatório fala...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas o senhor me perguntou claramente por que eu não indiciei o Governador por prevaricação. O senhor concorda? É essa a pergunta? Eu quero entender.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Deputado, Deputado...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu quero entender a pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) **–** Deixe-me procurar ser didático aqui. Vamos lá, mais uma vez. Mais uma vez, vamos tentar.

A função mais importante de uma comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** É, vamos tentar, vamos lá, vamos, vamos lá.

A função mais importante de uma Comissão Parlamentar de Inquérito é a do Relator – Relator. O Relator propõe indiciamento... Eu vou lhe dizer uma coisa: o Senador Renan, há duas semanas, sugeriu, indicou as primeiras pessoas a serem investigadas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu entendo a função do Relator, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente, então, o senhor entende.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu entendo. Eu estou explicando, eu estou explicando objetivamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Objetivamente, a pergunta: quais as pessoas que foram indicadas para serem investigadas por V. Exa.? E, entre essas pessoas, foi indicada a investigação do Governador do Estado do Amazonas? E, ao final, se ele não foi investigado, nem indiciado, por que não o foi? O.k., agora?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito, estou tentando responder, estou tentando responder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para um reposicionamento de fato, se tiver mais uma CPI lá, não tome o exemplo desta CPI, porque aqui o Relator nominou lista de investigados antes de submeter ao Colegiado, e isso ofende o princípio da legalidade.

Agora, as questões que estão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deputado, não ouça o Senador Marcos Rogério.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Prof. Randolfe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Prof. Randolfe é o especialista em todos os assuntos. Por isso ele fala desse jeito. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, as perguntas que estão sendo feitas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Deputado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em relação ao indiciamento das autoridades, eu acho que é importante que seja realmente esclarecido.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só para uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para questão de ordem.) – Para efeito da ordem dos trabalhos – todos nós nos inscrevemos pra falar, e eu fui um dos que primeiro chegou aqui –, eu sugeriria que o Relator concluísse o seu interrogatório, e depois nós seguíssemos a lista que está ali, pra que todos tivessem a oportunidade de perguntar. Eu também estou aqui ansioso pra fazer algumas perguntas ao Deputado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pra contribuir com o Relator, eu estava olhando aqui o relatório, na página 190, que se refere ao Governador exclusivamente com este texto. "No que tange ao envolvimento de supostos atos ilícitos praticados pelo Sr. Governador do Estado, Wilson Miranda Lima, cientes dos limites impostos pela lei [ou seja, a lei impede uma assembleia de investigar o Governador, isso não existe], e considerando as evidências apontadas por esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório, tem-se que os encaminhamentos necessários já estão em curso no âmbito do Superior Tribunal de Justiça".

Ou seja, não é porque está no Superior Tribunal de Justiça que a assembleia não pode investigar. Então, isso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque é através disso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... é a maior desculpa esfarrapada que já teve numa assembleia legislativa, colocada por um Relator de CPI. Absolutamente, aqui é o jeitinho pra não botar o Governador na linha de tiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o principal esporte em prática hoje no Brasil, que é a transferência da responsabilidade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Da responsabilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas eu queria, Presidente, voltando agora a fazer as perguntas, aproveitar a presença do Deputado Fausto Junior para tentarmos obter algumas informações com relação ao colapso da saúde e à crise do oxigênio, se é que Deputado as têm. Nós não queremos, evidentemente, que V. Exa. produza e entregue-nos informação que não conhece, evidentemente. Não é isso.

Eu volto a fazer algumas perguntas sobre a crise especificamente. Qual foi a cronologia da crise ocorrida no Amazonas em janeiro de 2021?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – V. Exa. fala da crise de oxigênio? Especificamente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, crise de oxigênio.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, Senador, eu vim aqui com todas as informações inerentes ao relatório da CPI. No momento da crise de oxigênio, o relatório já havia sido concluído. As informações que nós temos são informações que nós vimos no decorrer do nosso dia a dia enquanto Deputados estaduais, mas informações inerentes ao Governo Federal a Assembleia Legislativa não tem, porque não é da competência da Assembleia Legislativa fiscalizar o Governo Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas não tem informações que possam agregar aos nossos trabalhos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – As informações que nós temos são que o Governo do Estado, como já havia respondido anteriormente, que o Governo do Estado estava coordenando a distribuição do oxigênio no âmbito das unidades de saúde...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Senador Renan... Senador Renan...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... e que isso foi insuficiente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) **–** Só para esclarecer, porque eu acho que está havendo aqui uma confusão.

Em que data encerrou a CPI que foi relatada?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) **–** Em 29 de setembro de 2020.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Em 29 de setembro de 2020, a CPI encerrou os seus trabalhos. A crise de oxigênio, Senador Renan, começou em janeiro de 2021.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu sei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** E como ele está convocado na condição de Relator da CPI que se encerrou em setembro de 2020, portanto, creio que o Deputado Fausto não tem as informações, aqui, pertinentes à crise de oxigênio, mas todo o povo amazonense e os Senadores daqui desta Comissão já tiveram acesso a essas informações quando sabatinamos e ouvimos aqui o depoimento do Ministro Pazuello, do Secretário-Executivo do Ministério, da Dra. Mayra, do Secretário de Saúde do Estado do Amazonas. Todos eles tiveram que relatar com relação à questão do oxigênio. A falta de oxigênio no Amazonas, na minha modesta opinião, foi pela incompetência, pela inépcia do Governador Wilson Lima, que não tomou as providências necessárias, tendo tido tempo e dinheiro para fazê-lo, para salvar o povo do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Eduardo Braga, ninguém está isentando aqui a culpa de Governador do Estado do Amazonas, não. Pelo contrário. Nós questionamos por que o Governador não foi indiciado na primeira crise da saúde, e ele não respondeu. Ele veio, tangenciou aqui...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não consegui responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não V. Exa., não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não consegui responder. V. Exas. interrompem, V. Exas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas o relatório responde por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. prejulga, e não me deixa explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O relatório responde por V. Exa.

Segunda coisa: como Deputado estadual – V. Exa. foi Deputado estadual, eu fui Deputado estadual –, V. Exa. dizer que um Deputado estadual não tem conhecimento do que se passou no Estado do Amazonas porque não era... Na época, ele foi convocado... Aí, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, me perdoe. Não coloque essas palavras na minha boca. Não é isso que estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. disse o seguinte...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que eu estou dizendo é que ele foi convocado na condição de Relator de uma CPI e que, como Relator dessa CPI, ele tem que prestar informações sobre o relatório. A pergunta do eminente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vou chamar... Vou chamar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... do eminente Senador Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... trata da questão do oxigênio, que não era alvo da investigação da CPI em setembro de 2020.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Continue Senador Renan. Vamos deixar, vamos passar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para, Senador Renan, apenas para tentar contribuir, o que o Senador Eduardo Braga está falando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós entendemos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é verdadeiro. Ele está convocado na condição de Relator da CPI. Agora, obviamente que, na condição de Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estadual, ele tem conhecimento sobre todos os fatos, até pelo dever de ofício que tem, de ser legislador e também fiscal que exerce o poder de controle político da administração. Agora, sobre esses fatos para além do relatório, ele não é obrigado a declinar; agora, saber sobre esses fatos, obviamente, na condição de Deputado, sim.

O apelo que faço a V. Exa. é que ele está reclamando, o tempo todo, que não teve condições de responder: assegure a palavra, e ele responde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Está assegurada a palavra para Deputado Fausto Junior, Relator da CPI.

As perguntas feitas pelo Senador Randolfe, pelo Senador Otto, pelo Senador Rogério Carvalho, pelo Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) **–** Eu ainda nem fiz, ainda vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Vai fazer.

Por que o Governador do Estado do Amazonas...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) **–** E do Senador Jorginho também. Presidente, é só para ajudar. Ele é Deputado Estadual, ele foi Relator de uma CPI. Ele, então, tem que explicar aqui por que, por qual motivo ele não enquadrou, não inquiriu, não denunciou o Governador. Se ele achou que, com o Governador, estava tudo perfeito, ele tem que ter uma justificativa, porque o relatório dele isentou, não teve conclusão. Ele não é obrigado **–** ele não é obrigado! **–** a denunciar, obrigatoriamente. Então, ele tem que ter um convencimento, e esse convencimento ele tem que nos dizer aqui: "Eu não denunciei o Governador, no meu relatório, porque eu acho que o homem agiu certo, isso, isso, isso e isso"; é isso que ele tem que dizer.

É só para contribuir.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) **–** Senador Randolfe, o Senador Randolfe e o Senador Alessandro fizeram praticamente a mesma pergunta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Rogério.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Rogério.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perdão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perdão.

Para responder as perguntas dos Srs. Senadores, o relatório foi construído por todos os membros da CPI; eu apenas descrevi todo o trabalho que foi feito na CPI da Saúde do Amazonas. Nós, quando descobrimos o escândalo dos respiradores na loja de vinhos, esse escândalo foi iniciado pela CPI. No decorrer da investigação da CPI, houve uma operação da Polícia Federal. Essa operação estava em sigilo – em sigilo –, em segredo de justiça. E, obviamente, a CPI não tinha conhecimento de que havia uma investigação em curso do Ministério Público Federal.

É importante deixar claro que o papel que foi adotado pela CPI foi o de subsidiar os órgãos de controle, uma vez que a CPI tinha 120 dias, Senador Randolfe, para investigar de 2011 a 2020. Isso é impossível! Nós pensamos os problemas mais sensíveis que estavam afetando aquele momento para tentarmos dar um encaminhamento e, dessa forma, solucionar. A investigação mais aprofundada tem que ser feita através dos órgãos de controle, porque essa é a função deles.

Agora, respondendo a pergunta de V. Exa., peço, por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... que me garanta em relação à indagação do Senador Omar Aziz. Todos os Governadores investigados pela CPI mereciam ser indiciados, mereciam ser indiciados! Eu propus isso, no âmbito da Comissão, e não foi aceito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Ah, o senhor propôs o indiciamento do Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Propus, e não foi aceito. O relatório é votado, foi construído...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu entendi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... através de todas as mãos. O certo era para ser indiciado, inclusive, o ex-Governador Omar Aziz, pela gestão dele na saúde – inclusive o ex-Governador Omar Aziz! –, e não somente o Governador Wilson Lima; todos têm participação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, só um minutinho! O senhor pode me indiciar 50 vezes. Eu tenho, eu não tenho...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Até porque nós não indiciamos; nós pedimos o indiciamento. Quem indicia são os órgãos de controle.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pediu o indiciamento, então?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, não foi aprovado pela Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor pediu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, não foi aprovado pela Comissão, não foi feito de forma oficial; foi feito através de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o senhor pediu? O senhor, como Relator, pediu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A CPI é a dona do relatório; eu não sou dono do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, peraí. Vamos lá, vamos tentar mais uma vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas ele não está perguntando exatamente isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pediu indiciamento ou não?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não pedi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não pediu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não pedi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A CPI não... A assinatura é votada, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não sou dono do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, perfeito.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu estou aqui representando, apenas, a CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente... Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A CPI não pediu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A CPI não pediu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não pediu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A CPI não pediu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor é o Relator; o senhor propõe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta específica: o senhor pediu ou não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, o senhor pediu ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, não pedi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ótimo, é isso. Respondido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, respondeu a pergunta – respondeu a pergunta.

A sua presença aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador, só um minutinho. V. Exa. não vai agora me impedir de fazer um questionamento, até porque ele citou o meu nome, art. 14.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, esteja à vontade, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Art. 14.

O art. 14... Ele falou um assunto aqui. Até o Senador Luis Carlos Heinze deu uma gargalhada, como se tivesse feito um gol. Fez um gol contra, Senador – fez um gol contra. Deputado, V. Exa. investigou, a CPI investigou de 2011 a 2020, correto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) **–** Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O que você encontrou em 2011?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, nós pedimos uma cópia na Polícia Federal sobre uma investigação da Operação Novos Caminhos, da operação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sim, tudo bem. Vamos lá. Bom, eu estou lhe perguntando aqui. Vou lhe fazer perguntas objetivas, e V. Exa. vai chegar na Operação Novos Caminhos, o que é bom, até porque o Amazonas está assistindo; nós vamos discutir a Operação Novos Caminhos.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Vamos lá.

Dois mil e onze: o que você achou do meu Governo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, nós precisávamos resolver...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** "Senador"... Meu Deus do céu! Eu só estou te fazendo uma pergunta tão simples...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois mil e onze; V. Exa. é Relator. Veja bem, se você faz uma investigação de 2011 a 2020 – entendeu, Senador Luis Carlos Heinze? –, nove anos. Ele tem que saber e tem que estar no relatório. Em qual...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, V. Exa. pagou R$50 milhões em processos indenizatórios, Senador, processos absolutamente irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um... Pegue o relatório... Só um... Não, não, não. Não fui eu, não, quem pagou. Só um minutinho. Não, o senhor não veio aqui pra me acusar...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está aqui como testemunha e o senhor se comporte.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Por isso que eu estou lhe perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se comporte.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Estou lhe respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se comporte.

Não, peraí, só um minutinho, Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Estou lhe respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado, não fique nervoso. Calma!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, não estou nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma, Deputado. Calma. Nós vamos chegar ainda em 50 milhões. Nós vamos chegar lá. Eu só quero saber... Aliás, todos os Senadores e quem está me vendo agora, o que você achou do meu Governo em 2011. Cadê, no relatório? Pegue o seu relatório e leia, procure 2011, o que o senhor escreveu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, foram pagos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Pelo amor de Deus!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu tenho que responder sua pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está sob juramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O senhor não deixa eu responder – o senhor não deixa eu responder.

Foram pagos R$1,5 bilhão em processos indenizatórios. Esse é um problema que vem desde 2011.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Isso é da época do Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Eduardo pagava também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – No meu Governo não teve indenização.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, o teu secretário de saúde era o mesmo meu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não. Não, não, não, Omar, por favor – por favor. Não, não, não. No meu Governo não houve pagamento de verba indenizatória. Não havia pagamento de verba indenizatória. Pode mandar fazer a consulta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, está bom. Foi pago um bilhão e tal, tudo bem, de processo indenizatório. Onde está no relatório isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Está na página...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, isso aí é um relatório, e o que...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Está nas páginas 103 e 104 do relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Consta o pagamento que V. Exa. está me perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, tudo bem, mas deixe-me eu só te explicar... No relatório, V. Exa. fala no relatório sobre 2011, 2012, 2013?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Falo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Onde está?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Na p.103 e 104...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Do relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só fala sobre pagamento indenizatório?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Só.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O.k.

Não fala mais nada?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, nessa página. O senhor está me perguntando onde está: a página eu estou lhe respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** De 2012?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Também consta.

De 2011 até 2020, todos os pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Está certo.

E 2010 não teve nenhum?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Porque não é o âmbito da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O.k.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O objeto da CPI é desde...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então o crime é o pagamento indenizatório. É isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É uma irregularidade que afetou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Afetou até os dias atuais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, o senhor sabe o que é um processo indenizatório?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sei, sei, Deputado. Sei sim.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O processo indenizatório, Senador Marcos Rogério... Imagine que V. Exa. vai construir um muro na sua casa; V. Exa. contrata um pedreiro, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedreiro vai falar: "Depois, depois eu lhe cobro"; aí daqui a pouco, o pedreiro lhe fala: "Foi R$1 milhão o muro, porque eu usei uma máquina, eu usei mil homens". Ele não tem como lhe comprovar nada disso e você é obrigado a pagar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Veja bem...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Dessa forma é que é pago o processo indenizatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

Quem faz o processo indenizatório...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sem licitação, sem capacidade técnica, sem nada. Confissão de dívida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho, Deputado Fausto.

Quem faz o processo indenizatório não é o Governador do Estado: quem faz isso são as secretarias.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Foi por isso que V. Exa. não foi indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois é, porque eu não tenho culpa, primeiro. Segundo...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Nem o Governador Wilson Lima também foi indiciado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, só um minutinho.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu estou respondendo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. pode deixar eu falar?

Os processos indenizatórios foram apreciados pelo Tribunal de Contas do Estado, não foram?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu não tenho prerrogativa de falar em nome do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, mas você tem prerrogativa como Deputado Estadual de saber quem é que aprova ou reprova as contas de Governador e de secretário.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho essa prerrogativa, Senador. Não faço parte daquele Poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Poder, o Tribunal de Contas, é um órgão auxiliar da Assembleia, rapaz!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas tem a sua autonomia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem, não. Ele é um órgão auxiliar da Assembleia. Quem aprova isso é o Tribunal de Contas do Estado, no qual a sua genitora é Conselheira e aprovou essas contas. Ou é mentira minha também?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu não tenho poder de falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. está falando como se processo indenizatório fosse o maior crime do mundo!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas é, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O maior crime não é, mas que é uma prática absolutamente condenável é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma prática condenável se aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas de que não era?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, na fala do Secretário de Saúde que esteve aqui, nós cobramos ele sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é uma prática absolutamente equivocada que tem que ser banida da administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, eu entendo bem sobre isso porque eu governei o meu Estado. Agora, deixe eu lhe dizer uma coisa: é uma prática que tem que ser abolida, mas que não tem... Você tem que provar se tem crime. O Tribunal de Contas do Estado aprovou esses pagamentos indenizatórios, inclusive do meu Governo, que não era eu, veja bem, o ordenador de despesa. Isso é claro, Deputado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, teve parecer do Procurador-Geral do Estado a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem, lógico que tem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tem autorizando o pagamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Deve ter.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deve ter. Isso aí não é uma coisa que você coloca e diz, joga no ar, que pagaram 50 milhões. O senhor disse que eu paguei, que o meu Governo pagou 50 milhões... No meu Governo foi 50.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em 2011 foi 50.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. E 2012?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Só um minuto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram aprovadas essas contas no Tribunal de Contas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu não posso falar em nome do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sabe. Então, vamos perguntar para...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não é questão de eu não saber: eu não tenho prerrogativa de falar em nome de outro Poder, Senador. De 2012... (*Pausa.*)

Senador, me permita uma correção: foram em 2014 54 milhões; em 2011, 10 milhões; em 2012, 16; em 2013, 35; em 2014, 54; aí em 2015, 200; em 2016, 190; e somente no atual Governo, Senador Marcos Rogério, R$407 milhões. Isso é só do exercício atual, fora os atrasados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pergunte, Senador Marcos Rogério, qual...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é um crime!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isso, tem pedido de prisão contra o Governador do teu Estado, pedido de afastamento dele do cargo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, pergunte qual foi o meu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É preciso aprofundar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o meu tempo de Governo. Mande perguntar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Está ali no mapa. Olhe lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim! Veja lá: 2011...

Aliás, quem mandou colocar isso? (*Pausa.*)

Pode deixar! Pode deixar!

Foi V. Exa., Senador Eduardo Braga, que mandou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k.!

Coloque aí, por favor. (*Pausa.*)

Coloque aí, por favor.

Em 2010... Em 2011, R$10 milhões; em 2012, R$16 milhões; em 2013, R$35...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, me permita uma contribuição? Os R$10 milhões são somente na saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O restante... Foi o objeto da CPI. O restante foi o total do Executivo. Então, foram pagos R$100 milhões e R$216 milhões em outras áreas, em outras secretarias. Mas a CPI se ateve somente à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Processo indenizatório... Eu tenho que verificar isso no Tribunal de Contas para saber se V. Exa. está falando a verdade ou não. Agora, em 2013, em 2014... Eu saí em março de 2014. Está certo? Eu praticamente não fui o Governador em 2014.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, só mais uma contribuição... Eu estou justificando. Eu concordo com V. Exa., V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não! V. Exa. não me indiciou por causa disso que V. Exa. disse.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. disse aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou: "Olha, eu teria que ter indiciado o ex-Governador Omar Aziz".

Agora, eu não vejo... O que estou vendo aí é o seguinte: esses processos indenizatórios... É simples: o Tribunal de Contas aprovou esses processos indenizatórios. E aí eu, como Governador, tenho responsabilidade zero nesses processos indenizatórios, porque não sou ordenador de despesas das pastas. Esse é um ponto.

Segundo, V. Exa. pega e fala lá: em 2015, 200; em 2016, 190. Já não era mais meu Governo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para depor.) – Explique melhor como é esse pagamento indenizatório. Podia explicar, Deputado? Como é o pagamento indenizatório? É só para a gente conhecer melhor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, de uma forma bem simples, até para a população que está nos assistindo entender, é um contrato onde a empresa é chamada pela Secretaria de Saúde para prestar determinado serviço. A empresa, primeiro, presta o serviço e depois vai levar a fatura para o Governo do Estado pagar, sem qualquer tipo de licitação, sem qualquer tipo de fiscalização, muitas vezes, se o serviço foi executado de forma adequada ou se ele foi sequer executado. E o Governo paga, é obrigado a pagar. Por uma questão de enriquecimento ilícito... Ele é obrigado a pagar aquele valor, muitas vezes sem qualquer tipo de auditoria. Então, é um caso que está previsto na administração pública, mas de uma forma excepcionalíssima, em casos em que há claro perigo de descontinuidade do serviço público. E a gente viu que não foi dessa forma que foi atuado. Virou via de regra, e não uma exceção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse caso, a CPI não fez o indiciamento do ordenador de despesa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não entendi a pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É que o Senador Omar...

É só para concluir o raciocínio, Senador Renan.

É que o Senador Omar disse que, no caso dele, como Governador, ele não era o ordenador de despesa e, portanto, não teria que ser indiciado, como outros também em outras circunstâncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E mais, Senador Marcos Rogério: a genitora dele aprovou as minhas contas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, a questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É sim, sim, sim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A questão lógica aqui é o fato de que quem é o ordenador despesa ou não. V. Exa. disse que não foi o ordenador de despesa. A mesma lógica que ele sustenta aqui na CPI não vale para o Presidente da República. No caso do Presidente da República, querem atribuir a ele a responsabilidade de tudo que acontece nas minúcias do Ministério da Saúde. Veja que hoje está sendo um dia muito importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, eu queria dizer a V. Exa. e dizer aos Senadores que, como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, cabe-me fazer qualquer pergunta sobre o período do enfrentamento da pandemia. E, no caso do Amazonas, especificamente, eu tinha feito um elenco de perguntas. A esta altura, eu vou prejudicar todas as perguntas, porque nós estamos aqui, incrivelmente, discutindo 2011. Quer dizer, efetivamente esse não é o meu papel como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está exercendo o papel dele aqui a mando do Eduardo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse não é o meu papel como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A gente vai chegar lá no final e vocês vão ver quem é quem aqui. Calma!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De modo que eu me considero satisfeito, e V. Exa. chama o próximo inscrito.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu estou sendo ameaçado? Eu estou sendo ameaçado, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, estou sendo ameaçado. Estou sendo ameaçado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só fica um advogado aqui, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um, não precisa de dois. A outra pode se sentar ali, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Estou sendo ameaçado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu acabei de chegar aqui, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não chega a tanto. V. Exa. agiu com toda a tolerância em relação aos outros depoimentos.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu falo do seu Governo, e V. Exa. me ameaça de prisão, Senador? É isso que o senhor está dizendo para o Brasil todo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor... É você ou ele, por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, estou falando a verdade. Acho que esse que é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade isso, mas tudo bem, Deputado, vamos lá, vamos tocar. V. Exa. está bem protegido.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. está me ameaçando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não estou lhe ameaçando. Fique tranquilo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, V. Exa. acabou... "Vai sair daqui preso". Foram essas as palavras que V. Exa. usou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, fique tranquilo, fique tranquilo. Você vai ficar aqui até o final.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu vim aqui para falar a verdade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a verdade que eu quero de você. Você poder falar a verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos seguir, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não. É uma questão de ordem. Regimentalmente eu tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Eduardo Braga.

Senador Eduardo Braga, por favor!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Art. 14. V. Exa. me citou. Eu estava ausente. Eu estava ausente da Comissão, e V. Exa. me citou.

E eu queria entender, agora que estou presente na sala, qual é a citação que V. Exa. fez sobre meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria entender qual foi a citação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu disse que não precisa da ajuda para a defesa do Senador Eduardo Braga. V. Exa. veio ao auxílio para ele defender, para ele responder às perguntas duas vezes, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Não, não. Eu vim aqui para repor a posição verdadeira. Como disse o Senador Relator, Renan Calheiros, esta CPI é para que nós possamos avaliar problemas da pandemia da Covid-19, e o principal responsável no Amazonas, comprovado por uma CPI, comprovado por investigação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e que aguarda julgamento do STJ tem nome e sobrenome: Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas.

Portanto, eu estou aqui na função de Senador, de membro da CPI para debater sobre isso. Questiúnculas políticas locais não fazem parte do meu debate. Não estou aqui para socorrer o Deputado Fausto Junior, que é maior de idade, é Deputado e está aqui na condição de Relator de uma CPI e não de investigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O Deputado Fausto Junior está aqui na condição de Deputado Estadual e de Relator da CPI do Amazonas e não na condição de investigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele foi convocado ou convidado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Convocado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então ele veio na condição de testemunha?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – De testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Testemunha.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas ele veio na condição de Deputado Estadual Relator da CPI do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas como testemunha dos fatos ocorridos, como testemunha dos fatos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele é testemunha dos fatos relativos à CPI do Estado do Amazonas, esse é o objeto do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, Senador Fernando Bezerra e Senador Marcos Rogério, eu tenho conduzido esta CPI não usando má-fé nem nas perguntas nem nas respostas. Meu comportamento tem sido muito transparente. A má-fé em insinuar que, porque pagou o processo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas de minha parte?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, do Deputado. A má-fé em usar números, jogar números aí e dizer que porque se pagou processo indenizatório há corrupção, aí é uma coisa para quê? Para tentar... Aí o Senador Luis Carlos Heinze queria saber o que era, já foi explicado pelo Deputado, os outros Deputados... Então, veja bem: não é de ilações que nós estamos precisando. Nem aqui as pessoas que vêm armadas contra qualquer membro desta CPI, eu não permiti que isso fosse feito contra o Senador Jorginho, não permiti que fosse feito contra ninguém, mas achei que o Senador Marcos Rogério, o Senador Eduardo Girão, o Senador Luis Carlos Heinze acharam bom isso. V. Exa. saiu duas vezes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Porque, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... em auxílio ao Deputado. Só um minutinho, eu estou com a palavra, Senador Eduardo Braga. Eu ouvi V. Exa. e fiquei quieto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Na verdade, eu saí para conversar com...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, em auxílio a ele nas respostas, duas vezes. Uma pergunta simples: por que não indiciou o Governador, e até hoje não respondeu. Aí ele traz: senão teria que ter te indiciado também...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ah, eu nem estava aqui na sala...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Baseado na vossa indagação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu complementei baseado na vossa indagação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas baseado... Veja bem: você iria me indiciar porque foi feito processo indenizatório? Só isso, Senador? V. Exa. é o seguinte: nas entrevistas...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Veja, eu não disse isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Nós vamos conduzir isso aqui de uma forma bastante equilibrada para não perder o foco.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa., eu, nesse ponto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou falando, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k, Presidente, V. Exa. está falando faz tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso falar a hora em que eu quiser, eu sou o Presidente da Comissão. V. Exa. peça pela ordem e, na hora em que eu quiser, eu lhe dou. V. Exa. não interrompa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está nervoso, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não precisa ficar nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai ver quem é que vai ficar nervoso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ninguém está julgando V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai ver quem vai ficar nervoso no final da CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não precisa de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fale, Senador, estou dizendo, fale, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dizer, Presidente, V. Exa. não está sendo julgado por seus pares. V. Exa.... Houve uma pergunta a ele, ele respondeu de uma maneira que causou estranheza a V. Exa.; mas, veja, a questão das indenizações, V. Exa. disse aqui: não há crime, mesmo tendo sido pagas. No caso do Presidente da República sequer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só há crime, só há crime, só há crime... Só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... foi pago um centavo sobre um processo de aquisição de vacinas que não houve, e a acusação é de que estamos diante do maior crime...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, V. Exa. não... Eu vou lhe cortar a palavra porque V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, Presidente, V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não tem nada a ver, uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma coisa não tem nada a ver com a outra, Senador, por favor. V. Exa. está sendo indelicado comigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito indelicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não estou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito, muito indelicado. V. Exa. está sendo muito indelicado, sabe por quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não estou não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque V. Exa. faz a ilação de uma coisa com outra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não estou fazendo ilação, estou fazendo aqui apenas um comparativo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, você está... Você usa da sua...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... suas palavras para fazer umas ilações...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, não é ilação!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não faça isso! Não compare o que ele falou ao que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O caso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O caso, qualquer outro caso, é uma outra coisa. V. Exa. não pode dizer, ninguém pode afirmar, nem ele afirma, porque, se ele tivesse afirmado isso, ele investigou... Ele só disse que isso foi pago, como se isso fosse um crime e tivesse roubo. O que ele deveria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. teve oportunidade de investigar, Deputado! V. Exa. não investigou porque prevaricou!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não! Estou sendo acusado de crime, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho. V. Exa. fique agora... Só um minutinho, o senhor vai ter oportunidade de falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se um relator investiga e acha que tem indícios de irregularidades e não coloca no relatório, só bota os números frios para mostrar para a população que tinha um valor... V. Exa. não pode dizer que eu teria que ter sido indiciado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, V. Exa. não pode dizer que eu teria que ser indiciado porque...

Só um minutinho, amigo, filho do Paulo Castro. Só um minutinho!

V. Exa. não pode fazer uma insinuação dessas sem ter investigado, e teve oportunidade de investigar, teve oportunidade de ter visto todos esses pagamentos, ao longo dos nove anos, indenizatórios e ter dito "olha, teve corrupção aqui, teve corrupção ali, teve corrupção ali" e indiciar, inclusive, a mim se eu tivesse responsabilidade. Agora, o senhor não pode chegar aqui na CPI e dizer "não, eu teria que indiciá-lo", comparando o problema que o Amazonas está sofrendo por falta de oxigênio a pagamento indenizatório, Deputado! Isso é diferente! É só isso que eu estou dizendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, V. Exa. poderia ter feito isso no seu relatório, que seria até bonito ter dito: "Olha, tem aqui indícios, graves, e nós temos que investigar esses pagamentos indenizatórios." O senhor colocou no seu relatório os valores que foram pagos, mas não tem absolutamente nada escrito em relação a isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente! (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de formular a presente questão de ordem, nos termos regimentais, acerca do suposto crime de prevaricação do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria para V. Exa. fazer isso após...

O senhor já concluiu, Senador Renan?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois que nós terminarmos a sessão de...

Senador Otto Alencar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. vai ler um textão aí, vai demorar meia hora!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, o senhor me citou! O senhor me citou!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não citei não!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor citou, o senhor falou há pouco tempo que eu estaria satisfeito com essa situação de constrangimento que houve aqui. Eu queria entender por que o senhor me citou e disse que eu estaria satisfeito com essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, foi um equívoco, Senador, eu errei quando falei o seu nome: eu ia falar no Senador Luis Carlos Heinze e coloquei o senhor no meio. Desculpe!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, me perdoe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ...V. Exa. está me tirando o direito de formular uma questão de ordem! É uma questão importante! É uma questão de ordem importante, e eu tenho direito à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o artigo que V. Exa. está pedindo na questão de ordem?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É porque, pelas declarações de V. Exa. e do Relator, se anuncia para a imprensa e para todo o Brasil que se inicia um processo de investigação de um crime de prevaricação por parte do Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu dei essa declaração?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Está na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Está na imprensa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o senhor tem que perguntar ao Senador Randolfe porque foi ele que entrou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, talvez eu possa esclarecer ao Líder do Governo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. Eu gostaria de formular a minha questão de ordem. Não estou pedindo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não cabe questão de ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não estou precisando de esclarecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não tem isso na CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na realidade, eu nunca vi... A gente não consegue aqui ter direito ao espaço da fala...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, assegure a palavra ao Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... ao espaço da fala! Eu queria só a compreensão da Presidência e dos meus pares.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria uma questão de ordem. Vamos seguir a sequência de inscritos, conforme está estabelecido no funcionamento da CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Claro, mas a questão de ordem prevalece. Eu preciso formular. Vou tomar três minutos. Eu queria a compreensão do Relator e do Presidente para formular a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por três minutos, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para questão de ordem.) – Diante do encontro relatado pelo Deputado Federal Luis Miranda, o Presidente da República entrou em contato com o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, no dia 22 de março de 2021, segunda-feira, a fim de solicitar a realização de uma apuração preliminar acerca dos fatos relatados quanto ao contrato de compra da vacina Covaxin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No regular exercício do poder de autotutela da administração pública – ato contínuo após a ordem do Presidente da República –, o Ministro determinou que o então Secretário-Executivo, Elcio Franco, realizasse uma averiguação prévia dos indícios de irregularidades e ilicitudes apontados.

Compete destacar que o Secretário-Executivo Elcio foi responsável pela negociação, contratação e aquisição, até 20 de março de 2021, de todas as vacinas pelo Ministério da Saúde. Por isso, o agente público com maior *expertise* para apreciar eventual não conformidade contratual quanto às vacinas era o Secretário-Executivo.

Após a devida conferência, foi verificado que não existiram irregularidades contratuais, conforme já previamente manifestado, inclusive pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde.

Ressalta-se que é prerrogativa legal da administração pública – no exercício do poder-dever de autotutela administrativa – realizar averiguação prévia sobre os seus atos, sem a necessidade de encaminhar para outras instâncias investigativas, conforme o Enunciado Sumular nº 476, do Supremo Tribunal Federal, abro aspas: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", fecho aspas.

Portanto, conclui-se que a notícia crime ora em análise não detém aptidão mínima nem justa causa idônea para o seu devido prosseguimento, uma vez que foi realizada uma avaliação cautelosa e criteriosa do Secretário-Executivo Elcio Franco acerca da denúncia de irregularidade contratual apresentada pelo Parlamentar Luis Miranda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permite, pela ordem – aí é pela ordem dos trabalhos.

Em primeiro lugar, Presidente, veja, não existe nenhuma proposição sequer de que esta CPI antecipe algum aspecto do relatório do Relator Renan Calheiros. O que ocorreu foi uma iniciativa individual de Senadores, à luz dos acontecimentos de sexta-feira, de oferecer uma notícia-crime ao Supremo Tribunal Federal. Repito: foi uma iniciativa individual de Senadores, não é uma iniciativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, o primeiro aspecto que esta, abre aspas... Com toda vênia, respeito, acatamento e consideração a S. Exa. o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, não procede a questão de ordem, porque não tem esse debate neste momento na CPI. Não está se debatendo antecipação do relatório do Senador Renan Calheiros.

Em segundo lugar, se V. Exa. me permite, na condição humilde de auxiliar de V. Exa. na Presidência, atribuição que me cumpre, seria importante, a partir de agora, adotar o procedimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento para questões de ordem e pela ordem. A questão de ordem está estirada no art. 413 do Regimento Interno.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, é porque, quando é com relação a outros Parlamentares, tem intervenção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a questão de ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É claro que a Mesa que decide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a questão de ordem... Conforme o 403, tem que ser declinado o dispositivo do Regimento Interno. E a questão de ordem ocorre claramente, pelo dito no Regimento Interno, quando existe uma ofensa à ordem dos trabalhos. O pela ordem nós convencionamos que é para a organização dos trabalhos.

Então, só para nós adotarmos esse procedimento, a partir de agora, na organização dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria pedir a V. Exa... Esse assunto aí não diz respeito à CPI. Isso foi uma iniciativa do Senador Randolfe, individualmente, juntamente com outros dois Senadores. E qualquer cidadão brasileiro, tendo em vista os fatos que foram apresentados aqui pelo Deputado Luis Miranda em relação à prevaricação, poderia entrar com uma ação de prevaricação de qualquer uma pessoa. Então, isso não cabe à gente estar discutindo. A sua questão de ordem não é para cá, é para outro ambiente, não na CPI.

Não foi o Relator, nem eu. Foi uma decisão do Senador Randolfe, do Senador Kajuru, que não faz nem parte da CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só que é o Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas o Kajuru não é nem membro da CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, o Senador Randolfe é Vice-Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, de qualquer forma, eu fico feliz em ouvir o testemunho do Senador Randolfe, com a iniciativa individual dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E não da CPI, não do Relator, não do Presidente, porque não existem elementos para poder iniciar...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque sobre isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Renan quer abrir um debate aqui. Vamos abrir o debate!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só lembrar ao Senador Fernando Bezerra e a todos, Presidente, que, com relação a essa questão, é muito mais grave o que envolve o Presidente da República. É muito mais grave, porque ele não só teve conhecimento, ele participou em todos os momentos. Deixa eu só lembrar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa, Senador Renan. V. Exa. Está fazendo afirmação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixa eu só lembrar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nó estamos ainda investigando, levantando. V. Exa. se refere...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixa eu falar! Deixa eu falar! No dia 8 de janeiro, 8 de janeiro... O Presidente da República, que é um contumaz veiculador de *fake news,* agora está com a amnésia. Seria o caso, eu disse ontem, respondendo a uma pergunta...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou falando!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Esse ofício a que V. Exa. se refere...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou falando! Eu lhe ouvi, rapaz! Eu lhe ouvi! Eu estou falando!

Seria o caso desse contumaz e compulsivo veiculador de *fake news*... Seria o caso de ele recuperar um pouco a sua memória. Eu até disse ontem: eu recomendaria até ao Otto Alencar, que é o nosso médico credenciado, passar um "memoriol" para ele, porque, no dia 8 de janeiro – 8 de janeiro –, ele mandou uma carta para o Primeiro-Ministro da Índia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Para acelerar a entrega das vacinas compradas no âmbito do Covax Facility.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fernando, querido, deixa eu falar! É importante que as pessoas saibam disto: no dia 8 de janeiro, ele mandou uma carta pedindo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixa eu falar! ... pedindo para comprar 20 milhões de doses de vacina, no mesmo momento em que ele tinha recusado 170 milhões de doses da Pfizer, do Butantan e da OMS, que assinou os 10%, largando 46 milhões de doses – no mesmo momento.

No dia 25 de fevereiro, no dia 25 de fevereiro, o Presidente da República... O acordo foi fechado. O acordo pedido no dia 8 de janeiro foi fechado no dia 25 de fevereiro. No dia 10 de março, Senador Fernando Bezerra, o Presidente da República sancionou a medida provisória na qual o Deputado Ricardo Barros incluiu a emenda autorizando a compra da Covaxin. Quando o Deputado Luis Miranda foi falar com ele, foram dez dias depois, no dia 20 de março.

Eu perguntei aqui ao Deputado: "Neste dia, o senhor já teve a informação de que ele sabia?". O Deputado respondeu aqui para todos: "Sabia detalhes, pormenorizadamente..."

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a acusação contra ele proposta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A palavra está garantida ao Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é de que ele participou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele participou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas para complementar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sobre a as emendas apresentadas nesse tema, também apresentou emenda, nessa mesma direção, com esse mesmo conteúdo, o Deputado Renildo Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu apresentei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas eu não vejo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apresentou o Deputado Orlando Silva...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí, espera aí, espera aí.

Nós apresentamos emenda e apresentamos emenda para facilitar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com a vinculação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a vinda de vacinas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que V. Exa. está fazendo aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos apresentaram a mesma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem nada a ver. Não tem nada a ver. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão não é a emenda. A questão é outra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – A questão é que ele sabia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ele sabia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, não, por favor.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tenho a impressão de que a questão não é a emenda, é o soneto. É pior que a emenda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como falou aí o Senador Renan Calheiros, é claro que esta CPI existe exatamente porque a crise do Amazonas chamou a atenção de todo o País, todo o Brasil. Inclusive, o primeiro requerimento é um requerimento específico para investigar os fatos ocorridos no Amazonas por falta de oxigênio, de insumos, *kit* intubação, experiência incorreta, anticientífica e sem orientação médica do uso indiscriminado da hidroxicloroquina e do laboratório feito em Manaus para estimular a imunidade de rebanho. E isso levou a uma condição muito ruim para a capital do Estado do Amazonas, que tem a maior letalidade de todo o País, porque se estimulou muito a imunidade de rebanho, uma coisa criminosa, sem dúvida nenhuma.

E o interessante é que todos os que vieram aqui e que estimularam a imunidade de rebanho depois voltaram atrás, inclusive a Dra. Nise Yamaguchi, o Osmar Terra, todos eles.

Portanto, não há como se achar, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado Fausto, não há como se achar que uma Comissão Parlamentar de Inquérito feita no ambiente da Assembleia Legislativa, que é o Colegiado correto para investigar Governadores, não é este Colegiado aqui do Senado... Inclusive, a legislação é muito clara, o art. 146 do Regimento Interno diz isto com muita clareza: o Colegiado para investigar o Governador é a Assembleia Legislativa, sem dúvida nenhuma. Portanto, quando, aqui nesse relatório, V. Exa. coloca que não estendeu, não aprofundou a investigação do Governador, porque o fato já corre no Superior Tribunal de Justiça, existe aí um equívoco muito grande, poderia muito bem estar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu fui mal interpretado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não me interrompa, por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Me desculpe.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Quando eu der a palavra a V. Exa., V. Exa. fala. Está certo? Vamos fazer aqui um tratado para ter as coisas bem claras.

Então, nada impediria que a Assembleia aprofundasse a investigação sobre o Governador porque está correndo no Superior Tribunal de Justiça a investigação. É claro isso, para V. Exa.?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) **–** Com certeza, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Uma coisa não invalida a outra, certo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Com certeza.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas V. Exa. não aprofundou a investigação, como Relator.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Posso responder?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Daqui a pouco.

V. Exa. não aprofundou a investigação, como Relator, e deveria ter feito. Deveria fazê-lo de forma correta como está preestabelecido na Constituição Estadual do Estado do Amazonas, que rege essa matéria, como qualquer outra Assembleia Legislativa. Eu fui Presidente de Assembleia, conheço perfeitamente como funciona e sei o que é ser Relator. O Relator é o que conduz os atos todos de investigação para que os membros da Assembleia possam discordar ou concordar. Certo isso? Não é isso? Então, uma coisa não invalida a outra.

Então, esse relatório aqui, que traz, na p. 130, não investigar o Governador, porque corria no Superior Tribunal de Justiça uma investigação, não tem sustentação jurídica absolutamente nenhuma, mas nenhuma mesmo. Poderia perfeitamente investigar o Governador. Se não foi feito, é exatamente porque não quiseram fazer ou se aprofundar. Essa é uma relação que precisa ser explicada.

E, como falou o Senador Eduardo Braga, é importante que, Senador Eduardo Braga, se pudesse instalar uma outra Comissão Parlamentar de inquérito, já que essa se extinguiu em setembro de 2020, no auge da crise sanitária, quando as pessoas no Amazonas morriam por falta de oxigênio e eram enterradas em vala comum. Então, não tinha por que não fazer a investigação e aprofundar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Repetindo, o Colegiado para a investigação do Governador ou dos Governadores chama-se Assembleia Legislativa dos Estados – no caso aí, a do Estado do Amazonas. V. Exa. concorda com isso? Não é este Colegiado aqui do Senado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Independente de CPI, essa é a nossa função constitucional, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. Então, não é este Colegiado aqui, Senado Federal, é a Assembleia Legislativa. Quando se fala em trazer Governador para aqui, se fala sabendo que a lei não permite, tanto é que o Supremo fez isso, muito mais por politicagem e promoção individual do que realmente ter cumprimento da legislação, não só do Regimento Interno, como da Constituição Federal.

Mas eu vou às perguntas a V. Exa., até porque o Senador Renan Calheiros não teve oportunidade de fazer as perguntas.

Eu queria começar pelo seguinte: o senhor, que é Deputado Estadual, foi Relator. A sua família, que tem muito poder, até porque tem poder no Tribunal de Contas do Estado, tem indicações na administração do Governador Wilson Lima?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Com o meu consentimento e do meu conhecimento, não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não foi isso que eu perguntei.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, mas eu estou lhe respondendo a verdade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu estou perguntando se tem ou não tem?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não conheço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não sabe responder, por exemplo, do seu pai, por exemplo, se ele tem indicação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Meu pai não ocupa nenhum cargo público.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas não indicou ninguém?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor também não indicou ninguém?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não indiquei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não indicou ninguém na estrutura do Governo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não indiquei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Deputado...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu estou sob juramento, eu sei disso. Não indiquei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E ninguém da sua família também indicou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador, não posso falar pela minha família. Posso falar por mim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí o senhor está tergiversando, está fugindo da pergunta.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor conhece, claro, a Conselheira Yara Lins?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Minha mãe.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sua mãe. Foi ela que julgou as contas do então Governador Omar Aziz?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu não posso falar em nome do TCE.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, se ela é Conselheira, como é que ela não julgou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não posso falar em nome do TCE. Não estou falando que julgou, não julgou... Não posso falar em nome dela.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quer dizer, o senhor conversa com a senhora sua mãe... Com muito respeito, eu quero me dirigir a ela, claro...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, deixe eu lhe falar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... porque é até Conselheira em um colegiado difícil de uma mulher chegar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Primeiramente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, o senhor não sabe se ela não votou nas contas do Omar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, ela está ausente. Eu vim para testemunhar sobre o relatório da CPI, e V. Exa. quer que eu fale sobre a atividade da minha mãe?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sim, mas o senhor não pode responder se ela votou...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, isso é falta de respeito por uma senhora...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não é responder...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... servidora de carreira, 40 anos de Tribunal...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não é falta de respeito, não, senhor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não é falta de respeito...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... quer misturar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, espere aí. Deputado, eu estou com a palavra. Eu perguntei ao senhor se ela participou da votação. Não é falta de respeito, não é falta de respeito. Espere aí.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, mas eu quero entender qual é a relação disso com o meu depoimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** É porque eu ouvi o senhor dizendo aí que o Omar...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) **–** Presidente, eu só queria saber qual é a relação dessa pergunta pra esta CPI. Eu não estou entendendo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, eu estou perguntando... Então, eu vou explicar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senador Marcos do Val, cada colega Senador tem autonomia para...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor não estava aqui na hora em que ele falou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... organizar a inquirição como quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele falou aqui... Espera aí, Senador Marcos do Val, o senhor não vai me peitar como peitou aqui o Deputado Luis Miranda, até porque, se o senhor me peitar, eu não corro, como ele, que afrouxou terra e eu não afrouxo, entendeu? Pode ter certeza. Você pode ser o que for, não dá. Então, é bom esclarecer os fatos para não ter dúvida aqui entre nós. (*Risos.*)

Então, não é falta de respeito perguntar se uma Conselheira relatou as contas... De maneira nenhuma.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Qual é o objetivo da pergunta de V. Exa.?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Me desculpe. Não sabe, não é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, eu não estou entendendo qual é a relação disso com o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador está fazendo uma pergunta, e o senhor tem três opções.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele disse que é falta de respeito, pelo amor de Deus! Nunca foi...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu estou pedindo respeito, não disse que era falta de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não.

Deputado, só um instante.

O Senador está fazendo uma pergunta, e o senhor tem três opções: dizer "sim", dizer "não", ou dizer que não quer responder.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não vou responder, então.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Outra pergunta. Nesse relatório do senhor, o senhor buscou subsídio no Tribunal de Contas do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Foi buscado em todos os órgãos de controle, principalmente no Tribunal de Contas do Estado. Inclusive...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor buscou lá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... houve a participação, por meio de requerimento da CPI, de dois servidores do Tribunal de Contas para...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Então, o senhor confirma que buscou subsídio para o seu relatório no TCE?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eles auxiliaram nas investigações e na análise dos contratos. Eu não afirmo necessariamente que havia informações que o TCE tinha. Eles nos auxiliaram na análise dos contratos, na auditoria dos contratos. Essa foi a participação do TCE.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor conhece o advogado André Guedes?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, conheço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Qual é a relação dele com sua família?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu o conheço. Com a minha família, eu não tenho... Não posso falar em nome da minha família, Senador. Eu não tenho... Eu não sei se ele é advogado, eu apenas o conheço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pelo que eu percebo, o senhor é uma pessoa completamente isolada da sua família...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Na verdade, sim, Senador. Inclusive, minha família tem outros Parlamentares cujos posicionamentos são muito diferentes dos meus.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Há registro de entrada do advogado André Guedes na recepção da Assembleia Legislativa do Amazonas para visitar o seu gabinete permanentemente?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador. Não tenho conhecimento disso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Na assembleia, não tem registro de que ele foi em seu gabinete?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não tenho conhecimento disso, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não. O senhor não lembra se ele foi?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, não foi. Não foi.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor conhece ou mantém alguma relação com os empresários proprietários das empresas TechWay, TCD Transporte, Matrix, TH Rodrigues, DR7 e LBC?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu não possuo relação com nenhum empresário. Se possuísse, eu não teria denunciado um Governo com...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não. Eu estou perguntando se o senhor tem...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu estou lhe respondendo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor responde se tem ou se não tem.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu estou lhe respondendo com ênfase, Senador. Me permita falar também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Hein?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu gostaria de responder à pergunta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não. Eu estou perguntando se o senhor tem ou não tem. Só isso; mais nada.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor nunca teve relação com essas empresas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** A CPI durou 90 dias.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Cento e vinte, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Cento e vinte? Aqui está... Então, houve uma extensão por mais 30 dias?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não. Foi o tempo inicial dela. Não foi prorrogada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O relatório foi... Cento e vinte dias.

Indiciou várias pessoas do segundo escalão, não é isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – E do primeiro escalão também, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Hein?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – E do primeiro escalão também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Com exceção do Governador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não havia elementos que conectassem à materialidade do Governador, baseado nas investigações feitas pela CPI. Houve, posteriormente, através da Polícia Federal. É importante – eu estou tentando esclarecer isso desde o início do depoimento, se o senhor me permitir – alegar que o que levou a Polícia Federal a conectar o Governador, a atuação do Governador com o caso, especificamente, dos respiradores e da loja de vinho foi fruto das interceptações telefônicas do Governador. A isso a Assembleia Legislativa não teve acesso. Então, eu não poderia inserir o Governador no relatório por meras convicções pessoais ou políticas minhas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** É pouca sorte. É estranho isso.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não! Mas eu não posso acusar uma pessoa sem provas, Senador. Essa é a minha...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sem provas? Espere aí.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Que conectassem diretamente o Governador àquele caso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Espere aí... Sem provas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Quem detinha essas provas, baseado nos insumos e nas informações que nós apuramos na CPI, foi a Polícia Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Nesse caso, nesse caso está caracterizado que houve uma proteção ao Governador clara.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não. Isso é o seu juízo de valor, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E, quando o STJ determinou busca e apreensão na casa do Governador Wilson Lima, a CPI sequer convocou ele, logo depois, para depor, e a CPI estava em andamento ainda?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, nós fomos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Porque a CPI estava em andamento – não foi? –, quando teve a...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu gostaria de contextualizar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Então seria, seria, seria o momento...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. está me perguntando sobre um contexto, sobre um contexto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... correto de V. Exa., como Relator, convocar o Governador, porque V. Exa. estava ainda... A CPI ainda estava em andamento.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor lembra quando foi que houve a operação da Polícia Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Dia 30 de junho, Senador. Deixe eu lhe... Deixe eu, deixe eu lhe contextualizar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Se foi até setembro, existiam todos os elementos para convocar o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, V. Exa. me pergunta e responde à pergunta?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não. Pode, pode falar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, naquele momento, quando nós observamos que havia uma investigação em curso, nós fomos até a Polícia Federal, levamos todas as informações que nós tínhamos, e é lógico e óbvio que a Assembleia nunca vai fazer o papel da Polícia Federal. A Polícia Federal tem muito mais estrutura e poder de investigação. Tanto é, que teve e chegou a patamares na investigação que a Assembleia jamais teria conseguido chegar sem a estrutura da Polícia Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor encaminhou algum pedido de informações à Polícia Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Encaminhei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor tem cópia?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Está no relatório, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não. Eu queria a cópia... A do relatório, não. Eu queria a cópia assinada pelo senhor. O senhor tem como mandar?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu posso lhe encaminhar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor pode encaminhar então?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu posso lhe encaminhar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a situação atual da saúde pública no Estado do Amazonas? A pergunta é a seguinte: está tendo, está seguindo toda a tramitação de orientação do Ministério da Saúde, agora com o Ministro Queiroga? Por exemplo, o uso de máscara, distanciamento físico... Tem UTIs em quantidade para o atendimento da população?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu sei já...

O Estado é de calamidade ainda, como aconteceu, ou já...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, já...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... houve uma melhora do quadro?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Houve uma melhora do quadro, sim, há redução significativa dos casos; está havendo um avanço na vacinação. Eu, inclusive, como Deputado Estadual, fui até o Instituto Butantan tentar intermediar a compra direta, baseado na emenda coletiva que nós apresentamos na Assembleia Legislativa de R$50 milhões para a compra de vacinas. Não obtive sucesso por questões legais, mas têm chegado as vacinas por meio do Governo Federal; essa é a informação que nós temos. Agora, nós não temos especificamente, por uma questão de falta de acesso, realmente, da Assembleia a informações do Governo Federal...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor, o senhor, o senhor, o senhor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... especificamente a se há recomendação do Ministério da Saúde...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor é Deputado Estadual. O senhor tinha consciência do que continha no Fundo Estadual de Saúde de recursos para a saúde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Qual era o valor?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em que período, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** No período da CPI. O senhor perguntou, indagou quanto existia de recursos públicos repassados pelo Governo Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... no Fundo Estadual de Saúde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – No período, Senador, em 2019, cerca...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, eu estou falando de 2020, 2020!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em 2020, aproximadamente 1 bilhão e 80 milhões...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque isso é uma coisa fácil de fazer. O senhor faz um pedido, e o Governador...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... 1 bilhão e 80 milhões.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... informava.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu lhe respondi: 1 bilhão e 80 milhões.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não pediu isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, nós tínhamos essa informação através do Portal de Transparência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe quanto é que tinha no Fundo Estadual de Saúde, o número, o valor?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Do Governador Federal...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – No estadual – no estadual! –, Fundo Estadual de Saúde (FES).

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Quatrocentos e setenta milhões, exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quatrocentos e tantos milhões.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso. Nós não precisamos de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor considera que um Governador, com 450 milhões no Fundo Estadual de Saúde, se tivesse compromisso com a saúde, deixaria faltar oxigênio e *kit* intubação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, foi exatamente por isso que nós investigamos a forma como...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, mas eu quero saber se o senhor considera que o Governador foi responsável, porque o dinheiro estava na conta, e faltou oxigênio, faltou *kit* intubação. Os seus patrícios...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Foi responsável, claro!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... os seus patrícios...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Foi responsável, má gestão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... receberam tubo na traqueia, amarrados.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Má gestão, foi responsável! Não...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Então, o senhor acha que isso não compromete um Governador com dinheiro no caixa? E o senhor faz uma CPI, e esse Governador não é sequer indiciado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, para ele ser indiciado tem que haver crime.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor disse, agora, sobre quatrocentos e tantos milhões de reais, na conta. Quer dizer, nesse caso do oxigênio em Manaus, às vezes, culpam só o Governo Federal; não é só o Governo Federal que tem culpa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não é, não!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Ele é responsável, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O Governo Federal tem culpa também, tem culpa, foi negligente, mas um Governador previdente, compromissado com a saúde, sentado na cadeira, com o dinheiro em caixa, não deixaria faltar oxigênio para que os seus compatriotas morressem...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Concordo plenamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... não deixaria faltar *kit* intubação, para serem intubados sem uma sedação. E como é que o senhor não indicia o Governador, Deputado, como Relator, diante de um crime sanitário desse tamanho, um crime contra a humanidade? Tinha dinheiro no caixa; se não tivesse dinheiro, eu concordo. E o senhor não indicia o Governador? Permita-me ser sincero, o senhor fez um relatório benevolente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senador Otto, um minuto para V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Hein?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, só mais um minuto, para V. Exa. concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tudo bem, eu vou concluir, não tem...

Eu fui interrompido, aqui, pelo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estou acrescentando.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... Marcos do Val...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estou acrescentando mais dois minutos para V. Exa., estou acrescentando. Fique à vontade!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu quero perguntar ao senhor agora: existe ainda indício de corrupção nos contratos e na gestão da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, baseado no que foi investigado no relatório da CPI, enquanto não for terminada a questão dos processos indenizatórios, é preciso investigar sempre, porque...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor acha que existe ainda?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, achar que existe, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, só "sim" ou "não". Não, Deputado, "sim" ou "não".

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Acredito que sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Seja afirmativo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Acredito que sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ainda existe corrupção.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu quero ser apenas preciso, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ainda existe corrupção, o senhor afirma, nos contratos de gestão da secretaria do Estado do Amazonas. O senhor disse "sim". Então, não há por que não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Se eu acredito, foi uma pergunta...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, não há por que não abrir uma outra Comissão Parlamentar de Inquérito no Amazonas. Se não foi investigado, haverá omissão de parte do Presidente, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os Deputados que compõem a Assembleia, porque o senhor acabou de dizer aqui, agora, que ainda tem corrupção nos contratos da gestão do atual Governador Wilson Lima.

Quais os cuidados que a Assembleia, o senhor deveria ter tomado, para que isso não acontecesse e continuasse acontecendo até agora, como o senhor falou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O senhor pode ser mais específico na pergunta? Isso... O que seria isso?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor disse que ainda existe corrupção nos contratos.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Certo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Quais os cuidados que o senhor tomou depois disso pra coibir isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Nós continuamos o nosso trabalho normal de fiscalização do serviço público.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas sem investigação nenhuma.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, investigação sem CPI, Senador. É preciso deixar clara a diferença entre a CPI e o papel constitucional da Assembleia. Independente de CPI, a Assembleia tem a função de fiscalizar o Governo do Estado. Não só se fiscaliza o Governo do Estado por CPI.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sr. Presidente, eu vou diminuir as perguntas, e vou chegar numa aqui.

Durante a crise de oxigênio, em janeiro, a primeira e a segunda onda da Covid-19, o senhor se encontrava em Manaus, em São Paulo...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu me encontrava em Manaus. Eu estive, por um curto período de tempo, em São Paulo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Em janeiro?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... mas eu me encontrava em Manaus. Tanto é, que visitei Hospital de Manacapuru, visitei...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor tem imóvel fixo em São Paulo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A minha família possui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Então, o senhor é paulista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, o meu irmão mora em São Paulo. O meu irmão é juiz em São Paulo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** O senhor recebeu alguma pressão de alguma autoridade pra não indiciar o Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – De forma alguma, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Agora, o senhor me perdoe. De jeito nenhum eu quis lhe faltar com respeito à sua senhora mãe. Ela é uma figura pública. Portanto, eu fiz aquela pergunta.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Está ausente, né?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Mas fiz a pergunta, o senhor pode responder como filho. Se me perguntarem sobre minha mãe, eu respondo na hora.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, se perguntar sobre a minha mãe, eu respondo; agora, perguntar sobre a conselheira, eu não posso falar sobre a conselheira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Se perguntar... Se perguntar sobre a minha, eu respondo na hora, eu não tenho dúvida, absolutamente dúvida. Faria na hora. O senhor Deputado, então, não tinha nenhum problema. Então, não leve a mal, o senhor está sempre... Aqui é uma CPI. Aqui não estamos fazendo uma reunião de colégio de freiras; aqui é uma CPI.

Então, eu queria perguntar ao senhor: o pai do senhor tem contrato com o Governo do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Qual e a atividade dele?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Meu pai é médico.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E não tem contrato nenhum com o Governo do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Meu pai, ele é ligado a uma cooperativa, mas ele não é empresário, ele não tem... Nunca disputou licitação no Governo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** A cooperativa não tem contrato com o Governo do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. perguntou "o meu pai".

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sim. E a cooperativa tem?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não tenho conhecimento, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não tenho conhecimento dessa informação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Da cooperativa o senhor não tem conhecimento.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está bom. Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Bem, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Renan Calheiros; eminente Deputado Fausto Junior...

A razão pela qual V. Exa. está aqui – e eu tenho aqui a cópia do requerimento que aprovou, que foi aprovado nesta CPI – é exatamente para que V. Exa., na condição de Relator da CPI, que tratou sobre questões, apurar as ocorrências de atos administrativos que importem dilapidação do Erário e gestão temerária na máquina pública durante a pandemia da Covid-19.

Essa CPI teve 120 dias de prazo. O relatório final dessa CPI foi protocolado na Assembleia Legislativa do Estado, no dia 2 de agosto de 2020, e entregue às autoridades competentes, em 30 de novembro de 2011.

Fatos identificados:

– compra de respiradores mecânicos em loja de vinho.

Eu já tive a oportunidade de dizer nesta Casa que é inadmissível, inexplicável como, Senador Otto Alencar, a gente possa compreender o Governo do Estado comprar respirador em uma loja de vinho – e esta, inclusive, é uma das investigações da Polícia Federal e uma das razões de um dos processos que tramita no STJ.

– irregularidades envolvendo a empresa Norte Serviços Médicos Ltda. na prestação de serviço de lavanderia, exames de ultrassonografia, colonoscopia e conização;

– irregularidades envolvendo a empresa Rio Negro Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Eireli;

– irregularidades envolvendo a empresa Líder Serviços de Apoio à Gestão de Saúde Ltda. e Prime Serviços de Conservação, Limpeza e Apoio Administrativo Eireli na cotação de preços e serviços médicos, qualificação técnica de médicos contratados e atestado de capacidade;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– irregularidades envolvendo WF Control Apoio à Gestão de Saúde e Atividades Empresariais Ltda.;

– irregularidades envolvendo o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano (INDSH) e o Hospital Delphina Aziz em contratação de gestão sem prévia dotação orçamentária, ausência de fiscalização e acompanhamento dos serviços prestados, ausência de prestação de contas padronizada e indevida;

– irregularidades envolvendo a parceria pública privada e o Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, fraudes a licitação decorrentes do sistema ilegal de pagamentos indenizatórios sem a devida fiscalização dos órgãos de controle das fraudes relacionadas ao programa do Governo Anjos da Saúde, programa de cunho social implementado pelo Governo do Estado com o objetivo de tornar o atendimento médico assistencial nas unidades de saúde da rede pública mais humanizado e qualificado. Ou seja, a minha pergunta a V. Exa. é: diante de tantas conclusões de irregularidades, na minha opinião – e aqui, na opinião de todos os Senadores – é que restam provadas a incompetência, a inépcia, e, segundo investigações da Polícia Federal, do Ministério Público – e que agora está denunciado no STJ –, há, inclusive, desvio de recursos públicos, malfeitos, etc., realizados na gestão do Governo do Estado do Amazonas.

O principal hospital para o enfrentamento do Covid é o Delphina Aziz, correto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Correto, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O Delphina Aziz, aqui dito já pelo Ministério da Saúde e pelo Secretário da Saúde do Estado do Amazonas, o ex-Secretário, estava com três andares, dos seis andares, fechados, quando do início desta CPI.

A minha pergunta é: o que é que justifica, portanto, o fato de essa CPI ter encontrado um volume de pagamento para o Hospital Delphina Aziz no valor de R$298 milhões no ano de 2020, se metade do hospital não estava funcionando?

Se esse fato levantado pela CPI é verdadeiro, aí a gente começa a entender para onde foi o dinheiro do Covid, porque pagaram a um hospital R$298 milhões, e três andares desse hospital estavam fechados!

E esse INDSH? O que a CPI encontrou em relação a essa Organização Social que faz a gestão do hospital?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, fizemos alguns depoimentos, fizemos, inclusive, algumas acareações, Senador, em relação à OS, e o que nós constatamos foi a completa falta de auditoria sobre os serviços prestados. Os servidores da Susam que eram designados para uma espécie de comissão que seria para auditar os serviços prestados no Hospital Delphina Aziz eram todos servidores comissionados, de livre indicação do Governo, e eles praticamente não auditavam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, havia uma carência de transparência muito forte sobre o que exatamente era feito com o dinheiro destinado à OS. Então, o contrato era pago na sua integralidade, e nós vimos que, em determinados momentos da CPI, da operação nesse hospital, o hospital chegou a funcionar com apenas 50% de sua capacidade em um dos momentos mais críticos da pandemia, na primeira onda.

Então, realmente, a CPI encaminhou esses documentos para os órgãos de controle naquele momento, porque, como eu falei anteriormente, nós tentamos a prorrogação da CPI. Estávamos no meio dessa investigação, surgiam fatos novos a todo momento na CPI, o que, realmente, prejudicou muito o trabalho. Houve muito trabalho num período de tempo muito curto, e seria fundamental a prorrogação para que a gente pudesse terminar de elucidar os fatos inerentes ao Hospital Delphina Aziz. Mas toda a documentação que nós encontramos, nós a encaminhamos para os órgãos de controle e, certamente, essa falta de transparência precisa ser mais investigada de forma mais aprofundada, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu quero aqui destacar, Sr. Presidente, que... Quero até me corrigir: não foram R$298 milhões pagos; foram R$268 milhões pagos, enquanto o 28 de Agosto, que é o maior hospital do Estado do Amazonas, que também esteve envolvido no combate à Covid, recebeu, em todo o ano de 2020, R$76 milhões; o João Lúcio, outro hospital importante, na zona leste da cidade de Manaus, apenas R$51 milhões; o Adriano Jorge, que é um hospital geral, que faz, inclusive, todo tipo de cirurgia e que atendeu na frente da Covid, apenas R$87 milhões.

É fato que o que aconteceu de falta de oxigênio na cidade de Manaus é um escândalo, é um crime contra a população amazonense. Em 30 de dezembro, o saldo no fundo estatual de saúde era R$478 milhões; no dia 30 de janeiro, R$528 milhões; no dia 28 de fevereiro, 540; em março, 560. O dinheiro só acumulava, não faziam absolutamente nada. E o que aconteceu? O povo morreu por falta de oxigênio.

Esse fato é um fato criminoso contra o Estado do Amazonas, que a Assembleia Legislativa, Deputado, com toda sinceridade, deveria investigar. V. Exa. deveria ocupar diariamente a tribuna que o povo lhe conferiu para cobrar do Poder Legislativo estadual que investigue. Não é possível que a Assembleia Legislativa do Estado não esteja acompanhando!

Eu disse, no começo desta sessão, que uma decisão do Supremo Tribunal Federal tirou desta Comissão, mesmo sendo o Amazonas fato determinado, a competência de nós podermos colocar sentado aí o Governo Wilson Lima, para que ele pudesse prestar contas ao povo brasileiro, ao povo amazonense do que aconteceu. Ele é o Governador. Eu e o Omar fomos Governadores e nós sabemos a responsabilidade que nós temos enquanto Governador. E ele, Wilson Lima, não pode deixar de saber a responsabilidade. Mas a Assembleia Legislativa tem essa competência.

Portanto, talvez o que muitos Senadores aqui querem é que V. Exa., como Relator da CPI, que tomou conhecimento com profundidade das irregularidades, não fique passivo, porque nós não temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência como Senado da República para colocar o Governador sentado aí para depor, mas a Assembleia Legislativa – e eu já fui Deputado Estadual; o Senador Omar já foi Deputado Estadual – tem competência. E não dá para ter visto o que está acontecendo no Amazonas e ter visto o que ocorreu no Amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, a CPI... V. Exa. foi Relator da Constituinte estadual. V. Exa. tem uma experiência muito grande como Deputado Estadual e, depois, como Deputado Federal também. A CPI tinha ou não tinha condições legais de indiciar o Governador do Estado do Amazonas?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Na minha opinião, tinha. O que não teve, na minha opinião...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só queria saber se tinha, Senador. Só isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, tinha. E, na minha opinião – quer que eu diga a V. Exa.? –, tem hoje, mais do que condições, obrigações morais de convocar o Governador Wilson Lima para prestar contas. Só que o Relator não é o Presidente da Assembleia Legislativa.

Eu sei que o Presidente da Assembleia Legislativa está em Brasília; veio no mesmo voo que eu, de Manaus, ontem, para Brasília. Eu até imaginava que o Presidente da Assembleia Legislativa, como Chefe do Poder Legislativo do Estado do Amazonas, iria estar hoje aqui para ouvir o que estou dizendo, porque é uma obrigação moral da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas fazer com que Wilson Lima preste depoimento, fazer que com Wilson Lima preste esclarecimentos ao povo do Amazonas. Afinal de contas, apenas para encerrar, Presidente, a receita do Estado do Amazonas em 2021 será de R$28 bilhões – R$28 bilhões!

Presidente, a receita do Estado do Amazonas em 2021 será de R$28 bilhões – R$28 bilhões! Não faltará e não está faltando recurso, mas, lamentavelmente, respondendo à pergunta do Senador Otto Alencar, não aumentou o número de metro quadrado de UTI na cidade de Manaus, não aumentou o número de UTIs na cidade de Manaus, não aumentou o número de UTIs. Agora, no interior do Estado do Amazonas, como verdadeira ação de campanha eleitoral, nós estamos vendo finalmente alguma ação do Governo do Estado, finalmente, porque nós estamos na véspera de um ano eleitoral. Neste País, para alguns políticos, era importante ter eleição todo ano, porque aí talvez eles fossem trabalhar.

Mas fica a pergunta: V. Exa. como Deputado tem a obrigação de ir à tribuna, em nome do povo do Amazonas, falar a verdade, cobrar este Governo, porque não dá mais para os amazonenses estarem abandonados, tendo tanto recurso à disposição do Estado e havendo tantos indícios e tantas informações de desvios na saúde pública!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, não desmentindo V. Exa., até porque V. Exa., quando eu falei que tinha processo indenizatório, sim, governos e administrações, V. Exa. pulou e disse que não. É bom o senhor dar uma olhada no Portal da Transparência porque existe lá, como indenizatório, 346 milhões pagos, e pagos corretamente; não foi nenhum tipo de coisa errada que V. Exa. fez não, não foi V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu não olhei, mas o que eu posso lhe dizer com toda tranquilidade, Senador: V. Exa. era meu Vice-Governador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu sei disso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. acompanhou a forma com que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não estou dizendo, eu só estou dizendo que V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Inclusive houve uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que V. Exa. pulou e disse: "Não, no meu Governo não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sabe por que, Omar? É simples: nós tivemos a Operação Albatroz, e a Operação Albatroz acabou com a história de pagamento por indenização, porque eram aquelas cautelas que vinham dos hospitais, que compravam as coisas da forma que compravam. Então, houve uma interrupção da sequência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., é o seguinte: V. Exa. tem toda razão de falar que não teve, e tenho certeza, porque eu estava do seu lado, e sei do seu zelo em relação à administração. E a quantidade de hospitais que V. Exa. construiu e a quantidade de hospitais que eu construí em apenas quatro anos. V. Exa. é testemunha. Falam do Delphina Aziz, foi construído no meu Governo, que é um hospital que hoje tem mais de 400 leitos lá, é um dos maiores hospitais da Região Norte do País e me orgulha muito, e me deixa muito feliz porque o nome da minha mãe é sempre lembrado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, veja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. citou aí a minha mãe umas dez vezes...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É verdade, mas no bom sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, no sentido lógico, no sentido melhor possível, salvando vidas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é uma questão corriqueira ter processo indenizatório tantos nos Estados quanto nos Municípios. Não é só o Amazonas, qualquer Estado tem, qualquer Município tem processo indenizatório. É lógico que, com a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, com a Procuradoria Geral do Estado autorizando, isso não é feito aleatoriamente. Então, por isso que a ilação há pouco feita insinuando porque tinha processos indenizatórios, no meu Governo teve e em outros governos também, e eu não creio, sinceramente, eu não sou aqui e vou dizer que houve algum erro. Então, é o fato, a forma como foi colocado. É só para dizer isso: nada, absolutamente nada...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu apenas quero colocar aqui mais uma vez, quero repetir: esta CPI é para tratar de pandemia e Covid-19. O Deputado veio aqui para tratar da CPI que investigou a questão de desvios de recurso público na pandemia, compra de respiradores de uma loja de vinho. Portanto, eu não quero desviar e quero dizer que a Assembleia Legislativa do meu Estado... E eu, como amazonense, como cidadão que vota no Estado do Amazonas, tenho o direito, diante de um representante da Assembleia Legislativa, de fazer um apelo para que a Assembleia tenha uma postura mais afirmativa em relação à defesa do povo do Amazonas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho que ele vai ao banheiro. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores; Deputado Fausto Junior, seja bem-vindo aqui ao nosso Senado Federal.

Eu queria, Sr. Presidente, antes de fazer minhas perguntas, fazer uma manifestação aqui sobre aquela questão de ordem, fora de ordem, apresentada pelo nosso prezado Líder do Governo, há pouco, para tentar justificar a omissão do Presidente da República, em tendo sido devidamente avisado da ocorrência de uma irregularidade, de uma ilegalidade, não ter tomado nenhuma medida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, é de causar espécie: essa afirmação do Deputado Luis Miranda foi feita na sexta-feira passada, só hoje o Líder do Governo, aproveitando o espaço da CPI, vem trazer uma explicação, e uma explicação, no meu ponto de vista, completamente sem fundamentação.

O Deputado disse que o Presidente da República teria dito a ele que ia acionar o Diretor-Geral da Polícia Federal para investigar aquela denúncia, o Presidente não desmentiu essa colocação e agora vem com a desculpa completamente sem fundamento pra criar uma versão da sua omissão. É bom lembrar que aqui foi dito pelo Líder do Governo que, no dia 22, o Presidente teria determinado ao ex-Ministro Pazuello que fizesse essa apuração. Primeiro, este Governo não gosta de registrar o que faz, tudo é na base da comunicação oral. Isto tinha que ter um registro: o Presidente da República mandando ao Ministro um documento para que ele procedesse à apuração. Isso já fala muito mal diante da possibilidade de ser verdade, é mais provável que seja mentira.

Segundo, o Ministro Pazuello passou vários dias quase que como um zumbi: ele não era mais Ministro e, ao mesmo tempo, o outro não era, o novo não tinha assumido. E, no dia 23, o Ministro Pazuello saiu definitivamente do ministério. Então, essa conversa de que o Presidente da República mandou ele apurar, isso é para tentar justificar a omissão do Presidente em ter tomado uma iniciativa efetiva para mandar apurar aquilo que foi denunciado pelo Deputado Luis Miranda.

Eu queria fazer esse registro porque estão querendo limpar a trilha da omissão do Governo Federal.

Mas, Sr. Deputado, eu queria começar perguntando a V. Exa... V. Exa. disse aqui, chegou finalmente ao ponto de dizer que não tinha proposto indiciamento do Governador, mas, num determinado momento, V. Exa. justificou que isso não tinha acontecido pelo fato de que a Polícia Federal já estaria fazendo essa investigação e esse indiciamento. pelo fato de que a Polícia Federal já estaria fazendo essa investigação e esse indiciamento.

Mas eu lhe pergunto: entre essas pessoas que estão indiciadas aqui pela CPI da Assembleia Legislativa do Amazonas existem pessoas que foram indiciadas pela Polícia Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Sim, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, V. Exa. teve um tratamento de dois pesos...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não. Permita-me explicar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Deixe-o falar primeiro. Você só fala na hora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dois pesos, duas medidas. Foi esse o meu entendimento. Alguns que a Polícia Federal estava investigando e indiciou entraram na relação do indiciamento da Assembleia Legislativa e, no caso do Governador, que estava sendo investigado e indiciado pela Polícia Federal, ele não entrou nesse rol. É isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, das 18 pessoas que foram presas nas três operações da Polícia Federal, 14 foram indiciadas pela CPI da saúde. O que aconteceu? Nós iniciamos uma investigação, que foi a investigação dos respiradores na loja de vinhos, e nós interrompemos a investigação no momento em que nós tomamos conhecimento de que a Polícia Federal havia tomado o caso e isso seria uma investigação em sigilo. Então, para que a gente não atrapalhasse as investigações em segredo de justiça...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... nós entregamos todas as documentações para a Polícia Federal. O que foi apurado até o momento e que nós investigamos... Essas pessoas em que nós encontramos a materialidade para indiciar foram indiciadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Então, você teve a informação da Polícia Federal de que o Governador estava sendo investigado em sigilo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Não, Senador. Que havia uma investigação da Polícia Federal sobre aquele tema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quem lhe falou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, houve uma operação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Houve uma operação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A operação depois saiu. Na operação saiu tudo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Nós não sabíamos que o Governador seria investigado, mas sabíamos que havia uma investigação sobre aquele tema. E a CPI decidiu, para não atrapalhar a investigação daquele tema, que chegou posteriormente ao Governador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem, Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Só para explicar a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui no item 6.1 desse documento, desse relatório, está dito: "Houve uma ação orquestrada para lesar o Erário do Estado do Amazonas, desviando recursos públicos destinados à saúde e, mais do que isso, ao combate à pandemia de Covid-19, no Estado e na capital, Manaus, utilizando agentes públicos do alto escalão do Governo do Estado para viabilizar o esquema ilícito".

Aí eu fico pensando o seguinte: talvez o Governador do Amazonas esteja com o mesmo problema do Presidente da República, porque ele disse que não sabia disso, que pode ser que... Nos ministérios tem muita gente, tem muita obra, tem muita coisa, essa desculpa esfarrapada. Mas veja, aqui fala "agentes públicos do alto escalão do Governo do Estado". Seria possível alguém ocupando essa posição cometer tantas irregularidades, tantos possíveis crimes, como está sendo dito, sem o conhecimento e sem a anuência do Governador do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, para o senhor entender um pouco do meu Estado: nós ouvimos diversas testemunhas. Essa pergunta que V. Exa. acabou de me fazer eu fiz a todos os depoentes que foram ouvidos na CPI. E eles negavam veementemente. Então, como é que você investiga essa mentira? Porque eu concordo com V. Exa.: eu tenho convicção de que o Governador tinha conhecimento de tudo. Eu tenho essa convicção, mas eu preciso provar no âmbito no relatório. A CPI precisa provar, no âmbito do relatório, essa conexão. Para provar, foram necessários instrumentos que só a Polícia Federal tinha, como interceptação telefônica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Deputado Fausto Junior. Indiciamento são indícios.

Você indicia e encaminha para os órgãos competentes...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas é preciso materialidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Deputado. V. Exa. só fala quando eu permitir, por favor.

Indiciar uma pessoa... Quando você diz que o alto escalão do Governo do Estado do Amazonas tinha envolvimento, V. Exa., por indícios... Você indicia; você não julga. Indiciado eu já fui, eu estou indiciado. Só que eu não, nunca fui denunciado, Deputado, e não tenho nenhuma – nenhuma – condenação. Nenhuma condenação. As ilações que V. Exa. fez e faz, nós vamos esclarecer isso até o final da CPI, mas vai ser uma tranquilidade para nós esclarecermos. Indiciar... São indícios, que aí o senhor encaminha.

V. Exa. tem tangenciado em relação ao Governador o tempo todo. E depois eu vou explicar a razão. Não vai ficar por isso mesmo. Nós vamos explicar a razão e como nós vamos proceder a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação em relação a por que o Governador do Estado do Amazonas não foi indiciado por V. Exa. Daqui a pouco, eu vou mostrar pra V. Exa.

Bom...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu gostaria de uma manifestação. Mais uma vez eu estou sendo ameaçado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mais uma vez eu estou sendo ameaçado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu não vejo dessa maneira, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... porque o objeto da minha convocação de testemunhar em relação ao relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Excelência, não é isso.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não foi de investigar o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Não, não, não. Não é isso, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Estão querendo investigar o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então faz o seguinte...

Senador Humberto, só um minutinho. Eu vou pedir a V. Exa. e vou pedir a compreensão dos companheiros, colegas Senadores, pra que eu faça algumas perguntas a ele, baseado no não indiciamento do Governador, tá? Porque a CPI irá tomar as providências, porque, aí sim, o Amazonas é nossa razão de investigação. É nossa razão de investigação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente, só pediria que aguardasse o Senador Humberto concluir o tempo dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Aí, na sequência, V. Exa. faz...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria, na verdade...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E nós outros ficamos mais para frente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria, na verdade, Deputado Fausto... Não há nenhum impedimento de a Assembleia Legislativa retomar essa investigação.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É nesse sentido que eu faço aqui um desafio a V. Exa.: de que seja o idealizador e primeiro signatário da realização de uma segunda CPI, que inclua, inclusive, os fatos que aconteceram depois de setembro e que são tão graves quanto, especialmente o que aconteceu no mês de janeiro.

Veja, por exemplo, no mês de janeiro... No mês de dezembro, o Governador tomou a decisão de promover uma espécie de *lockdown*, especialmente em Manaus. Esse *lockdown*... Ele recuou disso aí, de forma covarde, porque houve pressão de comerciantes, de empresários... Mas eu creio que as maiores e principais, de integrantes do Congresso Nacional, como o Deputado Eduardo Bolsonaro, como a Deputada Federal Bia Kicis, como o Deputado Federal Osmar Terra e o próprio Presidente da República, que pressionou. Isto é algo que a Assembleia Legislativa do Amazonas precisa investigar: por que é que o Governador do Estado do Amazonas recuou de uma decisão que teria sido fundamental pra se impedir a tragédia que aconteceu lá na cidade de Manaus.

Então, eu faço esse desafio a V. Exa.

Uma outra questão que eu gostaria de lhe perguntar é: por que é que o Governo do Amazonas decidiu desmobilizar aqueles hospitais de campanha?

Teve a ver com as investigações que estavam sendo feitas? Aqui foi dito tanto pelo Eduardo Pazuello quanto pelo Secretário Executivo deles que foi um pedido do Governador do Governo do Amazonas. Por que é que isso aconteceu? Isso não é um elemento importante pra Assembleia investigar numa eventual nova CPI?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Posso responder, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – No momento da CPI... Ainda estava em atividade a CPI quando o Hospital de Campanha Nilton Lins foi fechado. A justificativa dada pelo Governo, na época, foi pela redução do número de casos, mas a justificativa que também, com certeza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

pesou... E aqui é uma suposição, não posso afirmar, porque é uma questão de foro íntimo do Governador. Mas todos os contratos que foram firmados, na verdade, as prestações de serviço que foram firmadas no Hospital de Campanha Nilton Lins foram através de processos indenizatórios, sem cobertura contratual. Já havia um anúncio do Governo do Estado, naquele momento, de que ele não iria pagar. Então, imagine um fornecedor trabalhando com a certeza de que não receberia o pagamento. Então, eu acredito que essa insegurança jurídica que ficou naquele hospital de campanha, com certeza, influenciou bastante nessa decisão. Mas a verdade é que o Hospital de Campanha Nilton Lins era um hospital, Senador, de 400 leitos, que recebeu, em 90 dias, 388 pacientes. Então, foi praticamente muito mal utilizado ou não utilizado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É uma razão a mais pra que se faça essa investigação.

Eu quero concluir aqui a minha fala dizendo que eu saio satisfeito, porque recebi de V. Exa. o compromisso de mobilizar a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas pra fazer uma investigação sobre todas essas coisas nebulosas que permanecem e, principalmente, sobre esse episódio que redundou em tantas mortes evitáveis na cidade de Manaus e no Estado do Amazonas, além daquela crise humanitária terrível que foi a da ausência de insumos, em particular do oxigênio.

Agradeço a V. Exa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu lhe agradeço também.

E quero adiantar, desde já, que esse compromisso, que esse desafio que V. Exa. acabou de me incumbir eu já iria anunciar no final do depoimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem uma nova CPI na Assembleia? Estão colhendo assinaturas, Deputado Fausto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Tem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor já assinou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Não, porque eu não concordo com o objeto, Senador, da CPI. Eu acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o objeto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A pandemia de forma vaga. Está sendo discutido como eu falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pandemia de forma vaga?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. O.k.

Eu vou pedir ao Senador Marcos Rogério, pela relação que temos nós dois, e vou fazer algumas perguntas, até porque eu sou lá do Amazonas, como o Eduardo. Então, a gente conhece bem o Estado do Amazonas e tem obrigação de conhecê-lo.

O senhor é Deputado pela primeira vez? Em que ano o senhor se elegeu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – No ano de 2018, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em 2018.

Nessa época, o senhor morava onde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – No mesmo local onde eu ainda moro, Senador. Qual é a relação disso com o meu depoimento, a minha residência, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado, V. Exa. me responde às perguntas. Depois, no final, V. Exa. vai ver a relação que tem com a CPI da Saúde no Estado. O senhor vai ter que me responder.

V. Exa., por favor... Por favor, V. Exa. não pode estar falando. Só um minutinho. O advogado tem que ficar agora... Eu estou inquirindo aqui uma testemunha, e a testemunha está aqui e fez juramento pra falar a verdade.

V. Exa., antes de morar na atual residência, morava onde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu morava numa outra residência. Eu estou tentando entender qual é o nexo causal disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é da sua conta o nexo. Eu lhe faço as perguntas e você me responde. V. Exa. é testemunha. Onde V. Exa. morava? O senhor morava onde antes de morar na atual casa?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O senhor quer saber o meu endereço residencial, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes de morar na atual casa, antes de morar na Ephigênio Salles, o senhor morava onde? Eu estou fazendo uma pergunta tão simples!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Quando o senhor quer saber? Eu vou falar todos os endereços em que morei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Antes de o senhor se mudar para a atual residência, o senhor morava onde, Deputado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu... Quando eu me elegi Deputado Estadual, eu moro na mesma residência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, Deputado, eu estou lhe falando... Antes de o senhor morar na atual residência, qual era o seu endereço? Seu e da sua família? O senhor morava com a sua família, não morava?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Ainda moro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ainda mora com a sua mãe, não é isso? Com o seu pai?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, onde você morava com a sua mãe e com seu pai, antes de morar no Ephigênio Salles? É isso que eu estou lhe perguntando. Pergunta objetiva, resposta objetiva.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Numa residência, no bairro Parque Dez, tal... O senhor quer saber o endereço completo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, eu quero saber... É, não, só o conjunto, o conjunto...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu posso lhe fazer um pedido?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não pode, não, Deputado, o senhor tem que me responder.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O senhor precisa entender que eu sou Relator de uma CPI que indiciou 50 pessoas. O senhor está perguntando o endereço da minha residência. Eu posso ser ameaçado por isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não, o senhor não mora mais lá. Eu só quero saber de antes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas a casa ainda pertence à minha família, e ainda frequento a casa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ainda pertence a sua família. Então, o senhor mudou... Eu sei qual era o...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. quer me atacar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não quero atacá-lo, Deputado, eu quero mostrar para o Amazonas por que o senhor não indiciou o Governador. É isso que eu quero fazer aqui, ô Deputado. E é isso que eu vou provar na CPI pra acabar com a brincadeira de fazer de conta que faz uma CPI e não indicia o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, quem é o senhor pra falar de idoneidade pra mim, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu sou Senador, e V. Exa. é testemunha aqui.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, V. Exa. é acusado de receber 500 mil...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Presidente, por uma questão de ordem...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... na Operação Vertex e quer falar de idoneidade pra mim...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Eu preciso que o depoente respeite o Senador, que respeite a Casa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Que o Senador me trate com respeito também, Senador, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Você só me responda... Não, não, ele está provocando porque ele quer que a gente tome uma atitude pra ele se vitimizar. Não farei isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) **–** Não faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não faça isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** V. Exa. é testemunha, por favor, responda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Você é testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu quero testemunhar, eu quero testemunhar, mas o Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Tudo bem, mas o senhor responda às perguntas...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... está perguntando da minha residência?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Ele está só fazendo uma pergunta. O senhor responde e acabou.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, qual é a relação disso com o relatório, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Está bom. V. Exa. não quer responder onde o senhor morava. O senhor morava no Parque das Laranjeiras, num condomínio...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não é verdade, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, eu estou perguntando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não é verdade. Eu não vou falar onde eu morava, Senador. Eu fui Relator de uma CPI que indiciou 50 pessoas. Se alguém me matar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu sei, eu sei, Deputado! Parabéns!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... eu não sei quem mandou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Parabéns, Deputado, eu acho que o senhor fez um bom trabalho!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Que é isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu acho que o senhor fez um ótimo trabalho, não é?

O senhor morava no residencial Royal Village.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não é verdade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O senhor morava lá nesse condomínio e agora mora no Ephigênio Salles, onde eu moro também.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não é verdade, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não mora no Ephigênio Salles?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, no Royal Village, não sei nem onde fica esse condomínio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom, então, tá bom. Você não sabe onde fica, tá bom. Não quer responder uma pergunta simples.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas eu não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque as perguntas são pra mostrar ao Amazonas por que ele não indiciou o Governador. Aí vocês vão ver o que é um escândalo, porque esta CPI aqui vai quebrar o sigilo dessas empresas que eu vou citar aqui, o sigilo do operador, o *modus operandi* de uma membra do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, pra saber por que ele não quebrou, e a evolução fantástica de imóveis em condomínio residencial de altíssimo custo pra quem morava num lugar simples pouco tempo atrás. Se V. Exa. não quiser me responder, V. Exa. será investigado pela CPI...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tem problema, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser investigado. Só agora... V. Exa. vai responder às perguntas.

O senhor conhece o Neto Lins? Sim ou não?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não conheço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não sabe quem é Neto Lins?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Esse nome eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

O senhor conhece o advogado André Luiz Guedes da Silva?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Conheço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não fique respondendo por ele, minha querida, por favor! A senhora está fazendo assim... Não faça isso, amiga!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Ela. Ela lá. Ele não precisa de ajuda. Ele é inteligente. É um rapaz inteligente. Ele sabe responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas empresas que eu vou citar a vocês, receberam, em apenas dois anos, mais de 500 milhões – mais de 500 milhões –: a empresa Techway, a empresa TCD Transporte, a empresa Matrix, a empresa Ph Rodrigues, a empresa DR7, a empresa LBC, a empresa GA, a empresa A G, a empresa BRP, BRB, a empresa C C Batista, a empresa Podium, a empresa Life Saúde e a empresa Nova Renascer, empresas essas que trabalham na área da saúde, construção e também manutenção e empresas de aluguel de carros.

V. Exa. conhece alguma dessas empresas que eu citei? Sim ou não?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não. Não conhece.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não conhece. O advogado André Luiz Guedes da Silva V. Exa. disse que conhecia.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu o conheço, mas não tenho relação profissional com ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Tudo bem. V. Exa. não tem relação.

Disse também aqui que ele nunca foi à Assembleia Legislativa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – No meu gabinete, com o meu conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então eu vou pedir à Assembleia que encaminhe para esta CPI as filmagens da entrada das pessoas, também as filmagens da entrada desse advogado no Tribunal de Contas do Estado e também a entrada à procura do Presidente do Fundo de Saúde do Estado do Amazonas, porque ele vai diretamente ao fundo para pedir pagamento para essas empresas, algumas empresas dessas. Então, eu vou pedir também a entrada dele na Secretaria de Saúde.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Eu queria fazer um comentário, Senador, porque a afirmação que V. Exa. traz é gravíssima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Gravíssima.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** É gravíssima. Ao ponto de, na minha opinião, se essas empresas são objeto de corrupção no Estado do Amazonas, e que seja na área da pandemia, porque é onde está o limite da competência desta Comissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas, Senador, a corrupção faz com que o Relator – o Relator – não indicie o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que eu estou lhe afirmando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, V. Exa. é aliado do Governador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não sou, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... e quer me acusar disso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me coloca aí uma coisa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O senhor está me acusando de crime, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja só, Senador Eduardo Braga, V. Exa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. me calunia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, espere aí, espere aí. Não estou lhe caluniando, estou lhe investigando.

Só um minutinho...

Essa testemunha...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – De crime...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa testemunha... Deixa. Ele vai ficar nervoso não é agora, não. Agora mostre aí duas construções no condomínio Ephigênio Salles em que cada terreno custa 2 milhões. Esses dois terrenos aí na rua Careiro Castanho, o senhor conhece essas duas residências que estão em construção?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não conheço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não conhece?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não conhece. O senhor não sabe de quem são essas duas construções aí?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não conheço, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. mora nesse condomínio hoje, correto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim. Eu não sou o síndico do condomínio, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E essas duas construções o senhor não conhece?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não conheço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está sob juramento!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k. Que fique registrado que ele não conhece! O.k.?

V. Exa. tem ido sistematicamente a São Paulo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu não vou falar, aqui, da minha vida pessoal. Eu vim para testemunhar sobre um relatório, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas tem a ver com...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa... V. Exa. faz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem a ver, tem a ver com a causa de o Governador não ter sido indiciado por V. Exa.!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Esse é um prejulgamento seu, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Aí, me perdoe, Omar! Espere aí, espere aí, espere aí, Presidente!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. está prejulgando, Senador; mais uma vez, está prejulgando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Espere aí! Não, aí, você está extrapolando. Calma!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Prejulgando, Senador!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Veja bem, a Assembleia Legislativa do meu Estado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – A Assembleia Legislativa do meu Estado é uma coisa. Agora, você querer que um Deputado seja responsável pelo que a Assembleia não está fazendo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador, eu perguntei a ele, há pouco, se ele tinha assinado a nova CPI. Ele disse que não, porque...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que eu lamento, o que eu lamento!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está entendendo que ela é vaga, não é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que eu lamento; eu teria assinado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É vaga, é vaga!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas eu me comprometi a propor uma...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós aprovamos aqui (*Falha no áudio.*) ... nós já perguntamos ao Deputado, umas inúmeras vezes, por que ele não indiciou o Governador. Ele tem uma justificativa, e a minha justificativa, e o meu conhecimento é outro. Então, eu não farei mais nenhuma pergunta ao Deputado, eu me quedo aqui. Farei o que tem que fazer para investigar, irei quebrar o sigilo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E a minha sugestão é que, quanto àquelas empresas citadas, nós possamos tomar providências, para a gente poder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A todas elas serão pedidas as informações do Governo do Estado. Quebrarei o sigilo fiscal e bancário dessas empresas. Quebrarei o sigilo fiscal e bancário do advogado. E também irei pegar as autorizações dessas construções num condomínio de luxo que têm valores estratosféricos, que V. Exa. disse que não conhece...

Não, eu acredito em V. Exa., não precisa responder. Você já disse que não, está bom.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu estou calado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, sim, Senador Marcos Rogério, e agradeço V. Exa. por ter me passado... Porque, veja bem, é estranho para todos nós, no Amazonas... E aí eu não vou colocar os 24 Deputados no mesmo patamar, porque quem sou eu para julgar alguém; eu não julgo ninguém. Eu estou fazendo aqui ilações do porquê não ter entrado na CPI o nome do Governador Wilson Lima. Cabe a mim, cabe à Procuradoria-Geral da República, será encaminhado à Procuradoria-Geral da República para que uma conselheira do Tribunal de Contas seja investigada pela PGR, seja investigada, porque ela é, ela é... Depois de Presidente Tribunal de Contas, foi Relatora da saúde, e não achou nada disso que ele... Que foi feito no relatório.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho! Deputado, V. Exa. não quis falar. Eu não estou falando em nomes aqui, porque V. Exa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em nomes?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu estou afirmando – eu estou afirmando! – que nós iremos encaminhar à PGR, pedir ao Tribunal de Contas as viagens e os relatórios das viagens da conselheira para que a gente possa, aqui na CPI, e possa mostrar ao Estado do Amazonas, Senador Eduardo Braga, como é que está... Por isso é que está desse jeito. Em relação a mim, Senadores, em relação a mim, contra qualquer coisa que assacam contra mim, eu tenho o direito de me defender. E estou me defendendo e ando de cabeça erguida em qualquer lugar que eu vou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sabe por quê?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque eu sou uma pessoa que não me escondo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não me escondo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não é desse tipo de jogar aqui os números aleatórios, como se tivesse corrupção. Eu estou falando em corrupção, eu estou falando em advocacia administrativa, eu estou falando em benefícios. Por isso, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, povo do Amazonas, por isso é que o Governador não foi indiciado. É essa a questão.

E agora eu vou passar, Senador Marcos Rogério, a V. Exa., até porque o Senador Eduardo Braga não quis que eu continuasse. Tem razão, vou fazer as coisas que têm que ser feitas. Só estou comunicando que, de todas as pessoas que eu citei aqui, serão quebrados os sigilos fiscal e bancário dessas pessoas, para que a gente chegue verdadeiramente nas pessoas que se beneficiaram e tiveram, nos últimos anos, um padrão de vida aumentado 1 milhão de vezes à custa do dinheiro do povo do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a primeira coisa que quero dizer é que estou ouvindo, desde cedo, a incisividade dos colegas Senadores quanto às apurações feitas pela Assembleia Legislativa do Amazonas, inclusive quanto à compra de respiradores em uma loja de vinho. Corretíssima a preocupação desta CPI, porque se trata de investigar a aplicação de recursos federais, independentemente de que Estado seja, inclusive o Estado do Amazonas.

Mas quero rememorar aqui que não houve a mesma incisividade para investigar o escândalo envolvendo o Consórcio Nordeste. No Amazonas, comprou-se de uma empresa que vendia vinho; no Nordeste, compraram-se respiradores de UTI de uma empresa, provavelmente de fachada, vendedora de óleos medicinais feitos, Senador Girão, à base de maconha. Pagou-se quase R$50 milhões, e não se recebeu um respirador sequer – nenhum.

Por que os mesmos Senadores não querem investigar o escândalo do Consórcio do Nordeste?

O grupo de Senadores que controla as decisões da CPI aqui, da Pandemia, especialmente a partir das decisões que tomam em seu gabinete paralelo, defende o aprofundamento das investigações sobre a compra de vacinas, porque vacinas podem significar a vida ou a morte de milhares de brasileiros.

Eu também defendo toda investigação relativa aos processos de compra de vacinas – toda e qualquer vacina, sem exceção –, mas a falta de respiradores comprados, caro Eduardo Braga, e pagos pelo Consórcio Nordeste não pode significar também a vida ou a morte de muitos brasileiros nordestinos? A falta de leitos de UTIs pelo desvio de recursos também não causou a morte de muitos brasileiros? E os recursos desviados na construção de hospitais de campanha, que foram instalados com estrutura precária, não conseguiram atender adequadamente e depois ainda foram fechados prematuramente? E os milhões que não chegaram ao povo brasileiro através de medicamentos e que ficaram perdidos nos caminhos da corrupção? Eles também não poderiam ter ajudado a salvar vidas, a vida de muitos brasileiros? Será que os desmandos relacionados à compra de testes da Covid-19, que não foram feitos, também não poderiam ter contribuído para diagnósticos mais precisos e o salvamento de vida de brasileiros?

A Polícia Federal fez mais de 50 operações envolvendo mais de 18 Estados da Federação. Além disso, não se sabe quantos Municípios podem estar envolvidos em esquemas de corrupção para desviar dinheiro da pandemia. Mesmo assim, essa CPI insiste em uma investigação seletiva: negam e obstruem toda a tentativa de investigação, como o fizeram orquestradamente quando tentamos convocar o ex-Secretário do Consórcio Nordeste, Carlos Gabas, o motoqueiro de Dilma.

Por que será que Carlos Gabas não foi convocado a esta CPI? Carlos Eduardo Gabas é filiado ao Partido dos Trabalhadores, foi Ministro nos Governos Lula e Dilma. Mas por que a CPI não quer investigar o escândalo do Consórcio Nordeste?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Consórcio Nordeste tem como membros, Senador Eduardo Braga: Renan Calheiros Filho, Governador de Alagoas; Rui Costa, Governador da Bahia; Camilo Santana, Governador do Ceará; Flávio Dino, Governador do Maranhão; João Azevêdo, Governador de Pernambuco; Wellington Dias, Governador do Piauí; Maria de Fátima Bezerra, Governadora do Rio Grande do Norte; Belivaldo Chagas, Governador de Sergipe.

Mas por que mesmo a CPI não quer investigar o Consórcio Nordeste? Vamos investigar tudo! Tudo! Não podemos ser seletivos, porque eu estou vendo aqui a disposição de todos no caso do Amazonas, e eu fui um dos primeiros que cobrei isso aqui. E o Presidente da CPI, no caso do Amazonas, nunca fugiu à investigação: pautou o que tinha que pautar, mas em relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só... Só...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ao caso do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, eu pautei tudo sobre o Estado do Amazonas, para ninguém dizer que eu estou protegendo A ou B no Estado do Amazonas – como espalharam lá no Amazonas de uma forma maldosa. E talvez ninguém fizesse as perguntas que eu estou fazendo agora se tivesse alguma relação com A ou B. Conheço o Governador, como todo mundo o conhece no Estado do Amazonas. E minha obrigação como Senador é tentar ajudar o Estado do Amazonas, mas não é proteger ninguém, não. E eu demonstrei isso aqui, que V. Exa. pautou o João Paulo, que eu disse a V. Exa.: "O senhor pautou o João Paulo; João Paulo desmentiu numa entrevista". Eu lhe comuniquei isso, e se o senhor quiser trazer fique à vontade. Pautou o Péricles... Aliás, pautou o Secretário de Saúde. Pautamos primeiro o Governador do Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, infelizmente, eu recorri da decisão e recorri também da decisão dos outros Governadores – viu, Senador Marcos Rogério? –, não só do Governador do Amazonas, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Através da Advocacia-Geral do Senado, eu ordenei que recorresse. Foi recorrido. O senhor pautou o ex-Secretário Marcellus Campêlo, que já esteve aqui. Pautou o Deputado Fausto Junior, que está aqui. E pautou o Deputado Péricles que também virá no momento oportuno.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., e é verdade! Agora, a investigação é seletiva. No caso do Amazonas, eu ouvi aqui Senadores que votaram contra a convocação do Sr. Carlos Gabas sendo incisivos com V. Exa. em relação ao relatório que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentou, do qual parcialmente discordo, embora fosse outra circunstância, outro momento. O ápice da crise veio depois.

Mas eu queria fazer aqui breves indagações a V. Exa.

V. Exa. disse que a CPI impulsionou as operações da Polícia Federal, as denúncias do Ministério Público Federal, investigações que estão em curso. Após esses fatos, houve um pedido de *impeachment*. Qual o seu posicionamento em relação ao *impeachment* do Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Eu fui Relator, fui candidato a Relator do processo de *impeachment*, e, naquele momento, após a derrota da minha chapa, que seria uma chapa isenta, seria uma chapa formada por Deputados independentes, naquele momento, quando a base do Governo assumiu a condução do processo de *impeachment*, eu encaminhei quatro requerimentos pedindo diligências sobre a questão inerente aos crimes de responsabilidade praticados ou não pelo Governador, e esses requerimentos não foram sequer apreciados. Nós vimos também que o autor do *impeachment* não foi sequer ouvido. E eu, como forma de protesto, me recusei a votar, eu me abstive da votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Houve pagamentos indenizatórios em todos os Governos. Essa não é uma prática absolutamente ilegal. Ela é excepcional, mas não pode ser rotulada como uma prática ilegal, porque está prevista na lei. Nós nos assustamos quando vimos que esse tipo de processo era muito comum na saúde do Amazonas. E percebi, depois de fiscalizar, de olhar para os autos, que acontece praticamente em todas as secretarias. Considerando o volume dos processos de indenização – e repito que lá me parece uma prática recorrente, comum; lá não é exceção –, qual foi seu julgamento sobre essa prática no Estado do Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Que ela precisa ser interrompida, foi uma das recomendações da CPI. Uma vez que, como V. Exa. acabou de citar, essa é uma prática de excepcionalidade, tem que ser uma exceção praticada somente em casos em que há perigo da descontinuidade de um serviço essencial. Mas o que aconteceu é que isso virou uma via de regra para serviços absolutamente... Como foi explicado aqui, no Hospital de Campanha Nilton Lins, todos os serviços que seriam prestados naquele hospital e que poderiam ser objeto de dispensa de licitação, considerando a urgência do tema... Não, mas foi através de processo indenizatório sem o atesto de se o serviço era ou não executado, enfim... Então virou uma via de regra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É possível que isso tenha sido objeto, mecanismo para desvio de dinheiro, para a prática de corrupção?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não tenho dúvida. Inclusive, em um dos casos abordados pela CPI da Saúde do Amazonas, como o da Norte Serviços Médicos, que iria fornecer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de lavanderia ao Hospital de Campanha Nilton Lins, essa empresa alegou que lavou 40 toneladas de roupa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pagaram por indenização à lavanderia?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Iriam pagar. Foi impedido o pagamento. Ela alegou que lavou todos os leitos, sendo que havia apenas quatro pacientes internados no hospital, ou seja... Durante a visita que nós fizemos no Hospital de Campanha, nós observamos que não havia balança para averiguação do peso, uma vez que ela alegava o seu pagamento por peso, por tonelada lavada de roupa. Mandamos uma equipe da CPI visitar a sede da empresa, a sede dessa empresa era numa oficina mecânica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Meu pai do céu!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Era uma oficina mecânica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é o Brasil!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, ali, nós identificamos um superfaturamento de até 10,000%, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É caso de polícia mesmo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Inclusive, foi indiciado, o Ministério Público do Estado denunciou os envolvidos na empresa e teve o encaminhamento necessário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me admira o Governador não ter sido afastado ainda, depois de todas essas denúncias e essas evidências. Aí, não se trata de uma mera suspeita, uma mera suposição; se trata de algo absolutamente concreto.

No ápice da crise do Amazonas, houve apoio do Governo Federal ao Estado do Amazonas? E acrescento: não fosse esse apoio, como seria o enfrentamento da crise? Qual o tamanho do caos no Estado do Amazonas não fosse a intervenção do Governo Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Principalmente eu quero aqui ressaltar a boa condução do Senador Eduardo Braga, do Senador Omar Aziz e do Senador Plínio Valério na destinação de emendas, sobretudo para o interior. Nós vimos a diferença que esses recursos federais fizeram nas regiões mais longínquas. O Estado do Amazonas é um Estado de proporções continentais. A população do interior... Nós não temos estradas. As nossas estradas são os rios. Então, tem Municípios aí em que você precisa pegar dez dias de barco para chegar de Manaus até o Município. Então, esse recurso federal, principalmente no interior, foi muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estava lá.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em Manaus, onde se concentra praticamente toda a média e alta complexidade do Estado do Amazonas, uma vez que o interior do Estado não tem nenhum leito de UTI, nós vimos que também teve o apoio necessário. Teve aproximadamente, entre 2019 e 2020, R$2 bilhões de recursos federais que, certamente, fariam muita diferença se fossem bem empregados na saúde pública.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Além do suporte aéreo com relação ao encaminhamento do oxigênio?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, houve o suporte aéreo... Prefiro me restringir ao relatório porque o relatório não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque é anterior.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É anterior a essa questão do oxigênio, mas houve.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Qual a relação do sistema de saúde da capital com o Governo do Estado do Amazonas? Me parece que esse é um ponto sensível também do problema de saúde do Estado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Praticamente toda a estrutura do Governo do Estado está concentrada na capital. A média e alta complexidades, as principais unidades de saúde todas são geridas pelo Governo do Estado. No interior, houve uma municipalização da saúde, o que tem sido uma prática que tem prejudicado os Municípios que não têm uma renda considerável e têm que arcar com algo que não é da sua competência, que, no caso, é a média e alta complexidades. A competência dos Municípios é saúde básica, mas arca-se com tudo. Então, toda a saúde de média e alta complexidade está concentrada na cidade de Manaus.

Nós temos muita dificuldade, Senador, em decorrência do nosso isolamento logístico. Nós só temos uma estrada que ligaria o Amazonas ao restante do Brasil, que é a BR-319. Essa estrada, lamentavelmente, não foi recuperada. A estrada já existe, mas, por questões ambientais, ela não existe. Isso fez muita diferença em todos os momentos de dificuldade, tanto na primeira onda como na segunda onda, porque o transporte até o Amazonas se dá somente por via aérea ou por via de balsas, por via de embarcações, o que limita muito a logística do nosso Estado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação a essa questão da compra dos respiradores, Deputado Relator, como o Estado, como o Governo do Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explica a compra desses respiradores de uma empresa não especializada e tendo no certame licitatório a participação, a presença inclusive da empresa titular participando desse certame licitatório?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu vou lhe explicar de forma resumida como funcionou essa questão. Foi um processo indenizatório também, não foi licitação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Meu Deus do céu!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A compra dos respiradores foi feita através de uma empresa que foi totalmente direcionada, que foi a empresa Sonoar, que detinha já esses respiradores. Essa empresa pertencia ao esposo da então secretária de comunicação. Para que não houvesse, para uma forma de blindar essa empresa, essa empresa Sonoar vendeu para a loja de vinhos, que é a empresa Fjap, e o Estado fez um processo indenizatório para comprar da Fjap. Para o senhor ter uma ideia, nós identificamos na nota fiscal que esses 28 respiradores foram comprados por cerca de R$1 milhão, a Sonoar vendeu para a loja de vinhos por R$2,5 milhões, e a loja de vinhos vendeu para o Estado por R$3 milhões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Meu Deus do céu, Presidente!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sendo que essa compra, a Fjap comprou da Sonoar às 3h da tarde e vendeu para o Governo do Estado às 17h, aproximadamente, pouco mais de duas horas depois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas, olha, olha, olha, Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Quem entregou os respiradores para o Estado foi a Sonoar, não foi nem a Fjap.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Olha, Brasil, o que nós estamos vendo aqui, no âmbito da CPI, hoje, as revelações...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – E eu lhe agradeço, Senador, por permitir que eu fale do relatório, porque, até o momento, eu estou sendo meramente atacado. Atacado porque esse foi um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Eu queria lembrar à testemunha que ela aqui está cumprindo o papel de testemunha. Então, o senhor deve responder às perguntas do Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É isso mesmo. Mas ele está respondendo, Presidente, ele está respondendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O seu tempo já... Só tem dois minutos que já estou acrescentando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só acrescenta ao meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu já acrescentei, eu já acrescentei dois minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Presidente Omar... Acrescente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o senhor vai ter mais dois minutos para concluir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado. É o suficiente, Presidente.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O senhor me permite?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, eu lhe agradeço por poder esclarecer, porque o objetivo de eu estar aqui presente é esclarecer sobre o relatório. Estou sendo vilmente atacado aqui por pessoas que não têm... O Amazonas está me assistindo e sabe quem está do lado certo da história, eu não tenho problema nenhum de ser investigado. Minha mãe é uma pessoa honrada, uma pessoa servidora pública de carreira. Entrou na vaga de conselheira através de auditoria do Tribunal de Contas, foi aprovada em concurso público, não tem nenhuma mácula. Todo o patrimônio da minha família... Por que que o Senador sabe? Porque está tudo declarado em Imposto de Renda. Nós não temos o que esconder. Pode investigar, pode quebrar o sigilo da empresa que for, nós não temos o que temer. Eu não estaria aqui se eu tivesse, eu não teria indiciado 50 pessoas se eu tivesse qualquer tipo de rabo preso, inclusive secretários do Governo do Estado. Fico revoltado, me perdoe o desabafo, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deputado, só para lembrar, eu entendo o desabafo de V. Exa., mas V. Exa. não está aqui na condição de investigado, está na condição de testemunha dos fatos que ocorreram, à luz do relatório que V. Exa. apresentou na Assembleia Legislativa.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que, depois do que ouvimos hoje por parte do Deputado Fausto Vieira dos Santos Junior, que foi o Relator dessa CPI, vejo que a presença do Presidente da CPI, que eu também convoquei junto com o mesmo requerimento, o Delegado Péricles, por ser delegado de polícia e que conduziu, portanto, as investigações, fez a maior parte das inquirições aos depoentes e juntou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos para se chegar à conclusão do relatório, penso que ele pode trazer ainda mais esclarecimentos, porque o Deputado Fausto já começou a mostrar ali a ponta do novelo.

E, olha, é lamentável que o Supremo Tribunal Federal esteja tomando uma decisão que coloca peia nesta CPI quanto à competência investigativa com relação aos Estados. Veja o que esta CPI está sendo impedida de fazer, olha as revelações que foram feitas pelo Deputado aqui. Com relação ao Governo Federal, queremos que investigue tudo, e não há, por parte deste Parlamentar ou da base, qualquer blindagem com relação à investigação, mas não pode ser uma investigação seletiva, parcial. Há indícios graves de roubalheira nos Estados da Federação. O Consórcio Nordeste é um caso, mas não é o único – Jorginho não está aqui –, Santa Catarina tem um caso grave também; outros Estados, na mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Conclua, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então eu concluo, Sr. Presidente, dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já foram quatro minutos de tolerância. Tem outros Senadores inscritos. Eu peço a V. Exa. que colabore.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou concluir agora.

Lamento, mais uma vez, a posição do Supremo e espero que possam rever essa decisão e fazer com que esta CPI avance nas investigações para esclarecer ao Brasil o que aconteceu com o dinheiro que foi enviado aos Estados e Municípios.

Agradeço, Deputado Fausto Vieira Junior, por sua colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Eu concedo a palavra agora, por 15 minutos, ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado ao Presidente desta sessão, o Senador Rogério Carvalho, e ao Sr. Relator.

Eu queria dar-lhe as boas-vindas e cumprimentar o senhor, Deputado Fausto Vieira dos Santos, pela sua coragem. Não é fácil... Quem está acompanhando esta sessão está vendo aí um ato de coragem. Não quero entrar em outros detalhes porque o nosso papel aqui é de investigar, é de fazer as perguntas, mas só esse ato do senhor, sendo intimidado aqui a todo momento – e quem está assistindo está vendo, o Brasil está vendo isso –, eu acredito que já mostra realmente que o senhor está convicto do que está falando, e é muito importante. Por muito menos – eu não sei o nome, se ela é sua advogada –, algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semanas atrás, nós tivemos um fato lamentado no País inteiro, que foi a expulsão de uma pessoa da equipe da Dra. Nise Yamaguchi, que estava sentadinha ali e foi expulsa depois de atos aqui de agressividades absurdas que aconteceram nesta CPI.

Aliás, é muito interessante a gente comparar quando vem um depoente que muitas vezes o próprio Relator não quer ouvir: fez hoje algumas perguntas – geralmente leva quatro ou cinco horas em perguntas, que é a média –, hoje, infelizmente, fez aí duas ou três e depois parou. Quando é para a gente investigar corrupção, infelizmente é esse o procedimento que a gente tem.

Mas amanhã é um dia histórico. O senhor está vindo aqui na terça-feira. Amanhã, quarta-feira, é um dia em que o brasileiro de bem, o cidadão de bem, acompanhará esta CPI, porque nós vamos votar esse tão falado Consórcio Nordeste para vir aqui e duas peças-chave para a gente entender essa compra de respiradores, que, no Amazonas, foi numa loja de vinho – o Senador Eduardo Braga mencionou – e, no Nordeste, para o povo nordestino, nove Estados, foi numa empresa que comercializa produtos à base de maconha – sim, da droga, da maconha!

E eu fui a São Paulo atrás dessa empresa. Vi indícios fortíssimos lá de ser de fachada, porque, até no endereço residencial, essa empresa, que só teve duas notas fiscais ao longo de dois anos, uma delas de quase de R$50 milhões, que recebeu antecipado.

Mas eu queria aqui também ressaltar que... Olha a que nível a gente chegou no País de politicagem, de indicação política... Isso atrapalha o País. Essa própria questão do Tribunal de Contas do Estado é errada no meu ponto de vista, vou entrar com uma PEC nesse sentido, pra que não seja indicado por Governador. Me parece muitas vezes um escudo. Fica uma relação de dívida, uma relação de dívida, de alguma forma reconhecimento pela indicação, e acontece esse tipo de blindagem que a gente, de alguma forma, vê, pelo menos, indícios aí.

Quero fazer a pergunta, Deputado Fausto. No relatório da CPI, consta que foram identificados problemas na gestão de saúde desde 2011 – olha que interessante isso –, período longo, suficiente pra promover a deterioração da estrutura de atendimento à população, gerando sucateamento da estrutura de saúde e contribuindo para os problemas atuais pelos quais passa o Estado do Amazonas. E aqui eu digo: Amazonas é um espelho para o Brasil, porque nós tivemos nos Governos passados, no Governo brasileiro, mensalão, petrolão, todos esses escândalos; inclusive CPIs, no tempo que olhavam corrupção, rastreavam, tiveram uma prestação de serviço fantástica pra Nação. E o custo da corrupção é o que eu vou perguntar para o senhor, o custo disso. Então, a CPI da qual o senhor foi Relator, ao analisar os gastos relacionados ao serviço da saúde no Estado, desde o período de 2011 a 2020, verificou reiteradamente que a Secretaria Estadual de Saúde se utilizou de processos indenizatórios para aquisição de bens e, especialmente, fornecimento de serviço, dentre outras situações. De que forma a reiterada utilização desses processos indenizatórios contribuiu para a precária situação atual no Estado do Amazonas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Senador, onde não existe transparência existe corrupção. O processo indenizatório é feito sem qualquer averiguação da capacitação técnica da empresa. Ele é feito sem respeitar os limites da legislação em relação à Lei de Licitações e, muitas vezes, como nós observamos na CPI, ele também é feito sem a averiguação se aquele serviço é de fato ou não prestado. Então, uma das principais recomendações, eu acredito, uma das principais conquistas da CPI da Saúde do Amazonas foi, sim, a determinação de que tem que se encerrar essa atividade de processo indenizatório como via de regra. Praticamente, todos os casos analisados pela CPI da Saúde do Amazonas em que houve fortes indícios de corrupção eram através dos processos indenizatórios. Então, é uma forma temerária de se contratar. E a nossa recomendação foi no sentido de terminar esse tipo de contratação; a não ser que seja respeitada a lei, como os casos que foram citados excepcionalíssimos, não como via de regra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Eu queria citar agora o hospital de campanha Nilton Lins. Aconteceu em vários Estados: se fez da noite para o dia, se construíram hospitais de campanha, isso é válido pra ajudar a população, pra amparar a população nessa grave crise sanitária, mas foram fechados, também da noite para o dia, em alguns Estados – e eu quero saber se no do senhor também –, os hospitais de campanha, em que foram gastos milhões e milhões de reais, chegando próximo a centenas de milhões em alguns Estados, enquanto todos sabiam que viria a segunda onda... Este é que é o detalhe: parece que o hospital de campanha Nilton Lins foi fechado em julho do ano passado. O senhor confirma?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Confirmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Confirma.

Foi consultado... De alguma forma o senhor sabe dizer, no relatório, por que essa decisão de fechar o hospital de campanha, quando todo mundo sabia que viria uma segunda onda? O Governo Federal, de alguma forma, autorizou que fosse fechado isso ou foi uma decisão do Governo do Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento se houve uma autorização ou não do Governo Federal, porque nós não detínhamos essa informação, mas a justificativa dada pela Secretaria de Saúde, na época, era em razão da baixa dos casos de Covid-19 naquele momento. E, como já expliquei anteriormente, nós entendemos também que havia uma insegurança jurídica enorme na prestação de serviços que ali seriam desempenhados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, foi fechado o do Estado, erradamente, e o do Município, erradamente. Está bom? Como ele era relator só do Estado, ele não... Não é o caso dele, mas tem que deixar claro também que foram fechados os dois, o do Estado e o do Município, e isso fez uma falta muito grande quando veio a segunda onda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi no mesmo período? Em julho?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi junto, foi praticamente junto. Eu não me lembro direito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas não é o caso dele, eu só estou aqui dando uma informação. Não é o caso da CPI da Assembleia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas foram praticamente fechados juntos. E isso fez falta em janeiro de 2021.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

No hospital de campanha Nilton Lins, todos os serviços prestados na referida unidade hospitalar ocorreram sem contratos formais. Todas as empresas prestadoras de serviço receberiam a contraprestação dos serviços prestados sob forma de pagamento indenizatório. Eu vejo que, se o senhor confirmar essa informação...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Confirmo. Confirmo a informação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... é um verdadeiro escoadouro de recursos destinados para o enfrentamento da Covid.

A questão dos processos indenizatórios está sendo analisada pela Procuradoria do Estado ou órgão de controle? Qual a origem dessa prática de procedimentos indenizatórios, já que o senhor é amazonense e está na política, embora há pouco tempo, e acompanha a política do seu Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu posso apenas me referir ao objeto da CPI. Eu realmente não tenho conhecimento de antes do que foi averiguado na CPI. Eu não estou aqui de forma alguma defendendo. Estou sendo preciso em relação ao que foi analisado pela CPI. Nós observamos que houve uma evolução nos volumes de pagamento dessa modalidade no decorrer dos anos, chegando ao ponto em que hoje está um volume muito alto e que realmente precisa ser corrigido, como eu falei anteriormente. Houve uma recomendação por parte da CPI pela eliminação desse tipo de pagamento. E essa recomendação – já foi anunciado de público pelo Governo – vai ser acatada até setembro deste ano, mas nós seguiremos fiscalizando essas tratativas, para que realmente seja cumprida essa recomendação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se eu não me engano, o senhor foi interrompido várias vezes na hora em que tentou falar o número de valores desses processos indenizatórios, ao longo de Governos anteriores inclusive. O senhor pode repetir o número, que é da casa do bilhão?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Um bilhão e quinhentos milhões, aproximadamente, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É 1,5 bilhão.

Nas investigações do Consórcio Nordeste – porque amanhã nós vamos ter aqui a hora da verdade: se, depois de dois meses de CPI, a gente vai enveredar por esse caminho, que é um anseio legítimo da população –, nós verificamos uma empresa que trabalhava com o comércio de derivados de maconha vendendo respiradores. No mínimo, surreal. No Amazonas, nós vimos uma empresa de vinhos vendendo respirador, que o senhor já falou muito aqui, com o valor muito acima do usual.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – E valores inadequados... E respiradores inadequados, Senador, inclusive.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E respiradores inadequados.

No curso da investigação, os Srs. Deputados verificaram preocupação por parte dos servidores de saber a origem dessas empresas? Com o que efetivamente trabalhavam? Se reuniam condições de fornecer esses respiradores? Havia algum ato administrativo que checasse os dados dessas empresas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então... Nós verificamos, a partir dos depoimentos colhidos, que havia um chamamento público. As empresas tomavam conhecimento, através do setor de compras da Secretaria de Saúde, da necessidade da demanda do que era necessário – não só dos respiradores, no caso, mas de todas as outras áreas onde havia o procedimento indenizatório – e era mandada uma cotação de preço e, a partir dessa cotação de preço, era escolhida a empresa que poderia, supostamente, oferecer o serviço pelo menor preço, porém sem qualquer controle de licitação em relação à capacidade técnica da empresa, enfim, sem nada, apenas dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Senador, sobre isso, eu poderia só...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pode, claro. Claro, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senador Girão, sobre isso eu poderia só agregar uma pergunta às perguntas que V. Exa. faz?

E os respiradores que o Governo Federal mandou para o Amazonas: eles prestavam ou não prestavam? Pode dar essa informação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Senador, a informação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Serviram ou não serviram? Tinha alguns deteriorados?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A informação que eu tive é que é uma parte deles estava deteriorada e foi enviada de volta, mas praticamente todos os respiradores que nós dispúnhamos no Estado do Amazonas foram enviados pelo Governo Federal, uma vez que o Estado do Amazonas não comprou nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Estado do Amazonas não comprou nenhum respirador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não comprou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Todos vieram do Governo Federal...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Todos vieram do Governo Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... mas uma parte estava danificada, é isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso. Essa é a informação que nós tínhamos. Nós sabemos dessa informação, porque nós averiguamos quantos respiradores o Estado havia comprado. E nós tínhamos essa informação também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas os respiradores enviados pelo Governo Federal – e eu agradeço a pergunta do Senador Relator – efetivamente atenderam à demanda do povo do Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, mesmo assim, por que não indiciaram o Governador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, porque é preciso ter uma questão conexa entre o Governador do Estado e um ato de improbidade administrativa pra que a gente pudesse indiciar.

A falta da má gestão... Má gestão não é crime, má gestão é um motivo pra que a gente mude de Governador no momento da eleição, mas, para haver indiciamento, para haver *impeachment*, para haver qualquer relação em relação a crime de responsabilidade, é preciso que esteja claro o crime...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas, Deputado Fausto, se o Governo, no meio...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... praticado diretamente pelo Governador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No meio de uma pandemia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não comprar vencido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não comprar respirador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** É má gestão só? É só má gestão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** Eu queria só a reposição do tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** No meio de uma pandemia, não comprar respirador? O senhor acha que isso não é crime?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) **–** Senador, é uma má gestão absurda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor acha que não é crime?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador. Isso tem que ser julgado através de um processo de *impeachment*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** É crime contra a saúde pública.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Tem que ser julgado através de um processo de *impeachment*. Eu não vou fazer um prejulgamento aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, eu vou repor o tempo em que V. Exa. interrompido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço.

Nas investigações no Estado do Amazonas, foi identificada a prática de ocultação do legítimo sócio-administrador das empresas envolvidas, facilitando a impunidade. Esta prática nos parece bastante comum: a ocultação dos verdadeiros responsáveis. A CPI da Saúde apontou, no relatório final dela, algum caminho legal que discipline essa questão, pensando aqui no futuro, no legado de tudo isso que está vindo à tona, de toda essa lama que está vindo à tona?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Seriam as recomendações pelo fim do processo indenizatório, do envio dos documentos até os órgãos de controle para seguir nas investigações que nós não conseguimos apurar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu digo especificamente sobre a ocultação.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Ah, sim. Nós apresentamos um projeto de lei que veda a contratação de empresas e cônjuges até terceiro grau de Secretário de Estado pelo Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Perfeito.

Outro fato que chama a atenção, Deputado, no relatório, é o da fraude na cotação dos preços e serviços médicos. Pode-se observar que uma empresa que prestava quaisquer serviços ao hospital se apresentou para oferecer serviço de plantão médico ao mesmo hospital e apresentou uma proposta muito acima da média identificada pelo órgão da Secretaria de Saúde do Estado. Mesmo assim, a proposta foi considerada no certame, embora não tenha obtido êxito. O que cabe destacar é a proximidade entre a direção de hospitais, empresas prestadoras de serviço e órgãos públicos, o que poderá facilitar atos lesivos à administração pública. Os senhores poderiam explanar... O senhor aqui, no caso, que foi o Relator da CPI, poderia explanar para este Plenário como identificaram esta tentativa de lesar o erário? Identificaram, ainda que não tenham aprofundado fraude na cotação de preço e serviço médico nos Municípios, por que não teve o aprofundamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, só pra eu entender a pergunta de V. Exa., o senhor pergunta isso em relação ao caso determinado dos serviços médicos do Hospital Nilton Lins?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso, exatamente.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, como eu falei a V. Exa., essa questão dos processos indenizatórios não é um processo licitatório. É um processo em que internamente é escolhida a empresa que supostamente vai prestar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Transparência zero.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não existe. Então, não existe a transparência, não existe o critério dado pela Lei de Licitações no sentido de escolher a empresa que seja mais benéfica para o Estado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Perfeito.

Sr. Presidente, eu agradeço a tolerância...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... e encerro a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na época... Eu queria aqui... Eu não entrei no detalhe que o Senador perguntou. Na época, alguns ventiladores, respiradores e ventiladores que foram mandados pelo Governo Federal eram para uso animal, assim como também se equivocaram quando mandaram as vacinas para o Amapá que eram do Amazonas e as do Amazonas para o Amapá.

Então, a gestão em si, se pegar toda a gestão, foi um desastre na pandemia e está sendo ainda hoje por falta de política pública séria pra que a gente combata o Covid. Cada um aqui defende um lado, a gente está aqui trabalhando nesse sentido, e V. Exa. contribui para esse trabalho, Senador Girão, mas...

E uma outra coisa: as questões indenizatórias, muitas são indenizações de pessoal, mas você tem que dar o desconto, porque muita gente... Serviço prestado e uma série de coisas se indeniza... Agora, é lógico que existe uma série de problemas nessas questões indenizatórias que tinham que ser... Nós tínhamos que regulamentar isso no Brasil. Não é só lá no Amazonas e no... Em vários Municípios brasileiros, tem que se regulamentar e orientar, da mesma forma como eu defendo aqui – e V. Exa., com certeza, defende – esta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil está vendo que a nossa planta de produção de vacina tanto da Fiocruz quanto do Butantan é pequena demais. Nós temos que garantir recursos pra essas duas. Se não fossem eles dois, hoje, nós estaríamos numa situação muito difícil. E o que acontece? Na planta pequena, o limite de produção de vacina é pequeno. Nós não temos por que ter pena em ampliar, independentemente de se vai ter uma pandemia no ano que vem ou não, mas sempre estar preparado pra que, se houver de novo, a gente não dependa dos insumos e muito menos da produção de outro país.

Nós somos PHD em inventar vacina, nós já fizemos outras invenções e nós temos tecnologia e, aliás, cientistas pra isso. Então, isto tem que estar no relatório final, viu, Senador Renan? É o aumento da planta do Butantan e da Fiocruz, porque os grandes laboratórios que nós tínhamos aqui, que produziam também vacinas, saíram do Brasil um tempo atrás.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, nós estamos dependendo...

E mais: o Butantan está produzindo a CoronaVac, mas também tem que produzir a H1N1 e outras vacinas que o Governo Federal compra que são entregues nas unidades básicas de saúde Brasil afora, quer dizer, é uma quantidade enorme que nós temos.

O Governador de São Paulo informou que ia aumentar e, no final do ano, ia ter uma nova planta, mas eu acredito que, na CPI, tem que estar no relatório final. Se cada Parlamentar, dos 513 Deputados e mais 81 Senadores, cada um de nós der R$500 mil das nossas emendas impositivas, metade para o Butantan e metade para a Fiocruz pra aumentar e também pra ajudar na pesquisa, nós estaríamos fazendo uma grande contribuição ao Brasil. Quinhentos mil reais do que a gente recebe não vão fazer falta e estarão ajudando indiretamente todos os Municípios e Estados brasileiros, se nós fizermos isso.

Então, isso eu acho que o próximo Relator do Orçamento, tratando isso com o Presidente do Senado e com o Presidente da Câmara, pra que nós possamos demonstrar claramente que nós queremos contribuir para a ciência, para a pesquisa e para o Butantan. O Butantan, hoje, e a Fiocruz servem o Brasil todo, correto? E eu acho que nós, Parlamentares, que somos representantes do Brasil todo, temos que dar essa contribuição imediatamente no próximo Orçamento – no próximo Orçamento! Não custa nada.

Olha, muitos de nós, Parlamentares, ajudamos aqui aquele hospital para reabilitação aqui em Brasília. Outros ajudam em Barretos, que tem aquele hospital do câncer, não é isso? Tem um hospital do câncer em Barretos?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, eu acho que a gente pode até sugerir para a Comissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Aqui tem o Hospital Sarah...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sarah Kubitschek, que nós ajudamos, e outros ajudam.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Omar e Senador Renan, nós podemos, inclusive, agora, com a instalação da Comissão Mista de Orçamento, a Comissão Parlamentar de Inquérito, fazer uma sugestão de emenda ao Relator da LDO...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tirando isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... para que na LDO...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já tirando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, fique estabelecida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E que se torne lei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... a política de investimento para a Fiocruz e para o Butantan. Nós podemos botar na Lei de Diretrizes Orçamentárias agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E que se torne lei. Que a gente retire o percentual – tem que ver qual é o percentual –, porque aumenta também o valor, e a inflação come esse dinheiro. Eu acho que o percentual de todas essas emendas viraria lei, porque, como serve ao Brasil todo, o Brasil tem que ajudar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na LDO, nós podemos fazer isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, nós aprovamos 20 bilhões para comprar vacina, e nós temos potencial para, já, produzir. Como V. Exa. muito bem disse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não temos capacidade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... 10% disso já seria um grande avanço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não temos capacidade. Eu acho que, se a gente contribuir, o Congresso Nacional estaria dando uma ajuda substancial para o futuro, para as gerações futuras. Nós precisamos fazer isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Senador Randolfe, depois o Senador... Aliás, Senador Luis Carlos Heinze. Desculpe, Senador Randolfe.

Senador Luis Carlos Heinze com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, Deputado depoente, prazer estar com você.

Primeiro, Deputado Fausto, o Governo Federal, no ano passado, mandou para o Estado do Amazonas quase R$11 bilhões. O Deputado Eduardo Braga fez também uma colocação – e eu não vou repetir, só rapidamente –: do recurso destinado à saúde, nós tínhamos, em 31 de dezembro, R$681 milhões nos fundos estaduais e municipal de saúde; da mesma forma, em maio, 830 milhões. Não foi falta de dinheiro; foi falta de gestão, competência por parte do Governo do Estado e de Prefeitos também, que não utilizaram adequadamente o recurso. Então, a questão de Manaus é um problema.

Senador Omar, eu não ri de V. Exa., se entendeu que fosse assim. Mas, eu vou lhe dizer, eu acho que essa questão desse pagamento indenizatório não é correta. Eu vejo que, de 2011 a 2020, agora, o que a CPI apurou, só na saúde, é 1,451 bi; no geral, 4,5 bi; e, em outras secretarias, também. Não é comum comprar o produto antes e depois licitar valor. Então, é só essa posição.

Mas há uma questão no Amazonas que, se o Tribunal de Contas permite, no meu Estado, o Tribunal de Contas não permite. Eu fui Prefeito e, quando Prefeito, em casos excepcionais, eu tinha que justificar, para comprar 20 mil, 30 mil, 50, qualquer coisa. Então, não é normal essa questão. E espero que vocês da Assembleia adéquem essa posição para que não continue, porque isso aqui dá margem para sacanagem, esse esquema aqui que é feito, embora o Tribunal de Contas possa até aprovar e vocês na Assembleia também aprovem a conta do Governo do Estado, dos Governos ao longo desse período. Então, essa é uma colocação que eu lhe faço.

E vou insistir: com relação a esse tratamento que a gente repete, Senador Renan. Aqui eu tenho o 1º Congresso Internacional sobre Ivermectina, na Inglaterra. Aconteceu agora, recentemente, com cientistas brasileiros, para copiar o nosso modelo, Senador Girão; canadenses, australianos, da Inglaterra, dos Estado Unidos, são cientistas que debateram esse tema, que está dando certo no mundo inteiro. Então, não podemos criminalizar um tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, Deputado Fausto, eu vou pedir que a Assembleia Legislativa faça um debate, se já não o fez, sobre esse tratamento, e que vocês peguem o exemplo do Estado do Amapá, vizinho de vocês, que é um Estado pequeno. E a Dra. Margareth, que é a epidemiologista que chefia esse processo lá, podia mostrar como é que o Estado do Amapá tem a letalidade hoje de 1,5 – vocês têm 3,3 de letalidade e o Brasil, 2,8. Peçam o que Amapá fez para vocês poderem seguir nesse rumo para evitarem mortes lá no Estado de V. Exa.

Sobre as vacinas – o Senador Omar está saindo agora –, nós temos um trabalho, e esse trabalho deve acontecer. Só para o Butantan, o Governo Federal liberou 8,6 bilhões. Eles estão fazendo investimento com esse dinheiro também, porque sobra muito dinheiro em relação a quanto custa a vacina, Senador Girão, e quanto se gasta com a vacina.

A Fiocruz vai receber, Senador Eduardo, 7,5 bilhões e vai construir o complexo de Santa Cruz com a sobra desse dinheiro, o que também é importante para nós; é investimento por parte do Governo Federal sobre essa questão.

E um ponto importante: nós estamos trabalhando a questão das vacinas brasileiras. E o que é isso? Uma vacina na USP, em Ribeirão Preto, quase pronta; no Instituto de Cardiologia, em São Paulo, quase pronta; e, na Universidade Federal de Minas Gerais, quase pronta – três, quatro meses. As pesquisas finais foram feitas e poderão ser trabalhadas.

E um outro ponto que nós vamos mostrar e vamos até esclarecer e escrever, Senador Relator, é que há 16 laboratórios brasileiros privados, 12 de medicamentos humanos e 4 de medicamentos veterinários, e nós aprovamos uma lei para que eles possam também fabricar vacinas, estas brasileiras ou até alguma estrangeira. Qual é a linha, Girão? Eu sou empresário, lido com a iniciativa privada. Eu entendo que, se esses laboratórios entrarem no processo produtivo, o preço da vacina vai cair, porque hoje é um monopólio no mundo; não é no Brasil, é no mundo: chineses, indianos, russos, ingleses, qualquer raça dessas vacinas que se estão, hoje, fabricando no mundo. Então, isso é muito importante, isso vai acontecer aqui, nós estamos trabalhando essa questão.

Senador...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... Izalci, aquele trabalhado que, lá atrás, com o Senador Wellington, começamos, V. Exa. estava junto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... para tentar aproximar o Butantan, porque é do seu partido, é do Governador Doria, do PSDB... Fizemos três, quatro reuniões sobre esse tema entre laboratórios de medicamento veterinário e o Butantan, e o Governo está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessado nisso. E, hoje, não são só os quatro laboratórios, há 12 outros grandes laboratórios que são marcas internacionais brasileiras, que estão aqui no Brasil, e que querem fabricar a vacina. Estamos trabalhando esse tema com o Governo Bolsonaro. Acho que esse é um ponto importante, e isso é interessante para todos, inclusive, para entrar a concorrência de vacina. Esse é um ponto em que nós trabalhamos, estou focado nessa questão: vacinas nacionais ou internacionais.

E essa do Dr. Kalil, por exemplo, lá em São Paulo, Girão, é muito importante o cérebro que nós temos, no caso dele, como outros cérebros que nós temos em Minas Gerais ou em Ribeirão Preto, em qualquer parte do Brasil, dessas 16 vacinas que estão sendo trabalhadas – 16 –, três estão em fase muito adiantada. Isso é um ponto importante. E aí, Girão, muito pouco dinheiro público precisa entrar nesse negócio, porque eles vão fazer investimentos desde que o Governo garanta que vai comprar vacina, porque o Governo já comprou 662 milhões de doses, já estão adquiridas, e vão receber. E nós temos os números dos que já foram vacinados e entregues, dos números que nós temos hoje, no Brasil.

Então, esse é um ponto importante. Só vou fazendo esse relato, porque esse é um dos motes desta CPI: como vacinar o nosso povo, que já está sendo vacinado, e as coisas vão acontecer, e essa é uma realidade.

Então, Fausto, eu só queria fazer essa colocação, e que vocês – sugestão – deveriam ouvir o exemplo do Amapá, estadozinho pequeno, perto de vocês, mas que tem um tratamento legal sendo feito.

E eu... Uma pergunta: você conhece aquela pesquisa que foi realizada lá em Manaus, no seu Estado, onde morreram 22 pessoas com a aplicação de hidroxicloroquina?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Eu tomei conhecimento de que houve uma pesquisa capitaneada pelo pesquisador Marcus Lacerda, que tentou identificar a eficiência nos pacientes em casos graves, através da hidroxicloroquina, mas isso não foi, na época, investigado pela CPI, porque ainda estava em fase de pesquisa, ainda não tinha concluído a pesquisa. Não se tinha notícia, por exemplo, também, das mortes, no caso, essas mortes estão sob sindicância. Enfim, a CPI não teve acesso a essas informações.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O normal dessa pesquisa, Senador Girão, seria 1g no primeiro dia, 500mg do segundo ao quinto dia, somadas 3g de cloroquina. O estudo de Manaus usou 12g, quatro vezes mais, aí a razão da morte.

Infelizmente, Senador Renan, eu gostaria de um debate; não, assim, trazer um cara num dia, outro cara noutro dia. Que venham debater, escalem quem quiser das pesquisas; tem vários pesquisadores que trabalharam nessa pesquisa. E que venham debater, Girão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Senador Heinze...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nós trazemos... Sim?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu tenho tanta preocupação com a vida dos brasileiros que eu não ouso participar desse debate.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu tenho muita preocupação com a vida dos brasileiros, que eu não ouso, na audiência que tem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, participar desse debate.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu lamento, Senador. Eu lamento porque aqui estão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Preocupação e responsabilidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu também tenho responsabilidade – eu também tenho. E o senhor vai ver o que está acontecendo hoje, nos Estados Unidos: o caso Fauci. Esse é um caso gravíssimo; a humanidade vai saber disso, a humanidade vai saber das 4 milhões de mortes no mundo – não é no Brasil, é no mundo –, mais de 4 milhões de mortes. Alguém será responsabilizado. Alguém será responsabilizado por esse tratamento que estão criminalizando.

Estão citando aqui, na Inglaterra, cientistas ingleses, australianos, americanos, brasileiros discutindo o tema. Ponto. Dou o exemplo: peça lá, Fausto, pela no seu Estado, faça uma proposição na Assembleia, escute a epidemiologista e os médicos do Amapá. Vocês vão ter o resultado – vizinho de vocês –, um resultado positivo.

Da minha parte era isso. Não tenho mais questionamentos; só essa colocação pra vocês.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Algo a dizer, Sr. Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não. Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quero agradecer ao Presidente Omar Aziz por permitir que eu presidisse este importante momento aqui, nesta CPI, mesmo que momentaneamente, principalmente no dia em que nós tratamos da maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tragédia do País, que aconteceu no Estado do Amazonas, no vosso Estado. Todo o nosso sentimento para as vítimas dessa tragédia e desse caso absurdo de corrupção.

Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Sra. Presidente Soraya Thronicke. É uma honra ser presidido por V. Exa.

Vou começar logo fazendo uma pequena correção geográfica, não é? Nós somos amazônidas, o senhor e eu, só que é uma distância... É um pouquinho de dica geográfica do tamanho da Amazônia: é mais próximo vir para Brasília do que ir para Manaus; de Macapá até lá são 1,2 mil quilômetros que nos separam. E seria uma honra ser vizinho dos amazonenses, mas pela dimensão da Amazônia isso não é permitido. A gente costuma, inclusive, dizer que é na Amazônia, que é no Amazonas que os rios nascem; e no Amapá, onde os rios desaguam. Então, é só essa rápida retificação geográfica que eu acho que é importante de ser feita. Mas somos da mesma Região e por isso nos comoveu tanto a tragédia que se abateu sobre Manaus, comoveu todos os brasileiros e comoveu, em especial, nós amazônidas, que, como eu já disse, somos, temos identidades das mais diferentes, cultural, política, de proximidade, dialetos, de tudo isso.

Então, é uma pergunta preliminar. Durante o colapso da segunda onda, da tragédia de Manaus, o senhor acompanhou de perto? O senhor estava por lá?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Acompanhei, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Todos os acontecimentos do final de dezembro de 2020 até janeiro de 2021?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu acompanhei de perto, tanto é que visitei dois hospitais naquele momento. Eu fiz, tentei me mobilizar, enfim, ajudando da maneira que eu podia. Lamentavelmente, essa segunda onda aconteceu de forma súbita. No nosso Estado não havia informações necessárias na imprensa, em lugar nenhum, na evolução crescente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em que momento ocorrem os primeiros sinais de agravamento da pandemia no Amazonas? Quais os primeiros sinais de superlotação dos hospitais, de colapso do sistema de saúde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, aqui, em respeito a V. Exa., que é um Senador o qual eu admiro, acompanho e sigo nas suas redes sociais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... eu respondo, mesmo estando fora do motivo da minha convocação. Foi cerca de final de dezembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Fim de dezembro.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É, aproximadamente. Eu não tenho a informação precisa porque não foi objeto da CPI, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito, mas com essa informação V. Exa. vai contribuir muito...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... inclusive, com o que esta Comissão Parlamentar está investigando como fato determinado que é o agravamento... As ações e omissões no agravamento da pandemia, em específico o que aconteceu no Amazonas. É por isso que, assim, nós queremos nos detalhar sobre os acontecimentos entre dezembro e janeiro, porque é um tema que deverá constar, é um tema central a ser abordado pelo Relator.

V. Exa. disse que, assim, a partir de dezembro começa a ter os primeiros elementos.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É, em metade de dezembro, aproximadamente. Da metade para o final.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No dia 23 de dezembro, o Governador Wilson Lima editou um decreto determinando o fechamento do comércio não essencial a partir de 26 de dezembro e proibindo eventos comemorativos. No dia 26 de dezembro, diante de críticas, sobretudo do Presidente Jair Bolsonaro, que definiu essa medida do Governador Wilson Lima como absurda, e também críticas dos apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro, em decorrência disso um conjunto de protestos que começou a ocorrer no Amazonas, vias da cidade foram bloqueadas contra as novas regras do Governador Wilson Lima.

Obviamente, V. Exa. acompanhou tudo isso.

Em seguida, o decreto é revogado. Inclusive, a revogação do decreto é comemorada nas redes sociais pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente, que diz: "Primeiro, Búzios e, agora, Manaus. Todo poder emana do povo". A Deputada Bia Kicis também faz uma campanha pela revogação do decreto e celebra a revogação do decreto lá no Amazonas.

O senhor sabe, como Deputado Estadual, detalhar quais as razões que levaram o Governador a revogar o decreto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, houve um caos generalizado na minha cidade. Isso não foi objeto da CPI, mas foi público, não é? Então, com certeza, foi uma pressão popular muito forte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Naquele período?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso, com várias manifestações. Isso está relatado, inclusive, na imprensa nacional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E isso levou à revogação do decreto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Acredito que sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor diria que teve influência direta essa pressão do próprio Presidente da República e de outros partidários na revogação? Houve incentivo a essa mobilização?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, pela minha percepção – é importante deixar claro que eu sou falho, posso cometer erros –, o que observei naquele momento? Houve uma negação da necessidade de haver o *lockdown*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu tenho uma boa aproximação com donos de restaurantes. Vou citar este exemplo específico dos restaurantes. Eles se prepararam para uma demanda diferenciada, que era a demanda do final do ano. Existe um aumento nas vendas, enfim. Compraram produtos perecíveis para suportar aquela demanda. E, subitamente, houve a edição do decreto. Então, isso teve um prejuízo incalculável para eles. Citei esse exemplo específico, que é para o senhor entender o motivo da revolta. Onde foi a falha, a meu ver? No diálogo. A Assembleia não foi ouvida em nenhum momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Deixe eu lhe perguntar: o senhor tem conhecimento das razões técnicas da parte do Governo para a revogação desse decreto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Governador não detalhou sobre isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Como eu lhe falei, a Assembleia não foi ouvida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor tem conhecimento se o Governador sofreu pressão de outras autoridades para a revogação do decreto?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Bom, o senhor acompanhou, posteriormente, a revogação desse decreto. A Assembleia Legislativa não foi ouvida.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em nenhum momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ninguém tem conhecimento das razões que levaram...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em nenhum momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O fato é que, uma semana depois, o colapso maior se instaura, inclusive com o colapso no fornecimento de oxigênio.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, se V. Exa. me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sim, é claro, eu vou lhe passar... Eu só queria acrescentar: na semana seguinte, o colapso se agrava, e aí passa a ser de conhecimento do Brasil todo o que ocorre no Amazonas. O senhor tem conhecimento de qual foi o apoio do Governo Federal naquele momento? Do que o Governo Federal deslocou para auxiliar os amazonenses?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O conhecimento que eu tive foi do deslocamento, através de aeronaves, de oxigênio líquido de várias formas para o Estado do Amazonas.

Eu quero aqui aproveitar, Senador, se o senhor me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois não!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... esta oportunidade para fazer um agradecimento, um agradecimento público a alguns artistas que se mobilizaram, tanto o Whindersson Nunes, quanto o Gustavo Lima, quanto o Paulo Gustavo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Paulo Gustavo!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... para ajudar o Amazonas. Eu quero aqui, até em nome do Amazonas, fazer um agradecimento a todos eles, porque esse foi um gesto que realmente salvou muitas vidas. Foi uma tristeza muito grande nós termos a notícia da morte do Paulo Gustavo por Covid, depois desse gesto que ele fez para o nosso Estado.

Então, é realmente... Eu, como amazonense que acompanhei, visitei os hospitais, ouvi depoimentos, Senador, de médicos que me relataram que só tinha oxigênio para uma pessoa e tinham duas pessoas para serem atendidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe-me perguntar sobre isso.

A solidariedade desses artistas foi a primeira que chegou aos amazonenses?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Foi, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É importante registrar isso, Sr. Relator. Essa mobilização de Paulo Gustavo, de Whindersson Nunes e de vários outros artistas é a primeira, um dos primeiros atos de solidariedade que ocorrem. É o primeiro socorro de oxigênio que chega.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Pelo menos publicamente, Senador.

Eu não sei exatamente a data da chegada das cargas, não é? Publicamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem conhecimento nesse momento, nesses primeiros momentos tem conhecimento de qual apoio foi prestado por parte do Governo Federal?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, o conhecimento que nós observamos enquanto Deputado Estadual foi nessa questão logística e do envio de oxigênio.

Eu quero aqui destacar que eu não tenho competência para avaliar se esse apoio foi suficiente, se veio no momento certo. Isso eu confio na condução de V. Exas. para averiguar. Mas foi só esse o apoio... Nós temos que resolver efetivamente o problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor acompanhou a ida para o Amazonas da Dra. Mayra Pinheiro e do Ministro Eduardo Pazuello naquela ocasião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não acompanhei, Senador. Não acompanhei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor sabe informar quais foram as primeiras providências da Dra. Mayra Pinheiro...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ...naquele momento para prestar socorro para atender...?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tive acesso, Senador. Não tive acesso. Sou um Deputado independente, Senador. Não tenho relação com o Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

Mas, como o senhor estava acompanhando todos os fatos...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O que eu sabia era pela imprensa. Eu, por ter posicionamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O que a imprensa tinha noticiado naquele momento?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Que o Governador anunciava que ele tinha tratativas com o Ministério da Saúde, mas nunca precisava quais tratativas, em que momento...

Senador, é muito complicado eu emitir opinião sobre isso, porque eu não tenho essa informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A Assembleia acompanhou a aplicação do TrateCov, dos protocolos de tratamento com hidroxicloroquina no Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador. Não acompanhou, não tivemos conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas, o senhor ou a Assembleia tem conhecimento se teve isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento, Senador.

Em nenhum momento foi discutido isso também na Assembleia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem conhecimento se a empresa White Martins alertou o Governo ainda em janeiro de que seria necessário contratar mais oxigênio ou contratar outro fornecedor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, em setembro... Eu estou falando à luz daqueles acontecimentos.

Ou até – obrigado, Senador Eduardo – o senhor tem conhecimento de informações anteriores do alerta prestado pela empresa White Martins?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, Senador, eu até lhe agradeço a pergunta porque através desta CPI nós tivemos o conhecimento de que houve essa mensagem no período de julho, salvo engano, em que foi tratado... Nesse momento, Senador, não havia indícios de que seria necessário o abastecimento de oxigênio – no momento até setembro, não havia esses indícios. Havia um fluxo normal de oxigênio, não havia nenhum relato de nenhum profissional da saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não tem conhecimento, então, de que a White Martins...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não tinha conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... desde junho, julho, setembro já alertava sobre iminente colapso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em nenhum momento a Assembleia foi notificada disso. Não tinha conhecimento. Em nenhum momento a Assembleia foi notificada disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na ocorrência do colapso, o senhor teve conhecimento do socorro prestado pelo Governo da Venezuela?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Tive conhecimento, Senador. Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Naquele momento, qual foi a importância?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, naquele momento, qualquer ajuda era bem-vinda. No momento de calamidade, no momento... Até lhe falei: eu fui a um hospital – faço questão de dar esse relato, que é para a população entender a crise que foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Conversei com médico, o médico me relatou – isso chorando, Senador! – que teve um momento em que ele teve que escolher entre dois pacientes, qual que ele iria abastecer de oxigênio: um paciente tinha cerca de 70 anos e outro paciente tinha 50. Ele escolheu o de 50, porque o outro era mais velho.

Então, ele me disse, em prantos, que ninguém é treinado para isso, ninguém está preparado para esse tipo de decisão. É uma decisão de guerra. Então, lamentavelmente... É por isso que eu, mesmo sendo convocado, mesmo, enfim, é uma alegria estar aqui com V. Exas., porque eu quero contribuir para que realmente isso não aconteça novamente, Deputado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixa eu lhe perguntar e V. Exa. me corrija se eu estiver errado: parece-me que V. Exa. encaminhou ofício a todos os Governadores da Federação em 10 de janeiro solicitando disponibilização de estoque de oxigênio em seus territórios.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Fiz tudo que foi possível, Senador, inclusive encaminhei para as embaixadas também, foi um ato de desespero realmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso ocorria, suponho que isso ocorria porque a disponibilização de oxigênio por parte do Governo Federal era insuficiente.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, nós tivemos uma crise de oxigênio que durou aproximadamente janeiro, a segunda metade de janeiro, até início de fevereiro. Havia, como eu lhe falei, há uma dificuldade logística muito grande no nosso Estado. Até para os próprios Municípios de onde – nós acompanhamos o Senador Eduardo Braga no nosso Estado, acompanhamos alguns Prefeitos do interior – eles tentaram comprar, aqueles Municípios que fazem fronteira com outros Estados, eles tentaram comprar oxigênio de outros Estados, e havia uma dificuldade muito grande, o Governo do Estado centralizou essa distribuição de oxigênio, inclusive confiscando dos Prefeitos, para que ele decidisse de que forma era melhor para distribuir esse oxigênio nas unidades de saúde. Então, imagine, Senador. É um momento sobre o qual faço questão de demonstrar minha indignação, porque eu, como Deputado Estadual, as pessoas me cobravam quando seus pais morriam, quando suas mães morriam, para eu fazer alguma coisa, eu estava numa situação de impotência realmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixa eu lhe perguntar uma coisa: nessa data de 10 de janeiro, quando o senhor encaminha ofício, quando o senhor, em uma atitude, que o senhor mesmo relata aqui, desesperada, o senhor – eu tenho percebido a força do que o senhor expressa aqui –, o senhor destaca que tomou uma atitude desesperada no dia 10 de janeiro, enviou ofício para todos os Governadores estaduais...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Até para as embaixadas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para as embaixadas, para todo canto, para que os amazonenses fossem socorridos, para que fosse providenciado oxigênio. O senhor sabe detalhar quais as providências, naquele momento, que tinham sido tomadas pelo Governo Federal e pelo Governo estadual?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho informação, Senador, pelo Governo Federal não tenho informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é.

É importante, Sr. Relator e Sra. Presidente, só destacar que, só a partir dessa data, só a partir de depois do dia 10 de janeiro, é que o Governo Federal começou a contratar cinco grandes fornecedores: Air Products, Messer, IBG e Air Liquid, somente a 10 de... É importante essa coincidência de datas. Enquanto o Deputado Fausto encaminhava os ofícios... E eu imagino o caos instalado que se tinha no dia 10 de janeiro, eu imagino, eu não estava no Amazonas...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Foi amplamente noticiado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... mas eu imagino o drama que estava, as pessoas literalmente morrendo afogadas no seco com um colapso total de oxigênio, e o ato de V. Exa., embora seja um ato nobre, mas mostra, no meu sentir, no meu entender, a omissão que existia naquele momento por parte das autoridades federais e das autoridades estaduais, até aquele instante não tendo tomado as providências devidas para socorrer os amazonenses.

Eu lhe pergunto, ainda complementarmente: o Governo Federal chegou a admitir que o Ministério da Saúde sabia da iminente falta de oxigênio, em Manaus, com seis dias de antecedência. O senhor tem conhecimento de quando o Governo do Amazonas avisou o Governo Federal sobre o iminente colapso de oxigênio?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento, Senador, não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem conhecimento de quantos pacientes foram transportados de Manaus para outras unidades da Federação em virtude do desabastecimento de oxigênio? E aí eu lhe pergunto complementarmente: como foi realizada a transferência dessas pessoas? O senhor tem conhecimento de ter tido óbitos durante o transporte? Quantos óbitos?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, especificamente, sobre a quantidade de pessoas, eu não tenho essa informação. Eu soube que eles foram transportados de avião para outras unidades da Federação e que foi uma quantidade significativa naquele momento, uma vez que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havia total colapso do nosso sistema de saúde. Lamento, mas não tenho aqui em mão o número exato de quantos pacientes e quantos óbitos, se houve óbitos, não tenho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas o senhor sabe relatar como ocorreram os transportes, quais os cuidados que foram tomados?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Através da via aérea. Foi montado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E tinha aeronaves bastantes? Teve apoio da Força Aérea Brasileira?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu acredito que sim, Senador, mas eu não tenho essa informação precisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Uma das hipóteses que esta Comissão Parlamentar de Inquérito investiga... É de conhecimento de todos que, a partir de Manaus, o surgimento da nova onda junta-se com o surgimento de uma nova variante, a partir do ocorrido no Amazonas.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim, perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Uma das hipóteses que investigamos é que o transporte em caráter emergencial, sem os cuidados necessários, pode ter transportado também a variante para outros cantos do País. O senhor sabe quais cuidados o Ministério da Saúde havia tomado nesses...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não. É como eu lhe falei, Senador, nós não temos a competência de fiscalizar as ações do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Me permita aqui... Eu acho que é uma informação muito importante para o senhor trazer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. É que chamou a atenção de todos os membros desta CPI uma denúncia vinda do Vice-Governador do Amazonas. Em entrevista ao Painel, do jornal *Folha de S.Paulo*, o Vice-Governador Carlos Almeida Filho...

O senhor conhece?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... afirmou que o Estado adotou a estratégia da imunidade de rebanho, acreditando que a contaminação generalizada da população faria com que todos adquirissem anticorpos.

Disse o Sr. Vice-Governador:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] a estratégia foi mostrar alinhamento – abro e fecho parênteses – [com Jair Bolsonaro]. Uma coisa era clara, a política era de afirmar que se tinha uma imunidade de rebanho. O que acabou acontecendo foi um laboratório, a P1 [variante do coronavírus] encontrou ambiente adequado.

Falo isso já para concluir, Presidente Soraya: qual é a sua opinião sobre essa declaração do Vice-Governador? E essa declaração do Vice-Governador, na sua opinião, tem algum fundamento, tem algum lastro e necessitaria de um aprofundamento de investigações desta Comissão?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu classifico essa declaração dele como muito grave. Realmente, eu não tive conhecimento desse direcionamento, mas ele, enquanto coordenador de uma força-tarefa que avaliava...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ele coordenava qual força-tarefa?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Uma força-tarefa que foi criada na primeira onda, que foi criada justamente para auxiliar a Secretaria de Saúde no combate à pandemia. Então, ele tinha muito conhecimento sobre as ações do Governo do Estado. Então, se ele tem essa informação, eu não tive, não chegou a nós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu não sei, Sr. Relator, se nós tínhamos essa informação. Quer dizer, então, que o Vice-Governador era o coordenador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O Vice-Governador na primeira onda. Foi criada uma força-tarefa. Ele foi Secretário de Saúde, depois virou Chefe da Casa Civil e foi criada uma coordenação intersecretarias, porque tinha secretários de várias pastas, para auxiliar de forma técnica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, ele, como coordenador, mesmo ex-coordenador, mas na qualidade de coordenador de uma força-tarefa de enfrentamento à pandemia teria autoridade para fazer uma declaração desse tipo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu... É preciso ser averiguado. Eu não tive conhecimento. Foi uma declaração recente dele. Ele precisa provar, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

Duas últimas perguntas, já para concluir, sobre a ação de improbidade administrativa movida, que está em investigação, que também investiga a Dra. Mayra Pinheiro e também o Governo do Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazonas. A CPI da qual o senhor foi Relator chegou a investigar... A CPI foi anterior, não é, ao colapso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Anterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor ou alguém da Assembleia Legislativa, posteriormente, teve o conhecimento – eu reitero essa pergunta – da difusão do chamado tratamento precoce no Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O problema no Amazonas era haver tratamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, porque não tinha? Não tinha nenhuma forma de...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Esse era o problema que nós tentamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela sua informação, então, o problema do Amazonas é que não tinha nenhuma forma de enfrentamento à pandemia.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Exatamente. Ou precário, de forma precária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Na Assembleia Legislativa, o senhor teve alguma informação de que o Ministério da Saúde teria pressionado funcionários a receitar remédios do chamado tratamento precoce?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento disso, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Eu queria lhe agradecer, Deputado Fausto, e eu já concluo, Senadora Soraya e Sr. Relator.

Para destacar, eu considero muito importante a informação... Embora o senhor não possa falar pelo Vice-Governador, talvez seja importante esta Comissão Parlamentar de Inquérito ouvir o Vice-Governador do Amazonas. O senhor traz uma informação importante: o Vice-Governador do Amazonas foi chefe da força-tarefa de enfrentamento à pandemia, durante a primeira onda. E é um chefe da força-tarefa de enfrentamento à pandemia que faz uma declaração de que ocorreu uma estratégia deliberada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela imunidade de rebanho lá no Amazonas. É um chefe de uma força-tarefa de combate à pandemia. E diz mais: que essa estratégia foi adotada para demonstrar, por parte do Governador do Amazonas, relação de proximidade com o Presidente Jair Bolsonaro. Eu creio que essa informação aumenta o tom da necessidade talvez de ouvirmos aqui o Sr. Vice-Governador do Estado do Amazonas.

Por fim, Sr. Relator e Senadora Soraya, Sra. Presidente, o que me parece, com as suas informações aqui, com tudo o que já vimos do Amazonas, é que ocorreu uma omissão em cadeia, uma série de ações coordenadas para o agravamento da pandemia, da parte do Governo Federal, combinado com o Governo do Amazonas. A cada informação que recebemos de lá, me parece que isso fica cada vez mais claro, fica cada vez mais patente.

Muito obrigado, Presidente Soraya. Muito obrigado, Deputado Fausto.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu agradeço, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Randolfe, eu vou devolver a Presidência agora para o Senador Omar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele está ali. Já retornou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, pensei que era para mim, porque, para mim, eu declinaria para ficar sempre com a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agradeço.

Não teríamos óbice de novo no STF para ouvir o Vice-Governador? Não seria a mesma situação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É. Essa é uma circunstância, realmente, a ser avaliada – a ser avaliada –, embora o *status* do Vice-Governador não seja o mesmo do Governador do Estado. Mas isso, de fato, é uma circunstância a ser avaliada e analisada por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, todos os brasileiros e brasileiras acompanharam o sofrimento do povo do Amazonas, que foi o epicentro da pandemia no Brasil em dois momentos distintos: no começo da pandemia e no começo da segunda onda. Assim como em todas as cidades onde a orientação do Governo seguiu a orientação do Governo central, ou seja, do Presidente da República, que defendeu que a pandemia era uma gripezinha, que foi contra o uso de máscaras, que foi contra o isolamento social, em todas essas cidades, houve, de fato, um crescimento grande do número de pessoas infectadas, e, obviamente, quanto maior o número de pessoas infectadas, maior a mortalidade, porque a doença tem uma taxa de letalidade específica. Isso são afirmações diante do que a gente já ouviu aqui, ao longo da CPI.

Nós também verificamos que, nesse período em que houve esse início de segunda onda e entre a primeira e a segunda onda, defendeu-se, em todo o Brasil, o uso da cloroquina, que fazia sentido no mês de março de 2020, quando não havia estudos que descartassem a sua eficácia ou que questionassem a sua eficácia. A partir de maio, os estudos e as publicações sobre a eficácia da cloroquina... Ela foi questionada, mas em alguns lugares, ou melhor, em todos os lugares onde o Presidente tinha influência política e seguidores, o uso da cloroquina foi adotado como praticamente a única medida de controle sanitário.

A primeira pergunta que eu faço a V. Exa., Deputado, é: além do uso da cloroquina, que outras medidas foram adotadas no Estado do Amazonas para controlar a expansão da pandemia?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Eu vejo que a principal medida foi o envio de recursos para o Governo do Estado. O Governo do Estado tinha autonomia nas ações de enfrentamento à pandemia, e foi exatamente isso que a CPI investigou na primeira onda.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

Então, o senhor está dizendo que não houve nenhuma outra ação ou medida fora o envio de recursos do Governo Federal ao Estado do Amazonas. Portanto, fica claro aqui que o Governo do Amazonas seguiu à risca o que o Governo Federal propôs, que era largar os brasileiros à própria sorte para contraírem o vírus e adquirirem naturalmente a imunidade com pessoas doentes e, portanto, com uma taxa de letalidade, que a gente já sabia, que corresponde a um número elevado por conta do contágio. Então, fica clara essa questão, reafirma tudo aquilo que a gente já sabia.

Segunda questão é: durante a segunda onda que aconteceu em Manaus, em que V. Exa. dirigia e era Relator de uma CPI, deve ter ouvido falar da presença da Dra. Mayra Pinheiro, que era do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Saúde e que esteve em Manaus. Que papel ela desenvolveu e desempenhou no Estado, na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas, durante a segunda onda ou início da segunda onda?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, naquele momento, nós tínhamos conhecimento de que o Ministério da Saúde e diversas pessoas que ocupavam cargos no Ministério da Saúde estavam acompanhando a situação de Manaus, mas a esse detalhe da função que cada um estava desempenhando a Assembleia Legislativa não teve acesso em nenhum momento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ou seja, estavam acompanhando os doentes, estavam acompanhando a população?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A situação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A situação.

A Dra. Mayra esteve aqui e disse que não tinha visitado nenhum estabelecimento. E os vídeos mostraram uma outra versão. Foi mostrado aqui o próprio Governador dizendo que ela visitou várias unidades e que ela foi lá para apresentar o tratamento precoce.

Engraçado que, enquanto Manaus vira um centro de testagem de medicamentos ineficazes, enquanto a população de Manaus é submetida ao uso do medicamento de comprovada ineficácia para prevenir e tratar uma determinada doença... Isso aconteceu, porque a equipe do ministério foi para lá, e tudo indica que, nos primeiros dias da presença do Ministro, da Secretária, o estímulo era o uso da cloroquina. Isso me parece uma testagem terapêutica em massa em seres humanos, ou seja, colocar uma população, ou a população de uma cidade, submetida a um medicamento de ineficácia comprovada para tentar conter um pico ou uma elevação do número de casos de infectados.

A outra questão é que, ao mesmo tempo em que se fazia isso, a gente ouviu aqui que várias mensagens foram encaminhadas para Manaus – e o Senador Randolfe Rodrigues já apresentou aqui, mas nunca é demais a gente reforçar, o fato de o Eduardo Bolsonaro, de o Osmar Terra, de a Carla Zambelli terem ido a Manaus e dito que estavam felizes, porque a cidade estava resistindo à ação de isolamento social. Foi uma cidade que não fez isolamento social. Se não fez isolamento social e não cuidou, o que foi que aconteceu no final do ano? Nós passamos a ter uma grande quantidade de pessoas contaminadas, uma quantidade de pessoas tão grande, que o consumo de oxigênio multiplicou por nove vezes – nove vezes. Prestem atenção no que eu estou dizendo. Essa é uma ação que por si já é criminosa.

E eu pergunto a V. Exa.: a CPI não avaliou essas questões? Como que uma cidade, como que um Estado vira epicentro de uma pandemia? Como que uma cidade que recebe essa quantidade de recursos tem uma quantidade de mortes, que é uma das maiores do Brasil, proporcionalmente, *per capita*? Essa questão não foi objeto da CPI?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Porque a CPI foi concluída no período anterior à ocorrência desses fatos, Senador. A CPI...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Da primeira onda?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É. Não. A CPI... Tudo isso foi objeto da CPI. V. Exa. está perguntando da segunda onda? Me perdoe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Estou falando sobre a pandemia.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, porque V. Exa. falou da falta de oxigênio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Quando houve a falta de oxigênio?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Foi na segunda. Por isso que eu me confundi. Perdão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Diante de todos os fatos que aconteceram, a pandemia não foi objeto, as mortes não foram objeto dessa CPI?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Claro que foi, Senador. Tanto é, que nós investigamos o hospital de campanha, a compra de respiradores, todos os fatos, todas as ações do Governo do Estado em relação à pandemia.

O nascimento dessa CPI, na verdade, foi para investigar a pandemia. Ela se expandiu no seu teor porque, em debates na Assembleia Legislativa, nós chegamos à conclusão de que o problema não era só a pandemia, mas sim um sistema de saúde que já vinha de uma fragilidade em mandatos anteriores e que precisava também ser investigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Mas, veja só, essa desculpa de mandatos anteriores é sempre uma desculpa muito boa, mas aqui foi dito que o Governo do Estado do Amazonas teve muito recurso e foi o primeiro Estado a ter a primeira onda da pandemia. Portanto, ele teve, além de muito recurso, tempo pra se estruturar para uma segunda onda. Também foi dito aqui que o hospital que tem o nome da mãe do Presidente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Delphina Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... Delphina Aziz, tinha quantos leitos desocupados?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, o hospital tem seis andares. Só pra ficar bem claro, apenas três andares estavam ocupados.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ou seja, metade dele estava desocupado. E, mesmo assim, foi criado um hospital de campanha...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... com uma estrutura pronta, hospitalar, que poderia abrigar todos esses leitos. Quem tomou essa decisão?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O Governo do Estado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Governo ou o Governador do Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, a Secretaria de Estado de Saúde, o Governo como um todo. Não tenho a informação exatamente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Governo, o Governador... Uma decisão dessa não se toma sem a posição do Governador. O senhor me desculpe.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, eu concordo com V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, o Governador do Estado tomou essa decisão.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tomou a decisão de montar um hospital de campanha, com metade de um grande hospital desocupado. E foi pra este hospital de campanha que foi canalizada parte dos recursos e, além disso, pelo que eu já ouvi aqui, pra outro hospital, o Nilton Lins, pra onde também foram canalizados recursos e onde houve grande parte dos desvios.

Essas questões não podem ter sido decididas sem a autorização do Governador, porque, veja, pra você fazer um contrato dessa natureza, dessa magnitude, com esse Nilton Lins, precisa da autorização do Governador. Eu fui secretário de Estado. Jamais faria e teria autonomia pra tomar uma decisão dessas, no meio de uma pandemia, sem a autorização do meu Governador. Jamais deixaria um hospital com metade da sua capacidade instalada sem ser utilizado e contratado um terceiro sem autorização do meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador. E jamais teria pago qualquer valor por indenização, a não ser em casos extremamente restritos de impossibilidade, como regra, por indenização.

Portanto, Deputado, eu quero dizer a V. Exa. que esse Governador recebeu o Presidente da República lá, é aliado do Presidente Jair Messias Bolsonaro – aliado do Presidente Jair Messias Bolsonaro –, seguiu a cartilha do Presidente Jair Messias Bolsonaro, largou o povo à própria sorte e fez do Amazonas e de Manaus uma verdadeira, uma verdadeira – eu vou usar um termo, pra ser menos deselegante –, uma verdadeira esculhambação, do ponto de vista administrativo e do ponto de vista gerencial.

E V. Exa. – e agora eu concluo, Sr. Presidente – é Relator de uma CPI com todas essas evidências e não coloca o Governador como investigado! Isso é impossível de ser compreendido, entendido, sabe por quê? Porque, por conta não só dessa esculhambação gerencial – eu estou chamando de esculhambação porque é uma esculhambação –, essa bagunça, essa balbúrdia, essa desordem que favorecia na desordem aos larápios, aos larápios, além disso, tinha um erro de ordem sanitária – e aqui eu estou falando como médico sanitarista –, de não ter adotado medidas nenhumas de uso de máscara, de isolamento social; quando o fez, fez no limite e, quando o fez, voltou atrás, porque não teve coragem, e isso levou milhares de irmãos de V. Exa. e irmãs à morte. Isso levou o Estado do Amazonas a passar para o Brasil a imagem mais dura dessa pandemia: a dureza da morte coletiva. Parecia que a cidade estava inteiramente morrendo.

E eu chego à conclusão aqui, diante de tudo que foi dito, que tinha um Governador, um Governador que foi conivente, um Governador que seguiu as orientações do Presidente da República, que deixou que a bagunça acontecesse, pra que alguém se beneficiasse, e, infelizmente, V. Exa. preside, relata uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e não indicia o Governador do Estado.

Então, eu quero dizer a V. Exa... E não precisa de nenhuma resposta, porque V. Exa. já disse que não o indiciou. Agora, aqui eu já fiz as perguntas que eu queria fazer a V. Exa. E o que eu estou dizendo aqui é que é uma decepção para o Estado do Amazonas políticos que preferem proteger o poder do que ficar do lado do povo.

Eu estou com a palavra, Deputado. Eu ouvi, perguntei a V. Exa., V. Exa. me deu as respostas e eu estou apresentando minha conclusão.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. não me deixa fazer o debate.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – V. Exa. é testemunha, portanto... V. Exa. aqui é testemunha, V. Exa. não está na tribuna da Assembleia Legislativa, num debate. É importante que V. Exa. saiba disso. V. Exa. tem que entender esta questão: V. Exa. está aqui na condição de testemunha, não está na condição de debatedor. Eu fiz algumas perguntas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., V. Exa. me respondeu educadamente, e eu estou aqui exercendo a minha condição de Parlamentar. Pronto.

Então, na minha condição de Parlamentar, eu estou aqui dizendo que V. Exa., como Relator, foi negligente ao não apresentar ou, pelo menos... Não seria, se V. Exa. tivesse botado no relatório e fosse derrotado na Assembleia Legislativa, mas, no relatório de V. Exa., não apareceu o Governador como possível indiciado ou investigado pela CPI. E ele foi o cabeça e o responsável pelas mortes e pelo que aconteceu no Estado do Amazonas, um Estado muito importante para o Brasil.

É muito debatido aqui que todos os dias tem alguém querendo tirar a condição de Zona Franca.

O que nós vimos lá foi muito ruim para a imagem do Estado do Amazonas e foi muito ruim para a população do Amazonas. Eu sinto muito que alguns políticos do Estado do Amazonas não tenham amor por aquele Estado e pelo povo do Estado do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes de passar a palavra ao Senador Izalci...

Senador Izalci, eu fiz algumas perguntas ao Deputado, e ele negou aqui, ele disse que não tinha conhecimento.

Eu queria que você colocasse, de novo, aqueles dois terrenos na Rua Careiro da Várzea, porque ele diz...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não. Os terrenos, os terrenos. Aquela foto que tem os terrenos. (*Pausa.*)

Desses dois terrenos que estão em amarelo, o lote 297 e o lote 312, o senhor não tem conhecimento?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Senador, não vou comentar coisas pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. V. Exa. aqui está como testemunha.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Testemunha do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é questão pessoal? Não! O senhor disse para mim...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Testemunha do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom. Só um minutinho: o senhor disse na primeira vez, e está gravado aí...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não tenho conhecimento. Reafirmo a minha afirmação, mas eu não vou comentar questões pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom. Então coloque aí o lote 297. Vejam no nome de quem. Para vocês verem como é que se pega uma pessoa que comete perjúrio aqui. (*Pausa.*)

Coloca, aí, no nome de quem está o terreno! (*Pausa.*)

Dá para ampliar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Yara Amazônia Lins...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Rodrigues dos Santos. O senhor sabe quem é Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu não vou comentar coisa pessoal aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não vai comentar.

O senhor não conhece essa senhora?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estou perguntando se o senhor conhece ou não. Não conhece? Está bom.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. desrespeita uma pessoa que está ausente. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... está acostumado a atacar as mulheres agora, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não estou. Não estou atacando, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Está acostumado a atacar as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não estou, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A minha mãe está ausente, Senador. Qual o crime? Esse terreno...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não. V. Exa...

Não estou atacando sua mãe, longe de mim.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. está...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu só estou querendo provar por que que ele não indiciou o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – E qual a relação que tem um terreno que está no nome de uma pessoa e o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Propriedades e mais propriedades...

V. Exa...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Se V. Exa. provar que o terreno foi comprado por alguém do Governo, é uma coisa, mas o fato de a minha mãe ter um terreno não quer dizer que o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O senhor conhece, então. Eu não vou perguntar mais da sua mãe, o terreno está no nome dela.

O senhor conhece Teresa Cristina Baima Rabelo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não vou comentar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não... Não é sua mãe, não é sua mãe!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, só me diga, o senhor conhece Teresa Cristina Baima Rabelo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sim, então, bote o microfone! Pode ligar, filho.

Sim ou não? Não é sua mãe; ela não é... É parente sua a Teresa? Se for parente, eu não pergunto. Teresa Cristina Baima Rabelo é sua parente?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu me recuso a ser atacado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não o estou atacando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... na minha idoneidade. Está me atacando, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você disse que eu o estava ameaçando; eu não o estou ameaçando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Está expondo, está expondo coisas pessoais. Eu vim aqui para contribuir, na condição de testemunha, sobre o relatório da CPI. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor não está aqui, o senhor não...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... que foi investigado pelo meu relatório, V. Exa. e sua família são acusados de desviar 260 milhões da saúde...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, e nós estamos respondendo, nós estamos respondendo...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – E, por isso, V. Exa. está me atacando. Fale a verdade, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nós estamos respondendo!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Fale a verdade, Senador! V. Exa. não tem moral...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere, aí! V. Exa. não pode falar assim. Eu estou deixando V. Exa. falar para você não dizer, ou os seus advogados dizerem que eu o estou ameaçando.

Eu e a minha família – o Brasil todo sabe –, nós respondemos a um processo. Até hoje, nós não fomos denunciados em processo nenhum. Até hoje, não foi provado absolutamente nada; pelo contrário, o juiz que fez a operação foi retirado, não era da alçada dele. E mais: eu não tenho absolutamente nenhuma condenação na minha vida.

Eu estou lhe fazendo uma pergunta aqui, porque eu quero... E vou lhe dizer que nós vamos achar. O senhor pode falar o que quiser de mim, não tem problema. O senhor diga que eu não tenho moral, que eu não tenho isso... Agora, me responda às perguntas. Pode dizer: "Omar, você não tem moral para me acusar". Eu não o estou acusando; eu estou lhe perguntando. Não há acusação nenhuma. Eu estou perguntando para V. Exa. se o senhor conhece Teresa Raquel Rodrigues Baima Rabelo. Pode me acusar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mais uma vez, o meu microfone estava desligado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, pode me acusar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senador, eu não vou falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Deputado, V. Exa. pode me acusar...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. quer desvirtuar um depoimento importante para a saúde do Estado do Amazonas. Nós fizemos um trabalho que foi elogiado, um trabalho que serviu de base de três operações da Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O povo no Amazonas...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... e V. Exa. quer voltar para a minha vida pessoal, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, tá... Agora, eu vou, eu vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

O senhor conhece... Veja bem, eu estou lhe dando nomes, porque o senhor está dizendo que não quer responder, Elyude Nascimento Carneiro.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não conheço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não sabe quem é? Não sabe quem é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, eu não vou responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, está bom. Então, está bom.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... questões de cunho...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, está bom, Deputado. V. Exa. pode me acusar do que quiser, de tudo. Pode dizer que eu desviei recurso, pode falar o que você quiser. O povo do Amazonas me conhece bem.

Pode dizer que eu desviei recurso, pode falar o que você quiser. O povo do Amazonas me conhece bem.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) **–** Conhece...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conhece, conhece, conhece. Agora, V. Exa. cometeu perjúrio aqui. Eu não vou tomar nenhuma atitude contra V. Exa. – eu não vou tomar –; eu vou mostrar à população do Amazonas por que realmente V. Exa. não indiciou o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso é um prejulgamento mais uma vez, Senador. Mais um prejulgamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. é que está me prejulgando.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando me acusa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Já me condenou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, de jeito nenhum. Longe de mim.

Eu vou pedir... Veja bem, Senador Renan Calheiros...

Agora pode tirar o microfone.

Senador Renan Calheiros, eu lhe peço encarecidamente, porque é estranho, é muito estranho que uma pessoa, em vez de responder às perguntas, venha aqui me acusar. Eu não estou respondendo processo, não tem nenhuma denúncia contra mim, absolutamente nenhuma, Senador Renan Calheiros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem fui preso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fui preso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Não, ninguém foi preso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Sim, foi. As pessoas da minha família foram...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... falar a verdade aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deputado, por favor, mas é fundamental que nós mantenhamos esse depoimento em um nível satisfatório.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Eu peço, Senador, mas estou sendo duramente atacado, e não está sendo discutido o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu não estou atacando V. Exa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não está sendo discutido o relatório em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe o que é, Deputado? V. Exa. chegou aqui: "Olha, estou sendo ameaçado. Olha não sei o quê"... Bota na... Ninguém vai...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. falou que vai ter nego que vai sair preso. Se isso não for uma ameaça, Senador, eu não sei o que é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, você fez aqui inúmeras ofensas, e eu não lhe ofendi em nada.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não lhe ofendi também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me ofendeu, mas tudo bem.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Onde que lhe ofendi?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero só dizer uma coisa: tem esses nomes aqui. Naqueles dois terrenos, quem permite, em nome da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Ela está ausente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela está ausente – ela está ausente. Eu estou afirmando que quem pretende e quem pode... Dentro desse condomínio, alguém tem que ser responsável pela entrada de homens para trabalhar e de materiais de construção. E não pode entrar sem autorização. Quem está autorizando é a Sra. Heliú de Nascimento Carneiro, em nome da Conselheira Yara Lins. Ela já tem uma casa lá e está construindo mais duas, uma em frente à outra.

Isso são sinais exteriores de riqueza pelo salário que ela tem, se for verdade o que eu estou lhe dizendo. Se não, V. Exa. depois me processa. Caso o senhor esteja aqui faltando com a verdade, V. Exa. depois também vai responder, está certo?

Então, eu estou...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Ela recebe o mesmo salário que minha mãe, que tem duas casas lá também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Deputado. Não, Deputado. Deixe-me dizer uma coisa pra V. Exa.: quando eu me mudei pra lá, foi em 1999, fui o primeiro morador de lá. Então, já faz 21 anos, Deputado, não foi ontem, não; não foi quando eu assumi um cargo de Governador. Antes de eu ser Governador já tinha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Omar... Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Marcos Rogério. Só um minutinho.

Então, eu não vou tomar nenhuma atitude por perjúrio. Poderia tomá-la aqui, Senador Marcos Rogério; não tomarei para que não digam que eu estou aqui sendo autoritário. Já não o fiz antes, você é testemunha, Senador; desculpe, V. Exa. é testemunha, mas é fácil pegar alguém que comete perjúrio. E a única coisa que eu perguntei... Não acusei de nada, eu perguntei se ele conhecia fulana de tal, sicrana, sem acusação nenhuma. Se negou a responder como testemunha nesta CPI, Senador Renan, se negou. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, aparentemente, V. Exa. pode dizer isso que não tem nada a ver.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – V. Exa. é que quer que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aparentemente pode parecer que não tem nada a ver.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – V. Exa. quer inventar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não estou inventando; não estou inventando. Eu estou inventando os terrenos?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Não, V. Exa. tem toda a relação desse condomínio. Não existe isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rá-rá-rá. Aqui só tem besta, sabe? Deputado Fausto Souza, ninguém aqui é leso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Fausto Souza já não é mais Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Fausto Junior, V. Exa. não sabia onde o seu pai trabalhava.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Não, não disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse: "Eu não sei, não sei, não sei". O senhor aqui...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Está registrado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está, está registrado.

Está registrado também que, na primeira vez em que eu perguntei sobre os dois terrenos, V. Exa. disse que não tinha conhecimento. Bem, um dos terrenos está no nome da sua genitora. O senhor podia dizer: "Não, esse terreno não é meu, é da minha mãe". Mas o senhor se negou a dizer.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Mas eu não tinha o conhecimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, o senhor não tem conhecimento. É impressionante que ele não tenha conhecimento: mora com a mãe, ele mora com a mãe, não tem conhecimento de que a mãe está construindo uma casa, mas acha que pode vir aqui dar aula de conhecimento de relatoria!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone*.) – E V. Exa. acha que pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso sim. Aqui eu posso!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (*Fora do microfone*.) – ... se fosse corrupto, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você... Você... Não, eu não lhe estou acusando de corrupto, não. Não lhe estou acusando de corrupto. Eu estou falando que nós vamos investigar a fundo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Pode ligar o microfone, por favor? Eu vou falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou passar a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero esclarecer aqui. Eu recebi muitas mensagens aqui questionando a questão da prorrogação da CPI e eu quero dizer que isso é muito normal. Eu acho que, em todas de que participei – participei pelo menos de cinco CPIs –, todas foram prorrogadas. E, neste caso específico, nós temos aí uma questão que eu venho cobrando desde a primeira reunião, que é exatamente a questão dos Estados.

Presidente, nós aprovamos, o Congresso Nacional – e eu, evidentemente, orientei a votação no sentido de aprovação – 20 bilhões. Aliás, fui eu que cobrei do Ministro Paulo Guedes numa reunião da Comissão do Covid, e, na sequência, ele anunciou 20 bilhões para a compra de vacina. Mas não basta comprar a vacina, o que nós precisamos neste País – e temos os melhores pesquisadores aqui nesta terra – é de dominar a tecnologia, é de você ter a capacidade de produzir a vacina, independentemente de insumos importados.

Então, eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia e sempre cobrei isso. Fiquei alegre aqui, feliz, quando alguns Parlamentares, e com muita razão de colocar recursos, inclusive na LDO e também na LOA para a questão da vacina... Nós já temos vacina: a universidade de Minas, de São Paulo, sem falar no Butantan e na Fiocruz, porque já têm a tecnologia, a transferência de tecnologia, mas a vacina nacional. Estava previsto no orçamento, foi cortado, e nós aprovamos agora o PLN liberando 411 milhões somente para iniciar os testes dessas vacinas de produção nacional. Eu fui o Relator inclusive, agora na semana passada, da lei que permite a fabricação de vacina nas estruturas industriais de produção de vacina animal, e que nós poderemos, nos próximos meses... A expectativa é de que, em 90 dias, a gente possa produzir, inclusive com IFA nacional, mais de 400 milhões de vacina.

Então, o que nós precisamos – e eu venho batendo nessa tecla há 17 anos, não é? – é de investir em ciência, tecnologia e inovação. O orçamento do ministério é uma merreca. Comparado com 15 anos atrás, é menor do que 15 anos atrás. Nós, agora, com muito custo, aprovamos um projeto de minha autoria, que é o do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E o Governo ainda não repôs, mas nós vamos cobrar agora, no próximo PLN, a complementação do recurso, porque, agora, é obrigatório, não pode ser contingenciado.

Então, fico feliz e espero poder, de fato, receber dos Parlamentares emendas – e eu, com certeza, farei isso também –, para o domínio, até porque uma das coisas que eu gostaria de perguntar... Aí V. Exa., Sr. Presidente, que é de Manaus, pode até nos ajudar. Eu tenho informações de que aqui, no DF, em mais de 50% dos infectados hoje, há exatamente a mesma cepa de Manaus. Pelo que eu sei, pelo que acompanhei, não houve nenhum acompanhamento... E nós tínhamos de receber mesmo, como todos os Estados receberam, como grande parte dos Estados recebeu, a população que estava infectada e não tinha condições de ser atendida em Manaus. Nós a recebemos aqui no DF e em vários Estados do Brasil, mas não sei se houve acompanhamento. Hoje, há aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós precisamos não é comprar vacina, mas dominar a vacina e produzi-la de acordo com a variação. Vai haver muitas variações aí, como agora a da Índia e outras mais.

O que eu quero dizer é o seguinte: nunca se repassou tanto recurso para Estados e Municípios como agora. Só o DF recebeu quase R$3 bilhões, mais do que arrecadaria se fosse em estado normal. Então, é natural, é óbvio que nós temos que acompanhar esses recursos. E aqui no DF houve um escândalo. Eu vi uma nota agora da Precisa, que assinou o contrato; da Precisa! Eu disse aqui, mas quero reforçar, porque eu acho que as pessoas não entenderam. O que aconteceu no DF quanto à Precisa, que é essa empresa que assinou o contrato da Covaxin, a Precisa – Comercialização de Medicamentos Ltda. Aqui, no DF, o que aconteceu? Houve uma dispensa de licitação para a compra de 150 mil testes. Essa empresa Precisa, Sr. Relator, simplesmente, perdeu o prazo. Mas o Sr. Francisco fez questão de colocar fora do prazo a proposta dela. Qual o valor? Era de R$139,90. E estava já participando da licitação, em primeiro lugar, uma de R$73, mas foi excluída. Eram R$139,90, e o primeiro lugar eram R$73. Mas, mais grave do que isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É quase o mesmo valor do antecipado que ela receberia sem constar no contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E mais: o Sesc, por acaso, lançou aqui um pregão eletrônico desse mesmo teste. Ele comprou a R$18 – R$18 –, ou seja, dez vezes menos do que o da Luna Park, que é outra empresa que vendeu também outro lote a R$180.

Mas muito mais grave do que isso é que o edital e a licitação previam a entrega dos testes MedTeste. Mais grave do que isso, entregaram outro produto chamado Livzon, que a Dinamarca, a Argentina e a própria Índia recolheram, porque é de péssima qualidade. Na Argentina, de 1,2 mil testes, só oito deram positivo. Então, a população do DF foi testada com produto de baixíssima qualidade, que custou dez vezes mais do que o produto que foi vendido. Só que, no Sesc, eles entregaram a marca correta.

Então, essa é a Precisa! Inclusive, essa outra empresa que aparece nos jornais de hoje também deu cobertura para as licitações do DF. Então, eu não vou abrir mão de saber exatamente o que é que está acontecendo aqui no DF, porque o *modus operandi* é o mesmo, são as mesmas empresas.

Até perguntaria: tem alguma empresa de Manaus nessa CPI que foi feita que teria participado de licitação fora de Manaus, aqui no DF ou em outro Estado? Tem conhecimento disso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Não tenho conhecimento, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque parece que o *modus operandi* é o mesmo.

Mas, então, por que a prorrogação da CPI? Exatamente por isso. O Girão, o Senador Girão apresentou inclusive o requerimento de CPI exatamente para apurar o que está ocorrendo nos Estados e Municípios. Então, é importante a gente poder realmente – e agora está claro o que está acontecendo em Manaus, o que aconteceu em Manaus, o que aconteceu aqui no Distrito Federal – de fato, apurar esses desvios, porque foi muito recurso.

Estou falando na Precisa aqui; tem várias outras que nós vamos chamar aqui. Espero que a gente consiga aprovar o requerimento. Vai ser amanhã. Eu vim inclusive hoje, mais cedo, para reforçar o pedido de que a gente aprove realmente os requerimentos para gente desvendar isso.

Então, esse foi o principal motivo da assinatura da prorrogação, o que é normal. Eu participei de todas e sempre foram dessa forma.

E, Presidente, eu quero aqui aproveitar mais uma oportunidade para as pessoas entenderem isso.

Ontem mesmo fiz uma reunião com 16 institutos de pesquisa, que não têm recursos inclusive para pagar energia. Nós temos aqui um instituto que cuida das informações, que tem o maior computador do Brasil, que guarda tudo, e não tem dinheiro para pagar energia, por falta de orçamento. Então, que bom que aqui hoje alguns Parlamentares já reconhecem a importância de investir em ciência, tecnologia e inovação! Nós temos, talvez, os melhores pesquisadores do mundo nessa área. Já poderíamos ter dominado isso há muito tempo, se tivéssemos recursos no orçamento. Então, eu quero reforçar isso para que a gente possa...

Agora vou fazer parte da Comissão Mista do Orçamento; já me inscrevi como Líder do PSDB, para que a gente possa fortalecer o orçamento disso, porque o problema é que não basta ficar comprando vacina. Muita gente gosta de comprar medicamento, comprar vacina, comprar equipamentos, sendo que o Brasil tem todas as condições de produzir aqui. Então, nós vamos reforçar isso na Comissão.

Era isso, Presidente. Esse era o motivo... Espero que a gente possa realmente apurar tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Eu vou passar para o Senador Telmário Mota, que está bem antes de V. Exa. Ele se inscreveu cedo.

Senador Telmário, eu vou deixar o Líder Fernando Bezerra para depois de V. Exa., porque V. Exa. se inscreveu faz tempo.

Com a palavra o Senador Telmário.

Senador Telmário, ligue o som.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos, o Senador Renan, Relator, todos os demais Senadores e Senadoras que participaram e a população presente.

V. Exa., quando sair desta CPI, V. Exa. está totalmente isento. O que eu vi hoje foi uma verdadeira disputa política. Acho que o Senador Renan... Imagina, o Renan chegou a um ponto político a que poucos políticos vão chegar. O homem já foi de tudo, Ministro, acumulou uma experiência enorme. Então, esta CPI, que poderia realmente trazer informações importantes para a gente combater erros, corrupções e chegar a sugestões, a gente vê que ela está desviando do foco.

Existe uma disputa nacional, que as pessoas utilizam nacionalmente, e também paroquial. E hoje eu vi uma disputa política no Estado do Amazonas a toda prova, à flor da pele – à flor da pele.

Olha só, eu queria falar aqui com o Deputado Fausto. Deputado Fausto, V. Exa. – vou falar V. Exa. porque V. Exa. é um Parlamentar –, V. Exa. é um Parlamentar eu acho que de primeiro mandato, eu acredito que V. Exa. entrou nesta CPI com todas as boas intenções, mas V. Exa. tem sido aí manobra, um instrumento político nacional e estadual. Olha só, a CPI de que V. Sa. foi Relator ia abranger um período de 2011 a 2020. Portanto, ela ia pegar o Governo do Senador Omar, do Senador José Melo, do Senador Davi, do Amazonino... Senador não, Governador, Governador Omar, na época, Governador Melo, Governador Davi Almeida, Amazonino Mendes e também do Governador Wilson Lima, ou seja, esse período pegava esses governos todos, mas ela só centrou o serviço dela em cima do Governador Wilson e do Governador Davi Almeida. De cara, essa CPI perdeu a sua função, de cara ela foi uma CPI seletiva, já de pronto ela foi uma CPI seletiva. Além da gestão, olha só, então já demonstra isso, olha aí, isso já demonstra que ela já fugiu da sua função e foi extremamente seletiva, não pegou todo mundo, fez uma seleção. E, quando você faz uma auditoria, porque uma CPI é uma auditoria, seletiva, ela já deixa de perder sua principal objetividade. Eu digo isso porque eu implantei um controle externo no Tribunal de Contas e fui auditor de uma instituição financeira por oito anos, então aprendi bem a parte de auditoria.

Olha aí, quem é o Deputado Fausto Junior? Primeiro mandato dele foi em 2018, pelo PV, passando pelo PRTB, atualmente no MDB, partido do Senador e ex-Governador do Amazonas Eduardo Braga, com quem foi fotografado na segunda-feira, dia 28/6, em um passeio de carro, em um passeio de carro no Amazonas. Olha só, olha aqui, Eduardo Braga e Fausto, num carrão, um dia antes, para vir para a CPI. Não é verdade? Olha só, mais na frente, em um passeio de carro. Fausto é filho da Conselheira, o que já ficou bem claro aí, e também o Deputado Fausto foi denunciado por servidores-fantasma, do que naturalmente eu não sei qual foi o resultado que o Promotor Edgar Maia de Albuquerque apurou. Portanto, é um denunciado investigando outro denunciado. Aí já perdeu toda uma credibilidade.

Eu queria aí, por outro lado – eu ouvi tanto falar no que fez, no que deixou de fazer, etc. e tal –, nós sabemos que a atenção básica à saúde se divide em três etapas: atenção básica, a média e a alta complexidade. A baixa complexidade é da prefeitura. Ali tem que ter o remédio, exames laboratoriais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ter médico – médico. Uma doença, principalmente na pandemia, é ali que tem que ser feito o primeiro tratamento para ela não se agravar. Depois vem a média complexidade, com a unidade de pronto atendimento, alguns pequenos hospitais, e depois a alta complexidade, que são os grandes hospitais de pronto-socorro.

Ora, vamos ver o quadro do Amazonas. Manaus banca uma estrada por oito anos pelo mesmo Prefeito. Mesmo assim, das 26 capitais brasileiras, é uma das sete que não possui nenhum hospital público municipal – são dados que podem ser pesquisados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Em contrapartida, o Estado conta com 57 unidades na capital, sendo quatro prontos-socorros, nove SPAs e duas UPAs.

Hospital municipal inaugurado às pressas pela Prefeitura de Manaus foi aberto em um prédio improvisado, onde funciona uma escola, e equipado com recursos da iniciativa privada e do próprio Governo do Estado. Foram cedidos aparelhos do Estado para que as unidades funcionassem, mesmo com a Prefeitura tendo um orçamento de mais de seis bilhões só para 2020. Apenas para a saúde, o orçamento aprovado na Câmara Municipal no ano passado era de 1,5 bilhão. O ex-Prefeito Arthur Neto, no final de 2020, quando ainda era titular do cargo, disse que não sabia o que fazer com o dinheiro que possuía em caixa, porém, no auge do primeiro pico da pandemia, em 2020, a Prefeitura de Manaus suspendeu os atendimentos nas unidades básicas de saúde.

Isso também aconteceu no Estado de Roraima. A Teresa recebeu 155 milhões, inclusive 20 milhões que vieram do Senador Eduardo Braga. Isso foi divulgado, veio para cá, inclusive carecia de uma CPI, porque ninguém sabe onde esse dinheiro entrou, tanto os 150 milhões que a Teresa recebeu quanto os 20 milhões que o Senador Eduardo Braga, de forma cortês, cedeu para o Estado de Roraima. Porque a Teresa, aqui, de 34 postos, fechou todos no sábado e no domingo no pico da pandemia. E mais do que isso: não tinha exames laboratoriais, não tinha médico nem remédio, sobrecarregando a alta complexidade do Governo do Estado – um caso a propósito do "quanto pior, melhor", não é verdade?

Olha lá, ainda continuando aquelas nossas informações de que eu falei, sobre unidades básicas de saúde: deixando apenas 18. Olha só, a Prefeitura de Manaus deixou apenas 18 das mais de 90 UBSs existentes funcionando para o atendimento de pacientes com sintomas leves de Covid-19. Com isso, a população só teve alternativa de atendimento nos SPAs e prontos-socorros do Estado, o que sobrecarregou ainda mais a rede estadual.

A Prefeitura disponibilizou apenas uma UBS por zona da cidade para a emissão de certidões de óbito, alegando que não possuía profissionais suficientes para a realização do serviço. Com isso, as unidades e profissionais do Estado também precisaram cobrir esse gargalo. Olha só, um cara que tem essa quantidade, 1,5 bilhão, diz que não tem dinheiro nem servidores – absurdo!

A Prefeitura de Manaus também não realizou trabalho de atenção básica como deveria. A prova disso é que os índices de mortalidade no interior, onde há mais de 90% da cobertura de atenção básica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são bem menores que os de Manaus. Olha só, a letalidade em Manaus é de 4,9% – 4,9%! –, enquanto no interior é 1,9%, ou seja, a atenção básica no interior foi muito superior à da capital.

O Estado oferece também esse atendimento com os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente e os Centros de Atenção Integral à Melhor Idade e Policlínica. A atual gestão, ao assumir a Secretaria Municipal de Saúde, encontrou unidades desabastecidas de medicamentos básicos para que pudessem funcionar as UBSs, e receberam medicamentos doados pela Secretaria de Estado.

Mesmo tendo... Olha só, mesmo com todo esse descaso por parte da Prefeitura Municipal de Manaus, a CPI da Saúde, aberta pela Assembleia Legislativa, nunca questionou tal fato, em nenhum momento dos 120 dias que esteve em atuação, ou seja, o Governo do Estado sempre esteve cumprindo com a sua parte, também parte principalmente da Prefeitura de Manaus. E eu queria dizer isso, que, na verdade, o que nós vimos hoje, eu, com todo o respeito, falo isso, é o seguinte, vou dizer... Eu sou neto de Manaus, minha bisavó era daí, a Vó Secundina. Então, eu sempre tenho familiares, amigos em Manaus. Na semana passada mesmo, nós tivemos que mandar um paciente de Roraima que teve dois aneurismas pra fazer o atendimento aí; e vice-versa. E, na época do pico do Covid aqui no Estado de Roraima, nós tivemos que transferir pacientes daqui para o Estado do Amazonas.

Portanto, eu quero dizer aqui, com toda a segurança... Não quero questionar V. Exa. nesses aspectos, porque eu sei que V. Exa. naturalmente deve estar neste momento com a cabeça totalmente perturbada por acusações, por não conseguir explicar uma série de coisas que o Senador Omar colocou. Isso naturalmente deve estar mexendo com a cabeça de V. Sa.

Mas eu queria ver rapidamente, Sr. Presidente, quanto eu ainda tenho de tempo, porque eu ainda tenho aqui alguns investimentos do Governo do Estado, que era importante colocar isso. Deu a sensação de que o Governo do Estado praticou só irregularidade, não se preocupou com a saúde, não ampliou o orçamento.

Mas olha só, em 2018, o orçamento da Secretaria de Saúde do Amazonas era de pouco mais de dois bilhões. Desde quando assumiu o atual Governador do Estado, em 2019, o Governador Wilson ampliou para 2,6 bilhões, em 2021; e, com a situação da pandemia, ele chegou a colocar na saúde 3,3 bilhões. O Amazonas hoje é o Estado que investe o maior percentual em recurso pra saúde, são cerca de 20% do orçamento estadual destinados à pasta, o que demonstra o compromisso do Governo estadual com o investimento na pasta. Desde o início da atual gestão, uma série de avanços na gestão da saúde tem sido implementada. Eu ouvi aí dizer que não foram criadas UTIs, etc., vamos aos dados reais: umas delas está na central de atendimento do Amazonas. No início de 2019, o Governo Wilson Lima encontrou o local com apenas 12% de abastecimento; atualmente, a central tem em torno de 74% de abastecimento, gera o insumo de 97,6% de abastecimento dos componentes especializados em assistência farmacêutica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro avanço: na rede proporcional, pela rede de assistência do Estado, está a ampliação de leitos. No início, o Estado contava com 746 leitos, hoje tem 1,5 mil leitos. O Estado saiu de 49 leitos para 216 leitos no Município e no interior, nos Municípios do interior do Estado, onde diziam que não teve. Olha lá, o Estado conta também com 37 usinas de funcionamento, distribuídas em 21 Municípios, incluindo a capital. A implantação de usinas e instalações de tanques de oxigênio são ações inseridas no Plano de Contingência Estadual para o Enfrentamento da Pandemia de Covid-19 no Amazonas.

Além de Manaus (12), as usinas estão em operação em Alvarães (1), Apuí (1), Barcelos (1), Carauari (1), Careiro (1), Manacapuru (1), Maués (1), Nova Olinda também. Então, em todos os Municípios ele colocou isso. O que eu percebo é que hoje estão usando o Estado do Amazonas não pra apurar possíveis irregularidades, porque a própria CPI do Amazonas já foi seletiva, não é?...

E eu fico... É lamentável trazer o Deputado, colocar as pessoas pra observar. Ficou claro: o PMDB hoje tem um candidato a governo, Eduardo Braga. E ele hoje fez um palanque imensurável aí dentro, não é, Eduardo? Ninguém aqui é bobo, ninguém aqui é criança. Então, eu queria que o Relator observasse isto: o Estado do Amazonas investiu na saúde, investiu bastante. Se teve irregularidade, a própria CPI daí não apurou. Ela era pra apurar de cinco Governadores, centralizou em dois; não teve nenhuma denúncia nesse sentido. Portanto, eu lamento que fique preso só no Estado do Amazonas e, com isso, deixando os demais Estados de fora.

Então, acho que é a hora de esta CPI buscar Governadores de todos os Estados, buscar membros de todos os Estados, porque, dessa forma, vão refletir sobre o que é o Brasil, não vai ficar só em cima do Presidente Jair Bolsonaro e nem só em cima do Governador Wilson.

Eu tinha que só colocar isso, Sr. Presidente.

Não vou ouvir o Deputado, porque o Deputado, por si só, já deixou tudo bem claro, coitado. Ele está aí mais perdido do que cego em tiroteio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. já assinou a prorrogação da CPI, Senador Telmário?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Assino toda hora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então assine.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – O ... teve toda razão: a CPI tem que ser prorrogada, tem que ser ampliada. Agora, tem que ser menos politizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado Fausto, ele não perguntou nada pra V. Exa. Ele só fez o discurso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para questão de ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem. Eu fiz uma pergunta a ele se tinha alguma empresa ou empresário que investiu em Brasília, de Manaus. Eu estou vendo aqui: a Bioplus, que tem o sócio Sérgio Bringel, que...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O hospital de campanha aqui do DF foi administrado por ele. Ele é de Manaus? V. Sa. conhece?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Me permita uma errata: eu não sabia que ele tinha negócio em Brasília.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu estou só perguntando: você o conhece?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Ele é um empresário conhecido no Amazonas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas conhecido como? Tem algum problema? Alguma...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele teve problema aqui com o hospital de campanha do DF, essa empresa.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, ele é conhecido por ser empresário, ele tem vários negócios no Amazonas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não teve nenhum problema lá? Porque está aqui no relatório seu a empresa dele, a Bioplus, que recebeu vinte e um milhões e pouco.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senador, vou verificar aqui no relatório, porque...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Página 110.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... 149 empresas e eu não tenho tudo de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Página 110, item 9: Bioplus Comércio e Representação de Médicos, Cosméticos, Perfumaria. Total pago: 21.641.208,74.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pode passar pra V. Exa. daqui a pouco, enquanto eu estou ouvindo o Senador Fernando Bezerra...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que é por último?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Enquanto ele procura aí, só pra esclarecer: isso aqui é uma relação de processos indenizatórios que foram pagos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Eu estou perguntando exatamente, porque tem essa empresa que ganhou – ganhou, não; foi dispensa de licitação do hospital de campanha do DF –, é de Manaus e teve negócio lá também, em Manaus.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O.k.. Consta no relatório, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, como último inscrito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quinze minutos, Senador Fernando Bezerra. Não vá me fazer, no décimo quarto minuto, perguntas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Não, de forma nenhuma, Sr. Presidente.

Eu quero aproveitar esse tempo que tenho para fazer alguns breves comentários sobre temas que julgo importantes e esclarecermos a opinião pública do País, que nos acompanha pela TV Senado e por diversos outros veículos de comunicação.

Na última semana, nós aqui tivemos a oportunidade de assistir ao depoimento de pesquisadores, infectologistas, pesquisadores ligados a universidades federais brasileiras. E uma coisa que, de certa forma, me inquietou muito foi um gráfico que foi apresentado, procurando fazer uma correlação entre os Municípios que teriam votado com o Presidente Bolsonaro e os índices de infecção, de contágio e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

óbitos, procurando atrelar uma coisa a outra, algo extremamente descabido de qualquer fundamentação científica, mas que me levou a trazer as informações que gostaria de compartilhar hoje aqui com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu peguei os dados, Senador Renan Calheiros, do Estado de Nova York, nos Estados Unidos, e peguei os dados também da cidade de Nova York desde o início da pandemia e comparei esses dados com os dados do Brasil. Se a gente pegar mortes por milhão de pessoas, nós vamos ver o Brasil com 2.430 mortes por milhão de pessoas. Agora, é interessante observar que o Estado de Nova York, até o dia de ontem, tinha 2.729 – o Estado de Nova York – e a cidade de Nova York, 3.968.

Como todos nós sabemos, o Prefeito de Nova York é um democrata, de um partido de centro-esquerda, é o Prefeito de Blasio, um Prefeito que fez as mais expressivas recomendações quanto a isolamento social, *lockdown*; quanto às iniciativas de higienização pessoal, de distanciamento. Isso também se dá no caso do Estado de Nova York, governado também por um democrata, que é o Governador Cuomo. E você percebe, portanto, que é extremamente difícil fazer uma correlação entre uma determinada política de isolamento social e o número de óbitos.

Eu trago aqui dados do Estado mais rico, talvez um dos mais ricos Estados americanos, da maior economia do mundo, para a gente fazer esse comparativo com os dados do Brasil.

A gente percebe, portanto, que a grande realidade, a grande verdade é que esse vírus é muito desconhecido. Ele está a nos assustar a cada momento em função do surgimento dessas variantes. E as preocupações se redobram em toda parte do mundo e todos concordando com que o melhor instrumento para enfrentar o vírus é através da vacina e de uma campanha de imunização em massa.

Agora, perceba... Perceba a dificuldade também dessa imunização em massa.

Eu fui pegar os dados da imunização no Estado de Nova York – e lá não falta vacina, lá não falta; você chegando hoje, você pode comprar vacina até na farmácia –, e lá a imunização alcançou a 53,7%. Aqui no Brasil, nós estamos com 12,1%. Se não faltar vacina, até o mês de setembro nós vamos estar superando essa marca do Estado de Nova York, que é um dos mais importantes Estados americanos.

Então, eu queria deixar isso para uma reflexão por parte do Relator, por parte do Presidente, para que a gente não enverede por um caminho de, a todo custo, procurar criminalizar no sentido de oferecer um resultado objetivo e prático para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E quero encerrar, Sr. Presidente, apenas fazendo um comentário, porque, às vezes, a gente fala, mas a gente tem que repetir, porque um dado que está muito cristalino é o fato de que o Tribunal de Contas da União, de fato, fez uma fiscalização preliminar no contrato de compra das vacinas da Covaxin. Existe um relatório preliminar do Tribunal de Contas da União, que auditou o contrato, que deu regularidade ao contrato e que também observou o preço praticado. E o Tribunal de Contas também tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma manifestação irrefutável de que não existe sobrepreço nesse contrato. Isso é uma decisão do Tribunal de Contas da União.

Eu queria chamar a atenção de que, há pouco mais de 30 dias, quando nós estávamos aqui discutindo a possibilidade de convocar Governadores para poder saber se os recursos foram bem aplicados, se houve desvio ou se não houve desvio, muitos Senadores aqui desta Comissão se manifestaram de que era preciso ter cuidado ao imputar sobrepreço, porque, em condições como as que foram vivenciadas no momento da pandemia, com problema de falta de oferta de insumos e de medicamentos, muitos preços variavam muito. Eu vi declarações do Governador Wellington Dias, Presidente do Consórcio Nordeste, dizendo que era preciso que os órgãos de controle pudessem observar que seria muito natural você poder comprar o mesmo produto, numa diferença de tempo, por um preço muito maior. E por que nós não vamos ter esse tipo de análise de acompanhamento quando se trata da aquisição do Governo Federal? Essa é a pergunta. Porque vocês observem bem: o preço da Covaxin...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vou concluir, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está tratando da Covaxin?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou falando da Covaxin, especificamente da Covaxin.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu posso fazer um aparte rápido?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe-me só concluir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Fernando Bezerra, a testemunha...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu tenho meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei o seu tempo, mas...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu tenho o meu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o tempo do Parlamentar é para perguntas ou ele pode fazer o comentário que quiser fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem perguntas a fazer para o...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou atender a sua sugestão de não fazer perguntas, mas eu estou usando o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, pode continuar, pode continuar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou fazendo uma observação, porque o valor da Covaxin foi o valor de US$15 por vacina. Esses US$15 por vacina são o menor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu posso colaborar?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. Eu vou ouvir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com relação a esse preço, tem duas coisas gravíssimas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou ouvi-lo, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Primeiro, a existência de um atravessador que teria levado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no contrato, R$500 milhões.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é verdade. V. Exa. está fazendo ilações atrás de ilações a todo momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo... Segundo... Segundo... Segundo... Segundo, Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe eu lhe explicar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a prova disso, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O atravessador... É público isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O atravessador... Não é atravessador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas onde está a prova disso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o pedido para pagar o adiantamento para uma empresa da Precisa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não houve pedido. Não houve pedido. Isso é mentira. Está mentindo, Senador!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não houve pedido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está mentindo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é mentira minha. Isso é público.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan, deixa eu concluir. Deixa eu concluir.

V. Exa. está querendo que a sua verdade seja a verdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, segundo, o que se colocou com relação ao preço é o maior preço de todas as vacinas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Renan...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. está querendo que a sua verdade seja a verdade, mas V. Exa. tem que ter humildade para ouvir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou trazendo dados oficiais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixa eu lhe dar um dado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não são dados oficiais; são *fake news.*

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixa eu lhe dar um dado, Senador Renan.

Agora, a CoronaVac, na oferta suplementar de vacinas que está fazendo ao Governo Federal, está oferecendo a vacina a US$16.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agora, mas V. Exa. sabe que ainda não houve autorização da Anvisa. V. Exa. sabe que nada foi pago. V. Exa. sabe que a vacina ainda não foi importada. V. Exa. sabe de tudo. E sabe que não existe crime algum. V. Exa. sabe que não existe crime algum. V. Exa. está criando uma narrativa e querendo transformar isso num verdadeiro escândalo nacional.

V. Exa. não vai conseguir. V. Exa. é muito inteligente. V. Exa. é, talvez, um dos mais experientes Senadores do nosso Senado Federal, mas eu gostaria que V. Exa. pudesse ficar um pouco mais afastado das suas convicções de natureza política e ideológica e analisasse os fatos, os fatos nus e crus, como eles são.

E eu quero, portanto, dizer que, no Governo Federal – e aí me dirijo a toda a audiência que nos acompanha neste momento –, quando surgem narrativas sobre sobrepreço, elas não se amparam nas análises técnicas feitas pelo Tribunal de Contas da União.

Então, como se falar, como se repetir, como insistir na narrativa de sobrepreço quando o órgão da República responsável por isso fez um relatório preliminar e atestou? Tem um parecer do Ministro Benjamin Zymler, que é transparente e cristalino, que nós não quisemos ler aqui porque seria perda de tempo. Mas eu acho que, na próxima reunião, eu vou ter que ler para toda a população brasileira poder saber que esse contrato foi, sim, fiscalizado, foi auditado, foi analisado.

E, agora, nós estamos diante de uma tentativa de se criar uma narrativa para poder justificar a prorrogação da CPI. É disto que se cuida: se cuida de dar elementos para poder prorrogar os trabalhos da CPI.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero lhe agradecer.

Eu quero dizer o seguinte: nós devemos ter muito cuidado na convocação dos depoentes, porque eu acho que o depoimento de hoje de nada contribuiu para absolutamente nada – esta é a minha opinião, esta é a minha opinião – para os trabalhos desta CPI, porque a gente fique afastado dos nossos problemas políticos locais. Isso não leva a nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer a V. Exa. que não concordo com as trocas de farpas que ocorreram aqui, na tarde de hoje, porque não ajudaram em absolutamente nada. Apenas me deram a oportunidade, graças à decisão de V. Exa., de poder, aqui, aclarar dois pontos: o ponto do problema de que o vírus está a desafiar todos nós, todos nós; e a narrativa de querer atribuir ao Presidente responsabilidade em relação ao que nós estamos enfrentando aqui no Brasil, quando a maior economia do mundo tem números comparáveis aos do Brasil, quando Estados governados – e a autonomia federativa americana é muito maior do que a nossa! – por políticos de centro-esquerda têm dados de óbitos por milhão de habitantes maiores do que os do Brasil.

Então, eu aproveitei o meu tempo para poder contestar as tentativas de construção de narrativas que buscam a criminalização do Presidente da República e também para poder afastar de vez esse discurso repetitivo em relação a levantar suspeitas sobre contratos que já foram analisados preliminarmente pelo Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, se eu puder dar uma palavra, eu gostaria que V. Exa. me concedesse, porque, como o Senador Fernando Bezerra trouxe para esse debate algumas questões vinculadas à aquisição da Covaxin, aliás, públicas, e contrariou a prorrogação da própria Comissão Parlamentar de Inquérito, porque tinha um prazo exíguo de 90 dias, e agora nós não estamos ampliando esse prazo... O que aumentou foram os indícios de crimes, com o acompanhamento da sociedade que é, ao final e ao cabo, quem faz o melhor controle.

Deixa eu só lembrar algumas coisas aqui ao Senador Fernando Bezerra.

No dia 8 de janeiro, o Presidente da República mandou uma carta pedindo ao Primeiro-Ministro da Índia para comprar 20 milhões de doses de vacina – dia 8 de janeiro, 8 de janeiro –, no exato momento em que recusava 170 milhões de vacinas do Butantan, da Pfizer e da OMS. No dia 25 de fevereiro – 25 de fevereiro –, é assinado o acordo. Ninguém entrou ainda no aspecto do superfaturamento. Isso não foi colocado aqui em nenhum momento. Nós só contestamos a existência de um atravessador, aliás, a única negociação que tem um atravessador e que teria recebido – nós ainda não tivemos acesso a esse contrato – R$500 milhões, R$500 milhões. Desses R$500 milhões, foi pedido um adiantamento, sem constar do contrato, sem constar do contrato, de R$200 milhões, US$45 milhões exatamente, algo em torno de R$200 milhões. Isso são fatos comprovados...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na última reunião nós vimos aqui todos os documentos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não vou contraditar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... todos os documentos que comprovam isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não vou contraditar o Senador Renan, só vou dizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos os documentos comprovam. No dia 10, no dia 10...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o Presidente da República assinou a medida provisória. No dia 10 assinou a medida provisória, a sanção da medida provisória. Quer dizer, quando ele recebeu o Deputado, foi no dia 20. E aí começam outras coisas inexplicáveis. O Presidente disse ao Deputado – e até agora não se pronunciou sobre esse fato – que estaria mandando a Polícia Federal. A Polícia Federal já informou que não mandou nenhum pedido de investigação. Depois, especialmente o Senador Jorginho Mello e o Senador Fernando Bezerra, aliás, disseram aqui que o Presidente da República mandou para submeter o contrato a uma análise do Pazuello.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Três dias depois, o Pazuello foi demitido. Ele não teve tempo nem de limpar as gavetas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a palavra pra contraditar, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem de limpar as gavetas. Quer dizer, aí começa uma sucessão de tentativas para justificar os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não acontecerá. Não adianta, não acontecerá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou pedir o seguinte...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Trinta segundos, Presidente. Só 30 segundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a palavra para contraditar, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – São só 30 segundos.

Eu só quero dizer ao Senador Renan Calheiros que essa narrativa dele vai cair por terra quando os próximos depoentes vierem a esta Comissão. Essa é uma narrativa que vai ser frustrada, Sr. Senador Renan Calheiros...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... à luz da verdade e dos fatos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pra contraditar porque cabe ao Relator fazer questionamentos aos depoentes, mas não cabe a ele fazer prejulgamento, antecipar o relatório no âmbito da CPI.

Nesse caso da Covaxin, eu tenho aqui a carta do dia 8, tenho aqui a carta e posso afirmar, Sr. Presidente, com toda a certeza...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O senhor está falando para mim?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu estou falando à CPI, V. Exa. é o Presidente.

As narrativas forçam a barra, desafiam a verdade.

Outro aspecto, Sr. Presidente: em relação aos *invoices* que foram recebidos, estão dando a eles um peso de verdade absoluta como se fossem um crime, três *invoices*. O primeiro, que falou da questão do pagamento antecipado. Aí o Relator falou agora há pouco: "Não, queriam pagar antecipado". Olha, até parece que não conhece o devido processo administrativo. Nesse setor do Ministério da Saúde, você tem esse que faz a seleção dos documentos e avalia a regularidade das informações, você tem um fiscal de contrato e você tem uma outra coordenação, que é a coordenação financeira, que é que vai decidir se autoriza pagar ou não. E aí vêm aqui as narrativas, dizendo que a empresa queria receber antecipado. Mostra um documento, mostra um documento da empresa se negando a corrigir o *invoice* que veio errado. Apresente uma prova, uma prova, uma prova. Não há. O que há é uma narrativa que força a barra, que força a barra.

Segundo, quando é notificada, prontamente se coloca à disposição para sanar os erros formais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E terceiro, Sr. Presidente, se considerássemos a hipótese de que o departamento do funcionário, dos irmãos Miranda, que veio aqui: não, lá passou, não resolveu; o fiscal também não identificou os erros, deixou passar; vai chegar à coordenação financeira. Tem que passar por três instâncias. Mas aqui, nesta CPI, querem afirmar que o simples fato de um erro formal é caracterização de crime – e pasmem os senhores e as senhoras – do Presidente da República.

Agora há pouco foi feito um apelo aqui – e eu concluo – de que...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador, tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... Governador não é ordenador de despesa; portanto, quem deveria responder é o secretário, é o funcionário, e eu concordo. O ordenador de despesa realmente é quem está à frente da pasta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Conclua, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas essa mesma lógica, essa mesma razão não é assegurada ao Presidente da República. Aqui querem mirar no Presidente da República quanto à obrigação de cuidar das minúcias formais de um processo administrativo. É forçação de barra! Não dá! A verdade jurídica vai aparecer, e todos aqueles que hoje fazem acusações levianas, indevidas, inapropriadas, ficarão frustrados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seu tempo está esgotado.

Agora, Senadora Soraya Thronicke, última inscrita.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Eu gostaria de questionar aqui ao Deputado se a CPI do Amazonas...

Primeiro, eu já cumprimentei o Deputado antes, para não pensarem que eu não o cumprimentei.

Enfim, se a CPI do Amazonas ouviu o Governador Wilson Lima, se chegou a ouvir, se chegou a chamá-lo. Quando foi essa decisão de que vocês não teriam a competência de investigar o Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR (Para depor.) – Há um impeditivo, Senadora, legal na Constituição do Estado do Amazonas da convocação do Governador, lamentavelmente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Há um impeditivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Há um impeditivo. Acredite!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual é o artigo desse impeditivo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu vou já consultar meu advogado, mas eu lhe afirmo posteriormente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, existe, na Constituição...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... um impeditivo de investigação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Acredite!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Olha só, olha só o nível a que chega.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não de investigação, mas da convocação dele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Da convocação?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Da convocação. Da investigação, não, mas da convocação, sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, o senhor pode investigar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Posso, mas não posso convocar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá. Então, por que... E o senhor, vocês investigaram na CPI?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Nós investigamos no âmbito do Governo do Estado de 2011 até final de setembro de 2020.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá, mas qual... Por que o senhor disse também... Está aqui, na conclusão, e foi algo que eu escutei no começo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da sua fala, que a CPI do Estado não tinha as prerrogativas, não tinha as condições de investigar o Governador. Está aqui.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não. Deixa só eu explicar o contexto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu até lhe peço a compreensão. Eu disse que havia ferramentas que estavam à disposição da Polícia Federal que a Assembleia não tinha, tais como as interceptações telefônicas, que, essas, sim, conseguiam encontrar fatos que, lamentavelmente, a CPI não encontrou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não pode fazer interceptação telefônica pela CPI? O senhor tem poder de polícia pela CPI.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas nunca... Houve uma dificuldade muito grande por parte das operadoras. Enfim, a CPI foi muito prejudicada por essa morosidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, o senhor, com o poder de política, determina lá... Porque o senhor faz um pedido para o Poder Judiciário – se eu não me engano, é esse o procedimento –, e aí, depois, esse pedido... Então, como é que alguém não acata um pedido de investigação? Foi negado pelo Judiciário ou foi negado pela operadora? O senhor pediu direto para a operadora?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, foi aprovado no seio da CPI, internamente, e havia muita morosidade. Houve muitos encaminhamentos a que nós não obtivemos resposta, lamentavelmente, devido ao tempo da CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Pois é. Então, tem que processar...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, sim...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... esses aí que negaram e que...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeitamente. Perfeitamente. Fomos muito prejudicados por isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... fizeram uma obstrução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Inclusive, quebras de sigilo bancários, diversas situações que nós não conseguimos tempo hábil para averiguar devido a essa morosidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Olha aqui: No que tange ao envolvimento... Página 190: No que tange ao envolvimento de supostos atos ilícitos praticados pelo Sr. Governador do Estado do Amazonas, Wilson Miranda Lima, ciente dos limites impostos pela lei e consideradas as evidências apontadas por este relatório, tem-se que os encaminhamentos necessários já estão em curso no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, sob segredo de Justiça, conforme cautelar inominada criminal número tal, apresentada pelo Ministério Público Federal.

Então, eu já não estou entendendo o que o senhor está me dizendo. O senhor disse que existe um óbice na Constituição estadual...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Na convocação do Governador para a CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Na convocação. Mas aí o senhor pode investigar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, deixa eu explicar o contexto dessa denúncia específica: nós iniciamos a investigação dos respiradores na loja de vinhos. Todo o início dessa investigação foi feito pela CPI. Ocorre que, durante o encaminhamento da CPI, houve uma operação da Polícia Federal em que a Polícia Federal apreendeu diversos documentos, e nós entregamos toda a documentação que nós tínhamos sobre essa operação especificamente para a Polícia Federal, que estava fazendo uma investigação em segredo de justiça...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E, aí, a Polícia Federal falou para vocês pararem de investigar? Ela fez parar essa investigação? Quer dizer que o que for aberto pela Polícia Federal vai obstar a atividade desta CPI aqui? A Polícia Federal tem esse poder de obstar a atividade do Poder Legislativo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, não tem esse poder. Mas nós entendemos naquele momento, Senadora, que as condições de investigação que a Polícia Federal detinha eram muito superiores às da Assembleia. E nós preferimos, para que o objeto da investigação realmente fosse levado adiante, fosse dado seu devido encaminhamento. Nós preferimos auxiliar a Polícia Federal, porque a Polícia Federal ia chegar aonde a CPI não iria chegar. Iria chegar ao Ministério Público Federal, iria chegar ao STJ, como chegou. Então, a CPI cumpriu com seu papel de municiar a Polícia Federal com todas as informações que nós tínhamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O papel da CPI... Bom, enfim... Ela termina com um relatório, ela indicia. Enfim, mas é autônomo esse trabalho. Não tem uma relação de...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Os fins justificam os meios, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Estranho isso. Estranho.

Eu queria saber do senhor também qual é o fato determinado do pedido de abertura de nova CPI. Qual é o fato determinado do novo pedido de abertura de CPI que o senhor não assinou.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Da pandemia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Da pandemia. Qual é o fato determinado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, a pandemia, de uma forma...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A pandemia. E o senhor disse que o senhor não assinou porque o senhor não concorda com os pontos ali.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não. Eu entendi que é muito vago analisar somente a pandemia. Inclusive, deixa eu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Nós temos aqui dois pedidos de abertura de CPI, são dois requerimentos que caminham, para averiguar ação ou omissão do Governo Federal e dos Estados e Municípios na gestão da pandemia. Esse é o fato determinado que nós estamos trabalhando aqui.

Eu assinei a CPI que investiga Estados e Municípios, o que que fizeram dos repasses dos recursos federais. Aí eu pergunto para o senhor: qual é o fato determinado... Eu já falei o fato determinado desta CPI. Qual é o fato determinado do novo pedido de abertura de CPI na Assembleia Legislativa do Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Com todo o respeito, Senadora: a senhora me permite explicar por que eu considero vago...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sim.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... a pandemia? Pelo seguinte. A Assembleia Legislativa tem a competência de investigar os atos do Governo do Estado. O fato que aconteceu na crise de oxigênio, que foi referente à segunda onda, que não foi investigado pela primeira CPI, existiu muita... Enfim, muitas ações do Governo Federal naquela problemática, uma vez que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oxigênio foi praticamente todo dado pelo Governo Federal. Então, na minha opinião, eu prefiro aguardar a conclusão da CPI do Senado, que tem efetivamente o poder de fiscalizar o Governo Federal. E, se sobrar algo que precisa ser investigado no Governo do Estado, eu me proponho, Senador Omar, a propor essa CPI, como já fiz o compromisso com o Senador Humberto Costa aqui.

Essa é minha visão política.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, Senadora... Senadora, a CPI tem objeto e muito claro aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual que é o objeto determinado da CPI, da nova CPI?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ante o exposto, cumpridos os requisitos legais, requerem, com amparo no §3º do Art. 58 da Carta Magna, com o §3º do art. 30 da Constituição do Estado do Amazonas e com o art. 52 e seguintes do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, os Deputados que a esta subscrevem, a criação e instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de apurar, no prazo de 120 dias: o contrato de locação do Hospital Nilton Lins; omissão e negligência administrativa quanto à abertura de novos leitos, já insuficientes antes da pandemia; falta de transparência aos órgãos de controle e à sociedade sobre as medidas de enfrentamento e gastos com a pandemia; gastos com publicidade em detrimento dos gastos com a saúde; contratos milionários referentes às unidades prisionais em plena pandemia pagamento bilionário de exercícios anteriores; crise de oxigênio; bem como todos os seus respectivos pagamentos e prestações de serviço oferecidos e executados, especialmente no período relativo à pandemia da Covid-19.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quer dizer então que vamos falar para os eleitores do Amazonas que o Deputado Fausto Junior é contra esses pontos aí, os fatos determinados para a abertura dessa CPI?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, eu não sou contra. Eu não sou contra nenhuma CPI, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então o senhor poderia assinar, deixe caminhar o trabalho, não é?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas, Senadora, existe um momento para isso. Eu sou a favor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque o senhor está jogando a culpa aqui exclusivamente no Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senadora. Com todo respeito, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E eximindo o seu Estado de responsabilidade.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não. Eu não falei isso.

Senadora, deixe-me explicar, de uma forma muito respeitosa que tenho por V. Exa. **–** V. Exa. foi muito atenciosa aqui, me recebeu com muita atenção **–** e dizer que eu sou contra o gasto de dinheiro público com o mesmo objeto. Nós estamos aqui numa CPI do Senado, em que um dos fatos geradores é justamente a situação que aconteceu no Amazonas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O STF já determinou que a responsabilidade é concorrente e que esta CPI não pode inquirir, ela não pode inquirir o seu Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas eu estou aqui contribuindo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E, aí, a sua Constituição estadual diz que vocês também não podem. Mas que coisa, que interessante isso! Ninguém pode investigar, ninguém pode inquirir Governador nenhum?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É. Eu estou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Governador nenhum! Eles estão... Que blindagem é essa?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu estou à disposição.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A Constituição estadual... Então o senhor deveria agora entrar com uma PEC estadual para mudar isso.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim, perfeitamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Porque não é possível. Que artigo que é? O seu advogado consegue me passar esse artigo vergonhoso da Constituição estadual do Estado do Amazonas? Que barbaridade um negócio desse. Gente, é chocante. Então, ninguém pode investigar Wilson Lima, ninguém vai poder, nem vocês.

Então é o seguinte: nós estamos aqui pedindo para que os Estados abram CPIs, mas há CPI que vem só para enganar. Ela vem rapidinho, conclui, para dizer que investigou e não encontrou nada. Aí agora não pode abrir uma segunda CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Se o objeto da outra era investigar de...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É uma decisão política minha, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... 2011, e nem tinha o objeto da outra, dessa CPI que o senhor relatou, investigação da pandemia. Nem era o objeto determinado dela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então ela pegou no meio do caminho...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Tinha, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Tinha, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Se ela é de 2018, 2019.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora, isso aí não tem problema, porque o fato determinado que ele trouxe aqui foi o pagamento de algumas coisas que já foram aprovadas pelo Tribunal de Contas, e eu tenho um inquérito, em que eu ainda não fui denunciado, e nem serei, porque não tem prova nenhuma contra mim nem contra ninguém que está ao meu lado. E não tenho absolutamente com o que me preocupar.

O que o Deputado veio fazer aqui hoje, infelizmente, foi tentar justificar as agressões que eu sofri dele aqui, para que ele e o grupo dele, o dos amigos dele, que vêm fazendo isso sistematicamente contra mim, pudessem utilizar...

O que nós vimos aqui hoje foi uma série de mentiras faladas – e eu vou provar isso antes de a CPI terminar - de uma pessoa que disse que não sabe quem é a mãe, que não sabe quem é a irmã, que não sabe onde o pai trabalha. E eu vou respeitar. Eu não perguntei, ainda não entrei nem nos detalhes.

Mas agora mesmo eu já estou assinando os requerimentos. Amanhã aprovaremos a quebra de sigilo de várias pessoas, inclusive a do Deputado, da família, de pessoas ligadas a ele. E aí o Amazonas e aqueles que estão agora me detratando vão ver quem está falando a verdade. E aí eu vou mostrar o motivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por que o Deputado não indiciou o Governador do Estado do Amazonas. O motivo é muito, é muito grande.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí vocês vão ver como é que estão elegendo Deputado. São Prefeitos sendo pressionados a darem votos a pessoas ligadas a gente do Tribunal de Contas.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – V. Exa. me acusa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou acusando não, eu estou dizendo. Qualquer Deputado Federal do meu Estado, qualquer Deputado Estadual do meu Estado, qualquer Senador sabe disso. Mas isso é um outro detalhe, isso não é o escopo da CPI. O que estou dizendo é que o escopo da CPI é que o Deputado Fausto Júnior não indiciou o Governador porque há, por traz disso, muitas coisas que o Amazonas vai descobrir, e o Tribunal de Contas e a PGR vão ter que tomar providências.

Era o que eu queria dizer. Encerro a sessão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Não, ainda não terminei, Sr. Presidente. Só uma questão para eu conseguir concluir, por favor.

Nós sabemos que a responsabilidade, que a obrigação de um legislador é legislar e fiscalizar, não é ou fiscalizar. Então, nós estamos aqui cumprindo a nossa obrigação. Eu tenho feito apelos aqui para que as Assembleias Legislativas, para que os Deputados Estaduais cumpram o seu dever de investigar essa fortuna que nunca faltou, e que não vai faltar, de recursos federais para o enfrentamento da pandemia. E aí o Legislativo municipal também não está fora dessa obrigação.

Eu tenho aqui nas minhas mãos um pedido de auditoria do Vereador Sargento Benites, do PSL da cidade de Paranaíba, Mato Grosso do Sul, em que ele pediu uma auditoria de um recurso que foi destinado para um hospital local para o enfrentamento da pandemia e nós encontramos irregularidades. Não encontramos, exatamente, corrupção, não foi isso. Nós encontramos – só me reponha, Presidente, eu vou terminar –, nós encontramos... O recurso foi utilizado em algo que não era permitido para o enfrentamento, para aqueles recursos do enfrentamento exclusivo da pandemia. Então, não foi exatamente isso, mas nós encontramos irregularidades.

Eu quero não é nem parabenizar o Vereador Sargento Benites, porque ele está cumprindo uma obrigação – a gente está num ponto de parabenizar quem está trabalhando, é um absurdo isso. Então, cumprindo a sua obrigação de fiscalizar os recursos, de fiscalizar a gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Senador Styvenson Valentim disse a mim que no Rio Grande do Norte também já abriram uma CPI na Assembleia. E é o que eu peço a todos os Deputados Estaduais, a todos os Vereadores, que são os legisladores das demais esferas da Federação, porque fica um jogo de empurra. Essa da assembleia, essa da Constituição estadual é vergonhosa.

Encontrou? Qual é o artigo?

Poderia o Deputado ler pra a gente essa vergonha? (*Pausa.*)

Se tiver alguma Constituição estadual que copiou isso – meu Deus! –, vocês já comecem a entrar com projetos de emendas constitucionais, as PECs estaduais aí pra tirar esse absurdo.

Como é que é, Deputado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Que artigo que é da Constituição estadual?

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA (*Fora do microfone.*) **–** No inciso II do art. 1º da Constituição do Estado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – No inciso II do art. 1º da Constituição do Estado.

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA (*Fora do microfone.*) **–** Numa interpretação extensiva com o art. 2º da Constituição Federal...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Espera aí. Tá. Leia, por favor. Vamos lá, vamos na letra fria da lei.

Interpretação extensiva?

Não – não, não, não, não. Por favor, Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Ele está me orientando. Ele está só me orientando; ele está só me orientando, é meu advogado, me auxilia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, vamos lá. Vamos lá – vamos lá.

Leia, por favor – leia, por favor – o artigo que não permite que o senhor investigue. Por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É uma interpretação extensiva...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Extensiva.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... do artigo da Constituição Federal – não é isso?

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA (*Fora do microfone*.) **–** Do art. 2º da Constituição Federal, que trata da separação dos Poderes.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Do art. 2º da Constituição Federal, que trata da separação dos Poderes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Que diz o quê? Aí, esse daí seu diz o quê?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Que, no reconhecimento, e, em respeito aos fundamentos da Nação brasileira do Estado democrático, estabelecidos na Constituição da República.

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA (*Fora do microfone*.) **–** Eu posso lhe explicar, Senadora?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não, o depoente é ele, quem tem que falar a verdade é ele.

Eu gostaria que o senhor lesse onde está proibido o senhor convocar e inquirir o Governador do Estado do Amazonas.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, eu vou ler.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Ele deveria saber de cor e salteado, porque ele está dizendo que está baseado nisso.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, eu vou ler. Eu vou ler, mas eu não tenho conhecimento da legislação de cabeça.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não tem problema. O senhor lê.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Por isso que eu ando com um advogado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu tenho formação jurídica, eu vou tentar fazer uma interpretação, primeiramente, literal.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas, primeiramente, Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Extensiva...

Bom, vamos lá, vamos ouvir aí. Eu não vou julgar a interpretação do senhor não. (*Pausa.*)

O senhor só leia o artigo. Não precisa da explicação, eu consigo entender. (*Pausa.*)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, pra ser bem resumido, de forma bem resumida, existe uma interpretação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu perguntei pro senhor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... extensiva ao art. 2º.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Leia a interpretação... Leia o artigo, por favor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu vou lhe explicar. Eu vou lhe explicar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... porque a gente consegue interpretar aqui, a gente tem condições de interpretar. O senhor só leia...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso é baseado numa súmula do STJ.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Baseado no artigo x...

Baseado no quê?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Numa súmula do STJ, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Numa súmula?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Do STJ.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual súmula? Em qual súmula do STJ vocês se basearam para não convocar o Governador Wilson Lima?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Há uma questão disso na súmula do STJ.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Cadê? Qual a súmula?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu vou pedir pra consultar. Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Por favor. Eu espero. Se o senhor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu aguardo, eu não tenho problema. Eu vou aguardar o seu advogado.

Por favor, eu quero ver, eu quero saber qual é o artigo da Constituição estadual que não permite que convoquem, investiguem o Governador do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** E não indicie.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E não indicie.

A Polícia Federal também, olha, já tem que dar explicação, porque parece que, abriu o inquérito, abriu a investigação na Polícia Federal, a CPI não pode trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Eles foram avisados que...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É interessante isso.

O senhor só leia. Eu não preciso de explicação jurídica. Assim... Eu vou fazer minha interpretação. O senhor só, por favor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... decline o artigo e leia o artigo. E também a súmula do STJ.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É baseado...

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA (*Fora do microfone*.) **–** Eu posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** O senhor pode ler o artigo, por favor, ele não sabe ler. Leia o artigo, por favor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, deixa que eu leio. ART. 1º.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - na união indissolúvel com os demais Estados federados, observadas a unidade de interesses comuns do povo brasileiro, as peculiaridades regionais e a igualdade política entre os Estados da Federação.

Existe uma súmula do STJ...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A qual ente da unidade federativa pertence o Governador do Estado? A qual ente da unidade federativa?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, a um outro Poder, na verdade. Não é a questão.

Senadora, eu vou... Eu não vim aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Vocês fizeram uma interpretação extensiva disso e entenderam que vocês não poderiam investigar...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, Senadora, por favor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... nem convocar, nem ouvir? Vocês não ouviram o Governador?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, por favor, eu não sou o todo poderoso da CPI. Existe uma votação dentro da CPI, existem todos os outros membros da CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor fez o relatório.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

Essa questão de poder ou não convocar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Algum membro da CPI...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... é uma questão técnica, jurídica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... convocou o Governador Wilson Lima? Quem convocou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Havia, segundo a Procuradoria da Assembleia, essa impossibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Membro da CPI. Membro da CPI.

Aí, ele recebeu uma negativa... Vamos supor: eu sou membro da CPI, sou Deputada Estadual no Amazonas...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... quero ouvir o Wilson Lima e, aí, qual é a negativa que vocês me dão? Baseado no artigo tal, tal, na interpretação extensiva do artigo sei lá o que da Constituição Estadual...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, a senhora precisa entender...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... vocês me dizem que eu não posso ouvir o Governador? Então, quem pode?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora. V. Exa. precisa entender...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Será que seria a Câmara Municipal? A Câmara de Manaus?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, V. Exa. precisa entender que essa foi uma CPI...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quem é que pode ouvir?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... de várias guerras jurídicas, Senadora. A CPI, inclusive, foi suspensa, teve uma série de situações...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Guerra jurídica para ouvir...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... em que havia um cuidado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas vocês tentaram, pelo menos? Vocês tentaram pelo menos ouvir?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Havia um cuidado da CPI em seguir os trâmites corretos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora... Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu quero saber se vocês tentaram e quero saber quem foi que impediu.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Estava impossibilitado, segundo a Procuradora da Casa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quem impediu? A Procuradoria?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A Procuradoria entendeu que a gente não podia ouvir.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Por favor, Senador Humberto Costa, o senhor pode, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu quero ouvir o procurador...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu quero ouvir o procurador. Eu não sou membro desta CPI, Senador, mas eu estou chocada.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Isso não é nem o objeto da minha convocação, me perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É sim! Como não?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A questão não era da Assembleia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu ouvi...

Nós estamos chamando vocês...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu vim aqui para relatar o que foi feito no relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... porque nós não podemos ouvir o Governador. Então, aqui, a CPI, por via transversa, está trabalhando no sentido de levantar as responsabilidades ocorridas na má gestão dos recursos públicos federais....

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – E isso foi feito com êxito, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... no enfrentamento da pandemia.

Eu quero saber sobre o Governador! É isso que eu estou te perguntando...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, mas nós...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... porque é da tua alçada. Deputado, é da tua alçada; não é da nossa! O senhor está entendendo?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não investigou, o senhor não convocou, o senhor não ouviu.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, eu investiguei. Nós estamos discutindo a possibilidade da convocação do Governador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sim, o senhor investigou o Governador, mas o senhor não convocou o Governador, o senhor não ouviu o Governador...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – É só isso. É só isso! Porque havia essa questão técnica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... e o senhor também não o indiciou.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu investiguei o Governo, a instituição do Governo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas, na sua investigação, o que o senhor apurou que é de responsabilidade do Governador Wilson Lima? Se o senhor investigou... O senhor não pôde convocar, o senhor não pôde indiciar e o senhor não pôde ouvir, mas o senhor disse que investigou. O que o senhor apurou da boa gestão do Governador Wilson Lima?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, em nenhum momento eu me referi dessa forma ao Governo dele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas eu estou te perguntando, Deputado.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito. Vamos... Nós apuramos R$1,5 bilhão de processos indenizatórios pagos de maneira irregular. Nós atuamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Pelo Governador Wilson Lima. Na gestão...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Por vários governos, que era o objeto da CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Esta CPI investiga a pandemia...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... a gestão dos recursos...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, investiga a saúde. Investiga a saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Esta CPI aqui, esta do Senado Federal...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Ah sim! Eu pensei que estava se referindo à minha. Perdão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O nosso fato determinado é só um. Eu só vou fazer perguntas para o senhor em relação ao fato determinado, não vou ficar perdendo tempo aqui.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Porque nós temos uma resposta para dar para a população.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – R$407 milhões no atual Governo para a pandemia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu quero saber como geriu o atual Governo, na pessoa do Governador Wilson Lima, os recursos federais que foram enviados. Qual é a sua opinião? O senhor investigou ele lá. Nós não podemos investigar, o STF disse que nós não podemos convocar. Nós não podemos, o senhor também não pode, certo? Só a Câmara Municipal vai poder convocar o Governador. Certeza, certeza!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, essa é uma interpretação de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Certeza!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Essa é uma interpretação de V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É que eu estou imaginando, não é.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu quero entender qual é a pergunta. Eu não entendi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É que estou imaginando... Numa bagunça dessa estou imaginando que, de certo, a Câmara Municipal de Manaus não conseguiu ouvir o Governador, porque aqui não pode e o senhor também não pode.

Mas, enfim, o que o senhor apurou já que o senhor investigou.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, eu peço até para lhe enviarem uma cópia do relatório final

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Está aqui.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não pode falar?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu vou lhe falar, eu vou lhe falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Fale, o senhor está aqui para falar, por favor. Porque aqui está investigando de 2011 até aqui.

O nosso fato determinado... E outra...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Nós investigamos o Governo do Estado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** As pessoas não têm acesso a esse calhamaço de coisas aqui e nós queremos dar uma resposta a todos os brasileiros...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... que estão acompanhando agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito. Esse é meu objetivo também.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Se o senhor investigou, simplesmente fale o que senhor apurou...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito. Nós iniciamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... do fato determinado desta CPI.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Nós iniciamos a investigação que culminou em três fases da Operação Sangria, Senadora, que, sim, chegou ao Governador mediante os instrumentos utilizados pela Polícia Federal. Isso foi iniciado pela CPI...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Chegou ao Governador. Hã-hã! A responsabilidade...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mediante os instrumentos da Polícia Federal, não da CPI. É importante diferenciar isso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... Aí a gente... Não, da investigação da Polícia Federal quem tem que falar é a Polícia Federal.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu quero saber o cumprimento do seu dever, do seu dever!

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas nós iniciamos essa investigação e demos a munição, tanto é que a CPI foi citada 25 vezes no relatório da Polícia Federal, Senadora; 25 vezes!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá, mas aí o senhor parou de investigar porque a Polícia Federal estava investigando?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Para não comprometer uma investigação que poderia chegar muito mais longe do que a CPI ia chegar. O máximo que a CPI...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quer dizer que, se a Polícia Federal começar uma investigação aqui, a CPI tem que acabar?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, essa é uma interpretação que não é minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não, assim, eu estou fazendo uma interpretação extensiva da interpretação da fala de V. Sa....

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Na minha, na minha condição...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu estou fazendo uma interpretação extensiva.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, agora V. Exa. quer ser extensiva... (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não é possível.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, nós não iramos chegar... Nós não temos o poder de denunciar o Governador...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não tem poder de polícia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tem. O senhor não pode denunciar o Governador, foi isso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – O Governador, perdão, troquei...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A Polícia Federal cuida do trabalho da Polícia Federal.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu quero saber do senhor...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – E a CPI, do trabalho da CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Porque se a Polícia Federal... se ela falhar no trabalho dela...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... coisa que nunca aconteceu no Estado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ...quer dizer que ninguém mais vai indiciar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, eu respeito...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quer dizer que, se a Polícia Federal resolver não indiciar, e o senhor levantou algo...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... a Polícia Federal, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... aí ninguém vai indiciar?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, eu repeito a instituição da Polícia Federal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu respeito, mas se ela falhar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eh, eh, uma coisa é você ser deselegante e desagradável comigo. Agora, você não vai ser com a Senadora, não.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, mas eu não fiz isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não, não ele não... Está tranquilo....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, fique calado, fique calado!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu sou mi-mi-mi, não! Ô, Presidente, eu não vou ficar chorando aqui, não; eu não vou usar esse tipo de artifício, não. Eu não preciso disso, eu estudei bastante, eu não preciso dessas coisas. Ele vai falar comigo seriamente, numa boa, normal, não vai... Pode deixar, eu agradeço sua defesa, mas ele não é doido de falar assim comigo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Jamais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sr. Deputado, quer dizer que a Polícia Federal ela responde por si, não é o senhor que responde pela investigação dela. Quero saber o que o senhor apurou e porque o senhor não denunciou.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Então, vou iniciar do início. A questão que V. Exa. afirma em relação à Polícia Federal é o escândalo dos respiradores na loja de vinhos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Essa investigação, ela iniciou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor ouviu quem? Quem o senhor ouviu nessa primeira investigação em relação aos respiradores?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Todos os envolvidos diretos: os donos da empresa, o Secretário de Saúde, os secretários do segundo escalão, do terceiro escalão, e nós constatamos que houve uma triangulação. Pra explicar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E o Governador não sabia de nada?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eles negaram durante o depoimento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não ouviu então.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Para chegar nessa conclusão precisaria de outros instrumentos, é isso que eu estou tentando explicar para V. Exa....

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O instrumento que o senhor diz que a sua CPI não lhe confere.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu não disse que não confere...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É uma CPI...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu disse que não houve tempo hábil para nos chegar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Enfim...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ...esse instrumento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Enfim...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A CPI do Amazonas não tinha como interceptar telefone.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A CPI pode interceptar telefone, ela tem poder de polícia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas não aconteceu, Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor deveria ter pedido para o Judiciário...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Mas foi pedido...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O Judiciário negou? Quem foi o juiz que negou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não para o Judiciário, para a operadora naquele momento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Operadora?! Não é ela que decide se... Não é ela que decide, Deputado! Não é ela que decide! Ela tem que cumprir uma ordem judicial e, pronto, lhe entregar o que o Judiciário determinou, o que a CPI determinou.

Deputado, o senhor, por favor....

Eu me sinto assim...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Assim, chega a ser uma afronta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É uma afronta, veja bem, à inteligência de todos nós.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Como uma pessoa que não sabe falar....

Ele me trouxe um *script* aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor me desculpe... Eu quero saber qual foi a operadora que negou, com base em que que essa operadora negou. Não vou fazer interceptação telefônica. Olha o nível?!

O SR. WAGNER LIMA DA COSTA – V. Exa. já almoçou hoje? Estamos há horas aqui...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, não, pelo amor de Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Se eu já almocei? Eu acabei de almoçar. Tem comida ali. É só pedir. Não, é só pedir para... É só fazer um pedido, senhor.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, me perdoe! Eu vou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não tem comida ali? Tem sempre comida. É só pedir. Mas dizer que está cansado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não é o depoente! Eu sinto muito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não, eu estou fazendo uma pergunta muito clara e objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ele está com dificuldade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Me respeite, Senador! Me respeite, Senador! Me respeite, Senador!

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA – O senhor (*Fora do microfone.*)

afronta o depoente, o senhor afronta os advogados... (*Fora do microfone.*)

Respeite a Constituição do Brasil! O senhor afronta o depoente, o senhor afronta os advogados! A advocacia é prevista na Constituição Federal!

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Doutora, ninguém lhe faltou com o respeito.

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA (Para breve comunicação.) **–** Me respeite! Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Calma! Aqui não é lugar.

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA – Me respeite!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senadora, a senhora quer concluir?

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA – Me respeite! O senhor pensa que sentou nessa cadeira o senhor está desrespeitando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, doutora! Ninguém te desrespeitou. Qual foi o desrespeito com a senhora?

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA – O senhor, desde que se sentou nesta cadeira, o senhor está desrespeitando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Isso aí é o seguinte: vocês estão tentando armar um circo aqui. Não comigo. Por favor!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós só queremos apurar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Por favor! Por favor!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O depoente é o Deputado. Nós só queremos apurar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora o depoente é o Deputado e tem outras pessoas falando.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Essas pessoas que tiveram que enterrar os seus entes queridos estão chorando neste momento, estão de luto, e nós aqui nessa situação.

Nós precisamos dar uma resposta. Não faltaram recursos federais em nenhum momento e não irão faltar. Eu tenho certeza disso. Eu tenho certeza. Sobrou. Sobrou. Houve flexibilização da Lei de Licitações, da de Responsabilidade Fiscal e tudo, tudo o que foi necessário para facilitar o gerenciamento e o enfrentamento dessa pandemia.

A pergunta é: qual foi a operadora que o senhor acionou e não quis e obstruiu a sua investigação?

Qual foi a operadora que obstruiu a investigação no Amazonas?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, não houve obstrução de investigação. Houve morosidade na resposta a CPI. Lamentavelmente, nós não tivemos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor disse que o senhor não pôde usar dos instrumentos investigativos, investigatórios.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Nós pedimos a prorrogação da CPI. Essa prorrogação foi negada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Foi negada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Foi negada pela Assembleia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Foi negada? Quem negou?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A Assembleia Legislativa. O Plenário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A Assembleia Legislativa negou o quê? Ah...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – A prorrogação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A prorrogação. Mas isso aí...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas o que foi feito do tempo? O que nós temos aí é a importância da boa utilização do tempo que nós temos agora...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... e de focarmos apenas e tão somente...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... no fato determinado desta CPI, que é a malversação do uso do recurso federal dentro dos Estados e Municípios. É isso que nós queremos saber. Finalmente, nós chegamos a este momento! Finalmente!

Mas a nossa pergunta que não quer calar, e que até agora o senhor não respondeu foi: de onde vocês tiraram que vocês não tinham instrumentos para investigar, não tinham o poder de polícia e não poderiam convocar, ouvir nem indiciar o Governador.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Em nenhum momento eu afirmei que não tinha poder de polícia, que não tinha poder de investigação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor falou que os seus poderes eram limitados. A CPI não tem poderes...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu falei que eu não tinha poder de convocar o Governador até a CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** De onde o senhor tirou isso? Da sua cabeça? De onde?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Se V. Exa. permitir, eu pego o parecer da Procuradoria da Assembleia e lhe envio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Cadê o parecer?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Não, eu lhe envio. Aqui eu não tenho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quantos Deputados Estaduais são lá no seu Estado?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Vinte e quatro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, são 24 Deputados Estaduais que não ouviram o Governador... A principal figura ali na gestão ninguém ouviu. E ninguém vai poder ouvir, pelo jeito.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, eu não posso falar em nome dos outros Deputados.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Se o senhor ali, como Relator, não pode fazer isso, infelizmente, o caso é grave. É muito grave, porque tem alguém protegendo. E essas famílias, o Brasil quer uma resposta. Dinheiro federal não faltou. Tudo o que foi necessário e tudo o que eu já pedi naquele Ministério da Saúde, para todos os ministros, nós fomos atendidos. Não faltou. Então, o que é que está acontecendo? O que é que aconteceu?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Falta de gestão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Até onde vai ficar... Falta de recurso?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Gestão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Falta de gestão.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas de quem é a responsabilidade de uma falta de gestão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Do Governo do Estado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Pois é. E o senhor não ouviu. Quem vai ouvir? Quem vai dar essa resposta para a sociedade, se a Assembleia não pode?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Nós investigamos, Senadora. Nós investigamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Se a CPI... Se o Senado Federal não pode, a Assembleia não pode...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, nós investigamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... quem vai?

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Nós investigamos, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas é aqui o lugar de o senhor falar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, nós ouvimos todos os secretários de saúde naquele momento. Nós ouvimos... Enfim, outros secretários de outras secretarias. Nós fizemos um trabalho que rendeu operações da Polícia Federal, nós fizemos um trabalho que fez com que regularizasse situações que há muitos anos não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A gente só quer saber quem está protegendo quem aqui. Existe uma proteção.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, não existe proteção. Existe a materialidade...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A responsabilidade...

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – ... e um relatório isento e um relatório que não vai...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Um dos cargos mais difíceis que tem é de ser Chefe do Executivo.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Eu concordo com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É um dos mais difíceis que existem.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora, eu não posso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E aí, justamente o Chefe do Executivo, que tem muita responsabilidade – é o que nós queremos aqui apurar –, o senhor não tem como falar.

O SR. FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu agradeço, Sr. Presidente. Desculpa o exagero. Desculpa o... Nós não temos como ficar numa passividade, ouvindo tudo isso, vendo proteção...

Eu espero que os outros Deputados Estaduais e que a população do Brasil tenha assistido o dia de hoje e fiquem de olho nas suas Assembleias Legislativas, fiquem de olho em como está sendo feita a gestão desses recursos, porque tem muita coisa para ser apurada nos Estados e nos Municípios brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu quero agradecer aos Senadores e Senadoras, quero agradecer a presença do depoente hoje e dizer à Dra. Gina que eu não fui deselegante com ela, e sei que ela advoga muito bem, até porque ela advoga para o Senador Eduardo Braga, e a gente conhece a forma como ela advoga. Conheci o esposo dela e tenho o maior respeito pela senhora, Dra. Gina. Nunca lhe desrespeitaria...

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA (*Fora do microfone.*) **–** Eu não tive nenhum relacionamento com o senhor, seja ele de conhecimento qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não. Tenho muito respeito. Eu não estou dizendo que a senhora teve relacionamento comigo.

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA (*Fora do microfone.*) **–** A sessão está encerrada?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não... (*Risos.*)

A SRA. GINA MORAES DE ALMEIDA (*Fora do microfone.*) **–** Se estiver encerrada, eu vou embora, porque para mim já deu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu só quero aqui dizer... As pessoas aqui ouviram. Houve três ou mais de três oportunidades para indiciar o Governador, o Governador não foi indiciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a CPI não investigou o Governador.

Foi aqui feita uma preparação. E aí parabéns para quem preparou o Deputado Fausto. Ele conseguiu aqui... Agora, ele não sabia dizer por que ele não fez outras coisas que poderia.

Mas vamos encerrar e, amanhã, às 9h30, nós estaremos aqui.

(*Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia trinta de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Otto Alencar, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Jader Barbalho, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Soraya Thronicke e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Jean Paul Prates, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Pedidos de substituição de convocados**. **Finalidade:** Deliberar a respeito de dois pedidos para a substituição de convocados da CPIPANDEMIA: 1. Pedido da Vitamedic Indústria Farmacêutica Ltda., para que seja ouvido o Diretor-Executivo Jailton Batista, em vez do acionista José Alves Filho (Req. 785); e 2. Pedido da Apsen Farmacêutica S/A, para que seja ouvido o Vice-Presidente Comercial Márcio Castanha, em vez do Presidente Renato Spalicci (Req. 774). Obs.: Pedidos não deliberados. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 293 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Rogério Rosso, diretor de negócios internacionais da União Química." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 311 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Rogério Rosso." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 349 de 2021** que : "Requer a convocação de Robson Santos da Silva, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 531 de 2021** que : "Convoca Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 532 de 2021** que : "Convoca Emanuela Medrades, diretora técnica da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 731 de 2021** que : "Convoca o médico Antonio Jordão de Oliveira Neto para prestar depoimento em conjunto com Paolo Zanotto." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 938 de 2021** que : "Convoca Antônio José Barreto de Araújo Júnior, ex-secretário-executivo do Ministério da Cidadania." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 945 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. MARCELO BENTO PIRES, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 964 de 2021** que : "Requer a convocação da Sra. Regina Célia Silva Oliveira." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 988 de 2021** que : "Requer seja convocada a Sra. Regina Célia Silva Oliveira para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 965 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Roberto Ferreira Dias, Diretor do Departamento de Logística em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 979 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Roberto Ferreira Dias, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 976 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Ricardo Barros, deputado federal e líder do Governo na Câmara dos Deputados, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 982 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Thiago Fernandes da Costa, servidor do Ministério da Saúde e um dos gestores que atuou no contrato celebrado entre a União e a Bharat Biotech Limited International, representada pela empresa brasileira PRECISA MEDICAMENTOS, para fornecimento de 20 milhões de doses da vacina Covaxim, para prestar depoimento como testemunha perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 984 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Rodrigo de Lima, funcionário terceirizado lotado no Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 985 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Danilo Berndt Trento para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 986 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Emanuel Catori, um dos sócios da Belcher Farmacêutica, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 118 de 2021** que : "Requer que seja convocado o Sr. Gustavo Mendes Lima Santos, gerente de medicamentos e produtos biológicos da Anvisa." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 611 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Cefa-3 e Lled Soluções." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 621 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Cefa-3 e Lled Soluções." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 612 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de LENEIR DOS SANTOS OLIVEIRA, bem como do sigilo bancário e fiscal da empresa da qual é sócio, S P SERVICOS E LOCACAO LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 613 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de JEAN DOS SANTOS OLIVEIRA, bem como do sigilo bancário e fiscal da empresa por ele administrada, S P SERVICOS E LOCACAO LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 614 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Eduardo Pazuello." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 615 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de GEORGE DA SILVA DIVERIO." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 617 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de CELSO FERNANDES DE MATTOS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 618 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de FÁBIO REZENDE TONASSI."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 619 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de Leneir Oliveira." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 620 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, telefônico, fiscal e telemático de JEAN DOS SANTOS OLIVEIRA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 734 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marcos Eraldo Arnoud." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 759 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Emanuela Medrades." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 999 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Marcelo Batista Costa." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 830 de 2021** que : "Requer informações ao Ministério da Economia" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 861 de 2021** que : "Requer informações ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe: 1. Inteiro teor do processo de auditoria especial do contrato emergencial firmado pela Prefeitura de Aracaju para administrar e suprir a escala de médicos da Unidade de Pronto Atendimento Nestor Piva. 2. Relatório preliminar da referida auditoria." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 936 de 2021** que : "Reque informações sobre solicitações à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema Única de Saúde (CONITEC) acerca de incorporação de tecnologias ou elaboração de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas relativas ao tratamento para COVID-19" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 942 de 2021** que : "Requer informação ao Ministério da Saúde para que decline todos os detalhes acerca da comunicação da Pasta com a empresa Madison Biotech PTE. Ltd (discriminando os envolvidos nas negociações), da frequência dos contatos, da justificativa para potencial assinatura de documento acerca de pagamento antecipado pela entrega de doses em quantitativo sensivelmente menor que o estipulado, dos contratos entabulados com a Precisa Medicamentos, Bharat Biotech e Madison Biotech PTE. Ltd" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 951 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente Executivo da Unimed Fortaleza, Elias Leite, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 953 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente Executivo da Hapvida Participações e Investimentos S.A., Jorge Pinheiro Koren de Lima, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 954 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde LTDA, Fernando Parrilo, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 957 de 2021** que : "Requisita da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados as informações referentes à tramitação da Medida Provisória nº 1.015." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 959 de 2021** que : "Requisita informações do Ministério da Saúde: a) todos os documentos relacionados à licença de importação solicitada pelo Ministério da Saúde à ANVISA, inclusive comunicações entre o Ministério, a ANVISA e a empresa Precisa Medicamentos; b) todos os documentos e a íntegra dos processos administrativos em que figurem referidos órgãos e empresa e; c) a íntegra dos processos administrativos em que a Madison Biotech é mencionada." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 966 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE MINAS, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 967 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico FOLHA DE SÃO PAULO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 968 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico JORNAL DO COMMERCIO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 969 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico JORNAL DO CORREIO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 970 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE PERNAMBUCO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 971 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O ESTADO DE SÃO PAULO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 972 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico O GLOBO, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 973 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Presidente/Diretor/CEO do veículo jornalístico ZERO HORA, informações a esta CPI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre o "Manifesto pela Vida – Médicos do tratamento precoce Brasil"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 980 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pelo Ministério da Saúde a respeito de todos os detalhes das negociações para aquisição da vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino, por intermediação da Belcher Farmacêutica, incluindo todas as comunicações realizadas, minutas de contratos e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 981 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pela Belcher Farmacêutica, com detalhes acerca das negociações para venda da vacina chinesa Convidecia, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laboratório Cansino, incluindo todas as comunicações realizadas, minutas de contratos e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 983 de 2021** que : "Requer sejam solicitadas à ANVISA informações a respeito dos procedimentos administrativos relacionados à vacina chinesa Convidecia, do laboratório Cansino, por intermediação da Belcher Farmacêutica, incluindo todas as comunicações realizadas e documentos intercambiados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 991 de 2021** que : "Requer, com fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição Federal e no artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam requisitados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informações e documentos em formato eletrônico sobre a autorização para uso da vacina Convidecia, do laboratório CanSino." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 992 de 2021** que : "Requer, com fundamento no artigo 58, § 3º, da Constituição Federal e no artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam requisitados ao Ministério da Saúde informações e documentos em formato eletrônico sobre negociação realizada pelo mencionado Ministério para a aquisição de testes para detecção de covid-19 e a compra de 60 milhões de doses da vacina Convidecia, do laboratório CanSino, com intermediação do Laboratório Belcher." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 993 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre o bloqueio de informações do servidor Luis Ricardo Miranda." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 713 de 2021** que : "Requer à CGU a disponibilização dos dados de investigação acerca de recursos federais repassados ao Estado de Sergipe para fins de combate à pandemia" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 929 de 2021** que : "Requer à Polícia Federal o detalhamento acerca da Operação Transparência, realizada na manhã do dia 22 de junho do corrente ano, para investigação de potenciais irregularidades em contratações com dispensa de licitação promovidas pela Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe e financiadas com verbas federais, disponibilizando-se a esta Comissão os indícios em que se amparou a Operação, detalhando-se igualmente os agentes públicos e privados envolvidos, bem como o montante de recursos públicos. empregados" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 939 de 2021** que : "Requer que sejam solicitadas à Procuradoria Regional da República no Distrito Federal cópias de todos os procedimentos e inquéritos, civis ou criminais, onde constem como interessados ALEX LIAL MARINHO e/ou a empresa PRECISA MEDICAMENTOS e cujo objeto tenha qualquer relação com a aquisição, pela Administração Pública Federal, da vacina denominada COVAXIN." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 956 de 2021** que : "Requer a notificação do Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria-Geral da República, para que forneça a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a relação de procedimentos e processos instaurados, sob quaisquer títulos, em desfavor do Senhor RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS, Deputado Federal, bem como as respectivas cópias integrais dos autos eventualmente existentes." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 974 de 2021** que : "Requer a determinação de apresentação de relatório contendo análise fiscal com base em todas as informações disponíveis nas bases de dados da Receita Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 975 de 2021 que : "Requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União (TCU), em caráter de urgência, a realização auditoria no Contrato nº 316/2020 (Processo nº 25000.002337/2020-34), firmado entre o Ministério da Saúde, por meio do DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE – DLOG, com a PRECISA - COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 03.394.819/0001-79)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 998 de 2021** que : "Requer informações relativas ao acesso a sistemas pelo servidor" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 962 de 2021** que : "Requer que seja determinada à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), a transferência dos sigilos de propriedade intelectual e patrocínio acerca dos estudos experimentais e intervencionais relacionados ao coronavírus e/ou à Covid-19 aprovados pela Comissão que envolvam – de modo isolado ou conjugado – os seguintes medicamentos: cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina, nitazoxanida, doxiciclina, proxalutamida, suplemento alimentar de zinco, suplemento alimentar de vitamina C, suplemento alimentar de vitamina D." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 1011 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de CC BATISTA ME (CNPJ 18.368.807/0001-47)" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 1010 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de LIFE SAUDE ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 1009 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de NOVA RENASCER EIRELI" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 1008 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de TRAIRI COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 1007 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do DEPUTADO FAUSTO VIEIRA DOS SANTOS JÚNIOR." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 1006 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Adria Gomes Cardoso" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 1005 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Tereza Raquel Rodrigues Baima Rabelo." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 1004 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 1003 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de ELIUDA DO NASCIMENTO CARNEIRO" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 1002 de 2021** que : "Requer a convocação Sr. Adeílson Loureiro Cavalcante." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 1020 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 1019 de 2021** que : "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de LBC CONSERVADORA E SERVICOS EIRELI" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 75 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1018 de 2021 que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de DR7 SERVICO DE OBRAS DE ALVENARIA LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 1017 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de TECWAY SERVICOS E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 1016 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de PHA Rodrigues (CNPJ 14.560.971/0001-09)" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 1015 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de CONSTRUTORA MATRIX LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 1014 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de AG SERVICE INFORMATICA LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 1013 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de BRB SERVICOS EM SAUDE LTDA" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 1012 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de PODIUM EMPRESARIAL EIRELI" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 1021 de 2021** que : "Requer informações ao Brasília Shopping e restaurante Vasto sobre reunião realizada em 25 de fevereiro de 2021" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 1031 de 2021** que : "Convoca Luiz Paulo Dominguetti Pereira, representante da Davati Medical Supply" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 1030 de 2021** que : "Requer reunião secreta para ouvir o Deputado Federal Luis Miranda" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 1029 de 2021** que : "Requer informações ao Vasto Restaurante sobre a reunião ocorrida no dia 25 de fevereiro" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 1028 de 2021** que : "Requer informações à empresa Davati Medical Supply" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 1027 de 2021** que : "Requisição de informações ao Ministério da Saúde ligadas à empresa Davati Medical Supply" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 1026 de 2021** que : "Convoca Luiz Paulo Dominguetti Pereira, representante da empresa Davati Medical Supply" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 1025 de 2021** que : "Convoca Silvio Assis, suposto lobista, para prestar depoimento sobre suposto esquema de corrupção no Ministério da Saúde" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 1024 de 2021** que : "Convoca Cristiano Alberto Carvalho, que se apresenta como procurador da empresa Davati Medical Supply" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 1023 de 2021** que : "Convocação de Luiz Paulo Dominguetti Pereira" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 1022 de 2021** que : "Requer diligência para que na condição de testemunha sujeita ao compromisso de dizer a verdade, preste depoimento em sessão reservada o Sr. Luis Claudio Miranda, Deputado Federal." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 1041 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Roberto Ferreira Dias" **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 1040 de 2021** que : "Transferências de sigilo telefônico e telemático de Tercio Arnaud Tomaz" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 1039 de 2021** que : "Transferências de sigilo telefônico e telemático de Allan Lopes dos Santos" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 1038 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de LÍGIA NARA ARNAUD TOMAZ" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 1037 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de JOSÉ MATHEUS SALLES GOMES." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 1036 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico e telemático de MATEUS MATOS DINIZ." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 1035 de 2021** que : "Transferência de sigilos telefônico e telemático de MATEUS DE CARVALHO SPOSITO" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 1034 de 2021** que : "Transferência de sigilos telefônico e telemático de CARLOS EDUARDO GUIMARÃES" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 1033 de 2021** que : "Convoca LUCIANO HANG para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 1032 de 2021** que : "Convoca LUIZ PAULO DOMINGUETTI, representante da empresa Davati Medical Supply." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 103 - REQUERIMENTO Nº 1043 de 2021** que : "Convocação de Marcelo Blanco, assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Carlos Wizard Martins, em atendimento ao requerimento 553/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/30

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à deliberação sobre pedido de substituição de convocações aprovadas, à apreciação de requerimentos e ao depoimento do Sr. Carlos Wizard Martins, em atendimento ao requerimento do Senador Alessandro Vieira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, estavam na pauta desde ontem os Requerimentos nºs 701 e 706,...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quais são esses requerimentos?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que são requerimentos que têm hoje demonstrado aí um verdadeiro drama nacional que esta CPI tem abordado todos os dias, alguns colegas, sobre a questão do Consórcio Nordeste. Se é para rastrear corrupção, vamos rastrear em todas as esferas do poder, claro, sempre, mas a gente não pode, de maneira nenhuma, blindar A ou B.

Então, eu queria falar rapidamente aqui para o senhor, porque demandam esses dois requerimentos a convocação do Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste, o Sr. Bruno Dauster, e da Sra. Cristiana Prestes, para que venham a esta Comissão Parlamentar de Inquérito com o intuito de esclarecer os meandros que envolveram a contratação, com dispensa de licitação e com pagamento antecipado pelos Estados consorciados, de 300 respiradores em face da empresa Hempcare Pharma Representações, que comercializa produtos à base da maconha, da droga da maconha, pelo valor de 48,7 milhões, ao preço unitário superfaturado, portanto, de R$164.917. Cabe destacar que a negociação desses aparelhos ficou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o encargo do Governo da Bahia, através de um convênio de cooperação técnica entre o consórcio e o Estado da Bahia.

Diante desse fato, o ex-Secretário da Casa Civil daquele Estado, Bruno Dauster, homem de confiança do Governador, tomou a frente das tratativas, primeiramente, no dia 5 de abril de 2020. Esse mesmo Sr. Bruno Dauster admitiu que diversos procedimentos obrigatórios na composição dos contratos públicos não foram cumpridos na condução do contrato dos respiradores, entre eles a falta de seguro de transporte de entrega. Portanto, essa negociação foi feita sem nenhuma garantia palpável de como, quando, onde e se esses respiradores seriam efetivamente entregues.

Em depoimento à polícia baiana, uma das sócias proprietárias da empresa Hempcare, Cristiana Prestes Taddeo, acusou o ex-Secretário da Casa Civil do Estado da Bahia Bruno Dauster de ter sugerido um aditivo no contrato para superfaturar o valor dos respiradores. Na Nota Técnica nº 9, da regional da Bahia da CGU, de 3 de junho de 2020, que trata da compra desses 300 respiradores, apontam-se diversos indícios de irregularidades nessa aquisição, entre eles: um, contrato eivado de vício, entre eles a violação das leis de licitações; dois, falta de zelo na escolha da contratada para o fornecimento dos equipamentos; três, não foi avaliada a comprovação de capacidade técnica operacional da Hempcare que garantisse a entrega do produto; quatro, pagamento executado de forma antecipada sem observância dos trâmites legais de execução de despesas públicas e sem a exigência de garantia de cobertura, danos ou prejuízos do contrato.

Portanto, Sr. Presidente, com base no exposto e na comprovação de inúmeras irregularidades na contratação desses 300 respiradores pelo Consórcio Nordeste, bem como da confirmação de que houve utilização de verbas federais, sim, no pagamento dos citados aparelhos é que solicito a inclusão extrapauta da convocação do Sr. Bruno Dauster e da Sra. Cristiana Prestes para comparecer a esta CPI – algo que estava pautado inclusive, que eu peço para o senhor e faço um apelo para o senhor, pelo bem desta CPI, para que ela possa ter credibilidade: que o senhor inclua extrapauta para a gente votar hoje esses requerimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, eu não vejo, já disse a V. Exa., problema em convocar absolutamente ninguém, seja quem for. Não vejo problema. Eu só retirei de pauta porque eu não... Eu queria, primeiro, conversar com os Senadores, para ver se há uma unidade para a gente trazer essas duas pessoas que V. Exa. está dizendo. Em relação à CGU, eu vou marcar para a semana que vem – que é uma convocação sua – para que o diretor lá da CGU esteja aqui na semana que vem, para que possa esclarecer fatos que V. Exa. colocou à CPI.

Então, eu pediria a V. Exa. para que a gente pudesse pautar isso que o senhor está pedindo na terça-feira. Nós teremos muito tempo ainda para ouvi-lo, sem problema nenhum. Eu marcaria na terça-feira que vem. Esse compromisso eu assumo com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, eu faço um apelo a V. Exa. Já foi adiado várias vezes esse requerimento, estava na pauta até 1h da manhã de hoje. Eu lhe peço que a gente inclua extrapauta. E eu acredito que os colegas aqui vão ter o voto para definirem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a questão, e a gente resolve essa questão que virou um drama nacional. Não tem por que a gente adiar, já que esta CPI já completou 60 dias de instalação e precisamos investigar também Estados e Municípios.

Eu lhe faço esse apelo para que coloque em votação, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria contestar essa colocação do Senador Girão, porque nós já discutimos aqui a própria decisão do Supremo Tribunal Federal, que vai nessa linha. Esta CPI pode, sim, investigar recursos que foram transferidos e utilizados por Estados e Municípios, desde que sejam recursos diretamente transferidos para o combate à Covid-19 e que sejam transferências voluntárias. Já foi dito aqui – e o Senador que me antecedeu parece que não consegue entender ou não quer entender – que esses recursos não são recursos dentro da nossa capacidade de investigação.

Eu sugiro a S. Exa. que ele se dirija a cada um dos Estados do Nordeste, procure o Presidente da Assembleia e leve a demanda de que se faça a investigação da aplicação desses recursos que são estaduais – estaduais. Na verdade, isso é uma verdadeira cruzada política que se está tentando fazer aqui contra os Governadores do Nordeste que compõem o consórcio. Então, eu quero me contrapor e, no dia em que essa questão for a voto, vou me colocar novamente. Por que S. Exa. não investiga aquilo que é da nossa responsabilidade: o roubo de vacinas, a corrupção que começa a aparecer? Não vejo essa fala aqui, mas, quando se trata do Consórcio Nordeste e de recursos que não nos cabem fazer aqui a investigação, então esse tema surge, ele volta, sempre com a ideia de que há alguém aqui protegendo quem quer que seja, o que não é verdade.

Então, eu quero dizer que, no dia em que V. Exa. colocar, eu vou me colocar contra. E acho que S. Exa. deveria trazer a prova, prova inconteste de que os recursos são recursos que esta CPI pode investigar. É isso que deveria fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu trouxe a prova. Eu trouxe a prova, Sr. Presidente, e quero mostrar aqui, mais uma vez. Eu acho que o nosso colega...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não acredito na sua prova.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Exmo. colega que ficou nervoso, que fica nervoso... Eu não sei por que está tão nervoso com relação a isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nervoso é V. Exa.! Já perdeu aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu estou calmo, eu estou sereno.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... na votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou sereno.

Pois é, inclusive tem aqui o efeito, tem um precedente. Nós votamos, Sr. Presidente, demais colegas Senadores aqui, o Carlos Gabas, e essa discussão foi superada. Foi no voto que foi perdida aqui a convocação dele. Então, vamos para o voto novamente porque eu estou com a prova. Eu quero passar para V. Exa. aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga; depois, Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, eu queria só mostrar a prova aqui, se o senhor permitir.

Essa argumentação de que apenas os recursos federais transferidos de forma voluntária podem ser objeto de investigação pela CPI da Pandemia não se sustenta. Tal interpretação do texto constitucional pelo consultor legislativo é pontual, errática e não deve prosperar. Vejam que até o TCU, Senador Marcos Rogério, possui posição não pacificada sobre o tema. Cito o texto da própria nota técnica da Consultoria Legislativa, de 10 de maio de 2021 – abro aspas: "A matéria é polêmica. O TCU insiste que, no âmbito das transferências fundo a fundo, como as que ocorrem no âmbito do Sistema Único de Saúde, de acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em especial no art. 33, [...] a competência fiscalizatória é da União, o que atrai a participação do Congresso Nacional, com o auxílio do TCU, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle externo, independentemente de as transferências serem realizadas por imposição [constituição] [...] legal".

Ademais, a Nota Técnica nº 9 da regional da Bahia, que trata da compra dos 300 respiradores desta empresa Hempcare, à Controladoria Geral da União, órgão de controle e fiscalização federal, aponta expressamente nas suas conclusões a utilização de verbas federais na citada negociação. Aproveito para citar o texto da própria CGU – abre aspas: "Por fim, resta evidenciado que o prejuízo envolve recursos federais, sim, como comprovado na análise de documentos dos Estados da Paraíba e Sergipe, cujos valores repassados ao Consórcio Nordeste, para a compra dos respiradores da empresa Hempcare, são de origem federal".

Considerando que foram utilizados 9,895 milhões de recursos federais já comprovados em dois Estados da Federação que participaram do contrato de rateio nº 01 de 2020, estando a apuração, a fonte de recursos que financiou os repasses feitos pelos demais Estados – para finalizar, Sr. Presidente –; considerando que a presença de recurso federal atrai o interesse da União e, consequentemente, a competência da Justiça Federal e dos órgãos federais da defesa do Estado, entre os quais a Controladoria, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, por conta do acima explanado, não restam dúvidas sobre o uso de verbas federais nos Estados de Sergipe e Paraíba na contratação com dispensa de licitação e com pagamento antecipado de quase R$50 milhões pelos Estados consorciados de 300 respiradores da empresa Hempcare, que nunca chegaram ao povo nordestino.

Então, Sr. Presidente, não resta dúvida. Eu estou aqui com a ordem bancária assinada pelo próprio Diretor-Executivo do Consórcio Nordeste, estou aqui com a nota fiscal da empresa e eu acho que isso já está um assunto já debatido, a gente já venceu. Eu peço ao senhor, apelo que a gente vá para o voto....

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já venceu mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... para definir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Já venceu mesmo, Senador, V. Exa. falou a frase certa. Não dá para ouvir calada isso aqui, Presidente!

Presidente, nós estamos diante de uma denúncia nacional da tentativa de se ter uma propina de aproximadamente R$2 bilhões, porque seria US$1 para cada 400 milhões de doses a serem compradas por este Governo. Nós temos a imprensa do Brasil e fora do Brasil destacando essa denúncia bombástica, necessidade de prorrogação desta CPI, e, com todo o respeito ao meu colega Girão – que V. Exa. sabe que eu tenho –, V. Exa. insiste numa pauta vencida, com decisão do Supremo Tribunal Federal!

Vamos dar seguimento a esta CPI, Presidente Omar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos investigar esse rombo bilionário, essa tentativa de se desviar recurso de uma vacina que era para salvar vidas! Nós temos 516 mil pessoas que morreram. Pelo amor de Deus! Não! Não dá para ouvir e ficar calada. Simplesmente não dá, Presidente!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, depois eu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, me inscreva, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Bem, eu quero agradecer ao Presidente por garantir o uso da palavra. Mas, Presidente, eu quero apresentar aqui duas questões: uma questão de ordem e, a outra, questão de mérito. A questão de ordem é em relação à pauta, Presidente.

Ontem, durante todo o dia, nós tínhamos uma pauta prevista para hoje com 61 requerimentos. Hoje, ao chegar à Comissão, essa pauta está com 102 requerimentos, 41 requerimentos a mais.

No art. 108 do nosso Regimento Interno, é dito o seguinte:

> Art. 108. As reuniões das comissões serão iniciadas com a presença de, no mínimo, um quinto de sua composição, salvo o disposto no §3º do art. 93.
> §1º A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias [...].

Eu faço essa colocação, Presidente, para que remanesça a pauta com 61, que foi publicada, a fim de que nós possamos buscar aquilo que V. Exa. disse ainda há pouco em relação ao requerimento do Consórcio Nordeste. V. Exa. disse: "Olha, tirei de pauta porque quero buscar o consenso para votar". Ora, eu não tenho conhecimento e a fundamentação dos requerimentos que foram colocados em pauta. Então, pelo mesmo argumento usado por V. Exa. para retirar de pauta o Consórcio Nordeste, eu peço para retirar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pauta os 41 requerimentos que foram adicionados na noite de ontem para a sessão de hoje, a fim de que nós possamos ter domínio do mérito para podermos ter a fundamentação para votar, Sr. Presidente.

São essas duas questões que quero colocar a V. Exa., porque, se, por um lado, V. Exa. busca o entendimento para que nós possamos votar a matéria como a do Consórcio do Nordeste, do outro lado, precisamos conhecer o mérito e a fundamentação de 41 requerimentos que foram adicionados à pauta.

Eu queria ouvir V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A maioria desses requerimentos foram feitos por mim, assinados por mim, como Presidente da CPI, e tratam basicamente do Estado do Amazonas, Senador Eduardo Braga, onde eu afirmo a V. Exa. que tem fortes indícios de que uma conselheira estaria recebendo vantagens para que o filho dela não indiciasse o Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima. Se V. Exa. quiser adiar, eu vou adiar, mas a maioria desses requerimentos é do mesmo pensamento, do mesmo discurso... V. Exa. sempre disse aqui: "O Amazonas tinha dinheiro". Mas eu estou agora dizendo para onde esse dinheiro foi.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Omar, eu estou da mesma forma que V. Exa...

E por que então nós não podemos apurar o Consórcio Nordeste?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, por mim pode apurar o Consórcio Nordeste.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, vamos votar tudo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se é para votar no critério de V. Exa... V. Exa. está pedindo quebra inclusive de filha da conselheira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que está fazendo uma casa sem recurso no Condomínio Ephigênio Salles...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas aqui agora nós viramos Receita Federal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, Senador... Calma!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu estou calmo. V. Exa. é a primeira vez que está questionando isso, hein? E logo em relação ao Estado do Amazonas, Senador!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não, não!

Senador, por favor... Senador, esta Comissão não é uma questão de disputa regional. Senador, não é uma questão de disputa regional... V. Exa. está apresentando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, V. Exa. vem dizer isso para mim, Senador Eduardo Braga? Questão de disputa regional?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu estou dizendo isso para V. Exa., sabe por quê? V. Exa. está colocando aqui a família da conselheira com que fundamentação?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ah, essa é uma opinião de V. Exa., que V. Exa. tem a tribuna para fazer; mas não, a CPI. A CPI não é instrumento para isso. Será que os Srs. Senadores aqui estão à vontade de votar isso dessa forma – dessa forma?

Faço um apelo ao Renan, nosso Relator, que tem anos e anos de vida pública, aos Srs. Senadores todos aqui, que têm história de vida pública. Nós vamos votar essa pauta? É essa pauta que nós vamos votar?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite uma sugestão de encaminhamento?

Dentre os requerimentos que foram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou na ordem inscrito ainda, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, o.k.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu sugiro como encaminhamento que se faça uma separação entre os requerimentos apresentados.

Mais precisamente, eu me refiro aos requerimentos que tocam na questão das duas denúncias graves que surgiram ontem, denúncias que envolvem a necessidade de uma nova oitiva do Deputado Federal Luis Miranda, uma vez que ele refere, em matérias publicadas ontem e hoje, ter recebido uma proposta de propina pra ficar calado após a denúncia que fez do imbróglio que envolve Precisa e Covaxin. Não há porquê, eu imagino que nenhum Senador vá se colocar contra a votação desse tipo de requerimento. Da mesma forma, a notícia que envolve um possível pedido de propina referente ao contrato da Davati...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Alessandro, o Deputado Miranda, agora, pela manhã, desmentiu a informação da revista Crusoé. Inclusive, publicou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele atualizou. Ele atualizou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ele, logo em seguida, confirmou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É... Ele, logo em seguida, confirmou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, o caminho é sentar na cadeira, assumir o compromisso da verdade e prestar depoimento para que a gente saiba que está fazendo a coisa séria.

O que não pode é esta CPI passar o recibo de que não quer apurar uma denúncia de que alguém queria ter vantagem ilícita no momento em que tinha brasileiros morrendo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu concordo com V. Exa. Eu concordo com V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Conto com o voto, então, para a aprovação do requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu não tinha a informação de que ele tinha retificado. Portanto, concordo com V. Exa. Tudo tem que ser esclarecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aproveito para também refutar a informação desta empresa Davati, que foi desmentida pela AstraZeneca, que não se trata de representante comercial nenhuma da AstraZeneca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a questão não é essa, Fernando. A questão não é essa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só estou falando que ele se intitula representante da AstraZeneca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem primeiro admite é o próprio Governo, que exonerou o servidor nesta manhã.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, é porque o Governo não coaduna com qualquer tipo de irregularidade, exonerou para justamente facilitar toda a apuração que está sendo feita pela CGU.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ótimo, facilitar a operação... A apuração.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A apuração, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Facilitar a apuração...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não pode haver dúvida...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A apuração será feita pela CPI, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não pode haver dúvida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A apuração será feita aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não tenha dúvida. Nós estamos a favor de qualquer tipo de apuração. Nós não queremos é a politização dessa apuração. O Governo não receia absolutamente nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem 2 bilhões de motivos, 2 bilhões de motivos, para esta CPI convocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso está ficando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por enquanto, era importante que o Presidente da República falasse sobre o depoimento aqui prestado pelo Deputado Luis Miranda. Já são cinco dias em que o Presidente da República cala, silencia. É importante que ele fale...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu só queria fazer uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou responder a questão de ordem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu queria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Sr. Relator.

Eu vou responder a questão de ordem do Senador Eduardo Braga, para que a gente possa esclarecer a coisa.

Não é uma questão regional. O Estado do Amazonas está no escopo, como o Senador Eduardo Braga... Todas as vezes em que tinha alguma coisa relacionada ao Estado do Amazonas, o Senador fazia questão de dizer que tinha dinheiro, por que que não comprou respirador, por que não comprou... Várias vezes, o discurso do Senador Eduardo foi sempre... O meu comportamento em relação a todas as audições nunca foi diferente do da de ontem, nunca foi diferente. Nunca foi diferente. Então, deixe eu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Omar, o senhor me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador... Só um minutinho, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu o ouvi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas o senhor está citando e conceituando o meu comportamento!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está dizendo para mim... V. Exa. disse para mim o seguinte: que esse negócio não... Que é um caso regional... Não, Senador Eduardo Braga! V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. cansou de dizer que nós temos que ir atrás do dinheiro. Lá no Estado do Amazonas, tinha quatrocentos e poucos milhões. O Senador Luis Carlos Heinze disse a mesma coisa. Eu estou dizendo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

Senador Eduardo Girão, Senador Eduardo Braga, Senador Jorginho, Senador Luis Carlos Heinze, quando eu fiz aqui a afirmação, ontem, de que tinha que quebrar o sigilo, foi porque o enriquecimento dessa senhora que é do Conselho do Tribunal de Contas do Estado, cujo filho foi Relator da CPI e não indiciou o Governador... Todos os Senadores cobraram o não indiciamento do Governador. Sabem por quê? Porque ela recebe vantagens dessas empresas das quais eu quero quebrar o sigilo fiscal e bancário...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quebre as empresas! Quebre as empresas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está me entendendo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Comprove!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho que quebrar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se V. Exa. tiver provas quebrando o sigilo das empresas, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está querendo que eu não quebre de quem, Senador?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! V. Exa. só não pode é transformar a Comissão de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não quer que eu quebre de quem, Senador?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu retiro agora. Diga qual é.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, Senador Omar, calma!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. já foi vítima em CPI aqui neste Senado. Não fique querendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu? Eu nunca fui vítima de nenhuma CPI!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. ontem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Calma!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... disse que não tinha nunca pagado no seu Governo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu não paguei em verba indenizatória. Não paguei, levantei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pagou! Pagou!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Paguei de pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Trezentos e noventa e oito milhões!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – De pessoal! V. Exa. quer trazer para esta Comissão a disputa de 2022 no Estado do Amazonas. Não faça isso, Senador!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Esses outros Senadores aqui não entenderam o dia de ontem. Senador, ontem, V. Exa. trouxe o Relator; o Relator não é o Governador, ele não é o Secretário de Saúde, ele não é ordenador de despesa.

O art. 146 do Regimento Interno, Senador Renan, diz o seguinte: não se admitirá Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matérias pertinentes à Câmara dos Deputados, à atribuição do Poder Judiciário, e aos Estados, à Federação. O Deputado é membro do Poder Legislativo do Estado do Amazonas, Senador Omar! V. Exa. tem vedação não é por mim, é pelo Regimento Interno! Ele é membro do Poder Legislativo. Aqui, a palavra "Estado" está na figura de ente federado, e nós na Comissão Parlamentar de Inquérito não podemos fazer desta Comissão Parlamentar de Inquérito um alvo do nosso instrumento particular de investigação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, não diga isso, Senador!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Claro! Se V. Exa. tem alguma questão, vá à instância...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, se o Governador do Estado tiver um pouco de juízo, ele tem que romper o contrato com essas empresas que eu denunciei aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nenhum problema! Nenhum problema!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, porque quem está levando vantagem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas não é só com essas empresas, tem que romper com outras...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não quer que eu investigue, então? Está bom!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! Eu não quero que investigue?! V. Exa. é que não pauta, por exemplo, o Secretário Executivo do Nordeste. E aí eu é que não quero investigar?!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já foi pautado! Já foi pautado e votado!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu votei a favor, e depois tiraram!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pauto, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já pautou, já foi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Já pautou e já tirou, não é? Quando é do interesse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu poderia...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... pode quebrar até...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já votou! Já votou!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senador Eduardo, eu poderia... E peço vênia aos senhores, pela amizade que tenho evidentemente com os dois e pelo cargo que exerço, em nome da Liderança do MDB, que V. Exa. exerce sobre todos nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era muito importante – e, Presidente Omar, eu já tive oportunidade de falar aqui para o Presidente Omar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era muito importante, neste momento em que nós somos obrigados a fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente Omar, eu estou com a palavra, eu queria que me respeitassem a palavra, um minuto só.

Era muito importante que, neste momento em que nós precisamos fazer uma reflexão, em que chegamos definitivamente a casos escabrosos de corrupção... Até então, nós estávamos aqui investigando o porquê de o negacionismo ideológico ter conscientemente proporcionado a morte de 516.119 brasileiros. Agora, nós vemos que o trabalho que aqui começamos era até otimista, porque nós nos deparamos com um câncer, com o câncer da corrupção. E precisamos mais do que nunca priorizá-lo, investigá-lo, não é? As digitais estão todas postas!

Eu concordo com o Senador Eduardo Braga que não tem sentido, absolutamente nenhum sentido, que nós paralisemos esta Comissão, por exemplo, para fazer um recesso branco para atender o Presidente do Senado. Ele não pode fazer isso!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando – eu, eu, eu! Eu estou falando. Eu falei do Eduardo Braga no início.

Eu estou falando que nós não podemos, sob pretexto nenhum, apequenar os trabalhos desta Comissão.

E mais do que isso: não podemos afetar a correlação desse grupo que quer investigar, que quer apurar! Isso não é inteligente do ponto de vista da condução política, nem tampouco do ponto de vista da investigação. É fundamental que nós continuemos juntos e que nós façamos o que sempre fizemos: conversemos sobre tudo para, ao final e ao cabo, decidir o que fazer. Essas coisas, na medida em que afloram contra o interesse nacional, dividem a Comissão, dividem o grupo. E não é inteligente. A sociedade não nos entenderá.

Eu tenho problemas no meu Estado. O Randolfe tem problemas no Estado dele. O Otto tem problemas no Estado dele. O Humberto... Todo mundo tem! Todo mundo tem, mas não é razoável que esta Comissão se debruce...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sobre investigação específica de nenhum Estado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para atender a ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador... Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é! Não é!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe... Senador Randolfe, não... Senador Renan Calheiros, a pedido do Senador Eduardo Braga, eu vou adiar o pedido de investigação da corrupção que tem dentro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, na pessoa da Conselheira Yara Lins, seu filho que foi o Relator da CPI e das outras pessoas de que eu estou quebrando o sigilo, para a gente votar na próxima sexta-feira. Para cumprir o que o Senador Eduardo Braga está me pedindo, eu estou adiando para sexta-feira. Então, paute para sexta-feira.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Apenas para corrigir, eu não estou pedindo para que V. Exa. não investigue qualquer tipo de corrupção. Eu estou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! Eu pedi para que V. Exa. cumpra o Regimento. Então, V. Exa... Apenas porque a fala de V. Exa. é maldosa em relação a mim. E eu não quero... E eu não quero que fiquem dúvidas para aqueles que nos assistem!

O que eu quero é o mesmo peso e a mesma medida. O mesmo peso e a mesma medida para o Consórcio Nordeste, o mesmo peso e a mesma medida... E olhem lá: o Consórcio Nordeste é compra direta de respiradores! O que nós estamos tratando aqui, no caso desses requerimentos, não é; mas, mesmo assim, quero que V. Exa. cumpra o Regimento, portanto, que estabeleça os prazos. E V. Exa. anuncia que, cumprindo o Regimento, deixará esses requerimentos para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador! Não, Senador. O senhor questionou a quebra de sigilo de algumas pessoas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Porque não há fundamentação no requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No seu entendimento, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas como é que eu posso ter conhecimento e entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No seu entendimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... de algo que eu desconheço?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No meu entendimento, existe...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. tem informações que eu não tenho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! No meu entendimento, Senador Eduardo Braga...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente... Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... são claras as evidências de enriquecimento ilícito da Conselheira Yara Lins e do filho dela que esteve aqui ontem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente Omar... Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de que receberam...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente... Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. mais uma vez...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... usa a Presidência da CPI de forma indevida, Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, Eduardo, eu pediria...

Eu fui... Tive o direito, por idade, de abrir e convocar a primeira sessão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sou o mais velho daqui do grupo. E V. Exa. foi eleito Presidente; o Randolfe, Vice; e indicado o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu proporia a V. Exa. e ao nobre Senador Eduardo Braga, pelo qual tenho muito respeito, um grande amigo aqui no Senado Federal, como todos os outros, que os senhores, depois, sentassem, conversassem – são todos os dois do Amazonas – e resolvessem o que poderiam fazer para não ficar um debate sobre um assunto que, neste momento, me parece superado pelo que aconteceu ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está superado, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pelo que aconteceu ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós votaremos na sexta-feira. Então, eu vou cumprir o Regimento...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Agora, eu peço, em nome do entendimento, que V. Exa. possa sentar e conversar com o Eduardo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... e ver aquilo que é possível fazer, se é factível fazer. Se, por exemplo, quebrar o sigilo bancário, porque tem alguma suspeita, como V. Exa. citou...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Fundamentação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... fundamentação de enriquecimento ilícito... Para fazer uma coisa mais fundamentada, dentro de um padrão que seja sintonizado com a legalidade que prescreve uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Com recursos que tenham nexo e conexão com o fato investigado aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente. Depois, converse com ele e resolva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora, Presidente, queria lhe fazer apenas um apelo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu estou querendo uma bandeira branca entre V. Exa. e o Senador Eduardo Braga. Todos dois têm...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É quem tem mais autoridade aqui para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Omar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador, se, por acaso, não houver esse entendimento, eu me proponho a fazer em ambos uma cingulectomia psicológica para que vocês possam ficar mais calmos e resolver o problema.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pelo histórico recente, eu acho que vou ser o segundo paciente.

Mas, Senador Omar, eu queria fazer um apelo a V. Exa., porque V. Exa. marcou, salvo melhor juízo, a questão do Consórcio Nordeste para a próxima terça-feira. Então, pelo mesmo juízo de valor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Na sexta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou na sexta ou na terça, mas que nós possamos ter tudo junto. Eu prefiro até, por razões minhas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos marcar sexta-feira a votação. Obrigado. V. Exa. disse que tinha que ser 48 horas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Está bom. V. Exa. quer marcar sexta-feira? Então, marque...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu proponho que seja um dia em que não haja, aqui, depoentes, porque, senão... Nós já estamos fazendo o cidadão lá esperar há uma hora e meia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só que, sexta-feira, vai ser o depoimento do pessoal da Precisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é. Melhor marcar um dia que seja só deliberativa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se V. Exa. marcar um dia só deliberativa... Acho que o Senador Humberto tem razão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente... Pela ordem, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu estou aqui aguardando a palavra, Presidente. Eu era na sequência do Eduardo, e já vem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Também estou inscrito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe, Senador Marcos Rogério. É V. Exa. Desculpe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, sobre as novas suspeitas envolvendo servidores do Ministério da Saúde vários falaram aqui, e eu queria fazer algumas considerações.

Primeiro, reafirmando de maneira irrestrita que somos absolutamente favoráveis a todo tipo de apuração de eventuais práticas ou tentativas de práticas de corrupção. Não queremos esconder nada debaixo do tapete, diferentemente de Senadores da Oposição que obstruem as investigações que apontam para responsabilidades de Governadores e Prefeitos. O exemplo mais clássico disso, Senador Girão, é o boicote claro à tentativa de investigar o Consórcio Nordeste, que tem, por exemplo, Governadores, entre eles, o filho do Relator nesta Comissão, além de outras figuras bem conhecidas da esquerda brasileira.

Quanto à compra de vacinas ou a qualquer outra contratação por parte do Governo Federal, esperamos que a oposição abandone a hipocrisia de insistir por negociações imediatas e urgentes a pretexto de estarem preocupados em salvar vidas. As pressões da Oposição só contribuem para criar um clima de açodamento, que nada contribui para a segurança jurídica dos atos administrativos. Para mim, sempre esteve muito claro que, na administração pública, nenhum contrato deve ser firmado às pressas, como insistem e insistiam desde antes os Senadores do G7, que sempre defenderam uma postura absolutamente irresponsável com os negócios públicos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O que me impressiona é que ele está lendo isso daí, Sr. Presidente.

Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espero que agora esses Senadores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Irresponsável é ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que produzem terror político e administrativo repensem suas posturas. Os atos administrativos são complexos e devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser praticados com o rigor necessário. Os servidores públicos, especialmente os da área técnica, precisam de condições estruturais e de tempo para agir com serenidade, agindo com convicção da lisura de todas as práticas de gestão.

Sobre as suspeitas que estão surgindo, da nossa parte não haverá qualquer blindagem. Vamos investigar tudo! Foi dito agora há pouco aqui, minha cara Senadora Eliziane, em relação ao Consórcio Nordeste. Alguém aqui apoia suspeita de corrupção, ladrão de dinheiro público? Eu não apoio, seja do Governo Federal, seja dos estaduais, seja dos municipais! Não blindo quem rouba dinheiro público! Portanto, defendo, peremptoriamente, a investigação de tudo, seja no Ministério da Saúde, seja no Consórcio Nordeste, seja nos Estados. Não tenho bandido preferido!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador Marcos Rogério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vamos blindar ninguém aqui na CPI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem o Consórcio Nordeste, nem o consórcio A, B ou C.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, vamos votar, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu recorri da decisão que o Supremo deu em relação a não trazer Governadores, a Mesa recorreu, a Mesa não se furtou a recorrer.

Não, vamos votar não. Eu quero que chame o convidado, o Sr. Carlos Wizard.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, art. 14, o Senador citou o meu nome, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, só pra deixar claro, só pra deixar claro, V. Exa. me permite a fala?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, eu também queria falar, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – É só para deixar claro a minha defesa inconteste de investigação de qualquer denúncia que chegue a esta Comissão. Ocorre que nós temos prazo e temos tempo. Nós estamos diante de novas denúncias gravíssimas que fazem referência a uma tentativa de desvio da ordem de R$2 bilhões!

Se nós já temos aqui decisão do Supremo Tribunal Federal, vamos respeitar! Agora, eu quero dizer que, se for apresentado, eu não posso votar. Mas, se eu pudesse votar, votaria favoravelmente.

Mas a gente tem limitação! Então, não dá para a gente ficar aqui remando contra a maré e perder o foco da CPI. Vamos investigar aquilo em que nós temos prerrogativas, vamos investigar aquilo que está diante de nós!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, alguns tentam desviar o foco. E nós não vamos cair aqui nesta de tentativa de desviar o foco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem: a pedido do Relator Renan Calheiros e a pedido do Senador Eduardo Braga, eu retirei os requerimentos que eu fiz ontem à noite, mas os outros são de urgência urgentíssima. Nós vamos votar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... inclusive a convocação do empresário que acusa o Governo Federal de querer propina de US$1 por vacina...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... como disse a Senadora Eliziane.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com certeza, com certeza, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Somos favoráveis, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem prejulgamento!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não! Queremos votar! Queremos aprovar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem, por um minuto! É um minuto só.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, todos falaram. Eu pedi pela ordem a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar o seu também, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Não, eu só quero falar, se V. Exa. me permitir, um minuto.

Posso falar, Presidente? (*Pausa.*)

Primeiro, Presidente, quero dizer a V. Exa.: ainda tem vários requerimentos, com números de 110, 115, 116... Nós já estamos em mil e tantos. Todas as empresas citadas nesses depoimentos, nessas denúncias que foram feitas – estão aqui a Precisa, Luna Park, Belcher Farmacêutica, Global –, todas estão, aqui no DF, fazendo exatamente a mesma coisa. O *modus operandi* é o mesmo.

Então, eu pediria a V. Exa. – o Senador Randolfe tem a relação aí dos requerimentos – para que os incluísse, para que a gente votasse ou incluísse na pauta de votação. Está com o Senador Randolfe a relação dos requerimentos aqui do DF, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só um comunicado urgente, Presidente: a Pfizer também recebeu já R$2,8 bilhões em empresa *offshore*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, só um minuto apenas eu lhe pelo. O senhor me autoriza?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É a prática normal desses laboratórios, dessas empresas! Não tem nada de irregularidade com esses pagamentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente Omar, Presidente Omar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu acho que a gente tem que investigar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar ao Vice-Presidente Randolfe, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente Omar, eu lhe peço um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem irregularidade sim! Tem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O Senador já falou!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu fui citado.

Presidente, é um minuto! Um minuto, por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sou eu ou o Renan?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qualquer um dos dois. (*Fora do microfone.*)

Por favor, Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente, é só uma questão de encaminhamento. Nós já fizemos duas coisas ao mesmo tempo: já chamamos o depoente sem fazer deliberação antes. Vamos construir aqui um entendimento para ficar assim pacificado. Tem um conjunto de requerimentos a serem apreciados. Tem os requerimentos apresentados pelo Senador Eduardo Girão, tem os requerimentos apresentados por V. Exa., tem requerimentos apresentados, sugeridos, melhor dizendo – já aqui sobre a mesa –, do Senador Izalci, do 115 até o 256, o 831... Então, vamos marcar a reunião para a deliberação destes e vamos deliberar o que é urgente. O que é urgente, Presidente Omar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode ser urgente para vocês...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – ... mas pode não ser urgente para os outros. E ninguém quer votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente, tem uma urgência... Permita-me: tem uma urgência para o Brasil neste momento! Dois bilhões de reais! Desde ontem, tem uma informação de que foram distribuídos em propinas pelo Ministério da Saúde! Então, milhões de brasileiros que, neste momento, estão nos assistindo compreendem que essa é uma urgência. Esse é um requerimento que tem que ser colocado a voto! É sobre o escândalo surgido ontem, a convocação do representante da Davati, a convocação dos membros da Dlog... Além dos já citados, a convocação também do substituto da Dlog, que é o Sr. Marcelo Blanco, Diretor substituto da Dlog, que é o Requerimento 1.043, sugerido agora pelo Senador Alessandro... Enfim, não existe nada mais forte para uma investigação do que um fato. Isso é um fato que salta aos olhos, que pressiona todos nós desde ontem.

Então, a minha sugestão: vamos votar os requerimentos que estavam pautados mais esses requerimentos que a urgência nacional impõe, que a urgência nacional impõe neste instante.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os demais...

Já encaminhamos, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para encaminhar, na linha dele – na linha dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dos demais V. Exa. já propôs o encaminhamento. Dos demais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos bater hoje aqui o seguinte: pelo que eu estou vendo, vai empatar, e quem vai dar o voto de minerva sou eu. Eu vou votar contra os seus requerimentos, Senador Eduardo Girão, se forem votados hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos botar para votar. Vamos derrubar logo os requerimentos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe-me fazer uma proposta?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto. Perfeito. Sem problema, mas vamos votar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe-me fazer uma proposta?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador, o senhor não marcou para sexta-feira?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos marcar esses requerimentos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu queria, Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Como é que é? Votar tudo hoje? Sem cumprir o Regimento?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não pode. Não pode.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não pode ser assim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma insensatez.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não. Renan...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan... Senador Renan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa investigação precisa ser conduzida com equilíbrio e com responsabilidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É tudo que não está acontecendo aqui, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É tudo que V. Exa. tenta desfazer todo dia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, de maneira nenhuma – de maneira nenhuma.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Graças a Deus, não tem passado. Graças a Deus, não tem passado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero passar para o senhor o seguinte: o que acontece aqui nesta CPI? A blindagem a Estados e Municípios é algo explícito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos uma correlação na Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É algo explícito. Eu vou ler aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em benefício do resultado da investigação, precisa ser administrada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... em Alagoas, são 30 respiradores; Bahia, são 60 respiradores; Ceará, 30 respiradores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... Maranhão, 30 respiradores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente.. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A gente não pode... O Consórcio Nordeste está sempre aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... estão fazendo isso. É isso que eles querem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu queria votar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Chamar a atenção, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, o Senador Renan Calheiros está pedindo para retirar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Estava na pauta para votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

Senador Girão, se o Presidente está dizendo que hoje votaria contra no desempate...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, questão de ordem. O argumento do Senador Eduardo Braga...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... então, V. Exa. poderia permitir para a semana que vem, exatamente para aprovar o requerimento de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... se aplica a sessões ordinárias. Todas as sessões das CPIs...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. não está querendo que seja aprovado o requerimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... são extraordinárias, portanto, o argumento regimental do Senador Eduardo Braga não se aplica neste caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Lamentavelmente, isso não está dito no Regimento não. (*Fora do microfone.*)

Não está dito no Regimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu já estou cobrando isso faz tempo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O art. 108 do Regimento não tem "sessão ordinária". "As reuniões das comissões serão iniciadas...", e diz: "A pauta dos trabalhos...".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos tentar construir um acordo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É tudo que eu quero: manter um critério.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Humberto... Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos construir um acordo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, aqui o §1º do art. 108 do Regimento Interno determina que: "A pauta dos trabalhos das Comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis". Agora, como é urgente e nós temos que pautar... Até porque o Senador Presidente Rodrigo Pacheco ontem não quis ler a prorrogação da CPI, o nosso prazo encurtou, e nós temos que ouvir algumas pessoas. Em relação a outras questões que V. Exa. levantou, já fizemos isso aqui no Senado e votamos. V. Exa. ou participou da votação, deve ter participado, de requerimentos que foram colocados num dia e, no dia seguinte, votados aqui. Já aconteceu.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas por acordo, Sr. Presidente. Por acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Houve acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, senhor. Não houve acordo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Falta a do Presidente, Braga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não houve acordo, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, Presidente, eu quero dizer a V. Exa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos suspender por cinco minutos – a gente vai até aí à mesa – e vamos fazer um acordo para atender a todas as partes envolvidas? Eu acho que estamos próximos. O Senador Randolfe fez uma sugestão. A gente pode evoluir para aprovar os requerimentos mais urgentes, tendo em vista os fatos que foram veiculados ontem. Nós não somos contra o aprofundamento da investigação, mas nós gostaríamos também que houvesse um equilíbrio nas decisões. Então, a minha sugestão é que a gente fosse até a mesa para que a gente pudesse encaminhar uma sugestão equilibrada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, só para deixar bem claro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan, uma autoridade de quatro mandatos de Presidente do Senado, conto com a sua sensibilidade para a construção do entendimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu tenho feito ponderações nesse sentido. Tenho procurado colaborar!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Colegas Senadores... Colegas Senadores, eu queria fazer um apelo aos senhores. Onde tiver corrupção a gente tem que buscar! Eu concordo que se chamem empresas ligadas ao Governo Federal, concordo que se chame quem quiser chamar, mas a gente precisa deixar de blindar governos estaduais e municipais. O Consórcio Nordeste hoje é um símbolo nacional de corrupção nesta pandemia. Não podemos fechar os olhos! São 30 respiradores para Alagoas, 60 respiradores para a Bahia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... 30 respiradores para o Ceará...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. já leu isso várias vezes.

(*Interrupção do som.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Senador já leu isso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... Estados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Todo mundo já está memorizado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, por favor...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu já estou rouco de ouvir o Senador Eduardo Girão falando essa ladainha dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso é ladainha dele. Já estou rouco de ouvir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu quero saber o que é que está por trás, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou... Nós vamos colocar...

Senador Renan Calheiros, por favor, vamos votar os requerimentos, à exceção daqueles que eu já retirei de pauta.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas que fique claro que nós iremos votar. A hora em que eu quiser pautar, eu vou pautar a partir de amanhã, tá?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A mesma ladainha o tempo todo, pô!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Gente, é para isso que existe Presidente em uma Comissão: é para definir a pauta dentro das prerrogativas que lhe são asseguradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, nós vamos votar, à exceção dos casos de indícios do Amazonas de corrupção... A gente vai adiar. Os outros indícios que tem aqui de corrupção nós vamos votar hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente... Presidente, só para... Sobre a mesma circunstância, sobre os notórios acontecimentos de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com exceção do requerimento do Senador Girão, que será votado, eu vou...

Em votação, em bloco, todos os requerimentos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente! Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que estão pautados agora na sessão.

Em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem mais um, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os que aprovam permaneçam como estão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, tem mais um!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Estão aprovados os requerimentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Estão aprovados os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Tem requerimento de quebra de sigilo, Sr. Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem tudo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, eu quero registrar meu voto contra todos os requerimentos de quebra do sigilo, por uma razão constitucional, Sr. Presidente: quebra de sigilo não é algo que se faz aleatoriamente. Em relação à questão das convocações, sou a favor; investigar profundamente. Agora, quebra de sigilo, como se fosse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quebra de sigilo em relação ao que eu pautei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... como se fosse uma feira, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... foram retirados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor disse que está votando. Foi por isso que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não; as minhas, não! As minhas, não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não! Não é só as de V. Exa. Quebra de sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os meus, não. Os meus foram retirados para votar depois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas tem outras quebras de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não dá para votar quebra de sigilo igual se vai à feira para escolher...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já votou.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Voto... Voto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Registro meu voto contra, Sr. Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Voto contra do Senador Marcos Rogério.

Alguém vota mais contra?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Luis Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Luis Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e Luis Carlos Heinze votam...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quebra de sigilo, contra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os outros votaram tudo a favor. Está aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, escute um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem uma outra extrapauta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São 10h43, convocação do Sr. Marcelo Blanco, diretor substituto do Dlog, do Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para esclarecer, esse cidadão é referido como participante da reunião no restaurante, no Shopping Brasília, onde teria acontecido o pedido de propina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação a convocação do Sr. Marcelo.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu fiz um apelo a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que chamassem o nosso convocado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, um minuto só. Só um minuto.

Eu fiz um apelo ao Senador Renan Calheiros, a V. Exa. e ao Senador Randolfe, que a gente definisse a data para que a gente possa ouvir o Deputado Ricardo Barros. Não é correto deixá-lo em suspenso; ele se colocou à disposição para prestar os esclarecimentos. Já está claro que ele não foi o responsável pela indicação do servidor público quando do início do Governo Bolsonaro com o Ministro Mandetta. Foi um outro Parlamentar.

Então, eu gostaria que fosse marcada a data pra ele ser ouvido, ou sexta-feira, ou segunda-feira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vamos tratar disso depois, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos ouvir. Vamos ouvir, Presidente. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcar quem? O senhor está pedindo para marcar a data de quem?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Do Deputado Ricardo Barros.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ricardo Barros.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É pra marcar a data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, Senador Humberto... Senador Humberto, não terá nenhum prejuízo para investigação. Nenhum prejuízo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Pode ser que seja necessário ele vir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele volta. Ele volta, mas ele tem que trazer as informações. Não é correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Com todo o respeito...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, nós já aprovamos alguns requerimentos, aqui, no caso, para a gente botar na pauta também, antes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, essa decisão é de V. Exa. V. Exa. pode definir a data para ouvir o Deputado Ricardo Barros. Não é justo que ele não seja ouvido, que não seja marcada a data de ouvi-lo. Ou sexta-feira, que seria a data mais adequada, ou na próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi feito o pedido de convocação do Deputado Miranda aí, nesse requerimento?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, para sessão secreta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós iremos ouvir o Deputado Miranda, Luis Miranda na terça-feira, e, na quinta-feira da semana que vem, nós vamos ouvir o Deputado Ricardo Barros.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito, Presidente. Muito bem!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E o Ministro, Presidente? E o Ministro Wagner Rosário, que o senhor falou que iria na semana que vem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, nós estamos aqui... O seguinte: tem uma sequência. Eu quero ouvir a Precisa, queremos ouvir, na sexta-feira, o cidadão que acusa de terem pedido US$1 por vacina; na terça-feira, o Deputado Luis Miranda está convocado para estar aqui, porque tem mais coisas que ele tem falado pela imprensa e omitiu aqui na CPI, correto? Na quarta-feira, nós iremos ouvir... Eu acho que quarta-feira é... Não... Quarta-feira será o servidor do Ministério da Saúde que foi exonerado ontem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Roberto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quarta-feira é o...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Ministro?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Calma, primeiro a questão cronológica da vacina, pessoal. V. Exa. quer tirar o foco da investigação, trazendo outra pessoa para cá. Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o foco agora a investigação da vacina. Então, quem pauta sou eu, quem dá as datas sou eu.

Então, quinta-feira, Precisa; sexta-feira, o senhor que teve um jantar não sei onde aí e tal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na terça-feira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador, só para entender, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já estão dadas as datas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem. É importante, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, Sr. Presidente, só para ficar claro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente... Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Amanhã nós teremos... Qual a agenda do dia de amanhã? Precisa? Amanhã é Precisa?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Precisa. O Omar disse que vem a Precisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Amanhã é Precisa; sexta-feira, Precisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sexta-feira, Dominghetti.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Aliás, amanhã é quinta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã é quinta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quem é que vai ser na sexta?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dominghetti. É o representante da empresa que relatou o caso das propinas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E votação de requerimentos na sexta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria aqui, pela ordem, pedir que V. Exa. subscreva uma solicitação minha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não sou membro, portanto não tenho, não posso apresentar requerimento, mas é solicitar, Presidente, aos *shoppings*... É muito importante a denúncia que nós obtivemos agora desta semana, acerca do pagamento – não é? – de propina solicitada aí por membros do Ministério da Saúde. Então, eu pedirei a V. Exa. que solicite, através de um requerimento, as imagens do Brasília Shopping e também do Restaurante Vasto, onde teria ocorrido essa reunião com representantes do Governo. Ele faz referência ao termo grupo, não é? Ele fala da composição de um grupo onde estaria presente o Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foram aprovadas, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Essas imagens nos darão respaldo pra saber quem são esses demais integrantes desse grupo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem um requerimento aprovado já, Senadora, do Senador, parece que Senador Alessandro e do Senador Randolfe. Não é isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, parabéns a V. Exa., Senador Alessandro. V. Exa., como sempre, brilhando nesta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, duas perguntas, Presidente. Presidente Omar Aziz, duas perguntas. Uma: o consórcio do Nordeste ficou pra sexta-feira pra votar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sexta-feira.

Segunda pergunta: o Ministro Wagner Rosário, que está aprovada a vinda dele, convocação dele, há mais de duas semanas, fica pra próxima semana também?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ver a data, Senador. Nós temos uma cronologia aí em relação à vacina. Nós vamos focar agora até... Hoje, é o Sr. Carlos Wizard, que já está aqui desde 9h da manhã. Quinta-feira, a Precisa. Sexta-feira essa situação desse *shopping* aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Davati. Davati.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Davati. Terça-feira será ouvido o Deputado Luis Miranda. Quarta-feira será ouvido o servidor que foi exonerado ontem. Quinta-feira, nós teremos a presença de Ricardo Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E sexta-feira o senhor pode marcar com o ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sexta-feira, nós estamos marcando a diligência pra ouvirmos o ex-Governador Witzel.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E quando é que a gente vai investigar Estados e Municípios, pelo amor de Deus, Senador Omar Aziz?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora mesmo. Eu estou investigando o Estado do Amazonas. Permitiram que eu quebrasse...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É só Amazonas! É só Amazonas! Cadê os outros Estados, Senador Omar Aziz? Não é possível que esta CPI vai ficar fugindo disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rapaz, está demais também...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Não é possível, rapaz. Está demais...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, vamos começar o depoimento. O depoente está aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas faço um apelo a V. Exa. para que, como Presidente da CPI, solicite formalmente à empresa se esse que está sendo convocado pra próxima sexta-feira representava a empresa nessas tratativas.

Mas sou absolutamente favorável à vinda dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não entendi, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É se ele, de fato, representa a empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Solicitar a informação da empresa se esse cidadão tinha procuração, se representava a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele vai estar aqui, a gente pergunta ao vivo pra ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. V. Exa. não entendeu a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendi. O senhor quer que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já votei a favor da vinda dele. Estou pedindo a V. Exa., como Presidente da Comissão, de maneira diligente e honesta, que questione a empresa, formalmente, se esse cidadão é representante da empresa. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá.

Faça essa diligência, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos começar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, só para registrar, hoje alcançamos 100 milhões de doses de vacinas aplicadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já era para ter 250 milhões, Senador. Já era para ter 250 milhões se tivessem comprado a Pfizer e a CoronaVac.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Esse é o meu Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram 160 milhões que o Governo deixou de comprar no ano passado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando não tinha vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São 100 milhões? Era para ter 250 milhões, Senador Fernando Bezerra! Por favor, não é? Por favor!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dizer que a gente não tinha capacidade de vacinar mais pessoas? Não, Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, não quero polemizar com V. Exa., não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem queira! Nem queira, porque V. Exa. está errado nessa questão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou querendo é informar que alcançamos 100 milhões de doses de vacinas aplicadas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos embora, Sr. Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, nós temos um depoente que está aqui há duas horas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E, até setembro, vamos chegar a mais de 250 milhões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O cara fala em 100 milhões...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, as denúncias desta semana deixaram todo mundo aqui ligado ao Governo em polvorosa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Quanto ao depoente Carlos Wizard, a Comissão foi notificada... (*Pausa.*)

Eu peço a V. Exas., porque eu vou ler aqui uma decisão do Ministro Barroso. A Comissão foi notificada da decisão liminar do Ministro Roberto Barroso no Habeas Corpus 203.387:

> Defiro a medida liminar, em parte, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito conceda ao paciente o tratamento próprio à condição de investigado, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha, bem assim para que o dispense de responder sobre fatos que impliquem autoincriminação e, ainda, para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do uso da titularidade do privilégio contra a autoincriminação. Fica assegurado ao paciente o direito de assistência por advogado [que é o Dr. Toron; é um prazer tê-lo aqui, doutor] e de, com este,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manter comunicação reservada durante o respectivo depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esclareço que os pedidos de Carlos Wizard para depoimento remoto, para amplo acesso a documentos sigilosos e para a não obrigatoriedade de comparecimento perante esta Comissão foram negados.

Quero aqui comunicar à CPI, caso o depoimento seja a contento, do Sr. Carlos Wizard, não vejo nenhuma necessidade de reter o passaporte dele, e liberá-lo. Caso precisemos dele futuramente, nós avisaremos com antecedência que ele virá aqui novamente, sem precisar de nenhuma medida para que ele esteja aqui – foi o que eu conversei com o Dr. Toron, e ele me assegurou isso. Então, eu quero que a Mesa, a partir do momento... Terminando o depoimento, se a contento da CPI, se precisarmos futuramente ouvi-lo, nós avisaremos com antecedência, o.k.? Então, a Mesa irá tomar as providências necessárias para que isso seja feito.

Eu vou passar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que, Presidente? Eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Sr. Carlos Wizard está com o passaporte retido. Caso seja a contento o depoimento dele na CPI, a gente vai liberar o passaporte. Se necessário, nós o comunicaremos com antecedência para que retorne aqui a fazer novo depoimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que essa medida, Presidente, com todo o respeito, não é proporcional ao tratamento que o Sr. Carlos Wizard dispensou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ele estava convocado para depor há 60 dias, desdenhou da instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito; nós tivemos que encaminhar providências; V. Exa. as encaminhou muito bem; o Supremo Tribunal Federal as adotou, não é?

E eu espero que, a partir disso aí, o Sr. Carlos Wizard trate melhor esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque ele queria depor remotamente. Que ele administre suas empresas remotamente, mas garanta sua presença aqui todas as vezes que nós precisarmos. Então, remotamente ele administra as suas empresas, mas a Comissão quer tratar com ele presencialmente. Não é pelo fato de ele ser bilionário, ultrabilionário, que ele vai ser tratado diferentemente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, concordo com V. Exa. quando disse que o Sr. Carlos Wizard...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi ouvido sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele desdenhou da Comissão, ele não respondia a nenhum tipo de comunicação desta Comissão, só veio a responder após tomadas medidas de condução coercitiva, de apreensão de passaporte. Concordo com V. Exa., mas, a partir do momento em que o depoente está aqui, entendo também que, caso seja satisfatório o depoimento – até porque ele está aqui com uma liminar de que ele não precisa se autoincriminar –, se ele não quiser responder, ele diz que não vai responder e não vai acontecer absolutamente nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o que eu peço, Presidente, é que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ser ouvido nesta condição pelo Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito e como alguém que dividiu com V. Exa. e com todos os membros o trabalho de materializar esse depoimento hoje. Nós não temos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Temos que levar isso sempre em consideração. E qualquer decisão no sentido não pode ser uma decisão unilateral, unipessoal. Tem que dividi-la com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Renan... Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema. Nós dividiremos isso com o pleno ao final do depoimento do Sr. Carlos Wizard.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas para fazer uma ponderação a V. Exa. e ao Relator, Sr. Presidente. O objetivo das providências tomadas por V. Exa. em nome desta Comissão foi assegurar a vinda do empresário a esta Comissão. A par de tudo o que aconteceu, ele está aqui. Portanto, ao final do depoimento, realmente há perda de objeto em relação a esse ponto. Não há por que... Senão, daqui a pouco, CPI está determinando prisão preventiva. Não tem competência pra isso.

Portanto, manter o passaporte do paciente aqui representaria um constrangimento ilegal desnecessário. Havendo necessidade de uma nova convocação, submete-se ao Colegiado e o faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devidamente. Agora, querer fazer isso diante da presença dele aqui, do depoimento, respeitosamente, é uma medida arbitrária, ilegal e de abuso de poder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou... Nós tomaremos essa decisão no Colegiado, ao final. Se houver contento, os Senadores e as Senadoras concordarão. Caso não tenha, os Senadores... O Senador Renan Calheiros também está na árdua missão de conseguir se aprofundar nas investigações. Então, eu não vejo problema. Isso não é uma questão que vai tirar mais tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixemos para o final.

Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, o Senador Renan apenas fez uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma observação. Eu sei.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque realmente o depoente debochou mesmo da Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu concordei com o Senador Renan Calheiros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... quando ele não quis comparecer aqui. Talvez pela posição dele, de ser uma pessoa milionária, ele não quis dar atenção. Mas permanentemente vinha visitar o Presidente da República, estava no gabinete paralelo. Nesses casos todos, quando sobe pra cabeça a riqueza... E no Brasil nenhuma riqueza é inocente, nenhuma fortuna é inocente, sempre tem vícios, que deve ser o mesmo caso dele. Por isso, ele deve ter debochado aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Otto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não discordei do Senador Renan Calheiros. O Senador Renan Calheiros fez um encaminhamento somente, e eu concordei com ele. Mas, no final, nós decidiremos de forma colegiada.

Eu quero perguntar ao Sr. Carlos Wizard se ele, por 15 minutos, quer se pronunciar primeiramente. Depois eu passarei ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, o juramento V. Exa. não fez?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ah, ele está com a decisão do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa...

Eu vou falar aqui... V. Exa. não é obrigado a prestar este juramento, mas nós temos feito isso com todos os depoentes que têm vindo aqui. Alguns têm... Por exemplo, o Ministro Pazuello conseguiu *habeas corpus*, a Dra. Mayra conseguiu também *habeas corpus,* e aqui fizeram o juramento de aqui dizer a verdade. Na verdade, não disseram a verdade, mas fizeram o juramento. Então, eu nem vou fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não falaram a verdade! Nenhum dos dois. Por favor... Não é brincadeira, não. Estou falando sério. Não falaram. Juraram que iam falar a verdade e mentiram. Mentiram, e o Brasil todo dia descobre uma mentira deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Carlos Wizard, por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Ilustre Sr. Presidente Senador Omar Aziz; Sr. Relator Senador Renan Calheiros; ilustres Senadores, Senadoras, equipe técnica, todos os assessores e aqueles que estão aqui presentes, o meu sincero bom-dia!

Gostaria de, inicialmente, expressar meus sentimentos a todas as famílias de brasileiros que perderam seus entes queridos durante este período da pandemia e gostaria de homenagear todos os profissionais de saúde, que, de forma valente, estão no dia a dia no enfrentamento desta pandemia.

E agora agradeço aos Srs. Senadores e Senadoras pela oportunidade que eu tenho de vir aqui perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito prestar esclarecimentos a respeito da minha pessoa.

E gostaria de citar aos senhores e às senhoras que jamais, em tempo algum, passou pela minha mente, pelo meu pensamento, no meu íntimo, na minha alma, no meu coração, a indisposição de estar presente fazendo o meu depoimento. Não tenho razão para isso.

Conforme é de conhecimento público, em março deste ano me ausentei do País, especificamente no dia 30 de março, muito antes da instauração desta CPI, muito antes de o próprio Supremo Tribunal ter autorizado esses trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, superada essa questão, a pergunta é: por que, então, você se ausentou do País em março? Então, gostaria de compartilhar com os senhores que meus pais moram nos Estados Unidos há mais de 30 anos. Meu pai, meu querido pai, já está velhinho, com sua idade avançada, já conta 87 anos de idade, com a saúde debilitada, acamado, exigindo cuidados em tempo integral. Eu sou o filho mais velho dele, e, para mim, meu pai sempre foi o meu professor, o meu mentor, o meu herói. Quando criança, nas férias escolares, costumava sair de caminhão com ele pelo interior do Estado do Paraná.

E sabe qual era o meu sonho? O meu sonho como menino era crescer e ser um motorista de caminhão como meu pai, porque naquelas viagens ele me ensinava princípios, valores, valores do trabalho, da integridade, da valorização do ser humano.

Agora, eu faço a pergunta aos estimados e ilustres Senadores e Senadoras aqui presentes: o que os senhores fariam se estivesse na minha condição? Iam ignorar o seu pai? Iam deixá-lo sozinho no momento em que ele mais precisa de apoio? Tenho certeza de que, se os senhores estivessem na minha condição, fariam o mesmo, queriam estar o mais próximo possível dele.

Mas, como se isso não bastasse, eu tenho também a minha filha que mora nos Estados Unidos e está grávida, não somente grávida, mas está enfrentando uma gravidez de risco e terá o seu bebezinho nos próximos dias, meu neto de número 19. Pergunta que eu faço aos Srs. Senadores, às Senadoras aqui presentes: se a sua filha estivesse prestes a dar à luz, o que você faria? Estaria presente ou ausente?

Então, aqui está explicado, Srs. Senadores...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu responderia à Comissão...

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Está explicado à Comissão o motivo, a razão de eu ter me ausentado, ainda no mês de março, por motivos de estar presente e próximo tanto ao meu pai como à minha querida filha. E o mais importante: vim aqui sem condução coercitiva.

Bem, superada essa questão da minha ausência do País, que eu acho que ficou evidente a motivação, eu gostaria de compartilhar com os senhores como foi que eu conheci o Ministro Eduardo Pazuello. Em agosto de 2018, eu e minha esposa e meus dois filhos, um de 18 anos e outro de 20 anos, ambos solteiros, inspirados por duas passagens bíblicas, nós tomamos uma decisão radical na nossa vida. Primeira passagem se encontra em Josué 24:15: "Eu, em minha casa, serviremos ao Senhor". Passagem nº 2, do Novo Testamento, Romanos 1:16: "Eu não me envergonho do Evangelho de Jesus Cristo, pois Ele é o poder para a salvação, para todo aquele que nele crê, tanto do judeu como do grego".

Baseado nessas duas escrituras da Bíblia, a família Martins, imbuída do espírito de servir, tomou a decisão de ser uma família missionária. E eu e a esposa, juntamente com o meu filho Nicholas, saímos do conforto da nossa casa, saímos da cidade da nossa família, deixamos nossas empresas, nossos negócios e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fomos até Roraima, extremo norte do País. Nosso filho mais novo, Felipe, partiu para a mesma missão eclesiástica, no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos. E a pergunta é: o que fomos fazer em Roraima?

E a resposta para esta Comissão Parlamentar de Inquérito: nós fomos acolher os refugiados venezuelanos que atravessaram a fronteira do seu país, um Estado caótico, e entraram no Brasil em busca de acolhimento, em busca de refúgio, em busca de apoio para recomeçarem suas vidas. E nós trabalhamos em cooperação com a Operação Acolhida, coordenada naquela época pelo General Eduardo Pazuello. E não trabalhamos de forma isolada, havia dezenas de outras instituições de apoio aos refugiados. Nós estávamos, então, nessa missão humanitária, sem qualquer interesse pessoal, comercial, empresarial, seja financeiro ou político. O nosso único objetivo era servir ao próximo e fazer com que, naquele momento, aquelas pessoas que chegavam ao nosso País tivessem um mínimo de dignidade. Assim, nós oferecíamos a eles alimento, medicamento, tratamentos, apoio, todos os aspectos necessários para a manutenção da vida. Visitávamos também aqueles que estavam hospitalizados; lamentavelmente perdemos refugiados, tivemos que cuidar do funeral; algumas mães jovens chegavam prestes a dar à luz, e cuidávamos dos bebezinhos; fomos à prisão, à penitenciária rural de Roraima, e visitamos os detentos brasileiros e estrangeiros.

E, quando eu paro e penso sobre aqueles dois anos, quase dois anos de trabalho voluntário e humanitário que realizamos, me vem à mente uma passagem da Bíblia, Mateus, 25, quando Jesus Cristo afirma: "Eu tive fome, e me deste de comer; eu tive sede, e me deste de beber; eu estava nu, e vestiste-me; eu estava enfermo, e foste me ver; eu estava na prisão, e me visitaste; eu estava estrangeiro, e me acolheste". E os discípulos perguntaram: "Mas, Senhor, quando nós te vimos com fome, com sede, nu, na prisão, enfermo, forasteiro...". E o Mestre responde: "Quando fizestes a um desses meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes". Eu tenho a plena convicção, senhoras e senhores, de que, quando nós estamos a serviço do próximo, estamos somente a serviço de Deus, e aquela missão humanitária que cumprimos no extremo norte deste País não foi uma obra de homens, mas, sim, uma obra conduzida e guiada por Deus.

Nós chegamos, então, a março do ano passado. A pandemia chegou ao Brasil, as fronteiras foram fechadas. A fronteira entre Brasil e Venezuela foi fechada, não tivemos mais ingresso de refugiados neste País. Eu e minha esposa saímos naquele momento de Boa Vista e retornamos para São Paulo. Nosso filho Nicholas serviu por um período em Roraima, depois ele serviu um período em Rondônia, especificamente em Vilhena; depois ele passou quase um ano, Presidente Omar Aziz, no seu Estado, onde ele pôde servir em Parintins por mais de seis meses e, depois, em Coari.

Quem está acostumado com aquela região sabe que, para chegar até Coari, é necessário pegar um barco e subir o rio oito horas para chegar até lá. E vários projetos sociais de cunho humanitário ele pôde realizar. Voltou também para São Paulo. Nosso filho Felipe, da Califórnia, retorna também para São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, tendo feito essa explicação, naquele momento, o Ministro Mandetta era o Ministro, ele deixa o ministério; Nelson Teich é nomeado Ministro da Saúde; Eduardo Pazuello, é nomeado Secretário-Executivo da pasta. Ele me liga em São Paulo: "Carlos, trabalhamos por dois anos acolhendo venezuelanos; agora, eu preciso do seu apoio". "Do que você precisa, Pazuello?" "Eu estou com a missão de combater a pandemia e salvar vidas." Eu disse: "Pode contar comigo em duas condições: primeiro, eu quero servir como voluntário, empreendedor social, sem nenhum vínculo com o Ministério da Saúde, sem nenhum vínculo com o Governo Federal ou qualquer órgão público; condição dois, quero servir de forma *pro bono*, ou seja, sem remuneração". Ele disse: "O.k., estamos combinados".

Baseado nisso, tem um terceiro aspecto que eu gostaria de citar aos senhores, e isto me deixa bastante indignado, Srs. Senadores e Senadoras: a minha disposição de servir o País combatendo a pandemia e salvando vidas faz com que eu seja acusado de pertencer a um suposto gabinete paralelo! Eu afirmo aos senhores, com toda a veemência, que jamais tomei conhecimento de qualquer Governo paralelo. Se, porventura, esse suposto Governo paralelo existiu, ou melhor, gabinete paralelo existiu, eu jamais tomei conhecimento ou tenho qualquer informação a esse respeito. E digo mais: jamais fui convidado, abordado, convocado para participar de qualquer gabinete paralelo. E essa é a mais pura expressão da verdade.

Alguém vai dizer: "Mas você esteve junto com o Presidente da República". Afirmo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que jamais, em tempo algum, nunca participei de uma única sessão em privado, nenhuma reunião em privado, em nenhum momento particular com o Presidente da República. Participei, sim, de eventos públicos onde o Presidente estava presente – não somente ele, mas centenas de outros convidados. Portanto, fica claro, evidente, transparente que jamais tive qualquer influência seja no pensamento do Presidente ou qualquer outro suposto gabinete paralelo.

Eu gostaria de afirmar agora, na sequência, que... Essas minhas páginas aqui se perderam, mas eu vou me encontrar aqui... (*Pausa.*)

Muito bem, me encontrei aqui nas minhas próprias anotações.

Há um terceiro ponto importante que é preciso ficar bem claro, que é o uso de medicamentos para o tratamento da Covid-19.

(*Interrupção do som.*)

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Obrigado.

Eu não sou médico. No início da pandemia, havia uma compreensão sobre o uso de alguns medicamentos para o combate da doença.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acrescentei mais dois minutos para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Na condução da pandemia, com o passar do tempo e o aprofundamento dos estudos, novos entendimentos se estabeleceram. Atualmente, há posições contrárias ao tratamento preconizado no passado. A despeito da conduta médica adotada, a ciência comprova que a vacinação é o elemento essencial para o controle dessa pandemia. Por isso, sempre apoiei a imunização da população em geral, a ponto de eu querer doar vacinas ao povo brasileiro.

Sempre me manifestei como um cidadão voluntário, como um empreendedor social. E, assim sendo, a minha opinião nunca foi no campo da saúde, mas sempre estarei à disposição do Brasil para qualquer obra social com o objetivo de salvar vidas, embora – ressalvo – nós sempre encontraremos médicos que defendam tratamentos diversos; aliás, o próprio Conselho Federal de Medicina emitiu uma nota a esse respeito, defendendo o direito que os médicos têm de prescrever o tratamento mais adequado ao paciente.

E um aspecto final, Sr. Presidente, Relator, gostaria de citar, que é o seguinte: a imunização de rebanho é outro tema que escapa aos domínios do meu conhecimento. Como enfatizei, sou empresário, minha formação é na área de Administração, não sou versado em Medicina e nem ousaria falar sobre esse assunto.

Esclareço, por fim, que não fiz qualquer movimento de compra de medicamentos para o combate da Covid-19 nem tampouco financiei qualquer espécie de comunicação nesse sentido. Inclusive, a empresa Belcher, em nota pública veiculada hoje, declara expressamente não ter qualquer vínculo de minha participação, de minha parte nas tratativas de aquisição para as vacinas Convidecia. Além disso, quero entregar a esta Comissão essa nota pública para ser juntada.

Encerro minha fala... Encerro minha fala, em síntese, Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustres Senadores e Senadoras. É isso que eu gostaria de esclarecer, era isso que eu gostaria de esclarecer aos senhores.

Por fim, feitos esses esclarecimentos, por orientação dos meus advogados e em conformidade com o decidido pelo Supremo Tribunal Federal, doravante, vou permanecer em silêncio.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um esclarecimento: pelo dito, o senhor depoente vai utilizar-se do direito, da prerrogativa do silêncio. Perfeito?

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (Para expor.) – Perfeitamente, Excelência, Sr. Presidente em exercício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre qualquer coisa ou sobre...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Sr. Presidente, o despacho, se V. Exa. me permite esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Eu posso esclarecê-lo. Eu tenho as decisões do Ministro Barroso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta Presidência tem conhecimento da decisão.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – É que S. Exa. o eminente Senador Omar Aziz leu apenas em parte.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, a gente não deu essa prerrogativa a nenhum advogado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Ele vai... Ele vai permanecer calado em relação a todas as perguntas, como lhe assegura o *habeas corpus*. É exatamente essa a extensão do decidido, e assim ele fará.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Sr. Relator, com a palavra, mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor pode dizer qual a sua religião apenas, Sr. Carlos Wizard?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas Senadores, colegas Senadores, existe uma decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal, da lavra do Ministro Luís Roberto Barroso. Essa decisão assegura o direito constitucional ao depoente de permanecer em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Questão de ordem para o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para questão de ordem.) – Apenas por uma questão de esclarecimento. É fato que o depoente tem o direito assegurado pelo ministro do Supremo de permanecer calado, mas também é fato de que poderá ouvir e deverá ouvir as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E assim será feito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente, exatamente. Era esse complemento que, inclusive, eu lhe iria colocar. Agradeço a S. Exa. Senador Alessandro Vieira.

O depoente tem o direito constitucional ao silêncio. Todos os colegas... Tanto o Sr. Relator quanto todos os colegas Senadores têm o direito de fazer a inquirição. E, obviamente, se, em algum momento, o senhor depoente entender por bem responder ao questionamento, ele o responderá. Se não, se a decisão for, à luz da decisão do Supremo Tribunal Federal, de utilizar o direito constitucional de permanecer em silêncio, esta Presidência assegurará ao depoente o direito constitucional assegurado pelo Supremo Tribunal Federal, por óbvio.

Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Líderes, eu quero, de qualquer forma, agradecer a presença do Sr. Carlos Wizard, quero cumprimentar o seu advogado, o Dr. Toron, por quem temos o maior respeito, a maior estima, a maior consideração, para além do fato de ser um dos maiores advogados do Brasil. Nós o recebemos aqui exatamente nessa condição.

Primeiramente, queria lembrar ao Presidente Omar Aziz que nós incorporaremos aqui mais um motivo para a não liberação do *habeas corpus* do depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Do passaporte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perdão, do passaporte, melhor dizendo, do depoente, porque são muitas as perguntas que temos a lhe fazer, na medida em que ele faz valer o seu direito, a sua garantia, que nós, claro, respeitamos sempre e defendemos sempre como princípio, como um pilar da democracia que exercitamos no Brasil, exatamente nesse momento em que ela claudica, corre perigo, e que estamos vivendo o ápice do mais longevo período constitucionalista do Brasil.

Eu peço, em primeiríssimo lugar, à Izabelle, para colocar um vídeo, em seguida aquele outro vídeo, por favor, para que nós possamos fazer algumas perguntas. E, na evolução delas, não estou, evidentemente, pedindo nada, nem recomendando, absolutamente, mas nós poderíamos também ter uma evolução do depoente para, quando entender que isso não o incriminará, responder, não é? Essa é uma avaliação que ele precisará fazer pergunta a pergunta. E nós o consultaremos exatamente sobre isso, mesmo que repetitivo seja.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pediria para repetir, por favor, este vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Peço a atenção para esse vídeo, por favor!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eis aqui, depoente, a real motivação: são 516.119 mortes, das quais 400 mil, de acordo com Jurema Werneck e com Pedro Hallal, poderiam ter sido evitadas se o Governo do Brasil tivesse feito, minimamente, medianamente, o que outros governos de outros Estados fizeram.

A sociedade cobra do Senado Federal, e nós temos a obrigação de investigar esses fatos e dar as respostas que a sociedade cobra. É por isso exatamente que nós estamos aqui. E é por isso exatamente que nós fizemos este sacrifício todo para ouvi-lo. E vamos continuar querendo ouvi-lo até o final dos trabalhos desta nossa Comissão.

Eu peço para colocar o segundo vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a primeira pergunta, respeitosamente: qual é a origem do seu interesse no combate à pandemia no Brasil?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Respeitosamente, Senador, por orientação dos meus advogados, eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A partir de quando o senhor passou a contribuir com o Governo Federal no enfrentamento da pandemia, essa contribuição há pouco exposta nesse vídeo que acabamos de veicular?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Relator, só uma palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como é que o Sr. Carlos Wizard propõe uma CPI e chega à CPI e fica em silêncio? Mudou de ideia rapidamente assim, por quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não foi ele que propôs, não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por que mudou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Ele indagou o porquê da existência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não foi ele que propôs ali: "Tem que fazer uma CPI do Senado"?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele foi contra a CPI?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A narrativa começa assim. Olha aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele foi contra, disse que não tinha fundamento e não haveria de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ah, eu entendi errado. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ele disse, Senador Otto, é que nós estávamos preocupados em fazer CPI, mas não queríamos aprovar as leis para comprar vacina, entendeu?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não percebi direito. Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu – e esse vídeo complica ainda mais e reforça o significado dessa pergunta – a sua...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Por favor...

Dr. Toron, seja muito bem-vindo, mas só se dirija ao seu paciente, a conversa paralela...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Há pouco, o Senador Otto não entendeu por causa das conversas paralelas.

(*Interrupção do som.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa pergunta tem mais sentido agora, sobretudo depois do vídeo. Como se deu a sua participação no Governo para tratar desses negócios bilionários, na sua expressão?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa participação foi formalizada? Havia vínculos? Havia uma designação ou era meramente informal e clandestina?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tinha relacionamento prévio com o Presidente da República?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que frequência o senhor se encontrava então com o Presidente da República?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem algum grupo de apoio que se dedica ao tema da pandemia?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que subsídios, além daqueles que o senhor colocou na sua intervenção inicial, o senhor obteve para tratar disso com integrantes do Governo?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Respeitosamente, ilustre Senador, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro Marcelo Queiroga disse, em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que já teve contato com o senhor. Em que ocasião isso ocorreu?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor continua atuando junto ao Ministério da Saúde, como fez pelo menos durante 30 dias e, publicamente, assumiu isso?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Ilustre Senador, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Eu sei.

Veja bem, Sr. Carlos Wizard, o senhor pode até ficar em silêncio numa pergunta que possa lhe incriminar, é isso que o Ministro Barroso falou para V. Exa.

Daqui a pouco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME CREMONESI CAURIN (Para expor. *Fora do microfone*.) – A decisão garante silêncio absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o seu nome?

O SR. GUILHERME CREMONESI CAURIN – Guilherme Cremonesi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. GUILHERME CREMONESI CAURIN – Guilherme Cremonesi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, em vista disso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Presidente, só para sugerir um encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu vou deixar. Só queria tentar contribuir, porque é melhor ele pegar um gravador e botar aqui – não precisa nem abrir a boca: "Me reservo o direito de ficar...". É com gravador, Senador, para a gente não perder tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas vamos colocar os vídeos que embasariam as propostas, as perguntas que vou fazer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para as narrativas. Para as narrativas, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor mantem vínculos, como já teve, com o Ministério da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Ilustre Senador, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, eu peço para exibir – por favor, Izabelle – o vídeo número dois.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para repetir o vídeo, por favor. Peço para repetir o vídeo e peço a atenção de todos. É muito importante.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí eu gostaria de, em cima desse vídeo, perguntar: essa participação há pouco confessada pelo senhor se deu em que condição? Qual era o tipo de vínculo? Queria repetir.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Senador, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a secretaria a que V. Sa. referiu que seria ocupada por V. Sa. no comando dessa unidade da saúde? Essa é uma pergunta também muito importante, muito importante, porque ela tem a ver diretamente com aqueles altos negócios, negócios bilionários que o senhor disse que iria, como consultor, encaminhá-los.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Senador, me reservo o direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – ... de permanecer em silêncio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem conhecimento de que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, cuja chefia lhe foi oferecida pelo Ministro Pazuello e pelo Presidente da República, atua ativamente na análise e seleção de medicamentos, tecnologias e outros insumos essenciais, como as vacinas, para o enfrentamento da pandemia? Exatamente aquelas vacinas que V. Exa., num desses vídeos, coloca que não teriam sido aprovadas pelo Congresso Nacional e que, portanto, não haveria necessidade da criação nem da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora, eu vou tratar de um caso e fazer algumas perguntas em função desse caso, que explodiu nos últimos dias, que trata exatamente das vacinas CanSino e Covaxin.

O senhor – não estou ainda perguntando – participou de uma *live* com outros outros empresários, capitaneada por Luciano Hang, em que discutiram estratégias para a compra de vacinas.

Eu peço para exibir o vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor mantém relações comerciais com Luciano Hang?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Senador, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele, Luciano Hang, participou do pedido de uso da vacina CanSino?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Já não posso perguntar mais pela gratuidade das vacinas, porque agora nós sabemos o preço e que, inclusive, era a mais cara de todas – era a mais cara de todas.

Qual é a sua relação com Emanuel Ramalho Catori, que aparece na *live* com o senhor e foi um dos intermediadores da compra da vacina CanSino?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é sua relação com Alan Eccel, diretor da Havan?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, eu compreendo o silêncio, e me permita, funcionalmente, como Relator desta Comissão, ter que estar repetindo e renovando as perguntas, que esta Comissão precisa de respostas para poder, eventualmente, se desincumbir da atribuição.

O senhor conhece Daniel Moleirinho Feio Ribeiro? Qual é a sua relação com ele?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, uma outra pergunta – talvez desta vez, o senhor possa respondê-la.

O senhor conhece Francisco Feio Ribeiro Filho, empresário de Maringá, amigo do Deputado Ricardo Barros e pai de Daniel Moleirinho Feio?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quanto aos nomes mencionados pelo Sr. Luis Ricardo Miranda, que aqui, como V. Sa. sabe, esteve prestando depoimento na última sexta-feira e que é servidor da área de importações do Ministério da Saúde que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depôs a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu queria fazer algumas perguntas em função do depoimento dele.

No Ministério da Saúde, o senhor conheceu Roberto Ferreira Dias, exonerado ontem pelo Ministro Marcelo Queiroga?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que tem sido uma espécie de Pazuello de jaleco.

Teve algum contato com a Sra. Regina Celia Oliveira, servidora do Ministério da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece Alex Leal Marinho?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor teve contato com o Coronel Marcelo Bento Pires?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor, de alguma forma, acompanhou ou teve conhecimento sobre as tratativas para a compra da Covaxin, do laboratório Bharat Biotech?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para Izabelle, por favor, exibir rapidamente aquele gráfico. (*Pausa.*)

Nosso cruzamento de informações, Presidente, revela que Sueli – está aí exibido – foi sócia de duas empresas das quais o senhor também participou, a empresa Editora Ensino Profissional e a Topper. Sueli foi sócia da 6M Participações, da qual é sócio Francisco Maximiano.

O senhor confirma essas relações negociais?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Décima pergunta: foi Sueli Ferretti quem lhe apresentou Francisco Maximiano, sócio da Precisa Medicamentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor conhece Cleber Fernandes, sócio de Sueli em várias empresas?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a sua participação no pedido de autorização de uso no Brasil para posterior venda ao Ministério da Saúde do imunizante da CanSino?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Respeitosamente, Sr. Relator, permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Respeitosamente, Dr. Carlos Wizard, lhe pergunto também: o senhor tem algum contrato ou relacionamento com a empresa Belcher Pharmaceuticals do Brasil, que até 17 de junho de 2021 estava negociando em nome do laboratório chinês que produz a CanSino, até ser afastada pelo próprio laboratório?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, citei esse aspecto na minha fala inicial, inclusive fiz questão de apresentar aqui nesta Mesa a juntada referente a esse assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor tem conhecimento de que a Belcher, assim como a Precisa Medicamentos, foi alvo da Operação Falso Negativo do Ministério Público do Distrito Federal, deflagrada por conta de fraudes em contratos com a Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal? Respeitosamente é a pergunta.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor conhece o Deputado Ricardo Barros?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a sua relação com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Falam-se com que frequência? Seria muito importante essa informação.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece o Sr. Flávio Pansieri...

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que foi o advogado apontado como ex-sócio do genro de Ricardo Barros e que teria atuado como representante legal da vacina CanSino?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As empresas do senhor têm intenção de participar do mercado brasileiro de vacinas contra Covid-19, inclusive com a venda ao Ministério da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece o Sr. Arnaldo Correia de Medeiros, que é Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Respeitosamente, eu lhe pergunto: o senhor usou a proximidade adquirida nesses 30 dias, revelados por V. Exa. em vídeo que exibimos agora há pouco aqui, junto ao Ministério da Saúde para facilitar a assinatura de intenção de compra da vacina CanSino realizada pelo Secretário Arnaldo Correia de Medeiros?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Respeitosamente, Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que Parlamentares – isto também é muito importante e, por isso, respeitosamente lhe pergunto – ou membros do Poder Executivo o senhor buscou apoio para atuar nessa frente?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Deputado Ricardo Barros foi uma dessas pessoas?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora sobre o gabinete paralelo, onde temos provas sobejas da sua participação, diferentemente do que aqui foi colocado, o senhor participa de algum grupo de empresários que financia ações de apoio ao Presidente da República, com campanhas publicitárias favoráveis a ele?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma das suas empresas, Sr. Carlos Wizard, destinou recursos para auxiliar ou apoiar o Presidente da República em suas ações?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo quatro, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Relator, só para colaborar com o questionamento de V. Exa., em Porto Feliz, 8.932 infectados e 122 mortos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, flagrantemente, o depoente mentiu ao fazer...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Isso é curandeirismo, charlatanismo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... essa exposição e incorreu em vários crimes, inclusive o de charlatanismo, e, por isso, está sendo investigado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exercício ilegal da Medicina, charlatanismo e curandeirismo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, inclusive dizendo que os que morreram ficaram em casa. Isso é que é muito grave, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito grave!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – O senhor me dê a data, Sr. Presidente, Sr. Relator – me dê a data desse vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Uma declaração dessa, mentirosa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso por si só...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, me dê a data desse vídeo, Sr. Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso por si só é um crime contra a humanidade, contra o povo brasileiro, contra a saúde pública.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Contra a humanidade! E morreram os que ficaram em casa?! Ele é irresponsável!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É totalmente irresponsável.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Totalmente irresponsável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Totalmente irresponsável.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – As 129 mortes são de hoje...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É por isso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Agora, eu quero saber a data do vídeo. A data do vídeo, Sr. Relator. Pode me apresentar a data do vídeo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a data? A data vai prescrever o que ele falou?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, porque um ano atrás é diferente. Hoje é diferente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está interrompendo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A data vai ressuscitar os que morreram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A sua intervenção é uma intervenção única. O senhor está interrompendo um depoimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Senador Randolfe pode interromper; eu não posso? Qual é a diferença dele pra mim? Qual é a diferença dele pra mim?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no qual o depoente está calado, está em silêncio.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual é a diferença do Senador Randolfe pra mim?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não posso interromper; ele pode!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto o senhor ou suas empresas gastaram com a divulgação de informações em redes sociais sobre a pandemia? Uma pergunta concreta, que, se for possível, eu gostaria de uma resposta também concreta, respeitosamente lhe faço.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma dessas informações, que mais tarde teriam sido custeadas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – .... com recursos das suas empresas se revelaram *fake news*.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Esse vídeo comprova a declaração irresponsável que ele fez, inclusive acusando que as pessoas que morreram ficaram em casa. Portanto, não há como, no relatório, não o responsabilizar pelas mortes que aconteceram no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há. E ainda sorriu das pessoas que morreram.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exato. Sorriu das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais: como ele é uma figura conhecida, quando ele fala, todo mundo, algumas pessoas acreditam nele, embora não seja médico, não tenha nenhuma atividade na área de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor chegou a atuar mediante *lobby* ou campanhas publicitárias no convencimento de que essas medidas, há pouco referidas aqui no seu vídeo, não farmacológicas de prevenção à Covid-19, como a restrição de circulação de pessoas, dizendo com desdém que, inclusive, só morreu quem ficou em casa, e o distanciamento social fossem afrouxadas ou relativizadas?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Eu me reservo ao direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Há algum movimento de grandes empresários brasileiros, como V. Sa., para que as políticas de distanciamento social sejam flexibilizadas?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa ação é coordenada ou organizada por V. Sa.?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os grupos de médicos que apoiam o tratamento precoce, como os Médicos pela Vida, são ou foram financiados por suas empresas para difundir a ideia de que medicamentos como a cloroquina e a ivermectina podem curar pacientes com a Covid-19, como vimos há pouco aqui, irresponsavelmente, V. Sa. veicular em um vídeo?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor manteve relações com outras empresas do ramo da saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois que saiu do Ministério da Saúde, manteve contatos com essas relações?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O seu silêncio, nesses casos, não será definitivo nem esclarecedor, porque nós teremos, em função da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação que fazemos, acesso a todas as informações, a todos os instrumentos legais que podem colaborar com esta investigação, já que as providências, as medidas já foram todas efetivamente encaminhadas.

Eu queria, por fim, perguntar mais uma vez: o senhor usou a influência que construiu no Ministério da Saúde para emplacar no SUS o uso de medicamentos e outros produtos para a saúde, como a cloroquina, ivermectina, a vacina CanSino, a vacina Covaxin?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou satisfeito pelas perguntas que fiz e até mesmo – humildemente, eu queria confessar – pelas respostas que não obtive, já que a tecnologia hoje nos permite guardar esses vídeos que foram veiculados em função de campanhas produzidas pelo Governo Federal e que contaram, lamentavelmente, com muitas pessoas e até com empresários valorosos na sua veiculação como charlatanistas.

Eu quero agradecer, Sra. Presidente, e agradecer a todos os senhores e senhoras...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Questão de ordem, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) **–** O Senador Renan fala em charlatanismo, mas não quis ouvir cientistas. Cientistas não quis ouvir...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Senador Heinze, eu vou seguir a ordem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** O.k.

Eu só quero que fique registrado: charlatanista é quem não quer ouvir cientistas que vieram aqui. Se recusou a ouvi-los e foi embora. Tinha que ouvi-los!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Vai ficar registrado, e o senhor vai falar por 15 minutos, como todos nós.

Senadora Eliziane com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Como Relator, V. Exa. tinha que ter ouvido; não quis ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca imaginei que fosse obrigado a ouvir charlatão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Não é charlatão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca imaginei que pudesse me obrigar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Senadora Eliziane Gama está com a palavra. Somente ela.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Charlatão! O senhor pegue o currículo desses dois depoentes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sra. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pegue o currículo de Francisco Cardoso, pegue o currículo do Dr. Zimerman e compare com aqueles que vieram aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Esses meus ouvidos não são para ouvir charlatão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Quero cumprimentar o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero agradecer à Senadora Soraya pelo tempo que ela passou presidindo aqui.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Ao senhor muito obrigada.

Eu queria perguntar inicialmente ao depoente: no início da sua fala, o senhor fez várias referências bíblicas, leu passagens bíblicas muito bonitas, palavras de Jesus Cristo para a humanidade. Eu pergunto ao senhor, só para... Eu acho que é uma informação que não vai atrapalhar em nada a sua decisão... O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor está assegurado e, portanto, está se reservando o direito de não falar, mas qual é a sua religião, só para eu tirar a dúvida?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Sra. Senadora, permaneço em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não pode nem dizer qual é a sua religião?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Eu gostaria de sugerir a todos que têm interesse em conhecer um pouco mais da obra humanitária que eu realizei em Roraima...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu queria só...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só falta fazer propaganda de livro!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vai vender livro aqui não!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Se o depoente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vai vender livro aqui não, Sr. Carlos Wizard.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... não se dispõe a falar, ele não tem direito a fazer proselitismo, autopropaganda, autopromoção, porque isso é um escárnio, um desrespeito a esta Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E sorriu da morte dos brasileiros!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor não vai dizer qual é a sua religião, mas a informação que eu tenho é que o senhor é da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igreja dos mórmons, é mórmon, não é isso? Que faz aquela presença em relação às residências e faz, pelo menos coloca a Bíblia Sagrada como um dos elementos dessa caminhada. Então, se eu estiver errada, o senhor pode, na verdade, me corrigir. E aí, no início da sua fala, o senhor fez várias referências a passagens bíblicas, e todos nós sabemos o que que significa a Bíblia, sobretudo pra sociedade brasileira, onde nós temos aí um percentual de maioria esmagadora cristã no nosso País, não é? E eu inicio ao senhor fazendo a pergunta acerca de qual era o seu interesse acerca da aquisição de vacinas para a iniciativa privada. A Câmara dos Deputados, inclusive, chegou a... Tivemos lá tramitação e votação do projeto de lei que estabelecia, por exemplo, a compra pelo setor empresarial e que seriam direcionadas essas vacinas para os seus funcionários. O senhor teve interesse nesse tipo de aquisição de vacinas?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sra. Senadora, reservo o direito de permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo.

O senhor fica em silêncio, Sr. Wizard, mas a imprensa deixou muito claro, na verdade, o seu interesse em relação a essa aquisição de vacina. E o senhor fala de Jesus Cristo. Jesus Cristo, a essência de Jesus Cristo era amor aos pobres, aos excluídos. Inclusive, quando alguém chegou pra ele e perguntou – um homem muito rico, naturalmente, talvez com as posses que o senhor tem, que, aliás, o senhor tem um patrimônio muito importante –, perguntou pra ele o que que ele deveria fazer pra segui-lo. Ele diz: "Olha, vai, entrega os teus bens aos pobres e siga-me".

É claro que Jesus Cristo não é contra alguém que tem efetivamente algum recurso financeiro, mas Jesus Cristo é contra a concentração, a falta de olhar, da entrega, da solidariedade, para o olhar pras pessoas de fato mais excluídas. E, naquele momento ali, a posição de Jesus era exatamente essa. E aí eu vou parafrasear para os dias atuais: se você está diante de uma pandemia e você tem acesso à vacina, dê acesso aos excluídos, dê essa vacina à população mais pobre, à população de fato que precisa. E, no Brasil, Sr. Wizard, nós temos o SUS, que é o Sistema Único da Saúde, que estabelece, exatamente...

Presidente, está difícil falar, Presidente...

No Brasil, Sr. Wizard, nós temos o SUS, que é o Sistema Único de Saúde, que estabelece exatamente isso, a saúde plena, universal, para a população brasileira. E, dentro do SUS, nós temos exatamente o Plano Nacional de Imunizações, ou seja, quando eu receber a vacina, eu tenho que distribuir essa vacina para estes excluídos, para estes pobres, para esta população que está em situação de maior vulnerabilidade, exatamente como Jesus orientava, mas a informação que nós temos é que exatamente o senhor estava incentivando, estava interessado na compra de vacinas para o setor empresarial, para que fosse dada prioridade a estes funcionários, talvez alguns em idade muito pequena, que não tivesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum tipo de comorbidade, ou seja, totalmente contrário àquilo que o senhor iniciou falando agora, exatamente sobre Jesus Cristo.

Nós temos... Não vou mais nem lhe perguntar, porque o senhor sempre diz que não vai responder. O senhor não quis responder qual era a sua religião, imagina as demais perguntas. Mas, por exemplo, a informação que nós temos é da sua relação em relação de pessoas com a CanSino, por exemplo, que tinha exatamente o valor de US$17, que tinha relação com Ricardo Barros, que nós estamos investigando dentro desta CPI, que pode ter relação direta ao esquema de corrupção, dentre eles aí, inclusive, com o pagamento de propina de US$1 para a aquisição de 400 milhões de vacinas. Isso significaria, na prática, só em propina, R$2 bilhões! O senhor pode ter certeza de que isso é totalmente contraditório com o que ensinou o nosso Senhor Jesus Cristo.

Eu lhe pergunto: o senhor tem noção do que a sua orientação, as suas *lives*, as suas informações acerca do incentivo, por exemplo, do uso da hidroxicloroquina, do que que isso resultou para a vida dessas pessoas? Nós tivemos, no Estado do Amazonas, o uso, por exemplo, de nebulização com cloroquina, e pessoas vieram a óbito; as pessoas, de fato, morreram. E a comercialização dessas empresas, Sr. Wizard? Ela teve um aumento de mais de 60% no seu faturamento! Algumas chegaram a ter um faturamento anual de mais de R$1 bilhão! O senhor tem noção? Ou o senhor se arrepende das suas orientações em relação ao uso desse medicamento que não tem nenhuma eficácia comprovada do ponto de vista da ciência? O senhor se arrepende?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eliziane.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Senadora Eliziane, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Quando o projeto de lei, Sr. Wizard, foi apresentado na Câmara dos Deputados, naquele momento, havia apenas 10 milhões de brasileiros com acesso a essa vacinação, ou seja, precisaria de muita gente no Brasil ainda, de fato, para ter acesso a essa vacinação.

Quero dizer ao senhor... Já que o senhor falou muito da Bíblia, eu quero falar um pouquinho também da Bíblia com o senhor. Tem uma passagem muito importante, e eu coloco isso muito na minha prática de vida, que é exatamente... Alguém diz assim: "Eliziane, você é uma pessoa muito combativa, você parte realmente muito para o enfrentamento".

Eu quero ler para o senhor uma passagem que tem na Bíblia, no livro de Ezequiel, capítulo 36, versículo 6, em que ele fala de uma pessoa, que era o atalaia. O atalaia é aquele que estava na linha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frente, que tinha mais acesso, que tinha mais possibilidade de fazer a denúncia. Ele diz o seguinte: "Mas, se quando o atalaia vir que vem a espada e não tocar a trombeta, e não for avisado o povo e a espada vier e levar uma vida [uma vida! Uma vida!] dentre eles, este tal foi levado à sua iniquidade, porém o seu sangue requererei da mão do atalaia".

Isso significa que, se você não denuncia, você tem uma responsabilidade compartilhada na morte, no mal que há de vir sobre uma determinada situação. O senhor, pela sua posição estratégica, próximo sobretudo ao Ministro Pazuello...

E o senhor colocou que o senhor foi para a Venezuela, por exemplo, fazer essa ajuda humanitária. O senhor estava ali numa posição também de atalaia, Sr. Wizard. O senhor poderia ter tido mais efetividade, denunciado.

Quando a gente vê, num vídeo aqui, o senhor rindo da morte de cinco pessoas... Aí, o senhor diz: "Olha, elas morreram porque não tiveram isolamento". Que fosse uma pessoa, Sr. Wizard. Uma vida vale muito, significa muito! E, no Evangelho de Jesus Cristo, que é a graça, que é a solidariedade, que é a partilha, significa muito. Não é mais olho por olho nem dente por dente, nem o fio da espada; é o perdão, é a paz. E é exatamente isso que Jesus Cristo realmente nos ensina. É por isso que Jesus, Sr. Wizard, era muito revoltado com hipocrisia. Ele era muito revoltado quando alguém não cumpria aquilo que ele determinava e, algumas vezes, ele foi até um pouco mais áspero, sabe? Ele chamava de hipócrita.

Olha uma das passagens mais belas que nós temos aqui em Mateus 23:27-28: "Ai de vocês, mestres da lei e fariseus, hipócritas! Vocês são como sepulcros caiados: bonitos por fora, mas por dentro estão cheios de ossos e de todo tipo de imundície. Assim são vocês: por fora parecem justos ao povo, mas por dentro estão cheios de hipocrisia e maldade".

A hipocrisia é algo abominável, é repugnante, é revoltante. E Jesus Cristo colocava isso de forma muito clara.

Não dá, por exemplo, para a gente estar numa situação estratégica, como o senhor foi colocado, pela sua posição lá, ao lado do Ministro da Saúde, e, de repente, não agir e não fazer, efetivamente, a sua função.

Isaías 1:23 diz o seguinte: "Seus líderes são rebeldes, amigos de ladrões; todos eles amam o suborno e andam atrás de presentes. Eles não defendem os direitos do órfão e não tomam conhecimento da causa da viúva".

Jesus esteve ao lado dos pobres, dos órfãos e das viúvas, dos excluídos.

Eu quero dizer ao senhor, finalizando a minha participação aqui, que o senhor, eu, o Presidente, o Relator, todos nós que estamos aqui nesta Comissão, que estamos numa situação totalmente diferenciada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da maioria esmagadora da população brasileira, nós temos uma responsabilidade dupla, nós temos uma responsabilidade grande com a sociedade brasileira.

Provérbios 18:21 diz o seguinte: " A morte e a vida estão no poder da língua; e aquele que a ama comerá do seu próprio fruto".

Estou fazendo várias exposições da Bíblia, porque o senhor iniciou falando exatamente da Bíblia, exatamente do que é Jesus Cristo de Nazaré.

A diferença entre a morte e a vida pode ser uma orientação; a diferença entre a morte e a vida pode ser um conselho. Um conselho mal dado pode levar milhares de vidas no Brasil.

É claro que a gente está vivenciando agora – e pra mim fica muito mais claro – que não foi apenas negacionismo, não foi apenas uma questão ideológica. Foi corrupção mesmo: US$1 por cada vida, porque uma vacina significa a vida das pessoas.

Mas eu quero que o senhor vá pra casa fazendo essa reflexão, o senhor, que chegou à posição econômica que o senhor chegou e se propôs a ajudar humanitariamente as pessoas: essa ajuda tem que ser transversal, ela tem que ser para as pessoas que são mais humildes e as pessoas que estão do seu lado na orientação, porque é o que a Bíblia nos ensina, a orientar, sob pena de não levarmos ou de levarmos sobre os nossos ombros o sangue dos inocentes. É este o cenário que a gente está vivenciando hoje no Brasil.

E é lamentável que o senhor não possa ter respondido aqui a esta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, me orgulha muito ser seu amigo. Talvez foi um dos discursos, um dos posicionamentos, neste Senado, sem ser piegas, sem apelar, mas com palavras cirúrgicas, colocando realmente aqueles que pregam o cristianismo – não aqueles que pregam da boca pra fora e pregam o ódio ao mesmo tempo. De manhã escrevem: "Ame Jesus" e, meio-dia, estão pedindo a morte das pessoas, estão propagando a coisa errada para os brasileiros, o que levou à morte.

E me orgulha você estar aqui nesta CPI, participar das reuniões com a gente e ser uma mulher cristã de fato – não aqueles que, por oportunismo, querem falar em nome de Jesus, mas não pregam a palavra de Jesus; pregam o ódio, como a gente tem visto muito esse ódio ser pregado. E pregado por pessoas que tiveram, ao longo da sua vida, a oportunidade de ganhar dinheiro, ser rico e ajudar realmente, mas ajudar não para fazer propaganda; ajudar, de fato, as pessoas que precisam. Não é para propagar o seu bem. Não é para escrever livro para dizer que fez o bem às pessoas. Quando a gente faz o bem, não precisa a gente publicar na rede social; a gente publica no nosso coração, porque Deus está nos vendo fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo seu posicionamento em relação à postura de uma verdadeira cristã.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu sigo o Jesus da Cruz, o Jesus crucificado, esse Jesus que, infelizmente, muitos brasileiros não seguem, e muitos líderes não seguem. Instrumentalizam, dizendo que seguem, tentando... Como diz a própria Bíblia, como hipócritas, sendo sepulcros caiados. Isso é inadmissível.

Jesus se revolta com isso, o senhor pode ter certeza disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senadora, eu quero assinar embaixo, me permita, Presidente, de tudo que o Presidente Omar falou, neste exato momento, a respeito da sua fala brilhante, em nome de todos nós, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós não temos nenhuma dúvida – e esta CPI se debruça cada vez mais nessa direção – de que o perverso cairá pela sua falsidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Renan.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quanto à fala da Senadora Eliziane, eu também quero assinar embaixo e parabenizá-la.

Quero começar também com uma pequena citação: "Quanto a nós, não nos podemos calar sobre o que vimos e ouvimos" – é essa a nossa tarefa aqui.

Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores, Sr. Carlos Wizard – seja muito bem-vindo aqui ao Senado Federal –, eu quero começar dizendo que o Dr. Carlos Wizard é uma peça fundamental de tudo que aconteceu no Brasil ao longo desse mais de um ano da pandemia da Covid. Ele exerceu uma função importante de defensor do chamado tratamento precoce, que nada mais é do que a utilização de medicamentos que não têm qualquer eficácia contra a Covid-19. E esse tratamento precoce foi utilizado, principalmente, para sabotar as ações do isolamento social.

É parte do discurso dele, como é do Presidente da República, normalizar a economia – a saúde não pode ser colocada num patamar superior à importância econômica –; e, aí, ele deu algumas contribuições importantes para isso. A primeira delas, ainda quando ele exercia ilegalmente – exercia ilegalmente –, no Ministério da Saúde, um papel, porque ele nunca foi formalmente nomeado, no entanto, ele negociou a aquisição de insumos, ele participou de reuniões e eventos no ministério e ele foi o mentor de uma ideia terrível, que foi a ideia de maquiar o número de pessoas que morriam no Brasil por conta da Covid. Foi a partir de uma ideia dele que a imprensa brasileira se viu obrigada a criar um consórcio de jornais e TVs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todo dia dizer ao povo brasileiro a verdade dos fatos. Ele queria que isso fosse sonegado à população brasileira. E eu tenho a declaração dele, eu vou ler daqui a pouco.

Além do mais, ele exerceu um papel importante nesse *lobby* pelo tratamento precoce, vendendo a ideia de que havia uma cura infalível para a Covid-19, defendendo, como ele defendeu ali, tratamento profilático, zombando de quem seguiu as orientações das autoridades sanitárias de fazer o isolamento social. E, por último, a ideia elitista de comprar vacina para os funcionários dele e de outros empresários para que pudesse a economia funcionar.

Então, ele é peça-chave.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pela Precisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela Precisa. Inclusive, V. Exa. está sendo muito preciso. Aliás, era para eu ter começado a minha fala pedindo ao Presidente para ele se certificar se esse cidadão Francisco Maximiano foi devidamente comunicado de que ele tem que estar presente aqui amanhã. Eu recebi informações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os advogados dele entraram em contato. Só para lhe informar, Senador, lhe interrompendo, os advogados dele entraram em contato dizendo que ele chega às 9h da manhã, pedindo só para que a gente... E eu disse que começaria a sessão às 10h da manhã. Eu iria anunciar, no final, o horário da sessão amanhã.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ótimo, porque as informações que estavam correndo eram de que ele não viria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, ele tem os advogados dele. Como é o nome do advogado, por favor, do advogado do Sr. Maximiano, que entrou em contato?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Dr. Ticiano Figueiredo entrou em contato com a gente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ótimo, ótima notícia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pedindo para que a gente pudesse postergar um pouco a reunião, mas eu avisaria, na hora do encerramento, o horário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí já estão avisados de que amanhã a sessão será às 10h.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Me dê só o meu tempinho de volta aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. que perguntou, eu não sei de nada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A outra coisa... (*Risos.*)

A outra coisa importante é que ele também produziu uma elaboração política para esse processo. Por exemplo, esse gabinete paralelo, eu tenho certeza de que o principal cérebro que criou essa ideia foi o do Dr. Wizard. Ele é um defensor da necessidade de que se superem as barreiras burocráticas que existem no setor público. E a melhor maneira é exatamente você ter um instrumento informal para definição da política de enfrentamento à Covid no nosso País. Ele fez a fala dele inicial dizendo que não tinha nada a ver com isso, mas eu tenho certeza de que ele é um dos cabeças.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza, ele é um dos cabeças. Mas eu queria perguntar algumas coisas a ele aqui.

O senhor conhece o Sr. Luis Felipe Belmonte?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Eminente Senador Humberto Costa, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem.

Tem alguma relação empresarial com ele? Comercial?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Reservo-me o direito de permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor conhece o Dr. Anthony Wong?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tem relações econômicas ou de patrocínio com ele?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – O senhor está falando de um falecido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estou falando do Sr. Anthony Wong.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Falecido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tinha alguma relação comercial, empresarial, com ele, ou de patrocínio?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tem alguma relação empresarial com o Sr. Pedro Benedito Batista Junior ou com a empresa Prevent Senior?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Vou permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a empresa Hapvida?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

A pergunta anterior, qual foi a que o senhor fez?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi a do Sr. Pedro Benedito Batista Junior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Sr. Wizard disse que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, não! Aí foi a do Dr. Anthony Wong. Ele disse que é falecido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É falecido. E se ele tinha...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Algum tipo de relação econômica ou de patrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor respondeu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não respondeu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele disse "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Não respondi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não. Disse "não". Ele disse "não".

Daí V. Exa. disse que não tinha nenhuma relação comercial com o Sr. Yong?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Wong.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Foi isso?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, leva a crer que, em relação... Ele afirmou que não tem... Nas outras perguntas, nós podemos dizer que é "sim".

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Presidente, acho que houve um equívoco. Eu não respondi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Nós temos a gravação.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sem problema!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Nós temos a gravação, Sr. Wizard.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito. Presidente, é que é um direito constitucional do depoente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O senhor tem conhecimento, patrocinou, deu apoio ao trabalho da Dra. Nise Yamaguchi?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Por acaso, o senhor ou alguma de suas empresas participou do financiamento da associação Médicos pela Vida?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Sr. Senador, permaneço em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O.k.!

Ele não vai responder nada mesmo. Então, vou ser obrigado a fazer aqui a minha avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, o Dr. Wizard permaneceu, por mais de um mês, como um ator não nomeado no Ministério da Saúde, trabalhando principalmente para a disseminação do tratamento precoce e com a ideia de testar 5% da população, quer dizer, só as pessoas chamadas vulneráveis. Há aquela velha ideia de isolamento vertical. Aí é teste vertical também só para quem efetivamente é vulnerável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Humberto, é um espetáculo para o Brasil...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o que esta Comissão – desculpa a interrupção rápida – está proporcionando. É que o Brasil está vendo que os machões da internet ficam caladinhos aqui na CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente, Sr. Relator.

Ele declarou, quando foi convidado, que o Ministro Pazuello teria dito que a tarefa dele era acompanhar grandes fornecedores, grandes contratos, forrar o Brasil com cloroquina.

E, no dia 4 de junho, V. Sa. teria concluído uma negociação para a importação de dez toneladas de insumos para a produção de cloroquina no valor de 30 milhões. Isso corresponde à verdade ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Ele disse, inclusive: "Vamos apostar 100% na cloroquina, seguir e defender a cloroquina".

Mas realmente a coisa mais importante é esta aqui, uma entrevista que ele deu à jornalista Bela Megale. Ele disse: "Tinha muita gente morrendo por outras causas, e os gestores públicos, puramente por interesse de ter um orçamento maior nos seus Municípios, nos seus Estados, colocavam todo mundo como Covid. Estamos revendo esses óbitos". Essa foi realmente a mais importante de todas.

Ainda bem que a imprensa brasileira atuou de forma transparente, criou um consórcio, porque, se dependesse do Dr. Carlos Wizard, nós não saberíamos, de fato, a dimensão dessa trágica pandemia que vivemos aqui no nosso País. Isso revoltou o Brasil inteiro. Então, dois dias depois, ele saiu dessa função para a qual ele nunca foi nomeado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria juntar mais umas pérolas aqui, porque isso é importante pra se colocar no nosso relatório. Ele pode não responder, mas ele aqui falou para o mundo. É verdade que, nesta CPI, tem coisa aqui que é difícil de a gente entender. A gente convida aqui uma pessoa, aí bota uma fala dele ali: "Não, é cloroquina, não sei o que...". Pergunta a ele: "Esse aí não sou eu, não. Acho que não sou eu, não. Não fui eu que falei isso aí, não". Mas ainda bem que a gente tem aqui todos os registros pra dizer.

Por exemplo, veja o que ele disse à CNN Brasil. A primeira delas... Ele disse o seguinte:

> Temos duas frentes que precisamos estar muito antenados. A primeira delas é o tratamento precoce. Se a pessoa apresenta [preste atenção, Senador Rogério Carvalho] os primeiros sintomas, como febre, dores no corpo e dificuldade de respirar, ela será diagnosticada e testada. Com o teste positivo, já vai entrar na medicação.
> Não gosto de falar apenas de cloroquina e hidroxicloroquina, pois são vários medicamentos para o tratamento precoce. [Ele diz.] Existem outros componentes, mas eles fazem parte da composição. O mais importante é que estamos trabalhando muito mais preventivamente e precocemente. A pessoa voltará para casa e também vamos tratar o entorno dele. [Escute isso.] Se o cidadão é casado e tem filhos, vamos dar tratamento para todos.

Quer dizer, mesmo se a pessoa não estivesse comprovadamente com Covid, pela orientação desse tratamento precoce, tomava quem estava e quem não estava com Covid. Nós ouvimos aqui a Dra. Yamaguchi, já que falam tanto dela, dizer que não manda ninguém tomar cloroquina sem fazer antes um eletrocardiograma. Veja a orientação que estava sendo dada, na CNN Brasil, pelo Dr. Carlos Wizard. Isto está previsto no Código Penal, o nosso Senador Rogério Carvalho vai falar sobre isto: o curandeirismo. Isso é charlatanismo. Isso é exercício ilegal da Medicina.

Mas ele não falou só isso, ele falou outras coisas que são importantes a gente ter conhecimento aqui. Veja o que ele disse à Rádio Gaúcha, no dia 5 de março de 2021:

> Você que está em casa, você que está sintonizado na Rádio Gaúcha, aparecendo os primeiros sintomas da doença, imediatamente dê início ao tratamento precoce, porque quem faz o tratamento precoce não deixa que a doença saia da fase um. Ele é curado logo ali no início. Se ele não curar logo na primeira fase, evolui para a segunda, para a terceira, vai precisar ser internado. Dependendo da gravidade, o pulmão vai ser tomado, ele vai para UTI, vai ser intubado. E, lamentavelmente, nós estamos tendo muitas mortes por pessoas que ficaram em casa tomando dipirona. Eu até agora não peguei coronavírus. De 15 em 15 dias, eu tomo a minha dose de hidroxicloroquina, ivermectina, zinco e vitamina D, ou seja, a minha imunidade, a minha resistência está alta.

Vejam... Vejam...

V. Exa. é médico. Como se chama isso, Presidente? Como se chama isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Olha, eu estava até pegando aqui no *Dicionário Aurélio*, porque é bom que se diga que, quando se fala charlatão, não se está referindo a nenhum médico.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, a definição de charlatão está aqui no *Aurélio*: "Charlatão. Mercador ambulante que vende drogas e elixires reputados milagrosos, atraindo e iludindo as pessoas". Ou então: "Curandeiro que diz possuir remédios milagrosos". Portanto, essa é a definição do *Aurélio* de charlatão. Quando se fala charlatão, é aquele que não é formado, que não se formou em Medicina, não fez nenhum curso e começa a receitar para as pessoas. Não estou aqui... Só definir o que V. Exa. me pediu. É o *Aurélio* aqui – peguei agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é.

Eu vou concluir a minha fala para que outros possam falar, mas, diante, inclusive, do que nós assistimos nesses últimos dois dias, causa espécie o tipo de ação que foi feita no Brasil por essa verdadeira aliança que envolve o Governo Federal, o Presidente Bolsonaro, maus empresários. Essa aliança causou muito mal ao Brasil. E agora nós tomamos consciência de que, na verdade, além de todo esse mal, essa nocividade que foi causada, ainda tem uma coisa: aqui sempre foi dito que era da velha política; eles vieram para fazer a nova política. Mas é a nova política com o velho esquema da corrupção.

O Governo ontem apresentou acho que a terceira versão sobre esse problema da Covaxin. Num primeiro momento, o Presidente disse lá ao Deputado que iria mandar a Polícia Federal apurar; não mandou. Depois, veio com uma história furada, conversa mole de que recebeu a denúncia no dia 20, uma sexta-feira; que, no dia 22, mandou Pazuello apurar; que Pazuello falou com o Secretário-Geral da Presidência da República, com o Secretário-Executivo do ministério no dia 22. Só que, no dia 23, Pazuello foi demitido! No dia 22, no máximo, ele estava tirando as coisas das gavetas, não é?

Então, é uma conversa furada. Sabe aquela história de apagar o rastro do malfeito? É o que o Governo está querendo. Demitiu esse funcionário... Esse funcionário, Senador Otto, foi... O nome dele foi mandado pelo Presidente Bolsonaro para ser votado aqui, para ele ir para a Anvisa. Foi um movimento de resistência que houve aqui que impediu que isso virasse uma festa! Aí o Presidente recuou, mandou tirar o nome, mas o deixou lá no Ministério da Saúde. Será que ele não sabia que o Senado Federal ameaçou rejeitar o nome daquele cidadão porque ele não tinha... Ele tinha denúncias contra ele, processos, enfim?

Então, essa conversa de que "eu não estou sabendo de nada" que agora o Presidente Bolsonaro está dizendo para o Brasil não convence ninguém. Só quem for muito ingênuo, muito inocente.

Aí, agora, demitiram o rapaz, suspenderam o contrato com a empresa indiana, mas não se consegue... Ele não consegue mais iludir o povo brasileiro. As pessoas estão atentas, estão acompanhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo que está acontecendo no País hoje e sabem muito bem que esse Governo, para o Brasil, só representa vergonha, vergonha mundial; para o seu povo, sofrimento, e, para a política, o retorno de velhas fórmulas que já foram condenadas pela própria população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Humberto Costa.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Otto Alencar.

Eu queria dar as boas-vindas ao Dr. Carlos Wizard, ao mesmo tempo em que confesso me sentir frustrado, com todo o respeito ao senhor, por não poder aqui ouvir alguns questionamentos feitos por colegas que compõem esta CPI e, provavelmente, por mim também, que, junto com a minha equipe, trabalhamos aqui em algumas perguntas importantes para serem esclarecidas. Acredito que o STF, o nosso Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, se equivoca, atrapalha nossos trabalhos. Ele, que mandou a gente abrir esta CPI, não deixa vir Governadores aqui para a gente poder rastrear a corrupção e, neste momento, também impede que o senhor possa falar, responder perguntas que acho que seriam muito esclarecedoras para a Nação, até para que o senhor possa, de alguma forma – eu estive pesquisando sobre a sua vida –, mostrar o seu trabalho humanístico, o seu trabalho cristão.

Muitas pessoas se arvoram para falar em Cristo aqui – não é hoje, são muitas vezes – e usam, Senador Izalci, muito da conveniência. Isso é muito grave. O que a gente planta a gente vai colher. Ninguém fala o nome de Cristo ou de Deus em vão. As mesmas pessoas que citam, que brincaram com a palavra de Deus aqui, semanas atrás, numa saudação que eu fiz, brincaram, gargalharam aqui, na palavra de Deus, hoje usam para constrangê-lo, mas o engraçado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Girão, me permita, só quem falou aqui na palavra de Deus foi a Senadora Eliziane Gama.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, eu estou falando de várias sessões. Nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, só foi ela que falou aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nós tivemos várias sessões aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só ela se dirigiu, e ela é cristã.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É cristã.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É evangélica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É cristã, é evangélica, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só ela se dirigiu, ninguém mais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu sei. Eu sei. Eu sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu, por exemplo, nunca usei e nem vou usar em vão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, estou falando do senhor, mas algumas pessoas falaram. Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas ela merece respeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu não estou desrespeitando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Até porque ela está ausente, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu não estou desrespeitando ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ela está ausente. Só ela usou, até com muita...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Otto, não use de narrativas, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou dar o tempo de V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor costuma aqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não. Eu estou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor costuma constranger...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, eu estou como Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... todo mundo que vem a essa mesa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não. Estou como Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E o senhor agora está querendo constranger, de alguma forma, a mim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não, não, de jeito nenhum. De jeito nenhum. Eu estou apenas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu peço respeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, eu estou dizendo a V. Exa. – sempre respeitei – que a única Senadora que se dirigiu aqui ao Sr. Carlos Wizard foi a Senadora Eliziane Gama, que usou... Como ela é evangélica, ela usou, inclusive sem ler absolutamente nada, a palavra de Deus. Então, espero que V. Exa. não tenha se dirigido a ela.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu já falei que não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Porque ela...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu já falei que não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, ótimo, porque ela está ausente. E outra coisa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu respeito muito V. Exa., nunca tomei a iniciativa de nominar e adjetivar V. Exa., V. Exa. é que, uma vez, me adjetivou e eu fui repreendê-lo. V. Exa. falou uma vez aqui que eu estava mentindo, e eu não estava mentindo. Eu nunca chamei o senhor de palavra dura absolutamente nenhuma. Agora, toda vez que houver uma contra mim, eu vou repelir da mesma intensidade,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... seja ela como for.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode continuar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A verdade sempre prevalece. O bem sempre vai prevalecer. E essa ilação que foi feita há pouco – eu peço até que reponha o meu tempo –, eu não falei especificamente nenhum colega; eu falei que, durante sessões, nós tivemos muitas citações aqui, por colegas – por colegas – falando de Deus, de Jesus Cristo, inclusive brincando com isso. Mas, na hora, por exemplo, de investigar a corrupção, na hora de se observarem malfeitos com o dinheiro do povo, nesse momento não se lembram de Jesus Cristo, porque ele não aceitava hipocrisia. Ele chegou nos vendilhões do templo lá e mostrou a sua firmeza. Eu acredito que esta Comissão, Senador Otto, vai mostrando a cada dia a sua cara.

Mas eu vou fazer perguntas ao senhor, mesmo de alguma forma o senhor negando a resposta – é um direito que o senhor tem, mas é um direito que eu tenho também de fazer perguntas.

Em 2018, o senhor passa a atuar no projeto Brasil do Bem e vai a Roraima para apoiar as ações da Operação Acolhida. No início, o senhor demonstrou esse trabalho. Nessa atividade, consta que sua dedicação pessoal deu apoio a mais de 12 mil venezuelanos que fugiram da ditadura – repito, Senador Marcos Rogério –, da ditadura que massacra nossa vizinha Venezuela. Que ações especificamente o senhor desenvolveu lá? Qual foi a sua relação com as Forças Armadas brasileiras nesta ação específica? Seu projeto recebeu recursos federais?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Eminente Senador Girão, respeitosamente, devido às respostas que dei para os demais Srs. Senadores, eu permaneço em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Em 2020, pela primeira vez em sua vida, o senhor filiou-se a um partido político, tendo escolhido o PSDB, mas, em seguida, aproximou-se do Governo Jair Bolsonaro. Por que, sendo um quadro do PSDB, o senhor optou por aproximar-se do Governo do Brasil atual?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Em 6 de junho de 2020, o G1, o *site* G1 publica a seguinte notícia – abre aspas: "Cotado para cargo no Ministério da Saúde, diz que Estados inflam dados da Covid-19 para elevar orçamento. Secretários de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde chamam fala de leviana". Pergunta que eu lhe faço de forma objetiva: o senhor fez esta afirmação? O que o levou a suspeitar que os dados da Covid-19 estariam errados?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Senador, preservo o meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor permaneceu 30 dias no Ministério da Saúde. Que cargo o senhor iria assumir? Qual a sua ligação com o General Pazuello?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Caso o senhor assumisse um cargo no Ministério da Saúde, que ações implementaria no combate à Covid-19?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Fala-se muito em existência de um suposto gabinete paralelo no Governo Federal. Apesar de nesta CPI também haver um gabinete paralelo que deliberadamente atua, eu lhe pergunto. Nós sabemos o quanto é importante – e isto existe em vários países – que o Executivo, seja Presidente, seja Governador, seja Prefeito, de alguma forma, se aconselhe e conte com a participação de forças vivas na sociedade na construção de um projeto. Como exemplo, temos a participação do grupo Unidos pela Vacina, liderado pela Sra. Luiza Trajano, uma empreendedora respeitável da nossa Nação e com vários empresários que tiveram reuniões com o Governo para se inteirar da aquisição da vacina. O senhor conhece esse grupo liderado pela Sra. Luiza Trajano?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor participou de alguma reunião com o Governo para tratar de assuntos diversos, como o fez na Operação Acolhida?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O que o senhor pensa desta participação dos empresários na construção de uma sociedade melhor, de um Brasil melhor?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Permaneço em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Eu tenho... Eu não vou fazer... Até por uma questão de produtividade, eu vou utilizar o tempo que me resta, pelo menos uma parte do tempo que me resta para falar aqui sobre uma colocação que fez o Relator, que agora chega aqui.

O Relator Renan Calheiros fez uma colocação com base numa audiência de que ele participou. E eu o parabenizo por ter participado dessa reunião, na semana passada, com dois cientistas: um que o senhor citou aqui, o Hallal, que é da universidade lá de Pelotas; e a Jurema, que é da Anistia Internacional. O senhor falou que 400 mil vidas... Aliás, eles falaram aqui... Aliás, deram números controversos: um disse que eram 120 mil, eu anotei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Foram 120 mil no primeiro ano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... e o outro, 400 mil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Foram 120 mil no primeiro ano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E esses números... Eu fiz a pergunta para eles se havia alguma coisa de comparação com países. Não sei se o senhor lembra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Lembro, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E eles disseram que não, que não tinha comparação com outros países, não fizeram análise nos outros países, só no Brasil. E eu quero reafirmar, Senador Renan Calheiros, a busca pela verdade, que eu acho que é um direito que nos cabe, mesmo a gente sendo aqui de alguma forma, atropelados em muitas votações, em muitos posicionamentos. Eu acredito que a gente precisa ouvir o outro lado, mesmo que o senhor se recuse, como o senhor se recusou quando tivemos aqui dois cientistas, médicos renomados que são a favor do tratamento precoce – o senhor se retirou, foi embora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Em respeito ao...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como o senhor colocou, muitos machões que na internet falam – o senhor colocou "muitos machões" – viram gatinhos aqui, pessoalmente. O senhor colocou isso há pouco tempo. Da mesma forma, muitos machões aqui são arautos da ciência, conhecem muito a ciência e, na hora de ouvir cientistas, tiram o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

time e vão embora. Então, eu queria lhe fazer um pedido. Se o senhor puder acolher – junto com o Presidente, claro –, eu lhe agradeço. O senhor tem que ter a... O Presidente tem que deliberar sobre isso, mas eu... Para equilibrar um pouco, nós ouvimos aqui dois cientistas e médicos renomados contra o tratamento precoce, dois cientistas e médicos renomados a favor do tratamento precoce. Nós ouvimos, semana passada, dois cientistas que são contra o posicionamento que foi dado, o encaminhamento com relação a isolamento, a táticas não farmacológicas de lidar nessa pandemia. Eu queria pedir que a gente ouvisse o outro lado, para a gente pôr... Mesmo que o senhor não fique aqui, mas que a gente possa ouvir o outro lado.

Inclusive, eu quero lhe dar uma boa notícia. A boa notícia que eu quero lhe dar é o seguinte: já foi aprovado por esta Comissão, pelos colegas – e agradeço os colegas... O Dr. Antônio Jordão foi aprovado hoje na votação que nós tivemos, que tem um posicionamento diferente do dos dois outros cientistas, e Paulo Porto, Dr. Paulo Porto também já foi aprovado por esta Comissão. É só a gente marcar com essas pessoas. Eu faço esse apelo – é o que me cabe fazer: esse apelo – para que a gente possa ouvir o outro lado.

Eu acredito que nós temos aí um momento extremamente importante. A gente precisa, nesta CPI, analisar a corrupção. Concordo com o senhor quando o senhor fala de câncer da corrupção. Este é um valor que o povo brasileiro abomina, Senador Renan Calheiros: o câncer da corrupção. Nós temos que rastrear, sim. E eu aprovo todos os requerimentos para que a gente quebre sigilo, vá atrás de denúncia de propina em compra de vacina. Estou junto disso para buscar a verdade. Mas também não interessa se a corrupção é R$2 bilhões ou se é R$50 milhões. No caso do Consórcio Nordeste, esta Casa aqui tem obrigação moral – obrigação moral –, não pode se furtar a investigar o escândalo da maconha que aconteceu no Consórcio Nordeste.

Sexta-feira, nós vamos deliberar sobre isso aqui. E, para mim, R$1 de corrupção é corrupção; R$2 bilhões é corrupção; R$50 milhões é corrupção. Qualquer valor a gente tem a obrigação de rastrear nesta Comissão, até porque esta Comissão foi instalada por dois requerimentos: um do Senador que está aqui à minha frente, Senador Renan Calheiros, que visa investigar eventuais... Perdão! Senador Randolfe Rodrigues, que visa identificar eventuais ações e omissões do Governo Federal; e outro, assinado por 45 Senadores desta Casa respeitada da República, que visa investigar, Senador Marcos Rogério, além do Governo Federal – porque no meu requerimento está o Governo Federal também –, os bilhões de reais que foram enviados para Estados e Municípios. E até agora... Até agora é um segredo esse assunto de investigar Estados e Municípios. Por que, meu Deus? Por que isso? Até quando a gente vai empurrar isso com a barriga? Sessenta dias depois! Está ficando feio. Nós não queremos buscar toda a verdade ou são narrativas que a gente quer buscar?

Então, eu queria, para encerrar a minha fala, fazer este apelo para que a gente possa ouvir o outro lado, mesmo que o senhor não fique aqui. Mas que esta CPI não se furte de ouvir Antônio Jordão e Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porto, em uma audiência mais à frente, para que a gente possa entender exatamente o que aconteceu na verdade.

Antigamente, Sr. Carlos Wizard, antigamente, na época de Roma, na época do Cristo, quem era cristão era jogado para os leões; o esquema era outro. Agora, com a evolução do processo civilizatório, vem a degradação, o achaque moral, o questionamento. Muitas de certas situações aqui que foram ouvidas, infelizmente, o senhor optou por não responder, mas eu acredito que ajudaria a verdade de alguma forma a transparecer. Não concordo com a estratégia, mas é um direito que o senhor tem. E hoje em dia é isso, é isso. Mas a verdade sempre triunfa e o bem irá prevalecer, com a graça de Deus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – O próximo orador sou exatamente eu, que estou aqui presidindo a sessão. Mas eu já vi que o depoente não se dispõe a falar.

Eu acho que o senhor e também os seus advogados devem saber que, entre todas as virtudes do homem, a coragem é a principal, porque dela dependem todas as outras. O senhor não teve coragem hoje de falar, de dizer aquilo que foi perguntado aqui, embora o senhor tenha visto os vídeos em que o senhor se manifestava com muita firmeza no que falava, nas declarações todas. Lamentavelmente, isso não aconteceu.

Tenho até aqui uma declaração que eu considero de uma falta de responsabilidade muito grande, Sr. Carlos. O senhor deu entrevista ao jornal *O Globo*, dizendo que o quantitativo de mortes por Covid-19 no Brasil era fantasioso, uma vez que os Governos estaduais e municipais estariam inflando os números para receberem mais recursos federais. É uma declaração do senhor, e o senhor fez isso sem ter nenhuma base científica.

Nós estamos agora já com 516.119 óbitos, numa crise sanitária sem precedente, dolorosa para o povo brasileiro, e o senhor tomou tantas decisões incorretas, erradas nesse afã, talvez, de promoção pessoal, de não poder ver um microfone de uma televisão aberta para o senhor dar uma entrevista, de um rádio, ou de um jornal. Eu ouvi tantas declarações, todas elas sem nenhum fundamento científico! Isso levou muitas pessoas a acreditarem no senhor.

Então, eu, quando li aqui, lamentavelmente, o que estava no Aurélio, charlatão é exatamente a definição que se dá a alguém que, como o senhor, manda as pessoas tomarem medicamentos que não têm nenhuma eficácia, nenhuma comprovação científica.

E eu sou médico e sou muito honesto no que eu falo do ponto de vista científico. Eu sempre me refiro aqui à hidroxicloroquina, porque já foi comprovado várias vezes, vários estudos, inclusive, recentemente, do Einstein, mas não me refiro aos outros medicamentos que estavam lá no TrateCov,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ainda não foram comprovados. E tem que ter comprovação pra alguém afirmar do ponto de vista da ciência, do ponto de vista científico, se houve ou não. Lá atrás, no ano passado, quando começou a doença, todas as pessoas queriam encontrar uma saída, qualquer tipo de remédio, como azitromicina, que é um antibiótico pra bactérias oportunistas do trato respiratório superior, Annita, ivermectina, que ainda está em estudo ainda – não posso dizer se ivermectina funciona não, porque ainda não tem comprovação. Agora, cloroquina e hidroxicloroquina... Já está por mais provado que não funcionam.

Creio, inclusive, que o senhor, que é um empresário vitorioso, não deve ter tratado a sua família no Brasil, deve ter tratado nos Estados Unidos, com a vacina da Pfizer ou da Janssen. Aqui ficaram aqueles que viram o senhor receitar de forma incorreta, sem nenhum embasamento médico, sem ter sentado na escola da faculdade de Medicina, estudado, lido, conhecido os fundamentos principais da Medicina, a Biologia, a Fisiologia, a Anatomia, todas essas ciências em que, quanto mais as pessoas se aprofundam, mais têm conhecimento que sabem pouco, como é o caso agora da Covid-19.

Nós não temos ainda um medicamento de escolha pra Covid-19. O senhor não pode ir à farmácia comprar nenhum medicamento... O que é medicamento de escolha? É aquele que, você comprando na farmácia, você sabe que você vai tomar e vai ficar bom. Por exemplo, H1N1 tem o Tamiflu, o senhor compra e pode melhorar dos sintomas. E qualquer outra medicação de escolha.... Então, a Covid-19 é uma doença completamente surpreendente a cada dia, com as manifestações clínicas, as sequelas que ficam... Hoje já temos, além da sequela do pulmão, com a fibrose pulmonar, com sequelas que as pessoas adquirem, insuficiência renal, que ela também é uma doença que traz problemas neurotóxicos. As pessoas ficam com problemas de ordem psicológica. Quantos profissionais da área de apoio psicológico, psicólogos, estão trabalhando hoje, atendendo pessoas que tiveram a doença e ficam com sequelas gravíssimas?

O que eu quero mostrar ao senhor é que, naquele momento, a prudência também seria uma grande virtude, ter prudência e não usar a palavra sem ter conhecimento, sem ter consciência do que está falando, porque a vida de cada um merece respeito, todas as vidas merecem respeito.

Eu ouvi aqui o senhor falando... E eu nunca uso, em nenhum ambiente como este, como falou o Senador Girão, essas questões das palavras bíblicas, não gosto de usar. Sou católico, tenho a minha igreja na Bahia, a Igreja de Nossa Senhora da Vitória, mas sempre me reservo àquilo que é do meu domínio, da minha consciência plena de que eu estou fazendo uma coisa de acordo, pois eu não posso comprometer a vida das pessoas.

Nesse período lá atrás e até hoje ainda, essa confusão que está no Brasil a respeito do tratamento da doença é uma coisa muito grave.

A questão das vacinas também é uma coisa muito grave. O Brasil, agora, está aplicando a vacina da Pfizer com a primeira dose agora e a segunda dose com 90 dias, e não é assim. A bula diz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

textualmente: a primeira dose agora e a segunda dose com 21 dias. Por que se está fazendo isso no Brasil? Porque nós não temos vacina para dar com 21 dias e, aí, se amplia para 90 dias. A primeira dose não dá imunidade absoluta, imunidade celular, é só fazer o exame... Qualquer pessoa que tomar a primeira dose da Pfizer vá ao laboratório e peça para fazer a pesquisa de anticorpos neutralizantes: não vai dar imunidade. Então, dada a primeira dose, o paciente fica 90 dias sem cobertura, sem imunidade celular, vai tomar a segunda dose em 90 dias e, nesse intervalo, pode se expor, não usar a máscara, contrair a doença, ter a forma grave da doença, que é pneumonia virótica com microtromboembolia, e ir a óbito. Então, não se comprou vacina no ano passado, não se assinaram os contratos para comprar vacina no ano passado. Por isso, o Brasil hoje sofre com uma doença que ainda é uma grande incógnita – a Covid-19 é uma roleta-russa, ninguém sabe quem vai ser assintomático, leve, moderado ou quem vai ter a forma grave da doença e vai sucumbir a ela.

Portanto, faça uma reflexão, um mea-culpa na sua consciência, já que o senhor é cristão, e saiba que o senhor contribuiu muito para muitas pessoas relaxarem com a máscara, fazerem aglomeração, tomarem medicamentos ineficazes e irem a óbito. Faça uma reflexão e nunca mais na sua vida proceda assim! Vá na sua especialidade, na administração das suas empresas... Com as suas empresas – eu vi que o senhor tem compromisso social –, faça isso, seu compromisso social, mas não se coloque como médico, não faça isso, jamais faça isso. Não tenha a menor dúvida de que eu sei que o senhor tem uma dor de consciência muito grande. O senhor não quis fazer mea-culpa aqui hoje, não quis fazer mea-culpa, mas devia ter feito, até porque, Sr. Carlos, qualquer homem pode errar, qualquer mulher pode errar. Aliás, eu gosto sempre de usar a frase do pensador francês Voltaire. Ele diz o seguinte: os homens erram, os grandes homens assumem os seus erros. Corrija os seus erros para não continuar errando, porque permanecer no erro como muitos ainda estão permanecendo, inclusive o próprio Presidente da República, que há poucos dias disse que a hidroxicloroquina é medicação para curar a doença... E o senhor sabe que não é já! O senhor falou há pouco aqui, na sua explanação, que tem consciência hoje de que a hidroxicloroquina não funciona, até porque o senhor não deve ter dado hidroxicloroquina aos seus familiares. Deve ter dado a vacina, não é isso? Deu a vacina... O senhor não deu a vacina para seus familiares?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Nem isso o senhor vai responder? Eu perguntei ao senhor, por favor...

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Ilustre Senador Dr. Otto, me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quer dizer que o senhor nega até que tomou e indicou a vacina para os seus familiares, mas, de forma irresponsável, o senhor receitou cloroquina e hidroxicloroquina para os seus compatriotas, para o povo brasileiro, para os humildes, os que estão atrás

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um internamento, de uma UPA? O senhor foi muito irresponsável, Dr. Carlos, muito irresponsável e fez isso no afã de querer agradar aos donos do poder, ao dono do poder, ao Presidente da República: "Vamos fazer graça para ele. Vamos estar com ele. Vamos fazer a festa. Vamos fazer a corte", que é muito natural dos áulicos. Áulico é um termo técnico que se chamam aqueles que gostam de puxar saco dos que estão no poder.

Portanto, eu não vou lhe fazer pergunta. Fiz apenas um chamamento ao senhor, à responsabilidade do senhor.

O seu advogado está aí do lado. Inclusive, o seu advogado está muito corado. Está vendo que ele está corado, parece que tomou banho de mar, está vermelho. E o senhor, Sr. Carlos, amarelou aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (Para expor.) – V. Exa. está absolutamente enganado. Não tomei banho de sol nem de mar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, estou fazendo só um comparativo.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – E V. Exa. está errado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não dei a palavra ao senhor, não.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – *Data venia*, V. Exa. me referiu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estou fazendo só uma comparação...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – V. Exa. me referiu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estava fazendo só uma comparação, porque ele...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (*Fora do microfone*.) – Se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não dei a palavra ao senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pare, porque eu não lhe dei a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente, assim...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não dei a palavra ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu apenas fiz uma comparação: o senhor está vermelhinho, e ele amarelou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele amarelou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, acabou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu fiz uma comparação. O senhor... Se o senhor...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (*Fora do microfone.*) – Então, V. Exa. pode falar e eu não posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Se o senhor não gostou...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (*Fora do microfone.*) – Isso é de uma covardia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu fiz...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (*Fora do microfone.*) – *Data venia*...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, não, senhor.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (*Fora do microfone.*) – Ah, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Se o senhor não gostou...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Não gostei ou deixei de gostar, isso é um problema meu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, pronto...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – V. Exa. se referiu a mim e não quer que eu lhe responda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não vou debater com o senhor...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Isso é de uma covardia, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não estou lhe dando a palavra...

Covardia, não! Não é covardia, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, isso não se pode admitir em uma CPI.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria dizer ao...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor não pode me chamar de covarde aqui, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senão, eu mando lhe retirar daqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu mando lhe retirar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu mando lhe retirar daqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tem uma Polícia Legislativa para tirar esse senhor daqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tiro agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espere, Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor pede desculpa ou eu lhe tiro agora daqui!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor me pede desculpa ou eu lhe tiro agora daqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não... Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A Polícia Legislativa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor diz o que quer e não pode ouvir... O senhor diz o que quer e não pode ouvir, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Otto...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu fiz uma coisa brincando com o senhor... Não quis lhe ofender...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Espere aí, Marcos.

Eu não quis lhe ofender. Fiz uma coisa brincando com o senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Otto, deixa eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor levou uma coisa que eu fiz aqui brincando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Otto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... e o senhor levou para essa posição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente Otto... Presidente Otto, deixa eu lhe fazer um apelo. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Olhe, eu vou mandar retirá-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! Deixe-me lhe fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Vou mandar retirá-lo daqui. Cadê a Polícia... Chame a Polícia Legislativa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Presidente, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Cadê a Polícia Legislativa? Mande tirar esse senhor daqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mande tirar daqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa. está na posição de Presidente fazendo discurso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois é. Ele me chamou de covarde!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, Presidente, V. Exa. tinha que estar aqui, porque aí o Presidente seria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele me chamou de covarde! Eu não sou covarde!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... neutro para decidir a situação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não tem direito à fala.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está errado, Randolfe!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não tem o direito à fala. Quem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... é o Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Espere aí um pouquinho.

Como é o nome do senhor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como é o nome do senhor? Eu não conheço o senhor. Senhor advogado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senhor advogado...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor só pode falar se o Presidente conceder a palavra ao senhor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Espere aí. Espere aí um pouquinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Otto, V. Exa. estaria correto se V. Exa. estivesse aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Estava faltando isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, calma! Marcos, você me dá um tempo aí?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas na posição de Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Você me dá um tempo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... V. Exa. não pode acusar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Estava faltando isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e depois determinar a prisão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Calma, calma, espere aí.

O senhor... O senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como é o nome dele?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Estava faltando isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Espere um pouquinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Espere aí, espere aí. Eu vou concluir.

Como é o nome do senhor, hein, senhor advogado? Ô senhor... Como é o nome do senhor? O senhor pode me responder o seu nome?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Otto, Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Espere um pouquinho. Espere um pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente Otto... Vamos chamar o bom senso, Presidente Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** O senhor me responde o nome do senhor? O senhor me chamou aqui, sem eu lhe acusar, de covarde. Eu fiz uma... Ouça bem: o senhor me chamou de covarde. Eu não sou covarde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) **–** O senhor fez chacota... O senhor fez chacota com o advogado.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Não! Não! Isso não!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** O senhor fez chacota com o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** Deixem-me conversar com ele. O senhor me chamou de covarde.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – V. Exa... V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** O senhor me chamou de covarde.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Calma!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não pode! Não pode!

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – V. Exa. se referiu a mim de forma jocosa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** Não, não foi jocosa...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – ... a me pôr...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Foi.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Eu senti assim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Foi, sim.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – De forma a me colocar em ridículo. E, quando eu quis responder...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – ... V. Exa. não permitiu!

Eu disse que essa atitude é de uma covardia. Foi isso que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** Não!

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Eu tenho o maior respeito e admiração por V. Exa. Ouvi atentamente V. Exa. falar, concordando ou discordando. Estou aqui trabalhando. Conheço muitos Senadores e tenho o maior respeito por todos. Veja: eu advogo para muita gente que V. Exa., seguramente, conhece, de vários partidos, e o meu objetivo aqui é, calado, acompanhar, mas V. Exa. se referiu a mim. Conheço o eminente Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** Eu não conhecia o senhor. Nem sei o seu nome.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – E eu não preciso ofender e nunca quis ofender V. Exa. Só para deixar claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** Eu não conheço o senhor, nem sei o nome do senhor. Por isso, eu perguntei o nome do senhor.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Alberto Zacharias Toron.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** Pois não. Exato.

Então, o que eu fiz aqui, concluindo, foi uma coisa simples, o que a gente fez: eu disse que ele não teve coragem de responder e ele amarelou. Quando se fala em qualquer linguagem...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – E V. Exa. disse que eu estava vermelho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** Aí, eu falei que o senhor não tinha ficado assim... Eu quis elogiar. É isso aí.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Então, se V. Exa. me elogiou, eu não percebi assim e lhe peço desculpas por não ter percebido isso, mas só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pronto. Tudo resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** Acabou, acabou o problema.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) **–** Acabou o problema. Então, eu quero dizer ao senhor... Porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sr. Zacharias, deixe-me explicar ao senhor: uma pessoa chamar a outra de covarde...

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (*Fora do microfone.*) – Eu não chamei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor disse que... Não é... Não dá!

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (*Fora do microfone.*) – Eu não chamei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor chamar uma pessoa de covarde não dá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Porque eu não sou, Dr. Zacharias.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (*Fora do microfone.*) – Eu sei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Marcos Rogério, eu já atendi V. Exa. Eu já atendi V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ô Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu já atendi V. Exa. Já acabou o problema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. O bom senso é sempre o melhor caminho.

Agora, Presidente, eu queria aproveitar esta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Deixe-me eu concluir primeiro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas fazer um apelo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Depois eu passo a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar a palavra... Ele me pediu a palavra – o Dr. Zacharias...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso que eu ia falar. Se não for para V. Exa., mas para servir para outros momentos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Deixe ele falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! Ele vai falar. É só para dizer para V. Exa. que o advogado – o advogado – tem direito à fala em qualquer ambiente. Isso é garantia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu sei. Eu sei disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... constitucional e do Estatuto da OAB.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu queria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente está dando a palavra gentilmente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque já foi negada, Renan, Renan...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Renan, espere aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já foi negada a palavra antes aqui. E essa prática não pode se tornar uma prática corriqueira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador... Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas agradeço a consideração.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Marcos Rogério, é preciso acabar com essa prática de chamar a pessoa de covarde aqui dentro, como ele se dirigiu a mim, e mentiroso... Ninguém aqui é mentiroso! Ninguém... Nunca contei mentira a ninguém, absolutamente aqui. Nem chamar ninguém de covarde. V. Exa. mesmo teve um problema comigo e me chamou de covarde. Eu jamais chamaria V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui dentro, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu não vou nominar ninguém aqui agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É claro que você, sendo nominado, você tem que responder à altura.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como homem, como cidadão, entendeu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu o cumprimento, mas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas, eu já me... Ele se referiu a mim que era um ato de covardia. Não. Eu fiz uma coisa que queria ser uma coisa leve e terminou sendo pesada para ele. Foi isso aí. Eu queria fazer uma coisa leve, eu lhe disse: "olha, ele está moreno, o outro amarelou um pouco", só isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas isso não é ofender ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bora pra frente, Presidente, bora pra frente que o Brasil está vendo, Presidente, vamos continuar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esclarecido, Sr. Presidente, vamos continuar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para frente, para frente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas ele está me pedindo a palavra, o Dr. Zacharias, não é?

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Toron.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Toron.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bora para frente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É porque o senhor está meio rosado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, atendendo a V. Exa., a palavra está com o advogado. Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, que bom, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está satisfeito agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a lei que manda assim, Presidente. Obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estão os dois vermelhos então.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Dr. Zacharias.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON (Para expor.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer o fato de V. Exa. me dar a palavra. Penso, depois de ouvir V. Exa., que houve, infelizmente, um grande mal-entendido. Quero reafirmar aqui o respeito, e mais do que isso, a admiração que tenho por V. Exa., homem culto, probo, profissional de gabarito e que nos dá, diariamente, grandes lições. V. Exa. se referiu a mim como estando corado, diante da falta de coragem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Não, não.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Eu entendi assim. Veja, veja, veja como são as coisas. E reagi porque entendi injusta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É um adágio nordestino, baiano.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Mas, mas, diante da fala de V. Exa., que é um homem sábio, que é um homem culto, eu me vejo com absoluta tranquilidade para dizer que tudo não passou de um grande engano e que V. Exa. não é um homem covarde. Claro que não. Está bem? É isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu acolho a manifestação de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos seguir a sequência de inscritos, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, deixe-me terminar.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Nós já conversamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos seguir, Presidente. A manifestação do advogado foi o suficiente para seguirmos a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu acolho a manifestação do advogado. E quero dizer ao Sr. Carlos Wizard que eu não vou lhe perguntar nada. Pergunta, sem o senhor responder, vai lhe causar constrangimento. Apenas esclareci aqui o que é que eu penso, ou aquilo que aconteceu de errado, e eu tenho certeza de que o senhor sabe que errou, eu não tenho dúvida disso.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho. Rogério Carvalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu sou próximo, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente; não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, sou eu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Rogério tinha pedido pela ordem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Já resolveu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não pedi pela ordem. Eu pedi para seguir a ordem de inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É Randolfe Rodrigues agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pronto, obrigado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Bora, Omar, tome o teu lugar aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Parabéns, todo mundo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Sr. Presidente; Sr. Presidente, pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente. Meus cumprimentos ao Dr. Carlos Wizard. Ao mesmo tempo, cumprimento o Dr. Zacharias Toron e todos os advogados. Em vosso nome, cumprimento também a advocacia brasileira.

Dr. Wizard...

Presidente, quando for possível assegurar a palavra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria pedir para que a gente ouvisse o Senador Randolfe.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O tempo reposto ao Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu lhe gradeço.

Dr. Wizard, temos notícia de que V. Sa. se vacinou nos Estados Unidos. Obviamente, V.Sa. tem o direito constitucional ao silêncio, mas é inevitável fazer essa pergunta: V.Sa. sabe informar com que vacina se vacinou? Se se vacinou e com que vacina?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Eminente Senador Randolfe, respeitosamente permaneço em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu iniciei com essa pergunta, eu iniciei com essa pergunta, Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu inaugurei com essa pergunta, Sr. Presidente, iniciei com essa pergunta porque um dos debates que tem sido trazido a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, desde o início, é sobre as vacinas. Eu quero reiterar o que já havia dito aqui várias vezes: uma das nossas condenações à política do Governo do Presidente Jair Bolsonaro foi a omissão na aquisição de vacinas. As informações que temos é que o Sr. Carlos Wizard se vacinou nos Estados Unidos com a vacina da Pfizer, uma vacina que foi negada aos brasileiros durante todo o ano de 2020, uma vacina que teve toda a leniência por parte do Governo brasileiro de aquisição. E, veja, eu até quero testemunhar: desde o ano passado era dever de todos os agentes públicos – eu, particularmente, fiz isso – procurar todas as vacinas. Estive atrás da Coronavac, me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reuni com os representantes da Pfizer e da Janssen, e mediamos uma reunião com o Presidente do Senado que deu origem à Lei 14.125, depois das negligências do Governo brasileiro. Só à luz dessa lei – só à luz dessa lei – é que foi possível a aquisição das vacinas da Pfizer e da Janssen. Apoiamos a aquisição de vacinas por parte do Consórcio Nordeste, em especial da vacina Sputnik, na negociação direta com o Instituto Gamaleya. Até a Covaxin conversamos. O que nós não sabíamos da Covaxin é que era esse esquema com uma intermediária chamada Precisa, que nós estamos descobrindo no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu começo, Sr. Relator, falando sobre vacinas, porque, veja, um dos assuntos que vem – amanhã iremos continuar com o Sr. Maximiano –, mas que vem à luz nesta Comissão Parlamentar de Inquérito... Eu falei ainda há pouco que nós aprovamos, aqui no Senado, a Lei 14.125, sob a resistência do Governo. Eu lembro que, quando me reuni com o Presidente Rodrigo Pacheco, junto com os executivos da Pfizer e da Janssen, e o Presidente saiu da reunião dizendo: "Vou agora conversar com o Ministro Pazuello pra convencê-lo". Convencer a ele e convencer o Governo da tramitação da lei. Foi a fórceps que essa lei foi aprovada. O que hoje estamos sabendo são as razões que levavam a postergar determinadas vacinas, como da Pfizer e da Janssen, em benefício de outras.

Agora, Sr. Relator, veja só que curioso: nós aprovamos a Lei 14.125 aqui no Senado Federal dia 23, 24 de fevereiro. Uma semana depois, ela foi aprovada na Câmara dos Deputados. O Presidente ainda demorou para sancionar essa lei.

Nesta lei, já se dizia o seguinte: vacinação pelo Programa Nacional de Imunizações com prioridade. E, subsidiariamente, quando concluir o Programa de Imunizações, aí se inicia a vacinação, aí tem a possibilidade de os agentes privados iniciarem a imunização.

Deixe estar, que, quatro dias depois que o Presidente Jair Bolsonaro sanciona a lei, somente no dia 10 março, na Câmara dos Deputados apresentam um novo projeto de lei, um projeto de lei que escancara a vacinação para os grupos privados, o PLS 948, de 2021. É esse projeto de lei, Sr. Carlos Wizard, que aparece no primeiro vídeo que o Senador Renan Calheiros apresenta aqui. Esse projeto de lei ficou conhecido como "Lei Velho da Havan", porque ele foi um dos que advogaram pela aprovação do projeto, junto com V. Sa. Esse projeto de lei, que também ficou conhecido como "projeto fura fila", foi aprovado na Câmara dos Deputados em prazo recorde e só não foi aprovado no Senado porque teve a obstrução da oposição.

Quando V. Sa. diz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – De quem é esse celular aí?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não sei não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando V. Sa., no primeiro vídeo apresentado aqui pelo Senador Renan Calheiros, diz que "o Senado quer fazer CPI, mas não quer aprovar", o Senado já tinha aprovado! Já tinha aprovado a lei que possibilitou a entrada da Pfizer e da Janssen no Brasil, que estava sendo obstruída. O Senado não queria aprovar esse outro projeto. Sabe por quê? Porque esse outro projeto favorecia as clínicas privadas de vacina e a vacinação por parte da iniciativa privada. Era um "projeto fura fila".

E olhe só... Aí vou adentrar, Sr. Relator, o que nós descobrimos, Senador Humberto Costa. No dia 31 de janeiro, é firmado um contrato entre a Precisa e a associação brasileira de indústria de vacinas. A Precisa anunciava o valor da vacina, originalmente, a US$15. Nesse contrato, que seria validado por este Projeto de Lei 948, que só não avançou porque foi obstaculizado aqui no Senado, olhe só qual era o preço, Senador Renan Calheiros: US$40,78. Então, a Precisa oferecia, primeiro, a US$15, e, nesse contrato do dia 31 de janeiro, validado pelo projeto de lei que tinha sido aprovado na Câmara dos Deputados e que veio para o Senado logo em seguida, o preço era de R$40 para as clínicas privadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Quarenta dólares!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era de US$40 – perdão! – para as clínicas privadas.

Esse, Dr. Wizard, era um dos esclarecimentos que nós gostaríamos de ter por parte de V. Sa. É esse projeto de lei que, de fato, parou aqui, e, agora, está claro como foi acertada a decisão.

Repito: o problema não é vacina. Vacinas, eu, particularmente, estou lutando por elas! Quando o Presidente da República dizia que era para... Quando o Presidente da República e, permita-me, V. Sa. também, pelas notícias que são de conhecimento público, diziam que era para dar cloroquina para todo mundo, desde setembro a gente estava, com o Governador Doria, defendendo a CoronaVac, logo em seguida defendendo a Pfizer, defendendo a Janssen, defendendo a Sputnik e até a Covaxin, que a gente veio a descobrir aqui que é um esquema montado, um dos vários esquemas. O que nós estamos descobrindo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é um *modus operandi* tenebroso, um *modus operandi* das trevas!

Corrupção, meu querido Senador Eduardo Girão, é de fato um dos piores crimes, e concordo com V. Exa. nisso. Corrupção, quando meio milhão de brasileiros estão morrendo, aí não tem como nominar, Presidente, aí não tem como estabelecer uma denominação para isso.

Subsidiariamente, Sr. Wizard, eu queria entender algumas coisas. Veja, tem uma entrevista sua de 17 de março. O senhor declara o seguinte, sobre o coronavírus: "Estamos numa guerra, porém sem tiros, bombas e mísseis". E o senhor diz: "Além disso, acho que muitos em nosso País ainda não se deram conta da gravidade da situação, pois continuam indo a lugares com aglomerações, como festas, praias e até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passeatas, como é o caso do Presidente da República, que desaconselhou o povo a ir às ruas, mas foi ele próprio na manifestação, abraçou e cumprimentou dezenas de pessoas".

O senhor, no dia 17 de março, faz uma crítica – correta crítica – à conduta do Senhor Presidente da República. Em seguida, o senhor tem uma posição totalmente, diametralmente oposta. Eu gostaria de saber o que aconteceu para tempos depois... E me permita, Sr. Relator Renan Calheiros, recapitular o vídeo que o senhor apresentou aí. Queria saber o que aconteceu para isso:

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode repetir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Repete três vezes.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De novo. Veja!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Carlos Wizard, o meu irmão morreu em janeiro de Covid, e minha família sentiu muito. Ele deixou filha, esposa... E é uma coisa muito dolorida a gente ouvir isso do senhor, para quem perdeu um ente querido. Eu recomendo... V. Exa. é uma pessoa que Deus deu tudo que um homem pode querer – sucesso, família –, mas não tenha dúvida de que essa forma como o senhor fala machuca muito as pessoas que perderam pessoas – machuca demais.

Eu peço à Mesa que recorra da decisão do Ministro Barroso em relação ao *habeas corpus* que concedeu a V. Exa. e lhe concedeu o direito de vir aqui e ler uma única frase. Iremos recorrer, fazendo um apelo ao Ministro, ao Supremo para que possamos dar como essa fala do senhor de exemplo, porque não pode ficar impune. O senhor não pode ficar impune! O senhor não pode ficar impune em nome de 516 mil vidas. O senhor não pode rir disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou lhe dar ordem nenhuma. Eu estou falando, depois V. Exa. fala. Por favor! Por favor! Por favor! Uma coisa é V. Exa. querer aqui defender o Governo, o que eu respeito; outra coisa é eu estar falando aqui sobre uma brincadeira...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, quando o ex da Globo fez isso, V. Exa. não disse a mesma coisa. Olhe a época do vídeo dele, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é o ex da Globo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Quando foi soltado o vídeo aqui, V. Exa. disse que era em outro tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador, respeite a dor das pessoas, por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não faço aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não leve isso no plano pessoal, por favor!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas ele estava rindo de uma morte. Isso, em qualquer tempo, em qualquer momento, é muito ruim, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, para o campo pessoal podemos levar outras coisas. Isso não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para garantir minha palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você quer levar agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não vai me intimidar, não, Presidente. Se coloque no seu lugar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que intimidar... Para com isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se o vídeo fosse há dez anos, tinha o mesmo valor hoje, gente. Trata de vida!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é o que vocês disseram...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Trata de vida! A gente não está nem falando de cloroquina, está falando de vida!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sejam coerentes, gente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Mas ele podia responder...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está falando de vidas!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sejam coerentes!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Cinco pessoas que morreram, e eles...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ou poderia responder agora que está arrependido. Poderia responder dizendo que se enganou, que errou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... mas ele não pode, não quer falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem gente nesta CPI que já defendeu coisas piores, e estão aqui hoje. E aí?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para garantir a minha palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As pessoas que estão aqui hoje ganharam a eleição.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para colaborar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ganharam a eleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Mas defenderam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ganharam a eleição!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Mas defenderam!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas defenderam o quê? Coisas piores?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora V. Exa. vai querer censurar alguém que fez um vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cita... Bota... Por favor, coloque o vídeo de novo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, apenas para colaborar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coloca de novo o vídeo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Omar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... pode colocar. Está na internet, Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... apenas para colaborar, se me permitir. V. Exa... Eu escutei bem, mas V. Exa. disse que a princípio ia recorrer da decisão do Ministro do Supremo. O Ministro do Supremo deu, e é direito constitucional, ao Dr. Wizard o direito de permanecer calado porque ele passou de testemunha a acusado ou investigado por esta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu sugiro que nós possamos votar o ofício tirando a condição de investigado do Dr. Wizard, passando-o novamente à condição de testemunha, e novamente vamos convocá-lo para depor, porque nós estamos perdendo uma tarde inteira de trabalhos preciosos, nós temos uma série de investigações a fazer. Tire a condição de acusado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... passe para a condição de testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um ótimo encaminhamento, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e vamos reconvocar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... o Dr. Wizard novamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu queria só garantir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – ... rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Senador Randolfe está com a fala, Presidente. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria só concluir. (*Risos.*)

E eu não sei nem quanto tempo eu ainda tenho, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele está muito quietinho aqui hoje.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, eu queria colocar uma questão de ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Randolfe, você está quietinho hoje.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, antes do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Em outros tempos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente... Presidente, por favor, uma questão de ordem.

Nós precisamos ter um regramento de funcionamento da CPI. Eu cheguei aqui 8h30 da manhã e me inscrevi para poder falar. Ainda que o depoente não queira se manifestar, eu quero ter o direito de manifestar a minha opinião sobre a postura dele, sobre a vida dele. Eu quero exercer esse direito como Parlamentar. E o que está acontecendo é que as pessoas falam o tempo todo e não respeitam a ordem de inscrição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, vamos garantir a fala do eminente Senador Randolfe Rodrigues...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Bora!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e dos inscritos. E eu peço a V. Exa., Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Diga, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que exerça, exerça o respeito aos seus pares...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sempre exerci. Sempre exerci.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... quando os seus pares estiverem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não interrompi a fala do Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora o senhor está me interrompendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, V. Exa. me citou.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu estou lhe citando. Então, deixa eu terminar de falar pelo menos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque isso não é respeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sua visão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Na minha visão, não; na visão de quem está com a palavra. A gente ouve e depois a gente fala.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, eu estou dizendo que o senhor não exerce o respeito aos seus pares quando os seus pares estão com a palavra. Quando um Parlamentar está com a palavra, o outro respeita, espera terminar, pede uma questão de ordem, pede, de forma regimental, o direito à fala, e não me interrompe no meio...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... porque isso é um desrespeito. O senhor está me desrespeitando de novo. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha quem está falando, Presidente. Agora é a minha vez, não, Presidente? Toda hora, alguém fala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora é o Randolfe, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele não disse que era para falar depois?

Randolfe, você eu não vou interromper, você tem o direito de falar. Me desculpe.

É porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Randolfe com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está vendo? É isso aí, Brasil! Esta é a CPI do circo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse papo... É, do circo. V. Exa. é o maior palhaço que tem aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – V. Exa. é o chefe do circo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está bom. Prefiro ser o chefe do circo do que ser o palhaço daqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, retomando o vídeo que deixamos aí, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Wizard, essa sua declaração aqui, que nós repetimos aqui exaustivas vezes e que consideramos chocante quando, no dizer de todos ou da maioria dos colegas Senadores aqui, é complementada com a sua ação quando o senhor assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. Lá o senhor acusou todos os gestores de estarem inflacionando o número de mortos. Me desculpe, Sr. Wizard, mas eu considero isso de um desrespeito atroz. Há hoje meio milhão de brasileiros que perderam a vida.

Isso, ao mesmo tempo, explica um *modus operandi*. Não parece que foi à toa, Sr. Presidente e Relator Renan Calheiros, que agora o Presidente da República insiste nessa narrativa de tentar esconder os mortos, tentar esconder os nossos parentes, pais, mães, tios, tias, avôs, avós, irmãos, primos, amigos que perdemos. Chega a ser de uma crueldade atroz, inominável. O paralelo disso, na história humana, é igualado ao das piores atrocidades ocorridas. No meio de uma pandemia, ter a ação deliberada para esconder os nossos mortos... Já não basta a ausência deles, a lembrança, a lembrança de alguém que poderia estar convivendo conosco e poderia estar no nosso dia a dia. Se um mínimo tivesse ocorrido, as vacinas estivessem no tempo certo, se os brasileiros, Sr. Wizard, tivessem se vacinado com a Pfizer, com que o senhor se vacinou em dezembro do ano passado, segundo dados, pelo menos 100 mil deles estariam vivos.

É o irmão do Senador Omar, é um primo meu, é um parente de qualquer um dos outros nossos colegas Senadores, é o Major Olimpio, são esses. Se a vacina que foi usada no seu braço, em dezembro estivesse no braço dos brasileiros, e poderia estar... E hoje nós sabemos por que não está? Tinha uma ação deliberada em prol das outras – em prol das outras! Enquanto estávamos desesperados atrás de vacinas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de quaisquer vacinas, até imaginando que a Covaxin fosse uma vacina honesta, correta, era, na verdade, parte de um esquema, de um *modus operandi* montado...

Sr. Wizard, o seu silêncio aqui fala muito. O seu silêncio é equivalente... O seu silêncio... Mas é que o seu silêncio acaba ofendendo o silêncio de mais de meio milhão de brasileiros que foram forçados ao silêncio eterno.

O senhor citou aqui Isaías, me permita restaurar a citação que o senhor fez. E faço isso... O Senador Girão é espírita, a Senadora Eliziane é evangélica, eu sou católico – comecei a minha trajetória, inclusive, formado na Igreja Católica, nas comunidades eclesiais de base, na Pastoral da Juventude, o anel de tucum que eu uso é por conta disso. Eu aprendi também que a palavra de Deus não é monopólio de ninguém. Aliás, Senador Girão, é Mateus 7:15 que diz o seguinte: "Cuidado com os falsos profetas: eles vêm a vocês vestidos de peles de ovelhas, mas por dentro são lobos. Pode alguém colher uvas de um espinheiro, ou figos de ervas daninhas?" – passagem de Mateus citando a passagem de Cristo conosco.

Sr. Wizard, o senhor citou aqui Isaías, literalmente o seguinte: "Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou o teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a minha destra fiel". É importante, Sr. Wizard, contextualizar qual é esse capítulo de Isaías e para que o Profeta Isaías escrevia isso em nome do Senhor nosso Deus. Ele escrevia isso como uma homenagem... Como uma mensagem de Deus de tranquilizar, de tranquilidade, de acalento aos hebreus que estavam no cativeiro da Babilônia. Ele escrevia isso e, mais adiante, no trecho adiante de Isaías, ele escreve uma segunda parte: "Não se afugentes com aqueles que roubam os órfãos e roubam as viúvas". É no mesmo Isaías que está isso. Eu uso o seu trecho de Isaías, como uso seu trecho de Isaías e advertindo também de quem são os falsos profetas, porque eles são muito comuns nos tempos atuais. Eles apareceriam, como é destacado no Antigo e no Novo Testamento. Eu uso Isaías para lembrar qual é o contexto de Isaías. O contexto de Isaías era de um povo que estava sendo roubado e escravizado pelos babilônicos. O contexto de Isaías era o contexto para resgatar a justiça, para dizer ao seu povo que a justiça de Deus, mais cedo ou mais tarde, chegaria, e o seu povo seria libertado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns, Senador Randolfe! Parabéns!

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero iniciar cumprimentando o brasileiro Carlos Wizard Martins, pai de família, trabalhador, homem de histórico honesto, de boa reputação e dedicado a causas humanitárias. Em seu nome, quero cumprimentar a todos os brasileiros que têm doado tempo e outros recursos para ajudar o próximo, muitos deles de forma absolutamente anônima. Não vejo no senhor também qualquer interesse em exposição pessoal, mesmo porque, em 2018, o senhor já tinha uma vida econômica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeira consolidada, ou seja, sua participação em causas humanitárias se deu depois de sua estabilidade pessoal e familiar, como tantos outros brasileiros fazem, assim como celebridades internacionais, como é o caso de Bill Gates.

Imagino que o senhor saiba – mas quero tranquilizá-lo que, a despeito das intimidações que o senhor está ouvindo aqui hoje e de todo o cenário criado nesses dias em torno de sua participação em apoio ao serviço público federal – que há perfeita previsão legal no Brasil para esse tipo de prática. Aliás, uma prática que deveria ser muito mais comum, mas estou certo também de que a reação a que estamos assistindo aqui contribui para afastar pessoas de bem do cenário político e do cenário público, sobretudo – mais um desserviço que se presta ao nosso País.

A Lei Federal 9.608, de 18 de fevereiro 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, diz em seu art. 1º: "Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou à instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa".

Assim, acredito que o senhor e tantos outros voluntários merecem o nosso reconhecimento, merecem o nosso aplauso.

Em segundo lugar, eu quero manifestar meu profundo respeito aos seus valores e princípios pessoais e familiares, inclusive que o motivaram a deixar o País, o Brasil, dia 30 de março do corrente ano, antes, portanto, da instalação, Dr. Toron, desta CPI – antes. Uma pena que por aqui tenha sido criado um clima maldoso de que o senhor tenha saído do País para não depor perante esta CPI – mais uma narrativa. O senhor viajou no dia 30 de março; esta CPI foi instalada dia 27 de abril, ou seja, quase um mês depois. Em terceiro lugar, eu quero dizer que não compartilho da ideia de que no Brasil nenhuma riqueza é inocente, que nenhuma fortuna é inocente, que sempre tem vícios e deve ser o caso de V. Sa; muito pelo contrário. Um País como o nosso, que está em franco desenvolvimento, não pode retroceder ao tempo do subdesenvolvimento. Somos um país que cresce diariamente pela força dos setores público e privado e também de inúmeros empreendedores que, como o senhor, já foram pobres um dia. Talvez tiveram sonhos bem modestos, como o de serem motoristas de caminhão, cresceram, alcançaram riquezas e hoje geram emprego e muita renda para o Brasil. Não merecem, por isso, serem considerados como desonestos, tratados como desonestos.

Em quarto lugar, sua exposição inicial foi suficiente para demonstrar mais uma vez a inexistência do tal gabinete paralelo – esse, sim, tem aqui na CPI; se reúne às escondidas para decidir as coisas –, gabinete paralelo onde seus integrantes se reúnem com o Presidente em reuniões públicas, gabinete paralelo onde as reuniões são transmitidas ao vivo. Gabinete paralelo, repito, tem esta CPI com reuniões secretas para deliberações prévias. Uma CPI que até hoje não tem um plano de trabalho preparado pelo Colegiado, porque é definido nas reuniões secretas do gabinete paralelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em quinto lugar, observo, pelas informações de V. Sa., que sua atuação junto ao Ministério da Saúde revela transparência e lisura do serviço público, que permite que pessoas do setor privado participem de comitê de análise de contratações. Deveria ser motivo de aplausos, mas aqui é demonizado, é satanizado – os mesmos que aplaudem as falcatruas que aconteceram no Consórcio Nordeste. Isso nada mais é do que reforçar as atividades de controle interno dos atos do ministério com participação de pessoas do setor privado.

Em sexto lugar, quero dizer que sei que V. Sa. e os advogados que o acompanham saberão muito bem discernir as intimidações exageradas e algumas banais que estão sendo feitas no âmbito desta CPI. Nesse sentido, aliás, compreendo sua decisão de permanecer em silêncio. A postura ou as posturas adotadas por muitos neste Colegiado quando lhes é conveniente justificam a preservação de seus direitos. Acredito, contudo, que V. Sa. não tem o que esconder e certamente exporá tudo o que for necessário se em outros âmbitos lhe for assegurado fazê-lo, respeitando o contraditório e, a ampla defesa e sem quaisquer prejulgamentos.

Aproveito esse momento para agradecer, mais uma vez, pelo reconhecimento ao direito dos advogados, que, aqui presentes, cumprem o seu papel, direito sagrado, em respeito ao que preconiza o Estatuto da Advocacia. E aqui cumprimento, uma vez mais, o Dr. Toron.

Não é favor, não é favor. Ninguém faz favor ao advogado quando lhe assegura a palavra ou a presença junto ao seu contratante. Não. Estamos aqui em um processo investigativo, com poderes próprios de autoridades judiciais, o que não retira, em momento algum, o pleno direito dos advogados na prática das atividades que lhes são privativas, inclusive, o direito de se manifestar na defesa de seus constituintes.

Aliás, diz o §3º do art. 2º do Estatuto da Ordem que, no exercício da profissão o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites da lei. Ousar ameaçar, retirar um advogado é rasgar a Constituição, é tripudiar de lei federal. É um papel sagrado que deve ser defendido com toda a força, com toda a veemência. Por isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso já foi superado pelo bom senso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... aproveito... É verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma afirmação tardia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade... Não, não é tardia, porque em outras ocasiões já foi negada aqui a palavra ao advogado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, não é verdade, na ótica de V. Exa. O Brasil inteiro está acompanhando e testemunhando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isso, aproveito para agradecer a sensibilidade da Mesa da Comissão no dia de hoje, para reconhecer esse direito e assegurar o direito à fala do advogado, porque isso é fundamental para qualquer processo, inclusive em qualquer fase investigativa.

E eu queria, para concluir, fazer aqui, em nome dos brasileiros de bem, daqueles que se dedicam a causas nobres, daqueles que se preocupam com o próximo, cumprindo um mandamento do Cristo, que, aliás, é o maior mandamento – amar a Deus sobre todas as coisas e ao teu próximo como a ti mesmo –, em nome desses brasileiros, lhe peço perdão pelo constrangimento que V. Sa. e, pelo papel que exerce, V. Exa. está se submetendo no âmbito dessa CPI no dia de hoje. Brasileiros como V. Exa. deveriam ser homenageados e não tripudiados; deveriam ser aplaudidos e não expostos de maneira tão cruel como está acontecendo aqui no dia de hoje.

Eu faria algumas outras considerações em relação a esse tema, mas não vou lhe fazer perguntas. O que V. Sa. fez no início, a exposição que fez, para mim, é o bastante, é o suficiente.

Mais uma vez, que tudo isso que aconteceu aqui não lhe tire do foco, do objetivo, da missão de vida a par daquilo que Deus lhe deu: servir, cuidar. E que outros, inspirados no id do nosso mestre, possam fazer a mesma coisa sem temer qualquer tipo de violação ou de constrangimento ilegal.

Deus o abençoe! Deus abençoe o Brasil!

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Marcos.

O depoente e o seu advogado pedem aqui 20 minutos – a gente já está no horário. Então, nós vamos suspender a sessão pelos 20 minutos e retornaremos em seguida, ouvindo o Senador Luis Carlos Heinze.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 13 horas e 47 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 06 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello com a palavra por 15 minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimentar Carlos Wizard Martins. Quero...

Meu Senador querido, podia sentar nessa cadeira aqui só pra deixar a televisão me pegar, por enquanto, um pouquinho? Passa a bolsa pra ali.

Quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar todos os Senadores.

Hoje transcorreu aqui, Sr. Presidente, uma verdadeira demonstração de conhecimento bíblico, religioso. Isso pode servir pra acalmar os nossos corações um pouquinho.

Quero, portanto, iniciar dizendo ao Sr. Carlos Wizard: o senhor tem uma frase que diz o seguinte: "Líderes não aguardam; líderes agem". Eu também concordo com ela. Eu também concordo com ela.

Quero, portanto, cumprimentá-lo pela sua presença aqui; cumprimentá-lo pelo carinho que o senhor teve com o seu pai, porque eu sei o que é ter um pai acamado por muitos anos de sofrimento, cuidando de quem nos deu a vida, de quem nos ensinou, de quem nos ensinou a ter palavra, de quem nos ensinou: "Mesmo que seja pra se prejudicar, meu filho, fale a verdade, fale a verdade". Isso eu nunca esqueci. Então, quero cumprimentá-lo pelo carinho, pelo zelo, pelo respeito com a sua família e com seu pai.

E eu quero cumprimentar, além de V. Sa., também o catarinense Luciano Hang, porque os senhores dois lideraram o movimento para a compra e distribuição de vacina. O senhor é um empresário bem-sucedido, querendo devolver para a sociedade um pouquinho daquilo que a sociedade lhe deu – e deu para o Luciano, que é um homem, um empresário de sucesso. É um catarinense, que está lá em Brusque, que nos orgulha muito.

Quero lhe dizer o seguinte, Sr. Carlos Wizard: todos nós estamos aqui nesta CPI, eu pelo menos, com as melhores das intenções, para investigar o Governo Federal, o Governo estadual, o Governo municipal, porque o dinheiro público não pode ter marca – se é estadual, federal, municipal... É corrupção, é desvio de dinheiro. Então, eu quero cumprimentá-lo pela sua presença aqui, lhe desejar muita saúde, muita luz, para que o senhor continue se preocupando com os brasileiros.

O que o senhor foi fazer naquela missão Acolhida lá de Roraima... Porque é muito fácil a gente criticar as pessoas que abandonaram o seu País sem esperança, sem rumo, para encontrar uma mão amiga, encontrar alguém que lhe dê uma roupa, um amparo, um encaminhamento, uma palavra de conforto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor, pra mim, fez um grande gesto com esse trabalho que o senhor fez junto com a sua esposa, junto com seus filhos.

Quero, portanto, cumprimentá-lo pela forma como o senhor tem contribuído com o Brasil. A CPI é isto mesmo, o senhor está vindo aqui, é um ambiente hostil, mas nós estamos aqui para cumprir a nossa missão. Então, eu quero cumprimentar, em seu nome e no nome do Luciano Hang, todos os empresários do Brasil que se preocupam com as questões sociais, políticas sociais, enfim, e em ajudar o País que o ajudou, e muito. Então, para que a gente não fique aqui divagando ou fazendo qualquer tipo de afirmação que não corresponde a este momento, eu quero aqui abraçá-lo e cumprimentá-lo, em seu nome e em nome do Luciano, dois grandes brasileiros que estão ajudando este Brasilzão a ir para a frente. Ainda bem que nós temos vocês!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Luciano que o senhor fala é o Luciano Hang?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Exatamente. Um grande catarinense lá de Brusque.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou perguntar se o senhor conhece o Luciano Hang, porque o senhor vai dizer que não pode responder. Então, deixe. Eu vou deixar pra lá.

Senador Luis Carlos – esse aí eu conheço: Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Carlos Wizard, não o conhecia – prazer! – pessoalmente. Parabéns pelas suas atitudes, pelas suas posições. Parabéns! Estou enxergando um pouco do seu trabalho, da sua vida e o que isso representa. Poucos brasileiros têm esse desprendimento de fazer o que V. Sa. fez, com a sua esposa, com o seu filho, se dedicando aos refugiados. Então, eu só queria parabenizá-lo.

Depois, aos colegas Senadores e Senadoras e ao Brasil que está nos assistindo, ontem, nós tínhamos ali 98.830.000 doses de vacinas aplicadas no Brasil e 129.720.836 doses distribuídas no Brasil. Isso é o Governo Bolsonaro, que já fez chegar a quase 130 milhões de doses. E, amanhã, o número já será maior do que 100 milhões. É o quarto país do mundo em doses aplicadas, esse é o ponto importante. Eu só queria deixar essa colocação aqui.

Depois, Senador Renan, sobre aquele número que V. Exa. colocou das cinco mortes: a letalidade – eu estou procurando aqui – lá de Porto Feliz hoje é de 1,29, de 1,36. São 122 mortes no dia 29 de junho. É uma das menores letalidades do Brasil, porque adota esse tratamento. O vídeo que o Senador Renan mostrou – eu peguei os dados de maio, e ali tinha três óbitos – pode ser de junho do ano passado. Então, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

importante não dizer que isso aqui está falando sobre hoje. Eu procurei maio, que é três. Pode ser maio, junho, mas é isto aqui: hoje, a letalidade de Porto Feliz, pelo trabalho que o Prefeito está fazendo lá, muito sério... E, assim como ele, centenas de outros Municípios estão fazendo esse trabalho também. Então, não dá para desqualificar um trabalho.

Só vou registrar duas perguntas. O senhor é empresário e tramita em diversos setores. Poderia nos dizer qual a sua formação e qual o seu ramo de atividade? E por que motivo acham que o senhor conhece sobre remédios do tipo cloroquina?

Não vai responder. Eu vou só...

Atua também junto... É graduado em Ciência da Computação e Estatística. Atuou junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde, onde sugeriu um melhor acompanhamento do número de óbitos por Covid...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. poderia repetir a pergunta? É que, infelizmente, eu não ouvi.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor é empresário e tramita em diversos setores. Poderia nos dizer qual a sua formação, qual o seu ramo de atividade e por que motivo acham que o senhor conhece sobre remédio do tipo cloroquina?

Sei que é graduado em Ciência da Computação e Estatística, além da empresa que V. Exa. já tem. Atuou também, por pouco tempo, junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde, onde sugeriu um melhor acompanhamento no número de óbitos por Covid – esse assunto também já estava em análise junto a TCU.

O senhor também viaja bastante para fora do Brasil e também tem conhecimento de que esses tratamentos com outros remédios reposicionados estejam sendo avaliados no exterior, por exemplo, Índia, China, México, Cuba, enfim... Eu já citei aqui 28 países. Quando uma depoente estava aqui, ela me rebateu dizendo que são só 28 países, que tem 200 no mundo. O.k., mas esses 28 que adotam esse procedimento têm 54% da população mundial. Esse é um ponto também importante para registrar aqui.

E, quando falam que não tem trabalhos – ouvi aqui o Senador Otto, que é médico, o Senador Rogério –, casualmente aqui mais um, no dia 28 de junho: nova metanálise descobre uma grande redução das mortes por Covid-19, que é possível com o uso de ivermectina. Publicado agora no 28 de junho no *American Journal of Therapeutics* – 28 de junho, antes de ontem. Então, isso é a realidade desse processo que nós estamos analisando e vendo.

E eu volto a insistir, nesse embate com relação à cloroquina, que tudo vai ser esclarecido. Uma grande pesquisa, na Universidade de Harvard... Essa universidade fez pesquisa – e vou repetir, porque não me canso de repetir – em 17 países, 671 hospitais, 96 mil pacientes. E aqui estão os médicos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

fizeram essa pesquisa. Com essa pesquisa, houve uma retratação, porque o objetivo claro dessa e de outras é criminalizar o uso da hidroxicloroquina, cloroquina, enfim, desse tratamento. Aqui está a retratação da revista *The Lancet,* a maior revista médica mundial, que publicou o trabalho que teve que ser retratado, porque estava errado o trabalho, que tinha um claro objetivo de criminalizar o uso da hidroxicloroquina e que foi, inclusive, a base para que a OMS mudasse o seu parecer.

Existe outra pesquisa realizada no Brasil, em Manaus. E um grupo de cientistas iguais a James Watson, que liderou um grupo inglês, um grupo de 150 cientistas que derrubaram essa pesquisa da *The Lancet*, estão agora trabalhando para a pesquisa de Manaus, publicada numa grande revista americana, JAMA, e que usou dose letal da hidroxicloroquina – dose letal. Ontem, eu citei: eram 3mm, parece que usaram 12mm, três vezes mais, e mataram 22 pacientes. Insisto, Senador Omar Aziz, que eu gostaria de um debate com um médico que cuida, que conhece desse assunto e também com um médico que possa debater com quem fez essa pesquisa.

Foi citado aqui, Senador Omar, e eu vou citar o meu caso. Eu tive Covid, a minha esposa teve Covid, tratado pela Dra. Ludhmila Hajjar. Eu usei Annita, Arita, Annita, não é? Foi a medicação que ela me deu, e não usou hidroxicloroquina, mas a minha filha e dois netos tiveram Covid e usaram este tratamento destes quatro ou cinco medicamentos reposicionados: ivermectina, cloroquina e vitaminas. Seis assessores meus tiveram Covid – seis! Todos se trataram com esse tratamento. Então, na minha família, no meu círculo direto, foram esses, que eu conheço, de que falo. Essa é uma questão que eu coloco, muito importante.

Sr. Carlos Wizard, V. Exa. é um homem experimentado, seus advogados que estão aqui, juntos. A CPI aqui tem um objetivo: político. Esta CPI...

Assim como essas duas pesquisas que eu citei aqui em *The Lancet* e JAMA fizeram mudar o curso desse medicamento no mundo inteiro... Cito e repito: Didier Raoult, um dos maiores virologistas do mundo, que adota esse procedimento até hoje na França, no seu instituto em Marselha, e o recomenda; e Satoshi Omura, Nobel de Medicina. Ontem, vi ainda Luc Montagnier num vídeo – Luc Montagnier é Nobel de Medicina. Estamos falando de craques, como Peter McCullough, nos Estados Unidos, e como tantos outros. Citei agora essa nova metanálise sobre esse trabalho. Mas, infelizmente, tem gente que nega e continua negando isso.

Senador Omar, as vacinas... Nós não somos contra vacinas. É um mercado bilionário, são algumas dezenas de bilhões de dólares para vacinar 6 bilhões, 7 bilhões de almas que existem no Planeta hoje. Alguém ganha muito dinheiro com isso. Então, esse ponto é um ponto importante que eu só ressalto, porque tem muitos outros interesses.

Certamente, Sr. Carlos, pessoas que querem analisá-lo não podem fazer essa comparação como se o senhor tivesse ido ao ministério para fazer algum esquema de corrupção. Não tem nada! Não tem interesse! Que interesse teria se o senhor, com sua esposa e com seu filho, se embrenhou em Roraima e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi fazer um trabalho voluntário sem ganhar nada?! Não tinha nada! Por quê? Para ajudar irmãos, para salvar vidas e ajudar pessoas que precisavam.

Eu insisto na questão das vacinas. Vou colocar o que eu já disse ontem. Vou repetir: o atual Governo... Essa Annita, que eu tomei, é um medicamento que foi patrocinado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministro Marcos Pontes, e hoje é um remédio brasileiro que já está registrado nos Estados Unidos, na Argentina e em vários outros países e que está salvando vidas. É um medicamento nosso. Assim também, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, há hoje 16 vacinas em andamento no Brasil inteiro, em várias universidades. As três mais adiantadas são: a da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto; a segunda é a do Instituto de Cardiologia em São Paulo, com o Dr. Kalil; e a terceira é a da Universidade Federal de Minas Gerais. Esperamos que, em dois, três, quatro meses, no máximo, estejam prontas para serem fabricadas em escala industrial. Já passando pela última fase de testes, acompanhada pela Anvisa, enfim, que elas possam ser aplicadas!

Já estamos trabalhando – vou repetir – juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Agricultura, com o Ministério da Saúde, com a Anvisa, com o Ministério das Relações Exteriores, com a Casa Civil do Governo Bolsonaro. Já fizemos reunião com 16 grandes laboratórios brasileiros, 4 de medicamentos veterinários e 12 de medicamentos humanos, que têm interesse na fabricação dessas vacinas e até, quem sabe, de vacinas estrangeiras, chinesas, indianas, belgas, canadenses, russas, enfim, para que possamos produzir essas vacinas aqui no Brasil. Isso está em curso neste instante e é muito importante.

Além da ajuda que o Governo está dando hoje para o Butantan, que vai receber mais de R$8 bilhões do Governo em troca de vacinas e vai ter um lucro astronômico – ótimo, é um negócio; vendem vacina a um preço mundial –, assim também como a Fiocruz, com a AstraZeneca... O Governo Bolsonaro também bota mais de R$7,5 bilhões e vai possibilitar, Senador Omar Aziz, a construção... Parece que é um complexo em Santa Cruz, que é um grande conglomerado que terá na Fiocruz, ampliando a sua capacidade. Nós precisamos, o Brasil precisa e o mundo precisa que a Fiocruz possa se ampliar. São quase R$16 bilhões que o Governo Bolsonaro bota no Butantan e na Fiocruz.

Mesmo assim, nós entendemos que a iniciativa privada, esses 16 laboratórios que têm interesse em fabricar vacinas nossas ou até essas estrangeiras, para o Brasil e para o mundo... Seguramente, o Wizard é um empresário e sabe que, se tiver concorrência, os preços irão baixar. Hoje, botam o preço que querem: "Eu tenho vacina e boto a US$10, US$15 e US$20. Quem quiser comprar que compre". Quando estes laboratórios entrarem, seguramente, muda de figura, e outros tantos entrarão. Então, esse é um ponto importante. Quero deixar esse registro para que o Brasil seja produtor de vacina para nós brasileiros e também para a exportação.

Esse é um fato que está sendo, neste instante, trabalhado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia junto a essas três universidades mais adiantadas e junto a outras treze que estão também trabalhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina. E, logo, nós teremos vacinas. Até o ano que vem, todas estarão prontas e, seguramente, salvando vidas.

Senador Omar, eu ouvi a fala do Senador Renan falando em charlatões. Senador Renan, um dos médicos que esteve aqui outro dia, o Dr. Ricardo Zimerman, junto com outros médicos estão produzindo já medicamentos, pesquisando medicamentos... São cientistas brasileiros. O Dr. Cadegiani daqui de Brasília e um grupo já estão descobrindo uma medicação para a Fase II do Covid – não é a Fase I, Fase II. Eu me orgulho. São brasileiros como nós fazendo esse trabalho pela ciência – é ciência. Esse senhor esteve aqui. Estão preparando já um trabalho com esse medicamento, que já está em fase final das pesquisas e logo será apresentado ao mundo inteiro. Então, esses são cientistas brasileiros, como esses dos Médicos pela Vida, que ajudaram a salvar 16 milhões de brasileiros, com esses medicamentos baratos, chamados muitos de charlatães. Eu disse da minha família, das pessoas que usaram, de meus assessores que usaram esse tratamento. Então, eu não desmereço ninguém. O Conselho Federal de Medicina autorizou que pudesse utilizar, e, mesmo assim, esses médicos estão sendo criminalizados. Vejam: o Ministério Público em cima de muitos desses médicos para poder prescrever aquilo que eles conhecem e sabem que deu resultado. Da vacina somos a favor, trabalhamos para que o Brasil possa vacinar toda a sua população. Não somos contra a vacina, mas também não podemos criminalizar um tratamento que deu certo e continua dando certo em vários países do mundo.

Inclusive, dizem assim: "Ah, por que a Europa não usa?". Hoje a Europa está revendo essas coisas. Existe um instituto chamado Hipócrates, são médicos e cientistas italianos, chilenos, argentinos, brasileiros, americanos que pediram o tratamento precoce do Brasil. Citei para eles a Prevent Senior, citei para eles o caso do Amapá... E eles estão pesquisando alguns Municípios brasileiros e Estados que tiveram hoje a menor letalidade do Brasil, que usam esse tratamento. Lá não tem esquerda e não tem direita.

Os médicos epidemiologistas e médicos clínicos gerais no Amapá usaram esse tratamento, e o Governador e os Prefeitos de todos os partidos, com o Ministério Público, adotam esse procedimento no Estado do Amapá.

Então, é só esse o registro que deixo. É muito importante que seja registrado esse fato. Parabéns a esses cientistas brasileiros que estão fazendo um trabalho pela humanidade.

Senador Renan, a verdade virá – a verdade virá.

Cito um caso que estamos trabalhando, com relação ao caso Fauci, que é um crime contra a humanidade. E o Senado americano está debruçado nesse tema neste instante. O caso Fauci é notícia mundial e será. Vamos lincar o caso Fauci com esta nossa CPI aqui, para que a gente possa demonstrar o que está ocorrendo por trás disso, num mercado trilionário, no mercado das vacinas. Somos a favor, trabalhamos – citei aqui o que eu estou fazendo, eu e outros Senadores, em cima dessa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, eu já pedi mais de uma vez aqui para que os Senadores não prescrevessem medicamentos e nem exemplos familiares ou pessoais em relação a tratamento. Nós não podemos fazer isso, até porque esse medicamento que o senhor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não prescrevo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. está dando um exemplo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu citei o caso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, o caso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Citei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Luis Carlos.

Eu só queria lhe dizer o seguinte: eu respeito a sua opinião. A gente discorda, mas eu respeito V. Exa. Tenho o maior carinho e respeito pelo senhor.

Já pedi isso para outros Senadores, por quê? V. Exa. agora está sendo ouvido e visto por muitas pessoas. Uma pessoa dessa, uma criança ou um adolescente que toma um remédio desses sem um acompanhamento médico...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não recomendo isso. Recomendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso mesmo que eu estou fazendo essa advertência. Não criticando V. Exa., mas, por exemplo, o Annita. Nós temos o mesmo nome de uma superpop, uma pessoa que tem uma legião de fãs no Brasil, que é a Anitta, que é cantora. A gente está falando de Annita, está falando de cloroquina... Aí, alguém vê as coisas pela metade, pode – sabe? – achar que é exemplo.

Então, eu só estou lhe falando isso, Senador, para, quando a gente tocar nesse assunto, dizer: "Olha, eu não recomendo tomar. Se tiver que tomar, procure médico. Mas eu fiz isso...". Aí, é um direito de cada um de nós, mas a gente aqui não pode estar falando sobre medicação, porque a gente incorre numa coisa que é até perigosa. V. Exa. sabe. O senhor tomou, mas foi através de medicação... Um médico prescrevendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Todos. Todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua família, todo mundo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tomou com prescrição de médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é uma coisa que o cara vai na farmácia, compra e toma, tá certo?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não. Não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Prescrição médica eu não discuto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A minha filha, os meus netos, os meus assessores tomaram com prescrição médica. Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Mas é o que eu estou dizendo para V. Exa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para citar, porque disseram aqui que não funcionava. Estou dizendo que funciona, porque eu tive caso na minha casa e nos meus assessores, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, é uma coisa que é cada um. Cada um tem um tipo de organismo. Eu não vou entrar no detalhe, no mérito. Eu só estou entrando aqui no detalhe de a gente propagar isso sem a gente dizer... V. Exa. pode falar cem vezes, mas dizer: "Olha, mas não faça isso sozinho"...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Procure o médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não vá na farmácia e compre, procure um médico para lhe orientar" e tal, porque é um direito que tem. Quem quiser vá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Que a ciência não recomenda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essas coisas o senhor tem que dizer, até para o bem... Vai que alguém aí escuta um negócio desses, toma, e acontece alguma coisa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A ciência, Dr. Renan, está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... não recomenda porque foi fraudada uma pesquisa. E a outra vai ser esclarecida também, que vai ser revista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós estamos doidos por um remédio para Covid. Isso é o que nós queremos mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E às pessoas próximas a gente tem recomendado, na hora em que esta CPI estiver funcionando, preferencialmente quando V. Exa. for falar, que desligue a televisão, porque não dá para submeter criança a esse aconselhamento diário.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, mas eu não estou fazendo aconselhamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diário!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou falando a realidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diário... Diário! Meu Deus!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E V. Exa. chamou dois médicos cientistas de charlatães, e não são.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não conheço os médicos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, procure se informar antes de dizer que são charlatães. Especialistas, cientistas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que eu falei, foi que meus ouvidos, depois dos 60 anos não toleram mais ouvir... (*Fora do microfone.*)

charlatão, seja qual for. Não as pessoas referidas – não as pessoas referidas por V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, V. Exa. é o Relator. V. Exa. é o Relator, tem que ouvir os dois lados; não pode ter lado. Seu relatório está pronto desde o primeiro dessa desta CPI – está pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Infelizmente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está pronto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Infelizmente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está pronto. Não pode ser assim – não pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Luis Carlos.

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de começar, eu quero dizer que esses alertas feitos aqui pelo Senador Omar Aziz e pelo Senador Renan Calheiros são importantes, porque a quantidade de pessoas que acreditaram que a cloroquina ou a hidroxicloroquina preveniriam o contágio, ou a infecção, ou a forma grave da doença, a morte, não acontece. E eu peço... Eu tenho uma amiga aqui, em Brasília, e outras pessoas no meu Estado, mas me chamou a atenção uma amiga aqui, em Brasília, cujo pai era eleitor do Bolsonaro. Ele usou a cloroquina, negou a vacina e morreu de Covid-19, porque negou e porque fez o caminho que a ciência não recomenda.

Então, é importante o que se diz: alguns canais de televisão têm... Quando as pessoas falam, já corrigem na hora, "a ciência não diz isso", que é para poder evitar que a gente informe de maneira equivocada à população. O que está sobrando no Brasil são prescritores desabilitados, chamados de charlatães, no caso da pandemia e no caso do tratamento da Covid-19.

E eu queria aqui... Eu não costumo ler, mas eu queria dizer ao Sr. Carlos Wizard que, ao invés de ajudar a CPI a encontrar a verdade por trás das mais de 516 mil mortes, o senhor se reserva, com todo o direito que a lei lhe permite, a ficar calado. Uma pena e uma vergonha. O senhor... Depois de hoje, o Brasil passará a conhecê-lo, mas, infelizmente, não da forma como o senhor se autopromove nesse livro que traz consigo. Hoje o Brasil conhecerá o verdadeiro Carlos Wizard, uma pessoa que oculta a verdade, em nome de Deus, para proteger inconfessos – uma pena, uma vergonha –, interesses inconfessos.

Os Senadores que representam o povo brasileiro mostraram que o senhor fez críticas ao Senado por lutar por vacina para o povo, enquanto atuou no gabinete antivacinas e fez suposto *lobby* para compra da CanSino, a outra vacina chinesa – não é assim que vocês gostam de se referir aos imunizantes da China?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar que é uma marca do Governo Bolsonaro e dos aliados do Presidente que vieram aqui ficarem em silêncio ou mentir diante dos escândalos de corrupção revelados por esta CPI. O senhor se mantém calado até na hora de se defender, postura muito parecida com a do Presidente, que até agora está em silêncio e não desmentiu o Deputado Luis Miranda.

Agora vamos mostrar o perfil e a atuação do Sr. Carlos Wizard diante do risco de morte de milhões de brasileiros. Nós temos provas de que o senhor operou no gabinete antivacinas. No dia 4 de abril de 2020, o Presidente Bolsonaro fez uma ligação para o *Premier* da Índia, interferindo na compra do sulfato de cloroquina em favor de duas empresas privadas. Tráfico de influência. Ou seja, um *lobby.* E o Sr. Wizard, no dia 4 de julho de 2020, foi lá e articulou esse negócio que levou o Brasil a milhares de mortes com a distribuição de cloroquina. Além disso, com o gabinete antivacina, promoveu e disseminou *fake news,* como o Sr. Renan Calheiros mostrou aqui, o Senador Renan Calheiros mostrou aqui.

"Ninguém vai morrer de Covid em Porto Feliz", declaração de V. Exa. Flagrantemente mentiu para o Brasil e cometeu o crime de charlatanismo e curandeirismo por exercício ilegal da Medicina. Isso é um crime contra o povo brasileiro e contra a vida.

Temos ainda a atuação dele no gabinete paralelo, como conselheiro do Presidente Bolsonaro, para enganar a população e largar os brasileiros à própria sorte. Olha aqui a prova: no dia 5 de julho de 2020, o Sr. Carlos Wizard disse à jornalista Bela Megale que o número de mortes por Covid estava inflado. No dia seguinte, o Presidente Bolsonaro tuíta que adequou a divulgação dos dados, ou seja, tenta atrasar a informação, não comunicar a realidade. Se não fosse o consórcio de veículos de imprensa, não saberíamos a realidade dessa tragédia, tragédia sanitária sem precedentes.

Eu olho para o senhor, nos olhos do senhor, e vejo uma frieza que dói. Eu olho para o senhor e vejo milhares de famílias sofrendo a dor da perda, e o senhor impávido como se nada tivesse acontecido. De fato, o senhor estava cuidando da sua família nos Estados Unidos, com todo o conforto, mas os milhões de brasileiros que perderam os seus familiares sofrem até hoje, com 40 mil órfãos, parte deles porque seguiram a orientação de pessoas como o senhor e o Presidente Jair Bolsonaro.

Agora vamos à cereja do bolo: uma linha do tempo sobre o suposto *lobby* da vacina.

No dia 22 de março deste ano, o Sr. Wizard fez uma *live* com o empresário Luciano Hang, o Emanuel Catori da Belcher Farmacêutica, garantindo 16 milhões de doses de vacina – lembrando que a Belcher era intermediária da vacina CanSino no Brasil.

No dia 24 de março, dois dias depois, houve uma reunião de manhã do Elcio Franco com a CanSino e, à tarde, do Elcio Franco com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 25 de março – no dia seguinte, portanto –, o Sr. Wizard, juntamente com o empresário da Belcher, o Emanuel Catori, e o Luciano Hang promovem um movimento para a compra e distribuição de vacinas em Maringá.

No dia 26 de março, dia em que o Elcio Franco sai do Ministério da Saúde, o já Ministro Queiroga recebe quem? O Sr. Carlos Wizard, para discutir a compra de vacina pelo setor privado.

No dia 15 de abril, o Ministro da Saúde, Queiroga, recebe o ex-Ministro Ricardo Barros e o Alan Eccel, que era funcionário da Havan, mas mesmo assim garantiu 8 milhões de doses de vacina. Lembram? Lá da *live* que citamos, no dia 22 de março.

E por fim, no dia 27 de maio de 2020, o *site* Poder360 informa que um grupo de empresários liderados por Wizard e Hang, responsável pelo pedido de uso da vacina CanSino no Brasil... Só que, na mesma matéria, eles informam também que esse pedido foi feito pela Belcher Farmacêutica, ou seja, o Sr. Carlos Wizard fez *lobby* e interlocução para a Belcher Farmacêutica.

Lembro que a Belcher é investigada pela Polícia Federal sobre os desvios na compra de testes de Covid no Distrito Federal. A Belcher também intermedeia a compra de 60 milhões de doses da CanSino a US$17 e pertence a Emanuel Ramalho Catori e Daniel Moleirinho Feio Ribeiro, filho de Chiquinho Ribeiro, amigo do ex-Ministro Ricardo Barros.

Ao que nos parece, o Sr. Carlos Wizard patrocinou médicos para enganar os brasileiros com a cloroquina, atuou em favor de duas empresas para a compra de cloroquina, orientou o Presidente a manipular o número de mortos no Brasil, participou da compra superfaturada da CanSino, ou seja: vou pedir que seja encaminhado ao Ministério Público Federal o pedido de investigação da responsabilidade do Sr. Carlos Wizard na morte de 516 mil brasileiros.

O senhor passa a ideia de um filantropo, de um missionário, mas o que nós estamos vendo é a missão de fortalecer uma tese que levou milhões de brasileiros à exposição a um vírus altamente contagioso, letal; pessoas que se infectaram, que adoeceram e que perderam suas vidas. O senhor pode não dizer que fez parte de gabinete paralelo. Não. O senhor é causa de um processo de improbidade que deve ser aberto contra o Pazuello, porque o abrigou sem cargo público e ordenou e comandou atividades do Estado brasileiro como se nomeado fosse, além de ser parte de um grupo de empresários que defendeu que os brasileiros, que os mais pobres, fossem pra rua trabalhar, pra continuar enriquecendo pessoas como o senhor, que usam da palavra de Deus pra tirar proveito, para usar da pobreza, da miséria, da desinformação. Isso é cruel. É como, e deve ser amigo do senhor, aquele que é dono da rede de restaurantes Madero, que disse que morrer 5 mil pessoas não era nada diante da economia – que não era nada diante da economia!

O senhor junto com Luciano Hang e outros são responsáveis por 516.119 mortos. Eu boto todos, porque a gente não sabe desses quem poderia estar vivo hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não dormiria com essa convicção que o senhor demonstra aqui. Eu não dormiria e não teria coragem de olhar para as minhas filhas com o que o senhor carrega no coração de estímulo a uma tragédia sanitária que foi informada.

O pior de tudo, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, povo brasileiro que está nos ouvindo, é que é uma ação temerária, porque foi informado de que ela era um descaminho no controle da pandemia e, mesmo assim, ela foi implementada, virou política de Estado. O senhor foi pra dentro do ministério operar essa política. Então, tem uma ação dolosa. Exatamente, tem uma ação dolosa e continuada!

Portanto, eu peço que esta Comissão encaminhe ou que inclua V. Sa. como um dos grandes responsáveis pelo morticínio, pelo genocídio que ocorre nesta República sob os domínios de uma família e de um Presidente que está fugindo do debate que está na ordem do dia, que são seus principais assessores envolvidos em denúncia de corrupção.

Não é só a condução criminosa e genocida no combate à pandemia, é também a quantidade de negócios espúrios, fora do regramento que começam a ser revelados por esta CPI que envolvem agentes importantes do Governo Bolsonaro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, obrigado pelas suas palavras.

Eu acabei de ler aqui que o Presidente, num evento, não explicou ainda pra quem ele mandou investigar o caso Covaxin, mas, de uma forma repetitiva, ataca membros desta CPI, chama de bandidos e de outros adjetivos. Ele não deu nenhum adjetivo ao Deputado Miranda, que o acusou de prevaricação.

Eu vou aqui mandar uma mensagem: Presidente, pare de olhar de espelho e falar com ele. Quando a gente fala para o espelho, dá nisso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu vou ser bem breve aqui no meu tempo. Eu vou fazer até um testemunho do momento em que eu conheci o Carlos Wizard. Eu estava, em 2019, eu não me lembro o ano, mas eu tinha acabado de ser contaminado. Eu procurei um médico que tratava de idosos, porque, no meu entendimento, o médico que estava tratando de idosos era o médico com mais experiência com a questão da Covid, porque eram os idosos que mais morriam.

Bom, ele me receitou, o médico me receitou as medicações. Eu tive uma melhora expressiva, todo mundo sabe disso, tornei isso público. E, quando eu tornei isso público, fiz uma *live*, tornei isso público, o que eu tinha tomado e, por experiência própria, tinha feito uma melhora significante, dias depois, eu fui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contactado pelo Carlos Wizard, dizendo que tinha um grupo de médicos que estava estudando essas medicações, a Nise Yamaguchi, dentre outros, e se eu gostaria de conversar com eles, se eu gostaria de fazer uma *live* pra poderem eles explicar que pesquisas eram essas e como eram utilizados esses medicamentos.

Enfim, eu topei, fizemos essa *live.* Essa *live* teve uma repercussão muito grande, saiu na imprensa, lembrando que, naquela época, as vacinas ainda estavam em desenvolvimento, em pesquisas, não tinha nem vacinas prontas. E sempre vendo o Carlos Wizard em movimentos de ajuda solidária. Uma pessoa que tem as condições que tem, ele também tinha me dito que tinha vendido as empresas dele, tinha sido convidado pra fazer parte do Ministério na Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento. Tinha negado, porque queria ter a sua independência e seu trabalho missionário.

E assim ele seguia fazendo esse trabalho missionário. E era algo inquestionável, porque, quando não se tem interesse de estar se fazendo um trabalho que sai de coração, que você faz querendo que se beneficiem as próximas gerações, não a ele ou a quem está com ele, isso a gente sente, é notório, não precisa convencer as pessoas disso. E todo o trabalho dele sempre foi nesse sentido. Aproveito aqui e te parabenizo por isso. Em todos os momentos, ficava claro esse movimento de ajuda.

Quando as vacinas ficaram prontas, você seguiu com o movimento de comprar as vacinas pra doar as vacinas, não é? Com o que você tinha, o que você tinha, você poderia estar pensando em comprar, revender, fazer ainda um intermédio, investir em bolsa, investir em bolsa do laboratório que pudesse estar desenvolvendo a vacina pra triplicar suas ações, enfim, e nada disso. Você estava ali se colocando pra comprar a vacina, para doar a vacina. Isso não era nem pra vender a preço de custo, não sei, está ali pra doar.

E eu, ouvindo os amigos Senadores, respeito a todos, tenho aprendido muito com todos, todos têm uma posição de ver, todos representam um grupo que os elegeu pra estar aqui. Então, a sociedade brasileira é bem diversa, não é? Quem dera se todos pensassem por igual, numa única direção, mas também não sei se seria positivo também, porque aí, se estivéssemos errados, todo mundo ia para o mesmo buraco.

Bom, mas eu acho que o contraditório faz a gente repensar, sim. Eu tenho certeza de que muitas vezes, nesse momento no início da CPI, como foi dito pelo Marcos Rogério, que você se ausentou do País... Nem se tinha criado a CPI, e veio o discurso de que você estava fugindo da CPI. Eu tenho certeza de que por muitas noites vocês deve ter pensado: "Puxa vida, pra que eu fui querer entrar nisso? Por que Deus me colocou nesse momento? Por que Deus pediu pra que eu fosse o precursor desse projeto, levasse esse projeto à frente?".

Às vezes eu me questiono também: por que eu fui escolhido pra ser Senador se eu nunca tinha sido nem Vereador na minha vida, nem síndico de prédio? Nunca me candidatei a síndico de prédio e, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repente, eu sou colocado por Deus no Senado num momento tão difícil pra toda a sociedade brasileira e difícil pra toda a humanidade.

A gente está aqui lutando e, às vezes, por ver esses números de mortos, a gente não tem como ser imparcial ou achar que faz parte. E eu sei que você também não, eu sei que você se mexeu. Alguns brasileiros ficavam atrás do sofá vendo as notícias desesperadoras e dizendo que não tem o que fazer ou alguns até cometendo suicídio, tirando a própria vida por não ter esperança de nada – da vacina, não se tinha certeza; de medicação, não se tinha certeza; pessoas morrendo, os parentes próximos morrendo. E eu, como faço parte de um grupo de policiais, recebendo quase diariamente imagens de capixabas – não era nem de todo o Brasil, mas de capixabas – que quase diariamente tiravam suas vidas por não terem mais perspectiva: a doença ia chegar, não queriam morrer da forma como os parentes morreram, intubados, sem ar, sem oxigênio, como no nosso vizinho, o Amazonas.

Bom, dentro de todo esse contexto, tem aqueles que ficam paralisados, tem aqueles que apontam e criticam e tem aqueles que agem, mesmo pagando um alto preço. E eu conheci o Carlos Wizard exatamente nesse momento do caos, uns correndo, uns paralisados e uns indo pra luta, para o campo de batalha. E eu vi você neste movimento: indo para o campo de batalha.

Eu fico sem saber o que fazer pra que você não se arrependa do que fez, porque essa sua bondade precisa ser espalhada. O brasileiro precisa... Como eu tive oportunidade de conhecer, e hoje eu estou conhecendo pessoalmente... É a primeira vez que a gente está próximo, mas eu, conhecendo o seu trabalho em prol de salvar vidas... Seria muito bom se a sociedade brasileira tivesse a mesma oportunidade que eu tive.

Tem uma frase que eu guardo e que eu acho fantástica e acho que cabe pra todos aqui dentro, pra todos os Senadores, cabe pra mim e pra você, que diz o seguinte: se você nasce em um mundo em que você não se encaixa, é porque você nasceu pra ajudar a criar um mundo novo. E eu tenho certeza de que essa é a tua missão.

Ninguém disse que seria fácil. Não é fácil pra ninguém. Todos que estão aqui tenho certeza de que querem também um mundo melhor. Mas a gente precisa tornar... Eu não poderia deixar de falar, de dar o meu testemunho diferente do que eu estou escutando aqui. Não é um testemunho político, não é porque defendo ou estou com o Governo ou não, ou é porque eu sou contrário... É absolutamente isento de questões partidárias e políticas, tanto é que a gente nunca conversou sobre isso, não é? De que partido... Eu fiquei sabendo que você tem partido aqui, ouvindo o Senador Girão comentando que você se filiou. Só hoje que eu fui saber. A gente nunca perguntou sobre isso.

Mas eu quero dizer que você não está sozinho.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Posso fazer um comentário, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Claro, por favor.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Eu pertenci a esse partido por 15 dias, depois me desfiliei.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então... E você vê... Era um assunto que também não se tinha tempo pra ter espaço pra se discutir isso, porque eram maneiras que você e os médicos estavam tentando encontrar pra salvar vidas. Eu fui testemunha disso. Eu sou testemunha desse movimento totalmente de coração pra salvar vidas. Em momento algum, foi me solicitado nada. Não foi me pedido nada, apoio de nada, absolutamente nada – nada. Então, eu queria deixar claro isto pra sociedade, pra todos que estão assistindo: como eu acabei te conhecendo, como eu acabei conhecendo a equipe de médicos e cientistas.

E, mais uma vez, repetindo, não tenho dúvida, a menor dúvida de uma quantidade expressiva de vidas que você salvou.

Que Deus continue te abençoando, te dê forças, porque Ele não coloca qualquer um pra uma batalha dessa, Ele escolhe. Não é a gente que escolhe querer estar; é Ele que escolhe quem está preparado para estar. E Ele escolheu você pra essa missão, pra essa batalha, pra enfrentar isso. Que Deus continue te dando força e força à sua família!

E espero que, num futuro próximo e breve, tudo seja esclarecido e que teu nome fique pra gerações futuras como o da coragem e da disposição de ajudar o próximo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Marcos do Val.

O senhor vai falar alguma coisa, Sr. Carlos Wizard?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tá.

Vamos passar aqui – o Senador Alessandro Vieira não está; a Senadora Leila Barros também não está – ao Senador Fernando Bezerra Coelho por até 15 minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, queria cumprimentar o Dr. Carlos Wizard Martins, cumprimentar os seus advogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, eu gostaria de reiterar o firme propósito do Presidente da República, Jair Bolsonaro, de não compactuar com qualquer irregularidade, seja na relação dos órgãos do Governo Federal com a iniciativa privada, seja pela atuação de seus agentes públicos.

Não por outra razão, diante das suspeitas de oferecimento de propina na negociação da aquisição de vacinas, o Ministro Queiroga exonerou o Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Sr. Roberto Ferreira Dias, para que a apuração da Controladoria-Geral da União possa transcorrer de forma isenta, sem interferência de qualquer natureza.

Sobre a declaração, Sra. Presidente, de Luiz Paulo Dominguetti Pereira, que se autodeclarou representante da empresa Davati Medical Supply, de que teria recebido do diretor um pedido de propina de US$1 por dose em troca de fechar contrato com o Ministério da Saúde em suposto diálogo com o Sr. Roberto Ferreira Dias, é importante ressaltar que o próprio ex-Ministro Mandetta afirmou que a indicação de Roberto foi feita no começo do Governo, num esforço do então Ministro da Saúde para tirar de áreas sensíveis da pasta indicados do PP, e que tal indicação do Sr. Roberto tinha natureza eminente técnica. Aliás, a indicação de Roberto Ferreira Dias ao ex-Ministro Mandetta foi feita pelo ex-Deputado Alberto Lupion.

Importante destacar ainda que a AstraZeneca, por meio de nota à imprensa, afirmou não ter intermediários no Brasil e que todas as doses de vacina do laboratório estão disponíveis por meio de acordos firmados com governos e organizações multilaterais, como o consórcio internacional Covax Facility e a Fundação Oswaldo Cruz, este por meio de contrato de encomenda tecnológica. Também é importante acrescentar que a AstraZeneca não disponibiliza vacinas para o mercado privado, nem para Prefeituras, tampouco para Governos estaduais.

Hoje foi divulgada uma nota pela empresa Davati Medical. Informa a nota: "Foi publicado que Luiz Paulo Dominguetti Pereira" – que vai depor aqui nesta CPI – "é representante da Davati Medical Supply, o que nós negamos por meio desta. Por isso, não temos conhecimento de nenhuma discussão que possa ter havido entre o Sr. Pereira e qualquer funcionário do Governo brasileiro", diz a nota. "O Sr. Pereira não é nem um representante, nem um empregado da Davati Medical Supply. Nosso único representante no Brasil é o Sr. Cristiano Alberto Carvalho", diz a nota, em resposta a questionamentos da reportagem, assinada pelo Sr. Herman Cardenas, CEO da empresa. A empresa diz não distribuir atualmente nenhuma vacina contra a Covid-19, mas que tem sido solicitada por clientes em todo o mundo a ajudá-los a conseguir o imunizante. E também informa que entre essas solicitações estava a de seu representante no Brasil, Cristiano Alberto Carvalho.

"Em 1º de março, a Davati Medical entregou uma proposta ao Governo Federal do Brasil de compra dessas vacinas, mas o Governo nunca respondeu a nossa proposta. Então, um encontro entre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo e um vendedor privado nunca foi feito pela Davati, e a discussão nunca avançou além da oferta", conclui a nota divulgada no dia de hoje.

Queria ainda acrescentar, em relação ao Deputado Ricardo Barros, que o Parlamentar tem reiterado sua disposição em comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar os esclarecimentos devidos, o que deve ocorrer na próxima quinta-feira, conforme hoje aqui foi antecipado pelo Presidente Omar Aziz.

Em relação ao depoimento de hoje, reitero os termos da nota pública da Belcher Farmacêutica do Brasil, publicado nesse último dia 29 de junho, onde afirma não mais representar formalmente no Brasil o laboratório chinês CanSino Biologics desde o dia 10 de junho de 2021, fato esse oficializado à Anvisa em 17 de junho. A nota também esclarece que não houve interferência ou relação dos empresários Luciano Hang ou Carlos Wizard com a interface institucional realizada regulamente pela Belcher junto ao Ministério da Saúde, nem qualquer relação societária, formal ou informal. Por fim, segundo a nota pública, não há qualquer relação ou interesse comercial dos referidos empresários em face da representação no Brasil da CanSino e da vacina Convidencia por parte da Belcher Farmacêutica. O que houve foi o engajamento público do Sr. Carlos Wizard e outros empresários para discutir e implementar apoio e doações da iniciativa privada ao processo de vacinação em parceria com o SUS, em reforço ao Programa Nacional de Imunizações. Encerra a nota: "que qualquer narrativa de vinculação pode ser tida como conclusão descabida e meramente tendenciosa".

Por fim, Sra. Presidente, quero enaltecer a trajetória de vida do Sr. Carlos Wizard, de origem humilde e incontestável sucesso profissional, guiado, como bem salientou em sua manifestação inicial, pelos valores transmitidos por seu pai, caminhoneiro de profissão, bem como pelos princípios do cristianismo, que motivaram, dentre tantas outras ações sociais, sua valorosa colaboração no âmbito da Operação Acolhida, destinada a receber, com dignidade, os migrantes e refugiados venezuelanos. Nessa colaboração humanitária aos refugiados venezuelanos, o depoente auxiliou na interlocução com empresas, a exemplo da colaboração das companhias aéreas quanto à logística de interiorização de venezuelanos para o interior do Brasil. Todo o seu trabalho foi contribuição *pro bono,* de natureza voluntária e com espírito patriota.

Também como colaborador eventual *pro bono*, auxiliou na prospecção de ventiladores hospitalares junto aos empresários, no diálogo com as indústrias, para que fossem fabricados respiradores no Brasil, e na interlocução com empresas aéreas para o transporte de equipamentos de proteção individual e insumos pelo Brasil.

Eu queria, antes de encerrar, Sra. Presidente, dizer que ouvi aqui muitas críticas pela opção feita pelo Sr. Carlos Wizard, aconselhado pelo seu advogado, que é um dos maiores criminalistas do Brasil, o Dr. Toron. É uma alegria poder revê-lo aqui, no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não pode ensejar um prejulgamento das ações e das atitudes do Sr. Carlos Wizard. Por quê? Ele está amparado aqui por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, esta CPI tem como escopo também investigar eventuais desvios de recursos aplicados por Estados e Municípios brasileiros. Mas, por decisão do Supremo Tribunal Federal, os Governadores foram impedidos de comparecer a esta Comissão. Portanto, temos que ter o mesmo respeito, a mesma atitude.

É muito importante que a gente não se exceda nos comentários. Eu pude aqui testemunhar alguns comentários que considero excessivos, porque isso é um direito do cidadão brasileiro. É aquilo que está disposto na Constituição Federal, que eu assinei, de eu que participei. É a garantia individual, o respeito à garantia individual. Esse é um dos maiores valores da nossa democracia. Então, seja por qualquer objetivo político ou por qualquer objetivo ideológico, eram dispensáveis os comentários que aqui foram feitos pela opção que foi feita pelo empresário Sr. Carlos Wizard.

Sra. Presidente, eu quero encerrar. Ainda tenho quatro minutos.

Apenas já está sendo noticiado por toda a imprensa... Mas quero registrar que eu vou deixar com V. Exa. para encaminhar ao nosso Relator. Eu tenho em mão o documento que foi enviado pelo General Eduardo Pazuello ao Procurador-Geral da República, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, em razão da petição protocolada perante o Supremo Tribunal Federal em que os Senadores Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru noticiam o cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 319 do Código Penal pelo Presidente da República.

Em breves linhas, Sra. Presidente, o General Pazuello informa no documento que, após o encontro do Deputado Luis Miranda, o Presidente da República entrou em contato com o então Ministro da Saúde logo... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O seu microfone, Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... a fim de solicitar a realização de uma apuração preliminar acerca dos fatos relatados quanto ao contrato de compra da vacina Covaxin. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É que está sem som, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estou falando. Aqui está acusando que está falando.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas não estava saindo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode falar, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – No regular exercício do poder de autotutela da administração pública – ato contínuo após ordem do Presidente da República –, o General Pazuello determinou que o então Secretário-Executivo Elcio Franco realizasse uma averiguação prévia sobre alegados indícios de irregularidades e ilicitudes, ele que foi responsável pela negociação, contratação e aquisição de todas as vacinas pelo Ministério da Saúde.

Após a devida conferência, foi verificado que não existiam irregularidades contratuais, conforme já previamente manifestado, inclusive pela Consultoria Jurídica da pasta da saúde. A notícia-crime não detém, portanto, aptidão mínima nem justa causa idônea para o seu devido prosseguimento. Aliás, incumbiria uma análise efetiva, por parte da Procuradoria-Geral da República, à série de manifestações feitas por parte de membros da CPI com antecipação de juízo de valor a respeito dos fatos apurados, inclusive pelo próprio Relator.

Em resumo, não há que se cogitar minimamente qualquer ocorrência de crime ou ato de improbidade, considerando que houve a escorreita e tempestiva adoção de providências, seja por parte do Presidente da República, seja por parte do General Pazuello.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Fernando Bezerra.

Vamos então aqui... O Senador Izalci Lucas não está presente.

Senadora Zenaide Maia.

O remoto está o.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senadora Zenaide Maia, por até 15 minutos.

O Senador Izalci Lucas, na verdade, também está no remoto. Eu pediria desculpas à Senadora Zenaide Maia para passar a palavra ao Senador Izalci, porque a inscrição é um pouco antes. V. Exa. me permite, Senadora Zenaide?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o Senador Izalci Lucas – o Senador Kajuru tem um "pela ordem" –; na sequência do Izalci Lucas, o Senador Kajuru, pela ordem; e, na sequência, Senadora Zenaide Maia.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para questão de ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu vou fazer mais uma questão de ordem, se V. Exa. me permitir. Eu estive aí, eu cheguei aí 8h da manhã, como tenho chegado, mas, como eu não sou membro, eu sou não membro, a gente acaba ficando para último lugar, penúltimo. Então, daqui a pouco começa a sessão, e tenho que orientar a votação.

Eu pediria a V. Exa., como amanhã nós temos mais uma audiência, que essa minha inscrição ficasse para depois do Relator amanhã, se V. Exa. me permitir. Eu só iria colocar uma questão hoje aqui só para dizer que essas empresas citadas aí estão também na Operação Falso Negativo aqui do DF. Mas, se V. Exa. me permitir, eu ficaria para amanhã depois do Relator ou segunda, alguma coisa assim, para que eu pudesse também ter a oportunidade de falar na CPI, Presidente – Presidente, nossa querida Senadora Eliziane Gama.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Izalci Lucas, veja bem, a questão de ordem que V. Exa. solicita já foi deferida em alguns outros momentos, por conta de que a sessão havia se iniciado, mas a sessão está ocorrendo. Da mesma forma que V. Exa. está no remoto, nós temos a Senadora Zenaide, nós temos o Senador Jean Paul, temos o Jorge Kajuru, que estão todos também na mesma sequência para falar. Então, a gente entende...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou falar então, Presidente, mas eu quero só registrar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, de fato, eu queria só lembrar também que foi por isso que nós mulheres aqui nos unimos em torno disso, porque quem não é membro acaba falando lá pelo 15º, 17º, quando consegue falar, por conta da sessão. Não há dúvida de que a sua colocação é uma colocação, de fato, muito pertinente.

Mas o senhor pode falar, Senador Izalci, pelos 15 minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – É porque eu queria realmente dar oportunidade para a Zenaide e também para o Kajuru, porque, na prática, eu, como Líder do PSDB, eu poderia... Pelo menos, em todas as CPIs de que participei, o Líder sempre pode falar; não pode perguntar, mas pode falar, mas nunca usei essa prerrogativa, até para não criar precedente e confusão. Como Líder do Partido, a gente tem que orientar a votação daqui a pouco e a gente tem que ler, pelo menos, o que vai ser votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou fazer uso dos meus 15 minutos, mas eu apelaria a V. Exa. para que a Senadora Zenaide e o Kajuru pudessem falar também.

Essa questão de ordem já foi deferida uma vez, mas eu só quero... É porque amanhã, Presidente, está muito relacionado às questões do DF, e, então, eu poderia falar porque a gente tem muito o que perguntar amanhã, mas... É uma questão de ordem que eu faço a V. Exa. Se for possível, eu agradeço. Se não, eu vou usar os 15 minutos, mas gostaria que a Zenaide pudesse falar, o Senador Kajuru e outros... Fica V. Exa. aí, como Presidente, para decidir essa questão. Faço mais uma questão para V. Exa., mais um apelo. É possível ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, é porque na verdade a colocação de V. Exa... Nós temos vários outros também que estão esperando, entendeu? Então, essa é a situação. A gente está com outros Parlamentares que estão aguardando também para falar. Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... se abre esse precedente para V. Exa., em função de que nós estamos no curso normal ainda da CPI, os outros Senadores também pedirão para falar na sequência, após V. Exa., de amanhã. Então, fica meio complicado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... aqui deferir essa sua questão de ordem, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom, Presidente. Então, deixe-me fazer... Eu gostaria de falar pessoalmente, como tenho feito sempre. Eu tenho ido aí para falar pessoalmente. Eu não gosto, em CPI, de trabalhar virtualmente.

De qualquer forma, eu quero primeiro registrar... Eu fiquei até emocionado quando o Sr. Carlos abriu a sessão, e depois V. Exa. mesmo fez algumas colocações também da Bíblia. Eu acho que foi falado muito hoje sobre Cristo, sobre a Bíblia, tanto o Novo Testamento quanto o Velho Testamento. E eu cheguei até a me emocionar, inclusive, pela atitude, pelas ações que o Dr. Carlos fez. Eu acho louvável, parabenizo.

Agora, em todas as CPIs de que participei, Presidente, o que o Supremo normalmente determina é que o depoente não pode, em momento algum, falar algo que possa criminalizá-lo, que possa complicá-lo ou dificultar ou falar alguma coisa que possa incriminá-lo. Então, aquilo que não é... O que é de terceiro, que não afeta diretamente o depoente, pelo menos em todas as CPIs, todos falaram e responderam aquilo que não era diretamente relacionado às questões do depoente. Então, eu fico de fato preocupado, primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

porque quem não deve não teme; segundo porque a gente precisa esclarecer as coisas. Eu não sou contra ninguém, não sou nem de um lado nem de outro. O que eu quero é transparência. O que falta é transparência, porque esse sistema criminoso que existe nos Estados, nos Municípios, na União são coisas antigas.

Eu coloquei para todos os ministros, todos: por que é que o Sistema Único de Saúde, que envolve um orçamento de 130 bilhões, não tem nenhum controle? Por que é que não é informatizado? Aqui no DF, Presidente, sequer tem controle de estoque de medicamento. No ministério, gastam-se milhões e milhões com medicamentos de doenças raras, o que não tem nenhum controle. Tem um departamento que fala de ações judiciais, em que qualquer ação determina a compra de remédios, e quem paga a conta são os contribuintes, que não têm controle de nada. O Governo Federal não tem controle sequer daquilo que é gasto. Ele encaminha o recurso financeiro e não recebe nenhuma prestação de conta se foi gasto ou não.

E aí a gente percebe que essas empresas que estão envolvidas na vacina, na compra de medicamentos, na compra de insumos, todas elas estão envolvidas em outros Estados. Essa Precisa, cujo sócio vai estar amanhã fazendo o seu depoimento, fez parte aqui, entrou numa licitação fora do prazo com um preço dez vezes maior do que o que foi vendido para o Sesc, o dobro do preço do primeiro colocado, e ainda não entregou o material que estava no edital; entregou uma vacina que não tem nenhuma qualidade, que já foi recolhida no mundo todo, seja na Argentina, seja na Índia, em todos os lugares em que venderam essa vacina, foi recolhida exatamente, porque não tinha valor nenhum. Na Argentina, foram aplicados 1.200 testes; apenas 8 pessoas deram positivo. E aqui, em Brasília, aplicaram isso. Quantas pessoas aqui morreram porque foram ao hospital, fizerem o teste, não deu positivo, deu negativo, a pessoa foi para a casa, depois foi intubada e morreu? Quantas? Quanto é que custa isso? A vida das pessoas? Então, esse *modus operandi* é o mesmo.

Inclusive, é o que eu ia perguntar... Tem essa empresa, por exemplo, que foi citada hoje, a Belcher: também fez cobertura aqui, em Brasília, na Falso Negativo. Então, é um escândalo o que acontece nos Estados e aqui, no Distrito Federal, em especial.

Aqui, o hospital que é referência, o Hospital de Base, que já foi referência nacional, hoje sequer tem anestésico, sequer tem insumos. O hospital atendia oncologia; não estão atendendo mais, as pessoas estão morrendo por falta de atendimento oncológico! As pessoas que têm tratamento de ortopedia chegaram a ficar no hospital cem dias internadas por causa de parafuso. O Iges, que foi comandado por esse Francisco que botou essa empresa Precisa dentro do processo, com o preço dez vezes mais do que o do Sesc... Está aí, montou esse Iges, que está com a dívida de 350 milhões. Então, o que eu lamento – lamento – é que nós poderíamos pelo menos saber o que está acontecendo, quais foram as relações com esses fornecedores.

Eu fui um dos que defendi no Congresso a compra de vacina pela iniciativa privada, porque, a cada vacina que fosse comprada e doada ao Sistema Único de Saúde, eram dois a menos, um vacinado na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa e outro no Sistema Único, mas os meus colegas foram maioria de que não deveríamos aprovar essa matéria.

E agora a gente percebe...

Eu queria saber, sinceramente, quem é Daniel Moleirinho Ribeiro, que é sócio da Belcher Pharmaceuticals, se conhece ou não; se conhece o Francisco Araújo Filho, que foi realmente o nosso Secretário, indicado pelos membros aí do Governo, no Ministério da Saúde; se conhece o Governador aqui do DF, Ibaneis Rocha. Eu queria saber isso. E se conhece Emanuel Ramalho Catori e de onde? Então, essas coisas que não comprometem o depoente poderiam ser respondidas.

E aí me indagam: por que, Senador Izalci, você assinou a prorrogação da CPI? Primeiro, porque nós temos que apurar, independente de quem seja, se é federal, se é municipal, se é estadual. O que a gente não pode admitir é essa corrupção que está aí, que está matando as pessoas. Eu sou membro da Covid – da Comissão Especial – desde o primeiro dia, desde o início, desde o ano passado. Não perdi uma reunião. Todos nós fizemos esforço para comprar vacina, para correr atrás de vacina. Agora eu fui Relator, inclusive, do projeto do Senador Wellington para a gente poder usar a estrutura das indústrias de veterinária para a gente poder fazer mais vacinas. Todo mundo quer vacina. Todo mundo precisa de vacina. E a gente fica indignado quando a gente fica sabendo que tinha vacina, que pediram propina para comprar vacina, que botaram empresas que têm esquema há muito tempo. Então, a gente precisava que as pessoas que têm algum conhecimento, algum relacionamento, que já tiveram algum conhecimento que contribuíssem com a CPI. Tem gente que acha que a CPI não vai dar em nada. Eu acho que vai dar, sim, até porque agora é que nós vamos começar a fiscalizar, auditar e conversar sobre os Estados.

Eu, de fato, tenho acompanhado aqui no DF... Gente, parece que as pessoas não estão acompanhando. As pessoas estão morrendo na fila por falta de atendimento! Agora, aqui no DF, pessoas que já tomaram a vacina, CoronaVac ou a outra lá, a AstraZeneca, agora estão tomando a Janssen, porque não tem controle. As pessoas fazem manualmente. Pessoas estão tomando a vacina de novo, e não tem controle. Então, é muita incompetência, é muita roubalheira. Então, eu fico assim...

De certa forma, eu tenho admiração pelo trabalho do Sr. Carlos aí no... É um empresário de sucesso, que faz um belo trabalho social, mas precisamos da colaboração para saber as pessoas que realmente estão contribuindo para desviar recurso público, que impediram compra de vacina... Nós nunca transferimos tanto recurso para os Estados como agora! Nós aprovamos isso no Senado, nós flexibilizamos a legislação para essa compra direta, mas, óbvio, nenhum Senador, acredito – tenho certeza de que muitos, a maioria absoluta –, jamais aprovaria a flexibilização, como aprovamos, para facilitar realmente o desvio de recurso, essa corrupção que está aí. Nós aprovamos...

Tem Estados... Aqui, por exemplo, nós recebemos mais recurso do Governo Federal que arrecadaríamos normalmente se não tivesse a pandemia. Agora estão fechando os quatro hospitais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha, porque não pagaram os fornecedores. O Iges tem 250 milhões com fornecedores que não fornecem mais nada, porque não recebem. Cadê esse dinheiro? Foram quase 3 bilhões para o Distrito Federal! Quase 3 bilhões!

O orçamento da saúde são 132 bilhões. Esse dinheiro tem que ser fiscalizado, auditado, acompanhado.

E aí nós ainda temos outras coisas. Ainda vamos chegar à Opas. Vamos ver o que está acontecendo nessas instituições todas que compram sem licitação, com dispensa de licitação, e as pessoas morrendo por não poderem usar recurso público realmente da saúde. É criminoso!

Por isso, eu gostaria muito que o Dr. Carlos pudesse contribuir. Lamento de ele ter ficado calado. Eu sei que com muita coisa ele poderia contribuir.

Então, Presidente, amanhã estarei aí novamente às 8h da manhã. Espero que eu consiga falar amanhã também em relação ao que aconteceu aqui no DF com essa empresa que vendeu produto falso e ainda com um preço dez vezes mais do que o do mercado.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Izalci.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia. E, na sequência, um pela ordem do Jorge Kajuru.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sra. Presidente Eliziane, colegas Senadores, eu desde de manhã estou aqui ouvindo.

Sr. Carlos Wizard, eu vou fazer duas perguntas ao senhor.

O senhor tem ideia do privilégio que V. Sa. tem de estar aqui hoje por opção e ficar calado, mesmo sabendo que o senhor contribuiu para que mais de 516 mil brasileiros e brasileiras se calassem para sempre, não por opção? A primeira pergunta é essa.

A segunda pergunta. Desde de manhã, eu vejo os relatos de que o senhor medicava, estimulando as pessoas em rádios a tomarem drogas sem eficácia terapêutica comprovada, dando a falsa impressão de segurança de que não iam ter a doença e de que, se tivessem, não seria grave; ou de quando, supostamente, o senhor intermediava compras de vacinas superfaturadas, mesmo sem autorização da Anvisa. A pergunta é: V. Sa. achou que tinha esse direito baseado em quê? Ou seja, o senhor se baseou ou foi autorizado pelo Presidente da República, que se acha com esse mesmo direito de medicar sem ser médico e dar a falsa segurança às pessoas com esses medicamentos comprados com recurso público, ou o senhor se baseou no ex-Ministro Pazuello, que, mesmo como Ministro de Estado da Saúde, se calou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diante de um Presidente que não tinha o mínimo respeito, nunca teve nenhum compromisso com a vida e nem com a dignidade humana?

São essas duas perguntas que eu faço a V. Sa.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Carlos Wizard, o senhor vai responder à Senadora Zenaide?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) – Ilustre Senadora Zenaide Maia, em respeito aos demais colegas, eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Carlos...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só para finalizar.

Sr. Carlos Wizard, eu digo ao senhor que o senhor se inspirou em alguém que, na verdade, é um Presidente da República que em nenhum momento desta pandemia teve um olhar humano pelos milhões de brasileiros e brasileiras que se calaram porque não tiveram a opção de continuar vivos, não se calaram porque quiseram. E esse Presidente que a gente tem aí, eu continuo dizendo, não tem nenhum compromisso com a vida e muito menos respeito pela dignidade humana.

Era só isso, Sra. Presidente, que eu tinha a falar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senadora Zenaide.

O Senador Jorge Kajuru faz um pedido de "pela ordem"? (*Pausa.*)

Pois não, Senador Jorge Kajuru.

Na sequência, Senador Alessandro Vieira.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sim, Presidente.

Presidente amiga e minha referência Eliziane Gama, o Senador Renan Calheiros não está na Mesa Diretora, porque ele, como Relator, creio, responderia a essa pergunta na hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho ódio de ninguém. Agora, a sessão de hoje causou nojo em função do silêncio. Eu penso, creio que como a senhora, que o contrário do amor não é o ódio, é o desprezo, a indiferença. Então, é isso que eu ofereço a esse senhor que aí está.

A pergunta é a seguinte, para a Mesa, no caso, ocupada a presidência neste momento pela senhora: todo mundo sabe que nada é de graça na política, quando se envolve empresário milionário com o Presidente da República e passa a ter grande amizade e grande intimidade, que é o caso desse senhor que está aí, com o Presidente Bolsonaro; que é o caso, por exemplo, daquele Luciano Hang ou Hung, sei lá. A gente viu, no Brasil inteiro, empresários como o dono das Casas Bahia e outros que demoraram tanto tempo para que suas empresas virassem uma potência. Já esse Hang virou uma potência em tempo recorde, a partir do momento da relação dele com o Presidente Bolsonaro. Então, imagina como é que é a vida tributária desse homem, se você puxar a "capivara" dele.

Então, a pergunta para a senhora, Presidente, é se há essa informação sobre a CPI ter feito um pedido da vida tributária desse homem bilionário que aí está.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Jorge Kajuru, eu acho que V. Exa. faz a pergunta referente à questão das quebras do sigilo, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Do sigilo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já já confirmo a V. Exa. quais sigilos foram deferidos em relação às quebras. Antes, porém, passo aqui a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente. É sempre importante reverenciar a presença da mulher na função de Presidente, seja da CPI, seja do próprio Congresso.

Sr. Carlos Wizard, boa tarde. Eu tive o cuidado de acompanhar ou pelo menos tentar acompanhar a sua vida. O senhor tem uma vida muito bonita, uma história de vida bonita. Eu tenho absoluta convicção de que sua participação nesse processo todo se deu na melhor das boas intenções, mas existe um problema sério no que a gente vive hoje aqui.

O senhor tem condições financeiras notoriamente elevadas. Isso lhe permitiu ter acesso a uma extraordinária banca de advogados, que merece nosso respeito, e através dela ter acesso a um *habeas corpus* diferente dos demais humanos que sentaram nessa cadeira. O senhor ganhou o direito de não responder a absolutamente nenhum questionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, sem nenhuma pretensão de conhecer a religião como conhece V. Sa. e nossa Presidente Eliziane, eu me lembro só de uma pequena frase, que diz que a humildade precede a honra. Humildade é uma palavra que está faltando nessa etapa da sua jornada.

Eu peço, Sra. Presidente, se puder passar um vídeo que foi encaminhado pela equipe e pelo pessoal da internet, para que a gente possa só contextualizar o que eu estou falando.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Enquanto organiza o vídeo, Senador Alessandro Vieira, V. Exa. me permite responder aqui ao Senador Kajuru, que faz a pergunta sobre as quebras. Na verdade, sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário.

De fato, foi apresentado a esta CPI e deferido, mas o advogado do Wizard acaba de informar que o sigilo bancário e fiscal será entregue espontaneamente a esta CPI.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Aguardando apenas o vídeo, Sra. Presidente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esse vídeo contextualiza, Sr. Carlos, o que eu mencionei: absoluta falta de humildade.

O senhor, seguramente, imagina que o seu patrimônio lhe coloca numa condição suficiente de fazer troça, de fazer brincadeira com a vida das pessoas, dando uma recomendação que não corresponde àquilo que a ciência diz, baseada numa crença individual, baseada num processo que é de profunda vaidade e desrespeito ao ser humano.

Essa postura é incompatível com a vida que eu li. E eu acredito que a vida que eu li é verdadeira, mas eu faço um pedido a V. Exa. que reexamine sua consciência e se imagine se foi para isso que o senhor se preparou uma vida inteira, para chegar, num momento deste, diante do Brasil, ao Senado da República e não ter a capacidade de se manifestar para explicar e defender a sua posição, que eu repito, acredito que foi sempre na melhor das boas intenções, mas eivada de desconhecimento, desrespeito, dentro de um Governo que também, em si, é eivado de desconhecimento, ignorância, desrespeito...

Se o Brasil tivesse seguido, Sr. Carlos Wizard, apenas o padrão de conduta do resto do mundo, nós teríamos centenas de milhares de mortes a menos. Não é nada além disso. Se tivesse o Brasil seguido aquilo que o resto do mundo fez, nós teríamos salvado centenas de milhares de vidas. E eu tenho certeza de que essa é a sua intenção. Tenho certeza. Mas faltou-lhe humildade, faltou-lhe respeito pela vida dos outros, e o senhor pode ter certeza de que o seu patrimônio, a sua condição, a sua história lhe asseguram o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor assessoramento jurídico, tenho certeza de que a melhor proteção em todos os tribunais, mas também tenho certeza de que o tribunal que mais lhe importa não leva em consideração patrimônio, leva em consideração exemplo de vida. E, nessa quadra, o seu exemplo foi o pior possível.

Não vou constrangê-lo de perguntar alguma coisa, para fazê-lo mecanicamente repetir o mesmo que já disse, mas deixo esse apelo: reflita. Não é para isso que o senhor se colocou na vida.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Alessandro Vieira.

Vamos então passar aqui a palavra ao Senador Fabiano Contarato, pelo remoto.

V. Exa. está *online?* (*Pausa.*)

Não está, não é?

Vamos então passar a palavra... A Senadora Soraya pede para ser a última... Senadora Simone Tebet.

Nosso Vice-Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, desculpe, se a Senadora Simone me permite, em um minuto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas é claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É um rápido pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Todo minuto do mundo, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – É rápido. Serei bem breve, Presidente, até porque quero ter o maior prazer em ouvir a Senadora Simone Tebet.

Sua Excelência, o Presidente da República, em mais um ataque a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, proferiu impropérios, agora em um evento, se eu não me engano, em Curitiba.

Causa espécie, estranheza, Senadora Simone, o Presidente da República insistir nos ataques a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e, cinco dias após os irmãos Miranda terem prestado depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a esta CPI, ele não ter dito nada em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que esta Comissão Parlamentar de Inquérito quer é saber do Senhor Presidente da República e saber do Governo qual a responsabilidade que tem nesta fraude, por exemplo, de R$2 bilhões em vacinas. O que esta CPI quer é assegurar vacina a todos os brasileiros, vacinas essas que foram omitidas pelo Presidente da República, e vacinas sem superfaturamento e sem esquema.

É só, em nome desta CPI, considerei importante, mais uma vez, e acho lamentável, mas eu considerei importante, mais uma vez, responder às agressões gratuitas do Sr. Presidente. O Sr. Presidente deveria se inspirar, já que a gente citou tanto a Bíblia hoje aqui, no versículo que ele mais aprecia e mais cita: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará".

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – "E a verdade vos libertará." Muito bem lembrado, Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato, que não está *online.* Então, com a palavra a Senadora Simone Tebet, nossa Líder da Bancada Feminina.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente Eliziane. É uma honra muito grande falar nesta CPI, tendo V. Exa. presidindo esta Comissão tão importante para o Brasil.

Eu pergunto antes a V. Exa. se o depoimento dado pelo Dr. Wizard foi feito por escrito e vai ser anexado ao processo da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você fala a primeira... Você está perguntando ao...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. As apresentações iniciais.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – V. Exa. permite que eu responda?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Era só para dizer sim ou não. Não tem problema. Não vou perguntar mais nada para ele. Pode ficar tranquilo que eu não vou vir para, de forma alguma, colocá-lo em constrangimento. Eu gostaria apenas de saber porque tem uma frase que eu.... Ele pode dizer sim ou não, se vai anexar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O que ele está colocando, Senadora, é que tem partes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON – Eminente Senadora, só para auxiliar V. Exa... Uma grande parte está escrita e a gente pode fornecer a V. Exa. e à egrégia Comissão, mas outra parte ele falou de improviso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Eu gostaria de saber da parte onde ele fala exatamente da questão que ele não tem, que ele não é da área, que não tem experiência na parte de medicamentos, que não receitaria ou não pode receitar. Eu queria rememorar porque eu, realmente, perdi um pouco as palavras. Acho que só o favorece, porque isso é que eu estou... V. Exa. conhece. Eu, como advogada, não tenho interesse nenhum em constrangê-lo, mas apenas aqui fazer... E a parte, também, em que ele fala que a imunidade de rebanho escapa ao seu conhecimento. Isso só favorece o depoente. Eu queria saber se foi isso mesmo o que eu ouvi.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Senadora, agradeço o seu depoimento nesse sentido. Eu posso entregar a esta Comissão a parte escrita.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Então, foi realmente isso que foi colocado, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS (Para depor.) **–** Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Que a imunidade de rebanho seria um termo que escapa ao seu conhecimento e que também, em função de não entender... Não sei se você falou medicina, eu que estou falando de medicamentos.

O SR. CARLOS ROBERTO WIZARD MARTINS – Eu falei da área da saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** É. Na área da saúde. Então, que não poderia estar prescrevendo medicamentos. Está certo. Não tem nenhuma pegadinha no processo.

Obrigada.

Bom, Sra. Presidente, o depoente avoca o seu direito de permanecer calado. Está munido, embaixo do braço, de um HC e nós temos que respeitar. Eu já havia feito uma indagação ao Presidente Omar Aziz sobre se não seria o caso de transformá-lo, de novo, de investigado em testemunha, para que, no momento oportuno, se precisássemos trazer aqui qualquer esclarecimento, ele pudesse vir. Com isso, obviamente, não teria aí nenhum... Nós não teríamos mais nenhum direito sobre a quebra de sigilo, mas também é uma forma de contribuir com quem iria contribuir com esta Comissão. Então, deixo esse apelo à Comissão e também para a reflexão do advogado.

Eu sei que o senhor tem o direito de permanecer calado, mas nós temos a obrigação de falar. O ouvido agora é do senhor e a fala é minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso, assim, que fiquei um pouco na dúvida. Por isso é que eu gostaria realmente que o senhor tivesse a oportunidade de poder responder minimamente a algumas das questões que não comprometessem a linha de defesa do seu advogado, para que eu pudesse definir exatamente quem é o personagem e quem é a pessoa, porque eu entendo um pouco como é que funciona a política e como é o assédio das teses, das ideias e das ideologias.

O senhor veio de uma família muito humilde, e eu quero encontrar aí a pessoa do Sr. Wizard.

Para mim, a pessoa do Sr. Wizard é aquele, filho de um caminhoneiro, que disse exatamente que aprendeu os princípios que aprendeu com o seu saudoso pai, com o seu pai ainda vivo, embora já de idade, que passou esses ensinamentos para os seus filhos, que seus filhos, a exemplo do senhor e de sua esposa, hoje são missionários. Então, quando o senhor fala que resolveu servir e que quis ajudar na compra de vacinas e não quis financiar nem ganhar em cima disso – estou diante dessa pessoa que eu acredito que esteja –, eu digo que acredito no senhor. Eu acredito que a pessoa seja essa.

O problema, Sr. Wizard, é que, no meio do processo, pelo senhor vir da iniciativa privada, pelo senhor, embora bem intencionado, ter se cercado de uma política que hoje infelizmente não é escrita com "p" maiúsculo, é uma política que infelizmente hoje é muito mais aficcionada em posições ideológicas não partidárias, com um Governo infelizmente reacionário, autoritário, que não acredita e não aceita a voz do contraditório, mas apenas a voz de si mesmo, que rejeita a ciência, acaba por trazer pessoas de bem pra próximo de si...

Então, o que eu percebo é que eu vi um personagem nos vídeos e nos áudios e vejo uma pessoa, uma pessoa com a mais boa intenção, porque não é possível alguém que fala em nome de Deus, que quer servir ao senhor, não querer servir ao Brasil. Só que o senhor estava ou está equivocado nessa forma de servir ao Brasil, ficando calado ou tendo tido cometido certos impropérios – me desculpe – como cometeu.

Eu sei que os holofotes, eu sei que, muitas vezes, no público, a gente acaba se envolvendo porque está num grupo. A gente sabe o que é pertencer a uma tribo. Agora é o momento dessa redenção. É o momento de dizer exatamente o que o senhor disse aqui: "Olha, eu não sou médico, eu não sou cientista. Eu não posso falar de medicamentos. Eu não acredito, eu não sei o que é imunidade de rebanho". Então, eu não posso pregar a imunidade de rebanho por contaminação, e não por vacinação, que levou à morte... Quatro a cada cinco brasileiros morreram acima da média mundial. Então, não é possível que o Brasil esteja certo, matando tanta gente, e o mundo errado porque está tirando máscara e está se abraçando neste momento.

Então, eu gostaria muito que a Comissão revisse a sua posição, não de acusado ou investigado, mas de testemunha, pra que o senhor viesse fazer esse mesmo testemunho, ainda que não respondesse sobre outros assuntos. Mas eu acho que é importante, é fundamental para a linha de defesa, inclusive, do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

advogado perante os fóruns criminais e civis – se é que vai haver algum processo contra o senhor; eu não sei se há.

Então, nesse sentido, fica aqui realmente um apelo de uma mãe e de uma filha que ficou sensibilizada com a sua história e a história da sua família. Eu não tenho, de nenhuma forma, condições de provocá-lo, depois de ouvi-lo falar de Deus, da Bíblia, sabendo que o senhor tem família, em rede nacional, sabendo que o senhor vai ficar calado.

Então, todas as perguntas que eu ia fazer, não são essas aqui, mas eu quero dizer que eu as rasgo. Eu as rasgo em referência à sua família, não em relação ao senhor, porque eu acho que o senhor está cometendo um grande equívoco em ficar calado. Mas, de qualquer forma, o senhor veio pra trazer, pelo menos, uma luz pra esta Comissão. Quando nós falamos aqui em gabinete paralelo, nós temos que aqui começar a falar, Vice-Presidente, Senadora Eliziane, em gabinetes do Governo Federal.

Existe o gabinete oficial, que é feito pelos ministérios, ali de onde deveriam sair todas as documentações, as decisões do certo ou errado, um gabinete paralelo, que é aquele de simpatizantes, que, infelizmente, de boa-fé, são contaminados por conceitos equivocados, reacionários, autoritários, que, repito, estão levando à morte milhares de cidadãos brasileiros, mas há algo mais. Há o gabinete do ódio, que é o das redes sociais. Depois que nós sairmos daqui, vamos estar todos contaminados. Essa rede do ódio é que decidiu formar, num núcleo do gabinete paralelo, uma ideia de que é preciso contaminar todo mundo – "Vamos deixar todo mundo se contaminar rapidamente pra voltar ao mercado de trabalho." –, negando a ciência, negando a vacina, imputando a utilização de um remédio ineficaz porque não tem comprovação científica, dando uma falsa sensação de segurança para as pessoas.

Agora, eu estou falando aqui, eu vou dormir e vou estar com a minha família. Quantos pais, quantos avós, quantos filhos se perderam prematuramente? Nós não estamos falando nem de pessoas – e já seria muito triste – da idade do seu querido pai. Nós estamos falando de jovens, nós estamos falando da massa de trabalhadores na faixa de 30, 40, 50 anos de idade.

Então, esse gabinete do ódio imputou, de alguma forma, uma ideia dentro desse gabinete paralelo, de que V. Sa., de alguma forma, fazia a parte, de que era importante falar em cloroquina, de que não era importante comprar vacinas.

E aí, por fim, veio a constatação, por tudo que está aqui, já que o senhor se defendeu em relação àquele contrato – e até esqueço os nomes, porque são tantos os nomes – do laboratório lá da China, da CanSino, no valor de R$5 bilhões, numa dose de US$17, em que o senhor teria o seu nome envolvido, o que agora, parece-me, já foi retificado. E aqui gerou-se o quê? Um gabinete da propina.

Então, nós temos o gabinete oficial, nós temos o gabinete paralelo, nós temos o gabinete do ódio e agora está muito claro que nós temos o gabinete da propina. E sabe como ele surgiu, Dr. Wizard? Baseado em cima da inocência de pessoas como o senhor, que acreditou nesse Governo, como eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acreditei, baseado na boa índole, na vontade dos senhores e de tantos de verem vacina no braço do povo brasileiro. "Vou ajudar a comprar vacinas. As empresas privadas querem comprar vacinas para colocar de graça no Sistema Único de Saúde." Só que, enquanto isso, nós temos aqui, pelo menos... Já de sexta-feira, conseguimos, esta Comissão conseguiu arrancar o nome do Líder do Governo como estando no núcleo desse propinoduto.

E nós estamos falando já de três vacinas, que, sem comprovação científica de validade, sem autorização da Anvisa, uma já contratada antes de ter lei permitindo a contratação, superfaturada, com graves indícios de tráfico de influência, de prevaricação, de peculato, de corrupção ativa, de corrupção passiva e, como existem mais de dois no meio, de organização criminosa. Nós estamos falando de uma primeira vacina no valor de 1,2 bilhão, em que foi oferecida, a princípio, nós vamos investigar, propina para alguém não delatar. O segundo, que é esse da CanSino, de R$5,2 bilhões, em que se fala de propina também e de não sei quantos centavos de dólar por unidade. E, por fim, até a AstraZeneca, já regulamentada e que já está no Brasil, na mesma data da assinatura do contrato da Covaxin, teve um servidor de nome Roberto Dias, que foi exonerado pelo Governo e que teria – nós estamos atrás das investigações – pedido... Eu quero que o senhor escute bem, porque eu acho que nem o senhor tem esse patrimônio: US$1 por dose. São 400 milhões de doses que foram oferecidas para o Brasil comprar. Nós estamos falando de uma propina, apenas para um núcleo desse Governo, de R$2 bilhões.

Então, por tudo isso, Dr. Wizard, como eu disse, eu rasguei as perguntas, porque eu não quero constrangê-lo. Eu quero, ao finalizar, dizer que eu mesma respondo quem é a pessoa e quem é o personagem. Eu quero muito acreditar e vou acreditar, pelas palavras iniciais do senhor – e foi por isso que eu perguntei se estavam por escrito –, que o personagem estava ali, que a pessoa humana e cristã está aqui, que tem família.

Então, eu peço, realmente, se não hoje, que o senhor reconsidere, que, de repente, possa vir aqui na função de testemunha, se o advogado assim o permitir, apenas para que elucide como é que eram essas conversas que aconteciam com essas pessoas – alguns de bem, outros não, outros muito mal intencionados – quando o senhor, das raras vezes que tinha oportunidade, encontrava essas pessoas, em nome não dá vida dos brasileiros, mas em nome daquelas 500 mil cruzes que estão espalhadas pelo caminho da vida, espalhadas pelos 27 Estados da Federação brasileira, daquelas 500 mil pessoas que hoje não vão ter direito de estar aqui conosco jantando, dormindo, participando de tudo aquilo que nós temos, que é aquilo que nós mais prezamos na vida, que é estar ao lado do ente querido, mas, principalmente, em nome de todos os familiares que hoje choram, que hoje sentem dor, que hoje têm um buraco imenso no peito, uma saudade que nada cura, porque não há como curar uma saudade quando um ente querido vai prematuramente, sabendo que só está indo por negligência, por imprudência, por imperícia, por omissão, por dolo daqueles que eles elegeram e que tinham a obrigação – no plural, porque é o Governo – de cuidar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui a minha consideração, o meu desabafo ao senhor, com todo respeito que possa ter.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senadora Simone Tebet, V. Exa., como sempre, brilhante nos seus posicionamentos.

Vou passar aqui a palavra ao Senador Fabiano Contarato, que está aqui no Plenário. Na sequência, o Senador Jean Paul Prates. Meu querido Jean, que Deus te abençoe.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado Presidente, obrigado pelo comparecimento, Sr. Wizard; ao advogado que está aqui a minha deferência à Ordem dos Advogados do Brasil. Eu, como inscrito na OAB, tenho muito orgulho dessa instituição tão importante na defesa da democracia e daquilo que eu chamo, que é a espinha dorsal do Estado democrático de direito.

Eu queria... Diferentemente do que eu já ouvi, eu não acreditei nesse Governo Federal, desde o início, porque o Governo Federal que fala que uma mulher tem que ganhar menos porque engravida, eu não posso ser favorável a ele. Um Governo Federal que diz que se você tem um vizinho que é *gay*, o seu imóvel tem a diminuição do valor, eu não posso votar nele. Um Governo Federal que diz que não corria o risco de ter uma nora negra porque os filhos foram bem educados, eu não posso votar nele. Essas pessoas, que não são minoria, são maiorias minorizadas, têm que ter um amparo pela legislação.

Agora, aqui, eu quero também deixar claro para a população brasileira que esta CPI, Sra. Presidente, já provou muitas coisas. Ela provou, por exemplo, a difusão de tratamento precoce, negou a ciência e a utilização de ivermectina e hidroxicloroquina. Isso é crime de charlatanismo, previsto no art. 283 do Código Penal.

Esta Comissão também provou que houve uma ação deliberada para a chamada imunidade de. rebanho. Isso é crime de epidemia qualificada com resultado morte, que dá uma pena de 20 a 30 anos, conforme determina o art. 267, §1º, do Código Penal.

Também provou aqui nesta CPI a existência desse gabinete paralelo. Isso é usurpação de função pública, prevista no art. 328 do Código Penal.

Provou-se também o crime de prevaricação, previsto no art. 318, na demora da compra da vacina, sobretudo, da Pfizer: cento e uma ofertas, e o Presidente negou vacina aos brasileiros.

A crise em Manaus: mais uma vez, a prevaricação expressa no art. 318.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você faz aí... Indício de irregularidades no contrato da Covaxin, nós temos ali o crime de corrupção passiva, previsto no art. 317 do Código Penal e, para o particular, o crime de corrupção ativa, previsto no art. 333; que tudo isso, esses crimes, ambos, dão a pena de reclusão de dois a 12 anos.

Quando o Presidente não utiliza máscara e difunde a não-utilização do distanciamento social, isso é infração sanitária, é uma medida de infração sanitária preventiva, prevista no art.268.

Por tudo isso, eu quero falar para o senhor que já está mais do que evidenciada – e essa não é uma fala de um Senador que é do partido a, b ou c, porque contra fatos não há argumentos – a digital do Presidente da República, dos seus ministérios e de quem, de qualquer forma, concorreu para esse agravamento da pandemia, com 516.119 mil famílias que estão enlutadas. Quanto que vale a vida de um pai, de uma mãe, de um filho, de um irmão, de sobrinho? Essa digital está no Presidente da República e nos seus ministros da saúde, está no ex-Chanceler do Ministério das Relações Exteriores, está em quem, de qualquer forma, concorreu para o agravamento, seja a título de dolo, seja a título de culpa, seja a título de ação, seja a título de omissão, porque a omissão é penalmente relevante quando a gente tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Então, isso para mim já está mais do que evidenciado. Mas o que mais chamou a minha atenção aqui hoje, Sr. Wizard e Sra. Presidente, eu vou falar para vocês: é que o senhor afirmou aqui hoje, nas poucas palavras que o senhor deu, que respondeu ao convite do Ministro Pazuello com as seguintes palavras – olha, essa palavra que eu vou falar aqui é do senhor, Sr. Wizard –, aspas: "Quero servir como voluntário, sem qualquer vínculo com a Administração" – fecha aspas.

Aqui, eu não tenho dúvida e falo como delegado de polícia por 27 anos: isso é uma confissão de culpa. E eu vou falar porquê. A Lei de Improbidade Administrativa, que é a Lei 8.429, de 1992, conceitua o que vem a ser agente público. E quem que é agente público, no Brasil? Aspas: "Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior."

Ora, a razão de ser do gabinete paralelo é justamente a ausência de vínculo com a Administração Pública e a responsabilidade dos agentes pelos seus atos. Saiba, Sr. Wizard, que, mesmo buscando agir às sombras, sem vínculo com a Administração Pública, o senhor exerceu a função; o senhor, veja bem, o senhor exerceu a função de agente público e está sujeito à responsabilização.

A fala que te responsabiliza, em que o senhor confessa essa participação no gabinete paralelo, já foi dada, Sr. Wizard. O silêncio agora é um ônus para a sua culpabilidade. O senhor tem aqui a chance de esclarecer a essa Comissão, ao povo brasileiro, a sua participação nessa tragédia sanitária que enfrentamos. Eu faço esse apelo a V. Exa.: tenha a hombridade, use isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu observei que o senhor iniciou sua fala citando um versículo bíblico. E aqui eu quero falar também, no mesmo instrumento eu vou falar, não como Senador agora, aqui tão somente, mas também como um cristão, que em Lucas 21:15 diz: "Pois eu lhes darei palavras e sabedoria a que nenhum dos seus adversários será capaz de resistir ou contradizê-lo." Ele lhe dará a palavra para que ninguém o possa contradizer. Exerça o seu direito! Exerça isso e fale, acima de qualquer... de qualquer determinação constitucional. Como é uma garantia constitucional se preservar em silêncio, permanecer calado, acima de qualquer ordenamento jurídico, Sr. Wizard, eu aprendi com o meu pai, que também era motorista de ônibus, que não tem nenhum ordenamento jurídico que não seja sedimentado em cima de um comportamento ético e moral.

E isso fala muito mais.

Eu queria que o senhor tivesse a hombridade para, quando chegar em casa, poder olhar para os seus filhos; na rua, para os seus funcionários, para as pessoas, porque esta é uma oportunidade de dizer: olha, a minha participação foi essa. Do contrário, esse silêncio do senhor como será interpretado pela população brasileira?

Então, eu acho que, quando a gente não tem nada a temer, quando a gente está com a verdade, essa verdade se sobrepõe, essa verdade é muito maior, essa verdade vai se perpetuar no tempo e no espaço. Eu posso falar uma coisa para o senhor aqui hoje: se eu estiver com a verdade, eu vou repetir essa mesma coisa em qualquer lugar, em qualquer circunstância. Então, é óbvio que, se eu estivesse aí, eu não me furtaria em dizer, eu não me furtaria em dizer: "olha, isso eu não sei, isso eu não tenho conhecimento, disso eu não participei, agi de boa-fé". Do contrário, é esta Comissão que vai analisar esse comportamento do senhor.

Aí, eu volto a falar que, quando o senhor fala que contribuiu para o Governo, e essa contribuição, servindo voluntariamente, sem vínculo com a administração, isso tem repercussão na Lei de Improbidade Administrativa, volto a frisar, na Lei 8.429, de 1992.

Então, a minha fala aqui é nesse sentido.

Mais uma vez, sabendo que o senhor vai efetivamente continuar permanecendo calado, que é uma garantia constitucional, mas eu volto a falar que não tem nenhum ordenamento jurídico, nenhum, nenhum, nem mesmo a Constituição Federal, que seja sedimentado se não for em cima de um comportamento ético e moral. E o comportamento ético e moral é que nos proporciona a falar a verdade doa a quem doer. Eu sei que pode ser difícil, às vezes, estar sentado aqui, ser inquirido pelos colegas Senadores e Senadoras e ter essa serenidade de responder ou não responder. Claro que com respeito nós temos que tratar todas as pessoas. Eu, por 27 anos como delegado, sempre tratei com respeito a pior pessoa que eu estava indiciando, porque eu aprendi que essa é a premissa constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isto que eu almejo enquanto Senador: que nós tenhamos, efetivamente, um Estado democrático de direito em que se valorizem as instituições, mas eu não posso deixar de fazer esse esclarecimento ao senhor, que veio com um versículo bíblico. E eu lhe digo que isso também tem como o senhor falar quando o senhor está diante da verdade, com esse comprometimento com a verdade, olhando para a sua família, para os seus filhos e assim sucessivamente.

Então, eu vejo que o senhor pode, sim, ter um comportamento mais proativo, em defesa, como foi muito bem-dito aqui, da população brasileira, porque nós estamos falando aqui da violação do principal bem jurídico, que é a vida humana.

Olha, eu aprendi isto no banco da faculdade, mas isto tem que ser dito a todo mundo, a todo momento, em qualquer lugar: por que, no Código Penal, no abre-alas, vêm os crimes contra a vida? Porque o principal bem jurídico que tem que ser protegido é a vida humana. Então, está sendo agravado: esta pandemia que está aqui, com 516.119 mortes, pessoas que perderam a vida. Isso não tem dinheiro que pague. Não tem dinheiro que pague o luto dessas famílias. E não só delas, porque as pessoas que sobreviveram estão com sequelas irreparáveis.

Mas nós não podemos deixar de reconhecer que este Governo acreditou na imunidade de rebanho, acreditou no tratamento precoce, difundiu a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica, nega a ciência, é contra o distanciamento social, é contra a utilização de máscara e recusou 101 ofertas da Pfizer. E é o mesmo Governo que faz um contrato com a Covaxin com 1.000% acima daquele valor, sem autorização da Anvisa. É o Governo que, a pretexto de retardar, sempre falou: "olha, preciso da autorização da Anvisa", mas, para essa específica Covaxin não houve necessidade.

E, aí, quando eu vejo pessoas como o senhor, que fizeram parte direta ou indiretamente desse cenário dantesco, porque não há que se falar... Como foi dito aqui, esta CPI provou que os ministros não tinham autonomia no Ministério da Saúde, porque existia ali a existência de um gabinete paralelo. E isso é grave, isso é usurpação de função pública, isso tem que ser coibido.

Agora, eu não tenho... Eu saio daqui hoje com minha consciência tranquila como cidadão, como Senador, de que eu vim aqui preparado para te inquirir, para te perguntar, para que o senhor tivesse a oportunidade de falar efetivamente qual foi a participação do senhor nesse cenário quando teve o compromisso de participar, de servir como voluntário, como o senhor bem disse, sem qualquer vínculo com a administração pública. Eu não tenho dúvida de que, para mim, isso é uma confissão de culpa – volto a frisar –, porque a lei de improbidade administrativa é clara: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente e sem remuneração, é considerado agente público. E isso o senhor confessou aqui. E, nessa simples confissão, o senhor tem a atribuição de que agora só vai ser analisada a culpabilidade, a culpabilidade como pressuposto de aplicação de pena para o cometimento da violação da lei de improbidade administrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Fabiano Contarato.

Vamos agora, pelo remoto, com o Senador Jean Paul Prates; na sequência, a nossa querida Soraya Thronicke, que será a nossa última Senadora a participar dessa oitiva.

Senador Jean.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidenta.

Eu queria pegar, das palavras do Senador Contarato, das palavras da Senadora Simone, e trazer para quem está nos assistindo também a situação que nós estamos vivendo e com que eu, particularmente, estou intrigado e até muito decepcionado, porque, apesar de estar na política há menos tempo que todos vocês, eu venho acompanhando a trajetória do Sr. Carlos Wizard há muito tempo, no setor empresarial, é um exemplo para muita gente, e, na verdade, essa posição nos decepciona um pouco.

Sei e prezo também, como advogado, a evocação do silêncio, baseado num *habeas corpus*, mas quero explicar aqui que essa situação, para quem é leigo, no Direito, se destina basicamente a evitar que um depoente se autoincrimine, ou seja, que ele tenha cometido alguma coisa e, ao falar daquela coisa, ao depor sobre aquela conduta, eventualmente ele agrave a sua situação diante de uma acusação de crime.

Nós estamos falando aqui de uma pessoa que já disse claramente que é responsável, foi colocado como responsável – isso em vídeos, com a cara, com a voz, inequivocamente, do próprio depoente –, responsável pelos grandes fornecedores, especialmente os estrangeiros – dito aqui num filme mostrado –, e depois que foi – e isso também noticiado e oficializado –, que ocupou, por um tempo pequeno, mas ocupou uma posição no Governo, onde, através dela, tentou alterar infrutiferamente os números e conceitos da pandemia, a tal ponto que nós até hoje somos o único País que ainda tem números oficiais dados por um consórcio de imprensa que se reuniu naquela época para compensar a confusão que foi causada pela presença e pelas sugestões, não só do Sr. Carlos como de outros, em determinado momento, que nós temos presente na memória e registrado no noticiário vasto do País, tal a confusão feita naquela época em relação aos números da Covid. Então, a confusão foi feita naquela época em relação aos números da Covid.

Também perguntas seriam naturais de se responder, como, por exemplo, se tentou, de fato, alterar esses números? O que foi tentado naquela época? Qual o mal de explicar isso? Em que isso incriminaria o depoente? Em que incriminaria ele responder ao Senador Humberto, por exemplo, sobre se participa ou participou de grupos de empresários que financiaram ou financiam campanhas digitais a favor do Presidente? Pode ser que não tenha nada demais isso. Ou a favor das suas ideias e conceitos? E, aí, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teremos alguma coisa agravante. Qual o problema de responder que não? Certamente porque seria mentira; certamente porque é sim, não sei. Permito-me concluir. Ainda mais diante das provas autoincriminatórias, digamos assim, como esses vídeos que foram mostrados à farta aí.

Portanto, quero lamentar, evidentemente, que o depoente não esclareça, não traga à luz e até de uma certa forma explique comportamentos. Eu não acredito numa má-fé integral nesse processo. Acho que isso advém também um pouco da crença exagerada, do sentimento que eu chamo de pseudoliberal, aquele em que os empresários ou o mercado se colocam em assessoria ao Governo gratuitamente. Isso é basicamente antitético a brocardo liberal bem conhecido – o Senador Kajuru evocou aí de forma indireta, do Milton Friedman: *There is no free lunch*, em inglês, homenageando aí os cursos de inglês do Sr. Carlos Wizard, quem sabe até recentemente. *There is no free lunch* quer dizer não existe almoço grátis, ou seja, o universo dos negócios e o universo em geral, segundo Friedman, seria um sistema fechado em si mesmo. Então, nada do que você faz se faz de graça. E basicamente é o que se quis dizer aqui com essas assessorias informais ao Presidente: "Eu vou ajudar, vou fazer alguma". Eu acredito que possa até ser de boa-fé, mas, diante do outro brocardo do *There is no free lunch*, a gente fica sempre na dúvida e, por isso, traz aqui o depoente para esclarecer.

Há muita... Não temos muita abertura nem justificativa para considerar ou deixar de considerar como verdadeiras e legítimas todas essas colocações públicas e atitudes, principalmente nas alegações, ou sob alegações de que seriam mal-entendidos ou invencionices, ou colocadas fora de contexto. Está claro. Todas as declarações estão muito claras, não estão sendo explicadas, estão no contexto devido da sua temporalidade.

Enfim, eu quero apenas expressar que, diante de uma realidade onde nós todos Parlamentares, Senadores, Deputados, temos aí, de todos os matizes, destinado recursos, emendas, prioritariamente para a saúde, para a Covid, como disse o Senador Izalci, para as cirurgias eletivas, para insumos, para a saúde em geral, porque as pessoas não deixaram de ficar doentes de outras coisas ou de terem necessidades médicas, e saudar o fato de que nós tenhamos conseguido realmente viabilizar esta CPI este ano, porque, enquanto a pandemia ainda mata 1,5 mil a 2 mil pessoas... Ontem foram mais de 1,9 mil pessoas, de novo, em 24 horas. A cada hora de trabalho desses Senadores e Senadoras, aqui nesta CPI, estamos salvando vidas. Sabem como? Constrangendo, sim; impugnando, sim; bloqueando; impedindo práticas criminosas. E, mais, garantindo, como listou bem aí o Senador Contarato, que provas e depoimentos não se percam no tempo, na natural euforia, até, da volta às atividades normais. Naturalmente vamos vivendo. Então, estamos congelando e tratando desses assuntos agora, salvando vidas agora.

E, por fim, dizer que é muito saudável que a gente não naturalize os desastrosos indicadores, os escabrosos resultados da negligência, da teimosia, da burrice, e, agora, também está provado, da má-fé, dos objetivos oportunistas, escusos, da deliberada intenção, dolosa mesmo, de que se apossou aí de toda essa atuação governista na pandemia para se locupletar e para prevaricar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu queria, já que se falou tanto na Bíblia, isso aqui hoje parece até um culto, eu quero também colocar o versículo da Bíblia de Provérbios 12:13-14, que fala exatamente sobre o silêncio: "O mau se enreda em seu falar pecaminoso, mas o justo não cai nessas dificuldades. Do fruto de sua boca o homem se beneficia, e o trabalho de suas mãos será recompensado". Falar não incrimina ninguém que esteja de bem com a sua própria atuação.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Senadora Soraya Thronicke, a sessão do Senado acaba de começar, V. Exa. quer fazer alguma intervenção ainda?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Senadora, apenas e tão somente para esclarecer sobre ontem.

Eu queria destacar a responsabilidade do Legislativo estadual do Amazonas, já que consta na Constituição do Estado o seguinte trecho, art. 28: "É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa: XXI - processar e julgar o Governador e o Vice-Governador, nos crimes de responsabilidade, e os Secretários de Estado, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles", é da competência exclusiva da Assembleia Legislativa!

Então, ontem, quando o Deputado Fausto Junior me disse que havia feito uma interpretação extensiva da Constituição estadual para defender o entendimento de que a Assembleia Legislativa não tinha poderes para investigar, para investigar, não, para convocar, para denunciar, enfim, para ouvir o Governador do Estado, eu gostaria de deixar destacado que não precisamos ter uma interpretação extensiva, apenas uma interpretação simples e literal de quem sabe ler e já nos deixa aqui, sem sombra de dúvida, muito claro, que a responsabilidade é da Assembleia Legislativa, como é das demais, nas 27 unidades da Federação. Então, o alerta aqui é para que os Legislativos estaduais e municipais cumpram a sua obrigação de investigar os recursos federais que estão sendo enviados para o combate à pandemia.

E, por fim, começou a Ordem do Dia, o silêncio do depoente falou alto, o silêncio respondeu muitas perguntas. No silêncio dizemos muito, o silêncio não é ausência de linguagem, na verdade, ele é um instrumento do dizer.

E é óbvio que o silêncio não pode importar confissão, como bem determina o parágrafo único do art. 186 do Código de Processo Penal. E ele nem pode ser interpretado em prejuízo da defesa, da defesa do depoente. Mas eu gostaria de alertar aqui que o depoente, Sr. Carlos Wizard, é maior de idade, é responsável pelos seus atos, e os atos de responsabilidade do Sr. Carlos Wizard não podem ser ligados com os atos de responsabilidade de absolutamente ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós queremos aqui... E eu peço vênia em discordar – hoje, quando estamos aqui homenageando o Dr. Toron, falando muito da advocacia –, eu discordo da estratégia de defesa; não da sua, não; a sua, a que o senhor está, em relação ao seu cliente... Eu discordo muito em relação aos meus colegas governistas, aqui, da estratégia de defesa adotada. Nós temos que tirar, extrair do depoente aquilo que se destina à descoberta do fato determinado desta CPI, apenas isso.

Então, às vezes, uma defesa apaixonada faz com que percamos a razão. Quando a... Como é que é? Quando a paixão entra pela janela, a razão sai pela porta, uma coisa assim. Tem que ter razão, temos que ser racionais, porque essa cegueira pode levar à responsabilidade objetiva do Chefe do Executivo. E, na vida pública, eu entendo que o cargo mais difícil de ser exercido é o de Chefe do Poder Executivo.

As estruturas brasileiras são pesadas, comportam um número considerável de ministérios, secretarias, que são dirigidas, obviamente, por pessoas, por seres humanos, que erram. Na estrutura federal, Sra. Presidente, nós temos 22 ministérios e cerca de 600 mil cargos – entre esses cargos, muitos ordenadores de despesas. Não há como o Chefe do Executivo controlar tudo, realmente, mas quando não identificamos os responsáveis diretos pelos atos, nós corremos o risco de englobar e colocar todos no mesmo saco, no mesmo balaio!

Então, muito se fala aqui: "Ah, eu não sabia de nada", não é isso? Mas não tem, realmente, como você saber de tudo. Por isso – por isso! –, há necessidade de uma estratégia jurídica responsável, correta. E, aí, há minha divergência com os colegas: eu quero alertar aqui, com toda a vênia, eu quero alertar, mais uma vez, para não se dizer que eu não disse, que a estratégia está equivocada, com todo o respeito, porque ela não visa apontar as responsabilidades diretas. E, aí, nós corremos o risco de ter responsabilidades indiretas sendo consideradas culpadas. Então, essa é a minha preocupação, em homenagem à ciência jurídica.

E quero dizer que eu espero que a justiça seja feita. Para a justiça ser feita, temos que adotar estratégias jurídicas corretas, porque não podemos ser culpados por isso, errar por omissão; eu não quero errar por omissão aqui! E, como essa é a minha área, Dr. Toron, dela eu posso falar. Não sou da área médica, dela não posso falar. Eu falo daquilo que diz respeito à minha formação, por isso respeito a estratégia do senhor. Não sei o que vai acontecer amanhã. Entendo, com todo o respeito, que o depoente poderia ter respondido questões como: "O senhor se vacinou?", coisa simples, porque o que eu estou recebendo de mensagens aqui... As pessoas estão agoniadas, ficaram em dúvida, por quê? Nós temos fatos, temos vídeos, que não nos deixam duvidar. Não podemos dizer que aqueles vídeos não existiram, que não eram o depoente falando ali. Não podemos fazer isso. Então, num confronto dos fatos, nós vamos ter problemas sérios.

E aí, o que deixou-se aqui no ar de que há uma ligação direta... Eu tenho certeza que o Presidente da República não pediu diretamente para o Sr. Carlos Wizard dizer o que diz. Ele, o Sr. Carlos Wizard, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

responsável pelos próprios atos. Então, cada um que responda pelos seus atos. Infelizmente, aqui, nós temos... está acontecendo essa confusão de responsabilidades.

E dizer também que quando a gente vai inquirir alguém, a gente não pode ir para o lado pessoal. Nós lidamos com fatos. Nós julgamos... nós não julgamos aqui, mas eu fui assessora, muito tempo, de juiz e de desembargador, e advogada também. E juízes que eu considero muito sempre me disseram assim: olha, nós julgamos o fato, e não a pessoa. Quando nós atacamos a pessoa com falta de educação, com xingamentos, nós deixamos de apurar os fatos que, aqui dentro, são o que mais nos interessa em busca de uma resposta, em busca de uma justiça verdadeira.

Muito obrigada, Sra. Presidente. Muito obrigada a todos pela paciência.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senadora Soraya, muito obrigada pela sua participação.

Nós vamos então aqui fazer o encerramento desta CPI.

Antes, porém, havendo número regimental coloco em votação as Atas nºs 27 e 28 da reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de finalizar, nós estamos encerrando esta sessão de hoje, Senadora Soraya com apenas dois Parlamentares, Senadoras. Então, duas Senadoras. Hoje, aliás, esse dia foi bem diferente. Foi uma sessão onde a gente teve por diversas vezes, praticamente, todos os Parlamentares fazendo referência a citações bíblicas. O depoente não falou, não respondeu as perguntas, mas esteve até o final desta sessão e, portanto, quero encerrar, Sr. Wizard, cumprimentando ao senhor pela sua presença aqui nesta Comissão e destacando que o senhor tem uma história pessoal de superação muito forte, né? Do início da sua caminhada até hoje, a gente vê uma progressão significativa e aí a gente percebeu, não parece que o senhor chegou a essa sua posição por nenhum tipo de apoiamento, acompanhamento político. A sua decisão política surgiu de fato agora, ou seja, mérito e naturalmente um trabalho que o senhor fez desde a sua infância, inclusive acompanhando também os seus pais. E fica muito claro que o seu pecado foi exatamente nessas alianças, Sr. Wizard, com um grupo que, infelizmente, não valoriza a vida, não prestigia as populações mais excluídas de fato deste País. Eu queria fazer esse registro aqui em relação à sua trajetória de superação, à sua luta em relação a essa visão empreendedora que o senhor tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 10h da manhã, para ouvirmos Francisco Maximiano.

Declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dez minutos do dia hum de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Rogério Carvalho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Deixa de comparecer o Senador Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Luiz Paulo Dominguetti Pereira**. **Finalidade:** Oitiva. Oitiva do Luiz Paulo Dominguetti Pereira, Representante da empresa Davati Medical Supply, em atendimento aos requerimentos 1023/2021, 1026/2021, 1031/2021 e 1032/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 371 e 372 para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administrações públicas federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Luiz Paulo Dominguetti Pereira, em atendimento aos requerimentos dos Senadores Alessandro Vieira, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Renan Calheiros.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 29ª Reunião, solicitada a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Informo que a Advocacia do Senado Federal, durante a madrugada de hoje, pediu a reconsideração da decisão da Ministra Rosa Weber no Habeas Corpus n° 203.800, Distrito Federal, impetrado em favor do depoente Francisco Maximiano e, não sendo deferida a reconsideração, solicitou-se que a manifestação fosse recebida como agravo regimental.

Entendemos, com a devida vênia da Ministra Rosa Weber, que a decisão de conferir o direito ao silêncio à testemunha nesta Comissão foi equivocada. Respeitamos a decisão, mas entendemos que está equivocada.

Eu irei chamar o depoente.

Eu queria que ele entrasse, por favor. (*Pausa.*)

V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

V. Sa. quer usar os 15 minutos iniciais para falar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência, estou pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros com a palavra, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a *Folha de S.Paulo* divulgou que o Sr. Luiz Paulo Dominguetti Pereira negociou a venda de vacinas ao Ministério da Saúde como representante da empresa Davati Medical.

Ao jornal *O Globo*, o Presidente da empresa, o Sr. Herman Cárdenas, confirmou a oferta de 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca, mas nega ter tido conhecimento do pedido de propina.

Já a AstraZeneca declarou que não negocia vacinas com entes privados, negou ter trabalhado com a Davati e disse que todas as vendas no Brasil foram tratadas pela Fiocruz.

Eu queria fazer a primeira pergunta.

A empresa Davati Medical afirma que seu representante no Brasil é o Sr. Cristiano Alberto Carvalho, mas o nome de V. Sa., Sr. Luiz Paulo Dominguetti, está incluído nas ofertas encaminhadas ao Ministério da Saúde, segundo a proposta obtida pela imprensa. O Presidente da Davati, Herman Cárdenas, afirma que foi orientado pela representação no Brasil a incluir o nome de V. Sa. nas propostas, mas V. Sa. não estava representando a empresa. Adicionou que a Davati não tinha conhecimento de que V. Exa. era, então, presumiu que V. Exa. era um representante legal.

Em função dessas informações, eu gostaria de saber, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito, em primeiro lugar, quais são exatamente as funções suas nesse processo de negociação junto ao Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Havia um acordo inicial verbal com o CEO da Davati no Brasil, que era o Cristiano, onde eu teria... Seria avali... Como é que eu vou dizer para o senhor: tinha o consentimento dele para que representasse a Davati nessa negociação com o Ministério da Saúde. Inclusive, o Cristiano, CEO da Davati, ele é que solicitou ao Presidente da Davati nos Estados Unidos, o Sr. Herman, a minha inclusão na proposta ao ministério, para validar a minha presença ao ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a natureza do seu relacionamento com a Davati, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A natureza que eu tenho com a Davati é com o diretor, o CEO do Brasil, o Cristiano, que é de intermediação. É a apresentação de negócios, parceiros comerciais. Então, assim, não só no público, como no privado também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, V.Sa. foi designado pelo Sr. Cristiano Alberto Carvalho?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, quando eu levei a ele a notícia de que poderia haver a aquisição pelo Ministério da Saúde das doses ofertadas, ele autorizou que eu representasse a Davati pessoalmente aqui em Brasília, onde eu tive a oportunidade de estar com três executivos do ministério: o Sr. Elcio Franco, o Sr. Roberto Dias, e o seu Lauricio, da Vigilância Sanitária. Eu estive três vezes no Ministério da Saúde ofertando as vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Desde quando V. Sa. atua junto à Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A nossa parceria começou em janeiro, e ela foi oficializada mesmo devido às ofertas, às as parcerias que a gente apresentava; em meados ali de abril, o CEO da Davati no Brasil, ele homologou ali uma carta me referendando como intermediário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. sempre se dedicou à representação de empresa do mercado farmacêutico ou possui outra atividade laboral?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, eu sou Policial Militar do Estado de Minas Gerais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como e quando V. Sa. conseguiu o primeiro contato com o Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – No primeiro contato que eu tive no Ministério da Saúde, eu estive em Brasília com uma organização não governamental que se chama Senah, onde eles se propuseram a ofertar a vacina por um valor humanitário, agendaram... Essa primeira agenda que eu tive aqui foi com o Sr. Lauricio, se eu não me engano, que era o Diretor da Vigilância Sanitária. Nós levamos a proposta. Ele nos recebeu, disse que o setor não era ali e que nos encaminharia para uma agenda com o Sr. Elcio Franco, que ali era o responsável para a aquisição das vacinas.

E a segunda vez em que eu estive em Brasília para tratar de vacinas foi também com o Senah, para avançar nessa tratativa. E também me foi apresentado um coronel do Exército que já tinha trabalhado no Ministério da Saúde, que tinha acesso ao ministério e que também tinha interesse na comercialização da vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só para dar a ênfase necessária: esse primeiro contato foi um contato, assim, ao acaso, genericamente, ou V. Sa. já procurou diretamente o Sr. Roberto Dias?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Não conhecia o Sr. Roberto Dias

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. Se puder explicar...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, se o senhor me permite...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Luiz Paulo, quem é esse coronel?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Coronel Blanco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Blanco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Blanco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Marcelo Blanco, né?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu o conheço como Blanco, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E ele... Ele trabalhava... Ele se identificou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A informação que eu tinha: ele tinha sido funcionário do Ministério da Saúde e tinha sido exonerado ou tinha pedido para sair, mas tinha um trânsito, um relacionamento dentro do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, como V. Sa. foi encaminhado ao Sr. Roberto Ferreira Dias, por favor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, eu fui apresentado ao Coronel Blanco por um parceiro comercial das tratativas de insumos e outras parcerias. E, aí, o Coronel Blanco se mostrou interessado na aquisição, em participar do processo de aquisição, de venda – não é? – de vacinas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O senhor pode repetir como é que o senhor foi apresentado ao...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, há um parceiro comercial...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não. A pergunta do Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A primeira. Eu falei se foi genericamente ou já procurou diretamente Roberto...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, eu não o procurei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O Roberto Dias. Como é que ele foi apresentado ao Roberto Dias? Ele não respondeu.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ah, sim. Eu estava fazendo a cronologia, Excelência, mas eu vou responder diretamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor. Fique à vontade.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu fui apresentado ao Diretor de Logística Roberto Dias pelo Coronel Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pelo Coronel Blanco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Alguém intermediou o seu contato, assim, facilitou, ligou... Como é que foi? Se puder pormenorizar... Ligou para ele? Marcou um encontro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A verdade: o Coronel Blanco já vinha, há dias, fazendo essas tratativas entre a Davati e o Roberto Dias. Eu não tinha o contato, nunca conversei com o Roberto Dias, o Sr. Roberto Dias, por telefone, por zap. Eu não o conhecia. Essas tratativas eram: Roberto Dias, Blanco e o Cristiano, CEO da Davati, até que o Coronel Blanco sugeriu uma vinda minha e do Cristino a Brasília para tratar especificamente dessa aquisição dessas vacinas. Mas eu não conhecia o Sr. Roberto Dias, não tinha tido nenhum contato com ele: telefônico, de mensagem, nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ô, Relator, só um segundo...

É porque ele estava falando que tinha um parceiro para conhecer o tenente-coronel. Quem é esse parceiro? Só para colaborar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele é... Ele trabalha no mercado também de venda de insumos. Chama Odilon, mas ele só apresentou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Trabalha no mercado de quê?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – De insumos, de venda, de Covid, de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Remédios, vacinas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E, como policial militar, você também trabalhava com isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Você é oficial da Polícia Militar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Eu sou cabo da Polícia Militar. E, para complementação de renda, eu comecei a atuar no mercado de insumos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. afirmou ao jornal *Folha de S.Paulo* que recebeu oferta de propina em encontro realizado em um restaurante em Brasília. Em função disso, eu queria fazer, por favor, algumas perguntas.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que dia foi realizado esse encontro?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Esse encontro foi no dia 25 de fevereiro, no restaurante Vasto, num *shopping*, aqui em Brasília.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. já havia feito algum contato oficial com o Ministério da Saúde antes desse episódio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu já tinha ido ofertar a vacina, através desse instituto que eu havia dito ao senhor, ao Sr. Lauricio, da Vigilância Sanitária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Além de Roberto Ferreira Dias, demitido do cargo de Diretor de Logística, mais alguém participou de alguma etapa dessa negociação da propina?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – No momento lá, Excelência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim. Havia o Coronel Blanco no momento e mais um empresário de que eu não me recordo. Ele ficava com uma prancheta, anotando alguns dados, fazendo alguns cálculos. Mas eu não me recordo do nome dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O militar que V. Sa. disse estar presente **–** e acabou de repetir aqui **–** não era o Sr. Marcelo Blanco da Costa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É o Coronel Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É o que o apresentou, não é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É ele que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Estava também no encontro?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era o que estava também no encontro.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Na verdade, Excelência, se o senhor me permitir fazer um complemento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor!

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Quando eu cheguei lá, ele já estava no restaurante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já estava no restaurante?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu não conhecia o restaurante. Pedi informações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como foi eventualmente, se me permite perguntar, que ele participou da conversa? Ele fez interferências? Falou em algum momento, o Coronel Blanco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele nos apresentou. Apresentou a proposta original ao Sr. Roberto e me apresentou como o parceiro da Davati, que estava levando a proposta ao ministério. E ali começou... No início da tratativa, o Sr. Roberto Dias me parecia muito solícito, realmente com vontade de fazer a aquisição das vacinas, a todo momento perguntando como era o pagamento, a entrega, a proposta. Ele sabia que existiam os *spots* comerciais lá fora mesmo. Então, assim, tudo caminhando dentro da normalidade, tudo caminhando dentro de um processo... Mas, na verdade, no decorrer... Aí conversava e tratava de outro assunto, de assunto do dia a dia no ministério, depois voltava...

Pois não, Excelência.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente!

O senhor ainda é militar da ativa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, sou, Excelência.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O senhor está armado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, senhor, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tudo bem. Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, seria possível ele dizer o valor com que seria comercializada cada vacina, cada unidade?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou chegando...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está chegando?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou chegando!

O senhor poderia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, se o senhor me permite, eu acho que ele poderia... Ele estava fazendo um relato de como foi o encontro, do que estava conversando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente! Eu queria perguntar exatamente algo sobre isso. Se ele pudesse eventualmente descrever como, quando e por quem foram exatamente feitos os pedidos na conversa... De que forma?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O pedido dessa majoração foi exclusivamente do Sr. Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era a proposta de propina? Qual era o valor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Era de US$1 por dose.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um dólar por dose?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Qual o valor da dose?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Três e cinquenta, Excelência, a primeira proposta. Três e cinquenta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Treze?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Três e cinquenta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Três e cinquenta a primeira proposta. Quantas doses seriam, só para repetir?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A Davati estava ofertando ao Ministério da Saúde 400 milhões de doses.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Presidente, se era 3,50 mais um, seria 4,50, e está se falando em 15, 17...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, o que aconteceu depois, nesse avanço da vacina... É tudo o mercado lá fora, os alocadores que colocam os valores da vacina a serem ofertados. Então, é por isso que não tem como eu chegar e aceitar qualquer coisa – embora seja imoral, também –, aceitar qualquer coisa, porque eu teria que tirar do meu bolso para pagar, porque se lá não sai a esse valor, como é que eu ia colocar US$1 aqui? Quem ia pagar essa nota? Onde eu ia arrumar uma nota para isso? Não existia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Não, porque 3,50, indo para 15. Essa diferença imensa...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso é o mercado. É o mercado lá fora que dita.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas vocês estavam oferecendo por 3,50?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A primeira dose, a primeira vacina, a primeira proposta, era a menor do mercado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Três e cinquenta?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Três e cinquenta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E fechou com 17?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não fechou, não fechou.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) **–** Não fechou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sim, a proposta seria mais um de propina, mas que chegaria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) **–** Não, não foi isso que ele disse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Esse era o preço.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) **–** Ele está dizendo que eles ofereceram, o que eu estou entendendo... Depois eu vou fazer... Só para explicar para V. Exa. Eles ofereceram a 3,50 **–** eu estou dizendo ele, veja bem; não sou eu, não; não estou aqui afirmando se é verdade ou não **–** a 3,50. Só que, para se concretizar essa venda a 3,50, segundo ele está dizendo, queriam US$1.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Aí daria 4,50.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) **–** Dos 3,50 queriam US$1 por cada dose.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma pergunta direta, novamente.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por que V. Exa. acreditou que Roberto Ferreira Dias, como Diretor de Logística, tinha autonomia para facilitar o negócio mediante a propina?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu não digo... Assim, eu não acreditei que ele tinha como facilitar, Excelência. Nunca foi buscada essa facilidade por parte do Roberto. Foi sempre colocada uma oferta justa, uma oferta comercial para o ministério. Nunca se buscou uma facilidade por parte do Roberto Dias. Essa facilidade não ocorreu porque ele sempre pôs o entrave no sentido de que, se não se majorasse a vacina, não teria aquisição por parte do ministério. Na conversa, ele disse que a pasta dele tinha um orçamento que poderia compor a compra da vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. menciona, na reportagem, que Roberto Ferreira Dias se refere a um grupo, no Ministério da Saúde, que deveria ser satisfeito em relação ao pagamento de propina. Ele mencionou explicitamente, por favor, outras autoridades que estivessem a par do pedido de propina e que poderiam garantir o cumprimento do acertado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Não citou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Na oportunidade, ele não especificou outra autoridade?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele mencionou em que momento o Secretário Elcio Franco ou o Ministro Eduardo Pazuello?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele não citou esses nomes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nenhum momento?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhecia a ligação entre Roberto Ferreira Dias e a esposa do Deputado, atual ocupante de Itaipu, que foi Vice-Governadora e Governadora do Estado do Paraná, Cida Borghetti?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhecia a ligação entre Roberto Dias e a esposa do Deputado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não... Não sei se tem ligação. Não posso... Não tenho essa informação, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

V. Sa. tratou ou recebeu algum encaminhamento para tratar da proposta de fornecimento de vacinas da AstraZeneca com a empresa Valorem Consultoria em Gestão Empresarial, que pertence a Marcelo Blanco da Costa, militar da reserva, atuante, então, no departamento de Roberto Dias no Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu... Excelência, eu nem tinha o conhecimento de que ele tinha aberto alguma empresa. Não tinha contato... O último contato que eu tive com ele foi quando a gente... Eu... Por minha parte, se encerrou as tratativas com o Roberto Dias. Eu não tinha interesse – eu, a minha pessoa – de evoluir no formato que estava se desenhando a proposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, em algum momento... Em nenhum momento, Marcelo Blanco da Costa referiu que tinha criado a empresa Valorem Consultoria em Gestão Empresarial?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não sabia disso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não tenho conhecimento, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. veio a Brasília para tratar apenas desse negócio ou tinha outras questões a tratar em Brasília?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O que aconteceu... Naquela semana, no dia 22, se eu não me engano, eu tive a agenda no ministério com o Sr. Lauricio, e aí o Coronel Blanco, aproveitando a minha presença em Brasília, pediu que eu permanecesse mais alguns dias, porque ele ia agendar uma ida minha lá ao ministério, com o Sr. Roberto Dias, para formalizar, entregar em mãos a proposta da Davati.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que dia V. Sa. chegou exatamente a Brasília.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu acredito que eu tenha chegado no dia 21, num domingo. Assim... Acredito que sim; que eu tenha chegado no domingo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ficou hospedado...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Fiquei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por favor, em que hotel?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... no Garvey.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No Garvey.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. recebeu algum...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Em fevereiro, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fevereiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor chegou a falar alguma coisa de Odilon? O senhor falou no nome de Odilon também ou não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem é Odilon?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Odilon é o parceiro que me apresentou o Coronel Blanco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Ele é militar também aqui?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não. Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sabe o nome completo dele ou não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não sei, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** O senhor o conheceu aqui em Brasília?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Conheci em Brasília.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Ele é o quê? Parceiro...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele trabalha no mercado de venda de insumos, de medicamentos, se não me engano, também de máscara... Trabalha nesse mercado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** O senhor sabe que ele teve relação com o GDF aqui, vendeu máscara, forneceu equipamento aqui para o GDF também ou não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A informação que eu tenho é que ele tem conhecimento com o Sr. Coronel Blanco. Agora, os negócios do Odilon, no sentido de se ele teve alguma parceria...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Ele tem alguma empresa, esse Odilon, ou não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu acho...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** O senhor sabe isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não sei. Não posso afirmar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** O senhor o conheceu quando, onde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Conheci há... mais de um... Quase um ano e meio atrás, um ano mais ou menos. Vai fazer um ano mais ou menos. Quando eu vendia medicamentos, havia uma possibilidade de aquisição por uma empresa particular de uma certa quantidade do propofol, de um medicamento chamado propofol. Aí ele... Como eu atuava no mercado, tinha acesso a essas quantidades, e alguém deve ter me indicado a ele para tentar fazer essa venda desse propofol para essa empresa particular, e aí os laços comerciais foram se estreitando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Ele é amigo do Coronel, então?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Do Tenente-Coronel?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Odilon?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** O senhor não sabe o nome completo dele, mas...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa., por acaso, recebeu algum apoio de alguém para permanecer aqui em Brasília?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Tudo custeado do meu bolso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como V. Sa. chegou ao restaurante em que foi feito o encontro? V. Sa. lembra?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu estava hospedado ali no hotel e eu recebi um telefonema do Coronel me dizendo assim: "Olha, venha aqui no...". Acho que é Brasília Shopping, é um *shopping* próximo de lá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Certo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... num restaurante chamado Vasto. Eu saí, perguntei para o segurança do hotel onde era esse *shopping*. Ele falou: "Olha, é só atravessar a rua". Eu fui andando, fui a pé, entrei, não sabia onde era o restaurante, me informei com alguns seguranças que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam ali, me apontaram onde era, e eu cheguei. Na hora em que eu entrei, à esquerda, numa mesa ao fundo, estavam esses três lá me esperando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Passou em algum lugar antes? Não, não é? Foi direto? O trajeto foi o mesmo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, fui direto. Eu só fiquei um pouco perdido dentro do *shopping,* porque eu não conhecia, não sabia onde era o restaurante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

De lá, o senhor lembra, foi pra onde? Voltou para o hotel?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, durante... Quando eles já receberam a notícia de que não teria como fazer esse processo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... se encerrou ali o encontro. Eles até me convidaram pra seguir, à noite, com eles. Eu disse que não tinha interesse, dei uma desculpa de um outro evento, de um outro compromisso e fui embora para o hotel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por quanto tempo V. Sa. permaneceu em Brasília depois desse encontro com Roberto Dias no restaurante?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Depois do encontro mesmo, foi agendada a minha ida ao ministério no outro dia. Eu recebi a informação da própria Davati que havia chegado um *e-mail* lá, confirmando a minha ida ao ministério. Chegando lá, eu fui recebido pelo Sr. Roberto Dias na sala dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Consta, neste material, que a Davati enviou *e-mails* para o Ministério da Saúde, para informar sobre a possibilidade de fornecimento de doses da vacina da AstraZeneca. Em função dessa informação que consta, eu queria fazer algumas perguntas a V. Sa.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou do envio desse *e-mail*?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, a parte... Cabia a mim a intermediação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A parte burocrática, a parte empresarial mesmo e comercial mais elevada eram dos Diretores da Davati aqui no Brasil, que se lincavam direto aos Estados Unidos. Eu não fazia parte dessas tratativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que dia esse *e-mail* foi enviado? V. Sa. se recorda?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu acho que foi no mesmo dia em que eu estive lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** No mesmo dia?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É.

Confirmando, no dia... É porque o Sr. Roberto me disse: "Olha, alguém da minha assessoria vai enviar um *e-mail* lá, confirmando a sua ida ao gabinete". E aí eles me informaram que era pra eu estar lá às 15h, no outro dia do encontro do jantar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Desculpe fazer algumas perguntas...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência. Estou à disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... porque elas são fundamentais para consubstanciar esse encaminhamento todo.

Algum contato informal com funcionários do Ministério da Saúde já havia eventualmente sido feito antes do envio desse *e-mail* para acertar privadamente alguma questão referente à proposta?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu não tenho conhecimento. Eu só tenho conhecimento desse processo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em diante.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... em diante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. confirma que a oferta foi de 400 milhões de doses?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Confirmo, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A vacina era realmente a da AstraZeneca?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais foram as demais condições da proposta, como preço, forma de pagamento, prazo de entrega?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi dada toda a segurança ao ministério. Ele poderia pagar em letra de câmbio ou conta *escrow*. É o que vinha na proposta comercial, se eu não me engano. Não havia pedido nenhum de valores adiantados. O ministério não pagaria nada adiantado, somente quando tivesse a certificação da vacina. Então, assim, era uma proposta comercial nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. poderia apresentar esses documentos à Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Poderia, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Dispõe agora ou...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Está no meu zap aqui... Se o senhor... Eu posso pedir para alguém imprimir alguma coisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Presidente, por favor, seria muito importante.

Eu pedi para ele disponibilizar, por favor, esses documentos à Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Pausa.*)

Pode enviar, por favor.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Secretário da Mesa vai disponibilizar o endereço digital. (*Pausa.*)

Nós agradecemos muito, de antemão.

Como essa quantidade imensa de vacinas estaria disponível, considerando o quadro mundial de escassez de vacinas?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A informação que nós tínhamos, Excelência, era que o dono da Davati, Sr. Herman, tinha acesso a locadores do mercado, que eram os proprietários dessa vacina. Então, assim, ele... Tanto que, sob pena de perjúrio da proposta comercial...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... ele ofereceu ao Governo brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A quem foi entregue a proposta?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, três pessoas no ministério receberam a proposta: o Sr. Lauricio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Lauricio...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... o Sr. Roberto Dias, e o Coronel Elcio Franco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Roberto Dias e o Coronel Elcio Franco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quem V. Exa. negociou oficialmente no ministério em primeiro lugar, e se puder fazer um rápido histórico desse...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Assim, em negociação não se avançou, Excelência, ninguém, porque o Sr. Roberto Dias, o caráter que era solicitado não ia avançar. Quando nós estivemos com o Sr. Elcio Franco... O que nos espantou era uma proposta de 400 milhões de doses ao Ministério da Saúde e o Sr. Coronel Elcio Franco não ter conhecimento dessa proposta que havia sido protocolada pelo Sr. Roberto Dias, ou seja, ele não tinha avançado ou informado ao ministério, segundo o Sr. Elcio Franco, dessa proposta. Então, ela foi novamente validada. E o Sr. Elcio Franco me perguntou pessoalmente, durante uma reunião, onde eu havia, com quem eu havia deixado essa proposta, e eu disse a ele – tinha um outro coronel de que eu não me recordo – com o Sr. Roberto Dias. Houve uma troca de olhares, ele abaixou a cabeça, simplesmente saiu e disse, pediu para que dois estagiários pegassem os nossos nomes, que entrariam em contato, que ele ia validar a proposta da Davati. Ele recebeu *e-mails* pedindo essa proposta comercial, para que houvesse o avanço da aquisição das vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você falou diretamente com o Coronel Elcio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor. Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quem marcou a audiência com o Coronel Elcio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – O que aconteceu? Esse instituto, que eu disse ao senhor, que estava trabalhando também para colocar, que me levou ao Sr. Lauricio... Ele conseguiu uma agenda com o Sr. Elcio Franco, que não nos recebeu na sala dele, foi numa sala do ministério... Colocou... Inclusive, tinha um pessoal que representava a empresa petrolífera, se não me engano, porque tinha acabado de sair aquela resolução de que a empresa privada poderia fazer a aquisição de vacinas, porém não se tinha um norte, como ia ser feito, se ia ser doado, se ia ser doado para o ministério, se não ia... Então, eles foram em busca dessas informações também. Então, se agendaram essas duas... Nós entramos ali juntos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me dizer uma coisa. Eu sou Senador da República, e, às vezes, a gente tem dificuldade até de conversar com um membro do primeiro escalão, do segundo escalão, às vezes... Aliás, eu tive essa dificuldade muito grande quando faltou oxigênio no meu Estado. Você tinha dificuldade. Você ligava e estavam em reunião e iam lhe retornar.

Como é que o senhor conseguiu chegar ao Elcio Franco? É isso que eu quero saber do senhor.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É isso que eu estou respondendo a V. Exa. É que eu fui chamado por essa ONG...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – E que eles tinham acesso... Inclusive, a informação que eu tenho é que um coronel, amigo de turma do Coronel Elcio Franco, que tinha acesso ao Coronel Elcio Franco, por ele ser dos comandos, daquele negócio, havia viabilizado esse encontro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que o Sr. Roberto Ferreira Dias tentou marcar uma reunião para o mesmo dia em que respondeu ao *e-mail* com a indicação da proposta?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Confirmo, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Confirma, sim, não é?

Mais uma vez, com que autoridades públicas teve contato durante esse processo da apresentação da proposta?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Aqui, em Brasília, o senhor fala, Excelência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Lembra-se de algum nome que não foi citado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só esses citados?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Só, só.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Teve algum contato ou foi solicitado que procurasse o Deputado Ricardo Barros ou alguém da sua equipe?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não conheço, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem foi citado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou alguma outra pessoa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, só para esclarecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – O coronel que o senhor se refere como colega ou amigo do Coronel Elcio Franco é o Coronel Roberto Criscuoli?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Não, eu acho que o nome dele é até Elcio também...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Elcio também...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu tenho *print* da...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Marcelo Blanco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Marcelo é o outro.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É o outro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Elcio, não é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É Elcio. Ele preside uma associação de militares aqui em Brasília.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A proposta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só assim neste contexto... O senhor disse que teve uma ONG que o levou até o Coronel Elcio Franco. Sabe identificar que ONG?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Essa mesma que me levou ao Sr. Lauricio. Ela presta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ou seja, a Senah...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Senah. Isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senah.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Faz serviços humanitários, é uma...

Não sei dizer se é ONG, qual que é o termo certo, mas ela que nos levou ao seu Laurício e também viabilizou esse estreitamento entre esse coronel dessa associação que nos levou à presença do Sr. Coronel Elcio Franco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A proposta de propina que V. Sa. recebeu de Roberto Ferreira Dias foi comunicada, por favor, à Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi comunicada ao Sr. Cristiano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ao Cristiano?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que o designou...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E sabe qual...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – E não tinha contato com o Sr. Herman.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, assim, por uma questão até de hierarquia, eu não tinha como atravessar o Cristiano. Então, assim, quem tratava diretamente ao Herman era o Cristiano.

Então, eu já tinha informado ao Cristiano essa situação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Davati tem algum contrato formal com a AstraZeneca? Sabe informar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Quem saberá informar isso, Excelência, é o dono da Davati, que assinou a proposta, o Sr. Herman. Como eu disse ao senhor, eu não tenho acesso a essas documentações confidenciais. Essas tratativas com alocadores, com quem são os donos da vacina, como é feito esse processo, eu não tenho como afirmar para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas essa documentação foi entregue ao Ministério da Saúde...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, coube a mim a proposta, que era validada pelo dono da Davati, que é o Sr. Herman. E, aí, como ia ser o processo, a troca documental, o contrato, isso ficaria a cargo do Presidente, dono da Davati, o Sr. Herman.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Caso fosse concluída a transação, como a Davati – mais uma vez – entregaria as 400 milhões de doses de vacina?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A informação que eu tenho é... Eu teria que dar uma lida novamente no contrato, porque lá consta o prazo de entrega, numa FCO. Se não me engano. Está no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. Está no contrato.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – E o que eu tenho que só rever ali qual que foi o prazo à época...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas nós verificamos aqui, por favor, tá?

V. Sa. negociou o fornecimento de algum outro produto com o Ministério da Saúde ou com algum outro órgão público?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Com o Ministério da Saúde, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

É verdade que a Davati, o senhor saber informar se é investigada no Canadá por ofertas de imunizantes?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A informação que eu tenho, Excelência, é que essa notícia que saiu é uma informação que foi me passada pelo Sr. Cristiano, que não condiz com a realidade. Agora, o que realmente aconteceu no Canadá... A essas tratativas internacionais da Davati eu não tenho acesso, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A Polícia Militar de Minas Gerais informou que V. Sa. – e há pouco V. Sa. confirmou aqui – é integrante da Força no Estado e, atualmente, está lotado no batalhão da cidade de Alfenas, no sul de Minas Gerais. V. Sa. mais uma vez confirma essas informações?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já participou de algum ato ou manifestação pública favorável ou contrária ao Governo do Presidente da República?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – De maneira alguma, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já fez alguma postagem em rede social com crítica, elogio ou defesa do Presidente da República ou de algum aspecto do seu Governo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Que eu me recorde não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem alguma atividade política?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já trabalhou com algum político em alguma campanha eleitoral?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu já trabalhei em campanha eleitoral, ajudando, sim, um amigo pessoal que foi ex-comandante da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele não se elegeu; e me pediu que eu o ajudasse, mas foi somente isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece, tem alguma relação, em algum momento prestou algum serviço ao Professor Leandro Rodrigues, que foi candidato a Prefeito de Três Corações?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ah, sim. Sim, Excelência, mas não de forma... Assim, apoiando como amigo, não é? Ele é um amigo pessoal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu só queria...

Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você sabe o que é... É que eu teria interesse de saber como é que foi o jantar, o que rolou na conversa ali no jantar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parece que a única vez que V. Exa. esteve junto ao Coronel Blanco e ao Roberto Dias, os três juntos, foi nesse jantar – nem antes, nem depois, teve mais reunião dos três juntos, não é isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Então, como foi o papo ali no dia do restaurante? Vocês falaram sobre o quê?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Igual eu disse para o senhor há pouco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, ele já respondeu, mas alguns internautas...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por isso o pedido do Presidente e meu...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não. Eu respondo, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pedem, se for possível...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, sim, sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, vocês falaram sobre o quê?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se a memória permitir, o senhor detalhe um pouco mais da conversa.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, detalho. Detalho. Perfeitamente, Excelência.

Como eu disse, chegamos lá, fui apresentado como parceiro da Davati. Discutimos sobre a vacina, sobre as quantidades. Foi, como eu disse, no começo, uma conversa amistosa, profissional: qual era a quantidade, entrega, tudo isso. Depois, a conversa, como eu disse, Excelência, aí voltava para o dia a dia do ministério, cada um com a sua experiência lá dentro do ministério, né? E aí, até que chegou no momento de se chegar e falar que, infelizmente, não avançaria naquele valor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um outro detalhe, se fosse possível: quem pagou a conta?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi o Sr. Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Roberto Dias...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com cartão?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Não podia ter usado cartão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, tá. Com...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, só dinheiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria, só para completar suas perguntas, Senador Renan Calheiros...

Se houvesse conseguido vender os 400 milhões de vacinas para o Governo brasileiro, o senhor seria remunerado como?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Um pró-labore da Davati.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Qual é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Por porcentagem. A Davati paga para todos os envolvidos – ao Cristiano e à parte técnica também – US$0,20 por dose. Então, eu acredito que receberia em média de US$0,03 a US$0,05 por dose. Isso é o que está no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, você comprando diretamente da AstraZeneca, o preço é US$3,50, não é isso?

Eu quero saber...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Naquele momento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, naquele momento, US$3,50.

Com é que seria o lucro se vende a US$3,50? Isso é que não... Eu queria entender quanto é que a Davati... Se ela fosse comprar da AstraZeneca ou do laboratório, ela iria comprar por um valor e vender para o Brasil a US$3,50...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o senhor sabe me dizer por quanto ela compraria da AstraZeneca?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Essa informação confidencial somente o Sr. Herman que poderia fornecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., obrigado.

O senhor tem algum documento que mostra que o senhor é representante e está autorizado a falar em nome da Davati?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Igual eu disse para o senhor: no começo, inclusive há uma declaração do próprio Cristiano à *Folha*, na entrevista, que eu estaria com eles desde janeiro, não é? E, quando foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, mas declaração no jornal...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu queria saber se o senhor tem algum documento.

O fato de o senhor ir a um jantar com duas pessoas, uma que foi funcionário e outra que continua sendo, já é um fato grave, para tratar de compra de vacina. Mas era importante o senhor mostrar o documento que comprove que o senhor é representante.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, eu tenho esse documento a partir de abril, como eu disse ao senhor, Excelência. Antes foram feitas tratativas somente verbais, por telefone, acordos de cavalheiros. (*Pausa.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Sr. Presidente, só para contribuição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) **–** Poderia estabelecer o dia, o restaurante e o *shopping*?

E esta Comissão pedir o videomonitoramento e cópia da comanda do que foi consumido ali, que eu acho que será de relevância. Só uma sugestão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) **–** Sr. Presidente, só para comunicar que ainda ontem foi aprovado o requerimento nesta Comissão no sentido, Senador Fabiano... Senador Fabiano, ainda ontem foi aprovado requerimento na Comissão no sentido do que V. Exa. aqui requisita. Esse requerimento... Tão logo foi aprovado, nós designamos, requisitamos à Polícia do Senado que fizesse a diligência até o local para requisitar os registros.

Sobre o *shopping*, a Polícia do Senado retornou a informação para esta Comissão, informando que o *shopping* e o restaurante informando que só possuíam os registros dos últimos sete dias. Obviamente, para ter acesso ao conjunto dos dias anteriores, dos meses anteriores, era necessário acessar o HD do equipamento do *shopping* e do restaurante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o mandato aqui aprovado no requerimento não ia até esse limite, ou seja, de requisitar o equipamento, nós estamos protocolando um novo requerimento para terça-feira, para buscar todos os meios de prova, a fim de esclarecer sobre essa reunião, ou seja, não somente o acesso ao equipamento do *shopping* e ao equipamento também do restaurante, como também o acesso aos tíquetes do estacionamento do restaurante, assim como o acesso ao extrato das contas que foram pagas pelo restaurante naquele período e todos os outros meios que forem necessários.

Esse requerimento está sendo protocolado, e a ideia, Sr. Presidente, é que nós o apreciemos na terça-feira.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Só pela ordem, para complementar, de repente, uma solução.

Como o senhor é cabo da ativa, o senhor tem por obrigação comunicar ao Comando-Geral quando o senhor sai do seu Estado. O senhor fez esse comunicado oficial ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais ao sair do Estado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – O senhor fala para me deslocar a Brasília?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Quando o senhor saiu de Minas Gerais e veio a Brasília.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ao Estado, não Excelência.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O senhor não comunicou à Polícia?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, eu desconheço essa necessidade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O senhor não comunicou à Polícia Militar do seu Estado a sua ausência no seu Estado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Eu desconheço essa necessidade de eu transitar em qualquer lugar do Brasil tendo que informar. Eu desconheço.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Claro que tem.

A gente pode solicitar, Senador, à Polícia Militar de Minas Gerais.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Por favor, eu desconheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só completando aqui, o coronel...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, siga a ordem das inscrições, porque aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa, por favor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Só completando o que ele estava perguntando, para o raciocínio, para a gente completar, porque ele disse...

Lá, no restaurante, o tenente-coronel estava junto?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele também falou em relação a US$1, ou foi só o Roberto Dias?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Só... Ele só escutava.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas ele não falou nada?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O tenente-coronel?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas ele estava no almoço quando foi oferecido...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Jantar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – No jantar, quando foi oferecido US$1?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não foi um jantar, foi um...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O tenente-coronel também é do Ministério, é diretor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, nas redes sociais as pessoas agradecem a intervenção de V. Exa. e continuam a pedir, se for possível, que o depoente, por favor, faça um relato preciso, simplificado, dessa conversa em que se deu o pedido da propina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, literalmente, como foi feita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como foi feita a conversa? As pessoas estão insistindo e, se for possível, eu gostaria de mais uma vez perguntar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Principalmente, relatar a reação da pessoa, porque um intermediário... Um oferece a propina, e qual é a reação da pessoa que está ouvindo? O que ele demonstrou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – A minha reação?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A gente faz uma análise comportamental.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

Como eu disse, nós chegamos lá, houve o início de uma tratativa... Mas eu vou chegar ao ponto que V. Exa. perguntou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Que a vacina, naquele valor, não seria feita a aquisição pelo ministério. A conversa começou assim: "Olha, nós temos que melhorar esse valor." Aí, eu disse: "Mas eu tenho que tentar um desconto, eu não tenho..." "Não, mas não é... É para cima, é para mais." E, aí, se pediu, porque se tinha que compor dentro do ministério, e se pediu o acréscimo de US$1,00 por dose. Eu, já, de imediato, já disse que não teria como fazer.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E qual foi a reação da pessoa quando ouviu isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Que não podia fazer?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, ficou assim... O clima na mesa mudou e logo se encerrou o jantar lá e, no final, ele disse: "Pensa direitinho que amanhã eu vou te chamar no ministério com uma nova proposta." Queria que eu levasse a proposta já com os 4,50.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Quatro e cinquenta?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – É. Aí eu levei com o mesmo valor, de 3,50.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, mas eles lhe propuseram que o senhor levasse uma proposta de 4,50?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, que pensasse direitinho e levasse uma nova proposta, dando a entender que essa nova proposta teria que ser já com o valor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acima dos 3,50?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Incluindo, claro, a propina sugerida por ele na oportunidade.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Só que no outro dia eu levei a proposta dos 3,50.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Novamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Humberto por 15 minutos por favor; depois, Senadora Eliziane Gama.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Luiz Paulo, seja muito bem-vindo aqui, ao Senado Federal.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Obrigado, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria perguntar como foi que V. Sa. conheceu o empresário Cristiano Alberto Carvalho.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Como eu disse, Excelência: trabalhando na área do medicamento, trabalhando na área de venda de insumos, as vendas se cruzaram e, aí, começou essa parceria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. esteve alguma vez reunido com algum representante americano da Davati? Ou não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, somente... A primeira vez que eu vi o Cristiano pessoalmente foi em Brasília, para a reunião com o Coronel Elcio Franco. Nossas tratativas eram somente por telefone e mensagens.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor chegou a fazer, para a Davati, algum tipo de venda de insumos antes disso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, eu fiquei praticamente com a parte somente das vacinas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. tem conhecimento de alguma compra que foi viabilizada pela Davati em termos de vacinas, ainda que não no Brasil, para outros países?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Assim, eu tinha a informação que negócios estavam evoluindo, que tinha algumas transações, mas só quem pode informar isso ao senhor... Porque, devido ao sigilo, devido à confidencialidade que o processo envolve, porque geralmente são governos que fazem a aquisição, é somente o Sr. Herman.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Sr. Cristiano não saberia dar esse tipo de informação?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Talvez, talvez poderia, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E como eles diziam para o senhor que a Davati garantiria a entrega dessas vacinas, a compra dessas vacinas?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, a própria FCO é uma proposta comercial que já vem com a as especificações, data – ela não vem com o lote, porque o lote é chipado, é a informação que eu tenho –, e faz-se uma SGS, uma certificação internacional. E vêm as documentações do laboratório. Então, tem um processo todo envolvido nisso. Então, o primeiro passo é uma intenção de compra, e o segundo passo é o envio dessa proposta comercial; não necessariamente nessa ordem, mas geralmente é uma proposta comercial do parceiro, se predispondo a fazer a aquisição da vacina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou fazendo essas perguntas, Sr. Luiz Paulo, porque, com certeza, V. Sa. aqui vai saber que os apoiadores do Governo e o próprio Governo vão tentar desmoralizar V. Sa. para que, assim, tenham argumento para justificar tudo o que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, uma coisa que é importante, Senador Alessandro: eu me lembro que, no dia em que o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, o ex, esteve aqui, V. Exa. perguntou a ele sobre propostas que surgiam no ministério, e ele disse explicitamente: "tiveram (sic) diversos vendedores com ofertas falsas, e que várias foram encaminhadas para a Polícia Federal". Eu quero requerer à Mesa que nós possamos ver se essa proposta, de alguma maneira, foi encaminhada pelo Ministério da Saúde à Polícia Federal para fazer algum tipo de investigação e tal. Aliás, nós já fizemos esse requerimento. Então, nós vamos saber se o Ministério da Saúde considerou essa proposta adequada, viável, lícita ou não, está certo? Então, essa é uma das coisas importantes de nós sabermos. E, a mim me parece que a proposta que V. Sa. apresentou foi considerada pelo ministério como lícita e a empresa, como uma empresa que tinha idoneidade para tal.

Pergunto também o seguinte: hoje eu ouvi o *podcast* da *Folha de São Paulo*, quando a jornalista que o entrevistou disse que o senhor recebeu, depois desses primeiros contatos, vários telefonemas e WhatsApps de assessores do ministério e de assessores de Parlamentares, todos se oferecendo para destravar o processo. V. Sa. confirma que aconteceu isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O que acontece, Excelência, é que muita gente me ligava se dizendo: "Eu posso isso, eu posso aquilo", mas eu nunca quis avançar nessa seara, porque aquele eu posso isso, eu posso aquilo, eu conheço fulano ou conheço outra pessoa, já tinha tido um processo todo doloroso dentro do ministério, e eu, particularmente, nem a Davati, queria vivenciar isso novamente. Agora, que eu tenho a informação de que Parlamentar tentou negociar a busca por vacinas diretamente com a Davati, eu tenho essa informação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** E V. Sa. teria como declinar agora, ou posteriormente, quem foram esses parlamentares ou assessores?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A informação que eu sei é um. Inclusive, com áudio dele tentando negociar vacina, a princípio, para o ministério.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Pode declinar o nome dele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele depôs aqui. É o que fez acusações contra o Presidente da República.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** No caso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Luis Miranda procurou o senhor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Procurou a Davati – se não me engano, o Cristiano –, inclusive, tentando negociar a aquisição de compra de vacinas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

E V. Sa... V. Sa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor me permite só uma observação, Senador Humberto? Já foi protocolado ontem pedido de quebra de sigilo do Deputado Federal Luis Miranda, do Silvio, que é o suposto lobista, e do Deputado Federal Ricardo Barros.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Só para complementar – Senador Humberto, desculpe –, mas quando o Deputado procurou o senhor? Em que circunstância?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Não fui eu, não, Excelência! O Cristiano me relatava que, volta e meia, tinha Parlamentares – eu não sei quem – o procurando e que o que mais o incomodava era o Deputado Luis Miranda, o mais insistente com a compra, intermediação de vacinas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ele chegou a falar valores?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Só tenho... Eu tenho... O Cristiano me enviou um áudio em que ele pede que seja feita uma *live*, o nome dele, que ele tinha um cliente recorrente e que comprava pouco, menos quantidade, mas que ele conseguiria colocar essa vacina para rodar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Cristiano...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pediria que eu pudesse concluir a minha...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... o meu interrogatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Veja, eu pergunto se V. Sa. disponibilizaria o seu sigilo telefônico, de *e-mails*, e tal, para que nós pudéssemos identificar quem foi...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu estou aqui para contribuir. Tudo o que a CPI assim quiser eu farei. Inclusive, se os senhores tiverem interesse, eu coloco o áudio para os senhores coletarem agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente. Perfeitamente. Perfeitamente. Perfeitamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Coloque o áudio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coloque o áudio, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor pode colocar agora?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Coloco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Depois que eu terminar. Depois que eu terminar, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, após a inquirição do Senador Humberto, Senadora Eliziane, se a senhora me permitir, nós colocaremos o áudio e iniciaremos o seu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Assim eu vou me perder. Assim eu vou me perder completamente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Continue, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pergunto: quando V. Sa. recebeu essa proposta de ampliar ou aumentar o valor da oferta, o valor da dose, do preço da dose, da oferta feita ao Ministério da Saúde, o senhor comunicou esse fato ao Sr. Cristiano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Comuniquei, Excelência. Tanto que, quando eu fui chamado pela *Veja*, quem entrou – perdão, *Folha de S.Paulo* – foi o Cristiano. E ele disse à jornalista: "Se você quiser a verdade, ele vai te falar a verdade agora".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Eu pergunto se V. Sa., depois que deu essa entrevista à *Folha de S.Paulo*, passou a sofrer ameaças de morte ou outros tipos de ameaças.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu comecei a receber ligações da imprensa, pedindo... Mas eu, infelizmente, por orientação da empresa, da própria Davati, e do meu advogado, não pude atendê-los. Mas... Até que eu viesse aqui e pudesse fazer o meu relato do que eu vivenciei, do que... Eu sei sobre vacina neste País. Tudo que se comercializou, tudo que se fez de proposta eu sei. Eu sei o que é vacina neste País. Então, as informações que eu tenho são o que eu vou disponibilizar. E eu tenho total vontade de ajudar. Meu celular está aqui, meus *e-mails* estão aí. Tudo o que os senhores precisarem de mim será feito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Eu quero perguntar a V. Sa. agora... Pelo que entendi, esse empresário estava presente, mas não se pronunciou sobre a tal proposta. Mas eu entendi que ele ouviu a proposta.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ouviu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ouviu a proposta.

Se o senhor o visse novamente, o senhor seria capaz de reconhecê-lo, já que o senhor não lembra o nome dele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu sei que ele era claro, calvo, careca, se eu não me engano. Mas, assim, eu teria que vê-lo novamente, para tentar identificá-lo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não vai ser difícil identificar, porque, quando nós tivermos acesso a essas imagens, a essas coisas todas, nós vamos identificar. E aí, nesse caso, V. Sa. poderia se dispor a fazer o reconhecimento, não é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Perfeitamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria perguntar na linha do Senador Alessandro Vieira também... Nós tivemos a informação de que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contato entre V. Sa. e os representantes do ministério teria se dado por meio do Coronel Roberto Criscuoli. Não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Ele disse assim: "Eu fui...". O Criscuoli disse ao *Estadão*, em uma matéria:

> "Eu [Criscuoli] fui procurado por um representante da empresa uma vez num hotel. Vieram falando que era porque eu conhecia muita gente no Governo. É lícito vender vacinas, é um item que o Governo estava comprando. Mas, como não sou lobista, só disse para procurarem o Rodrigo", disse o militar ao *Estadão*. O contato do coronel seria Rodrigo de Lima Padilha, um funcionário terceirizado do Ministério da Saúde, ligado ao Coronel Pedro Geraldo Pinheiro dos Santos, à época Diretor do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento do Ministério (Desid) – agora, superintendente da pasta no Rio de Janeiro.

Eu pergunto: o representante da empresa que teve contato com esse coronel foi V. Sa. ou não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não o conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Ouviu falar alguma vez do Sr. Rodrigo de Lima Padilha?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Ele não teve nenhuma participação nessa intermediação, não é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Comigo não, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu estou plenamente satisfeito.

A posição de V. Exa. e o teor do seu depoimento, lá no meu Estado, a gente diz que é uma coisa aprumada.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Obrigado, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** É uma versão em que dá para a gente acreditar. Eu acho... Eu entendo que nós precisamos realmente aprofundar. Se tudo que V. Exa. disse for verdade e se nós tivermos como comprovar, pode ter a certeza de que o senhor pode ter dado uma enorme contribuição a este País.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Vamos ouvir o áudio agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

Obrigado, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) **–** Eu só queria fazer uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu queria fazer uma última pergunta.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Esse Odilon, a quem V. Exa. se refere... Eu vi que V. Exa. não parece se sentir muito à vontade para falar. Mas ele é, por acaso, o Odilon Costa, da empresa Cristália?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O senhor fala da Farmacêutica Cristália?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Sim.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Obrigado.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (*Fora do microfone*.) **–** Posso mandar para quem, Excelência, o áudio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Você tem o áudio?

Pode colocar o áudio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, antes de ele responder...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Eu queria só insistir... Eu queria só insistir no seguinte: qual foi a reação de quem pediu a propina? E qual a reação do coronel, do Coronel Blanco, lá na conversa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – No momento, o coronel ficou me olhando, não é? Ficou me olhando, esperando a minha resposta. Quando eu disse "não", a surpresa do outro lado, porque eu tinha dito "não".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está pronto o áudio? O senhor poderia colocar no microfone? Coloca no microfone.

Leandro, auxilie o nosso depoente, por gentileza? (*Pausa.*)

Ele está buscando. (*Pausa.*)

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, fique à vontade. Fique à vontade.

Peço a atenção de todos.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA –

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

"Então, irmão, o grande problema é: vou falar direto com o cara, o cara vai pedir toda a documentação do comprador. O comprador meu já está de saco cheio disso. Ele vai pedir a prova de vida antes, e a gente não vai fazer negócio. Então, a gente nem perde tempo. Você sabe que eu tenho um comprador e com potencial de pagamento instantâneo, tanto é que ele compra o tempo todo lá, em quantidades menores, obviamente. Se o seu produto estiver no chão, o cara fizer um vídeo e falar o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome: "Luís Miranda, eu tenho aqui um produto e tal", o meu comprador entende que é fato, o.k.? E encaminha toda a documentação necessária, amarra, faz as travas, faz os contratos todos, e bola pra frente. Eu não vou mais perder tempo com esse comprador, que desgastou muito, meu irmão, nos últimos 60 dias. É muita conversa fiada no mercado. E aí eu não me sinto nem confortável. Ah, encontrei uma carga, vamos dar prosseguimento, nós vamos mandar toda a documentação de novo, daqui a pouco nós vamos chegar na SGS, e você vai ver que a carga existe. Eu não vou perder tempo. O cara faz uma live comigo, faz um FaceTime. Ele pode fazer, meu irmão, um Skype, o que ele quiser. Me mostra a carga, ou se ele quiser gravar um vídeo, ele grava um vídeo: "*Hey*, Luis Miranda, *I'm here in my warehouse, these are my products*". Ele mostra o produto para mim e está tudo certo. Bola pra frente, eu mando para o cara e na hora o cara fecha negócio, cara, na hora. O cara tem cliente fixo, entendeu? Ele tem recorrência. Esse é o grande problema desse meu cliente, ele tem recorrência, fechou alguns contratos lá de entrega com Walmart, com a Walgreens, com as redes de restaurantes e alguns hospitais. Então, ele tem recorrência de produto, o tempo todo".

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Esse áudio foi do Deputado Luís Miranda para...?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Segundo o Senador... Perdão, Senador. Segundo o Cristiano, foi para o pessoal nosso da Davati, onde ele tentava intermediar a aquisição de vacinas, a compra. Ele fazia aqui a intermediação de vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Próxima inscrita, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Presidente, o Relator, os demais colegas, cumprimentar o depoente.

Eu inicio com o áudio, Sr. Dominguetti.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No áudio, o Luís Miranda fala, cita "meu comprador". Quem seria esse "meu comprador"?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Na verdade, Excelência, o áudio, se a gente prestar atenção num determinado momento, ele fala "meu irmão". Não sei se os senhores prestaram atenção.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele se refere ao comprador como se fosse o irmão, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É. Ele falou assim: "meu irmão está de saco cheio". Está no áudio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A gente poderia repetir o áudio?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Claro.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Poderia repetir, porque ele fala que o comprador dele fornece para o Walmart.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Enquanto você organiza aí, você tinha relação com o Luís Miranda?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Nunca vi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nunca viu?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Esse áudio chegou de quem exatamente da Davati, que passou para o senhor? O Cristiano?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O que acontece foi o seguinte... Quando o Sr. Luís Miranda esteve aqui depondo contra o Presidente da República... O que acontece é o seguinte: eu recebi naquele mesmo dia o áudio, dizendo que olha lá ele lá, porém fazendo o inverso aqui. O Cristiano me enviou o áudio, porque ele mandou até um *print*, aqui não tem acordo, e a gente vê que no áudio... Eu não posso fazer juízo de valores, mas a prática era a tentativa de aquisição de vacinas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ele também estava fazendo mediação?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A princípio, com a Davati e com o Cristiano. Comigo, não o conhecia, não tinha feito.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Coloca o áudio novamente, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E você tem noção desses volumes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos colocar o áudio novamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso, Presidente, para entender melhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obviamente, eu acrescento ao tempo de V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Claro. Muito obrigada, Presidente. V. Exa. é um homem justo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas quem passou o vídeo foi o Cristiano, não foi, Excelência?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O áudio.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O áudio. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente! Presidente, só comunicar a V. Exa.: nós estamos ajustando o áudio. Só para que V. Exa. possa acrescentar ao tempo da Senadora Eliziane, posteriormente.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está muito ruim o áudio. Dá de repetir de novo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA –

(Procede-se à reprodução de áudio.) "Então, irmão, o grande problema é: vou falar direto com o cara, o cara vai pedir toda a documentação do comprador. O comprador meu já está de saco cheio disso. Ele vai pedir a prova de vida antes, e a gente não vai fazer negócio. Então, a gente nem perde tempo. Você sabe que eu tenho um comprador e com potencial de pagamento instantâneo, tanto é que ele compra o tempo todo lá, em quantidades menores, obviamente. Se o seu produto estiver no chão, o cara fizer um vídeo e falar o meu nome: "Luís Miranda, eu tenho aqui um produto e tal", o meu comprador entende que é fato, o.k.? E encaminha toda a documentação necessária, amarra, faz as travas, faz os contratos todos, e bola pra frente. Eu não vou mais perder tempo com esse comprador, que desgastou muito, meu irmão, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimos 60 dias. É muita conversa fiada no mercado. E aí eu não me sinto nem confortável. Ah, encontrei uma carga, vamos dar prosseguimento, nós vamos mandar toda a documentação de novo, daqui a pouco nós vamos chegar na SGS, e você vai ver que a carga existe. Eu não vou perder tempo. O cara faz uma live comigo, faz um FaceTime. Ele pode fazer, meu irmão, um Skype, o que ele quiser. Me mostra a carga, ou se ele quiser gravar um vídeo, ele grava um vídeo: "*Hey*, Luis Miranda, *I'm here in my warehouse, these are my products*". Ele mostra o produto para mim e está tudo certo. Bola pra frente, eu mando para o cara e na hora o cara fecha negócio, cara, na hora. O cara tem cliente fixo, entendeu? Ele tem recorrência. Esse é o grande problema desse meu cliente, ele tem recorrência, fechou alguns contratos lá de entrega com Walmart, com a Walgreens, com as redes de restaurantes e alguns hospitais. Então, ele tem recorrência de produto, o tempo todo".

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não é o irmão dele, não. É um cliente dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu não ouvi o nome "meu irmão". Eu ouvi "o comprador".

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, é um cliente dele que fornece...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Por favor, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Só uma pergunta. Fala em vacina em algum momento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Diga aí onde é que ele fala "meu irmão"?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) **–** Se eu mostrar para o senhor aqui mais próximo... Eu posso colocar e parar, mais ou menos, na hora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não. O senhor acha que o Deputado Luis Miranda quando falou... O senhor falou do Presidente. O que o senhor falou do Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Coloca o áudio de novo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coloca o áudio de novo. Coloca o áudio de novo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Coloca, deixa se enrolar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa ele só me responder um negócio aqui.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o senhor falou do Deputado Luis Miranda em relação ao Presidente?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, o que eu disse... O que eu disse foi que o comentário do Cristiano foi o seguinte: "Ele está lá fazendo uma denúncia e fazendo o inverso, fazendo aquisição e negociação de vacinas".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veio falar mal do Presidente. O senhor falou alguma coisa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero... Eu quero só... Por favor, veja quando ele se refere ao Presidente.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ele falou naquela hora? Por favor, urgente pra mim, agora, urgente. Veja aí pra mim como é que ele fala literalmente sobre o Presidente.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA –

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

Então, irmão, o grande problema é: vou falar direto com o cara, o cara vai pedir toda a documentação do comprador. O comprador meu já está de saco cheio disso. Ele vai pedir a prova de vida antes, e a gente não vai fazer negócio. Então, a gente nem perde tempo. Você sabe que eu tenho um comprador e com potencial de pagamento instantâneo, tanto é que ele compra o tempo todo lá, em quantidades menores, obviamente. Se o seu produto estiver no chão, o cara fizer um vídeo e falar o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nome: "Luís Miranda, eu tenho aqui um produto e tal", o meu comprador entende que é fato, o.k.? E encaminha toda a documentação necessária, amarra, faz as travas, faz os contratos todos, e bola pra frente. Eu não vou mais perder tempo com esse comprador, que desgastou muito, meu irmão, nos últimos 60 dias. É muita conversa fiada no mercado. E aí eu não me sinto nem confortável. Ah, encontrei uma carga, vamos dar prosseguimento, nós vamos mandar toda a documentação de novo, daqui a pouco nós vamos chegar na SGS, e você vai ver que a carga existe. Eu não vou perder tempo. O cara faz uma live comigo, faz um FaceTime. Ele pode fazer, meu irmão, um Skype, o que ele quiser. Me mostra a carga, ou se ele quiser gravar um vídeo, ele grava um vídeo: "*Hey*, Luis Miranda, *I'm here in my warehouse, these are my products*". Ele mostra o produto para mim e está tudo certo. Bola pra frente, eu mando para o cara e na hora o cara fecha negócio, cara, na hora. O cara tem cliente fixo, entendeu? Ele tem recorrência. Esse é o grande problema desse meu cliente, ele tem recorrência, fechou alguns contratos lá de entrega com Walmart, com a Walgreens, com as redes de restaurantes e alguns hospitais. Então, ele tem recorrência de produto, o tempo todo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Deu a entender, Excelência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, veja bem, ele está se referindo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Presidente, então, use o microfone. Presidente, a gente não está conseguindo ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ele quer dizer que, nessa hora, "desgastou muito o meu irmão, nos últimos 70 dias". É isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É. A princípio foi o que eu entendi no áudio, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Bom, eu não estou entendendo isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Me parece uma gíria quando ele fala "desgastou muito, meu irmão".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É ele que está dizendo, não sou eu, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Acho que a gente precisa fazer uma avaliação melhor desse áudio, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não tem absolutamente nada a ver. Ele usa "meu irmão" todo o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Dominguetti, só um minutinho.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu estou com a fala. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No meu Estado, chapéu de...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, encaminhe a degravação pra Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Imediatamente, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós vamos ter...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É muito simples, Sr. Presidente. Basta saber a data do áudio e saber contar esses 60 dias pra ver se tem alguma coisa a ver com o irmão. É muito simples.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A sugestão mais simples... Eu acho que, para poupar o trabalho da CPI, manda pra Polícia Federal degravar para poder saber qual é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pra periciar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A gente tem caminhos bem interessantes na própria CPI. Pode ficar tranquilo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais sugestivos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pode ficar tranquilo.

Deixa o homem contar a história dele. Vamos embora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Por gentileza, o senhor recebeu esse áudio antes ou depois do jantar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Não, foi agora quando ele veio depor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, deixa eu dizer uma coisa...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Aí que o Cristiano me enviou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Precisamos ouvir o Cristiano na CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para concluir, lá na nossa região, chapéu de otário é marreta e jabuti não sobe em árvore.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está sob juramento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Não venha achar que aqui todo mundo é otário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pateta.

Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem pateta.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem qual é o seu papel aqui. Veja qual é o seu papel aqui.

Do nada, surge um áudio do Deputado Luis Miranda, está certo? Chapéu de otário é marreta, irmão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Continue, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, continue.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, só para entender aqui, o áudio é importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, é! Não, Senador, eu não estou aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ficou parecendo que estava defendendo o Luis Miranda... É o que ficou parecendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não. Senador, o Deputado Luis Miranda, inclusive, eu sugeri que convocasse para voltar aqui, está certo? Porque ele fala uma coisa aqui, dá uma entrevista ali...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Já aprovamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... fala outra coisa ali, depois grava um vídeo e desdiz... Está brincando com a gente? O Deputado Luis Miranda está convocado para estar terça-feira aqui nesta CPI. Ele está aqui. Se ele está envolvido, é problema dele, não é meu, não. Não é meu problema. Se o Deputado Luis Miranda estiver envolvido com maracutaia, se ele pegou pernada, isso é problema dele, não é nosso... Não tem que proteger ninguém aqui, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas parece que é ele e o irmão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para concordar com V. Exa., Presidente, indago a V. Exa. se já tem requerimento aprovado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já, já! Na terça-feira da semana que vem, o Deputado Luis Miranda está convocado para estar aqui e não é audiência secreta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O irmão também? O irmão dele também, né?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O irmão, em outro dia, em outro dia, em outra audiência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está brincando com a gente aqui?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, deixe-me fazer uma pergunta: esse Cristiano Alberto Carvalho já tem requerimento para que a gente peça, porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já tem. Aprovamos ontem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Aprovamos, não é? Porque é importante, porque ele é que me parece que gravou essa conversa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Pois é... Essa coisa surge aqui, caindo do céu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ligue o microfone, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, fale no microfone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, o Cel. Franco também já está convocado, não está?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, nós temos que tomar muito cuidado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, eu queria só dizer duas coisinhas para que o Brasil acompanhe e entenda a que é que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está submetida, na medida em que se dispõe a fazer uma investigação séria sobre o que aconteceu no Brasil e causou a morte de tantos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, esse proprietário da Precisa entrou com um pedido de *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal diretamente para o gabinete de um ministro, tentando, com isso, burlar o Supremo Tribunal Federal ao despachar, sem submeter ao sorteio eletrônico – na semana passada, na semana passada.

Ontem, nós tivemos uma eloquente utilização da instituição da Polícia Federal, porque, não sendo investigado nesta Comissão, o Sr. Maximiano teve contra si aberta uma investigação na Polícia Federal, e essa investigação serviu de base para a concessão do *habeas corpus* pela Ministra Rosa Weber, numa burla...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou falando! Eu estou falando!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria discordar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, eu darei "pela ordem", só um minutinho.

Conclua, Senador Renan Calheiros.

Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Garanta a minha palavra, que os senhores vão ouvir, vão ouvir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – V. Exa. está fazendo uma afirmação equivocada!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não foi a ação da Polícia Federal que transformou ele em investigado. O que transformou o Sr. Maximiano em investigado foi a quebra do sigilo telemático do Sr. Maximiano feita por esta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi a decisão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando, não é verdade. A Polícia Federal ontem instaurou o inquérito. A quebra de sigilo não transforma em inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com base nesse inquérito, ele se tornou investigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A quebra do sigilo o transforma em investigado...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu darei... Para concluir... Deixem o Senador Renan concluir, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Surpreendentemente... Nós acabamos de interrogar um depoente que, surpreendentemente, traz um vídeo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um áudio, contando ou historiando ou narrando algumas mazelas que, porventura, poderiam envolver o Deputado Luis Miranda que esteve aqui na semana passada. Em nome de quê? Do mesmo propósito que a Polícia Federal abriu a investigação ontem?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não quer conhecer a verdade, não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nome do mesmo propósito que o proprietário da Precisa entrou com pedido diretamente no gabinete do Supremo, para burlar o Supremo Tribunal Federal?! A CPI não vai aceitar esse tipo de coisa!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É aquele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos aqui para isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um castelo de cartas que está caindo, Sr. Relator!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos aqui para investigar!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um castelo de cartas que está caindo, Sr. Relator!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o povo brasileiro precisa saber que esses genocidas que causaram tanta dor ao Brasil vão ser responsabilizados, sim! Haja o que houver...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto mais trapaça fizerem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço a palavra, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, vamos garantir a palavra à Senadora Eliziane...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu peço a palavra, porque o que está acontecendo aqui é de uma gravidade sem tamanho.

Primeiro, o Relator faz uma acusação gravíssima contra uma instituição da República chamada Polícia Federal!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contra o Governo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. respeite a própria fala!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contra o Governo que está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. fez acusação contra a Polícia Federal!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Respeite você, que é um tumultuador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que é tumultuador, que está aqui para tumultuar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que a Polícia Federal está sendo utilizada politicamente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e para garantir impunidade para quem fez isso no Brasil!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe, V. Exa. está acusando a Polícia Federal!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai ter impunidade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe! V. Exa. teme o quê da Polícia Federal?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai ter impunidade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, pode garantir a palavra aqui?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator fez uma lista...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu garanti a palavra à Senadora Eliziane...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator fez uma lista de investigados para vender manchete de jornal. Agora, está sendo vítima dela. Por quê? Porque aí vai ao Supremo... E não precisa ir ao Supremo, não! Pode vir aqui, sentar naquela cadeira e, simplesmente, olhar para o Presidente e falar assim: "Como sou investigado, vou usar o meu direito constitucional de permanecer em silêncio". Não precisa de HC! Quem fez isso foi o Relator! E, depois, aprovado pelo Colegiado...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quebra-se sigilo antes de ouvir as pessoas aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, começou errado, não vai terminar certo.

Agora, acusar a Polícia Federal indevidamente, levianamente, como aconteceu aqui, não é crível, não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É o novo advogado do Deputado Luis Miranda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou acusando a Polícia Federal, não estou acusando a Polícia Federal...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acusou, Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou falando que a Polícia Federal, que é uma instituição respeitável, foi usada!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi usada como tentaram usar o Supremo na semana passada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Levantou o tom...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Levantou o tom...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E usaram ontem o Supremo Tribunal Federal!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Levantou o tom...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quando viu aqui protegidos desta relatoria sendo acusados...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, o que é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Precisa não estava nos investigados...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos tendo quantos depoentes?!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Maximiano não estava nos investigados...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Que é isso? Que é isso? Sr. Presidente, nós temos quantos depoentes?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos prender!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O investigado conversando com o Relator, Presidente!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Que é isso? Que é isso? Ele não pode estar presente na sessão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que é isso, Sr. Presidente?! O que é que é isso?!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Tudo marcado, tudo combinado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele não está mais na sala, Deputados. Ele acabou de sair da sala das Comissões...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Agora, não é constrangimento, não, não é? Pelo amor de Deus!

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele veio ameaçar o depoente?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem que mandar prender...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A presença dele aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir a colaboração dos Srs. Senadores. Eu pediria ao Senador Izalci, aos Senadores... Por favor, eu vou pedir a calma necessária. Eu sempre falei em cautela quando aparece "jabuti na árvore". Eu sempre falei isso. Não tem uma declaração minha, em lugar nenhum, de eu fazer prejulgamento, absolutamente. Inclusive, sobre o depoimento do Dominguetti, eu disse: "Olha, nós temos que ter muita cautela, porque as coisas que surgem do nada, sem a gente ter...". Ninguém sabia nem quem era seu Luiz Dominguetti. Apareceu matéria dele no jornal, veio pra cá, nos traz um áudio que a gente nem sabia...

Então, eu vou garantir a palavra à Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Tá, vamos lá, Presidente, muito obrigada.

Eu queria perguntar ao Dominguetti: você recebeu esse áudio que dia? Do seu Cristiano...

Só um minutinho.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Eu recebi esse... Posso... Posso verificar aqui?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não. Claro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, pois é... Não, só para ver a data. O áudio antigo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tá, deixa eu ver a data que ele recebeu no celular dele... (*Pausa.*)

É muito fácil ver aí no WhatsApp...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, como providência inicial e como Relator desta Comissão, eu peço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu não tenho só esse tempo. Eu acabei de usar... Eu preciso dos meus 15 minutos, Presidente. Não, está ali nove minutos só. Eu não falei seis.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como providência inicial, eu peço para V. Exa., desde já, determinar a apreensão do telefone do depoente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não, Sr. Dominguetti, qual foi a data em que o senhor recebeu...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Me foi enviado aqui por ele no dia 24 de junho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No dia 24, seis dias atrás.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Às 13h32.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Que dia o senhor deu a entrevista para a *Folha de S.Paulo*?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Manda prender o Luis Miranda, que está lá atrás, Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente... Tem uma Senadora falando nesta Comissão, Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, minha Líder.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... por favor! Nós já não temos vez! Então, nos dê a voz! Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, Senadora Simone...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E devolva o tempo dela total, os 15 minutos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço aos Senadores respeito à Senadora Eliziane Gama, que está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Todo o tempo será devolvido, e eu queria pedir aos colegas para garantirem a palavra da Senadora Eliziane.

De imediato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Dominguetti, que dia o senhor deu a entrevista para a *Folha de S.Paulo*? (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... inicialmente, por favor, em nome desta relatoria, apreender os telefones celulares e o passaporte do depoente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu peço à Polícia Legislativa para, logo após, o senhor depoente entregar o seu telefone...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não vai submeter isso ao Plenário da Comissão não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso é uma medida de diligência. A medida da diligência... Em relação ao passaporte, sim; em relação ao celular...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para entender: ele está colaborando com a CPI e está sendo penalizado por isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, está sendo pedida uma perícia sobre o celular. Está pedindo uma perícia sobre o celular.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ô Presidente... Presidente... Presidente... Presidente... Causa estranheza o pedido do Relator nesse momento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Colegas, tem uma Senadora inquirindo o depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A partir do momento em que o depoente passa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fica difícil falar aqui, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a demonstrar evidência de crime, ele pede para retirar?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem, Sr. Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem uma Senadora inquirindo! Por favor, vamos garantir a palavra à Senadora Eliziane!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por gentileza...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Dominguetti, qual o dia que o senhor deu entrevista para a *Folha de S.Paulo*?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Senadora Eliziane, acrescento ao seu tempo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Se eu não me engano, foi na... Acho que foi terça-feira, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Terça-feira, em que dia?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu acredito que tenha sido terça-feira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Terça-feira desta semana?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, eu tenho que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou da semana passada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém pode me ajudar? Terça-feira foi qual dia do mês?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência...

Não, não vou guardar, eu prometo ao senhor. Eu só vou buscar informações que os colegas de V. Exa. pediram.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Dia 29.

Então, veja bem, eu pergunto ao senhor...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Como eu disse a V. Exa., os meus dados telefônicos, *e-mails* estão à disposição da CPI, independente de qualquer apreensão ou não, já estão à disposição. Eu franqueio qualquer dado, qualquer conversa a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Agradecemos a V. Sa.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A contribuição... Sempre é contribuir.

Eu queria só, se V. Exa. me permitir... Eu só expus esse áudio porque eu não poderia faltar com a verdade, quando fui perguntado a um Senador se tinha conhecimento, se eu não me engano, de algum Parlamentar que fazia ou tinha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E se esse áudio não tratar de vacina?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Mas está claro que trata de vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que circunstâncias o senhor estaria?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sr. Presidente, está muito...

(*Soa a campainha.*)

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Deixa eu terminar minha fala.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou quieto, fazendo uma pergunta...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu posso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Colegas, colegas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A minha pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Estou fazendo uma pergunta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele não conseguiu responder à minha última pergunta ainda.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane, só rapidamente, para o encaminhamento desta Presidência.

Esta Presidência vai requisitar do senhor depoente o seu telefone para perícia imediata por parte da Polícia Legislativa do Senado. Eu peço para que a Secretaria da Comissão assim determine.

Enquanto V. Sa. precisar do telefone, no conjunto desse depoimento das inquirições, V. Sa. pode fazer...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, só uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minuto, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O que for relativo ao que está sendo tratado na CPI. Esse áudio... Senão você pega a vida do cara inteira...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, é...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Só o que for referente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... ao trabalho da Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, é... Sr. Dominguetti...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela ordem, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Apenas, só para concluir, na linha do raciocínio do celular que vai ser a princípio apreendido, que possa esse áudio ser disponibilizado para todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque eu não ouvi, na linha da pergunta do Senador Renan, nome de vacina em nenhum momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Podia ser *kit* intubação, podia ser luva...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Podia ser luva...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... podia ser máscara, podia ser o que quer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não interessa, Senador Flávio. Eu quero a verdade, eu quero o áudio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou me dirigindo à Mesa, pedindo o áudio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, se estiver lá "vacina", está comprovado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E a gente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, da mesma forma, Sr. Presidente, apenas, só para saber, porque eu cheguei mais tarde, se o PM ainda está na ativa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele ainda está na ativa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – E não deu voz de prisão exatamente quando soube de uma propina que foi imposta a V. Sa.?

V. Sa. podia ter dado voz de prisão em flagrante. Não o fez por quê?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – V. Exa. fala de quem? Do Roberto?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Do Roberto, por exemplo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Roberto Dias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... é um Policial Militar na ativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Do Roberto, que é...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** V. Sa. podia dar voz de prisão, porque estava ali sendo...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** ... num crime de corrupção, que estava sendo...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** ... corrompido naquele momento.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu já respondo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** É só a pergunta que faço.

Desculpa, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Tudo bem.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu respondo à senhora: tudo pra mim ali era novo. Embora... Embora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Era o quê? Nulo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Novo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Para mim também. Para mim também.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – E, sim, Excelência...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Para mim também...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... uma resposta de um policial dizer que não sabe o que está no estatuto, na Constituição...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, sim, Excelência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... na lei que V. Sa. jurou defender.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada.

Eu até retiro, Sr. Presidente, a minha inscrição.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Na verdade, o art. 301: qualquer do povo pode; a autoridade policial e os seus agentes devem prender quem quer que esteja em estado flagrancial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É... Cometeu crime.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador Fabiano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vou repor...

Só para ficar claro: nós vamos tomar as providências devidas em relação ao celular do depoente. Já pedimos o apoio da Polícia Legislativa do Senado. E eu despacho...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Presidente, garanta a palavra à Senadora Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só estou despachando a posição da Senadora Simone, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Tá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Manda requisitar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Senadora Simone fez uma requisição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Randolfe, ele está a mexer no telefone. Manda requisitar.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, mas é para responder à Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor também quer... Se o senhor me falou que ela não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Colegas, colegas, só um instantinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, está difícil, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane, nós vamos repor o tempo, todo o tempo que for necessário a V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem que apreender agora, ele pode estar apagando ali. Tem que apreender.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está apagando.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Eu estou consultando o dia da reportagem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, o senhor me falou que foi terça passada, então foi dia 29.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu consigo ver aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu peço a V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi terça agora?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Dia 29, está aqui. É por isso que eu estou vendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto, dia 29.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Manda recolher, manda requisitar, rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu peço a V. Sa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Manda requisitar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu peço a V. Sa., se V. Sa. por gentileza...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entrega à Mesa, por favor, o telefone.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado. Muitíssimo obrigado.

(*O depoente procede à entrega do seu celular ao Presidente.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, ato contínuo a isso, eu dou encaminhamento e despacho o encaminhamento da Senadora Simone Tebet para que o áudio seja disponibilizado para todos os Srs. e as Sras. Senadoras. Determino... Senadoras e Senadores, determino ainda que a Polícia Legislativa do Senado faça a perícia necessária no áudio que foi aqui disponibilizado.

Reponho o tempo necessário para o encaminhamento, para a inquirição da Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Muito bem! Obrigada, Presidente.

Sr. Dominguetti, o senhor, então, recebeu áudio no dia 24 de junho, um áudio do Deputado Luis Miranda, vindo através do seu chefe, eu diria assim, imediato, que foi o Cristiano, não é isso? E no dia... Cinco dias depois, no dia 25 de junho, o senhor dá uma entrevista para a *Folha de S.Paulo*. Por que o senhor não relatou esse fato nessa entrevista?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Excelência, igual eu disse, eu não... Quando eu recebi o áudio do Cristiano, ele só colocou um *post* assim, de um *print* de uma publicação do Deputado, e o áudio embaixo. Então, assim, eu não sei o teor que ele conversou, não se do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se tratou, o que foi ajustado entre eles, qual foi a narrativa, de quando é o áudio. Eu não posso fazer esse juízo de valores. Por isso é que eu não... Como se diz, assim... Eu não o mencionei, porque eu não tinha ali o elemento que falasse assim: olha, isso aqui é disso, isso aqui é daquilo.

Quem pode responder qual é o tipo de transação, quando foi feita, como foi feita, quem fez, o momento em que fez, é somente o Cristiano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ainda sobre essa... Durante a sua fala o senhor disse que entendia tudo de vacina, não é isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – As informações hoje, de mercado, o que se opera de vacina no mercado, a gente consegue absorver grande parte das informações.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O Luis Miranda, na fala, ele fala "meu comprador". Quando ele fala "meu comprador", ele estaria se referindo a quem exatamente?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu não gostaria de fazer um juízo de valores aqui, de quem seria. Então, eu teria... Só tem uma pessoa que pode: o próprio Deputado, a quem se referia. Eu não tenho como fazer um juízo de valores a quem ele se referia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nessa mensagem que o senhor fala com o Cristiano, ele faz referência a qual seria, por exemplo, o tipo de venda? Se seria vacina mesmo ou se seria luva, por exemplo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Assim, o que acontece é: como houve a vinda do Deputado aqui, por causa de vacina, e o *print* que ele enviou – e embaixo o áudio – sugestionava. Mas eu não posso fazer esse juízo de valor, se é ou não é. Quem pode dizer de que era essa transação, como é feita essa transação, de que produto que era, é somente, só o Cristiano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou seja, o senhor não tem certeza de se era vacina no áudio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, assim, alguns *modi operandi*...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sim, vamos lá...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Aí está prejudicando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor, então, não tem certeza de se se tratava de vacina ou de luvas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, Senadora Eliziane.

Eu queria, mais uma vez, pedir para garantir a palavra à Senadora Eliziane. Mais uma vez, vou repor o tempo de S. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, Sr. Dominguetti?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O áudio, dentro do contexto hoje, de aquisição de vacina, ninguém faz...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está muito difícil, Presidente. É impressionante, Presidente, o nível de euforia, de inquietação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não, Sr. Dominguetti.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos lá, Sr. Dominguetti!

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, igual eu disse a V. Exa.: qual é a tratativa comercial que estava sendo desempenhada ali? E, pelo *print* que veio logo acima, que a mim foi enviado, sugestionava o assunto vacina. Porém, o *modus operandi* que se sugestiona no áudio... Como eu conheço, ninguém faz prova de vida de vacina, ninguém pega o celular e filma vacina, mas, como veio sugestionado em cima, um *print* dele, e, logo embaixo, o áudio, então eu não sei ao certo qual é a tratativa comercial que estava sendo feita ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor é policial militar, não é isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor trabalha representando ou vendendo vacinas ou medicamentos ou coisa parecida há quanto tempo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A partir... Acredito que de um ano e meio mais ou menos para cá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A partir de um ano e meio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Vacina, um ano: de janeiro, fevereiro, para cá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Quais as vendas você já fez junto ao governo federal, a governo estadual?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, o que a gente tentou propor foi ao Ministério da Saúde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A primeira vez, junto ao Ministério da Saúde.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso, ao Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nesse jantar que o senhor teve, com a presença, por exemplo, do Diretor Ricardo e também, agora, com o militar que a gente sabe que foi o Marcelo Blanco, esse empresário... O senhor falou agora há pouco que ele é branco, meio calvo, enfim... Se o senhor visse ele aqui hoje, o senhor conseguiria identificá-lo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Talvez eu tivesse dificuldade, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu posso pedir uma fotografia? Eu peço aqui à parte técnica que coloque aqui para saber se o senhor poderia identificar se seria esse senhor dessa fotografia. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) **–** Enquanto vem a fotografia, V. Exa. podia falar se a iniciativa de mostrar esse vídeo... Alguém pediu para que V. Sa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – De maneira alguma, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... apresentasse ou foi ideia de agora?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Enquanto...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi uma... O que aconteceu foi uma pergunta: se alguns Parlamentares faziam a intermediação, buscavam... O Cristiano tinha me relatado que sim, que havia alguém que buscava para intermediar ou buscava informações sobre vacinas, e ele me enviou esse áudio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quem procurou a *Folha de S.Paulo*? Foi o senhor que procurou ou foi a *Folha* que lhe procurou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não. Não foi, não. A senhora pode validar a minha resposta com a...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pedindo permissão à Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Gente! Não, gente, não! Por favor, não vou mais permitir que ninguém fale aqui.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só pedindo permissão à Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu estou há meia hora tentando falar, Presidente!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só pedindo uma permissão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, Senador! Não, Senador!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É uma questão urgente, Sr. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. depois fala!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – É uma questão urgente! Já que foi apreendido o telefone do depoente, eu gostaria que a Mesa determinasse a apreensão do telefone do Deputado Miranda, que está aqui ainda. Como foi apreendido de um, tem que apreender do outro, para ver o vídeo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Tem que confrontar! Tem que confrontar!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem que confrontar o vídeo. Se não, ele já vai sair daqui. Eu queria que o Presidente tomasse essa posição...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, as diligências de V. Exa...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... sem ele sair daqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... podem ser tomadas depois da minha fala?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ele já saiu. Ele já saiu, ele está lá na imprensa. Ele já saiu.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas dá para ir lá e apreender o telefone dele, Presidente! O senhor poderia fazer isso por uma questão de coerência!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Jorginho... Senador Jorginho, deixe-me continuar o depoimento...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O Presidente tem que se posicionar sobre a questão de ordem. É importante e urgente, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Dominguetti...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente, por favor!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele não está mais na sala, gente!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas ele está aqui ao lado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele está no Plenário do Senado Federal. A CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele está dentro do Congresso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele trabalha no Congresso, ele é Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é Deputado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É uma acusação grave, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há uma diferença muito grande entre mim, com uma testemunha sentada aqui, que jurou falar a verdade, correto, que pode sair daqui e ir preso... Qualquer um de vocês pode pedir a prisão, pedir o celular dele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador. Agora eu mandar tomar um celular de um Deputado Federal, vejam bem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Que nem na sala está, gente, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem o Supremo manda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Isso é abuso de autoridade.

Sr. Dominguetti, o senhor, nessas suas tratativas comerciais, o senhor teve tratativas, por exemplo, com o Governo Zema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor tem relação com o Governo Zema, já participou, teve atuação para além da sua função de militar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O seu pai tem um blogue, não é isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Blog do Paulão.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor pode falar um pouco sobre esse blogue, qual o tipo de publicação que ele faz?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Geralmente, publicações, denúncias políticas envolvendo política, mas assuntos gerais também, mais voltado para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele é aliado ao Governo Zema?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não tem ligação nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Faz publicações bolsonaristas ou coisa parecida?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não sei. Eu praticamente não acompanho, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aquele senhor, o senhor conhece, reconhece?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele, definitivamente, não estava no jantar com o senhor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Quando o senhor chegou, no dia seguinte, para conversar com o Roberto, já no Ministério da Saúde... O senhor já olhou novamente, o senhor não pode mentir. O senhor não o reconhece. Nós estamos buscando imagens...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu afirmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... no *shopping*.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu afirmo a V. Exa., categoricamente, que não é ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não é ele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não é ele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo.

Na sua ida, no dia seguinte, ao Ministério da Saúde, o senhor chegou a entrar na outra sala para falar com o Diretor Roberto ou ficou apenas na antessala?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu cheguei, me cadastrei na portaria, depois assinei uma folha. Fui direcionado a uma antessala; depois eu fui para a sala do Sr. Roberto Dias, tinha uma outra servidora junto. Eu entreguei a proposta, ele leu a proposta. A proposta estava em inglês, e ele me perguntou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ainda com os US$3.50?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso, ele me perguntou se o preço era aquele lá mesmo, eu disse que sim. Ele me pediu, então, algumas documentações. Eu disse para ele que ia requisitar, mas que teria que ser feita uma intenção de compra, como eu já tinha informado a ele. E aí ele pediu que eu entrasse, ele falou que iria entrar numa reunião, e que eu aguardasse numa sala ao lado. Eu fiquei na sala ao lado, depois eu recebi uma ligação perguntando como é que estava a evolução. Eu disse que não teria condições de mudar nada, que o valor era aquele mesmo. Aí eu fui chamado novamente na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sala, e ele me disse que, sem a documentação prévia que o ministério exigia, ficaria difícil. Eu falei: "Tudo bem". E aí ele me disse que ia fazer, que ia ligar diretamente para o CEO, o Cristiano, para fazer essas tratativas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ele ligou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu acredito que sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nessa reunião em que o senhor disse que ele estava, o senhor tem informação e conhecimento de quem mais estava com ele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Na reunião?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nessa reunião em que o senhor falou que ele entrou para depois falar com o senhor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Lá no ministério?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Da que o senhor acabou de falar, que o senhor ficou...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Lá no ministério?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Isso, no ministério.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ah, não, na última vez estava sozinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Esse emissário que chegou para o senhor e disse: "Olha, ele não vai mais..."

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, foi telefonema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Hã?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, foi por telefonema. Eu recebi um telefonema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O próprio Roberto lhe ligou depois?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, foi telefonema do Coronel Blanco.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ah, já foi o Coronel Blanco que já lhe despachou.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É. Perguntando como é que estava o processo. Eu falei que não tinha andado, que o preço era aquele, não podia... E que a proposta era original.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sim, mas a ligação, essa ligação que o senhor recebeu, o senhor estava dentro do Ministério, ainda, da Saúde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Estava. Numa antessala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E dali o senhor já foi embora?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Eu voltei, fui chamado novamente pelo Sr. Roberto Dias, ele já estava sozinho na sala, e ele disse que ia entrar em contato com o Sr. Cristiano, que era o CEO da Davati.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E, daí...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Depois eu fui embora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... não se teve mais...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu queria que o senhor me explicasse com um pouco mais de detalhe essa saída dos R$3,50 para os R$15 – R$15, não é isso? –, perdão, perdão: dos US$3.5 para os US$15.5. Como é que se deu essa mudança, esse aumento de valor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A informação que eu tenho, que me foi repassada pela Davati, é que são os alocadores lá fora que ditam o preço. Nós não temos interferência. Chega o preço e é aquele que está lá fora, é o que vem de lá de fora. A gente não tem – perdão – interferência nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O preço que o senhor havia recebido naquele momento era de 3,50?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Naquele momento da negociação, era 3,50. Mais adiante, houve uma oscilação no mercado, o que foi me informado, e já uma outra proposta, se não me engano, foi enviada ao ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor conhece o Dr. Zoser? Já ouviu falar o nome dele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Zoser?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nunca ouviu falar o nome dele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Zoser, advogado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Já teve contato...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Zoser? Zoser?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Isso.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não me recordo, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor, em nenhum momento, chegou a falar com ele? E não se lembra desse nome?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não me recordo, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor conhece a Regina Célia, fiscal de contratos?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nunca teve contato com ela dentro do ministério?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor conhece o...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Quem estava lá com o Roberto Dias era uma senhora que, naquele momento, estava gestante. Eu não sei... Não me lembro do nome dela. Naquele momento, estava gestante. Só sei... Eu só me lembro desse fato, mas eu não lembro o nome.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor teve contato com ela? Conversa? Ela chegou a participar de alguma reunião?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não. Somente com o Sr. Roberto Dias e com uma servidora que estava junto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor conhece o Rodrigo Lima, que trabalha em uma empresa terceirizada junto ao Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não me recordo, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nunca ouviu falar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não me recordo, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já teve contato com ele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando o senhor esteve presente no jantar, eles falaram de um grupo... "Olha, você tem que se aliar..." O Roberto teria dito isso: "Você tem que se aliar a um grupo". Ele chegou a fazer referência a outros nomes e a quem seria integrante desse grupo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria lhe fazer uma pergunta. Sr. Dominguetti, o senhor está aqui sob juramento.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor levou uma denúncia grave para a *Folha de S.Paulo*, falando exatamente do pagamento de propina no valor de US$1 por cada vacina. O senhor assegura categoricamente que havia, dentro do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúde, um esquema de pagamento de propina, de corrupção e de envolvimento desses representantes dessas farmacêuticas?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O que eu asseguro a V. Exa. é que eu recebi um pedido de acréscimo de US$1 por vacina do Sr. Roberto Dias. Agora, como era isso e para quem ia, se existia alguém a quem ia, quem ia receber, eu não tenho esse conhecimento, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor já teve conhecimento de que alguma outra empresa teria recebido, por exemplo, também proposta acerca de pagamento de propinas?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Outra empresa que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Alguma outra farmacêutica, alguma outra intermediária, alguma outra empresa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, assim, o que a gente acompanha no noticiário é que teria um processo envolvendo a vacina Covaxin, mas, assim, eu não tenho a informação, a bagagem para informar à senhora se houve ou não houve pagamento, como é que foi o contrato. Dessas informações eu não disponho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nesse um ano e meio do seu trabalho, o senhor só vendeu para o Governo Federal?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu não vendi para o Governo Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Era a primeira vez?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Era vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas, de um ano para cá, o senhor vendia para quem, então?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Distribuidoras de medicamentos. Uma distribuidora tinha um medicamento, a outra ia comprar; você juntava e fazia essa transação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor chegou a receber algum outro tipo de proposta dessa natureza, acerca de pagamento de propina, em outras negociações que o senhor fez nesse período?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Já para finalizar... Já para finalizar, Presidente.

Qual é a sua relação, Sr. Dominguetti, com o Tenente-Coronel Blanco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Um amigo eu não posso dizer à senhora que é. Foi uma pessoa a mim apresentada que tentou viabilizar uma venda de vacina no ministério. Assim, era um parceiro comercial. Não tinha relacionamento de amizade, de nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Além do Deputado Miranda, com qual outro Parlamentar o senhor teve contato? Agora é para finalizar.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não tive contato com o Parlamentar Miranda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, mas, com algum outro Parlamentar, o senhor chegou a ter qualquer tipo de contato ou de conversa? O Ricardo Barros, por exemplo...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor ouviu falar, durante as suas tratativas com o Governo, acerca de algum tipo de mediação junto a ele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Por que o Cristiano lhe liga, por exemplo, e passa para o senhor esse áudio aí? O áudio, na diligência, está sob o poder, neste exato momento, da CPI. Portanto, lá a gente pode até ter acesso a essas informações. Mas por que ele liga para o senhor e fala exatamente do Miranda, faz esse direcionamento ao senhor? O que o senhor sentiu com essa informação que ele lhe passou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, assim, dentro do que estava no contexto acontecendo, eu senti que o Cristiano e o Deputado teriam algumas tratativas comerciais. Mas quais eram ou quais são, como eram feitas, o que era feito, somente o Cristiano pode elucidar isso a V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas o senhor chegou a conhecer o Deputado Miranda?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Só pela televisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só pela televisão?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Dominguetti, a *Folha de S.Paulo*, ou melhor, o jornal *O Globo* acaba de informar que a representação da Davati nega que tenha lhe enviado, por exemplo, esse áudio.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A representação da Davati?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É simples...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Cristiano nega que lhe enviou esse áudio.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É simples! V. Exa... É só pegar meu celular aqui agora e ver quem enviou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos checar.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos checar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O celular já foi recolhido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O telefone lá está registrado. Não há dúvida. Não há dúvida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha alguma outra prova nesse telefone?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sobre qual, Excelência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Tinha alguma outra prova que você pretendia demonstrar aqui, na sessão, hoje?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Tem contratos, tem RWA, tem tudo que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, o Senador Marcos Rogério está preocupado com o telefone e com o que tinha lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! É porque...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É para não apagarem, para não apagarem as provas!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui, nós queremos a investigação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, ninguém vai apagar o seu celular.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... por completo, sem seletividade, Relator!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está muito preocupado!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seria uma grave acusação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que foi estranho foi a reação de V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para tranquilizar, Sr. Presidente, se o senhor me permite, não tem perigo de apagar nada. Se apagar alguma coisa, fica documentado. Está tudo em andamento tranquilo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem preparou o depoente pode ficar com calma, que a historinha toda vai aparecer, sem drama.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É! Exatamente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem mandou o áudio, de onde vem o áudio... Calma! Deixem o cidadão falar! Ele veio prestar depoimento e está compromissado a dizer a verdade. Vamos seguir o depoimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para finalizar, Sr. Dominguetti, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora é para concluir, de fato, Presidente. Eu queria lhe agradecer a benevolência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Para finalizar, o senhor teve, em algum momento, contato com o Presidente da República, mesmo em evento público?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Nunca, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nunca?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, com todo respeito, essa testemunha foi plantada aqui. Ela foi plantada. Ela está em estado flagrancial do art. 342.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Com base em que o senhor fala isso?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tem que dar voz de prisão a esse depoente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Com base em que o senhor fala isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Plantada por quem?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Plantada por quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com base em quê? Olha aí qual é a conversa, qual a conversa anterior a esse vídeo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Plantada por quem?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Esse áudio se refere a quê? Ele fala em Walmart, ele fala em pequenos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ele nunca fez contrato nenhum com o Ministério da Saúde, pelo amor de Deus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, antes de iniciar, só uma questão de ordem sobre o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Randolfe.

Há pouco, eu fui conversar com o Deputado Luis Miranda, chamei outros membros da CPI. O Senador Fernando Bezerra estava junto e o Senador Marcos do Val. E fiz questão que tivesse testemunha da minha conversa com ele, para que depois não pairasse dúvida de que eu o tinha induzido. O Senador Fernando Bezerra até conversou muito mais com ele do que eu propriamente dito.

O que ele diz é que esse áudio é de 2020, que é uma negociação nos Estados Unidos, não tem nada a ver com o Brasil, é um áudio em que nem se falava em vacinas ainda, e que está editado aqui pra prejudicá-lo. Ele foi agora à polícia levar o áudio completo, fazer uma denúncia crime e irá dispor pra gente a edição do áudio. Está certo? Que ele, a testemunha aqui neste momento, fala até no irmão. Ele é que fala no irmão. Quer dizer, V. Exa. foi induzido a falar até no irmão do Deputado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque V. Exa... A gente tentou ouvir várias vezes.

Eu só estou aqui contando pra V. Exa. o que se passou lá na sala.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O resto é problema do Deputado Luis Miranda e é problema do Dominguetti. Não é problema meu. O nosso problema aqui... Ele está aqui hoje não é pra falar do Luis Miranda. Ele está aqui hoje pra falar da denúncia que ele fez, da propina que foi pedida pra vender a vacina. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Corretamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Então, vamos lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, só para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu sou o próximo inscrito. Só que antes, uma questão de ordem se V. Exa. me permitir para...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode falar, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Uma questão de ordem. Na circunstância em que estava na Presidência, na vossa ausência, quando V. Exa. estava conduzindo outra diligência, o Relator Renan Calheiros requisitou e, no exercício da Presidência, determinei a apreensão do celular do Sr. Luiz Paulo Dominguetti Pereira.

Para fazermos o procedimento correto, sob pena de nulidade do Supremo Tribunal Federal em seguida, eu recomendo, sugiro a V. Exa. que, primeiro, preparemos um termo circunstanciado de apreensão, façamos o registro na presença do senhor depoente e do seu advogado. Apresente onde o celular está e, logo em seguida, faça o lacre, em envelope, do celular na frente do senhor depoente e na frente do seu advogado. Então, só para não termos nenhum risco de nulidade desta obtenção de prova que foi requisitada pelo Sr. Relator nesse procedimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante... É importante, Senador Randolfe...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, é o Senador Marcos Rogério. Depois, V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Marcos Rogério, primeiro; o Senador Fernando Bezerra; e a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, só para fazer um registro, porque foi feita aqui uma acusação em relação ao depoente do dia hoje, deixando no ar suspeição. Eu queria fazer um registro que o depoente está aqui em razão de notícias que foram veiculadas, e a convocação dele foi feita pelos Senadores Alessandro, Humberto, Renan e Randolfe; não foi a base do Governo que convocou o Sr. Luiz Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a dúvida não é essa... Se a base...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é porque foi feita uma acusação aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A dúvida não é essa. É porque quem convocou não está defendendo, está defendendo exatamente quem não convocou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. se engana...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta de todo mundo é: por que o Governo está defendendo tanto o depoente? A pergunta é essa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou defendendo aqui a Polícia Federal, Senador Renan, só a Polícia Federal.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para registrar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, o depoente, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só para deixar registrado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu defendi a Polícia Federal, só a Polícia Federal, que V. Exa. acusou.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... apenas, Sr. Presidente, diante da fala do Senador Marcos Rogério, só para esclarecer que, até o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento, ninguém acusou a base do Governo de preparar testemunha ou de plantar testemunha. Quem fala isso é o Senador Márcio Rogério, não sei por que razão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, V. Exa. tem razão. Eu também assinaria a convocação a partir de uma matéria....

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu também, e votei aprovando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos apurar. Agora, esse fato é o seguinte... E ninguém está acusando aqui... Longe de mim acusar qualquer Senador aqui de ter plantado uma testemunha aqui. Longe de mim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, a dúvida maior não é essa, mas por que os governistas estão defendendo quem acusa o Governo de corrupção?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, ninguém está defendendo ele.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Quem está defendendo?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É isso só que eu não estou entendendo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Onde é que os governistas estão defendendo alguém?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ninguém do Governo falou aqui ainda.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não estou me dirigindo a V. Exa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ninguém do Governo falou aqui ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quando eu fui fazer a intervenção aqui, muitos se dirigiram a mim.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, apenas para pedir a V. Exa. que mantenha o celular com o depoente até o final do seu depoimento e se faça o termo de apreensão, como foi sugerido pelo Senador Randolfe ao final do depoimento dele, porque ele pode precisar, ao longo das suas respostas, ao longo das suas falas, recorrer a anotações que estejam no seu celular. Então...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu sugiro, Excelência, que não seja só auto de apreensão...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deixa sobre a mesa, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É auto de exibição e apreensão. Já que ele tem a boa vontade, ele exibe o telefone, e a Presidência apreende, e aí não tem nenhum problema. A sugestão é um auto de exibição e apreensão do aparelho de telefone celular do depoente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, só para encerrar a minha intervenção...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir à assessoria aqui para me orientar, porque eu realmente não sei legalmente qual é o encaminhamento que eu devo dar a uma coisa dessas, está certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O encaminhamento do Sr. Fabiano é o mais adequado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Delegado Contarato pode te orientar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O encaminhamento do Senador Fabiano é o mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sou aqui o cabra que sabe tudo, não sou... Eu quero é...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria só como complemento, até para ler para não ficar aqui nenhuma dúvida...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, espere aí... Eu estou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... o que o jornal *o Globo* diz agora. "Eu recebi de outra pessoa, não diretamente do Luis, não se refere a vacinas", disse o Cristiano ao jornal *O Globo*. "E se refere a quê?", questionou a repórter. E ele continua: "Acredito que é sobre os negócios dele nos Estados Unidos, não tem nada a ver uma coisa com a outra", disse Cristiano. "Então, não tem relação com a Davati?" – insistiu a repórter. O Cristiano Carvalho responde: "Nada".

Então, Presidente, não tem informação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, espere aí, a Senadora Eliziane está em *link* direto com a Globo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... de que o Dominguetti seja preparado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela está em *link* direto com a Globo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não! A Globo é clara, o jornal *O Globo*...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela está com *link* direto com a Globo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela está tocando no ponto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando, atacando a imprensa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. também está lincado, porque V. Exa. abriu o seu celular.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela está, ela está defendendo agora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O que acontece é o seguinte, Presidente, o depoente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos garantir a fala da Senadora, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... pode não ter sido orientado...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela está defendendo o Deputado Luis Miranda...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... mas uma coisa é certa: o áudio foi plantado, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não há nenhuma dúvida em relação a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há mais.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Que é isso? Que é isso?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, dê oportunidade para ele retificar o seu depoimento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, a gente não consegue falar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... enquanto é tempo!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Espere aí!

A gente não consegue falar, eu fui interrompido aqui. Eu estava fazendo uma sugestão, uma proposta... O fato concreto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, V. Exa. interrompe também. O senhor grita aí de trás e interrompe muitas vezes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, toda hora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É verdade, é verdade, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso aí...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas hoje eu estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Toda hora, toda hora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pimenta nos olhos dói em qualquer um de nós. V. Exa. também, de vez em quando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu concordo com V. Exa., mas hoje eu estou sendo muito interrompido, Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A gente colhe o que planta, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou sendo muito interrompido.

Eu só queria chamar atenção dos que estão nos acompanhando pela TV Senado, pelos veículos de comunicação, porque, na realidade, a AstraZeneca – só para dar um número – produziu, desde o início até agora, 600 milhões de doses de vacina. E nós estamos aqui fazendo uma inquirição a alguém que sugeria vender 400 milhões de doses. Uma empresa, uma única empresa privada, sem a intermediação de laboratórios, de governos... É uma coisa muito difícil de a gente acreditar que isso seja crível, que isso seja crível...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só para gente tentar identificar o que é isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, o Alessandro quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão da presença do depoente não é questão se tinham 5, 10 ou 1 bilhão de vacinas. A questão da presença dele é que pessoas pediram propinas. É isso a questão dele...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se caíram num golpe, é outro problema!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É essa a questão. É essa questão por que todos nós estamos aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Que tudo seja apurado, tudo seja esclarecido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. É lógico...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Até porque eles não conseguiram uma única dose de vacina!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei, Senador Fernando Bezerra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cabe a esta Comissão ouvir qualquer um que tenha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não estamos ouvindo o depoente pela quantidade de vacina que o Brasil ia comprar ou deixou de comprar. Nós estamos ouvindo o depoente, porque ele deu uma entrevista num jornal...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele fez uma denúncia de um agente público, que precisar ser apurada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fez uma denúncia grave que todos... Tanto nós quanto V. Sa. queremos esclarecimento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Claro! Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos nós queremos esclarecimentos, independentemente de posições políticas aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com certeza! Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos continuar, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próximo é o Senador Randolfe...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas é para contextualizar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O próximo é o Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Luiz Paulo...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria voltar ao fato que o trouxe aqui...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... qual seja o fato: a oferta de propina da reunião do dia 25 de fevereiro, salvo melhor juízo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor disse que quem intermediou o contato seu com o Governo foi uma entidade chamada Senah. Perfeito?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, dentro de... Foram duas linhas de negociação, não é? A Senah trouxe a linha que nos levou ao Sr. Lauricio e ao Sr. Coronel Elcio Franco. Já o Coronel Blanco, a linha que nos levou ao Sr. Roberto Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como o senhor chegou até o Coronel Blanco? E como o senhor chegou ao Coronel Elcio Franco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É igual eu disse ao senhor... Ao Coronel Blanco chegamos através de um parceiro comercial de nome Odilon, que no passado havia tentado efetuar a compra de um medicamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode dar mais detalhes sobre esse parceiro comercial?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, é um parceiro que veio, que estava... Tinha um propofol no mercado, uma empresa, uma distribuidora queria fazer uma compra grande de propofol, e ele fez a cotação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A sua empresa, a Davati também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, essa era uma... A Davati, eu ainda não conhecia a Davati. Isso aí já era antes da Davati. Eu vim afinar a minha participação com a Davati em janeiro em diante, dezembro, nesse finalzinho de dezembro para janeiro em diante. Antes era a distribuidora de medicamento, que uma distribuidora indicava a outra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor começa a ter relação com a Davati em dezembro...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Em janeiro. Afina a nossa relação comercial em janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em janeiro deste ano.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Antes o senhor não teve nenhum contato com a Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A Davati não. Tinha com o Cristiano. O Cristiano, com a equipe dele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor conhece o Cristiano desde quando?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Acho que dezembro, por aí. Era quando uma venda... Se eu não me engano, uma venda nossa de luvas, luvas, que poderia ter acontecido e não foi...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas o senhor disse que não fez nenhuma venda pra Davati. Eu lhe perguntei.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, eu estou falando da... Ele me perguntou da Davati. A Davati é igual eu disse, Excelência: a Davati não existe; existia o Cristiano. O Cristiano pegou... Como é que eu digo? O credenciamento da Davati deve ter sido em janeiro ou fevereiro. Se eu tivesse o meu celular, eu poderia mostrar esse credenciamento que foi feito... Eu acho que foi somente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Esse credenciamento do Cristiano foi feito, se eu não me engano, em janeiro ou comecinho de fevereiro. Então, quando eu tratava com o Cristiano...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Quando o Cristiano credencia o senhor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, ele credencia já em abril. Por quê? A Davati teve acesso a uma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Deixa eu só entender então: o Cristiano o credencia em abril, mas, a partir de janeiro e fevereiro, o senhor já estava negociando pela Davati, fazendo negócios, interlocuções, pela Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Janeiro, janeiro, janeiro, janeiro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Autorizado pelo Cristiano?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mesmo sem ser credenciado...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim... Não, o credenciamento cabia ao Cristiano, já que ele era o CEO, né? Então, a gente optou... Por quê? A Davati fez uma parceria com uma indústria indiana, para trazer medicamentos a preços baixos e ofertar, porque nós estávamos na pandemia, não tinha medicamento, estavam em falta os insumos... Então, ela tinha feito essa parceria com essa farmacêutica, esse laboratório indiano, para ofertar esses produtos abaixo do mercado, produtos de qualidade, mas com preços menores. Porém, quando iniciou esse processo, a Índia estourou com a pandemia, houve decretamento do *lockdown* lá, e, aí, as tratativas do medicamento foram um pouco retardadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Antes de o senhor participar de alguma interlocução, alguma negociação pela Davati, a Davati fazia negócios com o Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Que eu saiba, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, a primeira vez que a Davati tem acesso ao Ministério...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Quem trouxe a Davati ao Ministério da Saúde fui eu, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, o senhor que leva a Davati ao Ministério da Saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É... No sentido, assim, com os parceiros, né? Pela via do Sr. Roberto Dias, o Coronel Blanco, e, pela via do Sr. Lauricio e do Sr. Elcio Franco, o... Perdão, pela via do Coronel Blanco, o Sr. Roberto; e, pela via do seu Lauricio e do Sr. Elcio Franco, o Senah, que é essa, essa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu não sei se o senhor já falou... O senhor chegou a estar com o Coronel Elcio Franco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor esteve com ele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Estive no ministério com ele. Ele e mais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Através dessa entidade chamada Senah?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim e uma instituição...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor conhece e poderia dar mais detalhe sobre essa entidade?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É uma instituição...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) **–** Quem é a pessoa da Senah?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) **–** Reverendo Amilton Gomes, se eu não me engano. Reverendo Amilton.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Reverendo Amilton Gomes...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso. Eu acho que é Amilton Gomes. Mas eu sei que o nome é Amilton. O Gomes talvez é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Reverendo Amilton Gomes...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Reverendo Amilton.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor o procura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ele faz o contato com o Elcio Franco...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, faz o contato, faz o contato no ministério. Ele formaliza uma proposta. Inclusive, essa proposta está no meu celular também. Poderia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Como é que o Reverendo chega até o senhor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Através de parceiros comerciais que já operavam na venda de medicamentos e tudo. Quando se disparou no mercado que a Davati...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Espera aí, só um minutinho.

O Reverendo chega até o senhor através de parceiros comerciais.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor pode dizer quais parceiros comerciais?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Parceiros que operavam na venda de medicamentos outrora...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Seria o Odilon? Só para...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não. Esse é outro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** O nome da distribuidora do Odilon o senhor sabe?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não sei. Não sei se ele tem distribuidora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Acho que era parceiro do senhor esse Odilon há muito tempo, o senhor falou...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Ele é parceiro, assim, comercial...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sim, comercial...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... de indicar clientes. Mas não tem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quero saber qual é o nome da empresa.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu não sei se ele tem empresa. Ele é intermediário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O que me chama atenção... O que me chama atenção é que a Senah, a entidade, o registro que temos dela é Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** É uma organização não governamental dedicada à articulação, a apoio humanitário, pelas informações que temos...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... dessa entidade.

Qual... O senhor chega até essa entidade e essa entidade o leva ao Coronel Elcio Franco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Primeiro ao Sr. Lauricio, da... Se eu não me engano, da Vigilância Sanitária. E depois ele diz que não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor conhece o Sr. Lauricio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não conheço. Eu conheci na reunião a que eu fui com ele, uma vez.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) **–** Lauricio é técnico...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) **–** É técnico...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** ... lá do Ministério da Saúde.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, inclusive eu tenho, no meu celular, uma foto que foi tirada no dia do meu encontro com ele lá. Está no meu celular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o depoente está destacando que tem várias informações no celular para completar as informações que está nos prestando. Seria de bom tom, ao final, ele dispor dessas informações que estão no celular – ao final –, ele apontar onde está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só um detalhe: ele já respondeu às perguntas todas. E, na oportunidade, ele consultou o celular. Então, é só ver as...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, mas ele está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... as notas taquigráficas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, é porque ele está trazendo personagens novos. Ele está trazendo personagens novos agora.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Podemos deixar ele abrir com fiscalização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Mas isso pode ser ao final. Pode ser ao final.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Põe a Polícia Legislativa ao lado. Entrega o celular com um policial legislativo do lado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso pode ser ao final.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E eu queria sugerir a V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como uma providência necessária, que pedisse a identificação do advogado que acompanha o depoente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e a inscrição na Ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Pois não.

O senhor pode se identificar?

O SR. FLAVIO CORREA DE MORAES (Para expor.) – Sim.

Meu nome é Flavio Correa de Moraes. A minha inscrição na Ordem é 95426.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. OAB-MG, suponho.

O SR. FLAVIO CORREA DE MORAES – OAB-MG.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, voltando: o senhor Lauricio... Estávamos no Sr. Lauricio. O Sr. Lauricio que estabelece o contato com a Senah e, por consequência, com o Sr. Reverendo Amilton Gomes, é isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu acho... É... Gomes eu não... Se eu não me engano é Amilton Gomes, mas o nome principal é Amilton, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

É o Sr. Lauricio, então, que leva o senhor até...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não. É o Reverendo que nos leva em uma agenda...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas quem o leva até o Reverendo Amilton é o Sr. Lauricio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. O técnico do ministério – que agora eu vi que é técnico, mas para mim era o diretor – é o Sr. Lauricio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Certo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Nós agendamos, a Senah agendou com ele uma reunião para fazer uma oferta da vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – E a preocupação, então, da Senah, para fazer essa intermediação, era a necessidade de aquisição de vacinas?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Seria isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim. Inclusive, na proposta que está no meu celular, o Reverendo anexa algumas organizações envolvidas, como... Está lá. Eu teria que ver para mostrar para os senhores as organizações que avalizam o pedido junto, ofertando a vacina ao Ministério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Do Sr. Lauricio o senhor tem um encontro com o Coronel Elcio Franco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, aí o Sr. Lauricio nos informa que o ministério realmente estava precisando das vacinas, e que a pasta responsável para a aquisição seria do Sr. Elcio Franco. Porém, a nossa ida, no Coronel Elcio Franco, se deu muito tempo depois, acredito, em um mês.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Como foi o diálogo com o Coronel Elcio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi... Não teve diálogo, não. Só ouviu, perguntou onde que eu tinha colocado essa proposta. Eu disse que era com o Sr. Roberto Dias. Ele não tinha conhecimento, fez uma troca de olhares com o coronel que estava lá. Não me recordo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Quem era o coronel que estava lá?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Tinha três coronéis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Junto com o Coronel Elcio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, um assessor dele e um na sala que a gente trabalhava, que tinha acabado de tomar posse. Era um senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O senhor disse que, no encontro com ele, no encontro com o Coronel Elcio...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Nesse encontro, o Cristiano já se configurava, já estava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Cristiano estava nesse encontro com o Coronel Elcio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vocês relatam a proposta?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Relatamos a proposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ele fala alguma coisa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele fala que tinha interesse, mas: "por que a proposta não tinha chegado a ele?". O Cristiano disse que já tinha enviado ao Roberto Dias. Me perguntou, e eu validei a informação. E por que a proposta não tinha chegado a ele? Quando ele falou o nome do Sr. Roberto Dias, houve uma troca de olhares entre eles. Ele pediu... Ele falou, ele disse que ia validar. Já o Coronel Elcio já disse que ia validar a Davati junto à farmacêutica, e, se a proposta fosse válida, ela avançaria.

Mas também coincidiu, Excelência... Me permita interrompê-lo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois não.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Coincidiu com a saída da equipe, porque a gente teve, na sexta-feira... No Domingo, o Ministro Pazuello deixa o Ministério e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Esse encontro foi quando?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Esse encontro foi numa sexta-feira, dois... Da sexta-feira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, se é quando o Ministro Pazuello estava deixando o ministério, esse encontro com o Coronel Elcio foi após o encontro com o Roberto Dias?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Bem depois. O Roberto Dias foi infrutífero.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acho que é importante... Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acho que é importante destacar esse aspecto do que o Sr. Luiz Paulo Dominguetti relata.

Ele relata, neste momento, que teve, após um encontro com o Sr. Roberto Dias, um encontro com o Coronel Elcio Franco. Nesse encontro com o Coronel Elcio Franco, o Coronel Elcio Franco, pelo relato aqui do Sr. Luiz Paulo, informou que ia validar a proposta.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, ele disse que ia ligar na farmacêutica AstraZeneca e, se realmente a proposta fosse válida, ele faria a intenção de compra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só que não se configurou.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não entendi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho. A gente está indo numa linha boa, está indo numa linha muito boa. Vamos lá, continue. Continue.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Já houve também o envio de alguma... Já houve o envio de alguma documentação, uma solicitação de uma documentação. Havia essa tratativa entre o Elcio Franco e um coronel do instituto do Exército. Foi ele... Eu tinha relatado mais cedo, não sei se foi ao Senador Renan...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Eu queria só pedir aos colegas... Sr. Relator, Sr. Presidente, eu acho que essa parte do depoimento é muito importante. O senhor pode completar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Acho que eu disse ao Relator que, nesse encontro que nós tivemos com o Coronel Elcio Franco, tinha um grupo que representava as petrolíferas interessado na aquisição de vacinas pelo setor privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Sr. Paulo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, para também não turbar o vosso...

Perfeito. Perfeitamente.

Obrigado. Perfeito.

O senhor pode retomar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Posso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor estava dizendo que tinha um grupo que...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Tinha um grupo que foi levado por essa instituição, por esse coronel que era amigo do Coronel Elcio Franco, que foi levado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual é o nome desse coronel?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Acho que era Elcio também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E esse Coronel Elcio...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu tenho um *print* no meu celular também do nome dele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode continuar, pode continuar.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – E, aí, foi falado da proposta, que ela já tinha tramitado no ministério. O Coronel Elcio Franco disse que não tinha conhecimento da proposta e, aí, nós explicamos... O Cristiano explicou para ele a proposta, as condições, inclusive se propôs fazer um *call* naquele momento envolvendo os alocadores e o presidente da Davati e o Senador Elcio Franco... Ah, perdão, Senador... O Secretário Elcio Franco não quis, pediu que dois estagiários pegassem o nome da empresa, e que entraria em contato e... Não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito. E, depois, não teve o contato?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O senhor reconhece esses documentos aqui? Esse documento primeiro é o quê? Foi a proposta...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Posso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pode levar para ele?

Esse documento primeiro aqui é a proposta da Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, essa é a primeira proposta, datada do dia 26/2.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso aqui é uma SPO, não é? E essa aqui, como eu disse, é a proposta que a Davati fez juntamente com a assinatura validando, do presidente da Davati, o Sr. Herman.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

Uma coisa... Só algo que me chamou a atenção. Acho que não é central, mas, nessa última página aqui, tem trecho em inglês e tem *saludos*, em espanhol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pode ter sido um erro de linguagem do Sr. Herman – porque ele é cubano, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa daqui é a resposta do senhor... Esse aqui é encaminhado pelo Sr. Cristiano e me parece que a resposta do Sr. Diretor de Logística, o Sr. Roberto Dias...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O senhor me permite?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor. (*Pausa.*)

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Essa é a reunião que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse é o documento da reunião que o senhor teve com o Diretor de Logística, o Sr. Roberto Dias?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso, é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a confirmação?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode só declinar a data que está aí?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É igual eu disse: o encontro nosso foi dia 25, e a data é dia 26.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – De janeiro?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – De fevereiro, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De fevereiro, perfeitamente.

O senhor tem... Nós temos também essa troca de mensagens pelo WhatsApp. Eu lhe pergunto: foi o senhor que trocou mensagens? É o Cristiano? É um funcionário do Ministério da Saúde? De quem se trata?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu teria que ver... Se foi no meu celular, eu teria que ver o *print* pra ver se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não lembra?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu tenho que, eu tenho que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência, eu tenho que ver o teor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É uma troca de mensagens.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, mas eu tenho que ver o teor da conversa para eu me situar do que é que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor não lembra se teve essa conversa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não comprou porque não quis? Sim, teve, eu tive uma conversa. Inclusive, quando nós começamos a ter problemas no ministério, no sentido do pedido de propina do Sr. Roberto Dias, eu pedi ajuda a um coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, que ele interviesse para que a informação chegasse a quem de direito, que as vacinas estariam à disposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem é esse coronel da Polícia Militar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Coronel Romualdo, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o senhor pediu para o Coronel Romualdo, da Polícia Militar de Minas Gerais...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele é um coronel reformado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor relatou para ele...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu relatei para ele a dificuldade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a oferta da propina?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu relatei, está na conversa. Eu relatei, lembrei. Inclusive eu pedi ajuda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor sabe qual foi a providência a partir daí?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele disse que iria enviar a um Deputado, a um assessor de um Deputado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deputado Federal?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor; Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor sabe dizer qual o Deputado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A princípio seria o Cabo Junio Amaral. E...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a informação, o senhor sabe se chegou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não sei. E, se a gente vir o resto da nossa conversa, eu ainda cobro pedido de ajuda, cobro a ele se ele teria alguma posição...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, tão logo o senhor foi, digamos assim, assacado em relação à propina, o senhor, além do Coronel Romualdo, da Polícia Militar de Minas Gerais, o senhor comunicou a alguma outra autoridade?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência, porque era surreal o que estava acontecendo. Então, eu digo a V. Exa. que eu – aí mostra e evidencia –, eu pedi ajuda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu pedi ajuda, pedi a alguém que tivesse acesso a quem tinha o poder de decisão para informar que nós tínhamos a vacina, podia ter comprado. Se o Herman conseguir comprovar a esta CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem é o Herman?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É o dono da Davati.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... conseguir comprovar a esta CPI que ele dispunha de vacina, que ele tinha condições de colocar realmente as vacinas no País, e que um homem, dentro do ministério, tinha um poder de decisão de comprar ou não comprar, e não comprou... E nós sabemos, eu sei o motivo, eu não posso fazer os senhores acreditarem nesse motivo, mas eu sei o motivo, e eu pedi ajuda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E o motivo foi que a propina não se concretizou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, só por fim, e, agora em definitivo para concluir, Sr. Presidente, só duas perguntas últimas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Eu não entendi: a propina se concretizou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência, não se concretizou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Perdão.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Ah, para deixar claro.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois é, mas reiterando...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O pedido de propina se concretizou, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito. É isso que importa.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O pagamento, a evolução do processo, não, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No dia seguinte, o senhor procurou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** A vacina era a AstraZeneca que estava sendo oferecida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia seguinte o senhor procurou o Ministério da Saúde para poder avançar, e o senhor disse, naquele dia, que não poderia concretizar a negociação?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Na verdade, o que acontece é que a agenda de... Alguém lá do ministério, do gabinete do Sr. Roberto Dias, agenda a minha ida, aí a empresa me avisa, e eu vou lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O.k.

Só para concluir: o senhor chegou ao Ministério da Saúde através dessa entidade, da Senah. O senhor não chegou ao Ministério da Saúde por via de nenhum militar, por conta da sua condição militar, por via de... Por nenhuma outra via?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não. Não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não teve nenhum outro caminho?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu nunca... Ninguém nunca soube, Excelência, antes da imprensa... E eu... Ninguém nunca soube que eu era policial militar. Nunca me identifiquei como policial militar em qualquer transação comercial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, a via por que o senhor chega é esta entidade: a Senah?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim. A via: via Lauricio, Coronel Elcio Franco e a via Coronel Blanco, Coronel... Sr. Roberto Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para concluir, de fato, Presidente, então, o senhor confirma a oferta de propina de US$1, ocorrida no dia 25 de fevereiro...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Confirmo, Excelência!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... em reunião no Restaurante Vasto, no *shopping* Brasília...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Confirmo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... com a presença do Sr. Roberto Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde? É no Restaurante Vasto, não é isso? No Restaurante Vasto, no *shopping* Brasília, com a presença do Sr. Roberto Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Roberto Dias já... O Coronel Blanco já estava no restaurante ou o acompanhava?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Já estava no restaurante, Excelência. Eu cheguei sozinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – O Roberto Dias disse que o Coronel Blanco, na nota que publicou na imprensa, tinha vindo acompanhando o depoente.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Não, Excelência. É só pegar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan Calheiros, só uma informação...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... a minha saída de dentro do hotel...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está falando a nota. Estou lendo aqui a nota...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Me perdoe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele diz exatamente isso, a nota.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, só uma informação relevante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falando indevidamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para concluir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já estou falando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para concluir, só concluir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É porque é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando o senhor chega ao restaurante, então, estava lá o Coronel Blanco junto com o Sr. Roberto Dias e mais o empresário?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência. Se a gente conseguir pegar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As imagens.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... filmagens do hotel vai me ver saindo sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. O hotel era o hotel...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O Hotel Garvey. E outra coisa: eu não sei, eu nunca imaginaria sugerir algo, mas, se os carros deles tivessem dispositivo de rastreamento, telemetria de celular...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... é só ver em qual horário o meu celular chegou, em qual horário o dele chegou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só complementarmente, eu requeiro a V. Exa. uma diligência desta Comissão Parlamentar de Inquérito para que busque acesso às imagens do Hotel Garvey nessa data só para confirmar todo o relato. O fundamental aqui é a confirmação por parte do depoente da existência de achacamento de propina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... no valor de US$1.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Se alguma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A síntese de tudo isso é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Se alguma avenida dali tiver alguma filmagem, vai me ver atravessando sozinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fernando Bezerra. Senador Fernando Bezerra com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só duas informações muito importantes para a reflexão de toda a Comissão Parlamentar de Inquérito: o Coronel Blanco, quando participou dessa reunião, não fazia mais parte do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Já foi falado isso aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – A gente já sabe.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tinha aberto até uma empresa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só estou registrando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tinha aberto até uma empresa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... só estou registrando: ele foi exonerado do Ministério da Saúde no dia 19 de janeiro deste ano, 2021.

A outra informação, e aí concluo a minha intervenção, é de que a AstraZeneca, em nota oficial, informa que só trabalha com Governos. Eu acho que nós deveríamos chamar aqui a empresa, a empresa Davati, que diz ter poderes para vender vacinas da AstraZeneca. É uma coisa muito estranha isso – muito estranha –, porque a AstraZeneca é uma grande farmacêutica, fez o trabalho de cooperação com a Fundação Bio-Manguinhos através do Governo brasileiro, e surge um intermediário, surge uma empresa sediada nos Estados Unidos, no Texas, para, sem representação da AstraZeneca, dizer que tem 400 milhões de doses de vacina. Nós precisamos aprofundar mais isso. É uma história muito estranha, muito estranha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, eu sou o próximo inscrito ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O Senador Eduardo Braga vem depois do Jorginho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Depois é V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É o Senador Jorginho; depois, eu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Aliás, me tragam a inscrição, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Acho que sou eu e, depois, o Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Sou eu e, depois, o Senador Jorginho. Mas, se eu estiver errado, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador!

Não, o Senador Eduardo Braga é realmente...

Senador Jorginho, é que não estava atualizado. Está aqui: Senador Renan Calheiros, Senador Humberto Costa, Senadora Eliziane, Senador Randolfe, Senador Eduardo Braga. Mas o Senador Eduardo Braga e V. Exa. são grandes amigos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não! Eu não tenho nenhum... Até por respeito, não querendo dizer que o nosso Jorginho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É mais velho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... é mais velho do que eu...

V. Exa. tem a preferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é que vinagre?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vinagre é uma coisa azeda.

Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu espero que eu não seja o "vinagre".

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não! V. Exa. é...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu estou lhe cedendo, inclusive, a minha vez.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – V. Exa...

O nosso Senador Aziz perguntou por outro motivo, que foi o da semana passada, não é?

E o "vinagre" passou por aqui hoje. (*Risos.*)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator...

Sr. depoente Luiz Paulo, o senhor não... Eu só quero lhe fazer uma recomendação.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Pois não, Excelência.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dê uma conversada com o seu advogado e veja se o senhor não quer retificar nada do que o senhor fez aqui hoje. Eu só queria que o senhor avaliasse isso, porque isso pode dar muito errado, isso pode dar zebra, e eu não queria que algo acontecesse a V. Sa., já que o senhor se propôs a vir aqui para ajudar a Comissão.

Então, peça para o seu advogado aí, que deve ser um bom advogado, se, até o final deste depoimento, V. Sa. não pretende retificar alguma coisa. Dê uma revisada, para não se complicar, para ver se tudo foi verdade verdadeira. É uma CPI que tem a grande responsabilidade de investigar, de elucidar tudo que foi colocado. Então, eu faço essa recomendação a V. Sa., porque ainda dá tempo. O senhor pode retificar: "Eu disse aquilo. Deixei de dizer... Eu me equivoquei". Coisa parecida... É para que o senhor não venha a se complicar.

Eu lhe pergunto...

Pode conversar, pode falar com seu advogado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência. Estou à disposição do senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Eu lhe pergunto: a data dessa reunião no *shopping* Brasil lá foi...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – No dia 25, Excelência.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Dia 25 de...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Fevereiro, Excelência.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** De fevereiro! Muito bem!

O Coronel Blanco estava junto?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Já estava lá no local, junto com o Roberto Dias.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** É só para informar: ele não era mais funcionário do Ministério da Saúde, porque ele foi exonerado pela Portaria 83, em 18 de janeiro de 2021. Então, ele estava lá como cidadão, como interessado nesse negócio. Muito bem!

Sr. Presidente, eu vi aqui um...

O senhor também... O senhor trabalhou no gabinete do Governador Zema, na segurança, de 2019 a 2020; depois, o senhor foi transferido agora para Alfenas – não é? –, Minas Gerais. O senhor tem algum problema disciplinar, de investigação, lá dentro do quartel, alguma coisa que está andando sobre o senhor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu tenho um processo administrativo porque, justamente quando eu era segurança do Governador, fiquei oito dias em missão no Estado de São Paulo. Quando retornei, esqueci de acessar um PA; fui punido por não ver o PA.

A outra sanção administrativa, quando fazia um curso na Academia da Polícia Militar, me foi solicitado, determinado que eu apresentasse com um fardamento, e não apresentei com aquele fardamento. Então, é um que eu estou me defendendo dessa transgressão disciplinar.

E mais uma reclamação de uma ação cível que está em curso referente a uma aquisição de um veículo, que a proprietária fez uma reclamação junto à Polícia Militar, adentrou em juízo na área cível, e eu estou me defendendo em ambas as esferas, esperando, na área cível, ser intimado, o qual não fui, porém na área administrativa já iniciando processo de audição de testemunha e finalizando para a defesa já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Desculpa. Esqueceu de assinar um PA. O que é um PA?

Só... Desculpa, Senador Jorginho.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – PA, Excelência, é um sistema nosso onde é informatizado, chegam todas as mensagens, memorandos, ordens de serviço, escalas, né? Então, assim... Existe uma resolução na PM de Minas em que você, em serviço, você é obrigado a acessar o PA, se não me engano, uma vez de serviço, eu acho que quando entra no turno de serviço e quando sai. E eu não acessei esse PA, porque estava há oito dias viajando, retornei, não acessei e fui comunicado...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E está respondendo a um processo administrativo por isso? É isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É uma comunicação disciplinar, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone, eu fui Secretário de Segurança. Dificilmente um policial militar no Brasil não responda várias... Tem várias questões administrativas, pela ação diária mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Sr. Presidente. Eu achei que fosse alguma coisa mais grave...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... porque ele está respondendo a um processo administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, mas todos têm...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu só tinha por obrigação saber do que se trata.

Desculpa, Senador Jorginho, mas foi realmente na...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aí eu até alerto ao Senador...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se puder retomar um minuto do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Viu, Senador Jorginho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas é por esclarecimento mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que isso aí é o seguinte: policial militar que está na ativa diariamente dificilmente não tem alguma ação administrativa dentro... Nada que possa prejudicar o ser humano, mas a atividade do policial militar é uma atividade difícil mesmo.

Senador Jorginho, está garantida a sua palavra e o seu tempo também.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É, ele não tem só esse processo administrativo, né?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Qual outro mais, Excelência?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pelas informações que a gente tem, o senhor tem próximo de 37 processos em que o senhor se defende...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, essa reportagem que foi feita não condiz com a realidade.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Foi o *Diário do Nordeste*, né?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Porque o que eu tenho...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é mentira, então?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É mentira. O que eu tenho de processo ativo são processos de execução de dívidas, né? Que são...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Assim... Se a gente fosse falar ao brasileiro que infelizmente está devendo, eu me enquadro nesse processo. É o processo que está ativo. E os processos administrativos que eu tenho são esses, né? E assim... Eu me assustei com a quantidade de serviço que o meu advogado vai ter, porque são 37 processos que a reportagem cita. Eu não fui citado em nenhum deles. Desconheço responder 37 processos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, então o senhor tem que reafirmar isso para esse jornal e processar ele.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Nós vamos entrar com as medidas cabíveis, porque o que eu conheço que eu fui citado são esses. Não tem mais nenhum processo. Seria de bom... A gente... Até a Polícia Militar fazer, requisitar essa minha fala, desses processos que eu tenho. Não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo administrativo na Polícia Militar. Agora, com certeza, mais um, por estar aqui. Eu irei responder administrativamente. Já sei disso, da minha vinda aqui, da minha atividade comercial, mas aí não vai se juntar seis ou sete. Os 30 vão ficar devendo ainda.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. É que tem que processar esse jornal, porque ele fala muito mal do senhor.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Diz que o senhor não pagou quatro meses de aluguel quando saiu.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É igual eu falo, Excelência: eu me configuro no rol dos devedores. Não tenho vergonha, porque às vezes a gente tem que fazer escolhas: ou eu pago o aluguel ou eu ponho comida em casa, ou eu ajudo comprar. Infelizmente, é uma realidade de muitos. Eu não sou exclusivo nessa realidade.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Para mim é vergonhoso estar nessa situação – não é? –, queria estar em uma situação melhor, mas infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Sa. não precisa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. não tem que explicar esses detalhes.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem um outro assunto, Sr. Presidente. Eu queria... Tem muitas mentiras aqui. Alguém está mentindo em toda essa história. Sr. Presidente, precisava convocar alguém da Davati para vir aqui, para que a gente pudesse entender isso. Eles negam, eles negam veementemente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que o Cristiano tem que vir aqui, da Davati.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Já está convocado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu acho que além do Cristiano, por fatos que ainda vou, daqui a pouco, revelar na minha fala.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Porque é uma história muito complicada.

Então, eu quero, para finalizar, Sr. Presidente, dizer mais uma vez, Sr. Luiz. O senhor tem tempo. Fica avaliando, até o final da CPI, até o final desta oitiva, para que o senhor possa retificar alguma coisa que foi falada aqui, para o seu bem.

Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, como policial militar, a gente sabe que o soldo é pequeno. Ele tem muitas dificuldades, sem residência própria, sem nada. Eu mesmo, que convivi muito de perto com a Polícia Militar no meu Estado, sei das dificuldades por que eles passam. Eu acho que é uma questão muito do ponto de vista pessoal dele, que... Problemas, todo brasileiro está passando, imagine policiais militares. Mas eu acho que isso não impede a presença dele aqui, para que ele possa esclarecer.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, eu não disse isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, eu sei.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu só estou preocupado com algumas outras coisas que aconteceram aqui, e se ele tiver, se ele pensar com o seu advogado e quiser retificar, ainda há tempo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sr. Presidente, se o Senador puder esclarecer sobre a inferência dele, ajudaria.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sobre o vídeo exposto, uma série de coisas aí. O senhor tem tempo ainda de retificar.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O senhor fala o áudio, Excelência?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O áudio.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Qual ponto incomodou, Excelência?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Da data que foi feito, como é que isso foi feito, se isso é verdadeiro... Eu não quero aumentar a confusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, com a palavra, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Bem, Presidente Omar, primeiro, obrigado a V. Exa.

Quero agradecer ao Senador Jorginho, que foi objetivo, quero cumprimentar o depoente e cumprimentar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

O Senador Renan, o Relator, era importante estar ouvindo.

Primeiro, eu entrei no *site* da empresa Davati Medical, nos Estados Unidos. Sr. Presidente, ela é uma empresa que nasceu em 1961. Pelo *site*, diz respeito a uma empresa que, há 22 anos, distribui medicamentos e fabrica medicamentos. Só que, no portfólio dos produtos que ela apresenta na sua rede social, não consta a vacina da AstraZeneca. Consta vacina tetraviral, consta suplemento alimentar, consta outros medicamentos, mas não há... Inclusive, o remdesivir, que é um medicamento fartamente defendido pelo Senador Otto e que nós lutamos, inclusive, pra que a Anvisa pudesse aprovar no Brasil, porque é o único, em bula, recomendado para o tratamento de Covid-19.

Eu achei muito estranho uma empresa que tem a capacidade de ofertar, como fez numa proposta, 400 milhões de doses ao Governo brasileiro não ter apresentado, no portfólio da sua empresa, esse produto, que é um dos produtos mais cobiçados do mundo inteiro. Se alguma empresa tem condições de fornecer 400 milhões de doses da AstraZeneca, quando não só o Brasil, mas dezenas de países estavam em busca desta vacina pra poder salvar vidas, me pareceu algo que por si só, Senador Omar... Já deveríamos chamar não apenas o Dr. Cristiano Alberto Carvalho, que, segundo a própria declaração da Davati, é o representante legal dela no Brasil, mas também a própria Davati para que ela possa explicar, até porque, Sr. Presidente, o jornal *Valor Econômico* publica uma matéria, no dia de hoje, que coloca uma outra suspeita: o Canadá, na Província de Saskatchewan, sofreu a mesma tentativa do Brasil. Então, com esta denúncia, nós podemos estar diante de um golpe internacional importantíssimo. E esta Comissão tem que investigar tudo e todos. A denúncia feita pelo depoente de US$1 a mais em cada vacina é grave, gravíssima, tão grave quanto o estelionato de tentar vender uma coisa que não existe.

Portanto, é importante, primeiro, perguntar ao Sr. Dominguetti: qual é a relação contratual que o senhor tem com a Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Excelência, como eu disse para o senhor, para os senhores e as senhoras, a princípio, quando iniciou o processo no ministério, havia um acordo de cavalheiros – daí minha intermediação –, ou seja, não havia uma formalização. Eu sou funcionário público, não posso ser contratado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Segunda esquisitice dessa questão: Senador Omar, uma empresa que está representada em mais de 60 países no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo, do tamanho de uma Davati, coloca um intermediário com o Governo brasileiro para vender 400 milhões de doses, sem nenhuma relação contratual? Com um contrato verbal, um contrato de boca para vender um bilhão e quantos milhões mesmo? É tanto dinheiro... Um bilhão... Cadê meu celular? Um bilhão... Só um minutinho, por favor. Um bilhão e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... quatrocentos, numa relação de boca?

Qual foi a delegação formal, contratual que existe entre o senhor ou a sua empresa ou algo que possa vincular o senhor a uma negociação de US$1,4 bilhão, R$7,420 bilhões?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, na própria proposta, vem meu nome lá, assinada pelo seu Herman, em cima. Eu acreditei fielmente e ainda acredito que o Sr. Herman, proprietário da Davati, tem condições de comprovar que, à época, a sua proposta era legítima, até mesmo pelo empresário que o Sr. Cristiano é, um professor renomado. Então, assim, tudo me levava a crer e ainda me leva a crer que a Davati, à época, tinha a total condição de fazer a entrega. Agora, quem vai poder responder isso a V. Exa. de uma forma mais contundente e apresentar a documentação a título de esclarecimento a esta CPI, nada melhor do que o próprio executivo ou o proprietário da Davati.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer – e a CPI já tem esse documento –, essa proposta que é chamada de FCO é dita assim: "Para o Ministro da Saúde da República Federativa do Brasil, com cópia para o Sr. Roberto Ferreira Dias, via", via... O que ele fala que é a citação é escrito: "via Mr. Luiz Paulo Dominguetti Pereira". Isso é uma representação legal?

Agora, a sua acusação e a sua denúncia deste US$1 sobre vacina, já que nós vimos aqui áudio, gravação etc, o senhor gravou essa conversa...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... com o Cel. Blanco e com o Roberto Dias?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O celular que o senhor usava naquele dia é o mesmo que foi apreendido pela CPI no dia de hoje?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, Senador Omar, os peritos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor só tem esse aparelho celular?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Só, Excelência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Os peritos da Polícia Legislativa, em cooperação com a Polícia Federal, poderão fazer o rastreamento....

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... locacional pelo celular, que comprovará o horário, o deslocamento etc.

E eu solicito a V. Exa., já que já está aprovada a convocação deste Sr. Cristiano, que eu não conheço, espero que seja um homem de bem, espero que seja um homem que tenha currículo e que possa ter tamanho para representar no Brasil uma empresa como essa da Davati... E nós deveríamos pedir, inclusive, do FDA, informações sobre essa empresa. Não é brincadeira o que nós estamos fazendo aqui. Nós precisarmos apurar toda e qualquer denúncia, repito, mas nós não podemos ser vítimas nem do estelionato da vacina, nem da corrupção sobre a venda de vacina. E, para apurar isso, nós temos que ir às últimas consequências!

O senhor alega que recebeu um telefonema... Eu anotei aqui que o senhor recebeu um telefonema, ligação que recebeu... Me parece que foi do Coronel Blanco, que lhe telefonou. Foi também para o mesmo celular, dando a negativa que o senhor respondeu ainda há pouco? Eu acho que foi um questionamento do Senador Humberto Costa, não sei se foi do Senador Humberto Costa ou de outro Senador. O senhor disse que recebeu uma ligação no seu celular e que o senhor, nessa ligação, teve a confirmação de que, se não aceitasse a proposta de corrupção de US$1 por vacina, o Ministério da Saúde não compraria o medicamento...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O que eu disse, Excelência, foi que eu... Quando eu recebi a ligação, eu falei: não vai, a proposta é a mesma, ela não vai ser alterada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Essa ligação foi do Coronel Blanco para o senhor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E foi no mesmo celular?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, a Comissão terá como confirmar. E esse Coronel Blanco também precisa ter o celular dele requisitado, Presidente – tanto o Coronel Blanco quanto esse Roberto Dias –, porque aí a triangular está feita, e nós teremos como comprovar o que está sendo dito.

O outro lado é com relação a essa Davati e às suas representações legais. Vejam. Eu venho da iniciativa privada, e é muito – mas muito – complicado compreender essa relação tão frágil que o depoente apresenta entre ele, esse Carlos Alberto... Não há relação contratual, não há contrato, não há delegação nenhuma dessa Davati! E essa Davati tentou aplicar no Canadá golpe similar! Portanto, nós precisamos requerer da FDA americana o cadastro com relação a essa farmacêutica, porque ela é uma distribuidora de medicamento. Repito: no portfólio do *site* dessa Davati, mundial, não consta no portfólio de produtos dela vacina da AstraZeneca.

Finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria... Ele citou mais um Deputado Federal nesta CPI. Ele citou que o Cabo Junio Amaral – Deputado Federal, imagino que por Minas Gerais – foi comunicado pelo Coronel da reserva Romualdo, da PM de Minas... Vejam. Nós estamos falando de venda de vacina, e aí, de repente, um tenente-coronel fala com um coronel, que fala com um cabo, que é Deputado Federal... Tudo isso precisa ser investigado, Presidente. Tudo isso precisa ser investigado! Então, é importante... É a primeira vez que eu ouço a citação deste Cabo Junio Amaral. Ele teria sido informado e ele é autoridade pública. Se ele foi informado de uma corrupção ou de uma tentativa de corrupção...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não foi isso? Foi isso que ele disse.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. O que ele disse foi o seguinte: ele não tinha mais resposta, ele procurou um Coronel que tinha apoiado esse Cabo Junio, não é? É Cabo Junio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pra dizer por que não tinha tido resposta se ia comprar ou não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k. Acho apenas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não comunicou ao Coronel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Não, mas eu acho que o que ele disse foi que o Coronel Romualdo tomou conhecimento...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O que eu disse foi que o Coronel Romualdo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Tomou conhecimento...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... tomou conhecimento do meu pedido de ajuda e teria, em conversa comigo, dito que teria enviado a um assessor do Deputado. Não disse que eu...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Mas o senhor disse ao Coronel Romualdo que estava sendo vítima...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** ... de um achaque.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pedi ajuda. Pedi ajuda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** O senhor pediu ajuda ao Coronel Romualdo, e o Coronel Romualdo relata isso ao assessor do Deputado.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim. Por quê, Excelência? A gente via a situação no sentido que tinha vacina, como era prometido pela empresa a todo momento, em troca de mensagem com o CEO, e a situação com o Sr. Roberto Dias não ia avançar insustentavelmente por esse pedido, que não ia ser feito, e eu pedi ajuda a esse Coronel, que chegasse a alguém que fosse próximo e que pudesse resolver. Que tirasse dali esse poder de compra, esse poder de fazer essa aquisição de vacina, e alguém fosse cientificado que aquilo lá estava acontecendo. Eu pedi ajuda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Pois bem.

Ele relata, Sr. Presidente.

Portanto, eu acredito que a nossa Comissão hoje ganha algumas informações que nos permitem trazer fatos como esta Davati para depor; fatos como esse Cristiano Alberto, que já está convocado; esse Coronel Blanco, que já está convocado; e este Roberto Dias, que também já está convocado, para que nós possamos confrontar.

Agora, a providência com relação aos celulares tanto desse Coronel Blanco quanto desse Roberto Dias, Sr. Presidente, e aí eu peço até a consulta ao pessoal que dá suporte à Mesa, porque, se eles ficarem com esse celular até a próxima semana, eles poderão adulterar. Portanto, eu acho que a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Como? Isso não altera?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tem tecnologia pro resgate, sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, em que pese eu seja engenheiro, eu sempre tenho algumas limitações, pelo fato de eu ser da época analógica, mas acho muito importante que esses dois celulares possam ser triangulados com o celular que nós estamos retendo do depoente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Braga pediu... V. Exa. pediu a providência de convocar alguns outros depoentes. Peça à assessoria para que a gente possa votar na próxima reunião de...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Já estão providenciando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A outra coisa é que, independentemente da Davati ou qualquer coisa, ele teve – o próprio Blanco diz que teve – esse jantar. Houve o jantar. Ele não nega o jantar, disse que esteve no jantar, junto com o depoente e com o Roberto Dias. Então, houve essa reunião. Se a vacina existia ou não existia, se podia vender ou não, a reunião em que se tratou esse assunto houve... Essas duas pessoas. Não é isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Sim, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu vou ouvir o Senador Tasso Jereissati remotamente; depois, o Senador Marcos Rogério, o Senador Luis Carlos Heinze, o Senador Marcos do Val...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não está inscrito aqui, Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu me inscrevi, sim. Depois do Senador Heinze, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não está aqui ainda, amigo. Agora eu vou botar.

Mas agora é o Senador...

Senador Tasso, aí da nossa terra, o Ceará.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Presidente, só para ajudar aqui: o Dominguetti só poderia nos dizer qual foi o maior volume financeiro de negociação que ele fez até o presente momento nesse um ano e meio de negociação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Por favor, Senadora Soraya...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A senhora fala...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não fez nenhuma negociação financeira?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Assim, com a Davati?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, qualquer uma outra negociação.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, fiz, assim... São negociações de mil, 2 mil, venda de medicamentos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, financeiramente: 1 milhão, 2 milhões?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E, de repente, o senhor estava diante de uma negociação bilionária?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor não se assustou com tudo isso, não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A verdade... Eu tinha... Todo suporte estava sendo dado pela Davati, Excelência. Então, assim, todas elas... Todas elas... Todo o processo de condução de informações era feito pela Davati. Era uma oportunidade que surgiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Era uma oportunidade que surgia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor lucraria quanto?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quanto seria o seu pagamento por essa negociação?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Igual eu disse ao Senador Presidente, a princípio giraria em torno de US$0.03 a US$0.05 por dose. Mas isso aí era...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Três a cinco por cento?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ah, centavos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Centavos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Posso falar, Presidente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mesmo assim, um alto volume financeiro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Posso falar, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente Soraya, Relator Renan, senhor depoente, Sras. Senadoras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores, eu queria aproveitar para falar um pouco da minha... Como vocês sabem, a maioria sabe, eu venho da iniciativa privada e tenho alguma experiência em negociações internacionais.

Primeiro, falar que houve uma oferta de 400 milhões de doses para o Governo brasileiro através de uma atravessadora, uma empresa atravessadora, chamada Davati, só por aí, isso não é crível.

A AstraZeneca, uma das maiores empresas farmacêuticas mundiais, inglesa, e a Universidade de Oxford, uma das universidades mais respeitadas do mundo, em consórcio, com seu nível de *compliance*, nunca aceitariam, tendo um acordo com a Fiocruz, no Brasil, um acordo formal com a Fiocruz, no Brasil, não só de tecnologia, como envio de vacina, negar-se à Fiocruz vacinas e IFAs, mas oferecer-se para o mesmo Brasil 400 milhões de doses através de uma atravessadora internacional. Isso é inverossímil, isso não existe, a não ser que a Oxford/AstraZeneca fosse incorrer em uma série de crimes que poderiam afetar a sua reputação internacional, não só da empresa quanto da própria universidade. Isso não é verossímil.

Segundo: a Davati, então, escolhe o Sr. Dominguetti... Dominguetti, não é isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... para ser este senhor que vai representar e levar a venda adiante, para junto ao Governo brasileiro. Não é só ao Roberto Dias, não; junto ao Governo brasileiro.

A Davati, então, com essa responsabilidade toda, escolhe uma pessoa que não tem um currículo que possa ser justificado para essa escolha. Não estou desmerecendo o seu currículo, mas, evidentemente, uma empresa multinacional, ao apontar alguém como seu representante, vai olhar o seu currículo, a sua história, o seu passado profissional, e aí, sim, encarregá-lo de ser o seu representante. No entanto, nós vimos que escolheu uma pessoa que pode ser a melhor intencionada, mas não tem o menor currículo, a menor qualificação para ser o representante da Davati, e, portanto, da Oxford/AstraZeneca, junto ao Governo brasileiro.

Aqui o senhor acabou de dizer para a Senadora Soraya que nunca fez negócio nem acima de 1 milhão junto ao Ministério da Saúde. Isso também é muito estranho.

Depois o senhor fala que o preço seria de 3,50. Veja bem, o preço, se não me engano, que a AstraZeneca ofereceu ao Brasil é de US$15. A AstraZeneca estaria também aí fazendo um crime de abuso de poder econômico junto ao Governo brasileiro, já que ela tem condições de vender a 3,50 e ofertou ao Governo brasileiro, está vendendo ao Governo brasileiro por cerca de US$15. Essa diferença, para quem entende um pouco de margem de lucro, margem de contribuição, é absolutamente absurda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do outro lado, 3,50 menos a comissão que teria que ser paga à Davati, como intermediária, e a comissão que seria paga ao Sr. Dominguetti, seria um preço que todas as vacinas demonstram que seria inviável. Não existe nenhuma vacina, até agora, ofertada no mundo com esse preço.

Depois o senhor faz uma alegativa de que não existe. O senhor fala que depende do preço de mercado, que o mercado está alto. Vacina não é uma *commodity*, pelo amor de Deus! Vacina é um produto com marca, competitivo, e não tem o mercado de cotação de vacina. Isso absolutamente não existe. Ficar como uma *commodity*, como o ouro, como a soja, variando no mercado, conforme a cotação, não existe. Não existe isso. Absolutamente. Nem nada parecido. E, se existisse hoje, como existem várias marcas de vacina competindo entre si, seria até contraditório que houvesse um mercado nesse sentido.

Então, isso tudo, tudo, todo esse conjunto me faz crer que alguém estava tentando dar um golpe. Para mim isso é claro. Não sei se era o Sr. Dominguetti, se era a Davati, se era o Sr. Cristiano, não dá para saber, mas está cada vez mais claro que isso tudo não existe. Isso é um golpe.

Agora, ainda mais sobre as gravações que o senhor colocou, também está claro – e é esquisito também, essas gravações – porque, lá pelas tantas, o Sr. Luis Miranda fala que está vendendo para a Walgreens, para a Walmart e para restaurantes. É estranho, evidente. Eu não estou aqui para defender o Sr. Luis Miranda, mas vender vacina para restaurante também, mesmo que esteja no mercado, é outro absurdo.

E o último absurdo – e é aí que está a grande questão – é como um auxiliar direto do Ministro da Saúde, um oficial do Ministério da Saúde vai cair numa história da carochinha como essa, num golpe como esse. E ainda... ainda – não o estou defendendo aqui – qual era a intenção dele de ainda propor uma propina em cima de um golpe?

Tudo isso é muito estranho. É estranho como essa representação do senhor chegou ao gabinete do Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde, chegou ao Sr. Roberto Dias, a facilidade, com todas essas coisas absolutamente estranhas.

Eu queria que o senhor comentasse.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Sra. Presidenta. Depois que ele responder, eu queria...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Depoente, Sr. Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Sim.

Então, eu tenho a dizer ao ilustre Senador que a proposta é da responsabilidade... E, como eu acredito que a Davati, como ela formalizou a proposta, ela tem a obrigação, tenha condições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovar que à época tinha acesso e condições de entregar essa vacina ao Governo brasileiro. Eu acreditei e continuo acreditando na empresa. Igual eu disse: o valor da vacina, se nós pegarmos a vacina que era comercializada alguns meses atrás, ela sofreu oscilação de algum laboratório. Então, a própria proposta da Davati traz essa situação.

Mas ninguém melhor, Excelência, para dirimir essas questões comerciais, confidenciais e dizer aqui, na frente dos Senadores e das Senadoras, a real disponibilidade dessas vacinas do que o CEO da Davati, o qual me orientava a todo momento, e o Presidente da Davati, que inclusive trocou mensagens com o Sr. Roberto Dias, formalizando essa proposta. Então, tudo levava a crer a mim que as vacinas existiam. (*Pausa.*)

Inclusive, Excelência, a Davati lança uma nota ontem, dizendo que ela sabia que o Brasil necessitava combater a Covid – me permitam ler rapidamente – e, sabendo que a AstraZeneca possuía um lote de 400 milhões de vacinas, por iniciativa própria, entrou em contato com o Governo brasileiro para saber se havia interesse nessas doses. E esse é um procedimento de negociação normal, praticado por todos os alocadores. É o que a Davati diz: que a vacina era de alocadores, de proprietários de vacina que colocavam à disposição para o mundo inteiro. É o que a nota da Davati... Valida ainda mais a proposta que foi entregue ao Ministério da Saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria apenas fazer...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, Senador Tasso, desculpe.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só complementando, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor pretende terminar? Ou aguarda...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só complemento e, em seguida, o Senador Humberto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Qual é o currículo que o senhor apresentou para ser esse representante?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, Excelência, não me foi solicitado currículo por parte da Davati. Havia, sim, uma parceria comercial e, quando eles ofertaram a disponibilidade da vacina, não ofertaram só a mim não, existiam outros, ditos intermediários, oferecendo, trabalhando a mesma vacina em outros lugares. Então, não era uma exclusividade minha.

Eu tive a oportunidade de vir ao ministério devido a esses parceiros que aqui me trouxeram. Como eu disse, a Senah, pela via do Sr. Lauricio, que foi agendado, e havia a do Sr. Elcio Franco e, através do Sr. Coronel Blanco, havia a do Sr. Roberto Dias. Então, não era somente eu que a Davati tinha como parceiro, como intermediário e representante, em tese – entre aspas, não é? –, para oferecer a vacina ao Governo brasileiro. Inclusive, eu posso dizer que, no mês 4 se não me engano, a Davati oficializa essa minha parceria com ela. E, na carta que é assinada pelo CEO aqui no Brasil, ele cita que uma das vacinas que nós tínhamos legitimidade para comercializar era a da AstraZeneca e os demais produtos de portfólio da Davati.

É igual eu volto a repetir: a Davati, ela tem que realmente ser chamada, como os Senadores dizem, a explicar: "Olha, naquele momento as doses eram disponíveis, a documentação é essa, a minha proposta era legítima." E, assim, elucidar essa dúvida que paira aqui na CPI sobre a existência ou não dessa vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Presidente, só um instante.

O senhor...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho. O Senador Humberto Costa pediu pela ordem primeiro. O que vocês...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só... É rapidinho, é pela ordem em menos de um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Luiz Paulo, o senhor informou que o senhor nunca teve nenhum tipo de relação política, de ligação política, com quem quer que seja.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Política?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, política.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Partidária?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Partidária.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, assim... Eu disse que ajudei em campanha de um amigo, um ex-coronel da...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Somente?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Que eu tenha participado efetivamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor nunca fez *posts* em alusão ao Presidente da República?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Nas redes sociais? O senhor fala em Facebook, Instagram, essas coisas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E essa postagem aqui?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Qual é essa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E essa postagem aqui, datada do dia 14 de abril de 2019.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Aonde é que foi, Excelência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No seu Facebook.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O meu Facebook está desativado há muito tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro, isso aqui é de 2019, de 14 de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ah, mas disso aí eu não me lembrava, excelência, eu... Faz dois anos, excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor disse ainda há pouco, na CPI, que o senhor nunca teve nenhuma referência política com...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu posso ver do que se trata, Excelência?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Presidente, uma questão. Por mais que eu tenha admiração e respeito pelo Senador Randolfe Rodrigues, tem vários Senadores...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É verdade. Senador, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Aí ele interrompe a oportunidade dos outros também de trabalharem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Um minutinho só. Temos... Nós ainda não... O Senador Tasso já terminou a fala dele? Já deram os quinze minutos?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Já estou satisfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Nós temos um pela ordem também do Senador Humberto Costa; um segundo pela ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas então, ou nós vamos terminar o do Senador... O Senador Tasso terminou a inquirição?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Está satisfeito, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto Costa, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero só fazer uma pergunta rápida.

V. Sa. alegou aqui que, depois de ter ouvido essa proposta indecorosa, teria recorrido a algumas pessoas do seu conhecimento, citou um oficial da Polícia Militar de Minas Gerais, enfim, eu queria perguntar se o senhor também chegou, seja por via telefônica, seja pessoalmente, a buscar o apoio do Sr. Coronel Geovanne, que é o Presidente da Funasa? Aí o senhor responde depois, quando outro... Mas eu estou perguntando...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pode ser, Senador, porque realmente não é legitimamente um pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou fazer uma questão de ordem muito séria.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com todo respeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, meu colega de Partido...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu recebi várias pessoas aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com todo respeito, ou é uma questão de ordem ou é um pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem, Humberto é meu colega de partido, Randolfe também é meu companheiro, mas eu acho que a gente precisa seguir uma ordem de inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Podemos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se V. Exa. puder...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O seu pela ordem é um pela ordem, Senador Izalci?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se V. Exa. puder...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque senão acabam fazendo as perguntas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senadora Soraya, deixe-me dizer a V. Exa.: eu fiz uma pergunta a ele que ele não respondeu, lá atrás. Eu queria só saber para eu ir embora. É só uma resposta.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – V. Exa. me desculpe, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Eu perguntei a V. Exa., e V. Exa. não me respondeu, o seguinte: V. Exa. estava depondo. De repente, cita um vídeo. Eu pergunto, assim de uma forma clara: quem é... Porque não tem sentido, no meio de um depoimento, aparecer uma coisa assim. Alguém pediu para o senhor postar esse vídeo, falar sobre esse vídeo? Porque esse vídeo é de setembro de 2020.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Eu não sabia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi coincidência?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu recebi esse vídeo, esse áudio, perdão, e um *print*...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu entendi, do Cristiano, o senhor já falou. Agora, o Cristiano pediu para o senhor falar aqui, ou alguém pediu para o senhor mostrar isso aqui?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, de maneira alguma. Não, não. A Senadora, eu não me recordo qual, me perguntou se eu tinha acesso ou se recebia ligações de políticos. Eu disse que não, mas que fui informado pelo CEO, Cristiano, que políticos o procuraram para fazer negócios, inclusive com a intermediação de vacina. E ele me mandou esse áudio com um *print* de uma conversa de WhatsApp, perdão, um *print* de uma conversa do Twitter, de uma publicação do então Deputado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De setembro de 2020?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, não, a publicação era recente, era...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O *print* é de setembro e de outubro de 2020.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não sei, não sei, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É só olhar no... Alguém orientou V. Exa. para mudar aqui e apresentar isso aqui na CPI?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, eu não estou entendendo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É isso que eu estou perguntando, se alguém pediu...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi coincidência?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, foi em resposta à Senadora que me perguntou...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Senadora Eliziane Gama.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... se eu recebia alguma procura de..

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Satisfeito, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não estou, não; mas tudo bem. Não tem como...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a palavra, por 15 minutos, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero dizer, inicialmente, que reafirmamos nossa disposição de que todos os fatos tidos como suspeitos sejam investigados. Defendo investigações sérias e com a devida profundidade, porque isso contribui com o Governo, que preza pela lisura de seus atos. Esse tipo de investigação, repito, se feita sem prejulgamentos e com absoluta seriedade, contribuirá com o Governo para afastar de toda atividade pública quaisquer agentes suspeitos que queiram se beneficiar dos negócios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicos com qualquer tipo de intermediação. Os bons agentes públicos não temem qualquer investigação séria e coerente. Reafirmo, portanto, nossa disposição de que todas as suspeitas de irregularidades sejam investigadas sem seletividade. Qualquer indício de corrupção deve ser investigado, inclusive no Ministério da Saúde.

É evidente que queremos também investigar o processo de aplicação de todos os bilhões de reais que o Governo Federal enviou aos Estados e Municípios para o combate à pandemia, inclusive o Consórcio Nordeste, onde já há crime absolutamente caracterizado: compra feita, pagamento antecipado, sem entrega, desvio de milhões de reais. Mas, vamos focar hoje no depoimento do Sr. Luiz Paulo Dominguetti Pereira.

Inicialmente, duas coisas me intrigam: a primeira, como um militar da ativa tinha tempo para tantas tratativas comerciais longe de sua cidade de lotação, onde deveria estar cumprindo o seu ofício na estrutura de segurança pública da sua cidade. Não estou afirmando que V. Sa. não cumpria sua jornada de trabalho. Apenas estou a me perguntar como seria possível conciliar a vida militar da ativa com intensas atividades de intermediação comercial, mas essa é uma questão afeta à Polícia Militar de Minas Gerais, e também não faço disso um prejulgamento de sua conduta como policial. Apenas insisto: me causa muita estranheza.

A segunda estranheza que quero manifestar é sobre o grau de informalidade ou, pelo menos, de extraoficialidade nos supostos negócios do Ministério da Saúde.

V. Sa. iniciou o seu depoimento afirmando que, inicialmente, tinha apenas um acordo verbal com o CEO da empresa Davati no Brasil, Cristiano Alberto Carvalho, e, com base nisso, chegou a ter contatos com diretores ou, pelo menos, um diretor do Ministério da Saúde para tratar de venda de vacinas de uma empresa estrangeira de grande porte. Digo isso porque tenho aqui um documento do Ministério da Saúde, Ofício Circular 28, de 2021, de 29 de janeiro de 2021, encaminhado a todos os diretores e secretários do Ministério da Saúde, alertando que todas as tratativas sobre vacinas deveriam ser feitas junto ao gabinete do Ministério da Saúde, através do seu secretário executivo. E esse documento é anterior a todos os contatos que o senhor afirma ter tido com o Diretor Roberto Dias, que era um dos diretores do Ministério da Saúde, aliás um dos que recebeu o ofício circular a que me refiro.

Tenho aqui o ofício, que diz: "Considerando o crescente número de solicitações de audiências no Ministério da Saúde para tratar sobre oferta e fornecimento de vacinas contra a Covid-19, informo que a condução dessas reuniões e as tratativas decorrentes estão ocorrendo exclusivamente no âmbito desta Secretaria Executiva, em coordenação com o gabinete do Ministro da Saúde". A orientação do ministério era clara: as audiências deveriam ser feitas na Secretaria Executiva sob a coordenação direta do gabinete do Ministro.

É por isso que estranho toda essa informalidade, inclusive com encontros em restaurantes, para tratar de venda de vacinas em nome de uma multinacional de notório reconhecimento com negócios com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países de todo o mundo. Qualquer pessoa que tenha a mínima experiência com o Poder Público sabe que esse tipo de conduta foge à normalidade, ao padrão de oficialidade e de transparência dos atos administrativos.

No caso, se ocorreu esse ou esses encontros, está claro que foi fora da orientação expressa do Ministério da Saúde. Aliás, nem precisa haver orientação expressa para que um servidor público não fale em nome do Governo, se é que realmente falou, de maneira absolutamente informal e sem considerar toda a cadeia de responsáveis pela prática do ato. No caso, tratar-se-ia de uma contratação para compra de vacina, um ato complexo, que demandaria a participação de diversos setores do ministério, mais uma razão para não se utilizar de expedientes unilaterais, isolados, tão extraoficiais.

Mas vamos lá! É preciso investigar tudo com profundidade.

Tenho algumas perguntas a fazer a V. Sa.

Não ficou claro para mim qual foi a origem primária de seu interesse em intermediar a venda da vacina AstraZeneca. O senhor teve algum contato prévio com alguém do Governo que lhe falou dessa possibilidade, e isso despertou seu interesse, ou o senhor foi procurado pela Davati para trabalhar nesse processo e buscar contatos com o Governo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Excelência, não tive contato com ninguém do Governo. Na parceria comercial com a Davati, ela ofertava a vacina, e nós, como intermediários da Davati, ofertávamos os parceiros que nos procuravam. Eu fui procurado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por quem?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pelo Coronel Blanco. Eu não conhecia ninguém dentro do ministério.

O senhor mesmo relata que havia uma orientação do ministério desautorizando, ou somente um canal para a compra de vacina... E o próprio Roberto Dias responde o *e-mail* da Davati, dizendo que tem interesse. Ele agenda comigo uma ida ao ministério. Ele...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi o Roberto que agendou essa ida?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi o Roberto, sim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você tem essas correspondências?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Chegou a agenda lá na Davati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas você tem essas correspondências?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – De quem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dele, agendando para você?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu recebi a agenda. Eu tenho a confirmação dele no jantar, dizendo que ia me chamar lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor afirmou que essa sua atuação estava dentro do seu interesse em buscar renda extra. Há quanto tempo o senhor atua como intermediário de empresas para a venda de insumos na área farmacêutica ou médica? De quais outras empresas?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Acredito que há um ano e meio, mais ou menos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sobre medicamentos e vacinas?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, vacina só foi começar a entrar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas medicamentos, há um ano e meio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Medicamento, luvas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para essa empresa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, para outros parceiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quais outras empresas?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Muitas, Senador. São, assim, várias distribuidoras.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Por exemplo, tem uma no Rio, que é uma conhecida, que a gente opera junto, que é a Status. Tem várias empresas que buscam essas... Que a gente intermedeia. Apresenta um medicamento para uma que quer comprar, a outra, e faz a junção e a aquisição do medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor já intermediou negócios relacionados a outros produtores de vacina, a outra empresa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O senhor fala outra vacina?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A Davati...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa vacina é da AstraZeneca.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A Davati já recebeu proposta e já formulou proposta da Johnson&Johnson.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. já representou outra empresa além da AstraZeneca nessas tratativas, em nome da Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, fui convidado a representar uma empresa que tem um lote, um *spot* de 30 milhões de doses de Sputnik.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sputnik?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esses negócios foram intermediados também com o Ministério da Saúde, governos estaduais, municipais? Qual a extensão desses negócios propostos?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Esses negócios... Eu posso falar do que eu trouxe ao ministério. Outras negociações envolvendo Estados, Municípios, que a Davati tenha feito, ou está em andamento neste momento, quem pode validar como está o andamento e qual Estado que está, e qual o processo de adiantamento, somente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas você ofereceu vacina apenas para o Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não. Tinha outros parceiros que a gente buscava oferecer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para quem mais ofereceu vacina, além do Ministério da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Para vários Municípios. Fazia uma LOI e uma LOA, enviava uma proposta de aquisição da vacina, eu enviava a Davati...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Inclusive da AstraZeneca?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Da AstraZeneca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Oferecendo aos Municípios? Venda direta?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Em algum momento solicitaram a V. Sa. carta de apresentação da empresa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O que V. Exa. apresentou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A que o Cristiano me deu. Inclusive na carta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, não. A empresa Davati não produz vacina. A empresa que produz vacina é a AstraZeneca. V. Exa. foi cobrado sobre carta de apresentação dessa farmacêutica?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não me recordo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Exa. não recorda ou não quer responder?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, eu não me recordo, Excelência. Todos os Municípios que enviaram a LOI e a LOA para nós, enviaram e não solicitaram, porque se enviaram é porque não solicitaram. Simplesmente as validações que eram ofertadas, enviaram... Agora, a Davati tinha um processo de atender esses Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Alguém mais pediu propina?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) **–** Não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. afirmou agora há pouco que havia outros representantes atuando em nome da mesma empresa, da mesma farmacêutica.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Poderia dizer o nome deles?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso aí é... Quem tem essas informações é somente o CEO, o Cristiano. Os outros parceiros eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou lhe perguntar sobre... V. Sa. conhece o Sr. Isidro?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isidro?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pessoalmente, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem é o Sr. Isidro?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isidro era um parceiro que, igual eu disse, ofertava-se a LOI e a LOA, e eles buscavam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. tem relação de negócio com ele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, foi somente ofertado, igual eu disse, aos Municípios uma LOI e uma LOA, que foram disponibilizadas, e aí enviava-se essa LOI e essa LOA, que era uma proposta de aquisição dessa vacina, para os Municípios e, inclusive, consórcios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu gostaria que fossem apresentados os documentos que estão na mesa para que V. Sa. possa confirmar.

V. Sa. pode reafirmar quais outras farmacêuticas representava na negociação de vacina?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A informação que eu tinha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu não estou perguntando de informação que tinha; eu estou perguntando as que V. Sa. representava.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu tive um convite...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E que ofereceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu tive um convite, inclusive com a carta de preposição, para venda da Sputnik de uma farmacêutica brasileira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Eu tenho aqui, Sra. Presidente, um conjunto de documentos de Municípios que receberam propostas de vacinas, oferecidas, e tendo V. Sa. como representante...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... inclusive da Johnson & Johnson.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência. Eu falei aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Sa. não disse.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, eu valei aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Eu perguntei várias vezes, e V. Exa. não disse.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, eu disse aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas está aqui. Mas está aqui: documentos de vários Municípios.

Vou pedir para mostrar na tela aí, para o pessoal que está em casa acompanhar também.

Todos esses eu vou depois juntar, Sra. Presidente, à Mesa, esses documentos todos. Ele falando em nome da Johnson & Johnson.

Mas eu queria colocar aqui um áudio...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... além dos documentos que estou ali apresentando...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não... Não, Excelência, falando em nome, não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... para que V. Sa. possa ouvir e rememorar algumas coisas.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, essa reunião aconteceu? V. Exa. confirma? Com os Prefeitos? Não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Nunca me coloquei como representante da Johnson & Johnson.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. confirma a reunião com os Prefeitos? Sim ou não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, mas pela Davati, ofertando o *spot* comercial que a Davati ofertava. Sempre pela Davati.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o Sr. Isidro está mentindo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim. E eu nunca lhe disse...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está mentindo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim. Que eu falei que era representante da Johnson & Johnson? Nunca; sempre da Davati.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir, Sra. Presidente, que nós convoquemos aqui também...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mais esse representante.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Eu tenho vários documentos aqui. Não declinei todos os Municípios – vou encaminhar à Mesa –: Prefeitura de Luziânia, vários Municípios de Goiás: Aparecida, Porangatu... Todas essas prefeituras receberam... Estado de Roraima, Secretaria de Saúde, entre outros, todos com propostas...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... desse grupo. Veio aqui dizendo que representava vacinas da AstraZeneca, e a informação que nós temos é de que se apresentava também como Diretor-Geral da Johnson. A AstraZeneca já negou que tenha qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representante pra intermediar a venda de vacina, mas aqui se diz representante intermediário dessa farmacêutica.

Em relação a esse encontro que você teve com o Sr. Roberto Dias, quem marcou esse encontro?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Com o Sr. Roberto Dias?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Coronel Blanco.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele que marcou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O encontro foi marcado ou foi um encontro casual? Foi uma reunião marcada nesse ambiente ou foi um encontro casual?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu estava no hotel, recebi uma ligação de que era pra eu ir lá no restaurante Vasto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E como é que foi a conversa com ele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – No momento da...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi o que eu relatei aqui, Excelência. Nós chegamos lá, ele me perguntou da proposta da vacina. Inclusive, não sei qual foi o Senador que pediu essa busca de informações nos celulares... Vão ver que o próprio Roberto Dias já conversava com o Cristiano, da Davati, nas tratativas da vacina antes mesmo do meu encontro. Eu não conhecia o Sr. Roberto Dias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. afirma que ele lhe fez uma proposta de propina?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, o horário, por favor.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** De vantagem indevida?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Nesse momento, quem presenciou essa conversa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O Coronel Blanco e um empresário que estava lá no momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Que empresário?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não conheço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O empresário estava com quem?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Já estava lá no restaurante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Quando você chegou ao restaurante, então o ex-Secretário estava já no restaurante?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Quando eu cheguei ao restaurante, estava o Coronel Blanco, que levantou e me cumprimentou primeiramente, o Sr. Roberto Dias e... Nisso, chegando, já estava no interior do restaurante, mas estava circulando e depois sentou, esse que se dizia empresário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar. *Fora do microfone*.) **–** É o Odilon, que o senhor falou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) **–** Não. Odilon, não, Excelência. Não, era um outro empresário que eu não consegui identificar, que V. Exa. me perguntou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Então, foi nessas condições, na presença de todos que foi feita...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... a proposta? E todos ouviram?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, é preciso apurar todas as informações e ouvir, inclusive, todos esses que estavam presentes.

Agora, Sr. Presidente, eu queria concluir a minha fala apenas dizendo e lamentando que o Brasil esteja sendo vítima desse tipo de picaretagem, de malandragem, de gente que se coloca como atravessador pra vender o que não pode entregar. O meu Estado de Rondônia foi vítima desse tipo de quadrilha. Nós recebemos lá propostas nessa mesma direção. Eu fiz reunião na Assembleia Legislativa, onde estavam Tribunal de Contas, Poder Judiciário, Ministério Público, Governo do Estado e Assembleia pra tratar desse tema. E eles estavam oferecendo vacina exatamente nesse mesmo formato. Só que não podiam entregar e não entregavam.

Infelizmente, a prefeitura da capital do meu Estado acabou fazendo a encomenda de 400 mil doses de vacinas, e depois estourou aquele escândalo nacional em que descobriram que o grupo que estava vendendo fazia parte, na verdade, de uma grande quadrilha. No meio de uma pandemia, brasileiros, brasileiras, Municípios, Estados e até o Governo Federal sofrendo a tentativa de se vender aquilo que não existe.

Com relação à proposta de vantagens indevidas, é preciso apurar a fundo, mas é preciso apurar a fundo também quem se passou esse tempo todo como intermediário de venda de vacina sem ter carta de apresentação, sem representar essas farmacêuticas.

Numa audiência pública, Senador Renan, que nós fizemos aqui no Senado Federal, sobre vacinas, eu fiz questão de perguntar e perguntei na época, justamente porque era o que estava acontecendo em Rondônia: oferta de vacinas por quem não representava empresas. Perguntei à Pfizer, à Johnson e outras se eles tinham representantes no Brasil, empresas para intermediar. A resposta foi: "não tem intermediário, trata direto". Mas, ainda assim, muitos Municípios – e aqui eu tenho cópia e vou encaminhar à Mesa – receberam essas mesmas propostas de oferta sem ser representantes das empresas. É lamentável que o Brasil esteja passando por isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Luis Carlos Heinze, Senador Eduardo Girão, Senador Marcos do Val, Senador Rogério Carvalho, eu vou suspender a reunião por 20 minutos para que....

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas logo agora, tchê? (*Risos.*)

Logo agora, tchê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz Carlos Heinze, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixe os 20 minutos, não tem problema, está suspensa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não, dá os 20 minutos, dá o recreio. Pode ser?

(*Suspensa às 13 horas e 49 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 04 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze, do poderoso Rio Grande do Sul.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Nós de Cacequi, Uruguaiana, não é, Omar Aziz?

Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadoras e Senadores, Senador Girão, eu estou decepcionado. Matéria bombástica da *Folha de S.Paulo* desta semana, e parecia que eu ia ver alguma coisa muito grave aqui, mas estamos vendo totalmente diferente.

Senhor depoente Luiz Paulo, você é policial militar da ativa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Sim, senhor, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom.

Foi falado aqui que você é um representante comercial, mexe com vacinas, mexe com medicamento, enfim... Que negócios você fez em 2021, em 2020, nos últimos dois anos? Quanto faturou isso: 1 milhão, 2, 10, 50...? Quanto é que foi o valor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Quem me dera, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. A oportunidade comercial com a Davati surgiu em janeiro. Os outros negócios de volumes menores me trouxeram até o Cristiano, que ainda não tinha, até dezembro, início de janeiro, a Davati no mercado, mesmo porque eu acredito que a vacina só começou a ser ofertada depois que ela foi homologada. Ela foi... Ela tendo a sua utilização autorizada pela Anvisa. Então, assim, antes disso, as tratativas normais de mediação de medicamento e tudo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas já fez negócio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Medicamento...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já fez negócio com alguma prefeitura, com alguma farmácia, com algum Governo de Estado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Já, Excelência. Já.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muitos negócios?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, poucos, assim, mas que – como se diz – complementavam uma renda, Excelência. A oportunidade mesmo de representar uma grande empresa como a Davati surgiu em janeiro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual documento lhe nomeou representante da Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não entendi, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual documento? Você tem um documento em que você foi nomeado representante da Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, sim, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual é o documento?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Tenho assinado pelo... Está no celular.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Está no celular que foi apreendido. Está lá assinado pelo CEO... Eu disponibilizei o celular. Disse que, quando precisasse de algum documento, podia solicitar... Está lá dentro do celular essa autorização do Cristiano depois me validando como parceiro comercial da Davati...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O documento é um Whatsapp?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ele mandou um Whatsapp?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. É um documento digitalizado que vem em arquivo de Whatsapp, mas está assinado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É este documento aqui?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, essa é a proposta comercial, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ah, o.k.

Eu gostaria que esse documento estivesse, então, junto à CPI.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que motivou o senhor a fazer essa denúncia?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Na verdade, Excelência, eu recebi uma ligação do Sr. Cristiano, com a repórter já da *Folha*. O Cristiano já sabia, que eu já tinha informado para ele essa situação que foi vivenciada no ministério. E aí, de repente, eu recebi uma ligação dele com uma jornalista da *Folha* – está no meu arquivo o horário da ligação que eu recebi –, e ele já dizendo à jornalista que... Tudo... Ela parecia já saber essa denúncia, não sei se o Cristiano havia informado antes, mas depois ele falou: "Dominguetti, conta tudo, fala tudo...", e eu relatei pra ela o que tinha acontecido, mas a ligação veio do Cristiano e da jornalista da *Folha* pra mim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Cristiano é o representante da Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É o CEO da Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

É o CEO no Brasil.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Segundo o senhor, a reunião ocorreu em fevereiro. O senhor já era representante da Davati?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Era autorizado a fazer, a representar a Davati nessa negociação pelo CEO Cristiano.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se a empresa AstraZeneca nunca confirmou estoques para venda de vacinas a privados, quem detinha esse estoque?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, Excelência... A nota recente, publicada pela Davati, reafirma que ela tinha acesso a essa vacina de 400 milhões com o alocador. Então, quando... Me parece que vão solicitar a presença do Cristiano aqui, e nada melhor do que ele também avalizar, porque ele tinha acesso a essas negociações, juntamente com o dono da Davati, o Sr. Herman.

Mas é importante frisar, Excelência, que a Davati, mais uma vez, reafirma o seu acesso a essa vacina e reafirma a sua proposta ao Governo brasileiro. Inclusive, foi nota encaminhada à imprensa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E essas doses que havia em estoque... Para quem a Davati vendeu? Se tinha estoque, vendeu para quem?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu acho... Eu não posso achar: eu tenho certeza que elas foram alocadas em outros países, mas a Davati, nada melhor do que ela pra... Porque a essas transações internacionais eu não tinha acesso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É, Sr. Presidente, o que a gente está vendo é que fala em Coronel Blanco, fala em Roberto, fala aqui no Cristiano... Essas pessoas devem ser ouvidas, para nós fazermos acareação. Está falando aqui. É importante que a gente tenha feito e se possa ouvir a própria Davati, porque aí não temos "diz que disse", porque... O estranho, como o Senador Bezerra fala aqui... Se a empresa produziu 600 milhões de doses vendendo no mundo, vendeu 110 milhões de doses aproximadamente para o Brasil, grande parte via Fiocruz, não tinha como agora fazer um outro negócio. Tinha 400 milhões de doses aqui. É uma atochada, uma fria. E V. Exa. está junto nesse processo.

Os representantes da empresa AstraZeneca estavam prestes a serem presos na União Europeia por não entrega de doses adquiridas. Inclusive, foram proibidos de comercializar a vacina sem atender ao mercado interno. O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência. Eu estava... Me permita... Peço desculpa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tá.

Os representantes da empresa AstraZeneca estavam prestes a serem presos na União Europeia por não entrega das doses adquiridas. Inclusive, foram proibidos de comercializar vacina sem atender ao mercado interno. O senhor tem conhecimento desse fato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** O.k.

Enquanto militar da ativa, V. Sa. pode exercer atividade comercial ou representar alguém?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Então você não pode participar de comercialização de venda, sendo militar da ativa...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência. O Estatuto, o regulamento da Polícia Militar é bem claro nesse ponto. Tanto, que eu nunca me identifiquei como policial militar, mas, quando o for citado aqui, realmente o faria. Nunca fiz nenhuma menção à Polícia Militar ou negociei ou transacionei qualquer coisa no sentido, me identificando como policial militar.

Sei que o regulamento é... A gente tem um jargão lá: "Seja escravo do regulamento para não ser escravo do homem". Hoje eu estou sendo escravo do homem. Vou ser escravo dessas denúncias, não é? Mas estou disposto, tenho que enfrentar. Fiz, sabia dessa infração administrativa, mas sempre pensando, Senador, no bem maior. Se me foi prometido, afiançado que eu tinha acesso à vacina, que uma empresa tinha acesso à vacina e eu poderia contribuir de qualquer forma, trazendo essa vacina ao Brasil, isso já me conforta – já me conforta. O que me conforta é acreditar numa empresa que, a todo momento – inclusive, ontem –, reafirma o seu acesso à vacina. E nada melhor do que ela para vir aqui, os seus representantes, seus executivos darem, entre aspas, conta dessa vacina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** O Senador Marcos Rogério lhe fez uma pergunta e eu vou repetir.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** O senhor conhece o Sr. Isidro?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu estive com ele, acredito que numa *call*, mas, assim, transação... Fazer qualquer tipo de transação ou falar com ele, não. Eu estive com ele numa *call* com Prefeitos, mas, em momento algum, eu me...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Esteve onde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Em uma *call*, uma...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Ah, uma telerreunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... uma audioconferência, mas, em momento algum, eu me coloquei como representante de algum laboratório direto de vacina, sendo AstraZeneca, sendo Johnson & Johnson, nada. O que eu sempre disse e sempre validei com os documentos que eu tinha da Davati era que eu tinha a representação da Davati.

Quando eu enviei os documentos para o Sr. Isidro, se eu não me engano... Não foi nem eu que enviei esse documento para o Sr. Isidro. Ele recebeu de um outro parceiro. Eu não tinha... Se o senhor perguntar, Excelência, ao Sr. Isidro o meu telefone, alguma troca de mensagem via zap com ele, o senhor não vai encontrar. Eu não tenho nem o número do Sr. Isidro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pois é, mas isso aqui... É que tem um áudio aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse áudio acho que o Senador Marcos Rogério exibiu.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou pedir, Sr. Presidente, que esse áudio do Isidro para o depoente faça parte disso aqui, porque mostra um complô, um conluio, uma sacanagem com Prefeitos, com Governadores, sei lá o quê. Alguém se aproveitando desse momento da pandemia, oferecendo vacina. Nesse caso, era a vacina da Janssen, 30 milhões de doses. É o que fala aqui. Eu não consigo agora botar o áudio. (*Pausa.*)

Ah, deixa eu ver agora.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

"Não esquece que você tem que avisar para o pessoal que, com o CEO da Johnson, a gente não fala de preço, não é? De preço, fala com o Gustavo, comigo, com você. O que vai tratar com ele é justamente a questão de entrega, não é? – quando você pode me entregar, o que você pode me entregar agora já na semana que vem. Essa reunião é para que o secretário, o Prefeito arranque uma quantidade de doses imediatamente. E ver com ele questões de logística, contrato futuro, quanto é que programação. É mais essas coisas assim que tem que conversar com o CEO, não é? E não a parte de preço, não é? A parte de preço fica conosco. Preço, comissão, como é que vai fazer, isso é com o andar de baixo, não é?"

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui fica demonstrado... Sacanagem o que V. Sa. e outros estão fazendo, atacando o Brasil inteiro, se aproveitando de inocentes, Prefeitos, Governadores, enfim. Muito ruim isso.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, o senhor me permite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Se o senhor ouvir o áudio, o áudio não cita o meu nome, e ele ainda fala que vai conversar com alguém. Em momento algum ele fala que eu informei a ele que eu seria o representante da Johnson. Ele que disse aos parceiros, inclusive trata sobre comissão. Ele fala, orienta a não tratar de comissão comigo. No áudio ele fala isso. Ele fala que ainda vai entrar em *call*, ainda vai conversar comigo. Então, em momento algum ele já tinha tido essa conversa comigo. Como é que ele... Ele que me apresenta como representante da Johnson. Eu nunca me apresentei a ele, nunca tive esse tipo de conversa com ele.

Se o senhor for ver a analisar o áudio, o áudio ainda fala que vai conversar comigo. Ele é que fala aos parceiros que eu seria representante da Johnson e que iria tratar de comissão. Em momento algum – trataria – eu tive essa conversa com ele...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas V. Sa. diz que fez uma *call* com ele e com o Prefeito.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, sim, mas, em momento algum, como V. Exa. afirma, eu afirmei que eu seria o representante da Johnson. Nunca falei isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No jantar, no restaurante, você disse que recebeu, porque parte do – acho que é Roberto, não é? – Roberto, um pedido de propina. É isso aí?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O senhor é policial militar da ativa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Por que o senhor não deu voz de prisão para os envolvidos quanto ao pedido de propina? Você tinha autoridade para fazer isso, é um policial militar.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O que acontecia ali, Excelência, era uma coisa surreal, e ali eu estava, embora investido da função, mas eu estava como um representante da empresa Davati e numa outra cidade, num outro Estado, numa esfera federal, com um servidor público federal, com um Coronel do Exército. Então, a complexidade da minha situação ali não é simplesmente virar para mim: "Por que você não prendeu todo mundo?". Vivenciar isso, a gente sentar do lado... Não quero que V. Exa. me entenda mal, mas analisar uma situação crítica do momento de uma forma fria e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplesmente dizer "por que não prendeu?", "por que não fez?", é muito complicado para quem está passando por aquilo. É muito complicado você processar aquilo. Eu tinha um superior hierárquico, um Coronel. Ia chamar um general para prendê-lo? Onde eu ia arrumar?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nós vamos ouvir o Coronel Blanco...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... ele vai comparecer aqui, e vamos cobrar dele a mesma coisa.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Perfeito. Perfeito, Excelência. Eu tinha um superior lá.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., mas não tem problema. Ele... Ele ou você podiam ter feito isso...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... deveriam ter feito isso.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E, ao não fazer, o senhor cometeu um crime de prevaricação. Portanto, eu estarei solicitando à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais para abrir um processo contra V. Sa.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, esse processo, segundo a fala do Exmo. Sr. Comandante Geral da Polícia Militar, já foi instaurado, para apurar essa minha conduta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tá o.k.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – E não me ocorreu também naquele momento. Agora, militarmente dizendo, tinha um coronel, um superior hierárquico ali.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. A ele nós vamos intimar quando estiver aqui.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E no seu caso, especificamente, eu também vou ajudar no processo contra V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Desse assunto nós vamos fazer o encaminhamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) **–** Muito obrigado, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, prezados colegas Senadores.

Seja muito bem-vindo aqui à Casa, Dr. Luiz Paulo Dominguetti.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Obrigado, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** Eu acredito que esta é a sessão, Relator, mais conturbada que nós tivemos nessas 30 sessões. Estamos completando hoje, se eu não me engano, 30 sessões, 60 dias esta semana da CPI, e esta é a sessão mais confusa de que eu pude participar. E olha que eu participei de todas as sessões, fiz perguntas a todos os depoentes. E eu acredito que tudo isso é uma responsabilidade até nossa; os atropelos que a gente dá, o afã, a sanha de inverter pautas. Estava previsto hoje outro depoente aqui, até meia-noite de ontem, quando eu tomei conhecimento pela imprensa brasileira. E olha que eu sou titular desta Comissão. Tomei conhecimento pela imprensa brasileira da mudança da pauta, de que viria o Sr. Luiz Paulo hoje, que estava previsto para amanhã, sexta-feira. E isso prejudica o trabalho completamente; o trabalho do Senador que quer se aprofundar, que quer estudar, que quer pesquisar para buscar toda a verdade.

E desde o início é o que a gente... É o que eu peço aqui: para que a gente busque toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade. Hoje, muito tumultuada a sessão, entrando depoente da semana passada aqui dentro; conversa no pé do ouvido de um, no pé do ouvido de outro, vai embora; celular apreendido aqui. Tudo isso eu acredito que faz com que a gente perca um pouco o foco, por esse atropelo que a gente percebe aqui nesta sessão.

Mas, pelo que deu tempo, de madrugada e hoje pela manhã, de desenvolver algumas perguntas aqui, fica muito claro, observando as respostas que o senhor deu, Sr. Luiz Paulo, para cada Senador, para o Relator, que não tem como a gente não ouvir aqui o funcionário do Ministério da Saúde, Roberto Dias; o Coronel Blanco também, é fundamental que tenha aqui, inclusive com uma possibilidade de acareação, para a gente entender essa situação confusa; e o representante dessa empresa Davati, Cristiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É tudo muito estranho o que está acontecendo. O que o Senador Eduardo Braga trouxe aqui, Sr. Presidente, é muito grave: que existiu uma fraude dessa no Canadá. A matéria é do jornal *Valor Econômico* de ontem, mostrando – e eu vou ler aqui – que "empresa de vendedor que relatou o pedido de propina é suspeita de golpe em negociação de vacina no Canadá".

Parece, realmente, algo internacional, um esquema internacional em que essa empresa está envolvida. O Senador Eduardo Braga falou em FBI aqui. Eu não sei se esse é o caminho legal, ou se é a polícia do Canadá. Se, de alguma forma, o Senado Federal pode buscar informações na polícia federal lá do Canadá para trazer informações, porque os dados aqui são muito confusos, ninguém sabe quem representa o quê. Já surgiu aqui...

Sr. Luiz Paulo, eu começo a fazer as perguntas para o senhor mais para confirmar dados.

O senhor se diz representante da Davati. O senhor diz que tem um documento que mostra que é representante dessa empresa, que está no celular que foi apreendido.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Sim, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A gente vai ter acesso a esse documento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ainda hoje, ainda hoje. Está sendo feita a perícia no celular, conforme foi requerido e deferido por esta Presidência, e, ao final, o celular vai ser devolvido e todos os documentos nós vamos requisitar ao depoente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A Davati nega que o senhor seja representante dela?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A Davati, ela nega... Ela não nega que eu seja o representante, ela fala que, no caso da minha atuação junto ao ministério, era uma atuação sem vínculo empregatício, que eu era um intermediário, e ela tinha conhecimento. Inclusive... E alguns documentos que estão no celular e vão ser disponibilizados a V. Exa... O Herman, que é o dono, ele cita o meu nome validando a proposta e todo... Ele sabia... O CEO do Brasil, que era o Cristiano, sabia da minha gerência, da minha oferta ao Governo brasileiro, e sempre validou a oferta, sempre incentivando e sempre validando que a vacina existia. Por isso, eu estive aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Essa propina que o senhor diz, esse pedido de propina que o senhor diz ter recebido – essa é uma pergunta que eu sei que alguns Senadores já fizeram aqui –, por que o senhor não encaminhou esse fato imediatamente a entidades respeitadas, das mais acreditadas pelo povo brasileiro, que é a Polícia Federal ou o Ministério Público Federal, também muito respeitado, principalmente o senhor sendo um policial em atividade? Por que é que não fez na época e somente agora essa denúncia aos órgãos competentes?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, na época eu comuniquei à empresa o que estava acontecendo e solicitei um posicionamento. Eu já tinha dito que não, que não ia acontecer. O Sr. Roberto Dias foi informado que não ia acontecer, entendeu? V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor comunicou formalmente, com algum documento?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não entendi, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor comunicou à empresa formalmente?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Verbalmente, por telefone, via telefone. A maioria das...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Formalmente, não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A maioria das nossas conversações era via zap, via fone...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso está no aparelho que foi apreendido dele?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, foi uma conversa, uma conversa, uma ligação, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uma ligação.

Vou fazer mais uma pergunta aqui para o senhor, sempre lembrando que o senhor está sob juramento de dizer a verdade, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pergunto: o senhor se reuniu com algum integrante desta CPI antes desta sessão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Me reuni?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Com ninguém? E não tratou assunto nenhum?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Me reuni? Como assim?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Com algum integrante, qualquer integrante desta Comissão?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Não me reuni, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Eu vou pedir agora, porque, a próxima pergunta... Surgiram nomes de alguns Municípios, e eu tenho insistido que a gente precisa investigar, independentemente de ser R$1...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Perfeito, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... ou R$1 milhão, ou R$50 milhões, ou R$2 bilhões. Não importa o valor, corrupção é corrupção. Então, a gente tem que investigar, seja ela de Governo Federal, seja ela de Governo estadual, de Município. O senhor falou de alguns Municípios, que também tentou, teve tratativas com alguns Municípios – talvez não tenha se concretizado em negócio efetivo –, mas eu vou pedir para rodar um vídeo de um assunto em que eu tenho insistido aqui, que daqui a pouco eu faço uma pergunta.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k., Sr. Presidente. O.k.

Eu agradeço a exibição do vídeo.

Estou me encaminhando para a última pergunta, só fazendo um esclarecimento desse tema que cada vez mais chama a atenção do povo brasileiro, do cidadão de bem nas ruas. Eu já falei sobre esse assunto aqui, que já cansou. Inclusive, o colega disse aqui: "Olha, já estou ficando rouco de tanto ouvir". Mas eu vou insistir nesse assunto, porque é uma demanda legítima, nós estamos aqui para fazer esse trabalho.

Essa questão dos prazos... Após a decorrência da não entrega dos respiradores, a empresa requereu que eles viessem da China, fossem trocados por outros fornecidos por fabricante nacional, nesse caso, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa Bioenergy – agora vem a novidade –, que é localizada no Município de Araraquara, Estado de São Paulo, e que teve seu sócio-diretor Paulo de Tarso preso nessa operação, juntamente com a dona da empresa Hempcare.

Agora vem aqui: segundo a Nota Técnica nº 9, da CGU, a mesma que trata a negociação de 300 respiradores, apesar de acumular um capital social de apenas R$10 mil, a Bioenergy, comprometeu-se a doar – acredite se quiser, Senador Marcos do Val – 30 ventiladores pulmonares para a Prefeitura de Araraquara – olhe que coincidência! – no valor total de R$4,2 milhões. Convenhamos, caros colegas, que não há lógica na doação de equipamentos no valor de 42.000% a mais que seu patrimônio líquido.

O fato é que essa mesma nota técnica da CGU – vai estar aqui o Ministro Wagner Rosário; já foi aprovado pelos colegas – aponta indícios de que a Bioenergy é mais uma empresa, assim como a Hempcare, de fachada, que recebeu verbas federais durante a pandemia. O fato é que, segundo a coluna Radar, da *Veja*, de 25 de setembro de 2020, do jornalista Robson Bonin, a Prefeitura de Araraquara, governada pelo Sr. Edinho Silva, ex-Ministro, teria sido beneficiada por 30 respiradores exigidos como – entre aspas – "propina" pelo fechamento do negócio com a empresa Hempcare. O Secretário Executivo Carlos Gabas – foi negada aqui a vinda dele – teria participação na negociata, aquele mesmo que também foi ministro.

A última pergunta que eu faço é: o senhor falou de alguns Municípios em que o senhor tentou fazer transação com a venda de vacinas. E aí surgiu o nome também da Janssen aqui nesta sessão. Começou apenas com a AstraZeneca, que diz que não trabalha com intermediários. Olhe que coisa nebulosa isso tudo! E aí surgiu o nome da Janssen, da Johnson & Johnson, e surgiu também o da Sputnik. Que Municípios foram esses em que o senhor fez tratativas em nome dessas empresas multinacionais?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Na verdade, Excelência, houve, por parte dos Municípios, o envio de uma intenção de aquisição de vacinas. Quando a empresa respondesse a essas requisições, iniciaria um processo contratual de validação e tudo. Então, a Davati respondeu a alguns Municípios, pedindo a troca da vacina que ela havia ofertado, a Janssen. Ela respondeu, dizendo que poderia trocar pela AstraZeneca, não é? E aí, na hora em que o alocador liberasse – é a informação que eu tenho – a vacina para a Davati, que era o parceiro comercial proprietário da vacina, as tratativas se iniciariam.

É bom frisar, Excelência, que, em momento algum, a Davati, numa proposta comercial, solicitou qualquer tipo de pagamento adiantado. O contrato, que era o mesmo que viria junto com o ministério, quase igual ao do ministério, que seria para os Municípios, para os consórcios, em momento algum pede qualquer tipo de pagamento adiantado; sim, garantindo, dando segurança ao parceiro, que seria uma letra de câmbio ou uma *escrow* que somente seria liberada ou descontada quando a vacina fosse certificada e enviada para o Brasil. Essa era a proposta comercial que foi feita junto ao Ministério, então não houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum pedido de adiantamento, nenhum pedido de "pague adiantado". Não. E era o mesmo formato que ia ser proposto para os Municípios, para os consórcios, para o Estado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Que consórcios foram esses?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu teria que buscar essa informação dentro do aparelho...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está no seu celular?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu peço ao Presidente, seu puder, depois falar o nome dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para encerrar, Presidente, lhe agradecendo muito pela sua paciência, dizer que amanhã estava prevista a votação desses personagens do vídeo que eu apresentei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso era na terça.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... o Sr. Bruno Dauster e a Sra. Cristiana Prestes, dessa empresa Hempcare, e o ex-Chefe da Casa Civil da Bahia, exonerado por esse escândalo, que vai ser na terça...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só esclarecendo V. Exa., para que não restem dúvidas, estava previsto hoje o depoimento do Sr. Francisco Maximiano, como o senhor tem conhecimento. Ontem, nós tivemos conhecimento de uma decisão exarada pela Ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, garantindo ao depoente que estava previsto para hoje o direito ao silêncio.

Para não termos uma sessão infrutífera só com exercício do direito ao silêncio, a Comissão Parlamentar de Inquérito deliberou por recorrer da decisão de S. Exa. a Ministra Rosa Weber e antecipar o depoimento do Sr. Dominguetti, que estava previsto para sexta, para hoje.

Por conseguinte, a sessão deliberativa que seria amanhã está alterada para terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Só deixando claro que eu, como membro titular desta Comissão, me sinto desrespeitado por não ter sido avisado por esta Comissão. Eu fui ver na imprensa que mudou.

E, mais uma vez o STF, com todo o respeito a essa Casa, o nosso Supremo, enquanto a gente quer fazer o trabalho, investigar, fazer as perguntas, interfere, deixando que a gente busque toda a verdade com relação a isso. Então, só para deixar claro para a população brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que ainda nos assiste que ela vai ter a votação na próxima terça-feira sobre o Consórcio Nordeste. É importante...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para deixar claro, é um esclarecimento que foi feito pelo Senador Renan Calheiros em relação às coincidências...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, nós não teremos reunião...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que favoreceram a decisão de S. Exa. a Ministra Rosa Weber.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Só uma pergunta: nós não teremos reunião da CPI amanhã, então?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não teremos, por conta do relato que acabei de prestar, da decisão de ontem e de antecipar o depoimento do Sr. Luiz Paulo Dominguetti.

Próximo inscrito é o Senador Marcos do Val, mas existe uma questão de ordem, salvo melhor juízo, do Senador Jean Paul Prates, Líder da Minoria, através do sistema remoto.

V. Exa. tem a palavra em questão de ordem. Em seguida, passo ao Senador Marcos do Val.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, acho que já está até superada, já que o efeito já se fez. Eu estava perguntando qual era a pertinência do assunto e da gente perder um tempão assistindo a uma reportagem da TV Bahia sobre o Consórcio Nordeste, com todo o respeito e até loas à insistência do Senador Girão a esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tenho nada contra. Acho que esse caso está sendo esclarecido pela Justiça fartamente, mas, diante da falta de contraditório aqui, não vejo razão. Não tem nada a ver com o depoimento da pessoa que está aí – aliás, quero comentar depois, na minha vez de falar, a respeito disso. Mas era só essa a questão de ordem, para que se interrompesse e se focasse em cima do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Obrigado, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Jean Paul, muito obrigado.

Senador Marcos do Val, por gentileza, a testemunha está à sua disposição.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Eu vou ser bem breve.

Luiz Paulo, você tem ciência de que o Governo de Minas publicou uma nota oficial ontem falando sobre a sua situação?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou ler, então, a nota do Governo de Minas Gerais publicada ontem.

> Em relação à situação do cabo da Polícia Militar Luiz Paulo Dominguetti Pereira, informamos que ele atuou no Gabinete Militar do Governador do Estado no período compreendido entre 07/08/2019 e 05/11/2020. Ele desempenhou a função de segurança das instalações prediais. Seu afastamento foi determinado pela atual chefia do Gabinete Militar por não corresponder ao perfil necessário de atuação no setor. Ele está atualmente lotado no 64º Batalhão da Polícia Militar, em Alfenas.
> Nesta quarta-feira (30/06), a Polícia Militar de Minas Gerais instaurou Relatório de Investigação Preliminar em desfavor do cabo Luiz Paulo Dominguetti Pereira para apurar possíveis condutas que ferem o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais e o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.
> Cabe destacar que a Lei nº 14.310, de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, considera como transgressão disciplinar o militar da ativa que participe de firma comercial ou de empresa industrial de qualquer natureza ou nelas exerça função ou emprego remunerado.

Isso foi a nota publicada ontem pelo Governo de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aí eu vou a algumas perguntas.

Eu perguntei mais cedo que toda vez que o senhor tem que sair do Estado de Minas Gerais, do seu Estado, onde o senhor é policial militar, o senhor tinha que comunicar ao Comando. Você disse que não sabia disso. Eu confirmei com a Polícia Militar, e eles disseram que, sim, você sempre tem que dar ciência ao seu comandante da unidade, algo que provavelmente o senhor não fez quando o senhor esteve aqui em Brasília. Provavelmente, se o tivesse feito, o comandante poderia até te prevenir dessa situação que o senhor vivenciou – está vivenciando.

Bom, então, você não cumpriu com a verdade quando eu te fiz essa pergunta.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Eu vou continuar aqui. Depois você pode se posicionar.

A AstraZeneca também, oficialmente, disse que não faz, não tem intermediário nenhum no Brasil. E aí eu pergunto: a Davati – eu estou... – a Davati tem endereço fixo no Brasil?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Como ela iria emitir nota fiscal?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso aí é uma... Ficou a cargo aí do CEO, não é? Eu, como eu disse, Excelência, só tenho... Pra mim, era a intermediação, era levar a proposta. A parte contratual, nota, como ia ser feito, se ia abrir firma, se não ia, como ia se fazer a validação, são os executivos da empresa. Eles são responsáveis por essas tratativas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Bom, eu até vejo aqui que o endereço é do Texas...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** ... Estado em que eu também trabalhei um bom tempo.

É muito difícil uma empresa americana se envolver numa situação como essa. Falo por experiência. E jamais se colocaria representando um laboratório que não fosse ou funcionando num país no qual ela não tivesse autorização pra trabalhar. Eu não sei se você também foi vítima de alguns. Hoje sabia que esse cenário não seria favorável e tinha as más intenções, mas eu queria não generalizar, porque eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos amigos e irmãos na Polícia Militar de Minas Gerais, uma polícia super-respeitada no Brasil, em vários aspectos.

Eu tenho certeza de que, quando você escutou o pedido de propina, muitos guerreiros, amigos de farda que estão com você, ombreando-se com você, não te questionaram por que você não deu voz de prisão. Você disse aqui para o outro Senador: "Porque tinha um General também participando". Mas você também faz parte até da lei. Para você não ser acusado de prevaricação, se você não der voz de prisão, você pode até acionar uma autoridade competente no local e pedir pra que ela o faça então, que ela dê o pedido de prisão. Então, você poderia, sim, ter solicitado ao General ou ao Coronel – não sei quem você citou aí – pra que desse voz de prisão. Eu tenho certeza de que, se assim o fizesse, iria estar honrando a Polícia Militar de Minas Gerais. Tenho certeza disso, porque eu acho que hoje o senhor está aqui representando, de certa forma, não a instituição, porque o senhor não está nem fardado, mas todos nós sabemos que o senhor é um policial militar... Isso, de certa forma, envergonha os guerreiros da Polícia Militar de Minas Gerais. É uma pena isso.

Eu queria estar vendo aqui um brasileiro com sangue nas veias. Ter escutado um pedido de propina e você ter se levantado na hora, ter dado voz de prisão e ter acionado as autoridades locais pra que pudessem, já que você não estava armado, nem comunicou ao seu superior... Mas que você pudesse deixar para as próximas gerações que há, sim, brasileiros que não se sentem intimidados com esse tipo de ação vergonhosa e criminosa.

Você justificou que não fez isso por um momento inesperado, você não estava prevendo isso, mas, como policial militar e como cabo da Polícia Militar – a gente chama até de cabo velho, é como a gente chama, que é a pessoa muito experiente dentro da Polícia Militar –, o senhor já vivenciou situações entre a vida e a morte, em que o senhor teve que achar uma solução e estar aqui vivo hoje. Então, essa desculpa de que, na hora, você ficou sem saber o que fazer, pra mim, não corresponde a todos os outros guerreiros que eu conheço da Polícia Militar de Minas Gerais. Não fariam, não seriam omissos. Tenho certeza absoluta de que não seriam omissos.

Para finalizar, eu queria... Você pediu a palavra, eu vou te dar a palavra, mas eu queria que todos aqui pudessem não generalizar. Com certeza, a Polícia Militar de Minas Gerais vai tomar providências, e é uma pena isto: ver um militar que vai arcar com as consequências... Se tivesse comunicado ao seu superior, lá não estaria, fazendo parte de uma empresa que nem poderia estar agindo e trabalhando no Brasil, porque estaria ilegal, nem poderia emitir uma nota fiscal, nem endereço tem, ainda mais num negócio de mais de bi. Uma coisa meio fantasiosa, assim. É até difícil acreditar que um policial militar acreditou nisso aqui, mas eu vou te dar o direito da fala e espero que...

Só uma última pergunta, só para reforçar, porque a gente escutou que talvez os Senadores que apoiam o Governo ou os independentes teriam meio que acordado ou tentado criar uma situação para que você estivesse aqui e soltasse o tal áudio aí do Luis Miranda. Eu queria te perguntar se isso procede, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teve algum Senador que faz parte da CPI ou não ou alguém do Governo que te pediu para que, durante a CPI, você soltasse o tal áudio, porque realmente era meio fora do contexto, mas, enfim, se puder responder...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, de maneira alguma. Não tive nenhuma orientação neste sentido para fazer, referente ao áudio.

Referente à fala de V. Exa., quando eu... Referente ao regulamento da saída, eu disse que não me recordava de haver essa proibição ou não. Não disse que não existia, disse que não me recordava.

Referente à minha carreira de policial militar, Excelência, são 22 anos aproximadamente de luta. Eu tive oportunidade na minha carreira de vivenciar muita coisa. Pelo fato de eu estar aqui também, Excelência, hoje, expondo o que eu passei, expondo o que eu vivenciei, eu acredito também que poucos teriam esta coragem de vir na frente de uma CPI, na frente do Brasil e relatar uma situação que passou.

Posso, Excelência, ter cometido o erro, naquele momento, de não me situar como um policial diante daquela vergonhosa, daquele vergonhoso pedido, porque ali eu estava em outro Estado, não estava como policial, estava vivenciando uma outra realidade. Mas estou aqui, como policial também, porque V. Exa. sabe que sou policial militar. E poucos também teriam a coragem de estar aqui, porque V. Exa. sabe que – desculpe a verdade – a parte mais fraca nesse processo está aqui, a parte mais fraca está aqui. Como V. Exa. disse, quem vai sofrer as consequências administrativas está aqui. Por acreditar, Excelência...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu só vou interromper, porque o tempo está acabando...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Desculpe, eu não quis me estender.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu peço até desculpa pela interrupção, entendo, mas o senhor só está aí por consequência da sua omissão. Ponto! Não tem ninguém responsável ou foi irresponsável para gerar o que está gerando hoje...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Você é responsável pelos seus atos.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – E o senhor, como um cabo velho, 22 anos lidando com a lei, cumprindo a lei, fazendo com que a sociedade cumpra a lei... E, assim, eu dou os parabéns a todos os policiais militares, em especial de Minas Gerais, que são um exemplo para o País. Você não cumpriu o que o senhor falou aí, 22 anos cumprindo. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu só lamento, lamento. Não é um bom exemplo, mas eu tenho certeza de que... Acho que outra situação como esta eu tenho certeza de que o senhor, como cabo velho, não vai querer vivenciar.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – De maneira alguma...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Eu espero que, caso o senhor vivencie ou saiba de alguém vivenciando, possa ter a coragem **–** desculpe a expressão **–**, o colhão de denunciar esses atos. A gente precisa ter um país melhor, a gente precisa entregar este Brasil melhor para a próxima geração. É a nossa obrigação. E eu fico triste de saber que o cabo velho não fez isso.

Mas agradeço a atenção. O tempo já deu. Obrigado.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Colhão e coragem eu tenho, Excelência. Por isso que eu estou aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em tese, eu iria suspender, mas nós não vamos suspender. A Polícia do Senado já está aqui para fazer a inspeção no celular do depoente, conforme foi encaminhado por esta Presidência. Então, eu peço que, se puder ser feito agora, com as câmeras, à vista do seu advogado **–** o seu advogado pode acompanhar **–**, com o acompanhamento de todos aí... (*Pausa.*)

Enquanto está sendo feito, os próximos inscritos: Senador Rogério Carvalho; Senador Alessandro Vieira; pela Bancada Feminina, Senadora Leila Barros; e, concluindo os suplentes, Senador Fernando Bezerra.

Senador Rogério, só um minutinho, só para concluir aqui a inspeção. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois não, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) **–** Só uma questão: o depoimento do Deputado Ricardo Barros está definido para a próxima quinta-feira, como foi anunciado pelo Senador Omar Aziz na reunião de ontem?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não tenho essa informação, Senador Fernando Bezerra. Nós ainda vamos conversar com o Senador Omar Aziz e com o Sr. Relator, à luz, inclusive, do depoimento de hoje, para ver os próximos depoimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Faço esse apelo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Enquanto estão tirando a... Ah, já terminou? Não vou atrapalhar, Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluso? Concluso?

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, hoje são 518.246 mortos, vítimas da Covid no Brasil.

Esta CPI, na sua 30ª Reunião, já trouxe aqui representantes de Governo, ministros, ex-ministros, e o tempo todo o questionamento que se fazia e que se fez foi: por que o Governo do Brasil demorou tanto a adquirir vacinas? Por que demoramos tanto e este Governo demorou tanto para negociar o contrato com a Pfizer; demorou tanto e obstruiu, de forma sistemática, o contrato com o Instituto Butantan; fez tantas confusões com o maior produtor de insumo farmacêutico ativo para a produção de vacinas no Brasil, que é a China, e, de repente, não mais do que de repente, também era dito aqui que o Governo não poderia comprar vacinas sem aprovação da Anvisa. Foi dito aqui que o Governo não poderia adquirir vacinas sem uma lei. Sabemos, todos nós, que o Governo pode editar uma medida provisória, e ela tem validade imediata. Portanto, este argumento não vale, como não valeu o argumento da não decisão ou autorização da Anvisa pra compra da Covaxin. Não valeu. A Covaxin foi negociada e foi comprada, ou seja, contratada, sem que houvesse, até aquele momento, uma autorização da Anvisa. A autorização da Anvisa foi posterior.

Hoje nos deparamos com um representante de uma empresa que, ao longo anos, Sr. Presidente, Sr. Relator...

Quero mostrar aqui: no ano de 2019 – isso é o que está ou ainda estava ativo –, o Luiz Paulo Dominguetti: "General Heleno comendo o fígado do Lula ao alho poró". Depois: "O esquerdista Ivan Valente, líder do PSOL, vive distorcendo a realidade", aqui também ele se referindo e dizendo, repostando de um Deputado ligado ao Presidente Bolsonaro. Ele também posta: "As ligações telefônicas de um Ministro do STF para um criminoso, condenado em segunda instância". Ele também posta: "General Villas Bôas sai em defesa da Lava Jato e de Sergio Moro". Ele também posta: "Esquerda unida contra Bolsonaro. Ciro Gomes surta e ataca a Maria do Rosário". Ele também bota aqui: "Esse é o meu Presidente Jair Bolsonaro". Luiz Paulo Dominguetti também diz, aqui na Terça Livre: "Eu só faço isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque esse caso pode comprometer... Está arruinando o Bolsonaro", ou seja, ele tem vários *posts* de defesa do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Ele aqui diz que é representante de uma empresa e que se diz "vender vacina". É importante dizer aos brasileiros que o Governo do Brasil – para não pairar dúvidas – não precisa de intermediação para aquisição de vacinas com nenhum laboratório. O Governo do Brasil, que tem o maior programa de imunização do mundo, não precisaria de intermediação para adquirir vacina de nenhum laboratório do mundo – nenhum!

E V. Exa. a convite... E, no jornal, V. Exa. vai e diz que participou de uma reunião onde foi cobrada a propina de US$1 por dose, de 400 milhões de doses da empresa Davati, que o senhor representava.

É importante dizer aqui que tem um *e-mail* recente do Presidente da Davati que diz o seguinte... Primeiro, é importante dizer que V. Exa. falou que foi apresentado pela Senah e que a Senah é ligada à base de apoio de Bolsonaro. O cabo da Polícia Militar de Minas Gerais, Luiz Paulo, chegou ao Ministério da Saúde através de uma ONG ligada a políticos. A associação que permitiu a aproximação de Dominguetti com o Governo, Sr. Presidente, é do Pastor Amilton Gomes. Um dos diretores da Senah é Carlos Alberto Rodrigues Tabanez. Tabanez foi candidato a Deputado no Distrito Federal, do PROS, e é ligado à indústria de armas! É ligado à indústria de armas! E ao clube de caça e tiro!

Essas relações estranhas são explicitadas em matéria do *Estadão*, mostrando que a porta de entrada foi a Abin paralela, para que o senhor chegasse. E, pelo que me parece e pelo que está sendo dito aqui pelo presidente da empresa – veja que coisa! –, o presidente da empresa dos Estados Unidos diz o seguinte, prestem atenção: "Cárdenas afirmou por *e-mail* que Dominguetti não é representante ou funcionário da companhia e que, em nenhum momento, chegou à empresa solicitação para aumentar o preço da vacina. Incluímos o nome do Sr. Dominguetti no FCO que apresentamos ao Governo brasileiro porque nos pediram e presumimos que ele fosse representante deles", afirmou Cárdenas em *e-mail* enviado ao *Estado de S. Paulo*.

E, no dia de hoje, a gente vem aqui achando que ele viria denunciar um esquema de propina – como o senhor fez, o senhor denunciou um esquema de propina –, mas, ao mesmo tempo, o senhor apresenta um áudio que tenta desqualificar a outra denúncia de propina também ocorrida no Ministério da Saúde. Me parece ou, ao que tudo indica, que a entidade que o representa, que o apresenta, é ligada ao clube de tiro, é ligada à indústria de armas, ao que tudo indica e o que foi dito aqui pelo presidente da empresa, V. Sa. entrou no negócio a pedido. O senhor é amigo, defensor do Bolsonaro nas suas redes sociais! Que papel V. Exa. veio cumprir aqui? Isso não é uma pergunta direta para V. Exa., porque o Brasil inteiro está vendo: o senhor veio aqui dizer que tem um esquema de propina, fez duas denúncias de um coronel do Exército, do diretor de logística do Ministério da Saúde, se não estou enganado, não é isso, Sr. Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fez a denúncia, duas denúncias e, ao mesmo tempo, tenta colocar responsabilidade em alguns setores do ministério, para conter, de certa maneira, a enxurrada e tentar limitar o grau de corrupção existente no Ministério da Saúde. Mas, ao mesmo tempo, V. Sa. coloca um áudio aqui para desacreditar aquele outro que veio aqui na sexta-feira e que disse que tinha um esquema de corrupção no Ministério da Saúde.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero fazer aqui um "pela ordem".

Diante de tudo o que já foi dito e visto aqui hoje, resta evidente, no mínimo, uma suspeição de que este depoente que aqui se encontra, o Sr. Dominguetti, foi plantado para desqualificar uma das principais linhas de investigação da CPI. Apesar de confirmar que houve tentativa de pagamento de propina a ele, ele é que foi colocado, segundo Cárdenas, pelo próprio representante do Governo, qual seja: a denúncia de propina foi feita por autoridade do Ministério da Saúde e ele como condição para aprovar a compra de vacinas. Quem teria feito tal implante? Quem teria colocado o Sr. Dominguetti aqui? Certamente quem se beneficiaria com a desacreditação da denúncia de corrupção no Ministério da Saúde, obviamente, o próprio Governo.

Esta é uma possibilidade, que se aterroriza imaginar, de que o Poder Executivo possa tentar intervir numa investigação autônoma do Poder Legislativo, o que é muito grave. Tratar-se-ia de um ataque às próprias instituições democráticas. Felizmente, o próprio regime democrático apresenta os remédios contra atos que visam à sua ruína. Nossa Constituição, no art. 85, combinado com o inciso II, estabelece:

> São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
>
> .....
>
> II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

Igualmente nesse sentido dispõe a Lei dos Crimes de Responsabilidade, de 10 de abril de 1950, no seu art. 4º, inciso II.

Diante do exposto, Sr. Presidente, solicito a V. Sa. oficializar à Procuradoria-Geral da República, dando-lhe ciência dos fatos aqui ocorridos no dia de hoje, para que aquela PGR promova a competente investigação.

Será que nós estamos diante de uma pessoa que faz uma denúncia, que confirma a denúncia do dia anterior, mas tenta retirar do foco aquele que foi apontado como chefe da corrupção no Ministério da Saúde? Ou vocês não lembram quais foram a dificuldade e o sacrifício para apontar quem era o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comandante-chefe do esquema de corrupção no Ministério da Saúde? – que a Senadora Simone Tebet conseguiu arrancar depois de muito esforço. Será que é isto que está por trás, Sr. Relator, Sr. Presidente, do que nós estamos vendo aqui hoje: uma tentativa de colocar a responsabilidade nos coronéis, na parte de baixo, retirar o andar de cima das denúncias de corrupção quando questiona a outra denúncia, quando coloca em risco a outra denúncia, ou quando questiona ou quando tenta tirar, invalidar a outra denúncia que que foi feita pelo Deputado Luis Marinho?

Por isso, faço essa questão de ordem a V. Exa., Presidente, e fica aqui os nossos protestos contra essa devida e essa ação de obstrução dos trabalhos da CPI de forma orquestrada e articulada pelo Executivo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Recolho a questão de ordem de V. Exa., Senador Rogério.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, espere aí: questão de ordem? Vamos ter que discutir. Isso aqui é um delírio do Senador. Pelo amor de Deus!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Senador Flávio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Cada um tem o direito à sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Flávio... Senador Flávio...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E eu peço respeito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Aprovou a questão de ordem dele?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, recolhi. Recolhi, Senador Flávio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É que cabe a contradita da questão de ordem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Entendi "acolhi"."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Cabe a contradita da questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, recolhi a questão de ordem à Mesa para ulterior encaminhamento por parte da CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deliberação.

Eu só queria fazer uma rápida contra-argumentação, porque eu conheço o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se tiver contra-argumentação, eu também vou querer a réplica de novo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas ele embutiu a questão de ordem. Cabe a contradita.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Um minuto, uma tréplica. Um minuto só, Senador Rogério Carvalho. Eu o conheço, sei que V. Exa. busca...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... sempre se pautar pelo equilíbrio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, Senador Marcos, se eu vou acolher uma contradita, não vou acolher mais uma contradita. Por gentileza.

Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero dar um depoimento.

O Senador Rogério Carvalho tem procurado se pautar aqui, apesar da veemência, sempre com muito equilíbrio nas suas colocações. Eu penso apenas que ele exagerou quando formulou sua questão de ordem, porque ele faz uma acusação grave de que o Governo teria plantado aqui a presença do doutor... Do Sr. Dominguetti nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando Bezerra, só um minuto. Só para a gente não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas ele foi alvo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só para não prosseguirmos nisso, houve uma questão de ordem que, se esta Presidência tivesse acatado, interromperia a inquirição por parte do Senador Eduardo Girão. Nós não o fizemos – não o fizemos.

Da mesma forma, o Senador Rogério Carvalho fez uma questão de ordem, esta Presidência recolheu. Vamos seguir! Vamos prosseguir!

O próximo inscrito é o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cabo Dominguetti, por favor, o senhor tem quanto tempo na força?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha. Fora do microfone*.) – Só um minutinho, Senador Alessandro. Só um minutinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, que isso.

Quanto tempo o senhor tem na Polícia Militar, cabo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Aproximadamente, de 21 a 22 anos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Eu tenho 20 anos de Polícia Civil no Estado do Sergipe. Respeito muito a Polícia Militar...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Obrigado, Excelência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... nossa parceria de sempre.

Sr. Presidente, eu quero começar falando daquilo de que a gente não tem dúvida mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não tem dúvida mais de que o Governo retardou, não quis negociar, protelou a compra de vacinas de fornecedores como a Pfizer, como a Johnson, como o Butantan – está provado. Está provado, demonstrado aqui também, Sr. Presidente, que, se o Brasil tivesse se portado na média mundial, de acordo com aquilo que os outros países fizeram – nada de novo, nada diferente –, teríamos preservado, teríamos salvado mais de 300 mil brasileiros.

Também temos aqui, de forma absolutamente incontroversa, que o Governo aceitou negociar com uma empresa como a Davati, através da pessoa do Cabo Dominguetti. Eu vou repetir para ficar bem claro para quem nos acompanha, para entender o tamanho da tragédia que o Brasil vive: o mesmo Governo que retardou, protelou negociações com uma multinacional, como a Pfizer, que não aceitou seguir aquele caminho que os outros países seguiam, decidiu, de forma objetiva, negociar com coisas como a Precisa e a Davati. Que fique registrado isso e que fique registrado que é incontroverso. O Governo, em nenhum momento, desmentiu, até porque não pode. Assim como também não foi desmentido, Cabo Dominguetti, o fato de que o senhor realmente teve um jantar com a presença do Diretor de Logística Roberto Dias, com a presença do Tenente-Coronel Blanco e com a presença de um outro personagem que o senhor diz não conhecer, não diz identificar. Isso é incontroverso.

Vamos começar agora a falar daquilo que é controverso, aquilo que a gente não sabe ainda. O primeiro ponto é entender, Cabo Dominguetti, como o senhor entra nessa confusão. O senhor já apresentou algumas vezes versões sobre isso, mas é preciso entender, com o mínimo de lógica, imaginando que o senhor é um homem sério...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... imaginando que o Tenente-Coronel Marcelo Blanco é um homem sério, imaginando que o Coronel de Exército Comandos Especiais Elcio Franco é um homem sério, como é que se imaginou que esta seria uma negociação séria? O senhor pode dizer quem foi que avalizou a sua entrada nesse processo negocial?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência. Cristiano, Diretor da Davati.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Cristiano não tem gerência nenhuma no Ministério da Saúde.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ah, não, o senhor fala assim, com isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso. Alguém valida.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ao Ministério da Saúde, V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Vamos acompanhar aqui o raciocínio, para ficar bem entendido.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, eu entendi errado a pergunta. Me perdoe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Vamos acompanhar aqui o raciocínio.

Eu sou proprietário de uma empresa multinacional.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Eu tenho um produto que o mundo inteiro quer comprar, e eu preciso vender para o Governo brasileiro. Eu sei que o Governo brasileiro está dificultando as negociações com outros fornecedores. Eu penso "preciso de uma pessoa para me ajudar nesse negócio", e seleciono o Cabo Dominguetti.

Por que eu seleciono o Cabo Dominguetti? O senhor pode me responder?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, como eu já disse, quem me levou ao Ministério da Saúde foi o Coronel Blanco. Eu não tinha acesso, não conhecia ninguém no Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor conhecia o Coronel Blanco de onde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Dentro de que... Foi me apresentado por um companheiro de negócio, que era o Odilon, que havia, no passado, tentado fazer uma compra de medicamento, mas foi infrutífera, e o Coronel trabalhava no ministério. A informação que eu tinha era essa. E ele tinha acesso. Não foi pedido favorecimento ao Coronel. O Coronel que se propôs a entrar no mercado também de venda de vacina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor tem conhecimento de que o Coronel Blanco abriu uma empresa de medicamento também?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, eu fui informado aqui. Eu não tinha esse conhecimento. Ele nunca me falou que ia abrir a empresa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Na conversa que vocês tiveram nesse jantar, vocês chegaram ao detalhe de como se daria essa transação?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. O senhor fala o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O pagamento da propina.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Ali mesmo eu matei, falei que não, não se fazia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não se fazia. Perfeito.

O senhor pode informar em que momento o senhor tomou a decisão de divulgar esses fatos tão graves?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi no momento que eu disse a V. Exa. e a todos aqui que eu fui surpreendido com uma ligação do Cristiano, Diretor da Davati, com a repórter da *Folha de S.Paulo*. E o Cristiano relatando "Olha, pode falar tudo. Está aqui. Fala o que você sabe". E, se ela tiver a gravação *on* da conversa, a *Folha* poderia apresentar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Então, o senhor chega à *Folha de S.Paulo* através do Sr. Cristiano?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim. E eu tenho no meu celular o horário em que a *Folha de S.Paul*o me liga.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É fácil buscar essa comprovação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

O senhor apresentou aqui, nesta CPI, Cabo Dominguetti, um áudio do Deputado Federal Luis Miranda e contextualizou esse áudio. O senhor disse que se tratava de um áudio de negociação de intermediação de vacinas. Correto?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, dentro da forma que me foi apresentada pelo Diretor da Davati, o Cristiano, onde ele põe um *print* do Deputado falando sobre esse esquema de... Se eu tivesse meu celular aqui, conseguiria... Poucos dias atrás, vinculando, e, logo embaixo, o áudio, dava-se a conotação, para qualquer um de nós que recebesse esse áudio, que as coisas eram interligadas. Eu não tinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vou só deixar bem claro como o senhor falou aqui a esta CPI. Preste atenção. Buscando as notas taquigráficas.

O senhor disse que, quando o Sr. Luis Miranda estava prestando depoimento aqui contra o Sr. Presidente da República, no mesmo dia recebeu o áudio. E aí, o senhor vai mais adiante. No áudio, ele tentava intermediar a aquisição de vacinas.

E, aí, eu contextualizo o que o senhor falou. O senhor se deu ao trabalho de tentar inserir o irmão do Deputado nessa mesma teoria, nessa mesma tese.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quando o senhor escuta aquele áudio, o senhor seguramente é a única pessoa até o momento, neste País, que ouviu aquele áudio e conseguiu identificar uma referência ao irmão do Deputado. Eu pergunto ao senhor...

O advogado quer algum tempo para conversar com o depoente? Porque é razoável.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Está tranquilo aqui, pode ser pronta resposta. Não tem nada... Tranquilo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pode ser? Pronto. O que levou o senhor a tentar fazer ou fazer essa contextualização? Porque ela é gravíssima.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não. Foi o entendimento que eu tive...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seu, individual?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Meu entendimento individual do áudio. Porque...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Que o senhor recebeu no mesmo dia do depoimento do Deputado Federal e do seu irmão aqui nesta CPI?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, eu tenho que ver. Foi dias atrás, eu tenho que ver a data. É fácil ver lá o dia exato. A hora que baixar lá eu vejo o áudio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Já foi aprovado, Sr. Presidente, o pedido de quebra de sigilo do Cabo Dominguetti, do Sr. Cristiano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suposto empresário da Davati, do próprio Deputado Federal Luis Miranda, de todos os personagens envolvidos porque a gente quer fazer uma investigação séria. Aqui a gente não trabalha com brincadeira.

Isso aqui não é lugar para moleque, não é lugar para molecagem. Não é lugar para tentar fazer alguma forma de interferência na investigação, que, repito, está falando de meio milhão de brasileiros que morreram.

Aqui eu tenho a ata notarial produzida agora no Cartório do 4º Ofício do DF, Cartório Asa Norte, onde o Deputado Federal Luis Miranda compareceu e apresentou todo o conteúdo dos diálogos, áudios, *prints* e conversas que teve, se eu não estiver enganado, no mês de setembro de 2020, falando sobre venda de luvas.

Esse é o áudio que o senhor apresentou para esta CPI como se fosse um áudio referente à intermediação de venda de vacinas. O senhor tem noção da gravidade do que o senhor está fazendo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Como eu disse, a contextualização de como eu recebi do Cristiano era a conotação. Se eu enviasse a V. Exa. um *print* da publicação do Deputado no Twitter e, logo em seguida, um *print* do áudio, o que eu entendi...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor alega que foi induzido a erro. É isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Isso. Deixa eu falar uma coisa para V. Exa.: a minha interpretação da mensagem que foi recebida é assim, ela não muda a contextualização do áudio, a prova, mas a perícia vai provar que eu recebi o áudio do Cristiano e a imagem. Agora...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Só para reafirmar esse ponto. O empresário Cristiano já negou ter enviado isso para o senhor.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, é fácil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Vai ser confrontado isso.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É fácil, isso é fácil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor reafirma que foi o Cristiano que mandou?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim. É fácil. Muito fácil, Excelência. Se a gente tivesse aqui, é só printar a tela e veria de onde que veio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabo Dominguetti, Presidente Randolfe Rodrigues, só aproveito o resto de tempo para fazer um pequeno exercício de história.

Em 1992, esta Casa, o Congresso Nacional, presenciou uma CPI, e um dos fatos mais marcantes daquela CPI foi um negócio que ficou conhecido como Operação Uruguai. A Operação Uruguai foi justamente o comparecimento de um cidadão à CPI para tentar, de forma fantasiosa, tirar o foco daquela investigação, daquilo que era apurado na época.

Infelizmente, voluntariamente ou não, o senhor se presta exatamente ao mesmo papel. O senhor fez uma denúncia gravíssima, que não foi negada pelo Governo, de que se exigiu pagamento de propina para a compra de vacinas. Eu não vou entrar no mérito – se tem estelionato atrás disso, se tem picaretagem atrás disso –, isso vai ser muito fácil demonstrar. Mas, ao mesmo tempo em que o senhor faz essa denúncia, nesse intervalo de tempo entre a denúncia que o senhor faz ao jornal *Folha de S.Paulo* e o seu comparecimento a esta CPI, o senhor acrescenta muito rapidamente, e isso é instantaneamente viralizado pelas redes automatizadas que atuam para esse grupo político, a tese de que nós teríamos na verdade uma briga de gangues entre fornecedores de insumos e vacinas. Não corresponde, neste caso ao menos, à verdade.

Só, Sr. Presidente, eu não afasto a hipótese da guerra de gangues. Nós vamos ter que entrar no detalhe das quebras e das análises para compreender exatamente o que acontecia no Ministério da Saúde, porque, no momento mais grave do País, as pessoas que ali estavam negociavam dinheiro e insumos que custaram a vida de brasileiros. Isso é de uma gravidade absurda! Nós temos um Presidente da República que não tem a capacidade de desmentir a denúncia. Esse é o nível a que o Brasil chegou!

E o senhor se prestou a um desserviço para a Nação. Eu lamento e, Sr. Presidente, ao final desse procedimento todo, eu peço que a Presidência avalie a hipótese de prisão em flagrante pelo falso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço, Senador Alessandro.

Ao final do depoimento, esta Presidência, junto com o Presidente Omar Aziz, analisará o pedido de V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só uma pergunta para o depoente. Ele tem informação de que o Cristiano procurou a *Folha de S.Paulo* ou se a *Folha de S.Paulo* o procurou?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, tem a ordem agora para fazer as perguntas. Eu estou aguardando há um tempão, todo mundo está aguardando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, perfeitamente.

Se o senhor quiser comentar...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Eu disse que eu fui procurado, recebi uma ligação do Cristiano com a *Folha de S.Paulo.* Agora, quem procurou quem, eu não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – E o áudio veio posteriormente?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, o áudio veio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu sou a próxima.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Veio antes, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A próxima é a Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O áudio veio antes da...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Veio antes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas Senadores Fernando Bezerra e Flávio Bolsonaro, a próxima inscrita é a Senadora Simone, e já está garantido o tempo dela.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já está contando?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, vou restabelecer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas pode descontar os 30 segundos, não tem problema nenhum, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Bom, há vantagens e desvantagens de falar depois do Senador Alessandro. Ele economiza metade das nossas inquirições aqui, mas, em compensação, inverte toda a lógica da minha fala. Então, vou começar pelo meu final.

Eu quero me dirigir diretamente ao Sr. Dominguetti.

Sabe qual é a sensação que fica para uma leiga como eu, que não tem esse *feeling,* essa *expertise* do Fabiano e do Alessandro enquanto delegados, apenas o *feeling* de quem faz política já há algum tempo? Que nós estamos aqui diante de um bode na sala. E eu digo isso porque a pergunta que fica é se esse bode veio espontaneamente ou foi plantado. E, quando eu falo em bode na sala, não estou me referindo a V. Sa., eu estou me referindo a um áudio fraudulento sacado do bolso do colete por V. Sa., que está comprovado, pelas atas, que ele está editado e que não condiz com a verdade, nem com os fatos, nem do que nós estamos querendo apurar aqui.

Então, fica realmente um grande ponto de interrogação. E eu só vou me limitar, em relação a esse ponto de interrogação, a fazer algumas observações e economizar tempo dos colegas.

Esse bode na sala vem espontaneamente ou foi plantado? E V. Sa. está aqui de boa-fé ou de má-fé no processo relacionado a esse áudio? Ele foi entregue de boa-fé pelo Sr. Cristiano, ele foi entregue de má-fé, ele foi colocado na sua mão para que ele, Cristiano, pudesse se livrar de qualquer tipo de denúncia criminosa que virá sobre ele, e V. Sa. está aqui como bode expiatório também, junto com esse áudio?

Eu estou dizendo tudo isso porque não sei se o senhor tem noção da gravidade do momento que o senhor está vivendo, da delicadeza do momento que o senhor está vivendo, podendo colocar na lata de lixo toda a sua história profissional. O senhor veio aqui, e está muito claro, e aqui tenho apenas duas certezas: a primeira, o senhor se prestou ao papel de ser um lobista, junto com outros intermediários e com um Coronel da reserva de nome Blanco, querendo intermediar vendas de vacinas, num momento em que o Brasil já tinha um contrato direto com a AstraZeneca. Ponto dois: o senhor foi surpreendido com uma tentativa de extorsão, de estelionato, tentativa de oferecerem, ou querendo que o senhor pudesse pagar a mais, portanto, aqui com envolvimento de propina, no valor de um US$1, quase R$2 bilhões. Essas duas certezas, nós temos.

Há uma grande dúvida aqui em relação a esse áudio. Ele é um verdadeiro bode na sala, só que ele tem condições de livrá-lo, livrar V. Sa. de uma série de consequências, eu diria até na ordem criminal. O Senador Alessandro acabou de pedir aqui a flagrância da prisão de V. Sa. Isso vai ser deliberado por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria que V. Sa. pudesse realmente refrescar a memória e tentar aqui trazer à luz dos fatos, do que o senhor acha, qual é o papel do Sr. Cristiano nesse processo? Em que momento ele abordou, por que foi que ele abordou, por que o senhor acha que ele editou um áudio e colocou no seu colo essa granada sem pino, para que o senhor pudesse, neste momento, jogá-la na Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) **–** Excelência, eu recebi o áudio e acreditei no áudio de boa-fé. Da mesma forma que me foi postado e induzido a acreditar que eram vinculadas, pois eram postagens uma embaixo da outra, dando a entender a mim que eram vinculadas ao mesmo fato.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** E esse áudio foi entregue quantos dias antes da denúncia na *Folha*?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Poucos dias antes, acredito que um ou dois dias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Depois de sexta-feira, depois de o Deputado Luis Miranda ter dito o nome do Líder do Governo, ou antes? Antes ou depois de sexta-feira...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi depois.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** ... quando nós começamos a desenrolar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi depois.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Então, na sexta-feira, o Deputado Luis Miranda diz que houve uma suposta transação irregular e envolveu o nome do Líder do Governo, Ricardo Barros. Depois disso, o áudio chegou às suas mãos.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Chegou.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Editado, exatamente assim.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não sei. Eu não sabia que era editado esse áudio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Não, mas o senhor recebeu exatamente assim.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Igualzinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Depois houve a publicação na *Folha* de uma matéria do Sr. Cristiano. Em seguida, ele liga para o senhor e pede para o senhor colocar o áudio aqui ou falar do áudio aqui?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. Ele não pediu. Ele só mandou o áudio. Eu só falei desse áudio por acreditar na mensagem. E V. Exa., na hora em que fizer a perícia no celular, vai ver que quem enviou foi ele e da forma que estou dizendo que enviou. E a Senadora perguntou... Então, a forma que eu recebi o áudio, a forma que ela sugeria que uma ligação... Eram as mesmas tratativas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** A sensação que eu tenho, Sr. Dominguetti, muito claramente aqui... Já finalizando. Ainda faltam dez minutos para a minha fala, mas eu quero ser bem objetiva.

Por tudo o que eu escutei aqui, para mim está muito claro que essa tentativa de pagamento de propina aconteceu. Obviamente, que os vídeos vão comprovar, que o Coronel Blanco vai ter que vir depois e outros também. Essa tratativa de propina envolveu não só Roberto Dias, como também chegou ao número dois do Ministério da Saúde, o Sr. Elcio Franco.

A única dúvida que ainda eu tenho é qual é o papel de V. Sa. nesse momento? Em que momento o senhor, de boa-fé ou má-fé, jogou essa granada sem pino no nosso colo, que é esse áudio que está aí. Infelizmente, ele é fraudulento, uma vez que não vale com prova, já que está comprovado que não se tratava do mesmo assunto. Essa é a grande dúvida.

A última dúvida: se de alguma forma o senhor estiver aqui por outros interesses ou também plantado por quem quer que seja, lamento muito dizer que aquele ato de infração administrativa de V. Sa. por estar exercendo atividade comercial quando, como servidor da Polícia Militar, não poderia fazê-lo, vai se transformar, infelizmente, em demissão a bem do serviço público. Por isso é que eu repito: infelizmente, nós temos aqui que acreditar que não é possível que V. Sa., pelos anos que tem de profissão, esteja assim tão inocente a ponto de não saber as consequências do que está dizendo aqui. E aí me reforça a tese de que o senhor, talvez, sabendo disso, sabia que poderia, sim, sofrer um processo maior do que o processo de infração administrativa, ser demitido, e não tem preocupação com isso porque pode estar, também, sendo protegido e será protegido, no futuro, por quem quer que seja. Essas dúvidas ficam, não tem como. Elas estão lançadas.

Rogo a Deus que o proteja de tudo o que virá pela frente. Mas se o senhor, porventura, tiver mais informações, que o faça por uma questão única e exclusivamente de proteção à sua atividade profissional, ao seu nome e à sua história.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só um segundo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir, Senador Renan, eu gostaria de pedir ao Senador Omar Aziz... Eu acho fundamental. Eu queria fazer um pedido. Se eu puder dizer por favor, por favor, por favor, três vezes, eu faço. Só numa linha de orientação da Comissão – não sou membro –, mas eu acho que nós não podemos mais trazer algumas personalidades, algumas pessoas sozinhas. É fundamental, neste momento, não chamarmos o Coronel Blanco ou mesmo o Dr. Cristiano sozinhos. Agora é hora de colocar os três no banco da Comissão, numa acareação coletiva do Sr. Cristiano com o Sr. Dominguetti, juntamente com o Coronel Blanco, de pôr tudo aqui para que a gente possa juntar definitivamente as peças desse quebra-cabeça.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem muitas perguntas a serem feitas, Senadora Simone, desse enredo todo...

Eu vou passar a palavra ao Senador Renan, depois eu falo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Rapidamente.

Eu queria saber do depoente, por favor...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que V. Sa. descreve o suposto empresário que estava à mesa no momento do encontro lá no *shopping*, no restaurante do *shopping*?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele devia ter uma média...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A compleição física, a roupa que estava vestindo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Uma média de uns 42 anos, 45 anos, estava de esporte, uma calça *jeans*, se não me engano, uma camiseta. Acho que era... Se não me engano era careca, ou uma coisa assim, ou um cabelo bem ralo, claro, e estava com uma agenda na mão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Se nós apresentássemos algumas fotografias, o senhor poderia reconhecê-lo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Acredito que sim, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, que método é esse? Eu queria ver... Não pode botar no telão a foto, não?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seria o ideal no telão, né?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a gente não pode expor todo mundo, Senador Flávio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, quem ele identificar, coloca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se ele identificar, a gente bota. Se não, a gente não bota. Para não expor. (*Pausa.*)

Então, bota a foto.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Acredito que seja. Mas a reprodução, a busca das câmeras, vai comprovar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. O senhor acredita que é. E por fim, e isso também é muito importante...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu não sabia que era militar, também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ao receber o áudio, o senhor sentiu alguma segunda intenção do Cristiano com relação a isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu senti, Excelência, como se tivesse, assim, uma certa mágoa, alguma coisa nesse sentido, assim, com o Deputado, um sentido assim... Como é que eu vou te dizer? Ele fala "Olha..." Como eu vou dizer para V. Exa.? É como se ele não tivesse uma boa relação com o Deputado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com o Deputado. Perfeito. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, a foto já foi disponibilizada para a Secretaria. (*Pausa.*)

O senhor identifica... Era esse, a terceira pessoa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Acredito que seja.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estava acompanhando o pessoal no restaurante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Salvo melhor juízo, Coronel Alexandre Martinelli, que foi exonerado junto com o Sr. Blanco, do Ministério da Saúde, um pouco antes.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu teria que vê-lo pessoalmente, viu, Excelência, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, eu sei.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Os traços...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Ele se apresentou como empresário?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Se identificou como empresário. É possível que seja. Eu teria que o ver pessoalmente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele foi exonerado de qual cargo? Qual era o cargo dele?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele foi exonerado um pouco antes, junto com o Coronel Blanco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas qual o cargo que ele exercia no Ministério da Saúde?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele trabalhava junto com o Coronel Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Trabalhava com o Coronel Blanco. Só que, quando ele chegou, acompanhado do Coronel Blanco, este já estava no restaurante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estava no restaurante com o Ricardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Este é o terceiro personagem do encontro.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu queria deixar bem claro que eu teria que o ver pessoalmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – ... para validar 100% que é a mesma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, eu não quero expor a fisionomia de ninguém, para a gente não cometer injustiças.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu tenho tido paciência, e já pediram várias vezes para o prender aqui, várias pessoas. E não é só da base ou da oposição, não. Muitas pessoas.

Eu vou lhe fazer algumas perguntas para ver se V. Exa. reflete um pouco sobre essa questão.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Sim, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois, seria o Senador Fernando Bezerra, para a gente esclarecer, para que a gente não...

O senhor é casado?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quantos filhos o senhor tem?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Três filhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Três filhos. Já adultos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Uma de 20, uma de 16 e uma de seis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Seis anos?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Veja bem, eu não tenho nenhuma intenção **–** e eu vou pedir desculpa ao Senador Alessandro **–** de prendê-lo. Não irei te prender.

Eu não irei lhe prender, porque eu imagino as suas filhas, os seus filhos e sua esposa te vendo neste momento. Aquilo que a gente não quer para a gente, a gente não deseja para os outros, mas eu...

O senhor confia muito nesse cidadão que lhe passou esse áudio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu nunca tive motivo pra desconfiar. Inclusive, a minha vinda, tudo que me foi prometido via...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque sabe o que que é, Sr. Dominguetti? É estranho, porque veja bem: uma pessoa hoje recebe uma jornalista e liga para o senhor dar uma declaração dessa, e senhor não pensa nem nas consequências.

O senhor pode não... Eu não sei o seu nível de escolaridade, nem vou perguntá-lo, porque nível de escolaridade não quer dizer inteligência, capacidade das pessoas de viverem, mas o senhor, como policial que é e deve ter uma carreira muito longa na Polícia, V. Exa. sabe muito bem que nós aqui na CPI não estamos aqui para fazer mal a ninguém, nem constranger ninguém. Mas o senhor... Como é o nome do cidadão que é o representante da Davati?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Cristiano, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Esse Cristiano, o senhor confia nesse Cristiano?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque olha só: o Cristiano não quis... Por que não foi o Cristiano que deu a entrevista para a *Folha*? Por que ele não disse: "Olha, eu mandei um representante meu conversar com o Ministério e lá no Ministério pediram propina pra ele"?

Bom, a primeira coisa que o Cristiano faz: te induz a dar uma entrevista para a *Folha*. A jornalista, lógico, vai pegar uma entrevista e tal. Após a sua decisão, um servidor, que eu não conheço, não vou fazer juízo de valor, que era do Ministério da Saúde, foi exonerado, que é o... O que estava junto nessa reunião...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O coronel, o coronel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é coronel não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Roberto, o Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Roberto Dias. É coronel?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Roberto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Roberto Dias foi exonerado por essa razão, além de outras vezes em que o Roberto Dias surgiu, mas é a razão principal por que o Governo não teve mais como segurá-lo, e ele foi demitido, porque, pelo sim, pelo não, existia uma acusação feita pelo senhor.

Então, o Cristiano manda um áudio para você e só isso já daria um motivo de lhe prender, porque o senhor apresenta uma prova aqui fora do contexto, e ela é editada.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu não sabia, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, veja bem, quando a gente não sabe das coisas, a gente não pode ser irresponsável de acusar.

Desde ontem, estão me perguntando sobre o seu depoimento. Eu falei: "É preciso ter cautela". Sempre eu falo que é preciso ter cautela. A gente não pode prejulgar ou fazer qualquer coisa sem fatos concretos.

Versões tem a minha, tem a sua, tem a dele e a verdadeira, de que nós estamos atrás.

Agora, tem dois fatos que me chamam a atenção, Relator Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E um deles é o Cristiano.

O Cristiano recebe uma jornalista, liga e fala. O Cristiano manda um áudio para V. Sa. editado. Quem é Cristiano para o senhor confiar tanto no que ele lhe fala, no que ele lhe diz?

Por exemplo, o senhor sabe que o senhor pode ser expulso da Polícia Militar após esse depoimento. O senhor pode ser expulso da Polícia Militar! E porque o Cristiano mandou o senhor fazer.

Então, o fato de ter tido uma reunião com dois coronéis e com o Roberto já é um fato gravíssimo; eles terem lhe dito que queriam uma propina é supergrave, mas também é grave, muito grave, o senhor emitir um vídeo aqui, um áudio editado, independente... Não vou fazer valor de juízo do Deputado Miranda. Olha só, eu não estou fazendo valor de uso de ninguém aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem seria o caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é meu caso. Mas, creio eu, que, se esse Cristiano mandasse o senhor se jogar do 10º andar, você ia se jogar, tamanha confiança que o senhor tem nele, no Cristiano.

Qual é a relação do Cristiano com alguém do Governo Federal?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nós vamos ter de trazer o Cristiano aqui, juntamente com o senhor, juntamente com o Roberto, juntamente com outras pessoas, para a gente fazer uma acareação a cinco. Ou a gente coloca essas... E aí, na acareação, se houver algum tipo de querer brincar com esta CPI, de querer atrapalhar as investigações, de querer desnortear o trabalho que nós estamos fazendo, as consequências não serão as mesmas de hoje.

Então, eu estou lhe falando que eu acho que a sua vida não muda para melhor a partir de hoje – não muda! E eu digo isso não é com satisfação não, é com pesar, porque o senhor tem uma família para criar. E o constrangimento que alguns querem eu não farei isso, não pelo senhor, mas pela sua família.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Relator, senhor depoente, quero reiterar o firme propósito do Presidente da República, Jair Bolsonaro, de não compactuar com qualquer irregularidade, seja na relação dos órgãos do Governo Federal com iniciativa privada, seja pela atuação de seus agentes públicos.

Da parte da base aliada do Governo, em particular nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, reafirmamos o nosso compromisso com a busca da verdade, para que todos os fatos sejam esclarecidos e os responsáveis, denunciados.

Reafirmo que, por essa razão, diante das suspeitas de oferecimento de propina na negociação da aquisição de vacinas, o Ministro Queiroga prontamente exonerou o Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, e solicitou a abertura de sindicância para apurar a conduta do servidor, que transcorrerá de forma isenta, sem interferência de qualquer natureza.

Importante ainda ressaltar que, por ocasião dos fatos apresentados pelo depoente, o Coronel Marcelo Blanco da Costa não mais integrava os quadros funcionais do Ministério da Saúde, tendo sido exonerado no dia 19 de janeiro de 2021, por meio da Portaria GM/MS (Gabinete ministerial/Ministério da Saúde) nº 83.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos diante, Sr. Presidente, de uma narrativa que me parece apócrifa, sem qualquer embasamento probatório. Ademais, o servidor Roberto Ferreira Dias sequer possuía autorização para negociar a compra de vacinas, conforme atesta documento de 29 de janeiro de 2021, do Secretário-Executivo Elcio Franco, comunicando a todas as secretarias e diretorias do Ministério da Saúde que, face à relevância do tema e à necessidade de centralização das estratégias de negociação de vacinas, todas as solicitações de reuniões referentes a ofertas, propostas ou qualquer outra tratativa deveriam ser redirecionadas ao gabinete do secretário-executivo.

Portanto, eventual troca de mensagens entre o depoente e o servidor Roberto Ferreira Dias, se existiu, foram tratativas meramente protocolares, objetivando verificar a idoneidade e a seriedade da proposta. Nenhum ato jurídico de negociação pode ser inferido dessas mensagens.

Aliás, decorrente dessas solicitações de documentos que atestassem a idoneidade da oferta para a aquisição de vacinas, a proposta foi considerada não procedente pelo Ministério da Saúde, uma vez que a própria AstraZeneca informou que apenas realiza a negociação de ofertas diretamente com os governos. O compromisso prioritário da farmacêutica sempre foi com os governos e com organizações multilaterais, a exemplo da Organização Mundial de Saúde.

Causa estranhamento o montante de vacinas contido na oferta aqui relatada pelo depoente, uma oferta da Davati de 400 milhões de doses. Sr. Presidente, a AstraZeneca estima que, até o final de 2021, vai distribuir cerca de 3 bilhões de doses do seu imunizante em nível global, desde o início da parceria com a Universidade de Oxford para o desenvolvimento e produção da vacina, ou seja, num período de 18 meses.

Estamos, portanto, sem dúvida nenhuma, diante de uma oferta apresentada ao Ministério da Saúde à revelia da AstraZeneca, em nome da Davati Medical Supply, empresa acusada de aplicar um golpe no Canadá e revender doses do imunizante para grupos indígenas daquele país por meio de um representante, que sequer é reconhecido pela empresa como tal.

Sr. Presidente, eu queria também aproveitar essa oportunidade em que aqui tanto se falou sobre as providências e as ações do Governo Federal e eu queria compartilhar a esta Comissão a manifestação do Procurador-Geral da República, Augusto Aras em manifestação apresentada ao Supremo Tribunal Federal na ação movida pela OAB sobre compra de vacinas.

O douto Procurador-Geral afirmou que o Governo do Presidente Bolsonaro não foi omisso para comprar vacinas contra a Covid-19. Segundo o Procurador-Geral, o Governo Federal firmou contratos para aquisição de quatro imunizantes – CoronaVac, AstraZeneca, Janssen e Pfizer –, para mais de 500 milhões de doses a serem distribuídas até o final deste ano, e que o atual quadro demonstra o incremento gradual da oferta de vacinas e, consequentemente, do quantitativo de pessoas vacinadas a confirmar a ausência da alegada inação a justificar a intervenção excepcional do Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Dr. Aras, a atuação do Judiciário, neste momento, seria uma ingerência indevida, que poderia, inclusive, impactar a operacionalização do Programa Nacional de Imunização.

Quero, Sr. Presidente, por fim, constatar que nós tivemos aqui frustrado o depoimento do Diretor da Precisa, que certamente traria esclarecimentos sobre uma denúncia que esta Comissão tem que apurar, que é a aquisição da Covaxin. Quando nós estávamos na expectativa de ouvir o Sr. Maximiano a respeito das tratativas com o Ministério da Saúde, fomos surpreendidos com o cancelamento do depoimento do Sr. Maximiano.

Também aqui assistimos mais um adiamento do depoimento do Deputado Ricardo Barros, que está sob escrutínio, face a tantas ilações e tantas acusações que ele tem sofrido nos últimos dias. E a Comissão também terminou por prorrogar, adiar, sem data, a data para a oitiva, para o depoimento, para o convite ao Deputado Ricardo Barros, e tudo isso para, agora, ouvirmos uma história estranha, sem pé e sem cabeça, que precisa ser aprofundada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós, da base do Governo, queremos ir a fundo nessas investigações. Quem não se comportou como deveria se comportar; quem não cuidou de zelar pelo interesse público que seja, de fato, punido, mas é importante também perceber que se trata, claramente, de aventureiros e sem quaisquer qualificações para tratar de assuntos dessa magnitude.

Eu queria aproveitar, Sr. Presidente, para dizer que eu recebi... O Sr. Manoel Affonso Mendes de Farias Mello encaminhou um ofício para mim. Ele se dirigiu a mim, na tarde de hoje. Ele está no Conselho Federal dos Representantes Comerciais da Confere, sediada no Rio de Janeiro. Ele disse para mim:

> Para conhecimento de V. Exa., servimo-nos do presente para encaminhar anexa a nota de esclarecimento emitida por este Conselho Federal, a qual, diante das reportagens veiculadas em diversas mídias, objetivou esclarecer que o Sr. Luiz Paulo Dominguetti Pereira, citado como representante da empresa Davati Medical Supply, fornecedora de vacinas, não se encontra registrado como representante comercial autônomo em nenhum dos conselhos regionais vinculados ao Sistema Confere/Core.

Esse é o ofício do Presidente, que me encaminhou.

Então, nós temos aqui uma situação esquisita, Sr. Presidente, que precisa merecer o aprofundamento das investigações para que tudo reste claro para a opinião pública brasileira e para o interesse nacional.

E eu quero concluir dizendo que é fácil perceber que existe uma instrumentalização para desgaste do Governo Federal, porque a cada semana há a construção de uma narrativa. Eu falava aqui de um castelo de areias que começa a se desmanchar a partir das investigações, quando elas se aprofundam. E por que essa tentativa da descredibilização do Governo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu acho que tem uma pista, que eu queria colocar para a reflexão hoje. Mais um indicador da economia brasileira foi divulgado: o Caged. Geraram no mês de maio 280 mil novos empregos, com carteira assinada, emprego formal. No primeiro semestre, nós já vamos com mais de um 1,2 milhão de novos empregos. Então, no meio da dor, do sofrimento, da perda de mais de 500 mil brasileiros que se foram em função dessa pandemia que nós aqui estamos enfrentando e que assola todo o mundo, é importante também, Sr. Presidente, reconhecer o esforço do Governo no enfrentamento da pandemia, na liberação dos recursos para Estados e Municípios, na proteção dos mais pobres. Os mais vulneráveis brasileiros tiveram a mão amiga do Congresso Nacional e do Governo Federal na disponibilização do auxílio emergencial. Foram mais de 300 bilhões de auxílios que estão sendo disponibilizados para poder aliviar a alimentação, a sustentação familiar de milhões de brasileiros.

Todos os indicadores apontam que a economia deverá crescer este ano mais de 5%. Isso significa a volta da esperança no meio de tanta dor, a esperança de volta no resgate do emprego, da dignidade. E é por isso que nós precisamos, sim, redobrar o trabalho desta Comissão, ir a fundo, esclarecer os fatos – ao Governo interessa a verdade –, para que nada reste de dúvida sobre a conduta do Presidente da República e dos seus auxiliares diretos, para que a gente possa unir os nossos esforços, nos separar... Eu já disse isso aqui. Essa situação de apuração de omissões ou de ações equivocadas durante a pandemia, isso está sendo alvo em todos os países do mundo, mas são poucos, eu acho que o Brasil é o único que decidiu abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A Inglaterra se recusou a abrir durante a guerra, durante a pandemia, para que todos os esforços ficassem concentrados para superar essa dificuldade, porque a realidade é que esse vírus é desconhecido. Ele está a provocar... Agora a Europa está sob a ameaça de uma terceira onda – nos jornais de hoje –, apesar de todos os esforços, apesar do avanço da vacinação.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, de trazer essas palavras aqui de reflexão e dizer que nós vamos continuar lutando para que toda a verdade possa, de fato, ser restabelecida, e que o Governo vai atuar aqui nesta Comissão para esclarecer os fatos sobre as aquisições de vacinas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Eu quero só registrar que eu fico particularmente feliz cada vez que o senhor defende o combate à corrupção nesta CPI. É uma coisa que acho profundamente relevante.

E registro também que o momento de oitiva de qualquer investigado ou testemunha é definido no critério do interesse da investigação, e não no interesse do investigado.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas, no remoto. (*Pausa.*)

Parece que ele não está, no momento, presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente, eu queria esclarecer ao depoente que, em que pese eu compreender a decisão do Presidente desta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Fabiano, eu vou lhe pedir a compreensão. O Senador Izalci, literalmente, pulou na cadeira agora aqui...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ah, tá. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e retornou.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, obrigado.

Bem, eu estive já por duas vezes perguntando aí ao Dominguetti com relação a essa questão da apresentação desse vídeo, que não tem nada a ver com o que a gente estava tratando. Mas, de qualquer forma, Presidente, eu estou apurando aqui. De fato, lamentavelmente, neste País, muitos – é o nome dito – picaretas têm aparecido aí neste momento, quando nós temos mais de 500 mil pessoas que morreram, e sempre gente buscando oportunidade de desviar recurso público.

Eu concordo plenamente: nós temos que apurar, sim, inclusive a Precisa, Senador Fernando Bezerra, que... Lamentavelmente o Supremo deu a ele um *habeas corpus* para não falar nada. Eu quero de fato, e vamos buscar forma de que ele possa de fato esclarecer o que ele fez aqui no Distrito Federal, vendendo um teste dez vezes maior do que foi vendido para o Sesc, e mesmo assim entregou um outro produto que não valia nada e que deve ter causado mortes aqui no Distrito Federal.

Nós queremos ouvi-lo, sim. Infelizmente, foi adiado, não foi... Ele não compareceu hoje em função... Lógico que a Comissão adiou em função da decisão do Supremo, porque não adianta também chamar na Comissão e ficar como ontem, em que não disse nada. Falou setenta e tantas vezes que não ia falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas esse *modus operandi* que o Cristiano, que nós vamos ouvi-lo também... Eu lamento que o Cristiano não tenha dado, ele próprio, a entrevista na *Folha de S.Paulo* e tenha indicado o Luiz Paulo Dominguetti para fazer essa entrevista.

O que a gente está percebendo em todo o Brasil... Eu estou vendo agora, aqui, uma denúncia no Consórcio Paraná nesse mesmo estilo. Trezentos e noventa e oito Municípios também devem ter sido enganados com essa política de pedir aos Prefeitos um documento que compraria a vacina, inclusive com a Davati. A Davati, pelo que eu estou vendo aqui, aplicou golpe em todo o Brasil.

Então, nós precisamos chamar, de fato, esse Cristiano, verificar o que está acontecendo, mas nada disso tira essa questão do que foi colocado do jantar, com o pedido de propina.

Então, a gente precisa realmente apurar isso.

É lamentável esta audiência de hoje, que não acrescenta em nada, só confirma o que está acontecendo neste País, com muito desvio, com muita corrupção.

Eu, desde o primeiro momento, venho indagando aos Ministros por que não existe um sistema de controle no Sistema Único de Saúde? Por que que não há nenhuma integração com os Estados e Municípios? Para não acontecer o que está acontecendo aí, em especial no DF, as pessoas morrendo, e as pessoas desviando recurso. E, hoje, você não tem insumo, não tem vacina, não tem medicamentos. E parece que está tudo normal.

Então, é lamentável que o Luiz Paulo Dominguetti, realmente, não fale exatamente... Ele acabou de falar novamente do Odilon. Como é que a pessoa que foi apresentada para ir ao Ministério com o Odilon não sabe nada desse Odilon? Perguntei qual é a empresa, não tem empresa; qual é o nome dele, não sabe. Mas foi ele quem o levou. Ele falou isso novamente agora, de que foi levado ao Ministério da Saúde pelo Odilon.

Aí você pergunta: quem é Odilon? Ele não lembra, não sabe.

Então, Presidente, não tenho muito o que perguntar, porque, realmente, o que ele responde também não é confiável.

Muito obrigado, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quer fazer algum comentário?

Bom, esclarecimento a ser feito pelo depoente.

Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Eu disse que eu fui levado ao Ministério da Saúde pelo Coronel Blanco. Não pelo...

Quem me apresentou ao Coronel Blanco foi esse Odilon. Mas quem me levou ao Ministério foi o Coronel Blanco.

Peço só para ficar registrado, reafirmando o que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Está o.k.

Satisfeito, Senador Izalci?

Está sem o áudio, Izalci.

A gente está sem o áudio do Senador Izalci. Preciso que alguém da Mesa libere o áudio dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Como é que essa pessoa leva o depoente a se apresentar a um General, um Tenente-coronel, leva para ele conhecer o Tenente-coronel, para essa operação no Ministério da Saúde, sem o cara saber quem é esse Odilon?

Foi o Odilon que levou você ao Tenente-coronel. Aí você não sabe quem é o Odilon? Não sabe quem é, qual a empresa dele? O que ele faz da vida? Ele te achou no meio da rua e te levou? Como é que é isso? Você viu uma única vez? Como é que você não conhece esse Odilon?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pode responder.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu reafirmo, Excelência, o que eu disse. Eu fui procurado por ele, através de outros parceiros, para uma compra de medicamento, que, ao final, não aconteceu. E isso foi se afinando, esse contato, essa troca de mensagens que vão estar no aparelho. Mas aí...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Você tem o telefone do Odilon?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Você tem o telefone do Odilon ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Tenho, Excelência. Está lá. Tem, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Então, Presidente, requeira o telefone dele, por favor, para que a gente possa apurar quem é esse Odilon.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Será apurado.

Com a palavra o Senado Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, nada é tão ruim que não possa piorar – 518.246 brasileiros perderam a vida. Eu ouvi da base do Governo que nós temos que comemorar 60 milhões de brasileiros em situação de pobreza, extrema pobreza, uberização da relação trabalhista, precarização do trabalho. Nós temos que comemorar? Criticar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que é um instrumento constitucional? Esta CPI está prestando um grande serviço à população brasileira, porque ela está mostrando efetivamente quem é quem neste Senado. Nós temos que comemorar?

E eu quero esclarecer uma coisa ao senhor, Sr. Depoente, e falo não só como delegado por 27 anos e como Professor de Direito Penal e Processo Penal por 22, que, no que pese eu respeitar a decisão da Presidência em não dar voz de prisão por crime de falso testemunho – e eu respeito e acato –, nada impede que o senhor responda criminalmente depois, instaurando o inquérito por portaria, subsequentemente. E eu pontuo por quais crimes: falso testemunho, denunciação caluniosa. Você tem aí fraude processual, do 347, você tem o art. 4º, inciso I, que trata da Comissão Parlamentar de Inquérito, quando você impede ou tenta impedir o livre exercício da Comissão. Então, nada vai impedir que o senhor responda criminalmente. Eu só faço essa alteração: o estado flagrancial é uma das formas em que se inicia um inquérito policial. Mas pode ser posteriormente apurado isso.

Eu quero deixar claro para o senhor e eu queria perguntar: o senhor já foi preso ou processado criminalmente?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Preso? Eu não me lembro, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A pergunta é simples: o senhor foi preso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Processado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não. Preso ou processado criminalmente? O senhor já foi preso alguma vez?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Preso, preso? Não me recordo não, Excelência. Não fui preso, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Gente!

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não. Para a cadeia não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pelo amor de Deus! Você se acha...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não! Porque a Polícia Militar, dentro do regulamento, se fala assim...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A liberdade é um dos principais entes jurídicos. Se eu pergunto ao senhor: o senhor já foi preso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não! Preso, recolhido, preso, não, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não.

O senhor já foi condenado criminalmente?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Já, num capotamento de uma viatura. Eu peguei o sursis.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pegou o sursis?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por isso que o senhor não foi autorizado a fazer o curso de formação para sargento.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não. Isso aí... O que eu não fui autorizado a fazer o curso de formação para sargento é que existe... É um processo administrativo de que eu fui absolvido...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Não, não foi, não. Eu tenho aqui nas minhas mãos...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... que foi indeferida a participação do senhor...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... no Curso Especial de Formação de Sargentos...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... por incidência do art. 203, inciso I, que trata: "Não concorrerá à promoção o oficial que estiver cumprindo sentença penal".

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Então, qual foi a sentença penal?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu não estou cumprindo sentença penal, não estou condenado. O que acontece, Excelência, é que a Polícia Militar efetuou um processo administrativo em que, lá na frente, eu fui absolvido. Porém, a portaria... A mesma portaria que ela abriu, ela enviou ao Ministério Público. Porém, eu não fui citado, não fui denunciado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Isso vai ser...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – E aí eu entrei com um mandado de segurança pra fazer o curso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeitamente.

Dando continuidade, porque isso vai ser objeto de apuração, simplesmente solicita-se uma folha de antecedentes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... criminais do senhor e vai estar constando que o senhor foi preso, o senhor foi condenado ou não...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... e qual o tipo penal que o senhor eventualmente tenha praticado.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Agora, eu quero fazer um alerta a esta Comissão: é que nós não podemos tirar o foco dela. Uma grave denúncia que foi feita aqui foi a fraude na aquisição da Covaxin, com participação de membros do Governo Federal. Não vamos desvirtuar. Qualquer outra denúncia que venha a ocorrer tem que ser apurada, mas esse fato ali, com o depoimento dos irmãos Miranda, é de tamanha relevância que nós não podemos tirar o foco disso.

Agora, hoje, aqui, o senhor traz um ponto que eu reputo de fundamental importância, que é mais uma vez a participação do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, com o Diretor de Logística, o Sr. Roberto Dias, porque é incontestável a participação dele nesse jantar, negociando esse valor dessa propina. Então, veja, independentemente do depoimento do senhor, o senhor traz para a Comissão que um membro do Ministério da Saúde, que era o Diretor de Logística, estava ali negociando a aquisição de vacina com pagamento de propina, que é isso que o senhor relata. Isso é muito grave, e eu acho que isso é de fundamental importância para que a população brasileira entenda o que efetivamente está acontecendo aqui.

É uma pergunta pessoal, o senhor responde se quiser. O senhor tem religião? O senhor é religioso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sou, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Qual a religião do senhor, por favor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Espírita, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Espírita, o.k.

No que pese eu entender que... Eu sempre digo que a minha religião é o amor, e o meu Deus é o outro. A criação da religião, a invenção, independentemente da designação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Qual é a religião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Dele? Espírita.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Espírita, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, espírita.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, vamos lá. Eu quero fazer alguns questionamentos com relação à participação do senhor e do Diretor Roberto Dias.

O senhor conversou previamente com algum integrante do Poder Executivo Federal sobre o depoimento que o senhor daria aqui hoje?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor afirmou que decidiu vir a público com essas denúncias após receber o contato da jornalista da *Folha de S.Paulo*, pelo Cristiano Carvalho. Isso significa que o Sr. Cristiano já sabia do pedido da propina?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, sabia. Eu já tinha relatado que eu já tinha informado para ele no momento em que aconteceu o pedido.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

E, antes de relatá-lo à jornalista, o senhor contou a mais alguém sobre o pedido de propina?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Como foi mostrado aqui pelo Senador Randolfe, eu pedi ajuda a um Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais e expus para ele o que estava acontecendo na época.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Soubemos de outros representantes da Davati que entraram em contato com o Ministério da Saúde oferecendo vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O advogado Julio Adriano de Oliveira Caron e Silva procurou o Ministro Pazuello com oferta de 300 milhões de vacinas em 9 de março de 2021. Essas tratativas, no entanto, não avançaram porque a Davati não pôde fornecer uma carta de autorização da AstraZeneca, exigida pelo ministério.

O senhor tinha ciência de que a Davati tinha outros representantes negociando com o Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Como eu disse mais cedo, eu tinha ciência de que outros negociavam vacina, mas, no Ministério da Saúde, não tinha sido informado e não sabia...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Esses outros o senhor não pode nominá-los?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, porque o próprio pessoal da Davati me falava que existiam outros representantes intermediadores aí oferecendo a vacina. Agora, onde ofereciam, quem eram, eu não tinha acesso, não tinha conhecimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Então, o senhor soube de outra...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, mas isso eu já disse... Eu já tinha dito isso, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Com o ministério...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

O senhor é sócio de alguma empresa? Já foi, não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência, na condição de policial militar, eu não posso ser sócio de empresa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

O senhor esteve em Brasília nos dias 25 e 26 de fevereiro, segundo declarou a *Folha de S.Paulo*. São dias úteis, obviamente. O senhor não estava de serviço, não é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, o que acontece é o seguinte, Excelência: eu cheguei aqui, como eu disse, anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A-ham.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu tive uma agenda no ministério e depois eu fui contatado pelo Cel. Blanco para que eu esperasse, porque ele ia ajustar uma agenda com o Sr. Roberto Dias no ministério.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A-ham.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, eu permaneci na cidade, mas a minha possibilidade de permanência aqui se deu a trocas de serviço que eu havia feito lá, não é? Pessoas trabalharam para mim, ou eu trabalhei para outros que capacitaram aquela... Como é que eu vou dizer para V. Exa.? Num dia de folga, um trabalho aí dá três dias de folga, então, dois, três outros militares trabalharam para mim, eu consegui ter esse espaço maior de...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor conhece o Sr. Carlos Wizard?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, só de...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Reportagem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A-ham.

O senhor afirmou que a conta do restaurante onde aconteceu o jantar foi paga em dinheiro, porque não poderia deixar registros, não é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Como o pagamento de cartão de crédito, não é isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É. Se a gente conseguir resgatar...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Foram tomados outros cuidados para evitar registro daquela reunião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, se a gente resgatar as imagens, vamos ver que eu me ofereço com o cartão, o Cel. Blanco tinha uma nota de cem, e o Dias vai tirando notas da carteira...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Os representantes do Ministério da Saúde mostraram, em algum momento, preocupação que aquela reunião pudesse estar sendo gravada de alguma forma?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, os aparelhos estavam em cima da mesa, não tinha, não tinha pudor nenhum, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Bom, eu estou chegando à conclusão, Sr. Presidente, de que esse depoente foi talvez utilizado para estar aqui nesta CPI com essa informação, mas, para mim, o que eu acho que é o ponto fundamental no depoimento dele hoje é a participação do Diretor de Logística do Ministério da Saúde numa negociação que envolve recebimento de propina para aquisição de vacina, quando 518 mil pessoas perderam a sua vida – e isso é muito grave! –, em que foi violado o principal bem jurídico que é a vida humana.

Já restou evidenciado que este Governo acreditou no gabinete paralelo; que os ministros não tinham autonomia no Ministério da Saúde; houve o incentivo de imunidade de rebanho ou tratamento sem nenhuma comprovação científica; houve a omissão na compra de vacinas ou em medidas preventivas; ainda continua difundindo a não utilização de vacina ou medidas de distanciamento social, o que agrava a pandemia e só evidencia, mais uma vez, a responsabilidade criminal do Governo Federal no agravamento da pandemia. E volto a falar que dolo no Brasil não é só dolo direto, quando há a intenção de provocar um resultado, mas o legislador coloca no art. 18 "ou assumir o risco de produzir". Isso é o chamado dólar eventual. E eu não tenho dúvida de que o Governo Federal tenha aqui responsabilidade com 518.246 pessoas que perderam suas vidas com a participação direta do Ministério da Saúde. E quem, de qualquer forma, tenha concorrido para esse agravamento deve responder por esse agravamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero que esta CPI dê uma resposta à altura para aquilo que a população precisa, porque a saúde pública é um direito humano universal, é um direito constitucional previsto no art. 6º da Constituição Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado, Senador Contarato.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) **–** Presidente, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo avançado da hora, eu vou ser bastante sucinto, em primeiro lugar, para refutar, lógico, essa tese absurda, surreal aí, de dolo eventual.

O Governo do Presidente Bolsonaro tem garantido todos os esforços, e, se não fosse ele, certamente não teríamos tantas vacinas sendo aplicadas nos braços dos brasileiros neste momento, não teríamos auxílio emergencial, aprovado aqui por este Congresso Nacional, no valor autorizado pelo Governo Federal de R$600, impedindo que o País se transformasse num caos.

Mas, passando aqui ao depoente... Eu vou pedir licença só para tirar um pouco a máscara, senão eu não consigo ler o documento.

Sr. Dominguetti, eu não sei se o senhor já percebeu a tentativa aqui, desenfreada, alucinada, de alguns membros da CPI, de tentarem colocar Bolsonaro na mesma prateleira de Lula no quesito corrupção. É óbvio que isso a população que está assistindo percebe e sabe que não existe, e a situação que o senhor trouxe aqui agora eu vou querer discutir para deixar mais claro ainda que isso não existe.

O senhor tinha certeza de que existiam 400 milhões de doses de vacinas para serem vendidas ao Brasil?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Excelência, todas as informações que foram validadas pelo próprio Herman, Presidente da Davati, pelo CEO, Presidente da Davati – ah, perdão, representante da Davati –, aqui, em uma conferência que foi feita com o Sr. Herman em uma oportunidade com a própria Senah, onde tiveram a possibilidade de questionar, de arguir o Presidente da Davati, o Sr. Herman, ele, a todo momento, todo momento, afirmava que existia a vacina. A todo momento. Inclusive, fez a proposta, protocolou no ministério...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas o senhor tem algum documento, alguma foto ou algum vídeo que comprove que essas vacinas existiam?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, dessa parte, como é feito o contato empresarial entre a Davati e os alocadores, os proprietários da vacina, como é feita a certificação via AstraZeneca, eu não participava, era somente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, a pergunta é o seguinte: se a própria produtora da vacina diz que, até o momento, produz 600 milhões de doses, como é que, naquele momento, tinham 400 milhões de doses disponíveis para serem vendidas ao País? Essa é uma incongruência difícil de acreditar, de que existiam esses 400 milhões de doses. Por isso é que eu estou perguntando ao senhor se o senhor tinha a certeza de que elas existiam. O senhor falou que não tinha certeza, porque o senhor acreditou na palavra de alguém da mesma empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Da mesma forma, Excelência, se o senhor me permite completar, a própria nota da Davati reafirma isso – a que ela envia à imprensa brasileira –, ela reafirma que, naquele momento, ela tinha o acesso a 400 milhões de doses.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu pergunto pelo seguinte: já foi pública, e divulgada na imprensa, inclusive, uma tentativa de golpe em vários lugares, onde, Presidente Omar Aziz, existiria um fundo, qualquer investidor internacional, que teria investido na pesquisa e produção de vacinas, e, em função desse investimento, eles teriam direito a uma cota de vacinas desse laboratório, que seria essa cota, sim, autorizada pelo laboratório a ser comercializada junto aos governos em todo mundo. E, sempre que se chegava com essa história e ia se checar, Dr. Dominguetti, as vacinas simplesmente não existiam! Ninguém nunca viu essas vacinas. Então, a negociação nem começava.

E eu quero acreditar que o senhor, de boa-fé, acreditando nisso... Óbvio, vendo uma oportunidade de alguma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, coloque a máscara, por favor, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É que eu não estou conseguindo ler, Presidente. Só por isso. Eu estou isolado aqui. É só porque... Eu peço ao senhor aí a compreensão, porque eu quero ler aqui agora um *e-mail*, que acho que mostra bastante como é que a negociação que, porventura, tenha começado acabou muito rápido também.

Um despacho, Presidente, de 28 de abril deste ano, que diz o seguinte – um despacho do próprio Ministério da Saúde ao Serviço de Apoio Administrativo:

> Assunto: Oferta de vacinas contra a Covid-19.
> Restitui-se o presente processo para que seja encaminhado à Secretaria Executiva, uma vez que se trata de negociações referentes à aquisição de vacinas Covid-19.
> No entanto, ressaltamos que, em contato realizado com a Secretaria Executiva, a presente oferta não é procedente, uma vez que a própria AstraZeneca informa que apenas realiza negociação de ofertas de vacinas diretamente com os governos.

A partir deste momento, acredito eu, não houve nenhum avanço de negociações. Estou falando do dia 28 de abril – 28 de abril.

Então, me parece ser um caso clássico aqui, Presidente, de uma tentativa de se vender algo inexistente para o Governo, talvez usando algumas pessoas de boa-fé, que viram a oportunidade talvez de fazer um extra, como ele mesmo colocou aqui, em relação ao seu salário de policial militar, e simplesmente as coisas não avançaram.

Eu fiquei realmente preocupado... Muitas coisas que os Senadores disseram aqui, Dr. Dominguetti, o senhor vai ter que ir para casa e refletir, porque as acusações que o senhor fez são muito graves. Nós do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo sempre entendemos que qualquer desvio de corrupção tem que ser, sim, investigado, dentro da lei, com toda a transparência, tanto é que, até agora, nada houve de concreto, a não ser agora essa possibilidade, que eu acredito que não houve.

E vou falar uma coisa para o senhor: quem acusa tem o ônus de provar o que está acusando. Então, eu queria perguntar ao senhor: o senhor tem algum documento que comprove essa tentativa de suborno ao senhor?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, ela foi feita verbalmente dentro de um restaurante.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** O senhor tem algum vídeo que comprove isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, eu não gravei, porque foi inesperada a proposta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** O senhor tem algum áudio que comprove isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não gravei.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** O senhor tem alguma testemunha que comprove que...?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Os dois que estavam lá na hora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** E, na acareação aqui...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** ... em que vai estar o senhor e os outros três...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, virei e olharei nos olhos do Sr. Roberto Dias e falarei para ele...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Vai ser a palavra de um contra a do outro, então?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, Excelência. O conjunto que eu apresento, que eu digo: eu estive lá, estive no local, se a gente conseguir resgatar as filmagens... Assim, o que eu posso oferecer foi o que eu vivenciei, o que eu escutei. Entendeu, Excelência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Entendi. A minha preocupação é que, quando alguém acusa, tem que provar o que está acusando.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** E eu vejo dificuldades de o senhor conseguir provar isso. É só essa... Esse é o meu ponto, que o senhor tem que refletir...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Porque eu não estou recriminando o senhor vir aqui fazer uma denúncia de que, segundo as suas palavras, aconteceu uma tentativa de suborno. Só que é difícil fazer, trazer para a realidade uma situação em que parece que não existiam essas vacinas; as pessoas que estavam sentadas à mesa com o senhor não têm nenhum domínio final, de fato, de negociar nada com relação à vacina; o senhor tem um contrato verbal e informal com a empresa que ia negociar um contrato bilionário... Quer dizer, parece que não cola. A versão de que existiam vacinas, de que o senhor tinha algo para entregar, e eles, mesmo não tendo nenhuma possibilidade de interferir em todo o processo, pedem alguma espécie de vantagem... Parece o crime impossível, sabe? Alguém quer vender um terreno na Lua, quem está olhando: "Pô, você não tem esse terreno pra me vender. Eu não vou pagar".

Então, esse contexto que o senhor trouxe aqui, juridicamente, é muito frágil. Eu acho que essa acareação vai ser importante, mas acredito que o senhor vai ter sérias dificuldades de conseguir provar alguma coisa, já que vai ficar a palavra de um contra outro. Obviamente, as pessoas que estão sendo acusadas de oferecer esse suborno vão negar. Vai ficar a palavra de um contra o outro. E todo esse estardalhaço sem nenhuma comprovação de que houve tentativa de suborno.

Esse é o caso... Esse é o primeiro caso que eu vejo na minha vida de uma tentativa de suborno de uma vacina que não existia. Então, é difícil que isso aqui tudo consiga ter um resultado prático.

Eu lamento pelo senhor, porque, se o senhor realmente consegue provar que houve, identifique quem são as pessoas que pediram ao senhor essa vantagem, o.k., vamos punir quem for responsabilizado, porque certamente isso não tem a aquiescência do ministério, isso não tem a aquiescência do Presidente da República. Isso aconteceu no âmbito de quarto, quinto escalão. Ou supostamente aconteceu.

Então, acho que cai por terra mais uma narrativa hoje, de tentar vincular o Presidente Bolsonaro a algum tipo de corrupção, que é o que muitos têm tentado aqui, desenfreadamente, antecipando palcos de 2022.

Então, eu queria só fazer essas palavras aqui ao senhor e esperar que todos os envolvidos que foram citados nesta reunião, que já confirmaram que existiu a reunião... Agora, o que que se tratou lá?

Então, Presidente, eram apenas essas as minhas considerações. Obrigado pelo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean Paul Prates, remotamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero fazer algumas perguntas rápidas aqui ao depoente, em primeiro lugar, para entender, para que as pessoas que estão nos assistindo, como sempre, tentem entender o que que está acontecendo aqui diante de nós e depois fazer algumas considerações.

O senhor, Cabo Dominguetti, estava aí exercendo a sua atividade paralela, que já confessou ser ilegal, contrária à regulamentação da profissão que exerce, e, de repente, é trazida a si uma oportunidade por um contato de venda de vacinas. O senhor, então, se engaja nesse processo e passa a representar, mesmo que informalmente, levar ao conhecimento de outros contatos, no Governo do Brasil, uma empresa estrangeira que alega que – agora oficialmente, mas também no seu *site* era perfeitamente visível isso – nunca teve como objetivo vender, comercializar ou fabricar vacinas contra a Covid. Ela tem lá, no seu *site*, a Davati Medical Supply, com sede em Round Rock – Pedra Redonda –, Texas... Nega que fabricasse ou comercializasse ou mesmo intermediasse vacinas, como, de fato, não o faz.

O senhor não achou estranho representar uma empresa que não faz isso? Que vende EPI, equipamentos de proteção, e vacinas de influenza e medicamentos de influenza? Primeira pergunta, "sim" ou "não"? O senhor procurou saber que empresa o senhor estava representando?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Excelência, eu procurei. E todas essas validações que foram feitas, a mim oferecidas, inclusive as propostas, vêm diretamente da Davati. Ela vem diretamente do Presidente da Davati, não é? Então, ele, como empresário americano, atuante no mercado, sabia que o que ele estava ofertando... A responsabilidade de ofertar para um Governo essa proposta, tanto que ele assina. Então, assim, tudo me levou a crer e acreditar fielmente que essa empresa tinha ou tem o domínio e acesso a essa vacina. Agora...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Perfeito.

Quais são os fabricantes dessa vacina a que ele se refere? Quem são os fabricantes dessa vacina vendida?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – A proposta que foi enviada ao Ministério da Saúde seria da AstraZeneca, Excelência.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Portanto, esta empresa assinou uma proposta formal ao Ministério da Saúde?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) **–** Em que momento foi isso, mais ou menos? Em que mês?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu acho que pela proposta, se não me recordo, foi no mês dois, em fevereiro, se eu não me engano. Foi no dia em que eu estive lá no ministério. Ela... Eu entreguei pessoalmente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) **–** O senhor esteve no ministério quantas vezes?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Senhor, Excelência?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) **–** O senhor esteve no ministério quantas vezes? Sozinho ou...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Três vezes. Três vezes.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) **–** Três vezes. Uma delas foi em março, juntamente com uma organização evangélica que tentava articular a aquisição de vacinas com o Ministério da Saúde junto a prefeituras – as vacinas da AstraZeneca e da Johnson?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, essa... Como eu disse o nome, o Senah conseguiu nos levar ao ministério através também de uma instituição que representava... Era uma instituição militar, alguma coisa que eu não me recordo, que representava militares do Exército, das Forças Armadas, alguma coisa assim. Foi o que possibilitou, juntamente com o Senah, essa agenda com o Coronel Elcio Franco.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) **–** Aí os senhores foram oferecer a vacina da AstraZeneca a US$11 a unidade, com prazo de entrega em 25 dias, um valor que seria três vezes maior do que o que estava sendo fechado pelo Governo Federal diretamente, pela mesma vacina, com a Fiocruz – que seria de US$3,16. Não achou estranho isso, não?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, quem foi fechar diretamente essa venda e veio de São Paulo para fechar foi o Cristiano. Então, assim, essa proposta, já no ministério, com o Coronel Elcio, foi tocada diretamente. Eu somente acompanhei essa tomada...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) **–** E esse jantar com o Sr. Roberto e os demais, onde foi pedido propina, foi antes ou depois dessa reunião?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi antes, foi antes. Foi já... Foi em fevereiro, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O senhor diria que essa reunião e outras já foram resultado desta tratativa, digamos assim, não documentada aí do restaurante?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não entendi o questionamento, Excelência.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O senhor diria, concluiria, como o representante e participante das negociações, que essas reuniões ocorridas depois do jantar já seriam um desdobramento dessa conversa onde teria rolado esse papo da propina?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, se procurou o Coronel Elcio, porque o processo com o Roberto Dias não tinha andado, não ia andar, porque a empresa não... Nós negamos fazer o que foi proposto. E, aí, o que aconteceu? Foi ao Coronel Elcio Franco uma nova proposta, através desse grupo que é o Senah, e essa instituição militar que conseguiu essa agenda com o Coronel Elcio. Inclusive, como eu disse...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E quando era...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esse movimento com as cidades... A gente viu várias imagens aí de papéis envolvendo Prefeitos, respostas de Prefeitos assinadas, inclusive em inglês, cartas certamente preparadas pela outra ponta, para que se assinasse e devolvesse. Esse movimento, qual era a intenção disso? Era vender vacina para os Prefeitos diretamente? Qual seria o papel do Ministério da Saúde nisso? Como é essa transação, que eu não entendi ainda?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O que foi repassado é que os Municípios, os consórcios e o Estado, todos estavam procurando... Eles teriam que atender... Era a informação e era a orientação que tinha da empresa. Eles teriam que atender o PNI. As vacinas realmente... Elas iriam ser direcionadas ao Ministério da Saúde, mas um acordo entre o Município ou o consórcio, ou o Estado com o Ministério da Saúde, em atendimento ao PNI. Aí essas vacinas seriam... Ficariam no Município que estaria fazendo a aquisição. Porém, essa era a orientação jurídica que a Davati passava e orientava os Prefeitos e os consórcios que apresentavam documentação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, essa operação foi criada, digamos assim, concebida pela Davati americana?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É, sim, Excelência. Ela que ofertava a vacina no mercado. Era ela que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Qual era o papel do Sr. Cristiano, então, nessa história?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele era o representante da Davati no Brasil. Ele checava os pedidos, fazia o cadastro desse pedido e enviava... Segundo informações que me passavam, enviava para os Estados Unidos para ver a viabilidade da quantidade de atendimento que estava sendo proposto

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esse pagamento... Só para fechar esse capítulo inicial, esse pagamento, a transação de A para B, quem pagava e quem recebia essas quantias relativas a essas vacinas?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É bom tocar nesse ponto, Excelência, porque nunca foi pedido a nenhum parceiro adiantamento de qualquer espécie, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. Eu estou dizendo quem seria o pagador e quem seria o recebedor? Que empresas... Que CNPJ pagaria e que CNPJ receberia essa quantia da compra?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A informação que eu tenho é que seria o Município ou o consórcio, ou o Estado que quisesse... Fizesse a proposta e avançasse, e seria feito o pagamento para a Davati, e em alguns casos a Davati... Poderia ser feito diretamente para o laboratório. Mas essa era a informação que me era repassada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Davati no Brasil ou Davati Texas ou Panamá, ou o que for?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Davati Estados Unidos. No Brasil, ela não tem sede, Excelência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, os Prefeitos pagariam em dólar diretamente por remessa para o estrangeiro, para a empresa?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não era dólar, Excelência, era uma letra de câmbio, geralmente de um banco brasileiro, público, onde geralmente todos os Municípios, a maioria deles, ou o Estado teriam conta. Mas lembrando que não é... O pagamento seria em *escrow*, somente com a liberação da vacina. Essa era a proposta comercial, e isso que vinha inserido na proposta foi em letra de câmbio. Nada adiantado. Nenhum valor foi cobrado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me passar para uma outra parte aqui, que não tem a ver com esse processo. Esse capítulo eu acho que era bom esclarecer apenas, porque essa operação, de todo o seu depoimento, efetivamente – essa operação –, é que deve ser mais escrutinada, digamos assim, mas vamos atrás disso.

Em relação ao seu depoimento hoje aqui, o senhor é capaz de afirmar, afirmar peremptoriamente, que não foi induzido a estar na CPI hoje, não foi convidado, ofertado, instruído, coagido de nenhuma forma por ninguém para estar aqui? O senhor foi voluntariamente à *Folha de S.Paulo* e voluntariamente à CPI? Ou teve uma assessoria, uma indução, algum tipo de coerção por alguém ou por alguma entidade para estar fazendo o que está fazendo hoje aqui?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, eu não tive nenhuma coação, não fui assessorado, enviado. O que aconteceu foi como o que eu relatei: eu estava na minha casa, recebi uma ligação, via zap, onde a jornalista da *Folha* juntamente com o Cristiano já indagavam essa operação que eu tinha vivenciado aqui no ministério.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Mas a jornalista da *Folha* não o conhecia, então o Cristiano apresentou a jornalista...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, eu nunca tinha visto... V. Exa., conforme o celular está à disposição e está nesta Casa, vai poder ver acertadamente que as minhas alegações, tudo que eu disse aqui, são verdades, Excelência. Inclusive, se pegar o meu celular, vai estar lá que eu que recebi a ligação. Eu não tive, eu não tive...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em nenhum momento... Estou só lhe pedindo para confirmar...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência. Se eu me expressei mal, eu peço desculpas.

Em momento algum, eu falei algo que não fosse verdade aqui. O que eu digo é que eu recebi a ligação, inclusive, a perícia que será feita nele vai comprovar facilmente que a ligação veio de lá. Eu nem conhecia a repórter, eu não tenho acesso a essa repórter, entendeu? Quem me trouxe ela...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – (*Falha no áudio.*) Sem problema, obrigado.

O senhor se coloca, se classificaria como um militante ou entusiasta ou simpatizante do Governo, do Presidente, do partido do Sr. Levy Fidelix? Porque as suas redes sociais... É inevitável – não é? –, quando uma pessoa vem a uma CPI dessas, com toda o respeito, é inevitável que as pessoas escrutinem as suas redes sociais, o seu perfil, enfim, e apareceram lá várias postagens bloqueadas e apagadas agora. Mas o pessoal já tinha printado, enfim, e a gente meio que cunha aí um perfil de simpatizante, de talvez essas pessoas que preconizam: "A corrupção tem que acabar", como se fosse uma coisa supersimples e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que bastasse um paladino da justiça para fazer isso para toda a história do Brasil... O senhor se coloca mais ou menos nesse patamar de justiceiro, de denunciador, no sentido de, de alguma forma, livrar o Presidente ou acusar a estrutura inferior a ele? Como é que o senhor se coloca? Qual é a sua intenção aqui de verdade? Qual é a intenção?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – A minha intenção, Excelência, é só relatar o que eu vivenciei aqui em Brasília nesse jantar e nesse processo das vacinas no ministério. Só isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Mas o senhor tem consciência de que o depoimento é fraco? Fora a primeira parte, que eu mencionei aqui, essa questão toda do vídeo editado que chegou às mãos, inocentemente; tudo isso é muito tumultuado, tumultua demais a CPI e fez com que a gente deixasse de ouvir outras pessoas hoje, por exemplo, para ouvi-lo, de abrir, eventualmente, uma nova linha de investigação, claro, mas o senhor tem consciência de que está fazendo um reboliço grande aqui, não é? Tem consciência disso, não é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, a única coisa que eu... O meu intuito aqui é a verdade e sempre trouxe o relato do que eu acreditava e acredito ser a verdade que eu presenciei, não é? E eu não ganhei nada, eu só ganhei, Excelência, exposição. Eu não ganhei nada – nada! –, com essa reportagem, com a minha vida aqui; muito pelo contrário, ganhei reviravolta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Mas o senhor tentou ganhar. De alguma forma, viu uma oportunidade comercial numa venda de vacinas, em plena pandemia, com vários contatos de várias nuances do Governo. O senhor se considera oportunista dessa pandemia para poder fazer negócio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – De maneira alguma, Excelência; de maneira alguma, pelo contrário! Se eu tiver, como eu tive a certeza de que a vacina existia – porque me foi ofertada, me foi garantido que existia –, era também uma realização colocar a vacina no povo brasileiro, ajudar a fazer parte desse processo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** Eu, eu...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, não é oportunismo, Excelência. Isso aí...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) **–** A minha última pergunta tem a ver com a questão das vacinas privadas: o senhor ou o grupo que o senhor representa, ou ajudava, teve algum relacionamento com a questão da tentativa, felizmente frustrada pelo Presidente do Senado, aqui na Casa, de abrir uma possibilidade de vender vacinas para empresas privadas no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, sempre me perguntavam sobre a possibilidade de venda ou aquisição por parte do privado. Quando veio o projeto do privado, sempre me perguntavam se havia a possibilidade dessa modalidade de o privado fazer a aquisição. E eu sempre respondia que, naquele momento, não tinha como. Se houvesse...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas não fez (*Falha no áudio.*) ... negociação em relação a isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor não conduziu nenhum relacionamento ou negociação em relação a qualquer empresa brasileira ou empresário?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não tive, não tive conversa nenhuma com nenhum empresário brasileiro referente à aquisição de vacina pelo privado, não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, eu quero parabenizar o Presidente pela serenidade da condução dos trabalhos hoje. De fato, com todo o respeito ao depoente, a primeira impressão que a gente tem é de que ele deveria sair realmente preso desta CPI, hoje, porque há um risco muito sério de desmoralização desta CPI, diante do fato de qualquer um agora ir para o jornal, alegar qualquer coisa, e vir a ser chamado às pressas. Eu sei que toda a intenção foi excelente, a condução foi primorosa e até refaço aqui a minha opinião primária, porque deveria sair hoje uma prisão aqui, mas o Presidente nos dá o exemplo de uma condução serena e mostra ao Brasil que nós não estamos aqui para perseguir ninguém. Queremos o que o depoente acaba de dizer: a verdade e construir os casos com todo o cuidado, com toda a diligência, com o direito à defesa, ao contraditório. Agora, acho que estamos aí no fio da navalha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu queria saber, Senador Jean Paul, porque é muito fácil dizer: "Deveria sair preso".

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual a razão para mim mandá-lo prender? Porque é muito fácil dizer: "Olha, Presidente, prende aí o cara. Prende aí, não sei o quê".

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a razão por que eu teria que prendê-lo, Senador Jean Paul?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E também, Presidente, não teríamos a razão, não teríamos aí o tempo para essa varredura do telefone, porque claramente as provas estariam...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Se você me der, o que eu tenho hoje no depoimento aqui? Vamos colocar claro aqui... Vamos colocar claro? O que nós temos hoje do depoimento? Nós temos hoje do depoimento um cidadão que trabalha, nas horas vagas, como representante de uma empresa que vende medicamento e que foi oferecer ao Ministério da Saúde. Conversou com o Coronel Elcio Franco, ele esteve na sala do Coronel Elcio Franco, acompanhado, a pedido, de uma pessoa religiosa, que o senhor falou no nome dela.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E quem é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – O Hamilton.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hamilton. Ele é o quê?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ele é reverendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Reverendo Hamilton. E, através do Reverendo Hamilton, ele chega ao Ministério da Saúde. O.k. Faz uma proposta ao Ministério da Saúde. Futuramente, tem uma reunião. São os fatos que são verdadeiros, até porque nessa reunião tinha três pessoas e ele, ele oferece a vacina, ele está no trabalho dele, fazendo, acreditando que existia vacina. Ele não foi oferecer vento, ele foi oferecer vacina, porque o superior dele – ele trabalha pra uma empresa – diz que tinha vacina. Ele recebe. Chega lá, aí, segundo ele, recebe uma proposta de compra da vacina, só que teria que colocar US$1 a mais. Isso foi três, quatro meses atrás, o.k.? Seu Cristiano... Porque ele não fala com o CEO da Davati ou coisa parecida, não chega nem perto, nem entra na sala. Conversa com três – dois oficiais... E quem era o outro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Diretor de Logística.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é o nome?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Roberto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. O Magno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não... O senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Carlos Magno... Não tem um?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Qual, excelência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Blanco, Blanco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Blanco, que soltou hoje uma nota... Soltou uma nota falando que teve esse jantar. Até então, ele não está mentindo. O jantar existiu, porque o próprio Blanco tem uma nota dele, dizendo... Ele só desmente, dizendo que não, que ele chegou com ele, e os caras estavam lá. E ele está dizendo que não. Vou acreditar no senhor.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí. Espera aí.

O primeiro ponto: esteve com o Coronel Elcio no Ministério, através do reverendo. Ponto um.

Ponto dois: foi para um jantar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com o Diretor de Logística do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o Diretor de Logística e dois ex-funcionários do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um deles tinha aberto uma empresa logo depois que saiu do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um deles aberto a empresa... Ele está ali...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E aqui o Sr. Luiz Paulo Dominguetti reconheceu o terceiro personagem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... em tese, que seria um ex-servidor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até agora eu não ouvi uma mentira... Ele está contando uma história, e não está sendo desmentido pelo Carlos, pelo Blanco. Segundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro: o tal de Cristiano, que virá aqui, que é chefe superior dele – ele depende do cara para trabalhar –, liga para ele, diz que tinha uma jornalista ao lado dele, e para ele falar tudo. Ele vai e fala por que é que não ocorreu a compra, a possível compra. Essa compra nunca existiria. Essas vacinas não existem. Quatrocentos milhões de vacinas não existem.

O fato é que houve um pedido, sim, segundo ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse é o fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é o fato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse é o fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é o fato. E, até agora, eu não vejo uma razão... Não, o fato que nós temos que investigar é esse. Vamos ter que chamar aqui...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí! Eu estou querendo chegar aonde querem que prenda o cidadão aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É ótima...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até agora... Espere aí! Até agora, ele não mentiu em absolutamente nada! Teria que ter um fato concreto.

E o terceiro é que ele foi induzido pelo Cristiano, que mandou um áudio – um áudio cortado e editado – que ele exibiu aqui. Agora, ele torce por A, por B.

Então, o senhor hoje... A sua contribuição não foi nada positiva para a CPI; ao contrário, nos deu um terceiro nome, que nós não tínhamos.

Mas, sinceramente, essas coisas de fazer prejulgamento e querer que prenda baseado em teses mirabolantes, não dá para eu fazer isso. Eu não posso fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Soraya...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, é só...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, é só sobre...

Desculpe-me, Senadora Soraya.

É só uma pergunta. É sobre o fato do jantar. O jantar foi no dia 23. Não é isso?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Vinte e cinco, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perdão, dia 25.

O senhor lembra, ao término do jantar, como os interlocutores que estavam com o senhor, o Diretor de Logística, o Sr. Blanco e, em tese, pelo reconhecimento parcial, digo aqui, que o senhor fez, o Coronel Martinelli... Eles saíram juntos de lá? Eles saíram em carro oficial? Eles saíram em Uber, em táxi? Eles estavam em carro próprio no estacionamento?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, como eu disse, eles queriam esticar a noite e me chamaram. Eu não quis. Então, eu deixei o restaurante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes deles?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu acredito que o Coronel Blanco, se me recordo, também deixou o restaurante, e ficaram os dois. Mas eu deixei antes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os senhores saíram juntos?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor e o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, eu saí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor saiu antes do Coronel Blanco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu arrumei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Esse fato, isso aí existe, até porque o Blanco confirma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... a presença dele numa reunião. Ele só não confirma a propina que teriam pedido. Mas a negociação sobre vacina existiu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Isso aí não é mentira. O que nós vamos fazer agora é fazer a acareação para saber quem está falando ou não a verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu queria fazer só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Esse é um ponto.

Só um minutinho, Senador Randolfe, até para esclarecer, porque esse negócio de três ou quatro pessoas... "Pede a prisão!" Pede a prisão baseado em quê? Baseado em que ele teria mentido à CPI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Presidente, posso só dar também um complemento técnico?

O que supostamente acusa o depoente, de dar um falso testemunho... Com relação ao vídeo que ele apresentou, ele próprio demonstrou que foi de uma forma culposa. Então, prisão em flagrante em crime culposo já é algo que é rechaçado pela doutrina aí, não é? Então, é só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Se tinha que ter alguém...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Além da sensibilidade que o senhor teve, a questão técnica não dá amparo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Se tivesse que ter alguém preso aqui... A jornalista faz o papel dela, Senador Randolfe. Ela tem uma notícia; ela vai atrás. É confirmado pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa. Correto? O Cristiano poderia ter contado essa história, mas não contou – jogou para cima dele –, porque o Cristiano tinha conhecimento de todas essas reuniões, tinha conhecimento do pedido de US$1 a mais por vacina, mas ligou para ele e disse: "Não, conta tudo para ela". Ela está fazendo o seu papel. A jornalista está fazendo o papel dela. A jornalista não tem que ser criticada pelo papel de jornalista. Tem um fato que aconteceu de fato. Qual foi o fato? Reunião com o Diretor de Logística, reunião com dois ex-servidores e oficiais do Exército. Não é qualquer pessoa, está certo?

Então, até agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Se o senhor me permite, Presidente, só para eu completar a pergunta. O senhor saiu antes do Sr. Blanco... O senhor saiu junto com Blanco?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – Eu acredito que eu tenha... Eu saí sozinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Saiu sozinho.

O senhor não identificou como o Sr. Blanco saiu? Em que carro ele saiu?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, não, eu só sei... Não, não, não vi. Eu peguei... Eu estava a pé, era só atravessar a rua, a avenida, e chegar no hotel novamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o senhor não identifica os carros em que eles estavam?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não sei, não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não sei como chegaram lá, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Soraya... Senador Jean Paul, por favor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Não... Só para... Presidente, só para complementar justamente, que era para onde eu ia, elogiando a sua condução, que, ao longo do depoimento, ao início me pareceu que seria um caso realmente de falso testemunho, por conta do vídeo, porque, logo no início, lembrem-se todos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estávamos em torno desse assunto apenas. Ao longo das inquirições, realmente, foram surgindo novos fatos, e isso justifica a sua ponderação.

Aqui... Justamente eu vim aqui fazer homenagem. Portanto, que não fique parecendo aqui que eu estou preconizando isso. Ao contrário, não seria tão leviano de fazer isso tão rapidamente, mas acho que estamos no fio da navalha, como eu disse. Tem muita gente que vai aparecer. Temos que ter muito cuidado com essa questão de os depoimentos não virem para confundir.

Por fim, corroborar a sugestão da Senadora Simone no sentido das acareações, já! Acho que as acareações já tardam, porque temos muita gente dizendo uma coisa e outros dizendo outras sobre o mesmo assunto.

É isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou tentar ser bem breve, principalmente porque a maioria das perguntas já foram feitas pelos colegas. Mas é imperioso destacar algumas questões aqui e dirimir algumas dúvidas.

Primeiro, com toda a vênia, Presidente, eu entendo que o maior legitimado a fazer a denúncia não é o Cristiano, é o próprio Dominguetti. Foi ele que participou do fato, não é?

Sr. Dominguetti, qual foi mesmo o dia do jantar? Foi 25 de fevereiro de 2021, isso? (*Pausa.*)

O.k.

Qual foi o dia da entrevista?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – A senhora fala a ida no Ministério?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Essa que o senhor deu, essa que o senhor deu foi para a *Folha de S.Paulo*, não é?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Acho que foi... Eu teria que ir ver. Acho que foi na terça-feira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Foi agora.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Foi agora, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Esta semana.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, o senhor denunciou esse crime por meio de uma entrevista. Foi isso? O senhor trouxe isso a lume numa entrevista.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – É. Eu recebi uma ligação da jornalista e do CEO, que era para relatar o que tinha acontecido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O.k.

O senhor é um militar, uma pessoa da segurança pública, faz uma denúncia num veículo de comunicação, mas não faz a denúncia de um crime tão grave para uma autoridade policial e nem mesmo para o Ministério Público, que seria o caso. Por que o senhor não procurou a pessoa certa para o senhor fazer uma denúncia?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Por que o senhor procurou um veículo de comunicação?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Então, Excelência, como eu disse, eu repassei à Davati a situação, ao Cristiano, e praticamente eu falei: "Eu não participo, não vou fazer, e ali não vai". E só do fato de eu falar "não quero, não vou" e assim... Eu não sei o que a Davati... Eu sabia que a Davati também não ia avançar com a proposta desse servidor – não é? –, mas eu estava fora, num outro Estado, numa situação nova, complexa, envolvendo um diretor de logística do Ministério da Saúde. Existiam outras pessoas... Então, para que... Assim, existia um desconforto pessoal para mim muito grande, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Entendi.

Quando o senhor voltou a procurar o Ministério da Saúde, o senhor já não procurou mais esse diretor de logística...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... mas o senhor procurou o Coronel Elcio, certo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor narrou isso para o Coronel Elcio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, o Cristiano que conduziu essa negociação lá dentro com o coronel.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele narrou para o coronel?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho.

Senadora Soraya, o Blanco é Tenente-Coronel do Exército?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA (Para depor.) – É, Excelência, acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sabia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o senhor estava com três coronéis?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, dois. O outro foi um militar. Dois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Roberto Martinelli...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Roberto Dias não é militar. É?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Um, com certeza, que é o Sr. Blanco, e um a se confirmar, que tem que se checar se é, de fato, o Sr. Martinelli ou não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o Roberto Dias é militar também?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Quando... O primeiro contato com o Ministério da Saúde foi no dia 25 de fevereiro, nesse jantar, e aí foi oferecida essa situação aí de aumentar US$1 na vacina. O próximo contato foi com o Coronel Elcio já dentro do Ministério da Saúde. Certo? Você estava junto com o Cristiano nesse momento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Estava, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Vocês narraram para o coronel? Vocês narraram uma reunião anterior?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Narramos que a proposta já havia sido enviada, porque ele falou: "Mas como é que eu não tenho acesso a essa proposta?". Aí, ele perguntou para onde essa proposta tinha sido enviada, aí nós narramos que ela tinha sido entregue ao Sr. Roberto Dias, Diretor de Logística. Ele olhou para um outro coronel que estava lá, parecia um assessor dele, houve uma troca de olhares, e aí eles falaram: "Olha, nós vamos pesquisar, validar essa proposta de vocês, e nós entramos em contato". Mas, aí, logo em seguida, houve essa mudança na troca, no comando do Governo – perdão, do Governo, não; do ministério –, e aí o pedido não avançou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não prosperou.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** De acordo com os documentos que foram apresentados aqui, hoje, foi possível verificar que o senhor ofereceu vacinas de outros fabricantes também a vários Municípios, certo?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Gostaria que tivéssemos todas essas propostas, para que fosse possível, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente também, cotejarmos as propostas e as datas dessas propostas. A que valor foram oferecidas as vacinas para o Ministério da Saúde e a que valor os outros entes da Federação ou consórcios receberam essas propostas? O senhor pode, aqui, nos declinar?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, Excelência. Todas as propostas, inclusive a LOI e a LOA, eram enviadas pela Davati, e elas estão no arquivo do meu celular. Então, a LOA e a LOI é o início da proposta. Então, assim, o Município, ou Estado ou o consórcio recebem a LOA e a LOI. Então, todas as LOAs e LOIs foram enviadas a mim, pela Davati, os representantes da Davati, e eu repassava com a confiança total na empresa de que as vacinas existiam.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Nós esperamos também que os entes da Federação ou os consórcios que, por ventura, tenham recebido propostas do Sr. Dominguetti, entrem em contato com esta CPI também para passar essa documentação, para entendermos.

O senhor conseguiu fechar negócio com quantos Municípios, com quantos consórcios?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Todas as propostas, Excelência, as LOEs que foram enviadas pelos Municípios estão no meu celular.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá, mas o senhor conseguiu fechar com quais Municípios?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Todas as propostas estão aguardando resposta da Davati.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, ou seja, até hoje vocês não fecharam com nenhum consórcio e com nenhum Município e nenhum Estado.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Eu acredito... Eu não sei como a Davati vai, como vai ser o processo de entrega dessas vacinas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas o senhor chegou a fechar algum contrato, daqueles que o senhor ofereceu?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não somente as propostas, somente a...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor só mandou propostas?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, somente a intenção. Na verdade, quem envia a intenção é o Município. Ele informa à empresa que ele tem a intenção de fazer a aquisição.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E não são vocês, vendedores, que vão buscar o comprador?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, quem faz a... Não, quem faz...

Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu entendi que o senhor falou: "Eu fui procurado; não fui eu que procurei o Ministério da Saúde". Tá, eu acho estranho. Quando a gente quer comprar alguma coisa, a gente vai atrás; o vendedor, muitas vezes, vem atrás da gente, é algo novo. Então, muitas vezes, o Prefeito, por exemplo, é pego de surpresa, não sabe nem quem vende essa vacina.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Certo? É natural, assim. Não sabe quem são os vendedores, quem são os *players*, não têm uma noção, é algo muito novo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, na verdade, a Davati é que é procurada pelos Prefeitos e Governadores?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Algumas das vezes, por a Davati já ter sido conhecida no mercado como a empresa que teria e afirmava que tinha a vacina, então, muitos Municípios até procuraram a empresa, segundo informações que eu tinha, para fazer a aquisição.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não sabe se a Davati já fechou? O senhor não ganhou nenhuma comissão...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, a minha... Da minha, Excelência...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O que é normal, é natural ganhar a sua comissão, o senhor que é vendedor.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor não recebeu, não conseguiu vender nenhuma vacina até hoje?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Não, todas as LOEs que eu coloquei junto à Davati estão aguardando o alocador, porque a informação que eu tenho da Davati é que o alocador da vacina, que é o dono da vacina, que é o que ela fala na nota, todos, alguns alocadores só entregam 5 milhões, outros alocadores só 1 milhão. Então, assim...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Vocês não conseguiram ainda realizar nenhum negócio?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ainda não, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, não entregaram nenhuma vacina?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sobre vacinas, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor tinha medo de denunciar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Excelência, até pela minha condição, sim, de militar, de estar aqui. Eu nunca tinha colocado a minha condição de militar para ninguém; ninguém sabia que eu era policial militar, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Como assim?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Ninguém! Eu nunca, eu nunca me identifiquei como militar, como policial militar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Como representante...

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... o senhor se identificava apenas como representante?

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Como intermediário da Davati.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual seria a sua comissão? O que o senhor tem tratado com a empresa? O que é legal, ninguém está... Só para entender o custo.

O SR. LUIZ PAULO DOMINGUETTI PEREIRA – Sim, a empresa paga, a princípio, pagaria entre 10 e 20 senhas para todo mundo envolvido no processo, os vendedores. Então, por exemplo, se eu, juntamente com a pessoa B, efetuássemos uma venda, então, eu dividiria com todos. Entendeu?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É, o.k., satisfeita.

Eu só queria terminar aqui, Presidente, lembrando que, enquanto isso, há brasileiros mortos; há brasileiros morrendo; há brasileiros enterrando seus entes queridos; há brasileiros, neste exato momento, aguardando uma vaga na UTI; há brasileiros aguardando o telefonema do médico para dizer, dar notícias do seu ente querido que está internado; há brasileiros desempregados; há brasileiros falidos, devendo.

E há muita gente desalmada – alguns, não é a maioria dos brasileiros, graças a Deus, mas alguns desalmados que estão tentando tirar uma vantagenzinha dali, outra daqui, e outros cometendo graves crimes de corrupção, manchando suas mãos de sangue, o nome de suas famílias, neste momento tão sério e tão grave.

Então, aqui vai a minha... Os meus sentimentos para os familiares dos 518.246 mortos nessa pandemia, o nosso respeito e o nosso compromisso de buscar a verdade acima de qualquer coisa, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus está acima de todos nós. Nós temos que cumprir a nossa obrigação. Então, é isso que eu peço a Deus, que nos dê sabedoria, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esclareço que a Polícia Legislativa do Senado Federal está realizando espelhamento do aparelho de telefone celular do depoente, o qual será devolvido a ele logo em sequência.

Aí, eu pediria, Leandro, que falasse com o advogado do depoente.

Eu encerro essa reunião, convoco os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para a próxima reunião, às 10 horas da manhã... Às 9 horas da manhã de terça-feira.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia seis de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Marcos do Val, Otto Alencar, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Dário Berger, Nelsinho Trad e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia, Eliziane Gama, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Tasso Jereissati e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Regina Célia Silva Oliveira**. **Finalidade:** Oitiva. Oitiva do Regina Célia Silva Oliveira, em atendimento ao requerimento 964/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Regina Célia Silva Oliveira, servidora do Ministério público da Saúde, em atendimento ao requerimento do Senador Humberto Costa.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Desejo a todos os colegas uma semana de luz, de harmonia.

Eu queria informar, Sr. Presidente, que, nos documentos enviados para esta CPI, a Controladoria-Geral da União enviou dados analíticos completos das 53 operações especiais integradas pela CGU que envolvem recursos federais destinados à pandemia entre março de 2020 e abril de 2021. Foi investigado nas 53 operações o montante de R$1,6 bilhão – bi, bilhão de reais. O prejuízo efetivo apurado até agora atingiu quase R$39,2 milhões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É 1,6 bilhão. Não é o valor da Covaxin?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... e o prejuízo potencial é de 124...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É de 1,614 bilhão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu peço, Presidente, que o senhor reitere a palavra, para eu concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A palavra está garantida para o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Queria a palavra pela ordem depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O prejuízo efetivo apurado até agora atingiu quase 39,2 milhões..

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Também pela ordem, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... e o prejuízo potencial é de 124,8 milhões, que decorrem dos desdobramentos que afetem outros contratos e o aprofundamento da investigação. Assim, o prejuízo total pode ultrapassar R$164 milhões.

Por meio de ações coordenadas em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público, já foram expedidos, Senadora Simone Tebet, 778 mandados de busca e apreensão e 67 mandados de prisão temporária, sendo 472 pessoas físicas, sendo dessas 129, Senador Marcos Rogério, agentes públicos, e 291 jurídicas estão sob investigação, das quais 51 pessoas de natureza jurídica, 228 de empresas privadas e 12 entidades sem fins lucrativos.

Ademais, a Nota Técnica nº 9 da CGU da regional da Bahia, de 3 de junho de 2020, que trata da compra dos 300 respiradores junto à empresa Hempcare, a Controladoria-Geral da União, órgão de controle e fiscalização federal, aponta expressamente nas suas conclusões a utilização de verbas federais na citada negociação. O Ministro Wagner Rosário, Senador Alessandro Vieira, em entrevista à CNN no dia 30 de junho de 2021, semana passada, admitiu que está disposto, sim, a vir a esta CPI para depor. Disse ele – abre aspas –: "Convocado, eu tenho que ir, e estarei lá para apresentar as explicações que forem necessárias".

Então, Sr. Presidente, diante do exposto e da considerável quantidade de procedimentos de investigação que apontou vultoso prejuízo para os cofres públicos, inclusive com o uso comprovado de verbas federais, é que quero recorrer à sua sensibilidade, à sensibilidade de V. Exa. e com o apoio dos nobres pares, para o imediato agendamento da vinda do Ministro Wagner Rosário para esta Comissão, ele que já foi aprovado aqui por todos nós – a convocação dele. Então, este é o pedido: que o senhor possa marcar, se possível, sexta-feira, já que eu soube pela imprensa que não há ou não vai haver a diligência esta semana do Ministro... Do ex-Governador, desculpe, Wilson Witzel. Que a gente possa ouvir o Ministro Wagner Rosário, que já faz três semanas que a gente aprovou.

Eu soube também que foi adiado o requerimento para amanhã, os requerimentos, as votações, não é? Eu faço aqui um apelo para que o senhor mantenha na pauta a questão tanto do Bruno Dauster, ex-Chefe da Casa Civil da Bahia, exonerado pelo escândalo do Consórcio Nordeste, assim como também da Cristiana Prestes, que é a dona da empresa que comercializa produtos à base da maconha e que recebeu antecipado aí R$48,7 milhões e nunca entregou até hoje os respiradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

Primeiro o Senador Otto, depois o Senador Marcos do Val, e depois o Senador Randolfe.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou pedir, por favor... Eu queria que contabilizassem o tempo de três minutos para questão de ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazer isso, porque, se não, há uma leitura e a gente perde muito tempo. Então, a questão de ordem... Eu vou estipular três minutos para a questão de ordem e, aí, eu vou encerrar a questão de ordem. Eu peço para as pessoas serem bastante sucintas, porque é a questão de ordem baseada no artigo tal, tal... Em cima disso. Uma exposição de mais de dez minutos para uma questão de ordem é muito tempo.

Eu peço essa compreensão dos colegas Senadores.

Senador Otto, pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Pode ficar tranquilo, Presidente, que a questão de ordem não será um cantochão nem uma ladainha.

É o seguinte, Sr. Presidente: diante da decisão da Ministra Rosa Weber – e ela está obedecendo à lei – não permitindo que o Sr. Maximiano possa vir aqui explicar os fatos nebulosos acontecidos no Ministério da Saúde, na compra e negociação da Covaxin, proporia a V. Exa. que pudesse marcar a oitiva da Diretora Executiva da empresa Precisa, a Sra. Emanuela Medrades, e já tem, inclusive, requerimento aprovado para a sua convocação.

Seria importante a vinda do Maximiano, aqui, à Comissão Parlamentar de Inquérito, até porque, nas informações que nós temos, ele não era uma empresa ou duas, não era só a Precisa e a Global; ele, na verdade, em Brasília, é um *shopping* de empresas, tem mais de 30 empresas para todo tipo de compra que você desejar. Portanto, é um atrabiliário mesmo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretamente, só para ajudar, são 14 empresas ligadas à Precisa e à Global, que se relacionam com mais de 50 empresas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E uma delas, a 6M, me parece que tem relação com o Carlos Wizard, que passou por aqui. Então, fizeram uma armação muito grande dentro da estrutura do Sr. Maximiano, que é um *shopping* de empresas, para ter aquele tráfico de influência dentro do Ministério da Saúde e negociar a Covaxin.

Portanto, a proposta que eu faço é que, ao contrário de chamar o Sr. Maximiano, chame-se a sua Diretora Executiva, que negociou com o Ministério da Saúde, que teve relação com o Ministro, com o Secretário-Executivo, com os diretores todos, a Sra. Emanuela Medrades, que, como testemunha, não ficará calada aqui na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a famosa empresa que vende de parafuso a foguete para órgãos públicos!

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, se for... Eu queria pedir, se houver a possibilidade, para eu estender um pouquinho mais o tempo... É porque é um vídeo – e eu queria apresentar esse vídeo –, é um vídeo que comprova o falso testemunho dos irmãos Miranda, que passou por uma perícia, com os dados técnicos da perícia. Esse vídeo é bem explicativo, e eu queria mostrar para os meus pares. Se o senhor permitir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse vídeo é do Sr. Maximiano. Ele teria oportunidade, Senador Marcos do Val, de vir aqui, mas ele foi à Justiça para não falar. E ele solta um vídeo... Esse vídeo que o Senador Renan Calheiros quis colocar aqui da Dra. Ludhmila eu não permiti, e não farei a mesma coisa... Você me desculpe, mas não tem absolutamente nada a ver. Quem tem que fazer a defesa do Sr. Maximiano não é V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas não seria a defesa dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é V. Exa.! Quem tem que fazer a defesa do Sr. Maximiano é ele mesmo aqui...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, é porque eu estou tendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... sentado à minha direita aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É porque todos os vídeos que eu tento apresentar eu não consigo apresentar na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! V. Exa. tem... Se for pertinente ao assunto, sem problema.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Sim, sim, sim, é um falso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos tratar aqui hoje de ouvir uma servidora pública, e não tem nada a ver...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tem a ver, tem a ver com o setor dela. Exatamente com *invoice*, com o setor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos do Val, eu não permiti, a pedido dos Senadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei se V. Exa. estava presencial ou estava remotamente, mas vocês se recordam... O Senador Marcos Rogério estava, o Senador Eduardo Girão estava, o Senador Luis Carlos Heinze estava, estava o Senador Fernando Bezerra quando o Senador Relator tentou aqui colocar aqui um vídeo da Dra. Ludhmila, e eu não permiti, entendendo que, se a pessoa quiser falar, tem que vir aqui para se defender e não outra pessoa mostrar o vídeo dela.

Vem aqui, senta aqui. Não vá para a Justiça. Sente aqui, Maximiano, sente aqui ao meu lado direito!

E ele pode explicar tudo isso que está no vídeo, porque o vídeo é dele. Ele mandou para a CPI, e eu não tomei conhecimento porque isso não serve como prova nem como defesa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ele mandou os documentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – E o vídeo é um explicativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou um requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 749, solicitando da Agência Brasileira de Inteligência as informações sobre o enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Para nossa surpresa, recebemos, Sr. Relator, um ofício do Gabinete de Segurança Institucional, entre outras coisas, dizendo: "Prevalece o entendimento de que existe um procedimento próprio para a exibição de documentos de inteligência da lavra da Abin ou de qualquer órgão do Sisbin, que deve ser observado inclusive por esta Comissão Parlamentar de Inquérito".

Com a devida vênia, não está correto. Requisição de documentos aprovada em comissão parlamentar de inquérito equivale, por óbvio, à requisição de documentos por qualquer inquérito. Lembremos ao Sr. Alexandre Ramagem e ao Gabinete de Segurança Institucional o que diz a Constituição: comissões parlamentares de inquérito têm poderes próprios das autoridades judiciais e autoridades jurisdicionais. A Abin não pode se negar a prestar informação a esta Comissão.

Portanto, Sr. Presidente, eu rogo a V. Exa. que procure, no decorrer do dia de hoje, o contato com o GSI e com a Abin para que os documentos compareçam a esta Comissão, sob pena de amanhã – e já anuncio aqui para os colegas – estarmos apresentando requerimento a esta Comissão para que seja aprovada determinação judicial para exibição dos documentos. Se não for cumprida a devida determinação judicial, busca e apreensão, com o afastamento do Sr. Alexandre Ramagem.

Então, para nós não termos que votar este requerimento de nossa lavra, que, antecipo, será protocolado amanhã, então eu rogo a V. Exa. que insista que não assiste audiência nenhuma, efeito nenhum essa informação do Gabinete de Segurança Institucional.

Nos espanta saber – e agora aumenta nossa curiosidade para saber – quais são as informações que a Agência Brasileira de Inteligência acompanhou no decorrer desta CPI... Perdão, acompanhou no decorrer desta pandemia e não quer prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Mesa tomará as providências solicitadas pelo Senador Randolfe.

Senador Fernando Bezerra. Depois, Senador Marcos Rogério, Senador Izalci, Senador Contarato e Senador Humberto Costa.

Eu só quero avisar a V. Exa. que a nossa convidada, a pessoa que foi convocada, já está aqui desde 9h da manhã e é uma senhora que veio aqui para depor. E eu espero a compreensão, que a gente encerre essas questões de ordem para trazê-la imediatamente para cá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, eu vou apresentar um requerimento para reforçar a chamada de volta a esta Comissão Parlamentar de Inquérito do Sr. Ricardo Miranda, porque a CPI já recebeu documentos suficientes para atestar que ocorreu o falso testemunho do servidor Ricardo Miranda, porque ficou claro, na documentação encaminhada a esta CPI, que não existia a tal da famosa *invoice* do dia 20.

Inclusive, eu pedi até ao Senador Alessandro, pela competência dele, pela experiência dele nessa área de investigação, de segurança, que ele pudesse aprofundar a análise dos documentos que foram enviados para saber se nós estamos diante de uma caracterização do falso testemunho. Isso é muito importante porque a narrativa de uma eventual prevaricação do Presidente, que, de logo, refuto, em função das providências que o Presidente tomou, está baseada numa *invoice* que não existia quando da audiência no Palácio da Alvorada.

Na realidade, nós precisamos, rapidamente – e eu acho que é dever desta Comissão Parlamentar de Inquérito –, afastar essa informação, que já está à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito. Houve ou não houve falso testemunho? Portanto, eu vou entrar com requerimento para reforçar a convocação do servidor Ricardo Miranda, para que a gente possa esclarecer esse fato, que é muito importante em relação às narrativas que estão sendo veiculadas pela imprensa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Senador Fernando Bezerra, e essa primeira *invoice* que chegou à mão dos Senadores, então? Esse documento foi falsificado por quem?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não sei. É isso que nós temos que esclarecer. Na realidade...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi publicado na imprensa, está na minha mão, consta...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Esse...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... inclusive, que o próprio Governo disse que era verdadeiro, depois corrigiu, dizendo que era verdadeiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não é desse que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone, Senador Fernando, o fato não é se a *invoice* é verdadeira ou não; o fato é se o Presidente recebeu o Deputado Luis Miranda na sua residência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os irmãos Miranda – os irmãos Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... os irmãos Miranda, e não tomou providência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Mesmo porque, até hoje, ele não se manifestou, não é, Sr. Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, desculpa, mas o testemunho do servidor Ricardo Miranda é em cima de um documento que não existia à época. O documento foi produzido. Isso precisa ser esclarecido, isso é sério, isso é grave.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, eu estou aqui...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O que é sério é ele ter sido pressionado por dois superiores, levado à presença do Presidente, e o Presidente, até hoje, não se manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., mas eu acho que tudo... Nós vamos esclarecer isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso, sim, que é sério.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sério é o documento. Desculpa, Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, é preciso ficar claro que o Sr. Maximiano não se negou a vir a esta CPI, pelo que eu saiba. Foi uma decisão da comissão diretiva da CPI, que cancelou a convocação dele no âmbito desta CPI, tarde da noite, para antecipar a vinda aqui do policial que fazia a acusação em outra transação em relação à vacina. Então, primeiro, é preciso deixar claro.

Eu reitero aqui a necessidade de ouvir esse empresário e, se for necessário, a própria funcionária da empresa. Eu acho que o fato de um paciente recorrer ao Supremo e pedir uma decisão judicial não impede a CPI de manter a convocação e ouvi-lo, a não ser que alguém tenha bola de cristal para adivinhar que ele vai se negar a falar ou não, mesmo porque ele tomou a liberdade e a iniciativa de gravar um vídeo para mandar a esta CPI. Se fez isso, é porque gostaria de falar, quer falar e tem que falar, porque tem muitas informações que precisam ser apuradas nessa transação toda. Então, eu quero aqui reiterar a necessidade de se ouvir esse empresário, bem como outros. Não há por que se negar a ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, com relação à questão de depoente chegar à CPI e falar ou exercer o direito constitucional de ficar em silêncio, isso não é uma garantia do Supremo Tribunal Federal. Isso, em razão do que fez o Relator, nós já sabíamos que podia acontecer, porque, de forma açodada, fez uma lista de investigados e apresentou à CPI. Acontece...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, eu queria só dizer a V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Renan, V. Exa. vai ter o direito de falar na sequência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está narrando um fato incorreto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Incorreto!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não é incorreto!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse cidadão referido por V. Exa., ele não consta da lista de investigados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, estou só contando um fato para que V. Exa. não passe à opinião pública e a esta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, ele não é investigado, não é um dos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele não é, mas outros são!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é um dos 14 investigados. O *habeas corpus* que o Supremo deu foi em função da abertura de uma investigação pela Polícia Federal dois dias antes – dois dias antes!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos os que foram incluídos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, com base nessa investigação da Polícia, ele pediu ao Supremo para calar diante da CPI, e o Supremo deu porque há uma jurisprudência nesse sentido. Não tem nada a ver com a Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir que V. Exa. reitere meu tempo.

Sr. Presidente, todos aqueles... Deixe-me dizer em claro e bom tom, porque, de repente, o Relator não entendeu ainda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe-me dizer em claro e bom tom: todos aqueles que o Relator colocou como investigados não precisam recorrer ao Supremo para virem aqui e permanecerem em silêncio, porque essa é uma garantia constitucional. Ao investigado cabe o direito ao silêncio; não é esse ou aquele, são todos. E, se há contra ele investigação, ele tem essa garantia constitucional. Não é o que eu desejo. Eu quero que todos que venham aqui falem abertamente e apresentem a verdade, por isso eu quero reiterar ao Presidente que refaça a convocação dele, com data e hora marcada, para que venha aqui.

Agora, não se pode fazer aqui... Assim, chegaram documentos. São documentos importantes, são documentos que precisam ser checados para que a verdade apareça. Nós não queremos blindagem a quem quer que seja, Sr. Presidente, nem a esse nem aos representantes do Consórcio Nordeste – lá, sim, é acusado de caso grave de corrupção com dinheiro desviado –, todos têm que comparecer aqui e prestar o seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., nós iremos ver.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu vi o vídeo feito por esse cidadão da Precisa. O *modus operandi* aqui no DF é exatamente o mesmo, ele participou daquela licitação e queremos ouvi-lo. Ele disse que gostaria de vir aqui para falar e que nós adiamos e, na prática, o que a gente precisa é realmente que ele venha aqui e explique o que aconteceu no DF e também com relação ao contrato da Covaxin.

Mas eu queria pedir a V. Exa. também... Já foi aprovado o requerimento do ex-Secretário Francisco, aqui do DF, que exatamente colocou a proposta da Precisa fora do prazo. E foi vendido com o preço dez vezes maior do que o preço vendido ao Sesc o mesmo produto – aliás, o produto do edital, mas foi entregue um outro produto. Então, se V. Exa. puder marcar já o depoimento do Francisco, para a gente é muito importante, porque vai esclarecer também todo esse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faremos isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... várias empresas que estão operando não só no Ministério da Saúde, mas também aqui no DF. E os requerimentos também dos membros da Operação Falso Negativo, que estão também na lista de votação aqui marcada, que era para ser hoje. Ficou para amanhã, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã nós iremos votar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Então, eu gostaria só de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós retiramos, porque...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... reforçar a data da marcação do Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a pedido dos Senadores para que a gente cumpra 48 horas antes... Como eu dei entrada a vários requerimentos ontem, aí, se eu fosse colocar hoje, teria também novamente o questionamento. Então, como a gente tem já uma agenda aí – e tem várias pessoas convocadas já e convidadas para vir aqui –, nós podemos votar amanhã pedidos de informações e novas convocações.

Eu vou ouvir o Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só para finalizar, ainda estou no tempo, é o seguinte: como CPI – eu já participei de várias –, quem tem que definir o calendário e o tempo certo de convocar é a CPI; não tem que o Supremo dizer o horário e quem é que tem que ser convocado. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei; mas o Ministro Lewandowski não tomou nenhuma decisão. Ele pediu informações para nós, e nós faremos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... daremos as informações necessárias sobre o Deputado, Líder do Presidente Bolsonaro, Ricardo Barros. Então, o que... Ele não decidiu; ele pediu informações, que é o correto – o que o Supremo fez –, então nós iremos dar as informações necessárias ao Ministro Lewandowski, porque nós temos uma cronologia de investigação sobre essa questão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem faz o calendário é V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E faz o calendário em cima da cronologia de investigação.

Então, essa questão de quem deve ser ouvido ou não é a própria investigação que diz, até porque, quando a Polícia Federal, a Polícia Civil chamam alguém para depor na delegacia, não é a pessoa que marca a data; é o policial que vai, entrega lá um documento e diz: "Você está marcado para 10h do dia tal", e você vai lá. Você pode até alegar que aquele dia você não pode ir e remarcar. Caso não seja feito, a polícia vai e leva o depoente de forma coercitiva, que é o entendimento que nós temos.

Então, no caso específico, o Ministro Lewandowski – vamos deixar claro –, do Supremo Tribunal Federal, não tomou nenhuma decisão; ele pediu informações à CPI. A CPI irá dar as devidas informações.

Senador Contarato, Senador Humberto e depois eu vou chamar a nossa convidada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, serei breve. Na mesma linha de raciocínio, a Comissão Parlamentar de Inquérito é que tem que ver adequadamente o melhor momento para abstrair aquela prova de natureza subjetiva. Não fica ao critério do depoente. É uma praxe até, no meio investigativo, que você colete as provas para você ter elementos até para inquirir. Como eu vou me precipitar, por exemplo, ouvindo prioritariamente o investigado, se eu ainda não tenho todos os elementos coletados?

Acertadamente, quero parabenizar a decisão do Ministro Lewandowski. E V. Exa. está conduzindo perfeitamente esta Comissão, com sobriedade, porque o objetivo aqui é coletar provas de natureza objetiva e subjetiva para, ao final, remeter ao titular da ação penal para formar *opinio delicti*. Eu espero que seja esse o melhor desenrolar.

Queria fazer uma sugestão, Sr. Presidente, porque, no último depoimento, eu vi alguns Senadores suscitando a possibilidade de acareação de quatro, cinco pessoas, sem ouvir essas pessoas. Acareação consiste em haver um confrontamento, é colocar cara a cara: você primeiro ouve uma pessoa; ouve, depois, individualmente, uma outra ou outras pessoas; e, naquilo em que os depoimentos forem conflituosos ou tiverem contradição, aí, sim, se faz a necessidade da acareação. Então, você não tem que ouvir uma pessoa e, com base no relato veiculado na imprensa, já determinar a acareação. Não! Primeiro você ouve individualmente e, aí, você vai fazer a esse confrontamento; eu acho que é isso. Pela experiência profissional, nas muitas vezes em que eu fiz acareação, os acareados se limitam a manter os seus posicionamentos. Perguntado como explica o depoente o fato relatado no dia tal, ele vai manter aquele depoimento, e o outro também. Então, muitas vezes, até se torna infrutífera essa acareação. Mas eu queria dar a minha contribuição: não seja precipitada a Comissão em fazer uma acareação sem ouvir, efetivamente, as pessoas.

Era só essa a minha participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Sra. Francieli fará um depoimento na quinta-feira aqui. Após... Isso foi uma solicitação feita pela Simone Tebet, a Senadora fez essa solicitação de acareação. A gente irá fazer isso no momento oportuno, após ouvir as pessoas e ver as contradições. É o mesmo caso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de uma acareação entre o Deputado Ricardo Miranda e o Deputado Ricardo Barros: nós temos que ouvir as duas pessoas. Já ouvimos o Deputado Ricardo Miranda, temos que ouvir o Deputado... Aliás, o Deputado Luis Miranda e o Deputado Ricardo Barros. Após ouvir o Deputado Ricardo Barros, aí, se houver contradições, fazer uma acareação de dois.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, mas o requerimento – Sr. Presidente, desculpe, interrompê-lo – da Dra. Francieli foi apresentado por mim, com acareação com a Dra. Luana Araújo, em cima daquela posição que, quando o Ministro Marcelo Queiroga esteve aqui, eu questionei, a respeito de a segunda dose ser diferente da primeira. Chama-se isto intercambialidade: você dá a primeira dose de uma vacina numa grávida e, depois, de outra vacina. Muitas grávidas foram a óbito, como confirmou agora, este final de semana, a imprensa. Então, se vai chamar a Dra. Francieli, tem que trazer também para essa acareação a Dra. Luana Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria posterior a ouvir a Dra. Francieli.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque, olha, eu não posso imaginar, Sr. Presidente, que vão a óbito grávidas que tomaram a primeira dose da AstraZeneca e tomaram a segunda dose de outra vacina, e vai ficar por isso mesmo. Então, banalizou-se a vida. São 525 mil óbitos. Banalizou-se a vida. Foram algumas grávidas, mulheres grávidas que tomaram a primeira vacina da AstraZeneca, depois tomaram a segunda de outra vacina – CoronaVac, ou Pfizer, ou da que foi – e foram a óbito. Isso precisa ser esclarecido, até porque, quando o Ministro Marcelo Queiroga esteve aqui, ele confirmou que foram a óbito algumas mulheres grávidas mesmo. Vai ficar por isso mesmo? A vida não interessa mais? Porque são 525, uma a mais, uma a menos não fazem diferença nenhuma?

Então, tem que fazer, realmente, a acareação da Dra. Francieli com a Dra. Luana Araújo. Isso pode ser feito, perfeitamente, na quinta-feira, sem nenhuma dúvida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, sobre essa questão colocada pelo Senador Otto Alencar, eu queria até lembrar o Senador Fernando Bezerra de que há um requerimento de convocação do Ministro Onyx.

Eu concordo com o encaminhamento sugerido pelo Senador Contarato de que é preciso ouvir os dois. E, se a Comissão entender que é o caso de acarear, então, depois que nós ouvirmos o Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onyx, quem sabe se não será o caso de fazer uma acareação com o Luis Ricardo. E aí nós poderemos trazer o Luis Ricardo, mas numa vinda específica.

Há um requerimento já que precisa ser apreciado de convocação do Ministro Onyx, que inclusive mentiu sobre esse episódio que está sendo discutido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone e Senador Humberto, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Eu vou ser bem objetiva, Sr. Presidente. É um assunto realmente que é relevante.

O Líder do Governo acaba de fazer uma acusação grave em relação ao servidor público, que eu acho que merece ser investigada, é óbvio, mas é importante, antes disso... Eu faço um apelo à Comissão, embora não seja membro, para que convide a Sra. Emanuela. Por quê? Em relação... Até pra ver se é o caso de trazer novamente o servidor Luis Miranda. No dia 18 de março, a Emanuela, que é da Precisa, manda um *e-mail* fechado, *in box*, encaminhando a primeira *invoice*. Depois, no dia 22, porque vários servidores não tiveram acesso a essa *invoice*, ela manda essa *invoice* aberta para uma série de servidores. Então, tomou conhecimento desse documento, que a princípio o Líder do Governo fala que não existiu, o Sr. William Amorim, a Sra. Regina Célia, a Sra. Renata Santana, Thiago Fernandes e Luis Miranda. Nesse processo todo, quando eles veem que a nota tinha pagamento antecipado, há um servidor que fala: "Não dá porque não combina com contrato". Foi quando a mesma Emanuela – e aí eu vou aqui já para o final – manda uma segunda *invoice* corrigida. E a segunda *invoice* também, parece-me, tem erros. Ela vai, depois de muita solicitação, e encaminha a terceira *invoice*. Então, a Emanuela precisa ser ouvida antes de a Comissão discutir se é o caso ou não de trazer novamente o Luis Miranda, porque ela, que é da Precisa e tem a relação com a Madison, é que vai dizer realmente se nós estamos diante de três *invoices*, que são notas fiscais enviadas pelo vendedor, ou se nós estamos diante de duas. Então, é apenas a sugestão que faço aqui antes de votar o requerimento do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores, eu queria, na verdade, me manifestar, porque existem aqui alguns de nossos colegas que se arvoram arautos da moralidade, da decência, do desejo de apuração da corrupção, mas que têm uma única tecla: o Consórcio Nordeste. Nós convocamos nove Governadores de Estado; desses nove que não vieram por uma decisão do Supremo, sete são bolsonaristas, fazem parte da nova política que disseram que se instalou no Brasil a partir da eleição de 2018. Esses arautos da moralidade aqui dentro da CPI, eu não os vejo demandar, com requerimentos, com cobranças, esclarecimentos sobre esses sete Governadores. Ainda que fossem os nove, eu não vejo. Há uma verdadeira fixação no Consórcio Nordeste, com o objetivo de travar uma luta política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais, se essas pessoas são tão defensoras do combate à corrupção, o Governo Bolsonaro está nos dando de bandeja um cabedal de coisas, de atos de corrupção, de bilhões de reais, de uso, para efeito de corrupção, de vacina, algo que podia salvar a população brasileira, e anda cobrando propina de US$1 por dose! Eu queria que toda essa gana de investigar a corrupção também se manifestasse em relação ao valor de US$1 por vida das pessoas, à cobrança de propina, aos recursos que iam para um paraíso fiscal para pagar antecipadamente vacinas que seriam vendidas pela empresa que, como eu disse, é a queridinha do Governo. A empresa Precisa é uma empresa protegida desse Governo, que foi admitida como intermediária de um processo de venda de vacina quando ela deu um golpe no Ministério da Saúde em mais de R$20 milhões.

Que esses continuem a pedir o Consórcio Nordeste aqui – nós vamos buscar –, mas que eles também olhem para a corrupção do Governo Bolsonaro e olhem para a corrupção dos bolsonaristas que estão aí nos Governos estaduais!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu convido a senhora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, só rapidamente, por um minuto, não mais que isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu convido a senhora...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não falei o nome de ninguém, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu convido a senhora...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não falei aqui o nome de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu convido a senhora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente Omar, é só um minuto, não mais que isso, só para fazer aqui um contraditório. Corrupção...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não fiz aqui nenhum contraditório com ninguém.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu sei, eu sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, não teve citação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu sei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não falei o nome de ninguém.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só queria, Presidente, dizer que corrupção a gente tem que combater onde quer que esteja.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E V. Exa. deveria combater a do Governo Bolsonaro!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu combato, tanto é que eu aprovei todos os requerimentos de convocação do Governo Federal, quebra de sigilo, o raio que o parta! É importante se fazer isso. Agora, o Consórcio Nordeste é blindado, até agora, nesta Casa, e chegou a hora da verdade, de a gente abrir esse segredismo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... esse mistério para a população brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Girão. Obrigado, Senador Girão.

Sra. Regina Célia Silva Oliveira, eu vou fazer algumas perguntas para a senhora. Coloque o microfone. (*Pausa.*)

Isso!

V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Sim, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeita ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

A senhora tem 15 minutos. A senhora, parece, tem uma apresentação a fazer?

O SR. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, fique à vontade durante os seus 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Bom dia, Srs. Senadores e Sras. Senadoras! (*Pausa.*)

O.k., obrigada. (*Pausa.*)

Não, ainda não. Por favor...

Eu me chamo Regina Célia Silva Oliveira. Sou servidora do quadro efetivo do Ministério da Saúde. Ingressei na carreira do ministério por meio de concurso público no ano de 1995. Tenho, portanto, 26 anos de carreira como servidora pública concursada. Construí uma história de vida, uma carreira profissional no âmbito do ministério no decorrer desses 26 anos como servidora pública. No interregno desses 26 anos, até a presente data, exerci diversos cargos e funções no âmbito do ministério, para os quais fui nomeada em várias gestões ministeriais, dentre elas na gestão do ex-Ministro José Serra, na gestão do ex-Ministro José Gomes Temporão, na gestão do ex-Ministro Marcelo Castro, na gestão do ex-ministro Ricardo Barros e na gestão do ex-Ministro Eduardo Pazuello. Nunca fui investida em nenhum cargo por indicação política, minhas nomeações foram exclusivamente por razões técnicas.

Estou atualmente lotada no Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde, onde exerço a função de fiscal de contrato. A função de fiscal de contrato é uma função privativa de servidor, função a qual exerço desde 2016 por ter sido capacitada pelo Ministério da Saúde, e, desde então, são mais de 70 contratos cujas execuções foram acompanhadas por mim. Uma vez designada para fiscalizar um contrato, sou obrigada a exercê-la, não tendo opção em não cumprir tal atividade.

No decorrer desses 26 anos de prestação de serviço público, nunca figurei como parte de processo administrativo disciplinar ou fui apontada em irregularidades pelos órgãos de controle. Exerço minhas funções com retidão e compromisso com a administração, em compromisso com minhas obrigações de servidora pública concursada.

Estou à disposição desta Comissão para esclarecer quaisquer dúvidas quanto à execução das minhas atividades como servidora concursada no âmbito do Ministério da Saúde.

Eu trouxe uma apresentação, uma pequena apresentação.

Pode passar, por gentileza.

Bom, eu só gostaria de contextualizar, inicialmente, acerca dos processos que são relacionados em um contrato no âmbito do Ministério da Saúde. São basicamente três processos. O primeiro é o processo de contratação, que é o mesmo de execução e fiscalização, onde, de fato, o fiscal atua. O fiscal, nesse momento, ele atua na execução do contrato, na fiscalização da execução do contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O processo de importação, ele é o segundo processo que diz respeito à divisão de importação, e ele finda com a autorização da importação por parte da Anvisa.

E o terceiro processo diz respeito à chegada do produto, que é o atesto de recebimento tanto pela comissão – é uma comissão eleita no ministério, por portaria, para recebimento dos produtos. Depois desse atesto feito pela comissão, esse atesto é encaminhado aos fiscais do contrato para ratificar o recebimento e encaminhar ao Departamento de Logística para providências de pagamento.

Pode passar, por favor.

Eu trouxe aqui... Acerca do pagamento da vacina, eu queria só deixar claro que, nesse contrato da vacina Covaxin, naqueles três processos que eu demonstrei aqui para vocês, o terceiro processo não chegou sequer a ser aberto, porque ele não chegou nem a concluir a fase da importação.

O terceiro... Acerca da cláusula de pagamento, que eu trouxe aqui para os senhores... Porque, no depoimento do Sr. Luis Miranda, foi dito que se faria pagamento antecipado. Eu quero deixar claro que a cláusula é muito expressa no que diz respeito à entrega do produto, onde o pagamento só seria feito após a entrega e após a aprovação integral pela Anvisa para uso emergencial e temporário e/ou registro definitivo, ou seja, essa aprovação da Anvisa sequer aconteceu, e, então, não seria, de fato, verdade... Não seria de verdade o fato de se ter pagamento antecipado para esse contrato.

Pode passar, por favor.

Eu trouxe aqui os *e-mails* em que eu fui instada a me manifestar nesse momento da importação da vacina Covaxin.

No dia 18 de março, a Divisão de Importação me encaminhou um *e-mail* informando que recebeu da empresa solicitando providências acerca das tratativas relativas à abertura da licença de importação. Nesse momento, eu levei esse *e-mail* ao processo e reportei formalmente ao Sr. Secretário de Vigilância e à Secretaria Executiva para aprovação e encaminhamento ao Departamento de Logística.

No dia 22 de março, a representante da empresa me encaminhou um *e-mail* solicitando autorização acerca de dois pontos. Primeiro, em relação à quantidade de 3 milhões de doses. O contrato previa a primeira entrega de 4 milhões de doses, só que a empresa me informou que, por conta de uma regulamentação do país de origem, do país indiano, não seria possível embarcar as 4 milhões de doses, porque se limitaria a, no caso, a 50 milhões de doses... Desculpem: 4 milhões de doses, se limitaria a US$50 milhões, o que ficaria, no máximo, em 3 milhões. E ela aqui se compromete em compensar esse volume nos próximos embarques. O segundo ponto colocado pela empresa foi em relação à Madison Biotech, onde ela afirma que a Madison é agente comercial...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só uma pergunta, senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem lhe comunica que a Índia só pode faturar US$50 milhões e não...? E por isso mandariam...?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nesse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Quem lhe comunicou isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) **–** A Sra. Emanuela Medrades...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A senhora mandou verificar isso? Se era verdade ou não o que a Sra. Emanuela...?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nesse momento, não me cabia fazer essa verificação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, se tem um contrato para entregar de 4 milhões de doses...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Acontece, Sr. Senador, que a questão de entrega de quantitativos diferentes nesse momento... Isso acontece em outros contratos em relação às vacinas. Por quê? Podem ocorrer situações em que, no processo produtivo, aconteça alguma intercorrência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Só uma pergunta, sem interrompê-la: a senhora foi a gerente do contrato de aquisição de remédio para doenças raras em 2018?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) **–** Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi a senhora a gerente?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, Sr. Senador. Eu sou só fiscal de contrato de vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E foi a fiscal deste contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Qual contrato?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** De 2018, com essa mesma empresa Precisa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem foi? A senhora lembra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com a Global?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não sei. Não conheço. Não é da minha área.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Está bom. Nós chegaremos lá.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nesse momento, a empresa se compromete a compensar este volume na entrega seguinte. Como foi dito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que credibilidade tem essa empresa!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Como foi dito, esse compromisso feito de compensar na parcela seguinte é aceitável, considerei razoável, porque em outros contratos nós aceitamos também, até porque a vacina não seria paga na quantidade de 4 milhões nesse momento; seria pago aquilo que entregou.

Em relação à Madison Biotech, a empresa afirma que é a agente comercial responsável pela confecção da licença de importação, que possui o mesmo quadro societário e é encarregada de todas as exportações da Bharat Biotech. E afirma que estão providenciando uma declaração com este conteúdo, mas, como representantes e signatários, estariam de acordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E a senhora aceitou essa afirmação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não aceitei. Nesse momento, eu não aceitei. Eu respondi logo de imediato, cerca de duas horas depois, que autorizaria a continuidade dos procedimentos de embarque nas condições apresentadas e que, em relação ao segundo ponto, aguardava a declaração para comprovação do item dois.

Eu aqui não aceitei o envio da *invoice* em nome da Madison. Eu aceitei em relação ao quantitativo de 3 milhões.

No dia 23, a empresa encaminha a declaração onde consta que a Bharat Biotech e a Madison são incorporadas na mesma companhia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) **–** São incorporadas? O termo que você usou: "incorporadas"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Na declaração consta que são incorporadas à mesma companhia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa é uma novidade aqui na CPI.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – A senhora tem documento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – A declaração.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não consigo enxergar.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Volte uma tela, por gentileza.

Nessa declaração eles afirmam ali, no segundo parágrafo, que elas são incorporadas à mesma companhia.

No dia 24...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Ali, diz: "Conforme combinado, segue declaração emitida pela fabricante". Eles tinham combinado alguma coisa com a senhora?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Vou esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, esclareça.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A Sra. Emanuela me ligou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... no dia anterior, justamente para tratar desses dois pontos, para explicar esses dois pontos. Foi quando eu me reportei a ela, informando que ela deveria colocar essas questões por *e-mail* para que fossem respondidas formalmente, que eu não responderia pelo *e-mail*; desculpa, por telefone. E ela, no mesmo dia, encaminhou o *e-mail* com esses dois pontos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – "Dois pontos" se refere a quê?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Se refere ao quantitativo e se refere ao envio da pró-forma em nome da Madison, que é esse *e-mail* anterior.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – ... negociando um contrato lateral com a senhora.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não houve negociação, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como? Se a senhora acredita na...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... declaração de que está acontecendo isso, vai acontecer aquilo, unilateralmente, com uma das partes do contrato?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Porque isso não está no contrato.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nesse *e-mail*, nesse *e-mail*...

Pode retornar, por gentileza, a tela.

Neste *e-mail*, eu não aceitei, eu não aceitei o envio da *invoice* em nome da Madison Biotech. Eu aceitei aqui o envio das 3 milhões de doses. Aguardava o envio da declaração para a comprovação do item 2, mas eu não cheguei a responder.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Mas só a declaração era suficiente para validar isso? Só uma declaração?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não era suficiente. Eu estaria encaminhando isso ao Departamento de Logística para avaliação, mas eu não cheguei a responder posteriormente à empresa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Departamento de Logística convalidou isso? Só essa declaração foi suficiente para...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não foi suficiente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas como mandaram a fatura...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Posso chegar mais à frente, senhores?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora assumiu a responsabilidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No dia 24, a Divisão de Importação encaminhou...

Por gentileza, pode passar a tela? Mais à frente...

No dia 24, a Divisão de Importação encaminhou um *e-mail* onde ele apresenta um *checklist* da *invoice*. Devo aqui esclarecer que quem faz a avaliação da conformidade da *invoice* é a Divisão de Importação. Não cabe à fiscal do contrato fazer a avaliação do *checklist* do conteúdo da *invoice*. Eles me apresentaram o técnico da Divisão de Importação, me apresentou o relatório no *e-mail*...

Pode passar mais uma tela, por favor.

Nesse *checklist* que eles me passaram, ele apenas destacou um ponto divergente, que foi em relação aos 3 milhões de doses, que está diferente do que está no contrato, que é de 4 milhões. Apenas esse ponto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Apenas um ponto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele me destacou apenas isso, porque é função da Divisão de Importação fazer essa análise. Não cabe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem foi que fez a análise? A Senadora está perguntando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Quem foi que fez a análise? O Sr. William?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – O Sr. William foi quem me descreveu o *e-mail*, porém, quem é o chefe da Divisão de Importação é o Sr. Luis Ricardo. Neste *e-mail* foi colocado apenas acerca do quantitativo.

Pode passar mais uma tela, por favor.

No *e-mail* seguinte, eu respondo a esse *e-mail* da Divisão de Importação, onde eu coloquei da seguinte forma, vou ler para os senhores: "Relativo ao quantitativo ofertado, estará menor que o compromisso firmado, informamos que as justificativas foram apresentadas pela empresa e aprovadas pela fiscal do contrato, conforme *e-mail* em anexo. Assim, ratificamos a autorização de prosseguimento dos procedimentos de embarque da primeira parcela".

Eu fui muito clara quando eu disse que eu aprovava o quantitativo, que foi o único item, o único ponto que ele me apontou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas essa relação das duas empresas também não foi questionada? Regina, V. Sa. não analisou isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Como? Desculpa: não ouvi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) **–** Essa questão da empresa, essa incorporação aí, tem documento dizendo alguma...? Foi encaminhado, além dessa declaração, algum documento dizendo que as duas empresas foram incorporadas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) **–** Não, foi o que não foi encaminhado. Apenas essa declaração.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E foi aceita apenas a declaração?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não aceitei. Eu disse ao senhor que eu não aceitei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sim, mas se não aceitou e foi para lá... E na volta não foi questionado quem era...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Se a divisão de importação aceitou, foi de competência da divisão de importação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sim.

Com relação ao momento que você questionou, não aceitou, e de volta, só veio a questão da quantidade, ninguém alertou para a questão da importação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Então, nesse momento a divisão de importação deveria ter me alertado que a *invoice* permanecia ainda com essa divergência. Se ele não me alertou, eu entendi que estava tudo correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas, como fiscal de contrato, a senhora deu a entender que autorizou o pagamento.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Porque a única questão eram três.... Era a questão da quantidade.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, eu não autorizei pagamento. Tanto é que eu falei com o senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tocar o processo...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... que à fase de pagamento não chegou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Autorizou a continuidade do processo, do envio para Anvisa.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Eu autorizei acerca do quantitativo. Não foi nada além disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que poderia autorizar um quantitativo que não estava previsto no contrato?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A senhora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Entendeu? É muito...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Renan...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A declaração foi anexada nesse *e-mail* que eu respondi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – A declaração da empresa, uma empresa que tinha dado um calote no ministério em 2018, com o Ricardo Barros à frente do ministério, e a senhora também já estava lá. A senhora não se lembrava do calote? Quer dizer, e aceitava a declaração unilateral...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Espere aí, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de uma empresa contra o contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Senador, por gentileza. Posso falar, posso responder?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro, nós estamos aqui para ouvi-la. O seu depoimento é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu vou pedir para a senhora encerrar a sua colocação, porque a senhora foi bastante – várias vezes – interrompida. Eu lhe darei mais cinco minutos para a senhora falar, só que eu queria um esclarecimento da senhora.

Foi um processo... Porque a senhora está acostumada a ver processos, correto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora não achou esse processo muito atípico?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não achei nada atípico dentro do processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, então, é recorrente...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... no que me cabe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desculpe, Senador: só ao que me cabe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, só um minutinho, senhora.

Eu perguntei se a senhora não achou um pouco atípico. Então, a senhora disse que não acha atípico.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Em relação à minha a função de fiscal, para fiscalizar a execução do contrato, não teve nada atípico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é atípico. Não é atípico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E aceitou as alterações unilaterais, de uma parte? Não é atípico?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

Então, isso é... Existe, em vários contratos com o Ministério da Saúde, este tipo de comportamento? O contrato diz uma coisa, aí o fornecedor diz outra, e a senhora aceita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Uma fiscal de um contrato atípico?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora é fiscal do contrato. Se a senhora não acha atípico, quer dizer que isso é o *modus operandi* dentro do Ministério da Saúde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Toda hora se faz... "Ah, contrata isso, vamos entregar 1 milhão de luvas". "Não, nós só temos 500 mil...". Aí, entrega as 500 mil.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, o contrato é com a Bharat Biotech. A Bharat Biotech informa que a Madison é uma empresa do grupo econômico dela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou fazendo outra pergunta. Não, não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... responsável pela comercialização.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou entrando nesse detalhe.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é isso que está em questão aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é que está em questão?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou perguntando à senhora...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é que está em questão? O que está em questão é se a Madison poderia emitir a *invoice* ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ...e a Precisa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é disso que estamos falando agora.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A Precisa é o representante comercial dela no Brasil. A *invoice* é em nome da Madison, em nome da Bharat Biotech.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ... a empresa fala isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, por favor... Senador Renan, por favor...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, a empresa de forma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, por favor...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A gente já falou isso! Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só uma coisa: eu não perguntei sobre as empresas, eu perguntei de uma forma geral: "Esse contrato não é atípico?". E ela disse que não. Isso quer dizer que é uma prática decorrente dentro do Ministério da Saúde. Correto? Só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É importante, Presidente, que a depoente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só isso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, é importante que a depoente responde à pergunta do Presidente: "Isto é uma prática no Ministério da Saúde?". Esse procedimento é uma prática?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Sr. Senador, o que é de competência do fiscal é analisar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não! A pergunta do Presidente Omar foi objetiva.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... é avaliar a execução do contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse tipo de procedimento que a senhora adotou é prática no Ministério da Saúde?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não adotei. Seria em relação ao quantitativo? Eu adotei em relação ao quantitativo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o conjunto de procedimentos...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu deixei claro aos senhores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não aceitei a declaração, senhores!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** A senhora não confrontou...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não aprovei.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) **–** A senhora não confrontou o quantitativo com o valor? A senhora só checa quantitativo? Não checa o valor correspondente ao quantitativo das doses?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) **–** Senadora, quem faz a avaliação do documento *invoice*... É de competência exclusiva da Divisão de Importação, por isso que há esse *e-mail*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E o que é que cabe ao fiscal do contrato nessas condições em que a empresa apresenta...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... um *invoice* diferente do contratado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Senador Renan, só para entender. A senhora está falando que, ao checar o contrato com a *invoice,* constatou que o quantitativo do contrato correspondia à nota fiscal?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não chequei a *invoice.*

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** A senhora não teve acesso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Quem checa a *invoice*...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Mas a senhora...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu fui copiada, sim, senhora. Eu fui copiada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ela aceitou a declaração!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu fui copiada, sim, nas mensagens.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) **–** Mas como reduz o número e não olha o valor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Mas não é competência da minha parte analisar a pró-forma *invoice.* Isso é incompetência da divisão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu entendo, Sra. Regina. Não precisa ficar na defensiva, eu entendo. Eu só quero compreender a função da senhora para concluir aqui o meu raciocínio.

A senhora é fiscal do contrato. O contrato tem que, de alguma forma, vir com documentos para a senhora fiscalizar e dizer "vai ser executado, e, portanto, receberemos as doses exatamente como consta no contrato". O contrato tem cláusulas onde se coloca o valor, a quantidade das doses e o valor pago por essas doses. Ali está no contrato. Esse é o seu papel. Eu entendi.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Mas, para a senhora confirmar que as doses estavam corretas, a senhora se baseou apenas num *e-mail?* Não confirmou absolutamente nada? Eu não entendi esse ponto da senhora. A senhora constata a quantidade por intermédio de que outro documento? E ali a senhora não checou também à possibilidade de ter um equívoco nos valores das doses que estavam sendo comercializadas pelo Ministério da Saúde?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Mas isso é função da Diimp, da Divisão de Importação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, qual é o papel da senhora, que eu não estou entendendo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O papel do fiscal... Eu aprovei em relação ao quantitativo, em relação ao quantitativo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Regina...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Vamos organizar o depoimento da Sra. Regina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a V. Exa. que seguisse as inscrições...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... começasse com o Relator, dificultasse essas interrupções, porque as pessoas que estão interrompendo estão inscritas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Humberto. Acatando vossa questão de ordem, vamos retomar...

V. Sa. já concluiu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Já, já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, Senador Renan, a depoente está a vossa disposição para os seus questionamentos.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Colegas, só um... Colegas, quero pedir a atenção... A palavra está com o Relator para inquirir a depoente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero, em primeiríssimo lugar, agradecer à Sra. Regina Célia Silva Oliveira, pela presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. A presença da servidora é muito importante para que nós possamos avançar na investigação desses fatos que calam fundo no Brasil e parecem envolver muita gente, muita gente.

De logo uma preocupação: que, envolvendo muita gente, recaia a responsabilidade sobre uma servidora de carreira, cumprindo uma função muito importante, estratégica, no ministério há vários – há vários anos. E, em nome de se desvendar o que aconteceu, ela eventualmente assuma responsabilidades que não são delas – que não são dela, melhor dizendo. Portanto, nós temos a maior expectativa com relação ao seu depoimento e alguns detalhes, pormenores que a sua presença permitirá esclarecer com relação a essa confusa questão que chegou à Comissão Parlamentar de Inquérito, e a Comissão Parlamentar de Inquérito a desvendou – a desvendou.

Se por acaso eu perguntar alguma coisa que, de uma forma ou de outra, já estava incluída na sua apresentação, releve. Nós estamos perguntando apenas para que a senhora dê a ênfase necessária ao perguntado e ao respondido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. já respondeu que é servidora de carreira do ministério.

Trabalha diretamente com o servidor Luis Ricardo Miranda?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não, Sr. Senador. Eu trabalho na Secretaria de Vigilância em Saúde. O Sr. Ricardo faz parte da Secretaria Executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. está lotada na Secretaria de Vigilância em Saúde?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde quando assumiu essa função?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Na Secretaria de Vigilância?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Praticamente desde a existência da secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há quantos anos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Por volta de 2003, se não me engano, ou 2002.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 2003, 2002.

A senhora lembra quem era o ministro nessa oportunidade?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nessa ocasião, eu acredito que era José Gomes Temporão, se eu não me engano.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Era eu.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desculpa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro Humberto Costa.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não lembro, não lembro. Por data, não tem como a gente lembrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora nós vamos especificamente começar a ouvi-la com relação a alguns detalhes técnicos e a algumas informações que eventualmente a senhora conhece.

Quais são as atribuições do seu cargo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu acompanho a execução do contrato. Então, minha relação pode se tratar em relação a tratar com a empresa questões do contrato de ordem de cronograma, por exemplo, de ordem de solicitação de termo aditivo, caso necessário, para alteração de cronograma ou de vigência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora se puder precisar qual é a atribuição principal do seu cargo...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Emitir notificações, por exemplo, à empresa quando ela está em atraso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas a fiscalização não pressupõe que a senhora é fiscal de um contrato? Não tem esse pressuposto? A senhora é fiscal de um contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quando uma das partes descumpre o contrato é a senhora que negocia condições excepcionais?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não negocio. Eu emito notificações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas a senhora autoriza descumprir o contrato em algumas circunstâncias?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não autorizo. Eu aceito. Nessa circunstância, eu devo esclarecer o seguinte: conforme o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desculpa. Eu estou perguntando e perguntando com...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque é muito importante que a senhora esclareça porque, se é um cargo técnico... A senhora acabou de dizer que há uma prática aqui... Essa operação da Precisa não foi atípica; não sendo atípica, é porque é uma prática comum no ministério.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. A prática é em relação ao quantitativo, Sr. Senador. Apenas em relação a aceitar o quantitativo divergente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No exercício da fiscalização de contratos, queria, mais uma vez, perguntar quais são as atribuições do fiscal do contrato e dos servidores do Departamento de Logística.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Do fiscal de contrato... Do fiscal de contrato, no caso, como eu disse, acompanhar a execução. Dentre elas, emitir notificações, atestar notas fiscais a partir da ratificação de entrega pela comissão de recebimento e emitir relatório de execução do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os fiscais de contrato, no Ministério da Saúde, costumam ser oriundos da unidade responsável pela aquisição ou do Departamento de Logística? A senhora pode...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, da área responsável pela aquisição, pela solicitação da demanda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a primeira pergunta: por que V. Sa. foi designada fiscal do contrato da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque eu sou fiscal de contratos de vacinas e de soros do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é fiscal de outros contratos de vacinas ou de outros insumos comprados pelo Ministério da Saúde para o enfrentamento da pandemia?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos? Quais são?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sou fiscal da Pfizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fiscal do contrato da Pfizer.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... sou fiscal do contrato do Butantan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Fiscal do contrato do Butantan, da Pfizer...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... da Janssen e da União Química.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Da Janssen e da União Química.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O que V. Sa. conhece do relacionamento entre a Global Gestão em Saúde e o ministério?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não conhece nada?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O servidor Luis Ricardo, quando esteve aqui respondendo especificamente a uma pergunta do Relator, disse que os problemas da Global Gestão em Saúde, que não entregou os medicamentos referidos há pouco por mim, aqui, de alto custo, comprados e pagos pelo Ministério da Saúde, são bem conhecidos na pasta. A senhora nunca ouviu falar da Global e desses contratos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A gente ouve falar, mas eu desconheço qualquer questão acerca desses contratos, porque não diz respeito à minha área.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas ouviu falar desses contratos no ministério?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Já ouvi falar no ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa... Isso é muito importante, porque isso seria um pressuposto para a não notificação do cumprimento de contrato por uma empresa dessa ordem.

V. Sa. teve alguma participação no procedimento licitatório ou na execução desse contrato de fornecimento de medicamentos para doenças raras?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não participo de nenhuma fase pré-contratual de nenhum contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não participou desse contrato em nenhum momento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – De nenhum contrato eu participo de fase pré-contratual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, nesse especificamente, na gestão do Ricardo Barros?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nenhum contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

V. Sa., para ocupar essa função, em algum momento, já que respondeu ser de carreira, de fiscal, teve algum patrocínio de algum político para que, efetivamente, essa nomeação acontecesse?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – As minhas nomeações em todos esses cargos que eu relatei aos senhores aqui no início da minha fala foi unicamente por razões técnicas. Eu não tive nenhum patrocínio, eu não conheço nenhum político que possa ter intervindo na minha nomeação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece ou não sabe?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas é cargo de confiança.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É cargo de confiança. Não conhece ou não sabe quem participou...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Existe gratificação para a senhora exercer esse cargo, não existe?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Existe gratificação para eu ser fiscal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E, coincidentemente ou não, a senhora está nessa gratificação desde 2018...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Senador, desde 2016...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... com Ricardo Barros, e se perpetua até hoje.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor, desde 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais as funções ou cargos comissionados que V. Sa. exerceu durante a gestão do Ricardo Barros e durante o Governo Bolsonaro, por favor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu sou fiscal de contrato desde 2016. Eu não mudei essa função desde 2016. As nomeações que eu trouxe aqui para os senhores são nomeações puramente de alterações de cargos, e isso é corriqueiro dentro do órgão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não entendi.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu sou fiscal de contrato desde 2016.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde 2016.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

As funções de confiança para as quais eu fui nomeada nesse período de 2016 para cá são meramente alterações de cargos, não foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem era o Ministro quando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, eu sei, mas eu queria saber quais são as funções de confiança que a senhora ocupou de 2016 para cá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – E, se me permite, Sr. Relator: quem era o Ministro quando da sua primeira nomeação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Da minha primeira nomeação? Era o Ministro José Serra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ah, para fiscal de contrato? Deixe eu resgatar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi em 8 de dezembro de 2016.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso, para o cargo de confiança, para a gratificação de confiança.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Marcelo Castro?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não, é uma pergunta. A senhora poderia responder. Não pergunte à Mesa. É uma pergunta: quem era o Ministro quando a senhora foi nomeada pela primeira vez para uma função em comissão na estrutura do Ministério da Saúde?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Do Ministério da Saúde? José Gomes Temporão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é função em comissão que o Senador está perguntando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A primeira função em comissão que a senhora exerceu como servidora de carreira foi em que momento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Como servidora de carreira: José Serra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece-me que a pergunta do Relator é qual a primeira função em comissão, gratificada...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ah, sim, minha primeira função foi DAS 1.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando? Em que ministério? Quem era o Ministro? Em que governo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – José Serra, José Serra. Se eu não me engano, eu não tenho aqui... Deixe eu ver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora pode trazer um histórico da evolução e da ocupação...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu tenho todas impressas, eu tenho todas impressas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... seguida de cargos em comissão ou de funções comissionadas no ministério? Isso é muito importante, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu ainda pertenci à Fundação Nacional de Saúde, que foi quando eu ingressei, Fundação Nacional de Saúde. Eu fui nomeada DAS 1 no ano de 2000.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, se puder seguir.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Seguindo: na Secretaria de Vigilância em Saúde, permaneci com esse DAS porque eu fui, como se diz, redistribuída para o Ministério da Saúde; eu fui incorporada na Secretaria de Vigilância em Saúde quando da criação da Vigilância em Saúde. Então, eu permaneci com esse DAS no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual foi o seguinte, o DAS seguinte?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O DAS seguinte foi o DAS 3

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quando?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Em 2009.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em 2009. E onde foi, por favor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Na Secretaria de Vigilância em Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Certo. Em que cargo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – DAS 9.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** DAS 9. Não era fiscal ainda?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, nessa época não era fiscal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Certo. O seguinte por favor.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desculpa, DAS 3... DAS 3...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Em que ano foi isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – ... no ano de 2009. Não era fiscal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Em 2009.

O seguinte, por favor.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – O seguinte foi o DAS... (*Pausa.*)

Ah, sim, eu esqueci de avisar, de informá-los que eu fui cedida para a Agência Nacional de Telecomunicações, onde exerci um CCT-IV.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sessenta e quatro?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – CCT-IV.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – CCT-IV?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É uma comissão, é um Cargo Comissionado Técnico, por dois anos na Anatel. Retornei ao Ministério da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Retornei ao Ministério da Saúde em 2016.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. E ocupou que cargo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – DAS 2.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – DAS 2?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi quando me foi colocada a função de fiscal de contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voltou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a senhora foi nomeada por quem nesse período?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Oi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem a nomeou? Qual era o Ministro?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Desculpa, em 2016, foi Marcelo Castro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, 8 de dezembro de 2016. A senhora tem certeza?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Bom, eu coloquei aqui na... À época, era o Marcelo Castro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em 8 de dezembro de 2016, ao que me parece, o Ministro não era o Marcelo Castro. A senhora quer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Deixa eu ver aqui, só um minutinho. Deixa eu checar a portaria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, porque a senhora está sob compromisso. É importante que leve essas coisas em consideração.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É apenas uma questão de datas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é questão de data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só queremos saber: no dia 8 de dezembro de 2016, por quem a senhora foi nomeada no Ministério da Saúde.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Só um minuto. (*Pausa.*)

Marcelo Castro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em 8 de dezembro de 2016, eu acho que o Ministro não era o Sr. Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desculpa, 5 de abril de 2016. A portaria é de 5 de abril de 2016, Marcelo Castro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a senhora foi designada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para que função?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a seguinte? E a portaria seguinte?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A portaria seguinte... Deixa eu verificar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual foi o próximo cargo? Nós estamos em abril de 2016...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Só um minuto, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito importante essa informação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – E continua no DAS 3?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual foi o DAS do Marcelo Castro?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Um... Desculpa, dois.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dois. DAS 2.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós queremos saber é qual foi a sua nomeação do dia 8 de dezembro de 2016.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual foi a sua progressão em cargos em comissão. É isso. Em que momento? Isso é um dado muito importante, eu repito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – É o DAS 2, que é essa função aqui, de assistente da saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, nós passamos de abril... Nós saímos de abril, Marcelo Castro... Qual é a nomeação seguinte?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A nomeação seguinte eu recordo que foi apenas uma troca de função dentro do ministério. Eu tinha um DAS 1 e me passaram... Desculpa, eu tinha um DAS 2 e fui nomeada num DAS 1, um DAS inferior ao que eu tinha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... à época.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando e com quem?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso foi, se eu não me engano, em dezembro de 2016... 2017, não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para ser mais preciso, dia 8 de dezembro de 2016, não foi?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está aqui.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está aí na...

E qual era o cargo? Qual era o DAS?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Em 8 de dezembro de 2016. É porque a portaria sai com data diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, fale do 8 de dezembro de 2016.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Assistente da Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador, DAS 2.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem era o Ministro?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era o Ministro?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Como?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era o Ministro, por favor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não tenho a portaria aqui, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Não. A senhora lembrou o Ministro Marcelo Castro. A senhora não lembra quem era o Ministro no dia 8 de dezembro de 2016?

O SR. PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAÚJO (Para expor.) – Sim. Deixe-me te falar: é indiferente para você. Pode falar que é o Ricardo Barros...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Eu não tenho essa informação aqui, porque, para mim, o Ministro... O Ministro assina todas as portarias de nomeação dentro do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas a senhora não lembra em que oportunidade a senhora foi nomeada para o cargo em comissão, na sequência desse cargo de abril? Essa é uma pergunta concreta, objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos ser bem didáticos. Veja, a senhora acabou de dizer que lembra a nomeação de abril, que foi o Ministro Marcelo Castro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não lembra a de dezembro?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora não lembra a nomeação de dezembro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dezembro? Não lembra?

O SR. PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAÚJO – Presidente, desculpa. É porque eu só imprimi a de abril, eu não imprimi a de dezembro. Eu vou verificar aqui logo...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A de dezembro, certamente, certamente, certamente... É porque não está impressa, mas, certamente, deve ter sido a do Ricardo Barros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pronto. Era essa a resposta...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porém, porém, porém, como eu disse aos senhores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... como eu disse aos senhores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos apenas perguntando...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... com a mudança de cargo dentro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não se preocupe.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... do Ministério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não se preocupe com o porém.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não se preocupe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos apenas perguntando.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em qual DAS, Relator? Qual o DAS?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual DAS?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – DAS 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – DAS 1. Qual era a função?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Era inferior ao DAS 2.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Qual era a função e...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu já era fiscal de contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já era fiscal de contrato...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Continuava na mesma, na mesma atribuição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E foi nomeada pelo Ricardo Barros em... Qual foi o dia precisamente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em 8 de dezembro de 2016.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 8 de dezembro.

Uma pergunta sobre isso: o Deputado Ricardo Barros ainda exerce alguma influência sobre setores do Ministério da Saúde, como o Departamento de Logística em Saúde? Por favor.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desconhece ou não exerce?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desconhece se exerce?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Quais são os servidores, na sua área, mais ligados ao Deputado Ricardo Barros?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Também desconheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não sabe?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora tem alguma ligação com Ricardo Barros?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não tenho ligação alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não o conhece?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não o conheço. Eu sei quem é porque é uma figura pública, mas eu não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É necessário ter algum representante nacional para que ocorra a importação de medicamentos ou de outros insumos? É uma pergunta bem objetiva para a fiscal...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de contrato.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, sim. Isso é... Faz parte da fase pré-contratual, em que eu não entro, porém...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é a seguinte: é necessário ter algum representante nacional para que...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A empresa tem que ter um escritório no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ocorra a importação de medicamentos ou de outros insumos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A empresa tem que ter um escritório no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem que ter o representante?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador Renan, só um segundo, por favor. É que eu fiquei na dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – A senhora falou – Sra. Regina, por favor; aqui, por favor –, a senhora disse que exerceu um cargo em comissão, de confiança, que é uma indicação política – eu estou falando porque eu sou servidor público; por favor, deixe-me concluir –, em 2016, não é isso? Um DAS 1. Foi DAS 1?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Em 2016? Em 2016 foi DAS 2.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – DAS 2. Tá. Em 2018, também pelo Ricardo Barros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não. Em 2018 também a senhora foi... Em 15 de fevereiro de 2018, também pelo Ricardo Barros. Para qual DAS?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – DAS 1.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Em 2018 também? Em 2016 e em 2018?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Em 2016, eu fui nomeada no DAS 2. Posteriormente, eu fui nomeada no DAS 1. Foi meramente mudança de função.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em dezembro, em dezembro. Ele está perguntando já sobre a fase seguinte.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi DAS 1.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Colegas, eu queria até que o Relator continuasse o raciocínio, porque ela vai ter dificuldade de responder. Cada hora bota um diferente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não há dificuldade, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E a gente quer falar também. A gente quer falar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O requisito é de natureza objetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vamos na ordem de inscrição. Deixem o Relator fazer as perguntas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não estamos entendendo nada.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Deixe na ordem de inscrição, deixe o Relator fazer as perguntas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O requisito é de natureza objetiva. Ela tem que saber qual o valor de um salário de um efetivo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem que saber.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... para o cargo de confiança e quem designou pra isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E coincidentemente ou não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... foi o Deputado Ricardo Barros em vários momentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso só colabora com o Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas só ficando claro que ela não tem relação com o Deputado Ricardo Barros. E, quando nomeou, nomeou para um cargo inferior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando Bezerra, é isso que estamos procurando esclarecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É exatamente isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, prossiga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por favor, nós estamos aguardando a resposta.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Em 2016, eu fui nomeada numa função DAS 2, quando eu fui designada pra função de fiscal de contrato. Em 2018, essa função foi alterada pra DAS 1, conforme eu falei para os senhores. Foi uma redução. Foi uma redução.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora quer dizer uma punição?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Redução salarial?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É uma mudança. É uma mudança de cargo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas por que reduziu o salário? A senhora não sabe, não imagina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não sei. Não sei. Isso é mudança dentro do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Eu perguntei se é necessário ter algum representante nacional para que ocorra a importação de medicamentos e de insumos. Foi a pergunta anterior.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É necessário ter um representante no Brasil, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

Essa intermediação que ocorreu no caso da Precisa é comum nos contratos do Ministério da Saúde?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A Precisa é representante da empresa Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É verdade que a vacina Sputnik também foi contratada por meio do intermediário?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ela foi contratada com a União Química.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a diferença?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ela é a representante da mesma forma que a Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a diferença entre intermediário na negociação? É uma pergunta objetiva. Qual é a diferença entre intermediário e representante comercial?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não sei essa diferença aqui. Nesse caso, nós fazemos contrato com a empresa, e ela elege um representante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Representante ou intermediário? Essa é pergunta que eu estou fazendo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Representante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a diferença, então, de intermediário para representante comercial?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu desconheço essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há essa diferenciação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não há essa diferença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato do Ministério da Saúde para fornecimento da Covaxin, assinado, como a senhora sabe, em 25/02/2021, estipulava que as vacinas seriam entregues de maneira escalonada, depois de 20, 30, 45, 60 e 70 dias, após a celebração do ajuste do contrato. Sabemos que até hoje nenhuma dose foi entregue. Eu queria fazer algumas perguntas objetivas sobre isso, e a senhora é quem melhor pode responder, porque foi exatamente a fiscal desse contrato. V. Sa., como fiscal do contrato, autorizou a extensão do prazo de entrega das doses, contrariando o cronograma inicialmente previsto em contrato e que eu acabei de ler aqui? É uma pergunta bem objetiva.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Apenas naquela primeira manifestação da empresa, em que eles informam que não poderiam entregar os 4 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é objetiva. Autorizou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Apenas naquele primeiro embarque da vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Autorizou. Apenas na primeira, mas autorizou.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – De quatro pra três?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Autorizou a extensão do prazo...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não autorizei a extensão do prazo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... das entregas contrariando o cronograma inicialmente em contrato.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não houve prazo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não é prazo o que ela está dizendo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sr. Senador, não houve prazo, não houve extensão de prazo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está muito confuso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual foi a alteração?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Apenas no quantitativo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A dose. A quantidade.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi a quantidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não foi o prazo? Foi a quantidade...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A quantidade, exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que a senhora autorizou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Só para eu entender, quando altera a quantidade, não altera o valor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Altera!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não. O valor?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Se você alterou...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ah, sim, sim, sim!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro! Se estava só o contrato...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A senhora não tem competência para verificar isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Como?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A senhora não tem competência para verificar? Se diminuiu o valor da quantidade, obrigatoriamente não vai diminuir o valor do contrato?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela é fiscal para isso.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não é diminuir o valor do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela é fiscal para isso.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Deixem eu explicar uma coisa aos senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não é valor, não é quantidade do contrato. O contrato foi feito para 20 milhões de doses. O.k.?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O.k.!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Em parcelas que findariam em maio. A primeira parcela seria de 4 milhões de doses, e me foi solicitado apenas entregar 1 milhão dessas quatro na parcela seguinte. Portanto, não houve alteração de contrato, não houve alteração de doses contratadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu fiz uma pergunta objetiva. Como fiscal do contrato, a senhora autorizou – é uma pergunta objetiva – a extensão do prazo das doses?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não autorizei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não autorizou. Autorizou a...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O quantitativo a ser embarcado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Autorizou a alteração do quantitativo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O quantitativo a ser embarcado no primeiro momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Autorizou a contratação... Autorizou a alteração do quantitativo a ser embarcado. Eu queria perguntar sobre isso. Com que fundamento foi concedido isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A alteração de parcelas a serem cumpridas, no momento da entrega, pode ocorrer nos contratos de vacina, porque nós trabalhamos com produtos termolábeis, e, em algumas situações, no final do processo produtivo, pode acontecer alguma intercorrência que comprometa parte do lote. Nesse caso, a empresa nos solicita uma permissão para entregar um quantitativo a menor, sempre se comprometendo em entregar essa diferença na parcela seguinte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E a senhora... Eu queria fazer uma pergunta que fiz na introdução, no início: a senhora acredita na declaração de boa-fé da Precisa depois que a Global fez o que havia feito com o ministério?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não tenho conhecimento em relação à Global e à Precisa. Eu não tinha essa relação enquanto empresas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas a senhora disse que conhecia fatos, quando eu perguntei exatamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Conhecemos fatos em relação à Global. Eu não associei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E a senhora não levou isso em consideração?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não associei o fato de Precisa e Global serem a mesma empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ah, e associou que a Madison era a mesma empresa!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) **–** Mas olha só: se ela solicita a redução da entrega...

As pessoas estavam morrendo no Brasil. E a senhora autorizou isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) **–** Senhor, eu não autorizei... Eu não autorizei a redução da entrega.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Autorizou postergar...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Naquele momento, por conta de uma regulamentação...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Pela ordem, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Pela ordem, Senador Randolfe! Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pela ordem, a Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) **–** Pela ordem! Senador Humberto, pela ordem!

Eu acho que grande parte da confusão... É por isso que nós estamos atropelando o Relator. É o direito de o Relator falar, e nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu mesma sou uma que o estou interrompendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu fico honrado. Eu fico honrado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É porque tem uma preliminar aqui que não está esclarecida. Então, se ela esclarecer, nós nos calamos aqui até a nossa vez.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Então, pergunte, para que ela esclareça.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Temos que seguir a ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas sob pena de nós não conseguirmos acompanhar, Senador Randolfe, Senador Humberto.

Então, a única coisa que não está clara – e aí acho que todos os Senadores conseguem acompanhar o raciocínio do Relator – é: qual é o papel do fiscal de contrato no Ministério da Saúde? Isso é importante, para sabermos, inclusive, o que podemos perguntar para V. Sa. e o que não podemos perguntar, porque não está batendo!

De forma muito simples, qualquer cidadão que entre no Senado Federal precisa... Quando ele aqui entra, ele vai ser abordado gentilmente por uma pessoa, ele vai se identificar e tem que mostrar uma identidade, e a identidade tem que bater com a fisionomia dele. Então, esse é o papel de quem está ali abordando gentilmente as pessoas que entram no Senado Federal, que é a Casa de todos nós. Pois bem, na função de fiscal de contrato, o seu papel era analisar o contrato com base em que outras documentações que eram apresentadas para a senhora? A partir daí, quando a senhora esclarecer isso, eu acho que fica fácil para nós acompanharmos, porque eu confesso, embora advogada, que eu estou tendo dificuldade de acompanhar o raciocínio desse depoimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, alguma coisa a responder?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Relator, com relação ao que ela colocou mesmo, o fiscal do contrato é responsável também pela contratação, tem que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** V. Exa. colocou: contratação, execução e fiscalização.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Contratação é porque é no mesmo processo. A partir do momento que se contrata, que se fecha um contrato, na fase de contratação, no Departamento de Logística, ele segue...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas, neste caso...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... para a área técnica para acompanhamento da execução. A minha função é acompanhar a execução.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É. Neste caso, neste caso qual é a confusão que está havendo? Isso foi perguntado pela Senadora Simone Tebet e agora repetido pelo Senador Izalci. A pergunta é a seguinte: o fiscal do contrato, a quem cabe a fiscalização e o cumprimento do contrato para execução do compromisso feito entre as partes, ele pode alterar, como foi o caso da Precisa? Pode aceitar prazo, dose, preço diferentes? É essa a pergunta. Pode ou não pode?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não pode.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por que a senhora fez isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não aceitei nada diferente, apenas em relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Como é que não aceitou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... ao embarque da vacina, por conta de uma regulamentação do país de origem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. sabe informar se o Ministério da Saúde demonstrou, em algum momento, alguma intenção de cancelar esse contrato da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Após findado o prazo todo do contrato, das parcelas, eu emiti um relatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Após findado o prazo das parcelas, não é? Porque, só para lembrar a quem está acompanhando, que eram 20, 30, 45, 60 e 70 dias.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso. Ao final desses 70 dias...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ao final dos 70 dias...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ao final dos 70 dias, eu emiti um relatório...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou seja, do óbvio descumprimento do prazo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu emiti um relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora emitiu um relatório...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu emiti um relatório apontando o descumprimento total do contrato e submeti isso à Secretaria de Vigilância em Saúde para que eles avaliassem a pertinência da continuidade da contratação do ponto de vista técnico, se haveria ainda continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Que data foi essa, senhora?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Eu fiz isso recentemente porque eu estava em férias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Recentemente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dia 23, eu acho, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois que estourou o escândalo das vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois que estourou o escândalo, não é?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dia 22.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, a senhora, quando teve a primeira data que não foi cumprida, a segunda data que não foi cumprida, a terceira data que não foi...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A primeira data... Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho, senhora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eram 20 dias, 30 dias, 45 dias, 60 dias e 70 dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eram 20 dias, 30 dias, 40 dias, e a senhora só foi se manifestar...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora tem relatórios?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora acabou de dizer no dia 23.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Deixe-me falar para os senhores, deixe-me falar para os senhores aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora fez relatório na oportunidade, como fiscal?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, a depoente não está tendo a oportunidade de falar, Sr. Presidente.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu posso responder? Eu posso responder?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ela não está se fazendo entender, porque a pergunta é simples.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas se não for permitido a ela falar, ninguém vai entender mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A pergunta é simples: foi feito um aditamento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nós queremos só saber.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, é porque são várias perguntas de vários Senadores, e não está deixando o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque é assim, o Relator e o Presidente fazem dez perguntas e ela não tem condições de responder uma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou perguntando, eu perguntei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dê tempo a ela para responder esse ponto, porque nós já entendemos, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei a ela o seguinte: sabe informar se o Ministério da Saúde demonstrou, em algum momento do descumprimento do contrato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é outra pergunta, a primeira foi em relação à questão do relatório que ela fez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, essa pergunta é a última pergunta que eu fiz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, foi feito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que momento, portanto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que momento, portanto, houve a intenção de cancelar o contrato?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quer confundir a depoente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, senhor! Quem quer confundir é V. Exa., e não vai confundir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, vocês perguntam dez coisas e não a deixam responder...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer confundir e não vai confundir. Não vai confundir!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Só um minutinho!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é o que V. Exa. está fazendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vai confundir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Por favor, a pergunta que eu fiz é uma pergunta bastante objetiva. Eu perguntei: "A senhora só fez um relatório depois de 70 dias que não cumpriram nenhuma das etapas, nenhuma das entregas?". Foi isso que eu perguntei.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Eu posso responder, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que a senhora me respondesse se a senhora fez relatório pontuando as datas que não foram cumpridas do contrato.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só isso.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No dia 30 de março, eu fiz a primeira notificação à empresa já apontando o atraso. No dia 30 de março, eu fiz uma primeira notificação à empresa apontando o atraso em que ela se encontrava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, por favor.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Posteriormente, foi feito, no dia 24 de maio, um ofício por meio da Secretaria de Vigilância, pela hierarquia do órgão. Eu submeti essa minuta de ofício ao Secretário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta não foi essa. Houve alguma tentativa formal de cancelamento do contrato da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu apontei isso no meu relatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora pode nos mandar as propostas de aditivo em função da alteração de data e de preço? Ou não houve isso? Era apenas notificação...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não houve isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não precisa...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não houve isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não houve alteração de preço...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não houve proposta de termo aditivo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perdão, mas, mesmo na alteração de parcelamento, tem que ter aditivo! Tem que ter aditivo assinado pelo Ministério da Saúde...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não precisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não faça isso...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Senhor...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é elementar do Direito de contratos...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Deixe eu lhe explicar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Elementar...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Deixe eu lhe explicar... Eu posso continuar? Se os senhores permitirem, eu vou continuar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Elementar é um aditivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não deixam a mulher falar!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Se os senhores permitirem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A notificação foi feita no dia 30 de março. A minha notificação enquanto fiscal, apontando que o contrato estava em atraso. No dia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora só faz um favor, para explicar bem para a gente?

A senhora fez uma notificação no dia 30 de março, mas qual foi a data em que vencia a primeira? A senhora faz assim: "Eu fiz a notificação no dia 30 de março..."

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os 20 dias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual foi a primeira...? O vencimento, por favor, Sra. Regina Célia. Por favor, é só para a gente entender bem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Podia nos passar a notificação...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dia 17...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senhora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Imprimir...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dia 17.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 17 de...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – De março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Vencia a primeira entrega das doses?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso. E dia 27 foi a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, a senhora... Dia 17, a primeira; dia 27, a segunda. E a senhora só fez uma notificação dia 30, depois da segunda falha. É isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso, isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Está o.k.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não... Sim, eu só...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Posso explicar? Posso explicar aos senhores?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nós estamos apenas perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não precisa, eu só perguntei só...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, mas eu gostaria de me...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não precisa de explicação...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu gostaria de explicar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, não, não. Não precisa explicar...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu gostaria de explicar, porque a portaria de nomeação que me indicou como fiscal desse contrato só foi publicada no dia 22. Eu não poderia me manifestar antes disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, o contrato foi publicado no dia 22...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, a portaria de nomeação de fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A portaria de nomeação... Então, a senhora foi nomeada em meio à operação...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Fiscal. De fiscal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em meio à operação...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É 22 de março?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma informação também muito importante, muito importante!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Quem era antes? O fiscal anterior?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Quem era o fiscal anterior?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O fiscal anterior?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não tinha fiscal anterior.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tinha fiscal?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O contrato... É porque dentro do ministério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É exatamente. A portaria se dá para cada contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas a nomeação de V. Sa. foi depois do vencimento da entrega.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não tinha fiscal anterior...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já tinha vencido a entrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o contrato se arrastou sem fiscal até o descumprimento do segundo compromisso do contrato. É isso que a senhora está dizendo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu só tomei conhecimento desse contrato a partir da portaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A partir da portaria. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, antes esse contrato não tinha fiscal?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes não tinha fiscal? É uma informação muito importante.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A portaria já estava assinada, porém não estava publicada. Ela já constava...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas isso não responde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma pergunta objetiva: antes tinha fiscal ou não?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora é a primeira fiscal do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, isso é muito importante, muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um pouquinho. Uma coisa: sabe por que essas datas são importantes, Sra. Regina Célia? A senhora diz que a primeira entrega seria dia 17 de março? Me corrija.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque dia 20 de março, se eu não me engano, Senador Renan, foi a reunião do Deputado Luis Miranda com o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto?

Veja bem, dia 17 de março...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A reunião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Precisa não cumpre o contrato da primeira vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A reunião foi dia 20 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vinte de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Três dias após. Só pra gente aqui fazer uma...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Deixe-me explicar aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só estou dizendo as datas que a senhora está me dando.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A portaria de fiscal só é assinada e publicada depois da assinatura do contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso. Mas isso é o normal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas nesse caso ela entrou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O contrato foi assinado em fevereiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela entrou depois do descumprimento. Isso é um dado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Sr. Relator. Tem mais uma questão: contrato foi assinado em fevereiro.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ficou um mês...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O contrato foi assinado dia 25 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ficou um mês sem fiscal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, o advogado pode orientar, mas não pode responder pela depoente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não pode responder. Nós estamos fazendo perguntas à depoente.

O SR. PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAÚJO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Claro. Senador, só por uma questão de ordem, é porque em momento algum ela está conseguindo raciocinar na pergunta que está sendo feita a ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É exatamente isso que nós estamos questionando aqui o tempo todo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos deixá-la.

O SR. PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Eu gostaria de pedir pra garantir, pra poder garantir a defesa dela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor. Por favor.

Nós vamos deixá-la totalmente à vontade pra responder as questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu faço até um apelo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência, deixe eu lhe dizer uma coisa: nós queremos, inclusive, agradecer à Dra. Regina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ela acaba de prestar uma informação fundamental pra esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem trazido informações relevantíssimas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, e a informação de agora é fundamental.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Teve um mês sem contrato. Teve um mês sem fiscal esse contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Relevantíssima.

Então, a pergunta anterior: diante do descumprimento do contrato e da demora para a entrega das doses – eu estou perguntando à fiscal do contrato, que perdura até hoje –, o Ministério da Saúde adotou providências para punir – punir – a empresa contratada ou para rescindir o contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A partir da notificação que foi feita em março...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... posteriormente teve um ofício.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou perguntar precisamente...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu elaborei um ofício.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou perguntar precisamente: o ministério adotou medidas após o descumprimento do contrato para punir a empresa? Por favor, "sim" ou "não"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu indiquei no meu relatório, no meu relatório...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Estou falando: o ministério adotou o seu relatório?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Não ainda. Não ainda. Não ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então não foi tomada nenhuma...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O ministério só adota depois que o fiscal emite o relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A resposta é "sim" ou "não"? Então, o seu relatório foi levado em consideração para rescindir o contrato e punir a empresa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu acredito que sim, porque eu submeti à instância superior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A senhora acredita; não sabe informar.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu submeti à instância superior para decisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas não sabe informar qual foi a decisão?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não sei informar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá. Eu requisito, Presidente, através de vossas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Excelência, não houve rompimento de contrato, houve suspensão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não. Eu sei. Não estou perguntando isso agora.

Eu estou perguntando o seguinte: se na oportunidade, a partir do descumprimento, o Ministério da Saúde tomou, a partir da notificação da fiscal do contrato, alguma posição para punir a empresa, em primeiro lugar, e rescindir o contrato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Em primeiro lugar, em primeiro lugar, eles solicitaram a suspensão, pra depois fazer essa segunda fase, e isso é do Departamento de Logística. A punição é dada pelo Departamento de Logística.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve a tentativa de punição do Ministério da Saúde?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No contrato... Não, no contrato, ainda não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda não. Então, Presidente, ela responde também uma informação muito importante...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que não houve... Que não houve tentativa de punição, não é? E de...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desculpa, Senador. Houve indicação da minha parte, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve indicação da sua parte...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu perguntei: há uma contrapartida encadeando a sua indicação? Houve uma tentativa de punir a empresa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ainda não, porque o contrato foi suspenso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu estou perguntando... Não, lá atrás. Eu não estou perguntando agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque ela... Eu acho que ela... Senador Renan, só para contribuir, só um minutinho, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor tem que fazer questionamento para a depoente de acordo com a função dela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso que eu estou fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há outras autoridades que podem responder a pergunta do Relator que não é a fiscal do contrato. A fiscal de contrato tem um papel delimitado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador. Não, o importante, Senador Marcos Rogério, são datas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Datas, datas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Se você não cumpriu em 17 de março... O senhor não cumpriu. Depois, 27 de março: não cumpriu. Aí, quando é que a servidora encaminha um relatório dizendo que eles não estavam cumprindo? Essa data que é importante ela me dizer. Qual foi a data, Dra. Regina Célia?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Trinta de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que a senhora encaminhou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A notificação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A notificação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vinte e sete, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Trinta, trinta de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Trinta de março, dez dias depois de o Presidente da República receber os irmãos Miranda. É.. Isso tudo é muito importante.

E a pergunta, para encerrar e passar para a seguinte, servidora, com todo o respeito: depois da sua notificação como fiscal, não houve punição à empresa contratada ou tentativa de rescindir o contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Houve a suspensão do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. A suspensão agora; eu estou falando da oportunidade, depois do descumprimento lá.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Só depois do meu relatório que foi feito recentemente, agora, no mês de junho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O seu relatório foi feito em junho, depois do escândalo, depois da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, não houve. Essa informação também é muito importante, muito importante.

O servidor Luis Ricardo informou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que V. Sa. autorizou a continuidade do processo de importação de doses da Covaxin, apesar de o Ministério da Saúde ter recebido da Precisa Medicamentos documentos com informações em conflito com o contrato de compra da vacina. Ele informou a todos aqui. Eu queria fazer algumas perguntas sobre essa afirmação.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não autorizei... Eu não autorizei a importação de vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer algumas perguntas.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ah, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso foi uma constatação do que o Luis Ricardo falou aqui.

Por que V. Sa. considerou que poderia ter aceito a *invoice* da Precisa Medicamentos encaminhada ao Ministério da Saúde em nome da Madison Biotech, que não é parte do contrato? Por quê?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não considerei o aceite da *invoice.* Eu considerei o aceite dos 3 milhões, a entrega de 3 milhões. Isso ficou claro nos meus *e-mails.*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. V. Exa. considerou, a partir de uma declaração da empresa, a alteração do contrato.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não considerei alteração do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a pergunta é a seguinte: por que V. Sa. considerou que poderia ser aceita a *invoice* da Precisa Medicamentos encaminhada ao Ministério da Saúde em nome da Madison?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não considerei o aceite da *invoice* em nome da Madison.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Madison, que não é parte do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas eu não considerei. Em momento algum, eu afirmei que aceitaria.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – A senhora considerou o quê, então? Só para eu entender.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Apenas o quantitativo que seria diferente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A alteração do quantitativo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A entrega, naquele momento, de 3 milhões, ao invés de 4.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A alteração do quantitativo e da entrega?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a senhora considerou que não faz parte do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Por conta de uma regulamentação indiana que não permitiu o embarque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Regulamentação? Isso é muito importante!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Que não permitiu o embarque de 4 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora considerou por quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por quê? A senhora considerou por quê...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É uma questão legal do país de origem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... essa alteração que não constava do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É uma questão legal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fui informado, quando eu saí daqui – não sei se é verdade, e só lhe pergunto se é verdade ou não –: não é por causa do seguro?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Da seguradora. É o que está no *e-mail.*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por causa da seguradora.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas por conta da regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não é legislação.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque no *e-mail*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é a legislação indiana, senhora.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas no *e-mail,* Senador... No *e-mail*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a questão da seguradora. A empresa não fez à seguradora...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem, por gentileza!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No *e-mail* indica regulamentação indiana também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou... O depoimento está andando muito bem. Eu peço para não ser interrompido, porque nós estamos conseguindo as informações de que a investigação precisa, não é? E peço novamente ao advogado, que nós estamos fazendo perguntas à depoente: se for preciso fazer alguma pergunta ao senhor, respeitosamente eu o faço, tá? O senhor pode conversar com ela, mas não pode precisamente sugerir na hora em que ela vai responder, porque o interrogatório é dela, não é seu, com todo o respeito.

Então, voltando, só para recapitular. V. Exa. considerou que poderia ser aceita a *invoice* da Precisa, encaminhada pelo ministério em nome da Madison Biotech, que não é parte do contrato. Aí a senhora disse que a aceitou, e a aceitou por causa de uma norma do Governo indiano. V. Sa. pode repetir?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não aceitei. Eu não aceitei. Eu digo que eu não aceitei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Renan, é só para... Como a Senadora Simone Tebet perguntou, para a gente entender o depoimento: V. Exa. é fiscal?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas V. Exa. vai ter oportunidade de falar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, é porque é importante...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Uma questão de ordem, com todo o respeito...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só uma pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que isso interrompe o meu raciocínio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero entender, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso interrompe o meu raciocínio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu, por exemplo, sou titular desta Comissão e não tenho a oportunidade de perguntar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, ela é fiscal do contrato...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sou titular! Quem não é nem da Comissão está aqui o tempo inteiro fazendo pergunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O objetivo é perguntar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por isso peço a V. Exa. que siga a ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso interrompe o raciocínio do questionário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E garanta que cada um possa falar na sua vez.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estava querendo colaborar, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está respondendo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela está respondendo e eu estou fazendo todas as perguntas que deveriam ser feitas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Um segundo só, Presidente, e eu não faço mais perguntas antes de chegar a minha vez.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Também quero colaborar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Um segundo.

É que, quando o fiscal do contrato... Ele não tem um processo? Ou ele só pega a partir do momento em que ele pega o contrato? Porque no processo tem uma série de antecedentes, não é? O termo, como é que foi assinado, porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso já passou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, mas eu preciso saber porque parece que só a partir do dia 30 é que ela responde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso caracteriza uma omissão...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente! Por favor, Presidente! Vamos deixar o Relator terminar!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso caracteriza uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Estão atrapalhando a moça. É uma servidora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou perguntar na minha vez, Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ela nunca teve que fazer depoimento. Estão fazendo 30 perguntas, tudo junto. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, eu vou pedir só aos Senadores...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Deixa o Relator terminar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Obrigado, Senador Jorginho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Senador Jorginho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan... Eu vou pedir para o Senador Renan concluir as suas... Ele tem algumas perguntas. E eu vou pedir para ninguém interferir. Inclusive eu não contribuirei mais no coisa para não dar um mau exemplo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Então, então vamos aos fatos – tá? –, em função do que aqui foi colocado.

Seria possível efetuar o pagamento a uma terceira empresa que não consta do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não seria possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não seria possível.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Na verdade, eu não tenho essa informação do ponto de vista legal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou perguntando... É uma pergunta. Seria possível efetuar...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Na minha opinião, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não! Seria possível efetuar... Estou perguntando à fiscal do contrato. Por favor, seria possível efetuar o pagamento a uma terceira empresa que não consta do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não seria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não seria possível.

Isso já ocorreu antes?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ocorreu antes.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, muito obrigado.

Em que dia a primeira *invoice* foi encaminhada, por favor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não tenho certeza. Se eu não me engano, eu acho que foi dia 18 que eu estive copiada no primeiro *e-mail.* Depois das tratativas de negociação entre a Divisão de Importação e a empresa para a correção da *invoice,* eu não fui copiada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que dia, repetindo, a *invoice,* a primeira *invoice,* foi encaminhada?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não recordo se foi... Dia 18, eles mandaram um *link* pelo Dropbox, onde eu não tive acesso ao *link,* o *link* não abriu para mim, e eu acredito que não tenha aberto para a Divisão de Importação também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a senhora não sabe quando a primeira *invoice* foi encaminhada. É isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não consigo recordar aqui, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não consegue recordar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não! Dia 18 foi pelo Dropbox. Foi o *link.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa era uma *proforma invoice* ou *commercial invoice*?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – *Proforma*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma pergunta também muito importante.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – *Proforma invoice.*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era uma *proforma invoice.*

Como é possível identificar se é *proforma* ou *commercial invoice*? Isso é muito importante.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso cabe à Divisão de Importação. Eu não sei definir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não sabe diferenciar...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não sei diferenciar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o que é *proforma invoice* do que é *commercial invoice?*

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso não compete... Isso compete à Divisão de Importação. Eles têm esse esclarecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas como a senhora não tem essa informação, não sabe precisar e era fiscal do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – As questões de documentação de importação são tratadas pela Divisão de Importação, são de responsabilidade, de competência da Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta mais objetiva: qual era a finalidade da apresentação dessa *invoice*? Por favor.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Para o envio do produto. Para a exportação do produto. Para a importação, desculpa, do produto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para a importação do produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é esse documento e para que procedimento administrativo ele é necessário? *Proforma invoice*.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele é necessário para a importação do produto, para a submissão também à Anvisa junto com a documentação técnica do laboratório e, posteriormente, encaminhado para as fases de pagamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá. Então, uma outra pergunta, em função disso, para esclarecer melhor: como se dá o procedimento administrativo desde a apresentação da *invoice* até o efetivo pagamento da fatura?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Como eu disse lá no começo da minha apresentação, essa *proforma* faz parte do processo de importação. Depois de concluir a fase da importação, a *proforma,* juntamente com a documentação técnica, é inserida num outro processo, que é o processo de atesto de recebimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual o papel da Madison Biotech nessa contratação, por favor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Desconhece?

Qual o papel da Madison nessa... A senhora é fiscal do contrato. Qual o papel...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sr. Senador, naquele *e-mail* colocado pela empresa, ela informa que a Madison...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nós estamos aqui...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... a Madison...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... com todo o carinho, fazendo um interrogatório...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, se o senhor me permitir falar, eu respondo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu quero saber... É uma pergunta objetiva: qual é o papel da Madison Biotech nessa contratação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – De acordo com a informação colocada pela empresa naquele *e-mail,* a Madison é responsável pelas exportações da Bharat Biotech.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, de acordo com as informações da Precisa...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que enganou o ministério através da Global e...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan, é real que Madison é a comercializadora para importação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, a interferência...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... dos produtos da Bharat Biotech.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Inclusive, tem escritório...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pedi a V. Exa. que ninguém interrompesse.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou interrogando a depoente, que está gentilmente respondendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Renan. Continue, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o ministério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só peço a V. Exa. para que a gente conclua aqui sem interferência. Por favor, eu também teria muitas perguntas a fazer, mas não estou fazendo em respeito ao que nós acordamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ela está respondendo muito bem, com delicadeza. Está atendendo aos pressupostos do depoimento. Estou muito satisfeito com a presença dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Ministério da Saúde pretendia fazer algum pagamento à Madison Biotech – e uma pergunta concreta ao fiscal do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O pagamento seria feito depois de comprovada a entrega e depois de autorização de uso concedida pela Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve pedido de antecipação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Em momento algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem isso estava contido na *invoice*?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A *invoice*... É de competência da Divisão de Importação fazer essa análise. Eu não cheguei a checar essa *invoice.*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer que a senhora não chegou a checar ou a senhora desconhece que foi pedido um pagamento antecipado de US$45 milhões? É uma pergunta objetiva.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O pagamento constante naquela *invoice* que consta como antecipação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora recebeu...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, eu tomei conhecimento das *invoices* por *e-mail.*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora recebeu as *invoices* por *e-mail.* A senhora não pode alegar desconhecimento.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porém, pelas tratativas feitas entre a Divisão de Importação e a empresa, a *invoice* foi corrigida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, corrigida, mas manteve imprecisões.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. A última *invoice* foi corrigida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que providências V. Sa. tomou – ou deveria ter tomado – ao perceber que a *invoice* encaminhada previa o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fornecimento de 300 mil unidades de vacina a preço de US$150, em desacordo com o preço contratual por dose, que era de US$15?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Como eu disse aos senhores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não. A pergunta é bem objetiva: que providências a senhora tomou ou deveria ter tomado...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não fui inquirida. Eu não deveria ter tomado providência, porque isso cabe à Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Está bom.

A senhora não deveria ter tomado providências, apesar de ter autorizado, depois, a alteração do contrato com relação às datas.

O contrato previa uma remessa de 4 milhões de doses na primeira vez, na primeira remessa, mas isso não foi respeitado. Por que esse número foi alterado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque a empresa me justificou que tinha uma regulamentação que impedia o envio de 4 milhões naquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Isso é muito importante.

Eu fiz uma pergunta: por que o contrato que previa 4 milhões de doses na primeira remessa... Mas isso não foi respeitado. E por que esse número foi alterado? Ela acaba de me responder que aceitou a declaração da empresa. Isso é muito importante, é muito bom...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Aceitei a justificativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Aceitou a justificativa, e não a declaração. Isso é muito importante, porque significa dizer que a senhora contou com a boa-fé da Precisa, em todos os momentos.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso ocorre em outros contratos, quando se solicita a alteração de envio do produto naquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com relação à Precisa, que já havia um antecedente de ter enganado o Ministério, a Petrobras...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, eu estou falando de outros contratos. Eu disse ao senhor de outros contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. foi quem autorizou essa alteração, por favor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Como? Desculpa, não ouvi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei: o contrato previa uma remessa de 4 milhões de doses, a primeira remessa...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas isso não foi respeitado.

Por que esse número foi alterado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu já respondi ao senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já respondeu.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Por conta de justificativa apresentada pela empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando na sequência.

V. Sa. foi quem autorizou essa alteração?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu aceitei a justificativa da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, muito bem. É essa pergunta... É essa resposta que nós queríamos ver. Foi a senhora que autorizou a alteração.

Com base em que a senhora autorizou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Com base na justificativa, que eu considerei razoável. Por conta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Justificativa da Precisa, que não cumpriu o contrato, e a senhora considerou razoável?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu considerei razoável o fato de não poder embarcar 4 milhões de doses naquele momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou seja...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... por conta da regulamentação do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... novamente, demonstrou, acreditou na boa-fé da Precisa, apesar de tudo o que estava envolvido. Uma empresa atravessadora, que não tinha nenhum histórico com venda de vacina e que vendeu a vacina mais cara, a vacina que era, na oportunidade, na circunstância, um lixo lá, na Índia, que não tinha sequer passado pelo processo interno da agência sanitária, e a única que, até então, tinha atravessador. Depois, apareceram as outras com atravessadores e, coincidentemente, as com atravessadores, que estão fora do *compliance*, do acompanhamento, da fiscalização, são as que andam, como essa – como essa.

A solicitação de pagamento antecipado, prevista na *invoice*, estava – uma pergunta objetiva – prevista no contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estava?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, há outra distorção com o contrato.

Esse pagamento chegou a ser efetuado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não chegou a efetuar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que não foi efetuado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque a cláusula de pagamento é clara quando diz que a entrega deveria ter sido realizada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem foi...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... e a autorização de uso da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem foi essa decisão?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Decisão?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, porque aqui eu perguntei: por que esse pagamento não chegou a ser efetuado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque não chegou à fase de pagamento, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem foi essa decisão.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não houve decisão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Sabe de uma coisa, eu acho que está chamando a atenção de todos os Senadores aqui, Senador Renan, e das Senadoras... A senhora tem, acima da senhora, quantas pessoas que trabalham acima da senhora? Assim, o seu chefe imediato quem é?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Eu sou formalmente ligada ao diretor do departamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é o diretor do departamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dr. Lauricio Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, acima do Dr. Lauricio, quem é o chefe dele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É o Secretário, Dr. Arnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acima do Secretário, Dr. Arnaldo, quem é o chefe do Secretário Dr. Arnaldo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É o ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o ministro. Veja bem, a senhora está no quarto escalão – ministro, secretário, outro –, quarto escalão. E a senhora toma uma decisão sozinha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sozinha?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... sem ninguém lhe pedir para reduzir o número de vacinas?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém lhe pediu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém falou nada?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só a empresa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas nós não reduzimos; nós apenas postergamos 1 milhão de doses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a minha pergunta, Dra. Regina Célia, é muito objetiva. Olha, é uma coisa muito grave, porque uma pessoa do quarto escalão toma uma decisão isolada, sem ninguém pedir a ela para que ela reduza em 1 milhão o número de vacinas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Marcos Rogério, darei a palavra para V. Exa.

É que me chamou a atenção, porque existe uma hierarquia para a gente tomar decisões. O papel da Dra. Regina Célia é de fiscalizar. Agora, a autonomia dela para reduzir o número de vacinas sem uma autorização superior é que me chama a atenção, porque nós não estamos falando aí... Nós estamos falando de 1 milhão de vacinas, a US$15 cada vacina, são 15 milhões. Nós não estamos falando em coisas que não têm um...

Então, isso é que está me chamando a atenção, Senador Marcos Rogério. É que V. Exa. sabe que hierarquicamente... Quem está no serviço público tem uma hierarquia, correto? O Ministro determina para o imediato ali, que determina para o outro, até chegar no quarto escalão, e o papel da servidora concursada, que vem há muito tempo trabalhando... Não estou aqui questionando o mérito da servidora, mas me chama a atenção e chama a atenção de todos a decisão dela de tomar uma decisão isolada e dizer: "Não, eu aceito que vocês reduzam o número de vacinas." É só isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria fazer o comentário.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu só quero esclarecer mais uma vez...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É apenas para pontuar em relação a esse ponto. Eu acho que o que está havendo aqui é uma... Eu não sei se é uma confusão em razão dos dados que se tem ou a tentativa, de repente, de distorcer.

Veja, a fiscal de contrato em nenhum momento autorizou o pagamento de 4 milhões de doses e a entrega de três. A questão de se permitir, a partir de uma provocação da empresa, que se enviem os 3 milhões de doses e se pague pelos 3 milhões de doses, em razão de uma situação de seguro, o teto de 50 milhões de doses... Esse é um aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o prejuízo para o País de ela autorizar: mande os 3 milhões, pagam-se os 3 milhões; manda-se posteriormente 1 milhão, paga-se 1 milhão. Com as empresas que deixaram de entregar porque não houve a produção em número suficiente aconteceu a mesma coisa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não houve alteração de contrato!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, por favor, Presidente, eu estou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Outro aspecto, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu peço que V. Exa. assegure-me a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. tem que manter... Tem muitos inscritos, Presidente, para falar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Outro aspecto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que V. Exa. assegure-me a palavra!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí o Senador sempre fica com as intervenções e alguns minutos a mais...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator agora há pouco reiterou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perco o raciocínio do interrogatório, e ele faz isso sistematicamente...

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria aos Senadores e Senadoras, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou concluir, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É porque o Senador está fazendo o papel de advogado da fiscal!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a décima vez que ele fala interrompendo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator agora há pouco fez uma outra afirmação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a décima vez!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem uma lista de inscritos, Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator fez uma outra afirmação agora há pouco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem uma lista de inscritos, Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...que é outra distorção. Por exemplo, no *invoice* que veio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, vários Senadores se inscreveram...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho, Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois o senhor terá...

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros com a palavra, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A gente fica ouvindo aqui um monte de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Sr. Presidente, senão não vale a inscrição!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, eu só fiz uma interferência para entender se ela tinha autonomia para fazer isso, só isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas V. Exa. é o Presidente, V. Exa. pode fazer intervenções!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou retomando o interrogatório com uma pergunta concreta: qual é a diferença da função que a senhora exerce para a função que William exerce?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – William?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, William. Há uma pessoa chamada William no Ministério?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ah, sim, ele é técnico da Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é técnico da Divisão de Importação. Quais são as diferenças entre as funções?

O SR. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele é subordinado ao Sr. Luis Ricardo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Subordinado ao Luis Ricardo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer uma pergunta: nos termos contratuais, à fiscal do contrato seria cabível a cobrança de frete e seguro da carga de vacinas? Por favor.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso não diz respeito a mim avaliar. Seria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou perguntando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... à Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso que eu estou perguntando à fiscal do contrato. Eu estou perguntando o seguinte: nos termos contratuais, à senhora, que é a fiscal do contrato, seria cabível... Cabe à senhora executar o contrato? A cobrança de frete e do seguro de vacinas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não seria cabível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não seria...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas a avaliação tem que ser feita pela Divisão de Importação, no documento *invoice*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas eu estou perguntando à fiscal do contrato...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não seria cabível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seria cabível?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não seria cabível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não seria cabível.

Isso também é uma informação muito importante, Senador, porque... Só para lembrar à fiscal do contrato: a cláusula 4.2 do contrato de fornecimento da Covaxin prevê que esses custos devem ser absorvidos pela Precisa Medicamentos.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso é que ela está dizendo que não seria cabível...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Que não seria cabível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o que fizeram.

Aliás, o contrato também prevê que os custos de tributos e encargos também devem ser pagos pela Precisa Medicamentos – estou perguntando à fiscal –, mas a Madison Biotech é uma *offshore* sediada em Singapura, aí a grande contradição. A que V. Exa. atribui a realização desse tipo de operação: uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

offshore, que é o caso da Madison, em Singapura, e que o contrato prevê que os tributos e encargos também devem ser pagos pela Precisa? Mas a Madison é de Singapura. Por que os encargos e impostos deveriam ser pagos por uma empresa em paraíso fiscal? É outra coisa...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Os tributos têm...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É outra coisa estranhíssima e completamente errada do processo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Os tributos têm que estar incluídos no preço do produto, no preço final. Ele não fica separado, ele não é apresentado separado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** De acordo com o contrato...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá. E por que o pagamento dos impostos ia ser pago pela Madison, uma empresa *offshore* em paraíso fiscal, em Singapura?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A *proforma invoice* não foi... O fato de a Madison figurar na *proforma invoice* não foi aceito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Isso é outra coisa estranha, entendeu? Primeiro: o frete tinha que ser pago no Brasil pela Precisa; passaram para a Madison. E o pagamento de impostos e tributos também tinha que ser pago no Brasil; passaram para uma empresa *offshore*, para a Madison. Isso é um horror, que infelizmente acaba envolvendo V. Sa., que eu acho, mais uma vez, que não pode, com esses escalões todos citados aqui pelo Presidente da Comissão, assumir uma responsabilidade dessa. É impossível assumir uma responsabilidade dessa como fiscal do contrato.

Uma outra pergunta objetiva: por que V. Sa. decidiu pela continuidade da importação da Covaxin, por favor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu decidi no sentido do quantitativo que eu já deixei claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá.

A senhora decidiu por quê? Com relação ao quantitativo? Por que...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Por conta da justificativa apresentada pela empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por conta, novamente, da justificativa apresentada pela Precisa. E em que se baseou essa decisão da senhora?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque não haveria prejuízo, nesse momento, o embarque de 1 milhão na parcela seguinte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não haveria, com relação à antecipação que ela propôs?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Antecipação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, do pagamento.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não avaliei antecipação de pagamento, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu não estou dizendo que a senhora avaliou, mas a senhora avaliou uma coisa decorrente da antecipação...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A *proforma invoice*... Senhor, a *proforma invoice* estava errada. Eu não avaliei *proforma invoice*. Isso é de competência da Divisão de Importação e não cabe ao fiscal avaliar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, uma pergunta: por que V. Sa. decidiu pela continuidade da importação da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não decidi pela continuidade. Eu decidi pelo quantitativo. Já deixei claro isso aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Decidiu pela continuidade apesar da alteração do quantitativo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Do quantitativo. Do quantitativo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pela continuidade, apesar da alteração do quantitativo. Não é isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O quantitativo não traria prejuízo naquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não. Eu estou perguntando: a senhora decidiu pela continuidade com relação ao quantitativo. Foi isso que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Com relação ao quantitativo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ao quantitativo. E por que decidiu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque, conforme eu já falei, houve uma justificativa da empresa que eu considerei razoável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E em que baseou... Não é a sua consideração ser razoável, não. Em que baseou, formalmente, do ponto de vista legal, a sua decisão? É uma pergunta concreta, objetiva. Qual foi o fundamento legal?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A minha decisão foi em relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não foi a sua avaliação da correção da Precisa.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A minha, a minha decisão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Isso não pode...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A minha decisão... A minha decisão em aceitar o quantitativo de 3 milhões naquele embarque era razoável por conta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Razoável...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... de que não haveria prejuízo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Razoável é uma avaliação subjetiva. Eu estou perguntando: qual foi o fundamento legal? A senhora já respondeu que...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas não tem fundamento legal. Tem uma decisão do fiscal do contrato nesse momento para aceitar essa decisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá. Então, a continuidade não teve fundamento legal. É isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A continuidade da importação de 3 milhões de doses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, ela não teve fundamento legal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não existe fundamento legal. É uma decisão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi só na sua boa-fé com relação...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... é uma decisão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... às informações da Precisa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É uma decisão do fiscal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Relator, só para contribuir com o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou terminando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor mesmo poderia perguntar a ela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque já interromperam demais. Eu queria só pedir desculpa, porque toda vez que interrompe – eu não estou reclamando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, é só para lhe ajudar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o Senador Marcos Rogério...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... nessa prática de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ele entra na discussão e não quer mais sair. Não dá!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, era só para o senhor perguntar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só para chamar, é só para chamar o feito à ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... se pagar uma terceira empresa que não constava no contrato era uma prática ou se essa foi a primeira vez?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já perguntei. Eu já perguntei sobre isso várias vezes.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas, colegas, vamos garantir a palavra ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já perguntei sobre isso várias vezes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas, vamos prosseguir, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a participação... Novamente, qual foi a participação do Sr. Thiago Fernandes da Costa nessa decisão?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O Thiago... O Thiago Fernandes, ele é chefe do Núcleo de Insumos, que é uma assessoria dentro do departamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que departamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Do Departamento de Imunização, em que eu me encontro. E eu me encontro também nessa assessoria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Qual foi a participação dele? É uma pergunta objetiva.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Depois do encaminhamento do *e-mail* da Divisão de Importação, informando que a empresa solicitou a importação da vacina, como coloquei aqui na apresentação, eu coloquei essa informação dentro do processo, submeti a instâncias superiores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que é ele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O Thiago... Não! Instâncias superiores são...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então qual foi...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desculpe. Deixe-me continuar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual foi...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Se o senhor permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor. Eu estou permitindo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual foi a participação do Thiago Fernandes da Costa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nesse momento, ele apenas comunicou à Divisão de Importação que nós havíamos colocado isso formalmente, esse pedido, formalmente, dentro do processo para manifestação da Secretaria-Executiva e da Secretaria de Vigilância e Saúde. E deu o "de acordo"...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Repetindo...

O SR. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... deu o "de acordo" para prosseguimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... a participação do Thiago Fernandes da Costa foi?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele apenas deu o "de acordo" nesse momento para prosseguimento dos trâmites enquanto saía a decisão de instâncias superiores dentro do processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ou seja, ele deu um parecer pela continuidade enquanto aguardava a decisão do superior.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele deu de acordo com a Divisão de Importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Deu de acordo... Não, é essa. Já respondeu. E com relação ao William Amorim Santana?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Como?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** William Amorim Santana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – William é técnico da Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses são nomes que foram apontados pela Senadora Simone Tebet no depoimento do Luis Ricardo Miranda. Por isso é que eu estou lhe perguntando aqui.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele é técnico da Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Técnico da Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a participação dele, a exemplo do que eu perguntei com relação ao Thiago Fernandes, nesse processo, nessa importação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele encaminhou o *e-mail* para mim, colocando toda a análise da *proforma invoice*, que é o *checklist* que eu falei pra vocês, descrito no *e-mail*.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ele que verdadeiramente fez toda a fiscalização do contrato e apontou todas as irregularidades no contrato?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele fiscalizou o contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não é a fiscalização do contrato. Não é a fiscalização. É a avaliação da *proforma invoice*.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas foi só por causa dele, que apontou as irregularidades, que foram feitas as alterações?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim. É atribuição da área dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas a senhora não nega este fato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não nego, porque é atribuição da área.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A outra... Ótimo.

A próxima pergunta é a seguinte: caso V. Sa. tivesse paralisado o processo de importação da Covaxin – foi uma pergunta que eu fiz lá atrás –, que não paralisou, não puniu, não houve tentativa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministério... Estou perguntando na sequência: caso V. Sa. tivesse paralisado o processo de importação da Covaxin, havia o risco de ser exonerada da função comissionada que exerce atualmente?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu vou responder com duas coisas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Primeiro, eu não tenho competência pra paralisar o processo de importação. Não tenho competência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Se o fiscal não tem competência...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O processo de importação... O processo de importação é da Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A senhora é a fiscal.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O fato de eu ser exonerada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A fiscal não pode paralisar...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu posso ser exonerada a qualquer momento, em qualquer situação, independentemente das minhas ações dentro do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá, mas eu estou fazendo uma pergunta objetiva pra senhora respeitosamente. Caso V. Sa. tivesse paralisado o processo, como fiscal de importação da Covaxin, neste caso concreto, havia o risco de ser exonerada da função comissionada que exerce?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu desconheço essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Havia pressão sobre o andamento do processo? Alguém falou com a senhora...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca sofri pressão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... ou tudo foi iniciativa da senhora?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca sofri pressão em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém lhe falou sobre esse contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca recebi nenhuma pressão em relação a esse processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou perguntando: alguém lhe falou sobre esse contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O superior hierárquico ou inferior hierárquico? Ninguém nunca lhe falou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca lhe falou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca lhe falou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tudo foi da cabeça e da órbita de decisão de V. Sa.?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Tudo? Que tudo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tudo o que ocorreu no contrato irregularmente. Nós estamos fazendo aqui uma análise.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas não houve nenhuma irregularidade da minha parte.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa afirmação de que tudo que aconteceu irregularmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estamos levantando isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é uma afirmação do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, por gentileza, a palavra está com o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aí coloca palavra na boca da depoente, o que não é correto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, Senador Marcos Rogério. A palavra... A palavra, por gentileza, está com o Relator. E o Relator está inquirindo. V. Exa. se inscreveu e, na sua oportunidade, V. Exa. vai inquirir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fale na sequência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, vou fazer isso. Vou fazer isso, mas ele é o Relator de todos nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta, Presidente, que eu gostaria de fazer à servidora Regina Célia Silva Oliveira...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só um minuto, só um instante.

O SR. PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAÚJO (Para expor.) – Excelência, é uma questão de ordem. Se houver... Porque é o seguinte? Ela não está... Está sendo feita a pergunta ao mesmo tempo em que já está sendo dada a resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é verdade.

O SR. PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAÚJO (Para expor.) – Se houver alguma possibilidade de ela se sentir incriminada, ela vai exercer o direito constitucional de ficar calada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ela pode utilizar o direito... Veja bem, ela está aqui na condição de testemunha, ela não está aqui na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de investigada. Então, ela iniciou este depoimento sob o compromisso da verdade. Então, com a devida vênia a V. Exa., as perguntas que estão sendo feitas, formuladas pelo Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro, perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e concedido o espaço para a resposta da decorrente.

O SR. PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAÚJO (Para expor.) – Então, Presidente, eu gostaria de fazer um apelo, por gentileza: que ela possa entender e responder a pergunta, porque, ao mesmo tempo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAÚJO – ... em que ela conclui uma linha de raciocínio, já lhe é vetado o direito de responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não teve contrário... Não diga isso, não diga isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Excelência, Excelência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas é verdade, mas é verdade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, eu concordo com o advogado. Presidente, eu concordo com o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Excelências...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O apelo do advogado está correto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu concordo com o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Excelência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Presidência garantirá a palavra ao Relator. O Relator tem a prerrogativa de inquirir nos termos em que ele considerar que deve fazer a inquirição. Se a inquirição for para perguntas objetivas, se pedem da depoente respostas objetivas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, retomando o depoimento, V. Sa. foi pressionada ou não foi pressionada – é uma pergunta objetiva – a facilitar a importação da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não fui pressionada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi pressionada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Nem deu pressão em ninguém?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Também não, Senadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Roberto Ferreira Dias a senhora conhece?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele era o Diretor do Departamento de Logística.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era o... Fez algum contato durante esse período com V. Sa. para que V. Sa. apressasse os trâmites de importação da vacina Covaxin? É uma pergunta objetiva.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fez ou não?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não fez em nenhum momento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

E Alex Leal Marinho tratou desse assunto em alguma oportunidade com V. Sa.?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tratou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem o Roberto Fernandes Dias pressionou V. Sa. a tomar a decisão, nem o Alex Leal Marinho?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Coronel Marcelo Pires conversou com a senhora em algum momento nesse sentido?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor. Nem conheço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca conversou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nem conheço nem Cel. Marcelo Pires.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

E os Coronéis Marcelo Blanco da Costa e Alexandre Martinelli trataram da importação da Covaxin com V. Sa.?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Coronel Élcio Franco, então Secretário Executivo do ministério, passou, em algum momento, alguma orientação a respeito desse contrato da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca passou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele fez alguma ingerência sobre a execução da importação dessa vacina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor; a mim, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu estou perguntando: ele fez nas instâncias, nas estruturas administrativas do ministério em algum momento...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... como Secretário Executivo, ele fez alguma ingerência sobre a execução dessa importação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Desconhece?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Hum-hum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nem quando o Presidente teria falado com ele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Desconhece qualquer ingerência?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Fez ou desconhece?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a sua relação com a Precisa Medicamentos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A minha relação, enquanto fiscal do contrato... Eu tenho comunicações com a empresa, como com todas as empresas. Eles me ligam, porque eu sou fiscal do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, eles ligam para V. Sa.? Sua relação é essa? Eles ligam?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É somente acerca do contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Costumam ligar com que frequência.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Acerca do contrato. Não, foram pouquíssimas vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa influenciou sua escolha para o posto de fiscal do contrato da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, é uma pergunta. Eu estou fazendo a pergunta.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa orientou V. Sa. sobre a maneira de proceder em relação às inconsistências contidas nas *invoices* encaminhadas ao Ministério da Saúde?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela nunca... Ela nunca orientou a senhora sobre as inconsistências?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca conversou com a senhora?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não... Conversou, conversou acerca daqueles dois pontos que eu lhe coloquei no *e-mail*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, conversou a respeito... Quais são os pontos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Os pontos seriam o embarque de 3 milhões de doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O embarque de 3 milhões.

O frete também?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, porque isso tudo era do contrato que estava sendo alterado nas chamadas inconsistências.

A Precisa, em algum momento, ofereceu – é uma pergunta objetiva – alguma vantagem a V. Sa.?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ofereceu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo o contrato, os pagamentos pelas doses da Covaxin serão pagos diretamente à Bharat Biotech ou à Precisa Medicamentos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não sei sobre essas questões de pagamento; eu sei a respeito da cláusula de contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a pergunta é do contrato, objetiva do contrato do qual V. Sa. é fiscal. Segundo o contrato – estou perguntando sobre o contrato que V. Exa. fiscaliza ou fiscalizou –, segundo o contrato, os pagamentos pelas doses da Covaxin serão pagos diretamente à Bharat Biotech ou à Precisa Medicamentos? É uma pergunta...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O contrato traz... O contrato traz a empresa Precisa como representante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está aí a inconsistência de que, há pouco, eu acabei de falar aqui.

E a última pergunta – penúltima pergunta, melhor dizendo: V. Sa., no seu íntimo – é uma pergunta ao seu íntimo, à sua consciência –, favoreceu, de alguma maneira, a Precisa Medicamentos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora acha que não favoreceu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acha que não favoreceu.

Alguma autoridade ou agente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Acho, não, senhor; eu tenho certeza de que eu não favoreci.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem certeza de que não favoreceu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por que, com a Pfizer, (*Fora do microfone.*)

demorou 330 dias, Relator – ela foi também fiscal da Pfizer –, e, com a Precisa, só 97 dias?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senadora Eliziane...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senadora Eliziane e Senador Marcos Rogério, vamos garantir para o Relator, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma autoridade ou agente público tem interferido nas decisões referentes à execução desse contrato da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. notou alguma situação incomum na execução dos contratos de produtos relacionados ao combate da pandemia?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Incomum?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, apenas a urgência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas a urgência.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Apenas a urgência no sentido...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a senhora, respondendo a várias perguntas, colocou que era incomum o que aconteceu na contratação da Precisa, que não era comum, respondendo especificamente a algumas perguntas lá atrás. É por isso que eu refiz a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora não notou situação incomum na execução dos contratos relacionados ao combate à pandemia?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, senhor.

Então, a resposta anterior já está posta nas notas taquigráficas.

Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, essa pergunta que eu fiz, V. Exa., Relator, poderia perguntar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Posso, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ela falou – ao que me parece – que ela também foi fiscal da Pfizer e que levou 330 dias.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu sou fiscal, eu sou fiscal da Pfizer!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sim, mas por que, na Pfizer, levou 330 dias e, na Covaxin, só 95 dias?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Senadora, eu desconheço as questões pré-contratuais; eu só figuro, no contrato, a partir do momento em que eu sou indicada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O seu período de fiscal de contrato na Pfizer durou quanto tempo comparativamente com o mesmo período com a Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A Pfizer, se eu não me engano, ela foi assinada agora no mês março. Então, o contrato ainda está vigente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – E a Covaxin foi assinada quando?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – No dia 25 de fevereiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, para a Covaxin, levou um mês e, para a Pfizer, ao que me parece aí, levou, sabe-se lá quantos meses...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é esse o critério.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor...

A depoente me pediu um intervalo de cinco minutos, é isso? Então, vamos conceder cinco minutos de intervalo, a pedido da depoente. Em seguida, nós retornaremos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas seria bom que ela esclarecesse, Presidente. Infelizmente, V. Exa. fez a interrupção... Acho que é um fato tão importante que ela poderia esclarecer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu concordo com a Senadora Eliziane, Presidente Randolfe, porque, assim, de fato, são duas coisas distintas: uma é a fase pré-contratual, e não tem fiscal de contrato na fase pré-contratual. O fiscal de contrato é designado quando há contrato, porque até então não tem razão de ter fiscal de contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Acho que é um processo, não é um contrato, é um processo que tem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O contrato é do dia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Neste caso, foi designado depois do descumprimento...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O contrato da Covaxin é do dia 25 de fevereiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Neste caso, foi uma das informações que o Relator colheu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas não acha estranho?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Neste caso, ela foi designada para fiscalizar o contrato depois do descumprimento do contrato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, nós estamos...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... diante de uma vacina que você tem a mesma fiscal de contrato, que a primeira leva 330 dias e a outra leva 97 dias. E vem me dizer que não teve pressão? Pelo amor de Deus!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – É muito mais grave do que isso, Senadora Eliziane!

Veja só, o contrato foi assinado dia 25 de fevereiro. O contrato previa que a primeira dose precisava – está suspenso, não é?... As primeiras doses precisavam chegar ao Brasil com 20 dias após a assinatura. Portanto, é 17 de março. As doses tinham que estar no Brasil no dia 17 de março. Ela foi nomeada fiscal no dia 22 de março. Como é que, depois de descumprido o contrato, ela autoriza?

E mais grave: ela recebeu, no dia 18 de março, antes da nomeação dela, Senador Renan, um *e-mail* do William, para ela, como fiscal, solicitando autorização de importação. Ela recebeu um pedido de um servidor para que autorizasse a importação antes de ser fiscal do trabalho. Então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Do contrato.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do contrato.

Não bate em nada. E, ainda que ela fosse, ela não poderia autorizar. Mas, de qualquer forma, aproveitando que ela não está aqui, e está suspensa a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, e a próxima, inclusive, é V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... eu gostaria apenas... Eu sei que está cancelado, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não pode autorizar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, eu gostaria de solicitar, Sr. Presidente, que a Comissão pudesse chamar o verdadeiro fiscal do contrato, o verdadeiro fiscal do contrato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Que é o William, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e que denunciou... É o William, que é funcionário, cujo chefe é o Luis Ricardo Miranda. O William denunciou para a Precisa, que mudou as *invoices* depois da denúncia feita por um simples servidor de carreira do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já está convocada a Sra. Emanuela para esta Comissão, já tem requerimento de aprovação.

Amanhã nós teremos o requerimento também de convocação do Sr. William a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos... Eu vou suspender por cinco minutos. É só o tempo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na verdade, estava suspensa, mas não foi suspensa, porque, obviamente, eu tinha que conceder a palavra a V. Exas. A Senadora Eliziane estava com a palavra e, até em decorrência disso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por isso que não fiz formalmente a suspensão.

Então, agora, sim, suspensa por cinco minutos a sessão.

(*Suspensa às 12 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 30 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

Senadora Simone Tebet, por 15 minutos.

Eu vou pedir aos Senadores, para que a gente tenha celeridade, que ninguém interrompa a pessoa; eu vou pedir, encarecidamente, para que a gente não interrompa quem for fazer as perguntas, e manter os 15 minutos.

Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

Sra. Regina, Mário Covas, que tanto dignificou esta Casa, o Senado Federal, embora engenheiro, dizia que ele só sabia ler o que estava escrito; embora eu seja advogada, nem isso eu estou conseguindo fazer em relação a esse depoimento tão confuso, em relação aos documentos que me chegaram. Muito rapidamente, Sr. Presidente, nós estamos falando aqui de tantas irregularidades que eu posso afirmar, de forma muito categórica: tudo está errado num contrato de nada mais, nada menos que US$300 milhões, R$1,5 bilhão na contratação de vacinas que estão faltando no braço do povo brasileiro e que faltou para a grande parte das 525.229 vidas perdidas.

Diante disso e do depoimento da Sra. Regina... Sra. Regina, eu entendo aqui que V. Sa. está no cumprimento do seu dever. Não vejo, no primeiro momento, nenhuma irregularidade em tudo que a senhora falou. Agora, algumas inconsistências ficam muito claras. Não acho que a senhora tem a ver com qualquer tipo de relação equivocada, fraudulenta, nesse contrato. A senhora era uma servidora pública que cumpriu uma função. Agora, há algumas coisas que precisam ser ditas.

O contrato era do dia 25 de fevereiro. No dia 17 de março, venceu, pelo contrato, o prazo para a entrega do primeiro lote – isso foi em 17 de março. A senhora foi nomeada no dia 22 de março, depois, como fiscal, e, ainda assim, autorizou a remessa, a continuidade do contrato. Mais do que isso, antes de a senhora ser nomeada, no dia 18 de março, a senhora recebe um *e-mail* de servidores pedindo autorização para solicitar... A senhora recebe *e-mail* – depois eu vejo até de quem é – pedindo, encaminhando a respeito dessa autorização de importação. E, mais grave ainda, a senhora é nomeada no dia 22 de março e, no mesmo dia em que a senhora é nomeada, sem investigar os autos do processo, a senhora autoriza a contratação. Então, não bate, mas eu acho que a senhora tem todo o direito de se pronunciar no momento certo.

Repito, não vejo aqui nenhuma má-fé da senhora, embora eu veja um contrato fraudulento, com desvio de finalidade, com crime de corrupção, crimes gravíssimos. Pois bem, como eu disse, no meu caso, estou com dificuldade até de entender o depoimento, aquilo que estou lendo.

Eu gostaria de passar rapidamente aqui e falar a respeito do *invoice*, porque ali eu vi coisas escabrosas e cheguei a duvidar da minha capacidade de ler um documento simples como uma nota fiscal.

Eu gostaria que passasse o vídeo, por favor, do Secretário Executivo Sr. Elcio, quando, querendo desmoralizar o servidor Luis Miranda, disse que o primeiro *invoice* era falso e que os segundos e terceiros são verdadeiros. Eu acho que a senhora teve acesso ao segundo e ao terceiro, talvez.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria que passassem as lâminas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, aqui está muito claro que eles descredenciam o Luis Miranda em relação ao primeiro *invoice,* dizendo que era falso, e dizem, com todas as letras, que foi a Madison que mandou a nota fiscal, a segunda e a terceira. Portanto, eles atestam a originalidade, Sr. Presidente, da segunda e terceira *invoices*.

Pois bem, esse aqui é o documento que eles dizem que é falso, que o Luis Miranda levou ao Presidente da República e que fala sobre pagamento antecipado. Eles alegam um erro de vírgula "300 mil vírgula", como se fosse um erro em inglês, coisa que não é, mas eles dizem que está falso, aqui está toda a informação da própria secretaria.

Por favor, o próximo.

Timbre e assinatura. O Ministro Onyx vai à televisão e diz que esse documento é falso, inclusive por conta da grafia, que estaria errada, coisa que não é verdade.

O próximo, por favor.

No terceiro, vem o Elcio naquele áudio e confirma que a Madison é a representante da Bharat e, portanto, ela que emitiu a segunda e terceira *invoices,* que são consideradas verdadeiras.

Próximo. Aqui já encontramos o primeiro *invoice* que ele disse que é verdadeiro. Embora ele fale que o Ministério da Saúde recebeu no dia 18 de março, ele está datado com o dia 19 de março. Quer dizer, ele recebeu no dia 18, mas foi enviado no dia 19. Poderia ser um mero erro formal, poderíamos dizer assim. Esse *invoice* fala em 100% de pagamento antecipado e corrige os 3 milhões de doses. Portanto, em desconformidade com o contrato, que não permitia pagamento antecipado.

Próximo.

Em seguida, ele alega o seguinte: agora vem o terceiro *invoice,* corrigido, e essa correção vem com o pagamento posteriormente ao recebimento e com a correção dos valores.

Pois bem, Sr. Presidente, o Ministro Elcio, quando fez essa denúncia, disse assim para a imprensa: podem fotografar! Eu fotografei o segundo e fotografei o terceiro.

Por favor.

Esse é o primeiro, dito que é falso, 100% com correção da língua inglesa e marcas de *scanner* ou fax comprovando que esse documento chegou. Esse documento foi escaneado, e por fax...

Pode passar, por favor.

Aqui está, inclusive com a imagem analisada pelo *site*, que é aquele FotoForensics, em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

E o dito verdadeiro, que é esse, ele tem excessos de erros e não há marcas de *scanner* e fax. Poderiam dizer assim: "Mas que erros são esses?".

Por favor o próximo.

O documento verdadeiro, que é esse, tem clara comprovação de falsidade de documento privado. Nós estamos falando de falsidade ideológica formulada por alguém. Ele tem a marca e o logotipo desenquadrados, não estão alinhados em alguns pontos, como se fosse uma montagem. Eu tenho inúmeros erros de inglês, e, talvez, o mais desmoralizante dele seja o 17: no lugar de preço, "*price",* está *"prince"*, não é? O príncipe é de US$15, e não é preço; o príncipe aqui está com um valor fixo de US$15, e uma série de irregularidades. CEO, está companhia, em português. Então, aqui está uma mistura, eu acho que é um dialeto que só eles conhecem, não é? Está um "portinglês" aqui que não dá para entender, Sr. Relator.

Mais grave do que isso. Você poderia falar: "Mas aqui foi alguém que fez". Lembrem que a primeira *invoice* foi feita pela Madison corretamente. Esse documento foi elaborado pela Madison? Com tantos erros de inglês? São tantos os erros apontados – *of* que não é comum, tem normalmente apóstrofe; o nome do aeroporto corrigido errado; Brasil com "z"; e aeroporto em português –, mas vamos ao mais grave. As doses ali eles colocam que são 300 mil caixas com 16 ampolas cada, cada ampola dá para uma dose. Se eu for multiplicar por isso, o que o Brasil teria que receber é 4,8 milhões de doses e não 3 milhões, como está aqui.

Esse documento, Sra. Regina, embora não seja a senhora, não poderia ter passado pelo Ministério da Saúde, porque é um documento que diz que ora o Brasil vai receber 4,8 milhões de doses da vacina, que ora vai receber 3 milhões de doses.

E mais grave neste documento: para ganhar um pouquinho mais de propina, eles passam de US$45 milhões e separam o frete e o seguro; e o que era contratado de US$45 milhões salta para quase US$46 milhões. Tem quase US$1 milhão, R$5 milhões, que alguém ia levar em algum paraíso fiscal para fazer alguma rachadinha.

Esse documento é o documento do ministério, com *e-mails* comprovados, que passou por tanta gente. Como é que ninguém visualiza um documento fajuto como este, documento apresentado pelo Onyx e pelo Elcio, fotografado por nós e pela imprensa?

Mais grave do que isso. Além de todas essas – e eu não tenho tempo, é muito pouco tempo, eu passaria aqui... –, qual o peso da carga, que também não veio? Já que falaram tanto que foi um *e-mail* solicitado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar para o terceiro. Vamos supor que eles tenham percebido isso, e o terceiro veio para corrigir.

Passem, por favor.

O terceiro – eu não tenho tempo – é a cópia do outro, cópia. Eu posso ampliar num momento oportuno e mostrar. Só com duas diferenças: eles voltam o seguro e o frete para dentro dos US$45 milhões, porque alguém denunciou. Então, não ficam US$46 milhões e vai para US$45 milhões. Também com um erro grave de inglês – não sou eu, não sou doutora em inglês, eu pedi ajuda a um professor de inglês do meu Estado, porque eu falo muito mal a língua inglesa, mal falo o português. E aqui está *according to the agreement*, lá não tem. Então, são erros grosseiros.

E aí vêm as perguntas que eu gostaria de fazer. Talvez esse seja um dialeto, Sr. Presidente, acordado entre as partes. Sabem aquele *fifty-fifty* – *fifty*, metade? Metade português, metade inglês; metade dinheiro oficial, metade propina ou tudo propina, num pagamento antecipado? Os primeiros US$45 milhões vão ser no rateio para alguém que vai levar vantagem em cima da dor, da falta de vacina do povo brasileiro?

Por que eu aponto tudo isso? A alteração dos valores tem um erro grave de relação comercial: ora eles chamam de CIF, ora eles chamam de CIP. Um vem por navio, Senador Humberto; o outro vem por aéreo. Então, ora eles falam que o produto vem por navio; ora eles falam que o produto vem por aéreo. Ora, esse não é um erro comum!

Então, vamos lá. A Madison emitiria uma nota fiscal, sendo ela de Singapura, paraíso fiscal, onde a língua inglesa é amplamente divulgada... Por que tantos erros primários no preenchimento do documento envolvendo vacinas na ordem de – repito, é muito dinheiro – 40 milhões só na primeira dose? Nós estamos falando de R$200 milhões.

Segundo, pela quantidade de erros, Sr. Presidente, a *invoice* não foi emitida pela Madison. Então, foi emitida por quem? Quando? Para quê? Com que objetivo?

Os *e-mails* da Emanuela, que é da Precisa, dizem que foi da Madison. E ela ajusta o tempo todo com o Ministério da Saúde pra poder conseguir a autorização provisória. É fundamental, Sr. Presidente, que a Emanuela venha aqui a esta Comissão. Ela que negociava a produção desse documento. Isso foi feito na Precisa? Isso foi feito no Ministério da Saúde? Eu não acredito que venha do Ministério da Saúde. A Precisa mandava *e-mail* para o Ministério da Saúde encaminhando essas *invoices*, essas notas fiscais. Seria, então, a Madison uma empresa de fachada? Com que objetivo? Se ela não é empresa de fachada, ela vê o nome dela sendo envolvido... A primeira nota, correta; essas, não. Como é que ela não vem a público dizer e esclarecer os fatos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o Elcio não encontrou nenhum vestígio? Eu quero aqui finalizar nesse sentido, Sr. Presidente, invocando de novo a tal da prevaricação.

No dia 20 de março, o Presidente soube pelos irmãos Miranda, pela primeira *invoice.* Verdadeiro ou falso? Tinha todas as características de veracidade. Ele disse que disse para o Pazuello investigar. O Pazuello sai dois dias depois do ministério e manda o Elcio investigar. O Elcio diz que em um dia, em um dia apenas, investigou tudo e não achou nada. Agora o Elcio vai pra televisão em público e fala: "Olhe aqui a *invoice* correta; cheia de erros". Então, claramente o Secretário-Executivo prevaricou. Claramente houve manipulação de documentos. Está muito claro que a Covaxin já nasceu morta, ela não existia, ela não ia chegar ao braço do povo brasileiro.

Sr. Presidente, eu peço apenas um minuto pra encerrar. E eu prometo que amanhã eu não falo. Eu nem venho à Comissão, se for necessário, se o senhor me der mais dois minutos pra encerrar.

Então, é muito importante chegar à seguinte conclusão, Sr. Presidente: o Presidente da República precisa vir a público esclarecer esses fatos. Isso daqui é a prova cabal de crimes; falsidade de documento privado; falsidade ideológica; direcionamento de empresas para receber um contrato bilionário para ser entregue o recurso num paraíso fiscal, onde nós sabemos que funciona lugar pra receber propina e lavagem de dinheiro público.

Então, diante de todas essas situações, Sr. Presidente, esse caso linca o caso que nós estamos querendo investigar de crime de prevaricação. Houve prevaricação, basta saber de quem. O Sr. Elcio pode ter prevaricado, o Ministro Pazuello, ex-Ministro, pode ter prevaricado, porque agora o Secretário-Executivo não pode dizer que não tinha em mãos um documento fraudulento e não pode dizer que investigou, Sr. Presidente. O Secretário-Executivo, em 24 horas, não tinha condições de investigar, não tinha condições de dizer... a não ser dizer que esse documento era falso. Então, é importante que o Secretário-Executivo volte a esta Presidência.

A minha... O meu pedido final, em 30 segundos, a V. Exa., é que possamos não só chamar o Sr. William, o verdadeiro fiscal, porque foi ele que denunciou pra Precisa, e por isso que a Precisa arrumou essas *invoices*, essas notas fiscais, mas a Sra. Emanuela, da Precisa – ela tem que vir a público pra ver se não foi a Precisa que falsificou esses documentos, quem foi que fez. E mais ainda, Sr. Presidente, aí, sim, que nós possamos trazer o Elcio para ter muito claramente: ele investigou ou não investigou? Se investigou, o que disse para o Ministro Pazuello? E, por fim, o que o Ministro Pazuello falou para o Presidente da República? Cadê o fax? Cadê *e-mail*? Cadê o WhatsApp? Cadê pedido de sindicância administrativa pra investigar supostas irregularidades de um contrato de quase R$1,5 bilhão?

Obrigada, Sr. Presidente. Desculpe o tempo tomado dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone Tebet, é lógico que isso foi uma justificativa, até porque, no sábado, quando o Deputado Luis Miranda leva a conhecimento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, dia 21 era domingo, nesse dia, o General Pazuello já sabia que era demissionário. Está certo? Ninguém demite um general, chega lá, "está fora", assim, como se... É lógico que teve uma conversa anterior. Então, saberia muito bem que ele estava ali limpando as gavetas para sair. Da mesma forma, o Coronel Elcio, que também sabia que estava demissionário. Então, essa versão que eles estão falando de investigação, de fato, contribuiu para a gente saber, cada vez mais, que houve, sim, uma omissão muito grande em relação à Covaxin.

E eu vou ouvir agora o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sra. Regina, com todas essas improbidades que a Senadora Simone percebeu no *invoice,* isso não lhe chamou atenção?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Essas improbidades que... Impropriedades que a Senadora apontou a Divisão de Importação apontou quando ela solicitou as correções. E isso cabe à Divisão de Importação, fazer essa avaliação do documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora conhece a Portaria nº 78, de 16 de janeiro de 2006, que estabelece as suas atribuições?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entre as suas atribuições está... Primeiro, define a portaria: "servidor especialmente designado pela administração, com atribuições de acompanhar, controlar e fiscalizar a ideal execução de contratos administrativos". Mais adiante: "São atribuições do Gestor do Contrato [de V. Sa.]: acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato [...]".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Randolfe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Eu pediria, da mesma forma como foi silenciosa a argumentação da Senadora Simone, que também pudesse o Senador Randolfe fazer suas perguntas, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, só recapitulando, Sr. Presidente, até retomando, peço pra repor meu tempo.

Reiterando a pergunta, Dra. Regina, essas impropriedades, improbidades que venham a ser apresentadas pela Senadora Simone foram percebidas pela senhora? Não... Segundo a Portaria nº 78, do Ministério da Saúde, não seria atribuição sua se reportar ao superior hierárquico sobre essas impropriedades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A portaria não indica o gestor e o fiscal, essa diferença. No caso, o gestor, pelo entendimento do órgão, o gestor é quem assina o contrato, é o Departamento de Logística. A Divisão de Importação está dentro do Departamento de Logística.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, essa hierarquia eu conheço, D. Regina. Mas, veja, estavam entre as suas atribuições se reportar sobre as impropriedades.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A minha atribuição enquanto fiscal; a portaria indica a atribuição enquanto gestor. Gestor é o Departamento de Logística, quem assina o contrato, o ordenador de despesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E a senhora não se reportou, não percebeu essas impropriedades e não se reportou ao seu superior?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, porque à Divisão de Importação, compete a ela fazer essa análise do documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Diretamente falando, então, vendo impropriedades, a senhora não teria atribuição de falar nada? Poderia seguir com as impropriedades?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, eu poderia informar, sim, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E por que a senhora não informou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... nesse momento, ele havia feito isso, a Divisão de Importação não reportou à empresa novamente e pediu o documento correto, as correções, por duas vezes?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Que as correções foram insuficientes, inclusive. Que as correções, inclusive, não corrigiram.

E eu lhe pergunto: quando é que a senhora tem... De quando é o primeiro *invoice* que a senhora tem contato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não consigo lembrar aqui, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, a senhora falou ainda há pouco, D. Regina.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não consigo lembrar a data exata. Eu não consigo lembrar a data da primeira *invoice* encaminhada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só um minutinho.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Deixa eu esclarecer. Quando foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, deixe eu lhe esclarecer. Ninguém...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quero pedir só a atenção, Sr. Presidente, aos colegas.

Sr. Presidente, se pudermos, inclusive, recuperar as notas taquigráficas... E eu acho que todo mundo aqui está bem consciente. A Dra. Regina, ainda há pouco, na primeira parte, em resposta ao Senador Renan informou aqui para esta Comissão a primeira data do *invoice.*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 18.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exato.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, no dia 18 a documentação foi encaminhada por meio de um *link* a que eu não tive acesso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, pronto. A senhora lembrou agora.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – E eu não sei se a *invoice* estava nesse *link.* Foi isso que eu expliquei aos senhores. Como eu não tive acesso ao...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, Dra. Regina, mas a senhora está mudando uma versão que estabelecera ainda há pouco neste mesmo depoimento!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor. Sr. Senador, eu não tive acesso a esse *link*. Ele não abriu para mim. E eu não posso afirmar que a *invoice* estava nesse *link.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria só colocar que fosse colocado o vídeo. (*Pausa.*)

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não consigo lembrar exatamente a data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora lembrou ainda há pouco. A senhora teve um intervalo de cinco minutos e esqueceu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, é porque eu tive conhecimento no dia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe o que é que é, Sra. Regina Célia? Por mais que a senhora não se lembre, mas com certeza a senhora saberia que essa pergunta seria feita à senhora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando foi reencaminhado o *invoice* para a senhora? Quando foi reencaminhado para a senhora o *invoice*?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Se eu não me engano, foi no dia 22. Encaminhado!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Reencaminhado! Inclusive tem um documento da Dra. Emanuela informando isso, certo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No dia 22.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 22. Está aqui nos documentos, Dra. Regina.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ela não encaminha para mim: ela encaminha para a Divisão de Importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está aqui... Não, a senhora, inclusive, é copiada.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, eu sou copiada, mas ela direcionou para a Divisão de Importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora é copiada... Dra. Regina, me desculpe, mas a senhora recebe um ofício, a senhora é copiada, e a senhora tenta dizer aqui para esta Comissão, para todos os membros desta Comissão que a senhora foi copiada e não foi direcionado para a senhora?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque a Divisão de Importação é que faz essa análise.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a senhora estava copiada no *e-mail!*

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, eu estava copiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Isso nos basta.

Queria colocar o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Esse é o Secretário-Geral da Presidência da República. Ele está informando em uma coletiva, há duas semanas, mais ou menos, diante de um documento que foi encaminhado no dia 19. A senhora disse que só teve acesso no dia 22, agora, sendo que na primeira parte do seu depoimento a senhora disse que teve acesso no dia 18.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No dia 18, o Dropbox...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como é que o Sr. Onyx tem esse documento do dia 19?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No dia 18, o *link* Dropbox a que eu não tive acesso, eu não consegui abrir. E eu não posso afirmar que a *invoice* estava nesse *link.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E esse documento do dia 19 de que o Sr. Onyx fala?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não sei. Não entendo. Aí teria que questionar a Divisão de Importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ou o Sr. Onyx, não é? – porque é ele que relata aí as informações.

Então, veja, é importante, Sr. Presidente, porque está sendo alegado aqui... Foi alegado... Um colega Senador tentou aqui fazer um "pela ordem" para apresentar a defesa da Precisa. Qual é a defesa da Precisa? De que a primeira *invoice* foi depois do dia 22 de março. A própria Sra. Regina está dizendo que foi dia 18. E o Sr. Onyx, aqui, na coletiva que ele concedeu no dia 23 de junho, disse claramente que é do dia 19 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que não é dia 19 de março, que a Senadora Simone Tebet acabou de provar que há uma confusão de data. Está escrito dia 18 e, como recebido, dia 19.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu posso só complementar, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O senhor me permite?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele disse que recebe dia 18, mas o documento está enviado no dia 19.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele mantém a data retroativa.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu posso só complementar? Dia 18, eu vou repetir, dia 18 veio um *link* por meio Dropbox a que eu não tive acesso. Então, eu não posso afirmar que o documento estava nesse *link*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A empresa fez algum pedido para alterar o prazo de entrega?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eles não pediram para alterar o prazo de entrega. Eles pediram para postergar 1 milhão de doses para o segundo envio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – D. Regina, não é isso que diz este documento. Este é um documento em que a empresa claramente faz um pedido de alteração do prazo de entrega.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Que data?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Este documento é do dia... Este documento é datado do dia 11 de junho.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ah, sim! Eu vou te explicar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Depois que foi feita a notificação, posteriormente a isso, foi feito, se não me engano, no dia 24, por meio do nosso Secretário, encaminhado um ofício à empresa solicitando a expectativa de cumprimento do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora diga, por favor, a data, mas diga o mês, por favor! Foi dia 24...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – De maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ah, de maio.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... que foi solicitada a expectativa de cumprimento do contrato... Foi solicitada a expectativa de cumprimento do contrato.

A empresa, em 31... No dia 31, eu reiterei resposta a esse ofício...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Dia 31 de que mês?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dia 31 de maio, tá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Hã-hã.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu reiterei resposta a esse ofício. No mesmo dia, a empresa encaminhou um ofício, o Ofício de nº 11, onde ela aponta que ela não conseguiria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Esse Ofício é de nº 12.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, é o nº 11.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito. Então cheguemos ao nº 12.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Só um instante.

Nesse Ofício nº 11, eles informam que não têm condições de informar o cronograma de entrega antes da avaliação da Anvisa. A avaliação da Anvisa estava prevista para o dia 1º de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Me diga...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Só um instante. Eu posso concluir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, perfeito. Pois não!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Somente no dia 4 de junho, no dia 4, teve avaliação da Anvisa. E eles encaminharam, a empresa encaminhou no dia 11 de junho esse ofício que o senhor está falando, onde ele apresenta a expectativa de cumprimento do contrato. Só que essa expectativa de cumprimento eles condicionam ao deferimento da licença de importação. Eu não achei, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não considerei previsível esse cronograma que eles apresentaram. Foi por isso que eu fiz o relatório apontando a imprevisibilidade de cumprimento do contrato e sugerindo sanções para a empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para garantir... É que eu não estou conseguindo... Desculpa, a senhora pode retomar?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No dia 11...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe... Senador Izalci, por gentileza! Senador Izalci, só para me garantir a...

A senhora pode retomar?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Posso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora está falando... O ofício de 11 de junho.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No ofício do dia 11 de junho, a empresa apresentou a expectativa de cumprimento do contrato, respondendo a ofício que foi encaminhado por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde.

Nesse ofício eles apresentaram um cronograma onde eu não considerei previsível, porque eles colocaram a entrega condicionada ao deferimento da licença de importação, ou seja, se a Anvisa não deferisse a importação, a empresa também não estaria inadimplente. Esse foi o meu entendimento. Então, não considerei razoável. Foi quando eu elaborei o relatório apontando o descumprimento total do contrato e submetendo aos secretários para decisão quanto à permanência ou não desse contrato, uma vez que o cronograma já estava totalmente descumprido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso dia 11 de junho.

Então, com essa comunicação sua, não teve uma medida do Ministério da Saúde para suspensão do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, isso seguiu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, isso não seguiu...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Seguiu, seguiu, seguiu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja, essa medida é do dia 11 de junho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, seguiu posteriormente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Um minuto, Dra. Regina. Veja, essa medida aí é do dia 11 de junho, e a sua recomendação é do dia 11 de junho...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. A minha recomendação foi posterior a essa data, porque eu estava de férias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito, mas no intervalo disso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Não, por favor, por favor!

A depoente e o Senador Randolfe estão fazendo perguntas... É interessante esse negócio. Tem de prestar atenção!

Daí eu acho que tem todo um enredo que a gente tem que conhecer, porque...

Senador Izalci, por favor. V. Exa. está falando ao telefone, mas está falando muito alto, Senador. Aí atrapalha quem está do lado.

Quando a gente está falando e tem uma pessoa do lado falando alto, atrapalha. Todo mundo quer silêncio na hora de falar.

O que a senhora não consegue explicar para a gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu sei, Senador. Eu sei.

Mas veja bem, a senhora não consegue explicar para a gente essas datas. Sra. Regina Célia, a senhora não consegue explicar como a senhora toma uma decisão sem consultar absolutamente ninguém superior à senhora. A senhora ali toma uma decisão... Eu não sei... Ela falou os nomes.

Quem era seu superior na época em que a senhora tomou essa decisão de reduzir de 4 para 3 milhões?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) **–** Eu não reduzi. Não houve prejuízo. Eu afirmei isso ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Quem eram seus superiores? A senhora decidiu não cumprir o contrato que era de 4 milhões de doses para 3 milhões de doses. Quem eram os seus superiores na época?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O meu superior é o Diretor de departamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem era o Diretor de departamento na época em que isso aconteceu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O Sr. Lauricio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O Sr. Lauricio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que é vinculado a quem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

Sr. Lauricio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É vinculado a quem o Sr. Lauricio?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não entendi a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, deixa eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Lauricio é vinculado a quem? Quem está acima dele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O Dr. Arnaldo. É o nosso Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas na época quem era o servidor que estava acima do Sr. Lauricio, quando a senhora tomou essa decisão, Sra. Regina Célia?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Acima do Dr. Lauricio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É o Secretário de Vigilância em Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Quem era na época?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dr. Arnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E acima do Dr. Arnaldo quem era?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É o Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Venha cá: então dia 11 de junho a senhora aponta, finalmente, as impropriedades do contrato...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu posso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, já concluindo. Eu já entendi.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora aponta dia 11 de junho, certo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não foi no dia 11.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi depois. Que dia foi?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dia 11 a empresa encaminhou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

Quando foi?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dia 11 a empresa encaminhou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando foi que a senhora...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nessa data, eu estava de férias – eu estava de férias. Retornei no dia 22. Foi quando foi feito o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpa...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – E eu assinei o relatório – eu assinei o relatório –, se eu não me engano, 23 ou 24. Foi quando eu tomei essa decisão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vinte e três ou 24 de junho?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita, Dra. Regina, porque essa preliminar... É porque, nesse contexto seu, não tinha essas férias ainda. A senhora tirou férias, então, no dia 12.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu estava de férias no mês de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E quem era sua sucessora, na execução do contrato, no acompanhamento do contrato, ou seu sucessor.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Tem a fiscal substituta, mas ela aguardou que eu chegasse para justamente resolver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja, sua fiscal... Diante de informação dessa gravidade, diante de uma decisão dessa gravidade, a sua substituta não lhe comunica. E aí a senhora está encontrando uma data para coincidir exatamente com a entrevista coletiva do Sr. Onyx e com a entrevista coletiva do Sr. Elcio Franco. Mais que isso, concretamente, a senhora está encontrando, está fazendo um exercício... A entrevista coletiva deles questiona os irmãos Miranda, e os irmão Miranda só comparecem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito depois. E a medida de suspensão de tudo só ocorre na semana passada. Me desculpe, D. Regina, mas essas datas não estão batendo, por mais que a senhora esteja se esforçando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Bom, é o que está documentado, Sr. Senador. É o que está documentado dentro do processo.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Está documentado... A senhora só tomou a decisão de fazer um relatório poucos dias atrás, Sra. Regina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ela falou...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O relatório já estava pronto antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – De que data é o relatório da senhora, denunciando o que ocorreu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – O relatório foi assinado – assinado –, se eu não me engano, 23 ou 24, mas isso não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De que mês?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – De junho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, senhora, junho está ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois da CPI, senhora? Depois que a gente ficou questionando?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não importa, Sr. Senador, eu estava de férias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lógico que importa.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não podia assinar um documento antes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente... Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja, aqui tem um *e-mail* seu do dia 22...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos seguir a lista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Presidente.

Aqui tem um *e-mail* seu, do dia 22 de março, respondendo à Emanuela. A senhora autoriza a prosseguir o contrato, prosseguir tudo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É aquele *e-mail* a que eu me referi na apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixando aqui a questão da Madison para ser resolvida depois. A senhora diz isso aqui, nesse *e-mail*, do dia 22 de março...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora pede para deixar a questão da Madison...

Senador Fernando, por gentileza. Terá a sua hora de inquirir.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu aguardo, eu aguardo, eu aguardo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O tempo, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja: tem um *e-mail* seu aqui, do dia 22 de março, endereçado à Sra. Emanuela, deixando claro aqui que, independente da questão da Madison, a senhora está informando para prosseguir o contrato.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É em relação ao quantitativo, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, em relação ao quantitativo, a senhora informou que não houve alteração no quantitativo de doses, certo? Mas houve alteração no regime de execução, é isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Apenas em relação ao embarque do primeiro quantitativo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pronto: regime de execução. A senhora conhece a lei 8.666?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Conheço perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora sabe muito bem que, conforme essa lei, era necessário ter um termo aditivo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Teve um termo aditivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não tem termo aditivo, senhor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria... Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, tranquilize o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu quero ajudá-lo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos seguir a inscrição, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tranquilize o Senador Fernando Bezerra, Presidente. Tranquiliza aí o Senador Fernando Bezerra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Todo mundo tem o direito de falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo o respeito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos seguir as inscrições. Eu estou inscrito, eu quero falar também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo o respeito, o Senador Fernando Bezerra é um amigo querido de todos nós, mas não pode responder pela depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro! Claro!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou pedindo a palavra para trazer uma informação relevante para a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Regina, veja: de acordo com a Lei 8.666, necessitaria ter um termo aditivo. Teve um termo aditivo para essa providência?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, teve...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não teve o termo aditivo. Ótimo, era isso que nós gostaríamos de saber. Não houve termo aditivo. A senhora conhece a Lei 8.666?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Teria a partir do momento em que ele apresentou essa expectativa de cumprimento. Porém...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Teria quando houve alteração no contrato...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... quando houve alteração no regime de execução do contrato...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não precisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... segundo a Lei 8.666.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É desnecessário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando, o senhor não está respondendo pela depoente!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não estou respondendo; é uma informação que está no contrato, é só ler o contrato!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, Senador Fernando, com todo respeito a V. Exa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela é fiscal do contrato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... contenha-se um pouco! Calma! Por que essa impaciência? Fique tranquilo!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu estou calmo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos respeitar o tempo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calma! Para que essa impaciência? Vai chegar seu momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero falar também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A alteração contratual no regime de execução, conforme foi feita, precisa de justificativa, conforme também estabelece o art. 65 da Lei 8.666. A senhora verificou o motivo apresentado para a empresa enviar um quantitativo menor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E qual foi o motivo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Aquela justificativa que eu já lhe falei aqui, em relação ao envio por conta do impedimento de encaminhar 4 milhões de doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mesmo assim, a senhora compreendeu que não deveria ter um termo aditivo e, aí, não comunicou a nenhum superior seu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A comunicação à autoridade competente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos seguir a ordem! Vamos seguir a ordem! Não pode! Não pode ter um membro que tenha mais direitos do que os outros. Não pode!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já estou concluindo, Presidente, é que eu fui interrompido algumas vezes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já vai para mais de 20 minutos!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É que eu fui interrompido algumas vezes. Só concluindo.

A comunicação à autoridade competente e o início do processo de sanção à empresa pelos atrasos nas entregas das vacinas só foram feitos em junho, meses após a ocorrência dos descumprimentos contratuais. A senhora comunicou isso a alguém?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No relatório. Após descumprido o contrato, eu comuniquei por meio do meu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso só em junho?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso só em junho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Senador, porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluo.

A última pergunta: quando foi que a senhora foi nomeada – isso já foi perguntado, é só para ficar claro –, quando foi que... A senhora é a primeira fiscal desse contrato. Quando a senhora foi nomeada fiscal do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Fiscal do contrato?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Dia 22.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A portaria eu acho que foi publicada no dia 22, porém a portaria foi assinada um pouco antes, acho que dia 18 ou dia 17. Teria que olhar no processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe, e o pior é que agora, no setor público, tem duas datas: é a data que foi publicada e a data em que a portaria teria sido assinada! É inacreditável!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja, então a sua portaria é assinada no dia 8 de março, a senhora toma posse... É publicado no *Diário Oficial* no dia 22 de março, e o contrato é assinado que dia com a Precisa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Em 25 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em 25 de fevereiro. Então, a rigor, até a senhora tomar posse, conforme o *Diário Oficial*, como fiscal do contrato, ficou um mês sem fiscal de contrato?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A partir do momento da portaria, já...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, está clara a impropriedade desse contrato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem. Trinta segundos V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. me permita 30 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Senador Fernando Bezerra também...

Sim, pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Diante das graves denúncias que vieram aqui, da nossa querida Líder Simone Tebet, Presidente, eu pediria a V. Exa. que a CPI procedesse a uma perícia técnica nas três *invoices* que foram encaminhadas e, inclusive, já estão de posse da CPI. A Senadora trouxe, por exemplo, possível fraude de documentos e, aí, portanto, uma tentativa até de obstrução dos trabalhos da CPI, o que é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, o Deputado Luis Miranda ficou de entregar, junto com a assessoria que o estava acompanhando naquele dia do depoimento, os documentos que entregou ao Ministro Onyx. Ficou de mandar uma cópia. Ele disse que naquele dia não podia pegar, porque não estava... E já faz muito tempo, então eu estou cobrando aqui publicamente do Deputado que ele traga os documentos, porque ele se comprometeu, publicamente, aqui, a trazer o documento aqui, porque as denúncias que ele fez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Dê prazo, Presidente. Até quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele se comprometeu a trazer, porque é um documento que ele entregou ao Ministro Onyx, não é? Mas a gente espera que ele cumpra a palavra dele e traga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A CPI pode e tem os artifícios e os instrumentos legais para ter acesso a esses documentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só complementarmente, já que o senhor já está cobrando documentos – me permita, Senador Humberto –, nós ainda não recebemos do Ministério da Saúde todos os documentos sobre esse contrato. É um absurdo isso. Embora isso tenha sido requisitado há tempos, o Ministério da Saúde já infringe várias vezes os termos do Código de Processo Penal.

Eu quero requerer a V. Exa. que reitere ao Sr. Ministro da Saúde, sob as penas da lei, a necessidade da informação de todos os documentos relativos a esse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sra. Regina Célia – seja bem-vinda aqui ao Senado –, eu queria começar aqui fazendo um desagravo ao grupo do Dr. Pedro Hallal, que elaborou um guia de atividade física para a população brasileira. Foram 70 pesquisadores que participaram disso. O lançamento aconteceu recentemente e nenhum desses 70 pesquisadores foi convocado para estarem presentes. Isso, na verdade, já é uma retaliação pelas posições corajosas que o Dr. Pedro Hallal assumiu.

Mas, D. Regina, Dra. Regina, a senhora hoje tem uma função comissionada técnica de R$6.975,30, bem maior do que a senhora sempre teve aqui, pelo menos pela informação que eu tenho. Isso corresponde à realidade ou não?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse valor que é agregado ao seu ao seu salário?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então essa informação aqui não é verdadeira?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não é verdadeira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Segunda coisa, eu queria perguntar: para sua designação como relatora desse contrato, competiram as seguintes pessoas: Alex Leal, "sim" ou "não"?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Pode repetir a pergunta, por gentileza?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A pergunta é se, para sua nomeação como fiscal desse contrato, a senhora teve indicação do Sr. Alex Leal, Roberto Dias, Tenente-Coronel...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não sei, dentro do Departamento de Logística, quem assina a portaria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu quero saber se teve o apoio ou alguém...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tenente-Coronel Pires?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Arnaldo Medeiros?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

Ah, sim...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ou Dr. Elcio Franco?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dr. Arnaldo indica... Desculpa, eu não tenho certeza se é o Dr. Arnaldo ou se é o meu diretor que indica o servidor que vai fiscalizar o contrato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Apesar de a senhora ser apenas a fiscal do contrato, mas a senhora acompanhou os problemas, os comentários, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rumores que tinha em relação a essa vacina pelo fato de ela ser a mais cara de todas que o Brasil já comprou; de ela ter sido contratada antes que ela tivesse autorização da Anvisa para ser aplicada no nosso País – e o Governo fez muita questão de dizer que não contrataria nenhuma vacina que não tivesse autorização da Anvisa; e que ela foi adquirida e foi contratada em tempo recorde? A senhora tinha conhecimento dessas diferenças?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Acompanhei os rumores, sim. Acompanhei os rumores.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora que, inclusive, acompanha a Pfizer, o acompanhamento do contrato da Pfizer...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Da execução do contrato...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Há diferenças importantes nesses aspectos entre o contrato da Pfizer e dessa empresa Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O contrato da Pfizer, parte dele, é pagamento antecipado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, mas eu falo em termos de tramitação, prazos...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não... Eu não participo dessa fase pré-contratual. Eu desconheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Mas não é obrigada a conhecer os termos do contrato? Essa é a pergunta.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Os termos do contrato, sim, mas as negociações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não é obrigada a conhecer?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – As negociações pré-contratuais eu desconheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O contrato da Covaxin foi assinado dia 25 de fevereiro. A autorização da Anvisa veio três meses e sete dias depois, quer dizer, é um tratamento VIP, como eu falei já anteriormente. A senhora só tomou posse como fiscal desse contrato no dia 22 de março, mas, já no dia 19, a Precisa mandou para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde a primeira *invoice*, não é? Nessa primeira *invoice*, nós tínhamos problemas que eram: quantidade de doses a menor, pagamento antecipado e o frete e o seguro a serem pagos pelo Ministério da Saúde. Quando foi que a senhora teve conhecimento desses problemas dessa primeira *invoice*?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Somente quando a Divisão de Importação me encaminhou o *e-mail* com o *checklist*. Ele não me apresentou documento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Que dia foi isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No dia 24. Foi o *checklist*, após a correção das *invoices*.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Os tempos não batem, não é? Porque isso chegou no dia 19. A senhora não tinha conhecimento nenhum, zero conhecimento.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi copiada nos *e-mails*.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** A senhora tinha conhecimento então?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi copiada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O.k.

Depois veio um segundo...

Então a senhora teve conhecimento também da rejeição dessa *invoice* por parte do setor de importação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Tomou conhecimento disso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque é de competência deles fazer essa análise.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Certo.

Depois vinha uma segunda *invoice* que corrigia a questão do pagamento antecipado, mas não corrigia nem a quantidade de doses... Não, corrigia o... Não corrigia a quantidade de doses nem o frete e o seguro. A senhora teve informação dessa segunda *invoice*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Não tive conhecimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** E a terceira *invoice*, que corrigia o frete e o seguro, mas mantinha o problema da empresa Madison e do número de doses...

Para a senhora que já acompanhou muitos contratos, é comum uma empresa contratar com o Ministério da Saúde, entregar os documentos, dizer que vai receber o pagamento e, no final, passar para outra empresa esse pagamento? Isso é comum?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Acho que isto aí é importante ser registrado, Sr. Relator: a depoente informa que não é usual uma empresa estabelecer um contrato com o Ministério da Saúde e, na hora de fazer o pagamento, surgir uma outra empresa que se apresenta como aquela que vai receber esse recurso. Isso, para mim, é uma coisa muito grave, não é?

E, aí, vem a seguinte questão, que já foi dita aqui e eu quero retomar: V. Sa. assumiu no dia 22 de março e, no mesmo dia 22 de março, apesar de a senhora não ter conhecimento, como disse aqui agora, da segunda e da terceira *invoice* – conheceu a primeira, porque foi copiada, mas, da segunda e da terceira, com as mudanças que teriam sido feitas, a senhora não teria conhecimento. Está certo? Agora, mesmo assim, já foi dito aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues, nesse dia em que a senhora assumiu formalmente o contrato, a fiscalização do contrato, que a senhora autorizou a continuidade dos procedimentos de embarque da vacina Covid-19 (Coronavírus, SARS-CoV) injetável Covaxin, objeto do Contrato 29/2021, nas condições ora apresentadas. Quais eram as condições ora apresentadas? Era a da última *invoice*, ou seja, essa empresa Madison Biotech – o que não é comum, segundo a senhora mesmo falou aqui – e a questão do número de doses diferenciado. Eu acho que V. Sa. assumiu uma responsabilidade de dar seguimento ao processo de importação. V. Sa. não tem assumido claramente isso. Eu quero entender qual é o processo. Pelo que eu entendo, o processo é o seguinte: chegou a essa área de autorização da importação, eles analisaram e identificaram que havia um problema, a senhora não poderia dar sequência ao pedido de autorização da importação. Estou certo ou estou errado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eles me questionaram acerca do quantitativo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Sim, mas, mesmo eles questionando acerca do quantitativo e da empresa, a senhora deu seguimento.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Acerca do quantitativo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Veja como essa questão está sendo feita de uma maneira sofismática. Eu entendo que a função da senhora é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizar que vá ao pedido de importação se estiver tudo certo, de acordo com o contrato. E não estava de acordo com o contrato o número de doses e não estava de acordo com o contrato a empresa que iria receber esse quantitativo pela entrega dessas doses. Estou certo ou estou errado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Está certo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Então, a senhora errou aí, e isso vai lhe gerar alguns problemas. Investigada aqui pela CPI, provavelmente pelo Tribunal de Contas, pela Controladoria-Geral da União, pelo Ministério Público Federal, provavelmente vai pegar um processo por improbidade administrativa. E tudo o que nós queremos saber aqui é se isso foi uma decisão só da senhora ou se alguém forçou, pediu, coagiu, convenceu a senhora. Porque, veja, se um funcionário da área de importação foi pressionado, foi coagido pra fazer essas mudanças, ninguém pediu pra senhora ignorar o parecer que ele deu e mandar isso pra pedir a importação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas ele fez exatamente aquilo que competia a ele: revisar o documento e apontar as impropriedades do documento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas, mesmo assim, nenhum deles pediu que a senhora autorizasse, deu o aprovo para a autorização?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu aprovei... Eu vou repetir novamente, eu aprovei acerca do quantitativo. Eu não aprovei acerca do envio da *invoice* em nome de outra empresa. Eu aprovei acerca do quantitativo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Bom, infelizmente eu tenho que considerar que V. Sa. errou, porque não poderia ter dado o encaminhamento a um caso em que o departamento que se exige que tenha uma posição prévia não foi de acordo. V. Sa. passou por cima da decisão do departamento de importação, por conta e risco.

Bom, eu vou terminar. Ainda tenho um tempo aqui para dizer algumas coisas, mas eu acho que...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu posso complementar, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** É claro!

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O *e-mail* do dia 22, que eu apresentei aqui na minha apresentação, é claro quando diz que eu autorizava os procedimentos nas condições ora apresentadas. O segundo ponto que eu coloquei foi: "Aguardamos o envio da declaração para a comprovação do item 2 informado". Mas, em momento algum – em momento algum –, eu indiquei para ela que eu aceitava essa *invoice* em nome da Madison.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas essa declaração seria de quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A declaração apresentada pela Bharat Biotech.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Cujo representante era a Precisa, empresa que teve um tratamento VIP, com 97 dias para aprovar a contratação com o Ministério da Saúde. Basta fazer uma comparação com a Pfizer: 330 dias. Era a vacina mais cara de todas que o Brasil comprou. Era a vacina que foi contratada sem a necessidade de aprovação pela Anvisa. E foi a vacina que seria beneficiada com a aprovação daquele projeto de lei da Câmara que permitia, inclusive, pagamento antecipado e nenhuma punição caso não fosse entregue. Veja, esse caso é um caso muito simbólico, muito importante, para ver como esse Governo funciona.

Primeiro, não estou falando mal da senhora, mas, com todo o respeito, a senhora foi nomeada em um dia, mas só assumiu vários dias depois. É uma informalidade generalizada nesse Governo! Nós recebemos aqui o Sr. Dominguetti, que não tinha credenciais para ser agente da empresa Davati, uma empresa que também não tinha credenciais para ser vendedora de vacinas. Esse cidadão vai ao Ministério da Saúde, acompanhado de uma ONG, e, no Ministério da Saúde, não só se reúne com o Diretor de Logística, situação em que recebeu um pedido de propina, como se reúne diretamente com o Secretário Executivo do Ministério, que é o Vice-Ministro. Eu acho que todos esses episódios são a cara deste Governo Bolsonaro.

Eu não tenho mais perguntas, Sr. Presidente. Acho que ficou clara para todos nós aqui uma série de irregularidades que foram praticadas. Eu só lamento, porque eu acho que a Dra. Regina Célia poderia ter dito aqui quem foi que a convenceu a cometer esse ato, que eu entendo que foi administrativamente incorreto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Muito obrigada, Senador Humberto Costa.

Vamos agora passar a palavra ao Senador Jorginho Mello, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) **–** Muito bem! Muito boa tarde, Presidente Eliziane, Sr. Relator, senhores e senhoras, Sras. Senadoras e Srs. Senadores!

Sra. Regina Célia, meus agradecimentos pela sua presença! A senhora é funcionária pública desde 1995, não é? Eu quero cumprimentá-la pelo jeito bem respeitoso com que a senhora está se portando e, muitas vezes, muito humilde – não é? –, por ser uma funcionária exemplar, pelo levantamento que eu tenho sobre a senhora, pelo trabalho realizado, pelas promoções por meritocracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero começar lhe perguntando: em algum momento, a senhora sofreu pressão para liberar aquisição da Covaxin? Existia algum clima de pressão, no Ministério da Saúde, em relação a essa compra?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não, senhor, eu desconheço. Eu não participei de processos de compra, de processo de aquisição eu não participo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas, no gerenciamento do contrato, a senhora nunca recebeu...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... nenhuma pressão por alguém do ministério ou alguém que lá foi procurar a senhora? Não?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

A senhora assistiu ou ouviu o depoimento do senhor Luis Ricardo Miranda, no último dia 25. O que ele disse, o que ele disse: que ficou a cargo da senhora autorizar e fiscalizar a importação de 20 milhões de doses do imunizante indiano Covaxin. Ele disse que isso era uma atribuição dele. Uma única pessoa centralizava isso? Eu queria que a senhora explicasse um pouquinho para que eu e as pessoas que estamos vendo pudéssemos entender.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A minha atribuição, dentro de um processo de compra, é fiscalizar a execução, ou seja, fiscalizar a entrega do produto. Se o contrato foi cumprido, se está sendo cumprido dentro daquilo sobre o que ele foi firmado. As atribuições do Sr. Luis Ricardo são acerca da importação do produto, é aquele segundo processo que eu informei, que nasce na Divisão de Importação e ele finda com a autorização da Anvisa para importação do produto. Eu não participo dessa fase da importação, que fica totalmente a cargo da Divisão de Importação, na figura do Sr. Luis Ricardo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele que foi e é o responsável por essas importações, de qualquer tipo de...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Pela fase, por toda a fase de importação. Exatamente, ele é o responsável.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

No depoimento do Luis Ricardo, ele afirmou que a senhora teria avançado no processo de autorização, mesmo com as divergências em relação ao contrato, ao contrato inicial. A senhora confirma isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não confirmo, isso é uma inverdade.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Uma inverdade dele.

Alguma coisa chamou a sua atenção nesse processo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Nada?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Exigia-se mais celeridade do que dos outros processos na aquisição desse imunizante ou foi tratado igual às outras compras?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Da minha parte foi tratada igual, não teve nenhuma pressão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** A senhora faz o gerenciamento dos contratos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu só queria, Senador Jorginho, não é uma interrupção, é só... O inusitado na designação da servidora, que nós respeitamos bastante, é que ela foi designada para fiscalizar o contrato depois do descumprimento. Esse é que é o dado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Quantos contratos a senhora faz a fiscalização?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Depois do descumprimento!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Quantos a senhora faz? A senhora podia...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não consigo lembrar agora quantos eu tenho hoje, mas, em média, 17, 18 por ano.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** E, sobre vacina, foi da Pfizer, que a senhora disse? Foi da CoronaVac...?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Vacina de Covid-19?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Pfizer; Janssen; Butantan, CoronaVac; da Covaxin; e da União Química, da Sputnik.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A Sputnik também?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Também.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu vou fazendo algumas perguntas, eu gostaria que a senhora fosse respondendo.

Quanto às atribuições do servidor Ricardo Miranda – do Ricardo Miranda –, ele negocia contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não negocia?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A parte dele é só da importação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele é o gestor do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele é fiscal do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ordenador de despesa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele exara parecer jurídico? Não?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele realiza a liquidação de recursos financeiros?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele efetiva pagamento de algum tipo de vacina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se ele não tem poderes para nada do que foi perguntado à senhora agora acima, quais são as outras atribuições do servidor Ricardo Miranda, além de um mero despachante de documentos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele cuida de toda a importação, da licença de importação, abertura da licença de importação, e conduz todo o processo de importação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quando é feito o contrato, ele sai fora? Quando faz a compra, aí a senhora passa a gerenciar o contrato, e ele não tem mais participação nenhuma?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele entra no momento da importação. Depois... No momento em que a empresa solicita a entrega do produto, solicita a entrega do produto, ele é responsável pela abertura da licença de importação. Ele cuida da questão da importação do produto somente. A cada embarque, a cada entrega, a cada cumprimento de parcela.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem um contrato de "x" doses, vêm tantas doses, ele participa na que chegou e verifica se é aquilo mesmo que faz parte do contrato...?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele instrui o processo de importação. Ele instrui o processo de importação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Em algum momento, a senhora sofreu algum tipo de pressão da Covaxin dentro do ministério nessa compra? Eu faço a pergunta novamente para a senhora, eu já fiz anteriormente...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nunca teve...? Ninguém a pressionou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A senhora está no quarto escalão. É isso? Ministro, Secretário, Diretor, e depois vem a senhora, na hierarquia do ministério. Não é isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Na verdade, não... Dentro da hierarquia, não. Dentro da hierarquia, não. É... O Diretor é o meu superior, e eu estou dentro do Núcleo de Insumos, que é uma assessoria que presta as informações de acompanhamento dos contratos ao nosso Diretor e ao Secretário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O departamento em que a senhora trabalha é uma diretoria, um departamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É um departamento...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ali estão todos os fiscais de contrato? Estão ali?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não. Ali é... Eu estou lotada na área técnica dentro da secretaria. A Secretaria de Vigilância é uma área técnica, é uma área técnica; não é área de compras, é uma área técnica.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É, fica difícil de entender, não é? Eu acho que todos nós aqui... E a área técnica. Então, me parece que... É por isso que, às vezes, o setor público peca na sua gestão. É muito solto. Eu acho que tinha que ter um departamento, uma diretoria, uma secretaria que cuidasse exclusivamente de compra, de contratos.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É o Departamento de Logística... Quem cuida dos contratos é o Departamento de Logística.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, a senhora...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O Departamento de Logística pertence à Secretaria Executiva. É um outro quadradinho dentro do ministério. É uma outra secretaria. O Departamento de Logística é o responsável pela condução dos processos de aquisição – é o Departamento de Logística –, até a assinatura do contrato. Após a assinatura do contrato, este processo retorna para a área técnica para acompanhamento da execução pelo fiscal indicado pela área técnica.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Bom, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, mais uma vez acho que a gente tem que se preocupar em daqui um pouco nós conseguirmos fazer uma reforma administrativa, porque está muito solta toda essa máquina pública, a questão de se entender com mais clareza compras, pareceres e muitas coisas. Eu acho que isso nos leva a pensar firmemente que nós precisamos fazer uma reforma administrativa não para prejudicar servidor, não para tirar estabilidade agora, vamos fazer pensando para frente, pensando para um novo Brasil, não é? Que a gente tenha condições de... O próprio servidor, muitas vezes, fica sem saber qual é a função exata dele, a clareza, não fica bem... Tem questões sobrepostas de uma função com a outra, e isso prejudica.

Quero agradecer, Sra. Regina Célia.

Presidente, como sempre, estou encerrando a minha participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Jorginho.

Sra. Regina, a senhora foi nomeada no dia 8 de março, é isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não... Para acompanhamento desse contrato?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, para o cargo que a senhora exerce hoje.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para acompanhar esse contrato, quando a senhora foi...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Para esse contrato, eu tenho que verificar na portaria, mas eu acho que a portaria foi assinada antes, antes, logo... Eu não consigo recordar aqui, porque eu teria que acessar o processo, mas a publicação é que foi no dia 22 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 22 de março?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas antes a senhora já mexia no processo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque já tinha a portaria indicada no processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, só estou fazendo uma pergunta.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Já tinha a portaria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou fazendo nenhuma...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A portaria já constava assinada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou perguntando, porque aparece aqui no DEIDT que a senhora mexe nesse processo antes de sair no *Diário Oficial*. Já havia uma preocupação.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não é no *Diário*, é no boletim interno do órgão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em algum lugar. A senhora, de fato e de direito, tinha já feito uma portaria. Mas, de fato, a senhora só assumiria no dia 22. É isso? De fato e de direito, aliás.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas a portaria já estava assinada antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, minha senhora, a gente está querendo aqui tentar caminhar, porque tem muitas coisas que a senhora está colocando aqui para a CPI que nos deixam, às vezes, um pouco assustados. Como é que pode o Ministério da Saúde ter esse tipo de administração tão solta assim, em que uma... Em que a senhora tem autonomia de, conversando com a empresa, concordar em reduzir de 4 milhões para 3 milhões de doses. Eu acho que é uma quantidade muito significativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Apesar do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Apesar do contrato que a senhora é obrigada a fiscalizar e o tempo que a senhora demorou para fazer um relatório. O relatório demorou muito tempo, esse relatório... Se ela já não começa a cumprir em março, aí veio abril, maio, junho, em que a senhora se posiciona num relatório. A senhora é complacente...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas as notificações foram feitas anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas a senhora é complacente com todos os fornecedores do Ministério da Saúde como a senhora foi complacente com a Precisa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não identifiquei complacência da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, bom.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque as notificações foram feitas dentro do processo em tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou no tempo do Jorginho, porque sobraram cinco minutos, e eu estou aproveitando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Regina...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria pegar esse último minuto do Jorginho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, no dia 22 de junho... Sr. Presidente, no dia 22 de junho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou lhe dar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a senhora fez uma alteração. No dia 22 de junho de 2020, a senhora fez uma alteração no nível de acesso ao contrato.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Randolfe...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu fiz uma alteração no nível de acesso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fez, no dia 22 de junho.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Alteração?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 22 de junho, às 21 horas, 17 minutos e 26 segundos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Já perguntou, Randolfe.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Alteração no nível de acesso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Já perguntou, Randolfe.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não tenho essa prerrogativa de alterar nível de acesso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas tem uma movimentação no contrato, no dia 22 de junho, às 21 horas, 17 minutos e 26 segundos, com o nome da senhora, alterado o nível de acesso do Documento 021246298 para restrito.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque é justamente o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem fez essa alteração?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não foi alteração, foi a assinatura do meu relatório. O que consta no SEI, quando você assina um relatório, você pode colocar ele restrito ou você pode colocar público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E por que essa classificação de contrato público para restrito?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque ainda era um documento preparatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é um contrato público. Por que tratá-lo como restrito?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu poderia colocar acesso restrito, porque era um documento preparatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é um contrato público. Ele era público.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas era uma minuta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por que mudar no dia 22 de junho, exatamente quando surge a denúncia, para restrito?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como minuta? Espera aí, espera aí. Como minuta, se já estavam importando?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Se já estavam importando, já estavam...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Era uma minuta dentro do processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já estava importando, já estava importando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe, ela entrou para fiscalizar o processo depois do processo descumprido.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não fiscalizou efetivamente nada. Pelo contrário...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos seguir, Presidente. Vamos seguir a inscrição aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Autorizou o descumprimento do contrato!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos seguir a ordem, porque, quando a gente interrompe, aí questionam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Regina, a senhora percebe a gravidade? A senhora muda o *status* do contrato para restrito...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um minuto.

É muita discussão sobre a decisão da fiscal do contrato de ter concordado, anuído com o recebimento de 4 milhões de doses de vacina para 3 milhões de doses. Eu pediria que se observasse a cláusula segunda do contrato assinado, que é a forma de fornecimento. Lá está previsto, na Cláusula 2.2, que "a contratante poderá anuir com a alteração do cronograma, desde que verificada a ausência de culpa da contratada em possível atraso injustificado". E no item 2.3: "havendo necessidade de prorrogação ou antecipação no cronograma ou do quantitativo da respectiva parcela de entrega, caberá à contratada encaminhar ofício com embasamento técnico e justificativas".

Portanto, tudo que a Dra. Regina Célia fez foi amparada pelo contrato. Isso é cláusula contratual. Estava dentro da competência dela em fazer esses ajustes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Sim.

Agora, Senador Fernando Bezerra, quem assina esse contrato, além da Precisa ou da empresa? Qual é a pessoa, pelo Governo, que assina esse contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Na diretoria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No caso, havia um documento dentro do ministério, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só quero saber...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... atribuindo ao Secretário-Executivo a centralização dessas tratativas sobre contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho.

Pois é, eu quero saber quem assina esse contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nenhum outro tinha essa autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Quem assina esse contrato? Por favor, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Aqui, pelo que estou vendo, é Túlio Belchior Mano da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é Túlio Belchior?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não sei informar porque aqui não temos...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A pergunta do senhor foi quem assinou pelo Ministério da Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, porque alguém...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Pelo regimento do órgão, quem assina os documentos, os contratos é o Departamento de Logística. É o Diretor do Departamento de Logística.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Então, ele deveria ser consultado, porque assinou um contrato, para fazer modificação no contrato. É isso que eu quero perguntar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, mas é porque está no contrato original.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas está no contrato. Mas veja bem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, só um esclarecimento. Eu fui Secretário do Ministério da Saúde, o Humberto foi Ministro, o secretário da área tem que dar a anuência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lógico! Não é ela que... Por isso é que eu estou dizendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é a senhora que toma uma decisão dessa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, veja a gravidade do que ela coloca ali. A portaria dela era do dia 08/03, mas saía oficialmente no *Diário*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Oficial somente no dia 22, ou seja, dois dias depois que o Deputado com o servidor que exercia uma função igual à dela, sendo que em outra secretaria, mas igualmente cuidando da importação, foram denunciar. É só ler o *e-mail* dela, Randolfe. É só ler o *e-mail.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fale, diga só uma coisa para esta CPI...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só ler o *e-mail* quando ela autoriza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Além da senhora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a continuidade do contrato, da negociação, sem levar em conta o contrato. Só o *e-mail.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual foi o seu superior que determinou o acesso restrito ao contrato? A senhora não determinaria sozinha, a senhora não tem essa autoridade.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu determinei porque é um documento preparatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, a senhora não determina sozinha. Algum superior a autorizou.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O próprio processo é restrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Regina, não precisa a senhora se... Vai ser pior para a senhora proteger alguém.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

Eu vou pedir à Sra. Regina Célia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Omar, só uma questão última...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É que o Senador Fernando Bezerra tem o contrato, e esta CPI não tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou fazer um esclarecimento aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos requerer ao Senador Fernando Bezerra o contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só vale a regra de intervenção quando é do lado do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu deixei o Senador Fernando Bezerra falar agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu estou pedindo uma gentileza. O Senador Fernando Bezerra tem o contrato, e a CPI não tem. Eu queria que V. Exa. pedisse ao Senador Fernando Bezerra disponibilizar a cópia do contrato para esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só fiz uma pergunta: quem assina o contrato?

Senador Marcos Rogério, V. Exa. é advogado. Se V. Exa. assina um contrato comigo que tem cláusula, ninguém pode mexer nesse contrato sem a nossa autorização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É claro, sem as partes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não pode! Se eu assino um contrato com o senhor, se mexem no contrato, eu serei responsabilizado

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E que fiscal é esse?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está me entendendo? Por ter mexido no contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que eu quero entender. Como é que a pessoa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós temos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está fazendo... Assim, V. Exa. fez um questionamento direto a mim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós temos duas discussões aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Realmente, quando há um contrato assinado, nos termos desse contrato, ninguém é autorizado a modificar. Agora, você tem a designação de um fiscal do contrato, é alguém que vai acompanhar justamente a sua execução. No caso aqui, não houve descumprimento de contrato...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Renan, não foi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeitosamente não houve, não houve, porque o que você... Não, veja, são duas situações, tem duas situações em que é possível a modificação do cronograma de entrega. Nessa situação, o que me parece – e eu vou questionar a depoente daqui a pouco sobre isso –? Havia uma questão relacionada a seguro e, quando a empresa fornecedora, produtora de vacina não consegue produzir na quantidade comprometida, o fiscal do contrato pode: "Olha, você vai entregar, aqui, então, 1 milhão em vez de 2 milhões, mas fica pendente outro milhão para você entregar num segundo momento". E o pagamento? "Bom, o pagamento é relativo ao 1 milhão que está sendo entregue". Onde é que está o crime nisso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ninguém está falando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde é que está o crime nisso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem... Não, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A autoridade do fiscal do contrato é justamente essa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador, eu queria reforçar aqui a importância da fala do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando ao Senador Fernando Bezerra, que se encontra com o contrato na mão... Esta CPI já requereu, e não entregou. Que ele, como Líder do Governo, pudesse entregar o contrato aqui à CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Farei com muito gosto ao meu companheiro, o Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Fernando é mais diligente que o Ministro da Saúde.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque está tendo uma discussão... São duas discussões aqui. Eu só queria esclarecer em relação ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

trabalho feito pela servidora Regina Célia. Na realidade, no contrato, que eu vou fazer chegar às mãos do Relator, nas cláusulas, preveem-se esses ajustes no fornecimento das vacinas. Então, ela estava amparada legalmente para conduzir esses ajustes.

Agora, a outra questão, que é a questão da designação da terceira parte da Madison para poder ser a recebedora dos recursos, aí eu vou me reservar para falar quando do meu tempo. Não quero aqui me estender. Mas nós estamos interrogando a servidora Regina Célia. Ela foi muito categórica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Fernando, tem outras irregularidades. Por exemplo, de acordo com o contrato, que V. Exa. tem em mão, os pagamentos de impostos e contribuições teriam que ser feitos no Brasil. Como é que uma empresa de Cingapura vai se comprometer com isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ah, não, mas se V. Exa. ler...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra coisa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Se V. Exa. ler...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, outra coisa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Se V. Exa. ler... O senhor não está... Deixa eu explicar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de acordo com...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas deixa eu explicar!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de acordo com o contrato...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem uma cláusula de pagamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o transporte caberia à Precisa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixa eu explicar para V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendeu? É que, no momento em que ela se descompromete com isso, qual é a correção que tem no cumprimento do contrato?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixa eu explicar ao meu queridíssimo Relator.

Na realidade, o pagamento é feito em moeda corrente no Brasil – está aqui tudo escrito – e os tributos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por uma empresa de Cingapura?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque você remete o câmbio, mas você paga aqui em moeda em real. E você...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe o que é, Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixa só eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não dá nem para acreditar mais se esse contrato é o mesmo que foi feito lá atrás...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É só para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque a gente não teve acesso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É porque os tributos são reunidos e são recolhidos diretamente quando do pagamento. Está tudo no contrato! Tudo absolutamente no contrato! Eu só estou querendo dizer... Eu só estou querendo dar um testemunho, só estou querendo dar um testemunho da correção do trabalho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... da fiscal do contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – Eu queria levantar uma questão de ordem, que é a seguinte, sobre o sigilo do Dominguetti. Ele ofereceu o celular dele livremente. Ele não pediu sigilo, ele entregou espontaneamente.

Eu queria levantar uma questão de ordem: se os dados ali que correspondem ao interesse da CPI podem ser divulgados abertamente até porque ele não... Ele se dispôs a entregar, ele não entregou sob nenhuma condição; ele entregou livremente o celular dele.

Eu queria fazer essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso estar cometendo aqui, Senador Fernando Bezerra, uma injustiça, mas, pela demora que o Ministro Queiroga está fazendo para não mandar o contrato, se eu tivesse maldade no coração, coisa que eu não tenho, eu creio que ele está modificando o contrato para fazer o arranjo em relação a essas coisas, porque esse contrato não foi publicado em lugar nenhum, a esse contrato ninguém tem acesso. É muito fácil a própria Precisa, que tem interesse em não se prejudicar, e o Governo, que não tem interesse em se prejudicar, que eles estejam fazendo as modificações necessárias para poder arranjar uma versão nova...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por isso a suspeição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso nós estamos com suspeição sobre isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, isso não ocorre...

O documento está protocolado formalmente, oficialmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não tenho... Eu só estou dizendo se eu tivesse maldade no coração. Eu não tenho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu sei, mas uma palavra do Presidente da CPI tem muito peso. Estou querendo tranquilizar quem está nos assistindo, nos acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas o Ministro Queiroga... Há três semanas eu pedi...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O documento está protocolado, formalizado, não tem nada de alteração. Eu só estou dizendo que nós temos aqui duas discussões, e a primeira delas, que é sobre o ajuste nas entregas, a servidora fez de forma correta, cumprindo o que dispõem as regras contratuais. A segunda, que é a questão do pagamento à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terceira parte, eu vou discutir quando do meu momento; quando eu estiver usando a minha fala, eu vou falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar ao Senador do Rio Grande do Sul, Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O mais votado no Cacequi, tchê!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi verdade?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Terra boa Cacequi.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dra. Regina, primeiro uma informação: ontem já haviam sido entregues 143 milhões de doses de vacina pelo Governo brasileiro; 106 milhões de doses aplicadas.

Vou falar do meu Estado, Senador Bezerra. Nós temos lá, Senador Girão, uma população vacinável... Foram entregues no meu Estado 8,828 milhões doses para a população vacinável de 8,958 milhões. Chegamos quase ao número de doses... Se forem duas doses, chegamos a quase à metade. Esse é um ponto importante. E assim outros Estados também.

Senador Ciro, Senador Marcos Rogério, o que vi ontem de um colega nosso falando – por isso estou tratando desse tema aqui – é que muitos Governadores, Senador Girão, usam como se fosse deles... Não, é dinheiro do Governo Federal. Estamos aqui criticando toda hora. E esses Governadores fazendo campanha política para as eleições do ano que vem como se fosse dinheiro deles, candidatos usando isso em campanha eleitoral já. Preste atenção, Senador Ciro. Estou falando desse assunto importante. O próprio Governo, que não fala, tem que falar, e nós... Eu vou começar a usar... Peguei agora, sexta-feira, os dados do Rio Grande do Sul e agora todos os dias vou falar dos dados do Rio Grande do Sul. Esse aí é do Brasil, eu vou falar do Rio Grande do Sul. E cada um pode falar do seu Estado também. Número é importante.

Um candidato aqui, falando ontem exatamente o que eu estou dizendo aqui para vocês... Ontem, um colega nosso, mostrando, de um Estado do Nordeste, Senador Girão, o cara bombando lá num "arraiá" – que agora é época do São João – o arraial da vacina, com dinheiro federal.

O.k., faz parte. É só para esclarecer esse ponto aqui. Dou a sugestão aos colegas que nós possamos... Criticam o Governo Federal; agora, lá, fazem campanha com recurso do Governo Federal. Esse é o primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tinha vários Estados – vários Estados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O dinheiro é do povo brasileiro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sei que é.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é do Governo Federal.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sei que é, Senador – eu sei que é –, mas aqui criticam de manhã à noite. É isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando falta, a culpa é do Governo; quando tem, não, aí o mérito não é. Esse é o PT.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos agora à Dra. Regina.

Eu já vi, só vou repetir a pergunta, a senhora é funcionária no Ministério da Saúde, de 95, não é? A senhora foi nomeada para cargo de confiança em qual gestão? É a primeira vez, senhora?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Do ex-Ministro José Serra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., 2006, não é? E depois, em 2016, recebeu também uma função comissionada por último, não foi?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Depois? Antes disso, eu já tinha tido outras funções

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Tudo bem.

Tem um parecer jurídico da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde acerca da licitude contratual da compra da vacina Covaxin, assim como entendimento favorável da área técnica do Tribunal de Contas da União, afirmando que não há ilícito. A senhora, como fiscal do contrato, concorda com as respectivas instâncias judiciantes controladoras: o Tribunal de Contas da União, que é usado toda hora aqui, e também a própria Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A senhora concorda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** A senhora conhece o relatório preliminar do Tribunal de Contas da União, que informa sobre óbices a contratar? E o que ele fala sobre a empresa Global? A senhora conhece o relatório do TCU, recente?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu tive conhecimento do relatório.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Resposta. Aqui está, Senador Renan **–** V. Exa. falou sobre a Global **–**, na página acho que 83, do TCU, o item 83: em relação às investigações pretéritas que envolvem a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos, Ltda., CNPJ tal, e sua sócia, a empresa Global Gestão em Saúde, como foi salientado, no âmbito do exame de admissibilidade dessa instrução, não existe nenhuma sanção aplicada contra eles que a impeça de contratar com o Poder Público, e pode ser confirmado nas bases de dados da exposição do TCU.

Só para fazer menção, porque isto aqui foi muito citado aqui; estou restabelecendo os fatos.

A Secretaria Executiva do Ministério da Saúde possui um documento que proibia qualquer outro servidor de fora dos seus quadros de negociar vacina. Diante disso, Dra. Regina Célia, a senhora entende que é o Coronel Elcio que detinha os poderes para fiscalizar os contratos, caso assim fosse instado a ser feito pelo próprio Ministro Pazuello?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Fiscalizar?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Organizar o contrato. A palavra final não passa pelas instâncias.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ah, sim. As negociações...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** As negociações...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – As tratativas, sim, por meio...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** A senhora tinha uma parte?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... da Secretaria Executiva.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Cada funcionário tinha uma parte. A senhora tinha um setor. Não era sua responsabilidade final?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Então, esse é o ponto importante. Cabia ao Coronel Elcio, onde fechava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Senador Heinze, eu queria só cumprimentá-lo, porque V. Exa. acaba de conseguir uma informação muito importante. Em diversas oportunidades... Eu quero cumprimentá-lo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero cumprimentá-lo, porque o senhor acaba de extrair da depoente uma informação muito importante. Eu tentei em várias oportunidades e não consegui. Eu perguntei à depoente se ela tinha conhecimento de irregularidades acontecidas com a Global no setor público brasileiro, notadamente no Ministério da Saúde, na Petrobras e em outros órgãos. Ela disse que não, não tinha conhecimento, nunca foi informada. Agora ela disse que conhece o relatório do Tribunal de Contas. É uma informação importante – viu, Presidente? – que precisa ser agregada.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu falei de rumores, Sr. Senador, nós ouvimos rumores, nós ouvimos rumores acerca da Global...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A pergunta que eu fiz, Senador Renan... Esse assunto da Global é da época do nosso grande companheiro aqui Michel Temer, que era Presidente da República. Naquele instante houve um problema e, parece-me, pelo que sei, já está resolvido esse assunto e a empresa está devolvendo. Será esclarecido por quem de direito, não a mim, mas alguém esclarecerá essa situação da Global acerca desse assunto.

A vacina Covaxin foi aprovada pela Anvisa? A senhora tem conhecimento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desculpe, pode repetir?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A vacina Covaxin foi aprovada pela Anvisa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, só a importação dos primeiros 4 milhões. Ela não foi aprovada para uso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., importação e não foi aprovada para uso. Este é um ponto importante que também quero deixar registrado aqui: assim como a Sputnik também não está aprovada.

E as informações que tenho dão conta de que os próprios Governadores da Região Nordeste, Senador Girão, da sua região, estão pressionando a própria empresa Sputnik para fechar a documentação, porque tanto essa vacina da Covaxin como a vacina Sputnik não podem ser utilizadas enquanto não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiverem o o.k. da Anvisa. Falta documentação, falta alguma coisa que... Se a vacina não presta, não vai ser comprada, pronto. Para ser utilizada a vacina, tem que ter todos esses trâmites, como a Sputnik. E sei, é informação que já tenho, que os próprios Governadores do Nordeste, que também têm interesse nessa matéria, estão atrás da documentação. Então, esse é um ponto importante. A Anvisa, para liberar a Covaxin ou para liberar a Sputnik, quando tiver... Quando estiver tudo o.k., a Anvisa irá liberar.

Diante das cláusulas suspensivas contratuais de aprovação pela Anvisa e entrega para a realização do pagamento, seria viável o pagamento do contrato pelo Ministério da Saúde? Diante das cláusulas suspensivas contratuais de aprovação pela Anvisa, um, e, segundo, entrega para a realização do pagamento, seria viável o pagamento do contrato pelo Ministério da Saúde?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, se o contrato está suspenso, não haveria pagamento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não por ser suspenso, Dra. Regina. Se não tiver sido aprovado pela Anvisa, primeiro ponto...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ah, sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... e, segundo, se não tivesse entregado a vacina, não teria pagamento.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não haveria pagamento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Então, nesse caso, todo esse carnaval que está sendo feito aqui... Não houve pagamento...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... não houve prejuízo ao Erário.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não houve.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quando foi falado o assunto, o Governo tomou providências. Certo ou errado... Quando o cara falou num final de semana – sei lá se era 20 ou 21, não sei o dia –, que podia ter resolvido dentro, internamente... Como V. Sa. é funcionária, fala com seu superior: "Olha, tem que corrigir isso aqui". Acho que qualquer funcionário de zelo faz isso aí, mas não faz um carnaval... Não sei com que intenções o Deputado Miranda e o irmão dele, Miranda, foram chegar ao Presidente para mostrar que parecia uma sacanagem ali. Talvez quisessem também outra coisa. Isso será esclarecido, porque eles virão aqui novamente para nós os confrontarmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este sentido é bem claro: não houve pagamento, não havia autorização da Anvisa e nem entrega para poder fazer o pagamento.

A Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde (Dinteg) vem realizando um trabalho eficiente quanto ao *compliance* e à legalidade dos contratos da respectiva pasta ministerial?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Eu também estou satisfeito, Sr. Presidente. Assim como o Senador Jorginho, cedo meu tempo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que é isso aqui? (*Pausa.*)

Senador Omar, muito obrigado. Se alguém quiser, Senador... O.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui agradecer ao Senador Luis Carlos Heinze.

Passo a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou direto aos questionamentos para otimizarmos o tempo.

Inicialmente, quanto ao pagamento: o pagamento só seria feito após a entrega e aprovação pela Anvisa para uso emergencial ou temporário ou definitivo, isso está correto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Isso, conforme cláusula contratual.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A empresa pressionou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E a antecipação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A empresa...

O Relator está inquieto. Pode ficar tranquila que ele é assim mesmo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ... antecipação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, fique tranquila. O Relator fica inquieto sempre que a gente faz pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É antecipação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A empresa pressionou para manter a antecipação do pagamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, de forma alguma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não houve resistência por parte da empresa quando identificado esse erro formal no *invoice*?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não sei lhe dizer, porque essa foi uma tratativa do departamento... Da Divisão de Importação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Sa., na condição de fiscal do contrato, recebeu alguma pressão por parte da empresa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Se tivesse alguma negativa da empresa acerca dessa correção, a Divisão de Importação me informaria para que eu solicitasse à empresa manifestação imediata.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não houve...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... a correção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E não houve o encaminhamento dessa resistência?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, então não seria verdade a possibilidade de pagamento antecipado, como quer fazer crer o Relator e membros da oposição aqui.

Em 18 de março, a Divisão de Importação recebeu *e-mail* com as tratativas de importação – pelo menos é o que está dito; isso nós vamos ter que checar com a vinda aqui do representante da empresa, porque fala-se em 18 e fala-se em 22. Aí eu pergunto: nesse material encaminhado constava, objetivamente, o *invoice*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O *e-mail* do dia 18 foi por meio do *link* Dropbox e eu não tive acesso a esse *link*. Ele não abriu pra mim e não abriu para a Divisão de Importação. Então, não posso afirmar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas, se não abriu para V. Sa. e não abriu para a Divisão de Importação, como afirmar que ele estava lá no dia 18?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço, eu não sei como te...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O servidor que veio aqui da dupla irmãos Miranda tinha condições de ter acesso a esse documento ou não abriu para ele também?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu acredito que não tenha aberto, porque ele declarou isto aqui, que não foi aberto para ele aquele *link*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Se não foi aberto para ele, em que circunstâncias ele conseguiu extrair esse documento para afirmar que levou ao Presidente?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Se chegou por *e-mail* separadamente, porque a empresa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Aí numa relação direta?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Fora dos autos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A empresa encaminhou *e-mails* posteriormente com a documentação. Inclusive, eu acho que foram em duas etapas que eles encaminharam, mas foi posterior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Dia 22 de março, a empresa manda documentos sobre quantidade de entrega da vacina. Houve favorecimento à empresa sobre a possibilidade de entrega de forma fracionada, ou seja, 3 milhões de doses e depois mais 1 milhão de doses? V. Sa. considera que isso foi um favorecimento à empresa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, porque isso pode ocorrer em qualquer contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O argumento para o envio de 3 milhões de doses, pelo que consta, estava relacionado a uma questão de seguro, ao teto dos US$50 milhões. Está correta essa afirmação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim. Foi o que foi dito pela empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sobre a relação da empresa Bharat e a Madison, houve documentação, documento demonstrando pertencerem as duas ao mesmo grupo econômico?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A declaração encaminhada, somente a declaração encaminhada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Declarando que as duas... Trata-se do mesmo grupo econômico?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Da mesma companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) **–** Da mesma companhia?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Dia 23... Um documento mostra que se tratava dessa mesma companhia. Esse documento chegou...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, por *e-mail*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** .... à coordenação de importação e também à fiscal de contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O.k.

Em que momento saiu a nota de importação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A nota de importação... O senhor fala a nota...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O setor de importação, a partir do recebimento desses documentos, da conferência de todos eles, tem que emitir..

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele submete à Anvisa, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Isso.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele submete à Anvisa e ele emite. Eu não tenho acesso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A pergunta que quero...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não tenho acesso ao processo de importação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas a complementação da pergunta que faço é: quando saiu essa nota – porque passa por todas essas tratativas –, as *invoices* estavam com as incorreções ou já estavam de acordo com o contrato? Para se permitir a nota de importação, a *invoice* deve estar conforme o contrato ou é possível se autorizar, ainda que em desacordo, formalmente, com o contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele deve estar de acordo com o contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, essa é uma informação absolutamente relevante, porque está se falando aqui o tempo todo, a narrativa é de que a fiscal de contrato, de que a coordenação e de que o Governo teria forçado a importação, ainda que em desacordo com a documentação apresentada. E o que V. Sa. deixa claro aqui é que isso não aconteceu. Pergunto: houve algum recebimento dessa vacina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não houve recebimento dessa vacina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por que não veio a vacina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque a Anvisa não deferiu a licença de importação, não aprovou a importação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Houve algum pagamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Houve algum pedido de favor, de alguma ilegalidade para favorecer essa empresa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vejam o esforço da oposição para tentar encontrar crime onde, até agora, pelo levantado objetivamente, não se verifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero ir além com relação à questão da quantidade das doses. A previsão de entrega inicial era de 4 milhões de doses. Houve um pedido para a entrega em etapas: 3 milhões, depois 1 milhão. V. Sa. já disse aqui as razões, e que recebeu esse pedido, que estava relacionado a uma questão do seguro.

Outro aspecto em relação a essa quantidade que eu queria destacar, porque essa foi a pergunta feita pelo Relator – e eu tomei a iniciativa, para não ser injusto, de pedir a nota taquigráfica do questionamento feito pelo Relator –, é que ele questiona a V. Sa., no início: "Que providências V. Sa. tomou, ou deveria ter tomado, ao perceber que a *invoice* encaminhada previa o fornecimento de 300 mil unidades de vacina a preço de US$150, em desacordo com o preço contratual por dose, que era de US$15?".

O Relator repetiu aqui a maior *fake news* desta CPI: vacina de US$150 a dose. Isso não é verdade, isso é *fake news*. Eu tive o cuidado de pegar a nota taquigráfica pra alguém não me dizer que eu estava faltando com a verdade. Quando fui olhar com cuidado a *invoice*, verifiquei que nunca houve erro quanto à quantidade de vacinas. Nunca houve vacina a US$150 por dose. Nesse aspecto, Sr. Presidente, a *invoice* estava absolutamente correta. A *invoice* apresenta 300 mil frascos, com dez doses: 150 dividido por 10 é igual a 15. Depois a empresa teve que desenhar para os maldosos entenderem, continuaram 300 mil frascos com 5ml, mas se especificou do lado – tiveram que abrir um *box* pra desenhar – que esses 300 mil frascos de 5ml correspondiam a 3 milhões de doses. O que o Ministério da Saúde precisou fazer foi pedir para esclarecer que meia dúzia é o mesmo que seis.

E aí eu passo a indagar: V. Sa. assistiu, acompanhou ou leu o depoimento dos irmãos Miranda aqui na CPI?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com base no que conhece, poderia afirmar se eles mentiram ou falaram a verdade à CPI?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não posso afirmar que falaram mentiras ou verdades, mas eu acredito que tem situações, como a da *invoice*, em relação a esse quantitativo em que, como você falou, se trocou seis por meia dúzia, porque 300 mil doses é o equivalente a 3 milhões de doses. Se você fizer a conversão, você verifica que são frascos de dez doses. Mas teria que verificar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas a senhora coloca... A senhora coloca na nota fiscal...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Teria que verificar na documentação técnica...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sra. Regina... Sra. Regina...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... se são frascos de dez doses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sra. Regina, até porque todos nós já vimos uma nota fiscal e, na nota, tem lá a quantidade, preço unitário e diz também o volume. E aí era simples, era só ter colocado na *invoice* 300 mil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que V. Exa. tem razão.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas foi correto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tiro a sua razão.

O que houve aí foi o seguinte: não está explicado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nem precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lógico que precisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a mesma coisa que pedir alguém pra dizer o seguinte: "Olha, seis é o mesmo que meia dúzia?". Com todo o respeito, está escrito lá. Está escrito lá no campo da especificação da quantidade...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A nota fiscal pode vir tanto em doses quanto em frascos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato, está escrito.

A narrativa aqui, Sra. Regina, é a de que o Governo teria anuído para o pagamento antecipado em desacordo com o contrato. Isso aconteceu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que também tentaram passar pra sociedade é que o Governo anuiu ou teria tentado anuir com o recebimento de 300 mil doses ao custo de US$150. Isso é verdade?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois é, as narrativas não se sustentam diante dos fatos e da verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria lhe perguntar: o departamento de importação tem autoridade para autorizar ou deixar de autorizar pagamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não cabe ao departamento, à Divisão de Importação, efetuar pagamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O seu departamento tem essa competência, ou existe uma coordenação específica para pagamentos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Existe a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Para se permitir o pagamento, toda essa cadeia de coordenação e fiscalização do que recebe de documentos e de conferência do contrato deveria, de maneira...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... colaborativa, concordar com todos os erros – isso é verdade? –, para se chegar ao final e ter o pagamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Obviamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Todos esses setores, portanto, têm o dever de checar se está de acordo com o contrato, mas, aqui, tenta-se atribuir crime onde não tem crime. Cria-se até a maior *fake news* da CPI com relação à vacina ao preço de US$150 a dose.

V. Sa. só teve contato... Aí eu lhe pergunto, porque este ponto ficou aqui, foi lá e veio cá. V. Sa só teve contato com esse contrato a partir do dia 22 de março ou a partir da assinatura da portaria, no dia 8 de março? A partir do momento em que constou V. Sa. como fiscal desse contrato, na portaria interna, já passou a ter contato com esse contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, sim, eu já tinha conhecimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Isso é uma praxe no ministério, ou foi algo excepcional?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, é uma praxe porque... É uma praxe porque, até a publicação da portaria, existem trâmites internos, até se publicar. Então, isso demora alguns dias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Agradeço a V. Sa.

Veja que, quando a depoente tem a liberdade para responder objetivamente os questionamentos, o sentido das respostas é absolutamente diferente daqueles em que há a tentativa de conduzir o depoimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui tentam acusar o Governo de práticas de corrupção. Acusam sem crime. Todo brasileiro sabe do assalto que foi feito em estatais e ministérios deste País nos Governos Lula e Dilma. Só do BNDES, o Tribunal de Contas da União já estimou em mais de R$21 bilhões o total desviado; da Petrobras, foram mais R$48 bilhões somente em quatro anos, de 2014 a 2017. A imensa maioria da população brasileira não quer voltar aos tempos de corrupção vividos nos Governos mais recentes, tempos em que corrupção era o desvio de bilhões de reais, não como querem dizer ou fazer agora os opositores, quando chamam de corrupção supostas irregularidades em torno de um contrato no qual não se pagou um centavo de real – um centavo! A corrupção do atual Governo, segundo a acusação da oposição, não envolve o pagamento de um centavo sequer! O Brasil avançou, e muito, nesse sentido, mas, ainda assim – ainda assim! –, mesmo sem ter tido o pagamento, mesmo sem ter tido a caracterização de crime...

Eu defendo, nesta CPI, todos os dias, a apuração, a investigação, seja em relação ao Ministério da Saúde, seja em relação a outros ministérios, seja em relação ao Consórcio Nordeste, seja em relação aos Estados ou Municípios. Onde há suspeita, investigue-se, apure-se! Esse é o nosso dever enquanto Senadores da República e membros desta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, quero só fazer uma pergunta concreta. (*Fora do microfone.*)

Quero saber se a depoente... A senhora foi ou é fiscal de algum contrato da Vplog?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca foi?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca fui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há uma dúvida aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para saber, o que é Vplog, Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É uma empresa que presta serviços ao Ministério da Saúde.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É a empresa que faz logística, a logística de encaminhamento de medicamentos, vacinas, distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que há uma dúvida aqui, sociedade brasileira, e só tem uma pessoa que pode nos responder isso, a pessoa que recebeu os documentos do Deputado Luis Miranda e de seu irmão, o servidor do Ministério da Saúde. Então, vou fazer um apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente Jair Messias Bolsonaro, que aquele pessoal que vai ali no cercadinho pergunte: "Presidente, o senhor recebeu ou não recebeu essa *invoice*?". Ou, senão, se ele não responder a eles, que ele possa nos responder na próxima *live*, não é? Que as pessoas perguntem na *live* dele sobre a *invoice,* se realmente o Deputado Luis Miranda... Porque senão nós vamos estar aqui ouvindo pessoas, e as pessoas vão dizer: "Olha, não era; era". Só quem pode nos responder isso, de fato, porque até hoje não nos respondeu... É por isso que eu estou fazendo esse apelo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas qual é o crime das *invoices,* Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu só estou... É porque estamos discutindo *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão dando tanta importância, qual é o crime dele?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É só um Líder, só um Líder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual o crime da *invoice*?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E responder também, Presidente, aproveitando, e definitivamente aclarar, já são 13 dias hoje em que ele não fala, fala de qualquer assunto para não falar desse assunto. Ele disse ou não disse aos irmãos Miranda que isso era coisa do Líder do Governo, do Ricardo Barros?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, quanto ao Líder do Governo, traga-o aqui, ele está convocado para vir aqui falar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele nunca falou...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas não é perguntar ao Líder. Só teria que perguntar a ele, ao Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, o senhor até que queria que convocar também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perguntar a ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos os outros autores de emenda vão ter que ser ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Senador do Ceará, e, pode até não ter pago, mas como dizem os peruanos, *las intenciones son muy claras*.

Senador Girão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tinha a intenção de alguém, quebrou a cara nesse Governo, não foi como no passado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo boa tarde, colegas Senadores, Senadoras. D. Regina Célia, seja muito bem-vinda a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, onde esse clima que está hoje aqui tem sido normal, não é? Até está mais equilibrado um pouco em relação a outros depoentes, aqui tentando induzir respostas de uma forma até mais agressiva quando a resposta não é exatamente a que o Relator quer ouvir. Às vezes, nós chegamos a um ponto aqui delicado de até colegas pedirem para os advogados, que eu vi que estavam irrequietos aí ao lado, há pouco tempo, saírem, serem expulsos. Mas eu acho que...

Eu estive, Senadora Soraya Thronicke, esse final de semana, no Ceará, conversando com as pessoas – e eu fiquei muito preocupado –, perguntando o que elas estavam achando da CPI, se estavam acompanhando. Muita gente deixou de acompanhar porque viu atrocidades, festival de horrores aqui, com agressividade, falta de respeito entre colegas, mas eu fiquei preocupado foi com a colocação de algumas pessoas que disseram o seguinte: "Eu quero ver briga! Eu fico ali, deixo ligado para ver confusão mesmo, para ver um atacando o outro!".

É um Big Brother o que virou isto aqui! Isso é perigoso, porque os ânimos estão muito acirrados. São os extremos de um lado e extremos de outro. Nós precisamos trilhar o caminho com serenidade, com razão, de forma técnica, respeitosa, para a gente conseguir fazer com que esta CPI traga realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elementos importantes nas três esferas de Governo – três! A gente não pode deixar de analisar os outros requerimentos, porque foram dois que deram origem a esta CPI. Um é para investigar ações e omissões do Governo Federal, concordo plenamente, tanto é que, no requerimento, o segundo que deu origem a esta CPI, eu coloco isso também, mas é para rastrear os bilhões de reais que foram enviados a Estados e Municípios.

Inclusive, este assunto – Consórcio Nordeste – está cada vez mais no imaginário das pessoas, de norte a sul do País, de leste a oeste. E, amanhã, nós vamos ter um dia... Foi adiada para amanhã a votação de duas peças-chave com relação a esse assunto. E é importante que a população que ainda nos assiste saiba que amanhã nós vamos ter a votação do ex-Chefe da Casa Civil para ser convocado aqui, o Bruno Dauster, da Bahia, que caiu por causa desse escândalo da maconha, da droga da maconha, dos respiradores comprados antecipadamente e nunca recebidos pelo povo. E é um assunto aqui que causa muito incômodo, porque a verdade incomoda. Coincidências ou não, nós temos dois ex-Ministros de Estado de governos anteriores que, de uma forma ou de outra, têm relação com esse processo escandaloso. Um deles nós votamos aqui, nesta CPI, e perdemos. Seis Senadores não quiseram que ele viesse depor, e quatro quiseram que ele viesse aqui, a esta Comissão, prestar esclarecimentos. Eu acho que, amanhã, a gente tem a chance de refazer esse grande equívoco que pegou mal, que pegou mal para a própria CPI. Amanhã, nós vamos ter também a Cristiana Prestes, que é dona dessa tal empresa que comercializa produtos à base da maconha e que recebeu esse dinheiro; fez delação, já disse que até a Prefeitura de Araraquara, de alguma forma, iria receber parte desses respiradores... Olhem só: o Consórcio Nordeste, Senador Fernando Bezerra, mandando respirador para Araraquara, porque lá teve um furo de outra compra fraudulenta que não entregaram, e aí o Consórcio Nordeste foi cobrir o buraco. E a própria Cristiana Prestes, essa dona dessa empresa, que, como foi colocado aqui, não tinha a menor condição de ter uma empresa desse porte, disse que eram dois irmãos de alma os dois ex-Ministros, um que é hoje também Prefeito de Araraquara. Mas a verdade vai triunfar, porque eu acho que não dá para segurar muito tempo. A gente precisa esclarecer isso para o povo.

A minha esperança é que 82% dos Senadores que compõem esta Comissão são do Norte e do Nordeste, dez Senadores do Nordeste, e amanhã a gente precisa olhar para o Nordeste, pra esse caso que pra mim é um símbolo nacional de corrupção na pandemia. A gente tem que investigar tudo: Governo Federal, Estados e Municípios.

Eu queria fazer pra senhora, Regina Célia, que mostrou muito equilíbrio, muita firmeza nas suas colocações aqui... Essa é a impressão que eu tenho, o *feeling.* Mesmo com induções de respostas, a senhora manteve a coerência.

Eu lhe pergunto: como fiscal de contrato desse processo de aquisição da Covaxin, das vacinas, a senhora teve alguma conversa com o Sr. Luis Ricardo? Vou um pouco além: ele trabalha próximo à senhora, em sala, no mesmo andar, alguma coisa desse tipo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não, senhor. Ele trabalha no prédio sede, no anexo do ministério, e eu trabalho na unidade da Asa Norte.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A senhora não tem muito contato com ele, mas conhece a pessoa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu nunca o vi pessoalmente. Nunca tratei com ele e nunca tratei com ele sobre este contrato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. A senhora também teve ou não teve algum contato com o ex-Deputado que fez essa denúncia? Independentemente de controvérsias na história do Deputado, a gente tem que analisar... Claro, toda denúncia tem que ser analisada, é o nosso trabalho. Mas a senhora teve algum contato com o Deputado Luis Miranda, o conhece, tratou de algum assunto com ele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca tratei nada; nenhum assunto com ele. E usei quem é, porque é uma figura pública, é um Deputado, mas nunca tratei nenhum assunto com esse senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A senhora é fiscal do contrato de alguma outra aquisição feita junto a essa empresa chamada Precisa, que, repito, precisa vir aqui realmente esclarecer? Sem contar esse caso da Covaxin, a senhora já foi fiscal de algum contrato dessa empresa, que mantém contrato com o Governo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor. Nunca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Considerando o histórico de comportamento dessa Precisa, dessa companhia chamada Precisa, que de alguma forma é associada com a Global, que tem problemas aí junto à Petrobras, à questão da Operação Falso Negativo, tantas outras situações, inclusive com o GDF, eu pergunto pra senhora: é normal uma empresa como essa ter uma representação em Singapura como parte do processo de aquisição de vacina? É comum outras empresas – como a senhora colocou aí, a própria Pfizer, porque a senhora foi fiscal do contrato da Pfizer – terem empresas em paraísos fiscais?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu desconheço essa informação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A informação da...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu desconheço acerca desse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, por exemplo, as outras fornecedoras utilizaram algum intermediário no exterior pra fazer a importação? Como fiscal de contrato, a senhora levantou essa questão ou é só apenas diretamente com a empresa no Brasil?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Geralmente essas empresas têm escritório de representação no Brasil – a Pfizer tem escritório no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, perfeito, porque o art. 67, §2º, da Lei 8.666, estabelece: "As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes". A senhora levou aos seus superiores todas as questões, eventualmente, que considerou, se considerou, duvidosas que cercavam esse contrato com a Precisa? Por exemplo, o uso de um intermediário em Singapura, as dificuldades no preenchimento do *invoice*, entre outros?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu tenho uma informação aqui, que o Sr. Kormann... A senhora conhece?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Sr. Kormann teria solicitado... Ele é Secretário do Ministério da Saúde, ele teria solicitado a exoneração do Sr. Luis Ricardo. A senhora ouviu falar sobre essa solicitação de exoneração do Sr. Luis Ricardo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desconheço essa informação. Desconheço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Porque ela acabou não se concretizando. É outro dado que a gente precise entender, talvez, Sr. Presidente, com a reconvocação do Sr. Luis Ricardo, que muitos colegas estão suscitando. Seria interessante a gente voltar a esse tema.

A senhora está desde 2006 no Ministério da Saúde, é servidora desde 2006, um pouquinho antes, não é?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu entrei no serviço público em 1995, na Fundação Nacional de Saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo, mas com cargos comissionados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sempre, também. Eu tinha na Fundação Nacional de Saúde cargos, funções comissionadas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... como servidora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, a senhora passou por vários governos, de diferentes...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Desde o Governo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, servidora pública. Eu lhe pergunto: algum procedimento nesses últimos governos... Eu vejo, eu concordo com o Senador Jorginho Mello que a gente precisa realmente colocar alguns pingos nos is, em procedimentos, talvez num plano de cargos e salários, um organograma que precisa de tomada de decisão. Está muito, vamos dizer assim, solto, realmente... Auditorias, fiscalização, organização e métodos mesmo precisa-se fazer, porque as informações aqui... É meio complicado.

Mas eu lhe pergunto: nos governos anteriores, a senhora, com a experiência, com o trabalho que vem desempenhando como servidora pública, comparando com este Governo, teve algum tipo de mudança de conduta, de postura ou é algo que é retilíneo, em que a senhora não viu nenhuma mudança de práticas, por exemplo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não identifiquei nenhuma mudança de prática, de postura, não, deste Governo em relação aos demais, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mesma coisa? Então, inclusive, a senhora, como fiscal de contratos, em outros governos, era o mesmo tipo de exigência, o mesmo tipo de procedimento, também não teve pressões em governos anteriores?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca sofri pressões, em momento algum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, o tempo que me resta eu gostaria de ratificar a importância desta CPI, que toma decisões sem, muitas vezes, ouvir os próprios integrantes titulares, com eu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, no tempo que me resta, eu gostaria de ratificar a importância desta CPI, que toma decisões sem, muitas vezes, ouvir os próprios integrantes titulares, com eu. Muitas vezes, sei, pela imprensa, as decisões que um grupo fechado toma, que é o predominante aqui na CPI, o que eu acho, no meu ponto de vista, algo um pouco ou um tanto quanto autoritário – não é? – e até desrespeitoso.

Mas eu queria solicitar ao senhor que agilize a vinda do Sr. Ricardo Barros, o Deputado Federal que foi muito citado aqui nesta CPI e que eu acredito que é importante. Parece, eu vi pela imprensa, inclusive, até um pedido dele ao STF, para... É que ele está querendo vir – que ele está querendo vir. Então, a gente precisa encontrar uma agenda para definir isso, porque a verdade precisa vir, e é uma peça importante. Assim como, também, o Ministro Wagner Rosário, que o Presidente se comprometeu a chamar essa semana ainda. Eu gostaria que a gente pudesse dar sequência nessas oitivas com equilíbrio, de forma responsável, sem prejulgamentos, mas para tentar fazer um bom trabalho para o povo brasileiro.

Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos que estão nos ouvindo, em primeiro lugar a gente que ocupa um cargo político – eu aqui na condição de Senador, filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1990, portanto, o único partido ao qual fui e sou filiado –, não pode deixar de responder ao aparte da base do Governo que, quando não tem argumentos para defender o Governo, ataca o Presidente Lula, ataca o nosso partido.

Eu quero dizer que o Presidente Lula foi indiciado ou foi processado 15 vezes: ele conseguiu ser inocentado em todos os processos, em 15 processos a que ele respondeu. Esse Presidente que criou o Bolsa Família, que criou o Luz Para Todos, que criou o Minha Casa, Minha Vida, que ampliou as universidades, que criou no seu Governo o maior crescimento do salário mínimo da história do Brasil, que iniciou a inversão da curva de desigualdade social do nosso País, esse Presidente que criou o sistema de cotas que tornou as universidades mais coloridas, esse Presidente que defendeu e que tornou o Brasil uma potência ecológica, esse Presidente que deixou no caixa do Governo, junto com a Presidente Dilma, US$378 bilhões em reservas, esse Presidente que fez o Brasil se tornar a sexta economia do mundo; então, por tudo isso e por ele ter sido o maior Presidente dos tempos que a gente vive, eu quero aqui dizer que o Senador que aqui falou – não vou citar o nome, para não dar direito de ele lançar mão do art. 14 –, esse Senador ofende o povo brasileiro, ofende a memória do povo brasileiro. Agora, este Governo que não tem política habitacional, que não tem política para a educação, que não tem política para a saúde, que não tem política na área de infraestrutura, este Governo que conduziu o combate à pandemia para que os brasileiros se contagiassem, que empurrou milhões de brasileiros ao risco de contrair uma doença e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

morrer, que é responsável por 525.229 mortes, porque, desse total, mais de 300 mil são mortes evitáveis, pela irresponsabilidade, pela crueldade, pelo seu lado cínico, perverso, que é o Governo do Presidente Jair Bolsonaro e de parte dos seus aliados, que não se solidariza, que não tem empatia, que não se coloca no lugar daqueles que perderam seus entes queridos, que perderam familiares, famílias inteiras destruídas; quero dizer que o Presidente Jair Bolsonaro teve o ano de 2020 para comprar vacinas. V. Exa., Presidente, apresentou que a Pfizer mandou para esse Governo 81 correspondências tentando vender vacina, mas não tinha intermediários, mas não tinha uma empresa num paraíso fiscal, mas era direto, como o Brasil sempre fez. Nos Governos do Fernando Henrique, nos Governo do Presidente Lula, nos Governos da Presidente Dilma, nós comprávamos vacinas através da OMS ou diretamente com o laboratório brasileiro ou qualquer laboratório. Era compra direta, sem intermediação. Sabe por quê? Porque precisava comprar ao menor preço, em maior quantidade, para ter o maior programa de imunização do mundo, com o maior número de imunizantes numa carteira pública de vacinas.

Esse Governo, quando percebeu que tinha que comprar vacinas, identificaram por ele que era um grande negócio. E, aí, é importante a gente colocar que não é... Intermediação virou a regra do Governo Jair Messias Bolsonaro. A regra. Porque a Covaxin tem intermediário: a Precisa. A CanSino, de que o laboratório chinês cancelou o contrato, tinha Luciano Hang e Carlos Wizard, intermediário. A Pfizer teve o Wajngarten, da Secom – não era o Ministério da Saúde –, também intermediário. Os testes de Covid, intermediário. A compra de respiradores, intermediário.

Nós precisamos botar o nosso olhar sobre como esse Governo opera. E ele só opera, ele só faz acontecer quando tem intermediário, geralmente com alguma empresa em algum paraíso fiscal. Nisso a gente precisa prestar atenção, e o povo brasileiro precisa prestar atenção porque nisso é onde mora o risco da corrupção. É aí onde está a possibilidade da divisão do dinheiro público e do aumento de preços.

Como é que uma vacina que é comprada a US$10 a unidade, no mês de março, em um mês, 45 dias depois, é comprada a US$12 a dose. No caso da Pfizer, são 100 milhões de doses; são US$200 milhões a mais em 45 dias. É comprada uma vacina a US$15 a dose; 20 milhões de doses, o que não resolveria o problema da imunização do Brasil. O dinheiro dessa vacina daria para terminar a duplicação do Instituto Butantan em São Paulo, e a gente ter, no mesmo tempo, a vacina e a capacidade de produzir vacina aqui dentro.

E este Governo mesmo... V. Exa. sabe que aqui foi dito que o Governo não podia comprar vacina, porque não tinha lei, mas ele podia ter editado medida provisória. Ele disse aqui – seus representantes – e ele disse em público que ele só poderia comprar com a autorização da vacina, mas para a Covaxin ele fechou contrato em fevereiro, sem a autorização da Anvisa. Esse Presidente foi avisado, e ele não fez nada.

Eu quero aqui olhar para a Dra. Regina Célia. Dra. Regina, eu fui Secretário de Estado, eu fui Secretário do Ministério da Saúde, eu fiz contrato, eu assinei contrato no Governo Federal. Quando você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz um contrato, quem gerencia um contrato é responsável por tudo, é responsável do começo até o fim e não tem autonomia para tomar decisões sem alguém acima. Para mudar termos contratuais, precisa passar pela Conjur, a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. Para mudar um contrato, precisa ter o aval do chefe responsável superior, do secretário. Gestor de contrato só tem uma responsabilidade: garantir que o que está no contrato vai ser cumprido. Além disso, foge do escopo de competência do fiscal do contrato.

Aqui V. Sa. assumiu o risco para si de tudo que for de errado nesse contrato e nessa confusão, porque a senhora não declinou sequer que foi nomeada por Ricardo Barros, em 2016. Eu estou com a portaria aqui. A senhora lembrou de Serra, mas a senhora não lembrou a data da sua nomeação e quem te nomeou para o cargo que a senhora exerce.

Eu quero dizer e quero fazer uma pergunta... Mas, antes de fazer essa pergunta, eu quero deixar consignado para esta Comissão: esta Comissão tem o papel de ir atrás de toda intermediação. O Ricardo Barros foi Ministério da Saúde, o Ricardo Barros conhece quem funciona naquele ministério, ele tem comando de parte daquele ministério. E é preciso averiguar todas as compras da área da Covid uma a uma, para saber quem intermediou, para saber a relação de como se deram esses processos, porque, pelo visto, tudo que funcionou foi através da intermediação. Esse é o esquema onde está a corrupção neste Governo.

E, para concluir, eu quero fazer uma pergunta muito simples a V. Sa.: quem a senhora está protegendo? A senhora veio aqui, disse que ia falar a verdade, a senhora passou o tempo todo dizendo que conhecia, que não conhecia, que conhecia pela metade, que não sabia. Quem a senhora está protegendo? Porque esse pode ter imunidade, esse vai demorar a ser pego, talvez nunca seja pego; mas a senhora está botando é o pescoço da senhora, da sua família, a sua história, no meio dessa lama que vai respingar em quem a produziu. E quem a produziu foi este Governo, este Governo que é presidido por Jair Messias Bolsonaro, que levou 525.229 pessoas à morte e que, para comprar vacina, para comprar qualquer coisa, precisa de intermediário, sempre com um preço maior.

E poderia ter comprado da Pfizer mais barato, e poderia ter tido a Pfizer no começo do ano, em grande quantidade, imunizado já mais de 50% da população. A gente só tem 27 milhões de pessoas com as suas doses. Isso não mexe com as pessoas? Isso não mexe com a base desse Governo? Cadê a humanidade? Cadê o compromisso com este País, com o povo deste País? Eu quero ver. Cadê? É só discurso, é só conversa.

Agora a pergunta que eu deixo para a senhora, espero que a senhora responda: quem a senhora está protegendo? Quem a senhora protege aqui, com essa tentativa de confundir? Porque aqui não tem ninguém que não consiga compreender, por diversionismo, a manobra de vai para lá, vai para cá; uma hora sabe, outra hora não sabe; lembra de uma coisa, memória seletiva. Tudo isso depõe contra o depoente. Quem a senhora está protegendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – O senhor me desculpe, Sr. Senador, mas eu não concordo com o que o senhor falou acerca de quem eu protejo, porque eu não protejo ninguém. Eu sou técnica e eu respondo aos questionamentos aqui do ponto de vista técnico.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Sr. Presidente, ela disse que não está protegendo ninguém. Os fatos e as evidências é que vão pesar sobre cada um que vem e que senta aqui, nessa cadeira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Regina Célia, por favor, a senhora já falou, mas eu peço que repita: quanto tempo de serviço público a senhora tem?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Vinte e seis anos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vinte e seis anos. E a senhora atua como fiscal de contrato há quanto tempo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Há cinco anos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Cinco anos.

A senhora foi designada para fiscalizar esse contrato especificamente numa portaria do dia 8, mas só publicada no dia 22. Esse intervalo é comum?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É comum, por conta da tramitação do processo de tramitação dentro do ministério.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas, nesse intervalo, a senhora já era responsável por fiscalizar esse contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, a partir do momento da designação da portaria assinada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Então, a partir do dia 8 do mês de março, a senhora já era fiscal do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

Como fiscal do contrato, a senhora não identificou nenhum problema nele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não, senhor, a não ser o atraso da empresa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O único problema que a senhora identificou foi o atraso no cumprimento das entregas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** É razoável ou é comum liberar pagamento para empresa que não está prevista regularmente no contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Ocorreu a tentativa de liberação de pagamento para a empresa prevista no contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor; não, senhor; não ocorreu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não ocorreu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Como é que a senhora descreve o fato de encaminhar uma nota para pagamento indicando como recebedora uma empresa que não está prevista no contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A nota não foi para pagamento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Foi para?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A nota... A *invoice* foi incluída no processo de importação, ela não seguiu para pagamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Por que ela não seguiu para pagamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ela não seguiu para pagamento, porque a entrega não foi concluída. Haveria a entrega e haveria a autorização da Anvisa para uso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Mas a senhora tem consciência de que, na versão inicial, ela previa pagamento antecipado. Esse pagamento aconteceria de que forma, então?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não haveria pagamento antecipado, porque não tem essa prerrogativa no contrato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Certo, mas o contrato prevê um quantitativo maior de doses para a primeira entrega. Isso também é normal ser liberado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É possível se alterar no momento da entrega por alguma intercorrência que a empresa tenha como justificar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Eu preciso que a senhora seja um pouquinho só mais clara e me perdoe a dificuldade de entendimento. Existem etapas nesse processo. A senhora disse que não haveria pagamento, porque não aconteceu a entrega, mas também disse que era possível alterar a quantidade, e a senhora justifica: "Por alguma intercorrência na entrega", mas a etapa em que a senhora autoriza a quantidade menor não é na entrega.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi na entrega, foi no embarque.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** No embarque?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi apenas no embarque, a solicitação para a quantidade a ser embarcada, somente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Então, a senhora autoriza na fase prévia, e não na entrega. É isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Na fase da importação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Na fase da importação.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Talvez seja uma dificuldade de expressão minha ou da senhora. Então, a senhora está me dizendo que, nesse processo, a sua etapa de fiscalização não se dá na entrega exclusivamente, ela se dá no andamento do processo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, é para acompanhamento do andamento do processo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – De todo o processo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Da entrega, exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E, na condição de pessoa responsável por acompanhar todo esse processo, a senhora não identificou nada fora do normal nessa situação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Eu vou repetir a pergunta – a senhora respondeu, inclusive, para mim agora –: é razoável ou comum liberar pagamentos para empresas, ou receber documentações que resultarão no pagamento para empresas, não previstas no contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora apontou essa dificuldade, essa restrição? Porque existe uma cadeia lógica de servidores públicos. Eu quero imaginar que a senhora não seja daquela categoria de servidor que, vendo uma coisa errada, mas que não vai ser da sua exclusiva responsabilidade, lava as mãos. Eu quero acreditar que a senhora, com esse tempo todo de serviço, uma senhora respeitável, tenho certeza, se responsabiliza pelo que passa nas suas mãos. Então, eu pergunto: nesse processo todo, a senhora não vislumbrou nada de anormal?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Como disse, é um direito da pessoa persistir no erro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa situação toda a senhora já referiu aqui que não só não sofreu nenhum tipo de pressão, cobrança ou sugestão dos seus superiores com relação a esse contrato, como também nunca sofreu isso em nenhum momento da sua atividade profissional, que é de... São 26 anos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Em 26 anos, a senhora nunca foi cobrada, questionada ou de alguma forma constrangida pelos seus chefes para fazer um processo andar ou deixar de andar?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito. A senhora é uma felizarda em Brasília; mais ainda no Ministério da Saúde; mais ainda num contrato que, cartesianamente, é diferente de todos os outros que passaram referentes a compras de vacinas.

A senhora só fiscaliza esse contrato de vacinas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Quantos contratos de vacina a senhora fiscaliza?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não me recordo aqui atualmente, mas, em média, 18 contratos por ano, 18 a 20.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** De vacinas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** E todos os contratos...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Vacinas e soros...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** ... em geral, vacinas em geral?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E todos os contratos tramitam dessa exata forma?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Como assim, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Igual a esse.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Igual a esse. A tramitação dos outros 17 contratos que a senhora fiscaliza...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... é igual a essa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim. Com cargas importadas, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Cargas importadas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Tem sempre uma empresa atravessadora?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, não é igual.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não existe empresa atravessadora. Existe o escritório de representação no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a Madison é um escritório de representação no Brasil?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em todos os outros 17 contratos, nós tivemos uma ressalva feita pela etapa anterior ao processamento da senhora, onde se apontou uma série de equívocos, restando dois para que a senhora apreciasse: quantidade de doses e empresa não referida no contrato. Nos outros 17, isso também acontece? E, nos outros 17, a senhora manda seguir o processo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, eu não mando seguir o processo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nesse caso, a senhora fez o quê?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu me referi à quantidade. Eu me referi ao que me foi instado, que foi a quantidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu não tenho agora aqui em mão, mas basta a leitura do *e-mail* onde a senhora determina que se dê andamento ao processo. E a senhora faz, inclusive, uma referência da necessidade de comprovação posterior da informação com relação à titularidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A minha assessoria tem aí, Sr. Relator.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu posso ler o *e-mail* para o senhor?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu posso ler para a senhora, porque me basta a parte final, o último parágrafo: "Autorizamos a continuidade dos procedimentos de embarque da vacina Covid-19, coronavírus, SARS-CoV, injetável, Covaxin, objeto do contrato 29, de 2021, nas condições ora apresentadas. Aguardamos o envio da declaração para a comprovação do item 2 informado abaixo". O item 2 é a questão da empresa...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, eu não respondi acerca do item 2.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, é realmente uma dificuldade com o português.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – "Aguardamos o envio da declaração."

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu acredito que seja minha...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – E a declaração...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... a dificuldade, mas é com a língua pátria.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos tentar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Começo a frase novamente para a senhora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Vamos tentar mais uma vez, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** "Autorizamos a continuidade dos procedimentos de embarque da vacina SARS-CoV, contrato 29, de 2021, nas condições ora apresentadas", ponto. Continuando: "Aguardamos o envio da declaração para a comprovação do item 2 informado abaixo".

Eu não tenho muita dificuldade de entendimento, mas eu peço que a senhora me explique se a senhora mandou continuar ou não mandou continuar o processo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Acerca do quantitativo de 3 milhões de doses.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Ele podia andar sem o resto ser resolvido, Dra. Regina Célia?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, aí ficou a cargo da Divisão de Importação. Se eles seguiram, eu não sei te informar por que eles seguiram.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Eu sou obrigado, então, a revisar o meu primeiro entendimento em benefício da senhora, porque eu não vou dizer que a senhora está mentindo em depoimento perante a CPI; eu vou dizer que a senhora é daquelas funcionárias que, imaginando que um outro setor será responsabilizado, simplesmente lava as mãos, porque não foi isso que a senhora escreveu. Fosse uma fala das quais a senhora pudesse dizer "não me lembro", existiria uma margem para debate, mas não é. É um *e-mail* taxativo, onde se diz, na condição de fiscal do contrato, função que a senhora exerce há mais de uma década, função que a senhora exerce em 18 contratos de vacina... E eu tenho certeza de que, nos 18 contratos de vacina, quando a senhora escreve "autorizo a continuidade dos trabalhos", é porque a senhora quer dizer que autoriza a continuidade, não é porque a senhora quer dizer "autorizo, mas não estou autorizando". É lamentável. Eu fico...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A ressalva foi feita na frase seguinte.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Então, recomendo fortemente uma reciclagem na questão de redação oficial, minimamente, porque as duas frases não geram essa percepção que a senhora deu, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senador Alessandro, não querendo abusar de V. Exa., pode ler mais uma vez? Talvez não tenha ficado claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É importante isso ficar bem claro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Na condição de fiscal do contrato, a Sra. Regina Célia Silva Oliveira envia mensagem copiada para toda a cadeia de decisão, em especial à Divisão de Importação, a quem a senhora atribui a responsabilidade pelo processo decisório de aceitar ou não essa situação, e a senhora utiliza a seguinte expressão: "autorizamos a continuidade dos procedimentos de embarque da vacina Covid-19 Coronavírus SARS-CoV-2, injetável, Covaxin, objeto do Contrato nº 29, de 2021, nas condições ora apresentadas", ponto. "Aguardamos o envio de declaração de comprovação do Item 2 informado abaixo."

É difícil ter outro entendimento, mas, por uma questão de respeito, até humanitário, a senhora claramente entende diferente: que a senhora escreveu que autorizava, mas a senhora queria dizer que não autorizava e que estava aguardando a documentação. É isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Bom, eu fui clara quando eu disse que, acerca do item 2, eu estaria aguardando a declaração. Então, eu não aprovei o item 2. Está claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Regina, nos desculpe, mas não é isso que está sendo dito ali. Não foi isso que foi lido, por favor.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Então, os senhores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não há por que se persistir nessa discussão.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O entendimento... O entendimento, na minha opinião, foi esse. E eu imaginei, inclusive, que a pessoa que leu do outro lado entendeu da mesma forma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Depois... Dando sequência... Dando sequência, Regina, após o seu *e-mail*, qual foi a providência adotada pelo setor seguinte? Foi dar continuidade ao procedimento para o embarque da vacina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele encaminhou o *checklist* no último *e-mail*, no *e-mail* do dia 22, ele encaminhou o *checklist* e ele não me apontou essa questão da Madison; ele me apontou a questão das 3 milhões de doses. Ele deixou claro a questão das 3 milhões de doses.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ele quem?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A Divisão de Importação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Veja, eu estou perguntando após a sua manifestação nesse *e-mail* que a senhora encaminhou no dia 22 às 18h18. No dia 22/03/2021, às 18h18, a senhora encaminha esse *e-mail* que eu já li reiteradas vezes – vou economizar a paciência de todos, não vou ler novamente. É o *e-mail* onde a senhora autoriza que se dê continuidade ao processo, mas, na sua interpretação, a senhora não autoriza.

Depois disso, eu pergunto: como se deu o andamento desse processo para embarque da vacina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A Divisão de Importação encaminhou esse *e-mail* com o *checklist* – com o *checklist* – onde eles fazem a análise da *invoice* e apresentam – isso é um *e-mail* corriqueiro para todas as importações de vacinas –, onde eles apresentam ao fiscal a análise feita. A partir daí, é a Divisão de Importação que é responsável e tem competência para dar sequência ao processo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo. E a senhora, como fiscal do contrato, continuou vendo que não tinha restrição para fazê-lo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Foi esse mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora, como fiscal do contrato, viu que não tinha restrição para fazê-lo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Como?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Contextualizando isso tudo, quando a senhora disse que autoriza a continuidade, a senhora está respondendo ao *e-mail* enviado pela representante da empresa Precisa. A Precisa, sucessora da Global, que a senhora conhece, aquela coisa toda.

O *e-mail* da Precisa direcionado à senhora pede: "Regina, boa tarde. Solicito autorização dos fiscais do contrato, considerando os dois pontos a seguir: quantidade de 3 milhões de doses e não de 4 milhões, como previsto no contrato". A alegação seria o risco para o aumento de custo por conta de alguma restrição referente à seguradora, o que, convenhamos, deveria ter sido visto lá atrás no contrato e não aqui, porque, ao ceder aqui, a senhora está endossando uma posição que favorece a empresa e não o Brasil, o que está fora da sua situação ordinária de trabalho, mas paciência. E o segundo ponto, que é a questão da participação da Madison. A senhora responde a esse *e-mail* com essa frase singela já tantas vezes citada: "Autorizamos a continuidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu pergunto: uma vez tendo sua autorização, como se deu o restante do andamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso ficou a cargo da DIIMP, a Divisão de Importação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo. Aí digamos que a Divisão de Importação, num surto de loucura, resolva pagar a quantidade não prevista no contrato...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Uma ressalva, uma ressalva: a Divisão de Importação não procede a pagamento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo. O pagamento não acontece na Divisão de importação, ou estou errado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto, então, para o cidadão que nos acompanha entender, porque fica parecendo que nós temos um condomínio totalmente independente chamado Ministério da Saúde, e não é. A etapa que a senhora executa é responsável pelo pagamento, a etapa que lhe antecede é responsável pelo pagamento, porque só existe pagamento quando todas essas etapas são cumpridas. Ou eu estou enganado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É preciso que a senhora fale ao microfone.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Somente quando todas as etapas estão cumpridas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto. Então, para o cidadão que nos acompanha entender, para não ficar parecendo que o Ministério é uma bagunça mais do que já é, existe uma série de etapas encadeadas logicamente.

A senhora tem uma função muito importante, porque a senhora é fiscal do contrato. E, quando a senhora, na condição de fiscal, dá um "pode continuar", evidentemente isso vai afetar o restante do andamento do procedimento. Não é o que a senhora está dizendo, a responsabilidade é de fulano, é de beltrano, é do setor A, é do setor B, não. Cada etapa dessas tem responsabilidade, mas a sua, como fiscal de contrato, permanece, porque eu só vou conseguir pagar se a senhora disser que está o.k., eu só vou conseguir importar se a senhora disser que está o.k. E foi o que a senhora fez, atendendo à solicitação da empresa Precisa, através da Sra. Emanuela Medrades, quando a senhora diz, apesar de o contrato prever 4 milhões de doses pelo preço referido, "O.k., vamos receber 3 milhões para ficar melhor pra empresa";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando se refere ao pagamento ser feito diretamente com a empresa Bharat Biotech, e a senhora diz "O.k., pode pagar pela Madison, não tem problema, me mande depois o comprovante". Essa é a realidade dos fatos. E eu lamento muito. Eu sempre espero muito mais do servidor público brasileiro, porque, como servidor há 20 anos, eu sei da qualidade e do empenho da imensa maioria.

E fica a dúvida que não consegui esclarecer: qual é o caráter da sua posição. O que acontece? Caráter no sentido de razão, motivo, natureza. Não estou questionando o seu caráter, seu ponto de vista de moralidade. Qual é a razão para essa postura? Qual é a razão? Eu estou tratando de vacina para Covid, o povo morrendo na rua, eu estou tratando de um contrato bilionário, faltando dinheiro para tudo, e a postura é simplesmente a de "o.k, chegou para mim o papel, eu recebi o *e-mail*, eu mandei a resposta, a resposta diz uma coisa, mas, na verdade, eu queria dizer outra", e segue o processo, como se fosse tudo normal. Não é normal, pelo menos não em um país sério.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O senhor me desculpe, mas eu não concordo com as suas palavras.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Com quais delas? Se a senhora puder ser específica...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Quando o senhor questiona acerca do meu caráter enquanto técnica.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, ele fez questão...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quando eu falo... Veja, eu procuro me expressar em português. Português é a língua pátria.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A minha língua também é o português.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não é das melhores, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Regina... Dra. Regina, só um minuto...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Preste atenção: quando eu digo "quero entender o caráter do que a senhora fala", eu ainda faço uma ressalva. Não confiando na sua capacidade de entender o que estou falando, eu me dou ao trabalho de ressalvar – e o seu advogado, ao lado, assente com a cabeça – que eu não estou falando "caráter" sob o ponto de vista moral. Fui taxativo, textual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu entendi o que o senhor falou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dona Regina... Dona Regina, por gentileza...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, não estou questionando o seu caráter ou moralidade, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Alessandro foi claro em relação a isso e ainda fez ressalva – ainda fez ressalva! Não teve nenhuma ofensa ao seu caráter.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vai se colocar como vítima? Não existe nenhum questionamento com relação ao seu caráter sob o ponto de vista da moralidade. Agora, eu tenho dúvidas e mantenho as dúvidas em entender a motivação para essa postura adotada. Os seus esclarecimentos, para mim, não foram suficientes. Talvez outro Senador ou outra Senadora tenha mais felicidade no questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

A depoente pediu um intervalo de cinco minutos, e esta Presidência concede.

(*Suspensa às 15 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 19 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – O próximo Senador inscrito é o Senador Fernando Bezerra; em seguida, será a Senadora Eliziane Gama. Aí concluiremos a lista de suplentes e passaremos para os não membros Izalci Lucas e Fabiano Contarato.

Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – ... Sra. Regina Célia, que cumprimento pela presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito; Srs. Senadores, Sras. Senadoras, conforme já comuniquei a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Anvisa estabeleceu um guia sobre os requisitos mínimos para submissão de solicitação de autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, de vacinas Covid-19, onde resta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inequívoca a exigência de que a submissão de solicitação de autorização deve ser realizada por empresa devidamente regular perante a agência.

A Precisa Medicamentos é a representante oficial da Bharat Biotech. Da mesma forma, os demais laboratórios que desenvolveram vacinas também se valeram de empresas do Brasil para a comercialização das vacinas. A AstraZeneca, representada pela Fiocruz; a CoronaVac, representada pelo Instituto Butantan; a Sputnik, representada pela União Química, apenas para citar alguns exemplos. É falsa, portanto, a afirmação de que a Covaxin tenha sido a única vacina contratada por meio de representante do laboratório produtor.

De igual maneira, nos demais países em que a Bharat Biotech comercializou a Covaxin, representantes oficiais foram designados para participarem da negociação, como é o caso do Laboratorios Jayor, na Argentina, e da Eseotres Pharma, no México. Também é preciso reiterar que a Madison é fornecedora logística da Bharat Biotech, tendo celebrado o contrato para o fornecimento e distribuição dos produtos do laboratório em diferentes territórios. Não se trata de empresa de fachada, como aqui foi dito, mas de uma subsidiária do grupo Bharat Biotech e de seus acionistas, empresa sediada em Singapura, voltada ao comércio exterior.

Aliás, essa é uma prática extremamente comum no âmbito do comércio internacional. As empresas *offshore,* como é o caso da Madison Biotech, realizam transações em países estrangeiros, sujeitas a um regime extraterritorial, e costumam ser registradas em jurisdições com baixa tributação ou até mesmo com isenção de tributação. Em Singapura, são mais de 1,3 mil *offshores,* devidamente declaradas ilícitas, atraídas para aquele país por uma questão tributária. Aliás, Singapura desempenha um papel importante na rede de abastecimento da indústria farmacêutica mundial, sendo um dos poucos países do mundo que exporta mais produtos farmacêuticos, tornando-se um renomado centro dos gigantes do setor, que implantaram *offshores* naquele país. Cito aqui o exemplo da Pfizer, da suíça Roche, da britânica GlaxoSmithKline e da japonesa Takeda.

Sr. Presidente, eu gostaria de formular alguns questionamentos à Dra. Regina Célia.

No contrato da Pfizer, em que a senhora também é a fiscal do contrato, já houve ajustes de entregas? Por exemplo, prometeram uma determinada quantidade para uma determinada data, e houve a necessidade de diminuição desse quantitativo para essa data específica?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – O contrato da Pfizer não tem um cronograma como o contrato da Covaxin. Eles entregam... Eles é que informam a quantidade que vão entregar por semana.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas houve ajustes ao longo...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Já houve ajustes, sim, no sentido de que a Pfizer informou uma quantidade e, logo depois, dois dias depois, alterou essa quantidade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Segunda pergunta. Sobre o contrato da Sputnik, a senhora é também a fiscal. Correto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Por que até agora, no contrato da Sputnik, não foi entregue nenhuma dose?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Esse contrato também depende da aprovação da Anvisa. Ele não tem cronograma como o da Covaxin. Depende exclusivamente da aprovação da Anvisa para acontecer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Pois não.

A senhora entende que o contrato da Sputnik é diferente do contrato da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, muito diferente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Qual seria a principal diferença entre os dois contratos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O da Sputnik não tem um cronograma também, conforme o do Covaxin. Ele depende, como eu disse, da aprovação da Anvisa para começar a entregar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** É certo afirmar que, no contrato da Sputnik, o prazo de entrega começa a viger a partir da autorização da Anvisa e, no contrato da Covaxin, é a partir da assinatura?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Por que essa diferença?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não sei te dizer por que houve essa diferença. É uma questão pré-contratual.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** A senhora entende que o contrato da Sputnik, nesse sentido, é mais benevolente que o da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Ah, sim, o da Sputnik, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O da Sputnik, portanto, seria...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O da Covaxin não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

No dia 23 de março, a senhora fez uma notificação à empresa Bharat Biotech, à Precisa, sobre o atraso. A empresa respondeu a essa notificação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Respondeu.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – De maneira geral, sobre as entregas nos demais contratos, os seus cronogramas foram cumpridos de acordo com os respectivos contratos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. O Butantan não cumpriu, porque teve questões de importação do IFA, que é o insumo farmacêutico necessário para produção, e ele não conseguiu cumprir conforme está o contrato.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A senhora tem outro em que tenha ocorrido atraso, fora a CoronaVac? A senhora já mencionou atrasos da Pfizer. Existe atraso...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Da Pfizer não é atraso, porque eles não têm um cronograma fechado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eles já ajustaram as entregas, as datas de entregas...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Já ajustaram, sim. Semanalmente, eles apresentam o que vai ser entregue, e já ocorreu ajuste nesse momento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

Para punir, no contrato administrativo, são necessários o contraditório e a ampla defesa. Quando a senhora encaminha a notificação sobre o possível atraso no contrato, a empresa apresentou a resposta no prazo? E essa resposta foi avaliada?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A resposta foi, sim, no prazo. Essa avaliação se dá ao final do contrato, quando eu submeto ao Departamento de Logística para abertura de processo sancionatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96D4891F00474B85.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sobre o pagamento, quando a senhora afirma que não seria possível realizar o pagamento para a Madison, a senhora participa do processo de pagamento do Ministério da Saúde?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu atesto a chegada do produto. Eu confirmo a chegada do produto por meio da *invoice*, verificando em nosso sistema, no almoxarifado, o que chegou daquele produto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu sei, mas para a senhora ter afirmado aqui durante o seu depoimento que não seria possível realizar o pagamento para Madison, a senhora participa desse processo de avaliação, se é possível ou não fazer o pagamento a uma terceira pessoa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nesse caso eu submeteria ao Departamento de Logística pra fazer uma avaliação do ponto de vista jurídico.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, a decisão é do Departamento de Logística?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É. Isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, é uma hierarquia superior à da senhora, se é possível ou não...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É em outro departamento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o pagamento à terceira pessoa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, depoente.

Eu vou aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o resto do meu tempo apenas para fazer aqui algumas considerações, sem citar também o nome de qualquer companheiro aqui da Comissão, mas quero dizer, Sr. Presidente, que fica muito claro que o Governo do Presidente Jair Bolsonaro contratou mais de 600 milhões de doses de vacinas. Nós já distribuímos mais de 140 milhões de doses de vacinas. Já foram aplicadas mais de cem milhões e, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ritmo que a vacinação obteve no mês de junho, é possível afirmar que até meados de outubro toda a população adulta do Brasil, com mais de 18 anos, estará completamente vacinada, mostrando, portanto, que o Brasil está no rumo correto.

É evidente que o papel desta Comissão Parlamentar de Inquérito é investigar eventuais falhas, omissões que possam ter havido no processo de contratação de vacinas, de insumos, mas é importante aqui lembrar o papel relevantíssimo que o Governo do Presidente Bolsonaro teve no enfrentamento da pandemia.

Aqui muito se falou sobre compra de respiradouros. É importante mais uma vez lembrar aos que nos acompanham pelo rádio, pela televisão, que as tentativas dos governos estaduais foram frustradas para a aquisição desses respiradores. E muitas delas eivadas de vícios e de irregularidades. E o Governo Federal foi o responsável pela compra de mais de 19 mil respiradores que foram distribuídos entre Estados e Municípios brasileiros.

As vacinas que chegam em qualquer canto do Território nacional são pagas com recursos do Governo Federal. É importante também dizer da sensibilidade do Governo do Presidente Bolsonaro no sentido de proteger os mais vulneráveis, do esforço que o Brasil fez para proteger a sua economia, para proteger os empregos, para proteger os mais pobres.

Ninguém vai se esquecer do *voucher*, do coronavoucher, que foi dado a mais de 60 milhões de brasileiros, e que agora foi renovado num formato menor, mas que atinge mais de 40 milhões de brasileiros, com o auxílio de R$250 por pessoa beneficiada. Esses esforços do Governo brasileiro permitiram que o Brasil pudesse ter tido o segundo melhor desempenho econômico durante a pandemia, perdendo apenas, nas Américas, para os Estados Unidos. E este ano, em função dos acertos das medidas e das políticas públicas que estão em desenvolvimento, o Brasil relança a sua economia e se consolida agora com um crescimento estimado em mais de 5%, o que abre a perspectiva da geração de emprego. Só este ano, já são mais de 1,2 milhão novos empregos com carteira assinada. E o avanço da vacinação vai permitir a volta plena de setores como o turismo, como a hotelaria, bares, restaurantes, entretenimento, que vai resgatar sobretudo a atividade informal da nossa economia.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dizer e asseverar aqui nesta Comissão: nós queremos a verdade, estamos em busca da verdade, não tememos qualquer tipo de investigação. O Governo do Presidente Bolsonaro está aberto para prestar as informações necessárias no sentido de identificar possíveis erros ou possíveis omissões. Agora, não se pode querer, no afã de politizar, de criminalizar, levantar suspeitas que não vão se sustentar do ponto de vista material.

Portanto, eu agradeço, Sr. Presidente, pela oportunidade dessa minha intervenção na tarde de hoje e agradeço a presença da servidora Regina Célia, pelas suas informações trazidas à Comissão. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Tem um pela ordem do Senador Rogério Carvalho.

No último dia 1º de julho, esta CPI ouviu o Sr. Luiz Paulo Dominguetti. Como é de conhecimento de todos, o depoente, naquela ocasião, se disponibilizou a oferecer a esta Comissão todas as informações para ajudar o País a resolver a questão das vacinas. Ato contínuo, o Senador Randolfe Rodrigues, no exercício da Presidência, determinou a apreensão do celular do Sr. Dominguetti, o que foi feito pela Polícia Legislativa do Senado Federal. Nós recebemos o conteúdo dessa apreensão, e este conteúdo está rotulado como sigiloso.

Sr. Presidente, tendo em vista que o depoente ofereceu essas informações à CPI sem qualquer restrição e ainda o fato de o rótulo de sigilo não ter sido determinado por esta Comissão, solicito o levantamento do sigilo do material contido no telefone celular do Sr. Luiz Dominguetti, em especial, da troca de mensagem entre ele e o Sr. Cristiano, o CEO da Davati no Brasil, notadamente, dos áudios trocados no dia 13 de março de 2001.

Eu defiro a questão de ordem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... do Senador, e se tornarão públicas essas conversas entre o Sr. Cristiano, o CEO da Davati...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Só um breve comentário. Na realidade, todos nós acompanhamos o programa Fantástico do último domingo. E eu acho que é importante que a gente faça uma reflexão. O telefone, como foi bem dito por V. Exa., foi apreendido durante a sessão da CPI e ele estava em caráter de sigilo – esse telefone. E o material é fornecido a uma empresa de comunicação, flagrantemente havendo, portanto, a quebra do sigilo das nossas investigações. Quantas vezes nós não temos aqui criticado ações da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, que são useiros e vezeiros em vazar para a imprensa informações que estão resguardadas pelo sigilo judicial?

Então, eu queria colocar aqui, digamos assim, o nosso desconforto com a decisão, porque eu não sei como é que uma empresa de comunicação teve acesso aqui a um material que estava sob a guarda da CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que a gente possa proceder a uma investigação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pedirei à Mesa Diretora que a gente tenha mais cuidado, por favor, porque ficam registradas as pessoas que têm acesso.

Com a palavra a Senadora Eliziane, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só sobre essa questão, só pra esclarecer, só mais um esclarecimento, em relação ao celular do Sr. Dominguetti, não foi decretada nenhuma reserva, nenhum sigilo.

Então, portanto, no que não for conversa particular, privada deste celular, que foi apreendido a partir da constatação de um crime em curso nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que seja, no caso, o crime de falso testemunho, então, não há nenhuma restrição para que esse acesso seja público.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para consignar, eu ouvi a fala do Senador Fernando Bezerra. Veja, primeiro que esta CPI, naquele momento, tomou uma decisão, a meu ver, absolutamente sem amparo legal, sem amparo regimental. Não se pode determinar, no âmbito de uma CPI, busca e apreensão de aparelho telefônico. "Ah, mas o advogado teria anuído". Respeitosamente, advogado, diante seja de uma CPI ou de uma delegacia de polícia, não é pra ser poste, ele tem que cumprir o seu papel constitucional. O argumento que foi usado aqui é que houve anuência. Diante de uma coação, Sr. Presidente, qualquer decisão é ilegal. E mais grave: depois tornar esse conteúdo público, me parece que nós estamos diante de uma falta grave e que merece, inclusive, ser apurada no âmbito da CPI. Acho que o nosso papel aqui é de investigar, mas não se pode praticar crimes em nome dessa investigação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um esclarecimento aqui, Presidente: não houve apreensão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Isso mesmo, foi feito um auto de exibição e apreensão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É diferente quando a autoridade apreende por um ato dela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... e isso a Comissão Parlamentar de Inquérito não fez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só pegar os áudios.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O que foi feito foi isto, foi auto de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu que estava na Presidência...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Leia o auto de apreensão. Não está escrito auto de apreensão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está auto de exibição e apreensão: "Aos tantos dias, nesta Comissão, foi entregue espontaneamente...". E aí você... Com todo o respeito, nós somos Senadores, falar que houve coação nesta Comissão, eu me sinto ofendido com relação a isso. Esse Presidente ficou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o que todo o Brasil acompanhou.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não tem nada disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, não, não, não...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com todo o respeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós fizemos... Eu estava na Presidência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... não foi isso. O que foi feito foi auto de exibição e apreensão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Jamais auto de apreensão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o que foi colocado no termo e o que foi aconteceu aqui é algo absolutamente diferente, é só pegar os áudios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, foram iguais o que estava no texto e o que foi despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meus amigos, é o seguinte: isso aí ia ser um fato... Eu vou passar a palavra...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, quem nada deve nada teme. Um dos princípios que rege a administração pública é a publicidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, com todo o respeito...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Se um crime, se um crime, se um crime não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... eu quero que apure esse caso.

Senador Contarato...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Se um crime não foi declarado aqui que tem que ser em sigilo, público ele é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou encerrar a sessão daqui a pouco, porque nós temos votação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Senador. Está bom, Senador. Já deu. Não. Está bom.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, por favor, garanta a minha fala.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não. Já falou demais, Senador. Estou na minha vez. Toda vez eu estou aqui e sou a última a falar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Estão cortando, Sr. Presidente, aqui. Um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na hora da minha fala, V. Exa. fica interrompendo o tempo todo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um minutinho, eu não falei ainda.

Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. me assegura?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Só para lembrar que o Sr. Dominguetti passou o tempo inteiro omitindo, mentindo. Entrou várias vezes em contradição. E V. Exa. foi um complacente com ele, porque deveria ter apreendido o telefone celular e mandado prender o Sr. Dominguetti. Chega de mentira nesta CPI, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Verdade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sinceramente, já mentiram demais aqui, todos eles – dos da farda aos civis, todos mentiram. E mentiram muito. Omitiram.

Por exemplo, está se falando agora em prevaricação do Presidente. Venha cá, quando o Pazuello falou em "pixuleco". Por que o Presidente da República não tomou providência, lá trás? Por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

silenciou? Um General do Exército Brasileiro dizer que ia sair porque não queria pagar "pixuleco"? E não se toma nenhuma providência, não se investiga absolutamente nada?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E nem disse quem estava pedindo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não há nenhuma razão para dizer que o Governo de Jair Bolsonaro tem compromisso com os fatos corretos, legais e que combate a corrupção, porque não. Esse negócio do "pixuleco" me parece a coisa mais grave que aconteceu na República. Um General do Exército dizer que iria sair porque não iria pagar "pixuleco"...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu vou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... aos elementos que estavam ali dentro. Os senhores são conhecidos todos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu vou garantir a palavra à Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar os demais colegas e cumprimentar a servidora Regina.

Eu inicio com a senhora, D. Regina, perguntando sobre... Para a senhora me responder às perguntas que o Senador Fernando Bezerra fez, quando ele perguntou sobre o atraso na entrega da Covaxin, se a senhora havia feito o comunicado, e a senhora disse que sim. Mas eu queria saber qual foi a resposta que foi dada pela Covaxin acerca do atraso nessas entregas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) **–** Eles justificaram o atraso em razão do não atendimento à Anvisa quanto ao pedido de importação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora lembra o período, a data mais ou menos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu acho que foi dia 31, se eu não me engano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** De março.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso. De março.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O outro questionamento eu não peguei muito bem, não sei se estou errada, mas parece-me que ele fez uma pergunta sobre essa prática de pagamento de uma terceira empresa que não constava, de fato, no contrato. E, aí, a senhora respondeu que, em situações como essas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca ocorreu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não foi nesse sentido?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca ocorreu esse tipo de situação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nunca ocorreu. E, se ocorresse, o comunicado seria feito ao departamento logístico, é isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso, para averiguar a legalidade do fato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas, nessa situação específica, a senhora fez esse comunicado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não cheguei a fazer esse comunicado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Por quê?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Quando a empresa encaminhou a declaração, logo em seguida a Divisão de Importação fez o *e-mail* descrevendo o *checklist* da análise feita na *invoice*. Nesse *checklist,* não constava a questão da empresa Madison.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ou seja, ele fez a anulação na reta final, que era exatamente o pagamento antecipado. Nesse período entre essa anulação desse pagamento antecipado que estava na *invoice*, que seria o pagamento para a Madison, até o seu conhecimento, ou melhor, a senhora não teve o conhecimento até esse cancelamento ocorrer? É isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não entendi a sua pergunta, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A pergunta que eu faço para a senhora é a seguinte: a senhora não teve informações do pagamento do valor de antecipação de 45 milhões para a Madison?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não tive conhecimento dessa *invoice* com pagamento antecipado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Em nenhum momento, a senhora teve esse conhecimento dessa informação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A *invoice* foi copiada pra mim, mas eu não fiz essa análise, porque a análise não cabe a mim, cabe à Divisão de Importação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas a senhora nem chegou a analisar ou a senhora teve conhecimento e mesmo assim não fez a análise?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não cheguei a analisar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O que é diferente.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não cheguei a analisar, não cheguei a analisar, porque não compete a mim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E a senhora não teve conhecimento, então, de uma terceira empresa a que seria feito o pagamento, mesmo não estando no contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Tive conhecimento não que seria feito o pagamento. A colocação da empresa no *e-mail* foi acerca da importação, das questões de exportação que essa empresa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu não entendi. Agora quem não entendeu fui eu, me responda novamente o que estava no *e-mail*.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A mensagem encaminhada pela empresa é clara no sentido quando ela fala o seguinte: que a Madison Biotech é a agente comercial responsável pela confecção da licença de importação e possui o mesmo quadro societário, encarregada de todas as exportações da Bharat Biotech.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** D. Regina, deixa-me lhe fazer uma colocação aqui. A senhora é fiscal de contrato. A senhora, como fiscal de contrato, acompanha toda a execução do contrato, ou seja, a senhora leu o contrato. A senhora tem acesso a essas informações.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora tem conhecimento das *invoices*, ou seja, a senhora é a fiscal, a fiscal é aquela que olha o documento, checa, enfim, é elementar aqui o que eu estou dizendo. Mesmo assim, a senhora não teve o conhecimento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora não leu isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora não viu isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Vi, vi, vi, vi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E o que a senhora fez?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas é competência da Divisão de Importação fazer essa análise.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E por que a senhora não informou, por que que a senhora não denunciou esse fato? É uma das competências, na administração pública, do servidor: constatada uma irregularidade, uma inconformidade, ele tem que informar à sua autoridade imediata superior.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No *checklist* apresentado pela Divisão de Importação, ele deveria ter colocado esse item para análise. Esse item não me foi questionado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E, mesmo assim, a senhora não teve nenhuma atitude pra ser feita, D. Regina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nesse momento, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** D. Regina, veja bem, deixe-me fazer aqui uma pergunta básica: se a sua função fosse eliminada da administração pública, a senhora acha que ia fazer alguma falta? Porque assim, na verdade, tudo que a gente pergunta a senhora passa pra outra pessoa, sabe? "Não é de minha responsabilidade, é do chefe de importação, é da logística...".

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas é uma questão de competência, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Então, assim, parece que esse *modus operandi* da administração pública é muito confuso, entendeu? Você não consegue ter um princípio que é essencial da administração pública e que consta da nossa Constituição, que é a eficiência. Então, você tem um monte de função ali que se sobrepõe, um passa a responsabilidade para o outro. A gente não consegue chegar, porque... Inclusive, nesse sentido, Presidente, eu quero solicitar a V. Exa. que a gente faça uma acareação entre a fala da D. Regina e a fala, por exemplo, do Ricardo Miranda, porque ele diz que a responsabilidade era sua, como fiscal de contrato, aí a gente recebe da senhora que não é a sua responsabilidade, é do chefe da importação ou chefe de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

logística; enfim, está muito complicado, sabe, a gente poder ter realmente essas informações de forma mais concreta.

A senhora não concorda com isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Não concordo, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora acha que está eficiente essa forma de condução?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É uma questão de competência. Ele tinha competência nesse momento de fazer a avaliação e apontar as divergências do documento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas, D. Regina, a senhora teve o conhecimento e a senhora não informou a ele. A senhora acabou de dizer que a senhora não informou.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ora, se a senhora é servidora, pega um contrato, e a sua responsabilidade é olhar e ver toda a execução do contrato, e a senhora vê uma inconformidade e a senhora não anuncia, não informa, não denuncia...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas é porque...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** ... a senhora está tendo uma responsabilidade compartilhada, D. Regina.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A competência de avaliação da *invoice* é do Departamento de Importação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora leu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Só um minutinho. Senadora Eliziane, é porque eu não entendo bem, mas eu queria uma informação sua. A senhora analisa o contrato todo ou só parte do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) **–** O contrato todo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O pagamento está no contrato que a senhora tem que avaliar?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – As cláusulas de pagamento constam no contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E o *invoice* não é o pagamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O *invoice* é o documento de remessa da vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Essas *invoices*, que são exatamente os documentos, a senhora em nenhum momento chegou a ver?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Cheguei a ver...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** É isso que eu não consigo... Pois é, se a senhora viu, a senhora não viu que tinha alguma coisa errada?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não identifiquei inconformidade, a não ser aquilo que ele colocou como inconformidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora não viu inconformidade nas várias *invoices* que foram alteradas, inclusive?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – As inconformidades que foram apontadas pela Divisão de Importação, que foram corrigidas no último documento, essas inconformidades eu acompanhei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora só acompanhou o último, então, que a senhora quer dizer...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Os anteriores a senhora não viu?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A primeira...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Quem fez a reclamação, então?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O técnico da Divisão de Importação se reportou à empresa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora não teve nenhum tipo de participação nessas correções?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora não se sente, então, com responsabilidade compartilhada acerca dessas inconformidades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, porque aí existe uma divisão de competência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora chegou a acompanhar pela imprensa e a senhora teve conhecimento do documento dessas *invoices*? Porque nós obtivemos agora aqui uma exposição da colega Simone Tebet, em que ela demonstrou a possibilidade de fraude nos documentos, não é? Na verdade, é uma denúncia muito grave. A gente, inclusive, vai fazer a perícia documental para entender, de fato, se houve alguma fraude.

A senhora teve o conhecimento dessas *invoices*? A senhora acha que pode ter havido alguma alteração? A senhora afirma categoricamente que não houve nenhum tipo de fraude nesses documentos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não afirmo nada em relação à fraude.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora não afirma?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não afirmo, porque eu não fiz essa avaliação do documento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nessas várias... A senhora é a fiscal de contrato das principais vacinas no Brasil, não é? A gente vai fazer aqui um levantamento. Por exemplo, pega todas elas. A gente pega a Pfizer, por exemplo, 330 dias; a Covaxin, 97 dias; a Janssen, 184 dias. Nessa fase pré-executiva, pré-contratual – a senhora só pega nesse segundo momento –, a gente viu um tempo muito grande em todas as demais vacinas. Quando chega, por exemplo... Ou melhor, especificamente, um tempo muito grande no caso da Pfizer. Já no caso da Covaxin, 97 dias. Nessa sua fase, por exemplo, de avaliação e de execução contratual, houve alguma alteração, houve alguma diferença, digamos assim, de prazo de uma vacina para as demais vacinas, que a senhora é responsável por elas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Você fala na fase pré-contratual?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não. Na pré-contratual, a senhora diz que a senhora não tem responsabilidade. Não estou falando desse período. Eu estou falando a partir desse momento que a senhora pegou como fiscal de contrato. Elas tiveram prazos diferenciados? O tempo de execução foi diferenciado entre a Covaxin, por exemplo, e em relação às demais vacinas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Cada contrato tem a sua especificidade, tem a sua especificidade em relação ao cronograma, de acordo com a disponibilidade da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Então, a senhora acha que não teve nenhum tratamento diferenciado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não houve uma celeridade?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Cada contrato é um contrato diferente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não houve uma celeridade aí seletiva, digamos assim, em relação à Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não identifiquei celeridade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** D. Regina, a senhora, ao que me parece pela informação que eu tenho, não tem aqui na CPI nenhuma quebra de sigilo telefônico, por exemplo, e telemático. Então, portanto, é muito fácil a gente ter a constatação de algumas perguntas que a gente faz.

Eu percebi que a senhora fez, desde o início em que a senhora chegou aqui, um certo, assim, malabarismo para não citar, para não fazer referência, por exemplo, ao Ricardo Barros. A senhora nunca recebeu nenhuma ligação dele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu discordo da senhora. Nunca recebi ligação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora nunca conversou com ele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – E eu não fiz malabarismo para não citar o nome do Deputado Ricardo Barros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora nunca conversou com ele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca conversei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nunca viu Ricardo Barros?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele é uma figura pública.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, eu quero saber é pessoalmente, presencialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca, nunca estive com ele pessoalmente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nunca participou de nenhuma reunião com ele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** As suas conversas com o Maximiano, por exemplo, eram frequentes? Ele ligava com frequência?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu nunca conversei com esse senhor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ele nunca ligou também para a senhora.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nenhum representante de uma outra vacina, por exemplo, ligou para a senhora?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Representante?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou algum responsável por alguma outra empresa das vacinas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, porque eu sou fiscal de contrato e eu tenho que falar com os representantes das empresas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas da Covaxin, a senhora não falou

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu falei com a Sra. Emanuela e com o Sr. Túlio, que são os representantes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Com Emanuela e com Túlio.

Com o Maximiano, por exemplo, a senhora não falou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu quero finalizar deixando aqui para todos nós, na verdade, uma reflexão da responsabilidade dos profissionais dentro da administração pública e, ao mesmo tempo, também, as definições específicas de cada um. Ou a gente estabelece clareza, Presidente, ou a gente não vai conseguir fazer nenhuma investigação, porque um passa para o outro, um diz que não tem responsabilidade, é o outro que tem responsabilidade, e ao final a gente acaba realmente não chegando àqueles que tiveram uma ação e que agiram, infelizmente, para que a gente não tivesse um volume maior de vacinas no Brasil.

E quero finalizar dizendo aqui ao Líder Fernando Bezerra, que quando ele fala, por exemplo, do volume de vacinas que nós temos hoje no Brasil, é bom lembrar que, em algum momento da história do mundo, nós teremos, se Deus quiser, todos os humanos vacinados em relação à Covid-19. A questão não é termos todos vacinados, mas quando teremos. Então, nós tivemos 525.229 pessoas, até ontem, que não foram alcançadas pela imunização porque a vacina não chegou até elas. Ou a gente é ágil para vacinar a população brasileira, ou esses números, Presidente, poderão chegar a 700 mil, 800 mil pessoas, que em nome de Jesus não chegarão! Mas nós aqui, enquanto CPI, também temos uma responsabilidade de evitar a inoperância, a ineficiência, o negacionismo; e que a corrupção – que infelizmente, está muito presente, a gente está vendo isso na investigação – pare neste Governo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu tenho certeza que, em nome de Jesus, não chegará. Mas, se depender do bezerro de ouro, com certeza nós não sairemos dessa crise.

Eu só quero aqui fazer um questionamento à senhora – é que eu não entendo mais nada. O que que é fiscal de contrato? O que é ser fiscal de contrato, Sra. Célia?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – A função do fiscal de contrato é fiscalizar a execução; acompanhar a entrega em relação ao cronograma, se está dentro do cumprimento do cronograma; autuar, por meio de notificação, a empresa, informando do atraso; e sugerir sanções.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E quais foram as sanções que a senhora sugeriu à Precisa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No meu relatório, depois de descumprido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No seu relatório depois que a CPI foi aberta. Correto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, o meu relatório tinha sido feito antes. Ele só assinou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu só assinei depois porque eu estava de férias. Eu não poderia assinar antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, mas como é que a senhora faz um relatório, e só faltava a assinatura, a senhora sai de férias e não assina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque eu não podia!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque um relatório feito por mim eu assino na hora em que concluo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque eu não podia! Sr. Senador, eu estava aguardando a resposta da empresa ao último ofício encaminhado acerca da previsão de entrega.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Quer dizer que, se a senhora sair de férias e se depender da senhora, podem morrer milhares de pessoas no Brasil, porque dependem de uma assinatura sua?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não é o que uma questão de assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque ele estava dependendo de uma assinatura.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu estava aguardando a resposta da empresa acerca do último ofício, que foi a expectativa de cumprimento do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Sra. Regina, a sua função é uma função muito importante, mesmo porque estava se tratando de salvar vidas. E, aí, a celeridade com que foi feita para a compra da Covaxin não foi feita para as outras vacinas. E é uma coisa interessante. A senhora, como fiscal de contrato, sabendo da necessidade, que o Brasil estava precisando de vacina, a senhora tira férias, a senhora tira férias e deixa o parecer ali esperando a senhora voltar para assinar, Sra. Regina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) **–** Eu estava aguardando a manifestação da empresa, Sr. Senador, e eles só encaminharam no dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois é, e coincidentemente essa manifestação só vem após a gente descobrir o que estava acontecendo com a Covaxin.

Infelizmente, Sra. Regina Célia, eu tenho percebido aqui que, para algumas perguntas, a senhora tem uma boa memória, a senhora lembra datas, horário, mês; para outras perguntas feitas à senhora, a senhora às vezes tem dificuldade de se lembrar de datas, horário, mês...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não faço nenhum prejulgamento, mas creio que a sua chegada, hoje, aqui, poderia ter dado uma contribuição muito grande à CPI, porque eu não acredito que a senhora seja a responsável direta da compra da Covaxin. Não acredito. Não é a senhora que tratou de preço, não é a senhora que tratou de... Isso veio já do contrato, e a senhora só era fiscal desse contrato.

O termo do contrato não foi feito pela senhora. Os termos do contrato foram assinados por outras pessoas, mas a senhora, como fiscal do contrato, era uma peça-chave para que o Brasil pudesse adquirir vacina nesse momento que nós estamos precisando.

Dito isso, eu vou passar a palavra para mais dois Senadores e vou encerrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas queria aqui dizer uma coisa, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, pela manhã, eu perdi um amigo irmão meu, um irmão com quem convivi muitas vezes mais do que com meus próprios irmãos de sangue, o Sr. Otávio Raman Neves, que é proprietário de uma rede de comunicação no meu Estado. Eu convivi com ele durante 40 anos. Infelizmente a Covid o levou. Ele não teve oportunidade de tomar vacina. Ele está há quatro meses internado. Ele estava intubado com Ecmo. E a gente perde uma pessoa muito querida por mim, pela minha família e por muitas pessoas – eu que estou falando. Ele era uma pessoa boa, uma pessoa do bem. Assim como ele faleceu, outros milhares de brasileiros estão sofrendo pela perda de alguém querido neste momento. Então, hoje foi um dia muito triste para mim, muito triste, porque, apesar de a CPI fazer um esforço muito grande, a gente ainda não consegue, infelizmente... E a Senadora Eliziane fala que, com a ajuda de Jesus, nós vamos conseguir controlar isso.

Por isso, eu quero aqui, como Presidente da CPI, dizer à família do Otávio Raman Neves que o meu sentimento... E que esta CPI não irá parar, Senador Randolfe. Nós iremos ter recesso; a CPI vai funcionar no recesso. Nós não temos o direito, como Senadores e Senadoras, de tirar férias enquanto pessoas estão morrendo. Nós não temos esse direito, e ninguém pode nos obrigar a ter esse direito. Nós temos a vida toda para tirar férias. Agora não dá para tirar férias com pessoas com pessoas sendo vítimas da Covid pelo negacionismo, pela falta de espírito público, como eu tenho visto aqui, servidores se reunir em restaurante para tratar de propina, como eu vejo a Sra. Regina Célia, que poderia ter feito esse relatório antes de tirar férias, mas esperou para a senhora voltar para tirar férias. Enquanto a senhora estava de férias, enquanto nós provavelmente estaríamos no recesso, estaria morrendo gente, Senador Randolfe. Por isso, a CPI irá continuar em pleno recesso; nós iremos continuar trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra ao Senador Izalci.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, é só um minuto, só 30 segundos.

Cumprimentando V. Exa. pela decisão, só uma pergunta: qual a relação sua, Dra. Regina, com o Sr. Thiago Fernandes? A senhora trabalha junto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Sim, ele é assessor no Núcleo de Insumos ao qual eu pertenço. Assessor técnico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nesse contrato qual foi o papel dele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele assinou o termo de referência... Preparou o termo de referência. Na nossa área tem divisões de tarefas. Uma equipe prepara todo o início do processo de contratação, que é o termo de referência, e a outra equipe cuida da distribuição e fiscalização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, ele participou desse contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Na assinatura do termo de referência... Na confecção do termo de referência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora tem conhecimento, Sr. Presidente, que ele é réu em um processo no Ministério Público Federal envolvendo a Global, que tem a Precisa como um dos seus acionistas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Se eu tenho conhecimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mesmo assim ele participou desse contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele é servidor, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, nós estamos quase começando a votação, que tem autoridades a serem votadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Eu considerei importante esse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir o Senador Contarato, o Senador Izalci e Senadora Soraya, porque houve uma troca entre a Senadora Eliziane.

Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Dona Regina poderia só responder se ela responde a alguma sindicância? Só isso. Ela pode responder para o Izalci essa pergunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Primeiro, Presidente, eu queria deixar muito claras essas questões que foram colocadas aqui. Primeiro, com relação ao fiscal do contrato. Nós temos um contrato hoje de 20 milhões de doses de vacinas que chega em torno de 1,4 bilhão, 1,6 bilhão, dependendo do dólar. V. Sa. acabou de falar aqui, respondendo ao Senador Randolfe, sobre o termo de referência, que V. Sa. conhece. Eu não sei se V. Sa. sabe que esse termo de referência, que é um documento que deveria balizar o contrato, foi concluído dia 11 de março, duas semanas depois da assinatura do contrato. Não sei se V. Sa. sabe disso. Sabe disso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Sei. Ele tinha sido feito. O contrato foi assinado, sim, porém a Conjur apontou algumas inconsistências que deveriam ser sanadas. E aí foi feita uma última versão do termo de referência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Duas semanas depois de assinar o contrato? Esse contrato já estava assinado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi posterior à assinatura do contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem, inclusive, uma recomendação da área jurídica do ministério que foi desconsiderada, a exemplo da falta de justificativa da dispensa da pesquisa de preço. O jurídico alertou isso – foi dispensado – e recomendou. Tem conhecimento disso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu tenho conhecimento, sim, do teor do jurídico, mas essa questão do preço, como é feita lá, no Departamento de Logística, a gente não tem ingerência sobre essa questão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas, mesmo o jurídico recomendando, falando, alertando sobre isso, mesmo tendo sido feito depois da assinatura?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Recomendou ao Departamento de Logística.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. é fiscal do contrato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** V. Sa. sabe que o contrato foi assinado, e o termo, duas semanas depois, é que foi confeccionado, que deveria ser prerrequisito, deveria ter sido bem antes.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E ainda com o argumento do advogado de que não, recomendando a não assinatura, exatamente porque não houve a justificativa, porque dispensaram. E vou dizer aqui, inclusive, Presidente: a primeira reunião técnica do Ministério da Saúde com a representante do laboratório Bharat Biotech, fabricante da vacina da empresa Precisa Medicamentos, que intermediou o contrato, ocorreu em 20 de novembro de 2020. Na ocasião, segundo o registro, tem um documento chamado memória do encontro. Foi informado que o valor da vacina seria de US$10, com a possibilidade de baixar o preço – está na memória do encontro –, dependendo da quantidade de doses que o Governo brasileiro comprasse. O valor da vacina é de US$10 por dose, que, em razão de eventual aquisição do montante elevado de doses, o valor poderia vir a ser reduzido. Estaria aberta a negociação, registrava o documento. Portanto, a negociação sairia por 538 milhões a menos, caso o preço inicial ofertado tivesse sido mantido.

Por que razão o Ministério da Saúde fechou um contrato para compra de vacina Covaxin com um preço 50% mais alto do que o valor inicial da oferta de US$10 por dose, sem qualquer justificativa nem questionamento? O jurídico alertou isso. V. Sa. confirma que a Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde recomendou a suspensão do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Recentemente, não é? Recentemente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Pergunto se V. Sa...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quando foi isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi agora, logo depois do meu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E o que V. Sa...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu fiz o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Como fiscal do contrato, fez o quê?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Meu último ato no contrato foi a emissão do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E aí a diretoria recomendou a suspensão do contrato, e V. Sa. não se manifestou ainda?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A Consultoria Jurídica. Não, não sou eu que me manifesto; é o Departamento de Logística. A partir de agora, é no Departamento de Logística.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E V. Sa. sabe quando é que ocorreu isso e por que a Diretoria de Integridade mandou suspender o contrato, não?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mesmo sendo fiscal do contrato, não sabe?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, foi recente, foi após a emissão do meu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas não teve interesse em procurar um contrato de 1,4 bilhão de que V. Sa. é a fiscal? Nunca teve interesse de saber?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi principalmente por conta do inadimplemento que foi constatado por mim, apontado por mim, e sugerida à sanção à empresa. E sugerida, inclusive, a rescisão. Justamente por isso que eu recomendei que a área técnica...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só pela quantidade?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... se manifestasse acerca da pertinência da continuidade do contrato, uma vez que ele já tinha sido todo descumprido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, por que razão a empresa Precisa – V. Sa. conversou com servidores lá; não com o Francisco, mas com dois representantes da empresa – encaminhou pedido de autorização de importação a V. Sa., feito diretamente pela empresa Precisa, conforme relatado aqui por Luis Ricardo Miranda? Esse é um assunto que a gente vai ter que resolver, porque, pelo que V. Sa. disse até agora... Está um pouco diferente do que foi dito pelo Luis Ricardo Miranda. Então, aqui está dizendo, foi falado, que V. Sa. recebeu diretamente da empresa essa autorização de importação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eles fizeram um *e-mail*, sim, apontando aqueles dois pontos que eu já lhe falei aqui, acerca da quantidade e acerca da empresa que é responsável pela exportação dos produtos da Bharat Biotech.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Por que razão V. Sa., apesar da resistência de Luis Ricardo Mirada, deu andamento ao processo de pagamento antecipado à Madison? A informação que ele disse aqui... Olha aqui: V. Sa., como fiscal do contrato, tinha competência para desconsiderar a posição de Luis Ricardo Miranda e dar andamento ao processo de importação da vacina Covaxin? Ou precisou do aval de alguém? De quem?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Quem deu andamento foi o Luis Ricardo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sim.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O andamento acerca da importação da vacina é feito pela Divisão de Importação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas ele disse aqui que V. Sa., inclusive, falou com ele sobre isso.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu falei?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Bem, é o que ele disse aqui...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – De forma alguma eu falei!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Talvez se tenha que fazer exatamente essa acareação...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu nunca tratei com esse rapaz acerca desse contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** A informação é que ele disse que recebeu pressão, inclusive de V. Sa.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Então, ele mentiu; então, ele mentiu, senhor; então, ele mentiu!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Pois é, então, a gente precisa, Presidente, realmente ver quem está mentindo nessa história, porque foi falado isso aqui para nós na CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto ainda, com relação a essa questão do contrato, ou da Covaxin, ou da entrega, essas questões todas que foram faladas aqui: V. Sa. discutiu com alguém? Com alguns aqui, a senhora disse que não, porque nunca conversou, mas eu pergunto: sobre essa matéria, com Roberto Ferreira Dias, V. Sa. em algum momento, em alguma situação, conversou com ele? Roberto Ferreira Dias, que é da DLOG.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor, nunca tratei...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Não sabe quem é?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sei quem é, mas eu nunca tratei com ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Ele nunca falou nada sobre a vacina Covaxin? Nunca falou sobre a empresa Precisa? Nada?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, comigo não. Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E Alex Leal Marinho?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Discutiu esse assunto com ele? Sabe quem é?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu sei quem é por conta do cargo que ele ocupava, mas eu não o conheço e nunca falei com ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Arnaldo Medeiros, a senhora disse já que é...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Meu secretário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Discutiu alguma vez esse assunto da Covaxin com ele, com Arnaldo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor. Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Nunca tratou desse assunto com ele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca tratei com ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Elcio Franco, também nunca?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Thiago Fernandes da Costa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, ele trabalha comigo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E discutiu o que com ele? Já conversou com ele sobre isso, sobre a Covaxin, sobre a contratação, sobre o contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sobre todos os contratos, porque a gente lida com os contratos, trabalha junto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas, nesse caso especificamente, o que V. Sa. conversou com Thiago Fernandes da Costa com relação à recomendação do jurídico dizer que não podia ter assinado o contrato, porque houve, não houve pesquisa de preço, em função da diretoria também? Existe Diretor de Integridade. Vocês falaram sobre isso em algum momento com alguém?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, conversamos sempre em vários momentos sobre tudo, sobre esses contratos todos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E o Thiago recomendou que: "Está tudo certo, está tudo bem; vamos tocar em frente"?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. No nosso departamento, inclusive foi o Thiago quem elaborou esse documento, ele recomenda, na fase pré-assinatura do contrato, ele recomenda que o Departamento de Logística faça a negociação de preço com a empresa, porque o preço estava acima do que foi praticado nos outros contratos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E o que... Tem alguma informação sobre isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Tem esse documento dentro do contrato... Dentro do processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E houve resposta sobre isso do próprio Roberto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Alguém negociou esse preço para diminuir, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não tem nenhuma resposta formal dentro do processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** V. Sa. tem conhecimento de que inicialmente era US$10?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E que depois foi para US$15?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Um aumento de 50%.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não tenho conhecimento. Não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** V. Sa. conhece o Marcelo Pires, não?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Não sabe? Coronel...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Nunca falou com ele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nunca falei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Bem, com relação à questão do colega – foi falado aqui pelo Luis Ricardo Fernandes Miranda – que era responsável pela importação, ele disse que, para liberar, quando ele detectou a falha com relação à nota fiscal, à fatura que chama, não é nem nota fiscal, mas com relação a essa fatura, ele estranhou a questão de ser a empresa, que não é a mesma do contrato, porque a do contrato é a Precisa, e também a questão da quantidade. V. Sa. disse que só se preocupou com a questão da quantidade, e não se preocupou com a parte financeira. Mas e com relação à questão da importação? Vocês não chegaram a discutir com alguém, não digo diretamente Luis Fernandes, mas alguém desse departamento de importação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, nunca tratei com ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Foi alertado ou alguém deu um parecer dizendo isso, não?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sobre a importação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Somente aquele *e-mail* que eu lhe falei aqui, que é o *e-mail* em que ele apresenta o *cheklist* da *invoice*. Somente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Pois é, mas a recomendação, aí nesse caso, já teria problema para a assinatura, ou para pagamento, ou qualquer coisa nesse sentido.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. No *checklist*...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Simplesmente...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No *checklist* feito pela Divisão de Importação, ele só apontou a questão da quantidade, do quantitativo que estava divergindo do contrato, que, ao invés de quatro, é três.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quem alertou isso? Quem disse isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A Divisão de Importação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Que é o Luis Ricardo Miranda?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi o William, *e-mail* do William...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** William da...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... da Divisão de Importação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** O William trabalha lá na Divisão de Importação junto com o Luis Miranda?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É subordinado ao Sr. Ricardo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Ah, é subordinado a ele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... Luis Ricardo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E com relação a ele, houve alguma pressão? Alguma coisa para...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Para consertar alguma coisa, não?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Não?

Então, V. Sa. nunca falou, nunca teve contato com o Luis Fernandes Miranda?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Ele nunca ligou...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Já tratei...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Nunca passou mensagem...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Já tratei com ele, não desse contrato, de outro contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Então, ele mentiu aqui, como...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu nunca tratei com ele...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** ... como V. Sa. está afirmando?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu nunca tratei com ele desse contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas ele disse assim: que recebeu pressão. Pode ser direta ou indireta.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não foi da minha...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Às vezes, não foi diretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Se ele recebeu pressão, Sr. Senador, não foi da minha parte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Alguém fez pressão para que V. Sa. não falasse, por exemplo, com relação ao nome da empresa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Por que V. Sa. só falou, só se preocupou com a quantidade, não se preocupou com essa empresa que sequer estava no contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quem é que deu a sugestão ou como é que apareceu essa declaração dizendo que a empresa foi incorporada à Precisa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi quando a representante da empresa encaminhou o *e-mail*, ela indicou que encaminharia uma declaração para comprovar o que ela estava afirmando no *e-mail*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas foi V. Sa. que pediu essa confirmação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não pedi. Não pedi. Ela falou que ia encaminhar. E eu falei...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas ela apareceu do nada, assim, mandou uma declaração ou alguém tinha pedido para ela alguma coisa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Eu afirmei que aguardava...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Por telefone a senhora conversou com ela?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... o envio da declaração. Eu respondia ao primeiro item e aguardava o envio da declaração.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Pois é. Mas quem é que sugeriu? V. Sa. sugeriu essa declaração?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Foi ela mesma que disse que ia encaminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E V. Sa. não se preocupou em comprovar, com algum documento que pudesse comprovar isso? Bastava uma declaração, em um contrato de 1,4 bilhão?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas eu não aprovei. Eu não aprovei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Não aprovou em função da quantidade.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não aprovei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas em função da empresa, V. Sa. deu sequência.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas eu não aprovei. Eu não aprovei. Eu não escrevei em lugar nenhum, em *e-mail* algum...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** V. Sa. aceitou a declaração como fato consumado e tocou o processo para a frente.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Não, senhor. Eu discordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Hein?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu discordo do senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** A senhora fez alguma menção contrária à declaração dela?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Que aquela declaração não tinha... Ou precisava de mais... De mais documento ou de alguma coisa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Não fiz menção.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Pois é. Então, V. Sa. concordou com isso. V. Sa. aceitou a declaração, simplesmente, como o correto.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas isso não é papel meu; é papel da Divisão de Importação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas a senhora é fiscal do contrato. A senhora tem um contrato assinado com a Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas é a Divisão de Importação... A Divisão de Importação deveria apresentar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Deixe-me concluir para V. Sa. responder. V. Sa. é fiscal de um contrato onde há a Precisa, que é quem contratou, juntamente com o Ministério da Saúde. Aí, V. Sa. recebe lá no processo uma declaração simples de que outra empresa, uma terceira, não é?, que está correta, que tem participação, está incorporando a Precisa. Bastou essa declaração. Aí, V. Sa. confirmou aqui que a única ressalva que foi feita foi à questão da quantidade, de 4 milhões para 3 milhões. Então, o que eu entendi é que V. Sa... Tanto é que não questionou a declaração, nem mencionou, só falou na quantidade.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu aguardava o envio da declaração. Eu deixei claro aqui que aguardava o envio da declaração. A declaração seguiu no dia seguinte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas quem disse que era para mandar uma declaração? Foi V. Sa. que disse isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. Ela que afirmou que ia encaminhar a declaração.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Por telefone? Conversou com a senhora por telefone e disse: "Vou mandar uma declaração?".

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ela me telefonou antes para colocar essa situação, e eu falei: "Formalize tudo, porque eu não respondo por telefone". Ela formalizou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E mandou uma declaração, simplesmente.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – No dia seguinte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Esse fiscal do contrato analisa a partir do contrato ou existe um processo anterior nesse acompanhamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A partir, a partir do contrato...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** A senhora teve acesso a todo o processo dessa contratação?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Tenho acesso. Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E nunca se preocupou com a questão do preço, do valor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não cabe a mim, senhor. Depois do contrato assinado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Eu acho que estava dentro do processo. Tinha...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas, depois do contrato assinado, não cabe a mim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas cabe. Tanto é...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não cabe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Cabe fiscalizar.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – As minhas funções, as minhas funções só são a partir do contrato assinado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Bem, então eu quero dizer a V. Sa. o seguinte: na medida em que V. Sa., que é fiscal do contrato, não questiona e aceita uma simples declaração de que estaria tudo correto, sabendo que o jurídico já tinha dado parecer contrário, sabendo... E V. Sa. acabou de falar agora que sabia do termo de referência, que, inclusive, foi concluído duas semanas depois de assinar o contrato, e V. Sa. assume a responsabilidade de ser fiscal do contrato, sabendo de tudo isso. Aí, diz que não tem nada a ver com isso, que está tudo bem, que está tudo certo...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Acerca do preço, é uma questão pré-contratual.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sim.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O fiscal não se manifesta acerca do preço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mesmo sabendo que o termo de referência foi feito duas semanas depois? A senhora nunca teve a curiosidade de dizer: "Olha, o que é isso aqui?".

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas eu não tenho como opinar, porque não cabe a mim neste momento. É uma questão pré-contratual. São os artefatos que incluem a fase pré-contratual.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Presidente, eu acho que a gente só precisa fazer, talvez, uma acareação ou fazer uma pergunta novamente para o Luis Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele disse exatamente o contrário do que V. Sa. disse. Ele disse que recebeu pressão do departamento de V. Sa. para liberar a questão, tanto é que ele veio aqui denunciar exatamente isso. Então, acho que é uma questão que tem que ser apurada, porque ou V. Sa. está mentindo, ou ele mentiu. E aí é muito grave essa posição.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Izalci.

Nós vamos agora ao Senador Fabiano Contarato por até 15 minutos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Sra. Presidente, senhoras e senhores, hoje eu ouvi aqui do Líder do Governo que o Presidente da República fez muito nesta CPI. E ele fez mesmo! Ele acreditou no tratamento... Difundiu o tratamento precoce; isso é crime de charlatanismo, previsto no art. 283 do Código Penal. Ele apostou na imunidade de rebanho; isso é crime de epidemia qualificada, previsto no art. 267, com pena de 20 a 30 anos. Foi dito aqui e provada a existência de um gabinete paralelo no Ministério da Saúde; isso é usurpação de função pública, crime também previsto no art. 328. Ele demorou... Ele recusou 101 ofertas da Pfizer; isso é crime de prevaricação, previsto no art. 319. O Presidente fez mais: demorou também a atender Manaus; isso é crime de prevaricação mais uma vez.

Os indícios aqui para mim são patentes nesse contrato da Covaxin. Eu quero também alertar os Senadores que o crime de corrupção passiva, previsto no art. 317, tem como verbo o do tipo "solicitar". Isso é crime formal de consumação ou de mera conduta. Não há necessidade de obtenção de vantagem. E só não teve o pagamento porque foram denunciadas as irregularidades desse contrato da Covaxin.

Eu queria aqui, antes de começar... Qual é a formação acadêmica da senhora?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Sou administradora.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É administradora.

Esse contrato, a senhora é fiscal dele. Nesse contrato, não tem um fiscal substituto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Tem, tem um fiscal substituto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Existe um fiscal substituto, que deveria atuar, então, quando a senhora se ausentou, por exemplo, por férias. O fiscal... Daí a essência de um fiscal substituto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui falar para a senhora... A senhora afirmou que assumiu como fiscal do contrato no dia 22 de março. Correto? Foi no dia 22 de março...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – De acordo com a portaria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... ou seja, após a data prevista para entrega do primeiro lote, que seria 20 dias após o dia 25 de fevereiro. Então, a senhora assumiu depois.

A senhora poderia autorizar... Olhe a pergunta, Sra. Regina, por gentileza: a senhora poderia autorizar a entrega do quantitativo, a primeira entrega, mesmo antes de ser fiscal do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Olhe só...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu, como fiscal... Eu sou fiscal do contrato...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Se a senhora assumiu no dia 22 de março...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu sou fiscal do contrato a partir da assinatura da portaria, a partir da assinatura do documento da portaria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim, mas a senhora...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A questão de publicação é uma mera formalidade dentro do processo, que demanda alguns dias.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não é mera formalidade.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Mas eu, como fiscal...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso traz efeitos jurídicos.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu sou fiscal a partir do momento da assinatura da portaria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim, mas a senhora disse aqui, com todas as letras, que a senhora assumiu no dia 22 de março. Foi com uma portaria com data retroativa? É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A portaria só foi publicada no dia 22. Isso não quer dizer que eu atuei somente no dia 22. A partir...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Legalmente, a senhora atua como fiscal no dia 22 de março.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A partir do dia 8; a partir do dia 8.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Não, não. Se foi publicada uma portaria designando a senhora fiscal do contrato, é a partir daquele momento.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu acho que não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Não, eu acho, não. Não é a data...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu discordo do senhor porque a portaria já tinha sido assinada. Foi uma questão apenas de publicação, uma questão administrativa dentro do órgão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Eu convidaria a senhora ler o art. 37 da Constituição Federal, que determina que os princípios que regem a administração pública são legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

E eu tenho aqui que, em agosto de 2020, um comunicado oficial e secreto da Embaixada brasileira na Índia informava que cada dose desse imunizante produzido pela empresa Barath Biotech custava um US$1,34. O valor de US$15 será 1.000% acima. São 525.229 pessoas que perderam suas vidas. Quanto valem essas vidas? Quem mais...

E aí a senhora autorizou a modificação. A entrega seria de 4 milhões e passou a ser de 3. Eu quero saber o seguinte: quem mais participou dessa autorização para reduzir a quantidade?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não reduzi a quantidade, eu apenas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Postergou.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... posterguei a entrega de um milhão para a segunda parcela.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Eu não tenho dúvida disso.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Então, eu não reduzi a quantidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, nós estamos falando a mesma coisa, a senhora postergou uma determinação que estava no contrato. E aí eu quero esclarecer para a senhora... A senhora vai entender o que eu estou falando, por gentileza. Eu estou tratando com total observância, com deferência.

A autorização na mudança da entrega se deu por meio de aditamento?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não se deu por meio de aditamento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas olha só. Então, nos termos do art. 55, IV, da Lei 8.666/93, num contrato administrativo deve necessariamente constar – aspas: "os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega [...]". Então, se a senhora autoriza: "olha, não vai entregar 4 milhões agora, vai postergar, entrega 3 e, depois, esse milhão passa-se para *posteriori"*, isso está alterando a essência do contrato. Essa autorização, Sra. Regina, só pode ser feita por aditamento. E aditamento quem faz não é a senhora, como fiscal do contrato. A irregularidade está patente aqui. E isso não sou eu que estou dizendo, isso é o art. 55, IV, da Lei 8.666/93, como a senhora muito bem sabe.

Então, quando se fala aqui "caso haja alguma alteração"... Olha como a lei diz: caso haja alguma alteração nesse sentido, o art. 65, II, "b", da mesma lei, estabelece:

> Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados [claro, por aditamento ou apostilamento], com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
> II - por acordo das partes:
> .....
> b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra [...], bem como do modo de fornecimento [...]

Isso não sou eu, está claro aqui que a Lei 8.666 determina que para alterar um modo de fornecimento... E foi isso que a senhora, como fiscal do contrato, fez. A senhora autorizou o modo de fornecimento. Quando eram 4 milhões, a senhora falou "pode entregar 3 que esse 1 milhão restante passa para data subsequente.". Com isso, a senhora está alterando a forma de fornecimento. Volto a frisar: isso é uma determinação da Lei 8.666/93, no art. 55, de que só pode ser feito por aditamento. A pergunta é simples: foi feito aditamento para alterar a forma de fornecimento da vacina Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não foi feito aditamento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, está errado o procedimento, a irregularidade está estampada, está violando o art. 37, porque um dos princípios da administração pública é a legalidade. Como é que fica a moralidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que eu posso conceber que esse funcionário que trabalha no mesmo ministério que a senhora, que sofreu pressão de dois superiores hierárquicos, é conduzido à presença do Presidente da República, relata as irregularidades – relata as irregularidades? Coincidentemente, o mesmo Líder do Presidente da República, que é Líder na Câmara dos Deputados, faz... E isto não sou eu que estou falando! Ele coloca na Medida Provisória 1.026, que autoriza a importação e a distribuição de qualquer vacina, a Emenda 117, de 2021, do Líder da Presidente da República, o Deputado Ricardo Barros, para possibilitar a importação da vacina Covaxin Bharat Biotech sem autorização da Anvisa. Vejam que para mim o desencadeamento está muito claro!

E volto a frisar: esta Comissão tem que dar uma resposta, porque todos esses crimes que eu elenquei aqui, que têm a digital do Presidente da República, que têm todas as digitais desses ministros que por ali passaram, que violaram o principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade e à saúde... E que a senhora aqui... Eu estou pontuando que a senhora autorizou, por um acordo unilateral da empresa, a forma de fornecimento de 4 milhões de doses, enquanto a população brasileira estava morrendo, sangrando, sofrendo... A senhora autorizou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, foi isso que a senhora fez! A senhora consentiu na autorização do fornecimento, em deixar de ser 4 milhões para 3 milhões sem que fosse feito o aditamento...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu já expliquei ao senhor... Essas questões... No momento da importação, é possível você aceitar um quantitativo diferente em relação às vacinas, porque são produtos em que, muitas vezes, ocorrem intercorrências no processo final de produção e comprometem parte do lote.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Deixe-me esclarecer...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Nesse momento de importação, é possível, sim, a gente aceitar...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, por favor, deixe-me só interromper a senhora, porque a senhora respondeu ao Senador Bezerra que, na aquisição da Pfizer e outras, fica livre o fornecimento: ela vai fornecer "x" ou "y". Nesse, não! O contrato...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O contrato é completamente diferente do contrato da Pfizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas o contrato estabelecia que, 20 dias após, seriam entregues 4 milhões. E aí vem a empresa e fala: "Não vamos entregar 4 milhões. Posso entregar 3 milhões, e fica para a remessa subsequente?". A senhora: "Sim". Nisso, a senhora está alterando a forma de fornecimento, a senhora está aquiescendo; nisso, a senhora está violando a Lei 8.666. Para mim, contra fatos não há argumentos!

Como visto, uma alteração no modo de fornecimento deve ser por acordo entre as partes. E o instrumento adequado é o aditamento. Isso não foi feito.

Pergunto: quando a senhora verificou os quantitativos, a senhora informou sobre a necessidade de aditamento, nos termos do art. 65, II, alínea "b", da Lei 8.666?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não chegou a esse ponto, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, a senhora falou: "Olhe, não precisa de aditamento, pode fazer a entrega posterior". Não é isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não chegou a esse ponto. Não cheguei a fazer isso, porque não chegou!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Olhe só, senhora: a empresa não falou que não poderia entregar 4 milhões?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, por conta de uma regulamentação...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E a senhora falou: "Tudo bem".

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Por conta de uma regulamentação do país de origem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito, mas essa alteração tem que ser feita por aditamento. Estou provando aqui, nos arts. 55 e 66 da Lei 8.666. A senhora não fez isso – a senhora não fez isso.

A Lei 8.666 dispõe que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes. A senhora mencionou sobre essa divergência no quantitativo ao seu superior?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por que a senhora não... Se estava alterando a forma de fornecimento e a lei dispõe que essa decisão tem que ser informada em tempo hábil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque está expresso no contrato, no item 2.3.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O quê?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Que, havendo necessidade de prorrogação ou antecipação do cronograma ou do quantitativo da respectiva parcela, caberá à contratada encaminhar o ofício com embasamento técnico, justificando à contratante para se manifestar acerca...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Claro, justificando porque a Lei 8.666 determina isto: que se faça o aditamento...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... e isso não foi feito.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** E a senhora nem comunicou o superior hierárquico da senhora. Quem era o superior hierárquico da senhora? Quem é?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É o diretor de departamento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Quem é? Qual é o nome?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dr. Lauricio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Doutor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Lauricio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Maurício.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Lauricio, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a senhora viu, fez um ato unilateral da empresa, a senhora aquiesceu na alteração dessa forma de fornecimento, por entender que o contrato já contemplava isso e não comunicou ao superior hierárquico. Foi isso.

Quais são as suas qualificações acadêmicas e profissionais para atuar no ministério? A senhora falou que a formação acadêmica da senhora é em Administração de Empresas, é isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Bom, além de eu ter a formação acadêmica de administradora, eu tenho especialização em gestão pública.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Hã-hã.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – E, além disso, eu sou concursada dentro do ministério.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Então, eu tenho autonomia como servidora dentro do ministério.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Isso aqui talvez a senhora já tenha repetido, mas eu só queria um esclarecimento melhor da senhora, por gentileza.

A senhora foi informada das irregularidades nas *invoices* apresentadas pela empresa como identificadas pelo Sr. Luis Ricardo Miranda ou pelo funcionário William? Para mim, a Comissão deve focar nesse William, trazendo ele aqui, porque foi ele quem mais apontou as irregularidades que estavam ali nesse contrato da Covaxin.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A irregularidade apontada foi acerca do quantitativo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Que a senhora confessa que foi uma irregularidade?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Somente acerca do quantitativo. E eu não considero como irregularidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E da terceira empresa, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. E da terceira empresa.

Qual é o meio de comunicação entre a senhora e a empresa fornecedora da vacina? Era só por *e-mail*?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, poderia ser por telefone também.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – As conversas se deram também por aplicativos de mensagem, WhatsApp, por exemplo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, em algum momento, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A senhora não teria disponibilidade de – não estou falando em entrega do celular – printar as conversas da senhora e fornecer à Comissão Parlamentar de Inquérito, para que a gente pudesse... Até mesmo, porque... Quando a gente está com a verdade, a verdade se mantém eternamente. Então, se foram feitas essas mensagens, e a senhora está falando que foram, e um dos princípios que rege a administração pública é a publicidade, a senhora veria problema de a senhora printar...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não vejo problema.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, eu requeiro, Presidente, que se faça a coleta desse diálogo com a empresa, com a depoente, e se faça anexo. E eu queria, se possível, ter acesso a esse diálogo.

Em algum outro contrato de aquisição de vacinas que esteja sob sua supervisão havia previsão para que o pagamento fosse realizado para empresa que não constava no contrato? Eu vou ser bem didático: numa relação privada – eu não estou falando nem em contrato com o Ministério da Saúde –, um contrato simples entre duas pessoas, tem o contratante e o contratado. Obrigatoriamente tem que ter ali o nome do contratante, o CPF e a conta para quem vai.

É normal, num contrato de aquisição que envolve milhões de dólares, você ter, no contrato, um nome, mas ter um intermediário, que é essa empresa em Singapura? A senhora... Eu vou ser... Por isso é que eu volto à pergunta. Em algum outro contrato de aquisição de vacinas que esteja sob a sua supervisão havia a previsão para que o pagamento fosse realizado para empresa que não constasse do contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Apenas a Covaxin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso para mim é de extrema relevância, porque como eu contrato a aquisição de vacina, tem o nome da contratante e da contratada e depois vem "Olha, na verdade você pode pagar a terceira pessoa"? Isso fere... Pelo amor de Deus, isso fere o princípio da moralidade da administração pública. Como é que pode? Como eu explico isso para a população? Olha, você me perdoe, eu sou professor de Direito. Como eu explicaria isso para os meus alunos de Direito? Eu iria falar: "Olha, os princípios que regem a administração pública são esses. Olha, o crime de corrupção passiva, que é um crime formal, não precisa da obtenção da vantagem. Olha, nós temos aí a aquisição de vacina, mas não precisa da autorização da Anvisa, porque o Líder do Presidente da República fez uma emenda para colocar a Covaxin sem autorização da Anvisa, com a vacina 1.000% acima daquilo que era permitido! E a vacina não chegou ao braço dos brasileiros".

Sra. Regina, com todo o respeito, a senhora pode não ter agido com dolo, mas quanto vale a vida de um pai, de uma mãe, de um tio, de um filho, de um sobrinho, de um irmão? Essas mortes são evitáveis. E quem detém a personalidade jurídica de direito público externo para celebrar contrato no Estado brasileiro é o Presidente da República, através do ministério. Daí a responsabilidade dele a título de dolo, porque dolo no Brasil não é só intenção. O art. 18 é claro e diz que crime doloso é quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo. E a responsabilidade do Presidente da República também se dá não só por ação, mas por omissão também, porque o art. 13, §2º, alínea "a", do Código Penal é claro quando diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Eu sinto informar, mas todas essas pessoas que concorreram para o agravamento da pandemia devem ser responsabilizadas penal, civil e por ato de improbidade administrativa, porque, mais uma vez, o art. 29 do Código Penal é claro: "Quem, de qualquer [...] forma, concorre para o crime incide nas [mesmas] penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade".

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Fabiano Contarato.

Agora com a palavra a Senadora...

Nós temos a Soraya Thronicke, que gostaria de ser a última, não é isso, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tanto faz. Tem alguém na minha frente?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Porque tem a Zenaide Maia. A Zenaide Maia é a última. V. Exa. fala logo, então?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Falo, falo agora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) **–** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu imagino que a Sra. Regina Célia esteja cansada. Vamos tentar ser bastante pragmáticos aqui, Sra. Regina.

Para fazer só uma... Para reatar aqui a linha do tempo, para ficar fácil, o contrato foi assinado no dia 25/02/2021, certo?

E quero avisar aos Senadores, aos colegas, que eu vou colocar no grupo de Senadores, porque o contrato está disponibilizado, sim, num *link* do Ministério da Saúde. Eu encontrei o contrato. Não há nenhuma omissão aqui, eu acredito, em relação ao Ministério da Saúde, no que tange à Lei da Transparência.

Bom, esse contrato foi assinado no dia 25 de fevereiro, e a sua indicação como fiscal do contrato ocorreu dia 8 de março de 2021. E, mesmo que tenha sido publicada apenas dia 22, a senhora disse que, de fato, já estava fiscalizando esse contrato, certo? Desde o dia 8 de março, o.k.?

Suas férias começaram que dia?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) **–** Eu acho que dia 7, se eu não me engano.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Dia 7 de...?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Oficialmente, dia 7 de junho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sete do seis, as suas férias. Que dia as férias acabaram?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dia 18.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Até o dia 18. Quem é que esteve no seu lugar durante esse período?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É a fiscal substituta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Como é o nome dela?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Renata.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sra. Renata. Ah, tá. Tem alguns *e-mails* endereçados a ela também.

A senhora disse que encontrou dois erros e que notificou a empresa por conta de dois erros. Quais eram os erros?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não foi erro. Foi descumprimento contratual.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quais eram os descumprimentos contratuais?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Acerca da entrega da primeira e segunda parcelas, que estavam em atraso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá. Entrega, primeira e segunda parcelas.

A senhora notificou, certo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Certo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E aí a senhora disse que fez o relatório. Que dia a senhora fez esse relatório?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O relatório tinha sido feito antes. Porém, a gente aguardava justamente a manifestação da empresa acerca da expectativa de cumprimento do contrato, porque eles tinham que nos apresentar uma expectativa, justamente para a área técnica avaliar se haveria continuidade ou não do processo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Aí, a senhora disse que assinou este relatório denunciando esse descumprimento no retorno de suas férias. Quando foi isso? No dia 18 mesmo, em que a senhora chegou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, não. Se eu não me engano, no dia 24.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Vinte e quatro do seis, mais ou menos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu retornei dia 18... Dia 22.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Dia 22.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso. Acho que eu assinei dois dias depois.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Aí, a senhora reportou este relatório para quem?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Oi?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Para quem a senhora enviou este relatório?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Para o Secretário de Vigilância.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Como é o nome dele?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Arnaldo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Secretário Arnaldo.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Na verdade, para o nosso diretor, que ele é o Diretor do Departamento, pela hierarquia. Ao nosso diretor e ao nosso secretário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A senhora pode disponibilizar esse relatório para nós, por favor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu posso, mas eu não tenho ele aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá. A senhora falou desde o início, eu gostaria de ter tido acesso, mas eu só agora estou dizendo. Então, eu... A senhora pode enviar, não é? Para esta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senadora Soraya, se a senhora me permite...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Diretor é o Sr. Lauricio...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Ou Arnaldo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O Diretor é o Dr. Lauricio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O diretor... Acima do Dr. Lauricio está o Secretário Arnaldo?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Secretário Arnaldo, o Diretor é o Lauricio. Certo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E aí a senhora reportou para o Arnaldo, que decerto reportou...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Para o Dr. Lauricio...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Lauricio.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá. Então, fica o compromisso de enviar esse relatório aqui para a CPI.

Eu gostaria de saber por que, no campo do *e-mail* destinado ao "assunto", assunto do *e-mail* que a senhora colocou, consta o nome do assunto "autorização excepcional de importação"?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Qual *e-mail* a senhora se refere?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Este *e-mail* que a senhora manda autorização.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Porque eu apenas respondi. Eu apenas respondi ao *e-mail*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não, eu gostaria de saber...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Quando você responde, a própria caixa de mensagens pega a mensagem como ela veio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá. Então, ela veio, o assunto que foi enviado pela Sra. Emanuela – foi isso? –, ela que escreveu para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora. O primeiro *e-mail* que a senhora recebeu, então, estava... Tinha o seguinte assunto: "Autorização excepcional de importação, vacina Covid, parte um". Esse é o nome do *e-mail*.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Por que "excepcional"?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não sei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A isso, quem vai responder é quem?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Bom, esse *e-mail* partiu da Sra. Emanuela, representante da empresa. Agora, por que ela colocou esse título no teor do *e-mail* eu não sei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá. Então, fica essa pergunta no ar, aqui, certo?

Quando a Sra. Emanuela pediu... Ou melhor, lhe informou que não seriam enviadas 4 milhões de doses, e sim 3 milhões, qual foi a justificativa?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É por conta de uma regulamentação do país de origem que impedia o envio, não é? A seguradora. E a regulamentação impedia um envio de cargas superiores a US$50 milhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Ela... Como é que é? Ela... O país de origem, Índia, impedia o envio...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Posso ler? Posso ler para a senhora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sim.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – "O contrato contempla um embarque de 4 milhões de doses, porém usaremos o primeiro embarque para realizar a validação da cadeia de transporte, o que é preconizado pela Anvisa. Entretanto, a seguradora e a regulamentação indiana não autorizam um risco maior que US$50 milhões, o que nos limita a 3 milhões de doses no primeiro embarque. Teremos o compromisso de compensar este volume no próximo embarque."

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E aí nós temos a Cláusula 2.3 do contrato, que fala que: "Havendo necessidade de prorrogação ou antecipação no cronograma, ou de quantitativo na respectiva parcela da entrega, caberá à contratada encaminhar ofício com embasamento técnico e as justificativas [...]". Foram essas as justificativas aceitas pela senhora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Justamente porque havia um proibitivo no país de origem. É isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A senhora recebeu, por *e-mail,* três *invoices*, certo? Aí eles foram arrumando, em tese refazendo esses *invoices,* era isso? A senhora não percebeu nenhuma incoerência daquelas como as apontadas pela Senadora Simone Tebet?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Do terceiro *invoice.*

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não avaliei *invoice.*

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A senhora, de acordo com a Cláusula 11.4... Cláusula 11.3 do contrato, essa cláusula diz o seguinte: "A contratante indicará um fiscal de contrato ou comissão, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução, conforme Portaria nº 78/2006 e Circular [...] [tarará, tarará] emitida pelo gabinete da Secretaria Executiva, assim como artigos 67 e 73 da Lei 8.666".

Cláusula 11.4: "O fiscal [...] do contrato deverá manter permanente vigilância sobre obrigação da contratada, definida nos dispositivos contratuais e condições do Termo de Referência e, fundamentalmente, quanto à inarredável observância aos princípios e preceitos consubstanciados na Lei 8.666, com suas alterações".

Então, a senhora teve acesso ao contrato. A senhora sabe quem assina o contrato em nome da União?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Em nome da União?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É o diretor do departamento de logística.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Como é o nome dele.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – É o Sr. Roberto Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A senhora sabe que a questão do pagamento não poderia incluir – ela está aqui no contrato –, não poderia incluir frete nem tampouco seguro. Correto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Correto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Após a terceira *invoice,* a senhora autoriza aqui a continuidade do procedimento. Certo? E, aí, a senhora coloca aqui: "Aguardamos o envio da declaração de comprovação do item 2 informado abaixo". O que significa esse item 2?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O item 2 é a declaração.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A declaração do quê?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A declaração que a empresa informou que encaminharia para comprovar que a Madison e a Bharat Biotech fazem parte da mesma companhia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Só era essa a pendência.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Só.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Aqui nós temos na terceira *invoice,* que é considerado a *invoice* correta, a adição de frete no valor de R$862.362,02 e de seguro, R$67,5 mil, perfazendo um total de quase US$46 milhões... Perdão, aqui tudo está em dólar. E isso aqui está de acordo com o contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Essas questões da *invoice,* essas questões de seguro e frete são de competência da Divisão de Importação para fazer essa análise.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Aqui diz que a senhora é responsável por toda a execução do contrato.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim. Mas, nesse momento da importação, os documentos, os artefatos da importação são de competência da Divisão de Importação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas a senhora não analisa o contrato previamente. A senhora não participou das tratativas iniciais. Quando a senhora é nomeada, designada para fiscal, qual que é o limite da sua competência? A senhora recebe o contrato já assinado e a senhora tem que analisar a execução...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A execução é a entrega. A execução é a entrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas como que a senhora autoriza a entrega ou não? A senhora não tem que comparar o contrato com a *invoice,* que na verdade é como uma nota...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não! Não!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quem é que deve fazer esse trabalho?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A Divisão de Importação que tem que fazer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Gente, a burocracia neste País é um negócio chocante... Porque "eu trabalho até aqui; daqui ó, não me importa! Daqui para a frente, é problema do outro colega!".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Perfeito, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu quero saber... A senhora disse o seguinte para o Senador Izalci: que o seu colega Thiago falou algo sobre os valores. Quem é Thiago?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele é assessor do departamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Assessor de quem?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Ele é assessor do Núcleo de Insumos, dentro do Departamento de Imunização.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Assessor do Núcleo de Insumos. E o que ele reportou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Núcleo de Insumos, Departamento de Imunização, não é?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim. Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O que que foi que ele reportou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Acerca do preço, ele recomendou ao Departamento de Logística que se fizesse uma negociação do preço, uma vez que o preço estava acima dos demais contratos. Isso foi na fase...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual é o preço médio...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... ainda na fase pré-contratual.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Então, o Thiago verificou que estava sendo contratado em valor acima da média dos demais contratos. E a senhora está acostumada a lidar com contratos, porque a senhora é fiscal de 18 contratos. Certo?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá. Qual é o preço médio das vacinas?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não tenho como afirmar preço médio das vacinas. Você fala de Covid?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** De Covid. De Covid.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – De Covid, teve uma variação. Eu sei que Pfizer foi US$10. Posteriormente, teve um outro contrato com US$12.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** De Covid, a senhora analisa quantos contratos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Fiscalizo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A senhora fiscaliza quantos?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Covid são quatro contratos, se eu não me engano; quatro ou cinco.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quatro contratos de Covid. A senhora não tem certeza de quantos contratos a senhora fiscaliza? São quatro?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – União Química...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** União Química: qual o valor contratado?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Butantan...

União Química... Eu não consigo me lembrar aqui dos valores da União Química.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Do Butantan a senhora lembra?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Butantan...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual o valor?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não consigo me lembrar, senhora, dos valores. É muito complicado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Pfizer?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não são US$10 Butantan e Pfizer?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não. O Butantan não foi em dólares; foi em reais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quantos reais?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não me consigo lembrar do valor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A Pfizer?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – ... porque eu lido com muitos contratos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não, só de Covid.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A Pfizer foi 10. Isso eu tenho certeza: US$10.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Pfizer, US$10.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Aí a senhora também... Covaxin... Qual é o outro?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Janssen também foi US$10.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Janssen é quanto?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Dez dólares, igual à Pfizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Dez dólares.

Covaxin? Aqui, US$15. Não é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E esse contrato aí seu, Covaxin, esse de agora, quanto foi?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Quinze dólares.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O Thiago alertou quem acerca do diferencial de preço?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – O Departamento de Logística.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Ele alertou o Departamento de Logística, mas o departamento... É previamente ao fechamento do contrato? Ele falou, ele alertou?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi previamente, foi previamente à assinatura do contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Quem era o titular do Departamento de Logística?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Departamento de Logística era o Sr. Roberto Dias.

Eu imagino que tenha sido...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O contrato foi assinado por Roberto Dias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não consigo afirmar quando ele reportou essa questão do preço ao Departamento de Logística, se já era o Sr. Roberto ou se foi antes da gestão dele. Eu não sei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, o Sr. Roberto foi demitido semana passada.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Então, foi no período do Sr. Roberto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Bom, Sra. Regina, eu agradeço as informações. Lamento que nós estejamos nesta situação. É importante... Se a senhora verificar qualquer questão em relação aos contratos, a senhora deve reportar ao seu superior. É uma obrigação do servidor público reportar qualquer questão, porque o dinheiro não é nosso. Isso aqui é recurso público, é o dinheiro do suor dos brasileiros. Então, nos preocupa.

Nós sabemos que é muito difícil controlar. São em torno de 600 mil funcionários públicos federais. São 22 ministérios. É muita gente, e não dá para um Presidente da República colocar a mão no fogo por toda essa gente. Então, se a senhora... Realmente está aí, aparentemente... Tenho certeza de que a senhora está com a maior boa-fé. Se a senhora tem algo a dizer, eu peço que a senhora deite no seu travesseiro e, se resolver dizer... Porque o País não pode ficar à mercê de situações como esta e muito menos os gestores pagarem por erros dos outros escalões. O que nós aqui é dar uma resposta para a população brasileira.

Eu vou terminar mandando um abraço para a minha amiga Juliana Mendonça de Faria e para seus pais, Eda e Maurício. Nós perdemos o irmão dela no sábado, meu amigo Luis Maurício Mendonça de Faria. Estamos de luto. Não conseguimos, Senadora, contar mais nos dedos das mãos o número de pessoas conhecidas que se foram. E, para que as pessoas fiquem em alerta. Estamos avançando na vacinação, e a diminuição no número de mortes e infectados... Tem diminuído; isso significa que a vacina está adiantando de alguma forma. Então, que possamos ser responsáveis e cuidar uns dos outros.

Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senadora Eliziane, só um minuto, se V. Exa. me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** A Senadora Soraya eu acho que extraiu uma informação muito importante da nossa depoente, sobre o Sr. Thiago e o Sr. Roberto Dias. A senhora informou que o Sr. Thiago verificou uma alteração de preço no contrato e comunicou o Sr. Roberto Dias sobre isso, perfeito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – Não sei se foi alteração de preço. Ele verificou que o preço estava acima do que foi praticado nos outros contratos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Do que era praticado pelas outras.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A senhora sabe dizer em que momento o Sr. Thiago se reportou ao Sr. Roberto Dias sobre isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Foi ainda na fase pré-contratual, antes da assinatura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso aí seria quando?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não sei e não sei precisar a data.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Depois de 1º de janeiro de 2021, antes?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não sei precisar a data. Foi depois que iniciou toda a tratativa de contratação. Está dentro dos autos do processo, inclusive, essa manifestação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Então, essa é uma informação nova. Eu queria cumprimentar a Senadora Soraya por ter extraído, ter requerido essa informação de V. Sa. Eu acho que é uma contribuição importante. Houve um alerta sobre a alteração, ou, enfim, sobre a média de preço dessa vacina em relação às outras vacinas.

Por fim, só uma última questão. A empresa importadora da vacina é da Índia, a vacina importada vem da Índia; a Madison é de Singapura. Não lhe chamou a atenção isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora considerou isso perfeitamente normal?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não considerei normal; não me atentei a essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, porque não era de sua competência, segundo a senhora afirma. Seria competência da Divisão de Importação. Perfeito?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Sim, senhor; sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem seria o responsável por isso?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Na Divisão de Importação, o Sr. Luis Ricardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Seria responsável por isso, em tese, pela *invoice*.

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Verificar a conformidade da *invoice*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. A senhora, em momento algum, teria responsabilidade, então, de checar essa distorção?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, senhor.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador.

Vamos agora, aqui, à Senadora Zenaide Maia, que é a última Senadora a participar hoje desta oitiva.

Senadora Zenaide, V. Exa. tem até 15 minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Boa tarde. Eu sou persistente, né?

Eu queria aqui fazer umas perguntas à Sra. Regina. O seguinte: a empresa, pelo que eu ouvi aqui o dia todo... A senhora diz que a empresa avaliou que só poderia enviar 3 milhões de doses e que o restante, 1 milhão, seria enviado na próxima remessa. A pergunta é: como seria realizado o envio da próxima remessa de 4 milhões, mais 1 milhão, se a empresa não apresenta condições logísticas de transportar esse montante como foi alegado? Isso é a primeira pergunta.

O que a senhora me diz disso? O que V. Sa. me diz disso, Sra. Regina?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA (Para depor.) – A justificativa trazida pela empresa para não embarcar os 4 milhões, nesse momento aqui, foi colocada por conta de realizar a validação da cadeia de transporte. Então, seria apenas no primeiro embarque da vacina, os demais embarques não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teriam essa limitação. Portanto, eu poderia acumular, sim, esse um milhão juntamente com a segunda parcela.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** O contrato... Nesse caso, não mostraria que o contrato teria um erro persistente? Por que, já que foi mudado o número de vacinas que seriam trazidas inicialmente... A senhora não identificou esse gargalo como um problema para a continuação desse contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Não, isso não foi considerado um gargalo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** Outra pergunta... Me diga uma coisa: para as outras vacinas compradas pelo Ministério da Saúde, quem assinou o contrato foi o Sr. Roberto Dias? Eu estou perguntando porque, se não foi, quem delegou essa competência ao Sr. Roberto Dias? Quer dizer, eu acredito que nesses contratos de compra de vacina, de milhões, normalmente quem assina o contrato depois de passar pela senhora, que é fiscal, pelo departamento de importação, como diz a senhora, geralmente é o Secretário Executivo. Mas eu queria perguntar: os contratos para a compra de outras vacinas, quem assinou foi o Diretor de Logística também, o Sr. Roberto Dias, ou só o da Covaxin?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Todo e qualquer contrato dentro do ministério, pelo regimento interno do órgão, é assinado pelo Diretor do Departamento de Logística.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** Certo.

Agora uma coisa que eu quero dizer aqui, Sra. Presidente, Srs. Senadores: esse Governo se mostra de uma irresponsabilidade muito grande, porque quem vem aqui nunca assume a responsabilidade. A maioria que vem aqui falar sobre o atraso na compra de vacinas... Todos afirmam que a responsabilidade é dos outros. Por exemplo, eu ouvi aqui a senhora dizer que tinha autonomia, mas eu acho que a senhora só tem autonomia para não ser responsável por nada que esteja acontecendo nesse contrato. A senhora uma hora diz que era o Departamento de Informação, depois a senhora diz que isso era responsabilidade do Departamento de Logística, e a senhora, na verdade, era fiscal de execução do contrato, para acompanhar a entrega e sugestões.

O que eu queria deixar claro aqui para o povo brasileiro é o seguinte: não tinha lógica o contrato... É a pergunta que eu vou fazer: a senhora nunca questionou o fato de se estar comprando a Covaxin, uma vacina que ainda não estava autorizada pela Anvisa, quando o próprio Ministério da Saúde e o Governo diziam que não tinham comprado a CoronaVac antes porque ainda não tinha a autorização da Anvisa? A senhora nunca questionou isso, a contratação de milhões? Primeiro, veio superfaturado, depois uma logística que não podia entregar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não tenho como julgar uma questão dessa natureza, porque eu sou fiscal, eu apenas tenho que aceitar a tarefa que me foi conferida. Eu não tenho como julgar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** A senhora, como servidora do Ministério da Saúde, V. Sa., Regina, afirmou à CPI que foi nomeada em março, mas que o contrato de compra da Covaxin havia sido assinado em fevereiro, ou seja, o contrato de compra foi assinado sem passar pela fiscal de contrato? Quem...

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A fiscal só atua após a assinatura.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** ... quando a senhora não estava na fiscalização?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – A fiscal do contrato só atua após a assinatura do contrato e após indicado em portaria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** Certo, mas a senhora não detectou nenhum erro nisso? Porque eu queria dizer o seguinte: a verdade é que esse contrato tinha erros e a senhora, como fiscal, teria que responder, porque senão o Governo não teria cancelado, certo?

Outra coisa que mostrou... A senhora não assinou o contrato porque não estava presente e, na hora em que se falou sobre esse relatório, a senhora disse que não assinou o relatório porque estava de férias. Então, é esse jogo de empurra que a gente vê aqui. Enquanto se discute isso aqui, não tenha dúvida de que nós já temos mais de 522 mil óbitos, gente.

Então, quando eu vejo aqui, muitas vezes, Sra. Regina... Acho que a senhora fazia parte dessas compras... Acho não, está provado aqui. A senhora, quando foi contratada, era como fiscal de execução de um contrato, e a senhora tinha o direito... E eu perguntaria: por que o Diretor de Importação, o Departamento de Importação não assinou o contrato e encaminhou para a senhora e a senhora autorizou continuar com o contrato?

A SRA. REGINA CÉLIA SILVA OLIVEIRA – Eu não autorizei, senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** É, a senhora realmente... A autonomia que a senhora mostrou aqui, a população... Imagine que a gente aqui tem dificuldade de entender isso aí, porque é um jogo de empurra.

E o que eu queria dizer aqui é que eu ouço muito, Sra. Presidente, é que a CPI foi criada só para desgastar o Governo Federal. Não é isso. O Governo Federal se desgasta, porque ele defende a morte. Estão aí os óbitos. Esta CPI foi contratada, foi aberta, nós abrimos esta CPI pela quantidade de brasileiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão morrendo, a maioria de morte evitável. Por isso que a gente está aqui ouvindo hoje. A cada dia sem a vacina, é muita gente que morre.

Então, além de morte, ou seja, defendendo a morte, eu não acredito em como a senhora... Com todo o respeito, como servidora pública, a senhora não pode só jogar a responsabilidade pelos outros, porque é fiscal de algo. E, como eu vi a sua portaria, a senhora era responsável, sim.

Então, esta CPI, graças a Deus, está mostrando ao povo brasileiro por que tanto óbito, por que tantas mortes, que poderiam ser evitadas.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senadora Zenaide Maia.

Acerca dos *prints* do celular da nossa ouvida hoje, da nossa depoente, na verdade, o advogado nos informou que já pegou o *e-mail* e que estará encaminhando aí os *prints* ao *e-mail* da CPI,...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... os *prints* e o relatório que ela fez e que foi fruto aqui de debate durante todo esse período aqui desta Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, já foi feita aqui a entrega e a comprovação desse compromisso em relação ao encaminhamento dos relatórios que foram solicitados pela Senadora Soraya Thronicke e também os *prints* de todas as conversas entre V. Exa. e quaisquer representantes da empresa Precisa. (*Pausa.*)

Eu queria agradecer a presença, na verdade, de todos aqui: dos Senadores, da Regina e do seu advogado.

Portanto, nada mais...

Antes, porém, nós temos a votação da ata. Perdoem-me.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 30ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 9h, para ouvirmos o Sr. Roberto Ferreira Dias.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 08 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia sete de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Jorginho Mello e Rogério Carvalho, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Jader Barbalho, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Alessandro Vieira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke e Nelsinho Trad, e ainda dos Senadores não membros Simone Tebet, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1065 de 2021** que : "Requer a convocação do reverendo Amilton Gomes de Paula para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 1085 de 2021** que : "Requer seja convocada a Sra. Andreia Lima, CEO da VTC Operadora Logística, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1090 de 2021** que : "Convoca William Amorim Santana, servidor do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva - Roberto Ferreira Dias**. **Finalidade:** Oitiva. Oitiva do Roberto Ferreira Dias, em atendimento aos requerimentos 965/2021 e 979/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/07

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Parlamentar Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Roberto Ferreira Dias, ex-Diretor do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, em atendimento aos requerimentos de autoria dos Senadores Humberto Costa e Otto Alencar.

Eu quero, primeiro, cumprimentar pelo aniversário o Senador Humberto Costa e o Senador Marcos Rogério. Muita saúde, e que Deus possa abençoar o caminho de vocês dois!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E a festa, onde é que é hoje? O convite para a festa? É só dar o local aí! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós retiramos os requerimentos que iríamos votar hoje e só ficaram três requerimentos, todos de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; os outros foram retirados por determinação minha.

Enquanto não houver... E vou pedir aos Senadores que fizeram pedidos de quebra de sigilo e de informações... O local onde ficam essas informações, muitos deles, ainda não foram nem analisados. É preciso ser analisado, não adianta sair pedindo informações e quebra de sigilo sem análise. Então, é preciso que a gente faça isso para que a gente possa ter informações para poder trabalhar na CPI. Todos os pedidos de quebra de sigilo vão ter que ser justificados, porque nós estamos perdendo algumas ações no Supremo por falta de embasamento jurídico para que a gente possa quebrar sigilo fiscal e bancário. Na CPI da Covid nós temos tido isso. Ontem eu conversei com os advogados do Senado e eles comunicaram à gente que é preciso ter fatos concretos para poder quebrar o sigilo.

Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu já venho solicitando a V. Exa. e à CPI a aprovação de alguns requerimentos e a marcação de alguns que já foram aprovados. Na prática, toda a documentação solicitada já chegou à CPI há algum tempo. Então eu indago a V. Exa., porque era na semana passada, passou para ontem, hoje, e, agora, foi mais uma vez adiado. V. Exa. tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O secretário de...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós aprovamos e questionamos toda a questão lá de Manaus. Aqui no DF é a mesma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, nós questionamos as questões de Manaus, Senador Izalci, mas, infelizmente, na hora do "pega pra capar", as coisas dão uma ré. Nós temos que aprofundar, mas ir até o fim, não dá para as coisas ficarem pela metade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas é que eu posso dizer a V. Exa. que, no caso específico aqui do DF, V. Exa. está tratando, já nessas últimas audiências, sobre a Precisa, que assinou o contrato, e é exatamente ela que deu aqui no DF o motivo principal da Falso Negativo. Então, acho que tem todos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Resolveremos o mais rápido possível essa questão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou votar os Requerimentos 1.065, 1.085 e 1.090, requerimentos do Senador Randolfe Rodrigues.

Os que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero convidar o senhor...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, rapidamente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu quero convidar o Sr. Roberto Ferreira Dias para adentrar a sala por favor.

Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente, só para, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Humberto Costa e o Senador Marcos Rogério pelo aniversário. Muita luz, saúde, paz e harmonia! É disso que o Brasil precisa.

Sr. Presidente, já que estavam pautados para hoje os Requerimentos 701 e 706, para convocação do Bruno Dauster e também da Cristiana Prestes, relativos ao Consórcio Nordeste, o senhor tem alguma previsão de quando é que a gente pode confirmar isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como já está pautado e já passaram os dias, eu posso, extrapauta, colocar a qualquer momento em votação, o.k.? Depende da minha vontade aqui colocá-los extrapauta. É bom todos os Senadores ficarem atentos, porque colocarei aquilo que for interessante para a CPI extrapauta para votar.

Eu convido o Sr. Roberto Dias, por favor. (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Feliz aniversário, Senador Humberto! V. Exa. é um grande Senador.

Cumprimento também o Senador Marcos Rogério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Felicidades aos dois colegas: Senador Humberto e Senador Marcos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Feliz aniversário, Senador Marcos! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu irei ler aqui, Sr. Roberto Ferreira Dias, e queria que V. Exa. me respondesse como testemunha. E espero que V. Exa. possa colaborar com a CPI. Em relação a V. Exa., nós temos muitas informações que nós queremos só a sua confirmação, informações essas que nós temos sobre V. Exa. que são verdadeiras, mas a gente quer ouvir da sua palavra a confirmação.

V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Se V. Exa. quiser usar a palavra por 15 minutos, fique à vontade; caso contrário, eu vou passar ao Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O.k.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Primeiramente, bom dia!

Meu nome é Roberto Ferreira Dias, servidor público de carreira há quase 20 anos. Agradeço muito pela oportunidade de poder falar e restabelecer a verdade. Meu único pedido aqui é poder falar.

Estou há mais de dez dias sendo massacrado e citado em todos os veículos de comunicação, sem que haja uma única prova ou indício que sustente tais alegações. Talvez a característica mais marcante que julgo ter tido, o que tem impulsionado minha carreira até aqui, foi a causadora desta tragédia em que fui envolvido: a iniciativa. Iniciativa, principalmente, em um momento de pandemia. Nunca pedi nenhum tipo de vantagem ao Sr. Dominguetti nem a ninguém.

Os dez primeiros anos de minha carreira foram servindo à Força Aérea Brasileira, desempenhando, na maior parte do tempo, a função de controlador de tráfego aéreo; seis anos como funcionário da Companhia de Habitação do Paraná; um ano como gestor da Secretaria de Infraestrutura e Logística; e, nos últimos dois anos e meio, cedido ao Ministério da Saúde, no Departamento de Logística. Sou graduado em Logística, pós-graduando em Direito Administrativo e Administração Pública. Tenho quase dez anos de experiência como gestor público. Com destaque, fui Diretor-geral da Secretaria de Administração e Logística do Paraná e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Porto de Paranaguá, motivo pelo qual recebi o convite para integrar a equipe de transição do Ministro Mandetta, convite este que se renovou a cada troca de ministro.

Em 25 de junho, fui injustamente acusado nesta CPI de pressionar um funcionário chefe da divisão de importação e, como prova, foi demonstrada uma mensagem encaminhada às 20h46 de um sábado, dia 20 de março, onde eu perguntava: "Como está a LI da vacina?". Essa é a única frase que a mim atribuem na apresentação como prova de pressão indevida. Já não bastasse a falta de materialidade, a mensagem em nada se referia à Covaxin, até porque, em um sábado à noite, nada neste processo teria mudado.

Pois bem, o teor da minha mensagem se referia à LI da vacina AstraZeneca, que chegaria no domingo, dia 21 de março, um dia depois do envio daquela mensagem, e contaria com a presença do Ministro da Saúde e outras autoridades em seu desembarque no aeroporto de Guarulhos, como, de fato, aconteceu. Minha preocupação era de que a vacina estivesse sem nenhum problema em seu desembaraço sanitário e aduaneiro que viesse a gerar algum constrangimento à presença do Ministro.

Ao longo da pandemia, fizemos diversas operações como essa. Tal evento contou com a presença do Ministro da Saúde, da representante da Opas e até com a presença do ilustre Deputado Luis Miranda. Foi registrado e amplamente divulgado pela mídia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acerca da denúncia do Deputado Luis Miranda a respeito da Covaxin, não tive participação alguma na escolha da empresa, do produto, dos quantitativos disponíveis, do cronograma de entrega ou da definição de preço, nem tampouco condições contratuais, a mim cabendo, no âmbito das vacinas Covid-19, atos ordinários para a consecução do processo administrativo e medidas operacionais de logística. Friso: nunca houve pressão minha sobre o funcionário, muito menos aquela mensagem retrata tal fato.

Acerca do jantar. No dia 25 de fevereiro, fui tomar um chope com um amigo no restaurante Vasto. Em dado momento, se dirigiu à mesa o Coronel Blanco, acompanhado de uma pessoa que se apresentou como Dominguetti. Feitas as apresentações, o Sr. Dominguetti disse representar uma empresa que possuía 400 milhões de doses de vacina da fabricante AstraZeneca. Nesse momento, eu disse que isso já havia circulado no ministério, mas nunca teria sido apresentada a documentação necessária, e citei o nome do Sr. Cristiano. O mesmo disse que era parceiro comercial do Sr. Cristiano e que sua empresa teria tais documentos. Então pedi que encaminhasse um pedido formal de agenda ao ministério, que, em agenda oficial, se sua documentação fosse consistente, um processo seria aberto e encaminhado à secretaria-executiva para providências, uma vez que a ela cabia toda a negociação de vacinas Covid-19.

Chegando ao ministério, o Sr. Dominguetti foi atendido por mim na presença de outra servidora. Os documentos se mostraram mais do mesmo, não havia carta de representação do fabricante. Entretanto, o mesmo alegou que a receberia em instantes. Disse então que possuía outra agenda, mas que, se ele quisesse aguardar, ficasse à vontade na sala ao lado. Tempos depois, o mesmo se despediu, disse que teria que ir embora, e nunca mais tive notícias, como de diversos outros ofertantes de vacina.

Acerca da ligação do Sr. Dominguetti, nunca houve nenhum pedido meu a esse senhor, além de documentos que nunca foram apresentados. O mesmo já reconheceu à CPI que nunca antes daquela data havia estado comigo. Estou sendo acusado sem provas por dois cidadãos: o Sr. Dominguetti, que aqui nesta CPI foi constatado ser um picareta que tentava aplicar golpes em prefeituras e no Ministério da Saúde e, durante sua audiência, deu mais uma prova de sua desonestidade, mostrando não ser merecedor de nenhum crédito por parte desta Casa; o nobre Deputado Federal Luis Miranda, conforme notícias relatam, possui um currículo controverso que me abstenho de citar e é de domínio público.

Causa estranheza que tais eventos que, aparentemente, não possuíam nenhuma correlação comecem a se interligar conforme os fatos que seguem: em áudio divulgado durante a CPI, onde, da mesma forma mentirosa como tem agido em relação a esse caso, o Sr. Dominguetti tentou atribuir conversa que se tratava aparentemente de comércio de luvas à comercialização de vacinas ao eminente Deputado; na tentativa de refutar essa acusação, o Deputado registrou uma ata notarial da conversa, que teve como origem o áudio exibido na CPI.

Ao longo da transcrição, constatamos alguns fatos. O Deputado disse que não comercializava produtos para saúde. Negou, sob o compromisso de não mentir na CPI, ter negócios nesse ramo. Mentiu, pois, conforme a ata notarial retrata, em que pese o diálogo não ser sobre vacinas, era sobre produtos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, luvas, EPI, amplamente comercializados durante a pandemia. Seu interlocutor que figura na ata como "Rafael Alves Luvas" se identifica como equipe do Sr. Cristiano e figurou também em cópias de mensagens de *e-mails* entre o Sr. Cristiano e o Ministério da Saúde. O Deputado mentiu. Fazia negócios na área da saúde, diferentemente do que alegou. Conforme demonstrado, possuía contato direto ou indiretamente com o Sr. Cristiano desde pelo menos 15 de setembro de 2020.

Estranho depreender que todas as falsas e fantasiosas acusações de alguma forma se ligam ao Deputado Luis Miranda. A primeira em virtude da lotação funcional do seu irmão, que o subsidiou equivocadamente com documentos, *invoices*, que provocaram uma grande confusão. A segunda, tão sem pé nem cabeça quanto a primeira, acidentalmente demonstrou existir vínculo comercial entre o Sr. Cristiano e o Deputado Luis Miranda. A terceira, o Sr. Cristiano ligou para o Sr. Dominguetti, juntamente com uma repórter da *Folha*, para que esse último contasse toda essa história fantasiosa.

A grande verdade é que estou sendo vítima de ataques contra minha honra e integridade por duas pessoas desqualificadas, sem que nada, absolutamente nada, tenha sido provado e nem será. Só se pode provar aquilo que é feito e, como nunca fiz, nunca será provado. A pergunta mais importante que fica: teria eu atrapalhado algum negócio do ilustre Deputado? Quem é Cristiano? Qual o interesse em me prejudicar? Por que só depois de três a quatro meses aparecem tais fantasiosos eventos referentes à minha pessoa?

Até o momento, noticiava-se que o Deputado teria sido preterido em expectativas políticas que almejava. Teria, então, tido pretensões negociais e econômicas frustradas também? Confesso que neguei um pedido de cargo para o seu irmão servidor e, por um momento, imaginei que pudesse ser uma retaliação. E confesso que sempre achei desproporcional demais. Mas agora o que se deslinda é a possibilidade de ter ocorrido uma frustração no campo econômico também.

Por fim, meu currículo deixa clara minha trajetória técnica no serviço público, na qualidade de servidor, ao contrário da ficha corrida de ambos. Já foi providenciada pela equipe jurídica apresentação de queixa-crime por calúnia e difamação contra os envolvidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu queria só lembrar que esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada em 27 de abril. Nós tínhamos, na oportunidade, 395.324 mortos pela Covid-19. Hoje, em 6 de julho, já são 527.016 vítimas. Em 70 dias, Srs. Senadores, perdemos 131.692 vidas de brasileiros, o que significa dizer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não pode parar, não pode se submeter a recesso branco ou formal, o que seja. Nós temos que continuar investigando. A cada dia, nós nos deparamos com um mar de lama, com o envolvimento monumental de corrupção, de roubalheira, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fake news, enquanto as pessoas continuam a morrer no Brasil. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito já impactou muitos setores da vida nacional, tem a aprovação majoritária da sociedade, e é muito importante que ela continue dessa forma, sem perder o foco – sem perder o foco! Só assim, nós vamos poder dar as respostas aos brasileiros.

Eu agradeço a presença do Sr. Roberto Ferreira Dias.

Passamos à tomada de depoimento.

V. Sa. exerceu cargos de confiança no Governo de Cida Borghetti, esposa do Deputado Ricardo Barros. Quais foram os cargos? E em que período V. Sa. os exerceu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Eu sou concursado do Estado do Paraná desde o ano de 2012.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É concursado desde 2012.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Exerço cargo em confiança, acredito, desde o ano de 2012. A Governadora Cida Borghetti assume em abril de 2018.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que cargos exerceu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nesse período...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só para efeito de orientação das perguntas.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ao longo da carreira...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cargos em confiança...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ao longo da carreira, no Paraná, a partir do ano de 2012, eu fui assessor da Presidência, fui Superintendente de Administração e Controle, fui substituto do Diretor Financeiro – acredito que só nessa empresa. Na sequência, eu fui cedido, já no Governo da Governadora Cida Borghetti, para a Secretaria de Infraestrutura e Logística, onde fui Chefe de Gabinete e fui Diretor-Geral da Secretaria de Infraestrutura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação com o Deputado Ricardo Barros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Uma relação como Parlamentar do Estado de origem, de onde eu venho. Eu sou carioca, mas a minha vida é feita no Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, o senhor o conhece, tem relação com ele...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... de Parlamentar para?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu conheço o Deputado Ricardo Barros e tenho relacionamento como tenho com diversos Parlamentares do Estado do Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sua chegada ao Ministério da Saúde foi por indicação do Deputado Ricardo Barros?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi de quem a indicação para exercer o cargo em confiança?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu recebi um convite do então ainda Deputado Federal e Ministro... Perdão, Deputado Federal Henrique Mandetta, que recebeu o meu currículo através das mãos do ex-Deputado Federal Abelardo Lupion, com o qual eu trabalhava no Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, quem é o responsável pela indicação precisamente? Foi Abelardo Lupion que o indicou para o Ministro Mandetta?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O ex-Deputado Federal Abelardo Lupion, no ano de 2018, apresentou o meu currículo para o então Deputado Federal, cogitado a Ministro, Luiz Henrique Mandetta. Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Denúncias apontam que V. Sa. está envolvido com irregularidades na compra de testes para a Covid-19 e que isso teria motivado a retirada de sua indicação para o cargo de Diretor da Anvisa. Veículos de imprensa informam também que o ex-Ministro Pazuello solicitou a sua demissão ao Palácio do Planalto, mas ela foi negada.

Em função desses fatos, eu queria fazer algumas perguntas. Ao que se deve sua longa permanência no Ministério da Saúde, que resistiu à queda de vários ministros da saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Bem, Relator, conforme eu coloquei, eu fui convidado pelo Ministro Mandetta, e os convites foram sendo refeitos a cada troca de ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. não disse isso ao Relator. V. Exa. foi indicado pelo Deputado Lupion. O senhor não foi convidado pelo Ministro Mandetta. Tem que colocar as coisas aqui, Relator, tem que prestar muita atenção nas respostas, porque detalhes é que fazem a diferença. Eu não estou aqui para defender ninguém. V. Exa. teve uma indicação política para V. Exa. exercer o cargo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Referida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não foi técnica, foi indicação. O senhor não foi convidado pelo ministro. O senhor foi indicado pelo Lupion. Não é isso?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Não, eu estou lhe fazendo uma pergunta. É isso ou não é isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) **–** Eu fui indicado, conforme eu relatei, e, na sequência...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) **–** Só para esclarecer, quem convida é o ministro, a quem foi apresentado o currículo dele. Não é isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E, a cada troca de ministro, eu fui mantido no cargo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E a minha pergunta foi exatamente esta: a que se deve a sua permanência no período de cada ministro? Por favor, um exercício de memória.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A cada troca de ministro existe uma reunião ministerial. Todos eles me mantiveram no cargo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, mas as funções de confiança são indicadas mediante a apresentação de alguém ao ministro. Eu queria um relato rápido de a que se deve a permanência em vários ministérios, por ocasião da condução de vários ministros. A cada um tem uma circunstância.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Nem todas as indicações são políticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu hoje não vou aceitar, infelizmente, nenhuma interrupção. Não vou aceitar interrupção. Eu estou querendo ouvir o depoente e querendo que ele, e apenas ele, responda as perguntas, por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Relator, a cada troca de ministro eu permaneci. Vale lembrar que, a partir da saída do Ministro Mandetta, nós estamos no meio de uma pandemia. Entendo que cada ministro que chega, desconhecendo o cenário atual, me manteve em função das ações que estavam em andamento num momento crítico. E elas permaneceram até o dia de ontem... Perdão, até o dia da minha exoneração.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em português claro, o Assessor do Gabinete Civil, ex-Deputado Abelardo Lupion, levou o seu currículo para o Ministro Mandetta. Quem levou seu currículo para o sucessor do Mandetta? É isso que eu estou perguntando.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Relator, a minha versão, a minha verdade é essa. Se existe, se paira alguma dúvida, eu acho que o senhor poderia perguntar ao próprio ministro. A minha versão, a minha verdade é esta: a cada troca de ministro, o ministro me convidou para permanecer no cargo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas quem o apresentou?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu já estava lá, Relator! E é um cargo muito complexo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um cargo complexo e requer confiança...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e preparação técnica.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E eu acredito que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu estou perguntando exatamente por isso, por que o preenchimento dos cargos em comissão das funções de confiança são feitos mediante apresentação ou do... Foi o ministro que o indicou?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Qual ministro?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei nos vários momentos em que ministros ocuparam cargos. O senhor já respondeu sobre o episódio da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ida para o ministério quando estava lá o Ministro Mandetta, que foi o Abelardo Lupion que levou o currículo.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nos outros ministros, quem foi que levou o currículo? Quem foi que patrocinou as nomeações? Essa é uma pergunta simples. Se o senhor...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E a resposta também, Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... com todo o respeito. Nós temos uma breve passagem do Ministro Teich, na qual as reuniões eram feitas com o General Pazuello, o Ministro Pazuello, que... Vou relatar uma frase do próprio Ministro Pazuello.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É até uma analogia militar. Ele falou: "Roberto, eu estou subindo uma montanha e tomando uma montanha. E você é a pessoa que está aqui trabalhando e conhece esse caminho. Por mim, você fica". E continuei, até a saída dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por que ele mudou de posição com relação à sua presença e pediu sua demissão num determinado momento, já reportado aqui?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Relator, eu desconheço pedido de demissão por parte do Ministro Pazuello.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Isso é público.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E sempre tive uma relação muito boa com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Essa é uma informação pública.

E o episódio da retirada do seu nome da Anvisa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Muito bom o senhor poder... Eu poder explicar essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem faz a indicação para a Anvisa, a inserção é num sistema que sai do próprio Ministério da Saúde. Meu pedido para ingresso na Anvisa foi feito ao próprio General Pazuello.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas por quê?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Porque eu já estava cansado do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi o sistema...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – No mesmo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que indicou para a Anvisa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, eu fiz um pedido ao General Pazuello que eu fosse indicado para a Anvisa. Por quê? Porque eu já estava cansado da rotina da pandemia no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que ele não o indicou e, em determinado momento, pediu a sua exoneração? São fatos públicos.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – De novo, Relator, eu desconheço que ele pediu a minha exoneração.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que não o indicou?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Como? Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não o indicou para a Anvisa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, a minha indicação foi feita. Houve uma mensagem do Presidente da República para o Senado Federal – que foi a pergunta de V. Exa. Na sequência, existe um fato extremamente mal explicado, e eu agradeço muito a oportunidade de poder falar isso agora. À época existia uma compra de *kits* de extração para testes PCR.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ao Departamento de Logística, cabe a operacionalização do processo. Eu não digo o quê, nem quanto, nem como, nem onde. E é essa segregação de função que mantém a segurança jurídica dentro do Ministério da Saúde na parte de aquisição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A área técnica fez uma especificação de um produto. Nós fizemos um chamamento público, e eu ressalto aqui que, até a minha chegada no Ministério da Saúde, compras em emergência, que eram poucas, mas eram principalmente na demanda judicial, eram feitas por encaminhamento de *e-mail* aos fornecedores. Eu pedi que isso fosse cessado e que doravante só funcionasse com publicação em *Diário Oficial*.

Então, nós fizemos um chamamento público simplificado, onde se habilitaram diversas empresas, e a primeira colocada foi a Thermo Fisher, que é a maior fabricante desse produto no mundo, representada por uma empresa no Brasil, e a segunda colocada foi uma empresa de Pernambuco chamada ACT MED.

Pois bem, a primeira colocada apresentou um preço de R$13,32. A segunda colocada, de R$25,95. A mim só cabe – ao departamento, na verdade – a ordenação por ordem crescente do preço. Quem habilita o produto é a área técnica que demanda. Eu entendo de *kit* de extração tanto quanto física nuclear – não é a minha área, e não precisa ser. A área finalística habilitou quatro vezes. Ela alterou as habilitações por quatro vezes nesse processo e, por fim, disse: "O produto dessa empresa Thermo Fisher me atende". Diante da inconformidade da empresa ACT MED, eu fiz um último questionamento à área demandante. Falei: "Área, a empresa alega que os produtos ofertados são diferentes. O produto dela é diferente do produto da primeira colocada". E a área técnica responsável pela habilitação da proposta responde: "Olha – isso está no processo –, nenhuma proposta poderia ser habilitada. Nenhuma proposta atendeu o instrumento convocatório".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. traz uma notícia para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu queria algumas especificações do fato, para efeito da memória.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Estou concluindo. Estou concluindo, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas por favor o nome das pessoas, de quem foram os pareceres.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A área técnica, quem assina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem assina...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A área técnica, CGLab.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, dá o nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O nome das pessoas, por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O nome da pessoa... Eu posso cometer uma... Eu posso pegar o processo e colocar aqui para os senhores verificarem quem assinou. Eu não tenho de cabeça quem assinou. Eu tratava com o coordenador-geral e com o secretário da área.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois bem, diante desse questionamento e dessa resposta de que nenhuma proposta atendeu ao instrumento convocatório, existe um princípio, que é o princípio de vinculação ao instrumento convocatório. Restou claro que aquele procedimento, então, era nulo. Sendo assim, encaminhei um procedimento ao secretário-executivo e pugnei pela nulidade de todo o processo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

Para concluir. Não cabe ao meu departamento, de forma alguma, habilitar propostas. Eu simplesmente as ordeno pela vantajosidade econômica. Então, a suposta irregularidade que foi atribuída ao meu departamento foi um factoide para que se tirasse a minha indicação da Anvisa. E foi isso que foi feito.

Então, eu já sou eternamente grato de poder, aqui, nesse ambiente, explicar esse fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual a sua relação com o Presidente da República?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não conhece? Nunca esteve com ele?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu conheço o Presidente da República. Acho que o mais próximo que eu cheguei do Presidente da República foi cinco metros. Nunca falei com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. conhece os filhos do Presidente da República?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca falei com nenhum deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nunca teve relação com nenhum deles?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nenhum deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Já tratou com algum deles ou com alguém que o identificasse como seu representante, pessoalmente, por telefone ou por mensagens?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual a sua relação com o assessor já citado aqui, da Casa Civil, Abelardo Lupion? Porque, segundo declaração, ele participou da sua primeira indicação para o ministério, por ocasião da sua nomeação pelo Ministro Mandetta.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O ex-Deputado Federal Abelardo Lupion trabalhou comigo na empresa da qual eu sou funcionário, no Estado do Paraná. Ele foi presidente da empresa, e nessa empresa eu já exercia cargo de confiança e passei a trabalhar com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quantas mensagens, especificamente, o senhor recebeu da Casa Civil, no *e-mail* do ministério ou no seu *e-mail* particular, orientando ou recomendando o que fazer no ministério, no ano de 2019, 2020 e 2021? Quantas exatamente?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu acredito que nenhuma, Relator. Orientando o que fazer?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Orientando ou recomendando, ou pedindo ou mandando.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nunca recebeu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nenhuma mensagem do gabinete civil?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Que eu me recorde uma mensagem orientando o que fazer no Ministério da Saúde, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ou recomendando ou pedindo liberação de recursos ou execução financeira, nunca recebeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. Não me recordo, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. V. Sa. está prestando um depoimento aqui...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com compromisso de falar a verdade...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O meu sigilo está quebrado. O meu *e-mail* pode ser acessado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta específica e estou querendo obter, se for o caso, uma resposta específica. Quero saber quantas mensagens o senhor já recebeu do gabinete civil, no *e-mail* do ministério ou no privado, recomendando ações do ponto de vista do gabinete civil e do Palácio do Planalto.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, nunca...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca recebi nenhuma orientação formal ou informal do eminente Deputado Abelardo Lupion à época...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Do gabinete civil e do Lupion, apenas. Do gabinete civil...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Entendi, Excelência. Entendi e me permita concluir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Durante a pandemia, durante a pandemia, a Casa Civil, por força da criação de um comitê de crise, deve ter trocado, deve ter mandado algum tipo de mensagem, ou para mim ou para a caixa institucional do Dlog, por força dos grupos que a gente participava. Eles nos inseriam em muitos grupos de discussões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É sobre isso. Sobre isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Isso aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe precisar as quantidades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei. De fato, eu não sei, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Essa é uma informação muito importante que nós precisávamos confirmar hoje aqui no depoimento.

V. Sa. negou que tenha jantado com o Sr. Luiz Paulo Dominguetti, aliás, não negou, e ainda confirmou em entrevista nomes de pessoas presentes a esse encontro, como o do Coronel Marcelo Blanco.

Sobre isso eu queria perguntar: durante o tempo em que ocupou cargo no Ministério da Saúde, era comum marcar encontros com fornecedores fora do ambiente de trabalho?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Claro que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Era comum?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Claro que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Claro que não.

Por que ocorreu esse encontro? E quais os outros encontros que o senhor recorda de ter feito fora do ambiente de trabalho com outras pessoas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vamos lá.

Excelência, esse jantar não era um jantar com fornecedor, era um jantar com um amigo, como eu já declinei, inclusive, o nome, o José Ricardo. Era um chope casual, por volta de 6h30, 7h.

Ao restaurante chegou o Coronel Blanco com este Sr. Dominguetti. O Coronel Blanco havia trabalhado comigo, foi meu assessor, foi meu diretor substituto, era uma indicação do General Pazuello e, eventualmente, eu conversava com o Coronel Blanco.

Ao sentarem à mesa, houve a apresentação, e ele se identificou como uma pessoa que trabalhava com empresa de vacina, com venda de vacina, com venda de produto e fez menção a uma oferta de 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca.

Essa oferta já havia sido feita. Isso já havia sido circulado no Ministério da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que oportunidade havia circulado a oferta?

Disso é muito importante que nós saibamos detalhes, porque nós temos outras informações que precisam ser confirmadas ou não por V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, eu quero só advertir para o significado do depoimento e da necessidade de nós ouvirmos aqui a verdade. Nós temos outras informações sobre esses fatos todos que aconteceram. E nós estamos apenas checando alguns desses fatos a partir das informações. Por isso que a sua presença aqui é muito importante do ponto de vista do aprofundamento dos nossos trabalhos.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E eu agradeço muito a oportunidade.

Só concluindo, então, Excelência, quando ele menciona essa oferta de 400 milhões de doses disponíveis, eu fiz menção a que isso já existia. E, inclusive, essa oferta de 400 milhões de doses chegou a meu conhecimento pelo próprio Coronel Blanco, que, à época, já não mais trabalhava no ministério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pelo próprio Coronel Blanco, que já não trabalhava mais no ministério, por intermédio desse Sr. Cristiano. E ele falou: "Não, eu trabalho com o Cristiano". Eu falei: "Ah, você trabalha com o Cristiano? Então, tá bom. Então, você faz uma gentileza para mim". Exatamente para que não se tratasse de assuntos ministeriais, de assuntos de ministério fora do âmbito do ministério, eu pedi que ele formalizasse uma agenda junto ao Ministério da Saúde, que eu o atenderia. Ele falou: "Ah, mas eu vou embora amanhã". Falei: "Não tem problema. Se você quiser, eu lhe atendo amanhã". Ele pediu às 8h50, conforme já foi divulgado os *e-mails*; entrou um pedido de reunião. A minha assessoria me avisou. Eu falei: "Marque para as 15h".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que outros encontros semelhantes a esse foram feitos? O senhor lembra de memória?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, não tenho o hábito de encontrar fornecedores. Agora, é comum, principalmente em Brasília, você vai a algum evento, você vai a algum restaurante, você está à mesa e, eventualmente, juntamente com o seu amigo, juntamente com outra pessoa, tem alguém que tem algum tipo de relação com o ministério. Isso é tão esporádico e não comum, que não faz parte da minha rotina. Eu não saberia dizer ao senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, de quem foi... Só para gente simplificar, de quem foi exatamente a iniciativa para esse encontro?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Aí precisa só ficar claro qual encontro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O encontro referido, o encontro no restaurante, o jantar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu tenho uma agenda com um amigo pra tomar um chope num restaurante. Essa é uma agenda minha. A outra que, incidentalmente, se apresenta após, eu não tenho nenhuma administração nem informação sobre ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não sabe como foi marcado o encontro...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O meu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Este encontro. Estou me referindo a este...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A minha agenda com o meu amigo para tomar um chope foi marcada por telefone entre nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor acha que os outros apareceram por acaso lá no restaurante?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles não tinham combinado com alguém que participou do encontro?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Só confirmando: diretamente, não foi essa a pergunta que V. Exa. fez. Só respondendo, só arrematando: eu tinha uma reunião com um amigo nesse restaurante...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem era o amigo? Quem era o amigo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – José Ricardo Santana.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é empresário?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, ele não é empresário. Ele é um ex-quadro da Anvisa, ele é um servidor público, trabalhou na Apex, enfim...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – É o que é coronel?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Não, não, não, não; é civil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Qual o nome dele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – José Ricardo Santana.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** José Ricardo...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Santana.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Santana?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Isso.

Na sequência, o Coronel Blanco chega com esse senhor, que posteriormente foi identificado como Dominguetti. Como não é um evento marcado, combinado, eu não me recordo de detalhes, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá, mas o senhor sabe informar se o encontro entre eles, em seu nome, foi marcado por telefone ou por mensagens?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O encontro entre mim e o meu amigo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Entre os participantes do jantar. Entre os participantes do jantar. Inclusive...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, é que não existe esse encontro entre participantes. Existe uma agenda entre mim e um amigo. Isso é por telefone.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E tem a participação de outras pessoas que combinaram o encontro, algumas em seu nome. Combinaram o encontro em seu nome. São essas as informações que nós temos.

Eu estou perguntando sobre um detalhe. Então, isso foi por mensagem ou foi por telefone?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não combinei encontro com outras pessoas além desta. Agora, muito possivelmente, o Coronel Blanco sabia que eu estava nesse restaurante, por alguma mensagem ou por algum telefonema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Alguma secretária confirmou esse encontro?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Qual encontro?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Estou me referindo ao encontro do jantar. Não estou me referindo a outro encontro.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não fazia parte de agenda oficial. Não tem secretária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quem providenciou a reserva no restaurante?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não tem reserva, Senador. Você chega para tomar um chope, normal, como chega a qualquer outro local.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse jantar se iniciou em que horário?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Por volta de 7h, talvez, 6h30, 7h...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que horas terminou?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não demorou muito não... 1h, 1h30... Era só um chope casual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. se deslocou até lá?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Até o...?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O restaurante.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Acredito que de táxi, talvez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu só queria confirmar de onde saiu e de onde foi...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De onde V. Sa. saiu e...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu saí do Ministério da Saúde e fui para o restaurante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E para onde foi em seguida?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Em seguida, muito provavelmente, fui para o hotel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É verdade que V. Sa. pagou a conta do jantar em dinheiro vivo, segundo relato feito a esta Comissão pelo Dominguetti?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, talvez, a gente tenha permanecido ali por uma hora, uma hora e meia. Eu não me recordo se foi dinheiro... A conta deve ter sido muito pequena. Não me recordo se foi dinheiro, se dividimos, se alguém pagou inteira, se eu paguei... Eu realmente não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Nós queríamos... E peço a paciência do depoente, porque nós temos que fazer algumas perguntas específicas. É o nosso dever aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. Sa. poderia fazer um relato detalhado e cronológico de como esse jantar transcorreu? É assim: como chegou, quem estava, o que conversaram, o que conversaram durante o jantar, como transcorreu... Algum detalhe chamou atenção?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vamos lá.

Eu estava na minha agenda com esse amigo, quando, na sequência, se dirige à mesa o Coronel Blanco acompanhado desse senhor que, naquele momento, se apresentou como Sr. Dominguetti. Falamos algumas amenidades, algumas coisas... Acho que naquele dia era final da Copa do Brasil ou do Campeonato Brasileiro, falamos de futebol. E ele, então, introduziu a questão do assunto de vacina, como eu já relatei. E, posteriormente, eu pedi, então, que se marcasse agenda no Ministério da Saúde, que lá, então, esse assunto seria resolvido. Os outros assuntos à mesa foram amenidades que, de fato, não me recordo do que é que foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, só para confirmar, o nome do empresário referido como tal aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, é o José Ricardo Santana?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele é empresário? Ele se apresentou como empresário?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, ele não é empresário. Ele trabalhava... O último trabalho de que eu tenho conhecimento, ele trabalhava na Câmara de Medicamentos da Anvisa. Ele tem uma *expertise* na precificação de medicamentos, que é o papel dessa câmara na Anvisa. Imagino que trabalhe com isso junto de empresas, enfim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Exa. poderia explicar o fato referido aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, exatamente o episódio do pedido de propina feito ao Sr. Dominguetti?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, esse episódio nunca ocorreu!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes e em que dias, por favor, V. Sa. se encontrou com o Sr. Dominguetti?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, eu estive com o Sr. Dominguetti, então, pela primeira vez, incidentalmente, nessa noite; no dia seguinte, na agenda oficial, no Ministério da Saúde, o recebendo, juntamente com outra servidora; e nunca mais o vi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta sobre isso. V. Sa. já havia solicitado algum documento à Davati e a seus representantes? Antes do jantar do dia 25 de fevereiro?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, essa pergunta também é uma pergunta concreta.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É muito interessante poder esclarecer isso, inclusive.

Essa proposta de 400 milhões de doses que... Na verdade, essa oferta – não seria nem uma proposta – de 400 milhões de doses, ela me foi trazida pelo Coronel Blanco, como diversas pessoas foram ao ministério, em diversas áreas do ministério, supostamente alegando que possuíam 100 milhões de doses, 200 milhões de doses, enfim.

Com o intuito de checar essa informação, entrei em contato com o Sr. Cristiano lá pelo início de fevereiro, me identifiquei – inclusive, a mensagem que foi divulgada aí, ela é clara, eu me identifico como Roberto Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde – e pergunto sobre essa possível existência de doses. Ele manda uma documentação que, como toda documentação que eles mandam, nunca atende e esse assunto morre.

À essa época...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se puder repetir, é muito importante isso, por favor. Isso são informações que nós estamos checando aqui; informações que nós já temos e que estamos checando com o depoente. Então, essas informações são, por favor, muito importantes.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Início de fevereiro, quando chega a existência, a possibilidade da existência desses 400 milhões de doses e que supostamente seriam a cargo deste Sr. Cristiano, eu entro em contato pra confirmar se, de fato, isso existe. E este Sr. Cristiano, então, me manda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma mensagem, um anexo, um conjunto de documentos que na verdade não fazem sentido e não atendem a um princípio básico, que é a carta de representação do fabricante.

Essa iniciativa fica pelo caminho e a proposta de que a gente tem conhecimento, que foi feita até a existência desse Sr. Dominguetti, ela não se apresentava como Davati, ela se apresentava como Latin Air Supply, se eu não me engano. Por isso que a existência de Davati, ela passa a existir, passa a aparecer no dia 26, que seria o dia seguinte a este jantar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A este jantar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Relator, eu estava numa reunião ali atrás e não consegui ouvir direito sobre como foi o encontro do Sr. Ricardo Dias, Roberto Dias no *shopping*. Quem estava lá, quem eram as três pessoas? Eu não ouvi direito, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Me perdoe, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já citou para esta Comissão a presença do que o Dominguetti chamou de empresário, que é o Sr. José...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – E aquele que ele reconheceu aqui? Qual era o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aquele era um coronel, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Pois é. Quem estava nesse dia, Sr. Roberto Dias, lá no *shopping*?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Nesta noite, eu tinha – eu – um compromisso com um amigo chamado Ricardo Santana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse Ricardo Santana e quem mais?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E, na sequência, apareceu o Coronel Blanco, juntamente com este senhor que se identificou como Dominguetti.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, então foi o Coronel Branco que o levou à mesa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Tinha um coronel, outro coronel...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já disse, Presidente, na sua ausência, que nós temos informações das tratativas para o encontro, de como o encontro foi marcado, quem falou em nome de quem, quem combinou com quem. Estou apenas checando algumas informações com o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse Blanco é o Coronel Blanco?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o Coronel Blanco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coronel Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que já não estava no ministério mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – À essa época, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – À essa época, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Blanco é seu amigo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Coronel Blanco é um ex-colega de trabalho, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque, se não for amigo, ninguém marca um jantar, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia de sábado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém vai...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...pra tratar de coisa de ministério num restaurante, num jantar, com óbvios interessados, embora desqualificados, mas interessados.

Quem foi que informou ao Presidente da República, que fez uma alusão a essa negociação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei informar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas, assim, como é que o Presidente da República anuncia que está para acontecer isso e V. Sa. não sabe informar quem o informou?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu desconheço isso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não sabe que ele falou em algum momento sobre a aquisição dos 400 milhões de...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não sabe?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Há quanto tempo V. Sa. vinha tratando com a Davati e seus representantes?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Conforme eu relatei, Senador, a Davati nasce no dia 26 de fevereiro. Até então, o Sr. Cristiano alegava ter 400 milhões de doses, e a proposta que foi apresentada ao ministério pelo Sr. Cristiano antes do dia 26 é de uma empresa chamada Supply alguma coisa, Air Supply.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. trocou telefonemas ou mensagens com o Cristiano Alberto Carvalho?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Relator, o nome da empresa, qual é?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Latin Air Supply. Eu posso lhe entregar depois o documento que chegou por *e-mail*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E a Davati?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Davati veio na sequência, não é?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi isso que ele falou.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A Davati só existe a partir desse dia 26.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia seguinte ao jantar?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que esses contatos, já confessados e que nós temos, tratavam com o Cristiano?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Meu contato com o Sr. Cristiano...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essas mensagens.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Meus contatos com o Sr. Cristiano sempre tiveram um único objetivo, saber se existia a oferta de 400 milhões de doses de vacina num momento em que não existia vacina e, como tantos outros, a única informação de que eu precisava e que nunca chegou, e por isso nunca foi à frente, e por isso nunca aconteceu, é: "Você tem a carta de representação do fabricante?". "Não."

Vale registrar, Senador, se o senhor me der um minuto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Todas essas empresas... E isso aconteceu, Senador, de forma muito semelhante na crise de respiradores. Todas essas empresas têm um único interesse: obter um documento chamado "lói" (LOI) ou, em inglês, "el, ou, ai", que é uma carta de intenção do Governo brasileiro onde se garanta a demanda de que ele precisa. Então, assim, quando ele pega uma carta de intenção do Governo brasileiro, ele se cacifa lá fora para diversas coisas.

Então, o que você nota, quase como um comportamento padrão, é que essas empresas... E, na troca de *e-mails* – e eu tenho os *e-mails*, vocês também têm –, ele só faz menção: "Tem que mandar a LOI". Tem que... Não vou mandar LOI nenhuma, até porque não é uma atribuição minha. Eu só tenho um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionamento: "Se você tiver o documento de representação da AstraZeneca, eu monto um processo e encaminho para a secretaria executiva". Não sei se o Secretário Elcio Franco aqui relatou episódio semelhante, mas isso aconteceu de diversas formas. O próprio Reverendo, que foi noticiado, que participou da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegaremos lá. Nós chegaremos lá.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O.k. Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tratou do orçamento disponível na Dlog para a aquisição de vacinas com algum representante de vacinas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Veja bem, Senador, eu não tenho orçamento disponível. Eu, simplesmente, a cada processo, recebo um orçamento e executo para aquele processo específico. Eu não tenho orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mas o seu setor pode segurar, pode demorar um pouco, pode dar celeridade também, não é?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dependendo da tua boa vontade...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor, Senador. Discordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que, numa das conversas que nós temos, que aconteceu, Cristiano diz para o Dominguetti, que o representava, que cada secretário do Ministério da Saúde tem orçamento de 5 bilhões, sendo que Elcio tinha 2 bilhões e Roberto Dias tinha 5 bilhões.

Eu tenho aqui o *print* e peço, por favor, para que o exiba, rapidamente, Izabelle, esse *print* aí. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Se é *print*, quando ele clicar em cima não vai interagir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas eu estou trazendo para conhecimento da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

No dia 26/02, V. Sa. respondeu ao *e-mail* dos representantes da Davati solicitando reunião para tratar da oferta feita pela empresa. No dia 26/02/2021, V. Sa. respondeu ao *e-mail* dos representantes da Davati, Cristiano e Dominguetti, solicitando reunião para tratar da oferta feita pela empresa, um dia depois do jantar. Primeira pergunta: o que foi tratado nesta reunião?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, o senhor me permite só esclarecer o *print?* Isso mostra um total desconhecimento desse aventureiro da dinâmica do funcionamento do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas é um aventureiro que teve reuniões. Eu estou me referindo a um outro encontro, depois do jantar, para tratar da negociação da vacina.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É que até esse momento a presunção era de seriedade – não é, Senador? –, como em qualquer situação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Sr. Roberto, a que o senhor atribui esse ódio todo do Dominguetti contra você? Porque, se ele é um aventureiro, é um picareta, como você já chamou aqui, ele tirou o quê? Ele pegou, tirou o seu nome do colete: "Eu vou perseguir...". Por que ele está lhe perseguindo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) **–** Também gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Mas do nada?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Também gostaria de saber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas o senhor foi quem esteve com ele em algumas oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Você foi Sargento da Aeronáutica?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Foi.

Conhece o Coronel Guerra?

Olha, eu vou dizer uma coisa: as Forças Armadas, os bons das Forças Armadas devem estar muito envergonhados com algumas pessoas que hoje estão na mídia, porque fazia muito tempo, fazia muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos que o Brasil não via membros do lado podre das Forças Armadas envolvidos com falcatrua dentro do Governo. Fazia muitos anos. Aliás, eu não tenho nem notícia disso na época da exceção que houve no Brasil, porque o Figueiredo morreu pobre, porque o Geisel morreu pobre, porque a gente conhecia... E eu estava, naquele momento, do outro lado, contra eles. Uma coisa de que a gente não os acusava era de corrupção, mas, agora, Força Aérea Brasileira, Coronel Guerra, Coronel Elcio, General Pazuello e haja envolvimento de militares...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... das Forças Armadas! Se tiver alguma coisa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque, do nada – Senador, já lhe parabenizei pelo seu aniversário –, do nada, o Sargento Dominguetti se volta contra um sargento da Aeronáutica.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Deixe-me apenas fazer uma ponderação, Sr. Presidente. Assim, é preciso que... A acusação é feita, é preciso apurar, ouvir os dois lados, buscar o contraditório. Não se pode partir da premissa de que alguém que vem aqui e acusa esteja 100% com a verdade sem apresentar evidências, provas. Veja V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Renan.. Senador Renan...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja: V. Exa. e outros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou com a palavra. Hoje não vou aceitar interrupção...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... Senadores, Senadores desta Comissão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu hoje não vou aceitar interrupção!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e do Parlamento, são acusados também. E muitas vezes saem em defesa justamente nesta mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! Sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, nem sempre a gente tem que fazer esse tipo de prejulgamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, meu amigo. O que eu quero explicar é que, infelizmente – infelizmente –, o que nós temos ouvido aqui nos relatos do depoente é que geralmente tem alguém das Forças Armadas. Isso não é bom para o Brasil. Não é bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas vai presumir?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente... Presidente, mas aí já está havendo um prejulgamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai prejulgar? Acho que não cabe prejulgamento nem de A nem de B.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou fazendo... Eu estou fazendo perguntas objetivas e estou querendo confirmar alguns fatos que já tenho, repito.

Então, voltando à pergunta, no dia 26/2, V. Sa. respondeu a um *e-mail* dos representantes da Davati, solicitando reunião para tratar da oferta feita pela empresa. Já é diferente, tá? O que foi tratado nessa reunião com o Sr. Luiz Paulo Dominguetti?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, conforme eu relatei, para que não houvesse tratativas de nada fora do âmbito do Ministério da Saúde, eu solicitei que fosse pedida uma agenda oficial. Recebi a pessoa, atendi a agenda, marquei agenda às 15h, recebi, então, esse senhor acompanhado de outra servidora. Esse senhor trouxe mais documentos que não atendiam em nada, não agregavam em nada. Nesse momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta sobre isso, sobre a reunião, do que se tratou.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do que tratou a reunião?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não. Dessa reunião, o único objetivo era que ele então apresentasse que possuía uma carta de que representava a AstraZeneca. Ele não apresentou. Falei: "Olha, sem esse documento, eu não posso montar um processo e encaminhar para a secretaria-executiva". "Não, mas a carta vai ser encaminhada em instantes". Eu falei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então me responda a uma pergunta sobre isso: por que a reunião foi marcada com tanta pressa, para o mesmo dia em que o *e-mail* foi recebido?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Mas eu já relatei, Excelência. Durante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas por que a pressa? Se ele não representava a Davati nem a AstraZeneca...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu vou responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por que marcou no mesmo dia em que foi pedida a reunião?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, pois não, por gentileza... Durante o jantar, quando eu solicito que seja agendado, que seja marcado na agenda oficial, ele manifesta que iria embora no dia seguinte. Falei: "Olha, não tem problema, se você quiser, você peça a agenda e eu lhe atendo amanhã".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que eu perguntei isso? Porque eu perguntei: "Por favor, Sr. Roberto Ferreira Dias, detalhe o que conversaram no jantar". Eu pedi para fazer um detalhe.

Sobre isso, eu quero fazer uma pergunta: V. Sa. já havia ajustado a realização dessa reunião com o Sr. Dominguetti no jantar do dia 25?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – No jantar do dia 25, quando ele se apresenta como vendedor de vacinas, eu peço que ele marque uma agenda oficial no ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Pergunta específica: o senhor já havia ajustado o encontro para o dia seguinte?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não ajustei encontro para o dia seguinte; eu pedi que ele pedisse uma agenda oficial ao ministério e que, então, no ministério eu o receberia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi quantos dias depois?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dois dias depois. No dia 26...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No dia seguinte.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas, mas... Só, desculpe a interrupção. Mas, ao mesmo tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 25 eles tiveram um jantar... Só o cronograma. No dia 25 tiveram o jantar, no dia 26 ele recebeu um *e-mail* da Davati solicitando a reunião...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dia 25 que dia era?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De fevereiro, um sábado ou domingo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era sábado ou domingo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sábado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, de um chopinho de sábado à tarde teve uma reunião de trabalho na segunda seguinte?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Exatamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas se nós estávamos em pandemia, eu não consigo ver o problema de ser um movimento rápido, se se estava tentando achar a solução para a vacinação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com a credibilidade do Cabo Dominguetti, como ele mesmo disse.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas ele não teria ido tratar de vacina, segundo ele.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Como a CPI tem uma facilidade de acreditar em quem está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele não falou que estava tratando de vacina, ele ocultou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas ele não estava... Exatamente. Ele foi para lá para tomar um chope.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu acho, Senador Renan, Senador Relator, que, como era o Sr. Roberto Dias que tratava de vacina, então ele deve, além de ter conversado com o Dominguetti e ter dito que não tinha condições nenhuma, não tinha carta, não tinha nada... Como é que foi a reunião sua com a Pfizer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Só um esclarecimento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que foi? Não, eu estou lhe perguntando: como é que foi a sua reunião com a Pfizer?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vou lhe responder, vou lhe responder. Só um esclarecimento. O senhor falou que a reunião foi sábado, que o encontro foi domingo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, tudo bem, esquece isso. Depois a gente vê as datas. Me responda o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É bom deixar claro para não pairar dúvida depois.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O jantar foi na quinta-feira à noite, onde esse senhor aparece, e eu solicito que ele peça uma agenda. E a agenda oficial, no Ministério da Saúde, acontece na sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, já no dia seguinte?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bom.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Sim, mas dia útil, não foi num sábado de chopinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só agora me responde, só um minutinho, só um minutinho.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... sábado e domingo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor tratou da AstraZeneca com a Davati. Como é que foi a sua reunião com a Pfizer?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não tratei da AstraZeneca. São coisas distintas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tratou com a Davati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O senhor me fez uma pergunta, me permita só esclarecer. Nós estamos falando de coisas distintas. Quando o senhor faz referência à Pfizer, o senhor pretende fazer uma alusão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tratou com a Davati, que dizia representar...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, por gentileza, eu preciso responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, eu só quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu fiz uma pergunta e estou aguardando a sua resposta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Vamos fazer um apelo para deixar o depoente responder. Toda vez é essa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho.

Então, eu vou melhorar a pergunta. O senhor marcou uma reunião com a Davati para tratar de vacina, correto? O senhor teve reunião com a Pfizer para tratar de vacina?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Agora deixa responder.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Agora deixa só eu responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O senhor está fazendo uma alusão a duas coisas distintas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não coloque palavras. Você não tem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Deixa ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não. Eu estou só lhe perguntando como foi a sua reunião com a Pfizer para tratar de vacina.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vou responder. Posso responder?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só isso, é só isso! Só quero saber isso. Aliás, todos querem saber como é que foi a reunião dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso. Todos querem!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não. Vamos lá!

Quando o senhor se refere à Pfizer, o senhor se refere a um processo de negociação, de contratação, de fabricação e fornecimento de vacina, o qual não era minha atribuição, e nunca o fiz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não era atribuição sua tratar sobre a vacina da Pfizer?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Quando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já me respondeu, então.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, calma! Ele vai lhe responder.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu preciso responder.

Quando o senhor se refere a este evento Davati, se refere a uma possível oferta de 400 milhões de doses prontas para pronta entrega. Eu não estou negociando vacina, não estou negociando preço. O cronograma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estava negociando banana?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu estou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu estou verificando a existência das doses.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ouça mais, Presidente!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – São coisas distintas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor fez a mesma coisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Então, com a Pfizer, era difícil? Com a Davati, é fácil?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – De novo, Excelência: não me coube negociar vacinas com Pfizer, com Janssen, com ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas coube com a Davati.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Fiz, sim, reuniões operacionais com a Davati...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pergunte: e com a Precisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu vou chegar lá.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Com a Davati, foi a verificação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando numa sequência. Eu não posso também perder aqui a lógica.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... da existência das doses. É diferente, bem diferente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria voltar à pergunta que lhe fiz.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor havia ajustado na reunião anterior o encontro do dia seguinte?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Se eu havia ajustado o encontro do dia seguinte?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, Excelência. Eu já respondi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Respondeu o quê?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Quando o assunto entra no campo de vacina, eu peço que ele marque e agende no ministério. É isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Após a reunião do dia 26, V. Sa. continuou as tratativas com o representante da Davati?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Com o Sr. Dominguetti, eu nunca mais tive contato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, com representantes da Davati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu recebi do representante da Davati – não me recordo se o Cristiano ou o outro, acho que o Herman – *e-mails* exatamente cobrando o posicionamento do ministério. E a minha única resposta – é um *e-mail* que está, inclusive, em inglês – é falando: "Olha, eu preciso da carta de representação da AstraZeneca". É só isso. Está escrito. Não é nem versão. Está escrito.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – E eles te pressionando para que o Governo emita um documento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou com a palavra. Infelizmente, eu não vou conceder interrupção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só quando é da oposição! Aí pode!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É só um lado só. Desculpa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí pode!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Relator, desculpa! É que eu esqueci que eu não sou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Relator tem a prerrogativa da palavra. Ele concede a palavra para quem ele quer. Desculpa se ele não a concedeu para vocês.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – ... exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Continue.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós perguntamos isso... Nós perguntamos isso porque, em conversa com o Cristiano Alberto Carvalho, em 1º de março, ou seja, após o episódio do restaurante Vasto e a reunião do dia 26 de fevereiro com V. Sa., Dominguetti diz que V. Sa. teria que responder a um *e-mail*. Que *e-mail* é esse?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É a carta que o nobre Senador tentou explicar e que se chama LOI, em inglês, uma carta de intenção, que é sempre o que esse tipo de empresa precisa. Eles querem que o Governo manifeste o interesse. Ora, por dois motivos: primeiro, eu não tenho competência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para tal, jamais o faria; segundo, eu não consigo nem abrir um processo e encaminhar à secretaria-executiva se ele não mostra que representa a empresa. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele mostrou, e V. Sa. recebeu uma mensagem, uma carta da Davati autorizando, inclusive, a...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas não da AstraZeneca, ele está falando da AstraZeneca, do laboratório...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos investigando a AstraZeneca, nós estamos investigando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, o Senador Marcos do Val vai destituir o advogado desse jeito... Está advogando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... as negociações e as propinas no Ministério da Saúde. Eu não estou investigando a AstraZeneca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É que o que interessa são os fatos, não as versões.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pessoal, aqui nós não estamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com todo o respeito, está interrompendo!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom, então, eu vou me fantasiar aqui de Randolfe para conseguir falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aqui nós não estamos investigando AstraZeneca.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos do Val, tem inscrição...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos investigando a AstraZeneca nem quem representava a AstraZeneca. Esta Comissão está investigando as negociações e as bandalheiras no Ministério da Saúde. É isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Aí nós discordamos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bandalheira tem lá no Consórcio Nordeste, Renan. Lá, tem.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Uma hora o Relator desfaz da Polícia Federal, ora o Presidente se desfaz das Forças Armadas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço a V. Exa. para me garantir a palavra, que interrompa os microfones. Nós não estamos investigando a AstraZeneca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até agora, o Sr. Roberto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Roberto, nós estamos investigando uma negociação, uma denúncia de que o senhor teria pedido propina, que foi trazida a esta Comissão com *e-mails*, com mensagens que comprovam isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Comprovam o quê?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não! Não comprovam, não! É só a fala!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não tem *e-mail*, não tem mensagem, nada por escrito! Só tem a fala do denunciante!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não dá para fazer assim. Não dá para trabalhar assim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, a turma veio hoje para tentar obstruir o depoimento do Sr. Roberto Ferreira Dias. Não sei o que eles temem que o Sr. Roberto Ferreira Dias fale.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Líder Fernando Bezerra, aniversariante Marcos Rogério, Senador Marcos do Val, do querido Espírito Santo, deixem o Senador Renan concluir, e depois V. Exas. terão tempo suficiente para fazer os questionamentos. E aí, na hora de falar, vocês podem questionar o Relator, mas não adianta a gente estar batendo boca agora. Eu peço esse favor para V. Exa.

Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é, por favor, Sr. Roberto Ferreira Dias, quem é Gean Silva, do Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Acredito que se trate do secretário da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredito, não. Estou fazendo uma pergunta: quem é? Quem é?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Gean, acredito que seja o secretário da secretaria-executiva, ou seja, é quem secretaria a secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você pede, por favor, Izabelle, para colocar o *print* 3? (*Pausa.*)

Isso é só para conhecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Pausa.*)

É uma conversa do Dominguetti. Depois, um *e-mail* do Herman. O Dominguetti cita o Gean do Ministério que confirmou a reunião para amanhã. Ele há pouco acabou de dizer quem é o Gean.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para... Essa conversa é do Dominguetti com quem, Relator?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Essa conversa é dia 1º de março de 2021.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque continuaram as conversas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas com quem é a conversa? É importante, porque aí só tem um nome.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com o patrão dele, o Cristiano, que é o representante da Davati no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Conversa do Dominguetti com o Cristiano?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que cita o Herman, que é o representante da Davati nos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É o chefe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o chefe.

V. Sa. conhece o Sr. Serafim Eduardo ou algum outro representante da Sinfarma?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu conheço um Serafim e conheço um Eduardo. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca vi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca viu nem ouviu falar?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós perguntamos isso porque, em conversa por WhatsApp, no dia 03/05, Serafim Eduardo, da Sinfarma, ordenou que Dominguetti retirasse o nome do *e-mail* da reunião com V. Exa. e enviasse para ele, Serafim, pois "nosso cara ia sentar na cadeira". A quem Serafim Eduardo se referia?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, eu acho que o que senhor acaba de falar só prova que eu não tenho nada a ver com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por quê?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Gean é secretário da secretaria executiva, provavelmente aquilo era uma agenda deles na secretaria executiva, e eu nunca ouvi falar de nenhum Serafim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nos perguntamos o porquê dessa conversa. Qual é a sua interpretação...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei. Não participo dela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, essa alusão, quem é esse cara dele, sentado na cadeira, por favor? Era uma referência a V. Sa.?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não faço a menor ideia, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não nega?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não faço a menor ideia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não faz a menor ideia.

Na mesma sequência de mensagens, Dominguetti faz referência à reunião do dia 26, e depois passa o *e-mail* de V. Sa., roberto.dias@saude.gov.br, e do Dlog, passa aqui o *e-mail* também, ao Sr. Serafim. V. Sa. é a pessoa a quem o Serafim se refere como "nosso cara", que ia sentar na cadeira?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu não faço a menor ideia de quem é Serafim. Você precisa fazer essa pergunta para ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando sobre uma referência que o Serafim fez.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O.k., o.k, entendo. O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem uma conversa 5 também. No diálogo com Cristiano Alberto Carvalho, o representante da Davati no Brasil, Dominguetti disse que estava viabilizando agenda com o Presidente. V. Sa. ajudou nisso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, não ajudei, não conheço, não faço a menor ideia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece quem?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Presidente. Como é que eu vou ajudar numa agenda com o Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se exerce uma função dessa num ministério, sobrevive a vários ministros e não conhece o Presidente? Numa alusão de que alguém marcaria uma audiência com o Presidente, as tratativas estavam sendo feitas com V. Sa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando: V. Exa. ajudou na marcação dessa reunião?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não, eu estou sob juramento. Eu não conheço o Presidente da República, nunca estive com ele, não tenho a menor ideia do que faz esse diálogo, nunca participei desse diálogo. Esse questionamento tem que ser feito a essas pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não tem nenhuma ideia de que o Presidente referido é o Presidente da República?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou não é?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não tenho nenhuma ideia sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tratou do encontro de representantes da Davati com o Presidente da República ou com outras pessoas da Presidência da República?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Como já disse anteriormente, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Eu peço para colocar esse outro *print* aí rapidamente. (*Pausa.*)

Isso aí são conversas com o Serafim... Dominguetti...

Dominguetti: "Tira a razão não uai. Tá perdendo quase 200 milhões de comissão." Dá uma risada. "Estão viabilizando sua agenda com presidente".

Por isso, fizemos essa pergunta.

V. Sa. agilizou ou viabilizou a reunião do Sr. Dominguetti com o Elcio Franco? Outra pergunta específica.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem outro *print* que relata também conversas com relação a isso.

Eu peço para colocar a conversa seis rapidamente. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Renan, Renan, só para... Eu fiquei meio perdido aqui. Eu não consegui entender. Esse Serafim é da onde, afinal?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É quem é.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quem é esse Serafim, que eu não... Eu... Eu...

Quem está sendo mostrado, gente? Ninguém sabe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram conversas referidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim. Mas qual é a conexão dele? Isso é que eu estou tentando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele está negociando e...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas está se referindo ao Roberto?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Em nome de quem? Daquele Dominguetti?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nome do grupo que estava tratando da propina e da negociação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas ele é ligado à Davati? Enfim, ele só aparece aí nesse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei exatamente quem era, porque...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E ninguém sabe dizer quem é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém sabe dizer. Mas é... Refere a... Perguntei, para ele nos ajudar com relação a isso. Mas nós vamos levantar, porque essas conversas são recentes.

Luiz Paulo Dominguetti informou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que V. Sa. recebeu uma proposta da Davati, mas o Coronel Elcio Franco informou a Dominguetti que não havia recebido essa proposta. Por quê?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pela questão já aqui apresentada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não... Eu não trato de vacinas, correto? Não as negocio. Fui checar a existência de 400 milhões de doses. Só preciso de um documento para que isso faça sentido, a representação da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta anterior: V. Sa. agilizou ou viabilizou a reunião com o Elcio?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Conforme já respondi, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais eram os termos dessa proposta referida pelo Dominguetti, a proposta que V. Sa. recebeu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não vou me recordar agora, mas o senhor deve ter ela com certeza. Eram 400 milhões de doses a pronta entrega.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por que não passou para o Elcio?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, conforme eu já disse, para que eu passe qualquer coisa para a secretaria executiva, para frente, isso tem que fazer sentido. Eu não posso chegar a qualquer pessoa que quer vender qualquer coisa no ministério e dar procedência a isso. Não dando procedência, eu já estou passando por todo esse constrangimento e esse caos, o senhor imagina se eu levasse isso à frente. Então, assim, ele, então, entendeu que ele tinha chance de fazer e procurou direto. Essa iniciativa não foi minha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, quais eram os dados da proposta que V. Sa. recebeu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O que eu me recordo agora eram 400 milhões de doses a pronta entrega. A proposta deve estar nos autos aqui da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. era responsável por fazer a triagem das propostas que interessava ao Governo? Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não faço triagem de propostas que interessam ao Governo, mas, na qualidade de subordinado ao Secretário-Executivo, eu não posso passar para o meu chefe um documento ou um processo sem pé nem cabeça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais eram os requisitos para que as negociações pudessem seguir adiante, então?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não havia requisitos para negociação, até porque eu não fazia negociação e não o fiz. A única coisa que fazia sentido naquele processo, se existisse, era a carta de representação de que essa empresa representaria a AstraZeneca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, a carta...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu abriria um processo e encaminharia ao Secretário-Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A carta pedida por V. Exa. não foi essa sobre as quais nós temos documento; foi de que a Davati estava indicando os representantes para negociar – a Davati.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor. Não, senhor.

A carta que eu sempre... A carta a que eu faço menção neste *e-mail* e para quem foi fazer... Disse no ministério que tinha dose, enfim, é sempre a mesma. Você diz que vende um produto. Você tem a carta de representação deste vendedor, deste fabricante? Não. Morre o assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou também da negociação de outras vacinas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O departamento...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Bem como não participei dessa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dessa nós temos o jantar, nós temos os *e-mails*, nós temos a mensagem da negociação.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não há negociação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que o senhor chega numa Comissão Parlamentar de Inquérito e diz isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não há negociação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pediu a indicação dos representantes, deu consequência as tratativas...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não há negociação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e não participou?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não há negociação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa... O Departamento de Logística tem a função de negociar contrato de vacina e outros insumos?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vacina para Covid-19, a negociação é uma prerrogativa da secretaria executiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voltando: quem o apresentou a Luiz Paulo Dominguetti?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Luiz Paulo Dominguetti nasce neste incidental jantar, apresentado pelo Coronel Blanco, que já não mais trabalhava no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é seu relacionamento com o Coronel Marcelo Blanco?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Coronel Marcelo Blanco chegou junto com o General Pazuello, então Ministro Pazuello. Entrou como assessor da Diretoria de Logística e, na sequência, ocupou o cargo de Diretor Substituto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há quanto tempo o senhor vinha tratando desse contrato com a Davati com o Coronel Branco e o Cristiano Alberto Carvalho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Blanco, Blanco.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Só para frisar: eu não tratava de contrato com Davati e nem com o Cristiano.

Eu fiz uma pergunta, alguns questionamentos ao Cristiano acerca da existência das 400 milhões de doses. E a Davati só nasce no dia 26 de fevereiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O Coronel Blanco continuou mantendo tratativas e facilitando encontros no Ministério da Saúde mesmo após a sua exoneração do ministério em janeiro? Por favor, é uma pergunta concreta.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, aí é uma pergunta que o senhor tem que fazer ao Coronel Blanco, não a mim. Eu não tenho conhecimento sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como não tem, se as tratativas eram para fazer encontro com V. Sa.? E não tem conhecimento?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendeu?

Então, isso aqui, Presidente... Um depoente que chega ao cúmulo de dar uma resposta dessa, depois de tudo verdadeiramente comprovado, é uma coisa que, é um exercício duro de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Comprovado o quê?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As mensagens...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mensagem é prova de quê, Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já falei aqui das mensagens, ele já disse que há mensagens da negociação... Já exibi algumas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nada comprovado. Mensagem de terceiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não sabe se o Coronel Blanco...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tomara que o Ministério Público não faça isso em algum momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. não sabe se o Coronel Blanco – não sabe – continuou fazendo tratativas inclusive de encontros com o senhor, depois que deixou o ministério?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu desconheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desconhece.

No dia do jantar com Dominguetti, como e quando o Coronel Blanco chegou ao encontro? O senhor lembra de algumas coisas que marquem a...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, como eu já coloquei, como não era um evento específico, eu me recordo dele se dirigindo à mesa, mas não muito mais que isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem conhecimento de que o Coronel Blanco abriu a empresa Valorem Consultoria em Gestão Empresarial, que tem como uma de suas atividades a representação de comércio de medicamentos?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ah... Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor. Ele tinha, talvez, depois que saiu do ministério, um desejo de trabalhar na área, mas eu não tenho conhecimento de que ele abriu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que ele abriu essa empresa de venda, de comércio de medicamentos.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem algum negócio com essa empresa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Claro que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro que não.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Claro que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. facilitou...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nem com essa, nem com nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. facilitou a atuação do Coronel Blanco dentro do Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, Sr. Senador. Entendo que não há a atuação do Coronel Blanco. Neste evento pontual – e aí me refiro ao que se refere a mim –, neste evento pontual...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou falando a partir dessa empresa, se facilitou alguma negociação?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não. É a isso que estou respondendo.

Eu não posso responder pelo Coronel Blanco. Neste evento pontual em que eu sou mencionado, só existe a apresentação do Coronel Blanco acerca dessa possível existência de 400 milhões de doses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta não foi, infelizmente não foi essa. A pergunta foi: V. Sa. facilitou a atuação do Coronel Blanco dentro do Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem algum negócio com a empresa Valorem Consultoria em Gestão Empresarial?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não facilitou nenhum negócio?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não facilitei e não tenho relacionamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o Coronel Alexandre Martinelli?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nenhuma. O Martinelli foi Subsecretário de Assuntos Administrativos do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até quando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até quando?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei informar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele também tem participado em intermediações e negociações de particulares com o ministério?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca, não chegou nada...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei. Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... à sua consideração?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A mim não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. teve alguma tratativa sobre vacinas com a Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários? Ou, especificamente, agora chegamos com o Reverendo Amilton Gomes de Paula?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu lembro de tê-lo recebido em agenda oficial, na minha sala...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Uma única vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma única vez?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Uma única vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A pedido de quem?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não me recordo. Foi um pedido de agenda, é uma agenda oficial, está registrado. Isso pode ser levantado, Senador, está na agenda.

E a retórica era a mesma: possuía "x" doses disponíveis e não possuía a carta de representação do fabricante. E aquilo acabou ali.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele acaba, Presidente – o senhor chegou –, de confessar que recebeu o representante, o Reverendo Amilton Gomes de Paula para fazer tratativas de venda de vacina. Eu perguntei para ele quem marcou o encontro, e ele não lembra...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, vou exatamente repetir a resposta que eu dei para o senhor. Por gentileza, me permita.

Eu recebi um pedido de agenda, a agenda foi marcada, uma agenda oficial, e esse senhor reverendo – não me recordo o nome agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Esse pedido de agenda não teria partido de um *e-mail* da Casa Civil?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Num daqueles *e-mails*?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Num daqueles *e-mails*, que nós temos muitos aqui, Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ele é feito...Ele é feito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu espero que V. Exa. possa dizer para a gente a verdade.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) **–** Só estou falando a verdade, Senador.

É um pedido... Precisa verificar, vocês podem requisitar essa informação, inclusive, no Ministério da Saúde. Possivelmente, houve um pedido de agenda. Está registrado, essa agenda aconteceu, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agenda oficial. A mesma coisa: "Tenho 100 milhões de vacinas da AstraZeneca". Por exemplo, não sei se é isso ou se a marca é essa...

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sei quem colocou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que áudio é esse?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante detectar quem foi que... Alguém que vazou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que áudio é esse aí?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse áudio é do Zoom aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguém que está aqui abriu o áudio e saiu aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem nada a ver com as perguntas aqui do Renan.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Está todo mundo...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, então, por gentileza, só para completar, a retórica é a mesma. Foi pedida uma reunião, foi marcada uma reunião oficial: "Tenho 100 milhões de vacinas". E: "Tem a carta?". "Não". O assunto morre, e vida que segue.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. está se referindo a uma outra oportunidade, não à oportunidade da oferta dos 400 milhões de vacina. É isso? Agora, 100 milhões...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu não... Eu falei que o número não era exemplificativo, eu não me recordo se era a mesma 400 milhões, 100 milhões. Isso está no Ministério da Saúde, pode ser verificado. Não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pediria para que V. Exa. fizesse um esforço de memória para ajudar um pouco aqui nesta investigação. Se não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembra quem pediu uma audiência de um reverendo que se dizia ter acesso ao Presidente da República e que iria ao ministério representando a vontade do Presidente para negociar vacinas, se não lembra quem marcou essa audiência e por que o recebeu, não fica bem, fica difícil, não é? Porque o reverendo se dizia a pessoa que falava com o Presidente da República, e o senhor o recebe no ministério para comprar vacina. Ele estava ofertando vacina. V. Exa. se referiu a 100 milhões, e não mais aos 400 milhões. Isso foi em uma outra oportunidade?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Esse número é exemplificativo, Senador. Eu posso até pedir para verificar – eu não tenho mais acesso aos sistemas –, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém do Palácio pediu para receber o referendo? Por favor!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não que eu me recorde. Eu poderia até dizer, firmemente, não. Mas não que eu me recorde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a participação do Diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis, Sr. Lauricio Monteiro Cruz, nessa negociação da Davati? Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Bom, só confirmando, Senador, não houve negociação com a Davati. E eu recebi um *e-mail* reencaminhado do Diretor Lauricio depois que eles foram, esse Senah foi a uma reunião na Secretaria de Vigilância em Saúde. Salvo melhor juízo, até este prezado momento, não existia a Davati mencionada. E era, sim, Senah. Ele copiou a secretaria executiva e o Departamento de Logística.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Sr. Guilherme Filho Odilon?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu falar?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca ouvi falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele negocia ou intermedeia a compra de produtos com o Ministério da Saúde? Já ouviu falar sobre isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca ouvi falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também sobre isso? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também sobre isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca ouvi falar. Desconheço isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O Sr. Luis Ricardo Miranda, servidor do Ministério da Saúde, disse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que V. Sa. fez pressões atípicas sobre ele no processo de importação da vacina Covaxin.

A primeira pergunta sobre isso: por que V. Sa. insistiu em apressar a importação dessa vacina?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, primeiro que eu nunca insisti em apressar a aprovação dessa vacina. Eu tenho uma menção, em um *post*, perguntando: "Como está a LI da vacina?". E, conforme o meu discurso de abertura, essa LI de vacina se referia à carga do Covax Facility, que chegaria no domingo e seria recebido pelo Ministro da Saúde, no Aeroporto de Guarulhos, com a minha presença, e eu gostaria de me certificar de que não haveria nenhum problema no desembaraço aduaneiro. Até porque não faz sentido algum, no sábado, quase nove da noite, você ter algum andamento de LI de que não está acontecendo. Aquilo era uma operação, era um voo chegando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a pergunta exatamente não foi respondida. Exatamente a pergunta é: por que V. Sa. insistiu em apressar a importação dessa vacina?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca insisti em apressar a importação dessa vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem eram os seus superiores no Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Departamento de Logística é subordinado à secretaria executiva – à época, o Secretário Elcio Franco – e ao Ministro da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora chegou a hora.

Como era o seu diálogo com eles? Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Com o Secretário Elcio Franco eu tinha muito pouco contato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha muito pouco contato.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A divergência estava localizada exatamente sobre o quê?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não havia divergência. Eu tinha pouco contato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém fez sobre V. Sa. pressão semelhante à que V. Sa. fez sobre o servidor Luis Ricardo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seus superiores hierárquicos?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu nunca fiz pressão sobre o servidor Luis Ricardo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor sofreu alguma pressão de superiores hierárquicos?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não encaro como pressão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, por favor, como o senhor encara essa...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, ao longo da pandemia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ao longo da pandemia...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ao longo da pandemia, nós temos diversas situações de crise de vacinas, de seringas e de respiradores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, é muito importante pedir atenção do Plenário, por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ao longo da pandemia, nós temos diversas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minutinho.

Os assessores aí, por favor. (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Posso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ao longo da pandemia, nós temos diversos momentos de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa aqui. É porque foram citadas duas pessoas que são políticos no nosso Estado: um é o Serafim, que é ex-Prefeito e Deputado Estadual, amigo nosso, Serafim Corrêa; e outro, o Alfredo, também que é um conhecido nosso, ex-Ministro, ex-Senador, Alfredo Nascimento. Deixar claro pra quem está nos ouvindo no Amazonas que não tem nada a ver com eles esse Alfredo e esse Serafim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nada a ver.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Não sabe quem é o Serafim?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, esse Serafim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pode ser qualquer um.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não é ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não dá para afirmar qual é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não é ele, não é ele, com certeza absoluta, até porque...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isso que é muito importante ter muito cuidado com esse tipo de afirmação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, é só V. Exa. procurar que estão disponíveis os áudios, está disponível tudo aí para qualquer Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com certeza, ele não será o fim, ele deve ser o meio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Serafim que ele cita é o Serafim que tem o prefixo 013, do Município de Santos, em São Paulo. O prefixo do Amazonas é 092, Manaus.

Então, só pra dizer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Serafim Corrêa, de que nós estamos falando, é uma pessoa que fica em casa o tempo todo, não tem saído, e eu posso lhe assegurar que não é o mesmo Serafim, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parabéns pelo cuidado de V. Exa.. Não sabendo quem é, sabe quem não é, pelo menos pelos números de telefone.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei quem não é, porque tem... V. Exa. tem acesso aí...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu também dou o testemunho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... qualquer um dos Senadores e Senadoras deste Senado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o Serafim é uma grande figura, um grande homem público...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Você sabe, você conhece.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Serafim é um homem sério e não se envolveria com isso. Então, é só para deixar registrado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É só para deixar claro que, na realidade, trata-se de um homônimo, não tem nada a ver nem com o Serafim Corrêa nem com o Alfredo, que foi até nosso colega Senador aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou não será o fim, ou não será...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não será o fim; é o meio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não será o fim.

Então, voltando à pergunta: V. Exa. recebeu de seus superiores pressões semelhantes às que fez ao Luis Ricardo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta... É muito importante essa pergunta também.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não, Excelência.

Primeiro, registrar que não fiz pressão no servidor Luis Ricardo e, segundo, o que eu recebia eram pedidos de informação, pedidos de informação sobre andamento de diversos fatos e, ao longo de toda a pandemia, de diversas crises que tivemos: seringa, respirador, EPI e assim segue.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Esses pedidos de informação ficavam restritos exatamente a isso ou tinha pedidos que lhe chamavam a atenção?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não chamavam atenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então não houve... A pressão que V. Sa. teria feito ao Luis Ricardo teria partido da sua própria vontade?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não fiz pressão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não foi veiculando pressão de ninguém sobre V. Sa.?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não fiz pressão sobre o servidor Luis Ricardo. Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor considera que não fez pressão? Ele relata como uma pressão indevida.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Alex Leal Marinho e o Coronel Pires estiveram, em algum momento, administrativamente subordinados a V. Sa.?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Tenente-Coronel Alex era subordinado a mim, era coordenador-geral da área de logística.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Alex Leal Marinho **–** é importante isso **–** era subordinado ao depoente e era coordenador da área de logística.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E Marcelo Pires?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Marcelo Pires era subordinado ao secretário-executivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marcelo Pires era subordinado ao secretário-executivo.

Ele também não tinha relação com V. Sa.? Tinha apenas com o secretário-executivo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nenhuma subordinação nem relação comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu falo... Aí não é mais subordinação, é relação.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor, nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. ordenou que eles pressionassem o servidor Luis Ricardo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca. Jamais. Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, na medida em que eles pressionaram, o senhor acha que essas pressões advêm de onde? Não poderia nos dar essa informação?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu preciso registrar que, se houve pressão sobre o servidor, eu não o fiz e desconhecia quem o faria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou citando dois nomes que fizeram: Alex Leal Marinho e Coronel Marcelo Pires. Não sendo por sua orientação, e V. Sa. já respondeu, essa pressão seria deles próprios ou orientada por alguém, algum superior hierárquico?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu não posso responder por eles. Essa pergunta tem que ser feita a eles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor não entende de onde poderia ter partido?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não posso responder por eles, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* revela que um despacho do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde advertiu sobre a necessidade legal de realização e estimativa de preços da Covaxin. Aspas: "Sugere-se ao Departamento de Logística (Dlog) que avalie a possibilidade de realizar negociação com o fornecedor a fim de apurar melhores preços". É o que diz o documento datado de 17 de janeiro. Segundo a reportagem, o Dlog, porém, não seguiu essa orientação, o que foi destacado no relatório do Tribunal de Contas da União. E dois relatórios distintos, tanto o do TCU quanto o da CGU, apontaram como possível irregularidade no contrato da Covaxin a ausência de pesquisa por eventuais preços internacionais da vacina – essa pergunta também é muito importante. Em função disso, eu gostaria de fazer algumas perguntas, depoente.

V. Sa. confirma que participou da fase pré-contratual da Covaxin ou somente passou a atuar na fase de execução do contrato? Essa é uma pergunta importante.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu nunca participei da fase pré-contratual, nem da Covaxin nem de nenhuma vacina de Covid-19.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom, é uma pergunta específica.

Então participou apenas na fase da execução do contrato. É isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Participei apenas na fase final para a consecução do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da execução do contrato.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Consecução do contrato. A execução do contrato cabe à fiscal do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. – voltando – participou dessas negociações?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só participou da fase de execução do contrato.

O Departamento de Logística, que estava sob o comando de V. Sa., chegou a verificar os países que compraram essa vacina e o preço praticado? Poderia confirmar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – No âmbito das vacinas Covid-19: não nos cabia negociar ou aferir preço de vacina de Covid-19.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, eu estou perguntando o seguinte: o Departamento de Logística, que estava sob o comando de V. Sa., chegou a verificar os países que compraram essa vacina e os preços praticados? O senhor poderia nos informar?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Estou informando. No âmbito de vacinas Covid-19, não cabia ao departamento essa tarefa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Dlog fez algum levantamento de preços, conforme indicou o despacho do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nem dessa vacina, nem de nenhuma outra vacina de Covid-19.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, o despacho está errado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Veja bem, uma pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O.k. O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor está dizendo o seguinte... Eu fiz a seguinte pergunta: o Dlog fez algum levantamento de preço, conforme indicou o Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério de Saúde? Isso foi informado ao Tribunal de Contas e à CGU.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, existe uma premissa equivocada. Está sendo atribuído como verdade absoluta o despacho do Departamento de Imunização. No caso de vacinas Covid-19, esse preço já havia sido aferido pela secretaria executiva. O Dlog não participou de nenhuma execução, de nenhuma negociação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, o senhor está dizendo que o secretário-executivo levantou esses preços internacionais? É isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A proposta da Bharat consta no processo e foi anuída pelo secretário-executivo durante todo o processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Por que o Elcio pediu a cabeça deles?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que essa divergência com o Elcio?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Divergência com quem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o Elcio. (*Fora do microfone.*)

O Coronel Elcio Franco pediu ao Ministro Pazuello para exonerar você. Por que ele não gostava de você?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, com todo o respeito, eu gostaria até que o senhor fizesse a pergunta pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu estou dizendo...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não tenho como responder a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você tinha uma ótima relação com ele, então?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Minha relação com ele era restrita de trabalho, e era muito pouco inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu estou lhe perguntando isso porque tinha duas pessoas subordinadas ao senhor... Se eu quiser, eu cito o nome; eu vou não citá-los, pra não constranger ninguém. No mesmo dia que foi pedida a sua exoneração, foi pedida também a exoneração de duas outras pessoas. A do senhor foi lá pra Casa Civil, o senhor não foi exonerado, mas essas duas pessoas que eram ligadas diretamente ao senhor foram exoneradas, a pedido do Coronel Elcio. Por que a razão da exoneração dessas duas pessoas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Senador, eu desconheço essa razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, se elas foram exoneradas...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, mas isso é um fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não tem nenhuma avaliação...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor desconhece? As pessoas eram má gestoras? Elas fizeram alguma coisa errada? Ou elas eram feias, ou eram bonitas? Por que que elas foram exoneradas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu não tenho condições de dizer o motivo pelo qual elas foram exoneradas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas elas foram exoneradas injustamente?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu entendo que sim, sem sombra de dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Trabalhavam muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Trabalhavam muito bem?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o Coronel Elcio, não sei por que cargas d'água, não gostava dessas duas pessoas, inclusive do senhor, porque ele pede a exoneração das três pessoas que trabalhavam... Duas que trabalhavam diretamente com o senhor, essas duas foram exoneradas, e o senhor foi mantido no cargo.

Eu não estou aqui entrando no mérito de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem o manteve nessa oportunidade?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou entrando nesse mérito. Agora, por que essas duas pessoas foram exoneradas? Porque, se estão cometendo injustiça ou *bullying* contra servidores, é bom a gente saber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É bom saber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque o Coronel Elcio não pode acordar e dizer: "Não, vou demitir o... Vou exonerar... Eu quero a cabeça [porque alguns falam assim] do Roberto Dias. Quero a cabeça...". Não vou citar os dois servidores. Tenho os nomes deles aqui, mas não quero citá-los, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para não comprometê-los e para não fazer uma coisa injusta. Eu não sei a razão, mas o senhor trabalhava com essas duas pessoas e está dizendo que eram servidores bons, qualificados, que faziam o seu papel direito. Por que a exoneração dessas duas pessoas?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, esse é um questionamento que tem que ser feito a quem usou a caneta para exonerar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele é quem nomeou as duas pessoas. Ele é quem pediu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele nomeou. O nome dele foi na relação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O nome dele foi na relação, Senador. Só isso, Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas quem tem que responder isso é o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não quero fazer juízo de valor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem tem que responder isso é o secretário-executivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! É porque ele... Ele não quer falar, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente responde sobre os fatos, sobretudo aqueles que são imputados a ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pode dizer bem assim: "Senador, não gostavam delas porque elas eram muito bonitas ou porque eram muito feias". Alguma coisa teve.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senão, daqui a pouco, vira um depoimento de palpiteiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é de palpiteiro. Eu estou perguntando para o chefe imediato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas é a opinião de um e de outro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não é de palpiteiro, não; é outra coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, com a palavra o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Por que eles foram exonerados?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Eu gostaria de saber o motivo pelo qual eles foram exonerados, mas uma coisa eu consigo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cometeram uma... Só um minutinho. Cometeram uma injustiça contra esses dois servidores?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Neste ponto, foi uma injustiça. Trabalhavam muito bem – muito bem –, e, de fato, fizeram muita falta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Elcio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia um encaminhamento diferente deles daquele do senhor que foi na mesma relação, ou as justificativas eram as mesmas: as injustiças?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou eram padrinhos diferentes, patrocinadores diferentes?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Como eu falei, Senador, eu desconheço que eu estivesse nessa relação. Então, eu não consigo, não consigo falar sobre isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, voltando à pergunta: o Dlog fez algum levantamento de preços? Eu perguntei a V. Sa. O Dlog fez algum levantamento de preço de vacina?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – No âmbito de vacina Covid-19, o Departamento de Logística não participou de nenhuma formação de preço de vacina de Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, essa é uma afirmação muito importante, porque V. Sa. acaba de dizer que a informação do despacho do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde é mentirosa, porque foi feita uma alusão para o Tribunal de Contas e para a CGU de que o departamento representado por V. Sa. tinha feito levantamento de preço. Então, isso nunca existiu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Inclusive, Senador, me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca existiu. Isso é muito importante, hein, Presidente?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Inclusive, Senador, me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – No âmbito de vacinas Covid-19, como todas as tratativas, apresentação de proposta e negociação eram feitos na SE, esse processo – na secretaria executiva, perdoe – chegava para o meu departamento já instruído.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é isso que nós queremos saber. É que foi dito pelo Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde que o Dlog tinha feito levantamento de preço e de vacina. Isso não aconteceu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Talvez esse equívoco se deva a que, em outros insumos, isso aconteceria. No âmbito da Covid-19, todas essas tratativas foram feitas exclusivamente na secretaria executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, isso aí é uma coisa muito importante. Isso é uma mentira que foi utilizada em processos administrativos da CGU e do próprio Tribunal de Contas da União. Sobre isso eu vou fazer algumas perguntas.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Se o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Como a gente está falando de um colega, ou um ex-colega, é um despacho de um diretor, eu não colocaria mentira, mas, sim, um equívoco, porque, de fato, se fosse referido a outro insumo, isso faria sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor chame como quiser, é uma mentira, é uma mentira! Foi dada uma informação à CGU e ao Tribunal de Contas que o seu departamento, através do senhor, tinha feito levantamento de preço de vacina internacional. O senhor acaba de dizer que não fez, nunca fez isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, foi uma mentira do departamento para o Tribunal de Contas e para a CGU, tenha que nome for. É uma mentira, uma informação falsa, *fake, fake*.

Sobre isso, eu queria fazer algumas perguntas. Que justificativa foi dada ao ministério para o preço praticado pelo fornecimento da vacina Covaxin? Quero que todos atentem para um detalhe: cerca de 50% maior que os da Pfizer e da CoronaVac. Qual foi a justificativa?

É uma pergunta específica...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, de novo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... embasada em função de uma mentira que já detectamos em informações prestadas ao Tribunal de Contas da União e à CGU.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Como eu não participei, como o departamento não participou da negociação e da formação de preços de vacinas de Covid-19, eu não tenho como responder a essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor não sabe qual foi a justificativa dada ao ministério para o preço praticado para o fornecimento da vacina Covaxin – estamos na Covaxin – cerca de 50% maior que o da Pfizer e da CoronaVac? O senhor não sabe?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O rapaz que estava com ele lá no restaurante, que se encontraram, era um dos caras...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, fala no microfone. Eu não estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dizendo com o Renan aqui. (*Fora do microfone.*)

Eu estou marcando com o Renan uma conversa mais tarde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um chope?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, um chope. O senhor está convidado, porque é seu aniversário. Vamos juntos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vai ser no Vasto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O que eu falei para ele aqui foi o seguinte: uma das pessoas que estavam lá nesse jantar ou nesse encontro no *shopping* era uma das pessoas do ministério que cuidava de ver os preços das vacinas. Não é isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não? O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está referindo quem que estava no restaurante? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Os Deputados Adriana Ventura e Tiago Mitraud obtiveram documentos que registram que a vacina Covaxin foi oferecida em 20 de novembro de 2020 pelo preço de US$10 por dose, e esse valor poderia ser reduzido em caso de aquisição de um quantitativo elevado de doses. Esse era o preço para 20 milhões de doses e poderia ser reduzido por ocasião de um quantitativo maior. Por que o preço da vacina Covaxin subiu tanto e em tão pouco tempo? Essa é uma pergunta que o Brasil todo faz. V. Sa. tem a oportunidade de responder.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, conforme eu falei, essa pergunta talvez caiba ao secretário-executivo. O meu departamento não participou da formação, pesquisa ou estabelecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O problema é que, no despacho que fez em comunicado ao Tribunal de Contas, o Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde comunicou, no despacho, que essa tarefa de levantamento de preço cabia a V. Sa. Esse é que é o problema.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por que isso? Nós estamos perguntando: por que subiu o preço da vacina, que foi oferecida a US$10 e que poderia baixar, na medida em que aumentasse a compra, o volume de doses? Aumentou de US$10 para US$15, que foi o preço contratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi de US$10 para US$15!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Essa pergunta faz todo o sentido, mas ela deve ser feita a quem negociou a vacina. Não negociei a vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E quem negociou?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – As negociações de vacinas Covid-19 estavam restritas ao âmbito da secretaria executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, foi o Elcio...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... que negociou, com esse superfaturamento? É isso que o senhor está dizendo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não estou dizendo isso. Estou dizendo que a negociação foi feita pela secretaria executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É o que o senhor está dizendo, porque o senhor disse que o seu departamento não fez o levantamento de preço.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não fez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O seu departamento não o fez.

Ele informou, mentirosamente, que quem tinha feito o levantamento desses preços absurdos, ou seja... Para quem está ouvindo, a vacina foi oferecida por US$10 e foi comprada por US$15.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) **–** Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente, apenas para dar um esclarecimento de fato. É para um esclarecimento de fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu não posso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Ofício Circular 28, de 2021, de 29 de janeiro de 2021, foi encaminhado a todos os diretores e secretários do Ministério da Saúde, alertando que todas as tratativas sobre vacinas devem ser feitas junto ao gabinete do Ministro da Saúde, através do seu secretário-executivo. É um documento interno.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É que está questionando... Aí é algo que não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que estou dizendo não é isso, não! Estou dizendo que foi feita uma comunicação oficial...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Marcos Rogério fez uma grande colaboração. Por isso é que a gente quer entender o que ele estava fazendo, marcando uma reunião para tratar sobre vacinas, se não era com ele! É só isso!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas ele não marcou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcou sim! Ora não marcou?

Senadora Simone Tebet...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele marcou, gente! Como ele não marcou?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele não marcou!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... eu queria que a senhora encaminhasse ao Secretário Leandro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele disse que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... foi um encontro acidental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele marcou depois para saber tinha representação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos diante... Senador Fernando, o Presidente quer dar uma palavra. Nós estamos diante de um fato muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É muito grave!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se não era ele que cuidava das vacinas, por que ele foi se reunir com os representantes da vacina?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegamos ao porquê da elevação do preço da vacina por dose de US$10 para US$15.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi de US$10 para US$15!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas deixe eu explicar para V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não estou pedindo explicação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Tribunal de Contas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para V. Exa., com todo o respeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre isso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou pedindo... Foi o Tribunal de Contas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos seguir as inscrições!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que recebeu essa informação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou checando com ele. Ele disse que não existiu.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só estou dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que não existe sobrepreço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso, não é isso!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. sabe que a CoronaVac ofereceu agora US$16.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não! Não é isso! Não estou tratando disso. Eu estou tratando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, mas você está afirmando que tem sobrepreço!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A verdade não interessa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não. Eu estou tratando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não tem sobrepreço!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que escutem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se não foi sobrepreço, foi incompetência!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Os fatos não interessam?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou definitivamente interromper!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Os fatos não interessam?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se não foi sobrepreço, foi...

(*Interrupção do som.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles querem atrapalhar o andamento do depoimento. Isso não existe!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, não! Não é o Governo que tem interesse em obstruir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Assegure minha palavra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... investigação de corrupção, não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que eu vou explicar o que é, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é o Governo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, a vacina Covaxin foi superfaturada, foi oferecida por US$10 a dose...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Cinquenta por cento a mais!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela foi superfaturada em 50% num curto espaço de tempo, entre a oferta e a assinatura do contrato. A Covaxin, só para que todos tenham...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI teve acesso a esse documento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Temos acesso. Vou exibir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com a proposta feita?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou exibir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., como Relator, tem o documento com a proposta protocolada no ministério?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Teve acesso não! A CPI tem acesso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou lhe perguntado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CPI tem as provas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... sobre o documento, a proposta apresentada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A prova não é mais essa. Essa, nós já temos. A prova é que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou querendo saber justamente da prova.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou lhe explicando, mas V. Exa. teima em não querer entender. Eu estou explicando em português claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Relator. A narrativa eu já conheço. Eu quero saber se foi feita proposta...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CPI tem o documento da proposta de US$10 e tem a assinatura do contrato por 15, em pouco espaço de tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Proposta encaminhada ao Ministério da Saúde, oferecendo por US$10, apresentada, protocolada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Proposta ao ministério. Tenho! Tenho! A CPI tem as provas, eu vou exibir daqui a pouco.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu quero garantir a palavra ao Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. fez a comparação com o preço da Pfizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, nós estamos diante... Nós estamos diante de um caso gravíssimo. Essa é talvez a mais importante descoberta da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Na vacina Covaxin, para que todos lembrem, que são muitas vacinas, aquela que, enquanto rejeitava a compra das vacinas da Pfizer, da OMS e do Butantan, o Presidente pedia ao Primeiro-Ministro da Índia para comprar 20 milhões de doses, ou seja, no mesmo momento em que ele recusava comprar 170 milhões de doses, que seriam aplicadas no ano anterior – no ano anterior –, ele manda um pedido, uma mensagem, segundo Janio de Freitas, em que ele faz questão de colocar as digitais, para comprar, nesse momento em que recusava as demais, 20 milhões de doses da Índia. Tá?

Essa foi uma negociação com o atravessador. Do pedido para o contrato, houve um aumento de 50% do preço da vacina – da vacina, repito, cujo pedido ao Primeiro-Ministro foi feito pelo Presidente da República. Foi feito pelo Presidente da República, que apenas não sabia da negociação e da bandalheira pela conversa dos irmãos Miranda; ele tinha participado! É muito pior, é muito pior: ele tinha participado, ele pediu ao Primeiro-Ministro para comprar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é que houve aqui? O que é que houve aqui?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não se precipite nas afirmações.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos ouvir, deixe-o concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou sendo interrompido. Estou explicando os fatos que a CPI tem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não tem proposta, nunca teve proposta. V. Exa. está fazendo uma afirmação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou apresentar a proposta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não tem proposta, tem uma memória de reunião!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem! Tem! Isso é mais uma mentira!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem uma memória de reunião, não tem proposta! V. Exa. está desafiado a apresentar proposta!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não tem proposta!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apresente a prova!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É sempre assim... Tumultuar, tumultuar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. deveria...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou pedir ao Líder Fernando Bezerra... Senador Líder, por favor, eu quero conduzir a reunião. Eu quero pedir à Senadora Simone Tebet, que ontem apresentou na sua fala documentos que comprovam e têm... Não comprovam, têm evidências e indícios de que foram adulterados e feitos a toque de caixa, com erros banais. Se fossem erros em indiano, eu ficaria até calado, mas eram erros entre português e inglês.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Presidente, mas isso aqui é muito mais grave...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu só queria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estamos apresentando a prova do superfaturamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, o Relator vai mostrar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito mais grave!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Relator vai mostrar aqui a proposta feita ao Governo, de US$10; e, depois, o contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... cujo fato já havia sido publicado no *Diário Oficial*....

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... a US$15.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no *Estadão*...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas o documento está sendo conhecido pela primeira vez.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, vamos lá, vamos lá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos seguir as inscrições. O senhor fala, depois seguem os outros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, Presidente, eu vou retomar.

O que nós constatamos nessa oportunidade? – antes de exibir a prova. Nós constatamos que, para o Tribunal de Contas, Senadora Simone, e para a CGU, o Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, para justificar o superfaturamento da Covaxin, disse que o Dlog, que era o departamento comandado pelo Sr. Roberto Ferreira Dias, havia feito o levantamento de preços internacionais. Ele acaba de revelar que isso é uma mentira. Ele nunca fez levantamento de preço, ou seja, a secretaria-executiva, através do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis, deu uma informação mentirosa tanto ao Tribunal de Contas quanto à CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o que é que acontece com a aquisição da Covaxin, que foi a vacina – repito, de novo – para a qual o Presidente da República fez um pedido ao Primeiro Ministro da Índia? A famosa Covaxin, 20 milhões de doses, no momento em que o Presidente da República recusava as vacinas da Pfizer, do Butantan e da OMS, que seriam 170 milhões de dólares, que já poderiam ter sido aplicadas no ano anterior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – E muitas pessoas teriam deixado de morrer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E muitas pessoas teriam deixado de morrer, porque já teriam sido vacinadas ainda no ano passado, com essa oferta... (*Pausa.*)

Eu peço para colocar, por favor, a proposta, rapidamente, mostrando o documento aqui à bancada do Governo, que ficou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso não é...

(*Interrupção do som.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – ... proposta, isso é uma memória de reunião.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está escrito lá em cima.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso é uma memória de reunião, isso não é proposta!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não é proposta?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou me reservar para falar no meu tempo. Isso não é proposta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, Renan... Que é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A proposta verbal é proposta, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que é isso, Renan?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é proposta!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A proposta verbal é proposta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não force a barra!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é proposta! V. Exa. está criando uma *fake news*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não force a barra!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma *fake news*!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça a CPI passar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. não apresentou...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que é isso? Mostre a prova!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso eu queria fazer algumas perguntas ao depoente.

V. Sa. participou das tratativas sobre a vacina da empresa CanSino, intermediada pela farmacêutica Belcher, também do Paraná?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor. Não participei de tratativa de nenhuma vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não participou de nenhuma tratativa, nem dessa tratativa da CanSino intermediada pela Belcher, também do Paraná, de Maringá?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas conhece a Belcher, de Maringá?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece. E conhece os representantes?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não me recordo o nome, mas conheço um representante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe das suas ligações com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe, não é?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desconhece?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E com quem tratou a Belcher, já que não tratou nada com V. Exa.?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não entendi. Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher conversou com quem na venda da CanSino?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu não sei. Se ela tratou de vacina, para aquisição de vacina, contrato de vacina, deve ter sido no âmbito da secretaria-executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Wizard era uma dessas pessoas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não sabe?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até que momento V. Sa. participou dessa negociação da CanSino?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca participei de negociação da CanSino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não teve, em nenhum momento, nenhuma conversa sobre isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu nunca participei de negociação de vacina da CanSino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não teve com ninguém, nas mensagens nem nos telefonemas, nenhuma conversa sobre a CanSino? Isso é uma pergunta importante.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sobre CanSino talvez eu tenha respondido – e não me recordo agora quem me perguntou – sobre como se dava o processo de aprovação em Anvisa, mas nada de ministério. Dúvidas somente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que bom que o senhor já começou a lembrar, que tirou algumas dúvidas.

O alto valor da dose dessa vacina – essa já é US$17 a dose – é compatível com o mercado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Perdoe, Senador, US$17: o senhor se refere à CanSino?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. O alto valor da dose da CanSino, US$17, é compatível com o mercado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, vamos lá. Como não participamos das tratativas de vacinas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas é uma pergunta...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu vou responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – US$17 é compatível com o mercado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu vou responder. Como nós não participamos de tratativas de negociação de vacina, isso não é um assunto que eu consigo lhe dizer se uma vacina é cara ou barata. O que eu consigo lhe dizer? Normalmente você tem produtos diferentes. Hoje, por exemplo, você tem a vacina da Janssen a US$7,50, uma dose única. Em tese, todas as outras se tornaram caras. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um fato, não é uma inferência. Então, eu não sei lhe dizer se US$17 para essa vacina é caro ou não. Eu não participei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. chegou a verificar que países compraram essa vacina e qual o preço praticado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor. Não era minha atribuição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também não era, né?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quanto ao fato de o Departamento de Imunização ter dito que V. Exa. tinha levantado o preço de todas as vacinas através do seu departamento?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Repito: muito provavelmente se trata de um equívoco, uma vez que em outros insumos nós faríamos. Na vacina de Covid, não foi feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Governo brasileiro tinha...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator! Sr. Relator, ele dá um dado importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Janssen está custando 7, e esse Governo comprou um lote de 100 milhões de doses da Pfizer a 10; 45 dias depois, compra um outro lote de 100 milhões a 12. Então, significa que, com o tempo, o preço está caindo. Não se justifica esse aumento de 20%, US$200 milhões, R$1 bilhão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A CoronaVac está 16.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A CoronaVac está 16! A CoronaVac é 16!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Governo brasileiro, depoente, tinha intenção de comprar essa vacina chinesa em particular?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são as informações que o senhor pode trazer para esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei, porque não participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. publicou nota à imprensa em que registra, enigmaticamente, que – aspas – "manifestamente, existem terceiros interessados". Em nota à imprensa, o senhor falou que manifestamente existem terceiros interessados na divulgação da denúncia sobre a propina. Quem seriam esses terceiros referidos na nota, interessados? Por favor, essa também é uma informação importante. O senhor está sob compromisso de falar a verdade, de dizer a verdade.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu estou avidamente tentando descobrir a quem interessa. Agora, fato é que soa muito estranho, conforme no meu discurso de abertura, que tudo isso, todo esse ciclo, feche no Deputado Luís Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não entendemos. O senhor fala que existem terceiros interessados na divulgação da denúncia sobre a propina que o envolve.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem seriam esses terceiros interessados? É uma pergunta objetiva.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – De novo, reforço: não sei. Estou tentando descobrir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, e cita em que condição o Deputado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não entendi, desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor citou o Deputado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Citei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É ele o interessado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei, mas parece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. falou a interlocutores... Deixa eu lhe falar uma coisa, Senador Renan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua desconfiança é que o Dominguetti foi plantado para que você perdesse o cargo, por isso é que você foi acompanhado do Coronel Blanco. E a sua desconfiança é muito grande, e não é sobre o Deputado Luis Miranda. Por isso da pergunta do Senador Renan.

V. Exa. está aqui sob juramento...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas entenda que nós temos mais informações que a sua imaginação possa ter. E dados concretos. E a gente está insistindo para que V. Exa. fale a verdade porque é o procedimento correto como testemunha.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o senhor coloca o Luis Miranda como se fosse a pessoa... Essa reunião que o senhor teve foi em fevereiro. E lá o senhor já desconfiava do Dominguetti, que ele tinha sido plantado ali, até porque, quando o senhor diz que faz uma reunião e marca uma reunião no Ministério da Saúde para tratar sobre vacina, anteriormente a essa reunião, Sr. Roberto Dias, já tinha uma portaria do Ministério da Saúde, assinada pelo Coronel Elcio, que centralizava toda e qualquer negociação sobre vacina com ele. Ele não delegou para ninguém fazer isso.

Então, V. Sa. tinha conhecimento disso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? E o senhor, assim mesmo, marca uma reunião com o Dominguetti. Tendo conhecimento. A portaria está aí, é de janeiro. A sua reunião foi em fevereiro. Correto?

Então, o senhor já não tinha autoridade, zero autoridade, para tratar sobre vacina, seja qualquer vacina. E por incrível que pareça, o senhor não tratou da Pfizer, o senhor não tratou da Covaxin, o senhor não tratou da Janssen, mas tratou sobre vacina com o Sargento Dominguetti.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cabo. Cabo Dominguetti. Está certo?

Então, eu quero lhe dizer que V. Exa. está sob juramento. Por favor, contribua com a CPI falando a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma pergunta que eu quero dizer: como é que o senhor... Por isso que o Coronel Elcio pediu a sua exoneração, porque o senhor atravessou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... e discutiu vacina quando não era da sua alçada.

O senhor não tinha... O senhor não tinha autoridade para discutir vacina! O senhor podia discutir vacina num bar, num restaurante, mas não no Ministério da Saúde, porque já existia, Senador Girão, Senador Fernando Bezerra, uma portaria do superior a ele, o Coronel Elcio, que centraliza toda e qualquer discussão sobre vacina na secretaria dele. E pelo que eu saiba, ele não delegou ao senhor, Sr. Roberto Dias, que o senhor tratasse sobre vacina. E a pressa em num dia, num restaurante à noite, no dia seguinte, já marcar, é lógico que leva à desconfiança de todos nós.

Mais ainda, o senhor não tinha – volto a repetir – autoridade nenhuma para tratar sobre nenhuma vacina. Por isso eu lhe peço, encarecidamente, que diga para a gente o que houve?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Posso, posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, com a palavra.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Senador, eu não tenho aqui agora as datas do pedido de exoneração, não sei se elas são conexas ou não.

Repito, a exoneração desses servidores que o senhor citou agora e que possivelmente ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não. Não citei nenhum servidor agora.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Estou dizendo outra coisa, inclusive.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O senhor falou que ele pediu minha exoneração, certo?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não. O senhor atravessou!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A data em que supostamente ele teria pedido a minha exoneração junto com outros dois servidores é de outubro do ano passado; ela não tem conexão nenhuma com esse fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Tá bom.

E esse fato...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Segundo ponto. Eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a de agora tem.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Segundo ponto. Eu não tratei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De agora tem.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... de negociação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A de agora não era o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A de agora é a confissão do fato.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não tratei de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A exoneração de agora soou, para todos nós desta CPI...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tem qualquer relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e para o Brasil inteiro, que é uma confissão do Governo sobre as irregularidades praticadas por V. Sa., infelizmente.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A exoneração... A exoneração...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E na medida em que V. Sa. não desmente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é uma narrativa. Isso não é apuração de fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, então, deixa eu falar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde está a apuração de fatos ai?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho.

Senador Marcos Rogério, me corrija, por favor. O fato concreto – só me diga "sim" ou "não", Sr. Roberto Dias: existia uma portaria do Secretário Elcio, Coronel Elcio Franco, centralizando a discussão e negociação de vacina na secretaria dele? "Sim" ou "não"?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E por que o senhor, depois dessa portaria, foi discutir vacina, se o senhor não tinha autoridade nenhuma para discutir vacina?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só isso. Se isso não for um fato, eu não sei mais o que é fato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Questionado. Agora ouça a resposta. Vamos lá.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Por gentileza, o senhor me assegure a palavra. Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, pois não.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não houve negociação. O que houve foi a verificação da existência das 400 milhões de doses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, amigo; mas não era com você mais.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, Senador, por gentileza...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não era mais com você.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, deixa eu só concluir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem lógica isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Deixa eu só concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, ouça.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Com a mesma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoente...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoente foi exonerado por isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoente foi exonerado por isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Minimamente, ouça.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Minimamente, ouça.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, por gentileza...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas. perguntam e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. foi exonerado por isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A mesma honestidade de propósito, acredito, teve outro Diretor da SVS que também recebeu a Senah com essa suposta existência de vacinas prontas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Senah do Reverendo Amilton?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A Senah, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor veja que o estilo é o mesmo: esses lobistas, atravessadores, vendilhões de vacina que não existe eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebidos prioritariamente, enquanto as grandes farmacêuticas – Pfizer, Butantan, OMS, que representava a AstraZeneca, se não me engano –, essas que tinham *compliance* não eram sequer recebidas, sequer recebidas! Esse que é o problema que caracteriza o estilo.

Agora, o injusto, pelo que V. Exa. está dizendo, V. Sa., é como V. Sa. foi exonerado por conta desse fato. Tem que ter uma explicação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já está criando uma narrativa, não tem correlação nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem que ter uma explicação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se não tiver uma explicação, o que vão dizer?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mais uma narrativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que nós vamos pensar de V. Sa.?

Nós da CPI, que vamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mais uma narrativa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que vamos fazer um relatório ao final...

Por favor, por favor, por favor. Por favor, depoente com a palavra.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, a minha exoneração se deve a esse fato esdrúxulo e inexistente de US$1. Somente isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E que foi feita de forma açodada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, repetindo...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sem nenhuma verificação – nenhuma verificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A sua alusão a terceiros, da nota publicada por V. Sa., é a quem mesmo? Só para repetir.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A minha alusão a terceiros é diretamente ao Deputado Luis Miranda – a minha alusão a terceiros é diretamente ao Deputado Luis Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Luis Miranda.

Uma outra pergunta sobre essas questões.

No jantar do dia 25, já referido aqui em algumas oportunidades, o Sr. Dominguetti disse que, para poder negociar as vacinas – isso é muito grave também –, V. Sa. se referia a um grupo no Ministério da Saúde que deveria ser satisfeito em relação ao pagamento de propina.

Que pessoas compõem esse grupo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, essa alegação é tão esdrúxula e fantasiosa quanto o pedido de US$1. Qualquer um que me conhece... Qualquer um que me conhece sabe que jamais um diálogo desse seria atribuído a mim. Nunca houve esse pedido e nunca houve essa fala.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, especificamente...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E, inclusive, já foi apresentada queixa-crime contra o Sr. Dominguetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, especificamente sobre o fato: os militares que atuam ou atuaram no Ministério da Saúde aqui citados, Coronéis Elcio Franco, Marcelo Blanco, Marcelo Pires, Alexandre Martinelli, Alex Leal Marinho. Eles, porventura, são integrantes desse grupo referido pelo Martinelli? Perdão, pelo Dominguetti?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É Dominguetti, Martinelli, Reverendo... É uma coisa...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses são os verdadeiros vendedores de vacina.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, como nunca houve essa fala...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles são desse grupo? Esses citados são desse grupo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Como nunca houve essa fala e nunca houve nenhum grupo, eu desconheço essa alegação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer duas perguntas para encerrar, Presidente Simone.

Já que nada era do seu departamento e, pelo que V. Sa. falou aqui, qual era mesmo exatamente a função do departamento que o senhor ocupava como diretor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, permita-me somente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, essa é uma pergunta que eu estou...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo, para concluir, duas perguntas sugeridas pelos internautas...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Permita-me somente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu mais uma vez queria agradecer a presteza com que todos acompanham aqui o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Algumas dúvidas para os internautas: o seu departamento fazia mesmo o que exatamente? Porque o senhor... Tudo não era o seu departamento que fazia, apesar de citado – apesar de citado. O seu departamento fazia o quê?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu vou repetir: no âmbito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, ele vai esclarecer essa dúvida.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – No âmbito das vacinas Covid-19... No âmbito das vacinas Covid-19, a negociação, estabelecimento de cronograma, preço, empresa, prazo, entrega, se deu exclusivamente no âmbito da secretaria executiva. Para qualquer outro insumo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso já falamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Para qualquer outro insumo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A informação dada pela Secretaria de Imunização ao Tribunal de Contas e à CGU não era verdadeira? O senhor não tinha levantado os preços da vacina?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Para qualquer outro insumo e o componente centralizado o Departamento de Logística tem a atribuição de receber um pedido de uma área técnica qualquer do ministério, com um produto especificado – um insumo, um medicamento –, com o termo de referência validado, em que essa área especifica inclusive a modalidade da compra – não é o meu departamento. Nós desenvolvemos, então, este processo de compra até o contrato, fazemos a armazenagem e a distribuição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, qual era exatamente o seu trabalho – o seu trabalho – como diretor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Como diretor, era gerir esse processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** À exceção da vacina?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E para as quais não pegou nenhum levantamento de preço, nem comparou os preços internacionais?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Das vacinas Covid-19, não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Isso coube ao Secretário-Executivo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor. Tudo foi adotado no âmbito da secretaria executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Coube ao Secretário-Executivo...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nenhuma, nenhuma pesquisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ainda a última pergunta dos internautas.

O senhor disse que recebeu uma proposta de venda de vacinas para o Governo Federal por um *e-mail* corporativo do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Trata um pouco do que o Presidente acabou de colocar aqui.

E que posteriormente entrou em contato diretamente com o empresário para saber sobre a efetiva disponibilidade das vacinas. O senhor colocou isso aqui.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Tem um equívoco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Hein?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Tem um equívoco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, continue...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu repeti o que o senhor falou, que me foi mandado pelo... Nós temos as notas taquigráficas aí...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O.k., o.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor disse que recebeu uma proposta de venda de vacinas para o Governo Federal por um *e-mail* corporativo do Ministério da Saúde – textualmente, palavras suas a esta Comissão – e que, posteriormente, entrou em contato diretamente com o empresário para saber sobre a efetiva disponibilidade das vacinas. Isso foi dito pelo senhor.

Eu queria fazer algumas perguntas sobre o que o senhor falou.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Esse procedimento de empresários enviarem propostas por *e-mail* para o Ministério da Saúde e de gestores do Ministério da Saúde entrarem diretamente em contato com empresários está em conformidade com as regras e diretrizes da contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da administração pública federal? Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Por óbvio, estamos diante de uma exceção e não do que ele está relatando. O que o internauta... É o internauta? O que o internauta relata é um processo ordinário de aquisição. E, por óbvio, ele não se dá assim, e nenhum deles se deu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas foi confessado pelo senhor aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O que nós estamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi o senhor quem falou desse procedimento. Por isso é que ele está perguntando...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, deixe-me só concluir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É que ele não entendeu.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ao que o internauta se refere é um processo ordinário de aquisição que, por óbvio, não se dá dessa forma e nem nunca se deu. O que nós estamos falando aqui é da confirmação da existência de 400 milhões de doses. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não, não é isso...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não é a avaliação de uma proposta, até porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor falou aqui exatamente... Deixe-me só repetir...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... para que não haja dúvida sobre...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... o que o senhor está falando e sobre o que eu estou falando.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor disse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que recebeu uma proposta de venda de vacinas para o Governo Federal por um *e-mail* corporativo do Ministério da Saúde...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... e que, posteriormente **–** palavras suas **–**, entrou em contato diretamente com o empresário para saber sobre a efetiva disponibilidade das vacinas.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Perfeito. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em função do que o senhor falou...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... eu estou fazendo algumas perguntas...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para atender a essas pessoas que demandaram.

Esse procedimento de empresários enviarem propostas diretamente para o *e-mail* do Ministério da Saúde e de gestores do Ministério da Saúde entrarem diretamente em contato com empresários está – é a pergunta, depois do que o senhor falou e depois da pergunta que me fizeram – em conformidade com as regras e diretrizes de contratação de serviços sob o regime de execução indireto no âmbito da administração federal?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Me assegure a palavra por 30 segundos, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou só... É uma pergunta objetiva!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O.k., o.k., me assegure...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo uma pergunta...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E ela será respondida...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... do internauta sobre o que o senhor falou!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E ela será respondida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O internauta se refere ou quer se referir a um processo de compra ordinário onde há concorrência, e, por óbvio, ele não se dá assim e não se recebe proposta assim e não se entra em contato com empresário assim.

Neste caso pontual, vacina Covid, não existe concorrência. Você não tem um processo de compra pra quem der a melhor proposta levar. Quem tiver a vacina e conseguir entregar, ele vai vender, porque não existe no mundo. Então, o internauta se refere a um processo de compra ordinário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E se refere ao que o senhor falou.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, ele se refere ao processo de compra ordinário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ao que o senhor falou.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O que eu estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma declaração, pra quem está acompanhando aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito e até fora dela, é uma declaração sua.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Perfeito, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... hoje aqui, hoje, sua.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E eu estou fazendo questão de frisar que há uma diferença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou fazendo uma pergunta objetiva: esse ato é comum nessas práticas, nessas regras?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, a pergunta do internauta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É "sim" ou "não". É "sim" ou "não".

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A pergunta do internauta conduz a um equívoco. O internauta se refere a um processo de compra ordinário, que por óbvio não se dá assim. O que está sendo discutido no âmbito da audiência de hoje é que o Ministério da Saúde recebe a possibilidade de existência de 400 milhões de doses prontas para serem entregues.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não está...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ressalto: vacinas Covid, não há processo de concorrência. É diferente. A pergunta dele, dando um crédito de boa-fé, induz ao erro. O que ele está falando é um processo ordinário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não induz a erro. Quem está induzindo a erro, desculpe, é V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, discordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque ele cita dois fatos: é o descumprimento das regras, das normas – primeiro fato que ele cita, e foi evidente que foi discutido – e o segundo fato é que V. Exa. disse aqui, em vários momentos, que não tratou de vacinas e nessa oportunidade o senhor falou que recebeu o *e-mail* corporativo do Ministério da Saúde e posteriormente entrou em contato diretamente com o empresário para saber sobre a efetiva disponibilidade das vacinas.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Para verificação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a segunda irregularidade.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Para verificação da existência de 400 milhões de doses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a segunda irregularidade. É a segunda irregularidade. E há uma terceira sobre isso.

Há um sistema de *compliance* no Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há um sistema? É uma pergunta. Há um sistema de *compliance*?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Depende do que o senhor entende por *compliance*, Senador. O processo de aquisição de qualquer insumo no Ministério da Saúde é completamente segregado – completamente segregado. Essa segregação de função é que assegura a seriedade do processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu falo de um processo de transparência, de acompanhamento...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, tudo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em funcionamento.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O processo é todo público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todo público? E por que essa conversa no jantar e por que essa proposta não se teria feito...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Mas a conversa no jantar está sendo imputada e sendo tomada como uma verdade absoluta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta: esse sistema foi utilizado no procedimento de planejamento de contratação de fornecedores de vacina?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Aí é uma pergunta que o senhor tem que fazer ao Secretário-Executivo, porque ele pilotava, ele administrava a aquisição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como, se o senhor disse aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que posteriormente entrou em contato diretamente com o empresário pra saber da disponibilidade efetiva de vacina? Isso é uma contradição brutal.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, não é uma contradição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está dizendo isso para uma Comissão Parlamentar de Inquérito sendo acompanhada pelo Brasil.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta Comissão tem uma aprovação de mais de 60% da sociedade, que está vendo isso e não está acreditando no que está vendo.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, não há contradição. Nós estamos falando de fatos diferentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Agradeço ao Relator.

Antes de passar a palavra para a primeira oradora inscrita, apenas uma pergunta ao Dr. Roberto, se conhecia o Dr. Túlio Silveira, advogado da Precisa, ou se recebeu algum documento dele.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – O Dr. Túlio Silveira foi em audiência no Ministério da Saúde, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Mas esteve com V. Sa. quando? Quantas vezes?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ele esteve, em audiências no Ministério da Saúde, umas duas ou três vezes talvez.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Mas V. Sa. estava presente?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu? Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** No dia em que assinou a nota de empenho, no dia 22 – emitiu a nota de empenho no dia 22 de fevereiro –, havia recebido algum *e-mail* do Dr. Túlio, direcionado a V. Sa. ou a outros membros do ministério?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não me recordo, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Lembra o horário em que emitiu essa nota de empenho?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, tenho que verificar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Sabe, pelo menos, se foi de manhã ou de tarde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei, tenho que verificar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Um último esclarecimento. Quando a nota de empenho é feita ou emitida, seja nessa vacina ou em qualquer outra, o senhor tem que pelo menos checar alguns documentos, como, por exemplo, daquela empresa que estaria comercializando ou contratando com o Ministério da Saúde, teria que verificar, por exemplo, CNPJ? Houve a verificação de alguns elementos?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhora. A coordenação-geral responsável por esse ato é a Coordenação Financeira, que à época era coordenada pelo Tenente-Coronel Marcelo Costa – se não me engano, é esse o sobrenome dele –, a ele cabe a execução dessa ação e, estando, ao final, tudo pronto, a minha anuência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Última pergunta para passar já para a Senadora Eliziane. É só para aproveitar aqui a pergunta...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Só para completar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É só para verificar, eu já até tirei a minha inscrição, é apenas para verificar...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Só para completar a resposta...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com ele, porque complementa o relatório. É uma última pergunta.

O senhor não é obrigado a checar, por exemplo, se não há documentação completa nesses casos, um simples CNPJ? Era essa a dúvida que tinha.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Essa é a minha complementação.

Ao coordenador-geral fazer o empenho, ele atesta a conformidade do processo, e eu ratifico esse empenho.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Passando a ordem de inscrição, como titulares, na ordem, nós temos: Senadora Eliziane Gama, pela Bancada Feminina; em seguida, Senador Humberto Costa, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Eduardo Girão. Depois, em seguida, por enquanto suplentes, apenas para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É a ordem que eu tenho aqui, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, não tenho a ordem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É o último então.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou passar a ordem que está aqui, mas não tem problema atualizar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, a Secretaria aqui acaba de me atualizar.

Apenas para que os Senadores possam se organizar, somente dos titulares: Senadora Eliziane Gama, Senadores Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Eduardo Girão, Eduardo Braga, Marcos Rogério e Jorginho Mello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Sr. Relator, colegas.

Sr. Roberto, o senhor conhece o servidor Thiago Fernandes da Costa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Acredito que é o que trabalha na SVS, responsável pela área de imunização. Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor recebeu dele algum alerta, alguma informação acerca desse aumento do valor das vacinas, de US$10 para US$15?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Desconheço, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele não falou com o senhor sobre isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Desconheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ontem a Sra. Regina, que é fiscal de contrato, esteve aqui conosco e ela colocou exatamente isto, falou o seguinte. Quero ler para o senhor: "Não, no nosso departamento, inclusive, foi o Thiago quem elaborou esse documento e ele recomenda, na fase da pré-assinatura do contrato" – aí ela fala de novo – "ele recomenda que o Departamento de Logística faça a negociação do preço com a empresa, porque o preço estava acima do que foi praticado nos outros contratos". Teve essa conversa com o senhor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não tem conversa. É o despacho a que o Senador se refere, onde ele atribui a responsabilidade para que eu negociasse a vacina. Não negociei nenhuma vacina de Covid-19.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E nem o Thiago falou com o senhor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, comigo não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor afirma, então, categoricamente, que o senhor não sentava para fazer negociações acerca da vacina?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Negociação de preço de vacina de Covid-19 não era a minha atribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sr. Roberto, é bom lembrar que o senhor aqui está sob juramento para não mentir. E mentir na Comissão, como está no Código de Processo Penal, é passivo de prisão. V. Exa. tem esse conhecimento.

Se V. Sa. não negociava acerca das vacinas, por que o senhor marcou a agenda para tratar da aquisição de vacinas junto à Davati, por exemplo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, conforme eu expliquei para o nobre Relator, não foi uma reunião para negociar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não. Não estou me referindo à reunião que os senhores fizeram no *shopping,* eu estou falando da reunião do dia 26, no ministério.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Para registrar, nós não fizemos reunião no *shopping*. Na reunião oficial, em agenda oficial no dia 26, ela foi tão somente para que ele entregasse o documento que atestaria que a empresa dele representa a AstraZeneca, somente. Não entregou, e isso não foi à frente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas não seria para tratar exatamente dessa negociação? Porque nós temos aqui, a CPI está de posse... Aliás, é um documento que a própria *Folha de S.Paulo* chegou a divulgar, acerca desse *e-mail*. E, aí, é um *e-mail* feito pelo seu departamento. O seu departamento diz claramente: "[...] este ministério manifesta total interesse na aquisição das vacinas desde que atendidos os requisitos exigidos. Para tanto, gostaríamos de verificar a possibilidade de agendar uma reunião hoje, às 15h, no Departamento de Logística em Saúde. No aguardo, agradecemos antecipadamente".

Ora, se o senhor não trata de negociação, por que o senhor manda um documento, um *e-mail* marcando uma reunião para tratar da aquisição das vacinas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** É contraditório. O senhor não vê isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não vejo. Conforme relatado pontualmente, nesta situação, o cunho dessa reunião era verificar a existência das 400 milhões de doses e se esta empresa tinha a prerrogativa, tinha a carta de representação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas isso não é negociar?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. Não, senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** É o que então?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu estou verificando se a empresa tem condições de oferecer essa proposta para que eu encaminhe à secretaria executiva.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nossa, se o senhor faz um agendamento para reunir com a diretoria, com os representantes da empresa, para tratar de aquisição de vacina, se não é negociação, é o quê, Sr. Roberto? Pelo amor de Deus!

Outra pergunta, o Sr. Dominguetti disse diz o seguinte: quando ele esteve conversando nessa reunião, lá do *shopping*, ele fala que, segundo o Dominguetti, ele não aceitou o pedido de pagamento de propina para entrar para o grupo do ministério. E alguém sempre falava: "É no grupo do Dias". Que grupo é esse?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, a senhora tem que se perguntar pra quem falou. Isso não existe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor não tem um grupo lá que facilitava ou não a compra de vacinas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Claro que não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Veja, nós estamos aqui de posse das informações do telefone, foi feito aqui um auto de aquisição das informações do celular do Dominguetti. E existe uma série de conversas dele com outras pessoas. Eu vou ler aqui algumas delas e vou perguntar aqui ao senhor.

Primeiramente, qual o seu nível de relação com o Coronel Blanco? O senhor se considera amigo dele? O senhor tem proximidade com ele?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Coronel Blanco trabalhou no ministério, juntamente comigo. Foi exonerado no mês de janeiro, se eu não me engano. E, depois do mês de janeiro, mantemos alguns contatos somente. Não é um amigo. Nunca fui à casa do Coronel Blanco. Não conheço a família, não tenho essa relação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Nessa conversa de vocês lá no *shopping*, ele falou das várias conversas que tinha com o Dominguetti?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Por exemplo: no telefone dele, consta uma ligação, do mesmo dia do jantar, às 14h36; outra, às 17h24; outra,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às 18h57 – essa aqui, parece-me, no início da reunião –, e, depois, mais duas: uma, 9h12 da noite; outra, 9h50 da noite. Ele não lhe falou que tinha amizade, conversa com o Dominguetti?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu conheci o Sr. Dominguetti naquele jantar. Nunca o havia visto, nem falado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca o tinha visto antes.

Um diálogo entre o Dominguetti e o Coronel Romualdo, que data do dia 8 de fevereiro, relata o pedido de superfaturamento do valor da vacina para US$35. Isso consta das conversas do seu celular – do seu, não; do telefone do Dominguetti –; e que esse fato teria relação com o senhor, Sr. Roberto Dias, responsável pelas compras no ministério; e que o senhor nada fazia sem receber por fora. O senhor teve alguma conversa, por exemplo, com alguém ligado a ele ou com o próprio Coronel Romualdo falando exatamente desse pagamento por fora?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, eu não conheço o Coronel Romualdo, nunca tive esse tipo de conversa, nunca tratei desse assunto e nem poderia tratar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor conhece ou já ouviu falar da empresa Valorem Consultoria em Gestão Empresarial?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Conhecer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Uma empresa que foi aberta três dias antes do pedido de propina a Dominguetti pelo próprio Marcelo Blanco. Foi exatamente no dia 22 de fevereiro de 2021.

O senhor tem conhecimento desta empresa: Valorem Consultoria em Gestão Empresarial?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhora. Tomei conhecimento aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aqui? O senhor nunca ouviu falar dela?

No dia 26 de fevereiro, por volta das 19h26, o Dominguetti mandou um áudio...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só um minutinho, Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... ao Coronel Blanco com o seguinte teor: "Eu preciso que o Dias ligue para o CEO ou o Presidente da Davati, porque nós vamos tomar bomba. Nós chegamos tão perto, e nós vamos tomar bomba. O senhor ligou para o CEO?".

Aí eu pergunto aqui para o senhor: o senhor já chegou a conversar com o representante, com o Presidente da Davati? O senhor teve alguma conversa com ele por telefone?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Desligaram o ar condicionado e nós estamos respirando o mesmo ar dentro da CPI com as janelas fechadas?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E o Covid?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pediria mais um minuto, Presidente, pela intervenção do Senador Eduardo Braga.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou repor o tempo de V. Exa.

Pergunto à Secretaria se pode providenciar a solicitação, o pleito do Líder Eduardo Braga.

Obrigada.

Daremos mais um minuto para a Senadora Eliziane.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, posso responder?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, Sr. Roberto.

Qual o tipo de conversa que o senhor teve com o Presidente da Davati?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Bom, primeiramente, nenhuma dessas conversas que a senhora citou são atribuídas a mim. Correto?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não. Ele, o Dominguetti... O senhor pode dizer que não, mas ele está se referindo ao senhor. Mas tudo bem.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nenhuma dessas conversas são minhas.

Segundo: o meu contato com o Sr. Cristiano se dá quando o Coronel Blanco apresenta a possibilidade de existirem 400 milhões de doses de pronta entrega para o Governo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando foi isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Era início de fevereiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No início de fevereiro.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Logo após o recebimento da primeira proposta?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhora. Não havia proposta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor falou que recebeu, no início de fevereiro, uma proposta de 400 milhões de doses que não era especificamente da Davati, mas era com a mesma referência.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A senhora chama de proposta. Existe uma notícia, um fato, do início de fevereiro, reportado pelo Coronel Blanco, de que existiriam 400 milhões de doses a pronta entrega para o Governo brasileiro. O meu contato com o Sr. Cristiano decorre dessa notícia. Ele devolve, na mensagem, documentos que não atendem, que não fazem sentido, e isso morre. Lá por volta do dia – eu tenho a cronologia aqui – 17, 18, isso volta na forma de uma proposta comercial, que é quando esse reverendo, não me recordo o nome agora, do Senah, vai então até...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Essa outra proposta que já veio nessa segunda etapa que o senhor está colocando é que já veio com o nome da Davati, já claramente ali no valor de US$400 milhões?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A Davati só existe no dia 26 de fevereiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Essa conversa com o Cristiano se deu quantas vezes, o senhor lembra?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não me recordo, mas poucas vezes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Duas ou três vezes?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não sei, não posso lhe dizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nessa data aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, eu quero dizer ao senhor que as suas quebras de sigilo foram feitas. Então, nós vamos constatar e vamos fazer uma contraposição dessas informações.

No dia 26 de fevereiro, por exemplo, o senhor não chegou... O senhor lembra pelo menos se foi no final do mês de fevereiro a sua conversa com o Presidente da Davati?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, vamos lá. No dia 26, decorrente dessa reunião no Ministério da Saúde, onde não houve a apresentação do documento que é necessário, houve dois ou três *e-mails* dessa empresa solicitando o andamento. E a minha única resposta foi: "Olha, sem o documento de representação da AstraZeneca, é impossível que se prossiga para a secretaria executiva. Está no *e-mail*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O meu tempo vai passando aqui rapidamente.

Veja, em um diálogo datado do dia 8/3/2021, Dominguetti pede ao Coronel Blanco uma conta bancária para um depósito e informa que irá depositar US$1 milhão. O senhor sabe ou tem informação de algum tipo de pagamento feito junto a essa empresa ou a qualquer pessoa dessa empresa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – De que dia é esse diálogo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ele data do dia 8 de março.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não faço a menor ideia do que se trata isso. Inclusive eu acho que em 8 de março já não tinha mais nem cobrança de *e-mail* por parte deles para a gente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não, no dia 8 de março não tinha mais?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, no dia 8... Essa conversa no dia 26 tem essa apresentação de documentos infrutífera, tem outros dois *e-mails* na sequência que não atendem e nunca mais tem esse assunto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Olha, veja só: no dia 3, ou melhor, às 3h52min da madrugada, Dominguetti manda uma mensagem ao Coronel Blanco com o seguinte: "O cenário vacinas trouxe a possibilidade de trazer amanhã nós à mesa, mas logo no primeiro horário. Temos que ser rápidos". Por volta das 8h, o Coronel Blanco responde: "Estarei com ele daqui a pouco. O nosso amigo agir de forma pontual". O senhor teve alguma conversa com o Coronel Blanco, por exemplo, nessa data do dia 8 de março?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, não me recordo, mas tenho a certeza e posso afirmar que nunca houve nenhuma tratativa de conta de milhão. Desconheço completamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senadora, só para lhe ajudar aí sobre essa pergunta...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo, aí V. Exa. me concede mais um minuto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Porque V. Exa. já tem 3 horas de fala, mas pode perguntar, pode perguntar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Presidência repõe o seu tempo, Senadora Eliziane. Fique tranquila.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou querendo ajudar, eu estou querendo ajudar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, me ajude, me ajude. A minha Presidente ali, que é muito benevolente, também vai me ajudar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tranquila, Senadora Eliziane.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que é que o depoente acha das conversas acertando propina por mensagens repetidas, reiteradas, do Coronel Blanco com o Dominguetti?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Eu acho um completo absurdo, não respondo por elas. E acho que essas perguntas devem ser feitas a quem redigiu essas mensagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tinha trocado mensagens com o Cristiano antes do encontro sobre a venda das vacinas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Antes do dia 26?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim. Eu perguntei sobre a existência das doses. Isso foi publicado inclusive na minha... Tem uma nota minha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos outras mensagens tratando disso. Então, como é que esse encontro foi por acaso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Qual encontro, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No jantar.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O encontro no jantar foi por acaso. Eu não tinha agenda com ele, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não... Então, volto a fazer a pergunta.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu nunca conheci o Dominguetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não tratou com o Cristiano sobre a venda de vacina antes desse encontro por acaso, de que o senhor falou?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está bom, Senador.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, a tratativa com o Cristiano se inicia através de uma notícia do Coronel Blanco da possível existência de 400 milhões de doses. Essa é a razão do diálogo com o Sr. Cristiano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foram três minutos. Ele demorou bastante, o Relator.

Sr. Roberto, deixe eu... Agora vamos para essa reunião que o senhor disse que o senhor não marcou. Foi exatamente no dia 25, no final do dia. O senhor, então, chega lá.

Mas, antes disso, eu queria fazer aqui uma pergunta para o senhor, antes de chegar à reunião, acerca do Sr. José Ricardo Santana. O senhor fala... O senhor tem amizade com ele recente, não é? Ele era secretário-executivo da Câmara de Regulação. Não é isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi demitido no ano passado, em 2020. O senhor continuava mantendo relação com ele? É uma coincidência a *expertise* dele para essa área, não é? O senhor não acha? É muita coincidência! De repente, o senhor vai tomar um chope com uma pessoa que tem *expertise* numa área, e, de repente, chega alguém de uma vacina, e chega outro, que já veio conversando...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Ricardo é um amigo. Tenho diversos encontros, diversas reuniões, diversos chopes. Não foi o único, não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não foi o único encontro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Isso é facilmente constatado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hã? Não foi o único encontro que o senhor teve com ele, com o José Ricardo Santana?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Meu com ele, meu com o Ricardo, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor conversa sempre com ele? Sempre o encontra para sair?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Ricardo é um amigo desde a época da Anvisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A sua reunião lá foi exatamente no dia 25, quinta-feira, no final do dia, não é? O senhor sabe, por exemplo, que o Menegueti estava exatamente hospedado em um hotel em frente ao *shopping*.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Quem é Menegueti?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hã?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Quem é Menegueti?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É Dominguetti.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É o Dominguetti.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não sei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor sabe que ele estava do outro lado do *shopping*? Inclusive, ele veio do hotel caminhando, atravessou, para conversar com o senhor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não sei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, Sr. Roberto... Eu quero pegar aqui esta parte final realmente da minha conversa, da nossa participação, e, assim, fazer uma pergunta para o senhor: o senhor não acha coincidência demais, Sr. Roberto? O senhor vai para um *shopping*, vai para um restaurante. Para o restaurante o senhor vai com um amigo que tem *expertise* exatamente nessa área, e lá o senhor encontra por acaso uma pessoa que está fazendo uma negociação, apresentando para o Governo uma negociação de 400 milhões de doses, ao lado do Blanco, que já era servidor também do Ministério da Saúde. Ele estava lá, de repente sentou numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesa de bar com o senhor e começou a fazer uma negociação de 400 milhões de doses, algo em torno de R$30 bilhões. O senhor não acha coincidência demais?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, a sua premissa poderia ser verdadeira se fosse esse meu único encontro com esse meu amigo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Com os quatro?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. Com os quatro, nunca houve outro. E esse encontro foi incidental. A sua premissa só é válida se eu só tivesse me encontrado uma única vez com o Ricardo Santana. Aí a senhora poderia alegar que era para discutir isso. Não tem nada a ver...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sim, mas o senhor só encontrou com eles uma única vez; com os dois, na sua fala, foi uma única vez, numa coincidência muito grande!

Quer dizer, o senhor encontra duas pessoas num local em que o senhor foi pra tomar um chope, enfim, alguém que está hospedado em frente a esse *shopping*, que já vem negociando com o Ministério da Saúde há tempos, já havia apresentado uma proposta, conversa com o senhor lá de uma forma esporádica; no outro dia, ele recebe um *e-mail* já, pelo horário da manhã; 15 horas, ele vai para o Ministério da Saúde, já tenta conversar com o senhor. É uma agenda muito rápida, é tudo muito rápido, é uma coincidência, de fato, muito rápida.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Me permita corrigir, Senadora. Este senhor não tinha nenhum relacionamento e nem tinha apresentado nenhuma proposta ao ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A Davati havia apresentado para o senhor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhora. Ele nasce nesse momento, ele não existia...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Para concluir, Senadora Eliziane.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ele nunca havia apresentado nenhuma proposta ao ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** As várias propostas que chegaram ao ministério eram da Davati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu tenho... A única proposta que eu tenho da Davati é a partir do dia 26.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero finalizar com o senhor, Sr. Roberto. Eu nasci no interior do Estado do Maranhão. E, lá no interior do Estado do Maranhão, na minha infância, tinha um carro que passava lá e ele dizia o seguinte: "Vai passando o sorveteiro! Traga a vasilha! Sorvete de uma bola, de três bolas...". É mais ou menos assim que eu vejo.

Vamos lá, estamos lá, temos vacina, tem várias vacinas, tem um milhão, tem 400 milhões, tem R$30 bilhões pra se negociar. Vamos sentar aqui, vamos negociar. Me desculpe, mas aqui não dá pra acreditar na sua versão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Eliziane.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Humberto Costa.

E pergunto ao Senador Vice-Presidente se não quer assumir a Presidência.

V. Exa. tem a palavra, Senador Humberto Costa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Presidência está em melhores mãos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos... A Bancada Feminina tem um compromisso com o Presidente da Casa, com uma pauta extremamente importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Após o Senador Humberto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É... Está certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aliás, após a minha inquirição.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rogério, por enquanto, se puder...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente... Sra. Presidente, aliás, desculpe... Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Roberto Dias, seja bem-vindo ao Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria começar perguntando aqui: V. Sa. é auxiliar administrativo do Governo do Paraná, aprovado em concurso público e aproveitado nas vagas de afrodescendentes. É isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Confere?

Pois bem, eu queria aqui começar lendo quais são as atribuições do Diretor de Logística do Ministério da Saúde. O Diretor de Logística recebe a demanda das áreas técnicas...

Queria pedir um silenciozinho, por favor, meus caros amigos e companheiros.

Recebe a demanda das áreas técnicas para instruir processos de aquisição. A demanda e as especificações nascem na área técnica, SVS, SAS. E o Dlog lida com as regras de compra, modalidade de licitação, pesquisa de preços, análise de regularidade das empresas e faz a licitação. Para proceder à contratação, solicita a disponibilidade orçamentária à SPO.

Pois bem. A aquisição da vacina Covaxin foi feita tendo como proponente, intermediária, a empresa chamada Precisa. Essa empresa tem, basicamente, três acionistas. Um é o Sr. Francisco Emerson Maximiano, e ele tem uma participação de R$1 nessa sociedade – R$1! Segundo, Global Gestão em Saúde, que é a que tem um valor de participação de R$12,8 milhões na empresa Precisa. E uma coisa que eu não sei o que é, chamada "tesouraria cútis", que tem uma participação de 70 mil.

Na verdade, a dona da Precisa é a Global. E quem é a Global? É aquela empresa que foi contratada pelo Ministério da Saúde, durante a gestão do Deputado Ricardo Barros, para vender medicamentos de alto custo. Houve uma contratação de R$20 milhões, que o ministério pagou e que a Global não entregou.

Então, V. Sa., como Diretor de Logística – e aqui está dito que essa capacidade é sua –, deveria ou não ter alegado à secretaria executiva ou a quem quer que fosse que essa empresa Precisa não era uma empresa que poderia assumir esse tipo de contrato, porque ela já havia aplicado um golpe no Ministério da Saúde? Um golpe pelo qual o ex-Ministro responde por improbidade administrativa, e há inquéritos tanto no Tribunal de Contas da União quanto na Justiça Federal. Então, V. Sa. não cumpriu a sua responsabilidade.

Mas esse não era o único problema desse contrato. Nós não tínhamos a regularidade fiscal da Bharat Biotech, não tínhamos a definição, a explicitação clara do vínculo entre a Bharat Biotech e a Precisa Medicamentos, não tínhamos a procuração da Bharat para os diretores da Precisa e a declaração de inexistência de fatos impeditivos. Então, eu pergunto: V. Sa. deixou de fazer esse alerta ou até isso era função agora da secretaria executiva? (*Pausa.*)

Peço que responda rapidamente, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, obrigado pela oportunidade de esclarecer alguns fatos que talvez sejam desconhecidos por todos.

Quando eu assumo no Ministério da Saúde o Departamento de Logística, em 9 de janeiro de 2019, existe essa questão em aberto da Global. Eu peço, então, a abertura de uma tomada de contas especial contra a Global para que fosse, então, ressarcido o dano causado ao Erário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O que não foi?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Então, a minha ação foi abrir a tomada de contas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Sim, mas a minha pergunta é se V. Sa. alertou em relação ao fato de ela ser intermediária para a Covaxin.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Me permita só concluir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** É porque eu só tenho 15 minutos.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não; eu vou bem rápido.

Foi aberta a tomada de contas especial. Foi solicitado como seria o procedimento à Conjur, e a Conjur disse que, de fato, a tomada de contas especial era o caminho. Foi encaminhado ao Fundo Nacional de Saúde para a abertura da tomada de contas especial. Eu solicitei que fosse inscrito em dívida ativa o débito da Precisa – e está aqui o ofício da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional. E eu só não pude fazer mais porque o procedimento do Ministério da Saúde é esse. Então, em relação à empresa Global, a este fato, eu enquanto gestor tomei todas as ações que eu poderia.

Por que é que eu não consigo fazer essa correlação e sancionar a Global? A Global foi sancionada...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Não, V. Sa. não está respondendo a minha pergunta.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu vou responder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Faça o favor!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A Global foi sancionada por impedimento de licitar por três meses pela gestão anterior. Se eu a sancionasse de novo, é *bis in idem*. Ela já havia sido. O que tem que ser questionado é se essa sanção foi proporcional, foi válida ou não. Isso não me diz respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a questão Global termina quando ela leva uma sanção, e a questão débito termina quando eu providencio todas as medidas que me cabem para reaver o recurso ao Erário. Esse é o ponto Global.

No ponto Precisa, ela tem todas as documentações necessárias para que se habilite. No Sicaf da Precisa, não consta nenhuma ressalva.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem indicou a Precisa à Bharat Biotech para ser a intermediária aqui no Brasil? O senhor sabe?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Aí o senhor precisa perguntar à secretaria executiva, que é quem trata desse assunto. Eu não faço isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Na verdade, o secretário-executivo sai hoje muito complicado desta reunião. Muito complicado! Muito complicado, porque ele é responsável por tudo isso, por todas essas coisas que aconteceram.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não escolho empresa que vende vacina para o Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, nós temos que investigar isso. Ele tem que voltar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso obriga a volta do então secretário-executivo a esta Comissão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza, com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até mesmo porque a acareação se configura, a necessidade, quando depoimentos contrários aqui são colocados. Há até mesmo a possibilidade de fazer uma acareação do Sr. Roberto Ferreira Dias com o Sr. Coronel Elcio, porque tudo que deve ser atribuído a alguém, qualquer irregularidade, o depoente está atribuindo ao secretário-executivo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é. Na verdade, o depoente aqui dá uma demonstração de que não cumpriu o seu papel, a sua responsabilidade, porque ele deveria ter alertado para dizer: "isso aqui é uma laranja da Global, que é uma empresa que roubou o Ministério da Saúde". Devia ter dito isso. Tratava-se de uma dispensa de licitação. Qualquer outra empresa poderia ser intermediária nesse processo. E sabe por que não é? Porque, como eu disse da outra vez, essa Precisa é a queridinha do Governo Bolsonaro. Vamos atrás da Precisa, que a gente vai pegar muitas e muitas coisas aqui dentro desta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa que a gente não consegue entender, como V. Exa. disse: o Dr. Roberto Dias foi, numa tarde, para um *happy hour* com o amigo dele, o Sr. Santana. De repente, vinha passeando pelo shopping o Sr. Marcelo Blanco, juntamente com o... quem é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Dominguetti.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dominguetti. Me esqueci até do nome dele.

De repente, entram no mesmo restaurante, se sentam, aí batem um papo, aí se conversa sobre vacina. No outro dia, tem uma reunião marcada no ministério. O senhor recebeu o Dominguetti lá, não recebeu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Recebeu. O secretário-executivo recebeu o Dominguetti.

Agora é fácil vir aqui e dizer: "aquilo é um picareta", como foi dito. Pois esse picareta sentou-se com o diretor da Dlog, sentou-se com o secretário-executivo do ministério, que é o vice-ministro.

Veja que Governo.... Que Governo – eu não quero dizer a palavra – desorganizado! Qualquer um, sem ter uma credencial oficial de ser representante de uma empresa, uma empresa que seja idônea, sem credencial inicial também, se reúne com um diretor importantíssimo do ministério, vai para um *happy hour* com ele e ainda se reúne com o secretário-executivo do ministério. Me perdoe a palavra, mas isso é uma bagunça! É uma bagunça!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – São empresas intermediárias, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente. Isso é uma bagunça!

Não vi, no Brasil, Governo que tivesse...

Eu vi uma jornalista falando, essa semana, e vou usar o exemplo dela quando ela disse: "Num governo sério, não passava da portaria".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida. E sem falar que o Elcio disse, através do Departamento de Imunização, que o depoente, através do *log*, levantou os preços da vacina. E ele disse que não levantou, que foi uma mentira que foi dada ao Tribunal de Contas e à CGU. Quer dizer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Portanto, eu acho que esse é um dos melhores depoimentos que nós tivemos aqui, Sr. Relator, porque ele, primeiro, demonstra a fragilidade administrativa, a incompetência gerencial, a falta de controles que esse Governo tem, que é o caos. Essa é a primeira demonstração.

A segunda demonstração é de que o secretário-executivo recebeu superpoderes para comprar vacinas, portanto, é o grande responsável pelos atrasos, pelas que não foram compradas e pelas tentativas de golpe, como foi essa vacina da Davati. Ele precisa vir aqui.

E tem mais. E tem mais. Foi a pessoa escalada pelo Governo para ir para a televisão, juntamente com o Ministro Onyx Lorenzoni, para dizer que eram falsas aquelas *voice*... Eu só penso em The Voice Brasil. É *voice*, é *voice*...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – *Invoice*? Aqueles *invoices* e tal. Foi a pessoa que foi defender o Governo. Na verdade, ele foi defender ele mesmo! Porque ele era o grande responsável por todas essas coisas! Estava tudo concentrado nele.

Dr. Roberto, eu quero dizer ao senhor que o senhor perdeu o *time.* Naquele momento em que tentaram lhe tirar do ministério, o senhor deveria ter saído, porque o senhor já não mandava em nada! O senhor não teve nem capacidade, nem condição de chegar e dizer: "Não contrate essa empresa picareta!". O senhor não teve condição de fazer isso. Eu acho até que o senhor teve o desejo de fazer, porque o senhor está dizendo que tentou sancionar a Global, e tal. Então, o senhor sabia que essa Precisa era uma laranja da Global, e o senhor sabia que ela não merecia confiança para assumir um contrato de R$ 1,6 bilhão. Como pode uma coisa como essa, não é?

Então, eu entendo que é muito importante. Eu compreendo a situação do senhor. O Sr. Dominguetti pode ser um picareta, mas a verdade é que ele foi tratado como representante de uma empresa com seriedade, ele próprio tendo seriedade. E para mim é a demonstração do que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não atribuiu a propina pedida ao Elcio, ele atribuiu ao depoente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É. Esse é um outro problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É outro grande problema!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Inclusive... É bom que V. Sa. saiba que nós requisitamos as câmeras, as imagens das câmeras. O Sr. Dominguetti disse aqui que essa quarta pessoa passava o tempo todo fazendo conta. A gente vai ver se isso aconteceu mesmo. Nós requisitamos as imagens do hotel. Então, se V. Sa. deseja retificar alguma coisa do que disse, é importante que possa ainda fazê-lo.

Houve a reunião... Quem pediu para o senhor ir lá foi fulano, foi sicrano... Houve realmente esse pedido? Quem é que ia ser beneficiado, se é que é verdade? Eu não quero lhe acusar. Quem é que seria beneficiado com esse US$1 por dose? Mas seria importante também que nós pudéssemos saber.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu me sinto plenamente satisfeito e acho que, a cada dia que se passa, nós estamos destampando uma verdadeira latrina de fatos. Esse Governo é uma excrescência! É um Governo sem comando; é um Governo sem competência administrativa; é um Governo sem sentimento por seu povo; é um Governo que não tem qualquer desejo de proteger a população sofrida e assistida do Brasil; é um Governo caótico. E eu lamento que ainda exista gente que defenda isso. Lamento que tenha gente que defenda isso, uma situação como essa – 527 mil pessoas mortas, e ainda tem gente para defender o que fizeram à frente do Ministério da Saúde.

Eu agradeço, Sr. Presidente. Eu agradeço, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agradeço ao Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra agora ao eminente Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Roberto Ferreira Dias, bem-vindo a esta Comissão – Sr. Relator –, me diga uma coisa, o Dlog possui quantas coordenações gerais na sua estrutura?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Três.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As três coordenadorias gerais do Dlog foram nomeadas por V. Sa.? Tiveram a vossa indicação, a vossa participação?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Na gestão do Ministro Pazuello, as indicações foram dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor, como Diretor do Dlog, não participou da nomeação de nenhum dos diretores vinculados ao senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Na gestão do Ministro Mandetta, todas as indicações eram minhas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, recuperemos aqui – eu considero importante, Sr. Relator e Sr. Presidente: as três coordenadorias gerais de Dlog foram nomeadas, indicadas pelo senhor na gestão do Ministro Mandetta?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na gestão do Ministro Pazuello, o senhor deixou de ter autonomia nessa indicação, certo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Foram alteradas a Coordenação Financeira, que é o Tenente-Coronel Marcelo Costa – se eu não me engano o nome dele é esse –, e alterada a Coordenação de Logística, que é o Tenente-Coronel Alex.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A partir do comando da secretaria-executiva do Ministro Pazuello?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor, secretaria-executiva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator e Sr. Presidente, eu acho que o Dr. Roberto Ferreira Dias está trazendo uma informação muito importante a esta Comissão – pedindo atenção dos eminentes colegas –: o Dr. Roberto Ferreira Dias acaba de dizer a esta Comissão que ele indicou os seus subordinados na gestão do Ministro Mandetta; na gestão seguinte, do Ministro Pazuello, a Coordenação de Finanças e a...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Coordenação de Logística.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de Logística, a indicação veio diretamente do gabinete, da secretaria-executiva ou do Presidente... Ou do Ministro?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Imagino que do secretário-executivo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Do secretário-executivo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... ou do ministro. Aí precisa esclarecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele colocou quem, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Quando o General Pazuello assume, entram na minha Diretoria: o Coordenador Financeiro passa a ser o Tenente-Coronel Marcelo Costa, se eu não me engano...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Isso.

O Coordenador de Logística, o Tenente-Coronel Alex; e o Tenente-Coronel Marcelo Blanco como assessor meu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O senhor teve autonomia de gestão durante a gestão do Ministro Mandetta. Passando para a gestão do Ministro Pazuello, a secretaria executiva fez, em relação às suas diretorias, modificações...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Interveio diretamente.

O Secretário-Executivo era o Sr. Elcio Franco...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado.

E obviamente foi ele que pediu as exonerações...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei dizer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas, enfim, o comando veio dele. Veio do Secretário-Executivo.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Precisa ver o ato, se foi ele que assinou inclusive. Eu não saberia dizer, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

Tem um áudio vazando, Sr. Presidente?

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. pode repor meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não vou repor tempo. Eu não atrapalhei. Quem atrapalhou foram eles...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, fui eu que pedi, porque tinha um áudio vazando. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um áudio aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É que ele está numa coerência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um áudio importante para V. Exa. depois ouvir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu sei, mas V. Exa. pode, inclusive... O Relator pode, no momento que quiser, inquirir. É porque a gente está numa sequência, aqui, de inquirição que acaba interrompendo.

Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

Sobre essas exonerações e novas nomeações, o senhor foi consultado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não foi consultado pelas nomeações e exonerações encaminhadas pelo Secretário-Executivo Coronel Elcio Franco, do seu departamento? O diretor do seu departamento.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não foi consultado...

Muito obrigado.

O senhor pode repetir quais foram os servidores que foram nomeados para essas coordenações?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Na Coordenação Financeira, o Tenente-Coronel Marcelo Costa... Acho que é Marcelo Costa o nome. Tenho que verificar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E sobrenome, né?

E, na Coordenação de Logística, o Tenente-Coronel Alex Leal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

Então, aparece aqui o nome que é recorrente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o do Sr. Alex Leal, que inclusive é citado no depoimento do Sr. Luis Ricardo Miranda aqui como um dos agentes que fez pressão para o contrato da Precisa/Covaxin.

Sr. Relator, Sr. Presidente, eu acho que a gente está encontrando uma linha de conexão com os fatos. Quem exonera os diretores vinculados ao Dr. Roberto Ferreira Dias, quem exerce pressão depois ao servidor Luis Ricardo Miranda... O nome do Sr. Alex Leal aparece naquele momento, o nome do Sr. Alex Leal é incluído no Ministério da Saúde pelo Secretário-Executivo, o Sr. Elcio Franco.

Continuamos: o senhor sabe dizer se havia interferência ou tentativa de interferência da secretaria-executiva nas atividades do Dlog?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, acredito que, até por força da empatia entre eles, havia um contato direto muitas vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

Então o senhor confirma que havia um contato direto com a secretaria-executiva, e, por óbvio, esse fato aí da substituição dos seus diretores é um fato claro de interferência da secretaria-executiva nos atos do Dlog.

Sr. Presidente e Sr. Relator, eu acho que o Sr. Elcio Franco, como já foi dito aqui, cada vez mais se envolve mais, se enrola mais, e a gente começa a encontrar os responsáveis pela pressão no caso Precisa/Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, continuando sobre isso... Temos aqui o vídeo?

Vamos tirar, trazer aqui um trecho do depoimento do Sr. Luiz Paulo Dominguetti aqui, quando ele tem um encontro com o Sr. Elcio Franco.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Pode parar aí. Pode parar aí. Pode parar! Pode parar!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas, se puderem ter atenção aqui aí no... Eu agradeço.

O senhor percebeu, num trecho aí da oitiva – esse foi o depoimento do Cabo Dominguetti aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito –, que ele retrata, nesse momento, um encontro que teve com o Coronel Elcio Franco. E me parece que a forma como o Coronel... Pelo menos o que o Cabo Dominguetti demonstrou aqui é que a forma como o Coronel Elcio Franco se reporta ao senhor é com grau de desconfiança, é responsabilizando o senhor por alguma não concretização de tratativas em relação à vacina.

O senhor... Dessa acusação aqui direta feita pelo Cabo Dominguetti, o que o senhor teria a dizer neste depoimento?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, com todo o respeito, qualquer acusação ou frase que venha desse senhor, para mim, é desqualificada e completamente improcedente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe-me perguntar uma coisa diretamente. O senhor foi exonerado logo depois que veio a público a entrevista do Sr. Cabo Dominguetti.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Logo em seguida, o Sr. Cabo Dominguetti vem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor atribui esse enredo de fatos a alguma ação organizada para prejudicá-lo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não tenho dúvida que é para me prejudicar. Eu só não consigo entender a origem, mas eu não tenho nenhuma dúvida que é para me prejudicar. Absolutamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E por que o senhor acredita que isso tudo foi montado para lhe prejudicar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, essa pergunta eu estou também em busca de resposta, mas que foi para me prejudicar, sem sombra de dúvida, foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só uma pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** V. Exa. se sujeitou a que três auxiliares diretos seus fossem trocados, passando por cima do senhor sem comunicá-lo. O senhor era chefe de um departamento importante. Geralmente, quando a gente chefia um departamento importante, a gente trabalha com pessoas de confiança nossa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) **–** Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Correto? Esses três que foram exonerados eram competentes?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Na verdade, o meu reporte ao Senador Randolfe foram dois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Foram dois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Dois, dois.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Foi o coordenador de financeiro e o coordenador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eles eram pessoas competentes?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, muito competentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Zelosas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Zelosas, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** E, em relação aos que os substituíram, qual o seu...? O senhor poderia descrevê-los?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Com o Tenente-Coronel Marcelo, eu nunca tive muita empatia, tinha uma relação de trabalho normal. Com o Tenente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, eu não perguntei sobre se o senhor tinha empatia ou não. Eu estou perguntando se os caras ocuparam o cargo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas eu acho que o depoente está respondendo bem, Presidente. Ele está respondendo bem.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Executavam as suas tarefas de apoio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, por óbvio, e me permita aí, inclusive, concordar com V. Sa.: por óbvio, alguém que é subordinado a alguém deve ter empatia. Claramente o depoente está dizendo aqui que não tinha empatia, não tinha identidade com uma pessoa que foi colocada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu me expressei mal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A pessoa foi colocada naquele lugar.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Mas, no dia a dia, executava as suas funções.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mas executava as suas funções se dirigindo ao senhor ou se dirigindo ao Elcio?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Veja bem, Senador: existe uma segregação de função muito grande no Ministério da Saúde. As coordenações têm as suas autonomias. O diretor não fica tendo que validar esses atos seguidas vezes. Então, a minha deliberação é final. Estando o ato em conformidade, ela é final.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou melhorar a pergunta: quando o Coronel Elcio demandava alguma coisa – qualquer outra coisa, não é vacina, qualquer outra – para o seu departamento, ele se dirigia diretamente ao senhor ou se dirigia aos dois coronéis que ele colocou lá?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Na maioria das vezes, se dirigia diretamente. Algumas vezes a mim; muitas vezes a eles diretamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muitas vezes a eles... Algumas vezes a você e muitas vezes diretamente a eles. É isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, se garantido o meu tempo, se V. Exa. puder repor o tempo que tenho pra dar sequência na inquirição, eu acho que esse aspecto aí está claro. Houve uma clara intervenção. O Departamento de Logística era de interesse da secretaria executiva. O que nós temos que avançar é saber: além da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretaria executiva, quem? Além da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, quem? E por que a secretaria executiva faz essa intervenção no Departamento de Logística? E por que coincidentemente um desses personagens do Departamento de Logística é um dos personagens que é alertado, denunciado aqui pelo servidor Luis Claudio como um dos exercia pressão para a vacina Precisa/Covaxin?

Esta parte do depoimento do Sr. Roberto Ferreira Dias é esclarecedora pra esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Deixe-me lhe perguntar o seguinte: o senhor participou de alguns atos em relação à vacina Covaxin/Precisa, não é?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Trocou *e-mails* e assinou um contrato?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor lembra a data da assinatura do contrato?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Acho que 25 de fevereiro.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Por que o senhor assinou contrato antes da finalização e aprovação pela área de licitações do Dlog?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É um fato...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A finalização e a aprovação pela área de licitação ocorreu no dia 15 de março, documentos que temos na CPI.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não, não. Funciona assim, Senador. Isso é igual ao parecer jurídico. E, principalmente em vacina, a da Pfizer foi igual, a da Janssen foi igual.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Quando você submete o contrato nesse caso à Consultoria Jurídica, ela faz alguns apontamentos, pugna pela viabilidade do ato. Quando esse apontamento é – não vou dizer grave, mas, enfim – importante, peremptório, inclusive ela pede o retorno do processo pra que ela analise. Quando não é, quando são meros atos processuais, que não inviabilizam a assinatura, é feita a assinatura e esse processo é sanado. Isso aconteceu, pra ficar em vacina, com praticamente todos os processos de vacina, não só com esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, mas, assim, o senhor assina o contrato dia 25 de fevereiro...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Hã-hã.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a área de licitação dá o.k. em relação ao contrato no dia 15 de março.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse procedimento é padrão?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Primeiro, você assina o contrato e a licitação só dá o finalístico posterior...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Só corrigindo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... nesse caso, 20 dias posteriormente?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Só corrigindo, aquilo a que o senhor deve estar se referindo no dia 15 de março são alguns apontamentos que foram feitos pela Conjur que não impediam a assinatura do contrato. Isso é comum. Em vacina, por exemplo, todos os contratos de vacina foram assinados assim. Isso é comum, e são apontamentos que não impedem a assinatura do contrato, que podem ser convalidados na sequência. Isso é relativamente comum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Sem aprofundar esse tema... Assim, antes de concluir minha inquirição, eu não posso deixar de me reportar ao *happy hour* do Vasto, restaurante. O senhor podia só reportar... O senhor se dirige ao Vasto, ao restaurante, numa quinta-feira, final da tarde, às 17h, perfeito?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Entre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por volta de 17h, perfeito.

O senhor está acompanhado de quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu fui sozinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor foi só para o restaurante?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor não foi acompanhado de ninguém? Mas o senhor tinha marcado encontro com alguém lá?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, é como eu reportei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Com?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu tinha um chope, um jantar, enfim, trate como for, com um amigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Com um amigo.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu o encontrei por volta de 18h30 lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito. O amigo, que era...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Sr. Ricardo Santana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O Coronel Blanco chega posteriormente?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Coronel Blanco chega na sequência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Ele sabia que o senhor estaria lá?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Provavelmente, eu devo ter conversado com ele ao longo do dia. Tenho ligação minha com ele ao longo do dia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, o senhor marcou com o Coronel Blanco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não houve marcação. Nunca houve marcação desse jantar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, tudo bem, mas o Coronel Blanco sabia que o senhor...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Possivelmente ele sabia que eu estava lá, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Que o senhor estava lá...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... e tinha um chope, tinha um encontro marcado ali no final da tarde.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor não sabia que o Coronel Blanco estaria levando o Sr. Dominguetti junto?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, jamais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor não tinha dimensão disso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas, veja, o senhor há de concordar que é incomum... O senhor tem um encontro marcado, um chope, um encontro de fim de expediente com um amigo. No curso desse encontro de final de expediente, tem um outro amigo, conhecido seu... É amigo, não é, o Coronel Blanco? O senhor pode tratar assim?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, posso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pode tratar como amigo. Um outro amigo...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Um amigo, um ex-colega de trabalho, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Não é... Como assim? A gente escolhe, às vezes, quem chama para tomar um chope, para jantar, não é?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor tem um segundo encontro... Se junta a esse encontro um terceiro amigo, não é?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não achou incomum a quarta pessoa que era levada para esse encontro, no caso o Cabo Dominguetti, assim, do nada?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, veja bem, eu não tinha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Cabo Dominguetti... Em nenhum momento o Coronel Blanco disse: "Olha, vou levar um amigo meu aqui, o Cabo Dominguetti, vende vacina, é vendedor de vacina".

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, jamais, jamais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Em conversas com o Cristiano, não?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Jamais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Antes?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Jamais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor conversou com o Cristiano antes?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, reportei aqui inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Antes?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Veja... Esse encontro foi quando?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Em 25 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em 25 de fevereiro.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor recebe o Cabo Dominguetti...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** No dia 26.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** ... no dia seguinte.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Cabo Dominguetti nasce nessa situação no dia 25 à noite. Até então, ele não existia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

No dia seguinte o senhor o recebe no Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Quando ele adentra a questão de vacinas, eu peço que ele marque uma agenda no ministério e o recebo no dia 26, às 15 horas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas, nesse mesmo dia 26, o senhor manda esse *e-mail*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** E não tratava de vacina...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Esse *e-mail,* no mesmo dia 26... Olha só, eu vou ler o *e-mail* para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** E não tratava de vacina!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "Este ministério manifesta total interesse na aquisição das vacinas, desde que atendidos todos os requisitos exigidos. Para tanto, gostaríamos de verificar a possibilidade de agendar uma reunião hoje, às 15h, no Departamento de Logística do Ministério da Saúde."

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É que, talvez...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe eu só recuperar aqui. Dia 25, o senhor vai para um *happy hour*, aí de lá aparece um vendedor de vacina: "Tenho vacina. Temos vacina. Temos aqui 400 mil doses. Entregamos de imediato". Marca, no dia seguinte, o encontro. Marca, no dia seguinte, o encontro. No dia seguinte, o senhor encontra e o senhor manda um *e-mail.*

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, talvez esteja faltando uma mensagem no jogo de mensagem que o senhor tem. No dia seguinte, naquela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a questão... Desculpe-me, Dr. Roberto, mas a questão aqui não é o jogo de mensagens, é um *e-mail*, que é do dia 26.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Me permita só concluir. No 25, à noite... No 25, à noite, quando o assunto adentra para vacinas, eu peço que seja marcada a agenda oficial; no 26, às 8h50, é feito esse pedido de agenda. Este *e-mail* é a resposta a este pedido. Ele não está aí desconexo do nada. Faltam... E eu tenho ele aqui. Posso lhe mostrar, se o senhor quiser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor reúne com o Cabo Dominguetti, então, às 15h?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Às 15h, na minha sala, na presença de uma servidora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor, na noite anterior, não tinha marcado já esse encontro?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu nunca marquei encontro com o Cabo Dominguetti. O Cabo Dominguetti não existia até aquela noite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor marcou um encontro, uma agenda oficial, no Ministério da Saúde no dia seguinte.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, eu pedi que ele solicitasse uma agenda oficial. Esse pedido foi feito, acredito que é o *e-mail* que o senhor não tenha, às 8h50 da manhã, e foi respondido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor marcou para as 15h?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Acredito que seja esse que eu marquei para as 15h.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com outras vacinas, tinha essa celeridade toda?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Marcou para tratar de vacina, que ele disse que não tratava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com todas as outras vacinas, tinha toda essa celeridade toda?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – De novo, Senador, conforme a colocação do nosso Relator, eu não tratei de negociação de vacinas. A celeridade ou não das outras vacinas caberia à negociação e ao rito de negociação da secretaria executiva. Este...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem tratou? Desculpe, só essa informação. Mais uma vez, Sr. Relator, Sr. Presidente, quem tratava sobre negociação de vacinas era?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Isso já está claro, a Secretaria Executiva. Isso é fato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A secretaria executiva?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas uma vez, o Sr. Elcio Franco. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É um fato colocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só pra ficar claríssimo, claríssimo. Quem tratava era o Sr. Elcio Franco.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Este... Esta agenda pontual é para verificar a existência de 400 milhões de doses ou não. Tanto é que nunca foi à frente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Olha o horário. Olha o horário dos colegas. O horário dos colegas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Marcos, esclarecimentos são importantes – são importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está ficando muita coisa clara aqui. Eu acho...

Obrigado, Sr. Roberto.

Só uma última pergunta: o Reverendo Amilton, o senhor lembra quem foi que pediu pra ele encontrar com o senhor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Os senhores podem requisitar. Não tenho mais acesso. Tem um pedido por *e-mail.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Puxe pela memória. Faça...

A gente já tem experiência nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, teve colega que sentou aí, esqueceu, aí no final do depoimento, surgiu o nome de Ricardo Barros. Quem sabe, o senhor, puxando pela memória, não lembra aí?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, por gentileza, pra esclarecer... Acho que a gente consegue até esclarecer hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Inclusive, olha, o senhor ainda vai demorar um tempinho aqui...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Bastante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois é. Então, podia até pedir pra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Pedir para levantar a informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Podia pedir para alguém levantar a informação, a sua ilustre advogada...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vê se tem algum pedido de agenda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) **–** Quem tem que pedir informação somos nós aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não. Ele pode trazer essa informação em depoimento pra esta CPI. Se o senhor puder até o final dessa oitiva...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim. Claro. Vou tentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... trazer esta informação: quem foi esse personagem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo. Ótimo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso é importante, Dr. Roberto, porque, veja, no começo dos depoimentos, geralmente, assim, quem aqui senta realmente não lembra, mas, até o final do depoimento, a gente tem satisfatórias lembranças trazidas à esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como foi o caso do Deputado Ricardo Barros, que foi trazido pelo Sr. Luis Miranda.

Eu estou muito satisfeito. Nós temos um personagem central que, ainda bem, Sr. Relator, o senhor o designou como investigado, que é o Sr. Elcio Franco. Ele é o personagem central que sai desse depoimento para aprofundarmos a inquirição.

Muito obrigado, Dr. Roberto, Presidente, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, no dia...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor quer um tempo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Cinco minutinhos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

Mas, só para lhe falar aqui, nesse dia 25 de fevereiro, enquanto o senhor tomava um chope tratando de vacina ou conversando sobre qualquer coisa, 1.541 brasileiros perderam a vida pela Covid nesse dia. O senhor, num *shopping;* e brasileiros, morrendo, e, entre eles, muitos amigos nossos. Só para registrar, nesse dia 25, o que aconteceu.

Eu darei o tempo necessário para que V. Exa. possa...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, o senhor me permite só a réplica?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O tempo necessário, amigo.

(*Soa a campainha.*)

(*Suspensa às 13 horas e 25 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão...

Pode falar. O senhor iria falar, e eu tinha suspendido a reunião. Fique à vontade, amigo.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Senador, é que a forma, talvez, como o senhor tinha colocado: naquele dia, morreram 1,5 mil pessoas, e eu estava tomando um chope... Eu estou, há um ano e meio, trabalhando nessa pandemia – sábado, domingo, feriado, dia santo –, com todo tipo de exposição e de ônus que isso possa me trazer, e este, no dia de hoje, é um deles. Então, é só para, só para registrar isso, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para registrar para quem está nos ouvindo: as informações que eu tenho sobre o Roberto Dias em relação à ajuda aos Estados e Municípios no Brasil são que, sempre que o demandaram, ele fazia o possível para ajudar. Não é isso que está em julgamento aqui.

Estou dizendo para V. Exa. que, nesse dia, houve esse número de falecimentos. Mas esse trabalho que você fez à frente do seu departamento muitos Parlamentares elogiaram. Nós não estamos aqui discutindo o seu papel, nós estamos discutindo uma outra coisa. Então, em relação ao seu trabalho, nem Governador de direita, nem de esquerda, nem de centro, eles não podem dizer que V. Exa. não teve um papel importante no momento em que nós tivemos graves situações no Brasil. Então, era para registrar.

E uma outra coisa que o Senador Marcos do Val falou comigo é em relação ao fato de que, quando a gente fala de alguns oficiais do Exército, é lógico, nós não estamos generalizando. Infelizmente, para as Forças Armadas brasileiras, que sempre tiveram um papel de destaque, principalmente na minha região, grandes comandantes militares da Amazônia que passaram por lá – e eu tive a oportunidade de conviver com eles, o Eduardo teve a oportunidade de conviver – são pessoas brilhantes que contribuíram muito, para todos os efeitos, com o que nós tivemos ali na Zona Franca ou na seca ou na cheia. Então, não é... De forma nenhuma, nós estamos entrando aqui no mérito que as Forças Armadas têm.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só tem um detalhe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu digo que, infelizmente, alguns oficiais são citados. E isso infelicita a gente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só tem um detalhe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não dá para fazer valor de juízo deles de forma nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro, claro. Só tem um detalhe, Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Agradeço aí a...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É que o senhor disse aí que, durante a época da ditadura, não houve corrupção. Houve, sim, muita corrupção...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não lembro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Houve muitos militares sérios, mas houve, sim, várias situações.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom, é melhor a gente não falar de corrupção porque, senão, nós vamos para outros Governos também.

Presidente, eu quero agradecer...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas nós estamos falando aqui da verdade, só para esclarecer.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... esse esclarecimento e dizer que, por experiência, como um eleitor, não como um Senador, já houve CPI em que a pessoa que passou por aqui foi tão... Não foram só feitos questionamentos, mas foram na ordem pessoal, na sua honra e na honra da família, de forma que houve quem saiu daqui e cometeu suicídio – talvez a maioria não saiba disso.

Então, eu falo sempre para a gente ter muito cuidado com as palavras. Uma coisa é fazer umas perguntas, questionamentos que condizem com a CPI, que foi formada para isso, mas sem ir para a esfera da humilhação, do baculejo, do desrespeito à pessoa e à família, a instituições. Eu queria que a gente pudesse dar um exemplo para o Brasil de que nós, Senadores da República, somos coerentes, somos equilibrados, porque senão a sociedade continua dizendo que nenhum Senador presta, e eu não quero estar nesse grupo.

Obrigado, Presidente, por você ter feito esse esclarecimento às Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No meu esclarecimento, nada, absolutamente nada em relação às Forças Armadas. Tanto Exército, Marinha e Aeronáutica prestam um grande serviço para os brasileiros, têm grandes oficiais que diariamente estão cuidando das nossas fronteiras, principalmente. Isso aí não... O que eu falei é que, às vezes, aparecem aqui tenente-coronel, coronel, tenente-coronel, coronel e que isso não é bom para as Forças Armadas. Por isso que é bom a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecer, para que não fique três, quatro pessoas sendo citadas como se fossem todo o contingente. E não é verdade. O nosso respeito do Senado e dos brasileiros às Forças Armadas brasileiras.

Senador Eduardo Girão, por 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito bom, Presidente, esse seu esclarecimento, porque o tom, às vezes a forma como se fala passa uma mensagem completamente diferente. E isso é algo que... As Forças Armadas merecem todo o respeito do povo brasileiro.

Eu queria dar as boas-vindas para o Sr. Roberto Dias e dizer que foi suscitado aqui, eu não sei qual colega ou se foi pelo Relator, que é necessária uma acareação do senhor com o Coronel Elcio. Também acho isso importante e vou além. Eu acredito que uma acareação – inclusive já tem um requerimento meu protocolado hoje, agora, na Mesa, de nº 1.091 – que se faz necessária uma acareação com o Cabo Dominguetti, porque nós tivemos aqui uma contradição clássica, necessária de acareação, quando, por exemplo, foi colocada a questão da suposta propina – da suposta propina –, e a versão não bate com o que foi colocado aqui em depoimento pelo Cabo Dominguetti. Assim como também do contato no *shopping center*, contato realmente com uma coincidência incrível; é achar uma agulha num palheiro realmente, porque o cabo disse que foi marcado. Então, é importante se fazer essa acareação, e eu peço à Mesa, para que a gente busque a verdade, que isso seja votado para que a gente faça o quanto antes.

A gente tem que buscar a corrupção onde quer que seja. Erros têm que ser apontados, verificados. Eu discordo particularmente do Relator quando, na posição de Relator, aquele que ouve, que tem que inquirir, que tem que fazer, às vezes ultrapassa, muitas vezes ultrapassa a sua função e, em vez de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a gente tem uma comissão parlamentar de conclusão já, porque o prejulgamento é algo que está muito na cara de todo mundo aqui, a parcialidade, uma manipulação explícita.

Quando alguém interfere dentro da linha do que está sendo inquirido ali pelo Relator, aí pode; quando vem uma posição divergente, não pode. Então, esses dois pesos e duas medidas, infelizmente, tiram a credibilidade da CPI. Mas a gente tem que fazer o nosso trabalho. E vamos procurar fazê-lo com razão, com técnica. Eu acho que é isso que a população espera de nós.

Eu tenho aqui cerca de dez perguntas para o senhor. Eu pediria que, se fosse possível, respondesse de forma muito objetiva.

O senhor falou que dois subordinados seus foram exonerados pelo Coronel Elcio. Inclusive, o seu nome foi junto também, mas aí alguém segurou. Eu queria até entender isso. O que é que o senhor acredita que aconteceu? A quem o senhor dá o crédito por ter segurado a sua exoneração? Mas dois assessores seus, subordinados seus, foram exonerados. O senhor disse que eles foram injustiçados. E o senhor foi exonerado na semana passada. O senhor também se sente injustiçado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Sim. (*Fora do microfone.*)

Perdoe-me!

Sem sobra de dúvida!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Na primeira tentativa de exoneração do senhor – o Governo Federal fez esse movimento, o Coronel Elcio –, a quem o senhor deve o senhor ter se mantido no cargo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Como eu falei, Senador, na primeira tentativa, conforme relatado, tenho conhecimento só da exoneração dos dois. Não tenho conhecimento da minha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O seu nome não seguiu também para ser exonerado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não sei se seguiu, não tenho conhecimento se seguiu ou não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A informação que a gente tem é essa.

O senhor foi nomeado em 8 de janeiro de 2019...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... pelo ex-Ministro Luiz Henrique Mandetta, Senador Marcos do Val, para a chefia do Departamento de Logística em Saúde. Esse departamento é vinculado à Secretaria Executiva e coordena áreas sensíveis do ministério, tais como licitação, contrato, importação.

Qual a sua relação com o ex-Ministro Mandetta, com o qual o senhor serviu durante aproximadamente um ano? O senhor já conhecia o ex-Ministro Mandetta, que é um político aqui da Casa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. Eu conheci o Ministro Mandetta em Brasília.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Durante esse período? Ou, antes, já conhecia o Ministro Mandetta?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. Conheci o Ministro Mandetta durante a transição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Durante a transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Luis Ricardo Miranda é o chefe da Divisão de Importação. O senhor sabe quem nomeou o Sr. Luis Ricardo para essa função? Qual a sua relação com o Sr. Luis Ricardo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei quem o nomeou. Quando eu cheguei, ele já ocupava esse cargo. E minha relação era normal, sem nenhum problema, nenhuma animosidade, nada. Era uma relação normal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** O Sr. Luis Ricardo tem alguma ligação com a gestão do contrato? Quais são exatamente as funções por ele desempenhadas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – As atribuições do Luis são atos ordinários do processo de importação. Ela tem pouco ou quase nenhum ato discricionário. Ele recebe a documentação, verifica a conformidade da documentação, corrige quando necessário e encaminha para o nosso despachante aduaneiro, para que seja feito o trâmite da importação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Apenas isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** Perfeito.

O Sr. Luis Ricardo, no seu depoimento, descreveu vários contatos com a fiscal de contratos para tratar da questão da *invoice*.

Vejamos as notas taquigráficas do dia 25 de junho. O Sr. Luis Ricardo diz o seguinte: "No dia 22 de março, foi autorizada pela fiscal do contrato Regina Célia Oliveira, da SDS, a continuidade do processo para o quantitativo menor de 3 milhões de doses e a empresa Madison". Aí, o Senador Renan Calheiros, o Relator, fala o seguinte: "Este é que é o problema: é que as informações não eram as do contrato, e eles detectaram que estava havendo uma burla. Não é isso?". Aí, o senhor Luis Ricardo Miranda diz o seguinte: "É, tinha falhas na *invoice,* e encaminhamos todas essas falhas para a fiscal do contrato, que é a responsável pela execução para dar o 'de acordo' [entre aspas] [...]"...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** ... ou não... "'de acordo' ou não para continuidade do processo". Aí, o Senador Renan, Relator, diz o seguinte: "Exatamente". O Sr. Luis Ricardo Miranda fala em seguida: "A terceira *invoice* foi corrigida, conforme o contrato, e autorizada pela fiscal do contrato, onde foram feitos todos os reajustes, ajustes solicitados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disto, da autorização da fiscal do contrato, do ofício de pedido da excepcionalidade assinado pelo diretor do Departamento de Logística, por a *invoice* estar com os valores [...] conforme o contrato e autorizado pela fiscal do contrato, no dia 24, foi aberta uma Licença de Importação, e foi solicitado o pedido de excepcionalidade para a Anvisa, o qual foi negado no dia 30 de março, faltando CBPF, que é o Certificado de Boas Práticas". Aí, o Senador Renan Calheiros fala o seguinte: "Quem aprovou o uso da Madison?". Aí, o Sr. Luis Ricardo diz: "Foi a fiscal do contrato, para continuar com a empresa".

Aí, a pergunta que eu lhe faço, Sr. Roberto Dias: com toda essa movimentação, o Sr. Luis Miranda reportou algo diretamente ao senhor? Reportou alguma anomalia no contrato da Covaxin? Comentou que estava sofrendo alguma pressão? Ele falou com o senhor sobre isso? E que providências o senhor tomou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – A pressão era dele. Já respondeu.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Bom, vamos lá. Eu fui acusado de pressão através de uma mensagem que eu já expliquei.

A questão de *invoice. Invoice...* Eu pedi pra fazer um levantamento rápido, eu não sei se consta aqui comigo. Eu separei, pelo menos, 30 *invoices* em que foram solicitadas correções. Corrigir *invoice* é um ato ordinário daquela divisão, dependendo do nível da correção. O que ele fez, até certo ponto foi correto; foi provocar o fiscal do contrato pra ver se o fiscal do contrato estava de acordo com a questão do quantitativo, que já restou explicado pela própria fiscal aqui.

E a questão da empresa. A questão da empresa, no *e-mail*, a fiscal pede uma declaração – acho que o senhor deve ter. Ela pede uma declaração que comprove que, de fato, uma empresa tem vínculo com a outra, e isso é juntado no processo. De posse disso, ela dá prosseguimento ao feito.

Se isso tivesse sido trazido para mim na forma de um problema, como inúmeros outros – "temos um problema" –, uma solução para isso é um aditivo contratual: "Olha, essa empresa vai figurar no contrato? Ela vai ter que receber? Então, traz essa empresa para dentro do contrato". Dá tratativa ao problema. Manda-se para a consultoria jurídica: "Olha, pode colocar essa empresa dentro do contrato?". "Pode"; "Não pode". E trata. E tudo isso restaria esclarecido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Tudo isso restaria esclarecido.

Ao ofício a que o senhor faz menção...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hã-hã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O meu ofício de excepcionalidade não se trata dessa parcela ou desse evento.

Cabe ressaltar que, para a vacina de Covid, você tem uma linha de aquisição, que seria um produto registrado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hã-hã.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... uma segunda via, que seria um produto com uma autorização de uso emergencial; e uma terceira via, que foi aprovada após a assinatura do contrato, que é um pedido excepcional de importação, que necessita de menos condições ainda.

O meu ofício se trata de um pedido excepcional de importação de todo o contrato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hã-hã.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não especificamente dessa *invoice* ou desse ato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

O Sr. Luis Ricardo Miranda informou ao senhor que ele havia falado com o Presidente da República? Qual foi a sua reação? Informou aos seus superiores?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, no domingo, eu estive com o Deputado Luis Miranda, e ele me cumprimentou e falou assim para mim: "Poxa, obrigado pela força que você dá para o meu irmão lá".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Deputado disse isso...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... no domingo, dia...?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, no domingo! No domingo, nós estivemos em Guarulhos recebendo uma carga que chegaria acho que da Holanda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – No dia em que ele veio aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. Não; ele foi, no sábado, supostamente, no Presidente e, depois, veio aqui – não sei quando ele veio aqui. No domingo... No sábado ele foi no Presidente. No domingo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – No sábado, no Presidente, é 20 de março.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vinte de março, isso. Obrigado, Senador. Vinte de março.

No dia 21, eu estava...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele encontrou com o senhor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... eu estava em Guarulhos recebendo a carga.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ah... Tá.

No dia 10 de setembro de 2020, o Sr. Jorge Luiz Kormann solicitou a exoneração do Sr. Luis Ricardo. Por que essa exoneração não ocorreu? Teve alguma interferência do Deputado Luis Miranda para que não ocorresse essa exoneração? Como chefe do Departamento de Logística, qual foi o seu papel nesse processo? O senhor era a favor ou contra essa exoneração?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu sempre dei total autonomia aos coordenadores. E, em específico, a essa época, era o Tenente-Coronel Alex. A pessoa tem que ter o direito de trabalhar com quem ela gosta, independente de qualquer coisa, e isso eu respeito muito. Esse pedido foi... Subiu, foi para ser dada procedência, e não sei se o Deputado falou, enfim, acho que ele conversou com o Ministro, e não aconteceu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Deputado interferiu junto ao Ministro para que não ocorresse isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não posso assegurar isso. O fato é que não aconteceu a exoneração.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor acredita que foi isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não acredito. O fato é que não aconteceu a exoneração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor participou da aquisição de medicamentos, insumos ou qualquer outro produto junto à Precisa, sem contar com a da aquisição da Covaxin?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ele fala outros contratos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Outros.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Participar... Vamos lá. A Precisa tem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Outros contratos.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu já entendi.

A Precisa tem um contrato de preservativos femininos. Quando deste problema, quando veio à tona essa questão de Precisa, é lógico que a imprensa questiona muito, e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quando foi esse contrato? Quem era o ministro?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – O senhor me dá um minuto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para ajudar aí...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O senhor me dá um minuto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o valor do contrato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só peço a reposição do tempo, viu, Presidente. Estou terminando as perguntas. (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O contrato de preservativo foi assinado no dia 13 de novembro de 2020, então muito possivelmente ele decorre de um pregão que foi realizado em...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era o ministro?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... agosto. Agosto de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Já era o Pazuello.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Acho que já era o Pazuello.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Esse contrato decorre de uma ata de registro de preço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. O laboratório Bharat Biotech apresentou uma carta de declaração ao Ministério da Saúde, onde informa a incorporação da Madison, com sede em Singapura, que está autorizada a suprir e distribuir produtos da Bharat, além de emitir fatura, que é o *invoice*.

Pergunto: o senhor considera normal ter uma empresa em Singapura como parte do processo de aquisição de vacinas? As outras fornecedoras utilizaram um intermediário no exterior para fazer a importação, como ocorre no caso da Covaxin? Como diretor do Departamento de Logística, o senhor considerou essa questão ao assinar o contrato ou dar prosseguimento ao processo de importação?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Então, vamos lá, Senador, são questões diferentes.

Assinar o contrato, até a assinatura do contrato não havia a figura da empresa Madison. A empresa Madison aparece quando da apresentação da *invoice*. Quando o senhor fala se é normal ou não é normal, eu posso dizer que não é frequente, mas não é ilegal e não é anormal. Não é frequente.

Para esse ponto especificamente, se essa situação permanecesse, onde você tem a empresa contratada atestando: "olha, essa empresa me representa, você pode pagar para ela", isso indo a termo, muito com certeza seria feito um aditivo contratual para trazer essa empresa para dentro do contrato, na hora do pagamento. Porque veja bem, uma das coisas que eu frisei aqui é a questão da governança do Ministério da Saúde. Não está errado... Eu não posso dizer que é normal ou é frequente, não é, mas não está errada a apresentação de uma terceira empresa. Isso já aconteceu no Ministério da Saúde antes. Só em importação. Não está errado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor lembra a última vez que isso aconteceu no Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu tenho separado. Até o final da sessão ou depois eu protocolo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Eu agradeço.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Isso não é uma exceção... É uma exceção, mas não seria impossível. Como estamos tratando de uma monta muito grande e já está atestado pelo contratado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa empresa o representa, por óbvio, ao final, seria feito um aditivo, traz essa empresa para dentro do contrato para poder receber, e seria feito o pagamento.

Eu só queria fazer um esclarecimento: que como eu já citei aqui a questão de governança que existe no Ministério da Saúde, de separação das atribuições, a gente está diante quase que de um crime impossível, porque assim, a *invoice*, grosso modo, ela pode vir dizendo o que ela quer. Se o senhor compra uma televisão por R$3 mil e a nota diz que é R$5 mil, não quer dizer que o senhor vai pagar R$5 mil. Ela custa R$3 mil. Então, a gente dá uma conotação à *invoice* de nota fiscal, mas não é. A *invoice* é quase... A gente chama de um *draft*. Ela é um rascunho. E é frequente alterar a *invoice*. Então, neste caso, vamos supor que passou o erro. Ninguém viu e de fato existia a intenção do mal feito. Vamos fazer um exercício aqui. Existia essa intenção. Olha o que teria que acontecer: isso teria que ir à frente; o fiscal teria que concordar, em desacordo com o contrato; a equipe de importação teria que concordar que o fiscal concordou em desacordo com o contrato; o chefe do fiscal do contrato, que era o Sr. Thiago, de que fiz a menção aqui, teria que atestar isso; isso teria que ir para o financeiro; no financeiro, quando ele fosse cruzar, porque é feito um terceiro cruzamento... A nota está atestada, paga adiantado. Fala: "Ah, eu vou pagar em desconformidade com o contrato". Ele teria que concordar... Só aí, a gente já envolveu umas cinco ou seis pessoas!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) **–** Teria que todo mundo estar em conluio, aí.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não existe! Então, o que eu só queria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A *invoice* trazia muitas imprecisões e...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – De fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... pedia coisas que não estavam previstas no contrato.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Mas pelo que eu entendia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma delas era a empresa, a terceira empresa; não estava prevista. A outra era o pagamento do frete, também não estava previsto. A outra era o adiantamento dos US$45 milhões, R$200 milhões, que também não estava previsto. E a dificuldade maior era de que os impostos que seriam pagos no Brasil teriam que ser pagos por uma *offshore* de Singapura.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Mas, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, era tudo equivocado.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... o que eu entendi, agora que ele está explicando, é que a *invoice* é um rascunho. O que vale é o contrato, *invoice* é só um rascunho com um resumão, vamos dizer assim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hã-hã!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Mais ou menos. Não é bem isso não, viu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Não, não, não, não. Não é que a *invoice* é um rascunho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aí é uma ofensa aqui a quem conhece o que que é isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A *invoice* é um documento...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode ser um resumo de contrato.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A *invoice...*

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Girão, por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse ponto da *invoice* aí, é importante esclarecer melhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É fatura internacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Renan, por favor. A palavra está com o Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É fatura internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu sei que o senhor vai falar agora, mas só complementando. Diante de todas essas inconsistências, porque não era comum ter essa questão de uma empresa aí fora do País, num... Em Singapura. O senhor falou que não era frequente. Por que não foi feito um aditivo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Porque, na prática, isso nunca prosseguiu. Essa *invoice* foi protocolada... Porque com o é que... Quais são os tempos e movimentos desse processo? Essa denúncia do dia 20 acontece no dia 20; no dia 23, salvo melhor juízo, toda a documentação já está sanada, e no dia 24, às 10 horas da manhã, já está protocolada e aberta uma licença de importação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A licença de importação é para que a Anvisa se manifeste na questão sanitária. A Anvisa não tem nada a ver com contrato, com preço, com parcela; ela não observa isso. Então, estaria autorizada a importação. E daí é mais... Só corroborando o que eu já falei...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Sem o aditivo, não é? Óbvio.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Sim. Só corroborando o que eu falei até agora, se isso de fato acontecesse, nesse momento em que foi autorizada a importação, o que a empresa pediria? "Olha, já que na *invoice* está o pagamento, me pague adiantado". E isso jamais seria feito, por que? A fiscal do contrato teria que concordar, e ela não concordou; seu chefe teria que concordar, e ele não concordou; e o financeiro teria que concordar, e isso nunca chegou nele.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O senhor disse que o Coronel Blanco foi seu colega de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor disse o Coronel Blanco foi seu colega de trabalho, seu assessor. Qual o período em que o Coronel Blanco trabalhou com o senhor? Por que ele saiu do Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não sei dizer...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Girão, mais um minuto a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu tive intervenções importantes aqui. Eu peço que o senhor dê pelo menos mais três para eu terminar as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mais três minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Rapidinho aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dei mais três minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Boas perguntas...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não sei dizer exatamente quanto tempo. Acredito que foi quase um ano, talvez, dez meses... Não me recordo. E ele foi exonerado. Eu não sei... A razão pela qual ele foi exonerado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor não sabe a razão?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... eu não sei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor disse que negou... Hoje o senhor disse que negou o cargo ao Sr. Luis Ricardo Miranda – peguei aqui as notas taquigráficas, abre aspas o senhor: "Confesso que neguei um pedido de cargo para o seu irmão servidor e, por um momento, imaginei que pudesse ser uma retaliação. E confesso que sempre achei desproporcional demais. Mas agora o que se deslinda é a possibilidade de ter ocorrido uma frustração no campo econômico também", fecha aspas.

Que cargo ele pleiteava? – eu pergunto ao senhor. Qual salário do cargo pleiteado? Houve alguma interferência do Deputado Luis Miranda nesse pedido?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Após a exoneração... Na verdade, o Tenente-Coronel Alex retornou ao Exército, porque acabou o tempo de cessão dele, e o cargo ficou vazio. E foi quando ele me fez esse pedido e eu não dei procedência, não concordei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu entendo que não tinha o perfil para o cargo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quanto era o salário?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Um cargo de DAS 4, talvez R$9 mil, R$10 mil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor sabe dizer se houve alguma interferência do Deputado Luis Miranda nesse pedido dele?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não sei dizer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não... Para o senhor não chegou isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pra mim, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A última pergunta – última.

O senhor disse que alterou o processo referente à área técnica do Ministério da Saúde – o senhor disse hoje aqui. Como funcionava o Departamento de Logística quando o senhor assumiu? Que pontos negativos o senhor identificou?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Especificamente um ponto, na aquisição de medicamentos por demanda judicial, que é até um fato bem polêmico e recorrente: existia um departamento de aquisição só para demanda judicial. E eu achava que não fazia muito sentido você ter um departamento de compra dentro de um departamento de compra. É lógico que a demanda judicial é importante, ela tem que ser atendida; você coloca uma *red flag* na compra e continua. Ela é priorizada, mas num mesmo rito. E essas compras eram feitas por *e-mail*, então você mandava *e-mail* para um banco de fornecedores, enfim...

Quando eu entrei, eu acabei com isso e fiz que se fizesse, semanalmente, um chamamento público. Então, se eu não me engano, toda quinta-feira são publicados em *Diário Oficial* todos os medicamentos que a gente tem, por ordem judicial, que adquirir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância; e aos colegas também.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Agora o amazonense Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem a palavra por 15 minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com alguma tolerância.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator, eminente depoente...

Sr. Roberto, eu queria aqui cumprimentá-lo, porque acho que o depoimento que V. Sa. vem dando a esta CPI no dia de hoje traz importantes revelações. E eu queria deixar claras essas revelações que o senhor trouxe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Primeiro: todo processo de compra de vacinas da Covid passou a ser concentrado na secretaria executiva do ministério. Foi isso que V. Sa. disse pra nós. Exato?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Sim, senhor. É um fato.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, todas as compras da Covid, em relação à vacina...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Covid-19, vacina.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... Covid-19, vacina, o Coronel Elcio era quem concentrava todas essas compras.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A Secretaria Executiva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A Secretaria Executiva.

No entanto, todas as demais compras do ministério são feitas pelo departamento que o senhor dirigia.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Quase que essencialmente. Sim, senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Todas as demais compras. Inclusive as outras vacinas!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Tem algumas poucas outras que não, mas, sim, as outras vacinas por nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Por exemplo: quem compra a vacina tetravalente é o departamento...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Deixa eu só enriquecer o seu discurso no seguinte: alguns insumos são adquiridos direto via Opas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Sim.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... e vacina é um deles. Então, muitas vacinas são adquiridas via Opas. Mas nós também adquirimos vacinas na Diretoria de Logística.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** Ou seja, a Diretoria de Logística adquire, à excepcionalidade de questões como, por exemplo, a Opas... O Departamento de Logística é quem compra isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) **–** A que o senhor atribui esse fato? Porque o que eu tenho percebido é que há primeiro uma disputa interna dentro do ministério, em torno, inclusive, do departamento que o senhor chefiava ainda há pouco. O senhor revelou que houve nomeação de pessoas de coordenadorias ou diretorias subordinadas ao senhor de cima pra baixo; o senhor acaba de deixar claro que todas as vacinas de Covid-19 foram concentradas na Secretaria Executiva, enquanto que todas as outras compras, à exceção daquelas que são via órgãos multilaterais, como é o caso da Opas etc. é que não eram feitas diretamente pelo departamento... Então, parece-me que há uma disputa muito clara em torno desse departamento em que as compras acontecem e que houve uma concentração exagerada, a meu modo de ver, porque se concentrou tudo na mão da Secretaria Executiva, e essa concentração acabou gerando várias distorções.

Por que o senhor acha que houve essa concentração?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, a questão de vacina, de fato, é um tema bastante transversal, diferente um pouco da aquisição de outros insumos. Então, quando trata de vacina de Covid-19, você negocia com áreas diplomáticas de outros países, você negocia diretamente com a indústria de outros países... Então, perpassa por outros setores, que eu imagino que seja a natureza da concentração na Secretaria Executiva do assunto "vacina Covid-19".

Então, a minha diretoria, o nosso departamento... E a gente está falando de um insumo que não tem concorrência. Então, não é assim: "Apresentem-se três propostas, e a gente vai comprar a vacina mais barata". Quando você fala de vacina Covid-19, não é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa secretaria tratava diretamente de toda a tratativa – com outras secretarias inclusive – de qual tipo de vacina, de qual quantidade, de qual cronograma, de qual tecnologia, de qual valor, de qual proposta... Toda essa questão de vacinas de Covid-19, de fato, ficou adstrita à Secretaria Executiva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, se o Sr. Dominguetti ou qualquer outro senhor, seja o pastor, seja qualquer outra personagem, estivesse negociando com o ministério, teria que obrigatoriamente estar negociando com a Secretaria Executiva.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Esse é o ponto que eu coloquei aqui quando o Relator apontou. Nós temos uma diferença básica. O Relator perguntou: "Ah, você se reuniu com a Pfizer". A Pfizer tem, tinha um projeto, um cronograma, um contrato de fabricação. O que a gente tem aqui, neste momento, é: "Eu tenho uma notícia de que eu tenho 400 milhões doses prontas para embarcar". É isso! Não estou falando de negociação de preço, de condição, de tecnologia, de nada. E a única pergunta – e isto está em *e-mails*, que foi até o que o Senador Randolfe levantou –, a única pergunta realizada foi: "Tem a carta de representação da AstraZeneca?". Vale ressaltar aqui, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – A Davati mandou a carta...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vale ressaltar aqui, e vou tentar ser bem breve. Atendendo um pedido do Senador Marcos Rogério, eu fiz uma *live*, uma reunião, uma exposição junto com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – Senador, por gentileza, se eu nominar alguém errado, me corrija –, um juiz da localidade, o Presidente da Assembleia Legislativa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Representante do Governo e do Ministério Público.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... representante do Governo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dia 11 de março.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E a minha explicação era exatamente essa... Eles queriam comprar vacina, e eu falava: "Gente, se a União tem dificuldade... Vacina é algo extremamente específico. Se a União tem dificuldade em adquirir vacina, você imagina o quão difícil é para um Município poder adquirir vacina". Não estou falando só de capital, não!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas a minha pergunta é... Se tem um intermediário negociando com o Brasil venda de vacina, se a vacina está toda concentrada na Secretaria Executiva, a relação teria que ser com a Secretaria Executiva...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Daí a pergunta: afinal, esse Dominguetti se relacionava com quem? Porque essa figura entra no processo de venda e acusa que teria uma negociação de US$1 sobre cada vacina... E quem compra a vacina é a Secretaria Executiva. Ele, no entanto, se encontra, através de um coronel, com o senhor, de forma não marcada, num restaurante; depois tem uma reunião no ministério, essa reunião era com o senhor, depois vira uma reunião com o Secretário-Executivo... Essa lógica precisa ficar clara, porque, na minha opinião, aqui tentando compreender os fatos, na realidade, a relação desse Sr. Dominguetti, muito provavelmente, ou é com o Coronel Elcio ou é com alguém que estava no controle dessa compra. Eu não consigo compreender por que encontra com o senhor, por que tem uma relação com o senhor, se o senhor não compra, se o senhor não manda. Qual o poder de decisão? Por que esse encontro? Por que essa relação?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, no meu discurso de abertura, eu citei que talvez o que tenha me trazido até aqui, tenha me complicado nessa verdadeira tragédia, é a iniciativa.

Nós passamos no Ministério da Saúde por diversas crises. Anestésico, principalmente. O senhor realmente acha que a gente conseguiu botar anestésico no braço do cidadão quando estava intubado trocando ofício e mandando *e-mail*? Não foi. A gente entrava na fábrica e levava o que estava pronto no palete. A gente ligava e verificava se tinha. O problema é que uma situação atípica tem que ser examinada à luz... Um fato atípico tem que ser examinado à luz de uma situação atípica. Eu não estou falando de aspirina; eu estou falando que eu tive notícia de 400 milhões de doses, como diversas outras vezes apareceram no Brasil afora, e o meu único medo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... e o meu único medo era o seguinte. O senhor imagina – o senhor imagina – hoje alguém chegar aqui e falar assim: "Não, olha só, verifica lá na caixa de *e-mail* do Diretor; eu ofereci 400 milhões de doses e ninguém procedeu a nada".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas, Sr. Roberto, eu acho que tem uma questão central. A AstraZeneca, nesta data, já estava em tratativa com o Governo brasileiro. O Governo brasileiro já estava conversando com a AstraZeneca, e não com intermediário. Se a Davati... E até hoje eu não consigo entender de verdade se essa Davati age de boa-fé, se ela age de má-fé. É muito estranha toda essa construção de uma delegação sem contrato, sem nenhum documento, com esse Sr. Dominguetti, com o cara que ele diz ser o representante aqui no Brasil.

Agora, por que o seu departamento ou o ministério, antes de continuar, não checaram com a AstraZeneca a posição dessa Davati? Qual é a sua opinião sobre a Davati?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, exatamente esse é o ponto. Isso nunca prosseguiu. Eu solicitei o documento, o documento não foi apresentado e morreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora, se o senhor não negociava a vacina, por que tinha que ser com o senhor o contato e não com a Secretaria Executiva?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Veja bem, Senador, quando chega pra mim a possibilidade de ter 400 milhões de doses prontas, a minha ação foi só checar se elas existiam, e isso está formalizado por *e-mail*. Se houvesse algum tipo de intenção...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Roberto...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... não seria formalizada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Roberto, olha, eu preciso dizer que são muito estranhos esses fatos, até porque, veja bem, eu tenho certeza de que o Relator lhe fez essa pergunta e o senhor colocou de outra maneira. Por que eu olho essa disputa interna? Porque o mês de outubro do ano passado foi um mês marcado por vários eventos em torno do cargo que o senhor ocupa. O senhor chegou a ser indicado para a Anvisa, retiraram a sua indicação, e isso foi no mês de outubro; e, no mesmo mês de outubro, o Coronel Elcio teria pedido a sua exoneração ao Ministro Pazuello, ao General Pazuello, que teria concordado com a sua exoneração.

Não sei, talvez o senhor possa esclarecer, o que aconteceu, mas fato que está aqui, a matéria é pública, do *Estadão*: um contrato com uma empresa chamada Life Technologies Brasil Comércio, que trata de testes de Covid-19, Presidente Omar Aziz, no valor de R$133 milhões, tornou-se investigação do Tribunal de Contas da União.

O que o senhor pode explicar sobre esse fato?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, essa notícia a que o senhor se refere é exatamente esse caso que eu expliquei, e eu fiz essa explicação, inclusive, para o General Braga Netto, na Casa Civil, quando do ocorrido. Eu tenho uma empresa que oferece um teste...

Me perdoe aqui que não está na mão. Só um segundo por gentileza.

Eu tenho uma empresa que oferece um teste a R$13,32. Eu tenho a segunda empresa, que oferece o mesmo teste a R$25,95. Eu não sou responsável por habilitar proposta técnica. A questão se há ou não irregularidade, ela tem que ser levantada. A certeza que eu tenho é que a irregularidade não é minha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A pergunta do Relator é: se não é o responsável, por que recebeu os caras para negociar? Esse é que é o problema!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Não, não, ele está falando de outra coisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse é que é o problema!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ele está falando de que distração?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O *kit* Covid... O senhor parece que é a primeira questão de suspeita sobre o departamento de compra...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, o senhor imagine...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E há uma disputa interna, dentro do ministério, que se soma à questão que o Senador Renan coloca: se ele não negocia Covid-19, vacina, por que tentam falar com ele? Eu acho que esses são dois pontos importantes.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Por gentileza, me permita, só para responder a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu perguntei isso dez vezes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A área técnica habilitou essa proposta e a reviu por quatro vezes. Como é que eu, Diretor do Departamento de Logística, iria mexer nessa proposta? Eu não tenho competência nem técnica nem regimental para isso. No último questionamento, a área técnica explica: "Olha, nenhuma proposta atendeu o instrumento convocatório". Daí, esse contrato passa a ser nulo, ele é anulado, enfim...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, porque é importante deixar dito para a opinião pública – porque alguém perguntou aqui – se o Ministério da Saúde tinha *compliance.* O Ministério da Saúde tem uma Diretoria de Integridade, que, em outras palavras, significa *compliance*, integridade da natureza da compra. Essa diretoria, que é a diretoria de *compliance,* ela acionou os órgãos de comando e controle, de fiscalização, após ter identificado irregularidades no processo de aquisição dos *kits* para teste de Covid-19, e o próprio Tribunal de Contas da União está fazendo as análises com relação a isso. Mas esse contrato foi anulado, foi cancelado.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Só uma observação: o despacho da Diretoria de Integridade é quase trinta dias depois do meu. Eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Que também despachou no sentido contrário da compra.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim! Eu aponto a irregularidade!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então por que o Coronel Elcio, a Secretaria Executiva, a partir disso, toma uma medida de pedir a sua exoneração, e o General Pazuello concorda? Por quê? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor não consegue dizer por quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Roberto, o Senador Eduardo está perguntando um negócio que você sabe, filho!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É importante para nós e é importante para você. Eu quero dizer a você que eu entendi o seu depoimento como sendo o seguinte: "Eu era o departamento de compras e, por uma decisão do ministério, as compras da vacinação foram centralizadas na Secretaria Executiva". Aí, eu fico sem saber qual é o papel do Roberto na conversa com o tal do Dominguetti.

Aí vem uma outra questão: o Coronel Elcio pede a exoneração dele em função de um contrato de teste de Covid em que ele se manifestou contra, antes mesmo do *compliance* do ministério – e nós não entendemos. É óbvio, tem uma disputa aí, tem uma disputa aí. E só uma pessoa pode nos dizer qual é: é você.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Que foi sacrificado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É. Não só sacrificado na função, mas sacrificado perante a opinião pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Que é o pior.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, ou você esclarece o que está acontecendo ou todos nós vamos ficar com uma dúvida na cabeça permanente. Qual é papel da sua conversa com o Dominguetti?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – As anteriores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E por que o Governo retira a sua indicação da Anvisa e, mais do que isso, por que o Secretário-Executivo pede a sua exoneração, o Ministro concorda, e você não sai do cargo? Essas respostas precisam ser dadas, e só você pode dar. Essa é a tua oportunidade.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, de fato, eu não sei responder a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Deixa eu ver se eu te ajudo. Houve... Alguém tinha interesse em você; e você, tentando fazer o certo, feriu o interesse de pessoas mais graduadas que você dentro do ministério. Essa que é a coisa clara. É achar que aqui só tem menino tolo, não tem um menino tolo aqui. O menino menos tolo aqui teve 1 milhão de votos para se eleger Senador. Então, V. Exa. sabe... Porque V. Exa. contrariou interesses. No português claro: contrariou interesses. Na contrariedade de interesse, lhe tiram autonomia, lhe trocam os seus servidores.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nomeiam pessoas estratégicas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estratégicas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Um de logística, outro de finanças.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – E, em janeiro, sabe o que faz? Aí degolam... Dizem: "Olha, você não cuida mais de vacina, você não é mais responsável por isso. Deixa que eu vou resolver". O Coronel Elcio faz uma portaria que eu tenho aqui, em janeiro... Então, o que Senador Eduardo Braga está ali falando é uma pergunta. V. Exa. pode até não querer responder, mas eu vou lhe perguntar, se V. Exa. concordar, o senhor fique calado. O senhor feriu interesses?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Eu não consigo dizer se feri ou não feri, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não gostam da tua cara. O cara não gostava da tua cara, então vamos partir pra cima dele. É isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não consigo afirmar para o senhor se eu feri ou não interesse.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, nós temos uma série de perguntas sem resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos dúvidas. Sem resposta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sem resposta.

Para encerrar, porque eu também protestei quando ultrapassaram, deixa eu só fazer uma pergunta: a Davati, em algum momento, apresentou ao ministério algum documento que pudesse indicar que ela era representante da AstraZeneca?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Isso foi pedido no dia 26, não apresentou; ela cobrou por *e-mail* esse posicionamento, e nunca aconteceu. Não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, nós estamos diante de uma Davati, que precisa ser esclarecido qual é o papel dela, qual é a relação dela com esse Dominguetti. Está certo? Porque não tem um documento que possa relatar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Com o Cristiano.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O Cristiano no meio do caminho, que ninguém sabe direito como é e como é que não é. As compras de vacina não eram feitas pela Dlog, mas esse Dominguetti procura a Dlog pra poder depois aparecer na secretaria executiva, numa reunião com o Secretário da secretaria executiva, sei lá. Enfim, essas perguntas, lamentavelmente, ficaram sem resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E depois...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora, tem uma resposta que foi dada: é que toda e qualquer contratação, para o bem ou para o mal, estava centralizada na secretaria executiva do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, depois, demitem o Roberto por ter pedido...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Duas vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, agora. Por ter pedido propina ao Dominguetti. E ele cala, silencia, aceita.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan, ele foi três vezes alvo dessa retaliação. Ele o foi quando indicado para a Anvisa; depois, foi desindicado; ele foi exonerado pelo Pazuello – não foi exonerado pela Casa Civil –; e, finalmente, ele foi exonerado no momento em que esse tal de Dominguetti o acusa de ter pedido US$1 por vacina. Ou seja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele cala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu achei que ele estava fazendo a colocação e esperando que houvesse uma pergunta afirmativa e concreta para responder, mas, lamentavelmente, não é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Infelizmente – infelizmente –, nós vamos ter que acreditar no acusador, nós vamos ter que acreditar no Dominguetti, porque V. Exa. pode aqui dizer que interesse o senhor feriu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu prefiro acreditar... Eu prefiro acreditar no Ricardo, Presidente, me desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E o Governo já o demitiu por isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, então, no Luis Ricardo Miranda. Vamos acreditar no Luis Ricardo Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Governo já o demitiu por isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. Prefiro acreditar no Roberto, no Roberto...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. No Roberto. No Roberto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque já o demitiu. É um absurdo. O Governo já...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O aniversariante de hoje, fazendo 33 anos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, o senhor me permite só fazer uma colocação?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – São 4.3.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Primeiro, eu quero, obviamente, cumprimentar o Senador Marcos Rogério pelo aniversário e o Senador Humberto Costa pelo aniversário. E eu gostaria, Sr. Presidente, e tenho certeza de que V. Exa. também, de deixar registrados aqui os nossos mais profundos pêsames à família do Otávio Raman Neves...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fiz isso ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... nosso amigo que faleceu e que nos deixou a todos muito entristecidos. Eu não o fiz no dia de ontem porque, efetivamente, fiquei muito mexido com o que aconteceu. Eu gostaria de encerrar minha participação no dia de hoje fazendo esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço à Mesa que encaminhe essas condolências daqui.

É um amigo nosso de quase 40 anos, uma pessoa com quem nós convivemos muito tempo juntos. Infelizmente, ontem, depois de quatro meses intubado, ele não resistiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Covid?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Covid.

Infelizmente, aconteceu isso. Está acontecendo isso não só com ele – há muitas famílias enlutadas no Brasil –, mas esse é um caso que, ontem eu falei para os senhores aqui, mexeu muito comigo, porque era uma pessoa muito próxima de mim.

Nosso querido aniversariante, Senador Marcos Rogério, por 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a todos pelos votos de feliz aniversário e também cumprimento o Senador Humberto Costa pela passagem do seu aniversário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Roberto Dias, eu inicio dizendo que, desde o começo desta CPI, eu tenho sido incisivamente contra todo tipo de prejulgamento, o que vale para toda e qualquer pessoa. Ouvir primeiro, dar voz ao contraditório, isso não é favor que se faz a qualquer investigado; é dever constitucional, em respeito ao princípio da presunção de inocência, inclusive, reclamado por muitos no âmbito desta CPI – por muitos. Esse princípio orienta o investigador e o torna imparcial, de forma que possa fazer uma investigação séria, abrangente e profunda, que realmente alcance a verdade dos fatos.

Investigações açodadas que fiquem sujeitas a futuras anulações servem apenas para descredibilizar ainda mais os órgãos de apuração. Isso deve orientar e balizar sempre todo o sistema judiciário do País, compreendendo todos os órgãos de apuração civil, administrativa ou criminal de todos os âmbitos. E aqui, Senador Girão, estão inseridas as Comissões Parlamentares de Inquérito.

As garantias fundamentais previstas na Constituição Federal são aplicadas em todos os processos e em todas as fases. Investigar sempre, apurar os fatos, reunir as provas, dar a elas o valor devido e, ao final – ao final –, emitir um juízo deliberativo, imputando ou não responsabilidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com esse propósito que estamos aqui mais uma vez. Queremos a completa verdade dos fatos, todos os fatos. O Brasil avançou muito com o Governo atual, destruindo esquemas de corrupção que fizeram história neste País. Em dois anos e meio, o único escândalo de corrupção não está relacionado ao pagamento ou desvio de um centavo de real. Talvez seja isso que esteja indignando tanta gente. Nem por isso queremos que não se investigue; defendo que se investigue sempre. Se, porventura, ainda existe em torno do poder central alguma tentativa de desvios de recursos ou qualquer tipo de fraude, é importante que se investigue com profundidade. Todo tentáculo de corrupção, se ainda houver, deve ser extirpado.

Quero fazer alguns questionamentos ao Dr. Roberto.

Notas taquigráficas do depoimento do Sr. Dominguetti: "... num restaurante chamado Vasto. Eu saí, perguntei para o segurança do hotel onde era esse *shopping*. Ele falou: 'Olha, é só atravessar a rua'. Eu fui andando, fui a pé, entrei, não sabia onde era o restaurante, me informei com alguns seguranças que estavam ali, me apontaram onde era, e eu cheguei. Na hora em que eu entrei, à esquerda, numa mesa ao fundo, estavam esses três lá me esperando". Foi isso o que aconteceu, Roberto? Dominguetti chegou só e estava você com outros dois ou ele chegou acompanhado?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor. *Fora do microfone*.) – Estávamos eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Microfone!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Oi. Estávamos eu e o Sr. Ricardo e, na sequência, chega o Sr. Blanco com o Dominguetti.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, ele mentiu à CPI?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Imagino que sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por que pediu para marcar no dia seguinte a reunião, porque, quando falou de vacina, você disse: "Olha, entra no sistema, peça a agenda e vamos falar dentro daquilo que manda a regra". Veja, no dia seguinte, falar sobre vacinas... Atenção, Brasil: falar sobre vacinas!

Veja, a mesma CPI que há poucos dias aqui criticava o que chamava de retardo nas tratativas de compras de vacinas, agora questiona e prejulga o fato de uma agenda rápida. Veja, no caso da carta da Pfizer, Senador Girão, aqui condenaram quem recebeu e não deu importância, não agiu. Agora, condenam quem recebe uma notícia de que "temos vacina, queremos entregar vacina para o Brasil". Aí alguém age dentro das regras, e o condenam também. O problema das narrativas é justamente este: elas não param de pé, porque, num momento, você sustenta uma tese e, daqui a pouco, usa aquela mesma tese para acusar. É acusar por acusar, não importa a verdade. É isso a que o Brasil está assistindo aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos em frente!

Veja, essa proposta avançou, Dr. Roberto?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Por quê?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Porque não tinha um documento básico para que ela prosseguisse, que era a carta de representação da empresa AstraZeneca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Bom, em que momento você solicitou essa carta?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Desde o primeiro segundo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Ela foi apresentada em algum momento?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Bom, você disse, agora há pouco, sobre um fato que eu ia narrar aqui, que aconteceu no meu Estado de Rondônia no dia 11 de março. Eu, realmente, pedi a sua intervenção para orientar autoridades do meu Estado que receberam propostas nessa mesma direção. E a orientação que V. Sa. deu foi justamente nesses termos. Eu tenho anotado até hoje. Vou, inclusive, depois, disponibilizar o vídeo que tenho da reunião que V. Sa. fez.

Quanto à narrativa do crime de corrupção... Veja, Senador Girão: como falar em possível crime de corrupção ativa ou passiva diante de uma empresa que não representa a farmacêutica AstraZeneca, com proposta impossível, por ausência do elemento básico, a carta de representação, e por ausência do produto vacina?

Além de o depoente ter negado aqui a conversa sobre pedido de vantagem indevida, estamos diante do clássico caso da teoria do crime impossível. Mas, na CPI, não importa! Eles querem é acusar! Querem acusar! Preferem presumir como verdade a voz de alguém que não era nada, que não representava ninguém, que não tinha vínculo formal com nada! Mas a ele, que tentou dar golpe em Municípios brasileiros, atribui-se falar a verdade. A um servidor de carreira... E olha, não estou fazendo a defesa do Sr. Roberto Dias; ele a está fazendo aqui. Eu estou olhando para os fatos! Mas aqui se atribuem pesos diferentes aos fatos. Preferem se associar a teses de aparentemente golpistas a dar crédito a alguém que ajudou o Brasil no momento em que mais o Brasil precisou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto sobre a Covaxin. Vamos para frente! Houve... V. Sa. sabe se houve proposta realmente protocolada em relação a esta questão dos US$10, que foi mencionada aqui? Houve proposta protocolada com relação a esse valor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu desconheço, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Eu estou perguntado isso porque, no *site* da Bharat, tem o preço até hoje, público, para todo mundo ver. Tem o preço para os organismos públicos internos, que está na faixa de US$8; tem o preço para empresas privadas, que está na faixa de US$16; e tem o preço para exportação, entre US$15 e US$20. E aqui há essa narrativa.

Eu peguei a nota da reunião que foi publicada aqui como prova da proposta e que não prova nada! Lá o próprio Secretário-Executivo faz ressalvas em relação a isso, porque não tinha ali condições de se firmar nenhum contrato, porque ainda não tinham o produto e não tinham as certificações. Está escrito no relatório que eles apresentaram como prova aqui.

Mais ainda sobre esse aspecto. Portanto, nunca houve proposta formal apresentada ao Ministério da Saúde, com relação aos US$10. Mais que isso, nós tivemos, no caso da CoronaVac, os mesmos que acusam aqui, "ah, não, é um preço exorbitante, impraticável, impossível", há pouco tempo atrás diziam assim: "Vacina a qualquer preço! Vacina de qualquer jeito!". Agora, mudam o discurso! Agora, mudam a narrativa!

A CoronaVac apresentou, dia 18 de junho, agora, uma nova proposta ao Ministério da Saúde para entregar mais um milhão de doses de vacinas. Sabe a quanto, Senador Girão, Senador Jorginho? Dezesseis dólares. Mas certamente que, por ordem da CPI da Covid, o Brasil não deve comprar essa vacina e nenhuma outra que estiver disponível, porque está muito caro, está muito caro. "Quanto vale uma vida?" Eu ouvi um Senador dizendo isso aqui, dias atrás.

Mas, na medida em que o Governo do Presidente Bolsonaro avança com a entrega de vacina, porque não tem Governador comprando vacina, não tem Prefeito comprando vacina, quem está comprando vacina é o Governo do Presidente Bolsonaro, e entregando... Na medida em que avança com a vacinação, as acusações pesam mais forte no âmbito desta CPI, essa é a verdade, e é isso que está incomodando aqui a oposição.

Corrupção? Zero até agora, nenhuma evidência, nenhuma prova. Tem prova, Senador Girão. Sabe onde? Lá no Consórcio Nordeste, lá tem provas: provas de desvios, provas de compra fraudulenta, prova de compra de uma empresa que mexia com produtos à base de maconha, 300 respiradores comprados, pagos antecipadamente e nunca entregues. Lá tem prova de crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto, Dr. Ricardo... Dr. Roberto, o golpe que deram nos nove Estados do Nordeste rendeu para o setor de V. Sa. O Estado de Alagoas e outros pediram respiradores pra V. Sa., pra entregar lá, na falta dos que foram surrupiados pela mão da corrupção?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Quantos foram entregues?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não tenho o número exato, mas posso levantar, Senador. Foram bastantes. Ao todo o Ministério da Saúde distribuiu quase 19 mil respiradores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Essa é a verdade, Brasil. Essa é a verdade. A corrupção levou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador, ele não fez favor, não. É obrigação dele fazer isso. O dinheiro é do povo brasileiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É verdade, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Pazuello chegou a mudar a Lei do SUS para sair dessa responsabilidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Inclusive, o dinheiro que foi desviado do Consórcio Nordeste é público. Deveriam estar presos todos esses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Pazuello chegou a mexer na Lei do SUS...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Agora, aqui querem investigar corrupção que não existe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... para fornecer esse material.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... mas a corrupção dos Estados do Nordeste, aí, não, não cabe investigar! Blindagem! Atentai bem, Brasil! É isso que está em jogo, proteção, blindagem a quem comete crime. E jogo político de perseguição. Mas vamos em frente.

Sobre *invoices* houve algum momento... Em algum momento V. Sa. tem informação, conhecimento de que houve resistência por parte da empresa em fazer a correção de erros formais dessas *invoices*?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, eu desconheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há indício de alguma prática de crime nesses casos?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ele desconhece...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele desconhece...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja... E V. Exa. conhecem muito, até agora não conseguiram provar arruela do que falaram...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Imagina...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui, são narrativas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele não está dizendo nem "sim" nem "não"; ele está dizendo que desconhece.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunto a V. Sa. Em uma das denúncias que envolvem o nome do senhor, o servidor Luis Ricardo Miranda afirma que recebeu pressão atípica para liberar a importação da vacina indiana, mesmo sem a aprovação pela Anvisa. Em nota à imprensa, contudo, o senhor garante que não exerceu qualquer tipo de pressão nesse sentido. Tendo isso em vista, pergunto se o senhor poderia nos mostrar as comunicações feitas com o Sr. Luis Ricardo Miranda que se referem às negociações para a compra da Covaxin. O servidor, nessa conversa, tratava-se desse tema?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É como eu falei, Senador. A conversa girava em torno da chegada do Covax Facility, que era a primeira parcela – e é um fato, ele é público –, no domingo, no dia seguinte, na presença do Ministro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você tem essas conversas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A pergunta era: "Como está a LI da vacina?".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem essas conversas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Tenho. A conversa não está comigo, mas eu tenho a conversa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Gostaria que, se fosse possível...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sem problema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... disponibilizasse à CPI, porque se trata de uma acusação grave que foi feita aqui, e que isso obviamente desmonta uma tese acusatória...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Está onde essa conversa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Essa conversa está salva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** No celular?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, no meu não. Ela está salva, guardada, e eu posso apresentar depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu sei onde está. Eu sei em que país está, para o você ter uma ideia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O Sr. Luis Ricardo tinha autoridade para liberar ou não o pagamento de alguma vacina no setor dele?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) **–** Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Esse servidor buscava alguma promoção ou algum cargo diferente dentro do ministério? Queria assumir algum posto diferente? Tem conhecimento disso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Conforme eu relatei, ele pediu a chefia que estava vaga, e foi negado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Agradeço a V. Sa.

A cada dia que passa eu estou constatando que, no Ministério da Saúde, o sistema de controle interno anticorrupção está funcionando, e funcionando bem. Até agora, a oposição acusa sem provas e aponta para crimes que não aconteceram. Nada foi pago, ninguém se favoreceu de nada indevidamente, mas vamos continuar apurando. Num ambiente de negociações com valores tão altos, tentativas de golpes e corrupção acontecem. A diferença está entre governos que aceitam e praticam a corrupção e governo que não aceita e não permite que o crime aconteça. Até aqui, no Governo do Presidente Bolsonaro, não tivemos um caso comprovado de corrupção, e esta CPI está conseguindo provar isso para o Brasil. Até agora, só narrativas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado... Obrigado, Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quanto à demissão, vou dizer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O nosso depoente... Eu vou ter que suspender por 20 minutos a sessão, porque ele tem que se alimentar de alguma coisa – está desde cedo aqui –, ele e a sua advogada. Eu vou...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não pode ser depois da minha fala, Presidente? Não pode ser depois da minha fala?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pode ser, Presidente. Não tem problema.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser. Dez minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Porque depois eu tenho um compromisso, Presidente, inadiável.

Eu quero cumprimentar, agradecer pela gentileza e pedir para o Roberto Dias e a sua advogada que aguentem um pouquinho aí porque já vamos ter um caldinho para tomar lá atrás, um caldinho de feijão.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras. Dr. Roberto, depois das acusações levantadas pelos irmãos Miranda, os seus amigos teriam dito ao senhor que queriam fazer uma cortina de fumaça. O que o senhor acha que tem por trás dessa história contada pelo Cabo Dominguetti? O senhor acha que está sendo acusado por impedir um golpe ao Governo Federal? Eu queria que o senhor respondesse.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Senador, eu não consigo fazer a leitura se existe essa questão de golpe ou não, mas um fato claro é a presença e a aparição muito estranha desse senhor, principalmente com denúncias tão absurdas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O senhor sabe que o motivo maior de o senhor estar aqui foi essa dita reunião no restaurante Vasto, onde rolou, segundo o Cabo Dominguetti, uma oferta de US$1 por vacina. Eu acho importante que o senhor repita novamente, porque é uma narrativa construída por esse Sr. Dominguetti, que esteve aqui, falando que... Todas as explicações dele sem sentido, enfim. Então, eu gostaria que o senhor dissesse qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sua impressão, que fica sabendo que o senhor estaria com um amigo, e eles tentando se aproveitar para aproximar do senhor; e corretamente o senhor pediu uma agenda oficial, algo que é louvável. É isso mesmo? O senhor estava lá, eles chegaram lá, fizeram essa indagação e o senhor pediu que eles se dirigissem ao ministério de forma oficial?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor. Eu estava lá. Ao longo daquele dia, conforme eu reportei até na pergunta do Senador Randolfe, eu havia falado acho que uma ou duas vezes com o Blanco. Ele sabia que eu estaria lá. Chegaram. Falamos de algumas coisas à mesa. Quando o assunto entra para esse assunto, o que é um assunto para ser tratado dentro do ministério, eu então peço, de fato, que se marque uma agenda oficial. Isso é feito no *e-mail* que, se os senhores não têm, eu posso disponibilizar, às 8h50 da manhã. Na sequência, quando me é informado, é autorizada a reunião para as 15h. Esse senhor chega ao ministério. Ele é atendido na presença de uma servidora. Demonstra mais do mesmo, documentos desconexos, enfim, e não é dado prosseguimento. Ele na verdade disse, então, que chegaria... "Não, vai chegar então a carta de representação da AstraZeneca". Eu falei: "Olha, se o senhor quiser ficar aqui ao lado, o senhor fique à vontade, eu tenho outra agenda para atender". Passado um tempo, não sei quanto tempo, uma hora, ele retorna e fala: "Vou embora, o documento não chegou". E acabou.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem. O senhor disse em nota divulgada à imprensa que histórias como a do Cabo Dominguetti aparecem com frequência. Gostaria que o senhor explicasse melhor, porque essa informação é uma informação que nos preocupa, pelo menos a mim.

Existem muitas demandas? Há quadrilhas, então, tentando dar golpe a todo momento?

Lá em Santa Catarina, por exemplo, teve um golpe também em que não tivemos a mesma sorte de ter um servidor como o senhor. Lá, sumiram 33 milhões que foram parar numa casa de massagem, no Rio de Janeiro. E até então, não se sabe quem mandou, por que mandou, por que deixou de mandar.

No Consórcio Nordeste, 48 milhões que foram pagos num apartamento, aparentemente uma fachada, há dois ex-Ministros que estão nesse consórcio, e até agora o Senador Girão não teve a sorte de conseguir aprovar, para que eles pudessem vir aqui para esclarecer.

Outra denúncia foi feita aqui na CPI, de que o senhor teria pressionado o servidor Luis Ricardo Miranda para que tocasse adiante o processo na compra da vacina.

O senhor já deixou claro que a LI (licença de importação), a que o senhor se referia era a da AstraZeneca e não, da Covaxin. Qual o interesse do Sr. Luis Miranda em afirmar que o senhor pressionava pela Covaxin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Então, Senador, eu confesso que não consigo compreender qual é o motivo pelo qual me imputam pressão a um servidor através de uma mensagem? Qual é a Justiça do Trabalho em que o senhor conseguiria processar alguém por assédio moral com uma mensagem dessa? Se houvesse 15 ligações seguidas, 20 demonstrações de hostilidade... Da minha parte, repito, respondo por mim, da minha parte nunca houve pressão no servidor Luis Miranda.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Que impressão o senhor teve do Cabo Dominguetti, naquela noite, no restaurante? O Cabo Dominguetti é um mistério para muita gente. Uma pessoa com muitos problemas, encrencado, viajando de lá para cá, ficando em hotel, indo a restaurantes caros. Que impressão o senhor teve dele, sinceramente?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu não fiz nenhum juízo de valor no momento, até porque a gente estava num ambiente descontraído, enfim. Falamos pouca coisa sobre o assunto vacina. Ele fez algumas perguntas, de fato, sobre procedimentos de importação, como é, enfim. E no dia seguinte, durante a agenda, ela foi relativamente rápida. Isso hoje até dá para verificar, porque não tem muito... É básico, não é? Você olha a documentação e vê se isso fica de pé ou não, se prossegue ou não. Como não havia o documento básico, que era a carta de representação, a conversa não prosseguiu, ela foi, acredito, que relativamente rápida até.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Tem muita coisa que a gente precisa entender. Muito fio solto nessa história toda. Então, eu vou citar alguns nomes e quero que o senhor, resumidamente, nos ajude a juntar os fios, falando o que lhe vem à cabeça quando ouve os seguintes nomes.

Primeiro: Luiz Paulo Dominguetti.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É um mentiroso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Coronel Marcelo Blanco.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ex-funcionário do ministério, um colega.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Ricardo Miranda

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Deputado?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O funcionário.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O funcionário?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É um servidor, um funcionário... É um servidor do ministério e até, ligeiramente, desempenhava bem a sua atribuição. Nunca tive nenhum problema com o Luis Miranda, não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Deputado Luis Miranda.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Deputado Luis Miranda precisaria dar algumas explicações aí acerca de todas essas acusações, de todas essas ligações e conexões, enfim, que acidentalmente aí apareceram.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A empresa Precisa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A empresa Precisa, no ministério, tem um contrato de preservativo feminino, que está em execução, e tem esse contrato de vacina, como representante. Inclusive, no de preservativo, ela também é representante.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Empresa Global.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A empresa Global, Senador, é o exposto que eu já fiz: ao procedimento que cabia a gente deu andamento. Precisa só verificar se foi a termo ou não e continuar; é a forma que a administração pública tem de tentar reaver. E, à época, ela foi sancionada. Agora, se foi muito ou se foi pouco, aí precisaria avaliar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, quero pedir atenção de todos os Srs. Senadores para um assunto que eu tenho levantado em muitas ocasiões, que é a reforma administrativa. Nós precisamos melhorar a gestão pública, a governança, o controle, o *compliance*, para que o setor público não fique tão vulnerável a isso tudo que está acontecendo no País. A máquina é muito grande, emperrada e muitas vezes se dá todo esse desencontro de informações. Muitos funcionários dedicados, como é o caso do Roberto Dias, têm que enfrentar no peito isso, sem ter uma estrutura de Governo muito mais preparada. Então, eu quero reafirmar essa minha preocupação em que a gente tenha coragem de fazer uma reforma administrativa, não para tirar direito de nenhum funcionário público, mas para organizar melhor o tamanho do Estado brasileiro.

Sr. Presidente, também eu quero pedir aqui a compreensão dos colegas para fazer uma homenagem a um querido Vereador do meu Estado, Edilso Ranzan, que faleceu no dia de ontem, com 56 anos, um amigo de 20 anos – era Vereador, Presidente da Câmara de São Lourenço do Oeste –, infelizmente, levado por essa praga, por essa doença que já levou muitos brasileiros. E nós precisamos ter cada vez mais coragem de enfrentar isso tudo e superar o mais rápido possível essa pandemia, que assola não só o Brasil, mas assola o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, minhas sinceras condolências à família Ranzan, lá de São Lourenço do Oeste. Um querido amigo, um grande homem público, que foi levado com 56 anos de idade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jorginho...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... só uma pergunta que eu não entendi bem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – ... que o Senador Jorginho fez ao depoente, Sr. Roberto, quando falou do sentimento, o sentimento que o senhor tem por algumas pessoas, o que que vem à sua cabeça. Aí falou "Deputado Luis Miranda...". O que foi que o senhor respondeu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Deputado Luis Miranda?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Deputado eu imagino que tenha algumas explicações a dar, diante de toda essa conexão, de todos esses fatos que vêm aparecendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Acidentalmente, o senhor colocou...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que acidentalmente ele deu... Eu lhe pergunto: é acidentalmente ou passa pela sua cabeça, de alguma forma, que essa celeuma toda causada, que inclusive gerou a sua exoneração, tem algum interesse no caso de o irmão dele ficar no seu lugar? De alguma forma isso passou, que o objetivo poderia ser esse?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu não gostaria nem de fazer essa inferência... (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe. Por favor, o senhor pode responder.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não gostaria nem de fazer essa inferência, porque é muito complicado de se provar, enfim, mas que, sem sombra de dúvida, é uma situação mal explicada, mal esclarecida, é.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Muito obrigado.

O próximo é o Senador Rogério Carvalho, mas, a pedido do depoente, nós vamos dar um intervalo...

Eu espero que tenha alguma comida lá, porque, na última vez em que a gente suspendeu, vocês não foram socorridos. Então, nós vamos dar dez minutos... Pode ser dez minutos? (*Pausa.*)

Claro, perfeitamente. Então, vamos dar 20 minutos de intervalo ao depoente e à sua advogada, e a ordem que seguirá: Rogério Carvalho, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Fernando Bezerra, Luis Carlos Heinze, Leila Barros, Izalci e Fabiano Contarato.

Pois não, querida.

(*Soa a campainha.*)

(*Suspensa às 14 horas e 54 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 21 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dando sequência, o próximo é o Senador Rogério Carvalho.

V. Exa. tem 15 minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, Presidente.

Eu queria cumprimentar a todos, Senadores, Senadoras, todos os telespectadores da TV Senado e todos que estão nos vendo neste momento.

Eu não posso deixar de responder as provocações aleatórias que sempre são dirigidas ao meu partido e dizer que este Governo já é produto de um grande crime contra a democracia quando tiraram o Presidente Lula da disputa eleitoral de 2018, quando condenaram, prenderam, cassaram seus direitos políticos – e, depois, comprovadamente, sequer podia ter sido julgado pelo Juiz Sergio Moro. Portanto, este Governo já decorre de uma fraude. Então, tentar dizer que este Governo é um governo impoluto já é um sinal de muita poeira, porque, em toda sociedade, o que a gente consegue é diminuir, combater a corrupção, mas falar que o Governo não tem nenhum ato de corrupção é negar, por exemplo, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu com a venda da madeira, o Ministro Salles, que deixou o ministério, e todo mundo viu milhões de metros cúbicos de madeira...

Eu quero aqui começar a perguntar ao Sr. Roberto Dias se o Dlog (Departamento de Logística) do ministério, do qual o senhor foi diretor, é parte da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – É subordinado, sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito. Portanto, nós estamos falando do mesmo ambiente – Secretaria Executiva, Dlog. Nós estamos falando de um setor do ministério, o Dlog é parte integrante da Secretaria Executiva.

O senhor já disse também, o senhor já falou aqui que só teve contato com o representante da Davati no dia 26 de fevereiro de 2021. É isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. O primeiro contato com o Sr. Dominguetti foi nessa noite no dia 25.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – No dia 25.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito. Dia 25 de fevereiro. O.k.

Então, Presidente, o que me chama atenção é que sempre, quando se trata de depoimentos aqui, de representações de pessoas que ocuparam cargo no Governo, que têm algum poder de decisão na compra de vacinas, na questão sanitária, a gente sempre ouve muita mentira ou meias verdades. Isso é um fato já comprovado.

Eu queria dizer aqui que o Sr. Roberto Dias não teve o primeiro contato somente no dia 25. O senhor teve contato antes disso, o senhor teve contato no dia 10 de fevereiro com – ou pelo menos já tinha mantido contato com o CEO – o Sr. Cristiano, o CEO da Davati?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, veja bem, com o Sr. Cristiano, eu já inclusive reconheci aqui que fiz contato desde o início de fevereiro, quando da primeira vez que aparece a questão da oferta de 400 milhões de doses, sim. Dominguetti, não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, o senhor falou... Eu falei da Davati, representante da Davati. O senhor disse que foi dia 25, não é? Mas, de qualquer forma, o senhor está dizendo que manteve contato a partir do dia 10 de fevereiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Me permita, Senador, só pra que não fique nenhum mal-entendido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Talvez o senhor tenha confundido Davati e Dominguetti.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, não, não, não, não. De forma nenhuma, não, senhor. Eu fiz uma pergunta objetiva ao senhor: representante da Davati, representante da Davati, que se manifestou – por favor, Senador Fernando Bezerra... Quem se manifestou foi, quem falou em nome foi Dominguetti; e o senhor disse que tinha mantido contato com o representante da Davati no dia 25 de fevereiro. Os áudios do Sr. Dominguetti para o Sr. Cristiano mostram que os contatos ocorriam já a partir do dia 10 de fevereiro.

Vamos lá.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, isso quer dizer que o senhor já mantinha contato com representantes da Davati, Cristiano ou Dominguetti – seja ele quem for –, desde o dia 10 de fevereiro, portanto foi antes do *happy hour*, dia 26, 25, 26, 25... Então, antes dessa data, vocês já tinham contato. Então, não foi um acaso, como se tentou passar, a ideia desse encontro. Esse encontro aconteceu, ele foi um encontro programado – segundo a gente está vendo aqui, já havia contato prévio.

Nesse outro áudio aqui, depois do *happy hour*, onde é colocado que o senhor exige US$1 por dose, conversam o Sr. Cristiano e o Sr. Dominguetti, conversam num outro áudio onde...

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ou seja, numa clara vontade de se desvincular da possibilidade de ter que dividir o butim com o Sr. Roberto Dias.

O senhor chamou o Dominguetti de picareta. Eu acho que esses áudios mostram e deixam aqui para todos os brasileiros que estão nos ouvindo uma dúvida: quem é que está falando a verdade?

O senhor mente também quando diz que não negociou vacinas. E o senhor mente também quando fala que é uma responsabilidade da Secretaria Executiva. Na verdade, é uma falácia, porque a Secretaria Executiva abrange o Dlog, que é o Departamento de Logística da Secretaria Executiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 23 de março – veja isto –, de 2021, o senhor enviou *e-mail* para o presidente da Anvisa solicitando autorização para importação em caráter excepcional de 20 milhões de doses da Covaxin. Foi às 15h07, ou seja, antes do envio dos documentos da Precisa para a Anvisa. Temos o número do processo que prova o envio do *e-mail.* Se o senhor quiser, eu posso declinar aqui o número.

O senhor também mente quando nega a relação explícita que o senhor mantém com o Deputado Federal Ricardo Barros. Sua carreira ganhou novos rumos com a rápida oportunidade através da mulher do Ricardo Barros, a Sra. Cida Borghetti. Chega na Casa Civil pelas mãos de Onyx Lorenzoni, amigo do Ricardo Barros. Foi nomeado no Ministério da Saúde com o aval de Ricardo Barros. O senhor disse aqui... E tentamos o tempo todo aqui, foi perguntado aqui por um dos Senadores – não me lembro exatamente, talvez o Presidente da CPI – se tinha alguma relação. Foi nomeado no Ministério da Saúde com o aval de Ricardo Barros, segundo foi noticiado pela imprensa – está aqui, UOL, *Folha de S.Paulo,* matéria jornalística que trata do assunto.

Até quando o senhor vai negar essa proximidade com Ricardo Barros que todo o Brasil já sabe? O senhor também quer esconder alguém, como foi o caso aqui da depoente de ontem, a Sra. Regina, que passou toda a sessão escondendo a relação que ela manteve – ou tentando esconder –, a relação dela com o Sr. Ricardo Barros?

O Sr. Roberto Dias também, não sei por quê, não diz que foi reconduzido à sua função técnica porque os ministros queriam... Como o senhor disse aqui, o senhor mente quando diz aqui que os ministros queriam que você permanecesse no cargo, porque o viam como eficiente para ocupar um cargo. No dia 28 de outubro de 2020, o Ministro Pazuello pediu sua demissão. E o que foi que aconteceu? Lá de cima, veio a ordem para que mantivesse o senhor no cargo. Não foi o Pazuello que pediu que o senhor permanecesse no cargo, foi de cima. Portanto, tem mais uma mentira aqui. É só mostrar a notícia: "Roberto Dias seria demitido no ano passado, mas ficou no Governo por pressão política" – está aqui mais uma manchete, mais uma informação que vai se somando.

O senhor também falta com a verdade ao dizer que não tinha interesse em viabilizar a compra da Covaxin. No dia 30 de março de 2021, o senhor envia um *e-mail* para a Clog, que é uma coordenação subordinada ao seu departamento no Ministério da Saúde, com a lista dos documentos pendentes para autorização da importação da Covaxin. E, para completar a sequência de mentiras, ou de meias verdades, ou incongruências, o senhor disse que não houve sua participação no pedido de propina ao Dominguetti, representante da Davati, pelo menos é o que ele diz que o senhor fez. Em resposta ao Relator Renan Calheiros, aqui na CPI, o Dominguetti disse: "O pedido dessa majoração foi exclusivamente do Sr. Roberto Dias". Ele não tergiversou ao dizer que o senhor pediu US$1 por dose nesse jantar, ou nesse *happy hour*, ou nesse encontro. O senhor disse que só tinha mantido contato com o representante da Davati no dia 25, mas o senhor já vinha mantendo contato com ele anteriormente. Então, ele diz, taxativamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De novo, o senhor falta com a verdade mais uma vez. O senhor diz que age de forma correta: então por que o senhor autorizou o andamento de *invoices* da Covaxin com indícios de fraude, vários indícios de fraude? Como o senhor encaminhou esse processo para diante? – o que gerou, obviamente, a sua vinda aqui, porque a sua vinda aqui se dá porque o responsável pela importação coloca o senhor como o grande responsável, na hierarquia, para garantir que o contrato da Covaxin e que esses *invoices* fossem aceitos e que fossem encaminhados para a Anvisa, fazendo pressão para que acontecesse a compra desses 20 milhões de doses da Covaxin. Está aqui, ó!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E a demissão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está aqui, ó! Terceiro aqui também. Todas as tentativas de influenciar no processo.

Mais uma vez esta CPI... Está aí mais um que vem a esta CPI blindar o andar de cima.

V. Sa., indicado por Ricardo Barros, que foi denunciado por pedido de propina, mantém a estratégia do Governo de não apontar os responsáveis por tantas mortes e, pior ainda, por atos que cheiram a corrupção e que estão sendo desmascarados nesta CPI.

Sr. Presidente, a única pergunta que eu tinha a fazer ao Sr. Roberto Dias, que já teve a oportunidade de responder a todas as perguntas ou a várias perguntas aqui, eram exatamente duas perguntas: por que ele se manteve no cargo, mesmo o Ministro Pazuello – mesmo o Ministro Pazuello – pedindo a demissão dele? Ele já tinha respondido a essa pergunta: porque ele era competente, porque o povo gostava do trabalho dele. Não. Foi por pressão política. A outra questão, que ele já respondeu dizendo que "não", é que quem o nomeou e quem o manteve foi Ricardo Barros – ele já disse que não foi ninguém, foi a competência dele. E outra questão muito importante é que ele disse que só manteve contato com representantes da Davati no encontro do dia 25, e ele já mantinha relações estreitas com a Davati através de Cristiano, de Cristiano com o Dominguetti.

Portanto, Sr. Presidente, a gente está diante de mais uma pessoa que tenta confundir, vem aqui para confundir a opinião pública, que tenta não esclarecer o que a gente está vivendo, porque é importante dizer que... "Ah, a compra de vacinas só se dá na Secretaria Executiva." Eu quero dizer ao Brasil que Dlog e Secretaria Executiva são a mesma coisa. É um órgão dentro da Secretaria Executiva, e é o órgão que faz compra de tudo.

Agora, para concluir: se não faz compra da Covaxin somente ou da vacina da Covid-19 – faz compra, inclusive, das outras vacinas –, era preciso que V. Exa. se dignasse a declinar aqui quais os interesses que estão por trás das vacinas contra a Covid-19, e V. Exa. não se dignou a prestar esse serviço ao Brasil e a esta Comissão. V. Exa. simplesmente disse: "Eu não faço".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E o outro lado se dignou quando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quando demitiu.

Portanto, fica aqui esta constatação: V. Exa. teve a oportunidade de dizer aqui que tinha, sim, dentro do Ministério da Saúde, um esquema focado na compra das vacinas da Covid-19. E V. Sa. disse que não comprava essa vacina, mas compra todo o resto, que isso era a Secretaria Executiva. Mas é importante relembrar que a Secretaria Executiva e o Dlog são parte do mesmo organismo do Ministério da Saúde.

Por fim, Presidente, para concluir, eu queria dizer o seguinte: que, no Brasil – e um Senador aqui fala sempre isso –, a gente tinha muita pressa pela compra da vacina porque, se a gente tivesse comprado a vacina da Pfizer, a vacina do Butantan, aquelas que foram testadas aqui antes, não era uma questão de ter 170 milhões de doses de uma vez no começo da vacinação, mas a gente podia ter doses suficientes para ter um programa de vacinação sem interrupção de dia e hora de pessoas sendo imunizadas.

Neste momento, com a produção que tinha e com a compra, já poderíamos ter vacinado 50% da população com duas doses, e hoje nós só temos 14% da população...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com 12%.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, chegou a 14% agora da população com duas doses, 27 milhões da população imunizável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dá 14%, 12% da população brasileira, o que é muito pouco e o que representou mais de 300 mil vidas perdidas que poderiam ter sido salvas.

Portanto, Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. e fica aqui, de novo, mais um que vem para tentar enganar esta CPI.

Esta CPI, como diz o Presidente Omar Aziz: naquela porta tem um mata-burro; os burros ficaram do lado de fora. Não venham para aqui tentar enganar quem está sentado nesta bancada, porque não passa. Os fatos falam por si. É importante dizer: "Olhe, os burros ficaram do lado de fora porque não conseguiram ganhar eleição, chegar aqui, pelo menos nesse ramo da política".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para acrescentar. Quando o senhor teve encontro com o Sr. Ricardo Barros?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Randolfe, espera aí. Randolfe, olha a ordem, a ordem, a ordem...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, Senador Marcos do Val.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Fiz a inversão com o Marcos do Val, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fernando Bezerra, que está aqui, inverteu com o Marcos do Val.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois o Senador Alessandro Vieira.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso, aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois o Marcos do Val de novo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Cedo o lugar ao Bezerra. Eu não vou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bezerra, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o Senador Marcos do Val cede o tempo ao Fernando Bezerra. É isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Depois do Fernando, no lugar do Fernando, eu entro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou garantindo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se o depoente pudesse responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senhor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o depoente pudesse responder?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Fernando Bezerra.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor teve encontro com o Deputado Ricardo Barros? O senhor lembra quando foi a última vez?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Durante todo esse período em Brasília, algumas vezes, principalmente com o Prefeito do Paraná, a bancada do Paraná, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – O senhor frequenta a casa dele ou não?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Não. Acho que fui uma vez talvez.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Recentemente não?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece Ronaldo Dias?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor conhece Ronaldo Dias?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode descrever se tem proximidade ou parentesco com o senhor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, meu primo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu primo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Meu primo de segundo grau.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele exerceu que funções recentemente no Brasil?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ele era presidente de um laboratório na Bahia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era presidente de um laboratório na Bahia?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E vendia ao Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Imagino que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Imagina ou tem certeza?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está... Eu vou garantir a palavra ao Senador Fernando Bezerra, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, reitero o firme propósito do Presidente da República Jair Bolsonaro de não compactuar com qualquer irregularidade. E o empenho da base do Governo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é de apurar com isenção tanto os órgãos do Governo Federal como a iniciativa privada, comprometidos que estamos com a busca da verdade para que todos os fatos sejam esclarecidos e os responsáveis denunciados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante das suspeitas de oferecimento de propina na negociação da aquisição de vacinas, o Ministro Queiroga solicitou a abertura de sindicância para apurar os fatos.

Concretamente, estamos repercutindo nesta CPI uma narrativa apócrifa, sem qualquer embasamento probatório, trazida a público pelo Sr. Luiz Paulo Dominguetti Pereira, um policial militar que não poderia fazer parte de firmas comerciais e de empresas industriais de qualquer natureza ou nelas exercer função ou emprego remunerado, conforme disciplina o estatuto da corporação em Minas Gerais. Aliás, conforme informou o Diretor-Presidente do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, o Sr. Dominguetti não se encontra sequer registrado como representante comercial autônomo em nenhum dos conselhos regionais.

Ademais, nenhum servidor do Ministério da Saúde possuía autorização para negociar a compra de vacinas, conforme atesta documento de 29 de janeiro de 2021, do Secretário-Executivo Elcio Franco, comunicando todas as secretarias e diretorias que, em face da relevância do tema, todas as solicitações de reuniões referentes a ofertas, propostas ou qualquer outra tratativa deveriam ser redirecionadas ao gabinete do Secretário-Executivo. Essa medida não apenas pretendia atender à necessidade de centralização das estratégias de negociação de imunizantes, como também, em face da alta relevância dessas contratações, agilizar o processo administrativo e acelerar a aquisição de vacinas a serem disponibilizadas à população.

A própria AstraZeneca, Sr. Presidente, informou que apenas realiza negociação de ofertas diretamente com os governos. O compromisso prioritário da farmacêutica sempre foi com os governos e com organizações multilaterais, a exemplo da Organização Mundial da Saúde, sem contar o montante de vacinas envolvido na suposta negociação, uma oferta da Davati de 400 milhões de doses, quando a AstraZeneca estima que, até o final de 2021, distribuirá cerca de 3 bilhões de doses do seu imunizante em nível global, considerando um período de 18 meses.

Estamos, portanto, como já tive oportunidade de afirmar nesta Comissão, diante de uma oferta apresentada ao Ministério da Saúde à revelia da AstraZeneca, em nome da Davati Medical Supply, acusada de aplicar um golpe no Canadá e de revender doses do imunizante para grupos indígenas daquele país por meio de um representante que não é sequer reconhecido pela empresa como tal.

Estamos, de um lado, Sr. Presidente, diante da versão do Sr. Dominguetti, que, conforme demonstrou nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o Senador Marcos Rogério, tentava aplicar golpes em prefeituras e no próprio Ministério da Saúde e que, durante seu depoimento, foi desonesto ao imputar versão questionável a um áudio provavelmente adulterado.

Por outro lado, temos o Sr. Roberto Ferreira Dias, que serviu por dez anos a Força Aérea Brasileira, seis anos como funcionário da Companhia de Habitação do Paraná, um ano como gestor da Secretaria de Infraestrutura e Logística e, nos últimos dois anos e meio, ao Ministério da Saúde, ou seja, um servidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que possui longa carreira de serviços prestados, que atuou legitimamente nesse processo, tratando apenas de aspectos protocolares quanto à idoneidade e seriedade da oferta de que tomou conhecimento, dentro dos limites de sua competência.

Lembro que nenhum ato jurídico de negociação foi realizado pelo Sr. Roberto Ferreira Dias, mas meras conversas e sondagens iniciais com o propósito de verificar a viabilidade da oferta e, apenas nessa hipótese, de encaminhar à Secretaria Executiva, que, de fato, possuía a atribuição de negociar a aquisição de vacinas, negociações que, todos concordamos, revestem-se de alta relevância em meio à situação de calamidade pública que enfrentamos.

Aliás, o Ministério da Saúde desenvolveu um *compliance* visando o acompanhamento dentro das áreas e em todas as fases do processo, centralizando os agendamentos de reuniões e as tratativas de aquisição de vacinas na Secretaria Executiva, com a participação das áreas técnicas envolvidas. O objetivo é justamente confirmar a idoneidade dos ditos representantes e, ato contínuo, a existência das doses ofertadas, a localização do armazenamento, número de lotes e validade, informações essas junto aos fabricantes.

Essas medidas visavam repelir quaisquer irregularidades, afastando condutas duvidosas e o desencontro de informações. A conduta do Sr. Roberto Ferreira Dias, portanto, teve como único intuito atender o devido processo adotado pelo ministério para a contratação de vacinas.

Aproveito para esclarecer também que é destituída de qualquer fundamento a alegação de que houve superfaturamento nas negociações do Governo Federal com a indiana Bharat Biotech para a aquisição do imunizante Covaxin. Já é de conhecimento público que o preço da vacina foi estabelecido pelo próprio fabricante, em ofício encaminhado em 12 de janeiro de 2021, e reiterado em 24 de abril de 2021, quando a Bharat Biotech divulgou comunicado de que a vacina seria vendida para exportação a preços na faixa de US$15 a US$20 por unidade. O valor de US$10 constante da memória da reunião ocorrida em novembro de 2020 jamais foi apresentado oficialmente enquanto proposta comercial de aquisição da Covaxin.

Aliás, essa memória de reunião não é uma ata e nem sequer está assinada. Não tem validade jurídica de uma ata. O que temos notícia é de que a Bharat Biotech pretendia comercializar o imunizante por US$17, reduzindo posteriormente para o preço mínimo mundial de US$15, como já foi informado. Ainda assim, o preço contratado para o Brasil é o menor valor dentro da faixa estipulada pela fabricante indiana para a venda a países estrangeiros e inferior à nova oferta da CoronaVac, que, no último dia 18 de junho, enviou expediente ao Ministério da Saúde no valor de US$16 a dose.

Para encerrar de vez essa narrativa de que houve sobrepreço, ressalto por derradeiro a manifestação do Tribunal de Contas da União em face da representação encaminhada pelo Deputado Federal Alessandro Molon, oportunidade em que o TCU não vislumbrou quaisquer elementos que caracterizem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suposto sobrepreço, uma vez que a mera diferença no valor da aquisição, especialmente no atual cenário de forte demanda mundial, não constitui evidência para essa caracterização. Aliás, salienta o TCU que, no caso de algumas vacinas, como a da Pfizer e a da Janssen, os valores unitários são livres de impostos, sendo que os custos reais de aquisição, considerando os impostos devidos, são significativamente maiores. Isso sem considerar uma série de riscos jurídicos assumidos pelo Ministério da Saúde em relação aos contratos com a Pfizer e a Janssen, como esta CPI já teve oportunidade de conhecer. Como bem salientou o Ministro Benjamin Zymler, o valor de aquisição da vacina da Pfizer, por exemplo, considerando a incidência dos tributos e a precificação do risco, pode até mesmo ser superior ao valor das demais vacinas.

Por fim, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de trazer a informação da publicação do relatório do banco suíço UBS que foi divulgado aos clientes nesta terça-feira, classificando o avanço da campanha de vacinação no Brasil – e aí abro aspas – "impressionante", ao destacar as mais de 100 milhões de doses aplicadas no Brasil até o mês de junho. Segundo o relatório, estima-se que, em setembro, o País deverá voltar à normalidade econômica, especialmente com a expectativa de 38 milhões de doses, a serem aplicadas em julho, e 46,5 milhões de doses em agosto.

Aquela instituição, UBS, projeta que, com a continuidade do ritmo atual da campanha de vacinação, teremos 85% dos indivíduos com mais de 30 anos recebendo a primeira dose ainda no final de agosto. O relatório assinala ainda a significativa adesão à vacina, com 92% dos brasileiros com mais de 60 anos de idade tendo recebido a primeira vacina e 59% a segunda dose, resultado que reduziu consideravelmente as hospitalizações e mortes no País. Sr. Presidente, eu não tenho perguntas a dirigir ao Sr. Roberto Ferreira Dias, apenas quero cumprimentá-lo pela sua participação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo equilíbrio das suas declarações, das informações que aqui foram trazidas para apreciação, sobretudo do Relator e dos demais membros da Comissão, mas que por certo a presença dele aqui contribuiu para eliminar muitas dúvidas que havia sobre a participação dele nesse episódio da negociação das compras das vacinas produzidas pela Bharat Biotech.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Fernando.

Antes de passar a palavra ao Senador Izalci...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Alessandro está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu passar a palavra para o Senador Izalci e depois para o Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só lhe fazer duas perguntas. Se V. Exa. puder falar pra gente como aconteceu, nós vamos ficar muito gratos.

Teve alguma vez que o Ministro Pazuello deu alguma ordem para o senhor ou para o Coronel Elcio e não foi cumprida essa ordem?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Alguma ordem específica?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, estou falando uma ordem. Não é para o senhor se jogar do décimo andar, com certeza não foi isso. Uma ordem dentro do ministério, uma ordem administrativa com a qual V. Exa. não concordava porque achava que aquilo não era correto.

Eu estou sendo muito objetivo com V.Exa. Aliás, eu estou sendo paciente com V. Exa., mas a gente sabe de muita coisa e a gente não quer aqui fazer nenhum tipo de prejulgamento, como pediu o Senador Marcos Rogério, como pediu agora o Senador Fernando Bezerra, mas a paciência de todo mundo tem limite. Amigo, eu estou tentando te ajudar, porque te botaram numa encrenca tão grande, que não foi você que entrou. Alguém te botou nessa encrenca e você não está querendo falar pra CPI. Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu não tenho na memória nenhuma ordem não cumprida, nenhuma ordem descumprida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. O senhor sabe que o senhor fez um dossiê pra se proteger. Eu estou afirmando, eu não estou achando. Nós sabemos onde está esse dossiê e com quem está. Não vou citar nomes pra que a gente não possa atrapalhar as investigações. O senhor recebeu várias ordens da Casa Civil por *e-mail*, lhe pedindo para atender... Era "gente nossa", "essa pessoa é nossa". Não foi agora, não. Isso foi durante o tempo todo em que V. Exa. está nesse cargo. Estou tentando porque, do nada, criaram uma situação pra você. Você justifica, vem outro e justifica.

O Dominguetti, no dia 25, às 14h55, recebe um áudio dizendo bem assim: "Está tudo acertado hoje à noite, o encontro seu com o Sr. Roberto Dias?". Ele disse: "Está, sim". Isso 3h da tarde, quinze para as três. Isso está nos áudios que nós temos do Sr. Dominguetti. Então, não pode ter sido coincidência à noite ter se encontrado, amigo. Só que isso está me cheirando...

E eu estou tentando ajudá-lo, eu estou sendo sincero com você. Estou tentando ajudá-lo! Agora, V. Exa. chegar aqui e dizer que saiu não sabe por quê; que lhe tiraram poderes do seu departamento não sabe por quê; que demitiram duas pessoas que trabalham diretamente com o senhor, o senhor não sabe por quê. Nem nós. Nem o Senador Marcos Rogério, nem a Senadora Soraya. Nenhum Senador aqui, sendo de situação ou de oposição... Nós queremos só a verdade! E não é fazendo... Eu estou lhe dando fatos de que eu tenho conhecimento e a CPI tem conhecimento, para que V. Exa. possa se defender, porque senão sempre vai arrebentar a corda no mais fraco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diferente do que o Senador Marcos Rogério disse, o senhor não é um funcionário de carreira do Ministério. De carreira é o irmão do Deputado Luis Miranda, que fez concurso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. é um cargo comissionado de confiança, correto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas é funcionário de carreira também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Como?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É cedido. É de carreira também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não. Não do Ministério da Saúde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, mas isso não é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, sim. Não é do Ministério da Saúde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É de carreira, é função pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Tudo bem. Mas não vamos entrar nessa. Isso é milimétrico, essa coisa...

O que eu estou lhe pedindo... Alguma vez o senhor viu o Ministro Pazuello dar uma ordem para o Coronel Elcio e o Coronel Elcio dizer que não ia cumprir, na cara dele? Ou ter dito por fora: "Não, não vou fazer isso". Alguma vez o Ministro Pazuello lhe deu uma ordem e o senhor achou que aquilo não era correto e não fez?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, não me recordo de nenhuma ordem que eu tenha descumprido ou que eu tenha recebido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O.k.

Senador Izalci.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Tem que ter um fato objetivo, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) **–** Presidente, eu vou reforçar aqui algumas coisas que já foram ditas, mas vou entrar em outro assunto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com relação ao Dlog, porque tudo passa pelo Dlog. Isso não tem nenhuma dúvida, porque qualquer compra é feita pelo Dlog.

Mas eu quero dizer o seguinte, tem uma memória de reunião, no dia 20 de novembro de 2020. Memória de reunião. O valor da vacina é de US$10 por dose, que "em razão de eventual aquisição do montante elevado, ainda pode diminuir" – isso aqui está escrito aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Dependendo da quantidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dependendo da quantidade. O.k.

Eu perguntei ontem, inclusive, por que razão recomendações da área jurídica do Ministério foram desconsideradas, a exemplo da falta de justificativa para dispensa de pesquisa de preço?

Por que razão o termo de referência, que eu disse há pouco, documento que deveria balizar o contrato, só foi concluído no dia 11 de março, duas semanas após a assinatura do contrato? Então, assinaram o contrato sem antes ver isso aí.

Bem, ainda tem – V. Sa. pode confirmar – que a Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde recomendou a suspensão do contrato. Qual o motivo? O que aconteceu que ficou do mesmo tamanho, vamos dizer assim?

Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Qual é a pergunta, Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – A Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde recomendou a suspensão do contrato. Quando isso ocorreu, por que motivo aconteceu isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – O senhor tem essa recomendação, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hein?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O senhor tem essa recomendação?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tenho aqui. Eu posso lhe dizer aqui... Eu posso ler. A minha preocupação é com tempo.

"A primeira reunião técnica do Ministério da Saúde, com representantes do Laboratório Bharat Biotech, fabricante da vacina, e da empresa Precisa [V. Exa. deve conhecer essa Precisa, porque eu já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conheço bem. E quero conhecer mais ainda.], que intermediou o contrato no dia 20 de novembro de 2021, na ocasião, segundo registrado no documento intitulado Memória do Encontro foi informado de US$10.

Então, eu posso dizer, reforçar um pouco que o Sr. Thiago... Está aqui, eu iria perguntar isso mais à frente: por que razão não foi levado em consideração o alerta do servidor Thiago Fernandes da Costa, ainda na fase da pré-assinatura do contrato, quando ele recomendou que o Departamento de Logística fizesse uma negociação de preço com a empresa, porque o preço estava acima do que foi praticado nos outros contratos? Então, o Thiago também recomendou isso.

Qual a razão de o preço da vacina passar a US$15 a dose? Por que motivo não foram observadas a estimativa de preço e a justificativa para sua dispensa excepcional? Então, isso é que eu pergunto.

Bem, eu ia perguntar... O Presidente falou aqui, mas era uma pergunta que eu ia fazer.

Foi noticiado que V. Sa., após ser exonerado, compareceu ao Ministério da Saúde, fez uma varredura completa de documentos e enviou para um local seguro. V. Sa. confirma essa informação? Se afirmativo, que documentos são esses? Que personagens serão atingidos nesses documentos?

Aqui, sobre o Pazuello, o que ele disse, já foi dito; eu não vou aqui reforçar.

Bem, sobre esse escândalo do dia 22 de outubro de 2020, sobre a questão dos testes, falando aqui da Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde, identificou-se irregularidade num contrato para a assinatura de 10 milhões de *kits* reagentes usado em teste de detecção do Covid. Todavia, segundo o ministério, o processo ainda está em fase de análise para definição e instauração de eventual responsabilidade dos envolvidos. Por que razão, mesmo após nove meses, os responsáveis, incluindo V. Sa., ainda não foram responsabilizados?

Na sequência dessas questões, no dia 12 de janeiro, uma carta da Bharat Biotech destinada ao ministério ofertou 12 milhões de doses a 15 a unidade. Então, é isso aí que eu preciso que V. Sa... Porque foi recomendado, a recomendação foi repassada, inclusive, para Dlog, que não registrou qualquer tentativa de reduzir o preço. Então, a Dlog é que ficou incumbida de negociar o preço e reduzir essa oferta, que era de US$10 e acabou fechando com US$15.

Bem, essas questões da... Já tem muitas perguntas aqui. Eu vou deixar, porque muitos já perguntaram.

Eu vou falar agora sobre o departamento Dlog. Eu tenho falado aqui, inclusive com os ministros, que é impressionante como o Ministério da Saúde, com o orçamento de 130 bilhões, não tem controle de absolutamente nada. Inclusive, eu queria que V. Sa. pudesse falar um pouco sobre essa questão de controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, aquisições – vou dar um exemplo aqui com relação às últimas licitações de imunoglobulina – apresentam total falta de gestão, planejamento... O Ministério da Saúde iniciou um processo de aquisição de mais imunoglobulina, um dos produtos hemoderivados, ciente da existência de um contrato vigente para fornecimento deste produto. Aí, neste processo licitatório, consta uma audiência pública, inclusive requerimentos dos fornecedores das empresas Blau e Octapharma – principalmente essas duas –, que solicitaram que retirassem do edital essa questão do preço máximo de ao Governo. Após a republicação do edital, é permitida a cotação em moeda estrangeira; e excluíram do edital a cláusula do preço máximo vigente de venda ao Governo.

Bem, neste pregão – não sei se V. Sa. lembrou do número: é 75, de 2020 –, houve pedido de esclarecimento quanto a ausências desse preço máximo de venda ao Governo. A resposta do pregoeiro tentava suprir a falta no edital, com justificativas muito fracas, mostrando a interferência dessas empresas dentro do Ministério da Saúde.

O contrato vigente citado anteriormente é ignorado quanto a qualquer reequilíbrio econômico, porque já existia uma empresa que tinha esse produto, e a informação que eu tenho, Presidente, é que só a economia dessa venda daria em torno de 150 milhões e uma de 30 milhões – que foram duas compras.

E o mais interessante, que a gente fica, assim, de certa forma preocupado: é que no ministério – vou dar um exemplo aqui –, para aquisição, por exemplo, de teste de Covid... As coisas são feitas no ministério por *e-mail*, uma forma que... Por *e-mail*, inclusive... Quer dizer, a pessoa que tem acesso aos *e-mails* no ministério pode muito bem comunicar, alguns minutos antes, o preço que foi ofertado e imediatamente alterar a proposta vencedora.

Então, quando você falou aí em governança do ministério, eu percebo, assim, que não existe praticamente controle nenhum. E está sendo feito, ultimamente, agora, via Opas, inclusive através de TEDs. Foram mais de 200 TEDs nesses últimos meses, que não precisa nem de definição.

Quero, só para demonstrar isso aqui, dar um exemplo que ocorreu com os testes da Covid: no início da pandemia foi realizado um chamamento público, 01/2020, para aquisição de *kits* do teste Covid, num total de 12 milhões de testes. Passados três meses, o processo não foi concluído, dando-o por cancelado. E, logo a seguir, um novo chamamento público, publicado dia 23 de junho de 2020, agora com 15 milhões de testes. E olha que, se os Estados e Municípios não tivessem orçamento para aquisição de testes, poucas pessoas estariam hoje testadas. Seria um caos.

Esse último chamamento público não apresentou resposta quanto ao resultado. O processo de seleção da empresa ocorreu por meio de proposta enviada para o *e-mail* de um funcionário... Olha só: franklin.barbosa@saude.gov.br. E outras aquisições, outros editais que foram também feitos pelo ministério – tenho aqui mais alguns exemplos – também eram feitos... Aqui, no caso, já com um outro *e-*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mail do próprio ministério, só que *e-mails* esses que poderiam ser... Quem estava comandando o processo poderia simplesmente alterar.

Então, o que eu gostaria que o V. Sa. falasse, além dessas questões que levantei, é de que forma... Aqui, por exemplo... Ainda sobre o processo de aquisição, só para ter mais um exemplo aqui: diversos processos licitatórios ocorreram através de chamamento público. O problema é a forma de captação da proposta, sendo essa recebida em *e-mail* corporativo, simples. Logo, os usuários que acessavam ou que tinham acesso a este *e-mail* terão total controle sobre a proposta e seus respectivos preços. Tem aqui, por exemplo, um chamamento público que foi feito exatamente, aqui, de 12 milhões de testes, que é esse exemplo que eu dei. Então, tem um *e-mail* eletrônico.

Como é que funcionam, de fato, essas questões de chamamento público? Porque, pelo que está... Eu tenho aqui vários exemplos, mas é que o tempo é pequeno, e, senão, V. Sa. não vai ter tempo para responder. Como é que são feitas essas aquisições no Dlog?

E deixo claro que realmente todas as compras do ministério passam pelo Dlog, e V. Exa. disse que essa questão da vacina agora é com a Secretaria Executiva. Pode ter acontecido.

Eram essas as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Roberto, por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, se ficar alguma resposta de fora aí, por gentileza...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Eu lembro.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu fui anotando aqui...

Acerca do termo de referência, o termo de referência é uma atribuição da área demandante, é quem especifica... Dado ser uma questão de vacina, provavelmente, teve algum equívoco no termo de referência, e ele foi alterado posteriormente, pela especificidade do produto. Confesso que eu preciso olhar o processo e verificar, mas o termo de referência é onde nasce a especificação do produto. Então, não teria como ter um contrato decorrente que não fosse de um termo de referência. Provavelmente, o senhor se refere a alguma alteração posterior. E, de fato, eu preciso olhar o processo, não tem como lhe responder agora de pronto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Pois é. Eu gostaria que V. Exa. mandasse, porque eu tenho aqui informação de que o termo de referência só foi realmente concretizado no dia 11 de março, e o contrato foi assinado duas semanas antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Acho improvável, Senador. Provavelmente, seja alguma alteração no termo de referência ou um novo termo de referência, enfim... Mas eu não tenho mais acesso. Eu posso até tentar e, como o senhor está a pergunta dirigindo até a mim, protocolo um requerimento aqui e lhe respondo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sobre a pergunta do contato do reverendo.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Deixe eu questionar novamente se temos lá.

A questão de responsabilização dos testes, eu teria também total interesse... Quando o senhor remete ao *kit* de extração, não são testes, na verdade, ele é parte de um teste, ele é o *kit* de extração. O ato de anulação do processo é meu, inclusive.

Quando o senhor fala de imunoglobulina – e daí vale para qualquer outro insumo... Imunoglobulina, em particular, sempre foi um grande problema do ministério, acho que é um problema nacional, sempre foi um recurso, um insumo muito escasso. Provavelmente, quando o senhor se refere a que não tem PMVG, é porque a área técnica, ao especificar, especificou um produto sem registro. Então, se ele não está registrado, ele não tem preço máximo, mas, muito provavelmente, internamente, nós temos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Não, foi feita uma audiência pública, eu disse isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E duas empresas participaram e pediram que tirasse do edital.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O.k., mas não tem como...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E tinha, inclusive, contrato de fornecimento, tanto é que, pelos dados que eu tenho, poderia ter sido feita uma economia de alguns milhões.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O que paira de PMVG em torno de imunoglobulina é que a indústria como um todo alega ser um teto muito baixo, e, por isso, elas não fornecem. Mas, de fato, eu não tenho esse tema agora de pronto na cabeça e me comprometo a protocolar um requerimento para o senhor aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta por *e-mail* é o seguinte. Logo no início que eu assumi a diretoria – e, inclusive, eu devo ter esse ofício, peço para levantar –, eu pedi que mudasse o Comprasnet, que se criasse um ambiente no Comprasnet para que fosse feito qualquer... Qualquer chamamento emergencial fosse feito naquele ambiente. De fato, qualquer mudança de sistema é muito complicada, isso não ocorreu. A forma mais transparente que a gente consegue fazer é publicar o chamamento, e essas empresas encaminham essas propostas por *e-mail*, todas essas propostas são elencadas, esse processo é público. Então, imagino que, se algum fornecedor entender que a sua proposta não foi contemplada, não foi adicionada, ele pode se manifestar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, esse não é o problema; o problema é um funcionário que recebe o *e-mail* e comunica a alguém: "Olha, recebi aqui dez propostas, manda a sua aqui". Isso é a vulnerabilidade que tem lá ou alguém coloca.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Antes, olha só, tem aqui no início, quando V. Sa. estava no ministério, tem um contrato antigo, inclusive, de 2018, que tinha uma previsão de conclusão em 2023. É um contrato de 350 milhões para o transporte e 150 milhões de armazenamento e que foi praticamente... Hoje parece que os sistemas que existem lá no Dlog... Isso não houve conclusão, esse processo está parado. Hoje é praticamente por Excel, planilha, o controle?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não, provavelmente o senhor está se referindo ao contrato de logística integrada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ele é feito, ele é controlado através de dois sistemas: um sistema que a gente chama Sismat, que é um controle de material nosso da União, e um *software* WMS fornecido pela própria empresa e aferido pela equipe. Então, tem dois sistemas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está funcionando?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Terminou o contrato?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, o contrato está em execução.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É um que paga quase 12 milhões por mês? É esse?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Que já praticamente consumiu o orçamento todo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, em torno disso.

A outra pergunta do senhor é compra via Opas. As aquisições via Opas são feitas diretamente da secretaria demandante com a Opas. Não passam pelo Dlog.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quem que manda o TED? Os TEDs são encaminhados pelo Dlog, não?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O TED é feito pela Secretaria Executiva com a secretaria demandante. Não passa pelo Dlog.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Tá. Com relação a esses documentos que eu disse, com relação a essa documentação, a essa notícia, como foi dita pelo Presidente, do dossiê, que foi anunciado, V. Sa. esteve no ministério?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ah, o documento...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Fez ou não?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não estive no ministério depois da minha exoneração.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Não foi nem pra pegar nada? Não tinha nada lá?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Tinha. Pedi que se recolhesse o que tinha na minha mesa e só. Eu não voltei no ministério.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas nem foi lá pegar nenhum desses documentos?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – No ministério não voltei. Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Depois que foi exonerado, o senhor não esteve no ministério nem para pegar as coisas pessoais?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Depois que eu fui exonerado, eu não estive no ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Se eventualmente alguém do ministério fizer alguma acusação ao senhor, o senhor tem como se resguardar?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Olha, eu não estive no ministério depois da minha exoneração.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas a pergunta é outra: o senhor tem documentos que lhe resguardam?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Olha, eu tenho, devo ter alguma cópia de algum contrato que eu assinei, que é público e que todo mundo tem. Documento reservado a minha diretoria não tem, a não ser o contrato Pfizer, Janssen.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Thiago Fernandes da Costa, o senhor conhece?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E tem conhecimento de que ele alertou na fase de pré-assinatura do contrato, porque quem assinou foi V. Sa., quando ele recomendou que o Dlog fizesse uma renegociação do preço da empresa, porque inclusive, lá atrás, eram US$10 e agora foi pra 15?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, dois pontos quanto a isso.

Eu desconheço essa proposta de US$10.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não. Está no termo aqui, no documento, memória de reunião.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, mas eu não estou nessa reunião.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É documento público, é Ministério da Saúde.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, mas eu desconheço e não está no processo, salvo melhor juízo, essa proposta de US$10.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está dizendo aqui, o próprio Thiago está dizendo que recomendou ao Dlog que refizesse, que fizesse uma renegociação. Não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A recomendação de que se trata e que foi posterior, inclusive, ao parecer jurídico, onde ele coloca que se negociasse o preço da vacina, é o que eu expliquei. Nós não participamos nem da formatação da proposta, nem da formatação do preço, muito menos da negociação de nenhuma vacina. Não foi de uma, de nenhuma; de todas as vacinas que foram contratadas, nós não negociamos o preço de nenhuma vacina.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Você assina mesmo? Porque dá a impressão de que no ministério cada departamento é uma coisa independente, que não há uma sequência, que não tem um processo, porque, se estiver no processo do contrato, vai ter esse documento, vai estar lá dentro do processo. Aí está lá: eram US$10. Aí você assina o contrato de US$15, e alguém recomenda, o Thiago...

O Thiago é o que lá? Thiago Fernandes da Costa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Thiago trabalha na Secretaria de Vigilância, mas não sei qual é o cargo dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Vigilância?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sim, mas o que ele é? Auditor? Fiscal do contrato?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, ele é um tipo de coordenador lá, não sei qual é o cargo dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Pois é, mas qual é a autonomia que ele tinha para fazer essa recomendação ao Dlog para que fizesse a negociação do preço com a empresa porque o preço estava acima do que foi praticado por outros contratos?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O conhecimento que eu tenho do documento, Senador... É de um último documento, que eu acho que é assinado pelo diretor, que foi o que o próprio Relator colocou aqui, sobre a recomendação de negociação, onde não era minha atribuição negociar o preço da vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** ...e essa aí é a proposta, dizendo que pode, inclusive, diminuir, dependendo da quantidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, da quantidade. Dá para diminuir para menos que 10, mas aumentou em 50%!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Esse documento está no processo, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem uma reunião que aconteceu no dia 20 de novembro com a presença de Antônio Elcio Franco Filho. Parece que V. Sa. está dizendo que toda responsabilidade agora de compra é do Elcio.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor, estamos falando de vacina.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, vacina.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Covid-19.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós estamos falando aqui de vacina.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vacina Covid-19.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Todas as vacinas, a responsabilidade é do Elcio?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vacina Covid-19...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele é que participou? Está aqui: Elcio, Flávia Noce dos Santos Werneck...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluindo, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ...Franciele Fancinato, Hélio Angotti Neto e mais vários, inclusive a Precisa estava presente. Francisco... Estou esperando ele aqui, Francisco Emerson Maximiano, que disse que quer falar na CPI – eu espero que ele venha e fale, não é, Presidente?

Então V. Exa. não conhece o documento, não teve conhecimento disso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, e eu desconheço também essa proposta de US$10.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, documento do ministério...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, assim, só concluindo, Sr. Senador... V. Exa. já concluiu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só para registrar que esse é um documento oficial do Ministério da Saúde, relativo a uma reunião ocorrida no dia 20 de novembro de 2020.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De 10h30 às 11h30.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – E é um contrato de que o senhor participa posteriormente firmando com a empresa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Perfeito. A gente está, nesse momento, 28 de novembro... É um ato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, 20 de novembro.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Perdão. Vinte de novembro é um ato de negociação e estratégia da vacina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O.k. O meu departamento não participa desse ato.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, só raciocine: quer dizer que a empresa ofereceu um preço a menor e o ministério puxou um preço a maior?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E que poderia baixar...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu desconheço esse ato, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E que poderia baixar!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não conheço esse ato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas o senhor conhece aqui... Tem um ato aqui que talvez V. Sa. conheça, do dia 24 de fevereiro, parecer da Consultoria Jurídica...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** ...do Ministério da Saúde. Apontou que não foram observadas a estimativa de preço e a justificativa para a sua dispensa excepcional, na forma da legislação. Resultado: no dia 25/2 o Ministério da Saúde assinou o contrato com a empresa Precisa Medicamentos para receber 20 milhões a US$15. Então, quer dizer, teve, inclusive, um parecer jurídico, do dia 24, antes do dia 25 evidentemente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Que não foi observado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** ...que não foi observado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) **–** Exatamente.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Foi exatamente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** V. Sa. também não tem conhecimento...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Do parecer jurídico?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Do parecer jurídico contra...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Tenho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** ...dizendo isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não é um parecer jurídico contra. Eu expliquei para algum Senador que me perguntou aqui: esses apontamentos não impedem a assinatura do contrato...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Como não impedem? O cara do jurídico fala assim: "Olha, o preço era 10. Pode reduzir...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Deixe eu explicar, Senador!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Aí você assina por 15?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O preço a 10 não consta no processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não impedem, mas fica claro o que aconteceu...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O preço a 10...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ...bastaria o caminho do que aconteceu.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O preço a 10, eu desconheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Deve estar no processo do Ministério da Saúde...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Deve... Eu não sei, Senador. O preço a 10, eu desconheço. O que eu conheço no processo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quando assinou o contrato o senhor não leu o processo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É uma proposta...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito. Vamos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** Diga a ordem das falas por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O que está no processo é a proposta, e o processo todo instruído com o preço de US$15.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente, Dr. Roberto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quem que instruiu esse processo? Alguém fez então, intencionalmente, porque isso é um documento oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A instrução processual da fase de negociação e de estabelecimento de estratégia da contratação de vacina não era do meu departamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E era de quem?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Era da Secretaria Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, na Secretaria Executiva há majoração. É o estranho caso do Governo que...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... majora o preço da vacina.

Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se V. Exa. me permite, apenas pra reforçar aqui, eu acho que isso é importante, a nota de corte da indagação ao depoente, eu acredito que tem que ser a partir de janeiro, porque em novembro ele não participou. Quem participou e quem tem que estar sentado aí, de novo, é o Secretário-Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. É a conclusão a que chegamos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É ele que tem que responder essa pergunta importantíssima do Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o ponto a que nós chegamos como principal conclusão dessa oitiva. Nós estamos encontrando aqui o estranho caso do Governo que majorou preço de vacina.

Senador Alessandro, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quais são os próximos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Alessandro, Senador Luis Carlos Heinze em seguida.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E depois a Senadora Simone, pela Bancada Feminina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Izalci.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – ... Sr. Roberto Dias...

Esta CPI, Sr. Presidente, avança e tropeça a cada segundo em fatos inusitados: vacinas negociadas por cabos e reverendos, processos de aquisição bilionários sem o mínimo de critério. Todos esses fatos são importantes, mas existe um ponto que se sobrepõe a tudo isso: são 527.016 brasileiros que morreram – 527.016 brasileiros que perderam a vida pela Covid. E esta CPI já demonstrou que, se o Brasil tivesse se portado de uma forma mais eficiente e técnica, esse número seria muito menor; nós teríamos mais de 300 mil vidas salvas. Esse é o centro desta CPI, Sr. Relator, Sr. Presidente, esse é o centro.

Quando a gente quer aqui discutir e analisar um contrato em detalhe, para entender se ele foi firmado dessa forma por incompetência ou por corrupção, a gente está discutindo motivação do crime, mas o crime aconteceu, o crime é este daí: mais de meio milhão de brasileiros mortos.

Sr. Roberto, o senhor exerce a função na Dlog há quanto tempo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu preciso que o senhor acione o microfone para ficar registrado.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Desde 9 de janeiro de 2019.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quantos contratos o senhor assinou na função de Dlog?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Muitos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Centenas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Quantos deles foram suspensos ou tiveram algum tipo de atribuição de prejuízo ao Erário ou qualquer problema desse tipo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não me recordo. Nenhum. Que eu me recorde, nenhum. A não ser o ato que eu fiz que eu anulei o contrato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor se refere ao contrato de 133 milhões com a Life Tech?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Certo.

O senhor reconhece aqui, tenho certeza, até porque assumiu o compromisso de dizer a verdade, que não fez o cancelamento por iniciativa própria. O senhor fez o cancelamento após uma ação de cobrança do Tribunal de Contas da União.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. Nesse...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor anulou antes de o Tribunal de Contas se manifestar?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim. O contrato de... Se a gente está falando do mesmo do contrato... O número eu não sei, eu estou falando dos testes de extração.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** São R$133 milhões, a empresa é a Life Technologies. Esse contrato foi questionado ao TCU pela Secretaria de Integridade do próprio Ministério da Saúde, e o senhor só cancelou depois que o TCU se manifestou.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, a Diretoria de Integridade questiona após o meu apontamento no processo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor assina e aponta?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor assina o contrato e depois aponta que tinha problemas nele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor. Depois de um questionamento que eu fiz à área técnica, ela respondeu um fato novo que era desconhecido, qual seja, ela disse que nenhuma proposta poderia ser habilitada. Ora, se eu tenho ciência de que nenhuma proposta poderia ser habilitada, esse contrato é nulo, todo o processo é nulo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Só porque, assim, realmente agora me surpreendeu. Como eu disse, aqui a gente tropeça em fatos nesta CPI. É uma CPI inusitada.

Então, o senhor assina o contrato e o senhor mesmo aponta que, no contrato que o senhor assinou, tinha problemas. É isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. Assinamos o contrato. Em tese, é um ato jurídico perfeito, certo?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Sim.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Existe um questionamento da empresa, inconformada de que os produtos, o produto que ela ofertava enquanto segunda colocada e o produto que a primeira colocada ofertava eram diferentes. Eu não entendo do produto porque eu não sou da área técnica. E eu remeti esse questionamento à área técnica. A área técnica então responde: "Olha, nenhum produto, nenhuma proposta atendia ao instrumento convocatório". A gente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Isso não foi detectado em nenhum momento do processo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. Eu desconheço. A gente aproveitou o que a gente podia na proposta. Ora, diante dessa manifestação, então, eu remeto um despacho para a SE pugnando pela nulidade do processo, uma vez que, manifestamente, tinha um vício insanável o processo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

Nós tivemos, no Ministério da Saúde, e isso aconteceu depois da sua presença lá, uma verdadeira intervenção militar. Nós vivíamos o início da crise da pandemia, e a gente teve a saída do Ministro Mandetta e o ingresso do Ministro Pazuello. Com o Pazuello, chegam mais de 20 militares da ativa e da reserva e ocupam cargos estratégicos inclusive na sua diretoria. Eu pergunto objetivamente: essa ocupação militar gerou algum tipo de benefício para o serviço público, ou seja, o Ministério da Saúde passou a trabalhar melhor? O seu setor foi melhor atendido do que era com os técnicos da saúde anteriormente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O meu setor, em particular, que é por onde eu posso responder, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não teve nenhum tipo de melhora?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nenhuma melhora, nenhum ganho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Mas essa linha de comando militar se fez presente durante toda a gestão de Pazuello?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** O senhor consegue esclarecer para esta CPI de que forma começa essa sua interação com a chamada empresa Davati, uma vez que o primeiro contato que o representante fez com V. Sa. foi em nome da Latin Air Supply? E, aí, esse mesmo representante passa a falar sobre a Davati?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Excelência, em 18... No dia 22 de fevereiro, isso vira uma proposta, isso vira um ofício, tá? Essa proposta... Esse assunto, ele nasce como? O Coronel Blanco me notifica que tem uma proposta de 400 milhões de doses, existem 400 milhões de doses a pronta entrega. Isso aconteceu algumas vezes, não só no Ministério como em Prefeitura. Eu falei: "Olha, é muito difícil que isso aconteça". "Não, não. É ponta firme, existe sim". Eu falei: "Me passa o contato". Tanto é que na mensagem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Só o interrompendo: nessa data de contato, fevereiro de 2021, já estava em vigência a portaria que atribuía ao secretário-executivo a responsabilidade pela negociação?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pela negociação, sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito. Aí, tendo notícia de um suposto fornecedor de 400 milhões de doses, o senhor prefere fazer diretamente a checagem e a verificação de se isso é viável, se existe carta de representação, e não repassa isso para o secretário-executivo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, porque eu não estava negociando a vacina. Eu fui verificar se...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Nessa parte aí de "não estava negociando vacina", Sr. Roberto, por favor, a gente tem que tentar manter uma certa dose de respeito pela inteligência dos outros. Eu, representante do Ministério da Saúde, recebo um fornecedor, esse fornecedor me diz: "Eu tenho aquilo que você precisa comprar", e eu começo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionar se ele tem ou não legitimidade para fazer aquilo, eu escuto uma proposta relativa a preço, o nome disso é negociar...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu não recebi...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Pois o senhor não tinha atribuição para fazer.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não recebi o fornecedor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não recebeu o representante?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nessa data que nós estamos comentando, que é o início de fevereiro, quando eu faço contato com o Sr. Cristiano...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Certo.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu questiono a existência ou não de 400 milhões de doses.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** E essa conversa se prolonga por meses, pelo jeito.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E ele me responde com documentos evasivos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Certo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E, mesmo assim, depois do chope, o senhor marcou um encontro com o Dominguetti?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A questão do Dominguetti difere do Cristiano no seguinte ponto...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas o Dominguetti não se apresentou para o senhor como funcionário do Cristiano?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim. A questão é a seguinte: na primeira verificação feita com o Cristiano, a proposta era Latin Air Support, e ela está no *e-mail* recebido em 25 de fevereiro. Perdão, 22 de fevereiro. A empresa Davatti, eu escuto falar no dia 26 de fevereiro, um dia depois.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Pela mesma pessoa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – E não houve contato contínuo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Pela mesma pessoa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pelo senhor, agora, Sr. Dominguetti. No dia... Quando eu peço então que ele peça uma agenda no Ministério da Saúde, uma agenda pública oficial, às 8h50 da manhã chega um *e-mail* então pedindo esta agenda, já com alguns documentos em anexo, da empresa Davatti. Até então o que havia chegado era dessa empresa Latin Air Support, Supply, perdão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Certo.

O senhor consegue imaginar uma razão minimamente racional para que o Coronel Blanco não tenha encaminhado isso para o Secretário-Executivo, também Coronel, Elcio e tenha optado por encaminhar para V. Sa.?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Veja bem, Senador, eu simplesmente chequei uma proposta que uma pessoa que havia trabalhado comigo que disse existir 400 milhões de doses de vacina, num momento em que não havia vacina. Foi só isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Não é só isso, infelizmente, não é só isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Da minha parte, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Eu imagino claramente que, na sua experiência – o senhor trabalhou no Paraná, o senhor trabalhou no Ministério da Saúde há muito tempo –, o senhor tem totais condições de conhecer um picareta, um estelionatário, quando ele senta na sua frente, como foi o caso. Uma pessoa que apresenta propostas ou referência de documentos de duas empresas diversas, que lhe é apresentado e conduzido por um amigo. E, como o senhor candidamente fala aí: "Atendi e fiz a conversa, fui checar, porque era um amigo que trabalhou comigo". Esse é o mecanismo do *compliance* do Ministério da Saúde? "Se for amigo: chope e marco agenda; se não for amigo, manda um *e-mail* e um dia eu respondo?" É isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, de novo: não é porque não se tratava de uma negociação e não se tratava de uma aquisição. Isso não me cabia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** É, eu entendi.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu fui checar a existência das doses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Entendi, a gente vai trabalhar no padrão do eufemismo: não foi um jantar, foi um chope; o encontro não foi agendado, mas o Dominguetti chega, chegou... Chegaram juntos Dominguetti e Blanco ou chegou Blanco e depois Dominguetti?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Salvo melhor juízo, eles chegam juntos, Blanco e Dominguetti.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Certo.

Os contatos que nós recebemos apontam que Blanco chega e chama o Dominguetti para ter o contato com V. Sa., que é o contato referido no famoso áudio, mensagem das 15h.

É difícil para a Comissão e para quem acompanha acreditar na coincidência desse encontro, é difícil, mas está dentro da sua esfera de expressão. Aqui, infelizmente, a gente está deixando rolar solto esse negócio.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Se o senhor me permitir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Claro.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu já, por duas ou três vezes, já falei isto aqui: nesse dia, eu fiz um contato com o Blanco, o Blanco me ligou, enfim, não me recordo agora, e ele sabia que eu estaria no restaurante. Então, essa suposta casualidade, é óbvio, não existe isso, não é um eclipse. Ele sabia que eu estaria no restaurante.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não sabia que ele estaria junto com uma pessoa que representa vacina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Vamos lá.

O seu amigo ex-funcionário do Ministério da Saúde que constituiu uma empresa de representação de medicamentos na véspera, que está lhe apresentando um cidadão que diz que 400 milhões de doses estão disponíveis para entrega imediata – "Tenho aqui um documento da empresa que representa" –, tudo isso está acontecendo, mas o senhor não sabe que vai chegar essa pessoa para falar justamente sobre isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, eu não tenho como saber se o Coronel Blanco abriria ou não uma empresa, se ele... Enfim, foge ao meu domínio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A interferência política na atuação da Dlog, na sua permanência no cargo, na aquisição de determinados produtos é uma realidade, como se veicula e se ventila há tanto tempo, ou é apenas uma ficção da imprensa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É ficção, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É ficção da imprensa?

O senhor pode me falar sobre uma reunião que o senhor teve com o Senador Davi Alcolumbre e com o Dr. Willer Tomaz, para falar sobre respiradores?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – William Tomaz?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso! É um advogado aqui em Brasília.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Willer.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Willer Tomaz.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não me recordo dessa reunião.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Senador Davi Alcolumbre... O assunto era respiradores. O senhor esteve nessa reunião? Ou ela não aconteceu?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Posso quase afirmar que não estive. Não me recordo dessa reunião.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca tratei desse assunto com o Senador Davi.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nunca tratou desse assunto?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nunca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E não sabe quem é Willer Tomaz também?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor. Nunca estive com ele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nunca teve nenhum tipo de interferência na discussão sobre aquisição de respiradores?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nada nesse sentido?

Perfeito.

Sr. Presidente, eu agradeço pela tolerância do tempo. Estou economizando, deixando crédito para a próxima escuta. Vamos seguir essa rotina.

No tocante a essa crise toda, o senhor teve, em algum momento, reuniões com o Senador Davi Alcolumbre na condição de Diretor de Logística do Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – De qual crise?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Pandemia.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Durante a pandemia?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, pensei que o senhor estava falando da crise no momento, que, para mim, é uma crise.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Está se referindo à pandemia.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Davi... A demanda dele em relação a pedidos para os Estados brasileiros todos era feita sempre em cima do Presidente... Na época, era em cima do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Do General Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. O Davi e todo mundo pedia...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Estive, inclusive, junto com o General Pazuello, na sala do General Pazuello, numa visita do Senador Davi, pedindo diversas coisas para o Estado do Amapá e para outros Estados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu lhe agradeço pelo ato falho. Eu não perguntei, mas o senhor pode responder com relação à crise em que o senhor pensou e que verbalizou, que foi a crise referente à indicação da Anvisa. O senhor achou que eu estava perguntando sobre isso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não! Eu pensei que o senhor se referia a esta crise momentânea, que, para mim, é uma crise.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ah, esta crise!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – É. Para mim, é uma crise...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor teve conversa com o Senador Davi com relação a esta crise?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só vou usar este 1 minuto e 42 segundos.

No dia 26, o senhor recebe o Sr. Dominguetti no seu gabinete. Ele sai em torno de 17h52 e manda um áudio, dizendo o seguinte: "Olha, eu acabei de sair daqui. Conversei com o Dias". Ele o chama de Dias o tempo todo. "O Dias vai ligar para o DPVAT e ia ligar também para o representante nos Estados Unidos." Bem, uma hora depois, ele manda um áudio para o Coronel Blanco: "Coronel Blanco, dê uma olhada aí se o Dias já ligou para o DPVAT [...]".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Davati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É Davati, aliás. "[...] e para o representante." O Coronel Blanco manda um áudio para o Dias, para o Dominguetti, dizendo o seguinte: "Não te preocupes, ele vai ligar. Está tudo sob controle".

Então, tem aí coisas de que V. Exa. tenta sair, mas os fatos que aparecem para a gente são maiores, e V. Exa. tenta fugir.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu quero só lhe fazer uma pergunta: o senhor tem conhecimento de quem nomeou os diretores dos hospitais federais no Rio de Janeiro?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi o Coronel Blanco?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nomeação não é da minha área, Senador. Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só estou perguntando... O senhor não disse que era da sua área. Aliás, não era da sua área negociar vacina, mas o senhor negociou vacina.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não faço a menor ideia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Não era da sua área o senhor negociar vacina, Sr. Roberto, mas o senhor negociou vacina. O senhor está dentro de um ministério, tem um cargo ali muito cobiçado, tanto é que quiseram tirar V. Exa. E, quando tentam tirar, Senador Renan, ele se prepara para a saída: "Espera aí, se tentarem fazer algum mal para mim, vai ter troco". Está certo? Não é depois, como o Senador Izalci falou; foi antes, porque tentaram tirá-lo. Na época em que o Pazuello vetou o nome dele para a Anvisa, que ele sabe que tanto o Pazuello como o Coronel Elcio engoliam ele, não suportavam a presença dele ali...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pela origem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está me entendendo? Não, não sei se é pela origem... Eles sabem que a relação dele tanto com o General Pazuello quanto com o Coronel Elcio nunca foi boa. Ele sabe disso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E isso daí, ele se preparou para a saída dele, correto? E ele se preparou, porque ele disse: "Olha, espera aí, eu servi aqui, pediu, mandaram eu fazer, se vierem com graça para cima de mim...". E a situação que ele sai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... é uma situação muito difícil, porque como é que ele sai do ministério? Ele sai do ministério com suspeitas, porque ninguém foi solidário a ele, com suspeitas de ter tentado negociar a vacina e de ter pedido para se colocar em cada dose de vacina US$1. Isso que eu estou dizendo pra vocês são as suspeitas. Eu não estou lhe acusando de absolutamente nada.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, vamos lá, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só um esclarecimento, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, pela ordem. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Luis Carlos Heinze e Simone Tebet.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só um esclarecimento, se V. Exa. permite...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vai começar a sessão, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seria só um esclarecimento, porque o Roberto, no início do depoimento dele...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Obrigado. Sr. Presidente... Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – ... foi coincidência da ida do Coronel Blanco para o *shopping*, agora ele disse que o Coronel Blanco sabia que ele estava lá. Só para ele esclarecer melhor essa controvérsia.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Não, não há controvérsia. Conforme eu falei, eu disse, eu conversei alguns momentos durante o dia com o Coronel Blanco.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor falou para ele que ia para lá?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Ao longo do dia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E ele disse que ele ia para lá?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... eu troquei duas... Não me lembro se troquei mensagens, se troquei telefonema. O Coronel Blanco sabia que eu estaria lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E o senhor informou a ele que o senhor ia para aquele determinado *shopping* e para aquele determinado restaurante?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Falei que tomaria um chope no Vasto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Isso já foi dito aqui diversas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Por favor, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, ilustre depoente, primeiro quero fazer uma colocação, Senador Girão: o Brasil até ontem tinha aplicado 107 milhões de doses. Senador Bezerra faz uma colocação do banco UBS – fora do Brasil, elogia o Brasil. E os dados do UBS – é um banco suíço que apresenta para os seus clientes –, em relatório divulgado dia 6: que o resultado das vacinações tem sido impressionante; estima o retorno à vida normal ao final de agosto.

Segundo as previsões de um instituto aqui: em 15 de setembro, toda a população vacinável no Brasil terá recebido a primeira dose – 15 de setembro –; 19 de dezembro, as segundas, primeira e segunda doses, toda a população brasileira. Isso está acontecendo nesse instante, é apenas um fato a referir: que a mídia internacional fala bem do Brasil e aqui a mídia brasileira fala mal. Estou falando UBS, um banco suíço; *Wall Street Journal*, uns dias atrás, foi colocado; BBC de Londres; e, no Brasil, infelizmente, nós temos notícias negativas sobre o nosso País. Esse é um ponto que eu deixo registrado aqui.

Com relação à imunização, vou trazer todos os dias aqui o meu Estado do Rio Grande do Sul: a população vacinável, 8,958 milhões de gaúchos e gaúchas; o Governo já recebeu 8,828 milhões de doses.

Presidente... Presidente, peça silêncio, por favor, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Se tem um Senador aqui que dificilmente se intromete ou atrapalha um colega na hora em que está falando, esse Senador é o Senador Luis Carlos Heinze. Então, eu pediria aos Senadores que o Senador Luis Carlos Heinze, que nasceu em Cacequi, possa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nossa terra, não é, tchê? (*Risos.*)

O.k.

Bom, lá no meu Estado já foram aplicadas 7,116 milhões de doses – já receberam quase que a mesma quantia de doses que a população vacinável –; e 8,828 milhões de doses já estão no Estado do Rio Grande do Sul para vacinar 8,958 milhões de gaúchas e gaúchos. Então, logo, logo teremos vacinado já com a primeira dose toda a população, e, na mesma proporção, talvez até antes, nós possamos vacinar o povo gaúcho.

Agora, vamos ao fato do nosso depoente.

Sr. Roberto, o senhor tem conhecimento se a Controladoria-Geral da União já abriu investigação sobre o caso Davati?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Sim. Sim, fui notificado para uma audiência que foi marcada acho que para a semana que vem agora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Saliente-se também que até momento o Sr. Roberto Dias vem sofrendo inúmeras acusações infundadas com base em relatos apócrifos e em pessoas até de reputação duvidosa. O Ministro Queiroga, inclusive, pede essa abertura da sindicância; a abertura desse caso aqui – só para deixar isso registrado também.

O próprio Ministro Queiroga, então chefe do servidor, foi expresso ao dizer que não se está fazendo um juízo de culpabilidade do servidor. O servidor foi meramente afastado para viabilizar a investigação. Foi isso o que aconteceu. "Nós instauramos uma sindicância e [...] vai trazer conclusões, mas enquanto isso, de maneira cautelar, nós o afastamos". Essa é a posição do nosso Ministro Queiroga.

O senhor realizou algum tipo de ato jurídico *stricto sensu* de negociação em nome do Governo Federal?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bem.

O senhor sabe se a empresa Davati reconheceu, quanto aos poderes de representação formal, o mandato de Dominguetti?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – No *e-mail* do dia 26, ela encaminha uma documentação, dizendo que a documentação é a pedido do Sr. Dominguetti, mas não me recordo se existe alguma carta de empoderamento. Eu não, não... Tenho que olhar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O senhor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Senador Heinze, só um minutinho. O senhor perguntou se ele praticou algum ato *stricto sensu*...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sobre a negociação em nome do Governo Federal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – De negociação em nome do Governo Federal?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – De vacina?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Ele assinou o contrato.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Isso é um ato...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Entendo que o senhor está se referindo a esse ponto de 400 milhões de doses da Davati, é isso?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, é isso aí.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, eu estou falando nesse caso... Nós estamos pesquisando este caso aqui, Senadora.

O senhor conhece a petição apresentada pela empresa Precisa na qual ela esclarece que não existem *invoices* falsificados, mas sim *proforma invoices* que foram enviados e formalizados, com suas devidas correções, todas, após o dia 22 de março de 2021?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não tive conhecimento da petição, não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só queria fazer uma colocação, Sr. Presidente.

Presidente, aqui está o documento em nome da empresa, fazendo todos os esclarecimentos, inclusive do que foi colocado aqui ontem. Esse documento eu vou fazer chegar às mãos da CPI, para que possam esclarecer esses fatos. Tem muitas falas que foram colocadas aqui e este documento, em nome da empresa, traz os esclarecimentos necessários. Então, esse é o ponto que eu gostaria de fazer também em nome do nosso depoente, em nome daquilo que nós estamos esclarecendo. Muitas coisas se falam, mas aqui eu tenho documento da empresa, que apresenta essa documentação explicando os pormenores do que foi falado ontem e do que está sendo falado hoje sobre esse assunto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual é a empresa, Senador Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui o escritório Figueiredo & Velloso encaminha à CPI...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas qual empresa que é?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. É essa empresa. Eu vou deixar aqui na mesa, se não entregar ao Presidente da sessão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O escritório Figueiredo & Velloso encaminha à CPI da Pandemia o esclarecimento sobre a comercialização de medicamentos.

Eu vou deixar porque eu recebi esse material e vou passar ao Presidente da Mesa, certo?

Então, essas foram as colocações...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o escritório de advocacia da empresa, não é isso, Senador?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Figueiredo & Velloso.

O.k., registrei lá.

Sr. Presidente, eram essas as minhas colocações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Heinze.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essa cópia já pode ser disponibilizada para nós, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De imediato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Apenas para fazer uma ponderação. Nós estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós temos mais quantos para falar? Porque, na verdade, não poderia funcionar durante as votações. Quantos ainda temos para falar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Vamos por partes. Deixe eu tomar todas as providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira providência: eu queria determinar à Secretaria, para os Senadores que quisessem, que providenciasse a cópia do documento fornecido pelo Senador Heinze. Para os Senadores que quiserem. No caso, o Senador Izalci requereu.

Atendendo à provocação do Senador Marcos Rogério, Senadora Simone Tebet, em nome da Bancada Feminina; em seguida, Senador Fabiano Contarato, a Senadora Zenaide, a Senadora Soraya e a Senadora Leila Barros. São os inscritos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós estamos no meio do processo de votação. Eu acho que, para quem está aqui na CPI, poderia assegurar a palavra, porque está aqui, mas tem que votar no Plenário. Aí a gente encerraria a votação, porque não pode funcionar concomitantemente. Apenas quem está aqui na CPI falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acato o encaminhamento de V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, antes de a Senadora Simone falar, eu queria só fazer uma pergunta rapidíssima.

O depoente não detalhou aqui a conversa referida com o Reverendo Amilton. Poderia fazer isso, por favor? O que é que trataram? Quando é que foi exatamente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Especificamente, quem encaminhou o Reverendo Amilton para o senhor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Senador, eu já pedi aqui para ver se ele levanta a agenda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso sobre a agenda. Mas eu estou perguntando o que trataram exatamente nessa conversa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O teor... Eu não me recordo nem de quando foi essa agenda, me recordei do fato agora porque se tornou evidente, se tornou público. A conversa gira em torno, basicamente, do mesmo fato: "Olha, eu tenho a disponibilidade de 'x' doses".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, ele foi oferecer vacina?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Isso. A primeira pergunta: tem a carta de representação? "Não". Reverendo, então não é possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é importante, muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor poderia declinar quem encaminhou o Reverendo Amilton para o senhor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu estou tentando ver se acham a agenda lá...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Faça um esforço. Eu acho que é uma enorme colaboração à CPI, antes de terminar o seu depoimento, quem encaminhou, por favor...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pode contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Dr. Roberto.

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só informando que acatamos o encaminhamento do Senador Marcos Rogério. Então, garantiremos a palavra àqueles que estão presentes aqui.

Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Roberto, eu gostaria de deixar muito claro para o senhor que eu não costumo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senhores e senhoras, por gentileza!

Senadora... Vou garantir o tempo da Senadora Simone.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu quero pedir a atenção dos senhores assessores, senhoras assessoras, senhores colegas. Nós temos uma Senadora na tribuna, inquirindo, questionando.

Para garantir-lhe a palavra, Senadora Simone, por gentileza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Roberto, o senhor está aqui na função de testemunha e, até o final dessa reunião, continuará ainda na função de testemunha, no meu juízo. Não o considero suspeito, até porque, no caso da AstraZeneca, que ao meu ver é o que mais tem envolvimento por denúncias de WhatsApp...

Eu não fiz o dever de casa. Eu não costumo ir para uma prova sem estudar. Como eu não sou membro, eu não tive acesso aos áudios ainda, por mais que tenham sido quebrados os sigilos. Então, vou deixar de lado a AstraZeneca. Eu acho que os meus colegas já o fizeram.

Eu gostaria de me concentrar em relação à Covaxin. E o faço como advogada. Veja, está muito claro aqui que a materialidade já está comprovada. Eu não vejo como o Relator não consiga ou não vá chegar à conclusão em relação a essa compra fraudulenta de vacinas que tentaram comprar da Covaxin, teve conversas em novembro, teve alterações de atos normativos, como o ofício circular, em janeiro, concentrando... E essa é... A sua grande defesa está aí. Eu quero alertá-lo, como advogada, que tem o ofício circular do seu superior dizendo: "Agora, todas as tratativas de comercialização é comigo; conversem comigo e com o gabinete do Ministério da Saúde". Que teve nota de empenho, que teve contrato, por mais que tenha tido a participação do senhor, e é o seu dever de ofício fazê-lo.

Isso tudo mostra claramente, num contrato de 1,6 bilhão, que a Precisa agora está tentando dizer que não tem nada de fraude nessa nota, não é? Jogamos o gato na parede e ele miou. Agora, ele está mandando aqui notas dizendo que não tem nada de fraude nesses documentos da *invoice*, mas o tempo dirá, através de perícia. Isso tudo está comprovando que houve crimes. Crime contra a saúde pública do povo brasileiro. Mas é mais do que isso.

Esta é uma Comissão totalmente independente de quem quer que seja. Essa é uma Comissão independente do Poder Judiciário, do Ministério Público, até este momento, e do próprio Poder Executivo. Seja o que for que o Poder Executivo... Seja o que for que seja prometido aqui, aqui nós temos autonomia para requisitar documentos, requisitar celular, dar voz de prisão quando em flagrante. Se mentir é perjúrio. Há uma série de situações. Então, veja, nós temos autoria. Na materialidade, nós estamos agora chegando perto da autoria.

Para mim começa a ficar claro que quem teria que estar sentado aí não é o senhor. Está muito claro que o senhor estava incomodando alguém. E aí vem a pergunta. O Ministério da Saúde, primeiro, concentrou em janeiro – palavras do senhor... Vai me corrigindo, fique à vontade. Quero deixá-lo muito à vontade, porque para mim, eu vou mirar em outro personagem que não o senhor. Não sei os demais, não sei o Relator.

O Ministério da Saúde concentrou as decisões na figura do Secretário-Executivo Elcio Franco, a partir de 29 de janeiro de 2021, através de um ofício circular. Certo? Portanto, todas as tratativas teriam que passar por ele. Pois bem, no meio desse processo – vai me corrigindo se foi antes ou depois –, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário Elcio exonerou seus principais comandados, colocando no lugar dois militares com que o senhor não tinha – obviamente, natural – um que...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Só...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah sim. Claro!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... uma correção

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Me permita uma correção.

Essa exoneração é...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Anterior.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... anterior.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Perfeito. Muito obrigada. Isso me ajuda bastante.

O senhor, portanto, não tinha liga, como diz no popular: o senhor não conhecia, não podia confiar, não tinha ainda um laço de amizade, então isso, obviamente, no momento de pandemia, numa situação como essa, sempre atrapalha os trabalhos.

Como eu não estava aqui, nós estávamos cumprindo uma missão na CMO, eu pude participar muito pouco desta reunião. Então, me desculpe se eu for perguntando novamente algumas coisas.

O senhor chegou a dizer quem foram as pessoas e que patente que eles tinham aqui – os que foram o nomeados para trabalhar junto com o senhor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhora.

Quando da entrada do General Pazuello, tempos depois, são nomeados o próprio Coronel Blanco, como assessor; o Tenente-Coronel Marcelo Costa – acho que o sobrenome é Costa –, que seria o financeiro; e o Tenente-Coronel Alex, que seria o Coordenador de Logística.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, desculpa, foram três: o Marcelo Costa, financeiro, é isso?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Alex, qual era a função?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Logística.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Logística.

E o Comandante Blanco estava saindo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Coronel Blanco, na minha assessoria.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Ele ficou na sua assessoria?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Então, na realidade, são três?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Tá.

Bom, o Sr. Luis Miranda, funcionário, veio a esta CPI relatar uma série de pressões e uma série de incongruências no contrato. Não foi da cabeça dele, afinal, no Ministério Público Federal – e isso vai indiciar muitas pessoas –, no dia 24 de março, já tem um inquérito civil, que provavelmente vai, posteriormente, se desdobrar num inquérito criminal a respeito.

O Ministro Onyx – ou "onix", eu não sei o nome que ele gosta de ser chamado; acho "ônix" mais bonito, então vamos ficar com Ministro "ônix" – veio a público, no mesmo dia, tentar desmentir ou desacreditar a testemunha que estava aqui, apresentando um documento que ele dizia ser verdadeiro, que eu alego que é falso – e agora a Precisa está aqui tentando se defender, dizendo que é verdadeiro e que não houve fraude. Bom, eu não disse que seria ela, efetivamente. Eu coloquei "suspeito" e continuo colocando. Acho que pode ter sido feito ou dentro do ministério ou pela Precisa – eu repito, novamente, isso para todos que queiram nos ouvir.

Bom, pois bem. O senhor hoje tangenciou o tempo todo a respeito da culpabilidade. Eu entendo a posição do senhor, o senhor foi funcionário muito tempo do Ministério da Saúde. E, toda vez que foi perguntado, falava: "Não, isso é com a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde". Em nenhum momento, falava: "Ah, não; isso é com o Sr. Elcio".

Pois bem. Eu sou, provavelmente, uma das últimas a fazer pergunta ao senhor, então, assim, quero deixá-lo muito à vontade nessa oportunidade que tem antes de, de repente, a Comissão tentar fazer uma acareação, que acho que é o último dos instrumentos – e não sei se é o caso, dependendo da forma como, obviamente, os membros entenderem o procedimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, veja, o senhor perdeu a autonomia no momento mais importante da pandemia e quando precisava ter toda autonomia para assinar um contrato bilionário de compra de vacinas da Covaxin, no valor de R$1,6 bilhão.

A nota de empenho... É uma pergunta bem objetiva, para eu entender: essa nota de empenho, quando chega à mão do senhor, independente dos autos do processo, a que, de repente, o senhor não teve acesso, porque estava tudo concentrado em algum lugar, vem acompanhada com o que para que o senhor possa assinar? Porque a nota de empenho era uma nota de empenho em favor da Precisa. Há uma série de questionamentos neste momento, porque a informação que eu tenho do dia 22 é que não havia, no processo – que eu não sei se o senhor teve conhecimento ou não –, documento que comprovasse a regularidade fiscal da Bharat Biotech e nem documento equivalente ao CNPJ havia sido providenciado naquele momento.

Então, a pergunta é: o senhor teve acesso a todo o processo, para assinar a nota de empenho? O senhor tomou conhecimento disso, apercebeu-se disso, ainda que não tenha sido a sua atribuição, não fosse do seu departamento?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Vou só tentar esclarecer um ponto para a senhora, nesse quesito, quando se empenha para um contratado internacional, tá?

É... De novo... Assim... A negociação nunca nos coube. Cabia, de fato, à Secretaria Executiva. Mas é lógico que...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Quem da Secretaria Executiva?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Secretário-Executivo conduzia...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Quem era o Secretário-Executivo na época?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Secretário Elcio Franco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Como?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Secretário Elcio Franco.

Ficou a cargo do Secretário a condução deste processo. Este processo é instruído e chega para a nossa diretoria... É lógico que eu tenho acesso ao processo, o processo foi instruído. O coordenador financeiro precisa de instrumentos básicos para poder fazer o empenho. Eu, via sistema e, depois, em publicação, ratifico esse ato, ou seja, eu faço. Eu faço o empenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se trata de uma empresa estrangeira, tem duas formas de se fazer: ou cria-se um código que, segundo os técnicos da área, é bem complicado de se fazer, ou adota-se a prática que comumente é feita no ministério: empenha-se em favor da representante nacional – isso não está errado, não tem problema –; registra-se a contratada, que é internacional; e publica-se o empenho. Na hora do pagamento, é sempre o contratado que vai receber, até porque o contrato está em dólar. Nós não firmaríamos o contrato em dólar com a empresa nacional. Então, o empenho é feito... Em que pese o empenho tenha sido feito em favor da empresa Precisa, o pagamento é feito. O câmbio... É contratado o câmbio pré-contratado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso tudo eu conheço, tenho um pouco de noção, dei aula 12 anos de Direito Administrativo, mas eu agradeço, porque, na prática, o senhor está me dando aula também.

O senhor por acaso viu, na hora de assinar nota de empenho, por mais que seja em nome da Precisa, o contrato social em vigor ou o vínculo entre a Bharat e a Precisa? Havia ali, por exemplo, uma procuração da Bharat para os diretores da Precisa, para que pudesse uma nota oficial, um documento oficial do Governo, do Ministério da Saúde, sair em nome da Precisa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, salvo melhor juízo, no processo tem um apontamento que tem que ser juntado, e isso foi juntado.

A regularidade fiscal da Bharat... Na verdade, quando a empresa é internacional é muito complicado, porque os documentos de uma empresa na Índia não vão ser semelhantes aos documentos de uma empresa no Brasil.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas pra isso existe a tradução juramentada dos documentos, não é?

Eu só queria saber exatamente isto, se estava ou não... Eu não estou colocando em dúvida nem... Eu não estou dizendo que o senhor foi negligente em nenhum momento.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, sim, entendi. Eu entendi.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu só quero entender no processo, porque, como eu disse: eu acho que quem tem que estar sentado aí é outra pessoa. Então, eu só quero fazer um vínculo, para entender o seguinte: quando a nota de empenho chegou à sua mão, existia ou uma tradução juramentada sobre o documento, ou uma procuração confirmando: "Pode empenhar em nome da Precisa, porque a Precisa está munida de uma procuração da Bharat Biotech"?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Preciso verificar o processo, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** No contrato de 1,6 bilhão, o senhor não lembra se tinha essa procuração?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Veja bem: neste momento, neste ato para o empenho, a Precisa tinha toda a regularidade fiscal do contrato e não seria possível realizar o empenho. Ela não tinha nenhuma observação sequer no Sicaf. Então, poderia ser feito o empenho em favor dela. Senão, o próprio sistema não permite. Então...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Eu estou perguntando da procuração comprovando o vínculo.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – A procuração é um instrumento específico... Eu preciso consultar o processo. Eu não tenho aqui. Não sei lhe responder esse...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Bom, Sr. Presidente, apenas para deixar claro, porque aqui eu acho que a testemunha está dando informações importantes que precisam ser acostadas no relatório.

Vejam, nós estamos falando de um contrato de 1,6 bilhão. Ele perde grande parte da autonomia que ele tem, ele perde grande parte da autonomia que ele tem desde janeiro, quando começa a aparecer, a chover ofertas de vacinas de tudo quanto é lugar. De repente, ele perde poder, ele perde colaboradores, ele tem que assinar uma nota de empenho de 1,6 bilhão, ele sequer se lembra, porque provavelmente não tinha uma procuração da Bharat Biotech para a Precisa, e ele teve que empenhar o nome dele, que está em jogo, numa nota de empenho onde não tinha confirmação de que a Precisa poderia receber esse dinheiro... Embora a gente saiba que nota de empenho pode ser mudada a toda hora, a gente está cansado de, através de emendas parlamentares, saber como funciona isso, mas é o nome do senhor! Então, a sensação que eu tenho, Sr. Presidente e Sr. Relator, que, na realidade, nós temos é que, infelizmente, se estava querendo tirar um núcleo de poder dentro do Ministério da Saúde – e eu não vou entrar em discussão se havia naquele momento "propinoduto" ou não – e colocar um núcleo... Lamentavelmente, eu vou lamentar muito o que eu vou dizer, mas estavam querendo colocar um núcleo militar para tomar conta desse galinheiro. Está muito claro isso. Tirou poder do Roberto, colocou militar. Quem era o Ministro da Saúde? Era um militar. Quem era o número um do Ministro ou o número dois do ministério? Era um militar. Ele não falou apenas de dois nomes, falou de três nomes militares...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E, pelo visto, Senadora Simone, o número um do Ministro tinha mais poder de mando que o próprio Ministro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Que o próprio Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é apenas no sentido de colaborar mesmo, Sr. Roberto. Repito: nós já temos a materialidade e estamos atrás da autoria. Então, se o senhor quiser falar alguma coisa em relação a isso, em relação a essa nota de empenho, se achou estranho ou não achou estranho, eu acho que é hora de dizer, porque eu acredito que a Covaxin vai ser o grande calcanhar de Aquiles do Governo Federal, pois está gritante que estava tudo errado nesse processo. Tudo errado! Eu não quero que sobre para servidores que já estão, de carreira ou não, há mais tempo no ministério. E a gente sabe, infelizmente, que a corda sempre arrebenta pelo lado mais fraco. Então, se tiver alguma coisa antes de eu fazer uma conclusão aqui, que é uma outra pergunta, eu deixo muito à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor quer fazer uma consideração? Por favor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, quando o processo chega para assinatura, para conclusão, ele tem toda uma análise de uma assessoria, que analisa o parecer jurídico e verifica a possibilidade da assinatura ou não do contrato. Então, assim, o empenho é um ato que precede a assinatura do contrato – eu não posso assinar o contrato sem assinar o empenho. Então, assim, quando da assinatura do contrato, eu tenho uma equipe que analisa o processo e diz: "Olhe, temos condições de assinar o contrato". Então, de novo, eu não tenho a certeza, preciso consultar o processo se já havia sido juntada essa carta de representação ou não a que a senhora se referiu.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Para terminar, Sr. Presidente, nos meus dois minutos que faltam, eu fico aqui pensando: coitada da vã cloroquina nesse processo. Ela era bem pequenininha nesse processo de pensar... Todo mundo pensando quanto havia ali de possível superfaturamento, de compras de laboratórios com remédio comprovadamente ineficaz. E provavelmente tinha, só que, ao lado desse esquema, havia um esquema bilionário bem maior! Há muito mais entre o Governo Federal e essa vacina Covaxin do que supõe a nossa vã não filosofia, mas a vã cloroquina! Há muita coisa a ser desvendada.

A única coisa de que nós já temos certeza aqui, no processo da compra da vacina da Covaxin, é que está aqui explicada também uma das razões do atraso da compra da vacina Pfizer. Citaram ali que havia cláusulas leoninas, colocaram uma lupa em cima dos *e-mails* da Pfizer para sequer falar em nota de empenho, para sequer falar em colocar a Pfizer para conversar com o Ministro Pazuello, com o Secretário-Executivo. Pfizer, repito, é uma vacina considerada comprovadamente e cientificamente... Comprovada e aplicada no mundo inteiro.

"Ah, existem cláusulas leoninas que nós não podemos assinar". As cláusulas da Covaxin eram muito mais draconianas. Ela tinha muito mais vício. Esse contrato não poderia ter sido assinado, Sr. Roberto. A lei... A medida provisória que entrou em vigor em janeiro não previa autorização sanitária indiana como aceita pelo Brasil – ela é de janeiro. A emenda do Deputado Ricardo Barros é de fevereiro e ela não tinha validade no mundo do Direito; e o contrato foi assinado em fevereiro. A lei só passou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existir para nós, para o mundo do Direito, para o processo, para o papel, em março; o contrato foi assinado em fevereiro.

Nós estamos falando de 1,6 bilhão, de uma vacina desconhecida, de uma vacina que o mundo não aplicava e de um contrato que tinha tanto vício, tanta preocupação em proteger que o senhor, que era uma autoridade experiente, foi restringido no seu direito de tomar conhecimento dela. Está ali, foi tudo muito amarrado.

Eu espero sinceramente, para encerrar, Relator, que nós não fiquemos apenas com dois núcleos criados nesse "propinoduto" para levar vantagem, porque já temos um do Ministério da Saúde, um que parece que agora é o núcleo militar, só falta agora a religião entrar nesse processo. Queira Deus que nós não tenhamos aqui que dar esse desgosto para a população brasileira de mostrar que, na compra de vacinas que salvam vidas, tinha nome de pessoas envolvidas que estavam aí não a mando obviamente da igreja ou da religião, mas a mando de interesses próprios, do próprio bolso, à custa de dinheiro que estava faltando para comprar vacina para a população brasileira.

Essas eram as considerações.

Obrigada pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

A propósito, Dr. Roberto, não esqueça – mas só lembrando para o senhor –, não esqueça o nome de quem encaminhou o reverendo com o senhor. Não esqueça, lembre-se. Para nós, é...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, o senhor me permite 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. Eu me lembrei do reverendo porque a Senadora Simone falou.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Só para complementar a Senadora, por óbvio, no momento da assinatura do contrato, nós tínhamos um parecer jurídico da Conjur que pugnava pela viabilidade da assinatura do contrato.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que também precisa ser discutido. A assessoria jurídica... É fundamental saber quem assinou, sabendo que era ilegal a assinatura do contrato. Por isso que eu estou eximindo, não estou dizendo que o senhor tem responsabilidade na assinatura do contrato; a assessoria jurídica não poderia ter dado um parecer favorável, inclusive porque, segundo a assessoria jurídica, essa vacina tinha pelo menos seis matrizes de risco: discutir a temperatura da vacina, a falta de autorização da Índia, a questão do risco, dos efeitos colaterais. Eu não sei se o Sr. Roberto sabe, essa é uma vacina que não poderia ser aplicada pra quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais precisa: acima de 60 anos, menores de 18, grávidas, puérperas e quem tem comorbidade – quem tem comorbidade, jovem ou idoso com diabetes, pressão alta, obesidade, problema de coração não poderiam, quem é, infelizmente, a vítima mortal. Da vacina...

Não dá pra entender, não tem como, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele apenas está indicando um outro suspeito, não é? No caso, agora, quem assinou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que são denúncias... É por isso que eu estou dizendo aqui: eu ainda acredito no senhor como uma mera testemunha, espero estar errada.

Muito obrigada.

Espero estar certa e não, errada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado.

Antes de passar para o Senador Fabiano, quem assinou mesmo pela Consultoria Jurídica?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Tem um parecer jurídico aqui, Senador...

O Consultor Jurídico da época, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem o nome? Ele tem nome?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Dr. Jailor Capelossi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, o senhor pode falar perto do microfone o nome?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Dr. Jailor Capelossi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Jailor Capelossi, Dr. Jailor Capelossi.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Era o Consultor Jurídico à época.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era o Consultor Jurídico da época que assinou. Muito obrigado, Dr. Roberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano Contarato, por gentileza.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de iniciar a minha inquirição, eu queria dar uma contribuição para a Comissão e, aí, com toda humildade, como delegado de polícia.

É uma praxe, quando a gente está investigando, deixar o investigado como uma das últimas pessoas, porque, é óbvio, você tem que coletar provas de natureza objetiva, laudos, provas de natureza subjetiva, monitorar *e-mails,* mensagens, para você ter elementos suficientes na hora de inquirir. Se você inverte isso... Muitas vezes nós passamos a ouvir uma pessoa que vai responder aqui criminalmente, mas sem os elementos suficientes.

Então, fica aqui a minha humilde compreensão, para que esta Comissão tenha mais serenidade no sentido de, primeiro, coletar as provas, como, por exemplo, contrato. Analisa o contrato, verifica a mensagem e, aí, sim, nós teríamos oportunidade de fazer uma inquirição mais forte. Com toda humildade estou fazendo isso.

Os depoimentos dos funcionários do Ministério da Saúde apontam para um incontestável comando do ministério paralelo – isso para mim ficou muito claro aqui – na formulação de políticas públicas de combate à pandemia. Ninguém foi responsável por nada, ninguém. Pazuello disse aqui que não negociou vacinas; secretário-executivo disse que a culpa é dos Governadores; a fiscal que autorizou a redução da entrega de doses disse que não era gestora.

Hoje, o servidor que marca para tomar um chope e encontra, por obra do acaso, um ofertante de 400 milhões de vacinas... Veja bem, um policial militar da ativa que sai de Minas Gerais vai se hospedar na frente do *shopping* em que ele se encontra com o depoente aqui hoje, tudo por obra do acaso. Quatrocentos milhões de doses no restaurante, e também não é competente para negociar vacina! Apesar disso, prontamente agendou um encontro do Sr. Dominguetti no Ministério da Saúde. Quer dizer, mesmo depois de ter esse encontro, teve um agendamento com o Dominguetti no Ministério da Saúde.

Com todo respeito, é um quadro de incompetência e evidente falta de comando, e esse desastroso processo conduziu à morte de 527.016 pessoas, brasileiros e brasileiras, como já foi demonstrado aqui na CPI.

Aqui nós temos diversos indícios de que o Sr. Roberto Dias era verdadeiramente quem mandava no Ministério da Saúde. Para mim não há dúvida: o Sr. Roberto Dias, o senhor depoente que está aqui... Era o senhor que mandava no Ministério da Saúde, era quem mandava. Apesar disso, no depoimento de hoje, o senhor fez questão de se colocar como a Sra. Regina ontem: como mais um burocrata com pouco ou nenhum poder e sem qualquer informação útil sobre os esquemas sob investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aos fatos, porque, contra esses fatos não há argumentos, Sr. Roberto.

O Sr. Roberto Dias foi indicado pelo ex-Deputado Abelardo Lupion, com quem serviu no Governo Estadual do Paraná da esposa do Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo até hoje na Câmara dos Deputados, o mesmo Deputado que fez a emenda para colocar, para autorizar a Covaxin. O Sr. Roberto Dias permaneceu no Ministério da Saúde durante a gestão de nada mais nada menos do que quatro Ministros da Saúde. Vejam a força que o depoente tem, que é quem mandava no Ministério da Saúde.

O Sr. Roberto Dias foi nomeado para uma diretoria da Anvisa, mas, antes de sua sabatina neste Senado, teve sua indicação retirada pelo Presidente. Há notícias de que essa indicação foi retirada por causa de denúncias de irregularidades em contrato no valor de R$133 milhões. Mesmo com os indícios de irregularidade, o Sr. Roberto Dias foi mantido no cargo. Olha o poder que o Sr. Roberto Dias tem!

Depois, temos notícia de que o Ministro Pazuello, atendendo a um pedido do Coronel Elcio, tentou demiti-lo, chegando a preparar despacho para a referida exoneração, mas foi barrado pela Casa Civil, ou seja, nem Pazuello conseguiu retirar o Sr. Roberto Dias do cargo, nem ele. Nem o Ministro de estimação do Presidente da República, que foi mantido no cargo apesar de uma gestão desastrosa à frente do ministério, conseguiu destituir o Sr. Roberto.

O Deputado Luis Miranda, da base governista, portanto, conhecedor do Governo, afirmou – aspas –: "Eu acho assim, nada ali acontece se o Roberto não quiser. Tudo o que aconteceu, inclusive a pressão sobre meu irmão, é sob a aprovação dele. Sem ele, ninguém faz nada. Isso é uma das únicas certezas que eu tenho". Isso é um Deputado da área governista falando que conhece como funciona lá dentro. Isso parecia ser de conhecimento comum, já que mesmo no outro esquema da corrupção, investigado por esta CPI... E aqui eu volto a frisar que o crime de corrupção passiva, previsto no art. 317, que prevê uma pena de reclusão de dois a doze anos, e multa, tem como verbo do tipo "solicitar", não precisa da obtenção da vantagem; o crime é de consumação. O senhor está aqui sendo ouvido, mas há implicação e há probabilidade de uma atribuição de responsabilidade criminal ao senhor. Eu não tenho dúvida, porque a autoria e materialidade pra mim é mais do que claro e mais que evidente por diversos crimes.

Ontem eu elenquei aqui todos os crimes praticados pelo Presidente da República e por todos aqueles que passaram na gestão desastrosa dessa pandemia que, direta ou indiretamente, tenham colaborado, seja como autor, coautor ou partícipe, porque quem, de qualquer forma, concorre para o crime deve responder por esse mesmo crime.

O Sr. Guilherme Odilon disse a Dominguetti, por mensagem de celular – aspas –: "A pessoa que tem a caneta é o Roberto Dias, caso ele tenha interesse, o Ministro acata". Quer dizer, quem manda, efetivamente, é o senhor.

Tendo dito tudo isso, tenho que perguntar, com base nesses fatos: há como esta CPI pensar que o senhor não é responsável ou, no mínimo, estava envolvido nesse esquema, Sr. Roberto? Com base nisso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, o senhor acha que a CPI tem que pensar que o senhor não estava envolvido nisso, o senhor não era responsável?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Senador, escutei a sua explanação sobre a irregularidade no contrato. Acerca do contrato que o senhor colocou, da questão da Anvisa – eu assino diversos contratos –, se existe algum tipo de irregularidade no contrato, não necessariamente eu as cometi. E, neste em particular que o senhor comenta, quem apontou o vício insanável fui eu. Fui eu que fiz isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso a Comissão vai apurar, porque a responsabilidade do senhor, quando o senhor assina, é patente.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Fui eu que fiz isso. O segundo contrato a que o senhor se refere, imagino que seja Covaxin.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O contrato da Covaxin chega pra nós em condições de ser assinado juridicamente. A questão de conveniência, oportunidade, escolha, quantidade, cronograma, isso não é uma atribuição do meu departamento no quesito vacina Covid-19.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas, olha só, qual era o envolvimento do senhor com o Coronel Blanco? Qual o relacionamento com esse senhor? Qual amizade? O senhor tem amizade com ele?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Coronel Blanco entrou na diretoria como meu substituto – perdão, como meu assessor –, na sequência, assumiu como meu substituto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas é porque o senhor hoje aqui falou que, durante o dia, trocou mensagens com o Blanco e teria dito que estaria nesse restaurante.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas como é que se iniciou essa conversa para o senhor falar isso? Com todo respeito, eu queria saber.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nós, estamos... Nós estamos... Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor poderia disponibilizar... Vai disponibilizar o WhatsApp do diálogo do senhor com o Coronel Blanco, por exemplo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Nós estamos em junho. Nós estamos em junho, na boca de julho. Isso foi um evento de fevereiro que não fazia nenhuma recorrência, não era um evento específico...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** São 400 milhões de doses. Era um contrato milionário. Como que o senhor vai cair de paraquedas...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – São 400 milhões de doses.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Com todo respeito, o senhor está caindo de... O senhor está falando que, durante o dia, teve uma conversa com o Coronel Blanco e que ele falou: "Olha, eu vou estar tomando um chope ou jantando lá no restaurante. Coincidentemente ou não, o cabo da PM que fica hospedado na frente do mesmo, do mesmo, do mesmo *shopping...*

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... vai se encontrar, e se encontra, com o senhor, casualmente também, porque já tinha conversado com o Blanco, e o senhor não sabe se ele veio com Blanco ou se não foi com Blanco.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, são 400 milhões de doses... Quando o senhor coloca isso no contexto do meu compromisso, que não tinha nada a ver com isso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Mas, ali, a denúncia é muito grave. A denúncia foi de que o senhor exigiu, solicitou US$1 por cada vacina. O nome disso é corrupção, corrupção passiva.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, qualquer... Mas qualquer um aqui pode vir e acusar qualquer um?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Não, não era isso, nada disso.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu não tenho uma mensagem trocada com esse senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Por favor, ninguém seria leviano a esse ponto. O Código de Processo Penal é claro. O Código de Processo Penal é claro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Senador... Senador Contarato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... porque quando não for possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios da infração, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Então, quando chega um depoente aqui com o compromisso de dizer a verdade e aponta que o senhor solicitou dele US$1 para cada vacina, o senhor está cometendo, em tese, o crime de corrupção passiva. E é para isto que a Comissão está aqui: coletando essas provas de natureza objetiva e subjetiva, vídeo monitoramento do trânsito de veículos nesse *shopping*, ao final, atribuir a responsabilidade. Mas não queira me convencer de que foi um mero acaso o seu diálogo com o Blanco durante o dia e com essa outra pessoa, que o senhor vai para esse *shopping* e aí chega uma pessoa, chega à mesa, faz essa oferta de 400 milhões de doses e que há essa oferta da propina. Então, isso para mim não, não, não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Contarato...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não é crível, não é razoável, não é factível. E o senhor nunca tem responsabilidade de nada. A pessoa vem aqui, autoriza modificar a entrega do fornecimento de vacina: "Não, mas eu autorizei e não fiz aditivo". É um festival de atos irregulares nesse contrato da Covaxin. Isso não tem – não tem – como não ser contestável.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E tem áudio, Senador Contarato, do Dominguetti afirmando dois dias antes – dois dias antes ele diz – que vai se encontrar com o Roberto Dias no *shopping*. É adivinhar demais, não é?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Aqui o senhor... O senhor mencionou aqui que a negociação com a Davati foi uma entre várias frustradas de que o senhor teve notícia. Quais outras negociações foram frustradas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu citei aqui para o Senador Randolfe que estou tentando retomar essa agenda, que é do mesmo reverendo que foi na secretaria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O valor destinado à compra da Covaxin foi empenhado em 22 de fevereiro, R$1,6 bilhão. Esse valor está bloqueado até...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É. Esse valor está bloqueado. Então, há prejuízo. Para quem fala assim: "Ah, o crime de corrupção passiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa da obtenção da vantagem", é mentira, porque o crime é um crime formal ou de mera conduta; basta provar que houve a solicitação.

Então, o departamento de V. Sa. teve participação nessa autorização de empenho?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Sim. Quem empenha sou eu.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Por isso, a responsabilidade é do senhor. Por isso que a responsabilidade é do senhor.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O departamento empenha o orçamento para poder assinar o contrato, Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Todo ônus público, todo múnus público requer responsabilidade. O bem jurídico tutelado aí nos crimes contra a administração pública não é só o patrimônio, é o múnus público, é qual é a percepção do interesse público nesse contexto, daí a responsabilidade do senhor na assinatura desses contratos.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, tem uma declaração do ministro da CGU dizendo que sobre este contrato, sobre este processo, não pesa nenhuma irregularidade. Eu trabalho com as informações que eu tenho no momento. O processo estava em condições de ser empenhado e assinado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O instrumento adequado para apurar isso é a Comissão Parlamentar de Inquérito, que vai coletar provas de natureza objetiva e subjetiva e, ao final, eu espero que seja indiciado o senhor criminalmente por esses crimes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Só para dar uma... Adicionalmente, Contarato, num despacho, a Secretaria de Imunização disse que coube ao Departamento de Logística fazer a tomada de preços, já demonstrado aqui que a oferta foi a US$10 a unidade e poderia diminuir, desde que aumentada a quantidade. Isso foi um relato do Tribunal de Contas e da CGU. E ele falou aqui que foi uma mentira do secretário-executivo, que ele nunca fez essa avaliação de preço e quem a teria feito era exatamente o secretário-executivo. Há outra contradição...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Deixa eu só entender mais uma vez: o senhor estava nesse restaurante e estava com quem mesmo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, deixa eu só... Posso?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Pode.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Posso só pontuar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador Renan, posso fazer um comentário sobre a sua colocação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu dei apenas uma ajuda aqui ao Contarato. Não lhe perguntei mais nada. O senhor...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O que o senhor fez, o apontamento que o senhor fez, é o apontamento final, em que a Secretaria de Vigilância questiona a negociação do preço final da vacina. A negociação da vacina Covid-19 não nos coube e não houve negociação de nenhuma vacina, nem Pfizer, nem Janssen, nem CoronaVac, nenhuma delas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente, esta é a versão do senhor.

Eu só quero saber, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para concluir, Senador Contarato, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por favor, é porque eu fui interrompido. Eu pediria que fosse restabelecido meu tempo, por gentileza.

Eu só queria entender mais uma vez esse encontro. O senhor falou que foi uma casualidade, que manteve contato com o Blanco. Agora o senhor não sabe... Eu pergunto: qual o grau de amizade do senhor com o Blanco?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Blanco é um ex-colega de trabalho...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Então o senhor, num contexto aí que o senhor não sabe, que o senhor vai disponibilizar para a Comissão, esse diálogo no WhatsApp, o senhor falar que iria lá para esse restaurante. Quem estava nesse restaurante? O senhor e?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... e mesmo depois da saída dele do ministério continuamos a manter contato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Quem estava no restaurante com o senhor?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Sr. Ricardo Santana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O Sr. Ricardo e o Sr. Elcio. E o...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O Sr. Ricardo Santana.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está. O Dominguetti chegou, o senhor disse que sozinho ou com o Blanco?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, se não me engano chegaram juntos. Agora, de novo, não era um evento específico, não era um evento aguardado, era um evento de fevereiro. Se chegou junto ou se chegou separado...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Eu queria saber o seguinte: o senhor participou da elaboração da Medida Provisória nº 1.026, que trata da aquisição de vacinas?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor colaborou ou ofereceu qualquer sugestão a Parlamentares durante a sua tramitação no Congresso Nacional?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor conhece o Reverendo Amilton Gomes, fundador e Presidente da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah)?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O reverendo Amilton Gomes...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor conhece.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... é o reverendo que...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso, conhece.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, não conheço. Foi nesse evento aí.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tá. O que o senhor sabe sobre a oferta de vacinas realizada pela Senah ao Ministério da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, conforme eu coloquei, foi noticiado que havia essa reunião na Secretaria de Vigilância em Saúde, e, por força desse evento, para poder traçar um paralelo, eu coloquei que, inclusive, esse mesmo reverendo havia marcado na agência...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O senhor participou de alguma reunião com ele ou teve algum contato com o representante da Senah ou da Davati?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não. O reverendo solicitou uma agenda, que estou verificando lá para o Senador, no Departamento de Logística.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

E qual foi o encaminhamento da oferta de 400 milhões de doses...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não houve...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** ... da Senah, em parceria com a Davati, ao Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não houve o encaminhamento porque não foi feita a amostra, a prova...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

O senhor responde a algum PAD, a algum processo administrativo disciplinar?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Não, não é?

O senhor disse que pediu para ser indicado à Anvisa porque estava cansado da rotina no Ministério da Saúde. Há notícia, no entanto, de que sua indicação foi retirada após denúncia de irregularidades em contratos do Ministério da Saúde. Algum Parlamentar endossou ou apoiou a sua indicação para a Anvisa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não que eu tenha conhecimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Como o senhor foi informado da decisão de retirar seu nome? Quando chegaram, para o senhor falaram "o senhor não vai mais ser"?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Pelo *Diário Oficial*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ninguém mais o comunicou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

Eu já dei todas as chances para V. Sa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, me dê uma chance! Presidente, é só uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não dou agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas é importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não vou dar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mesmo sendo algo relevante para esta CPI?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou lhe dar porque ele vai ser recolhido agora pela Polícia do Senado. Ele está mentindo desde manhã. Dei chances para ele o tempo todo.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pedi "por favor", pedi várias vezes, Senador Randolfe. E tem coisas que não dá para admitir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só uma última questão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os áudios que nós temos do Dominguetti são claros. Eu perguntei para ele...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) – Presidente, pela ordem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É isso que eu quero pedir. Eu quero pedir para V. Exa. colocar os áudios.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito, Sr. Presidente! Perfeito!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É isso que eu quero pedir. Eu peço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Roberto Ferreira Dias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas independe agora, porque ele vai sempre arranjar uma desculpa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Tem algum áudio meu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A V. Sa. eu dei todas as chances. V. Sa. não quis dizer na CPI por que é que foi tirado, por que tentaram tirar o senhor na primeira vez, por que trocaram dois assessores diretos seus. O senhor sempre está se escusando a responder. Aqui a pessoa... O senhor fez um juramento.

Então, estou pedindo: chame a Polícia do Senado.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Presidente, pela ordem! Ele está aqui desde as 10 horas da manhã.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está detido pela Presidência do Senado, pela Presidência da CPI.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Presidente, pela ordem, Excelência!

Ele está aqui desde as 10 horas da manhã, respondendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** E daí? Eu também estou aqui!

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Veio colaborar com esta CPI, prestando todas as informações que ele tem, sem HC...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Ele está sob o compromisso de dizer a verdade. Se ele falta com a verdade...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Ele está dizendo a verdade!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Ele está em estado flagrancial.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Tem alguma informação dele?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** A Constituição Federal é clara.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Tem alguma informação dele?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Ninguém pode ser preso salvo em flagrante delito ou por ordem judicial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não fala a verdade!

Senhora...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Ele está preso em flagrante delito.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Doutora... Doutora...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Tem algum áudio dele? Tem alguma informação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Doutora, o meu ouvido... Parece que as pessoas... Quando se sentam ao meu lado direito aqui, as pessoas se esquecem. Eu ouvi o Coronel Elcio aqui falar um monte de coisas que não são realidade. E está morrendo gente todo dia! Você está me entendendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma acusação séria contra o senhor. O senhor não se limita a dizer...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Mas tem alguma prova, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** "Ah, não era da minha secretaria!" Mas para que você sentou?

Então, várias vezes... Eu apelei. Olha, eu lhe disse: "Você nunca recebeu *e-mail* de ninguém lhe pedindo para resolver algumas coisas?". O senhor disse: "Não. Não".

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu lhe perguntei: "Dr. Roberto Dias, o senhor recebeu um *e-mail* de alguém?". "Não!"

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador, como é que eu vou me lembrar de um *e-mail*, de quem eu recebo, de quando eu recebo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Ah, meu amigo!

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Senador, pela ordem!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Qual o pedido específico?

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Eu gostaria de ver esses *e-mails*. Esses *e-mails* estão disponíveis?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** A sessão está encerrada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Excelência... Excelência...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senador...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Senador, eu gostaria de inquirir a testemunha. Eu estou aguardando aqui. Eu sou a última pessoa a inquirir. Nós temos elementos novos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A senhora vai falar o que for, Senadora Soraya, mas ele está detido. Se a senhora quiser...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Não, Excelência!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (*Fora do microfone*.) **–** Senador, eu vim aqui colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não veio, não.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) **–** Isso é uma ilegalidade sem tamanho! É um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Qual foi a colaboração que o senhor deu? Me diga uma só.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) **–** Ele está desde as dez da manhã colaborando com todas as informações, prestou informações valiosíssimas para esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A senhora quer fazer perguntas ainda, a senhora vai perder tempo, Senadora, mas eu lhe dou, é lógico. Respeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É meu direito, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Presidente, eu acho que era importante, antes da Senadora Soraya, era importante confrontar o depoente com os áudios que acabaram de ser veiculados.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) **–** Pelo menos mostrem os áudios, pelo menos mostrem os *e-mails.* Façam uma acareação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Por gentileza, coloquem os áudios.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) **–** Qual é a prova de que ele está mentindo?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Os áudios...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Só um minutinho, doutora, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Estou cansado de mentiras!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Calma, Senador. Calma, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – A gente está falando de vidas!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esses áudios...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Roberto, esses áudios...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (*Fora do microfone.*) – O áudio é do Dominguetti.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Roberto, esses áudios foram revelados ainda há pouco...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) – Não tem um só áudio dele!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ...foram publicados agora na imprensa. Esses áudios confirmam que o Sr. Dominguetti, momentos antes, confirmou a ocorrência de um encontro com o senhor. Por gentileza.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) – Tem algum áudio com ele?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O que que eu tenho a ver com isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Já mandei, mas a Senadora Soraya quer falar ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Vamos ouvir. (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ninguém está ouvindo nada, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria pedir aqui ao senhor, se for possível, para o senhor fazer um apelo à advogada e ao Sr. Roberto Dias, para que ele, na verdade, possa falar a verdade, possa trazer as informações para esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão e, portanto, evitar essa prisão. Acho que ele tem a oportunidade de fazer isso. Se ele puder conversar, repensar e falar a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, eu não gosto de estar repetindo as coisas. Eu não gosto de estar repetindo, mas essa eu tenho que repetir: jabuti não sobe em árvore, Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu vou ser breve, Senador. Eu vou ser breve...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que uma pessoa vai receber um outro num restaurante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não há dúvida de que ele mentiu o tempo inteiro, Presidente, isso é um fato.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se ele quiser se retratar, de repente ele tem tempo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O apelo é que ele fale a verdade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele tem condições de se retratar agora, antes de encerrada a sessão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu acho que ele pode... Roberto Dias... Presidente, com a sua permissão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Uma chance para ele...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Roberto, o senhor estava numa posição estratégica dentro do Ministério da Saúde, mas o senhor não é um dos grandes figurões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor... Pode, por favor.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De quem é essa voz? De quem é esse áudio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Sr. Roberto...

Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa.

Sr. Roberto, o senhor já foi demitido. O senhor está sendo... Acaba de ser decretado o seu pedido de prisão.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor tem a oportunidade de falar a verdade, Sr. Roberto. O senhor tentou infantilizar esta Comissão.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, isso é um factoide...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Todo mundo sabe que o seu encontro não foi casual, Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu marquei um encontro?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Pelo amor de Deus! Eu estou aqui pedindo...

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Tem alguma prova de que eu marquei um encontro?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu sei que o senhor tem esposa, o senhor tem filhos. Pelo amor de Deus! Contribua com esta Comissão. O senhor está sendo preso. O senhor não está vendo que os integrantes do Governo o jogaram para as cobras?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu estou desde de manhã aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eles o abandonaram. Eles usaram o senhor para desvio de recurso público, para pagamento de propina. Eles não estão nem aí para o senhor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Pela ordem, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** O senhor está defendendo alguém aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... tentando livrar as costas de alguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, eu só gostaria de fazer duas perguntas bem objetivas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus, Sr. Roberto!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só para poder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu só gostaria de saber do senhor, quando o senhor...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Não, espere aí. Desculpa. Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Doutora... Eu estou com a palavra, doutora.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Não, eu quero fazer uma questão pela ordem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu vou respeitar a senhora. E, enquanto ele respira, eu pergunto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por gentileza, Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu estou com a palavra, Senador.

Eu gostaria de saber do senhor quando o senhor conheceu o Ministro Mandetta.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Não responda. (*Fora do microfone.*)

Eu quero fazer uma questão pela ordem. Desculpa, Senadora, eu preciso esclarecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu estou com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço que respeite as prerrogativas da advogada.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) – Eu preciso de um esclarecimento: eu quero saber se ele continua na condição de testemunha ou se ele está na condição de investigado, porque, se ele estiver na condição de investigado, eu vou orientar que ele permaneça em silêncio porque ele não... não pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não é essa a discussão, não.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – É! É!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, a advogada está fazendo uma questão de ordem absolutamente pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é essa a discussão.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – É, sim. É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É, ela está correta. Em relação a isso, ela está correta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) – Não! Eu peço que se esclareça a condição do meu cliente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu pergunto a V. Exa. qual ato foi praticado agora há pouco aqui na CPI?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A decisão... A decisão do Presidente (*Fora do microfone.*) foi uma decisão em função do perjúrio, da mentira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nada a ver com investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Senador, com todo o respeito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Peço a V. Exa. que cancele essa decisão...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) **–** V. Exas. decidiram que ele mentiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** ... que caracteriza abuso de autoridade, que caracteriza uma ilegalidade flagrante. Esta CPI está funcionando em um momento concomitante com o Plenário. Eu já havia advertido aqui que interrompesse os trabalhos da CPI em razão do que está acontecendo no Plenário. O Presidente em exercício, Senador Randolfe, já havia anunciado que assim o faria. E, portanto, neste momento, além de caracterizar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E o tempo fosse respeitado, Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Isso não tem nada a ver uma coisa com a outra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Se o tempo fosse respeitado, nós teríamos tempo de falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** V. Exa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Se o senhor interromper, a gente vai passar o dia inteiro aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Seu argumento não tem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Olha, Senadora Soraya, me parece que V. Exa. está querendo sustentar a ilegalidade aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu tenho a palavra. Estou desde as 9h da manhã esperando para falar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não deixa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Pelo visto, querem sustentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria de falar, depois do senhor, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas tem um ato em curso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas se a gente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem um ato em curso aqui, que é uma ilegalidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se a toda hora alguém for interromper, eu nunca vou falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Marcos, foi concedida a palavra à Senadora Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senadora Soraya.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Senadora Soraya, que é advogada, inclusive, e mulher. Por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se nós... Se todas as interrupções devem dar aí duas, três horas, e aí o restante do Senado não fala. E aí começa a Ordem do Dia. Eu só gostaria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só estou questionando, Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vai estar garantido...

Não, o senhor desculpa, mas também... Ninguém aguenta, gente, isso!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. deu ordem de prisão, Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Vamos ouvir a Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, não há mais questionamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Enquanto o Presidente repensa...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Então, meu cliente não vai responder mais nada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Enquanto o Presidente repensa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, não há mais questionamento!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Marcos Rogério, nós ainda estamos na Comissão, a Senadora Soraya pode extrair as informações do Sr. Roberto...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só vou falar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se houve ordem de prisão, não há.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela pode extrair as informações...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por favor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e, de repente, a Mesa pode até rever. Deixe ela concluir o questionamento dela.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Calma aí, doutora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o fato de o depoente estar aqui é porque houve uma acusação contra ele. Ponto. Eu tentei várias vezes aqui, pedindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para ele contribuir. Ele, o tempo todo, saindo pela tangente, nunca... A única vacina que ele tratou foi a com o Dominguetti. Ele admite que foi ver a quantidade, porque era da logística. Ele foi demitido, foi exonerado pelo Governo Federal, com suspeita de ter pedido US$1 por vacina; ou, se não, V. Exa., que defende o Governo, deve pedir para o Presidente renomeá-lo. Se ele é um cara santo, inocente, por que ele foi exonerado?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente, V. Exa...

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O primeiro ponto é esse, Senador. O primeiro ponto é esse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sabe do respeito que tenho por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. está errando, Presidente. Não faça isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não faça isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, se eu estiver cometendo alguma arbitrariedade, ele tem o direito de entrar com uma ação contra mim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não é isso, Presidente. V. Exa. está faltando com o respeito com o depoente e com os Senadores desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está faltando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas qual é o desrespeito?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. teve situações aqui de flagrante falso testemunho, que é o único flagrante que justifica a prisão em flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E tu achas que ele está falando a verdade?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, eu posso terminar de inquirir a testemunha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, a Senadora Soraya já foi interrompida...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Enquanto isso, o senhor pensa, o senhor raciocina.

Gostaria de saber do senhor, muito objetivamente: o senhor entrou em janeiro de 2019. O senhor já conhecia o Ministro Mandetta?

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) – Senadora, com todo o respeito, a senhora pode finalizar seus questionamentos, mas ele não vai responder.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom, a segunda pergunta. Eu gostaria de saber se após o Ministro Pazuello ter exonerado, determinado a exoneração da sua equipe, se as pessoas que ele nomeou continuam hoje na gestão do Ministro Queiroga. Pergunta número dois.

Pergunta número três. Eu não vou fazer todas as perguntas que eu tinha. O senhor disse que desconfia que Dominguetti foi plantado por alguém para que o senhor perdesse o cargo. Por quem foi plantado?

E por fim: a assinatura... Quem assinou o contrato da Covaxin foi o senhor. O senhor é o ordenador de despesas. O senhor disse que não participou na fase pré-contratual e nem na pós-contratual, mas é o senhor quem assina. O senhor é o ordenador de despesas.

Gostaria, Sr. Roberto, que o senhor nos respondesse isso e que o senhor repense, respire aí.

Presidente, eu peço que o senhor dê o tempo necessário para que a advogada converse com ele, de repente em separado, para que ele tenha o direito do contraditório e da ampla defesa, que todos têm, e que a gente consiga terminar com esse problema...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, vocês vão falar dez horas aí e eu não vou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E eu vou devolver a minha palavra para V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu lhe pergunto, neste momento, qual é o fato e qual é o fundamento da prisão que V. Exa. determinou ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Perjúrio, desde o início.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual o fato?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vários! Vários!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Não, Presidente! Não, não, Presidente! Para, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vários! Dizer que não tinha conhecimento que ia se encontrar com o Dominguetti.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcar uma audiência relâmpago...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem que ter um fato, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Roberto, quem, na Covaxin, que poderia te trazer, que tinha o poder...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um fato determinado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com quem o Ministério Público negociava na Covaxin? Quem é exatamente a pessoa, no Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Não entendi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com quem o Ministério da Saúde negociava na Covaxin? Qual é a pessoa responsável pelo contrato?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para depor.) – Senadora, o Ministério da Saúde, nas vacinas de Covid-19, todas as negociações foram conduzidas pelo Secretário-Executivo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual é o nome do Secretário?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Todas. Todas as vacinas de Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual é esse Secretário-Executivo?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Secretário Elcio Franco.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Elcio Franco. Tudo era negociado por Elcio Franco?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – No que tange à vacina Covid-19, sim, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sempre. Aí, ele faz a tratativa, mas é o senhor quem assina o contrato? É isso? Só para a gente conseguir compreender.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Eu sou responsável pela assinatura de todos os contratos do componente centralizado do Ministério da Saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Está. Compreendo.

Quem é, quem é considerado o agente público ordenador desta despesa?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – O ordenador da despesa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O ordenador da despesa.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – ... sou eu, mas eu não sou o responsável pela escolha da empresa, pela escolha do produto, pela escolha do preço. Isso não me cabe.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Está. O senhor pode nos informar quem foi, quem foi que combinou o evento, o chope, naquele fatídico dia 26, com o senhor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** No dia 25? (*Pausa.*)

Quem foi?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Responda, Sr. Roberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não vai responder?

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Senadora, a minha advogada está orientando a não mais responder. A todas essas perguntas eu já respondi.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Quem marcou o encontro?

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Só isso. Quem marcou o encontro com o senhor?

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) **–** Senadora, ele vai responder se ele for... Se for relatada a prisão dele, ele vai responder, porque ele não vai responder sob coação!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor atribui...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Sr. Presidente.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) **–** Isso é coação, porque ele não está respondendo o que querem que ele responda!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Sr. Presidente, quando for possível uma questão de ordem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Calma. Ele não está sendo coagido.

A SRA. MARIA JAMILE JOSÉ (Para expor.) **–** Ele não respondeu o que querem que ele responda! É por isso que foi decretada prisão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Doutora, só um segundo, por favor, para apresentar uma questão de ordem, com todo o respeito ao seu trabalho. Tenho certeza de que a senhora está se esforçando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Sr. Presidente, qual a validade desta sessão, nesse momento, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu... O senhor sabe perfeitamente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós estamos no meio de deliberação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor sabe perfeitamente que em mais de oportunidade eu sugeri a prisão em flagrante aqui, pelo crime de falso testemunho. E acabou não sendo decretado, por uma decisão que é de V. Exa., é exclusiva de V. Exa.

No caso específico, novamente nós sabemos, todos nós sabemos que o depoente está mentindo, está ocultando fatos. Mas em respeito aos precedentes que V. Exa. estabeleceu, para que não reste nenhum tipo de dúvida de que porque esse cidadão aí é um funcionário de nível hierárquico mais baixo, já foi exonerado, já foi demitido, e a gente vai dar a prisão para ele, e a gente não botou um general que estava mentindo na cadeia. A gente não botou o Wajngarten mentindo, na cadeia. Então, eu peço a V. Exa., com todo respeito, que avalie a reconsideração da decisão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O general não foi, porque ele chegou aqui com um mandado de segurança que dava o direito de ele ficar calado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? É diferente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tinha como fazê-lo.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente Omar,...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu estou aqui há muito tempo para falar. Sr. Presidente! Sr. Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... vamos fazer uma acareação, Sr. Presidente. É fundamental fazer uma acareação entre o Secretário-Executivo e o Dr. Roberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aí nós saberemos quem está mentindo, quem não está, e quem tem que sair algemado desta Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu faço um apelo ao Presidente. Vamos fazer uma acareação imediata com o Secretário-Executivo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Secretário-Executivo tem que estar aqui neste banco, e aí nós poderemos estar vendo quem é efetivamente que tem que sair preso daqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ordem ilegal não se cumpre, Presidente! É isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Omar!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas não tem como fazer agora, Senadora.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, não é o primeiro que mentiu aqui. O Pazuello mentiu, o Wajngarten mentiu. Todos os que passaram aqui mentiram. Foi uma corporação de mentirosos. Então, tem que prender todos os mentirosos, não só o Roberto Dias. Eu concordo plenamente com a posição aqui do Alessandro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma hora ia chegar a hora de interromper esse processo...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – ... esse dia ia chegar. Chegou! Chegou!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos fazer uma acareação, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu não vou fazer acareação com dois mentirosos, porque um vai mentir para o outro aqui. E não dá. Eles têm que fazer acareação...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... existe um mata-burro aqui, Sr. Presidente. Nós saberemos apurar quem deve sair preso desta Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, se for possível, Presidente, remeta a sua decisão para o Plenário decidir. Tenha esse gesto aí e remeta para o Plenário decidir. O Plenário é soberano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, Senador Otto, essa uma decisão, essa é uma decisão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O Plenário não tem poder de polícia!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Renan, não é assim também, não, Renan!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem tem poder de polícia pela investigação é o Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Renan, não é esse radicalismo todo que vai resolver...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há poder de polícia. É ilegal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... boa relação da CPI, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Decisão ilegal não se cumpre.

Nós estamos numa sessão absolutamente ilegal, que já deveria ter sido encerrada no início da Ordem do Dia.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não há que se falar em decisão ilegal. A Constituição é clara: ninguém pode ser preso, salvo em flagrante delito. Se ele fez o compromisso de dizer a verdade, e faltou com a verdade, impõe-se a prisão em flagrante.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Mas não é o primeiro que está mentindo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim, mas o erro é da Comissão que não prendeu todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Pazuello mentiu, o Elcio mentiu, o Wajngarten mentiu. Todo mundo mentiu aqui nesta Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Primeiro é que nós estamos aqui há 32 sessões, se eu não estou engando, desta CPI e, em quase todas as oitivas, em quase todos os depoimentos, nós fomos submetidos a rajadas permanentes de mentiras.

E hoje creio que esgotou a paciência, porque nós estamos diante de uma pessoa que aqui disse que as responsabilidades eram da Secretaria Executiva. Ele é Diretor do Departamento de Logística da Secretaria Executiva. Ele passou o tempo todo fazendo diversionismo, mentindo para a CPI.

Eu acho que chegou a hora de a CPI tomar uma posição definitiva, senão a gente não vai conseguir garantir que as pessoas que se dispõem, fazem juramento de falar a verdade falem a verdade nesta CPI.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com todo respeito, a prisão em flagrante em crime de ação penal pública incondicionada não é uma faculdade; é uma obrigatoriedade. A Constituição é clara: ninguém pode ser preso, salvo em flagrante em delito ou por ordem judicial. Se o depoente esteve aqui, prestou o compromisso de dizer a verdade, e ele faltou com a verdade, está evidenciado o flagrante, que vem do latim *flagrans*, que quer dizer "corpo em chama". Impõe-se a prisão em flagrante. Não é uma faculdade; é uma obrigatoriedade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pelo que nós estamos vendo aqui, todos mentiram, menos o Dominguetti e menos o Luis Miranda. Esses não mentiram, segundo a CPI do circo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O erro foi de quem estava conduzindo não ter dado voz de prisão a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É esse... É o que o Brasil está vendo hoje aqui. É a isso que o Brasil está assistindo – a maior testemunha.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, queria fazer aqui mais do que uma questão de ordem; fazer um testemunho do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito sob a Presidência de V. Exa.

V. Exa., ao longo de todos os depoimentos, sempre buscou criar um clima de equilíbrio, de compreensão, procurando ouvir as partes que aqui se pronunciam a favor ou contra as ações que foram desenvolvidas pelo Governo Federal no âmbito da pandemia. E V. Exa. tem se mantido firme no sentido de oferecer as garantias a todos os depoentes, sem nenhuma quebra dos direitos que estão assegurados na Constituição Federal.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito é acompanhada não só pelo Congresso Nacional, mas por toda a sociedade brasileira. Parece-me que a melhor decisão é essa proposta pelo Senador Alessandro Vieira, respaldada e apoiada pelo Senador Otto Alencar, no sentido de a gente concluir esta reunião, que já estava inclusive suspensa, em função do início da Ordem do Dia, e encerrarmos o depoimento do Sr. Roberto Dias, que já foi aqui exaustivamente sabatinado sobre os diversos aspectos dos fatos que determinaram a sua convocação a esta CPI.

Portanto, quero lhe fazer um apelo, para que V. Exa. mantenha essa posição de equilíbrio e de respeito aos direitos e às garantias individuais assegurados pela Constituição Federal do Brasil. É muito importante que esses direitos sejam observados, e V. Exa. tem sido muito diligente. Apesar das pressões, apesar das paixões, V. Exa. nunca se afastou dessa posição de equilíbrio. Portanto, dirijo-me para pedir essa reflexão da sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, tenho tido respeito por todos os colegas Senadores, e tenho sido desrespeitado aqui como Presidente da CPI, ouvindo historinhas, versãozinha, as pessoas se preparam, e outras coisas mais.

Não aceito que a CPI vire chacota! Nós temos 527 mil mortos – mil mortos! E os caras brincando de negociar vacina! Por que ele não teve esse empenho pra comprar a Pfizer, que era de responsabilidade dele naquela época? Por quê? Ele está preso por mentir, por perjúrio. E, se eu estiver tendo abuso de autoridade, que a advogada dele ou qualquer outro Senador me processe, mas ele vai estar detido agora pelo Brasil, porque nós estamos aqui pelo Brasil, pelos que morreram, pelas vítimas hoje sequeladas! Nós não estamos aqui pra brincar, não, de ouvir historinha de servidor que pediu propina! Isso que está acontecendo não vai acontecer mais!

E todo depoente que estiver aqui que achar que pode brincar terá o mesmo destino dele. Ele que recorra na Justiça, mas ele está preso e a reunião está encerrada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e doze minutos do dia oito de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Izalci Lucas, Soraya Thronicke e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia e Daniella Ribeiro. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento Francieli Fantinato. Oitiva da Francieli Fantinato, em atendimento ao requerimento 790/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Francieli Fontana, Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

Eu quero passar a palavra ao Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito obrigado por me dar a palavra.

Acho que todos aqui me conhecem. Eu não sou de falar muito, principalmente de falar, meu querido Renan Calheiros, de modo açodado, mas eu gostaria muito de ter a oportunidade de fazer um registro muito importante.

Eu penso, Sr. Presidente, que há muitas questões que nos separam, e isso é legítimo. Há muitas divergências que marcam os pontos em que um de nós se encontra no atual cenário político, pessoas de oposição, pessoas que apoiam o Governo, os independentes. Felizmente, existem também muitas questões, Presidente Omar, que nos aproximam, que nos identificam, que são comuns a todos nós. Uma delas é o respeito mínimo sobre um valor fundamental a qualquer sociedade, que é o valor da verdade, sobretudo a verdade crítica que se pode fazer ao outro.

Muitos aqui, notadamente os que se colocam em oposição ao Governo, se dizem, em determinados momentos, pressionados de certa forma, em posição de desconforto, acuados, bombardeados pelas chamadas *fake news*, e nós vemos isso, pelas tentativas de desacreditar os que falam, os que pensam diferentemente do Governo, o que ocorreria por meio de tentativa, principalmente, Senador Omar, de destruição de reputações.

Muitos dos que estão em oposição ao Governo julgam que tais tentativas de destruição de reputação só ocorrem com eles, contudo, eu devo dizer que se paga um preço muito alto também por ser aliado do Governo, dizem alguns por ser negacionista, dizem outros porque muitos governos acertam e erram também.

Em futuro muito breve, Sr. Presidente, todos ficaremos sabendo que os governos de todos os países acertaram e erraram, alguns em maior ou menor escala. Veremos ainda que, no Brasil, houve prefeituras que acertaram mais e prefeituras que acertaram menos, Estados que acertaram mais e Estados que acertaram menos. Nós vamos perceber ainda que o Governo Federal teve inúmeros acertos, mas também teve erros, como todos nós, até aqui, no próprio Parlamento. Nós erramos, mas acertamos muito mais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que erramos no meu ponto de vista. Veremos que, no conjunto das nações pelo mundo, muitas erraram muito mais que o Brasil. E vamos ver também que outros países acertaram muito mais do que nós, no Brasil, mas erraram em questões nas quais o nosso País acertou mais.

Essa visão de compreender, às vezes, que governos considerados muito bons erram muito, que governos considerados ruins são capazes de acertar e ainda que governos considerados ruins podem ter uma visão, eu diria, mais tolerante com a capacidade humana de acertar ou de errar, essa visão é também alvo de ameaças constantes, de tentativas de destruição de reputação e de ataques. Eu mesmo posso dar aqui o testemunho pessoal de tentativas de construção de narrativas de ficção, de acusações falsas, de roteiros abjetos criados com o único projeto de tentar intimidar, seja quem está em apoio ao Governo, seja quem se coloca em oposição.

Neste ponto, Sr. Presidente, espero que todos nós estejamos unidos. Nós não seremos intimidados em razão das ideias que defendemos, nós não seremos intimidados por mentiras, calúnias. Nós não podemos ser intimidados por nenhum tipo de notícia falsa ou por qualquer tipo de baixaria. Nisso eu tenho certeza de que todos nós aqui, estejamos no campo que estivermos, Senador Renan... Oposição, situação ou independentes, eu espero que todos nós estejamos juntos. Estou certo de que todos nós cumpriremos aqui o nosso dever, conforme as nossas convicções, dentro do que prescreve principalmente a Constituição, com base na constitucionalidade, com, principalmente, destemor. Aqueles que imaginam que podem intimidar com calúnias, mentiras e falsidades devem ter uma certeza: estão perdendo tempo, porque nós travaremos aqui o bom combate, o de ideias, o combate democrático, o combate de convicções, mas não o da baixaria nem o da difamação.

Eu devo afirmar aqui, para que não reste dúvida, doa a quem doer, Sr. Presidente, para finalizar, que nós iremos atrás de um bem muito precioso do trabalho legislativo, principalmente numa CPI, que é a busca da verdade. É a verdade que deve nos mover a todos nós, Sr. Presidente.

Feito esse registro, Sr. Presidente, eu gostaria de levantar uma questão de ordem.

Sr. Presidente, aqui poucas vezes... Eu já participei, não tanto quanto o Senador Renan Calheiros, que tem uma história mais antiga no Parlamento, de diversas CPIs, e uma CPI, poucas vezes – acho que nem uma vez –, foi tão vista como esta pelo nosso País, principalmente pelo momento que nós vivemos.

A minha questão de ordem, Sr. Presidente é porque nós estamos convocando, Senador Renan Calheiros, diversas pessoas que estão vindo aqui como testemunhas, mas que, na verdade, são investigadas, porque elas tiveram seus sigilos quebrados, os sigilos dos *e-mails* quebrados. E essas pessoas, Senador Renan Calheiros, por diversas decisões do Supremo Tribunal Federal, não podem ser tratadas como foi tratado o depoente de ontem.

Eu não quero entrar no mérito. Eu não conhecia aquele senhor, mas aqui ele veio como testemunha, Presidente Omar, e, na verdade, ele era investigado. Infelizmente, a testemunha – ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

felizmente – tem todo o direito de não proferir nenhum tipo de declaração, Senador Alessandro – o senhor é um homem da lei –, de não criar nenhum tipo de declaração que possa incriminá-la se ela for investigada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Ciro, o senhor me permite um pequeno aparte?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Permito.

O Sr. Alessandro Vieira (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para apartear.) – O senhor tem razão. Na condição de investigado, ele pode exercer o direito de permanecer em silêncio e não se incriminar, mas é importante registrar que ele abriu mão desse direito. Ele estava acompanhado por advogada, uma excelente advogada, e ele abriu mão e assumiu um compromisso perante esta Comissão...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas não pode...

O Sr. Alessandro Vieira (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e a lei de falar a verdade.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O que eu estou falando é que nós não podemos convidar testemunhas... Eu não estou querendo olhar pra trás, vou olhar pra frente, vamos olhar pra frente. Nós não podemos convocar testemunhas, Senador Omar, eu faço esse apelo, que sejam já investigadas, ou, então, vamos convocá-las como investigadas, porque nós vamos, sem dúvida nenhuma, ferir um preceito constitucional. E eu espero que isso, didaticamente... Eu quero olhar pra frente, porque esta CPI vai deixar um legado, e eu espero que seja um legado positivo pra sociedade.

Então, essa é a minha questão de ordem.

Eu espero que isso não ocorra com as próximas, porque fatalmente isso vai inviabilizar qualquer tentativa de aferir a verdade, porque as pessoas vão vir aqui constrangidas e não vão querer depor mais, as testemunhas, senão irá acontecer o que aconteceu ontem, as pessoas virão ser intimidadas.

Olhem os editoriais dos jornais, as notas dos jornais. Isso ficou muito ruim para a nossa CPI. Eu espero que isso não ocorra com os próximos convocados como testemunhas aqui para a nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na mesma linha mencionada aqui pelo Senador Ciro Nogueira, eu queria fazer algumas ponderações que reputo importantes. E acho que, dessas considerações, dependerá o ambiente de trabalho nesta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos fases no processo, e esta fase em que a CPI está agora é a fase da apuração dos fatos, da busca das evidências, das provas. A fase valorativa ainda vai chegar, o julgamento do conjunto probatório acontece em momento próprio.

O que nós temos observado aqui é, de maneira repetida, julgadores da verdade, juízes da verdade, que presumem como verdade acusações contra o outro, embora contra si sempre invoquem a presunção de inocência. A régua que mede o outro deve medir cada um de nós. Nós não podemos ter duas réguas, duas medidas. Disse ontem aqui que temos, todos, que trabalhar dentro de uma lógica, a lógica constitucional da presunção de inocência, apurando a verdade, buscando os fatos, mas sem fazer afirmações categóricas, com prejulgamentos que não servem ao propósito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quem já sofreu constrangimento ilegal, prisões abusivas, sabe o quanto isso dói em si e nos seus. Quem vem depor nesta CPI obviamente já vem dentro de um ambiente de absoluta pressão, ninguém vem aqui num ambiente de normalidade. CPI é ambiente de pressão, talvez até maior do que o ambiente de uma delegacia de polícia, de um Ministério Público ou de um tribunal, porque aqui você tem uma exposição exacerbada. Aqui você não tem só questionadores; aqui você tem pessoas que têm posições políticas, você tem pessoas que têm visões e, no embate, isso acaba se exacerbando, de lado a lado. Então, é um ambiente pesado.

Então, é importante delimitar a condição em que o depoente comparece à CPI, se é testemunha ou se é investigado. É importante deixar claro que não é possível trazer à CPI depoente como testemunha e, no curso da oitiva, transformar esse tratamento como investigado. Deve-se deixar claro, desde o início do depoimento, se está na condição de testemunha ou na condição de investigado, porque isso tem implicações.

O depoente que aqui esteve ontem teve, na semana passada, o sigilo quebrado. A quebra de sigilo é um ato investigativo, é um ato de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para concluir, Sr. Senador, já foram ultrapassados os três minutos que nós estipulamos. O senhor será o último a falar, e eu vou chamar a depoente, que já está aí há bastante tempo. Por favor, para concluir, Sr. Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O fato de estar com o sigilo quebrado coloca qualquer depoente na condição de investigado, e, aí, a jurisprudência pacífica dos tribunais superiores é em sentido absolutamente inverso ao que aconteceu aqui no dia de ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu finalizo dizendo que o fato de ter advogado ao lado do depoente não permite a ele, não obriga a ele a abrir mão de garantias constitucionais. Então, na minha opinião, a partir do que aconteceu ontem, nós vamos ter um festival de *habeas corpus.* E, mesmo sem *habeas corpus*, caberá aos advogados avaliar a situação e orientar os seus clientes a permanecerem em silêncio diante de uma CPI que não respeita as regras do processo, as regras constitucionais. E isso vem, Presidente, lamentavelmente, em prejuízo à CPI, porque a minha defesa é que sempre falem, mas, para falar, é preciso que as regras constitucionais sejam garantidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Eu quero pedir para que seja acompanhada a depoente Francieli Fontana Fantinato para a gente começar o depoimento, porque às 16h irá começar a Ordem do Dia e, começando a Ordem do Dia, eu vou encerrar a sessão. Por isso é que eu vou ser bastante rigoroso no tempo, para que o maior número de Senadores possa falar hoje. Ontem o Presidente Rodrigo Pacheco permitiu que a gente continuasse, mas eu não farei isso hoje até para que a gente não descumpra o Regimento, como foi colocado ontem pelo Senador Marcos Rogério. Então, quando começar a Ordem do Dia, todos os colegas Senadores já estão avisados que nós iremos encerrar imediatamente. (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Posso falar, Sr. Presidente?

Eu quero apenas discordar aqui do teor das colocações que foram apresentadas pelo Senador Marcos Rogério.

Esta CPI, desde o primeiro momento, tem encontrado uma profunda resistência daqueles que são aliados do Governo. A mim me parece muito claro que não há interesse de que as coisas se aprofundem e, na medida em que nós terminamos avançando por um caminho que não esperávamos que fôssemos encontrar, o da possibilidade de, além de todos os equívocos que foram cometidos, ainda existirem casos de corrupção, essa inquietude do Governo e dos seus aliados aumentou profundamente.

Eu não tenho visto aqui nesta CPI o desrespeito a direitos. Aqui esteve um cidadão que passou um dia inteiro dizendo que não ia responder – não respondeu nem qual era a religião dele! –, e a CPI o tratou da forma mais digna possível. Portanto, não cabe, na minha avaliação, esse tipo de observação.

O Presidente da CPI já tinha dito, por mais de uma vez, que iríamos chegar a uma situação limite em que o perjúrio se transformava em uma afronta à própria CPI, e nesse sentido é que eu entendo a decisão que foi tomada e que teve a nossa solidariedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não fomos nós, Senador Humberto, que não deixamos apurar a roubalheira do Consórcio Nordeste, viu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria trazer aqui os meus cumprimentos ao senhor, cumprimentá-lo pela sessão de ontem e lembrar, na linha do que o Senador Humberto coloca, que, desde o primeiro momento nesta CPI, V. Exa. tem sido uma pessoa ponderada. Lá atrás, eu mesma me manifestei algumas vezes, porque a gente via aqui claramente alguns depoentes mentindo, com provas aqui, de forma muito clara, e o senhor, na verdade, foi muito tolerante, não é?

Esta CPI, como já foi dito aqui, está sendo acompanhada pelo Brasil inteiro. Então, o depoente, quando ele chega aqui, já viu os depoimentos anteriores. A atitude de V. Exa. ontem, para além da legitimidade, porque nós estamos aqui investidos de poderes da autoridade judicial, também teve um efeito pedagógico, porque as pessoas entenderão que na CPI têm que falar a verdade na condição de testemunha; e, em não falando a verdade, estão passíveis do que está dentro do Código de Processo Penal, ou seja, mentir aqui é passível, sim, de crime, é passível, sim, de prisão. V. Exa. agiu dentro da legalidade no meu entendimento.

E quero finalizar, Presidente, mais uma vez destacando aqui a desnecessária ação ontem das Forças Armadas, que, aliás, hoje, mais uma vez reafirmam. No meu entendimento, isso elevou de forma exagerada o tom, e não pode elevar, porque nós não podemos jamais ser complacentes com a corrupção. Existem problemas em todos os Poderes do Brasil, em todos os espaços, em todas as instituições.

E V. Exa., ontem, teve a condução corrigida pelo colega Marcos do Val, admitiu a correção dele, fez a ponderação e deixou claro que a sua fala não era na plenitude das Forças Armadas, mas, sim, em relação a um militar e, mesmo assim, nós tivemos ontem aquela nota, reafirmada hoje pela manhã.

Mas quero dizer ao senhor, Presidente, que o senhor não pode prevaricar. O senhor é Presidente desta Comissão, o senhor não pode ser tolerante com corrupção, o senhor não pode ser tolerante com qualquer ato de ilegalidade, sob pena também de estar cometendo outro crime. Portanto, tenha de nós a nossa compreensão e, eu pessoalmente, o nosso apoio.

E lembrando, só para finalizar, Presidente, que nunca na história desde a redemocratização nós vimos uma politização tão intensa dentro das Forças Armadas. Isso é muito ruim, isso, de fato, é muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que possamos ter a tranquilidade, que possamos ter a coerência, mas que possamos ter a firmeza da condução dos trabalhos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso é Estado democrático de direito, isso não pode ser burlado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, vamos começar, pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou começar....

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só uma comunicação breve. Só para informá-lo de que, a partir de hoje, eu estou na titularidade da Comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

Eu quero aqui...

Quanto à depoente Francieli Fontana Fantinato, a Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Roberto Barroso, em medida cautelar no Habeas Corpus 203.801:

> [...] defiro a medida liminar, em parte, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito conceda à paciente o tratamento próprio à condição de investigado, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha, bem assim para que o dispense de responder sobre fatos que impliquem autoincriminação e, ainda, para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do uso da titularidade do privilégio contra a autoincriminação. Fica assegurado à paciente o direito de assistência por advogado e de, com este, manter comunicação reservada durante o respectivo depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. Sa. está amparada por um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal e, por essa razão, não é obrigada a prestar termo de compromisso de dizer a verdade. No entanto, V. Sa. pode, se assim desejar, prestar esse compromisso.

V. Sa. quer esse compromisso? (*Pausa.*)

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (*Fora do microfone.*) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

Eu passarei a palavra para a senhora por 15 minutos.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Bom dia, Presidente, Vice-Presidente, Sras. e Srs. Senadores e todos que estão nos acompanhando pela mídia.

A Covid-19 mudou a vida no mundo e em nosso País de forma dramática. Desde dezembro de 2019, o mundo se vê diante de um grande colapso sanitário. Atingimos a triste marca de mais de 520 mil mortos no Brasil, desde o primeiro caso confirmado da doença, em fevereiro de 2020. A todas as famílias brasileiras que perderam entes queridos a minha solidariedade e o meu compromisso como servidora pública e cidadã brasileira de minimizar os impactos da doença no País.

Prezados e prezadas, me formei em Enfermagem no ano de 2003, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, no Estado do Paraná. Sou enfermeira e, como tal, parabenizo o trabalho de todos os auxiliares, técnicos, enfermeiros e também de todos os profissionais de saúde do nosso País, que vêm, desde o início, trabalhando nas ações de enfrentamento à Covid-19, abdicando de suas famílias e não medindo esforços para trazer conforto à população brasileira.

Sou especialista em Estratégia Saúde da Família, desde o ano de 2005, e epidemiologista pelo EpiSUS, com formação entre 2014 e 2006. O EpiSUS é um programa de excelência do Ministério da Saúde que segue os pressupostos do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos e forma recursos humanos para a saúde pública brasileira. O treinamento exige dedicação exclusiva do treinando, que deve estar disponível para atuar em qualquer região do Território nacional, todos os dias da semana, a qualquer hora do dia – o famoso 24 por 7, conhecido por todos aqueles que já passaram pelo programa. Foram 3,6 mil horas de treinamento, e este, após uma abordagem teórica, é fundamentado na aplicação do método científico.

Sou mestre em Medicina Tropical, com formação entre 2018 e 2020, com área de concentração em epidemiologia pela Universidade de Brasília. Eu fiz trabalhos técnicos importantes para a saúde pública brasileira, em todas as unidades federadas do País. Dentre eles, investiguei surto de febre amarela e também de eventos adversos pós-vacinação de febre amarela, de síndrome respiratória aguda em indígenas, de síndrome exantemática e de doença meningocócica. Investiguei a anafilaxia possivelmente relacionada à vacina, sarampo, caxumba e rubéola, um estudo descritivo que envolveu todo o Brasil. E um estudo de caso-controle no Estado de Santa Catarina. Esse último, mostrou na prática o quanto é grandioso e importante o trabalho de campo, com base em ciência, em processos metodológicos que geram uma orientação concreta que salva vidas.

Participei das investigações de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência do vírus zika e da microcefalia, em diversos Estados do País. Um deles, em parceria com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos, comprovou a relação causal entre a infecção congênita por zika e a microcefalia.

Durante a minha trajetória, recebi três prêmios, entre 2015 e 2017, sendo dois pelo EpiSUS, relacionado a investigações de campo e avaliação dos sistemas de vigilância em saúde; este último sobre a vigilância de eventos adversos pós-vacinação. O terceiro prêmio foi o Prêmio Adolfo Lutz e Vital Brazil, apresentado na Expoepi, que é uma amostra nacional de experiências bem-sucedidas em epidemiologia.

Em 2018, eu recebi uma carta-convite do Instituto Sabin de Vacina dos Estados Unidos para que eu fosse até o instituto a fim de revisar o protocolo de avaliação da efetividade da vacina da dengue. Um estudo realizado no Estado do Paraná, estudo esse que já está em vias de publicação. Minha dissertação de mestrado também foi na área de vacinação, especificamente a vacina febre amarela. Esse trabalho reforçou a política pública de vacinação adotada pelo Programa Nacional de Imunizações, no que diz respeito à dose de reforço para crianças pequenas.

Tenho também trabalhos científicos publicados na área de vacinação e de doenças infecciosas.

Ainda sobre a minha trajetória profissional, fui professora pela Escola de Saúde Pública do Paraná e instrutora de técnicos de enfermagem pelo Serviço de Aprendizagem Comercial, também no Paraná, entre os anos de 2006 e 2010.

Senhoras e senhores, em toda essa trajetória, o que mais me orgulha é ser servidora pública efetivada por concurso público. Por quê? Porque é um trabalho nobre, muitas vezes de pouco reconhecimento e, neste último ano, de nenhum reconhecimento, mas que salva muitas vidas.

Fui servidora pública no Município de Chopinzinho, Estado do Paraná, entre os anos de 2005 e 2015.

Eu estive sempre à frente da Coordenação da Vigilância em Saúde e das ações de imunização.

Em 2015, fui efetivada como servidora pública federal no Ministério da Saúde, com área de atuação em vigilância das doenças transmissíveis.

Desde que cheguei a Brasília, no ano de 2014, estou lotada no Programa Nacional de Imunizações.

Quando concluí o EpiSUS, a convite da Dra. Carla Domingues, coordenadora à época, eu permaneci na área. Eu trabalhava na vigilância de eventos adversos pós-vacinação e com as vacinas HPV, Hepatite A e Hepatite B.

Então, senhoras e senhores, eu fui uma indicação técnica da minha antecessora. Ressalto que não fui uma indicação política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em maio de 2019, assumi a coordenação de substituição do PNI. Em julho, a Dra. Carla Domingues se aposentou, e eu assumi interinamente, quando os Drs. Júlio Croda e Wanderson Oliveira estavam à frente do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis e Secretaria de Vigilância em Saúde, respectivamente, e fizeram o convite para que eu assumisse efetivamente a coordenação do programa.

Então, em outubro de 2019, me tornei coordenadora do PNI. Portanto, mais uma vez fui indicada tecnicamente a assumir o programa e, sim, mais uma vez destaco que eu não sou uma indicação política.

Naquele momento, eu sabia da grande responsabilidade que eu estava assumindo, por ser um dos maiores e mais reconhecidos programas de vacinação do mundo e me propus a fazer todos os esforços para alavancar as ações de vacinação no País.

O PNI é uma coordenação geral, que segue uma hierarquia que todos aqui devem saber: Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria Executiva e Ministério da Saúde. Então, eu estou sob a coordenação de um diretor, de um secretário, de um secretário-executivo e do Ministro da Saúde.

O PNI foi criado em setembro de 1973, sendo um programa de Estado, e não um programa de governo. Repito: o PNI é um programa de Estado, e não um programa de governo. É responsável pela política nacional de imunizações e tem como missão reduzir a morbimortalidade por doenças imunopreveníveis, e assim o fez, durante todos os anos de sua existência.

Portanto, senhoras e senhores, não há dúvida, não há dúvida nenhuma de que imunizar a população se mostra o meio mais efetivo, eficaz e eficiente para o controle, eliminação e erradicação das doenças infecciosas.

Para a elaboração do Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, eu fiz uma reunião em agosto de 2020, com a participação das sociedades científicas mais renomadas do País e decidi instituir a Câmara Técnica Assessora em Imunizações e Doenças Transmissíveis, que foi publicada por meio da Portaria nº 28, de 3 de setembro de 2020, para apoiar a minha gestão em todas as decisões tomadas.

Essa primeira reunião aconteceu quando ainda não se tinha nenhuma vacina no mundo. Eu convidei, para compor a câmara técnica, diversas áreas do Ministério da Saúde, especialistas com *expertise* no tema, a Organização Pan-Americana da Saúde; o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems); a Sociedade Brasileira de Pediatria; a Sociedade Brasileira de Imunizações; a Sociedade Brasileira de Infectologia; de Alergia e Imunologia; a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia; a Associação Médica Brasileira; a Associação de Medicina Intensiva Brasileira; o Conselho Federal de Medicina; o Conselho Federal de Farmácia; o Conselho Federal de Enfermagem; a Associação Brasileira de Saúde Coletiva;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

além de representantes da Bio-Manguinhos/Fiocruz, do Instituto Butantan e do Instituto de Tecnologia do Paraná.

Também compartilhei as minhas decisões com a Câmara Técnica Assessora para Ações Integradas à Assistência à Gestante e Puérpera, no contexto da pandemia do novo coronavírus, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

Portanto, senhoras e senhores, para todas as decisões tomadas na minha gestão, o PNI foi assessorado integralmente e contou com a inestimável parceria de todas essas renomadas entidades.

Quando eu assumi o PNI, a equipe era composta de 48 pessoas. Eu ampliei a equipe para 77 pessoas. Conto com 27 enfermeiros, 7 farmacêuticos, 5 médicos – desses médicos, três infectologistas, sendo uma infecto-pediatra e duas pediatras – além de biólogos, biomédicos, tecnologistas de informação, médicos-veterinários, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, gestores em saúde pública, estatístico, além de outras áreas de formação, como direito, contabilidade, engenharia de automação e de informação, dentre outras.

Presidente, Vice-Presidente, Relator, Senadores e Senadoras, faço a seguinte reflexão: por que o maior programa de vacinação do mundo teve dificuldades em executar o seu papel? Senhoras e senhores, o PNI sabia muito bem o que precisava fazer; sempre soube. É assessorado pelos conselhos, pelas sociedades científicas, pelos maiores especialistas brasileiros na área de vacinação. São 47 anos de ampla *expertise* em vacinação. Faltou para o PNI, sob a minha coordenação, quantitativo suficiente para a execução rápida de uma campanha, e campanhas publicitárias para a segurança dos gestores, profissionais de saúde e população brasileira.

Portanto, há que se considerar que o PNI, estando sob qualquer coordenação, não consegue fazer uma campanha exitosa sem vacinas e sem comunicação, sem uma campanha publicitária efetiva, mas, mesmo assim, mesmo sem uma campanha de comunicação efetiva, eu me esforcei ao máximo para manter a comunicação alinhada com os Estados, principalmente com os coordenadores estaduais de imunização. Trabalhei incansavelmente, 24 horas por dia, 7 dias por semana, para vacinar a população brasileira.

Bem, senhoras e senhores, para um programa de vacinação ter sucesso, é simples: é necessário ter vacinas, é necessário ter campanha publicitária efetiva. E, infelizmente, eu não tive nenhum dos dois.

Eu estou à disposição desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Primeiro, quero parabenizar a Sra. Francieli pelo vasto do currículo.

E eu queria perguntar: a senhora fez o curso de Medicina Tropical onde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Universidade de Brasília, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi? Nós temos, no Amazonas, o Instituto de Medicina Tropical, que a senhora deve conhecer, com grandes cientistas.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a gente tem lá muito orgulho disso, porque eles têm trabalhos, pelo mundo, respeitadíssimos. Eu fico feliz de ter uma pessoa que entende sobre nossa região e quero dizer que a senhora dará uma contribuição muito grande à esta CPI e à população brasileira, principalmente, com um currículo tão vasto, e engrandece a sua presença... Esta CPI fica muito honrada em tê-la aqui com a gente, para que possa contribuir para que, naquilo que a gente errou, a gente possa acertar lá na frente.

Muito obrigado pela sua presença aqui.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, meu abraço, minha solidariedade. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como disse V. Exa., tem tido que enfrentar alguns obstáculos. Quando nós assumimos esta missão, já sabíamos que seria assim: dificuldades para a sua criação, dificuldades para a sua instalação, dificuldades para acessarmos as informações que são fundamentais para avançarmos nesse aprofundamento e demonstrarmos definitivamente ao País a nossa urgência, que é a urgência da sociedade brasileira, que é a urgência da vida.

Este dia de hoje é um dia muito importante, pela presença da Dra. Francieli Tardetti Fantinato, que exerceu durante algum tempo essa importantíssima função num país emblemático do ponto de vista das imunizações. Todos que passaram por aqui fizeram questão de, nas conversas que tiveram com os representantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, dizer da sua competência, da sua probidade, do seu interesse público, do seu propósito com a proteção da população brasileira. E é nessa condição que nós a recebemos hoje aqui.

A exemplo do que fez o Presidente Omar Aziz, eu quero cumprimentá-la pela introdução: verdadeira, rápida, simples e que é uma preliminar do que nós vamos ter aqui, se Deus quiser, durante este depoimento, que, repito, será muito importante para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu quero fazer algumas perguntas e, mesmo se eventualmente V. Sa. já as tenha respondido, é para nós coletarmos a ênfase necessária nas suas respostas. E pretendo ser rápido com perguntas objetivas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que nós possamos avançar, democratizando verdadeiramente o tempo e possibilitando a participação de mais Senadoras e mais Senadores neste importante depoimento que vamos ter hoje aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por que V. Sa. deixou o cargo de Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Eu deixei o cargo por questões pessoais. Eu estou desde 2019 na Coordenação do Programa Nacional de Imunizações e venho trabalhando incansavelmente. E, pelos últimos acontecimentos da politização do assunto em relação à vacinação, eu decidi seguir os meus planos pessoais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o PNI vinha atuando nas campanhas de vacinação? E o que foi feito de diferente na atuação da campanha de vacinação contra a Covid-19?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O Programa Nacional de Imunizações tem uma ampla *expertise* em campanha de vacinação. Nós somos reconhecidos por fazer campanhas grandes. Nós fazemos campanhas anuais de influenza, com 80 milhões de brasileiros – não é? –; nesse último ano, a gente inseriu 80 milhões de brasileiros nessa campanha.

O PNI começa as campanhas já com um quantitativo suficiente de vacina. Sabemos que existia, sim, um cenário de escassez mundial; organizamos um plano nacional de vacinação; iniciamos esse plano nacional de vacinação já com um quantitativo "x" de vacinas para poder iniciar uma campanha, e as vacinas não chegaram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. esteve por quanto tempo à frente do PNI?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu iniciei como Coordenadora Substituta, em maio de 2019, como Coordenadora Geral, em outubro de 2019, e recebi minha exoneração ontem. Quase dois anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E falou na sua introdução que fez tudo como deveria ter feito, ouviu essas entidades todas representativas e enfatizou que teriam faltado, evidentemente, algumas questões básicas objetivas. V. Sa. pode repeti-las? O que é que faltou no programa de...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu coloquei na minha introdução que qualquer programa de vacinação, para ele ter sucesso, precisa ter dose de vacina e precisa ter campanha de comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora falou que a senhora deixou o cargo por causa da politização...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, respondendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora podia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... respondendo à primeira pergunta, a senhora falou exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da politização. Que a senhora deixou o cargo por causa da politização da vacina.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Isso. A vacinação é uma evidência muito forte de que tem resultado. Quando começa a se tratar o tema, em relação à vacinação, onde se coloca em dúvida essa prática, tendo o aval da Anvisa, tendo o aval em relação aos estudos, isso pode trazer prejuízos para a campanha de vacinação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora podia...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – E essa politização do assunto chegou num limite em que eu decidi caminhar com as minhas questões pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo visto, a senhora acredita na ciência e de uma forma muito veemente.

Agora, a senhora podia citar, assim, frases e nomes de quem realmente politizou ou prejudicou a vacinação?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE FANTINATO – Esse tema está bastante politizado por diversos membros. Existem falas públicas em relação a esse tema. Houve uma politização em relação ao assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diversos membros...? Membros do Governo, do programa, do...? Só a complementação da pergunta óbvia, por favor.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Essa politização do assunto trouxe até para mim uma condição de investigada, sem mesmo ter sido ouvida. Então, isso também trouxe um aspecto negativo em relação a eu entrar para uma condição de investigada, sendo que eu não tive nem oportunidade de falar. Então, isso demonstra a politização do assunto. Em relação à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

politização da vacina, a gente sabe que tem evidências científicas, a gente sabe que as vacinas trazem bastante benefício e a gente espera que todas as pessoas falem em prol da vacinação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora está como investigada, mas isso não quer dizer que a senhora cometeu alguma coisa errada. Pelo contrário, é importante ressaltar que a senhora, como investigada, ninguém está ali lhe condenando; nós estamos investigando os fatos. E a senhora está vindo aqui, para contribuir para isso. Então, não muda. Inclusive, a senhora pode até deixar de responder algumas perguntas que a senhora quiser, o que até lhe favorece bastante, coisas que possam lhe prejudicar. Mas não tem essa investigação, até porque nós estamos procurando saber onde que nós erramos na imunização – onde que nós erramos! Então, não há nenhum prejulgamento contra a senhora, pode ter certeza disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo contrário, a expectativa que nós temos é a melhor possível...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que foi agora, Senador Marcos Rogério? Eu ofendi a depoente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente; não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que foi que eu fiz?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não! V. Exa., com relação a ela, está sendo até muito comedido. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas que seja esse o padrão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

Presidente, vamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sempre foi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, V. Exa. virou comentarista da CPI?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Brasil está vendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, vamos prosseguir, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – A gente faz a previsão, e ele o comentário.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Posso prosseguir, Presidente? (*Pausa.*)

Eu fiz a pergunta adicional, porque a senhora falou em membro. E aí, se falou em membros, seria importante para esta Comissão citá-los, seria muito importante, fundamental! É por isso adicionei a pergunta, em função da resposta óbvia e importante.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Então, vamos lá. Nós temos... A vacinação mudou o cenário epidemiológico do País há muitos anos. Nós tínhamos um número muito grande de diversas doenças infecciosas. Então, há de se convir que não dá para colocar em dúvidas a vacinação quanto um meio efetivo para controle da pandemia.

Então, quando a gente tem ciência, quando a gente tem segurança no produto que a gente está usando, quando os resultados apontam de forma favorável que aquilo pode trazer um resultado para a população, ter uma politização do assunto por meio do líder da Nação que traz elementos que muitas vezes colocam em dúvida...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha. Fora do microfone*.) – Colegas, a depoente está falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela está falando. E um depoimento muito importante. Por favor, é importante ouvi-la.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem pressa para avançarmos aí no conhecimento, já disse e repito, dessas entranhas do enfrentamento à pandemia. E o depoimento da Dra. Francieli é um depoimento muito importante. É óbvio que, ao fazermos o enfrentamento e a investigação correspondente a esse enfrentamento do que aconteceu na pandemia, algumas pessoas poderiam ser colocadas e foram colocadas como investigadas, mas esta Comissão Parlamentar de Inquérito – e é o que nós esperamos exatamente hoje – é, sobretudo, uma oportunidade para desfazer qualquer dúvida eventual. Eu já disse e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria repetir que a imagem que nós colhemos de todos que estiveram aqui com relação à Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações é de uma competência, de uma correção, de uma honestidade a toda prova, de modo que não entenda isso, não receba isso como um sinal trocado. É o nosso dever. E, da mesma forma que seu nome foi colocado na investigação, na medida em que isso fica totalmente esclarecido, ele será retirado. E nós fazemos isso com muita satisfação, com muita satisfação, de modo que releve essas coisas.

Eu queria perguntar exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, é porque eu interrompi, nós interrompemos a Dra. Francieli no meio do raciocínio dela, e eu o fiz para restabelecer a ordem e garantir o depoimento no momento em que ela estava falando.

Por favor, Dra. Francieli, se a senhora puder retomar do ponto em que foi interrompida...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Então, quando nós temos todas as evidências favoráveis, as evidências que mostram que a vacinação é um meio eficaz para que a gente possa controlar a pandemia, qualquer indivíduo, qualquer pessoa que fale contrário à vacinação vai trazer dúvidas à população brasileira. Então, há necessidade de se ter uma comunicação única, seja de qualquer cidadão, de qualquer escalão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dando continuidade, quais as dificuldades V. Sa. enfrentou exatamente durante a gestão do PNI quanto à imunização contra a Covid-19?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – As dificuldades foram inúmeras, porque a gente definiu grupos prioritários para a vacinação, tendo em vista o cenário que era um cenário de escassez de vacinas, e, nesse cenário de escassez, precisamos fazer uma campanha fragmentada. Essa campanha fragmentada precisava de uma comunicação muito clara para que ela pudesse acontecer de forma única no País, de forma uniforme. E a gente verificou que a falta de comunicação nessa dificuldade de fragmentação de grupos pode ter trazido algum prejuízo para a campanha de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. atribui as eventuais dificuldades enfrentadas – e há pouco perguntadas – a alguma sabotagem da alta direção do ministério ou da alta direção do Governo?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu não posso atribuir, eu não tenho elementos para atribuir à alta gestão do Governo – eu não tenho elementos –, mas, pensando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa campanha de vacinação, eu precisava, para o Programa Nacional de Imunizações funcionar, de dose suficiente e campanha publicitária. Só que eu não tenho elementos porque eu não tive interferência direta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que recomendações técnicas expedidas pelo Programa Nacional de Imunizações deixaram de ser seguidas pelo Ministério da Saúde durante o enfrentamento à pandemia?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós fizemos definições de grupos prioritários para a vacinação. Já expliquei aqui, Relator, que essa definição dos grupos prioritários foi porque a gente imaginou que talvez não conseguisse vacinar, num primeiro momento, toda a população brasileira. Então, definiram-se objetivos para a vacinação, que eram, primeiramente, a manutenção da força de trabalho do setor saúde, porque a gente precisava que esses profissionais estivessem vacinados para poder atender a população brasileira; na sequência, aqueles que mais morriam por morbidade e mortalidade; e a manutenção, na sequência, a manutenção do funcionamento dos serviços essenciais. Então, nós colocamos esses grupos prioritários. Tivemos pressões de diversos segmentos para mudar esses grupos, e esses grupos foram definidos dentro de uma lógica, dentro de uma discussão da câmara técnica assessora, que eu já coloquei para os senhores aqui, que é uma câmara técnica formada pelas diversas sociedades científicas. Então, são pessoas que estudam o tema e que entendem o conjunto epidemiológico e fazem a orientação, junto com a nossa equipe técnica, desse protocolo. E sofrer pressões de todos os segmentos para entrada de grupos trouxe uma dificuldade na execução da campanha.

Agora, eu trago aqui: se tivesse vacina suficiente não precisaria fazer essa fragmentação, nós evitaríamos toda essa pressão de todos os segmentos porque a gente daria início a uma campanha com uma quantidade maior de doses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. disse, em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, que as atitudes do Presidente da República prejudicam a campanha de vacinação contra a Covid-19. Em que fatos V. Sa. embasou sua afirmação?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – É uma opinião pessoal, Relator. Eu, enquanto Coordenadora do Programa de Vacinação, eu preciso de apoio, de apoio que seja favorável à fala em relação à vacinação. Então, quando o líder da Nação não fala favorável, a minha opinião pessoal é que isso pode trazer prejuízos. Se me pedir se eu tenho números disso, eu não tenho elementos, mas eu, enquanto Coordenadora, precisava que a gente tivesse um direcionamento único.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aliás, nessa mesma entrevista à *Folha de S.Paulo*, V. Sa. disse que tinha documentos organizados para trazer à Comissão Parlamentar de Inquérito. Poderia entregá-los?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu estou com toda a documentação aqui, eu posso deixar no final para vocês, eu não tenho problema, mas, quando eu coloquei isso na *Folha de S.Paulo* é porque as pessoas colocaram a minha saída como sendo pelas pressões da CPI. Eu não saí pela pressão da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É claro!

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu saí por todo o cenário.

Então, eu estou... Eu vim com a disposição para poder conversar e colaborar. Eu trouxe os documentos para poder me subsidiar, para subsidiar meu trabalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Certo.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Em quase dois anos de trabalho, eu produzi muita coisa com a equipe. Então, eu tive que organizar a documentação para poder vir aqui e passar essa linha do tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. disse também, nessa entrevista também, que sua participação em reuniões com a área técnica para avaliar as características das vacinas... Teve uma efetiva participação. Em que fase, com relação às vacinas, os estudos clínicos estavam?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A gente, enquanto programa de vacinação, acompanhou todas as fases dos estudos junto com a Secretaria de Ciência e Tecnologia. No começo, a avaliação dos estudos estava mais voltada para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, porque é papel deles. O papel do Programa Nacional de Imunizações inicia a partir do momento em que você tem a vacina disponível, porque você define a política nacional de vacinação para aquele produto. Mas, tendo em vista o cenário de pandemia, nós acompanhamos algumas reuniões em relação aos produtores para entender as características técnicas do produto e para poder ver se aquele produto poderia atender a população brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Será que dava para detalhar especificamente com relação a algumas vacinas? Há indicações da sua participação em reuniões com a Covaxin, com a Pfizer. Seria muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito se a sua presença possibilitasse acessarmos algumas informações com relação às reuniões da Covaxin.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Relator, das reuniões das empresas, participava não somente eu. Participava, às vezes, a minha equipe técnica; participava, às vezes, o meu diretor; participava, às vezes, o meu secretário; e eu também, às vezes, participava. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tínhamos muitas agendas, e a gente se dividia. Eu participei, acredito... Não posso dizer com 100% de certeza, porque esse histórico é difícil também para recuperar. Eu participei de umas duas reuniões com a Pfizer, participei de uma reunião específica com a Covaxin e participei de reuniões relacionadas à encomenda tecnológica com a Fiocruz sobre a vacina AstraZeneca. Tinha até um comitê em que nós participávamos junto com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, para poder acompanhar a questão da encomenda tecnológica, não é? A gente ia mais com as dúvidas técnicas mesmo do programa. E participei... Acredito que tenham sido essas as minhas participações, mas sempre no teor técnico, querendo captar as informações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro!

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... para poder entender aquele produto, para poder ver: aquele produto já tem resultado? Aquele produto pode ser incorporado? Qual é a característica dele de armazenamento? Qual é o tipo de aplicação? Qual é o número de doses? Então, era uma participação bastante específica, para poder implantar depois e organizar uma estratégia de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sua coordenação se manifestou tecnicamente sobre todas as marcas de vacina que foram apresentadas ao Ministério da Saúde?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A nossa coordenação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou ofertadas?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – É papel da nossa coordenação fazer uma avaliação técnica do produto. Nós não lidamos com questões contratuais, fechamentos de contratos, mas nós fazemos uma nota técnica em que a gente insere os quantitativos de vacina que nós precisamos no geral, avaliamos a condição daquele produto e atrelamos aquele uso ao aval da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia fazer um registro cronológico de quando o Programa Nacional de Imunizações foi chamado a se pronunciar em cada processo de conhecimento e negociação de vacinas?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Desculpa, Relator. Eu preciso que o senhor repita a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia fazer um registro cronológico de quando o Programa Nacional de Imunizações foi chamado a se pronunciar em cada processo de conhecimento e negociação das vacinas?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu não tenho um registro de todas essas informações, o que eu tenho é que a primeira manifestação em relação a quantitativo de vacina foi no dia 19 de junho de 2020. Foi uma manifestação, uma análise técnica que foi feita para a questão da vacina da AstraZeneca, encomenda tecnológica, que foi a primeira iniciativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando foi, por favor?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – No dia 19 de junho de 2020.

Essa foi uma nota técnica conjunta, tem a análise técnica do Programa Nacional de Imunizações. Eu não assinei essa nota técnica, mas, na nota técnica, consta a análise técnica do Programa Nacional de Imunizações. Então, nós fizemos essa análise para poder avaliar, naquele cenário, que era um cenário, Relator, de muita incerteza...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Então, não tinha nenhuma vacina ainda disponível, a gente não conhecia, os resultados eram bastante limitados ainda dessas vacinas. Então, a gente levantou algumas considerações, para ver e verificar a questão da dinâmica da transmissão da doença com uma cobertura vacinal e uma efetividade assumida. Então, a gente gerou cenários...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Doutora, qual foi a data?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Em 19 de junho de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em 19 de junho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 19 de junho de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – E aí a gente gerou cenários. Nesses cenários, a gente avaliou inicialmente que a gente precisaria – sem conhecer, isso depois poderia ter mudanças, a gente fez com o conhecimento da área de epidemiologia –, para a questão de reduzir, de controlar a transmissão, de um quantitativo em torno de 55% de cobertura vacinal, que poderia variar até 95%.

Só que a gente sabia, naquele momento, que a gente poderia enfrentar um cenário de escassez, porque o mundo todo estava buscando vacina. Então, a gente fez um segundo cenário, trazendo uns grupos prioritários para que a gente pudesse iniciar pelas populações mais vulneráveis.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – A senhora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora teria essa nota técnica, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem tido uma dificuldade enorme de conseguir os dados e informações com o Ministério da Saúde. Se V. Sa. tiver e puder disponibilizar uma cópia dessa nota técnica, nós agradeceríamos.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu preciso ver se isso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós lhe agradecemos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só uma pergunta, Dra. Francieli, essa nota técnica do dia 19 de junho, com esses dados que a senhora passou, foi acessada, foi encaminhada ao gabinete do Ministério da Saúde? E a senhora sabe se essa informação foi até o Presidente da República?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Não, não conheço se essa informação foi até o Presidente da República. A gente despachou para a Secretaria Executiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Para a Secretaria Executiva e para o gabinete, obviamente, do Ministro da Saúde.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Para a Secretaria Executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, em seguida irá.

Uma outra pergunta...

Está satisfeito, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta: quando o PNI exatamente tratou pela primeira vez dos aspectos técnicos da vacina Pfizer e da CoronaVac? Por favor.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu ontem fiz uma releitura nos *e-mails*, e todos os *e-mails* direcionados para mim eu respondi o que era relacionado à característica técnica. Mais uma vez eu reforço que eu não trabalho com as questões contratuais.

Eu acredito, Relator, que foi em julho que tivemos a primeira conversa, para a gente entender as características técnicas do produto. E era importante entender, porque a Pfizer era uma vacina que tinha uma condição de armazenamento diferenciada, e a gente precisava entender, porque hoje a nossa rede de frio trabalho muito com temperatura de dois a oito, mas a gente estava apto a entender todas essas características para implantar no programa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É evidente que, com relação à sua presença...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estava apto a entender... Desculpe, eu só queria que V. Exa. perguntasse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Não... Por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estava apto a entender e também a se adaptar a essa realidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta do Senador Humberto que eu gostaria que V. Sa. levasse em consideração como uma pergunta transmitida aqui pelo próprio Relator.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu vou pedir para repetir – me desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Humberto.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Assim, eu quero dizer para vocês que eu nunca passei por uma situação dessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não se preocupe.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Então, eu estou aqui do meu lado conversando muito com o meu advogado. Então, se eu pedir para repetir, é nesse contexto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique totalmente...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu nunca passei por uma situação dessa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faremos isso sem problema nenhum

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – A minha pergunta é no sentido de reforçar a pergunta do Relator. V. Sa. disse que a nossa rede de frios está acostumada ou tem uma predominância de lidar com vacinas com temperaturas entre 2ºC e 8ºC, sendo que a da Pfizer nós sabemos que exige temperaturas menores.

Eu pergunto: o Brasil teria capacidade de rapidamente se adaptar a utilizar uma vacina com essas características de exigir uma refrigeração mais intensa?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Nós temos hoje, Senador, 27 centrais estaduais de rede de frio; nós temos 273 centrais regionais de rede de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frio; nós temos 52 centros de referência para imunobiológicos especiais; e nós temos 38 mil salas de vacina. No início, nós ficamos preocupados, mas nós organizamos uma estratégia para começar nas capitais para a gente poder dar uma vazão na estratégia. O nosso objetivo era trabalhar muito alinhado com os Estados e com as capitais para conseguir fazer em cinco dias, porque ela durava um período de cinco dias. Então, nós teríamos que encaminhar muito rapidamente para a central estadual. A menos 20 ela duraria 14 dias. As centrais estaduais estão abastecidas a menos 20. Na sequência, a gente daria vazão, definiria os pontos de vacinações na capital, para poder utilizar essa vacina nesse local. Então, a gente, mesmo não tendo ainda a possibilidade, a gente fez essa... A gente trabalhou com essa questão.

Hoje a Pfizer já ampliou o seu prazo. Já se consegue usar até 30 dias. Então, de 5 dias passou para 30 dias. Nós já estamos em processo... A gente está em processo de ampliação dessa rede. Iniciamos um processo de ampliação dessa rede de frio, mas, nesse momento, a gente consegue, com uma estratégia rápida, bem alinhada entre Estados e Municípios, trabalhar nesses 30 dias para aplicar vacina com qualidade na população brasileira – porque, 30 dias, fica de 2 a 8, e a nossa rede atende de 2 a 8.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o PNI detectou – pergunto exatamente – algum problema técnico relacionado às vacinas Pfizer e CoronaVac?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A gente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por ocasião da oferta que o Governo acessou? Porque a Pfizer tentou, em várias oportunidades, fazer oferta exatamente quando o Governo mais precisava e a senhora colocou aqui a ausência de vacinas, quer dizer, naquele momento exatamente, qual foi a... Foi um parecer técnico que deu causa para o Governo não dar respostas às seguidas e insistentes oferta da Pfizer, não, não é?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – As análises técnicas do PNI em relação às vacinas sempre foram favoráveis, desde que o produto tivesse resultados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... de eficácia e segurança, para a gente garantir qualidade para população brasileira.

Então, só para explicar: o Programa Nacional de Imunizações, na sua rotina, só introduz uma vacina, ele só incorpora uma vacina, passa pela Conitec, depois que tem esses resultados de segurança e eficácia, porque isso nos dá garantia de que esse produto vai responder ao objetivo da vacinação. Então, a gente sempre... Quando não tinha resultado, a gente não ficou imóvel, não é? Tinha aí as ofertas, a gente fez parecer, mas a gente sempre atrelou a importância de ter essa aprovação da agência sanitária para manter a credibilidade do programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o PNI chegou a recomendar formalmente, sob o ponto de vista técnico – é claro –, o uso das vacinas da Pfizer e da CoronaVac no âmbito do programa nacional de operacionalização da vacina contra a Covid? Chegou a recomendar?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A gente fez uma... A gente fez nota técnica de todos os contratos que chegaram para nós. Nós não participávamos das contratações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sei.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Mas, quando havia conversas na executiva – eu não participei de todas as reuniões, como eu já coloquei – e se avançava, e mesmo não fechando ainda o contrato, já vinha uma manifestação se tinha ou não interesse do produto. Então, a gente não avaliava as questões contratuais. Eu não tenho equipe para fazer essa avaliação; nós somos uma equipe técnica, então esses riscos a gente não consegue avaliar, assim, de forma aprofundada, mas a gente verificava na literatura quais eram os estudos e sempre dizia: "Vai ter benefício, sim, se passar pela agência regulatória".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, sim. Então, o PNI chegou a recomendar, sim, a inclusão dessas vacinas no programa de vacinação?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós fazemos a análise técnica e colocamos que seria importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... para a gente poder fazer a vacinação da população brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia fornecer os números dos processos administrativos referentes à aquisição de vacinas contra a Covid-19 em que o PNI se manifestou formalmente ou participou das reuniões?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu não tenho os números dos processos aqui, Relator, para passar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas poderia mandar em seguida?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – É... Como o meu advogado colocou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO LEÔNIDAS (Para expor.) – Senador Renan, a defesa só pede um aparte: nós vamos analisar a documentação, dado o volume de dados e documentos que se têm, e vemos o que podemos disponibilizar para a CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor. Agradecemos a V. Sa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os Deputados Adriana Ventura e Tiago Mitraud obtiveram documentos, uma memória de reunião ocorrida em 20 de novembro de 2020, que registra que a vacina Covaxin tinha preço de US$10, e esse valor ainda poderia ser reduzido em caso de aquisição de um quantitativo elevado de doses. Consta nessa memória da reunião que V. Sa. esteve presente nesse encontro. Eu queria sobre isso fazer algumas perguntas pertinentes, claro.

V. Sa. poderia narrar como ocorreu essa reunião?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Senador, não é porque eu não quero responder. Eu não lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembra.

Especificamente com relação ao preço abordado e posto na memória, na nota da reunião, esse preço de US$10 foi informado diretamente pelo executivo da Bharat Biotech? Ele estava presente ou era a Precisa que estava presente na reunião?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu não sei lhe dizer, não sei mesmo lhe dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a razão da participação de V. Sa. nessa reunião? Só para enfatizar a necessidade da participação técnica?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – As reuniões de que eu participei todas foram para entender as características técnicas dos produtos, se era monodose, se era intramuscular, qual era o volume, qual era a condição de armazenamento, se já existiam estudos de Fase I, II e III, em que situação estava a questão da documentação para apresentar à Anvisa. Então, eram características bastante técnicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. detectou alguma inconsistência técnica da vacina Covaxin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós fizemos o procedimento normal, que a gente precisava de quantitativo de vacina e atrelamos à aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O PNI editou alguma nota técnica, a propósito, a respeito da vacina Covaxin?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Editou uma nota técnica na mesma linha de todas as outras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Essa nota técnica... Eu posso localizar aqui, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora fique à vontade.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O Programa Nacional de Imunizações fez a Nota Técnica nº 117, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – De que data, Dra. Francieli?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Essa é de 17 de fevereiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 17 de fevereiro.

Por favor, qual é a recomendação, especificamente? Ou é mais de uma recomendação?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós colocamos nessa nota... Eu vou colocar a conclusão, tá?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Dos riscos potenciais: os dados de eficácia e segurança das vacinas estão sendo avaliados, na maioria das vezes, com intervalos curtos de acompanhamento. Dessa forma, ainda é desconhecida eficácia e segurança a longo prazo dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas. Ainda não se sabe qual o impacto que as novas variantes do SARS-CoV poderão trazer no que diz respeito à redução da eficácia dessas vacinas. É possível que a eficácia reduza a longo prazo, bem com o surgimento de novas variantes.

Ressalta-se ainda que a presente vacina não teve dados de eficácia publicados e não foi aprovada para uso pela Anvisa. No entanto, considerando-se o atual cenário pandêmico e a necessidade de aceleração das ações de vacinação no País, entende-se que o perfil de risco-benefício é favorável, com elevada possibilidade de impacto positivo na saúde da população.

Esta coordenação entende que a compra da presente vacina é vantajosa, caso venha a ser aprovada para uso no País. Considerando o atual cenário pandêmico, a aquisição da vacina com múltiplos fornecedores reduz os riscos inerentes a cada contrato individual e permitirá ampliar a oferta de doses de vacina para a população brasileira. Recomenda-se demandar à empresa fabricante o envio dos dados de eficácia e segurança já disponíveis. Recomenda-se ainda questionar o fabricante qual o plano de atualização da vacina, caso venha a se demonstrar redução de eficácia frente ao surgimento de novas variantes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, e especificamente estas duas recomendações: a primeira, de demandar à empresa fabricante o envio de dados de eficácia e segurança já disponíveis – eu quero até cumprimentá-la pela preocupação, na oportunidade –; e, a segunda, uma recomendação também de questionar o fabricante sobre qual o plano de atualização da vacina, caso venha a se demonstrar redução da eficácia frente ao surgimento de novas variantes da Covid-19. Parabéns pela preocupação, porque neste exato momento, só para avivar aqui a memória de alguns que nos acompanham e desta Comissão Parlamentar de Inquérito, neste exato momento, o Governo estava recusando as ofertas da Pfizer, da OMS, que tinha oferecido imunizantes para 50% da população, e fez uma escolha obrigatória apenas por 10%, e do Butantan. E, no dia 8 de janeiro – essa reunião aconteceu em 19/02 –, no dia 8 de janeiro o Presidente da República, surpreendentemente, manda uma mensagem ao Primeiro-Ministro da Índia pedindo para comprar 20 milhões de doses. Ora, se tivessem andado as negociações a partir das ofertas da Pfizer, do Butantan e da OMS, nós teríamos tido, ainda no ano que passou, uma oferta de quase 170 milhões de doses, que, se utilizadas no tempo certo, teriam diminuído essa mortandade. Por isso que esta Comissão Parlamentar de Inquérito apurou que muitas dessas mortes, dessas 528.611 mortes, mais de 300 mil mortes poderiam ter sido evitadas se o Brasil tivesse comprado na hora certa as vacinas que lhe foram ofertadas. Mas, nessa oportunidade, o Presidente desdenhava da eficácia das vacinas, sobretudo dessas vacinas que tinham *compliance*, que tinham controle, e preferia comprar, priorizar as negociações e aquisições dessas vacinas, tipo essa Covaxin, que tinham, inclusive, um atravessador – aliás, a única negociação que tinha um atravessador, a Precisa, representando aqui no Brasil a Bharat Biotech.

Essas recomendações foram obedecidas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A gente encaminhou para a Secretaria Executiva, como a gente faz. Aí os processos andam lá, e a gente fica sabendo dos fechamentos do contrato com aquilo que está publicizado no *site*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer que V. Sa. não sabe se as recomendações foram aceitas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi para a Secretaria Executiva do Dr. Elcio... Aliás, do Coronel Elcio Franco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, que estava negociando a aquisição...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Covaxin e a Davati.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, juntamente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, só para esclarecer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Essa rotina de encaminhamento, essa cadeia de comando, ela sempre foi desta forma, a Secretaria Executiva, ou era a logística que cuidava dessa questão?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Sempre chega pela... Agora sim, eu talvez esteja confirmando uma informação sem ter total certeza. A gente recebe um processo. O processo para nós chega do Gabinete da Secretária de Vigilância em Saúde, porque eu sou subordinada a uma diretoria, subordinada a uma coordenação. Então, eu acredito que siga o fluxo da Secretaria Executiva, SVS, DIDT e PNI. Quando o DIDT encaminha para nós, a gente emite o parecer.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O PNI, sob o comando de V. Sa., publicou nota técnica que tratava da imunização de gestantes. Esse assunto já foi discutido, inclusive aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – e eu repito o que disse no início: a sua oportunidade aqui é uma oportunidade sobretudo para que a gente possa esclarecer esses fatos todos –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

, foi revisto várias vezes, inclusive para contraindicar posteriormente o uso da vacina da AstraZeneca nesse público alvo.

Eu queria, em função disso, fazer algumas perguntas.

Em que se basearam as conclusões e recomendações dessa nota técnica?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Saíram algumas notas técnicas em relação à gestante. Especificamente, qual seria a nota técnica? Porque a gente orientou a fazer a vacinação da gestante numa avaliação de risco/benefício e, aí, na sequência, houve uma suspensão da vacina porque houve um evento adverso isolado; aí a Anvisa suspendeu, e nós acatamos a orientação da Anvisa. E isso, Senador, faz parte da farmacovigilância, dos ensaios pós-licenciamento.

Então, tem eventos adversos que só vão ser visualizados na Fase IV, que são eventos mais raros. Porque, quando você faz estudos de Fases I, II e III, em que você verifica segurança, envolve um número limitado de pessoas. Quando se faz estudos de Fase IV, você já verifica essa vacinação na população geral e, então, eventos raros podem acontecer. Então, houve essa suspensão.

Eu queria saber qual é a orientação específica que os senhores querem fazer e eu terei muita satisfação em poder esclarecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que esta oportunidade é uma oportunidade para que nós possamos esclarecer esses fatos nos seus variados momentos – quantas notas técnicas saíram, qual foi a última – e, aí, nós poderíamos perguntar, se fosse o caso, sobre essa última que já perguntei.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O.k.

Na sexta edição do plano nacional de imunizações, foi feita uma avaliação de benefício/risco para avaliar a gestante. Eu destaco aqui, Senador, que as bulas... Eu estou com todas elas aqui. Estou com a bula da AstraZeneca, estou com a bula da Janssen, estou com a bula da Pfizer e estou com a bula da CoronaVac. Nenhuma delas é contraindicação para gestante, ela não é contraindicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, essa contraindicação não contém em nenhuma das bulas...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Ela não é contraindicação; ela é precaução. Então, faz-se uma avaliação de risco/benefício.

O que o Programa Nacional de Imunizações fez? Ele se reuniu com a Câmara Técnica Assessora. Essa reunião aconteceu no dia 23 de abril e teve a participação de diversas sociedades científicas. Dentre elas, também teve a participação do Butantan, da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, da Organização Pan-Americana da Saúde, de especialistas *ad hoc*, da Abrasco, do Conasems, da Fiocruz, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sociedade Brasileira de Pediatria, do Conselho Federal de Medicina, do Conass – desculpa, coloquei de novo –, do Conselho Federal de Enfermagem e do Conasems. Nós nos reunimos nesse dia 23 de abril – teve também a participação da Secretaria de Atenção Primária –, e nós decidimos, na câmara técnica, por causa do cenário epidemiológico: estavam morrendo, a cada 100 mil gestantes, 19. Então, foi feito, pelo Programa Nacional de Imunizações, em parceria com a Câmara Técnica Assessora em Imunizações, a orientação de se vacinar gestante. Então, foi feita uma avaliação do perfil do benefício-risco em relação a essa vacinação, com toda a responsabilidade que se precisa ter com esse grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então V. Sa. não reconhece, claro, que a edição dessa nota técnica, eventualmente, possa ter contribuído para a morte de gravidas que foram imunizadas de maneira inapropriada?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Então, vamos para o próximo passo.

A OMS não restringe nenhum tipo de vacina. O que aconteceu na sequência dessa orientação, no dia 7 de maio? Um evento adverso. A gente foi notificado pelo Estado do Rio de Janeiro, pelo Município do Rio de Janeiro, e eu já me solidarizo aqui com a família da gestante. Nove de maio era o Dia das Mães. Nós recebemos a notificação, no dia 7 de maio, de um evento adverso grave. Imediatamente, no sábado e no domingo, nós nos reunimos com a Câmara Técnica Assessora. No dia 8, teve a participação de 26 especialistas. No dia 9, no domingo, no Dia das Mães, teve a participação de 27 especialistas, porque nós não conseguimos fechar o caso no dia 8.

Por que, Senador? Porque a gente avalia evento adverso até 30 dias após a vacinação. Então, qualquer coisa que ocorra nos 30 dias seguintes, após a vacinação, pode ser um evento temporalmente associado; não quer dizer que tenha causalidade. Aí nós temos um Comitê Interinstitucional de Farmacovigilância, onde participam INCQS, Fiocruz, Butantan, PNI e Anvisa, e nós fazemos a avaliação do caso. No sábado nós não conseguimos fechar o caso porque faltavam alguns elementos. À noite nós entremos em contato com o Estado do Rio de Janeiro, coletamos mais informações e fechamos o caso.

Ficamos em dúvida se nós iríamos restringir a vacina da AstraZeneca. Por que nós ficamos em dúvida? Porque era um evento de trombose com trombocitopenia, mas cujo mecanismo não está bem definido. Não existem ainda fatores de risco bem definidos para esse mecanismo. Embora a gestante possa ter uma vulnerabilidade maior, por outros fatores, à trombose, não tem a ver com a mesma trombose por trombocitopenia que acontece com a vacina. Isso ainda está em estudo, não se sabe.

Então, nós tínhamos dúvida, porque esse evento de trombose estava ocorrendo em jovens. E aí nós pensamos: se nós restringirmos essa vacina, não vai ser pela gestante, porque provavelmente aconteceria se ela estivesse grávida ou não estivesse grávida. E aí nós pensamos com bastante responsabilidade. O exame era para sair na quarta-feira, que era um anti-PF4, a gente esperou um pouco e aí, na segunda-feira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no dia 10... Então a gente fez, em 8 e 9, a reunião, mas não fechamos ainda, não: vamos suspender a vacina, vamos ter cautela, é uma vacina que tem ampla disponibilidade no País, não podemos colocar em risco a vacinação com uma decisão intempestiva. Aí, nós esperamos.

Só que, na segunda-feira, a Anvisa emitiu a suspensão por causa desse evento adverso – a gestante foi a óbito. E aí, então, nós seguimos a orientação da Anvisa e emitimos uma nota técnica no dia 14 de maio, só que, quando a gente emitiu essa nota técnica, Senador, o que nós pensamos? Nós temos duas possibilidades. As duas possibilidades podem trazer incerteza num cenário que a gente tem em relação à pandemia. Uma era: a gestante que fez a vacina AstraZeneca... Já eram 15 mil que tinham feito. Nós vamos fazer o que com elas? Nós vamos deixá-las descobertas até o final da gestação, com uma incidência de que, a cada 100 mil gestantes, morriam 19? Ou nós vamos usar um conceito bem definido já na área de Vacinologia, que é o conceito da intercambialidade? E os especialistas têm conhecimento aprofundado em intercambialidade.

Para os coronavírus, os anticorpos neutralizantes, que são aqueles que inativam o vírus, são eles que são apresentados, que vão se ligar à proteína S, que é a proteína *spike* do vírus. E todas as plataformas de vacina utilizam essa proteína S como antígeno. Então, nós optamos, naquele momento, pelo cenário epidemiológico, por fazer a intercambialidade.

O que é a intercambialidade? Inicia-se com uma vacina e conclui-se com outra. Isso seria um ganho para os países e, do ponto de vista imunológico, isso seria razoavelmente favorável, porque já é um conceito bem estabelecido. Nós temos isso com meningite, nós temos isso com febre amarela – existe uma vacina da febre amarela que é da Fiocruz e outra que é da Sanofi. No Brasil, nós não temos Sanofi, mas isso é feito no nível internacional. Nós temos intercambialidade com hepatite A e hepatite B. Então, é um conceito muito bem definido na Vacinologia. Então, o que nós fizemos? Vamos deixar a gestante descoberta ou vamos fazer a intercambialidade? Optamos, na nota técnica, por fazer a intercambialidade. Discutimos isso na Câmara Técnica.

No dia 14 de maio, à noite, foi publicada a nota com a minha assinatura e com a assinatura do nosso diretor, mas avaliada pela Câmara Técnica – e lembro que a Câmara Técnica tem especialistas renomados na área de Vacinologia. E aí a gente emitiu. No sábado de manhã, a comunicação do ministro pediu que se retirasse a nota porque queria que se rediscutisse a intercambialidade. Eu, como tal, acatei e falei: "Não, vamos rediscutir". Existe o risco, não tem total incerteza a intercambialidade, embora França já estivesse usando, Alemanha já estivesse usando, Finlândia já estivesse usando, Suécia já estivesse usando, além de mais alguns países aqui que agora eu não... Depois, posso colocar para vocês. Então, já tinha países usando a intercambialidade, e nós estávamos preocupados porque os óbitos eram: a cada 100 mil gestantes, nós tínhamos 19 morrendo. Então, o perfil de benefício-risco era muito adequado.

Recebemos essa comunicação, e eu imediatamente comuniquei aos coordenadores estaduais que nós iríamos rediscutir a nota técnica. Aí, tiramos a nota do *site;* a comunicação tirou a nota do *site.* Aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu... Assim, eu estou falando que a comunicação tirou a nota do *site,* mas eu não sei... Agora eu vou dizer porque eu não tenho certeza se ela foi para o *site,* mas eu divulguei ela para os coordenadores estaduais. E imediatamente eu disse a eles: "Nós vamos rediscutir." Aí, durante a semana, na segunda, na terça e na quarta, rediscutimos e resolvemos, então, como havia os dois cenários de incerteza, recomendar que naquele momento não se completasse, que se completasse só depois de 45 dias do parto, mas, sim, pensando que, nisso, os dois cenários eram cenários de difícil escolha.

E hoje, Senador, eu digo para você que a intercambialidade é um meio muito promissor. Já saíram diversos estudos em relação à intercambialidade. Então, eu tenho um estudo da vacinação de Covid com reforço heterólogo, dados iniciais de reatogenicidade... Já saíram seis ou sete estudos – alguns são só resultados preliminares; outros já são estudos mesmo –, e a gente, hoje, a gente volta... Eu já saí, mas já existe uma discussão no... Já existia uma discussão no programa, nessa semana que passou, que a intercambialidade é a opção. Nós estamos hoje, Senador, com 39... A cada 100 mil, 39 gestantes morrem. Então, o benefício-risco é muito alto. A gente precisa (*Falha no áudio.*)

... essa gestante.

Então, o que a gente viu nesses estudos? Que alguns apresentaram um pouquinho mais de eventos adverso quando se faz a intercambialidade, mas ocorre a remissão rapidamente.

Esse é um estudo pequeno, com uma amostra pequena; é um estudo inglês. Um estudo alemão mostra são equivalentes os eventos adversos quando se fazem as duas doses da mesma vacina. Tem um alemão que mostrou que é inferior e que a resposta imunogênica, em muitos, foi até melhor. Então, aquele conceito de intercambialidade, que o PNI já tinha *know-how* junto com o Comitê Técnico Assessor de Imunizações, hoje já se comprovou na prática. Então, hoje é preciso, sim, fazer a intercambialidade para proteger essa gestante. O benefício da vacinação é muito maior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Novamente, uma oportunidade para que nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, o Senador Alessandro parece que tem uma pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Alessandro!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só abusando da prerrogativa de ter ocupado temporariamente a Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Dra. Francieli, só para esclarecer mais uma afirmação que a senhora fez.

A nota técnica foi elaborada pelo comitê de especialistas e ela é retirada do ar por uma determinação da comunicação do Ministro? Eu não entendi bem essa frase.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Isso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem foi o responsável pela ordem de retirada?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A assessoria de comunicação... O Ministro estava viajando – isso foi no dia 15 de maio; a nota foi emitida no dia 14 à noite –, o Ministro estava viajando, e a assessoria de comunicação me ligou para falar que o Ministro e a Luana, que não era secretária, não tinha sido nomeada... Então, por isso é que eu coloco aqui que a determinação não foi dela, foi do Ministro, porque ela não era funcionária e eu não era subordinada a ela, com todo o respeito que eu tenho a ela. Então, pela comunicação do Ministro, eu resolvi rediscutir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Novamente uma oportunidade para que nós possamos aqui... É exatamente aqui que nós vamos esclarecer essas questões todas, e o meu papel como Relator é exatamente perguntar.

V. Sa. foi acusada de contribuir para que Daniel Freire, filho do Secretário de Vigilância em Saúde, Sr. Arnaldo Medeiros, que era seu chefe no Ministério da Saúde, furasse a fila da vacinação.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Fui acusada, sim, mas não aconteceu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Ah, desculpa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, eu queria fazer uma pergunta: V. Sa. articulou, com a Secretaria de Saúde de João Pessoa, alguma facilidade para o Sr. Daniel Freire, para que ele fosse vacinado?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Respondo, com 100% de certeza, que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. editou alguma norma que facilitasse a vacinação do Sr. Daniel Freire?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não.

Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado, Sr. Relator.

Eu estou sem a lista de inscritos aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas eu acho que eu sou a primeira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Eu estou sem a lista de inscritos, mas tenho certeza de que a primeira é a Senadora Eliziane Gama, a quem concedo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** E o segundo é o Senador Humberto Costa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu fico na briga com o Humberto; quando não é ele, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Embora a Secretaria tenha atrasado a entrega da lista...

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito, perfeito!

Eu vou só fazer uma devida correção aqui: a primeira é a Senadora Eliziane Gama. Como o acertado é um presencial e um remoto, o próximo é o Senador Otto Alencar; em seguida, o Senador Humberto Costa; eu sou o quarto, quando passarei a Presidência – se o Presidente ainda não tiver retornado, passarei a Presidência para algum colega eventualmente assumir.

Senadora Eliziane...

Senadora Eliziane, só, por gentileza, eu quero pedir a compreensão de todos os colegas: em virtude da determinação de início da Ordem do Dia às 16h, nós iremos, pontualmente, assim que a Ordem do Dia tiver início, encerrar a sessão. Por conta disso e para possibilitar que o maior número possível de colegas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa inquirir a Dra. Francieli, hoje, lamentavelmente, esta Presidência não será tolerante quanto ao tempo. Vamos estabelecer os 15 minutos, e estabeleceremos, no máximo, um minuto de prorrogação para as conclusões de quem tiver inquirido. Então, quero pedir a compreensão de todas as senhoras e senhores colegas, das senhoras e dos senhores Senadores. Ao mesmo tempo, apelo a todos os colegas para não interromperem – não interromperem! – a fala da colega Senadora ou do colega Senador que estiver inquirindo.

Senadora Eliziane, com a maior satisfação, 15 minutos para V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, cumprimento o senhor, cumprimento o Relator e os demais Senadores e Senadoras.

Dra. Francieli, eu inicio pelo último debate que o Renan finalizou, que é a intercambialidade.

Entre a primeira nota que foi divulgada... A primeira nota foi no dia 14 e a segunda nota no dia 15, não é isso? Nós temos uma primeira, esta, que foi recomendando no dia 14, e, no dia 15, foi publicada a segunda nota, já suspendendo essa recomendação. Eu pergunto à senhora: nesse período – porque, na verdade, nós temos aí cinco dias – foi feito algum estudo, foi feita alguma apuração do impacto a que levaram esses cinco dias acerca dessa mudança da nota?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Eu tenho aqui os resultados. Eu vou só providenciar, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não.

Aí eu vou juntar aqui acerca desses resultados que foram apresentados e, ao mesmo tempo, as medidas que foram tomadas pelo Ministério da Saúde referentes a esse período de vigência dessa primeira nota que deu exatamente aí cinco dias.

Ao mesmo tempo, doutora, já que a senhora ainda está procurando a documentação, se a senhora também, a sua pasta, o próprio Ministério da Saúde sentiu, por exemplo, alguma queda na adesão à imunização por parte das parturientes, se houve alguma queda de redução, se ficou mantida no mesmo nível, enfim... Qual a informação que a senhora tem do ponto de vista de estudo a partir da divulgação dessa nota técnica?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Vou começar da última, Senadora. Obrigada pelos questionamentos.

Não temos um estudo se houve uma redução na adesão da gestante.

E, em relação à avaliação dos dados, então, a nota foi divulgada no dia 14, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – No dia 15, a gente já pediu para retirar... Eu já comuniquei aos coordenadores estaduais que a gente ia rediscutir a nota. A nova nota saiu no dia 19. Então, ocorreram três casos antes da emissão da nota, ocorreram três casos já antes da emissão da nota.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Três casos.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Três casos. Um caso ocorreu no dia 18 de maio...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A senhora diz três casos da intercambialidade, ou seja, mesmo...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Três casos... Vamos lá, para gente não... Para a gente ter uma comunicação e as gestantes não ficarem com dúvidas e com medo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Teve 70 casos de intercambialidade em que tomaram...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mesmo sem orientação, protocolo do Ministério da Saúde?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Vamos lá. Eu já vou passar as datas. Deixe-me começar do geral para entender.

Nós temos 70 casos de intercambialidade: começou com uma vacina, completou com outra vacina. Antes da nota, nós temos 3 casos até o dia 14 de maio. Do dia 14 de maio até o dia 19 de maio, nós temos 2. A partir do dia 19 de maio, nós temos 65. Só que nós temos notificados no banco de dados apenas uma gestante como erro de imunização – que a gente orientava na questão da intercambialidade até que não saia nova orientação e ainda orienta –, erro de imunização, e ela não teve evento adverso. Então, do que está registrado, não se teve nenhum óbito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pergunto à senhora... A senhora colocou que foram 65 casos depois do dia 19. Só do ponto de vista aqui de informação, essa nota do dia 14 foi retirada totalmente do ar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Então, Senadora, é isso que eu precisaria confirmar, porque eu comuniquei aos coordenadores estaduais, mas eu já vou ver com a minha comunicação se ela foi retirada no dia 15, mas eu tinha comunicado aos coordenadores, eu enviei para os coordenadores estaduais, e, na sequência... Isso na sexta à noite.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – No sábado, quando de manhã, a assessoria de comunicação já pediu que a gente rediscutisse a nota, que o Ministro tinha pedido, porque ele estava em agenda... A gente rediscutiu, e eu já pedi imediatamente para retirar, mas eu não... Assim, eu não cuido de quem sobe para o *site*. Então, eu tenho que confirmar essa informação para te falar a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Porque eu percebo, Dra. Francieli, que, no Ministério da Saúde, existem até hoje, por exemplo, algumas notas no Ministério da Saúde fazendo orientação, por exemplo, da hidroxicloroquina, que não tem, na verdade, eficácia e há recomendações de órgãos internacionais e nacionais... Aí o que o ministério faz? O ministério apresenta uma nova. Ele apresenta uma nova, mas a outra está lá. Então, se você entra no *site* e lê a nota anterior, ela é como se fosse a atual, como se fosse verdade. Então, essa informação é importante a gente saber porque aumentaram muito os casos. A senhora colocou 3 casos, depois 2 casos, depois 65 casos, depois que a senhora já havia publicado uma nova nota. Até recomento ao Presidente da CPI que faça uma recomendação nessa linha para o ministério. Você ter uma informação lá que é errada ou está suplantada por uma nova decisão da ciência, e ela continua lá como se fosse atual.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A nota foi tirada, não tem a nota no *site*, já confirmei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ela foi retirada?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Ela foi retirada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Mas, naturalmente, ela deveria estar nos Estados de alguma forma?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Sim, mas tem no *site* a retificada. Então, hoje no *site* está a retificada, que é fazer a gestação, completar o esquema até 45 dias, desculpe, completar o esquema 45 dias depois do parto, mas já está se discutindo – e eu não sou mais a coordenadora –, já foi feita uma nota técnica esta semana, que está para assinatura, para fazer a intercambialidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora acha que caiu alguma coisa, do ponto de vista de dados, no geral acerca da imunização? Vocês têm algum dado nesse sentido? Teve algum impacto?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não tem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Não teve impacto ou não tem estudo?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não, não, não tem estudo, não tenho essa informação para lhe passar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Aliás, o Governo está muito escasso de estudos.

Dra. Francieli, o ex-Ministro Ernesto Araújo esteve aqui na CPI e, quando esteve aqui, conversou acerca da adesão do Brasil ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas pelo Covax Facility. Ele colocou que, naquele momento, houve uma apresentação de duas propostas para aquisição de vacinas: uma no percentual de 10%, uma reserva de vacina para até 50%, e outra por outros percentuais menores do que 50%. E o Brasil teria feito a opção de buscar apenas 10% da vacina, fala do ministro aqui na CPI. Foi uma decisão do Ministério da Saúde dentro da sua estratégia de vacinação. A senhora foi ouvida sobre essa estratégia?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu recebi o contrato já fechado com 10%.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Ou seja, a senhora não opinou em nada nesse sentido?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós fizemos uma nota técnica inicial do Covax com o mesmo teor da nota técnica que nós fizemos para a AstraZeneca, apontando que tinha necessidade de vacinar dentro dos cenários ou 55% da população até 95%, num cenário de incerteza. Depois veio o contrato fechado, para que a gente se manifestasse, por uma nota técnica, qual seria o grupo a ser atendido com aqueles 10%. Então, o Programa Nacional de Imunizações não participou da questão da escolha do percentual que tinha no mecanismo Covax. A primeira nota nós emitimos com o quantitativo de população que a gente precisaria vacinar para ter ou o controle da transmissão ou vacinar os grupos prioritários, num cenário de escassez de vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora era ouvida, Dra. Francieli, não especificamente para esse ponto que eu acabo de citar, no caso da Covaxin, mas em relação... Perdão, do Covax Facility, que era o consórcio, mas em relação a todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo, por exemplo, de estratégia de vacinação, a senhora era ouvida pelo ministério para trabalhar inclusive acerca da chegada dessas novas vacinas ao Brasil?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu emitia a nota técnica. O contrato chegava, e eu emitia a nota técnica, sempre favorável desde que tivesse o aval da Anvisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora falou, em uma entrevista à *Folha de S.Paulo*... Quando a senhora chegou aqui, a senhora disse assim: "Olha, eu saí por uma questão pessoal". E aí citou, por exemplo, a politização, enfim, que seu deu em relação ao enfrentamento da pandemia. E, na matéria, a senhora diz o seguinte: "Qualquer programa de vacinação no mundo, para ter sucesso, precisa de vacinação e comunicação. Eu nunca tive nenhum dos dois. Solicitei diversas vezes uma comunicação em relação às ações de vacinação e pouquíssimas vezes fui atendida". A senhora não era bem... Não era recebida com frequência pelo Ministro, por exemplo, para tratar sobre essas estratégias?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu vou relembrar aqui, Senadora Eliziane, a hierarquia à que minha coordenação é submetida. Eu sou da Coordenação-Geral... Eu era, não é? Sou ex-Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações, que está vinculado ao Departamento de Imunização, que está vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde, que está vinculada à Secretaria Executiva e ao Ministro da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Entendi.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Então, eu sou... Nessa hierarquia, eu sou o menor escalão. A minha solicitação de comunicação era sempre com o nosso Núcleo de Comunicação, onde eu tinha uma boa relação, muitas vezes de forma verbal. E o nosso núcleo sempre... As respostas que o nosso núcleo dava eram: que tinha conversado com a assessoria de comunicação, mas que não conseguia esse acesso.

Eu gostaria de ter ido falar na mídia várias vezes sobre o programa de vacinação, as ações que estavam sendo realizadas, os grupos prioritários, para a gente poder ter uma comunicação efetiva.

Então, eu fazia essa comunicação com os Estados, com os coordenadores estaduais, aos quais eu mais tinha acesso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** E tenha a certeza de como nós gostaríamos de tê-la ouvido acerca dessas estratégias. Faltou, de fato, muita comunicação no Brasil, como falta muita comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora falou dos grupos prioritários. Os critérios que foram estabelecidos... Houve, naquele momento, o episódio da reunião com a Secretaria Executiva, em dezembro, que falava acerca da mudança da previsão de vacinação para a população privada de liberdade. Houve um debate, na verdade, naquele momento. A senhora teve, na apresentação de uma estratégia de grupos prioritários, em outros momentos também, mudança de estratégia por parte do próprio ministério, da cúpula do Ministério da Saúde?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Em relação aos grupos prioritários, a gente definiu um objetivo, que era, primeiro, a manutenção da força de trabalho do setor saúde, a redução de complicação e óbito e, na sequência, a manutenção do funcionamento dos serviços essenciais. E nós colocamos também as populações vulneráveis. Uma das populações vulneráveis era a população privada de liberdade, e eu explico aqui por quê: é uma população que tem uma prevalência maior de doenças infecciosas, as condições presidiárias são muito inadequadas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... as medidas não farmacológicas são difíceis de serem executadas. Então, nós orientamos que a população privada de liberdade... Nós, quando eu digo... Eu quero que vocês entendam que essa decisão sempre foi compartilhada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Certo.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... com a Câmara Técnica, com os especialistas, com quem entende, de fato, do tema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Entendi.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – E aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Doutora, o meu tempo está...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Ah, desculpa!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Eu tenho só mais um minuto e pouco.

Eu queria juntar mais uma pergunta. A senhora pode só reduzir rapidamente, para eu poder ganhar tempo. O meu Presidente já disse que não vai dar nenhuma tolerância a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode concluir, Sra. Francieli.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Pronto! Aí nós... Aí eu fui para uma reunião para discussão da versão final do plano. Saiu a primeira versão oficial em 16 de dezembro.

Eu fui pra uma reunião e foi me solicitado que retirasse a população privada de liberdade. Eu me neguei a retirar numa reunião em que tinha algumas pessoas. Eu não vou saber citar o nome de todas as pessoas, mas tinha algumas pessoas participando. E eu falei: "Olha, se vocês quiserem tirar a população privada de liberdade, vocês vão tirar sem o aval do programa. Vocês vão fazer uma cópia agora do plano, vão ficar com essa cópia, eu vou levar a minha cópia de volta e vou emitir um SEI com a população privada de liberdade". Agora, a Secretaria Executiva tinha a autonomia se quisesse tirar – eles são superiores a mim –, mas, pelo Programa Nacional de Imunizações, não sairia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, doutora.

Pra finalizar aqui, pegando essa minha reta final de tempo, Dra. Francieli, quando a senhora... Eu fico muito feliz quando eu vejo a sua disposição pela defesa incondicional, por exemplo, das campanhas de vacinação. Eu mesma aqui, em várias audiências, lembrava isto: eu nasci, Dra. Francieli, no interior do Estado do Maranhão, e a falta de uma vacina significava a vida dessas pessoas. Eu sempre via as campanhas de vacinação na nossa infância lá, a gente ia lá, tem hoje até os memes com aquelas, meio que uma pistola no braço, enfim. Então, havia lá sempre as campanhas de vacinação. E eu vi isto claramente: a falta dessa campanha.

A senhora sentiu muita dificuldade? Qual a dificuldade que a senhora sentia em relação ao ministro, por exemplo, para colocar em prática essas campanhas? Porque a gente não viu campanha de vacinação na maior pandemia que nós já vivemos nessa geração.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O meu contato não era com o ministro diretamente, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A senhora já sentou, em algum momento, em alguma reunião, com o Presidente da República?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não, nunca conversei com o Presidente da República.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E a senhora, portanto... O ministro não seguia ou, pelo menos, quem estava no escalão superior à senhora – a senhora fez um rito aí – em relação a campanhas de vacinação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Em relação à comunicação, eu conversava com o nosso Núcleo de Comunicação, que era o meu acesso direto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** A senhora tinha dificuldades?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O Núcleo de Comunicação levava pra Assessoria de Comunicação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Doutora, a gente percebeu muita *fake news* nesse período de pandemia, não é? Associada a *fake news*, uma campanha deliberada, protagonizada pelo próprio Presidente da República, do não uso de máscara, da aglomeração. A gente via lá a presença dele clara em várias manifestações e aglomerações. Como é que a senhora via tudo isso, doutora?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Isso é público, não é? Todo mundo via isso. E aí eu repito aqui que um programa de vacinação, pra ter sucesso, precisa de comunicação. E, neste momento, nós não temos uma vacina 100% eficaz, nós estamos ainda com circulação importante do vírus no País e é importante, então, que a gente continue utilizando as medidas não farmacológicas. Isso é de extrema importância. Qualquer pessoa que faça isso numa direção contrária, eu acredito, minha opinião pessoal, que possa trazer prejuízos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Doutora, eu quero finalizar dizendo – como mulher que sou e ouvindo toda a sua exposição, a sua competência técnica, que é notória pra todos que estão realmente aqui acompanhando – que o Governo parece que não gosta de pessoas que tenham competência técnica pra assumir uma determinada pasta. Alguém pode dizer: "É, mas o Governo não a demitiu da função, ela própria pediu a demissão". Mas me parece que alguns, quando não são demitidos, são levados a pedir a denúncia, ou melhor, a demissão dos seus determinados cargos. Então, pra mim é muito lamentável que isso realmente venha a acontecer.

E quero finalizar perguntando à senhora o porquê da decisão de não aceitar, por exemplo, não querer uma acareação com a Luana. A senhora foi ao Supremo, pediu aí um *habeas corpus*, teve uma suspensão, por exemplo, dessa acareação que a gente faria aqui na CPI.

E mais uma vez muito obrigada e os meus cumprimentos pelo seu trabalho no PNI.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu não entendo as questões jurídicas e eu fui orientada pelo meu advogado, mas o que eu entendo da acareação é que, para você ter uma acareação, você precisa primeiro ser ouvida. Então, em virtude disso, em conversa com o meu advogado, eu segui essa orientação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A senhora pode mudar de ideia depois de hoje, para aceitar uma acareação?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Se houver requerimento, eu estou à disposição. Agora, o tema foi amplamente debatido... Eu não tenho problema nenhum. Sabe qual é o a minha a minha preocupação? É a gente colocar em dúvida a vacinação de um grupo tão importante; a gente vir aqui discutir um tema que já está indo para uma boa consolidação. Então, isso me preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Francieli.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aliás, a senhora lembra o nome da pessoa que pediu pra senhora tirar as pessoas lá do grupo de... Que estão com privação de liberdade?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Quem pediu para tirar o grupo de população privada de liberdade foi o Coronel Elcio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Coronel Elcio... Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado.

E a senhora lembra... E aí, já de imediato, passando para o próximo e, assim, de antemão só expressando que fica claro, inclusive pela importância do vosso depoimento nesta Comissão, que não terá necessidade alguma de qualquer tipo de acareação. Nós queremos agradecer as suas contribuições...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, o Coronel Elcio manda tirar grupos prioritários e o Coronel Elcio manda tirar lâmina de apresentação das redes sociais, ou melhor, de apresentação dentro do Palácio – a gente ouviu isso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E negocia vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A gente precisa ouvir o Coronel Elcio, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, com certeza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... novamente nesta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso sim, isso sim. Isso, sim, será importante.

E ele negocia vacina também, Senadora. Também negocia a vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E ainda negocia vacina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Dra. Francieli, só na pergunta da Senadora Eliziane, só uma questão: que dia foi essa reunião pedindo a retirada dos presidiários do PNI?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Olha, eu não tenho a data exata. O plano saiu no dia 16 de dezembro, então foi um pouco antes. Foi na primeira quinzena de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Primeira quinzena de dezembro...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Dentro dessa margem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É só bom lembrar, Presidente, isto é importante para o Brasil ouvir: presidiário recebe visitas, recebe a esposa, recebe os filhos, recebe os familiares. Contaminados, eles vão contaminar também as pessoas que estão em casa, inclusive as suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A informação que a senhora prestou agora é muito valiosa para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero agradecer à Senadora Eliziane por isso, inclusive entregando mais uma responsabilidade à operacionalização feita pelo Coronel Elcio Franco. Se tem alguém que eu não tenho dúvida de que deve constar como um dos indiciados desta Comissão Parlamentar de Inquérito, é esse senhor.

Prosseguindo, Senador Otto Alencar no sistema remoto; em seguida, será o Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Exa.

Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estamos, Senador Otto, pode prosseguir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Pois não.

Para começar, vou saudar todos os Senadores e Senadoras que estão participando desta oitiva da Dra. Francieli.

E começo um questionamento, Dra. Francieli: quando o Ministro Marcelo Queiroga esteve sendo ouvido nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu o questionei a respeito da questão das vacinas e do intervalo entre as vacinas. Eu perguntei ao Ministro Marcelo Queiroga por que ele alterou o intervalo da vacina da Pfizer, que na bula tem 21 dias para sua aplicação, e passou para 90 dias. Ele não soube responder por que ele fez isso. E eu pergunto agora à senhora se a senhora concorda que se deva utilizar a segunda dose com 90 dias ou seguir o que está pré-estatuído na bula da Pfizer, que prevê a vacinação da segunda dose depois de 21 dias.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Muito obrigada pela questão.

Em relação aos intervalos, essa discussão também foi feita no âmbito da câmara técnica. Qual era o objetivo naquele momento? A gente avaliou os estudos que já tinham; estudos de efetividade, que são estudos de mundo real, depois que a vacina já foi licenciada. E nós tínhamos ainda um quantitativo bastante limitado de vacina – a vacina da Pfizer começou a chegar no início de maio. Em virtude disso, optou-se por fazer o intervalo de 90 dias com o aval da câmara técnica, porque existiam estudos em relação a isso que mostravam a efetividade dessa vacina com a primeira dose, já uma efetividade alta. Então, optou-se por imunizar mais rapidamente essa população... Optou-se por vacinar mais rapidamente.

Essa recomendação, Dr. Otto, se encontra no Décimo Quinto Informe Técnico, 17ª Pauta de Distribuição.

Então, tiveram estudos publicados nos Estados Unidos e no Reino Unido. Eles revelaram uma elevada efetividade após a primeira dose da vacina. Em trabalhadores de saúde e outros trabalhadores de frente nos Estados Unidos, a efetividade foi estimada de 80% a 90%... Em 80%, com intervalo de confiança de 59% a 90%, com uma dose da vacina.

Na população de idosos acima de 70 anos do Reino Unido, a efetividade para redução do risco de hospitalização ficou em cerca de 80%, e 85% para redução do risco de óbito por Covid. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetividade indireta da primeira dose da vacina foi avaliada ainda em estudos de transmissão intradomiciliar, identificando uma redução de 40% a 50% na transmissibilidade intradomiciliar.

Então, com esses estudos, com esses resultados, com o estudo importante do Reino Unido orientando então 12 semanas... O Canadá orientava 16; a OMS já tinha mudado para 6 semanas; e nós resolvermos optar por 12 semanas também por questões operacionais, além dos resultados de vacina, porque a gente tinha já a AstraZeneca com 12 semanas e, num país continental, você ter as vacinas com os mesmos intervalos você reduz também os riscos de erros de imunização. Então, foi baseado também em ciência a utilização desse intervalo maior de 12 semanas.

Estamos avaliando a efetividade das vacinas no País e qualquer resultado que faça com que o programa tenha que rever a sua orientação nós estamos dispostos, porque ciência é isso: à medida que avança o conhecimento, há necessidade de a gente olhar, parar e muitas vezes reindicar a nossa estratégia de vacinação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Eu pergunto à senhora: se houvesse vacina disponível, a senhora optaria por 21 dias ou por 3 meses?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Neste momento, Senador Otto, as 12 semanas foram inclusive elogiadas pela OMS. Teve a participação num grupo da...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Sim, mas a pergunta não é essa. Se a senhora optaria...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Utilizaria 12 semanas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** A senhora não faria com 21 dias?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Faria com...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Esse intervalo... Esse intervalo, de primeira dose para segunda dose, de 90 dias, a senhora tem confirmação de que a pessoa que recebe a primeira dose vai ter formação de anticorpos neutralizantes? A senhora tem algum estudo sobre isso?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Sim, nós temos estudos sobre isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Qual estudo a senhora tem, por favor? (*Pausa.*)

Qual estudo? De que...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Só um momento, Senador Otto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – De que laboratório? De que universidade? Qual foi o país que fez esse estudo?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu estou com um assessor técnico aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque eu não tenho esse estudo aqui. Já pesquisei – desculpe, minha senhora. Eu já pesquisei e não conheço nenhum estudo que possa confirmar que a primeira dose da Pfizer...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Senador Otto, nós estamos buscando a referência para o senhor. A gente encaminha para o senhor. Eu estou com um assessor técnico aqui.

A gente verificou que, aumentando o intervalo para 12 semanas, aumenta o título de anticorpo neutralizante.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olha, eu não tenho nenhum... Eu pesquisei isso, inclusive com outros infectologistas de renome, e não conheço um estudo que possa mostrar que, dada a primeira dose, até 90 dias, as pessoas possam ter anticorpos neutralizantes. Então, eu não conheço esse estudo. Gostaria que a senhora, se por acaso tiver o estudo, nos encaminhe, com uma comprovação científica, qual foi o país onde foi feito isso, qual o laboratório, qual o ministério da saúde que...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós vamos compartilhar, Senador Otto, o levantamento bibliográfico com o senhor, tá?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é, mas eu digo à senhora, com toda a convicção, de que era muito mais seguro vacinar com 21 dias, dar a segunda dose com 21 dias do que com 3 meses ou 90 dias. O que aconteceu nesse caso é que o Ministério da Saúde, o Ministro da Saúde optou por dar a primeira dose para aumentar o número de vacinados...

Sr. Presidente, eu não posso... Sr. Presidente, eu não posso inquirir à doutora se ela toda hora não presta a menor atenção. Eu gostaria que ela... Ela está com o assessor do lado, mas está difícil para falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria para que, quando ele estivesse perguntando, a senhora... Depois que ele perguntar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque fica aí...

Então, Dra. Francieli, eu não conheço nenhum estudo nesse sentido.

O que aconteceu na verdade – e, enfim, isso não foi determinação, iniciativa da senhora – é que, não tendo a primeira e a segunda dose para atender ao que está pré-estatuído na bula, o que é que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito? Foi feita a primeira dose para aumentar o número de pessoas vacinadas – certo? –, o número de pessoas vacinadas, e dizer: "Olha, o Brasil já vacinou 70 milhões, 80 milhões de pessoas" – certamente dando essa sensação da imunidade total, da imunidade celular total, quando isso não aconteceu. Isso é muito grave. E sempre nós víamos, por parte das pessoas do Ministério da Saúde e, inclusive, do próprio Ministro, dizendo que...

Sr. Presidente... Sr. Presidente, não dá para falar com a doutora, porque ela não está prestando atenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Dra. Francieli, se a senhora for prestar atenção, eu vou continuar; senão, eu vou até agradecer ao Presidente e não vou continuar.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu estou prestando atenção, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, o que aconteceu, na verdade, é o seguinte: "Vamos vacinar a primeira dose, estender o prazo da segunda dose. Com isso, nós teremos um número muito maior...". Não foi a senhora que fez isso ou quis isso. Isso foi uma coisa do Ministério da Saúde, talvez até do próprio Ministro Marcelo Queiroga, até porque, quando eu perguntei isso para ele, ele não tinha resposta para dar, ele não tinha nenhuma posição para dar a respeito do tema. Então, isso ficou com uma fragilidade muito grande de se dar a primeira dose e não seguir a bula. Qual é o médico, qual é a enfermeira – a senhora é enfermeira – qualificada que não segue a bula de uma vacina ou de um medicamento? Tem que seguir perfeitamente aquilo que está na bula. Tanto eu acho que foi uma coisa temerária que tem alguns casos já notificados de pacientes que tiveram a primeira dose, não tomaram a segunda no tempo previsto e tiveram a forma grave da doença, foi uma pneumonia virótica, também uma tromboembolia.

Quanto a isso é que eu queria perguntar a senhora... E agora lhe pergunto: essa orientação foi dada pela senhora ou pelo Ministro da Saúde? Porque, quando eu perguntei ao Ministro, o que ele me falou, doutora? Ele disse o seguinte: "Não, é a instituição, é a diretoria que orientou assim". A diretoria é pessoa jurídica, quem orienta é pessoa física. Eu quero perguntar se foi o Ministro ou se foi a senhora ou alguém no nível hierárquico superior da senhora. Eu não estou aqui, de maneira nenhuma, querendo colocar isso para deixar a senhora em dificuldade, até porque a senhora tinha pessoas, do ponto de vista hierárquico, superiores à senhora. Isso eu quero perguntar. E o Ministro não soube me responder, disse que foi o órgão. O órgão, pessoa jurídica não orienta, não dá orientação para vacinação da primeira e da segunda dose. Eu quero perguntar para a senhora: quem foi que deu essa orientação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Senador Otto, o Programa Nacional de Imunizações, em discussão com a câmara técnica, resolveu fazer o intervalo de 12 semanas.

Eu gostaria de citar o documento aqui da OMS, um *position paper*: "Recomendações provisórias para o uso da vacina Pfizer nessa questão da emergência". Então, tem um item aqui, Sr. Otto, que fala: "Considerações para adiar a segunda dose em ambientes com fornecimento limitado em vacina. Estudos pós-segunda dose mostraram que a imunogenicidade em termos de anticorpos neutralizantes é aumentada com o intervalo interdoses mais longo para 12 semanas, destacando que intervalos interdoses estendidos resultarão em uma boa resposta imunológica, mesmo em adultos mais velhos".

Então, isso saiu há poucos dias. Se o senhor quiser que eu compartilhe com o senhor, eu posso compartilhar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pois não.

E a outra pergunta que eu queria fazer à senhora é sobre a questão das grávidas e puérperas. Algumas grávidas e puérperas que tomaram a vacina AstraZeneca e tomaram a segunda dose de outra vacina foram a óbito. Isso aconteceu em abril e aconteceu em maio. Essa questão é uma questão que está sendo muito discutida. A senhora deve saber, como profissional de saúde tanto quanto eu, que é doloroso nós termos um país com quase 530 mil óbitos.

Doutora, a senhora... Eu não terminei porque a senhora interrompeu com o seu assessor. Eu queria perguntar à senhora...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Desculpe-me. Desculpa, Senador. Fique à vontade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, não. Sem problema.

Então, ouça bem, aconteceram óbitos em abril, em maio. Não foram notificados todos, mas foram várias grávidas que tomaram a primeira dose da AstraZeneca, tomaram a outra, segunda dose, vacinas com princípios de formação diferentes um dos outros, um por ativação do vírus, outro por RNA mensageiro, e esses casos todos, quando nós perguntamos ao Ministro Queiroga, ele não soube responder o porquê.

Quando eu fiz o requerimento para a senhora fazer uma acareação com a Luana Araújo, era exatamente por isso, porque me parece que a Luana não aceitava, de maneira nenhuma, a orientação que era dada pelo Ministério ou pelo Ministro para fazer diferente do que está sendo feito agora. Infelizmente, essa acareação não aconteceu, mas eu queria perguntar à senhora: tem segurança, tem alguma segurança...? Tem algum estudo que possa demonstrar que uma paciente que toma AstraZeneca pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomar a segunda dose de outra vacina? Eu quero saber pelo seguinte... O estudo, Dra. Francieli... A senhora sabe o que é casuística, não é?

Dra. Francieli... A senhora sabe o que é... O que é casuística? A senhora pode me responder o que é casuística?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Companheiro Otto, é porque ela está buscando as informações que V. Exa. está solicitando. Tenha tranquilidade aí, meu amigo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, eu não estou...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Senador Otto, eu vou começar pelos dados epidemiológicos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Quem que foi que falou? Foi o Marcos do Val?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu vou começar pelos dados epidemiológicos.

Eu até gostaria, Senador, que você fizesse para mim...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, eu perguntei à senhora... Que a senhora definisse o que é...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... você encaminhasse para mim a questão de onde foi que essas mulheres faleceram.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pois não. Pois não.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A gente faz um monitoramento de eventos adversos pós-vacinação e a gente faz essa avaliação. Então, é importante, Senador Otto, que o senhor envie para mim esses dados, para que a gente possa fazer o monitoramento.

Em relação a casos de intercambialidade...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Agora, eu perguntei à senhora, Dra. Francieli...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Deixa, por favor, eu responder...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, não foi isso que eu perguntei, doutora... Por favor, não é isso, não. Eu perguntei à senhora sobre casuística. A senhora sabe o que é casuística? Por favor me responda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – É avaliação de casos particulares.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** De quantos casos mais ou menos?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não tem isso definido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Ou seja, para se fazer a mudança da primeira vacina para a segunda, tinha que se fazer testes, tinha que se fazer experimentos. Não poderia fazer de forma aleatória...

O que é casuística? É o conhecimento da aplicação de uma medicação em um grupo de pessoas que será acompanhado e testado até o final, para ver o resultado. Não fizeram casuística nenhuma nisso, não tem número de casos testados entre a AstraZeneca e a Pfizer ou o que foi depois, a CoronaVac. Ou seja, só se poderia fazer isso, doutora, se fazendo teste, acompanhando o doente, não poderia ser aleatório você dar a primeira dose e deixar ver o que é que vai acontecer e depois dar a segunda dose.

Então, essa é uma situação gravíssima, e não é culpa da senhora, não, doutora. É do Ministério da Saúde. Primeiro, o Ministro Pazuello, quando ele começou logo ali, e agora com o Ministro Queiroga. Isso tem que ter normas. Tem que ter normas de verificação dos casos.

O que é que eu quero dizer à senhora... A senhora não tem culpa disso, não. Eu estou apenas lhe dizendo... A casuística é o seguinte: teria que fazer o teste, dizendo: "Olha, eu vou dar a primeira dose da Pfizer e vou dar a segunda dose de outra vacina e vou acompanhar a paciente em permanente vigilância, saber quais são as reações que ela vai ter, se ela teve alguma reação, se não teve" – como se falou que poderia dar inclusive tromboembolia mesentérica.

Então, essas coisas todas... Fizeram um laboratório, que foi a mesma coisa – a senhora não tem culpa, repetindo –, a mesma coisa que fizeram no Amazonas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente, nós vamos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** ... a questão da imunidade coletiva: "Deixa ter a doença". Ou seja, foi tudo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Presidente, eu vou pedir a V. Exa... O tempo já está esgotado; nós vamos ficar até as 16h... Com todo o respeito ao Senador Otto, mas nós estamos tendo aula aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho. Deixa o Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Antes era presencial; agora é EAD.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Rogério, eu queria dizer a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Sra. Francieli.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que quando V. Exa. dá aula de Direito aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que o Senador Otto... Senador Otto, está garantida a palavra para o senhor. Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Marcos Rogério, quando V. Exa. dá aula de Direito, eu, com toda a educação que tenho, fico calado. Apenas, o meu questionamento, Senador Marcos Rogério, é médico, é científico, porque pessoas morreram, mas vocês, do Governo, banalizaram a vida, a vida de uma parturiente. Não interessa que ela vai a óbito com o filho – nem o próprio filho se salvou. Vai a óbito, não interessa; não interessam 530 mil óbitos. A Dra. Francieli recebeu ordens do Ministério da Saúde, e ela, inclusive, deveria ter recusado, ou até recusou, que agora saiu, mas não foi feito isso. Em medicina, a casuística ou número dos casos verificados, tratados e acompanhados é fundamental. Isso é de universidade, é de ciência.

É isso que eu quero colocar. Fizeram a primeira dose para aumentar o número de pessoas vacinadas de forma incorreta.

A senhora não tem absolutamente nenhuma culpa; a senhora falou que tinha, acima da senhora, várias pessoas hierarquicamente superiores, inclusive o próprio Ministro, e aconteceu o que aconteceu.

Eu quero agradecer e dizer de novo ao Marcos Rogério, Senador: quando ele dá aula de Direito – inclusive é um notório conhecedor da lei –, eu fico caladinho, porque eu não sei discutir isso. Agora, também não o interrompo.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu poderia responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Eu vou lhe dar... Vou garantir a palavra à senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério, pediria a V. Exa. para que a gente passasse diretamente à nossa convidada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente, Presidente. Eu não vou contraditar o Senador Otto, por quem tenho respeito, e, na medicina, nos temas de medicina, obviamente que eu gosto sempre de ouvi-lo. É apenas em razão do tempo, porque a gente está hoje tendo esse cuidado, para a gente não extrapolar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senadora Francieli... Dra. Francieli, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem sabe, Presidente – quem sabe?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Eu gostaria de, respeitosamente, dizer que o Senador Otto está enganado. A questão da intercambialidade já era feita na Alemanha, na França, na Suécia, na Noruega, na Finlândia e na Dinamarca. Já saíram pré-publicações e publicações. Nós temos um estudo na *The Lancet*: "Vacinação de Covid-19 com reforço heterólogo: dados iniciais de reatogenicidade", mas eles avaliaram também a questão da imunogenicidade.

Nós temos outro estudo de "Reatogenicidade de imunização homóloga e heteróloga de primeira dose e reforço com a vacina da Pfizer e a vacina da AstraZeneca, um estudo de corpo e prospectivo". Esse estudo é um *preprint*. Nós temos ainda um estudo "Reatogenicidade e imunogenicidade da vacina da Pfizer em indivíduos que receberam a primeira dose da AstraZeneca, resultados iniciais de um ensaio de Fase II, adaptativo randomizado".

Nós temos ainda um estudo: "A vacinação heteróloga da AstraZeneca com a Pfizer induz potentes respostas de anticorpos neutralizantes e reatividade de células T". Isso é o título do artigo. É também um *preprint*.

Nós temos ainda uma resposta rápida do...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora podia, doutora, pelo menos dizer...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Só um minuto.

Nós temos ainda uma resposta rápida...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora podia, Doutora, pelo menos dizer as datas.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Só um momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... uma resposta rápida do comitê assessor nacional de imunizações...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora podia pelo menos dizer as datas?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... que intercambialidade de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque o óbito aconteceu em abril...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... vacinas Covid-19.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas isso é coisa de agora.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O Canadá já orienta a segunda dose, então nós temos... É importante deixar isso claro, porque dissemina informações que não são adequadas para a população, traz medo para a população.

Então, nós temos ainda outros estudos: regimes de vacina heteróloga contra a Covid-19, da *Lancet* – a *Lancet* é uma revista renomadíssima –; imunogenicidade e reatogenicidade em uma vacinação primária, reforço com a Covid-19 em vacinação heteróloga, mais um *preprint*. Nós temos segurança, reatogenicidade e imunogenicidade da imunização homóloga e heteróloga, também um *preprint*.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar a ela...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O estudo alemão não mostrou reatogenicidade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... se esses estudos são em puérperas e grávidas, Doutora Francieli. Esses estudos são em puérperas e grávidas? A senhora me responda, por favor.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Esses estudos são em população geral.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ah, sim! Mas não são em puérperas e grávidas. Eu me referi a puérperas e grávidas.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Esse é um conceito bem definido, Sr. Otto, na Vacinologia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não tem estudo no mundo nenhum em puérperas e grávidas. Não existe nenhum estudo no mundo da aplicação por intercambialidade com puérperas e grávidas, Dra. Francieli – não existe. A senhora falou de uma maneira geral: adultos, idosos... Mas eu queria saber se o estudo foi feito com puérperas e grávidas. Então, não é isso aí. A senhora está falando uma coisa que não corresponde à realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E me perdoe eu ser franco com a senhora, mas não tem estudo nenhum feito deste jeito, com intercambialidade com puérperas e grávidas.

É isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Eu vou passar ao próximo.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Dra. Francieli, seja muito bem-vinda aqui à nossa CPI.

Eu queria começar... Eu vi que V. Sa. manifestou-se dizendo – não sei se explicitamente, mas implicitamente – que teria havido um atraso intencional na formulação do plano nacional de imunização em relação à Covid-19.

Ao lado disso, nós temos aqui debatido muito, e eu sou defensor da ideia de que o Governo adotou, como estratégia para o enfrentamento à Covid-19, a ideia de permitir a contaminação o mais ampla e o mais intensa possível da população, na expectativa de produzir uma quantidade de pessoas imunizadas pela doença que fizesse com que se cessasse a circulação do vírus, algo que pode ser admitido para uma gripezinha, mas que, para uma doença como a Covid-19, na minha avaliação, é uma atitude criminosa, um crime com dolo eventual.

Bom, eu pergunto se V. Sa. concorda com essa ideia da imunidade de rebanho produzida por transmissão. Qual é a sua opinião sobre isso? Eu só peço que seja bem breve, porque eu tenho muitas perguntas a fazer à senhora.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Eu concordo... Eu não concordo, não concordo com imunidade por infecção natural. Não concordo. Nós tínhamos uma doença que a gente não sabia qual era o nível de gravidade dela, então tendo uma vacina é a melhor forma para a gente conseguir trabalhar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E a senhora acha que, de alguma forma, o Governo adotou essa estratégia?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Senador, isso não é da competência da minha área técnica. A minha área técnica trabalha com vacinação. Então, qualquer posicionamento contrário à vacinação não vai ser aprovado por um Programa Nacional de Imunizações sob minha coordenação. Mas eu não precisaria me manifestar, não gostaria de me manifestar sobre o tema, porque não é da minha área técnica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Entendo. Na verdade, é uma estratégia global de enfrentamento ao problema.

Mas eu pergunto a V. Sa., ainda trazendo o tema da Covax Facility... Pelo que eu entendi – e nós já tínhamos essa compreensão –, a decisão do quantitativo de compras do consórcio promovido pela OMS não foi uma decisão técnica, não foi uma decisão do plano nacional de imunização, foi uma decisão dos negociadores junto à Organização Mundial da Saúde. Confere essa minha avaliação?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Foi. O PNI não teve participação na definição do percentual. O PNI, quando estavam fechados os 10%, precisou se manifestar quais grupos seriam atendidos. Mas, inicialmente, numa nota da Covax que a gente fez, a gente fez embasando a vacinação da população por meio de um controle coletivo e, se não tivesse condições de fazer isso, que a gente trabalhasse com os grupos prioritários.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Relator, isso é muito grave. Nós confirmamos aqui uma questão que há muito nós temos trabalhado e a demonstração de que a decisão da aquisição de vacinas do Covax se deveu não a critérios técnicos, mas a critérios econômicos, políticos.

A outra pergunta que eu faço ainda em relação a esse tema do Covax Facility diz respeito ao seguinte: durante esse processo de discussão e negociação, a senhora chegou a discutir com o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde sobre esse posicionamento do Brasil em relação a essa compra?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu perguntei verbalmente se a gente ia aderir, porque inicialmente era para 20%, e o que me foi respondido é que não era para se investir todos os ovos na mesma cesta, um linguajar assim, que não poderia se investir em tudo isso, porque era um investimento de risco. Foi verbalmente, não foi formalmente. Foi o que eu fiz.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

V. Sa. viu uma matéria que saiu no jornal *O Globo* retratando comunicação que teria sido feita entre o Ministério da Saúde e a própria OMS, onde dizia textualmente que o Brasil só iria buscar o número de vacinas para atender o que se chama grupos vulneráveis? A senhora acompanhou essa matéria?

Eu queria pedir só um pouquinho...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem, essa matéria saiu e diz claramente que o objetivo do Brasil em buscar vacinas era para atender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meramente o que eles consideravam grupos vulneráveis, ou grupos que incluíam idosos. Enfim, esse é um outro ponto muito grave e muito sério desse encaminhamento que o Governo deu até agora, nesse processo.

Bom, a outra pergunta que eu faço a V. Sa.: V. Sa. disse que participou de uma reunião em que o tema Covaxin foi discutido. Aliás, o Relator já lhe perguntou sobre isso; eu queria só ter certeza. Nessa reunião, a senhora ouviu alguma referência a preço das vacinas, possibilidade de que essa vacina custasse US$10 a dose?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Se foi falado, eu não me lembro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Dessa reunião, participava o Sr. Roberto Dias, que era o Diretor de Logística; a senhora lembra?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Não lembra.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não, não participou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Não participou, ótimo.

Pergunto também a V. Sa. o seguinte: a senhora foi ouvida ou chamada para debater essa proposta de venda de vacinas, compra e venda de vacinas pelo setor privado?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Esse cidadão Carlos Wizard chegou, em algum momento, a procurar V. Sa. para debater esse tema?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Certeza absoluta de que não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Não.

Pergunto ainda a V. Sa.: no final do ano, se vendeu... Os mesmos teóricos que defenderam a ideia de que essa pandemia deveria ser enfrentada por meio da transmissão massiva, contaminação da maioria da população para o desenvolvimento de uma imunidade natural, fizeram uma previsão, aliás, eles previam, todo dia, que a pandemia ia acabar: previram em abril, previram em maio, em junho, em julho e, em dezembro, o próprio Presidente da República, numa *live* que ele fez, dizia que o vírus tinha ido embora. Isso coincidiu exatamente com o tempo em que várias tentativas de negociação estavam sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feitas entre empresas que queriam vender vacinas para o Brasil e o Governo, ou seja, havia, naquele momento, quem, dentro do Governo, imaginasse que a pandemia estava terminando.

A senhora estabelece alguma relação entre esse tipo de avaliação e a inoperância, a omissão do Governo na aquisição das vacinas?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu não participei desse processo, nunca fui consultada sobre imunidade natural, até porque o Programa Nacional de Imunizações trabalha com vacinação; então, é a imunidade por meio da vacina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas a senhora ouviu esse diagnóstico de que a pandemia da Covid-19 estava acabando.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O.k.

Eu quero, por último, perguntar a V. Sa.: nos últimos dias, o Presidente da República, que já causou prejuízos irrecuperáveis ao nosso País, por conta das posições preconceituosas que ele adotou em relação a algumas vacinas, em especial a CoronaVac, voltou a atacar essa vacina, fez aí manifestações dizendo que essa vacina não servia, que não sei o quê... A senhora tem, dos seus estudos técnicos, uma avaliação – ou pelo menos da análise de estudos técnicos que foram feitos, inclusive naquela cidade do interior de São Paulo – que possa nos dar uma avaliação da eficácia, da segurança da CoronaVac? E esse tipo de manifestação ajuda ou atrapalha o enfrentamento à pandemia?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós não recebemos os dados de Serrana, mas teve um estudo até publicado pelo Secretário Wanderson, em que ele mostrou que houve uma redução na questão de hospitalização e óbito, que a vacina estava se propondo àquilo a que ela veio. Então, ele mostrou um pouco esses resultados, mas não foi mandado nada oficialmente. Eu também não lembro agora na íntegra os resultados, mas a vacina foi aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, passou pelos estudos de eficácia e segurança e, então, é uma vacina que serve, sim, para o Programa Nacional de Imunizações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O.k.

Eu agradeço a V. Sa.

Quero aqui apenas fazer um registro. Cada vez que nós debatemos esse tema vacina, nós ficamos cada vez mais convencidos de que a condução que este Governo deu ao tema aquisição de vacinas, vacinas que são a luz no fim do túnel do enfrentamento e da superação desta pandemia, foi uma condução trágica. Olhem que nós sequer conseguimos superar 15% da população brasileira vacinada – aliás, nem 14% – com as duas doses, e os resultados são gritantes: a quantidade de casos diminuiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significativamente, a quantidade de mortes diminuiu significativamente. E, a não ser que esta variante Delta se torne um pesadelo para nós, tudo indica que nós estamos caminhando para a possibilidade de superação do problema, apesar dessa vacinação a passos de tartaruga que nós temos sendo realizada aqui no nosso País. E, quando nós vamos analisar a postura, o procedimento que o Governo teve em relação a isso, a nossa conclusão só pode ser esta: foi uma coisa marcada por equívocos, como a rejeição às ofertas que foram feitas pela Janssen, pela própria Pfizer, as tentativas de boicotar a vacina produzida pelo Butantan, a CoronaVac, que é de conhecimento público que é eficaz, que é segura, que tem salvado vidas importantes... Enfim, o Governo não se manifestou. No entanto, quando se trata de vacinas onde há intermediários, onde há empresas que não têm qualquer idoneidade e que se apresentam como representantes de vacinas estrangeiras, o Governo é extremamente rápido para fazer isso.

Vejam: para a Pfizer foram trezentos e trinta e poucos dias. Para a Covaxin, nós tivemos aí um prazo recorde, eu acho que não chega a 97 dias. Qual a justificativa desse tipo de coisa se uma já tinha a aprovação mundial, sendo aplicada em vários lugares com bons resultados, e a outra não tinha a Fase 3, não tinha aprovação pelo órgão de regulação. Aqui se dizia que só se compraria vacina com aprovação do órgão de regulação, que não se pagaria antecipadamente, e, no entanto, nós estamos aí mergulhados num verdadeiro escândalo. E esse escândalo precisa ser aprofundado em termos da sua investigação, porque não é justo que 528 mil pessoas tenham perdido suas vidas e, no meio disso, existam oportunistas, ladrões do dinheiro público, que tentaram se beneficiar com a aquisição desse bem tão relevante para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora pode ir ao toalete, por favor.

A Sra. Francieli pediu para... Enquanto ela está lá, eu queria falar algumas coisas aqui. O Presidente da República, Presidente Jair Bolsonaro, como de costume, passou 50 minutos no cercadinho, um cercado que ele utiliza para assacar contra a honra dos outros e, de forma vil, me coloca como se eu tivesse desviado 160 milhões. Não sei onde ele ouviu isso, mas, infelizmente, como ele se informa através de compadre, de compadrio, de coisas pequenas, a gente releva.

Presidente, eu lhe desafio a procurar um processo em que eu seja réu ou denunciado. V. Exa. precisa procurar. O senhor já mandou os seus agentes de informação vasculharem minha vida toda, eu não tenho dúvida disso. Até proporciona, pateticamente, falas contra a ciência, porque agora a Dra. Francieli está confirmando para o Brasil aquilo que a gente vinha falando sempre: nem propaganda de vacinação esse Governo quis fazer.

Eu nunca lhe chamei de genocida, eu nunca lhe acusei de ser ladrão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Chamou de que, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De genocida. Não, ele disse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De que mesmo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Chamou de genocida?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu nunca o chamei de genocida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu nunca o chamei de ladrão, eu nunca disse que o senhor fazia rachadinha no seu gabinete.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fazia o que, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rachadinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rachadinha, rachadinha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu nunca acusei o Presidente da República de rachadinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rachadinha é aquela prática de dividir salário dos assessores, não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

E o senhor vai para o cercadinho, onde devem ficar pessoas que não têm conteúdo para debater a crise nacional, superficialmente jogando ao léu palavras que assacam contra todo mundo.

Presidente, eu não prejulgo, não estou nem lhe prejulgando, mas hoje, eu, o Vice-Presidente e o Relator estamos mandando uma pequena carta para o senhor, para o senhor dizer se o Deputado Luis Miranda está falando a verdade ou está mentindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Faz 13 dias, e ele não respondeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não responde. Passa 50 minutos querendo desqualificar a CPI. Mas é só uma resposta, Presidente, só uma que o Brasil quer ouvir de Vossa Excelência!

Senhor Presidente, chefe desta grande Nação brasileira, na qual Vossa Excelência, como Presidente... Tem várias pessoas que torcem pelo seu Governo, como eu torço para que o Brasil dê certo. Por favor, Presidente, diga para a gente que o Deputado Luis Miranda é um mentiroso! Diga! Diga à Nação brasileira que o Deputado Luis Miranda está mentindo, que seu Líder na Câmara é um homem honesto! Vossa Excelência está perdendo uma oportunidade.

Faz 12 dias hoje que o Presidente, diariamente, no hábitat dele, no cercadinho, que é o hábitat do Presidente do Brasil, fala à Nação de uma forma a assacar contra todo mundo!

Presidente, não é o senhor que vai parar esta CPI. A CPI vai se aprofundar. Não tenho nem uma linha para falar sobre Vossa Excelência em relação a roubo, a ser genocida. Eu o acuso de ser contra a ciência – isso aí está claro. Eu o acuso de não querer fazer propaganda para a vacinação do povo brasileiro. Eu o acuso de tentar desqualificar as vacinas que estão salvando vidas. Disso eu o acuso, porque isso é verdade, isso é científico. Não o acuso de ser ladrão, não o acuso de fazer parte de rachadinha. Não o acuso de outras acusações, como as de genocida – nunca falei isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu sou testemunha, Presidente. O senhor nunca chamou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nunca! Não teve uma vez...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor nunca o chamou de ladrão de vacina. Isso, o senhor nunca falou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ontem... Ontem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... nem de rachadinha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sempre não misturei as Forças Armadas com alguns que estão a serviço desse Governo, tanto é que, quando o General Pazuello esteve aqui... Podem procurar no depoimento todo, que eu o chamo de "ex-Ministro da Saúde". O General Paulo Sérgio é testemunha, porque, quando entrou em contato comigo dizendo que o Pazuello tinha estado em contato com pessoas que tinham Covid... Ele pediu 14 dias para poder vir depor, e eu, na mesma hora, disse que sim. Disse ao General Paulo Sérgio, que foi comandante no Município de Tefé, no Estado do Amazonas, e serviu por 12 anos no nosso Estado, assim como o General Heleno, assim como o Vice-Presidente Mourão, assim como o General Villas Bôas, assim como outros grandes oficiais que serviram ao povo do Amazonas e à Amazônia... Eu nunca confundi as coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, a sua palavra é forte. Vossa Excelência me acusa de uma coisa que eu não cometi. Eu nunca o acusei de absolutamente nada aqui na Presidência desta CPI. Por isso eu lhe faço um desafio: Vossa Excelência procure uma denúncia contra mim ou procure para ver se eu sou réu em alguma acusação. Não há, Presidente! Sabe por que não há? Porque não tem fatos que comprovem absolutamente nada contra a minha pessoa. Por isso é que eu tenho a altivez de estar aqui, conduzindo isso com o maior equilíbrio que eu possa ter, mas eu peço a V. Exa.: quando estiver no cercadinho, pense duas vezes no que vai falar. Presidente, o senhor é o chefe de uma grande nação, dê o exemplo, dê o exemplo para o bem do Brasil.

Eu passo a palavra ao Senador Randolfe, pra que, por 15 minutos, possa inquirir nossa depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente. Muitíssimo obrigado.

Dra. Francieli, boas-vindas desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao seu advogado.

Cumprimentos, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Dra. Francieli, já que estamos falando aqui do Presidente da República, seria importante iniciar... Eu gostaria de iniciar esta inquirição a V. Sa. perguntando-lhe qual o impacto dessas falas para o Programa Nacional de Imunizações.

Por favor.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, Dra. Francieli, é que as falas vão estar ali agora. Só um minutinho. Peço a V. Sa. a atenção pra assistir e, em seguida, a sua opinião sobre o impacto que isso teve ou está tendo ainda para o Programa Nacional de Imunizações.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acho que já basta.

Dra. Francieli, esses pronunciamentos do Chefe de Governo e de Estado: qual o impacto isso teve para o Programa Nacional de Imunizações e qual o impacto isso teve para a vacinação dos brasileiros?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Vamos lá, a minha opinião pessoal. Eu não tenho como mensurar o impacto disso, mas a minha opinião pessoal é a de que a gente precisa ter uma comunicação em favor das vacinas. As vacinas são seguras, as vacinas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são eficazes. Nós modificamos a nossa história epidemiológica no País. A gente teve uma transição epidemiológica nas últimas décadas, onde as doenças imunopreveníveis reduziram de forma grande por causa de vacinação, não foi por causa de outros elementos. Então, a gente precisa ter uma fala favorável à vacina, tendo em...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E isso tem que partir de todos?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Partir de todas as pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Principalmente das autoridades?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Tem que partir de todas as pessoas, nós precisamos ter uma informação unificada. Vacinação é um ato coletivo. Se a gente não tiver uma comunicação unificada, a gente não consegue fazer esse ato coletivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado.

Aqui são as pesquisas do Datafolha que apontam concretamente o resultado dessas falas, ao qual a Dra. Francieli se refere. Isso desincentivou a vacinação, a imunização dos brasileiros. Isso custou a vida de muitos brasileiros.

Aliás, essas manifestações... A gente teve outras. Olhe aqui; isto aqui é manifestação pública que foi incentivada: "Não queremos vacina. Temos cloroquina".

Continuando sobre vacina, Dra. Francieli. Voltando ao tema do Covax Facility: o Sr. Ernesto Araújo disse aqui que a responsabilidade de aderir em 10%, e não com 50%, veio do Ministério da Saúde. A senhora sabe dizer como evoluiu esse debate para aderir só com 10%?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não participei do debate para evoluir até 10%.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora falou agora, ainda há pouco, respondendo ao Senador Humberto Costa, que a senhora chegou a questionar alguém lá no Ministério da Saúde por não aderir com 20%, por não aderir com uma cota maior, e aí recebeu a seguinte resposta: "Não tem como colocarmos todos os ovos na mesma cesta". A senhora poderia declinar o nome de quem fez essa declaração?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Coronel Elcio Franco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel...

Senador Renan... Presidente Eliziane... Senador Renan Calheiros...

Senador Renan Calheiros, é só para reiterar para V. Exa. que... Veja, eu vou repetir a pergunta aqui à Dra. Francieli. Eu perguntei à Dra. Francieli quem foi que disse para ela que não tinha como aderir a uma cota maior, mas aderir à cota de 10% no consórcio internacional Covax Facility, e quem falou para ela por que não poderia colocar todos os ovos na mesma cesta.

A senhora pode confirmar quem foi que falou isso para a senhora?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Coronel Elcio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Elcio Franco.

É reincidente, Senador Renan! É reincidente, Sra. Presidente, a presença do Coronel Elcio Franco...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi, Presidente? Eu não ouvi enfaticamente a declaração.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Dra. Francieli acabou de informar aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que a declaração perguntada pelo Senador Humberto – "não tem como colocar todos os ovos na mesma cesta" – foi feita pelo Coronel Elcio Franco para aderir a 10%.

Sr. Presidente, esse senhor, essa gestão... Aliás, a gestão do Sr. Eduardo Pazuello, o que esta CPI está descobrindo é que não é gestão do Sr. Eduardo Pazuello; foi a gestão Pazuello-Elcio Franco. Aliás, mais Elcio Franco do que Pazuello. Ele era o executor. Ele é que deu cabo. Ele é que foi responsável pelo projeto de morte. Ele é que tem que sentar no Tribunal de Haia – é um dos, é um dos! Como ele estava lá cumprindo ordens, o que esta CPI tem que investigar é de quem vieram as ordens que ele cumpriu.

A declaração aqui é gravíssima! Esse senhor declara, diz que não íamos aderir ao consórcio internacional Covax Facility numa cota maior por quê? Não tinha como colocar todos os ovos na mesma cesta. Quantos brasileiros couberam no cemitério, na cesta do cemitério dele? Quantos brasileiros ele não levou para o cemitério com esse procedimento?

Eu não tenho dúvida de que este é o primeiro indiciado desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Renan Calheiros! É o primeiro dos indiciados! O que a gente tem que apurar nesta Comissão é: a mando de quem ele estava matando gente? A mando de quem estava matando gente, estava levando os brasileiros à morte?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Francieli, continuando aqui, eu quero lhe perguntar objetivamente: a Secretaria Executiva interferiu ou tentou interferir no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação, no PNI?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Vou repetir em relação ao grupo prioritário, população privada de liberdade: esse grupo, foi solicitado que retirasse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Solicitado por quem?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Coronel Elcio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Elcio Franco mais uma vez.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Grupo prioritário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual a justificativa técnica que foi apresentada? Eram presos que têm contato com outras pessoas e que deveriam ser retirados do programa de imunização para infectar mais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual a justificativa técnica apresentada pelo Secretário-Executivo para a retirada da população carcerária?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não fui informada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então o Coronel Elcio Franco mandou retirar e não apresentou nenhuma justificativa técnica, foi uma decisão política.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas os presos já estão em isolamento! Desculpa a interrupção, mas os presos já estão em isolamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não acredito que eu ouvi isso do senhor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É, mas eu estou reforçando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não acredito que eu ouvi isso do senhor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não tem que dar prioridade a preso, não. Pra vacinação tem que dar prioridade à sociedade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E ele não tem contato com ninguém? Eles não têm contato com ninguém?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ele já está em isolamento. Não pedem pra gente ficar em isolamento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas que isolamento?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eles já estão em isolamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, primeiro, estou sendo interrompido e peço a reposição do meu tempo. Segundo, estou sendo interrompido por uma asneira absurda: condenar pessoas à morte – é o que eu ouvi aqui –, o que eu acho um absurdo!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Senador, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Elas têm contatos com outras...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ...condenar pessoas à morte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu não estou lhe concedendo a palavra!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então você está falando que quarentena é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não estou lhe concedendo a palavra!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Você está falando que isolamento é condenar à morte?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos do Val...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não estou lhe concedendo a palavra!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos do Val...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não estou lhe concedendo a palavra! Reponha-se! Fique no seu lugar!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não lhe dei essa autoridade!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não aumente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu não lhe dei essa autoridade!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos do Val, V. Exa. aguarde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas no momento V. Exa. está me interrompendo!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... o seu tempo de fala.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me respeite você!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos do Val...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos do Val...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... aguarde o seu tempo de fala, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

(*Interrupção do som.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos do Val, aguarde o seu tempo de fala. V. Exa. está inscrito, V. Exa. terá 15 minutos de fala.

O tempo agora está designado ao Senador Randolfe Rodrigues.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Senador. Depois V. Exa...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Depois V. Exa. use a sua fala para fazer as suas ponderações.

Senador Randolfe Rodrigues, V. Exa. tem o direito de fala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Restabeleça meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está restabelecido seu tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – É porque algumas pessoas estão acostumadas a querer ameaçar esta Comissão Parlamentar de Inquérito e passar impunes. Não conseguirão! Não passarão, Sra. Presidente! Nenhum dos membros desta CPI será intimidado, seja de fora, seja por notinha, seja por rede social, seja por milícia virtual, seja aqui dentro. Ninguém!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Francieli, como se deu a inclusão dos veterinários nos grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – A gente trabalhou trabalhadores de saúde. O nosso conceito é mais ampliado; não é só profissional de saúde. A gente iniciou com trabalhadores da linha de frente no enfrentamento à Covid-19. Eu destaco aqui que muitos veterinários trabalham na área de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária e estão na linha de frente. Então, quem trabalhava nesses estabelecimentos de saúde poderia já se vacinar no grupo de trabalhadores de saúde. Já tinha uma indicação do programa, numa discussão com a câmara técnica para que esse público fosse vacinado.

Os veterinários dos serviços de interesse à saúde não foram inseridos num primeiro momento, porque a gente entendia que, pelo quantitativo limitado de vacina, seriam prioritários aqueles que estavam antes nos estabelecimentos de saúde e não, nos serviços de interesse à saúde, como clínicas veterinárias, de *pet shop*, essas questões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O Sr. Lauricio Cruz teve alguma participação nessa decisão?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Lauricio Cruz não interferiu nessa decisão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Esse é um esclarecimento importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dra. Francieli, a senhora participou... Consta aqui na ata a participação da senhora em uma reunião no dia 20 de novembro de 2020, em que estariam presentes o Sr. Elcio Franco, o Sr. Flavio Werneck Noce dos Santos, a senhora, e o Sr. Hélio Angotti, que era uma reunião para discutir a vacina Covaxin. A senhora se recorda dessa reunião?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu participei de algumas reuniões, como eu falei inicialmente. Especificamente, eu não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A senhora não se recorda dessa reunião do dia 20 de novembro e não recorda se nessa reunião foi discutido preço da vacina Covaxin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não. Eu repito que não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

A senhora chegou a participar de reuniões sobre as vacinas. De quantas reuniões a senhora participou sobre CoronaVac, Pfizer, Covaxin? A senhora poderia declinar?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu participei de algumas reuniões. Eu não sei precisar as datas dessas reuniões. A minha equipe técnica também teve participação; ou o diretor também participava ou o secretário. A gente se dividia nas agendas, mas sempre a participação do Programa Nacional de Imunizações foi em relação às características técnicas, se aquelas vacinas tinham resultados adequados, se não tinham, em que fase estavam, quais eram as características do produto, para que a gente pudesse fazer o planejamento da estratégia de vacinação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora disse que a primeira reunião sobre o programa, a Campanha Nacional de Imunização foi de junho ou julho?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O primeiro documento que nós fizemos foi de 19 de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

Nesse daí já estavam pensando nas vacinas CoronaVac, Pfizer, nas vacinas que estavam em desenvolvimento? Comentava-se sobre algumas dessas vacinas?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós não definimos o produto. A gente definia que havia necessidade de se ter resultados positivos no que dizia respeito à eficácia e segurança do produto, estando aprovado pela Anvisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, nesse momento, a senhora já tinha uma recomendação clara do PNI? O PNI já apontava, no Ministério da Saúde, que a saída da pandemia seria a vacinação, a imunização?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Para o controle da pandemia, o Programa Nacional de Imunizações acreditava, sim, que a vacina seria um dos meios mais efetivos. Então, nós nos manifestamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** A senhora diria que seria o meio mais efetivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu acredito que é o meio mais efetivo, mas temos que lembrar que a nossa responsabilidade é lembrar que as vacinas não são 100% eficazes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – E com circulação alta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Além da vacina, o que a senhora recomendaria?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Com circulação alta, precisa continuar usando a máscara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Então, só recapitulando: além da vacina, o que a senhora recomenda ou recomendaria para sairmos da pandemia, enfrentarmos?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Essa recomendação é do Programa Nacional de Imunizações em seus informes técnicos. Como a vacina não é 100% eficaz, há necessidade de se manter o uso da máscara, as medidas de distanciamento social, a etiqueta respiratória.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Dra. Francieli, essa era a posição oficial do PNI, durante toda sua gestão. Essa opinião oficial do PNI foi encaminhada a todos os demais departamentos do Ministério da Saúde, inclusive a Secretaria Executiva, que, na prática, era o verdadeiro Ministro da Saúde?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós divulgamos nos nossos informes técnicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Em algum desses informes técnicos, a senhora recomendou o uso da hidroxicloroquina, por exemplo?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Medicamento não é na área do Programa Nacional de Imunizações. Eu jamais fui consultada sobre o tema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado, Dra. Francieli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora fala o que a ciência consagra: isolamento, máscara, vacina – tudo que nós não tivemos nesse período.

Só pra concluir, Sra. Presidente, que eu estou assim... Não vou me alongar, embora tenha sido interrompido. Não vou me alongar, só pra concluir, a senhora alegou que as duas principais razões de sua saída do ministério foram: falta de comunicação e falta de doses, de capacidade de imunização. Eu queria que a senhora reportasse a isso. Qual o impacto da falta de doses? A falta da quantidade de vacinas disponibilizadas para os brasileiros teve impacto na sua decisão final?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O que eu falei é que o programa não teve dose suficiente pra executar a campanha, porque campanha é um conceito bem definido, tem que ter uma data de início, uma data de final. Então, nós não tivemos, nós ainda estamos em fase de campanha. Então, eu falei que não teve dose suficiente e nem campanha publicitária. Então, todo programa de vacinação precisa disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E isto, por fim, foi uma causa que impediu...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu não tenho como mensurar. Isso pode ter sido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por exemplo, isso influenciou a sua decisão de sair?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A minha decisão de sair foi uma decisão pessoal. Eu tomei em virtude da politização do tema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. E a senhora confirma que falta de doses suficientes e a falta de comunicação prejudicou o PNI?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Para uma campanha nacional de vacinação funcionar, precisa ter vacina e precisa ter campanha publicitária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Francieli, muitíssimo obrigado. Sra. Presidente, muitíssimo obrigado.

Sr. Relator, o depoimento da Dra. Francieli nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é um dos mais importantes. E, aliás, a colaboração dela é fenomenal. Acho, inclusive, que não há razões para ela constar na condição de investigada por conta desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não há dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ao contrário disso, ao contrário disso.

A Dra. Francieli hoje traz uma contribuição fundamental a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que não deixa dúvidas, Sr. Relator e Sra. Presidente, de quem é que não tem vez neste Governo: são técnicos dessa natureza. Técnicos que defendem a ciência, técnicos que defendem a vacina, técnicos que defendem o uso de máscaras, as medidas adequadas, que deveriam ter sido adotadas desde o início do enfrentamento da pandemia.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria agradecer muito à Dra. Francieli.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a minha sugestão ao Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sra. Presidente, eu queria, de antemão, dizer que aceito a sugestão, o encaminhamento feito pelo Senador Randolfe Rodrigues, e, a partir deste momento, nós deixamos de ter a Dra. Francieli como investigada, obviamente em função dos fatos que esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito permite esclarecer.

E agradeço a contribuição de V. Exa., Senador Randolfe, também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente... Pela ordem, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, vamos obedecer... Tem CMO daqui a pouco.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Senador Marcos Rogério, deixe eu falar uma coisa aqui para o senhor: nós estamos diante de um acordo feito aqui, pra que a gente agilizasse a CPI, em função da sessão que começa daqui a pouco. Daqui a pouco, alguns outros Parlamentares não mais falarão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Não corte o meu microfone, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não... Eu cortei? Desculpa, foi sem querer. Mas realmente eu não posso ceder a palavra a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pode, pode, porque eu estou pedindo a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Um minuto. Um minuto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, palavra pela ordem não é um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, Senador, deixa eu falar uma coisa pra o senhor aqui, ó...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou fazendo uma palavra pela ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, não, não, não... Não, Senador, não venha gritar aqui não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu não estou gritando...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não grite.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu não estou gritando.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não grite, porque aqui todo mundo sabe gritar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, quem está gritando é o Regimento e a Constituição.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, não, não... Então, tenha a tranquilidade de fazer o pedido pela ordem e não fazer a sua imposição, porque V. Exa. não vai impor. Quem está presidindo esta sessão aqui sou eu, então V. Exa. não vai impor. Então, baixe seu tom de voz...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Meu tom de voz...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... peça pela ordem, e eu vou decidir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... meu tom de voz é esse, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... orientada pela Mesa, se eu defiro ou não o seu pedido de pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Meu tom de voz é esse. V. Exa. não consegue mudar meu tom de voz.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então pronto. Não grite. Então pronto. Então não grite. Não venha impor aqui que eu tenho que decidir o que V. Exa. pede.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou sustentar a questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem concedida a V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... porque entendo que é cabível. Não foi por conta do seu tom de voz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu não peço quando não é cabível.

Veja, o que nós estamos testemunhando neste momento, o Brasil inteiro, é a imposição da condição de investigado como mecanismo de coação. A partir do momento em que a testemunha chega aqui e passa a falar numa linha que a Oposição acha que vai de encontro ao que eles querem, eles modificam. Veja o que diz o art. 27 da Lei de Abuso de Autoridade: "Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...de ação penal ou administrativa em desfavor de alguém à falta de qualquer indício de prática de crime de ilícito funcional ou de infração administrativa é crime [é crime!], com pena de detenção de seis meses a dois anos".

Sabe o que significa o que nós estamos vendo aqui? É que estão colocando na condição de investigado possíveis testemunhas, para coagir no seu depoimento, porque, se desfaz, neste momento, a condição de investigado, é porque nunca houve o mínimo de elemento para que se constasse na condição de investigado.

Eu quero fazer esse registro, lamentando esse expediente rasteiro, desonesto processualmente e de absoluta gravidade no âmbito desta CPI. Imaginem se essa prática acontece no âmbito do Ministério Público ou de delegacias de polícia Brasil afora. Lamento muito, Presidente, e agradeço a V. Exa. justamente por me dar a palavra.

E aí eu ainda pergunto, porque, se estão tirando aí a condição dela de investigada, eu pergunto: mandaram quebrar o sigilo dela; vão desfazer a quebra de sigilo também?

Lamentável! Acho que foi errado quando fizeram, e estão agindo com erro ainda mais grave neste momento.

Agora, justiça tardia é justiça falha; antes do que nunca, reconhecer o erro que fizeram, mas não fizeram, não cometeram esse erro só com a Dra. Francieli, não; cometeram com vários aqui, com relação à quebra de sigilo e investigação.

Agradeço a V. Exa. pelo tempo que me concedeu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Um pedido, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... eu quero dizer a V. Exa. que não houve desvio de finalidade nesta Comissão. A decisão foi tomada pelo Relator da Comissão, o Relator é autor do relatório, que poderá ser subsidiado com os posicionamentos de cada um dos Parlamentares, mas ele decide a linha de investigação que tem que ser tomada, e a decisão tomada por ele foi colocada em colegiado e foi deliberada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, não há nenhum óbice, nenhuma irregularidade, conforme a observação de V. Exa.

Senador Rogério, deixa eu dizer para V. Exa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É só uma observação que eu queria fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, eu queria só pedir brevidade, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Trinta segundos.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... por conta do nosso tempo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, 30 segundos, não mais do que isso.

A Dra. Francieli foi colocada na condição de investigada por uma questão muito óbvia: não pelas ações ou pelos atos dela; pelo lugar que ela dirigia, que deveria estar provido de insumos para garantir o atendimento da população brasileira. Então, precisava se investigar isso, e aqui ela mostra: tudo que precisava ser dito, ela disse – o porquê não estava, as dificuldades que ela enfrentou. Além do que, tinha uma controvérsia sobre a vacinação com vacinas distintas – certo? –, o que precisava ser esclarecido. E aqui a senhora muito bem esclareceu, como também havia um questionamento sobre a questão que foi levantada pelo Otto e uma outra questão, para finalizar, sobre o tempo, que também a senhora esclareceu muito bem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, está tudo certo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador.

Vamos seguir aqui a ordem dos trabalhos. Eu queria apenas...

O SR. THIAGO LEÔNIDAS (*Fora do microfone*.) – Só uma questão de ordem da defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não – pois não.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS – A senhora me permite 30 segundos?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Permito, sim.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS (Para expor.) – A defesa queria incoerência, até a retirada dela da condição de investigada, que esta Comissão analisasse a possibilidade de também anular as quebras de sigilo telefônico-fiscal, porque eles vão invadir a privacidade dela de qualquer forma... Então, que esta Comissão pudesse...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É decorrente, né.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que é uma consequência direta.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É uma decisão decorrente da decisão de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma consequência direta da involução do tratamento que a Comissão está...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Admitida...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Direta e natural.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Admitida a questão de V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a utilização da lei é indevida contra o seu próprio autor. Eu sou o autor dessa lei invocada.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS (Para expor.) – A defesa, só para concluir, gostaria só que fosse deliberado também esse requerimento da defesa, de retirada dessa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto, eu vou colocar, então... Eu vou colocar em deliberação.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS – Anulação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... aprovado, Presidente. Tem que colocar...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos Rogério, só um momento, por favor.

Eu vou colocar, então, em deliberação, esse requerimento feito acerca da substituição da condição de investigada para testemunha.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Consequência. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a suspensão da quebra.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A substituição da condição de investigada para testemunha. Portanto, decorrente dessa decisão, ficam quebrados os sigilos, conforme foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, ficam suspensos, ficam suspensos.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perdão, ficam suspensos os efeitos das quebras de sigilos, conforme foi colocado pelo advogado da depoente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – É outro requerimento. Nós não teríamos que vamos votar o requerimento? Porque aqui é outro requerimento que trata da quebra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não... Presidente, a gente pode fazer simbolicamente, tem a requisição da defesa. Vamos...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, Senador, deixe-me colocar uma questão aqui de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos colhendo aqui um depoimento muito importante...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A decisão, veja bem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, nós estamos colhendo um depoimento muito importante aqui da Dra. Francieli, um testemunho histórico, como falou o Senador Randolfe Rodrigues, e essas interrupções sistemáticas objetivam apenas esvaziar o conteúdo seríssimo, gravíssimo do depoimento da Dra. Francieli!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não podemos aceitar essa prática, essa manobra todo dia.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Renan...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Manobra quem está fazendo...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos Rogério... Senador Marcos Rogério, eu vou admitir a sua questão de ordem acerca do requerimento da suspensão do efeito das quebras que já foram estabelecidas.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento do Senador Marcos do Val... Marcos Rogério – meus cumprimentos ao meu colega Marcos do Val...

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

V. Exa. está satisfeito?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

Vamos, então, aqui, seguir aos demais Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO LEÔNIDAS (Para expor.) – Senadora, permita só um esclarecimento para a defesa. É porque as interceptações, os ofícios já foram enviados. Então, a Comissão agora decidiu em suspender...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não há dúvida. Não há dúvida.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS – ... esses ofícios, porque já estão em curso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Todos os demais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, determine à Secretaria a suspensão imediata dos ofícios.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não há dúvida, Sr. advogado.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS – Está ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Essas suspensões imediatas serão comunicadas a todos os órgãos que foram anteriormente comunicados acerca dessas quebras.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS – Agradeço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seguimos então aqui ao próximo Senador.

Senador Izalci Lucas, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Exa. pela condução da Presidência e, na condição de Presidente, agora também como membro titular neste momento eu queria fazer duas questões aqui.

Primeiro, foi feito um ofício pela Comissão – Ofício 1.568, de 2021 –, no dia 21 de junho, solicitando e inclusive dando um prazo de cinco dias, buscando algumas cópias de documentos que ainda não chegaram à Comissão. Se V. Exa. puder reforçar o pedido... São cinco... Já passaram acho que quase 15 dias. Esse é o primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo. Eu pediria a V. Exa. também que pudesse deliberar ou quando o Presidente voltar, mas, se V. Exa. puder fazer... A todo momento, nós estamos falando aqui do contrato da Precisa, o contrato da vacina, e tem um requerimento já aprovado... Eu já solicitei algumas vezes, mas, agora, como membro titular, eu estou fazendo mais um apelo – e aí apelo também ao Relator – para que a gente pudesse marcar o dia da audiência do Sr. Francisco, ex-Secretário aqui do DF, que exatamente foi preso, está em diversas operações e foi exatamente quem colocou a proposta da Precisa, que é a empresa que assinou o contrato no processo aqui do GDF. Então, se V. Exa., com o apoio do Relator, puder marcar essa audiência o mais rápido possível, eu agradeço.

Bem, primeiro, eu quero agradecer à nossa querida profissional da saúde, Francieli, em nome de quem, eu cumprimento todos os profissionais da saúde, que, de forma brilhante, colocam a vida de praticamente todos eles em risco para defender a nossa vida. Então, eu quero cumprimentar todos os profissionais da saúde, em especial V. Exa., que também é profissional da saúde.

E tenho... Essa defesa da vacinação é muito importante. Eu mesmo tenho duas irmãs que tiveram pólio – poliomielite – aqui em Brasília. A gente sabe o que significa isso, a recuperação quase que impossível, mas a gente sabe o que aconteceu. E o Brasil já tinha conquistado 100% da pólio, até porque são umas gotinhas. Tivemos aí várias campanhas durante muitos anos. E basta ver hoje: se não me engano, em Santa Catarina, o percentual de vacina da pólio, este ano, foi 60%. O sarampo está voltando... Várias doenças que foram erradicadas estão voltando ao Brasil exatamente por essas campanhas contra vacina.

Então, eu quero parabenizar V. Exa. pelo esclarecimento, pela condução, inclusive da forma como V. Exa. pediu até exoneração em função do descontentamento com relação ao tratamento da vacina, que é superimportante.

Mas V. Sa. foi muito contundente quando alguém perguntou – eu acho que o Senador Humberto – se o Roberto Dias estava ou não naquela reunião. V. Exa., imediatamente, disse "não estava", com muita segurança. Não foi isso? V. Exa...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Na verdade, assim... Eu não... Eu participei de algumas reuniões, mas eu não lembro da presença do Roberto, eu não lembro mesmo da presença do Roberto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas V. Exa. falou com muita contundência: "Ele não estava."

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Só que eu não lembro nem da data da reunião... Então, eu não quero também me comprometer com o que eu não lembro exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom.

Mas eu queria já aproveitar – até porque é uma informação muito importante, e eu sei que V. Sa. está colaborando muito e tem essa disposição de ajudar...

Então, eu só queria relembrar, porque isto para a gente é fundamental: existe uma memória de reunião do Ministério da Saúde – e vou tentar relembrar para ver se V. Sa. lembra de alguns detalhes. A data da reunião foi dia 20 de novembro de 2020. O horário foi de 10h30 da manhã às 11h30 da manhã. Está aqui na memória da reunião: "Apresentação de informações sobre a vacina Covaxin contra o Covid-19 desenvolvida pela Bharat Biotech". Então, foi na sala de reunião, na sobreloja.

Os participantes foram: Antônio Elcio Franco Filho, como Secretário-Executivo, estava na reunião; Flavio Werneck Noce dos Santos, Assessor Especial de Assuntos Internacionais; Francieli, V. Sa., que coordenava, era Coordenadora Geral, já na condição, do plano nacional de imunização; Hélio Angotti Neto, Secretário da Secretaria – deve ser – de Ciência, Tecnologia e Inovação; Max Nóbrega de Menezes Costa, Diretor-Substituto também dessa secretaria do Ministério da Saúde; Priscilla Azevedo Souza, Coordenadora-Substituta; e Jessica Rippel, também da Secretaria Decit. Além deles... Esses aqui representavam o ministério.

Aí vem, então: Francisco Emerson Maximiano, Presidente da Precisa Medicamentos; Emanuela Medrades, Diretora-Executiva da Precisa; Tulio Silveira, parcerias internacionais e *compliance*; Dr. Raches, que é advogado, foi feito por videoconferência; também Mr. Sai, também por videoconferência; Venkat, videoconferência; Apoorv Kumar, também por videoconferência.

Aí, tem aqui observação da reunião "Aspectos Comerciais e Jurídicos", que foram discutidos na reunião: o valor da vacina "é de US$10 (dez dólares americanos) por dose, que, em razão de eventual aquisição de montante elevado de doses, o valor poderia vir a ser reduzido e estaria aberto à negociação". A empresa Precisa Medicamentos apresentou disponibilidade de 46 milhões de doses para aquisição para o Brasil, com entrega prevista para o final do primeiro trimestre de 2021. Esse foi o tema da reunião.

Então, eu pediria a V. Sa. que fizesse, assim, um esforço muito grande, porque isso para a gente é de suma importância... Porque essa vacina que foi colocada na época, no dia 20 de novembro, por US$10 – e, óbvio, pela quantidade oferecida, poderia reduzir ainda mais –, ela foi, pelo contrato, adquirida por US$15, o que gerou toda essa... Há, ainda, essa questão da propina, etc., que está se discutindo. Mas, se V. Sa. puder nos ajudar, relembrando alguma coisa, mesmo que não seja agora – pode ser que V. Sa. lembre depois –, mas essa reunião foi fundamental para esclarecer esses pontos. V. Sa. podia falar alguma coisa assim? Podia...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu, não é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Lembra se participou da reunião toda? Lembra-se da reunião?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não é que...

Não é que eu não queira ajudar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não. Sim, eu sei.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu participei em reuniões na sobreloja, eu lembro exatamente onde é essa sala. Eu participei de reuniões, mas eu lembro de uma reunião que eu participei da Pfizer, onde eles apresentaram a caixa que eles tinham para transporte, que era na temperatura a menos 80, e eu fui para...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essa é a da Pfizer, não é?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – É, e eu fui para ver essas características técnicas. Agora, se o meu nome está aí, provavelmente eu tenha participado, mas eu não lembro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas essa reunião foi da Covaxin, só para... Como foi uma reunião bem específica, e tinha a Precisa, e se falou em vacina – e não foram tantas reuniões sobre tantas vacinas assim, acredito; pelo menos, a gente tem visto falar em seis, sete vacinas, pelo menos, em termos de compra –, então eu pediria a V. Sa.: se V. Sa. não lembra, agora neste momento, que nos ajudasse, porque esse aqui é um ponto crucial da investigação. Por que houve um aumento de 50% do preço e ainda com a quantidade maior do que a discutida na época?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu já lhe digo agora. Eu não lembro de negociação nenhuma em relação ao preço. Eu não lembro de ter participado da reunião, mas eu não lembro de ter discutido de nenhuma das vacinas o preço, porque o que cabia a mim eram as informações técnicas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essas reuniões – V. Sa. podia informar – eram gravadas, não? Alguma?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não sei dizer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu acho que caberia, como tem memória de reunião no papel, provavelmente, pelo menos, pode acontecer de ter gravação de reuniões. Então, se tiver, a gente poderia solicitar. Eu pediria à Presidência, ao Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente pudesse solicitar do ministério cópia dos vídeos com relação a essa questão dessa reunião especificamente.

Bem, tem aqui... Aqui na CPI, o Sr. Carlos Murillo, quando prestou depoimento aqui, ele relatou que o Ministério da Saúde... Que ele manteve tratativas com o ex-Secretário Elcio Franco e acrescentou que, dentro do ministério, a lista de pessoas que participavam, em diferentes reuniões, incluiu aí o Sr. Hélio Angotti – como estava aqui nessa relação, inclusive –; a Sra. Camile Giaretta; a Sra. Francieli; Arnaldo Correia. E, ainda, disse assim: "Ah, desculpe por omitir isto, também tivemos conversações com Senadores, tivemos uma reunião também com alguns Deputados, reuniões com o Sr. Arthur Lira e também o Deputado Luizinho". V. Sa. participou – inclusive com relação à Pfizer –, V. Sa. se lembra de alguma reunião com essas participações de algum político na reunião, da Pfizer, por exemplo?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não, da Pfizer eu não participei com político.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Alguma delas com algum político?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu participei da União Química com um Deputado que eu não lembro o nome.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas foi tratado...? Era tratativa de...?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – As reuniões...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Houve discussão de preço nessa...?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O PNI, o tema do PNI é muito específico, é muito técnico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Então, as questões de preço não eram algo a que eu ficava me atentando, porque eu não fazia pesquisa de mercado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Entendi.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Então, eu não ficava me atentando a preços. Eu não lembro de preço de nenhuma das vacinas, embora talvez, nos contratos que o PNI tenha recebido, tinha os preços, mas não cabe ao PNI fazer essa avaliação. Eu não tenho equipe técnica para fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu concordo plenamente com... E sei que V. Sa. está tentando, o máximo, colaborar. Eu só pediria, se V. Sa. lembrar, porque essas coisas acabam... Como é uma coisa muito importante para a CPI, se V. Sa. depois lembrar, porque pode acontecer, que informasse para nós aqui com relação a isso.

E agradeço e parabenizo V. Exa. pela forma de contribuir aqui com a CPI. Muito obrigado.

Presidente, eu não sei se V. Exa. vai poder tomar a decisão ou se vai esperar o Presidente com relação a essas duas questões que levantei.

Com relação ao ofício, é só pedir para reforçar ou fazer um novo ofício... Eu não sei, eu só sei que já tem quinze dias e foram solicitados cinco. É o Ofício 1.568, de 2021.

E a audiência. Eu não sei se V. Exa. já podia também marcar essa audiência com o ex-Secretário, que foi exatamente quem colocou a proposta da Precisa. E, para lembrar sempre, eu vou reforçar, porque acabei de... Até rasguei aqui. Foi distribuído ontem para os Parlamentares um parecer jurídico da Precisa explicando sobre a questão da nota fiscal, etc., que não me interessou, não. Eu queria que ele explicasse como é que eles entraram aqui no Distrito Federal com uma proposta de quase dez vezes aquilo que foi vendido para o Sesc. E, mesmo assim, entregaram para o GDF um teste que não tinha eficácia nenhuma.

Eu não sei nem se V. Exa. acompanhou...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não é da minha área.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, mas aqui, no DF, eles compraram um teste... Inclusive, quem venceu... Essa Precisa, que foi a vencedora, entrou fora do prazo. O preço era o dobro do primeiro colocado. Depois, venderam para o Sesc o mesmo teste por dez vezes menos. Quando entregaram o teste aqui para o GDF, trocaram exatamente o teste, não era aquilo que estava no edital, entregaram outro. É por isso que se chama Falso Negativo a operação. Na Argentina, na Dinamarca, na Alemanha, na Índia, já tinham sido recolhidos, porque não tinham eficácia nenhuma. Esse foi o teste que foi aplicado aqui, no Distrito Federal.

Portanto, a presença do Secretário – ele pode esclarecer muito, Senador Randolfe, que é Vice-Presidente – é fundamental para ele falar sobre a Precisa, que foi exatamente quem assinou o contrato da compra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concordo com o senhor, Senador Izalci.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu pediria a V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós iremos marcar o quanto antes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que marcasse essa...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O quanto antes, o quanto antes. Eu acho que, nos próximos dias, é importante esse depoimento.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Izalci, por se tratar de uma agenda na CPI, o Presidente Omar Aziz, ao conduzir aqui, eu pediria a V. Exa. que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... fizesse esse novo pedido para que ele tomasse essa decisão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou... Peço só o apoio de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente por se tratar da Ordem do Dia, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente, se V. Exa. me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... até para tranquilizar o Senador Izalci, a direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito já discutiu e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerou totalmente pertinente ouvir o depoente apontado pelo Senador Izalci, feito que nós já encaixaremos, com certeza, nos próximos depoimentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quanto ao ofício, Senador Izalci, V. Exa., como já bem colocou, já será naturalmente uma questão automática.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos então seguir aos demais inscritos. É o Senador Eduardo Girão, mas faz uma permuta com o Senador Jorginho Mello.

Senador Jorginho Mello, V. Exa. tem até 15 minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Cumprimentar V. Exa. pela Presidência dos trabalhos, cumprimentar todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

Quero cumprimentar a Sra. Francieli, funcionária pública do Governo Federal, da saúde, cumprimentar o Dr. Thiago Leônidas. Sempre é importante a gente destacar...

Uma luta muito grande também, não é, Presidente? Agora deu.

Destacar o trabalho e a presença dos Srs. advogados, então, quero lhe cumprimentar pela sua, tenho certeza de que o senhor contribuiu muito na preparação da Sra. Francieli, ela está muito bem preparada e com conhecimento do que está falando; então, eu o cumprimento por isso.

Eu quero... Hoje nós temos...

Sra. Presidente, eu queria pedir para que o fundão lá pudesse... Presidente, Presidente, Presidente, por favor, Presidente, a senhora está...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não, Senador. Eu estava aqui cumprimentando outro Senador, que estava aqui do lado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, a senhora estava no telefone.

A senhora pede lá para o fundão parar de fazer barulho, lá, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas, Presidente, aqui não tem ninguém fazendo barulho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Estavam fazendo até agora, estavam me incomodando.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas agora está todo mundo em silêncio e o senhor pode...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agora melhorou.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas eu quero aproveitar, V. Exa. me interrompeu aqui, eu ia dar uma resposta ao Senador Rogério acerca dos próximos inscritos. Nós temos como titular o Senador Girão, que é o último inscrito da lista de titulares, e, na sequência, V. Exa. e o Senador Rogério Carvalho.

Eu quero repor ao senhor um minuto do seu tempo. V. Exa. continue então com os seus questionamentos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu estou tentando contribuir porque hoje nós temos sessão e, quando começar a sessão de Plenário, vai ter que ser cancelada esta nossa CPI.

Eu queria, feitas as saudações, eu queria lhe pedir muito especialmente para que a senhora pudesse tranquilizar as mães brasileiras, as grávidas, sobre aquela história de que a Anvisa recomendou que a vacina da AstraZeneca não fosse aplicada em gestantes. A sua palavra, neste momento, é uma palavra de utilidade pública. Muita gestante está nos vendo, está nos ouvindo e pode estar meio confusa: tomei a dose da vacina, posso tomar a segunda dose, não vou fazer, vou deixar de fazer. Então, eu queria lhe proporcionar, eu queria lhe proporcionar que a senhora pudesse usar parte do meu tempo, porque eu estou colaborando com a sessão, que vai ser mais curta por causa do Plenário, das votações importantes que nós temos, que a senhora pudesse explicar bem detalhadamente para tranquilizar as gestantes brasileiras, explicando o que ocorreu e se há alguma preocupação, se não há uma preocupação. Isso vai ser de fundamental importância, indo ao encontro do que a senhora mesma disse no começo: que a informação, que a comunicação é uma coisa muito importante.

Então, eu queria que a senhora... Cumprimento-a pela qualidade do depoimento, pela sua retirada como investigada. Foi muito bem o Senador Marcos Rogério pedindo e o requerimento sendo aprovado. Não vão devassar sua vida, enfim, sem necessidade nenhuma. A senhora contribuiu muito com este trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria que a senhora explicasse, de forma bem didática, para as mães brasileiras que estão nos vendo, para as gestantes, sobre essa questão da vacina, que gerou preocupações tanto para nós como para amigos nossos, parentes nossos, preocupados, apavorados: "Agora, já tomou a vacina. O que é que vai acontecer?". Então, eu queria, cumprimentando-a e encerrando minha participação, que a senhora tivesse a tranquilidade de falar para as mães brasileiras.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Muito obrigada por esta oportunidade. Acho, sim, que é uma fala de grande utilidade pública.

Nós não podemos colocar em dúvida a importância da vacinação desse público. Nós estamos num cenário epidemiológico de um grande número de casos. Então, a gestante que está em casa está em um risco maior. Todas as gestantes, todas as grávidas estão com um risco de desfechos desfavoráveis. Isso já foi confirmado em relação à Covid. Pode aumentar o óbito, pode aumentar o número de hospitalização, pode aumentar a necessidade de suporte ventilatório, pode ter parto prematuro. Então, são desfechos importantes, e a gente precisa proteger essa gestante.

Hoje, o Programa Nacional de Imunizações – eu não sou mais a coordenadora -, mas a nota saiu, a nota técnica do programa, com a mesma qualidade da Câmara Técnica Assessora em Imunizações. Pelo cenário epidemiológico, as gestantes, todas elas, podem ser vacinadas. Todas elas podem ser vacinadas. O óbito hoje está: a cada cem mil gestantes, 39 morrem. A vacina é altamente favorável, o benefício dela é altamente favorável.

O que aconteceu com a vacina da AstraZeneca foi uma suspensão pela Agência Nacional. Isso faz parte da farmacovigilância. Aconteceu um caso que é um evento extremamente raro. É o único evento... É um evento específico de trombose com trombocitopenia. É o único evento no mundo. E esse evento, provavelmente, não está relacionado à gravidez. Então, é importante saber que é um evento extremamente raro, que faz parte da farmacovigilância e que, por precaução, houve a suspensão.

Mas nós temos ainda a vacina da Pfizer para vacinar essas gestantes, preferencialmente com Pfizer. Mas, como nós não temos ainda a capilaridade toda para os 5.570 Municípios, para as 38 mil salas de vacinas, pode-se fazer, alternativamente, a vacina CoronaVac, que é uma plataforma já bastante conhecida, com vírus inativado, que é a mesma formulação da vacina da Influenza, que é amplamente utilizada para gestante.

Então, é importantíssimo que as gestantes se vacinem. E a vacina da AstraZeneca e a da Janssen, que são da mesma plataforma, neste momento, estão suspensas no Brasil.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Posso complementar, Eliziane? Em relação à intercambialidade, o Programa Nacional de Imunizações já fez também uma nota técnica – eu não sou mais a coordenadora, mas está em andamento também – em cima das evidências científicas que nós temos, em cima do *know-how* na área de vacinologia, para que a gente possa dar oportunidade para aquelas gestantes que iniciaram o esquema, para que elas consigam completar, e aí proteger essa gestante durante a gestação.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Doutora, há uma informação aqui que é importante.

O Ministro da Saúde informou agora há pouco... O UOL faz uma matéria sobre isso e o Senador Otto me pede aqui que a gente faça esse registro, que é acerca da intercambialidade. Ele diz o seguinte: "'A intercambialidade [...] não está autorizada, seja em grávidas ou em não grávidas', disse [...], ministro da pasta, em entrevista concedida", agora há pouco, no fim, portanto, desta manhã, ao UOL. Portanto... A matéria aqui é grande, mas eu vou deixar apenas essa informação, que eu acho que é pertinente que seja colocada, ou seja, as grávidas que iniciaram o tratamento – o tratamento, não –, a vacina, com a primeira dose da vacina da farmacêutica, devem aguardar a passagem do período, portanto da fase pós-parto, para receberem normalmente a segunda fase do imunizante. Aí ele faz uma referência, por exemplo, à AstraZeneca contra a Covid-19. Eu acho que é uma informação importante. É bom lembrar também que esse é um estudo que ainda está sendo feito não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Vamos seguir aqui ao próximo Senador.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Senadora Eliziane Gama, aqui desta sessão neste momento.

Seja muitíssimo bem-vinda, Dra. Francieli.

Hoje a gente está tendo aqui – e temos que reconhecer isso e parabenizar a cúpula desta CPI pelo tratamento respeitoso – um tratamento equilibrado que esta CPI está dando para a senhora. Deveria ser para todas as pessoas que viessem aqui prestar depoimentos. Eu espero que o seu exemplo sirva para as próximas etapas que esta CPI vai enfrentar. É muito importante, porque a regra da boa convivência é o respeito. Nós tivemos aqui pessoas sentadas nessa mesma cadeira em que a senhora está. Mulheres, Senadora Eliziane Gama, que foram vilipendiadas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... tentativa de humilhar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E eu acredito muito.... Deixe-me... Senador Alessandro, por favor, deixe-me concluir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixe-me concluir, depois o senhor fala. Eu espero que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A sua tentativa reiterada de atribuir aos colegas Senadores e Senadoras desrespeito quando, na verdade, o que nós temos aqui é a busca por esclarecimentos de um crime grave, que é aquele ali representado pela placa, mais de meio milhão de mortos... Essa sua tentativa reiterada, ainda que o senhor não perceba, milita contra a sua própria qualidade como Parlamentar. Meu amigo pessoal, Senador Eduardo Girão, o senhor faz parte deste Colegiado. Se este Colegiado erra, o senhor erra junto. É importante que a gente tenha discernimento de que, quando um depoente senta respeitosamente e presta esclarecimentos, o tratamento com ele é um. Quando, de outra parte, ele tenta mentir, induzir a erro, falsear, é natural que o tratamento seja diverso.

Eu faço esse esclarecimento e peço desculpas – e peço já, Presidente, que reponha o tempo do Senador Girão –, mas a gente não pode permitir um ataque constante e permanente. Não se compreende, porque esse ataque desvaloriza todos nós. E eu não admito me colocar em uma posição de desvalorização quando não trabalho por isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador... Posso falar agora, Senador Alessandro? Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Senador Alessandro.

Eu vou acrescentar ao tempo do Senador Girão um minuto a mais, Senador, para que V. Exa. conclua seu raciocínio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, esse... Não foi um minuto, foi até um pouco mais, mas eu sei que a senhora vai ser tolerante...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor quer dois minutos? V. Exa., então... Eu vou conceder a V. Exa. dois minutos, para que V. Exa. não se sinta injustiçado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O que acontece é o seguinte: essa é a premissa da CPI. Essa...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não... Eu estou acrescentando dois minutos, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não! Não estou falando da senhora, não.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ah, tá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou falando que esse tipo de procedimento é um tipo de procedimento que acontece em todas as sessões; esse tipo de interrupção. Eu estava me referindo aqui a pessoas que salvam vidas, como eu vejo a Dra. Francieli, uma servidora pública honrada, idealista. E nós tivemos outras pessoas sentadas aqui, mulheres honradas, idealistas, salvando vidas e que foram destratadas, desrespeitadas, sim, ameaçadas. Esse tipo de coisa o Brasil está vendo. O que eu estou justamente aqui colocando é que esse tipo de tratamento que a Dra. Francieli está recebendo deveria ser padrão nesta Casa, porque muitas pessoas estão nos assistindo, e a gente pode ser uma referência nesse momento de polarização extrema que existe no País; de radicalismo dos dois lados. O caminho tem que ser o equilíbrio; o caminho tem que ser o do meio. E isso aqui eu acho que deve ser uma máxima. A gente não pode esquecer esse tipo de tratamento.

Eu queria colocar justamente, Dra. Francieli, o seguinte. Por quais razões a senhora foi ao STF solicitar um *habeas corpus* quanto à sua participação nesta CPI e quanto à quebra dos sigilos telefônico, telemático e bancário?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu vou passar...

O SR. THIAGO LEÔNIDAS (Para expor.) – Senador Girão, me permita só uma questão de ordem, se puder dar a palavra à defesa para fazer um esclarecimento técnico.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pode ficar à vontade, doutor.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS (Para expor.) – A defesa foi ao Supremo fazer esse requerimento em razão da condição de investigada que ela citava e, felizmente, esta Comissão já resolveu por reverter a situação dela. Então, naquele momento, era adequado em razão da condição de investigada dela e da quebra de sigilo dela sem antes ela ter sido ouvida. Por isso a defesa foi recorrer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

A senhora afirmou aqui que não foi mais cedo, não foi por causa da CPI, mas sim por todo o cenário. Eu vou insistir: por quais razões a senhora saiu do Ministério da Saúde? A quebra do seu sigilo telefônico, telemático e bancário não teria contribuído para essa decisão? A senhora sente-se injustiçada em ter sido incluída na lista de investigados sem sequer ter-lhe sido dada a oportunidade de se manifestar e dar sua versão dos fatos? De que forma isso tudo – CPI, quebra de sigilo – afetaram a sua vida pessoal, a sua família, os seus amigos?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – A minha saída teve motivação pessoal em relação a esse ambiente de politização – de qualquer lado, o ambiente de politização em relação à vacina. O Programa Nacional de Imunizações nunca sofreu essa politização.

Em relação a vir pra CPI, eu senti que eu teria que... Eu não achei que eu não viria, porque, como eu coordeno um programa de vacinação, eu imaginei que eu viria pra CPI. Agora, eu não consegui entender por que eu vinha na condição de investigada sem ter sido ouvida, por isso é que eu contratei um advogado, pedi uma orientação e ele me orientou a pedir o *habeas corpus*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Como coordenadora do PNI, o Programa Nacional de Imunizações, a senhora era responsável por decidir grupos prioritários de vacinação e assinar notas técnicas sobre a compra de vacina. A senhora poderia nos relatar quais foram as premissas básicas para a elaboração do PNI?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O PNI é responsável pela política nacional de vacinação. Nós elaboramos os calendários, definimos os públicos prioritários para vacinação, de qualquer vacina que esteja dentro do calendário de vacinação, isso tudo com evidência científica, com o cenário epidemiológico que o País apresenta.

Em relação à vacinação da Covid, nós utilizamos como objetivos... Inicialmente, nós fizemos uma nota onde tinha diferentes cenários. Um dos cenários era objetivando o controle da transmissão, mas era um cenário de incerteza, pois nós não tínhamos nenhuma vacina ainda disponível no mundo. Então, nós fizemos uma modelagem, utilizamos um percentual de cobertura vacinal e utilizamos também uma efetividade assumida e o risco de reprodução, de transmissão. Então, nós utilizamos essas variáveis – foi minha equipe técnica que fez isso – e nós trabalhamos com esses quantitativos.

Em relação à definição dos grupos prioritários – para eu ser objetiva –, nós trabalhamos inicialmente com a manutenção da força de trabalho do setor saúde, iniciando por aqueles que estavam na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linha de frente no atendimento à Covid, porque esse público precisaria estar protegido para poder atender as demais pessoas que procurassem o serviço e porque eles têm um risco alto de exposição.

Na sequência, nós revisamos as evidências do CDC, o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos, as revisões sistemáticas que já tinham saído à época, pra gente poder avaliar quais seriam os grupos que seriam introduzidos – a gente fazendo essa avaliação, trabalhando sempre com as recomendações também da OMS e do Sage, que é o grupo consultivo da OMS, que também ia divulgando. Então, nós avaliamos e resolvemos elencar como objetivo também a redução da morbidade e da mortalidade. E, na sequência, ampliamos para populações vulneráveis e para a manutenção do funcionamento dos serviços essenciais. E hoje... A gente já indicou, já há bastante tempo, que, a partir da vacinação dos grupos prioritários, se iniciaria por faixa etária, até atender toda a população brasileira com indicação de imunizante.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Por exemplo... Dentro desse grupo que trabalha a política nacional de imunização, existe a participação também do Conasems, do Conass, é isso?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A participação do Conass e do Conasems foi de extrema importância nesse processo. Eles participaram ativamente de todas as decisões. Eu compartilho aqui neste momento, e você pode confirmar com o Conass e Conasems: as decisões do Programa Nacional de Imunizações foram compartilhadas com eles, todas elas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Nós temos verificado um descompasso entre o volume de vacinas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde para Estados e Municípios e a velocidade de vacinação. Dados de hoje dão conta de que foram distribuídos 143, quase 144 milhões de vacinas, e foram vacinadas menos de 110 milhões de pessoas. A senhora não acha que é lenta a velocidade da vacinação nos Estados e Municípios? Isso, de alguma forma, pode estar atrapalhando a imunização e elevando o número de mortos?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu confirmo aqui a informação: até o último informe técnico, que é da semana passada, houve a distribuição de 142,5 milhões, mais ou menos o que senhor colocou. Em relação ao total de doses aplicadas, foram em torno de 106 milhões. Com a primeira dose, foi em torno de 78 milhões; com a segunda dose, foi em torno de 27 milhões.

Nós somos um país continental, nós temos diversas formas de entrada de dados, da informação. Então, essa entrada de dados pode não ocorrer na mesma velocidade da vacinação. Há necessidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer essa aproximação, continuar essa aproximação – eu não estou mais na coordenação – com o Conass e Conasems. Isso dá os fatores que podem não digo atrasar, mas que estão levando a uma inserção do registro posterior. E é preciso avaliar se é isso mesmo o problema. Então, eu não tenho uma resposta fechada.

A inserção dos dados em locais remotos, por exemplo, Senador... Eles levam uma folhinha, eles levam a planilha física. Então, eles vão, anotam e, depois, quando eles voltam, eles fazem o registro. Então, isso pode levar um tempo. Mas a gente tem compartilhado isso sempre com o Conass e Conasems.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Eu agradeço as suas muito lúcidas e serenas explicações aqui nesta Comissão.

Eu reitero, Presidente eventual desta sessão, Eliziane Gama, a necessidade de fazermos, com essa tranquilidade, as nossas sessões aqui da CPI, porque isso é, sim, um bom exemplo que a gente passa para as pessoas, e não discursos de ódio, discursos aqui em que a gente muitas vezes percebe colegas atacando colegas. Isso é algo que eleva a temperatura no momento que a gente precisa de diálogo.

Eu queria, inclusive, dizer para a senhora que espero que, na próxima semana – esta semana não vai ser possível –, nós possamos ter aqui finalmente quebrado esse segredismo oculto, esse mistério que se transformou em um drama nacional, que é o Consórcio Nordeste e a compra dos tais 300 respiradores superfaturados, pagos antecipadamente pelo povo do Nordeste, com dinheiro de verbas federais, e que nunca chegaram ao seu destino final. E, por documentos a que eu tive acesso e esta CPI também, tudo indica que nós temos aí dois ex-ministros de governos anteriores do Brasil. E eu espero que não haja blindagem, que a gente possa votar e dar, pelo menos, uma demonstração de investigação, de boa vontade na investigação dos bilhões de reais que foram enviados pra Estados e Municípios.

Toda corrupção deve ser combatida, onde quer que seja! Eu votei a favor de quebra de sigilo e de convocações com o objetivo de buscar a verdade no Governo Federal, mas Estados e Municípios não têm tido vez aqui, e isso é um desrespeito com 45 Senadores da República que assinaram o meu requerimento que deu origem a esta CPI. Simplesmente é ignorada essa busca pela verdade! Só se quer uma verdade. Isso não é justo. Isso não é correto.

Quero deixar, Senadora Eliziane, para encerrar no 1min19s, uma passagem que eu gosto muito de *O Livro dos Espíritos*, questão 640, se eu não me engano: "Para agradar a Deus basta não fazer o mal?" "Não." A resposta é simples e objetiva: nós devemos fazer o bem no limite das nossas forças, porque nós seremos responsáveis por todo mal decorrente do bem que a gente poderia ter feito e não fez. Isso é uma lição, é um estímulo, é uma inspiração para que a gente possa fazer esse trabalho para o bem, pela verdade, para que toda ela possa vir à tona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sobre o Ministro Wagner Rosário, já falei com o Presidente, ele tinha sinalizado que seria essa semana, mas me disse, me garantiu que colocaria na próxima. Aprovada por nós aqui a convocação do Ministro Wagner Rosário, que ele possa vir na próxima semana porque ele sabe, ele já deu entrevistas, já soltou relatório da CGU dizendo das 53 operações que aconteceram em Estados e Municípios, e o prejuízo é multimilionário. A gente precisa buscar a verdade pra restabelecer o que é correto.

Muito obrigado, Senadora Eliziane.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Girão.

Com a palavra...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não, Senador Marcos do Val.

Senador Marcos do Val, eu vou só permitir aqui a saída da Dra. Francieli. Ele pede para ir ao banheiro.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas a V. Exa. fica assegurado o pela ordem, não é isso?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É o tempo em que ela retorna.

Pois não, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, eu estava naquele momento – fiz a interrupção de ideias – me posicionando com ideias contrárias e eu fui surpreendido, porque, na fala dele, que eu não peguei na hora, tinha entendido de outra forma, o Senador Randolfe me condenou de miliciano. Falou que eu e os milicianos que trabalham comigo, "você e seus milicianos"... Eu não tinha entendido dessa forma. Eu tinha entendido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"você e seus policiais", eu entendi diferente. Eu queria ver, se fosse possível, até a Mesa botar esse trecho do vídeo.

Fiz questão de vir até aqui, pedi licença à Presidência pra citar isso. Fiz questão de ir até lá, à antessala, onde ele está descansando, e o convidei para estar aqui. Eu falei: "Ô, Randolfe, eu vou fazer um pela ordem. Seria muito bom se você pudesse estar presente pra que você pudesse até se desculpar, porque eu não vou admitir ser chamado de miliciano". E, lá na antessala... Eu estou aguardando, eu espero que ele venha, porque nós somos companheiros de trabalho.

Eu não estou aqui pra arrumar confusão com ninguém, muito pelo contrário. Eu acho que as pessoas associam a minha carreira como se eu fosse uma pessoa encrenqueira. Não tem nada a ver com isso. E eu gostaria que a Presidência e os meus colegas pudessem ajudar intercedendo nessa situação, porque foi uma situação na iminência da agressão física. Então, eu acho que seria muito prudente por parte da Casa...

Taí o... Se puder botar o vídeo pra todo mundo ver... Eu acho que foi uma agressividade desnecessária, como se eu estivesse chamando algum companheiro aqui de um adjetivo pejorativo, que pudesse desonrá-lo perante a família, perante os amigos. Vocês conseguem colocar o vídeo? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Senador, não tem como colocar agora. Eu quero pedir aqui a V. Exa... V. Exa. fala do vídeo da sessão de agora?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Da sessão de hoje de tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, realmente eu não tenho como colocá-lo agora.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, eu tenho já o vídeo...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, sim...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu queria só passar o vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seria muito bom que a fala de V. Exa. também se desse com a presença do Senador Randolfe...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... até pra ele poder fazer a contradita.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Claro, claro...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas eu queria pedir a V. Exa... Nós estamos aqui com foco na CPI, a nossa depoente, a Dra. Francieli, retorna, e eu queria pedir aqui a V. Exa., até para a gente manter o nível dos trabalhos da Comissão, pra que a gente continuasse ouvindo aqui a depoente.

Tão logo o Senador Randolfe volte... Claro, ele tem todo o direito de fazer a contradita – naturalmente que poderá fazer – com a fala de V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas, Presidente, eu acho...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas, realmente, agora eu quero indeferir a sua questão de ordem. Não tenho como parar aqui os trabalhos da CPI pra voltar pra colocar um vídeo, Senador Marcos do Val. V. Exa. há de convir comigo que isso fica incoerente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, não, não, é porque pode ser que para as pessoas, para o entendimento das pessoas, possa ser algo que eu esteja exagerando, mas foi algo muito forte e vem a minha honra...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está fazendo a colocação agora, está dando a sua justificativa...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É, mas eu me sentiria contemplado se até os amigos pudessem convencê-lo de estar aqui pra que a gente pudesse resolver essa situação, porque nós somos Senadores da República, nós temos que dar o exemplo para o Brasil e pra quem está assistindo. A gente não pode dar um exemplo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... um mal exemplo de desequilíbrio emocional...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, só – Senador Marcos, pra colaborar – uma sugestão de encaminhamento: logo que encerrada a coleta do depoimento da doutora, a gente retoma esse assunto. E acho, sim, que é válida a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua colocação, pra que a gente possa deixar claro e evitar qualquer destempero, mas num momento mais oportuno, se V. Exa. concordar e a Presidência também.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De fato, agora, neste exato momento, nós estamos ouvindo a depoente. Fizemos, desde o início desta Comissão, um acordo pra que a gente agilizasse... Eu pediria a V. Exa. que compreendesse a posição desta Mesa neste momento.

Eu acho que a posição do Senador Alessandro é coerente, para o final dos trabalhos. Se não tiver começado a Ordem do Dia no Plenário principal, a gente naturalmente poderá fazer isso. O.k., Senador Marcos do Val?

E é claro, o Senador Randolfe, ao voltar, terá todo o direito assegurado no Regimento Interno da Casa, no art. 14, para fazer a contradita, se for necessário, em relação à sua fala.

O.k., Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O.k., Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

Vamos seguir, então, aqui, aos demais membros inscritos.

Com a palavra agora o Senador Marcos Rogério... Ou melhor, Senador Rogério Carvalho. Perdão, o Senador Rogério Carvalho está inscrito como suplente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Apesar de...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Desculpa, Senador Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ué, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Os dois fizeram assim para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu posso ceder a vaga para o Rogério Carvalho, como suplente; depois eu falo, na sequência, mas seria a ordem. Não, não, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não tenho... Pode assegurar a palavra ao meu colega.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Rogério Carvalho, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente, Sr. Relator. Quero cumprimentar aqui a enfermeira, mestre, a Sra. Francieli, que, de livre e espontânea vontade, vem aqui e presta esclarecimentos importantes, presta esclarecimentos que a gente não viu ao longo de todo o combate à pandemia pelo Governo Federal, de forma clara, de forma objetiva, defendendo a vacina, defendendo as medidas não farmacológicas de prevenção de contágio da Covid-19. Prega aqui o uso de máscaras, defende a imunidade coletiva a partir da imunização, da vacinação da maior parte da população ou da população que pode ser vacinada com segurança, e isso é muito bom, e isso torna a sessão um tanto quanto mais tranquila, torna a sessão fluída.

Mas, como eu venho... Aqui, na CPI, eu sempre lembro que o Governo Bolsonaro só apresentou um plano nacional de imunização a partir de uma determinação do STF, do Ministro Lewandowski, em dezembro do ano passado, e vimos, ao mesmo tempo, nesse período, uma confusão enorme, uma descoordenação não especificamente da área que a senhora coordenava, mas na condução da pandemia. Por exemplo, na área que a senhora coordenava, nós tivemos Fase III aqui, no Brasil, de várias vacinas. Poderíamos ter adquirido essas vacinas a um preço mais baixo, ter antecipado lotes grandes e remessas grandes de doses para o Brasil, e essa descoordenação toda trouxe grandes danos à população brasileira, principalmente porque nós não tivemos o que a senhora falou aqui desde o início, ou seja, doses à disposição para o Programa Nacional de Imunizações, ou seja, para que a gente tivesse uma sequência, sem interrupção, do atingimento de metas entre os grupos prioritários, numa sequência que foi estabelecida.

Também vimos que os indígenas não aldeados não ficaram entre as prioridades; os aldeados ficaram dentro da prioridade, mas os não aldeados ficaram de fora.

A senhora participava da elaboração desse plano. Qual foi a grande dificuldade que a senhora aponta? Que dificuldade marcou a senhora ao elaborar esse plano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Eu já coloquei aqui inicialmente e vou reforçar, porque foi esta a dificuldade: uma campanha sem doses suficientes e sem campanha publicitária.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Governo do Presidente Bolsonaro orientou de alguma maneira a priorizar a vacinação de pessoas que não estivessem em grupos prioritários, ou seja, favorecendo algum grupo específico?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A gente recebeu pressão de diversos segmentos da sociedade até por meio de documentos que chegaram ao PNI, e nós levamos sempre para discussão na Câmara Técnica. A única pressão direta de dentro do ministério foi a população privada de liberdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Para não entrar?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A população privada de liberdade. Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Para não entrar. O.k.

A campanha de vacinação no Brasil só começou no dia 18 de janeiro de 2021. A senhora falou dezembro, mas dezembro foi a decisão do STF, e a campanha começou efetivamente em janeiro e, ainda assim, sem informação de datas para cada grupo e nem onde receber as doses. Até o Zé Gotinha foi descartado no início da campanha de vacinação.

A senhora está à frente do PNI desde 2019. O número de mortes aumentava desde o início da pandemia. De 2019 até o início de 2020... E a senhora está desde 2019. De 2019 até o início da vacinação, qual foi a ordem do Governo para o PNI, ou seja, como o Governo se relacionou com o Programa Nacional de Imunizações?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O Programa Nacional de Imunizações esperava a vacina estar disponível. A partir do momento em que a vacina estivesse disponível, a gente tinha condições de iniciar, porque é como o senhor colocou: a primeira versão do plano ficou em 16 de dezembro, mas a gente estava aguardando um quantitativo de 15.2 em dezembro e 15.2 em janeiro da vacina da AstraZeneca/Fiocruz. Houve, na negociação, um atraso dessa entrega, e nós iniciamos a campanha no dia 18 de janeiro com 6 milhões de doses da vacina CoronaVac.

Quando a gente iniciou a campanha de vacinação com a vacina da CoronaVac, nós liberamos o primeiro informe técnico. E, nesse informe técnico, a gente definiu, dentro daquele elenco do plano, quais seriam os grupos a serem atendidos. A gente precisou fragmentar em virtude do quantitativo recebido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Quer dizer que a falta ou a indisponibilidade de imunizante numa quantidade adequada para manter um programa de imunização em massa obrigou a se fazer uma distribuição e, de certa maneira, interferiu na definição de prioridades para ter acesso à vacina. É isso que a senhora está dizendo?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós fizemos um documento inicial com cenários diferentes: primeiro, controle de transmissão, utilizando uma efetividade assumida, de que nós não tínhamos conhecimento na época; e cobertura vacinal. E ainda demos uma segunda opção, que seria começar por grupos prioritários, uma vez que a vacina ainda não estava disponível no mundo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Mas os Estados Unidos, nesse período, começaram a vacinar e começaram a vacinar sem parar, em grandes volumes e faltavam inclusive pessoas. Eles tiveram que fazer campanha para que as pessoas fossem se vacinar.

Nós não poderíamos ter tido essa condição, se, por exemplo, a compra ou a negociação com a Pfizer não demorasse 330 dias?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O PNI estava preparado para vacinar com a Pfizer. Nós fizemos... Se vocês olharem na primeira edição do plano, nós colocamos um memorando de entendimento da Pfizer onde tinha, então, uma intenção de compra de 70 milhões. E qual foi o papel do PNI? Porque do memorando de entendimento não é o programa que participava. A gente recebeu, eu solicitei, porque eu queria os cronogramas para poder organizar uma campanha, porque não se consegue organizar campanha sem ter um cronograma de entrega. E eu precisava colocar isso na versão do plano. E a primeira entrega que a Pfizer tinha – e isso está público, tá? –, na primeira edição, eram 2 milhões de doses para o primeiro trimestre. Então, nós organizamos, na edição do plano, uma estratégia de vacinação para esses 2 milhões de doses.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora participou de algumas reuniões... A senhora participou da... Como a senhora participou de algumas reuniões com a Covaxin, de quem veio a ordem para incluir a Covaxin no PNI? Do então Secretário-Executivo Coronel Elcio?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Chegou o processo no Programa Nacional de Imunizações, e, assim como a gente fez para todas as outras vacinas, nós nos manifestamos tecnicamente, olhando as características do produto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Roberto Dias estava em alguma reunião para a compra de vacinas? Ele negociou vacinas junto com vocês ou não?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O PNI não participava das negociações dos fechamentos contratuais. Eu não lembro de ter participado com o Roberto Dias.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Você já ouviu falar se algum membro do Ministério da Saúde foi indicado pelo Ricardo Barros?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito bem! Nós todos aqui estamos prestando atenção na fala da senhora desde o início, e a senhora nos apresentou uma equação que ajuda muito a CPI. Vou montar aqui um relato e eu gostaria que a senhora acompanhasse o raciocínio.

A senhora falou em politização do Líder da Nação: vimos o Presidente Bolsonaro dizer que não ia se vacinar; debochar da CoronaVac, que ele chamava de "vachina"; que se alguém tomasse a vacina viraria jacaré e tantas outras atrocidades. A consequência disso a senhora fala também: dúvidas sobre a vacinação –são palavras suas, é bom reforçar –; vimos as pessoas quererem escolher a marca da sua vacina; idosos com medo da imunização; e 3,5 milhões de brasileiros que não voltaram para tomar a segunda dose. A consequência a senhora apontou: inúmeras dificuldades que a senhora mesmo já declinou aqui e a consequência estamos vivendo. Nem a metade da população brasileira, ou seja, nem a metade da população recebeu a primeira dose ainda.

A pergunta que eu faço. Diante dessa forma como o Presidente agiu, a senhora reafirma que essa atuação prejudica campanha, plano de imunização, legitimação da vacina, que a gente sabe que é um instrumento fundamental para controlar grandes pandemias, para acabar, inclusive, ou extinguir uma doença, ou seja, para dar por extinta uma doença, a gente precisa de vacinação ao longo do tempo. A senhora concorda que um Presidente da República que se coloca desta forma prejudica o Plano Nacional de Imunizações?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – É importante que todas as pessoas falem a mesma língua em cima das evidências científicas; então, se a vacina tem segurança, se a vacina tem eficácia. É algo já conhecido a necessidade de que o líder da Nação também fale sobre isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

A senhora também diz com os seguintes termos: "Cenário de escassez de vacinas, campanha fragmentada e falta de comunicação. A consequência disso: desinformação e mais mortes". A senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

finaliza seu pensamento com a palavra "prejuízo". O que mais nos deixa constrangidos é que o prejuízo disso tudo são as vidas perdidas, 528.611 vidas perdidas!

O agente desta construção que provocou tanto sofrimento ao Brasil – eu aqui quero afirmar – chama-se Jair Messias Bolsonaro. A falta de vacinas foi uma opção política, cruel, porque a gente viu aqui, em vários vídeos, membros que aconselhavam o Presidente a questionar a eficiência da vacina. É muito importante a senhora, como Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações, vir aqui reforçar, falar o contrário, da importância, do quão é fundamental, que, só através da vacina, a gente consegue a imunidade de rebanho, a imunidade coletiva, que é o termo mais correto que a gente pode utilizar.

Agora, eu queria perguntar para a senhora: por que a senhora permaneceu na função, até ontem, mesmo diante da propagação de um tratamento precoce em vez da vacina – o Governo adotou só uma medida de controle sanitário ao longo de todo 2020, a cloroquina –; de ter o Presidente boicotado o trabalho do programa nacional de imunização, todos os dias, falando mal; e, mais agora, com a CPI, com as denúncias de suposta corrupção e superfaturamento no ministério não onde a senhora trabalhava, mas em áreas que davam suporte para a área em que a senhora trabalhava? Por que, só agora, a senhora resolveu pedir demissão, diante de tantos descaminhos que ocorreram ao longo deste período no Ministério da Saúde?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Em relação a...

Eu não sou – eu quero deixar claro aqui –, eu não sou uma pessoa midiática, que gosta de ir para mídia falar. Eu gostaria de fazer comunicação em relação à vacina.

Em relação à entrevista de São Paulo, eu até queria ver de onde foi o consumo dessas falas, porque o que eu disse – na entrevista de São Paulo, com a Natália Cancian, que é uma jornalista séria, que retratou exatamente o que eu falei – é que nós não tivemos doses suficientes nem campanha publicitária efetiva. Então, eu gostaria de alinhar essa informação. Talvez tenha sido um consumo de algum veículo de imprensa que tenha colocado as palavras na minha boca; então, foi isso que eu falei: dificuldade para realizar a campanha, por ter poucas doses, não ter doses suficientes, e uma campanha publicitária efetiva.

Eu sou uma servidora pública federal. Eu acredito em vacinas; as vacinas salvam vidas, isso está mais do que comprovado. Nós eliminamos poliomielite no ano 1994; o último caso de poliomelite foi no ano 1989, em Sousa, na Paraíba. Nós eliminamos rubéola; nós eliminamos síndrome da rubéola congênita; nós eliminamos o sarampo que, em virtude das baixas coberturas vacinais, retornou à circulação; nós conseguimos controlar doenças importantes no País, como febre amarela, difteria, tétano, coqueluche. Nós mudamos o cenário epidemiológico nas últimas décadas. Nós passamos por uma transição onde nós tínhamos um número elevado de doenças imunopreveníveis, começou uma redução nessas doenças, dando espaço para agravos crônicos não transmissíveis. Então, eu acredito em vacinas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

À frente do Programa Nacional de Imunizações, eu tive muito apoio das sociedades científicas. Eu me mantive nesse cargo pelo trabalho sério da minha equipe, que vinha trabalhando e me apoiando em todas as ações, pelo apoio do Conass e do Conasems e pelo apoio das sociedades científicas. Eu cheguei a este ponto em que resolvi, neste momento, por toda essa politização, por motivação pessoal, sair para continuar o meu projeto pessoal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria, antes de concluir, primeiro, cumprimentar a Dra. Francieli como servidora pública.

Vejam que aqui todos os servidores públicos – ou a maioria deles – têm uma postura mais regular, mais linear em termos de defesa da ciência, em termos de processos estruturados, contínuos, permanentes. E isso é muito importante para que a gente coloque o País em funcionamento na sua plenitude.

Eu quero também aqui cumprimentá-la por prestar um grande serviço à sociedade brasileira que tinha dúvidas ou às gestantes que tinham dúvidas se deveriam ou não deveriam tomar vacina, com a importância da vacina que todos nós reconhecemos. Infelizmente, nós não tivemos isso por parte do Governo Federal. Nós não tivemos do Presidente da República, o Chefe de Estado, o comprometimento com o Programa Nacional de Imunizações para aportar imunizantes capazes de manter a vacinação sem interrupções, porque a gente está vacinando com interrupções, com suspensão. A gente já podia ter mais de 50% da população brasileira imunizados com as duas doses – nós temos capacidade para isso, são 37 mil postos de vacinação no Brasil – se nós tivéssemos imunizantes.

Por fim, Presidente Omar Aziz, eu quero aqui prestar minha solidariedade a V. Exa. e dizer que a reiterada tentativa de intimidar o Poder Legislativo, o Senado Federal e V. Exa., que é Presidente desta CPI, não vai acontecer, porque o Exército Brasileiro não existe para assumir lado político e, sim, para defender a sociedade e o Estado democrático de direito. E V. Exa. aqui cumpre rigorosamente o que é o Estado, ou seja, cumpre rigorosamente funções de um Poder que assegura a participação da sociedade e de todos os Estados da Federação no debate sobre os rumos do Brasil. E esta CPI tem um papel fundamental, que é explicar aos brasileiros e ao Brasil por que nós chegamos a 528.611 vidas. E eu quero aqui, sem ofensa a ninguém... Se isso não é um problema para uma instituição republicana como o Exército, para esta instituição chamada Senado da República é um problema, para a sociedade brasileira é um problema! Portanto, nós não podemos nos acovardar diante de qualquer tipo de ameaça, porque aqueles que morreram nem sequer podem mais ser ameaçados. A gente precisa defender agora os outros brasileiros de que continuem morrendo por falta de assistência e pela inexistência de um Governo sério neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Sobre isso, pela ordem, eu queria falar de manhã, mas não houve condição, alguns companheiros falaram. Eu queria dizer que esse precedente do Braga Netto ontem, Ministro da Defesa, isso é um precedente inusitado. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é uma instituição da República, não pode ser ameaçada sob pretexto nenhum. Nós estamos investigando e retirando a máscara de um esquema que funcionava no Ministério da Saúde que proporcionou o agravamento do número de mortes de brasileiros em função da Covid! Ora, se isso vai desvendar a participação de civil ou militar não importa; o que importa é que esta Comissão Parlamentar de Inquérito – e isso foi dito aqui em todos os momentos – não vai investigar instituições.

Então, que o Sr. Braga Netto saiba que não há nenhuma confusão da participação de Pazuello com as Forças Armadas. O Brasil todo respeita as Forças Armadas e o exemplo que ela pode continuar dando. Ela, de uma forma ou de outra, influenciou a formação do Brasil, ela e pouquíssimas outras instituições, mas não pode confundir o nosso papel nem achar que vai nos intimidar. Nós vamos investigar haja o que houver. Se o Pazuello participou do morticínio, se o Bolsonaro participou do morticínio, se o Elcio participou do morticínio, eles participaram de um morticínio, mas não contaminam as Forças Armadas. Mas, pelo fato de eles tentarem contaminar as Forças Armadas, nós não vamos, de forma nenhuma, paralisar a investigação. Nós saberemos a quem responsabilizar, e as famílias dos mortos também saberão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar ao Senador Randolfe uma questão de ordem. O Senador Randolfe com a palavra, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – É um pela ordem, Presidente.

Presidente, é só para fazer um devido ajuste. Pedir para que V. Exa. inclusive retire das notas taquigráficas se, eventualmente, no momento da minha inquirição, que lamentavelmente foi interrompida, proferi alguma palavra de excesso em relação a qualquer colega Senador, notadamente ao Senador Marcos do Val. Então, eu solicito, requeiro a V. Exa. que retire das notas taquigráficas a alegação que fez o Senador Marcos do Val, obviamente, não encaixa em relação... S. Exa. pode ter outros defeitos, como apoiar o Governo neste momento, o que eu acredito, mas obviamente não encaixa a qualificação que naquele momento fiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Sr. Presidente, não é para retirar das notas taquigráficas; ao contrário, é para reiterar nas notas taquigráficas o restante do que foi dito por mim: ninguém – ninguém! – vai intimidar esta Comissão Parlamentar de Inquérito! E aí, sim, não se refere ao Senador Marcos do Val, mas se refere às milícias – milícias! –, sejam elas digitais, que tentam atacar a honra das pessoas e dos membros desta Comissão, os robôs milicianos digitais que tentam atacar a honra dos membros desta Comissão, sejam eventuais notas que não correspondem à integridade das Forças Armadas deste País. As Forças Armadas deste País foram formadas em Guararapes, o que constituiu a identidade nacional e honra a Bandeira, a Pátria, a Nação brasileira.

As Forças Armadas não são elementos isolados. Nós estamos vendo aqui a responsabilidade do Sr. Coronel Elcio Franco. Atitudes como as desse senhor envergonham as Forças Armadas. E eu tenho a certeza de que os bons militares têm consciência disso. O conjunto das Forças Armadas, como instituição do Estado brasileiro, tem, com certeza, consciência disso.

O que eu não retiro é a necessidade do papel que esta CPI vai fazer, o de investigar seja quem for, esteja onde estiver, custe o que custar, porque isso é clamado por 528 mil famílias brasileiras ou mais que já perderam um membro da família, que já perderam um parente na mesa de jantar desde o começo desta pandemia.

Por outro lado, Sr. Presidente, só para concluir, se me permite, repito também a necessidade de apoiar a Comissão Parlamentar de Inquérito, proposta pelo Senador Alessandro Vieira, para também investigarmos o envolvimento da família do Senhor Presidente da República com esquemas de rachadinha e o dele próprio – e o dele próprio!

Então, que o Senhor Presidente da República tenha a consciência de uma coisa: não atuará com intimidação, não atuará! Quanto maior for a dose da parte dele, maior vai ser o tombo também. Então, "o risco que corre o cabo corre o machado". Então, é só para deixar isso bem claro.

Em relação ao Senador Marcos do Val, quero só registrar que nenhuma das alegações, obviamente, se reporta a V. Exa. Como eu já disse, talvez o erro de V. Exa. seja apoiar o Governo neste momento, mas não outro.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui dizer...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ao Senador Marcos do Val...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Eu queria agradecer ao Senador Randolfe pelo momento honroso de pedir essa reparação. Agradeço muito e digo para ele que estamos na mesma luta. Nós precisamos descobrir quem causou esse número de mortes.

Eu tenho projetos aqui para criminalizar milicianos. Então, eu, realmente, fiquei muito triste quando, na discussão, no debate de pensamentos e ideias, foi colocada essa palavra, mas eu me sinto contemplado. E agradeço muito a sua posição honrada de sentar e pedir para refazer essa fala. Obrigado. Conte comigo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero que seja retirado... Eu quero dizer ao Senador Randolfe e ao Senador Marcos do Val que eles são duas pessoas por quem tenho um carinho muito grande. Inclusive, o Senador Marcos do Val é meu Vice-Presidente na Comissão de Segurança Pública. Temos vários projetos para o Brasil juntos. Inclusive, essa questão que foi levantada, que não se refere... O Senador Randolfe falou e deixou muito claro... Mas é uma coisa... Nós temos sido atacados pelas redes sociais muito fortemente nessa questão.

Mas quero dizer, Senador Marcos do Val, que compactuo com tudo que o Senador Randolfe falou em relação a retirar... Eu peço que qualquer citação referente ao Senador Marcos do Val seja retirada a pedido do Senador Randolfe.

E me honra muito... A gente tem divergências políticas; pessoais, de forma nenhuma. E me honra muito tê-lo como Vice-Presidente. E, assim que a gente puder ter reuniões presenciais, você sabe que nós estaremos trabalhando muito numa questão que também aflige a população brasileira, que é a questão da segurança pública.

Dito isso, eu vou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Um minuto.

Como nem tudo são flores, mas as flores têm um simbolismo importante, eu sou portador aqui, para entregar a V. Exa., dessas flores que foram mandadas pela Sra. Maria Edina Portinari. Ela é nora do pintor Cândido Portinari. Acompanhando aqui o trabalho da CPI, ela perdeu a sua genitora por Covid e pediu que nós fizéssemos aqui a V. Exa. a entrega dessa pequena cartinha e também dessas flores, o que eu faço com muito prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero agradecer muito. Isso estimula cada vez mais a gente buscar a verdade.

Eu vou só pedir... A nossa convidada...

Eu quero agradecer. Obrigado. Agradeça a ela, por favor.

Eu quero só dizer ao Senador que ela está pedindo 20 minutos para ter uma refeição. Voltamos logo em seguida.

O Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É só um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é só ela levantar, eu passo a palavra a V. Exa.

A senhora pode ir, por favor. Tem ali do lado lá... A senhora sabe onde é. Fique à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... só para celebrar a concórdia que houve aqui entre o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Marcos do Val. É muito importante isso. Eu acho que isso, sim, é um exemplo para a sociedade que vive um momento de extremismo. Inclusive, Senador Randolfe, ouvindo a sua fala agora, eu me lembrei do grande humanista e pacifista Mahatma Gandhi, que dizia o seguinte: "No olho por olho, dente por dente, a humanidade vai acabar cega e sem dentes".

Por mais que o Presidente possa elevar o tom – e aí um erro não justifica o outro –, eu acho que a gente tem que estar aqui orando e vigiando para não retribuir da mesma forma, porque aí não vai acabar bem. Este é o grande aprendizado, a grande lição que a gente precisa ter neste momento aqui, de maturidade inclusive: fazer o trabalho sem ódio no coração, buscando a verdade – agora, toda a verdade. Esta é a luta: toda a verdade.

Então, Sr. Presidente, obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender pelo tempo necessário que a senhora pediu, pedindo a compreensão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também só queria registrar aqui os meus cumprimentos ao Senador Randolfe. Eu acho que o gesto dele é um gesto muito nobre...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De grandeza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... de grandeza.

Isso lhe deixa maior ainda, Senador Randolfe. Parabéns a V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Randolfe tem tido o equilíbrio necessário, tem ajudado demais a conduzir esta CPI. E, apesar das divergências que há, o que é normal no campo político, a gente tem evitado o máximo ir para o campo pessoal aqui até... Tem pessoas que tentam fazer isso, mas a gente tem evitado essas provocações, tanto com o Senador Randolfe, como com o Senador Renan, sistematicamente – principalmente nós três –, mas a gente tem conversado muito entre nós para a gente não entrar na pilha. O nosso objetivo é um, e nós vamos alcançar esse objetivo. Como disse V. Exa., a verdade sempre prevalecerá. E o ódio não vai construir um Brasil melhor para nós. O ódio não constrói. O que vai construir um Brasil melhor é a solidariedade, é o amor entre as pessoas e, principalmente, termos políticas públicas para a saúde que possam melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Está suspensa por 20 minutos esta sessão.

(*Suspensa às 14 horas e 45 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 52 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos retornar à reunião?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho...

Senador Marcos Rogério, V. Exa. não tinha falado ainda? (*Pausa.*)

V. Exa. não falou ainda ou já? (*Pausa.*)

Por que é que o Senador Rogério Carvalho falou na sua frente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Porque ele concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá.

Eu vou passar a palavra ao Senador Marcos Rogério por 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu primeiro gostaria de fazer um apelo a V. Exa. para submeter ao Colegiado a correção de uma deliberação que foi feita agora há pouco, porque eu solicitei a revogação de um requerimento e, na verdade, foi votada a suspensão. E são situações absolutamente diferentes. Então, estou reiterando o pedido de revogação do Requerimento 757, sobre a quebra de sigilo da doutora, porque penso até que tenha sido essa a intenção, mas o anúncio feito e a deliberação feita foi em cima de uma suspensão, o que não é o caso que está sendo feito aqui no âmbito desta CPI.

É o requerimento que está à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu recebi seu requerimento. Eu vou pedir o apoio jurídico e votaremos o seu requerimento ou analisaremos amanhã, na sessão de amanhã. Eu vou primeiro ver o assessoramento jurídico para saber a diferença da suspensão ou levantamento, sei lá, que V. Exa. está pedindo, mas analisaremos, sim, Senador Marcos Rogério.

Com a palavra por 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Agradeço.

Sr. Presidente, agora há pouco V. Exa. fez um discurso na Mesa fazendo críticas ao Presidente por lhe acusar, por lhe fazer acusações. Eu não vi as acusações do Presidente, mas eu queria dizer que não acho correto, adequado se fazerem acusações sem provas, sem evidências, seja contra quem for. Isso não é adequado, mas a régua que mede o outro é a mesma que nos mede. Como julgamos, somos julgados também. Aqui o nosso papel – eu tenho dito isso aqui reiteradas vezes – o nosso papel é apurar os fatos, buscar as evidências, as provas. E até falei com V. Exa. agora há pouco.

Ontem V. Exa. afirmou ao depoente que estava aqui e, depois, no Plenário novamente que ele havia pedido propina. Disse na CPI e repetiu no Plenário. Nós temos prova sobre isso? Onde está a evidência dessa acusação? Onde está a prova dessa acusação? Quando julgamos sem lastro nos fatos e nas evidências, agimos com injustiça. Esse não é o nosso papel. O tempo vai passar para confirmar se as acusações são procedentes ou não. Investigar? Sim, mas é preciso que cada um de nós nos coloquemos no lugar de quem está sentado no banco de testemunha ou no banco de investigado, porque dizer que alguém pediu propina é o mesmo que dizer que ele é corrupto. É uma acusação grave. E nenhum dos que estão aqui merece receber essa acusação indevidamente, mas também não merece receber essa acusação quem aqui vem no papel de contribuir como testemunha com esta Casa.

E não estou aqui a fazer defesa personalíssima de quem quer que seja. Eu estou reiterando esta fala, desde o início, de que nós precisamos ser mais comedidos, mais cautelosos em relação a isso. Repito: investigar, sim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apurar os fatos é o nosso papel; buscar as evidências, mas sem prejulgar, sempre usando da presunção de inocência. E isso não é um favor; isso é um mandamento de humanidade, em respeito às garantias fundamentais de todo cidadão. E aqui, na CPI, o que mais nós temos visto é justamente acusações sem provas, fora do tempo.

É apenas uma ponderação que faço. Não é no sentido de fazer acusação, mas mais no sentido de fazer um apelo para que a gente tenha esse cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, eu quero agradecer pelo alerta que V. Exa. faz. V. Exa. está correto. E esses excessos às vezes cometidos... A gente tem que fazer autocrítica. E eu quero dizer a você que aquilo que a gente não quer para gente a gente não pretende para os outros. Aquilo que a gente não quer para os outros não quer para a gente também. Então, V. Exa. está correto e a gente vai se policiar bastante em relação a isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço e o cumprimento pelo gesto, Sr. Presidente.

Eu não quero aqui fazer um conjunto de perguntas. Tenho poucas perguntas para fazer à Dra. Francieli, antes, fazendo aqui um apontamento importante: foi noticiado que ontem foram aplicadas, no Brasil, mais de 3 milhões de doses de vacinas. Vejam só: mais de 3 milhões de doses aplicadas. Será que isso não significa que o plano nacional de imunização não estaria funcionando? Ele está funcionando, e está funcionando bem, e com números que nos apontam para o avanço da campanha nacional de imunização.

E uma constatação: se tem vacina chegando para os brasileiros é porque o Governo Federal, o Ministério da Saúde comprou vacina. Estados prometeram comprar; não compraram. Estados prometeram entregar a vacina adquirida por eles; não entregaram. A vacina que está chegando no braço dos brasileiros e brasileiras foi adquirida pelo Governo Federal e está chegando lá na ponta, no Brasil real, através do plano nacional de imunização. Não foram Estados e Municípios. Fizeram promessas, mas não cumpriram uma só. E, por dever de lealdade, não é por falta de vontade de comprar; é porque não há no mercado disponibilidade para aquisição e entrega imediata para eles, como também não há, na medida da necessidade que temos de uma vacinação em massa para todos os brasileiros, junto ao Ministério da Saúde.

Mas, não é crível, não é justo, não é adequado ouvirmos aqui acusações o tempo todo de que o Governo é contra a vacinação, mas ignoraram o fato de que aqueles que acusam, nos seus Estados, anunciaram que comprariam e não compraram; anunciaram que distribuiriam e não distribuíram. Se estão distribuindo vacina lá, é porque o Governo Federal comprou aqui. E detalhe: tem muitos Estados que estão colocando até as cores partidárias nas caixas de vacina para distribuir para sua população nos seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios e fazendo musiquinha, marcha com a vacina. Nada contra, mas não foram eles que compraram essa vacina.

Aliás, os Estados, especialmente do Nordeste, prometeram comprar respiradores. Compraram, pagaram antecipado, levaram um calote num negócio em que, me parece, há suspeita de ser parte de um grande esquema de corrupção no Consórcio Nordeste. Ali, sim, nós temos algo a investigar com profundidade, com seriedade. Prometeram entregar respiradores; não entregaram. Quem teve de ir lá nos Estados do Consórcio Nordeste e entregar respirador para salvar as pessoas foi justamente o Ministério da Saúde. Quando faltou para eles, foi o Ministério da Saúde que respondeu e atendeu.

Então, é assim. As narrativas não combinam com os fatos e com a verdade.

Mas, Dra. Francieli, primeiro, eu queria te cumprimentar pela sua formação, por sua trajetória profissional, por sua grande contribuição com o plano nacional de imunizações. V. Exa. vem aqui e expõe o que fez, como fez, por que fez. E digo que o Brasil precisa de mais pessoas com o perfil de V. Exa., comprometida em servir, em cuidar de gente.

As pessoas acham que V. Exa., de repente, tenha vindo aqui com paixões políticas de lado a lado. Não vi isso. Vi na sua fala a fala de uma técnica, a fala de uma profissional. E que bom que a política vai passar, esse período vai passar, e V. Sa. vai continuar no ministério servindo o Brasil e os brasileiros com seus bons préstimos!

Eu queria fazer aqui três perguntas, a par até do que já foi feito antes, para que não pairem dúvidas.

Primeiro, em relação às bulas. Falaram tanto de bula aqui; ficou parecendo até um vestibular. E não sou da área de saúde, então eu quero saber realmente de alguém que lidou com isso. As bulas das vacinas tinham realmente contraindicação para as grávidas? Todas elas ou algumas dessas vacinas tinham contraindicação direta? Indago a V. Sa.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Muito obrigada pela oportunidade de poder esclarecer.

Nas bulas das quatro vacinas que nós temos – da Janssen, da AstraZeneca, da Pfizer e da CoronaVac – não é contraindicação; é precaução, avaliando os potenciais benefícios e riscos da vacinação. Num cenário epidemiológico onde nós temos a cada 100 mil gestantes 39 óbitos por Covid-19, essa avaliação, em conjunto com a Câmara Técnica Assessora em Imunização, foi muito bem feita para que pudesse beneficiar esse público. Então, a bula da vacina... Eu vou ler a bula. Agora, assim, o que eu vou destacar aqui é que hoje AstraZeneca está suspensa pela Anvisa; o PNI está seguindo essa orientação. E a vacina da Janssen, por ser a mesma plataforma da vacina da AstraZeneca, também o PNI não está indicando, para manter essa coerência. Então, nós estamos seguindo a Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco que houve um evento adverso – foi a óbito essa gestante –, um evento isolado, único evento no mundo e, provavelmente, não está associado à gestação. Isso quer dizer que, provavelmente, ocorreria o óbito independentemente de estar grávida. Faz parte da farmacovigilância dos ensaios de Fase IV, estudos de vida real, esse acompanhamento, porque eventos adversos raros não são detectados em Fase III. Na bula da...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – AstraZeneca.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Na bula da AstraZeneca está escrito assim, eu vou ler um trechinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Contraindicação. Qual é a contraindicação dessa vacina? "Hipersensibilidade ao princípio ativo ou a qualquer dos excipientes da vacina Covid. Pacientes que sofreram trombose venosa e/ou arterial importante em combinação com trombocitopenia após vacinação com qualquer vacina para Covid-19." O item de gestante não está dentro da contraindicação. O item de gestante: "Como uma medida de precaução, a vacinação contra Covid-19 não é recomendada durante a gravidez. O uso da vacina Covid-19 em mulheres grávidas deve ser baseado em uma avaliação se os benefícios da vacinação superam os riscos potenciais." E foi isso que o Programa Nacional de Imunizações fez junto com os especialistas com *expertise* na área.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço o seu esclarecimento.

Então, eu faria aqui... Apenas pra poder deixar isso mais claro, porque eu acho que esse é um tema sensível: qual o nível de risco as grávidas têm no caso da Covid? Elas têm mais riscos do que uma mulher que não está grávida? Estou fazendo essa pergunta para poder mensurar as vantagens de se ter a vacinação da grávida, ou não, nesse momento de gestação.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Já se comprovaram desfechos desfavoráveis em relação à gestação daquelas mulheres que têm Covid-19. Dentre esses desfechos, nós temos a questão de um maior risco de hospitalização, um maior risco de óbito, um maior risco de aborto prematuro. Então, existem desfechos desfavoráveis que já foram comprovados. Então, é importante que, por esses desfechos, por essa condição de risco, as gestantes se vacinem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, veja, nós não temos – só pra fixar essa informação – contraindicação para as grávidas, ou seja, a recomendação, comparando a possibilidade de risco, de danos, aos benefícios, às vantagens, a recomendação é a vacinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Isso. Existe uma precaução. Fazendo essa avaliação dos potenciais benefícios e riscos, vacina-se, sim, a gestante.

Quero só destacar mais uma questão, que eu também acho que é de utilidade pública, em relação à intercambialidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso. Eu ia até fazer esta pergunta: morreram realmente gestantes grávidas em razão da intercambialidade? É que esse tema foi tratado aqui também hoje.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós tivemos 70 casos no nosso banco de dados —é o que está registrado no banco de dados do Programa Nacional de Imunizações –, 70 casos de intercambialidade. Desses 70 casos, nenhuma gestante, no nosso conhecimento, que esteja registrada, foi a óbito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Outra pergunta e concluo aqui: a ampliação do intervalo entre vacinas – esse tema foi ventilado aqui, houve uma certa polêmica – é uma questão técnica ou é uma decisão, uma escolha política? Eu gostaria que você falasse um pouco sobre isso.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós trabalhamos com estratégia de vacinação, e a estratégia de vacinação tem em vista também a questão do cenário, de não ter disponibilidade imediata de doses, que foi o tema aqui que nós colocamos hoje. Nesse cenário de indisponibilidade imediata de doses, o que se fez quando chegou a vacina da Pfizer, em maio? A gente verificou os estudos, já tinha essa orientação num estudo muito bonito do Canadá, mostrando que trazia benefício, um estudo do Reino Unido também... Canadá fazendo com 16 semanas; Reino Unido, 12 semanas; OMS já orientando a ampliação. E hoje nós já temos um *position paper* da OMS, que é datado do dia 21 de junho...

Deixa eu confirmar aqui.

O estudo é datado do dia – desculpem! – 15 de junho de 2021, com recomendações provisórias pra uso da vacina – provisórias porque a evidência está sendo construída –, considerações pra adiar a segunda dose em ambientes com fornecimento limitado de vacina.

Estudos pós-segunda dose mostram que a imunogenicidade em termos de anticorpos neutralizantes é aumentada com intervalo interdoses mais longo, para 12 semanas, destacando que intervalos interdoses estendidos resultarão em uma boa resposta imunológica mesmo em adultos e pessoas mais velhas.

Isso nos ajuda, neste momento, a ampliar nossa população...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De vacinados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... pra ser vacinada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Olha, parabéns a V. Sa. Eu fiz essa pergunta novamente porque, durante a fala de V. Sa., houve aqui um questionamento e até uma certa negação da informação que V. Sa. estava dando, e eu recebi mensagens inclusive de médicos que são meus amigos nessa linha que V. Sa. acabou de sustentar, que era uma medida de acerto e de bom resultado, e não o contrário, inclusive referendada por experiências de outros países.

Sr. Presidente, eu queria agradecer a V. Exa. e cumprimentar mais uma vez a Dra. Francieli Fantinato por seu trabalho. Espero que tenha vida longa e bons serviços pela frente prestados ao Brasil e aos brasileiros. Não é a primeira campanha nacional de vacinação que nós temos, certamente não será a última. Então, nós precisamos de bons profissionais e que tenham, sobretudo, preparo, formação técnica, para garantir um serviço de qualidade aos brasileiros.

Presidente, por último, apenas aí um apelo que faço a V. Exa. O Dr. Thiago Leônidas me fez um apelo agora há pouco, e eu confesso que não tinha nem observado isso. Ele queria, numa questão de ordem a V. Exa., lhe fazer um pedido que não é um pedido apenas dele, como advogado. Outros fizeram esse registro e acabou passando batido. Eu queria que V. Exa. pudesse ouvi-lo e, dentro das possibilidades técnicas da CPI, de repente providenciar, porque eu acho que é uma medida adequada e que coloca a advocacia na estatura que ela deve ter nos ambientes de debates.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois não, doutor.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS (Para expor.) **–** Agradeço imensamente esse minuto pra essa questão de ordem, Presidente.

É que, na verdade... Até me coloco também pra louvar a atitude, não só de V. Exa., de atenção à nobre advocacia, ao pedido que faria agora, mas também fui atendido pelo Senador Randolfe. Nós, da advocacia, devemos ser veementes em cobrar e também em elogiar. É que nós estávamos aqui na condição de uma cadeira desconfortável e desconexa com a turma. Aí, prontamente fui falar para o Senador Marcos Rogério, falei com o Senador Randolfe também. Resolveram esse problema, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Perfeito.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS – Inclusive, nem precisa da questão de ordem, porque já fui atendido pelo Senador Randolfe, que prontamente já atendeu à solicitação aqui de uma cadeira digna...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Perfeito.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS – ...não para mim, mas, sim, para a advocacia aqui, em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas fiz questão de...

O SR. THIAGO LEÔNIDAS – Agradeço demais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parabéns a V. Exa., e agradeço ao Presidente também. É importante que fique o registro aqui, que permaneça...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Desculpe, eu não entendi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, ele acabou sendo atendido, Presidente. É porque a cadeira que os advogados estavam usando era uma cadeira totalmente desproporcional às demais e desconfortável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas já foi resolvido, e eu acho que passou batido por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu também aqui não vou... Sinceramente, é a primeira vez.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS (Para expor.) – Nossos colegas falavam, Presidente, de maneira informal. Aí eu falei com colegas que iria levar essa irresignação aqui, mas já fui prontamente atendido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já foi atendido.

O SR. THIAGO LEÔNIDAS – Já está resolvido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Solucionado o problema da cadeira da advocacia, vamos tentar retomar a situação dos mais de meio milhão de mortos no Brasil.

Doutora, primeiro registro os parabéns pelo currículo, pelo trabalho. O seu histórico profissional é excelente, as referências todas foram positivas com relação ao seu trabalho, e a sua postura confirma aquilo que nós recebemos como referência. Mas é muito importante para a CPI deixar ainda mais claro o processo pelo qual a senhora passou no enfrentamento desta pandemia, em especial comparado com o enfrentamento de outras campanhas de vacinação das quais a senhora certamente já fez parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São quantos anos atuando especificamente na área, doutora?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – No Ministério da Saúde, desde 2014, mas, desde o ano de 2004, eu participo de campanhas de vacinação, desde que eu me formei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sob desse aspecto, são sete anos só no Ministério da Saúde, atuando com campanhas de vacinação. A crise causada pelo coronavírus colocou o Brasil no desafio de fazer a maior campanha de vacinação em volume e em urgência, mas o resultado não foi o melhor. Comparados com outros países, nós, seguramente, ficamos para trás. É importante para a CPI que a gente entenda as razões pelas quais isso se deu.

A senhora apresentou já dois fatos: não recebeu a quantidade suficiente de vacinas e não teve condições de fazer uma campanha adequada de esclarecimento. Além disso, a senhora tem algum outro ponto que tenha deixado a desejar nessa condução?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós tivemos, este ano, uma campanha grande em conjunto com a campanha da Covid, que ainda está acontecendo, a campanha de influenza. Esse foi um grande desafio para o programa, e também, sem a comunicação, nós temos coberturas vacinais baixas em relação à influenza. Então, isso também é um dificultador, porque são duas campanhas muito grandes, onde nós fizemos todo um planejamento para que a gente não deixasse a rede de frio esgotada em relação aos quantitativos de influenza e de Covid, que está chegando mais limitado, para a gente fazer um esforço de conseguir realizar as duas campanhas juntas, tendo em vista a importância da influenza também no País.

Então, isso também foi um grande dificultador, e não ter doses suficientes para fazer uma campanha iniciando por mais grupos, utilizando os grupos definidos, todos ao mesmo tempo, chamando a população toda ao mesmo tempo, gerou uma demanda muito grande para o Programa Nacional de Imunizações em relação a pedidos de inserção de grupos e a pedidos para passar esses grupos na frente. Nós ficamos... Nós recebemos em torno de 50 a 100 documentos – eu não sei precisar – para responder, e a equipe, além de ter que fazer outro trabalho, de executar a campanha de vacinação, tem que ficar respondendo, o tempo inteiro, demandas. Isso onera demais o Programa Nacional de Imunizações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Então, a gente pode elencar, resumidamente, que os problemas enfrentados foram: a falta da quantidade de vacinas, a falta de uma campanha de esclarecimento da população adequada, a concorrência com a campanha de vacinação para a influenza, e a necessidade de debater inserção de grupos preferenciais para vacinação. É adequado esse resumo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Pressão dos diversos segmentos da sociedade para inserção. E entende-se o apelo de cada um deles, mas, com quantidade limitada de vacina, fica difícil conduzir esse processo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** Dentro dessa mesma linha de raciocínio, comparando com as demais campanhas de vacinação, em anos anteriores, em governos anteriores, das quais a senhora fez parte: esse formato de intervenção quase que militar que o Ministério da Saúde sofreu gerou algum benefício, alguma melhora, algum tipo de proteção adicional ou qualidade maior na tomada de decisão do Ministério da Saúde, em especial ao PNI?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – As ações ficaram muito concentradas na Secretaria Executiva, com a equipe da época, não é? Ficaram muito na Secretaria Executiva. E não se tinha, nessa equipe, o conhecimento em relação à vacinação. Então, muita coisa a gente precisava prestar conta em relação aos nossos processos de trabalho, o que também dificulta no movimento de você executar a sua ação, porque você faz uma ação embasada, uma ação trabalhada dentro de uma coordenação geral, e precisa prestar satisfações em relação ao trabalho que está sendo desenvolvido. Isso atrasa um pouco o processo diante de todas as demandas que nós temos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** E, nas gestões anteriores do ministério das quais a senhora fez parte, a senhora não tinha esse tipo de dificuldade pelo conhecimento prévio do tema?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu coordenei o programa por dois anos. Então, nos anos anteriores, eu não tinha acesso a esse tipo de... Eu não tinha esses contatos, eu era uma técnica dentro do Programa Nacional de Imunizações. Eu trabalhava especificamente com uma área dentro do programa. Então, eu não sentia esse processo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) **–** A senhora sabe esclarecer a motivação de a CoronaVac não constar no primeiro PNI apresentado pelo General Pazuello?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A CoronaVac é uma vacina que a gente queria que fosse introduzida desde o começo, não é? Então, a gente também fez manifestação em relação a qualquer vacina que estivesse disponível. Então, nós éramos a favor.

Agora, a negociação era na Secretaria Executiva. Então, a gente dependia daquela conversa, daquela discussão, lembrando que o primeiro quantitativo de vacinas foi no dia 19 de junho, o que não limitava fornecedor. A única condição, as únicas condições eram que tivessem resultados satisfatórios e aprovação pela Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A decisão... A clara decisão do Governo Federal brasileiro de não fazer a aquisição de um grande volume de vacinas num primeiro momento, que é exemplificada pela decisão de aderir ao Covax Facility apenas em 10%, na menor cota, essa decisão teve respaldo do grupo técnico do PNI ou foi uma decisão a partir da Secretaria Executiva?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós fizemos uma nota inicial da Covax Facility pedindo já o quantitativo diante daqueles cenários que eu já apontei aqui. Eram cenários ainda de incerteza, nós fizemos uma modelagem, um cálculo, e entendemos naquele momento que precisaríamos de X doses. Se não pudéssemos ser atendidos naquele quantitativo de X doses, que a gente fizesse a vacinação pelos grupos prioritários.

Então, havia um quantitativo superior ao quantitativo definido na Covax.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para deixar mais claro para quem está acompanhando a gente e para os registros da CPI. A sugestão técnica foi de um volume maior do que foi efetivamente contratado?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Do dia 19 de junho, o nosso quantitativo variava, com os cenários de incerteza, de 140 a mais ou menos 242 milhões de doses, tendo em vista uma única dose, porque não se tinha, na época, nenhum *preprint* falando que as vacinas seriam de duas doses. Não tinha ainda estudos com essa definição. Então, foi um quantitativo superior.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O número efetivamente contratado, doutora, a senhora recorda qual foi?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – É... Oi?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O número efetivamente contratado de vacinas pelo Covax foi uma coisa em torno de 40 milhões? É isso?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Quarenta e dois milhões. Eu acho que são 42 milhões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Cerca de 100 milhões de doses abaixo daquilo que foi desenhado pela equipe técnica, mesmo considerando que fossem vacinas de uma dose única.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – É, no melhor cenário, a gente precisaria em torno de 140 milhões de doses para tentar um controle da transmissão. Se não fosse possível trabalhar com o controle da transmissão, trabalhar com a redução de mortalidade e óbito com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quantitativo, tendo em vista a manutenção da força de trabalho do setor de saúde, risco de complicação e óbito e a manutenção do funcionamento dos serviços essenciais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Um outro ponto que nos chama a atenção, doutora, é, nesse momento, a gente já estar assistindo a reiteradas manifestações do Ministro Queiroga no sentido de descontinuar o emprego da vacina CoronaVac, novamente a CoronaVac, sem aparentemente a gente ter uma justificativa para tanto. Sobre essa definição dele, essa opinião que ele vem reiteradamente manifestando. Primeiro: ela passou por uma análise técnica do setor do plano nacional? Segundo: não é óbvio que essas manifestações reduzem a credibilidade de uma vacina que é importante para o programa?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Pelo Programa Nacional de Imunizações, pelo cenário epidemiológico que nós temos hoje e também pelos... Saiu esse resultado do estudo do Secretário Anderson que há uma redução no risco de complicação e óbito. Então, a gente vê que a vacina está se propondo ao seu objetivo. Então, nesse momento, é importante que a gente tenha as vacinas que estão disponíveis sendo utilizadas. Não houve uma discussão com o Programa Nacional de Imunizações em relação à retirada da vacina CoronaVac.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, assim, sempre seguindo aquela linha de tentar economizar o nosso tempo. Esse é o resumo do que a gente está vivendo: mais de meio milhão de mortos; chegando a 20 milhões de contaminados. E essa foi uma expressão que a senhora usou várias vezes: a redução do contágio. Há urgência de reduzir a velocidade de contágio, porque, senão, você não consegue controlar nenhuma epidemia. Com a formação qualificada que a senhora tem, é muito mais fácil, mas, sem a formação, é possível compreender, porque parece bem óbvio.

Então, essa escolha que fizemos, Governo brasileiro, foi profundamente equivocada, não teve base técnica, não deu acesso, não deu ouvido aos técnicos que estavam na Casa, concentrou decisões numa figura absolutamente desconhecedora da realidade do SUS, que talvez tenha tomado vacinas na sua infância e que, de lá para cá, nunca ouviu falar em vacina, mas foi quem decidiu quem era e quem não era vacinado no Brasil e quantas pessoas que poderiam ou não ter acesso a um recurso fundamental para não morrer. Literalmente, esse é o resumo do que a gente está vendo nessa situação toda.

E eu quero registrar, Presidente Omar Aziz, que ainda ontem protocolei o pedido de reconvocação do Coronel Elcio, ex-Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, e não porque ele é coronel. Ser coronel não é garantia nem de qualidade, nem de defeito; ser coronel é apenas uma função pública, como é delegado, como é enfermeira, como é qualquer outra. Mas este coronel, especificamente, assumiu posição central num processo de negociação de compra de vacinas, de definição de políticas públicas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, sem ter nenhum tipo de qualificação para tanto, atendendo diretamente a comandos político-ideológicos do Presidente da República e sem dar ouvidos para os técnicos. A mistura de arrogância, ignorância causou esse resultado em grande e larga escala.

É dramático você verificar isso e ainda ter que debater aqui se está se falando de Forças Armadas ou de instituições. Nunca se falou aqui em instituições; pelo contrário, o que a gente está demonstrando claramente é que o processo deste Governo é de destruição das instituições, é de rebaixamento das instituições, porque eu não preciso aqui espremer o depoimento da Dra. Francieli; ele vem naturalmente dizendo que existe uma instituição, o Ministério da Saúde, que sempre funcionou. Este é um país que tem um sistema gigantesco de saúde de portas abertas, é um país que tem histórico de vacinações. A gente não está inventando aqui um processo de vacinação hoje, ao contrário de muitos países que não têm a tradição da vacinação e que enfrentam resistência; o brasileiro, historicamente, tem uma adesão imensa ao processo de vacinação, e essa adesão vem caindo, vem caindo pela conduta criminosa daqueles que colocam em dúvida, a todo o tempo, a ciência, sendo que é a ciência que garante a nossa saúde.

Então, eu reitero a urgência da votação e aprovação deste requerimento de convocação, reconvocação do Coronel Elcio; eu reitero que esta CPI tem o compromisso moral com o Brasil de fazer todos os esclarecimentos, sem nenhum tipo de constrangimento, sem nenhum tipo de ameaça; e, principalmente, que a CPI vai passar a mensagem de valorização dos bons profissionais. A senhora é uma boa profissional, o seu histórico aponta nesse sentido e a sua tomada de decisão também, porque a senhora teve a coragem, a hombridade de fazer aquilo que eu sugeri ao Ministro Queiroga.

Todo técnico – eu sou Técnico de Segurança Pública –, todo técnico submetido a uma gestão política, porque todos somos submetidos a gestões políticas, é colocado diariamente diante de um desafio: até onde eu estou colaborando e até que ponto eu sou cúmplice? Porque, se eu não consigo fazer tecnicamente o que eu preciso fazer, eu me torno cúmplice de um crime, e a senhora teve a sabedoria de não se tornar cúmplice, de manifestar publicamente as restrições que a senhora teve para executar o trabalho para o qual a senhora foi treinada a vida inteira. Eu lamento, como todos os brasileiros lamentam, que a gente esteja perdendo bons técnicos, mas registro que essa coragem vai servir de exemplo para outros tantos que precisam se manifestar e não aceitar interferência política, onde a política não cabe; a política cabe nesta Casa, e não na ciência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Eu vou ouvir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu queria só reiterar o requerimento do Senador Alessandro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... porque eu acho que, o quanto antes, é importante deliberar sobre a reconvocação do Coronel Elcio Franco. Eu acredito, Senador Alessandro, que nós já achamos o candidato a Adolf Eichmann brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu tenho...

Eu tenho ainda...

Eu vou ouvir a Senadora Zenaide e o Senador Luis Carlos Heinze. Por último, eu vou ouvir mais dois Senadores e vou encerrar a sessão, conforme disse que encerraria, às 16h, mas ainda vou ouvir a Senadora Zenaide e o Senador Luis Carlos Heinze. Mas, antes de ouvir a Senadora Zenaide, eu pediria à Sra. Francieli, porque eu queria fazer algumas perguntas à senhora.

A senhora está no programa nacional de imunização desde que ano?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Do ano de 2014...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois mil e quatorze...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... quando eu era do EpiSUS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, em 2014... Eu, em 2012, procurado por médicas no meu Estado, implantei um programa de imunização com a vacina HPV. Depois, a Presidente Dilma lançou esse programa nacional. O meu Estado tem o maior índice de câncer de colo de útero ocasionado pelo HPV. E, segundo as pessoas que estudam, cientistas, nós teríamos que vacinar mulheres de 11, 12, 13 anos nas escolas ainda para que elas ficassem imunizadas. E, com o passar do tempo, na imunização, nós extinguiríamos, tiraríamos esse tipo de problema. O custo da vacinação é milhares e milhares de vezes mais barato do que uma pessoa para ser tratada futuramente com câncer, pelo estágio a que chega.

Não é diferente em relação à vacina que está salvando brasileiros, mas que, infelizmente, se tivesse chegado um pouco antes, nós teríamos salvado mais pessoas. Infelizmente, eu digo isso, porque perdi amigos, perdi familiar, perdi pessoas que conviveram tantos anos comigo, como todos nós perdemos, não é uma excepcionalidade, infelizmente, minha. Isso está em termos de quase 530 mil vidas, fora uma quantidade imensurável de sequelados de que o SUS vai ter que cuidar até o final da vida dessas pessoas. Muitos, um percentual muito grande de sequelados, ou mentalmente, ou coronariamente, ou problema de rim, ou trombose, e outras coisas, pois, infelizmente, uma doença veio e nos pegou de surpresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início de janeiro, nós tivemos uma segunda onda muito letal no Estado do Amazonas – muito letal –, quando perdemos muitas pessoas rapidamente. O ex-Ministro Pazuello, indo lá, lá mandou usar as primeiras doses: "Não, usem todas as doses que depois virá a segunda dose". A senhora sabe que isso não foi correto, não é, Dra. Francieli?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Em relação à dose 2, a cada distribuição do Programa Nacional de Imunizações, é feito um informe técnico, porque, como a gente está trabalhando com as doses fragmentadas, tem que indicar os percentuais que estão sendo enviados de acordo com os denominadores que foram levantados. Então, eu trouxe até aqui todos os informes técnicos, se a gente precisasse. A gente já fez eu acho que em torno de 26, se não me engano... Foi feito até agora esta semana... Foram 26 informes técnicos, 28 pautas de distribuições, atualizações e retificação. A gente sempre orientou nos informes técnicos se a dose ia casada ou se a dose ia para a dose 1 e depois completar o intervalo. No começo, a gente sempre mandava principalmente... Sempre, não. A vacina da CoronaVac, lá no começo, nós mandávamos juntos a dose 1 e a dose 2, para que a gente garanta o esquema em 28 dias, que é o intervalo preconizado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eram 14...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Isso. Pode ser de 14 a 28, mas, pela logística, pelo volume de vacinas, a gente optou por 28 dias, porque nós não temos estudos de dose 1 com CoronaVac e, então, a gente não sabe quanto é a eficácia com a dose 1. Então, a gente sempre mandou dose 1 e dose 2.

Teve um momento em que houve, sim, essa comunicação. Houve um prejuízo em relação a isso, porque a gente não tinha um cronograma de entrega...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual foi o prejuízo que causou às pessoas?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Olhe, a gente atendeu muita demanda para atender com a dose 2. O PNI não prejudicou as pessoas porque aí o que nós fizemos? Nós levantamos via CIB, na Comissão Intergestores Bipartite, esse quantitativo que faltava e a gente acabou encaminhando, mas podiam ter acontecido, sim, prejuízos, no sentido de que a gente avançou em grupos que não era para ter avançado e pulou grupos, às vezes, não completou o esquema de grupos que já tinham iniciado. E a gente não tinha essa dose, a gente não tem eficácia de dose 1, então, precisa de fato garantir a dose. Até faço um apelo para as pessoas que não tomaram a segunda dose para que busquem o serviço para tomar a segunda dose.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa é uma questão.

A senhora sabe que nós poderíamos ter tido 130 milhões de vacinas já em dezembro do ano passado: 70 milhões da Pfizer e 60 milhões da CoronaVac. Para alguém que trabalha na imunização a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria-prima é a vacina, não tem outra matéria-prima sua. Então, a senhora deve ter feito vários planejamentos e mudado vários planejamentos pela ineficiência na compra da vacina. Isso prejudicou o trabalho e isso levou muitas pessoas a óbito?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu não tenho essa avaliação, agora, onerou muito a troca de cronograma internamente, porque a gente precisava toda hora refazer os cronogramas e isso acaba esgotando bastante a equipe. Foi um processo e continua sendo um processo difícil, porque os quantitativos às vezes mudam e a gente não consegue fazer um planejamento a longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, o que a senhora deixa claro aqui para a gente – vou já passar a palavra, Senadora Zenaide – é uma coisa: se nós tivéssemos tido a vacina com antecedência... A nossa capilaridade em vacinar no Brasil, não há nenhuma referência no mundo, nós somos PHD nisso, até porque o Brasil todo tem unidade básica de saúde, onde tem enfermeira, auxiliar de enfermagem trabalhando. Essas enfermeiras... Inclusive, eu sou totalmente favorável ao piso salarial que eles estão reivindicando aqui, já me comprometi e vou votar a favor, foram verdadeiros heróis. O que faltou para a gente, principalmente nas UTIs, foram médicos intensivistas e enfermeiros intensivistas, que nós temos muito pouco no Brasil. Nós não estávamos preparados para chegar a este momento. E a política sanitária no Brasil, que não tinha uma política sanitária, contribuiu para que nós fizéssemos o estrangulamento, muitas vezes, lá no fim.

No início: só procurem hospital quando você estiver com falta de ar. Depois: imunização de rebanho. Depois: tratamento precoce. Quando agora, com as vacinas, está provado que o número de óbitos tem caído, o número de casos tem caído, porque a vacina funciona. Qualquer vacina imuniza, todas elas são boas. Isso eu converso com cientistas, com pessoas: "Omar, se vacinar é a coisa mais importante e tomar as duas doses é mais importante ainda". Então, muitas pessoas ainda não se vacinaram porque o Ministério da Saúde, segundo a doutora, está guardando as duas doses. E, quando não toma a segunda dose, a gente perde tanto a primeira como a segunda, porque não tem utilidade só a primeira. Não é isso, doutora?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A gente faz uma reunião semanal com o Conass e Conasems para fechamento do cronograma e, nessa reunião, nós decidimos se vai – nós decidíamos, não é, quando eu era a coordenadora – se ia dose 1 ou se ia dose 2. Então, tudo isso está documentado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, doutora.

Passo à Senadora Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todos e a todas nesta CPI!

Boa tarde!

Já agradeço à nossa depoente, a Sra. Francieli.

É um prazer ver a senhora mostrar aqui o que a gente vem mostrando, e esta CPI: a importância da vacinação e a importância das medidas preventivas não farmacológicas, como a senhora falou, e de campanhas de vacinação.

Sra. Francieli, V. Sa. não tem ideia da importância do que a senhora está falando aqui para o povo brasileiro. Eu quero... É aquilo que eu venho dizendo, que a CPI vem mostrando, que a ciência vem mostrando, e a gente está vendo que o Estado brasileiro, o Governo Federal, não quer e não quis seguir essa linha.

Aí eu perguntaria o seguinte... Ontem, o jornal *O Globo* publicou uma reportagem sobre o plano de imunização indígena. Apesar de ter sido priorizado, o Ministério da Saúde fez alguns relatórios e descobriu que os indígenas, com essas mentiras, com *fake news*, estavam com medo de tomar a vacina. Eu queria saber se a senhora tem essas informações obtidas por esses relatórios, com estas expressões... Os índios diziam o seguinte, que não iam tomar porque estavam com medo de virar jacaré, com medo de mudar de sexo ou de morrer. A senhora tem esse levantamento?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Não, não tenho, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A senhora acha que a população indígena foi mais atingida por *fake news* ou por essa propaganda negativa em que o Presidente da República falava sobre a vacina do que a população em geral?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu precisaria fazer uma análise aprofundada do tema. Eu não tenho essa informação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É só uma pergunta... Eu vi que a senhora é uma pessoa qualificada, responsável pelo PNI. A senhora chegou alguma vez a falar com o Diretor-Executivo, com o chefe do gabinete, com a segunda pessoa, o Dr. Elcio, na época, o número dois da saúde, para chamar a atenção para a falta de vacina e para a falta de uma campanha de comunicação em massa orientando o povo brasileiro, não só no período em que não existia vacina, e – isto é importante, sempre importante – de uma propaganda continuada, que era a única maneira de evitar muitas mortes, como a gente está vendo?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Em relação a quantitativos de vacinas, nós nos manifestamos com o primeiro pedido no dia 19 de junho. E, depois, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada oferta de vacina, quando chegava para o Programa Nacional de Imunizações, nós emitíamos a nota técnica com parecer favorável desde que tivesse a aprovação da Anvisa e que estivessem os resultados garantidos. Com a aprovação da Anvisa, esses resultados estariam garantidos.

Senadora, me desculpe, eu esqueci a outra pergunta. Eu comecei aqui a anotar e eu esqueci.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, a outra foi a seguinte: a senhora chegou a conversar com o Secretário-Executivo ou com o próprio Ministro? – e a falta da campanha inevitavelmente levaria a um número alto de mortes de brasileiros e brasileiras. E essas mortes seriam a maioria evitáveis com a campanha educativa sobre a vacinação?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Sobre as campanhas de comunicação, não era direto com o Elcio ou com o Ministro. Eu conversava com o nosso núcleo de comunicação, que conversava com a assessoria de comunicação. E eu não tive retorno em relação a isso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A senhora chegou a tomar conhecimento de que o comportamento do Presidente da República era orientado? Porque a gente está investigando aqui e investigou um comitê paralelo que tinha pessoas que, ao lado do Presidente, o incentivavam praticamente a medicar sem ser médico e que existiam medicamentos que preveniam a doença, como a hidroxicloroquina, a ivermectina, ou que, se tivesse, seria uma doença leve. A senhora...

Eu sei que pelo PNI a senhora se responsabiliza, mas, no fim, a responsabilidade é uma só: vacinação. Sra. Francieli, eu acho que, numa pandemia grave como esta, o olhar diferenciado, o Programa Nacional de Imunizações, teria que... Eu acho que o próprio Secretário-Executivo era para despachar com a senhora com mais frequência, já que ele não tinha qualificação.

Aí eu pergunto: a senhora acha que, se o Ministério da Saúde estivesse ordenado por alguém, o Ministro não fosse um general – ele mesmo próprio reconhecia que não tinha conhecimento do SUS –, e a segunda autoridade mais importante, que é o Secretário-Executivo, também não ter essa experiência, isso ajudou a gente a ter esse maior número de óbitos?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O Programa Nacional de Imunizações é vinculado ao Departamento de Imunização da Secretaria de Vigilância em Saúde. Então, o meu contato não seria diretamente com o Elcio, embora eu tenha tido contato, sim, nas reuniões, para identificar a questão das características técnicas da vacina, as questões dos quantitativos e tudo mais. O meu contato não era diretamente com ele. Então, assim, eu não tenho como dizer.

Agora, sim, é importante que, em todo o serviço público, em todos os cargos, tenha gente preparada para trabalhar. Eu não sei dizer se ele não tinha total preparo. Na verdade, assim, não cabe a mim dizer isso, não é? Eu não tenho elementos suficientes para poder dar essa opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Outra coisa que eu queria perguntar: a senhora chegou a tomar conhecimento de que foi oferecida a vacina da Pfizer, que, em dezembro do ano passado, o Instituto Butantan já tinha produzido 5,5 milhões da vacina CoronaVac e que a gente poderia ter sido pioneiro em vacinação no mundo? A senhora tinha conhecimento dessas negociações de vacina a que o Ministério da Saúde não respondeu durante meses?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Em relação à Pfizer, eu estava copiada em alguns *e-mails*, não sei se todos, mas os *e-mails* em que eu estava copiada, que correspondiam à parte técnica, para entender o cenário em relação às características da vacina, ao armazenamento, se já tinha estudo, qual ia ser a faixa etária licenciada; esses questionamentos a minha equipe, junto comigo, a gente respondeu.

Então, o Programa Nacional de Imunizações também tinha informação do memorando de entendimento – está publicado na versão do plano, na primeira versão, do dia 16 de dezembro –, onde para o primeiro trimestre teria 2 milhões de doses. E o Programa Nacional de Imunizações já tinha organizado uma proposta prévia para esses 2 milhões de doses para poder, caso recebesse essa vacina, estar organizado para vacinar a população brasileira, mesmo nas condições em que a nossa rede de frio não atuava. A gente estava investindo numa estratégia de vazão rápida nas capitais, para que a gente pudesse trabalhar com a vacina, no período até cinco dias, na temperatura de dois a oito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sra. Francieli, a senhora chegou a insistir... Eu digo porque a senhora, como sendo a responsável pelo Programa Nacional de Imunizações, e sabia da importância das campanhas de comunicação, a senhora chegou a insistir sobre essas campanhas contínuas?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu conversei...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E sabia que...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Senadora, eu conversei verbalmente com o nosso núcleo de comunicação diversas vezes – diversas vezes – que havia necessidade de uma campanha para divulgar os grupos prioritários, para falar da segurança, da eficácia da vacina. E aí o nosso núcleo de comunicação entrava em contato com a assessoria de comunicação. Então, eu respeitava – não é? – a hierarquia dentro da minha secretaria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A senhora chegou a tomar conhecimento dessa linha, que era a em que o Presidente da República e o Ministro da Saúde eram assessorados, insistindo numa imunidade de rebanho natural e não vacinal, com vacinas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – É...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** Chegou a alertar... Chegou a alertar a gravidade dessa conduta?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Dentro do ministério, a minha área é na Secretaria de Vigilância em Saúde. A gente não trabalha com essa linha, não é? Nós trabalhamos com vacinação, com imunidade coletiva; a gente trabalhou com a questão dos grupos prioritários. O que eu soube foi as notícias de mídia, que estão aí para todo mundo saber, não é?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) **–** A senhora não tinha conhecimento?

Então, resumindo, Presidente e o Brasil que está ouvindo, realmente não houve interesse em comprar, o Governo brasileiro, em comprar vacina no tempo de salvar vidas; não houve interesse em mostrar para a população como se defender, com campanhas publicitárias de comunicação de como evitar a Covid-19, uma doença grave.

E eu queria, no meu tempo, Sra. Presidente – eu estou vendo agora que já é Soraya Thronicke –, eu queria dizer o seguinte: mais uma vez, quero agradecer à Sra. Francieli.

A senhora veio aqui e confirmou o que esta CPI estava vendo. Por que estão morrendo tantos brasileiros e brasileiras? Sra. Francieli, o IBGE mostra já 50 mil órfãos, neste País, da Covid-19; crianças e adolescentes sem pais e sem mães. E a gente sabe que, se o Governo Federal tivesse assumido a coordenação, seguido a ciência, a maioria dessas mortes teriam sido evitadas.

Então, é isso que esta CPI está fazendo aqui.

Eu queria dizer aqui, Sra. Presidente, Sra. Francieli, a CPI, a lei... Ninguém está acima da lei – sobre o que foi discutido ontem. Esse é um princípio democrático, civilizatório, que se aplica tanto aos civis como aos militares.

E a CPI tem um papel importante, porque ela mostrou à população que não era necessário morrer tantos brasileiros e brasileiras, sejam civis ou militares, se o Governo tivesse tomado a conduta correta, não tivesse insistido em condutas farmacológicas com medicamentos cientificamente ineficazes; se tivesse feito todos... A senhora mostrou aqui: faltou a comunicação e não quis comprar a vacina em tempo hábil. E mais grave: ainda saiu desmerecendo a vacina – um Presidente da República, que foi eleito com mais de 60 milhões de votos –, querendo mostrar à população que vacina era a vacina A; a vacina B não servia. E eu imagino o trabalho que deu ao PNI, à senhora isso aí.

Outra coisa, eu queria deixar claro aqui que o SUS é capaz de vacinar a quantidade de brasileiros desde que tenha vacina. Está faltando é vacina para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria fazer um apelo aqui: por favor, não acreditem no que a Presidência da República anda dizendo. Usem máscaras, higienizem as mãos e não se aglomerem, porque isso é fatal, gente. Sabe quando é que a gente vai ter essa imunidade de rebanho? – mas não a natural, e sim a por vacinas. Essa defesa da imunidade de rebanho natural, isso é criminoso, porque a quantidade de gente que iria morrer sem vacina é incontável. Vamos supor que fossem 2% da população de 220 milhões... Nós estamos aí com quase 530 mil brasileiros e brasileiras que morreram, o que podia ser evitado com campanhas massivas de comunicação e com vacinas comprada a tempo.

Obrigada, Sra. Presidente. E obrigada mais uma vez à Sra. Francieli.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora Zenaide.

Com a palavra o Senador Heinze.

Senador, se o senhor puder ter a gentileza de ser rápido e se puder também conceder alguns minutos seus – e só uma questão, um pedido, não é? – para os nossos colegas que aqui ainda estão inscritos, porque nós vamos terminar assim que começar a Ordem do Dia, impreterivelmente.

Muito obrigada.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente, estou desde as 9h esperando meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós todos, nós todos, nós todos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Vamos lá.

Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Senadores, nossa depoente Francieli – prazer –, quero fazer alguns esclarecimentos sobre ciência. O pessoal fala em ciência como se renegar um tratamento fosse renegar a ciência. Estamos falando, Dra. Francieli, de cientistas que, à volta do mundo, usam esses tratamentos. Tem vários cientistas que eu citei várias vezes.

E o Governo brasileiro hoje, no número de vacinas compradas, adquiridas, são 662 milhões de doses compradas – esse é o ponto importante. Tirando a Covaxin e tirando a Sputnik, chega a 632, porque dessas ainda falta alguma coisa. São doses adquiridas.

Nós temos o dado de hoje, especificamente: são um total de 143 milhões doses já distribuídas, 109 milhões de doses aplicadas. Em doses aplicadas, o Brasil é o quarto país do mundo. Perde para a China, para os Estados Unidos, para Índia, e o quarto é o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo programa de vacinação nós teremos agora até o mês de setembro uma dose aplicada... Pelos cálculos feitos no instituto de pesquisa em que nos certificamos ontem, mais ou menos em 15 de setembro já deve ter toda a primeira dose aplicada. Até o final de novembro, metade de dezembro, já devemos ter as duas doses aplicadas. Esse é o programa.

Existe isso e existe também a questão de que os Estados têm usado muito isso fazendo propaganda política em cima desse caso.

Vou dar um exemplo aqui, Sra. Presidente. Vou ver se eu consigo pegar.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isso é o Governador do Maranhão. Usa o recurso federal e faz propaganda para ele, como se ele estivesse vacinando. Claro que está vacinando.

Isso o Senador Rochinha me passou em cima do que está acontecendo no Maranhão. Certamente em outros Estados também estão fazendo isso.

No meu Estado, nós já temos hoje praticamente 7,235 milhões de doses aplicadas no Rio Grande do Sul para uma população vacinável de 8,959 milhões. Mas quase 9 milhões de doses já estão no Estado do Rio Grande do Sul, quase a aplicação de uma dose para todo o Estado. Assim, todos os Estados da Federação receberam essas vacinas e estão já com seus programas de vacinação. Acho que esse é o ponto importante.

E a política é assim, Sr. Francieli. Nós fizemos essa política desde o início do processo, acompanho isso.

Inclusive, aos Senadores e Senadoras, nós estamos examinando o caso Fauci, nos Estados Unidos. Aqui começou essa história, com o caso Fauci, nos Estados Unidos. O Senado americano já está numa investigação. Recebi da Senadora Marsha Blackburn semana passada um requerimento que ela entrou ainda no final do mês junho em cima desse assunto que estão discutindo lá.

Isso é ciência, sim. E aqui tem outras explicações. Logo, logo a sociedade mundial irá saber das quase 4 milhões de mortes que nós temos no mundo – não é apenas no Brasil. Se nós acertamos a China... O número para mim lá está errado; fala-se em 5 mil mortes e tem que ter muito mais do que isso pela população que eles têm. Então, esse é o quadro, só para fazer uma colocação.

Foi falado aqui sobre Serrana. Eu peguei os dados, Sra. Francieli. Em dezembro – e aí houve, sim, a vacina funcionando –, a letalidade de Serrana era 3,53. Agora, ontem nós fizemos o cálculo, e a letalidade de Serrana está em 2,4. Então, o que houve... Esse trabalho que a senhora falou em cima de alguém que teria feito uma avaliação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora um ponto importante: Porto Feliz, em São Paulo. Em dezembro, era 0,77. E o Prefeito, cito ele, é um médico, fez o tratamento precoce, utilizou o tratamento precoce. Estava 0,77 e hoje, com mais ou menos a metade da população vacinada, está em 1,36. Portanto, menor do que Serrana, em São Paulo. Cito esses dois exemplos.

Enquanto isso, o Estado de São Paulo está com 3,4; o Estado do Rio de Janeiro, 6,9; o Brasil, 2,8; e, pasmem, o Estado do Amapá, que eu tenho citado reiteradamente pelo processo que eles utilizam lá, está em 1,55. O que é o Estado do Amapá? O Estado do Amapá tem o trabalho do Governador, de todos os Prefeitos, dos médicos, de direita, de esquerda, do Ministério Público, que fizeram um ajuste. Então, eles têm vacina? Seguramente a vacina deles deve ser em 40%, 50% da população – não sei o total que tem de vacinados –, mas têm o tratamento efetivamente. O que nós preconizamos? Tratamento sem criminalização, sem ideologização em cima de tratamento e também nós utilizamos a vacinação. Trabalhamos fortemente em cima da vacinação, para que nós tenhamos mais vacinas.

Inclusive, Sra. Francieli, eu tenho insistido muito, trabalhado com o Ministro Marcos Pontes em cima de um projeto de 16 vacinas em andamento, 16, em que três estão mais adiantadas, que é a USP, em Ribeirão Preto, o Incor, em São Paulo, e a Universidade Federal de Minas Gerais. Tenho insistido nesse assunto e tenho trabalhado com eles, inclusive para que laboratórios brasileiros... Nós temos quatro de medicamento veterinário e doze grandes laboratórios de medicamentos humanos que têm interesse em fabricar vacinas. Então, isso está andando. É um trabalho que existe do Governo Federal e nós, aqui no Senado, fizemos a nossa parte. Então, não somos contra a vacina, entendemos que tem que ter vacina, agora, não criminalizar um processo de tratamento que existe e deu resultado. Estou mostrando aqui os resultados que nós temos por esse tratamento.

E também, Sra. Presidente, um ponto importante, vou falar agora com mais tempo lá no Plenário, é a criminalização de médicos brasileiros, cientistas brasileiros que focaram nessa questão. E hoje, dentro de universidades, estão sendo criminalizados, porque têm posição que a ciência no mundo recomenda e no Brasil também. Várias pessoas sofreram na Bahia, no Rio Grande do Norte, tenho casos em São Paulo e Rio de Janeiro. Várias situações que nós temos hoje, que é um crime que acontece, porque as pessoas têm posição, acreditam na sua posição, são cientistas – estou falando isso – ou médicos que adotaram esse procedimento. Então, isso é grave.

Sra. Francieli, a senhora se recorda das campanhas de medida de prevenção em fevereiro e março de 2020 e campanhas de informação e sintomas em março de 2020? De março até dezembro houve campanhas. Podem não ser iguais às que o Governador do Maranhão está fazendo, mas existiram campanhas; podem ser mais modestas, mas existiram campanhas por parte do Ministério da Saúde, dos ministérios, da Secretaria de Comunicação do Governo. Pergunto a V. Sa.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Em relação às campanhas publicitárias, elas podem ter existido, mas de forma muito discreta. Precisava ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha agressiva de vacinação, de divulgação da vacinação, Senador. Uma campanha com um diferencial, uma situação nunca vivenciada no País. Então, havia necessidade de ter uma campanha efetiva publicitária. Eu não trabalho na publicidade, mas eu vi muito pouca divulgação em relação à vacinação, à segurança, à eficácia, aos grupos prioritários. Então, isso precisa ser trabalhado de uma forma mais agressiva, para convencimento da população.

A comunicação é um grande desafio, é um grande desafio, mas a gente precisa avançar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Claro que as vacinas só chegaram numa etapa de setembro, outubro em diante, aí começaram a aparecer as vacinas, porque, até então, no início do programa nós não tínhamos vacina. Março, abril, maio, junho, não tínhamos.

Então, tem um cronograma que eu vou entregar, Sra. Presidente, de calendários em que foram feitos programas, não da forma agressiva como o Governador do Maranhão fez – não é uma campanha política –, inclusive perseguindo adversários políticos com a distribuição das vacinas, em que se chega a um Estado e o Estado dá para quem quiser. Então, é um problema que eu denuncio aqui o que está acontecendo lá.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Heinze, já deu 16h, se o senhor puder concluir, para que a gente dê pelo menos uns poucos minutos para os nossos colegas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Senadora, o tempo... Não fui eu que estraguei o tempo, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É porque já deu 16h. Então, aí nós vamos ficar aqui...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Soraya, fique à vontade. Eu não iria pedir isso para o Senador Luis Heinze. Acho que eu e o Senador Fabiano sabemos também... Embora nós saberíamos compartilhar, mas sabemos como que pensa cada um dos colegas.

Deixe o Senador Luis Carlos Heinze à vontade. Como ele disse, ele está aqui desde às 9h da manhã e está aqui no seu tempo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Todos nós estamos, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Mas eu agradeço a V. Exa. pela sensibilidade. Obrigada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Faço minhas as suas palavras, Senadora Simone.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O.k., Senador, o seu tempo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** E a do Protocolo de Orientações de março de 2021... O que mudou de lá para cá? Do ano passado para este março deste ano mudou alguma coisa... das campanhas?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu, Senador, não consegui entender a pergunta. Eu não consegui entender.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** São campanhas. Eu tenho aqui pelo menos 14 campanhas de combate à Covid, conforme informações oficiais que temos em mão, da Secom. Houve campanhas. Pode não ser campanha agressiva, de televisão, enfim, mas houve campanhas, da forma que pôde ser feito.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O.k., mas a minha opinião pessoal é que a campanha não foi efetiva da forma como deveria fazer. Eu mantenho o posicionamento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) **–** O.k.

A senhora entende que as campanhas de vacinação estão inseridas em números em outras ações de comunicação do Governo Federal?

Os outros ministérios também...

A senhora fala, já comentou aqui que são fracas as campanhas. O.k.

Existem vacinas sobrando nos Estados e Municípios?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Quem gerencia as vacinas... A gente encaminha... O nosso papel é encaminhar até os Estados, os Estados encaminham para os Municípios, para aplicação dessas vacinas, né? Então, a população... Os Estados e Municípios estão vacinando a sua população, e a gente orienta que o público alvo da campanha busque o serviço para fazer a vacina. Quando ela estiver disponível lá para aquele público, que ele busque, que ele não tenha resistência nenhuma em buscar, porque é o meio mais efetivo de controlar a pandemia.

E lembrar que precisa completar as duas doses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É, porque nós temos 143 milhões de doses distribuídas, e apenas 109 milhões aplicadas. Quer dizer, tem 32 milhões de doses que estão em poder dos Estados e Municípios.

Quem controla e repassa as informações sobre o número de vacinados nos Municípios e de que forma esses dados estão sendo repassados para o Ministério da Saúde? Porque os Municípios repassam, os Estados repassam para o Ministério da Saúde. Existe um controle?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós temos um sistema de informação do Programa Nacional de Imunizações, em que as pessoas inserem a informação. Nós temos três entradas de dados. Tem quem tem sistema próprio, tem o SI-PNI e tem também quando ele vai fazer a folhinha e depois ele insere o dado. Então, essas informações são inseridas pelos Municípios e repassadas para o Programa Nacional de Imunizações de forma nominal.

Então, isso é uma grande conquista também do Programa Nacional de Imunizações, ainda com problemas de transferência de dados – e isso está sendo aprimorado a cada dia pela equipe do Ministério da Saúde para recebimento dessas informações –, mas é uma grande conquista. É a primeira campanha que nós temos nominal. E por que a gente pediu uma campanha nominal? Porque a gente tem necessidade de rastrear o indivíduo que foi vacinado para poder acompanhar esse indivíduo, uma vez que é uma vacina nova. Então, nós precisamos monitorar todas as pessoas individualmente na questão que diz respeito a qualquer erro de imunização, a evento adverso e a ter o cidadão vacinado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, Presidente, só para lhe colocar, a Dra. Francieli tem colocado aqui, e assim como esse sistema que foi montado no atual Governo, outros sistemas também, em outras secretarias... Quer dizer, Elcio Franco é um coronel do Exército, Pazuello era um general do Exército, assim como José Serra não era médico, e foi um grande Ministro da Saúde – é um economista, certo? Então, essas são questões importantes para não criminalizar. E, dentro do ministério – a Francieli trabalhou lá, sabe – há várias secretarias, vários especialistas em diversas áreas. Então, não é tudo neófito no assunto, como alguém diz... É um general comandando, é um coronel comandando. Estavam no comando, na Secretaria Executiva, ou como ministro, mas tinham equipes que trabalhavam esse assunto. Então, várias situações que a vi falando hoje aqui demonstram que tinha uma equipe, e essa equipe era comandada, sim, pelo Coronel Elcio e pelo Ministro Pazuello, como hoje é por um médico, o Dr. Queiroga, e também o Rodrigo, a equipe também continua lá

A senhora foi nomeada desde quando no Ministério da Saúde? Que tempo a senhora...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu entrei no ano de 2014 no Ministério da Saúde. Eu entrei para um programa de treinamento na área de epidemiologia. Eu terminei o treinamento e, quando eu cheguei ao Ministério da Saúde, eu já fiquei no Programa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Imunizações desde aquele tempo. Aí, em 31 de julho de 2015, eu passei no concurso e fui efetivada como servidora pública federal, porque eu era servidora pública nacional e tinha pegado uma licença para poder fazer o EpiSUS. Em 6 de maio de 2019, eu fui coordenadora substituta eventual e, em 14 de outubro de 2019, eu me tornei Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Imunizações.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

A senhora conhece ou se relaciona com algum médico infectologista chamado Thiago?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Não me recordo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k., Senador Heinze, muito obrigada.

Passo a palavra para o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Presidente.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu quero fazer uma correção. Tem. É porque ele tem um apelido, mas eu tive um Thiago, sim, é um infectologista que trabalha, trabalhava no PNI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Eu quero deixar claro aqui... Muito obrigado pela deferência da senhora. E o meu tempo vou tentar dividir, para ser o mais objetivo, com a Senadora Simone, por quem tenho muito carinho.

E, Sra. Francieli, eu quero aqui também parabenizá-la pela atuação da senhora e falar que eu sou autor do PL 2.564, que dá dignidade a esses profissionais, que são verdadeiros heróis, que estabelece piso salarial e carga horária para enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem, parteiros, técnicos de enfermagem. Acho que essa empatia de colocar na dor do outro, só não enxerga isso... Vocês são verdadeiros... Estão expondo suas vidas para nos proteger. Muito obrigado! Eu falo isso como cidadão, como sempre usuário do Sistema Único de Saúde.

A senhora sabe o que vem a ser uma infração de medida sanitária preventiva?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO (Para depor.) – Eu não entendo muito desta nomenclatura...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu vou ler para a senhora...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... infração de medida sanitária preventiva.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu vou ler para a senhora: "Infringir"...

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Ah! Sim, sim...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... "determinação do Poder Público destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa".

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Sim, sim, desculpe. Eu estou bem cansada já. Desculpe, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não tem problema, não.

A pergunta é: isso é uma infração de medida sanitária preventiva, tudo bem? Uma pessoa que não usa máscara, não atende ao distanciamento social e participa de aglomeração estaria praticando uma infração de medida sanitária preventiva?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A gente precisa, dentro das medidas sanitárias, do coletivo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Então, é importante que as pessoas sigam as orientações das autoridades sanitárias. Por isso da importância de as autoridades sanitárias levarem a sério o conhecimento da ciência...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... para que a gente possa trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas uma pessoa que participa de aglomeração, sem utilizar máscara, sem distanciamento social, estaria, de alguma forma, estimulando a propagação do vírus do Covid-19.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Na minha opinião, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso é crime previsto no Código Penal, no art. 268, e eu não tenho dúvida de que o Presidente da República praticou esse crime, assim como outras pessoas integrantes do Governo.

Embora a senhora tenha constatado a falta de apoio, como a senhora falou aqui, V. Sa. integrou a Coordenação de Imunizações por quase dois anos. Foram inúmeros os atrasos na imunização e desestímulo ao programa de vacinação nesse período. Qual foi o limite... Qual foi o limite para a senhora pedir exoneração? Quando a senhora falou assim: "Olha, eu não aguento mais, eu tenho que pedir exoneração". Em que momento a senhora percebeu que seria insustentável isso?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Eu acho que eu já coloquei aqui, mas eu vou repetir para reiterar e destacar. Eu sou uma servidora pública federal que acredita muito em vacina...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Graças a Deus!

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... e a gente sabe que, com a vacina, a gente vai ter os resultados que a gente espera, que é o controle da pandemia, claro, junto com as medidas não farmacológicas, tendo em vista que a gente não tem vacinas 100% eficazes. Então, faz parte desse processo, num ambiente de circulação viral ainda bastante alta, a gente juntar essas medidas, trabalhar com elas em conjunto.

Por causa deste tema da politização mesmo, de todo esse cenário, eu resolvi sair agora. Eu fiquei muito tempo com o apoio das sociedades científicas, continuo tendo o apoio das sociedades científicas, houve uma manifestação pública da Sociedade Brasileira de Imunizações com a minha saída, uma ata que foi feita, uma moção de congratulação pelo meu trabalho no Programa Nacional de Imunizações, com a assinatura dos representantes da Câmara Técnica, mas hoje, nesse momento, diante desse cenário, eu decidi tomar essa decisão como pessoal mesmo, para continuar os meus projetos pessoais.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Claro, é uma diferença muito grande entre um médico e um cientista: um médico pode ser um cientista, mas nem todo médico é um cientista. Ciência se faz em laboratório com pesquisa. Um médico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jamais pode utilizar o seu paciente como cobaia, porque, senão, se ele faz isso, ele está exercendo irregularmente a Medicina. Então, nós não podemos fazer isso.

Houve algum ato administrativo praticado por V. Sa., no exercício de suas atribuições legais como Coordenadora de Imunizações, que tenha sido desautorizado por autoridade hierarquicamente superior, sem o devido respaldo técnico? Houve algum ato praticado pela senhora, no seu exercício, e esse ato foi desautorizado por um superior hierárquico? Se foi, tem registro desses documentos no sistema do Ministério da Saúde?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – A única desautorização que eu deixei aqui pública e que o PNI não cedeu foi a questão a população privada de liberdade...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – ... que nós não cedemos. A gente entendeu a importância desse grupo, um grupo vulnerável, onde tem uma prevalência maior de infecções; onde – esse grupo – tem muitas vezes uma condição dentro dos presídios inadequada, com dificuldade das medidas não farmacológicas. Já tinha se visto um aumento no risco desse grupo, e eles são, sim, um veículo de contaminação para a sociedade. Eles recebem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Só para complementar a senhora: mesmo porque, quando o Estado cerceia a liberdade de uma pessoa, é obrigação – e isso é uma determinação constitucional – de que tem que se assegurar ao preso a sua integridade física, a sua saúde e a sua integridade moral. Isso não é uma questão de orientação por partido político, isso é uma determinação constitucional.

A Rede Nacional de Dados em Saúde registra nominalmente a população vacinada contra o Covid? Por que que eu estou perguntando isso? Há informações reiteradas de pessoas tomando mais doses que as necessárias para escolher a marca do imunizante. O que a gestão da senhora fez para evitar fraudes dessa natureza?

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – O sistema de informação foi um processo de formulação para ele se adaptar ao registro nominal e ele ainda vem passando por alterações. A Rede Nacional de Dados em Saúde tem uma vantagem: você unifica essa informação. Só que as bases de dados do Brasil têm dificuldades, não é? Nós sabemos que nós temos bases de dados que não são todas com qualidade que precisa. Então, vem sendo trabalhado, numa parceria com o Datasus, para identificar esses problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse processo precisa avançar bastante ainda, mas o que eu acho que a gente precisa olhar para trás é a questão de ter uma campanha desse tamanho com um registro nominal onde a gente tenha a identificação dessas pessoas. Está se criando, dentro do Programa Nacional de Imunizações, uma sala de inteligência para poder acompanhar melhor esses dados. Então, nós estamos criando uma estrutura, uma equipe que trabalhe mais diretamente com a qualificação desses dados para que a gente possa avançar nesse monitoramento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O Instituto Pólis afirmou que a campanha de vacinação contra o Covid preteriu – preteriu – a população negra, evidenciando um racismo estrutural no sistema de saúde brasileiro. Aponta, ainda, que, na cidade de São Paulo, por exemplo, 61% dos imunizados não teve o campo "raça ou cor" preenchido no sistema do SUS.

Eu já havia enviado um requerimento de informações ao Ministério da Saúde sobre o mesmo tema, mas também não tive resposta satisfatória. Gostaria de perguntar objetivamente: o que o Ministério da Saúde, mais especificamente o PNI, fez para garantir que a população negra fosse adequadamente vacinada, apesar de todos os obstáculos estruturais?

Antes de a senhora responder, só para concluir, para dar fala, aqui, aos meus colegas, eu só quero deixar claro, assim, Dra. Francieli, que, quando há uma difusão do tratamento precoce, como foi evidenciado nesta CPI, isso é crime de charlatanismo, previsto no art. 283. E a digital do Presidente da República e dos seus Ministros estão ali nessas 528.611 mortes. Quando há imunidade de rebanho, qualificada pela morte, isso é crime de epidemia, previsto no art. 267, com pena de 20 a 30 anos.

Quando tem aqui um gabinete paralelo, como nós vimos, dos Ministros Mandetta e Teich falando que eles não tinham autonomia no Ministério da Saúde, que tinha um gabinete paralelo, tentou-se mudar a bula da cloroquina, isso é crime de usurpação pública, previsto no art. 328. Quando o Presidente demorou a adquirir as vacinas da Pfizer, demorou a atender Manaus, Amazonas, nós temos aí o crime de prevaricação, previsto no art. 319. E, aí, nós temos irregularidade no contrato da Covaxin, com solicitação de propina, isso é crime de corrupção passiva, previsto no art. 317, com pena de reclusão de 2 a 12 anos. E quando o Presidente ou qualquer de seus membros, se aglomeram e não fazem a utilização máscaras, eles estão praticando infração de medida sanitária preventiva.

Eu só queria agradecer, mais uma vez. Viva o SUS! Viva a ciência! E eu queria que a senhora se manifestasse a respeito da população negra.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Muito obrigada, Sr. Fabiano.

Senadora Simone Tebet, deseja falar alguma coisa?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) **–** Presidente, V. Exa. me concede 30 segundos apenas?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Deixe-a pelo menos responder.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não, ela quer concluir.

Perdão, Senador Fabiano.

A SRA. FRANCIELI FONTANA SUTILE TARDETTI FANTINATO – Nós inserimos as populações vulneráveis. Então, o plano nacional de vacinação trabalhou já com três objetivos principais: a questão da manutenção da força de trabalho do setor saúde – então, foram inseridos os trabalhadores de saúde; então, os trabalhadores de saúde negros já estavam inseridos nesse processo –; comorbidades e aqueles que tinham risco de complicação e óbito também estavam inseridos; e as populações vulneráveis, quilombola, ribeirinha, população privada de liberdade, pessoas em situação de rua. Então, previu nesses aspectos. Inserimos também, como uma população bastante vulnerável, a população indígena. Então, a gente trabalhou com diversas populações vulneráveis para poder atender a nossa população.

E, aí agora, a gente inicia... A gente já atendeu 70% do grupo de manutenção também dos serviços essenciais. E, agora, a gente já inicia a vacinação por faixa etária, reduzindo da mais velha para a mais nova depois, claro, de 59, porque a população acima de 60 anos já foi vacinada, para que a gente possa ampliar para toda a população brasileira. Então, diante das condições que nos foram dadas, a gente trabalhou o mais possivelmente inclusivo o plano de vacinação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Obrigada, Sra. Francieli.

Como abriu a Ordem do Dia, eu vou dar 30 segundos, um minuto para a Senadora Simone; 30 segundos para Senadora Eliziane, foi o que ela pediu, para a gente terminar. (*Risos.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Se me permitir três minutos, eu farei bem rápido...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Eu, como Vice-Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu faço bem rápido. É muito rápido, então, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Termina agora, para a gente concluir.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou deixar de fazer as perguntas, porque qualquer pergunta que eu faça poderia ser considerada, de alguma forma, nula por conta... Mas o que eu falar, obviamente, não vai ser considerado nulo para os registros desta CPI. Primeiro, dizer da minha alegria e demais satisfação. Em nome da Dra. Francieli, fazer uma homenagem a todos os servidores públicos deste País, especialmente os agentes de saúde pública. Toda honra e toda glória à competência, à honradez, à altivez e à coragem dos servidores públicos e da Dra. Francieli, neste momento!

Isso me remete... Vê-la, agora, aqui me remeteu à memória recente de 40 dias atrás, talvez, de que aí, no seu lugar, estava sentado não uma servidora simples no bom sentido – não simplória, mas simples no sentido de humilde, na escala da hierarquia do poder do Ministério da Saúde –, uma mulher com coragem e altivez de dizer a verdade; 40 dias atrás, estava sentado aí um general. Ele também veio munido com um *habeas corpus*; no caso dele, não para permanecer calado, também para falar, mas não para falar a verdade, para mentir à vontade, sem medo de poder sair daqui preso. A senhora veio munida por um *habeas corpus*, ao contrário, para poder falar, para poder falar tudo aquilo que acredita e falar a verdade.

Então, repito, toda honra e toda glória, em seu nome, a todos os agentes profissionais da saúde, aqueles que se foram, aqueles que perderam seus parentes, aqueles que choraram a dor e que tiveram que decidir entre a vida e a morte de um cidadão brasileiro no leito de uma UTI por falta de respirador, por falta de *kit* intubação.

Eu digo isso já encerrando... Vou deixar de fazer todos os questionamentos, mas é apenas para dizer aqui que acho que nós fechamos com chave de ouro, Vice-Presidente, a primeira fase da CPI, que era a fase de constatar que não houve apenas incompetência deste Governo, houve omissão dolosa no trato da pandemia no Brasil. Ao atrasar vacinas, o fez de forma deliberada, porque, ao negar a gravidade da pandemia, queria que a população tivesse na imunidade de rebanho condições de se contaminar naturalmente para voltar rapidamente ao mercado de trabalho. Medidas simples e baratas, como uso de máscara e distanciamento social foram duramente criticadas e foram, inclusive, de alguma forma, dificultadas no que se refere à compra desses produtos. Então, esse mantra que continua ainda na boca de alguns, contínuo, de relativizar as milhares de mortes neste País, de famílias, de entes queridos só confirma, ao encerrar, Sra. Presidente, que esta primeira fase da CPI está concluída.

O mais grave é que, além desse gabinete que nega, do gabinete paralelo, além do gabinete oficial, há um gabinete do ódio que dissemina inverdades, inclusive contra membros desta CPI, e que agora está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito claro que há um gabinete do "propinoduto". Nós começamos uma nova fase que é a fase de comprovar que, além de incompetência e omissão dolosa, Dra. Francieli, há aqui um esquema gravíssimo, indícios gravíssimos de corrupção, corrupção na ordem de bilhões de reais, em relação a essas vacinas que tanto faltaram.

Então, se sinta aqui homenageada por esta Senadora, que faz um agradecimento especial em nome das milhões de pessoas do Brasil que choram a morte de centenas de milhares delas. O nosso compromisso desta CPI, em nome dessas pessoas, não é no minuto de silêncio, é no nosso grito de indignação e de comoção. Esse grito vai fazer eco, e vamos chegar os verdadeiros culpados.

Muito obrigada.

Desculpe, não tinha como falar em menos tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora Simone.

Para finalizar, Senador Eliziane Gama. E aí vou concluir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu pedi aqui a fala só para fazer um registro, porque eu ouvi, agora há pouco, o Senador Heinze condenando as ações de enfrentamento à pandemia no Estado do Maranhão.

Eu queria lembrar só à população brasileira que o Estado brasileiro que tem a menor taxa de mortes por habitante pela Covid-19 é o Estado do Maranhão; que a cidade brasileira que teve a população 100% vacinada, a população adulta, foi, no Estado do Maranhão, a cidade de Alcântara; que é o Estado do Maranhão, Senadora Soraya, em que nós temos a população já de 18 anos de idade sendo vacinada, sem comorbidade. E, hoje pela manhã, o Governador Flávio Dino participou do Arraial da Vacinação na cidade de Viana, na Baixada do Maranhão. É esse Estado que incomoda tanto o Senador Heinze.

Os meus cumprimentos ao Governador do Maranhão, Flávio Dino, que tem dado lição para o Brasil no enfrentamento da Covid-19.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Parabéns, Dra. Francieli. Você orgulha as mulheres brasileiras pela sua competência e pela sua verdade. A verdade liberta, o Presidente sempre usa isso – "conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará". A senhora veio com a verdade para esta Comissão, veio na condição de investigada e sai na condição de testemunha, sendo elogiada e respeitada por todos os membros desta Comissão. Parabéns à senhora, sobretudo, também por a senhora ser uma mulher brasileira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns à senhora, sobretudo, também por ser uma mulher brasileira, uma servidora pública brasileira.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora Eliziane.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só mais...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Passando para o senhor, porque vou pôr a ata em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Trinta segundos.

É só para, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito e em nome também do Presidente Omar Aziz, do Relator Renan Calheiros, e Dra. Francieli, em meu nome particular e de todos os membros desta CPI, agradecer muito a V. Sa. V. Sa. realmente não tem razão nenhuma de ter constado de qualquer relatório como investigada. Ainda bem que, durante o vosso depoimento, aqui foi feita a devida correção e a devida justiça. A senhora nada mais é do que uma enfermeira.

É importante, Sra. Presidente, nós votarmos o piso salarial dos enfermeiros em homenagem a trabalhadores da enfermagem como a Francieli.

A senhora é uma enfermeira que honra milhões de trabalhadores da saúde brasileira. À senhora todas as nossas homenagens. Eu entendo por que a senhora não teve condições de ficar neste Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador, Vice-Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero agradecer à Sra. Francieli Fantinato e a seus advogados pela presença hoje e pela colaboração à nossa CPI.

Quero também declarar o meu apoio ao projeto de lei do piso salarial da categoria de vocês e me solidarizar com as famílias que perderam seus profissionais que estão na linha de frente do Covid, que estão colocando as suas vidas em risco para nos salvar.

Muito obrigada pela presença de hoje. Sei que a senhora está cansada.

Eu gostaria apenas, para finalizar, de colocar em votação a ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, coloco em votação as atas da 31ª e 32ª reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente Soraya, quero só dizer da minha alegria de vê-la presidindo a CPI. É uma honra para todas nós. Que bom que as mulheres conseguem se fazer presentes, pelo menos através da voz! Eu me sinto extremamente contemplada e representada em vê-la e em ver a Senadora Eliziane toda hora conduzindo essa Presidência com toda a firmeza, que faz parte da característica da mulher brasileira, mas sem perder a sensibilidade. Parabéns a V. Exa. e à Senadora Eliziane Gama!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora!

Obrigada à Senadora Eliziane Gama, obrigada a todas servidoras mulheres também que fazem parte desta CPI. Todas trabalham muito.

Nada mais havendo a tratar...

Obrigada, Senadora Simone, pelas suas palavras. Também tenho orgulho de ser liderada por V. Exa. na Bancada Feminina.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 9h da manhã, para ouvirmos o Sr. William Amorim Santana.

Está encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Rogério Carvalho, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Girão, Izalci Lucas, Marcos do Val, Jorginho Mello, Humberto Costa e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia, Jorge Kajuru e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - William Amorim Santana**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do William Amorim Santana, Servidor do Ministério da Saúde, em atendimento ao requerimento 1090/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/09

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) **–** Bom dia, Sra. Senadora, Srs. Senadores!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A presente reunião destina-se ao depoimento de William Amorim Santana, servidor do Ministério da Saúde, em atendimento ao requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

Peço que o servidor possa ser encaminhado aqui, por favor. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, quando possível, eu queria pedir a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, acho que foi de conhecimento de todos matéria publicada pelo *site* The Intercept que trata de matéria também relativa à aquisição de vacinas pelo Governo Federal. A matéria constata que o Governo Federal adquiriu dez milhões de doses da vacina Sputnik, russa. Essas vacinas foram compradas por intermédio da empresa farmacêutica União Química. Essas vacinas foram compradas ao preço de US$11,95, enquanto o Consórcio Nordeste e outros governos – aliás, o Consórcio Nordeste, é sempre aqui citado com tanta ênfase por alguns companheiros – adquiriram essas doses por US$9,95, portanto uma diferença de US$2 por dose, ou seja, o custo final dessas doses levaria a uma situação de um dano ao Erário na base de R$693 milhões, dos quais R$100 milhões representariam o que poderia ser chamado de superfaturamento. A matéria – eu próprio também tive a oportunidade de conversar com representantes do Consórcio Nordeste – coloca como alegação do Governo Federal e da União Química o custo de frete e outros preços e outras coisas para desembaraço. No entanto, o frete mais caro chega a US$0,63 centavos por dose.

Portanto, me parece, Sr. Relator, mais um tema que precisa ser objeto da nossa investigação, porque tudo faz crer que há aqui um processo de superfaturamento. É a mesma vacina, comprada da mesma fonte, utilizando os mesmos caminhos, no entanto com uma diferença de US$2 por dose.

Eu vou proceder à solicitação dos requerimentos que se fazem necessários para esta investigação, mas é importante que incluamos no radar da nossa CPI mais esse, que parece ser outro escândalo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ler aqui um...

V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu me comprometo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Se V. Sa. assim desejar, passo a palavra por 15 minutos para o senhor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Bom dia! Bom dia a todos!

Cumprimento mui respeitosamente o Exmo. Sr. Presidente e o Exmo. Sr. Relator desta renomada Comissão Parlamentar de Inquérito.

Também cumprimento os demais Exmos. Srs. Senadores e os demais aqui presentes.

Meu nome é William Amorim Santana, sou consultor técnico da Organização Pan-Americana da Saúde – portanto, não sou servidor – e, atualmente, desenvolvo essa atividade na Divisão de Importação da Coordenação-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para a Saúde do Departamento de Logística em Saúde.

Eu queria explanar para vocês aqui as competências da área técnica da qual eu faço parte: realizar a análise técnica da documentação para a abertura da licença de importação; solicitar deferimento da licença de importação aos órgãos anuentes; providenciar os trâmites necessários para viabilizar o desembaraço alfandegário de mercadorias; acompanhar os processos de importação e exportação de medicamentos, equipamentos e insumos estratégicos para a saúde; emitir documentação necessária para o processo de importação e exportação; acompanhar as anuências dos registros de exportação no sistema de comércio exterior.

Na condição de consultor técnico, desenvolvo atividades de apoio, devidamente designadas e supervisionadas pela minha chefia imediata. E, nesse contexto, meu papel se restringe a analisar a *commercial invoice*, em paridade com o objeto legal, nesse contexto do contrato, e, este estando em conformidade, solicitar a abertura da licença de importação. Também é meu papel realizar interface junto ao despachante oficial do ministério, realizar o peticionamento de documentos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e acompanhar o desembaraço aduaneiro.

Destaco que não participei do processo de aquisição ou celebração do Contrato 29/2021, tampouco estive presente em quaisquer reuniões ou encontros com essa temática, tendo sido meu papel nessa questão, estritamente, o recebimento e a análise da *invoice*, o peticionamento dos documentos de caráter técnico junto à Anvisa e, amparado pelas devidas autorizações, solicitar a abertura da licença de importação.

Quanto ao que me cabe nesta análise, conforme designado por minha chefia, devo observar os seguintes pontos principais. Na *invoice*, quando eu vou pegar a *invoice* que eu vou analisar, o que é que eu tenho que observar? Os dados do consignatário – no caso, o importador, que é o Ministério da Saúde – ; o prazo de entrega da parcela, em paridade com o contrato; o quantitativo que está disposto no contrato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– os valores também têm que estar correspondentes aos valores do contrato –; e, se necessário, solicitar as devidas correções.

No caso do imunizante em questão, que está sendo debatido, essa importação é regida pela RDC 476, de 2021, e, no meu setor, o que me cabe é apenas o item V do art. 12, que é providenciar a licença de importação que vai compor o dossiê técnico junto à referida agência.

E, por fim, eu queria fazer aqui uma breve síntese do transcurso do processo.

A Diimp, área onde eu trabalho, recebeu da empresa citada, a Precisa Medicamentos, um *e-mail* no dia 16/03, solicitando providências para...

A SRA. ELIANA MARIA DIAS SANTIAGO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Foi no dia 16.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Em 16/03. O primeiro *e-mail* veio dia 16/03, solicitando providências para a abertura da licença de importação. Neste *e-mail*, continha apenas o contrato em anexo. No dia 18/03, recebemos um segundo *e-mail*, onde a referida empresa encaminhava um dossiê com os documentos dispostos em um *link* Dropbox; havia documentos de caráter técnico, e, dentre esses documentos, estava presente a *invoice*. No mesmo dia...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Que dia foi isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Dia 18/03.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dia 18?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Dia 18 de março.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Dia 18 de março, 18/03.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu também perdi. Eu peço desculpas, eu perdi a fala dele.

Se o senhor puder voltar um pouquinho...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Volto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor podia retomar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É claro! É claro, claro!

Vou retomar de onde eu parei.

A Diimp (Divisão de Importação), área onde eu trabalho, recebeu da empresa citada um *e-mail* no dia 16/03; foi o primeiro *e-mail* que nós recebemos da empresa. Este *e-mail* tinha, em anexo, o contrato e solicitava providências para abertura da licença de importação.

No dia 18/03, recebi o segundo *e-mail* – eu digo "recebi", mas, na verdade, a empresa mandou para mim, mandou para a nossa lista de divisão, mandou para o nosso departamento, mandou para várias pessoas, para vários entes ali do Departamento de Logística. Ela enviou o segundo *e-mail* no dia 18/03.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – No *e-mail* pessoal? No *e-mail*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... pessoal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Todas as tratativas minhas com a empresa se deram por meios institucionais, pelo *e-mail* do Ministério da Saúde, o @saúde. E, quando eu precisei ligar para a empresa, eu utilizei o telefone da minha mesa, e, inclusive, a conversa era em viva-voz, para que todos ouvissem.

Então, só repetindo, no dia 18/03, recebemos um segundo *e-mail* da empresa, onde ela encaminhava um dossiê, uma relação de documentos para a abertura de licença de importação, e, dentro deste *link* Dropbox, tinha vários documentos; um deles era a *commercial invoice*.

No dia 18/03, submeti esse referido *e-mail* à área de fiscalização. O processo estava se iniciando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – No dia 18/03. Ainda no dia 18/03.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – No mesmo dia?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – No mesmo dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – No dia 18 de março?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Isso. Eu estou frisando a data, para que fique bem registrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É muito importante, William. Esse, eu diria, é o centro, inclusive, do seu depoimento aqui.

Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece? Eu trouxe os *e-mails*. Vou colocar à disposição de vocês, porque eu não consegui decorar os horários.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, William.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Mas eu vou colocar à disposição de vocês este material que eu trouxe.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Às 16h48.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Às 16h48?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Às 16h48.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O.k.! Não me recordo da hora, não posso afirmar categoricamente. Mas eu me recordo da data, foi dia 18/03.

No dia 18/03, submeti o referido *e-mail* à área de fiscalização, para conhecimento e orientação acerca das tratativas para esse processo.

No dia 19/03, recebi um *e-mail* da representante da empresa, perguntando pelo *status* do andamento do processo. Eu não respondi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Desculpe, William. Esse outro *e-mail* foi de quando, de que dia?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Dezenove.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem foi que mandou esse *e-mail*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A representante da empresa, a Emanuela Medrades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Basicamente, as tratativas entre a Divisão de Importação e a empresa foram com ela, na parte que me cabe.

No dia 19/03, recebi um *e-mail* da representante da empresa, pedindo o *status* do processo, mas eu não respondi. Como eu havia submetido à área de fiscalização, eu deveria esperar a manifestação deles.

No dia 22/03, submeti novamente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Desculpa! Já estava com o *invoice* então? É que eu estou anotando. Já estava com o *invoice*. O senhor já tinha em mão o primeiro *invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Tinha em mão sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Se eu não me engano, eu encaminhei o *e-mail e* então encaminhei o *link*, que foi no corpo do *e-mail*.

No dia 22/03, submeti o processo novamente à área de fiscalização, onde eu pontuo... Até aquele momento, eu pontuei que a primeira parcela já se encontrava em atraso. Se eu não me engano, conforme reza o cronograma do contrato, a primeira parcela deveria ter sido entregue em 17 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Naquele momento, já estava em atraso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Já estava em atraso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso também é muito grave.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece? Eles fizeram um primeiro contato, mandaram um primeiro *e-mail* no dia 16. Mas o *e-mail* em que, de fato, veio a documentação chegou no dia 18.

No dia 22, submeti novamente o processo à equipe de fiscalização, quando externo que o prazo de entrega da primeira parcela encontrava-se em atraso, e, tendo em vista que a vacina em questão não possuía registro sanitário junto à Anvisa, fazia-se necessário um pedido de autorização de concessão de excepcionalidade para essa importação, conforme reza a RDC 476, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 22/03, recebi concordância da área técnica, a área de fiscalização do contrato, nos termos apresentados. Só posso explanar aquilo que me cabe.

Destaco que o pedido de concessão de excepcionalidade dar-se-á fundamentado na RDC 476. Sendo assim, elaborei uma minuta de ofício, a ser encaminhada para a Anvisa, e direcionei essa minuta ao Departamento de Logística, para que fosse assinada e me fosse devolvida, para que eu fizesse o peticionamento no *site* da Anvisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está muito baixo.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Alô!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está muito baixo. Eu estou tendo dificuldade... Se puder aumentar, por favor, o microfone... Eu perdi uma parte, inclusive, do que ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive, se você puder recuperar e...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu recupero.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu volto. Não tem problema.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – O senhor recebeu... O senhor emitiu quantos *e-mails* no dia 22 ou recebeu?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Eu não contei, mas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foram vários, não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Receber... No dia 22, eu acho que eu ainda estou no primeiro *e-mail* que tem o Dropbox, mas, se eu não me engano, no dia 22 a empresa também provocou a gente novamente.

Mas, voltando aqui, no dia 22, submeti novamente o processo à equipe de fiscalização do contrato, à área finalística, onde eu externo que a primeira parcela encontra-se em atraso e que, tendo em vista que o referido imunizante não possui registro junto à agência sanitária, faz-se necessário um pedido de concessão de excepcionalidade. Assim, no dia 22/03, recebi concordância da área de fiscalização, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos que eu apresentei. Destaco que o pedido de concessão de excepcionalidade dar-se-á fundamentado na RDC 476, de 2021.

Elaborei a minuta de ofício e encaminhei para a assinatura do Departamento de Logística, a fim de que me fosse devolvido assinado, para que eu fizesse o peticionamento no portal da Anvisa. Ainda na mesma data, solicitei ao despachante do Ministério da Saúde uma análise complementar na *invoice.* Eu recebi a *invoice*, eu analisei os pontos que me cabiam, mas nós sempre submetemos ao nosso despachante para que ele faça uma análise mais completa, mais concisa, porque o documento vai ser apresentado na Aduana, quando a carga chegar, para ser feito o desembaraço. E o despachante tem uma *expertise* maior em alguns pontos que, porventura, a gente não observa, porque, no que me cabe da *commercial invoice*, eu tenho que me atentar ao cronograma do contrato, aos valores dispostos no contrato e aos dados do Ministério da Saúde. Tem que estar correto o nome do ministério, o CNPJ.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O senhor falou aí dos dois pontos, reforçou dois pontos, não é isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Se eu não me engano...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É a questão da quantidade e caracterização da empresa. É só para eu saber se é isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Foram três pontos: a data de entrega da primeira parcela, ou segunda, no caso, terceira, enfim, o que estiver disposto no contrato; o segundo é o quantitativo – subentende-se que se inicia a importação, respeitando o cronograma disposto no contrato –; o terceiro, os valores. Os valores têm que ser devidamente respeitados. Se há um contrato celebrado... Eu não participei da celebração do contrato, desconheço os termos, os meandros quanto a essa etapa, que não me cabe, não é da minha área. Mas eu recebi um contrato, que é um objeto legal, devidamente firmado entre as partes. E, ali, na Divisão de Importação, nos cabe dar continuidade ao processo de importação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E a empresa também, não é? Se a empresa é a mesma do contrato ou não, isso você observou também?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Vou chegar a essa parte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, sim!

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Vou chegar a essa parte, vou chegar a essa parte. Está aqui.

Também entrei em contato com o fiscal do contrato e falei que, dentre as divergências observadas, estava o quantitativo da *invoice*, que estava menor. E, na *invoice,* figurava uma empresa que não estava disposta no contrato. Quando você pega o contrato e você lê lá no cabeçalho, ele já começa dizendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"contrato celebrado entre o Ministério da Saúde e empresa tal para o fornecimento de tal insumo". Então, quando eu vou analisar a *invoice*, eu vejo que a empresa que figura no contrato não é a empresa que está figurada na *commercial invoice.* Assim, eu liguei para o fiscal do contrato e relatei a divergência do quantitativo e a divergência da empresa. Eu já havia mandado um *e-mail* falando da data.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Você fala do fiscal. É a Raquel ou não?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – É a Regina?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Regina Célia é a fiscal do contrato.

Parei onde? (*Pausa.*)

É importante que os senhores entendam que, naquele momento, eu estava fazendo vários processos ao mesmo tempo; dentre eles, eu também cuido de outros contratos, não especificamente desse. Eu acompanho a importação de outros contratos, devidamente supervisionado pela minha chefia, mas não desse apenas em particular, são vários outros. Esse foi apenas mais um naquele dia corrido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Isso no dia 22?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Isso no dia 22.

Os fatos são em datas muito próximas: ocorreram entre o dia 18, dias 22, 23, 24...

Alguém me chamou?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Não, pode continuar.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ah, tá, perdão, perdão a todos.

Após o peticionamento da documentação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, os documentos de caráter técnico... Após o peticionamento de excepcionalidade... Sim, quando eu protocolei os documentos da Anvisa, a Anvisa imediatamente informou... Ela fez isso por *e-mail*, ela responde o *e-mail* do nosso peticionamento, informando que, nos documentos que foram submetidos a ela, faltavam documentos de caráter técnico ainda. Então, aqueles que a empresa nos enviou e que nós submetemos ainda não eram uma documentação completa.

Quanto ao caráter técnico dos documentos, eu não posso entrar nesse campo porque não é a minha área, não me cabe. O que me cabia naquele momento era apenas a análise na *commercial invoice.* Eu não sou farmacêutico, não tenho formação na área, não tenho *expertise* para avaliar documentos. Eu sei os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos que estão dispostos na RDC, mas eu não consigo identificá-los pela ausência da minha *expertise* nisso. Então, eu só os recebo e os peticiono.

Nesse caso, a Anvisa imediatamente respondeu dizendo que estava faltando documento de caráter técnico; dentre eles, faltava a licença de importação, que é o item 5 do art. 12 da RDC 476.

Nesse mesmo dia, eu recebi o retorno do meu despachante, com a análise complementar da *invoice*. Eu havia feito uma análise onde eu pontuei os principais pontos do contrato, e o meu despachante fez uma análise, pontuando as deficiências que estavam presentes na *commercial invoice*. Eu já havia identificado o primeiro item, o nome do ministério estava errado... Aliás, havia muito erro de grafia na *invoice*, mas não me cabe atentar a isso; me cabe atentar aos pontos que me foram designados pela minha chefia, que inclusive supervisionou todas as minhas ações.

Então, o nome do ministério estava errado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – A primeira ainda?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não, a primeira *invoice*. Estamos falando da primeira *invoice* que chegou no Dropbox no dia 18.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está certo.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O nome do ministério estava errado, porque você tem que ter os dados do consignatário do importador, e isso tem que estar devidamente expresso na *commercial invoice* – nome, razão social, CNPJ, endereço...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Isso já nessa *invoice*? Já nessa *invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Já na primeira *invoice*.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os dados estavam errados? O nome do ministério estava errado?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O nome do ministério estava errado – eu já havia observado, mas o meu despachante reforçou isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Se permitir, Presidente, é que o primeiro *invoice* do dia 18, que estava fechado, *inbox*, foi reenviado a pedido e aberto no dia 22. Então, continuamos no primeiro *invoice*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Isso. Eu estou tentando não entrar muito nesses detalhes... Eu acredito que vocês tenham...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Pode tentar dar o mais resumidamente possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seria muito importante, mas eu só queria lembrar, sem interromper, que nós vamos fazer algumas perguntas pontuais e específicas e talvez, em função das perguntas, a gente possa aclarar alguns aspectos do seu próprio depoimento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, claro, claro. Eu estou dizendo exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode prosseguir, William.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O.k. Como eu havia dito, o primeiro erro que o meu despachante apontou foi o nome do ministério, que estava errado. Não havia descrição de em qual aeroporto a carga chegaria. As cargas do Ministério da Saúde preferencialmente são desembarcadas em Guarulhos. Não há óbice para receber em outro aeroporto, mas preferencialmente nós recebemos as cargas aéreas em Guarulhos, porque o nosso centro de armazenagem e distribuição é próximo a Guarulhos.

Não havia também um Incoterm. O Incoterm é mais ou menos um acordo que é feito entre as partes quanto às obrigatoriedades no transporte da carga. Existe uma tabelinha que você tem vários Incoterms, e cada Incoterm tem a sua especificidade: o fornecedor é obrigado a custear a carga do momento que sai até o país que chega; cabe ao fornecedor pagar o desembaraço; cabe ao comprador; cabe ao vendedor... Enfim, são regras que têm que estar presentes na *invoice*. No caso, não havia um Incoterm descrito.

Também não havia o código de nomenclatura comum da vacina. Como nós estamos no Brasil, e o Brasil é membro do Mercosul, o Mercado Comum Sul-americano, todos os produtos fabricados nesses países têm um código próprio. A esse código, dá-se o nome de Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Não tinha na *commercial invoice*.

Também não descrevia nem preso bruto, nem peso líquido da carga. Tanto eu quanto o despachante ficamos confusos, porque a *invoice* não dizia se a vacina viria em frasco ou viria em caixa. Não estava claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não estava claro o nome completo e endereço do fabricante. Também não estava descrito o número dos lotes. Se é uma vacina e está sendo importada, existe um lote que foi fabricado. Não tinha essa descrição.

E a *invoice* também não informava se o produto tinha registro, mas nesse caso nós sabíamos que não tinha registro, tanto que nós pedimos a concessão da excepcionalidade.

O despachante também pediu que enviasse um *packing list*. O *packing list* é um documento que nada mais é do que um descritivo de como a carga virá: que embalagem, altura, peso, quantos volumes. Basicamente, o *packing list* é para descrever isso.

No mesmo dia, eu encaminhei o pedido de correção para a empresa, tendo a empresa informado que iria corrigir. Dentre os apontamentos, também solicitei a alteração do pagamento, que estava na condição de antecipado.

Quando eu pego o contrato, eu boto o contrato aqui, boto a *commercial invoice* aqui. A *invoice* tem que dispor os termos que estão no contrato. E o contrato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O antecipado, o que era? O que é que estava escrito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O pagamento.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Estava em inglês, o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O pagamento antecipado.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Estava em inglês. A *invoice* pedia que o pagamento fosse antecipado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Mas o contrato não rezava isso. Quando você analisa o contrato, está bem disposto lá. Não me recordo qual é o item, mas diz lá que o pagamento será efetuado após a entrega do imunizante, ou seja, pagamento postecipado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Você pediu a correção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Pedi. Eu telefonei, pedi a correção. Da primeira vez, eu liguei e pedi para corrigir. Da segunda vez, não foi corrigido, aí eu mandei por escrito, para deixar registrado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Emanuela. Falou com ela?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Emanuela Medrades. É o contato.

Por fim, no dia 24/03, após o recebimento... Isso foi na segunda *invoice*, que ela fez as alterações e me enviou, aí eu observei que continuava a informação de pagamento antecipado. E aí eu pedi por escrito, mandei por e-mail, pedindo que ela se atentasse, que o contrato não tinha essa cláusula e que ela fizesse a correção. E aí, por fim, já na terceira...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ela falou alguma coisa no telefone?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela sempre se prontificou a fazer as correções que nós pedíamos. Em momento algum, ela se absteve de fazer ou disse que não ia fazer. Pelo menos no que me cabe, no que eu pedi para corrigir, ela corrigiu. Ela disse que iria corrigir

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, o antecipado continuou antecipado, a segunda vez, o senhor falou...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que aconteceu? A primeira vez, eu liguei pra ela e apontei: "A *commercial invoice* está descrevendo pagamento antecipado; no contrato, não está. Peço a gentileza que corrija". Ela disse que era um erro, que já havia observado e ia pedir pra corrigir. A segunda *invoice* veio novamente com este erro. E novamente eu contactei; só que, dessa vez, eu mandei por escrito: "Peço a gentileza que se atente aos termos do contrato; o contrato não reza pagamento antecipado. Por gentileza, corrigir". E, na terceira *invoice*, é que essa informação já não estava mais presente. Na terceira *invoice*, constava que o pagamento seria postecipado.

E, por fim, no dia 24/03, após o recebimento da *invoice*, ainda constatei que esta ainda apresentava dois erros, a terceira *invoice* ainda apresentava dois erros: o primeiro erro é aquilo que eu expliquei para os senhores é o Incoterm. O que o fornecedor fez? Ele indicou o Incoterm CIF – "c" de casa, "i" de igreja, "f" de faca. Quando você vai ler o descritivo desse Incoterm, ele dispõe das regras de transporte marítimo. A carga virá via aérea.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – CIP, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – É CIF, a empresa colocou CIF; aí eu pedi para trocar para CIP, porque o CIP prevê que a carga venha via aérea; o CIP também determina frete e seguro.

Quando eu li o termo de referência – não vou me recordar a cláusula; cometi o erro de não anotar, pra trazer à luz para os senhores também terem essa informação –, o termo de referência diz que todo o transporte será por responsabilidade da empresa, inclusive o seguro da carga. Então, o Incoterm CIF pede que o seguro seja discriminado na *invoice*, o frete e o seguro, e que este não pode ficar por conta do ministério. Então, quando você vai fazer o somatório lá do valor a ser pago da *invoice*, o frete e o seguro não podem constar no somatório total.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – E, só para finalizar aqui, não é? Apenas pra pontuar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, é importante o que ele está falando de valores que não estavam constando do contrato. Que ele possa também citar o que valor constava mais para o Ministério da Saúde pagar dentro dessa *invoice.* Além dos US$45 milhões, quanto estava de frete e seguro para o Ministério da Saúde pagar, sendo que era da empresa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Deixa eu ver aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso, Senadora?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Não estava discriminado, né, na *invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Ele não está... Ele estava discriminado. Deixa eu ver se eu acho aqui, porque eu tive que me atentar a tanta coisa para estar preparado para vir aqui. Eu não consigo me recordar, mas a única coisa que eu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Falou no frete separado?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu pedi para que ele ficasse discriminado e separado, porque é para ficar claro que, na hora em que você fosse fazer o somatório, este valor ele não poderia figurar no valor final da carga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque o valor desse frete seria agregado ao pedido de pagamento inicial de US$45 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Novecentos cinquenta mil dólares e R$ 5 milhões, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Novecentos e cinquenta mil dólares e R$5 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – William, pode prosseguir.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Tá. Eu coloquei mais uma observação só para pontuar aos senhores mais uma vez, porque acredito que isso foi objeto de grande discussão: a primeira *invoice* chegou no dia 18 em um Dropbox; a segunda e terceira *invoices* chegaram no dia 23 – só pra pontuar isso para os senhores.

Eu preparei alguns eslaides.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Mas eles corrigiram essa última?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – A última *invoice* ainda apresentava erros. A última *invoice* ainda apresentava um erro na somatória total.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Eu me perdi na conta. Essa última já é a terceira? É a terceira?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Terceira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, até a terceira *invoice*, ainda tinha erros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não eram erros. (*Fora do microfone.*)

Era o que queriam diferentemente receber do que estava no contrato. O nome disso não é erro, é golpe.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Era o dinheiro que ia parar no paraíso fiscal para lavagem de dinheiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é o julgamento do Relator. Não é o que a gente apurou até agora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E os brasileiros vejam que não é o de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. é conhecido nesta CPI desde o começo com essa narrativa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colega, Senador Marcos, vamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... vamos concluir, vamos ouvir. O William tem alguns eslaides para apresentar para nós.

William, fique à vontade.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Eu preparei alguns eslaides. Esse material será todo colocado à disposição de vocês. Eu peço desculpas, eu também não enxergo muito bem, eu não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu estou indo mais pela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se quiser trocar de posição, por favor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, de modo algum, aqui está ótimo. Eu agradeço muito.

O primeiro *e-mail* que eu estou apresentando para vocês aí foi o primeiro *e-mail* que eu recebi, datado de 16 de março, onde a empresa solicita as providências para a abertura da licença de importação. Foi o primeiro *e-mail* que eu recebi. O primeiro contato, que neste *e-mail*...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Você tira uma cópia para nós acompanharmos aqui?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Izalci, vamos da seguinte forma, para nós não atrasarmos a exposição do William: o William faz a exposição; na sequência, eu peço para a Secretaria da Mesa, determino à Secretaria da Mesa que providencie as cópias e distribua pra todas as Sras. e os Srs. Senadores, perfeito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, aqui, para o William não perder, vamos tentar garantir para o William não perder a linha de raciocínio dele, porque o depoimento dele está sendo muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

William, por gentileza, pode prosseguir.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Então, voltando aqui a este primeiro contato que a empresa fez, ela mandou um documento, mandou esse *e-mail*, mas esse *e-mail* tinha como anexo apenas o contrato. Ela mandava o *e-mail* pedindo as tratativas e providências quanto ao licenciamento da carta.

No dia 16 de março mesmo, eu peguei esse *e-mail* e encaminhei para a equipe de fiscalização para que eles analisassem e tomassem as providências, nos orientassem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso, é a equipe de fiscalização lá do programa de imunização, a área finalística desse processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O senhor já tinha tratado com essa empresa Precisa outras vezes antes, não? Ou é a primeira vez?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Sr. Senador, eu não vou me recordar, porque eu cuido de muitos contratos, a gente acompanha muitos processos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essa Emanuela, por exemplo, o senhor tinha falado com ela antes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Já tinha falado antes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em outros processos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Em outros processos anteriores, mas eu teria que ter...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... um pouquinho de tempo para lembrar, mas, se eu me recordo bem, a gente até teve uma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Lembra qual a empresa?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Acho que a Precisa Medicamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Precisa.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Acredito eu que sim, não tenho 100% de certeza, mas eu teria que me atentar a isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos, vamos lá, vamos garantir ao William.

Por gentileza William.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O.k., então, esse primeiro *e-mail* que eu recebi eu encaminhei para a equipe de fiscalização do contrato, onde eu externo a manifestação do fornecedor, solicitando as tratativas quanto ao processo de importação. Isso foi no dia 16 que eu encaminhei.

No dia 22, eu fiz um *e-mail* mais elaborado, onde eu pontuo dois pontos específicos: eu pontuo a necessidade de se fazer um pedido de concessão de excepcionalidade, tendo em vista que a vacina não possui registro no Brasil; e também lembro que a data de entrega da primeira parcela encontra-se em atraso. (*Pausa.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ah, sim, eu também encaminhei o Dropbox com os documentos, para que a equipe de fiscalização pudesse acessar e consultar os documentos. Como eu falei, eu só posso analisar a *commercial invoice;* eu não tenho *expertise* para fazer uma análise técnica dos demais documentos.

No dia 22 de março, recebi um aval da área finalística, da área do contrato, dizendo que não havia óbice para a continuidade do processo. Neste mesmo dia, eu liguei para a fiscal do contrato e pontuei com ela os dois pontos que me chamaram atenção naquele momento – assim, é que eu já havia falado da data. Então, eu pontuei com ela o quantitativo que estará menor no contrato e também pontuei com ela a questão da empresa, porque a *commercial invoice* citava uma Madison Biotech, e quando você vai analisar, em comparativo com o contrato, o contrato não cita Madison: cita Precisa Medicamentos. O fiscal... E aí o fiscal questiona diretamente a empresa, por conta desses pontos.

Acho que tem que passar mais uma... (*Pausa.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Voltou? Ah, é verdade, é verdade. É verdade.

Mas, no dia 22, eu liguei para a fiscal, pontuei, e a fiscal entrou em contato com a empresa para que ela se atentasse a esses dois pontos, e aí a empresa se manifestou no dia 22, apresentando a justificativa dela quanto à participação da Madison neste processo e quanto ao quantitativo divergente do contrato.

E após a empresa manifestar diretamente para o fiscal a justificativa dela, na equipe de fiscalização, respondeu diretamente a ela o que lhe cabia naquele momento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perfeito, esse e-mail aí é a continuidade da temática, no caso aí a fiscal responde diretamente para a empresa após a empresa apresentar a justificativa, que está no eslaide anterior. (*Pausa.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Exatamente, ela se manifesta favorável, mas destaca a pendência do item 2. O item 2 é uma declaração de que a empresa se comprometeu a enviar dizendo quem é Madison Biotech e em qual papel ela figuraria nesse contrato.

Eu queria ressaltar aqui que esta etapa é de total competência da área de fiscalização. Eu estou apenas mencionando aqui porque sou copiado nos *e-mails*, porque provoquei este questionamento e apenas para ter ciência da tratativa que aconteceu – por isso eu estou copiado.

No terceiro *e-mail*, eu novamente provoco a equipe de fiscalização, onde eu faço um "pontuamento" quanto ao quantitativo que está menor e à data de validade – se eu não me engano, eu mencionei a data de validade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso. A data do atraso na entrega da primeira parcela.

A fiscal se manifestou favorável, nos termos que eu apresentei, no que competia a ela, e aí eu pego e mando um *e-mail* formal para a empresa com os apontamentos do despachante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim, perfeito. Ela aprova a declaração da Madison e ela também aprova o quantitativo, mas ela lembra à empresa de que a empresa tem que mandar este documento; a empresa não mandou. Até esse momento a empresa ainda não tinha mandado, mas a empresa, até onde eu acompanhei, havia enviado este documento.

No dia 23, eu pego e solicito ao meu despachante... Eu pego o *e-mail* do meu despachante, onde ele fez os apontamentos, e direciono à empresa para que ela providencie a correção da *commercial invoice.* E aí eu faço os apontamentos.

E, aí, a licença de pôr o... Aí o nosso despachante me devolve o processo.

E eu gostaria só de esclarecer aqui... Como todos têm acompanhado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária não autorizou a importação deste imunizante, e eu estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Eu peço desculpa a todos se eu fui um pouco confuso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, em absoluto. Você foi claríssimo, William. V. Sa. foi claríssimo na exposição aqui para as Sras. e os Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, de imediato, para o Relator, Senador Renan Calheiros, mas, antes, só para aqui informar ao Plenário o nome de todos os inscritos.

Pela ordem, após o Relator, o Senador Izalci Lucas; na sequência, o Senador Humberto Costa; na sequência, a Senadora Simone Tebet; na sequência, o Senador Eduardo Girão; depois eu estou inscrito; na sequência, o Senador Jorginho Mello. Assim, nós concluímos os titulares.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Marcos Rogério vai se inscrever agora, perfeitamente.

Depois, o Senador Rogério Carvalho, a Senadora Leila Barros e os não membros Fabiano Contarato e Zenaide Maia.

Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Só porque eu não consigo, Presidente, só – desculpe, Relator – enxergar o primeiro *e-mail* ali, que é o que eu estou aqui... Só para tentar entender... É Everton, que encaminhou para ele todas as demandas solicitando o que estava pendente. É isso que está escrito ali?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Isso. Everton é o funcionário da empresa de despachante oficial contratada pelo ministério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, ele fez um *check-list*, constou também que havia alguma irregularidade e encaminhou para o senhor todas essas solicitações.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã, exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, obrigada. Agora eu consegui entender o todo. Obrigada, Relator.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que que acontece? Eu faço uma análise, onde eu pontuo os principais pontos em paridade com o contrato...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E lá tem um *check-list* também.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e eu o submeto ao meu despachante para que ele também faça...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... pontuação naquilo que ele conseguiu observar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Ficou claríssimo. Agradeço imensamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Obrigado, William.

Senador Renan, o depoente está à sua disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, antes de qualquer coisa, Sr. Presidente, e apesar das bravatas, das comichões autoritárias, das inúteis tentativas de intimidação, a Comissão Parlamentar de Inquérito segue seus objetivos fiel aos seus propósitos, aos propósitos de sua criação: investigar os responsáveis por ação ou omissão pelo morticínio de mais de meio milhão de brasileiros, mais de 530.344 mil vidas perdidas pela Covid-19.

Legislar, Sr. Presidente, fiscalizar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, são atribuições constitucionais inarredáveis do Parlamento. Sabemos que milhares de vidas poderiam ter sido salvas com decisões acertadas, embasadas cientificamente e responsáveis, contra o obscurantismo medieval. A CPI, como todos sabem – e queria chamar atenção de todos –, vem cumprindo seu papel e iluminando os porões do Governo. Isso facilmente pode ser aferido pelo resultado das pesquisas recentes que apresentam diagnósticos convergentes.

A pesquisa de ontem, publicada em veículos de comunicação nacional, da XP, registra números superlativos de credibilidade inéditos na história das comissões parlamentares de inquérito. A sondagem mostra que 78% da sociedade conhecem os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, oito em cada dez brasileiros. Isso é um índice jamais alcançado na história do Parlamento nacional, repito aqui. Senador Girão, 63% aprovam os resultados obtidos até aqui, pela Comissão Parlamentar de Inquérito. E, observem, 69% da população atribuem a corrupção das vacinas ao Governo Federal, diz a XP.

A aceitação social, a audiência e a aprovação apenas renovam a certeza de punir os culpados. E eles existem. Isso, sim, nos diz respeito, embora não tenhamos o apoio explícito nem do Presidente do Senado nem do Presidente da Câmara dos Deputados. Nós temos tido algumas dificuldades no encaminhamento das demandas, não da CPI, mas da própria investigação.

Ontem nós mandamos uma carta para o Presidente da República, e o País ficou estupefato com a maneira com que ele respondeu a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A escatologia proverbial do Presidente da República recende o que ocorreu no seu Governo durante a pandemia. Todo nós sentimos esses odores irrespiráveis que empestearam o Brasil e mataram tantos inocentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos em frente, sem medo e investigando quem precisar ser investigado. Nós não podemos ter medo de arreganhos, de ameaças, de intimidações, de quarteladas. Nós vamos investigar haja o que houver, nada vai nos impedir.

Nós estamos apenas aqui cumprindo um mandamento do povo brasileiro, que quer verdadeiramente saber o que aconteceu e o que poderia ter sido feito para evitar, pelo menos, uma quantidade muito grande... Já vimos, aqui na própria Comissão Parlamentar de Inquérito, que mais de 300 mil vidas poderiam ter sido salvas se o Governo tivesse feito a sua parte.

Eu digo isso e falo dos números superlativos de aprovação da Comissão Parlamentar de Inquérito para mostrar, Sr. Presidente, que lamentavelmente isso ocorre no momento em que a percepção negativa do Congresso Nacional cresce e vai a 49%. E cito esse número não para desdenhar dele, mas para novamente fazer daqui um apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, que não tem perdido oportunidade para falar mal da Comissão Parlamentar de Inquérito, a exemplo do Presidente da República, e fazer um apelo ao Presidente do Senado Federal para que definitivamente apoie os trabalhos, o aprofundamento da investigação, que nós vamos adiante.

Nós não vamos investigar instituição militar, longe de nós; nós temos responsabilidade institucional. Agora, nós vamos, sim, investigar o que aconteceu nos porões do Ministério da Saúde. E, na medida em que esses fatos forem sendo conhecidos e essas provas foram sendo apresentadas, nós vamos cobrar a punição dos seus responsáveis, sejam eles civis, sejam eles militares – não importa. O que importa é que o povo brasileiro terá a resposta que esta Comissão de Inquérito dará.

Eu começo as perguntas, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o depoente pela manifestação inicial.

Consta que V. Sa... Se nós fizermos alguma pergunta que eventualmente já foi respondida, por favor, é apenas pra que nós tenhamos acesso à ênfase necessária que o seu depoimento já está tendo e precisará ter.

Consta que V. Sa. respondeu aos *e-mails* sobre as inconsistências contidas nas *invoices* enviadas pela Precisa Medicamentos ao Ministério da Saúde. Em função disso – já colocado e repetido aqui –, eu vou fazer algumas perguntas. A primeira: V. Sa. trabalha juntamente com o servidor Luis Ricardo Miranda, na Divisão de Importação que integra o DLog?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

É verdade que o primeiro *e-mail* enviado pela Precisa à Divisão de Importação, no dia 18 de março, continha um *link* do aplicativo Dropbox, segundo afirmou a servidora Regina Célia Silva Oliveira aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Só fazendo uma correção: não é o primeiro *e-mail*, é o segundo *e-mail*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ah, no segundo *e-mail*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O primeiro *e-mail* foi no dia 16...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O primeiro *e-mail* foi no dia 16.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e tinha, como anexo, o contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele tinha, como anexo, o contrato.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O segundo *e-mail*, do dia 18/03, é que continha um *link* do Dropbox, com uma série de documentos de caráter técnico e, entre eles, a *commercial invoice.*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Perfeito.

A servidora Regina tinha acesso a esse *link*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu disponibilizei para ela quando encaminhei o *e-mail* pedindo autorização. Infelizmente, eu não posso falar por ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Essa primeira *invoice* estava hospedada nesse *link* do Dropbox?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. teve acesso a essa primeira *invoice*? Teve, não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Havia um rol de documentos, mas, como eu analiso somente a *invoice*, eu procurei a *invoice* e visualizei ela. Ela estava lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Tá. Qual era a finalidade da apresentação desse documento?

E é muito importante a sua presença aqui. Nós temos feito essa pergunta a todos que falam sobre esse assunto.

Qual era a finalidade – mais uma vez – da apresentação desse documento denominado *invoice*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece, Sr. Relator? A *commercial invoice* é um documento de caráter fiscal e é o documento que iniciará o processo de importação. Para você poder emitir uma licença de importação, o senhor precisa de uma nota fiscal, e essa nota fiscal deve contemplar as informações necessárias para que seja possível fazer o licenciamento no Siscomex.

Cabe destacar que, como todos os senhores viram, é uma imagem. Isso não é um problema. Quando a carga chega à aduana, aí, sim, se faz necessário apresentação desse documento original e devidamente assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra pergunta sobre isso: o que é exatamente esse documento e em que fase do processo administrativo ele é necessário?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O senhor fala da *invoice*?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da *invoice*. Ainda estou perguntando sobre ela, só para aclarar aqui o entendimento de alguns e até, definitivamente, desfazer algumas dúvidas com relação à apresentação dessas *invoices*, que foi um meio detectado nessas denúncias para burlar o próprio contrato.

Exatamente esse documento, em que fase do processo administrativo ele é necessário?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece? Depois que o contrato é celebrado – mas isso é de uma outra área, alheia à área de minha atuação –, são definidos os termos do contrato, e um fornecedor fica compelido a iniciar o processo de importação. Então, a *invoice* é uma nota fiscal internacional; é o documento que contém os dados do fabricante, os dados do fornecedor, os dados do importador – neste contexto, o ministério –, o que está sendo importado e qual o valor daquele produto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para, pedagogicamente, ouvirmos a sua explicação: como se dá o procedimento administrativo, desde a contratação, a apresentação do *invoice* até o efetivo pagamento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece, Sr. Relator? Eu trabalho na divisão de importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... sou um consultor técnico, e todas as minhas atividades são devidamente supervisionadas pelo meu superior hierárquico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... nesse caso, o Luis Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu só posso externar sobre a parte que me cabe: nesse contexto, é receber a *commercial invoice*, analisá-la; se ela não estiver em concordância com o contrato, submetê-la à análise do fiscal do contrato instituído por portaria; e, após a manifestação favorável dele, nos termos que lhe cabem, eu dou seguimento, solicitando a correção da documentação, caso ela apresente informações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... que não estejam devidamente dispostas no contrato, ou informações que ela necessita ter para que se abra uma licença de importação. Eu solicito ao despachante oficial do Ministério da Saúde que emita a licença de importação; e, neste caso aqui, nós também submetemos o processo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária para que ela analisasse o pedido de concessão de excepcionalidade para essa importação.

Infelizmente, eu só posso responder aquilo que me cabe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. Então...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... da parte da qual eu participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Então, esse documento é, portanto, necessário em todas as importações?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não entendi, perdão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, esse documento, a *invoice* – só para obter a ênfase...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é necessário em todas as importações?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é... As fabricantes de outras vacinas também têm enviado esse documento à Divisão de Importação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Só fazendo um adendo, Sr. Relator, como havia externado já aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, fica à vontade.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... são etapas distintas. Uma é a etapa de contratação, firmação do contrato, assinatura das partes; é um outro setor alheio à área que eu trabalho. Depois, você tem o processo de importação; e aí é a área onde eu atuo. E, por fim, tem a área de pagamento, recebimento, que também é uma área alheia à minha área de atuação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu sei.

Então, só reafirmando: as fabricantes de outras vacinas também têm enviado esse documento à Divisão de Importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, quer dizer, esse documento é um documento absolutamente necessário.

V. Sa. pode pontuar, especificar claramente em que dia a primeira *invoice* foi recebida pela Divisão de Importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como eu havia falado anteriormente, Sr. Relator, ela chegou no dia 18 de março por um *link* de Dropbox.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Essa era uma *proforma invoice* ou uma *commercial invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Era uma *proforma invoice*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E qual a diferença entre a *proforma invoice* e a *commercial*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A *proforma invoice* é um *draft*, é um documento inicial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ele vai ser, depois... Depois ele vai resultar na *commercial invoice*. Então, esse *draft*, essa *proforma* contempla as informações necessárias para que seja aberta a licença de importação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. possui cópia dessa primeira *invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu trouxe aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode entregá-la à Comissão Parlamentar de Inquérito? Em seguida, em seguida...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ah, sim; sim, com certeza. Com certeza. Vou submeter todo esse material que eu trouxe a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – William, você poderia disponibilizar para nossa Secretaria a *invoice* para que nós pudéssemos providenciar cópias? Se você tiver, inclusive, as três aí a mão e puder disponibilizar... E aí eu determino à Secretaria que disponibilize cópia para todas as Sras. e os Srs. Senadores.

Prossiga, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram, novamente – e é muito importante que isso seja repetido –, as inconsistências detectadas nesse primeiro documento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como eu havia dito, me cabe analisar os dados do Ministério da Saúde, se estão devidamente corretos. E aí a gente está falando do nome...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... do CNPJ, do endereço. Me cabe também analisar a data de entrega desse produto, se ela está condizente com a do contrato. Também me cabe analisar o valor, se o valor do produto discriminado nessa *proforma invoice* e na *commercial invoice* estão em paridade com o contrato e a data de entrega desta parcela, e a quantidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, foi V. Sa. quem detectou essa inconsistência ou contou com a ajuda de algum outro servidor ou de outro departamento para análise desse documento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Todas as minhas ações dentro da Divisão de Importação são acompanhadas pelo meu chefe imediato, Sr. Luis Miranda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Luis Miranda...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não posso tomar nenhuma atitude, eu não tenho poder de decisão e poder de ação sem a anuência dele. Ele é servidor e o chefe da Divisão de Importação.

Tem anuência dele, ele é o servidor e o chefe da Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A quem, então, caberia a análise desses *invoices*? À fiscal de contratos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, a análise cabe à Divisão de Importação. Eu fiz a análise sob a supervisão do Luis Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então a análise não cabe à fiscal do contrato...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Eu até trouxe aqui, quando eu li esta pequena apresentação, esta pequena exposição, o primeiro item que eu coloquei aqui é uma das normas do regimento interno da área: "realizar análise técnica da documentação para a abertura da licença de importação". Então, analisar a *invoice*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que é atribuição de quem, competência de quem?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É atribuição da Dimp, da Divisão de Importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Divisão de Importação.

Por que razões específicas outras versões de *invoice* foram enviadas à Divisão de Importação nos dias subsequentes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Nós solicitamos a correção de algumas informações, o fornecedor fazia a correção e devolvia, mas alguns erros ainda persistiam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Persistiam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas *invoices* foram enviadas para corrigir os problemas que iam sendo apontados pela Divisão de Importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ao todo três.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Três?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Três.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que dias? Dá para repetir?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Repito, sem nenhum problema: a primeira *invoice*, como eu havia dito, dia 18/03. Foi o primeiro documento que nós recebemos, a primeira pró-forma. As outras duas vieram no dia 23/03.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. possui cópia dessas outras *invoices*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu disponibilizei aqui para a Mesa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ah, então eu iria pedir para fornecê-las. Desde já muito obrigado, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A última versão da *invoice*, pontualmente, ainda continha algum vício que impossibilitasse sua aceitação ou ela foi totalmente corrigida?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela continha dois erros. Ela continha um erro de somatória...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A última ainda continha um erro de somatória...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Continha um erro de somatória, e também o Incoterms que o fornecedor indicou estava errado. Ele colocou um Incoterms para transporte marítimo, e, embora a fábrica original seja na Índia, a vacina viria por via aérea. Deveria trocar esse Incoterms, e foi devidamente solicitado à empresa para fazer a correção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O Ministro Onyx Lorenzoni apresentou publicamente uma versão de *invoice* que teria recebida pelo Ministério da Saúde para a importação da Covaxin, cuja autenticidade está sendo questionada em primoroso trabalho da Senadora Simone Tebet.

O senhor sabe deste fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu tenho acompanhado na mídia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Brasil todo tem acompanhado.

Eu queria, em função disso, fazer algumas perguntas.

Essa versão apresentada pelo Onyx corresponde a alguma das *invoices* recebidas pela Divisão de Importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Relator, apenas para deixar bem claro, eu não tenho a menor intenção de contradizer nenhum membro do Governo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é essa a nossa pretensão também. É uma pergunta pontual. Porque ele exibiu um documento, e nós queríamos saber, em função de estudos aprofundados pela Senadora Simone Tebet, se corresponde aos documentos apresentados a esta Comissão que embasaram o processo que V. Sa. apresentou.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, eu não tive análise ao documento apresentado pelo Exmo. Sr. Secretário-Geral da Presidência da República, de modo que não tenho o que comentar sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor teve, em algum momento, conhecimento no processo sobre o documento que ele apresentou?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Não chegou a mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhecia...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não, não, eu não tenho o que declarar quanto a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas a pergunta é uma pergunta pontual: este documento que ele apresentou no Palácio do Planalto, ele foi matéria de alguma apreciação no contrato da Precisa com o Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como eu havia dito, Sr. Relator, eu não tive acesso a esse documento, de modo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, esse documento não existe no processo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não tive acesso ao documento que o Exmo. Sr. Secretário-Geral da Presidência da República apresentou, de modo que eu não tenho condições de apresentar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É... E o senhor teve acesso a todos os documentos do processo...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu tive acesso aos documentos que me foram submetidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Submetidos no processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – No processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Este documento não estava no processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como eu disse, Sr. Relator, eu não tive acesso a esse documento que o Secretário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas não teve acesso exatamente porque ele não estava no processo, não é isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não tive acesso ao documento para fazer a comparação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Sr. Relator, se me permitir, eu acho que ele não está entendendo...

O que o Relator está perguntando é que, na coletiva que o ex-Ministro Onyx e o ex-Secretário-Executivo do Ministério da Saúde apresentaram em rede nacional, no dia da coletiva eles apresentaram dois documentos: um tido como falso, dizendo que o senhor Luis Miranda tinha apresentado um *invoice* que não era verdadeiro ao Presidente da República, até porque a data não condizia com as datas do processo. E o outro *invoice*, que seria esse segundo *invoice,* que nós ampliamos aqui, que bate com esse *invoice* que está aqui, e que este era o verdadeiro.

Então, a princípio, o que o Relator está dizendo é que os dois apresentaram o segundo *invoice* como verdadeiro. O senhor acaba de comprovar que é verdadeiro. Então, nesse ponto, eles não mentiram, mas que o primeiro *invoice* que o senhor diz que recebeu *inbox* e que, portanto, seu chefe Luis Miranda também tomou conhecimento, afinal, é seu chefe, o senhor disse que faz tudo mencionando-o no meio do processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso, ele está na cópia dos *e-mails.*

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Está na cópia dos *e-mails*, portanto, ele realmente recebeu esse *invoice* no dia 18, portanto, antes da reunião com o Presidente da República no dia 20. Então, esse primeiro do dia 18, o mesmo Ministro Onyx e o Elcio Franco, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, disseram que esse primeiro do dia 18 que o senhor recebeu *inbox*, que seu chefe Luis Miranda recebeu copiado, não era verdadeiro. Este primeiro, o senhor a princípio tem uma cópia e eu ampliei aqui. Então, seria importante, Relator, colocar, talvez, aqui, aquela ampliação com o documento dele. E nós vamos checar se se trata do mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Exatamente.

E por que a pergunta, Presidente? Por que a pergunta, Senadora Simone?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Porque está relacionada a um possível crime de prevaricação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Também, mas até hoje nós não recebemos as informações nem cópia do contrato do Ministério da Saúde. Tudo que nós temos tido acesso é em função da investigação. Então, para dirimir uma dúvida desse tamanho, invocada pela Senadora Simone Tebet, é muito importante que V. Sa., que analisou esse processo, que conhece esse contrato, fale sobre a verdade de ter analisado ou não essa peça durante a apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Eu acabei de verificar aqui, Sr. Presidente, se esse documento que nós recebemos é do Sr. William. Se for do Sr. William, é o mesmo que o Sr. Onyx apresentou, porque eu ampliei.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** Obrigado, Senadora Simone.

Então, deixe-me fazer uma pergunta objetiva ao William. O documento que chegamos... Que você encaminha é o mesmo que o Sr. Luis Ricardo disponibilizou para esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) **–** Olha, eu infelizmente não posso falar pelo Luis Ricardo, ele é o meu chefe imediato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não é pelo Luis Ricardo, é pelo documento. Se o documento é o mesmo que foi analisado por V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não tive acesso ao documento, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor não analisou os outros documentos, até os entregou para a Comissão?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu só posso me manifestar por aqueles que foram submetidos a mim diretamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Relator, é que eu acho que ele não acompanhou a coletiva e também não acompanhou, não viu o documento que o Sr. Luis Miranda entregou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, ele realmente não consegue comprovar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu não permito interrupção...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas nós conseguimos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas a Senadora está interrompendo faz tempo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não permito interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria só dar um encaminhamento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não pode querer conduzir o depoimento do depoente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, eu vou só dar um encaminhamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu não admito interrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não tem que admitir, Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. interromper para tentar responder pelo depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Quem está conduzindo o depoente o tempo todo é o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou parar aqui, eu vou parar aqui o depoimento. Eu não aguento mais esse tipo de obstrução. Não dá, eu não aguento mais esse tipo de obstrução.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – O Brasil não aguenta mais também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É, o Brasil demonstrou na pesquisa ontem o papel que V. Exa. está exercendo aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – É, V. Exa. está muito preocupado com pesquisa mesmo, estou vendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E V. Exa. não está.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O.k., podemos prosseguir? Vou religar os microfones. Quando tiver algum tipo de interrupção assim, eu, basicamente, desligarei os microfones para dar sequência... Ou qualquer tipo de tumulto para a gente poder prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma coisa é um aparte objetivando colaborar com as perguntas que pretendemos que o depoente responda; outra coisa é obstrução. Obstrução é incompatível com o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, eu queria só dar um encaminhamento.

Queria determinar à Secretaria que, dentro do possível, colocasse os *inboxes* que o Sr. William disponibilizou para esta Comissão Parlamentar de Inquérito no telão, e, inclusive, teremos um tempo para a Senadora Simone, que trouxe uma importante contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer, inclusive, as devidas comparações, inclusive com as alterações que S. Exa. a Senadora Simone trouxe no *inbox* que foi veiculado na coletiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E vamos pegar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a *invoice*, a versão da *invoice* exibida pelo Ministro Onyx e perguntar se ela foi analisada. É uma pergunta que não pode deixar de ser respondida, infelizmente.

Eu peço a disponibilização da *invoice* apresentada pelo Ministro Onyx. Por favor, para aproveitar a presença oportuna e honrosa do depoente aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos aí à disposição? (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu tenho no meu gabinete, Sr. Presidente, ampliado, daquela... Se ajudar... Mas eu tenho que... Eu peço para buscar enquanto continua o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Simone, nós lhe agradecemos, mesmo porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem sido vítima de uma reiterada obstrução de informações.

O Ministério da Saúde, até hoje, como foi dito pelo Relator, não entregou o processo inteiro relativo à Precisa.

E também, assim, mesmo requisitado à Casa Civil, embora o Sr. Ministro Onyx tenha apresentado esse *invoice* em uma coletiva, ele não mandou esse documento à Comissão Parlamentar de Inquérito. Não sei, Sr. Relator, por qual razão ele procede dessa forma. Só quero imaginar que ele possa estar querendo, talvez, omitir alguma informação. Mas, devido à diligência da Senadora Simone, a Senadora Simone disse que teve acesso ao documento do Sr. Onyx, então, assim que a Senadora Simone trouxer a esta Comissão, eu determino que a Secretaria da Comissão faça a devida exibição no telão.

Sr. Relator, pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que impediu a efetiva importação das doses da Covaxin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – O senhor fala em um ponto em específico? O senhor fala em um ponto em específico?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, o que impediu, do ponto de vista da sua avaliação, da sua análise?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, assim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos perguntando exatamente sobre o que ocorreu na oportunidade em que V. Exa. estava exercendo, como exerce, essa função relevante. Eu não vou perguntar sobre outra coisa. Eu perguntei se aquele documento exibido tinha sido objeto da sua apreciação. Foi uma pergunta concreta, específica. O senhor deve ter a informação para dizer: "esse documento aqui, eu apreciei; esse documento aqui eu não apreciei, ele não consta do processo". Nós queremos é uma das duas respostas apenas, não é não responder. Porque o senhor analisou todos os documentos, não é isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O meu papel na Divisão de Importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Documentos que diziam respeito à análise da sua repartição?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso. Eu analisei a *commercial invoice*. No caso aqui é a *proforma invoice*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, nós vamos perguntar: esse documento foi parte da sua análise? Por que nós vamos perguntar isso? Porque, repito, até agora – apesar das reiteradas vezes que nós pedimos –, até agora o Ministério da Saúde não mandou esses documentos, nem os documentos do processo, para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Sabe por que não mandou? Porque existem coisas escabrosas, ainda maiores, nessa grande negociata, enquanto os brasileiros morriam. Por exemplo, sabe-se agora – e vamos confirmar – que o Secretário-Executivo requisitou a compra à Precisa de mais 50 milhões de doses, além da negociação que estava sendo feita a partir da autorização da Câmara dos Deputados, que o Senado Federal barrou, de permitir a compra pela iniciativa privada, que também seria realizada à Precisa.

Eu não vou perguntar a V. Exa. sobre esses documentos que existem no processo, por isso que eles não mandam. Eu vou perguntar a V. Sa. sobre os documentos que V. Sa, analisou – apenas sobre isso. Eu não quero deixá-lo aqui em situação difícil. Eu quero apenas o seu testemunho com relação à tramitação do processo, e o que coube a V. Sa. analisar do ponto de vista do cargo que V. Exa. ocupa no Ministério da Saúde.

É esse aqui? Não, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Infelizmente, eu só posso me manifestar quanto ao que eu analisei. Eu trouxe o que eu analisei, é este aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas não quero que se manifeste sobre o que não analisou. A pergunta é se aquele documento estava no processo, e se foi, portanto, analisado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – William, só para ajudar. O que o Sr. Relator está perguntando é se esse aqui, que nós temos cópia, é esse aqui.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Sim, é o que eu disponibilizei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esse aí? Então, o analisado foi esse?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que eu disponibilizei para os senhores foi o que eu tive acesso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E mais duas outras versões?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – E mais duas outras versões.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Então, só para ficar claro: o documento que está disponibilizado para as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores aqui, que está sendo perguntado pelo Senador Renan Calheiros, é o que foi analisado pelo William e pela divisão técnica do Ministério da Saúde.

É isso, William?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, Sr. Presidente, como consequência disso, eu peço a imediata convocação do Ministro Onyx Lorenzoni para esta Comissão, para que ele venha depor sobre o crime de falsidade, ao exibir perante a Nação, para confundir a investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, um documento que sequer existe, falso. Portanto, a sua presença nesta Comissão é importantíssima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Será apreciado na próxima sessão deliberativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Então, eu perguntei: o que é que impediu a efetiva importação das doses da Covaxin? V. Sa. estava listando.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – A importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na forma da análise do seu departamento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, a importação não se deu em razão de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ter indeferido o pedido de concessão de excepcionalidade feito pelo Departamento de Logística do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A falta de aprovação da Anvisa era outro problema, criava obstáculo à importação específica da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, a importação estava sujeita à autorização da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, era outro, outro...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Cabia a ela autorizar, nos termos da lei que ela julgava pertinente. Infelizmente, não tenho como explanar quanto a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

A primeira entrega de doses da Covaxin deveria ter ocorrido 17 de março?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em função disso, eu queria...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Segundo reza o contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo reza o contrato.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... celebrado em 29, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Houve alguma comunicação da Precisa Medicamentos dirigida à Divisão de Importação anterior a 18 de março, para tratar da execução do contrato da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, a Divisão de Importação recebeu o primeiro *e-mail* no dia 16 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta: houve alguma comunicação da Precisa dirigida à Divisão de Importação anterior ao *e-mail* de 18 de março, para tratar da execução do contrato da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não que eu me recorde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não que eu me recorde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Como ocorre normalmente, nos demais casos, a interação entre a Divisão de Importação e a de Fiscalização do Contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não entendi a sua pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como ocorre normalmente, nos demais casos, a interação entre a Divisão de Importação e a de Fiscalização do Contrato, desses dois departamentos distintos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O senhor fala como as áreas se comunicam?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A gente se comunica por *e-mail*, que é um instrumento formal, por despachos do processo SEI, quando você direciona um SEI a uma área, e a área devolve para você.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso que é o normal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Esse é o normal. E é comum também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E no caso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... a gente ligar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E, no caso do contrato da Precisa, essa interação ocorreu de forma usual ou foi diferente?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – De forma usual, não houve diferença. Nós mandávamos *e-mail* quando nós necessitávamos da manifestação deles; eles respondiam os *e-mails*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Os prazos eram os mesmos da tramitação das outras importações? A interação se deu da forma como se dava nas outras importações, ou teve algum fato que lhe chamou atenção?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Relator, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por exemplo, qual foi a primeira vez em que a Divisão de Importação tratou do contrato com a servidora Regina Célia, fiscal do contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Contrato 29, de 2019, da Covaxin?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim.

Qual foi a primeira vez?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu provoquei a fiscal com um *e-mail* do dia 16; eu mandei um *e-mail*, se eu não me engano, no dia 18.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mandou *e-mail* dia 18.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Recebi o *e-mail* no dia 16...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Recebeu no dia 16 e mandou no dia 18.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Está na minha apresentação, só para falar para o senhor pontualmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma pergunta em função do que aqui se levantou: anteriormente à designação da servidora Regina Célia para ser fiscal do contrato, quem estava responsável por essa tarefa? Por isso que eu perguntei sobre a interação.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não entendi a sua pergunta, perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Anteriormente à designação da servidora Regina Célia para ser fiscal do contrato, quem estava responsável por essa tarefa? Porque o senhor há de convir que ela foi indicada já quando o contrato estava sendo descumprido para ser fiscal.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, infelizmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes dela, portanto, quem exerceu esse papel de fiscal? Por isso é que eu perguntei sobre a interação dos departamentos.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi. Eu entendi a sua pergunta. Eu entendi. Infelizmente, não tem como eu explanar, porque ela é a fiscal dos contratos de vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ela foi designada muito tempo depois. Eu quero saber, durante essa interação, quem era que a substituía.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Infelizmente, eu não sei, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas existia fiscal de contrato antes da designação dela? Como é que se dá a interação entre os departamentos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece, Sr. Relator? É algo que não me cabe conhecer, porque eu não participo da instrução que celebra contrato, determina quem vai ser o fiscal. É algo que está além da minha governabilidade. O que eu posso dizer ao senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi a sua pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei ao senhor... Deixe-me só explicar para que as pessoas todas entendam desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu perguntei como se dava a interação entre os dois departamentos.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O.k., pelos meios usuais, institucionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se era da forma... Perguntei se a interação, no caso da Precisa, foi usual, como os demais, e perguntei: essa interação, antes da designação da Regina, quem era que fazia em nome do departamento, que depois ela passou a fazer como fiscal do contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, quando eu recebi o primeiro *e-mail*, eu provoquei a área de fiscalização. No caso, eu mandei para o Thiago, que é o coordenador lá da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela foi designada pra fiscalizar o contrato quando o contrato já estava descumprido. Isso nós verificamos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi a sua pergunta, Sr. Secretário, Sr. Relator, mas, infelizmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero só saber a interação dos departamentos antes da designação da Regina. Com quem era? Com quem era? Alguém que, antes da Regina, se posicionava como fiscal era alguém da hierarquia administrativa ou era alguém designado para tal fim?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Infelizmente, eu não tenho como contribuir com uma resposta para isso, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não conhece o fato de que ela foi indicada fiscal posteriormente, apesar da interação dos departamentos entre si?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não desconheço.. Assim, não é que eu não desconheço. Eu recebi a demanda e a submeti à área dela – ela está em cópia, está em cópia ao substituto eventual, está em cópia ao chefe deles – e aguardei a manifestação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos fazendo essas perguntas, porque – eu queria repetir – nós não recebemos ainda, apesar das reiterações, as informações do contrato do Ministério da Saúde, porque esse contrato, segundo a ótica do ministério, não pode ser visto, e ainda há mais os outros pedidos que contém o próprio contrato de compras, Sr. Girão, Senador querido, de mais de 50 milhões de doses, além das doses que seriam compradas à Precisa em função da autorização que a Câmara deu – e o Senado obstou – para a iniciativa privada poder comprar vacina Precisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Relator, é só uma sugestão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... se o senhor concordar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro, sempre!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Já que o Ministério da Saúde está demorando em enviar esses dados – eu já vi aqui o Senador Randolfe perguntando algumas vezes, cobrando –, qual outra medida esta CPI pode ter no sentido de buscar essas informações? É o quê? Qual outra medida legal?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado pelo questionamento, Senador Girão.

Pelo art. 4º da Lei 1.579, de 1952, é a requisição dos documentos por determinação judicial ou, em último caso, a busca e apreensão. Não queremos chegar até esse ponto. Mas, enfim, por isso, estamos insistindo e reiterando para que esses documentos sejam entregues à Comissão Parlamentar aqui.

Digo isso sem falar, obviamente – obrigado, estou sendo lembrado aqui pela Secretaria da Mesa –, por parte do Sr. Ministro da Saúde, a incorrência em eventual crime de desobediência e de obstrução a uma investigação em curso também, conforme disposto no art. 4º do respectivo diploma legal, com pena nos termos da lei.

Não queremos chegar a tanto. Por isso eu insisto e reitero ao Sr. Ministro da Saúde e a todas as autoridades para entregarem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os documentos que já foram objeto de requerimento aprovado por esta Comissão. A legislação ampara e responsabiliza a autoridade que assim não se comportar.

Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A servidora Regina Célia disse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que ela não foi responsável pela entrada da Madison Biotech nas tratativas sobre a importação da primeira leva de doses da Covaxin – ela colocou aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu queria fazer algumas perguntas em função disso.

Como a Madison Biotech passou parte da relação contratual?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Eu não entendi a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa empresa era conhecida no contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela não figura no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela não figura no contrato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Pelo menos o que eu li, ao que eu tive acesso, ela não figura no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ela não figura no contrato.

Quem autorizou, portanto, a inclusão dela na *invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A inclusão da empresa na *invoice*? Eu não sei dizer. O que eu posso dizer é que, no documento que foi submetido a mim para analisar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Perfeito, é isso que...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... constava que a Madison Export é que era a empresa que faria a exportação do insumo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E que não constava do contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. No contrato, consta a empresa Precisa Medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi feito algum aditivo ao contrato para incluir a Madison?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, que eu saiba. Assim, como não é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Novamente estou fazendo a pergunta porque não recebemos os documentos do Ministério da Saúde.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como a minha área é a área de importação – eu não atuo na área de contratos –, eu não sei dizer se foi feito um termo aditivo. Não me cabe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não sabe dizer se foi feito algum aditivo para que a Madison fosse colocada na *invoice* para fazer a importação e para receber o adiantamento.

Qual seria exatamente o papel da Madison Biotech na importação da Covaxin, de acordo com o contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A Madison não está no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não está no contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A Madison não está no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não estando no contrato, não teria obviamente papel.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Só fazendo um adendo, Sr. Relator, eu submeti o fato à área de fiscalização, e a área de fiscalização, no que compete a eles, questionou a empresa Precisa, que enviou uma justificativa que cabe à área técnica analisar. Ela se manifestou favorável...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e me sinalizou a continuidade do processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas é isto: não houve contrato aditivo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, que eu saiba. Infelizmente, não é a minha área de atuação, eu não posso dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas não sabe informar se houve?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E ela não tem papel, obviamente, porque não estava no contrato.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela não figura no contrato a que eu tive acesso para fazer a análise.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Seria possível... É uma pergunta ainda sobre isso: seria possível efetuar o pagamento a uma terceira empresa que não seja parte do contrato, existente em paraíso fiscal, *offshore*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Novamente eu peço desculpas ao Sr. Relator. Eu não sou da área de pagamento, de modo que eu não posso explanar sobre esse tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas não pode dizer se seria possível ou não seria possível?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Infelizmente, as minhas atribuições se limitam à área de importação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas sabe dizer se isso já ocorreu antes com alguma outra empresa?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Infelizmente, eu não sei dizer, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe informar.

V. Sa. foi pressionado para facilitar a importação da Covaxin, como aconteceu com o Luis Ricardo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Se eu fui...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Insistência...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... pressionado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi instado, pressionado para facilitar a importação da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Relator, existe uma hierarquia no ministério. Então, as cobranças vêm de cima para baixo. Eu não sou servidor, eu sou um consultor subordinado ao Luis Miranda. Então, as cobranças eram dirigidas a ele. Ele é que era bastante cobrado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, então... Perfeito. Então, eu não vou perguntar "por quem?", porque ele já falou detalhadamente sobre isso aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e de que forma também.

Roberto Ferreira Dias fez algum contato com V. Sa. para que V. Sa. deixasse de seguir trâmites regulares para a importação da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – De modo algum. O Dr. Roberto jamais me pediu algo nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não falou com V. Sa. em nenhum momento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Na verdade, nesses anos em que eu trabalho no Departamento de Logística, se eu conversei com o Dr. Roberto Dias duas ou três vezes, foram muitas, e a maioria delas foi em corredor, cumprimentando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Coronel Alex Lial Marinho tratou desse assunto da importação com V. Sa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O senhor fala em que sentido, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** No sentido do contrato, da análise. O senhor só...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece? Ele era o chefe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor só trata dessa questão, pelo que eu sei.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi, eu entendi. Ele é o Coordenador-Geral. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sim, ele tratou em algum momento desse assunto, o Coronel Alex Lial Marinho?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Uai, ele... O que é que acontece? Na condição de Coordenador-Geral, ele procurava saber como é que estava o andamento, se estava tudo correndo dentro do parâmetro normal, se estava tudo o.k. É o Coordenador-Geral ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele pressionou ou deixou de pressionar V. Sa. a tomar alguma decisão em relação ao fornecimento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como eu havia dito, eu sou um consultor subordinado ao Luis Miranda. Então, se houve uma pressão nesse sentido, com certeza, foi direcionada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com o Luis Miranda. O senhor não sabe informar.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Foi direcionada diretamente ao Luis Miranda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E o Coronel Marcelo Pires atuou de alguma forma nesse sentido?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Marcelo Pires?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Pires.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Marcelo Pires? Não tive contato sobre esse tema com ele, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E os Coronéis Marcelo Blanco da Costa e Alexandre Martinelli trataram da importação da Covaxin com V. Sa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não conheço o Alexandre Martinelli, embora eu saiba que ele foi subsecretário ou coordenador... Eu não me recordo o cargo, mas ele ocupou um cargo no Ministério da Saúde. Quanto ao outro nome... Qual o nome que o senhor disse?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Marcelo Blanco.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Nunca...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Coronel Marcelo Blanco...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu nunca conversei com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** ... e Coronel Alexandre Martinelli.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Com o Coronel Blanco, eu nunca conversei com ele, apenas um cumprimento no corredor. Nunca me procuraram, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E o Coronel Elcio Franco, que era Secretário-Executivo do ministério, passou alguma orientação a respeito desse contrato da Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Nunca conversei com o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O senhor foi informado, em alguma oportunidade, de que haveria um segundo pedido para o Elcio Franco pela compra da Precisa de mais de 50 milhões de doses?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me foi informado isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não tem conhecimento.

Sabe dizer se esse pedido consta do processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não sei dizer, porque no processo me cabe olhar apenas o contrato. É o único documento ao qual eu me atento. Então, eu não sei dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele teve alguma ingerência sobre a execução da importação dessa vacina?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Coronel Elcio Franco.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, o que eu posso dizer... Eu digo: no âmbito das atribuições e atividades que eu desenvolvi e que me cabiam, eu não tive contato nenhum com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem alguma relação com a Precisa Medicamentos? Já esteve algumas vezes com algum representante, com advogado ou com algum proprietário?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Nós tivemos uma reunião, se eu não me engano, em 2019, mas era para tratar de outro contrato, acho que de preservativo. Fora isso, não tive nenhum contato com a empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa, em algum momento, orientou V. Sa. sobre a maneira de proceder em relação às inconsistências contidas nas *invoices* encaminhadas pelo Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ao Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Eu percebia a inconsistência, o erro, a falha, solicitava à empresa que corrigisse, e a empresa prontamente dizia que ia corrigir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa ofereceu alguma vantagem a V. Sa.?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. As minhas conversas com a Precisa foram todas por meios institucionais, registradas nos *e-mails*. Os telefonemas aconteceram na minha mesa, em viva-voz, e não houve nenhuma conversa, além dos meus apontamentos, quanto aos erros que estavam presentes na *invoice* e os pedidos para que ela providenciasse a correção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. de alguma forma favoreceu a Precisa Medicamentos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – De modo algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma autoridade ou agente público tem interferido nas decisões referentes à execução desse contrato da Covaxin ou de outros contratos também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Relator, infelizmente, eu só posso dizer aquilo que me cabe. O que me cabe é receber o documento, fazer a análise, solicitar as devidas correções e pedir o licenciamento. Infelizmente, eu não saberei responder a essa pergunta que o senhor fez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sr. Relator, se o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** Você tem aí o primeiro *e-mail* que a Precisa lhe encaminhou, no dia 16 de março?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) **–** Tenho. Acho que eu coloquei até na apresentação, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Se puder recuperá-lo...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu só não vou conseguiu ler, porque está muito pequena a letra. Eu enxergo muito mal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) **–** Então, vamos ver se a gente consegue ler aqui.

Nós conseguimos colocar aqui esse primeiro *e-mail*? (*Pausa.*)

O primeiro *e-mail*, podemos colocar? (*Pausa.*)

A solicitação de importação é um processo automático após a assinatura do contrato. Certo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) **–** Após a assinatura do contrato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Depois que o contrato ocorre, a solicitação de importação é um processo automático?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece? Depois que o contrato é celebrado, a parte entende que ela tem que cumprir o cronograma disposto. Então, ela provoca ou a área demandante ou a Divisão de Importação, submetendo os documentos que serão necessários para a abertura da licença de importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

O *e-mail* é esse. O *e-mail* começa: "Com a anuência da Secretaria Executiva, peço auxílio na solicitação da primeira LI de embarque aéreo". "Com a anuência da Secretaria Executiva."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse procedimento é normal nos outros processos de importação de que você participou? Não é normal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, eu nunca recebi um *e-mail* de um fornecedor nesses termos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeito.

Sr. Relator, Srs. Senadores, Sra. Senadora, vou reiterar a pergunta para ficar bem claro. O primeiro *e-mail*, do dia 16 de março, diz exatamente o seguinte: "Com a anuência da Secretaria Executiva". Repito: "Com a anuência da Secretaria Executiva". Repetindo a pergunta, esse procedimento é normal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Normalmente, o fornecedor encaminha um *e-mail* com a documentação pedindo providências quanto à abertura da licença de importação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente esclarecido, Sr. Relator.

Eu acredito que esse é um dos documentos mais importantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito e o termo do depoimento que o Sr. William diz agora.

Muito obrigado, Sr. William.

Sr. Relator...

Ah, perfeito! O Secretário-Executivo... Quem era nesse momento o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não me recordo, porque, como eu ocupava o cargo de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, tudo bem. Mas é o dia 18 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em 18 de março...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No dia 18 de março, quem era o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Veja quem era o Secretário-Executivo para lembrar aqui ao depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acredito que era o Sr. Elcio Franco, mas eu posso ser corrigido. Mas acredito que era o Sr. Elcio Franco o Secretário-Executivo.

É surpreendente, Sr. Relator, é impressionante como o nome do Sr. Elcio Franco se repete, o do Coronel Elcio Franco se repete ao longo desta semana na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essas coisas gravíssimas... Se é verdade que ele fez um pedido adicional para comprar mais 50 milhões de doses da Precisa no exato momento em que a Precisa estava descumprindo o contrato, além das doses que foram autorizadas pela Câmara dos Deputados, que seriam vendidas pela Precisa e foram obstadas aqui pelo Senado Federal, isso é uma coisa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, é disso que o Presidente Omar Aziz estava falando quando mencionou alguns militares, não é? Se não se cumpre um contrato e se amplia a contratação de mais doses de uma empresa que já não cumpre contrato, alguma coisa não está dentro da ordem esperada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação muito, assim, séria. O documento mais importante de que nós precisamos, até pra investigar suposto crime de prevaricação de alguma das autoridades ou algumas das autoridades deste País... Foi o recebimento de um documento que entrou via nuvem, pelo *link* Dropbox.

A minha preocupação é a seguinte. Embora tenha sido enviado pela Emanuela, e o senhor teve acesso, a pergunta que eu faço é assim: além da cópia, o senhor tem como comprovar o recebimento disso? E isso ficou armazenado em algum lugar? Como é na nuvem, alguém pode apagar no ministério. Então, como é que nós vamos comprovar que esse documento – que, inclusive, no primeiro momento, o Ministro Onyx disse que não existe, embora na foto seja idêntico ao que você, ao que o senhor apresentou – realmente chegou ao ministério nesse dia 18? Que o documento é igual é; a perícia vai comprovar e vai chegar lá. Mas isso é fundamental.

Eu acho que a advogada entendeu aonde eu quero chegar. O recebimento do documento, o primeiro, que é o que, a princípio, aconteceu antes do dia 20, portanto antes da reunião dos irmãos Miranda com o Presidente da República... Ele veio pela nuvem, e o senhor teve acesso, o Luis Miranda teve acesso, e o Dlog teve acesso. É, a princípio, o Roberto Dias, porque aqui está como principal receptor desse documento o Dlog. Só que, se nós não pudermos contar com o Roberto Dias, nós temos que contar com o senhor e com o Luis Miranda pra comprovar que esse documento, que na nuvem não deve estar mais, que já deve ter sumido de lá, que o senhor entregou como primeira *invoice* realmente é original. Não é que a perícia não vá fazê-lo, até porque o Ministro Onyx nos ajudou nesse processo, Senador Humberto, porque, ao mostrar o documento que ele alega que é falso, junto com este daqui, nós podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que o Ministro Onyx sabia também da existência do documento. Não dá para falar que ele não existe, alguma coisa foi feita. Eu preciso saber se é esse.

Então, essa é a pergunta que eu deixo, às vezes, à advogada ou ao senhor para que possa responder.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu queria só fazer um adendo quanto ao *e-mail* que foi apresentado aí. O que está descrito nele é de total responsabilidade da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Claro.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não a orientei a escrever...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro, claro!

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... ou a evocar agentes públicos. Foi um *e-mail* que a empresa nos enviou.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. William, quando eu solicitei a vinda do senhor ao Relator, ao Vice-Presidente... Quero deixá-lo muito tranquilo, porque, na hora em que eu analisei todo o contrato, eu vi que o senhor era peça-chave para nos ajudar; jamais pairou qualquer dúvida sobre a lisura do seu trabalho. O senhor está aqui na função de colaborador. Não temos nenhuma dúvida de que o senhor não tem qualquer envolvimento. Ao contrário: foi o senhor que, em todos os momentos, no segundo e no terceiro *invoice*, mostrou não só que falava em pagamento antecipado como também, na segunda *invoice*, queriam, além do que iriam superfaturar no paraíso fiscal, queriam embutir na conta do povo brasileiro, do Ministério da Saúde, quase US$1 milhão, R$5 milhões em frete e seguro, o que não é de responsabilidade nossa, do Fisco brasileiro, mas é responsabilidade de quem estava fornecendo as vacinas.

Então, fique aqui... Claramente, o senhor está e continua sendo uma testemunha valiosa; jamais aqui está na condição de suspeito de qualquer ato irregular.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ao contrário.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Senadora Simone e Sr. Relator, o que nós estamos percebendo aqui é que um golpe de US$45 milhões foi impedido por um servidor público e por um consultor técnico da Opas, trabalhando terceirizado no Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós só temos a agradecer, Sr. William.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E esse depoimento (*Fora do microfone.*) é uma oportunidade para que isso fique absolutamente claro, como falaram a Senadora Simone e o Senador Randolfe Rodrigues.

Em seguida eu queria perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só para não restarem dúvidas: no dia do *e-mail* a que se referiu o Sr. William, o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde era o Tenente-Coronel Elcio Franco. Ele é demitido somente no dia 26 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É, exatamente. É o que o *Diário Oficial* nos informa – para aclarar um pouco.

É necessário – essa pergunta é muito importante – ter representante nacional para que ocorra a importação de medicamento ou de outros insumos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – É... Eu não entendi bem a sua pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer de novo...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para que V. Sa. entenda.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É necessário ter representante nacional para que ocorra a importação de medicamentos ou de outros insumos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece, Sr. Relator? Quando eu analiso um processo de importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta objetiva.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi claro. Eu entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É necessário ou não é necessário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É uma pergunta...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não é necessário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não é necessário?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não é necessário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não é necessário. É isso aí.

Essa...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Até onde eu tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Perfeito. Ótimo.

Essa intermediação é comum nos contratos do Ministério da Saúde? O senhor acabou de dizer que não é necessário ter uma intermediação de empresa nacional na importação de medicamentos e de outros insumos. Disse que não é necessário.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Aí eu perguntei, na sequência...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi. Eu entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E essa intermediação, que aconteceu no caso da Precisa, é comum nos contratos do Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me recordo de ter observado isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ah, não é comum.

É verdade que a vacina Sputnik V também foi contratada por meio de intermediário?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É... Como a divisão de importação não foi provocada para fazer essa importação, não recebeu documentos para analisar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não sabe?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Infelizmente, eu não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que V. Sa. conhece do relacionamento entre a Global Gestão em Saúde e o Ministério da Saúde? Tem alguma pendência? Tem contratos satisfeitos, honrados, desonrados?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não; eu sei que existe um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ouviu falar alguma coisa da relação entre a Global e o Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não; eu sei que existe um processo, mas, como eu nunca tive acesso a esse processo, nunca li esse processo, eu não saberia dizer quais os termos dispostos nele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Porque o servidor Luis Ricardo disse que os problemas da Global Gestão em Saúde, que não entregou medicamentos de alto custo comprados e pagos pelo Ministério da Saúde, são bem conhecidos no ministério. Eu só citei isso para...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os servidores em geral sabem que a Precisa é controlada pelo mesmo grupo empresarial que é dono da Global Gestão em Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, Sr. Relator, eu só posso falar por mim, não posso falar pelos demais servidores, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabe que são do mesmo grupo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu ouvi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ouviu isso.

V. Sa. notou alguma outra situação incomum relacionada à compra e à execução contratual da vacina Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O senhor poderia me citar um exemplo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. notou alguma outra situação incomum, além das postas aqui, relacionada à compra e à execução contratual da vacina Covaxin?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que é que acontece, Sr. Relator? Como a minha atribuição se restringia a tratar da análise da *invoice*, da emissão da licença de importação e do desembaraço aduaneiro, as minhas atividades foram focadas e desenvolvidas em cima disso. Eu... Não tem como eu dizer sobre outras etapas do processo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Eu acho que o que o Relator perguntou é: nesse trabalho seu da *invoice,* era comum tantos erros num só...?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não. Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não só de inglês, como...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não é comum. Não é comum.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... incluir seguro, incluir frete; tira seguro, tira frete; esquece de tirar antecipação de pagamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigar que *offshore* e paraíso fiscal pagassem os impostos devidos ao Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse procedimento não é comum?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não é...

O que é que acontece, gente? Só para deixar uma coisa bem clara aqui. Eu havia... Logo na minha apresentação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... eu li o regimento interno que determina as obrigatoriedades da divisão de importação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e lá está bem claro: analisar a documentação e emitir licença de importação. Existem casos em que os fornecedores mandam documentação que precisa ser corrigida. Não é adulterada, não é modificada, não; a palavra é "corrigida". E o papel da divisão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importação é justamente este: pegar a *commercial invoice,* pegar o contrato, fazer a análise, ver o que precisa ser corrigido e solicitar a devida correção.

Então, há casos de outros processos de importação em que você recebeu uma *commercial invoice*, uma *proforma invoice* – geralmente isso é comum em *proforma invoice* – que, por exemplo, não tinha um Incoterm, ou não tinha o peso líquido e peso bruto, ou os dados do ministério não estavam dispostos corretamente... Isso é comum. Nós estamos ali justamente para fazer essa análise e pedir a correção.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Agora não uma *invoice* como essa, com tantos erros?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não nessa quantidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é comum.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., para encerrar, notou alguma situação incomum também na execução dos contratos de produtos relacionados ao combate da pandemia?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outras importações, sobretudo dos produtos...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Eu, como técnico, cuido dos processos de importação e doação das vacinas, de medicamentos para intubação orotraqueal, mas eu não observei em outros processos nada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou satisfeito.

Muito obrigado. E cumprimento V. Exa. E, como entendíamos, essa realmente foi uma grande oportunidade, o seu depoimento, para nós esclarecermos algumas dúvidas que restavam. Sobre V. Exa. não havia nenhuma dúvida a indagar e a interrogar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aliás, temos só que agradecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só temos a agradecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só uma pergunta, antes de passar para o Senador Izalci, William.

O senhor viu a primeira *invoice*... O senhor enviou a primeira *invoice* para outros servidores? A primeira *invoice*, logo que o senhor recebeu, encaminhou para mais alguém?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Tem que ver quem está copiado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – No primeiro *e-mail* não tinha *invoice*. O *e-mail* veio no Dropbox, no segundo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Eu estou falando no segundo, que é na *invoice* já.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Tem que ver quem estava copiado. Certamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor poderia ver aí?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Tem como olhar?

Acho que ficou contigo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, está comigo. Perdão.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O *e-mail*... O *e-mail*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso, isso. Só para eu olhar quem está na cópia aqui. (*Pausa.*)

Foi o que eu recebi? Eu encaminhei, não é? Não, esse é o que recebi. Isso... Tem que ver para onde eu enviei... (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto ele procura, Sr. Presidente, é que a primeira *invoice* que estava no Dropbox foi enviada da Dlog para ele, para Luis Ricardo e para o *e-mail* institucional do departamento de importação às 14h39, pelo que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionou. Então, na realidade, não foi ele que encaminhou; ele recebeu. E não só ele, como está aqui, pelo menos a informação que eu tenho: Luis Miranda e um *e-mail* institucional do departamento de importação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor encaminhou para o despachante?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O despachante entra em outra etapa do processo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em outra etapa, perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Neste exato momento, buscava as devidas autorizações das áreas competentes para que pudesse dar continuidade ao processo. Só foi submetido ao despachante depois que eu tive anuência da área de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As comunicações da primeira *invoice* foram feitas somente com o *link* do Dropbox?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Bem, primeiro – praticamente são os mesmos assuntos aqui, mais alguns detalhes, não é? –, eu percebi claramente aqui que a Regina diz aqui... Alguns pontos importantes aqui. A Regina diz o seguinte, que o William teria sido o responsável pela liberação da importação da vacina Covaxin, apesar das irregularidades dos contratos da pasta com o laboratório Bharat Biotech.

William também foi citado pelo servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda, irmão do Deputado Luis Miranda, como um dos responsáveis pelas pressões atípicas em relação à importação da vacina Covaxin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, percebe-se que o envolvimento do William Amorim Santana é com relação a essa contratação.

Então, digo assim, o ponto de vista deles é o que eu percebi nos depoimentos.

Então, vou a algumas perguntas, Sr. William: por que razão, se é que V. Sa. tem conhecimento, por que razão a portaria que nomeou a Regina Célia fiscal do contrato só foi publicada dia 22, que é uma segunda-feira?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – É, infelizmente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ela já atuava sem a portaria? Informalmente?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, nesse contrato, não, até porque um servidor só pode atuar depois que a portaria é devidamente publicada.

Mas o motivo da publicação tardia eu não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas os *e-mails* V. Sa. já dirigia a ela.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, eu submeto a ela, porque ela é a fiscal de vacinas lá da área técnica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não especificamente desse contrato? Ela já era fiscal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela já era fiscal de outros.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De outros...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Então, eu subentendi que ela seria nomeada...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, V. Sa. não sabia que ela era fiscal do contrato dessa vacina especificamente...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, eu mandei pra ela porque ela é a fiscal de todas as vacinas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De todas as vacinas.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela é do Programa Nacional de Imunizações, e acredito eu que ela seria designada... Tanto, que foi designada para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. teve conhecimento de que teve uma minuta, um termo que só foi apresentado 11 de... O contrato foi assinado antes do termo... Daquele 11 de março. Teve uma...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que que acontece, Sr. Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... eu só posso me atentar às atribuições que me cabem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Chegue mais próximo do microfone. Acho que não...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Perdão.

Então, o meu papel é de analisar as *invoices* em paridade com os contratos... Eu não participo do processo de compra, eu não participo dessa etapa do processo, elaboração de termo de referência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Termo de referência...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não participo dessa etapa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá.

Quem respondeu pela fiscalização do contrato, deste contrato antes? Não tem conhecimento...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quer dizer, ficou esse período... O conhecimento que V. Sa. tem é que ela era responsável por todos os contratos...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – De vacina.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Especificamente dessa, que ela foi nomeada dia 22, V. Sa. não sabia...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sofreu alguma pressão? Pressão, no sentido assim: alguém pediu – e a gente sabe que existem pedidos normais e pedidos, assim, de uma forma mais contundente... V. Sa. teria sofrido algum pedido especial – vamos dizer assim, para não falar pressão – nesse período de 18 a 24, quanto ao *invoice* que foi liberado, para dar andamento nesse processo? Quem é que... E, se houve, quem é que pediu isso? Eu vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Um "pedido especial"? Eu não entendi bem o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Pelo *e-mail* eu vou explicar: o Seu Leandro Brito, que encaminhou este *e-mail*, dia 16, ele coloca assim – e foi dito aí: "Com anuência da Secretaria Executiva, peço auxílio", etc. E lá embaixo ele diz: "Conto com a compreensão de todos e celeridade...", ou seja: seja rápido!

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Entendi. Eu li o *e-mail*. Eu entendi...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Então, a pergunta é nesse sentido...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** ... alguém pediu para que V. Sa. apressasse alguma coisa, agilizasse o processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, o que que acontece... Como a minha condição no ministério é de consultor – eu não sou servidor –, as minhas ações são subordinadas pelo meu chefe, o Luis Ricardo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** O seu chefe também pediu para você agilizar muito isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Então, o meu chefe é quem deve ter recebido as devidas pressões, mas ele nunca...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sim, mas ele repassou para V. Sa. alguma...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ele...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** V. Sa. percebeu que precisava ser urgente, alguma coisa?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Ele sempre deixou muito bem claro que o processo deveria seguir o seu rito processual devido, que nenhuma etapa deveria ser pulada e que o processo deveria ser cumprido dentro dos moldes da lei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Certo.

Agora, a Sra. Regina deu a entender – e por isso que eu estou perguntando – quem verificou as correções feitas pela empresa Precisa. Por que razão a Madison Biotech ainda constava na terceira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invoice? Quem autorizou? A fiscal do contrato não tinha que se pronunciar sobre a presença dessa empresa na terceira *invoice*? Por que a Divisão de Importação deu andamento no processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela se pronunciou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Foi feito algum levantamento sobre essa empresa? Quem tinha essa responsabilidade?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela se pronunciou, a fiscal do contrato se pronunciou quanto à continuidade do processo, estando a Madison figurando na *commercial invoice*.

Nós não consultamos empresas que estão discriminadas nos documentos. O que nós verificamos é se a empresa que está indicada na *invoice* é a mesma empresa que é citada no contrato. Nós não consultamos, não fazemos pesquisa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas ela deu a entender que a responsabilidade de aceitar ou não, no caso, por exemplo, dessa empresa que não estava no contrato, está na *invoice...*

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela até manifestou no *e-mail.*

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** ... é da importação. Ela diz isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Inclusive, aqui, posso dizer aqui ainda: "E afirma que estão providenciando uma declaração...", ela fala isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Já está aqui, ela se manifesta quanto a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Isso: ".... com este conteúdo, mas, como representantes e signatários, estariam de acordo". Eu pergunto aqui: caso a fiscal do contrato aceitasse as explicações da empresa, a Divisão de Importação simplesmente daria andamento ao processo ou poderia questionar essa decisão do fiscal? Porque é apenas uma declaração da empresa.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. No que me cabe, as minhas atribuições, as minhas responsabilidades as quais eu tento cumprir na minha área técnica, o meu papel é de analisar a documentação e, mediante anuência da área de fiscalização, providenciar o licenciamento. Se a área de fiscalização deu anuência, não tenho autonomia, nem poderia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas ela diz, a Sra. Regina diz aqui que o William teria sido responsável pela declaração de importação, apesar das irregularidades dos contratos da pasta. Quer dizer, por isso que eu estou perguntando: a Divisão de Importação fez algum tipo de levantamento sobre essa empresa Precisa Medicamentos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não nos cabe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Divisão de Importação também aceitou a declaração da Precisa quanto à natureza jurídica?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não nos cabe aceitar essa declaração. O que nos cabe é detectar divergências, erros na *commercial invoice* e submeter à área de fiscalização e, após a anuência deles, dar seguimento ao processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas V. Sa. tem conhecimento, tem o contrato e tem a *invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O que está no contrato não é o que está na *invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A divisão chegou a discutir esse assunto com a fiscal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso foi questionado para fiscal, eu liguei para fiscal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Pedi que ela verificasse essa questão, ela verificou junto ao fornecedor, o fornecedor mandou um *e-mail*, ela até se manifesta favorável.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, mandou a declaração.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela responde direto para o fornecedor, dizendo que se manifesta favorável a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não houve nenhuma pressão com relação a esse ponto?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** De tocar para frente, apesar dessa...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Submetido a mim, não, tendo em vista...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** V. Sa., como consultor, entende que uma declaração da empresa é o suficiente, mesmo não estando no contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me cabe julgar. O que me cabe julgar é: eu tenho anuência da área de fiscalização pra dar prosseguimento ou não? Se eu não tiver anuência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Pois é, mas a fiscal está dizendo que a responsabilidade da continuidade é da importação, não é dela. Ela só levantou um ponto, que foi a questão da quantidade. Ela não falou, nenhum momento, sobre a questão...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, eu entendi a sua colocação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – E vou submeter o material que eu trouxe ao senhor, o senhor vai ver as trocas de *e-mail*, e ela se manifesta junto ao fornecedor, que autoriza, aceita as justificativas que foram apresentadas, conforme *e-mail* a anexo, e, assim, ratificamos a autorização do prosseguimento do embarque da primeira parcela, só que ela solicita à empresa uma declaração de quem é a Madison. Isso não nos cabe...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quem recebeu esse documento da Precisa dia 23 de março, terça-feira? Foi a a Regina?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Quem recebeu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quem recebeu esse documento da Precisa, falando, essa declaração? A Divisão de Importação também aceitou essa declaração? Assim, você vai dizer que não tem, não entra nesse aspecto...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não nos cabe... Olha, eu não posso dizer o que cabe a ela.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quem tinha o poder de vetar essa declaração, por exemplo, esse questionamento? Quem deveria ter vetado?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, no âmbito das minhas atribuições, infelizmente, eu não saberia dizer. O que eu já afirmei... Eu não posso, inclusive, falar pela competência de outras áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei o que cabe à área de fiscalização, também não sei o que cabe à área de pagamento, eu sei o que cabe à Divisão de Importação: a análise da *commercial invoice* e, detectada qualquer divergência no contrato, o processo tem que ser submetido à área de fiscalização, cabendo a esta manifestar-se... Agora, não me compete...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Olha o que diz aqui a Sra. Regina..."No dia 24..." Ela disse assim:

No dia 24, a Divisão de Importação encaminhou um *e-mail* onde ele apresenta um *checklist* da *invoice*. Devo aqui esclarecer [ela dizendo] que quem faz a avaliação da conformidade da *invoice* é a Divisão de Importação. Não cabe à fiscal do contrato fazer avaliação do *checklist* do conteúdo da *invoice*. Eles me apresentaram... O técnico da Divisão de Importação me apresentou o relatório no *e-mail*. Nesse *checklist* que eles me passaram, ele apenas destacou um ponto divergente que foi a relação das 3 milhões de doses, que está diferente do que está no contrato, que é de 4 milhões. Apenas esse ponto. Ele me destacou apenas isso, porque é função da Divisão de Importação fazer essa análise. O Sr. William foi quem me descreveu o *e-mail*, porém quem é o chefe da Divisão de Importação é o Sr. Luis Ricardo. Nesse *e-mail,* foi colocado apenas acerca do quantitativo. A Divisão de Importação não apontou o problema da Madison Biotech.

Por quê? Houve alguma pressão para isso? Estou dizendo que ela disse que a responsabilidade era do...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, eu entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. afirma que não... Porque aí ficou assim...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu só posso afirmar, pelas minhas competências, o que me cabe. O que me cabe é a análise da *commercial invoice*; se detectada alguma irregularidade, algum erro, alguma divergência, submeto o processo à área de fiscalização, cabendo a esta manifestar-se favorável ou não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Entendi.

Pois é, e ainda tem essa questão da parcela atrasada.

Bem, ela diz aqui: "Eu fui muito clara [ela diz] quando eu disse que eu aprovava o quantitativo, que foi o único item, o único ponto que ele me apontou".

Ela deu a entender que essa responsabilidade do...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu estou entendendo a sua pergunta. É porque eu não quero ficar nesse jogo de transfere responsabilidade, transfere responsabilidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, só perguntei: quem é que errou aqui? Esta é a pergunta, então: quem errou? Foi a Divisão de Importação ou foi o fiscal do contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que acontece? Eu não quero ficar nesse jogo de transfere responsabilidade, transfere responsabilidade...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – O senhor tem o *e-mail* do dia 24, encaminhado para a Regina?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Tenho o *e-mail*...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ali está claro que o senhor solicitou, disse que a oferta estava menor...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e vou disponibilizar para todo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, a sua pergunta, Izalci, está no *e-mail*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Está na apresentação, inclusive. Cadê o eslaide? Está no eslaide.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que ele encaminhou para a Regina dizendo que a primeira parcela estava atrasada oito dias.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Senadora, eu provoquei a área de fiscalização três vezes: na primeira...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu perguntei a ele: a Divisão de Importação não voltou a indagá-la sobre a Madison Biotech?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não, a partir do momento em que ela manifestou que a gente podia dar continuidade ao processo, não cabia mais nenhum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Você disse que ela pediu informações sobre quem era a Madison Biotech. Deram as informações?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Eu liguei para ela e externei dois pontos. "Regina, nós recebemos a documentação. O quantitativo está a menor e figura uma terceira empresa no documento que não está citada". Eu liguei para ela, telefonei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É isso.

Presidente...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – E ela...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só um pouquinho, porque está terminando o meu tempo, senão eu não consigo terminar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu lhe peço... Vou acrescentar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se V. Exa. permitir só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acrescentei dois minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ainda vou dizer que...

Aqui no final, ela diz ainda, a Regina: "Então, neste momento, a Divisão de Importação deveria ter me alertado que a *invoice* permanecia ainda com essa divergência". E nós conversamos sobre isto: corrigir o negócio de "antecipado". Na segunda vez, veio pagamento antecipado; na terceira, tiraram o "antecipado", mas continua essa questão. Então, ela diz aqui: "Mesmo assim, permanecia ainda com essa divergência. Se ele não me alertou, eu entendi que estava tudo certo". Então, ela está dizendo isso: se você não alertou, ela entendeu que estava certo.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi o seu questionamento. O que eu posso dizer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Divisão de Importação deveria insistir com a fiscal? V. Sa. está dizendo que ligou algumas vezes para ela sobre isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, sobre esse tema, uma única vez.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ela diz com relação a essa inconsistência. Então, você ligou para ela para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Na hora que eu liguei, ela mandou imediatamente o *e-mail* para a empresa questionando quem era a Madison.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** A Divisão de Importação chegou a consultar a empresa Precisa sobre isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Não me cabia questionar a empresa Precisa. Cabia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E por que deixou o processo andar, então, com esse problema, se tinha esse problema?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O processo foi submetido à área de fiscalização, que manifestou-se favorável, de modo que eu dei prosseguimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Pois é, mas ela estava dizendo que a responsabilidade é da importação, não era dela.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Há uma troca de *e-mails*, Senador, onde se relata o que foi definido por cada um.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** No e-*mail* está isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Somente a Divisão de Importação poderia paralisar o processo por conta dessa inconsistência envolvendo a Biotech...

Pelo menos estou falando, comparando com o depoimento da Regina, porque ela disse claramente que a responsabilidade de tudo isso é do Departamento de Importação, e que V. Sa., ou o departamento, poderia ter impedido isso até que se resolvesse. É o que diz aqui no depoimento.

Então, eu sei que tem os *e-mails* alertando, etc., mas eu quero dizer que na posição dela, ela diz que a responsabilidade é do Departamento de Importação.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Perfeito. Eu entendi a sua colocação, Senador. É porque não dá para a gente ficar naquele jogo de empurra-empurra. O que eu eu estou falando é, que no que me compete, nas minhas atribuições, analisei a documentação, constatei a divergência, submeti à área de fiscalização...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E o contrato, só para você ter uma ideia... O contrato foi assinado dia 25 de fevereiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É a última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas só deixa ele completar o raciocínio. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bom, então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, vou acrescentar. Só deixa ele completar o raciocínio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Então, só para concluir: no que me concerne, nós recebemos a *commercial invoice*, fizemos os apontamentos, submetemos à área de fiscalização, e eles deram o parecer favorável. Ela não me disse que não podia constar essa informação na *invoice*, em momento algum. Pelo contrário, nós temos uma troca de *e-mails* onde ela responde para o fornecedor que aceita os termos dispostos e aguarda o cumprimento do item 2, que é a apresentação da declaração dizendo quem é a Madison.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Só uma última colocação, Presidente.

Veja só: o contrato foi assinado dia 25 de fevereiro. O contrato previa que a primeira dose precisava... E ela coloca assim: "Está suspenso, não é? As primeiras doses precisavam chegar ao Brasil com 20 dias após a assinatura, portanto, dia 17 de março."

As doses tinham que estar no Brasil no dia 17 de março. Ela foi nomeada fiscal no dia 22 de março, quer dizer, depois. Como é que depois de descumprido o contrato, ela autoriza isso ainda?

E mais grave, ela recebeu, no dia 18 de março, antes da nomeação dela, um *e-mail*, aquele *e-mail* que V. Sa. mandou para ela como fiscal, solicitando a autorização de importação. Ela recebeu um pedido de um servidor para que autorizasse a importação antes de ser fiscal do contrato, porque ela não era. Ela só foi fiscal depois. Quem facilitou o contrato, aliás, quem fiscalizou esse contrato, no caso, entre o dia 25 de fevereiro e 22 de março? V. Sa. diz que não sabe.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não sei, não me cabe, porque eu fui provocado no dia 16, reiterado no dia 18, com a documentação, e submeti à área de fiscalização na mesma data, tendo ela me respondido somente após a nomeação dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor conhece algum ato que pode, que ampara essa atitude dela de responder por um negócio de que ela não era fiscal ainda?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Infelizmente, Sr. Senador, como o meu trabalho é na área de importação, eu não tenho como dizer as competências da área de fiscalização.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, alguém não fez. E aí a gente percebe claramente, que dia... Pelo *e-mail* do dia 16, fica claro. Com a anuência da Secretaria Executiva, ou seja, a Secretaria Executiva mandou fazer. É o que a gente percebe aqui.

Então, é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Izalci.

Só uma pergunta, William, que dia – não sei se a atribuição era sua –, mas que dia foi inserido no sistema a primeira *invoice,* no SEI?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Fui eu criei aquele SEI, fui eu que criei o SEI!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando você criou?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não consigo me recordar o dia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas foi logo após você ter recebido?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não consigo me recordar o dia, mas fui eu que criei aquele SEI com toda essa documentação. Inclusive, teve um momento em que eu parei de alimentar esse SEI, tamanha era a dificuldade da empresa de enviar a *invoice* correta. A gente tem uma preocupação de não poluir o SEI, ficar colocando documentos e documentos que contam a mesma história; a gente tenta não fazer isso. Então, chegou a um ponto em que eu parei de alimentar o SEI, porque nós já estávamos na terceira *invoice*, a terceira *invoice* ainda estava errada, quer dizer que seria necessária uma quarta *invoice*. E aí eu falei: "Não, vamos esperar a manifestação da Anvisa, conversei com o Luis, porque eu não tomo nenhuma atitude, eu não posso fazer nada sem a anuência do meu chefe imediato, lembrando que eu não sou um servidor, eu sou um consultor. Conversei com o Luis, e nós decidimos parar o processo e aguardar anuência da Anvisa, porque, se eu não me engano, estava perto da reunião da diretoria colegiada. Não consigo me acordar a data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só uma outra coisa pra ficar bem claro, sobre a Madison. A fiscal pediu as informações da Madison, da empresa. Ocorreu a resposta?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Você fala se a empresa enviou a declaração que ela pediu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A empresa encaminhou uma declaração, a empresa enviou uma declaração.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Explicando que era a Madison?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como era uma tratativa entre a área de fiscalização e o fornecedor, não me cabia interferir ou fazer qualquer explanação quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. William, seja bem-vindo aqui ao Senado Federal!

Eu queria fazer algumas observações aqui, pra situar esse fato, esse caso. Essa vacina vendida pela...

Só um minutinho, Sr. Presidente. Peço que conte, aqui, o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está mantido o tempo; aliás, incluído e reposto, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria, como eu disse, tentar situar alguns aspectos aqui pra gente entender a complexidade dessa negociação. Primeiro, a vacina mais cara de todas que o Brasil comprou. Segundo, a vacina que tramitou entre as primeiras tratativas e a sua contratação aconteceu em tempo recorde, 97 dias; uma contratação que aconteceu antes da aprovação da utilização da vacina por parte da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa compra foi intermediada pela empresa Precisa, que, na verdade, tem uma formação acionária em que o Sr. Francisco Maximiano tem 1%, a Global tem mais de 90% e uma outra empresa tem uma parcela pequena. A Global é essa que já tinha aplicado um golpe no Ministério da Saúde, por ter vendido medicamentos de alto custo, não ter entregue e, mesmo assim, ter recebido uma quantia de R$20 milhões.

Soma-se a isso o fato de que houve um tratamento todo diferenciado pela empresa: além de um telefonema direto do Presidente da República comunicando ao Primeiro-Ministro da Índia que essa vacina iria fazer parte do Programa Nacional de Imunizações, também o tratamento VIP que foi dado ao empresário e a...

Está havendo algum problema, Sr. Presidente? Está havendo algum problema?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos garantir a palavra ao Senador. Eu peço pra suspender a contagem de tempo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu só quero saber se está havendo algum problema. (*Pausa.*)

Então, como eu estava dizendo, também inusitado o fato de que o empresário e proprietário dessa empresa e outros que o acompanhavam tiveram tratamento VIP por parte da Embaixada brasileira na Índia, inclusive acompanhando a reunião com os empresários e tal.

E tivemos depois, mais para frente, contrato assinado, a primeira entrega de doses desrespeitada em termos de contrato e, mesmo assim, a entrega de uma nota fiscal para pedir autorização para importação e, posteriormente, para recebimento dessa fatura no valor de US$45 milhões, não é?

É importante lembrar também que, pelas informações correntes – e aqui foi mostrada uma ata de uma reunião acontecida no dia 20 de novembro –, essa vacina inicialmente teria sido oferecida ao Brasil no preço de US$10 uma dose e, ao final, terminou com US$15 uma dessas doses aí.

Pois bem, nessa questão da *invoice*, pra nós está muito claro que houve, na minha opinião, uma tentativa de "colar, colou". O próprio Sr. Max, durante aquele vídeo que ele fez para tentar substituir a sua presença aqui, ele diz que a primeira *invoice* só foi enviada ao ministério no dia 22 de março. Todos os depoentes que aqui apareceram, todos os documentos e todas as informações demonstram que isso não é verdadeiro. Isso aconteceu, em verdade, no dia 18.

Eu queria fazer algumas perguntas ao depoente.

Primeira: é comum que a empresa mande uma *invoice*, e que ela contenha muitos erros, e vá, e volte, e essas correções vão sendo feitas, ou essa é uma situação que é incomum?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não na quantidade de erros que foram apresentados. Mas é comum a gente receber *invoice* e pedirem para serem corrigidas, só que essa apresentava muito mais erros do que a média normal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Geralmente, quando esses erros são apresentados – e há correção –, há correção completa? Ou é comum persistirem ainda erros nessa *invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. O que é que acontece? Se a *invoice*, se o fornecedor persistir no erro, aí eu provoco o fiscal do contrato, cabendo a ele tratar diretamente com o fornecedor, pedindo a correção e deixando claro que o processo de importação só seguirá se o documento tiver as devidas correções.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu entendo que durante esse processo todo, algumas coisas persistiram, não é? Ao final, depois de duas correções, a terceira *invoice* ainda continha incorreções, sendo que a principal delas é o fato de que uma empresa chamada Madison, que não fazia parte do contrato, não foi citada no contrato, nem como integrante do entendimento, nem como produtora e muito menos como recebedora dos recursos, essa empresa surge como aquela que vai receber o total daquele pagamento que, inclusive, é colocado na *invoice* como um pagamento antecipado.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quer dizer, não se pode nem falar de "antecipado", porque as doses não foram entregues, não é? Então, é um pagamento que para o qual não corresponde o cumprimento do contrato na parte da empresa de garantir que essas doses pudessem chegar ao nosso País – não aconteceu.

Pois bem, depois de tudo, ainda persiste a questão da empresa e do número de doses. Eu pergunto a V. Sa: a Sra. Regina – e aqui foi muito bem explorado pelo Senador Izalci –, de certa forma, jogou a responsabilidade para V. Sa.; eu queria entender melhor essa questão.

Para mim, o que está claro é o seguinte. Naquele documento que ela enviou, naquele *e-mail,* ela diz: "Dê continuidade ao processo de encaminhamento da *invoice* para a Anvisa, para ela proceder à licença de importação e à importação". E faz uma ressalva que, quanto ao item 2: "Nós procuraremos estabelecer...". Diante disso, o papel desse departamento era de efetivamente mandar diretamente já para a Anvisa, mesmo com essa ressalva? Ou deveria ter solicitado, mais uma vez, à fiscal do contrato que insistisse neste ponto relativo ao número de doses e à questão da empresa? – que seria aquela que receberia o pagamento dos US$45 milhões? Eu lhe pergunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Senador, como eu já havia externado, o meu papel é de receber a *commercial invoice*, realizar análise, e, esta apresentando alguma inconsistência, solicitar a devida correção. Caso não haja uma correção, submeter à área de fiscalização para que esta manifeste se será favorável ou não quanto ao segmento da importação. O processo foi submetido à área de fiscalização, que esta manifestou-se favorável. Por isso nós demos continuidade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Então, no meu entendimento, apesar de ela ter tentado terceirizar a responsabilidade dela aqui, ela é a responsável pelo fato de esse *invoice* ter sido encaminhado à Anvisa, e, lá na Anvisa, não houve sequência pelo fato de que não havia a questão do registro – não é? – para que essa vacina pudesse ser efetivamente implementada.

Eu queria perguntar ao senhor... V. Sa. disse aqui que foi cobrado, em alguns momentos, por parte do Sr. Lial, que seria integrante do Departamento de Logística. Era comum essa cobrança dele em outros contratos ou o senhor considera que foi algo especial?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como eu havia dito, na minha condição de consultor, subordinado ao Luis Miranda, e respeitando a escala hierárquica, as cobranças iam diretamente para o chefe da Divisão de Importação. Havia momentos em que ele se preocupava com o andamento dos processos e procurava saber do andamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas isso era comum com outros processos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A gente tinha processo de importação de medicamentos de intubação orotraqueal que o nosso coordenador também, volta e meia, procurava saber como é que estava o andamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas me diga uma coisa: e com essa mesma frequência ou insistência em que aconteceu nesse caso? Porque eu quero saber o seguinte: o senhor notou algum interesse especial por parte desse cidadão nessa importação especificamente?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que que acontece? Como eu havia dito, o meu papel é só de analisar *invoice* e mandar emitir a licença de importação. Eu sou um dos subordinados ao Luis e, por conta da cadeia hierárquica, as cobranças iam diretamente para o Luis.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Eu pergunto a V. Sa., no caso dessas *invoices* que V. Sa. analisa – já foi perguntado aqui, mas eu quero reafirmar a pergunta –: é comum que uma empresa que não faz parte do contrato seja indicada como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela que vai receber o pagamento pelo serviço prestado ou pelo serviço vendido ou pelo produto vendido ao Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Senador, eu não sou da área de pagamento, então, infelizmente, não tem como eu responder a esse questionamento seu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desculpe...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não sou da área de pagamento, eu sou da área da Divisão de Importação, então eu não participo dessa etapa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu não estou perguntando a V. Sa... Eu estou perguntando se é comum que *invoices* venham com empresas, venham com a indicação de empresas para...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não recordo de outra...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor não se recorda de nenhuma situação.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me recordo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quanto tempo o senhor já está lá nessa função?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Três anos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em três anos, o senhor não se recorda de nenhuma situação semelhante em que a empresa que tem o contrato, que assinou o contrato, ao final, sugira que o pagamento venha a ser feito a uma outra empresa que não era parte do contrato. É isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É, não me recordo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É esse o entendimento de V. Sa.

V. Sa. chegou a ouvir algum tipo de colocação, teve informação ou conversou com alguém que, de alguma forma, tenha se referido à possibilidade de existência de propina em pagamento no ministério e na troca de orientação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Com a minha pessoa, não. Com a minha pessoa, não. Comigo ninguém tratou disso, ninguém falou sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Com a minha pessoa, não; com a minha pessoa, não. Comigo ninguém tratou disso, ninguém falou sobre isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Sr. Presidente, eu queria aqui concluir a minha fala. Eu acho que nós estamos realmente diante de um caso de extrema gravidade: a informação que S. Exa. o Relator deu aqui hoje de que já havia em programação, por meio de documento existente no processo, de uma demanda suplementar de 50 milhões de doses da Covaxin feitas a essa mesma empresa.

Eu entendo que isso tem que ser objeto do próprio julgamento, desta própria investigação que nós estamos fazendo aqui. Eu creio que nós temos diante de nós um caso de extremíssima gravidade, não somente pelo processo como um todo, mas pela estranheza dos atores, não é?

O relatório do Coaf, por exemplo, aponta uma movimentação totalmente atípica dessa empresa denominada Precisa. A empresa movimenta valores que são incompatíveis com o patrimônio que ela tem. Em quatro meses, ela movimentou R$43,7 milhões, sendo que o faturamento anual dessa empresa é de 17 milhões. Esse relatório inclusive foi entregue aqui à CPI. No relatório, a empresa registra no CNPJ a atividade de apoio à gestão de saúde, no entanto, realizou diversos pagamentos a outras empresas que são do ramo imobiliário.

Sobre o proprietário, que tem 1% – tem 1% dessa empresa o Sr. Maximiano –, sobre ele é uma pessoa que declarou em 2020 uma fonte de renda em que teria recebido 52,2 mil e, no entanto, em uma de suas contas pessoais, ele chegou a movimentar quase R$4 milhões em 2020, o ano da pandemia; em outra, mais 1,2 milhão. E tem gastos nos seus cartões de crédito completamente incompatíveis com quem tem essa receita.

E quero lembrar, por último, que essa empresa jamais, jamais, sob nenhuma hipótese, em nenhuma condição, poderia ser aceita para intermediar qualquer tipo de contração no Ministério da Saúde, por ter aplicado com o nome de Global um golpe no Ministério da Saúde, uma venda de medicamentos de alto custo no valor de R$20 milhões que não foi honrada, que não foi cumprida, medicamentos que não foram entregues. Catorze pessoas morreram por conta da interrupção desse fornecimento desse medicamento e recebeu R$20 milhões do Ministério da Saúde.

Portanto, Sr. Presidente, eu entendo que aqui está a prova cabal de que o discurso que foi feito na campanha eleitoral, que foi feito durante todo esse tempo de Governo, de que este é um Governo em que não há corrupção, esse discurso cai por terra, e as evidências aqui são absolutamente claras de que isso existe e numa área gravíssima, que é a área da saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Girão, pela ordem, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – O Senador Renan Calheiros, Relator desta Comissão, no início da sessão, falou da pesquisa da XP sobre a percepção da população com relação à CPI. Eu não tinha conhecimento dessa pesquisa. Nesse tempo aqui entre a oitiva, dei uma olhada, dei uma pesquisada aqui, e é interessante esse dado que o Senador Renan Calheiros omitiu. Olha que interessante, são dois dados aqui que me chamaram a atenção. Em maio, na primeira pesquisa que a gente tinha comentado, apurar ações e falhas do Governo Federal era 46% – e eu discordo disso aqui, porque eu acho que a gente tem que investigar – e caiu para 39%, talvez pela condução parcial que a população está vendo do Relator. Mas eu repito: acho que temos que investigar nesta Comissão.

Agora, o fato que mais me chamou a atenção – olha que detalhe interessante, e esta Comissão, Senador Renan Calheiros, pode dar a volta por cima se fizer isso, está nas nossas mãos –: antes, em maio, 28% da população achava que o foco deveria ser investigar desvios no uso de recursos por Estados e Municípios. Sabe quanto é agora? Subiu de 28% para 35%. É o que eu falo aqui desde o início desta CPI: equilibrar, investigar Governo Federal, mas investigar também os bilhões de reais enviados para Estados e Municípios. A Polícia Federal já disse aí, em 70 operações, que há casos assim gravíssimos, e que esta CPI não pode fechar os olhos.

Então, era só para fazer esse registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu só queria, assim, pedir a atenção dos colegas. Obviamente, eu tive a condescendência com o Senador Eduardo Girão, mas vamos, a partir de agora, acatar pela ordem relativo à ordem ou à inquirição dos dependentes para nós podermos chegar a termo e recolhermos todos os depoimentos... Perdão, e recolhermos todas as inquirições de todas as senhoras colegas e os senhores colegas Senadores até o final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone Tebet, a senhora é a próxima inscrita.

Fique à vontade.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada. Obrigada, Sr. Presidente.

Bom, como eu estou aqui, independentemente do que pensa a opinião pública, porque eu fiz um juramento constitucional... Aliás, quando exercemos o nosso mandato de amar a Constituição acima de qualquer posicionamento partidário e ideológico e querer buscar a verdade, é importante apenas, na linha do Senador Eduardo Girão, fazer aqui uma contribuição.

Acho que esta CPI pode, sim, na linha de investigação de Estados e Municípios, solicitar dos Estados onde já existam, nos órgãos de fiscalização e controle, ações ou denúncias para que esses documentos possam constar também do relatório final do Senador Renan Calheiros, como uma forma também de contribuir, porque muitas daquelas investigações em nível estadual, como envolvem dinheiro federal, podem ser encaminhadas ao Ministério Público Federal pra que possam ser investigadas e, obviamente, os possíveis indiciados possam depois sofrer as penalidades criminais e cíveis, se assim entender a Justiça.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. William, eu gostaria de agradecer imensamente a presença do senhor.

Vou aguardar aqui o Presidente chegar, e a gente começa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A gente devolve a Presidência aqui para o seu titular.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Se puderem repor o meu tempo, por favor.

Presidente Omar Aziz, Sras. e Srs. Senadores, Sr. William, embora nós estejamos aqui tratando de uma questão muito pontual com o senhor – e está muito claro qual é o papel do consultor técnico da Opas no Ministério da Saúde em relação aos contratos, que é análise das *invoices* –, eu acho muito importante a gente repor um pouquinho e iniciarmos todo o processo da Covaxin.

Sr. Presidente, eu passei, desde sexta passada... Fiquei três dias, inclusive final de semana, analisando esse processo e tive a maior dificuldade de juntar os quebra-cabeças, porque nós não temos documentação dentro da CPI. Estou falando, obviamente, das documentações públicas, porque eu não tenho direito às sigilosas.

Sei que V. Exa. já fez a solicitação, reiterou o pedido junto ao Ministério da Saúde. Eu gostaria de propor aqui aos membros da Comissão se não seria o caso de requisitar esses documentos dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde, porque não é possível nós trabalharmos dessa forma. Nós somos Senadores da República; temos uma série de atribuições; estamos aqui nos debruçando horas a fio; o Relator tendo que extrair das testemunhas, muitas vezes, dados que os documentos do Ministério da Saúde poderiam se fazer esclarecer. Então, eu gostaria realmente de requisitar, porque, de novo, hoje já é sexta-feira, portanto tem uma semana que eu estou debruçada no contrato da Covaxin, e eu continuo tendo dificuldade de juntar essas peças. Eu vou ter que perder tempo falando com o Sr. William, tentando unir essas peças, porque os documentos não chegam.

Inclusive, Sr. Presidente, algo que é fundamental, que é esse primeiro *invoice*, que chegou no *inbox*, a que só alguns tiveram acesso na nuvem, que já deve ter sido apagado e que, depois, segundo a informação agora, o Sr. William tem a partir apenas, pelo consta aqui, do dia 22.

Então, eu gostaria de começar com esse ponto.

Sr. William, depois de eu ter apresentado uma série de irregularidades em relação ao segundo e terceiro *invoices* que chegaram as nossas mãos, uma banca advocatícia de renome – e eu reconheço a capacidade desta banca de advogados associados –, na sua defesa, enviou para esta Comissão um documento dizendo e confirmando que as três versões das *invoices* são verdadeiras, à luz do que o senhor disse e alguns outros que aqui estiveram também, mas contradizendo a fala do ex-Ministro Onyx, que disse categoricamente que a primeira *invoice* não existia.

Pois bem, independentemente da data – eu não quero saber se esse documento chegou ou não à mão do Presidente da República; se houve prevaricação de quem quer que seja, isso a CPI vai investigar; eu quero entender o contrato da Covaxin –, esse *invoice*, esse primeiro *invoice* que o senhor apresentou, que diz que é verdadeiro, o Ministro Onyx disse que não é.

O Relator pediu para que eu pudesse colocar aqui para que nós pudéssemos, já que não temos o original, confrontar. E eu gostaria de passar, portanto, apenas para que o senhor possa confirmar se o segundo é aquele que o senhor entregou agora. É preciso que isso seja declarado no microfone para que as coisas fiquem claras. Eu tenho que perder o tempo aqui, mas é necessário, a pedido do Relator.

Por favor.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obviamente que aqui não dá... (*Pausa.*)

Tirou? Não tem condições de voltar? (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esse documento foi o documento que, depois, a mídia – já que o Ministro Onyx pediu para ampliar e fotografar –, a mídia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgou, e eu tirei uma cópia desse documento. O documento que o Ministro diz que é falso eu tenho aqui na minha mão e é o mesmo documento, a princípio, que este que o senhor apresentou e que agora estou destacando.

Então, veja: está comprovado, num primeiro momento, tanto pelo senhor quanto pelo escritório de advocacia que defende a Precisa e a Madison que existem três *invoices*, e hoje o senhor está trazendo um documento que bate com o documento que eu tenho, que comprova que o documento é original. Portanto, aquele documento não é falso. Isso é importante para o nosso processo.

Vamos seguir.

A segunda e terceira *invoices*, que o senhor disse que tem uma série de irregularidades, ela também consta ainda no documento como pró-forma. O senhor havia explicado o que era um pró-forma. Eu gostaria que o senhor pudesse rapidamente repetir, por favor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Como eu havia dito anteriormente, o pró-forma é um *draft*, seria um pré-documento, um esboço do documento que, de fato, será emitido para a liberação da carga na alfândega. O que que acontece... Muitos fornecedores, muitos fabricantes só emitem uma *invoice* depois que têm as devidas autorizações e garantias do país que vai fazer a importação. Então, eles mandam uma pró-forma.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Portanto, o primeiro documento é uma nota fiscal provisória. Ela não tem valor. Ela tem nome de quem compra, nome de quem está vendendo...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... nome do representante na forma sumária, nas condições de forma de pagamento, etc.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pois bem.

A segunda e a terceira *invoices*, embora continuem como pró-forma, têm todas as características de uma *commercial invoice*. O senhor poderia dizer qual é a diferença entre uma pró-forma, se o senhor lembrar?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É como eu disse: se é pró-forma, ainda é um *draft*, ainda é um pré-documento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas é a *commercial* que consta na *commercial invoice*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Exatamente: ele é um esboço da nota fiscal, que é a *invoice*.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Sim, a pró-forma. E a *commercial invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É a nota fiscal definitiva.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Definitiva.

Chegou às suas mãos essa nota?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, essa não chegou não. Só recebi a pró-forma.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Pois bem.

O que eles chamam de pró-forma na segunda e na terceira – se puder passar o vídeo... a foto –, com todos os erros, tem todas as características de uma *commercial form*, inclusive o *swift code*, que é o código universal tão necessário para emitir o pagamento...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Então, quando a defesa fala que eram meras notas fiscais provisórias, por que que essa nota fiscal provisória tem todas as características de uma nota fiscal definitiva, inclusive com o código e com tantos erros?

Isso só comprova, Sr. William, que, diante desses detalhes – eu tenho muitos aqui, mas eu não tenho tempo e eu não quero tomar todo o tempo desta Comissão, Sr. Presidente. Eu queria apenas, para deixar muito claro, porque a imprensa fica assim: "Mas por que que isso é importante, por que que aquilo é importante?" Eu queria, rapidamente, deixar muito claro o seguinte: eu estou diante de um contrato bilionário, de um 1,6 bilhão. Um contrato que foi assinado em fevereiro, quando não havia lei permitindo. No Direito Público, o servidor público ou qualquer um ou ministro de Estado não pode fazer nada que a lei não permita.

Nós estamos diante de um contrato ilegal, que tinha que ser rasgado e não assinado, que foi assinado sem a autorização da Anvisa, sem a autorização de lei que permitiria que a autoridade sanitária indiana pudesse suprir a ausência da autorização sanitária brasileira, porque a lei que permitiu isso só aconteceu em março, depois de uma emenda do Deputado Federal, Líder do Governo, Ricardo Miranda. Nós temos um contrato que, apesar de toda essa irregularidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Ricardo Barros!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tratava de uma vacina que não tinha comprovação científica.

Eu não sei, Relator, se nós estávamos diante de uma vacina que iria para o braço dos brasileiros com eficácia ou se nós estávamos falando de um mero soro fisiológico.

Mais do que isso, de tudo que foi analisado – e falta comprovação oficial –, segundo a informação que me chegou, havia parecer técnico-jurídico do Ministério da Saúde, numa matriz de risco, com uma série de considerações: temperatura da vacina, eficácia da vacina. A própria Anvisa, na comparação, dizia – é a informação que me chegou – que a vacina não poderia ser aplicada em pessoas acima de 60 anos – precisa ser investigado se isso é verdade; eu não sei –, não poderia ser aplicada em menores de 18 anos, não poderia ser aplicada em grávidas, não poderia ser aplicada em puérperas, não poderia ser aplicada em adultos que tenham comorbidade. O que é comorbidade, Ministro Humberto Costa? É diabete, problema de coração, hipertensão, obesidade mórbida, obesidade? Se ela não pode ser aplicada em ninguém que precisava tomar a vacina – isso tudo é um ponto interrogação, porque nós não temos o processo na nossa mão –, como é que o Governo Federal abre mão de comprar a vacina da Pfizer, assina um contrato ilegal de R$1,6 bilhão?

E, no meio do processo, que é o que vem aqui – eu não vou tomar o tempo de ninguém; apenas mostrem de novo a imagem do segundo e terceiro *invoice –, a*presentam uma nota que, a princípio, tem cara, cheiro, característica de uma nota editada, falsificada, com uma série de irregularidades, não só em inglês – e não é disso que nós estamos falando, da forma, mas é em relação ao conteúdo. No meio dessa nota, ainda colocaram mais US$900 mil, quase US$1 milhão, Senador Flávio Bolsonaro. Portanto, R$5 milhões que não estavam no contrato iam parar na Madison, em Singapura, no paraíso fiscal. Ia ser, talvez – estamos no campo da hipótese –, uma forma de se pagar propina, de se lavar dinheiro.

Então, é disso que nós estamos falando, para quem está nos assistindo e às vezes mandando mensagem, para entender porque nós tamos sendo detalhistas. Nós estamos sendo detalhistas, Senador Omar Aziz, porque esta CPI está sendo boicotada pelo Ministério da Saúde. E, da mesma forma como nós somos duros com alguns, com algumas testemunhas que vêm aqui e não falam a verdade, nós temos que cumprir o rigor da lei para as autoridades públicas do País, especialmente o Ministério da Saúde. Ou requisitamos o contrato da Covaxin, com todas as informações, até para que possamos pedir desculpas, se for o caso, ou nós não podemos mais avançar no contrato da Covaxin.

Nós vamos convidar ou convocar a Emanuela, na semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acabei de... Eu assinei um documento encaminhado ao Ministério da Saúde, solicitando documentos que ainda faltam ser entregues, mas há uma má vontade, realmente, do Dr. Queiroga, que veio aqui e se escusou de falar a verdade. O processo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, a documentação em relação à Precisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Chegou hoje, às 10 horas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ...acabou de chegar, hoje, às 10h40. Inclusive, quando V. Exa. não estava na Presidência, nós voltamos a requerer e, inclusive, destacamos os termos da lei e a responsabilidade pela qual...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado. Mas deixe todas as informações...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... poderia responder o Sr. Ministro. E, em seguida, a documentação chegou, às 10h40.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As informações que foram solicitadas não foram atendidas. É para a gente fazer o pedido.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, como eu disse, eu me debrucei sobre todo o processo e vi uma série de irregularidades, que vou deixar para terça-feira que vem. Obviamente, não quero ocupar o tempo de todos.

Mas eu gostaria de invocar novamente um Senador da República, talvez um dos maiores homens públicos que tenha passado por esta Casa, com quem, acredito, os senhores tenham tido a oportunidade de conviver – talvez o Senador Renan Calheiros –, que foi o saudoso Senador Mário Covas. Embora engenheiro... Por ser engenheiro, ele dizia que só sabia ler o que estava escrito. Pois bem, eu li o que estava escrito aqui. Esse contrato não tem nada de legal, não tem nada de eficaz, é um contrato ilegal. As notas todas aqui, inclusive notas de empenho, e todos os *invoices* aqui têm cheiro, têm cara, têm característica de montagem, o que significa que esse contrato, além de ilegal, é imoral.

Havia um núcleo ou há um núcleo de "propinoduto" dentro do Ministério da Saúde que precisa ser investigado por esta CPI. Por isso, faço minhas as palavras do Senador Renan. Há uma autoridade máxima deste País que disse que não se importava com esta CPI, que estava... Não sei qual foi o termo que utilizou para esta CPI. Naquele momento, eu me coloquei no lugar dos milhões de familiares que perderam os seus entes queridos, afinal são mais de meio milhão de mortes. Se a autoridade máxima deste País não está se importando com essas famílias, nós da CPI estamos.

Então, no meu minuto final, eu não vou falar, eu apenas peço, em nome dessas pessoas, um minuto de silêncio.

Obrigada Sr. Presidente.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Omar Aziz.

Eu queria iniciar a minha fala, só informando à Senadora Simone Tebet, minha irmã, que informações nós já solicitamos a Estados e Municípios há muito tempo. Eu acho que chegou a hora de esta CPI encarar – eu acho que a gente tem que ser muito assertivo com relação a isso – tipo uma alternância: chama alguém do Governo Federal, alguém de Estados e Municípios.

Nós temos aqui, Senadora Simone, um caso... Por onde eu ando no Nordeste... Já transcendeu o Nordeste, já transcendeu! Estive com um colega seu, o Senador Pedro Simon, lá em Porto Alegre, duas semanas atrás, e fui passear, fui caminhar no domingo na cidade, e as pessoas já dizem: "E o Consórcio Nordeste?". A gente veio a descobrir agora, na semana passada, que o Consórcio Nordeste não é mais Consórcio Nordeste, Senador Jorginho. Ele já transcendeu, já tem uma ponta em Araraquara, São Paulo. Uma parte desses respiradores do povo nordestino, que não os recebeu, foi parar lá, ia parar em Araraquara, coincidentemente uma Prefeitura que é administrada por ex-ministros de governos anteriores. E já tem um ex-ministro também, o Carlos Gabas... Esta Comissão votou para ele não vir, mas foi democrático, votamos; pautamos e votamos. Ele é ex-ministro também e é o Diretor Executivo desse Consórcio Nordeste, que – o colega trouxe mais cedo aqui, o Senador Humberto – comprou vacina mais barata que o Governo Federal. Trouxe essa informação, os dados vazados. Dados sigilosos, inclusive, foram vazados, não sei como. Mas é interessante esse dado, porque talvez seja mais um motivo para a gente trazer o Consórcio Nordeste aqui, para ele mostrar a seriedade dele, para trazer como é que fez essa negociação. E, se tiver que responsabilizar o Governo Federal, vamos responsabilizar por ter comprado mais cara essa vacina Sputnik. Mas espero que o Consórcio Nordeste tenha acertado pelo menos uma, porque esta CPI precisa ir atrás disso, e chegou a hora de convocações aqui.

Mas vamos lá! Eu queria fazer algumas perguntas.

Em primeiro lugar, peço desculpas ao Sr. William. Seja bem-vindo a esta Comissão! O senhor tem colaborado muito com a gente desde o início. Eu queria lhe perguntar se o Sr. Luis Ricardo Miranda reportou ao senhor, de alguma forma, alguma pressão atípica relativa à vacina Covaxin.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Ele comentou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele comentou com o senhor?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso, ele comentou, mas, como as minhas atribuições, as minhas atividades são muito focadas, o meu dia é muito corrido, eu sempre procurei focar o meu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Que tipo de pressão ele comentou com o senhor? Quem é que estava fazendo pressão nele? Era para liberar mais rápido?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu tentei não entrar no mérito da questão. Ele apenas comentou que estava sendo cobrado, mas que eu seguisse o processo de maneira lícita...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O Roberto Dias pressionou o Luis Miranda?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não, ele não me falou nomes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não te falou?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou que pressionou, mas não falou o nome de ninguém?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ele disse que estava sendo cobrado, pressionado, perguntava como estava o andamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas como é essa conversa? Está sendo pressionado e não fala o nome de ninguém?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. O que é que acontece? Como eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, amigo! Quando a gente diz que está sendo pressionado, num bate-papo de dois amigos, "olha, o Flávio Bolsonaro está me pressionando", como é essa conversa? É um negócio que vem do céu? "Olha, pressionou!" Quem é que está pressionando? É um espírito? Quem é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, a chefia dele. A chefia dele!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é a chefia dele?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ele era subordinado ao Coordenador-Geral...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a chefia dele, o nome da pessoa, amigo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Era subordinado, na época, ao Alex Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alex Marinho. Quem é Alex Marinho?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Era o Coordenador-Geral de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Alex Marinho é o quê? É advogado, é engenheiro, é o quê?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não sei a formação dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não sabe a formação?

Quem é Alex Marinho? Procurem saber quem é Alex Marinho, por favor.

O Alex Marinho é que pressionava o Luis Miranda? É isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, mas o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, amigo, eu estou te fazendo... Estou só querendo ajudar, porque esta conversinha "olha, eu só estou"... Aqui veio a Regina Célia: "Eu só cuido do meu lugar. Olha, eu só cuido...". Mas vocês são muito ciosos, como servidores públicos, pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus, como são ciosos na sua função!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, ele não é servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não interessa! Mas está lá dentro. Está lá dentro! E está ainda num órgão que merece ter credibilidade, mas que tem que ter toda a transparência do que acontece. Mas ele é amigo, conhece o Luis Miranda. Não o conhece?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É o meu chefe imediato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o chefe dele. Está bom? Então, se é o chefe dele, tem uma relação com ele.

O Senador Eduardo Girão está perguntando: foi pressionado? "Não, não sei." Foi ou não foi? Por quem? "Ah, não sei! Ah, por Alex Miranda!"

Amigo, por favor, nos responda as perguntas objetivamente. A sua função... Eu sei que você é um cara cioso, porque, desde quando começou: "Eu só me atenho a isso, eu só me atenho àquilo". É um cara que tem que receber um prêmio como funcionário público ideal. Por favor, responda ao Senador Eduardo Girão, porque o que nós queremos saber aqui é quem não presta; ninguém está te acusando. Isto aqui... O interesse de todos nós aqui é saber... Quem não presta tem que sair fora!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Então, só pra entender, Sr. William, quer dizer que o Sr. Luis Carlos Miranda...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Luis Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Luis Ricardo Miranda comentou com o senhor que estava sofrendo pressão?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim, ele comentou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E o senhor subentende que seja o chefe dele...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que o pressionou.

Então, eu acho, Senador Presidente Omar Aziz, que cabe aqui a necessidade, Renan Calheiros, Senador Renan Calheiros, de trazer esse chefe do Luis Miranda aqui, que é o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – O senhor sabe o nome do chefe?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Marinho. O chefe do Luis Miranda é o... Como é o nome dele?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Alex...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Alex...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Lial Marinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... Lial Marinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu acho importante que a gente possa trazê-lo a esta Comissão.

Outra pergunta: o senhor conhece o Deputado Luis Miranda?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Nunca tive o prazer de conhecer pessoalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nunca teve nenhum contato com ele?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, eu cheguei a ver uma vez o Luis no gabinete dele, mas era um dia que estava bastante corrido, e eu não cheguei a conhecer...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor diz "prazer" por quê? O senhor admira o trabalho dele?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu admiro todos vocês, Senadores, Deputados, nossos governantes. Entendeu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor tinha conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, você é diferente.

O Presidente disse que eu nasci "naquele lugar". Eu não sei... Eu vou mandar uma carta perguntando em qual lugar eu nasci. Hoje de manhã, o Presidente, lá no hábitat, disse: "Olha, esse Senador aí, quem votar nele é um idiota, um imbecil, sei lá o quê, ignorante, que nasceu naquele lugar".

Olha, eu nasci da minha mãe, e minha mãe é uma santa, Presidente. Não vá fazer... Não vá pensar que eu nasci em um lugar que não seja minha mãe. A única coisa de que a pessoa tem certeza é a mãe, se é filho dela; do resto a gente não sabe! Eu nasci, Presidente, da Dona Delphina Aziz, que já é falecida, que deu nome ao hospital de referência no Estado do Amazonas chamado Delphina Aziz. E me orgulha muito ter construído aquele hospital! Então, não nasci "naquele lugar"! "Nasceu naquele lugar." Às vezes, o Presidente se excede, e é normal. Mas eu também tenho que dizer onde eu nasci: eu nasci da minha mãe, da Dona Delphina Aziz.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor tinha conhecimento, Sr. William, da conversa do Sr. Luis Ricardo e do seu irmão, o Deputado Luis Miranda, com o Presidente da República?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Tomei conhecimento pela imprensa.

Eu tento, com o Luis, ter uma relação muito focada no trabalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Profissional?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu já tive experiência... Quando a gente se aproxima muito da pessoa, a gente acaba sendo prejudicado. Tem um ditado que diz que "onde se ganha o pão, não se come a carne". Então, eu tendo a ficar mais focado no meu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, ele não comentou absolutamente nada com relação a esse encontro que teve no dia 20 de março?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, que eu me recordasse.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Este assunto, o contrato da Covaxin e a...

Eu peço só um pouquinho de silêncio aí, Presidente. Por favor, colegas!

Agradeço.

Este assunto, o contrato da Covaxin e as supostas pressões atípicas eram do conhecimento dos demais integrantes da Divisão de Importação? Era um assunto debatido nas atividades cotidianas?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Nós começamos a comentar depois que começaram a surgir as denúncias na CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como? Não ouvi. Perdão.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Assim, internamente a gente comentava sobre isso, quando começaram as denúncias na CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não, eu estou falando antes mesmo da CPI: se, em algum momento, esse contrato da Covaxin e as supostas pressões atípicas eram do conhecimento dos demais integrantes da Divisão de Importação, da divisão de que o senhor fazia parte. Era um assunto debatido nas atividades cotidianas?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Em algum momento, o Sr. Luis Ricardo debateu com os integrantes da Divisão de Importação a situação do contrato da Covaxin, ou seja, como chefe da divisão, que ele dividiu com vocês, se ele dividiu com vocês as preocupações com essas supostas pressões atípicas?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, o que que ele nos pediu é que o processo deveria seguir o seu trâmite normal, respeitando a legalidade, impessoalidade, razoabilidade, moralidade, publicidade. Foi a orientação que nós recebemos dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Este processo e qualquer, tudo que foi conduzido na Divisão de Importação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para ter uma noção, de quantos processos o senhor participa, assim, ao longo de um ano? Só para ter uma noção do volume de trabalho, porque o Senador Jorginho sempre fala aqui da reforma, da necessidade da reforma administrativa.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que acontece? Antes da pandemia, eu tinha uma atividade muito pontual, acompanhava os processos dos contratos, eram em média 18, 20. Com a pandemia, eu passei a acompanhar os processos afetos também aos insumos da Covid; então nós estamos falando de 60.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sessenta, no período da pandemia?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, isso é o que eu tenho na minha caixa hoje, porque você vai concluindo um, mas vai chegando outro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sessenta em atividade, podemos dizer assim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso. A média é esta: 60 em atividade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – No seu depoimento, a Sra. Regina Célia, fiscal do contrato, afirmou: "No *e-mail* seguinte, eu respondo a esse *e-mail*...". Isso abre aspas dela, tá?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela dizendo:

> No *e-mail* seguinte, eu respondo a esse *e-mail* da Divisão de Importação, onde eu coloquei da seguinte forma, [vou ler para os senhores; aí são as aspas das aspas]: "Relativo ao quantitativo ofertado, estará menor que o compromisso firmado, informamos que as justificativas foram apresentadas pela empresa e aprovadas pela fiscal do contrato, conforme *e-mail* em anexo. Assim, ratificamos a autorização de prosseguimento dos procedimentos de embarque da primeira parcela". [Fecha aspas e ela continua].
> Eu fui muito clara quando eu disse que eu aprovava o quantitativo, que foi o único item, o único ponto que ele me apontou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. William, fica clara a posição da fiscal de contrato relativa ao quantitativo de vacinas. Houve algum outro problema além da alteração do quantitativo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu provoquei a equipe de fiscalização em três pontos específicos, inclusive em três momentos. Dada a insegurança, pedi mais de um, fiz mais de um pedido de autorização para dar continuidade: quanto ao quantitativo, quanto à data de entrega – quanto ao prazo, que estava atrasado, a data de entrega – e quanto à participação da Madison na figura da *proforma invoice*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E com referência a esse *e-mail,* ainda, da Sra. Regina Célia, o senhor mostrou ao Sr. Luis Ricardo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O que é que foi debatido entre vocês?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Que ela estava concordando. Ela, inclusive, reforça com o fornecedor que aguarda a entrega da declaração citada no item 2 e que, no entendimento, poderia dar continuidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, perfeito.

Eu lhe agradeço a resposta objetiva.

Presidente, eu reforço aqui, mais uma vez, que na próxima semana o senhor possa convocar, qualquer dia da semana, para que venha... É o requerimento que a gente já aprovou em conjunto aqui, que é do Ministro Wagner Rosário, da CGU. Ele pode trazer muitas... Ele diz que quer vir – olha que bacana! Ele quer vir à CPI para trazer dados sobre desvios em Estados e Municípios: 53 operações foram feitas. Então, lhe peço, assim como a votação, também, do Consórcio Nordeste, porque aí o senhor começa a olhar o requerimento assinado por 45 Senadores da República que deu origem também a esta CPI.

Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Girão, obrigado pela participação.

O Senador Eduardo Girão...

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ia sugerir a esta Comissão, Sr. Presidente, para requisitar o contrato da Precisa, mas como ele já chegou, eu queria fazer uma sugestão para que, além dos contratos, tanto do Ministério da Saúde, como da Precisa e de todas as *invoices*, as versões, inclusive a cadeia de custódia, que esses documentos fossem submetidos a exame pericial pela Polícia Federal, porque eu acho que vai ser de grande importância.

Aqui também quero agradecer a deferência do Senador Randolfe por ter oportunizado a minha fala, porque vou ter que me ausentar, num voo, daqui a um pouco. E quero agradecer também ao Sr. William, por gentileza, por estar aqui colaborando.

Quando eu ouço falar em reforma administrativa, eu fico muito preocupado, não é? Então eu queria deixar um recado para a população brasileira: não se preocupe se privatizarem todas as estatais, se demitirem os servidores públicos, porque os donos do Itaú, do Bradesco, do Santander, da Vale, da Ambev, da Havan, todas as grandes empresas vão cuidar muito bem da população brasileira – para não dizer ao contrário –, porque foi graças a uma denúncia de um servidor público efetivo do Ministério da Saúde é que nós estamos aqui nos debruçando sobre possível irregularidade no contrato da Covaxin.

E aqui eu quero, mais uma vez, enaltecer o comparecimento de V. Sa., Sr. William, aqui. Espero que o senhor seja extremamente sincero, nos questionamentos que eu vou fazer a V. Sa.

V. Sa. revisou diversas *invoices* no período em que esteve no Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Muitas. Eu não saberia dizer quantas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muitas.

O senhor se recorda ter visto alguma outra *invoice* em que a forma de pagamento era diferente daquela estabelecida no contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Veja bem, o senhor revisou...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me recordo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor revisou várias *invoices.* Então, o senhor não se lembra de ter visto uma forma de pagamento que era diferente daquela estabelecida no contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Pode ter acontecido, mas eu não me recordo. Eu estou puxando aqui da memória...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso não é comum? Não era comum?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Nesses dez anos, eu não me recordo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tá.

O senhor se recorda ter visto alguma outra *invoice* em que a empresa que consta para o pagamento não era a mesma que firmou o contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Também não me recordo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, é muito grave: se o senhor lida com *invoice* e o senhor não se recorda de que isso era um fato corriqueiro, nesse contrato era muito suspeito.

Era comum *invoice* com erros de inglês?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Quando nós... Quando eu, no que me cabe analisar a *invoice,* eu vejo pontos específicos, não me cabe analisar a linguagem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... que estava escrita a língua, até porque a gente recebe *invoice* em inglês, em alemão, em francês, de acordo com o país onde ela originou.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor consegue estimar quantas vezes V. Sa. viu algum tipo de erro ao longo de sua experiência profissional?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Em *proforma invoice*?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não consigo. São muitos...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tá.

Em algum momento o senhor suspeitou de que não se tratava de erros formais na *invoice,* mas, sim, de inconsistências intencionais com objetivo de fraudar o Governo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sr. Senador, não me cabe esse tipo de julgo. Eu faço a análise e, se eu vejo um erro, eu peço a correção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Sim, mas o senhor analisa um erro formal e um erro de inconsistência...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Entendi! A resposta é "não"!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** "Não", não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Nessas inconsistências, o senhor relatava esses erros ao seu superior?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Todos. Ele estava presente em toda a análise, ele acompanhava...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Há quanto tempo o senhor é subordinado do Sr. Luis Ricardo Miranda?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Três anos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Nesse período, o senhor teve alguma justificativa para duvidar da integridade desse servidor público efetivo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Nenhuma, nenhuma.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O senhor o considera um exímio, um excelente servidor público?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Considero ele um excelente servidor...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Que ele cumpre os princípios que regem a administração pública expressos no art.37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ao que eu vejo, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito, não é?

O senhor detalhou que é um consultor da Opas, no ministério.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hã-hã!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Isso significa que o senhor não tem estabilidade, correto?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Correto. Não tenho.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Em algum momento, o senhor teve medo de ser demitido caso não cumprisse uma ordem de superior hierárquico? O senhor está aqui com o compromisso de dizer a verdade, não é, senhor?!

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi, eu entendi, entendi.

Medo a gente sempre tem de ser dispensado, porque nós não somos servidores. O que garante a nossa empregabilidade é a nossa competência, é a nossa eficiência, é a nossa distinção, o nosso comprometimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

Em razão disso, o senhor já foi alvo de qualquer tipo de pressão para que tivesse seu contrato renovado?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, até o presente momento, não!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** A falta da estabilidade afeta a sua segurança ao reportar indícios de corrupção?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, isso de modo algum! Isso é uma questão de caráter, e, se você está diante de algo errado, você tem a obrigação legal e moral de denunciar. Se você se omite disso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito! Claro, mesmo porque não tem nenhum ordenamento jurídico que não seja sedimentado se não for em cima de um comportamento ético e moral? Não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Exatamente. Se você não denuncia, logo você está sendo conivente, então, você reage passivamente naquele ato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito! Correto! Correto!

Os representantes da empresa Precisa lhe enviaram mensagens por outros meios além do *e-mail,* como aplicativos de mensagem WhatsApp?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, de modo algum! Eu não tenho nenhum contato deles. Todo contato com a empresa foi por meios institucionais, o *e-mail* oficial do ministério. E, quando eu precisei telefonar, eu o fiz do telefone da minha mesa, no viva-voz.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Perfeito.

A *Folha de S.Paulo* relatou hoje que uma outra empresa, desta vez dos Emirados Árabes, a Envixia Pharmaceuticals, desempenharia um papel de intermediação na contratação da Covaxin. O senhor viu alguma referência a essa empresa ou a qualquer outra empresa na documentação envolvendo esse contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Qual o nome da empresa?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** É uma dos Emirados Árabes, Envixia.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Não?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** Para além de identificar os responsáveis por esquema de corrupção, acredito também que é responsabilidade desta CPI identificar o fracasso dos esforços do Ministério da Saúde institucionalmente em prevenir esse tipo de esquema de desvio.

O Brasil teve medo de ser demitido... Desculpa, o Brasil teve medo de estar enfrentando um verdadeiro desastre humanitário e não foram instituídos mecanismos necessários para evitar fraudes e corrupção na contratação de vacinas.

O Ministério da Saúde possuiu uma Diretoria de Integridade, correto?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Possui.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) **–** O senhor tem conhecimento de alguma medida adotada por essa diretoria para reduzir os riscos de corrupção nas contratações realizadas no ministério?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me recordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não se recorda de nenhuma medida que essa diretoria adota? Porque, se você tem um Diretoria de Integridade...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, com certeza, ela adota medidas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas o senhor desconhece?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Mas, assim, eu não tenho tempo para essas coisas. Eu nunca parei para poder observar, mas existe uma Diretoria de Integridade e, com certeza, ela sempre apresenta propostas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ao longo do seu período trabalhando no Ministério da Saúde, o senhor passou por algum tipo de treinamento com *compliance*, integridade, etc.? O senhor passou por algum treinamento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. O senhor fala de...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Treinamento para lidar com *compliance*, integridade, como lidar com esses...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Não que eu me recorde.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não lhe parece que seria mais adequado que essa área apoiasse os demais setores do ministério, especialmente nesse tipo de contratação direta, sem licitação, que acarreta naturalmente maior risco?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não saberia dizer.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, para concluir e até mesmo para oportunizar aos colegas, eu só queria deixar claro que, na minha humilde compreensão, esse contrato envolvendo a Covaxin está recheado de irregularidades. E não são irregularidades formais; são irregularidades substanciais, de materialidade, que comprovam uma aquisição superfaturada de uma vacina que teve a interferência direta do Líder do Governo na Câmara dos Deputados para não exigir a Anvisa, funcionário efetivo sendo pressionado pelos seus superiores. Esse servidor que está aqui verdadeiramente denunciou inúmeras irregularidades.

Eu acho que esta CPI tem que ter a hombridade de, ao final, atribuir a responsabilidade de quem, de qualquer forma, tenha contribuído para os vários crimes ali estabelecidos nesta pandemia.

Eu volto a frisar: nós tivemos aqui, já provada, a difusão de tratamento precoce; a imunidade de rebanho; gabinete paralelo; modificação da bula da hidroxicloroquina; demora na aquisição da Pfizer;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demora no atendimento a Manaus; irregularidade no contrato da Covaxin; indício de corrupção passiva, previsto no art. 317; o Presidente corriqueiramente não faz uso das medidas de prevenção para mitigar os danos da Covid – isso é uma infração de medida sanitária preventiva prevista no art. 268.

Eu espero que essa Comissão, ao final, remeta ao titular da ação penal para que deflagre ação penal, ação civil e ação por ato de improbidade administrativa, tanto do Presidente como de quem, de qualquer forma, tem concorrido para o crime.

Muito obrigado e excelente trabalho para V. Exa., Senador Rogério Carvalho, que está presidindo esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Antes de conceder o intervalo de 15 minutos para que o depoente possa comer alguma coisa e ir à toalete, eu vou conceder a palavra ao Senador Jorginho Mello, por 15 minutos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem. Cumprimento V. Exa., Senador Rogério Carvalho, que está presidindo os trabalhos, o senhor que é médico. Cumprimento o nosso servidor William... Não, o nosso consultor William. Cumprimento todo...

É sua advogada, William? Como é o nome dela, por favor?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Eliana Dias Santiago.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eliane?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eliana Maria Dias Santiago.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eliana Dias Santiago, quero cumprimentá-la. Sempre é bom a gente ressaltar a participação e a companhia dos senhores advogados, que dão às testemunhas, aos convocados mais segurança na sua fala e, então, prestam um grande serviço ao Brasil. Em nome da OAB, quero fazer essa menção à senhora.

William, você não é funcionário público, não é? Você não é funcionário, você é consultor?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Consultor técnico.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é de alguma... De que entidade você é? Então, é uma...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Você fala qual a... De onde eu tenho vínculo?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É a Organização Pan-Americana da Saúde, um braço da Organização Mundial da Saúde.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Ah, entendi. Muito bem.

Tem muitos consultores lá no ministério nessa situação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, eu acredito que tenha. Eu conheço alguns.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Alguns. Muito bem.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tentando entender essa história das *invoices*, que é uma coisa complicada, viu, William. É tudo muito confuso. O Governo reforça não ter recebido *invoice* no dia 18, que teria recebido no dia 22. E a Precisa, em nota notarial, mandou examinar todas as datas. Eu tenho o resultado aqui do tabelião. No resultado, foi comprovado que não estava no Dropbox.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Que não estava?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Não estava. A nota, não é?

Então, a gente fica se perguntando. A Precisa diz que não enviou, como o senhor comprova que recebeu isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, eu não comprovo. O que eu faço é o seguinte: como meu papel ali é pra analisar a *commercial invoice*, eu recebi o documento e tinha um *link*. Eu recebi o *e-mail*, tinha um *link*. Eu abri o *link*, tinha um rol de documentos e, entre o rol de documentos, estava a *proforma*.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** No seu *link*? No seu *in box* lá?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – No *e-mail* que foi encaminhado para mim e para várias outras pessoas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Então, fica... Essa comprovação aqui, em cartório, o senhor acha que não é correta, que não tem legalidade?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O senhor podia repetir, por gentileza? O senhor questionou... Tem um documento de cartório dizendo que...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Que não existia essa... Não estava no seu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, o que eu posso dizer é o seguinte: se você pega o texto do *e-mail*, o texto do *e-mail* é claro, ele encaminha a documentação pra abertura de licença de importação. Pra você abrir uma licença de importação, você precisa de uma *proforma*. Mas, quando eu entrei no *link*, a *proforma* estava lá. Se foi retirada...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Então, o senhor afirma que estava?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim. Eu olhei o documento, olhei o quantitativo, olhei o valor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** A primeira *invoice* está datada do dia 19 de março de 2021, que está aqui conosco, não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Uhum.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Todos os Senadores receberam.

A minha pergunta é: como V. Sa. teria recebido, no dia 18, uma *invoice* com data do dia seguinte? Isso é algo normal lá, acontecer lá?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O senhor fala a data que está disposta no documento?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Uai, já vimos datas erradas, já vi datas de documentos... Datas anteriores, datas posteriores à emissão do documento são comuns.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** E aí o senhor pediu para corrigir essa data ou não? Ou isso é normal?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que acontece: o primeiro *e-mail* em que veio essa documentação, que eu abri e vi o documento lá, eu não dei tratativa a ele, porque eu estava esperando a manifestação do fiscal. Porque, como fiz na apresentação, eu recebi o *e-mail*, encaminhei para área de fiscalização solicitando as tratativas para continuidade. Então, eu esperei a área de fiscalização dizer "o.k., pode prosseguir", para eu, então, dar as devidas tratativas.

Eu não baixei o documento – se é o que os senhores estão me questionando –, eu abri o Dropbox, eu vi o documento, mas eu não baixei – pelo menos, eu não me recordo. Era um dia bem corrido.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Outra questão, Sr. William – é que causa estranheza, não é? –: por que o senhor cadastrou a nota no sistema eletrônico apenas no dia 22 de março? O senhor não deveria ter cadastrado no dia 18? É assim mesmo que funciona?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não há uma regra, uma obrigatoriedade para mim. Pelo menos, é o que me foi passado pela minha chefia: não há uma regra, obrigatoriedade de já receber o processo e já ir criando um SEI e ir alimentando. E eu havia submetido um *e-mail* para o fiscal, eu fiquei aguardando o fiscal dizer "o.k., pode prosseguir". Eu não tinha um o.k. do fiscal, o o.k. do fiscal veio só... O primeiro o.k. veio quando? O primeiro o.k... (*Pausa.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Isso... Pode falar, Sr. William.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Veio dia 22. O primeiro o.k. do fiscal, para dar continuidade ao processo, veio no dia 22.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** No dia 22, não é?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso, eu dependia da anuência do fiscal para dar as tratativas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Que foi o dia em que o Governo recebeu a *invoice*, foi esse dia que o senhor cadastrou. É isso? No dia 22.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não entendi a sua pergunta. Perdão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O Governo recebeu dia 22 a *invoice*, é isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Quando o senhor fala Governo, o senhor fala eu, o Ministério da Saúde?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** É o Governo, é o Ministério da Saúde.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, o primeiro *e-mail* com a documentação foi o do dia 18.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** E aí só foi registrado no sistema no dia 22.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu estava esperando a anuência do fiscal. Eu abri o Dropbox, o Dropbox tinha vários documentos de caráter técnico. Eu não sou farmacêutico, não é a minha especialidade, eu não tenho *expertise* para dizer que tal documento é tal coisa, tal documento é tal coisa, mas, no meio do rol desses documentos, estava a *invoice.*

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** E a fiscal do contrato era aquela Sr. Célia, que esteve aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero, Sr. Presidente, agradecer a participação e dizer... Só reafirmar aqui que a reforma administrativa vai ajudar muito o Brasil se nós tivermos a coragem de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Jorginho Mello.

Eu vou suspender os trabalhos por 15 minutos, a pedido do nosso depoente, para que ele possa comer alguma coisa.

Por favor, você segue-o até a sala...

E, na sequência, o Senador Marcos Rogério; depois, o Senador Randolfe Rodrigues.

(*Suspensa às 13 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 04 minutos)*

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Depois do pequeno intervalo, vamos retomar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu quero, neste momento, conceder a palavra... O Sr. William Amorim já está aqui. E eu quero conceder a palavra ao Senador Marcos Rogério por 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. William Amorim, começo fazendo diretamente alguns questionamentos e depois passo a fazer algumas considerações.

Sr. William, um ponto que está absolutamente controverso aqui na CPI, desde o início, diz respeito à primeira *invoice*: se ela estava no Dropbox ou não. A informação que temos é que a *invoice* não estava no Dropbox.

A respeito dessa dúvida, foi enviado a esta CPI um laudo técnico que analisa a higidez dos documentos contidos no Dropbox, elaborado pelo perito forense digital Dr. Lorenzo Parodi, a pedido da empresa contratada.

Nesse laudo, foi utilizado o método código *hash*, o qual verifica a autenticidade e a integridade de arquivos eletrônicos ou digitais nos termos da ABNT, que, em sua nota 27037, trata das diretrizes para identificação, coleta, aquisição e preservação de evidência digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A conclusão desse laudo técnico foi no sentido de que, conforme o registro do histórico integral fornecido pelo sistema Dropbox, nenhum arquivo foi cancelado, ou seja, não foi excluído ou modificado após o dia 18 de março.

Assim indago: como é possível ser recebido por Dropbox uma *invoice* que, a partir de laudo técnico, se conclui que não estava lá? O senhor reafirma a esta CPI, sob juramento, que abriu esse *invoice* no dia 18/03 de 2021?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Eu abri o Dropbox. Eu não baixei nenhum documento, apenas visualizei. Eu não quis baixar no meu computador, porque eu esperei anuência do fiscal para poder mexer nos documentos.

Havia uma quantidade muito grande de documentos lá de caráter técnico, o qual eu não entendo, então não me cabe respeito, mas eu vi, eu visualizei a *invoice*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor afirma que em 18/03, no *link* Dropbox, estava essa *invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas como o senhor recebeu esse documento no dia 18/03 se os metadados da plataforma *invoice* mostram que ela foi criada somente no dia 19/03?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Olha, eu só posso afirmar o que eu vi. Eu abri o Dropbox e eu vi o documento lá. Eu não mexi, eu não baixei, porque eu fiquei com receio de mexer no processo, porque eu ainda não tinha anuência do fiscal, porque já estava atrasado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você sabe o que é metadados?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não sei, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É justamente sobre a criação do documento. Por isso que estou lhe perguntando, porque tem aqui e foi encaminhado à CPI, documental, um acervo documental...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... dizendo que ele não estava, e um outro laudo técnico, que é esse que eu estou mostrando aqui, um laudo pericial, dizendo que o arquivo não foi modificado. Portanto, ninguém retirou de lá. E o outro arquivo diz, e o outro documento diz que esse documento, essa *invoice* só foi feita no dia 19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou lhe dar mais uma oportunidade em relação a esse ponto...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que eu posso dizer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Sa. reafirma que abriu essa *invoice* e viu essa *invoice* no dia 18... (*Pausa.*)

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim, eu visualizei o documento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Sa. abriu o *invoice* no dia 18 de março?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu visualizei o documento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** O senhor informa que recebeu a *invoice* no dia 18 de março, tendo acesso pelo *link* Dropbox. Além disso, o senhor nos informou, em sua fala inicial, que a segunda *invoice* e a terceira *invoice* chegaram no dia 23 de março. Está correto?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Dia 23 de março... Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Contudo, no sistema SEI, V. Sa. somente fez a inclusão da primeira *invoice* no dia 22 de março. Inclusive, fez o envio dela ao despachante. O senhor pode nos explicar a razão desse intervalo entre o suposto recebimento da primeira *invoice* e o registro no sistema SEI?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu havia já explicado: eu esperei a anuência do fiscal para poder mexer nesse processo. Depois que o fiscal anuiu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Mas você tem que ter a anuência do fiscal para lançar um documento no SEI? É isso que você está dizendo na CPI?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não é isso que estou dizendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Então explique melhor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não é isso que estou dizendo. Estou dizendo que eu me senti inseguro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Sa. está dizendo que recebeu dia 18...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O.k...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e que só foi inserir no sistema SEI no dia 22...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque aguardou o fiscal se manifestar sobre o quê?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sobre a continuidade do processo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é a praxe dentro do seu departamento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Se é praxe isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não é praxe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, por que que você não lançou no sistema no momento em que você recebeu?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu fiquei bastante inseguro, porque eu ainda não tinha a anuência do fiscal, o contrato já estava em atraso, eu fiquei bastante inseguro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando foi que você mandou para o fiscal esses documentos?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Se eu não me engano, no dia 22...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, do dia 18...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Perdão, perdão, perdão, perdão... Dia 18. Dia 18.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você mandou então esse documento...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Para o fiscal... O senhor está perguntando, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Para o fiscal, dia 18.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Você mandou esse documento para o fiscal do contrato no próprio dia 18, e, nesse conjunto de documentos, estava...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu encaminhei o Dropbox, eu encaminhei o *e-mail* e, no *e-mail*, continha o *link* do Dropbox.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** E V. Sa. está reafirmando à CPI que nesse *link* estava também a *invoice*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu visualizei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Qual a diferença entre a *proforma invoice* e a *commercial invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como eu havia explicado, a *proforma invoice* é um *draft*, um documento que ainda pode ser modificado, dependendo de alguma alteração que o fornecedor venha a fazer ou nós mesmos, o ministério, solicitando alguma correção... Eles mandam a *proforma invoice*. A *commercial invoice* é o documento definitivo, é aquele que vai acompanhar a carga. A carga vem de outro país. Então, vem o documento físico com a carga, que é o documento que, se eu não me engano, eu não tenho *expertise* para poder afirmar isso, mas é o documento utilizado lá na Aduana.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Você disse aqui desde o começo, fez referência aqui à *commercial invoice.* Esse primeiro documento que você recebeu...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, é a *proforma invoice...* Eu me confundi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É porque V. Exa... Eu tenho as notas taquigráficas aqui e você disse todo o tempo *commercial invoice.*

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi. Eu entendi. É porque eu me confundi, eu estou um pouco nervoso com tudo isso, bastante inseguro, mas é *proforma invoice.*

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Sa. se sente inseguro quanto a estar aqui ou quanto às informações que está prestando.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Quanto a estar aqui. Eu nunca passei por essa situação. É a primeira vez que eu estou diante...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** É natural que isso aconteça, e ninguém aqui vai lhe cobrar em relação a isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu estou bastante nervoso com tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É absolutamente normal e, sobretudo, diante de certos questionamentos que vão além daquilo que é a sua competência específica. Eu estou lhe perguntando...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entendi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... muito objetivamente...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim, está claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...sobre o que que é o seu papel e no seu departamento.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Está claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, esses documentos todos que foram tramitados aqui trata-se da *proforma invoice.*

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – *Proforma invoice.* Está escrito aqui *proforma invoice.* Eu me referi a *commercial invoice* porque eu estou nervoso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O processo poderia avançar de alguma maneira com a *proforma invoice* até ao ponto de se autorizar a nota de importação e, posteriormente, no departamento que cuida da parte financeira, com a aprovação da Anvisa, se determinar o pagamento, ou teria que ser o documento *commercial invoice?*

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu só posso responder até onde as minhas atribuições me limitam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai no seu limite. Poderia ser a *proforma invoice* ou teria que ser a *commercial invoice*?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Na parte que me cabe, a *proforma invoice* atenderia os pré-requisitos, só que, quando a gente submetesse à Anvisa para análise da licença de importação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Teria que ser a outra...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... a Anvisa ia pedir a *commercial invoice.* Ela pede documento original e assinado para poder anuir o processo de...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que V. Sa. acaba de dizer aqui desmonta mais uma narrativa daqueles que acusam o Governo aqui dentro desta CPI o tempo todo. Mas eu queria reforçar o ponto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Marcos, a questão da *invoice,* quem trouxe isso foi o Deputado Luis Miranda, do DEM, aqui; não fomos nós.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, Presidente, mas não é a questão de trazer aqui, a questão não é o que trazer, é o que você faz com a informação que você recebe. Aí, quem tem, quem tem... Quem tem a intenção de investigar investiga; quem tem a intenção de apenas acusar pega o material, não faz qualquer análise, não aprofunda a investigação e sai acusando. É como alguém que sai com a metralhadora giratória, atirando para todo lado, para ver em quem vai acertar. Isso não é investigação séria, nunca foi e nunca será. Os mesmos que aqui reclamam, vez ou outra, de ser alvos de investigação indevida, de abuso de autoridade praticam isso o tempo todo aqui.

Mas eu lhe indago: V. Sa., com base nas informações que tem, muito honestamente... Eu já ouvi V. Exa. falar no início, mas eu queria que ficasse ainda mais eloquente para essa CPI. Quando fez contato com a representante da empresa quanto a esses erros formais da *proforma invoice,* em algum momento houve resistência, negativa em se proceder à correção dessas informações?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, precisa determinar, ela não... De modo algum o fornecedor se recusou a fazer, se negou a fazer qualquer correção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você sentiu, naquele momento, que havia uma intenção deliberada para se manter, por exemplo, vou falar dos campos... A questão do pagamento antecipado, houve resistência, houve argumentação? "Não, não vamos fazer, vamos..."

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela até mandou um *e-mail* dizendo que era um erro, que ela notou esse erro, já pediu para corrigir, mas não foi corrigido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha isso, Brasil. Vai vendo!

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ...mas, na terceira *invoice,* veio corrigido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos lá, vamos lá. Fica calmo, Presidente. Fica calminho, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fica calminho, o Relator também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. Vamos lá. Vamos desmontando narrativas aqui, porque estão fazendo um carnaval em cima desses pontos, como se tivesse uma orquestração para se determinar o pagamento antecipado antes que a vacina chegasse e antes que a vacina fosse aprovada na Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Sim

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Segundo ponto. Em relação à quantidade, o Relator disse aqui, dias atrás, que o Governo queria pagar US$150 por dose de vacina – está nas notas taquigráficas, eu já denunciei isso aqui.

Bom, mas, no campo onde fala da quantidade...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hum-hum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... estavam ali 300 mil, e, do lado, você tinha uma embalagem com 5mls, que correspondem a 10 doses.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso na primeira *invoice* que o senhor está falando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na primeira, na segunda e, na terceira, veio, do lado, uma especificação de que aquelas 300 mil unidades corresponderiam a 3 milhões de doses. Tiveram que desenhar.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hum-hum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o mesmo que dizer assim: olha, meia dúzia é igual, né? Tiveram que fazer isso.

O.k. Portanto, nunca houve equívoco com relação à quantidade de vacinas e o preço que estava sendo cobrado.

Outro ponto. Com relação à questão do frete e à questão do seguro, porque, numa das *invoices*, veio embutido. Isso impactou o preço final, que era de US$45 milhões, e vieram ali quase US$46 milhões. Quando questionada sobre isso, a representante da empresa apresentou alguma resistência em fazer essa correção...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para colocar uma *invoice* de acordo com o contrato?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela nunca apresentou resistência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha aí, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Tudo o que foi pedido a ela, ela disse: "Vou corrigir". Eu tenho, inclusive, troca de *e-mail*, onde ela afirma que alguns pontos ela já pediu para corrigir; veio errado de novo, e ela não sabia dizer o porquê.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, eu poderia ficar aqui perguntando sobre outros aspectos, mas eu vou poupar a CPI, vou até economizar tempo hoje, porque todas as narrativas acusatórias com relação a esse contrato estão sendo desmontadas nesse momento.

Erros formais foram identificados? Foram, e V. Sa. identificou aqui.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há uma dúvida aqui, e eu quero ser honesto com você...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hum-hum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com relação – e eu não estou afirmando, estou apenas repassando aqui as informações que tenho, porque tem um laudo...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... tem a informação que V. Sa. apresentou, que o Sr. Luis Miranda apresentou e tem esses documentos que chegaram sobre se a *invoice* veio nesse Dropbox no dia 18 ou se apenas teria vindo no dia 22. Essa é uma dúvida...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador, V. Exa. me permite...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você acha que nós vamos ter que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No laudo, que horário está? O que chegou no dia 22?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso aqui é um documento público, não é sigiloso, não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está nos *e-mails* da CPI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não é sigiloso, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas que horário?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O horário que está no laudo – no laudo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não atentei para esse horário, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O horário que teria chegado, que foi acessado que ele recebeu o *inbox*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu não estou avaliando o horário, não. Eu estou dizendo... Eu estou querendo saber o seguinte: se, dia 18, estava no Dropbox ou não estava, porque a informação que tem aqui é de que não estava lá. E eu não estou afirmando que não estava. Estou dizendo que tem um documento encaminhado pela defesa da empresa dizendo que não estava. Então, eu tenho que perguntar, como manda a boa investigação, a quem está na condição de testemunha. Eu não posso prejulgar. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O documento é da defesa da empresa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Randolfe, V. Exa. talvez, se fizer o dever de casa melhor, vai olhar nos *e-mails* da CPI, e estão todos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eles estão aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão todos lá, estão todos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro, claro. Estão todos aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tá?

Aqui, só para concluir, diante da sua atuação na área e levando em conta a sua explicação do que se trata uma plataforma *invoice*, é possível existir qualquer ato concreto de benefício a quem quer seja, de corrupção por quem quer que seja, com base única e exclusivamente numa plataforma *invoice*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base nesse documento de *proforma invoice*, é possível determinar que isso caracterize algum indício de crime, por parte de quem quer que seja?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não sei dizer, Senador. O que eu posso dizer é o que me cabe, que foi analisar o documento em paridade com o contrato e o que eu vi de discrepante eu enviei aos responsáveis para que eles se manifestassem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** E que não houve nenhuma resistência em fazer as modificações?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Quanto tempo demorou entre a notificação de que havia um erro e as correções?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Um dia. Acho que um dia, se eu não me engado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Em um dia, identificaram-se erros formais e eles foram corrigidos sem que houvesse resistência por parte da empresa.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Só para registrar, houve mais de um pedido de correção, mas porque corrigia-se um ponto e não corrigia o outro, mas imediatamente ela era comunicada e fazia a correção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) **–** Ô empresa ruim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Pois não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Já terminou o seu tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Está bom, Presidente. V. Exa. está incomodado com a minha fala e me interromperam, mas eu já estou satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não, não, não estou incomodado. Já terminou os 15 minutos, Senador Marcos Rogério, mas pode falar. Mas o senhor pode falar, não tem problema. Estou dizendo que o seu tempo já terminou, lhe darei o tempo necessário para V. Exa. concluir.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, vamos garantir a palavra para o Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, deixe que o Senador Marcos Rogério conclua.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu vou encerrar, Sr. Presidente, porque eu estou satisfeito com o depoimento do Sr. William Amorim Santana, porque nos pontos que realmente interessam a esta CPI investigar, e que são objeto de questionamento aqui – aliás, de prejulgamento – nesta CPI, todos esses pontos foram desmontados pela fala do Sr. William, que não tem que fazer julgamento aqui em relação a outras questões, mas em relação ao que está no processo – se houve resistência, se houve negativa, se houve a intenção de manipular ali para colocar uma situação que ofendia o contrato –, V. Exa. aqui nos traz esclarecimentos extremamente importantes e eu agradeço.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone Tebet, pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Eu acho que o Senador Marcos Rogério traz questões relevantes, que precisam, sim, ser esclarecidas por esta Comissão. Eu sugiro – acredito que alguém já deva ter feito isso – que se faça uma perícia nos documentos que encaminharam.

Quando ele fala da diferença entre a *proforma* e a *commercial invoice* – e ele tem total razão em relação a isso – isso é importante ser confirmado, porque eu aleguei suposta montagem ou preenchimento indevido da segunda e da terceira *invoice*, porque embora conste *proforma* na segunda e terceira *invoice*, Sr. William, todas as características da segunda e da terceira, que são diferentes da primeira, têm características de *commercial*. Consequentemente... Tanto que tem o *swift code*, que é o código de pagamento internacional para você depositar o dinheiro.

Mas mais importante do que isso – e eu concordo com o Senador Marcos Rogério que tem que ser investigado –, Sr. Presidente, é que eu não posso fazer um pagamento, seja no *proforma*, seja no *commercial*, se tiver dado de quantidade ou de valor errado. É isso. Se a nota fiscal estiver errada, pelo menos na quantidade ou no valor, eu tenho uma irregularidade que precisa ser sanada imediatamente. A terceira *invoice* não estava correta nem nisso, porque a terceira *invoice* copia de forma equivocada o quantitativo de vacinas que o povo brasileiro ia receber. Do lado esquerdo dessa nota, que vai ter que ser periciada, consta 300 mil caixas, com 16 doses cada. Eu tenho aqui, do lado esquerdo, 4,8 milhões de doses, e, logo do lado direito, 3 milhões de doses. Então, afinal, eu estou pagando US$45 milhões, R$200 milhões, por 4,8 milhões vacinas ou por 3 milhões de vacinas?

A terceira *invoice* – pelo menos essa que chegou na minha mão, porque eu estou no campo da busca da verdade –, nesse quesito, ainda continuava, no que eu tenho aqui – eu gostaria até de ouvi-lo, isso é importante, eu acho que é nessa linha de investigação que o Senador Marcos Rogério fala –, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda temos essa incongruência, ainda que ela não seja definitiva, o que só acrescenta confusão na linha do Presidente Omar Aziz, não é?

Eita empresa que não sabia o que o Ministério da Saúde queria, não é? Parece que estavam falando "portinglês": o Ministério de Saúde estava falando português, eles estavam falando um inglês fajuto, porque nem saber escrever em inglês sabiam. E aí virou essa confusão de nós não sabermos, afinal, se nós estávamos falando de um contrato legal ou ilegal, fraudulento e, além de tudo, imoral, porque poderia estar envolvendo propina.

Então, é só nesse sentido que eu acho que a perícia vai confirmar ou não aquilo que foi apresentado e muito bem fundamentado pelo Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, William, eu queria, em primeiro lugar, te tranquilizar ao máximo. Se tem alguém, William, que o Brasil deve homenagear e deve agradecer é a você e a Luis Ricardo. Vocês impediram um golpe de US$45 milhões no mínimo, R$200 milhões – US$45 milhões! Nós temos um preito de gratidão a vocês. Você e o Luis Ricardo, por serem servidores públicos, são a prova da importância da estabilidade do servidor público nesse País. E você, olhando para você aqui, me dá uma esperança enorme nesse País, me dá a certeza de que esse País vai dar a volta por cima, vamos superar esse momento difícil; você é retrato disso para a gente. Então, fique totalmente tranquilo, não se intimide com pressões, fique totalmente à vontade! Você está aqui comprometido com uma coisa: com a verdade, e essa verdade que você está trazendo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dito isso, William, eu queria te perguntar, primeiramente: quais são os documentos necessários para uma autorização de importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor. *Fora do microfone*.) – Você fala para emitir uma licença de importação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perdão.

Para emitir uma licença de importação.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Você fala para emitir uma licença de importação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A gente precisa de uma *proforma invoice* ou *commercial invoice*, se já for o documento definitivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Você pode repetir?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e uma *packing list*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, repita...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Repetindo, quais são os documentos necessários para uma licença de importação?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Uma *proforma invoice* ou, se já existir, uma *commercial invoice*, que é o documento definitivo, e uma *packing list*, desde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, então, a *proforma invoice*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Desde que ela contemple todas as informações necessárias para serem inseridas no sistema de comércio exterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, então, *proforma invoice* é um pré-requisito para uma licença de importação. Certo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Logo, esse segundo *e-mail* que veio com um *inbox* da empresa – *inbox*, Sr. Relator; *inbox*, Sr. Presidente –, que, *in Dropbox*, Sr. Relator, *in Dropbox*, Sr. Presidente, que, estranhamente, depois que o escândalo veio a lume, se tornou inacessível. Ninguém consegue acessar mais esse D*ropbox*. Sabe quando? Sabe desde quando, Sr. Relator? Desde que surgiu o escândalo. E o que o William está dizendo aqui é que um dos pré-requisitos para uma licença de importação ser concedida é ter a *in Dropbox*" correto? Perdão...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A *proforma invoice* ou *commercial invoice*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a *invoice*... A *proforma invoice*...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ou *commercial invoice*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ou a *commercial invoice*. Portanto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso para emitir uma licença de importação, lembrando que ela ainda será submetida aos órgãos anuentes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Claro.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... cabendo à Anvisa dar o deferimento e cabendo à Aduana liberar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Portanto, esse primeiro *e-mail* do dia 18 de março não poderia, no anexo... Não poderia no anexo não ter vindo a *proforma invoice*. Perfeito?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Do dia 18 de março?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu olhei o documento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** O senhor olhou o documento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu entrei, acessei e olhei... Eu só não baixei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Você já respondeu várias vezes, mesmo sob pressão aqui, que você viu o documento.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu estou entendendo que eu deveria ter baixado esse documento, ter inserido no SEI, mas eu só visualizei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

William, eu acredito em você. Eu acredito em você, em especial porque veja... O que o Governo, Sr. Presidente, Sr. Relator, traz aqui à CPI? É uma perícia privada, questionada essa perícia pela Associação Nacional dos Peritos Criminais, em nota encaminhada a esta CPI. Essa perícia questionada pela Associação dos Peritos Criminais é uma perícia privada de uma empresa suspeita! Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vou acreditar no William e em um servidor de carreira como o Luis Ricardo ou eu vou acreditar em uma perícia privada de uma empresa que tem sociedade com uma outra empresa chamada Global, que já deu golpe no Ministério da Saúde e que não entregou o documento? Eu pergunto a todos que estão nos assistindo: vamos acreditar no William e no Sr. Luis Ricardo ou numa perícia privada feita por uma empresa suspeita, cuja antecessora, que também faz parte da composição societária, já deu golpe no Ministério da Saúde? Vamos acreditar no William ou vamos acreditar em uma empresa privada que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sob investigação não é desta CPI, não, é do Ministério Público Federal? Esse caso vem a nós por conta de um inquérito em curso no Ministério Público Federal. Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vou acreditar no William e no Luis Ricardo ou vou acreditar no Presidente dessa empresa, que já deu calote em fundo de pensão da OAB, que já deu calote no Dr. Kalil – deu calote no Dr. Kalil?! Eu vou acreditar no William! Eu vou acreditar no William e eu vou acreditar no Luis Ricardo, mas eu não vou acreditar só por acreditar. Está aqui... A perícia. A perícia diz aqui – a perícia que o Governo está apresentando aqui, a perícia dessa empresa privada –, a perícia diz aqui: *e-mail* com a dita *invoice* enviada dia 22 de março de 2021, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Humberto, às 15h32... Destaca e vem o processo todo bastante alterado, mas esqueceram um documento no processo. Qual é o documento? É o recibo de encaminhamento assinado pelo William à Sra. Emanuela, da Precisa, no dia 22 de março, às 15h22... (*Pausa.*)

Aliás, encaminhado para a Anvisa, perdão – obrigado por ter me corrigido.

É o recibo dos documentos encaminhados para a Anvisa pelo William no dia 22 de março, às 15h22. A perícia disse que às 15h32 é que foi encaminhada a *invoice*. William encaminha às 15h22 do dia 22 de março para a Anvisa. O que é que consta entre os documentos? Estudo de eficácia, registro Índia, declaração empresa Precisa, declaração empresa Precisa, estudo da Fase III, documento *invoice* – documento *invoice*!

William, nem precisava, eu já acreditava em você – em você e em Luis Ricardo. Está aqui a perícia feita pela empresa investigada, que é a que o Governo apresenta, falando que é 15h22. Está aqui o recibo encaminhado... Ou que é 15h32. E está aqui o recibo encaminhado à Anvisa: 15h22 já com *invoice*...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Senador, esse recibo... Isso é a inscrição no SEI, não é encaminhamento para a Anvisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, está aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É inscrição no SEI. É este aqui que o senhor está falando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador, não, é este aqui. É este aqui. Se o senhor quiser ver...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É esse mesmo. É esse mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Esse é o registro no SEI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para não restar dúvidas, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É o registro no SEI.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... protocolo do que eu submeto ao...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, pode falar, William. Pode falar.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Perdão, perdão.

Quando eu faço o peticionamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, eu entro no SEI da Anvisa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso. Isso. Isso.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... e vou inserindo primeiro...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Foi a primeira vez que surgiu no sistema esse documento...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – ... documento...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Foi a primeira vez que surgiu no sistema eletrônico esse documento. Não é isso? Foi o senhor que colocou.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Fui eu que coloquei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, mas, veja, você manda os documentos e manda, obviamente, o *invoice.*

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – No dia 22, depois de ele corrigido. Não é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele manda... A perícia está dizendo que a Dra. Emanuela mandou às 15h32. O recibo que ele mandou para a Anvisa é às 15h22. Está aqui o recibo: às 15h22. Como é que se mandou antes?

Presidente, Sr. Relator, requeiro à Anvisa a documentação, que só confirmará isso aqui tudo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Repete a perícia da Polícia Federal também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Requeiro que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requeira da Anvisa a documentação.

Sr. William, eu já acreditava em vocês, eu já acreditava no Luis Claudio. Os documentos aqui *per se* falam e comprovam tudo. Nós só temos, Sr. William...

Aliás, eu só queria, antes de completar, fazer uma pergunta. Foi noticiado, ainda há pouco, que existia uma terceira empresa, que aparece na documentação. Essa empresa, salvo melhor juízo, é uma empresa árabe: Envixia Pharmaceuticals, se eu não me engano. O senhor conheceu, ouviu falar dessa empresa?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, ela não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Senador Randolfe, posso só...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela não figura no processo. Pelo menos no processo que eu analisei, essa empresa indiana não figura no processo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Senador, posso só apresentar um documento também, um *e-mail* aqui que desmente o que o senhor está falando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Pois não, pois não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** O *e-mail* aqui, enviado ao Ministério da Saúde, é às 10h21, quer dizer, antes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Está aqui o *e-mail* enviado à Secretaria de Saúde... Está aqui para o senhor ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Mas, na perícia que vocês entregam à Comissão Parlamentar de Inquérito, a perícia que vocês sustentam aqui, que foi argumentado ainda há pouco, está colocando o horário de 15h32.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Não, o horário está aqui: dez e vinte e poucos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) **–** Não, está aqui a perícia. Você tem a...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Então, já existia o documento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agora apareceu um *e-mail*...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu queria pedir para V. Exa. pedir que todo o processado do Ministério da Saúde... O processado está todo com alteração de data, todo com documento faltando. Eu peço, quero pedir para o senhor uma perícia – e uma perícia de fato, real – no processado do Ministério da Saúde e com essa alteração de documentos.

Até agora, o Governo falava dessa perícia aqui, encaminhada pela empresa suspeita que está sendo investigada, que mostra que a *invoice* teria sido encaminhada às 15h32. Agora nós trouxemos um recibo que mostra a *invoice* encaminhada às 15h22. E, mesmo que fosse encaminhada ao Ministério da Saúde mais cedo, o intervalo de tempo é tão pequeno que o que prova cabalmente é que este documento só confirma o que o William está dizendo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, não, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dia 18 de março é que foi encaminhada essa documentação ao Ministério da Saúde.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, não foi, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, Sr. Presidente, não resta dúvidas: tem um processo de fraude em curso. Até agora, a gente estava pensando que era só o crime de prevaricação. Eu acho que está em curso o crime de prevaricação somado com outros crimes de falsidade ideológica.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu quero concordar, Senador Randolfe. Tem que levar à perícia, sim, para ficar comprovado o que está escrito aqui. O documento foi criado no dia 19. Impossível ele ter visto no dia 18!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O depoente acabou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador, Senador, nesse ponto, eu quero concordar com o Senador Randolfe que a CPI peça à Polícia Federal para fazer uma perícia. Eu acho que tem dúvidas razoáveis em cima dessa data e eu concordo com a perícia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, inclusive mais de uma perícia, Sr. Presidente, porque, veja, até agora, eu repito aqui... Eu estou sendo insistentemente interrompido pelos colegas. Então, eu tive tolerância, os colegas podem me interromper à vontade, podem me interromper à vontade, porque nada interrompe a verdade. A verdade... Aliás, como é que se diz? Conhecereis a verdade, e a verdade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... vos libertará.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A verdade de quem está aqui atrás o senhor fingiu que não ouviu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará."

Então, veja, a argumentação até agora, até o que me antecedeu, era a perícia da Precisa. Aí, agora, já estão arranjando outros, nos documentos que foram adulterados que vieram para cá, sob adulteração. E agora vem o recibo do que foi encaminhado à Anvisa.

E eu peço, Sr. Presidente, para o senhor que requeira a documentação em relação à Anvisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A gente vai requerer a documentação em relação à Anvisa para que encaminhe para a CPI para saber essa questão...

Agora, Senador Randolfe, é uma coisa... A briga da *invoice* na mudança... O fato que foi trazido pelo Deputado Luis Miranda aqui é um fato grave também. Se foi dia 18 ou dia 19, no dia 20, o Presidente teve conhecimento desse problema que estava tendo. E era num sábado; dia 21, num domingo; dia 22, ele encaminha. Correto? Segundo o Onyx, o Presidente mandou o demissionário General Pazuello investigar. Está certo? Aí o demissionário General Pazuello mandou o Coronel Elcio Franco investigar. E, sobre a investigação deles, eles têm algum documento, alguma coisa ou só foi de vista? Perguntaram a você, Sr. William? Alguém lá do ministério, da Secretaria Executiva? Porque o General Pazuello foi exonerado dia 23 – dia 23. Alguém perguntou para o senhor alguma coisa sobre *invoice*, sobre erros? Uma investigação foi feita? Foi feita alguma investigação que chegou ao seu conhecimento por parte do Ministro Pazuello ou do Secretário-Executivo Coronel Elcio?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não, eu nunca tive contato com eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nunca. Pois é! Passa por ele, mas não houve uma investigação. Então, essa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe-me completar sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... essa posição do Onyx, que o Senador Renan já quer trazer – ele acha que agora chegou a hora realmente de trazê-lo... E até fazer uma acareação com o Deputado Luis Miranda para saber quais foram as providências, porque o Deputado Luis Miranda, hoje, me trouxe lá... Disse que ia mandar um dossiê e não trouxe nada. Então, é fazer uma acareação dos dois aqui, dois Deputados Federais – o Onyx, que foi para a televisão, o Elcio que foi, para ver quem está mentindo. Seria a melhor coisa do mundo que nós vamos fazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – No tempo que me resta, Sr. Presidente, e só concluindo: William, sobre a pergunta feita pelo Presidente Omar, sobre esse procedimento todo, sobre esse processo, você já foi chamado em algum momento, fora desta Comissão Parlamentar de Inquérito, em alguma instituição de investigação que está apurando esse procedimento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não.

A CGU não o chamou? O senhor não prestou depoimento na CGU?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim, eu prestei um depoimento na CGU.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Prestou depoimento na CGU.

Quando foi o seu depoimento, por favor?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Foi esta semana, acho que foi terça-feira, foi segunda ou terça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi esta semana.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Hum-hum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, Presidente... Só para confirmar o que o senhor está falando, Presidente Omar e Relator: sobre esse processo, o William só é ouvido na Controladoria-Geral da União nesta semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta, Senador Omar, é por que o William não foi ouvido na semana em que os irmãos Miranda levaram para o Senhor Presidente da República a denúncia de que existia um procedimento errado, corrupto, no Ministério da Saúde? Por que o William só foi ouvido nesta semana de julho? A denúncia foi levada no dia 20 de março. Março, abril, maio, junho, julho: quatro meses e meio! Somente agora o William foi ouvido sobre isso.

Por fim, no tempo que me resta, porque houve a interrupção, Sr. Presidente. O Presidente perguntou, e eu quero reiterar; peço, com muita calma, para o senhor recuperar na sua memória: o Sr. Alex Leal em algum momento se dirigiu ao senhor pedindo urgência nesse procedimento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Você fala o nosso Coordenador-Geral de Logística?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Pedindo urgência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim. Pediu urgência?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não. Ele procurava saber como estava o andamento do processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele procurava saber como andava o processo? Várias vezes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É o coordenador-geral da área...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Algumas vezes? Uma vez? Duas vezes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Algumas vezes, algumas vezes... Algumas vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Algumas vezes.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso, algumas vezes. É o coordenador-geral. Ele, às vezes, perguntava de outros também: medicamentos para intubação orotraqueal, outros que tivessem em curso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas ele lhe procurou algumas vezes em relação à condução desse processo, ao trâmite desse processo?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Para saber como estava o andamento, se existia pendência, se já estava sendo resolvido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sabe me dizer quantas vezes? Lembra quantas vezes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, não, não. Não consigo dizer quantas vezes com precisão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas foram algumas vezes?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Sim. Ele é o coordenador-geral, não é? Ele perguntava para poder ver o andamento do processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique totalmente tranquilo. Eu entendo. Você é um servidor ... É importante que todos os brasileiros, Senador Humberto, tenham conhecimento disto: se trata de um servidor terceirizado do Ministério da Saúde, terceirizado. Eu imagino a pressão que deve estar sobre você neste momento. Eu peço para você ficar tranquilo. Nada resiste, William, à verdade. Nada resiste à verdade.

E, olha William, deixe-me dizer uma coisa. Me permita. Eu sou historiador. Os livros de História daqui a alguns anos farão jus ao serviço, reconhecerão os serviços que você e que o Sr. Luis Ricardo Miranda, da sua divisão, prestaram a este País. Fique totalmente tranquilo. Nada lhe acontecerá. Nada lhe acontecerá. Eu quero... Nós temos muito que agradecer a você e ao Sr. Luis Ricardo.

Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, todos os brasileiros que nos assistem, primeiro eu quero dizer que eu imagino que milhares de brasileiros neste momento sentem uma certa repugnância ao ver a forma como algumas pessoas tentam esconder aquilo que não é possível jogar para debaixo do tapete, enquanto nós temos 530 mil mortos pela Covid, enquanto, ao longo do ano de 2020, nenhuma atitude para comprar milhares de doses de vacinas sem intermediação foi tomada, com 81 comunicados, correspondências da Pfizer para o Governo, sem nenhuma atitude, a não ser depois que houve a intermediação do Secretário de Comunicação – e aí dois contratos, um de US$10 a dose e outro de US$12 a dose, no espaço de apenas 45 dias, mas isso já a partir de março de 2021. Milhares de pessoas deixaram de ser vacinadas, e nós estamos tendo um programa de imunização lento, com várias interrupções. Então, isso me deixa, de certa forma, repugnado, ao ver como se tratam as questões referentes à pandemia no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começo a minha fala destacando que toda hora ouvimos as citações de que integrantes, ou algum integrante das Forças Armadas, ou são suspeitos de participarem de um suposto esquema de corrupção ou, pelo menos, fecharam os olhos para as irregularidades. Por isso, se faz necessário investigar e apontar, sim, aqueles que estiverem envolvidos em qualquer tipo de corrupção. Como disse hoje mesmo o próprio Comandante da Aeronáutica, em entrevista para *O Globo*... O Comandante Carlos de Almeida Baptista Junior chegou a dizer: "Não temos intenção de proteger ninguém à margem da lei. E é assim que devemos proceder".

Outra coisa muito suspeita está no ofício emitido nove dias depois da assinatura do contrato com a Precisa. A assinatura do contrato foi no dia 25 de fevereiro, e o ofício foi feito no dia 6 de março. Prestem atenção, senhores. No dia 25 de fevereiro, esse contrato com a Precisa, no valor, aproximadamente, de US$300 milhões para a compra de 20 milhões de doses... No dia 9 de março, está aqui, um ofício do Coronel Elcio Franco à representante Emanuela Batista de Souza Medrades, solicitando uma proposta de mais 50 milhões de doses, no valor de 750 milhões de dólares – de dólares! Ou seja, do dia 25 para o dia... Aqui está a data exata, vou pegar meus óculos. (*Pausa.*)

Obrigado.

No dia 6 de março, do dia 25 para o dia 6 de março. Uma empresa que, no dia 25 de fevereiro, estava com problemas, que a gente viu aqui, sobre a nota fiscal, se compra... Não tinha entregado a primeira parte do contrato, não tinha cumprido o primeiro contrato, mas já era demandada a apresentar uma proposta para vender – pasme, Senador Humberto Costa! – mais 50 milhões de doses, no valor de US$750 milhões. Multiplique isso por cinco ponto alguma coisa que você vai saber quanto é que dá em reais: quase R$4 bilhões.

O ofício está aqui. Como eu disse, o ofício foi emitido pelo Sr. Elcio Franco, Coronel Elcio Franco.

Agora vamos aos questionamentos ao Sr. William.

Apesar de o senhor ter detectado as irregularidades, comunicar o setor de fiscalização, passou pela sua cabeça ir ao próprio Secretário Elcio Franco falar sobre as irregularidades, já que foi aprovado pela fiscalização mesmo com todos os problemas que foram identificados?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Acho que está desligado aqui... Ah, voltou.

O que acontece? Existe uma hierarquia, e eu não sou servidor; a minha condição lá é de consultor. Então, eu reporto à minha chefia e cabe a ele levar para cima. Eu não iria direto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem poderia impedir a execução deste contrato?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – A chefia imediata.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Quem é a sua chefia imediata?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O Luis Miranda.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** O Luis Miranda, e assim ele o fez. (*Pausa.*)

Não, porque a fiscal do contrato mandou prosseguir o contrato, não é isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Então, sobre outra questão: a escolha da empresa Madison para o pagamento antecipado. Logo de início, não poderia ser ela a empresa que receberia o pagamento por não estar no contrato; mas, já que ela estava, por que a Madison?

A Madison, como já foi dito aqui, está num paraíso fiscal. É importante que os brasileiros saibam. Vamos, então, explicar essa escolha.

A escolha da empresa em Singapura significa pagar menos tributos. Esses paraísos fiscais dificultam a transparência em relação às movimentações financeiras, impedindo qualquer controle, e dificultam seguir o dinheiro.

Ou seja, neste pagamento antecipado, além do valor de US$300 milhões do contrato, onde há sobra de recurso do superfaturamento das vacinas embutido, havia US$15 milhões do pagamento do frete e seguro, ou seja, muitos bilhões de reais, contando todos os contratos que iriam para Singapura ou para, como foi dito aqui, outro paraíso, que seria o Irã no segundo contrato, e que seriam distribuídos sem nenhuma fiscalização, uma clara manobra de evasão fiscal, que dificulta saber qual foi o destino final do dinheiro.

Veja agora o que diz Grazielle David, doutora em Economia na Unicamp e Coordenadora de Política e Campanha na organização Global Alliance, sobre essa questão: "Não é ilegal usar paraísos fiscais. A grande questão do paraíso fiscal é que, além de não tributar ou tributar muito pouco, permite muito sigilo fiscal. Isso pode tanto favorecer mecanismos de abuso fiscal como corrupção".

O Luis Miranda era o seu chefe.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Segundo o senhor, seria o Alex Marinho... "Fomos atrás da identificação dele. Se trata do Tenente-Coronel Alex Lial Marinho". É isso?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É o nosso coordenador à época.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele teria pressionado Luis Ricardo Miranda para assegurar a importação da vacina indiana contra a Covid-19?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Assim o Luis Ricardo me disse.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja que é mais um militar com suspeita de envolvimento neste negócio com irregularidades.

O senhor também sofreu alguma pressão do Tenente-Coronel Alex ou de outro superior do senhor?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, é como eu havia postado: em virtude da hierarquia, eles tratavam diretamente com o Luis, e o Luis se reportava a mim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eles cobravam agilidade, perguntavam sobre o andamento, como o senhor respondeu aqui ao Senador...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Procuravam saber como é que estava o andamento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A quem o Tenente-Coronel Alex Marinho era ligado? Quem era o superior hierárquico do Alex Marinho?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Na estrutura do Departamento de Logística, era o Dr. Roberto Dias, o Diretor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Diretor.

E o Dr. Roberto Dias ligado a quem?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ao Departamento de Logística, ligado à Secretaria Executiva.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem era o Secretário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não me recordo do nome, mas eu acho que é Elcio...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Elcio Franco.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Elcio Franco. Eu não o conheci, nunca conversei com ele. Então, é difícil guardar o nome.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** O.k.

Pela sua experiência, já houve outros casos parecidos dentro do Ministério da Saúde?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Como esse não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) **–** Bom, eu queria aqui primeiro agradecer a V. Sa., Sr. William, por prestar seus esclarecimentos e queria dizer mais uma vez que o que nós vimos esta semana, por parte do Ministro da Defesa... Eu queria dizer que nós, aqui, não temos nenhum tipo de preconceito ou nenhum tipo de preconcepção sobre as Forças Armadas – muito pelo contrário – e acho que nós não podemos generalizar nem imputar a nenhuma instituição responsabilidade por atos isolados e membros que a compõem, mas nós não podemos deixar de investigar e não podemos deixar de registrar que, nesses contratos, tem efetiva participação de alguns militares: o Alex Lial Marinho, o Sr. Elcio Franco... Porque veja: o Sr. Elcio Franco, como Secretário-Executivo, que deveria prezar pelo Ministério da Saúde, um oficial da ativa, – um oficial da reserva, se eu não estou enganado – ele deveria impedir mais contratação com uma empresa que já estava com atraso de entrega. E ele solicita a ampliação do contrato em mais 50 milhões de doses, preste atenção: US$750 milhões, Senador Humberto Costa.

Eu queria finalizar dizendo que fica aqui a nossa indignação, em nome do povo brasileiro, por essas tentativas de transformar um bem que salva vidas num bem que alimenta um esquema de corrupção no nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidente; muito obrigado, Sr. William, aqui depoente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Obrigada, Senador Rogério Carvalho.

O senhor gostaria de fazer algum comentário em relação a isso ou eu posso passar para...?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não, eu só queria deixar bem claro que eu não trago a esta CPI nenhuma acusação e que eu apenas executei o meu trabalho, nas limitações que me cabiam, sob a supervisão da minha chefia. Não estou fazendo acusação a nenhum dos meus chefes imediatos ou titulares ou membros da pasta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor fique tranquilo, Sr. William.

Senadora Leila Barros, via remota.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está ausente.

Senador Flávio Bolsonaro... Tem como saber se o Senador Flávio...

Com a palavra o Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Boa tarde, boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. William.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Boa tarde.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Obrigado pela sua presença aqui.

Presidente, em primeiro lugar, eu acho importante destacar que eu vou insistir, mais uma vez, com o Sr. William na questão das datas. Por quê? Há uma tentativa aqui na CPI de imputar ao Presidente da República um suposto crime de prevaricação. E, além do aspecto formal, que um Chefe de Poder Executivo não pode, não responde por improbidade, porque ele não é ordenador de despesa, essa narrativa que se tenta construir de que o Presidente teve acesso a uma *inbox* que comprovaria uma fraude nesse contrato da Covaxin, por intermédio do Deputado Luis Miranda, num sábado, dia 20, as provas documentais apontam que esse documento não existia, não era de conhecimento de ninguém, não estava no sistema ainda. Então, é impossível que ele pudesse ter apresentado esse documento, que é, sim, determinante, pra tentar imputar a ele alguma suspeita de alguma coisa.

É a tentativa de igualar Bolsonaro ao Lula no quesito corrupção. A gente sabe que isso é impossível. Isso não existe. Comparar alguém que deu um prejuízo de bilhões ao nosso País, com estatais... Comparar uma situação de uma suposta tentativa de propina pra comprar uma vacina que nunca foi comprada, em que o Governo não gastou um centavo. Então, a história não fecha, e a população percebe isso ao analisar o que acontece aqui nesta CPI. Então, eu queria voltar aqui e insistir com o senhor – eu pediria aqui à assessoria da Mesa que colocasse na tela o Documento 1, por favor –, porque houve uma tentativa aqui de se desconstruir a perícia. E eu quero dizer que eu acredito muito mais na perícia do que numa análise equivocada do Senador Randolfe. Eu acho que ele foi mal-assessorado. Está o documento em tela aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é o metadado, sobre o que o senhor foi perguntado aqui, e ninguém é obrigado a conhecer o que é um metadado. Isso aqui é a origem do documento. Isso comprova – isso está documental aqui já disponível para esta CPI – quando foi criada essa primeira *invoice*. Está ali: criada em 19/03/2021, às 6h4min52. Então, nisso não há como ter uma fraude, isso é eletronicamente fácil de ser comprovado. E eu acho importante que esta CPI faça, sim, que encaminhe à Polícia do Senado ou à Polícia Federal, a qualquer órgão que seja para confirmar. Portanto, está diante dos olhos do senhor a prova documental de que é impossível que o senhor tivesse visto essa *invoice* no dia 18. O senhor recebe o *e-mail* com o Dropbox. O que é *link* Dropbox? É um jeito mais leve de encaminhar arquivos, e, nesse *link,* tinham vários arquivos, vários, mas este não. É isso que a prova documental está apontando. Este, especificamente, não existia.

Então, é razoável que o senhor, diante de tantos documentos ali, pudesse ter se equivocado, não tem problema nenhum nisso, nenhum problema, mas está provado aqui que, no dia 18, é impossível o senhor ter visto isso, porque não existia esse documento ainda. E só para deixar claro também que se tentou dar aqui um ar de ilegalidade, um ar de manobra: "Ah! Apagaram os arquivos, eles não existem mais". O Dropbox, para quem não sabe, tem um prazo de validade.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Sim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Se não me engano, dura 72 horas apenas no Dropbox. Então, após 72 horas, os documentos...

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Não estão mais acessíveis.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não estão mais sensíveis, exatamente como o senhor falou.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É, eu recebo muito Dropbox de várias empresas de processos de importação, e Dropbox, em geral, tem um prazo de acesso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso.

Então, assim, eu vou perguntar de novo: o senhor se equivocou, o senhor tem certeza absoluta de que o senhor viu esse documento no dia 18?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não entendi, perdão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, o senhor tem certeza absoluta de que o senhor viu esse documento no dia 18? Porque está a prova na frente do senhor.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu queria, antes de mais nada, registrar que eu não tive conhecimento da ida do Luis Miranda ao Presidente. Não sei que documentos ele levou, não sei o que levou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele disse que foi essa primeira *invoice* que ele levou.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu não... É um assunto de que eu, inclusive, me abstenho completamente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, não, não estou nem perguntando isso para o senhor. É só se o senhor se recorda com 100% de certeza de que o senhor viu esse documento no dia 18?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – O que eu posso dizer para o senhor é que eu recebi o Dropbox no dia 18. Não me lembro o dia da semana...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Vários documentos nele?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Tinha vários documentos. Era uma quinta-feira, já era final de semana, então eu tive a semana toda trabalhando...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, é só uma pergunta: o senhor tem certeza 100% de que o senhor viu esse documento?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu vi esse documento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas como é que pode, se está aqui provando que não existe esse documento, Sr. William?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Eu vi o documento, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está aqui na frente do senhor. Esse documento não existia no dia 18.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – E encaminhei, inclusive, o *link* do Dropbox para o fiscal para que ele abrisse lá e ele baixasse e ele fizesse a apreciação que cabia a ele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Bom, eu ainda quero crer que o senhor não tenha certeza, porque senão o senhor está mentindo. Eu quero crer que o senhor não tem certeza, porque senão o senhor está mentindo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Era uma quarta-feira, dia 18 de março, é isso? É uma quarta-feira?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – Dezoito de março, uma quarta-feira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Não, é uma quinta, perdão, é uma quinta; e 19, sexta; e o Luis Miranda esteve com o Presidente no dia 20. E dia 22 era uma segunda-feira. Só para... Porque eu estava sem noção aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Então, este aqui é o metadado, mais uma vez, é uma prova fácil de ser periciada, e que está mostrando que esse documento foi criado no dia 19. Foi criado. Então, é impossível ele ter sido encaminhado para o senhor. Junto, nesse *link*, com vários outros documentos que o senhor abriu, este, com certeza, não estava.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA (Para depor.) – O que eu posso afirmar é que eu acessei o *link*. Havia vários documentos e eu visualizei a *proforma invoice*.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, o senhor está mentindo, porque não dá.

Eu não estava aqui ontem. Se alguém falar que me viu aqui ontem, está mentindo. Eu não estava aqui ontem. Não tem meio-termo, entendeu, Sr. William?

Então, se o senhor fala que viu o documento com certeza, não viu. Não tem como o senhor ter visto. Com todo o respeito, não tem como. Fica tranquilo: não é porque o senhor está falando uma coisa que não é verdade que eu vou fazer como outros que pedem prisão. Nada disso. O senhor está aqui para colaborar com os trabalhos da CPI. Então, da minha parte, o senhor fique tranquilo também. Respeito total, 100%.

Eu queria pedir – para mostrar também para o Senador Randolfe por que é que eu falei naquela hora que havia um *e-mail* –: bote o documento nº 3 na tela, por favor. O 3. Não é o 2, não; é o 3, por favor.

Esse é o *e-mai*l que Emanuela encaminhou ao senhor e a várias outras pessoas no dia 22 de março, às dez e vinte e alguma coisa. Está cortado ali, mas, se não me engano, é 10h21, 10h21 da manhã. E aquela outra setinha que está apontando ali para o "PI *on letter*", que é a – como é que é o nome? – *proforma invoice*, agora, sim, aparece.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela teve que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Foi para essas pessoas o *e-mail*.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – Ela teve que encaminhar porque, como o *link* venceu...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso.

E, aí, no mesmo dia, é que o senhor lança no sistema SEI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mostre o documento nº 2, por favor. O anterior.

Está aí: no dia 23 de março, às 15h22, o senhor, corretamente, com muita celeridade, inclusive, lançou no sistema SEI, fez a sua parte corretamente.

O povo quer vacina. O Presidente Bolsonaro quer vacina. Comprou mais de 600 milhões de vacinas. Já são mais de 110 milhões de doses aplicadas nos braços dos brasileiros, viabilizadas pelo Presidente Bolsonaro e seu Governo.

Então, não tem nada de equivocado com o laudo pericial. Está aqui, cronologicamente mostrada a dinâmica de como tudo isso aconteceu.

Eu queria fazer algumas perguntas, rapidamente, para o senhor. (*Pausa.*)

Depois de comprovado isso tudo...

Uma outra coisa que se discute muito aqui é sobre um intermediário do laboratório internacional que joga uma luz de suspeita sobre o contrato. O senhor conhece a Lei nº 8.666?

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – É a lei que rege os processos.... A 8.666 é a lei da licitação, que rege os processos de aquisição.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Isso. Eu vou ler o art. 32, §4º, para o senhor e para quem está nos assistindo.

Tenho uma dificuldade com esse óculos embaçando aqui, rapaz. Já me falaram que tem que comprar uma máscara melhor.

> §4º As empresas estrangeiras que não funcionem no País, tanto quanto possível, atenderão, nas licitações internacionais, às exigências dos parágrafos anteriores, mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

O senhor concorda que tem que ter uma representação do laboratório internacional aqui no Brasil para poder haver as negociações? (*Pausa.*)

É o que está na lei.

O SR. WILLIAM AMORIM SANTANA – No caso, no que me concerne, às minhas atividades lá no meu setor, não me compete.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) **–** Presidente, eu... Na verdade, o Senador Marcos Rogério já tinha desconstruído mais uma narrativa mentirosa por parte de alguns. Está muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro aqui, tanto pelo seu depoimento – agradeço muito, Sr. William, o senhor ter vindo aqui –, como pelas provas documentais que foram apresentadas à CPI e ao Brasil, agora, que era impossível o Presidente Bolsonaro ter visto essa primeira *invoice* na data em que o Deputado Luis Miranda afirmou que apresentou a ele; isso está também na rede mundial de computadores para quem quiser assistir. Está comprovado que é impossível haver qualquer crime de prevaricação, até porque, por mais que o Sr. Deputado tivesse levado na pessoa errada, ele tinha que levar na Polícia Federal, no Ministério Público Federal, mas ele fala: "Levei no Chefe Maior da Nação". Ainda assim, ele cobrou providências por parte dos seus subordinados; a resposta que veio foi de que não havia nada de equivocado, o processo administrativo estava transcorrendo dentro da normalidade. Então, não tem o que falar com relação a essa acusação frágil, infantil ao Presidente Bolsonaro.

Então, no momento, Presidente, eu estou satisfeito já. Qualquer coisa, eu volto, aqui, a fazer uma intervenção.

Obrigado.

Obrigado, Sr. William.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado a você, Senador.

Eu quero agradecer a presença de todos, agradecer o Sr. William Amorim Santana, agradecer a senhora advogada que o acompanhou.

E nós vamos...

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 33ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a se realizar na terça-feira, às 9h, para ouvirmos Emanuela Medrades, Diretora Técnica da Precisa Medicamentos.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia treze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Marcos do Val, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Emanuela Medrades**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva da Emanuela Batista de Souza Medrades, Diretora Técnica da Precisa Medicamentos, em atendimento aos requerimentos 532/2021 e 987/2021. **Resultado:** Oitiva reagendada para o dia 14 de julho de 2021. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1111 de 2021** que : "Requer que a Polícia Federal compartilhe o inteiro teor do depoimento prestado pela Sra. Emanuela Batista de Souza Medrades no dia 12 de julho de 2021." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Emanuela Batista de Souza Medrades, Diretora Técnica da Precisa Medicamentos, em atendimento aos requerimentos de autoria dos Senadores Alessandro Vieira e Otto Alencar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Na sessão do dia 26 de maio, estavam na pauta desta CPI as convocações de vários Prefeitos de cidades, majoritariamente capitais, onde ocorreram operações da Polícia Federal. Após uma reunião fechada, sem a minha concordância, tais requerimentos foram retirados da pauta e, desde esse momento, apesar da minha insistência e do anseio do povo brasileiro no sentido de que se investigue a malversação de verbas federais pelos Estados e Municípios, não retornaram para nossa deliberação ainda. Portanto, lá se vão mais de 45 dias sem que esta Comissão tenha voltado a se manifestar sobre esse assunto. Tal silêncio, no meu modo de entender, é inaceitável.

Desde o início da pandemia, foram centenas de Municípios que entraram na mira da Polícia Federal, da Controladoria-Geral da União e do Ministério Público Federal em operações conjuntas que se espalharam por todo o País. Apenas a título de exemplo, foram alvo das operações da CGU 178 atores públicos; desses, 103 eram municipais; 73, agentes públicos; e 36, fundos ou órgãos públicos. Os possíveis crimes imputados aos gestores municipais são os mais diversos, entre eles: irregularidades no processo de licitação; utilização de empresa fantasma; adulteração, falsificação documental; contratação de empresa sem capacidade técnica e operacional; sobrepreço; superfaturamento na aquisição de bens ou prestação de serviços. Portanto, são crimes gravíssimos contra administração pública, principalmente em época de pandemia, quando tantos estão morrendo ou passando fome.

Aproveito para dizer que podemos estar perdendo, Sr. Presidente, uma ótima oportunidade de chamarmos ainda esta semana o Ministro Wagner Rosário, convocação aprovada por todos nós no dia 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de junho, ou seja, há mais de um mês, e que poderia se materializar nessa quarta-feira no lugar, por exemplo, do Sr. Amilton Gomes, que já apresentou atestado médico, alegando estar momentaneamente impossibilitado de vir à CPI. Entendo não ser tão necessária a convocação tão urgente do Reverendo para perícia médica a fim de comprovar a alegada enfermidade. Por mais que esse depoimento seja relevante – e é – para o rumo das investigações, acredito particularmente que mais alguns dias – um ou dois dias – não trariam solução de continuidade para as apurações, ao passo que abririam espaço para a vinda do Ministro da CGU, importante personagem para esclarecer desvios de dinheiro público em Estados e Municípios. Aliás, o Ministro disse que quer vir – já deu entrevista dizendo que quer vir.

Para encerrar, Sr. Presidente, diante de todo o exposto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É bom que ele também esclarece do Governo Federal, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deveria fazer o papel...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Inclusive foi a alegação do Senador Randolfe no dia em que a gente aprovou. E eu concordo com ele: acho que tem que trazer para investigar Governo Federal, Estados e Municípios.

Para encerrar, Sr. Presidente, diante de todo o exposto e dos demais indícios graves de mau uso de verbas públicas federais por diversos Municípios do nosso País é que recorro a V. Exa. para que voltemos a colocar em pauta todos os requerimentos de convocação de Prefeitos e ex-Prefeitos das cidades onde foram realizadas operações de órgãos federais de fiscalização e controle já apresentados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito para perguntar também sobre os requerimentos da semana passada: quando é que o senhor prevê colocar em votação?

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, eu teria o maior prazer de fazer o que V. Exa. me pede, mas está se tornando rotineiro que todas as pessoas que estão sendo investigadas – até porque a lei é assim e o permite – consigam *habeas corpus* para ficar em silêncio aqui. No caso que V. Exa. está falando, dessas pessoas que já estão sendo investigadas e que o senhor quer convocar, elas também teriam o mesmo direito se estivessem aqui. Isso tem atrapalhado um pouco as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas investigações e é uma coisa que nós temos que conversar sobre como nós podemos fazer isso. V. Exa. não tenha dúvida de que lhe dou toda razão em relação a Município ou a qualquer outro órgão; sem problema nenhum. A omissão de muitos tribunais de contas no Brasil afora, que estão vendo tudo acontecer e, por incrível que pareça, não tomam nenhuma providência, isso está acontecendo no meu Estado inclusive. Tudo que aconteceu no meu Estado tem liminar. Veja bem, tem liminar do Tribunal de Contas para pagar indenizatório no meu Estado. Só isso: liminar na área de saúde! Mas isso é uma coisa nossa lá, eu não quero entrar aqui em detalhes. V. Exa. tem toda a razão, mas, como estão se apegando à questão de investigação já sendo feita pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, para aqui chegarem e se manterem calados, nós temos que ter uma estrutura. Eu acho que a gente pode conversar sobre isso, sim, Senador. Será um prazer falar com V. Exa.

Senadora Simone.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria só um registro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu acho que nessa linha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Simone pediu primeiro...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, desculpe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois é V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, a minha Líder tem precedência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imagine, imagine... A Senadora Eliziane é que tem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de ordem, ouviu, Presidente?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Questão de ordem também, Sr. Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho aqui um pedido dos servidores da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 11, agora, de julho, no domingo, faleceu uma servidora desta Casa, uma consultora muito querida, com pouco mais de 40 anos de idade. Pediram que eu pudesse mostrar aqui a foto dela – acho que a maioria sabe: uma jovem ainda. Eles escreveram aqui, num ato muito singelo e muito bonito, e pediram que eu pudesse, em nome da Bancada Feminina, mas também dos Senadores, externar o nosso pesar. Se V. Exa. me permitir apenas um minuto:

> Os servidores da Consultoria Legislativa do Senado Federal estão com o coração tomado de tristeza pelo falecimento da jovem e querida colega Fabiana Damasceno, ocorrido na madrugada do último domingo, dia 11 de julho, em razão de complicações da covid-19.
> Essa perda dói muito. Dói porque Fabiana tinha espírito leve e alegria contagiante, inteligência generosa e gosto por seu trabalho. Dói porque Fabiana queria muito viver e lutou pela vida com todas as suas forças até o fim. Dói porque Fabiana morre no momento em que o avanço da vacinação traz alguma esperança de que essa doença seja controlada. É uma perda ainda mais sentida por conta da revolta e do desamparo de saber que esta morte, a exemplo de dezenas de milhares de outras, também poderia ter sido evitada.
> Nascida no Estado de Goiás, Fabiana era brasiliense de coração e amava os espaços verdes desta cidade jardim. Graduada em Letras Português-Espanhol e especialista em Tradução, foi professora da educação básica na Secretaria de Educação do DF e, desde 2014, era Consultora Legislativa desta Casa. Companheira de trabalho exemplar e exímia nas escritas de textos, Fabiana era uma presença reconfortante neste meio muitas vezes inóspito, esbanjando bom humor, delicadeza e firmeza, sempre com muita discrição, características espelhadas no sorriso largo e acolhedor que iluminava os espaços onde circulava. A colega confiável, segura e alegre fará imensa falta. A equipe de trabalhadores e trabalhadoras da Consultoria Legislativa, em particular, lida hoje com profunda dor e leva nos ombros o compromisso de ser sua melhor versão a cada dia, para, assim, honrar a memória desta querida companheira, tão precocemente arrancada de nossas vidas.
> Fabiana segue vivendo em nós por tudo que conosco compartilhou, por tudo que nos ensinou. Nós também seguimos com ela, no afeto perene e na admiração, agora cheia de saudade. Por ela e pelas pessoas que ainda poderiam estar vivas, levantamos nossa voz e seguimos em frente, na luta. Aos colegas e à família de Fabiana, dirigimos os [...] [nossos] sinceros sentimentos e toda nossa solidariedade. Saibam que vocês não estão sós.

Esse foi um pedido dos servidores da Consultoria e pediram também que externássemos nossa solidariedade e a nossa saudade a todos os familiares das 534.311 vítimas da Covid-19.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone Tebet...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A gente poderia fazer um minuto de silêncio em homenagem a ela e aos demais 534 mil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Podemos fazer um minuto de silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes do silêncio... Na verdade, a minha fala – e, aí, eu também, pegando aqui a foto da Fabiana, Presidente – era exatamente na linha do que a minha amiga, nossa Líder Simone Tebet colocou, registrando também aqui o nosso pesar, a nossa dor pela partida tão precoce da Fabiana, que deve ter auxiliado, eu acredito, todos os Senadores desta Casa em algum momento. Jovem, lutou 50 anos, ou melhor, 50 dias no enfrentamento da Covid e, infelizmente, não resistiu.

Então, também quero deixar aqui o meu registro, a minha homenagem a ela, à família, aos familiares, assim também como a todas as 534.311 pessoas que, infelizmente, não resistiram e não foram alcançadas, infelizmente, Presidente, pela vacina. Portanto, o pedido também de um minuto de silêncio.

(*Soa a campainha.*)

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone e Senadora Eliziane, nós perdemos o direito de velarmos os nossos mortos e nos solidarizarmos presencialmente aos seus familiares. Aqui essa homenagem a essa servidora é estendida a todas aquelas pessoas no Brasil, porque, impossibilitados de fazê-lo, nós fazemos esse ato simbólico para nos solidarizarmos com todas as famílias que têm perdido pessoas queridas. Infelizmente, nós não podemos hoje dar um abraço na pessoa e mostrar um carinho pela perda. Isso aconteceu com todos aqui e com milhões de brasileiros lá fora.

Senador Rogério Carvalho, pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

Quer falar? Por favor. Depois eu falo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não. V. Exa. fala. Eu só estou registrando que também fiz um pedido pela ordem. Eu falo quando o Presidente definir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Primeiro, eu queria também me solidarizar com os familiares dos 534.311 mortos. E quero aqui trazer a minha contestação veemente à postura do Ministro da Defesa, que, ao invés de se posicionar a favor de uma CPI que cumpre o papel de desvendar e de explicitar para a população brasileira o que deu causa a essas 534.311 mortes, que têm rosto, como a da nossa servidora aqui do Senado e dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parentes e dos nossos amigos, fez uma ameaça ao Senado da República através de uma manifestação pública que tem como objetivo intimidar os trabalhos desta Comissão. E eu achei que poderíamos ter tido por parte da Presidência do Senado uma posição mais hígida, mais institucional na defesa do Senado da República.

E quero aqui também trazer para todos os Senadores, independentemente de bandeira partidária, uma questão central: o que nos faz estar aqui nesta Casa é a democracia; o que nos faz estar aqui é a garantia de um Estado democrático de direito e instituições democráticas. Portanto, é intolerável que qualquer membro deste Parlamento assuma a defesa de qualquer integrante de qualquer instituição republicana que ofenda a liberdade de expressão e que tente intimidar o trabalho de uma Casa parlamentar.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero dizer que essa mistura que o Governo Bolsonaro tem feito... Não que eu tenha qualquer coisa contra e eu tenha uma avaliação negativa; eu acho que nós temos um Exército, uma Aeronáutica, uma Marinha com homens muito qualificados e mulheres – onde tem mulheres – absolutamente do mais alto nível; oficiais, generais, coronéis, tenentes-coronéis, major, capitães de alto nível, bem formados. Nós temos escolas – o ITA, a escola das Agulhas Negras –, nós temos instituições de ponta que são comandadas pelas nossas Forças Armadas. E, portanto, não se trata de qualificação. Agora, tem uma função precípua dos militares, que é a defesa da sociedade brasileira, que está definida na Constituição; e, quando esses militares da ativa exercem atividade civil, pode confundir e pode trazer para dentro das Forças Armadas a contaminação do mundo civil, a contaminação das relações políticas, da conformação de apoio parlamentar ao Governo.

E, neste sentido, eu tenho certeza de que o Ministro da Defesa, Braga Netto, deve ter muito receio dos contatos, das tratativas, do que ele fez na condição de Ministro da Casa Civil. E isso pode ser a base da tentativa de intimidar esta Comissão, para que esta Comissão não solicite, por exemplo, a comunicação interna dele com os demais ministros da Esplanada, para que a gente possa avaliar como ele se conduziu no combate à Covid-19. Talvez esse seja, no fundo, no fundo, o medo dele. Talvez essa seja a causa maior para uma nota que, em nome de se proteger, coloca exposto e expostas as nossas Forças Armadas. Expõe uma instituição que vinha num crescendo de credibilidade na sociedade; mistura essa instituição com atividades de outra natureza, que não têm a ver com o exercício constitucional definido para essas instituições.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui requerer que a Presidência desta Comissão solicite todas as comunicações via *e-mails,* do período em que o Ministro Braga Netto foi Chefe da Casa Civil, com o Ministério da Saúde.

No dia em que esta Casa ou qualquer Parlamentar se acovardar, a gente começa a desmoronar a nossa frágil democracia. Eu quero ver o que disseram quando impediram a Presidente Dilma de continuar na Presidência da República, eleita sem ter cometido nenhum crime – já arquivado pelo próprio STF –, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as instituições democráticas estavam funcionando plenamente. Eu quero ver se as nossas instituições democráticas estão no pleno vigor agora, ao solicitarmos informações de um ex-Ministro da Casa Civil que hoje é Ministro da Defesa e é militar da ativa. Eu quero ver, com estes olhos, eu quero ver se isso é verdade, se a nossa democracia amadureceu, se a nossa democracia está hígida, se a nossa democracia será respeitada e se a nossa Constituição será respeitada. Nós precisamos saber até onde vai essa sanha autoritária que tem conduzido o País. Nós precisamos fazer o teste, a prova dos nove da nossa democracia, da nossa institucionalidade democrática.

Por isso, Sr. Presidente, não é provocação, é dar o mesmo tratamento a todos, indistintamente, independentemente das funções que exerçam em cada momento da sua vida, porque é assim que a Constituição obriga que façamos esse tratamento, e é assim que a Constituição exige que o façamos no cumprimento das nossas obrigações enquanto Comissão Parlamentar de Inquérito, órgão com plenos poderes definidos pelo Plenário do Senado da República, instituição de quase 200 anos, Casa de Rui Barbosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Eu vou chamar a nossa convidada e depois passarei a palavra à Senadora Eliziane, ao Senador Eduardo Braga...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Um minuto! Um minuto aqui, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem, mas, primeiro, deixe a nossa convidada entrar por favor.

Passarei a palavra a todos. (*Pausa.*)

Quanto à depoente Emanuela Batista de Souza Medrades, a Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Luiz Fux, no *Habeas Corpus* nº 204.422, com os seguintes termos:

> [...] defiro a medida liminar, em parte, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito conceda ao paciente o tratamento próprio à condição de investigado, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha, bem assim para que o dispense de responder sobre fatos que impliquem autoincriminação e, ainda, para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do uso da titularidade do privilégio contra a autoincriminação. Fica assegurado ao paciente o direito de assistência por advogado e de, com este, manter comunicação reservada durante o respectivo depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Por outro lado, à luz dos fundamentos anteriormente lançados, indefiro o pedido de não comparecimento, impondo-se, quanto aos
> fatos, em tese, criminosos de que a paciente seja meramente testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

V. Sa. está amparada por um *habeas corpu*s do Supremo Tribunal Federal e, por essa razão, não é obrigada a prestar termo de compromisso de dizer a verdade. No entanto, V. Sa. pode, se assim desejar, prestar esse compromisso.

É dever meu fazer esta pergunta: V. Sa. gostaria de prestar esse compromisso voluntariamente?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Presidente, já prestamos um depoimento na Polícia Federal sobre os fatos investigados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. Só estou perguntando se V. Exa. gostaria de prestar esse compromisso...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem da Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, aliás.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Exatamente.

O Supremo Tribunal Federal, Presidente, tem tomado decisões divergentes sobre temas similares. A gente tem visto isso. E isso não há dúvida que pode trazer alguns entraves no andamento desta Comissão. Logo lá no início dos trabalhos, quando tratávamos, por exemplo, das quebras de sigilos que foram estabelecidas por esta Comissão, e já naquele momento com algumas decisões do Supremo Tribunal Federal, eu coloquei aqui nesta CPI a necessidade de levar essas decisões para o Plenário, exatamente para que prevaleça, para que não prevaleça uma decisão individual em cima de um tema muito importante e complexo em que nós precisamos assegurar as nossas prerrogativas para termos, ao final, um relatório conclusivo com informações suficientes, que estarão aí compondo esse relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria deixar aqui este meu registro. Eu entendo que nós, inclusive aqui em nível de Casa Legislativa, precisamos aprimorar melhor a legislação para evitar, por exemplo, ao máximo possível, dirimir qualquer dúvida e evitar que decisões dessa natureza venham a ocorrer, porque é claro, é patente que essas decisões acabam inviabilizando as ações da CPI.

É bom lembrar também, Presidente, que, neste caso específico de hoje, na decisão que foi definida pelo Supremo Tribunal Federal, especificamente pelo Fux, ele cita que concede, por exemplo, à depoente, perante a CPI, a possibilidade de ficar em silêncio exclusivamente em casos que a incriminam. Então, é bom lembrar que nós temos este termozinho aqui: "exclusivamente". A depoente não pode, ao longo de toda a sua permanência nesta Comissão, ficar em silêncio quando se tratar, por exemplo, de questões que não a incriminem. E eu digo isso, Presidente, porque, no último depoimento que nós recebemos aqui, em que ficou em silêncio o Sr. Wizard, ele se colocou... Ele buscou, na verdade, o direito que lhe estava assegurado para nem responder qual era a sua religião. Onde é que incrimina uma pessoa não dizer sequer a sua religião?

Então, é bom que fique claro isto aqui tanto para a depoente como para o advogado que a está acompanhando: que a decisão impetrada pelo Ministro fala claramente da exclusividade em caso que a incrimine. Ou seja, em outros que não dizem respeito, por exemplo, a nenhuma ação que venha a incriminá-la, ela terá, portanto, a necessidade de responder a esta Comissão exatamente para que nós tenhamos um relatório, de fato, conclusivo, Presidente. O abuso do direito a ficar em silêncio nesta Comissão não pode ser algo permanente, não pode ser algo constante nesta Comissão. Nós não podemos, na verdade, abrir mão das nossas prerrogativas de investigação.

E nessa mesma linha, eu também quero deixar aqui um registro claro, Presidente: nós tivemos, na semana passada, aqui, notas feitas pelas Forças Armadas, posições, depois, reafirmadas pelo Comandante da Aeronáutica, que, diga-se de passagem, pela sua posição, nem deveria conceder aquela entrevista naquele nível... As Forças Armadas têm um nível de preservação próprio. Inclusive, elas nem estão na linha de frente. Por que existe Força Nacional hoje no Brasil? Para instalar um serviço extensivo numa junção que envolve, inclusive, militares, Forças Armadas, Polícia Militar, dada a necessidade de as Forças Armadas terem a sua posição, de fato, preservada.

Então, nesse sentido...

Senador Braga, V. Exa. só me permite concluir meu raciocínio?

Então, nesse sentido, Presidente, o Ministro Braga, que foi Ministro da Casa Civil, em havendo a necessidade de ser convocado a esta Comissão, ele tem que ser convocado. Nós não podemos nos submeter a um ato intimidatório e, aí, não fazer a nossa investigação devida. Precisamos fazer essa investigação. É bom lembrar que ele é integrante das Forças Armadas, mas também é integrante de um Governo. Se ele está num ministério – ou esteve, porque agora ele está na Defesa –, num ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégico, a Casa Civil, e for necessário ser convocado, ele terá de ser convocado, como terá de ser convocado o Onyx. Qual a diferença entre ele e o Ministro Onyx, na posição que ele assume dentro do Governo? Nenhuma. Então, Presidente, pau que bate em Chico bate em Francisco. Se houver a necessidade dessa convocação, ela tem que ocorrer para o bem e para o prosseguimento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A depoente tem um *habeas corpus* muito claro do Ministro Fux. Caso não o cumpra, ela estará descumprindo uma decisão do próprio Ministro Fux. Só ficará em silêncio se se autoincriminar. Então, como V. Exa. diz, é uma decisão que o Ministro dá para protegê-la, como investigada, mas não dá esse direito todo para que não responda a questões que não são direcionadas a ela.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, colegas Senadores, primeiro, eu quero também fazer aqui minhas, Sr. Presidente, as palavras da Senadora Simone e da Senadora Eliziane com relação à Dra. Fabiana Queiroz Damasceno, que, aos 46 anos de idade, em pleno processo de esforço concentrado do Senado, nos deixa, perdendo a luta contra a Covid-19. A Dra. Fabiana ficou 50 dias internada, Sr. Presidente, o que mostra que essa doença é uma doença traiçoeira e que não mede proporções entre os mais jovens, entre os mais idosos. Ela tem uma relação com as pessoas absolutamente desproporcional.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu também quero, antes de entrar no ponto em que vou entrar, fazer aqui um registro, porque, veja, Presidente, nós fizemos, ano passado, um esforço concentrado quando da Marcha dos Prefeitos, e, naquele mesmo momento, alguns funcionários do Senado e o nosso querido Senador Major Olímpio foram infectados de Covid-19, e nós viemos a perder o Major Olímpio, como perdemos já 534.311 brasileiros. Agora, mais recentemente, no último esforço concentrado, nós tivemos também a infecção do Senador, querido Senador, nosso companheiro inclusive aqui, na CPI, Otto Alencar.

Isso tudo mostra que nós estamos, efetivamente, aqui na CPI, em busca de encontrar luzes sobre o que aconteceu e mostrar caminhos para que nós possamos, o mais rápido possível, sair desse enfrentamento da pandemia.

E os comportamentos, Sr. Presidente, com relação às decisões do Supremo relativas aos depoentes, às quebras de sigilo, à pretensão de ouvirmos outras pessoas envolvidas, me ocorreu, Presidente, que, talvez, V. Exa., na condição de Presidente desta CPI, com um pequeno grupo de Senadores, juntamente com o Presidente do Senado, nós pudéssemos ter uma conversa com o Supremo Tribunal Federal para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós pudéssemos restabelecer os paradigmas e os parâmetros para que as investigações estabelecidas por esta CPI possam ter curso.

Acho que é fundamental, acho que é necessária uma reunião do Presidente do Senado, do Presidente da CPI, do Relator e do Vice-Presidente da CPI com o Presidente Fux, do Supremo Tribunal Federal, para que, no princípio constitucional da independência dos Poderes e da harmonia dos Poderes, no cumprimento da nossa função constitucional de fiscalizar o Poder Executivo, nós possamos restabelecer a ordem e os paradigmas, para que nós não tenhamos as nossas decisões permanentemente bloqueadas, suspensas, reduzidas por decisões de diversos ministros do Supremo. Não foi apenas um que tomou essa decisão; foram diversos ministros do Supremo que tomaram essa decisão.

Eu falo nesse sentido porque acho isso importantíssimo. Nós estamos em uma fase importantíssima da nossa investigação, chegando, portanto, a uma fase de amadurecimento, em que eu não vejo alternativa, Presidente Omar, senão a de a Comissão, através de V. Exa., do Senador Renan, Relator, e do Senador Randolfe, Vice-Presidente, procurar o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente da nossa Casa, no sentido de estabelecer uma hora e um diálogo com o Presidente do Poder Judiciário, a fim de que possamos restabelecer os equilíbrios de peso e contrapeso da relação independente e harmônica que deve haver entre os Poderes da República.

Li, nos jornais, hoje, que o próprio Presidente Fux está propondo uma reunião dos três Presidentes, chefes dos Poderes. Ora, essa deveria ser uma pauta para essa reunião dos três Presidentes dos Poderes da República. E que o Presidente do Senado da República possa interpretar os anseios, as necessidades constitucionais desta Comissão, para que fatos como o de hoje, com todo o respeito à Sra. Emanuela Batista de Souza Medrades... Com todo o respeito, é para que não tenhamos, na semana que vem ou ainda nesta semana, outras decisões que impeçam o nosso trabalho em função de uma posição do Supremo que, a meu juízo, vai além daquilo que competiria ao Supremo. No caso, por exemplo, a Dra. Emanuela não é sequer investigada. Ela é uma testemunha técnica que teve participação técnica, tão somente técnica, no contrato. Portanto, não é investigada e, mesmo assim, veio com uma liminar para que não se pronuncie naquilo que ela acha que seja autoincriminador.

Eram essas as colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. encaminha muito bem, Senador Eduardo Braga.

Deixo claro que esta CPI só está em funcionamento porque o Ministro Barroso concedeu um *habeas corpus* impetrado pelo Senador Alessandro e outros Senadores para que ela pudesse funcionar.

O Presidente Rodrigo Pacheco, ontem, ao telefone comigo, à noite, disse que amanhã prorrogará a CPI, mas teremos uma reunião com ele, até porque nós temos algumas coisas para encaminhar agora no recesso que dependem da decisão do Presidente Rodrigo Pacheco. Nós... Eu não, mas o Senador Renan

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Calheiros, o Senador Randolfe, o Senador Alessandro já estiveram conversando com o Ministro Fux sobre a questão da CPI e sobre esses entraves e tal.

A nossa depoente de hoje, para vocês terem uma ideia, foi ontem ouvida pela Polícia Federal – foi ouvida lá ontem! Inexplicavelmente, o Sr. Maximiano se torna investigado um dia antes de vir depor e, inexplicavelmente, a nossa depoente de hoje também é ouvida um dia antes de vir depor. Não quero eu aqui fazer qualquer tipo de pensamento de que há um movimento. Longe de mim falar isso da Polícia Federal, mas é estranho e, pra mim e como pra muitos outros aqui, como jabuti não sobe em árvore, nós não podemos entender como é que são feitas essas coisas. Mas, como o Supremo tem se comportado à luz da lei, podem ser minutos antes; se for investigada, o Supremo tem dado isso.

Mas eu acho que uma discussão pra que a gente possa colocar algumas coisas que estão acontecendo de pessoas que são testemunhas e passam a ser investigadas imediatamente – o.k.? –, isso tem proporcionado para que a simples quebra de sigilo duma pessoa não quer dizer que ela está sendo investigada. Quebrar o sigilo de uma pessoa não quer dizer, ela se torna investigada depois se se encontrar alguma coisa errada na quebra de sigilo. Então, estão usando esse artifício da quebra de sigilo, como se quebra de sigilo já fosse investigada. Dificilmente aqui nós que somos homens públicos não tivemos nossos sigilos quebrados há muito tempo nem fomos investigados, porque, não achando alguma coisa, não investiga. Só se investiga quando tem indícios de alguma coisa. E muitas vezes você tem uma informação e essa informação é levada a isso.

Então, é o meu entendimento. Se eu estiver errado, é importante que juristas e pessoas que entendam mais do que eu sobre essa questão me digam. Agora, dois fatos, Senador Eduardo Braga, chamam muito a atenção: o Sr. Maximiano se torna investigado um dia antes de vir me depor; e a Sra. Emanuela, depôs, ontem, a Polícia Federal, igualmente. Então, é uma coisa muito rápida.

Eu vou ouvir o Senador Alessandro, o Senador Humberto, o Senador Randolfe, o Senador Marcos Rogério, o Senador Heinze, o Senador Izalci. Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem muito Senador para ouvir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – É apenas pra me posicionar e garantir que a gente tenha um depoimento adequado e respeitoso. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, liminarmente, indeferiu o pedido de não comparecimento e impôs à depoente, quanto aos fatos em tese criminosos de que a paciente seja meramente testemunha o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal. Então, a Sra. Emanuela não está isenta de responder aos questionamentos dos Senadores, em especial com relação aos fatos nos quais ela figura como mera testemunha, e iniciamos muito mal com ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respondendo com: "Me reservo ao direito de ficar calada" à pergunta se assumia ou não o compromisso de dizer a verdade. Então, seguramente, os advogados que muito bem a assessoram vão poder orientá-la, porque ela tem, sim, obrigação de responder com relação a todos os fatos que ela testemunhou. Ela não tem o dever de responder, mas pode fazê-lo, com relação a fatos que imputem a ela mesma a condição de criminosa. A CPI não está fazendo isso.

Então, só para repor os fatos, para que a gente tenha uma oitiva que seja produtiva e respeitosa para todos. Ela já foi retardada por mais de uma hora numa tentativa de que ela sequer comparecesse à CPI, o que está fora do que foi deferido pelo Supremo. Então, a CPI não pode dar espaço e palco para manobras jurídicas que não têm nenhum tipo de lastro na justiça ou na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, primeiramente, eu não tive a oportunidade de antes me manifestar – não tivemos reunião da CPI – no dia em que aquela nota que foi publicada pelo Ministro da Defesa, juntamente com os três comandantes militares, veio a público. Na hora em que V. Exa. se manifestou em Plenário, eu não estava, nem também acompanhei a fala do Presidente Rodrigo Pacheco. Mas eu quero aqui me solidarizar de forma integral com V. Exa., com o discurso que V. Exa. fez, com a clareza, com a firmeza e, acima de tudo, com a tranquilidade de colocar a verdade dos fatos. Em nenhum momento, V. Exa., aqui, fez qualquer agressão a qualquer instituição de Estado brasileira. Portanto, a fala de V. Exa. tem o meu apoio integral.

Segundo, no nosso partido, eu, como Senador, assinei, e assinamos todos uma nota em que nos manifestamos sobre aquele posicionamento, e eu aqui estou integralmente me associando às preocupações que foram demonstradas aqui pelo Senador Rogério Carvalho e pela Senadora Eliziane. Eu entendo que, quando os Comandantes das Forças Armadas autorizaram que membros da ativa do serviço militar assumissem funções civis, sabiam que eles teriam que estar submetidos a todos os controles a que todos os civis se submetem ao assumirem funções públicas. Aqui não está em julgamento a instituição, mas evidentemente e lamentavelmente têm surgido muitas pessoas que, sendo integrantes das Forças Armadas, se fizeram também ocupantes de cargos civis e a quem nós não podemos dar um tratamento diferenciado; ao contrário, tem que ser o mesmo tratamento. Quem cometeu qualquer malfeito tem que ser tratado por esta CPI da mesma forma. E nós não vamos nos submeter a qualquer tipo de intimidação, venha de onde vier, parta de onde partir. São milhões de pessoas hoje no Brasil que esperam desta CPI uma posição isenta, mas, ao mesmo tempo, uma posição muito firme em relação ao fato de termos 534.311 mortos pela inoperância, pela incompetência, pela omissão do Governo do Presidente Bolsonaro.

E temos que aqui afirmar com toda a clareza: a função de existir o Parlamento só se deve a nós termos a democracia. Sem democracia, não há Parlamento; há um arremedo, como foram durante os muitos anos em que o Congresso Nacional conviveu com o regime militar, lhe dando a imagem de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivíamos em uma democracia. Então, aqueles que integram o Parlamento e que não fazem a defesa do Parlamento, não fazem a defesa do mandato parlamentar, não estão contribuindo para a preservação e o aprofundamento da democracia.

Segundo, Sr. Presidente, eu queria me associar à preocupação do Senador Eduardo Braga. A Constituição é muito clara. Ela diz que o Parlamento, que Poder Legislativo, tem dois grandes papeis importantes: um é a votação, a elaboração das leis, a votação do orçamento, o acompanhamento, enfim; o outro é a fiscalização das ações do Executivo, em particular. Ora, nós estamos chegando a uma situação em que essa função está completamente tolhida. A CPI é um dos principais instrumentos dessa fiscalização, mas, quando, o tempo inteiro, as iniciativas que tomamos numa CPI como esta, que está sendo acompanhada pelo Brasil inteiro... O Brasil inteiro está acompanhando o funcionamento da CPI e as decisões que tolhem o funcionamento da CPI.

Por essa razão, eu creio que nós devemos, sim, seguir a sugestão do Senador Eduardo Braga, de uma discussão e um entendimento em particular com o Poder Judiciário, com o Supremo Tribunal Federal. Ora, se o papel do Supremo é o controle do cumprimento da Constituição, como é que a CPI não pode praticamente ouvir ninguém? Transformou-se agora essa história de ser investigado quase que num pretexto para as pessoas não poderem vir aqui, às vezes, opinar sobre coisas com as quais elas não têm qualquer relação direta, mas que elas acompanharam, que elas viram, que elas podem ajudar.

Uma das coisas que nós mais temos visto nos últimos tempos, e cada um aqui viveu a sua experiência no contato com as pessoas... São dois. O primeiro é o apoio que a população tem dado a esta CPI. Há uma expectativa gigantesca em relação a esta CPI. E o segundo é o questionamento de sempre: será que não vai acabar em pizza? É importante dizer que, a depender dos Senadores que estão aqui, não vai. Agora, decisões – não estou nem me referindo a essa em particular – que têm acontecido repetidamente e que nos impedem de fazer esse trabalho de investigação, isso, sim, pode nos levar a chegarmos ao final sem uma resposta concreta para a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, em relação à Dra. Emanuela, depoente de hoje, é importante nós... Eu acredito assim, preliminarmente, que são necessários dois encaminhamentos: o que aqui foi sugerido pelo Senador Eduardo Braga, para dialogarmos com o Supremo Tribunal Federal à luz das decisões que tem exarado; mas é fundamental aqui o esclarecimento que já foi prestado, e nós reiteramos, sobre a condição de testemunha em que a Dra. Emanuela comparece a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A Dra. Emanuela foi convocada nos termos do Requerimento nº 987, do Senador Otto Alencar. Pelo que nos consta, Sr. Presidente, a administração da Precisa, nos termos do contrato social da empresa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabe ao Sr. Francisco Maximiano, e não à Dra. Emanuela. Segundo o contrato, é o Sr. Francisco Maximiano quem possui a competência para – abre aspas – "administrar, gerir, superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou, por qualquer forma, adquirir bens móveis ou imóveis da sociedade, determinando os respectivos termos e condições", ou seja, o foco da investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito é o Sr. Francisco Maximiano pelas notórias informações que esta CPI tem.

Cabe também ao Sr. Francisco Maximiano, cabe a ele firmar os compromissos relativos à sociedade empresarial, à Precisa. A Dra. Emanuela é Diretora Técnica dessa farmacêutica, Diretora Técnica não estatuária, de modo que as atribuições da Dra. Emanuela envolvem tão somente aspectos técnicos e científicos. E é por isso a convocação de S. Sa. na condição de testemunha. É a administração técnica e científica ligada aos produtos farmacêuticos comercializados pela Precisa. Então, em aspecto nenhum, Dra. Emanuela e senhores advogados, com a devida vênia e acatamento, pelos quais presto homenagem à Ordem dos Advogados do Brasil, em momento algum, a ideia da inquirição da Dra. Emanuela aqui é na condição de investigada – em momento algum! –, até pelas atribuições que ela possui no âmbito da Precisa.

E, ao que nos parece, a depoente atuou nos limites do contrato social da Precisa. É inequívoco, até pelo contrato social da Precisa, que não cabia à depoente representar ou assumir qualquer obrigação em nome da empresa, mas apenas lidar com questões técnicas ligadas aos produtos comercializados. É sobre esses fatos que nós pretendemos ter aqui o devido esclarecimento.

Vejam: um dos objetos da apuração desta Comissão, Presidente Omar e Sr. Relator, Renan Calheiros, é a circunstância da negociação da Precisa com o Ministério da Saúde a respeito da vacina Covaxin. É esse o foco. Nós aqui... Esta Comissão não está focando na vacina em si, mas nos aspectos da negociação. É esse o foco da investigação desta Comissão. Foi para isso que nós voltamos desde a circunstância do depoimento aqui dos irmãos Miranda. Evidentemente, a depoente, relativamente a esses fatos, não tem outra classificação que não seja a classificação de testemunha. As atribuições do cargo da depoente não envolvem a representação da sociedade. Essa cabe ao Sr. Francisco Maximiano.

Assim, Sr. Presidente, a questão de ordem que lhe faço, aqui apelando para a douta defesa aqui presente, para a Dra. Emanuela Batista, é que... Rogo a compreensão da douta defesa nos limites da compreensão do Supremo Tribunal Federal. Rogo também à Dra. Emanuela que, diante desses fatos, diante da decisão clara, já exarada pelo Supremo Tribunal Federal, a depoente não se negue a responder as perguntas da Comissão em relação a dois fatos. O primeiro é a conduta, o comportamento do Sr. Francisco Maximiano; e o segundo, concretamente, a se limitar às atribuições técnicas dela no processo de negociação com o Ministério da Saúde. É mais uma questão de apelo, de reflexão que peço à defesa, à própria depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reitero aqui dizer que, se tem alguns aqui nesta Comissão, senhores advogados, que defendem as prerrogativas constitucionais e que defendem as atribuições do Supremo Tribunal Federal somos nós. Nenhum de nós aqui – nem eu, nem o Senador Humberto, nem o Senador Fabiano – em algum momento propusemos atear fogo no Supremo Tribunal Federal. Aliás, esta CPI revelou algo importante, Presidente: alguns que outrora propuseram atear fogo no Supremo, resolveram recorrer ao Supremo. Que bom! Eles compreenderam a importância do Supremo. Não é o caso da defesa, não é o caso da Dra. Emanuela, mas alguns outros: o Ministro Pazuello, por exemplo, foi lá ao Supremo. Que bom! Isso é didático. Eles aprenderam a importância democrática. O Coronel Elcio, eu acho que era um árduo defensor do fechamento do Supremo Tribunal Federal: ele compreendeu. Foi didática, Senador Izalci, esta Comissão: eles compreenderam a necessidade do Judiciário, de equilíbrio entre os Poderes atuando. No Judiciário pode caber discordar, pode caber divergir, cabe na democracia e se recorre das decisões, não é? Então, esta CPI já tem cumprido um papel didático muito importante. Então, nós somos os primeiros, Dra. Emanuela, douta defesa, a defender as prerrogativas que a Dra. Emanuela aqui está requisitando.

Mas reitero: o comparecimento de V. Sa. aqui é na condição de testemunha. V. Sa. não é investigada. Se na Polícia Federal a colocaram como investigada, me parece que é um procedimento inadequado. Nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, a senhora é testemunha. Um dos focos da investigação é o Sr. Francisco Maximiano e não senhora. Da senhora rogo para que reflita sobre a possibilidade de contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhora depoente, Dra. Emanuela, advogados que a acompanham, na pessoa do Dr. Ticiano quero cumprimentar a todos.

Bom, se a Dra. Emanuela Medrades não é suspeita nem tem atribuições negociais, então, a CPI, sem qualquer lastro, evidência ou suspeita quanto a ela, cometeu ato abusivo e constrangimento ilegal. Não se engane, Dra. Emanuela, V. Sa. está aqui na condição de investigada, sim. No dia 30... No dia 30, esta CPI teve a iniciativa de quebrar o seu sigilo. E não estou falando isso aqui para lhe dizer que fique em silêncio, porque acho que o seu papel aqui é importante para a CPI, é importante para o Governo e é importante para o País, porque V. Sa. é quem teve acesso com os servidores do Ministério da Saúde e estabeleceu tratativas sobre a questão das *invoices* e os ajustes formais nesses documentos. Então, o seu depoimento é importante e nos dá uma oportunidade de esclarecimento, mas não se pode tentar driblar a verdade: é preciso, a não ser que alguém me prove – e quem é mais especialista do que eu em investigação – que o ato de quebra do sigilo não é um ato de investigação.

Se me disserem que ato de quebra de sigilo não é ato investigativo, então eu vou repensar. Penso até, Sr. Presidente, que a partir de agora, quando o depoente comparecer a esta CPI, até por obrigação legal, cabe à Presidência da CPI, ao tomar o compromisso, informar que quem está na condição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

testemunha também está na condição de investigado, porque essa prova não teria validade nenhuma em outras circunstâncias, se não lhe for informada a condição em que ele se encontra no âmbito da CPI.

Mas o apelo que faço aqui, Dra. Emanuela, é no sentido de que fale, fale, fale a verdade, não abra mão de falar aquilo que é verdade, aquilo que é honesto, aquilo que é fruto dos acontecimentos. Qualquer outra ilação, acusação, não deve ser objeto de resposta, mas aquilo que está relacionado exclusivamente com o papel que V. Sa. cumpriu nesse processo... Eu respeito a posição dos advogados que tecnicamente lhe orientam, mas penso que não há qualquer prejuízo, mesmo à defesa, em se falar quanto aos fatos, quanto ao que aconteceu. Quanto a qualquer outro tipo de tratativas, o próprio Senador que me antecedeu já disse aqui: há outra figura na empresa que responde pelas negociações, pelas tratativas e que já foi, inclusive, convocada a esta CPI e oportunamente, certamente, terá que vir aqui.

Mas em relação à troca de mensagens – como foi, como aconteceu, em que termos foram essas tratativas –, V. Exa. tem muito a contribuir com esta CPI. Então, eu apenas estou fazendo esse registro para estabelecer qual é a real condição em que V. Sa. se encontra aqui, mas, ao mesmo tempo, para fazer um apelo para que fale a verdade sobre esses fatos. Esta CPI até aqui tem muitas narrativas. A verdade está em algum lugar e V. Sa. é uma dessas pessoas, profissionais que teve contato com fatos, provas e pode trazer à CPI e ao Brasil esclarecimento da verdade. É o apelo que faço a V. Exa. no sentido de que não abra mão do direito de repor a verdade no âmbito desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Heinze e aí eu vou ouvir a Sra. Emanuela.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Perfeito.

Sr. Presidente, eu vou tentar ser breve. Obrigado pela oportunidade. Eu queria fazer alguns esclarecimentos aos colegas que eu reputo importantes. Primeiro que o direito constitucional de permanecer ao silêncio é uma garantia expressa no art. 5º, LXIII, até mesmo porque ele vem do Pacto de São José da Costa Rica, no art. 8º, alínea "g", que fala direito de não ser obrigado a depor contra si próprio ou confessar-se culpado. Então, eu acho que a relação entre o Poder Judiciário e o Legislativo é de obediência à Constituição. Não tenho dúvida disso.

Mas eu queria fazer um esclarecimento e queria até questionar os advogados se eles também representam o Sr. Maximiano ou tão somente a depoente e a Precisa. O senhor pode, por gentileza, nos responder isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – A gente até juntou procuração nos autos, Excelência. A gente representa o Francisco e a Emanuela.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Eu só queria também, doutor, assim como sou inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil com muito orgulho, é a instituição que eu mais defendo, eu queria que V. Exa. alertasse a depoente que, caso ela não se comprometa a dizer a verdade na qualidade de testemunha nos pontos em que ela não for investigada, ela está praticando o crime de desobediência, previsto no art. 330. O Código Penal é claro quando ele diz: "Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena [...] de quinze dias a seis meses, e multa".

Então, eu faço o encaminhamento, Sr. Presidente, que caso a depoente insista em se recusar inclusive de se comprometer a dizer a verdade do que souber e que for perguntado nos estritos limites da decisão do Supremo em que ela tem o direito de permanecer calada nos fatos em que a incriminem, se ela se recusar inclusive o juramento de dizer a verdade, acho que esta CPI teria que ter, sob pena até mesmo de não estar cumprindo a lei – porque o crime de desobediência previsto no art. 330 é de ação penal pública incondicionada –, levar ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal que ela não estaria cumprindo a decisão do eminente Ministro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, só para esclarecer para S. Exa. o Senador que ela foi orientada pela defesa a não responder sobre os fatos que a envolvam. E a decisão sobre os fatos que a envolvam... V. Exa. chama isso de "que a incriminam", e a defesa está chamando de "que a envolvam", porque já foram esclarecidos à Polícia Federal, ao Ministério Público, CGU, etc. Aliás, quem primeiro tratou dela como investigada foi um requerimento desta CPI, salvo engano não sei se foi do Senador Alessandro Vieira. Sobre os fatos que a envolvam, quem decide o que é fato que a envolve ou não, salvo melhor juízo, é a própria depoente. Então, não é uma...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas no início, quando o Presidente fala assim: "A senhora se compromete a dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado" é dos fatos que não a incriminem. Então, ela tem que se comprometer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem ela foi ouvida pela Polícia Federal como investigada ou como testemunha?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Foi como investigada. Inclusive o termo de declaração está aqui, e eu vou juntar. E V. Exas. podem, inclusive, requisitar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está como investigada? O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, mas aqui está claro na decisão do Ministro Fux. Eu vou me basear na decisão do Ministro Fux. Quando perguntada, se não deixar de responder, nós vamos dizer: "Ministro Fux, olha, ela está se descumprindo a sua decisão. Não é nossa, tá?"

Vamos dizer como é que é o bê-á-bá.

Senador de Cacequi.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Senador Omar Aziz, eu primeiro queria me associar aos colegas Senadores e Senadoras com relação à homenagem prestada pelo falecimento de Fabiana Queiroz

Mas também quero citar um fato positivo. Nós tivemos um colega Parlamentar nosso, Afonso Hamm, que estava com Covid e recebeu alta no início desta semana na Santa Casa de Porto Alegre. E temos outro colega Parlamentar, meu amigo também, Pedro Westphalen, Deputado desta Casa, que está ainda lutando lá contra o Covid.

E, com relação a essa instituição, Senador Eduardo Braga, eu quero fazer menção que a Santa Casa de Misericórdia é de 1803, portanto, tem 218 anos. É uma instituição, Senador Girão, que dá orgulho para nós, com 8 mil funcionários, dos quais 2,7 mil são médicos. Ontem a homenagem foi à bancada federal do Rio Grande do Sul, que, de 2009 até agora, já aportou R$178 milhões; 76 milhões aplicados lá, 27 de recursos próprios da instituição. Eu queria que V. Exa. visse: centavo por centavo prestados conta. Então, a bancada federal foi lá receber uma homenagem da Santa Casa. Essa instituição atendeu 25 mil pacientes Covid, 5 mil internações e 2 mil UTIs ao longo do período; 188 leitos de UTI e 311 de enfermaria Covid também. E, além disso, não deixou de assistir a população: 918 mil consultas, nesse período, extracovid; 67 mil internações não Covid; e 70 mil cirurgias.

Então, é um orgulho para nós, gaúchos. E, em nome do Sr. Alfredo Englert, que é o provedor, e Julio Dornelles, que é o administrador da Santa Casa, então, esses eu quero homenagear, em nome dos 8 mil funcionários daquela casa, pelo excelente serviço à saúde prestado. Mesmo com todas as carências e dificuldades, prestam um serviço de excelência à comunidade de Porto Alegre, principalmente ao Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Heinze.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, a questão de ordem que faço é só para reforçar o que foi decidido pelo Supremo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente tomar, se a direção da CPI acatar essa proposta de não dizer nada, mesmo aquelas informações que podem contribuir e que não incriminam, podemos fechar a CPI. Para que CPI? Todo mundo vai chegar aqui e não vai responder nada.

Eu já participei de oito CPIs. E todas elas estão no limite da decisão do Supremo. E acho que a decisão do Ministro Fux é muito clara. Não é a interpretação da depoente que vai dizer se é ou não. Se a gente pergunta algumas coisas que não tem relação nenhuma, tem que responder. Então, eu acho que, se a gente tomar essa interpretação como a tendência que eu estou vendo aqui, de ficar calado e sequer vir aqui, aí pode fechar a CPI, porque não vamos encontrar resultado nenhum.

Eu acho que ela aqui, como testemunha, pode colaborar muito, tecnicamente inclusive. Então, eu faço um apelo também para que ela possa nos ajudar, realmente, a esclarecer. O que a população quer e o que nós queremos também é a verdade.

Então, é o apelo que faço aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Izalci.

Esta Presidência já comunicou aqui a decisão do Supremo Tribunal Federal.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esqueceu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, já irei lhe passar, Senadora Simone.

Esta Presidência já comunicou aqui a decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Já estão claros os limites da decisão do Supremo Tribunal Federal. Já ficou claro também o entendimento por parte da douta defesa que orientou a sua cliente sobre o procedimento. Creio que não teremos maiores dificuldades no comportamento, no procedimento da inquirição nesse depoimento.

Senadora Simone Tebet, por gentileza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Foi bom V. Exa. fazer a intervenção antes de mim, para deixar muito claro o que está claro, e que alguns talvez não tenham compreendido, à luz da decisão do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Fux.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No primeiro momento, ele concedeu em parte o pleito solicitado em forma de liminar, a fim de colocar a Sra. Emanuela na condição, obviamente, de investigada naqueles fatos que possam incriminá-la. Mas:

> Por outro lado [e eu vou ler aqui, entre aspas], à luz dos fundamentos anteriormente lançados, indefiro o pedido de não comparecimento, impondo-se, quanto aos fatos, em tese, criminosos de que a paciente seja meramente testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

Então, é preciso fazer uma diferença aqui: sim, em função de tudo aquilo que o douto advogado de defesa mencionou, naquilo que a incrimine, em função também do próprio ato desta Comissão, ela está aqui na posição de investigada. Portanto, ela tem o direito a se calar diante de fatos que possam incriminá-la, mas, naquilo que a envolve e que não a incrimina, o Supremo Tribunal Federal deixou muito claro: ela chega aqui na função de testemunha. Não fosse assim, nós teríamos que rasgar o dispositivo da Constituição que diz que a CPI é uma comissão parlamentar de inquérito, um dos instrumentos mais rigorosos e poderosos que o Poder Legislativo tem para fiscalizar e controlar os demais Poderes.

E, aí, ficam apenas duas observações, Sr. Presidente. Nessa conversa que os Poderes terão, que possam também trazer à luz o papel da Polícia Federal na história das CPIs do Brasil, desde a história da CPI do PC e passando pela CPI do Carf, Operação Zelotes, que, em vez de ajudar, só atrapalhou. Então, a Polícia Federal não pode ser um instrumento para embaralhar os poderes constitucionais da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal. Isso precisa ficar claro, porque, quando a Constituição disse que todos os Poderes são harmônicos entre si, embora independentes, quis dizer que todos os órgãos dos Poderes são harmônicos entre si. Não pode o Congresso Nacional estar mirando, investigando atos graves de possíveis crimes contra a administração pública envolvendo a pandemia do Covid-19 e termos órgãos auxiliares, órgãos de controle, seja o Tribunal de Contas da União – e esse está fazendo um belíssimo trabalho –, seja a Polícia Federal ou qualquer órgão de fiscalização e controle de qualquer Poder, atrapalhando de forma inconstitucional os trabalhos desta Comissão.

Então, este é o pedido que deixo a V. Exa., neste momento como Presidente da Comissão. Que possam, ao conversar com os Presidentes dos demais Poderes, levar também a nossa insatisfação com a condução, a nosso ver equivocada, da Polícia Federal no que se refere ao andamento *pari passu*... Até porque, Sr. Presidente, está muito claro para nós há corrupção, que houve corrupção, que houve crime contra a administração. O que nós queremos agora é investigar quem são os corruptores e os corruptos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, Sra. Senadora Simone Tebet, inclusive acato o encaminhamento de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que estão claros aqui os termos da decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal, assim como aqui queremos reiterar nossa admiração pela instituição Polícia Federal como instituição do Estado brasileiro. Não queremos acreditar, e não é possível nem aceitável, que, sempre que algum depoente venha a esta Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de testemunha, um pouco antes preste depoimento à Polícia Federal e seja levado à condição de investigado lá para, assim, obter o direito ao silêncio aqui.

É importante destacar que as investigações da Polícia Federal e as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito são independentes. Aliás, esse é um respeito basilar ao princípio da separação dos Poderes. Quem é investigado pela Polícia Federal – e, em princípio, os primeiros elementos apontam para isso, é o caso da Dra. Emanuela, que é investigada pela Polícia Federal –, necessariamente não é investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Assim, quem outrora possa ter sido testemunha na Polícia Federal, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo curso das investigações, pode ter a condução à qualificação de investigado. É um princípio basilar de separação dos Poderes que estabelece que são instrumentos e instituições independentes para a condução das investigações.

Dito isso, iremos iniciar o depoimento e as inquirições.

Pergunto à Dra. Emanuela se ela quer falar, fazer uma exposição breve, preliminarmente. Se V. Sa. assim o quiser, V. Sa. terá a possibilidade por 15 minutos de utilizar a palavra.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Quem me tratou primeiro como investigada foi esta CPI, que quebrou os meus sigilos e deixou expresso num requerimento a minha condição de investigada. Eu já prestei depoimento na Polícia Federal sobre os fatos investigados, já entreguei documentos perante as autoridades investigativas, à CGU, ao TCU e também a esta CPI. Portanto, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dito isso, então, passo de imediato ao Sr. Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em primeiríssimo lugar, eu quero, a exemplo do que fizeram colegas nossos, expressar a minha solidariedade à família da Fabiana Queiroz Damasceno, uma importante Consultora Legislativa desta Casa, que, ainda muito jovem, ainda sem completar 50 anos de idade, faleceu em função da Covid.

Eu quero, Sr. Presidente, também aproveitar a oportunidade aqui para mandar um abraço aos alagoanos e apresentar minhas condolências à família do ex-Prefeito de Porto Calvo, Carlos Eurico, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kaika, um grande amigo, um querido amigo que foi Prefeito do Município e é irmão da atual Prefeita do Município, Eronita Sposito, que faleceu também antes de completar 51 anos de idade.

É mais uma morte que vem se somar a esse enorme contingente de morte de brasileiros afetados pela Covid-19, sobretudo em função do que aconteceu no nosso País, que, diferentemente do que aconteceu em qualquer outro país do mundo, se transformou em um cemitério com esse morticínio. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito se instala e trabalha diuturnamente para saber, para investigar o que poderia ter sido feito e não foi feito para salvar um grande número dessas vidas dessas pessoas que infelizmente faleceram. Porto Calvo, para quem não sabe, é uma querida cidade do norte de Alagoas, uma cidade histórica importantíssima.

E eu queria também, Sr. Presidente, comunicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e ao Brasil que a Câmara dos Deputados acaba de aprovar um requerimento para convocar o Ministro da Defesa, Braga Netto, a depor naquela Casa Legislativa, em função da apressada, açodada, irresponsável nota de repúdio ao Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz. Acho que providência igual tem que ser feita por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Que nós apreciemos, o mais rapidamente possível, o requerimento de convocação do Braga Netto, pelo seu envolvimento no enfrentamento à pandemia e pelas ordens que, em nome do Governo, emanaram do Palácio do Planalto ao Ministério da Saúde, onde essas coisas verdadeiramente, todas, aconteceram.

Nós nos aproximamos de um recesso. Eu sempre fui contra a suspensão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque nenhuma outra Comissão Parlamentar de Inquérito, ao longo da história deste Parlamento, teve com a sociedade uma interação tão direta e colheu um apoio popular nunca visto, como este que esta Comissão colhe agora, expresso em todas as pesquisas de opinião pública.

O Sr. Braga Netto faz ameaças diuturnas, com retrocesso, com golpes, desfazendo a própria essência dos golpes. Nós já tivemos golpes no Brasil, rupturas institucionais, mas nós nunca tivemos um golpe como este que está sendo ameaçado, na defesa de um Governo corrupto e impopular, de acordo com o entendimento da população brasileira.

Então, nós temos, sim – eu queria cumprimentar todos que aqui falaram sobre isso –, nós temos, sim, que fazer essas convocações, porque essa investigação precisa avançar da forma que for necessário avançar. E a presença, nesta Comissão, do Ministro Braga Netto é fundamental para que muitos desses aspectos possam, verdadeiramente, se esclarecer.

Nós estamos investigando a Precisa, e, especificamente, como falou o Senador Randolfe Rodrigues, o Maximiano, que é o proprietário da Precisa. É ele o investigado. E não foi considerado investigado, é bom que se diga, em função de decisão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, não. Não! Ele começou a ser investigado quatro meses depois dos fatos pela Polícia Federal, e, dois dias depois, essa investigação da Polícia Federal, consequentemente, obrigou o Supremo Tribunal Federal a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conceder *habeas corpus* dando-lhe o direito para que, aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, ele se calasse como investigado.

A decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à depoente de hoje é no sentido de que ela é testemunha e não pode, evidentemente, falar sobre nada que a autoincrimine, mas deverá falar – e o Supremo Tribunal Federal aclarou o entendimento com relação aos depoimentos colhidos de testemunha –, ela deverá falar sobre tudo que, eventualmente, não a incrimine. É por isso que nós estamos aqui.

Muita coisa tem acontecido com relação à Precisa, que parece ter muito poder – ter muito poder –, porque nós estivemos no Supremo Tribunal Federal – deixe-me só lembrar, Senador Randolfe – conversando com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, porque, através da sua defesa, o Maximiano tinha entrado com um pedido de *habeas corpus* diretamente no gabinete de um ministro do Supremo Tribunal Federal, burlando o sorteio eletrônico da Suprema Corte. Nós advertimos o Presidente; o Presidente fez gestões junto ao ministro; e o ministro, no mesmo dia em que nós estivemos lá, decidiu contrariamente e mandou que fosse distribuído, a partir do sorteio eletrônico, este processo.

Estranhamente, a defesa do Maximiano pedia, na oportunidade, Senador Fernando, Senador Eduardo Braga, que os benefícios concedidos ao Elcio Franco fossem estendidos ao Maximiano, ou seja, de não comparecer e de ficar calado aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Veio, na sequência, o fato de que a investigação da Polícia possibilitou a concessão do *habeas corpus* em função da composição do que se caracteriza para concessão desses *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal. E nós temos, agora, a oportunidade de ouvir a Emanuela Medrades, na condição de testemunha. Nós não vamos fazer nenhuma pergunta para embaraçá-la. Não, não é esse o propósito desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela é uma técnica, e, como técnica, nós queremos ouvi-la; não sobre aspectos que a incriminem. Não, definitivamente não é esse o nosso papel. E até compreendemos a preocupação e o cuidado do Supremo Tribunal Federal com isso. Nós queremos investigar, esclarecer, mas nós não queremos expor ninguém à sociedade, à opinião pública; nós queremos que as pessoas contribuam, e não queremos que as pessoas se autoincriminem ou assumam responsabilidade em função da responsabilidade que outros deveriam assumir.

É por isso que não temos, absolutamente, nenhuma preocupação. Vamos fazer algumas perguntas.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sr. Relator, V. Exa. me permite? V. Exa. mencionou a defesa do Maximiano – que, por acaso, é composta por esta banca também – e com uma informação que talvez não seja verdadeira. Esta defesa e qualquer outro advogado jamais entrou com um pedido direto de *habeas corpus* para um ministro específico do Supremo Tribunal Federal. O que se fez – V. Exa. talvez tenha o conhecimento de que outros advogados que compõem a banca de defesa e vários Parlamentares também já fizeram –, nos termos da mais pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, foi um pedido de extensão numa decisão, num mandado de segurança que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impedia a quebra de sigilo bancário, fiscal, telemático, etc. da pessoa citada por V. Exa. Como, naquele momento, a primeira decisão que se deu teria sido do ministro, se fez um pedido de extensão tão somente para os sigilos telemático e telefônico, porque os sigilos bancário e fiscais não se refutaram. Isso não foi burlar distribuição, eminente Senador Renan Calheiros; foi seguir a mais pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não, eu...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Apenas para esclarecer que não houve qualquer burla.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estivemos no Supremo Tribunal Federal. V. Exa. sabe da consideração que todos nós lhe temos aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós conversamos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que falou, na oportunidade, com o ministro, que decidiu sobre o fato no mesmo dia, exatamente sobre esse pedido da extensão dos benefícios concedidos ao Elcio, que acabei de referir aqui.

E citei esse fato porque – não estou desdenhando da defesa, muito pelo contrário – eu estou estranhando o porquê de essas coisas acontecerem em função de impedimentos óbvios para que o Maximiano não esclareça esses fatos. E esses fatos se avolumam a cada dia, porque, na medida em que nós vamos aprofundando a investigação, nós vamos tendo acesso a coisas horrorosas sob qualquer ponto de vista. Essa é uma negociação única na República. Nunca se fez uma negociação dessa ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A fala de V. Exa. é cristalina como a água, Relator. Fosse assim, seria muito fácil, eu poderia, em qualquer processo, escolher Relator. Sempre tem um processo lá de alguma forma conexo com meu pleito, e, obviamente, com isso, eu escolheria o Relator dentre os inúmeros doutos ministros do Supremo Tribunal Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

E a utilização da Polícia Federal, infelizmente, é uma utilização indevida, não a da instituição. Eu já fui Ministro da Justiça, conheço a Polícia Federal, o que ela significa para os brasileiros, e sempre contrariei que qualquer propósito pudesse ser feito com relação à sua utilização política.

Nós estamos vivendo no Brasil dias difíceis, complexos. O Presidente da República fez a substituição dos comandantes militares e do Ministro da Defesa contra o não aparelhamento que os ministros anteriores não possibilitaram. E, a partir daquelas nomeações, eles teriam um aparelhamento, eles seriam utilizados nesse aparelhamento das Forças Armadas. Isso é incompatível com qualquer Estado democrático de direito, com qualquer democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi longa e dura a luta para que nós recriássemos o Ministério da Defesa e nomeássemos civis para ocupar o Ministério da Defesa. A ida do Braga Netto para o Ministério da Defesa, do ponto de vista institucional, da democracia, da qualidade que ela precisa ter, já é um enorme retrocesso, já vem na contramão dos avanços que este Congresso Nacional possibilitou. É disso que nós estamos tratando.

Por isso, Presidente, eu considero que a aprovação desse requerimento de convocação do atual Ministro da Defesa, não na condição de Ministro da Defesa, mas na condição de ex-Chefe da Casa Civil do Governo Federal e de pessoas que faziam a relação do Palácio do Planalto com o Ministério da Saúde, especificamente, é para que aqui ele venha esclarecer o que foi que de verdade aconteceu nesses bastidores do enfrentamento à pandemia.

Nós não queremos incriminar ninguém, mas nós estamos naquela dificílima situação: ora, se nós estamos investigando corrupção no Ministério da Saúde, se nós estamos investigando negociações espúrias para a aquisição, por atravessadores e lobistas, de vacina enquanto o Governo fechava as portas para a aquisição de vacinas da Pfizer, do Butantan e da OMS, nós temos que esclarecer tudo isso. Se os culpados são civis ou são militares, do ponto de vista da investigação não importa, não importa! Isso é irrelevante! O relevante é que essas coisas todas sejam esclarecidas definitivamente e que as respostas possam ser dadas aos brasileiros, sobretudo aos familiares desses quase ou mais de... São 534.311 mortes que aconteceram no nosso País.

Nós temos a obrigação constitucional de investigar. Nós vamos investigar, haja o que houver! Nós não vamos nos intimidar. Essas ameaças não cumprirão papel nenhum, absolutamente nenhum. Mas os brasileiros, no prazo de funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, terão todas as respostas que precisam ter.

Eu passo às perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dizer a V. Exa. que, caso a depoente não responda nenhuma pergunta, nós iremos entrar com embargos de declaração para que o Presidente do Supremo possa esclarecer quais são os limites da depoente em ficar em silêncio, e aí a convocaremos novamente.

Pois não, Senador Renan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, Sr. Relator... Se V. Exas. me permitem, Sr. Relator e Sr. Presidente, a Dra. Emanuela prestou depoimento ontem à Polícia Federal. Eu pergunto à douta defesa se esse depoimento poderia voluntariamente ser compartilhado com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se não, se não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for possível, eu requeiro que o senhor coloque em apreciação requerimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito para o compartilhamento do depoimento que foi prestado por S. Sa. à Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador Randolfe.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sr. Senador, aqui está o termo de registro audiovisual. Está à disposição desta Comissão. Agora, o vídeo está só com a Polícia Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas foi aprovado agora o requerimento, então está encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque, como não está em sigilo... (*Fora do microfone.*)

Até porque, até então, eu entendi que as investigações eram sigilosas. Agora, estão fazendo questão de dizer que a pessoa está sendo investigada pela Polícia Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Boa iniciativa, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só uma curiosidade, Sr. Presidente, só para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antigamente, o cara fugia para dizer: "Não, não, não tenho nada".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Já que ela apresentou requerimento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, não; a pessoa agora faz questão: "Olha, eu estou sendo investigado pela Polícia Federal".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Eu não posso ser ouvido, eu não posso falar".

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só uma curiosidade, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mudaram completamente as coisas no Brasil.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Uma curiosidade: no depoimento que ela está apresentando, que apresentou ontem, ela também permaneceu calada na Polícia Federal? Porque isso é simples, é uma folha que está ali.

Poderia responder?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta pertinente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Poderia responder?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – V. Exas. poderão conhecer, a partir da requisição...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Se o senhor já está disponibilizando, eu queria ter acesso.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – O que tenho é isto aqui, um termo de declaração de registro audiovisual. Agora, ela prestou os esclarecimentos, V. Exas. terão esse depoimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pelo que parece que a douta defesa aqui apresenta, o depoimento foi recolhido em termo audiovisual, não é? Então, já foi aprovado o requerimento, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está aprovado, e nós iremos pedir à Polícia Federal...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pronto, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que compartilhe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi aprovado à unanimidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como não é segredo de Justiça...

E, por incrível que pareça, antigamente as pessoas escondiam que eram investigadas pela Polícia Federal; agora, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, é um absurdo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora todo mundo fala que está sendo investigado para poder conseguir um *habeas corpus* e ficar quieto aqui na CPI.

Senadora Simone Tebet, o agravo será feito caso a depoente não queira falar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós iremos fazer um embargo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... eu questiono se haveria a necessidade desses embargos declaratórios. Eu vou repetir, V. Exa. não estava aqui, o que pra mim parece muito claro da decisão do Supremo.

O Supremo foi categórico: a coloca na condição de investigada única e exclusivamente naquilo que possa comprometê-la. Agora, naquilo que apenas a envolve, a princípio, está muito claro: o Ministro Fux indefere o pedido de não comparecimento, impondo-se, quanto aos fatos em tese criminosos de que a paciente seja meramente testemunha, portanto, o dever de depor e de dizer a verdade nos termos da legislação processual penal.

Em sendo assim, V. Exa. já tem o poder, que foi lhe dado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, de aplicar os rigores da lei e dos poderes de que é investido o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, quando a testemunha, porventura, se recusar a responder algo que não a comprometa, embora a envolva na função de testemunha, porque, de alguma forma, direta ou indiretamente, ela teve conhecimento de determinado fato, como, por exemplo, o caso das *invoices*, em que ela, por *e-mai*l, era a representante que encaminhava a todo momento a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só, Senadora Simone, que o advogado, antes, teve uma conversa conosco – tinha vários Senadores, não era só eu – e disse que as perguntas são subjetivas, que a interpretação será dela – está certo? – e não nossa.

Então, nós entraremos também com uma investigação no Ministério Público em relação a crime por desobediência ao *habeas corpus,* se assim entendermos. E aí também não será subjetivo, será o que o Brasil está enxergando aqui nesse momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, é bom lembrar que a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma pena... É uma pena, Senadora Eliziane, que o Brasil todo, com mais de 534 mil mortes, e a gente tenha que passar por isso aqui e a gente não consiga investigar – não consiga investigar o mínimo, o mínimo, o mínimo.

Ontem foi ouvida na Polícia Federal. Aí, mais tarde, na véspera, é concedido um *habeas corpus* para ficar em silêncio. Pelo amor de Deus! Não querem investigar quem é culpado por essas mortes e por que a gente não comprou vacina?

Eu vi aqui uma correria, quando, para aquele cidadão que está envolvido em tudo que é treta lá dentro do Ministério da Saúde, foi dada ordem de prisão a ele. Era uma correria do Governo... Até ir lá onde ele estava detido... Membros do Governo, aliados do Presidente Bolsonaro foram lá se solidarizar com uma pessoa que foi colocada, exonerada por indício de corrupção – por indício de corrupção! Quem foi lá? Não foi quem está querendo investigar, não. Quem foi lá foi quem defende o Governo Bolsonaro aqui dentro. E, depois, não bastasse, ainda as Forças Armadas saem com uma nota desproporcional contra mim... Eu acho que, agora que o SNI soltou a minha ficha, parece que eles vão entender que isso não me intimida. Não me intimida ele, não me intimida o macaco guariba, não me intimidam! Nós vamos investigar, vamos investigar!

Sra. Emanuela, eu estou falando para a senhora que iremos tomar essas atitudes caso a senhora não responda. Se a senhora acha subjetiva, a Presidência entenderá que não serão subjetivas. Eu só estou lhe avisando para que depois não digam que a gente cometeu uma arbitrariedade; arbitrariedade em mandar recolher um mentiroso que foi exonerado pelo Governo porque estava negociando propina de US$1 por vacina num bar, tomando chope! E o Governo? Alvoroçado! Os membros do Governo aqui em defesa, dando entrevista: "É um absurdo! O Presidente está... Abuso de autoridade". Abuso de autoridade são as mortes, é a omissão, é ser complacente com um governo que não tem um milímetro de solidariedade; um Presidente que é incapaz de ser solidário aos brasileiros, um Presidente que abre a boca para assacar contra quem se contraponha a ele, um Presidente motoqueiro! O Brasil tem um Presidente motoqueiro que, em vez de ir aos Estados, Municípios, e visitar um hospital, e visitar uma família que perdeu um ente querido, vai assacar contra os adversários. É uma pessoa que não tem sensibilidade, agressor de mulheres, gosta de gritar com as mulheres, mas adora andar de moto. Grande motoqueiro o Brasil tem; péssimo Presidente o Brasil tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra para V. Exa. Não darei a palavra para mais ninguém. V. Exa. está com a palavra, Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só para pedir a V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeira pergunta à depoente Emanuela Medrades. Primeira pergunta: qual, Emanuela, é a sua relação profissional, técnica, com a Precisa Medicamentos?

Qual é a sua relação técnica, profissional, com a Precisa Medicamentos? V. Sa. é empregada da empresa, ou em que condição participa, funcionalmente, da Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Relator, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com relação à pergunta do seu vínculo profissional, técnico com a empresa? Em que isso pode incriminá-la? É a pergunta que eu faço.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador, Presidente, Senador Renan Calheiros, a avaliação que ela faz é de que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, licença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz pergunta à depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi para o senhor a pergunta não, é dela.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Seria muito rápido, seria muito rápido. Só para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor. Vocês pedem respeito, a OAB pede respeito aos advogados, agora também você ser ventríloquo da testemunha aqui...

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – De forma nenhuma. Eu quero fazer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você me desculpe, amigo. Ela que responda. Ela diga bem assim: "me reservo o direito de ficar quieta". Pode dizer isso. V. Exa. não vai responder por ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria repetir a pergunta: qual é a sua relação profissional, técnica, com a Precisa Medicamentos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É muito simples a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é empregada da empresa? A que título é a sua participação na Precisa? Isso não a autoincriminará.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Repete a pergunta, para o Brasil entender a resposta da depoente. Olha a pergunta que a incrimina. Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em primeiro lugar, eu queria só repetir que nós não vamos fazer nenhuma pergunta que possibilite uma autoincriminação da depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lógico! Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito pelo contrário. E se, por acaso, nós fizermos qualquer pergunta nessa direção, ela, sim, não estará obrigada a responder, como obrigada a responder está sobre qualquer pergunta que não a autoincrimine, como testemunha.

Eu fiz a primeira pergunta, que o Presidente pede para que eu repita: qual a sua relação, Emanuela Medrades, com a Precisa Medicamentos – profissional, técnica? V. Sa. é empregada da empresa? A que título é a sua participação na Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem alguma outra atividade profissional?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, por orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, ela está em estado flagrancial do crime do 330 – desobediência! Por favor, isso é elementar. A decisão do Ministro Fux se limita a ela se manter calada nos fatos que a incriminem. A pergunta é simples: qual vínculo empregatício com a empresa? Se ela se reserva ao direito de permanecer calada, ela não está cumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal! A Constituição Federal é clara: ninguém pode ser preso salvo em flagrante delito ou por ordem judicial. Flagrante vem do latim *flagrans*, que quer dizer corpo em chama. O art. 301 do Código de Processo Penal diz mais claro: qualquer do povo poderá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ...e as autoridades policiais e seus agentes devem prender quem quer que seja em flagrante delito.

É inadmissível que uma depoente venha aqui, estando com o compromisso de dizer a verdade, e se recuse a dizer o elementar que é o grau de responsabilidade, o vínculo de comprometimento, o vínculo empregatício...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Os advogados estão contra ela, na verdade, estão infringindo o Código de Ética da OAB...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Sr. Presidente, V. Exa. me permite usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Isso é contra um cliente. Isso não se faz com um cliente!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui... Presidente, eu queria fazer aqui uma colocação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – Só um minutinho! Eu vou... Eu vou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pediria a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pediria a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se V. Exa. me permite, eu pediria a V. Exa. que, diante da colocação feita pela depoente de que realmente não vai responder, na verdade, V. Exa. libere a depoente. Eu quero só deixar claro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero só dizer para o senhor aqui o seguinte: o Carlos Wizard veio aqui, Presidente, e não respondeu a nenhuma pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero, inclusive, pedir a V. Exa. que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São situações diferentes, Eliziane...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Omar, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... a extensão, a extensão, a extensão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Omar, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A decisão do embargo que V. Exa. toma também faça extensivo ao Wizard e aos demais também que não falaram!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não, não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São situações diferentes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É termo circunstanciado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São situações diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem. É um encaminhamento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Deixe-me fazer o encaminhamento. Se alguém... Quem vai fazer o encaminhamento neste momento sou eu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Eliziane.

Primeiro, é o seguinte: nós fizemos uma pergunta teste. Foi feita uma pergunta teste simples. Baseada na resposta dela, nós iremos suspender a reunião, chamarei os advogados, entraremos com embargo de declaração neste momento ao Presidente Fux para que ele possa nos responder...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A decisão está clara! Não precisa aclarar nada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí! Espere aí!

Quem decide sou eu se precisa ou não parar! Vou fazer o embargo de declaração agora, baseado nessa resposta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para que o Presidente Fux possa dizer quais são os limites.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu não vou perder meu tempo em estar ouvindo uma depoente que não quer colaborar – nem dizer qual o papel dela na empresa!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A decisão de V. Exa. é prudente e correta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Os advogados dela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É essa a decisão e acabou!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Prudente!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Os advogados não podem ser os mesmos do Maximiano...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Apenas para aclarar, no pedido que V. Exa. vai apresentar ao Supremo, que ela está se sujeitando ao crime de desobediência...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seria caso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E é termo circunstanciado...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seria novamente caso de prisão!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não é uma questão de...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por favor, isso é infração penal de menor potencial ofensivo. Lavra-se um termo circunstanciado. É só isso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir, antes de V. Exa. suspender...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas os limites têm que ser estabelecidos como o Omar falou: pelo Supremo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A decisão do Presidente foi guiada pelo bom senso. Vamos suspender. Todos nós ficaremos aqui e vamos aguardar a manifestação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, suspenda a sessão...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Suspenda a sessão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sessão está suspensa até que tivermos uma resposta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A depoente continua no local para ser ouvida no momento em que tivermos uma resposta do Supremo.

(A sessão é s*uspensa às 12 horas e 11 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco e aos oradores que estavam inscritos e que abriram mão das suas inscrições para falarem amanhã, para que a gente pudesse retomar os trabalhos da CPI da Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco, pela gentileza.

Convido a Sra. Emanuela para que adentre ao recinto, para que a gente comece a audição. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador Randolfe, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com a vossa devida permissão, permita-me fazer a leitura aqui, para o devido esclarecimento, da decisão de S. Exa., o Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a respeito do embargo de declaração interposto pela Advocacia do Senado em nome de V. Exa., Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu destaco, Sr. Presidente, que S. Exa., o Ministro Luiz Fux, deferiu dois embargos de declaração não somente em relação à paciente Emanuela Batista de Souza Medrades, como também deferiu embargo de declaração feito por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, assinado por V. Exa., em relação à decisão de *habeas corpus* proferida no dia 30 de junho, em favor do Sr. Francisco Maximiano, que, por decisão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, deverá ser ouvido amanhã, deverá ter sua oitiva amanhã por esta CPI.

Eu destaco, então, os termos da decisão de S. Exa., o Ministro Luiz Fux: "A decisão proferida em 12 de julho de 2021, sem qualquer inovação jurisprudencial no tema, ampara-se nos inúmeros precedentes do Supremo Tribunal Federal. A não autoincriminação tem assento constitucional, instaurando direito subjetivo, a ser exercido por qualquer cidadão, de não produzir prova contra si mesmo. Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu próprio titular [No caso, aqui, em tela, à assistência da Dra. Emanuela e à própria Dra. Emanuela, a quem cabe a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica]. Nesse sentido, é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício da não autoincriminação".

Destarte, Sr. Presidente, eu quero aqui destacar também a decisão de S. Exa., o Ministro Luiz Fux, sobre o poder-dever desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Diz S. Exa.: "Por outro lado, o que já é consagrado, inclusive, na jurisprudência, pátria, em relação à interpretação do Direito Constitucional, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais".

Nesse ponto – e eu chamo a atenção de V. Exa., Presidente Omar Aziz –, neste ponto, às Comissões Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dever... Ou seja, Excelência: não é somente um poder de V. Exa., como Presidente desta Comissão; é um dever de V. Exa., o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência do alegado abuso no exercício do direito de não incriminação, se assim entender configurada a hipótese.

Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a CPI de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis. Repito e grifo, Presidente Omar Aziz: dispõe a CPI de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis.

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal [continua o Ministro Fux] se imiscuir no conteúdo do depoimento da paciente, muito menos supervisionar previamente o exercício das atribuições jurisdicionais exclusivas da Comissão Parlamentar de Inquérito". Reitero e destaco: não cabe ao Supremo Tribunal Federal supervisionar as atribuições jurisdicionais que estão previstas na Constituição, no art. 58, §3º, e que são exclusivas desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, o pela ordem que faço é porque, diante da reverenciada decisão, eu queria requerer a V. Exa. que advertisse a depoente de que, no exercício das atribuições legais e regimentais desta comissão, é importante que esta comissão não tolere e adote as providências legais que forem cabíveis para serem assegurados os poderes desta Comissão Parlamentar de Inquérito no uso, na determinação exarada pelo Ministro Luiz Fux.

Claramente existe um direito assegurado à depoente – o direito a não autoincriminação. Claramente, não é aceitável, pela decisão de S. Exa., o Ministro Luiz Fux, o abuso desse direito da autoincriminação. O que deixou bem claro S. Exa., o Presidente do Supremo Tribunal Federal, tanto em relação à Dra. Emanuela, quanto em relação ao depoente de amanhã, o Sr. Francisco Maximiano, é que o direito da autoincriminação não pode ser abusado. Diz S. Exa. o que já é consagrado no direito constitucional pátrio: nenhum direito fundamental é absoluto. E o direito fundamental aqui, ao silêncio, não pode ser usado para obstrução à investigação ou para a busca da verdade por parte dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É a questão de ordem que apresento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Eu irei fazer uma pergunta à senhora, Sra. Emanuela: qual é a sua função, qual é a sua função dentro da empresa Precisa, na qual a senhora trabalha? Qual é a sua função?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, boa noite!

Eu sou Diretora Executiva e Responsável Técnica da Precisa. Eu sou envolvida em todas as tratativas contra a pandemia em que a Precisa atuou. Dessa forma, devido à negativa que me deram, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pedido de adiamento, eu pedi que fosse adiado por 12 horas esse depoimento, eu vou permanecer, no que eu julgar ser referente à pandemia, a essa CPI e também à empresa, permanecer em silêncio, porque é humanamente impossível você passar o dia inteiro nessa tortura e depois vir até aqui e ter que depor por mais oito horas, sendo que eu estou totalmente disposta a esclarecer e eu só pedi 12 horas de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora chegou aqui às dez e meia da manhã para esclarecer.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Às oito horas da manhã, Senador, oito horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um minutinho, doutor, não me interrompa. Eu não o interromperei na hora em que V. Exa. pedir a palavra. V. Exa. não me interrompa.

V. Exa. chegou aqui às dez e meia. Inclusive, a pedido, a senhora entrou por um local estratégico, para que a senhora não fosse de forma nenhuma admoestada por ninguém. Nós fizemos essa concessão, a primeira concessão à senhora, a pedido do seu advogado, porque a senhora estava num escritório, não estava aqui, não estava no Senado. Eu cheguei aqui às dez horas. Conversei com os seus advogados. Eles me comunicaram que a senhora iria permanecer em silêncio. Então, eu estou lhe fazendo essa pergunta para que a gente não fuja das funções que a senhora tem. Por isso é que eu lhe perguntei qual é a sua função dentro da empresa. Além disso, a sua função dentro da empresa, o que a senhora faz, quais são as suas obrigações na empresa. Sabendo das suas obrigações na empresa, com certeza absoluta não lhe faremos nenhuma pergunta que possa lhe autoincriminar. É por isso a pergunta nossa.

Qual é a sua função? Quais são os seus deveres na empresa? É uma pergunta simples. A senhora, quando foi contratada para trabalhar na empresa, foi contratada com uma função, e é isso que nós queremos saber. A sua função é tratar do Covid ou é tratar de contratos, liberação? É isso que nós queremos saber.

Baseado nisso, eu pedirei aos Senadores e às Senadoras que não façamos nenhuma pergunta à depoente que a comprometa e a autoincrimine. Por isso que eu estou lhe perguntando agora para que a gente não perca tempo em perguntas que a senhora não vai poder responder, e a gente não quer constrangê-la. Por isso eu lhe pergunto: quais são as suas funções dentro da empresa? Quais são as suas obrigações como funcionária da empresa Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso, Senador, eu já havia respondido. Eu sou Diretora-Executiva e Farmacêutica, responsável técnica pela companhia, e, mais uma vez, todas as tratativas em que a Precisa atuou no enfrentamento da pandemia eu fui envolvida. O.k.? E devido a isso e devido também à negativa a meu pedido de um adiamento de somente 12 horas... Porque temos que esclarecer, sim, não existiram irregularidades, e eu estou exausta. O.k.? Eu estou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psicologicamente e fisicamente, exausta e eu estou querendo colaborar. A única coisa que eu pedi foi o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros, Relator, para que a gente comece a ouvir a nossa depoente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Retomando o depoimento. Em função de decisão do Supremo Tribunal Federal – há claras circunstâncias com relação aos limites e às perguntas que a podem autoincriminar e, eventualmente, às perguntas que a depoente estará obrigada a responder –, eu gostaria de retomar.

V. Sa. tem alguma outra atividade profissional?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. é remunerada pela Precisa? Diretamente ou por meio de outra empresa do grupo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, mais uma vez, estamos falando do mesmo tema, estamos falando da companhia, e eu vou permanecer no direito de ficar calada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. chegou à Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu vou permanecer no meu direito de não responder, porque estou exausta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma empresa de V. Sa. tem alguma relação societária ou negocial com a Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. William Amorim Santana aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, como todos sabem, é Consultor Técnico do Ministério da Saúde, afirmou que já lidou com V. Sa. em outros contratos do Ministério da Saúde. Em função disso, eu gostaria de fazer algumas perguntas.

De quais outros contratos com o Ministério da Saúde V. Sa. participou?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não têm relação com a pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Senador, com todo o respeito, eu gostaria muito de colaborar, mas, no que diz respeito à Precisa, nesse momento e nessa pressão, eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para questão de ordem.) – Para poder situar as coisas no seu ponto razoável e racional.

Esse andamento absolutamente atípico de uma sessão da CPI se deu pelo não entendimento do primeiro comando do Supremo. Então, o Supremo Tribunal Federal concedeu à depoente o direito de permanecer calada pra evitar autoincriminação. Ela foi equivocadamente orientada a não responder nenhuma pergunta.

V. Exa., Senador Omar Aziz, poderia ter decretado a prisão por desobediência. O senhor tomou excesso de cuidado de solicitar esclarecimento ao Supremo Tribunal Federal novamente e, novamente, recebeu o mesmo comando, no sentido de que a depoente pode silenciar com relação às perguntas que gerem risco de autoincriminação, mas não com relação às demais.

Ressalto, da mesma forma, que exaustão ou coisa parecida não é justificativa para a depoente responder ou não responder, não funciona assim.

Então, a questão de ordem objetiva é que, se V. Exa., por ato unilateral de benevolência, resolver fazer uma nova sessão de depoimento, que o faça, mas, a prosseguir desta forma, que V. Exa. avalie a necessidade de prisão por não resposta indevida às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos avaliar a necessidade de uma tomada de decisão mais drástica nesse momento.

Eu vou pedir à Sra. Emanuela pra colaborar. Nós não queremos que a senhora se incrimine. Exaustos estamos todos nós, exaustos estão 534 mil brasileiros que perderam a vida e seus familiares. Exausta é a brincadeira que se fez no Brasil pra comprar vacina. E a Precisa brincou de vender vacinas. A senhora está aqui por causa disso. Então, a exaustão sua não é um centímetro de uma mãe ou de um filho que chora a perda do pai ou dos seus filhos.

Então, eu peço a sua colaboração nesse momento, Sra. Emanuela, porque, se tem alguém responsável por essa exaustão, tenho certeza de que não é essa CPI. Não foi a CPI que fez a senhora passar o dia todo aguardando. Foi uma decisão que a senhora tomou de nem querer responder a primeira pergunta do Senador Renan Calheiros, que era uma pergunta simples, que não a comprometia em nada. Naquele momento, nós percebemos que a sua presença aqui era pra brincar com a cara da gente. E eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estou lhe comunicando: eu espero que a senhora colabore. Se a senhora quiser tomar um café, quiser comer, eu espero aqui. Se a senhora está exausta, não tem ninguém aqui que não esteja exausto.

Agora, conforme disse o Senador Alessandro, a orientação dada para a senhora foi equivocada. A decisão do Ministro Fux é muito clara em relação à senhora não responder aquilo que possa autoincriminá-la, mas a senhora não pode aqui justificar que a senhora está exausta e não responder qual o salário que a senhora tem, como a senhora é remunerada, porque isso aí são perguntas simples, que não têm esforço físico nenhum. A senhora não vai fazer uma corrida de mil metros, de 10 mil metros. A senhora vai responder uma pergunta simples. E a gente está exausto também. Então, eu espero a sua colaboração para que eu não possa ser uma pessoa que tenha que tomar uma decisão que não é boa nem para mim, nem para a senhora, nem para ninguém.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, cabe indagar à depoente se ela quer um intervalo, se ela quer um tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Lógico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aqui, nós não temos pressa, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós não temos pressa. Podemos adentrar a noite toda.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – ..., eu queria só fazer uma pergunta bem direta, sem titubear. A resposta é apenas essa, Emanuela. Você não está querendo responder algumas perguntas por que você está exausta ou por que você não quer se incriminar?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sra. Senadora, eu estou sem condições físicas e psicológicas. Não tem crime, não tem irregularidade. Eu estou disposta a esclarecer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Amanhã você falaria tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Sim, eu estou... Minha intenção é colaborativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** A senhora está convocada para amanhã, às nove horas da manhã.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu espero que a senhora esteja aqui às nove horas da manhã para responder todas as perguntas, todas as perguntas que nós lhe faremos. Veja bem, a senhora é que está se comprometendo aqui. A senhora disse "eu vou responder...". Sim, senhora. A senhora disse. Por favor. Por favor.

Eu vou encerrar a sessão. E a senhora está convocada para estar aqui às nove horas, para a gente ouvir seu depoimento. Nós iremos ouvir dois depoimentos amanhã, o da senhora e o do Sr. Maximiano, após terminar a sessão.

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 11 minutos, reaberta às 19 horas e 44 minutos e encerrada às 20 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (36ª Reunião) 14/07/2021

ATA DA 36ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e três minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Flávio Bolsonaro, Leila Barros e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Cid Gomes, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 34ª e da 35ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Emanuela Medrades**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva da Emanuela Batista de Souza Medrades, Diretora Técnica da Precisa Medicamentos, em atendimento aos requerimentos 532/2021 e 987/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva - Francisco Maximiano**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Francisco Emerson Maximiano, Sócio-Administrador da Precisa, em atendimento ao requerimento 864/2021. **Resultado:** Oitiva adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia aos Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (36ª Reunião) 14/07/2021

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia.

Eu quero pedir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero pedir para a secretaria encaminhar a Sra. Emanuela Batista de Souza Medrades. (*Pausa.*)

Quanto à depoente, Emanuela Batista de Souza Medrades, conforme anunciado ontem esta Comissão foi notificada de decisões do Ministro Luiz Fux, no Habeas Corpus 204422, conforme dado conhecimento a este Colegiado no dia de ontem. Apenas reforço alguns pontos da mais recente decisão.

Ontem, a Senadora Eliziane questionou a depoente, e ela respondeu. Vou reforçar aqui: o que a autoincrimina, ela não precisa responder. O.k.? Então, a senhora, Sra. Emanuela, baseado no *habeas corpus* dado pelo Ministro Luiz Fux, baseado... Apenas reforço alguns pontos da mais recente decisão.

> [...] a não autoincriminação tem assento constitucional, instaurando direito subjetivo [...]. Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu próprio titular [que é a senhora], a quem cabe a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica [...].
> [...] às Comissões de Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso do exercício do direito de não-incriminação.
> Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a CPI de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis.

Foi essa a decisão exarada ontem pelo Ministro Luiz Fux. E ontem, com o questionamento da Senadora Eliziane, eu volto aqui a afirmar: a senhora ainda está com o *habeas corpus* que lhe garante a não autoincriminação em qualquer pergunta que a senhora achar que pode a autoincriminar.

Questão de ordem, Senadora Eliziane?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu quero cumprimentar os colegas, só reafirmando exatamente isto: ontem a depoente colocou algumas vezes que estava exausta; então, nós reafirmamos, atendemos o pleito feito por ela para hoje, lembrando que ela se colocou à disposição para falar. De todos os assuntos, eu conversei com ela, a Emanuela, e, logo após, falando, inclusive lembrei, Presidente, o que nós vivenciamos aqui com a Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações. Ela veio a esta CPI, Emanuela, na condição de investigada, e saiu na condição de testemunha, com as suas quebras de sigilos revogadas por esta Comissão, dado o nível de contribuição que ela deu a este trabalho.

Então, aqui na CPI, o objetivo é, sobretudo, aprofundar a investigação. Não há, por parte de nenhum de nós, a tentativa de pressionar, a tentativa de fazer qualquer ato na contraposição daquilo que é estabelecido pela legislação brasileira e pelo processo de investigação que é adotado nesta CPI. Então eu peço mais uma vez a você que a gente possa ter hoje aqui um depoimento tranquilo, mas com a contribuição necessária por parte de V. Sa. aos trabalhos da Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu vou passar a palavra ao Relator...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sr. Presidente, só para ela, então, esclarecer sobre ontem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Então, com a palavra, a Sra. Emanuela.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Srs. Senadores, eu permaneço à disposição, permaneço colaborativa, faço questão de falar tudo e, inclusive... Não, não existe irregularidade, não existe ilegalidade. A gente recentemente teve o vídeo aí, do dia 23... Por favor, me perguntem. Gostaria muito de ter oportunidade de falar sobre esse vídeo. Então, sim, estou à disposição, continuo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Srs. Senadores, Sr. Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, em função do fato de termos que ouvir hoje dois depoentes, eu vou tentar agilizar bastante as perguntas. Peço gentilmente à depoente que, na medida do possível, se puder simplificar as respostas, será melhor para o andamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A decisão do Supremo Tribunal Federal foi enfática – e o Presidente já a colocou aqui – no sentido de que é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício de não autoincriminação. No entanto, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais. Nesse ponto, enfatiza o Ministro que "às Comissões de Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever" como autoridades competentes para analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso do exercício do direito de não incriminação.

Em função disso, passamos às perguntas.

Qual é a sua relação com a Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, eu sou Diretora-Executiva e responsável técnica farmacêutica pela companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é empregada da empresa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que título é sua participação na Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não... Participação...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não, eu sou uma funcionária da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem alguma outra atividade profissional?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. – permita-me a pergunta – é remunerada pela Precisa? Diretamente ou por meio de outra empresa do grupo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu recebo um salário fixo da Precisa, diretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. chegou à Precisa? Como se deram as primeiras relações funcionais?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu fui recrutada pelo setor de RH em 2017, que foi quando eu fui contratada para ser Farmacêutica de Assuntos Regulatórios lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma empresa de V. Sa. tem alguma relação societária ou negocial com a Precisa Medicamentos ou com órgãos públicos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. William Amorim Santana, consultor técnico do Ministério da Saúde, afirmou que já lidou com V. Sa. em outros contratos da pasta. Em função disso, eu gostaria de fazer algumas perguntas. De quais outros contratos com o Ministério da Saúde V. Sa. participou?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós tivemos contratos com o ministério através de pregão eletrônico, que também era no mesmo formato de representação. E foram esses, os contratos dos preservativos femininos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. também trabalhou para a Global Gestão em Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não trabalhei para a Global. Sempre fui contratada da Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. presta serviços para outras empresas de Francisco Maximiano?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Prestar serviços, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde quando V. Sa. atua em contratos e licitações junto ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A nossa primeira licitação com o ministério foi em, salvo engano, julho de 2018. A primeira foi de preservativos femininos e foi a primeira de que nós conseguimos participar porque estávamos aguardando as licenças da Anvisa. Sem essas licenças nenhuma empresa conseguiria participar de nenhum processo de licitação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Precisa Medicamentos foi escolhida para atuar na negociação da Covaxin se a Global Gestão em Saúde já tinha costume de tratar com o Ministério da Saúde? Por que uma e não a outra empresa? Por que a escolha?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A Global não possui as licenças, Senador. Até onde eu sei, a Global não tem a qualificação técnica para ser uma representante em acordo, até com a 8.666, e também perante a Anvisa. Então, a Precisa tem uma pessoa farmacêutica, tem todos os enquadramentos técnicos e as licenças que são necessárias. E ela não foi escolhida: a Precisa é que buscou a Bharat na Índia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando começaram os contatos exatamente sobre isso entre a Precisa e a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Em junho de 2020 foi nosso primeiro contato com eles. A vacina tinha acabado de entrar na Fase II, então, era muito embrionário, mas o primeiro contato foi em junho de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou de todo o processo de negociação com a Bharat Biotech, da Precisa com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente quando se deu, só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Quando se deu o quê, Senador? – desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os contatos da Precisa com a Bharat Biotech.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É, a parte técnica, a negociação? Quando se deu exatamente o quê? – desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os contatos para eventualmente a Precisa representar...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, os contatos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no Brasil, é...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tá. Entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a Bharat nessa negociação.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os contatos, Senador, são contatos em que não dá para a gente cravar uma data. Eles começaram em junho; conforme a própria vacina foi evoluindo, o estudo clínico da vacina foi evoluindo, os resultados foram saindo, Fase I, fase pré-clínica, nós fomos avançando junto à Bharat.

Foi firmada a representação da Precisa em outubro do ano passado, mas, antes disso, já tínhamos NDA assinado, já tínhamos uma série de troca de informações de âmbito técnico, até porque, naquele período, ainda não se sabia se a vacina seria eficaz, se a vacina seria aceita nem pelo próprio Governo indiano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o relato cronológico, nós podemos dizer com relação a ele que os primeiros contatos começaram em julho?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Precisa com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Exato. Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu a aproximação da Precisa com a Bharat? Quais foram os seus facilitadores?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que circunstâncias isso começou? Com quem começou? Quem facilitou esses contatos a partir de julho?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, a Precisa já possui uma relação com o mercado farmacêutico indiano. Eu mesma já estive na Índia em 2019, bem antes de pandemia, justamente porque o nosso contrato de preservativos também é um contrato de produtos de origem indiana. Antes até da minha ida à Índia, já tinha relação desde o final de 2017. Então, devido a esses contatos... E nós temos um departamento de desenvolvimento de relações internacionais dentro da companhia; e eles fazem as buscas desses possíveis fornecedores que não possuem companhias aqui no Brasil, justamente para a gente poder representar, vendo, claro, a sinergia do produto com a atuação no mercado brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa Medicamentos teve o apoio da diplomacia brasileira nas negociações da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não senhor. Começamos 100% de forma privada, através de buscas da equipe técnica da Precisa, sem nenhum apoio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais empresas ou entidades foram contratadas para dar suporte à Precisa na importação da Covaxin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na importação da Covaxin?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Quais empresas foram contratadas para auxiliar, para dar suporte, para colaborar, facilitar?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, nós tivemos algumas consultorias técnicas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode citá-las, por favor?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por exemplo, a contratação do Instituto Israelita Albert Einstein na condução dos estudos de ensaios clínicos. Também contatamos a empresa Fukuma, que é uma companhia que faz toda a parte regulatória para registro de medicamentos junto à Anvisa.

As únicas contratações que a Precisa fez foi no âmbito regulatório, até porque a questão da importação não era uma responsabilidade da Precisa, já que o importador era o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma entidade sem fins lucrativos auxiliou as negociações da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu desconheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe? Desconhece?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Eu desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais outras pessoas participaram das negociações com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Outras pessoas de lá ou nossas, da Precisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Precisa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Da Precisa foi uma relação 100% institucional. Então, o meu jurídico atuava diretamente com o jurídico deles também; a parte de exportação; a parte de logística; a parte técnica... Temos um comitê científico que também tratava diretamente com o pessoal do *medical affairs* de lá, toda a equipe técnica, todos os médicos responsáveis pela condução dos ensaios clínicos na Índia. Então, eu posso confirmar que quase 100% da companhia atuou nesse contato com a Bharat, cada um, claro, fazendo o que era pertinente à tua área.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos informações, em função da primeira pergunta e das perguntas que acabo de fazer, de que a Precisa Medicamentos transferiu à Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil-Índia R$500 mil em 17/02 e R$500 mil em 27/02, 23/02 exatamente. A assinatura do contrato com o Ministério da Saúde foi em 25/02, como se sabe. Representantes dessas entidades viajaram várias vezes à Índia nos mesmos períodos em que a delegação da Precisa viajou, e uma delas é relatada em correspondência do Embaixador de Nova Delhi.

Há uma questão: eu pergunto também sobre o que coloquei aqui um pouco mais adiante.

E outra informação, em uma posição contrária, é que os *e-mails* da Precisa enviados por sua defesa ao Tribunal de Contas da União revelam o nome de José Clóvis Batista Dattoli Júnior nas tratativas com a Bharat.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Hum, hum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele não tem, pelo acesso aos dados, relação formal com a Precisa.

A senhora conhece José Clóvis Batista Dattoli Júnior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Conheço, sim. Ele é um dos nossos consultores de mercado exterior. E ele também... Nós temos uma relação com ele também desde 2017. Ele não é um empregado da companhia. Ele... Mas nós temos um contrato de prestação de serviços, que a gente pode até disponibilizar. Mas ele não é um colaborador. Por isso é que ele não tem o *e-mail* @precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Mas ele atua conosco desde 2017 também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde se deram as tratativas com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Onde... Como assim? Desculpa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram feitas viagens? O local?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Ah, sim! Com a Bharat, direto em Hyderabad...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Em Telangana, no Estado de Telangana, na Índia.

Todas... A maioria das comunicações, antes da primeira viagem, foram, obviamente, por *e-mails*, *calls* e videochamadas, videoconferências. A nossa primeira reunião presencial e... Se eu não me engano, a primeira... Depois, tivemos ainda mais três ou quatro. Elas sempre foram dentro da fábrica, dentro do escritório da Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na Índia, em Hyderabad.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, o senhor me permite só dois esclarecimentos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – São com relação a respostas que já foram oferecidas pela depoente.

A primeira delas é com relação ao vínculo de trabalho com a Precisa. Na consulta aos cadastros do TCU e da Polícia Federal, não se encontra o registro dessa relação de emprego. Então, acho que seria interessante ter uma clareza. A senhora tem carteira assinada, tem contrato de trabalho com essa empresa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu tenho contrato de trabalho, não é na modalidade de carteira assinada. Eu sou farmacêutica responsável técnica. Eu tenho não só um contrato de trabalho, mas eu tenho um contrato também perante o CRF.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esse pagamento é feito através de nota fiscal de PJ?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nota fiscal. Eu emito notas fiscais, e eles me pagam.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O segundo ponto: a senhora informou que só trabalhou com a Precisa. Mas a senhora também é responsável técnica da BSF? É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, eu não sou responsável técnica, porque, para você ser responsável técnico de uma companhia, a companhia tem que lidar com medicamentos. A BSF não... Ela não comercializa, não distribui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Mas a senhora também tem vínculo com a BSF, que é do mesmo grupo do Francisco Maximiano?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, eu já tive.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Já teve?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu já trabalhei em formato de consultoria, mas todos os meus contratos sempre foram atualizações e derivados sempre com a Precisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Obrigado, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem levou exatamente a Precisa Medicamentos ao Ministério da Saúde para tratar da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, foi uma iniciativa, inclusive, minha. A partir do momento em que eu vi que nós tínhamos uma vacina com bastante potencial, tivemos uma reunião dentro da companhia e eu fui buscar quem era, qual era o departamento que era responsável pela questão da imunização no Brasil. E foi aí que nós tivemos a primeira reunião junto à SVS e junto também ao PNI, no dia 3 de novembro de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 3 de novembro de 2020.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O produto foi apresentado ao ministério pela própria Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nessa reunião, não. Nessa reunião, nós levamos a nossa carta de representação, levamos as informações técnicas e começamos a conversar, apresentar e tentar entender se aquilo poderia ajudar o Brasil, a população naquele momento. A partir do momento em que o próprio Secretário de Saúde e sua equipe demonstraram que "Olha, temos interesse em prosseguir", as próximas reuniões foram agendadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é Túlio Belchior Mano da Silveira?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Túlio é nosso Consultor Jurídico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a participação do Túlio na negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Túlio é nosso Consultor Jurídico, principalmente da parte administrativa. Então, ele nos assessora em tudo que diz respeito a Direito Administrativo, pregões eletrônicos, etc. Então, a participação dele é exatamente essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que, então, o Ministério da Saúde negociou com a Precisa Medicamentos em vez de lidar diretamente com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, na Lei 8.666, de 1973, que é a lei de aquisições públicas, no art. 32 consta claramente que qualquer empresa internacional, qualquer fornecedor internacional que não possua um CNPJ dentro do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

obrigatoriamente deve indicar um representante legal. Justamente por isso que não seria possível o ministério atuar de forma direta sem qualquer outra pessoa jurídica no âmbito nacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto é que a Bharat Biotech vai receber pelo fornecimento das 20 milhões de doses da Covaxin? Que parcela desse montante será destinado à remuneração da Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eles vão receber os US$15. Bharat vai receber US$15 por dose, caso o contrato seja... Já incluso o imposto, o frete, todos os itens de riscos e derivados. Na questão da participação da Precisa, ela tem clausula de confidencialidade, e eu não tenho autorização pra compartilhar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora tem cópia do contrato da Precisa com a Bharat?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o empenho para pagamento das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Justamente pelo fato de que a Precisa é a representante. Não sei exatamente em qual parte da 8.666 consta isso, mas isso é normal. As empresas que representam, geralmente... Geralmente, não, 100% do tempo, o empenho é emitido para aquela que está representando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – V. Exa. me permite?

A senhora acabou de afirmar que os laboratórios, os fabricantes que não possuam suas representações próprias no Brasil são obrigatoriamente... É necessário ter um representante legal.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu pergunto a V. Sa.: a AstraZeneca tem representante legal no Brasil?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – No caso da AstraZeneca, eles comercializaram através da Fiocruz.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas eles também fizeram importação direta da AstraZeneca, não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu não consigo responder pelos outros contratos, porque eu não tenho essa informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Pfizer é que, ao que me parece, não teve intermediário, Senador.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A Pfizer tem a própria Pfizer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A Pfizer não teve intermediário...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso. A AstraZeneca...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... a AstraZeneca negou que houvesse intermediário. E, pelo que nós temos conhecimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas a Pfizer seria o caso mais típico de não haver...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... em torno dela nenhum indicativo de intermediário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Eduardo...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, a Pfizer tem CNPJ aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... a Pfizer tem uma filial no Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, ela tem uma subsidiária no Brasil.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem uma subsidiária no Brasil. A AstraZeneca...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A AstraZeneca não tem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, a AstraZeneca fez através da Fiocruz. O representante da AstraZeneca no Brasil é a Fiocruz. Todos os laboratórios têm um representante – todos!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, eu quis...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só a Precisa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A CoronaVac tem o Instituto Butantan.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acho que o que o Senador Eduardo quis dizer é que só a Covaxin, em vez de uma, tem duas, porque, além da Precisa, tem a Madison, em Singapura, paraíso fiscal, para receber um dinheiro que poderia ser recebido...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, três!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que poderia ser recebido no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, nós vamos chegar aí.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acho que esse é o raciocínio do Líder do MDB.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k. Eu acho que ficou claro que há uma situação atípica em relação à Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Relator, só me permita...

A senhora poderia repetir o preço da dose da vacina, Dra. Emanuela?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – São US$15 por dose.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – US$15 por dose.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É esse o preço cobrado pela Bharat?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu perguntei à depoente por que o empenho para pagamento das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos. Por que foi?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, eu acho até que eu já tinha falado. A questão de o empenho ter sido... Referido o nome da Precisa não necessariamente significa que esse valor vá para a Precisa. Nós temos outros casos, inclusive dentro da Precisa, em outros contratos, no caso do preservativo, em que o empenho é para a Precisa, mas o pagamento é lá fora. Não existe a possibilidade de receber dentro do Brasil em dólar, entendeu? Então, o empenho é destinado à representação, mas o empenho não caracteriza nem o pagamento, muito menos consolida que aquele pagamento vai ser feito a nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, mas o contrato – é uma pergunta sobre isso – com o Ministério da Saúde prevê o pagamento direto a qual dessas empresas, à Bharat ou à Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sempre à Bharat. Todas as comunicações, contrato, até a própria *invoice*, o pagamento era para fora, não para a Precisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan, me permita mais uma vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí tem um problema muito sério.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Me permita mais uma vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – ... fazer uma pergunta à senhora?

Veja, todo o conhecimento que tenho é que, quando o Brasil ou o Poder Público ou até mesmo a iniciativa privada tem um contrato com uma empresa estrangeira, seja ele em dólar, seja ele em real, tem uma guia de importação. E, nessa guia de importação, é fechado o câmbio através do sistema bancário; se deposita em real, e o sistema bancário paga em dólar. Não existe isso de eu ter uma conta no exterior, em dólar, para pagar diretamente lá fora. Isso não existe! Toda operação financeira tem que ser feita dentro do Território nacional, a não ser que você seja uma multinacional, coisa que eu não acho que a Precisa seja. A Precisa mantém conta no exterior declarada à Receita Federal?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, Sr. Senador, a Precisa não tem conta no exterior.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, ela tem que fechar o câmbio e pagar o câmbio no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A pergunta que eu fiz foi exatamente o seguinte: por que o empenho para pagamento das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos? Ela falou que isso era normal. Não é normal, tudo tem a primeira vez, e esta foi, pelo menos, pelo que nós ouvimos aqui dos depoentes do Ministério da Saúde, de carreira, a primeira vez em que isso aconteceu no Ministério da Saúde.

Aí eu fiz a pergunta em seguida: o contrato do Ministério da Saúde prevê o pagamento direto a qual dessas empresas? O que é que o contrato diz, fala, estabelece? E ela respondeu: estabelece que o pagamento será à Bharat, e não à Precisa.

Eu queria, em função disso, perguntar: a Precisa Medicamentos já havia intermediado um contrato de valor tão alto como esse da Covaxin? A Precisa Medicamentos já havia intermediado um contrato de valor tão alto como esse da Covaxin, 1,614 bilhão exatamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – A Precisa, ela não intermedeia contratos, a Precisa representa, em acordo com o art. 32 da 8.666. E, quanto aos valores, os senhores podem ver no Portal da Transparência todos os contratos que a Precisa representou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta foi uma pergunta...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu não tenho agora na minha cabeça os números dos contratos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela já representou empresas num contrato deste tamanho?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Deste tamanho, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

Quais são as responsabilidades da Precisa nesse contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Responsabilidades para o ministério, responsabilidades...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contratuais, com relação ao fornecimento, às obrigações de fazer.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O.k., está claro. As responsabilidades da Precisa, elas, além das questões técnicas, além das questões de farmacovigilância, além das questões regulatórias, de ser a detentora do possível futuro registro do produto e demais questões de notificação, são justamente responder administrativamente e juridicamente pelo contrato, sendo que todas as questões comerciais são tratadas diretamente entre a Bharat e o Ministério da Saúde, tanto que a proposta enviada de US$15, e única proposta que o ministério recebeu, foi enviada diretamente pela Bharat ao ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia disponibilizar à Comissão Parlamentar de Inquérito uma cópia do acordo comercial que estipula a remuneração total da Precisa na venda da Covaxin?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sr. Relator, o memorando de entendimento, que é o documento que é possível apresentar, já está até juntado à CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto tempo durou a negociação entre a Precisa Medicamentos e o Ministério da Saúde? Por favor, essa informação é muito importante.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpe, Senador, quanto tempo o quê?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durou a negociação entre a Precisa e o Ministério da Saúde, exatamente?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, iniciamos... A primeira reunião aconteceu em 3 de novembro – provavelmente tivemos um *e-mail* ou uma ligação antes pedindo essa reunião –, e o contrato, como todos sabem, foi assinado em 25 de fevereiro. Somam 114 dias, salvo engano, de negociação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cento e catorze dias de negociação.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Começou quando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 3 de novembro.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde tentou negociar a redução do alto preço das doses da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por diversas vezes. Nós também, Senador. Eu tenho, inclusive, inúmeras evidências através de *e-mail,* eu pedindo – vou até disponibilizar a vocês –, eu, Emanuela, solicitando e colocando o desejo de que aquela vacina custasse menos que US$10 para o Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta sobre isso: por que o preço da Covaxin é 50% mais alto do que o das outras vacinas adquiridas pelo Ministério da Saúde, como a da Pfizer e a própria CoronaVac? A Pfizer, que foi de US$10, no primeiro contrato, e de US$12 a dose no segundo contrato; e a CoronaVac, US$10. Por que exatamente a Covaxin é 50% mais cara?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, a política de precificação da Covaxin é 100% da Bharat Biotech. A Precisa não atua na precificação. O que nós fizemos, que foi o que estava ao nosso alcance, foi tentar o tempo todo reduzir esse custo. Estão aqui os *e-mails*, e eu posso compartilhar com todos vocês. Não foi só uma vez, foram diversas vezes. Eu tenho os registros por *e-mail*. Nós temos reuniões, enfim...

Mas, especificamente e objetivamente respondendo a sua pergunta, não é a Precisa quem precifica, é a Bharat. E eles divulgaram a política de precificação deles de forma notória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outras negociações do Ministério da Saúde para a aquisição de vacinas se deram de maneira muito lenta. A que se deve essa celeridade das tratativas com a Precisa, que possui documentação regulatória incompleta até hoje?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, o senhor está perguntando porque o nosso contrato foi mais rápido, é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi mais rápido, e que as negociações foram lentas, não é? E a que se deve essa celeridade com a Precisa exatamente, que possui documentação regulatória incompleta até hoje?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu posso responder por que a nossa tenha sido razoavelmente mais rápida: justamente pelo fato de que nós aceitamos todas as condições que foram propostas pelo Ministério da Saúde. Nós atendemos a 100% da minuta padrão, que foi enviada pela própria Conjur, se eu não me engano, preciso até confirmar. Mas nós não pedimos nenhuma alteração de cláusula, nós não pedimos nenhuma alteração de prazo... E é exatamente pelo fato de a gente ter feito a adesão completa às solicitações do ministério que esse processo teve uma celeridade maior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, quais foram as pessoas do Ministério da Saúde envolvidas na negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se for possível...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... eu pediria um esforço para que V. Sa. listasse o nome dessas pessoas que, em momentos diferenciados ou em outros momentos...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... trataram da negociação.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu... Inclusive, essa resposta foi dada para a Polícia Federal – eles me perguntaram isso.

Dentro do SEI, se os senhores colocarem lá a busca conforme o nosso número de protocolo, vocês vão ver que os nossos documentos passaram por mais de 16 departamentos dentro do Ministério da Saúde antes da assinatura. E eu tive contato não só direto, mas em reuniões também, em cópias de *e-mails*, facilmente com mais de 30 servidores do Ministério da Saúde – servidores, assessores, consultores, eu não sei exatamente qual cargo, mas todos dentro do Ministério da Saúde, atuando dentro do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a participação de Elcio Franco nas tratativas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Renan, antes de V. Exa. passar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora, então, se reuniu o Coronel Elcio pra tratar sobre a vacina?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim. Não só com ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou perguntando do Coronel Elcio.

A senhora se reuniu com o General Pazuello?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é?

E com o Roberto Dias?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tivemos uma reunião com o Roberto Dias, mas foi depois da assinatura, foi no pedido de importação, na Secretaria Executiva, mas já era um novo secretário, não era o Secretário Elcio Franco mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na sede da Precisa, a senhora teve alguma reunião com algum membro do Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na sede da Precisa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguma reunião com algum membro do Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, nunca. Nenhuma reunião foi fora do Ministério da Saúde ou da Anvisa ou fora de *links* do Teams ou, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado. Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A senhora falou da participação de pelo menos 30 pessoas ou mais de 30 pessoas nas negociações...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu havia perguntado qual foi a participação de Elcio Franco nas tratativas para a assinatura do contrato da Covaxin, do Coronel Elcio Franco.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Secretário Elcio Franco estava com, até por determinação do próprio ministério, a responsabilidade de realizar todas as aquisições. Então, não era só a Covaxin que eu acredito que tenha passado pela pasta dele. O Secretário Elcio surge para a Precisa já a partir da terceira reunião. As duas primeiras foram com a SVS, foram apresentações técnicas, referentes ao produto, referentes ao que a gente já tinha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

informação dos estudos. E, na terceira reunião, que foi uma reunião dentro do Ministério da Saúde, que já tinha também SCTIE, na época o Secretário Hélio Angotti e todos os outros servidores que estavam envolvidos naquele momento, naquele tipo de atuação; foi a primeira vez que nós falamos com o Secretário. A partir daí, não ele diretamente, mas a maior parte das vezes os colaboradores que atuavam junto com ele tratavam conosco também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. E o Roberto Ferreira Dias?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Com o Roberto Ferreira Dias eu tive a primeira reunião no dia... Se eu não me engano foi em maio, final de maio, pra tratar sobre a segunda tentativa de pedido de autorização excepcional junto à Anvisa, já com o novo Secretário-Executivo de Saúde, o Rodrigo Cruz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. E os Secretários Arnaldo Correia de Medeiros e Hélio Angotti Neto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Arnaldo foi o primeiro que nos recebeu no Ministério da Saúde, na SVS, junto com a equipe dele. Então, a Francieli estava lá nesse dia. O próprio Dr. Lauricio Cruz foi o primeiro que nos recebeu e foi quem deu o encaminhamento e nos orientou: "Olha, a pasta de compras e aquisições está com a Secretaria Executiva, vamos seguir por uma reunião lá".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E em que momento exatamente o ex-Ministro Eduardo Pazuello participou das negociações?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nenhum momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele jamais participou das negociações?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – De que eu tenha participado, de nenhuma reunião o Pazuello participou. Nem nessa reunião em que estava sendo muito bem representado o Ministério da Saúde, com mais de 15 servidores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele interferiu nas tratativas antes da assinatura do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque o...

Com que órgãos do Poder Executivo a Precisa Medicamentos manteve relacionamento no âmbito das negociações a respeito da venda da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, o Ministério da Saúde e, eu não sei se encaixa aqui, a Anvisa, no processo de regulação do produto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Documentos do Ministério das Relações Exteriores mostram que, seis meses antes de sua aquisição pelo Ministério da Saúde, a Covaxin – seis meses antes – tinha o preço estimado em cem rúpias por dose, o que equivale a cerca de US$1,34. Seis meses antes. Contudo, a compra dessa mesma vacina foi contratada por US$15 pelo Governo brasileiro. Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que se deve essa alta vertiginosa de preço de mais de 1.000%?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, esse preço foi até associado pelo Presidente da Bharat, o Mr. Krishna Ella... Ele, em uma reunião, em agosto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

2020, disse que a Covaxin custaria menos que uma garrafa de água. A partir daí, sim, gerou-se toda essa expectativa de que seria um produto barato, só que o produto ainda não tinha nem sequer terminado a Fase I, nem sequer publicado a Fase I. E, no processo de desenvolvimento de um produto, é impossível você precificá-lo antes que ele esteja desenvolvido. Então, foi uma fala dele que não... Esse preço nunca foi praticado. Foi uma fala dele que foi muito criticada também pela própria Bharat, e esse custo nunca, em momento nenhum, foi ofertado. Ou seja: não dá pra gente comparar esse valor no momento de agosto de 2020; o produto não tinha sido precificado nem pra Índia nem pra nenhum outro lugar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os Deputados Adriana Ventura e Tiago Mitraud obtiveram documento, uma memória de uma reunião ocorrida em 20 de novembro de 2020, que registra que a vacina Covaxin tinha preço de US$10 por dose, e esse valor ainda poderia ser reduzido em caso de aquisição de um quantitativo mais elevado. Consta, nessa memória de reunião, que V. Sa. estava presente nesse encontro. Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas.

V. Sa. poderia narrar como ocorreu essa reunião e onde ocorreu?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tá bom.

Sr. Senador, essa memória de reunião foi uma memória unilateral, confeccionada pelo Ministério da Saúde, em que nós, parte da reunião, não tivemos oportunidade de, enfim, ler ou assinar ou até validar o que ali estava escrito. O que eu posso garantir é que não houve nenhuma oferta de US$10 por dose, e nós, o tempo todo, tentamos que esse produto fosse mais barato pro Brasil.

Eu vou, se vocês me autorizarem... Claro, a gente não vai conseguir espelhar, mas eu tenho aqui até um cronograma das últimas vezes que eu, evidenciadamente, pedi que esse produto fosse mais barato. E, inclusive, a Precisa recebeu uma oferta de US$18. Essa oferta a gente não repassou para o ministério e, no *e-mail* eu escrevo: "Esse valor está muito longe do que eu gostaria de ofertar para o Brasil". Eu escrevo isto: "Não está nem um pouco perto do *target* que eu desejo. Então, eu não vou repassar esse valor". Então, se na memória de reunião constavam US$10, é uma memória unilateral, eu não ofertei esse valor, esse valor não foi praticado.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Podia ser uma expectativa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Podia ser uma expectativa; e era. Eu tinha essa expectativa. Através dos *e-mails,* os Senadores vão poder ver que eu tinha essa expectativa e que eu reafirmei essa expectativa de um custo menor diversas vezes, inclusive comparando com o preço de outras vacinas. Eu coloco nos *e-mails* nas minhas comunicações com a Bharat *links* das notícias falando: "CoronaVac está custando US$10.7". Eu envio para eles e falo: "Pessoal, vamos reduzir o preço", em momentos que eu nem sequer tinha ainda a precificação. Então, em 20 de novembro, por exemplo, eu não tinha ainda o custo da vacina. A primeira vez que eu fui ter uma oferta da vacina para o Brasil foi no dia 9 de dezembro, e foi quando eles passam para a gente que o valor seria de US$18, e eu nego. Eu falo: "Olha, isso está muito longe do meu preço-alvo". E, aí, continuamos a negociação até que a gente, enfim, chega ao menor valor de US$15.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a senhora... Desculpe, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A senhora estava na reunião do dia 20 de novembro?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Estava. Estava, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tinha alguém representando a Bharat ou era só a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tinha. Nessa reunião estavam todas. Estava o Raches Ella, que é o responsável por toda a parte clínica; estava o Venkat, que é o responsável por toda a parte de exportação, estava o Mr. Sai Prasad, que é o Diretor-Executivo da companhia; e estava o Mr. Apoorv Kumar, que é um dos gerentes da parte de exportação também. Eles também não ofertaram por US$10, eu posso confirmar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Eles estavam nessa reunião?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Estavam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estavam na reunião. Então, a memória...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por vídeo, virtualmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A memória da reunião é mentirosa. É isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, Senador, é mentirosa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mentirosa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E foi a única reunião de que eles participaram, a Biotech, porque, nas outras duas, só tinha a Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles só participaram dessa reunião?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só dessa?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Emanuela, só para esclarecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma informação também muito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, essa informação do Ministério da Saúde que fala dessa reunião, que estavam presentes exatamente esses personagens...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pela primeira vez...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que a senhora declina aqui, que é a primeira das reuniões, que registra aqui o valor da vacina de US$10 por dose, que, em razão de eventual aquisição de montante elevado de doses, o valor poderia vir a ser reduzido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dependendo da quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Aberto à negociação.

Essa memória que foi encaminhada para esta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Ministério da Saúde não corresponde à verdade?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, eu não sei o porquê colocaram isso aí, porque nós não ofertamos a vacina a US$10. Nós não ofertamos a vacina a US$10. Esse discurso de quanto mais menos é natural.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A Precisa não ofertou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Nem a Bharat.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas a memória não diz que foi a Precisa que não ofertou.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Nem a Bharat, Senador. Nem a Bharat ofertou.

Nessa reunião, nós não falamos de quanto vai custar. Eu não tinha ainda... Eu consigo demonstrar, através dos *e-mails* que foram trocados depois dessa reunião, mostrar para os senadores que o preço nem tinha sido definido no dia 20 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só para recapitular para a senhora, nessa reunião, no dia 20 de novembro de 2020, estavam presentes os seguintes personagens: Antônio Elcio Franco Filho, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde; Flavio Werneck Noce dos Santos, Assessor Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde; Francieli Fantinato, Coordenadora Geral do PNI do Ministério da Saúde; Hélio Angotti Neto, Secretário do Ministério da Saúde; Max Nóbrega, Diretor substituto do Decit; Priscilla Azevedo Souza, Coordenadora substituta do Decit; Jessica Rippel, Decit, Secretaria de Ciência e Tecnologia; Francisco Maximiano; a senhora, Emanuela Medrades; Túlio Silveira; Dr. Raches Ella, e os demais representantes da Precisa – o que a senhora, inclusive, informou aqui –; Sr. Sai Prasad, Venkat Hariharan, Apoorv Kumar. Eram esses os participantes dessa reunião?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Que eu me recordo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, nessa reunião do dia 20... Vem a ata dessa reunião, encaminhada pelo Ministério da Saúde, que tem esses personagens que a senhora confirma que estavam presentes na reunião, a informação de US$10 a dose, que poderia ser reduzido conforme negociação, a senhora disse que não corresponde à verdade?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Que é mentiroso o documento do ministério?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, Sr. Senador, deixe eu... Posso falar? Existia, sim, uma expectativa de precificação de que o produto custasse menos que US$10. E eu não sei por que colocaram que o produto custaria US$10, porque não foi ofertado. O que, sim, existia no momento era uma expectativa. E eu consigo demonstrar para os senhores através de todas as minhas comunicações.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu acho que é importante extrair, diante desse impasse, o seguinte: saber dela se, pelo menos, esse valor foi conversado dentro da reunião. Quer dizer, de alguma forma esse valor foi conversado dentro da reunião? Qual foi a resposta da Precisa em relação a isso? Até para entendermos por que consta, numa ata em forma de memorial que foi encaminhada pelo Ministério da Saúde, representada aqui, obviamente, pelo... O Ministro da Saúde estava representado, nesse momento, pelo Sr. Elcio, que é o Secretário-Executivo, e, por que, diante de tratativas de mais vacinas, em vez de esse valor cair para baixo, ele acabou caindo para cima. Então, eu acho que é importante a senhora esclarecer isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Essa informação, Sr. Presidente, nessa linha, eu acho que esse ponto nós já debatemos algumas vezes aqui no âmbito da CPI. É importante esclarecer se se tratou realmente de uma projeção, de uma estimativa, de uma expectativa ou se realmente isto representou uma proposta: esse preço de US$10. Foi apresentada essa proposta ao Ministério?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não. Não, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A memória... A memória...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Qual foi a proposta apresentada, Emanuela?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas a memória...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A memória da reunião do dia 20...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... está conosco.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sr. Senador, deixe ela responder, por gentileza. Acho que é importante, depois da pergunta da Senadora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixem-na desenvolver a resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, existia, sim, uma expectativa. Nós tínhamos, realmente – sempre tivemos –, a intenção de ter um produto mais barato. E isso foi dito não só uma, mas por diversas vezes. Todas as vezes que tentavam reduzir o custo conosco, o nosso recado era: "Olha, nós não vamos deixar de falar com eles e de pedir que esse preço seja menor". Só que a Precisa não possui comando sobre a política de precificação da Bharat. Então, nós fazíamos isto: todas as vezes que eu recebia um *input*: "Emanuela, essa vacina tem que custar menos que o valor que vocês estão propondo", eu transmitia isso através de *e-mail* e eles retornavam justificando por que não iria custar menos que US$15, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem te cobrava preço mais baixo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, peço...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, poderia ler a memória...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... exatamente nesse trecho, para que todos os Parlamentares possam entender, para a gente poder acompanhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que me assegurem a palavra, porque a gente está num raciocínio de perguntas, numa evolução óbvia, e aí atrapalha.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite, faremos a leitura da ata, que eu acho que é importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... da memória da reunião. Em seguida, retomo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a inquirição de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A depoente quer acrescentar alguma coisa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu só gostaria de deixar claro que, se esse preço foi falado, foi como expectativa, tá? Expectativa o tempo todo. E que nós tentamos, sim, por diversas vezes, mas que não houve, em momento nenhum – nenhum – proposta que não tenha sido aquela enviada diretamente da Bharat para o Ministério da Saúde, com o valor de dose por US$15.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Eu vou fazer aqui a leitura. Se tiver algum dado dessa reunião que a senhora constate que não corresponde, por favor diga aqui, tá?

Os personagens da reunião já foram declinados.

> A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Sr. Elcio Franco, com a participação de representantes da Precisa Medicamentos e da Bharat Biotech International, para tratar sobre a vacina Covaxin. O Presidente da Precisa Medicamentos esclareceu que fez acordo com a Bharat Biotech para a importação e comercialização da vacina no Brasil, sendo o representante exclusivo da empresa indiana no País.

Corresponde? Isso aqui é preliminar.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Prosseguindo.

Aspectos técnicos e logísticos:

> . A vacina Covaxin, desenvolvida pela Bharat Biotech, em cooperação com o Indian Council of Medical, National Institute of Virology, utiliza a plataforma de vírus inativado.
> . Os estudos clínicos das fases I e II demonstraram segurança e imunogenicidade da vacina, e os resultados serão publicados nos próximos dias. O estudo de fase I incluiu 375 participantes. O estudo de fase II incluiu o grupo etário entre 12 e 65 anos.
> . Foi informado que o estudo clínico de fase III já foi iniciado em 23 centros na Índia e que se estima incluir 25,8 mil participantes adultos, na faixa etária de 18 a 99 anos, inclusive em população com comorbidades.
> . Há possibilidade de o estudo de fase III também ser realizado nos Emirados Árabes Unidos e no Brasil, sendo, no caso do Brasil, uma potencial parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein.
> . O esquema de vacinação consiste em duas doses da vacina, administradas por via intramuscular, com intervalo de 28 dias.
> . A vacina deve ser armazenada em refrigeração de dois a oito graus, por até 24 meses. A apresentação é em pó liofilizado, com validade de 28 dias após a abertura do fraco. A capacidade e o número de doses por fraco da vacina ainda estão em estudo.
> . A produção do IFA e da vacina ocorre na Índia, com alguns adjuvantes importados dos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

> . A Bharat Biotech possui capacidade produtiva de, aproximadamente, 200 milhões de doses por ano (além do fornecimento para a Índia), e está em processo de ampliação para 500 milhões de doses.

Corresponde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Só tem um ponto que não corresponde, e isso eu tenho certeza absoluta que nunca foi dito. A Covaxin não é em pó liofilizado. Desculpa, é supertécnico.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Não, tudo bem.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É solução injetável pronta para aplicação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

> Aspectos comerciais e jurídicos:
> O valor da vacina é de US$10 (dez dólares americanos) por dose, que, em razão de eventual aquisição de montante elevado de doses, o valor poderia vir a ser reduzido e estaria aberto à negociação.

Como esse é o ponto de polêmica, eu vou reler para todas as Sras. e Srs. Senadores: "O valor da vacina é de US$10 (dez dólares americanos) por dose, que, em razão de eventual aquisição de montante elevado de doses, o valor poderia vir a ser reduzido e estaria aberto à negociação".

Seguindo:

> A empresa Precisa Medicamentos apresentou disponibilidade de 46 milhões de doses para aquisição pelo Brasil, com entrega prevista para o final do primeiro trimestre de 2021.
> O Secretário-Executivo ressaltou que não há previsão legal para que um contrato vinculante seja firmado enquanto não houver um produto válido registrado na Anvisa, acrescentando que somente é possível a celebração de um Memorando de Entendimentos, que não seja vinculante e que disponha sobre informações como previsão de preço e cronograma de entrega de doses.
> O representante da Precisa Medicamentos questionou se poderia ser considerada a possibilidade de interesse em 100 milhões de doses por meio de assinatura de MOU não vinculante. O MS entendeu que essa era uma proposta a ser analisada e solicitou que a empresa formalizasse ao MS a sua proposta de MOU com suas condições [condições], cronograma e valores de doses, bem como enviem informações sobre os estudos e resultados clínicos da vacina. A Precisa Medicamentos, por sua vez, questionou sobre a possibilidade de assinatura de Termo de Confidencialidade pelo Ministério da Saúde. O Secretário-Executivo, então, solicitou igualmente que encaminhasse ao Ministério da Saúde proposta de CDA a ser celebrado.
> Adicionalmente, o MS registrou que há necessidade de inspeção das instalações da produção indiana pela Anvisa para aferição do cumprimento das boas práticas de fabricação.
> Em sequência, o Ministério da Saúde questionou sobre a possibilidade de adesão da Bharat Biotech à iniciativa Covax Facility, e a empresa ressaltou que não tem intenção de compor o portfólio da iniciativa.
> Por fim, o Secretário-Executivo agradeceu as informações prestadas e concluiu a reunião registrando a necessidade de registro da vacina na Anvisa para viabilizar a aquisição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

conforme legislação brasileira e que o MS segue disponível para a continuidade das discussões sobre a vacina.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) –

O representante da Precisa Medicamentos igualmente agradeceu a oportunidade, ressaltando a possibilidade de parceria em outras frentes, como vacinas para o zika vírus ou o chikungunya.

Antes, Senador Fernando Bezerra...

Confere tudo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Salvo a parte do preço, que foi apresentado como uma expectativa e não como uma proposta, sim, confere tudo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O restante confere, só não confere a parte do preço?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, e aquele ponto que eu citei, que não é pó liofilizado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Mas então tudo confere, menos a parte do preço. É isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, foi falado o preço...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi definido o preço...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Estimativa, Senador!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foram falados US$10.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu peço à Secretaria também providenciar cópias dessa ata para disponibilizar para todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Senador Fernando, e vamos retomar aqui com o Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um instante, Relator, é rápido. Talvez eu não tenha compreendido bem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... mas, quando se fala que Secretário-Executivo diz que não pode fazer proposta vinculante até a aprovação pela Anvisa, ele pede para que seja encaminhada uma proposta de memorando de entendimento e pede para que seja definido o preço, não sei se ouvi bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, a dúvida do preço está aí também nessa memória de reunião, não havia um preço definido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, me parece que não. O que o Secretário-Executivo fala... De qualquer forma, Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só estou querendo dizer que, se tivesse definido o preço, ele teria dito que o preço, no memorando de entendimento, seria de US$10. Ele pede para a empresa definir o preço no memorando de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, mas nós estamos exatamente na controvérsia do preço. Se o preço foi proposto diferente, é antagônico ao que consta na memória da reunião, que, segundo a Dra. Emanuela, com a ressalva necessária – com a ressalva necessária –, foi o único ponto de dissenso em todo esse memorial, em toda essa ata.

Eu determino à Secretaria providenciar cópias para todos os colegas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, pela ordem. Desculpa, mas eu acho que isso é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Ou talvez o cerne até agora desse depoimento. Tem outras testemunhas, como a própria Francieli, que esteve aqui, que podem testemunhar a verdade ou não da fala da Emanuela.

Por que isso é importante, Sr. Presidente? Ela falou – e eu até nem entendi a resposta que ela deu ao Relator – quando o Relator diz o seguinte: o porquê da agilidade da contratação por Covaxin? E a resposta dela foi: "É que nós aceitamos todas as condições impostas pelo Ministério da Saúde". Disse ou não disse isso aqui?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, que condições são essas que o Ministério da Saúde impôs? Passar de US$10 para US$15 também?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque, veja, as condições – no processo inverso –, as condições, quem aceitou de forma draconiana, foram as cláusulas leoninas da Covaxin. Foi o Ministério da Saúde que se submeteu à Covaxin, portanto, à senhora, à Precisa, em relação às cláusulas draconianas e leoninas desse contrato.

Não estou perguntando para o senhor; estou perguntando para ela.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu queria que ela até pudesse responder.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela pode dizer que não quer responder, mas eu estou perguntando para a Emanuela.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Ela vai responder, ela vai responder.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dr. Ticiano, tenho o maior respeito por V. Sa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, oriente o advogado, Sr. Presidente. Já é o segundo dia consecutivo. Oriente o advogado do limite da atuação dele. Ele não pode pegar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, a questão do valor precisa ser esclarecida em tempo, a tempo. Não precisa ser agora, mas é importante, porque eu escutei V. Exa. falando que o valor é de US$10, podendo ser reduzido. Nós aumentamos o número de doses; esses US$5 por vacina, por dose foram para quem ou iriam para quem? Essa é uma pergunta que pode ser colocada nessa mesa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso já está devidamente esclarecido.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela já falou que é uma expectativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há na Comissão Parlamentar de Inquérito um documento oficial do Ministério da Saúde, uma memória de reunião. Quer dizer, essa memória foi lida pelo Presidente da Comissão, e há uma divergência com relação ao ponto mais grave, mas uma divergência não de quem participou da reunião, há uma divergência que está sendo posta em primeiro lugar pela Dra. Emanuela. Quer dizer, então...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Relator, só um pequeno aparte. Mais importante do que essa memória é saber qual foi o valor no primeiro contrato oficial, no primeiro contato oficial, na primeira proposta oficial que foi feita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu queria só saber...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quem redigiu a ata pode ter se equivocado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... onde essa reunião aconteceu, o local?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Essa reunião foi dentro do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dentro do Ministério da Saúde.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse preço de US$10 – eu fiz essa pergunta também – foi diretamente informado pelos executivos da Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Esse preço de US$10 não foi proposto. Foi apresentada uma expectativa, mas não foi pela Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem apresentou essa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Relator, só perguntar...

Houve outro registro dessa reunião além dessa memória? Foi gravada a reunião? Teve registro em vídeo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, eu não sei. Eu não tinha nem acesso a essa memória de reunião e eu também não sei falar por que cravaram o valor de US$10, sendo que não foi ofertado esse valor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Qual foi o valor ofertado inicial, Emanuela?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – O primeiro valor ofertado, Senadora, foi, no dia 12 de janeiro, US$15. Antes disso, nem sequer eu tinha o valor da vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Mas quem tinha expectativa de US$10?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A Precisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para depor.) – Sim. Mas lá, no momento da reunião, quem levantou isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa, não entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Alguém falou em US$10 na reunião. Quem falou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem falou exatamente de preço na sua memória?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, na minha memória, de verdade, é bem complicado eu tentar lembrar esse momento dessa reunião; eram muitas pessoas. Mas o que eu sei e é uma coisa que a gente sempre falou: por todas as vezes que perguntavam para a gente do preço, no momento em que eu ainda não tinha um preço, a pergunta seguinte era: "Tá, mas não tem nenhuma expectativa?". E eu respondia: "Olha, a minha expectativa é que custe menos que US$10".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A Precisa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que disse a expectativa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – ... menos que US$10, é isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, eu escrevi isso por diversas vezes: menos que US$10.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu gostaria muito que os Senadores olhassem os meus *e-mails*...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito embora a proposta fosse de US$15.

Você tinha uma proposta...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu gostaria muito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, para ficar claro: você tinha uma proposta de US$15 e você falou que você esperava que fosse menos de US$10, é isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Senadora. Naquele momento, eu não tinha proposta alguma, porque a primeira proposta que eu recebi da Bharat foi só em dezembro, tá?

Se os Senadores me permitirem, eu gostaria de ler a ordem aqui que nós separamos, os *e-mails* que foram trocados, que tratam especificamente das tentativas de redução e da precificação da Covaxin pela Bharat. É bem curto, são cinco tópicos aqui. Eu vou tentar ser bem breve...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Qual é a data?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – ... para tentar esclarecer para os senhores.

Então, o primeiro *e-mail* é: em 20 de novembro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Qual a data? Qual a data?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Eu vou... Está aqui no...

Em 20 de novembro de 2020: evidencia a tentativa da Precisa Medicamentos de obtenção de um preço menor que US$10 por dose. Observe que, até o momento, ainda não existia nenhuma oferta de preço, tá?

Essas informações eu vou falar e eu gostaria muito que os Senadores e Senadoras olhassem esses *e-mails*, tá?

Número dois, em 27 de novembro de 2020: evidencia mais uma tentativa da Precisa Medicamentos de obter um preço menor que US$10 por dose para o Brasil.

Nessa cadeia de *e-mails*, também é possível ver que foi enviado pela Precisa Medicamentos à Bharat Biotech um *link* com uma notícia dizendo que a Sputnik iria custar US$5 por dose. Então, nesse *e-mail*, eu copio um *link*, uma informação da internet, que claramente constava lá que o valor da Sputnik seria de US$5 – praticamente eu fazendo uma pressão na Bharat: "Por favor, me dê um preço e me dê um preço bom", tá?

Número três, em 9 de dezembro de 2020: a Precisa recebe a primeira demonstração de preço por dose de US$18 por dose, tá? E, na cadeia, a Precisa informa que esse valor está muito longe do preço alvo e, mais uma vez, pede para que revisitem o valor ofertado para o Brasil.

Quatro, finalmente em 12 de janeiro de 2021: a única oferta que foi realizada pela Bharat ao Ministério da Saúde, em concordância à reunião realizada no dia 7 de janeiro de 2021, fixando o menor preço mundial da Covaxin para o Brasil.

É claro que essa reunião em 7 de janeiro foi entre a Precisa e a Bharat, em um momento até em que eles citaram e tentaram justificar por que eram US$18. Naquele momento, aquele preço tinha sido ofertado até para a Unicef. Então, eles deram várias justificativas, e essa foi uma delas.

E o número 5 é a evidência da única proposta que foi realizada para o Ministério no dia 12 de janeiro, com 20 milhões de doses, a US$15 cada uma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os *e-mails* que acabam de ser lidos pela depoente não desautorizam a memória da reunião.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Caraca, vai insistir com isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo contrário, ele colabora com a memória da reunião.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas a memória da reunião é clara: não havia preço definido. O que é escrito na memória da reunião...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que desautoriza... O que desautoriza...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Colegas, vamos garantir a palavra ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que desautoriza a evolução a partir da memória da reunião é o contrato sigiloso a que esta Comissão Parlamentar de Inquérito ainda não teve acesso, de quanto a Bharat remunerou a Precisa, que é uma das dúvidas que nós estamos tendo em toda essa negociação. É isso que vai realmente explicar o porquê da variação desse preço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Relator, se me permite...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

V. Sa. não citou quem disse que poderia ser um preço menor. No primeiro comunicado, não tem. Na reunião, diz que alguém diz que, além de ser 10...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Na reunião do dia 20?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... poderia reduzir. Quem falou nessa redução?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não tenho como me recordar, Senador, mas podia ser até eu, como uma expectativa sempre.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, nesse *e-mail*, não fala, por exemplo, que poderia ter a possibilidade de diminuir. V. Sa. só fala que são US$10, era a expectativa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não! Desculpa, Senador! Não entendi sua pergunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas alguém comentou: "Pode ser menor se a quantidade for maior". Alguém disse isso.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não, Senador! O *e-mail* que eu li foram as minhas comunicações com a Bharat, eu pedindo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E não fala sobre isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu escrevi esses *e-mails*. Eu escrevi. E eu obtive respostas. E esses *e-mails*, se eu não me engano, foram para o TCU.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas V. Sa. disse que foi V. Sa. que disse na reunião que a expectativa era de US$10.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, porque, em 20 de novembro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou perguntando quem é que disse também que poderia ser menor ainda em função da quantidade.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Eu não... Senador, eu não tive oportunidade... Era como se eu fizesse uma reunião com o senhor, eu saísse daqui, desenhasse uma memória dessa reunião e não apresentasse para o senhor e aquilo que o senhor ou que eu tivéssemos escrito fosse verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Emanuela, Senador Izalci...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, é que a Dra. Emanuela...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... vamos retomar para o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A Dra. Emanuela, na verdade, já respondeu. Ela disse que a nota, a memória da reunião é mentirosa. Ela respondeu com essa ênfase.

Eu queria perguntar...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Eu não disse "mentirosa".

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só um rápido reparo, Senador Renan: na verdade, ela divergiu do dado em relação ao preço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De toda a memória... De toda a memória, de todas as informações, a divergência contada por ela é sobre o preço. É sobre o preço!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – E o ponto técnico também, que eu acabei de falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o ponto técnico.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É importante, porque não é só uma coisa. Não é só um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu fiz a pergunta exatamente direta.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mentirosa, portanto, a memória da reunião? A senhora...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela falou que não. São só alguns pontos, Senador.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É equivocada, Senador. É equivocada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quer induzir a depoente a falar o que ele quer! Que coisa chata, rapaz!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, assegure minha palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas, a palavra está com o Relator. Cada um dos colegas tem um tempo para se inscrever, tanto os membros efetivos, quanto os suplentes, quanto os não membros. Nós não temos pressa na reunião de hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – A Precisa Medicamentos realizou quantas reuniões com o Ministério da Saúde antes do dia 20?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Antes do dia 20 de novembro?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Foram duas reuniões. Essa foi a terceira reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa foi a terceira reunião?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem estava presente nas outras reuniões, por favor?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nas anteriores?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nas duas anteriores.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – As duas reuniões anteriores foram na SVS.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram na S...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – SVS.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – SBS.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – SVS, junto com o PNI e toda a equipe da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A Precisa pagou ao Ministério da Saúde algum valor em garantia da execução do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A Precisa apresentou, inclusive em acordo com o que é solicitado nas contratações públicas, um seguro fidejussório. Caso aquela operação não seja concluída, ele funciona como seguro garantia. Não é um pagamento, é uma garantia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas apresentou, formalizou isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Formalizou, enviou o documento original.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual seria a modalidade de caução? Em dinheiro, título da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, essa operação é realizada entre o meu financeiro e o meu jurídico. Eu não consigo te responder. Não é da minha área de atuação na companhia, eu sou farmacêutica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Em depoimento ao Ministério Público Federal e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o servidor da saúde Luis Ricardo Fernandes Miranda apontou que foi atipicamente pressionado por superiores para agilizar a importação da Covaxin. Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas, em função do que esta CPI ouviu aqui e o Ministério Público Federal também do servidor Luis Ricardo.

Com quem a Precisa Medicamentos estava tratando no âmbito do Ministério da Saúde durante os trâmites de importação das doses da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os trâmites de importação das doses da Covaxin se deram através da Dimp, que é o departamento de importação. Sim, falávamos com o Luis, falávamos com o William, falávamos com a Ariadne, falávamos com a Lílian, falávamos com lista. Era uma série de pessoas que tratavam junto conosco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa Medicamentos entregou, portanto, toda a documentação exigida pra importação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Naquele momento, não. Depois nós conseguimos entregar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que documentos, então – ou a falta deles –, impediram a liberação das doses da vacina?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu gostaria muito de colocar aqui... Como é que eu posso colocar uma explicação do que era esse processo exatamente? Esse processo não era uma importação comum, não eram aquelas importações que a própria Dimp está acostumada a fazer. O processo só foi possível ser realizado através da RDC 476. Então, os documentos que tinham sido enviados no dia 18 foram documentos referentes a qualidade, segurança e eficácia da vacina, porque, antes de se ter um registro de LI, uma anuência de uma LI, você deveria submeter esses documentos para a Anvisa, para a Diretoria 5 da Anvisa fazer a análise, instruir isso através de uma Dicol e retornar com a anuência. A partir da anuência é que seriam, sim, enviados todos os documentos, que eram *packing list* e demais documentos referentes à questão aduaneira, pra que desse seguimento à importação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, os documentos que faltavam eram exatamente?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpe, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que documentos... Que documentos faltaram, impediram a liberação das doses da vacina? Uma pergunta concreta.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A Anvisa, quando retornou pela primeira vez, depois da análise dos documentos que foram enviados, disse que o relatório técnico de avaliação da vacina não era... Ele não atendia aos requisitos. Então, ela pedia que a gente retornasse com o pessoal do CDSCO, da Índia ou da própria Bharat e conseguisse um relatório que apresentasse em acordo com a própria RDC.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa realizou algum contato recente com a Anvisa ou com outros órgãos envolvidos no processo de importação? Quais?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Com a Anvisa a gente tem contatos praticamente semanais, alguns até diários. Nós temos mais de um processo andando atualmente na Anvisa: nós temos um ensaio clínico autorizado; nós temos um pedido de uso emergencial em andamento; nós temos uma série de tratativas com a Anvisa de longa data já.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, uma pergunta: a Precisa tentou apressar a liberação da importação da Covaxin...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em outros órgãos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que funcionários de outros órgãos a Precisa lidou no processo de liberação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Outros órgãos da Anvisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outros órgãos envolvidos, órgãos...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os únicos órgãos que a Precisa tratou sobre a Covaxin foram o próprio Ministério da Saúde e a Anvisa. Na Anvisa, quem tratava dessas ações de importação, através da autorização excepcional, era a Diretoria 5. Então, nós tivemos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode listar o nome dessas pessoas que representavam a Diretoria 5?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Dra. Daniela Marreco, Dr. Daniel Cruz, é... Senador, é uma lista imensa das pessoas que trabalham na Anvisa. Eu posso compartilhar atas de reuniões, não sei... Tinha reuniões com a Anvisa que eram mais de 40 pessoas na mesma reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa, exatamente, com Roberto Ferreira Dias?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa com Roberto Ferreira Dias?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não; a relação da Precisa aconteceu em uma reunião, em uma agenda na Secretaria Executiva, em maio. E foi a única, o único

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

contato. Não tínhamos relação. Nós tratávamos tudo com os funcionários do ministério, os colaboradores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Representantes da sua empresa se encontraram com Roberto Dias fora do ambiente do Ministério da Saúde, assim como...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu desconheço. Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... assim como ele fez com o Luiz Paulo Dominguetti?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa com o Coronel Marcelo Bento Pires, que repassou o número de telefone de Francisco Maximiano diretamente para o servidor Luis Ricardo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu acredito que o Marcelo Pires era o chefe do Dimp...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Marcelo Bento Pires.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É, eu não... Por nome, assim, eu não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi ele...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu nunca tive reunião com ele, eu nunca conversei com ele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi ele exatamente que repassou o número de telefone de Francisco Maximiano diretamente para o servidor Luis Ricardo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, mas nós não temos relação com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca tiveram relação com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu nunca tive reuniões com ele. Eu não... Eu não me recordo dele, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E para que serviria esse contato direto do servidor Luis Ricardo com a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Como assim, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Coronel Marcelo Bento Pires repassou o número do telefone de Francisco Maximiano para o servidor Luis Ricardo. Eu estou perguntando: seria para que esse contato do Luis Ricardo com a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu não sei para quê, até porque eu já tinha os *e-mails*, os contatos do Dimp, do departamento responsável pela importação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa com o Tenente-Coronel Alex Lial Marinho?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem relação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não tenho relação. Eu tratava com os funcionários do Dimp.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E nunca tratou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu tratava com o William, eu tratava com o Luis, eu tratava com a Ariadne.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não tem, não é?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não senhor, não tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém da Precisa tem?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desconhece.

A Precisa Medicamentos tratou do fornecimento de vacinas com o Sr. Rodrigo de Lima, funcionário terceirizado do Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor, eu não conheço o Rodrigo de Lima, não tratamos com Rodrigo de Lima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não o conhece?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não o conheço, não tratamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque o Luis Ricardo falou aqui que o Rodrigo de Lima mencionou a cobrança de propina pela negociação da vacina.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É, mas ele não mencionou a Precisa, deve ser uma outra operação, não tem nenhuma relação conosco. Nós não conhecemos Rodrigo de Lima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Em que dia foi encaminhada a primeira *invoice* da Covaxin ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – No dia 22 de março, às dez horas e vinte e um ou vinte e dois minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pediria à Izabelle, por favor, providencie aí...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O vídeo, não é? Pode colocar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Providencie o vídeo, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, aproveitando, enquanto aguarda o vídeo, e agradecendo a autorização da depoente para que a gente faça as providências, só com relação ao pagamento, Sr. Presidente, antes do vídeo: a senhora informou que era comum ter no contrato uma empresa e a nota de empenho em outra, o pagamento para outra empresa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, Senador, eu não disse isso. Eu disse que as duas empresas estão no contrato e que o empenho vai para a representante. Em todos os contratos da Precisa, Senador, foi assim que aconteceu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas, neste caso, não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Agora, eu não consigo responder pelo Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A situação de substituição da primeira empresa pela Madison não está com o contrato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A substituição da primeira empresa *trader* pela Madison não constava no contrato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não consta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E, na experiência anterior de contratações com a Índia, vocês tinham pagamentos feitos, empenhos feitos para *traders*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não. Então, era só um esclarecimento quanto a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca houve, foi a primeira vez.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nunca aconteceu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca aconteceu em todo o Ministério.

Por favor...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Algumas perguntas.

Por que a Precisa Medicamentos encaminhou ao Ministério da Saúde as *invoices* em nome da Madison Biotech? – repetindo a pergunta feita anteriormente pelo Senador Alessandro Vieira.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, eu posso só fazer um comentário sobre o vídeo? Eu acho que vocês passaram por alguma questão... Se o senhor me permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Esse vídeo foi uma audiência do Senado, foi no dia 23 de março deste ano. E, nesse dia, eu já havia enviado as *invoices*, já havia enviado, já havia trocado *e-mails*, já havia recebido as ligações do William com algumas solicitações de ajustes. No vídeo, vocês conseguem ver que eu não fui detalhista, eu não disse que, no dia 18, eu enviei o *link* com as informações técnicas da RDC; no dia 19, eu cobrei; no dia 21, eu mando a *invoice* pela primeira vez; no dia 22, eu recebo o primeiro retorno referente à análise da *invoice...* E, enfim, eu não sou detalhista. Eu estava com aquilo fresco na minha cabeça e eu acabei dizendo que encaminhamos. Sim, encaminhamos, porque já havíamos encaminhado. A questão é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Oi?

Eu provei, e a gente pode falar mais uma vez, a gente pode provar mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, na hora em que a depoente estiver falando...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, foi uma falta de atenção minha, Senador, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ainda agora... Ainda agora, eu estava lá fora, e a gente percebe nitidamente que, na hora em que estavam discutindo o preço da vacina, o advogado diz para a senhora: "Expectativa, expectativa". Expectativa de que fosse US$10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu preciso... Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora vai já concluir, eu só estou pedindo para que...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... na hora em que a senhora estiver falando, a pessoa fala uma coisa...

Pode concluir.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para questão de ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem, antes de ela concluir, porque é importante, é sobre o advogado. Eu estou vendo o Senador Alessandro Vieira insistindo que o advogado não pode fazer nenhuma orientação. Eu acho que lei federal vale aqui também para esta CPI. Então, vamos ler o Estatuto da OAB, em especial o art. 7º, incisos X e XI, que falam exatamente que o advogado pode instruir a pessoa que está sendo ouvida, sem problema nenhum. Eu não sei por que essa existência do advogado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ninguém está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoimento é da Emanuela.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Primeiro, parabenizar pela possibilidade da leitura, hoje, usando a máscara.

Segunda questão: ninguém está interferindo no processo de orientação da cliente, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor está querendo evitar que o advogado trabalhe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Estamos interferindo, sim, na tomada de palavra pelo advogado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O advogado está trabalhando.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O advogado não é depoente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Pode falar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ele não pode simplesmente retirar o microfone da depoente e falar quando quiser.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele pode orientar a sua cliente quando ele quiser.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Diretamente para ela, não pelo microfone, presidido pelo Senador Omar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Inclusive pelo microfone... Inclusive pelo microfone, por escrito ou verbalmente, se o senhor ler a lei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Continue na leitura. Vai que aprende.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Se o senhor puder ler, pelo menos... Aprenda o que está falando.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Continuando, Srs. Senadores... Então, referente ao vídeo, mais uma vez, eu não fui detalhista. Se eu soubesse que eu ia estar passando por isto aqui agora, eu ia ter lido, eu ia ter falado dia por dia, *e-mail* por *e-mail*, mas, mesmo não sendo detalhista, eu provei e provo, mais uma vez, que essa *invoice* só foi enviada no dia 22. E eu desafio o William Amorim e o Luis Ricardo a provarem também que eles receberam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

no dia 18, porque eles não vão conseguir. Então, eu estou disposta, inclusive, a fazer uma acareação junto com as informações que eles passaram e com os fatos, se é que eles os têm.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, V. Exa. poderia só passar o vídeo novamente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, passe o vídeo novamente, Izabelle?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador...

Dra. Emanuela, ao que me parece, a senhora, inclusive, puxa pela memória da data do dia 18, a senhora puxa pela memória... Se puder colocar mais uma vez, por gentileza?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ô, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só para ficar claro...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora tinha tanta certeza de que era "quinta-feira passada", que a senhora vai falar "sexta" e retroage e fala "quinta", porque a senhora tem uma boa memória.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só a interpretação que o vídeo dá.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, claro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dizendo...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só a interpretação que o vídeo dá, não é?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim. Na quinta-feira eu realmente criei o *link* do Dropbox. Na quinta-feira foi a primeira vez que eu encaminhei documentos técnicos para o Ministério da Saúde, através do Departamento de Importação, mas ainda assim, eu já disse aqui, eu não fui detalhista nas questões das datas – eu não fui. E eu já provei que esse documento não estava com o ministério no dia 18, ele só apareceu no dia 22. E, mais uma vez, eu desafio o William Amorim e o Luis Ricardo a demonstrarem o contrário, porque eu provei e eu provo quantas vezes for necessário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Essa informação é importante, viu, Sr. Relator, Sr. Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito importante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É muito importante fazer a acareação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso aí. Se querem a verdade, bote frente a frente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque, na verdade, cai por terra... O suposto crime de prevaricação cai por terra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É muito importante a gente trazer os servidores.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, é muito importante...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Presidente, a preocupação aqui é saber se o Presidente prevaricou ou não. A mim é buscar a verdade diante de um contrato que, pela ordem cronológica dos acontecimentos, só depõe contra a Emanuela.

Eu gostaria aqui, com muita tranquilidade, de dizer a você, que tem idade para ser minha filha... Gostaria muito de dizer isto para você: o seu depoimento para mim – para mim, que analisei o contrato da Covaxin, que fiquei o final de semana sobre ele –, ele não acrescenta nada quanto à materialidade. Para mim está comprovado que é um contrato fraudulento, superfaturado, de um esquema de propina dentro do Ministério da Saúde.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sem um centavo de dinheiro público. Interessante isso. Interessante. Interessante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não estou me dirigindo a V. Exa. V. Exa. usará o microfone quando o Presidente desta Comissão lhe determinar. Eu peço que respeite uma Senadora da República.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Muito interessante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu quero dizer a V. Sa. ou a você, porque tem idade para ser minha filha, que eu não estou aqui buscando materialidade no contrato da Covaxin. Eu tenho oitiva de testemunhas, nós já temos vídeos, nós temos *e-mails* e nós temos um contrato. Aqui o que nós estamos buscando é autoria, quem são os autores destes crimes contra a administração pública: possíveis crimes de peculato, de corrupção ativa, de corrupção passiva, de advocacia administrativa, de tráfico de influência, de organização criminosa. Então, eu gostaria só que V. Sa. ou você, se me permitir novamente, pudesse, com muita serenidade, responder aos questionamentos, porque eu não gostaria nunca de vê-la como a mão do gato. Sabe o que que é a mão do gato? Aquela que é usada para que terceiros possam se aproveitar e cometer alguma irregularidade. Então, assim, serenidade.

Sobre esse vídeo sozinho, você tem total razão: ele não serve para nada, mas quando se soma à fala, que tem que ser igualmente reconhecida como verdadeira, de outras duas testemunhas, diz muito. A acareação precisa ser feita.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Claro! Tem que ser feita.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não discuto que ela precisa ser feita. Eu gostaria apenas que a senhora, ou você, tenha consciência de que está numa Comissão Parlamentar de Inquérito, diante de um contrato que nós temos indícios gravíssimos de irregularidade e que agora estamos buscando autoria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu estou com palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não queria vê-la envolvida num processo onde, de alguma forma, a senhora ou você não tenha alguma responsabilidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, apenas para fazer uma ponderação: eu acho que a acareação é necessária. Veja, esse caso é um caso simples, porque você tem condições de apurar a chamada prova material. Prova material. Nós estamos diante aqui de depoimentos que apresentam informações diferentes. Agora, nós estamos na CPI,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

parece, como arautos da verdade, que, quando um fala uma coisa que lhes interessa, na narrativa acusatória, aí diz: "Não, esse está falando a verdade"; quando um outro fala, faz uma outra afirmação, que não vai na linha daqueles que defendem ataques ao Governo: "Aí não; esse está mentindo". A gente não tem que escolher quem mente ou quem diz a verdade; nós temos que apurar a verdade.

Então, nesse caso aqui, duas providências eu acho que são necessárias: primeiro, a verificação da prova material. Ela existe. Ela existe. É fácil apurar. E dois: a possibilidade de fazer a acareação entre duas pessoas que apresentam versões diferentes. Eu acho que é uma providência inteligente para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Comissão é inteligente. É muito inteligente. E aqui não tem... Aqui não tem bestinha.

Deixa eu só dizer... Concordo. Ela está pedindo acareação, acho que nós devemos fazer acareação, até porque ela é que está sendo acusada e ela faz questão de fazer acareação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto?

Primeiro... Mas também sigo a sugestão da Senadora Simone, que ela fala em três coisas. Então, nós iremos fazer, com certeza absoluta...

A depoente está respondendo a todas as perguntas. Caso ela caia em perjúrio aqui, ela sabe a responsabilidade que ela terá...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, o senhor me permite contribuir com a fala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... que V. Exa. está fazendo?

Veja, Senador Renan, no dia 20 de novembro tem aqui a memória...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da reunião.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... da reunião, em que se fala em valor de US$10. No dia 12 de janeiro, essa é a carta da Bharat Biotech que propõe não 20 milhões de doses: propõe 12 milhões de doses, com um cronograma de entrega que seria 2 milhões de doses em janeiro, 4 milhões de doses em fevereiro e 6 milhões de doses em março.

O que é fato – e, aí, a acareação é fundamental – é que, no dia 22 de novembro, está a carta encaminhada pela Sra. Emanuela, em que aqui deixa de ser 12 milhões de doses, passa a ser 20 milhões de doses, e aqui é que é a primeira vez manifestado que o pagamento terá que ser feito diretamente à BBIL (Bharat Biotech International Limited). Ou seja... E dá um prazo de validade para isso, Senador Omar, de um dia! Em um dia eles alteraram as condições da proposta, as condições de pagamento, e em um dia o ministério teve que responder e respondeu! Eu acho que esta é a grande questão para que nós possamos, numa acareação, finalmente entender a verdade sobre esses fatos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque, efetivamente, é inacreditável a mudança, em um dia, com uma carta que aumenta de 12 para 20 milhões de doses, muda a forma de pagamento e dá um prazo de um dia para o ministério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Altera a lógica...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Altera a lógica!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não se esqueça do valor. Não se esqueça do valor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O valor dependia da quantidade...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – US$15!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que era 10 na ata.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só que, no dia 12 – e, aí, a senhora tem razão –, no dia 12, na proposta da Bharat Biotech, ela fala em US$15.

Pede que haja anuência. No dia 22, ela fala em US$15, muda quem é o credor e exige uma série de condicionantes, e o ministério aceita. Isso é que precisamos entender como e por quê.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro. E outra coisa, Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O credor passa a ser a Bharat Biotech, é o fabricante, é o laboratório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a outra coisa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos deixar o Relator concluir o seu trabalho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A mudança é a segurança maior de contratos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ainda existem pessoas inscritas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. não me garantir a palavra, eu...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Conclua o trabalho de V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que eu vou cumprir a minha atribuição? Não dá.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estou só fazendo uma observação que a alteração que foi feita foi para melhor.

A alteração foi para melhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, Presidente, nós vamos ter, neste depoimento – e queria desde logo colocar –, muitos pontos para fazer acareações, muitos pontos para fazer acareações.

Por exemplo: a depoente afirmou que as negociações andaram rápido porque a Precisa aceitou as condições do Ministério da Saúde. Veja que coisa grave. Matéria da *Folha de S.Paulo*, do dia 14 de julho, afirma que a senhora conseguiu mudanças a jato em pagamento da Covaxin após recorrer a Elcio – há ofícios mostrando isso. Então, é uma óbvia contradição, porque a Precisa não aceitou as condições do Ministério da Saúde.

A segunda, eu perguntei aqui se havia um esforço diplomático para ajudar a negociação do Ministério da Saúde com a Covaxin. Ela disse que não. Nós temos aqui vários registros, por exemplo, oficiais, oficiais. Olha o que diz o documento do próprio Itamaraty:

> Recebi, em 6 de janeiro, representante da Associação Brasileira das Clínicas de Vacina [...], em visita à Índia para tratar com a companhia indiana Bharat Biotech da importação de vacinas contra Covid-19 para o Brasil. A delegação estava acompanhada dos cônsules honorários da Índia em Belo Horizonte, Elson de Barros Gomes Jr., e no Rio de Janeiro, Leonardo Ananda Gomes, também presidentes das Câmaras de Comércio Brasil-Índia naquelas cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E, aí, traça a evolução do esforço diplomático que aqui foi perguntado e foi negado ter existido, pela própria depoente. Mas eu vou prosseguir no interrogatório, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A depoente pediu cinco minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concedo à senhora.

(*Suspensa às 11 horas e 43 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 52 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

Quero...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço silêncio, por favor. Quero pedir silêncio.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que nós ouviremos hoje a Sra. Emanuela e marcaremos para agosto a vinda do Sr. Maximiano para ser ouvido. Não há como ouvirmos as duas pessoas hoje, até porque o número de inscritos aqui é muito grande. Então, eu vou comunicar aos advogados também que só iremos ouvir o Sr. Maximiano em agosto. Amanhã, o Sr. Cristiano que será ouvido.

Vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros para continuar suas perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Peço, por favor, à Izabelle que mande colocar o vídeo nº 2 para nós retomarmos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado.

Eu queria só dizer que as contradições são muitas, elas vão além dessas, dessa posta aqui neste vídeo. Até porque isso hoje não tem mais importância, porque o próprio Presidente da República já confirmou que recebeu as denúncias – o próprio Presidente já confirmou que recebeu as denúncias! Ele não confirmou ainda, e é importante que confirme, é se ele falou do líder do seu Governo ou se não falou. É isso apenas o que precisa ser comprovado com relação ao que envolve essa discussão. As *invoices* foram colocadas contraditoriamente: um falava em um dia, outro falava em outro, outro fala em outro – isso nós já temos, mas temos outras contradições.

Por exemplo, quando eu perguntei aqui se esse pagamento à Madison, se era comum, a depoente justificou, dizendo que o pagamento com relação à aquisição de preservativos para mulher foi feito dessa forma; e não foi feito dessa forma. É uma outra contradição. Então, são várias as contradições do processo, mas isso, mais adiante, nós vamos verificar, sem açodamento, sem discussão, sem confusão.

Eu queria perguntar: por que a Precisa Medicamentos encaminhou, em nome da Madison, as *invoices*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, antes de responder, eu vou esclarecer que o senhor não me perguntou se o pagamento para a Madison era comum; o senhor me perguntou se o empenho realizado era comum ser no nome da Precisa, e eu disse que sim, que, inclusive, os contratos de preservativos, mesmo sendo representante de uma empresa internacional...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... a empresa que estava emprenhada era a Precisa. O senhor me perguntou isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei se era comum se colocar o *invoice*...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Empenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e o pagamento em nome de empresa de paraíso fiscal.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, o senhor falou empenho. A pergunta que o senhor fez foi de empenho. Tá?

E, respondendo à questão das *invoices*, a Precisa envia porque a Precisa é a representante da companhia no caso em questão e signatária do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a razão mesmo por que a Precisa encaminhou ao Ministério da Saúde as *invoices* em nome da Madison Biotech? Qual é a resposta, por favor?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – As *invoices* que foram encaminhadas, no caso a primeira *invoice*, que foi encaminhada só no dia 22, foi enviada justamente para que fosse possível fazer o registro da abertura do licenciamento de importação e ser encaminhado para a Anvisa fazer anuência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor – por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Esse ponto que V. Exa. acabou de tocar... Eu busquei as notas taquigráficas, Sra. Emanuela, e o que a senhora diz é o seguinte: "A questão de o empenho ter sido... Referido o nome da Precisa não necessariamente significa que esse valor vá para a Precisa". E aí vamos à parte que não corresponde à verdade: "Nós temos outros casos, inclusive dentro da Precisa, em outros contratos, no caso do preservativo, em que o empenho é para a Precisa, mas o pagamento é lá fora".

Mas isso não é verdade; todos os pagamentos foram feitos dentro do Brasil e direcionados à Precisa, as ordens bancárias são em nome da Precisa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor. *Fora do microfone*.) – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Tem ordem bancária para o exterior no contrato de preservativos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tem, Senador. Por favor, eu preciso que o senhor pesquise dentro do Portal da Transparência e peça...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Foi o que eu fiz.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, a pesquisa do portal é superficial. Peça... Eu tenho, inclusive, os *drafts*... Não, como é o nome? *Swift codes* dos pagamentos que foram feitos, do Ministério da Saúde...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para empresa no exterior?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, para quem eu pedi em questão... Eu tenho como garantir. Tudo o que eu estou falando aqui eu tenho como provar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Então, sim, é normal, apesar de constar lá, no empenho, o pagamento como empenhado para a Precisa, o pagamento em si, por ser em dólar, por ser em câmbio, vai diretamente para o fabricante. E eu posso compartilhar com o senhor um dos *swift codes*.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Lembrando toda essa situação, o depoimento – a senhora se comprometeu aqui a falar a verdade...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora está me dizendo que os pagamentos feitos pela empresa... Pelo Ministério da Saúde, no contrato dos preservativos femininos, foram feitos para o exterior.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Só pela ordem, Presidente. É que esse tema é totalmente ausente. Ela, inclusive, tem um *habeas corpus* que exonera esse compromisso de dizer a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi colocado por ela.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Foi ela que colocou a informação.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Não, não. Eu sei, mas é um tema ausente.

Ela já disse a verdade dos fatos. Agora cabe, com todo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência... Excelência...

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Alessandro partiu de um depoimento dado ainda há pouco pela própria Dra. Emanuela – pela própria Dra. Emanuela!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Dra. Emanuela.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Confirmo, Sr. Senador. Não tem nenhuma relação com esta CPI, não tem relação com pandemia, mas, sim, eu confirmo, e o senhor pode, inclusive, perguntar no departamento responsável pelos pagamentos dentro do ministério, que todos os pagamentos foram realizados diretamente à conta da Cupid no que diz respeito aos preservativos femininos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

O Ministério da Saúde poderia, de acordo com o contrato e a legislação nacional, fazer algum pagamento à Madison Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu não conheço nenhum impeditivo em sendo uma empresa que está registrada em nome da mesma companhia, com o mesmo quadro societário, mas, ainda assim, caso o ministério houvesse nos apontado esse pedido, pedido a alteração, eu também tenho certeza de que a Bharat não iria ter nenhum problema em apontar, então, a própria Bharat para pagamento. Mas eu não conheço nenhum fator impeditivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que a senhora sabe sobre a Madison Biotech?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu sei que a Madison Biotech é a responsável por todos os contratos da Bharat desde o momento em que ela foi fundada e... É tudo isso que eu sei. Internacionalmente, eu sei que a Madison, em todos os países em que a Bharat comercializou a Covaxin – lembrando mais uma vez a política de precificação internacional, partindo de US$15 até US$20 por dose –, foi a Madison quem atuou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato previa uma remessa de 4 milhões de doses da primeira vez, mas isso não foi respeitado. Por que esse número foi alterado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, para fazer um transporte de qualquer medicamento termolábil, inclusive por previsão da própria Anvisa em relação à certificação de boas práticas de fabricação e transporte e armazenamento, é necessário registrar um processo chamado Validação de Cadeia de Frio. Isso você pode fazer com qualquer produto. Você pode, por exemplo, pegar uma ampola de água e mandar, simulando o trajeto desde o ponto de origem até o ponto final. Quando você tem tempo para fazer isso, você valida esse trajeto, essa rota de transporte, com *data logger* – no caso, com *envirotainer* – etc., e você demonstra para a Anvisa: "Olha, a minha rota está validada". Então, por exemplo, eu uso um *envirotainer* que, mesmo com um grande número de filas nos aeroportos, ele fica 72 horas fora da energia elétrica.

Enfim, o que aconteceu é: não tivemos esse tempo de fazer essa validação da cadeia de transporte antes, e essa validação seria feita com o próprio produto. Isso é muito arriscado do ponto de vista de seguro, e o próprio seguro, a própria Bharat, determinou "olha, vamos fazer a primeira, já que é uma validação, com teto de até US$50 milhões" – salvo engano –, e as próximas já estariam com essa cadeia validada, e eu posso enviar quantas fossem necessárias ou pedidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem autorizou, por favor, Emanuela, essa alteração?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Foi a fiscal do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O fiscal do contrato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era o fiscal do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Regina Célia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Regina Célia.

A partir de que data ela assumiu essa condição?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desde o dia 4 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde o dia 4 de março.

Com base em que ela autorizou?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na minha justificativa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... da validação de cadeia de transporte. É importante aqui que tudo que foi autorizado ou não pelo ministério, eu não tenho como responder, com base em qual lei ou com base em qual, enfim, justificativa; mas o que eu tenho como responder é que, em momento nenhum, eu me opus, eu ou a companhia, a não atender a qualquer solicitação do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a *invoice* solicitava o pagamento antecipado, se isso não estava previsto no contrato, por exemplo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A Senadora Simone Tebet estudou minuciosamente essas *invoices* e detectou mais do que informações imprecisas, irregulares. É pior: eram informações que contrariavam o contrato, que burlavam o contrato. E eu estou fazendo exatamente esta pergunta: por que essas *invoices* solicitavam o pagamento antecipado se isso não estava no contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, a Bharat tem o modo dela de fazer emissão dessas *invoices* e ela utilizou, o tempo todo, como se fosse uma minuta padrão para a confecção. A primeira que nós recebemos, que foi a enviada no dia 22, ela era com condições padronizadas para o mundo inteiro. Então, o mundo inteiro pagou antecipadamente, o próprio Paraguai. Não sei se vocês tiveram acesso às informações, outros países também que efetuaram a compra da Covaxin tiveram a condição de realizar o pagamento antecipadamente, nos termos do Incoterm FCA, entre outras informações, que nós conseguimos vantagens para o Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora está colocando que o Paraguai já havia feito isso, pago antecipadamente...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu estou colocando como um exemplo a partir de algo que é notório, algo que você já consegue ver através de notícias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está sendo altamente questionado no país.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque, além do Paraguai, colocado aqui por V. Sa., há uma outra coincidência com relação ao proceder da Global Gestão em Saúde, que também conseguiu pagamento antecipado no contrato de fornecimento de medicamentos para doenças raras no próprio Ministério da Saúde. Além do Paraguai, nós temos esse outro proceder da Global, que conseguiu, nesse contrato de venda de remédios para doenças raras, um pagamento também antecipado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Quando esse contrato antecipado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, esse episódio aconteceu antes de eu entrar na companhia, antes de eu entrar na Precisa. E eu não tenho como responder, até porque, se houve pagamento antecipado, foi muito provavelmente por uma determinação do próprio Ministério da Saúde na época, o que não tem nenhuma relação com a atuação da Covaxin, com a atuação da Precisa ou com a atuação da Bharat.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Quando foi esse contrato aí?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Qual contrato, gente? Me ajudem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Esse contrato a que o Relator está se referindo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato da Global com o Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em 2017 – 2017.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Dois mil e dezoito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dois mil e dezessete.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, espera aí, para nós não ficarmos confusos nem ela, porque eu também não estou entendendo: ela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele está se referindo a um outro contrato, numa outra situação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quando foi que a senhora entrou na Precisa?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Quando V. Exa. se referiu a pagamento antecipado, ela disse que houve uma tentativa de pagamento antecipado à luz do que já aconteceu no Paraguai, é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senadora, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Neste caso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, ela falou que era contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi isso, foi exatamente isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só divida, Relator: V. Exa. se refere à Global, não é isso?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nesse caso qual?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, por favor... Por favor, Senadores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para ficar claro aqui, gente, porque a pergunta do Relator...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Espera aí, espera aí. Para não distorcer...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, por favor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A pergunta do Relator...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... as palavras da depoente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou perguntando e estou dando a oportunidade para ela esclarecer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É que os erros verificados na primeira *invoice* se devem à padronização de contratos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela apontou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi isso que ela respondeu.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela disse que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, por favor. Nós temos as notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há mais nenhuma dúvida, ela já respondeu. Citou prática igual do Paraguai, e eu disse...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela disse... Ilustrou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que era o proceder da empresa Global, que é uma empresa do mesmo grupo, com o próprio Ministério da Saúde, porque em dois mil e...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É a Bharat Biotech. Ela estava falando da Bharat Biotech.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, eu gostaria muito de falar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, deixa a depoente responder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela estava falando da Madison, estava falando da Bharat Biotech...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos deixar a depoente responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falando da Precisa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não tem nada a ver com Precisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Precisamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Relator...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não tem nada a ver com Global...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Renan...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso aí é distorcer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu peço que assegure minha palavra, por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos deixar a depoente responder.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A política de preços é da Bharat Biotech...

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ela afirmou isso no depoimento dela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui quem pergunta também dá a resposta. Não pode.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Ela afirmou...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela já afirmou. Ela já falou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O preço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu já estou satisfeito...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelências, só um minutinho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senhores advogados, só um minutinho. Senhores advogados, só um minuto. Senhores advogados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Emanuela...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pede para reproduzir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (*Fora do microfone*.) – Pode reproduzir. Eu não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pede para reproduzir, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas, colegas...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (*Fora do microfone*.) – Mas reproduz a pergunta do senhor também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Só um minutinho, colegas...

É possível a Secretaria reproduzir?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A depoente está aí, é só perguntar. O que é isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela fala de novo.

Pelo amor de Deus!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Está ficando louco?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós já temos a resposta. Já temos a resposta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – E não é a que o senhor quer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A resposta construída pelo Relator. Essa é a resposta certa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso, Senador Renan?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Constrangimento para a depoente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Deixa eu falar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso é uma covardia...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão colocando palavra na boa da depoente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe... Não é possível.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Questão de ordem, Senadora Simone Tebet.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O truque do vídeo é quando...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por favor, eu só estou pedindo para falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora...

Só um minutinho, Emanuela.

Senadora Simone...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso, tão simples.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora está pedindo questão de ordem?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor. *Fora do microfone.*) – Estão obstruindo a palavra dela.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Questão de ordem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colegas...

Senadora Simone, por gentileza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu levantei... Não quis causar tumulto.

Eu levantei essa questão, porque também é uma das mais relevantes. Já que Senador Renan Calheiros me citou – e eu agradeço, porque foi uma citação gentil; não é o caso de art. 14 –, eu fiquei aqui com a antena ligada.

E, na pergunta que ele fez, eu quis... E por isso que eu perguntei novamente a ela. Ela teria dito o seguinte: "Não, isso, a princípio é uma praxe", ou, enfim, da Bharat Biotech... Não sei... Não interessa se foi a Precisa ou não. Isso me chamou a atenção porque, independente de ser Madison, Bharat Biotech ou Precisa, isso não poderia ter acontecido, porque não consta do contrato, um contrato inclusive ilegal, porque foi assinado anteriormente a uma lei sancionada... Aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República.

É preciso retomar aqui alguns pontos importantes, Sra. Emanuela, por isso que eu disse: a materialidade nós temos; cuidado que nós estamos atrás dos personagens e da autoria.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu só gostaria de responder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa, Senadora Simone. Não tem materialidade nenhuma.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu tenho ou não a palavra, Sr. Presidente?

(*Soa a campainha.*)

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, eu estou sendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi me dada ou não a palavra, Presidente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não em materialidade nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem que desligar o microfone.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E a gente tem que ficar ouvindo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí não dá, não é, Presidente?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mentindo...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Eu nunca tive a indelicadeza do Líder do Governo de gritar com ele. Mas estou começando a ficar surda do lado esquerdo e do lado direito. Eu não consigo sequer ouvir o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – ... porque ficam os dois no meu ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... o senhor pode ficar tranquilo. Não precisa o senhor ficar vermelho, calma; porque, veja, até o microfone eu desliguei. Até o microfone nós bloqueamos. Então, vamos garantir...

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – O senhor me respeite! O senhor me respeite!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (*Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, por favor!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Se o senhor repetir isso mais uma vez, eu vou falar ao microfone...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Repita o que o senhor disse para mim! Repita!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Ela falou isso?

Fica induzindo a depoente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Repita o que disse para mim!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Não, repita o que o senhor disse sobre mim! Ora!

Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem.

Se esse Senador novamente repetir o que disse para mim agora, eu vou poder invocar nosso Regimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Estou dizendo que a senhora está querendo induzir a depoente a falar o que a senhora quer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No microfone, ele não tem coragem de falar o que disse para mim agora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Que a senhora está induzindo a depoente a falar o que a senhora quer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não foi isso o que o senhor disse.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Foi, foi!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não foi isso! Eu quero respeito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela não vai mentir, não! Ela não vai mentir aqui, não!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Flávio, por gentileza, por gentileza...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, eu preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora vai falar.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os senhores estão me coagindo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A senhora vai ter a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A senhora vai falar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu quero apenas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... assim que a Presidência lhe conceder, em só um minuto!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A palavra está com a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A questão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu asseguro a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A questão importante aqui é saber... Ela vai ter o direito... E acho que tenho o direito de repetir a pergunta formulada pelo Relator. Por quê? Independentemente se é do Paraguai ou não, se foi por parte da Precisa, da Madison ou da Bharat, tem um ponto essencial: não havia previsão legal no contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu perguntei a ela.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... seja pela lei brasileira, seja pelo contrato assinado, de pagamento antecipado de vacinas sem comprovação científica de eficácia, sem autorização da Anvisa, nem mesmo autorização das autoridades sanitárias dos Estados Unidos, da China e da Europa, como previa naquele momento a lei brasileira, que não permitia a autorização sanitária da Índia.

Então, essa resposta dela é muito importante para o processo e para a verdade dos fatos.

Houve ou não tratativa ou pedido de pagamento antecipado? E por quem foi feito isso?

Eu ouvi, na primeira resposta da senhora, ou de você, que alguém ou alguma empresa havia tentado negociar pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, agora, sim, antes de eu devolver, para concluir...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Por favor, Senador, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com certeza, Sra. Emanuela! Calma! Calma!

Antes de conceder a palavra à depoente e devolver a Presidência ao seu titular...

Dra. Emanuela, agora sim, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Muito obrigada.

Sra. Senadora, o que eu disse... A pergunta do Relator foi muito clara: por que é que, na *invoice* da Madison, constava pagamento antecipado? E eu expliquei, falando que era uma minuta padrão e que nós conseguimos uma condição benéfica para o Brasil, diferente dos outros países. Eu expliquei que o fato de ter sido enviada a primeira *invoice* nessas condições não necessariamente sobrepõe o contrato que já tinha sido assinado. Entendeu?

E, mais uma vez, conforme o que outros depoentes falaram aqui, uma *proforma invoice* é um *draft.* Ela é um documento que vai e vem diversas vezes. Em momento nenhum, foi solicitado o pagamento antecipado. Em momento nenhum, foi feito nenhum tipo de pressão ou sequer recusado qualquer pedido de correção.

O que todo mundo tem que entender é que uma *invoice* é um documento internacional. Ninguém tem a obrigação de entender como é que o Brasil atua, como é que a Siscomex atua, quais são as informações obrigatórias que você tem que colocar. O que é que a Índia sabe? A Índia usa o padrão dela, o que ela usa em outros países. A Índia não conhece a NCM, a Índia não conhece que nós precisamos colocar cubagem, peso etc.

Então, é natural que, nesse processo, tenha idas e vindas de documentos, com alguns erros materiais ou alguns erros que são sempre corrigidos. O que não pode acontecer é, no momento da importação, esse documento estar errado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Então, teve correção, Emanuela?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Nós tivemos ajustes – o.k.? – conforme...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... o que foi pedido sempre. Tudo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fez alterações na *invoice*...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou deixar... É a minha vez. Eu não vou tratar desse assunto na minha vez.

Obrigada, Relator, pelo tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria pedir, por favor... Coloque o áudio das notas taquigráficas a partir da pergunta que eu fiz. (*Pausa.*)

Por favor, eu vou aguardar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela acabou de explicar. Vai passar o áudio de novo? Constrangimento pra depoente. É um em cima do outro. É impressionante, cara. Impressionante. Deixe ela falar. Ela já falou, já explicou, rapaz. Que isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Deixe ela falar. Ela já falou, já explicou, rapaz. Que isso?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, pela ordem. Presidente... Presidente, pela ordem. Presidente... Pela ordem, Presidente. Nós estamos com a depoente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a necessidade de repetir vídeo de depoimentos de presente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí. Só um minutinho, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é producente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que vocês achassem aquela parte... Eu a ouvi dizendo que não era normal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não é esse o trecho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Que não era normal isso. Só um minuto. E depois ela voltou. Quando ela voltou... Eu dei cinco minutos pra ela ir lá, ela voltou e pediu pra repor a questão. Está bom? Porque vocês têm que pegar é o conjunto da obra, não é só o fato. Ela pode ter até se equivocado e ter respondido, mas o que ela respondeu... O que o Senador Renan está falando é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tem dúvida, pergunta de novo, Presidente. A depoente está aí. Qual o prejuízo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você vai me orientar o que eu vou fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vai orientar agora o que a gente vai fazer?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem é acostumado a orientar testemunha aqui é o Relator.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou aceitar a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou garantir a palavra ao Senador Renan.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só aproveitando a coincidência do vídeo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só estou achando que não é razoável. A depoente, seja na Polícia Federal, no Ministério Público, aqui, pode retificar as declarações, esclarecer, evitar dúvidas. Eu não sei o que está se tentando impingir com um determinado depoimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só foi uma coisa, Senador Fernando Bezerra. Senadores e Senadoras, ninguém puxou esse assunto. Quem trouxe o assunto à baila foi a depoente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, ela respondeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tem dúvida, pergunta, Presidente. É assim que funciona um depoimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ela respondeu mais de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, deixe eu lhe dizer. Ela disse uma coisa e depois, quando ela voltou do intervalo que foi dado a pedido do advogado...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Negativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que isso, Presidente?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Negativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, agora, quem faz questão de ver o que ela respondeu sou eu. O.k.?

Procure aí pra mim, por favor, a hora em que o Senador Renan pergunta a ela o seguinte: "Isso é normal ser feito? Foi feito dessa forma? Foi pago pra outra empresa?". Ela disse "não".

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, a pergunta é sobre o primeiro erro na *invoice*, na *pro invoice*, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É, que foi padronizado. Que foi padronizado. É isso que ela respondeu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não é erro. Isso é fraude.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Essa parte...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse foi o que ficou até o fim. Essa empresa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso foi erro. Isso foi erro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... em todas as correções...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma fraude ao contrato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... ficou até o fim. Ficou até o fim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não tem fraude. Foi corrigido, meu Deus do céu! Que fraude?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, aproveitando esse intervalo, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela perguntou – foi o que o Senador Renan... Pelo que eu estou entendendo, o Senador Renan pergunta a ela se era uma prática você pagar para uma outra empresa. Não foi isso, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não é isso. Então, vamos ver aí. Por favor, a gente está discutindo...

Continue, por favor, Senador Renan, enquanto eles procuram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou prosseguir no interrogatório...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador Renan... Senador Renan, eu peço... Por favor, me desculpe. Atendendo ao comando da depoente, eu solicitei da equipe a pesquisa das ordens de pagamento referentes ao contrato do preservativo feminino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu recebi aqui nota de empenho, nota de liquidação, ordem de pagamento. Todas são com nome e CNPJ da Precisa. Não tem nenhuma referência nesses documentos a pagamento no exterior, mas, mesmo assim, a senhora diz que os pagamentos são para o exterior, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que era comum.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso não tem nada a ver com a CPI também. Pelo amor de Deus!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, eu já disse que o que está no Portal da Transparência é superficial, e eu tenho todos os Swift *codes* para comprovar que o pagamento foi feito diretamente à Kiwpped.

E, mais uma vez, não é âmbito desta CPI.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A gente vai solicitar esses documentos porque a gente tem qual a falsidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito grave também "o que está no Portal da Transparência é superficial".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É superficial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Superficial. (*Risos.*)

Presidente, eu queria retomar o depoimento.

Eu fiz uma pergunta com relação a outra informação inexata, outra tentativa de burlar o contrato – eu já listei várias. E esta agora trata da remessa de 4 milhões de doses da primeira vez, mas isso não foi respeitado. Por que esse número foi alterado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, não teve tentativa de burlar nada. E eu já respondi que a primeira cadeia de transporte deve ser validada conforme a própria Anvisa preconiza, e nós pedimos esse ajuste junto ao fiscal do contrato para que a gente pudesse realizar a validação de cadeias de frio na primeira corrida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a outra pergunta é: por que a *invoice* cobrava do Ministério da Saúde o pagamento do frete e seguro da carga de vacina – é um outro problema que a *invoice* continha –, se a cláusula 4.2 do contrato de fornecimento da Covaxin prevê que esses custos devem ser absorvidos pela Precisa Medicamentos? Então, em outras palavras, a *invoice* tentava materializar condições não existentes no contrato com relação ao frete, com relação ao pagamento de impostos, com relação à quantidade, com relação ao pagamento à vista e com relação ao pagamento à Madison, em Singapura, num paraíso fiscal. Isso não é erro... Isso é um erro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – São inconsistências. Inconsistências foram todas corrigidas. Todas corrigidas em menos de 24 horas. Todas corrigidas, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O eufemismo que o Senador Fernando Bezerra usa aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não; não é eufemismo, não!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu cheguei aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer, tentar burlar um contrato é inconsistência?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Receber adiantado o que o contrato não prevê...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor! V. Exa. não tem que responder. Ou vocês estavam trabalhando lá do lado dela para saber mais do que ela? É, porque é o seguinte: parece que vocês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Parece que V. Exa. trabalhava com ela, Senador Fernando Bezerra! Está respondendo por ela?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Não tem isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Eu quero saber o seguinte: V. Exa. trabalhava com ela?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, dá um tempo, dá um tempo. Dá um tempo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nada foi pago. Tudo foi corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. trabalhava lá, era auxiliar? Era auxiliar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. era auxiliar, era auxiliar? Era auxiliar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Presidente, V. Exa. está acusando o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou, sim, perguntando para V. Exa. se V. Exa. era auxiliar, porque tudo que ela responde vocês querem se meter.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, por favor, não dê mais atenção a isso, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não, não sou eu, Presidente; não sou eu, Presidente. Essas interrupções são frequentes a cada pergunta que faço, e eu encareço a V. Exa. exatamente impedi-las. Não cabe a mim impedir essas interrupções.

Por que a *invoice* cobrava do Ministério da Saúde o pagamento de frete e seguro da carga de vacina se a cláusula 4.2 do contrato de fornecimento da Covaxin prevê que esses custos devem ser absorvidos pela Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, referente ao preço, ao custo que foi apresentado de transporte e seguro, o próprio ministério solicitou, através de *e-mail,* que nós fracionássemos, porque, na primeira *invoice* que foi enviada no dia 22, o valor global já constava US$15 com tudo incluso. A partir do momento que eles pediram para que nós fracionássemos aquele valor, porque, para atender ao Incoterm, era necessário apresentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

separadamente, o que também é um costume muito comum quando você vai preencher na Siscomex o registro de abertura de licenciamento de importação.

Então, o fato de eu ter separado o valor, não significa que eu estou cobrando isso do ministério. Em momento nenhum, uma *proforma invoice* tem o poder de alterar ou sobrepor o contrato que tinha sido assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, nesse caso, nesse caso, permitam-me, Presidente, era burlar o contrato. Você faz um contrato e você propõe o recebimento de tudo diferentemente do que o contrato prescreve, prevê. Quer dizer... Aliás, o contrato prevê que os custos de tributos, por exemplo, e encargos, também devem ser pagos pela Precisa Medicamentos...

Aliás, o contrato prevê que os custos de tributos e encargos também devem ser pagos pela Precisa Medicamentos, mas a Madison Biotech é uma *offshore* sediada em Singapura. Há sonegação de tributos nessa operação ou a empresa em paraíso fiscal vai se comprometer em pagar um imposto e tributos no Brasil? É uma pergunta que todo...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, o contrato não está... Não consta que a Precisa pague.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor.

Eu pedi... Nós fizemos uma reunião antes, sem a presença do Senador Fernando Bezerra e do Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, sim, Presidente, esclareça bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tinha vários Senadores aqui, o Senador Eduardo Braga chegou um pouco atrasado, e nós fizemos aqui um acordo para que a gente pudesse dar celeridade nas perguntas a ela...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não nos convidaram para essa reunião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, V. Exa. não estava presente, por isso que... Aí, eu pedi, fiz um apelo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não fomos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não fomos convidados para essa reunião, é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, foi aqui no plenário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não foi marcada, foi com quem estava no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não tinha chegado ainda, Senador. Estava aqui o Senador Jorginho, estava o Senador Girão, estava o Senador Flávio Bolsonaro, estava o Senador Izalci, o Senador Humberto, eu, o Senador Eduardo chegou logo após. Eu falei: "Olha, vamos agilizar porque nós temos dois depoentes hoje, e eu espero que ninguém fique interferindo nas perguntas, para que a gente possa agilizar". Isso eram 10h da manhã. Vai dar 12h30... São duas horas e meia que o Senador Renan está questionando a depoente. Então, eu pediria tanto serenidade do Relator, porque os outros também querem fazer pergunta, como que ninguém atrapalhasse mais. E, na hora de cada um, que pudesse expor. Se tiver alguma coisa a contrapor ao Relator, anota, chega lá e diz: "Olha, Relator, você está equivocado, não é isso", tal, tal, tal. Eu faço esse apelo a V. Exa.

Com a palavra o Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Qual é... A pergunta anterior: o contrato também prevê que os custos...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – É, eu estava respondendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Então, vamos lá.

Sr. Relator, não teve tentativa de burlar o contrato. O que consta no contrato é que o valor final já está com todos os impostos inclusos. Eu não estou deixando para o ministério a responsabilidade de pagamento de imposto; por exemplo, para fazer uma comparação, uma analogia, o contrato da Pfizer não prevê a cobertura de impostos no valor final da dose.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi essa a minha pergunta.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu posso concluir?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a minha pergunta, precisamente, para que não tenhamos uma resposta diferente, foi a seguinte: como poderá a Receita Federal cobrar impostos e tributos – a Receita Federal do Brasil – de uma empresa que recebeu antecipadamente em paraíso fiscal? Isso não é comum, isso não é comum. Como é que pode isso acontecer?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque as empresas são criadas em paraíso fiscal exatamente para dificultar esse controle e essa fiscalização. Como pode o Governo brasileiro cobrar esse pagamento de imposto dessa forma à Madison em Singapura...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se o contrato prevê que o pagamento era da Precisa? Entendeu? É isso que não pode.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu posso responder? Eu posso responder?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Então, tá.

Sr. Senador, não houve pagamento antecipado, e eu gostaria de concluir o raciocínio de que o contrato prevê o produto com um valor final para o ministério com os impostos inclusos, o.k.? O que isso significa? Eu não sou especialista tributária. Eu acho que, sim, vale muito a pena, depois o senhor consultar algum especialista, mas significa que esses impostos serão pagos na fonte. Onde é essa fonte? Na Índia, Singapura... Na fonte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

Qual é a relação da Precisa Medicamentos com a servidora Regina Célia Oliveira?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A relação de ela ser a fiscal do contrato que a Precisa tem com o ministério. É essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela foi indicada fiscal depois do contrato realizado e já descumprido, uma parte descumprida. A Precisa influenciou na escolha dessa servidora para o posto de fiscal do contrato da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, ela foi indicada no dia 4 de março, conforme documentos oficiais do Ministério da Saúde, onde o contrato não tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

sido ainda descumprido nem parcialmente. E, não, nós não temos nenhuma relação. Eu nem sequer conhecia a servidora Regina Célia antes de ela ser apontada para mim como a fiscal do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa orientou a servidora Regina Célia sobre a maneira de proceder em relação às inconsistências contidas nas *invoices* encaminhadas ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, o senhor me desculpa? Eu preciso que o senhor repita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa orientou a servidora sobre a maneira de proceder em relação às inconsistências nos *invoices* encaminhados ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não, senhor. As tratativas das *invoices* eram no Departamento de Importação. Eu não tive comunicações com a Regina referentes às *invoices*, somente com o William.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. A Precisa ofereceu alguma vantagem à Regina Célia Silva Oliveira?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, senhor.

O servidor Luis Ricardo Miranda mostrou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito mensagens de WhatsApp recebidas do Coronel Marcelo Bento Pires, Coronel Marcelo Bento Pires, que revelam que funcionários da Precisa Medicamentos estiveram na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde às 22h30 de uma sexta-feira. Em função disso, eu quero fazer algumas perguntas.

V. Sa. estava nessa reunião?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estava.

Qual era a finalidade dessa ida ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu não estava nessa reunião, então eu não consigo te responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas representante da Precisa estava. Qual era a finalidade dessa ida a essa reunião que aconteceu às 22h30 de uma sexta-feira?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós tínhamos um objetivo, independente de horário. Os senhores puderam ver que todos os *e-mails* não tinham a questão de horário, eram 11h, meia-noite, independente de qualquer coisa. O nosso objetivo sempre foi conseguir a autorização pra fazer a importação desses produtos e contribuir no controle da pandemia. Provavelmente, o objetivo era esse. Agora, como eu não estava na reunião, eu não consigo relatar para o senhor o que foi discutido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas já respondeu e eu considero respondida. Todas as idas foram para obter a autorização para a importação.

Por que essa reunião se deu fora do expediente usual do ministério?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, é complicado, mais uma vez, falar de uma reunião da qual eu não participei, mas eu posso... Eu entendo e eu acredito que, inclusive por boa-fé dos servidores não só do ministério, mas da Anvisa também, a limitação do horário comercial não foi um impeditivo pra tocar qualquer reunião que pudesse trazer um benefício para o País. Então, nós tivemos diversas... Inclusive, eu trabalhei em dois fusos horários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo.

Esse encontro foi feito com Elcio Franco, Coronel Elcio Franco, Secretário-Executivo à época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu não estava nessa reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, eu sei, mas a Precisa estava.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não sei! Eu não sei! Eu não tive acesso a essas informações!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando à senhora como representante da Precisa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tudo bem, eu estou te respondendo que eu não sei porque eu não estava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não sabe dizer, não estava. Quem é que estava nessa reunião em nome da Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O que eu sei é que o Francisco Maximiano, Presidente da companhia, estava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, o Francisco. Então, nós faremos essa pergunta pra ele, posteriormente. Que outros encontros, em horários atípicos, a Precisa Medicamentos teve com funcionários do Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu tive inúmeras reuniões, sempre através de *links* via Teams e outras plataformas ou, inclusive, presenciais. E eu, agora, me recordei de uma, em que eu fui pra Secretaria Executiva às 19h e saí de lá depois das 22h.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que, então, essas tratativas não poderiam ser feitas às claras, no expediente normal do ministério?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu acredito que todos estavam trabalhando, independentemente de horário, pra conseguir fazer o controle e pra cumprir com suas ações perante a pandemia, todos do ministério e da Anvisa também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., funcionários ou representantes da Precisa Medicamentos participaram ou promoveram algum encontro com o Deputado Luis Miranda?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não? Não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o empresário Silvio Assis?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tem relação com a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem relação com a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa Medicamentos ofereceu alguma vantagem inclusive pecuniária para que o Deputado Luis Miranda não oferecesse denúncia sobre as irregularidades do contrato da compra da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. foi recebida na Embaixada do Brasil em Nova Déli?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não fui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode relacionar todas as pessoas que participaram da viagem à Índia ou das viagens à Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – As viagens à Bharat sim, eu posso, mas, conforme eu acabei de falar pro senhor, eu não estive nas viagens que foram à embaixada do Brasil, eu não estive em Déli. E eu posso relatar todas as viagens de todas as pessoas, mas eu acho mais efetivo eu encaminhar uma relação, porque são muitas pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Emanuela, só me permita: a senhora não foi em nenhuma das viagens?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu fui para Hyderabad, na fábrica. Eu não fui a Déli, na embaixada. Eu não estive nenhuma vez na embaixada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A senhora confirma o voo do dia 5 de janeiro de 2021 para Bombaim?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Meu? Bombaim, sim, confirmo. Bombaim. Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A senhora confirma que estava na delegação que foi nesse voo do dia 5 de janeiro?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Eu fui no dia 5, à noite, eu fui de Mumbai, depois eu fui direto, peguei uma conexão e fui para Hyderabad.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E não esteve no encontro de Nova Déli?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Senador, eu não estive em Déli, eu não estive com o embaixador, eu não estive na embaixada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A senhora poderia só declinar qual foi essa sua viagem no dia 5, qual era o objetivo dela?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A viagem do dia 5 foi a primeira viagem, foi o primeiro encontro que nós tivemos com a Bharat. A intenção era amadurecer principalmente a questão técnica.

Tivemos várias apresentações, eles tinham acabado de fazer a publicação, na *Lancet*, dos estudos de Fase II. Então, foi uma reunião de caráter técnico e de caráter também regulatório, pra que a gente pudesse reconhecer as instalações da fábrica, enfim... Foi uma visita...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, embora a senhora tenha ido na delegação, a senhora não esteve na reunião na embaixada em Nova Déli?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, eu não estive.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Outros que foram na delegação é que estiveram em Nova Déli, na reunião na embaixada. Certo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não estava, Sr. Senador, e eu sei quem foi comigo pra Hyderabad e quem voltou comigo de Hyderabad. Eu não sei quem estava em Déli e nem quando estava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já pedi a relação dessas pessoas que viajaram com ela e queria... E ela ficou de nos entregar, e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – À disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Iremos protocolar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Alguma autoridade viajou com V. Sa...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... nessas viagens para a Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O senhor pode repetir? Desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma autoridade viajou em companhia de V. Sa. nessas viagens para a Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Autoridade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do Governo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

A Precisa recebeu algum apoio do Governo brasileiro para realizar viagens à Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhum?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez viagens internacionais para tratar da negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que datas?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu estive nos dias 7 e 8 de janeiro, eu estava em Hyderabad, em duas reuniões junto à fábrica; depois, eu voltei para Hyderabad no dia 28 de fevereiro e fiquei lá para acompanhar a inspeção de certificação de boas práticas da Anvisa, retornei depois da semana da inspeção; e, recentemente, eu fui para lá no dia 14 de abril e voltei no dia 12 de junho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O Ministério da Saúde havia visitado as fábricas da Bharat Biotech antes de fechar o contrato de compra da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A senhora foi dia 14 de abril aonde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Em Hyderabad, na fábrica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E voltou que dia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Em junho. Eu passei 60 dias lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Setenta dias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sessenta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sessenta dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Sessenta dias.

O Ministério da Saúde havia visitado as fábricas da Bharat Biotech antes de fechar o contrato da compra da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não. Não, senhor. Nem antes, nem depois. O que eu sei é que o ministério nunca esteve na Bharat.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais testes e resultados foram apresentados ao Ministério da Saúde para embasar a qualidade, a segurança e a eficácia da Covaxin, por favor?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os relatórios de fase pré-clínica, os relatórios de Fase Clínica I e II e os relatórios interinos de Fase III.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa medicamentos manteve tratativas diretamente com a equipe técnica do Ministério da Saúde para entrega e análise de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, nessa pergunta anterior...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na presença do Presidente da Anvisa aqui, Sra. Emanuela, nós questionamos muito por que não liberar a Covaxin para a gente importar e a Sputnik. Ele deu uma resposta sobre a Covaxin que nos deixou muito preocupado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu me recordo à época de que ele falou em higienização, onde era produzida não tinha higienização e boas práticas na produção.

A senhora passou 60 dias?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deve ter acompanhado, foi a uma fábrica, alguma coisa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Anvisa mudou de opinião? Porque, quando ele veio aqui, a gente estava iniciando a CPI e a gente queria saber por que a gente não importa essa vacina. Eu até disse: "Mas o Presidente russo tomou a vacina Sputnik, por que nós brasileiros não podemos tomar?". Com a explicação dele, eu me quedei à Anvisa. Eu disse: "Não, a Anvisa está certa". O que ele me disse sobre a Sputnik: "Senador, nós temos informações de uma fábrica. Elas são produzidas em 12 fábricas diferentes na Rússia, e eu não sei de qual das fábricas vai vir para o Brasil. Nós temos que ter certeza de que ela não venha com impurezas que possam transmitir alguma coisa para o povo brasileiro".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E sobre a Covaxin – V. Exa. deve ter recebido esse relatório, logo que vocês pediram para aprovação –, sobre a Covaxin ele foi muito claro, ele falou em impurezas e higienização, não tinha boas práticas na produção, se eu lembro. Eu não lembro literalmente, mas sei que a posição dele foi essa.

Isso aí foi mudado, essa opinião, por parte da Anvisa, em relação à vacina Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, no relatório a que eu tive acesso, depois da inspeção da Anvisa, não cita a higienização como um ponto de não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

conformidade. O que aconteceu e o que nós conseguimos superar posteriormente é que é natural, quando você tem uma produção, que você siga certos procedimentos operacionais padronizados, que são os conhecidos POPs, através das farmacopeias. Existem mais de 50 farmacopeias no mundo. E existia uma necessidade de comparar a produção perante a farmacopeia indiana, ou a britânica, ou cada farmacopeia que a Índia seguia, com as farmacopeias brasileiras. Isso não tem relação com higienização, não tem relação com falta de boas práticas de limpeza. Boas práticas de fabricação estão relacionadas com a forma como você trata esse material e a garantia de que aquele produto está sendo tratado de uma forma farmacêutica equivalente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só... Boas práticas de limpeza. Boas práticas... Higienização...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E não ter condições mínimas sanitárias o que significa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Sra. Senadora. Eu gostaria muito de concluir, pelo menos, uma resposta minha porque está um pouco difícil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu só estou perguntando para a senhora porque quem falou isso não fui eu.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tudo bem. E também...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem falou isso foi o Presidente...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não assisti ao depoimento do Presidente da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois foi o Presidente da Anvisa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu estou falando com base no relatório que eu recebi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, então...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Posso seguir aqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode. Pode seguir, senhora.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Quando eu disse que não existe nenhum apontamento de não conformidade é em relação a limpeza ou higienização. Não existe. Os apontamentos eram: a Bharat precisa seguir o PIC/S ou o ICH em relação a como tratar aquele produto, aquele material, aquela máquina, mas essa questão de limpeza e higienização nunca foi nem sequer referida a nós nem à Bharat.

E, em segundo momento, em relação à mudança de ideia, não, não teve uma mudança de ideia. Nós fizemos todos os estudos de comparabilidade, atendemos as demandas que a Anvisa nos apresentou, principalmente no que diz respeito à liberação do lote. Então, os ensaios de controle de qualidade, os ensaios de inativação viral e derivados nós apresentamos para eles, de forma que eles entenderam que cumprimos com todos os quesitos e que atendíamos ali a certificação de boas práticas de fabricação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje a Anvisa já liberou a Covaxin para vacinar no Brasil?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós temos autorização da Anvisa com ressalvas, mas temos autorização da Anvisa. E essa pergunta se tratava do certificado de boas práticas. Então, sim, eu tenho já o certificado de boas práticas válido por dois anos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, me parece que a Anvisa liberou precariamente a importação de apenas 4 milhões – precariamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Precariamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, persiste ainda uma série de questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi totalmente corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só perguntei a ela porque eu me lembro bem de o Contra-Almirante Barra Torres ter falado sobre essas duas vacinas, até porque eu, pessoalmente, antes de ter esse depoimento do Contra-Almirante, questionava o Governo, por não liberar as vacinas, e a Anvisa. Depois, ele explicou aqui para a gente, e a gente tem que se quedar à ciência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E nós aceitamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, pela ordem, só para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente permite tudo, menos negar a ciência, estão entendendo? Se a ciência diz que não, não. E não se discute.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Só para contribuir, Presidente: na documentação da Anvisa é muito claro sobre a falta de condições mínimas sanitárias, ou seja, de forma muito clara, a não comprovação da eficiência dessa vacina, que já estava sendo contratada pelo Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Que foi contratada.

Eu queria saber exatamente... Ela já respondeu quais testes e resultados foram apresentados ao ministério, e eu perguntei, na sequência, e fomos interrompidos.

A Precisa Medicamentos manteve tratativa diretamente com a equipe técnica do Ministério da Saúde para entregar essas análises?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os problemas apontados pela Anvisa e que fundamentaram a negativa da certificação de boas práticas de fabricação foram sanados? – aproveitando a...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sugestão do Senador Eduardo Braga. Foram sanados na totalidade?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na totalidade. Já temos o certificado de boas práticas da Anvisa, válido por dois anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O contrato prevê, na cláusula 11.2 – isso é também uma coisa muito importante – que a fiscalização deveria ocorrer por meio de uma comissão formada por, no mínimo, três pessoas. Isso ocorreu?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Fiscalização? Desculpa, Sr. Senador, eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fiscalização do contrato e da importação.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Olha, eu não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso ocorreu...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É na cláusula do contrato?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso ocorreu... O contrato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não sou advogada, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, a senhora assinou o contrato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, eu assinei o contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora assinou o contrato. Eu estou perguntando o seguinte: assinou o contrato em nome da Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, assinei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E da Bharat?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato prevê, na cláusula 11.2, que a fiscalização deveria ocorrer por meio de uma comissão formada por, no mínimo, três pessoas. Eu perguntei: isso ocorreu, sim ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu tenho ciência de duas pessoas que participavam como fiscais do contrato, que são a Renata e a Regina Célia, e tem, sim, outras pessoas da SVS. Eu não sei quem exatamente entrou nessa terceira, mas tinha mais de três pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma outra pergunta: quem dispensou a formação dessa comissão?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, é o Ministério da Saúde que faz essas determinações. Eu não tenho como...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas quem dispensou exatamente o não cumprimento dessa cláusula do contrato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não sei nem se isso foi dispensado. É o Ministério da Saúde que trata disso; não é a Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a empresa Precisa, então, não exigiu a fiscalização por uma comissão, como o contrato prevê?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, nós fomos fiscalizados, sim, desde o início. Nós apresentamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, por uma comissão. O que o contrato... Deixa eu explicar; V. Sa. não está entendendo. O contrato prevê a necessidade de ser fiscalizado, de acordo com a Cláusula 11.2, por uma comissão formada, no mínimo, por três pessoas. Eu perguntei: "Isso ocorreu?". A senhora não soube informar. Eu perguntei: "Quem dispensou a formação dessa comissão?".

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Relator, Dra. Emanuela, se o senhor me permitir acrescentar, veja... Porque veja qual é a situação do contrato: há designação de uma fiscal após a assinatura. O contrato é assinado dia 25 de fevereiro, salvo engano. O contrato, a fiscal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com a primeira entrega de produto já vencida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

A fiscal só se apresenta uma ou duas semanas depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ela só se apresenta no dia 22. Ela foi indicada no dia 4 e entrou de férias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E só é nomeada pelo *Diário Oficial* do dia 22. No período, não teve nem a segunda pessoa, Dra. Emanuela, porque é o seguinte: a fiscal do contrato é substituída em férias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tudo irregular – tudo irregular.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ela é substituída em férias por uma segunda pessoa. Não só não tem a comissão como não tem a segunda pessoa. A fiscal, ela é substituída. Só para acrescentar a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Relator, só para somar ao que o Senador Randolfe colocou: a Emanuela colocou agora há pouco que a fiscal foi designada no dia 4 de março. É bom saber da Emanuela se a fiscal vinha atuando nesse período de 4 até o dia 22, que é a data que consta da sua nomeação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tinha fiscal. Isso já...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas ela citou claramente que a fiscal estava designada a partir do dia 4.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não estou perguntando sobre a fiscal agora, eu estou perguntando é que o contrato prevê a formação de uma comissão de fiscalização composta por, no mínimo, três pessoas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Relator, posso só... É do item 11.2 do contrato que o senhor está falando?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – 11.2.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Porque o item 11.2 diz respeito a recebimento do valor: "O recebimento de material de valor superior a R$176 mil será confiado a uma comissão de, no mínimo, três membros, designados pela autoridade competente".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É sobre o recebimento do material.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Nada foi recebido – só para esclarecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por que a Precisa não cobrou o cumprimento do contrato com relação à formação dessa comissão, conforme prevê o contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Porque essa comissão só seria estabelecida no momento do recebimento, conforme consta aqui na cláusula. Cláusula 11.2: "O recebimento de material de valor superior a R$176 mil será confiado a uma comissão de, no mínimo, três membros, designados pela autoridade competente." Nós não chegamos nessa etapa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Durante a tramitação da Medida Provisória 1.026, de 2021, posteriormente convertida em Lei 14.124, de 2021, a autoridade sanitária da Índia foi incluída como agência cuja autorização de uso de vacinas contra a Covid-19 poderia ser aproveitada pela Anvisa para a liberação mais célere de imunizantes no Brasil. A senhora sabe desse fato? A senhora foi informada desse fato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Do fato da MP e do fato da lei?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da medida provisória.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que durante a sua tramitação...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu acompanhei todas as alterações e todas as leis que foram criadas, derrubadas ou até alteradas para...Referentes à pandemia, eu acompanhei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

Sobre isso, eu queria fazer algumas perguntas.

A Precisa Medicamentos manteve contatos com Parlamentares durante a tramitação dessa medida provisória?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com nenhum?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, eu desconheço. Desconheço. Eu não mantive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora não manteve...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...mas desconhece se a Precisa manteve.

A Precisa fez *lobby* pela apresentação de emendas a essa medida provisória para beneficiar o processo de aprovação da Covaxin junto à Anvisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Se o senhor se refere à inclusão da autoridade sanitária CDSCO na medida, não. Nada foi feito, tanto que não foi só um Parlamentar, tiveram dezenas de Parlamentares, inclusive o Sr. Presidente Omar Aziz inseriu também a Índia como uma autoridade sanitária competente para ser inserida na lei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas a pergunta que eu fiz foi a seguinte: a Precisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu... Só um minutinho, senhora. Eu fiz uma emenda, sim, para facilitar a compra de vacina...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sim, eu reconheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença, só um minutinho, só um minutinho. A senhora vai me ouvir agora: a senhora citou meu nome aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. e a Bancada do PCdoB, Renildo Calheiros, todos apresentaram a mesma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sim, fizemos uma emenda porque naquele momento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas individualmente e exclusivamente apenas o Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Os demais, além da Índia, incluíram vários outros países.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, claro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, só um minutinho. Dá licença?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Existia uma apreensão muito grande para a gente facilitar a entrada de vacina no Brasil, era o papel. Agora, uma lei não permitia que uma funcionária de quarto escalão, Célia Regina, ela sozinha reduzisse de 4 milhões para 3 milhões a importação de vacina, pagasse 45 milhões adiantado. Não foi isso, a lei não diz isso não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ele até tentou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até tentou fazer isso, você está me entendendo, mas não dizia isso, não. Não dizia que os *invoices* que vocês mandaram até erro de inglês têm. Isso aí não foi a lei, não, a lei era outra coisa. A lei não foi para tirar benefício próprio, como alguns aí tentaram, benefício próprio. Eu não pedi para aumentar de US$10 para US$15 a vacina, não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ninguém pediu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, essa é uma questão em que a senhora tenha cuidado, porque, quando a senhora coloca isso da forma como está colocando, a senhora está provocando uma coisa que não tem nada a ver com o seu depoimento aqui. Eu nem a conheço, não conheço sua empresa e, pelo conhecimento que tenho da sua empresa, não são boas as impressões que eu tenho dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Até em nome da justiça, o documento de V. Exa., Presidente, apresentando uma emenda, se refere aqui a várias agências internacionais, não é? Nós temos aqui pelo menos cinco agências a que V. Exa. faz referência, que, aliás, foi uma defesa de todo o Congresso Nacional. O documento que é apresentado pelo Líder do Governo Ricardo Barros faz diretamente à empresa da Índia. Não houve, por parte dele, interesse em nenhuma outra agência internacional; era um interesse seletivo, era um atendimento seletivo a apenas essa agência indiana.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, Sr. Presidente, eu não me referi de uma forma negativa quando eu disse que várias, inclusive o senhor, haviam inserido a autoridade indiana nessa... O que eu quis dizer é que, da mesma forma em que, não só o Ricardo Barros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutora, a senhora foi muito bem orientada.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... vários outros também colocaram, e a gente espera que isso tenha acontecido de boa-fé...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, deixa a depoente falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... na melhor das intenções.

Então, o que eu quero dizer é que o fato de terem inserido não significa nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... V. Exa., eu estou aqui só explicando. Da forma como coloca, parece que eu fiz uma emenda para beneficiar a Precisa. Que isso!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, o senhor me desculpa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, essa questão das emendas, foram várias emendas apresentadas. A emenda de V. Exa., aliás, não é direcionada, obviamente, à Precisa e acho que nem a outra empresa especificamente, mas, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

emenda que, se fosse acolhida na forma em que foi apresentada, seria até perigosa. Mas todos apresentaram. Eu acho que não cabe aqui ficar fazendo ilação em relação a essa questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso já está devidamente explicado. As emendas são genéricas. A única emenda...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores, eu posso só me colocar aqui?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A única emenda específica é a emenda do Ricardo Barros. Aliás, eu queria fazer uma pergunta sobre isso: qual é a relação dos proprietários da Precisa Medicamentos com o Deputado Ricardo Barros.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu desconheço qualquer relação e eu gostaria só de complementar o que eu acabei de falar. Eu não me referi ao Presidente Omar Aziz de uma forma negativa, muito pelo contrário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não poderia se referir...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu admiro o trabalho que vem sendo feito aqui. Eu acho que, sim, vocês têm que ir atrás e pesquisar e tentar entender o que houve e o que não houve de irregularidade.

E, ao mesmo tempo, eu quero deixar claro que o fato de ter sido inserido por um ou outro Parlamentar, de uma forma individual ou coletiva, nada significa. Nada significa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a relação dos proprietários da Precisa com o Ricardo Barros?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desconheço qualquer relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Emenda, apresentada por Ricardo Barros, nº 1.026, de 2021, que propõe o aproveitamento da aprovação da autoridade sanitária da Índia pela Anvisa, satisfaz o interesse da Precisa de facilitar a autorização da Covaxin no Brasil – é óbvio. Qual é a relação – a sua relação – com Danilo Berndt Trento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Danilo Trento é Diretor Institucional da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele é Diretor Institucional da companhia.

Ele participou das negociações sobre a Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Participar das negociações não; ele esteve em reuniões, principalmente, de caráter técnico; mas não, não participou de negociação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, esteve reuniões de caráter técnico com que finalidade?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, ele é Diretor Institucional e ele responde diretamente à Presidência. As ações de um Diretor Institucional são ações institucionais. Eu não consigo te definir agora o caráter, o detalhe, etc.

Eu tenho a minha função, a minha equipe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é Jose Clovis Batista Dattoli Junior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Clovis é um dos nossos consultores *business development*. Ele atua conosco desde 2017. Temos um contrato vigente com ele e... É isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu trabalho com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Trabalha com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o Raphael Barão Otero de Abreu?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Barão tem uma agência de viagens e ele é que cuida de todas as nossas viagens, sejam nacionais, domésticas, ou internacionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele atua no setor de medicamentos também?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, ele tem uma agência de viagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa do Sr. Raphael Barão, as empresas, melhor dizendo, prestam serviços à Precisa Medicamentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu só conheço uma, que é a Barão Turismo, e, sim, eles prestam serviço para o grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que justifica suas viagens para a Índia para a negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O que justifica as minhas viagens?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As viagens do Raphael Barão Otero de Abreu.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Ele é o nosso... Ele atua como se fosse um *concierge*. Então, por exemplo, a última vez que eu fiquei lá, eu passei 60 dias lá, ele ficou justamente para me apoiar. É um país diferente, eu precisava focar na questão técnica e eu precisava de alguém que me respaldasse, se eu precisasse, enfim, me alimentar, sair, andar, precisasse de carro. Ele atua como um *concierge* para a companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é Felipe Maximiano?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Felipe Maximiano também atua na empresa, na parte financeira. E ele é filho do Francisco Maximiano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele também atuou na negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Ele trabalha no grupo já há alguns anos. E, sim, ele atuou, ele participou das reuniões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em quê especificamente?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Principalmente no que diz respeito à área financeira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que justifica a sua ida à Índia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A ida à Índia foi uma ida praticamente institucional. Então, vários colaboradores da companhia foram até lá, para que a gente pudesse validar aquela operação e ter uma relação mais próxima com a Bharat naquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. se encontrou com os Srs. Leonardo Ananda Gomes e Elson de Barros Gomes Júnior?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Eles foram para a Índia também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde? Com que finalidade foram para a Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eles foram até a Índia. Eles estiveram nas reuniões junto à embaixada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles contribuíram para o desembaraço das negociações com a Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Quando nós conhecemos o Leonardo Ananda e o Elson Gomes, nós já tínhamos todas as tratativas muito avançadas com a Bharat. Eles vieram atrás de nós a partir do momento em que nós pedimos o visto para ir pela primeira vez à Bharat, no final do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles receberam algum valor por sua participação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desconhece.

A Precisa Medicamentos atuou ou está atuando na intermediação do contrato da compra de vacinas da empresa americana Moderna junto ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Não atuou, não está atuando, não temos relação com a Moderna.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não sabe dessa negociação, da oferta, dose?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não ofertamos vacinas da Moderna para ninguém. Não tivemos nenhuma relação com a vacina da Moderna.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa Medicamentos e de seus proprietários com Flávio Bolsonaro?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu acredito que nenhuma, não temos relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E de Francisco Maximiano...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desconheço qualquer relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com o BNDES? E com o BNDES?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa! Não entendi, Senador. Flávio Bolsonaro e BNDES? O senhor pode repetir, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa Medicamentos e de seus proprietários com Flávio Bolsonaro...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não temos relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que intermediou a aproximação de Francisco Maximiano com o BNDES?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós não... A Precisa não tem relação com Flávio Bolsonaro. E, em relação a essa reunião com o BNDES, acho que já está esclarecido para todo mundo que foi uma reunião para a tratativa de uma empresa de tecnologia que o Francisco possui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a participação de Danilo Fiorini, que também participou da reunião do BNDES, na negociação com a Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nenhuma. O Danilo Fiorini é CFO da Xis, que é a empresa de telecomunicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sr. Presidente, eu fui citado e queria ter o direito de resposta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Flávio, o senhor não foi citado de forma pejorativa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Fui citado. Como não, Presidente? Ué, está perguntando, querendo insinuar que eu tenho uma relação com uma empresa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não foi citado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem um fato... Ele fez... Eu vou conceder a V. Exa., mas veja... Eu vou conceder pelo art. 14 a V. Exa. Deixe só eu reiterar aqui os termos com que esta Presidência cumprirá o art. 14: o art. 14 só será utilizado por uma única vez por cada um dos Senadores que for citado, e se a citação ocorrer de forma pejorativa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Como é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não me parece que foi o caso, mas, mesmo assim, eu concedo a V. Exa. o tempo da citação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para explicação pessoal.) – Presidente, só pra esclarecer e reforçar o que a depoente falou, obviamente não tem nenhuma vinculação, zero de envolvimento de Flávio Bolsonaro ou das pessoas que o Senador Renan Calheiros acredita que, por ter alguma relação de amizade comigo ainda que distante, possam participar de algum negócio escuso.

Então, eu queria pedir ao Relator que fosse mais responsável nas suas falas. Quando o senhor expõe nomes aqui... Quando o senhor expõe nomes aqui que sabidamente o senhor sabe que não têm nada a ver com o assunto de CPI da Covid, isso prejudica pessoas. As pessoas têm família. As pessoas sofrem represálias em suas empresas pelo simples fato de o senhor nominar as pessoas aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas é uma pergunta sem pé nem cabeça. O senhor sabe disso. Só pra registrar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Flávio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só uma questão de ordem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu indago ao Relator se a relação da Precisa com a Secretaria de Estado de Saúde do DF, que tem vários documentos na CPI... V. Exa. deixou pra que eu perguntasse? V. Exa. não viu nada com relação à Precisa e a secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque não tenho nenhuma pergunta. É só por curiosidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. É que eu vou fazer essas perguntas ao Maximiano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, espere aí. Obrigado. Eu vou fazer pra ela.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Izalci, V. Exa. está inscrito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, sim. Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive, eu peço à Secretaria só pra registrar a inscrição do Senador Izalci, que não está aparecendo aqui. (*Pausa.*)

Ah, perfeito. Está aparecendo.

Senador Marcos, por gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só pra... Como foi trazido esse tema ao debate aqui, por amor à verdade, eu acho que a CPI tem que ter esse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual tema, Excelência?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Da questão de possibilidade de pagamentos, de empenhos feitos no Brasil, mas pra empresa no exterior. Inclusive, estão em poder da CPI as planilhas com relação ao que foi, inclusive, questionado à depoente aqui. Portanto, a planilha mostra que houve pagamentos em relação à questão dos preservativos para empresa internacional, e essas planilhas estão em poder da CPI da Pandemia, todas no nosso acervo documental. Ela falou a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, Senador Marcos Rogério.

Sigamos, então, com os inscritos.

O próximo é o Senador Humberto Costa, 15 minutos com a tolerância desta Presidência.

V. Exa. pode ficar à vontade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sra. Emanuela – seja bem-vinda ao Senado Federal –, eu gostaria de começar perguntando se a empresa Precisa tem alguma experiência anterior a essa na comercialização, na intermediação da aquisição de compra de vacinas. Gostaria que V. Sa. fosse bem objetiva, porque o meu tempo é curto.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, claro.

Sr. Senador, não é uma intermediação, é uma representação. E a Precisa, em si, não tem experiência, mas os funcionários da Precisa possuem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

Segunda questão: que credenciais, então, a Precisa teria para assumir um contrato dessa magnitude de uma área na qual ela, como empresa, não tem experiência? Qual foi a credencial que mais pesou?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – As credenciais regulatórias. Pra você trazer qualquer produto de caráter classificado como medicamento para o Brasil, você tem que ter uma autorização de funcionamento expedida pela Anvisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, eu falei de experiência, de qualificação do serviço prestado.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Mais uma vez, a Precisa, o CNPJ, é a primeira operação, só que os colaboradores, os funcionários, a área técnica, os farmacêuticos já trabalharam com vacina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora tem informação sobre os mecanismos de *compliance* da Bharat Biotech? Ela é uma empresa que zela por esse aspecto do *compliance*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, a relação da Bharat não é uma relação de longa data. O que eu sei da Bharat foi o que a Bharat me falou. Então, eu acredito que sim. Eles, até pela experiência que eu tenho com a Índia, eles costumam ser muito... Ter uma governança muito bem estabelecida, mas eu não tenho conhecimento, porque, mais uma vez, a minha área se limita muito mais à parte técnica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

A Bharat Biotech tinha consciência de que essa empresa Precisa se envolveu, aqui no Brasil, durante a pandemia, em várias denúncias, inclusive aqui no Distrito Federal, de superfaturamento de venda de testes? Sim ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Olha, nós sempre fomos 100% transparentes, não só com a Bharat, mas com todos os nossos parceiros. E esse episódio em específico, se o senhor tiver oportunidade até de dar uma olhada no processo, o senhor vai ver que não teve nenhuma denúncia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não sou da Polícia Federal nem sou do Ministério Público para julgar.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tudo bem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu perguntei se eles tinham conhecimento.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, eles tinham conhecimento, porque nós fomos transparentes. E nós não fomos denunciados. E nós não, também, fizemos nenhuma irregularidade naquele... Naquela ocasião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eles tinham conhecimento de que a empresa Precisa tem uma composição societária em que o seu proprietário tem R$1 de capital e que a grande detentora dessas ações é a Global?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Todos os documentos em relação ao quadro, ao estatuto da companhia foram compartilhados com a Bharat.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Bharat sabia que em 2017 a empresa Global, que na verdade tem a Precisa apenas como um nome de fantasia a mais, aplicou no Ministério da Saúde o descumprimento de um contrato no valor de R$20 milhões para aquisição de medicamentos de alto custo e que, mesmo assim, o Ministério da Saúde pagou, não tendo recebido esses medicamentos? Ela tinha consciência disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Mais uma vez, nós fomos 100% transparentes com a Bharat, com a fabricante. Todas essas informações que são notórias, apesar de não serem verídicas – a maioria –, foram, sim, compartilhadas com a Bharat.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No Ministério da Saúde, em algum momento, algumas das pessoas que participaram dessa negociação chegaram a levantar esse episódio de 2018?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Dezoito? Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... foi dezessete.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, dezessete foi onde houve o processo de contratação. Em dezoito foi onde houve o pagamento.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, o pagamento... O senhor está falando da Global, Sr. Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Da Global.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Foi 2017 o pagamento. Não teve pagamento em 2018.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas alguém do Ministério da Saúde...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, ninguém.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... avocou isso ?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é grave, viu, Presidente? Presidente e Relator, isso é grave. O Ministério da Saúde em nenhum momento invocou a discussão da possibilidade de uma empresa envolvida numa fraude contra o Ministério da Saúde ser intermediária da aquisição de um contrato de R$1,6 bilhão. Essa informação é importante, é muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Importante informação. Importante informação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora participou de uma reunião entre a Covaxin e a Bharat Biotech, na Índia, em que, no meio da reunião, entrou o Embaixador do Brasil na Índia para agregar apoio do Governo brasileiro àquela negociação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Foi uma reunião em que a abertura da reunião tinha uma fala de dois minutos do Embaixador, porque ele tinha ido, junto com mais outros 70 embaixadores, à Bharat na semana anterior dessa reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso também é relevante, Sr. Relator. Aqui foi dito que o embaixador não tinha feito nenhuma gestão no sentido de viabilizar esse contrato, e agora nós tomamos...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Ele não fez gestão, Sr. Senador; ele não fez gestão. Ele entrou, deu as boas-vindas, em nome da embaixada, da mesma forma que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós temos como provar isso, existem telegramas...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... outros 70 embaixadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Existem telegramas, existem informações sobre essa questão. Essa questão, a mim me parece...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto, se V.Exa. me permite...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos ouvir a Dra. Emanuela sobre como é que foi a participação do embaixador nessa reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, o senhor me devolve o meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Todo o tempo, não tenha dúvida disso. Terá a condescendência desta Presidência, não tenha dúvida.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Essa reunião... Foi a abertura da reunião, na verdade. A Bharat tinha feito uma apresentação na semana anterior para 70 embaixadores do mundo inteiro que foram visitar a fábrica, e para todos os países, não só o Brasil, mas a Hungria esteve lá com seus representantes e alguns outros países da União Europeia. Os embaixadores de cada país que tinham participado de uma reunião, uma semana antes, na Índia, eles abriram, como se fosse uma abertura, e não participaram, não entraram em nenhuma discussão. E por vídeo, tá? Não foi, ele não estava lá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom, o embaixador deu só um alô para todo mundo que estava...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Foi exatamente isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito bem; muito bem.

Bom, a outra questão que eu pergunto. Aqui estiveram três funcionários do Ministério da Saúde, e os três, embora tenham vindo por razões diferentes, eu perguntei aos três e todos aqui perguntaram aos três: é comum, existe a lembrança de alguns de V. Sas. que trabalham com fiscalização de contrato, *invoices*, algum caso em que uma empresa que não era parte do contrato ser a recebedora do contrato? Eu estou me referindo ao caso da Madison. Os três, a Sra. Regina, o Sr. William e o Sr. Luis Miranda disseram que não. A senhora confirma?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Confirma o que eles disseram?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, no caso da, por exemplo...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Se eles disseram que não, eles disseram que não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No caso da venda dos preservativos, quem recebe? A senhora disse que é uma empresa estrangeira.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, a Cupid, que é a fabricante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É a produtora, não é? É o nome que consta do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não veio nenhuma empresa em paraíso fiscal para receber o recurso, não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, é claro, porque essa situação da Covaxin, ela é singular, não é? Aqui foi dito pelos três que isso não é comum, que nunca viram isso: uma empresa que não está no contrato recebe o recurso que deveria ser pago pelo Ministério da Saúde.

Que empresa é essa, Envaxin, uma empresa dos Emirados Árabes que consta da assinatura do contrato? Ninguém sabe o que é, qual é o papel dela nesse contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O nome dessa empresa é Envixia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Envixia.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – E eles atuam como o que a gente chama de *finders*, são aquelas companhias que colocam outras companhias juntas para que prosperem, enfim, nas junções, *joint venture*, etc. Eles participam da primeira operação e depois não mais. Também conhecidos como *brokers*, corretores, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quantas empresas estão nessa intermediação internacional? Porque nós já tínhamos achado a Madison; agora temos uma segunda...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sr. Senador, a Madison, ela pode, inclusive, ser considerada a mesma companhia. Eu, mais uma vez, quando foi enviada a *invoice* da Madison, eu fiz a mesma pergunta para a Bharat: quem é Madison? Eu não esperei o ministério me perguntar.

Aí eu perguntei: "Quem é Madison? Por favor, me explique". E eles disseram que a Madison é a empresa que eles estavam utilizando – certo? – já há alguns meses inclusive, para fazer todas as transações internacionais de venda, comercialização e inclusive para ajustar todas as questões de ensaios clínicos, porque, como a Bharat toca diversos ensaios clínicos no mundo inteiro, é necessário você ter um ponto focal de transmissão e repasse de valores. Então, eles estão conduzindo o ensaio clínico nos Estados Unidos, vai através da Madison. Eles me explicaram isso e me disseram que a mesma característica societária era apresentada entre as duas, e eu enviei para o ministério. O ministério poderia ter falado: "não quero", entendeu? E nós teríamos feito a alteração, o que não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a outra, o que é? A outra que o Senador Humberto perguntou.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A outra empresa sobre a qual o Senador Humberto perguntou? A Envixia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu acabei de explicar. A Envixia atua como um *broker*, é só uma operação. A Envixia é inserida pela Bharat. Eu nem... Nós não temos relação com a Envixia, é uma relação da Bharat, que indica quem serão os seus *brokers* em cada uma das operações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Ela é uma espécie de cupido empresarial, é isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Eu não conheço esse termo, desculpa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom. Eu acho que a maioria entendeu.

Mas eu queria, aqui, fazer uma outra pergunta: essas pessoas que a senhora disse que acompanharam a delegação e que se incorporaram depois que souberam que esse contrato estava em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

andamento – um deles é o Sr. Leonardo Ananda Gomes –, por acaso, são integrantes da comissão de comércio Índia Brasil?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Sr. Leonardo Ananda é Presidente da Câmara de Comércio Índia Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora pode explicar por que, na véspera da assinatura do contrato – hoje saiu no jornal *O Globo* –, em 25 de fevereiro e também no dia 17, houve depósitos em nome da comissão de comércio Índia Brasil no valor de R$1 milhão?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, eu não sei por quê.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso, então, gente vai perguntar aqui ao Sr. Max.

Outra coisa que eu pergunto: a Precisa, em algum momento, foi buscar em entidades de classe, nessa Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas, pagamentos antecipados para compra de recursos, para compra de vacinas no âmbito privado? É verdade que há, inclusive, processos de associações, de magistrados e tal, em busca de recurso que foi antecipadamente pago à Precisa e que ela não comprou as vacinas? É verdade? Sim ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu não participo de nenhuma atuação privada de comercialização dos produtos. Então, eu não consigo responder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Vamos só, então, perguntar novamente ao Dr. Max.

Por último, eu queria fazer uma colocação: eu acho que, primeiro, esse assunto da *invoice* para mim está esclarecido, e esclarecido pela própria depoente no dia em que esteve aqui na Comissão Especial de Acompanhamento da Covid e reconheceu que essa *invoice* foi mandado antecipadamente. Mas isso é irrelevante, na minha avaliação.

O que é relevante nesse caso – e aqui o Presidente da Comissão usou uma expressão muito popular, dizendo que "jabuti não sobe em árvore". Uma empresa que não tem expertise na área de vacinação; uma empresa com a ficha corrida manchada por golpe no Ministério da Saúde, por envolvimento em corrupção em Estados brasileiros durante a Covid, com dinheiro público utilizado para o cometimento de fraude; que, no Ministério da Saúde, não sofre qualquer restrição pra ser intermediária de um contrato de R$1,6 bilhão; que tem, em seu nome, pressões feitas sobre funcionários do ministério pra agilização da importação dessas vacinas; uma empresa que tem uma composição acionária, como eu disse, que faz com que ela seja a própria Global – Global e Precisa são a mesma coisa. Mudaram o nome talvez para fugir de qualquer tipo de restrição que, num Governo sério, teria sido feita, mas nesse Governo não foi feita, pra participação da empresa na intermediação de um contrato como esse –; uma empresa que recebeu um tratamento especial no ministério em relação a esses preservativos que vendeu – veja, no dia 13 de novembro do ano passado, vendeu para o Ministério da Saúde 10 milhões de preservativos ao custo de R$15,7 milhões, sendo que, no dia 18 de fevereiro, houve um aditivo para corrigir esse valor pra R$31,5 milhões. E só voltaram atrás porque a CNN divulgou essa falcatrua e, aí, houve um recuo novamente pra R$15,7 milhões. Portanto, é evidente que essa empresa é uma empresa que tem um tratamento especial, que levou apenas 97 dias pra vender uma vacina que não tinha ainda registro na Anvisa aqui no nosso País.

Essa é ou não uma condição especial? Esse é ou não um tratamento privilegiado que foi dado a essa empresa? Uma empresa cujo próprio relatório do Coaf mostra uma série de movimentações financeiras suspeitas, Sr. Presidente. Suspeitas! E nada disso é levado em consideração na hora de definir isso.

E tem mais: que mesmo nesse contrato não cumpre, por exemplo, o envio da primeira carga, que deveria ter acontecido no dia 17 de março, e não aconteceu. Mesmo assim ela manda uma *invoice* para mais à frente garantir o pagamento daquele valor que foi proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E por último, Sr. Presidente, pra complementar, o Ministério da Saúde, que não tinha recebido o primeiro lote, que recebeu essa *invoice* cheia de falhas, ainda manda uma carta pra assumir um compromisso de adquirir mais 50 milhões de doses dessa vacina. É pouca coisa pra nós levantarmos suspeitas sobre esse contrato? É pouca coisa pra nós dizermos que houve, com toda a certeza, tráfico de influência e uma série de outras irregularidades que precisam ser investigadas pelos órgãos de investigação deste País?

Eu quero concluir aqui dizendo que... Como eu disse, essa questão da *invoice* é sem importância pra isso. Na verdade, o que está se discutindo aqui é o seguinte: é que já são quase 20 dias que o Sr. Luis Miranda fez a denúncia aqui de que teria ido ao Presidente da República e comunicado que havia um processo de corrupção no Ministério da Saúde. E até hoje o Presidente da República não respondeu ao Sr. Luis Miranda, não defendeu o Líder do Governo e não disse que o Luis Miranda era mentiroso. Tudo isso deve ficar pra população brasileira pensar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

A pedido da defesa e da depoente, nós vamos suspender a reunião por 25 minutos. É o tempo que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores também têm para almoçar, e, logo em seguida, nós retomaremos.

(S*uspensa às 13 horas e 29 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 09 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando, então, a reunião, o próximo inscrito, no sistema remoto, é o Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso, V. Exa. me escuta? (*Pausa.*)

Senador Tasso, V. Exa. me escuta? (*Pausa.*)

Senador Tasso...

Bom, vou passar então, de imediato, para o Senador... Seria a Senadora Eliziane Gama...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu vou fazer isso, eu vou passar, então, de imediato, para o Senador Izalci Lucas.

Eu queria só esclarecer às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o seguinte: impreterivelmente, nós temos que suspender a reunião, por força da Ordem do Dia e por força do Regimento da Casa, às 16h, impreterivelmente. É lógico que esta Presidência terá a tolerância necessária para tentar esgotar a lista de oradores. Por óbvio, será impossível esgotar a lista de oradores, em virtude... Dificilmente nós chegaremos aos não membros. Então, esta Presidência... E repito e esclareço a todas as Sras. Senadoras e a todos os Srs. Senadores: por força do Regimento, nós encerraremos às 16h. Teremos a tolerância com quem estiver se pronunciando, mas não podemos nos estender além do horário das 16h, por força do Regimento e por força também do que foi acertado por esta Presidência com o Presidente Rodrigo Pacheco.

Dito isso, eu antecipo o Senador Izalci Lucas, e, em seguida, retomaremos com o Senador Tasso ou com a Senadora Eliziane, ela estando aqui.

Devolvo a Presidência para o seu titular.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, obrigado pela... Eu tenho uma reunião agora, às 15h, na Comissão Mista de Orçamento, então agradeço a V. Exa. pela deferência e por poder falar antes da minha inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu pergunto à nossa depoente hoje, à Emanuela, se ela poderia dizer, primeiro, se conhece Francisco de Araújo Filho?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Eu sei que ele era Secretário de Saúde do GDF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. tem conhecimento sobre a Dispensa de Licitação nº 5, de 2020, em que a Precisa foi contemplada com essa licitação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. poderia falar um pouco como se deu essa licitação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Foi uma dispensa de licitação, no momento em que a ordem era, inclusive vinda da OMS, de realizar o maior número de testagens possíveis para Covid-19. E a Precisa desenvolveu, através de alguns representantes, um produto junto a esse processo. E foram ofertados, naquele momento, 150 mil testes rápidos para Covid-19.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

V. Sa. tem conhecimento com relação a prazos de apresentação de proposta? Se houve interferência do Sr. Francisco?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Olha... Interferência de quem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Do Francisco, do Secretário de Saúde.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Não teve interferência. Eu sei que nós ofertamos um produto, o Medlevensohn. Eu sei que nós substituímos o produto, porque o da Medlevensohn entrou com uma interdição cautelar da Anvisa. Nós acionamos a área de recebimento do GDF, enviamos a notificação dizendo que iríamos substituir com a razão e com os laudos de interdição cautelar e substituímos o produto – é o que eu sei. E eu sei também que até hoje nós não recebemos por essa entrega.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. conhece quem tratou diretamente com relação a isso? Foi V. Sa. ou foi o próprio Francisco Maximiano?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Da parte técnica fui eu. Então, todas as questões...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parte técnica do produto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Parte técnica do produto, envio, qualificação, todas as informações pertinentes à ficha técnica do teste, as dúvidas que na época o Lacen encaminhava para nós. A questão logística também, que é a parte técnica, foi eu que tratei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bom, V. Sa. disse que não recebeu ainda. V. Sa. sabe por que não recebeu ainda ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu sei que tem uma operação chamada Falso Negativo, onde fizeram busca e apreensão em diversas empresas – em uma delas, nós também –, e nós pedimos diversas vezes no Judiciário para que fosse pago o produto que foi utilizado. E até então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sabe por quanto foi vencido? Por quanto vocês ganharam a licitação, o preço unitário?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não foi uma licitação, foi uma dispensa de licitação. E nós ofertamos por 139,90, salvo engano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. tem conhecimento de que uma empresa apresentou uma proposta de R$73?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Eu não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tem conhecimento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Eu sei... Da oferta que eu fiz eu sei. O que os outros fizeram eu não tenho como saber.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sabe que o Tribunal de Contas decidiu exatamente isso, que não pagou. Tem uma determinação do Tribunal de Contas, exatamente, mandando suspender o pagamento e limitando ao máximo R$73, que foi exatamente a vencedora, a primeira colocada? Não tem conhecimento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Senador. Eu não tenho conhecimento porque...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é só para conhecimento: Decisão 5354, de 2020, decisão do Tribunal de Contas. Por isso que V. Sa. e a empresa Precisa ainda não receberam.

Mas eu vou lembrá-la, então, se V. Sa. não tem conhecimento, só para dizer aqui para os colegas. Como disse V. Sa., a empresa ganhou realmente 150 mil unidades a um preço de 139,90. E a empresa que teve um preço menor, a PMH, apresentou uma proposta de 73. E, incrivelmente, naquela mesma época, o pregão eletrônico do Sesc conseguiu comprar esse mesmo produto a R$18,00. Mas, de acordo com os documentos que já estão aqui na CPI, nós temos aí duas questões que não sei se V. Sa. conhece ou se delas tomou conhecimento – por isso eu perguntei se tinha conhecimento –: primeiro, que houve, de fato, a interferência do Francisco porque vocês perderam o prazo, vocês estavam fora do prazo. E, aí, nos documentos aqui apresentados à CPI, o próprio Francisco colocou a proposta de V. Sa., ou da Precisa, dentro do processo. Inclusive, existem já ligações do Eduardo Pojo com o Secretário. O Secretário diz para ele: "Ainda dá tempo de apresentar a proposta?". Ele responde assim: "O prazo acabou no dia anterior", o próprio Eduardo Pojo. Então, ficou claro aqui, nos documentos que nós temos, que o próprio Secretário de Saúde sabia que não tinha prazo, já tinha perdido o prazo, e colocou essa proposta. E mais: Francisco Araújo, no dia seguinte, ainda disse assim, expressamente, para o Eduardo Pojo...

Conhece o Eduardo Pojo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Teve conversa com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O que V. Sa. conversou com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Pojo já trabalho no Ministério da Saúde, o Eduardo Pojo já foi funcionário do ministério. Em algumas das importações, a gente atuou junto, sim. Eu o conheço. Inclusive, ele foi a pessoa à qual, na época, eu disse que seria necessária a substituição, porque a Anvisa tinha publicado uma interdição cautelar no produto da Medlevensohn.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é. Esse mesmo Eduardo Pojo disse... O Francisco Araújo disse para ele: "Não anuncie o vencedor do certame", que tinha acontecido no dia anterior, porque, realmente, se anunciasse, não seria a Precisa a vencedora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Agora, o mais grave – eu não sei se V. Sa. pode, como técnica, nesse assunto, esclarecer – foi exatamente a troca do teste. Como V. Sa. disse aqui – deu alguns exemplos, inclusive, da China, da Índia, do Paraguai, então, V. Sa. deveria estar acompanhando, naquele período, a questão dos testes... Só para lembrar: V. Sa. sabe o motivo da troca do teste, por que não foi entregue o teste que estava no edital da despensa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Como eu informei, nós enviamos os testes da Medlevensohn para algumas análises nos laboratórios oficiais – um deles foi o Cimatec e o outro foi o próprio INCQS –, para fazerem o teste desse produto. O Cimatec deu um laudo desfavorável para o teste da Medlevensohn, e, depois de alguns dias, a Anvisa publicou uma interdição cautelar nesse produto falando que o que constava na bula, na ficha técnica, não era o que estava sendo apresentado nos testes. Foi por isso que a Precisa substituiu o produto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, eu vou dizer – talvez V. Sa. possa relembrar alguma coisa –: é o MedTeste que estava previsto. Esse MedTeste está aqui, aprovado pela Anvisa, inclusive, com uma eficiência muito grande: IgG, 97,4; IgM, 86,8. Esse era o teste que deveria ter sido entregue, mas olhe o que aconteceu – só para V. Sa., talvez, relembrar um pouco, porque acho que V. Sa. não está lembrando –: no dia 28 de abril de 2020 – 28 de abril de 2020 –, o Conselho Indiano de Pesquisa Médica havia aconselhado vários Estados na Índia a pararem de usar os *kits* comprados da empresa que produz o Livzon, que foi o que sua empresa, a Precisa, entregou, substituindo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Argentina e Dinamarca, a mesma coisa. A Dinamarca está devolvendo testes imprecisos da chinesa Livzon. No dia 10 de maio, na Argentina, também as autoridades afirmaram que os testes Livzon são falhos, não recomendado seu uso. Por isso que se chama falso negativo. Deve ter provocado aqui, em Brasília, mortes, exatamente porque saíram de lá achando que estava tudo bem.

Mas o mais interessante não é isso, não; o mais interessante, como eu disse: olha, no dia 28 de abril, a Índia já estava recolhendo esse teste. Como V. Sa. conhece e deve estar acompanhando o que está acontecendo lá fora, o que aconteceu? A troca do teste... Olha como aconteceu... A Polícia Civil está aqui, na minha colocação. Mais uma manobra fraudulenta dos integrantes aqui, da quadrilha, aqui, do GDF. O que eles fizeram? A Secretaria de Saúde... Esse material, MedTestes, era o material que teria que ter sido entregue. Aí o que aconteceu? Vocês entregaram esse teste fabricado pela Livzon, só que vocês colocaram lá... O Lacen recebeu esse teste no dia 12 de maio de 2020.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Doze de maio. Tem lá o documento...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... de recebimento do Lacen. Ou seja, quase um mês que foi anunciado na Índia e em outros países que aquilo não tinha valor nenhum. O problema é que só no dia 3, um dia depois, é que, de fato, a secretaria autorizou mudar o teste. Vocês já tinham entregado; no dia 13, um dia depois, é que foi autorizado.

Então, o que a gente percebe... E aí gostaria de pergunta de perguntar a V. Sa. se tem conhecimento de todas essas coisas que ocorreram. Por isso que o Tribunal de Contas ainda não autorizou a pagar esse teste, ou se limitasse a R$73. Qual foi o envolvimento do Eduardo Pojo? V Sa. teve conhecimento? Francisco Maximiano? Outros tiveram... Ou se teve outra pessoa da Precisa envolvida nisso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não... O senhor concluiu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, eu quero... Estou perguntando a V. Exa.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

Sr. Senador, referente à qualidade do teste, nós enviamos para as autoridades nacionais. Eu não tenho como, por exemplo, a partir do momento em que um teste é negado na Índia e tem um laudo positivo, um parecer positivo do INCQS, que é o um instituto de qualidade em saúde daqui, do Brasil, desqualificar o INCQS. Eu preciso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas porque não foi esse que eles adquiriram, não foi este produto que foi comprado.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, se o senhor me permitir...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... eu gostaria de esclarecer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eles não compraram esse produto, e seria... Estranho seria se, ao invés de eu mandar o produto que tem a validação e o certificado de qualidade do INCQS, eu mandasse um que foi publicado em interdição cautelar pela Anvisa, na portaria, está aqui. Eu gostaria muito de entregar para o senhor. No dia 7 de maio, através de uma resolução, o gerente-geral de inspeção e fiscalização sanitária coloca como assunto medida preventiva, ações de fiscalização em vigilância sanitária, interdição cautelar nesse produto. Então, eu não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual produto? O MedTeste?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É, está aqui, MedTeste.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá. Tem essa mesma qualidade do Livzon ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Calma, vamos por partes. O que eu estou querendo falar para o senhor é o seguinte: esse teste, esse MedLevensohn, nós adquirimos amostras para fazermos testagens. Mandamos para um laboratório chamado Cimatec, que é um laboratório do Senai, e mais para um outro laboratório, além do próprio INCQS. Nós começamos a fazer as testagens desse MedTeste e recebemos mais de um laudo insatisfatório, sendo que eu tinha entregado, eu tinha enviado uma oferta para o GDF com esse teste. Então, eu já sabia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sabe quanto é que foi o preço desse Levensohn que vocês compraram?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quanto foi?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Posso falar?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Essa é informação contratual e...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, mas já...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, por quanto comprou...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... está publicado.

Pagamos... Eu tenho a nota fiscal aqui. (*Pausa.*)

Já está publicado. Pagamos R$99 por unidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E vendeu a R$173. É isso? R$139,90...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não, vendemos a R$139,90 com seguro e frete incluso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, tem conhecimento dessa questão que vocês entregaram a proposta fora do prazo? V. Sa. não sabia disso, que estava fora do prazo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Então, deixe-me concluir aqui para o senhor.

Quando nós enviamos a proposta para o GDF com o MedLevensohn, nós não tínhamos ainda a informação de que o produto não estava atendendo aos parâmetros que ele indicava na sua bula, na sua ficha técnica. A partir do momento em que nós tivemos o primeiro laudo negativo do Cimatec, do Senai Cimatec, com resultado insatisfatório...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual é a data disso aí?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O laudo foi de 22 de abril, e as amostras foram enviadas no final do mês de março. E, aí, durante essa análise deles, eles entraram em contato e falaram: "Olha, as amostras estão insatisfatórias; já preparem novas amostras para nos enviar". Ou seja, a gente descobriu, depois de ter sido feita a oferta para o GDF, que esse teste não estava alcançando os critérios mínimos de qualidade nacionais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. não conhecia, não tomou conhecimento de que esse teste Levensohn em todo o País estava sendo recolhido porque não tinha valor nenhum?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque eu estou dizendo: Índia foi... Falando alguns países...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dinamarca, Argentina, Índia, China, todos estavam recolhendo...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu soube de um lote específico. Eu tenho até as informações, porque nós fomos perguntados. A partir do momento em que a Precisa estava comercializando esse teste, nós fomos perguntados sobre o que tinha acontecido. Então, houve, sim, o recolhimento de um lote específico, que é referente ao lote desses países, o que não invalida que os produtos que foram enviados para o INCQS, que é o instituto nacional de qualidade do Brasil, que fez, analisou... E o instituto de qualidade do Brasil...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para deixar...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... ele publicou o deferimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para encerrar, Presidente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... e a qualidade do produto. Então, ele atestou. Eu não posso desautorizar ou desatestar o INCQS com base numa notícia do exterior.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De forma alguma, de forma alguma. Eu só quero registrar, e tem documentos aí sobrando...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, eu gostaria muito até que o senhor tivesse acesso a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, não tem nenhuma dificuldade. O que eu quero dizer para V. Sa. é o seguinte. Essa licitação... E essa empresa só ganhou a licitação porque o Sr. Francisco, que era o Secretário, atuou diretamente, e tenho as provas aqui. Ele é que colocou no processo, mesmo o Pojo dizendo que já tinha vencido o prazo. E ele pediu no dia seguinte para não anunciar o vencedor, porque ele tinha interesse em botar a Precisa. Só para dizer isso. Não é...

V. Sa. não conhece esse entendimento que foi feito? Nem com o Francisco, nem com o Pojo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, o senhor está se referindo à troca de mensagens entre o Secretário de Saúde e o Eduardo Pojo. Eu não tenho condição nenhuma de falar sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas vossa empresa, a empresa de V. Sa...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu sei que nós entramos na proposta...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... a empresa de V. Sa. entrou numa licitação fora do prazo. Ninguém sabia disso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, nós não entramos numa licitação fora do prazo: já havia sido feita uma nova publicação. Na época, a orientação mundial era testar, testar e testar. Eu não entendo que tenha sido nada feito de má-fé...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. não falou com o Pojo sobre isso? Nem alguém da empresa conversou com o Pojo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu comecei a falar com o Pojo, Sr. Senador, no momento em que eu fiz o pedido de alteração do teste e eu enviei para ele e para o Lacen os laudos que foram indeferidos do Cimatec e a interdição cautelar

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E por que o Lacen recebeu antes de ser autorizado oficialmente pela secretaria?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, quando a gente faz uma entrega em qualquer entidade pública que fez a compra de uma mercadoria, se eles não têm autorização para receber, a mercadoria nem entra na operação, nem entra dentro da unidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não entra normal, mas, quando tem esse conluio, entra.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Sabe o que acontece? Se o senhor vai fazer uma entrega de um produto, o senhor bate na porta da secretaria de saúde e o senhor vai entregar um produto, se o senhor não tem uma ordem de entrega, uma ordem de compra ou uma ordem de recebimento, os funcionários não vão receber esse produto. No momento em que nós chegamos, porque foi agendado no setor de agendamento da Secretaria de Saúde do DF, nós agendamos, nós conversamos com as áreas responsáveis. Eles pediram para a gente reiterar com todos os laudos no dia da entrega e eles assinaram um canhoto confirmando a entrega.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O que aconteceu posteriormente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só que a autorização foi posteriormente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Aí não é uma ingestão minha. Eu tinha as autorizações para entregar o produto. Se...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas eu estou perguntando se V. Sa. conhece alguém da empresa que, durante esse processo, conversou com o Francisco ou com alguém da secretaria que manipulou toda essa licitação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Secretário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Inclusive a substituição do material...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, desculpa, desculpa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que foi entregue antes da autorização. A secretaria não tinha autorizado ainda a entrega do material.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, a autorização não vem da secretaria, ela vem do setor de recebimento. Eles fazem as conferências do produto, eles entendem a justificativa de substituição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, eu não tenho condições mais de manter a coisa, porque nós vamos terminar às 16h...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A gente vai ter tempo ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... às 16h, o senhor terá ainda oportunidade de fazer essas perguntas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vai ter o Francisco Maximiano, a gente vai tirar as dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Tasso Jereissati, através do vídeo.

Fique à vontade, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente Omar.

Sra. Emanuela, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Dra. Emanuela, tem uma coisa que, para mim, ainda não está absolutamente claro: a Precisa é representante legal da Bharat no Brasil, correto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, correto.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Existe um contrato de representação entre a Bharat, portanto, e a Precisa. Nesse contrato, eu não quero saber o número em valores absolutos, mas como é o tipo de remuneração que faz jus a Precisa diante das negociações que ela fizer no Brasil para a Bharat: é uma comissão, é um valor fixo, é feito contra a entrega de mercadoria? Qual é o tipo de contrato que é feito de remuneração neste contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, o contrato que rege a representação entre a Precisa e a Bharat é confidencial, e eu não tenho autorização para expor aqui.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Permita-me, Senador Tasso Jereissati, só fazer uma complementação, porque eu acho isso de extrema importância.

Se está protegido pelo contrato, pela cláusula de confidencialidade, ou seja, o valor total pago pelo contribuinte brasileiro é transparente, porque nós estamos obedecendo ao princípio da publicidade, mas a remuneração da empresa não. V. Sa. informou que a necessidade de contratação da empresa intermediária é exigência da Lei 8.666, a Lei de Licitações. A mesma lei também dispõe, em seu art. 3º, a publicidade como regra geral e a confidencialidade como exceção. Estamos falando aqui de dinheiro público. Qual a justificativa para que essa informação seja confidencial? E eu complemento aí – perdão por ter invadido o tempo do meu nobre colega: esse é o procedimento da empresa em outros contratos que envolvam o Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, a transparência é exigida quanto ao valor que a União paga. E isso a gente sempre deixou muito claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Mais uma vez, não houve oferta menor do que US$15 por dose, que é o preço internacional que foi publicado mais de uma vez e por muitos canais pela própria Bharat.

Em relação ao valor, ao contrato entre a Precisa e a Bharat, mais uma vez: eu já disse que eu não tenho acesso a essa informação, eu não tenho esse contrato; e ele tem, sim, cláusula de confidencialidade entre entes privados.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – A senhora...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com dinheiro público, não é?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – E qualquer *disclosure* em cima disso, eu posso comprometer a operação inteira. Eu prejudico a vinda dessas vacinas para o Brasil.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – A senhora já... Essa operação já está comprometida, sem dúvida nenhuma.

E a senhora deixa dúvida aí, uma série de interrogações: se essa diferença, por exemplo, que foi da expectativa de US$10 a US$15, é por acaso a participação de terceiras empresas na negociação. Isso é uma dúvida que fica.

E evidentemente acho que – a pergunta do Senador Contarato – nós temos o direito de requisitar este contrato de representação, porque ele tem que ser absolutamente transparente. E até porque o pagamento, pelo que eu entendi também, não seria feito à Bharat, nem à Precisa, e sim à empresa em Singapura. É correto isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, correto, à Madison Biotech, que é uma subsidiária da Bharat.

E quanto ao contrato estar prejudicado: o contrato está suspenso e sob a análise da CGU. E nós temos plena ciência de que, como não houve nenhuma irregularidade, existe a possibilidade da retomada dessa operação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Pois não, está sob a CGU.

A pergunta que eu faço é a seguinte: a Precisa tem subsidiária no exterior, em Singapura?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor. A Precisa não tem nenhuma companhia fora do País.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Se esse pagamento é feito direto à Bharat e... À Bharat, não. Era para ser feito direto à Bharat, mas foi delegado à Madison. Como é que a Precisa vai receber sua remuneração se não tem filial no exterior? Porque ela vai receber em dólar, não vai poder receber em reais.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, seria uma operação de câmbio, obviamente, mas continua sendo uma informação confidencial que eu também não sei.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, senhora. Não é confidencial.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu sou farmacêutica da companhia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não é confidencial, não, senhora. A senhora pode estar fazendo talvez evasão de divisas, talvez a sonegação fiscal, porque não está em nenhuma disposição que a Precisa vai apresentar ao Imposto de Renda, ao Fisco e às autoridades a sua remuneração nessa proposta. E, estando essa proposta feita toda... Pelo que a senhora está dizendo... Pelo que a senhora está dizendo, estando feita toda no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

exterior, em Singapura, que é um paraíso fiscal, provavelmente esse dinheiro pode também servir de ponto de distribuição dessa intermediação.

Então, esses pontos, diante da recusa que V. Sa. faz neste momento, são pontos... Eu gostaria de pedir ao Presidente Omar para fazer um requerimento para que tenha esta CPI acesso a toda essa documentação de comercialização, contratação, pagamentos etc.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o Senador Tasso coloca é que a senhora pode até não dizer qual vai ser a remuneração da Precisa, se são 20%, 10%, 15% ou se será... Agora, a forma como seria remunerada com esse dinheiro... Como ia ser feito o pagamento?

Dou um exemplo simples aqui. Por exemplo, o contrato é de R$1,6 bilhão. É isso? É mais ou menos. Se a remuneração da Precisa fosse de 10% disso, dariam R$160 milhões. Esses R$160 milhões teriam que entrar no Brasil, voltar para o Brasil legalmente. Como é que esse dinheiro voltaria? Foi isso que o Senador Tasso... Por isso é que a gente vai pedir acesso a esse contrato sigiloso entre a Precisa e a empresa Biotech, para que a gente saiba qual vai ser a remuneração, até porque, se entrarem R$160 milhões, tem que se pagar imposto.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sai do Brasil, volta para pagar um imposto de um recurso que está retornando ao Brasil. O certo seria que fosse paga aqui a remuneração, no Brasil, através do acordo que foi feito entre vocês. Nós não temos acesso a isso.

Senadora Eliziane...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu só queria pedir uma cópia do documento que a Sra. Emanuela apresentou. Eu só queria dar uma olhada no documento.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu já comuniquei ao Leandro aqui que, como tem apontamentos nossos aqui, eu já estou pedindo para trazer uma versão, obviamente, sem as nossas observações aqui. E aí a gente vai juntar não só para V. Exa.; para toda a CPI aqui, a gente vai disponibilizar. Até o final, a gente entrega uma cópia para V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço que esse pedido de informação do contrato Precisa/Biotech, com a forma de remuneração que ia ser feita, a pedido do Senador Tasso, a gente o coloque para votar como pedido de informação, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu, mais uma vez, volto a focar esse contrato de intermediação. Eu não consigo... Não é razoável... Se nós temos que ter essa... Se um dos princípios que regem a administração pública é a publicidade dos atos, quando há essa intermediação, essa contratação de uma empresa intermediária num paraíso fiscal, que exige a Lei 8.666, a mesma lei que dispõe, no art. 3º, a publicidade como regra, agora invoca-se o sigilo? Eu fico assim questionando...

Ontem, a senhora não queria nem responder qual o vínculo empregatício com a empresa Precisa. Hoje, a senhora está falando. Mas, quando chega a um ponto desses, efetivamente não fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É bom a Emanuela, Senador Contarato...

Eu pediria à depoente e aos advogados que ouvissem a intervenção do Senador Contarato. Eu acho que ela não ouviu nada, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Eles estão passando o documento, primeiro. É importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não. Sim. Então, não dá. Ele está fazendo uma pergunta e ela está aí conversando com os senhores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, como é que está a lista de inscritos?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senadora Eliziane, Senador Marcos Rogério, Senador Randolfe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Eu não vou tomar muito tempo da colega, não. Eu já falei com ela.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Obrigado, Eliziane.

Eu só queria saber, mais uma vez, se existe esse procedimento, no contrato, da cláusula de confidencialidade com outros contratos, já que a empresa nunca firmou, celebrou contrato de aquisição de vacina.

E, só para encerrar minha participação aqui, a primeira *invoice* foi enviada no dia 22 de março. Se a Madison não faz parte do contrato e a primeira *invoice* só foi enviada em 22 de março, como o Luis Miranda saberia da existência da Madison para falsificar a *invoice* no dia 18 de março?

Outra coisa, todo contrato administrativo tem que ter garantia contratual, cláusula obrigatória. No caso de hoje, qual foi a garantia dada pela empresa? Houve ou não esse cumprimento?

Obrigado. Não quero mais tomar o tempo.

Espero que a senhora responda à minha pergunta, tendo em vista o princípio da publicidade, porque, mesmo a empresa intermediária está regida pela Lei 8.666 e impõe-se a publicidade. E a população brasileira quer saber quanto que a Precisa ganhou nesses US$15.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, o nosso contrato, mais uma vez, sim, tem cláusula de confidencialidade. Ninguém está escondendo o custo do valor que a União está pagando, mas, ao mesmo tempo, não é da minha alçada. Eu cuido da parte técnica da companhia e, enfim, eu não tenho como colaborar com essa resposta.

Quanto à questão da *invoice*, a *invoice*, sim, a primeira vez que ela foi... Inclusive, temos provas materiais desse envio no dia 22. A questão da fraude, da falsificação não foi levantada por nós e...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E ocorreu. E ocorreu no contrato. Isso é crime de ação penal pública incondicionada.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – E aí tem mais uma informação em que, inclusive, nas imagens que o Luis Miranda representou aqui nesta CPI, nos *prints* das conversas entre ele e o irmão dele, fica claro que ele só teve acesso àquela *invoice* no dia 22, depois que essa *invoice* é inserida no sistema de informação do ministério. Então, nós não acusamos ninguém de fraude. A gente só está falando que o primeiro documento só chegou ao ministério no dia 22. Antes disso, era impossível.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E a garantia do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A garantia... O seguro garantia? Desculpa, qual é a pergunta?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Todo contrato tem que ter uma cláusula, uma garantia nesse contrato, uma cláusula obrigatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, todo contrato com o Ministério da Saúde necessariamente precisa apresentar...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Qual foi a garantia dada pela empresa nesse contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Essa garantia foi uma garantia fidejussória, se eu não me engano, mas não é da minha área mais uma vez e eu não tenho como responder no detalhe.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Senadora Eliziane Gama, por 15 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero cumprimentar aqui a depoente, pegando...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, só uma questão de ordem. O Senador estava usando o tempo da Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, não, não. Não, não, não, não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, ele furou a fila. Ele furou a fila de inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele avançou. Vai ser descontado dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele pediu para inverter. Ele pediu, Senador Flávio...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vai ser descontado do tempo dele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele furou a fila. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que foi combinado? Bom, eu acabei de sentar nesta cadeira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É verdade.

Eu só pediria que repusesse o meu tempo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele furou a fila, só isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para repor o meu tempo...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Aí o Senador Omar resolve.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, só quero pedir pra repor meu tempo aqui, porque cada segundo é precioso aqui nesta CPI.

Eu queria perguntar primeiro aqui à Emanuela acerca... V. Exa. coloca sempre a confidencialidade acerca desses contratos.

Mas você pode me dizer se existe uma diferença nas operações semelhantes para o setor público e o setor privado do ponto de vista de lucro? Há uma diferença de percentual?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senadora, eu não... Essas informações, eu não tenho como colaborar, porque não faz parte do meu trabalho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, na última... Na audiência de que você participou, e nós vimos agora há pouco a apresentação, e você continua reafirmando, a primeira *invoice* teria sido direcionada no dia 22 de março, não é isso? Você coloca ali: "Olha, nós enviamos uma documentação na última quinta-feira". E aí, na última quinta-feira, ela data exatamente no dia 18.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você se refere a quais documentos?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Aos documentos técnicos pertinentes à segurança, qualidade e eficácia da vacina para que a Anvisa pudesse dar seguimento na autorização excepcional. Eu não fui detalhista em relação às datas, mas, no dia 23, que é o dia desse vídeo, eu já tinha, sim, enviado as *invoices*, porque eu tinha enviado no dia anterior.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois é, mas não é tão fácil...? Você está falando do dia de ontem. Não seria simples você dizer "eu enviei ontem"? Você faz uma referência a quinta-feira, e mais...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu faço a referência à quinta-feira, Senadora, porque o *link* do Dropbox foi criado e compartilhado na quinta-feira, com os documentos de teor técnico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, você me diz que...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Então, eu iniciei o processo na quinta-feira, e o processo ainda estava em tramitação, tanto é que eu falo no vídeo: eu tenho alguns documentos para retransmitir. Eu ainda estava falando de um processo que ainda estava acontecendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, você diz que você enviou também no dia 18.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não fui detalhista.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você diz que você enviou alguns documentos no dia 18.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, eu disse que eu iniciei no dia 18. Eu não fui detalhista. E nada supera a prova material que nós temos. E eu desafio o que foi feito, para o Luis Ricardo e para o William também apresentarem a comprovação, da forma que eu fiz, de que eles receberam esse documento, porque eles não vão conseguir fazer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O envio da *invoice* veio através do Dropbox?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. O envio da *invoice* vai pela primeira vez através de um *e-mail* no dia 22.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele foi enviado, então, pelo dia...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A *invoice* nunca esteve no Dropbox.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você lembra... Ou, melhor dizendo, na verdade nem vou te fazer essa pergunta, só te colocar o seguinte, Emanuela, porque as perguntas que nós estamos fazendo são muito fáceis de serem constatadas.

Aliás, Presidente, eu quero aqui protocolar um pedido à Presidência: que busque na empresa Dropbox a relação desses documentos, porque aí a gente vai poder fazer...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... essa constatação de fato.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Uma outra pergunta: você confirma das alterações que houve de fato aí, duas alterações nas *invoices*, primeira, segunda e terceira que foram enviadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Ponto um: é importante a gente falar que já tem uma perícia – não é? – na pasta do Dropbox...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, mas a perícia que nós recebemos aqui...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, deixa... Um segundo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... da base do Governo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Uma perícia paga pela Precisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não; a perícia que nós recebemos aqui...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Senador Humberto... Senador Humberto, deixa só ela esclarecer. Calma! Dá a gentileza de ela encerrar a fala dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, a perícia da...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Existe uma perícia para constatação e também enviamos tudo para a Polícia Federal. A Polícia Federal vai poder fazer de forma oficial essa perícia para mostrar para todos vocês que essa *invoice* somente foi enviada no dia 22; que, no *link* do Dropbox nunca existiu essa *invoice*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A outra pergunta: você tem, você confirma que o *link* foi feito dia 19 ou no dia 18?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O *link* foi feito no dia 18, porque eu enviei no dia 18.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A perícia, pela base governista, que foi apresentada aqui, teria sido no dia 19, ou seja, já há aí uma diferença de um dia.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não, Senadora. A gente tem que olhar com cautela esse laudo. São muitas informações.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Outra coisa: as alterações...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu concordo que tem que ser periciado novamente, quantas vezes for necessário para comprovar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, as alterações que foram feitas nas *invoices* foram feitas por quem, pela Precisa ou pela Bharat?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, todas as alterações foram feitas pela Bharat.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, não foram feitas no Brasil?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não foram feitas no Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, Emanuela, como é que você me assegura essas seguintes informações; veja bem: eu tenho... A primeira correção ocorreu às 2h03, horário do Brasil. Na Índia, esse primeiro pedido de correção corresponde a meia-noite e trinta e três minutos.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A segunda que chegou, ou melhor, a *invoice* chega corrigida ao Ministério da Saúde às 21h30; 6h da manhã, horário da Índia. Ou seja, na Índia a Bharat ficou trabalhando a madrugada inteira, é isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, o que aconteceu nesse processo, a partir do momento que nós recebemos a primeira orientação do William, através do Dimp, para fazer as correções, nós já começamos, sim, a falar com as pessoas responsáveis da Bharat. E, sim, era madrugada lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O pessoal trabalha bastante, não é?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Trabalham bastante, Senadora, não tenha dúvida que eles trabalham muito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De meia noite às 6h da manhã fazendo as alterações.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. A mesma coisa que nós passamos já para a Polícia Federal: essas alterações, sim, foram feitas na madrugada da Índia. E não que justifique os erros ou as inconsistências, mas nós retiramos as pessoas na madrugada de lá para fazer essas alterações e pedimos que fizessem o quanto antes, porque nós precisávamos entregar aquele produto. Nós estávamos com um contrato já correndo, e nada disso é errado. Não é errado você acordar o seu fornecedor, falar para ele da importância do processo e falar para ele que ele tem que fazer as alterações conforme o ministério pediu.

Então, sim, foram feitas de madrugada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, veja bem, você tem, por exemplo, uma vacina no Brasil, e essa vacina... Ou melhor dizendo, você inicia um processo de negociação com o Brasil, com o Ministério da Saúde, e você inicia uma negociação em cima de uma vacina que não tem autorização da agência brasileira, ela não tem autorização da agência indiana, ela não tem, por exemplo, legislação, naquele momento, que favorecesse essas condições, porque a medida provisória e a alteração que foi apresentada pelo Ricardo Barros, ela só acontece bem a posterior. Ao mesmo tempo também, eu queria que você me ouvisse, ela não tem – portanto, aí não havia, nesse momento, esse arcabouço legal –, você tem a Precisa, que faz um seguro fiança para adquirir esses 20 milhões de doses numa negociação bilionária de R$1,6 bilhão.

Eu te pergunto: onde era que estava a segurança de vocês, a segurança jurídica, para, de fato, fazer uma negociação tão alta em cima de um produto tão frágil? Porque, até naquele momento, não havia as condições mínimas materiais para que se prosseguisse esse tipo de negociação.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora, são riscos que a companhia, através de todas as orientações técnicas, pelo comitê científico que nós temos, pelas conversas e tratativas com instituições sérias que estavam conduzindo o estudo clínico, disseram para nós que, sim, é um produto seguro, é um produto eficaz e nós vamos conseguir demonstrar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quem falou para você que era um produto seguro?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Quem falou para mim? A própria Iqvia, a própria Bharat, o próprio NIV, todos os relatórios, a *The Lancet.* Nós temos diversos relatos positivos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas como ele era seguro? Nem a Índia tinha autorização dela, nem a agência indiana tinha dado a mínima ainda autorização!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Tinha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A Covaxin recebeu a autorização da Índia no começo de janeiro deste ano. Então, sim, ela tinha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, mas vocês iniciaram as tratativas no Brasil no mês de novembro. No dia 20, vocês já estavam fazendo as reuniões.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, nós ofertamos um produto – correto? – com diversas seguranças no contrato para o ministério. Se a senhora ler as cláusulas de rescisão, está muito claro que, se o produto não fosse autorizado ou anuído pela Anvisa, ou se ele fosse anuído e, posteriormente, essa anuência fosse retirada, o contrato estava acabado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Emanuela, eu acredito mesmo que vocês receberam, dentro do Ministério da Saúde, uma garantia para fazer esse tipo de negociação, Emanuela.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, Senadora, não. A nossa garantia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É um risco altíssimo! Você não tem segurança de nada nesse momento, Emanuela: você não tem segurança da agência de vigilância do Brasil, você não tem segurança nem de legislação, porque, naquele momento, quando vocês iniciaram as tratativas, nem a medida provisória estava editada, ela veio no começo do ano e ela teve aprovação no mês de fevereiro. Logo, aliás, dois dias.. A diferença é de dois dias entre a aprovação no Plenário do Congresso Nacional e o contrato que foi assinado. É um risco que, sinceramente, não dá para acreditar.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu te faço mais uma pergunta...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... e você pode... O nosso tempo aqui é muito pouco, infelizmente...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... não é nem metade do tempo do Relator.

A Precisa acompanhava, junto à Anvisa, ela fazia pressão junto à Anvisa para que realmente essa autorização da Covaxin saísse?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Pressão? Não, nunca foi feita. Nós, sim, acompanhamos; nós, sim, respondemos tudo; nós, sim, monitoramos e tentamos fornecer o máximo possível de informação.

Em relação ao risco, Senadora, eu sou farmacêutica, a nossa companhia, claro, possui seu comitê científico, as pessoas que são preparadas e qualificadas. Nós estamos falando de uma vacina, de uma plataforma segura; nós estamos falando de uma vacina com uma plataforma com cem anos de utilização, num momento de pandemia; uma vacina que, em todos os seus ensaios pré-clínicos e ensaios iniciais clínicos, teve um resultado satisfatório.

Se a senhora acompanhar os *clinical trials* e todos os outros ensaios que aconteceram, é natural você apostar em um produto e ele falhar – existem diversos exemplos. Não é o nosso caso. A nossa vacina é boa, a vacina é eficaz contra a variante delta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hoje nós temos as informações, de fato, que você está colocando – hoje!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, e, mais uma vez, eu aplico que há um risco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós só tivemos a autorização de importação no mês de junho. Você vê como há uma contradição muito grande, é um lapso muito grande de risco. E me parece uma operação bilionária diante de um risco, de fato, muito alto.

Eu quero anexar, junto a isso, acerca das inconformidades, por exemplo, da licença de importação consta, inclusive, divergência em relação à data de validade. O lote que foi apresentado apresenta uma data de validade da vacina para o dia 1º de 2023. No entanto, o prazo de validade aprovado pela autoridade indiana para a vacina Covaxin é de apenas seis meses, se conservada na temperatura que é estabelecida. Portanto, a data de validade do referido lote não corresponde ao prazo de validade aprovado pela autoridade da Índia. Até essa informação que foi passada ao Brasil – isso daqui eu já estou colocando já depois da autorização da Índia... Mesmo assim, a informação que vocês passam para o Ministério da Saúde e que chega, portanto, à Anvisa, vem com inconformidades graves! Não é uma coisa simples. Você tem uma diferença aí muito grande em relação a prazo de validade. É inconformidade demais, Emanuela!

Quando você fala que você não teve tanta pressão, a Precisa estava operando dentro de uma agência técnica. Veja o que que eu tenho aqui pra ler pra você. Olhe, isso aqui não é documento que eu fiz não, é da Anvisa. O que que a Anvisa... A Anvisa manda um comunicado para o Sr. Elcio Franco, no Ministério da Saúde, reclamando do nível de ingerência da Precisa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, tudo bem, pode tomar. Eu vou esperar, só para que eu não tenha que falar com você de costas pra mim. Eu acho que não é muito elegante.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (*Fora do microfone.*) – Não, não foi falta de respeito, não. Eu só queria tomar água.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, sem nenhum problema.

Veja só o que que nós temos aqui na documentação da Anvisa: "Desta forma encarecemos [olhe o termo que ele usa!] que as manifestações no âmbito desse processo sejam centralizadas por esse ministério. O motivo de tal solicitação se deve ao fato de que a interveniente Precisa Medicamentos tem, por intermédio de mensagens eletrônicas, *e-mails*, copiado setores e diretorias da Anvisa com informações alusivas ao processo, o que pode causar tumulto à instrução processual", ou seja, todo levantamento que a gente faz, Emanuela, é sempre colocando, de fato, inconformidades. E o que a gente está colocando aqui, como eu disse, não é coisa da cabeça da gente.

Nós temos, por exemplo, manifestação do Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal mandou agora – agora! –, no dia 28 de junho, uma documentação ao Tribunal de Contas da União, exatamente pedindo, fazendo uma representação pra abertura de uma ação exatamente em cima de superfaturamento. Uma informação que lá atrás vinha, por exemplo, de US$10, aliás, de US$1! As documentações que eu tenho aqui não são qualquer documentação, gente. Eu tenho aqui as documentações. Elas são da Embaixada brasileira, do Ministério de Relações Exteriores. Nós temos aqui as documentações que são apresentadas: a primeira a US$1,34; a segunda, US$10 e a terceira, US$15.

Pra nenhuma outra vacina, Emanuela, no Brasil, o Presidente da República teve o empenho que teve pra Covaxin. Ele ligou para o Primeiro-Ministro da Índia. Ele mandou pra lá telegrama, intercedendo por uma vacina que não tinha autorização da Anvisa brasileira e nem da Anvisa indiana. Ele liga pra lá pedindo, em detrimento da Pfizer, que durou 330 dias pra iniciar a sua contratualização; em detrimento da Pfizer, que mandou dezenas de *e-mails*, e nenhum deles foi respondido.

Nós temos uma empresa que hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pra concluir, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ...está no olho... Só pra finalizar, Presidente, porque eu fui interrompida, aliás, algumas vezes...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu concordo, mas os Senadores estão ansiosos. Só pra finalizar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tudo bem. Infelizmente, a gente não consegue falar, porque tem muita informação e, naturalmente, o tempo é muito pouco.

E, pra finalizar, além de representação no TCU, movimentação atípica registrada pelo Coaf, uma empresa que em um ano tem uma movimentação de R$5,4 milhões, nós temos agora, nos primeiros meses do ano de 2021, um volume da ordem de R$47 milhões, uma demonstração clara de movimentação atípica.

Eu lamento muito tudo isso que nós estamos acompanhando: uma empresa que, aliás, nunca tinha trabalhado com vacina e resolve trabalhar com vacina agora, num período de pandemia, quando 535.924 pessoas morreram pela falta da vacina. Esse é o cenário que realmente nós estamos acompanhando no Brasil.

Mas quero finalizar, Emanuela, fazendo aqui justiça. Você ontem prometeu que falaria na Comissão, e eu fui uma das pessoas que intercederam ao Presidente para que a gente deixasse a reunião pra hoje, para que você pudesse falar, e você realmente cumpriu a sua fala ao falar a esta Comissão. Faço questão de fazer esse registro, porque eu acho que os acordos, quando eles são corretos, sérios e éticos... A minha conterrânea maranhense Maria Aragão, que não está mais entre nós, ela dizia que os acordos precisam ser feitos, mas sempre os acordos sem nenhum tipo de ilegalidade, acordos republicanos, e você fez esse acordo conosco e cumpriu.

Mas eu lamento... Quero finalizar dizendo que você é uma jovem, 29 anos de idade, a gente percebe claramente em você uma menina muito competente, você tem um futuro muito grande pela frente. Não se deixe ser manipulada ou instrumentalizada por grandes figurões que possam utilizar da sua boa-fé para, infelizmente, participar de um esquema de corrupção, que é o que nós estamos acompanhando aqui nesta Comissão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora Eliziane.

Senador Marcos Rogério, por 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a depoente, Dra. Emanuela Medrades... Cumprimento também os seus patronos, que lhe acompanham neste depoimento.

Quanto ao preço dessa vacina, reitero essa pergunta, para resposta objetiva: houve oferta de vacina da Covaxin a US$10 em algum momento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, senhor, Sr. Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nunca foi formalizada a oferta de vacina a US$10?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tudo que aconteceu aqui até agora é narrativa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O ministério tentou negociar preço menor com relação à Covaxin em algum momento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Brigou por preço?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso está documentado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós temos as reuniões junto à Bharat, transmitindo que o ministério sempre quis reduzir o preço, mas o ministério não tratava em reuniões com a Bharat. Então, acabou ficando a Precisa fazendo esse papel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas a Precisa repassava esses questionamentos quanto ao preço da Bharat?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Diversas vezes, em diversos *e-mails*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Sobre as *invoices*: que dia foi feito e que dia foi, de fato, encaminhado ao Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A primeira *invoice* foi confeccionada no dia 19, a *proforma invoice*, e no dia 22, pela manhã, ela foi enviada pela primeira vez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Precisa teria alguma motivação para mentir quanto à data de feitura dessas *invoices*, para tentar enganar a CPI?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Nenhuma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sabe V. Sa. que, se essa informação não for verdadeira, obviamente que, no procedimento adotado por esta Comissão junto à Polícia Federal, essa informação pode ser desmontada.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, sei. Já disse: desafiamos o William e o Ricardo a trazerem aqui as provas da forma que nós trouxemos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou fazendo essa indagação porque houve aqui duas providências adotadas pela defesa da empresa. Uma, um laudo que foi encaminhado, mostrando que o arquivo não tinha sido adulterado, e um outro, metadados, com relação à data de confecção desse documento.

Eu lhe pergunto: é comum erros em *invoices proforma*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A *proforma invoice* tem um caráter de *draft*, de rascunho. Ela, sim, é corrigida até o momento do embarque.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, é comum acontecer erros em *proforma invoice*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, é comum, sim, é comum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A empresa tentou forçar, em algum momento, a manutenção do pagamento antecipado previsto na *invoice* inicialmente apresentada?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não houve resistência por parte da empresa quanto à manutenção do pagamento antecipado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nenhuma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando tomou conhecimento desse erro, como reagiu a empresa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Informamos que já tínhamos notado e já havíamos pedido correção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A empresa tentou manter na *invoice* como estava a questão do frete e do seguro embutida no custo final do produto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Se ela tentou manter o preço nos US$15...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque essas duas cobranças vieram numa das *invoice*s também contrariando o contrato. Houve resistência quanto à mudança nesse ponto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. O próprio ministério nos pediu que fosse fracionado o valor e que nós não inseríssemos o valor dentro dos US$15. Acho que por uma questão de que eles têm que preencher, dentro do Siscomex, esses valores separados, eles pediram para que a gente fracionasse, mas isso não significa que nós estávamos cobrando isso do ministério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Como foram essas tratativas para ajustar as *invoices*? Como se deram essas tratativas? Quem tratou? Qual o tempo de resposta?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós enviamos a primeira *invoice* no dia 22; no dia 23, recebemos o primeiro pedido de ajustes, fizemos os ajustes, encaminhamos, retornaram no mesmo dia 23, e corrigimos no mesmo dia 23. Nenhum erro que foi apontado foi apontado mais de uma vez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui foi feita uma apresentação como se essa *proforma invoice* tivesse ali todas as possíveis irregularidades num documento. Parecia uma perícia sendo colocada num painel com erros de inglês, termos em espanhol e outras coisas mais. Como chegou a essa situação? A empresa identificou isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, até conforme a Senadora Eliziane colocou, esse documento foi trabalhado pela Bharat durante a madrugada. E os principais pontos da *invoice* não foram apresentados de forma incorreta. Nós já explicamos ponto a ponto cada um dos apontamentos que foram feitos aqui nesta CPI e a justificativa de por que aquilo não é importante, por que aquilo não pode ser considerado um erro e como que aquilo aconteceu. Então, não só expliquei aqui, como já disse isso para a Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você disse que a *proforma invoice* é uma espécie de rascunho...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e que está sujeita às correções, como, de fato, aconteceram.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Diversas, inúmeras, sem limite de correções.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Chegou a ser apresentada a *commercial invoice*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não chegou a esse ponto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, porque a *commercial invoice* só é emitida na hora que a carga vai sair de lá. Porque esse documento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Após a aprovação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Após a provação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem que ser antes da aprovação da Anvisa ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. Não precisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só após a aprovação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu lhe pergunto: por que você acha que o Sr. Luis Ricardo Miranda fez acusações contra a empresa, colocando esse contrato como suspeito?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não sei. Eu não sei. Eu não faço a menor ideia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como que era a relação da empresa com esse funcionário?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Bom, nos outros processos de importação, o Luis nunca foi muito ativo. A nossa tratativa sempre foi direcionada ao William e às outras pessoas do departamento. Eu conhecia o Luis, sim. Já tive reuniões com eles, mas nada nem muito próximo, nem muito distante, nem muito diferente. Então, eu realmente não sei. Era uma relação normal entre um cliente e um fornecedor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. acompanhou o depoimento tanto do Sr. Luis Ricardo quanto do Sr. William, aqui nesta CPI?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Em parte, Senador. Em parte, algumas coisas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Do que acompanhou, onde eles mentiram à CPI?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Bom, com provas nós entregamos aqui que eles mentiram quando eles disseram que levaram a *invoice* para o Presidente da República. E também em relação a quando eles receberam. Eles dizem que receberam essa *invoice* no *link* do Dropbox no dia 18, o que não é verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o laudo, a perícia que vai sair, a perícia oficial, atestará essa informação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Atestará essa informação mais uma vez. Atestará mais uma vez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu lhe pergunto objetivamente: quanto a empresa Precisa, ou a Bharat, recebeu deste Governo, do Governo Bolsonaro, nesse contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Espere aí: a oposição disse aqui que esse é o maior esquema de corrupção do Governo Bolsonaro.

Eu vou lhe fazer a pergunta de novo: quanto o Governo, o Ministério da Saúde pagou, nesse contrato da Covaxin, o Governo Bolsonaro?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas empenhou R$1,6 bilhão e não pagou porque a CPI denunciou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A oposição começou a falar porque ela se incomoda quando vê que a narrativa começa a cair por terra.

Veja, a oposição, essa que fala e faz acusações sem provas, não encontra provas, aí, fabrica. Porque aqui é o seguinte: inventaram agora narrativas como provas. Eu nunca ouvi dizer... Se narrativas servirem como prova em processo, tomara que o Ministério Público não pegue como referência o que está acontecendo aqui nesta CPI! Tomara! Porque, repito, desse contrato, V. Sa. está afirmando a esta CPI que nenhum centavo de real foi pago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Aqui a oposição coloca erros identificados nas *invoices* e algumas eventuais contradições nos depoimentos – e estou dizendo contradição porque aqui estiveram dois depoentes dizendo uma coisa em relação às *invoices,* e V. Sa. vem e diz outra –, são usados aqui para apresentar esse contrato como o maior esquema de corrupção do Governo Bolsonaro. Interessante! Interessante! Nenhum centavo de real pago nesse contrato, nenhum desembolso feito, zero de prejuízo, mas, aqui na CPI da Pandemia, é um grande crime – é um grande crime! Zero prejuízo.

Mas a mesma CPI, sabendo dos milhões de reais desviados do Consórcio Nordeste com provas, com materialidade, com servidores, com agentes públicos que deveriam estar presos, mas estão desfilando, usufruindo das benesses dos milhões desviados, diz: "Não, aí não é crime, aí não é corrupção". Corrupção é só o que acontece no Governo Bolsonaro, mesmo não tendo nenhum centavo de real pago no contrato: zero – zero de pagamento, zero de pagamento antecipado. Lá no Consórcio Nordeste, é diferente: lá o pagamento foi antecipado, os respiradores não foram entregues, a compra foi feita de uma empresa de fachada que mexe com produtos à base de maconha, mas não é crime. Crime é só o que estão dizendo aqui, crime é um contrato que não teve um centavo pago, que não teve uma empresa beneficiada, que não teve uma pessoa que tenha levado vantagem nisso até agora. Mas estão dizendo isso. Aí, não querem investigar o que aconteceu em Santa Catarina – o esquema escandaloso, Senador Jorginho, de Santa Catarina: R$33 milhões para a compra de respiradores –; no Pará; no Amazonas, a compra de respiradores de lojas de vinhos. Mas não querem investigar com profundidade. E mais: Rio de Janeiro – Rio de Janeiro –, R$770 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para a construção...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de sete hospitais de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, não desconcentra meu raciocínio, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou desconcentrar V. Exa. agora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, Presidente. Presidente, eu estou dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que V. Exa. cometeu um equívoco, que eu queria só que V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. quer cortar meu raciocínio, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, de forma nenhuma. O senhor estava fazendo um belo discurso aí, defendendo. Está certo, é o seu papel. O meu papel aqui, como Presidente, é repor.

Eu faço questão de investigar o Governo do Amazonas por inteiro, tanto é que aqui esteve o secretário, esteve um Deputado, que foi Relator. Está certo? Talvez o único Estado que esteja presente aqui foi o Amazonas, e já tem gente até que saiu de testemunha para investigado. Ninguém está passando a mão. V. Exa., quando fala que não querem investigar e cita o Amazonas, eu tenho que repor a verdade. Eu quero investigar o Amazonas. Entrarei hoje, daqui a pouco, estarei na Polícia Federal, amanhã estarei na Procuradoria-Geral, com uma notícia-crime, mostrando os desvios que foram feitos no meu Estado. É meu papel, sim, Senador.

Só quero que o senhor reponha isso, porque, senão, quando o senhor fala isso, lá, no Amazonas, vão dizer: "Olha, o Omar está protegendo". Não estou protegendo ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para repor a verdade, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos começar repondo o meu tempo, e eu vou repor a consideração de V. Exa., que aqui, de fato, V. Exa. pautou a convocação do ex-Secretário de Saúde, do Governador também, salvo pelo Supremo Tribunal Federal, e do Relator da CPI, a bem da verdade. Investigação não é isso só, mas V. Exa., na condição de Presidente, cumpriu o seu papel. Mas isso não é investigação, não.

Eu quero ver no relatório do Relator quanto é que vai estar lá, quanto ao que aconteceu lá na frente. Mas esse julgamento eu não vou fazer aqui, porque o relatório eu quero esperar pacientemente para ver.

Mas eu queria complementar. Aqui, acusam o Governo do Presidente Bolsonaro de corrupção sem ter um centavo de real desviado. No Rio de Janeiro – atentai bem, Brasil –, quase R$1 bilhão para obras milionárias e inexistentes, desvios, falcatruas, roubalheira, Governador afastado, Governador cassado, mas aqui não investigam o que aconteceu no Rio de Janeiro. Pelo contrário, aqueles que são contra o Governo Bolsonaro trazem aqui um criminoso e o promovem como se fosse paladino da moralidade. Bandido exaltado, e, às vezes, inocentes atacados.

Eu não posso concordar com o método, mas é um colegiado. O que determina aqui é a maioria; quem tem maioria vota e convoca quem quer convocar. Maioria blinda, não quer convocar o Sr. Carlos Gabas. Pelo jeito, corrupção agora é onde não há desvio. Aí é corrupção, é a nova onda. É a nova onda: corrupção agora é: onde não houve pagamento, corrupção; onde houve pagamento de milhões, desvios, roubalheira, não, aí não é corrupção, aí é outra coisa.

"Não, isso aconteceu nos Estados, nos Municípios; não é porque foi recurso federal que CPI tem que investigar" – já ouvi essa frase por aí. Será, Brasil? Criminoso é criminoso. Quem desvia dinheiro público tem que ser investigado, seja do Governo Federal, seja dos Estados, seja dos Municípios ou seja do Consórcio Nordeste.

Já disse aqui e repito: no dia em que houver uma prova, uma evidência contra quem quer que seja do Ministério da Saúde, do Governo Federal, não vão contar comigo, mas, até este momento, todas as provas que a CPI tem produzido têm dado um atestado de capacidade de controle interno do Ministério da Saúde, do Governo Federal. Nada foi pago. Tentativas? Há, certamente, no Brasil inteiro, e aqui não foi diferente não, porque os criminosos estão por aí, os picaretas, os estelionatários. Tentaram, não passaram do primeiro andar, não entraram na sala de negociação pra valer.

O que sobram aqui? Narrativas. Se queremos investigar de verdade e aprofundar, vamos aprofundar, mas buscar o caminho do dinheiro. Se querem falar de corrupção, vamos falar. Eu quero investigar tudo, não tem seletividade. E, se quiserem falar de corrupção, nós vamos comparar o que é corrupção de verdade e o que é corrupção *fake news*. É a nova versão da CPI 2021 da pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador, só uma pergunta aqui: por que o Ministério da Saúde, depois de instalada a CPI, com a CPI mostrando uma série de irregularidades nesse contrato, suspendeu o contrato com a Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – É para mim a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, sim, senhora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, eu não tenho como responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é... Não, é porque suspendeu. O Ministério da Saúde, o atual Ministro, suspendeu o contrato da Precisa com o Governo Federal. A senhora sabe me explicar por quê? A senhora viu o relatório da CGU?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu vi o relatório do TCU, que já indicou que não teve sobrepreço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, da CGU, CGU.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não tive acesso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, nós temos acesso aos relatórios, e o Governo suspendeu por irregularidades que havia dentro do contrato, inclusive uma, Senador Marcos Rogério, de que V. Exa. foi testemunha e concorda também... Tenho certeza de que V. Exa. concorda com a suspensão do contrato. É que uma servidora do quarto escalão, Célia Regina... Ela aqui disse, Sra. Emanuela, que ela reduziu de 4 milhões para 3 milhões de doses porque... A Índia... Ela deu uma justificativa aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a questão do seguro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ela não falou em seguro, mas que era a questão da legalidade na Índia. Seguro, fui eu que disse pra ela; seguro fui eu que disse, porque eles não pagaram o seguro. Então, foi essa uma das razões da suspensão do contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, não, nós não temos a informação de qual foi a razão da suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

É porque, os contratos, quando se suspendem, a primeira pessoa a ser avisada é a contratante. Então, se o contrato... O Dr. Ticiano, para ser meu advogado... Quando eu não quiser mais que ele seja meu advogado... "Oh, Ticiano, tu és meu amigo, mas eu não quero mais teu serviço". Eu te contrato e, na mesma hora, te comunico.

Então, a Precisa foi comunicada de que estava suspenso o contrato e, com certeza, alguém da Precisa tinha que procurar saber por que foi suspenso o contrato, por quais razões, senão lhe dá um prejuízo muito grande, correto? Porque as informações... A senhora passou 60 dias na Índia, e não foi passeando, foi trabalhando, correto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próprio Maximiano foi várias vezes à Índia, pagou passagem, hospedagem. Então, há um investimento da Precisa para trazer as vacinas para o Brasil.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E esse investimento seria retirado com o lucro que ela teria na negociação, na transação. Então, como é que a Precisa não tem conhecimento por que foi suspenso o contrato? Eu disse que o Queiroga ia suspender e daqui a pouco ia cancelar, está faltando pouco para ele chegar nisso, cancelar o contrato...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele hoje disse que ia cancelar, disse que já tem vacina demais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e dar um prejuízo para a empresa Precisa, porque teve investimento para trazer essas vacinas. Eu não sei, não vou lhe perguntar, mas tenho certeza de que, a senhora passar 60 dias na Índia, a senhora teve uma remuneração. Aliás, teve que comer, andar de carro, pagando táxi e tudo mais. Então, esse investimento, aleatoriamente, sem dar nenhuma justificativa para a empresa Precisa, eles suspenderam o contrato? Pode responder, doutor.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós, sim, fomos notificados da suspensão através da mídia, posterior a isso recebemos o ofício e, no ofício, eles diziam que estava suspenso para apuração. Suspensão não é rescisão, e, ainda assim, eles não colocaram uma justificativa plausível. E nós temos plena ciência de que não teve nenhuma irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu vou te dizer uma coisa... Não, eu não estou falando em irregularidade; eu estou dizendo o seguinte. Eu vou dar um conselho, quem sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

eu, não sou advogado, mas a suspensão do contrato traz um prejuízo à sua empresa. Então, os advogados da Precisa precisam acionar o Ministério da Saúde para pedir o ressarcimento do investimento que foi feito para compra dessa vacina. Aqui, o Senador Marcos Rogério é advogado também, sabe que a gente não pode romper, o Senador Flávio também sabe que não se pode romper o contrato e não dar uma satisfação por que rompeu o contrato.

Só estou falando isso para a senhora, não estou fazendo juízo, não estou fazendo juízo.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, realmente neste Governo nenhum estelionatário passou do primeiro andar, só se reuniu com o Elcio Franco. O Sr. Dominguetti se reuniu com o Sr. Elcio Franco, foi recebido pelo Sr. Elcio Franco. Então, ele não passou do primeiro andar, ele foi para a antessala do Ministro da Saúde, foi um pouco mais.

Dra. Emanuela, primeiro, o seguinte, eu queria, tal qual a Senadora Eliziane, cumprimentar V. Sa. pela disposição ontem externada, V. Sa., a douta banca de advogados. V. Sa. ontem disse que queria colaborar com a CPI e V. Sa. de fato cumpriu com a palavra, está aqui informando. Assim, eu reitero aqui a admiração que muitos colegas, muitas colegas aqui externaram: V. Sa. é muito jovem e muito inteligente. E eu quero reiterar, quem sou eu para aconselhar: tanto a senhora quanto a empresa tomem cuidado sobre quem pode estar sendo protegido, porque eu acredito que esses não se importarão nem com a senhora, nem muito menos com o Sr. Francisco Maximiano.

Dito isso e agradecendo a V. Sa., me permita passar às perguntas.

V. Sa. disse que o Ministério da Saúde intermediou junto à empresa a redução do preço da vacina?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, eu disse que eles pediram diversas vezes que nós conseguíssemos a redução desse valor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem registrado isso, Dra. Emanuela?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, senhor. Não tenho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Veja, a Controladoria-Geral da União (CGU) encaminhou um parecer, uma análise, um parecer ao Ministério da Saúde, em cinco... Encaminhou um parecer ao Ministério da Saúde pedindo, perguntando ao Ministério da Saúde – obviamente que não cabe à senhora responder isso –, perguntando ao Ministério da Saúde a necessidade de justificativa da dispensa de pesquisa de preços. O Ministério da Saúde, em algum momento, fez esse tipo de requisição de informações à Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A justificativa da dispensa é uma obrigação do ministério, interna.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não cabe a nós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, em algum momento, o Ministério da Saúde fez alguma indagação em relação aos preços?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, diversas vezes, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não tem registrado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não tem. E...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É importante essa informação...

Muito obrigado, Dra. Emanuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

É importante essa informação, porque essas informações não estão registradas e tem um parecer da CGU em relação aos preços que estavam sendo praticados. E, mais que isso, tem uma resposta, Presidente Omar, feita, um despacho feito pelo Departamento de Logística do Ministério da Saúde – assina o Sr. Ridauto Lúcio Fernandes. No final do despacho, diz: "Não foram realizados no âmbito desse departamento, e sim na Secretaria Executiva desta pasta [do Ministério da Saúde], conforme orientava Ofício Circular nº 28", e tem os demais dados do ofício. Ou seja, o Departamento de Logística do Ministério da Saúde informa que quem cuidou todas as tratativas de preço, todos os questionamentos feitos pela CGU foram formulados pelo Sr. Elcio Franco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De que data é esse documento, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De 6 de julho de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas... Não sei se V. Exa. lembra: em janeiro, tem uma portaria repassando toda a negociação de vacina para um único setor do Ministério da Saúde. Em janeiro, isso é feito, por isso que as reuniões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ofício circular.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, um ofício circular, que todas as negociações sobre qualquer vacina... Por isso o nosso espanto em saber que o Roberto Dias estava negociando vacina, já tendo uma circular do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E essa pergunta também foi feita várias vezes no sistema SEI, e não obtivemos a resposta.

É importante, Dra. Emanuela, a sua resposta dizendo aqui que dessas tratativas de preço do Ministério da Saúde não teve registro. É importante esse ofício do Departamento de Logística, após a provocação da CGU, respondendo claramente que todas tratativas de preços eram feitas por quem? Pelo Sr. Elcio Franco.

E volto a recorrer o nome de S. Sa. o Sr. Elcio Franco a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós temos o vídeo aí? (*Pausa.*)

Voltemos à polêmica, que talvez não seja nem tão polêmica assim, em relação ao *invoice*.

Pode... Queria pedir que a senhora apreciasse os vídeos que seguirão.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

A senhora ouviu aí o Dr. Elcio e o Secretário-Geral da Presidência da República...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Doutor não. Ele é médico?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O Coronel Elcio! Corrigi? Obrigado.

A senhora ouviu aí o Coronel Elcio falando do dia 18. Na mesma coletiva, o Secretário-Geral da Presidência da República, o Sr. Onyx, fala em dia 19. Qual foi a data?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – A primeira *invoice* foi enviada para o ministério no dia 22, conforme todas as provas que a gente já colocou aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, veja...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Todo mundo está mentindo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eles se equivocaram provavelmente, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mentiram?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor. *Fora do microfone*.) – O áudio do Luis é do dia 22.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O áudio do Luis, inclusive, é do dia 22.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente! E esses documentos que eles mostraram aí?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Gente, eles se equivocaram. E não tem nada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eles se equivocaram com o documento, Dra. Emanuela?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Foi enviado no dia 22.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu sei que eu enviei no dia 22. Se eles estão com desencontros...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – O *invoice* está datado do dia 19, senhora.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Mas foi enviado dia 22.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, se enviou no dia 22...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está datado do dia 19 e foi enviado no dia 22?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Normal, ué! O arquivo foi criado antes e enviado depois.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Secretário-Executivo se confundiu, o ex-Ministro Onyx se confundiu?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, eles se confundiram!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Luis Miranda se confundiu, todo mundo se confundiu, o William se confundiu, menos a senhora?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – A prova técnica mostra que sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que prova técnica?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Que prova? Que prova?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito! A perícia...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A prova técnica é esta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Emanuela...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Peço a V. Exa. só um minutinho.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sr. Presidente, é um laudo. É que foi juntado na CPI já.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O senhor não é depoente. O senhor não é depoente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi feito pela própria perícia! Foi feito pela própria perícia!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele não é depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelências... Excelências...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senadores...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Já está com a Polícia Federal para ser periciado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos aqui o dia inteiro, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou garantir a palavra ao Senador Randolfe, por favor.

E a senhora...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Estão pensando que a gente é imbecil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem, isso...

Senador Randolfe, por favor, continue.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito!

Vamos tranquilamente aqui, Dra. Emanuela... Vejamos... A prova técnica que a senhora... Veja, o William se confundiu. Vamos lá! O Luis Ricardo se confundiu, o Ministro Onyx se confundiu, e também o Coronel Elcio Franco se confundiu. Vamos trabalhar, então, com esta hipótese de que todos se confundiram...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É mais uma hipótese. No negócio não tinha nem pressa, que demoraram três dias para enviar, para você ter uma ideia. É só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Todos esses se confundiram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E Luis Miranda virou Nostradamus, não é? Sonhou com uma logomarca da Madison, com assinatura e carimbo, e falsificou a assinatura e o carimbo, o que coincide com o *invoice* verdadeiro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É muito simples, Senadora. Posso só complementar isto aqui?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele tem uma bola de cristal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A própria depoente falou que é um rascunho. Possivelmente, quem estava preparando aquilo começou a preparar no dia 18, talvez, e depois não enviou. Não sei...

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (Para expor.) – O áudio do Luis Miranda é do dia 22, Senadora, com todo o respeito.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senadores, antes do dia 22, ninguém tinha tido acesso a essa *invoice* dentro do Ministério da Saúde. O que eu estou dizendo é que, sim, o William veio aqui, mentiu para os senhores. Quem veio aqui e disse que recebeu antes mentiu!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o Coronel Elcio Franco e o Onyx também mentiram, porque eles reafirmam o depoimento do William. Eles reafirmam o depoimento do Luis Ricardo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, não é para mim que o senhor tem que perguntar. Eu tenho a prova! Eu já mostrei, eu já deixei à disposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o que a senhora está dizendo aqui...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu estou pedindo uma acareação, estou pedindo para que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Se os senhores não confiam na perícia, a Polícia Federal está olhando esse documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está bom.

A perícia a que a senhora se refere é esta?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nesta perícia, a senhora diz que foi entregue no dia...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Vinte e dois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A que horas?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O primeiro *e-mail* foi enviado às 10h21, às 10h21. E os senhores já tinham apontado, em uma das outras sessões da CPI, que existia uma questão de divergência de horário, e o perito já corrigiu. Inclusive, os advogados vão apresentar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O perito corrigiu? Como assim?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Já está juntado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, veja só.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Senador, só uma questão técnica...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho. Excelência, só um minutinho. Só um minutinho, veja só, veja só. Olha, foi trazida a esta Comissão esta perícia, que é a perícia que a senhora argumenta. V. Sa. argumenta aqui que foi corrigido, mas o dado e o horário que foi apresentado aqui foi o horário de 15h32.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Senador, é só ver, no começo do *e-mail*, que é 10h21. Esse 15h22 é a hora que foi lido e encaminhado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... só para colaborar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É que essa discussão foi muito em boa hora levantada – eu já tive oportunidade de elogiar hoje aqui essa oportunidade – quando havia uma dúvida se o Presidente da República haveria recebido ou não a denúncia dos irmãos Miranda. Esse não era um detalhe da irregularidade, a data. Isso era um detalhe importante a partir de datas diferentes que foram apresentadas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Relator, é importante. Ele falou que mostrou a *invoice* no dia 18, no dia 20.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A partir do momento... Em função das datas diferentes.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pois é, não existia *invoice*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A partir do momento em que o Presidente da República, no Rio Grande do Sul, disse, confirmou, repetiu que recebeu, sim, as denúncias dos irmãos Miranda, a data da *invoice* passa a ser uma coisa absolutamente secundária...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, negativo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque ele já confirmou o recebimento da denúncia.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – E já confirmou que tomou as providências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Aí já é outra questão. Estou falando do recebimento da denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela pediu para ir ao banheiro rapidamente, e aí o seu tempo será reposto: tinha cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, dê mais um pouquinho. Com as interrupções...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque nós temos os outros companheiros, os outros colegas para falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu sei. Eu sei, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu acho que S. Exa. o Presidente Rodrigo Pacheco não se importará se nós adentrarmos um pouco no horário da Ordem do Dia, até para garantir para os demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ainda tenho que ir a alguns órgãos, eu tenho que ir à PGR, tenho que ir à Polícia Federal, tenho que ir à CGU e tenho que ir à Receita Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente Omar, aproveitando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nesse caso, eu substituirei V. Exa., mas não à altura de V. Exa., mas procurarei substituir, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aproveito essa interrupção para pedir aqui o apoio dos colegas Sras. e Srs. Senadores. Nós vamos votar um projeto muito importante para a Bancada Feminina em relação ao pleito eleitoral, e pedimos que, no momento, tenhamos votação, porque é uma PEC e um projeto de lei. Então, peço aqui, em nome da Bancada Feminina, que possamos, no processo eleitoral e no acordo que fizemos, aprovar o projeto, que é da mais alta importância.

Obrigada. Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pedir só para a Secretaria paralisar lá em cinco minutos.

Eu lhe agradeço, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Seria uma boa sugestão. (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem é amanhã, Presidente? Como é que ficou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Amanhã é o Cristiano, da Davati.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Às nove?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E o Blanco ficou para sexta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, o Blanco ficou para agosto. Sexta não tem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sexta-feira não haverá sessão?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Aí amanhã nós não vamos...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Amanhã temos Congresso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que é à tarde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É à tarde, não é? Tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai votar a LDO.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Discutir a LDO. Não sei se vota amanhã ou sexta, mas vai discutir a LDO.

Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Dra. Emanuela, quais os documentos necessários para a licença de importação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Senador, para uma licença de importação, a gente segue uma regra diferente do pedido que foi feito de autorização excepcional de importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, não precisaria do... Isso aí, a senhora está dizendo que não precisaria a licença de importação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Naquele momento, não. Tanto que, na segunda vez que nós fizemos o pedido, a *invoice* não foi enviada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É... Mas, só por curiosidade: em nome de que se encaminharia a documentação toda necessária no dia 18, sem o *invoice*, para depois encaminhar com o *invoice*? (*Pausa.*)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (*Fora do microfone.*) – Como assim?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor. *Fora do microfone.*) – A *invoice* só foi criada depois...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. Vamos lá.

Era uma lei recente, era uma RDC que tinha sido lançada há 15 dias. Era a primeira importação que o ministério estava solicitando a critério de excepcionalidade. Nem nós tínhamos ainda clareza do que é que a Anvisa realmente estava pedindo ali. Então, o que é que a gente procurou fazer? Juntar o máximo possível de documentos para serem apresentados, e o que nós conseguimos enviar no dia 18, que eram os documentos de caráter técnico – segurança, qualidade e eficácia da vacina –, nós enviamos. E, quando nós tivemos acesso à *invoice*, a enviamos no dia 22.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E era possível seguir o processo sem o *invoice*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso estaria onde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, se o senhor pegar exatamente os trechos da 476, o senhor vai ver que, antes de entrar com o pedido de importação através do Siscomex, você tem que ter a anuência da Dicol, da Anvisa. Inclusive, você pega essa anuência da Dicol e você insere para análise de novo da Anvisa, mas como uma forma de dizer que: "Olha, você já avalizou essa importação". Então, essa *invoice,* só é realmente necessária a apresentação dela no momento em que a Anvisa falar: "Pode seguir com o processo".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá. Só para concluir em relação a esse tema, a senhora diz então que o Sr. William, as informações que o Sr. William e o Sr. Luis Ricardo trouxeram aqui não correspondem à verdade.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu disse que o que eles falaram de ter recebido a *invoice* no dia 18, no *link* do Dropbox, não corresponde à verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não corresponde à verdade.

E as mesmas informações que foram levadas a público pelo Ministro Onyx e pelo Sr. Elcio Franco, também não correspondem à verdade?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – São imprecisas, porque eu tenho aqui a data que eu enviei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só vamos ajustar o adjetivo correto, porque a senhora fala, dos dois primeiros, que não pode corresponder à verdade; e dos dois segundos, que são imprecisas. Então, todos não correspondem à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

verdade, certo? Vamos combinar assim? Todos não correspondem à verdade, tanto os dois do Governo quanto os dois que aqui depuseram.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (*Fora do microfone.*) – Não, excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é porque é o seguinte... Mas tem uma classificação. Excelência. Excelência, com a devida vênia e permissão: existe uma seleção natural aqui, existe uma classificação seletiva. O William e o Luis Ricardo são mentirosos. Onyx e Elcio Franco se equivocaram, dando eles as mesmas informações. Deixe-me falar, deixe-me falar...

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sr. Presidente, só um esclarecimento. O que acontece? Ela falou sobre o *link do* Dropbox, que eles não receberam no *link* Dropbox.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelências, excelências.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – A afirmação do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelências...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não é o depoente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, coloque logo os advogados para responderem em nome dela, porque não tem uma resposta que ela dá que ela não tenha petição de orelha no ouvido dela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em respeito ao inquirente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência, eu fiquei honrado; eu fiquei honrado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Só porque tem *habeas corpus* não dá direito aos advogados de quererem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Excelência... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou proibido de chamar a atenção de advogado aqui. Então, vocês que são advogados que briguem entre vocês.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas você também está proibido. Preste atenção. Aí é Randolfe, Simone, Soraya. Tem mais algum advogado? Flávio.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, Presidente, Dra. Emanuela, excelências...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria a colaboração dos dois advogados, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Queridos colegas advogados, eu fiquei honrado, porque, no meu momento de inquirir, V. Exas. responderam mais do que a depoente; é um motivo de muita honra para mim, fiquei extremamente honrado com isso. Mas sigamos, eu acho que ficou claro em relação a esse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Dra. Emanuela, nos dois minutos que me restam: quando foi formulado o contrato Bharat Biotech e a Precisa? E o público destinado qual era? Para quem se destinava a venda das vacinas? Vocês estavam pensando em vender para o Ministério da Saúde, para os governos estaduais, para as prefeituras, para o poder público, para quem se pensava?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Quando o contrato com a Bharat foi firmado, quando as iniciações se iniciaram, nós não tínhamos essa definição porque ainda não estava claro como o Poder Público iria fazer essas aquisições. Por quê? Até o início desse ano era obrigatória a execução de uma pesquisa de Fase Clínica III aqui no Brasil. E o tempo não auxiliava...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, me permita. Muito obrigado. A senhora disse que vocês não tinham essa definição?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, nós não tínhamos. Nós tínhamos, sempre tivemos o interesse de trazer para o Governo, só que, devido a essa condição da Anvisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a proposta...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... nós não tínhamos ainda a certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá, mas deixe-me lhe perguntar: a ideia era vender exclusivamente para o Governo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – No nosso contrato está escrito exclusivamente, tem uma cláusula de exclusividade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, eu lhe pergunto por que o Sr. Francisco Maximiano, no dia 7 de janeiro, na Índia, em Nova Delhi, fala para os representantes da Bharat Biotech que um dos seus objetivos era acabar com o oligopólio da GSK, Pfizer e Sanofi; e que, além disso, em vários diálogos na Índia, a ideia era vender para o mercado privado no Brasil.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, mais uma vez, eu não estava nessa reunião, mas o que nós temos de informação é que todas essas tratativas eram, sim, para o mercado privado, e que o oligopólio ao qual ele se referia é do mercado privado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Hoje existem pouquíssimas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a senhora confirma, então, que, nesse momento, a informação que a senhora tem é de que era para vender vacinas ao mercado privado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim. As discussões que foram realizadas, nessa reunião especificamente, foram exclusivamente para o mercado privado, não tinha nenhuma definição ainda. E, salvo outra informação, é importante ressaltar que nenhuma comercialização seria possível sem a autorização da Anvisa, sem o produto ter sido registrado. Então, tudo que tinha sido feito – e foi feito – foi para que o produto tivesse o registro final e que pudesse ter a sua comercialização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Emanuela.

Porque vejam, Presidente e Sr. Relator, o que me chama atenção nisso? É que, no dia 30 de janeiro, é firmado um contrato com a associação brasileira de empresas... É firmado um contrato com... É formado um contrato com a Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas. Essa Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas expede um comunicado exclusivamente para os associados, falando das promissoras tratativas com a vacina da Bharat Biotech, com essa vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Dias depois, Senador Humberto, Senadora Eliziane, aqui no Congresso Nacional, surge, como do nada, e após o Senado ter aprovado o projeto, um projeto de lei que autoriza, inclusive antecipadamente, aos grupos prioritários a vacinação por parte das empresas privadas. E a relatoria desse projeto na Câmara dos Deputados cabe notadamente a uma Deputada do Partido Progressista, que um dos seus líderes é o Deputado Ricardo Barros. Coincidência ou não, no dia 7 de janeiro, os diálogos do Sr. Francisco Maximiano – e, inclusive, a Dra. Emanuela aqui fala que tinha um interesse em fornecer vacinas para o mercado privado – se estabeleciam e falavam exatamente disto: do fornecimento de vacinas para o mercado privado. Eu acho que encontramos uma linha do tempo aí em relação a esses negócios tratando de vacinas privadas.

Eu falo isso para concluir, Sr. Presidente, porque veja, Dra. Emanuela, o problema não é a vacina – e eu repito a minha admiração por V. Sa. e pela douta banca aqui –, o problema é o tempo dessa vacina, aliás, é o tempo da negociação sobre essa vacina.

Veja, a AstraZeneca... E nós queríamos a vacina com urgência! Só que, veja: da AstraZeneca, o contrato demorou 123 dias; da Janssen, mesmo a vacina já estando disponível em dezembro, foram 184 dias; da Pfizer – dessa daí nem se fala a quantidade de *e-mails* que nós já descrevemos nesta Comissão –, foram 330 dias; da CoronaVac, 154 dias. A velocidade do processo da Precisa é impressionante. Repito: o interesse pela vacina todos nós deveríamos ter. V. Exa. é testemunha de que eu mesmo tive para que essa vacina saísse o quanto antes.

O que nos chama atenção é a quantidade de *e-mails* e de... Veja, no dia, às 14h... Já concluindo, Sr. Presidente. Às 14h15 do dia 12 de fevereiro tem um despacho do Sr. Elcio Franco. Às quinze... No dia 15 de fevereiro há um outro despacho. No mesmo dia 15 de fevereiro, horas depois, mais um despacho. E no mês de fevereiro vários despachos agilizaram esse processo. O tempo do processo, repito, 87 dias, totalmente antagônico ao tempo do processo em relação a todas as outras vacinas, inclusive vacinas que já estavam na Fase III, como é o caso da vacina da Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desejo boa sorte, Dra. Emanuela, pra senhora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero dar as boas-vindas à Emanuela Medrades, que realmente cumpriu aquilo que prometeu ontem, não é? Naquele momento turbulento que a gente estava, numa intervenção da colega Eliziane, a senhora disse que estava sentindo ali uma tortura psicológica, não é? Foi o dia todo muito tenso: vai, alguns membros consultam o STF, tem ligação; depois, chegam novas informações, e a senhora falou aquilo e disse que iria falar tudo aqui, não está se negando a responder absolutamente nada. Isso é muito importante, colabora muito com os trabalhos aqui desta Comissão.

Eu queria, em primeiro lugar, perguntar pra senhora o seguinte: a relação... Quem comprou quem? A Global comprou a Precisa, a Precisa comprou a Global? Foi uma fusão? Eu queria entender um pouco desse grupo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – A Precisa foi adquirida pelo Grupo Global em 2014.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela foi adquirida...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ...em 2014, não é? Então, a empresa Global Gestão de Saúde teve problemas – isso é fato que já foi relembrado aqui por muitos colegas –, dentre outros, com a Petrobras e com o próprio Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Nessa questão do Ministério da Saúde, em 2017 ainda, em governos anteriores, o ministro era o Deputado Ricardo Barros, uma peça-chave, que tem sido muito colocada aqui. E é importante que esta Comissão aceite a vinda dele, porque ele chegou a pedir ao Supremo Tribunal Federal, que mandou esta CPI ser aberta aqui no Senado Federal, que não deixe os Governadores virem aqui explicar os bilhões de reais de verbas federais enviadas a Estados e Municípios e, ao mesmo tempo, o Sr. Ricardo Barros não tem ainda, o Deputado, a sua convocação marcada. Então, é peça-chave pra que a gente possa ouvir. Ele quer vir, não pode perder o *timing* da coisa. Eu não entendo realmente por que que não se chama, se a gente quer buscar toda a verdade.

Outro aspecto interessante é a acareação. Muito importante a senhora se colocar à disposição dessa acareação com o funcionário, o servidor do Ministério da Saúde, o Luis Ricardo, e também com o consultor da Opas William.

Muito importante a gente entender realmente o que aconteceu, porque esta CPI já começou ali com CPI da cloroquina, depois veio CPI da Copa América, agora nós estamos nos *invoices*, e a gente precisa aprofundar, já que não se quer aprofundar aqui e se blindam investigações importantes, que é papel desta Comissão, e eu quero repetir – nunca é demais repetir: são dois requerimentos que deram origem a esta Comissão. Um deles meu, assinado por 45 Senadores da República, uma adesão maior do que a do primeiro requerimento, por incrível que pareça. E esse meu requerimento investiga Governo Federal, sim, mais Estados e Municípios, mas a isso aqui é difícil a gente chegar.

O caso do Consórcio Nordeste, relembrado há pouco pelo colega Marcos Rogério, é algo estarrecedor, apequena esta Comissão, quando ela não quer enveredar pelo caminho de investigação sobre esse tema tão importante, que são os 300 respiradores adquiridos de uma indústria ligada a produtos, que comercializa produtos à base da droga, da maconha, e que se tem aí, infelizmente... Foi pago, de modo antecipado, antecipado, R$48,7 milhões, e esses respiradores, até hoje, mais de um ano, não chegaram. É um caso que está na boca do povo. Onde a gente anda, "e aí? E o Consórcio Nordeste?", de Norte a Sul do Brasil, e a gente não vê esta Comissão enveredar por este caminho, que eu acho que é legítimo, e nós não vamos desistir de fazer essa cobrança, até porque parece, ao que tudo indica, pelos relatórios da CGU, e eu cobro aqui que o Ministro Wagner Rosário venha a esta Comissão...

Inclusive, é interesse de todos que ele venha: da Oposição, dos governistas, dos independentes, porque ele vai trazer informações importantes aqui sobre a própria Covaxin. Só porque ele vai trazer também informações de Estados e Municípios, de 53 operações, parece que não querem marcar a vinda dele. Então, o Ministro já disse também que quer vir aqui à Comissão. Por que que não se chama? Mas essas perguntas a gente acredita que vão ser respondidas muito em breve, porque o brasileiro que ainda está acompanhando esta CPI não aceita esse valor mais de corrupção e ele quer a verdade, toda a verdade, e não podemos negar isso.

Eu queria lhe perguntar exatamente sobre o ex-Ministro e Deputado Ricardo Barros: qual a relação da Global com o referido Deputado? Qual foi exatamente a participação, a eventual participação do Deputado nas negociações para a aquisição da vacina Covaxin e se teve algum outro Parlamentar envolvido nisso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu desconheço qualquer relação do Ricardo Barros nos nossos processos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tem algum outro Parlamentar que, de alguma forma, atua junto à empresa Global ou Precisa?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A senhora deu esta entrevista aqui pra revista *IstoÉ*, agora, no dia 15 de maio de 2020, no ano passado, falando o seguinte – e aqui, inclusive, a matéria é muito clara: "Aumento exponencial da demanda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

por produtos médico-hospitalares usados no combate ao coronavírus expõe fornecedores sem experiência e governança e compradores irresponsáveis". Olha só a declaração.

A gente tem visto aí que essa corrida gerou muitos prejuízos, superfaturamentos, escândalos. Eu citei aqui já alguns Estados, o Consórcio Nordeste, essa coisa toda. Eu lhe pergunto... A senhora afirmou nessa entrevista o seguinte – abre aspas: "Há grande demanda por esses insumos e abriu-se um grande espaço para oportunistas e aventureiros entrarem no negócio". Eu lhe pergunto, Dra. Emanuela: o que a senhora observou no mercado, durante a pandemia, que a levou a fazer essa observação?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, no período, a Precisa, como uma empresa licenciada corretamente pela Anvisa e apta para fazer qualquer tipo de comercialização de produto para a saúde correlato e até importação, recebia diversas ofertas de pseudorrepresentantes e etc. com produtos. Então, a questão da coerência, a questão da responsabilidade tanto por parte de compradores quanto de vendedores, nessa minha fala, é por conta disso. A gente recebia muita informação e muita gente que dizia que tinha algo que não tinha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Nessa mesma entrevista, a senhora afirmou – abre aspas: "Estamos enfrentando um mercado selvagem, com concorrentes sem experiência, governança e *compliance*". A Global, empresa que participa do grupo da qual a senhora é Diretora Técnica, tem vários problemas judiciais por não atendimento aos contratos celebrados. Considerando esse fato, podemos dizer que sua empresa tem *compliance*?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, temos *compliance* – governança e *compliance*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Então, que ações efetivas de *compliance* sua empresa adotou na negociação da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, mais uma vez, não é a minha área de atuação, mas o senhor... A gente pode – não sei – questionar para a Diretoria de Compliance. O que eu sei é que nós fazemos todos os protocolos de *know your client*, *know your customer*. Seguimos, sim, à risca os protocolos de *compliance* e governança da companhia, inclusive protocolos anticorrupção. Mas, ainda assim, não é a minha área para eu poder ir a fundo aqui com o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual foi exatamente o trabalho da Fundação Albert Einstein na aquisição da Covaxin?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Na aquisição da Covaxin...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – ... nenhum trabalho. O Instituto Israelita Albert Einstein é uma ARO (Academic Research Organization), e eles são responsáveis pela condução do ensaio clínico de Fase III aqui no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Mas com relação a essa vacina...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, da Covaxin.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela desenvolveu, então, pareceres, ela tem...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não. O ensaio clínico foi autorizado pela Anvisa e nós vamos iniciar os ensaios clínicos, já temos todos os protocolos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

desenhados. Ainda não existe a conclusão da fase do Brasil, mas o Instituto Israelita é responsável por toda a parte de fase clínica da Fase III aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Sr. William, que prestou depoimento aqui no último dia 9, afirmou que fez reiteradas solicitações para a correção do tal *invoic*e. Se sua empresa tem governança e *compliance*, por que tantos erros na confecção de um simples documento?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, mais uma vez, esse documento, ele é uma minuta, ele é um *draft*, e não necessariamente significa que nós não temos *compliance* a partir do momento em que a correção é realizada; a indicação do ajuste é feito e a correção é realizada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Em algum momento a senhora discutiu a aditivação do contrato para permitir a inclusão da Madison Biotech como empresa pertencente à Bharat Biotech?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O senhor fala do contrato do Ministério da Saúde?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Hum, hum.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós discutimos com a Bharat, porque, também para a Precisa, a Madison foi um participante depois que a gente já tinha assinado o nosso MOU. Caso o Ministério da Saúde apontasse a necessidade no avanço das tratativas, isso, sem dúvida, seria feito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, alguém do Ministério da Saúde levantou essa questão de alguma forma com a senhora?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não. O que foi levantado foi: quem é a Madison. Nós pegamos uma declaração da Bharat, inclusive, declaração que eles publicaram como *press release*, e enviamos ao Ministério. A partir daí, não fomos mais questionados. Se houvesse algum tipo de questionamento, obviamente nós faríamos o possível para poder adaptar e atender ao que o Ministério solicitasse.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Já que envolveria recursos públicos essa transação que não foi concretizada, eu acredito que é importante para esta Comissão, Sr. Presidente, o questionamento com relação a esse contrato, a essa cláusula de confidencialidade. Eu acredito que é importante que se tenha, porque envolve recurso do contribuinte. Então, um procedimento que a gente poderia fazer: essa solicitação e saber também se, em outros contratos, existe essa cláusula de confidencialidade para a gente poder comparar. Por exemplo, tivemos aqui o caso da Sinovac também. Acho importante também a gente saber se existe essa cláusula e até que ponto isso pode, de alguma forma, ser exposto, para que a gente tenha conclusões da transação do Governo.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, em relação à transparência, nós nunca faltamos com a transparência. Nós nem sequer pedimos sigilo sobre o contrato que foi assinado entre a Precisa e o Ministério. A Janssen, a Pfizer, sim, pediram confidencialidade de anos e anos. Então, nós não estamos faltando com a transparência. O que os senhores estão pedindo é um contrato entre entes privados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas que envolve dinheiro público.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Os senhores vão pedir também o contrato de representação entre a União Química e o Instituto Gamaleya?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se tiver que pedir, sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se envolve dinheiro público, temos que pedir. Eu acho que faz parte a transparência, a publicidade do dinheiro do contribuinte – não tenho dúvida com relação a isso. E saber também se o Butantan, com relação à Sinovac, tem o mesmo padrão, e as outras vacinas. Eu acho que isso faz parte da busca pelas informações.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, pelo princípio da isonomia. Concordo com o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Princípio da isonomia. Não temos a menor dúvida. Ninguém aqui está para fazer jogo de A, B ou C. O que a gente quer é buscar a verdade. Eu sei que isso, de alguma forma, para vocês, é complicado, mas o povo brasileiro quer saber quem é quem, se tem alguém por trás, por que o paraíso fiscal, por exemplo, o que causa estranheza. Será que as outras empresas também têm, as que fazem esse tipo de parceria, num paraíso fiscal a sua sede.

Então, tudo isso... Eu acho que a gente precisa cruzar os dados para ver se é alguma coisa, se tem alguma coisa atípica, alguma movimentação atípica dentro disso.

Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão, inclusive pela pontualidade em relação ao tempo. Esta Presidência terá a necessidade de agilizar para tentarmos garantir a palavra do maior número possível de Sras. e Srs. Senadores.

Eu cumprimento V. Exa. e, inclusive, peço para a Secretaria oficializar em forma de requerimento a requisição apresentada aqui pelo Senador Eduardo Girão, para solicitar todos os contratos entre partes que existem, não somente neste caso, como nos demais.

Agradeço a V. Exa. pela sugestão, e já faço o encaminhamento para Secretaria.

Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa. com a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente; boa tarde a todos; boa tarde, Dra. Emanuela.

Parabéns pela sua coragem, pela sua firmeza, por não se intimidar quando algumas pessoas tentam praticamente obrigá-la a falar o que querem ouvir. Cabe aqui um parabéns também público, pelo fato de a senhora, ao representar o laboratório indiano, ter batalhado para que fosse economizado dinheiro público. Fez um papel importantíssimo para que o custo unitário da vacina viesse abaixo, por mais que a gente subentenda que a comissão que a sua empresa teria seria maior, caso o valor pago pelo Governo Federal à vacina fosse maior. Então, é uma demonstração de patriotismo da senhora.

E, como foi dito aqui, as negociações ficavam a cargo da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. Eu pergunto à senhora se, durante as negociações, o Secretário-Executivo se conformou com a proposta inicial ou se ele solicitou alguma vez a redução do preço, a antecipação do cronograma de entregas e o aumento das quantidades?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Sim, por diversas vezes, ele pediu que o preço fosse reduzido, que as quantidades fossem aumentadas e a entrega fosse antecipada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É interessante, né, porque a acusação, a narrativa que se cria aqui é de que se tentava criar um grande esquema de corrupção, desvio de dinheiro público. É a primeira vez que eu vejo, na minha vida, um desvio de dinheiro público em que não tem um real que foi pago. Que dinheiro público?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, eu fico satisfeito e até concordo com a oposição quando eles dizem que esse é o maior escândalo de corrupção do Governo Bolsonaro, porque, no maior escândalo de Governo, de corrupção, segundo eles, não houve corrupção. Então, parabéns à oposição pela narrativa criada e parabéns a todos do Governo que estão fazendo o possível e o impossível, fazendo com que as vacinas cheguem aos braços dos brasileiros.

Aí tentam desqualificar aqui, com se: "Ah, como é que um golpista, um estelionatário consegue falar com o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde?". Eu fico imaginando se essa acusação que foi feita aqui pelo Cabo Dominguetti, se fosse verdade que existiam 400 milhões de doses de vacinas para serem entregues... Imagina, se fosse verdade, e o Governo não tivesse feito nada? Estaria aqui sendo acusado de genocida, de não ter batalhado pelas vacinas.

E agora a "acusação", entre aspas, que pesa sobre o Governo, Senador Marcos Rogério, é exatamente aquela de buscar pressa para que as vacinas chegassem até o Brasil. E aí confundem com pressão. E não é por acaso, é de forma propositada. Querem confundir a pressa, respeitando, obviamente, todas as cláusulas contratuais e legais, com alguma pressão que possa ter existido para dar celeridade ao processo de compra da vacina.

O Governo Bolsonaro agora, diferentemente do início da CPI, está sendo acusado de ter pressa na compra das vacinas! Então, é difícil compreender o nexo de causalidade, a linha de raciocínio de alguns, ao quererem identificar o Governo Bolsonaro, que já levou vacinas a mais de 110 milhões de pessoas, como alguém que nega a vacina.

Eu queria agora pedir para que a Secretaria da Mesa colocasse o vídeo, em primeiro lugar, para, de uma vez por todas... Já que se está criando uma narrativa aqui, ou se tenta criar, de que o Presidente Bolsonaro teria prevaricado... Porque é um vídeo, Dra. Emanuela, do próprio Deputado Luis Miranda afirmando que, no dia 20, quando ele esteve, sim, com o Presidente da República, ele apresentou a *invoice* ao Presidente. Ele afirma no vídeo que sim e, aí, a perícia que foi feita, que alguns tentam desqualificar aqui, mas que a Polícia Federal vai tirar a prova real... Nós temos toda tranquilidade com relação a isso, que essa *invoice,* que ele disse que apresentou no dia 20... O DNA dela, como trazido aqui em prova documental, mostra que foi criada apenas no dia 22 essa *invoice*. O Deputado Luis Miranda, sem querer, ao fazer uma montagem dos *prints* do seu WhatsApp, ele se entrega, porque o vídeo mostra que ele recebeu a tal *invoice* no dia 22.

Então, por favor, coloquem o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pode deixar aí, não tire ainda não. Está ruim a qualidade da imagem, mas ele fala que recebeu a *invoice* mostrando esse *print.* Então, vejam bem, ele tem a *proforma invoice* com aqueles círculos verdes e, na próxima foto – a qualidade também está ruim –, vai-se ver o dia em que ele recebeu no seu WhatsApp essa *invoice.*

Pode passar a foto, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A foto, a foto, por favor. A foto que está em seguida aí.

Ali, em azul, em cima: segunda, dia 22 de março, a data em que ele recebeu a *invoice* no seu WhatsApp.

Ele próprio, ao querer produzir algo que sustentasse o seu discurso, acabou se entregando. Então, ele próprio produziu a prova contra ele. Isso é, sim, determinante, porque querem fazer crer que o Presidente Bolsonaro prevaricou com base em algo que está desmentido. O Presidente nem teve acesso a essa *invoice.* E ele levou a denúncia no dia 20? Levou, e o Presidente tomou as providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O Presidente tomou as providências e foi o retorno que teve: que não havia nada de equivocado dentro desses procedimentos, como era o que tinha que voltar, porque as coisas todas foram feitas, as providências foram tomadas. Então, está muito claro que mais uma narrativa foi desmontada.

Agora, eu queria perguntar à Sra. Emanuela... Porque saiu uma matéria aqui no Poder360 no dia de ontem com o seguinte título: "Polícia Federal apura ligação entre dono da Precisa e suposto operador de Renan Calheiros". Esse é o título da matéria do Poder360, a que, incrivelmente, Sra. Manuela, os grandes veículos de comunicação não dão repercussão. Eu fico imaginando se fosse aqui, no lugar de Renan Calheiros, alguém ligado a Bolsonaro... Meu Deus, o mundo iria cair!

Eu queria saber se a senhora tem conhecimento, já que a imprensa trouxe à tona aqui, se a senhora tem conhecimento do Inquérito 4.492, que está no Supremo Tribunal Federal – o Relator é o Sr. Ministro Edson Fachin. Lá existem algumas investigações que dão conta de que houve, teria havido algum favorecimento, por parte da Precisa, para o Sr. Milton Lyra, que, segundo a matéria, seria o operador, o laranja do Sr. Renan Calheiros.

Então, é impressionante, Presidente, porque, de um fato grave como esse, uma investigação que está em curso no Supremo Tribunal Federal, não há repercussão na imprensa. Isso só quem teve coragem de botar foi o Poder360. Muitas dessas grandes mídias gostam de bater no peito e falar que são isentas, são imparciais, estão em busca da verdade e querem fazer jornalismo. Mais uma vez, imagina se fosse qualquer pessoa com uma relação de quinto grau com o Presidente da República. A República tinha caído, explodido.

A senhora tem conhecimento disso? Pode falar sobre esse assunto ou não?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O que eu sei sobre esse inquérito é que o Francisco Maximiano foi investigado, mas não foi nem denunciado nem condenado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A senhora sabe se ainda está aberto isso aqui, esse processo, se foi arquivado, se foi...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não sei. Eu sei que é um processo antigo, acho que mais de seis anos. O que eu sei é exatamente isto: ele não foi nem denunciado nem condenado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está bom, Presidente. Eu estou satisfeito.

Parabéns mais uma vez pela coragem da senhora de vir aqui e mostrar o que mostrou, porque a senhora batalhou para que o valor da vacina fosse mais barato, para economizar dinheiro público. Eu não sei o que vai acontecer com esse contrato daqui para frente, mas, pelo que a senhora está colocando, a vacina tem uma reputação boa, basta agora a Anvisa...

E mais um detalhe, não é: o Presidente aqui foi acusado várias vezes também de se negar a comprar vacina ou contratar vacina, obrigando praticamente que ele pudesse fazer antes da aprovação pela Anvisa. E, quando ele autoriza pelo menos o processo, para que ficasse tudo pronto assim que a Anvisa autorizasse a importação da vacina, a qualificasse como sendo apta a aplicar nos braços dos brasileiros, já estivesse tudo pronto para que imediatamente chegasse a vacina aos braços dos brasileiros... Mas aí agora o Presidente é acusado de ser irresponsável por buscar uma vacina que ainda não teve a aprovação da Anvisa.

Então, é uma esquizofrenia que é difícil de compreender, Senador Marcos Rogério. E sobra a conclusão para todos nós que, infelizmente, alguns aqui nesta CPI querem antecipar 2022, fazem perseguição, fazem abuso de autoridade.

O próprio Senador Renan Calheiros, aqui nos corredores do Senado todos já sabem, se utiliza da qualidade de Relator para fazer perseguição pessoal, em especial comigo. Já é de conhecimento público, a imprensa já colocou que o senhor teria um *bunker* na sua casa com um esquema das pessoas que têm alguma proximidade comigo, para ver se acha alguma coisa contra mim, inclusive já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

requerendo a quebra de sigilo dessas pessoas, que nunca foram citadas aqui nesta CPI, nunca sentaram aqui para dar o seu depoimento.

E, para finalizar, ainda tem uma entrevista sua ao portal Metrópoles dizendo que eu sou investigado nesta CPI. Eu queria que o senhor falasse sobre isso também, que eu sou investigado nesta CPI. O senhor pediu a quebra do meu sigilo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Flávio, V. Exa. concluiu?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

Senador Renan Calheiros, pediu art. 14. Concedo pelo art. 14 ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir desculpas a todos para ter que responder a uma questão colocada aqui absolutamente inverdadeira.

Eu nunca tive operador na minha vida. Minha vida sempre foi transparente, absolutamente transparente. Nunca me acusaram de ter operador. Quem é acusado de ter operador é o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está no Supremo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando ele se dirige a mim, eu acho que ele está se dirigindo à pessoa errada; eu acho que ele deve estar dirigindo ao Queiroz...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, Lyra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ao Adriano da Nóbrega.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ao Lyra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que ele está se dirigindo a essas pessoas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Estou me dirigindo a Milton Lyra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, me erra, entendeu? E responde às acusações que pesam sobre você.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Todas respondidas e nada comprovado, diferente do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Flávio, Senador Renan.

Prossigamos.

Próximo inscrito é o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu fiquei aqui pacientemente assistindo aos debates do dia de hoje e eu quero começar, primeiro, pontuando que, ao longo de 2020, o Brasil testou várias vacinas. Ao longo de 2020, a Organização Mundial da Saúde, que é órgão sempre responsável pela aquisição ou por aquisições de vacinas para o Ministério da Saúde quando isso não era feito diretamente pelo Ministério da Saúde com um determinado laboratório produtor... Está aqui Humberto Costa, ex-Ministro, que é testemunha do que eu estou falando. E, neste Governo, no Governo do Bolsonaro, o que acontece é que a Opas é relegada ao último plano.

A Opas foi tratada pelo Governo Bolsonaro como adversária e inimiga, porque contrariava a orientação do Governo e do Presidente de ampliar o contágio das pessoas para que as pessoas adquirissem imunidade naturalmente, para, assim, ter imunidade coletiva. A Opas contrariava isso. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Opas definia que tinha que ter isolamento. A Opas definia que tinha que usar máscara – ou definiu que tinha que usar máscara. A Opas definiu e apresentou estudos que a cloroquina não era ou não tinha eficácia – que agora, só agora, o Ministério da Saúde confirma isso.

Então, é óbvio que a Opas... Assim como o Trump a consolidou adversária, o Governo Bolsonaro consolidou a Opas adversária e, ao invés de comprar 40 milhões de doses da Opas, comprou 4 milhões de doses da Opas. Ao invés de trazer a Opas como parceira, para adquirir vacinas de todos os laboratórios que não pudessem ser adquiridos diretamente, já que a Opas compra para distribuir para o mundo inteiro, o Governo negligenciou e tentou criminalizar a Organização Mundial da Saúde, porque divergia da condução equivocada, temerária e criminosa no combate à pandemia conduzida pelo Presidente diretamente, com alguns prepostos que operacionalizavam a partir de um gabinete paralelo, que ajudava o Presidente a conduzir o Brasil à morte, a 535.294 mortes pela Covid.

Também nesse período, a gente viu a Pfizer ser negligenciada: de 81 correspondências, nenhuma correspondência respondida! E aí entra em ação...

Então, veja: não é que esta CPI seja contra apressar a compra de vacina. Este Senado votou projeto para comprar vacinas o mais rápido possível. Este Senado também tensionou – eu, pessoalmente, tensionei – para que o Governo agisse, porque a gente estava em uma emergência sanitária sem precedentes.

Agora o que nós vimos foi a troca da negociação direta da compra de vacinas pela intermediação da compra de vacinas e outros insumos, Sr. Relator. E nós estamos aqui diante de uma situação que se repete.

Quem foi que intermediou a compra da Pfizer? O Fabio Wajngarten, que não tinha nada a ver com o Ministério da Saúde! Foi uma intermediação! É uma vacina que custou US$10 no primeiro lote e, depois, nos quase 101 milhões de doses seguintes, US$12 a dose.

A Sputnik – e as pessoas aqui passam o tempo todo questionando o Consórcio Nordeste – foi comprada a US$9,95 pelo consórcio do fundo russo, mas, com a intermediação do MS, ela está sendo comprada por US$11,95 pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

E, aqui, nós estamos tratando da Covaxin, vacina que está custando por dose US$15.

Então, Sr. Presidente, nós estamos diante de uma prática comum deste Governo na aquisição de insumos. Vejam os senhores: nós estamos falando de insumos estratégicos, como imunobiológicos, que estão numa secretaria chamada Secretária de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Essa secretaria adquire insumos que são, na maioria das vezes, únicos de determinado laboratório, ou seja, tem um único produtor. Então, a negociação tem que ser direta. Existe, inclusive, uma lei que obriga a ter uma redução no preço de 24% desses insumos, porque tem um único fabricante. Tem uma lei que determina que o Governo brasileiro, a Presidência, o Ministério da Saúde adquira diretamente dos laboratórios para reduzir o custo. E o que nós estamos vendo aqui é que a compra da vacina virou uma grande oportunidade para esse Governo fazer negócios.

Aqui eu quero dizer do que chama a atenção: há divergência no que a senhora insiste em dizer, que vai de encontro a verdades expostas pelos servidores públicos. Eles vieram aqui, a esta CPI, e afirmaram que a primeira *invoice* da vacina Covaxin foi mandada no dia 18 de março, e a senhora confirmou essa mesma data em uma audiência aqui no Senado. Hoje, a senhora tenta confundir as informações, em uma manobra para impedir as provas do crime de prevaricação do Presidente Bolsonaro. Detalhe: o Ministro Onyx Lorenzoni, em uma coletiva com Elcio Franco, também confirmou a data e a existência da *invoice*. Os vídeos já estão circulando na internet. Os fatos se sobrepõe às versões. V. Sa. fez isso a troco de quê?

Mesmo assim, a senhora comete um ato falho e confirma que foi a senhora quem criou o Dropbox que continha a *invoice*, ou seja, foi uma confissão de propriedade da conta na plataforma, o que significa que V. Sa. mesma administra os arquivos no Dropbox e provavelmente pode ter apagado essa *invoice*. Mas, como a verdade desmascara manipulações, vamos pedir ao Dropbox detalhes sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

a criação desse documento. Se não me engano, as informações devem estar guardadas lá até 18 de agosto de 2021. Deixo aqui à Presidência e faço essa solicitação, se é que não já foi apagado, já foi tirado o rastro, porque essa é a prática de quem comete delitos.

Outra coisa, a senhora poderia explicar como uma empresa de capital social de cerca de 12 milhões se compromete a arcar com os custos de R$15 milhões com frete e segurança do contrato da Covaxin?

Sabemos da carta de fiança do Fib Bank, mas tivemos acesso a uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, em que uma juíza – vamos preservar o nome dela – afirma que esse Fib Bank não é uma instituição bancária. Por isso, a garantia apresentada por ela não poderia ser aceita por ausência de segurança jurídica suficiente. Está aqui a decisão da juíza. A própria Justiça já fez um sinal de alerta.

Se a gente, aqui nesta CPI, teve acesso a essas informações, eu me pergunto por que o Governo Bolsonaro, para fechar um contrato de compra bilionário de vacinas com a Precisa, que nem sequer tinha autorização da comercialização, ou seja, essa vacina nem sequer tinha autorização pra ser comercializada no Brasil, mais do que isso, com o pagamento antecipado num paraíso fiscal para uma outra empresa que não constava no contrato, com uma denúncia de pressão para finalizar o pagamento e com a vacina a US$5 por dose mais cara...

A senhora sabe dizer – à pergunta eu acho que a senhora já vai responder – se teve interferência política pra compra dessa vacina? "Sim" ou "não"?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – "Não", senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu sabia que a resposta era essa. Claro que não.

Teve ainda um aditivo de compra depois de assinado o contrato. Veja só, Sr. Relator, preste atenção nisso, e o Brasil. Teve ainda um aditivo de compra depois de assinado o contrato feito pelo Coronel – quem? – Elcio Franco, de 50 milhões de doses. Não estava sendo cumprido o contrato de entrega, era uma proposta inicial de 12 milhões e aí o Sr. Elcio Franco pede mais 50 milhões de doses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – No dia 6 de março.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dia 6 de março.

Todos os pedidos adicionais foram feitos pelo Coronel Elcio Franco. A senhora negociou com ele?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sobre essa intenção de compra de 50 milhões de doses?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A senhora negociou com ela...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Essa intenção de compra chegou quando o contrato ainda estava vigente e não tinha vencido nem a primeira entrega dos lotes. E essa intenção de compra não foi respondida...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Seis de março não tinha nenhuma entrega vencida? É claro que tinha!

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não; se eu assinei o contrato em 25 de fevereiro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Estava para vencer a do dia... A dos 20 dias.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Gente, não estava vencida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Se eu assinei o contrato em 25 de fevereiro, em 6 de março não estava vencida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A pergunta é a seguinte: a senhora negociou com Elcio Franco?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não negociei. Nós recebemos a intenção de compra, e nós não respondemos porque nós não temos capacidade produtiva para atender 50 milhões de doses para o Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k., muito obrigado.

Para concluir, eu quero dizer, senhoras e senhores, que esse contrato bilionário não foi finalizado porque esta CPI descobriu os intermediários dos contratos da compra da vacina no Brasil. São esses mesmos intermediários, como a Precisa, que demonstram irregularidades nas empresas. E há uma suspeita de pedidos de propina.

Esse Governo, Sr. Relator, é um governo teratológico. É um governo deformado. É um governo que transforma a dor e a necessidade de ter vacina porque atrasou a compra em oportunidade de negócio. Isso é uma deformação! Isso é uma monstruosidade! Isso é teratológico.

Por fim, com todo o respeito, a senhora veio aqui, disse que já estava exausta, mas quem está exausto somos todos nós e o povo brasileiro, em ver aqui pessoas, como a senhora, que tentam proteger o Governo Bolsonaro dos fatos que se sobrepõem às diversas narrativas. O que me deixa intrigado é que a senhora não é comissionada, não trabalha em uma empresa... trabalha em uma empresa privada, mas mantém o mesmo comportamento da tropa de choque do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu fico indignado é com a crueldade, a frieza de tratar uma questão tão importante como a compra de vacinas, ou seja, ter tido a frieza de segurar, ter tido a frieza de dizer que não compraria vacina, e o povo morrendo; ter se negado a negociar com a Pfizer, com a CoronaVac, com o Butantan, chamando de "vachina", até o momento em que a pressão bate. E aí a pressão se legitima para comprar a qualquer preço, a qualquer custo, achando que passaria a boiada dita pelo Ministro Salles. Eles queriam e fizeram desta pandemia um instrumento para passar várias boiadas, inclusive na compra de insumos estratégicos como vacina durante a pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Senador Alessandro Vieira.

Só, assim, reiterando, nós estamos aguardando comunicação da Presidência sobre o início da Ordem do Dia. Vamos encaminhando os pronunciamentos, as inquirições, enquanto não recebemos essa...

E muitíssimo obrigado, Senador Rogério, faço questão de registrar a pontualidade total, aliás, o mais pontual desse dia de hoje o Senador Rogério Carvalho.

Senador Alessandro, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Emanuela, claramente o descanso de doze horas lhe fez bem. Por três oportunidades eu já questionei a questão do pagamento do contrato dos preservativos femininos. Em todas elas, a senhora referiu que o pagamento foi feito no exterior. Os dados que constam no Siafi apontam todos os pagamentos feitos em contas da Precisa no Brasil. E aí me chama atenção o porquê da confusão de V. Sa.; estão aqui os documentos, todos foram pagos em contas nacionais, todos, todos, todos, todo o processo consta no SIAF, e em nenhum momento há referência a empresas no exterior para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pagamento, o pagamento é feito à Precisa. Aliás, a Precisa é uma empresa, assim, *sui generis,* ela tem cinco CNPJs diferentes na mesma sede. A senhora quer reformular a sua resposta?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES (Para depor.) – Não, senhor, os pagamentos foram 100% feitos à Kwipped; 100%.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto. Então, Sr. Presidente, eu peço que se faça o encaminhamento aos órgãos de controle para que se detecte quem cometeu a fraude: se foi o Ministério da Saúde, que, por algum motivo absolutamente insondável, fez todo o processo de pagamento em nome da empresa Precisa. É incompreensível isso, a situação que a gente está vivendo, porque ela é sintomática do *modus operandi* de uma empresa. Eu vejo que a senhora tem convicção dos pagamentos, mas eles não constam nos documentos oficiais. E o dinheiro só sai do cofre público, mesmo que com um empurrãozinho do Parlamentar amigo, só sai do cofre público pelo procedimento do Siafi. E o procedimento do Siafi aponta pagamentos feitos no Brasil nesse contrato.

Mas vamos adiantar, e já reiterando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acato o encaminhamento de V. Exa. e determino à Secretaria a tomada dos procedimentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Acho que seria o caso de pedir instauração de inquérito específico para apuração desse fato pela Polícia Federal, porque alguém, não imaginamos que tenha sido a senhora, mas alguém claramente está mentindo e fraudando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Voltando aqui à questão da nossa famosa Covaxin.

Sra. Emanuela, é fato que o Ministério da Saúde assumiu as funções de registro, acompanhamento na Anvisa para aceleração do processo de liberação dessa vacina?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não senhor. Registro não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O Ministério da Saúde não foi, inclusive, demandado pela Anvisa para que a Precisa se afastasse um pouco para que pudessem tramitar esse processo?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Como importador, no processo de importação, na autorização excepcional, sim. O ministério, como importador, seguindo a 476, ele era o ponto focal que deveria se comunicar com a Anvisa, e não a Precisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esse contrato de importação, que teve a interferência do Ministério da Saúde para dar maior celeridade, é o mesmo que teve alteração no seu termo de referência para colocar o termo de preferencial no sentido de aquisição da totalidade das vacinas referidas, abrindo a possibilidade para que a empresa fizesse vendas no mercado privado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, desculpa, Senador, eu não entendi a pergunta do senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O termo de referência, mediante interferência do Coronel Elcio Franco, o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde à época, foi modificado para que se incluísse a terminologia "preferencialmente", no sentido da aquisição da totalidade de vacinas referidas. Então, se num primeiro momento falamos de 20 milhões de doses, uma parte delas poderia ser vendida para o mercado privado mediante comunicação, autorização do Ministério da Saúde. Isso está no contrato, a senhora tem conhecimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, eu tenho, mas, em momento nenhum, se trata de mercado privado. Quando ele diz "preferencialmente", é que ele não gostaria que nós vendêssemos para a União, aliás, Estado; em momento nenhum, mercado privado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A Precisa não foi acompanhada justamente da Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas para a Índia?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Em janeiro, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E efetivamente existe um pré-contrato, inclusive contrato firmado com algumas prefeituras para venda de vacinas?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Com prefeituras, eu desconheço. Prefeituras?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Apenas clínicas? É isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sr. Senador, eu desconheço toda a parte do mercado privado de atuação da Precisa, conforme eu já falei aqui. Eu não tenho essa informação das vendas que foram feitas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora tem informação referente ao valor indicado para essa vacina no mercado privado?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, não tenho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto.

Eu reporto à CPI, aos colegas e a quem nos acompanha que a referência que encontramos é de US$40 por dose. A tramitação toda, impulsionada, facilitada pelo Governo brasileiro, garante a compra por US$15, mas esse mesmo insumo pode ser vendido no mercado privado por US$40, segundo consta – para usar uma expressão que a senhora também usou – notoriamente em matérias de jornal.

Pergunto a V. Sa. se, em algum momento dessa tramitação, ficou claro como se daria a remuneração da Precisa nesse trabalho de intermediação, porque ele não consta do memorando.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O senhor está falando da operação privada, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Da operação total que vocês fizeram junto a Bharat Biotech. Eu imagino que ela seja vinculada a doses e não vinculada a ser governo ou particular.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Ah, sim! A operação, o contrato de vinda das vacinas através da Precisa como representante?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não tive acesso a esse contrato, porque não é da alçada técnica essa operação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas ela não foi *pro bono*, ela não foi graciosa. A Precisa está ganhando alguma coisa nesse trabalho, correto?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu espero que sim. Não sei...

O senhor está falando do contrato entre a Bharat e a Precisa, é isso?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso, exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu não tenho esse contrato, Senador. Eu não consigo colaborar com respostas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Quem teria esse contrato? Porque já foi definido por este Colegiado um requerimento meu aprovado já há duas ou três semanas, afastando o sigilo desse contrato e pedindo a sua entrega. Isso já foi aprovado pelo Colegiado aproximadamente três semanas atrás. Então, a senhora pode indicar quem são ou quem é a pessoa que poderá dar acesso a esse contrato?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu acredito que seja a área comercial, mas, se encaminhar para a Precisa, ela vai atender qualquer requisição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo.

No processo todo de articulação desse contrato, a senhora teve como principal interlocutor no Governo Federal quem?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Desculpa, Sr. Senador, é muita gente falando.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem foi o principal interlocutor no Governo Federal?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Olha, eu tive várias fases desde o início das comunicações, que se deu no dia 3 de novembro, até a assinatura; e, depois da assinatura também, muitos personagens, muitos servidores, muitos consultores... O que eu consigo garantir é que a maioria das tratativas se deram através da Secretaria Executiva.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A maior parte ou senão a totalidade dos depoentes aqui apontaram a Secretaria Executiva como palavra final para a decisão de contratos...

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e a senhora corrobora esse fato.

Voltando à parceria com a Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas, a senhora tem que nível de conhecimento sob o ponto de vista de volume de doses e valor de doses dessa contratação? E em que ponto ela interferia ou concorria com o interesse público do Ministério da Saúde?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, a preferência, inclusive pela Bharat, sempre foi 100% para o mercado público. Mais detalhes que isso eu não sei falar para o senhor, porque tudo que é tratado do mercado privado dentro da companhia não corresponde nem a mim, nem à minha equipe.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Qual é exatamente a atuação da sua equipe? – a sua e a da sua equipe.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Nós somos técnicos, nós cuidamos de todas as operações logísticas e regulatórias e de relacionamento com fabricante. O que é comercial não é nosso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo.

Na reunião em que se ventilou o valor de US$10 por dose, quem fazia o papel, então, de falar de valores?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Era uma reunião técnica, era uma reunião de apresentação não inicial, porque a gente já tinha feito algumas apresentações para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

secretaria, para a SVS, e essa pauta de preço... Como representante, a Precisa não possui controle na política de precificação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu compreendo isso. Eu perguntei à senhora, Sra. Emanuela, dos integrantes da reunião – a senhora já disse que não é a senhora que fala sobre preços –, quem falava sobre preços pela Precisa, o que fez com que constasse aquela expectativa de US$10 por dose?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, eu fico até... A minha memória não é tão boa assim. Eu não falo de preço, mas eu falo de expectativa do quanto que eu gostaria que a vacina custasse.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora conseguiu recordar um suposto processo referente a um Senador da República, há instantes, quando foi provocada por um colega.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Como? Desculpa?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A senhora conseguiu se recordar de detalhes de um suposto processo que envolve um colega Senador da República há instantes, quando foi provocada por um membro da Bancada governista.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Não, eu não me lembrei de detalhes.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E agora a senhora não é capaz de referir para mim, numa reunião em que tinha, salvo engano, a senhora e mais um outro representante da empresa, quem dos dois falou sobre o valor de dose? A senhora não consegue lembrar?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Senador, pode ter sido eu, apresentado como uma expectativa, confirmada através dos *e-mails* que eu já deixei à disposição, e também pode ter sido o meu colega, porque a expectativa era da Precisa, da companhia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem era o seu colega?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – O Dr. Túlio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Dr. Túlio Silveira, é isso?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Sim, Túlio Silveira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Em algum momento a senhora recebeu qualquer tipo de correspondência ou solicitação do Governo brasileiro para negociação de preço ou redução do valor da dose?

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Eu recebia muitos *inputs* durante as reuniões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Esses *inputs* se davam apenas de forma oral, não documentada em memória de reunião, nem em *e-mail*, nem em mensagens, nada.

A SRA. EMANUELA BATISTA DE SOUZA MEDRADES – Memória de reunião... Da mesma forma que eu não tinha ciência da memória dessa reunião do dia 20 de novembro, pode ser que exista, sim, uma memória de reunião dentro do ministério, já que todas as reuniões sempre foram com salas cheias, em que sempre tem alguém fazendo uma ata, uma memória. Mas eu, Emanuela, não registrei. E o único registro que eu tenho sou eu pedindo à Índia que reduza esse valor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Uma iniciativa sua, talvez ligada a esses *inputs* a que a senhora refere. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Sr. Presidente, eu não vou abusar do tempo, mas vou aproveitar para fazer uma observação. Para tristeza de alguns colegas, a possível situação de cometimento de prevaricação por parte do Presidente da República não tem absolutamente nenhuma conexão com documento "a" ou "b". A prevaricação decorre do não cumprimento do dever do servidor de tomar providências quando tem ciência de uma irregularidade. E a contratação da Precisa... Até por ser a Precisa uma mera, enfim, sucessora da Global, com 99% das ações da Global, não há nenhum sentido em se imaginar que a prevaricação vai decorrer do documento "a" ou "b". Ela decorre do conhecimento já reconhecido pelo Presidente da República. Esse é o primeiro ponto.

E o segundo ponto, também para tristeza desses mesmos colegas, é que a prática da corrupção também não exige o pagamento. A prática do crime de corrupção não exige o pagamento. Então, esses dois registros, só para o bem do direito, porque as pessoas que nos acompanham ficam confusas, não é? Então, a prevaricação não exige um documento específico, exige comunicação – comunicação que já foi reconhecida pelo Presidente da República –, e a possível prática de corrupção não exige o pagamento.

Então, isso tudo será objeto de apuração não só pela CPI, mas por outros órgãos, mas fica o registro, a bem da verdade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Colegas Senadores, eu queria pedir a atenção de todos vocês: a Ordem do Dia já iniciou, e nós estamos sendo advertidos pela Presidência. Nós já estamos em subversão ao Regimento do Senado, porque, por determinação, não é possível concorrer a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito com a sessão plenária do Senado Federal.

Restaram as inscrições de S. Exa. o Senador Luis Carlos Heinze, e de S. Exa. a Senadora Simone Tebet. Eu queria... Esta Presidência concede, com a devida vênia, aos colegas...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, eu também fiz inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

Não, eu estou dizendo entre os membros suplentes.

Então, esta Presidência... Na verdade, restaram as inscrições de vários outros: Senadora Zenaide, Senador Eduardo Braga, Senadora Soraya Thronicke, Senador Ciro Nogueira... Então, esta Presidência, como compensação aos membros efetivos – a Senadora Simone, representando a Bancada Feminina, e o Senador Heinze –, já determina à Secretaria da Mesa que inscreva como primeiro suplente, amanhã, o Senador Heinze, para inquirir o Sr. Cristiano Carvalho, como compensação pela circunstância de agora, e, ao mesmo tempo, asseguro o mesmo direito à Senadora Simone, representando a Bancada Feminina.

Agradeço a todos, peço desculpas às Sras. e aos Srs. Senadores...

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 34ª e 35ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Convido-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 9h, destinada à apreciação de requerimentos e a ouvirmos o Sr. Cristiano Carvalho, Diretor-Presidente da Davati.

A reunião está encerrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 129
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (36ª Reunião) 14/07/2021

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (37ª Reunião) 15/07/2021

ATA DA 37ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatro minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Mecias de Jesus, Lucas Barreto, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 691 de 2021** que : "Requer que sejam arrolados os nomes dos técnicos da SGEST/MS e dos médicos voluntários que acompanharam a Sra. Mayra Pinheiro nas vistorias e prospecções em 136 (cento e trinta e seis) de unidades básicas de saúde da cidade de Manaus/AM." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 949 de 2021** que : "Requer que seja autorizada e viabilizada a cooperação e colaboração da equipe técnica da CPMI das Fake News para auxiliar os trabalhos da CPI da Pandemia, franqueando o acesso aos autos da investigação e materiais sigilosos desta CPI, desde que autorizado por este Relator, aos técnicos indicados pela Relatoria daquela CPMI." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 950 de 2021** que : "Requer o compartilhamento das informações obtidas pela CPMI das Fake News acerca dos dados enviados pelo WhatsApp Inc e pelo Facebook Brasil, contidos nos documentos DOC 004, DOC 021, DOC 049, DOC 062 e, eventualmente, outros" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 952 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente Executivo da Unimed Manaus, Sérgio Ferreira Filho, informações sobre o atendimento a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela Operadora de Plano de Saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 955 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre todo o processo de compra da COVAXIN." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 961 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, José Barroso Tostes Neto, informações sobre quem são os sócios, acionistas e beneficiários dos ativos das empresas Madison Biotech PTE., Precisa Comercialização de Medicamentos LTDA. e Global Gestão em Saúde SA., no período de 2020 até o momento." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 997 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde: indicação do responsável pela supressão do acesso ao sistema da Pasta por parte do Sr. Luis Ricardo Miranda, bem como a disponibilização do log de eventos de todo o sistema a partir do dia 23 de junho do corrente ano." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1044 de 2021** que : "Requer sejam prestadas, no prazo de dez dias, pelas empresas Px Tecnologia da Informação e Publicidade Eireli e Space Tecnologia e Inteligência LTDA, informações referentes às campanhas publicitárias contratadas pelo Governo Federal, através de agências de publicidade, entre os anos de 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1045 de 2021** que : "Requeiro sejam prestadas, no prazo de dez dias, pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Governo Federal e pelo Ministério da Saúde, as seguintes informações sobre administração das redes sociais oficiais nos últimos 18 meses." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1046 de 2021** que : "Requer sejam prestadas, no prazo de dez dias, pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo Federal e pelo Ministério da Saúde, informações sobre as campanhas publicitárias desenvolvidas pelo Governo Federal sobre a Covid-19, entre março de 2020 a junho de 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1053 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde cópia integral de todos os Processos SEI relativos à contratação da Empresa Topmed Assistência à Saúde LTDA, inclusive dos respectivos contratos, pareceres técnicos e jurídicos, notas de empenhos, ordens de pagamentos, notas fiscais e emails." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1062 de 2021** que : "Requer às instituições Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Infraero, Receita Federal e Polícia Federal informações a respeito do voo fretado do Sr. Francisco Emerson Maximiano, no trecho entre o Brasil e a Índia, nos dias 5 e 6 de janeiro de 2021." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1070 de 2021** que : "Requisita ao Comando do Exército Brasileiro, no prazo de cinco dias, todos os relatórios e informações de inteligência, com as correspondentes cópias, a respeito de Antônio Élcio Franco, Marcelo Blanco da Costa, Alexandre Martinelli Cerqueira e Eduardo Pazuello" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1071 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde documentação, relatório e demais informações, com as correspondentes cópias, que teriam sido reunidos por Antônio Élcio Franco a respeito da empresa PRECISA" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1072 de 2021** que : "Requer ao Departamento de Polícia Federal, no prazo de cinco dias, cópia integral do inquérito e demais procedimentos relativos à Operação Acolhida" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1075 de 2021** que : "Requisita ao Serviço de Inquéritos da Coordenação-Geral de Combate à Corrupção da Diretoria de Investigações e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, a indicação da data de instauração do Inquérito Policial n. 2021.0048366 e disponibilização de seu conteúdo." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1077 de 2021** que : "Requista informações e documentos à empresa QATAR AIRWAYS, a respeito do voo charter não cadastrado, realizado em 03/01/2021, que decolou do Aeroporto André Franco Montoro, às 18h56, com destino a Doha, capital do Catar." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1078 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde, todos os registros de entrada dos Senhores Amilton Gomes da Paula, Luiz Paulo Dominguetti Pereira e Cristiano Alberto Carvalho ao longo do ano de 2021" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1083 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, no prazo de dez dias, informações pelo Ministro da Saúde sobre a Davati Medical Supply." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1086 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde o envio de informações a respeito de todos os contratos com a empresa VTCLog." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1087 de 2021** que : "Requer sejam prestadas, no prazo de dez dias, pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo Federal e pelo Ministério da Saúde, informações sobre as campanhas publicitárias desenvolvidas pelo Governo Federal sobre a Covid-19, entre março de 2020 a junho de 2021." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1088 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Cidadania o compartilhamento de informações." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1101 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pelo Senhor Ministro da Saúde e enviados os documentos expedidos pelo ex-ministro da Saúde, General Eduardo Pazuello, e encaminhados à Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Civil, no mês de outubro de 2020, a respeito da exoneração do diretor de Logística Roberto Ferreira Dias." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1102 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações, pelo Senhor Ministro da Saúde, e enviados documentos sobre a pretensão de contratação da empresa Life Technologies Brasil Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda, realizada no ano de 2020, para a compra de kits de materiais utilizados em testes de covid19." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1103 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pelo administrador responsável pela Empresa Life Technologies Brasil Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda, e enviados os documentos sobre a pretensão de contratação da empresa pelo Ministério da Saúde, realizada no ano de 2020, para a compra de kits de materiais utilizados em testes de covid19 ." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1104 de 2021** que : "Requer sejam prestadas informações pela Presidente do Tribunal de Contas da União e enviados os documentos de todas as apurações realizadas acerca do contrato realizado pelo Ministério da Saúde com a empresa Life Technologies Brasil Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda, assinado no ano de 2020 e amplamente divulgado pela imprensa, para a compra de 10 milhões de kits de materiais utilizados em testes de covid19." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1108 de 2021** que : "Requer informações ao Ministério da Saúde relativas a conteúdos de trocas de emails entre endereços eletrônicos especificados." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1109 de 2021** que : "Requer sejam solicitados à Casa Civil da Presidência da República documentos relacionados ao período em que o cargo de Ministro-chefe da Casa Civil foi ocupado pelo Sr. Walter Souza Braga Netto." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1112 de 2021** que : "Requer sejam disponibilizadas pela Polícia Federal informações relativas ao teor do depoimento prestado pela Sra. Emanuela Medrades, dia 12 de março do corrente ano, bem como de todo o inquérito em relação ao qual foi ouvida." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1113 de 2021** que : "Requer sejam encaminhados pelo Delegado-Geral da Polícia Federal – DPF cópia integral, por meio magnético, de todos os inquéritos e/ou procedimentos de investigação em que a Sra. Emanuela Batista de Souza Medrades figure como investigada ou testemunha, bem como de eventual depoimento prestado por ela à Polícia Federal, seja a que título for." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1123 de 2021** que : "Requer acesso ao contrato entre a Precisa e a Barath Biotech, o qual foi mencionado diversas vezes durante o depoimento da Sra. Emanuela Medrades." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 989 de 2021** que : "Requer, com relação a todos os requerimentos de transferência de sigilo fiscal aprovados até a presente data, que haja ampliação do lapso temporal relativo à quebra, passando a fixar-se o ano de 2018 como termo inicial, de modo a permitir a análise comparativa entre os períodos pré e pós-pandemia." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1073 de 2021** que : "Requer as necessárias providências para que sejam retificados, na forma especificada, os requerimentos detalhados" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 1124 de 2021** que : "Requer, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, no prazo de dez dias, pelo Twitter Brasil Rede de Informação LTDA, informações sobre seus serviços nos anos de 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 1125 de 2021** que : "Requer, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, no prazo de dez dias, pelo Facebook Serviços Online do Brasil LTDA, informações sobre o Facebook e Instagram nos anos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

2020 e 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 36 - REQUERIMENTO Nº 1126 de 2021** que : "Requer à empresa Precisa Medicamentos, todos os instrumentos contratuais e eventuais aditivos firmados com a empresa Barath Biotech e em especial aqueles que regulem a forma de remuneração da Precisa pela Barath." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO Nº 1127 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Defensor regional de Direitos Humanos no Rio de Janeiro, Dr Thales Arcoverde Treiger, informações sobre ações civis públicas movidas pela Defensoria Pública da União, relativas a comunidades periféricas e marcadores sociais sobre a Covid." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO Nº 1128 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, informações sobre Procedimento Operacional Padrão empregado na análise de vacinas pela Anvisa." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva - Cristiano Carvalho**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Cristiano Alberto Hossri Carvalho, Representante da empresa Davati Medical Supply, em atendimento ao requerimento 1024/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Cristiano Alberto Carvalho, representante da empresa Davati, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Humberto Costa.

Eu vou passar a palavra ao Relator...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

É possível?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Prossiga.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – É só para dar conhecimento – acho que todos tiveram conhecimento pela imprensa – da nota que veio como resposta a um requerimento que eu apresentei à Conitec, em que ela responde – e é muito grave, Sr. Presidente – o seguinte.

A Conitec afirma que o Ministro Queiroga não fez nenhuma solicitação sobre tratamento: "Não há nenhum pedido de solicitação, no âmbito da Conitec, para análise de incorporação da cloroquina ou hidroxicloroquina para tratamento da Covid-19." – fecha aspas.

A solicitação que tinha lá era apenas para pacientes hospitalizados, e que ainda está em consulta pública, embora diversos estudos internacionais já tenham comprovado absoluta ineficácia desse medicamento contra a Covid-19.

O Ministro Queiroga mentiu para esta CPI nos afirmando que solicitou à Conitec posicionamento sobre a utilização desses medicamentos, conforme foi noticiado até ontem.

Insisto em alguma recomendação desta CPI para que seja evitado o uso do *kit* Covid ambulatorialmente até que o Ministério da Saúde se posicione oficialmente. Temos recebido muitas manifestações de preocupações com os efeitos colaterais que pode produzir na população.

Portanto, Sr. Presidente, é para informar, primeiro, que a posição que o Ministério da Saúde tem hoje é de que a cloroquina não tem efetivamente nenhuma eficácia no tratamento da Covid-19 e, além do mais, que não há estudos acontecendo no ministério para, eventualmente, avaliar a aplicação ambulatorial, ou precoce, como eles costumam dizer.

É importante relatar que esta CPI também recebeu o registro da movimentação do faturamento de empresas que produzem o chamado *kit* Covid, e o crescimento ao longo da pandemia foi de, no mínimo, R$500 milhões no faturamento dessas empresas, podendo chegar a até R$1 bilhão, o que demonstra que esta coisa que parecia inocente, de recomendar o uso desses medicamentos, não é tão inocente assim. Na verdade, muita gente ganhou muito dinheiro com isso aí. Há, comprovadamente – nos próximos dias nós vamos ter essa informação –, uma relação promíscua entre essas empresas e os profissionais médicos que se dedicaram a esta tarefa de prescrever esse *kit* Covid.

Portanto, eu quero fazer aqui este registro, porque mostra mais uma ação importante da CPI no sentido do enfrentamento à Covid-19, ou seja, a de mostrar que esses medicamentos, realmente, não têm qualquer utilidade para o tratamento da Covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Em votação os requerimentos de pedido de informação, aqueles que estão pautados.

Em votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Tem requerimentos aí que não são de informação. Neste momento estão sendo deliberados apenas os requerimentos de informação?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De informações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E de compartilhamento de informação também tem, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou questionando, Sr. Presidente, porque tem um requerimento que trata de quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o Requerimento 989, de 2021, e o nº 1.073, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o item 32. Um é o item 32. Qual é o outro? (*Pausa.*)

E o 33.

Esse requerimento, Sr. Presidente, busca retroagir a quebra de sigilo a 2018, portanto absolutamente fora de qualquer escopo de atuação desta CPI. Para além dos questionamentos que já apresentei aqui, há falta de critério na quebra de sigilo de dados que são protegidos constitucionalmente. Para você determinar a quebra... Não sou contra se determinar a quebra quando há justificativa. Quando há elemento vinculante, não há problema em se fazer, eu voto a favor. Agora, de maneira genérica, de maneira que não preencha os requisitos legais para se determinar a quebra, eu acho que não é uma postura adequada no âmbito desta CPI.

Esse requerimento, no particular, a meu ver, é um requerimento inconstitucional, abusivo, que ofende direitos e garantias fundamentais do cidadão. Por isso eu estou advertindo V. Exa. Ele está no escopo da votação em globo e é um requerimento que tem este alcance: ele busca retroagir o efeito das quebras de sigilo para 2018 – 2018! Não havia ainda sequer indício de pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – São cinco anos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas isso é... Senador, para que a gente possa fazer uma investigação, temos que fazer comparativos: como era o faturamento de uma empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ou o dividendo de um cidadão dentro de uma empresa antes da pandemia e pós-pandemia? Tem muita gente e tem muita empresa que, através de medicamentos não comprovados cientificamente, tiveram uma evolução – agora, na pandemia –, com a propagação que foi feita, muito grande no seu faturamento.

É só pra fazer isso. Absolutamente, não vejo nada inconstitucional nisso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para complementar V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o problema é que o requerimento é genérico, Sr. Presidente, e, quando se trata de quebra, não cabe, não cabe... Em se tratando de quebra de sigilo, não cabem comandos genéricos, isso é inconstitucional.

Quem é advogado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. quer fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu peço a V. Exa. que faça a retirada dele hoje pra identificar quais são esses...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso fazer o seguinte, eu posso... V. Exa. faça o destaque e a gente vota. No destaque, retira...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu vou pedir pra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Destacar isso aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... destacar e vou sustentar a tese.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o requerimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o item 32.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o 33 e 32.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá.

Retirando o item 32 e 33 para a gente votar em destaque, os outros requerimentos: aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Vamos agora discutir o item 32, destaque do Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Eu sou pela retirada desse requerimento, Sr. Presidente, porque ele trata de quebra de sigilo, alongando o período dessa quebra até o período de 2018. Penso que, no caso de determinadas situações, havendo justificativa, é até possível fazer isso, mas não vejo como cabível, não vejo como legal, não vejo como constitucional se fazer a determinação de uma quebra alongada genericamente. Isso ofende direitos e garantias fundamentais.

Portanto, eu estou encaminhando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem! Uma questão de ordem, para tentar ajudar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... contra a votação genérica desse requerimento.

É o apelo que faço a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – A minha sugestão é que a gente possa solicitar as informações relativas a conteúdos de trocas de *e-mails...*

Viu, Presidente?

Presidente, eu estou sugerindo que a gente possa aqui fazer um termo pra estabelecer o limite proposto pelo Senador Marcos Rogério: que a gente solicite a quebra, a que requer informações relativas a conteúdos de trocas de *e-mail*, que a gente solicite as informações relativas à troca de *e-mails* entre o Chefe da Casa Civil, no período de 2020 até agora, com o Ministério da Saúde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, estou pedindo pra substituir o 32.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O 32 é fiscal e bancário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O 32 é sigilo fiscal. Não tem nada a ver com quebra de sigilo telemático.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se me permite, é só para esclarecer...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Troca de *e-mails*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Tem duas pautas circulando, tem duas pautas circulando: tem a pauta a partir dos requerimentos que foram enxugados e a outra pauta, que foi publicada ontem mais cedo.

Então, só pra pedir a V. Exa. pra atualizar aos colegas que estamos com duas pautas aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nem eu vi circulando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente! Só pra contraditar aqui, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pauta correta é a que tem 35 itens. Eu acho que o Senador Marcos Rogério tem essa pauta aí, porque ele leu agora corretamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Senador Marcos se refere ao 32 e ao 33. Não é isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o 32 e o 33 o dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa pauta foi publicada agora, às 9h40 da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é porque nós retiramos alguns requerimentos, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas eu a tenho aqui, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. É a pauta que tem 35 itens. É o item 32 e o 33.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa é a correta. Essa é a correta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você passa para o Senador Marcos Rogério por favor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Eu tenho a pauta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ele não quer o negócio do Twitter, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só... Pela ordem, veja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – A primeira parte... Veja, a pauta que está valendo é a pauta de 35 itens, que foi a pauta que foi publicada em tempo hábil por esta Presidência. Então...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... em primeiro lugar, é esta a pauta que está valendo. Desta pauta, já foi votada a primeira parte dela; já foram votados todos os requerimentos de informação. Estamos na segunda parte. S. Exa. o Senador Marcos Rogério pediu destaque dos itens 32 e 33, e eu peço, Excelência, que V. Exa. dê continuidade ao debate apenas desses itens, que são os itens remanescentes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Sr. Presidente, eu não entendi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se eu entendi direito, a pauta que nós votamos é a pauta que está publicada, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Exato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É esta que está aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Exato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São 35 itens.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque foram retirados alguns itens.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. Foram retirados, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, em relação ao item 32...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ...fixa entre 2018, 2019, 2020. A de 2021 nós não temos ainda. Veja bem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, Presidente. Nesse caso, ele está retroagindo genericamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não é genérico, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, olhe o requerimento! O requerimento está aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite contraditar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui está: "...passando a fixar-se..."

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Requeiro, com relação a todos... "Requeiro, com relação a todos os requerimentos de transferência de sigilo fiscal aprovados até a presente data, que haja ampliação do lapso temporal relativo à quebra, passando a fixar-se o ano de 2018 como termo inicial, de modo a permitir a análise comparativa entre os períodos pré e pós-pandemia."

Portanto, ele...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... faz o alargamento do período de quebra de forma genérica, e isso é ilegal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Está fixando aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu peço a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Esses requerimentos de quebra de sigilo já foram aprovados. São requerimentos já aprovados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. No entanto, nós recebemos uma orientação da Receita Federal de que, se não fizesse alusão ao prazo, ao prazo prescricional, eles estarão impedidos de conceder as informações. Então, isso apenas estende o prazo prescricional dos cinco anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A pedido da Receita Federal!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente... Não, não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pedido da Receita.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque o sistema da Receita não terá como dar as informações e fazer as suas análises sem que essa informação seja incluída nos requerimentos já aprovados por esta Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, essa ponderação poderia até acontecer, mas é requerimento a requerimento. Você não tem a possibilidade de fazer genericamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas já foram pedidos!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe isso! Não cabe! Isso é algo ilegal, ofende um princípio básico da Constituição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos quebrando sigilo. O sigilo já foi quebrado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É uma nova quebra, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...genérica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Está baseado, iniciado... Fixa-se o ano de 2018. Não é genérico!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dentro do prazo prescricional!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... É genérico, Presidente!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, Presidente, o que ele está argumentando é que se está estabelecendo um único requerimento genérico, estendendo o prazo para 2018, independentemente de qual daqueles que nós quebramos o sigilo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso. É isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Esse é o ponto!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nós estamos nos referindo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O direito fundamental da Constituição, no caso das informações e dos direitos, é individual, meu querido Renan. Portanto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É individual, mas nós já aprovamos esses sigilos, Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu sei, mas o que está sendo feito aqui é uma extensão genérica do pedido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por orientação da Receita!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, a Receita não orienta a CPI!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que ela não pode dar as informações se não tiver a ampliação do prazo prescricional. Esses requerimentos já foram aprovados!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, é apenas para argumentar com base na jurisprudência do STF em relação à questão das quebras.

Primeiro que, se a Receita Federal tem esse tipo de orientação, que faça o expediente de encaminhar à CPI para que a CPI tome conhecimento, não mande recado à CPI. Não cabe. Não vejo voz da Receita Federal aqui determinando o que fazer e como fazer. Não acho que seja isso.

Olha o que diz a jurisprudência firmada da corte em relação à quebra de sigilo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Meu Deus! Isso não é quebra de sigilo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o que é possível fazer no âmbito das CPIs. Mas quais são os critérios?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nada a ver!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bancário, telefônico e tal. "Desde que o faça em ato devidamente fundamentado, relativo a fatos que, servindo de indício de atividade ilícita ou irregular, revelem a existência de causa provável, apta a legitimar a medida que guarde manifestíssimo caráter excepcional."

Portanto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só uma informação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... tem que ter fundamentação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só uma informação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...tem que ter nexo de causalidade. O fato tem que estar relacionado a alguma suspeita, a algum indício evidente. Aqui, não. Aqui é um requerimento genérico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Marcos Rogério está analisando um fato superado. Esses requerimentos já foram aprovados. Esses requerimentos já foram objeto de recursos das partes junto ao Supremo Tribunal Federal e perderam.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A ampliação segue os mesmos requisitos, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles já foram aprovados! Já foram aprovados!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A ampliação segue os mesmos requisitos. Apresentem os requerimentos e votem novamente. Agora, genericamente não cabe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é ampliação. Esse prazo prescricional é um prazo que já existe para efeito da Receita.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, não tem nada a ver com prazo prescricional isso aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tem a ver com aprovação de requerimento?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tem nada a ver com prescrição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tem a ver com aprovação de requerimento? Tem a ver?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso aqui é espaço de levantamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A gente está discutindo uma coisa que não tem nada a ver!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso aqui é espaço de levantamento de dados, Renan.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Relator! Relator Renan!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que alguém te deu alguma informação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas para esclarecer. Veja, eu inclusive pedi à assessoria que pudesse trazer, porque V. Exa. efetivamente apresentou requerimentos que estão aqui: de 611 a 618; de 611, 617, 618... E em cada um retifica-se, e a retificação, em cada um deles, tem um detalhamento. O.k., mas aqui, como colocado na pauta, meu querido Relator, faz-se assim: "Item 33, requerer as necessárias providências para que sejam ratificados." Por que não coloca os requerimentos como estão aqui? Aí especifica...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só vou explicar uma coisa ao Senador Eduardo Braga e ao Senador Rogério.

Vejam uma coisa: eu acho até benéfico para quem foi quebrado o sigilo – primeiro ponto. O que nós estamos querendo fazer é só uma comparação. Agora, quebra de sigilo é dos últimos cinco anos. Nós estamos pedindo 2018 para fazer uma comparação, nós não estamos entrando nem em 2017 nem em 2016.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma regra da quebra de sigilo: são os últimos cinco anos, correto? O que nós estamos querendo fazer é um comparativo. Aqueles em que você vê que não existe uma evolução patrimonial ou financeira com a pandemia, a gente esquece. Agora, caso mantenha do jeito que está, nós vamos ter só um pouco mais de trabalho para fazer uma análise completa entre 2016 e 2021.

Então, o que o Senador Renan propõe é que a gente estabeleça a data de 2018 para comparar com 2019, 2020, que foi a pandemia, e 2021.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, se o requerimento for isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas não é o que está no 33!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é, Presidente! Não é o que diz o requerimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é! Olha o que está dito aqui: "Requer as necessárias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou no 32 ainda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então... Mas olhe o 33, Presidente: "Requer as necessárias providências para que sejam retificados na forma especificada os requerimentos detalhados". Essa retificação pode ser...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está errado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... temporal, pode ser de informações, pode ser de uma série de coisas. O que nós não podemos fazer é aprovar a extensão da forma como está proposta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui tem vício de forma e de conteúdo, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Deixe-me só dar uma informação.

Senador Eduardo, Presidente Omar, (*Fora do microfone.*) o meu Requerimento 33 não é o caso do requerimento anterior, que ele estava tentando discutir com relação ao prazo prescricional...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, isso está o.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O 33 diz o seguinte: "Requer as necessárias providências para que sejam retificados...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, corrigidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... na forma especificada os requerimentos detalhados".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas nós não temos o requerimento na pauta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem aqui neste espelho, mas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas para nós votarmos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas ele diz que os requerimentos já foram votados, Senador Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, amiga, ele está retificando!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, ele está retificando apenas o prazo. Ele está alargando o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é apenas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Até para não cometerem injustiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço à Secretaria da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador... Eu tenho aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Da forma como está, não tem como o Relator fazer uma avaliação precisa comparativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um espelho da votação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele vai fazer uma avaliação com um corte isolado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olhe aqui, os Requerimentos 611 e 618: "Retifique-se o requerimento para alterar os pedidos para incluir, sem prejuízo das demais solicitações de análise fiscal, bancária, de movimentação financeira, desde o início do exercício de 2018 até a data presente". É isso. Essa é a retificação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual o problema?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k. Esclarecida a retificação e se todos são assim, não há problema de votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos são assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O problema é que não especifica aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, me permita só uma informação auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No corpo do requerimento estão as especificações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está, sim. E daí todos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No corpo do requerimento. É só acessar as especificações de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, Senador Marcos Rogério, está especificado do início de 2018 até a data presente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, esse... Aqui tem... Só para V. Exa. ver que a força do argumento que eu estou apresentando é tão grande...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rá-rá-rá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que nesta pauta tem a previsão do sigilo telemático no Requerimento 611. Veja V. Exa., essas coisas genéricas, Sr. Presidente, não funcionam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem genérico, não. Está especificado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Genérico. Não, aqui está de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Gente, ele faz referência aqui clara, da forma especificada os requerimentos detalhados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui está em 2020.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E faz todo um detalhamento ali, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui está em 2020. Aí você fala em quebra de sigilo fiscal, para fazer comparativo. E o sigilo da comunicação? É para fazer comparativo também? Com quem falava, como falava, do que tratava? É isso? Ah, Sr. Presidente! Com todo o respeito, se querem fazer atropelando façam; agora, desobedecem ao devido processo legal, e é algo que, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está bem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... não cabe a esta CPI. Ou faz bem feito, obedecendo à regra, ou então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está lendo "sigilo telemático" e eu não consigo enxergar aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está aprovado: é o 611, Presidente. É o que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é este aqui, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos discutindo isso, não, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, está aqui. Senador Marcos Rogério, dê uma análise aqui nos requerimentos aqui detalhados. Não tem telemático, só é fiscal. Está aí, Senador Marcos Rogério, por favor. Está aí, por favor. Está aí o escopo, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está mandando retificar, sem prejuízo dos demais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas isso é outra coisa. Isso já foi aprovado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas está alterando e retroagindo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, o senhor está equivocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, a gente está cumprindo um mandamento da Receita Federal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perdoe-me, Randolfe; perdoe-me, Randolfe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O que a gente está questionando é que, ao fazer esse combo, porque isso aqui virou um combo, pegou do 611 até o 1.040.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí não é assim, Eduardo. São diferentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E já foram aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Renan, o problema é que foi aprovado com uma fundamentação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nós queremos estender o efeito do requerimento e não tem nenhuma fundamentação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem fundamentação?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não. Olha o que está escrito aqui, eu vou ler pra vocês.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele se refere aos requerimentos que já foram aprovados com as devidas fundamentações, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Posso ler, Senadora? Posso ler?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pode, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Posso ler?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. já leu tanto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Vamos lá.

Retifica-se o requerimento para alterar os pedidos para incluir, sem prejuízo dos demais, solicitação de análise fiscal, bancária e movimentações financeiras, desde o início de 2018 até a presente data, bem como a quebra e transferências dos sigilos de informações a esta CPI. E não tem nenhuma fundamentação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está no requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No requerimento. Está bom, eu vou ler...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No requerimento inicial em que nós quebramos sigilo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aí não, aí é outra coisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Teria que ter a fundamentação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aí é outra coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A fundamentação está no requerimento já aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aí é outra coisa, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nos requerimentos já aprovados, gente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos quebrando sigilo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quer clareza maior que esta?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí é outra coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos quebrando sigilo, nós estamos apenas adaptando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É outra coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por orientação da Receita, para efeito de análise...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe o fundamento que ele coloca no requerimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... uma informação dentro do prazo prescricional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – As retificações detalhadas são essenciais para o desenrolar da fase instrutória, e, obviamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas nós não estamos discutindo isso não, já foi quebrado, rapaz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para o futuro deslinde das investigações e, finalmente, conformação das conclusões finais a serem apresentadas por meio do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é fundamento para quebra de sigilo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, a fundamentação está no requerimento que já foi aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que encerrou o objetivo naquele requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E já foi apreciada pelo próprio Supremo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente; não Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, veja só a questão da fundamentação. Nós estamos na CPI da Covid-19. Em 2018, tinha Covid?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, é para fazer um comparativo entre o cara que recebeu, em 2018, dez, e depois, com a pandemia, recebeu 1 milhão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, isso é fundamental. A própria Receita diz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso. É isso, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso não é atividade suspeita, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas eu acho que isso tem que ter fundamentação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro que tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já tem no requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu acho que a base do Governo deveria era estar defendendo o requerimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O requerimento já foi submetido à apreciação judicial.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... porque pode comparar essas movimentações.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, eu quero dizer a V. Exas. que eu me quedo diante das explicações de V. Exas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se não tem um comparativo brusco, em tese não houve movimentação atípica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... mas insisto...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas tem que ter nexo causal, Senadora Eliziane.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Desta forma, tal qual as outras em que a gente não tomou cuidado com a fundamentação, serão atacadas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem que ter nexo causal, não pode...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Serão atacadas, Senador Renan. Esta forma de estender a retificação sem fundamentação... Ainda hoje juristas publicaram artigos, e juristas que não são alinhados com o Governo, como por exemplo, o Dr. Kakay...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Publicou artigo sobre a decisão desta CPI de quebrar sigilo bancário, financeiro, telemático, etc., sem a devida fundamentação e que isso estava colocando em risco a nossa competência perante o Supremo.

Então, eu só quero alertar a V. Exa... O senhor pode discordar. Eu também tenho o direito de discordar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... mas quero dizer a V. Exa. que é uma temeridade. Mas V. Exa. é o Relator, o Presidente é quem pauta, e cabe a nós votarmos. Acho que deveria ser detalhado. Deveria ser fundamentada cada uma dessas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foram fundamentadas, meu Líder Eduardo, querido.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não está. Desculpa. Não está.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foram. Nós não estamos quebrando esses sigilos. Já foram quebrados. Muitos deles já foram apreciados pelo Supremo, e o Supremo aceitou. Quer dizer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É que, quando você estende o ano fiscal, você precisa fundamentar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos estendendo o ano fiscal. Há um prazo prescricional de cinco anos. A Receita, diante da análise que nós pedimos nos requerimentos aprovados, disse que precisava fazer esse acréscimo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, Sr. Presidente, que se modifique...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos, V. Exa. se refere ao 33 e ao 32?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o requerimento e que coloque como fundamento a manifestação da Receita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que os requerimentos já foram aprovados. Vai modificar um requerimento aprovado? Isso é uma coisa sem lógica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sem lógica é o que apresentaram aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... um argumento sem qualidade jurídica, técnica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qualidade jurídica e técnica é o que o Relator Renan Calheiros está apresentando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A sua qualidade é que está saindo aos olhos do País aqui, todo dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa qualidade técnica o Brasil está vendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a sua qualidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, o Brasil está vendo a qualidade técnica da sua fundamentação jurídica para a quebra de sigilos genérica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os sigilos já foram quebrados. V. Exa. insiste em discutir uma coisa que não é objeto de deliberação...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mesmo porque tem nexo causal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Claro!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não ocorreu a prescrição e está obedecendo à Receita Federal.

Quer uma fundamentação maior do que 540 mil mortos? Quem não deve não teme!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, a lamentável morte de pessoas é fundamento jurídico. Essa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, a Receita Federal...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é forte.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A Receita Federal, a Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Meu pai! Lamentável!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos Rogério, V. Exa. deveria até estar feliz com esse requerimento, porque o que que nós estamos a partir da aprovação desse requerimento? Uma avaliação comparativa. Ora, se você não tem acréscimo de 2018 para o período da pandemia, essa pessoa, em tese, não fez nenhuma movimentação atípica. É um princípio básico da Receita, é o que o Coaf estabelece.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O que o Relator está apresentando é exatamente pra dar muito mais garantia e dar segurança ao relatório dele final.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que eu estou dizendo, o que estou sustentando é que o requerimento não tem fundamentação. Só isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isoladamente, fazer uma avaliação apenas no período posterior, ele poderá incorrer num erro! Então, ajude o Relator a ser justo, Senador Marcos Rogério!

Eu acho que V. Exa. deveria ter esse sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadores e Senadoras, eu vou pedir... O depoente Cristiano, o Sr. Cristiano, já está aí há bastante tempo. Eu vou colocar em votação o destaque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

do Senador Marcos Rogério e aqueles que forem contra votam contra, aqueles que forem a favor votam a favor.

Aqueles que aprovam o Requerimento nº... Item 32 e item 33 permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Quatro contra, o resto a favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, aí já dá muito voto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, só para deixar registrado em ata que eu voto com o requerimento, fazendo constar as minhas preocupações com relação à fundamentação, ao respeito aos direitos fundamentais e individuais do povo brasileiro, pela Constituição brasileira e pelas leis democráticas do País.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, conste em ata o meu voto contra em razão da desobediência aos aspectos constitucionais e legais desse requerimento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Heinze: também voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aprovado, com os votos contrários e...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem três requerimentos – do Senador Tasso, Senador Humberto Costa, Senador Humberto Costa –, que também é pedido de informações extrapauta.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou chamar o Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o Sr. Cristiano e passo a palavra ao Sr. Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes disso, só um minutinho, Senador Luis Carlos.

Quero aqui parabenizar o Senador Jorginho Mello, do bravo Estado de Santa Catarina. Parabéns! V. Exa. tenha muitos anos de vida e vinagre! (*Risos.*)

Senador Luis Carlos Heinze, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimento o Senador Jorginho também.

Foi comentado aqui pelo Senador Humberto Costa, Senador Humberto Costa, a questão do parecer da Conitec com relação à cloroquina. Vamos esclarecer que nós nunca, Senador Girão, defendemos para pacientes intubados ou em caráter hospitalar. Agora, para o tratamento precoce, preventivo, esse continua valendo. Não foi desmistificado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor. O parecer da Conitec trata de pacientes intubados, em casos hospitalares. Até o terceiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

quarto, quinto, sexto dia, é o tratamento recomendado *off-label* pelos médicos brasileiros, de acordo com o Conselho Federal de Medicina, e segue valendo. Não está dito isso no parecer da Conitec. Vou pegar o parecer e posso ler. Não o tenho em mãos agora, mas oportunamente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não existe é o estudo que ele disse que ia ver. E o estudo de ontem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O estudo eu tenho. Não. Eu tenho estudo da *Lancet*, fraudulento, e estamos desmontando o estudo da Universidade de Manaus, que esta Casa, Sr. Presidente, colegas Senadores, não quer debater, não quer o embate entre as duas partes. Trouxemos gente aqui, mas infelizmente os negacionistas desta Comissão, que chamam o Governo de genocida, não querem debater o genocídio causado pela impertinência de alguns colegas Senadores de não aceitar a realidade. Volto a trazer o Estado do Amapá, que tem um trabalho realizado, com o índice de letalidade menor do Brasil, e várias outras cidades brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero cumprimentar o Sr. Cristiano e seu advogado.

A Comissão foi notificada da decisão liminar do Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus nº 204.443, nos seguintes termos:

> [...] concedo, em parte, a liminar pretendida, a fim de que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e exclusivamente em relação aos fatos que o incriminem, o paciente tenha o direito de: (i) fazer-se acompanhar de advogado; (ii) permanecer em silêncio; (iii) não sofrer ameaça ou constrangimento em razão do exercício do direito contra a autoincriminação, excluída possibilidade de ser submetida a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício dessas prerrogativas constitucionais.
>
> Por outro lado, à luz dos fundamentos anteriormente lançados, indefiro o pedido de não comparecimento ou de retirar-se da sessão, impondo-se, quanto aos demais fatos de que o paciente tenha conhecimento na qualidade de testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

Eu aqui irei perguntar a V. Exa., Sr. Cristiano... V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos temos art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor. Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Se V. Exa. quiser ter a palavra por 15 minutos, está a sua disposição.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Obrigado, Excelência.

Excelência, eu gostaria de deixar claro que eu vim aqui para esclarecer todos os fatos. Estou aqui de peito aberto. Todas as perguntas que forem factíveis à negociação entre a empresa Davati e o Ministério da Saúde, em especial, entre o Roberto Dias e o Coronel Blanco, eu estou aqui à disposição para tirar todas as dúvidas dos Senadores e da opinião pública.

Eu estou dispondo aqui, para ser protocolado aqui na Casa, todas as documentações, *e-mails,* whatsapps, que foram tratados durante todo esse tempo, tá? Nós temos uma cópia aqui. Nós vamos passar toda a linha do tempo do que aconteceu até para ficar claro para os senhores e para verificar que eu atuei somente como um vendedor aqui no Brasil, não tive nenhum cargo remunerado ou qualquer outra coisa parecida, não compactuei com nenhum tipo de medida de pedido de propina ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

coisa parecida, não presenciei e não tenho nada para falar a respeito disso, mas eu vou narrar os fatos desde o começo de tudo que aconteceu para vocês tomarem o seu juízo de opinião e poderem fazer as suas perguntas que sejam factíveis a esse caso. Todas as perguntas que forem factíveis à negociação com o Ministério da Saúde e à empresa Davati de que eu participei, eu me comprometo a responder todas detalhadamente, pergunta por pergunta, sem deixar nada em aberto.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Sr. Cristiano.

Eu vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em primeiro lugar, eu gostaria de saber do Sr. Cristiano Alberto Carvalho qual é exatamente a sua relação com a Davati.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Senador Renan Calheiros, eu não tenho... A minha relação é puramente que eu fiz uma aproximação nesta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu vou pedir um pouquinho de silêncio para que a gente possa ouvir o Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não tenho vínculo empregatício, Senador, não tenho contrato, nunca fui remunerado para fazer essa aproximação entre a Davati, nos Estados Unidos, pelo Sr. Herman Cárdenas, e aqui o Governo Federal brasileiro. Não tem vínculo empregatício ou qualquer coisa contratual entre mim e a empresa. Foi dito aqui na CPI, de forma um pouco equivocada e um pouco folclórica, que eu seria o CEO da empresa, mas a empresa nem tem CEO e nem tem representação formal aqui no Brasil, CNPJ, nada disso. A empresa, simplesmente, através de um amigo, me pediu para eu intermediar a relação aqui com o Ministério da Saúde e com o Sr. Dominguetti.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou pedir de novo! Por favor, por favor, por favor, por favor! Vocês estão atrapalhando aqui! Por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Complementando aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Cristiano, só um minuto, por gentileza.

Sr. Presidente, estou pedindo para a Secretaria: acho que seria adequado trocar a máscara do depoente, pois acho que a máscara está cedendo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pode ser...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós já vamos providenciar. Eu já pedi para a Secretaria.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Desculpe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o problema não é seu, não. Fique à vontade, fique à vontade, fique tranquilo. É só para tomarmos uma... É até para sua própria proteção.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Muito obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De nada.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso complementar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, pois não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Então, de uma... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, complementando, a minha relação é praticamente... Atuei somente como vendedor e fiz essa aproximação. De forma equivocada, errônea – e não sei explicar exatamente o porquê –, foi dito que eu era o CEO aqui da empresa no Brasil, e nem existe essa posição na empresa no Brasil. Eu só realmente atuei como um representante de vendas, um vendedor ou algo que o valha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A Davati tem escritório no Brasil formalmente?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, Senador, ela não tem operação nenhuma no Brasil. Eu atuei somente como vendedor. Ela só tem operação fixa nos Estados Unidos da América, no Texas. E ela faz parte de um grupo... A Medical Supply faz parte de um grupo chamado Davati Group, que tem construção civil e atua em outras áreas nos Estados Unidos. Nem no Brasil nem na América Latina, ela tem qualquer tipo de escritório ou representação formal ou contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são suas responsabilidades, portanto, e atribuições junto à Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador Renan Calheiros, a minha... As atribuições seriam aproximação. Seria um mensageiro das informações que eu recebia nos Estados Unidos com os interessados aqui, no Brasil, e organizava esse tipo de informação e repassava às pessoas lá dos Estados Unidos com as quais eu estava em contato. Eu nunca enviei nenhuma proposta de preço, eu nunca enviei nenhuma proposta de compra e venda. Sempre foram todas enviadas através do escritório central da empresa nos Estados Unidos, através do seu Presidente, o Sr. Herman Cárdenas. Eu não tinha influência sobre preço e absolutamente nada. Eu só fazia realmente a relação comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, passando aqui as necessidades que haviam sido expostas pelos interlocutores locais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que governos ou entidades privadas a Davati manteve tratativas comerciais sobre vacinas no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, na verdade, tomou um pouco uma dimensão, vamos dizer assim, bem grande, porque, através do Reverendo Amilton, que fez um grande trabalho com a representação de vacinas aqui no Brasil, muitas Prefeituras do Brasil inteiro ou até Estados começaram a procurar a Davati a fim de resolver a questão da falta da vacina. Ele soltou algumas mensagens, logicamente com o nosso conhecimento, oferecendo o produto em âmbito nacional. Aí a gente tomou... A dimensão disso ficou um pouco incontrolável, nós ficamos até preocupados na época, para poder resguardar o que poderia ser feito, mas eu não sei dizer exatamente para o senhor essa dimensão. Se eu for dizer alguma coisa para o senhor nesse sentido, eu vou estar mentindo, mas o senhor pode pontuar uma situação ou outra que eu posso responder para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, V. Sa. não lembra com que governos e com quais entidades privadas manteve tratativas comerciais em função da venda de vacina no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro.

Diretamente, eu estive com, na maioria, consórcios, consórcios de Prefeituras. Que eu me lembre, vários consórcios pelo Brasil, diretamente uns quatro consórcios, e diretamente com o Governo de Minas Gerais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com o Governo de Minas Gerais.

E com o Governo Federal?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E com o Governo Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas negociações estavam todas, de alguma maneira, sob a sua supervisão, sob a supervisão de V. Sa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, eu era só um vendedor, Excelência. A supervisão ficava a cargo do Presidente da empresa, o Herman Cárdenas, que era realmente quem tinha as informações do fornecedor, as informações de preço e tal. Então, não havia uma supervisão local minha. Inclusive, ele participava por via de teleconferência, Zoom, ou o que equivalha, com todos esses interessados. Inclusive, ele participou com o Governo de Minas Gerais, participou em algumas outras situações, como a Cifarma, o que já veio a ser dito aqui na CPI. Então, a partir disso, todo o gerenciamento da operação era dele.

Além disso, a gente tinha um apoio nos Estados Unidos, que é o Sr. Guerra. Ele dava esse apoio tanto para ele como para nós aqui, como um interlocutor, um porta-voz ou algo que seja, pois eles têm uma amizade muito próxima nos Estados Unidos, de alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O Sr. Guerra... O senhor poderia especificar mais, por favor, Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Claro, Excelência.

É o Coronel Glaucio Octaviano Guerra, coronel reformado da Força Aérea Brasileira, que foi vítima inclusive de um desastre aéreo alguns anos atrás, onde a esposa veio a falecer. E reside nos Estados Unidos nos últimos anos, onde foi funcionário da Embaixada pela Força Aérea Brasileira nos Estados Unidos, acredito que em Washington.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Sa. podia só declinar qual era o contato com o Coronel Guerra?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O meu contado com ele é... Eu comecei a falar... Conheci o Coronel Guerra através de um amigo aqui do Brasil e um amigo nos Estados Unidos no ano de 2020. Ele estava intermediando algumas situações de outros produtos que não eram vacinas, nada disso, era a respeito de luvas, e me apresentaram ele. E eu criei uma relação um pouco mais próxima com ele e um pouco menos comercial. Por isso que eu, inclusive, entrei na relação das vacinas, porque eu desconhecia a Davati, nunca tinha ouvido falar. Eu não conhecia e não conheço pessoalmente o Sr. Herman Cárdenas, só por telefone, e ele que me apresentou à empresa e me deu referências a respeito do Sr. Herman Cárdenas, por ser um empresário de muito sucesso nos Estados Unidos que ele já conhecia há alguns anos. Essa é a minha relação com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Izabelle, peça, por favor, para colocar o vídeo nº 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que o senhor diz dessa declaração do Dominguetti com relação a responsabilidades e atribuições de V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Elas são... Poderia dizer, V. Exa., que elas são fantasiosas, que a própria empresa desmentiu isso em nota oficial. Como a gente pôde acompanhar nos últimos dias através da imprensa, existem algumas coisas fantasiosas aí, como foi o caso da própria Primeira-Dama, que teve seu nome envolvido. Então, acredito que se criou um folclore sobre as pessoas envolvidas, e ainda existe esse folclore do envolvimento, que um é CEO, outro é a Primeira-Dama, outro é o Presidente. Então, eu acredito que talvez ele não tenha feito por mal, mas ele não fez juízo próprio, e nunca me apresentei a ele como CEO da Davati. Ele sempre soube que eu era só mais um vendedor aqui, no Brasil, de outros que a Davati, inclusive, tem de forma oficial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quais governos subnacionais, estaduais a Davati assinou, precisamente, contrato para fornecimento de vacina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu não posso precisar para o senhor, mas, que eu tenha certeza absoluta, eu acredito que as únicas negociações que avançaram mais foram com o Governo Federal, aqui, o Ministério da Saúde, e com o Governo de Minas Gerais. Dos demais, eu não tive retorno ou conhecimento nos últimos tempos, mesmo porque já fazia... Até a denúncia do Sr. Dominguetti, fazia uns 40, 50 dias que eu não tinha mais contato com o Sr. Herman.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação com Luiz Paulo Dominguetti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu conheci o Sr. Dominguetti através de um colega em comum, que se chama Rafael Alves, que é um representante de vendas autônomo, no início de janeiro, primeira quinzena de janeiro aproximadamente. Ele tinha uma demanda de vacinas do Ministério da Saúde. Até então, eu não falei com ele; eu só vim a ter contato telefônico com ele no dia 10 de fevereiro. Até então, ele tratava com o Rafael Alves, e eu sempre fui incrédulo quanto à situação da venda, comercialização de vacinas, nunca dei muita atenção para isso. Comecei a dar um pouco de atenção quando começaram a chegar a mim contatos oficiais do Ministério da Saúde, *e-mails*, telefonemas. Aí que realmente eu comecei a dar uma atenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para precisar melhor, então, o senhor foi procurado pelo Dominguetti para aquisição de vacinas pelo Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor. Ele já tinha uma parceria com a Senah (Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários), e eles estavam buscando um fornecedor no exterior para poder sanar essa demanda que eles tinham entre eles. Precisamente como eles se conheceram, como um chegou ao outro, eu vou ser bem sincero para V. Exa.: eu não sei lhe dizer, mas eu sei que ele só entrou em contato comigo – está disponibilizado aqui, pelas informações que eu estou passando, a mídia – no dia 10 de fevereiro. Ele me passa uma mensagem se apresentando: "Oi, sou o Dominguetti". Até então eu desconhecia o Dominguetti, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Dez de fevereiro deste ano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso. Dez de fevereiro deste ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ele não era uma pessoa da sua confiança?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – V. Exa., eu não tenho nada que possa desaboná-lo, mas eu não tenho confiança pessoal, não faz parte do meu rol de amizades, nada. Ele me foi apresentado de uma forma que ele tinha essa demanda através do Governo Federal. Eu, até pouco tempo atrás, sequer sabia que ele era um militar da ativa. Eu não sabia, eu não tinha conhecimento disso. Fiquei sabendo pela mídia. Inclusive, V. Exa., todos aqui, até os meios de comunicação tiveram acesso a todas as mensagens. Eu me espantei quando um repórter me mandou a carteira funcional dele como cabo da PM, porque um repórter, não sei de qual forma, encontrou esse documento. Até mencionei: "Nossa, já acharam você". Aí ele falou: "Ah, isso era inevitável". Mas, até então, eu até desconhecia que ele estava na ativa, porque, na verdade, ele se empenhou muito na venda dessas vacinas, fez um trabalho muito grande com a Senah. Então, eu jamais poderia imaginar que ele poderia ter uma outra função como funcionário do Governo do Estado de Minas Gerais. Eu achei que ele já fosse aposentado ou coisa desse tipo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor nunca teve relação comercial ou outra qualquer com o Ministério da Saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... até esse momento? Nunca teve?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, eu nunca estive no Ministério da Saúde na minha vida. Eu estive no dia 12 de março, a pedido da Senah e do Dominguetti, que insistiram muito para eu visitar, inclusive. Até então, eu nunca tinha fornecido nada para o Ministério da Saúde, não tinha intermediado nenhum tipo de relação, venda ou qualquer coisa que o valha. Fui receoso, inclusive, porque nunca quis ter esse envolvimento com o Governo Federal e tal, por poder gerar problemas, em especial, no enfrentamento de uma pandemia, mas a insistência e os traços de veracidade que chegavam a mim eram indiscutíveis de que realmente havia uma demanda, uma precisão e uma proposta do Governo Federal brasileiro, através de várias pessoas com quem o Dominguetti e o Reverendo Amilton conversaram dentro do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – No dia 12 de março, o senhor esteve com quem no Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – No dia 12 de março...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Que isso!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso responder ao senhor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode. Claro!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No dia 12 de março, eu estive no Ministério da Saúde com... Me levaram ao Ministério da Saúde: o Reverendo Amilton, o Dominguetti, o Coronel Helcio Bruno, do Instituto Força Brasil; lá nós estivemos com, dentro do ministério já, nas dependências do ministério, o Coronel Boechat, Coronel Pires e com o Coronel e Secretário Elcio Franco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com o Coronel Boechat, Coronel Pires...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E Coronel Elcio Franco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E Coronel Elcio Franco. E os outros: Coronel Helcio Bruno também?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso. O Coronel Helcio Bruno pediu para eu advogar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Cristiano, Elcio Franco também?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Elcio Franco. Coronel Elcio Franco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Elcio Franco.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Secretário do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era só para confirmar, porque ele parece demais nesta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoente traz, Presidente Randolfe, do ponto de vista da investigação, uma informação absolutamente nova: a de que ele não teria relações com o Ministério da Saúde, e quem o levou para tratar da venda de vacinas da Davati foram exatamente o Dominguetti, o Coronel Helcio Bruno e o Reverendo Amilton.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – É o Helcio Bruno, do Força Brasil. É isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso! Instituto Força Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Instituto Força Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Helcio... O senhor sabe o que é esse instituto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu posso traçar só a minha vinda aqui, para os senhores entenderem melhor.

Eu cheguei aqui em Brasília meio contrariado, no dia 12 de março, como vocês podem ver nas mensagens ao Dominguetti. E eu conheci... Eu o conheci no aeroporto. Eu não o conhecia pessoalmente. De lá, nós tivemos... O advogado do Instituto Força Brasil foi nos buscar no aeroporto com alguns funcionários da Senah, da Secretaria de Assuntos Humanitários, e nos levou à sede do Instituto Força Brasil. Eu não sei dizer exatamente onde é, porque eu não conheço muito bem Brasília, mas é perto ali do Setor Hoteleiro. Nós subimos às dependências do Instituto Força Brasil. Lá já se encontravam o Reverendo Amilton e algumas outras pessoas de que eu não me recordo, mas que não estavam ali para nenhum tipo de tratativa com o Governo Federal. E lá ele se apresentou como um coronel da Reserva do Exército, que era uma pessoa muito referendada, e é mesmo, no Exército – as pessoas têm um respeito muito grande por ele – e que a agenda daquele dia tinha sido feita através dele a pedido do Reverendo Amilton. Ficamos lá em torno de 30 minutos, para ele explicar quem realmente ele era.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ficaram onde? Onde foi essa reunião?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Senador, foi na sede do Instituto Força Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na sede do instituto. Onde é? Qual é o...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não me recordo do endereço, Excelência, porque...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Mas o que é o Instituto Força Brasil? Eu não estou entendendo que instituto é esse.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – É uma ONG, Excelência, que teria, vamos dizer assim...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Qual é o papel dessa ONG?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Quem me pergunta? Desculpa!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Eduardo está perguntando qual é o papel.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Qual é o papel dessa ONG?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na negociação?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Hã?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não! Qual é o papel da ONG funcionalmente, da entidade?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O que é que ela faz?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Funcionalmente! O que é que ela faz?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Qual a atividade da ONG?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Qual a atividade?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é o... O que se pretende com o Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Foi-me dito que ela fazia trabalhos humanitários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, trabalhos humanitários!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Humanitários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um novo coronel. É reformado ele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele é um pouco mais velho que os demais. Acredito que seja de uma turma bem anterior. Ele é...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Qual é o nome desse coronel?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Helcio Bruno.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Helcio Bruno. É Helcio com H.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Helcio com H?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Helcio com H.

Desde quando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, desculpa! Chega-nos a informação – acho que é importante esta CPI verificar – de que este Instituto Força Brasil também já estava sob checagem, sob análise na CPMI da Fake News e no inquérito sobre *fake news*. Então acho que é um elemento a mais para ser apreciado pela CPI.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o Helcio Bruno foi colega de turma do Elcio Franco?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Helcio Bruno, o coronel...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Coronel Helcio Bruno e o Coronel Elcio Franco fizeram academia juntos, são colegas, são contemporâneos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São colegas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estamos entendendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – É Força Brasil ou Movimento Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Instituto...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Instituto Força Brasil.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... Força Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Instituto Força Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Estamos entendendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde quando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tudo junto e misturado, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Desde quando o Dominguetti passou, então, a atuar em favor dos interesses da Davati? Qual foi o exato momento?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Olha, Excelência, a partir do dia 18 a 20 de janeiro de 2021.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Dominguetti fechou algum contrato com a Davati diretamente?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não que eu tenha conhecimento, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tinha algum contrato exatamente com governos ou entidades?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, que eu saiba...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele chegou a fechar?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu saiba, não, Excelência. Todos os contatos dele – eu acredito –, na sua grande maioria, foram propiciados através do Senador... do Reverendo Amilton.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós sabemos que V. Sa. não estava lá, mas o Sr. Dominguetti informou a V. Sa. sobre o encontro que teria tido com o ex-Diretor Roberto Ferreira Dias...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no dia 25 de fevereiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, aquelas informações que vieram a público aqui do áudio que ele recebeu, que ele enviou ao Rafael Alves me foi disponibilizado também na mesma data.

Eu sabia que ele iria se encontrar com os integrantes do Ministério da Saúde, mas eu não sabia exatamente quem eram as pessoas com que ele ia se encontrar.

Ele sempre falou muito do nome do Dias, eu não posso negar, mas eu não estive não estive no jantar, no *happy hour*, o que o valha. Depois do jantar, eu recebi um telefonema do Rafael Alves também, que é quem se comunicava mais com ele, me informando que havia concluído com sucesso lá o jantar, que tinha sido muito bom.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou perguntar agora.

Quando V. Sa. foi informado por Dominguetti – obviamente, porque V. Sa. não estava presente no encontro – sobre o pedido de propina feito por funcionários do Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, a informação que veio a mim – vale ressaltar isso – não foi o nome propina, tá? Ele usou comissionamento. Ele se referiu a esse comissionamento sendo do grupo do Tenente-Coronel Blanco e da pessoa que o tinha apresentado ao Blanco, que é de nome Odilon.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Então, o pedido de comissionamento, na expressão...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sua, foi pedido por Roberto Ferreira Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não. Ele não citou o nome...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nome de quem teria partido?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Ele falou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do encontro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... grupo do Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Grupo do Blanco.

Estava presente o José Ricardo Santana. O senhor já ouviu falar dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Então, esse personagem pra mim é novo, eu fiquei sabendo aqui pela CPI. Eu num tinha conhecimento dele, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O primeiro pedido de propina relatado a V. Sa., V. Sa. não sabe detalhar se foi por alguém – não é? –, mas pelo grupo que estava na reunião?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não sei precisar se, neste exato momento, o servidor Roberto Dias estava na mesa, mas aparentemente foi tratado na reunião, no jantar, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi tratado no jantar.

Quem é Rafael Alves, da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Rafael Alves não é da Davati. Ele é um representante de vendas autônomo, que vende vários produtos, e ele me apresentou o Sr. Dominguetti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, pra colocar o vídeo dois, Izabelle.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o primeiro contato direto de V. Sa. com Roberto Ferreira Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, vou até pegar aqui para demonstrar, para ficar bem claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Só para reforçar, Excelência, o valor US$1 nunca me foi mencionado, tá? Porque também é uma coisa tão absurda que ele nunca chegou a me dizer isso; só falou que havia sido pedido um comissionamento, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Roberto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Sr. Dominguetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. Dominguetti.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Sr. Roberto Ferreira Dias entra em contato comigo no dia 4 de fevereiro, dizendo aqui: "Bom dia. Roberto...". É... Um segundinho só. Está de trás para frente aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É do Roberto Dias, isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – "Quando puder, me retorne. Sou Roberto Ferreira Dias, do Ministério da Saúde".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Está faltando uma página aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Arranje mais um café, por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O primeiro contato foi no dia 3 de fevereiro.

Eu gostaria de ressaltar, Excelência, que eu, através do meu advogado, disponibilizei uma perícia no meu celular, e já foram entregues à Comissão todas essas mensagens peritadas, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, com os dias, detalhes...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Com os dias, com o Roberto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... conteúdo das conversas...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Áudio, vídeo, os conteúdos das mensagens.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Sr. Cristiano. Melhor prevenir do que remediar. Muitíssimo obrigado. Fez muito bem.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. A minha intenção é deixar bem claro, a ideia é transparência, porque na verdade eu fui alçado a um posto que eu não tinha e em uma situação bem complicada em que me encontro aqui e perante a sociedade. E, como vocês vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

verificar nas mensagens e nas informações, eu nunca entrei em contato com o Ministério da Saúde; o Ministério da Saúde é que me procurou através do Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente. V. Sa. falou com Roberto Ferreira Dias após o episódio do comissionamento?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu falei... Eu... Desculpe, a pergunta... Qual é a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Após o episódio do comissionamento, do pedido do comissionamento, V. Sa. falou com Roberto Ferreira Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, senhor. Quem passou a tratar e entrar em contato comigo foi o Coronel da reserva Blanco, o Tenente-Coronel Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Blanco passou a falar...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Ele entrou em contato comigo, se apresentando como sendo de Brasília. Não citou ser funcionário público, nada desse tipo, não é? Ele só mencionou ser de Brasília e que ele queria fazer uma conferência de ligação do... Com o Blanco.

Eu gostaria aqui só de ressaltar para os Srs. Senadores e para o Presidente da Casa a primeira mensagem do Sr. Roberto Ferreira Dias comigo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele se apresentando como Roberto Ferreira Dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Leia aí. Leia aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso. Isso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – "Boa noite, Cristiano" – eu até achei estranho, porque eram 19h10. "Roberto Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde". Aí, às 19h40... Eu não retornei. Na verdade, eu vou ser bem sincero com os senhores: eu estava absolutamente incrédulo que era um funcionário do Ministério da Saúde que estava entrando em contato comigo às 19h, porque não fazia muito sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Cristiano, pode só repetir que dia foi?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, foi... Deixa eu só voltar aqui. Foi no dia 3 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Três de fevereiro?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Três de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Recupera, pode começar, porque está muito interessante. Está muito interessante.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Aí entra em contato comigo a... Eu não recordo...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Três de março ou 3 de fevereiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Três de fevereiro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Fevereiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Repita aí, por favor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A mensagem.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Desculpe.

"Boa noite, Cristiano", às 19h10. "Roberto Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde".

Ligação de voz perdida, 19h40.

Novamente: "Boa noite, Cristiano" – 19h41. "Aguardo o seu contato".

19h53, outra ligação perdida. "Quando puder, me ligue".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era o oposto do que a Pfizer estava fazendo com o Governo. (*Risos.*)

O Governo, através do Roberto Ferreira Dias, estava fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era o inverso da Pfizer!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente! Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era o inverso da Pfizer!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, Sr. Relator, deixa eu só... Esse Helcio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era o inverso da Pfizer!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Pense numa coisa bonita! Quê que é isso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu recebi aqui de uma internauta que me passa alguns tuítes do Helcio Bruno de Almeida: "Não há dúvidas que o sistema está operando em todas as etapas. Ou a segurança nacional intervém nisso por meio do poder garantidor da democracia ou a tecnocracia, associada ao globalismo, irá dominar totalmente a política". Agora, veja o outro. Assim vai o nosso Coronel, nosso Coronel que é coordenador do instituto Movimento Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Força Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Força Brasil.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Presidente, Excelência. Ele é Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Cristiano.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele é Presidente do Força Brasil. Ele está falando inclusive de outras coisas aqui. Eu vou passar os tuítes para vocês. Ele é colega do Elcio Franco e é da milícia digital do Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para completar a informação, Senador Rogério e Sr. Relator, o *site* do Força Brasil foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

retirado do ar ontem. Eu acho que era na expectativa do depoimento de hoje. Souberam quem era no depoimento de hoje e aí retiraram do ar de imediato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, tiraram ontem. Acabamos de receber a informação. Tiraram ontem do ar. Marcamos o Sr. Cristiano, que está trazendo informações esclarecedoras para esta CPI, e aí tiraram do ar ontem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Em que momento, Sr. Cristiano, V. Sa. atendeu o Roberto Ferreira Dias, depois dessas insistentes mensagens?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, eu retornei a ligação para ele por volta das 21h do mesmo dia, porque eu estava com meu filho, e eu não queria privar meu filho daquele momento, porque a gente estava jantando juntos. Eu retornei para ele por volta das 21h, e ele conversou rapidamente comigo, se apresentou, que ele fazia a contratação das despensas internacionais de vacinas, e tal. Eu fui até checar isso na internet, porque eu realmente estava achando que era *fake news*, ou coisa que o valha, e cheguei a verificar que realmente ele era o Diretor de Logística. Era o Diretor de Logística e inclusive tinha sido indicado para a Anvisa. Então, realmente verifiquei que era um funcionário público no exercício da função.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha sido indicado...?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Para a Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para a Anvisa, antes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Anvisa. Para a Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A última mensagem dele foi a que horas, Sr. Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Às 19h53.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E aí, depois disso, é que você retornou...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, eu retornei para ele.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Relator, V. Exa. me permite? É porque eu acho que a gente precisa começar do começo com o Sr. Cristiano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Cristiano.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Cristiano...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro, à vontade, Excelência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... o senhor poderia nos informar quais são as suas atividades empresariais? Qual é a sua renda? Qual é a sua movimentação? E de que forma a sua relação contratual se dá com a Davati? Eu explico isso porque V. Sa. está trazendo fatos a esta Comissão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Importantes.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... importantes, mas nós precisamos conhecer e desmistificar...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – ... para que fique muito clara a posição de V. Sa. Porque, veja, V. Sa. recebeu ajuda emergencial do Governo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu vou contar a minha história para o senhor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, conte a sua história, porque nós precisamos entender. Aqui nas informações consta que o senhor recebeu benefícios entre abril e dezembro de 2020, no valor de R$4,2 mil. Ora, quem está nessa situação como pode estar negociando com o Governo brasileiro um contrato de R$1,6 bilhão?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – R$6 bilhões.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Aliás, R$6 bilhões – US$ 1,6 bilhão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, não. US$6 bilhões – R$30 bilhões.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – US$6 bilhões – R$30 bilhões!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O mais grave de tudo isso, Senador Eduardo Braga, é que ele está comprovando a negociação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perfeito! Por isso é que nós precisamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é o mais grave – o mais grave.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nós precisamos tipificar: que tipo de negociador é ele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – ... que tipo de negociação é essa. Portanto, é uma oportunidade para que V. Sa. possa nos informar – como está trazendo outras informações – exatamente como é a sua atividade comercial, empresarial...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ...e qual a sua relação contratual com a Davati.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, primeiramente a minha... O meu intuito de vir aqui esclarecer os fatos era no âmbito exatamente da negociação, mas eu vou responder ao senhor...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Da negociação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Da negociação com o Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Da negociação – a negociação estava em curso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Sim, sim.

Estou dando... Estou trazendo todos os fatos que eu tenho, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... eu vou responder ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu tenho experiência em vendas aproximadamente há mais de 20 anos, 25 anos. Nos últimos anos aí, em especial no ano da pandemia, eu praticamente... A gente teve bastante queda de rendimentos porque eu, atuando de pessoa jurídica, não é?... E aí uma colega minha de dia a dia entrou no *site* e me inscreveu no programa de rendimento porque ela viu que eu estava passando, vamos dizer assim, dificuldade para pagar as contas naquele momento. E aí eu passei a receber, e depois até entrei em contato com... Para fazer a devolução dos valores, e não consegui. Mas, desde então, já mandei até um *e-mail* na época – acho que era para a ouvidoria do Ministério da Fazenda, ou uma coisa assim – pedindo para onde eu deveria fazer o estorno.

A minha relação... Eu atuo como consultor e, no caso da Davati, eu atuei como vendedor. Tá?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – O senhor tem um contrato com a Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, não. V. Exa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É uma relação oral, de boca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu tenho uma carta de representação que não tem valor legal nenhum aqui no Brasil, mesmo porque ela está em inglês.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas na carta afirma que você é representante?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, em inglês? Rá-rá-rá. Em inglês, você faz uma tradução juramentada.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim, sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor tem um advogado ao seu lado, o senhor pode se orientar até sobre isso. Agora, é importante registrar aqui, Senador Renan, que nós estamos diante de um vendedor de produtos da saúde, produtos esses que tiveram recorde de consumo no ano de 2020 e no ano de 2021, que foi o setor da economia que mais prosperou e que, infelizmente, o depoente esteve de tal forma fragilizado nas suas finanças que recorreu à ajuda emergencial e não tem uma relação contratual com a Davati para tratar um contrato com o Governo brasileiro de R$30 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, o mais importante, eminente Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tem que fazer uma ressalva aí.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Tem que fazer uma ressalva.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A ressalva que eu quero fazer, Senador Braga, é que ele tem uma... Como ele acabou de citar, a documentação é clara, ele é representante oficial da Davati.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim; sim.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu queria fazer um...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele não é só um vendedor, como ele está dizendo..

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou passar a Presidência ao Presidente, que está vindo ali...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele vinha comandado e orientado pela Davati para fazer a negociação com o Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu posso fazer uma ressalva...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quer dizer, a Davati tem responsabilidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e que é importante, eminente Senador Eduardo Braga, é que ele foi procurado pelo Roberto Dias.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E insistentemente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o grave, é o grave.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E isso é muito grave.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É, isso é grave.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se, nessas condições, ele é procurado insistentemente, imagine o que o Ministério da Saúde fazia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, vamos deixar o Relator terminar para nós seguirmos na sequência, porque hoje é quinta-feira, por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu posso terminar, Senador?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Cada um fala no seu horário, por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu tenho uma carta de representação que, teoricamente, não é um contrato, respondendo à pergunta do senhor tá. Eu não tenho um contrato de remuneração ou algo que o valha, eu tenho poderes limitados para representar a empresa no Brasil e, eventualmente, trazer negócios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que, aliás, é uma condição que nós verificamos ontem aqui. A depoente de ontem, a Emanuela, ela não tinha contrato com a Precisa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, ela é empregada da Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ela é empregada. Inclusive, ela é contratada como PJ. Eu tenho, inclusive, as notas fiscais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nota fiscal; ela não tem contrato. Ela disse aqui que não tinha contrato, ela era remunerada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, ela não tinha carteira assinada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E também não tinha carteira assinada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ela não tinha carteira assinada, mas ela é uma pessoa jurídica e tem uma relação contratual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para se ter uma ideia da característica das pessoas que o governo priorizava na negociação da vacina.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pronto, esse é o ponto a que queremos chegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-me prosseguir só um pouco aqui...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, eu poderia terminar aqui a explanação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – V. Exa. me permite, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Dada a insistência das pessoas em me procurar, eu vi como uma oportunidade, Senador, de realmente prestar um bom trabalho, ser remunerado por isso, e fiz da melhor maneira que eu podia, tá? Eu gostaria só de deixar claro que foi uma oportunidade a questão das vacinas. Eu não queria realmente participar disso, mas, pela forma insistente com que eu fui contactado tanto pelo do Dominguetti quanto por alguns representantes aí do ministério, dando fulcro de credibilidade a isso, eu embarquei nesta jornada aí para tentar inclusive resolver o problema que, no Brasil, a gente tinha naquele momento.

Complementando, não sei se o senhor me dá mais um segundo para poder falar, Excelência. (*Pausa.*)

Excelência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Aqui eu vou disponibilizar aos senhores, como eu já disponibilizei de forma pericial, a minha comunicação com o Coronel Helcio Bruno.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O senhor conheceu o Dominguetti através do Rafael, não é isso? No dia 10?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E foi procurado, antes, pelo Sr. Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contato entre o senhor com o Rafael e o Dominguetti foi uma orientação do Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não sei precisar para o senhor. Eu sei que o Roberto Dias me disse que o Dominguetti havia passado o meu contato a ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa informação também é muito importante.

O senhor falou com Roberto Dias... Qual foi o teor da sua conversa com Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Olha, Excelência, foi puramente de comércio exterior. Ele queria algumas informações de como a vacina poderia chegar no Brasil, como poderia ser carregado, se seria entregue, se seria necessário disponibilizar um avião da Força Aérea Brasileira. Foi estritamente nesse sentido.

Ele perguntou de preço, eu respondi, como está nas mensagens, mas em momento algum ele cita qualquer tipo de favorecimento ou propina, que seja, comissão, nada disso. Ele foi... Comigo, insistiu bastante, mas eu respondi para ele e ele sempre foi profissional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Comigo ele sempre tratou profissionalmente, ele nunca falou de propina, nada disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu sei, mas ele... O conteúdo que eu quero saber... Eu sei que ele tratou da questão do comissionamento, como o Dominguetti chamou a propina, com o Dominguetti, na presença dos coronéis e do José Ricardo Santana. Eu quero saber exatamente o seguinte: qual foi o conteúdo da conversa com Roberto Ferreira Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Perfeitamente, Excelência.

Ele se apresentou, falou que ele estava buscando vacinas para o Governo Federal, que o Governo Federal não estava encontrando essas vacinas através dos fabricantes, e ele queria saber como era feita essa aquisição, como era pago. Aí eu expliquei para ele que era pago só quando chegasse ao Brasil, passei todas as seguranças que ele me pediu e perguntou. Mas, basicamente, foi isso, eu tive poucas conversas com ele, como vocês podem ver aí nas mensagens que eu estou disponibilizando, de conteúdo público, para a CPI, para a imprensa, para quem quer que seja.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que dia V. Sa. esteve em Brasília para tratar de vacinas para o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu estive em Brasília no dia 12 de março. Cheguei por volta das 7 horas da manhã ao aeroporto de Brasília.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Consta que a Davati enviou *e-mail* para o Ministério da Saúde para informar – nós temos esses *e-mails* aqui – sobre a possibilidade de fornecimento de doses de vacina da AstraZeneca. Em função disso, eu quero fazer algumas perguntas.

V. Sa. participou do envio desse *e-mail*?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência, os *e-mails* foram todos enviados através do Sr. Herman Cárdenas, que é o presidente da Davati.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Davati, nos Estados Unidos, para o Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os *e-mails*... Há pouco, um deles foi referido pela Senadora Eliziane.

V. Sa. solicitou que o nome de Dominguetti fosse incluído nessa proposta?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foi feita essa solicitação através do próprio Dominguetti, porque ele queria que... Se eu não me engano – posso não estar me recordando exatamente –, segundo ele – não posso afirmar isso –, o Roberto Dias havia solicitado para que o nome dele constasse junto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez algum contato informal com funcionários do Ministério da Saúde antes do envio desse *e-mail?* É muito importante isso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência, que eu tenha conhecimento que tenha sido... Que fosse algum funcionário do Ministério da Saúde... Eu nunca falei com ninguém na minha vida do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E alguém falou com o Donizete para acertar privadamente alguma questão referente à proposta, já que o Donizete foi referido na mensagem...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e indicado como um dos representantes para aquela específica negociação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu não sei precisar como o Dominguetti chegou no Roberto Dias. Eu acredito que seja sobre aquele personagem que surgiu na CPI, que é o Odilon, que ele mencionou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Quem é esse Odilon? Conhece?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu não conheço, mas uma vez ele me ligou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Uma vez ele entrou em contato comigo. Eu até relatei isso ao Dominguetti, perguntando, inclusive, de comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, de comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Perguntando de quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – De comissão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Comissão, falando sobre o comissionamento, como falou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O "pixuleco".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Propina.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, se eventualmente surgisse uma venda, quanto ele receberia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, desculpe, Sr. Cristiano. Ele perguntou sobre comissão?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Esse Odilon, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, é um...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mesmo assim. Mesmo assim.

E ele participou das negociações?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu saiba, Excelência... Eu acredito – acho que foi isso, inclusive, que o Dominguetti falou na oitiva dele aqui – que ele foi apresentado ao Roberto Dias através do Sr. Odilon.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entendi, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ponha o próximo vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quais foram as demais condições da proposta, como preço, forma de pagamento, prazo de entrega? V. Sa. poderia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Claro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... apresentar este documento à Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Já está protocolado, mas eu vou apresentar novamente, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Aqui, nós temos um *e-mail* do Herman Cárdenas ao Coronel e Secretário...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olhem, isso é muito importante, Randolfe, Eduardo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa informação é muito importante, pessoal. É uma informação da proposta, detalhadamente, que foi mandada pelo Herman Cárdenas ao Ministério da Saúde – já entregue pelo depoente à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senhores, posterior à nossa vinda aqui em Brasília, na segunda-feira, 15 de março de 2021, o Sr. Herman Cárdenas envia uma nova proposta ao Secretário Elcio Franco. Se os senhores quiserem, eu posso ler a carta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO –

"Sr. Elcio Franco, anexo a esse *e-mail,* modelo de LOI (Carta de Intenção) que a Davati Medical Supply (DMS) necessita do Governo brasileiro, representado pelo Ministério da Saúde, para iniciarmos o processo de aquisição direta por meio do proprietário ou titular oficial da locação de vacinas junto ao fabricante [aí já era Johnson & Johnson] inicialmente apresentado ao Ministério da Saúde, a FCO (*Full Corporate Offer*) da vacina AstraZeneca. Contudo, após o aumento demasiado do preço pelo fabricante, de 3,50 para 17,50, e que, tecnicamente, por exigir duas doses de injeções por cidadão, a DMS está apresentando as vacinas da J&J [Johnson & Johnson] como uma solução mais econômica e com menor prazo de entrega para o Governo brasileiro.

A opção pela vacina da Johnson & Johnson fundamenta-se tecnicamente na exigência de apenas uma dose por cidadão, a ser adquirida por um preço mais viável economicamente, garantido ao Brasil, dentro da alocação prevista de 100 milhões de unidades de vacinas disponíveis. Por questões humanitárias, a Davati Medical Supply irá negociar a venda e entrega de 4 milhões para índios americanos nativos do Canadá, que estão morrendo de Covid em uma porcentagem maior da população, restando ainda 96 milhões disponíveis para o Governo brasileiro, a serem entregues na próxima semana.

De modo que, com a finalidade de garantir essas 96 milhões de vacinas para o Brasil, a DMS [que é a Davati] precisa obrigatoriamente da carta de intenção de compra, a LOI, do Governo, de acordo com o modelo anexo. A LOI deve estar em papel timbrado do Governo, representado pelo Ministério da Saúde, com assinatura e carimbo oficial. Após o recebimento dessa LOI, dentro de 24 a 48 horas, serão também recebidos documentos oficiais da Johnson & Johnson, referentes à alocação em tela, para verificação e diligências quanto à autenticidade e validade junto à Johnson & Johnson, inerente ao relatório da empresa SGS, empresa mundial em inspeção e verificação, teste e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

certificação, que passará a participar do processo de entregas desta inspeção final do produto nas instalações da fabricante Johnson & Johnson.

Esses documentos também incluirão o contrato de compra e venda SPA (*Standard Purchase Agreement)* e o cronograma de entrega. Assim que o SPA for executado, o Governo deve transferir fundos referentes às primeiras 96 milhões de doses para a conta de custódia. Essa conta de garantia será estabelecida no J. P. Morgan, uma das instituições mais sólidas do mundo.

Por fim, após o recebimento da documentação oriunda da Johnson & Johnson, ainda nesta semana, precisamos conversar sobre os detalhes de como o Ministério da Saúde planeja lidar com o armazenamento refrigerado e logística dessas vacinas.

Sinta-se à vontade para entrar em contato comigo se tiver alguma dúvida.

Sinceramente, Herman Cárdenas."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, isso aqui foi no dia 15, e ele já estava praticamente exonerado, porque o Pazuello já estava pedindo para sair. Então, ele não teve resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Isso foi no dia 15 de?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – No dia 15 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De março, exatamente. O Pazuello saiu no dia 23.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O Roberto Dias permaneceu.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, mas isso aqui não teve cópia para o Roberto Dias, foi diretamente para o Secretário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Elcio Franco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É com o Elcio Franco.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – É, com o Elcio Franco, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia disponibilizar – é muito importante – a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os números dos telefones pelos quais o Sr. Roberto Ferreira Dias mandou mensagem ou telefonou para V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só detalhar nas mensagens ou no telefonema.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, nós já entregamos uma perícia técnica do meu celular com todos os dados armazenados e os contatos ao Secretário aqui da Comissão, tá? Mas, respondendo a sua pergunta: posso também disponibilizar para o Secretário, via WhatsApp, todos os contatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, se puder fazer isso, seria muito importante agora.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Perfeito. Eu acredito que os telefones não sejam funcionais porque eles estão ativos, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é muito importante, sejam quais forem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Só um detalhe, Sr. Relator, se o senhor me permite?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – É importante esse dado aí que foi lido pelo Sr. Cristiano.

O senhor falou aí nessa correspondência...

Aqui, Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Ah! Desculpa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor falou aí do Canadá.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é isso? Do caso...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, na verdade, eu estou lendo uma carta do Herman Cárdenas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, o interessante, que eu quero passar também à Comissão aqui... Essa matéria é curiosa, né? Quando o senhor estava lendo aqui, coincidentemente, eu estava vendo que um caso de fraude...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Boa pergunta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... lá no Canadá, também foi identificado exatamente da mesma forma.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Olha que interessante!

Inclusive, a polícia do Canadá... Eu até sugeri à Comissão aqui, Senador Presidente Omar Aziz, que a gente puxasse dados do FBI deles. Aliás, esse foi um assunto trazido pelo Senador Eduardo Braga também, porque os personagens... Só muda o país! Houve uma tentativa de fraude lá, Senador Fernando Bezerra, que está sendo investigada exatamente da mesma forma.

Inclusive, esse dono da empresa Davati, Senador Renan Calheiros, que está aqui, o Herman Cárdenas... Não é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A emissora aqui mostrou que conversou com o dono da Davati, que confirmou se comunicar com Liddy, que é uma pessoa lá exatamente do Governo canadense, exatamente sobre a obtenção de vacinas. Mostrou-se lá que tudo isso era uma peça de ficção...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, tudo bem, mas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Lá, no Canadá!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas o Governo do Canadá pediu propina também? Essa é que é a diferença dos fatos.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, eu posso complementar a sua indagação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O inusitado nisso é que, em meio a tudo isso, essa negociação superficial, o Governo pediu propina! Nós estamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou pedindo o número – e ele ficou de nos informar – do telefone pelo qual o Sr. Roberto Ferreira Dias fez contatos e ligou para ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, ao que me consta, o Governo do Canadá não só não pediu propina como não insistiu na propina!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E processou! E processou!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós estamos com um caso aqui de insistência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso foi denunciado, foi processado!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de insistência da propina!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O depoente está querendo complementar a pergunta que eu fiz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Governo processou!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se puder...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor! Por favor, o número do telefone...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, complementando a sua informação... Inclusive, foi um questionamento do, se não me engano, Coronel Boechat, na época em que nós estivemos no ministério. Essa notícia já estava no Google. Segundo informações do Herman Cárdenas, que ele prestou até à imprensa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Boechat? De quem se trata?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele me foi apresentado dentro do Ministério da Saúde como responsável por finanças ou algo que o valha... Tinha um gabinete lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia também a participação desse Sr. Coronel Boechat no ministério?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, aparentemente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um outro coronel.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, ele fez uma pesquisa. Aí eu levei ao conhecimento do Coronel Guerra, nos Estados Unidos, e ao Herman, que nos disseram, que me disseram, que disseram ao Coronel Guerra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até já falou sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... que as informações para esses índios do Canadá já tinham sido fornecidas à Polícia Montada Canadense e ao Departamento de Homeland Security dos Estados Unidos, que é o departamento de fronteiras, que é o mesmo que vai eventualmente estar prestando os esclarecimentos, se V. Exa. ou a Comissão achar que deve, sobre as ofertas para o Governo brasileiro. É o departamento que responde por isso, seria um FBI para identificar esse tipo de situação nos Estados Unidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Cristiano, Sr. Relator, se o senhor me permite, temos uma informação que proceda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – O Coronel da Reserva do Exército Brasileiro Cleverson Boechat Tinoco Ponciano está em Brasília exercendo o cargo de Coordenador-Geral de Planejamento do Ministério da Saúde, conforme portaria, nomeado pelo gabinete do Ministro. Pela portaria aqui, ele é Coordenador-Geral de Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a patente dele, qual é a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é Coronel da Reserva do Exército Brasileiro, Coronel da Reserva do Exército Brasileiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan, só para complementar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – ... aquele seu raciocínio que V. Exa. colocou ainda há pouco, de que mesmo tendo conhecimento...

O mais grave é que esse Coronel Boechat, tendo conhecimento do caso do Canadá, deixou rolar!

E tem outra questão. Em entrevista à televisão americana, esse Sr. Herman disse o seguinte, Senador Omar: "Não somos distribuidores da AstraZeneca". É impressionante!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, se o Governo brasileiro, se o Ministério da Saúde tinha conhecimento disso, também tinha conhecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... de que a Davati não é representante da AstraZeneca.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É importante destacar...

Eu peço a atenção do Senador Renan Calheiros.

Eu quero aqui também manifestar o meu desconforto com os diálogos que foram mantidos entre os representantes da Davati e servidores públicos ou ex-servidores públicos, numa narrativa em que a gente constata a falta de credenciamento, de capacidade técnica, de habilidade técnica para que essa empresa Davati ou seus eventuais representantes pudessem tratar com o Governo brasileiro para uma eventual aquisição ou compra de vacinas. Eu estou realmente, digamos assim, constrangido com os diálogos que estão sendo aqui mostrados, mas é importante também, Sr. Relator, deixar claro que, apesar de todas essas contradições ou equívocos, ou falhas, ou transgressões que possam ter sido praticados por eventuais colaboradores ou servidores, essas negociações não foram à frente, não se comprou uma dose de vacina da Davati...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não precisariam ir à frente para caracterizar corrupção.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Até porque não tinha vacina para vender.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Calma!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não precisaria! Elas caracterizam, por si só, corrupção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Art. 317 do Código Penal.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelências...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator, mas não queira generalizar, como V. Exa. coloca, que atos praticados por um ou outro servidor possam ser transferidos à responsabilidade do Governo como um todo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era só o Sr. Elcio Franco. Fernando, era só o Elcio Franco, o Secretário-Executivo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É importante que haja cautela, porque esta é uma Comissão de investigação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou dizendo isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para que não se generalizem as informações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dizendo isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos aqui ouvindo. Acho que a CPI está procurando a verdade, está querendo investigar, está querendo trazer todos que possam colaborar, mas eu aqui repito o que tenho feito em muitas sessões: nós não podemos prejulgar e não podemos generalizar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vamos fazer isso jamais...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu posso fazer um complemento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O Senador Fernando Bezerra tem razão. Nós não podemos generalizar, mas o senhor poderia me informar, Senador Fernando Bezerra, o que o Coronel Elcio Franco ainda está lá, ao lado da sala do Presidente, fazendo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continua no Palácio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Explica aí, porque...V. Exa. se sente constrangido. Nós nos sentimos constrangidos também. Agora, o senhor me desculpe, mas o Coronel Elcio Franco ainda está dentro do gabinete do Presidente, com o Pazuello...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E mais grave: falando pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falando pelo Governo e mentindo, mentindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Respondeu aos irmãos Miranda pelo Governo, falando pelo Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, quando esteve nesta Comissão, foi entusiasticamente defendido pela bancada do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, o que está acontecendo agora... Aqui não vamos discutir se tinha vacina, se não tinha vacina, se tinha propina ou se não tinha propina. Nós estamos discutindo algo muito mais grave: é que o Secretário Executivo, que, através de uma portaria que ele mesmo fez ou exigiu que o Pazuello fizesse... Ele era o único responsável pela tratativa sobre vacina. É essa a questão, Senador Eduardo Girão. Que a Davati não tenha uma vacina para vender nós já sabemos, correto? Agora o que nos espanta e, aí, o que constrange o Governo... E o Líder do Governo tem razão, nós não podemos generalizar, mas também nós não podemos fazer de conta que não está acontecendo nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Elcio Franco ainda está no gabinete do Presidente. Ele não está mais no ministério, não. Ele está lá, dentro do gabinete do Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu, sinceramente – sinceramente –, acho que você, como Líder... E aí, Jorginho, eu sei que você apoia, respeito. O Senador Eduardo Girão tem mantido uma independência, ele não tem falado, mas eu sugiro, para o bem do País, que um cidadão como o Coronel Elcio Franco não pode estar na antessala do Presidente mais – não pode, não pode. Você não pode passar a mão em cima de uma pessoa que brincou com a vida das pessoas negociando vacina fantasma. Vacina fantasma, e ainda com um indício muito forte de que houve pedido de benefícios.

Então, eu acho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas essas reuniões que ele fala, que teve com a presença do Coronel Elcio Franco, o Coronel Elcio Franco pediu que ele apresentasse a representação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o Coronel Elcio Franco, esse mesmo Coronel...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu só estou querendo, de novo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – De novo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... esse mesmo coronel se negou a falar com a Pfizer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse mesmo Governo não quis comprar a vacina a US$10 da Pfizer, mas quis comprar a Covaxin a 15. É essa a questão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Omar... Não, Senador Omar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cancelou a negociação do Butantan. Ele próprio cancelou a negociação do Butantan.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Omar, Senador Renan... Não vamos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos seguir. Vamos seguir!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na hora em que a gente propõe esclarecer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sputnik também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... V. Exas. Entram com outra narrativa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos ouvir o depoente e o Relator

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A narrativa da Pfizer...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele tem muito... Eu acho que ele tem muito mais coisa pra dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu fiz uma pergunta ao Relator...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho que ele tem muito mais coisa pra dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta ao depoente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, nós vamos seguir o depoimento para ver o que esse depoente tem pra revelar para a CPI, ou vai ficar nesse bate-boca?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, ele já revelou. Ele revelou o diálogo com o Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele está revelando muita coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou vendo que as narrativas aqui continuam acaloradas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele está fazendo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na falta de conteúdo, de provas, aí Relator e membros fazem esse carnaval. "Bora"!.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, assegure a minha palavra.

Ele está... O depoente – e é bom que se diga, e queria fazer como Relator esse registro – está fazendo um dos mais importantes depoimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito importante. Muito importante. Muito importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele mostrou um diálogo de WhatsApp.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, *hashtag* que isso é muito importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não me interrompa, rapaz! Não me interrompa, rapaz!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Bora"! "Bora" seguir! Quem interrompeu foi V. Exa., fazendo esse espetáculo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Nós não estamos aqui... Nós não estamos aqui investigando a relação da AstraZeneca com a Davati. Eu queria enfatizar, mas, por curiosidade, por dever funcional, como Relator da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Parlamentar de Inquérito, como esses milhões de doses de vacina estariam disponíveis, considerando o quadro mundial de escassez das vacinas? É evidente que isso não tem nada a ver com o objeto da investigação. Nós não estamos aqui para investigar, repito, a relação da Davati com a AstraZeneca, mas qual era o argumento para a disponibilização, Sr. Cristiano, dessas milhões de doses de vacina da AstraZeneca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, eu vou ser bem sincero e transparente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... com todos os Senadores aqui. Eu acredito que nós... Eu estou neste, vamos dizer assim, turbilhão por causa de colocações malfeitas aí pelo Dominguetti à Comissão faz 15 dias. E, há 15 dias, a própria Davati não consegue ou não quer dar essas explicações. Eu tenho pedido insistentemente ao Presidente da Davati, à assessoria de imprensa e aos seus advogados que produzam essa explicação. Até, como brasileiro, todos nós gostaríamos de saber e, até o momento, eu não recebi essa informação, mas eu acredito que, por todos os poderes aqui concedidos a esta CPI, a CPI tem todos os meios e recursos nacionais e internacionais para conseguir ter essas informações de uma forma mais fidedigna.

Qualquer coisa que eu for falar, em nome da Davati e de seus fornecedores, eu vou estar faltando com a verdade com os senhores aqui, porque eu não tenho acesso à essa informação. Essa informação o Sr. Herman Cárdenas nunca passou a mim e ao Coronel da reserva Glaucio Guerra. Nós sempre confiamos na palavra dele. E, os documentos que ele enviou ao Governo brasileiro, que são essas FCOs aí, ou FCOs – como vocês quiserem dizer – são crime de perjúrio nos Estados Unidos. Isso é um crime federal nos Estados Unidos se ele não tivesse acesso ou o que valha ao produto. Isso que me deu um conforto, a mim e ao Coronel Guerra, que é uma pessoa muito séria nos Estados Unidos, sobre a negociação.

Então, eu peço que o dever funcional dos Senadores seja um pouco mais extenso e peça a quem realmente tem que dar essa informação que a produza, porque eu não sei. Qualquer coisa que eu vá dizer para os senhores aqui eu vou estar faltando com a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que pessoas do Ministério da Saúde exatamente V. Sa. conversou, negociou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, inicialmente, eu troquei *e-mails* aqui com o Sr. Lauricio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inicialmente trocou *e-mails* com o Sr. Lauricio.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. O Diretor de Imunização do ministério.

E ele foi em algumas... Ele marcou uma reunião, inclusive com a presença aqui do Reverendo Amilton, uma reunião oficial, com o logo do Ministério da Saúde aqui, para todos que quiserem ver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Reverendo Amilton não era do ministério, não é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele era só representante de algumas pessoas do ministério.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente.

Aqui tem o documento. Posso passar para o Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência... Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Conversava em nome de servidores públicos do ministério e levava para os contatos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Intermediário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O Rafael Alves a que o senhor se referiu é do Rio de Janeiro, Sr. Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não. Não, senhor. Se eu não me engano, é de Santo André.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – O senhor pode ler esses nomes aí para mim? Porque eu não estou conseguindo ver.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Claro, claro.

Em reunião com o Lauricio, após a reunião no dia 22/02...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Lauricio é... Só para ver os cargos...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Se eu não me engano, é ex-Diretor de Imunização do Ministério da Saúde do Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ex-Diretor de Imunização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Que dia a reunião?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Senador, foi no dia 22/02/2021, às 16h.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O Lauricio era da reserva também, militar da reserva?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu não tenho esse conhecimento. Eu acredito que não. Acho que ele é um técnico, Excelência, até pelo cargo que ele ocupa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Diretor de quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De Imunização.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O Guerra a que ele está se referindo é o adido militar na Embaixada de Washington?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. O Guerra já referido aqui fartamente é o adido militar da Embaixada de Washington.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Esse, esse, esse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Guerra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É assessor do adido militar na Embaixada de Washington?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Coronel Guerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Só uma outra pergunta, para poder deixar claro. Ele que mencionou o nome do Coronel Boechat, que é Coordenador de Planejamento do Ministério da Saúde, não é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso, eu estive...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Portanto, nós estamos falando aí do Coronel Guerra, do Coronel Boechat, do Coronel Elcio Franco, do Coronel Helcio Bruno, que é da reserva, ou seja, nós temos uma associação de vários coronéis do Exército...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... em torno desta operação tabajara.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso fazer só um esclarecimento, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode. Claro!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Coronel Guerra não é do Exército, ele é da FAB (Força Aérea Brasileira).

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, é da FAB.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E ele está nos Estados Unidos há muitos anos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O Guerra?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso. O Guerra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Guerra.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inclusive, ele não conhece essas pessoas do Exército. Elas foram apresentadas a ele no transcorrer da negociação. Parece que tem um *apartheid* entre a FAB e o Exército.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas se conheceram?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Acabaram se conhecendo por conta da negociação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Respondendo aqui à pergunta do Senador Randolfe, foi no dia 22, às 16h, na Secretaria de Vigilância da Saúde. Aí tem vários aqui. É o Amilton Gomes de Paula, não é? Acredito que o Sr. Lauricio também assinou aqui. Hardaleson Araújo... E as outras pessoas, eu não consigo dizer.

Eu só quero deixar claro a vocês que... "Ah, mas, Cristiano..."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – "Mas, Cristiano, por que é que você realmente acreditou nessas pessoas?" Peço desculpas, mas qualquer Senador, qualquer um de vocês, Senadores, teria acreditado em documentos oficiais do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro. Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Entendeu? Então, eu peço até perdão aos senhores por ter trocado mensagens com essas pessoas, porque eu não tinha certeza do que estava acontecendo e, aparentemente, estava tudo correto. Inclusive, o próprio...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que não estava correto era vocês não terem a vacina.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não! Sim, sim, concordo com o senhor. Inclusive, o Reverendo Amilton... O Reverendo Amilton também não tinha ciência de nenhum tipo de propina, nada disso. Então, nós seguimos todos os passos que foram colocados pelo Ministério da Saúde. Foi cadastrada a proposta no *site* do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas o Reverendo tinha conhecimento do pedido de propina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, não tinha, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tinha?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não tinha. Não tinha. Não tinha.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Qual era o papel do Reverendo nisso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, vou ser bem sincero e transparente novamente: ele foi apresentado pelo Dominguetti. No primeiro momento, eu fiquei totalmente incrédulo, porque o posto de Reverendo, vamos dizer assim, não é uma coisa muito comum. E aí eu fui...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não é tão comum assim também, não, ué!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não é muito comum, não é? Então... Não é muito comum.

Eu fui atrás das informações, mas sempre pareceu uma pessoa de Deus, um fiel de Deus que estava querendo de uma certa forma, levar a imunização à população brasileira.

A próxima pergunta que o senhor vai fazer é: ele ia ganhar alguma remuneração? Nunca negociou comigo, nunca tratou isso comigo, mas tenho certeza de que alguma coisa ele deve ter tratado com o Dominguetti.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Então, me diga uma coisa, Sr. Cristiano...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O Reverendo... A associação dele era uma espécie de facilitadora, de intermediadora?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu não sei exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria lhe perguntar uma coisa: é o Reverendo que leva o Dominguetti até os altos escalões do Ministério da Saúde para conversar com esses personagens?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, ele já falou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. Posso responder, Excelência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, por favor!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Depois eu quero agregar outra coisa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito até, pelo pouco que conheço do Dominguetti... Ele é uma pessoa do bem, ele é uma pessoa muito simples. Se vocês viram aqui, ele não sabe nem falar o nome CEO, /c/ /i/ /ou/; ele fala "céu". Então, eu acredito que só pode ter sido através do Reverendo Amilton. Eu não consigo acreditar que um cabo da PM de Minas Gerais, buscando ganhar algum dinheiro para a sobrevivência da sua família, vamos dizer assim, tenha chegado a tão altos escalões da República.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O depoente está dizendo que o Reverendo Amilton era o intermediário dessa questão junto ao ministério.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas foi isso que ele já colocou!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro! Inclusive, ele deu algumas declarações já dizendo que foi ele que abriu as portas do ministério para a Davati e tal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente!

Agora, outra pergunta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, é só para dizer aqui... Não somente aqui, mas em outras matérias, o Reverendo, ao ser entrevistado pela CNN, disse que foi usado e receberia apenas doações caso a venda ocorresse. Então, nós temos pedido de propina, pedido de comissionamento e pedido de doações também.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso complementar, Excelência?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No caso das doações, eu não sei como isso ocorreria, porque até veio a público recentemente – acho que através do Jornal Nacional, se não me engano – que a empresa do Reverendo é uma empresa privada; não é uma ONG, nada disso.

Então, não sei como se dariam essas doações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – A informação que nós temos é que ele tem contas no exterior. Será que isso foi feito exatamente pra recebimento dessas doações? O senhor sabe ou não?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não sei te dizer, não sei de onde partiu essa informação. Eu vi no Jornal Nacional e me surpreendi inclusive, mas não tenho essa informação pra passar para o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Mas, quanto às doações, eu não consigo... Pelo pouco que eu conheço Herman Cárdenas, ele fazer algum tipo de doação pra uma entidade evangélica ou qualquer coisa que o valha no Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Cristiano, o senhor falou de um nome aí: Randerson ou Anderson?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Olha, Hardaleson?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hardaleson Araújo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é o quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Está dizendo aqui: instituição, setor, compra, compra...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Compra. Ele é do Ministério da Saúde também?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não sei te dizer. Eu não estava nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hardaleson Araújo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Hardaleson Araújo de Oliveira. Não sei dizer ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Aí tem uma pessoa do SUS aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eliel Jô de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode falar ao microfone, Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah, me desculpa. Desculpa, Senador. Me perdoa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nada, fique à vontade.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não estou acostumado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eliel Jô de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eliel...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eliel...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eliel...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... Jô de Barros, SUS/MS.

O *e-mail* dele é: eliel.barros@saude.gov.br.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele estava representando o...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele estava na reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu pediria para alguém oferecer adicionalmente essa máscara ao depoente. Sua máscara está caindo.

Voltando às perguntas.

Então, por quantos *e-mails* V. Sa. foi responsável?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, *e-mail* de proposta não houve nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas nas conversas, e tratativas, e negociações?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A única pessoa com que eu troquei *e-mails* foi com o Lauricio, que pediu uma carta, um ofício, na verdade. Ele solicitou um ofício pra que a Senah, vamos dizer assim, intermediasse a relação com o Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desculpe, Relator, mas essa informação é importante. Ele está dizendo que o Sr. Lauricio, que é o Diretor de Vigilância...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, isso, isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – ... Epidemiológica no ministério, pediu que ele mandasse uma carta dizendo que a Senah seria intermediadora da venda dessas vacinas.

Foi isso que V. Sa. disse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... ou eu estou enganado?

Sr. Cristiano, foi isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, não, está correto, Excelência, foi me pedido isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... por ele e pelo Reverendo Amilton.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado.

Eu queria saber o seguinte: qual é sua relação com outras empresas aqui no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa Latan.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Desculpa. Eu vou disponibilizar aqui até os *e-mails*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... com o Departamento de Logística, que estão sendo enviados para os senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor representa outras empresas no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não represento, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E com relação especificamente a essa empresa Latan?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. Essa empresa Latin é de um conhecido...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Latin?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A Latin Air Support é de um conhecido nosso nos Estados Unidos e eu não tenho relação alguma nem nunca tive com ela.

Eu posso ler a carta da secretaria aqui aos senhores, inclusive falando de outras negociações, mas não sei se é o caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Leia só o que for importante para esta investigação.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu gostaria só de deixar claro, Excelência, que, além das negociações com o Ministério da Saúde, o próprio Reverendo trouxe junto à Davati, até como talvez uma forma de impressionar ou coisa que o valha, outras negociações, inclusive uma da Arábia Saudita.

Então, gostaria de deixar claro com vocês que, além de tratarmos com o Ministério da Saúde, o Reverendo Amilton trouxe algumas outras negociações, que foram – para deixar claro e transparente, porque vocês vão ter acesso ao meu celular – Arábia Saudita, Paraguai. Inclusive do Paraguai nós temos aqui um documento oficial do Paraguai...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Paraguai?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – E o que é que diz esse documento do Paraguai? Diga aí, por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Só deixa eu achá-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Volto a dizer para os senhores: era tudo muito oficial. Não dá nem para falar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. E o que diz?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO –

> Prezado senhor, tenho o prazer de dirigir-me a V. Sa. por causa de uma referência à proposta de venda de vacina a Covid-19, firmas Johnson&Johnson, AstraZeneca e outras realizadas pelo grupo Davati por intermédio do Sr. Hélio Fiuza [que eu desconheço. Eu pesquisei na internet, é um advogado evangélico do Rio de Janeiro.].
>
> A esse respeito, solicito que você envie mais detalhes sobre a oferta o mais breve possível, para que possamos apresentar a referida oferta às autoridades paraguaias. Como você já deve saber, o assunto das vacinas é atualmente um assunto muito delicado, e existem grupos sem escrúpulos, que estão oferecendo vacinas falsas. Por isso, devemos ser extremamente cuidadosos em relação a esse assunto. Aproveito também para informar que o Governo paraguaio liberou a compra das vacinas ao setor privado, departamentos de governos municipais, desde que as vacinas em questão venham de fonte confiável.
>
> Por esses motivos, solicito informações detalhadas sobre histórico de vendas de vacinas realizadas pela empresa para outros países, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. Da mesma forma, solicito informações detalhadas sobre as etapas a serem seguidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Aproveito a oportunidade para expressar a V. Sa. as garantias de minha distinta consideração.
Cônsul-Geral do Paraguai, Hernando Arteta Melgarejo.
Ao Sr. Amilton...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Cônsul-Geral do Paraguai no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Cônsul-Geral do Paraguai no Brasil. Ao Sr. Amilton...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu gostaria de uma cópia dessa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Cristiano vai disponibilizar tudo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vai disponibilizar tudo? Está bom.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – "Ao Sr. Amilton Gomes de Paula, Presidente Mundial da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah). Brasil, Brasília".

Inclusive, o Herman Cárdenas participou de um *conference call*, eu acho, com o Reverendo e com o Cônsul Hernando Arteta, eventualmente. Só para deixar claro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso também é muito importante.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A carta se refere a Rio de Janeiro, 23 de março de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um detalhe: o Cônsul paraguaio informa, pelo que o senhor leu, que no Paraguai era possível a venda de vacinas para o setor privado, certo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, aqui pelo que ele está dizendo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Ele é Cônsul-Geral onde? De onde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Cônsul-Geral do Paraguai... Eu acredito que é no Rio de Janeiro, porque a carta é do Rio de Janeiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No Rio de Janeiro?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Como é o nome dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Hernando Arteta Melgarejo, Cônsul-Geral do Paraguai.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado. Eu queria saber também por que as tratativas iniciais e extraoficiais junto a Roberto Ferreira Dias foram feitas inicialmente em nome da Latin, e não pela Davati.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso eu até expliquei. Tentei concluir mas não consegui, Senador. Peço desculpas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Num primeiro momento, eu não queria me envolver nessa situação, e indiquei ao Reverendo, e ao Dominguetti, e ao Rafael que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

tratassem com a Latin, lá nos Estados Unidos, que eles tinham acesso aparentemente a alguns tipos de vacina. Só que parece que o negócio não havia evoluído entre o Roberto Ferreira Dias e o dono da Latin, que é o Sr. George Marques, que é um americano, e com isso eles voltaram a me procurar para que eu encontrasse uma empresa que prestasse mais rapidez nas negociações, porque havia uma urgência maior de compra por parte do Governo brasileiro. E aí é que eu fui conversar com o Sr. Guerra nos Estados Unidos, que me apresentou o Sr. Herman.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só para uma informação adicional...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Hardaleson Araújo de Oliveira, é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Hardaleson.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Hardaleson Araújo de Oliveira... É "Araújo de Oliveira"?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – "Araújo de Oliveira", é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Ele tem relação... É conhecido do Pastor – e missionário – da Senah, o Amilton, e ele esteve no Ministério da Saúde junto com o grupo naquela reunião de que a foto é conhecida.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah, então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é um dos personagens da reunião.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, então, eu acredito que era esse dia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pronto, é esse registro aí.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É este registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos, inclusive, fotos aí desse registro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, muito importante.

Por favor, a pergunta...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu posso ler uma outra carta agora a respeito do Emirados Árabes?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe-me só complementar: ele é Major (*Fora do microfone.*) da Força Aérea Brasileira, o Sr. Hardaleson Araújo de Oliveira – Major da Força Aérea.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não tinha... Obrigado, Senador, eu não tinha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Hardaleson é Major da Força Aérea...?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Força Aérea Brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Brasileira.

Da reserva?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela informação aqui, parece que... (*Fora do microfone.*) Bom, há de se confirmar, mas, pela informação aqui, parece-me que é da ativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos um aí dos Emirados Árabes também?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nós temos do Emirados Árabes também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos lá. Já vamos ao Paraguai e vamos ao Emirados Árabes também.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Do Presidente da Senah ao Sr. Herman Cárdenas:

> Oferta de vacinas para a Arábia Saudita.
> Brasília, 23 de março de 2020. [Está errado: 2020; é 2021]
> Ao cumprimentar V. Sa., passo a tratar o acerto do último contato realizado de solicitação vacinal por meio do Sr. Hassan, Presidente da Saudi Aramco, ao Sr. Dr. Amilton Gomes de Paula, Presidente da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah).
> Ratifico que a Davati Medical Supply foi indicada para fornecimento de vacinas destinadas a H1N1, AstraZeneca/Oxford e outros eventuais medicamentos aos países interessados.
> Um relevante pedido foi efetivado durante o Congresso Mundial da Arábia Saudita, ocorrido no Estado de São Paulo, no Brasil, em fevereiro do corrente ano. Para tanto, com vistas ao pronto atendimento à solicitação, a Senah encaminhou uma carta de apresentação da referida empresa Davati, adicionando uma proposta oficial (FCO) de fornecimento de produtos ao Ministério da Saúde da Arábia Saudita, cuja missiva fora endereçada ao Ministro do Estado da Saúde, Dr. Fawzan Al-Rabiah, conforme solicitado. Nesse ínterim, paralelamente, também requisito supramencionadas empresas similares de procedimento.
> Por fim, desde já, outrossim, agradecemos a presente oportunidade, e nos colocamos à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É assinada por quem?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Fawzan Al-Rabiah.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é o quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Segundo consta aqui, Ministro de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De onde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Da Arábia Saudita.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós tínhamos um internacional da fraude aqui, pelo visto. É internacional do estelionato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A resposta, por favor, Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Desculpe-me, Excelência. Qual a resposta que eu estou devendo ao senhor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei por que as tratativas iniciais com Roberto Ferreira Dias foram feitos pela Latin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Ah, eu respondi ao senhor, mas vou responder novamente, acho que não fui bem claro. Inicialmente, como eu não acreditava na veracidade da intenção do Governo brasileiro, eu não tinha dado muita atenção a isso, eu indiquei somente uma pessoa nos Estados Unidos para tratar disso com o Roberto Dias, e com o Rafael Alves, e com o Dominguetti...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... e, inclusive, com o Reverendo Amilton.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como ele tinha dificuldade de passar as informações, o Roberto Dias começou a pressionar, acredito eu, o Dominguetti, que começou a pressionar o Rafael Alves, pedindo uma empresa mais encorpada que pudesse fazer esse tipo de operação. Aí, eu procurei o Sr. Guerra, nos Estados Unidos, e ele me apresentou o Sr. Herman Cárdenas.

Peço desculpas se eu não tinha sido claro, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. demorou tanto para tornar pública a denúncia de propina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, na verdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... feita pelo Dominguetti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, a gente sempre tratou isso como comissionamento. Inclusive, nas mensagens aqui do Coronel Blanco, que eu posso disponibilizar aos senhores se vocês quiserem, se se interessarem por tê-las...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, nós queremos todas essas informações.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele trata da questão exatamente como um intermediador. Então, para nós, para mim, era uma...

Só, antes de eu completar, sobre o Blanco, Excelência, nós tínhamos aqui, olhe, carta de apoio inclusive do Grão-Mestre da Maçonaria de Goiás para a Senah...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – De vacinas também?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Apoiando a compra de vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apoiando a Senah na negociação.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, apoiando a Senah na negociação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eles queriam vender vacinas na lua.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E temos várias outras cartas aqui da Senah.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eles queriam vender vacinas na lua, e não venderam nada.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nem tinham vacina, nem venderam nada. É impressionante o testemunho que nós estamos tendo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só conseguiram não conversar com Elcio Franco, mas vamos lá.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu gostaria que V. Exa. não fizesse...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu gostaria que o...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... afirmações em relação ao Elcio Franco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é uma questão de afirmação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não sou eu, é o depoente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... o Elcio Franco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é uma questão de afirmação, Líder, não é uma questão de afirmação. Preste atenção: tem vários nomes do Governo que estão sendo apresentados aqui como pessoas que buscaram uma empresa numa verdadeira operação tabajara, e esse Governo caiu. Qual o interesse? Só pode ter sido a propina. Caiu, porque todos conversaram...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não caiu. Nenhuma vacina foi comprada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não foi comprada, mas foi negociada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nenhuma vacina foi comprada, e o Coronel Elcio Franco barrou a negociação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não se pode estar fazendo ilações em relação à atitude...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando, fique calmo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu estou calmo. Eu só estou querendo que me dê a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calma, não fique vermelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... de poder me expressar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique calmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que nós estamos fazendo é tomando o interrogatório de um depoente importante...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calma, calma. Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para esclarecimento de fato relevante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calma, vamos retomar o depoimento.

Sr. Cristiano, por gentileza, pode fazer a leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso complementar? Desculpem-me

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, fique à vontade.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Inclusive, todas as cartas que a Senah nos passou passaram muita credibilidade, porque ela diz que é parceira mundial da ONU, do Vaticano, do Governo, da missão internacional da paz dos Estados Unidos. Então, realmente, ela nos passou muita credibilidade nesse sentido por assinar com todas essas logomarcas aqui e tal. Então, nunca discutimos a idoneidade da Senah em momento algum.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Senah. Perfeito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Mas nós temos aqui vários outros pedidos de informações ao Sr. Herman Cárdenas. Inclusive, no *e-mail* que precede a minha vinda a Brasília, no dia 12, ele diz que a negociação vai ser concluída no dia 12, com a assinatura de contrato. Então, nós nos levamos a crer, e talvez tenhamos sido induzidos ao erro, tanto eu como a Davati, que existia realmente esse tipo de... Que estava nesse estágio a negociação, tá? Mas ele escreveu isso e despachou diretamente para o Herman Cárdenas, afirmando isso, inclusive agradecendo a oportunidade e tudo mais.

As outras cartas de apoio, nós recebemos cartas de apoio inclusive de Deputados, em nome da Senah e tal. Então, nós...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Tem alguns Deputados? Tem alguns nomes aí?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – V. Sa. tem os nomes desses Deputados?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – No momento, não, mas posso, em seguida... É porque tem muito documento. Daí, em seguida, eu mando para a CPI, não tem problema nenhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Mas não lembra o nome de nenhum Deputado?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, a gente quer saber os nomes de todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor não lembra os nomes dos Deputados?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Todos os Deputados, se o senhor puder mandar.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Um já está na mídia, inclusive, que deu uma declaração acho que para o Jornal Nacional de que ele dava carta de apoio para a Senah ou para qualquer outra instituição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual o nome dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não me recordo, Senador Randolfe. O senhor me desculpa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos esperar ele lembrar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – O senhor lembra deste nome: Ricardo Barros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Em algum momento, o senhor foi recomendado a procurar o Ricardo Barros ou alguém ligado ao Ricardo Barros?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, senhores. Eu fiquei sabendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Procurar. Procurar ou...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Peço desculpas pela ignorância, mas eu só vim a descobrir quem era o Ricardo Barros aqui através da CPI. Nunca me citaram o nome dele em nenhuma negociação destas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá. Agora, esses Deputados, se V. Sa. pudesse o quanto antes trazer os nomes à CPI...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, claro, claro! Vou levar tudo aos senhores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, só uma pergunta. Eu gostaria de fazer uma pergunta ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Quantas vezes o senhor esteve com o Coronel Elcio Franco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Uma única vez.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Uma única vez.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No gabinete do Coronel...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nessa oportunidade, o Coronel Elcio Franco fez alguma menção de vantagem, de propina, de comissão?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Absolutamente. Foi profissional. Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele não falou isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou fazendo uma pergunta, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está me interrompendo para fazer a pergunta, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas V. Exa. é tão obsequioso com seus outros companheiros. Sou seu companheiro da bancada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando interessa ao Relator, aí ele é gentil, podem intervir e tal... Mas, quando é alguém ligado ao Governo, é desse jeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Só para esclarecer. Só para esclarecer. (*Fora do microfone.*)

Nas conversas que o senhor teve com o Dominguetti, com os outros colaboradores da Davati, eles mencionaram algum tipo de atitude desabonadora em relação ao Coronel Elcio?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso já foi perguntado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou perguntando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já perguntei isso no início.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só estou querendo dizer... Porque o Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já descreveu aspectos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando, deixa eu informar V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... detalhados dessa negociação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Presidente Randolfe fez uma colocação crítica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que ele chamou de comissionamento. Ele já descreveu tudo isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... mas estou falando em relação ao Coronel Elcio Franco...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Comissionamento para servidor público não existe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estou falando em relação ao Coronel Elcio Franco, e que ele está aqui esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Fernando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Comissionamento para servidor público é propina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... V. Exa. está na sequência da inquirição. V. Exa. está inscrito. Na oportunidade de V. Exa., nós garantiremos o tempo que V. Exa. quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí, fala. Exatamente.

Presidente... Deixa seguir um pouco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não. Pois não, Sr. Relator. Vamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. teve algum desentendimento com funcionários, com servidores do Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Desculpa, Senador. Em questão... Com reuniões com servidores do Ministério da Saúde... Como eu disse, no dia 12 de março, eu estive no gabinete do Coronel Boechat, dentro do Ministério da Saúde – se eu não me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

engano é no segundo andar. Foi lá que ele nos recebeu. E o Coronel Pires e o Coronel Elcio Franco também nos receberam dentro do gabinete do Coronel Boechat. Dentro dessas tratativas e conversas dentro do Ministério da Saúde, não houve nada que desabonasse nenhum desses coronéis servidores públicos que estavam na reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque V. Sa., por isso pergunto, afirmou em mensagem a Luiz Paulo Dominguetti, aspas, que "só tem FDP nesse ministério" – da saúde –, após ele afirmar que a CPI chegaria às propostas que a Davati havia feito à pasta. A quem V. Sa. se referia especificamente? E o que essas pessoas fizeram para receberem essa caracterização de V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, na verdade, peço até desculpas pelo termo, mas eram mensagens, assim, que a gente trocava... Sobre isso, acho que até me excedi, mas, na verdade, ao que eu estava me referindo era... Como eu passei a negociar com o Sr. Blanco aqui, eu me referia aqui a esse tipo de negociação que tinha sido instaurada, que aparentemente o Roberto Dias havia indicado o Roberto Blanco para negociar comigo, porque ele falava em nome do Roberto Dias o tempo todo. Entendeu? Então, quando me referia ali, era a esta questão da interferência aqui do Blanco, de que não havia necessidade, então, por isso que eu me referia a isso.

Peço desculpas aí aos senhores por ter mencionado o servidor público desta forma, mas foi a sensação que eu tive por ter mais uma pessoa no negócio, e não havia necessidade. Ele já não era mais um servidor público desde janeiro, porém, a impressão que me deu é de que ele continuava assessorando o Roberto Dias. Foi essa a impressão que me passou.

É a única pessoa a quem eu tenho que me referir que me trouxe alguma coisa, vamos dizer assim... Vamos dizer assim: está estranho. Fora isso, não teve absolutamente mais nada.

Quanto aos outros servidores do Ministério da Saúde, eu não tenho nada para dizer que os desabone. Inclusive, o Roberto Dias era só através das denúncias do Dominguetti que eu pude constatar. Inclusive – os senhores tiveram acesso ao celular do Dominguetti –, antes da oitiva dele aqui aos senhores, eu ainda deixei claro por mensagem: "Você tem certeza do que está falando? Ocorreu esse jantar?" O senhor será acareado com o Roberto Dias". Ele me respondeu: "Estou tranquilo".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só para reafirmar, a Davati tinha algum contrato formal com a AstraZeneca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu não sei dizer ao senhor. Só o Sr. Herman Cárdenas pode informar. Até o momento, ele não disponibilizou essas informações. Eu acredito que parece que para a Controladoria-Geral da União ele já respondeu. Existe um processo já da Controladoria-Geral da União contra a Davati, inclusive, eu estou arrolado, acredito que como testemunha, e vou fazer a minha oitiva na próxima segunda-feira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é exatamente... Quem é a Davati? Qual é a sua estrutura de empresa?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Olha, na questão de construção civil, parece ser uma empresa grande o grupo Davati, ela constrói minicidades no Texas, e, com isso, parece que ela tem um poder econômico grande. Nos últimos anos, o Sr. Herman partiu para outras empreitadas e, com essa, fundou, dentro da própria Davati Group, a Davati Medical Supply. Com isso, ele começou a fazer a comercialização de insumos, em especial, na pandemia. E um pouco antes, ele já tinha feito esse contrato com um fabricante de medicamentos na Índia, que se chama Anzalp, que confirmou à Rede Globo, em rede nacional, que ele realmente é um distribuidor mundial de medicamentos da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que as vacinas contra a Covid não constam no rol de produtos comercializados pela Davati?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acredito que porque ela não pode revender o produto; o produto só pode ser fabricado pelo fabricante. Ela estaria atuando, vamos dizer assim, como intermediadora, tá?, uma intermediadora entre o suposto vendedor, que estaria com o lote das vacinas, e o Governo que quisesse comprar. Se ela mencionasse as vacinas, ela estaria cometendo um crime dentro dos Estados Unidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dominguetti reproduziu, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, um áudio editado para tentar implicar o Deputado Luis Miranda em uma suposta negociação de vacinas. Ele disse que recebeu esse áudio de V. Sa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, assim, teria sido induzido a erro por V. Sa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer algumas perguntas com relação a esse fato...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que foi colocado aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. Exa. enviou esse áudio a Dominguetti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, eu enviei... Eu recebi esse áudio – esse áudio não foi repassado a mim –, eu recebi esse áudio há muitos dias, que precederam a vinda dele aqui, nem se falava em vinda dele à CPI e nada. Eu repassei a ele com o intuito de mostrar como o Deputado Luis Miranda, com que eu tive contato aqui no dia 17 de setembro de 2020, de forma rápida, porque ele me pediu a apresentação de um representante de luvas para os Estados Unidos, porque ele tinha um cliente, e eu passei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, luvas cirúrgicas. E eu passei o contato para ele, em duas ou três mensagens que nós trocamos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem mandou esse áudio para o senhor?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Foi o Rafael Alves. Ele tratava com o Rafael Alves nesse áudio, não comigo, tá?

E eu passei com intuito só de demonstrar como o Deputado tratava as situações dele forte, porque, um pouco antes, ele havia me enviado uma mensagem dizendo que o Deputado estava na CPI fazendo uma denúncia... Eu falei: "Não, o Deputado realmente é muito enfático nas coisas que ele diz". O próprio áudio que foi repassado – e foi reproduzido aqui na CPI de forma equivocada, errônea e absurda até – mostra como ele é enfático nas coisas em que ele realmente acredita.

No áudio, é bem simples... Eu acredito que é até um pouco de ignorância, é um pouco de falta de conhecimento do Dominguetti. É só todos nós... Como o próprio Senador Renan, no primeiro momento, percebeu quando o áudio foi reproduzido, se falava de padarias, supermercados, então, não havia o mínimo sentido que aquilo fosse uma conotação de vacinas.

Inclusive, acho que, até pelo... O juízo do Dominguetti estava errado, porque aquela história do "meu irmão" lá, que ele fala com um dialeto carioca, não é? – "mermão" –, que: "Ah, é o irmão dele". Então, são coisas completamente fora de contexto que foram colocadas aqui na CPI e que me fizeram estar aqui hoje.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Rafael Alves é carioca então?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foi o autor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desculpa, não...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O Rafael Alves é carioca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, não. O Luis, Deputado. Na verdade, segundo ele me disse na época, ele é eleito pelo Rio de Janeiro... Ele é eleito por Brasília, mas ele é do Rio de Janeiro. Então, é essa informação que ele me passou.

Então, no áudio, quando ele diz: "Mermão, eu preciso do produto", ele não está falando sobre o irmão dele, o funcionário do Ministério da Saúde; ele está falando de uma forma coloquial "meu irmão", entendeu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Claro.

Quem é o autor da edição desse áudio, por favor?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Esse áudio nunca foi editado. Esse áudio está 100% fidedigno, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele foi passado pelo Rafael Alves?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Isso. Inclusive, ele está na nossa perícia, tá? Esse áudio não foi editado, ele está totalmente fidedigno.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por que o Dominguetti implicaria V. Sa. na tentativa de reproduzir esse áudio aqui na Comissão?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, eu estava assistindo à oitiva dele aqui e vou ser bem sincero para o senhor: quando ele estava aqui no meu lugar, quando ele puxou o celular, colocou o áudio e apontou o Deputado, eu juro que eu quase tive um infarto porque eu falei: "Não tem nada a ver". E, no mesmo momento – o senhor pode verificar até nas mensagens de WhatsApp que eu mandei para ele, de que toda a imprensa já tem ciência –, eu já o comunico, no mesmo segundo: "Esse áudio não se refere a vacinas, esse áudio se refere a luvas". Só que ele ficou até oito horas da noite aqui falando que o áudio era de vacinas. Então, eu acredito que ele fez o juízo errado, um pré-juízo, um prejulgamento do Deputado Luis Miranda, porque, em momento algum, eu pedi ou solicitei que ele reproduzisse aquilo na CPI, mas também tive informações da imprensa, que esmiuçou o caso, de que ele havia passado esse áudio para várias outras pessoas. Aí eu não sei se tinha alguma outra pessoa que o orientou a fazer isso, mas eu não o orientei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. atuou para orientar o depoimento de Dominguetti a esta CPI em algum aspecto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acredito que ele foi ingênuo no trato com a reprodução do áudio. Eu acho que ele nem sequer escutou o áudio até o fim para formar o juízo dele e o reproduzir aqui na CPI. Eu acredito que ele estava indo muito bem no depoimento dele. Logicamente, há os exageros sempre, como a gente já é acostumado com ele... Inclusive, como ele mencionou, recentemente – vazou na imprensa – da Michelle Bolsonaro, o que é um absurdo aquilo lá também. É tudo um pouco exagerado, como ele mencionou o meu cargo como CEO, mas eu acredito que aquilo lá ele não fez de má-fé. Tenho certeza absoluta disso. Pelo pouco que eu o conheço, não faz parte do caráter dele isso, é uma pessoa correta. Acho que ele realmente foi mal-orientado ou induzido por alguém que não fui eu. Em momento nenhum, eu pedi para ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

fazer aquilo e, inclusive, fiquei muito chateado pelo Deputado, por expor o Deputado naquela situação, que não tinha absolutamente nada a ver com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. o levou a dar entrevista a jornal?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, essa questão é uma outra questão que eu vou esclarecer para todos os senhores aqui.

O Ministério da Saúde, não sei exatamente através de quem, vazou documentos dessas propostas da Davati à *Folha de S.Paulo*. Eu fui localizado por uma repórter da *Folha de S.Paulo* que tinha essa proposta do Dominguetti e outros *e-mails* aí comigo copiado, e a minha carta de credenciamento para a Davati. Essa repórter teve acesso de forma inteira a esses documentos e começou a me procurar por celular, por redes sociais, e, a partir do momento em que eu a identifiquei como repórter, eu comuniquei ao Coronel Guerra, nos Estados Unidos, para ele avisar ao Sr. Herman, mas, como não havia nenhum tipo, vamos dizer assim, nenhum negócio foi concluído, não foi nada pago, não existe a propina, vamos dizer assim, não havia nenhum negócio com o Ministério da Saúde, nós não nos preocupamos. Então, eu conversei um pouco com ela, e ela falou que estava tentando falar com o Dominguetti e não estava conseguindo, e depois ela conseguiu falar com o Dominguetti, e o Domingueti me colocou em ligação com ela. "Cristiano, o Dominguetti está aqui na linha, mas ele não quer...".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, pode prosseguir. Pode prosseguir.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah! Está bom, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era água que ela estava pedindo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah! Está bom. Onde que eu parei mesmo?

No caso do áudio, eu acredito que ele fez... Da repórter da *Folha de S.Paulo*, ele me colocou em ligação com ela, e ela: "Ah! Cristiano, o Dominguetti me contou um caso aqui de corrupção dentro do Governo Federal, só que ele quer falar só em *off*". Aí eu deixei claro a ela que era um juízo dele se ele queria fazer a denúncia ou não, mas ficava a critério dele.

Inclusive, depois de várias trocas de mensagens extensas após a denúncia que ele realizou, eu tirei todas as dúvidas com ele: "Existiu esse jantar?", "Existiu", "Você tem certeza do que você está fazendo?", "Tenho", "Você que vão te acarear com o Tenente-Coronel Blanco, com o Roberto?", "Tenho, estou tranquilo com isso". Inclusive, antes de chegar à CPI, ele me manda uma foto: "Partiu CPI". Então, ele estava muito convicto do que ele estava fazendo. Ele não veio aqui por orientação de ninguém, ele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., então, pediu para o Dominguetti só focar no Herman Cárdenas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Direcionando a responsabilidade...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... do depoimento para o dono da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro. No caso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que foi isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na questão das vacinas, Excelência, porque como... Quem tem que dar esse tipo de satisfação, como estou dizendo aos senhores aí desde o começo da manhã... Eu não respondo legalmente. Então, se viesse ao caso – como os senhores estão perguntando e fazem muito bem – de onde vinha a vacina, como vinha a vacina, qual a quantidade, eu não teria como responder, caso ele fizesse esse tipo de envolvimento. Tinha que colocar o Sr. Herman, mas, infelizmente, ele, vamos dizer assim, se empolgou um pouco, falou várias vezes e não focou realmente nos casos, na questão da propina e tal... Foi levando para outras questões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. também alertou Dominguetti para que ele tivesse cuidado com a acareação com o Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, na verdade, porque eu não participei do jantar, não é, Excelência? Então, sempre foi uma... Tudo que eu estava dizendo ali... Não tinha certeza. Eu não podia confirmar que havia existido esse pedido de propina. Então, eu deixei claro a ele, até como colega, para ele tomar cuidado que... Vir a uma Comissão como a dos senhores aqui, com envolvimento de Polícia Federal, da Polícia Legislativa do Senado, etc., teria implicações. Então, para ele tomar muito cuidado, para ele ter certeza de que a denúncia que ele estava fazendo era fidedigna.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou encerrando.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador Renan, o senhor tem...? Ficou alguma dúvida sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Para mim, ficou.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente vai colocar a dúvida, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A dúvida é uma coisa de que eu me lembro agora.

Vamos falar sobre propina de vacina que não existia. Vamos falar sobre isso.

Você, quando recebeu a repórter, ligou para o Dominguetti e disse "Fala tudo", segundo o depoimento do Dominguetti aqui. Foi você que ligou para ele para você falar tudo para repórter da *Folha de S. Paulo*. Não é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Aconteceu o seguinte: ela já tinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu te perguntei uma coisa, me responda. É isso ou não é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, pelo que eu me recordo, ela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você se recorda bem, porque você ligou para o Dominguetti e disse para ele falar tudo para a *Folha de S.Paulo*.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, Excelência, se ele tivesse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, só um minutinho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou seja, ele sabia que tinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... uma oferta de propina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque negócio aí é o seguinte... Ao que eu quero chegar é que você está... Quando a gente fala sobre a propina: "Não, não sei, não sei". Você sabia de tudo o quê nesse momento? Porque a coisa mais importante daquilo ali foi o pedido de uma propina feito dentro de um restaurante de US$1 por vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele não estava no encontro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já falou detalhadamente sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas eu estou fazendo essa pergunta, estou detalhando mais.

Quando você ligou para o Dominguetti, você não tinha conhecimento? Dominguetti não falou para você que tinha recebido essa proposta?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência... Posso complementar já?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, pode.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inicialmente, durante as tratativas, simplesmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, isso não te incrimina.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não, não... Eu faço questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou falando, e você está falando de terceiros.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Faço questão de responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Faço questão de responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inicialmente, foi passado que era o grupo do Blanco. Com o passar do tempo, depois do fim das negociações, ele se mostrou com uma mágoa muito grande pelo Roberto Dias, tá? Sempre reclamava do Roberto Dias, da comissão e tal. Então, isso me levou a acreditar que realmente existiu o suposto jantar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas qual foi a sua situação em você pegar o telefone, ligar para o Dominguetti, mandar ele dar uma entrevista e dizer "fala tudo"?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu já estava sendo pressionado pela *Folha de S. Paulo*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, amigo. Conta essa lorota para outro; para mim não, amigo.

Vamos lá: "fala tudo" é fala tudo o quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sobre o suposto pedido de propina do Roberto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, V. Exa. tinha conhecimento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já disse que tinha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque está... Essa questão, Senador Renan, é para deixar muito claro que isso aqui é uma coisa que a gente quer levar a sério. A gente vê que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

essa Davati não é séria, que a tua empresa também não é séria e que essas negociações não foram sérias. O que nos espanta é o Governo sentar e discutir... Aí tu colocas, tem o Reverendo, tem coronel, tem tenente-coronel, tem não sei o quê, todos envolvidos em uma trama, e o povo brasileiro morrendo por falta de vacina.

O que eu quero saber é o seguinte: o senhor tinha conhecimento antes; qual foi o dia que o senhor teve conhecimento da propina de US$1?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, ele me falou uma vez que ele estava muito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não...

Espera aí, o cara sai de uma reunião, ele é seu empregado, seu funcionário, é um cara que dependia de você para ter uma renda extra, porque você era o patrão dele, correto? É ou não é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Até então não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Até então não?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele só veio a ser credenciado por nós em abril, mas eu tinha realmente essa responsabilidade com ele de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele disse que usava essas vendas para ter uma renda extra.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Disse aqui. Está certo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E está correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, ele tem uma reunião com uma equipe, um funcionário do alto escalão do Governo Federal num restaurante. Esse Roberto Dias, no dia seguinte, já recebe dentro do Ministério o Dominguetti. O Dominguetti sai de lá... É lógico que a primeira pessoa para ele entrar em contato é você, porque você era a pessoa que tinha o contrato da Davati. Quem tinha a responsabilidade sobre a Davati aqui, quem estava com uma procuração da Davati era você. É ou não é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. Porque o Dominguetti, até então, não tem absolutamente nenhuma procuração para tratar sobre Davati; quem tem procuração para tratar sobre Davati se chama Cristiano, correto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Perfeito, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Fernando Bezerra, para gente esclarecer...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É porque tem uma parte aí que é importante: não é nem procuração – só para corrigir –; é uma carta de representação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Sim, tudo bem, Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que nem tem validade jurídica, nada. Só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, uma série de coisas não têm validade nenhuma. Eu só estou querendo aqui saber o momento em que o Sr. Cristiano sabe da propina, porque ele está dizendo que o cara estava com raiva... Não, você soube muito antes disso, Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, a primeira vez que veio diretamente a mim sobre o caso, o nome do Roberto Dias envolvido nisso foi, acredito eu, no dia 12 de março, na minha vinda até aqui. Nós estávamos na Senah.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá! Agora... Agora... Agora... Peraí! Você vem aqui dia 12 de março, mas não é comunicado pelo seu funcionário que trabalhava contigo e não podia ter nem vínculo empregatício contigo, porque ele é PM, correto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não podia nem ter vínculo empregatício; ele é policial militar. Ele é cabo da Polícia Militar, uma pessoa com conhecimento seu, e usava isso, como ele disse aqui, para ter uma renda extra.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vem dia 2 de março.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Doze – doze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doze de março à Brasília, mas você não sabia dessa reunião que tinha havido entre Roberto Dias, Coronel Blanco e um outro cidadão, que nós já sabemos quem é.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Tinha, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então... E ele não tinha lhe relatado que foi pedido a ele US$1 de propina por cada vacina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O valor exatamente ele não tinha mencionado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ele falou que... Ele já falou aqui, na Comissão, Presidente – só para ajudar aí nesse interrogatório –, que, no dia da reunião sobre o comissionamento, ele falou de comissionamento, ele teria sido informado pelo Dominguetti. Não foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ele disse foi o seguinte: que o Dominguetti falou isso para ele porque estava com raiva, porque não sei o quê.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tá. Então, eu estou equivocado. Eu estou entendendo errado.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Em momento nenhum... Posso complementar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque V. Exa. disse que ele estava chateado.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o que ele estava chateado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas disse "por ocasião da entrevista".

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Da entrevista, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei sobre isso na entrevista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, ele estava... Ele sempre se mostrou muito chateado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Você tinha conhecimento do pedido de propina?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha. Já tinha, e já tinha falado aqui.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu posso até ir um pouco mais para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No dia 12 de março, quando eu estive com o Coronel Elcio Franco, eu ainda mencionei que nós estávamos em tratativas com o Roberto Dias, e ele desconhecia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Elcio desconhecia que você estava conversando com o Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, há tanto tempo, inclusive, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há tanto tempo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inclusive eu falei até desde de janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é importante. Prossiga nessa informação.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Inclusive o Coronel Boechat e o Coronel Pires estavam no mesmo ambiente, ali, e um olhou para o outro... Tipo, os três ficaram com cara de paisagem. Tipo assim: "Não estamos sabendo o que está acontecendo aqui, dentro do ministério".

Então, não avancei em relatar mais alguma coisa que eu desconfiasse, porque eu não estava no jantar, porque eu não tinha nenhum tipo de provas, mas já dei a entender que nós estávamos... Dei a entender, não; fui bem claro, inclusive. Nós estávamos... Mostrei, inclusive, a proposta, que nós estávamos fazendo tratativas com o Roberto Dias, sobre vacina, e nenhum dos três, que talvez acho que seriam a maior, a mais alta cúpula lá, do ministério, tirando o Ministro General Pazuello, tinha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou só, para encerrar aqui a minha participação... Eu vou perguntar rapidamente sobre algumas pessoas, algumas delas já tratadas no seu próprio depoimento, mas só para garantir a ênfase que o depoimento requer.

Como o Sr. Guilherme Filho Odilon colaborou com as negociações da Davati com as pessoas do ministério?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acredito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se puder sintetizar...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... só para não tomar muito tempo dos companheiros.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que essa tenha sido a principal pessoa interlocutora entre a Senah, o próprio Dominguetti e o Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi a principal pessoa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... entre a Senah, Dominguetti e Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Isso eu tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem alguma outra informação? Ele fez algum contato? Há o número de telefone dele...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que possa facilitar a sua localização?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso pesquisar aqui. Faz muito tempo, mas eu posso pesquisar.

Mas eu tenho certeza de que no celular Dominguetti tem o contato dele. Isso aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Celular do Dominguetti tem o contato...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O contato dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por favor, de Odilon – Guilherme Filho Odilon.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A última coisa que eu tenho para comentar sobre isso, se o senhor me permite, Excelência, foi no dia 12... No dia 13, na verdade, eu fiquei em Brasília, por conta de que eu havia sido...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rapidamente, porque nós...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É só para exemplificar, porque o senhor me fez a pergunta do Odilon. Ele me ligou no dia 13 me perguntando se eu tinha estado no ministério falando com o Elcio Franco e, aparentemente, ele não sabia, tá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Então, é a única outra complementação que eu tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí você disse para ele que tinha estado com o Elcio Franco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que tinha estado com Elcio Franco e qualquer outro tipo de informação, que ele pegasse com o Dominguetti, porque eu nunca...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente, qual é a relação da Davati com o Reverendo Amilton Gomes de Paula?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nós demos um ofício para ele representar a empresa perante o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também recebeu ofício para representar a empresa perante o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Em especial, naquela negociação que estava ocorrendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em especial, na negociação.

E foi ele que levou o Dominguetti ao ministério?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E marcou o encontro do restaurante?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não posso afirmar, mas acredito eu que sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredita que sim.

Ele seria remunerado?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Reverendo Amilton?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Senador fez a pergunta agora há pouco, eu respondi a ele. Vou afirmar: ele diz em entrevistas que ele receberia uma doação, mas a empresa dele é uma empresa privada, então, tenho a absoluta certeza de que ele teria algum tipo de acordo com o Dominguetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação de V. Sa. e da Davati com o Coronel Marcelo Blanco Costa?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Absolutamente nenhuma. Ele me procurou, no dia 1º de março, se apresentando: "Cristiano, aqui é o Blanco. Falo de Brasília. Gostaria de entrar em um *call* com você e com Roberto Dias".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Coronel Blanco foi envolvido nos negócios da Davati junto ao ministério?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, ele se apresentou a mim como... Ele tinha sido recentemente exonerado do Ministério da Saúde, aberto uma empresa de representação de insumos hospitalares e estaria fazendo negócios ou intermediações com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Davati prestou alguma retribuição pela intermediação do Coronel Blanco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. A Davati...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou prestaria? Qual era a participação dele no comissionamento a que V. Sa. se referiu aqui?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não foi acertado nenhum tipo de comissionamento pela Davati. Só por telefone, ele me perguntou quanto seria o comissionamento total da Davati numa negociação desta por vacina. E eu respondo a ele por mensagem de texto: "A comissão é US$0,20 no total". E ele me responde: "Estou indo falar com o Roberto Dias".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Blanco. Coronel Blanco.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Coronel Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era, no seu entendimento, o nível de influência do Coronel Blanco no Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, depois que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele era influente? Ele realmente tinha acesso? Ele facilitava as conversas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é que ele dizia nas mensagens que lhe chama a atenção?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Parecia ser muito próximo do Roberto Dias. Eu acredito que até um assessor oficioso, vamos dizer assim. Acho que ele continuava exercendo a mesma função que ele tinha quando ele era funcionário do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O Marcelo Blanco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – O Marcelo Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perante que pessoas do Governo Federal o Coronel Blanco promoveu interesses nessa negociação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Única e exclusivamente com o Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Única e exclusivamente com o Roberto Dias.

Qual é a relação de V. Sa. com o Coronel Helcio Bruno de Almeida?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nenhuma. Eu o conheci no dia 12 de março, aqui em Brasília. Eu nem sabia da existência do Instituto Força Brasil ou dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, o Instituto Força Brasil. É sobre o Helcio Bruno que o senhor está perguntando, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O senhor perguntou do Coronel Helcio Bruno?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Helcio Bruno.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Helcio Bruno. Desculpe, são muitos coronéis e muitos helcios!

Eu o conheci na reunião no Instituto Força Brasil que precedeu a reunião no Ministério da Saúde com o Coronel Elcio Franco. A agenda que estava registrada no *site* do Ministério da Saúde estava em nome do instituto dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, para encerrar, qual é a relação de V. Sa. ou da Davati com o Coronel Glaucio Octaviano Guerra? De quem se trata?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Coronel Glaucio Octaviano Guerra é, como eu disse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais uma vez...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Mais uma vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E só para enfatizar.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele é Coronel da Reserva da FAB. Ele não tem conhecimento algum desses personagens do Exército Brasileiro que habitam aí pelos ministérios ou pela Presidência da República. Ele não conhece nenhuma dessas pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sei.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É uma pessoa muito correta, a meu ver. Nos Estados Unidos, ele mora lá há praticamente dez anos. Constituiu família lá. E a única relação e vínculo que ele tem com a Davati é a amizade que ele tem com o Herman Cárdenas de alguns anos atrás. Parece que ele intermediou a venda de um avião para o Herman Cárdenas, não mais do que isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares...

Eu inicio aqui, Sr. Cristiano, fazendo uma pergunta para o senhor: qual é hoje o seu rendimento mensal?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, eu sou prestador de serviços. Depende do serviço que eu pego. Acredito que em torno de R$4 mil, R$5 mil, depende do mês, ou R$6 mil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por que o senhor recebeu R$4,2 mil de auxílio emergencial?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu já respondi anteriormente. É necessário eu responder novamente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu não ouvi. O senhor pode repetir?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É necessário?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu mencionei que, no ano de 2020, vários contratos que eu tinha de prestação de serviços se tornaram inadimplentes, e todas as minhas rendas, em um certo momento, ficaram abaixo do que eu tinha, e comecei a ter alguns tipos de dificuldades para alguns pagamentos. Aí uma colega minha, que eu conheço, me cadastrou no *site* do auxílio, e eu passei a receber depois de alguns meses. Após isso, no final do...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor recebia R$600 por mês?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Antes de preceder o final do ano, eu entrei em contato com a Procuradoria da Fazenda, se não me engano, e já solicitei o estorno desde então.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor vai devolver os R$4,2 mil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Faço questão. Faço questão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu acho que é muito importante o senhor devolver...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Faço questão, Senadora. Faço questão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... porque esse auxílio emergencial, Sr. Cristiano, vem para pessoas que não têm renda, que precisam sobreviver.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim! Senadora, a senhora está coberta de razão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seiscentos reais é um valor que, para quem tem um salário, não significa muito...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. A senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... mas que, para quem não o tem, significa muito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É só para esclarecer: esse auxílio entrava em uma conta de uma poupança a que eu não tinha nem acesso, e fiquei sabendo muito tempo depois, três meses depois ou quatro meses depois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, nem lhe fazia falta, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, eu nem percebi que ele tinha chegado num primeiro momento, depois que eu fui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas não foi o senhor que se cadastrou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foi uma colega minha que me cadastrou – o pai dela estava numa situação complicada. E me cadastrou e falou: "Ah, vou colocar você aqui pra ver se realmente você consegue e tal", porque as coisas estavam muito complicadas – não é? –, inclusive me levando a este mercado aqui de EPIs para a gente tentar fazer alguns negócios.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sair de uma possibilidade, de uma renda, portanto, de R$1 mil pra fazer movimentações bilionárias, porque nós estamos aqui diante de uma negociação da ordem de 400 milhões de doses, de R$30 bilhões, uma mudança rápida e significativa, não é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, Excelência. Eu nunca acertei nenhum tipo de remuneração com a Davati caso houvesse esse tipo de negociação, porque dependia inclusive de preço e dependia de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não tinha um percentual pra receber da Davati...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A Davati...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... com o sucesso das negociações?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como eu disse anteriormente, Senadora, a Davati receberia em torno de 17 a 20 centavos por dose, e ela faria todos os envolvidos serem remunerados através dessa remuneração que era teria como intermediadora. Mas, como nunca, vamos dizer assim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para o senhor especificamente viria esse valor de 17 centavos. É isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, seria para a Davati, como incorporação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E para o senhor, especificamente, quantos por cento?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nunca cheguei a acertar isso, Excelência, porque, dependendo da negociação, tinha outras pessoas envolvidas. No caso do Ministério da Saúde, nós tínhamos envolvidos aqui a SENAH, o Dominguetti. Então, tinha outras pessoas a serem remuneradas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Qual o percentual para a SENAH?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como disse anteriormente, eu nunca tratei nada disso com a SENAH. Quem tratou foi o Dominguetti.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por que o Dominguetti informa, em uma de suas conversas... Ele informa ao Reverendo Anderson, por exemplo, que estaria desfazendo e formalizando qualquer... Desfazendo o que já havia sido formalizado de qualquer vínculo entre a SENAH e a Davati.

Aí, o reverendo responde: "Boa tarde, amigo. Mariston acabou de me ligar sobre esse assunto. Estamos encaminhando para o nosso jurídico para delinear sobre essa demanda. Agradecido."

Ali vocês estão fazendo um distrato. O que havia acordado? O que tinha de acordo entre a Davati e a SENAH?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nenhuma. Só esse ofício de autorização pra negociação que tinha sido feito com o ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas pra que fazer um distrato se não tinha nada?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, porque, como eu disse anteriormente, no início, começaram a chegar mais demandas de produtos pelo Brasil todo e nós não saberíamos se poderíamos atender porque a SENAH...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, Sr. Cristiano, por que a Davati... Eu queria entender isso. A SENAH é uma entidade de atividade humanitária...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... portanto, sem fins lucrativos, enfim. Qual o interesse dela de entrar no ramo de negociação de vacina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu sempre me fiz essa pergunta. Quando eu fiz essa pergunta, o Dominguetti me respondeu – abre aspas, vou deixar até claro que há devido exagero – que a compra das vacinas teria sido apoiada pelo Vaticano e a SENAH.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O reverendo, então, é ligado à Igreja Católica? Não seria a outra igreja?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência. Se a senhora verificar aqui os documentos a que a senhora vai ter acesso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já tem ligação com o Vaticano? Explica isso melhor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, os próprios documentos da SENAH têm a logo do Vaticano embaixo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – A SENAH diz que tem relação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A SENAH diz que tem relação com o Vaticano?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu queria que o senhor... Não, tem que esclarecer, tem que esclarecer melhor essa relação.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu não vou saber esclarecer para a senhora, mas eu digo que este selo aqui é o selo do Vaticano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não... Sim, ele tem selo do Vaticano...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, teria relação...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E aqui ela...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na verdade, tem vários selos.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, aqui, inclusive...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, mas eu acredito que o Vaticano não sabia de nada disso, viu, Sr. Cristiano?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espero que não queiram convocar o Papa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com certeza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com toda a certeza, não sabia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Era o que faltava.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por isso eu peço esclarecimento, até em respeito à Igreja Católica e ao Vaticano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não é só... Tem o selo da Embaixada dos Estados Unidos da América.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Cristiano...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Viu, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem o selo da Embaixada do... Tem o selo do Governo dos Estados Unidos da América aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É verdade.

Eu gosto quando o Presidente faz uma intervenção, porque aí o meu Presidente me dá só mais um minutinho, né?

Cristiano, você participou...

Só um minutinho, pessoal, aqui, por favor.

Sr. Cristiano, o jantar foi no dia 25.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Uhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ora, o Dominguetti, quando está nesse jantar, ele recebe uma proposta de US$1 por vacina. Veja, é algo simbólico até, porque ele diz "um dólar". Fica lá bem redondinho. Não é percentual, ou melhor, não é centavo, enfim, ele fala a especificidade de US$1. No dia seguinte, ele consegue agendar, de forma muito rápida, uma reunião com o Ministério da Saúde. E ele vai para o Ministério da Saúde no dia seguinte. Na agenda que foi feita, o Ministério da Saúde, ela responde. Quando nós recebemos aqui o Roberto, ele disse: "Olha, a gente esperava que ia chegar o Cristiano. E não chegou o Cristiano; chegou o Dominguetti." O senhor foi informado dessa reunião do dia 26? E por que é que o senhor não foi?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não fui nem convidado, Excelência. Eu nem sabia disso. Estou sabendo agora pela senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A informação do pagamento da propina, do dia 25: o senhor não teve nenhum conhecimento?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No exato momento, não. Tive depois...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor só teve no dia 12 de março, que foi, inclusive, no momento do seu encontro com o Elcio Franco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, precedeu o meu encontro com o Elcio Franco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas foi no dia 12?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quem lhe falou dessa informação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O próprio Dominguetti.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hã?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O próprio Dominguetti.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele já lhe fala naquele mesmo dia 12, ou seja...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Naquele dia 12.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... ele passa do dia 25 até o dia 12...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... continuando as tratativas e as conversações, mesmo já tendo recebido ali a informação do pagamento de propina de US$1?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu só gostaria de deixar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu não estou conseguindo ouvir. Melhore seu microfone.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu vou deixar claro, porque talvez não tenha ficado claro. Eu vou reforçar.

Havia dois caminhos dentro do ministério, aparentemente – um era via Elcio Franco, e um era via Roberto Dias –, e um não sabia do outro. O caminho que ele tentou via Roberto Dias, aparentemente, não prosseguiu por conta de algum pedido que foi feito lá, segundo chegou para mim num primeiro momento, como grupo do Blanco ou o grupo do Odilon. Aparentemente não estava prosseguindo por causa disso. E, paralelamente, eles foram falar diretamente com o Secretário Elcio Franco, por intermédio do Força Brasil, acho que no intuito, ao meu ver, de driblar, inclusive, essa resistência por parte do comissionamento ou algo que o valha. São dois caminhos completamente diferentes.

O Roberto Dias não tinha conhecimento de que a gente estava falando com o Elcio Franco naquele dia. Inclusive, eu relatei aqui há pouco que, inclusive, recebi uma ligação, naquele mesmo dia, daquele Sr. Odilon, me perguntando se eu... Que tinha um contato com o Roberto Dias, me indagando se eu tinha estado no ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor sentiu uma certa divergência entre esses dois grupos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, o que eu senti do Elcio Franco é que ele não tinha conhecimento algum do que o Roberto Dias estava tratando. Isso me chamou bastante a atenção. Inclusive eu fiz questão de mencionar isso a ele, porque eu também estava achando estranho; porque você negocia com uma pessoa e negocia com outra, dentro do mesmo Ministério, para um assunto tão grave, que é vacina, não é? Então, vamos dizer assim, a gente não pode falar duas coisas diferentes. Não pode ter dois grupos tentando comprar vacina. Não sei se a Senadora concorda comigo...

Eu só dei mais credibilidade ao próprio Roberto Dias porque ele é que assinava as dispensas de licitação. Até a Sputnik ele chegou a comprar, acho que nunca chegou aqui no Brasil. Mas todas as dispensas, no *Diário Oficial,* era ele que assinava. Então, eu dei bastante credibilidade para ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

nesse primeiro momento. Mas depois, quando eu cheguei ao Elcio Franco através do Instituto Força Brasil, eu percebi que eles desconheciam qualquer tipo de atividade quanto à compra de vacinas pelo Roberto Dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, com o Elcio Franco foi pelo Força Brasil e, com o Roberto Dias, mais pela SENAH?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – SENAH e o Odilon, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, mas os dois tratando igualmente acerca da negociação das vacinas.

E o Coronel Guerra, em uma das conversas, faz a referência, por exemplo, de um Serafim. E aí ele diz o seguinte: "Olha, o Serafim vai resolver a questão dos documentos." Por exemplo, o Dominguetti envia – lhe envia, inclusive, para o senhor – uma mensagem: "Me informaram agora que o Coronel Guerra irá providenciar os documentos que faltavam."

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Como era o papel dele, desse Serafim?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Então, aí já é outro caso, bem à frente, é outra negociação que já veio à tona aqui na CPI, que era com a Cifarma. Eu não estava mais – vamos dizer assim – envolvido diretamente com a negociação da Cifarma, já não falava havia algum tempo com o Herman Cárdenas, e o Coronel Guerra que tomou a frente dessa negociação e passou a tratar diretamente com a Cifarma. A documentação... Se tratava de compra de vacinas e o pagamento...

O Serafim, só para esclarecer, parece uma figura mitológica, porque todos perguntam "quem é o Serafim?" Realmente, eu não conheço muito bem o Serafim. Só sei que ele era o operador financeiro, aparentemente, da Cifarma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Em algum momento aqui, o Coronel Blanco... O Dominguetti pede uma conta ao Coronel Blanco, falando em um depósito de US$1 milhão. O senhor teve informação sobre isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. Nisso aí eu até fui questionado pela imprensa. Aparentemente, eles estavam fazendo negociações de bitcoins, bitcoins. Eles queriam movimentar o dinheiro, acredito que do Blanco, para comprar bitcoins e para depois comprar vacinas. Aparentemente foi isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Cristiano, o senhor, na verdade, procurou a imprensa. O senhor ligou para o pessoal da *Folha* e tal...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. Posteriormente eu procurei, inclusive bem recentemente, até a CNN para esclarecer os fatos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, espere aí. Existe o esclarecimento de um fato e existe a denúncia inicial. Para a denúncia inicial, o senhor procurou a *Folha de S.Paulo*.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A F*olha de S.Paulo* me procurou, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi a *Folha* que lhe procurou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na conversa aqui, do dia 16 de março, por volta de 14h24, tem o seguinte registro, um diálogo entre o senhor e o Dominguetti. O Dominguetti diz o seguinte: "Você falou com a turma do Elcio?" E o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Cristiano: "Não responderam mais, estranho." Dominguetti: "Tem hora que dá vontade de deixar vazar para a imprensa."

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Cristiano: "Vamos entregar para um jornalista" – o senhor, no caso, falando.

Aí o Dominguetti: "É bem assim. Acredito que esse é o caminho. Igual aconteceu com a situação da Pfizer. Estava do mesmo jeito." Aí, o senhor: "Se você tiver alguém, pede para me ligar."

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nesse caso, sim, Excelência. Como, aparentemente, nós não sabíamos, e até hoje não temos as informações fidedignas da Davati, ao meu ver parecia prevaricação, porque você está oferecendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então foi o senhor que procurou a imprensa. O senhor disse que a imprensa que lhe procurou.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, nesse caso não tem nada a ver uma coisa com a outra, Excelência. Isso aí foi porque o Governo não tinha comprado as vacinas. Nós queríamos forçar que o Governo comprasse as vacinas, imunizasse a população... Porque, até pelas datas, a senhora vai ver que não tem nada a ver. É em relação à compra das vacinas. Inclusive, eu não sei se exatamente foi o Dominguetti que procurou até um repórter, e o repórter disse que compra da...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Essa conversa aqui, o senhor teve com qual jornal?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Essa que a senhora está... Com nenhum, com ninguém.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Essa a que eu estou me referindo, do dia 16.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É 16 de quando?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dia 16 de março.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, com ninguém, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando o senhor diz: "Vamos jogar uma bomba...". O Cristiano: "Vamos jogar uma bomba em Brasília".

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência. Foi só no sentido figurado. Nunca ocorreu essa denúncia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, claro. Se o senhor jogasse uma bomba mesmo literalmente...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Claro. É só no sentido figurado mesmo. Não aconteceu nada.

O que aconteceu é que o Dominguetti, até a minha... Ficamos muito frustrados com a não conclusão do negócio, porque aparentemente estava tudo correto, não é? Então, foi a falta de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Cristiano, o meu tempo está acabando, me perdoe a interrupção, mas eu queria fazer, assim, uma pergunta para o senhor de forma clara e direta.

O senhor é representante legal da Davati. Está aqui a documentação clara de que o senhor, na verdade, foi designado pela Davati no Brasil a, portanto, tratar dos seus produtos, como representante legal. O senhor, então, através de toda essa conversa que envolve o Dominguetti, envolve a Senah, enfim, vocês iniciam as tratativas com o Ministério da Saúde, e essas tratativas não são concluídas. Eu pergunto ao senhor: por que elas não foram concluídas? Houve, de fato, a cobrança do pagamento de propina? Fale para a gente de forma clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, a minha opinião no caso de... Na negociação diretamente com o Roberto Dias e o Coronel Blanco, aparentemente pode ter sido isso. Não dá para precisar. No caso do Coronel Elcio... Do Roberto Dias... O caso do Elcio Franco, no dia 12 de março, eu acredito que não tenha sido isso, Excelência. Eu acredito que, logo depois, ele foi exonerado do cargo – dez dias depois se eu não me engano –, e não teve nem tempo de ele retornar, nada mais, porque, dois dias depois dessa reunião, o próprio General Pazuello já tinha dado indícios de que ele sairia do cargo por questões médicas. Neste caso do Elcio Franco, eu acredito que não foi concluído porque realmente ele não fazia mais parte do ministério, dois ou três ou quatro dias depois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quando o senhor se referiu, por exemplo, às bitcoins, elas têm alguma relação com essa negociação? A gente sabe que é uma prática, inclusive, que se usa muito para lavagem de dinheiro, por exemplo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, essa é uma boa pergunta para a senhora fazer ao Governo... Ao Tenente-Coronel Blanco. Eu desconheço essa negociação e nunca fiz esse tipo de tratativa. E, se ele fez e ofereceu isso para lavar dinheiro, ele tem que ser punido aqui dentro do Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Cristiano, eu queria lhe agradecer pelas respostas e lhe dizer o seguinte: é absolutamente estranho.

O que nós temos é uma empresa que a gente sabe que, lá nos Estados Unidos – pelas informações que a gente tem não há, inclusive, vinculação com pessoas, as informações aqui –, trata de atendimento, por exemplo, na área da construção civil. Ela inicia as tratativas com o Governo brasileiro para uma compra bilionária, se envolvem aí entidades da sociedade civil, organizações sociais, algumas inclusive religiosas. Você inicia uma tratativa, senta com o alto escalão do Ministério da Saúde, porque alguém pode dizer: "Sim, mas não foi para lugar nenhum". O fato de vocês sentarem à mesa, conversarem, reunirem-se com os principais nomes da estrutura do Ministério da Saúde já é a demonstração muito clara de que essa negociação poderia ter caminhado.

E o Dominguetti traz: "Olha, não caminhou porque pediram pagamento de propina e a gente não foi para frente". Por isso, ali barrou-se a situação e a situação de fato não continuou. Pode não ter sido concluída a negociação, mas há um fato – há um fato. Vocês aí, com insegurança total, a gente vê que as informações são as mais inseguras que poderiam se apresentar para uma empresa dessa natureza. Senta num bar, chega lá num *happy hour* e, num bate papo, ali no final, você tem uma negociação de 400 milhões de doses, uma possibilidade de uma negociação de 400 milhões de doses. Tudo muito estranho. Tudo realmente muito estranho.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso responder, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Claro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Primeiramente, eu não respondo legalmente pela Davati nem no Brasil nem nos Estados Unidos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não é representante dela no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Representante de vendas, comercial, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor é o representante oficial no Brasil de produtos, está aqui.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – De vendas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Tem outros aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele está aqui em inglês, é verdade. Eu não leio muito bem em inglês, mas consigo ler.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Eliziane, nós já acrescentamos quatro minutos a V. Exa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, tem vários outros, inclusive, não tem só eu, tá? Tem vários outros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E aí o senhor diz que o senhor não tem autoridade ainda para negociar pela Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não estou dizendo isso, Excelência. Eu só estou dizendo que eu não respondo legalmente.

E, quanto à sua resposta, Excelência, do bar, da conversa de bar, eu não estive no bar, não compactuei, não bebi com eles. Essa pergunta tem que ser feita ao servidor da saúde que estava presente na ocasião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já fizemos.

Muito obrigada.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane. Obrigado Sr. Cristiano.

O próximo inscrito, no sistema remoto, é o Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Passando, então, adiante, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Cristiano Carvalho, seja bem-vindo aqui ao Congresso Nacional.

Eu quero... Daqui a pouco vou passar para V. Exa., Presidente, uma nota aqui do Instituto Força Brasil, tratando de responder a todas essas questões que estão levantadas. O *site* voltou. É uma pérola. Por exemplo: "Donald Trump alerta para efeitos adversos das vacinas contra a Covid". "A queda do último conservador: Ricardo Salles exonerado." Coisas assim, verdadeiras pérolas que tem aqui, *fake news*, estímulo à desobediência civil, enfim. Eu vou passar, daqui a pouco, para que V. Exa. possa ler e saber qual foi a participação.

Veja, Sr. Cristiano, eu acho que o depoimento de V. Exa...

Só um momento de silêncio, por favor.

O depoimento de V. Exa. é um dos mais importantes que nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um minuto de atenção dos colegas para garantirmos a palavra do Senador Humberto Costa, que está inquirindo agora. Eu vou repor o tempo de V. Exa., Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom.

É muito importante o seu depoimento, como eu disse, talvez um dos mais importantes...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Religou? O som aí, a técnica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deixe-me entrar aqui. Ah, voltou.

Então, porque ele coloca, ele desnuda duas questões. A primeira delas é a quem, a que governo o Brasil está submetido.

Tão grave quanto essas acusações de corrupção é a constatação de que, em meio a uma pandemia como esta, o Ministério da Saúde foi governado às bases da trapalhada, patacoadas. Isso é lamentável e mostra a falta de seriedade deste Governo. E o outro é que havia ali realmente um esquema de corrupção, de tentativa de corrupção, utilizando insumos tão relevantes para o enfrentamento à pandemia quanto é a venda de vacinas.

Pois bem. Eu queria começar perguntando a V. Sa., porque hoje o Sr. Herman Cárdenas, que realmente diz aqui que não tem vacina pra vender, que ele é apenas um alocador... Como é que ele chama? Ele é um alocador que, ao encontrar um cliente, vai em busca de uma empresa que pudesse alocar essas vacinas.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Perfeito, Senador, é assim mesmo que ele se situa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aí ele diz que o alocador dele é uma pessoa que tem um contrato de confidencialidade com ele que ele não pode revelar. Ele diz que é um médico americano, não é?

V. Sa. tinha conhecimento disso, de que ele não tinha vacina nenhuma pra vender?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, o único documento a que eu tive acesso desses alocadores é a respeito de um Medallion Group, que fica na França, que seria o fornecedor das vacinas. Foi a única informação que eu tive até hoje. Que é um médico, um grupo americano, isso aí eu desconheço plenamente.

Se o senhor me der só um segundo, eu gostaria só de deixar claro que nenhuma negociação de preço ou envio de propostas foi feito por mim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sempre tratou do Sr. Herman Cárdenas enviar todas as propostas para o Governo brasileiro ou pra quem quer que seja.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Obrigado.

Então, ele estava tentando fazer uma aproximação entre uma *allocation holder*, uma empresa que possuía créditos de vacinas junto ao laboratório AstraZeneca.

V. Sa. não sabe quem é esse *allocation holder*, como...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como eu disse pro senhor há pouco – depois eu vou disponibilizar à CPI –, o único documento que eu possuo é um...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... que ele está fazendo uma compra de vacinas com um grupo chamado Medallion Group, que, se eu não me engano, fica em Mônaco, na França. É a única informação que eu posso prestar, por juramento de dizer a verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor falou aqui do Reverendo Amilton Gomes. Ele, naquela entrevista que eu citei, disse que o senhor, entre aspas, "é um picareta", que ele foi usado por V. Sa. para acessar o Palácio do Planalto e o Ministério da Saúde e que ele tinha feito essa relação amistosa com V. Sa. porque tinha em vista que receberia uma doação. Ele fala, inclusive, que a associação receberia doações da Davati, através do Herman Cárdenas.

Foi repassado algum recurso financeiro pra ele no Brasil ou no exterior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu tenha conhecimento não, Excelência.

Quanto à menção dele aos picaretas, eu não tenho nada pra relatar a respeito do Sr. Amilton. Acho que só as próprias negociações, as tratativas e documentações falam por si só.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor também não sabia qual era o valor dessa dita doação, não é?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu desacredito nisso, porque ele não tem nenhuma empresa que possa nem receber doações. A empresa dele, aqui no Brasil, é uma empresa privada, não é? Então, não acredito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Existem... Olha, existem denúncias de que empresas, como essa Davati e outras, na verdade, se utilizaram desse processo da pandemia não para vender vacinas, mas para buscar as chamadas cartas de intenção. Inclusive, ele, numa das correspondências...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que V. Sa. leu aqui, dirigida ao Ministério da Saúde, ele fala da necessidade de se obter uma carta de intenção.

Esse golpe, pelo que se diz, acontece da seguinte maneira: você pega uma carta de intenção de um governo ou de alguma instituição que tenha credibilidade; depois vai para o mercado para conseguir empréstimos a juros de certa forma não tão elevados; e, depois, esses juros, esse empréstimo não é pago.

O senhor acredita que a Davati é uma das empresas que pratica esse tipo de coisa?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que não, Excelência. Eu acredito que, apesar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já ouviu falar desse golpe?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu ouvi pela imprensa, mas eu não acredito que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tem ideia de quanto custa uma carta dessa de intenções no mercado?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, eu nunca ouvi falar que ela tinha custo ou valor, vamos dizer assim, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, o custo que eu digo assim: "Me dê a carta de intenção..."

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim. Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Eu lhe dou 'x' de propina e eu vou lá no mercado buscar dinheiro."

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. Desconheço, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor acredita que essa possibilidade pode ter ocorrido nessa negociação do Sr. Roberto Dias com o Dominguetti? Porque realmente estava, à luz do dia, evidente que a sua empresa não tinha vacina nenhuma para vender. Poderia estar sendo vendida a carta de intenções?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Certo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu gostaria só de fazer um adendo aqui, se o Presidente me permitir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Presidente, além de mim, existem outros representantes no Brasil – a Senadora questionou. Um deles, inclusive, mandou uma proposta da Davati diretamente para o General Pazuello, quando ele era ainda Ministro. O nome dele é Julio Adriano de Caron e Silva. Eu fiquei sabendo pela imprensa também. Inclusive, tem um processo de compra dentro do Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é bom para a gente ter conhecimento também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Processo de compra?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi iniciado o processo de compra?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi iniciado o processo de compra?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Na gestão do General Pazuello?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – De quantas doses?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu não sei dizer. Eu não tenho acesso. Eu fiquei sabendo pela imprensa.

Na verdade, ele estava negociando, simultaneamente a mim, com o Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com a própria Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sem o meu consentimento. Eu nem... Não sabia da existência dele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele negociava com o Ministério da Saúde em nome da Davati sem o conhecimento seu?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E tem um processo de compra iniciado no Ministério da Saúde – é isso que o senhor está informando?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente. No dia 10/03, ele peticiona às 18h30 – processo restrito, gerado documento preparatório.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual é o nome dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Julio Adriano de Caron e Silva. É um advogado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí não tem, no valor, nem números e nem doses? Nem financeiro e nem doses?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu tentei até entrar nesse *site*, mas parece que a CGU colocou em segredo de justiça. Eu não consegui abrir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A CGU colocou em segredo de justiça?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, não consegui... Tinha um "CGU" que estava no nome, do lado assim; não consegui abrir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor poderia, por gentileza...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Opa, desculpa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ela consta do dia 10 de março?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Dia 9 de março.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Data do registro: 9 de março, Julio Adriano de Caron...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vinte dias, quinze dias depois do jantar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... processo, gabinete, ministério... Atividade fim: aquisição de medicamentos e insumos.

Com a sua... O senhor vai disponibilizar todos os documentos para nós?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, já... Eu vou disponibilizar tudo e...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Mas eu queria só pedir – e vou obviamente repor o tempo do Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas eu queria pedir aqui à Secretaria que, se pudesse digitalizar essa folha para nós apresentarmos aqui, acho que seria de bom-tom, por gentileza. Depois devolva ao Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, é só para deixar claro que existia essa outra negociação, e eu não sei qual o andamento que ela teve exatamente porque, segundo a imprensa – eu não conheço esse Júlio –, foi um *e-mail* direto já para o General Pazuello, o então Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não conhece esse Julio?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nunca ouvi falar, ouvi falar pela imprensa. Aparentemente, ele foi credenciado pelo Vice-Presidente da Davati, Philip Quick, que fez um contrato de confidencialidade com ele.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Nossa! Mas essa Davati realmente...

Mas, olhe, chama atenção, inclusive, a exigência da Davati quando pede ao Ministério da Saúde essa carta de intenção, que deveria ter o papel timbrado do ministério e ser uma coisa oficial. Eu suspeito que a Davati, na verdade, estava atrás de cartas de intenção para aplicar algum tipo de golpe na obtenção de empréstimos, alegando que havia comprador para vacinas – não é? – com credibilidade, e que depois ela iria fazer essa busca do alocador da mercadoria das vacinas, não é?

Me perdoe lhe perguntar: V. Sa. falou que pagou, que mandou fazer uma perícia no seu celular e nos está entregando, o que acho que é uma iniciativa muito boa. Foi V. Sa. mesmo que pagou por isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Sim, exatamente, fui eu, com o acompanhamento do meu advogado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Eu acho que V. Sa. foi de muita utilidade para a CPI no dia de hoje, como eu disse, de um lado, porque revelou que havia uma verdadeira rede de corrupção ou de tentativa de corrupção no Ministério da Saúde praticada por pessoas que ocupavam cargos relevantes com poder de decisão em relação à aquisição de vacinas, inclusive vacinas de que o Brasil estava precisando muito naquele momento, não é? Então, essa foi uma contribuição importante e veio acompanhada de nomes, de cargos, enfim, que nós vamos aqui devidamente investigar.

Agora, a outra coisa, como eu disse, é que V. Sa. deixou a nu o que é o Governo brasileiro hoje, a quem o Brasil está entregue, Sr. Presidente, um Governo que – não quero fazer aqui nenhum comentário depreciativo a V. Sa...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas um Governo que, diante de uma empresa que não tem credibilidade, que não tem credenciais...

Só um minuto, pessoal.

Uma empresa que não tem credibilidade, que não tem credenciais para poder negociar com um insumo tão importante, como a vacina, que já havia sido vítima de denúncias no Canadá por tentar vender a grupos indígenas do Canadá vacinas que a empresa não tinha... Inclusive, V. Sa. citou o caso de um funcionário do ministério, um desses integrantes do Ministério da Saúde na administração Pazuello que tinha conhecimento – ele tinha conhecimento! Ele questiona o representante da Davati dizendo: "Olhe, tem uma denúncia de que, no Canadá, vocês tentaram dar um golpe". Só que lá é diferente, não seguiu em frente; aqui, chegou ao Secretário-Executivo do Ministério da Saúde. Então, é a esse que o Brasil está entregue.

No momento em que o Brasil já tinha centenas de milhares de pessoas mortas por conta da incompetência, da inoperância, da insensibilidade deste Governo, por não ter adquirido as vacinas no momento adequado, o Ministério da Saúde, cheio de pessoas que estavam em busca de algum tipo de benefício, de vantagem pessoal. É a própria caracterização do desgoverno! Isso se chama desgoverno, absoluta falta de controle sobre as atividades que o Governo realiza, ainda mais num momento sensível como este, um momento em que nós estávamos vivendo uma pandemia que acometeu milhões de pessoas, que ceifou milhares de vida, e o Brasil sendo administrado como se fosse uma coisa completamente sem importância por essas pessoas – pessoas despreparadas, pessoas sem experiência, pessoas que não conseguem distinguir uma empresa como a Pfizer de uma empresa como a Davati! A verdade tem que ser dita!

E, infelizmente, isso continua! E eu tenho convicção de que não é só no Ministério da Saúde. Pelo contrário! Se, no Ministério da Saúde, foi assim, Ministério da Saúde que tinha responsabilidade de fazer o enfrentamento a esta catástrofe, a esta tragédia que é a pandemia, que nos assola há mais de um ano, se quem tinha essa responsabilidade administrava dessa maneira, eu imagino como não devem ser os outros ministérios, sobre os quais há menos olhar, menos foco da mídia, das pessoas. Não é à toa que eu vejo aqui a base do Governo envergonhada – envergonhada! A verdade é esta: envergonhada, envergonhada de ver a falta de seriedade com que foi tratada uma questão tão relevante como o enfrentamento à pandemia por parte do Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, eu quero reputar este depoimento de hoje como um dos mais importantes, porque nos deu uma espécie de raio-X do que era – e eu espero que agora esteja diferente, não tenho muita expectativa de que esteja, porque boa parte de quem estava lá permaneceu, mas espero que esteja diferente –, um raio-X do que se pode chamar de absoluto, total e completo desgoverno! É isso que nós temos hoje, no Brasil, lamentavelmente.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, posso fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... um comentário?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode. Por mim, pode.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pode? Eu só queria deixar claro que eu entrei na empreitada na mais absoluta boa-fé. Em momento nenhum, eu soube de alguma informação que desabonasse a empresa. E eu não tenho conhecimento se ela realmente não tem esses alocadores, como ela disse.

É só isso que eu queria comentar e pedir desculpas aos Senadores se, em algum momento aí, extrapolei as minhas atribuições e falei mais do que devia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

V. Exa. me permite, Presidente?

Eu queria pedir à Presidência desta Comissão que procedesse ao requerimento de convocação dos outros representantes que fizeram também negociação com o Governo Federal. Para alguns deles, a exemplo do Julio Adriano Caron, até iniciou o processo de compra. Presidente, o Silvio Bianchi, Julio Adriano Caron e Rafael Martins Lopes seriam os outros intermediários para essa compra.

A imprensa, por exemplo, o Poder360 traz uma matéria que aponta, por exemplo, que uma das negociações teria sido numa proposta de 200 milhões de doses da Janssen ao Ministério da Saúde. Então, eu vejo que é extremamente necessária a convocação desses outros três intermediários aqui para serem ouvidos pela Comissão, sobretudo porque para um deles já há um processo aberto para aquisição desta compra. A gente até precisa ter mais informações aprofundadas, em que pé está essa negociação, se foi efetivada, se algum pagamento foi feito ou se algum empenho foi feito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso fazer um comentário, Excelência?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que, junto ao Ministério da Saúde, só esse Julio Adriano de Caron e Silva procedeu. Os outros a gente não pode ter certeza. Eu não acredito que... Não. Então, é só para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu tenho aqui a documentação que apresenta exatamente eles como intermediários e a apresentação de proposta.

A informação que V. Exa. coloca é referente à abertura de processo, que...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Entendi, entendi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De fato, pelo que nós temos, é apenas desse que o senhor acaba de citar.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu só estou tomando um pouco de cuidado de não fazer juízo de valor. Essa é a única pessoa de que nós temos certeza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o que o senhor coloca já está público, na verdade...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não vi isso. Me desculpa, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – De Julio Adriano de Caron e Silva é o único processo que consta em aberto, pelo menos que é de nosso conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim. Me desculpa, eu não tinha conhecimento da reportagem, Excelência. Estou falando aqui só por...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Só uma coisa aqui que foi publicada agora no *Correio Braziliense*. É bem rápido.

O Sr. Cristiano Carvalho teria dito, em áudio, ao Sr. Dominguetti, no dia 14 de março:

> Como você viu, o Pazuello caiu, né? E aí a gente precisa ver agora como é que faz. Porque, quanto ao reverendo, o reverendo não tem ascendência nenhuma. Quem tem é o Helcio com h, o coronel. Tem que centralizar nele. O reverendo é só no sapatinho. Me posiciona aí como vai ser agora, se continua falando com o Elcio [com e], o secretário lá, porque o Herman [...] tá me perguntando.

O senhor teve esse diálogo com...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Acredito que sim. Os verbetes aí são meus, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual foi o sentido desse diálogo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, é como se... Eu não tinha conhecimento de que o Elcio Franco sairia ainda do Ministério; só o General Pazuello, não é? Então, eu dei orientação a ele que continuasse, que tentasse continuar as tratativas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Marcos Rogério, a gente fica aqui... Eu fico abrindo espaço para todo mundo falar, mas tem que ter um limite nisso, porque senão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estamos falando de mim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. V. Exa. vai falar agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, eu preciso da ajuda de vocês, porque cada um tem direito a falar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tomaram boa parte do meu tempo com justiça, com justeza...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não pode, não pode...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senhores, eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não pode, não pode, não pode...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu preciso fazer aqui justiça. Ele está em silêncio absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. É V. Exa. É o seu tempo.

O Senador Randolfe vai falar depois de V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A seguir, Senador Jorginho Mello, aniversariante de hoje; Senador Eduardo Girão; o Senador Eduardo Braga cedeu à Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aí, obrigada! Então, é isso que eu ia comentar, Sr. Presidente, até porque eu ia falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você não precisa mais comentar nada. Hoje você está aqui...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, eu estou todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Olha, eu só não venho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você está aqui, já inscrita.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A minha bancada está aqui. Elas sabem que eu estou todos os dias aqui, mas nós... Inclusive, ontem... Inclusive, ontem eu fiquei até o final; não consegui questionar a Emanuela, fiquei para primeira da lista, tive problemas no gabinete, passei para a minha colega Eliziane. Estava justamente conversando com o Senador Marcos Rogério; por isso que ele tomou um susto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Porque eu falei assim: "Olha, Senador, se eu puder entrar na lista, o senhor se incomoda?". Ele: "Não, Senadora". Então, eu agradeço aos colegas por me permitirem estar na lista dos titulares. Obrigada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Leila, como sempre, solidária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Cristiano Carvalho, bem como ao seu patrono que o acompanha, minha saudação.

Sr. Cristiano, qual era a sua relação, o seu vínculo com a Davati? De forma objetiva.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Sou um representante comercial, um vendedor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vendedor. Mas tinha vínculo formal, extraoficial? Como é que era essa relação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência. Eu nunca tive nenhum vínculo, pagamento, reembolso ou qualquer coisa que o valha durante essa negociação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem registro na categoria de vendedor?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sempre fui vendedor, mas não tenho registro na categoria, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. também não tem registro na entidade que representa vendedores?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não, não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fazia a intermediação entre a empresa Davati e o Ministério da Saúde em que condições?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como um contato comercial. Eu apresentava a pessoa que queria realmente fazer a compra, que era, no caso, o Roberto Dias, ou o Blanco, quem fosse, ou o Elcio Franco, prestava todos os esclarecimentos que eram necessários a eles e colocava-os diretamente em contato, ou no mesmo momento, ou posteriormente, com o presidente da empresa, nos Estados Unidos, Herman Cárdenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha algum documento lhe autorizando a negociar com o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Havia um documento que me autorizava a negociar no Brasil, que foi exposto pela Senadora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha um documento...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... lhe autorizando...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a negociar com o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Vou mostrar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, V. Sa., se tem o documento, era procurador da empresa no Brasil, tinha procuração para representá-la junto ao ministério?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Para representá-la como vendedor, Excelência, não com poderes legais. Como foi mencionado pela empresa à mídia, com poderes limitados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Depois V. Exa. deixa esse documento em poder da Comissão para instruir aqui o processo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Já estão, já estão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. recebeu auxílio emergencial, já foi dito aqui, e parece que por seis meses, mas disse que não foi V. Sa. que pediu o auxílio ao Governo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem pediu por V. Sa.? Quem protocolou no sistema o seu pedido de auxílio emergencial?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acredito que... Gostaria de resguardar o direito de não expor mais uma pessoa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. está diante da CPI, prestando um depoimento, e essa informação é uma informação que pode revelar um crime.

Qual o nome da pessoa que inseriu os seus dados no sistema?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Oi? Deputado... Senador, me desculpa, já estou bem cansado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ainda está cedo para cansar.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É que eu respondi bastantes perguntas de todos, tá? Eu vou me resguardar o direito de silêncio somente nessa questão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. agora vai usar o direito do silêncio para não declinar um crime?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, se tiver sido um crime, eu vou responder por ele. Pode ter certeza disto: que eu vou responder por ele, tá?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Sa. sabe, certamente seu advogado já deve ter lhe orientado, que quem sabe de um crime e não comunica, prevarica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Mas eu já respondi à indagação da Senadora que eu já havia comunicado à Ouvidoria da Fazenda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Eu estou trazendo esse tema aqui porque na CPI, ultimamente, fala-se muito em prevaricação, mesmo sem ter um crime aparente. Nesse caso, me parece estar...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A total responsabilidade é minha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Se o crime foi cometido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tá. Mas o crime é teu ou é de terceiros?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A responsabilidade é minha. O dinheiro entrou na minha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas foi V. Sa. que pediu para ela inserir no sistema?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acredito que não... Completamente, não vem ao caso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Não é V. Sa. que determina o que é importante ou não. V. Sa. pediu para inserir um sistema seus dados?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu vou me resguardar o direito do silêncio.

Senador, poderia me dar um *break*? Eu estou um pouco cansado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos, ele é da iniciativa privada. Prevaricação é para servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está me pedindo um tempo para ir ao banheiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., Presidente.

Depois repõe o meu tempo e faça...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou manter o seu tempo. Peço para repor o seu tempo, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O advogado permanece, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eles podem ir juntos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No banheiro? (*Risos.*)

Não precisa, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode. Não se preocupa, não. O pessoal está olhando ali. O pessoal acompanha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fica Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem também aquela senhora que estava depondo aqui, todas as vezes em que ela levantou, foi acompanhada do advogado.

Pode ir lá. Pode ir lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, inclusive... Foi mais ainda, Presidente: nós inclusive concedemos o direito de eles saírem das dependências do Senado, no acompanhamento dos advogados. Fizemos mais que isso, no momento da minha inquirição também: ao mesmo tempo o advogado e a depoente pediram para ir ao banheiro e nós autorizamos. Então, é um procedimento que V. Exa. tem dado sequência nesta CPI. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está pedindo uma pausa para se alimentar.

Eu vou ouvir V. Exa. Falta... Eu me lembro de que faltavam 11 minutos para V. Exa. É o tempo. Eu vou dar 11 minutos para V. Exa. e aí suspendo por 30 minutos, para que ele possa se alimentar. Já são 13h42, quase 2 horas da tarde. O.k.?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Retomando de onde parei, vou lhe dar uma segunda oportunidade: quem fez o cadastro de V. Exa. no sistema do auxílio emergencial?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, Senador... (*Fora do microfone.*)

Excelência, eu vou retificar a informação e dizer que fui eu mesmo que fiz, tá? Infelizmente, eu estou sendo colocado em uma situação constrangedora. No momento, eu precisava. Não me orgulho disso. Já falei que já entrei em contato exclusivamente para devolver. E estou aqui para prestar os esclarecimentos que forem necessários a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, neste momento, o depoente acaba de narrar que mentiu conscientemente diante da CPI da Pandemia, sendo um caso para prisão em flagrante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tenho... Eu tenho posições...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele retificou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... nesta CPI e fiz apelo a V. Exa. por diversas vezes para não praticar tal ato, que é extremo. Eu não vou mudar minha posição neste momento, em respeito até ao patrono desse cidadão que está aqui hoje, mas é o caso de crime em flagrante.

Eu vou tocar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse assunto não tem nada de ver com CPI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou seguir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Há a tentativa de descredibilizar a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixem-me responder ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, com essa informação, Sr. Presidente, todo o depoimento dele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... está em xeque e fica comprometido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qualquer depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele só mentiu nesse ponto? A Oposição já escolheu em quem acreditar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Prisão para quem depõe contra o Governo? É isso, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... como acreditar. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque ele foi mal orientado.

Deixe-me dizer uma coisa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, não cabe defesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu, se fosse orientá-lo, diria que ele podia ficar quieto. Sabe por quê? Porque o auxílio emergencial é Covid, ele existe por causa da Covid, então se trata de algo que está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Algo que está dentro do escopo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dentro do escopo da investigação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ele poderia, pelo *habeas corpus* que ele tem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ficar calado e não responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele fez... Dentro do próprio depoimento, ele fez uma retificação. Isso não é crime.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa. está totalmente equivocado com relação à extensão do *habeas corpus*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele retificou, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Sobre ele, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque o crime...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre a pessoa, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque, veja, o crime não é dele. Agora que ele voltou aqui e se retratou, ele coloca como dele o crime, mas, no início, o crime era de terceiro, portanto o *habeas corpus* não cobria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Peço que V. Exa. reponha o meu tempo. Eu não vou perguntar mais sobre isso. Lamento apenas e digo que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. quer que eu o prenda?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Eu disse que não ia fazer aqui, porque diante dos outros eu fiz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O mínimo de sensatez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acho que foi um erro de V. Exa. o que foi feito aqui anteriormente.

Não vou mudar minha posição em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não errei não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – V. Sa. disse que o Reverendo Amilton fez um grande trabalho. Que trabalho fez esse reverendo, depoente?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Ele acessou a alta cúpula do Ministério da Saúde através da entidade dele e a pessoa dele, sendo recebido por pessoas como o Lauricio, o Elcio Franco, entre outras pessoas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, ele foi aí um intermediário, um facilitador?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Um facilitador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um lobista de acesso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso eu não posso afirmar ao senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deu ofício para representar a Davati, e V. Sa. e Dominguetti não tinham procuração para representar a empresa.

A Davati tinha carta de representação da AstraZeneca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O senhor está perguntando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou perguntando.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como já foi dito, Excelência, eu vou reafirmar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Sim" ou "não"?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... quem responde pela...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, estou perguntando a V. Sa.: tinha ou não tinha? V. Sa. estava negociando vacina, essa é a informação substancial.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pelo documento que eu recebi por crime de perjúrio, a Davati se responsabilizava pela falsidade do documento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha carta ou não?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não tenho informação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Davati tinha vacina para entregar?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Segundo afirma seu Presidente, sim, tem vacina para entregar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que contrato você já intermediou com a Davati no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Olha, Excelência, eu intermediei, como disse, o do Ministério da Saúde e com o Governo de Minas Gerais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que foi negociado efetivamente e entregue através dessa sua relação, negociação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nessas duas negociações, que eu tenha conhecimento, acredito que nenhuma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De todas as tramas, negociações feitas, nada foi entregue?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso eu não posso afirmar, porque existem outros representantes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, estou falando do que você fez.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu saiba, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você também representa a Janssen?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência. Eu só represento a Davati.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nunca negociou em nenhuma prefeitura ou governo em nome da vacina Janssen?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A própria Davati negociou com o Governo Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não; V. Sa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A própria... Através da Senah e a Davati, nós oferecemos vacinas Janssen para algumas prefeituras alguns meses atrás.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Nós temos informações de onde V. Sa. já esteve e com quem e o que tentou negociar. A Comissão já tem essas informações. A única coisa que interessa aqui é se houve ou não pedido de propina, porque a tentativa de corrupção passiva é crime independente de resultado, se houve de fato o pedido. Como foi esse pedido de propina relatado por Dominguetti a V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inicialmente, ele falou que se tratava de comissão, não é? Que o Coronel Blanco e o Odilon estavam tratando disso como grupo do Blanco e do Odilon. Então, isso seria tratado como comissionamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele disse que quem pediu foi o Blanco ou foi o Sr. Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No primeiro momento, a informação que eu tive foi de que tinha sido o Blanco, na presença do Roberto Dias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, então, agora já não é mais o Roberto Dias que pediu; é o Blanco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu já respondi isso, mas vou responder novamente. Eu não estive no jantar. A informação que eu tenho foi essa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele mandou essa mensagem para V. Exa. de que forma, lhe comunicando desse fato?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inicialmente, porque havia o pedido de comissionamento, ele pediu para o Rafael Alves me telefonar e me avisar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, não foi nem ele que lhe falou sobre o pedido? Foi um terceiro; Rafael?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Num primeiro momento, sim, porque foi, eu acredito, logo que ele saiu do jantar ou algo que o valha, e acho que já era avançado da noite.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando é que foi feita essa comunicação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No... Entre o dia 25 ou 26 de fevereiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem falou de bitcoins e em que situação? Esse comissionamento seria pago por bitcoins, é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, isso não existe. Isso aí é uma conversa entre o Tenente-Coronel Blanco e o Dominguetti. Negócios privados deles.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tem nada a ver com a questão da negociação da vacina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, absolutamente nenhuma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando esteve com o Secretário Elcio, por que não tratou sobre esse pedido de propina? Por que não denunciou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Na verdade, eu não tinha todas as informações necessárias nem comprovações para fazer uma denúncia dessa magnitude, mesmo porque eu não estava presente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você acreditou ou acredita na versão do Dominguetti sobre o pedido de propina?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, eu acho que vários fatos corroboram para que isso seja verdade, inclusive o áudio que foi exibido aqui na CPI, de que dois dias antes ele sabia do jantar – o que eu nem lembrava, desconhecia essa informação; fiquei vendo através da imprensa. Alguns indícios existem, mas eu não acredito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não; eu estou perguntando a V. Sa...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não tenho certeza. Não posso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... se V. Sa., que conhece o Sr. Dominguetti, que tem relação com ele, tem negócios com ele, se acredita na versão, na denúncia feita. Tem elementos, tem provas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso eu não sei dizer, se tem elementos ou tem provas. Se o senhor está perguntando se eu acredito nele, eu acredito nele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você acredita que ele falou a verdade, que houve um pedido?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que ele falou a verdade na CPI, sim, nesse caso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Você disse que ficaram chateados porque não avançou nada, e estava tudo certo. Certo o quê? Tinha vacina para entregar?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Segundo o Presidente da empresa, ainda tem, inclusive. Tinha e tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha e tem?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde é que vocês entregaram vacina até agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Essa resposta... Essa pergunta o senhor me fez e eu já respondi. Essa outra pergunta o senhor precisa fazer ao próprio presidente da empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, tinha e tem, mas V. Exa. não sabe, não entregou em lugar nenhum, aí tem que perguntar para o CEO, lá nos Estados Unidos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu tenho acesso aos comunicados da imprensa, que até o Senador aqui leu, que são os mesmos que vocês têm.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. disse que iria à imprensa denunciar isso porque teria sido uma injustiça não ter avançado com esse contrato?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para denunciar tudo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Uma injustiça, talvez, com o povo brasileiro naquele momento, vamos dizer, se existisse a vacina e estivesse tudo certo, por elas não terem sido adquiridas e talvez...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quatrocentos milhões de vacinas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência, eu acho que 400 milhões foram oferecidas ao Roberto Dias e depois 200 milhões foram oferecidas ao Blanco, de Janssen. Se o senhor tiver acesso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A sua empresa ofereceu o quê, então?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não é a minha empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A que você representa.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, ela ofereceu inicialmente 400 milhões ao Roberto Dias. Não era necessário comprar os 400 milhões, o lote era de 400 milhões. Ele podia comprar parte disso, ao que me foi dito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você tinha o número do lote? Essa vacina era da empresa, ou era da própria AstraZeneca, era uma intermediação da Davati com a AstraZeneca?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Era uma intermediação... Segundo informações que constam inclusive na proposta, era uma intermediação entre a Davati e o distribuidor da AstraZeneca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa denúncia de propina teria sido vingança porque não conseguiram enganar o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que não, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você acredita que não?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Todos os indícios, tudo me leva a crer que, se não existiu o pedido de propina, existiu uma coisa ali estranha, pelo menos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, existiu uma coisa muito estranha: a tentativa de golpe ao Ministério da Saúde e a um conjunto de governos e prefeituras municipais.

Eu peço apenas mais um tempinho, Presidente, para eu concluir. Não vou fazer mais perguntas, apenas algumas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Vai vendo, Brasil! Quem está dando validade, palco a trambiqueiro, vendedor de ilusão, é a CPI da Pandemia, não é o Ministério da Saúde. O Ministério expurgou essa tentativa de venda do nada, de vacinas inexistentes, nos trâmites de *compliance* do Ministério. Lá não teve êxito. Não chegou sequer a tramitar a proposta, zero chance de ir à frente. E ele disse que ficou revoltado porque o Ministério não deixou avançar. Mas o que não avançou um milímetro no Ministério da Saúde aqui é tratado como "isso é muito importante", "essa revelação é muito importante", "depoimento importante". Qual é a revelação? Qual o crime? O que foi contratado? O que foi entregue? O que foi pago? Nada! Ofertou o que não tinha, tentou enganar o Ministério da Saúde, e agora usa a CPI para criar narrativas, história da carochinha.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Conclua, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas esse depoimento de vendedor de ilusões, que não representa ninguém e não tem vacina para vender, nunca entregou nada nem ao Ministério, nem às Prefeituras e nem aos Governos dos Estados.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, conclua, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou concluir já, Sra. Presidente. Fui interrompido diversas vezes, inclusive com um banheiro interminável.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas já teve o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Enquanto isso, enquanto dá palco para esse tipo de proposta de estelionato, ao Brasil e aos brasileiros, milhões desviados no Consórcio Nordeste. Em Santa Catarina, Jorginho, caso escandaloso, tem que ser investigado. Rio de Janeiro, Pará e tantos outros Estados... Porém, corrupção de verdade, aqui não se investiga, aqui não se investiga.

Então, vou repetir: aqui bandidos são promovidos, tratados com fidalguia, e quem serve o povo, trata pessoas, é tratado com desrespeito, sob acusações, ameaças, debaixo de vara – total inversão de valores. Contra o Governo do Presidente Bolsonaro, até agora, rodam em círculo, mas não encontram prova de crime algum, nenhum centavo pago...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, V. Exa. conclua.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em nenhum contrato desses – zero prejuízo –, mas acusam o Governo.

Lamento, Sra. Presidente, que nós estejamos dando palco hoje para uma situação que me parece representar a tentativa de um grande golpe ao Ministério da Saúde – graças a Deus não avançou um milímetro e a proposta sequer foi cogitada. Nos Estados tramitaram, inclusive saiu agora há pouco uma matéria...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, eu não vou mais poder postergar o seu tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... falando de Estado que negociou com o Sr. Cristiano.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu vou ter que desligar o microfone. V. Exa. quer usar o tempo inteiro da CPI...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não precisa desligar, não, Presidente. Fique tranquila.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, eu já prorroguei três vezes o seu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fique tranquila, Presidente. Já encerrei.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. não é diferente dos demais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade, Presidente. É verdade. Fique tranquila, eu estou encerrando. É um depoimento muito importante.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

E tão impressionante quanto o que V. Exa. coloca é o fato de essas pessoas terem sido recebidas pelo mais alto escalão do Ministério da Saúde.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos lá, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues e, na sequência...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não sou eu?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... a gente faz, então, a suspensão aí pelo tempo de 30 minutos, conforme solicitado pelo depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Sr. Cristiano, fique tranquilo que nós aqui queremos, em todos os depoimentos, tratar as pessoas com a mesma régua.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não vamos aqui, em hipótese alguma, rugir como leão com alguns e miar como gatinho com outros. Teve outras oportunidades aqui de prisão, a Presidência foi inclusive tolerante, e isso nem sequer foi arguido. Então, tenha a firmeza da nossa inquirição, mas o respeito tanto a V. Sa. quanto à douta defesa, como temos feito com todos os depoentes nesta Comissão.

V. Sa. está trazendo informações aqui não só falando: V. Sa. está trazendo um conjunto de documentos a esta Comissão e relatando um conjunto de fatos gravíssimos. Eu queria só reportar a V. Sa., perguntar alguns nomes, esperando que o senhor pudesse declinar rapidamente para mim...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ...o papel de cada um nas tratativas e negociações.

Então, vamos começar: Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Comprador pelo Ministério da Saúde do Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E qual foi a relação dele com o senhor, com a Davati, com todos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Comigo foi estritamente comercial, com informações a respeito das vacinas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E ele várias vezes mandou WhatsApp e *e-mails* para V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. Conforme documentado e periciado, várias vezes ele me ligou e me mandou mensagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só lembrando que o Sr. Roberto Ferreira Dias, até certo dia, era Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Senador Humberto.

E o Sr. Marcelo Blanco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ex-assessor do Roberto Dias e, aparentemente, continuava exercendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual a relação que ele estabeleceu nas tratativas dessas supostas vacinas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Aparentemente, de assessor, secretário ou algo que o valha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele conversou com V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Conversou por WhatsApp.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Conversou com o Dominguetti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Conversou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Avançou nos processos de negociação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Avançou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Sr. Marcelo Blanco, assessor direto do Ministro da Saúde.

Coronel Boechat.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele era responsável pelos pagamentos dos insumos no Ministério da Saúde, segundo ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele se relacionou com V. Sa., se relacionou com...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Somente no dia 12 de março, durante uma hora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No dia 12 de março participou de reunião com V. Sa.?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Participou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com o Dominguetti? Teve contato com o Dominguetti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Teve contato com o Dominguetti.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E avançou nas tratativas e provável aquisição das vacinas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Fez algumas perguntas para a aquisição, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Sra. Presidente: Coronel Boechat, Coordenador-Geral de Planejamento do Ministério da Saúde, para que fique claro, para que não restem dúvidas.

Vamos adiante.

Coronel Pires.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Coronel Pires, acredito, era uma espécie de assistente de ordens do Coronel Elcio Franco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – E ele fazia todo o trabalho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ajudante de ordens do Coronel Elcio Franco...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ...Secretário Executivo do Ministério da Saúde.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual foi a participação dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele fez vários tipos de perguntas sobre a entrega, sobre o produto, não diretamente para mim, mas diretamente para o Coronel Helcio Bruno, com h. E o que o Helcio Bruno encaminhou para mim eu disponibilizei para a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Helcio com h é o Helcio que é do Instituto Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Do Força Brasil, isso. Eu encaminhei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele fez as perguntas para o Instituto Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente, não diretamente para mim ou para a Davati.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o Coronel Pires, ele manifestou interesse nas aquisições? O senhor percebeu interesse dele na aquisição das vacinas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, nas mensagens ele diz que sim e faz bastantes perguntas ao Helcio Bruno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Pires, Sra. Presidente: Coordenação do Plano Nacional de Operacionalização de Vacinas do Ministério da Saúde, e participou de reunião – vamos já falar do Instituto Força Brasil – com o presidente do Instituto Força Brasil em um desses encontros que teve.

Sr. Laurício.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Laurício foi quem apoiou a compra através da SENAH.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele apoiou a compra através da SENAH?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Agendou reuniões e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agendou reuniões.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Inclusive, indicou que fosse copiado o Elcio Franco nos *e-mails* e deu todas as credenciais necessárias para que pudéssemos avalizar que a SENAH poderia concluir o negócio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Laurício, Sra. Presidente: Diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância de Saúde, participou das tratativas, manifestou interesse na aquisição das supostas vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Coronel Guerra.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Coronel Guerra atuou somente como o porta-voz do Herman nos Estados Unidos, não teve influência alguma na negociação, só transmitia as informações que a ele eram passadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele era porta-voz do Herman nos Estados Unidos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso, exatamente. Ele não tem relação alguma com esses outros coronéis daqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas ele se relacionou com o Herman?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Davati, nos Estados Unidos.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Guerra, assessor do adido militar da Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América.

Coronel Odilon.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Odilon é coronel?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Odilon é a qualificação que temos.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah, eu não tenho esse conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o Odilon que aparece aí?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele aparece como intermediador da negociação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é um dos intermediadores da negociação.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Da negociação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente, veja como o Governo expurgou todos! Veja, o Sr. Cristiano acaba de declinar aqui toda a cadeia de comando do Ministério da Saúde até o Sr. Elcio Franco. Toda a cadeia de comando teve participação, reuniu... Inclusive, o Sr. Dominguetti teve um chope, um chopinho de final de tarde em um bar aqui em Brasília, num *shopping*, para a negociação de vacinas.

O Sr. Cristiano não está somente falando sobre isso. Ele está com *prints* de WhatsApp, está com documentos aqui, disponibilizando a esta Comissão. Com o perdão da expressão, Presidente: ô, danada de regra de *compliance* essa do Governo do Presidente Jair Bolsonaro! Teve negociação com toda a cadeia de comando do Ministério da Saúde, toda a cadeia de comando! Deus nos livre dessas regras de *compliance*! Deus nos livre!

E é o seguinte, antes que esqueçam: corrupção passiva, art. 317 do Código Penal. O crime está claramente caracterizado.

Sr. Cristiano, detalhe o papel da SENAH e do Instituto Força Brasil.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A SENAH atuou como facilitadora dentro do Ministério da Saúde e participando de reuniões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Facilitadora, intermediadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Fez reuniões por WhatsApp com o Herman Cárdenas, enviou *e-mails*, propostas, solicitações. O Instituto Força Brasil, a meu ver, foi o braço que a SENAH utilizou pra chegar frente a frente com Elcio Franco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, Senador Humberto, vejam só: a SENAH, então, era facilitadora, a intermediadora. O Instituto Força Brasil, então, foi o braço utilizado pela SENAH para chegar ao alto escalão do Ministério da Saúde, ao Secretário Executivo do Ministério da Saúde, que hoje assessora o Presidente da República, trabalha lá, no terceiro andar, sala contígua a do Presidente da República.

É isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Instituto Força Brasil foi o braço, então, acionado pela SENAH?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, inclusive constava na agenda oficial. Parece que tiraram da agenda oficial, mas constava na agenda oficial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A reunião com o Instituto Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Constava na agenda oficial?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Oficial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tiraram depois da agenda oficial?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, um repórter me falou que foi removido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que foi removido.

Presidente, só pra todos saberem o que é o Instituto Força Brasil: aqui está a composição deles, e esse Instituto Força Brasil patrocina um conjunto de redes que estão investigadas num inquérito das *fake news* e estão sendo investigadas também na CPMI das Fake News.

Uma dessas redes, Sra. Presidente, patrocinadas pelo Instituto Força Brasil é a Crítica Nacional. Aqui estão algumas das postagens da Crítica Nacional. Vou ler aqui pra vocês: "Estudo mostra que máscaras oferecem pouca proteção contra o vírus chinês."

Vamos adiante. Instituto Força Brasil, Crítica Nacional: "O vírus chinês é uma falácia!"

Vamos mais ao Crítica Nacional: "Tratamento precoce *versus* vacinação: o medo induzido vendeu a racionalidade."

Vamos adiante sobre o Instituto Força Brasil. Está no *site* deles: "Vacinas contra a Covid podem afetar a fertilidade masculina."

Mas o Crítica Nacional tem mais: tem propaganda contra a Pfizer. Eu acho que isso que orientava, Senador Humberto, o Governo. Propagandas contra a Pfizer aqui: "Quase 200 americanos morreram devido à vacina da Pfizer."

Esse é o Crítica Nacional, patrocinado pelo Força Brasil, que tem como seu Vice-Presidente o Sr. Otávio Facuri, que é investigado nos atos antidemocráticos, no inquérito dos atos antidemocráticos e no inquérito da *fake news*. Foi esse Instituto Força Brasil que facilitou a chegada a Elcio Franco para aquisição das imaginárias 400 milhões de doses da AstraZeneca. Enquanto... Isso aí foi em que mês, Sr. Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Dia 12 de março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Enquanto nós estávamos tendo mais de 3 mil brasileiros morrendo – mais de 3 mil brasileiros morrendo por dia – por dia, o Instituto Força Brasil levou para uma reunião com o número dois do Ministério da Saúde, que hoje está junto ao Presidente da República, para aquisição de 400 milhões de doses imaginárias de saúde.

Eu queria, assim, só concluindo, Presidente...

Só concluindo: pode colocar aí o que o Sr. Cristiano disponibilizou, a nota do Ministério da Saúde, o processo de compra? (*Pausa.*)

Perfeito.

Esse é o processo... É esse, não é, Sr. Cristiano?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. Esse foi o do advogado Julio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode detalhar o que é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É... Foi enviado por um repórter me perguntando se eu conhecia o Julio Adriano Caron, que era representante da Davati no Brasil e fez um processo de compra dentro do Ministério da Saúde. E eu respondi que eu desconhecia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De onde o senhor tirou isso aí?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que foi... Não sei exatamente, mas acho que foi alguém da Globo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Mas onde estava isso aí, esse processo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Esse é um processo, pela Lei de Transparência, que está dentro do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que está dentro do Ministério da Saúde.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse cidadão, Julio Adriano, representando, pretensamente representando a Davati, deu encaminhamento a um processo... Deu encaminhamento a um pedido de comercialização de vacinas junto ao Ministério da Saúde? E esse daí é o processo para aquisição das vacinas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Tudo leva a crer que sim, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Então, isso aí teria sido autorizado pelo...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Diz, segundo eu fui informado, que não; mas é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tinha um processo em curso no Ministério da Saúde...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... inclusive, com andamento, com vários dados do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente. Secretaria Executiva, gabinete do Secretário-Executivo, com vários dados do andamento do processo no Ministério da Saúde.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, eu só queria fazer um aparte no seu tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Esse processo foi iniciado simultaneamente ao que eu estava fazendo no ministério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Paralelo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Paralelo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É uma internacional da fraude mesmo, Sra. Presidente, como estamos vendo.

Só a última pergunta, Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Tranquilo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor... O Reverendo Amilton chegou a falar alguma coisa sobre facilitar o acesso ao Presidente da República? Eu pergunto isso porque, nos diálogos de WhatsApp do Sr. Dominguetti, tem algo nesse sentido. Era bom esse esclarecimento.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, ele me convidou a participar de um café da manhã com líderes evangélicos, como se fosse um prêmio por conhecer o Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

E o levaria até o Presidente da República, seria isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É, segundo ele, sim. Porém, não ocorreu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Cristiano.

Sra. Presidente, não tenho mais perguntas.

O que o Sr. Cristiano traz aqui é gravíssimo. Toda cadeia de comando do Ministério da Saúde teve contato com essa fraude – toda cadeia de comando. Pode, inclusive, ter sido encaminhado um processo de compra de aquisição por um golpe paralelo, por uma ação de golpe paralela à que estava claramente ocorrendo. Mais que isso: as duas intermediadoras...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, vamos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... Senah e o Instituto Força Brasil...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já deu, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As duas intermediadoras...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já faz meia hora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... têm contato direto com a base de apoio do Governo Bolsonaro.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para finalizar, Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Atuam...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Faz meia hora, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Atuam nas sociais e atuam em todo lugar.

Presidente, eu queria agradecer ao Sr. Cristiano...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu que agradeço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... porque as informações que ele traz à CPI são...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... esclarecedoras sobre como se comporta este atual Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Randolfe.

O Senador Jorginho Mello está aniversariando hoje.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E, muito embora tivéssemos avisado que a gente ia suspender agora para o lanche aqui não apenas do depoente, mas dos demais colegas, ele me pede alguns minutos, porque, segundo ele, ele não vai usar os 15 minutos. Então, até em homenagem ao seu aniversário, eu pedirei a benevolência dos colegas para que a gente ouvisse o Senador Jorginho Mello, e, na sequência...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E ele também fará uma viagem, que foi o que ele acabou de me falar.

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – É rapidinho. É só sobre a lista de oradores, só para nos atualizarmos.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senadora, logo após o Senador Jorginho Mello, tem o Senador Eduardo Girão e V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Trinta minutos? Depois do Senador Jorginho, 30 minutos?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso. Então, em média, em uma hora será o horário em que V. Exa. falará.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, vamos sentar aí, Senador Heinze, vamos dar uma acalmada aí, porque eu quero falar agora.

O Senador Humberto já se sentou.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está aniversariando e tem muitos direitos hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Obrigado.

Quero cumprimentar a Sra. Presidente, que preside os trabalhos nesse momento, cumprimentar todos os Senadores, cumprimentar o depoente e o seu advogado. Como é o nome do senhor advogado?

O SR. FÁBIO HENRIQUE MING MARTINI (Para expor.) – É Fábio Ming.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Fábio?

O SR. FÁBIO HENRIQUE MING MARTINI – Ming.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ming.

Quero fazer o registro da sua participação, do senhor, como advogado, é importante sempre a gente frisar isso – uns, com boa orientação; outros, mais ou menos, mas vale destacar a presença do advogado.

Eu quero dizer... Hoje é a 37ª Reunião da CPI. Nós estamos aqui nos encaminhando para o final dos 90 dias – agora foi prorrogada –, e vejo aqui, com muita tristeza, Sr. Cristiano, com todo respeito a sua pessoa, que o Governo se livrou de golpes que vocês queriam dar no Governo, porque não é possível, não é possível que pessoas que não têm, que não representam nada, pessoas que não... É vendedor informal junto com outras pessoas... O Dominguetti veio aqui e fez um monte de lambança também. Tentaram dar um golpe no Governo e ainda bem que não saiu um pila, porque isso é uma tragédia.

Eu quero crer que o *compliance* do Governo funcionou, e que isso sirva de exemplo para o Governo, porque não pode atender pessoas desqualificadas, pessoas que não têm nada a ver... "Ah! Eu vendo vacina, eu tenho... Eu represento uma empresa X". Cadê a credencial? Cadê a normalidade de uma negociação? Por favor!

Então, eu quero lhe dizer o seguinte: o senhor falou no auxílio emergencial. "Ah! Foi uma amiga." Daí o senhor não sabe mais o nome da amiga. Ah, por favor!

Então, eu quero, para não acharem que eu estou querendo desprezá-lo ou fazer alguma crítica, isso é uma vergonha. O seu depoimento aqui é um monte de informações de lambança... "Falei com fulano."

O senhor falou aqui do Reverendo, citou o Vaticano... Isso é uma bobajada! É uma tentativa de um golpe que deu tudo errado! Só falta o senhor querer que nós convidemos o Papa Francisco – ele está se recuperando de uma cirurgia, não pode vir! A CPI não pode estar brincando com isso!

Eu tinha feito umas perguntas para saber da Davati aqui, enfim, mas eu não vou nem perder tempo! Foi uma tentativa de golpe que não deu certo! Covaxin, AstraZeneca... Que barbaridade! Isso é o nosso Brasil, infelizmente! A gente não pode...

Eu quero também agora, Sra. Presidente, dizer que nós temos que nos voltar um pouquinho para os governos estaduais! Por favor! Tem uma lista aqui para ser investigada! Lá no meu Estado, 33 milhões foram para uma casa de massagem no Rio de Janeiro, e ninguém sabe, ninguém viu! Lá no Amazonas, uma adega de vinho! Lá em São Paulo, o consórcio de uma empresa que emitiu duas notas na vida! Enfim, é uma barbaridade! O Brasil está assistindo a isso.

Ministro Queiroga, reforce – o senhor deve estar vendo, ou alguém deve estar vendo pelo senhor – o *compliance* aí! Dê uma reforçada na questão de compra, porque não podem, não podem e não devem receber pessoas da qualidade do Sr. Cristiano e do Dominguetti, para fazer essa picaretagem, essa venda, essa articulação! Isso não ajuda ninguém – ninguém, ninguém, ninguém – muito menos a saúde do Brasil.

Eu encerro e não faço nenhuma pergunta, porque eu acho isso uma lambança tão grande que não merece consideração.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Jorginho Mello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Nós vamos suspender, mas, antes, porém, eu queria fazer um registro, falando de *compliance* aqui. A mesma *compliance* que o Governo teve em relação à Davati não teve em relação à Covaxin, que foi, inclusive, até a realização do contrato, e só houve a suspensão porque a CPI denunciou e aprofundou, portanto, a investigação.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não comprou também, não...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos suspender pelo prazo de 30 minutos esta audiência pública, ou melhor, esta sessão, oitiva. E a gente retorna daqui a pouquinho, continuando aqui ouvindo o Sr. Cristiano. Na sequência, como eu já registrei, o Senador Eduardo Girão e a Senadora Leila Barros.

Daqui a pouco, a gente volta.

(*Suspensa às 14 horas e 19 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 44 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes de retomar e passar a palavra para o Senador Eduardo Girão, só um lembrete, um aviso a todas as colegas Senadoras e aos colegas Senadores inscritos, como efetivos ou suplentes, que estão presentes ou no sistema remoto.

Esta Presidência tem que suspender em definitivo a sessão, tem que encerrar a sessão assim que iniciar a sessão do Congresso Nacional. A sessão do Congresso Nacional hoje votará a Lei de Diretrizes Orçamentárias, pré-requisito constitucional para o recesso.

Então, por determinação do Regimento Comum do Congresso, por determinação da Presidência da Casa, assim que iniciarmos a sessão do Congresso Nacional, eu quero pedir a compreensão de todas e de todos, nós teremos que encerrar a inquirição do Sr. Cristiano.

Senador Eduardo Girão, V. Exa. com a palavra.

Fique à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues.

Eu queria até, a propósito do que o senhor acabou de falar – está certo?, e nada é por acaso –, eu queria lhe passar uma preocupação enorme que eu estou tendo neste momento. Enquanto as atenções estão voltadas para a CPI, nós temos uma possibilidade de um golpe do "fundão", que nesta LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que vai ser votada daqui a pouco – já foi aprovado o relatório –, aumenta do dinheiro do contribuinte, do povo brasileiro, olha só, dos 2 bilhões que são hoje o fundo eleitoral, para 5,7 bilhões, daqui a pouco, com essa votação. Então, vários Parlamentares estão se movimentando para tentar barrar isso, e eu já anuncio aqui que voto contra esse aumento.

Ontem nós já tivemos aí a volta da propaganda eleitoral paga com esse dinheiro do "fundão"...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita subscrever o voto seu também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, perfeito.

Ontem à noite, Presidente Randolfe Rodrigues, nós tivemos aumento de R$400 milhões, que é a volta da propaganda político-eleitoral, com esse dinheiro do "fundão". Então, é um desrespeito ao povo brasileiro, que sofre as consequências da pandemia na área do desemprego alto e fome e se aproveita muitas vezes de uma situação desta de CPI, onde as energias estão voltadas para esta Casa, para fazer esse tipo de jogada com o dinheiro do contribuinte.

Eu espero que não passe, espero que a população brasileira, de forma respeitosa e pacífica, fale, enquanto é tempo, com seus Parlamentares pelas redes sociais, pedindo que não aprovem isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Mas eu quero falar que nós estamos entrando na 37ª sessão, Senadora Leila Barros, eu vim a todas aqui, participei, perguntei, sou titular desta Comissão, e acho que, com todo respeito, dando-lhe as boas-vindas, Sr. Cristiano...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... um dos depoimentos mais contraditórios que pude ver aqui foi o do senhor. Estou até com um vídeo para passar, e eu não vou fazer – era no início desta reunião – em respeito à sua pessoa, eu não vou passar, porque é um constrangimento...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que é quando o senhor fala do auxílio emergencial, que é um socorro, uma mão para o povo brasileiro pobre que não tem condições de ter o alimento básico neste momento de pandemia, e uma amiga sua fez. O senhor falou aqui, numa pergunta de um colega, deixou claro – está no vídeo isso, claro – explicando a situação. E depois o senhor refaz. Depois o senhor, de uma forma, assim... Eu não tenho nem palavras para colocar. Assim, de uma forma... Vamos lá, vou refazer o que eu disse, uma coisa que o senhor disse com toda a convicção. Então, disse, retificou, dizendo que tinha sido o senhor, mas ficou claro... E eu fico até preocupado com outras declarações que o senhor deu aqui. Que tipo de confiabilidade a gente pode ter se aconteceu essa mudança repentina, do nada?

Então, eu já vou começar aqui também a perguntar para o senhor. Quando o Senador Renan Calheiros estava perguntando sobre a questão de que outras tratativas o senhor teve, em nome da Davati, com outros organismos, outros Estados, Municípios, o senhor omitiu outro dado – eu peguei aqui, pela informação –, que é com relação ao próprio Secretário de Saúde lá de Roraima, que disse que o senhor teve contato para vender lá a Janssen. Não houve isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu nunca estive em Roraima.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não é que o senhor esteve em Roraima; é que o senhor tentaria, o senhor tentou vender os produtos, a vacina da Davati, que, no caso, é a Janssen. Isso é uma declaração do Secretário de Saúde de Roraima.

O senhor teve contato com outros Municípios, outros Estados?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A pessoa que teve contato com Roraima foi o Dominguetti.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi o Dominguetti, mas, em nome da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Acredito... Provavelmente, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o secretário cita o nome do senhor, tá? Só para lhe passar esta informação: que foi o senhor...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, mas eu nunca estive com ele. Acredito que nunca falei com ele por telefone, por vídeo, nada disso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Com relação à questão de consórcios, com que o senhor fala...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que teve contato, o senhor falou que teve com o Governo de Minas Gerais, com o Ministério da Saúde, mas também consórcios. É isso? Confirma essa informação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim. Consórcios de cidades, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Consórcios de cidades. Que consórcios são esses? O senhor pode detalhar para a gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – São alguns consórcios – agora não vou me recordar de cabeça –do sul de Minas, ali da região do Dominguetti, onde ele reside. Ali eu tive alguns contatos por telefone com alguns integrantes; nunca pessoalmente, mas chegamos a ter alguns contatos com alguns consórcios de cidades, aí, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E, no caso de Roraima, o senhor confirma que foi ele, não foi o senhor?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu nunca estive em Roraima, nunca...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é que esteve; é contato com o Secretário de Saúde de lá, para vender vacina. Contato, nem que seja uma ligação. O senhor lembra?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência. Não me recordo de, nunca, ter falado com nenhum secretário de saúde, inclusive.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Com relação ao áudio que o Deputado Luis Miranda, aquele tal áudio que o senhor recebeu...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como é o nome da pessoa que recebeu?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Rafael Alves.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Rafael Alves. O senhor recebeu esse áudio, repassou para o Cabo Dominguetti antes de ele vir à CPI, ele exibiu esse áudio aqui, e o Deputado Luis Miranda depois disse que esse áudio teria sido adulterado, teria sido editado. E o senhor disse hoje aqui – quero saber se o senhor confirma – que o áudio não foi adulterado.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Confirmo plenamente que esse áudio não foi adulterado. Já fizemos a perícia no telefone e entregamos à direção desta Casa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, eu posso concluir que o Deputado Luiz Miranda mentiu a esta CPI?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não sei dizer. Ou ele pode ter se enganado. Mas não foi editado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É. Então, um dos dois está colocando uma inverdade aqui. O senhor está dizendo que não foi adulterado.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu recebi e encaminhei da mesma forma que eu recebi, Excelência. Isso está registrado no meu telefone.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Outra coisa que o senhor respondeu aqui, e eu queria lhe perguntar: essas luvas que o senhor falou, o que teve alguma tratativa na época, que o Deputado estaria negociando isto: luvas – o Deputado também disse que não fez nenhuma..., que nunca tentou vender nada na área de saúde –, que luvas são essas? Se não são luvas de saúde, são luvas de futebol? São luvas de quê?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, seriam luvas de procedimento, só que não seriam para o Brasil, seriam para os Estados Unidos. O *print* de tela que eu disponibilizei a esta Casa com as minhas conversas com o Deputado no ano passado, acredito que em setembro, demonstra claramente que são luvas de procedimentos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Luvas cirúrgicas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não cirúrgicas. Cirúrgicas são outras luvas. Luvas de procedimentos. São aquelas luvas que usam...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Luvas de procedimentos, mas luvas hospitalares, de uso hospitalar?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. Hospitalar tem que ser outro tipo de luva. É luva de procedimento que se chama mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Luva de procedimento, que o senhor diz, pode ser luva...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A luva que compra na farmácia, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... de uso de saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – De uso de saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Na área da saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele falou que nunca tinha efetivamente vendido isso, tratado desse assunto.

Outra coisa que eu queria perguntar para o senhor aqui e foi eu acho que...

Viu, Presidente? É muito importante, e o senhor concordou comigo aqui no dia em que nós votamos a convocação do Ministro Wagner Rosário, da CGU, ficou muito claro, nesta semana – Senadora Leila, isso está evidente –, que não podemos mais adiar. Esta CPI, quando, de alguma forma, pode desembocar para Estados e Municípios alguma coisa, ela tira o trem de pouso, ela volta. Se querem realmente buscar toda a verdade – eu não acredito nisso pelo que eu estou vendo de atitudes –, deveríamos já ter trazido aqui o Wagner Rosário, o Ministro que quer vir, e, inclusive, abrir um procedimento, Senadora Leila, justamente sobre o caso Davati. O caso Davati está sendo investigado pela CGU, essa questão da suposta propina. Tudo isso está sendo investigado, Presidente. Temos que trazer aqui o Ministro Wagner Rosário, porque ele vai ser útil não apenas nesse caso, mas também em 53 operações em Estados e Municípios que, segundo ele, deram prejuízos multimilionários e que esta CPI, até agora, depois de 37 sessões, 70 dias, não quis olhar.

Então, é muito importante que a gente possa enveredar, depois desse recesso, Senadora Leila... É importantíssimo isso. É um momento de reflexão. São 15 dias para baixar um pouco a bola, levar para a racionalidade. A gente está num momento de muita polarização hoje no País. E que a gente possa resguardar até o Senado Federal com decisões serenas, com decisões coerentes, equilibradas, e não fazer um tribunal de inquisição, como o que a gente viu aqui: muitos depoentes falando em tortura psicológica, muitos depoentes sendo... Há a tentativa de humilhar aqui dentro, não é?

Eu acho que... Há um trecho de que eu gosto muito de *O Livro dos Espíritos*, a Questão 621: "Onde está escrita a lei de Deus?". Está escrita "na consciência".

Então, o Congresso Nacional, com a condução equivocada desta CPI, sem querer enveredar para um requerimento legítimo meu, assinado por 45 Senadores da República, para rastrear verbas federais enviadas para Estados e Municípios... Não é à toa – não é à toa! – que há números crescentes de rejeição ao Congresso Nacional. Pesquisa do Datafolha, que entrevistou 2,074 mil pessoas... Olhem só: o Datafolha mostra que 38% da população consideram ruim ou péssima a atuação do Congresso Nacional. Subiu esse índice. Se você pegar como "regular", vai para 81% da população. Apenas 14% acham que é bom ou ótimo.

O Supremo Tribunal Federal, que mandou abrir aqui esta CPI... O caso é ainda mais delicado. É mais delicado! É o povo percebendo as suas instituições, que são fundamentais, eu digo, fundamentais para a República! Mas olhem só... Talvez, com essas invasões de competência, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

tudo o que tem acontecido, Senador Heinze, tem aí 33% que veem o STF como ruim ou péssimo, 33% da população! Se você somar com 36%, você tem aí de "regular" 69%. Apenas 24% o consideram ótimo ou bom.

Esse é o resultado do trabalho que, muitas vezes, a gente desempenha aqui.

Eu quero encerrar, nestes últimos minutos, fazendo um apelo para esta CPI, para que, depois do recesso, não cerre mais os olhos com relação ao Consórcio Nordeste. O Consórcio Nordeste é uma vergonha. As atitudes que a gente viu na compra dos 300 respiradores – e está sem a resposta, até hoje, que a gente já poderia ter dado ao povo brasileiro – é algo extremamente irresponsável. É irresponsável! É ignorar, é simplesmente não dar a menor consideração a algo que representa quase R$50 milhões do povo brasileiro, especialmente do Nordeste, pagos antecipados da indústria da maconha. A Senadora Leila foi desportista. Isto é o que aconteceu: esses respiradores, Senadora Leila, jamais chegaram ao povo. E tem fortes indícios de dois ex-ministros do Governo Dilma... Será que é por isso a blindagem para que não se vote isso?

Nós temos 82% dos Senadores desta Comissão do Norte e do Nordeste, 82%! Você sabia disso? Oitenta e dois por cento! Dez Senadores do Nordeste brasileiro.

Desses respiradores, Sr. Presidente, 30 são de Alagoas, 4,957 milhões; da Bahia são 60, 9,895 milhões; do Ceará, 30 respiradores; Maranhão, 30 respiradores; Paraíba, 30 respiradores; Pernambuco, 30 respiradores; Piauí, 30 respiradores; Rio Grande do Norte, 30; Sergipe, 30 respiradores sem resposta. A gente precisa efetivamente ter.

Só pra encerrar aqui a situação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Girão, vou acrescentar só mais um minuto, só para V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Um minuto, um minuto, só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... terminar e todos os colegas poderem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, só pra encerrar a minha participação e dizer que a CPI tome mais cuidado pra ela não cair no descrédito total. O que a gente viu hoje aqui, infelizmente, foi um depoimento muito frágil, com contradições. Isso não é bom, isso tira a seriedade de algo que pode dar um resultado importante para a gente deixar para o povo brasileiro, seja lá onde tiver corrupção, onde tiver: seja Governo Federal, sejam Estados, sejam Municípios.

Que a gente tenha mais serenidade, mais firmeza pra buscar realmente a verdade e o interesse do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Girão.

Eu acrescentei mais dois minutos ao Senador Girão em deferência a S. Exa., mas eu quero pedir a compreensão de todos os colegas: esta Presidência vai ter que ser rígida com o tempo para que nós possamos garantir, até o início da Ordem do Dia do Congresso Nacional, o maior número possível de colegas Senadores para se pronunciarem.

Então, eu passo, ato...

Só a título de informação, temos aqui o processo da aquisição das luvas referidas pelo Deputado Luis Miranda. Foi uma aquisição de luvas nitrílicas, luvas para a segurança e a proteção das mãos. O processo está aqui, foi encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. É uma comunicação que trago.

Então, ato contínuo, Senadora Leila Barros, próxima inscrita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Até pra a gente dar celeridade ao tempo, eu vou pedir para o Sr. Cristiano pra que ele responda o mais objetivamente possível.

Sr. Cristiano, eu queria lhe fazer uma pergunta direta sobre o pedido de propina ou comissionamento denunciado pelo Dominguetti, que esteve aqui nesta CPI. Quando exatamente o senhor soube desse pedido e como foi feita a denúncia? E o senhor foi informado pelo Dominguetti sobre esse pedido de US$1 por dose?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, inicialmente, logo após o jantar que ele eventualmente teve com o Coronel Blanco e com o Roberto Dias – acredito que, no dia seguinte, no máximo –, eu fui reportado de que tinha um pedido de comissionamento extra para o grupo do Blanco e do Odilon.

Passou-se algum tempo, num dia em que eu estive aqui em Brasília, no dia 12 de março, ele me explicou que tinha sido um pedido na presença do Roberto Dias.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

Considerando que o senhor disse que a comissão de todo o grupo da Davati seria de US$0,20, eu gostaria de saber quanto seria sua parte e das demais pessoas envolvidas, pois me parece evidente que o interesse de todos girava em torno dessa comissão, obviamente. Afinal, quem seriam os beneficiários da comissão em caso da conclusão da venda? E gostaria que o senhor listasse, por favor, a esta Comissão o nome desses beneficiários.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A Senadora está perguntando dessa...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Da comissão, dos vinte...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – ... da venda para o Ministério da Saúde?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Isso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eventualmente, como nós estávamos lá através da Senah, a Senah teria uma participação, acredito que o Instituto Força Brasil teria sua participação também, o Dominguetti teria sua participação, a própria Davati teria a sua participação nos Estados Unidos, e eu também teria alguma participação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nesse depoimento que o senhor já falou... O senhor já falou vários nomes, integrantes do Ministério da Saúde, dentre servidores e coronéis da ativa e da reserva; o senhor já citou vários nomes aqui na CPI. O senhor poderia nos informar, de todos com quem o senhor teve mais contato, quais foram os que demonstraram mais interesse de fazer essa operação com o senhor, ou seja, o senhor poderia nos informar quem foram os maiores interessados e que mais fizeram pressão para a concretização da venda, enfim, os que mais lhe procuraram e queriam a concretização dessa venda, nesse grupo todo que o senhor já sinalizou para nós?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Dos militares, a senhora está perguntando?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, todos. Qual... O que o senhor percebeu...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Só os militares.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... que fez mais pressão?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que as pessoas que mais se interessaram foram o Coronel Blanco e o Coronel Helcio Bruno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor informou que no dia 12 de março teve um encontro... Nós já ouvimos bastante o senhor falar sobre esse encontro que o senhor teve com o Coronel Elcio Franco. O senhor poderia nos informar mais uma vez detalhes desse encontro e sobre o que conversaram? E quem efetivamente participou? Porque o senhor falou que esse encontro foi entre o senhor e o Elcio. Eu pergunto ao senhor se o Reverendo, o Amilton, estava presente nesse encontro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nesse encontro estávamos presentes – eu vou começar pela cúpula do Ministério da Saúde – o Coronel Pires, o Coronel Boechat, o Coronel Elcio Franco, o Coronel Helcio Bruno, do Instituto Força Brasil, o Reverendo Amilton, o Dominguetti, eu e o advogado do Instituto Força Brasil.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor citou que foram tentados dois caminhos para a venda de vacinas – já falou algumas vezes aqui também – junto ao Ministério da Saúde: um seria através do Coronel Blanco e Roberto Dias, que contou com a intermediação do Reverendo Amilton; o outro, que chegou ao Coronel Elcio Franco por intermédio do Instituto Força Brasil, liderado pelo Helcio Bruno. Sobre isso, eu pergunto ao senhor: o senhor confirma essa informação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Confirmo essa informação. Só faço um complemento de que o Força Brasil estava ainda... Fez a agenda e esteve no compromisso por solicitação do Reverendo Amilton.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor já citou aqui... O senhor só levantou essa possibilidade. Para o senhor, havia divergência ou disputa entre esses dois grupos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Como um não sabia de que o outro estava negociando e com quem, aparentemente tinha alguma coisa divergente entre eles ali.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O Reverendo Amilton tratava ou participava da intermediação dos dois grupos? Alguém dos dois grupos estava envolvido nessa intermediação entre eles?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não. Acho... Acredito eu que eram grupos absolutamente distintos.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

O senhor saberia nos informar se houve pedido de comissionamento por esses dois grupos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pelo grupo do Roberto Dias, eu soube através do Dominguetti lá, do Coronel Blanco, não é? Por parte do Elcio Franco ali não teve nenhum pedido diretamente a mim. **A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Quando o senhor caracterizou os funcionários do Ministério da Saúde como – desculpem – "FDP", em mensagem trocada com o Dominguetti, se referia aos dois grupos ou especificamente a alguém?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Olha, eu me referi especificamente a algumas pessoas. No caso acho que do Lauricio, criou-se uma expectativa dentro da empresa, da Davati, de até gerar documentos apoiando a Senah. Isso achei que não coube muito bem à função que ele ocupava no ministério. E a segunda pessoa que eu mencionei, que volto a mencionar, que eu achei que – vamos dizer assim – tinha uma posição meio dúbia ali era o Coronel Blanco, porque ele era ex-assessor e continuava assessorando, mas não era nem um militar da ativa e nem um servidor no exercício da função. Então, ficava meio dúbia a situação dele.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por fim, eu tenho duas últimas perguntas, Sr. Cristiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Nós estamos falando... O senhor está aqui por causa de um cenário trágico que este País está vivendo, e por vários indícios de atos de corrupção pelo Ministério da Saúde. É claro que são indícios e que esta CPI está aqui para apurar.

Eu pergunto para o senhor, que estava vendendo, que estava em contato direto com vários servidores do Ministério da Saúde do Brasil, nas tratativas com o Ministério da Saúde: o que achou do corpo técnico com o qual o senhor teve contato para tratar sobre essas vacinas? Essas pessoas entendiam de saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No contato que eu tive com a cúpula dos coronéis – vamos dizer assim – no dia que eu estive em Brasília, eu percebi que eles não conheciam de comércio exterior.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Era a minha segunda pergunta: saúde e comércio exterior.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Parecia que eles desconheciam absolutamente tudo sobre comércio exterior, o que me surpreendeu, inclusive, porque eu ficava pensando como é que eles estavam negociando vacinas com os fabricantes se eles não tinham aquelas informações básicas.

Pelo outro grupo, talvez o mais capacitado ali, que conhecesse um pouco mais, era o Roberto Dias. Ele que tinha um pouco mais de conhecimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por fim, eu deixo aqui uma pergunta que foi sugerida pelo nosso colega querido, Kajuru. Durante a sessão nós conversamos muito entre os grupos, entre os Senadores, e eu faço das dele também as minhas palavras.

Sr. Cristiano, caso esta CPI prove culpados, criminosos e corrupção nesse rolo todo, o senhor ficará muito surpreso ou achará normal, previsível?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Dados os fatos, provas apresentadas e indícios, não vai ser nenhuma surpresa para mim, não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada!

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Leila.

Senador Luis Carlos Heinze. Conforme tínhamos combinado ontem, o primeiro dos suplentes.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – O.k.

Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, Senador Girão, vamos falar de coisa positiva, Senador Bezerra, que infelizmente a gente não ouve nesta Casa. Aqui são só fatos negativos, mas o Brasil está hoje como o quarto país do mundo em doses aplicadas, com 118 milhões de doses aplicadas, e quase 150 milhões de doses distribuídas. Isso é um fato importante. Segundo dados, nós temos um instituto de pesquisa que mostra que talvez até o final de agosto já tenhamos toda a população brasileira com uma dose aplicada e boa parte já com a segunda dose, e que ainda no mês de novembro deveremos encerrar as doses aplicadas, e que o Governo brasileiro, o Governo Bolsonaro, já comprou 662 milhões de doses. Tirando fora a questão da Sputnik, 10 milhões, e 20 milhões da Covaxin, que estão aí em discussão, nós temos 632 milhões de doses compradas, o que dá para vacinar praticamente três vezes a população.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, vou repetir, já chegaram lá 9,038 milhões de doses. Isso já é quase 100 mil doses superior à população vacinal do Rio Grande do Sul, quer dizer, já tem dose

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

para toda a população e já está se chegando à segunda dose, no Rio Grande do Sul. Então, esse é um ponto importante – recursos federais.

Senador Girão, Senador Bezerra, nós temos nos empenhado muito com o chamado tratamento precoce, que é negado nesta Comissão. Enquanto nós estamos aqui nesta CPI investigando atos do nosso Governo, mas negando investigar atos de Governadores e Prefeitos, Senador Girão, mesmo que a responsabilidade pelas conduções e atitudes frente à Covid-19 esteja sobre a égide tripartite, muitas pessoas ainda sofrem com a pandemia nos hospitais, vendo o médico lutando para salvar seus pacientes. Muitos desses pacientes já foram vacinados, mas mesmo assim se infectam. Nós temos o caso do Senador Otto Alencar aqui, infectado; nós temos o nosso colega Pedro Westphalen, meu parceiro do partido no Rio Grande do Sul, com as duas doses aplicadas e está hoje intubado na UTI no Rio Grande do Sul; outro Deputado Federal, Afonso Hamm, felizmente já saiu do hospital na semana passada e tinha duas doses aplicadas.

Nós somos a favor das vacinas e temos trabalhado dia e noite para ampliar as ofertas e a quantidade de vacinas acessíveis e seguras para a nossa população. Porém, não podemos nos cegar diante da necessidade de descoberta de novos medicamentos e formas de tratamento para aqueles que se infectaram. Temos acompanhado a literatura mundial e brasileira no tocante aos estudos de eficácia de novos medicamentos ou de medicamentos que possam ser reposicionados, e busquemos apoio do Ministério da Saúde para que esses medicamentos possam ser utilizados de forma segura e dentro da legislação brasileira.

E, nesse contexto, hoje eu trago um trabalho duplo-cego – fala-se tanto de duplo-cego – randomizado realizado com pacientes hospitalizados, em que foi logrado êxito na redução de morte, por 27% – a ciência a favor da humanidade. Vírus: foi detectada a nova cepa lá em Manaus. Pesquisadores brasileiros – que são tão criminalizados aqui –, cientistas nossos estiveram lá em Manaus e descobriram essa cepa. Aqui está o trabalho duplo-cego randomizado que negam aqui nesta Casa, Srs. Senadores; e chamam de charlatões, Senador Bezerra – charlatões! –, pessoas que assinam esse trabalho aqui, e trazem Natalia Pasternak, Dra. Luana e tantos outros... A Dra. Luana não atendeu um paciente – um paciente! Aqui atenderam centenas de pacientes. Isso aqui é um trabalho.

Enquanto estamos discutindo e negando apoiar os nossos médicos e cientistas, empresas farmacêuticas estão lançando produtos mundo afora, e outros países estão avançando no uso de medicamentos para tratar os infectados. É o caso da empresa farmacêutica Kintor, que assinou uma licença para comercializar o medicamento que eu citei no artigo sobre o estudo – uma empresa chinesa, com licenças e patentes, para vender para África, China e Índia. Então estamos hoje... Essa patente, Senadores, é para isto que eu chamo atenção: nós negamos. O Conep nosso, o Conep nosso está defenestrando esses médicos, cientistas, jogando como se fosse no lixo, e o mundo está reconhecendo o que aqui nesta Casa estão negando.

Eu tenho orgulho, Senador Girão, de nós estarmos defendendo essa bandeira, Senador Bezerra. Defendemos essa bandeira porque temos certeza do que está acontecendo. O mundo reconhece e, aqui no Brasil, infelizmente, os negacionistas... O próprio Relator Renan Calheiros chamou de charlatões, e ouve nada de qualquer pessoa. Mas, comparativamente... Não tem nem como comparar pessoas...

Aqui está um exemplo, a reportagem que eu vou deixar na CPI, vou deixar para mostrar que isso está acontecendo. A pesquisa, os pesquisadores que foram negados aqui...

Eu sou agrônomo, mas eu entendo que nós temos que ajudar a ciência e continuar a vacinação. Mesmo que não queiram, a verdade se revela, a ciência avança. Seguiremos confiantes e combatentes, a doença não nos vencerá!

Agora o nosso depoente.

Ah, e uma outra questão também importante, vou repetir, referir novamente. A questão da hidroxicloroquina, já falei e vou repetir: tem caráter provisório e se trata de tratamento de pacientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

hospitalizados, portanto não se dirige a pacientes no início da doença, que teriam a possibilidade de fazer um tratamento ambulatorial ou precoce. Isso funciona no Brasil inteiro, e temos dados mostrando a segurança desse tratamento. Então, esse é um ponto.

Sr. Cristiano, algum dos interlocutores que falaram com V. Sa. ou que conversaram com o Sr. Dominguetti – Roberto Dias, Rafael Alves ou outro qualquer desses que foram tratados – lhe disse que Elcio Franco havia requerido comissionamento ou valores adicionais pelas propostas da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Senador, respondendo à sua pergunta: o Coronel, o Secretário Elcio Franco, nunca pediu nenhum tipo de favorecimento a mim ou que eu tenha ficado sabendo através de outras pessoas. Ele nos recebeu muito bem no Ministério da Saúde e não fez nenhum tipo de solicitação de favorecimento à pessoa dele.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como ocorreram os primeiros contatos com o Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Os primeiros contatos com o Ministério da Saúde se iniciaram através do Reverendo Amilton, da SENAH, em meados do mês de fevereiro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quer dizer que Marcelo Blanco, o coronel, esse ex-assessor da pasta, não pressionou, não entrou, não intermediou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O senhor está perguntando do Coronel Elcio Franco? Ou o senhor está me perguntando de coroneis?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, Marcelo Blanco.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, o Marcelo Blanco não pressionou. Ele, vamos dizer assim, se interessou e tentou fazer com que o negócio acontecesse o mais rápido possível.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k..

Como foram as tratativas com o Reverendo Amilton Gomes de Paula nas negociações com o Ministério da Saúde? Ele foi determinante para aproximar a empresa da Presidência da República?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, ele foi determinante. Ele sempre foi muito bem relacionado, e ainda é, sempre tratou em caráter humanitário a questão das vacinas e sempre teve um acesso muito grande a todas as pessoas, inclusive chegando ao Secretário Elcio Franco.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Houve alguma reunião do Presidente Bolsonaro com integrantes da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, absolutamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Presidente da Davati Medical Supply, Herman Cárdenas, manteve algum contato com o Presidente? Ou os seus contatos ficaram apenas no âmbito do Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Todos no âmbito do Ministério da Saúde, Excelência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Roberto Dias pediu propina para fechar contratos com a Davati? Como foram as reuniões com ele? Houve participação do ex-Secretário Elcio Franco nas tratativas?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Elcio Franco não tem nenhuma relação nas tratativas do Roberto Dias. As tratativas do Roberto Dias foram feitas junto a mim, ao Dominguetti, e não foi feito nenhum tipo de solicitação de propina diretamente a mim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por qual motivo as negociações entre a Davati e o Governo Federal não avançaram?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso é um pouco subjetivo, mas eu vou dar a minha opinião, Excelência.

Nós estivemos lá no dia 12 e, no dia 15, chegou a proposta da Janssen pelo Herman Cárdenas. Acredito que não tenha evoluído porque, uma semana depois, todas as pessoas – a maioria delas, né? – com as quais lidamos no Ministério da Saúde foram exoneradas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor acha que um cidadão com inúmeros processos na Justiça, como o Sr. Dominguetti, Luiz Dominguetti Pereira, tem algum respaldo para denunciar algo ou tem algum interesse não correspondido? Porque eu questionei a ele...

E gostaria, Sr. Presidente, que nós botássemos frente a frente o Dominguetti, o próprio Cristiano, esse Coronel Marcelo Blanco, sei lá, todo mundo junto, o próprio Elcio Franco, pra nós acarearmos aqui, pra ver o que houve, porque a gente só fala de intermediários.

Então, a pergunta: acha que o Dominguetti tem algum respaldo pra denunciar por não ter algum interesse correspondido?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A minha impressão, Senador, é que ele realmente ficou chocado com o pedido e até demorou bastante tempo pra tomar alguma atitude, talvez em consideração à Davati, às negociações em curso, mas eu não... A minha opinião, o meu juízo de valor é que ele não teve motivação própria pra isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só vou destacar que o Secretário Executivo Elcio Franco foi responsável pela coordenação de equipe multidisciplinar integrada por diversos setores e secretarias do Ministério da Saúde e que realizou as negociações, contratações e aquisições, até 20 de março de 2021, de todas as vacinas do Ministério da Saúde, sendo, portanto, o agente público com maior *expertise* para apreciar eventual não conformidade contratual quanto às vacinas. Está sendo atribuído ao Coronel Elcio Franco que ele seja associado a propostas de propina que foram supostamente pedidas por Roberto Dias.

Em algum momento, nas oportunidades em que o senhor esteve no Ministério da Saúde em reunião com o Sr. Elcio Franco, o senhor ouviu dele alguma sugestão ou pedido de valores adicionais sob o pretexto de comissionamento ou propina do próprio Secretário?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Absolutamente, ele foi sempre muito profissional, e não só ele, também o Coronel Boechat e o Coronel Pires. Não fizeram nenhum pedido de favorecimento ou propina a mim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Só pra deixar constar também que, desde o início das oitivas, não houve um depoente – um! – que houvesse mencionado que Elcio Franco ofereceu ou envolveu-se em proposta de recebimento de propina. O que ocorre é que ele centralizou as tratativas de vacina na secretaria executiva. Nenhuma tratativa que envolveu benefícios escusos prosperou.

Então, este é o caso: essa vacina até hoje não foi comprada, não foi negociada, a própria Anvisa ainda não liberou, não foi pago um centavo, um real, em cima desse assunto. Então, é a mais uma narrativa que nós estamos assistindo aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador.

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quero cumprimentar o Sr. Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Olá, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bem-vindo também o advogado...

O SR. FÁBIO HENRIQUE MING MARTINI – Muito obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a presença...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu é que agradeço.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir chamá-lo de "senhor", pode ficar à vontade de me chamar de "você" também.

O seu testemunho hoje é muito importante pra esta Comissão, porque começa a clarear alguns fatos que, pra nós, são da mais alta relevância.

Ficou muito clara aqui a presença de alguns personagens que são personagens recorrentes nesta CPI, e por todos citados, começando pelo Coronel Elcio e chegando a outros membros, outros nomes que o senhor traz agora de forma inédita a esta Comissão.

Apenas não ficou claro ainda, pelo menos da minha parte... Ainda que o senhor tenha que repetir... Eu peço desculpas, é só para que a gente possa entender toda a história, eu gostaria de entender um pouquinho esse papel da Davati. O que uma empresa que, a princípio... Aí é a primeira pergunta: é uma empresa americana que, a princípio, tem ou não registro no Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – É uma empresa americana que não tem registro no Brasil.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não tem CNPJ?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não tem CNPJ.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, não tenho como consultar a capacidade jurídica nem a regularidade fiscal?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor é pessoa física nessa relação ou tem alguma empresa e, portanto, tem CNPJ?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Vou responder já a segunda pergunta da senhora.

Essa operação, se fosse feita diretamente pelo Brasil, seria feita pela SENAH, a Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários, que inclusive fez uma LOI em nome do Governo brasileiro e enviou à Davati.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, seria uma outra intermediadora, uma vez que a empresa Davati não é reconhecida no Brasil como pessoa jurídica?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela não existe para o mundo do Direito, pelo menos no Direito brasileiro?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não existe.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está certo.

Bom, além disso: por acaso o senhor tem algum conhecimento básico sobre a Davati fora o fato de quem é o sócio-proprietário? Sabe quando ela foi constituída ou por que e quando ela foi constituída? Qual é a razão social dela e qual é o objeto principal de negociação dela nos Estados Unidos?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – É um grupo de empresas. A empresa principal é uma empresa de construção civil que tem grandes negócios e operações no Texas. Junto com a mesma empresa, ele tem uma de – acho que é a Davati... – desenvolvimento de produtos, que também desenvolve produtos na área de construção civil, automação de ambientes. E, por último,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

a menor, que é Davati Medical Supply. Eu acredito que, das empresas, a mais antiga deve ser o Davati Group, que deve ter em torno de 20 anos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A princípio – não sei se o senhor sabe – o endereço da Davati Medical Supply é o mesmo do da Davati Group, que seria o maior grupo, não é isso?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Criada, a princípio, em 2017.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o agente que está registrado não é o Herman nesse caso, seria uma outra empresa, que é a Capital City Ventures.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Essa informação eu não tenho, Excelência. Estou tendo da senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A informação que eu tenho, Sr. Cristiano, é que consta, no mesmo endereço da Davati Medical Supply... É o mesmo da Davati Group, o que seria natural já que essa segunda seria a empresa mãe. Ela teria depois adquirido ou se fundido em relação a essa primeira. Só que o agente de registro, que não é o Herman... Na realidade, está registrado em nome de uma outra empresa, que é uma empresa de capital de risco – de investimento de capital de risco –, criada em 2015, e que iniciou os seus negócios com pequenas empresas e hoje parece até que já comprou ou assumiu algumas ações de grupos maiores, inclusive relacionados a franquias de restaurantes.

Bom, pois bem, Sr. Presidente, por que eu fiz todas essas perguntas? Eu acho que a principal pergunta que nós temos que deixar aqui, que precisamos esclarecer, Presidente Randolfe, é descobrir como que essa Davati, que é uma empresa sem registro no Brasil, sem CNPJ, sem capacidade de confirmar, portanto, e ter a regularidade fiscal e capacidade jurídica, que iria utilizar-se de uma outra empresa, chegou no mais alto escalão do Governo Federal. No momento mais crucial, uma empresa que não tem como *expertise* e como objeto principal a compra e a negociação de medicamentos e vacinas... E o fez – isso que é importante – através não só de terceiras pessoas, como o Sr. Cristiano, mas, repito, através de outros grupos. Isso é importante, sim, é fundamental.

Segundo as informações que eu tenho, e é isso que me espanta, Sr. Presidente... Até o Cristiano conseguiu me responder grande parte das perguntas que, a princípio, tinham que ter sido feitas, num primeiro momento, na antessala do secretário do secretário do Secretário Executivo Elcio. Vejam, como é que...

E aí vem uma pergunta, Sr. Cristiano: o senhor se apresentou, entregou algum cartão, entregou algum documento representando a empresa?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A única pessoa que me pediu um documento de representação foi o Coronel Blanco, que era para apresentar ao ministério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Cartão pessoal de visita?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não tenho.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não apresentou?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apresentou algum documento como representante oficial da empresa em anexo a alguma coisa explicando quem era a Davati dentro do processo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, Excelência, só a carta de representação mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, Sr. Presidente, onde eu quero chegar com isso? Vejam, parece-me que havia no Ministério da Saúde – e nós já vimos, pelas outras tentativas de compra de vacinas – alguns núcleos – antes um núcleo envolvendo agentes políticos, agora um núcleo militar – numa briga interna por compra de vacinas, mas não no sentido de se conseguirem vacinas para colocar no braço da população brasileira, mas para fazer qualquer tipo de negociação ou negociata. É que não é possível, Sr. Presidente...

Vejam, nós não estamos falando de pouca coisa. Eu gostaria que nós pudéssemos repetir aqui: nós estamos falando de uma vacina chamada AstraZeneca, que poderíamos ter comprado diretamente com o laboratório. Nós não estamos falando de pequenas doses, nós estamos falando de 400 milhões de doses. Nós não estamos falando de pouca coisa: só em propina, suposta propina – vamos ficar na suposição –, nós estamos falando de que alguém teria que desembolsar R$2 bilhões. Isso, em propina! Imaginem o valor desse contrato: cinco, seis, dez bilhões? Eu não sei do que eu estou falando.

E nós estamos falando de dinheiro público, Sr. Presidente! Veja, se eu vou comprar um carro novo ou usado, se eu vou a uma loja de sapato, eu vejo a qualidade, eu olho para trás para ver se é 100% original o produto. Se eu quero saber disso diante de pouca coisa, como é que eu aceito receber, no Ministério da Saúde, um representante – com todo respeito ao senhor, não é em relação ao senhor – que não tem a documentação necessária para provar que é representante de uma empresa totalmente desconhecida?

E não dá para dizer que não conhecia. Os jornais já fizeram o dever de casa e, com um rápido acesso à internet e ao sistema americano, conseguiram puxar a capivara dessa Davati, com todo o respeito, conseguiram puxar todo o histórico. E esses senhores que estão no Ministério da Saúde, na ânsia de fazer negociata ou negociação, "comprar vacinas" – entre aspas – para a população brasileira, simplesmente começam tratativas de negociação.

E é importante dizer aqui: não é a palavra do Cristiano contra a do Dominguetti. Vamos deixar claro: nós temos prova documental, nós temos mensagens de WhatsApp. Essas mensagens de WhatsApp já fizeram ex-Presidentes da República serem processados na Justiça! Nós não vamos aceitar agora mensagens peritadas de um celular que foi pego na surpresa aqui para poder dizer que é elemento de prova? Sim, é elemento de prova!

Então, diante dessa situação, Sr. Presidente, é muito importante dizer que tudo nos leva a crer que é uma briga de quadrilhas, de atravessadores, de um lado, de agentes que queriam vender vacinas sem saber sequer se tinham... Mas o que é mais grave: de outro lado, ali, um grupo de servidores do mais alto escalão, agora envolvendo o núcleo militar.

Sr. Presidente, quando o Ministro Pazuello subiu à escala de Ministro da Saúde, a grande dúvida que tinha em relação a ele é que ele não entendia nada de saúde, que ele era um grande estrategista, que era um grande planejador, que ele sabia e entendia de gestão. Colocou ao seu lado um 02, um coronel. Agora, nós estamos diante, só hoje, de dois Elcios e de não sei quantos coronéis. Eu confesso que eu perdi o fio. Eu gostaria até que pudéssemos lembrar. É Coronel Elcio Franco...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Começa com Sargento Roberto Ferreira Dias, Sargento da Aeronáutica, que tem, inclusive, troca de Whatsapp, pelo que o Cristiano relatou. Seguimos com o Coronel Marcelo Blanco. Vamos na sequência. Aí tem aqui... O Coronel Marcelo Blanco era o assessor do Ministro da Saúde...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, vamos lá. O primeiro. Roberto Dias era...?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sargento da Aeronáutica Roberto Ferreira Dias, Diretor de Logística.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sargento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Coronel? Quantos coronéis?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Marcelo Blanco, que era assessor do Ministro da Saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Outro Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Boechat, que era Coordenador-Geral de Planejamento do Ministério da Saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Outro Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Pires, que é Coordenador do Plano Nacional de Operacionalização das Vacinas.

Ainda tem mais, não acabou, não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Outro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem o Sr. Lauricio – não estou lembrando aqui a patente dele, não sei se ele é coronel. O Sr. Lauricio é o Diretor de Departamento de Imunizações.

Tem ainda o Coronel Guerra, lá em Washington, que é assessor do adido militar. Segundo relatado aqui pelo Cristiano, é o Coronel Guerra que faz o contato com a Davati lá nos Estados Unidos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, isso tudo mostra que há não só muita coisa estranha nesse processo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece-me que ainda tem o Coronel Odilon.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coronel o quê?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Odilon.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esse eu não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E, por fora, tem o Reverendo Amilton, que era no outro...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, isso tudo nos dá a sensação de que o atraso na compra da vacina tinha outro interesse, não apenas o negacionismo, mas depois deixar de lado vacinas totalmente eficazes para poder, na facilitação de comprar vacinas que não têm nenhuma comprovação científica, também levar, à custa da dor, da lágrima da população brasileira, uma parte desse recurso público em forma de propina. Isso tudo é muito triste. Esse é o grande papel desta CPI.

Eu quero dizer ao Sr. Cristiano que o senhor aqui traz uma contribuição ao trazer nomes que agora terão que ser investigados por esta CPI. Eu...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, só faltou um...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Faltou um, faltou um, faltou um militar: Hardaleson Araújo de Oliveira...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, o Hardaleson. Ele é...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Major, não é? Da FAB.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Major da Força Aérea. O Hardaleson, qual o papel dele?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – É que ele esteve na reunião lá com...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foi o senhor que identificou, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O Major Hardaleson, Major da Aeronáutica, representava o Força Brasil?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não sei dizer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele estava pelo Ministério da Saúde.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Major Hardaleson, inclusive, tem um vídeo dele atacando esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Agora, entendemos o porquê, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para encerrar, Sr. Presidente, eu fico imaginando aqui o sentimento das famílias que perderam seus entes queridos assistindo, neste momento, ao enredo que está sendo narrado por esta CPI. Enquanto estamos aqui todos preocupados com compras de vacinas, atrasos de vacinas, quantas milhares de pessoas de 30 a 60 anos que morreram nestes 90 dias últimos e que poderiam já estar vacinadas teriam, no mínimo, uma chance de vida e não poderiam estar entre nós? Enquanto nós estamos nos preocupando e preocupados com compra de vacinas, nós estamos, infelizmente, diante, por outro lado, como eu disse aqui, com todo o respeito ao Sr. Cristiano, de atravessadores de um lado e de um esquema ou de esquemas, supostos esquemas de corrupção dentro do Ministério da Saúde. É realmente lamentável, é realmente muito triste.

E não é narrativa! Alguém pode ficar com a narrativa, nós ficaremos com a verdade, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Rogério Carvalho. Em seguida, pelo sistema remoto, Senador Marcos do Val. Em seguida, Senador Fernando Bezerra.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Excelência, posso ir ao toalete, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O depoente está pedindo 5 minutos para ir ao toalete. Vamos conceder esses cinco minutos. Em cinco minutos, retomaremos a sessão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Antes de V. Exa. conceder os cinco minutos, eu queria rapidamente aqui cumprimentar os internautas que acompanham muito os trabalhos da CPI e, portanto, dão uma grande contribuição com as informações e com dados que chegam até aqui.

Eu faço questão de ler uma mensagem que recebi do Sr. Francisco Gonçalves, de Volta Redonda, que é uma pessoa que acompanha. Inclusive, cumprimenta-o, cumprimenta a Simone Tebet, o Senador Rogério e todos os demais que participam aqui ativamente nesta CPI. Ele coloca o seguinte: "Todo esse rolo de propina envolvendo as vacinas, com toda certeza, foi o que motivou a exoneração açodada do Ministro Pazuello, para não respingar nele e, por extensão, ao Presidente Bolsonaro. Tanto é fato que, logo em seguida, Pazuello é recontratado pelo Governo".

Eu acho que ele faz uma mensagem que eu fiz questão de ler aqui. Deixo os meus cumprimentos a ele, da mesma forma também ao Leonardo Gonçalves.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Enquanto o depoente vai ao toalete, vamos suspender por cinco minutos.

Só esclarecendo, Senador Rogério Carvalho; depois, pelo sistema remoto, Senador Marcos do Val; a lista de suplentes a gente conclui com o Senador Fernando Bezerra. Aí iniciamos com os não membros. Se até lá a sessão do Congresso Nacional não estiver iniciada, nós daremos sequência aos não membros. Estamos aguardando o início da sessão do Congresso.

(*Suspensa às 15 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 41 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, retomando, o próximo inscrito é o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em seguida, pelo sistema remoto, é o Senador Marcos do Val.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes e todos os que estão nos acompanhando pela TV Senado e outros canais que estão reproduzindo esta sessão da CPI.

Sr. Cristiano, o que trouxe o senhor até aqui foi a divulgação de conversas suas com o Dominguetti, que foram conseguidas através da entrega espontânea do sigilo telefônico dele aqui, nesta CPI, do celular dele. Através desses diálogos, descobrimos coisas que envergonham o Brasil. Havia um grupo de pessoas interessadas em vender vacinas que não existiam; vimos membros do Governo Bolsonaro negociarem supostas propinas, e que tudo não foi finalizado porque esta CPI começou a desmascarar e a apresentar a verdadeira face do interesse pela vacina neste Governo. Isso é muito grave.

Mas agora, vamos fazer... Eu quero fazer com o senhor umas perguntas rápidas, para esclarecermos sobre a participação do Presidente da República nessas negociatas, o que pode se configurar em crime de responsabilidade. Veja, porque nós estamos falando de negociatas entre membros do Governo, o que envolve o Presidente, com uma empresa que não tinha o que entregar.

Então, vamos aqui aos fatos. O Brasil ficou indignado com o pedido de propina de US$1 por dose de vacina, a partir da denúncia do Sr. Dominguetti. Houve ainda mais revolta quando a imprensa brasileira divulgou áudios que mostravam a impaciência do senhor e a necessidade de saber do senhor qual dia – o Presidente, o Reverendo, ou alguém – seria o encontro com o Presidente da República,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

ou seja, o Presidente estaria diretamente envolvido nesta operação que já foi chamada aqui de operação tabajara.

Os áudios são estes aqui. Vale lembrar que esses áudios são do dia 13 de março. Vou botar aqui os áudios para a gente acompanhar.

Espere aí. Só um minuto.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Caso o Senador faça opção, eu posso responder sem os áudios.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. É porque tem alguém me ligando, insistentemente, neste momento.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu sei como é que funciona isso. Por isso é que eu estou percebendo.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O outro áudio:

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Houve outra polêmica, em seguida, sobre se aconteceu ou não este encontro com o Presidente Bolsonaro, se seria um café da manhã, no dia 15 de março, às 10h, na companhia do Reverendo Amilton Gomes. O senhor se encontrou com o Presidente?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o Reverendo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não posso afirmar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque esta Comissão teve acesso às conversas de WhatsApp do Dominguetti com uma senhora identificada, no celular dele, como Maria Helena Embaixada, do dia 16 de março. A Sra. Maria Helena confirma que houve esse encontro, ou seja, não temos mais dúvidas disso. Houve o encontro entre o Presidente Bolsonaro e o Reverendo das armas.

Deixa eu mostrar aqui a conversa de Maria Helena. Ela diz: “Ontem o Reverendo esteve com o Presidente”. “Sim”, Dominguetti responde. Depois: “O problema não é o Presidente, mas o Ministério da Saúde, lá é complicado", responde o Dominguetti. Encontro em que estava combinado para tratar sobre o contrato com a Davati. Então, o Presidente estava envolvido, sim, nesta negociata.

Vamos além: também nas conversas do Dominguetti, esta CPI descobre que tanto o Cristiano quanto Dominguetti tinham informações em tempo real do andamento do contrato do Ministério da Saúde. No dia 9 de março, pouco antes do encontro com o Presidente, o pessoal da Davati sabia das movimentações dentro do ministério. E aqui eu tenho as mensagens do celular, que estão aqui, que dizem assim: "Dias subiu neste momento para falar com o Ministro", disse Dominguetti. O Cristiano responde: "Pai nosso que estais no céu". O Dominguetti rebate: "Agora está na mão de quem paga, quem realmente assina". Nesse mesmo dia 9 de março, você cobra, Sr. Cristiano, do Dominguetti sobre a assinatura do contrato. E olhem aqui, senhoras e senhores, o Dominguetti te responde que o contrato seria assinado na sexta-feira, dia 12/03. Essa informação, segundo Dominguetti, veio do gabinete da Presidência da República.

Estão aqui as mensagens do celular do Dominguetti. Ele disse assim: "Me posicionaram que, até amanhã, às 12 horas, enviam *e-mail* sinalizando a compra e assinatura na sexta-feira. Estão decidindo quantidade. Estou com eles neste momento". Aí o Cristiano: "Ou melhor, temos segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

em repassar essa informação?". "Temos. Já me posicionaram aqui. Amanhã, até as 12, passam o *e-mail* a ele. Só a quantidade que não tem ainda." "Informação do Blanco posso dizer?", Sr. Cristiano. Dominguetti: "Gabinete da Presidência da República".

Nesse mesmo dia 9 de março, você... O encontro no dia 15 de março, na segunda-feira, pergunto, seria para deixar claro para o Presidente que o negócio deu certo ou para informar a ele como ficou o combinado? O senhor pode nos esclarecer?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A minha presença seria em caráter de conhecer o Presidente, Excelência. Não me foi dito que teria nenhum tipo de passar mensagem ou receber mensagem, alguma coisa desse tipo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k., mas aqui fala de um encontro, aqui fala de uma negociação em curso.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que tudo isso foi conduzido, pelo que está parecendo aí, com o Reverendo Amilton. Acho que é o Reverendo Amilton que tem que responder a essa questão de ordem aí do Presidente, do gabinete da Presidência etc.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.!

O senhor chegou a zombar da autoridade do Reverendo, isso porque o senhor foi avisado pelo Dominguetti sobre outro caminho para a compra de vacinas, o caminho do Coronel Blanco, do Dias e do Ricardo Barros. Veja este áudio do senhor zombando do Reverendo!

(*Procede-se à exibição de áudio de celular.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ainda nas conversas, o Dominguetti faz outro alerta ao senhor, mostra mensagens: "Não se vende ao ministério sem compor. Lá não é fácil. É loteado politicamente". Está aqui a mensagem do celular do Dominguetti exatamente: "Não se vende ao ministério sem compor. Lá não é fácil. É loteado politicamente".

O senhor já confirmou que existiam dois grupos políticos disputando a propina das vacinas: o grupo do Coronel Elcio Franco e o grupo do Coronel Blanco, Roberto Dias e Ricardo Barros. Olha a que ponto chegamos!

Pelo que a gente está vendo aqui, o esquema de corrupção vai dos membros do ministério até o Presidente da República, todos envolvidos na operação tabajara. E muitos brasileiros morrendo sufocados de uma doença que já tem vacina.

E tem mais podridão nisso tudo. O Sr. Cristiano Carvalho fala sobre a Cifarma e o famoso Serafim. Olha a situação. Está na *Veja*, na revista *Veja,* que, numa conversa do dia 26 de junho entre o Serafim e Dominguetti, Dominguetti falou: "O afilhado do RB está em desespero. Segundo amigos, vai cair o vagabundo do D". Seria RB Ricardo Barros; e o D, Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Essa mensagem é trocada com quem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com o senhor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O senhor poderia repetir novamente, por favor?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Sr. Cristiano Carvalho fala sobre a Cifarma e o famoso Serafim.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Olha a situação. Está na *Veja.* Veja, está na revista *Veja* que, numa conversa do dia 26 de junho entre Serafim e Dominguetti...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Mas eu escrevi isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. Entre Serafim e Dominguetti, Dominguetti falou: "O afilhado do RB está em desespero. Segundo amigos, vai cair o vagabundo do D". Seria RB Ribeiro Barros; e o D, o Dias?

O senhor não sabe responder ou sabe responder?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não sei responder, porque foi uma conversa privada entre eles. Ricardo Barros, ele nunca tocou nesse nome para mim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em 23 de junho, três dias depois, Dominguetti, numa conversa com o senhor, enviou uma notícia sobre as denúncias do Deputado Federal Luis Miranda com relação à compra da vacina indiana Covaxin: "Prepara teu terno, CPI tá chegando" e diz "Kkk", escreveu o Dominguetti. V. Sa., então, compartilhou o contato de Miranda e escreveu: "Misericórdia, Luis Miranda".

Agora queremos saber: qual é o papel de Miranda nesta negociata?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nenhum, Excelência. Foi só uma conversa de: "Ah, o Luis Miranda está indo à CPI, prepara o terno". Não é, absolutamente, participação em momento algum. Faz aproximadamente um ano que eu não tenho nenhum tipo de contato com o Luis Miranda.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo. E o Luis Miranda apareceu aqui depois que o Dominguetti veio e que o Dominguetti solta um áudio...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que tenta envolver o Luis Miranda na compra da Covaxin e depois é desmascarado...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... porque o áudio é sobre luvas.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, Sr. Presidente, para concluir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, não. O senhor... Vai ter a vez de o senhor falar agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não. O senhor vai ter a vez de falar agora. Por favor. O senhor tem muita oportunidade de falar, o senhor é Líder do Governo, é Líder deste Governo, o senhor defendeu que o Exército, que as Forças Armadas podiam intimidar esta Casa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor defendeu isso no Plenário, e eu quero aqui dizer...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Fiz a defesa das garantias individuais, seja dos militares, seja dos civis...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, senhor. O senhor defendeu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... no contexto...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor defendeu...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... da nota do Ministério da Defesa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que o Ministério da Defesa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. está sendo injusto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... podia interferir no funcionamento da CPI.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não entendi a nota como uma intimidação. Foi entendida por V. Exa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não entendeu, mas o Brasil todo entendeu.

Então, para concluir, Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um direito de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se o senhor me permitir, se o senhor me permitir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É V. Exa. que está fugindo do assunto...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Rogério...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... com outro tipo de tema, de assunto, trazendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para gerar uma polêmica desnecessária.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não é desnecessária. É uma necessidade, porque o Brasil precisa provar que nós estamos vivendo numa democracia e que ninguém vai ameaçar a voz e a fala dos Parlamentares desta Comissão, e nem deste Senado, e nem da Câmara dos Deputados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na defesa da democracia V. Exa. contará sempre com o meu apoio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tomara.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... como já fiz isso através de...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Espero que o senhor aja como Nilo Coelho, que foi seu tio, que foi uma pessoa que honrou e que trabalhou muito pela democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tenho muito orgulho das minhas origens.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fica claro aqui que nós temos uma situação de clara tentativa de corrupção, que envolve vários militares; que tem grupos no Ministério da Saúde que disputam as benesses dos processos de compra – um núcleo militar, um núcleo relacionado a militares junto com Parlamentares. E, neste caso, as relações do Presidente, as relações dele com uma parte de oficiais do Exército, da Marinha, das Forças Armadas, alguns oficiais, abrem e abriram espaço para que uma operação sem nenhuma credibilidade pudesse chegar ao Presidente da República, e ele até fazer reunião com o Reverendo Amilton para poder tratar de negócios de compra de vacina. Isso é muito grave, e esta CPI não deve descartar pelo fato de não ter se concretizado o negócio – porque esta CPI interrompeu – e pelo fato de a empresa não ter credibilidade. Essas duas coisas não tiram, de forma nenhuma, a tentativa de obter vantagem na compra de vacina por pessoas que ocupavam cargos de relevância no Ministério da Saúde e no Governo do Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério.

Pela ordem, um minuto, Senador Fernando Bezerra. Depois de V. Exa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É menos de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu queria só fazer uma pergunta, um esclarecimento. V. Exa. ou o depoente poderá fazer... Quando o depoente afirmou que prestou ajuda ou informação ao Deputado Luis Miranda, essas luvas vinílicas foram compradas para vender no mercado americano ou no mercado brasileiro?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – No mercado americano.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só... Antes de passar para o Senador Marcos do Val, que é o próximo inscrito no sistema remoto – o último dos suplentes é o Senador Fernando Bezerra... O Rafael Alves quem é mesmo?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – É um intermediário de vendas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Davati?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que faz venda para vários tipos de produtos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor poderia informar a esta Comissão quem pagava as despesas do Sr. Dominguetti aqui em Brasília?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu saiba, ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele próprio?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As despesas dele aqui em Brasília...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, a Davati nunca pagou a despesa para ninguém, nem para mim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa informação é importante: a Davati nunca pagou as despesas do Sr. Dominguetti?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nunca teve nenhum tipo de pagamento da...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, como é que um cabo... Aí, a pergunta que nós fazemos na CPI é: como um cabo da Polícia Militar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Que vive devendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que vivia em dívidas, vem até Brasília, se hospeda em um hotel no Setor Hoteleiro Sul – um hotel que não deve ser barato –, se mantém aqui em Brasília? Com que dividendos? Quem estava pagando as despesas do Cabo Dominguetti aqui em Brasília, já que V. Sa. muito bem está informando aqui que não era a Davati que estava pagando?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado por essa informação.

Senador Marcos do Val, a palavra com V. Exa. Fique à vontade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Obrigado, Presidente. Vou tentar ser breve por causa do tempo, para dar oportunidade para os outros companheiros.

Vou fazer uma pergunta ao Cristiano: Cristiano, você acredita que você entrou nesse projeto por conta da sua facilidade em falar, escrever e ler em inglês?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não dá para saber. Acredito que pode ser que sim, e também, talvez, pela minha um pouco mais de proximidade com o Coronel Guerra nos Estados Unidos. Mas eu acredito que pode ter sido um facilitador algumas coisas, poder escrever em inglês, ou coisas assim.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O Roberto Dias e o Dominguetti, para mim, dos que estiveram aí até hoje, são os que tentaram dar esse golpe no Governo. Para mim isso ficou claro, até com as suas falas, inclusive isentando e tirando o Coronel Elcio Franco de qualquer possibilidade de negociação de propina. Correto?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Correto, perfeitamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, só para reafirmar a posição do Coronel Elcio Franco, que não esteve em movimentos de tentativas de propina, corrupção, enfim.

Eu queria só fazer, mais ou menos... Eu fiz mais ou menos um cálculo aqui. Vocês estavam com perspectiva de vender 400 milhões de doses, e vocês ficariam com 20 centavos de dólar. Fazendo aqui as contas, conversões para o real e tal, você ficaria, aproximadamente – só você, dividindo pelos quatro, o grupo –, com mais ou menos R$100 milhões. Você realmente acreditava nessa possibilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de conseguir um recurso desse tamanho, saindo de uma dificuldade financeira, usando o "bolsa Covid"? De repente, conseguir atingir um valor tão grande quanto esse, sabendo que, para a possibilidade de conseguir um valor como esse, você teria que vender basicamente a alma ao diabo? Você iria acabar com a reputação do seu nome, sobrenome, da sua família, por conta de um valor como esse, ou próximo a isso. Isso muito entristece o brasileiro.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Posso responder, Senador?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou concluir. Se tiver tempo, você responde.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Desculpe, desculpe.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas entristece muito, porque a gente quer ver brasileiros combatendo a corrupção, denunciando a corrupção, e não achando que o que ele está fazendo é apenas uma negociação e que "deixa garantir o meu e danem-se os outros".

Nesse cenário, eu faço um parâmetro, como se fosse assim: clientes se juntando com funcionários de um banco, sem a ciência de um gerente geral do banco, tentando roubar do banco, ou furtar, ou fazer um assalto ao banco. Várias tentativas, nenhuma com sucesso, por conta dos procedimentos do banco, ou sistemas de segurança do banco – não importa –, mas não conseguiram efetivar esse roubo. Aí, vêm as autoridades e culpam o Presidente do Banco Central por essas tentativas. Para mim, é esse o cenário que está sendo passado para toda a população brasileira. Então é um cenário que não é real – não é real. Nós temos alguns... Tivemos alguns problemas, problemas que foram contornados, resolvidos, mas a gente não pode atribuir ao Presidente da República a responsabilidade de tentativas de corrupção num degrau lá embaixo. Eu acho que, se ele não se movimentasse para acabar com isso, eu também estaria aqui criticando. Mas não é.

Bom, então resumindo, finalizando, o que eu tenho para dizer é isso.

Infelizmente, você colocou a sua honra, a honra do seu nome, da sua família em *cash,* com a possibilidade de fazer um grande negócio, sabendo que a empresa não tinha filial no Brasil; que não poderia receber recursos no Brasil porque não se tinha uma empresa para emitir nota fiscal; que em tudo era dado um jeito – "Tentaremos dar um jeito" –, sem certeza de vacina; quer dizer, é um grande golpe. Você já explicou isso várias vezes, está claro para a gente a tentativa maldosa do Dominguetti junto com o Dias, que justamente por justa causa foi dispensado e teve até o pedido de prisão. Bom, o que eu queria dizer era isso.

E queria mandar esta mensagem para todos: que nós temos que, aqui na CPI, buscar toda a verdade, seja ela qual for, mas não podemos criar narrativas; e que essa é a verdade. E quando eu lhe perguntei se o Coronel Elcio Franco, em algum momento, estava nessa negociata ilegal, imoral e vergonhosa, você deixou muito claro que não.

Então, agradeço ao Presidente que está presidindo a CPI, agradeço aos meus colegas, e dou oportunidade para o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos do Val. Inclusive agradeço a V. Exa. o depoimento em relação ao Sr. Roberto Ferreira Dias – me parece que, então, não foi tão arbitrária a medida do Presidente Omar Aziz aqui durante o depoimento dele.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não foi. Com certeza, não foi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Então, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. está com a palavra. Fique à vontade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, cumprimento o Sr. Cristiano.

Diante do depoimento de hoje, algumas questões essenciais precisam ser pontualmente reafirmadas.

Primeiro, com a grande demanda por vacinas em todo o mundo, especialmente a partir do segundo semestre de 2020, inclusive no Brasil, o Ministério da Saúde e seus servidores começaram a ser procurados por pessoas que se diziam representantes de laboratórios fabricantes, muitas vezes com discurso de que detinham grandes estoques de vacinas ou mesmo de que poderiam garantir a entrega quase que imediata. Prontamente o Ministério da Saúde passou a analisar a veracidade dessas propostas – e invariavelmente concluía-se que não possuíam lastro comprobatório dos laboratórios fabricantes –, fundadas em documentações frágeis e algumas com suspeitas de fraude. Tal situação levou o Ministério da Saúde a desenvolver uma *compliance,* visando o acompanhamento dentro das áreas e em todas as fases do processo, centralizando os agendamentos de reuniões e as tratativas de aquisição de vacinas na Secretaria Executiva, com a participação das áreas técnicas envolvidas, através da publicação do Ofício-Circular nº 28, do dia 29 de janeiro deste ano.

O objetivo, reitero, é justamente confirmar a idoneidade dos ditos representantes e, ato contínuo, a existência das doses ofertadas, a localização de armazenamento, número de lotes e validade – informações essas junto aos fabricantes. Essas medidas sempre pretenderam repelir quaisquer irregularidades, afastando condutas duvidosas e o desencontro de informações ou o envolvimento de forma isolada de servidores com representantes. A partir daquele momento, portanto, as negociações para aquisição de imunizantes passaram a ser exclusivamente deliberadas pela Secretaria Executiva, com a participação das áreas técnicas e logísticas competentes, o que coloca o nome do então Secretário-Executivo Elcio Franco no centro desses processos.

Segundo, em virtude de algumas propostas recebidas, a Secretaria Executiva encaminhou notícia de fato à Polícia Federal por meio dos Ofícios nºs 269, de 1º de fevereiro de 2021, e 493, de 26 de fevereiro deste ano, para conhecimento e medidas julgadas cabíveis, por se tratarem de alguns casos sob maior suspeição, com respectivos documentos enviados à Polícia Federal, que resultaram na Operação Taipan, conduzida pela 10ª Vara Federal do Distrito Federal.

É preciso, nesse ponto, fazer uma ressalva às atribuições que se pretende inferir ao Coronel Elcio Franco, de que esteja, de algum modo, associado às propostas de propina que foram supostamente solicitadas ao Sr. Luiz Dominguetti pelo ex-Diretor Roberto Dias.

Como ficou claro durante o depoimento do Sr. Cristiano Carvalho, o depoente esteve em uma única oportunidade reunido com o Sr. Elcio Franco, em reunião no Ministério da Saúde, ocorrida em 12 de março de 2021, e afirmou não ter ouvido do então Secretário-Executivo qualquer sugestão ou pedido de valores adicionais sob pretexto de comissionamento ou propina. Nenhuma tratativa sobre vacinas que atendesse a todos os preceitos legais prosperou. Aliás, dessa reunião do dia 12 de março de 2021, o que consta é que o então Secretário-Executivo teria solicitado uma série de documentos aos representantes da empresa presentes na agenda, os quais eu gostaria de agora poder confirmar com o depoente.

E me dirijo, agora, ao Sr. Cristiano. O então Secretário-Executivo Elcio Franco comentou com V. Sa. sobre a vedação da União Europeia quanto à exportação de vacinas e que, face a essas restrições, haveria a necessidade de confirmar a disponibilidade e o acesso a essas vacinas constantes da proposta?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Não, Excelência. Ele não mencionou isso não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele não fez esse comentário durante a reunião?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Que eu me lembre não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Sr. Elcio Franco teria solicitado documentação referente à representação da empresa no Brasil para o prosseguimento dos processos de aprovação da Anvisa e posterior importação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Pediu um *e-mail* da empresa nos Estados Unidos pro *e-mail* dele, pra caixa dele. No Brasil, ele não solicitou.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas tratou da solicitação da documentação?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Isso. Exatamente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tratou. O senhor confirma então.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Confirmo. Confirmo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Também foi solicitado pelo Secretário-Executivo o envio de documento que evidenciasse a vinculação da Davati com a AstraZeneca e a disponibilização das doses?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim, senhor, foi solicitado sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Algum desses documentos foi efetivamente enviado ao Ministério da Saúde?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu disponibilizei o *e-mail* e a mídia aos senhores. Lá está... Até li aqui pra vocês o *e-mail*, pra deixar claro que ele só precisava dar o o.k. pra ele receber a documentação. Então, como ele nunca retornou a proposta, acho que o restante da documentação ele não recebeu ou eu não tive acesso. Não foi copiado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ou seja, em outras palavras: a documentação que foi solicitada na reunião nunca, de fato, foi enviada, seja porque não retornou o *e-mail*, seja porque vocês não providenciaram o envio das solicitações que foram solicitadas.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Em parte sim, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Em parte sim.

Ainda sobre a reunião do dia 12 de março de 2021: o senhor teria afirmado, nessa reunião, que já estava em tratativas com o ex-Diretor Roberto Dias e que, nesse momento, os presentes Elcio Franco, Marcelo Pires e o Cleverson Boechat teriam "se entreolhado, com cara de paisagem", como V. Exa. relatou, "e manifestaram desconhecer a iniciativa de Roberto Dias".

Eu agora me dirijo a V. Sa., perguntando: na sua opinião, o que teria motivado esse estranhamento de Elcio Franco, Marcelo Pires e Cleverson Boechat quando souberam da iniciativa de Roberto Dias?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu acredito que tenha sido falta de alçada pra ele estar fazendo esse tipo de negociação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O senhor tinha conhecimento de que a Secretaria Executiva era a responsável pelas negociações de vacinas, não cabendo ao ex-Diretor Roberto Dias tratar sobre o tema?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – O Sr. Lauricio, em uma oportunidade, nos passou um *e-mail*, pedindo pra entrarmos em contato com Elcio Franco, o que foi feito, porém, paralelamente, o Roberto Dias vinha tratando como se ele fosse o comprador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O suposto comissionamento solicitado pelo ex-Diretor Roberto Dias em algum momento foi mencionado nessa reunião do dia 12 de março de 2021?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Absolutamente. A única coisa que eu mencionei é a negociação que estava sendo conduzida pelo Roberto Dias.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Conforme já apontei nesta reunião, não é possível generalizar iniciativas individuais de membros do Ministério da Saúde que ainda se encontram em investigação e carecem de comprovação com um suposto envolvimento generalizado.

Na verdade, o que vimos é que, diante da impossibilidade de comprovação dos requisitos elementares para o prosseguimento de qualquer tratativa diante de uma oferta apresentada ao Ministério da Saúde, à revelia da AstraZeneca, em nome da Davati Medical Supply, acusada de aplicar um golpe no Canadá e revender doses do imunizante para grupos indígenas daqueles país por meio de um representante que sequer é reconhecido pela empresa como tal. A ação da Secretaria Executiva à época foi de conter o prosseguimento dessa tentativa de fraude que se tentou infringir ao Estado brasileiro, numa verdadeira tentativa de estelionato. O próprio depoente declarou que não possui qualquer vínculo com a empresa Davati, dispondo tão somente de uma carta de representação, um documento sem validade jurídica, sem autenticidade comprovada em cartório ou valor de procuração.

Inclusive, durante o seu depoimento, V. Exa., agora há pouco, falou que a Davati não pagava pela despesa de ninguém – nem do Dominguetti, nem de ninguém. E V. Exa., quando veio a Brasília, teve a despesa custeada pela Davati? Porque V. Exa. estava em dificuldades financeiras...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Absoluta...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Inclusive, recorreu a auxílio emergencial, o apoio dado aos mais frágeis. Então, V. Exa. não dispunha de recursos. Então, se não foi a Davati, quem pagou para V. Exa. vir a Brasília?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu paguei com a 123 Milhas, umas milhas que eu tinha, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Então, V. Exa., mesmo quebrado, tendo se socorrido do auxílio emergencial, V. Exa. tinha crédito de milha? V. Exa...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Do passado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... viajava...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Do passado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... pagava por passagem aérea, quebrado?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Precisando aqui mentir na CPI para depois se retratar?

V. Exa. chegou a mentir. V. Exa. poderia ter sido preso – não foi porque nós somos contra a prisão, para não constranger, para não coagir os depoentes. Mas V. Exa. precisa explicar, para dizer que veio a Brasília com milha... Uma pessoa que estava fraudando o Estado brasileiro para ter acesso ao auxílio emergencial e veio para cá por obra e graça de quem? Quem pagou? Que armação é que está por detrás de tudo isso? E V. Exa. infelizmente não conseguiu aqui trazer absolutamente nada que pudesse esclarecer a esta CPI.

Quando eu aqui falei, Sr. Presidente – porque a imprensa está especulando –, eu falei do meu constrangimento: de fato, porque nós queremos a verdade; nós não queremos aqui narrativas. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

queremos saber quem, de fato, cometeu alguma irregularidade. Se foi servidor, se foi diretor, se foi algum agente público, precisa ser absolutamente responsabilizado. Essa é a orientação do Governo Federal, do Governo do Presidente Bolsonaro. É a nossa responsabilidade, como Parlamentar, como representantes do povo brasileiro, através desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ir a fundo para identificar quem falhou na sua missão como agente público, como servidor público.

Por isso, eu queria também lembrar que a AstraZeneca, que detém as prerrogativas de fabricação das vacinas e coordena as negociações da produção internacional, informou que a empresa Davati não é sua representante e não possui estoques disponíveis sob sua guarda. Ainda: que apenas realiza a negociação de ofertas diretamente com os governos. O compromisso prioritário da farmacêutica sempre foi com os governos e com as organizações multilaterais, a exemplo da Organização Mundial de Saúde. Aliás, essa narrativa se torna mais inverossímil quando lembramos que o Brasil já havia, desde setembro de 2020, assinado contrato de encomenda tecnológica com a AstraZeneca para acesso a 100 milhões de doses, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. Essa transferência de tecnologia permite a fabricação no Brasil pela Fiocruz do ingrediente farmacêutico ativo para a vacina contra a Covid-19 desenvolvida pela Oxford, dando ao Brasil a autonomia tanto da matéria-prima quanto da vacina, sem contar que a aquisição se deu a um custo de US$3,65 a dose, não havendo, portanto, qualquer vantagem na aquisição do imunizante através de uma intermediária que sequer comprovou essa condição.

Destaco: nunca foi firmada carta de intenções, memorando de entendimento ou qualquer outro compromisso contratual ou pré-contratual com a empresa Davati ou o seu representante. Caso algum servidor tenha iniciado algum diálogo com a empresa Davati, ele o fez de forma indevida, sem autorização do Ministério da Saúde. Aliás, diante das suspeitas de oferecimento de propina na negociação da aquisição de vacinas, o Ministro Queiroga prontamente exonerou o Diretor de Logística do Ministério da Saúde, o Sr. Roberto Ferreira Dias, e solicitou a abertura de sindicância para apurar a conduta do servidor, que transcorre de forma isenta, sem interferência de qualquer natureza.

Estou concluindo, Sr. Presidente.

Por outro lado, por ocasião dos fatos apresentados pelo depoente, o Coronel Marcelo Blanco da Costa não mais integrava os quadros funcionais do Ministério da Saúde, tendo sido exonerado no dia 19 de janeiro de 2021, por meio da Portaria nº 83.

O Governo Federal não compactua com qualquer indício ou caso de corrupção e adotará todas as medidas ao seu alcance para garantir a legalidade e a transparência das suas ações, em especial nos processos de contratação de vacinas para a imunização dos brasileiros contra a Covid-19, jamais compactuando com qualquer tipo de favorecimento ou irregularidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Sr. Cristiano, só uma pergunta. O senhor disse que, com o Coronel Elcio Franco, chegou a ter uma troca de, chegou a ter um pedido de informações da Davati...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Eu já disponibilizei por *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor podia só informar o que foi?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foram solicitadas pelo Sr. Elcio Franco e seus assessores, no momento da visitação ao ministério, as informações da Davati para o *e-mail* funcional do Sr. Elcio Franco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da Davati aqui do Brasil e da Davati dos Estados Unidos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não tem Davati no Brasil; da Davati dos Estados Unidos, diretamente dos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Muitíssimo obrigado.

Nós temos inscritos aqui, como não membros, os Senadores Fabiano Contarato, Izalci Lucas e Zenaide Maia.

Eu já estou sendo chamado para o início da Ordem do Dia para somente...

Eu queria pedir a compreensão dos colegas Senadores e vou fazer o seguinte: eu vou garantir cinco minutos para cada um dos colegas, para eles serem o mais breve possível, para garantir a palavra dos colegas Senadores, e nós podemos encerrar a inquirição no dia de hoje. Então, antes, por ordem da Presidência do Congresso Nacional, ter que encerrar esta oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço só um pouquinho de paciência para o Sr. Cristiano. Nós já estaremos concluindo.

Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Senador Fabiano Contarato, o senhor me escuta? (*Pausa.*)

Passo, então, para o Senador Izalci Lucas.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente, minha voz está comprometida.

Eu só queria informar, Presidente – não sei se está me ouvindo bem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estamos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Coronel Marcelo Blanco abriu uma empresa três dias antes chamada Valorem Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Ele era o adjunto do Roberto Dias. Então, eu pergunto ao Cristiano Carvalho aí: ele sabia dessa empresa? O Marcelo Blanco chegou a dizer alguma coisa com relação à parte dele, à comissão dele ou não?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Excelência, ele mencionou que ele havia aberto uma empresa recentemente e que estava atuando como empreendedor e não mais servidor público. Ele não chegou a perguntar quanto seria a parte dele, não, mas ele só me perguntou... A única pergunta que ele me fez foi qual seria a comissão da empresa Davati na negociação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele criou a empresa, Presidente, três dias antes do encontro lá no restaurante.

Então, o senhor poderia falar um pouquinho mais sobre o Hardaleson Araújo de Oliveira?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Desculpe, Senador. Eu não consegui compreender.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hardaleson. Ele esteve na reunião no Ministério da Saúde com o Lauricio...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – A reunião com o Lauricio...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... Secretário-Executivo.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu não entendi, Randolfe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hardaleson...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A reunião com o Lauricio ou com o Elcio Franco? V. Exa. está perguntando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Lauricio esteve na reunião juntamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, perfeito, perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... com o Hardaleson...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entendemos. É se o Lauricio esteve na reunião junto com o Coronel Elcio Franco?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Não, não esteve.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, e com o Hardaleson? Hardaleson...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, se a reunião com o Hardaleson... Eu acho que é o outro Helcio. O Major que nós citamos aí...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah, o Hardaleson esteve na reunião com o Lauricio. Ele está aqui na pauta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso. Ele estava?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Estava na pauta, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estava. Ele estava na reunião, Senador Izalci. Ele confirmou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E eles encaminharam para o Secretário-Executivo... Ah, porque tudo era o Secretário-Executivo. A sequência dessa reunião? O que aconteceu?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eles pediram...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O resultado dessa reunião?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ele pediu uma proposta para ser enviada para o Elcio Franco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E foi enviada?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Foi enviada... Inicialmente, a proposta... Foi feita simultaneamente para o Roberto Dias e para o Elcio Franco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, esse tipo de operação também foi feita em outros Estados. No Estado do Paraná, também ocorreu a mesma coisa...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador, eu poderia só fazer uma colocação que eu recordei agora?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Cristiano.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Nos áudios do Blanco que estão aí peritados, à disposição dos senhores, em certo momento, ele até pede para tirar o nome do Elcio Franco da proposta e colocar Roberto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esses áudios já estão com a CPI?

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, em função da minha voz, vou encerrar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Muito obrigado, Senador Izalci. A sua inquirição trouxe uma enorme contribuição a esta CPI pela pertinência das informações que V. Exa. tinha. Eu agradeço a V. Exa.

Passo, ato contínuo, à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, aqui, rapidamente, Sr. Cristiano, eu queria deixar claro para o povo brasileiro que eu ouço todo dia o seguinte: "Não é real o que está acontecendo na CPI". "Foi zero de prejuízo".

Eu queria que o pessoal que fala nesta CPI deixasse de dizer que não são reais 537.498 óbitos, Sr. Presidente!

Outra coisa: simples narrativa é não! Esta CPI está sendo essencial, porque ela mostra ao povo brasileiro o porquê de tanto óbito. E a gente sabe que, se ao invés de dar...

Me diga uma coisa, uma pergunta que não quer calar: o Presidente do País da 10ª economia do mundo, para negociar a compra de vacinas, o Ministério da Saúde – e a gente tem um *know-how* do tamanho do mundo – precisa usar empresas intermediárias? Não tem como esconder isso! Enquanto estavam tentando negociar...

Ontem, como eu não falei, a Emanuela é o quê? É uma empresa, a Precisa, que a Global comprou e que precisa de uma Madison para poder pagar os processos. Hoje é o quê? Uma empresa, Davati, Sr. Cristiano, que o senhor disse que, na verdade, é uma grande construtora americana e que, de repente, se propôs... Não tem como negar o envolvimento do alto escalão do Ministério Público nisso.

Agora isso é triste, porque, enquanto estavam negociando isso, estavam negociando vidas. As pessoas morrendo, e a gente sabendo que estava sendo oferecida a vacina da Pfizer, a vacina do Instituto Butantan, a CoronaVac, que ofereceram 30 milhões na mesma época e que não compraram, porque se disse que iria ter a Covaxin, que ainda estava em estudo, gente, sem aprovação da Anvisa.

Então, eu digo o seguinte: o Presidente da República foi rápido em falar com o Primeiro-Ministro indiano para comprar os sais da cloroquina, medicamento ineficaz. Então, não tem como negar...

Quando falaram que esta CPI era uma inquisição e que estava sendo um tribunal de condenação, gente, não é a CPI que condenou mais de meio milhão de brasileiros à morte. Eu perguntaria: que condenação é essa? Em última instância, não tiveram o direito de se defender. São culpados, sim! Não venha me dizer que o Ministério da Saúde não sabia. E o Presidente também foi comunicado, porque a CPI tem esses documentos.

A CPI veio mostrar ao povo brasileiro que a maioria dos que foram a óbito, de quem ceifaram a vida, que deixaram 50 mil órfãos neste País... A CPI veio mostrar ao povo brasileiro que a culpa é do Governo Federal, sim! É do Senhor Presidente!

Demorou a pagar o auxílio emergencial, que era para o povo ir para a rua e se contaminar. Achou pouco, inventou que tinha medicamento que evitava ou que curava, mas ainda não matou gente suficiente. Vamos atrasar a compra de vacinas, que é para morrer mais gente. É isso, e quem disser o contrário, o povo... Não subestime a inteligência do povo brasileiro – não subestime. Nada contra os colegas, mas defensores desse Presidente chegam ao absurdo de dizer que esse número de óbitos, Sr. Presidente, é uma narrativa.

Obrigada, Sr. Cristiano. Eu não sei como o senhor acreditou nisso, mas tinha que acreditar, como disseram, numa balela. E outra coisa: só pararam essa negociação por causa da CPI. Só compraram a vacina porque o Congresso Nacional começou a denunciar. E digo mais: se a CPI tivesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

sido instalada antes, eu não tenho dúvida de que já teriam morrido menos pessoas. Mas, infelizmente, nós temos um Presidente que é a favor da morte; não é a favor da vida em nenhuma situação.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Zenaide. Nós, inclusive, estendemos o seu tempo, garantimos o tempo integral para V. Exa. Eu queria agradecer, Senadora Zenaide, muito a V. Exa. A Senadora Zenaide é uma das entusiastas desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Através da Senadora Zenaide, aproveito ainda a presença aqui das Senadoras Simone Tebet e Eliziane Gama para, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito, registrar um profundo agradecimento à Bancada Feminina. As principais descobertas desta CPI – a Senadora Simone sabe disso – foram devido às intervenções de S. Exas. Aliás, uma das mais importantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senadora Simone, foi a partir de uma inquirição, de um questionamento seu. Aliás, também a Senadora Simone aqui desfez, em um dos depoimentos aqui, toda a verdade sobre os chamados *invoices*, mostrando, inclusive, a imperícia em que um desses foi encaminhado.

A Senadora Zenaide, já disse, é uma das entusiastas da atuação desta Comissão Parlamentar de Inquérito e uma das principais apoiadoras; a Senadora Soraya, de igual modo; e a Senadora Eliziane Gama, que bom que o Maranhão emprestou essa belíssima guerreira, que apregoa com a verdade do evangelho – a verdade o evangelho –, evangelho que aqui é a palavra, e pratica a verdade do evangelho como membro do Congresso Nacional, como membro do Senado. E ambas, eu diria também, como integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria, antes de concluir esta oitiva de hoje, registrar, fazer esse registro de que a Bancada Feminina girou o rumo desta Comissão Parlamentar de Inquérito para aprofundar as investigações sobre a corrupção. É um reconhecimento que nós, da direção desta CPI, temos que fazer e um agradecimento, Senadora Simone, Senadora Eliziane, Senadora Zenaide, e todos os integrantes, Senadora Leila, que também tem atuado muito nesta CPI, e todos os integrantes desta Comissão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Me permite, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – ... em seu nome, agradecer a todos os Senadores que nos receberam muito bem nesta Comissão, dizer que o Senado se engrandece ao reconhecer a necessidade da mulher se fazer presente numa Comissão que trata não só de morte, mas, especialmente, de vida.

Ninguém entende mais de vida, de sentimento e de sensibilidade do que uma mãe.

Então, aqui nós estamos presentes em busca da verdade. Como diria a Senadora Eliziane, buscai a verdade e a verdade os libertará.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – João, 23.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos aqui em nome de todas as mães, de todas as mulheres brasileiras.

Essa é a nossa missão, buscar a verdade. Que possamos ter um bom descanso esta semana e que possamos voltar, através das suas mãos e das mãos do Presidente Omar Aziz, com outros dados, com outras informações, para que possamos concluir, o mais rápido possível, esse relatório.

E quero dizer que eu me sinto muito bem liderada nesta Comissão, não por V. Exa., mas pela Senadora Eliziane Gama, que é nossa Líder aqui na CPI, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ela é Líder de nós todos, Senadora Simone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Décimo segundo elemento da CPI, tem a nossa procuração e fala por nós.

Senadora Eliziane, a sua garra, a sua determinação, só nos incentiva a seguir em frente. Eu sei que falo não só por mim, mas por todas as suas colegas. A Senadora Zenaide que está nos assistindo, a Senadora Leila, a Senadora Soraya... Nós somos plurais, Sr. Presidente. Talvez o maior exemplo que nós possamos dar ao País é da unidade da Bancada Feminina neste momento tão particular da história do Brasil.

Vejam, a única bancada que não é partidária aqui, na CPI, no Senado Federal é a Bancada Feminina. E a Bancada Feminina, na sua diferença partidária e ideológica, é a que mais se une naquilo que interessa a todos nós, porque aquilo que nos aproxima é infinitamente maior do que aquilo que nos distancia, que é o amor ao País e o dever que nós temos para com as mulheres brasileiras, para com a família brasileira, para com o servir.

Então, isso nos une e faz com que a gente possa, com os votos de V. Exa. e de todos Senadores da República, conseguir avançar na pauta de políticas públicas que interessa a todos nós.

Obrigada, mais uma vez.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Senador Randolfe, eu só queria agradecer a todos vocês, em especial ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minutinho, Cristiano, que eu vou lhe passar, para a sua conclusão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos só ouvir a Senadora Eliziane, as suas considerações.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Ah, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em seguida...

Por favor.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Eu pensei que ela não ia falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Depois eu lhe passo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria só cumprimentar, Presidente, V. Exa. Aliás, lhe agradecer. V. Exa. tem sempre garantido e assegurado a nossa voz. Aliás, lá atrás, quando brigamos pela participação feminina, V. Exa. deu uma contribuição de fato muito importante. E me orgulha muito estar aqui ao lado desta mulher de fibra, que é a nossa primeira Líder do Congresso Nacional, da Bancada Feminina. A Simone faz história dentro do Congresso Nacional. Foi a primeira mulher Presidente da CCJ na história do Senado Federal, a primeira mulher a se candidatar à Presidência do Senado, na história do Senado Federal, e a primeira mulher Líder da Bancada Feminina.

Então, para mim, é uma honra muito grande estar ao seu lado. Eu comentava agora há pouco, Simone, com a minha assessoria, sobre a sua grandeza.

Eu digo: a Simone, ela é grande, ela é superior, ela consegue na verdade fazer um trabalho muito democrático com toda a Bancada Feminina. Então, eu fico muito feliz.

E quero dizer para o senhor, Presidente, que nós somos 12 mulheres e o que nos une é exatamente o Brasil. Muito embora sejamos de partidos diferentes, nós temos uma unidade como não se vê em nenhuma outra bancada, eu acredito, porque a gente avança independentemente do que se possa ter de divergência político-partidária, mas a gente é unida 100% nas empreitadas da Bancada Feminina. E estamos desde o começo deste ano, tão logo implantada a nossa liderança feminina, trabalhando pautas femininas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Aqui, no Senado Federal, a pauta feminina não é mais só no 8 de Março, ou na semana do mês de março, ou no mês de março, a pauta feminina ficou para todos os dias do ano, a exemplo do que nós tivemos ontem, um grande avanço na votação, no que se refere ao ajuste da legislação eleitoral.

Então, mais uma vez, obrigada ao senhor, obrigada ao Omar, que é Presidente desta Comissão, em assegurar nosso direito à voz, muito embora não tenhamos votos, não é? E uma coisa, Presidente, que o senhor sabe muito bem, esta CPI sempre finaliza com a presença de mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com certeza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Seja aí presidindo os trabalhos, ou seja aqui, na presença da Simone, da Soraya e a da Leila Barros. Elas são registradas, elas estão presentes sempre na finalização, ou seja, nós somos constantes: a gente inicia e vai até ao final dos trabalhos.

Então, mais uma vez, muito obrigada ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E têm trazido as melhores...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... e obrigada à minha Líder Simone Tebet, inclusive, pelas palavras. Que Deus a abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E têm trazido as melhores contribuições para esta CPI. Eu quero registrar, agradecer mesmo a intervenção de V. Exa., Senadora Eliziane, Senadora Simone, a presença sempre constante da Senadora Zenaide, da Senadora Kátia Abreu – uma das melhores inquirições feitas aqui nesta Comissão foi feita pela Senadora Kátia Abreu –, a Senadora Leila Barros, enfim, para toda a Bancada Feminina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E Senadora Zenaide, no remoto – é bom lembrar isso –, ela participa todos os dias, do começo ao final...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... através do sistema remoto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aliás, o que V. Exa. disse é a mais perfeita realidade e a Bancada Feminina sempre tem estado presente do começo ao fim desta CPI. E esta CPI não teria chegado até onde chegou se não tivesse tido a atuação da Bancada Feminina.

Eu queria, Cristiano, aí sim, passar a palavra para você e, em seguida, encerrar...

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... esta oitiva, agradecer a você a contribuição que V. Sa. trouxe à CPI. As informações que V. Sa. trouxe hoje são alarmantes, nos assustam, mas apresentam ao Brasil o porquê desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos muita verdade a ser descoberta. Tem muitos escaninhos e tem muitos negócios, lamentavelmente, que estavam sendo feitos. E eu queria, assim, independente de qualquer outra circunstância, mas agradecer que V. Sa., mesmo tendo um *habeas corpus,* sendo aqui assistido pelo seu advogado e tendo a prerrogativa de falar a verdade, desde o começo aqui, se dispôs a relatar fatos que, inclusive, envolviam V. Sa. – fatos, inclusive, que lhe envolviam. E eu queria, assim, lhe agradecer profundamente pela contribuição, independente de qualquer outra circunstância, mas pela contribuição que V. Sa. trouxe nas informações a esta CPI.

O SR. CRISTIANO ALBERTO HOSSRI CARVALHO (Para depor.) – Senador, eu e o meu advogado é que agradecemos, que chegamos aqui pela manhã, aliás, ontem, sem saber o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

encontrar, porque é muito difícil você ser julgado nas ruas e pelas pessoas por coisas que você não fez. Isso era uma coisa mais difícil que foi até chegar aqui, porque nós não sabíamos o que iríamos encontrar. E a única pessoa que me apoiou foi esse homem aqui, que esteve comigo.

Gostaria de agradecer à maioria dos Senadores da Casa, que me trataram com respeito e dignidade, começando pelo senhor que, desde o momento que cheguei, foi receptivo, as Senadoras aí tanto quanto. Não tem mais muitas pessoas na Casa para eu agradecer, mas eu saio daqui com a sensação de dever cumprido e que as pessoas que ficaram contra o meu depoimento ou esclarecimento eram as minorias da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu é que lhe agradeço, nós é que lhe agradecemos, Cristiano. O tratamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito com todos sempre será com a firmeza necessária, mas também com o tratamento decente e cortês, pelo menos por parte da direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu diria, da ampla maioria dos membros desta CPI.

Eu queria, antes de terminar, esta que é a última oitiva da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito, antes do recesso, visto que dentre e pouco nós deveremos estar votando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, determinar para a Secretaria da CPI que, no retorno dos trabalhos, no dia 3 de agosto, na primeira terça, dia 3 de agosto... Os exames que estão sendo feitos – e é importante informar isso –, todas as Senadoras e Senadores, membros desta CPI, têm à sua disposição os exames para a Covid, para garantir o monitoramento de todas as Sras. Senadoras e de todos os Srs. Senadores, até em função dos exames que já ocorreram.

Eu queria desejar o mais pronto restabelecimento do Senador Otto Alencar, que, graças a Deus, se encontra bem, quase que assintomático, está se recuperando. O Senador Otto Alencar é uma prova do resultado da verdadeira vacina e da eficácia verdadeira da vacina.

Mas eu queria determinar à Secretaria que, no retorno das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito, os exames sejam estendidos também para o pessoal da limpeza, que trabalha diariamente, garantindo a nossa segurança. Então, eu queria determinar à Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito – para todos os servidores da CPI, que prestam serviço a esta CPI, assim como para todos os servidores, em especial, para os servidores dos serviços de limpeza, garçons e de apoio a esta Comissão Parlamentar de Inquérito – que os exames para a Covid sejam para eles também estendidos para a segurança de todos aqui, em especial, para a segurança desses que nos apoiam e nos ajudam no dia a dia e são inestimáveis para o nosso trabalho.

Por fim, comunico que ontem S. Exa. o Presidente Rodrigo Pacheco leu o requerimento de prorrogação desta Comissão Parlamentar de Inquérito por mais 90 dias. Nós retornaremos... A CPI continuará, a sua equipe técnica, trabalhando, atuando, analisando os documentos que já chegaram a esta CPI. A direção da CPI e os membros estarão de prontidão nessas duas semanas de recesso. Por força constitucional, após a LDO, o Congresso Nacional e as Comissões não podem funcionar. Nós retornaremos com as oitivas da Comissão Parlamentar de Inquérito na terça-feira, dia 3 de agosto.

Antecipadamente, havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 36ª Reunião, solicitando dispensa da sua leitura.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença do nosso depoente de hoje, agradeço a presença de todos, convoco para a primeira oitiva a ser realizada na terça-feira, dia 3 de agosto de 2021, e declaro encerrada mais essa oitiva, mais essa reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (38ª Reunião) 03/08/2021

ATA DA 38ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia três de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Eliziane Gama, Izalci Lucas e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Simone Tebet, Zenaide Maia e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1167 de 2021** que : "Requer apresentação de pedido judicial para o afastamento de Mayra Isabel Correia Pinheiro do cargo público de Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 215 de 2021** que : "Requer que seja convocado o senhor MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente do Conselho Federal de Medicina." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1069 de 2021** que : "Requisita à Receita Federal do Brasil, todos os dados cadastrais, inclusive participações societárias nos últimos dez anos e gráficos de relacionamentos, com as respectivas cópias da documentação. Retirados, em 02/08/2021, os itens H e K da primeira parte do requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 520 de 2021** que : "Convoca Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 523 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Walter Braga Netto." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Retirado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 990 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Pedro Benedito Batista Júnior, diretor-executivo da Prevent Senior, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1067 de 2021** que : "Requer seja convocada a Sra. Andrea Siqueira Valle para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Retirado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1117 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Danilo Berndt Trento para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1118 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Leonardo Ananda Gomes para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1119 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Gustavo Berndt Trento para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1120 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Elson de Barros Gomes Júnior." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1121 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Raphael Barão Otero de Abreu para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1122 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. José Clovis Batista Dattoli Júnior para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (38ª Reunião) 03/08/2021

REQUERIMENTO Nº 1129 de 2021 que : "Requer seja convidado o Senhor Fernando Mussa A. Aith, a comparecer a esta Comissão, a fim de debater, entre outros temas, a estratégia federal de disseminação da Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1149 de 2021** que : "Requer a convocação de Raimundo Nonato Brasil, sócio da empresa VTC Operadora Logística LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1150 de 2021** que : "Requer a convocação de TERESA CRISTINA REIS DE SA, sócia da empresa VTC Operadora Logística LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1156 de 2021** que : "Requer a convocação da senhora CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1157 de 2021** que : "Requer a convocação do Senhor George da Silva Divério." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1158 de 2021** que : "Requer a convocação do Senhor JOABE ANTÔNIO OLIVEIRA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1168 de 2021** que : "Requer a convocação da Senhora Talita Saito, Subchefe Adjunta de Política Econômica da Casa Civil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Retirado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1169 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA, presidente do Instituto Força Brasil, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1141 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Fábio Mendes Marzano, ex-secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1142 de 2021** que : "Requer seja convocada a Sra. Maria Nazareth Farani Azevêdo, ex-representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas e a outras organizações internacionais em Genebra, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1143 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Flávio Werneck Noce dos Santos, ex-assessor especial para assuntos internacionais do ministro da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1099 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Antônio Élcio Franco Filho, ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1095 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Carlos Alberto de Sá." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1110 de 2021** que : "Requer a convocação do Senhor Adolfo Sachsida, Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Retirado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1170 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. HUGO TEIXEIRA MONTEZUMA SALES, Coordenador-Geral de Análise Jurídica de Licitações, Contratos e Instrumentos Congêneres na Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1171 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. MARCELO TOLENTINO DA SILVA, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1173 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Fábio da Silva Sartori, Fiscal do Contrato nº 59/2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no âmbito da Coordenação Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde, do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1174 de 2021** que : "Requer a convocação do Senhor CARLOS ALBERTO DE SA, sócio da empresa VTC Operadora Logística LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 1175 de 2021** que : "Requer a convocação do Senhor Flávio Loureiro de Souza para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1176 de 2021** que : "Requer a convocação do Senhor JOABE ANTÔNIO OLIVEIRA para prestar depoimento a esta CPI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 1178 de 2021** que : "Requer a convocação da Sra. Cristiane Fleuri de Jesus, Fiscal do Contrato nº 59/2018 no âmbito da Coordenação-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde, do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 1179 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Eric Matheus Bispo Pereira, Fiscal do Contrato nº 59/2018 no âmbito da Coordenação-Geral de Logística de Insumos Estratégicos para Saúde, do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 1180 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Alex Lial Marinho – Coordenação Geral de Logística de Insumos Estratégicos Para Saúde do Ministério da Saúde, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como investigado." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 1181 de 2021** que : "Requer a convocação da senhora CRISTIANE ROSE JOURDAN GOMES para prestar depoimento a esta CPI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 1182 de 2021** que : "Requer a convocação do Senhor GEORGE DA SILVA DIVÉRIO para prestar depoimento a esta CPI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 1183 de 2021** que : "Requer a convocação do Senhor MÁRIO PEIXOTO para prestar depoimento a esta CPI" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 1184 de 2021** que : "Requer a convocação do Senhor MARCELO MUNIZ LAMBERTI para prestar depoimento a esta CPI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 1194 de 2021** que : "Requer a convocação do Paulo Cotrim, servidor público e ex-Diretor do Hospital Federal de Bonsucesso, para prestar depoimento a esta CPI, como testemunha." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 1203 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Paulo Cotrim, servidor público e ex-diretor do Hospital Federal de Bonsucesso, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 1205 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Jonas Roza, ex-superintendente do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 1151 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre diversas reuniões e encontros de membros e ex membros deste Ministério com representantes da Precisa Medicamentos, da Bharat Biotech, representação da Índia entre outros, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 1154 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Presidente da Agência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antonio Barra Torres, informações sobre reunião de membro desta Agência com representantes da Precisa Medicamentos, e do Ministério da Saúde, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 1155 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre estudos realizados no começo da pandemia do coronavírus por este Ministério, no prazo máximo de 10 dias." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 1159 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, Pedro Geraldo Pinheiro dos Santos, informações sobre registros de entrada de pessoas nas dependências da Superintendência do Ministério da Saúde no estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 1160 de 2021** que : "Requer sejam prestadas pelo (a) Senhor (a) Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, Jorge Venâncio, no prazo de 10 (dez) dias, informações acerca de todo o processo de estudos clínicos relativas ao tratamento para COVID-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 1161 de 2021** que : "Requer sejam prestadas, no prazo de 10 (dez) dias, informações a esta CPI pelo Departamento de Logística da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (DLOG/SE/MS)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 1162 de 2021** que : "Requer seja solicitado ao Ministério da Saúde acesso integral desta Comissão ao processo administrativo SEI 25000.012355/2021-13, que tem por objeto o desenvolvimento da plataforma eletrônica para agendamento e diagnóstico clínico para a Covid-19 – Tratecov, bem como dos protótipos deste aplicativo" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 1172 de 2021** que : "Requer à Controladoria-Geral da União a disponibilização do relatório de auditoria realizado para analisar questões relativas à legalidade do processo de contratação e importação da vacina Covaxin pelo Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 1214 de 2021** que : "Requer à Advocacia Geral da União a disponibilização da cópia integral dos Autos que gerou o Parecer n.º 00203/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, acerca do segundo Termo Aditivo do Contrato 59/2018, firmado entre o Ministério da Saúde e a empresa VTC Operadora Logística LTDA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 1224 de 2021** que : "REQUISITA ao Conselho Federal de Medicina informações ligadas à terapêutica da Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 1134 de 2021** que : "Requer que o Ministério da Saúde encaminhe processos e documentos relacionados à aquisição e importação das vacinas Covaxin." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 1135 de 2021** que : "Requer que o Ministério da Saúde encaminhe processos e documentos relacionados a contratos firmados com a empresa VoeTur/VTCLog." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 1136 de 2021** que : "Requer que o Ministério da Saúde encaminhe processos e documentos relacionados às tratativas para aquisição de vacinas com a empresa Davati, a entidade SENAH e o Instituto Força Brasil, além dos processos que tratam da aquisição das vacinas Sputnik V e CanSino." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 1137 de 2021** que : "Requer que o Ministério da Saúde encaminhe processos e documentos relacionados a contratos firmados com as empresas Life Technologies e Global Base." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 1144 de 2021** que : "Requer sejam solicitadas informações ao Ministério da Saúde relativas ao atraso na distribuição de vacinas aos entes federativos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 1145 de 2021** que : "Requer sejam solicitadas informações ao Ministério da Saúde relativas ao Programa Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Imunizações (PNI)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 1146 de 2021** que : "Requer sejam solicitadas informações ao Ministério da Saúde relativas à indicação e distribuição de cloroquina/hidroxicloroquina para o tratamento da malária em povos indígenas (2009-2019)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 1147 de 2021** que : "Requer sejam solicitadas informações ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos relativas à doação e distribuição de cestas básicas para comunidades indígenas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 1148 de 2021** que : "Requer sejam solicitadas informações à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 1138 de 2021** que : "Solicitação de informações à empresa Google." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 1177 de 2021** que : "Requer a disponibilização, de cópia dos autos do inquérito nº 2021.0006730-CGRC/DICOR/PF (Inquérito 4862 STF)" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 1236 de 2021** que : "Requisita à Dropbox informações sobre os documentos enviados pela Bahrat Biotech, Precisa – Comercialização de Medicamentos Ltda. e pelo Ministério da Saúde do Brasil, entre janeiro de 2020 e agosto de 2021, por meio de link Dropbox especificado." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 1234 de 2021** que : "REQUISITAR ao Comando do Exército Brasileiro informações sobre o laboratório do Exército" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 1233 de 2021** que : "Requisitar acesso ao processo TC 045.419/2020-5 e TC 029.384/2015-0" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 1232 de 2021** que : "Requisitar informações à empresa WORDPRESS.COM correspondentes ao site www.republicadecuritiba.net." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 1225 de 2021** que : "Requisita documentos à empresa Bharat - cópia fiel do contrato e/ou demais acordos e ajustes firmados com a empresa brasileira denominada Precisa – Comercialização de Medicamentos Ltda" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 1185 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa FENIXX SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 02.060.306/0001-69, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 1186 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da Sra. Cristiane Rose Jourdan Gomes, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 1187 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) da empresa Gaia Service Tech Tecnologia e Serviços Ltda., CNPJ nº 07.046.566/0001-01, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 1188 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Senhor GEORGE DA SILVA DIVÉRIO, CPF nº 734.108.967-91, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 1189 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Senhor JOABE ANTÔNIO OLIVEIRA, CPF nº 072.138.647-42, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 1190 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Senhor MARCELO MUNIZ LAMBERTI, CPF nº 848.166.787-00, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 1191 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa SP LOCACAO DE MÁQUINAS VEICULOS E EQUIPAMENTOS, CNPJ nº 20.097.196/0001-91, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 1192 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa VINIL GESTÃO E FACILITIES LTDA, CNPJ nº 33.412.883/0001-04, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 1193 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa LLED SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 11.885.366/0001-01, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 1195 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa CEMAX ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 10.243.854/0001-52, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 1196 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira dos seguintes sócios ou ex-sócios da empresa CEMAX ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 10.243.854/0001-52, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente: 1. Angelus Segurança e Vigilância – Eireli, CNPJ nº 03.372.304/0001-78; 2. Cesar Ferreira da Silva Junior, CPF nº 012.267.227-50; 3. José Mariano de Ávila Netto Guterres, CPF nº 373.955.807-53." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 1197 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira dos sócios e ex-sócios da empresa FENIXX SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 02.060.306/0001-69, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente: 1. USS Holdings S/A, CNPJ nº 29.719.551/0001-91; 2. Flávio Valverde Aguiar, CPF nº 387.117.617-91; 3. André Felipe Jones Martins Cavalcante, CPF nº 107.045.867-89." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 1198 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira dos seguintes sócios ou ex-sócios da empresa GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 07.046.566/0001-01, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente: 1. GML Gestão de Ativos Empresariais, Consultoria e Participações Ltda., CNPJ nº 11.016.606/0001-31; 2. MV Gestão e Consultoria de Ativos Empresariais, Consultoria e Participações Ltda., CNPJ nº 19.394.911/0001-79; 3. Matheus Ramos Mendes, CPF nº 122.794.377-67." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 1199 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira dos seguintes sócios e ex-sócios da empresa LLED SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 11.885.366/0001-01, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente: 1. Fábio de Rezende Tonassi, CPF nº 018.714.277-70; 2. Celso Fernandes de Mattos, CPF nº 014.833.597-78." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 1200 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira dos seguintes sócios ex-sócios da empresa PLANO CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA, CNPJ nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

20.893.778/0001-84, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente: 1. Gutemberg dos Santos Silva, CPF nº 044.206.847-64; 2. Sandro de Souza Silva, CPF nº 103.098.827-70; 3. Mônica de Souza Porto, CPF nº 027.330.067-97." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 1201 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira dos seguintes sócios e ex-sócios da empresa SP LOCACAO DE MÁQUINAS VEICULOS E EQUIPAMENTOS, CNPJ nº 20.097.196/0001-91, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente: 1. Leneir dos Santos Oliveira, CPF nº 038.597.907-06; 2. Jean dos Santos Oliveira, CPF nº 087.465.807-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 1202 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) da empresa Plano Construções e Instalações Ltda., CNPJ nº 20.893.778/0001-84, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 1204 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) do Sr. Mário Peixoto, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 1206 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do senhor JONAS ROZA, CPF n. 911.494.447-20, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 1207 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) da empresa Voetur Turismo e Representações Ltda., CNPJ nº 01.017.250/0001-05, referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 1208 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) de sócios ou ex-sócios da empresa Cemax Administração e Serviços Ltda., CNPJ nº 10.243.854/0001-52, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 1209 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira dos sócios e ex-sócios da empresa FENIXX SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 02.060.306/0001-69, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente: 1. USS Holdings S/A, CNPJ nº 29.719.551/0001-91; 2. Flávio Valverde Aguiar, CPF nº 387.117.617-91; 3. André Felipe Jones Martins Cavalcante, CPF nº 107.045.867-89." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 1210 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) da empresa VTC Operadora Logística Ltda, CNPJ nº 24.893.687/0001-08, referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 1211 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) do Sr. Alexandre Prati, CPF nº 045.929.299-42, pela condição de sócio da empresa Prati Administradora e Participações Ltda., CNPJ 24.415.991/0001-31, que, por sua vez é sócia administradora da empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda, CNPJ 73.856.593/0001-66, referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 1212 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) da empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda., CNPJ 73.856.593/0001-66, referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 1213 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) da empresa Prati Administradora e Participações Ltda., CNPJ 24.415.991/0001-31, pela condição de sócia administradora da empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda., referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 1215 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) do Sr. Celso Agustinho Prati, CPF nº 336.841.549-20, pela condição de sócio administrador da empresa Prati Administradora e Participações Ltda. CNPJ 24.415.991/0001-31, que, por sua vez é sócia administradora da empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda, CNPJ 73.856.593/0001-66, cuja sociedade ele também compõe e administra, referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 1216 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) do Sr. Arno Donaduzzi, CPF nº 492.598.069-68, pela condição de sócio da empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda, CNPJ 73.856.593/0001-66, referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 1217 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) do Sr. Gustavo Matheus Prati, CPF nº 036.035.419-01, pela condição de administrador da empresa Prati Administradora e Participações Ltda. CNPJ 24.415.991/0001-31, que, por sua vez é sócia administradora da empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda, CNPJ 73.856.593/0001-66, referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 1218 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) da empresa Premier Comércio de Alimentos Ltda., CNPJ 73.702.649/0001-28, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 1219 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) da empresa Berkeley Equipamentos Médicos Ltda., CNPJ 00.210.051/0001-48, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 1220 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) do Sr. Luiz Donaduzzi, CPF nº 297.861.939-20, pela condição de sócio administrador da empresa Prati Donaduzzi & Cia Ltda, CNPJ 73.856.593/0001-66, referente ao período de 1º de janeiro de 2018 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 1222 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) dos seguintes sócios ou ex-sócios da empresa GAIA SERVICE TECH TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 07.046.566/0001-01, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente: 1. GML Gestão de Ativos Empresariais, Consultoria e Participações Ltda., CNPJ nº 11.016.606/0001-31; 2. MV Gestão e Consultoria de Ativos Empresariais, Consultoria e Participações Ltda., CNPJ nº 19.394.911/0001-79; 3. Matheus Ramos Mendes, CPF nº 122.794.377-67;" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 1223 de 2021** que : "Requerer o LEVANTAMENTO (QUEBRA) e a TRANSFERÊNCIA DO SIGILO BANCÁRIO de RÁDIO PANAMERICANA S.A" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Retirado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 1226 de 2021** que : "Requerer a TRANSFERÊNCIA DO SIGILO BANCÁRIO de RAUL NASCIMENTO DOS SANTOS" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 1227 de 2021** que : "Requerer a TRANSFERÊNCIA DO SIGILO BANCÁRIO de PAULO DE OLIVEIRA ENEAS" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 1228 de 2021** que : "Requerer a TRANSFERÊNCIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

DO SIGILO BANCÁRIO de LHT HIGGS LTDA – ME" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 1229 de 2021** que : "Requerer a TRANSFERÊNCIA DO SIGILO BANCÁRIO de FAROL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 1230 de 2021** que : "Requerer a TRANSFERÊNCIA DO SIGILO BANCÁRIO de ALLAN LOPES DOS SANTOS" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 109 - REQUERIMENTO Nº 1235 de 2021** que : "Requerer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras o RIF do senhor RICARDO PRATI" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 1237 de 2021** que : "Requerer o LEVANTAMENTO (QUEBRA) e a TRANSFERÊNCIA DO SIGILO BANCÁRIO de JOSÉ PINHEIRO TOLENTINO FILHO" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 1238 de 2021** que : "Requerer o LEVANTAMENTO (QUEBRA) e a TRANSFERÊNCIA DO SIGILO BANCÁRIO de TARSIS DE SOUZA GOMES" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 1058 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático do Deputado Federal Luis Claudio Fernandes Miranda." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 1054 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Silvio Barbosa de Assis" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 1066 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos telefônico, fiscal, telemático e bancário do Sr. Amilton Gomes de Paula." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 1061 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático do Sr. Cristiano Alberto Hossri Carvalho, procurador da Davati Medical Supply no Brasil." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 1060 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Luiz Paulo Dominguetti Pereira." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 1059 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático do Deputado Federal Ricardo José Magalhães Barros." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 1097 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos bancário, telefônico, telemático (de abril de 2020 até o presente) e fiscal (de 2018 até o presente) do Sr. Helcio Bruno de Almeida." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 1096 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos bancário, telefônico, telemático (de abril de 2020 até o presente) e fiscal (de 2018 até o presente) do Sr. Otávio Oscar Fakhoury" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 1094 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico, fiscal, bancário e telemático de Carlos Alberto de Sa, bem como do sigilo bancário e fiscal das empresas por ele administradas, VTC Operadora Logística LTDA e Voetur Turismo e Representações LTDA." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 1106 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa VTC Operadora Logística, sociedade empresária limitada." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 1105 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da Sra. Andreia da Silva Lima, diretora-executiva da VTCLog - VTC OPERADORA LOGISTICA LTDA." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 1116 de 2021** que : "Transferência do sigilo telefônico, fiscal, bancário e telemático de Andreia Lima Marinho." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 1115 de 2021** que : "Transferência do sigilo telefônico, fiscal, bancário e telemático de Raimundo Nonato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Brasil." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 125 - REQUERIMENTO Nº 1114 de 2021** que : "Transferência do sigilo telefônico, fiscal, bancário e telemático de Teresa Cristina Reis de Sa." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº 1133 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa 6M Participações Ltda, CNPJ 15.167.432/0001-69, bem como a disponibilização das notas fiscais emitidas, de análise sobre a movimentação financeira, bem como de análise comparativa sobre referida movimentação financeira com relação ao período de 2018 a 2021. Parcialmente suspenso, conforme MS 38127." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 1140 de 2021** que : "Requerimento de transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da BSF - Bolsa e Futuro Eireli." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 1139 de 2021** que : "Requerimento de transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da empresa 6M Participações Ltda. Parcialmente suspenso, conforme MS 38127." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 1221 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) o Relatório de Inteligência Financeira (Rif) da empresa NAVELE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA., CNPJ 29.762.861/0001-99, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 530 de 2021** que : "Requer recomendação ao Ministro da Saúde de revogação da Nota Informativa nº 17/2020-SE/GAB/SE/MS, intitulada "Orientações do Ministério da Saúde para tratamento medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19" e qualquer orientação que indique medicamentos sem eficácia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 1163 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa SULMINAS SUPLEMENTOS E NUTRIÇÃO LTDA., CNPJ 22.528.133/0001-78, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 1164 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa SUL DE MINAS INGREDIENTES LTDA, nome fantasia SULMINAS INGREDIENTES, CNPJ 02.678.215/0001-91, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 1165 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do senhor MARCELO LUIS MAZZARO, CPF 833.254.256- 15, sócio administrador e sócio, respectivamente, das empresas Sul de Minas Ingredientes Ltda (CNPJ 02.678.215/0001-91) e Sulminas Suplementos e Nutrição Ltda (CNPJ 22.528.133/0001-78), referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 1166 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), no prazo de 10 dias, o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da senhora ROSEANA MAZUCHI DOS SANTOS DIAS MAZZARO, CPF 031.405.558-49, sócia das empresas Sul de Minas Ingredientes Ltda (CNPJ 02.678.215/0001-91) e Sulminas Suplementos e Nutrição Ltda (CNPJ 22.528.133/0001-78), referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 1231 de 2021** que : "Requisitar perícia de documentos da Precisa e Bharat" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva - Amilton de Paula**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Amilton Gomes de Paula, em atendimento ao requerimento 1065/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quarenta e quatro minutos. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Amilton Gomes de Paula, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, inicialmente apenas para reparar o equívoco com relação a uma transferência de sigilo de uma emissora de rádio.

Eu queria lamentar, dizer que isso aconteceu exatamente no recesso compulsório. E aproveito a oportunidade para retirá-lo, para que, de modo algum, possa eventualmente nada respingar numa coisa que preservamos, defendemos, sempre fizemos isso e vamos continuar a fazer: a liberdade de expressão.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como sempre, a coerência prevalece em cima do posicionamento do Senador Renan Calheiros.

A CPI não está aqui pra fazer cerceamento de ninguém. Podemos até divergir em pensamentos, mas não divergimos, de forma nenhuma, da democracia brasileira.

Senador Humberto Costa com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria utilizar da palavra neste momento para fazer uma denúncia que eu acredito que seja do interesse de todos os Senadores.

Existe um – não sei como se chama isso – *blog*, *site*, sei lá, que tem procurado atingir os Senadores desta CPI que são do campo da oposição. Desenvolveram uma ação violentíssima contra o Senador Randolfe Rodrigues, que conseguiu, por vários meios, estabelecer a verdade. E, agora, querem desenvolver a mesma ação contra mim.

Chama-se esse *site* – não sei o que é – Dallas Cowboy RGG. Tudo indica que é de um cidadão chamado Richards Pozzer. O que é que ele faz? O Senado Federal propõe, promove o ressarcimento das despesas do mandato de cada Senador. Muitos Senadores colocam as suas despesas no Portal da Transparência. É o meu caso. Todas! Todas as despesas que faço dentro do mandato coloco no Portal da Transparência. E o que é que esse cidadão faz? Ele pega notas que foram ressarcidas para funcionários – porque qualquer funcionário, pela resolução do Senado, pode pagar uma despesa e ser ressarcido dessa despesa – e cria a invencionice de que isso é rachadinha. As verdadeiras rachadinhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

essas figuras não investigam, não é? Então, eu quero deixar antecipadamente para todas as pessoas que nos acompanham que já pedi a quebra do perfil, desse perfil aqui da internet e que vou processá-lo.

Aliás, de uns tempos para cá, a quantidade de ataques que temos recebido na internet! Eu, em média, encaminho 50 representações por dia contra pessoas que nos atacam pelas redes sociais. Muitas vezes, são até robôs.

Eu queria fazer este registro para que, inclusive, os demais Senadores possam se precaver e para que nós possamos ir atrás desse meliante! Isso é um tipo de milícia digital. E talvez seja porque nós estamos começando a mexer nos hospitais federais do Rio de Janeiro, e a milícia fica toda assanhada, mas, se estão pensando que vão nos intimidar, que vão nos constranger, com certeza, não vão!

Então, eu quero dizer a esse Dallas Cowboy RGG que ele vai responder na Justiça se cometer qualquer ato contra a minha pessoa – que seja um ato mentiroso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem. No mesmo sentido, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Perfeito, mas, se os Senadores nos permitirem, é que é no mesmo sentido do Senador Humberto. É até para corroborar o que o Senador Humberto aqui destaca.

Vários membros desta Comissão têm sido atacados nessas redes de ódio com um claro intuito, como têm sido as intenções desde o início desta Comissão Parlamentar de Inquérito: a intimidação.

O senhor veja, Presidente, que as intimidações buscam ser feitas de todas as formas: é com notinha encaminhada para cá, às vezes contra o Presidente da CPI; é com ameaças, como foi no começo; e, agora, é através de milícias digitais espalhando *fake news*.

Não tenho dúvida, Senador Humberto, de que esse contra o senhor é pela linha de investigação em que o senhor está avançando: os hospitais federais do Rio de Janeiro. Eu não tenho dúvida! Há um pavor no ar enorme sobre essa linha de investigação. E eu rogo... E eu tenho certeza de que ela será promissora nesta CPI.

Um dos caminhos que nós estamos aprofundando a investigação, Presidente Omar, Senador Renan, é a atuação de *fake news*, porque todas essas *fake news* é tudo bandidinho de terceira! Tudo! Tudo bandidinho de terceira!, Pensa-se que é *fake news* que... Posando de moralista, pensa-se que é *fake news* ideológica. Não é, não! Estão tudo metido em compra irregular de vacina; um desses, o Instituto Força Brasil, intermediou a compra de vacina. Então, eles têm é que vir sentar aqui, têm que ter sigilos quebrados e não somente por tentarem intimidar membros de CPI – o que *per si* já é crime, conforme a Lei 1.572, de 1952, art. 4º –, mas também por, além disso, estarem envolvidos com o balcão de negócios em que se transformou o Ministério da Saúde. Boa parte desses estavam intermediando a reunião da Davati com o Elcio Franco; são tudo ladrãozinho de terceira, são tudo ladrãozinho... E são ladrõezinhos mal preparados ainda.

Então, Sr. Presidente, vamos aprofundar essa linha, quebrar os sigilos, convocá-los pra cá. E nós estamos muito perto de saber como essa rede tenebrosa toda é sustentada. A hora deles, Senador Humberto, não está, não demora, não tardará. Eles não perderão por esperar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente, eu quero, nessa mesma linha que o Relator, nessa mesma linha que o Relator, Renan, colocou, nós temos, aqui na CPI, acho que um grande equívoco, não é? Existe uma empresa em Brasília, já há 33 anos, a VTCLog, que hoje tem quase 2 mil funcionários diretos e indiretos, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

uma infraestrutura no aeroporto de Guarulhos de 45 mil metros quadrados. E, se hoje tem vacina – hoje! –, no braço dos brasileiros, se deve a essa empresa.

Então, eu sou um dos grandes... Eu, como contador até, procuro ser muito incisivo em todas as empresas que estejam erradas; e tem que ser mesmo. Agora, esta empresa já encaminhou – e eu tive o cuidado de entregar também ao Senador Randolfe o que foi protocolado nesta CPI, e, agora, hoje, novamente todo o material, quando saiu a primeira notícia no Jornal Nacional, porque essas empresas, Senador Renan, são empresas que têm *compliance*, qualquer coisa de CPI compromete a empresa no sentido de credibilidade e tudo mais. Todo mundo sabe o que é uma CPI, não é?

Então, o que está sendo feito... Eu acho assim, já foi, está aí o requerimento da Andreia Lima, que é a gerente, a diretora, que cuida dela. Está disposta – já entregou todos os documentos –, está disposta a falar para depois entrar realmente, porque esses desgastes... Por isso que eu até peço aqui, para que chame, que priorize a vinda dela, para esclarecer tudo isso, porque, se tiver que buscar mais documento, quebrar sigilo, aí tudo bem, mas ela ficar quase um mês aí, porque, nesse período de recesso, ela ficou mesmo praticamente todos os dias na mídia, isso compromete a empresa. E a gente tem que também ter esse cuidado de não, aqui, sacrificar ou penalizar as empresas que são sérias.

Eu tenho por essa empresa – por conhecer já há mais de 30 anos – que é uma empresa séria. Agora, se ela errou, eu sou um dos primeiros a apoiar aqui a penalização. Agora, o que não se pode é ficar na mídia, o tempo todo, com documentos claros de que não houve isso; muito pelo contrário, naquele aditivo que foi citado na mídia, há uma economia – era de 57, baixou para 18 –, está muito claro no documento, é só olhar.

Eu, como contador, talvez tenha mais facilidade de entender, mas eu quero fazer um pedido exatamente para isto: temos que preservar as empresas sérias. Se ela tem alguma coisa, tudo bem, mas não há, pelo menos que eu conheça, nenhum indício de irregularidade nessa empresa. Então, na mesma linha do que o Senador Renan colocou da Jovem Pan, eu vejo assim: com a quebra de sigilo das empresas, a gente tem que ter um certo cuidado. Se tiver de fato alguma coisa clara de que há indício disso, tudo bem. Mas simplesmente porque saiu na mídia ou alguém falou alguma coisa? Tem coisa absurda que está sendo dita aí que é muita irresponsabilidade. Então, a gente precisa ter um certo cuidado com as empresas.

Eu já fui empresário, sei o quanto é difícil você manter uma empresa, uma empresa que hoje... O Senador Humberto Costa foi ministro. E assim mesmo eu trabalhava lá, no período dele. Se fosse uma picaretagem, talvez ele mesmo teria retirado essa empresa, muito pelo contrário... Então, faço um apelo a isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ...com relação a essa questão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, V. Exa. me permite, até para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Em cima do assunto do Senador Izalci. Eu acho que o Senador Izalci faz referência ao cuidado que esta CPI tem, de forma ampla, não é? A gente não vai fazer nenhum prejulgamento aqui sem antes efetivamente ter os fatos concretos diante de nós.

Ocorre que para esta empresa, Senador Izalci, além das denúncias que foram apresentadas na imprensa, de uma forma ampla – aliás, não apenas em um, mas em vários veículos de comunicação –, também nós temos quatro representações no Tribunal de Contas da União. Além dessas representações, nós entramos, inclusive, com uma nova representação para fazer uma avaliação de um aditivo que não é comum. Nós temos, em geral, aditivos que vão na busca, por exemplo, do recurso financeiro – e ela também tem um aditivo dessa natureza – que é exatamente um novo volume

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

financeiro, algo em torno, inclusive, de 80 milhões, aproximadamente – algo em torno desse valor, que também é questionado.

Além desse aditivo, nós temos um aditivo de texto. Ora, quando você concorre a um processo licitatório, você tem lá todas as cláusulas da licitação. Elas são apresentadas e as empresas vão seguir essas normas, que são normas de referência – termo de referência –, que são apresentadas nessa licitação. Nós temos, no caso da VTCLog, um aditivo de texto tentando alterar uma licitação que já ocorreu, ou seja, é um caso absolutamente novo, inclusive na administração pública. E nós temos, no caso da VTCLog.

Quando nós temos o cuidado de não trazer logo a Andreia, Senador Izalci, é exatamente para entender a complexidade desse projeto, dessa licitação e desse contrato. É um contrato em que a gente precisa entender o que é que é item, por exemplo. Quando se fala de item, ela tem transporte, tem manipulação e tem armazenamento. Quando se fala de manipulação, não é manipulação química, é manipulação de produtos. Se eu tenho uma negociação a partir de itens e eu tenho um item que tem um volume interno dentro desse item, eu posso pegar esse mesmo item e transformar em cem itens, por exemplo. Se eu tenho um item de mil ampolas, por exemplo, eu posso transformá-lo em cem itens de cem ampolas. Se eu faço a cobrança por item, eu saio da cobrança de um item para a cobrança de cem itens.

Veja, nós não estamos diante de um contrato simples, nós estamos diante, Senador Omar Aziz, de um contrato complexo. E é para esta complexidade que nós precisamos estar atentos. Daí, por exemplo, as quebras. As informações que chegarão até nós nos darão, de fato, esse respaldo. A gente não pode trazer, por exemplo, a Andreia sem ter efetivamente essas informações em mão, até pra fazer justiça à própria Andreia, até pra fazer justiça à própria empresa.

Então, nós temos esses requerimentos que serão aprovados hoje – eu acredito. De posse dessas informações nós vamos decidir, Senador Izalci. Se não houver irregularidade, saiba, nem ela será convocada. Isso aí o senhor pode ter toda a certeza, assim como todos os Parlamentares. A lisura e a responsabilidade no processo de investigação desta Comissão estarão sendo levadas. E eu digo isso até porque recebi uma missão, do Presidente e do Relator, de me debruçar um pouco mais, aprofundando o estudo acerca da VTCLog, e é exatamente o que nós estamos fazendo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

Presidente, é só pra isso mesmo, só pra esclarecer, pra não entrar muito no debate, exatamente o que aconteceu. O contrato previa item, que daria hoje, se ela quisesse receber pelo contrato, 58 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Baixou exatamente para 18, o volume...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora é volume. Só pra dizer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só isso, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com relação a isso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós temos uma tomada de conta especial dela, Izalci, de contratos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu procuro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Cobrança de transporte terrestre...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... como se fosse aéreo, cujo valor é maior.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, Senadores e Senadoras...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu sou o primeiro a defender...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Já passo a palavra, Senador Marcos Rogério.

Não é só isso, Senador. Eu não posso aqui falar mais do que a gente... Tudo aquilo que sabemos sobre algumas pessoas que estão sendo investigadas, para não ser, para manter a cautela que tem me mantido aqui e pra não ser injusto. Correto? Mas, sinceramente, isso aí é muito pequeno em cima daquilo que nós temos conhecimento. Então, não há, não dá pra gente... Por isso que nós temos que investigar, pra não cometer injustiça. Então, eu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, já está sendo condenada antes de apurar. Esse é que é o problema. É só isso. Só um dado que eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso que nós não estamos falando, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso que eu não quero falar além daquilo necessário pra gente votar os requerimentos, porque, se eu falar, aí eu posso, sim, realmente, estar cometendo uma grande injustiça e eu não quero fazer isso – não quero fazer isso. Eu posso pessoalmente depois, com qualquer membro da CPI que quiser alguma informação, que tem direito de saber...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... conversaremos sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aqui eu não posso falar além daquilo que é possível se falar para não cometer injustiça contra ninguém, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A preocupação é essa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marco Rogério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou ouvir o Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só pra retirar um requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual deles?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Se o Senador Marcos Rogério me permite, é o item 20.

Nós estamos requerendo a convocação da Sra. Talita Saito, que é Subchefe Adjunta de Política Econômica da Casa Civil. Tem razão o requerimento por conta das conexões do contrato para associação ao Consórcio Covax Facility. Só que recebemos a informação que a Sra. Talita estava grávida, teve complicações no parto, então está com dificuldades, em decorrência disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, eu queria sobrestar esse requerimento, suspender a apreciação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos retirar. Sem problemas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para o momento mais oportuno, obviamente com o restabelecimento dela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela pode ajudar, mas eu acho que não necessariamente precisamos expô-la dessa forma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, eu requeiro a retirada desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. E também porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E só uma questão complementar, Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Apoiado, Senador Randolfe. Parabéns a V. Exa. pelo princípio de humanidade, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Só uma questão complementar, Sr. Presidente. Esta semana, na segunda-feira, o nosso querido Senador Rogério Carvalho está de aniversário; então, só para aqui externar os nossos cumprimentos ao colega aqui de Comissão Parlamentar de Inquérito, vizinho de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu falei com o Senador Rogério Carvalho ontem. Dei um abraço nele.

O Senador Marcos Rogério com a palavra – e o Senador Eduardo Girão. E aí nós temos que votar os requerimentos, porque o Reverendo já está aguardando há mais de uma hora. Eu pediria só um pouco de rapidez, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprimentando a todos, de modo especial os que nos acompanham, no reinício dos trabalhos desta CPI, eu queria, uma vez mais, reiterar um apelo ao bom senso com relação a essa escalada de requerimentos de quebras de sigilos indiscriminadamente, sem os fundamentos legais próprios, em desobediência à Constituição Federal e à lei, requerimentos que são apresentados e votados sem que haja sequer a oitiva de pessoas ligadas a essa empresa. Primeiro, quebra, bisbilhota, expõe; aí depois, ouve. Nós estamos invertendo a lógica da investigação, Sr. Presidente. Aqui, muito se debateram, muito se criticaram operações, forças-tarefas que utilizaram de tal método. É incrível que aqueles que mais condenaram a prática são os que patrocinam aqui exatamente essa prática. Eu reitero a V. Exa. que, primeiro, ouçamos os depoimentos e que, havendo necessidade, se determine a quebra de sigilo, mas não façamos essa inversão. Ela atenta contra garantias constitucionais, legais de pessoas e de empresas. Então, eu quero reiterar aqui, na linha do que já fez o Senador Izalci, para que não façamos essa inversão. O próprio Ministério Público, que é o titular da ação penal, não age nessa esteira, não age nessa direção. Então, reitero apelos a V. Exa. nesse sentido.

Posteriormente, Sr. Presidente, farei um apelo quando da deliberação dos requerimentos com relação aos itens que nós queremos votar de maneira individualizada e não de maneira em bloco.

Mas eu queria fazer um último registro, Sr. Presidente, para lamentar algo que eu reputo da maior gravidade. Eu, antes de estar neste Senado Federal, como Senador da República, antes de ser Deputado Federal por dois mandatos, antes de ser Vereador na minha cidade de Ji-Paraná, Rondônia, por dois anos, fui jornalista. Trabalhei no rádio por 12 anos, na televisão e no jornal impresso. E, quando alguém pergunta a minha profissão – já fizeram várias vezes isso –, eu sempre digo que sou jornalista, porque quem já foi jornalista nunca deixa de ser jornalista. Essa é minha história, essa é minha profissão. E, para minha surpresa absolutamente desagradável, eu vi requerimento apresentado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

e pautado nesta CPI para o dia de hoje – agora há pouco, anunciada a sua retirada – onde se pretendia a quebra de sigilo, de toda sorte, de um dos veículos mais tradicionais da comunicação brasileira, o grupo Jovem Pan.

Sr. Presidente, ao longo da minha carreira como jornalista, um dos elementos que mais garantiam a efetividade da função do jornalista era que, para se chegar a uma matéria jornalística investigativa, muitas das vezes, o bom jornalista se vale de um elemento fundamental nessa relação de confiança entre o profissional e o seu entrevistado: o sigilo da fonte. É uma garantia constitucional, é uma garantia legal. E, quando nós, no âmbito de uma CPI, Casa Alta do Congresso Nacional, vemos um requerimento dessa natureza, já é uma agressão, por si só, a apresentação desse requerimento à liberdade de imprensa. Mais do que isso: quando vemos a sua pauta, é uma ofensa direta à essa garantia constitucional, porque esse é um dos pilares da liberdade de imprensa. E aí, Sr. Presidente, respeitosamente, o fato de retirar, no dia de hoje – alguém me disse: "Ah, mas retirou!" –, o dano já está praticado.

Aqueles que defendem... E, muitas das vezes, aqui ouvi Parlamentares acusando o Presidente da República por falas que fez, por gestos que teve com relação a profissionais da comunicação. Eu nunca fiz a defesa do Presidente naquelas falas que foram ofensivas à jornalista; nunca ninguém me viu fazer defesa do Presidente nesse aspecto, e olha que sou um dos ferrenhos defensores do Governo nesta CPI, mas defendo aquilo em que acredito; não defendo aquilo que reputo ser um equívoco ou aquilo que reputo ser uma conduta absolutamente ilegal.

Então, quando vi esse requerimento, eu confesso que foi uma ofensa não apenas a mim, como jornalista – na história que tive como pessoa –, mas como membro do Senado Federal. E, quando vi o fundamento do requerimento, aí foi uma ofensa capital, porque o fundamento, com todo o respeito ao Senador que o apresentou, sua assessoria fez um "ctrl c", "ctrl v", porque não é fundamento para aquele requerimento, mas apresentou o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu concluo, Sr. Presidente, para reiterar... E ali o elemento era... A questão diz que há *fake news*. Nós estamos transformando a CPI da Pandemia em CPI da *fake news*. Outra coisa, o Relator, Senador Renan, que apresentou esse requerimento, de forma lamentável e ao fundamento das *fake news*, ele próprio, aqui no âmbito da CPI, tempos atrás, veiculou aqui uma das maiores *fake news* dessa pandemia, a dose de vacina a US$150. E eu o corrigi, de plano, aqui; nunca vi retratação.

Então, respeitosamente, se há acusação com relação a *fake news*, sobretudo em veículos profissionais, o mecanismo é outro. Você contrapõe uma informação que é tida como *fake news* com a verdade, e não com quebra de sigilo, ofendendo garantias constitucionais que são fundamentos da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quero fazer esse registro, Sr. Presidente. Perdoe-me, Sr. Presidente. Essa é uma agressão monumental a um dos pilares da democracia neste País que nós não podemos aceitar sequer ser cogitada no âmbito deste Parlamento, sobretudo na Casa Alta do Congresso Nacional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só pra confirmar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O requerimento não está mais na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem está pautado mais, já foi retirado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nem está pautado. Eu não estou conseguindo entender tanta argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é um fato que não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Talvez se V. Exa. conhecesse o que é o jornalismo no Brasil, o que representa, saberia o tamanho da ofensa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem que perguntar isso para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está falando comigo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem que perguntar isso pra pessoa lá...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, vamos retomar as falas, Sr. Presidente! Já teve...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está falando comigo? Eu perguntei a V. Exa. porque eu sou jornalista. Eu sou jornalista e, ao contrário dos vários que disseminam *fake news*, com muita honra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, eu...

Só um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Senador, por favor. Por favor, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu preciso fazer minha defesa aqui.

O Senador está questionando que eu não entendo de jornalismo. Eu quero dizer a V. Exa. que, com muita honra, eu fui formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão, universidade pública. O Senador Humberto também. Aliás, sempre estudei em escola pública. Trabalhei e atuei no jornalismo por dez anos, antes de entrar na vida pública. E eu, mais do que ninguém, entendo disso.

Eu quero dizer apenas... Eu quero dizer apenas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, deveríamos todos nos unir para repudiar e não para passar panos quentes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não. Tanto que o Senador Renan Calheiros retirou o pedido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não afasta a ofensa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aliás, num entendimento de conversa nossa.

V. Exa. está simplesmente querendo criar um fato e polemizar numa situação que não tem mais o que polemizar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O fato foi criado no dia em que foi apresentado o requerimento e pautado nesta CPI. Esse é o fato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi retirado. E é um ato de grandeza do Relator desta CPI, que recebe de nós, como jornalistas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Imagine se o Presidente Bolsonaro tivesse feito isso!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, Presidente, pela ordem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Imagine se o Presidente Bolsonaro tivesse feito isso. Queria ver V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, só um minutinho. Só um minutinho. Só um minutinho, Senador Jean Paul.

O requerimento foi retirado. O próprio Senador Renan Calheiros ficou muito aborrecido quando viu esse requerimento ser pautado, está certo? E nós retiramos esse requerimento. O Senador Renan Calheiros já se posicionou.

Agora, V. Exa., quando fala para a direção desta Mesa... Eu sou solidário a todo jornalista, inclusive àquelas que o Presidente chama de quadrúpedes, que V. Exa. nunca levantou a voz pra defender. Agora, V. Exa. vem aqui dar uma de paladino defensor da imprensa? Tem que fazer isso quando elas são atacadas pelo Presidente que V. Exa. defende aqui, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já defendi por diversas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vi não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque V. Exa. só ouve...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vi não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, não, não, não, não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vi não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nenhuma vez!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque V. Exa. só ouve...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vi não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nenhuma vez! Nenhuma vez!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. só ouve o que quer ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vi não, Senador. Não vi não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E quem pautou foi V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós defendemos... Nós, sim, defendermos uma imprensa livre,...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, eu vi! Eu estou vendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... democrática.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, quando fala o que V. Exa. quer ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. nunca me ouviu aqui pegar e falar mal de alguém. Eu posso... Acabei de falar, antes de V. Exa. chegar: posso discordar da linha editorial, mas os princípios democráticos que eu defendo serão para todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não paute, Presidente, quando tiver esse tipo de arbitrariedade. Só isso.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador, nem pautado foi.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estava pautado. Estava pautado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi nem pautado. Foi retirado da pauta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estava pautado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. ganhou uns pontinhos; agora perde muito, sabe quando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando não defendeu uma jornalista chamada de quadrúpede, quando vê ofensas aos meios de comunicação feitos pelo seu liderado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Aqui muita gente já acusou jornalista, Presidente. Não vamos entrar nesse mérito não, porque eu nunca fiz isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não! Eu não!

Eu não está dizendo que foi V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu nunca acusei ninguém de acusar jornalista aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não defendeu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E aqui tem alguém que já fez. Não faço. E nunca defendi o Presidente nisso e repudiei...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem.

Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é pra defendê-lo não, é para criticá-lo como a gente faz, Senador Marcos Rogério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A conversa de retirada....

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já o fiz. V. Exa. é que é seletivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma comunicação inadiável antes de começar a reunião, por favor, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria apenas aqui lembrar a todos que o MDB, partido do eminente Senador Renan Calheiros, é um partido, Senador Omar, que, na época da ditadura, em muitos momentos foi às ruas para defender a liberdade de imprensa. E o Senador Renan já reconheceu que foi um equívoco; que não havia sequer a assinatura dele no requerimento; que ele, ao contrário, sempre defendeu a liberdade de imprensa, sempre defendeu o contraditório. E olha que aqueles que têm uma vida longeva na vida pública, como eu, como o Senador Renan, como V. Exa., já tivemos muitos embates com a imprensa, e já tivemos inúmeras razões... E sempre que fizemos, fizemos pela via judicial, fórum adequado para, de acordo com a democracia, buscarmos os direitos fundamentais individuais de cada um dos cidadãos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, é apenas para deixar muito claro que o nosso partido, o MDB, tem compromisso com a democracia, compromisso com a liberdade de expressão, e não será um equívoco já reconhecido de público, que não precisaria sequer ter sofrido aqui um reparo público, mas mesmo assim o companheiro Renan, para deixar clara a sua posição a favor da liberdade de imprensa, a favor da manifestação das opiniões de forma democrática, fez questão de dizer que houve um equívoco. Quem de nós aqui já não cometeu um equívoco?

Portanto, Presidente, é para deixar clara, de forma bastante firme, a nossa posição em defesa da liberdade de expressão e em defesa do contraditório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, Senador Jean Paul, Senador Fernando Bezerra. Agora, são 10h30. Nós temos aqui 134... Ou 133, porque eu estou retirando, a pedido da assessoria do Senador Marcos Rogério, o item 4.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E retirando também o item... O Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O item 20, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O 5, o 7...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer uma comunicação, uma questão que antecipa qualquer questão de ordem. Eu queria pedir a V. Exa... É uma questão inadiável. Eu quero informar a esta CPI e a todos que estão ouvindo que eu fui surpreendido, semana passada... Fui convidado por um amigo para uma conversa e ele relatou que recebeu um oficial do Exército, um coronel do Exército – preste atenção, Sr. Relator –, um coronel do Exército, da reserva, com um oficial da ativa, que foram ao meu Estado para bisbilhotar a minha vida, para saber o que é que podia ter para usar contra mim. Eu quero dizer ao Sr. Braga Netto, que foi o emissário do oficial do Exército para fazer espionagem contra um Parlamentar, um Senador da República, que eu não tenho medo, que eu não abrirei mão das minhas convicções, que eu entrego a minha vida pela causa que eu defendo, que ninguém vai me intimidar.

E quero mais, dizer que aquele requerimento que eu pedi que fosse feito pela Presidência desta Comissão solicitando os registros, os segredos ou os sigilos telemáticos do Ministro da Casa Civil para o Ministério da Saúde, que, por favor, depois dessa ameaça, é o mínimo que a gente pode fazer para esclarecer e dizer – não para confrontar, mas para dizer – que esta CPI não se curva a ameaças autoritárias de um tempo que achávamos que já tínhamos superado.

Portanto, eu quero fazer essa denúncia aqui, publicamente, para não deixar guardado, porque, no dia em que isso vier ou em que aparecer qualquer coisa, a gente já sabe de onde vem, a gente já sabe qual é a origem, quem foi que urdiu, quem é que está por trás: o ex-Ministro da Casa Civil, hoje Ministro da Defesa do Brasil, que não está ali para defender partido político, posição política e ideológica, mas para defender a Constituição, as instituições democráticas, e está submetido inclusive a este Poder e não está autorizado a bisbilhotar a vida de nenhum Parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem toda a nossa solidariedade: está acontecendo com todos nós. Duas semanas atrás soltaram um documento da década de 1980, de que eu me orgulho muito de ter participado, no movimento democrático para que nós aqui pudéssemos estar falando hoje o que a gente quer aqui. Não era assim, não! Não era mesmo. Eu participei da luta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pela democratização do País, pelas Diretas Já, por uma nova Constituinte. Tenho muito orgulho. E soltaram de uma forma pejorativa me chamando de palestino não sei o quê. Me honra muito ser filho de um palestino, que veio num navio com passaporte jordaniano e aqui desembarcou na Bahia; foi para o interior de São Paulo e conheceu minha mãe e se casou com a minha mãe; e, para se casar com a minha mãe, ele teve que fazer o batizado dele e a primeira comunhão porque meu avô italiano não permitia que a filha dele não se casasse numa igreja. Então, isso daí fizeram comigo, fizeram comigo isso.

Então, Senador Rogério Carvalho, V. Exa. tem toda a nossa solidariedade. E não há ninguém que vai nos intimidar, não, até porque todos nós um dia vamos morrer, padecer da... Se é hoje ou amanhã, não vai fazer diferença. Agora, faz diferença, sim, a nossa atuação aqui para que mais de 555 mil vidas que já se perderam não fiquem impunes.

Diferentemente, às escondidas, o Presidente recebe uma Deputada nazista afrontando a Constituição brasileira, afrontando a nossa democracia, afrontando o Holocausto!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Afrontando o Exército Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E afrontando o Exército Brasileiro, que lutou contra o nazismo!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ele recebe às escondidas, e aí ninguém abre a boca aqui para falar!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos que respeitar o povo judeu. Eles... Eu vejo várias bandeiras de Israel nas manifestações do Presidente Bolsonaro, e ele, às escondidas, apunhala. Quando é para pedir ajuda, liga para o Primeiro Ministro da Israel, mas, para quando é para reunir às escondidas, se reúne com uma Deputada nazista. E a isso aí este Congresso, o Presidente do Congresso Nacional não pode se calar, o Presidente da Câmara não pode se calar, nós não podemos permitir isso. Nazismo, não! Nazismo, não! E o Senador Renan, numa mera ilação em relação a julgamentos, quase foi crucificado.

Nós somos solidários ao povo judeu que sofreu com o holocausto, somos solidários a todos aqueles que morreram na Segunda Guerra Mundial para salvar o mundo do nazifascismo. E fazemos isso falando não às escondidas, tirando foto, sorrindo com uma nazista. É isso que nós estamos vendo hoje no Brasil, é esse comportamento. E não me espanta que V. Exa. esteja sendo investigado.

É lógico que aquele documento que vazou é da Abin. Olha, pode vir, não tem problema, a minha vida é um livro aberto, pode falar o que quiser, mas não vamos arredar um milímetro de investigar as 555 mil mortes e mais de milhões de brasileiros sequelados por uma doença em que o Governo foi omisso.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Senador Omar Aziz.

Eu queria saudar a todos aqui neste momento de retomada dos trabalhos.

A gente teve tempo de reflexão, todos nós tivemos tempo de conversar com as pessoas, com a população brasileira, de ouvir o que ela está percebendo do nosso trabalho. Acredito que esse processo é muito importante para a gente corrigir rumos. Tem uma frase com que eu quero iniciar esses trabalhos aqui hoje que diz o seguinte... É uma frase que não é minha, é de um grande pacifista e humanista brasileiro, Chico Xavier. Ele diz o seguinte: "Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora a fazer um novo fim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Os primeiros meses da CPI – e agora a gente tem a chance de, numa retomada, fazer diferente – foram primeiros meses terríveis, um festival de agressividade, de desrespeito. Durante o período de recesso, nós tivemos vazamentos de dados sigilosos. Isso é gravíssimo. Isso é gravíssimo. O STF, que já outras vezes se manifestou totalmente contra esse tipo de vazamento, agora fica calado. É algo que a gente não entende, é muito estranho. E a CPI pode mudar – depende aqui de nós, da boa vontade, da boa intenção – os seus rumos e deixar de ser um instrumento de perseguição política, porque é isso que está acontecendo.

Eu quero dizer que o Senador Renan Calheiros acerta em tirar um requerimento absurdo, que é esse requerimento da Jovem Pan, uma emissora que tem feito um trabalho reconhecidamente independente, ouvindo os dois lados. A regra da boa convivência é o respeito, e a liberdade de expressão é algo importantíssimo neste momento da República. A gente fala tanto de atos antidemocráticos, Senador Marcos Rogério, tem tanto criticado atos e aqui a gente faz a mesma coisa contra cidadãos.

Eu votei a favor de praticamente todas as quebras de sigilo aqui nesta CPI pelo trabalho independente que a gente faz, mas me alertou muito o que aconteceu nesse recesso. Isso me deixou altamente contrariado, ao ver vazamento seletivo de dados. Vazamento de dado do Consórcio Nordeste, dos Estados e Municípios que receberam bilhões de verbas federais não teve. E não era para ter de nenhum, embora eu esperasse uma reflexão do comando, da cúpula desta CPI para pautar já esta semana o Ministro Wagner Rosário, que já foi aprovado na Casa; pautar esta semana a votação do Bruno Dauster, a votação da Cristiana Prestes, dona da empresa que comercializa produtos à base de maconha e que recebeu R$48,7 milhões do povo nordestino e até hoje não entregou os equipamentos. E vou dizer mais: com gente poderosa supostamente envolvida, Senador Marcos do Val; dois ex-Ministros de governos anteriores. Daí a possibilidade de blindagem.

Eu quero fazer um apelo. Eu sei que nós vamos ter requerimentos. Vou falar também nesses requerimentos, mas, pelo princípio da coerência, Senador Renan Calheiros, eu quero lhe fazer um pedido. O Requerimento 106 foi copiado e colado do caso da Jovem Pan. É um trabalho que é feito de cursos e de conservadores, e a gente tem que respeitar quem pensa diferente, quem tem outra visão política. Esse Requerimento 106 é idêntico ao requerimento da Jovem Pan. Então, eu acho que, pelo princípio da liberdade de expressão, eu lhe peço para que seja retirado... Desculpa. O Requerimento 1.228, de 2021, que é o item 106. Eu peço pelo princípio da coerência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é essa empresa, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem é essa empresa?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Essa é uma empresa que promove cursos – Brasil Paralelo –, cursos conservadores... Que é a mesma coisa, a mesma lógica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fez campanha contra a vacina! Fez campanha contra a vacina, fez campanha contra a máscara, fez campanha contra as medidas preventivas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É ideologia campanha contra vacina, Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Campanha contra vacina, campanha contra uso de máscara é ideologia?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é negacionismo. Isso é negacionismo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, eu acho que isso matou gente. Isso não matou gente? Eu acho que matou gente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou pedindo a palavra aqui, Sr. Presidente, por favor. É sobre esse assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Campanha da hidroxicloroquina. Isso matou gente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só um minutinho.

Olha, se a gente for continuar debatendo essas questões aqui, nós não vamos ouvir, até porque hoje tem sessão do Senado. Creio eu que hoje, terça-feira, deve haver sessão do Senado, e às 4h o Presidente começa. E nós fizemos um acordo: às 16h, começando a sessão, é encerrada imediatamente a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Então, vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar.

Eu vou fazer um apelo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo respeito ao Senador Girão, quero dizer que pedir a palavra para defender que se retire da pauta uma transferência de sigilo de um negacionista...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que cometeu crime contra a vida do povo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Renan, não tem fundamentação. Cadê a fundamentação mostrando isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não tem nada a ver...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A campanha que eles fizeram, Senador... Fizeram campanha a favor do vírus!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não tem nada a ver com...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas cadê a fundamentação? Isso não está na fundamentação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A transferência da Jovem Pan foi um equívoco, foi um equívoco. Eu sou um democrata, um legalista, um constitucionalista. Em todos os momentos e em todos os cargos que ocupei, eu fiz da defesa da liberdade de expressão o meu mote permanente de defesa da democracia.

Eu não poderia concordar com isso e eu não concordaria com isso. Por isso, eu, tão logo fui informado, retirei o requerimento. Não tem nada a ver com o requerimento referido por V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas tem tudo a ver, porque é a mesma fundamentação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, essa daí, essa empresa é aliada do vírus

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou tratando de fundamentação; eu estou tratando de transferência de sigilo de órgão de comunicação, de uma emissora de rádio. Isso não pode se fazer, é um precedente com o qual eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

irei concordar jamais – jamais –, mas não tem nada a ver com a transferência do sigilo do negacionista, que cometeu crime contra a vida do povo brasileiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Renan Calheiros, o senhor concorda com o vazamento seletivo de informações? O senhor concorda com o que está acontecendo dentro desta CPI?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, ninguém concorda. Ninguém concorda, mas o mérito é esse daí. O senhor está defendendo uma empresa que é aliada do vírus; esta CPI é contra o vírus.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta CPI é contra o vírus.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Randolfe, aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a CPI...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a gente precisa ter serenidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas eu estou com serenidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Serenidade, porque se..

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa é uma empresa aliada do vírus.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, fundamente, mas não tem no fundamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está nos fundamentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Está no requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está no requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, no requerimento, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos respeitar a ordem da palavra, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ela faz campanha contra a máscara, ela faz campanha contra a vacina...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está no requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... ela faz campanha a favor do tratamento precoce – é aliada do vírus. É uma CPI contra o vírus. Aí a gente escolhe aqui quem está ao lado do vírus e quem está contra o vírus. Eu estou contra o vírus.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, quero fazer para o senhor aqui uma solicitação. Eu acredito que, no momento que a gente vive, tem um requerimento aí para convocar o Ministro da Defesa Braga Netto, eu acredito que, nesse período, a gente teve possibilidade de reflexão. Não é, no meu ponto de vista... Nós perdemos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

timing, na época em que foram suscitadas aqui as questões em relação àquela bula, a bula da cloroquina, que foi mostrado que, exatamente, ele não participou, por outros depoentes aqui.

Então, é fundamental que a gente não envolva política nesta CPI. O requerimento agora, do Sr. Braga Netto, trazendo para a CPI, por causa de declarações dele, outras, políticas de voto auditável, de outras situações, por causa daquela nota da defesa... Inclusive o senhor...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor aqui, no momento...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Retome a pauta, por favor, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixa eu concluir. Eu só estou concluindo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É porque, assim: o senhor está misturando 300 assuntos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... eu não sei com que objetivo. Todos os assuntos ao mesmo tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas olha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que na hora em que nós formos votar – só um minutinho – quem quiser destacar peça o destaque.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero já pedir o destaque com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra por último, e Senador Jean Paul, aliás, por último.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou na frente, espero, né?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois, sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois o Senador Jean Paul, depois, por último, o Senador Fernando Bezerra.

Iremos votar o requerimento e chamar o Reverendo Amilton. Por favor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, apenas para colocar as coisas em pratos limpos, separando os assuntos.

Uma coisa é voltar atrás em relação ao requerimento; outra coisa é se acusar ou se levantar qualquer risco de nós, Senadores da República, atentarmos contra sigilo da fonte, contra liberdade de imprensa. Isso não pode ser paladino para qualquer coisa.

Existem, sim, veículos de imprensa, veículos de mídia que são propositadamente montados e financiados para atacar pessoas. Isso está claro. Isso está claro na CPI da Fake News, e não vai ficar incólume aqui também não.

Então, que não seja Jovem Pan ou o diabo que seja, mas nós não podemos perder de perspectiva que poderemos, sim, se necessário, e comprovada a necessidade, abrir sigilo para *follow the money*, para saber quem financia canais, eventualmente, inclusive, efêmeros, com robôs ou com conteúdo absolutamente desprovido e desconectado da realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E isso é possível ser feito. É só para manter essa possibilidade aberta, sim, porque, do contrário, ficaremos em círculos com essa história de atentado à liberdade de imprensa. Ninguém está atentando à liberdade de imprensa. Apenas, quando são concessionárias públicas, o público tem direito de saber quem financia. Se eventualmente o veículo passa a empenhar campanhas forçadamente contra grupos ou contra teses ou a favor de teses, inclusive criminosas, charlatanismo criminoso, vendendo remédio que não tem eficácia, crimes contra a honra, é possível, sim, não só nós, como CPI investigativa, de inquérito, como o Judiciário quebrar sigilo, sim. Então, não estou sendo contra, não. Não sou jornalista, não vou fazer aqui média e dizer que sou jornalista, não sou. Sou advogado, mas minha família tinha muitos jornalistas desde a época da revista *O Cruzeiro*, desde a época do Juscelino Kubitschek, e jamais preconizaria aqui atentado à liberdade de imprensa, ao sigilo da fonte, mas uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Financiamentos de canais públicos concessionados podem, sim, estar sujeitos – e estarão sempre – a esse escrutínio, tanto da CPI, quanto do Judiciário, quanto do Ministério Público.

É só pra deixar claro isso, para gente não ficar aqui com essas teses eventualmente mais puristas e demagógicas que impeçam a gente de seque cogitar... Por exemplo, esse caso do Brasil Paralelo, que a gente sabe que é um movimento de que é preciso ir atrás, saber de onde vem o dinheiro. São produções caras que tentam reeditar a história, que fazem propaganda... Em qualquer filme, vídeo do YouTube aparece lá um impulsionamento. Quem paga isso? Por quê? Por qual interesse? É preciso saber. E sou a favor dos dois lados, não importa, não, não é de um lado só, não, dos dois lados. Se houver indício de crime, se houver indício, necessidade de esclarecer a fonte do dinheiro – o *follow the money* –, não é só porque é veículo jornalístico que vai estar imune a isso. Qualquer empresa e qualquer estabelecimento, qualquer associação... Inclusive coisas como essas que a gente vai investigar aqui com esse rapaz que tem uma empresa com nome de secretaria nacional. É disso que eu estou falando.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, meus companheiros e companheiras de Comissão Parlamentar de Inquérito, alegria poder rever a todos neste reinício dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu queria fazer dois registros muito rápidos.

Primeiro, a alegria pela convocação, pelo Presidente da República, do Senador Ciro Nogueira para chefiar a Casa Civil da Presidência da República. Companheiro do nosso bloco parlamentar aqui no Senado Federal, pela sua trajetória, pela sua experiência, certamente vai colaborar e ajudar na articulação política do Governo, na gestão dos ministérios, da coordenação das políticas públicas e contribuirá para a construção de um Brasil melhor. Queria também fazer um registro do trabalho feito pelo General Ramos, agora com uma nova missão como Secretário-Geral da Presidência da República.

Sr. Presidente, finalmente queria destacar – acho que esta é uma conquista de todos nós do Parlamento, da CPI, do Governo, da sociedade brasileira – os índices alcançados no último mês de julho: nós tivemos a redução de 40% dos casos e 40% dos óbitos. A campanha de vacinação avança, e nós estamos vendo diversos Governadores e, inclusive, o próprio Ministro da Saúde anunciarem que, no mês de setembro, toda a população adulta com mais de 18 anos já terá tido, recebido pelo menos uma dose. E é possível que, até final de outubro, Senador Renan Calheiros, toda a população adulta com mais de 18 anos deva estar completamente vacinada.

Chamo atenção a que o Brasil em setembro deverá ultrapassar o índice de vacinação da sua população quando comparado aos Estados Unidos.

Isso vai permitir a retomada da economia, a volta do emprego. Aliás, no mês de julho, o Caged foi anunciado para junho, fechando, no primeiro semestre, com mais de 1,5 milhão de empregos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

carteira assinada. Com o avanço da campanha de vacinação, de imunização, nós vamos assistir, a partir de setembro, à volta do emprego informal, que ainda machuca muito, sobretudo as camadas mais vulneráveis da nossa população.

Por isso, Sr. Relator, eu gostaria de lhe fazer um apelo. O Brasil volta a se reencontrar com a sua atividade produtiva. Nós temos que honrar as mortes dos mais de 557 mil brasileiros trabalhando de forma determinada pelos vivos, para que a gente possa trazer esperança, emprego, renda para os brasileiros. A minha pergunta, já que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi prorrogada por até 90 dias: que a gente pudesse ter a elaboração de um plano de trabalho em que tivéssemos a perspectiva do encerramento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quem sabe, até o final de setembro, porque as áreas de investigação já estão todas muito bem delineadas, já se sabem quais são as linhas de investigação. O trabalho de investigação mais aprofundado certamente será feito pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal. Precisamos encontrar tempo para que a gente possa voltar a debater a agenda que de fato interessa à população brasileira. Por exemplo, nós temos que retomar, após o fim do auxílio emergencial, temos que voltar a debater e discutir a questão do Bolsa Família: como é que nós vamos proteger essas famílias vulneráveis, mais pobres, que estão precisando da assistência do Estado brasileiro, para que a gente possa definir um valor de Bolsa Família que possa fazer face à inflação ocorrida nesses últimos 12 meses, para que se tenha dignidade no sentido de sustentar a sua família, prover as suas necessidades de alimentação, de saúde?

Por isso, deixo aqui um apelo para a concórdia. A CPI vai cumprir com as suas obrigações, a CPI vai apontar quem prevaricou, quem faltou com o compromisso da ética pública, vai elaborar um relatório que vai ser encaminhado ao Ministério Público Federal, para que as providências possam ser tomadas, mas que a gente possa abrir espaço na agenda do Congresso Nacional para temas relevantes que precisam do nosso posicionamento, do nosso compromisso, do nosso debate, para que o Brasil possa confirmar o crescimento de mais de 5% este ano e para que gente possa ter um ano de 2022 em que as famílias possam ter emprego, possam ter renda e possam ter direito a um amanhã melhor do que o dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero comunicar aos Senadores que não tem sessão hoje do Senado. O Presidente Rodrigo Pacheco me telefonou agora para me falar que hoje não terá. Então, não haverá problema de tempo para ouvirmos o Reverendo.

E quero aqui agradecer a um artista aqui de Brasília que mandou estas palavras, estes desenhos. O nome dele é Gurulino, é aqui de Brasília. Ele diz: "Na dúvida, eu faço soprar canela" – eu não sabia disso – "bater na madeira, pular ondinhas e esperança na CPI". É isto que o povo brasileiro tem: esperança na CPI. Quero agradecer ao Gurulino, que encaminhou estes esboços aqui para a gente.

Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, de início, solicito a retirada da pauta, o que, aliás, já foi feito, da transferência de sigilo da Rádio Panamericana S.A. E, mais uma vez, desculpas pelo equívoco da assessoria.

Há requerimentos pautados de convocação, transferência de sigilos, informações e também sobre outros temas, Presidente. Para maior celeridade dos trabalhos, eu sugiro que votemos os requerimentos pautados em globo, exceto o Requerimento 523, para ser votado separadamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, o item 7...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, eu vou ler.

O 523 será votado separadamente, sobre a convocação do Sr. Walter Braga Netto; o 4; 20; 7; e 103...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Relator Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses, retirados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O item 27 está retirado, Sr. Relator? Eu não ouvi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu citei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só tem o 4, o 7, o 20...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o 4, 20, 7 e 103, e votar separadamente o 523.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu queria destacar e pedir a reflexão do Relator em relação à retirada do item 27, Requerimento 1.110. Se ele pudesse atender...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o item 27, o Requerimento 1.110, é de nossa autoria – se trata da convocação do Sr. Adolfo Sachsida, Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia.

Nós mantemos o requerimento por várias razões. A primeira delas: o ministério... Inclusive, eu quero aqui deixar bem claro: eu e o Senador Renan somos testemunhas de que temos sido reticentes ao máximo em convocar o Ministro Paulo Guedes, em convocar alguém do Ministério da Economia. Agora, Sr. Presidente, chega a esta Comissão um documento do Ministério da Economia que praticamente admite que a estratégia do Governo brasileiro foi a tal falada imunidade coletiva, imunidade de rebanho. Mais que isso: chega a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a minuta da medida provisória com o veto à vacina da Pfizer, sendo apresentada e apostada pelo Ministério da Economia e pelo Sr. Secretário de Política Econômica. Diante desses fatos, Sr. Presidente, é inevitável chamar se não o Sr. Ministro da Economia, pelo menos o Secretário de Política Econômica, que participou dos dois atos e subscreve os atos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sempre fui reticente também em chamar alguém do Ministério da Economia. Nós sabemos as consequências que isso traz do ponto de vista econômico. Sempre falei que nós temos... A economia está patinando, temos dificuldade na economia, e qualquer movimento em relação ao Ministério da Economia mexe com credibilidade e uma série de coisas. Por isso, sempre fui contrário a trazer o Ministro da Economia ou alguém do Ministério da Economia para discutir.

Eu vou fazer um apelo a V. Exa. para que a gente discuta um pouco mais isso. E, na próxima semana, votaremos com certeza, Senador Randolfe. Eu só faço esse apelo a V. Exa., até porque o respeito que nós temos um pelo outro é maior do que essa convocação. Então, eu faço esse apelo para V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente. Eu sempre aquiesço a V. Exa. Obviamente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu agradeço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... nós estamos convocando o Secretário de Política Econômica para não convocar o Ministro. Inclusive, estamos fazendo isso...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu agradeço a compreensão do Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A ideia... Estamos convocando o Secretário de Política Econômica, diante dos fatos que aqui relatamos, mas, obviamente, aquiesço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria propor, Senador Randolfe... Se a gente encaminhasse pra ele algumas perguntas e ele nos respondesse por escrito, sem expor a economia... Sim...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Com todo o respeito, Sr. Presidente, veja: não se trata de uma convocação da política econômica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é uma proposta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Abrir uma exceção dessa natureza para um profissional que apostou, que registrou uma opinião sem nenhum lastro científico...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não está mais aqui quem falou. Então, eu estou retirando a proposta. Concordo com V. Exa.: não dá para abrir precedente, como não abri outros precedentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A propósito, Presidente: deixar o requerimento sobrestado, semana que vem, deveremos ter nova deliberativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, nós...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos discutir isso aí.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem. Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, V. Exa. tem razão, desculpe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, só para pedir o destaque também.

Queria fazer essa solicitação do item 106, que é o do Brasil Paralelo, que eu repito: nunca jogou a favor do vírus, nunca condenou o uso de máscara, nunca falou de hidroxicloroquina. É um trabalho conservador e está sendo perseguido pelas ideias conservadoras. Então, eu não acho isto correto: a gente encaminhar o momento desse no Brasil de perseguir ideias...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, ele conspirou contra o isolamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é verdade!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não! Não é verdade. Não se tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu tenho aqui alguns dos *sites* que eles financiam.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não se fala do uso de máscara, não se fala de hidroxicloroquina. Isso é um desrespeito!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu tenho aqui alguns *sites* que eles financiam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso é uma perseguição!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Posso entregar a relação dos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o requerimento?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É o 106, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, ele vai ser votado – o destaque do Senador.

Em votação os requerimentos.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Só vamos agora votar em paralelo o do Senador Eduardo Girão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu tinha pedido a palavra para fazer os destaques, Presidente. V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já coloquei em votação, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa... Eu tinha solicitado antes, Presidente. V. Exa. está atropelando os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou, não!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ressalvados os destaques...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou há uma hora discutindo aqui, e V. Exa. dizendo que eu estou atropelando os trabalhos?!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está, Presidente. Eu quero pedir a votação em separado, Sr. Presidente, de requerimentos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não sei por que o açodamento de V. Exas... Talvez seja porque tenha alguma coisa que... Votar do jeito que estão votando quebras de sigilo, aleatoriamente, em globo, sem sequer declinar o que está fazendo e contra quem, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador Marcos Rogério, qual é o seu destaque?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – O Senador Izalci, Sr. Presidente, fez apelos aqui e me pediu... E, na condição de membro, estou subscrevendo o apelo dele para pedir o destaque dos Requerimentos nºs 1.233, 1.094, 1.106, 1.105, 1.116, 1.210, 1.207, 1.114, 1.115. Trata-se de requerimentos de sigilos que estão sendo levantados. Estou pedindo o destaque desses requerimentos. E aí, como de meu pedido, Sr. Presidente, estou pedindo também o Requerimento 119. São esses os destaques que eu gostaria de propor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o Direito não socorre quem dorme. Já foi votado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aqui não se trata de direito de quem dorme, não. Aqui é atropelo. É diferente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esses requerimentos... Todos esses requerimentos terão uma votação só, porque todos são relacionados à VTCLog.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não todos, Presidente. Tem um que não é, apenas um.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas aqueles todos que estão relacionados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Os da VTCLog...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... à VTCLog serão votados em bloco. Não serão votados um a um. Senão, vou ficar aqui até amanhã de manhã e não vou ouvir a testemunha. Já falaram muito. Estou fazendo um apelo há muito tempo aqui: "Olhem!".

Então, em votação... O Senador Girão pediu...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – O 106.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o 106.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com três votos contra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Registrar os votos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Voto contra do Senador Marcos Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí! Um...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O do Senador Eduardo Girão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O de Luis Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São três. E, com o do Senador Jorginho, quatro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sete a quatro.

Agora, em bloco, os que são relacionados à VTCLog: 92, 120 a 123 – 120, 121, 122, 123.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados, com três votos contra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só três...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São quatro, Presidente. São sete a quatro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Senador Girão não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, então, são sete a três. Desculpe!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Girão não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, Senador Girão! Desculpe!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o último, Presidente? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem mais algum aí para fazer destaque?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu já fiz. É o 119.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O 119?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse caso, Presidente, eu queria apenas situar a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o 119, Senador Marcos Rogério, por favor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – É o que trata do Sr. Oscar... Do Sr. Otávio Fakhoury, Sr. Presidente. Houve um requerimento de levantamento de sigilos em relação a ele por uma suposta fala daquele Dominguetti. E ele, na fala dele, não tratou do nome do Sr. Otávio Fakhoury. Ele encaminhou, inclusive, Sr. Presidente, documentos à Presidência em resposta...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o item 119.

Ele encaminhou resposta... Encaminhou uma manifestação a V. Exa., na condição de Presidente da CPI. Há um pedido de quebra de sigilo em relação a ele. Eu falei com ele. Ele esteve em Brasília. Falei pessoalmente com ele, que me disse que não tem qualquer objeção em prestar esclarecimentos, mas que, nesse caso, há um equívoco em relação à ligação dele com qualquer ato objeto de investigação desta CPI. E aqui se pleiteia a quebra de sigilo dele. Então, estou pedindo aos Parlamentares que ou nós retiremos de pauta – e aí V. Exa. analisa a manifestação dele antes por cautela e, posteriormente, pode até submeter à pauta – ou, então, que deixemos de aprovar esse requerimento por absoluta impertinência com o tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, são precedentes regimentais...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Esse é o campeão de *fake news*, Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de organização do funcionamento da CPI.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É só para registrar como...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Uma injustiça tardia, Sr. Relator, não se justifica. Se há ilegalidade, se há...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Primeiro de tudo, vamos deixar o paladino do processo registrando aí o precedente de reabrir votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E, depois, vai ter um teatro aqui dizendo o contrário...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu destaquei aqui...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É o primeiro ponto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O segundo ponto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Otávio Fakhoury faz parte do Instituto Força Brasil. Além de ser um cidadão já investigado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o Vice-Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... na CPMI das Fake News, é um cidadão que tem envolvimento justamente com o cidadão que será ouvido hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eles têm uma conexão. Então, mantenho o requerimento, porque eu o acho necessário, dentro da linha do que já estamos aprovando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o requerimento, Sr. Presidente, é por questão de CPI das Fake News!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é objeto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É porque ele mantém uma política nacional que fazia campanha contra a vacina...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, Presidente! O fundamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... fazia campanha contra o uso de máscara...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O fundamento... O fundamento...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O fundamento para decisão, para votação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O fundamento para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... deixe eu lhe dizer uma coisa aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai ouvir uma coisa. Talvez nós aqui não tenhamos embasamento, às vezes, porque a gente é leigo, muitos Senadores são leigos aqui, mas o Senador Alessandro tem um conhecimento jurídico e também tem uma experiência muito grande na investigação. O Senador Alessandro é consultado todas as vezes; para fazer quebra de alguma coisa, a gente sempre consulta o Senador Alessandro pela experiência que ele tem nesse sentido, para que a gente não cometa injustiça. Então, vindo do Senador Alessandro esse pedido, tenha certeza de que não há como duvidar – aí eu não falo nem do Senador Alessandro – do delegado praticante que foi, que já dirigiu vários inquéritos e tem essa experiência. E a gente confia muito. Eu, pessoalmente, pergunto a ele sempre, até para eu não cometer aqui alguns supostos abusos.

Eu estou sendo processado pela Dra. Mayra, aquela cidadã que, no vídeo, disse que ia passar a bola para cinco Senadores aqui para ela fazer o gol. Os Senadores aqui são meios de campo da Seleção Brasileira, ela é o Neymar; ela vai fazer os gols, ainda pede pergunta e resposta. Eu duvido que algum Senador, sinceramente, tenha se prestado a isso, porque confio nos Senadores aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso seria um ato que a gente não tem nem como mensurar, porque... Já pensou? Uma investigada senta aqui – e nós somos os juízes –; aí o advogado dela diz: "Olha, Senador Omar, eu vou te passar essa pergunta para ela responder; o senhor levanta que ela corta". Tanto é que aqui algumas vezes: "Muito boa pergunta, Senador fulano de tal", sabe? Era uma coisa assim...

Agora, longe de mim. Por isso que nós pedimos o afastamento dela hoje tanto para o Ministro Queiroga, como para a Justiça, porque ela... Inclusive, colegas Senadores aqui... E eu volto a dizer: eu não creio que algum Senador se sujeite a isso. Uma servidora pública, rindo: "Olha, dá para fazer umas cinco perguntas, porque nós temos cinco Senadores lá que são do nosso lado" e não sei o quê, quer dizer, não dá nem para comentar esse tipo de atitude de uma servidora.

Eu, com certeza, não recebi nenhuma pergunta dela, para fazer a ela. Até porque ela é responsável pela morte de muitos amazonenses...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela é responsável pela morte de pessoas que eu conheço, conheci, porque, em vez de levar um tratamento digno ao povo do Amazonas, ela levou lá o tratamento precoce. Estão aí os vídeos aparecendo. Como era tratada a doença, em reunião em pé: "Olha, já a cidade de Rio Claro não teve 20...". O que é isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí você diz... Aí as pessoas dizem: "Senador Omar, o Amazonas é parte do escopo". Essa Dra. Mayra manda um documento para Portugal.

E aí estão dizendo... Não fomos nós que vazamos isso, não, Senador Girão. Esse vídeo que apareceu eu não sei nem de onde veio. A CPI não teve esse vídeo, senão qualquer Senador aqui teria acesso a ele.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, mas agora é público já.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora é público.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, apenas voltando...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, só...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eduardo, apenas para concluir esse assunto, porque o Presidente desbordou para outro assunto. Mas, voltando aqui ao assunto objeto do requerimento, Sr. Presidente, estou fazendo esse apelo e, respeitosamente, eu, embora divirja de muitos Senadores aqui nas suas posições, respeito cada um deles. Mas não posso atribuir, como legitimador de aprovação ou desaprovação, o fato de um requerimento ser do Senador A ou do Senador B. Isso é diminuir a estatura parlamentar dos membros desta CPI, e eu não creio que V. Exa. tenha querido sustentar essa tese da posição que V. Exa. ocupa. Aqui, o que nos qualifica para estar aqui é a legitimidade do voto popular dos nossos Estados. Não há Senador de primeira classe ou de segunda classe, respeitosamente. Porque requerimentos nossos não são aprovados: "Ah, não, mas o desse é aprovado porque eu...", com todo o respeito, Sr. Presidente, isso não é critério para determinar a aprovação ou a desaprovação.

Nesse caso especificamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não disse que era critério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu disse que eu consultava o Senador pela experiência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, todo mundo acompanhou o que V. Exa. disse.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu ainda...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixa eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... tenho a humildade de falar a verdade aqui. Eu não consulto, eu não vou consultar e nem trago aqui perguntas escritas aqui para eu ler...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... uma hora para fazer uma pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa...

Nesse caso específico, Sr. Presidente, estou fazendo esse apelo, porque, no caso desse requerimento, trata-se de alguém que não tem qualquer relação com o objeto de apuração...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é Vice-Presidente do Instituto Força Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. vai deixar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. já falou muito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

Ah, é, V. Exa.?

Quando não falo o que V. Exa. quer ouvir, aí já falou muito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. está questionando o quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi votado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, está destacado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi votado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está destacado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, destaque.

Senador Marcos Rogério, é a última vez que eu vou abrir esse precedente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por que esse interesse todo do Senador Marcos Rogério?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não abrirei mais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bota a voto, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. que determina...

V. Exa., Presidente, apenas preside, respeite os Senadores aqui, Presidente.

Nós temos, no trato pessoal, sempre tido uma linha de respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem desrespeita Senador não é o Senador Omar Aziz; quem desrespeitou cinco Senadores aqui foi a funcionária Mayra. É, é isso aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. saia do plano pessoal, Sr. Presidente. O que é isso, Presidente?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente Omar, depois o senhor me concede a palavra, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, não permite concluir um raciocínio sequer. O que é isso, Presidente? Não diminua o mandato parlamentar; sou vizinho do Estado de V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vizinho e amigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pelo menos reputo, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vizinho e amigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um Estado por quem tenho o maior carinho e respeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vizinho e amigo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele reputa ser seu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Verdade, verdade.

Vizinho de Estado e amigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E amigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou fazendo esse...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, acabou essa etapa? Podemos tocar o serviço ou não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou esperando passar o momento circense.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem fez circo aqui foi a Mayra. Quem fez circo aqui foi a Mayra Pinheiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, Sr. Presidente, eu acho que a CPI hoje... Já que V. Exas. querem mudar de assunto, não vou votar apenas o requerimento de destaque, não vou apresentar mais argumentos, porque não se trata de uma pessoa que tenha função executiva, não participou de nenhuma reunião que trata do objeto de investigação desta CPI, mas a maioria aqui patrola tudo. Já que querem falar da Mayra, Sr. Presidente, então, é o seguinte: votou um precedente para afastá-la, vou apresentar, Senador Girão, V. Exa. que é o precursor desse tema, requerimento para afastar do comando do Consórcio Nordeste o Sr. Carlos Gabas. Vamos votar requerimento para afastar dos palácios dos governos dos Estados...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Estava faltando...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estava faltando essa...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se a CPI tem competência para afastar, vamos afastar corruptos, vamos afastar quem está metendo a mão no dinheiro público.

Se esse é o papel...

Isso a CPI não quer fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o precedente que V. Exa. inaugurou aqui hoje talvez sirva ao propósito que V. Exas. mais temem, chegar ao quintal de muitos aqui, Governos estaduais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ao quintal de vocês, nós já estamos chegando; ao quintal de vocês, nós já estamos chegando!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não tenho apadrinhado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tenho proteção a quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, essa carapuça não serve para mim.

Eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, vamos votar o afastamento do seu Governador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não serve para mim. Aliás, o primeiro convocado quem botou para votar foi o Governador Wilson Lima, que foi para o Supremo e conseguiu um *habeas corpus.* E eu disse aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós temos outros instrumentos ...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... se eu estivesse no lugar dele, eu estaria aqui para dizer ao povo amazônico o que aconteceu. Por que morreu gente por falta de oxigênio? O que houve de fato? Se ele não veio... Eu, no lugar dele, faria questão de estar aqui, Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos apresentar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como qualquer governador a que se imputa alguma coisa, estaria aqui.

Agora, querer trazer esse assunto que está superado não porque a CPI não quis convocá-los, foram convocados, com uma decisão do Pleno do Supremo, o que eu posso fazer?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, e é fato. Inclusive, foi estabelecido...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não, não, não, o Consórcio Nordeste, não! O STF não falou nada sobre o Consórcio Nordeste, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não. Aí, é a blindagem seletiva.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Aí é a blindagem seletiva.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Botaram a digital para ser contra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Nós estamos falando com relação ao Governo do Estado do Amazonas, fato específico do requerimento desta CPI. Nós marcamos, inclusive, a data, e ele não veio, porque não quis. Porque, inclusive, a decisão da Ministra Rosa facultava a ele o direito de vir, e ele optou por não vir, não enfrentar as questões que lamentavelmente aconteceram no Estado do Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Mas, Presidente Omar, eu queria apenas confirmar com V. Exa. o que encaminhou o Relator, Renan Calheiros, o destaque do item 5 da pauta, que é exatamente a votação da convocação do General Braga Netto. O Relator havia estabelecido como destaque, e eu creio que nós não votamos ainda o destaque.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ainda não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há um exercício de tumulto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Toda sessão, quando nós vamos começar a sessão, já está para acabar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, qual é o destaque, Senador? É o cento e...? (*Pausa.*)

Cento e dezenove.

Em votação o destaque do Senador Marco Rogério.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Voto contrário de três Senadores.

Está aprovado.

Destaque nº 5, do item 5.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Se o senhor me permite, Sr. Presidente, como autor requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – ... apenas para referendar a necessidade.

Em 16 de março de 2020, o então Ministro da Casa Civil, Braga Netto, foi designado como coordenador do comitê de crise de combate à Covid. Esta é a figura que precisa ser convocada para sentar naquela cadeira e explicar por que ele, como coordenador, dotado de todos os poderes necessários, foi incapaz de evitar esse desastre. Ele é referido em vários momentos, ele efetivamente fazia parte direta da cadeia de comando e é indispensável que se faça a sua oitiva. Fazendo um registro: não há nenhum tipo de desapreço ou de diminuição das Forças Armadas; é um cidadão que ocupou um cargo civil e que ocupa hoje um cargo civil. E, nesta condição, precisa, sim, ser chamado à CPI para prestar esclarecimentos.

É o registro, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para contraditar.) – Sr. Presidente, para contraditar.

Sr. Presidente, é óbvio que todos nós não podemos nos... Se o Senador Randolfe me permitisse olhar para o Presidente Omar. É que... Isso, assim fica melhor, eu agradeço a V. Exa., pedindo desculpas à inconveniência, mas é a posição das cadeiras.

Presidente, eu tive a oportunidade já de argumentar sobre essa questão. Creio que nós vivemos num contexto político brasileiro e nacional. Acho, sinceramente, que nós deveríamos ter, da mesma forma que V. Exa., no dia de hoje, de forma sábia, sobrestou alguns requerimentos para que nós possamos aprofundar e fazer a votação na próxima semana... Eu fiz um apelo já ao Senador Alessandro para que nós pudéssemos, da mesma forma, adotar a mesma prudência com relação a este requerimento.

Vejo que o Senador Alessandro Vieira persiste, e eu queria fazer, mais uma vez, um apelo: acho que nós vivemos um contexto político nacional, nós estamos à véspera de decisões importantíssimas no Congresso Nacional e nesta CPI. Portanto, creio que, se for do entendimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

maioria, o General Braga Netto terá que vir aqui num momento em que estejamos prontos para fazer as perguntas e fazer a conclusão sobre o depoimento do General Braga Netto. Trazer o General Braga Netto a esta Comissão, aprovar o seu requerimento hoje, criar um factoide político, não termos esses questionamentos e não termos esta conclusão da CPI, Sr. Presidente, me parece uma construção inoportuna diante de um cenário político nacional. É apenas a minha opinião, que eu faço questão de deixar registrada na Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Presidente, apenas uma brevíssima ponderação na mesma linha que o Senador Eduardo Braga faz. O que motiva o requerimento, o que está no fundamento do requerimento de convocação do Ministro de Estado da Defesa General Walter Braga Netto é justamente uma reunião onde teria sido discutida a iniciativa de um decreto para se mudar a bula da cloroquina.

Nós discutimos esse tema à exaustão, no âmbito desta CPI. Acho que esse tema, inclusive, está absolutamente superado: um fato que não aconteceu, um instrumento que não é próprio e não serve a esse propósito – decreto mudar bula de remédio –, mas que, naquele primeiro momento, foi objeto de grande debate. Então, não há qualquer elemento a justificar a convocação do eminente ministro nesse momento e sobretudo por esses fundamentos.

Então, eu reitero o apelo que o Senador Eduardo Braga fez aos colegas para que nós não aprovemos esse requerimento de convocação do Ministro de Estado da Defesa General Walter Braga Netto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mais alguém? (*Pausa.*)

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Com todo respeito, Sr. Presidente, à ponderação dos colegas – tenho certeza de que todos muito bem intencionados –, uma comissão parlamentar de inquérito, apurando fatos desta gravidade, não pode se dar o direito de excluir ou selecionar autoridades que serão ouvidas com base em eventualmente algum receio por conta da atual condição de ser Ministro da Defesa. É muito evidente a participação na cadeia de comando essencial na resposta brasileira à covid. E repito: este coordenador, lá colocado pelo Senhor Presidente da República, foi incapaz de evitar mais de meio milhão de mortes, cerca de 20 milhões de contaminados. Você não tem até hoje notícia de uma única estrutura de política clara de combate à pandemia que tenha partido deste comitê presidido pelo General Braga Netto. Então, é uma oitiva técnica, repito, respeitosa, que não tem nada a ver com o passado militar do Sr. Braga Netto; tem a ver com a sua atividade civil como Ministro. Então, por isso a reiteração do pedido de convocação como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze...

V. Exa. pediu a palavra?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – É sobre o requerimento do Ministro Braga Netto. Esse é o fato que eu falei a V. Exa. Nós entendemos, já entendi a razão do requerimento. Entendemos da não necessidade da convocação do Ministro. Por isso, eu peço aos colegas Parlamentares e ao próprio Relator a retirada desse requerimento. Se for o caso de votar, teremos que votar nominalmente. Vou votar também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria também deixar aqui a minha posição em relação ao requerimento do Senador Alessandro Vieira, embora respeite a iniciativa do Senador no sentido de aprofundar as investigações para se apurarem eventuais responsabilidades.

Eu acho que, ao longo de todos os depoimentos, à luz de todas as informações que foram prestadas aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, não surgiu, afora os comentários já feitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

aqui pelo Senador Marcos Rogério, nenhuma citação direta por atitude, por iniciativa, que possa responsabilizar o General Braga Netto, Ministro da Casa Civil. Acho que, no ambiente que estamos vivendo, no sentido de apostarmos no fortalecimento das instituições, da democracia brasileira, acho que, se houver evidências para que o Ministro Braga Netto possa vir a ser chamado para se explicar ou para prestar informações adicionais a respeito da coordenação do trabalho pelo qual ele foi responsável durante o período em que chefiava a Casa Civil da Presidência da República, nós teremos a oportunidade, antes da apresentação do relatório do Senador Renan Calheiros. Mas me parece que, na reabertura dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, não contribui uma convocação sem ainda termos embasamentos mais sólidos para justificar essa convocação do Ministro de Estado da Defesa.

Portanto, eu quero deixar aqui a minha posição e fazer um apelo a V. Exa., que tem sempre buscado uma posição de equilíbrio, procurando valorizar as iniciativas de todos os Parlamentares, no sentido de que a gente pudesse deixar para apreciar em outro momento. Essa é a minha manifestação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar. Desculpe, Senador Otto Alencar. Com a palavra, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, primeiro eu quero agradecer a solidariedade de vários colegas no momento em que fui acometido da covid-19.

Segundo, Sr. Presidente, em termos do Ministro da Defesa, o General Braga Netto, acho que o mais grave que ouvi hoje foi essa fala do Senador Rogério Carvalho, a respeito, segundo ele, de agentes do Governo que foram ao seu Estado para fazer levantamento da sua vida, num típico processo de querer intimidar. Portanto, acho que V. Exa., como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, deve provocar o Presidente do Senado Federal para que a proteção dos Senadores nesse sentido, ele, como Presidente do Poder, acione e tome as providências necessárias, porque não é o primeiro caso. Aqui no meu Estado também agentes do Governo, do Estado, da União fizeram várias ações nesse sentido, que não foram tão graves como foram as do Senador Rogério Carvalho.

Quanto a essa questão de convocação do Ministro da Defesa a respeito do tema que foi levantado, essa questão de colocar ou não na bula da hidroxicloroquina a indicação para o tratamento da covid, discutida lá atrás – inclusive, já foi sobejamente levantado isso e nós discutimos em vários momentos essa questão, que é uma questão que, ao meu ver, está superada, tantas foram as pessoas que vieram aí do "gabinete da sombra", do gabinete paralelo, que nós tivemos a oportunidade de perguntar –, eu respeito muito a posição do Senador Alessandro Vieira, mas me parece que não é o momento de se convocar; não por nenhum receio – até porque não tenho nenhum receio nem do General da Defesa, muito menos de qualquer general ou de presidente da república, com a vida limpa que tenho e desassombrado como sou nas minhas posições políticas –, mas eu acho que é um requerimento que podia ser aguardado mais.

Se for a voto, eu vou votar contra o requerimento do Senador Alessandro Vieira, não porque não respeito a sua posição como Senador ou o seu trabalho – ele tem colaborado muito na Comissão Parlamentar de Inquérito –, mas eu acho que essa questão do crime sanitário, do que aconteceu, já está com prova suficiente. O Relator, o Senador Renan Calheiros, e todos nós conhecemos isto: que essas pessoas todas que estimularam a utilização de medicamentos ineficazes, que estimularam a imunidade coletiva no seu Estado – no Estado do Amazonas e na capital do Estado, em Manaus –, com um maior índice de letalidade, está comprovado, e essas pessoas serão responsabilizadas por crime de ação e de omissão por não terem comprado na época correta a vacina.

Portanto, essa é uma posição que eu quero externar a V. Exa., pedindo a V. Exa. que... Nesse caso específico do Senador Rogério Carvalho, há a necessidade de um pronunciamento do Presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco, porque nós não podemos participar de uma Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Parlamentar de Inquérito e o Governo Federal colocar praticamente essa inquisição naqueles que têm posição contrária ao Presidente da República. O Presidente da República precisa respeitar a opinião em contrário, até porque, recentemente, nessa questão frente ao Tribunal Superior Eleitoral, ele errou muito quando disse que o Ministro Barroso tinha ido à Câmara dos Deputados para influenciar Deputados Federais a tomar posição contra o projeto que ele deseja, e de forma nenhuma aconteceu isso, até porque quem que solicitou, quem convocou, quem pediu a ida do Ministro Barroso foi o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira. Portanto, o Presidente faltou com a verdade quando naquele momento ele se dirigiu à Nação dizendo que o Ministro Barroso tinha influenciado Deputados Federais. Deputado que é Deputado não se influencia por quem quer que seja, muito menos Senador pode se influenciar por quem quer que seja: tem que manter a sua posição de autonomia, de independência e de altivez a respeito dos temas que são tratados dentro da Câmara dos Deputados ou aqui no Senado Federal.

Portanto, essa é a minha posição. Agradeço a V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, o Senador Alessandro, que é autor do requerimento, pediu antes. Só um minutinho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, considerando evidentemente que existe uma dúvida por parte dos colegas e uma incompreensão motivada ou não pela fala equivocada de um colega no sentido de que a convocação de Braga Netto se daria apenas por conta do decreto da bula, quando não é verdade, eu vou pedir a retirada do requerimento e vou fazer a reapresentação dele para deixar mais claro para quem não se deu ao trabalho de analisar que, além da Casa Civil, Braga Netto coordenava saúde, justiça e segurança pública, defesa, relações exteriores, economia, cidadania, mulher, família, direitos humanos, Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria de Governo, GSI, AGU, CGU, Banco Central, Anvisa, Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES. Esse cidadão, sentado na cadeira, coordenava as ações de todos esses órgãos. Se esse cidadão não precisa ser ouvido numa CPI que investiga ações e omissões do Governo Federal, tenho dúvida de quem precisa. Mas reapresentarei o requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Alessandro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Alessandro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Alessandro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que essa matéria está vencida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu só queria aqui... Acho que a colocação do Senador Otto Alencar foi absolutamente correta e acho, Sr. Presidente, que poderíamos aprovar aqui, *ad referendum*, com o apoio dos Senadores, um ofício de V. Exa. ao Presidente do Senado da República sobre os fatos aqui narrados pelo Senador Rogério Carvalho, porque essa sim eu reputo uma declaração e uma denúncia gravíssima – gravíssima – e que, portanto, creio que tem o apoiamento de todos os Senadores desta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Me parece, na fala dos vários colegas, inclusive da base do Governo, que alguns deles não são peremptoriamente contra a vinda do Braga, exatamente do Braga Netto, mas me parece que seria apenas intempestiva; não seria agora, mas em outro momento. Seria bom que deixasse isso registrado, Presidente, para que, já que vai haver a reapresentação pelo Senador Alessandro Vieira, continue o entendimento de que este requerimento tem que voltar, é claro, em outro momento, mas voltar para a Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, eu só quero aqui deixar claro que o General Braga Netto não é meu parente. Ele é Braga Netto, mas não tem nada a ver com a minha família.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas você tem um primo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho um primo-irmão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... chamado Braga Neto. Mas é porque...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E que não é general.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o pai dele era João Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É João dos Santos Braga Neto. Portanto, não é general e não é ministro; muito pelo contrário, é empresário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou encerrar e deixar o seguinte: em relação à bula, há aqui o depoimento do Contra-Almirante Barra Torres. Ele deixou muito claro que, na hora em que houve uma resistência por parte da Anvisa em adotar essa bula, o Ministro Braga Netto, então Ministro da Casa Civil, que estava lá – "Então, deixa e tal..." –, puxou e teria rasgado. Mas o que o Senador Alessandro falou é verdade. No momento de maior dificuldade da pandemia, quem estava coordenando isso era o Ministro da Casa Civil Braga Netto, não era o general lá, não, o general da ativa ou não. E eu, por uma questão de... Se tivesse que votar, Senador Alessandro, e se tiver que votar e der empate, o meu voto é favorável à convocação do General Braga Netto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou deixar claro isso aqui para não haver dúvida. A gente não pode seguir aqui A ou B.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, me permita dois minutinhos. Eu queria falar um pouco da responsabilidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito com relação ao que se quer com essa investigação.

Sr. Presidente, isso é dever funcional. Nós não estamos querendo trazer o general que hoje ocupa o cargo de Ministro da Defesa apenas porque ele está tentando desestabilizar os Poderes, emporcalhar a democracia, trazer, promover retrocessos institucionais. Não é por isso, Sr. Presidente. O Senador Alessandro disse aqui muito bem: nós precisamos de trazê-lo porque ele foi o coordenador do comitê de crise do enfrentamento à covid-19 e certamente tem responsabilidade por um número grande de mortes que poderiam ter sido evitáveis, se estivesse à frente daquele comitê uma pessoa que não hesitasse de fazer a coisa certa. É por isso que ele precisa vir.

Se esta Comissão Parlamentar de Inquérito não tiver como trazer o Braga Netto para depor, sobretudo depois das ofensas que ele tem feito ao Parlamento, à democracia e inclusive a V. Exa., ele que foi, repito, o coordenador do comitê de crise, nós não vamos ter condição de trazer mais ninguém. Mais ninguém! Isso é um precedente com que, em benefício da investigação, nós não podemos concordar. Nós não podemos concordar com ele. Ora, o nosso papel é investigar. Ele é a principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pessoa, porque era o coordenador do comitê de enfrentamento à covid-19. Se ele não fez alguma coisa e não tem algo a informar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, quem é que vai informar? Para além das ofensas que ele tem feito. Nós não concordamos com elas, mas também nós não vamos aceitar que ele deixe de depor a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria, Alessandro, mais uma vez, apoiar a pretensão do seu requerimento e queria dizer que nós precisamos reapresentá-lo imediatamente, mesmo que não o apreciemos, mas que ele fique permanentemente na nossa Ordem do Dia, até para demonstrar à sociedade que nós não nos esquecemos disso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para deixar claro, o requerimento do Senador Alessandro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e que ele, sim, pode e deve ser responsabilizado por uma parte de mortes de brasileiros que poderia ter sido evitada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para ficar claro, o requerimento do Senador Alessandro não será deliberado e fica sobrestado. É a mesma situação do requerimento em relação ao Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Ele vai embasar mais o que ele falou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E terá o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero chamar aqui o Reverendo Amilton, por favor, pedindo desculpa antecipadamente pela demora. Já são quase 11h30. (*Pausa.*)

Eu vou ler aqui um comunicado.

A Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Edson Fachin no Habeas Corpus 204.485, nos seguintes termos:

> [...] e firme nos precedentes desta Corte, concedo, em parte, a liminar pretendida, a fim de que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e exclusivamente em relação aos fatos que o incriminem, o paciente tenha o direito de: (i) fazer-se acompanhar de advogado; (ii) permanecer em silêncio; (iii) não sofrer ameaça ou constrangimento em razão do exercício do direito contra a autoincriminação, excluída possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício dessas prerrogativas constitucionais.
>
> Por fim, à luz dos fundamentos anteriormente lançados, indefiro o pedido de não comparecimento ou de retirar-se da sessão, impondo-se, quanto aos demais fatos de que o paciente tenha conhecimento na qualidade de testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal, não se exime V. Sa. de firmar termo de compromisso quanto a fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, devendo, em relação a tais fatos, depor e dizer a verdade, nos termos da legislação processual.

Eu aqui quero lhe fazer uma pergunta; o senhor fique à vontade de responder: V. Sa. Promete, quanto a esses fatos, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, nos termos arts. 203 do Código de Processo Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Os seus princípios, Reverendo, cristãos e de uma pessoa militante e pregadora da Bíblia – com certeza não precisaria nem dizer aqui, fazer o juramento de dizer a verdade – são os princípios que regem o cristianismo: a verdade sempre prevalecerá, a verdade sempre será...

Então, espero ter de V. Exa. a compreensão, e que possa nos ajudar nas investigações, para que a gente possa não cometer injustiça com ninguém. E V. Exa. será uma peça muito importante nessa investigação que nós estamos fazendo.

Eu vou pedir para o Senador Randolfe sentar aqui um minutinho.

Senador Renan Calheiros com a palavra.

Antes, pergunte se ele quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Amilton, o senhor quer discorrer sobre os fatos preliminarmente, para depois passar para as perguntas do Relator? O senhor fique à vontade. Se assim o senhor quiser, esta Comissão lhe dispõe de 15 minutos para uma preliminar. Se não quiser, nós passaremos, de imediato, para o Relator fazer a inquirição. V. Sa. Fique à vontade.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Bom dia a todos. Somente quero cumprimentar o Presidente, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Exmo. Sr. Omar José Abdel Aziz; o Vice-Presidente, o Exmo. Sr. Senador Randolfe Rodrigues; cumprimentar o Relator, o Exmo. Senador Renan Calheiros, em nome dos quais eu cumprimento todas as Senadoras bem como a sociedade brasileira que nos assiste neste momento, por meio dos eficientes meios televisivos e de radiodifusão.

O Presidente, o Reverendo Amilton Gomes de Paula, um religioso, estabeleceu várias parcerias com entidades nacionais e internacionais de caráter não governamental.

O Reverendo é natural de Brasília, onde sempre morou, e por isso conhece muita gente da Capital brasileira, os nascituros, e do Entorno, bem como cidadãos que vêm eventualmente residir na cidade ou a trabalho.

O referido Reverendo é o Embaixador Mundial da Paz, título concedido pela UPF (Universal Peace Federation).

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem: quem é o Reverendo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Senador Rogério, eu acho que ele está exatamente explanando isso, agora...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ah, porque ele está se referindo na terceira pessoa, eu não estava entendendo. Desculpe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, ele está se referindo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Na terceira pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... na terceira pessoa a ele próprio.

Reverendo Amilton, por gentileza.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Obrigado.

O referido Reverendo é o Embaixador Mundial da Paz, título concedido pela UPF (Universal Peace Federation), em solenidade no Congresso Nacional com o tema "A Contribuição do Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

para a Paz Mundial", com a honrosa presença de Senadores e Deputados e da sociedade civil organizada.

A Senah surgiu, inicialmente, como instituto de ensino superior, tendo como nome fantasia Faculdade Batista do Brasil, com suas atividades voltadas para cursos teológicos e técnicos visando atendimento religioso e da comunidade em geral. Em 2007, realizou a maior ação sociocultural do Brasil com o projeto Fest Vida. O evento ganhou grande proporção nos anos posteriores, tornando-se a Lei 5.935, de 28 de julho de 2017, e foi incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal, realizado anualmente no aniversário de Brasília.

Em 2018, passou a se chamar Secretaria Nacional de Assuntos Religiosos e ganhou fronteiras em outros Estados e Municípios, realizando parceria com várias entidades da sociedade civil organizada. Em 2019, com um caráter mais humanitário e trabalhando pela cultura da paz mundial, passou a chamar-se Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários, com atividades, ajuda assistencial e projetos de impacto social.

Uma breve apresentação sobre o Reverendo Amilton, que foi ordenado Pastor em 1998 pela Convenção das Assembleias de Deus no Ministério de Madureira e que se dedicou ao ensino teológico pela Faculdade Batista do Brasil.

Alguns serviços humanitários prestados e relevantes: 2021, Medalha Cruz do Mérito Empreendedor Juscelino Kubitschek; Personalidade do Ano Olímpico, relevante contribuição à sociedade brasileira; 2016, Medalha Euclides da Cunha de 150 anos de Euclides da Cunha, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Niterói; 2015, Título de Cavaleiro Comendador, outorgado pelo Supremo Consistório Internacional dos Embaixadores da Paz Mundial; 2015, Troféu Honorável Mestre das Ciências, Letras e Artes, pela Federação Brasileira dos Acadêmicos de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro; 2015, Título de Personagem do Ano, outorgado pela Augustíssima e Soberana Casa Real e Imperial dos Godos de Oriente; 2014, ordenado pela Ordem dos Cavaleiros de São Tiago, Título de Cavaleiro Comendador; 2011, título de Reverendo pela Ordem dos Cavaleiros de Sião.

A Senah atuou direta e indiretamente no combate à covid desde o início da pandemia, desenvolvendo diversas tarefas e ações em circunstâncias emergenciais relacionadas ao agravamento e impacto devido ao referido momento pandêmico ao longo dos 18 meses, tais como: doação de cesta básica para mulheres em vulnerabilidade social; doação de roupas e de calçados; doação de *kits* de máscara de proteção respiratória, bem como fornecimento de marmitas de alimento prontas em vários Municípios do Estado de São Paulo; fomento à conscientização no combate à covid-19 e às suas eventuais prevenções por meio da divulgação de *folders* explicativos em nossas redes sociais e no *site* da organização, reafirmando a importância do uso de máscara, do distanciamento social e da higienização das mãos, especialmente com o uso frequente do álcool em gel; e promoção de diversas conferências mundiais pela paz realizadas em plataforma digital, com a participação de líderes religiosos de vários países, sempre ressaltando e elencando ações relevantes no combate à pandemia do novo coronavírus.

Adicionalmente à nossa missão de ajudar a sociedade e de conduzi-la a uma realidade mais favorável e mais humana, buscamos incansavelmente mecanismo que amenize de alguma forma o sofrimento da população. Com isso dispomos a cooperar com a distribuição de eventuais doações angariadas, ações sócio-humanitárias.

Nesse contexto e abordagem humanitários, bem como no momento de grande escassez vacinal, e numa ocasião em que o Brasil clamava por imunizantes, as supostas vacinas chegaram até nós por meio do Sr. Paulo Dominguetti Pereira, apresentando-se como representante de uma empresa americana.

O Sr. Dominguetti preliminarmente contactou um dos diretores da Senah, vindo a Brasília em seguida, apresentando-se ao Presidente da ONG no dia 16 de fevereiro, momento em que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

supracitado representante externou acerca da existência da empresa Latin Air e que teria 400 milhões de vacinas AstraZeneca disponíveis para pronta-entrega em até oito dias ao custo de US$3,97.

Nesse ínterim, também falou sobre o Sr. Cristiano Carvalho como sendo representante principal da Latin Air no Brasil, um ex-gerente da Ambev e ex-diretor de um banco francês, ou seja, um executivo supostamente bem-sucedido, com escritório inclusive em São Paulo. Hoje sabemos que foram informações no mínimo equivocadas.

O Sr. Dominguetti ainda ressaltou a importância da Senah, expondo que necessitava de uma participação por tratar-se de uma instituição reconhecida, voltada para as causas humanitárias. Sendo assim, acreditava ele ter maiores possibilidades de sucesso na apresentação de ofertas das vacinas.

Dominguetti ainda mencionou que havia alguns trâmites a serem seguidos em relação a agendar reuniões junto ao Ministério de Saúde, protocolar documentos, solicitar informações e etc., mas não comentou que já havia mantido contato com funcionários do Ministério de Saúde, tendo em vista apresentar a proposta que tinha em mãos.

Assim, diante de tal situação, foi determinado pelo reverendo ao seu secretário imediato na Senah buscar o melhor caminho, no caso uma pesquisa pela internet para se agendar uma visita ao Ministério da Saúde e apresentar a proposta inicial de vacinas à Latin Air. Para tanto, foi enviado um *e-mail* ao Dr. Arnaldo, da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), solicitando uma agenda para o dia 22 de fevereiro do presente ano. Entretanto, certamente diante da impossibilidade de ser atendido pelo Dr. Arnaldo naquela ocasião, foi-se encaminhado para atendimento pelo Dr. Lauricio Monteiro.

Nesse momento, o Sr. Dominguetti apresentou o documento da Latin Air ao Dr. Lauricio Monteiro, e ele esclareceu tecnicamente acerca da documentação adicional necessária e que todo procedimento sobre aquisição de vacinas estava restrito ao Secretário-Executivo do Ministério, na época o Dr. Elcio Franco. Na ocasião se ressaltou acerca da colaboração da Senah na ampla divulgação da campanha de vacinação e no seu fomento. Para tanto, solicitou-se, inclusive, registrar aquele momento com fotografias para em seguida dar visibilidade por meio das redes sociais da Senah, prestando também esclarecimento em relação à segurança do uso das vacinas e destacando sua importância para debelar essa pandemia de modo a atingir o maior número de pessoas possível, dirimindo, ainda, o eventual receio de se vacinar.

No dia 24/2, a Senah, por solicitação de Dominguetti, envia um *e-mail* ao Secretário-Executivo Elcio Franco solicitando uma agenda e encaminhando a proposta à Latin Air, agenda essa que foi marcada para o dia 2/3.

No dia 1°/3, Dominguetti avisa aos diretores da Senah sobre a mudança da empresa fornecedora de vacina para a Davati Medical Supply, alegando que, por ter maiores condições de atender com mais rapidez os pedidos de documentos exigidos pelo Ministério da Saúde por se tratar de uma empresa de medicamentos que possuía uma larga experiência com vacinas...

Foi encaminhado *e-mail* para o MS. Respondeu marcando uma reunião para o dia 2 de março. Nesse dia, o secretário compareceu... Nesse dia, o secretário não compareceu e Dominguetti também faltou. Dessa forma, sem a documentação para análise, houve uma brevíssima reunião na recepção com os funcionários e assessores Flávio Werneck e Max Nóbrega. Diante da explicação de Dominguetti sobre a ausência, que foi a pane de seu carro na rodovia Belo Horizonte-Brasília, enviamos *e-mail* para o Ministério da Saúde solicitando uma nova reunião.

No período de 3 a 5 de março, fizeram-se alguns contatos com a Davati nos Estados Unidos, junto a seu diretor, o Sr. Herman Cardenas, no sentido de reforçar a necessidade da apresentação de toda a documentação válida e necessária, além de se ir confirmando a consistência das informações.

Durante um dos contatos, ele informou o aumento do preço unitário das vacinas, passando de US$3,50 para US$17,50. Ele, o Sr. Herman, afirmou também que tinha cobrado explicações do laboratório AstraZeneca na Índia, mas que eles não deram nenhuma explicação, limitando-se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

afirmar que seus preços estavam menores que os da Moderna e da Pfizer. Ressaltando ainda que a Sinovac era US$35, disse ainda o Sr. Herman que o laboratório tinha lhe dito que era pegar ou largar.

Então, em consequência do contato com o Sr. Herman da Davati, solicitou-se a confirmação da FCO com os novos preços, pois a proposta encaminhada ao MS estava com o preço antigo. Tanto o Sr. Dominguetti quanto o Sr. Cristiano diziam a necessidade de um aceno positivo por parte do Governo, referindo-se a uma carta de intenção de compra para a disponibilização das vacinas, antes mesmo do envio dos documentos exigidos pelo Ministério da Saúde para a devida análise. Esta era sempre a justificativa para o não envio da documentação.

No período de 8 a 11 de março, continuaram solicitações de documentos comprobatórios da existência das supostas vacinas e sua disponibilização. No dia 11/03, foi expedido pela Senah ao Sr. Herman, Davati, um *e-mail* informando sobre a reunião do dia 12 com o Secretário-Executivo, solicitando a presença dos representantes da Davati com toda a documentação necessária. Essa reunião se deu com a ajuda do Dr. Helcio Bruno, do Instituto Força Brasil, que tinha uma audiência naquele dia e aceitou compartilhá-la conosco.

Nessa reunião, que teve a participação do Reverendo Amilton, do Sr. Dominguetti Pereira, do Cristiano Carvalho, dos servidores, dos Srs. Pires e Max, do Dr. Helcio Bruno e do Secretário-Executivo, foi extremamente objetivo, afirmando que ele conversara diretamente com o laboratório e que eles afirmavam não ter vacina em grande quantidade disponível. Com isso, o Secretário reafirmava que precisava de um documento deles, a AstraZeneca, corroborando que a Davati possuía de fato as vacinas mencionadas. Como esta empresa americana estava afirmando ter, por meio dos seus representantes, os Srs. Dominguetti e Cristiano Carvalho, após essa explanação, o Secretário saiu da sala.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Amilton, essa reunião foi quando?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Essa reunião foi dia 12.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Doze de março?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Doze de março.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com o Secretário Elcio Franco?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Com o Secretário Elcio Franco.

Diante de tal assertiva das informações trazidas pelo Secretário da inexistência de documentação pertinente por parte da empresa Davati, a Senah pensou seriamente em encerrar a sua participação nesse episódio de apresentação de vacinas para o Ministério da Saúde. Entretanto, diante de novas informações trazidas pelos representantes da Davati, aliado à diminuição de preços, acreditamos que, de fato, existiam as vacinas para pronta entrega.

No dia 24 de março, enviamos novamente um *e-mail* ao Ministério da Saúde apresentando uma nova proposta de aquisição de vacinas. Desta feita – da AstraZeneca e da Janssen –, com o valor de US$11, sendo que não obtivemos resposta até a presente data.

Hoje, com a série de eventos divulgados, entendemos que fomos usados de maneira ardilosa para fins espúrios e que desconhecemos. Vimos um trabalho de mais de 22 anos de uma ONG, entidade séria, voltada para ações humanitárias, educacionais, jogado na lama, trazendo prejuízo na sua credibilidade e atingindo seus integrantes nas relações profissionais e familiares.

Agradeço a todos por esta oportunidade de abertura e de explanação, como meio de esclarecer a todos os Senadores e Senadoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Amilton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Sr. Relator, Senador Renan Calheiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nós vamos fazer ao Sr. Amilton Gomes de Paula algumas perguntas em função de fatos verificados aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saber há quanto tempo V. Sa. atua na negociação de vacinas.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Bom, eu... Na verdade, eu não estava negociando vacinas. Eu estava ali indicando alguém que teria essas vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor nunca havia negociado ou colaborado, facilitado a negociação de vacinas junto ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – De forma alguma, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a negociação de vacina não é parte ou é parte do escopo de atuação da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Bom, a negociação de vacinas pela Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários... Eu desconheço essa narrativa. O trabalho da Senah, como foi procurado pelo Sr. Dominguetti e pelo Sr. Cristiano, é um trabalho humanitário. Então, *a priori*, quando eles vieram conversar conosco, nós abrimos, assim, uma conversação, porque sabíamos que esse preço a R$3,50... E colocaria essa disponibilização de vacinas ao Brasil. Nós fomos esses... Fomos esses que, na verdade, indicamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que entidades ou governos V. Sa. levou a oferta de vacinas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós levamos ao MS, ao Governo brasileiro. Indicamos que haveria a possibilidade de colocar ao Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Levou ao Governo brasileiro, ao Ministério da Saúde, a oferta de vacina. Apenas ao Governo brasileiro? Ou levou a outros governos de outros países? Com quais deles V. Sa. fechou acordos?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Bom, a Senah fez um evento em 2019. Ela inaugurou a Embaixada Mundial pela Paz, com vários embaixadores que compareceram. E nós tínhamos contatos com esses embaixadores. Então, na oportunidade, nós conversamos com a diretoria que seria possível também não só disponibilizar vacina para o Brasil, como também encaminhando para algumas embaixadas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quais foram os embaixadores que compareceram?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – No dia 19?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, no dia da inauguração.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Em 2019? Aí eu não tenho a lista desses embaixadores, mas muitos embaixadores...

O Senado foi convidado, a Câmara foi convidada. Nós tivemos uma inauguração assim muito... Para demonstrar o nosso trabalho social aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não lembra os embaixadores de quais países que estavam presentes?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Cristiano Carvalho disse que essa negociação tomou uma dimensão muito grande através do Reverendo Amilton, que fez um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

grande trabalho com a representação de vacinas aqui no Brasil. Muitas Prefeituras do Brasil inteiro e até Estados começaram a procurar a Davati a fim de resolver a questão da falta de vacinas. Ele soltou algumas mensagens, logicamente com o conhecimento deles, oferecendo produto em âmbito nacional. A partir daí, a gente tomou preocupação pela dimensão que a negociação teve e alcançou.

Eu queria saber, em função... Quais eram as características das ofertas que V. Sa. levava aos interessados pelas vacinas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Senador, eu desconheço, assim, essa amplitude aonde nós chegamos com Governadores, com Prefeitos ou Prefeituras. Eu desconheço. Eu não conversei com nenhum Governador, eu não conversei com nenhum Prefeito, eu não conversei com nenhum Município. Foi colocado à disposição primeiro para o MS (Ministério da Saúde).

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

E V. Sa. intermediou a venda de vacinas com governos ou autoridades de outros países?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Na primeira reunião, quando Dominguetti veio a Brasília, em 16 de fevereiro, ele abriu essa exposição desse lote de 400 milhões, ele fez uma reunião com a Diretoria da Senah. E nós fizemos uma reunião preliminar, estudamos essa questão da vacina que estava à disposição – era uma quantidade muito grande – e, no primeiro momento, assim nós, do dia 16, fizemos uma reunião dia 17, fizemos uma reunião também dia 18, e nós decidimos fazer esse encaminhamento. E esse encaminhamento foi feito, sim, por *e-mail*. Nós fizemos esse encaminhamento para o SVS. Fizemos uma pesquisa pela internet e encaminhamos para o SVS (Secretaria de Vigilância em Saúde).

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – SVS?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – SVS.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Do Ministério da Saúde.

Então, nós fizemos um *e-mail*, encaminhando o Sr. Dominguetti para uma reunião lá no SVS.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

V. Sa. encaminhou o Dominguetti. Agora, como V. Sa. chegou ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Como nós chegamos ao SVS?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, ao Ministério da Saúde. Se já tinha relação anterior... Com quem conversava? Como que V. Sa. chegou ao ministério para se alçar à condição de poder encaminhar pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Qual o seu acesso ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nós chegamos à SVS... Aqui, eu sou de Brasília, o Ministério da Saúde fica aqui na Esplanada, e a SVS fica no PO. Ela não fica aqui. Então, nós encaminhamos um *e-mail* para a SVS, dia 22, e fomos respondidos para encaminhar essa demanda. E a reunião aconteceu no dia 22 de fevereiro na SVS.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perdoem, Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, pode...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – ... e Senador Renan.

Reverendo, o que nós gostaríamos de saber não era o endereço nem como o senhor foi, se foi de Uber ou de táxi, mas nós queremos entender o porquê da sua relação prestigiosa com o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

da Saúde de tal forma que V. Sa. viesse a intermediar e a apresentar pessoas ao Ministério da Saúde. O que nós queremos entender é como a Senah, que é uma secretaria com fins humanitários, tinha capacidade de fazer essa interface e com tanto prestígio, a fim de apresentar o Sr. Dominguetti, que nunca vendeu uma Cibalena, ao primeiro escalão do Ministério da Saúde.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – É, a nossa apresentação... Apresentar o Dominguetti ao Ministério da Saúde foi de forma formal, via *e-mail*, e conduzindo o Dominguetti a essa reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta é a seguinte, para apresentar alguém, em qualquer lugar, sobretudo ao Ministério da Saúde durante o enfrentamento de uma pandemia, se pressupõe que já há um contato com aquele órgão ou com autoridades daquele órgão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Alguma familiaridade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma familiaridade. Senão, como apresentar alguém sem essa familiaridade? Como V. Sa. chegou ao ministério, aos contatos com o Ministério da Saúde anteriormente, de modo a poder, na sequência, apresentar o Dominguetti e o Dominguetti ser recebido com V. Sa. em reuniões várias? Inclusive em reuniões de negociação da vacina.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, eu não... Assim, eu não tinha contatos, os contatos que eu tinha eram sempre de forma formal, de forma eletrônica. É o que eu acreditava... A minha aproximação em conduzir o Dominguetti, em conduzir a Davati ou o Cristiano era de forma formal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só para entender, o senhor preparou um *e-mail* e, no *e-mail*, disse: "Olhe, tem um pessoal aqui oferecendo vacina. Vocês estão dispostos a recebê-lo?". Foi assim?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Foi. Foi feito um *e-mail,* encaminhamos o *e-mail*. Nós estamos diante de uma escassez de vacina a nível mundial. Nós conversamos isso no dia 16, no dia 17, no dia 18 nós encaminhamos o *e-mail* eletrônico de forma formal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não... Dia 16, o senhor conversou com quem?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Dia 16...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com o Dominguetti.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, o Dominguetti veio de Belo Horizonte, abriu essa conversa, mostrou esta empresa Latin Air, e nós fizemos essa reunião para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dia 16, o senhor recebe o Dominguetti. Dia 17, o senhor manda o *e-mail*. É isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, nós enviamos o *e-mail* dia 22. Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mandou o *e-mail* dia 22. O *e-mail* encaminhou para?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós encaminhamos para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o senhor me permitir, Sr. Relator, no *e-mail* aqui está:

> Informações técnicas da vacina AstraZeneca/Oxford.
> De: Reverendo Amilton Gomes.
> Agenda: Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Excelentíssimo senhor, vimos pelo presente solicitar agendamento para as 16h...

O senhor determinou horário, estabeleceu horário?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, se houvesse possibilidade de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, aqui já está o horário estabelecido.

> Vimos pelo presente solicitar agendamento para as 16h30 da data de hoje [o senhor mandou no dia 22] com o Reverendo Dr. Amilton Gomes de Paula, Presidente Nacional da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários, para tratar de apresentação e possível negociação da vacina AstraZeneca/Oxford de forma humanitária para o Governo brasileiro.

A reunião foi no mesmo dia?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A reunião foi... Nós fomos para a reunião às 16h no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor, então, mandou *e-mail* às 12h, apontou o horário de que a reunião teria que ser às 16h30, às 16h30 já foi recebido.

Eu queria essa eficiência do serviço público para a Pfizer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para a Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria essa eficiência.

O senhor apontou o horário que queria ser recebido...

E só me diga uma coisa, Sr. Amilton: o que é venda de vacinas de forma humanitária?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós já havíamos discutido isso num primeiro momento com o Dominguetti, e esse preço seria o preço menor disponível para o mundo, a 3,50.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quais foram as pessoas que possibilitaram ou facilitaram a realização de reuniões de V. Sa. com membros do Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu preciso entender, porque nós estivemos no Ministério da Saúde algumas vezes. Então, a primeira vez que nós estivemos no MS foi via um *e-mail* solicitado. Agora já não é a SVS, a SVS... Nós encaminhamos para o Dr. Arnaldo, o Dr. Arnaldo Correia não pôde nos receber nesse dia 22. E, já no mesmo dia 22, nós aguardamos ser recebidos e fomos recebidos pelo Dr. Lauricio Monteiro. Quando nós conversamos com o Dr. Lauricio Monteiro, ele fez um agradecimento, e nós fizemos, num segundo momento... A gente... Pedimos a ele um esclarecimento de como seria, e ele disse a mim que seria com o Ministério da Saúde, não era com a SVS. Aí nós nos organizamos para fazer um segundo momento, que era encaminhar o *e-mail* para o Ministério da Saúde e ali... Para a Secretaria Executiva, o gabinete da Secretaria Executiva. E encaminhar o *e-mail*. E assim nós fizemos esse *e-mail.* Esse e-mail foi enviado para o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, porque a quem cabia conduzir a negociação para a aquisição de vacinas era a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

Nós estamos fazendo essas perguntas pelo seguinte... Eu perguntei, quando esteve aqui o Cristiano Carvalho: "O Reverendo Amilton não era do Ministério da Saúde, não é, Cristiano?". Ele falou: "Não, Senador". Aí eu disse em seguida: "Ele era só representante de algumas pessoas do ministério?". Ele disse que "sim". Então, o que significa dizer que o senhor já conhecia algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pessoas do ministério ou do Governo. Com que pessoas o senhor agendou essas reuniões, por que meios, se foi apenas pelo *e-mail* enviado ou fez alguns outros contatos ou outros telefonemas? Isso é um dado muito importante para o esclarecimento que se quer na investigação.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, aqui mesmo nesta Comissão, áudios do próprio Dominguetti com o Cristiano diziam que eu não tinha conhecimento, que eu não conhecia pessoas que pudessem conduzir ou abrir agenda em ministérios em relação a vacinas. Então, todas as indicações conduzindo o Dominguetti e o Cristiano ao ministério foram via *e-mails* e plataformas digitais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes o senhor esteve no Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu estive três vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Três vezes? Por ocasião da negociação das vacinas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Foi a primeira vez que o senhor esteve no Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Olha, eu estive na SVS uma vez, no dia 22. Eu estive no Ministério da Saúde, a segunda vez, no dia 2, porque nós enviamos um *e-mail* no dia 24 para conduzir o Dominguetti e apresentar toda a documentação, porque fomos orientados a levar a documentação. Essa documentação é uma documentação direta. O Governo não comprava de terceiros, o Governo comprava direto do laboratório. E o Dominguetti e o Cristiano diziam ter essa documentação junto à Davati. Então, eu estive três vezes: dia 16, dia... Não, eu estive dia 22 na SVS – no dia 16, foi a reunião –, eu estive no dia 2 e no dia 12.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que pessoas V. Sa. se reuniu no Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Em qual ocasião, nobre Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nessas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nas três.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ocasiões todas.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É... Não, no dia 22, foi na SVS, a que fomos conduzidos. No dia 2, nós estivemos para levar uma proposta da Davati...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No primeiro dia, conversou com quem, por favor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No primeiro dia, foi com o doutor... Era Arnaldo Correia, que não pôde nos receber, e aí fomos recebidos pelo Dr. Lauricio Monteiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E no segundo dia?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No segundo dia, nós estivemos lá no ministério, enviamos um *e-mail* dia 24 e recebemos uma resposta para sermos atendidos dia 2. Lá nós fomos recebidos por dois assessores, mas o Dominguetti não pôde ir, alegando pane no seu carro – então, ele não pôde ir. Então, no dia 2, nós fomos recebidos e, no dia 12, nós fomos recebidos também nessa oportunidade. Então, eu estive lá três vezes no ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação com o Sr. Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Só corrigindo o nome, eu creio que é Lauricio Monteiro, nobre Senador. Arnaldo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu vou perguntar em seguida. O senhor falou Arnaldo...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Arnaldo Correia é o Diretor... O Secretário da SVS. E o Diretor é o Lauricio Monteiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, eu perguntei qual a sua relação com o Sr. Arnaldo Correia de Medeiros?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nenhuma. Nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem relação? Não o conhecia antes?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor. Não tenho nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual a sua relação com Lauricio Monteiro Cruz, ex-Diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Também nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não o conhecia antes?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não o conhecia. Conheci o Dr. Lauricio no dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor não tinha relação, mandou um *e-mail* ao meio-dia e foi recebido às 16h30, de imediato?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Se houvesse possibilidade de ser atendido no dia 16, sim... No dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente. Eu repito: o senhor alega aqui que não tinha nenhum tipo de relação. O senhor manda um *e-mail* às 12h39, aponta o horário para ser recebido às 16h30, e logo de imediato é recebido? Ninguém perguntou do que se tratava, qual era o tema?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não... Na reunião do dia...?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ele falou que era vacina.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Vacina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, mas ninguém aprofundou as informações? Ninguém no Ministério da Saúde perguntou quem era o senhor, qual era a empresa, de onde vinha? Não aprofundaram pelo *e-mail*? Só o senhor marcou e já foi de imediato, no mesmo dia, duas horas depois?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós enviamos o *e-mail* e fomos recebidos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, isso eu sei. Essa é a parte que eu sei. Eu estou querendo saber... Eu estou querendo descobrir aqui... O senhor está afirmando que não tinha relação com ninguém. Manda um *e-mail* às 12h30, o *e-mail* é recebido, o senhor aponta o horário para ser recebido, e 16h30 o senhor é recebido?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não tenho nenhuma relação com o Dr. Arnaldo Correia e nem com o Dr. Lauricio Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Sr. Amilton, nós entendemos isso. Só que o que nos espanta aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é que farmacêuticas do mundo todo, que estavam vendendo vacinas diretamente, não tiveram esse tratamento. O Instituto Butantan não teve esse tratamento, a Pfizer não teve esse tratamento, a Janssen...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mandou mais de 40 mensagens.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, a Pfizer teve 101...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sequer uma resposta teve. Mais de 100 mensagens, sequer uma resposta teve.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acho que senhor teve muita sorte. É um fenômeno isso. É um fenômeno.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Presidente da República, como o senhor sabe, desdenhava das vacinas, não queria comprar as vacinas, achava que vacinas não tinham eficácia e que não precisava de vacina no caso do Brasil, porque a imunização teria que ser coletiva, natural. O que chama a atenção é como a Pfizer não conseguiu ser recebida pelo Ministério, nem o Butantan, nem a OMS também, porque ofertou 50% do número de vacinas da população brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nem o consórcio internacional Covax Facility.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem o consórcio internacional. E, com toda a presteza, no mesmo dia em que V. Sa. pediu, o Ministério da Saúde o recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Num intervalo de duas horas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Num intervalo de duas horas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, só para registrar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Alguém o mandou, alguém recomendou o seu recebimento pelo ministério?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor atribui a que esse prestígio? O senhor não conhecia ninguém lá...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Olhe, nobre Senador, nós fizemos uma pesquisa e, dentro dessa pesquisa, nós encaminhamos – pedi para o meu assessor encaminhar – esse *e-mail.* Ele fez o encaminhamento. Eu creio que, pela urgência da demanda, da escassez, do que nós estávamos vivendo, nós fomos recebidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que autoridade ou agente público lhe deu aval para procurar ou apresentar vendedores de vacina para o Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nenhum agente público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém, absolutamente?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como o senhor explica isto: que, enquanto o ministério se recusava a receber a Pfizer ou a OMS ou o Butantan, o senhor fora recebido no mesmo dia que marcou com Dominguetti e com outras pessoas mais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós abrimos... No dia 22, nós abrimos essa conversa. Nós sentamos lá na SVS e falamos a respeito da importância da vacinação e da importância de esclarecer o que é a vacinação. Então, eu fui ali como embaixador, mas eu estava ali num lugar errado, que era exatamente o Ministério da Saúde aqui da Esplanada... Eu estava lá no PO, era na Esplanada. Então, eu tinha ido a um local errado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor foi como embaixador?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Sim, eu expliquei... Eu fui como Embaixador Mundial da Paz e, ali junto, eu expliquei sobre essa importância da vacinação nessa reunião, expliquei da importância também de levar isso para as redes sociais...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor podia só explicar este título de Embaixador Mundial da Paz? É designado pelo...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, isso, é só para reiterar.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu recebi aqui nesta Casa em 2019, num grande evento. Vários Senadores estavam presentes, Deputados estavam presentes. Foi um evento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Qual o nome da instituição?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O nome da instituição?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – UPF, federação mundial pela paz. O evento foi feito aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É uma instituição intergovernamental? É uma instituição não governamental?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É uma das maiores instituições religiosas do mundo, desde a Coreia do Sul... Nós fazemos trabalho humanitário no mundo inteiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Então, o senhor não... Respondeu que ninguém lhe deu o aval para procurar e apresentar os vendedores de vacina ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Perdão, Senador. Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor confirma que nenhuma autoridade ou agente público lhe deu aval para procurar ou apresentar vendedores de vacina para o Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nós tivemos três situações. Então, estou aqui para expor as três situações.

Eu gostaria só que o senhor repetisse, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei que autoridades ou agentes públicos lhe deram aval para procurar e apresentar vendedores de vacina ao Ministério da Saúde.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não recebi nenhum aval de nenhuma autoridade ou agente público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que se encontrou com Elcio Franco?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No dia 12, nós estivemos em uma reunião, uma reunião compartilhada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, nessa reunião compartilhada, fez oferta de vacinas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós apresentamos uma proposta. Essa proposta foi a proposta dos 400 milhões de doses. Estava, na reunião, o Coronel Elcio Franco. Ele apresenta essa demanda. Nós apresentamos essa demanda, mas, de uma certa forma, foi muito rápida essa reunião, porque ele perguntou se tinha o documento da AstraZeneca que estava...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem mais estava na reunião? Quem mais estava na reunião?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Qual é o dia dessa reunião?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Essa reunião foi no dia 12.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Doze de março.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Doze de março.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem mais estava na reunião?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Estava, nessa reunião, Dominguetti Pereira, Paulo Luiz Dominguetti Pereira. Nessa reunião, estava o Cristiano Carvalho, o Secretário Elcio Franco. Eu estava também presente. Estava presente o Coronel – eu não sei se é Coronel ou servidor –, o Pires, nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Pires. Coronel Pires.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Estavam nessa reunião também assessores, o Max Nóbrega estava em pé. Tinha umas dez pessoas dentro dessa sala de reunião. O Elcio Franco entrou rápido, o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Coronel Helcio...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O Coronel Elcio Franco entrou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. O Coronel Helcio, do Instituto Força Brasil, não estava?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O Coronel Helcio... O Dr. Helcio Bruno, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O.k. Estava.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Estava também?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É importante, porque o Sr. Cristiano tinha relatado a presença do Sr. Helcio, representante do Força Brasil.

E qual era o papel dele?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Do Cristiano?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, do Helcio, do Coronel Helcio, do Instituto Força Brasil.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O Coronel Helcio Bruno?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, o próprio.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Foi uma reunião compartilhada. Nós conversamos, no dia 9, sobre algumas demandas de projetos humanitários. Eu tenho quase 400 projetos. No instituto, no dia 9, nós falamos sobre projetos de resíduos sólidos, vários projetos que nós temos, e um dos assessores do Coronel Helcio Bruno tinha um projeto também. Então, nós estendemos essa conversação. Ele falou a respeito de uma apresentação da PL de vacinas para empresas, como funcionaria de 50%...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa informação é importante. Ele falou da PL?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, que iria colaborar com o Governo sobre essa PL.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Projeto de lei, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – De que seria?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Sobre vacinas para empresas, com 50% de doação para o SUS.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Era uma PL que estava tramitando aqui no Congresso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu creio que sim. Eu creio que sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, de compra de lei para o setor privado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele falou disso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele falou na reunião do dia 9.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Junto com ele e aí nós conduzimos... Ele falou que haveria possibilidade de conduzir e abrir, nessa reunião, a possibilidade de apresentar, já que nós estávamos com urgência, os 400 milhões de doses.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, o senhor me permite? Só para... Sr. Amilton, só para procurar entender. O senhor fala... A reunião é no dia 12. O senhor fala, no dia 9, com o Helcio, do Instituto Força Brasil. O Helcio, do Instituto Força Brasil, fala de um projeto de lei que estava tramitando aqui no Congresso Nacional para aquisição de vacinas pelo setor privado. É isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Havia uma demanda nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, perfeito. Ele fala sobre isso, certo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, só para continuar a linha de raciocínio, veja: ele fala... É esse assunto? Ele vai à reunião por conta desse assunto? Esse assunto é tratado na reunião com o Coronel Elcio Franco?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, existia uma pauta no Ministério da Saúde sobre essa demanda; e, na segunda demanda, falaria a respeito da vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, existia o interesse do Ministério da Saúde nesse projeto?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – De como disponibilizaria a vacina para o setor privado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E qual o interesse do Instituto Força Brasil nesse projeto?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não entendi, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual era o interesse do Instituto Força Brasil, do Helcio, nesse projeto?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não sei qual o interesse. A reunião deles estava marcada, e nós fomos convidados. A nossa reunião era para o dia 16 e, se houvesse possibilidade de encaixar... Então, ele abriu o espaço. Mas vale ressaltar que o Secretário nos recebeu e falou assim, muito rápido: "Tem o documento da AstraZeneca? Porque eu converso direto com o laboratório; eu não converso com intermediários. Eu converso direto lá, e lá fala que não tem vacina". E aí ele se retirou da sala e não deu mais demanda nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E sobre o projeto ninguém falou, já que ele, do Instituto Força Brasil, ia para a reunião por conta do projeto?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, foi falado no primeiro momento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E foi falado o quê?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi falado o quê?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Foi falado sobre a lei e de como seria. E aí as empresas estavam se organizando para saber como seria essa manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para comunicar, Sr. Relator e colegas Senadores, esse projeto é o projeto da vacinação privada, que era defendida pelo Sr. Wizard e pelo Sr. Luciano Hang e que felizmente aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi aquele que nós não permitimos a votação aqui no Senado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nem chegou a ser votado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente. Nós permitimos que não fosse votado. No Colégio de Líderes, foi definido não pautar a votação.

Mas é importante, porque vem uma informação nova. O Instituto Força Brasil estava nessa reunião com o Sr. Elcio Franco por conta desse projeto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Respondendo à Senadora Leila Barros, o Cristiano disse: "Nesse encontro estávamos presentes – eu vou começar pela cúpula do Ministério da Saúde – o Coronel Pires, o Coronel Boechat [o senhor confirma a presença dessas pessoas?], o Coronel Elcio Franco...".

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nessa que participou o Instituto Força Brasil: o Coronel Elcio Franco, o Coronel Helcio Bruno, do Instituto Força Brasil, e o Reverendo Amilton.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Bom, eu não me lembro de todos os personagens...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já citou alguns. Eu estou só fazendo um exercício de memória com o senhor para ver se o senhor lembra os demais, já que foram citados, respondendo a uma pergunta da Senadora Leila aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito: o Reverendo Amilton, Dominguetti e o advogado do Instituto Força Brasil.

Respondendo também à Senadora Leila, a Leila perguntou:

> O senhor citou que foram tentados dois caminhos para a venda de vacinas – já falou algumas vezes aqui também – junto ao Ministério da Saúde: um seria através do Coronel Blanco e Roberto Dias, que contou com a intermediação do Reverendo Amilton; o outro, que chegou ao Coronel Elcio Franco por intermédio do Instituto Força Brasil, liderado pelo Helcio Bruno [Coronel Helcio Bruno]. Sobre isso, eu pergunto ao senhor: o senhor confirma essa informação? A Senadora perguntou ao Cristiano. Ele, respondendo à Senadora, disse: "Confirmo essa informação, só faço um complemento de que o Força Brasil estava ainda na reunião, fez a agenda e esteve no compromisso por solicitação do Reverendo Amilton".

V. Sa. negocia ou negociou outros produtos de saúde junto ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, eu não confirmo essa narrativa dessa contextualização, eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As pessoas presentes o senhor não confirma? O senhor falou que tinha umas dez pessoas.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, que o senhor falou a respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou apenas citando os nomes já citados por um outro participante da reunião.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É porque o senhor falou duas linhas e o senhor citou o Coronel Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a Senador Leila que fez essa pergunta...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ao Cristiano, e ele confirmou as perguntas.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, eu não conheço o Coronel Blanco, eu não conheço... Desconheço essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece o Roberto Dias?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, o Roberto Dias...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Roberto Ferreira Dias, Diretor de Logística.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Roberto Dias... Eu não me lembro do Roberto Dias – não me lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele estava presente na reunião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estava presente na reunião?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não estava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. V. Exa...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não conheço o Coronel Blanco – não conheço. Eu não conheço... Eu não me lembro do Roberto Dias, eu não me lembro desse pessoal. O que eu estava... A única pessoa que foi comigo, no dia 12, somente no dia 12, foi o Coronel que foi o Dr. Helcio Bruno. Eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Levado pelo senhor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, não foi levado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi ele que pediu? Foi convidado por quem?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele foi... Era uma agenda que ele tinha, e, nessa agenda que ele tinha, ele decidiu compartilhá-la conosco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, eu acho que isso é fundamental para eu entender. O intermediador da reunião foi, então, o Coronel Helcio Bruno, do Instituto Força Brasil? Certo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, mas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – De onde o senhor conheceu o Coronel Helcio Bruno, por favor? Desculpe aí.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu conheci... Eu tenho muitos projetos. Nós fomos falar sobre projetos com o Marcelo, do instituto, e, na oportunidade, nós conversamos sobre essa agenda, mas nós já tínhamos uma agenda...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Antes do dia 12, antes do dia 12?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu já havia... Foi dia 9, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Foi dia 9.

Não, mas a pergunta é: quem, então, articulou a reunião foi o Coronel Helcio Bruno?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pronto.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele tinha uma agenda.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – E dividiu.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Essa agenda ele compartilhou conosco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E dividiu, perfeito.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Mas eu não conheço o Coronel Branco, nunca o vi nem sei quem é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Meu Presidente, meu Relator, me perdoe, mas, Reverendo, o senhor colocou que o senhor foi procurado pelo Dominguetti, pelo Cristiano – está certo –, e que o senhor, por razões humanitárias, intermediou. O que eu não consigo, até agora, entender, é, sem uma comprovação, seja da AstraZeneca, seja de que laboratório... O tempo passou, e ficou demonstrado que o que havia eram muitos oportunistas. Como é que o senhor se sente tendo sido intermediário de questões que tentaram, inclusive, estabelecer um sobrepreço de US$1 sobre uma vacina?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu desconheço esse preço de US$1 que ofereceram, eu desconheço. Nós não... Não é da apresentação em que nós estávamos. Nós estávamos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas essa denúncia foi feita nesta CPI pelo Dominguetti, que o senhor colocou como sendo a pessoa que lhe trouxe para esse processo de vacina.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O Dominguetti mesmo... O Cristiano falou aqui, nessa mesma Comissão, que tinha essas duas frentes. Eu conheci o Dominguetti dia 16 de fevereiro e eu só fui conversar com o Cristiano...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a sua relação exatamente com (*Fora do microfone.*) Luiz Paulo Dominguetti, complementando a pergunta do Senador Eduardo Braga?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, a minha relação foi quando ele veio no dia 16, eu somente o conheci no dia 16 de fevereiro. Ele veio a Brasília e apresentou, junto à minha diretoria, essa demanda da vacina. Eu conheci o Cristiano somente depois, no dia 1º, quando foi... Eu pedi pra abrir a conversação também com os Estados Unidos, e aí eu conversei com o Dr. Herman Cárdenas em dois momentos: eu conversei com o Dr. Herman Cárdenas no dia 1º e conversei com o Dr. Herman Cárdenas no dia 5, e ele garantiu que tinha as vacinas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Me perdoe, Relator, mas, no domingo, num programa de televisão, esse mesmo Sr. Herman Cárdenas disse que o que ele tinha era uma prioridade de alocação. Isso não é vacina. Ele não tinha nem contato com a AstraZeneca.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ele tinha um contato com uma pseudoempresa, e até hoje ele não revelou o nome.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, ele afirmou que tinha a vacina.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pois é, mas ele agora, em vídeo público, notório, muda a sua versão e diz que o que ele tinha era prioridade de alocação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O que ele lhe deu como garantia para assegurar que isso era verdade?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Por que o instituto do senhor, com a credibilidade que tem, imagino eu, com tantos anos aí de serviços humanitários prestados, por que V. Sa. se envolve com um verdadeiro golpe? A isso não tem outro nome pra dar. Não tem outro nome pra dar.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, nós enviamos um *e-mail* para o Herman... Antes dessa reunião, nós enviamos um *e-mail* ao Herman, convidando-o a vir ao Brasil com toda a documentação. Então, no dia 1º ele fala a respeito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Primeiro de março, é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, eu enviei o *e-mail* pra ele no dia 11. Foi encaminhado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Onze de...?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Onze de março.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Março.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Foi encaminhado o *e-mail* pra ele, convidando ele e o Cristiano para estarem aqui na reunião. Até então, eu não conhecia o Cristiano presencialmente, somente o Dominguetti. O Cristiano eu conheço dia 1º de março. Então, foi enviado um *e-mail* pra Davati, convidando o Sr. Herman, com toda a documentação, e o Cristiano, dia 11.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Hoje, depois de todos os fatos, o senhor se sente usado?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Olha, o que foi colocado na mídia, o que foi... Eu me sinto hoje uma... Eu não tenho palavras, nobre Senador. Eu sou de Brasília, o meu pai trabalhou nessa construção da Capital do Brasil, eu estou aqui sem palavras.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Mas o senhor falou que a Davati ia realizar doações para a Senah caso fosse feita essa venda. Qual seria o valor dessa doação para a Senah?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Ele falou de doação, mas não se referiu à quantia.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Daí o interesse do senhor em participar dessa negociação. Por isso que o senhor não checou a fonte.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Mas a Senah...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E havia uma promessa de que a Senah ia receber uma doação, óbvio que o senhor teve interesse em que fosse concretizado, tanto é que o senhor enviou cartas aos Governadores.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Interesse humanitário.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – De doação, não é?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Como qualquer instituto vive de doação, nobre Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor já recebeu doações?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nunca recebi doação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A Senah não recebe doações de pessoas físicas ou jurídicas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ela faz os eventos de parceria. Nós fazemos eventos de parceria. Nós fazemos com parceria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E qual era o preço dessas vacinas oferecidas à Senah, aos Governadores e Prefeitos?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não me lembro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Gente, o senhor não sabe de nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por que, então, V. Sa. levou o Sr. Dominguetti ao Ministério da Saúde? Só para dar ênfase à sua resposta.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Acreditando que o Dominguetti tinha as vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acreditando que ele tinha vacinas.

E qual foi a motivação para tanto e o que lhe foi oferecido em troca da aproximação com o Governo Federal pelo Dominguetti?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O senhor poderia repetir de novo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei, em primeiro lugar, por que V. Sa. levou o Sr. Dominguetti ao Ministério da Saúde e, em segundo, eu perguntei qual foi a motivação para tanto. Teve algum motivo para tanto? E o que lhe foi oferecido em troca da aproximação com o Governo Federal, já que foi V. Sa. que o levou ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A motivação nossa era colocar essa demanda de vacina para o Brasil.

Em relação ao Governo, eu não tinha assim tanto contato, tanto que os nossos *e-mails* foram feitos através de plataforma digital. Os nossos encaminhamentos – todos os encaminhamentos – foram feitos plataforma digital.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. ou a Senah têm contas no exterior?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não temos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não têm contas no exterior?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não temos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que tipo de acordo ou acerto V. Sa. firmou com a Davati, reforçando a pergunta do Senador Fabiano, para que encaminhasse Dominguetti ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, o senhor poderia repetir a pergunta anterior, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que tipo de acordo ou acerto V. Sa. firmou com a Davati para que encaminhasse Dominguetti ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É porque... Tem como o senhor repetir de novo, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que tipo de acordo ou acerto V. Sa. firmou com a Davati para que encaminhasse Dominguetti ao Ministério da Saúde? É um pouco do que foi perguntado pelo Senador Contarato.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós não fizemos nenhum acordo, não foi feito. A Davati nomeou o Cristiano e o Cristiano precisou da nossa ajuda para divulgar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não conhece ninguém do Governo Federal? Tem interlocução com ninguém no âmbito do Governo? Tem aproximação com ninguém?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, eu não conheço ninguém do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ninguém próximo ao Presidente?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ninguém próximo ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor nunca teve nenhum registro fotográfico com alguém próximo do Presidente? O senhor tem certeza disso? Preste atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – É... Não tenho... Eu não me lembro disso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, o senhor não lembra?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então o senhor não tem nenhum registro fotográfico com ninguém próximo do Presidente da República ou com alguém do Governo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, se eu tenho, em eventos, eventos corriqueiros, eu não sei. Eu devo ter com...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, o senhor deve ter?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Devo ter fotos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor primeiro disse que não tem. O senhor acha que tem?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, fotos num evento ou num coquetel em que você está junto, você vai...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Autoridades pedem para bater fotos com o senhor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então o senhor afirma que não tem nenhuma relação, nenhuma proximidade?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, eu não tenho nenhuma aproximação e nenhum relacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, vamos ver na sequência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quando nós perguntamos ao Cristiano qual é a relação da Davati com o Reverendo Amilton Gomes de Paula, ele respondeu a esta Comissão Parlamentar de Inquérito: "Nós demos um ofício para ele representar a empresa perante o Ministério da Saúde."

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – O Cristiano Araújo... O Cristiano Carvalho encaminhou um ofício.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para o senhor representar a empresa junto ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa informação é muito importante.

O senhor teve alguma tratativa diretamente com o Sr. Herman Cárdenas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, como eu já falei, eu tive duas tratativas direto com o Dr. Herman Cárdenas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. conheceu o Cristiano Carvalho?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu conheci o Cristiano Carvalho através do Dominguetti e, pessoalmente, somente no dia 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se encontrou com ele no dia 12?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Dia 12.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois teve outros encontros com ele?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não teve. Apenas esse encontro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, me perdoe, eu só queria fazer uma pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, por favor, por favor, Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – O senhor intermediou alguma outra negociação de venda de insumos ao Ministério da Saúde em troca de doações? O senhor já negociou isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Que eu me lembre, não, nobre Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor não lembra, gente? Pelo amor de Deus, se o senhor me perguntasse um negócio desse, eu ia responder. Eu sei quanto eu pago numa conta de energia... Alguma negociação nesse sentido foi bem sucedida ao longo desse período?

Perdão. O senhor enviou essas cartas aos Governadores. Quantos Governadores responderam para o senhor? Quais Governadores responderam?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Olha, eu não cuidava dessa demanda de negociação com Governadores, então eu desconheço.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, surgiu a notícia de que o Deputado Roberto Lucena assinou um ofício apoiando as tratativas da Senah com o Ministério da Saúde. O senhor pediu apoio de algum outro Parlamentar?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, me desculpe por ter interrompido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, por favor, viu? Qual foi a pergunta?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu estou querendo saber se ele já tinha negociado ou participado de alguma outra tratativa de aquisição de insumos com o Ministério da Saúde, se isso foi bem sucedido, como e em que circunstâncias...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ...e se esses ofícios que o senhor remeteu aos Governadores e Prefeitos oferecendo a vacina tiveram resposta, quem respondeu; e se o Deputado Roberto Lucena assinou ofício apoiando as tratativas da Senah com o Ministério da Saúde; e se o senhor já pediu esse apoio também a outros Parlamentares.

Veja bem, quando a gente está com a verdade... O senhor é um reverendo!

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor é um reverendo! Quando a gente está com a verdade, essa verdade se perpetua. Então, por favor, faço um apelo ao senhor...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor está aqui obviamente ressalvado com uma decisão do Supremo, mas, naquilo que não for compatível, se o senhor faltar com a verdade, impõe-se aí o crime de desobediência por parte de V. Sa., com todo o respeito.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu estou falando a verdade.

Agora, só complementando a fala do senhor...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Deixe-me ser... Antes de o senhor responder, seja mais objetivo: qual o valor do preço das doses oferecidas pela Senah aos Governadores e Prefeitos? Não é possível! O senhor mandou aos Governadores essas cartas oferecendo vacina. Qual o valor da dose?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – As ofertas que eram oferecidas eram ofertas de 3,50.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quanto que seria a doação para a Senah? Porque o senhor estava ali de olho é na doação, com todo o respeito. Não era uma questão humanitária, não; era quanto que a Senah ia receber de doação. Agora, muito me admira o Governo Federal ter esse tipo de relação espúria para a aquisição de vacina com generais, coronéis, reverendo, e negando a aquisição de vacina feita pela Pfizer.

Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas é isso mesmo...

Com a palavra, para a resposta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pode responder, por favor.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, esta é a verdade: a vacina era 3,50. Quando nós fomos apresentados pela primeira vez – primeira vez – pelo Sr. Luiz Paulo Dominguetti, no dia 16, ele apresenta Latin Air, essa empresa Latin Air. E houve essa mudança de Latin Air para Davati, alegando que a Davati teria melhores condições de apresentar. Então, me chamou muita atenção e eu pedi para que houvesse a reunião com o Herman Cárdenas no dia 1º. Então, ele se apresentou a mim no dia 1º, foi feita uma conversa com a diretoria. Ele se apresenta e ele fala a respeito das vacinas, ele fala a respeito da documentação. E foi essa oportunidade que nós colocamos à disposição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Vocês tinham algum contrato com essa Latin? Chegaram a formalizar?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E com a Davati?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nem com a Davati. Nem Latin nem Davati.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem é Rafael Alves, da Davati, e qual é o seu relacionamento com ele?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Rafael Alves, eu ouvi falar desse nome, mas conversei muito pouco com ele. Ele era...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais atividades ele desempenhou junto a V. Sa. em seu relacionamento com a Davati especificamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, ele era... Ele estava ligado muito ao Cristiano e ligado ao Dominguetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram os Governadores que responderam à oferta de vacina?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Que responderam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Feitas pela Senah...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nenhum Governador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhum Governador?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. encontrou com representantes da World Brands, que negociou vacinas da CoronaVac com o Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não teve conhecimento, não teve...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não conheço. Eu não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca esteve com eles?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nunca estive, não sei quem é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas sabe que eles foram recebidos pelo Ministro Pazuello?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu só quero ser insistente. O senhor ofereceu vacina num valor. Qual seria o valor da doação que a Senah ia receber?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nobre Senador, não foi estabelecido.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não teve nenhum valor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não foi estabelecido nenhum valor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Qual a expectativa que a Senah receberia?

O senhor tinha uma expectativa! Não é possível!

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não foram estabelecidos valores. Desde o início, falava-se sobre doação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por isso o interesse da Senah, não é? O interesse, com todo o respeito, não era humanitário, não! O interesse era qualquer outro, menos humanitário, e 557.359 pessoas pagaram com a vida! E a digital de muita gente está nessas mortes! O senhor, como reverendo, deveria ter esta consciência: 557.359 brasileiros e brasileiras perderam suas vidas.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E quase 20 milhões estão contaminados...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Por isso...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... com sequelas irreparáveis!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Por isso é meu interesse...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E esse Governo banalizando o principal bem jurídico, que é a vida humana, negociando através de relações espúrias dentro de *shopping*, com gabinete paralelo! Foi aqui provada a usurpação de função pública na epidemia! Foi aqui provada prevaricação! Foi aqui provado que os ministros não tinham autonomia. E agora o senhor intermediando e oferecendo vacina com a pretensão de receber doação? Ah, faça-me o favor!

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, nosso interesse era extremamente humanitário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual sua relação com Roberto Ferreira Dias?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas tratou diretamente com ele em alguma outra oportunidade, além dessa oportunidade da reunião compartilhada?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não tratei com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tratou.

V. Sa. conheceu o Coronel Marcelo Blanco da Costa?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não o conheceu?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. chegou ao Roberto Dias por meio de quem?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não me lembro. Eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele estava presente na reunião citada por outro participante da reunião; eu já disse aqui e queria repetir.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Mas eu não estava nessa reunião com o Coronel Blanco, com o... Eu não estava nessa reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor não os conhece?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não os conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. construiu esse relacionamento com os militares que atuavam no Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não tenho relacionamento com os militares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o ponto de partida desse relacionamento, já que V. Sa. teve alguns encontros, algumas reuniões com eles?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu já disse que não tenho relacionamento com os militares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém o apresentou a esse núcleo militar? Ninguém o apresentou?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, ninguém me apresentou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. intermediou alguma outra negociação em benefício do Coronel Marcelo Blanco?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Bom, eu não conheço o Coronel Marcelo Blanco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. manteve algum negócio com a Valorem Consultoria em Gestão Empresarial?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou da marcação do jantar em que Dominguetti participou juntamente com Roberto Dias?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi V. Sa. que marcou aquele jantar, aquele encontro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Sa. marcou os encontros no Ministério da Saúde. E esse encontro que foi realizado fora do Ministério da Saúde? Foi V. Sa. que o marcou?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não marquei encontro no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como não marcou? V. Sa. já declarou isso aqui em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O que foi... O que nós... O que foi feito foi via *e-mails*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. E não marcou?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Do dia 12...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E marcar via *e-mails* não é marcar?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O senhor poderia disponibilizar esses *e-mails* para a gente?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já está aqui.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Já colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Tem a resposta dele ou não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem, Sr. Presidente. Nós fizemos a leitura ainda há pouco.

Inclusive, é um *e-mail* muito particular. Assim, é um *e-mail* que chamou atenção de todos nesta CPI porque o *e-mail* foi encaminhado pelo Sr. Amilton às 12h50. E ele foi recebido... Ele determinou o horário para ser recebido: 16h30. Às 16h30, pontualmente, ele foi recebido.

Nós rogávamos que essa mesma eficiência tivesse ocorrido com Pfizer, com CoronaVac, com Janssen, enfim... Aí quem sabe nós não teríamos tantos brasileiros mortos.

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA (Para expor.) – Presidente, com licença. É a defesa aqui.

Nós vamos disponibilizar para a Presidência todos os *e-mails* encaminhados pela Senah e todos os *e-mails* recebidos pela Senah em relação a esse assunto. Está aqui conosco, nós vamos fornecer para V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sobre essa agenda, então: teve o retorno por *e-mail* acerca dessa agenda das 16h?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Agenda das 16h, nós enviamos um *e-mail*...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A resposta, respondendo à Senadora Eliziane, a resposta da reunião foi por *e-mail*, marcada por V. Sa.?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nós encaminhamos um *e-mail* e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – E nos dirigimos ao SVS.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sem resposta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual sua relação com...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sem resposta... Relator, é importante esse dado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – O senhor não recebeu a resposta do *e-mail* e já foi para a reunião das 16h? E já foi recebido?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Sim, nós nos dirigimos ao SVS.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sem resposta do *e-mail*?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sem conhecimento dessa resposta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor foi aventurando para ser recebido lá?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, nós enviamos um *e-mail* e nos dirigimos ao SVS.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ainda levando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas sem resposta do *e-mail*?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... levando pessoas, que foi o principal papel...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sem resposta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí, mesmo assim, vocês foram.

Reverendo, não dá para acreditar nessa história.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu não consigo entender isso não, com todo respeito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Me desculpa, mas não dá para acreditar.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No corpo do *e-mail*, nós pedimos a urgência para sermos recebidos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas eles não lhe responderam e, mesmo assim, os senhores foram.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Mas não respondeu e o senhor vai lá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Esse *e-mail* encaminhado pela nossa Diretoria foi um *e-mail* encaminhado para a SVS errado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Errado?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Errado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Errado? Como assim?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Porque lá não era o local das vacinas, não é? De sermos recebidos. Então, a própria... Quando nós chegamos na Diretoria, eles informaram que não era lá, era no MS esse assunto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí vocês foram para o Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Aí nós fomos...

Não, marcamos um com um *e-mail,* no dia 24, nós pedimos uma agenda no MS.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor respondeu aqui dizendo que o Helcio foi quem o levou ao Ministério da Saúde, no dia 12/03, inclusive compartilhando a sua própria agenda. Já respondeu aqui.

Qual a sua relação com o Coronel da reserva Helcio Bruno de Almeida?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – A minha...

Nenhuma relação. Nós estávamos falando, no dia 09, sobre projetos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não tinha relação? Foi falar com ele sobre projetos e, no dia 13, ele o levou ao Ministério da Saúde, como o senhor declarou aqui. É isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A relação que eu tinha com ele é institucional.

Apresentamos projetos, ele viu os nossos projetos e nós fomos falar com o Marcelo, conversamos com o Marcelo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é Marcelo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Marcelo é o assessor do... Um dos assessores lá do Dr. Helcio Bruno.

Nós fomos falar sobre...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marcelo é um dos assessores do Elcio Franco?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua ligação com o Instituto Força Brasil?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não tenho nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece? Nunca ouviu falar?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Somente naquela oportunidade do dia 09.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação com o Sr. Guilherme Torres Ribeiro? Ou com o seu pai, Jose Odilon Torres da Silveira Junior?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu falar?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, nunca ouvi falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum agente público pediu propina ou vantagem a V. Sa. tanto para que V. Sa. chegasse ao Ministério da Saúde ou diretamente sobre a venda de vacinas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que V. Sa. recebeu ou solicitou para facilitar a aproximação entre os negociadores paralelos de vacina e o Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nada.

Não tinha exatamente isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor não já referiu aqui a doação?

O senhor já referiu a doação.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Mas, doação não é ato ilegal, não está se referindo a vantagens, não é? Está se referindo à...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Perdão, a Senah já recebeu alguma doação do setor público?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nunca?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nunca.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Já intermediou aquisição de insumos com o Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, nunca.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor já pertenceu ao partido PSL?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Partido PSL...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Do Presidente da República?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Já foi...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Já.

Eu não sou filiado, eu já pertenci.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Já foi filiado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Já foi filiado?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – É, já fui filiado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais os Parlamentares com que V. Sa. possui relacionamento no Congresso Nacional?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, é só relacionamento republicano. Eu não tenho nenhum relacionamento com nenhum Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, relacionamento, republicano.

Com quais o senhor, V. Sa., possui relacionamento?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não tenho nenhum relacionamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor acabou de dizer que tem relacionamentos republicanos com alguns parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A ideia é de trazer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí eu pergunto na sequência e o senhor diz "eu não tenho nenhum relacionamento".

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, a ideia é de trazer projetos a esta Casa, eu já estive aqui nesta Casa na Comissão de Desenvolvimento Urbano falando sobre moradia, e eu creio que é esse relacionamento que eu tenho com esta Casa. Agora, diretamente com os gabinetes, nenhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Os presidentes de honra da Senah são políticos, são Deputados. O senhor não tem relação com eles?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, naquele momento foram convidados para serem presidentes de honra, mas não houve nenhum relacionamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eles são presidentes de honra da sua instituição.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não tem relacionamento?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu entendo que relacionamento é uma proximidade. Eu não tenho a proximidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Como não é relacionamento, Reverendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É contato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... eles integram, por serem presidentes de honra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É honraria concedida. Então eu não tenho relacionamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem, Presidente.

A gente chega aqui, se inscreve e fica esperando o Relator fazer as perguntas dele. E eu queria sugerir aos colegas Senadores que tivessem um pouco mais de compreensão com os demais colegas, porque todos estão inscritos e todos têm suas questões a fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, quando o Senador vai inquirindo junto com o Relator, isso quebra a lógica que está estabelecida no funcionamento das sessões. E eu queria pedir, de forma muito elegante e educada aos meus colegas, às minhas colegas, que respeitem o rito que está estabelecido. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir a compreensão dos companheiros para o Senador Renan concluir. Hoje também não tem sessão, então nós vamos ficar até um pouco mais tarde.

Senador Renan, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, refazendo a pergunta: com que parlamentares o senhor tem contato, conversa, seja por que meio for? Objetivamente é a pergunta.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nem por *e-mail* nem por telefone, eu não tenho contato com parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca os parlamentares o ajudaram ou têm ajudado para construir esse bom trânsito que o senhor tem junto ao Governo Federal?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Bom, eu sou de Brasília, sou da... Alguns relacionamentos que nós temos não são da Casa Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Quais Deputados assinaram a carta ou outros documentos em apoio à Senah para a negociação de vacina junto ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nenhum Deputado, somente o Deputado que colocou a carta à disposição em apoio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que é?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O doutor, o Deputado Roberto Lucena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, e este fez o quê, que o senhor falou?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Que colocou a carta de apoio à disposição do nosso projeto humanitário, que está na mesa de vossos senhores.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Na verdade, ele apoiou essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Negociação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ...tratativa da Senah com o ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apoiou.

Quais são as suas conexões dentro do Governo Federal?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – E, complementarmente: nunca teve nenhum outro parlamentar que foi presidente ou dirigente da Senah, da associação que o senhor dirige hoje?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não tivemos; não tivemos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem certeza disso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu precisava responder à pergunta do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos fazer a sequência, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – V. Exa. é o quarto a falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quais são suas conexões dentro do Governo Federal, seus contatos mais frequentes?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Presidente da República?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não o conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Permita, Sr. Presidente, por favor, eu vou ser rápido. Aqui: "A presença do Presidente Jair Bolsonaro era a promessa mais grandiosa para a inauguração da Embaixada Humanitária da Paz", que é do senhor. Tem fotos do senhor com um Senador aqui. O senhor está falando que o senhor não tem conhecimento nenhum?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Sim, mas isso aí é...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, fale, seja sincero, fale: eu conheço o Presidente, eu conheço o Senador, eu já tirei foto...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, mas foi um evento situacional. Naquele momento, tinham muitas pessoas tirando fotos, e eu tirei uma foto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só uma coisa, só uma coisa... Eu queria cautela nesse sentido, porque nós somos políticos e nós tiramos fotos com milhares de pessoas que pedem e, às vezes, a gente não sabe nem com quem está tirando uma foto. É lógico, eu já tirei foto com várias pessoas e eu não sei o que aquela pessoa faz ou não. A gente... Uma pessoa chega e fala: "Vamos tirar uma foto, Senador?" Eu tiro, já tirei quantas fotos com tantas pessoas. Uma foto não quer dizer que você tem uma relação de amizade, é isso que eu estou entendendo do Reverendo. É isso, Reverendo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até para contribuir para a gente não... Eu tenho muita cautela em relação a fotos, eu tenho muita cautela em relação a fotos. Não tem nenhum de nós aqui que já não tenha tirado fotos com pessoas que nunca viu na vida, e a gente não sabe se aquela pessoa tem processo, se está respondendo a alguma coisa... Tira e ninguém pega o CPF. "Não, me dá teu CPF aqui que eu quero saber quem é você".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas quem pediu a foto lembra, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, quem pede a foto lembra. Eu sei...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Me desculpe, Presidente, é diferente quando você tem uma cerimônia oficial com a sua entidade com o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E convida várias pessoas, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esse é um fato que não deve ser omitido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero... Eu só quero...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O que o Senador Contarato está colocando é que não deve ser omitido isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não deve ser omitido pelo Reverendo. Isso eu acho.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu respondo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele dizer que tirou uma foto não é crime, está correto? Então, se o senhor tem foto com Governador, Senador, Presidente, isso não é crime, Reverendo.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós inauguramos a embaixada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que o que está aí não fecha.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E sabe por que não fecha para nós aqui, Reverendo, com muita sinceridade? Não fecha a forma como o senhor chega ao Ministério da Saúde, porque, se eu agora receber dez Prefeitos do meu Estado e for lá no Ministério da Saúde, não vou ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

recebido porque eu tenho que marcar uma audiência, marcar um horário para ir. V. Exa. sai num uber, num táxi, chega ao ministério e é recebido? Isso aí não cola, isso aí não está no *script* de ministério nenhum. Só se a pessoa tiver livre acesso na hora em que quiser, coisa que o senhor está dizendo que não tem relação. Então, isso aí não está colando.

Agora, a questão da foto... Por isto eu estou tirando um pouco essa questão porque eu acho que o mais grave agora, neste momento, e uma resposta para mim, sinceramente – vou ser sincero com o senhor –, inacreditável, porque Governador não consegue esse tipo de acesso, Senadores não... Deputados Federais, muito menos. Deputado Federal, que alguns já foram aqui, fica pedindo uma audiência com o ministro por meses para conseguir. E aqui, com Senador, também não é diferente, não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vêm Prefeitos para cá, querem ir ao ministério, e a gente não consegue levar. Agora o senhor sai num uber, num táxi, chega ao ministério e é recebido no ministério? Me desculpe, Reverendo, mas não dá para acreditar nisso – não dá para acreditar nisso. É muito furada essa história.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente quer saber como é que o senhor teve acesso ao Ministério e por quem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, não é crime tirar foto. Crime é vir a esta CPI e dizer que não conhece ninguém, que sai em fotos em tudo quanto é rede social, tem acesso aos militares, às pessoas que representam o Ministério da Saúde e dizer que não conhece. Isso, sim, é crime.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Só respondendo à pergunta do nobre Senador que havia falado da presença do Presidente na inauguração da Embaixada. Foi feito um *e-mail* convidando, fazendo o convite às autoridades de Brasília, tanto o Governador de Brasília quanto o Presidente. Ele não esteve presente. Ele não esteve presente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. confirma que teve um café da manhã com o Presidente da República no dia 15 de março?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não confirmo. Não estive com o Presidente no dia 15 de março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque os seus parceiros nessa negociação, Dominguetti e Cristiano, falaram de pessoas que disseram, que testemunharam, respondendo tanto ao Senador Rogério Carvalho quanto à Senadora Leila. Eles disseram da sua influência, das suas relações com o Governo, e o porquê de V. Sa. facilitar o acesso deles na negociação com o Ministério da Saúde. Isso são coisas já testemunhadas por alguns. Como V. Sa. vem aqui somente para negá-las, apesar desses testemunhos colhidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito?

V. Sa. participou da campanha de Jair Bolsonaro, enquanto era filiado ao PSL?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Participou. O senhor conhece quem mais no ministério e no Palácio do Planalto?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece mais ninguém?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Do Palácio do Planalto, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem alguma relação com a Sra. Michelle Bolsonaro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não a conhece?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não a conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não a conhece.

Sr. Presidente, eu estou, por ora, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa, por 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu ia apenas sugerir... São 13h10. Em que momento nós teríamos o intervalo para a refeição? Para a gente poder voltar e dar sequência a todos os demais. Apenas para ter uma previsão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que nós ouviremos o Senador Humberto, aí pararíamos por 30 minutos e depois, logo em seguida a Senadora Eliziane e o Senador Randolfe. Pode ser?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Então, vamos ouvir o Senador Humberto.

Senador Humberto, por 15 minutos, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Amilton Gomes de Paula, seja bem-vindo aqui ao Senado Federal.

Conforme alguns dos meus companheiros já falaram aqui, tem algumas coisas que não batem de jeito nenhum, até porque V. Sa. tem esquecido coisas que... Talvez o receio de que isso represente algum tipo de comprometimento, mas já foi dito aqui. Foto, o senhor tem foto, inclusive com o Senador Flávio Bolsonaro. Isso não é crime. Eu não sei porque V. Sa. não diz. V. Sa. tem uma aproximação política com este Governo que aí está.

Mas eu queria perguntar a V. Exa. o seguinte: se V. Sa. não tinha nenhuma experiência com essa questão de vacina, nunca vendeu uma vacina na vida, por que é que V. Sa. foi convidado para ser esse intermediador? V. Sa. sabe por que o escolheram?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu creio que pelas demandas com que nós trabalhamos o ano passado, com algumas questões em combate ao covid, e recebemos essa aproximação. Quando...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Alguém do Ministério da Saúde ou do Governo em algum momento procurou V. Sa. e disse: "Amilton, existe uma coisa muito importante, uma questão humanitária que é garantir vacinas; você não quer procurar fulano de tal, o Secretário da SVS, para falar desse processo que existe aqui, dessa empresa que está oferecendo vacinas?". Não houve essa pessoa que procurasse o senhor e dissesse isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, nós estivemos em reunião, dia 16, com Dominguetti; no dia 17, outra reunião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas como é que o Dominguetti descobriu este dom no senhor de vender vacina, para o senhor ir até o Ministério da Saúde fazer isso?

O que nós estamos querendo saber aqui é se tem alguém de dentro do Governo ou do Ministério da Saúde que viu nisso uma possibilidade de algum tipo de ganho, seja ele humanitário, seja ele econômico, e que sugeriu que V. Sa. entrasse nessa história.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não existe?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Realmente é até uma coisa difícil de a gente acreditar: é como se tivesse caído do céu, não é?

Por acaso, essa insistência de tentarem vender uma vacina que não existia, V. Sa. acha que poderia ser uma tentativa de obter uma carta de intenção e com isso conseguirem alavancar recursos no mercado financeiro internacional? O senhor ouviu Dominguetti ou algum deles falar sobre isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sobre carta de intenção do Governo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, eles...

Por favor, o senhor poderia repetir?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Existe um mercado de cartas de intenção de aquisição de vacinas hoje: alguém consegue uma promessa de um governo estadual, de uma prefeitura, de um país e, com isso – obviamente que são instituições que são reconhecidas –, vai ao mercado financeiro e apresenta aquilo para alavancar dinheiro e comprar as vacinas ou fazer qualquer outra coisa. Alguém falou disso para o senhor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – De carta de intenção de compra, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O senhor tem aqui a obrigação de dizer a verdade: o senhor teve contato com o Presidente Bolsonaro, ou com alguém do Palácio do Planalto, visando a essa compra dessas vacinas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual seria o grande objetivo de uma reunião que foi organizada pelo senhor com o Presidente Bolsonaro nesse período? Ou não houve essa articulação?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não teve reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não teve a reunião ou não teve a articulação? Ou as duas coisas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não tive articulação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui foi dito e perguntado se o senhor conhece a Primeira-Dama, a Sra. Michelle Bolsonaro, e o senhor disse que não. No entanto, o que é que o Cabo Dominguetti quis dizer quando ele afirmou, numa conversa com o senhor, que "Michelle entrou no circuito"?

V. Sa. estaria apenas fazendo uma espécie de exploração de prestígio – isso é muito comum acontecer –, V. Sa. ou outra pessoa qualquer?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É verdade, era mostrar algo que não tinha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, V. Sa. reconhece que esse diálogo existiu com o Dominguetti, só que V. Sa. estava utilizando de algo que não havia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu só não me lembro do contexto, mas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mas o senhor pergunta... O senhor responde dizendo que a Primeira-Dama entrou no jogo e o senhor não lembra do contexto? Como é que ele fala? A Primeira-Dama...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Michelle entrou no circuito."

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Diz que a Primeira-Dama do Brasil entra no circuito. Qual circuito?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nobre Senador, eu não me lembro de ter dito ou escrito dentro desse contexto a Dominguetti. Não fui eu que escrevi isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Só quero pedir ao advogado... Ele pode interferir na hora em que quiser, só não pode ficar falando com o depoente quando ele tem que responder. Por favor, doutor, V. Exa. sabe que isso não é permitido.

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA (*Fora do microfone*.) – Sei. Sei. Sei. Não estou aqui para interferir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O senhor pode, na hora em que quiser interferir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Quando o senhor falou à CNN numa entrevista, o senhor disse: "Conversei com alguém importante da Casa Civil". Quem foi essa pessoa? Foi o Ministro? Foi o Secretário de Governo? O senhor falou isso na CNN.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu não me lembro de ter falado isso na CNN. Eu falei a respeito das vacinas que estavam disponíveis ao Governo e que eu acreditei no Cristiano e no Dominguetti. Isso aí eu me lembro de que falei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No dia 15 de março, em conversa com Dominguetti, o Dominguetti falando com uma pessoa chamada Amauri, ele disse: "O Reverendo, nesse momento, está com o 01". O que ele quis dizer com isso? O senhor esteve com o Presidente da República ou com outras pessoas que possam ser caracterizadas com essa numeração 01, 02, 03?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu já... Eu não estive com o Presidente da República.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, era o Dominguetti também fazendo exploração falsa de prestígio, não é? Não sabe a quem o Amauri estava se referindo.

Agora, no dia seguinte, 16 de março, o senhor mandou uma mensagem para Dominguetti dizendo: "Ontem falei com quem manda. Tudo certo. Estão fazendo uma corrida *compliance* da informação da grande quantidade de vacinas". A quem é que o senhor se referia quando disse "Era quem manda"?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, isso aí foi uma bravata.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sua?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Minha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bravata dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei, dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutor, por favor, eu ouvi o senhor dizer: "Diz que é uma bravata". Por favor, doutor, eu tenho respeitado aqui os advogados e, quando a gente toma uma decisão um pouco fora do tom, aí vem o mundo contra a gente. Mas eu estou ouvindo, ninguém está me contando. Eu estou pedindo por favor. Eu queria que V. Exa... O senhor pode ficar aí, mas V. Exa. está dizendo para o depoente o que ele tem que responder. Aí não dá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas...

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA – Sr. Presidente, eu não estou transmitindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está. O senhor falou bem assim: "Bravata. Bravata". Agora eu que estou mentindo aqui?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se tem alguém que está mentindo aqui, não sou eu, não. Se tem alguém que está mentindo aqui, não sou eu, doutor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente... Presidente, apenas... Eu sempre tenho defendido aqui as prerrogativas do advogado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também defendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e de forma reiterada, mas, na condição de depoente, de testemunha, realmente o advogado não pode orientar a testemunha, em qualquer hipótese.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está fazendo isso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu apenas indago: ele está aqui depondo na condição de testemunha ou de investigado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem um *habeas corpus.* Ele pode se calar na resposta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, a orientação que o advogado pode dar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi dada. Ele fez o juramento de falar a verdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é no sentido de dizer: "Olhe, tem o direito de não falar". Agora, de orientar o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é testemunha, sim, porque ele participou... E nós estamos chamando uma testemunha que participou ativamente, foi uma pessoa que levou o Dominguetti para dentro do ministério, o maior milagre do mundo, porque, sinceramente, se chegarem agora dez Prefeitos de Rondônia, V. Exa., que é da base do Governo, não consegue levar os dez agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Difícil. Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. sabe tão bem quanto eu. V. Exa. foi Deputado Federal e sabe da dificuldade que se tem para marcar uma audiência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade? E o Reverendo consegue!

Reverendo, se a gente quebrar o seu sigilo telefônico... Veja bem, nós iremos fazer. O telefônico foi quebrado hoje. Não vai aparecer nenhuma ligação sua ou de algum ministro dentro do Palácio do Planalto? Não vai aparecer, Reverendo? V. Exa. fez aqui o juramento de falar a verdade, tinha o direito de ficar calado. Não vai aparecer nenhuma ligação sua para a Casa Civil para pedir para marcar uma audiência sua para tratar sobre vacina? Não haverá essa ligação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não haverá nenhuma ligação, e eu também disponibilizo os meus *e-mails.*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. A gente vai ter como quebrá-los.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, devolve o meu tempo aí, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas acontece que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, o senhor está certo, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senão, eu vou deixar o advogado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só quero meu tempo de volta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele senta lá, e o advogado senta aqui e responde tudo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Só quero o meu tempo de volta.

Veja, eu tive a impressão aqui, Reverendo, com todo o respeito, quando V. Sa. chegou, começou a falar e fez a sua exposição, de que V. Sa. estava completamente inocente nisso aí, que foi usado e tal, mas a gente vai vendo que tem muita aqui que não se explica.

Sinceramente, eu sei que este Governo é bagunçado. Eu sei que este Governo é o antigoverno, é um desgoverno, mas alguém pegar um telefone ou um *e-mail* e, ao meio-dia, fazer uma ligação ou mandar um *e-mail* para a SVS no meio de uma pandemia – e é uma das principais secretarias – e ser recebido poucas horas depois... E ainda levou um time, ele não foi sozinho, não; ele levou uma turma para essa reunião. Tem alguma coisa que está faltando. O senhor está protegendo alguém. O senhor está protegendo alguém, que foi alguém que o apresentou ao Ministério da Saúde para o senhor fazer essa intermediação. Estou lhe dizendo isso com todo o respeito, não estou querendo aqui agredi-lo, mas é fato: V. Sa. está protegendo alguém que fez essa articulação, esse contato.

Mas eu queria, até para ilustrar o que realmente V. Sa. representa... A Senah tem nos seus documentos os brasões das Forças de Paz da ONU, da Ordem dos Cavaleiros de Malta, da Missão de Relações Internacionais da ONU, da Missão Diplomática de Relações Internacionais dos Estados Unidos. Tudo isso dá um verniz de confiabilidade para qualquer instituição. Eu queria saber se a Senah possui autorização formal para ostentar esses brasões.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – É, nós temos... A sociedade civil organizada são vários institutos, várias associações que fazem esse trabalho em nível, assim, internacional. Então, de presidente para presidente de instituição, nós cedemos nossos logos. Então, nas nossas plataformas, tem... A UPF...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas a ONU?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A ONU, nós estamos dentro do Ecosoc. O Ecosoc é essa plataforma, nós entramos na plataforma do Ecosoc, nos inscrevemos, enviamos toda a nossa documentação e ali deixamos essa plataforma funcionando para atender os projetos humanitários. Em 2019, nós pegamos o estatuto da ONG e nos inscrevemos para participar do Ecosoc. Agora, os brasões...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero fazer minha última pergunta.

Veja: o senhor falou que receberia não sabe quanto, mas receberia uma doação da Davati, do Sr. Cárdenas – do Sr. Cárdenas –, o senhor receberia uma doação caso tivesse tido sucesso nessa empreitada. O senhor tem duas companhias que são sediadas na Flórida, nos Estados Unidos. Uma delas se chama Águia Dourada; e a outra, Fundação Humanitária Anjo Dourado. Essas empresas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eram elas que iriam receber essas doações? Qual é o propósito dessas companhias? O que elas comercializam? Qual a razão de o senhor ter uma empresa e uma ONG no exterior?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, eu tenho, de fato, essa Angel, que é uma fundação nos Estados Unidos onde nós fazemos também projetos humanitários. Lá, nós fizemos, no ano passado... Nós entregamos quase uma tonelada... Então, nós precisávamos de um registro junto ao bombeiro para fazer esse trabalho humanitário lá. Então, nós abrimos essa fundação e a minha empresa nos Estados Unidos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas seria essa fundação que iria receber a doação?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – De forma alguma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem seria a empresa ou a fundação que receberia a doação?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A doação, é a Senah.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Senah propriamente dita?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor compartilharia essa doação com mais alguém, algum representante do Ministério da Saúde, alguma pessoa?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – De forma alguma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes de V. Exa. encerrar, em função do que foi perguntado, eu acho que é importante nós enfatizarmos: em duas oportunidades, o depoente afirmou que... Como foi que o senhor respondeu? Fez bravatas?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Que era uma bravata.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em duas oportunidades...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Em uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o senhor teria feito bravatas e citou um dos diálogos em que havia feito bravatas. Essas bravatas objetivavam o quê? Por que o senhor fez bravata numa conversa com o Dominguetti, com o Cristiano?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Porque eu não tinha essa convicção do que estava escrito ali, no texto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pastor, Pastor, Reverendo... Desculpe, Senador Humberto – me desculpe. Eu tenho a convivência com muitos pastores. E, sempre, em todos os cargos que ocupei, a minha relação com todos os pastores do meu Estado sempre foi uma relação muito próxima, muito aberta. O senhor é a única pessoa que tem uma missão aqui, de todos nós, de levar a palavra de Deus. Como é que o senhor diz que é bravateiro?

Quer dizer, a partir de hoje, Reverendo, se V. Exa. não mudar o seu depoimento, isso vai afetar sua credibilidade junto ao seu rebanho. Quem vai vê-lo agora vai dizer: "Não sei se ele está sendo bravateiro ou não". O senhor está admitindo, como pastor, como uma pessoa que prega e que salva almas com a sua pregação... E eu acho bonito esse tipo de trabalho que os pastores fazem, a gente apoia e aplaude, mas V. Exa. está jogando toda a sua história, todo o seu trabalho com duas respostas, com duas respostas que tiram a sua credibilidade pra falar qualquer coisa a partir de hoje ou pra conversar com uma instituição... O senhor coloca o símbolo da ONU. Isso é bravata também? A ONU permitiu que o senhor colocasse esse símbolo? Porque é fácil a gente descobrir isso rapidinho. Veja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

bem, Pastor, em tudo que o senhor fala a partir de agora, as pessoas vão olhar para o senhor e vão dizer: "Será que ele está com bravata ou está falando a verdade?".

Repense o seu depoimento, Pastor. O senhor é um pastor, o senhor é uma pessoa que leva a palavra de Deus, as pessoas creem na sua palavra. O senhor não pode chegar aqui na CPI, como pastor, como... O Governo vai passar, essas pessoas passam; a sua missão, não, mas ela pode se acabar hoje, o senhor pode perder a credibilidade. Tem milhões de pessoas vendo-o neste momento, Pastor!

Não estou querendo faltar com respeito com V. Exa., muito menos desmentir V. Sa., mas faça um bem para o senhor, faça um bem para quem o segue, para quem acredita na sua palavra. A palavra de Deus não pode ser colocada por qualquer pessoa, muito menos por um bravateiro.

Então, V. Exa... Nós vamos agora suspender...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Terminei ainda não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, já terminou. Foi a última pergunta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não terminei, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor ficou de dar meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na volta, Reverendo, não jogue a sua história de ajuda humanitária...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não jogue a sua história como pastor, não jogue a sua história... O senhor está aqui, com certeza – quem está nos assistindo neste momento –, o senhor está protegendo alguém.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém merece ser protegido numa brincadeira dessa em que perdemos 555 mil vidas. E tenho certeza, Pastor Amilton, de que dentro da sua igreja, do seu rebanho, muitas pessoas se foram também...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... por falta de vacina...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... por causa desse tipo de brincadeira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero só o meu tempo aqui, cinco minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me terminar de falar, e aí eu vou lhe dar o tempo necessário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria que o senhor repensasse, quando voltássemos agora... Converse com seu advogado. O senhor tem uma vida ainda pela frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E aqui eu já vi muita gente sentar aqui ao lado tentando proteger as pessoas. O senhor não sabe o que vai ser lá na frente. Não pense que o senhor vai virar vítima. Não é! A vítima são os que morreram, a vítima são os sequelados, as vítimas estão aí, Brasil afora. O senhor não é vítima aqui! O senhor participou de um grande enredo, que nem cinema dava para fazer, de compra de 400 milhões de vacina. E o senhor vai me dizer que foi de Uber e de táxi e entrou lá no ministério? Por favor, Pastor! Sua missão é muito maior do que proteger pessoas que brincaram com a vida dos outros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, vou terminar aqui.

Primeiro, eu vou apresentar um requerimento para que a CPI se certifique de que, de fato, todas essas instituições têm esse reconhecimento. Eu tenho certeza de que V. Sa. será capaz de realmente provar, mas é algo que eu acho que nós temos obrigação de dizer ao País.

Segundo, o seguinte: sinceramente, a impressão que eu tinha, quando V. Sa. sentou, por todas as coisas que eu ouvi, é a de que V. Sa. teria sido realmente enganado, foi utilizado, é um inocente, mas sinceramente, depois deste depoimento que V. Sa. está dando, eu creio, como disse o Presidente, que V. Sa. está querendo proteger alguém, talvez até por alguma razão nobre, mas isso não é justo com as pessoas que morreram, não é justo com esta CPI, que quer fazer um trabalho sério.

E, por último, eu vou ter que ser repetitivo, mas é para dizer: como é que pode um Governo como este em que um cara pega o telefone, toca aí, e é atendido pela SVS? Daqui a pouco...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É.

Daqui a pouco, é recebido pelo Secretário-Executivo; daqui a pouco, é recebido pelo Ministro. Meu Deus do céu, realmente o Brasil está muito mal. Como diz aquele rapaz do Big Brother, "tá lascado"! Com um Governo deste, "tá lascado"!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ele é de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. É o Gil do Vigor.

Está suspensa a reunião por 30 minutos.

(*Suspensa às 13 horas e 33 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 17 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão. (*Pausa.*)

Vou passar a palavra à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadores, Reverendo Amilton, a minha primeira pergunta para o Sr. Reverendo é: o senhor tem conhecimento de que o seu telefone no celular do Dominguetti era registrado como Reverendo Anderson?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nobre Senadora, eu não tenho conhecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor teve várias conversas com o Dominguetti, não é isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor conversava com ele...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – ... conversava.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... com muita frequência no celular, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Numa das perguntas que eu fiz aqui ao senhor quando o senhor era interpelado pelo Relator, eu lhe perguntei se não havia nenhum contrato da Senah, por exemplo, com a Davati. O senhor afirma que não havia contrato. Não foi feita nenhuma formalização entre vocês e a Davati?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não foi feita nenhuma formalização.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se não foi feita nenhuma formalização, por que, em uma dessas conversas que o Dominguetti tem com o senhor, ele coloca o seguinte: "Boa tarde, amigo. Mariston acabou de me ligar sobre esse assunto. Estamos encaminhando para o nosso jurídico para delinear sobre essa demanda. Agradecido".

Essa sua resposta é, exatamente, respondendo, por exemplo, a um questionamento feito pelo Dominguetti, quando afirma que não haveria mais... Ele coloca o seguinte: "Estou retirando o meu nome de tudo. E mais: a Senah não fará mais parte de nenhuma negociação que tenha o nome do Cristiano envolvido. Esse moleque não sabe quem eu sou".

Essa é uma mensagem que foi enviada – e, aí, na "decifragem" da mensagem, Reverendo Anderson – por volta de 21h46. Seria o senhor, portanto, enviando essa mensagem ao Dominguetti. O senhor se recorda dessa mensagem, que está de posse, inclusive, dessas informações a CPI?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senadora, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

Depois que o senhor envia essa mensagem, o senhor faz esta afirmação "Esse moleque não sabe quem sou eu", se referindo, por exemplo, ao Cristiano. E, na sequência, o senhor responde mais uma vez que iria, na verdade, fazer o distrato. Por que distrato, se não havia contrato?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, eu acho que... Eu preciso contextualizar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Houve uma conversa, de tantas conversas com Cristiano e Dominguetti, uma última conversa lá nos Estados Unidos para saber, de fato, se tinha vacina. Então, nós abrimos uma conversação com o Coronel Guerra, e o Coronel Guerra informou essa minha conversa com o Cristiano... E o próprio Cristiano disse assim a Dominguetti: "Vamos desfazer o que foi feito com a Senah..." Ele emitiu para nós uma autorização, uma carta de representação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Quem que emitiu?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O Cristiano, Cristiano Carvalho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – E logo o Dominguetti mandou uma mensagem para mim dizendo que a Senah já não fazia mais parte por isso, por isso e por isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi essa mensagem que eu acabei de ler.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Exatamente.

E, aí, eu falei: "Então, tá. Então, a partir de agora, nós não somos..." Foi neste sentido que eu quis dizer: nós não iremos levar mais nenhuma demanda da Davati através de Cristiano e Dominguetti. Foi nesse sentido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor acionou nesse momento a assessoria jurídica sua. Você fala: "Vou encaminhar para o nosso jurídico".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, para que o Cristiano enviasse esse documento que dissesse que nós não estamos mais junto com eles.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Em uma outra mensagem... E, agora há pouco, inclusive, o Presidente da CPI lembrou muito bem quando o senhor citou, por exemplo, o caso de bravatas, se referindo a uma dessas mensagens que o senhor teria respondido, ou seja, algo que não se pode, na verdade, levar a sério. Mas aqui nós temos uma das conversas que o Dominguetti tem com o Rafael. Ele conversou com um contato identificado no seu celular como "Rafael compra Deskpack". Dominguetti encaminhou para o interlocutor quatro mensagens, que diziam ao todo o seguinte: "Manda o SGS urgente. O Bolsonaro está pedindo agora". Aí, o Dominguetti responde: "Vamos alinhar com o Reverendo. O Reverendo está em uma situação difícil neste momento. Ofereceu a vacina no ministério. O Presidente chamou ele lá. O Presidente está apertando o Reverendo. Ele está ganhando tempo. Tem um pessoal da Presidência lá para buscar o Reverendo".

Dá para o senhor explicar para mim melhor isso aqui? Que Presidente era esse? O senhor teve com o Presidente mesmo – Bolsonaro? Ou não era o Presidente Bolsonaro? O senhor pode explicar melhor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Excelência, essa era uma conversa entre duas pessoas que colocaram o meu nome nessa conversa, e eu desconheço qualquer assunto. Eu não estive com o Presidente Bolsonaro e essa conversa aí eu desconheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor não chegou a conversar com ele sobre a possibilidade, por exemplo, de estar recebendo pressão de alguém em relação à resposta para dar ao Cristiano?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, eu estava recebendo pressão exatamente de Cristiano e Dominguetti para levar essa demanda adiante, conversar com o Presidente, conversar com o ministério, conversar com quem for, mas que teria que dar prosseguimento ao pedido dos dois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ainda em mensagens junto ao Dominguetti, o senhor manda uma outra mensagem. O Reverendo manda já à zero hora do dia 4 de março: "Na verdade, quem foi na frente com a Davati fez tudo errado. Precisa tirar os bois". Que bois são esses? Essa mensagem foi sua para o Dominguetti.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não me lembro dessa mensagem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – "Na verdade, quem foi na frente com a Davati fez tudo errado. Precisa tirar os bois." Que bois eram esses?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eram os entraves, porque eu era uma das pessoas que solicitavam a documentação da Davati, e essa documentação não chegava. Então, eu, por ter colocado o meu nome nessa operação, fiquei assim um pouco preocupado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor solicitava essa documentação para enviar para onde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu solicitava ao Herman essa documentação como promessa que eles haviam feito. E nós iríamos encaminhar essa documentação, toda a documentação, SS é uma documentação oficial do lote de vacina. Então, ia encaminhar para o ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministério da Saúde.

O Dominguetti falou que havia dentro do Ministério da Saúde dois grupos, um grupo do Elcio Franco e um grupo do Roberto Dias. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por que que essa reunião sua, o senhor diz o seguinte: teve a primeira reunião no dia 22, que foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

do *e-mail* que o senhor enviou, não teve resposta, mesmo assim foi para lá, foi recebido lá na vigilância sanitária. E, depois, o senhor segue no dia 25 para o Ministério da Saúde. Nessa reunião de três dias depois, o senhor se reuniu com quem no Ministério da Saúde.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, nós, de fato, nós temos o nosso *e-mail.* Eu tenho um *e-mail* aqui do dia 24, que foi encaminhado para... Em resposta que nós recebemos para o dia... Nós recebemos resposta para o dia 2.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para o dia 2... O senhor não reuniu três dias depois no Ministério da Saúde? O senhor disse aqui no começo da sua fala que tinha reunido três dias depois. O senhor falou: "Não, eu fui para o local, o local era errado; depois, eu fui recebido três dias depois no Ministério da Saúde".

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu fui à SVS no dia 22.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – E aí houve essa conversação. Nós saímos de lá e emitimos um *e-mail.* Está aqui, posso passar para V. Exa. Dia 24 nós enviamos um *e-mail* e recebemos resposta para o dia 2. Eu não me lembro de estar no dia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor falou aqui que o senhor foi. E realmente ouvi do Ministério da Saúde, não constava na agenda. Daí na verdade esse meu questionamento.

Reverendo Amilton, o senhor faz sempre aqui a colocação de que o senhor não era uma pessoa bem relacionada com a classe política, não é? E, quando o senhor coloca isso aqui, Reverendo, todo mundo que está aqui sabe perfeitamente, não só pela sua fala, mas sabe perfeitamente pelos registros e pela caminhada da Senah que a sua instituição e o senhor eram muito bem relacionados. Por exemplo, quando o senhor chega ao ministério e o senhor faz uma... Segundo o senhor, o senhor enviou um *e-mail,* depois o senhor lá foi recebido de forma imediata. Ninguém indicou o senhor para ir para lá, para o Ministério da Saúde? O senhor disse aqui que não havia, na verdade, nenhuma indicação, que nenhuma representação política, por exemplo, teria feito a mediação para o senhor chegar até o Ministério da Saúde. O senhor confirma isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Olha, eu... É porque eu gosto de dividir, não é? Então, aqui tem a Esplanada, o Ministério da Saúde, SVS e PO lá em cima, onde fica... Eu creio que, quando nós enviamos o *e-mail* para o dia 22, foi para um local totalmente errado. Era para ter feito esse *e-mail* direto lá para o...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas, mesmo assim, o senhor foi recebido por todo mundo, não é?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós fomos recebidos. Na oportunidade, era o...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Meu tempo... Realmente, não dá mais para eu perguntar para o senhor, porque meu tempo, realmente, é muito pouco.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Era o Dr. Arnaldo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas essa carta do Deputado Roberto de Lucena, Deputado Federal de São Paulo, do Podemos... Ele não fez essa recomendação ao senhor para chegar ao Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – V. Exa... Não, não fez. Ele fez para projetos, para trabalhos humanitários.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se o senhor não tem representação, se o senhor não tem relação política, Reverendo, por que é que os presidentes da sua instituição são três Deputados, o Deputado Julio Cesar Ribeiro, o Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Castello Branco e o Deputado Marcos Martins Machado? Aí não é questão de relacionamento. Eles integram a sua instituição.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eles nunca foram à instituição. Foi um pedido meu para eles se integrarem como Presidentes de Honra, mas eles, assim, não... Nem na inauguração eles estiveram! Foi um grupo de Deputados, mas distritais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas, mesmo assim, eles continuaram como Presidentes de Honra.

Eu quero finalizar, dizendo aqui ao senhor o seguinte: eu fico, pessoalmente, muito triste, na verdade, quando eu ouço aqui algumas pessoas fazendo algumas colocações, sobretudo pela sua posição. E lhe digo isso, Reverendo, porque meu pai é pastor. Meu pai tem mais de 40 anos como pastor. Quando eu nasci, inclusive, ele já era pastor. E eu sei o que é um pastor, eu sei o que é um ministro, eu sei a luta e o que eles representam para uma sociedade. Só para o senhor ter uma ideia, o meu pai, no início do ministério dele, andava 10km para realizar um culto, nas condições mais insalubres que se podem imaginar. Então, esse é o pastor que eu conheço, o pastor que eu aprendi, na verdade, a respeitar, não é?

A gente está vivendo hoje um tempo na história do Brasil que me traz uma grande preocupação, porque está muito clara uma relação que o Presidente tentou adotar com a Igreja, de Governo e Igreja, e é uma relação que não dá certo! A história diz isso. Lá atrás, no nascimento da Igreja Primitiva, nós tivemos ali o crescimento, a expansão da Igreja, e Constantino tornou o cristianismo a religião oficial do Estado. E o que se sucedeu a partir disso? Houve, na verdade, corrupção. Ela foi corrompida. E o que nós tivemos, mais tarde, na Idade Média, foi a Santa Inquisição, em nome de Deus, matando mais de 100 mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Só depois, nós tivemos a ruptura, com a reforma lá mais na frente. Ou seja, relação de Governo e de Igreja não funciona. A relação que é uma relação saudável, até pelo Estado laico que nós temos, é das instituições; são as políticas de Estado. A Igreja pode ajudar muito no combate à violência, a Igreja pode ajudar muito nas mais variadas políticas públicas, porque ela tem também uma função importante, mas essa relação que foi adotada, Reverendo, é uma relação muito promíscua. Ela é muito ruim.

E, ao mesmo tempo, o senhor acaba colocando uma imagem muito ruim para o restante dos pastores no Brasil. Nós temos hoje centenas de pastores no Brasil que, com todo respeito ao senhor, não têm essa postura, Reverendo; não têm a postura que o senhor tem. A gente percebe claramente que o senhor omite ou o senhor mente em algumas situações.

E o que nós estamos vendo ultimamente é que, em nome de Deus, se propaga, por exemplo, o armamento; em nome de Deus, se propaga, por exemplo, a perpetuação da doença; em nome de Deus, ao invés de se buscar, por exemplo, a vacina, se obstrui a busca de vacinas. Não basta pegar uma Bíblia ou ir a uma Igreja, como o Presidente da República faz. Ser a imagem e semelhança de Cristo não é isso.

E eu quero finalizar deixando aqui para o senhor – e me sinto até na obrigação de falar isto em nome dos milhares de pastores de todo o Brasil – que 2 Coríntios 6:3 diz o seguinte: "Não damos motivo de escândalo a ninguém, em circunstância alguma, para que o nosso ministério não caia em descrédito". O seu ministério, Reverendo, caiu em descrédito; mas eu preciso fazer esse registro em respeito a 30% da população, evangélica, deste País e a milhares de pastores e reverendos que, assim como meu pai, levam muito a sério a missão que receberam. O senhor tem uma responsabilidade dupla, como cidadão e como pastor, de ser de fato uma diferença na sociedade brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado a V. Exa., que, de uma forma clara, sendo evangélica, de família evangélica, pode dar o exemplo de milhares e milhares de pastores que, diuturnamente, têm contribuído muito no Brasil afora, principalmente no meu Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu sei que é uma comunidade perdida na Amazônia e lá sempre tem um pastor, principalmente da Assembleia de Deus do meu Estado, que é dirigida pelo Pastor Jonatas Câmara. E eu sei muito bem o trabalho diuturno que essas pessoas fazem no meu Estado com carinho – não só ele, como outras igrejas também. E sei o quanto eles tiram jovens da droga, sei o quanto eles se esforçam e com dificuldade, nesse momento; e, mesmo assim, eles continuam com o trabalho. Por isso, não dá para generalizar, não dá para dizer que são todos, não. Tem milhares e milhares de pastores com uma índole boa e que com certeza não se envolveriam numa coisa tão séria como essa compra de vacina.

Por isso, Pastor Amilton, volto a dizer para V. Exa.: a história castiga. A história castiga e um erro cometido pode jogar fora a sua história toda de pregação. Por isso, peço a V. Exa. que colabore. É muito estranho as portas se abrirem no ministério sem ninguém lhe dizer... A primeira coisa que uma pessoa pergunta é para onde você vai, com quem vai falar, e eles telefonam para poder deixar subir. Não creio, sinceramente, que o senhor foi lá acompanhado de outras pessoas sem ninguém ter dado um telefonema para dizer: "Olha, o pastor, o reverendo... ". E até acredito que o senhor foi lá com uma boa vontade de ajudar a comprar vacinas, mas o senhor traz uma história para nós aqui, uma história muito difícil de alguém acreditar. Por isso que eu peço a V. Exa., contribua. Não é possível!

O senhor ter usado o nome da Primeira-Dama para mostrar prestígio, o senhor ter falado outras coisas que o senhor disse que era bravata, o ser humano é infalível, não é porque o senhor é pastor que o senhor não erra também, não comete erros, mas daí a gente estar tratando um assunto tão sério, compra de vacinas que poderiam salvar vidas, e o senhor não contribuir, isso é muito ruim para a sua imagem e pelo trabalho que o senhor deve ter há muitos anos como pastor, o senhor não começou a ser pastor o ano passado. O senhor deve estar há muitos anos na igreja e Presidente numa secretaria nacional, veja bem, secretaria nacional!

Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado. Sr. Presidente.

Sr. Amilton, o senhor disse, aqui na preliminar, quando se apresentou, que o senhor recebeu o título de Embaixador da Federação para a Paz Mundial, perfeito?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que o senhor definiu com a sigla UFP, não é isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Em inglês, Universal Peace Federation.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Essa federação é a federação fundada pelo Reverendo Moon?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Só para confirmar essa informação.

Então, seu título de embaixador foi concedido pela mesma federação criada, fundada, pelo Reverendo Moon?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Que o senhor tem conhecimento que, entre outras coisas, ele respondeu a crimes de evasão de divisas nos Estados Unidos, chegando a ficar preso durante dez meses.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não tenho essa informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não tem informação?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não sei, desconheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor conhece a polêmica, a trajetória polêmica do Reverendo Moon? As informações, a atuação do Reverendo Moon e, entre outras coisas, essa detenção dele nos Estados Unidos por crime de evasão de divisas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não tenho esse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é só para esclarecer.

Então, o seu título de embaixador é um título dado pela mesma federação criada pelo Reverendo Moon, perfeito?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, era essa só a informação preliminar.

O senhor diz em alguns documentos que a sua associação, que a sua secretaria – sua associação não é? – é credenciada. Tem um documento aqui em que o senhor diz: Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários, uma organização sem fins lucrativos e de apoio humanitário com atuação em mais de 190 países, reconhecida pela Organização das Nações Unidas e pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

A sua associação é reconhecida por essas instituições?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A Senah está dentro de uma plataforma da Ecosoc, da ONU, e pelo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas o senhor está dizendo aqui que ela é reconhecida pela CNBB.

Ela é reconhecida pela CNBB?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas como é que o senhor assina uma carta dizendo que ela é reconhecida pela CNBB?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Aí acho que tem um...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu vou ler de novo para o senhor.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários, uma organização sem fins lucrativos e de apoio humanitário com atuação em mais de 190 países, reconhecida pela Organização das Nações Unidas e pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor. Ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Assina aqui Amilton Gomes de Paula, com sua assinatura.

Não é o senhor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Exatamente, fui eu que assinei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, ela é reconhecida pela CNBB?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor. Ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, esse documento aqui...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu posso fazer uma contextualização?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse documento, Senador Randolfe, e esse Reverendo Moon, que deu esse título, isso é Fanta Laranja. É uma Fanta Laranja que só não tem laranja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Tubaína.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Reverendo Amilton, eu não vou insistir não, o senhor já respondeu, o senhor respondeu que não é credenciado pela CNBB, embora tenha um documento aqui assinado pelo senhor dizendo que a sua instituição é credenciada pelo CNBB. Só lhe informar também que na plataforma da Organização das Nações Unidas não encontramos o credenciamento de sua entidade, se o senhor puder declinar depois?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu tenho, eu posso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

E, mais ainda: o senhor também diz em outros documentos que o senhor é credenciado também pelo Conselho Nacional de Justiça, que tem cooperação e parceria com o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, mas aí foi retirado, excelência. Nós tiramos porque eu tinha a parceria com o Instituto Liberty...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, veja, vamos lá, vou direto. O senhor tinha informado que teria parceria com o Conselho Nacional de Justiça. O senhor tem, a sua instituição tem parceria com o Conselho Nacional de Justiça?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, eu tenho parceria com o Instituto Liberty, que tem parceria com o CNJ.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas em documento o senhor dizia também que tinha parceria com o Conselho Nacional de Justiça. O Conselho Nacional de Justiça, por ofício, já comunicou que não tem nenhuma parceria com a Senah.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele já comunicou e nós retiramos. Aí enviamos um *e-mail* para o Instituto Liberty e ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Era só para saber dessa preliminar.

O senhor é inscrito na Dívida Ativa da União com um débito de R$29,5 mil. O senhor confirma essa informação?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu confirmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor poderia me informar como é que uma entidade, dirigida pelo senhor, e que é inscrita Dívida Ativa da União com um débito de R$29,5 mil participou de uma negociação bilionária para aquisição de vacinas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Esse é um débito antigo. Eu creio, eminente Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, pode ser antigo ou pode ser atual. Ninguém no Ministério da Saúde chegou com o senhor e disse: "Vamos checar se seus dados, suas referências, o senhor está inscrito na Dívida Ativa da União. Então, por conta disso, não podemos prosseguir em nenhum tipo de negociação". Eu só quero lhe perguntar se alguém no Ministério da Saúde lhe informou o seguinte: "Olha, não tem como prosseguir qualquer diálogo com o senhor, porque o senhor tem um débito e está inscrito na Dívida Ativa da União". Alguém do Ministério da Saúde chegou a reportar isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não houve...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Randolfe, até para contribuir com V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Ordem de Malta, do Espírito Santo, e também a Associação do Rio Minas acabam de enviar aqui exatamente uma documentação dizendo que não têm nada a ver com a instituição Senah, que, aliás, é também um dos registros que consta na documentação que o senhor apresenta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe-me lhe perguntar mais uma coisa, Sr. Amilton: a Senah concedeu o diploma de Embaixador da Paz a Carlos Alberto Rodrigues Tabanez?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor. Na solenidade, na oportunidade nós distribuímos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entre outras coisas, a Senah compreendeu que ele cumpre, digamos, trabalhos humanitários?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele faz trabalho, ele tem um instituto que faz trabalho social.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é instrutor de tiro, sócio e Vice-Presidente do clube de tiro, e defende ampliar o acesso de armas aos brasileiros. O senhor considera isso um trabalho humanitário?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Prosseguindo ainda, prosseguindo ainda, na inauguração da sua embaixada, na inauguração da sua embaixada, o senhor não lembra quais os embaixadores estiveram presentes?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O Embaixador de Israel...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, o senhor lembra?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, que bom. Foi um Embaixador de Israel, quem mais?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Da África. Eu tenho que ver a relação, eu posso passar para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Embaixador da Índia esteve presente?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não me lembro, foram várias autoridades.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como... Então, por que, em diálogo com o Sr. Cristiano, o senhor faz referência e encaminha um contrato do Instituto Serum, da Índia, uma carta de intenção de compra, uma carta de autorização, e manda, encaminha ainda o endereço do laboratório do Instituto Serum, da Índia?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não me lembro, eminente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Os diálogos estão aqui. Se o senhor quiser reportar depois.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor faz esse... Isso são diálogos que o senhor encaminha em relação ao Instituto Serum, da Índia.

O senhor... Qual era o preço da vacina que o senhor estava intermediando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A primeira oferta era... Se eu puder contextualizar desde o início...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A Latin Air era US$3,97; depois, veio a Davati, US$3,50, que, depois, passou para US$17,50, e, depois, abaixou para US$11.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De US$17,50... Em algum momento, surgiu a proposta de US$10?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, não é o que falam aqui esses documentos. Tenho aqui um documento da Davati do dia 15 de março – *date 03/15/2021* – e, nesse documento da Davati, fala-se que o contrato era de US$10. Aí, depois – depois –, tem uma carta sua endereçada ao Sr. Elcio Franco.

Veja, essa carta da Davati é encaminhada exatamente ao Sr. Elcio Franco no dia 15 de março, no dia 5 de março. Após, dia 14 de março, tem uma carta sua também ao Sr. Elcio Franco, dizendo que a proposta, na verdade, da Davati não era de US$10, era de US$11.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu também não me lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está aqui... Aqui está a carta da Davati, que é do dia 5, do dia 15 de março. Essa carta da Davati fala na proposta em US$10, e aqui a sua carta, também encaminhada quase paralelamente, que fala em US$11. De uma carta para a outra, tem um acréscimo de US$1.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nos chama atenção porque o que o Dominguetti denunciou a esta CPI é exatamente a diferença de US$1, que seria destinado à propina.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, eminente Senador, eu tenho a oferta oficial de US$11, assinada por Herman Cárdenas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas aqui está a oferta do Herman Cárdenas de US$10; depois, tem uma sua de US$11. Como é que o senhor entra aqui no meio da história fazendo uma outra proposta de US$11?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu estou pedindo para atualizar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com um acréscimo de US$1?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu estou pedindo para... Nessa carta que eu enviei – eu lembro –, eu estou pedindo para atualizar a oferta, e ele a atualizou para US$11.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

Nessa carta para o Sr. Elcio Franco, o senhor diz o seguinte:

> Ao cumprimentar o senhor, informo que, em caráter humanitário [sempre faço aspas "em caráter humanitário"], considerando o presente cenário de urgência mundial, disponibilizamos vacinas [o senhor fala aqui "disponibilizamos", ou seja, a sua entidade disponibiliza vacinas; é como está aqui no português bem lido] dos laboratórios AstraZeneca/Oxford [e o senhor fala que ainda tem as vacinas da Janssen (Johnson & Johnson)] [...], ao valor de US$11...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

> ...em caráter emergencial com entrega em até 25 dias.
> A Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários, uma organização sem fins lucrativos e de apoio humanitário com atuação em mais de 190 países [o senhor diz aqui que é reconhecida pela ONU e pela CNBB, e o senhor acabou de dizer também que não é reconhecida pela CNBB] [...] e outras instituições igualmente importantes, em ação conjunta com uma empresa norte-americana, vêm oferecer os produtos, preços e prazos supracitados, reiterando o caráter...

Me desculpe, Sr. Amilton, mas aqui o senhor está se apresentando como vendedor. O senhor está oferecendo a US$11 a vacina, que tinha tido uma proposta antes de US$10 – um acréscimo de US$1, que foi o que o Dominguetti falou, que seria US$1 de propina.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós enviamos a oferta oficial de US$11 para o MS.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso eu sei.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A oferta oficial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso está no documento que eu estou lhe falando. Isso nós já sabemos.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, mas aí quem coloca o preço é o Dr. Herman, não sou eu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas está aqui o documento do Herman...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, o documento pedindo a atualização de uma oferta oficial, de US$11.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o documento aqui dele está falando em US$10.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, mas essa carta não se refere... Esse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas esta carta aqui é sua. Esta carta aqui é da Davati.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, mas aí eu tenho que colocar a oferta oficial da Janssen....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, mas o senhor não está falando aqui em nenhum momento "retificando". O senhor não está retificando, o senhor está fazendo uma nova proposta de US$11.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, eu tenho essa oferta oficial de US$11. Eu desconheço esse documento de US$10, que não acompanha a oferta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, só para entender: tem uma proposta de US$10 da Davati. O senhor encaminha, inclusive sem dizer que tem nenhum realinhamento de preço, uma proposta de US$11, certo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não encaminhei esse documento de US$10.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, isso eu sei! O senhor encaminhou um documento de US$11, mas tem um documento de US$10.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – E eu tenho a oferta de US$11, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, eu quero só entender essa diferença de US$1, porque é a mesma coisa que o Dominguetti falou aqui, US$1 de propina.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Mas não tem ligação o documento de US$10 com o de US$11. O de US$11 está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor era o fornecedor da vacina?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, como não tem, se o – em tese – fornecedor, que não fornecia, apresenta de US$10, e o senhor, como interlocutor... O senhor tinha dito aqui, logo no começo, que o senhor somente agendou. Aqui tem um documento seu, encaminhando uma proposta, uma oferta de venda de vacina a US$11.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu estou fazendo uma menção à Davati, que ela tem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não! Eu gostaria que o senhor estivesse, mas o senhor não está dizendo aqui. O senhor não está retificando a Davati. O senhor está apresentando US$11. O senhor está se apresentando aqui como vendedor, como vendedor que tem como interlocução uma parceria com uma empresa americana, que suponho que seja a Davati.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, mas esse documento, nobre Excelência, está anexo a uma proposta de US$11. Esse documento que está na sua mão, e não se refere ao documento de US$10.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, isso eu entendi. Mas enfim, temos dois documentos: um com US$10, e outro com US$11. E isso aqui – não me parece ser mera coincidência – coincide com a denúncia do Sr. Dominguetti de que teria tido a cobrança, na reunião com o Sr. Roberto Ferreira Dias, de US$1 por propina.

Mas prossigamos: no dia 2 de março, quando o senhor se reuniu com o Coronel Elcio Franco. O senhor relatou aqui que, depois desse dia, o Coronel Elcio não encontrou os documentos, e encerraram as tratativas, certo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não encerraram?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não encerramos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tiveram continuidade?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No próprio Fantástico o Herman avisa sobre essa da AstraZeneca e da Johnson & Johnson. Ele está colocando à disposição...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, só destaque para nós o seguinte: o que foi tratado... Nessa reunião, o Coronel Elcio Franco recebeu os senhores?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deu prosseguimento às tratativas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Deu... Ele queria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deu?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele queria saber se tem o documento da AstraZeneca...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – ... porque ele ligava lá na AstraZeneca, no laboratório, e não tinha vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não queria aproveitar essa oportunidade para declinar tudo que o Coronel Elcio Franco relatou, conversou com o senhor nessa reunião? E o senhor não quer aproveitar e falar para nós quem era um dos personagens dessa reunião, que era o Sr. Max Nóbrega?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Max Nóbrega era um funcionário de lá. Foi ele que me recebeu também no dia 12, e ele disse assim: "Olha, Reverendo, não tem..."

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Funcionário? Qual é a função dele?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele faz um trabalho... Ele é na área de... Eu não sei a área dele. Eu creio... Ele estava falando a respeito de logística.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor nunca falou com o Roberto Dias? – Roberto Ferreira Dias.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não me lembro. Eu estive no...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, o senhor já está evoluindo, porque o senhor disse aqui na preliminar que nunca tinha falado. O senhor já está em: "Não me lembro". Podemos avançar um pouquinho mais? – porque a gente está aqui com o WhatsApp do senhor, uma troca de WhatsApp sua com o Dominguetti, e o senhor está dizendo aqui: "Boa tarde, Dominguetti, estou na sala do Roberto Dias com os outros que falaram com ele". Tem o WhatsApp seu...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, eu não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não lembra?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não lembra?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Se o senhor me permite ver a contextualização?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro! Eu vou pedir para a Ana Cristina levar aí.

É um diálogo: o Dominguetti faz um contato com o senhor, e aqui está "Reverendo Anderson" – a Senadora Eliziane Gama perguntou e o senhor confirmou que é assim que estava sendo tratado –, e diz aqui: "Boa tarde, Dominguetti, estou na sala do Sr. Roberto Dias". Vou pedir para depois lhe levar, para ver se o senhor... Temos um longo depoimento ainda, não é, Senadora Eliziane? Quem sabe o Sr. Amilton, até o final, ele não lembra para nós?

Teve sequência o processo do Ministério da Saúde com o Sr. Elcio Franco? Teve sequência? Teve um processo instalado?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem certeza disso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sobre a demanda que estava em minhas mãos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sobre a compra das vacinas da Davati, não tinha?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sobre essa demanda que estava na minha mão, Excelência, eu não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E este processo aqui? Aqui tem um processo em andamento no Ministério da Saúde, os vários passos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

do processo, e claramente o processo se referia... Inclusive, tem tramitando pelos departamentos, no gabinete do Secretário-Executivo, e Davati Medical Supply.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, eu desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E era dessas vacinas.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, esse processo andou, teve prosseguimento.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Você tem a data, Excelência, por favor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro! Tenho todas as datas aqui. Vamos disponibilizar para o senhor.

Mas vejamos, o que foi que o Sr. Elcio Franco falou nessa reunião? Ele encerrou as negociações? Disse que não prosseguia mais? "Vamos encerrar por aqui"? Deu fim?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, foi... A reunião foi tratando, no primeiro momento, da demanda das vacinas, dos 50% para a rede privada, para as empresas; a reunião terminou, e depois começou, abriu a conversação para explicar sobre esses 400 milhões de vacinas para o Governo. O Secretário olhou e perguntou a Dominguetti e a Cristiano Carvalho, dizendo o seguinte: "Olha, eu ligo lá, direto, no laboratório e não tem". Aí foi quando o Cristiano explicou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A que o senhor atribui o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde ter concedido essa chancela ao senhor, ter lhe recebido, ter recebido o Instituto Força Brasil, com tanta facilidade? Seria ao seu prestígio?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor. Eu não conheço o Dr. Elcio Franco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não conhece ninguém no Governo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. Conheço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode declinar as pessoas que conhece no Governo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O que eu considero do Governo, que falou aqui que nós estávamos em um evento, é o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Flávio Bolsonaro.

Prossiga. Não tem mais ninguém, não? Não tem mais ninguém, não, que o senhor conheça?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, foi numa foto. Assim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. O Senador Flávio já foi esclarecido.

Tem mais alguém? O senhor teve reunião com outro, com mais alguém no Governo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com Deputados?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor. Eu creio que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode prosseguir.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – ... que eu não me lembre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Talvez o senhor não se lembre dessa foto aqui. Essa foto é do Reverendo Moon. O senhor já viu. A outra foto, por gentileza. Vamos lá. Isso aqui é uma reunião que está, inclusive, no perfil das redes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

sociais da Senah. Reunião do Reverendo Dr. Amilton com a Ministra Damares. Reunião que, ao que parece, foi no gabinete da Ministra. O senhor quer refazer a sua resposta?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor. Quero refazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu me lembro agora disso aí. Foi no início de 2000. Pegaram essa foto e falaram que essa foto era uma foto de agora de dois mil e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é só porque é o seguinte: o senhor tinha dito que não tem contato, não tinha reunião. Essa é uma foto que mostra que a Senah tem reunião e tem contato, certo? O senhor concorda comigo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Assim com nenhum outro Parlamentar o senhor teve contato, encontro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Aqui no Congresso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No Congresso, em nome da Senah.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No Congresso, eu vim aqui várias vezes pra falar sobre, na Comissão, um projeto que a gente tem de casa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – ... de habitação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma das vezes foi essa aqui, que o senhor pode ver, com o Deputado Fausto Pinato. Essa aí foi uma reunião em que o senhor esteve com ele, não é isso? Com o Deputado do Progressistas.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, também em 2000. Não foi agora, Senador. Nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa questão é importante esclarecer, porque a pergunta que nós fizemos na preliminar foi se o senhor tinha contato, se o senhor tinha encontros. Acho que essas fotos revelam que o senhor teve encontros com autoridades. Essas fotos são algumas que nós resgatamos: com a Ministra de Direitos Humanos, Damares Alves, e essa com o Deputado Fausto Pinato.

Para concluir, Sra. Presidente, só duas questões finais.

Tiveram prosseguimento, então, as tratativas com o Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No dia 12, encerrou-se.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Encerrou-se?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O que eu entendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem certeza?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não tenho certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá, porque realmente não se encerrou no dia 12...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É porque, no dia 24...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... porque, veja, no dia 24 de março...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O.k. Está aqui comigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... tem uma carta sua, assinada pelo senhor, ao Herman Cárdenas.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... falando dos prosseguimentos das tratativas. Então, não se encerrou e o Sr. Elcio Franco não colocou ponto final no dia 12, certo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A vacina, nobre Senador... As vacinas eram 3,50; 17,50. Esse valor de 11,50 não estava atualizado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

Eu só queria saber o seguinte: o Sr. Elcio Franco pôs fim a todas as tratativas no dia 12? O Elcio Franco chegou a dizer o seguinte: "Encerrem-se as tratativas agora, não avancemos. Isso daqui não prospera. Isso daqui não tem sentido, não tem significado"? Ele chegou a dizer isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Era isso que eu também gostaria de saber.

Por fim, o senhor tem algum contato com o Governo do Paraguai?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Contato, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não? Então, por que o Cônsul do Paraguai no Brasil encaminhou uma carta para o senhor datada do dia 23 de março? E, nessa carta, entre outras coisas, ele diz: "Por intermédio do Sr. Hélio Fiuza". O Sr. Hélio Fiuza quem é?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a carta é endereçada ao senhor.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É do Governo paraguaio, do Cônsul do Paraguai e fala sobre tratativas de vacinas. Inclusive, diz que lá no Paraguai tinha aquisição de vacinas por empresas privadas, algo que o senhor falou ainda há pouco na preliminar.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Desse documento eu não tenho conhecimento, mas nós fizemos, sim, uma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um documento do Consulado do Paraguai no Brasil, assinado pelo Sr. Ministro Hernando Arteta Melgarejo, Cônsul Geral do Paraguai no Brasil.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu lembro. Esse Cônsul conversou direto com a Davati, não foi conosco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas ele manda uma carta para o senhor. Por quê? Se o senhor disse que foi procurado pela Davati, por que essa carta direta ao senhor e não, à Davati? Por que as autoridades consulares do Paraguai não fizeram contato direto com a Davati?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. Eles fizeram contato direto com a Davati.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por que eles credenciam o senhor aqui nesta carta?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Talvez por uma comunicação nossa a... Como eu falei aqui no início da minha explanação, nós conhecíamos algumas embaixadas e enviamos. Talvez seja essa a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, mas a resposta demonstra interesse nas vacinas e fala, inclusive, das vacinas... Ele trata o senhor inclusive com muita consideração aqui e fala... O detalhe importante é que ele diz, Senador Renan, que, no Paraguai, tinha a possibilidade da aquisição de vacinas pelas empresas privadas.

Me chamou a atenção, porque o senhor falou, na preliminar aqui, respondendo ao Senador Renan Calheiros, que o Instituto Força Brasil foi à reunião com o Sr. Elcio Franco com um objetivo determinado: tratar sobre o projeto de lei que tramitava aqui no Congresso Nacional que tinha sido relatado na Câmara dos Deputados por uma Deputada do Partido Progressista. E este projeto de lei havia sido defendido pelo Sr. Carlos Wizard e pelo Sr. Luciano Hang e só não prosperou esse projeto de lei porque ele foi barrado aqui no Senado. O senhor relatou aqui que o Instituto Força Brasil foi tratar com o Sr. Elcio Franco sobre esse projeto, foi conversar sobre esse projeto. Coincide que tem uma carta das autoridades consulares do Paraguai que fala dessa possibilidade existente naquele país vizinho. Coincide ainda mais, Senador Renan, e falo isto para concluir, que no dia 23 de janeiro a Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas firmou um contrato – com qual empresa, Senador Renan? – com a Precisa, para aquisição da vacina Covaxin ao triplo do preço que estava sendo oferecido para o Ministério da Saúde.

O meu tempo já encerrou, Reverendo Amilton. Veja, eu fiz questão de trazer todos esses documentos, mas ainda temos tempo no depoimento de V. Sa. V. Sa. é um representante religioso, se apresentou aqui como tal. Eu acho que V. Sa. pode dar uma contribuição enorme para o País, pode dar uma contribuição enorme, talvez a mais importante contribuição que sua entidade pode prestar, relatando todos os detalhes e toda a verdade de quem o credenciou para ser um interlocutor tão valorizado em relação às vacinas.

Sr. Amilton, a credencial que o senhor tinha nós gostaríamos que as empresas que tinham vacinas tivessem desde o ano passado. Aí, a gente não teria 557 mil brasileiros mortos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Íamos passar a palavra ao Senador Eduardo Braga, mas ele não presente e não está também pelo remoto.

Seguiremos, então, com o Senador Luis Carlos Heinze, por até 15 minutos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sra. Senadora Presidente dos trabalhos, Sr. Senador Renan, primeiro, Senador Girão, algumas notícias importantes, positivas do meu Estado do Rio Grande do Sul.

No meu Estado, o Governador já recebeu 10.660.686 doses de vacinas para uma população vacinal de 8.958.689 gaúchos e gaúchas. Quer dizer, já temos, praticamente, 1,7 milhão de doses, dá para vacinar toda a população e já há 1 milhão para a segunda dose.

Quero dizer também, Senador Renan, que, lá no Rio Grande do Sul, até o final de outubro mais ou menos, a população gaúcha deverá ter recebido as duas doses de vacina. Acho que esse é um ponto importante tratando de Rio Grande do Sul. Da mesma forma, o Brasil até ontem tinha entregue 184.419.650 doses de vacinas e, no vacinômetro, 143.674.216 brasileiros haviam recebido uma ou duas doses de vacina. O Brasil continua sendo o quarto País do mundo que mais vacina: o primeiro é a China, eram o segundo os Estados Unidos, Senador Girão, a Índia passou os Estados Unidos, hoje o terceiro são Estados Unidos e o quarto é o Brasil. Continuamos com essa posição e, seguramente, nós, até o final de setembro, teremos uma dose para a toda a população brasileira e, até o final de novembro, as duas doses para toda a população brasileira.

E um outro ponto importante que, a despeito da questão da Covaxin, que foi muito debatida aqui, e da própria Sputnik, mesmo assim o Governo Jair Bolsonaro comprou 632 milhões de doses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de vacinas, que dão para vacinar três vezes a população brasileira com duas doses e até uma terceira dose, se for o caso de aplicá-la.

Senador Renan, uma notícia importante da Pfizer. A Pfizer agora está indicando e diz que o sucesso contra o covid exigirá também um tratamento antiviral precoce além da vacinação. Esta é a novidade, Senador Girão: a Pfizer pode fazer e vai apresentar um produto, já está aqui. O detalhe é que eles querem aplicar o *kit* deles: vacina mais antiviral precoce. Trate-se do antiviral inibidor da protease – aqui tem o nome: PF-07304814 – e estão em fase mais adiantada os estudos clínicos. É o tratamento, Senador Renan, que é tão criminalizado aqui no Brasil. Senadora Soraya, já temos a ivermectina, já temos a cloroquina, já temos o Annita, já temos vários produtos que os médicos brasileiros, médicos pela vida, tão criminalizados por muitos aqui, já estão aplicando no Brasil desde o início do ano passado, quando começou a pandemia. Então, agora, a Pfizer vem apresentar o processo que tem que fazer um tratamento precoce, e nós sempre defendemos o tratamento precoce preventivo e a vacina. As duas coisas são o que agora a Pfizer vem colocar aqui. Então, esse é o ponto importante, só para contextualizar o que nós estamos colocando aqui.

Amilton, uma pergunta para você: o senhor é tido como interlocutor entre a empresa Davati e o Ministério da Saúde. A Davati ofereceu ao Ministério 400 milhões de doses de vacina contra a covid-19 AstraZeneca?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Ela ofereceu, a oferta oficial.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O senhor é amigo do Sr. Luiz Paulo Dominguetti? Qual é a sua relação com esse senhor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não sou amigo. Eu o conheci no dia 16 de fevereiro, em Brasília. Ele veio até a minha ONG, conduzido por um diretor da ONG.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Que tipo de atividade a sua ONG, Senah, costuma realizar.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No ano passado, no início, em janeiro, nós começamos a fazer um trabalho, direta e indiretamente, na distribuição de cestas-básicas, também de máscaras. No Estado de São Paulo, nós distribuímos marmitas quentinhas na rua com a Senah São Paulo. Fizemos um trabalho, nas ruas, também de orientação, com panfletos para o uso de máscara e nas redes sociais também, juntamente com... Nas redes sociais, falamos sobre esse cuidado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O senhor podia nos dizer se a empresa Davati reconhecia o Sr. Luiz Paulo Dominguetti como verdadeiro representante dessa empresa e o que fez o Governo brasileiro em relação a esse senhor.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Documentado era o Cristiano, que era documentado pela Davati como representante. E o Dominguetti trabalhava junto com o Cristiano.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

A sua ONG recebeu algum valor do Governo brasileiro ou de alguma licitação?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós não recebemos nenhum valor do Governo brasileiro nem do Governo do Distrito Federal.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado.

Só mais um comunicado à CPI. A gente tem falado muito, Senador Girão, Senadora Soraya, em cima de um projeto que o Governo Federal – do Governo Bolsonaro, do Ministério da Ciência e Tecnologia – está fazendo, com relação a vacinas brasileiras. Cientistas brasileiros de várias universidades estão fazendo. A vacina contra covid, totalmente nacional, chamada Versamune, para que o Ministério da Ciência e Tecnologia já entrou com um pedido agora de reconhecimento final na Anvisa. Já está em fase final. Os testes foram realizados, tem alguma coisa ainda para fazer, e, neste instante, a Anvisa está analisando a documentação de uma vacina genuinamente brasileira, nacional, contra o covid. E a segunda é da Universidade Federal de Minas Gerais. Da mesma forma, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

universidade já tem... A universidade e a Fiocruz de Minas já solicitaram autorização de estudo clínico que foi enviado à agência Anvisa também, na sexta-feira passada.

Então, duas vacinas brasileiras. Nós falamos em 17; aqui, duas já estão em fase de Anvisa, Senadora Eliziane. Então, isso é muito importante. São recursos federais investidos, e nós estamos trabalhando também para que laboratórios brasileiros – quer dizer, além da Fiocruz, além do Butantan – possam também se dedicar. E temos aí, Senador Girão, 16 grandes laboratórios brasileiros: 16 – quatro de medicamentos veterinários e 12 de medicamentos humanos –, que, daqui a pouco, podem se interessar por essas vacinas. Então, veja: cientistas brasileiros, laboratórios brasileiros produzindo vacina para o Brasil e também podendo vender para o mundo.

Senador Girão, recebemos, da mesma forma, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que já está em contato adiantado com a Pfizer, para eles fazerem a multiplicação da própria vacina Pfizer. E, com essa multiplicação, poderiam laboratórios brasileiros também fazer a produção dessa vacina. E o contato com o Embaixador do Uruguai e outros embaixadores... Daqui a pouco, a América do Sul poderá ser beneficiada com essas vacinas.

Então, são coisas positivas que estão acontecendo. É só esse o registro que eu queria deixar nesta CPI, Senadora Eliziane.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Heinze.

O Senador Jorginho Mello declinou da sua participação.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

Não está presente em Plenário nem no remoto.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão, por até 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Gratidão, Presidente.

Eu estou pegando alguns dados aqui com base no depoimento, se a senhora puder... Troquei ali com o Senador Jean Paul. Se eu puder voltar depois, eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se V. Exa. trocar com o Senador Jean Paul, V. Exa. vai ser o 15º a falar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, Senador Jean Paul, o senhor vai me perdoar. Eu lhe agradeço o consentimento. Estou desde cedo aqui, eu estava pra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – V. Exa. pode trocar com o Senador Alessandro Vieira. O próximo é o Senador Rogério Carvalho, que não está presente. Na sequência, o Senador Alessandro Vieira e, na sequência, a Senadora Soraya Thronicke, se quiser trocar com V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, tranquilo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Agora não dá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu já tinha conversado com ela. Ela disse que não dava também.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na sequência, Senador Izalci Lucas, Senadora Zenaide Maia, que está no remoto. Posso chamá-la, e depois eu volto ao senhor. Pode ser?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Está ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, V. Exa...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Presidente, é porque eu estava aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sem nenhum problema, querida, maravilhosa Zenaide Maia, que não perde uma sessão da CPI, sempre remotamente, mas sempre participando ativamente.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Presidenta, obrigado.

Eu queria abrir aqui um capítulo desta sessão hoje para esclarecer, aproveitando que a CPI também serve para esclarecer a opinião pública, além de, evidentemente, o Relator e o Presidente, sobre um fenômeno que é bem maior até do que o próprio processo que nós estamos avaliando aqui, que é a existência e essa onda de entidades que eu chamaria de "protoentidades" e de personalidades mitômanas que assolam o País há algum tempo. Eu estou dizendo de um fenômeno, Senador Renan, que acontece junto a Governadores, junto a secretarias de Estado, junto a prefeituras, junto a ministérios, junto ao Presidente da República. E me parece que, quanto mais medíocre e inepto é o governo, mais ele se torna suscetível a essas mitomanias.

Essa mitomania consiste no seguinte: diante da Pfizer e de empresas que são habitualmente reguladas por forças de mercado, por agências reguladoras, colocam-se teorias da conspiração. E diante de entidades que usam siglas, insígnias – e eu vou mostrar aqui que é o caso –, colocam-se na sala do Presidente. Isso é uma inversão muito séria, Senador Renan, e que não pode prevalecer, porque a decorrência disso – falo aqui genericamente, depois sigo com as perguntas – imediatamente é o crime de falsidade ideológica e o crime de estelionato, mas indiretamente é a corrupção mesmo, porque essas entidades são usadas pra passar um verniz numa situação, legitimar alguma coisa, como, por exemplo, senhor depoente, essa relação com a missão brasileira das forças internacionais de paz da ONU. Qual a autorização que a Senah, que, aliás, já tem um nome enganoso por si só, Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários... Um incauto olha isso e imagina que é uma entidade federal brasileira. Quando é traduzido para o inglês fica ainda mais imponente: secretary of national não sei que humanitarian... O cara olha isso aqui e diz: "Poxa, é uma entidade governamental". Quando olha os brasões, tem o brasão da ONU, tem a Ordem de Malta, é uma verdadeira exposição. E aí tem outras duas entidades que eu quero perguntar aqui se são elas mesmo.

Mas, em primeiro lugar, missão brasileira de força internacional de parte da ONU: o que ela tem a ver com a Senah, meu amigo? O que tem a ver United Nations Mission of International Relations? Essa unidade, essa unmir-gov.org é da Nações Unidas mesmo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – É sociedade civil organizada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pertence às Nações Unidas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Algumas... Participa da plataforma Ecosoc, em que você tem uma ida a ONU uma vez ao ano, conforme a Senah também está na plataforma, mas, sobre essas sociedades civis organizadas que nós colocamos aí, eu tinha autorização tácita, então não era uma autorização para vacinas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tácita? Sr. depoente, essa Ecosoc que o senhor menciona é um mero cadastro na ONU, tem mais de 5 mil entidades cadastradas lá. Elas se cadastram para discutir, Sra. Presidente, assuntos diversos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

a ONU... A Assembleia Geral da ONU abre lá um cadastro. Se você tiver uma entidade, por exemplo, sobre lactantes, tem uma entidade sobre isso, você se cadastra lá. Quando surgir o assunto, eles eventualmente pesquisam quem é e chamam para conversar. Uma espécie consultiva.

A sua entidade não está lá. Nós puxamos agora aqui das 5 mil, e não está lá, quer dizer, nem estar lá está.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu posso...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, mesmo que estivesse cadastrada, seria como eu aplicar para um emprego na Coca-Cola ou na Petrobras e dizer que já sou dela, porque me cadastrei lá pra um banco de empregos, por exemplo. É a mesma coisa.

O senhor não tem legitimidade pra colocar a insígnia da ONU num papel azul desse aqui. O senhor pertence a ONU? Tem algum contrato com a ONU? Faz alguma coisa com a ONU?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós participamos da plataforma Ecosoc...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que é um cadastro.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – ... que é um cadastro, mas muito rigoroso, porque você tem que alinhar o estatuto e tem que trabalhar com a demanda paz mundial, a cultura paz mundial. Eu estive em Israel...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas isso lhe dá o direito de colocar o brasão da Nações Unidas nas suas correspondências? O senhor tem uma autorização expressa pra isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Autorização expressa, não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque isso é sério, porque algum Prefeito incauto em algum lugar do Brasil, um ministro menos informado e tudo, quando veem isso aqui com o nome de Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários, imediatamente caem nessa conversa.

Outra pergunta rapidamente, essa outra aqui: United Nations Mission of International Relations, o senhor conhece o Sr. Aldebaran Von Holleben, intitulado no *site* como Presidente dessa entidade que aparentemente usa o brasão da ONU e diz que é da United Nations, ou seja, que é da ONU, é a Missão das Nações Unidas para Relações Internacionais, essa é a tradução do disco dessa entidade?

Isso é uma entidade privada, é uma ONG dirigida por esse Sr. Aldebaran? O Sr. conhece esse Aldebaran?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – São ONGs e são sociedades civis organizadas que colocam, cedem as suas logos. Nesse caso aí, houve um erro da minha parte em ter colocado essas logos para trabalhar com vacinas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E ele também está errado em usar o globo da ONU, porque ele também não é da ONU. Essa Unmir pertence à ONU?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Unmir, é como eu havia falado para o nobre Senador: eles participam da plataforma Ecosoc e fazem o trabalho humanitário. O meu trabalho...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor conhece o Aldebaran, esse Aldebaran Von Holleben?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – São vários...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor acha que ele é uma pessoa mentalmente sadia, sã? O senhor o conhece?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós... Assim, conhecer para estar conversando, não. Nós temos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor sabia que ele reivindica ser o Superman brasileiro? Sabia que ele recebeu, depois que o Superman ficou tetraplégico, o ator, que ele recebeu os poderes de voar e que ele deveria estar nos filmes do Superman?

Parece brincadeira para o pessoal que está nos assistindo! Isso parece até piada, mas não é, não! Esse senhor, Aldebaran Luiz Von Holleben, ele é tão sério que ele se põe como Superman tupiniquim, entrou na Justiça para conseguir o direito legítimo de ser reconhecido como Superman.

> Diferentemente de Clark Kent, Aldebaran não é jornalista, e sim advogado com registro na cidade de Ponta Grossa, no interior do Paraná. Em sua ação, o "Homem de Aço" paranaense alega que foi fotografado em cima do cavalo de um carrossel e ao lado da caveira do túnel-fantasma, calçando o tênis do Superman.

Está aqui... O senhor conhece esse homem? É o Superman.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós temos uma parceria em nível...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor acha ele sério? Ele posa de Nações Unidas e diz que é o Superman!

> Com a queda de Christopher Reeve – intérprete do Superman nos cinemas – de cima de um cavalo em 1995, que o deixou tetraplégico, o advogado a partir deste momento teria "derrotado artisticamente" Reeve, podendo pleitear pelo título de Superman.
> Com isso, além dos poderes como voo, superforça e *lasers* pelos olhos, Aldebaran reclama a vaga de ator nos filmes da DC – está rindo, Presidente? –, seja como herói ou como vilão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só sorrindo, Senador!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele aceita um papel de vilão, não está chateado não!

> Além disso, ele também afirma que também merece uma porcentagem comercial das vendas relacionadas ao Superman.

Isso está aqui, no correio24horas.com.br.

Enfim, era só para ilustrar aqui rapidamente quem é o Presidente da United Nations Mission of International Relations.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para lembrar: não é piada. O que V. Exa. está lendo é um registro...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, é sério! É sério! Mas eu estou alertando, Presidenta, porque essas pessoas estão em torno dos governos, das cidades. Eu convivi muito com isso também, já recebi muitas pessoas, e minha lição aqui – Senadora Soraya também – é que nós nos acautelemos contra essas coisas. Isso tem em tudo que é lado, não tem só do lado político não, isso tem coisa... E algumas têm realmente raízes políticas bem enfronhadas em movimentos internacionais, globais. Não é conspiração, é verdade, são financiados. Por isso é que falei aqui mais cedo sobre *sites* e veículos midiáticos. Além de *sites* e veículos midiáticos, há entidades, fundações e ONGs desse tipo aparelhadas e financiadas por movimentos protopolíticos.

Tem aqui também uma American Diplomatic Mission of Internacional Relations Organization, de um tal Zigmund Ziegler Roberto Cohen.

O senhor conhece esse senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu conheço...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Roberto Cohen.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Conheço. É uma pessoa que tem um trabalho humanitário, uma pessoa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. Esses brasões... E aí essas entidades de aparência suspeita, que emulam – vejam bem! – instituições internacionais... Porque não é... A gente estava olhando esses brasões aqui, inicialmente, pensando que eles estavam sendo usados indevidamente como ONU ou como Governo americano, mas não é, não; é pior do que isso, é uma segunda instância disso aqui, Senador Rogério. O cara pega o brasão da ONU, coloca uma entidade que não é a ONU e aí autoriza outra entidade no mundo afora a usar aquele brasão que não é da ONU, mas que emula um brasão da ONU, ou seja, além da falsidade ideológica, há o intuito devidamente de enganar mesmo. Então, é estelionato puro! Nós estamos diante de falsários e estelionatários que tentam enganar incautos na administração pública e/ou beneficiar espertos e oportunistas.

Então, está evidente o intuito da organização do depoente de iludir os recipientes dessas cartas, desses documentos, pegando emprestadas essas autoridades e essas organizações. Nós estamos diante, Sr. Relator, de um movimento concertado, inclusive contando com escritórios em outros países, se aproveitando do desespero dos gestores públicos em busca da vacina. É preciso que conste, Sr. Relator, no relatório essa evidente fragilidade institucional que pode se revestir, inclusive, de característica criminosa, com falsidade ideológica e estelionato. É preciso que a gente entenda de onde vêm essas articulações, quem financia essas entidades e instituições e quais são os reais vínculos delas com o Governo Federal.

Por fim, tem aqui a Missão Humanitária do Estado Maior das Forças Armadas do Brasil, também citada nos seus alfarrábios digitais e impressos. O que vem a ser isso? Missão Humanitária do Estado Maior das Forças Armadas do Brasil, o *site* é mihemfab.gov.org, e tem uma sede, pasmem, no Ministério da Defesa. Essa entidade é oficial, carregando, inclusive, a bandeira do Império, esse monte de bandeiras aqui, bandeira da Presidência da República? Qual é a relação, Reverendo, deste movimento Missão Humanitária do Estado Maior das Forças Armadas do Brasil com o Governo brasileiro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Como eu falei ao nobre Senador, são instituições, são ONGs que trabalham pela paz mundial. O que eu posso falar é da minha. Eu estive em Israel, na oportunidade, unindo muçulmanos e judeus. Então, foi por isso que eu fui... Eu fui convidado com essa demanda a apresentar a minha instituição. Fui por uma missão de paz. E conheço líderes, e esses líderes se colocam à disposição para fazer parcerias.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas essa missão pertence ao Comando Militar ou às Forças Armadas brasileiras? O senhor pode confirmar isso, se sim ou se não?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não tenho conhecimento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois, para mim, isso aqui é mais uma fajutagem disfarçada de endereço oficial e deveria ser investigada pelo próprio Governo Federal. O Governo Federal tem obrigação imediatamente de checar o que é isso, porque tem aqui a logomarca do Pátria Amada, o Brasão da República, o gov.br e o endereço no mesmo endereço do Ministério da Defesa – Bloco Q, 7º andar, Esplanada dos Ministérios.

Sem mais, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Vamos retornar aqui à lista, porque eu fiz o chamamento, e não estavam presentes. Então, voltamos aqui ao Senador Marcos Rogério, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, depoente que aqui está e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, eu quero fazer aqui algumas poucas considerações e também algumas perguntas ao depoente. Talvez até de forma repetida, farei algumas perguntas para tentar entender essa história bastante contraditória que nós temos aqui.

Como V. Sa. conheceu a dupla Dominguetti e Cristiano?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu conheci o Dominguetti através de um diretor da minha ONG que trouxe o Dominguetti a Brasília. Nós fizemos uma reunião preliminar no dia 16.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem foi esse diretor da sua ONG que lhe apresentou o Dominguetti?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Foi o Renato Gadi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Renato...?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Renato Gadi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E como é que foi esse contato, essa aproximação?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós fizemos várias perguntas ao Dominguetti. Ele demonstrou, assim, bastante conhecimento na demanda da vacina da AstraZeneca. Quando ele apresenta essa demanda a nós, nós... Já nesse momento, a gente abre uma reunião, uma reunião no dia 17 e no dia 18, para definir qual seria o caminho certo. E o que o Dominguetti apresenta é a empresa Latin Air, que tinha 400 milhões de vacinas a R$3,97.

O SR. DANIEL SAMPAIO (*Fora do microfone.*) – Dólares!

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A US$3,97.

Então, nós nos reunimos, solicitamos um *e-mail*. Enviamos um *e-mail* através de um dos meus assessores. Fazendo uma pesquisa pela internet, fez o caminho da SVS, que é a Secretaria de Vigilância em Saúde. Quando chegamos lá, apresentamos essa demanda ao Dr. Arnaldo Correia. Nesse momento, Arnaldo Correia não pôde nos receber. Então, quem nos recebeu foi outro funcionário... Eu tinha o nome aqui na minha mente e perdi. Esse funcionário nos encaminha, dizendo que não seriam ali vacinas...

O SR. DANIEL SAMPAIO (*Fora do microfone.*) – Lauricio.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É Lauricio Monteiro – eles falaram aqui para mim.

E me encaminha para o MS, o Ministério da Saúde. Nós fizemos outro *e-mail* no dia 24, pedindo uma reunião. Fomos respondidos no dia 1º. E, no dia 2, eu conduzi o Dominguetti ao Ministério da Saúde, onde se apresentou a oferta. E, naquele instante, naquele momento, quem me recebeu foram Fábio Werneck e Max Nóbrega. Eles receberam, olharam a documentação e disseram: "Olha, queremos falar... A gente fala é com representante. E esta documentação não é uma documentação correta". Então, a reunião durou ali mais ou menos uns cinco minutos, porque eles olharam a documentação, que estava toda incorreta.

O Dominguetti não veio no dia, ele fez uma ligação dizendo que o seu carro quebrou. E ali terminou-se, então, a reunião, essa reunião rápida, onde apresentamos essa proposta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que o senhor se viu nesse meio aí, nessa negociação toda? O senhor tinha alguma *expertise* na negociação de vacinas, medicamentos? De onde o senhor apareceu nesse processo todo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu apareci no processo pelo projeto de humanização que nós temos a nível mundial e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse projeto de humanização, quais foram as tratativas de mediação estabelecidas pela sua entidade antes?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É que eu levaria adiante...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, V. Exa. não me entendeu. Eu estou perguntando antes disso. O que a sua entidade, o senhor mediou em termos de vacina, de medicamentos com quem quer que seja?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O nobre Senador fala sobre encaminhamento? Porque o que foi decidido na reunião...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou perguntando para entender a lógica de que paraquedas o senhor caiu nessa mediação, porque eu estou ouvindo aqui desde cedo e eu estou numa dúvida cruel...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Superman.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou numa dúvida cruel, porque eu não sei se V. Sa. foi enganado, ludibriado ou se V. Sa., com todo o respeito, é parte de uma tríade de golpistas!

E eu lamento muito ter que fazer isso aqui, porque eu defendo o Governo, mas eu não defendo qualquer prática que passe perto de alguma suspeita de irregularidade. E não estou fazendo ilações. Eu prefiro crer, até em nome da fé que o move e me move também, que V. Sa. tenha sido vítima, tal qual foram outros servidores, pessoas de bem, que tenham sido usados; que tenha sido apenas um grande equívoco; que V. Sa. tenha faltado com a cautela, tenha faltado com a diligência, tenha faltado com a prudência, tenha faltado com a vigilância! E, se foi tudo isso que aconteceu, eu nem lhe perguntaria mais nada. Apenas lhe faria um apelo: que, neste momento, reconhecesse e pedisse perdão àqueles que foram induzidos pela boa-fé que tinham em V. Sa. e naquilo que V. Sa. representa enquanto autoridade talvez eclesiástica. Eu prefiro presumir... Não fiz essa ponderação com relação a Dominguetti, em relação a Cristiano, porque ali me pareceu absolutamente se tratar de dois trambiqueiros, mas em relação a V. Exa. eu não quero fazer essa mesma... Não é nem acusação, essa mesma presunção. Eu prefiro crer na sua boa-fé e que V. Sa. tenha sido vítima dessa situação toda, porque, naquele momento – e a gente precisa entender à luz do momento –, todo mundo estava em busca de vacina, todo mundo estava em busca de soluções para dar ao Brasil respostas.

E hoje eu vejo aqui, covardemente, muitos Parlamentares, Senadores e Senadoras, que, ao longo do tempo, criticaram o Governo por não ouvir, por não correr atrás, por não buscar ter vacina, os mesmos que hoje saem aqui alardeando acusações contra quem se colocou no sentido de tentar ajudar...

E aí, Reverendo, estou aqui partindo de um pressuposto de confiança, de que V. Sa. tenha sido realmente vítima dessa grande armação.

E aí faço isso para dizer – e é bom que o Brasil saiba – que tentativas de golpe, tentativas de fraude, tentativas de corrupção acontecem a todo momento, no Governo Federal, no Ministério da Saúde, nos governos estaduais, nos governos municipais. Agora, há uma diferença entre o Governo de outros tempos e este Governo, porque nós estamos ouvindo alguém aqui hoje em razão do papel que ocupou em dado momento, mas esse processo não avançou um milímetro: não houve a contratação, não houve o dispêndio de um centavo de real... Fala-se de corrupção sem um centavo de real pago! Essa é a diferença entre o Governo de hoje e o Governo de ontem. Aqui fala de corrupção sem ter corrupção, aqui acusa-se de corrupção, mas não querem investigar corrupção, porque corrupção, indícios e evidências têm aos montes em relação a Estados, Municípios, Consórcio Nordeste, Senador Girão, mas isso não querem investigar!

Então, eu quero dizer que a vinda de V. Sa. aqui hoje talvez seja até uma perda de tempo para esta CPI, porque nós estamos tratando de algo que não aconteceu, de contratos que não aconteceram,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de pagamentos que não foram feitos, mas estamos aqui, desde manhã, rodando em círculos para tentar tirar de V. Sa. alguma coisa que eu não sei se V. Sa. tem. E eu não posso fazer defesa de V. Sa., mas da mesma maneira também não posso fazer acusações de que seja parte de uma organização criminosa.

Agora, eu não posso deixar de fazer este registro respeitosamente a V. Sa.: V. Sa. participou de algo que me parece que foge ou que fugiu totalmente ao escopo de atuação de V. Sa. ao longo da vida, pela formação, pela convicção de fé, pelos princípios. Cabe a um pastor, a um líder religioso cuidar de gente, semear a semente do Evangelho, resgatar vidas, cuidar de vidas. Eu não sei se foi o que motivou V. Sa. a tentar fazer mediação, não sei, ou, repito, se faria parte desse movimento todo, dessa dupla que apareceu aqui e que, naquele caso, para mim, dois trambiqueiros, pelo que eu vi aqui no âmbito desta CPI.

Eu lhe pergunto aqui, e, ao final, se quiser fazer uma ponderação, porque V. Sa. usou agora há pouco uma palavra que mexeu muito aqui com as pessoas, que chocou as pessoas quando falou da bravata, às vezes tentando demonstrar relacionamento, demonstrar nível de proximidade... Talvez seja o momento para fazer um juízo de mea-culpa, porque o que liberta, o princípio fundamental que nós seguimos é a verdade, é a verdade. E V. Sa. conhece a verdade, conhece a verdade dos fatos e conhece a verdadeira verdade. Então, eu queria lhe dar a oportunidade para fazer uma fala nesse sentido e dizer a esta CPI e ao Brasil: se arrepende, foi vítima, partícipe? Qual o seu real papel em tudo isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador Marcos Rogério, na minha família, todos são pastores, meus irmãos... Eu nasci num berço evangélico. Fui presidente de jovens... (*Pausa.*)

Fui presidente de... Trabalhei... A primeira igreja que eu construí foi num lugar afastado, na roça. Mesmo tendo o conhecimento, ali eu fui pastor por muito tempo.

Eu creio que foi o maior erro que eu fiz foi abrir a porta da minha casa aqui em Brasília – eu sou de Brasília –, eu abri a porta da minha casa num momento assim em que eu estava enfrentando a perda de um ente querido da minha família, e eu queria vacina para o Brasil. (*Pausa.*)

Eu me sinto... Tenho culpa, sim. Hoje de madrugada, antes de vir para cá, eu dobrei os meus joelhos, orei... E aí eu peço desculpa ao Brasil. O que eu cometi não agradou primeiramente aos olhos de Deus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Perjúrio, Pastor.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – ... mas eu estou aqui para voltar e dizer o que eu preciso... Quem me conhece sabe: lá na minha igreja, eu tiro o meu sapato, eu dou o meu sapato para pessoas carentes que chegam lá. Tudo o que eu tive... Eu vendi o meu carro, vendi tudo o que eu tinha para dar para a igreja. Quem me conhece sabe. E esse erro eu cometi. Foi um erro em que, se pudesse voltar atrás, eu voltaria.

Peço perdão a todos os Senadores, a todos os Deputados. E o que eu puder fazer para melhorar a vida de alguém... Para quem me conhece como pastor, hoje está me assistindo e está dizendo "esse eu conheço", jamais fraudei ou tirei algo de alguém e estou aqui para contribuir com o Brasil sempre.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu não farei mais perguntas ao Reverendo Amilton e espero muito sinceramente que essa seja a verdade que o motivou. E não cabe... Assim, o ambiente de uma CPI é um ambiente absolutamente pesado com todos, de uma posição ou de outra. Eu sempre procurei atuar aqui de maneira muito prudente, muito cautelosa, sem fazer prejulgamentos, e não farei prejulgamentos diante da fala de V. Sa.

É uma situação realmente extremamente delicada, confusa, mas reitero que toda a narrativa construída em torno dessa negociação é uma narrativa que tem como foco tentar desqualificar o Governo, ainda que reconheçam que não tenha havido um ato administrativo que possa ser apontado como ato de corrupção, como ato de ilegalidade, porque o sistema de *compliance* do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Saúde funcionou bem, o sistema de controle interno do Ministério da Saúde funcionou bem, diferentemente do que aconteceu em outras épocas deste Brasil tão recentes, e os brasileiros não têm memória curta. Há uma diferença entre o Brasil de ontem e o Brasil de hoje; entre o Governo de ontem e o Governo de hoje.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Passarei a palavra ao Senador Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Soraya, Izalci... A Senadora Zenaide já falou?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Omar Aziz, eu estou na fila aí, eu sou o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O seu nome foi tirado daqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, é porque, na hora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, teve uma troca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah! Uma permuta? Foi. Desculpe, Senador Rogério.

Senador Eduardo Girão.

Depois, Senador Rogério Carvalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Seja bem-vindo a esta Comissão, Sr. Amilton Gomes de Paula. Eu, inicialmente, queria perguntar para o senhor se o senhor poderia falar brevemente – porque o tempo da gente aqui urge – sobre o seu currículo e de como o senhor chegou a pastor.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Posso, sim.

Eu fui Diácono da Igreja Assembleia de Deus por dez anos; depois, eu me tornei Presbítero, entrei no curso de Teologia e depois me candidatei a Evangelista. Fui consagrado pela Igreja Assembleia de Deus em 1998 ali no Ministério de Madureira, do Rio de Janeiro, cujo Presidente é Manoel Ferreira, uma das grandes igrejas da Assembleia de Deus. Eu me dediquei ao ensino teológico e, nesse ensino teológico, eu formava missionários e levava esses missionários para o Brasil inteiro com comida e roupa de doação que eu fazia tanto no Piauí, no Ceará... Depois, retornamos a Brasília e demos seguimento à Igreja Batista, um projeto nosso também. Nesse ínterim, veio a Senah, que, na época, era um trabalho de cursos teológicos em que a gente fazia o curso básico, o médio e o superior em Teologia. A gente era um braço para as igrejas que formavam pastores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

De onde o senhor tira o seu sustento assim de caráter remuneratório? O senhor tem alguma profissão, alguma atividade ou apenas é na igreja? Como é que...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu sou palestrante, dou curso de Teologia, dou aula nas igrejas como pastor itinerante e também faço este trabalho de palestras.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, o senhor recebe das igrejas por palestra? É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Por palestras e também recebo um projeto que nós temos a nível internacional.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Eu quero até fazer uma pergunta nesse sentido, mas onde é que é a sede? Onde é que fica a sede da Senah?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A sede da Senah fica na Área Especial nº 12, área especial ali...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Aqui em Brasília?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Em Brasília.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A ONG que o senhor preside se apresenta como uma organização social não governamental, de atuação nacional e internacional. O senhor poderia citar que trabalhos a Senah desenvolveu no âmbito internacional, efetivamente, fora do Brasil?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor. Nós tivemos ali um trabalho em Israel, unindo muçulmanos e judeus, no monastério onde nasceu João Batista. Ali nós abrimos uma frente de ajuda humanitária. São mil crianças lá. Esse trabalho nós temos desenvolvido em conversação, ano a ano.

Estivemos também no sul dos Estados Unidos, fazendo, no ano passado, doação de comida. Esse é o trabalho internacional que nós temos feito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor esteve tanto em Israel como nos Estados Unidos pessoalmente, coordenando esses trabalhos?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Pessoalmente. Estive na Turquia, estive em Roma e em Israel, coordenando esse trabalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A convite de instituições de lá? Financiados por instituições de lá?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A convite de instituições de lá, mas eu mesmo que financiei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Com recursos das palestras?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Com recursos das palestras. Fora o trabalho que a gente tem também de líderes religiosos do mundo inteiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – No *site* da Senah, que tem somente uma nota de esclarecimento – não tem mais nenhum conteúdo hoje – consta que a ONG que o senhor preside, abro aspas, "desenvolveu diversas ações de atendimento emergencial, trabalhou incansavelmente para buscar mecanismos que amenizassem o sofrimento da Nação brasileira", fecho aspas.

Que ações efetivamente a Senah desenvolveu no combate à covid-19, e qual a origem dos recursos para essas ações desenvolvidas durante a pandemia?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós trabalhamos com doação de cestas básicas, para mulheres em vulnerabilidade social; doação de roupas e calçados; doação de *kits* de máscaras – quando a gente ia entregar a marmita quente, a quentinha na rua, a gente entregava também uma máscara, em vários Municípios do Estado de São Paulo. Fomento na conscientização do combate ao covid, e suas eventuais prevenções, e por meio também de divulgação de fôlderes explicativos, tudo isso também no nosso *site*. Esse dinheiro veio através de parcerias que nós fizemos com empresários que fizeram a doação e a execução, tanto da Senah... A base humanitária da Senah, em São Paulo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

distribuiu na Praça da Sé. Fizemos distribuição também em Campinas e eu aqui em Brasília, em algumas ações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Teve parceria também com governos, sejam eles estaduais, municipais ou o federal?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. Não teve parceria. Foi com empresários.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi doação de empresários.

Ainda no *site* da Senah consta, abro aspas novamente, nessa nota que a Senah "se dispunha a cooperar apoiando o Governo no esforço para aquisição de vacinas no combate à covid-19", fecho aspas. De que forma o senhor imaginou cooperar com o Governo, tratando-se de um assunto tão complexo quanto a aquisição de vacinas? O senhor acha que a Senah tinha condições de se lançar numa empreitada tão grande como essa? Que conhecimentos técnicos na área da saúde a organização possui para a aquisição de vacinas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Quando eu falo "sociedade civil organizada", os projetos da Senah são projetos também de impacto social: moradia, resíduos sólidos, CO_2. E nós temos parcerias com universidades. Então, sobre vacina, nós tínhamos uma ou duas pessoas para falar sobre o tema conosco, mas, na representatividade de levar esse tema ao Governo, eu me coloquei à disposição exatamente por esta minha fragilidade de ter perdido um ente querido e o desejo de de a vacina chegar a cada brasileiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Realmente é uma história um pouco confusa, Pastor, com todo o respeito ao trabalho que o senhor desenvolve e tudo. É uma história um pouco... A maneira como o senhor chega nessa negociação – que não foi concretizada, mas de que o senhor de alguma forma fez parte – é algo realmente que deixa muitas dúvidas com relação a tudo isso que aconteceu.

O senhor se arrepende, de alguma forma, de ter entrado nesse grupo de pessoas que, de alguma forma, estava tentando vender as vacinas para o Governo brasileiro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu me arrependo, sim, Senador, me arrependo, porque era um tema que tinha um desejo muito grande de acontecer. Quem me conhece ou quem anda comigo, os meus subordinados, os meus assessores e diretores... Eu me arrependo, sim, de ter...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – São quantos assessores, quantos diretores? Só para eu ter uma noção.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu tenho seis diretores jurídicos, tenho desde diretoria jurídica... E, no intuito, assim, de trazer, porque eu andava no Brasil e o Brasil fechado, fechava as portas, tudo, tudo fechado. Então, eu vi essa situação, essa calamidade, porque eu estava saindo da Coreia do Sul e no início da pandemia já no ano passado, dia... A gente estava saindo da Coreia do Sul, e eu presenciei que haveria de acontecer algo fenomenal, algo que ia mudar o mundo. Então, chegando em Brasília, nós montamos um trabalho de atividade em relação ao covid. E eu me arrependo, eu me arrependo muito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A sua assessoria jurídica... O senhor falou que tinha uma assessoria jurídica...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que tem na Senah...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Temos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – São quantas pessoas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – São dois advogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Os dois advogados, em nenhum momento, fizeram um alerta para o senhor da credibilidade das pessoas com quem o senhor estava se desenvolvendo? Em nenhum momento houve essa avaliação, essa peneirada aí para saber exatamente onde é que o senhor estava pisando?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O meu advogado é ex-delegado da Polícia Civil. Então, ele conversou também com o Dominguetti. Ele pediu para ter cuidado com as credenciais de Dominguetti, mas nós, por essa sensibilidade que o Brasil estava vivendo, demos andamento na questão da vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas credenciais por credenciais – viu, Senador Girão? –, as suas credenciais também não são muito boas, não. O senhor é homenageado pelo templo do Reverendo Moon, o senhor coloca uma série de entidades aí que estão desmentindo que fazem parte da sua. Então, a sua referência também em relação à sua prática é a mesma prática do Dominguetti, não é? É tudo Fanta, aquela Fanta Laranja que você toma, que não tem gosto de laranja, mas é Fanta. Então, o senhor agora chorou e se arrepende. O senhor chorou e se arrependeu do quê?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – De ter estado nessa operação das vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, na operação das vacinas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na operação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. E aí, Senador Eduardo Girão, sem querer politizar, sem querer, mas fazendo comparativos, a Pfizer manda 101 *e-mails* para o Ministério da Saúde, e o Pastor consegue, em horas, que as portas se abram pra ele – você está me entendendo? –, numa mágica, numa coisa espantosa, não é?

Daí o argumento do Governo é não pagou, não pagou. Não, tripudiou na compra da vacina. Recebe em horas, e se abrem as portas para o Reverendo entrar no Ministério da Saúde, coisa que o senhor não consegue fazer, coisa que eu não consigo fazer, coisa que nenhum Senador consegue fazer aqui. Mas deixa de responder mais de cem *e-mails* pra a Pfizer. Aliás, *e-mail* que chegou à mão do Presidente e do Vice-Presidente; chegou à mão do Braga Netto – por isso também é que ele tinha que estar aqui pra explicar por que ele não respondeu, porque ele era o coordenador da questão do covid no Brasil e não respondeu –; chegou à mão do Paulo Guedes; chegou às mãos do Ministro da Saúde. Mas, milagrosamente, a Davati consegue adentrar o Ministério da Saúde pra vender 400 milhões de doses, e a Pfizer não conseguia, mandou carta e *e-mail* pra todo mundo do Governo e não conseguiu esse grande intento que o nosso Reverendo aqui conseguiu. Então, essa ajuda era a ajuda que não ia chegar nunca. A verdadeira ajuda estava lá, que era a Pfizer e a CoronaVac. O Governo não quis atendê-los, mas atendeu o Reverendo.

Essa questão eu queria colocar, porque o senhor... Olhe bem, é muito difícil acreditar na história. Por isso é que eu intervim aqui pra dizer que eu concordo com o senhor. É muito difícil. A opinião sua e a minha em relação a comprar vacina é a mesma, Senador Girão. Nós queremos vacina, não é? Mas aqueles que ofereceram e que tinham a vacina tiveram dificuldade de tratar com o Governo. Aqueles que não tinham vacina, mas que tinham alguém pra indicar, pra abrir as portas tinham mais facilidade. Isso começa numa mesa de bar, vai pra dentro do ministério. A Covaxin... O senhor está vendo que aquilo que eu disse há um mês aqui... Eu disse: "Olha, estão suspendendo o contrato da Covaxin, mas, daqui a um mês, eles vão cancelar o contrato". Era tudo armado pra fazer crer que tudo era correto.

Até o Ministro que V. Exa. está querendo que venha, eu também concordo que ele venha aqui, até porque ele tem que explicar, tanto tempo depois, milagrosamente, que o Presidente disse que passou para o General Pazuello e para o Coronel Elcio e, em três dias, eles não encontraram nenhuma irregularidade no contrato da Covaxin. A CGU, que tem uma superestrutura, está há três meses e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

agora que vem dar uma resposta. Esses milagres é que a gente não consegue entender. V. Exa. é cristão, como eu sou, mas tem coisas que são palpáveis. A gente vê que há muita coisa por trás. É dessas coisas, Senador Marcos Rogério, que nós estamos atrás de saber. Não é apontar o dedo.

Agora mesmo, estavam falando de fotos aqui, e eu falei: "Espere aí, uma foto não quer dizer nada". Eu tiro foto com muita gente. Isso não prova que há corrupção, não, mas o que a gente não entende e que ninguém nos explica é por que o Reverendo consegue adentar o Ministério da Saúde e a Pfizer, que é uma *compliance* conhecida no mundo todo, não consegue vender a vacina e só consegue vender depois de muita pressão do povo brasileiro. É essa a questão, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu peço só a reposição do meu tempo, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E ligar o seu microfone, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está ligado, está ligado!

O senhor tocou num ponto a que eu ia chegar, exatamente nesse ponto – eu lhe agradeço –, que é a questão da CGU, do Ministro Wagner Rosário. Ele tem que vir e tem que vir logo. Senadora Eliziane, ele pode esclarecer situações tanto do Governo Federal, desse caso específico da Covaxin...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Concordo integralmente, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... como também de Estados e Municípios, que ele fez 53 operações. E o detalhe, a boa notícia qual é? É que ele quer vir, Senadora Soraya, ele quer vir! Ele já deu entrevista dizendo: "Olha, eu estou esperando só marcar".

Então, Presidente, se nós temos aqui uma votação unânime da vinda do Ministro Wagner Rosário... Inclusive no dia da votação o Senador Randolfe disse exatamente: "Concordo plenamente, tem que vir". Eu queria fazer uma solicitação para o senhor pautar e não adiar mais, porque já foi adiado várias vezes. Eu achava até que seria nesta semana. Se o senhor puder marcar para a próxima semana, impreterivelmente, a visita do Ministro Wagner Rosário, eu lhe agradeço. Assim como também pautar, Senador Omar Aziz...

Inclusive, eu trouxe a matéria aqui da revista *Veja* da semana passada. Olha o título, tem tudo a ver com o que a gente está vivenciando: "Uma doença nacional", que fala do caso escandaloso, vergonhoso, escancarado do Consórcio Nordeste, em que a gente precisa ouvir o contraditório, dando ampla defesa para as pessoas que precisam estar aqui nesta CPI. A gente já ouviu muita gente nesta CPI e vamos ouvir mais. Temos de ouvir, mas a gente não pode simplesmente virar as costas e fazer de conta que não está acontecendo nada nesse caso, inclusive, o Governador da Bahia... Essa matéria é uma matéria interessantíssima, porque ele diz assim, em depoimento à Polícia Federal, ele diz o seguinte, que: "A mim não cabe checar as informações do contrato". Poxa, o maior contrato do Consórcio Nordeste nesta pandemia, 48,7 milhões, não cabe ao Presidente do Consórcio Nordeste, mas cabe ao Gabas. Por que esta CPI não quer ouvir o Gabas, então?

Nós temos dois requerimentos, Presidente, que eu faço um apelo para o senhor colocar em votação, que é da Cristiana Prestes, a dona dessa empresa que recebeu essa montanha de dinheiro, repito, de respiradores que não chegaram – o dinheiro foi antecipado, e os respiradores não chegaram –, e também do Bruno Dauster, que era o Chefe da Casa Civil do Governador Rui, da Bahia. Ou seja, se o Governador está dizendo que não era para checar, o diretor do consórcio Nordeste era para checar, o Carlos Gabas, que a gente não quis trazer, e o Bruno Dauster, que foi exonerado por causa desse escândalo, tem de vir a esta CPI, porque ele era para checar. Inclusive, em depoimentos a polícia, a dona da empresa cita situações muito delicadas – estão, aqui, na revista –, inclusive envolvendo dois ex-ministros do Governo Dilma. A gente não pode simplesmente fazer de conta que isso não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Outro caso que é citado na revista aqui, que envolve Estados, o Estado do Pará, por exemplo, coloca aqui a participação direta do Governador do Pará – direta – nas negociações para a compra de equipamentos médicos, que tiveram aí... Os desvios podem chegar a R$280 milhões. Os procuradores investigam, entre outros negócios, ilegalidades na aquisição de respiradores e bombas de infusão de hospitais paraenses.

Então, Sr. Presidente, nós estamos providenciando outros requerimentos nesse sentido também, para que a gente possa equilibrar um pouco e buscar toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade. Não podemos esquecer que esta CPI só está existindo porque dois requerimentos foram aprovados, na instalação, pelo Presidente da Casa, o Senador Rodrigo Pacheco. Um deles é para investigar eventuais omissões e ações do Governo Federal, e outro, que é de minha autoria, assinado por 45 – vou repetir, 45 – Senadores da República, a maioria da Casa, para que se investigue o Governo Federal também, mais os bilhões de verbas federais enviadas para Estados e Municípios.

Eu agradeço se a gente puder realmente rastrear o dinheiro da corrupção, onde quer que ela esteja, doa a quem doer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, antes de mais nada, eu queria dizer a todos que há uma diferença, sim, muito grande, deste Governo em relação a outros governos. E, na área da saúde, a maior diferença é o modo como este Governo e o método que este Governo adotou para a aquisição de vacinas.

Nos governos anteriores, as vacinas eram adquiridas ou dos institutos nacionais, por estímulo à produção desses insumos aqui, no Brasil, o que acontecia, ou via Organização Mundial de Saúde, Organização Pan-Americana de Saúde, e isso evitava que um insumo que, unitariamente, tem um preço relativamente alto, dependendo do tipo de imunizante, pudesse ser objeto de negociações, como estamos vendo, que ocorreram ao longo deste período, depois de o Governo ter negado peremptória e sistematicamente o apelo de laboratórios que queriam vender diretamente ao Governo, ao Ministério da Saúde, vacinas.

É bom lembrar que mesmo a Pfizer só entrou como alternativa para o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro com a intermediação do Secretário de Comunicação. Não foi uma iniciativa do Ministério da Saúde, órgão gestor do Sistema Único de Saúde do Brasil.

Portanto, nós estamos diante de uma prática que se tornou comum neste Governo. Por isso, há, sim, uma diferença entre este e outros governos. Nos outros governos – de Fernando Henrique, de Lula, de Dilma – não havia essa prática de intermediação na compra de vacinas. Aliás, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde era obrigada a comprar esses insumos estratégicos ou medicamentos de alto custo com desconto, porque são medicamentos e insumos que, na maioria das vezes, têm um único produtor, por isso tinham um preço reduzido na hora da aquisição. E o que a gente está vendo neste Governo é algo em que tudo isso é objeto de intermediação.

Mas também aqui me chama a atenção o fato de que a Senah funciona desde o dia 28/10/2019 em Águas Claras, no Conjunto 26, Lote 1. Também funciona, desde o dia 5/12/2020, o espaço Madi's Lounge Club no mesmo local. Em consulta ao *site* da Terracap, o imóvel pertence à empresa Clínica de Olhos Anchieta Ltda. desde 2002. No *site* da Senah, há informações sobre os dados bancários da instituição, onde são pedidas doações aos visitantes para os projetos desenvolvidos pela secretaria, e, em consultas à Senah, a localização informada ainda é a mesma. Ou seja, o espaço Madi's Lounge Club funciona, pelas informações da Terracap, no mesmo lugar em que funciona a Senah, que é de propriedade de uma clínica de olhos, portanto, algo bastante estranho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu queria aqui, Sr. Reverendo Amilton... Neste novo momento da CPI, voltamos aos trabalhos com a certeza de que já temos provas dos crimes cometidos pelo Governo Bolsonaro contra os brasileiros. São 557 mil mortos, decorrentes da forma como o Governo se conduziu no combate à pandemia, estimulando o contágio e adotando como única medida sanitária o uso da cloroquina, enganando o povo, mandando o povo sair de casa, estimulando aglomeração, proibindo o uso de máscaras. O Governo Bolsonaro agiu na ampliação do contágio, enganando a população, fazendo propaganda, prescrevendo de forma a praticar o charlatanismo, do uso da cloroquina, sabidamente ineficaz contra o coronavírus e contra a covid-19.

Gostaríamos, a partir de agora, que as pessoas ouvidas aqui trouxessem elementos para dar ainda mais consistência ao que já foi apurado. Eu insisto que o senhor, como reverendo, que faz questão de destacar a sua atuação humanitária e que diz que foi usado pelo Dominguetti e o Cristiano Carvalho para abrir as portas do Ministério da Saúde, que o senhor aqui fale a verdade. Eu vou fazer alguns questionamentos que complementam as apurações já confirmadas nesta CPI.

Primeiro, eu gostaria de saber do senhor quem é a D. Maria Helena.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – D. Maria Helena é uma das advogadas da Senah.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor confia bastante nela, com certeza?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ela faz parte da diretoria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k. Seria ela a Maria Helena Prill?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor também poderia me confirmar, através dessas fotos? Eu tenho várias fotos. Acho que tenho a D. Maria Helena aqui. Aqui, de novo, fotos com o senhor na cabeceira da mesa com a Sra. Maria Helena. Aqui, uma outra foto onde o senhor está atrás dela, Sra. Maria Helena. E, aqui, a Sra. Maria Helena na posse do Ministro da Defesa, certo?

Nós recebemos essas fotos dos nossos amigos do Twitter, a quem eu quero desde já agradecer, e, além disso, recebemos a informação de que esses registros são de reuniões para as tratativas de compra de vacinas intermediadas por meio da Senah.

O senhor confirma isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, eu preciso ver as fotos, mas... (*Pausa.*)

Essa, não. Dominguetti faz parte. Isso aqui foi no dia, dia 12. Essa aqui... Eu confirmo essas duas, essas três.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k. Muito obrigado, Sr. Reverendo Amilton.

Pois bem, esta senhora ganha relevância, porque o nome dela é registrado como Maria Helena Embaixada no celular do Dominguetti em conversas no WhatsApp. Numa troca de mensagens, a D. Maria Helena afirmou que – abro aspas: "Ontem o Reverendo esteve com o Presidente", o que foi confirmado pelo Dominguetti, isso no dia 16 de março.

Coloca o vídeo aí para a gente ver por favor.

Enquanto eles botam o vídeo, quer dizer, se foi ontem...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois bem, como eu estava dizendo, numa troca de mensagens, a D. Maria Helena afirmou – abro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

aspas – que: "Ontem o Reverendo esteve com o Presidente", o que foi confirmado pelo Dominguetti – isso, no dia 16 de março. Se foi ontem, como disse a D. Maria Helena, uma pessoa da sua confiança confirmou o seu encontro com o Presidente Bolsonaro no dia 15 de março. O senhor ainda vai negar que esteve com o Presidente?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Desde a manhã eu estava aqui na CPI querendo falar sobre esse assunto, essa demanda, e a oportunidade, nobre Senador, estou tendo agora. No dia 14 nós tivemos uma reunião na diretoria jurídica da Senah onde eu avisei que, havendo possibilidade, eu estaria com o Presidente Bolsonaro. A nossa equipe estava saindo para Goiânia e, então, houve esse ruído de comunicação, em que cada um foi passando uma mensagem a Dominguetti e a Cristiano, que tanto me importunava para falar com o Presidente. Na verdade, eu não fui, porque no dia 15 eu tive uma crise renal. Então, eu me dirigi pra casa e eu não fui nessa reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então o senhor conhece o Presidente Bolsonaro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não o conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor fala em nome dele naquele vídeo.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É um projeto que nós lançamos em 2019. Esse é de 2019, é um projeto que nós lançamos para o Brasil. É um projeto de moradia, nós íamos colocar 10 mil casas com parceria. Não é dinheiro do Governo, é uma aliança e um projeto que a gente tem com o Banco Mundial. Eu estive aqui nesta Casa, em 2018, aqui na... Foi em uma sessão para deliberar esse projeto de casas. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor fala do Presidente no começo do vídeo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É!

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Esse vídeo é de 2019...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, tudo bem, mas o senhor fala do Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor fala do Presidente.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu falo que é um projeto para a Nação cujo tema é "Morada Brasil". Ele nem adotou o projeto, ele adotou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k., mas, se ele não adotou, o senhor tratou com ele sobre isso.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então o que o senhor falou aí não procede, naquele vídeo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, é um projeto que nós estamos trazendo para o Governo. Entenda o Governo como o todo, o Governo Bolsonaro é a Nação brasileira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas aparece um outro personagem que queremos sua ajuda para descobrir. Nesse mesmo período, também no dia 15 de março, Dominguetti troca mensagens com o Sr. "Amauri Vacinas Embaixada". O senhor poderia nos dizer quem é?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – "Amauri Vacinas Embaixada": está se referindo a um dos meus diretores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Qual é a relação com a Senah? O senhor já disse: ele é um dos seus diretores.

Por que o senhor, Reverendo... "A teia está se fechando." O tal "Amauri Vacinas Embaixada" também confirma, no dia 15 de março – abro aspas – que: "O Reverendo está neste momento com o 01."

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Foi, foi exatamente a reunião que eu fiz no dia 14 com os integrantes, com a diretoria, e disse que eu estaria. Então, Amauri, que é o Mauriston, um dos diretores, também estava na reunião.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o senhor diz para ele... Ele diz que "o Reverendo está neste momento com o 01". O 01 é uma referência ao Presidente da República. Engraçado é que, como o Senador Randolfe Rodrigues já mostrou aqui, foi no dia 15 de março que houve a carta da Davati com o pedido da vacina a US$10. Viu, Senador Randolfe? Era 3,50, mas o pedido foi de US$10. E, paralelamente, veio a carta do senhor pedindo o acréscimo de US$1, justamente o valor da propina denunciada pelo Dominguetti. Foi isso que o senhor foi tratar com o Bolsonaro no dia 15?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não ouvi, nobre Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O engraçado é que o Senador Randolfe, ou seja, aqui... O Senador Randolfe já mostrou que foi no dia 15 de março que houve uma carta da Davati com o pedido da vacina a US$10. Paralelamente, veio a carta do senhor pedindo o acréscimo de US$1, justamente o valor da propina denunciada pelo Dominguetti. Foi isso que o senhor foi tratar com Bolsonaro no dia 15 de março?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, de forma alguma. A carta é uma carta falando pra atualizar o preço. Esse preço começou de 3,50, 17,50 e tinha que atualizar o preço pra 11 e encaminhar o FCO para o MS. E assim nós fizemos no dia 24.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, quer dizer que o senhor continua insistindo na versão que, pra mim, o senhor continua desinformando, como é a prática deste Governo, ou melhor, mentindo – não queria ser deselegante – que não encontrou o Presidente, que não houve negociação nenhuma de preço de vacina nesse encontro que o senhor teve com o Presidente?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, não teve encontro. O próprio Dominguetti e o Cristiano, assim, eles diziam: "Olha, vamos esquecer o Reverendo, que ele não tem contato com ninguém". Aqui mesmo, nesta Comissão, esse áudio foi transmitido, não é? Então, eu não tive contato com o Presidente no dia 15.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria dizer que nós estamos um pouco cansados de ver operações tão atrapalhadas, como foi batizada aqui essa operação "tabajara" da compra de vacina da Davati. É cada dia um capítulo novo, Senador Randolfe Rodrigues. Nos deixa assim... Como disse o outro Senador que nos antecedeu, em nenhum governo aconteceu isso, só neste Governo, que deixou de comprar a vacina no tempo certo, deixou a emergência sanitária se agudizar pra poder fazer intermediação de compra de vacinas. E aí, tudo valia, inclusive a operação "tabajara" de venda de vacina.

Veja só: só pra terminar e provar que o senhor quer esconder, vou relembrar um comentário na CNN 360 feito a partir de uma conversa do Sr. Cristiano Carvalho da Davati com a jornalista Renata Agostini. A jornalista informou que o Cristiano teve um almoço na casa do senhor, no dia 12 de março, exatamente no dia que o senhor já confirmou que teve encontro com Cristiano no Ministério da Saúde. E nesse almoço o senhor pede que ele permaneça em Brasília por mais alguns dias, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

o senhor prometeu o encontro dele com uma pessoa da Casa Civil ou o Presidente da República. E adivinha em que data? Quinze de março.

O Cristiano disse também à Renata Agostini que, apesar de ter esperado, ele não participou do encontro, que vimos aqui que aconteceu com o Presidente Bolsonaro para os ajustes do preço – do preço, para a gente ser elegante – da compra da vacina.

Apesar dessas manobras, a CPI, mais uma vez, vai revelando a verdade ao povo brasileiro sobre essa operação muito atrapalhada, que desmerece por demais o nosso País e o nosso sistema de governo, não o nosso sistema de governo, mas este Governo, e que desvenda de novo que há uma intermediação clara deste Governo na aquisição de insumos como a vacina.

E V. Exa., ao que me parece, participou de toda a operação para a compra ou para a venda dessa vacina que não existia, e o Governo, no afã de ver na intermediação algum ganho indireto, propina, se submeteu a uma tamanha, a uma gigantesca bagunça, a uma mistura, a uma desordem. Há empresas que funcionam em espaços em que funcionam casas de *show*, entidades que funcionam no mesmo endereço de casas de *show*, empresas que não têm registro para vender vacina da AstraZeneca, ou seja, é uma confusão sem tamanho, o que mostra que este Governo não tem condição nenhuma para gerir este País, tampouco o pior momento da história do nosso País, que foi o combate à pandemia da covid-19.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Sr. Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado pela sua colaboração.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Passo, imediatamente, a palavra para o Senador Alessandro Vieira, por 15 minutos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Amilton, boa tarde! O senhor pode informar para a CPI do que é que o senhor vive?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Bom, eu sou empresário, sou pastor e também palestrante e faço... Dou palestras e estudo bíblico nas igrejas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor é remunerado pelas igrejas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu sou remunerado como pastor. Existe o pastor local, e existe o pastor itinerante. O pastor itinerante é o pastor que viaja o mundo inteiro, que prega a Palavra de Deus nas igrejas e ali leva a mensagem, uma mensagem salvífica. Essa remuneração, eu tenho. E tenho também o pró-labore da minha empresa nos Estados Unidos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A sua empresa nos Estados Unidos cuida de quê?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Consultoria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – De quê?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Projetos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em que área?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – São projetos de resíduos sólidos, projetos de CO_2, projetos de...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor tem um exemplo concreto de um projeto em que o senhor tenha atuado como consultor no mundo real?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não entendi, nobre Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor tem algum exemplo de projeto, no mundo real, onde o senhor tenha atuado como consultor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Projeto no mundo real...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso!

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – ... eu tenho. Nós temos um de resíduos sólidos com tecnologia. Nós estamos trazendo esse projeto aqui para um Município próximo a Brasília.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso está implementado?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, nós estamos implementando. Já temos assim o projeto em si da tecnologia e estamos dando...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Amilton, vou repetir. Acho que, talvez, não tenha ficado claro. Eu quero saber de um caso concreto em que tenha acontecido um projeto, em que esse projeto tenha sido executado e em que o senhor tenha atuado ou em que sua empresa tenha atuado na condição de consultora.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Projeto executado, nós temos de casas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Onde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Em São Paulo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em que Município?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Com o meu escritório em São Paulo; alguns com construtoras. Então, nós demos o primeiro passo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em que Município? O senhor pode identificar casas que foram construídas com a intermediação da sua consultoria?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, a gente recebe associações...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – E ali lança. Então, teve... A gente não pode dizer que foram executados, mas está em andamento esse projeto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, o senhor não tem nenhum projeto pela consultoria dos Estados Unidos e também não tem nenhum projeto pela consultoria de São Paulo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim. Nós temos... O projeto tem etapas. Então, tem a primeira etapa: ver toda documentação. Segunda etapa: ver a...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A gente está falando aí de quanto tempo que o senhor é empresário?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu deixei... Praticamente eu era pastor de altar de Igreja em 2017. Eu fiquei 20 anos como pastor da Igreja e depois me dediquei às causas humanitárias e projetos de impacto social. E nisso aí eu coloquei a minha empresa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor consegue exemplificar um projeto?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – De impacto social?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós temos, aqui em Brasília, que virou lei, o meu projeto: Projeto Lei Fest Vida. Esse é um projeto gigantesco. No aniversário de Brasília, nós o executamos. Então, ele é um projeto que trabalha nas causas emergenciais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ele é de distribuição de alimentos? É um projeto de quê?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É um projeto... Ele é uma ação sociocultural. Essa ação sociocultural é desde atendimentos médicos, atendimento na rua, farmácia gratuita... Então, nós fazemos esse projeto lei, que se tornou lei. Hoje é lei e está disponível para o Governo do Distrito Federal.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Acontece uma vez por ano?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No aniversário de Brasília.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – No aniversário de Brasília.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Há outros projetos na Igreja também que desenvolvi: o Projeto Lendo e Aprendendo, em que a criança chega na Igreja, ela vai para um setor de leitura e brinquedos enquanto os pais ficam no culto e na reunião.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Tem vários...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor encaminhou um documento ao Ministério da Saúde, no dia 14/03, fazendo uma oferta de um lote de vacinas a US$11 a unidade. Correto isso? Dia 14/03, US$11 a unidade.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, eu não me lembro. (*Pausa.*)

É esse?

Nós mandamos dia 24/03, a US$11.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu estou aqui com o documento, Sr. Amilton. Ele é datado do dia 14 de março de 2021. Ele é endereçado ao Sr. Antônio Elcio Franco Filho. Ele é intitulado "Carta Humanitária". E faz uma oferta de doses, em caráter emergencial, a US$11 a unidade, mencionando os laboratórios AstraZeneca/Oxford e Janssen, da Johnson & Johnson.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, não, o.k. Eu estou com o meu calendário. Ele apresenta 14/03...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Catorze, está correto isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É 14/03.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Essas vacinas viriam de onde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Mas o *e-mail* foi encaminhado dia 24. Ele é 14/03, mas o *e-mail* foi encaminhado no dia 24.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ah, o senhor preparou um documento dia 14, mas enviou dez dias depois?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É. O encaminhamento... Foi apresentada a proposta dia 24.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Dez dias depois?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Tem alguma justificativa desses dez dias?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não tem justificativa?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não tenho...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não era emergencial?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – ... qual seria a demanda do dia 14. A do dia 24, nós temos, que é uma oferta oficial da Janssen, que deve ser essa que o senhor menciona...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Até vou pedir para entregar a ele ali para ver se facilita a vida dele.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Por favor. (*Pausa.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É esse o documento?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Exatamente esse.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, esse documento, do dia 14, emergencial, humanitário, só foi encaminhado efetivamente dez dias depois.

É isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Conforme o nosso *e-mail*, dia 24... Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Essas vacinas viriam de onde, Sr. Amilton?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Essa é a proposta que o Herman, depois de ter feito uma outra reunião, muda o valor. Ele falou: "Olha, caiu o valor e não tem agora, somente a AstraZeneca". Tinha a Janssen...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A que seria da Davati?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Davati.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor consegue explicar por que a própria Davati encaminha para o Ministério da Saúde, um dia depois, uma proposta pelo valor de US$10 e não US$11?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Passou essa... Dez dias...

Perdão, nobre Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Tem algumas coisas que a gente acha que é confusão mental, outras é o tempo para elaborar a mentira, certo?

Não se preocupe, o senhor tem tempo para pensar bem.

No dia 14, o senhor redige um documento. O senhor diz aqui que o documento do dia 14, apesar de emergencial, o senhor só mandou no dia 24. E eu lhe pergunto: por que essa mesma fornecedora, no dia 15, encaminhou um documento com a proposta mais barata, US$1 exatamente, o famoso US$1 a menos? O senhor tem alguma explicação para essa situação?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não tenho essa informação para lhe dizer, tenho que ir buscar com a minha diretoria o que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O documento está aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Que diretoria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Que diretoria vai poder lhe explicar isso, Sr. Amilton?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Que encaminhou o *e-mail*.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não foi o senhor que encaminhou o *e-mail*?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas está a sua assinatura.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Essa diretoria vive de quê?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Cada um tem a sua profissão e trabalham como agentes humanitários.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agentes humanitários. É uma carta humanitária.

Veja, essa carta humanitária cobra US$1 a mais em uma vacina que o senhor mesmo acabou de dizer que tinha conhecimento que tinha baixado o preço, supostamente baixado o preço, e o senhor não consegue me explicar o porquê dessa manobra toda?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O próprio Herman pode explicar porque a demanda que vinha da Davati ele, de certa forma, proibia, então, teria que seguir a oferta oficial.

Então...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Veja, mas se a oferta oficial...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a oferta oficial era US$10.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... no dia 15, era US$10. Como é que o senhor, no dia 24, mandou uma de US$11?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu recebi essa oferta não foi dia 24, eu encaminhei o *e-mail* dia 24.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeito, mas procede a pergunta.

Se um era US$10, como é que o senhor mandou US$11?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu recebi do Herman US$11.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – O senhor tem o documento recebendo a proposta de US$11?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Onde está?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Está aqui comigo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pode ver a data, por favor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Vou pedir aqui aos meus advogados que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Enquanto eles localizam, o senhor pode me explicar como seria feita a doação da Davati para a Senah?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, eu... Sobre esse assunto, o que foi acordado foi que seria uma doação, não foram valores.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não se falou em valores?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vou lhe doar alguma coisa, é isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A gente está falando de um contrato bilionário, um troço que a cada... O senhor cobrou US$1 a mais por dose. O senhor vai receber um percentual disso sob o nome de doação – é o nome que vocês estão usando aí, o eufemismo –, e o senhor não sabe o valor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor. O que nós conversamos no último dia, e até quem participou também foi o Coronel Guerra, ele falou que fez algumas doações também, porque eu cobrava a documentação e fiz uma pergunta ao Coronel Guerra, se ele tivesse entregue alguma vacina em algum país, que mandasse para mim um comprovante de que ele tinha feito isso, e ele já tinha feito várias vendas em alguns países, e que ia fazer, e que ia conversar com o Herman para disponibilizar a documentação para mim dessas... E aí depois ele falou que não poderia disponibilizar porque é um contrato sigiloso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Conseguiu localizar a proposta de US$10?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Temos o documento aí?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – De US$11, na verdade?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós temos, temos no próprio *e-mail* que encaminhamos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, no *e-mail* que foi encaminhado nós não temos aqui. Eu quero reiterar o que eu já tinha lhe perguntado e o que está sendo perguntado pelo Senador Alessandro: temos aqui uma carta de US$10, da Davati, e depois uma outra carta sua, do dia 14, que agora o senhor traz a informação de que foi encaminhada dez dias depois, de US$11.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – De US$11. Aí uma oferta oficial também, que é de US$11.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, onde está essa proposta de US$11?

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA (*Fora do microfone*.) – Excelência, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA (Para expor. *Fora do microfone*.) – Esse documento existe, claro, a gente está fazendo a leitura aqui, mas assim, na ordem, a gente pode se comprometer a encaminhar o documento oficial. Não vai se apagar, é um documento que está saindo e recebendo pelo *e-mail* oficial da instituição, então a gente encaminha aqui para CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. DANIEL SAMPAIO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Olhe, a gente tem os documentos que o Sr. Herman manda diretamente a mesma proposta de US$11 para o Ministério da Saúde que repassa para a gente. Essa é a que depois ele encaminha para o Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente

O SR. DANIEL SAMPAIO (*Fora do microfone*.) – A gente se compromete a enviar o que o senhor pede, as outras estariam aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Eu vou repor o tempo do Senador Alessandro, mas, Sr. Amilton, essa mesma inquirição que o Senador Alessandro fez eu lhe fiz, e o senhor tinha me dado respostas diferentes. Não tinha esse prazo de dez dias. O senhor agora está refazendo a resposta que deu para mim anteriormente, incluindo um prazo de dez dias. É isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É porque eu olhei aqui no...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor quer refazer de novo, mais uma vez?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, eu olhei aqui no meu calendário, no meu cronograma feito, passo a passo, com todos, e eu aqui estou refazendo que, no dia 14, conforme aqui os meus advogados, foi feito e encaminhado no dia 24.

Senador Alessandro, pode prosseguir, vou acrescentar seu tempo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Já caminho para a conclusão, Sr. Presidente. Eu quero só deixar claro para quem acompanha aqui: primeiro, que o humanitário só está no nome, no cabeçalho da mensagem, não tem nada de humanitário nessa malandragem, nada! O objetivo aqui era financeiro, escamoteado com o nome de doação. O senhor é um consultor que não tem um projeto apresentado, é um missionário que se apresenta como representante de várias instituições em que nenhuma reconhece sua participação. O que é mais absurdo não é eu estar aqui hoje, no Senado da República, numa CPI, tendo que inquirir uma figura como o senhor, não é isso que é o mais absurdo. O mais absurdo é o Governo brasileiro dar espaço para gente como o senhor, como o Cabo Dominguetti, como o Cristiano, porque enquanto as pessoas estavam morrendo, vocês estavam atrás de vantagem financeira.

E, ao contrário do meu colega Marcos Rogério, eu não me comovo com as lágrimas, não me comovo – com as suas, não; com aquelas ali, sim. Nada disso daqui é verdadeiro, nada! A oferta de vacinas é mentirosa, a conversa fiada de apoio humanitário é mentirosa, tudo atrás de dinheiro no pior momento da vida do Brasil!

Então, se em algum momento – se em algum momento – o senhor efetivamente teve na sua conduta o princípio cristão, já passou muito da hora do arrependimento; agora é hora de punição.

O documento que o senhor encaminha ao Ministério da Saúde é eivado de mentiras do cabeçalho ao rodapé. E o senhor se senta aí e ainda tenta se apresentar para o Brasil e para esta Comissão como agente humanitário da paz mundial ou coisa parecida. Sinceramente, está mais fácil acreditar no cara que acha que é o Super-Homem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Próxima inscrita, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde, boa noite – acho que já é início de noite – a todos que estão nos acompanhando, ao Reverendo Amilton.

Eu gostaria de iniciar aqui, considerando que nós estamos voltando às nossas atividades e que muito tem se falado em relação à desinformação, muitas questões permeiam hoje, por falta de informação, o inconsciente coletivo, e isso só prejudica a nossa Nação neste momento tão difícil por que nós passamos.

Então, eu gostaria de pedir até mesmo para colegas aqui que, por favor, eu não gosto, não trato de assuntos ligados à Medicina justamente porque eu não tenho informação, mas, na área jurídica, é duro, é duro ter que ouvir desinformação aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Os crimes de corrupção ativa e passiva são crimes formais ou de mera conduta. Não é necessária a consumação para que ele se efetive. Então, por favor, aos colegas que insistem em dizer irrealidades e, por outro lado, fazem mil considerações e agressões ao lado que é opositor sobre desinformação e desinformando a população no mesmo momento... Não quero nem citar nome aqui para não dar liberdade para o art. 14, mas isso irrita a gente.

Então, saibam os brasileiros que o crime de corrupção ativa ou passiva apenas se a pessoa oferecer uma vantagem ilegal e o funcionário público não aceitar ou não consumar já foi consumado o crime de corrupção. Então, dentro de um universo de seiscentos e tantos mil funcionários públicos federais adquirindo insumos e "n" coisas o tempo inteiro, você acha que não vai existir? Então, eu não ponho a mão no fogo por ninguém. Eu acredito muito no Presidente da República, mas eu não vou colocar a mão no fogo por esse pessoal do segundo e terceiro escalões. E se ofereceu uma vantagem indevida? E aí? Como é que a gente pode dizer que foi oferecido ou que não foi oferecido? Nós estamos buscando todas as provas, mediante evidências. E aí temos provas testemunhais, provas documentais. Enfim, o relatório vai definir isso e aí, depois, a pessoa vai... depois, o Ministério Público vai definir. Mas, por favor, desinformação, não, aqui dentro, não, não dá mais, porque a audiência é muito grande, e as pessoas cada dia mais confusas, sem entender o que está acontecendo.

Outra coisa, eu fui inquirida por uma cliente minha na advocacia e eu entrei com uma ação para que o Poder Público, o SUS pagasse o tratamento com um remédio que tem canabidiol pra menina que tem cerca de 30 convulsões por dia. E muita gente precisa desse tipo de medicamento. Então, quando nós falamos aqui em empresa que vende maconha, no Brasil não é permitido pra uso recreativo, pra nada disso, mas essa minha cliente me ligou perguntando se o que eu tinha pedido para o Poder Público e que foi deferido pela Justiça, se aquilo era algo ilícito. Então, é permitido o uso em medicamentos, enfim, não quero me delongar aqui porque eu tenho perguntas pra fazer para o Reverendo. Então, essas questões precisam ser desmitificadas, cada coisa ser colocada no seu devido lugar, porque isso só causa malefícios pra população brasileira.

Senhor, perdão, Reverendo Amilton, qual é o endereço da Senah, por favor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – A Senah tem o seu escritório mundial em São Paulo, ali na Avenida Paulista. Esse é um escritório em que a gente despacha todos os assuntos internacionais. E, em Brasília, nós temos o nosso escritório jurídico, que funciona ali no Lago Sul, e a embaixada, que é um local de eventos, e, devido ao covid, esses eventos que nós fazemos nesse local, foi impedido de fazer esses eventos. Então, quando nós começamos o lançamento da embaixada, fomos ver que faltava um documento, que é um documento administrativo – aqui em Brasília não é Prefeitura, é na administração – para mudar o Cnae.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá. Mas consta no documento, no cadastro da pessoa jurídica, no conjunto 26, lote 1, em Águas Claras, certo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Certo, exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor tem que... Se a sede não funciona lá, efetivamente, seria bom o senhor fazer uma retificação junto aos órgãos públicos.

Me diz uma coisa: qual é o telefone da Senah, por favor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O telefone da Senah eu posso te passar. São dois telefones fixos. Eu posso te passar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Viu, Presidente, antes que quebrem o meu sigilo, eu já tentei telefonar aqui, lá do meu gabinete... (*Risos.*)

... e daqui, do meu celular, para os telefones (61)33284863...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É esse?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... e para o 951257727.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, esse aí. Esse aí é o da Senah.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É o da Senah?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas diz que esse telefone não existe. Ninguém atende em lugar nenhum.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Perdão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor está...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O último telefone, por favor?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – 951257727.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É 981257727.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Enfim... 81?

Bom, lá no...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – 25...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – 7727.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – 7727.

No Facebook do senhor está 95125 – exatamente como eu falei – 7727. Então, está errada a informação da associação do senhor também no Facebook, bem como o endereço, que deve ser regularizado junto aos órgãos públicos.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós temos parcerias...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Permita-me. Não tem telefone fixo? Só para completar a pergunta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – 33284863, que é o que está escrito lá.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Tem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele falou que tem dois, mas ele deveria passar para a gente.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu passo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só que esse número que a Senadora está informando...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não atende.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu passarei. É porque está com o número errado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pois é, mas errado tanto no cadastro junto aos órgãos públicos quanto no Facebook. Ele falou que é 98125...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – 7727.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, eu estou... Antes que quebrem meu sigilo, eu liguei para esses números justamente para saber do que se tratava, se eu seria atendida, enfim.

Reverendo Amilton, qual a relação do senhor com o Sr. Roberto Dias, ex-integrante do Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nenhuma relação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor diz que tem empresas nos Estados Unidos, uma empresa nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Senadora Soraya, permita-me.

Nenhuma relação? O senhor nunca esteve com ele?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu não me lembro se eu estive com... Eu não tenho, assim, familiaridade com ele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas eu quero reiterar que, quando eu o indaguei, o senhor tem um *whatsapp* trocado com o Cristiano informando que estava na antessala do Roberto Dias.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não me lembro dessa... Eu estive três vezes no Ministério. Pode ser que seja numa dessas três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, mas o senhor tem relação ou não tem?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não tenho relação de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Conhece ou não conhece?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Bom, eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não se lembra se o conhece?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não me lembro desse...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Uma figura tão emblemática como o Roberto Dias o senhor não lembra se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor foi ao Ministério da Saúde, procurou várias pessoas, esteve com várias pessoas, lembrou vários nomes aqui, lembrou o Coronel Elcio, do Sr. Roberto Dias o senhor não lembra?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Roberto Dias...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O único que foi detido nesta CPI. O senhor não está acompanhando a CPI?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor... No curso deste depoimento, o senhor lembrou de vários nomes do Ministério da Saúde, declinou aqui, inclusive disse todos aqueles que estavam na reunião do dia 12 de março, mas do Sr. Roberto Dias, que o senhor esteve na antessala para conversar com ele, o senhor não lembra?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não me lembro de Roberto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu me lembro que eu estive três ou quatro vezes no Ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Mas o senhor não lembra, ou seja, o senhor pode ter se reunido com ele?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu posso ter me reunido com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ah, entendi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, pode ter tido uma reunião com ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A sua memória não está conseguindo resgatar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A sua memória não está conseguindo resgatar.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É porque...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Assim como o senhor não conseguiu resgatar para várias outras informações aqui, na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Seria uma contribuição importante se o senhor reforçasse...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu posso ver nos meus *e-mails*.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E, veja, inclusive em seu benefício. Essa sua lembrança seria importante em seu benefício, acredite.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu posso ver nos meus *e-mails*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só mais uma pergunta. O senhor não foi na diretoria dele? Ou o senhor não se lembra de não ter ido na diretoria dele?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não me lembro de ter ido na diretoria dele. Eu lembro que eu estive lá no dia 2. Eu lembro que eu estive com várias pessoas, né, os nomes que foram citados. Alguns nomes que foram enviados para nós por *e-mail* que não foram confirmados, quando nós chegamos lá, eram outros funcionários.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor pode ter ido na diretoria do Roberto Dias, pode ter reunido com ele, mas o senhor não lembra.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Da sala e do andar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Amilton, o senhor não lembra do Sr. Roberto Dias?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não lembro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – E qual é a relação da Senah com a Davati?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – A relação da Senah com a Davati é uma relação em que nós colocamos à disposição para indicar a vacina da Davati ao MS.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Foi a empresa americana do senhor que estava envolvida nisso ou a privada, que tem... Com fins lucrativos ou foi essa associação?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No dia 16, o Renato Gabbi trouxe o Dominguetti aqui a Brasília, e aí onde ele apresentou essa demanda das vacinas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor recebeu o aval de quem no Ministério da Saúde para permitir que negociasse com a Davati a compra de 400 milhões de doses da Oxford/AstraZeneca?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não recebi aval do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor conhece o Sr. Herman Cardenas, presidente da Davati?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Conversei com ele duas vezes...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pessoalmente?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. Conversei com o Call, por telefone. Conversei com ele no dia 1º de março e dia 5 de março.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor recebeu apoio do Deputado Fausto Pinato para apresentar ao Ministério da Saúde, conduzindo o Sr. Luiz Paulo Dominguetti?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não recebi apoio do Deputado Fausto Pinato.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E o Deputado Roberto Lucena?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Roberto Lucena foi uma carta de apoio a projetos humanitários, ação humanitária.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor, dentre os CNAEs da associação, quais aqui que o senhor poderia colocar para nós aqui? Os CNAEs, que são as atividades econômicas da associação que o senhor preside.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Para funcionar no espaço de Águas Claras, nós mudamos o Cnae. Então, é por isso que a empresa, a Senah não estava funcionando em Águas Claras, nós desativamos devido ao Cnae.

Então, lá tinha...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, o que tem hoje? O senhor estava negociando em nome da Senah, com "h" no final, certo? Qual é o Cnae dela?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu tenho que... Eu não me lembro do Cnae.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas em qual área? Área da... Em que área que o Cnae dela...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Qual é a atividade econômica dela? De forma mais...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Pelo estatuto?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – E pelo registro na Receita Federal.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – É porque, quando você vai fazer o pedido de uma empresa, de uma ONG ou no local, a primeira coisa que eles perguntam é sobre Cnae, para ver se tem disponibilidade ali. É o chamado Pdot.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Exato, mas em que área? Na área da saúde, na área do que, qual área?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós trabalhamos em diversas áreas, desde social, sociocultural, desde... No fomento também de apoio a entidades públicas e privadas. Então são...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Olha, eu vou, sinceramente, eu vou economizar o tempo do senhor, porque o meu também já está...

Está aqui, olha, o Cnae principal: ensino médio. Então, assim, eu não sei se é uma escola, sabe? Aí, depois, estúdios cinematográficos, são atividades econômicas secundárias, produção de filmes para publicidade, atividade de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificados anteriormente, distribuição cinematográfica de vídeos e de programas de televisão, educação superior, graduação, educação superior, graduação e pós-graduação, educação profissional de nível técnico e educação profissional de nível tecnológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu não ouvi o senhor falar disso em nenhum momento aqui no dia de hoje no seu depoimento. Eu acho estranho isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – E outra coisa, Senadora Soraya, onde é que entra, aí no escopo que a Senadora declinou, relatou, intermediação para venda de vacina?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – No Cnae?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim. No registro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, o registro do senhor permite que o senhor intermedeie vacinas, produtos, insumos médicos, hospitalares? O senhor tem essa autorização do Poder Público?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Senadora acabou de declinar o seu Cnae, o Cnae da sua instituição.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Onde é que está aí a habilitação para intermediar venda de vacina?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A Senah, a Secretaria...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Olha, olha aqui, o Deputado Roberto de Lucena parabeniza o senhor pelo excelente desempenho na interlocução entre laboratórios e Governo. Em nome da Senah. O senhor pode, por favor, nos esclarecer isso? Eu peço ao Presidente que me dê um pouquinho mais de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode ficar à vontade, Senadora.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O trabalho nosso era esse trabalho humanitário de trazer a vacina mais barata.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor... A vacina mais cara é a que o senhor oferece, e o senhor estava com esse trabalho humanitário. O senhor ia receber...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A 3,50.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, a 11.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor ofereceu a US$11,00.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A 11.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A sua carta, a última é a 11.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sua carta é 11.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A primeira reunião, eu tenho aqui a oferta de 3,50.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas Sr. Amilton, só nos poupe. A sua carta última, o senhor acabou de confirmar, foi a US$11,00.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Na mudança de preço. A carta foi até...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas não há prova disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então o senhor não pode dizer aqui que é a mais barata.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Não há prova disso. O que não está nos autos não está no mundo. Isso é um jargão jurídico. O senhor tem que ter documentação disso. O senhor não foi... O senhor deveria ter essa linha do tempo, olha, hoje a vacina custa tanto. Depois o senhor disse, se eu não estou enganada, que houve uma atualização do preço da vacina. Ela foi para 17,50, depois ela desceu para 11. De 3,50 para 17,50, aí ela sobe, aí ela desce. O senhor tem documento? Porque o único documento que nós temos em mãos é esse de US$11,00, que o senhor oferece.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu tenho aqui comigo de 3,50, de 17,50 e de US$11,00. Estão aqui comigo, eu posso passar para vocês.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, por favor, se vocês puderem tirar uma cópia, para a gente ter essa linha do tempo, é importante que o senhor coloque isso, porque é estranho. Por que é que subiu, por que é que desceu. Hoje em dia, a tendência é, pelo número de fabricação, os Estados Unidos estão perdendo vacinas, agora estão pagando para o povo se vacinar. Então é, no mínimo, no mínimo, esquisito tudo isso.

E aí são perguntas não respondidas. Eu estou tentando aqui, eu fico geralmente por último, então não quero ficar fazendo perguntas que já foram feitas inúmeras vezes.

O senhor... Gostaria de saber se a Davati lhe respondeu ao *e-mail*. Olha só, no programa jornalístico da TV Globo, neste programa, foram apresentados *e-mails* do senhor encaminhados à Davati, com cópia ao Ministério da Saúde, que teriam o seguinte teor, aquele teor de que nós já falamos aqui várias vezes: "Esta carta de intenção é endereçada para estabelecer o urgente e iminente..." Eu fico impressionada como o Brasil não tem pernas para ir buscar, precisou da intermediação de V. Sa. Bom, mas "o urgente e iminente interesse do nosso governo do Brasil em contratar e autorizar o vendedor para adquirir o suprimento de 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca".

Quem lhe autorizou a enviar este *e-mail* à Davati, falando em nome do Governo brasileiro? E eu quero saber o que foi que a Davati respondeu.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ela não foi, ninguém me autorizou a enviar essa carta. Essa carta foi da Senah e é uma carta que, quando chegou no Herman, na Davati, ele falou que não, que teria que ser do Governo. Foi um equívoco o envio desse documento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pois é, mas de equívoco em equívoco, nós, o povo brasileiro vai padecendo. Isso é gravíssimo!

Mais grave ainda, com todo respeito, nós somos todos aqui de diferentes religiões, de famílias que desempenham um trabalho religioso, e aí, quando a gente vê as pessoas usando o santo nome de Deus em vão, sabe, é muito complicado – é muito complicado. E nós também trabalhamos enviando as nossas emendas individuais para grupos que fazem caridade, associações, enfim, e aí, quando a gente se depara com algo assim, acaba prejudicando inclusive o trabalho das instituições sérias, que a gente quer ajudar, que a gente conhece. Fica tudo, sabe, entra, cai todo mundo na mesma vala, porque o povo brasileiro não aguenta mais.

Então, dói demais, Sr. Amilton. Eu gostaria que o senhor realmente colaborasse com a Nação brasileira, colocasse na mesa o que o senhor sabe, o que o senhor não sabe, da melhor forma possível. Eu acho importante para o senhor, para o povo brasileiro, o senhor colocar nos trilhos. Eu acredito que o senhor até, inicialmente, estava procurando, sei lá, ganhar uma doação. Eu estou tentando aqui entender, estou tentando entender e não cometer nenhuma injustiça. Eu não gosto de acusações, é muito ruim, porque a gente pode cometer um erro. E cometer uma injustiça com alguém é algo que quem não vai dormir é quem cometeu também essa injustiça. Então, se o senhor puder colaborar com a população brasileira nesse sentido. De repente, o senhor imaginou que o senhor iria receber um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

percentual e iria poder colaborar, enfim, uma série de coisas, eu acredito. A gente tem de partir do princípio da boa-fé.

Então, eu não posso acreditar, mas é muito estranho os nomes todos que o senhor usa: Secretaria Nacional... Quando veio, pela primeira vez, essa Senah, eu fiquei realmente confusa. E aqui nós temos um pessoal esclarecido. Como disse o Senador, acho que foi o Rogério Carvalho, na porta desta CPI tem um mata-burro. Aqui ninguém é bobo não! Então, é complicado.

Aí, o senhor coloca Secretaria Nacional não sei o que lá e se comunica e põe aquele monte de... É OAB, é ONU, é uma série de.... Sabe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – CNBB.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – CNBB! E, aí, o nome fantasia... Olha só, olha só! Mais um minutinho, Sr. Presidente, eu vou concluir. Olha só o nome empresarial: Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários, beleza! Aí olha o título do estabelecimento, nome fantasia: Embaixada Humanitária Mundial pela Paz. Isso confunde as pessoas. Isso confunde! Não está certo ficar usando... Quando o senhor começou a falar "eu estava numa reunião com a embaixadora tal, com o embaixador tal", a gente não sabia se era do Itamaraty, se era... Isso confunde!

O senhor pode pleitear emendas individuais, eu acredito, pela sua associação, para ajudar nos seus projetos, mas está difícil de engolir, Reverendo.

Eu peço perdão a Deus. Quem vai ajoelhar hoje serei eu se eu estou cometendo qualquer injustiça em apertar o senhor nas perguntas, mas, sinceramente, sabe, entrega... A melhor coisa que o senhor tem que fazer é dizer para a gente se alguém ofereceu vantagem indevida, quem foi, quem não foi, porque nós não temos condições, com quase 560 mil mortes, de ficar todo dia perdendo tempo aqui numa situação dessa, que vai, que não vai, que vai, que não vai, que responde, que não responde, que esclarece, que não esclarece... E a gente quer ter, no mínimo, uma conduta educada aqui, mas está difícil de manter, inclusive, Sr. Presidente, a educação.

Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A Senah fez alguma negociação com Municípios?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem certeza disso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O que eu tenho de conhecimento, nós não fizemos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que o senhor tem...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não conversei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para dar, Sr. Presidente, mais uma chance. O senhor tem certeza disso? A Senah não fez nenhuma negociação com Municípios?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Negociação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De vacina!

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós, a Senah, eu não conversei com nenhum Governador, com nenhum Prefeito e com nenhum...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem é Renato Gabbi?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É um dos diretores da Senah.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E essa carta dele encaminhada à Associação dos Municípios do Acre e vários *e-mails* da Senah dirigidos a vários Municípios, em uma reportagem que acabou de ser revelada pela CNN, pela jornalista... Acabou de ser revelada pela CNN.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É; nenhum diretor da Senah tem, pelo estatuto, autorização de fazer ou de conversar. Se ele fez, eu gostaria do material para saber.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está aqui o material, mas, o seguinte, é chancelado pelo senhor, as cartas aos Municípios.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Era uma carta de indicação da Davati que nós fizemos desde o início.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor confirma? Então, o senhor não quer refazer, mais uma vez, a sua resposta? Só para não ter nenhum tipo de excesso por parte do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho, V. Exa...

Sr. Reverendo, o senhor conhece o Salmo 101, Versículo 7?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Salmo 101?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Versículo 7?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Precisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ler aqui para o senhor.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, porque, como pastor, o senhor conhece bem a Bíblia.

O Salmo 101, Versículo 7, diz: "Quem pratica a fraude não habitará no meu santuário; o mentiroso não permanecerá na minha presença".

Esse é o Salmo 101, versículo 7. V. Exa. acaba de responder uma coisa para o Senador dizendo que não o fez, ainda agora, e está refazendo. O senhor disse aqui que se arrepende, mas, o arrependimento, quando a gente se arrepende é para não praticar a fraude, para a gente não praticar a mentira. O arrependimento, não basta você se arrepender e continuar praticando, e o senhor está praticando isso aqui.

Por favor, Pastor, colabore...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inspirado pela citação do Salmo, o senhor não quer refazer a sua resposta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pastor, o senhor, esse seu depoimento aqui...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu refaço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, Pastor: o seu depoimento aqui é a cara desse Governo, porque se todas as negociações que são feitas dentro dos Ministérios têm esse *modus operandi*, nós estamos lascados aqui no Brasil, porque imagina comprar vacina, imagina venda de algodão, venda de não sei o que que o Ministério compra... Os serviços prestados pelos Ministérios que têm atividade fim no Brasil, se todos forem dessa forma, como o senhor entrou, adentrou dentro do Governo e aqui chega e fica – sabe? – na enrolação: "Ah, eu não lembro", daqui a pouco se lembra. Aí, forçado...

Então, Pastor, se arrepender, fazer autocrítica na vida todos nós fazemos; só não faz quem é burro. Se arrepender de atos a gente se arrepende. Muitas vezes, nós somos encaminhados ao erro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pensando que estamos fazendo o bem, mas daí o senhor não saber quem lhe encaminhou para o Ministério; o senhor não saber o que houve, como o senhor chegou lá, nessa história nem uma criança de três anos acredita.

Como é que o senhor entrou dentro do Ministério? O senhor manda um *e-mail*... Será que todo mundo no Brasil que quer vender algum produto para o Ministério da Saúde é só mandar um *e-mail* e se dirigir diretamente lá e será recebido pelo Coronel Elcio, pelo Roberto Dias, na época? Não dá para crer.

O senhor mesmo, nesse vídeo, o senhor cita o Presidente Bolsonaro, como se fosse uma obra do Governo dele. Eu posso dizer que o senhor estava sendo bravateiro ali. É ou não é verdade? Por que aquilo dá a entender que é um programa de governo para construção de casas, e não é nada disso, não é nada disso! Eu não estou dizendo que o seu intento era ruim, mas a forma como o senhor coloca é totalmente mentirosa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Como se o Brasil precisasse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... desse tipo de intermediação para comprar qualquer coisa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não consegue nem construir uma casa hoje...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não tem mais programa habitacional, pessoal. Mudaram para Casa Verde, e não tem recurso. Não se encaminhou nesse orçamento, não tem um real para fazer uma casa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só falar com o Ministro do Desenvolvimento Regional, pergunte a ele quanto é que tem. Os fundos de garantia que fizeram o Minha Casa, Minha Vida, pergunte quanto é que tem hoje. O BNDES não financia absolutamente mais nada, não há transferência de recurso.

A verdade é que nós estamos hoje à mercê do absolutamente nada. Hoje a grande discussão, veja só... Nós estamos há uma semana, morrendo brasileiros, desemprego em alta, economia patinando, um caos, e a discussão que estão levando para tirar o foco dos grandes problemas brasileiros é em relação a uma coisa que já estava consolidada, que era o voto eletrônico! Será que ninguém percebe que isso é uma estratégia para que os grandes problemas...

Eu queria uma manifestação sim. Eu queria ver uma manifestação dos seguidores do Presidente aplaudindo a atividade fim na segurança pública brasileira. Eu queria ver uma manifestação aplaudindo o trabalho na educação, aplaudindo o trabalho na saúde, aplaudindo a ação social, o crescimento de empregos. Não, não é isso. As manifestações hoje são sobre negócio de voto eletrônico, criando uma discussão, um embate entre o Supremo Tribunal Federal com o Chefe da Nação, como se nada estivesse acontecendo para o Chefe da Nação.

Qual foi...

Eu até sugiro ao Ministro Barroso que pegue os maiores *hackers* no Brasil e entregue uma máquina dessa, o Presidente pode levar lá quem ele quiser. Pega o pessoal do IME, pega aquele cidadão que estava ao lado dele e que mostrou aquele vídeo, que aquilo era prova de fraude, coloca lá: "Olha, está aqui. Vamos ver se você consegue realmente fraudar isso aqui". Duvido que consigam! Então, essa distorção... E a gente aqui passou o dia, desde o meio-dia, conversando com V. Sa., Pastor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, eu estou aqui dizendo isso porque realmente nós estamos investigando por que o Brasil, Pastor – e o senhor, que é um cristão, deve ter orado para muitas famílias que perderam entes queridos –, nós estamos aqui sabe por quê? Porque, pelas ações do Governo, por esse tipo de ação de que o senhor participou, nós chegamos a mais de 555 mil mortos. Nós não estamos aqui para apontar o dedo. Nós estamos aqui para dar uma satisfação a essas famílias que perderam amigos, parentes; crianças, Pastor, que são hoje órfãos; viúvas que perderam marido; viúvos que perderam a mulher. É por essas pessoas que esta CPI existe. E o senhor, como homem de Deus, eu o aconselho – e quem sou eu para aconselhar um homem que prega todo dia a palavra de Deus? –, mas leia o Salmo 101 e o Versículo 7.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, com base, então, na inspiração do Salmo 101, que o Presidente acabou de declinar para o senhor, o senhor não quer refazer a sua resposta sobre a proposta aos Municípios?

Eu acho que é de bom-tom, para não ter nenhuma medida excessiva... Assim, eu diria que a essa altura, Sr. Presidente, não é nem mais medida excessiva; é uma medida de cumprimento do disposto no Código de Processo Penal. Mas, para que não ocorra isso, o senhor não quer refazer a resposta?

A reportagem saiu ainda há pouco na CNN. Foi a reportagem da jornalista Renata Agostini e dá conta de que a Senah negociou vacina com diversos Municípios. O senhor pode discorrer sobre isso? É porque têm vários documentos com assinatura de membros de sua diretoria, que o senhor mesmo declina, avalizados e encaminhados pela Presidência da Senah.

Eu queria lhe dar a oportunidade para, corroborado com isso, o senhor também explicar, porque, neste momento do seu depoimento na CPI, o *site* da Senah saiu do ar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... foi indisponibilizado.

Então, nós estamos querendo lhe dar essa oportunidade. Responda esses dois questionamentos aqui.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, eu me coloquei totalmente à disposição. Eu vim para cá, assim, ainda com atestado, eu vim para cá sentindo dor.

Estou desde 8h30 da manhã aqui à disposição do nobre Senador, dos Senadores, para responder.

Sobre a questão dos Municípios, houve, sim, essas demandas, como a carta de encaminhamento da Davati a Municípios. Quem fez isso foi o... Acabou de me mostrar o advogado. Quem fez isso foi o Renato Gabbi. Então, ele encaminha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Encaminhado pela presidência... Encaminhado do *e-mail* da presidência da Senah.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

Eles têm acesso ao próprio e-mail da presidência. Mas eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem conhecimento, é óbvio?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim. Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E sobre o *site*?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Por que o *site* saiu do ar?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Sobre o *site*, é quase assim... Tem que ver, conversar com o pessoal que opera, para ver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi uma simples coincidência ter saído do ar exatamente no dia de hoje?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Tem que ver com... Porque o *site*...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor tem uma pessoa específica que acompanha *site*?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Tem, tem. É o Cleiton.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Alguns dos *e-mails* tem a vossa... está assinado, encaminhado por V. Sa.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A carta?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Alguma das cartas, das cartas aos Municípios. Encaminhado por V. Sa. Está aqui: Amilton Gomes de Paula. Não é o senhor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois bem. Está aqui. Algumas são encaminhadas aos Municípios em vosso nome.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, V. Exa. me permite só fazer um registro? Neste exato momento, esta CPI tem maioria absoluta de mulheres integrando.

Queria cumprimentar a Senadora Leila, a Senadora Soraya Thronicke e a mim própria.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – E Zenaide, que deve estar ali...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E Zenaide, que deve estar no remoto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Zenaide, pelo remoto, é sempre a última a sair.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Independentemente, hoje, de madrugada, Senadora Leila, a seleção brasileira de vôlei vai jogar, não é isso?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora tem saudade da época de atleta?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Se eu disser que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu falei para a Senadora, agora há pouco, que todos os dias o Brasil inteiro também está pensando na Leila, porque a gente assiste aos jogos se lembrando da Leila.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sempre fui uma pessoa que apreciou muito o esporte e vou dizer uma coisa para você: a jogadora Leila, uma grande jogadora, me fez muita raiva, mas me deu muita alegria também. (*Risos.*)

Quando você dava aquelas cortadas de canhota e quando errava, rapaz, eu brigava contigo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Que privilégio, não é, Presidente?!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o futuro nos coloca frente a frente aqui como Senadores.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois é. Que missão! Que missão!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nada é mais, na minha mente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, uma das maiores atletas que o Brasil teve no vôlei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não há dúvida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E uma grande Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma grande jogadora, uma das precursoras para que o vôlei brasileiro estivesse hoje neste patamar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Leila hoje nos honra com a sua companhia, representando aqui o Distrito Federal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E defendendo o esporte, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, só para registrar, eu não me esqueço do jogo do Brasil contra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cuba.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... Cuba.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ninguém esquece.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E a Leila partir para cima na rede. É uma imagem que está aqui imortalizada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ela disse que só partiu. Quando ela olhou...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu parti e me escondi atrás das maiores. (*Risos.*)

Eu era uma baixinha invocada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite, eu acho que a próxima inscrita inclusive é a Senadora Leila, se me permite só uma questão ao reverendo.

Reverendo, eu saúdo e louvo o senhor por ter refeito a resposta sobre um tema ainda há pouco. É um grande avanço. Ainda há tempo. Acho que o senhor pode, daqui ao final dos depoimentos... Tem a Senadora Leila...

As mulheres, nesta CPI, Sr. Amilton, têm a capacidade de – a Senadora Simone Tebet que o diga –, elas têm a capacidade de, na sua inquirição, resgatar a verdade.

Eu queria sugerir a V. Sa... A próxima a inquiri-lo deve ser a Senadora Leila. Dê esta oportunidade, inclusive homenageando as mulheres.

Se o senhor puder refazer também as respostas sobre o Sr. Roberto Ferreira Dias, as relações com o Governo Federal... A gente tem um vídeo do senhor falando do Presidente Bolsonaro. O senhor tem esta oportunidade.

Eu louvo o senhor pela atitude que o senhor tomou ainda há pouco. Confrontado aqui com as informações, com os *e-mails,* com a matéria publicada pela jornalista Renata Agostini, o senhor disse: "Não, de fato encaminhamos para os Municípios também". Refez.

Eu falo isto em último: se o senhor está aqui protegendo alguém – e é o que me parece estar –, esses não irão acudir o senhor, não irão socorrer o senhor. Estou lhe falando aqui de bom tom. Estou lhe falando aqui. Conselho não se dá, mas me ouça: se o senhor está aqui protegendo alguém, acredite que esses não estarão nem aí para o senhor.

Então, só reflita.

Deixo esta oportunidade para a inquirição da Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, eu queria reforçar, antes da minha querida Leila falar: Reverendo Amilton, o senhor, por um momento nesta CPI, o senhor chorou. O senhor falou, inclusive, que estava arrependido por participar das operações.

Eu acho que o senhor está diante de uma grande oportunidade de falar a verdade, porque, Reverendo, o senhor não falou a verdade ao longo do depoimento. Então, eu acho que o senhor tem a grande oportunidade de falar a verdade, de contribuir com a CPI.

Olha, nós recebemos aqui a ex-Coordenadora do Programa Nacional de Imunização. Ela veio como investigada. Ela contribuiu de tal forma para a CPI que a posição dela passou para testemunha. Os pedidos de quebra de sigilos dela – fiscal, bancário, telefônico e telemétrico – foram revogados pela CPI, dada a tamanha contribuição que ela deu para esta Comissão.

Então, se V. Exa., de fato, está arrependido, V. Exa. tem que demonstrar isso na prática. E demonstre na prática o seu arrependimento, porque Deus, naturalmente, nos perdoa, mas nós, como seres humanos, temos que fazer o nosso papel como cidadãos. Que V. Exa. faça este papel: dê as informações necessárias de fato para esta Comissão, porque muitas que o senhor não está dando a gente tem. E as quebras que foram hoje aprovadas aqui, no início dos trabalhos desta Comissão, nos darão ainda mais a evidência e a confirmação daquilo que nós já prevemos e já temos indícios sobre.

Então, eu acho que V. Exa. está diante de uma grande oportunidade para mostrar, de fato, que está arrependido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila.

Depois, Senador Izalci.

A Senadora Zenaide já falou?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade, eu a chamei, e ela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pediu para falar depois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pediu para falar depois. Não sei se ela ainda vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, temos ainda o Senador Izalci, a Senadora Zenaide, a Senadora Leila.

Senadora Leila, depois, Senador Izalci, e, por último, a nossa querida amiga Zenaide, que não perde uma reunião nossa. Sempre está presente através do vídeo aqui, sempre colaborando com a CPI. Mais uma mulher tão... Vocês são maioria mesmo! Três aqui e uma aqui no vídeo. As mulheres, como sempre, maioria.

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor, todas as Senadoras, os Senadores, os nossos assessores, enfim, todos os que nos acompanham neste dia de CPI, um dia longo, um dia agitado, tenso.

Bom, eu não tenho a habilidade nem a experiência da Senadora Simone Tebet e nem é a minha pretensão, mas apenas abrir uma reflexão para o senhor, Reverendo Amilton, Amilton de Paula.

A gente percebeu claramente, em alguns momentos aqui, a sua emoção, e, além de Senadores, mais do que Senadores, nós somos humanos, e a gente percebe claramente quando alguns depoentes vêm aqui a esta Casa e externam sentimentos de verdade. E a gente percebe, claramente, nas emoções e nas palavras do senhor, que o senhor se sente pressionado. E eu vou dizer uma coisa para o senhor: o senhor se expôs muito aqui hoje; muito. O senhor vai ter a oportunidade, depois, de acompanhar, de ouvir como foi esta sessão, vai escutar das pessoas que estão ao seu lado, principalmente os dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

advogados aí, que eu percebi, em alguns momentos, que também se emocionaram, porque, se há uma coisa que eu aprendi na minha vida, como atleta, é observar, observar as reações humanas. E a gente percebe, claramente, a emoção e a tensão de vocês aqui neste momento.

Então, eu quero dizer para o senhor que o que nos deixa mais intrigados, Reverendo, é que o senhor se expôs aqui, o senhor como pastor, que representa uma igreja, uma congregação, uma pessoa que certamente tem muito respeito, se expor da forma como o senhor se expôs aqui, e para proteger quem e o quê? Esse é o grande questionamento que hoje nós fazemos aqui nesta Casa: quem o senhor está protegendo. E por que também.

Eu vou insistir, eu tenho que continuar insistindo, porque eu acho que é a minha obrigação enquanto Senadora, e não só Senadora, mas como mulher, como mãe, como cidadã, de insistir em algumas perguntas que não ficaram bem claras, Reverendo.

O senhor informou aqui que esteve no Ministério da Saúde no dia 12 de março, quando esteve com o Secretário Elcio Franco por intermédio do Sr. Helcio Bruno do Instituto Força Brasil. Disse que o Sr. Helcio Bruno compartilhou com o senhor uma agenda que ele tinha para tratar de um projeto de vacinas para o setor privado.

Eu pergunto ao senhor... O senhor afirmou que a Senah tem muitos projetos e que foi conversar sobre eles com o Senador Helcio Bruno de Almeida, que é o Presidente do Instituto Força Brasil.

Por que o senhor decidiu apresentar esses projetos ao Coronel Helcio? Como o senhor conheceu o trabalho do Instituto Força Brasil? E quem apresentou o Coronel Helcio Bruno ao senhor? E há quanto tempo o senhor conhece o Sr. Helcio Bruno?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – O Doutor Helcio Bruno foi apresentado através de um Diretor do IFB, a um Diretor nosso, da Senah.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O nome desse Diretor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É Igor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Igor...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Igor. Advogado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Certo.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – E esse outro Diretor da Senah veio conversar comigo e disse assim: "Reverendo, os projetos que o senhor tem de CO_2, podem ser disponibilizados pelo Marcelo do IFB, que é um dos assessores do Coronel". Eu tenho esses projetos de CO_2, encaminhei esses projetos de CO_2, eu fui até o IFB no dia 9, e, na oportunidade em que estávamos conversando sobre esses projetos do CO_2, surgiu a demanda das vacinas para as empresas.

Eu já tinha uma agenda. A minha agenda com a OMS era para o dia 16. Já estava tudo certo. Eu não precisava... Eu nem sabia que ele era coronel. Então, foi assim uma aproximação da parte, da minha parte, quando ele explanou o projeto de CO_2, que encaixava também com o nosso projeto. E aí ele falou a respeito da vacina, e eu falei: "Eu tenho uma demanda também que eu gostaria de apresentar. Há possibilidade?" E aí ele falou: "Olha, se houver possibilidade de trazer os próprios donos, porque, se você trouxer, é bem melhor. Então, traga o dono".

Eu expliquei para ele sobre o lote de vacinas, 400 milhões de vacinas da Davati, uma empresa americana, com uma oferta oficial. Já havia conversado duas vezes com o Sr. Herman. E aí foi quando ele falou: "Então, faz o seguinte: envia o *e-mail* convidando o dono para vir, o dono com toda a documentação".

No dia 11, eu enviei o *e-mail* para o Dr. Herman Cardenas e enviei o *e-mail* para o Sr. Cristiano. Eles chegaram... Somente o Cristiano veio no dia 12. Ele veio. Nos encontramos eu, o Dr. Helcio Bruno e o Cristiano. O Dominguetti também veio e nós nos dirigimos à OMS para a reunião com Elcio Franco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Está bom. Então, como é que o senhor explica que uma pessoa que praticamente não o conhecia – e o senhor falou isso aqui, né? – lhe cedeu compartilhar uma agenda com o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde. Como é que o senhor explica isso? O senhor disse que mal o conhecia...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, foi...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... e ele compartilhou com o senhor essa agenda.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Foi feita uma conversação e parece que ele era missionária na África há muito tempo, tinha feito trabalhos, como eu fiz, e nessa explanação houve essa... Eu falei também do meu projeto missionário, do trabalho missionário que nós fazemos com as igrejas, e houve essa aproximação, essa conversa de irmão para irmão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Senadora Leila, me perdoa, só porque eu não entendi. Onde foi esse encontro? Foi na antessala do Ministério da Saúde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, não, não!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Onde?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Esse encontro foi no IFB.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor esteve no Instituto...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Força Brasil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Força Brasil. Com quem mesmo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Com o Dr. Helcio Bruno.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Helcio.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Depois eu fiquei sabendo que ele era coronel.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E o senhor, perdão, foi fazer o quê lá no Instituto Força Brasil?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós fomos apresentar os projetos de CO_2.

Esse projeto de CO_2, o Marcelo ...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Desculpa, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tenho certeza de que o Presidente vai repor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vai repor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O seu tempo é curto. Porque eu fiquei na dúvida...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... todo o tempo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria que o senhor... Hoje nós estamos com um tempo maior, graças a Deus.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O Marcelo, ele tem uma grande experiência nesse projeto de CO_2. E aí eu fui conversar com ele. E aí ele apresentou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem tem experiência?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – O Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é o quê?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele é um dos diretores do IFB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Do Instituto Força Brasil?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Força Brasil. E aí foi quando o Coronel se apresentou. Nós apresentamos o lote. Há possibilidade. Então, houve essa aproximação de irmão para irmão. Ele, como missionário na África, fez vários projetos como missionário, e eu, como pastor. Então, nós conversamos. "Há essa possibilidade?" "Sim". Então, há essa possibilidade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Então, a partir desse momento o Instituto Força Brasil já estava associado à Senah nessa operação das vacinas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não tinha uma... Não considero como uma associação. Considero, assim, como um espaço de interlocução no Ministério.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Quando foi isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Isso foi dia...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Doze de março.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Doze de março.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Como é o nome do Marcelo? O senhor pode informar?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu não sei o sobrenome dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É Marcelo. Ele é Diretor do Instituto Força Brasil.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É um dos diretores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um dos diretores.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Reverendo, o senhor sabe se alguma compensação financeira foi oferecida ao Instituto Força Brasil ou ao Sr. Helcio Bruno para ajudar junto ao Ministério da Saúde nessa operação da venda de vacinas da Davati?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nobre Senadora, eu não tenho conhecimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Considerando que o senhor mesmo acabou de relatar que a reunião com o Sr. Helcio Bruno, no dia 12 de março, era para tratar de vacinas para o setor privado, eu lhe pergunto se a Senah teve alguma participação em tratativas envolvendo o projeto que pretendia liberar a aquisição de vacinas para o setor privado? Existia alguma tratativa nesse sentido?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. Nós não conversamos sobre esse PL, não tínhamos conhecimento. Quem haveria de conversar sobre essa demanda eram os próprios diretores, dando a colaboração para o Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Os diretores do Instituto Força Brasil?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – É. Dito por esta Comissão que tanto o Igor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Marcelo é o Marcelo Lourenço Lima?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se colocarmos uma foto aqui, o senhor se recorda dele?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Coronel, o que foi tratado sobre esse projeto na reunião com o Coronel Helcio Franco? Qual foi o assunto que foi tratado sobre esse projeto, o interesse de vocês junto a esse projeto nessa reunião? Havia alguma operação comercial destinada a esse propósito de vacinas para o setor privado?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nobre Senadora, não havia nenhum contrato, nenhum combinado a respeito de...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas não foi tratado nessa reunião porque o que foi cogitado na reunião foi a questão do PL das vacinas para o setor privado?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Você fala no MS?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Isso.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – No Ministério da Saúde?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Isso.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, na reunião do dia 12 de março.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Teve a primeira reunião. É uma sala, dez pessoas que tinham na sala.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E quem eram essas dez pessoas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ah, eu tenho... Eu falei de alguns nomes, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não lembra de todos, já falou.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Falei de... Foi o Max Nóbrega, que estava na reunião; estavam na reunião o Dominguetti, o Cristiano Araújo, Cristiano Carvalho; estava também na reunião o Coronel Pires; tinha mais outros dois funcionários dentro da sala, estavam falando sobre essa demanda de vacinas para as empresas. Aí, no segundo momento, entrou o Coronel Helcio Franco, sentou, foi explanado sobre o lote de vacinas. Sobre esse lote de vacina, o Coronel já perguntou direto: "Olha, nós conversamos com a AstraZeneca. Essas vacinas de que vocês estão falando, a AstraZeneca, o laboratório diz para mim que não tem. E vocês têm a documentação da AstraZeneca?". E aí foi nesse momento que o Cristiano e o Dominguetti falaram que não tinham a documentação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

Em seu depoimento, o senhor disse que não estava negociando vacinas, mas, sim, indicando alguém que teria essas vacinas. Retomando o assunto já tratado, eu pergunto ao senhor: por que o senhor enviou o *e-mail* ao Ministério da Saúde indicando que o valor unitário da vacina seria de US$11 se os documentos a que tivemos acesso – já falaram muito disso aqui, não é? – demonstram que a proposta enviada pela Davati era de US$10? Pergunto ao senhor: quem, afinal, lhe repassou esse novo preço ou de onde o senhor tirou esse novo preço? Houve algum pedido de alguém nesse sentido ou alguma negociação para que houvesse esse acréscimo de US$1 por dose? Houve? Porque, na verdade, aqui a gente ficou jogando muito... Eu estou sendo objetiva, direta para o senhor.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Tá. Vamos ao primeiro momento. Toda oferta oficial vinha da Davati.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Certo.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Então, esse meu pedido foi pra atualizar a oferta pra US$11.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas da onde veio essa atualização? Quem falou para o senhor que precisaria de uma atualização? Enfim, quem é a pessoa? Se o senhor está falando que houve uma necessidade de atualização, alguém... Sempre está... Não está sendo direto.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Foram vários preços: 3,50, no primeiro momento; 17,50, subiu; e, depois, foi para US$11. E nós não tínhamos a oferta de US$11 oficializada. Tinha a...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas a proposta da Davati era de US$10.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, mas a oferta oficial que nós recebemos no nosso *e-mail* era de US$11.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – *E-mail* de quem? Quem enviou esse *e-mail*?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, nós recebemos... O Herman já tinha... Está na...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, esse acréscimo de US$1 veio do Herman?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Está no próprio Fantástico, que divulgou isso, que o Herman passou o *e-mail*... No Fantástico, fala dia 15, que ele passou o *e-mail* já para o MS de US$11 e oferecendo também não só a AstraZeneca, mas a Janssen, US$11. Está no próprio *e-mail* do MS.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, foi o Herman. Tá.

O senhor falou aqui que a Senah tinha interesse humanitário na doação que seria feita pela Davati, caso tivesse sido concretizada a venda ao Ministério da Saúde. Eu pergunto ao senhor: se tal doação tivesse sido concluída, qual seria a destinação desse recurso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A destinação desse recurso seria em projetos humanitários, sociais, se houvesse, de fato, essa palavra, porque ali foi dada uma palavra dele tanto para o Brasil... Ele já tinha ajudado outros países e iria também nos ajudar. Ele falou de índios na Austrália, ele falou de várias demandas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor tem consciência de que essa doação seria, na prática, dinheiro do contribuinte brasileiro? Em nenhum momento passou pela cabeça dos dirigentes da Senah abrir mão dessa doação para que o valor fosse convertido em mais doses de vacina para a população brasileira?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Foi feito também esse alinhamento e essa conversação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Houve essa conversação entre vocês?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, de passar em doação de vacinas para a tribo indígena, para os indígenas. Eu conversei... Ele fez também essa doação para a Austrália...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ah, na Austrália. Tá.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – E faria também, se fosse possível, ao Brasil.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor... Para confirmar, Sra. Presidente, se ele reconhece o Sr. Lourenço, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Marcelo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É esse o próprio?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele estava, ele acompanhou, participou das tratativas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor conhece o Sr. Otávio Fakhoury, também do Instituto Força Brasil, Vice-Presidente?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem conhecimento...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nunca...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ...o Sr. Marcelo, chegou a falar com ele?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não tenho conhecimento e não sei quem é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O Marcelo Lima, que está aí na foto, acompanhou as tratativas, fez contato com o senhor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – O Marcelo Lima, nós fizemos reunião no IFB sobre CO_2. Ele é especialista nessa área.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E também adentraram no tema de vacinas?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele não estava na reunião do dia 12.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele estava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele estava também na reunião do dia 12.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, tinha dois membros do Instituto Força Brasil na reunião do dia 12.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Coronel Helcio e o Sr. Marcelo.

Muitíssimo obrigado. Uma importante contribuição que o senhor está trazendo a esta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Mas eu já havia, nobre Senador, falado o nome dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. A gente não estava recordando o nome do Sr. Marcelo Lima, e até agora, nesta CPI, nós só tínhamos a informação da presença de um representante do Instituto Força Brasil. O senhor trouxe aqui uma informação importante: que o Instituto Força Brasil foi um protagonista também dessa reunião do dia 12. Eu lhe agradeço por isto.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Randolfe.

Nós vamos, agora, aqui, para o sistema remoto.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas. Por até 15 minutos, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Eu vou, por óbvio, começar do início novamente. Vou insistir.

Primeiro, quero dizer que fico muito angustiado porque tem muita gente de Brasília, muita gente que a gente conhece, e, quando se fala o nome numa CPI, a gente fica, de certa forma, preocupado, chateado, se realmente está envolvido ou não. Então, por exemplo, eu sou muito amigo do Deputado Roberto de Lucena, que foi falado aí algumas vezes, uma pessoa muito participativa, bastante... É um pastor, inclusive, da Igreja, então uma pessoa muito bacana. E dá a impressão, por estar na CPI, por ser citado, que tem algum problema.

Eu queria perguntar de cara com relação a isso. Com relação à Igreja, quem participava, da tua Igreja, se é que participava, mas eu gostaria de perguntar se o Roberto Lucena já teve participação em algum culto ou frequentou sua Igreja, se tinha uma relação mais próxima? Tem também o Sr. Lauricio, que era daqui da Vigilância inclusive aqui, no DF, que, depois, foi para o ministério, que também dá a impressão, quando se fala nele, que ele tem base em irregularidades. Eu o conheço há muito tempo. Mora em Valparaíso, numa casa humilde, uma pessoa superséria, e a gente fica agora com essas questões. Então, eu perguntaria já de início: esse envolvimento, esse interesse na busca da vacina foi, iniciou através de alguém que participa da Igreja? O Sr. Lauricio é da Igreja de V. Sa.? O Deputado Roberto de Lucena já participou de algum culto com V. Sa.? Tem alguma ligação mais próxima?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ou alguém do Governo. Eu falo do Lauricio, estou falando do Deputado Roberto de Lucena, mas eu perguntaria se, no Planalto, no próprio ministério, nas Forças Armadas, teria alguém que frequenta a Igreja e discutiu, abriu a possibilidade com relação à questão das vacinas.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, o Lauricio Monteiro eu só conheci no dia 22. Eu estou agora como pastor itinerante, e a nossa Igreja, que era situada aqui, em Brasília, que tínhamos um espaço para fazer o trabalho religioso, e passei a me dedicar a um projeto humanitário. Então, nós não temos cultos diários disponíveis aqui para a comunidade de Brasília. Eu agora sou pastor itinerante.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor está em qual Igreja hoje, em qual congregação?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas em algum momento alguém teve relação...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para ajudar aqui, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Reverendo, hoje o senhor frequenta qual congregação em Brasília?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu frequento a Igreja Batista, essa Igreja Batista Ebenézer.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E essa Igreja Batista Ebenézer alguns dos nomes apontados pelo Senador Izalci frequentam também ou já esteve presente?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senadora, não. Eu não conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Primeira-Dama do País já esteve presente na Igreja em que os senhores congregam?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não esteve.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O.k. Então, na sequência, Presidente.

Vamos começar. Na primeira reunião – reunião não, aquele encontro que teve no restaurante –, V. Sa. conheceu, participou, tomou conhecimento de que houve uma tentativa nesse encontro do Roberto Dias com o Dominguetti? Teve algum momento que o senhor participou ou sabia disso antes ou depois? Em que momento o senhor participou disso, se é que participou?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nobre Senador, eu não participei. Eu desconheço esse pedido de propina. Eu não estava presente nesse almoço ou nesse jantar. Eu desconheço quem era esse grupo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Em que momento o senhor sabia ou ficou sabendo que a negociação das vacinas era diretamente com o Secretário-Executivo Elcio ou se era o Roberto Dias? Que momento foi esse?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, nós estivemos dia 2 na SVS, Secretaria de...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De vigilância. O Arnaldo, é isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Dia 22, lá com o Dr. Arnaldo Correia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá. E aí?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Mas o Dr. Arnaldo não nos recebeu. Quem nos recebeu foi o Lauricio Monteiro, lá no dia 22. E nós conversamos sobre vacinas, apresentamos esse lote para ele e aí ele falou que não era na Secretaria de Vigilância em Saúde, que era no MS. E agradeceu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor acha que o Lauricio interferiu, demonstrou interesse ou facilitou, ajudou alguma coisa para que desse prosseguimento a isso ou não?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor. Ele encaminhou, ele passou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Simplesmente disse que era no ministério.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, ele enviou *e-mail* agradecendo a Senah e enviou *e-mail* dizendo que seriam todas as tratativas no MS.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá, mas lógico, quando ofereceram... O senhor chegou a falar a quantidade de vacinas que estava sendo oferecida ou não?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós falamos a quantidade de vacina que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quatrocentos milhões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Quatrocentos milhões de vacinas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aí, ele ficou animado e aí disse que tinha que procurar o ministério, é isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, ele... Nós conversamos a respeito também de darmos uma contribuição ao Governo, de falarmos sobre vacina na plataforma para os líderes religiosos falando a respeito da importância da vacinação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas o Lauricio é que pediu isso? Que momento que aconteceu isso? Por que houve essa conversa?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós nos colocamos à disposição de divulgar nas redes sociais, de falar qual é o valor da vacina, qual a importância da vacina para o povo brasileiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas o senhor já disse para ele que estava vendendo a vacina a esse preço? É isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. Quem conversou com ele foi o Dominguetti. O Dominguetti estava presente. Ele era a pessoa que se apresentou a primeira vez para a Senah. Ele que conversou com o Dr. Lauricio e o Dr. Lauricio nos encaminhou para o MS.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, se ele não tinha nada com isso, entraram nos detalhes de preço, quantidade? O que levou a esse detalhamento com o Lauricio, se não era com ele isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não, não foi levantado detalhamento. Ele...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas vocês estavam falando até em preço...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, ele falou desse valor de 400 milhões, mas não falou a respeito de como seria para o Governo brasileiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas o senhor falou em US$11,00, o senhor falou agora há pouco, falou, acabou de falar.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Que a vacina seria US$11,00.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, a vacina...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com o Lauricio.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Aí eu tenho que, assim, contextualizar. No dia 16/2, quando nós recebemos o Dominguetti na Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários, ele apresenta uma empresa, Latin Air. Essa empresa, que ele apresenta como representante, o preço da vacina era US$3,97, se eu não me engano, se era 97 ou 98. Depois disso, que ele apresenta, há uma reunião entre a diretoria, para a diretoria se organizar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Como é que ele procurou a Senah aí, só para saber? Por que foi que... O senhor conhecia o Dominguetti? Como foi que ele apareceu lá de repente, nessa secretaria?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele foi encaminhado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Alguém o levou?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele foi encaminhado por outro diretor da Senah.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem é o diretor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Esse é o Renato Gabbi. Ele veio...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Renato Gabbi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele apresenta o Dominguetti no dia 16, e o Dominguetti, nós encaminhamos um *e-mail* para o SVS e fomos recebidos lá pelo Dr. Arnaldo Correia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, o.k.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Quando nós chegamos lá, o Dr. Arnaldo Correia não pôde nos receber, porque estava em outra...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Passou para o Lauricio. Aí o Lauricio mandou para o Ministério. Aí o senhor pediu a audiência rápida ao ministério ou foi coincidência quando o senhor foi ao IFB e encontrou o Coronel Helcio Bruno? O senhor se encontrou com ele? Já o conhecia ou não?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, aí já há uma outra contextualização. Dia 24, nós encaminhamos outro *e-mail* para o ministério, e o ministério respondeu dia 1º, dizendo que a reunião aconteceria dia 2, para eu apresentar o Sr. Dominguetti.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá, mas na prática, o senhor, dia 12, a reunião com o ministério, com o Elcio Franco, foi no dia 12 de março.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não é isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É por isso que eu estou contextualizando para o senhor entender.

Então, dia 2, houve uma reunião, só que o Dominguetti não foi e não apresentou a documentação. Aí nós, dia 4, pedimos uma agenda, e a agenda ficou para o dia 16. Então, no dia 12, quando nós fomos levar, quando nós fomos conduzir lá os representantes da Davati, foi quando... No dia 9, nos reunimos no IFB, e o Coronel Helcio Bruno falou que haveria possibilidade de incluir aí essa demanda das vacinas para o MS, com uma reunião com o Elcio Franco. Então, nós fomos, dia 12, a essa reunião com o Elcio Franco. Estava lá Dominguetti, estava lá também o Cristiano Carvalho, estava...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu já sei quem estava no dia 12. Agora, dia 13, o Dominguetti escreveu então para um tal de "Amauri Vacinas Embaixada". Quem é esse Amauri?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Amauri é um dos diretores da Senah.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque ele diz assim, "já passei para o Rafael Alves que estamos tentando uma agenda com o Presidente." Quem é Rafael Alves?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Dominguetti não comentou?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, esse Rafael Alves, assim... Eu vi que esse nome... Ele é um dos integrantes, também, que trabalha junto com o Cristiano e o Dominguetti.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, nesse mesmo dia, o Dominguetti manda para o Cristiano: "Estão viabilizando uma agenda com o Presidente de forma extraoficial". O Cristiano respondeu: "O reverendo está falando que está marcando um café da manhã com o Presidente amanhã, às 10 horas, 9 horas. Vai ter um café com os líderes religiosos e a gente vai entrar no vácuo, tá? Até agora. Agora, tem que fazê-lo confirmar isso, para a gente colocar uma pulguinha atrás da orelha do Presidente".

Aí, no dia 15, a agenda do Presidente mostrava o encontro de líderes religiosos no Palácio do Planalto, de 16 às 18 horas, e o Dominguetti, então, perguntou a um auxiliar, um auxiliar do senhor:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

"Como foi a visita do reverendo ao 01?" O tal de Amauri respondeu: "O reverendo, neste momento, está com o 01".

Aí, no dia 13 de março, o senhor, Amilton, então, escreveu para o Dominguetti: "Bom dia. Ontem, falei com quem manda. Tudo certo. Estão fazendo uma corrida *compliance* da informação da grande quantidade de vacinas."

Ainda no mesmo dia, o Renato, compra de vacina, esse Renato que o senhor colocou disse assim: "Amilton falou com Bolsonaro. Ele falou que vai comprar tudo".

No dia seguinte, Dominguetti escreveu ainda para o Rafael Alves: "Ontem, o Amilton falou com o Bolsonaro. Ele falou que vai comprar tudo".

Isso é tudo conversa? Tudo mentira?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Foi feita uma reunião dia 14. O Cristiano... Quando acabou a reunião do dia 12, o Cristiano, realmente, pediu para conversar com o Presidente. Só que, conversar com o Presidente, para quem é morador aqui de Brasília sabe, e eu sou de Brasília, vêm pessoas de todo lugar do Brasil para conversar com o Presidente. Só que os nobres Senadores, os Deputados sabem que, para conversar com um Deputado, tem que ligar para o gabinete, pegar o *e-mail*, fazer toda uma tratativa. Não é assim.

Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas teve uma reunião dia 15 no Planalto...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... de 16 às 18 horas, com as lideranças religiosas.

V. Sa.... Isso que eu estou perguntando, porque ele está dizendo aqui que "ia entrar no vácuo". O que é entrar no vácuo? Ia pegar uma reunião que já estava marcada dos líderes e alguém entraria na reunião. Este alguém era V. Sa. V. Sa., porque está marcado aqui olha: "O reverendo, neste momento, está com o 01".

Então, o senhor não participou dessa reunião dos religiosos?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não participei da reunião dos religiosos, porque, no dia 15, eu estava doente. Então, retornei para casa, o que ficou aparentando... Porque, no dia 14, eu havia falado aos meus diretores que estavam ali que eu haveria de buscar uma possibilidade de conversar com o Presidente e eu não conversei. Eu não fui na reunião no dia 15.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas, no dia 16... No dia 16, o senhor respondeu, escreveu para o Dominguetti. O senhor escreveu. Está aqui olha: "Bom dia. Ontem, falei com quem manda. Tudo certo. Estão fazendo uma corrida *compliance* da informação da grande quantidade..."

O senhor escreveu isso por quê, então?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, eu escrevi isso com o sentido de dizer que eu tinha conhecimento, que eu conhecia, mas, na verdade, eu não conhecia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Conhecia quem?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Conhecia o Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, mas o senhor chegou a escrever então?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Izalci, me perdoe, mas só para tentar entender. O senhor escreveu dando a entender que conhecia, só que o senhor não conhecia.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, eu não o conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor escreveu dizendo que conhecia.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, eu não escrevi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor acabou de responder que...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, deixe-me explicar. Quando ele mandou a mensagem para mim, eu respondi a ele: "falei com quem manda", no sentido de que essa pressão que eles estavam fazendo sobre a minha pessoa amenizasse. E, de fato, ali...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Pois é; o senhor está dizendo que mentiu então? É isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – É, de fato, ali, eu não conversei com o Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim; estou perguntando se o senhor, então, mentiu. Escreveu dizendo uma coisa que não fez. É isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou falando com um reverendo, estou falando com uma pessoa que é líder religioso.,,

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... e que também é pecador como qualquer um.

A SRA. PRESIDENTE (Eliane Nogueira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) – O senhor não falou com ninguém nessa época?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, eu não ouvi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou dizendo que reverendo, pastor, padre, como qualquer Senador e Deputado, também são pecadores. Estou dizendo para o senhor que o senhor mentiu então. O senhor escreveu dizendo que esteve e não esteve. É isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem; Presidente, de fato... Agora, tem aqui também com relação aos Estados. Eu tenho aqui no Estado do Paraná, mas tem Rondônia, tem vários Estados que chegaram a assinar ou dar uma carta se comprometendo a comprar a vacina, não é?

Nos Estados e Municípios, o senhor chegou a pegar esse compromisso de algum Estado ou de algum Município?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, nós estávamos já cansados, porque não apresentaram a documentação, e alguns Estados foram comunicados. E parece...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas eles chegaram a assinar documentos com os senhores?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Manifestaram interesse na vacina. Teve Estados que chegaram, inclusive, a manifestar isso com o Dominguetti e essa turma toda. O Dominguetti andou o Brasil todo criando a expectativa de venda de vacina, e alguns Estados assinaram documentos no sentido de adquirir a vacina.

É isso que eu estou perguntando: o senhor tem conhecimento, participou? Algum Estado ou algum Município fez algum documento se comprometendo ou, pelo menos, manifestando interesse em comprar essa bendita vacina?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, manifestando interesse em divulgar a Davati em alguns Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Divulgar para vender vacina.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Para vender vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Reverendo, só uma pergunta: por que que foi o senhor que enviou os *e-mails* de atualização para o Ministério da Saúde e não a Davati?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não entendi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A atualização do preço.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A atualização do preço. O senhor disse que recebeu uma atualização da Davati. Por que que a Davati precisou que o senhor... Aliás, vamos ser claros: por que que foi o senhor que mandou esses *e-mails* de atualização do preço para o Ministério da Saúde e não a Davati?

Porque eu estou vendo... Enfim, o senhor está... Eu perguntei isso, já é mais de uma pergunta a respeito disso e o senhor não respondeu claramente para nós. Por que que foi o senhor e não a Davati que atualizou esse preço junto ao Ministério?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E, para ajudar a sua resposta, a Davati acaba de comunicar oficialmente – e acabou de ser noticiado, é de conhecimento de todos – que o preço oferecido sempre foi de US$10, nunca foi de US$11.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pronto!

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu tenho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para corroborar com a pergunta da Senadora Leila.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor já encontrou – perdão aí pela intromissão –, já encontrou essa evolução de preços? Por favor, para a gente poder... se puderem imprimir e nos entregar uma cópia... 3,50, 17,50 e 11.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Isso. Obrigada, Senadora.

Por favor, por que foi o senhor que mandou o *e-mail* atualizando esse valor, e não a Davati?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Olha, o que eu conversei com o Herman, na conversação com ele, para atualizar o preço, quem fazia a atualização de um FCO só era a Davati, não era eu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas tinha uma carta sua.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Eu acho que o senhor não entendeu. Por que o senhor enviou o *e-mail* em vez da Davati dessa atualização? Por que... Se o senhor disse que não tinha relação com o Ministério, que não conhecia os militares, as pessoas que estavam negociando a vacina. Mas o senhor diz claramente que houve um *e-mail*. Aqui, nós apresentamos um *e-mail*, pelo senhor, atualizando esse valor. Então, por que foi o senhor que atualizou esse valor, e não a própria Davati?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – As minhas conversações com o Herman... Vinha a conversação com ele para a mudança de preço, ele fazia a mudança do preço, e eu fazia os *e-mails* para o Herman, solicitando a atualização de FCO. Era sempre dessa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Amilton, essa parte aí realmente não está batendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Veja: nós temos várias correspondências da Davati direto para o Sr. Elcio Franco, e aí, no meio desse contexto, tem agora uma correspondência, tem outra correspondência enviada pelo senhor, alterando o preço, e agora tem uma declaração da Davati – pública –, dizendo que nunca alterou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E que nunca credenciou o Sr. Luiz Paulo Dominguetti e o Reverendo Amilton de Paula como representantes dos seus produtos. É o que está aqui na declaração: nunca credenciou os senhores.

Então, com autorização de quem o senhor...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Esse *e-mail* diretamente para o Ministério da Saúde foi endereçado para quem no Ministério? De atualização?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Esse *e-mail* é um *e-mail* de devolutiva da reunião que nós fazíamos. Então, todas as vezes que conversava com o Herman, o Herman falava a respeito do aumento da vacina, e quando se falava a respeito do aumento da vacina, eu pedia para a minha assessoria para enviar um *e-mail* para atualizar o FCO. Essa demanda era sempre em conversação.

Eu não tenho a proposta de 10, mas eu tenho a proposta do FCO de 11...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Além da proposta de 10, eu quero lhe comunicar que neste momento em que o senhor está depondo, a Davati emitiu um... Eu não estou dizendo... Essa história é tão confusa, tem tanto intermediário na história, eu não estou nem dizendo que prevalece, mas, neste momento, confrontando com o seu depoimento, a Davati está comunicando que só teve a proposta de US$10.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, eu vou... por isso que eu falei com os advogados que nós vamos encaminhar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – E só complementarmente duas questões: O senhor não pôde... Não foi possível o senhor estar no encontro dos religiosos com o Presidente da República porque o senhor adoeceu, certo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu estava com... É, eu estava...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o senhor não tivesse adoecido, o senhor estaria no encontro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Teria que confirmar o meu nome na lista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, sim, o senhor estaria no encontro? É isso que eu estou lhe perguntando.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Se... Se o meu nome estivesse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Presidente da República iria lhe receber se o senhor não tivesse adoecido?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, teria que confirmar o meu nome na lista. Não estava...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor recebeu um convite para o encontro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não recebi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, de onde surgiu essa história de o senhor estar presente nesse encontro? Quem é que estava intermediando o encontro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É como eu havia falado, haveria uma possibilidade de eu estar nesse encontro. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma possibilidade aberta por quem?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu acreditava, por mim mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, desculpe-me, Sr. Amilton, não estou entendendo. O senhor, do nada, tem um encontro com o Presidente da República. O senhor advogava que o senhor tinha a possibilidade de estar nesse encontro. Ninguém disse para o senhor: "Não, vai ter um convite. O senhor vai estar presente." Não teve nenhum convite?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que seria natural. Não há problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – É natural. Se o senhor é um líder religioso e ele está recebendo líderes religiosos, qual é o problema?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Sim, mas não tinha. O que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Não tinha o convite?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não tinha o meu nome na lista e o convite...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Mas quem colocaria o nome do senhor na lista?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – É o cerimonial, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem? O cerimonial por meio de quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O cerimonial, mas...

Isso, é isso o que queríamos perguntar: é o cerimonial por meio de quem? Se é o cerimonial, então, havia um convite do Presidente da República, certo?

A SRA. PRESIDENTE (Eliane Nogueira. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) – Isso. O senhor recebeu esse convite?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, não havia. Havia uma intenção e havia uma possibilidade. Eu queria estar nesse encontro, eu queria conversar com o Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor pediu para quem? O senhor mandou um *e-mail* pedindo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Isso. O senhor chegou a pedir para alguém?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, não cheguei a pedir para ninguém.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Mas o senhor ia chegar sozinho ao Palácio do Planalto e ia se identificar? Ninguém iria franquear a sua entrada?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – No dia 14, depois da reunião na Senah, eu ia buscar uma possibilidade de entrar nessa reunião. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Com quem?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Com os líderes religiosos e o Presidente Bolsonaro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Outros líderes amigos seus. Eu não vejo problema nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

E quem seriam esses líderes?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Os líderes, os pastores. Não, eu não sei, eu não sei quem estava.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Alguém tentaria colocar o senhor lá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor vai a um encontro, e o senhor não sabe quem são aqueles que teriam acesso a possibilitar a sua entrada?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Era uma divulgação na mídia. Essa divulgação já estava na mídia para participar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa parte nós sabemos da história. A gente quer saber quais seriam os pastores. Os pastores iam conseguir a sua entrada. Quais seriam os pastores? Quem eram?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não há problema em declinar esses nomes, Reverendo.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não, não é questão de, de declinar ou de falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não tem nada de criminoso nisso.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Era uma vontade minha de conversar com ele nesse encontro. Então, a palavra "possibilidade". Por isso que eu disse isso aos meus...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor ia atrás dessa possibilidade com que o senhor sonhava e essa possibilidade iria ser viabilizada através de quem? O senhor simplesmente acordou, teve uma visão e disse: "Hoje eu vou ao Palácio do Planalto e vou ser recebido pelo Presidente da República."

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu acredito na forma que sempre acontece das idas e vindas de pessoas de Brasília que vêm conversar com o Presidente ali e tinha essa iniciativa da minha parte também de ir até o Presidente Bolsonaro. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas tinha um encontro marcado? Esse encontro ocorreu?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Comigo e o Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, tinha um encontro de religiosos com o Presidente marcado.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É. Depois eu fiquei sabendo pela mídia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor ficou sabendo e o senhor tinha a expectativa de ir nesse encontro?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, a possibilidade de ir nesse encontro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma possibilidade. A possibilidade... Eu quero só insistir na pergunta: a possibilidade surgiu como?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Do meu querer, da minha iniciativa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Presidente, só complementando, deixe-me só complementar nessa linha mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, eu queria pedir a V. Exa....

Eu sei que realmente houve, eu acho, a maior interrupção que já ocorreu numa intervenção de um colega. Mas eu queria só pedir que V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... concluísse, naturalmente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, sim, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, mas com o tempo. É porque foi tanto tempo que foi utilizado...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vamos deixar, Senadora. Vamos deixar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... mas V. Exa. tem aí o tempo para fazer a conclusão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro o seguinte, nessa linha aí: o Pastor já disse aí, o Reverendo Amilton, que mentiu, escreveu, criou uma expectativa.

O que eu vejo é o seguinte: havia uma expectativa de comprar a vacina, de intermediar a vacina. Para viabilizar isso, foi criada uma narrativa de que tinha conhecimento com o Presidente, tinha ligação fácil com o ministério. Foi criada a expectativa. E o pessoal ficou cobrando – o Rafael cobrou, o outro cobrou: "Cadê o documento? Quem é que manda?" E aí V. Sa. acabou mentindo, como confessou aí há pouco que escreveu realmente uma coisa que não tinha condições de fazer.

Nesse encontro religioso que foi divulgado, como V. Sa. está falando, alguns líderes participaram. Com quais dos líderes que participaram V. Sa. tem relação e que poderiam ter solicitado que o senhor também comparecesse? Quais desses líderes participaram?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu não conheço os líderes religiosos desse encontro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor não sabe... Nem no dia seguinte, o senhor não sabe quem participou?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não são de Brasília?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, não. Do Brasil todo.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não. Não são.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem são...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, se o senhor sabe que não são de Brasília, o senhor sabe quem são.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, porque foi divulgado na mídia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas quem foi divulgado então? Qual foi divulgado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Os nomes que estão aí na mídia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas quais? Fale alguns nomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não sei. Eu não sei nem se o evento ocorreu, porque, quando o repórter me ligou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calma, Sr. Amilton. O senhor acabou de dizer que o evento ocorreu e o senhor soube pela mídia. Vamos com calma.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, mas eu disse isso ao repórter. O repórter perguntou: "O senhor esteve no evento?" Eu falei: "Não estive no evento". "O evento ocorreu?" "Ah, ocorreu". Ocorreu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Mas o que é que o repórter tem a ver? A gente está se reportando ao fato, à data – à data –, ao evento.

Como é que o senhor ia para esse evento? O senhor ia de penetra? Era isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não. Eu ia construir um caminho. Quando você vai a uma igreja, quando você vai a um...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Com um líder, com um líder. Qual o líder que iria participar da reunião que o senhor acha que teria condição de pedir? Por exemplo... Vou dar um exemplo. É meu amigo – foi dito 500 vezes. O Deputado Roberto Lucena poderia ter ajudado?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não, não. Eu não sabia se ele...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor contava com isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. Eu não tinha o contato com ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Silas Malafaia, que participou, o senhor tem conhecimento, o conhece?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não converso com ele. Eu não tenho aproximação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, com quem desses líderes... O senhor disse que é de onde? Qual é a igreja? Presbiteriana?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Igreja Batista Nova Vida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nova Vida. Quem é a liderança nacional da igreja?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu era o Pastor Presidente. Depois passei para a convenção essa liderança e fiquei como Pastor itinerante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas quem é da convenção? Essas convenções não têm líderes que participaram da reunião?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. Desses Pastores...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, a última pergunta, porque eu sei que não vai adiantar, mas essa é a última pergunta.

A Senah formalizou intenção de entrega de vacina com quais prefeituras? Como ocorreram essas aproximações? Quais as condições acordadas? Essas prefeituras que vocês, através do Dominguetti e também de V. Sa., venderam esse sonho para as prefeituras. Como é que ocorria essa aproximação e em que condições foi acordado isso? Tinha uma participação, uma comissão com um preço diferente? Como é que era isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senador, eu não conversei com nenhum Governador, nenhum Prefeito, nenhuma prefeitura. O que foi feito...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi o Dominguetti que fez?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, o que foi feito foi: um diretor meu a algumas prefeituras encaminhou uma documentação, e eu ali confirmei. Mas o Dominguetti... Assim, pelo que eu tenho a falar, o Dominguetti, sim, tinha esse contato com algumas prefeituras, e o Cristiano também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E ele falava em nome da Senah?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, ele falava em nome da Davati. Ele não era da Senah.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas a Senah tinha participação nisso, não? Se era membro do senhor, um vice ou um diretor do senhor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. O Dominguetti não era diretor nem vice.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem era o diretor que o senhor disse que participou? O diretor do senhor que participava nas prefeituras?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Era o Renato Gabbi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, o Renato Gabbi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele agia em seu nome?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Esse Renato Gabbi...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Ele agia em seu nome e sem autorização?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Em algumas circunstâncias...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Perdão, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode perguntar.

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Senadora, em algumas circunstâncias, ele foi chamado à atenção.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele cometia falsidade ideológica? Ele agia em seu nome? Mandava documentos assinados por V. Sa?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ele foi chamado à atenção pela diretoria para não fazer mais.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de insistir novamente, Reverendo, na mesma pergunta: por que foi o senhor... Os *e-mails* de atualização dos valores, o senhor mandou outros *e-mails* atualizando outros valores?

E, mais uma vez, eu pergunto ao senhor...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu não atualizo valores da proposta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, mas se o senhor falou que a atualização, eles passaram para o senhor, o senhor passou o *e-mail*, atualizando esse valor para o ministério.

Eu pergunto, mais uma vez, para o senhor: por que foi o senhor e não foi a própria Davati que fez isso?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, a própria Davati encaminhou o *e-mail*.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas tem um *e-mail* do senhor aí, atualizando. O Senador Randolfe apresentou o documento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – A própria Davati encaminhava a proposta. Está no próprio Fantástico, com palavras do Herman. Ele disse: eu encaminhei, dia 15, a proposta da Janssen e da AstraZeneca por US$11.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por US$10. Por US$10.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, não. Eu estou com o documento aqui da Davati. Ela encaminha por US$10.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vamos de novo. A Davati apresentou US$10, e o senhor atualizou com US$11.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está aqui o documento da Davati: US$10.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Esses US$11, a diferença é a comissão? Como é isso? É a comissão a diferença?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Era US$1 por vacina?

Senador, vamos fazer o seguinte, gente: o nosso tempo aqui...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nós temos o *e-mail* encaminhado da Davati para nós com a proposta de US$11 e temos...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O senhor está com ele aí?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Para nós quem? A Davati mandou para quem? Para a Senah?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – A Davati atualiza a proposta, o FCO, e encaminha para...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mandou para quem?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Ela encaminha para a Senah.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Para a Senah.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Davati trata diretamente com a Senah então?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Senah, então, era representante?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Aí ela trata com o Cristiano, aí ela trata com o Dominguetti...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Não. Ela faz uma cópia de *e-mails*, enviando ao Cristiano e enviando à Senah.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Onde estão esses *e-mails*, por favor?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Tudo bem, mas por que a Davati não atualizou para o ministério? Até agora, eu estou fazendo a mesma pergunta há pelo menos 10 minutos. Por que, na atualização desse valor, não foi a própria Davati que fez diretamente ao ministério e, sim, o senhor? Por que foi o senhor e não a Davati que fez essa atualização?

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA – Pela ordem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA (Para expor.) – Toda essa documentação, todos os *e-mails* fazem parte do *e-mail* da Senah.

Então, a gente aqui se prontifica em trazer todos os *e-mails*, inclusive abrir os *e-mails*, à disposição dessa CPI.

Com certeza... Inclusive, aqui, a gente está com a carta em que a Davati credencia o Sr. Cristiano para representar. E, nessa carta de credenciamento para o Sr. Cristiano, a própria Davati já fala na Senah. Está aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por favor, dá para tirar uma cópia e já passar para a gente...

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA – Já posso deixar com o Vice-Presidente. E, aqui, consta o Sr. Cristiano dando poderes ao Sr. Amilton, em algumas situações, de encaminhar, dando poderes para ele encaminhar documentos da Davati, para a Secretaria Executiva.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A impressora está atrás do senhor. Eu gostaria que a Secretaria providenciasse para a gente agora, neste minuto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Determino à Secretaria providenciar a cópia.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senadores, eu queria pedir aqui a V. Exas., só para a gente organizar aqui o tempo.

Senador Izalci, eu queria pedir 30 segundos para que V. Exa. concluísse, para eu passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia. Aí, naturalmente, as colegas que quiserem fazer as intervenções, a gente já faz, mas junto com a nossa querida Zenaide Maia.

O.k., Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bem, Presidente.

Então, eu vou encerrar a minha fala fazendo um apelo a V. Exa.; fazendo um apelo ao Randolfe, que está aí também, o Vice-Presidente; o Senador Omar acho que já não está, saiu. Eu queria fazer mais um apelo, pela décima vez: nós já aprovamos o requerimento de convocação do Secretário de Saúde do DF, porque aqui no DF houve compra da Precisa. Todo mundo já conhece quem é a Precisa. O Secretário poderia muito bem falar muita coisa sobre a Precisa. É tudo o que nós queremos. Então, por que não chamar rápido? Eu faço o apelo a quem tem o poder de decidir aí, que coloque, já foi aprovado, é colocar na pauta. Isso aí para a gente é fundamental. Essa empresa já declarou tudo aí, é tudo falso, não existia nada. Nota fiscal, falsificaram; venderam por um preço dobrado; entregaram um teste que não tinha eficácia...

Então, eu faço um apelo à CPI, que marque a audiência do secretário, do ex-secretário, que está inclusive afastado, porque foi presa toda a cúpula. Então, por favor, Presidente em exercício, Senadora Eliziane, faço um apelo a V. Exa. para isso.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Izalci.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu só gostaria de fazer um pequeno parêntese aqui para anunciar a presença da Srta. Luiza Brites Lídio Camacho, de 13 anos, aqui nesta sala da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela é nascida em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Campo Grande, mora em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, é filha do Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Professor Marcos Camacho da Silva. E a Luiza está fazendo um *tour* hoje porque ela tem vontade de seguir uma trajetória na política. Ela pediu para estar aqui hoje, principalmente porque ela tem um respeito profundo pelas Senadoras, Senadora Leila do Vôlei aqui, medalhista olímpica, Luiza... São grandes nomes. Senadora Eliziane, Senador Randolfe, inspirações para as nossas crianças, para os nossos jovens, para que possam seguir a vida política, o que hoje tem sido tão criminalizado e generalizado.

Então aqui gostaria de agradecer a presença dessa jovem, interessada naquilo que é do social, Senadora.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Soraya.

Quero cumprimentar a Luiza.

Não estou vendo a Luiza, mas pediria que ela viesse até um pouquinho aqui... Tem várias cadeiras aqui livres, Luiza. Então, eu pediria que você sentasse em uma dessas cadeiras aqui, como mulher...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Na frente da Senadora Leila do Vôlei.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senta aqui, Luiza.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para aumentar aqui o volume das mulheres.

Que Deus te abençoe, querida Luiza, de apenas 13 anos.

Vamos então aqui à Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra por até 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Sra. Presidente, se a senhora me permite 30 segundos antes da Senadora Zenaide, que, com certeza, fará uma inquirição brilhante...

O senhor esteve na Operação Acolhida, em Roraima, ou a Senah esteve?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu desconheço, nobre Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Senah esteve?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu desconheço. Eu creio que não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor, por acaso, não conhece o Coronel Elcio Franco e o Ministro Pazuello de lá?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor nunca esteve em Roraima?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Roraima? Não, senhor. Nunca estive em Roraima.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não lembra, desconhece? Não, não esteve?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. Eu nunca estive em Roraima.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nem teve qualquer papel da Senah na Operação Acolhida?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu desconheço qualquer papel da Senah nessa operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor desconhece?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, pode ter?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu não estive em Roraima e eu desconheço qualquer papel, qualquer ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Randolfe.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, por até 15 minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Colegas Senadoras e Senadores, como aqui está para fechar... Não?

Senadores, antes de falar, eu estou ouvindo aqui desde pela manhã e quase todas essas sessões de CPI têm sempre algum colega dando a entender que esta CPI foi criada para desgastar a Presidência da República. Eu quero aqui dizer ao povo brasileiro que não é isso. Não é a CPI que desgasta a Presidência da República. Esta CPI, o povo brasileiro tem que agradecer a esse grupo de Senadores que finalmente descobriram – se não fosse a CPI nunca saberíamos – que a maioria dos 557.223 mil óbitos teriam sido evitados se o Presidente tivesse comprado as vacinas da Pfizer, com mais de cem *e-mails*, se tivesse olhado as vacinas do Instituto Butantan, que já tinha mais de 5 milhões em dezembro do ano passado. Então, povo brasileiro, quem está desgastando a Presidência da República são os 557, os mais de 557 mil óbitos, a grande maioria evitável, porque, além de se negar a comprar vacina, não respeitou a ciência e ainda ficou prescrevendo medicamento que não tinha eficácia terapêutica.

Segundo, quem desgasta esse Governo, gente, são mais de 14 milhões de brasileiros e brasileiras desempregados. Quem desgasta esse Governo são 33 milhões de brasileiros e brasileiras na informalidade, aquela mãe ou pai de família que bota uma banca numa avenida principal com dois litros de refrigerante, um bolo e algumas tapiocas, e eles já botam ali, como é um empresário na informalidade. Quem desgasta esse Governo não é a CPI, gente. Quem desgasta são mais de 30 milhões de brasileiros subutilizados, aquele que as empresas contratam como se fosse trator e retroescavadeira, Presidente: "Eu quero você trabalhando três dias hoje, dois amanhã". E, no final do mês, subutilizar.

Mas agora que eu já falei isso aí, eu quero me referir aqui ao Reverendo Amilton. Eu vi aqui e queria saber do senhor se o senhor vai insistir em continuar dizendo que não tem relações políticas com ninguém do Governo Federal, que o senhor não conhece o Presidente da República, que o senhor não tem e não tinha nenhuma relação com o ex-Ministro Pazuello; Elcio Franco conhecia, sim, distante. Então, como o senhor vai explicar, se o senhor insistir nisso... O senhor vai insistir no que eu estou perguntando? O senhor vai insistir em dizer que não tinha conhecimento do poder, não conhecia ninguém, não viu, viu só uma vez? Porque, se o senhor vai insistir nisso, eu quero que o senhor diga aqui para a gente e para o Brasil como o senhor conseguiu chegar ao Ministério da Saúde em tempo recorde se não conhecia ninguém. O senhor vai dizer quem intermediou isso, Reverendo?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Nobre Senadora, a reunião do dia 12, onde nós estivemos com Elcio Franco, foi de certa forma encaminhada com uma outra reunião que nós tivemos no dia 9, no instituto IFB. Dentro desse instituto, nós falamos a respeito de uma possibilidade de apresentar as vacinas para o ministério, e o Dr. Helcio Bruno desejou compartilhar esse dia e marcou a vinda do Sr. Herman. Eu enviei um *e-mail* dia 11 para o Sr. Herman vir ao Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

e enviei um *e-mail* para o Sr. Cristiano, de São Paulo, vir a Brasília, então, com lisura, para mostrar preço, valor, lote, SGS, toda a documentação. Então, ele deveria vir a Brasília no dia 12 para uma reunião com Elcio Franco. É esse o contato que nós buscamos para o dia 12.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, o senhor está insistindo que não tinha conhecimento. Eu sei que foto se tira com qualquer pessoa, mas são milhares de fotos que têm o senhor com o Presidente da República, com a Damares, com o filho do Presidente da República. Isso aí está visto, e não são pessoas que ninguém conhece. Mas tudo bem.

Segundo, o senhor está afirmando aqui o tempo todo que aceitou participar dessa intermediação na compra de vacinas por questões humanitárias. A pergunta é: por questões humanitárias, o senhor resolveu intermediar vacinas superfaturadas, que não estavam disponíveis; a Senah ia ser beneficiada financeiramente, pelo que o senhor disse aí e pelos depoimentos que a gente tem aí. O senhor insiste em dizer que foi por questões humanitárias que o senhor intermediou essa compra de vacinas superfaturadas? Aí eu faço a pergunta que Leila e que todo mundo fez: por que quem encaminhou – já que demorou tanto tempo, Presidente, peço licença – a alteração do preço da vacina não foi a Davati e sim a Senah, o senhor?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senadora, como, de fato, isso aí foi o que ocorreu no dia 12. Eu não estive com o Presidente, eu não tirei foto com o Presidente. A foto que eu tive com o Senador Flávio Bolsonaro foi numa eventualidade, havia muitas pessoas nesse dia. Então, eu não tenho acesso ao Presidente.

Sobre o *e-mail* encaminhado, nós recebemos também esse *e-mail*. A Senah recebeu. Vamos imprimir aqui a proposta e o *e-mail* e vamos colocar à disposição da Comissão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quando o senhor se referiu às suas bravatas – o número 1, eu já resolvi com a Primeira-Dama –, o senhor quis, porque bravata também, na verdade... O que o senhor disse aí é uma inverdade. O senhor deixou de falar a verdade. Bravatas, também o senhor podia querer estar intimidando alguém. Quem o senhor estava intimidando, dizendo que já tinha contato com o número 1, com quem mandava?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – É, foi uma expressão, assim, de uma expectativa que eu criei. Foi uma expectativa que eu criei pra dar andamento na documentação e colocar a documentação à disposição do Governo brasileiro. Então, foi isso que eu havia falado. Eu criei uma expectativa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não falou a verdade então.

Agora eu queria lhe perguntar também, por exemplo: a Senah recebeu ou recebe recursos públicos de qualquer natureza, seja da União, dos Estados ou de Municípios? Recebeu ou recebe atualmente?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Nobre Senadora, não, nunca recebemos recurso do Governo nem de Estados e Municípios.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Algum dirigente da Senah tem algum vínculo com o Poder Público?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Alguma instituição religiosa ou outra mantenedora da Senah recebe recursos públicos de qualquer natureza, seja...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não. Nós não recebemos recursos de nenhuma mantenedora; só parcerias, parcerias privadas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, por último, pra finalizar, V. Exa., Sr. Rerevendo Amilton, o senhor aqui chorou de uma forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

comovente e disse que errou e pediu desculpas. A quem o senhor está pedindo desculpa? E que erro o senhor cometeu?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu abri a porta da minha casa. Eu sou aqui de Brasília. Essa porta da minha casa que eu abri é uma porta, é uma casa que eu cuidei com carinho, com amor. Depois que eu abri essa porta, eu me expus de uma forma que, nessa demanda, a vacina não tinha tanta, eu não tinha tanta experiência e eu estava, assim, inclinado pra que a vacina chegasse ao povo brasileiro.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Reverendo, eu aconselharia ao senhor, para que todos nós e o povo brasileiro saíssemos, e o senhor também, aliviados desta CPI, que o senhor resolvesse dizer a verdade de tudo o que foi falado aqui, porque o senhor negou tudo: o senhor não conhece, não foi o senhor, foi alguém, não foi o senhor. O senhor dá a entender que não fez nada. Acho que, se o senhor está protegendo alguém aqui, o senhor teria – a oportunidade é essa – que dizer para todo o povo brasileiro quem o senhor está protegendo, quem o senhor está protegendo.

O senhor, como cristão, sabe que essa sua ação levou milhares de brasileiros e brasileiras a óbito. Isto não é cristão. V. Exa. sabe disso. E a CPI está vindo e mostrando, porque já é grave e dói muito saber que... A omissão do Presidente da República já matou muita gente. Agora, saber que a omissão na compra de vacina tinha outro interesse, que era comprar vacinas mais caras na clandestinidade, e um reverendo fazer parte disso, à população brasileira é difícil aceitar uma desculpa dessa.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senadora Zenaide Maia, pela sua participação.

Meus cumprimentos à nossa Líder aqui, com muita honra, nossa Líder Simone Tebet, que estava em vários compromissos e acabou não participando hoje da CPI. Mas, como sempre, sua presença abrilhanta realmente esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Senadora Soraya tem alguma intervenção ainda, não é isso?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sim.

O documento que nos foi disponibilizado agora, que credencia o Sr. Cristiano, que, por sua vez, credencia a Senah, está em inglês, e aqui, no pouco tempo que eu tive... Trata-se do seguinte documento: no dia 1º de março de 2021, a Davati, por meio desse documento assinado pelo Sr. Herman Cardenas, credencia o Sr. Cristiano como um consultor internacional. Aí dá os dados dele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – No outro documento é o Sr. Cristiano fazendo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Faz a mesma coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... o credenciamento da Senah.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele copia. ele faz um Control C Control V no dia 3 de março, um Control C Control V do mesmo documento, e credencia... Ele copia. Aí é ele que assina. Mas ele copia esse documento e aponta... Olha só! Vamos lá! Só para vocês entenderem: no dia 1º de março, a Davati aponta Cristiano Alberto Carvalho como um consultor internacional representante oficial no Brasil. E aí, no dia 3 de março, o Sr. Cristiano faz um Control C Control V num documento também, pelo jeito, Davati, porque ele já havia sido nomeado dois dias antes, e aponta a Senah e, como representante da Senah, Sr. Amilton Gomes de Paula, põe as credenciais, o endereço errado da Senah, que também está aqui, com telefone aqui não sei por que certo – está errado no Facebook –, enfim... E aí quem assina é o Sr. Cristiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, assim, ele tem mandato, o Sr. Cristiano, para... Se ele foi nomeado no dia 1º de março, ele também... Não sei se, dentro da empresa, ele teria essas prerrogativas, mas, de uma forma ou de outra, acabou nomeando a Senah também como representante...

Olha só... Ele diz que com quem ele estabeleceu uma relação ele é um representante oficial dos seus produtos no Brasil e outros países e foi designado pela Davati.

Então, tem uma cadeia aí de designações. Ele tinha mandato para isso, pelo jeito, e aí seria bom a Davati responder também sobre esses documentos, porque, se deu poderes para o Sr. Cristiano no dia 1º, e aí o Sr. Cristiano dá poderes para o Reverendo Amilton...

Agora, deveríamos entender melhor essa situação aqui, e estava sim oferecendo várias vacinas, dentre elas para Sars-1 e Sars-2 do covid-19.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nesses documentos está faltando ainda aquele em que a Davati encaminha o preço de US$10.

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA (Para expor.) – Vou estar encaminhando amanhã para o secretário da CPI.

Pela ordem, Senadora.

Se a senhora observar...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Doutor, o senhor pode falar só no microfone.

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA – Se a senhora observar nesse primeiro documento, a senhora vai ver que o Sr. Herman já menciona a Senah. No primeiro documento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Verdade, verdade.

O SR. OTÁVIO DE QUEIROGA – ... a senhora observa que o Sr. Herman menciona a Senah. Ele não qualifica, mas ele menciona a Senah, menciona o Sr. Cristiano e menciona a Senah.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É verdade. E tanto que eu primeiramente li, coloquei aqui, mas na hora em que fui me manifestar, não encontrei mais. E é verdade. Aí, ele coloca... Importante isso, porque quem está mentindo aqui? O Sr. Herman?

O Sr. Herman coloca que estabeleceu uma relação com esse representante oficial e com a Senah. Tá? Então, o Herman assina o documento, dizendo que é o Cristiano; aí, ele qualifica o Cristiano e diz que também com a Senah, apenas Senah, s-e-n-a-h, mas não qualifica Senah.

Então, desde o primeiro documento, o Sr. Herman vai ter que se explicar, porque ele acabou de mandar um documento, eu acho que foi para a CNN, dizendo que nunca nomeou o Sr. Amilton, e aí a Senah não tinha representante. No dia 3, o Cristiano coloca e qualifica a Senah e o representante oficial da Senah.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senadora Soraya.

Quero cumprimentar aqui todos os Senadores e Senadoras, nosso Vice-Presidente Randolfe Rodrigues. V. Exa. me permite finalizar, encerrar a CPI...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Senadora Presidente Eliziane, a senhora me permite? Eu não vou ocupar nem três minutos, mas eu gostaria apenas, só para me situar... Eu estive o dia inteiro fora, mas vim acompanhando com o fone de ouvido, aqui pelo celular, a nossa reunião.

Eu gostaria de cumprimentar o Reverendo e fazer só umas perguntas muitíssimo rápidas.

V. Sa. disse que é empresário. Alguma vez foi do serviço público, é do serviço público? Sempre na iniciativa privada?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA (Para depor.) – Eu fui do serviço público.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Até quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu fui do serviço público de 1991 a 1997.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Depois não voltou para o serviço público?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Depois eu trabalhei como professor, dando aula em 2000, no ano de 2000, e não voltei mais para o serviço público.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E diz que é empresário, né, a princípio...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pode rapidamente dizer em que área, assim...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Eu trabalho com consultorias de projetos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E disse aqui para a CPI rapidamente que entrou também para o setor de resíduos sólidos?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, são projetos que se colocam à disposição da Senah, e a gente discute isso, para implantação em Municípios.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E apresentou algum projeto desse em algum Município, que teve andamento? Havia linha de financiamento? Foi solicitado o financiamento junto a algum banco público?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nem ao BNDES?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pode, assim... Algum desses projetos foi adiante? Há alguma cidade onde tenha conseguido implantar o projeto? Fazer o quê? Planejamento da implantação de aterros sanitários?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, não demos andamento a nenhum projeto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, então não seguiu adiante. Não, não...

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No ano passado, houve alguma tentativa nesse sentido?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – De implementar projetos? Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na área de resíduos sólidos, não?

O SR. AMILTON GOMES DE PAULA – Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente Eliziane, eu não, como eu disse, eu não ia fazer pergunta. Não vou fazer pergunta ao Reverendo, em respeito até... Como eu não estive presente, embora tenha participado, mas assim, para mim está muito clara a cadeia desses intermediários, não é? E a ligação deles com todos os projetos e processos que estamos investigando na CPI. Então, assim, com todo respeito, Reverendo, me pareceu, durante o seu depoimento, nas idas e vindas, primeiro afirmativas categóricas, depois, diante da mesma pergunta, com respostas mais duvidosas e evasivas, e depois reconhecendo que não tinha dito o que disse e vice-versa.

Pareceu-me muito, não sei se o senhor tem filhos, mas pareceu-me muito aquelas crianças, os nossos filhos, quando são pegos fazendo alguma coisa errada. A primeira coisa que têm a fazer é negar. "Não, não fui eu, não sei, não vi". Depois, quando aperta e descobre que todo mundo sabe o que aconteceu, diz, "não fui eu, foi meu irmão". Depois, quando o próprio irmão prova que não foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

ele e que foi o outro, ele diz, "não, mas eu não sabia que isso era errado. Eu não sabia o que eu estava fazendo".

Então, assim, a narrativa, confesso, hoje lamento muito, praticamente ouvi 70%, não ouvi 100%, mas confesso que não me convenceu, em hipótese alguma. Por tudo que eu já vi, parece-me que, no caso da AstraZeneca, no caso da Davati, das intermediárias, está comprovado o mesmo *modus operandi* da compra de vacinas superfaturadas dentro do Ministério da Saúde. Lamentavelmente à custa da dor, da morte de milhares de pessoas, de centenas de milhares de pessoas.

Muitos se aproveitaram deste momento, se aproveitaram, achando que poderiam levar vantagem, ou de R$0,20, ou de R$0,50, ou de US$1, pouco importa, para poder utilizar, através do dinheiro público, poder se servir dele.

Então acho que nós estamos chegando a uma linha de investigação, dentro da CPI, muito completa e muito triste, que é a confirmação de que o Governo, além de ter negado e ter cometido crime de omissão dolosa no atraso das vacinas, também teve, dentro do Ministério da Saúde, pelo menos dois núcleos, agora três núcleos: o núcleo político, sim, é importante dizer, e ele já existia, e não é deste Governo; o núcleo militar e o núcleo de atravessadores.

Eu espero realmente que V.Sa., até o final desta CPI, não esteja no relatório do Senador Renan Calheiros. Acho difícil, mas é o que eu espero.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senadora Simone Tebet.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a ata da 37ª Reunião, solicitando dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu queria cumprimentar aqui todos e todas, cumprimentar os advogados e o Reverendo, agradecendo pela presença de todos também, e, mais uma vez, reafirmar aqui com o senhor, pastor, da oportunidade que o senhor tem, a CPI ainda continua, nós temos algumas semanas ainda de trabalho, e o senhor, portanto, tem a oportunidade, nas próximas semanas, de contribuir com a CPI, revendo algumas falas que o senhor colocou aqui e trazendo contribuições importantes para os trabalhos da Comissão.

Não há dúvida de que o senhor, fazendo isso, prestará um grande serviço ao Brasil e prestará, sobretudo, aí, uma responsabilidade espiritual, como lhe foi assegurado ao assumir a responsabilidade em ser pastor, como reverendo.

Convoco os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para a 39ª Reunião que ocorrerá amanhã, às 9 horas, para realizarmos a oitiva do Sr. Marcelo Blanco.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (39ª Reunião) 04/08/2021

ATA DA 39ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezessete minutos do dia quatro de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Eliziane Gama, Izalci Lucas e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Fabiano Contarato, Leila Barros, Simone Tebet, Zenaide Maia e Jorge Kajuru. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Marcelo Blanco**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Marcelo Blanco, Ex-Assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, em atendimento ao requerimento 1043/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (39ª Reunião) 04/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia do covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Coronel Marcelo Blanco da Costa, ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, em atendimento ao requerimento do Senador Alessandro Vieira.

Solicito que o depoente seja conduzido à Mesa. (*Pausa.*)

A Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Luiz Fux no Habeas Corpus 204495, nos seguintes termos:

> [...] firme nos precedentes desta Corte, concedo a liminar pretendida, a fim de que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e exclusivamente em relação aos fatos que o incriminem, o paciente tenha o direito de: (i) fazer-se acompanhar de advogado; (ii) permanecer em silêncio; (iii) não sofrer ameaça ou constrangimento em razão do exercício do direito contra a autoincriminação, excluída possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício dessas prerrogativas constitucionais.
> Por fim, à luz dos fundamentos anteriormente lançados, e como reconhecido na própria petição inicial deste *writ*, restam mantidos o dever de comparecimento e permanência na sessão, impondo-se, quanto aos fatos de que o paciente tenha conhecimento na qualidade de testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

Eu peço à Mesa que me encaminhe aquele agravo que fizemos em relação à Sra. Emanuela, em que o Ministro Fux nos respondeu, para que eu possa ler a ele que será tratado por esta Mesa diretora aquele agravo feito, que é o mesmo da condição de testemunha do Coronel Blanco aqui nesta sessão. Eu quero ler para os advogados o agravo que fizemos, que serve também para outros casos: (*Pausa.*) "A decisão proferida no dia 12/07/2021, sem qualquer inovação jurisprudencial no tema, ampara-se nos inúmeros precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação das garantias constitucionais processuais penais no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito. Com efeito, a não autoincriminação tem assento constitucional, instaurando direito subjetivo, a ser exercido por qualquer cidadão, de não produzir prova contra si mesmo. Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu próprio titular, a quem cabe a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica.

Nesse sentido, é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício da não autoincriminação. Por outro lado, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais.

Nesse ponto, às Comissões de Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso do exercício do direito de não [...] [autoincriminação].

Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a CPI de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis. Nos estreitos limites da matéria posta no presente *habeas corpus*, ação constitucional que não comporta revolvimento de matéria fáticoprobatória, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

compete ao Supremo Tribunal [...] se imiscuir no conteúdo do depoimento da Paciente, muito menos supervisionar previamente o exercício das atribuições jurisdicionais exclusivas da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Outrossim, compete à CPI fazer cumprir os regramentos legais e regimentais, estabelecendo, para tanto, as balizas necessárias para que investigados, vítimas e testemunhas possam exercer, nos limites próprios, seus direitos fundamentais, inclusive o direito da não autoincriminação."

Então, estou lendo isso aqui, que é uma decisão proferida pelo Ministro Fux quando do agravo que fizemos para ouvir a Sra. Emanuela. Então, só pra comunicar aos advogados. E pediria também aos nobres advogados que, na hora em que o Coronel Blanco estiver respondendo, não interferissem nas respostas. Ele pode se auxiliar a qualquer hora dos senhores, os senhores também podem se posicionar e se manifestar, mas, na hora em que for feita uma pergunta, não ficarem soprando, como ontem aconteceu aqui, por favor.

Eu vou passar a palavra ao Coronel Blanco por 15 minutos. V. Exa. pode se posicionar.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Obrigado, Senador Omar Aziz. Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, na pessoa do qual cumprimento os demais Senadores e Senadoras aqui presentes e todo o corpo de servidores desta Casa.

Num primeiro momento, gostaria de agradecer pela oportunidade a mim conferida de esclarecer atos e fatos a mim imputados, com a finalidade de contribuir com os trabalhos desta Comissão assim como elucidar eventuais narrativas, versões e inverdades aqui postas por outros depoentes e publicadas em alguns meios de comunicação.

Em seguida, gostaria de me solidarizar com todas as famílias que perderam seus estimados entes, vivenciaram seus dramas e aflições. Sei perfeitamente do que se trata, pois, assim como tantos, também perdi pessoas próximas.

Ainda sobre o traiçoeiro vírus, em agosto de 2020 vi, daqui de Brasília, minha esposa com um casal de filhos pequenos – um então com sete anos e a pequena com três – contraírem o vírus na cidade do Rio de Janeiro. E eu, para um desespero ainda maior, sem poder correr em socorro de minha família, pois me encontrava internado no Hospital das Forças Armadas, onde permaneci durante 12 dias com comprometimento pulmonar e necessitando de suporte de oxigênio. Ficar longe de minha família a fim de assumir e prosseguir na missão do Ministério da Saúde me cobrou um preço.

Após os cumprimentos iniciais e breve introdução, passo a me apresentar e tratar de um histórico resumido e demais detalhes ao meu respeito.

Meu nome é Marcelo Blanco da Costa e sou militar do Exército Brasileiro. Ingressei nas Forças Armadas em 1987, permanecendo por mais de 31 anos na ativa e passando para a reserva em janeiro de 2018, já no posto de coronel. Ao longo da minha carreira militar, tive uma trajetória ilibada, sem responder a processos de qualquer natureza, quer seja disciplinar, penal ou de qualquer órgão de controle. Fruto dessa carreira exitosa e após rigoroso processo seletivo, fui nomeado, em 2015, comandante de uma unidade do Exército Brasileiro, missão considerada mais nobre para um oficial e que desempenhei no biênio 2016/2017.

Após pouco mais de dois anos na reserva do Exército, no final de abril de 2020, fui convidado para compor a equipe do General Pazuello no Ministério da Saúde, cuja nomeação foi encarada como missão e esforço de guerra, diante da pandemia que se alastrava. Ficou bem claro que não teríamos horário de fim de expediente, sábado, domingo ou feriado, tudo em nome da busca da solução à pandemia mundial, algo cuja resposta era desconhecida de todos naquele momento. Tal convite se deu, dentre outros fatores, pelo fato de eu ter adquirido experiência durante a carreira nas áreas orçamentária, financeira e logística, além de ter realizado curso de especialização e extensão na Fundação Getúlio Vargas e Escola de Administração Fazendária, entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Dentre as condições para assumir o cargo, manifestei meu interesse em não ocupar funções nas quais executasse orçamentos ou ordenasse despesas. Assim sendo, fui nomeado ao cargo de assessor do departamento logístico em 6 de maio de 2020, cujas funções eram de natureza consultiva. Aproximadamente oito meses depois, fui exonerado em 19 de janeiro de 2021, juntamente com outros três militares: Coronel Martinelli, Major Ramon e Coronel Guilherme. Destaco que, quando convidado, a proposta realizada pelo Ministro era de permanência por 90 dias, e somente após oito meses fui substituído pelo General Ridauto, atual diretor do departamento logístico, lembrando que o cargo é de livre nomeação e exoneração, não exigindo motivo determinado e específico para tal.

Durante esses oito meses, dentre tantas demandas inerentes à rotina do ministério, entre os diversos encargos e atribuições, era o de atender a diversas agendas de reunião com inúmeros representantes de várias empresas dos mais diferentes segmentos da área de saúde, momento em que vários obtinham meus dados para contato, incluindo meu número de telefone móvel particular. Um desses representantes, recebido quando estava no MS, de nome Odilon, por ter meu contato, por meio de ligação telefônica, me contactou no início de fevereiro de 2021, a fim de informar que havia uma empresa norte-americana com a disponibilidade de 400 milhões de doses de AstraZeneca para entrega imediata a um preço bastante baixo e cujo representante era o Sr. Dominguetti.

Naquele momento, o Sr. Dominguetti se apresentava como representante de uma empresa multinacional denominada Latin Air Support, que supostamente seria representante da AstraZeneca, vacina já conhecida, com sede na Flórida, Estados Unidos, país que tem reputação de seriedade nos negócios, situação muito diferente do que veio a se descortinar após sua aparição em 29 de junho de 2021, na qual se constatou a sua situação de Cabo da ativa da Polícia Militar de Minas Gerais, que não representava nenhuma empresa, que havia tentado oferecer as mesmas vacinas em diversos Municípios, Estados e países estrangeiros em troca de cartas de intenção, LOI (*letter of intent*), e muito menos tinha o que dizia ter.

Da mesma forma, o Sr. Cristiano era, conforme palavras de Dominguetti, o CEO da multinacional supracitada, que ainda se apresentava como consultor da McKinsey, a maior empresa de consultoria do mundo segundo ele, o que lhe conferia a confiança dos executivos norte-americanos.

Sobre as conversas com Dominguetti, essas se iniciaram no início de fevereiro, quando fui informado por ele de que as tratativas sobre as supostas vacinas já haviam sido iniciadas por meio da Senah, em contato com a SVS, Secretaria Executiva do Ministério, mas que gostaria de enviar tais propostas ao departamento logístico, para que diversos departamentos do ministério tivessem ciência da irrecusável proposta, bem como se desse a celeridade que o caso requeria.

Em relação à manifestação de interesse pelo Sr. Dominguetti, relatada a mim, a proposta era de apresentar tal oferta de vacinas ao departamento logístico. Naquele momento, após ele confirmar as quantidades, dizer que a entrega seria CIF e que se daria de maneira imediata, simplesmente fiz uma breve explanação de como se dava o rito processual formal no ministério, visto que ele não tinha nenhum raso conhecimento de como proceder perante aquele órgão, nem sobre a ritualística da contratação pública.

Em seguida às informações prestadas pelo Dominguetti, eu lhe informo os *e-mails* institucionais do departamento logístico e do diretor e oriento que toda a documentação probatória deveria ser enviada por intermédio daqueles endereços eletrônicos institucionais, a fim de que, caso o ministério achasse oportuno, poderia instaurar um processo administrativo no SEI, com o respectivo NUP, que é aquele número de processo.

Em seguida, informo ao ex-Diretor Roberto Dias, também por ligação, da existência de uma possível oferta de 400 milhões de doses de vacina e encaminho o contato do Sr. Cristiano, autointitulado CEO da empresa Latin Air Supply, perdão, Latin Air Support, que seria substituída pela Davati somente a partir de 26 de fevereiro de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Cabe salientar que eu nunca ajudei na elaboração de documentos apresentados pelas empresas. Também não intermediei envio de tal documento junto ao Ministério da Saúde. Simplesmente orientamos a utilizar os meios oficiais, conforme pode ser constatado em conversa do dia 10 de fevereiro de 2021, com o Sr. Dominguetti. Da mesma forma, nunca acompanhei representante de qualquer empresa em visitas ao Ministério da Saúde ou qualquer órgão público.

O meu intuito em relação ao Sr. Dominguetti se restringia ao desenvolvimento de um possível mercado de vacinas para o segmento privado, assunto que estava em discussão na sociedade civil por meio de interesse de grandes grupos econômicos brasileiros e das propostas de regulamentação no Congresso Nacional após a sanção da Lei 14.125, de 10 de janeiro de 2021, mais especificamente no seu art. 2º, que permitia a aquisição por pessoas jurídicas de direito privado.

Tais alegações podem ser comprovadas pela série de mensagens trocadas com o Sr. Dominguetti, conforme serão projetadas neste momento.

Sim, conforme eu citei aqui, Presidente, eu gostaria de já começar a passar.

Então, como eu falei aqui nas minhas palavras introdutórias, Dominguetti me procurou no início de fevereiro, e em seguida nós começamos a trocar algumas mensagens. Da minha parte, sempre que se iniciava algum tipo de interlocução da minha parte, eu sempre deixei muito claro, porque foi uma coisa que ele, ao apresentar as condições da suposta proposta dele, ele dizia que também seria destinada ao meio privado – tá? –, somente necessitando de uma liberação do laboratório AstraZeneca. Eram as palavras que ele utilizava.

Então, a partir das primeiras... Ali está a primeira vez que eu troco alguma mensagem no aplicativo do WhatsApp com ele, onde eu já começo a conversar com ele sobre a rede privada.

O próximo, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A primeira mensagem é de 9 de fevereiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – É de 9 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aquela da rede privada é de 9 de fevereiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É de 9 de fevereiro, sim, senhor.

Ainda 9 de fevereiro, eu continuo tratando sobre mercado privado, e, em função de a gente perceber no meio privado de alguns interessados, talvez até pelo mesmo assunto que se tratava no Parlamento de regulamentação da pauta, eu perguntei a ele se ele, Cristiano – pois eu acreditava que o Cristiano era o CEO da empresa no País, assim dito pelo próprio Dominguetti –, se eles poderiam vir a Brasília numa reunião com interlocutores no meio privado – está muito claro nessa mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho.

O primeiro contato, Coronel, que o senhor tem com o Dominguetti é do dia 9 de fevereiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o primeiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. A primeira... Ele me busca, não sei precisar o dia, mas talvez uma semana antes, no iniciozinho de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá, uma semana antes ele o procura.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Isso. E ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele dá o nome, dá o nome do Cristiano e dá o nome da empresa. É isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor não pesquisou para saber quem era?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não pesquisei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Pode passar o próximo, por gentileza.

Ainda no dia 9, continuando falando sobre privado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Pode seguir.

Isso daí é interessante. É que, prosseguindo na sequência dessas interlocuções com Dominguetti, ele me informa que iria participar e iria estar em Brasília. Tá? Ele já havia, num primeiro contato, dito que vinha através da instituição Senah. Até o momento, eu não me recordo de ele ter tratado do nome do Reverendo Amilton; eu não fiz nenhuma ligação mental de que Reverendo Amilton e Senah fossem a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como terão algumas perguntas que irão lhe fazer, antes de o senhor continuar, eu queria aqui fazer um alerta: você me promete, quanto aos fatos que tem conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

A partir deste momento, V. Exa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, nos temos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Pode continuar, por favor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Tá.

Enfim, então, essa foi a primeira vez que eu soube que ele estaria na semana que é a semana do jantar.

Esse ainda é o dia 19.

Pode passar.

É a semana. A semana, a gente entendeu ser interessante contextualizar a semana pra entender o dia 25. Então, essa é a semana. Eu continuo perguntando a ele sobre questões do privado.

Pode passar.

Aí é quando ele, perdão, aí é quando ele informa que haveria agenda na SVS, no dia 22. Tá? Aí ele posta nas mensagens dele o registro da reunião da SVS.

Pode passar.

Eu, em seguida, cobro dele mais uma vez... A gente conversava... Pelo menos da minha parte, eu sempre pedi muito a ele documentos que sustentassem uma construção de um modelo de negócio no meio privado.

Pode passar.

Esses áudios também tratam de meio privado.

Vou pedir para reproduzir primeiro o meu áudio, o áudio um, por favor. (*Pausa.*)

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Em seguida, ele me responde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De que dia é isso, Coronel?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Salvo engano meu, dia 23 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor ainda era servidor do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor, eu fui exonerado no dia 19 de janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor estava tratando de vacina sendo servidor da...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, isso daí é privado. Esse áudio... Eu não era servidor, isso era uma tratativa para o mercado privado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele era funcionário do Ministério da Saúde.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas ele está tratando de vacina.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, senhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Era vacina do setor privado.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Privado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Essa data é importante, dia 23 de fevereiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Dia 22, perdão, de fevereiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dia 22 de fevereiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É na semana do jantar do dia 25.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – No mesmo dia do jantar, aliás.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. Esse áudio... Eu conversei com ele ao longo da semana sobre mercado privado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Esse áudio é de que dia?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Vinte e dois de fevereiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Esse áudio é do dia do jantar?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, não. O jantar, perdão, Senadora, é dia 25.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Três dias antes.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Segundo áudio, por favor. E a resposta do Dominguetti.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

Pode seguir.

Dia 23, eu continuo questionando ele sobre as questões do privado. Ele diz que conseguiu o valor para o público a 3,97, que era a proposta que ele disse ter enviado à Secretaria de Vigilância em Saúde. E aí eu pergunto a ele se seriam todas as mesmas condições que ele havia me dito lá atrás. Que condições eram essas? CIF, entrega imediata. E ele disse que sim. Ele até coloca ali: "Ninguém terá pronta entrega neste momento". Então, eu continuo questionando a ele um conjunto de documentos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sem querer interromper o depoente, mas é importante deixar claro que essa atividade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

venda de vacina para o setor privado na oportunidade era uma atividade irregular, absolutamente irregular, porque sequer a lei autorizando tinha sido aprovada no Congresso Nacional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se o senhor me permite, Sr. Relator e Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não foi aprovada. Portanto, são muito graves as informações que o depoente começa a trazer aqui. São gravíssimas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. depoente, se V. Exa. me permite, sobre essa lei eu tenho as informações.

Nessas datas não tinha sequer o debate da lei. O Governo estava resistindo a esse debate.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A primeira menção que foi feita em relação a ter uma lei foi no dia 18 de fevereiro. Não bate com suas datas. A primeira menção é dia 18. A primeira reunião ocorre no dia 21 de fevereiro. Dessa reunião eu participei, sob a resistência do Governo em ter qualquer lei, porque essa é a lei que autoriza a aquisição das vacinas da Pfizer e, no início das discussões, sequer cogitava a vacina do setor privado. A lei só é aprovada... O projeto de lei é protocolado aqui no Senado no dia 23 de fevereiro, é aprovado no dia 24 de fevereiro. Não é votado na Câmara dos Deputados no dia 25; só é votado na semana seguinte. Só é sancionado pelo Presidente da República no dia 11 de março. E só são firmados os primeiros contratos no dia 19 de março. Mais que isso: essa lei em nenhum momento possibilitava a aquisição de vacinas pelo setor privado. A lei dizia claramente o seguinte: primeiro devem ser vacinados os grupos prioritários pelo setor público; somente depois é que poderiam ser distribuídas para o setor privado.

A única coisa que tinha aí de tudo isso era um projeto de lei que começou a ser discutido depois que a nossa lei foi sancionada, três dias depois. E também não bate a data; é somente em março, Sr. Presidente. Três dias depois é que é apresentado o projeto patrocinado pelo Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, na Câmara dos Deputados, apoiado por Luciano Hang e pelo Carlos Wizard, que estabelecia, aí, sim, os 50% de 50%. Esse outro projeto, após ter sido aprovado em prazo recorde na Câmara dos Deputados, ao chegar ao Senado, foi paralisado, porque era um acinte.

A única coisa que tinha disso era – aí o senhor pode trazer melhores informações – um contrato que foi assinado entre a Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas, privada, e a Precisa, do dia 30 de janeiro.

Então, Dr. Marcelo, eu ia... Já que o Sr. Relator antecipou e como eu tenho essas informações, me permita interromper. Nenhuma dessas datas bate. Essas tratativas sobre vendas para o setor privado que o senhor estava fazendo está com base na irregularidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E lembrando que o projeto de lei da Câmara dos Deputados foi apresentado no dia 17 de março, basicamente um mês, mais ou menos, depois das tratativas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Isso aí caracteriza, Coronel Blanco, que o senhor tinha informações privilegiadas, sabia que se poderia aprovar essa lei...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e já se antecipava.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – De forma alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque como é que vai se antecipar, em janeiro falar sobre um assunto de compra de vacina para o privado, tratativa do privado, e depois o senhor tem uma reunião no *shopping* com membros do Governo que ainda eram servidores. O senhor já não era mais servidor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Há alguma quarentena?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, o meu cargo não determinava quarentena. Era um DAS-4, um cargo de assessor. Só, por gentileza, se o senhor me permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... responder a um questionamento do Senador Randolfe e da Senadora Eliziane.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – No sentido de que a gente percebeu um primeiro movimento do Parlamento em debater uma pauta dessa, eu só estava querendo construir um modelo de negócios que, à medida que ele se tornasse legal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Blanco, quando vocês começam a conversa, não tinha nem concepção de projeto. Eu tenho aqui...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me permite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... as trocas de mensagem que tive com o Presidente do Senado...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me permite ler uma matéria aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... dos primeiros debates.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... da *Folha de S.Paulo*, de 14 de janeiro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – A matéria trata de questão de... Só o título: "Quem pode comprar e comercializar vacinas no setor privado no Brasil são clínicas, diz entidade do setor".

Isso é só uma matéria, para ficar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entidades do setor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, mas veja bem, existia, à época, um entendimento que eu tinha de que existia um debate acontecendo na Casa e, obviamente, quando esse debate viesse a terminar, eu, se eu estivesse adiantado na construção de um modelo de negócios, talvez fosse interessante, no privado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – E essa informação que o senhor tirou foi de onde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Existia uma lei de janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não existia lei. Aliás, era bom que existisse até alguma lei, porque talvez o Governo tivesse comprado da Pfizer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mas já existia um debate, que era público, é isso que eu estou falando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só para entender, rapidamente aqui: pode voltar um pouco, para mostrar de que data era aquela matéria e de que veículo de comunicação?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Aquela matéria que cita o Presidente do Senado?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Que eu inclusive "printo" para ele. Então, essa matéria é do dia 22 de fevereiro, que eu passo para ele: "Iniciativa privada poderá negociar compra de vacinas contra covid, diz Pacheco". Então, a gente vem acompanhando no público, no que é público, e eu falei para ele: "Precisamos já desenhar uma estratégia visando a esse mercado". A minha intenção era jamais negociar alguma coisa se não houvesse instrumento legal, por óbvio, mas eu gostaria de já ter algo desenhado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estava, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que nos assusta, Senador Humberto, é que o senhor, como oficial do Exército, com uma experiência de mais de 30 anos... E os oficiais que eu conheço sempre têm muita cautela, se protegem em termos de... Medem tudo que vão fazer e estudam. O senhor não acha que foi muito açodado já em pensar em venda de vacina sem nem conhecer a empresa, sem ter pesquisado a empresa? Isso é um açodamento maior do mundo. Eu nunca vi um negócio desse.

O senhor... Pela experiência de vida em logística, a primeira coisa que o senhor teria por obrigação era ter pesquisado que empresa é essa, quem é esse cidadão, quem é Dominguetti. É estranho isso. É muito estranho para a gente, Coronel, que o senhor tenha feito isso sem saber. Quer dizer, umas conversas dessas – "Precisamos já desenhar uma estratégia visando esse mercado" –, veja bem, e sem saber com quem o senhor está conversando. Até, então, eu acho que você nunca tinha visto o Dominguetti frente a frente, não é? Até, então, creio eu que o senhor nunca tinha se sentado com ele. Veio a se sentar naquele jantar em que vocês se conheceram. Isso é que é estranho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha uma outra coisa muito grave, Presidente – uma outra coisa muito grave –, que é: projetando um mercado que não existia e que depois se comprovou que era de interesse da Precisa, ou seja, a posição dele confrontando interesses dentro do Ministério da Saúde, reunindo servidores com empresários, era uma demonstração desse enfrentamento que havia no órgão, não é? E um mercado que seria de interesse da Precisa estaria sendo criado para tanto, para a Precisa exatamente, que era uma espécie de "Dominguetti" da Covaxin. Então é esse o estado a que nós chegamos no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos fazer... Eu vou dar... Eu vou ouvir o Senador Humberto e depois eu vou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...de negociação, de roubalheira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para entender: a gente está em qual momento aqui do depoimento?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria só fazer uma questão. Eu, na verdade, queria esperar minha vez de falar, mas como já houve aqui várias interrupções, eu vou interromper também para perguntar o seguinte: veja, digamos que, tudo bem, ele saiu do ministério, estava interessado em fazer um trabalho com o setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

privado envolvendo a vacina, o Dominguetti podia vender para um ou para outro, mas, Coronel, são vários e vários os diálogos que nós temos das pessoas dizendo que o senhor poderia ser facilitador para o processo de aquisição pública junto ao Sr. Roberto Dias.

O senhor não estava mais no ministério, mas o Roberto Dias não só estava como era a pessoa que, depois do Secretário-Executivo, tinha mais poder para tomar uma decisão. O jantar, inclusive, acontece com a presença do Roberto Dias, do Dominguetti e de V. Sa.

Então, a questão que V. Sa. tem que responder para todos nós é o seguinte. "Tudo bem, estou procurando fazer um investimento privado, abri uma empresa para isso." Agora, o que é que isso tinha a ver com o senhor estar se reunindo, conversando ou facilitando a compra de vacinas pelo setor público via Roberto Dias? – porque o senhor ficou permanentemente em contato com o Roberto Dias. Essa é a questão a ser respondida, quando na sua exposição dos fatos.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nós vamos chegar lá agora, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor já esperou o tempo de 15 minutos? Conforme as perguntas forem feitas...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O.k., então.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o senhor pode passar...

Porque é o seguinte, esse contexto que ele está colocando aqui muitas vezes não é o contexto que nós temos de áudios, está certo? Não é o mesmo contexto. O contexto que nós temos aqui... Pode ser que ele use esses áudios ou essas falas para se justificar. O contexto não é esse, o contexto é outro. Por isso é que ele vai passar essas coisas, nós estamos prestando atenção aqui... Só se ele passar tudo e ninguém interromper. Falta muito ainda?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (*Fora do microfone*.) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então tá. Sem interrupção. Conclua, por favor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Bom, pode prosseguir, por favor.

Enfim, para concluir: nessa semana, o fato de o Dominguetti se encontrar em Brasília e ter participado de uma agenda no SVS, ele faz contato comigo e diz que gostaria de ter uma agenda no departamento logístico.

Eu tentei contato com o departamento logístico, com o diretor, e a informação que eu consegui e passei para o Dominguetti é a seguinte: "Se porventura você conseguir a agenda, ela só poderá se dar ou na quinta ou na sexta-feira. Por quê? Porque eu fui informado de que o diretor não se encontra em Brasília, então você só vai conseguir ter essa agenda no dia 25 ou no dia 26".

Não haveria como, depois dessa minha fala com ele, Dominguetti, ter certeza de que a agenda seria no dia 25, porque isso eu só fui conversar com o Dominguetti no dia 25. E de que maneira? Eu consigo falar com o diretor no dia 25, não me recordo em que momento do dia, foi uma conversa relativamente rápida, ele vinha voltando de viagem, tinha uma série de demandas no ministério, e ele comentou que estaria no Vasto mais tarde, à noite – um comentário natural, em que se conversam amenidades: "Estou cansado, estou vindo de viagem, estou estressado, vou ao Vasto mais tarde", algo desse tipo, tá? Isso não me ocorreu no momento. Não me ocorreu no momento, passou. Eu já tinha interesse, como está muito claro, de tratar com o Dominguetti no mercado privado. Eu sugiro ao Dominguetti: "Dominguetti, aproveitando que você me disse estar hospedado próximo ao Brasília Shopping, o que você acha? Eu me encontro contigo lá, a gente come alguma coisa, eu trato de privado, tá? O Roberto deverá estar no Vasto, falou que estaria, eu te apresento o diretor e você pede a sua agenda". E assim se deu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho, Coronel. Não dá para aguentar isso. Coronel, o senhor sabe que, em janeiro, o Coronel Elcio Franco editou uma portaria dizendo que quem só tratava de vacina era ele.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não sabia, não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como não? Ah, por favor, Coronel!

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não sabia, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Roberto Dias sabia também. Como não sabia, Coronel?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Essa informação... De quando é essa portaria do Secretário-Executivo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi dito aqui 500 vezes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, eu não tive conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Elcio Franco fez uma portaria dizendo que quem tratava de vacina a partir daquele momento era ele, e não mais ninguém. Retirou todos os poderes. Esvaziou o Roberto Dias, trocou todos os assessores dele por outras pessoas. Isso era do seu conhecimento. Agora, o senhor chegar aqui e dizer que foi coincidência, o negócio... Não. Aliás...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, eu não falei que foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... quem estava, qual era a quarta pessoa que estava nesse jantar?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Dominguetti, eu, Roberto Dias e o Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que Ricardo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É um amigo do Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ricardo é o quê? Ricardo de quê?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Que foi da Cmed, Ricardo Santana.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu conheço o Ricardo de atividades sociais, eu estive com ele talvez umas três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, nesse dia, o Sr. Roberto Dias não apitava nada sobre vacina. Por isso que... E não batem essas conversas por causa de questões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O conflito foi exatamente esse.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O conflito é esse.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Coronel Martinelli não estava também?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O conflito é esse dos Coronéis com uma representação que já havia ocupado o território do Ministério da Saúde. O conflito é esse. É que, naquele momento, como disse o Presidente Omar, o Roberto Ferreira Dias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não mandava mais nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... não mandava mais nada, tinha sido retirado da negociação. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Retirado não; tem uma portaria do Coronel Elcio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – ... dizendo que só se tratava de secretaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro. Tinha sido retirado da negociação de vacina. Cuidava do restante, das atribuições e das competências do Ministério da Saúde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoimento de V. Sa. aqui é um depoimento muito importante. É fundamental que V. Sa. saiba disso, Coronel Marcelo Blanco da Costa, porque é mais um depoimento para esclarecer esses bastidores fétidos do Ministério da Saúde, com o *modus operandi* que hoje o Brasil todo conhece: as empresas que tinham um filtro rígido de *compliance* tiveram dificuldades para ofertar os produtos, enquanto essas empresas de Dominguetti e de Precisa tiveram todas as facilidades. Inclusive, como lembrou o Senador Randolfe, até para mudar a legislação para permitir que os privados comprassem. Ou seja, o seu depoimento é muito importante. E é muito importante que o senhor o leve nessa conta.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito ontem teve um espetáculo triste aqui com o Reverendo, que conseguiu mentir mais do que os outros depoentes mentiram.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. E que, depois, pediu desculpas e chorou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí nessas mensagens está ele de novo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer, isso tudo está aqui nas mensagens e nos bastidores.

O País precisa saber da importância do seu depoimento como um depoimento esclarecedor. Nós não queremos aqui – o Presidente tem colocado muito isto – nada mais do que a verdade; apenas a verdade. Mas a sua presença aqui e o seu depoimento precisam servir para repor a verdade, como o Brasil está cobrando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, o depoente poderia só passar de novo o áudio do Dominguetti para nós?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É... Podia só esclarecer esses dois pontos iniciais?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro, mas, se, em seguida...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... V. Sa. puder passar o áudio...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Então, assim, o primeiro ponto é com relação... Eu não tinha conhecimento. Aqui, em 29 de janeiro, o Secretário-Executivo envia ofício para 16 secretarias, dizendo que ia concentrar as ações de vacina. Eu fui exonerado em 19 de janeiro do ministério. Eu não tinha conhecimento disso.

E uma outra coisa, para que fique bem clara: a única coisa, quando Dominguetti me procurou, a única coisa que ele pediu é que ele gostaria de enviar propostas para o departamento logístico. Eu simplesmente o orientei a enviar para os *e-mails* institucionais. Eu não intermediei, eu não fui com ele lá, eu não articulei... Eu não fiz absolutamente nada disso. Eu passei para ele os dois *e-mails* institucionais...

É... Senador Renan, o senhor me pediu para relatar o que aconteceu. Eu estou relatando aqui o documento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro. Eu estou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... que é de 29 de janeiro, e o pedido do Dominguetti. Ele fez um segundo pedido na semana que ele gostaria da agenda. E eu não falei que foi um encontro casual, eu sabia que o Roberto estaria no Vasto. Eu posso ter sido inconveniente de levar o Dominguetti lá sem a ciência do Roberto? Até posso ter sido, mas eu não vi mal algum, porque ele me disse, e assim aconteceu no jantar... Após a apresentação, ele solicitou uma agenda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo que o senhor está relatando, o senhor tinha uma relação muito próxima do Roberto Dias.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, com o Roberto Dias, por óbvio, eu tinha uma relação amistosa, como tinha com várias pessoas lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É, porque o senhor sabia até onde ele iria jantar naquele dia. Isso aí a gente fala para amigo, eu não vou falar para um cara que eu mal conheço que eu vou estar em tal lugar e tal. A gente fala isso para amigo. Então, veja bem, essa é uma questão, Coronel.

A outra questão é: se o Roberto Dias sabia, estava ciente de que não tinha mais nenhuma competência para estar discutindo vacina... Ele nunca lhe falou isso? Ele não disse: "Olha, foi retirado esse poder meu"? Porque ele sabe que os assessores que estavam... O senhor sabia, todos os assessores de confiança... Inclusive, o próprio Roberto Dias disse que as pessoas que trabalhavam lá diretamente com ele eram pessoas competentes e que foram mudadas. Ele conseguiu se manter no cargo, ele conseguiu se manter, mas não conseguiu manter a equipe que trabalhava com ele, trocaram todo mundo. E o senhor tem consciência, estava lá ainda, sabe disso.

Mas o Roberto Dias, com essa relação que tinha com o senhor, não lhe comunicou que ele não tinha mais autoridade nenhuma sobre negociação de vacina?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, senhor.

O senhor me permite...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Coronel, o senhor foi...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me permite o meu entendimento, a minha percepção à época disso, até, inclusive, aliada à minha experiência do Ministério da Saúde? A minha percepção é que, quando da solicitação do Dominguetti, que ele queria enviar a documentação para lá, a minha percepção de quem passou por lá... E eu expliquei isso num rito simples para o Dominguetti, eu falei: "Dominguetti, toda a documentação, para ela ser instruída num processo formal, existe um passo probatório. Se isso não parar em pé, sequer um NUP vai ser gerado e aquilo vai ser atribuído a alguma área". Foi isso que eu falei para ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Coronel Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A quarta pessoa era o Ricardo Santana?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu não sei o sobrenome dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele era um antigo quadro da Anvisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Trabalhou no Anvisa, na Cmed.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então ele é testemunha da conversa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Agora, eu pergunto só o seguinte: o Dominguetti aqui disse que, no dia, estava presente também o Sr. Alexandre Martinelli Cerqueira...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não estava.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele disse que era uma pessoa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que ficava anotando números, fazendo conta. Disse que era um coronel também...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Não, não, senhor. Isso é...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não estava?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Eu só pedi pela ordem a V. Exa. para saber se o Relator já concluiu as perguntas dele. Se sim, vamos obedecer a lista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, nem iniciou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então vamos colocar ordem aqui, porque está de um jeito que não dá para ter uma compreensão lógica do que está acontecendo aqui. Acho que o Relator tem que cumprir o papel dele e, na sequência, os demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Verdade, está tudo desorganizado. Vamos ter que botar ordem aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É importante colocar ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos botar ordem aqui!

Vou seguir o seu conselho. Só não quero que você faça o discurso... Aquela pergunta de ontem, que fez o Reverendo chorar... Nunca faça isso comigo, porque eu choro mesmo! (*Risos.*)

Eu choro!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou colocar ordem, Senador. Só estou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Faça, faça isso e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já concluiu?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me permite só, então, falar do jantar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser perguntado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, nas perguntas ele responde.

Agora, só para... Eu ouvi até a exploração que foi feita em cima do questionamento que fiz ontem, Sr. Presidente, e eu quero, primeiro, lamentar a maneira como as pessoas agem diante de situações como a que ocorreu ontem. Eu não tenho aqui compromisso em defender quem quer que seja, eu defendo a verdade em que eu acredito. Não defendo pessoas por serem ligadas ao Governo ou não ligadas ao Governo, mas a gente tem que ter muita cautela num ambiente como esse para não fazer um julgamento ou um prejulgamento que vai render para todos nós, depois, consequências, sobretudo num plano imaterial. Ninguém tem a capacidade de entrar no coração de ninguém para saber o que é a verdade interior dele ou o que é fruto de uma articulação para tentar se safar ou para tentar passar uma imagem de vítima de alguma coisa.

Ontem, aconteceu esse episódio, que é lamentável. Realmente, foi um depoimento extremamente esquisito – a palavra que eu consegui encontrar é essa –, porque é um negócio muito estranho alguém que entra numa negociação, não sabe por quê, não sabe como, de algo que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

existia... Então, todos nós estávamos aqui nesse ambiente, e, quando fiz aquele questionamento, fiz – e aí talvez muitos aqui não tenham noção de o que significa, talvez alguns – em razão do que conheço, do que ele representa, daquilo que ele é, e talvez por isso ele tenha se emocionado. Mas acho que a gente tem que ter um pouco de cautela com relação a algumas afirmações, algumas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque não acho que seja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa. Agora ele mesmo admitiu que é bravateiro, e não fui eu que disse e nem o senhor que disse. Ontem, o Reverendo admitiu que fazia bravatas. Ele falou isso aqui publicamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, eu cobrei isso dele também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, de uma pessoa que faz bravata, você nunca sabe se ele está chorando para alguma coisa ou não. Então, ele mesmo disse. O advogado soprou aqui: "Bravata". Aí ele disse: "Bravata". Você está entendendo? O advogado soprou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi, e V. Exa. o corrigiu corretamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoimento de ontem tem tudo a ver com o depoimento de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem muita coisa junta, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O enredo e a narrativa são os mesmos, envolvem os mesmos personagens.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos avançar, vamos avançar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo, meu amigo.

Coronel Blanco, por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu tinha pedido para ouvir de novo o áudio do Dominguetti.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ah, sim.

(*Procede-se à execução de áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O que é uma reunião mais tarde com a sua turma?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Perdão! Não, não é turma. São pessoas do meio civil, pessoas com que eu tratava de outras situações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A fala dele é: "Vou ter uma reunião mais tarde com a sua turma".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Sua turma?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, comigo não. Com certeza, não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não fui eu que disse, não foi o senhor, foi o Dominguetti.

Vamos ouvir de novo o áudio do Dominguetti, do Sr. Dominguetti?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A sua turma é a do Pazuello ou é a do Ricardo...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... do Roberto Ferreira Dias?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o áudio 2.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sua turma.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É. Está claro que ele diz que tem uma reunião mais tarde e só.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com a sua turma.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que quer o domínio dela, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós ouvimos, Coronel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas vamos lá, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos lá! Prossiga. (*Pausa.*)

Sr. Relator, por favor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu queria, inicialmente, começar perguntando ao Coronel Marcelo Blanco da Costa: que funções V. Sa. desempenhou no Ministério da Saúde? Quais eram suas responsabilidades?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Eu desempenhei o cargo... Durante todo o tempo em que eu permaneci lá, eu desempenhei o cargo de assessor do Departamento Logístico, que, basicamente, dentre suas competências e atribuições, era um cargo consultivo. Eu não tinha responsabilidade executiva dentro do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era o diretor na oportunidade?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O diretor era o Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Roberto Dias.

Qual o... Como seu nome foi indicado ao Ministério da Saúde, por favor?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por ocasião do final de abril de 2020, quando o General Pazuello foi designado para o Ministério da Saúde, ele buscou nomes para levar a uma equipe pequena. Nós éramos, salvo engano, aproximadamente 20. E, assim, eu fui consultado. Na época, eu estava no Rio de Janeiro. Fui consultado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele buscou... Só para eu entender, o General Pazuello buscou nomes? Era uma equipe pequena? Eram 20?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ele buscou nomes para compor uma equipe mínima para auxiliá-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De militares reformados?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Militares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Militares reformados?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não necessariamente todos da Reserva. Existiam militares que ainda se encontravam na ativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existiam militares que se encontravam na ativa, mas nenhum tinha familiaridade com a questão da saúde pública, e era o grande momento, o ápice da pandemia que nós estávamos vivendo no Brasil. Então, é muito importante também que essa questão fique clara.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Relator, me permite só fazer uma pergunta nessa direção em que V. Exa. está interrogando o depoente?

O senhor já havia trabalhado com o Ministro Pazuello antes?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas já o conhecia?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Como o seu nome foi indicado ao ministério? Por favor, conclua a pergunta.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Como eu falei para o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A resposta, melhor dizendo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... eu fui buscado para compor essa equipe por um outro membro da equipe do General Pazuello, que é uma pessoa que eu conheço há mais de 30 anos – para ser mais específico, 35 anos. E acredito eu, até pelo cargo que eu ocupei, pela *expertise* que eu acumulei na área logística, sobretudo na área logística.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A sua indicação não foi do General Pazuello?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Perdão...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – A sua indicação não foi do General Pazuello?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não. Pessoalmente do General Pazuello, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Foi de quem?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Foi do Coronel Franco Duarte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Franco Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem é?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Coronel Franco Duarte é um amigo meu de turma, de grupo, que eu conheço há mais de 35 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. O General Pazuello, ao tomar posse no Ministério da Saúde, ele retirou todos os subordinados de Roberto Dias, como o próprio Roberto Dias falou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O Coronel entrou no lugar dessas assessorias que foram exoneradas?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O Coronel que o senhor fala, eu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Eu assumi o cargo de assessor... Esse cargo à época se encontrava vago. Eu acredito que o ex-diretor tenha falado das coordenações. Não têm a ver com o meu cargo. O meu cargo se encontrava vago à época.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, em função disso, duas perguntas. Por que o General Pazuello trocou todos os assessores ligados a Roberto Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, eu não tenho acesso... Dessas tratativas de cunho mais estratégico, eu não participava delas, mesmo no âmbito dos militares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Roberto Dias ficou no cargo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Também não tenho como precisar para o senhor. Não participei de nenhuma conversa, reunião que versasse sobre nomeações ou exonerações de qualquer tipo de cargo, seja desse ou de outro local.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Roberto Dias era, então, de confiança do Pazuello?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não... Não sei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não sabe informar?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, veja bem, o senhor está me fazendo uma pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor foi levado pelo Pazuello, que, ao chegar ao ministério, demitiu todas as assessorias ligadas ao Roberto Ferreira Dias. O senhor acabou de dizer que entrou num cargo que já estava vago. O senhor não foi nomeado em função das demissões levadas a cabo pelo General Pazuello.

Eu quero só fazer uma pergunta: em função da relação, da convivência, o Roberto Dias era da confiança do General Pazuello?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu não tenho como ter conhecimento disso, Senador. É uma questão que tem que ser feita para o General Pazuello. Isso é uma decisão de cunho do comandante, do chefe. Tem que ser perguntado a ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não teve nenhum tipo de quarentena, eu já perguntei, na sua exoneração.

Qual é a sua relação, então, com o ex-Ministro Eduardo Pazuello, General, e com o Coronel Elcio Franco?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O Coronel Elcio Franco eu conheci aqui, não é? Eu não conhecia o Coronel Elcio Franco anteriormente, não tivemos oportunidade de nos encontrarmos ao longo da carreira. O General Pazuello, sim. Nunca trabalhei com ele, não servi com ele, mas o conhecia e já tinha encontrado com ele, na carreira, em outras oportunidades.

Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois de sair do Ministério da Saúde, com que pessoas da pasta V. Sa. manteve contato?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor diz dos militares ou de uma maneira generalizada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os dois grupos, dos militares e do grupo que territorialmente ocupava espaço.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Dos militares, só aqueles amigos muito pessoais meus, de anos. E com algumas pessoas a gente mantém interlocução porque tem uma relação amistosa.

Eu, graças a Deus, tive o privilégio de conhecer muita gente no Ministério da Saúde e sempre fui muito bem recebido, desde que eu cheguei lá, sempre foram extremamente elegantes comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. construiu, em virtude de sua atuação no Ministério da Saúde, relacionamentos e rede de contatos com atores do mercado de saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois de sua saída, V. Sa. continuou exercendo influência no ministério?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como conseguiu levar Dominguetti para ofertar essas vacinas ao Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mas eu não levei, eu só o orientei a enviar os *e-mails* institucionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. não esteve no encontro do restaurante?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Isso daí não é enviar o Dominguetti ao ministério.

Ele me pediu que gostaria de aproveitar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ao ministério ou a pessoas que exerciam cargos no ministério?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me permite, então, retomar o raciocínio, por favor.

Ele me pediu, na semana em que ele se encontrava em Brasília, que ele gostaria, fato que voltaria, retornaria à sua cidade de origem na sexta-feira, da possibilidade de ter uma agenda oficial. Quando eu tomei conhecimento que o Roberto estaria no Vasto, eu sugeri a ele: "Eu te apresento e você faça o pedido da sua agenda". E assim foi feito.

Ele pediu a agenda dele lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que motivo V. Sa. abriu a empresa Valorem Consultoria em Gestão Empresarial pouco tempo depois de sair do Ministério?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O que o senhor chama de pouco tempo depois, por gentileza?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto tempo...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É porque citam muito que a data foi três dias antes. Ocorre que todos nós sabemos que um processo de abertura de empresa não se dá de uma hora para outra. Então, explico para o senhor como isso se deu.

Ter uma empresa para tratar de outros assuntos da minha vida privada sempre foi um desejo meu. Não por acaso, se o senhor percebeu, o nome da empresa Valorem, que em latim significa valor, tem a ver com um desejo meu que eu trago de lá de trás ligado à consultoria financeira, mentoria e educação financeira. Inclusive eu dei uma palestra de educação financeira em outubro do ano passado, é de domínio público, para os servidores do ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

É um assunto de que eu gosto, tenho um conhecimento muito acima da média, porque esse é um assunto extremamente incipiente culturalmente no País. Então, esse desejo já existia. Quando eu, no final de janeiro, busco conversar com o escritório de advocacia, perdão, de contabilidade, no início de fevereiro, eles fazem os primeiros contatos comigo dizendo o que eu tenho que apresentar de documentação pessoal para poder instruir um processo de abertura de empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deu uma palestra para servidores do ministério?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Dei, sim, senhor, está no YouTube.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que data?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Em outubro do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outubro do ano passado.

Que contratos a Valorem já firmou em seu pouco tempo de funcionamento?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com o Poder Público?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhum, nenhum.

A Valorem não tem nenhuma fatura emitida. Nas contas, ou melhor, na conta, porque só tem uma conta corrente da empresa. E eu, de pronto, já deixo... Disponibilizo posteriormente os extratos da empresa para os senhores. A Valorem não teve nenhum faturamento em mais de cinco meses de criação. E, na conta da empresa, não transitaram R$10 que fossem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essa palestra foi doação?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Essa palestra foi uma palestra aos servidores...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele era servidor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... uma palestra comemorativa da Semana do Servidor, no Ministério da Saúde. Ela se encontra no YouTube, é de domínio público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer que a Valorem não tem nenhum contrato com órgão público?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhum. Nem privado. Nem privado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A sua atuação no Ministério da Saúde proporcionou – é uma pergunta – algum tipo de facilidade a V. Sa.?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E à Valorem no mercado de saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Valorem presta consultoria para negócio junto ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Porque teve uma pergunta que V. Exa. fez. O senhor foi exonerado no dia 19 de janeiro? Não?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Dezenove de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A exoneração sua saiu esse dia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o senhor continuou lá com o cargo substituto?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É. Veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E recebendo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o senhor continuou até junho lá com um cargo substituto.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Se o senhor me permite, eu explico para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Porque eu tenho uma portaria aqui do Secretário-Executivo dizendo que o senhor ficou substituto, veja bem, até o dia 30 de junho de 2021.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não existe o cargo de diretor substituto, o cargo é de assessor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o que nós estamos investigando aqui é o porquê da sua presença, a que título, de que forma, como ela ocorreu.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o mesmo caso do Wizard, ficou lá aquele tempo todinho sem ter uma função.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor ficou lá. O senhor é exonerado e continua com um cargo substituto até 30 de junho, quando o senhor é dispensado no dia 30 de junho. Então, essas negociações que o senhor estava fazendo, o senhor estava ainda dentro do Ministério da Saúde. É isso que eu estou dizendo, Coronel Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como substituto, o que é mais grave – o que é mais grave.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Eu não estava no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Então, essa portaria aqui não existe?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Seguramente isso é uma questão puramente formal, e explico para o senhor – e explico para o senhor. Em determinado momento – eu não me recordo agora que mês foi – no final do ano passado, se deram conta de que não existia publicado o nome de um substituto que porventura pudesse, nos afastamentos oficiais do diretor... E o que se entende por afastamento oficial? Férias. Se o diretor tivesse que entrar em férias, não existia publicado o nome de um possível substituto no período.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha só, designar...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Então, simplesmente fizeram isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – O senhor o substituiu nesse período, em algum momento?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhora. Não houve afastamento oficial do Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Portaria nº 272, de 30 de junho de 2021:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

"O Secretário Executivo do Ministério da Saúde, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria MS/GM nº 474, de 17 de março de 2011, resolve:

[...] [Dispensar, veja bem] Ridauto Lucio Fernandes para exercer o encargo de substituto eventual do Diretor do Departamento de Logística em Saúde, DAS-101.5, código nº 05.0219, da Secretaria-Executiva, ficando dispensado do referido encargo Marcelo Blanco da Costa."

Quer dizer, o dispensa e coloca o Ridauto. Isso aqui é uma portaria do Secretário-Executivo. Não sei quem era o Secretário no dia 30 de junho de 2021.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, eu só estou me pegando aqui num documento oficial. Eu não estou aqui fazendo ilação a nada.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu compreendo, mas isso é materialmente impossível, porque existe uma exoneração em 19 de janeiro. Isso é materialmente impossível. Isso é claramente um erro. É um erro do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que só agrava. Se é materialmente, se é legalmente impossível e é um erro, e V. Sa. continuava negociando interesses...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é um absurdo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Coronel Marcelo, o senhor continuava com acessos formais à estrutura, por exemplo, de sistema do ministério?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, nenhum, Senadora. Nenhum. Nenhum acesso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço à Izabelle que por favor providencie esse vídeo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E por que eles fazem essa portaria? Por que eles têm que dizer que você tem que ser dispensado?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eles esqueceram...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Para que essa necessidade?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Seguramente, eles esqueceram de publicar junto à exoneração de fato, que ocorreu – está aqui – pelo próprio Ministro... Inclusive, eu não estou com essa portaria aí da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É a 272?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É a Portaria nº 272, de 30 de junho de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coronel, só um minutinho. Eu vou aqui... Deixe-me dizer. Eu vou aqui... Senadora Eliziane. Eu vou até defendê-lo, Coronel Blanco. Isso é a cara do Ministério da Saúde. Ele é exonerado por...

Só um minutinho.

Ele é exonerado em janeiro. Na época, quando ele era do cargo, ele era o substituto eventual do Roberto Dias. O ministério exonera, mas não nomeia a outra pessoa, foi nomear cinco meses depois. Olha o tamanho da irresponsabilidade em que nós estamos metidos.

Você não fez nada de errado nessa questão, não, Coronel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu estou mostrando isso aqui por uma razão: eram essas pessoas que estavam negociando a vida dos brasileiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A irresponsabilidade era tão grande que um servidor é exonerado, que tinha naquele momento como encargo também substituir e eles não nomearam outro. Foram nomear... Essa portaria não precisava dizer que estava dispensando Marcelo Blanco da Costa, até porque ele nem servidor era mais. Era só para dizer que, a partir desse momento, designava Ridauto Lúcio Fernandes para exercer o cargo de substituto. *C'est fini*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, é uma questão de lógica...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é culpa sua, não estou fazendo acusação contra o Coronel Blanco.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, mas V. Exa. está fazendo algo pior. É uma questão simples, realmente. V. Exa. está certo na segunda lógica. A primeira é que realmente está equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual delas, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A primeira está equivocada, que é o fato de ele ter aberto a empresa, ser sócio administrador dela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu estou repondo aqui. Eu disse que ia defendê-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu sei que V. Exa. está repondo, mas aí passa para uma narrativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador, não é nada disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí passa para uma acusação em relação ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Governo é incompetente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O cara não era nem mais servidor e eles não tinham designado, ainda coloca o nome dele no dia 30, se ele já tinha sido exonerado cinco meses atrás.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa nomeação é acessória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É pior. Eu estou com a palavra. É o *modus operandi* do Governo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa nomeação é acessória. Não tem qualquer relevância.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a cara do Governo. É a cara do Governo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a cara também dos que comandam esta CPI, essa construção de narrativas o tempo inteiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Izabelle, o vídeo 1.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem está falando é o Cristiano, representante da Davati no Brasil.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a sua relação com Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – A relação... Como eu falei para o senhor, tenho uma relação amistosa com ele, como tenho com tantos outros colaboradores com os quais eu tive oportunidade de trabalhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas a sua condição era única no ministério. V. Sa. havia sido levado pelo General Pazuello e se dava muito bem com o Roberto Ferreira Dias, que representava no ministério uma posição antagônica à posição do General. Eu acabei de perguntar a V. Sa. qual era a relação dos dois, e V. Sa. não respondeu...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – A relação minha com o Roberto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a relação do Roberto com o General Pazuello...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Isso aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se o Roberto era de confiança...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, mas aí tem que perguntar para o General Pazuello, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, nessa situação de alguém que convivia com os dois, era o único do grupo dos militares que convivia com o Roberto Ferreira Dias, que era o representante de partido político que ocupava o Ministério da Saúde há anos, e não sabe minimamente falar sobre a relação dos dois, como era essa relação, a convivência, se um era de confiança do outro! Não é possível!

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, o senhor me permite? Eu não tinha... Tinha dias que eu sequer via o General Pazuello, a começar que o General Pazuello trabalhava no prédio principal, e eu trabalhava no prédio anexo. Eu não participava das reuniões de cunho estratégico, as reuniões do gabinete de crise com outros secretários de áreas finalísticas. O meu cargo era consultivo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é parceiro comercial, negocial em algum nível do Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Com ninguém nem com nenhuma empresa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. levou a proposta ou interesse de entidades privadas que desejavam negociar com o Ministério da Saúde diretamente para o Roberto Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu jamais levei alguma coisa diretamente no Ministério da Saúde. A minha orientação... O senhor pode pegar em mensagens, os senhores têm acesso. Tem, inclusive, orientação em áudio: eu falando para enviar para os *e-mails* institucionais. Eu jamais falei: "Me dá que eu levo em mãos, eu vou intermediar..." Não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. não levou o Dominguetti para falar com...?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, senhor. Ele me pediu uma agenda. E, como eu sabia que o Diretor estaria ali... Eu sabia que o Diretor estaria ali...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não o levou?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu aproveitei a oportunidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é inacreditável! Inacreditável!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O.k...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele pediu uma agenda, levou o Dominguetti para o restaurante e está dizendo que não levou!

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Eu não levei com esse intuito! A agenda quem pediu foi o Dominguetti!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Levou, claro que levou! O senhor está negando uma coisa que é óbvia, é consequência lógica, direta.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O Senador Renan me perguntou se eu levava proposta, intermediava proposta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, eu perguntei por que levou o Dominguetti. Aí o senhor: "Não levei". Levou. Levou.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O.k. Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Levou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tanto é, que, quando o Dominguetti sai da reunião no ministério, ele manda uma mensagem pra V. Exa., dizendo: "Olha, já conversei aqui. Ligue lá e...". "Não, vou já ligar". O senhor responde dessa forma pra ele. "Já vou entrar em contato". Quer dizer, mostra uma advocacia administrativa muito clara pra todos nós aqui. O senhor tinha relações sim, de uma forma... Taí. É uma resposta que o senhor dá para o Dominguetti. Logo após o Dominguetti sair da reunião no Ministério da Saúde, ele entra em contato com o senhor, pedindo pro senhor agilizar. "Olha, tem que ver logo a proposta". Aí o senhor não estava negociando vacina nem estava intermediando vacina para o privado. Era para o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Blanco, V. Sa. ainda mantém contato com Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Perdão, Senador. O senhor poderia repetir?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. ainda mantém contato com Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Tem bastante tempo que eu não falo com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a última vez que se falaram ou trocaram mensagens?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ah, não me recordo agora. Talvez uns dois meses atrás, um mês e pouco atrás. Não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que entidades ou pessoas V. Sa. aproximou de membros do Ministério da Saúde além de Dominguetti?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não aproximei entidade e membro a ninguém. Nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além de Dominguetti, porque o caso Dominguetti já um caso comprovado de várias maneiras. Estou perguntando que entidades ou pessoas, além de Dominguetti e da Davati, V. Sa...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... aproximou do Ministério da Saúde. Tem mais alguém?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhum. Nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhum o quê? Nem o Dominguetti?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nem o Dominguetti. O Dominguetti eu simplesmente orientei a enviar para os *e-mails* institucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Quando ele me pedia alguma orientação, algum favor, no sentido de por que que os documentos estão parados lá, que eu achava uma coisa absolutamente natural... Quem passou pelo Ministério sabe que é humanamente impossível qualquer servidor do ministério conseguir olhar todos os documentos que dão entrada em sua caixa. Quando ele falava isso daí pra mim, eu acreditava ser crível. De fato, deve estar parado na caixa. O diretor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a motivação, Coronel, para V. Sa. levar o Dominguetti ao Roberto Ferreira Dias? Qual foi a motivação?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor diz especificamente no dia do jantar ou o senhor está falando de maneira geral?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando... O senhor levou no dia do jantar. Isso é um fato comprovado...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – No dia do jantar é porque ele disse que gostaria de ter uma agenda no ministério. Como eu sabia, tomei conhecimento, na quinta-feira... Por isso que não é crível ele falar que sabia na terça, porque eu só soube na quinta que o Roberto estaria lá. Então, eu aproveitei e falei: "Dominguetti, vamos fazer o seguinte? Já que você se encontra próximo e eu também quero continuar as tratativas contigo sobre o privado, vamos lá, eu te apresento o diretor e você peça a sua agenda". Foi isso que aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. levou a World Brands, empresa que negociou indevidamente doses da Covaxin, ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Desconheço essa empresa. Nunca... Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece Carlos Rufino Favoreto?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca esteve com ele?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu falar?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece Michel Winter?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Também não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu falar?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Também não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como e quando representantes da Davati chegaram a V. Sa. e com que finalidade isso ocorreu? Só para expressar melhor no depoimento.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Como falei para o senhor no início, no início de fevereiro faz contato...

É, exatamente, não era nem Davati, me lembrou bem aqui, era Latin Air Support, foi a primeira vez que ele falou que era representante de empresa multinacional que tinha acesso a vacinas, foi no início de fevereiro. E, nesse primeiro momento, ele indicou o Cristiano, passou o contato do Cristiano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

e indicou o Cristiano como sendo o CEO da multinacional no Brasil. Foi essa a explicação. Ele jamais se apresentou como cabo da Polícia Militar de Minas Gerais. É uma coisa que eu já falei em outras ocasiões: o Dominguetti que se conhece hoje é absolutamente diferente do Dominguetti que se apresentou para mim no início de fevereiro. O Dominguetti que se apresentou para mim no início de fevereiro jamais se apresentou como cabo da PM da ativa. O Dominguetti que apresentou para mim se apresentava como representante de uma multinacional americana. Já me perguntaram aqui: "Mas não fez uma pesquisa sobre o Dominguetti?" Eu acho que tudo aquilo só vai progredir para a etapa seguinte na evolução para prosperar em algum tipo de situação depois que se analisa um cabedal de documentos. É a mesma coisa: eu vou comprar um apartamento, eu vou pedir a certidão de ônus do apartamento e, depois de tudo, eu vou negociar o objeto.

Então, nesse primeiro momento, ele só me pediu como ele colocava a proposta lá, orientação. E eu o orientei, de forma muito rasa, como se dava o rito processual, até porque ele não sabia nada, nada. E falei: "Olha, aqui estão os *e-mails* institucionais, envie para lá."

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A Davati contactou o Ministério da Saúde pelos meios institucionais antes de procurar V.Sa. para auxiliar nos negócios?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu não sei especificamente, eu sei o que o Dominguetti me falou. No momento em que ele estava se apresentando a mim, ele disse que já vinha junto à Senah – eu sequer conhecia que tipo de instituição era essa à época –, ele vinha por intermédio da Senah já buscando enviar propostas e ter agendas no Ministério da Saúde – foi somente isso que ele me passou na ocasião –, mas que gostaria de enviar propostas também para o departamento logístico. Foi só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Izabelle, por favor, o vídeo dois.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o acordo de remuneração firmado entre V. Sa. e a Davati pelos serviços que foram prestados?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu jamais fiz qualquer pedido de comissionamento ou qualquer tipo de vantagem, isso daí é absolutamente desconectado da realidade. Ele me envia uma mensagem às 6 horas da manhã, que trata de uma FCO de 17h50, tá, só para ficar claro. Ao longo desse mês, ou desse período, eu tomei conhecimento porque ele me passava de três propostas que eles diziam estar enviando para o ministério.

Eu jamais fui atrás pra, de fato, saber se as propostas estavam lá. Uma inicial de 3,97; uma depois de 3,50; e essa última de 17,50. Nesse dia que ele sugere isso daí, ele envia uma mensagem no início ali da manhã, final da madrugada, onde ele coloca que enviou a FCO, e ele desconectadamente inclui no texto da mensagem essa questão de comissionamento, sem eu jamais ter tratado disso daí com ele, tá? E eu simplesmente... Até porque, salvo engano meu, essa mensagem era de 9 de março, já existia um desgaste muito grande. Eu, nessa época, várias vezes que eles me pediam pra verificar se o documento está parado lá ou não, eu falava que ia olhar, mas nem olhava, porque isso estava extremamente desgastante. Provavelmente, esse também foi um que eu falei: "Ah, está bom. Eu vou lá, vou olhar", e não olhei nada. Então, isso... Nunca tratei nada desse tipo com o Cristiano, com o Dominguetti.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Coronel Blanco, o senhor não conhecia o Dominguetti e nem conhecia o Cristiano, correto?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem conhecia. O senhor foi procurado por eles? Foi isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Isso. Pelo Dominguetti, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor foi procurado por alguém.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Isso, pelo Dominguetti.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E senhor, como uma boa alma, se colocou à disposição, sem conhecer, sem saber quem era a pessoa, de apresentar o Roberto Dias. Sem ter benefício nenhum sobre isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Zero?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu Deus!

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhum. Eu só orientei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. V. Exa. levou o cara lá no restaurante para conversar com o Roberto Dias. Você é um cara bondoso, Coronel. Coronel, o senhor é muito bondoso. O senhor está fazendo tudo isso sem nada, só por amor a quê?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque deveria ter feito isso com a Pfizer, com a CoronaVac.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu prospectava, na figura do Dominguetti, até porque eu estava iniciando o conhecimento dele, eu prospectava que ele poderia ser um possível parceiro comercial na iniciativa privada. Está claro em várias mensagens que eu coloquei aí. Então, é uma coisa absolutamente estanque da outra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor começa a fazer *lobby* na perspectiva de ter uma parceria comercial, porque isso que o senhor fez...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Não, senhor. Não fiz *lobby*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, não?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu vou citar a frase do meu querido amigo Marcos Rogério, porque nós somos amigos mesmo... Brasil, as pessoas não quiseram comprar Pfizer, mesmo depois de 101 *e-mails* mandados para o Ministério da Saúde, não houve nenhuma facilidade pra eles, mas, em relação ao Dominguetti, que o Coronel Branco nunca tinha visto mais gordo na vida dele, houve uma facilidade de ir para um restaurante à noite e de, no outro dia, já estar aberto o Ministério da Saúde pra ele. Então, Brasil, era disso que se tratava a vacina. Coronel Blanco...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Coronel Blanco não era servidor do Ministério da Saúde neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós estamos aqui, Coronel...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... estarrecidos com a facilidade com que pessoas desqualificadas adentraram ao ministério, desqualificadas em todos os sentidos, e levadas por pessoas que tinham contatos e relações. Não foram... Não caíram do céu. É essa aí a indignação de todos nós, Coronel. E o senhor colocou essa indignação, que os seus filhos ficaram doentes, que o senhor perdeu amigos; eu também perdi amigos, perdi familiar. E a nossa luta é para que a gente não perca mais pessoas. Agora, não dá a mínima, Senador Fernando Bezerra... E aí há de compreender: não deram a mínima pra Pfizer, mas deram toda a atenção para o Dominguetti.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Omar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, se o senhor me permite...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Omar, é rápido. É uma breve intervenção.

O Governo Federal comprou 200 milhões de doses da Pfizer. É bom que as pessoas que estão nos assistindo saibam disso.

Eu concordo com V. Exa.: uma série de picaretas, de oportunistas, de aproveitadores tentaram fazer negociatas no Ministério da Saúde, mas é importante dizer que nenhum desses picaretas conseguiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. É verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não lograram êxito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pode ter havido qualquer comportamento inadequado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não conseguiram por causa da CPI. Não conseguiram por causa de Luis Miranda. Não conseguiram por causa da mídia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não conseguiram porque...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa. Desculpa, Senador Humberto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não conseguiram. Foram impedidos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa... Em todos os depoimentos que nós estamos vendo aqui, nenhum deles vendeu nada ao Ministério da Saúde. Nenhuma dessas tentativas se materializou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A CoronaVac, a Pfizer e a Janssen queriam ter tido toda essa facilidade. Aí talvez a gente não tivesse...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Governo brasileiro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas se está tendo vacina no Brasil, é porque comprou pelo Ministério da Saúde.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Governo brasileiro comprou 200 milhões de doses da AstraZeneca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Depois que o Congresso fez lei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com transferência de tecnologia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Depois que o Congresso fez lei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Comprou mais de 100 milhões de doses da CoronaVac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Depois que o Congresso fez lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe, não é isso que nós estamos discutindo. É evidente que comprou. E comprou impactado também...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E que está no braço dos brasileiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Comprou impactado também pela Comissão Parlamentar de Inquérito, porque...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nada a ver, a CPI veio depois.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nada a ver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Governo peremptoriamente recusou as ofertas da Pfizer, da OMS e do Butantan.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa. Desculpa, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se tivesse comprado a vacina na hora certa, o Brasil teria sido, de acordo com o depoimento do representante do Butantan aqui, o primeiro país do mundo a vacinar. Por que não fez isso? Porque o Presidente da República era contra. Disse que não comprava, que estava sentado no cheque e iria continuar sentado no cheque de 20 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o General Pazuello disse o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "É simples assim: um manda e o outro obedece" em relação à CoronaVac, Senador Fernando Bezerra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estamos dizendo que não comprou. Comprou na hora errada, e por isso que nós tivemos o agravamento de mortes no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O fato é que a vacina foi comprada e está sendo entregue para os brasileiros. Esse é o fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi comprada por pressão da opinião pública, não foi por boa vontade do Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E por que o Congresso fez leis.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas deixe eu dar um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra coisa, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deixe eu dar um depoimento, Senador Renan. É rápido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos aqui...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O General Pazuello comprou 500 milhões de doses de vacinas, e o atual ministro comprou mais 100 milhões. Só pra poder fazer justiça, fazer justiça ao trabalho daqueles que estiveram à frente do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O General Pazuello era contra a vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se tivesse comprado na hora certa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era contra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desdenhou delas, da eficácia delas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...esse número aí não chegaria a 150 mil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse é que é o problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se tivesse comprado, não tinha meio milhão de mortos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já foi dito aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Brasil não teria virado um morticínio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se tivesse comprado, não teria meio milhão de mortos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, nós temos uma coisa muito grave: nós temos aqui documentos que foram mandados para a Comissão Parlamentar de Inquérito, *on-line*, por internauta, que desmontam completamente o argumento de que o Coronel Blanco não orientou Dominguetti nem Cristiano facilitou o acesso. São conversas, todas aqui, de 1° de março. Documento dois: em outra conversa Cristiano cobra Blanco e ele diz que gostaria de uma resposta rápida também. No dia 09/03, o Coronel Blanco fala sete vezes com Dominguetti e faz conferência, via WhatsApp, com ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde é que está essa informação, Relator? Apenas pra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Documentos que foram mandados à Comissão Parlamentar de Inquérito, *on-line*, em tempo real. Acabam de chegar às minhas mãos. São coisas gravíssimas, e só aprofundam esse *modus operandi* do Governo, representado pelo Coronel Blanco, infelizmente.

Acabam de chegar às minhas mãos. São coisas gravíssimas, e só aprofundam esse *modus operandi* do Governo, representado pelo Coronel Blanco. Infelizmente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Coronel Blanco estava fora do Governo. Ele responde pelos atos dele, mas não queira (*Falha no áudio.*) ...

a imagem do Coronel Blanco ao Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem lhe apresentou ao Reverendo Amilton Gomes de Paula? Por favor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Anteriormente, eu gostaria de fazer dois esclarecimentos. Com relação a isso que o senhor cita, esse material que está em suas mãos, seguramente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu passo às mãos do Presidente esses documentos.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Seguramente está fora de contexto. Eu tenho como argumentar depois.

Com relação à questão do que muito se fala, como que o Dominguetti foi para o ministério, como que esse tipo de gente vai ao ministério, eu gostaria de fazer um exercício aqui, o seguinte: é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

importante que se analise a questão à luz do contexto da época, na minha percepção, na minha humilde percepção. O que existia no início de fevereiro de 2021? No início de fevereiro de 2021, o Ministério da Saúde, salvo engano meu, tinha assinado um contrato com o Butantan, com um cronograma de entrega ao longo do ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E mandou os formulários para o Dominguetti.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nesse mesmo momento se apresenta uma pessoa que diz ter 400 milhões de doses de vacina. O que são 400 milhões de doses de vacina para nossa realidade brasileira? A gente estava falando à época, aí, de pacificar o assunto vacina no ano de 2021, a meu juízo. Não oportunizar essa pessoa a, através de documentos probatórios, um conjunto de documentos probatórios, demonstrar que isso é crível, eu não entendia que isso era viável. Então eu acreditava que precisava ser oportunizado que ele demonstrasse isso daí. Só que o tempo mostrou para todos – e nas diversas matérias de hoje resta claro isso – que ele não tinha um conjunto de documentos que sustentasse a instrução de um processo formal dentro do ministério. É o que eu costumo dizer com algumas pessoas próximas: do que eu acompanhei, ele não passou da página dois. Não foi instruído, não foi gerado um NUP, do que eu tenho conhecimento, por intermédio dessas propostas que ele enviou para o departamento logístico.

Então, o racional era pura e simplesmente no sentido de oportunizar, como foi oportunizado durante o período em que eu estava lá, para várias pessoas que, nas outras crises que a covid gerou, de ventiladores pulmonares, de medicamentos de intubação orotraqueal... Enfim, em todas essas crises que geraram desabastecimento, várias pessoas eram oportunizadas a apresentar se de fato elas tinham como auxiliar a instituição naquele sentido: álcool em gel, máscara... Então, nós vivenciamos, ao longo dessa pandemia, por diversas vezes, esse tipo de situação. É muito difícil, num primeiro momento, a gente... A pessoa que está chegando lá não tem letreiro, é muito difícil a gente poder fazer um juízo de valor naquele momento inicial. Para isso existe um conjunto de documentos probatórios que se exige. Estou falando da minha experiência e do que eu pude acompanhar dessa questão, que ele enviava documentos, tá?

Quando, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coronel Branco...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O seu advogado está compartilhando as conversas que o senhor teve com o Cristiano. Só que, misteriosamente, a primeira mensagem que ele lhe passa, dia 1º de março... O horário é 16h39, o senhor conversa com ele até 17h42, só que nas conversas que chegaram a nós, tem aqui parte das conversas que o senhor retirou daqui. Eu falei para o seu advogado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim. E não dá para colocar, porque, quando chega enviado, a parte de cima – que eu acabei de mostrar para o advogado – está faltando; do que os senhores estão me colocando à disposição aqui, os advogados estão me colocando. Então, isso que vocês estão me dando aqui, Doutor, é uma forma que houve aqui... Batem algumas coisas, e outras, que têm um conteúdo... Porque esses documentos aqui devem ter sido enviados pelo Sr. Cristiano, porque só ele podia ter isso; mais ninguém. Porque essas conversas aqui que o Senador Renan me mandou agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas não foi enviado pelo Cristiano, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É conversa do Cristiano com... Não, são conversas do Cristiano com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Foram levantadas pela investigação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e com a participação de internautas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar, mas só para lembrar que isso não é problema. As quebras de sigilo vão dar exatamente, *ipsis litteris,* o que eventualmente eles possam querer esconder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não no WhatsApp – não no WhatsApp.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é consequência da quebra de sigilo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas para ficar registrado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É consequência também da quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O que eu estou dizendo para você é que aqui a conversa está cortada.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (*Fora do microfone*.) – Mas foi enviada ao senhor por internautas, não é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, é... Com a participação de internautas, lembrando as conversas; mas isso aí é da investigação. Eu acabei de dizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Temos quebras, gente, na Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É da investigação. E fizemos quebras de sigilo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma revelação da quebra de sigilo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (*Fora do microfone*.) – Sim. A fonte do internauta é que nós estamos questionando, porque nós não temos acesso a essa fonte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não... Eu não falei em fonte de internauta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Falou, falou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu falei que é consequência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Falou agora há pouco. Falou agora há pouco, Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu falei que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isso que eu questionei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu falei que isso foi lembrado por internautas e que é consequência da quebra de sigilo e da investigação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos pegar as notas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E também da participação de internautas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. disse que foi enviado por internautas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que nós temos aqui em todos os momentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... só pela ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, Sr. Relator, Excelência, só pela ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só pela ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, nós estamos apresentando um documento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A fonte, a fonte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, não é a primeira vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estamos apresentando um documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A fonte de quem está inquirindo... Veja, a fonte de quem está inquirido é irrelevante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso eu questionei na hora, Sr. Presidente, porque essa conduta é grave.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Senador, Senador, só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A defesa não pode...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É grave.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A defesa não pode questionar quem está inquirindo, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso é inversão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espera, espera.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... do processo legal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a outra coisa: durante o depoimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe, Senador Randolfe, desculpa...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Espera aí, espera aí. Só um minutinho aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Presidente, deixa eu só dar uma informação...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu dizer uma coisa para vocês, só o seguinte... Só um minutinho, só um minutinho, só um minutinho.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas qual é o crime agora? Qual é o crime que ele cometeu?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não. Não tem crime, é esclarecer de onde...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu estou dizendo o seguinte: eu estou aqui falando para os advogados que... Eu estou afirmando que o Coronel Blanco... Está faltando parte das conversas que ele teve com o Cristiano. Foi isso que eu disse para ele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E nós anexamos as partes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que demonstram que ele mentiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não... Olha, veja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que demonstram que ele mentiu. Nós anexamos as partes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa história... Essa história toda envolvendo essa tríade é muito... Ela é complexa, tem que ser apurada. Agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, não permita que os governistas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o processo... No processo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... tumultuem esta sessão, tumultuem a inquirição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse procedimento, a presença dos advogados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos... Eu estou com a palavra.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A presença dos advogados aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... não é meramente figurativa. É preciso respeitar a prerrogativa dos advogados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou com a palavra!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não permita, Presidente, estão tumultuando a inquirição!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... apenas isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou com a palavra! (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério e Senador Fernando Bezerra, V. Exas. há pouco admitiram aqui, publicamente – V. Exa., agora –, que um bando de picaretas se meteu a vender vacinas, essas foram suas palavras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É verdade! É verdade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso não dá o direito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é conversa deles!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É conversa... O senhor está querendo defender o que aqui?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o processo tem que seguir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, espere aí. Me diga uma coisa: vocês querem defender o Coronel Blanco, tudo bem, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não faça isso! Não faça isso, respeite seus colegas!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeite seus colegas!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Esclareça apenas... Esclareça porque tem uma dúvida, e é uma dúvida importante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, tem uma lista de inscrição!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que os advogados fizeram aqui, Presidente, foi um apelo a V. Exa. em relação à forma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele veio... O advogado veio falar e eu mostrei para ele. Falei: "Doutor, está faltando..." Eu não acusei ninguém. Eu estou dizendo que está faltando a conversa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então... Então... Então...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso que eu disse para o advogado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então permita que o advogado faça a questão de ordem e questione o Relator em relação ao ponto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vamos seguir, Presidente! Vamos seguir a CPI, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu não estou aqui fazendo juízo de valor nenhum. Eu estou questionando às vezes... Eu questiono o Coronel Blanco porque existem algumas coisas que não dá para compreender. Aliás, nem a pessoa mais inteligente do Brasil consegue compreender essa lógica!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação ao depoimento, Sr. Presidente, eu não tiro a razão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que está em jogo aqui não é o depoimento do depoente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O depoente já tem advogado, não precisa do Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É em relação ao que eu questionei o Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador Marcos Rogério está agindo como advogado do depoente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! Não, não, não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma participação séria, que está constando com a participação da sociedade...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É triste, hein, Presidente! Que investigação séria é essa, hein?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa investigação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Destruição de provas é crime e, se isso ocorreu, a CPI vai atestar!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estão tumultuando, Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, nós estamos tendo interrupção diária aqui!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Interrupção porque a CPI está com um gabinete paralelo mandando documentos para cá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está preocupado em ocultar o quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... instruindo o Relator para poder...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está preocupado em ocultar o quê?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...viciando o processo de legalidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está preocupado em ocultar o quê V. Exa.?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. é advogado de quem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tem alguém aqui que oculta a verdade e tenta sempre vender narrativas é V. Exa.!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. é advogado de quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estão tumultuando por quê?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. é advogado de quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estão tumultuando por quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo jeito, V. Exa. está querendo fazer o Coronel Blanco chorar também!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E pedir desculpas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, quem está chorando com a forçação de barra de V. Exa. são os brasileiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o senhor está tumultuando isso aqui!

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente!

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor está tumultuando isso aqui!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente!

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, como eu afirmei, nos foi chamada a atenção por um internauta de que havia elementos na Comissão Parlamentar de Inquérito que foram entregues espontaneamente pelo Cristiano. E, aí, isso nos chamou a atenção e nós fomos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou pedir as notas taquigráficas, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Será que eu vou dizer a V. Exa. que eu estou falando a verdade? Com que autoridade V. Exa. levanta isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o internauta lembrou que o Cristiano...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sou o Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu posso produzir a prova! Eu posso coletar as provas!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Produzir as provas, não, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Suspenda esta sessão, Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. não pode...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator pode produzir as provas?

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sessão está suspensa até os ânimos se acalmarem, porque o objetivo nosso é o mesmo: é investigar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É investigar! É esclarecer! É esclarecer!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É investigar! Agora, a conversa que tenho em mãos aqui, entregue espontaneamente pelo advogado do Coronel Blanco das conversas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não bate o que foi suprimido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bate... E uma ou outra foram suprimidas. Foi isso que eu falei, só isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso é destruição de provas, Presidente. Isso é crime.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, Presidente, diante dessa situação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa... Vamos suspender, por favor? Cinco minutinhos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A CPI atesta isso.... A CPI atesta isso...

(*Suspensa às 12 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 06 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

Há garantia da palavra ao Relator.

Senador Randolfe, por favor.

Está garantida a palavra ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Coronel Blanco, quem lhe apresentou ao Reverendo Amilton Gomes de Paula, que ontem esteve aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Senador, eu não conheço o Reverendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece o Reverendo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem trânsito em que órgãos do Governo Federal ou com que autoridades do Governo Federal?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhum, nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa., só para ênfase do depoimento, conheceu Luiz Paulo Dominguetti?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Como eu falei para o senhor, o Sr. Odilon, que já tinha estado no Ministério da Saúde, representando o interesse de outras empresas, assim como tantos – a quantidade de gente que pede agenda no ministério é muito grande –, faz um contato comigo no início de fevereiro, dizendo que tem um representante de vacina disponibilizando 400 milhões de vacinas. Foi só isso. E, a partir daí, o Dominguetti passa a apresentar as condições que eu já citei aqui da entrega, CIF...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. atuou com Dominguetti em outros negócios além deste?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, em nenhum negócio eu atuei com o Dominguetti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dominguetti passou confiança a V. Sa. sobre a disponibilidade de vacinas que seriam vendidas pela Davati?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É como eu já falei, Senador: num primeiro momento, a gente tem que oportunizar à pessoa demonstrar, através de documentação, se, de fato, aquilo que ele diz ter ele tem, ainda mais naquele momento, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos contatos V. Sa. teve com o Dominguetti?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ah, eu não saberia precisar! Quantidade? Eu não saberia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas foram muitos?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ao longo de em torno de um mês, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dominguetti afirmou que V. Sa. estava presente no jantar em que Roberto Dias pediu propina para que as vacinas fossem compradas pelo Ministério da Saúde. Roberto Dias confirmou sua presença no jantar, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, em seu depoimento. V. Sa. poderia narrar como transcorreu esse jantar?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, eu... Quando eu conversei com o Dominguetti e combinei de ele ir até o Vasto, eu combinei de encontrar com ele no *shopping*. Talvez, tenha sido isso aí por volta de 7h, 7h e pouco da noite. Nós entramos. À esquerda, Roberto já se encontrava lá, sentado à mesa, com o Sr. Ricardo. Eu me dirigi até a mesa, apresentei o Dominguetti. Nós nos sentamos. Não chegamos nem, pelo menos eu... Eu saí antes. Mas não chegamos nem a jantar. Pedimos uma entrada ali. Eu não devo ter ficado mais de uma hora ali, até porque, naquele dia, naquela ocasião, tinha um jogo pelo campeonato brasileiro do Flamengo a que eu queria assistir em casa. E, no momento em que o Dominguetti foi apresentado, ele conversou sobre o interesse dele de ter uma agenda, porque ele estaria retornando à cidade de origem dele no dia seguinte. O Roberto, em função de ele estar retornando à cidade de origem, abriu uma lacuna ali na agenda dele, orientou que fosse feita uma solicitação formal e que ele, formalmente, iria responder o horário da agenda no dia seguinte no ministério, como acabou ocorrendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que esse encontro com o Dominguetti para tratar de compra de vacina não foi realizado no Ministério da Saúde, o encontro inicial?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, nesse encontro, ele tratou da agenda, ele só pediu agenda. O Dominguetti não tratou... Eles não trataram de vacina, não que eu lembre. Eles não trataram de vacina no encontro. Ele pediu agenda. Ficou-se conversando amenidades ali, enfim. Mas de vacina o Dominguetti não tratou com ele. Ele pediu agenda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele pediu agenda para quê?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ele orientou... Ele orientou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele pediu agenda para quê?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ele pediu agenda para se encontrar no dia seguinte, de maneira formal, no ministério. Foi isso que foi feito. A orientação... E houve um *e-mail*. O Dominguetti, salvo engano meu, mandou um *e-mail* para lá, ou a empresa mandou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois do jantar, V. Sa. permaneceu com Roberto Dias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. Eu me ausentei, saí e voltei para casa para assistir ao jogo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foi perguntado aqui quem era a quarta pessoa do jantar. (*Pausa.*)

V. Sa. já falou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A quarta pessoa que estava no jantar...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ah, sim, é o Ricardo, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ricardo.

V. Sa. já o conhecia antes?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Conheci o Ricardo em atividades sociais. Às vezes, eu encontrava o Roberto em algum lugar, o Ricardo estava sentado à mesa. A gente sentava, batia um papo, comia alguma coisa, bebia alguma coisa. Era só esse tipo de situação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para colocar o vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – O nome dele é José Ricardo Santana?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Eu tive poucos contatos com ele, Senador. Então, assim, eu não sei o nome todo do Ricardo, né? Eu o conheço como Ricardo, né?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para colocar o vídeo 3, Izabelle, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – José Ricardo Santana.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – José Ricardo Santana.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, quem marcou esse jantar? Só para dar ênfase ao depoimento...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – O que ele cita ali no vídeo, de fato, foi aquilo dali. Ao longo da quinta-feira, eu consegui falar com ele, não me recordo em que momento. E ele citou que estaria no Vasto. Nesse primeiro momento, eu não tive nenhum *insight*, mas, ao longo do dia, eu já vinha tratando com o Dominguetti. Como em várias mensagens ficou claro que eu vinha tratando sobre coisas do interesse privado, me deu, me veio este *insight:* "Podemos fazer o seguinte: nós vamos ao Vasto, eu converso, se porventura a gente tiver que conversar alguma coisa do privado, e você peça a sua agenda de forma oficial. Eu te apresento o diretor, você pede a sua agenda". E assim ocorreu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. relata que não houve tratativas com relação à venda de vacinas.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve pedido de propina por Roberto Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Também não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que, então, Dominguetti inventaria uma história com essa repercussão e consequências para ele mesmo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É isso que todo mundo se pergunta, Senador. Não faço ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. ainda mantém contato com Dominguetti?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. A última vez a gente se falou, por último, em mensagens, por volta do dia 10 de março, talvez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, no dia 10 de março, V. Sa. encerrou as tratativas com Dominguetti?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por volta disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E foi também o seu último encontro, seu último contato?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Veja bem, por volta de 10 de março a gente encerrou qualquer tipo de interlocução. Eu não tinha tratativas com ele de Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vídeo 4, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que oportunidade V. Sa. conheceu Cristiano Alberto Carvalho?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Pessoalmente, eu nunca estive com Cristiano. O Cristiano foi... O contato foi passado pelo Dominguetti, e esse contato que o Cristiano relata aí foi por solicitação do Dominguetti. O Dominguetti solicitou, porque existia claramente, durante todo o mês de fevereiro, uma questão documental, que, quando o Dominguetti, talvez por não ter esse tipo de controle, conseguia de fato apresentar esse documento que sustentasse uma proposta no Ministério da Saúde, ele solicita que: "Olha, tem que falar com o CEO, ele tem esse documento". Então, foi ele que solicitou, porque a ideia era questionar o Cristiano: "Olha, o Dominguetti está falando que quem tem o documento de representação da AstraZeneca é você. Cadê o documento?". Só que isso daí, hoje está muito claro, todos nós sabemos, esse documento jamais existiu. Esse documento jamais existiu. Toda essa conversa de que: "Ah, não, manda um *e-mail* para o Herman. O documento está com o Herman. Ah, não, tem que ligar para o Cristiano". A gente... O cara está falando que tem que ligar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tratou diretamente com Herman Cardenas?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não senhor, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é, portanto, Rafael Alves?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu acredito ser...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Davati.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... pelo que o próprio Cristiano falou em determinado momento, que é uma pessoa que trabalha com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que tentativas de comunicações V. Sa. teve com ele, com o Rafael Alves?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, nunca liguei para o Rafael.

Salvo engano meu, Rafael me telefonou uma vez, mas eu não o conhecia, enfim, acho que nem dei atenção a ele no telefone.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele telefonou com que finalidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não me recordo, mas, provavelmente, para passar algum recado do Cristiano com relação à nova proposta que estava surgindo, documento, alguma coisa nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é Gelson Prado e qual a relação de V. Sa. com ele?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não tenho relação nenhuma.

Gelson foi um ator que apareceu aí por ocasião de um outro assunto que Dominguetti trouxe relativo à questão de *bitcoin,* e esse Gelson, por palavras do Dominguetti, era o interlocutor que conhecia desse tipo de operação lá.

Nunca falei com ele, não sei quem é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já está demonstrado – e isto foi objeto de alteração de ânimos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – que V. Sa. orientou Donizetti... Dominguetti a enviar documentos referentes a possível venda de vacinas da Davati para o Sr. Roberto Dias, a propósito dos documentos que foram aqui apresentados, que já tinham sido remetidos à Comissão Parlamentar de Inquérito espontaneamente pelo Cristiano – e que um internauta chamou a atenção que a Comissão Parlamentar de Inquérito dispunha destes documentos –, que, diferentemente dos documentos que foram apresentados por V. Exa., tiveram essa parte suprimida. Por que V. Exa. o orientou?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, voltando ao que eu já falei aqui em diversas oportunidades. Ele me pediu que queria enviar proposta, eu apenas orientei como que isso se daria: "Aqui estão os *e-mails* institucionais".

Existe, inclusive, este tipo de orientação minha para o próprio Cristiano. Eles insistiam em me copiar, via zap, de documentos, que eu sequer abria. Não me interessava aquilo dali, mas eu falei: "Envie para os *e-mails* institucionais".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Izabelle, por favor, o vídeo 5.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Enfim, Senador, isso corrobora exatamente com o que eu venho falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria lhe fazer a pergunta.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ah, perdão, desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. solicitou a Dominguetti ou Cristiano que endereçassem para o Sr. Roberto Dias documento originalmente destinado ao Sr. Elcio Franco. Novamente, só para que as pessoas que estão acompanhando e os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito entendam, o senhor era, no ministério, a única pessoa que, embora nomeada por Pazuello, gozava de uma estreita relação com Roberto Ferreira Dias, ao ponto de orientar Dominguetti ou Cristiano, conforme vimos no vídeo, que o documento originalmente destinado ao Elcio tinha que ser mandado para o Roberto Ferreira Dias. Por que isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, exatamente por pedido que eles sempre me fizeram desde o início. Eu gostaria de enviar proposta para o Departamento de Logística, de forma muito clara e institucional, a orientação, tanto é que o meu áudio fala: "Mande para os *e-mails* institucionais que o Dominguetti sabe desde o início". Era pedido dele. Ele queria tramitar, não era para... Tanto é que eu não falei: tira ou não mande para o Elcio. Em que pese, eu sei, porque eu vivi o Ministério da Saúde, que, se mandar um *e-mail* para um diretor ou um secretário e não avisá-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

lo de que ele estará recebendo tal documento para poder tomar algum tipo de ação, esse *e-mail* vai ficar dormindo lá. É humanamente impossível, a pessoa não consegue dar conta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a participação do Diretor do Departamento de Imunização?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não foi o que o Reverendo disse ontem, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Reverendo falou outra coisa completamente diferente. Mandou o *e-mail* no mesmo dia e foi atendido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

Qual foi a participação do Diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis, Sr. Lauricio Monteiro Cruz, nessa negociação com a Davati?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não faço ideia. Não tenho conhecimento nenhum. Não tinha contato com o Lauricio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, além de aproximações com Roberto Dias, como aqui foi demonstrado à CPI, e Elcio Franco, com que outras pessoas do Ministério da Saúde V. Sa. facilitou tratativas ou encontros?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, eu não facilitei tratativas com ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como não?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Com ninguém. Orientar uma pessoa a enviar documentos a um *e-mail* institucional, isso é facilitar tratativas?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E levar a restaurante para um encontro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Na minha percepção, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E levar a restaurante para um encontro não é facilitar tratativa?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – A pessoa me pediu uma agenda. Eu falei: "Peça direto ao diretor".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação com o Guilherme Torres Ribeiro?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente... Presidente...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, senhor depoente, só um minutinho.

Deputado, algum problema? V. Exa. aqui gravou um vídeo se referindo a esta CPI.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. *Fora do microfone*.) – Eu falei que não concordo... (*Ininteligível.*) Qual o problema?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O problema é que V. Exa. praticou ainda há pouco um ato de desacato a esta Comissão.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. *Fora do microfone*.) – Falei que esta CPI não leva a lugar nenhum, esta CPI é ruim para o Brasil. Qual é o problema? É o quê?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode se identificar, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. *Fora do microfone*.) – Reinhold Stephanes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual a autoridade sua para isso aqui?

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. *Fora do microfone*.) – Nenhuma. Estou aqui. Qual é o problema?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não pode desrespeitar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, não pode atuar desta forma, e eu pedirei para os seguranças daqui do Senado tomarem as devidas providências em relação a V. Exa.

Por gentileza, a segurança, a Polícia Legislativa, para tomar as providências.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. *Fora do microfone*.) – Que coisa ridícula!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode se identificar?

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. *Fora do microfone*.) – Já me identifiquei!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu quero pedir para a Polícia Legislativa autuar esse Parlamentar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continua o *modus operandi* do Governo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É intimidação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual sua relação com o Sr. Guilherme...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minuto, Sr. Relator. O depoente está pedindo cinco minutos para ir ao banheiro.

Suspensa por cinco minutos.

Eu queria pedir até aos colegas do Governo para conterem os Parlamentares da base de apoio com medidas desse tipo. Isso aqui é um acinte a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe, não generalize. Vamos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é liderado por V. Exa., Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, certamente que não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é liderado por V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu sou Líder do Governo no Senado Federal. Não faça essas generalizações. V. Exa. não precisa fazer essas generalizações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então faça o contato com a Liderança do Governo no Congresso Nacional.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Farei. V. Exa. não generalize.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse Deputado Federal veio aqui insultar esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com a qual eu me solidarizo e concordo. Nós refutamos esse tipo de atitude. Mas não queira generalizar. Não queira generalizar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

A reunião está suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 12 horas e 26 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 31 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando a oitiva.

Só um breve comunicado desta Presidência. A Comissão Parlamentar de Inquérito identificou o Sr. Deputado Reinhold Stephanes Junior como tendo praticado aqui um ato de desrespeito a esta Comissão. Esta Presidência garantirá a todas as Sras. e Srs. Parlamentares membros do Congresso Nacional, sejam Sras. e Srs. Senadoras e Senadores, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, o livre acesso a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Entretanto, esta CPI não admitirá tentativas de tumultuar o trabalho desta Comissão ou, ao mesmo tempo, atos de provocação, atos de intimidação aos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nesse sentido, nós comunicaremos ao Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, o ocorrido desta manhã por parte do Deputado Stephanes Junior.

Reitero: está assegurado e é assegurado pelo Regimento Comum da Casa o livre acesso de qualquer Parlamentar a esta Comissão. Não são aceitáveis o desrespeito, a agressão ou a tentativa de tumultuar os trabalhos desta Comissão.

Eu determino à Secretaria que faça a devida comunicação e, se possível e se necessário, uma eventual comunicação ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Agradeço ao Senador Fernando Bezerra, ao mesmo tempo, a solidariedade a esta Comissão.

Tenho certeza, quero acreditar, de que isso foi um ato isolado da parte deste Parlamentar.

Retomando, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Coronel Blanco, qual a sua relação com Guilherme Torres Ribeiro ou com o pai dele, José Odilon Torres da Silva Júnior?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, é... Eu conheço uma pessoa chamada Odilon, não sei o nome todo. Provavelmente, deve ser esse aí que o senhor está citando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual sua relação?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, relação nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação com o Coronel da Reserva Helcio Bruno de Almeida?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum agente público pediu propina ou vantagens a V. Sa. tanto para que V. Sa. chegasse ao Ministério da Saúde ou diretamente sobre venda de vacinas?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que V. Sa. recebeu ou solicitou para facilitar a aproximação entre negociadores paralelos de vacinas e o Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não recebi nada, vantagem nenhuma, nem facilitei nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. negocia ou negociou outros produtos de saúde junto ao ministério?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Nunca negociei nada nem com o ministério nem com qualquer órgão de qualquer instância, seja ela municipal, estadual ou federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação de V. Sa. com o Coronel Glaucio Octaviano Guerra?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não... É do Exército esse daí, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É do Exército.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É do Exército? Não conheço. Guerra que eu conheço é outro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação com Alex Leal Marinho?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Alex Leal Marinho é um Tenente-Coronel do Exército que trabalhou... Durante o tempo em que eu lá me encontrei, ele era Coordenador de Logística do departamento logístico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E com o Coronel Marcelo Bento Pires?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O Coronel Pires... É... Eu não vou me recordar agora de quando ele chegou lá, mas ele chegou bem depois. E ele trabalhava na Secretaria Executiva, salvo engano. Ocupava cargo lá. Eu não sei exatamente o cargo que ele ocupava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece Ailton Soligo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ailton...?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Soligo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não conheço... Ah, é o Cascavel? Ah, aí conheço. Cascavel eu conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual seu relacionamento com ele?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu conheci o Cascavel, juntamente com algumas outras pessoas, a partir de maio do ano passado, quando nós chegamos aqui em Brasília. Nós ficamos todos reunidos ali no Hotel de Trânsito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o seu relacionamento com ele? Continua? Qual foi a última vez que estiveram...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. Depois que eu saí do ministério, nunca mais estive com o Cascavel e também não tive contato com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Sr. Relator.

Dando sequência, Senadora Eliziane Gama.

O tempo é seu para a inquirição. O depoente está à sua disposição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, Coronel Marcelo Blanco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Coronel Marcelo Blanco, qual a definição que o senhor dá do Dominguetti?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Hoje, com tudo que tem sido veiculado aí, é uma pessoa com comportamento no mínimo estranho...

Senadora, assim, de uma forma muito pessoal, eu tenho muita dificuldade em fazer um juízo de valor de alguém. Isso é uma coisa muito pessoal minha, entendeu? Eu não gosto de, mesmo toda essa história ter sido iniciada com o Dominguetti, mas, assim, o comportamental dele é no mínimo estranho, né, coisa que eu não tinha à época...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A partir de quando você começou a perceber que ele era estranho? Ou você só consegue ver isso hoje?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Plenamente, eu só consigo ver isso hoje. Plenamente, eu só consigo ver isso hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E você chegou até onde nas suas conversas e tratativas com ele e onde você interrompeu, na verdade, essas tratativas? Em qual momento você percebeu...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Na verdade, de uma forma muito geral, a coisa se dava... Ele informava que tinha enviado o documento, eu não acompanhava isso daí, e, quando ele entendia... Se é que demorava. Não sei nem se a coisa demorava, mas, digamos assim, o que ele me falava eu tomava como de boa-fé. Aí ele só fazia isto: "Coronel, tá parado lá. Não estão olhando o documento. Tem como ver o que que está acontecendo?" Era só isso.

E quando eu conseguia falar com o diretor, que também não era toda hora, e obviamente ele conseguia olhar o conjunto de documentos, ele falava: "Olha, continua faltando documento".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu percebo, Coronel Marcelo, que o senhor falava com ele intensamente. O senhor chegava a passar, por exemplo, algumas mensagens de madrugada. Tem umas aqui de 3 da manhã, 4h da manhã...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, eu, eu, de madrugada, eu nunca enviei mensagem a ninguém.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tem conversas sim. Já lhe passo aqui exatamente os horários...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Com quem?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com o Dominguetti.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. De madrugada, seguramente não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – As mensagens e os horários. Eram horários por volta de 3h da manhã, outros, na verdade, de forma mais intensa... Mas eu já pego aqui o levantamento e lhe passo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – A senhora tem como precisar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tenho.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Porque isso, às vezes – a senhora me permite? –, isso às vezes acontece por conta da configuração equivocada do aparelho. Três e pouco da manhã... Eu sou casado, tenho três filhos... Eu estou dormindo esse horário. A senhora entendeu?

Então, assim... Isso daí seguramente não procede.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu vou lhe passar já os horários exatos, mas, antes, ainda falando sobre várias mensagens... O senhor diz que o senhor foi para o restaurante no dia 25, não é?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E, aí... Como é que o senhor chegou lá? Quem lhe ligou? Quem lhe informou que o Roberto Dias estaria lá?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, o Roberto Dias me falou que estaria no Vasto mais tarde. Eu sabia que ele estaria no Vasto mais tarde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas você sabia como? Você adivinhou? Tinha uma bola de cristal?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Porque eu consegui falar com ele durante a quinta-feira. Durante a quinta-feira, eu consegui falar com ele, coisa que eu não tinha conseguido antes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E ele falou. Quinta-feira, o dia 25 foi...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Quinta-feira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E nesse dia você conversou com ele?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Foi a única vez que eu consegui falar com ele, ele estando em Brasília, porque a informação que eu tinha é que ele estava em viagem, ele estava fora de Brasília. Assim sendo, não haveria como ter outra data para uma possível agenda do Dominguetti que não fosse ou quinta ou sexta, antes do retorno dele para a cidade de origem, a senhora entendeu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo. Aí você então soube do próprio Roberto Dias que ele estaria no restaurante.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você falou para ele que você iria para lá?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, nesse momento não, não falei. Na verdade, nem passou pela minha cabeça nesse momento. Isso daí, esse tipo de, vamos botar assim, essa possibilidade, eu só vim a pensar ao longo do dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você se lembra do horário que você falou com ele?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não vou lembrar, não lembro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Foi de manhã ou à tarde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ah, não lembro, Senadora; não lembro, não me recordo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo. Aí depois, na sequência, você faz contato com o Dominguetti?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não me recordo assim de quanto tempo em sequência, mas eu converso com Dominguetti e falo: "Olha, a gente poderia fazer o seguinte: você já se encontra próximo ao Brasília Shopping, eu te encontro lá, a gente come alguma coisa, eu te apresento o diretor, e você peça a sua agenda.".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Aí você ficou em contato com ele direto, ligando para o Dominguetti várias vezes?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não me recordo agora quantas vezes. A gente tratava, por exemplo, em algumas oportunidades, sobre essas questões do privado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas nesse dia você liga várias vezes. Veja, tem um registro de comunicação entre vocês dois 14h36, depois um 17h24, depois um outro 18h57. E aí você já vem para o horário da noite, uma outra 21h12 e outra 21h50.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senadora, provavelmente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você programou então muito cedo que estivesse lá, porque você começa a falar com ele a partir das 14h da tarde.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, aí eu não sei precisar para a senhora qual foi o horário que eu falei com ele, que eu propus a ele de encontrar com ele no *shopping* e, posteriormente, no Vasto, mas, seguramente, as conversas do Dominguetti, nesse caso, nesse dia específico, ou eram com relação a essa possibilidade do encontro mais tarde, ou questão do privado. Porque a gente falava muito, nesse período a gente falava, pelo menos da minha parte, quando eu buscava o Dominguetti, eu falava muito desse assunto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você falou do que privado, que eu não entendi?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Das condições para a gente montar um modelo de negócio para a venda no privado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tá, então vamos lá na venda do privado, Marcelo. Todo mundo que está no setor privado... E aí, por exemplo, comissionamento para o privado não é ilegal e se tem, na verdade, tratativas entre várias empresas, enfim, e é isso que a gente não consegue entender, porque você diz que não havia comissionamento.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não havia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas por quê? Você tinha saído do serviço público, estava inclusive com uma empresa sendo aberta aí, que era a Valorem, para fazer esse tipo de negociação, e você iria fazer uma negociação de graça, não ia ter comissionamento? Não dá para entender isso.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mas, Senadora, vou tentar passar para a senhora qual era o meu racional e como eu enxergava isso à época. Na minha cabeça, não existia uma participação minha em negociação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não existia participação sua?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Na minha cabeça, com o público, com o público...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, está bom, não estou mais falando do público, estou falando do privado.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, pois é, é por isso que eu estou falando para a senhora. No público – vamos pegar primeiro o público, no caso a gente está falando de Ministério da Saúde –, na minha cabeça não existia isso, eu nunca intencionei isso. Na verdade, até hoje não permanece, eu não construí como opção negociar com o público, tanto é que, desde que a minha empresa foi aberta, que é a data precisada aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, mas não é isso, eu estou perguntando é isso, o que a Davati, o que o Dominguetti negociou com você em termos de comissionamento? Ele fala em...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – No privado que a senhora diz?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso, isso.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Também no privado não chegamos a esse ponto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas você não tratou? Você passou do mês de janeiro ao mês de março, Coronel.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, mas porque, Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você passou três meses falando com o Dominguetti várias vezes. A gente tem aqui o último registro de sua conversa com ele, foi no dia 31 de março, com algumas mensagens ou ligações, algumas mensagens inclusive foram apagadas. Você fica janeiro, fevereiro e março fazendo uma tratativa com ele sobre negociações para, em tese, o setor privado, e você não trata em nenhum momento de valores, de comissionamento?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele diz isso aqui do comissionamento de 20 centavos.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senadora, no privado que a senhora está falando, nós também não avançamos nessa fase, na minha cabeça, por um motivo muito simples: toda vez que eu conversava com ele, eu cobrava a documentação pra instruir alguma coisa, desenhar um modelo de negócio no privado, isso nunca se deu. Então, assim, é como eu costumo dizer, não passou da página dois. Para eu poder sentar com algum tipo de interlocutor fora que tenha interesse em vacina, alguma grande empresa, enfim, dessas muitas, que é o que se discutia à época, em função da documentação que estava tramitando no Parlamento, pra que isso ocorresse eu precisava ter um conjunto de documentos mínimos. E ele não avançou nesse sentido. Em função disso, a gente jamais sentou também pra construir essas questões no privado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E o valor dos 20 centavos que ele fala de comissionamento seria para quê?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Esse valor de 20 centavos, até onde eu sei, era comissionamento dele e das pessoas que integravam a Davati e a operação dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo, mas esse comissionamento dos 20 centavos, na verdade, ele faz uma referência, aí ele cita em algum momento, por exemplo, grupos, e, quando ele fala de grupo, ele fala de dois grupos.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele fala do grupo que seria o grupo do Coronel Elcio Franco e o grupo do Roberto Dias. Você teve conversas e você teve informações sobre a existência desses dois grupos em algum momento?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ele inclusive...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não existe isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não existem essas questões de grupo. Isso é uma fantasia. Jamais existiu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não existiam grupos.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por que todo mundo foi demitido?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Jamais tratei alguma... Senhora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Deixe-me fazer uma pergunta.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Perdão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Continue, continue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Jamais houve qualquer construção nesse sentido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Veja bem, se não havia grupo, deixe-me lhe fazer uma pergunta: por que o Coronel Elcio concentrou nele toda a força, através da portaria lá do dia 29 de janeiro, ele coloca pra ele toda a força, demite uma série de pessoas, mas ele deixa inclusive o Roberto Dias lá preservado, por que ele faz toda uma mudança, tira as pessoas que estavam em posições, na verdade, inferiores hierarquicamente ao Roberto Dias? Por que ele tomou uma atitude dessa forma?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senadora, como eu já falei aqui, essa determinação do secretário-executivo se deu depois que eu tinha saído de lá. Então, assim, eu nem tinha conhecimento à época. Eu vim conhecer que houve uma determinação posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – No final do ano de 2020, o senhor ainda estava lá e do Sr. Roberto Dias foi ventilada a exoneração dele. O senhor está lembrado desse momento?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Esse ventilado que o senhor fala é o que sai na em matéria pública?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Vocês conviviam ali, então era uma discussão normal de ter ali, "olha, o Roberto Dias pode cair, estão pedindo a cabeça dele", ou coisa parecida e tal. Isso não ventilaram lá?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Entendi o que o senhor... Entendi. Mas, da minha parte, eu não participava dessas tratativas de cunho estratégico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Não estou dizendo para o senhor, estou dizendo que ventilaram. Foi nesse momento que tiraram todos os poderes do Roberto Dias. O senhor estava lá ainda. Não foi?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor diz os coordenadores que trabalhavam?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Salvo engano meu, saíram no meio do ano. Não vou ter a data precisa, mas não foi no final do ano, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No meio do ano passado, não é?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – No meio do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim. Foi nesse momento que se ventilou a saída dele. Isso que eu estou lhe dizendo. Aí não conseguiram tirá-lo, porque teve vários pedidos pra mantê-lo, mas tiraram todo o poder que ele tinha ali, inclusive trocando os assessores dele, que ele aqui disse que eram pessoas qualificadas, estavam fazendo um bom serviço e não sabia a razão por que tinham sido exoneradas. No seu caso, o senhor saiu em janeiro, dia 19...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 29 de janeiro. Qual foi a razão de o senhor ter saído do ministério?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Como eu coloquei aqui, eu não saí sozinho nesse período. Saímos quatro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Sim, mas sair quatro não quer dizer nada.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mas, assim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do ponto de vista seu, qual é a razão de o senhor sair?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Esse tipo de decisão cabe à chefia. Eu não tive acesso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que... O senhor é do Rio de Janeiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. O senhor veio pra Brasília trabalhar ou o senhor já estava em Brasília?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Eu vim pra Brasília. Eu morava no Rio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor morava no Rio e foi convidado pra vir para o ministério através de quem?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Através de um companheiro meu de turma, da equipe do General Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Equipe de turma. Então, sem relação nenhuma com o Bolsonaro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, zero relação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não conheço o Presidente, não conheço a família Bolsonaro, nunca estive com os filhos do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não estou falando isso. Eu só... Não foi o Presidente Bolsonaro que o indicou a esse cargo, foi um assessor, um amigo do General Pazuello. É isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, meu amigo pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E quando o senhor sai... O senhor conhece o General Roberto Severo Ramos?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Conheci por ocasião do período em que eu me encontrei no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é funcionário hoje de uma empresa que presta serviço ao Ministério da Saúde.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, fiquei sabendo disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor tentou entrar nessa empresa pra trabalhar?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. A coisa não se deu dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não... O senhor foi convidado pra trabalhar na VTCLog?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Fui convidado pelo General Severo... Na verdade, não foi bem um convite. O General Severo, em determinado momento, entra em contato comigo e ele diz o seguinte: "Blanco, quando você sair do ministério...". Ele sabia que eu era do Rio de Janeiro, que a minha família estava no Rio de Janeiro. Essa era a primeira informação que ele tinha. Aí ele falou: "... te interessa assumir a coordenação de um braço da operação da VTCLog que vai ser aberto no Galeão, provavelmente a partir de abril?". Isso era a informação que eu tinha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Quem fez essa pergunta?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Quem me perguntou isso foi o General Severo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que trabalha na VTCLog.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Quando foi isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Ah, Senadora, eu não me recordo agora. Talvez tenha sido no final do ano passado, provavelmente. Provavelmente finalzinho do ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quer dizer, ia ter lá no Galeão um braço da VTCLog e o General lhe faz esse convite e, por razões pessoais, o senhor não aceitou ou...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, eu posso até falar aqui por que que eu não aceitei. Eu não aceitei... Num primeiro momento, eu agradeci a confiança e tudo e fiquei de pensar, mas eu não aceitei por dois motivos basicamente: um é que nunca eu tive a intenção de ficar preso a nada. Então, isso daí implicaria eu deixar de ser dono do meu tempo novamente, digamos assim, não é? E segundo porque eu já tinha, em tratativas familiares... Minha esposa já tinha aceitado vir pra Brasília. Nós nos mudamos em dezembro, então eu tinha acabado de voltar pra Brasília e eu não tinha interesse de voltar para o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, V. Exa. pegou cinco minutos de meu tempo. Sem brincadeira, eu vi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não me lembro do tempo, mas quem sou eu pra dizer que a senhora não estava falando a verdade?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É verdade.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vale a pena depois verificar, Sr. Presidente, qual foi a data dos aditivos da VTCLog, se coincidem com esse possível convite feito ao Coronel Blanco. Aliás, se me permitir, Senadora Eliziane, antes de repor aqui – se me permitir –, eu acho que nós não temos saída: vou insistir de novo, Senador Humberto, na tal da acareação. Mas essa acareação não é pra ver quem está dizendo a verdade, é pra ver quem vai mentir mais, Sr. Presidente, porque a régua de hoje é a mesma régua de ontem: ontem foi em nome de Deus, hoje é em nome do patriotismo, nunca em nome próprio. Nós sabemos exatamente que, à custa da dor, à custa das perdas, estavam todos interessados em outra coisa: comercializar com o Governo Federal contratos privados ou mesmo públicos de compra de vacinas superfaturadas. Eu acho que o *modus operandi* é esse. Esse depoimento não vai sair disso, e essa acareação vai ser necessária, senão nós não vamos conseguir fechar essa caixinha dos intermediários. Não é, repito, pra ver quem vai dizer a verdade, é pra ver quem mente menos ou quem mente mais nesta CPI.

E aí uma questão de ordem, Sr. Presidente, apenas pra dizer que talvez caiba de novo um embargo declaratório para o Ministro, o Presidente Ministro Fux, pra entender: quando o convocado está na função de testemunha e se compromete a dizer a verdade, ele tem o direito de ficar calado, mas, se ele resolve dizer e se porventura ele mentir, além do crime de falso testemunho, se ele pode sair preso desta Comissão. Do contrário, nós vamos continuar perguntando, as testemunhas vão continuar faltando com a verdade, e nós não vamos conseguir avançar nesses depoimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só pra...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já fiz essa pergunta ao Ministro Fux no caso da Sra. Emanuela, e ele encaminhou, dizendo que a CPI... Ele deixa muito claro, e eu li essa mesma decisão feita pra Sra. Emanuela para o Sr. Blanco. Então, eu só peço a colaboração de todos, porque nós temos aqui um depoimento que vai ficar, no mínimo, até 4h da tarde. Às 16h começa a sessão do Senado, então eu vou garantir os cinco minutos que estão faltando pra Senadora Eliziane, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, só uma pergunta, se a Senadora Eliziane me permitir, pra esclarecer: quem foi que ofertou ao senhor um braço de operação da VTCLog?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Perdão, não entendi, Senador. Como?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – General...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – General Severo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se o senhor pudesse declinar o nome de quem...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, eu conheço o General Severo, não conheço o nome dele todo. Eu o conheço como General Severo. Ele comentou que a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Ele é de qual função, o General Severo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não sei. Não sei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas ele está na administração pública?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, o General Severo...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele trabalha na VTCLog.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ah, o próprio General Severo que lhe fez o convite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele trabalha, ele convidou pra ser...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E ele lhe convidou para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para trabalhar no Galeão.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ele convidou, dizendo que, dentro do projeto da empresa, a empresa iria abrir um braço da operação no Galeão, e provavelmente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você lembra dessa data, Marcelo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senhora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A data em que ele lhe fez esse convite?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não lembro. Não lembro. Provavelmente no final do...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É grave isso, Senadora Eliziane: foi o ano passado, quando ele era funcionário, até porque o General Severo disse "quando você sair".

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Isso. É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto? Então, ele é convidado quando ainda tinha uma função dentro do Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não tinha perspectiva da saída dele, mas o General Severo se antecipa e faz o convite a um servidor público para que, quando sair... "Olha, quando você sair daqui, tu tens lá um cargo lá no Galeão, se você quiser e tal". É essa a questão, essa é a questão grave.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só pra gente... Porque, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É oferecer vantagens indevidas – porque isso é uma vantagem indevida, correto? – para um servidor público...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, só pra gente tirar a dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que trabalha na logística do Ministério da Saúde. Ele não aceitou. É outra coisa. Mas que houve o oferecimento de uma vantagem por parte do General, houve essa vantagem, pra dizer o seguinte: "Depois que você sair daqui, fique tranquilo, vai ter um cargo pra ti lá no Galeão". Foi essa a questão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só pra registrar o nome: é General Severo Ramos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É esse mesmo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Como eu falei pro senhor, eu o conheci como General Severo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só pra gente tirar essa dúvida aqui: o General Severo Ramos, que o Presidente está colocando que se trata de alguém da VTCLog, é o mesmo General da Secretaria Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu não tenho conhecimento, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas ele, o Severo que falou com o senhor, o senhor recorda que é alguém que tem cargo na Administração Pública?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, veja bem... Não, eu... Quem falou comigo foi o General Severo. Eu não sei se é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, a gente precisa saber se é o mesmo Severo, entendeu, Presidente?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, eu não eu não acompanho essas questões de cargo, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, mas o nome dele é Severo Ramos?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Severo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – O senhor o conhece como Severo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Conheço como General Severo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor não conhece como Severo Ramos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Severo da VTCLog não deve ter homônimo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, que fique claro, assim: eu não tinha, do ponto de vista da execução, eu não tinha relação nenhuma com o contrato da VTCLog. E ele também não me garantiu. Ele só falou o seguinte: quando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para comunicação, Presidente, ele é ex-funcionário da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso, é exatamente o que eu acabei de falar aqui.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – A única coisa que ele falou pra mim foi o seguinte: "Te interessa, quando você sair daí, escutar uma proposta de assumir um braço da operação no Galeão?". Foi só isso que ele me falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, é muito estranho... O que é muito estranho em tudo isso é que o senhor está na Administração Pública e, se é o Severo que é da Secretaria Executiva da Presidência da República lhe fazer uma proposta para assumir o cargo numa empresa que tem contratos com o Governo Federal e que tem vários aditivos, inclusive alguns deles questionados no Tribunal de Contas da União... E que nós vamos ouvir aqui nesta Comissão...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... daqui a 10 ou 15 dias, Presidente.

Ou seja, a cada dia que a gente se aprofunda, a cada pessoa que a gente ouve aqui nesta Comissão, a gente começa a lincar um fato com o outro e a possibilidade real de pagamento de propina, a possibilidade real de um esquema dentro do Ministério da Saúde.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senadora, a senhora me permite um aparte? A informação que eu tenho que ele era consultor da VTCLog. Eu não tenho informação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Consultor da VTCLog ou não, o que nós temos aqui é um fato: ele como Secretário Executivo da Presidência da República. Mas nós temos ainda muito tempo para aprofundar essa investigação, e o senhor pode ter certeza que faremos isso.

Mais uma pergunta ainda sobre a VTCLog, Marcelo: o que você tem de informação? Porque nós tivemos aditivos neste ano. Você já estava tecnicamente fora da Administração Pública, mas você ainda estava nessa situação, meio que no limbo, porque só depois você é definitivamente, digamos assim, excluído, com essa nova portaria agora já no mês de junho. E nós temos dois aditivos, ainda este ano, da VTCLog. O senhor acompanhou? O senhor tinha uma proposta lá atrás de ir para a VTCLog. O senhor não acompanhou esses aditivos que ocorreram aí nesse ínterim agora?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É... Só, antes de responder à senhora, aproveitando esse termo que a senhora usou de "estar no limbo", na verdade eu fui exonerado em 19 janeiro, ponto. Ali se encerra o meu *link* com o Ministério da Saúde do ponto de vista de agente público.

Com relação aos aditivos, eu não tinha... E, até mesmo durante o período meu no ministério, o meu cargo não me possibilitava competência, responsabilidades executivas em cima de qualquer tipo de contrato, execução orçamentária etc. Então, assim, eu não acompanhei essas questões relativas a aditivo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas é o fato que está diante de nós.

Mais uma vez reafirmando, para finalizar aqui a minha participação: o senhor está na Administração Pública; você tem um convite feito por alguém que assumiu a Secretaria Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República para que o senhor vá para ser um braço da VTCLog num momento do ano passado, onde o volume, inclusive, de transporte, armazenamento e manipulação era muito alto por parte da VTCLog, com alguns contratos, inclusive já questionados com várias representações junto ao Tribunal de Contas da União, que agora, este ano inclusive, receberam aditivos. E, no meio de tudo isso, o senhor recebe, de fato, esse convite para ser um dos braços principais na VTCLog!

Mas o senhor depois resolve abrir uma empresa, que é a Valorem – não é isso? –, para trabalhar na mesma área de medicamentos, que, por acaso, o senhor começa uma tratativa com o Dominguetti, tratando já de vendas para o setor privado sem ter nenhuma legislação no Brasil para isso! E aí, depois, o senhor, por acaso, chega a um *shopping,* se reúne, por exemplo, com o Dominguetti e com o Roberto Dias, como Diretor de Logística, e aí lá tudo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Na verdade, são umas coincidências que, Coronel Marcelo, a gente realmente não consegue entender como coincidências, não é? São fatos demais, um cruzando com o outro, mas que nós estamos aqui aprofundando com essa investigação.

Para finalizar, eu queria deixar aqui um registro às Forças Armadas do Brasil. Nós temos recebido aqui alguns coronéis e alguns militares, generais até, como nós conversamos com o General Pazuello, e a gente percebe, de forma muito clara aqui, uma instrumentalização das Forças Armadas. Há fatos claros, há pessoas, seja da reserva ou não das Forças Armadas ou da área militar, que integravam o Governo ou que integram o Governo e que participaram em algum momento de um esquema de corrupção.

Em nenhum momento da história republicana do Brasil, sobretudo nos últimos 30 anos, depois dos momentos que nós vivemos de ditadura militar no Brasil, nós tivemos, em nenhum momento, tanta politização no governo! Nós tínhamos, antes desse Governo, cerca de 2 mil integrantes militares. Hoje chegam a mais de 6 mil integrantes! Esse é o cenário que está diante de nós.

Mas, ao mesmo tempo, eu queria fazer um destaque, um reforço, e reconhecer as ações do Tribunal Superior Eleitoral e também do Supremo Tribunal Federal, que começam a entender a necessidade de tomar providências. E nós aqui, que não seremos jamais intimidados, faremos o nosso papel também, precisaremos tomar providências nesse sentido.

Só para finalizar, Coronel Blanco, eu acho que o senhor vai precisar... Veja, eu tenho aqui os registros – posso passar para o senhor já, já, às suas mãos – de conversas e ligações do senhor com o Dominguetti.

Vamos lá. No dia 9/3, 3 horas e 52 minutos; no dia 9/3, 3 horas, 52 minutos e 54 segundos; uma outra ligação: também 3 horas, 53 minutos e 39 segundos. E aí, depois, o senhor tem mensagens que são partilhadas entre vocês dois: também 3 horas da manhã e 54 minutos. Depois, já na sequência, 8 horas e 6 minutos. Então, eu quero dizer ao senhor... O senhor fez citação da sua esposa. O senhor tem muito a explicar para a sua esposa por conta dessas ligações de madrugada!

Muito obrigada, Presidente.

O SR. MARCELO BLANCO – Sr. Presidente, o senhor me permite só um aparte aqui?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. MARCELO BLANCO – Essas três horas... Essas mensagens todas da madrugada são do Dominguetti, não são minhas mensagens.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – As ligações e as mensagens do telefone dele, porque nós temos... Estas aqui são ligações do *print* dele. Nós temos, na verdade, as quebras, que nós vamos buscar... Algumas são cortadas, de fato, e outras são deletadas, digamos assim, e então você não consegue compatibilizar o seu retorno imediato, mas que há conversas entre vocês, há.

Mas a quebra de sigilo...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – De madrugada, não; de madrugada, não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vou passar aqui para o senhor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu tenho aqui. De fato, o Dominguetti manda mensagem às três e pouco da manhã, mas eu não respondo às três e pouco da manhã.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu estou dormindo em casa nesse horário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Coronel Marcelo Blanco, seja muito bem-vindo ao Senado Federal.

Mas, Sr. Presidente, uma coisa a que eu acho que nós temos dado pouca atenção é a essa figura chamada Odilon. Quando Dominguetti esteve aqui, eu perguntei, e ele disse: "Olha, eu entrei nesse negócio por conta do Odilon". Eu perguntei: "Quem é esse Odilon?" "Odilon é um cara aí que trata desse assunto aí..." Pá, pá, pá... Eu perguntei se era um Odilon ligado acho que à Cristália. Ele disse que não. E, depois, surgiu novamente esse Odilon aqui, que teria sido uma pessoa que apresentou o Dr. Marcelo Blanco ao Dominguetti. E a gente pergunta: "Quem é Odilon?" Ele também fala do mesmo jeito: "Odilon é uma pessoa aí que andava pelo meio..." Quem é Odilon, Coronel? Por favor, eu quero saber e acho que a gente devia trazer ele para cá.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Senador, o Odilon é um representante que esteve no ministério em algumas agendas, representando o interesse de outras empresas. Eu não tenho como lembrar aqui que empresas eram essas, assim como tantos outros a que a gente dava o telefone e se colocava à disposição de alguma coisa. Ele me busca, no início de fevereiro, como eu falei aqui, e fala que tem uma pessoa que, aí sim, ele diz ser o Dominguetti, que é um representante de uma multinacional americana, enfim, aquilo tudo que eu já falei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito, mas eu acho que a gente devia identificar direitinho quem é esse Odilon. Eu acho que ele sabe muito mais coisas do que a gente imagina.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Perdão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – O senhor se lembra do sobrenome dele?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não lembro, não lembro. Eu o conheci como Odilon, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, o Dominguetti, quando esteve aqui, disse com todas as letras que desse jantar que foi marcado participaram Roberto Dias; ele; o Sr. José Ricardo Santana, que foi da Cmed; V. Sa., que era assessor da, que foi lá no passado assessor da Dlog; e o Sr. Alexandre Martinelli. Aqui, inclusive, foi feito um reconhecimento facial... Estou mentindo, Senador Randolfe?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Foram mostradas várias pessoas aqui, e ele reconheceu uma delas. Então, ele estava com um papel anotando o tempo inteiro os valores, as coisas e tal..." Pá, pá, pá...

O senhor reafirma que esse cidadão não estava?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, isso foi um equívoco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não estava.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O Alexandre Martinelli Cerqueira não se encontrava no local.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor ouviu no momento em que o Sr. Roberto Dias fez o pedido de US$1 por cada dose de vacina para que houvesse essa...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não houve pedido, Senador. Não houve pedido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o senhor também disse que saiu antes, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, eu saí, mas não houve...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Até a hora em que o senhor estava...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Do momento em que eu me encontrava lá, não houve pedido. Sequer se conversou aprofundadamente sobre vacina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Talvez, Coronel, seja mais adequado o senhor dizer isto: até a hora em que o senhor estava, não houve pedido. Ou o senhor ficou até o final?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, não. Eu saí antes. Não me recordo se o Dominguetti saiu logo comigo, não me recordo, sinceramente, mas, com certeza, eu saí antes. Eu intencionava assistir ao jogo em casa, como assisti.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – O.k.!

Há outra coisa que ninguém consegue entender. Aliás, a gente consegue entender, mas a gente não pode aceitar, porque, apesar de nós estarmos muito limitados por essas decisões do Supremo, pelas questões legais, restritivas e tal, nós não somos todos burros. Acho que alguns dos depoentes aqui têm subestimado a nossa inteligência.

Aí, por exemplo, essa história que foi quase... O Roberto Dias disse que foi uma coincidência: ele estava no restaurante, e, de repente, chegou o senhor com o Dominguetti. Estavam fazendo compras, talvez; não sei. Entraram no restaurante, e estava ele lá. Aí discutiram, trataram do assunto de venda de vacinas. V. Sa. dá aqui outra versão, a versão seguinte: descobriu que o Roberto estava lá, esse Dominguetti estava enchendo o senhor, e aí o senhor disse "Dominguetti, vamos aproveitar e vamos lá"; não foi nada previamente arrumado, com uma pauta para se debater. É isso, Coronel?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – É, só fazendo algumas observações, se o senhor me permite: eu não descobri que o Roberto estaria lá; eu falei com o Roberto, e ele disse que estaria lá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o senhor disse "eu vou levar o Dominguetti"? O senhor disse isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não falei. Eu não falei isso, até porque, nesse momento, isso nem me ocorreu. Eu... Posteriormente, depois da ligação com o Roberto, é que eu entendi que pudesse ser uma maneira, já que o Dominguetti quer a agenda dele... "Façamos o seguinte, Dominguetti..."

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seria uma oportunidade.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É perto. Logisticamente, para ele, era muito perto, porque ele dizia que estava ali próximo do Brasília Shopping.

Como eu vinha conversando com ele várias tratativas que eu postei aqui sobre o privado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Entendi.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu falei: "Façamos o seguinte, vamos lá, conversamos sobre o privado, porque a gente aprofunda...".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E aí ele marca a agenda?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – "Eu aproveito e te apresento o diretor. E você peça a sua agenda." E assim se deu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.! Tudo bem! Vamos dar por verdadeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Segunda coisa: V. Sa. não pode dizer que se limitou a abrir um contato para que ali fosse feita aquela reunião para tratar do assunto. São inúmeras as ligações entre V. Sa. e o Sr. Dominguetti. É melhor, para V. Sa. não subestimar demais a nossa inteligência, que diga o seguinte: "Eu participei de uma tratativa". Aqui, ontem, esteve um reverendo que participou por razões religiosas. V. Sa. pode ter participado por razões patrióticas ou quaisquer outras, em defesa do humanismo e tal. Mas houve, sim, a participação de V. Sa. em vários momentos. V. Sa. pergunta: "Como é a proposta? Vai mandar essa proposta?". Eu tenho aqui vários desses...

Então, se o intuito de V. Sa. foi o de ajudar o País a enfrentar a pandemia, ótimo, assuma que foi isso! Mas V. Sa. cometeu algumas coisas equivocadas, e a primeira foi ter participado dessas tratativas. A segunda foi ter levado um lobista – e é um lobista da última categoria que pode existir, porque ele nem tinha o que estava prometendo vender – para se encontrar com um agente público da relevância do Diretor de Logística do Ministério da Saúde. V. Sa. o levou.

Então, eu pergunto, para que V. Sa... V. Sa. participou de um... Poderia não ter nenhum ganho com isso, poderia pensar que isso viria posteriormente a facilitar um eventual investimento privado ou qualquer coisa, mas V. Sa. participou, acompanhou, conversou, falou de propostas com o Sr. Dominguetti.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, o que eu posso falar para o senhor, e é a verdade o que eu estou passando aqui para o senhor...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ele sempre me buscava. Eu não buscava Dominguetti com um assunto que não fosse privado. Isso está nas mensagens. O senhor tem as mensagens à mão. Então, ele me buscava de que forma? A proposta, e que eu sempre de boa-fé imaginei que estava o.k. do ponto de vista documental, ele dizia ter enviado para os *e-mails* que eu apontei para ele, que eu orientei para ele.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Só que, quando o diretor conseguia verificar esse conjunto de documentos, por óbvio, sabemos hoje, sempre faltava o documento de representação do laboratório AstraZeneca.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse senhor...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por isso, isso nunca prosseguiu como um processo instruído dentro do SEI, que é o sistema eletrônico, até onde eu sei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Esse senhor Gelson Prado, o senhor diz que, na verdade, não é da sua relação. Ele é da relação do Dominguetti.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, sim. Ele está nas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E Eduardo, quem é, que o senhor num determinado momento diz assim...?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eduardo é uma pessoa que, quando o Dominguetti... Isso daí é a respeito da conversa sobre criptomoedas. O senhor deve ter aí uma sequência de mensagens que... Salvo engano meu, a primeira mensagem que ele me manda é um *print* no dia 2 de março. Não sei se o senhor tem aí. Se o senhor não tiver, a gente tem condições de projetar.

Então, ele manda um *print* no dia 2 de março. Esse *print* é como se fosse a tela de um aplicativo, enfim, de um valor em corretora que ele dizia ser um valor em dólares de uma corretora de criptomoedas lá fora. E ele me pergunta se eu entendo disso. Eu falei: "Dominguetti, o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

conhecimento sobre isso é absolutamente incipiente, eu não tenho domínio sobre isso daí, mas possivelmente eu conheça alguém que consiga entender o que você quer passar". E aí que surge o nome do Eduardo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eduardo é um doleiro ou...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Não que eu saiba.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... alguém do sistema financeiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não que eu saiba.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Certo.

É porque depois...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ele entra em contato direto com o Gelson. Após... Para ser bem resumido e objetivo, após várias vezes que eles conversam para tentar entender o que de fato é isso que o Dominguetti traz, o Eduardo chega para mim e fala assim: "Blanco, isso é uma fraude. Isso é uma fraude e isso daí, não existe criptomoeda". Enfim, ele...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está certo.

É porque aqui, na verdade, depois o Gelson, conversando com o Dominguetti, trocam o seguinte diálogo: "Vamos conversar por aqui que é mais seguro". Aí, o Dominguetti diz: "Ótimo. O doleiro está em Brasília". O doleiro está em Brasília. Aí, o Dominguetti diz: "Vai operar, já vai me posicionar".

Agora, até agora eu não consegui encontrar em todos esses documentos nada que vinculasse o Dominguetti a essa história de bitcoin, mas aí, sinceramente, a gente pode esperar tudo nesse processo aqui. Tudo é possível a gente encontrar.

O senhor conhece o Coronel Criscioli?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Conheci no Ministério da Saúde. Ele esteve lá acho que, que eu lembre, uma ou duas vezes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tem relação com ele ou não?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tem conhecimento que foi ele que aproximou a Davati...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Perdão, perdão...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e o Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Perdão, perdão. Eu estou fazendo confusão. O senhor falou que nome?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Criscioli.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Perdão, não é esse. Eu fiz confusão com outro nome.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, V. Sa. não conhece, não é?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Esse Criscioli eu não conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria perguntar mais uma coisa. Durante esse período em que V. Sa. esteve lá, no Dlog, tinha contato com Parlamentares, recebia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Nunca tive.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nada de contatos políticos, assim não?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nunca tive.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei que um cargo em comissão não precisa ter razões para alguém exonerar o outro, mas sempre tem um motivo, não é? Não gostava ou achava que aquela pessoa podia ser melhor em outra coisa.

O senhor sabe por que foi exonerado?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não lhe foi dito, nem nada?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não tenho conhecimento, também não busquei saber.

Assim, Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Teve algum atrito ou alguma coisa?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. Eu sempre trabalhei, desde que me coloquei à disposição, no ano passado, a integrar esse esforço conjunto no ministério e isso para mim sempre foi uma coisa muito clara.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor sabe por que todo mundo que estava lá no departamento saiu e só o Sr. Roberto Dias ficou?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não tenho conhecimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu tenho uma suspeita.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Da motivação, eu não tenho conhecimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu tenho uma suspeita, eu acho que ele ficou por conta do Sr. Ricardo Barros.

O senhor via muito o Sr. Ricardo Barros lá dentro do ministério?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nunca vi dentro do ministério.

Nunca vi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nunca esteve com ele não?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nunca vi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E o Dias falava do Ricardo Barros? Que era muito amigo, frequentava...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... a casa dele?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Esse tipo de conversa nós não tínhamos; conversava sobre outras coisas, amenidades.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. desenvolveu algum trabalho ou alguma atividade junto aos hospitais federais do Rio de Janeiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

Nunca botei os pés em qualquer hospital federal do Rio, quiçá na Superintendência do Rio de Janeiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor conhece o Sr. Divério, que foi superintendente?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Coronel Divério? Conheço sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Conhece de onde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Conheci dessa operação no ministério.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, o senhor teve alguma coisa a ver com o Rio de Janeiro também?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, passei a conhecê-lo aqui porque ele esteve, em alguns momentos, ele esteve em Brasília.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o senhor nunca foi em nenhuma...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nunca, nunca.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... diligência, nenhuma atividade, nada?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nunca, nunca. Eu nunca botei os meus pés na Superintendência estadual do Rio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, a sua relação com ele é praticamente nenhuma, não é?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Funcionalmente nenhuma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Respeitosamente, eu agradeço as respostas de V. Sa., Coronel, e quero aqui, mais uma vez, aproveitar esse tempinho que me resta para reafirmar.

Essa operação Davati/Ministério da Saúde é uma das coisas mais tragicômicas que nós já assistimos na vida pública brasileira. Tragicômica porque é uma tragédia, milhares, centenas de milhares de pessoas mortas e uma meia dúzia de oportunistas querendo se locupletar de um lado e de outro do balcão. De um lado um grupo de estelionatários comandados por um estelionatário mor lá dos Estados Unidos – não é? – que tentaram vender terreno no céu, porque não tinham vacina, então, estavam vendendo terreno no céu, e encontra do outro lado do balcão uma meia dúzia de maus funcionários, de pessoas que nem são funcionárias do Ministério da Saúde, mas que viram também um espaço para se locupletarem e aí fazem um pedido de uma propina sobre algo que não existia.

Então, veja, é trágico porque diante do sofrimento de tanta gente alguém querer ter uma vantagem em cima é uma coisa trágica e é cômica porque mostra uma série de pessoas que se deixaram enganar e outras que atuaram para enganar as demais.

Aí vem aqui a tropa de choque do Governo, mas o Governo pode ser incompetente, pode ser insensível, pode ser incapaz de enfrentar uma pandemia, mas não houve prejuízo porque as coisas não se concretizaram. Aí eu repito: elas não se concretizaram porque teve alguém como o funcionário Luis Miranda; elas não se concretizaram porque teve a imprensa que denunciou várias coisas, como o caso da duplicação num aditivo para os preservativos vendidos pela Covaxin, denunciado por uma emissora de tevê, e depois voltaram atrás; não se concretizaram porque esta CPI existe. E se esta CPI...

Eu ando muito por aí e o pessoal diz: "Será que isso não vai dar em *pizza*? Não vai dar em nada?". Já deu em muita coisa, botou um Governo incompetente, preguiçoso, irresponsável, indiferente para correr atrás de vacina. E essas vacinas que estão aí, não é como disseram: "Agradeça a Queiroga e a Bolsonaro". Não, apesar de Queiroga e Bolsonaro, nós estamos conseguindo vacinar, a passo de tartaruga, a população brasileira. Essa é que é a verdade, Sr. Relator.

E outra coisa: se não houve, como eles estão dizendo, prejuízo financeiro, mas tem prejuízo maior do que isso, Presidente? As 558.597 vidas perdidas, 558.597 famílias que perderam seus chefes, filhos que perderam pais e mães, mães que perderam filhos? Isso não é prejuízo? Esse é o pior prejuízo que o Brasil poderia ter, que é o prejuízo das vidas humanas, daqueles que constroem o que é este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

País, diferentemente desse Presidente da República que só tem uma mensagem de destruição para o Brasil, um homem que não tem nem a sensibilidade de respeitar um morto.

Ontem ele falou e foi muito bem respondido pelo filho do ex-Prefeito de São Paulo Bruno Covas, quando ele disse: "Aquele que morreu fechou São Paulo e foi para um jogo de futebol". Uma pessoa que já sabendo que ia morrer, que estava com os dias contados resolveu viver um momento com o seu filho e foi ali assistir a um jogo de futebol para deixar aquela marca, aquele legado para aquela criança. E esse cidadão não tem nem essa sensibilidade!

E olhe que muita gente quer tratá-lo como um inimputável. Isso é um... Quem age assim... E eu fico, às vezes, aqui abismado com pessoas que têm uma vida política de anos, de décadas, que sabem a diferença entre o que é certo e o que é errado e que tratam esse cidadão: "Não, é o jeito dele, é o jeito dele, é a autenticidade dele". É autenticidade do mal – do mal. Ainda bem que existe esta CPI, porque, se dependesse da maldade daquele cidadão que está no Palácio do Planalto, esse número aí talvez fosse até muito maior.

Então, esses depoimentos aqui na CPI agregam pouca coisa. Não pensem os depoentes que nós somos bobos e não sabemos o que de fato aconteceu, mas certamente, no final, eu tenho convicção de que o Relator haverá de fazer um trabalho que vai orgulhar a todos nós e vai dar ao povo brasileiro pelo menos o alívio de dizer: "Alguém trouxe a verdade dos fatos e disse quem é responsável por esse morticínio que o Brasil está vivendo neste momento". E ficarão na história com os seus nomes marcados ali: criminosos – criminosos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

A pedido da defesa do depoente, nós vamos suspender a sessão para um breve intervalo, para aqueles que quiserem almoçar, quiserem fazer um breve lanche aqui. Então, vou conceder... Acho que é razoável 30 minutos. Vou conceder 30 minutos de suspensão da sessão. Aos dez minutos antes das 14h, nós retornaremos. Então, está suspensa a sessão por 30 minutos.

(*Suspensa às 13 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 56 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando a sessão do depoimento do Coronel Marcelo Blanco, o próximo inscrito é o Senador Luis Carlos Heinze.

V. Exa. está com a palavra. Fique à vontade. O depoente está à sua disposição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Obrigado. Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadoras e Senadores.

Primeiro, para fazer uma colocação, Presidente. Foi citado aqui, acho que pela Senadora Eliziane, com relação ao General Severo. Só para fazer uma colocação, ele esteve no Palácio do Planalto, com um cargo dentro da Secretaria-Geral do Governo, Senador Girão, de março a junho de 2019. Portanto, já em 2019, no segundo semestre, e 2020, já não participava, nem em 2021. Era essa a colocação.

Coronel Marcelo, sendo o senhor assessor do Diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, nomeado DAS-4, o senhor tinha alguma autoridade para ordenar despesas, realizar alguma compra ou autorizar pagamentos?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Realizou algum tipo de orientação ou indicação de fornecedor de vacina durante o período em que atuou à frente do seu cargo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor diz em que momento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No período em que esteve no ministério. Esteve lá alguns meses.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Não, senhor. Enquanto no ministério, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor chegou a receber alguma proposta formal ou algum tipo de pagamento de algum fornecedor de suprimentos para o combate ao coronavírus durante o período em que trabalhou no Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. É como o senhor mesmo falou: o meu cargo não propiciava, não tinha como competência participar desse faseamento executivo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O senhor chegou a visitar alguma fábrica ou distribuidor de vacinas que o Brasil estava adquirindo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor mantinha algum tipo de vínculo de amizade ou similar com algum distribuidor ou representante de vacinas oferecidas ao Brasil?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Acho que as perguntas que tinha eram por aí.

Sr. Presidente, apenas para fazer algumas colocações. Foi colocado aqui que praticamente a CPI é que está fazendo com que o sistema vacinal do Brasil seja implementado. Primeiro, eu quero fazer uma colocação. Nós tivemos aqui, Senador Girão, 19.985.817 casos no Brasil. Eu coloco aqui que isso aqui tem 18.746.865 vidas salvas. Eu lamento também as 558.432 mortes que nós tivemos. E várias são as consequências dessas mortes...

Mas também um ponto importante que eu quero fazer uma colocação, Senador Girão – a gente tem trabalhado muito este tema... Segundo dados de ontem, o Ministério da Saúde já distribuiu 184.419.650 doses de vacina para uma população vacinal no Brasil de 160 milhões – vamos arredondar. Então, já tem 24 milhões de doses além da população vacinal. Isso quer dizer que o sistema, que foi criticado por um colega que me antecedeu, está funcionando independente da CPI ou não. Não foi a CPI que fez isso. É um trabalho desde o Ministro Mandetta, o Ministro Teich, o Ministro Pazuello e, atualmente, o Ministro Queiroga. São vários ministros que fizeram acontecer o que está acontecendo neste instante aqui. Então, esse é o ponto em que eu quero fazer essa colocação. Do número de vacinas distribuídos, 145 milhões de doses já são doses aplicadas, o que faz com que o Brasil seja o quarto país do mundo em doses aplicadas. O primeiro é a China; segundo é a Índia; terceiro, os Estados Unidos; e quarto é o Brasil, que continua nessa linha. Estamos esperando, segundo as previsões, que até o final de setembro toda a população brasileira já tenha recebido uma dose. Das 145... Toda a população... Nem chegará a setembro, acho que já metade de setembro. E que até novembro toda a população brasileira – toda a população – já terá recebido duas doses da vacina. Então, isso é um ponto importante. E, a despeito das vacinas compradas, Senador Renan, que são 632 milhões, estão em discussão neste instante a Covaxin – que ainda não foi fechado o negócio, pode haver a desistência – e a própria vacina Sputnik. São 30 milhões de doses, portanto, compradas... Já tem 632 milhões de doses de vacina no Governo brasileiro. Isso é importante, porque a sociedade não sabe, e a mídia não mostra. Eu estou falando só para colocar isso.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, é importante, lá, nós temos 11,377 milhões de habitantes e 8,958 milhões é a população vacinal. E o governo gaúcho já recebeu 10,740 milhões de doses de vacinas. Já tem 2 milhões de doses além da população vacinal, já chegaram ao meu Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, essa é uma colocação, reportando ao que foi colocado anteriormente, de que não foi a CPI que fez a vacina acontecer. Isso já aconteceu anteriormente. Esse é o ponto importante.

E volto a falar coisas positivas. Agora, mais uma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Talvez possa colaborar um pouco...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor. Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o seguinte. Quando esta Comissão Parlamentar de Inquérito se instalou em 27/04/2021, nós tínhamos perdido já 395 mil vidas e nós tínhamos vacinado apenas 6,6% da população. Uma das metas da Comissão Parlamentar de Inquérito foi colaborar para a agilização desse calendário de vacinação. Inclusive, o Presidente da República continuava a desdenhar das vacinas, a desmerecer as suas eficácias, a dizer que não compraria vacina na China, que não compraria vacina do Butantan, que o Congresso havia dado um cheque de 20 bilhões e que ele utilizaria esse crédito da forma que quisesse!

O que nós estamos dizendo, e o Brasil todo está acompanhando, é que essas vacinas poderiam ter sido adquiridas ainda no ano que passou. Só entre a Pfizer, OMS e Butantan, seriam 170 milhões de doses para entrega imediata, nos últimos meses do ano passado e no início deste ano.

Para que V. Exa. tenha uma ideia, nós deixamos de ter 170 milhões de doses, e até agora, até ontem, exatamente, nós só tínhamos aplicado 143 milhões de doses. Ou seja: se nós tivéssemos aplicado as 170 milhões de doses no ano que passou, obviamente que nós não teríamos atingido esse número de mortes no Brasil.

É só essa colocação que gostaríamos de fazer, para colaborar nesse raciocínio, que, aliás, como todos os raciocínios de V. Exa., são competentes.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Primeiro, Senador Renan, a primeira vacina no mundo aplicada foi na Inglaterra, em 8 de dezembro. Segundo, nós questionamos aqui o Presidente do Butantan, Dimas Covas. Ele foi bem claro e colocado – eu falei, o Senador Marcos Rogério falou, acho que o Senador Girão também falou: ele prometeu a vacina em dezembro, só entrou com o pedido na Anvisa em janeiro, 7 de janeiro. Foi mostrado um áudio aqui dele, conversando com o Governador do Estado de São Paulo, dizendo que a primeira vacina só sairia dia 15 de janeiro. Isso foi mostrado aqui. São os fatos. É a realidade. O resto é factoide. Ponto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, eu estou dizendo isso, e esta CPI tem esse... O que eu estou dizendo está retratado na CPI no dia em que o Dimas Covas veio aqui. Nós buscamos essas imagens e na próxima sessão eu posso lhe mostrar.

Então, não tinha vacina em dezembro. As 56 milhões de doses que foram em dezembro e mais 44 em janeiro, ou vice-versa – o.k.? –, isso aconteceu, mas não forma que em dezembro e janeiro poderíamos estar vacinando.

O caso da Pfizer também é um caso concreto. Não tinha um diploma legal para o Ministério da Saúde comprar essa vacina. A consultoria jurídica do ministério não permitiu que comprasse a vacina da forma que a legislação permitia, a Procuradoria-Geral da República disse a mesma coisa, isso foi fato, de que não podia. Depois, com a legislação feita... E tinha o projeto de uma emenda do Senador... Do Deputado de Roraima, não me recordo o nome agora, que resolveria o problema, e essa emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

não foi permitida. Certo? Depois, um projeto foi relatado, uma emenda do Senador Randolfe, aí resolveu o problema. A partir daí, pôde-se comprar a vacina e fazer tudo que era necessário fazer.

Então, não era que tinha 170 milhões de doses disponíveis em dezembro e janeiro. Não podia fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma parte disso ainda no ano que passou. Todos nós verificamos aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom, não podia fazer. E esse assunto está resolvido.

Mas vamos seguir nas coisas positivas.

Eu tenho insistido nessas falas aqui... Agora a terceira vacina, Senador Girão. Já temos a Versamune, da USP de Ribeirão Preto, já hoje, na Anvisa, que logo, logo, vai estar à disposição para poder fabricar comercialmente. Já tinha entrado, na semana passada, a Universidade Federal de Minas Gerais, uma segunda vacina brasileira, custeada com recursos do Governo Federal, do Ministro Marcos Pontes, do Governo Bolsonaro, e agora a imprensa coloca hoje que a Universidade Federal do Rio de Janeiro também já deu entrada com a vacina deles lá na Anvisa. Então, são três vacinas do Brasil, num total de 16 vacinas. Três já estão hoje na Anvisa.

E eu já fiz ainda, um mês e pouco atrás, eu reuni o Ministro Ramos da Casa Civil, o Ministro Queiroga, da Saúde, o Ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, a Ministra Tereza, da Agricultura, e o Ministro França, das Relações Exteriores, junto com o Presidente da Anvisa, e 16 desses laboratórios, a representação de 16 laboratórios dizendo que haveria vacinas brasileiras e podia também entrar com vacinas estrangeiras, se eles quiserem. E eles querem fabricar para ajudar a Fiocruz, para ajudar o Butantan em cima da produção de vacina. Então isso aqui é realidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu só lamento o atraso, por conta de se haver perdido o momento certo para comprar a vacina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – As vacinas foram compradas e as pessoas estão sendo vacinadas. No mundo inteiro, já aconteceu, e eu já citei aqui na CPI que no mundo inteiro as críticas existiram, a própria OMS criticava a Europa, que não tinha vacinado; em março, abril deste ano não tinham ainda chegado as vacinas de que precisavam – em março. E estão aqui os números do *ranking* mundial, onde o Brasil tem essa quantia aplicada. Então está acontecendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nós só imunizamos 20% da população. E ontem não havíamos nem chegado a 20% da população.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Renan, 184 milhões de doses da população vacinal de 160 milhões de brasileiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós só imunizamos com primeira, segunda dose ou dose única, dados de ontem, 19,89% da população.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Renan, a conta é fácil de fazer: 160 milhões vezes 2, isso dá 320; já tem 184 distribuídas. Pronto. Essas vacinas já foram distribuídas no Brasil, esse é o ponto importante que nós temos que colocar aqui.

Eu também queria manifestar aqui meu total desagravo – ontem, quando o Senador Marcos Rogério estava falando, eu estava fora aqui da sala – pelo fato de ontem esta Casa ter aprovado um requerimento que é claramente punitivo e perseguidor contra a Dra. Mayra, servidora do Ministério da Saúde. Esse requerimento sustenta que a Dra. Mayra deve ser suspensa de suas atividades em função de ter sido depoente desta CPI. Além disso, sustenta que tiveram seu sigilo telefônico quebrado e que em breve deverão ouvi-la novamente, desta vez na condição de investigada. Ora, se a depoente está sendo investigada, ela ainda não foi julgada. É servidora federal, portanto sujeita às regras e tem o direito se defender em momento oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Também quero manifestar o meu desagravo em relação ao tratamento que certos membros deste Senado deram em relação aos dados considerados sigilosos da Dra. Mayra, que foram quebrados mediante sigilo desta CPI e seus dados não foram preservados. Ao contrário, foram entregues a publicação e escrutínio público, sendo considerado total violação dessas regras, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está se referindo ao vídeo?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Os dados dela foram jogados, publicizados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O vídeo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O vídeo é público.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A CPI soube do vídeo pela imprensa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é vídeo, situações dela que foram colocadas, e ela até entrou na Justiça. Assim também com a própria Conep, pesquisas que saíram da Conep, jogaram-se no G1 dados que eram sigilosos. A Conep não podia liberar, e libera com segundas intenções.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o vídeo é muito grave, porque...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir a V. Exa. que assegure a palavra a quem está na ordem de inscrição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, eu vou falar, eu vou falar tudo que eu vou falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estava só colaborando com o Senador Heinze; honestamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas não tem problema.

Senador Renan, falei ontem e vou repetir hoje: o que V. Exa. fala dos negacionistas... Aqui está um documento da Pfizer desta semana. A Pfizer diz que o sucesso contra o covid exigirá tratamento antiviral precoce, além da vacinação. Essa é a novidade, Senador Girão. O detalhe é que querem aplicar o *kit* deles, vacina mais antiviral precoce, o que nós estamos falando desde o ano passado. Não estamos negando nada e temos medicamentos que funcionaram aqui no Brasil, e, por isso, hoje a Pfizer coloca: "Eu quero vender o *kit* completo, vacina e anti...". Nós definimos o quê? Tratamento precoce e vacina, as duas coisas. E as duas estão caminhando.

Agora um fato importante, preste atenção. O caso Fauci, que eu já citei aqui, reportando ao Presidente – sobre esse fato eu vou trazer mais detalhes, já recebi parte da documentação do Senado americano –, Fauci reportando ao Presidente, no ano passado, que até 2,2 milhões de mortes podem resultar de um patógeno que ainda não havia sido isolado e não pode ser medido com precisão. O Dr. Fauci intimidou e coagiu a população e o Governo em atos imprudentes, não testados e prejudiciais que criam – deixe-me pegar aqui – danos irreparáveis a vidas e meios de subsistências. Nem o Imperial College, nem o independente The Institute for Health Metrics and Evaluation, principalmente financiado por Bill e Melinda Gates, tiveram qualquer evidência do sucesso na estimativa. Estou falando, Senador Girão, de um caso gravíssimo. Ele estimava em 2,2 milhões mortes no mundo, e hoje já deve ter mais de 5 milhões de mortes no mundo. Esse fato nós vamos trazer aqui a esta CPI. Aqui está a origem do problema que causou essas mortes. Não apenas as mortes do Brasil ou do mundo, mas inclusive os efeitos colaterais que têm em cima desse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Foi falado aqui também em cima do Governo Bolsonaro. O Senador Humberto Costa falou... Estou dizendo aqui, o Governo vacinou, está vacinando, está fazendo... É um Governo sério. E, aqui, Coronel Blanco, Dominguetti, Cristiano, Roberto, Luis Ricardo, não me interessa quem seja: tem problema, tem culpa no cartório? Vai pagar pelo crime que cometeu. Ninguém está protegendo ninguém aqui, esse é o processo. Seja funcionário, seja militar ou não militar, seja Deputado, ministro, não interessa, não vamos proteger ninguém.

Diferente, Senador Humberto Costa... Estive no seu Estado, agora, na semana passada e visitei Abreu e Lima. Trinta e cinco bilhões foram jogados no lixo. E um taxista, Senador Girão, que me levou do aeroporto até lá dizia assim: "Eu tinha esperança". No lixo, está lá Abreu e Lima; assim como Premium I, Premium II, no Maranhão; assim também com Pasadena; assim como Angra 1 – bilhões foram colocados no lixo em cima de corrupção verdadeira. Aqui estão fazendo factoides de fatos que não aconteceram. Então, esse é o fato importante. Nós temos que nos atentar para o que existiu no Brasil. Está aí um Governo sério, procurando fazer o que pode. E esses tratamentos que são tão criminalizados, temos agora o caso da Pfizer, que hoje recomenda tratamento precoce e vacina. É o que nós falamos desde o ano passado.

Então, pega os dados do Brasil. Esses dados eu vou debater com quem quiser. Quando a gente vê esse caso Fauci aqui, a gente vê a força que tem, a grana que tem das universidades, dos laboratórios, da Fundação Bill Gates, dinheiro americano, dinheiro do mundo, das empresas, e o próprio dinheiro chinês em cima desse assunto. Muito dinheiro em cima de um mercadinho, um mercadinho, Senador Girão, de aproximadamente US$100 bilhões. Muito interesse tem em cima dessa questão. E as vidas que foram ceifadas, alguém tem que ser responsável por isso. Esse assunto nós estamos discutindo. Então, não podemos criminalizar quem está trabalhando nesse assunto. Trato desse tema porque é muito importante. E das vacinas, três vacinas brasileiras hoje já estão na Anvisa, e logo, logo estarão em condições para que os laboratórios brasileiros possam se somar à Fiocruz, se somar ao Butantan, para nós produzirmos vacinas brasileiras. Quero parabenizar aqui os cientistas brasileiros que estão trazendo isso aqui.

E, da mesma forma, aqui foram chamados de charlatões, pelo colega Renan, o Dr. Ricardo Zimerman, o Dr. Francisco Cardoso, cientistas. Eles, o Dr. Cadegiani e outros hoje já estão com medicamento para pacientes intubados, medicamento já registrado na China, na Índia, na África do Sul e em outros países para vender para o mundo inteiro. Esses, Senador Girão, foram chamados de charlatões. Pô, estão descobrindo medicamento que o mundo não descobriu com cientistas mundiais! Então, a minha reverência a eles!

Esse é o fato que eu quero colocar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, V. Exa. hoje ultrapassou em muito o seu tempo, muito, muito, muito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu permiti que V. Exa. se alongasse. Então, não reclame, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele tem que reclamar é das intervenções, Sr. Presidente. Foram muitas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da minha? Eu não falei nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. nem estava aí, chegou depois.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Relator usou a metade do meu tempo. O Relator usou a metade do meu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. não está enxergando. Eu estava aqui. O que é isso aqui agora? (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É impossível não enxergar V. Exa., Presidente, mas a versão de V. Exa. que estava aí antes era um pouco menor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Omar, Omar, Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, eu não vou nem responder...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente Bolsonaro agora...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... nós de Cacequi nos acertamos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nos acertamos.

Não, eu permiti que V. Exa. se alongasse aí. Eu fiquei quieto aqui, lhe ouvindo. Não lhe chamei atenção, não lhe chamei atenção. Eu fiquei quietinho aqui no meu lugar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou... O Senador Marcos Rogério agora...

Eu ia responder ao nosso Presidente mito – Bolsonaro dizendo que eu e o Renan é que queríamos superfaturar a vacina. Veja bem, eu e Renan. Rá-rá-rá! É uma piada! É uma piada de mau gosto! O próprio Senador Marcos Rogério sabe da emenda naquele momento. Ele mesmo sabe o que foi acatado ou não, e o Presidente continua... Quando você estiver com o Presidente, eu peço, por favor, que explique para ele que ele passou tantos anos no Parlamento e não aprendeu nem isso. Então, não dá nem para responder a ele, porque é perda de tempo. O Presidente, em vez de se preocupar com o número de desempregados por que o Brasil está passando com a má distribuição de renda, ele se preocupa comigo. Presidente, se preocupe com o Brasil! Eu vou continuar aqui fazendo o meu trabalho na CPI.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado.

Coronel Marcelo Blanco, douta defesa, Sr. Relator.

Coronel, só para checar, primeiramente – o senhor me corrija se estiver errado em algum dado sobre o seu currículo –: V. Sa. cursou a Academia Militar das Agulhas Negras, certo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entre 1990 e 1993. A seguir, fez um curso de especialização sobre mercado de capitais no Ibmec, intitulado MBA Broker Global, mercado de capitais.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mais recente isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A sua carreira no Exército transcorreu no Serviço de Intendência.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em 2003, V. Sa. estava lotado no 3º Batalhão Logístico do Exército.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Isso. Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em 2010, o senhor recebeu a Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias e ascendeu ao posto de Major da Intendência da Escola Superior de Guerra.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Dois mil e...?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dez.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. O posto de Major foi em 2007.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Mas confere o dado: Major foi em 2007?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em 2017, o senhor foi nomeado para Coronel.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, em agosto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Promovido a Coronel.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ainda associado ao Serviço de Intendência.

Eu lhe pergunto: não consta aqui no seu currículo – o senhor confirmou ainda há pouco – nenhuma experiência na área de saúde. O que o senhor acredita que levou o senhor ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Como eu falei anteriormente, eu especificamente fiquei no Ministério da Saúde lotado no Departamento de Logística e, dentre as competências do Departamento de Logística, a própria, digamos assim, arma, que a gente diz... A especialização minha dentro do Exército é voltada para a área de logística, orçamento, finanças. Então acredito que, em função disso, minha experiência seria muito melhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor foi indicado pelo General Pazuello?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não diretamente por ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi por quem?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por um companheiro meu, de turma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual o nome dele?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Coronel Franco Duarte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, para conhecimento, o Coronel Franco Duarte atuou com o General Pazuello na Operação Acolhida. Me parece que a Operação Acolhida foi toda para o Ministério da Saúde. O Coronel Elcio Franco atuou lá. O Coronel Franco Duarte, que indicou V. Sa. Carlos Wizard atuou lá.

Mas tem um antecedente ainda do Coronel Franco Duarte: ele é amigo pessoal do General Pazuello desde 2013, trabalhou junto com o General Pazuello no Palácio Duque de Caxias, no Exército, lá no Rio. Atuou e trabalhou junto. E, enfim, me parece que o Coronel Franco Duarte, até por ter indicado V. Sa., tinha um papel de peso, de intervenção, de responsabilidade e de influência diante do General Pazuello. Eu acho que justifica inclusive a sua indicação.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, não sei. Quanto a isso, eu não tenho como falar, Senador. Como existe uma ligação pessoal muito forte entre nós desde 1986, ou seja, desde antes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entre o senhor e o Coronel Franco Duarte?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Isso. Nós, na verdade, realizamos curso preparatório para a prova de incorporação juntos. Então, como nos conhecemos há muito tempo, acredito que isso daí e o fato de que também não estava muito simples aquela época... A gente está falando de abril do ano passado. Por exemplo, eu lembro que quando eu cheguei aqui em Brasília era difícil até encontrar um local para comer, porque tudo estava fechado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor chega no Ministério da Saúde... Inclusive, a portaria sua, de 4 de maio de 2020, o designa como... O senhor é nomeado em 4 de maio de 2020, e uma portaria posterior, inclusive, designa o senhor para suceder o Sr. Roberto Dias em eventuais impedimentos dele.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Salvo engano meu, que é essa do diretor substituto, ela acontece no final do ano passado. Se não me falha a memória.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exato: 28 de outubro de 2020.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vinte e oito de outubro de 2020. Então o senhor tinha relação próxima com o Sr. Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, eu trabalhava no mesmo departamento, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor chega, inclusive, ao Ministério da Saúde com... Não é uma função qualquer. O senhor chega com uma função de peso, inclusive com capacidade de suceder ao Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, como eu já falei anteriormente, Senador, de fato meu cargo não é um cargo de peso lá dentro, eu sequer participava de qualquer reunião de cunho estratégico. Por exemplo, o que eu chamo de reunião de cunho estratégico? Reuniões que o Ministro tinha que ter com os secretários das áreas finalísticas. Não há por quê, não tem o menor cabimento eu participar. O senhor entendeu? Eu era um assessor, era um cargo consultivo. Eu não tinha um cargo de execução.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor há de convir que o senhor era o sucessor do Roberto Ferreira Dias, o sucessor do todo-poderoso Diretor do Departamento de Logística.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Somente em afastamentos oficiais dele. Era o que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, era o número dois desse departamento.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Pode-se dizer que sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor há de convir que é uma função estratégica. Eu pergunto sobre isso porque... Vamos, então, à trajetória, aos acontecimentos, aos fatos seguintes. O senhor é procurado pelo Dominguetti após sair do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E, procurado pelo Dominguetti, o senhor acabou de declinar, de relatar uma série de mensagens, de diálogos entre o senhor e o Dominguetti. Naquela ocasião, o senhor estava na iniciativa privada, e não mais como servidor público, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não mais como servidor público, prospectando, pelo fato de eu não exercer nenhum cargo público, construir uma nova atividade laboral, não é? Era só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então o senhor não acha imprópria essa associação com o Dominguetti e logo em seguida se utilizar da sua relação com o Roberto Ferreira Dias para a realização de um encontro, um chope de final de tarde para tratar de vacinas?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, obviamente, se for olhar por esse prisma, da forma como o senhor relatou, talvez alguém há de achar que é imprópria, mas, a coisa como se deu na minha percepção, eu não vinha intermediando as questões de vacina. Ele me pediu como faria para aproveitar a semana em que ele se encontrava em Brasília e ter uma agenda. Eu informo a ele: o diretor não se encontra, está em viagem, só volta na quinta-feira, ou seja, a agenda só pode se dar ou na quinta ou na sexta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sabe por que lhe pergunto isso? Porque o senhor mesmo disse que, quando o Dominguetti lhe procurou, o senhor apontou os canais oficiais.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor há de convir que o chopinho de final de tarde de um sábado ou do domingo para tratar de vacina não é propriamente um canal oficial.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por isso é que não foi tratado de vacina. Ele pediu, isso aconteceu numa quinta-feira – lembrando que dia 25 de fevereiro foi uma quinta-feira –, ao final do dia. Ele, após eu apresentá-lo ao ex-diretor, fez a solicitação da agenda oficial. O Roberto – isso eu lembro bem – orientou como isso se daria, falou para ele: "Faça um *e-mail*, amanhã, da empresa, e eu responderei o seu *e-mail*, encaixando que você vá ao ministério na sexta-feira".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor há de convir que o chopinho do final de tarde com alguém que estava querendo vender vacina, junto com o Diretor do Departamento de Logística, não é propriamente um canal oficial.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, canal oficial seguramente não é, mas ele estava ali para pedir o canal oficial, e ele pediu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Num final de tarde, num chope, num restaurante?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim. Eu, particularmente – vou dar para o senhor a minha percepção –, eu não vi qualquer tipo de ilegalidade nisso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode relatar só os personagens da reunião? O senhor...?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Veja bem, Senador, isso não foi uma reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em relação... É, que não foi reunião, eu sei.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Porque não se tratou de vacina ali, ele só pediu a agenda, não é? Então, estava o Dominguetti, eu, o Roberto e o Ricardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, mas não era o canal oficial, o senhor concorda?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, por isso ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não era o canal oficial.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... que ele pediu, e aí foi dado o canal oficial. E aí ele entregou as propostas no dia seguinte ou tratou de assuntos de proposta, imagino eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode reiterar, repetir os personagens da reunião?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O Roberto, o Ricardo, eu e o Dominguetti.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Roberto, Ricardo... O Ricardo é o...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É o amigo do Roberto Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o Ricardo Santana?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, pois é, como eu falei aqui: eu não conheço o nome completo do Ricardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas talvez o senhor conheça a foto. Temos a foto aí? Podemos acessar aí a foto?

Vamos identificar aí, então.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No depoimento do cidadão que foi preso aqui por mentir, ele não quis dizer o quarto nome.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não me recordo de ele ter falado nesse quarto nome. Eu me recordo de o Dominguetti dizer que não lembrava o nome. Viu uma foto e disse que poderia...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É o Ricardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse é o Ricardo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É o Ricardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, Sr. Presidente, só para... Esse se trata do Sr. José Ricardo Santana, nomeado para gratificação temporária no Departamento de Logística ao cargo de assessor 102.3.

Ou seja, na época ele era assessor do Sr. Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Na época que o senhor fala que eu me encontrava lá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, este. Este.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, desconheço. Desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele é identificado como mais um empresário, ou seja, nós temos aí dois personagens... Nós já temos, neste depoimento, Sr. Marcelo Blanco, três personagens. O General Severo, no caso da VTCLog, sai da Secretaria-Geral da Presidência e vira empresário. O senhor sai do Departamento de Logística e vira empresário. O Sr. José Ricardo ou era assessor do Sr. Roberto Ferreira Dias ou, no depoimento aqui do Dominguetti, era tido como empresário. É um ramo promissor esse, não é? Sair do serviço público e se tornar empresário e participar de negociação de vacina logo em seguida.

Tem um personagem que é frequente, que é o Sr. Odilon. O senhor pode lembrar quem é o senhor... O senhor poderia reportar quem é o Sr. Odilon?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sr. Odilon, como eu já falei aqui, é um senhor que foi... O senhor vai postar alguma coisa, é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, por favor, por favor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É um senhor que foi representando interesse de algumas empresas, que eu não me recordo quais são. Eram várias situações, eram várias agendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pedidas no ministério. Seguramente, tem gente que foi lá e eu não vou lembrar. Obviamente se vir eu lembro. Então, ele é uma pessoa que é mais uma dessas. E aí ele faz contato no início de fevereiro e relata que existe um representante de vacina...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse Odilon era militar, alguma coisa assim?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não era militar. É um senhor de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor poderia...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... de idade já, inclusive.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor...

Pode colocar aí a foto, só para a gente checar se é, senão retire.

Era o Sr. Odilon?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. Não era.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá o.k., pode tirar. Pode tirar de imediato.

Aparece um... Tem um Odilon que aparece que foi Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Modernização da Presidência da República. O senhor não conheceu como esse Odilon?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não conheço. Não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tá, perfeito. Então, era só para checar se conferia com a mesma pessoa ou não.

Mas os três... Veja, no seu caso, no caso do General Severo, no caso agora do Sr. José Ricardo, eles saem do serviço público e vão para o meio empresarial. No seu caso, especificamente, o senhor vai para o meio empresarial e começa a fazer tratativas sobre vacinas. Sobre vacinas... E aqui eu quero reportar novamente o histórico que o senhor repassou até agora. Aquelas tratativas todas eram para vacina para o setor privado. O senhor confirma?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu quero só reiterar o que nós apontamos logo no início do seu depoimento. Não existia nenhum diploma legal que possibilitasse isso. Existia um projeto de lei, que só começou a tramitar na Câmara dos Deputados incentivado principalmente pela Bancada do Partido Progressistas, inclusive sendo a Relatora uma Deputada do Partido Progressistas, apoiado pelo Sr. Luciano Hang e pelo Sr. Carlos Wizard, que, aí, possibilitaria, mas isso em datas totalmente diferentes daquelas em que o senhor estava fazendo as tratativas com o Sr. Dominguetti.

Aliás, tem mais uma circunstância: a única coisa que tinha... O que chama sempre a atenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente e Sr. Relator, é que a única coisa que existia era um contrato de 23 de janeiro entre a Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas, privada, e a Precisa, onde esse contrato... A Precisa já anunciava que iria fornecer vacinas para clínicas privadas ao triplo do preço pelo qual viria a ofertar a vacina Covaxin ao Poder Público. Só que esse contrato, em tese, seria um contrato reservado e sigiloso, e que só vem ao conhecimento público após a investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Não me parecer ser coincidência.

O que viabilizava esse contrato era exatamente esse projeto de lei que passou a tramitar na Câmara Federal – eu repito – após o curso das tratativas suas com o Sr. Dominguetti. Então, as datas... Não existia nenhum diploma legal, e não existia nenhuma possibilidade, não era nem cogitado. Aliás, a única cogitação que tinha de a iniciativa privada adquirir vacinas era, àquela altura, no Paraguai, que tem uma outra conexão que encontramos com a Precisa e com essa história. Não existia essa relação, essa possibilidade, aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, só para deixar isso aí claro. A Lei 14.125 é sancionada no dia 10 de março, e essa lei não possibilitaria aquilo que o senhor estava negociando. O Projeto de Lei 948... Veja o paradoxo: é apresentado um projeto de lei, três dias após a lei ter sido aprovada, para alterar a lei que já existia! E esse projeto de lei, o 948, tramita em prazo recorde na Câmara dos Deputados – esse, sim; esse, sim. E esse projeto de lei é objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito porque coincide com esse contrato com a associação das vacinas privadas; porque esse projeto de lei, aí sim, talvez viabilizasse o que o senhor estava pensando, mas não tinha amparo legal nenhum para as tratativas que o senhor estava ali fazendo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me permite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Bom, levando o raciocínio à época, Senador, o que se falava? O.k., os instrumentos, as ferramentas legais, o senhor colocou aí, mas era público que isso estava sendo discutido. Era público. O próprio Presidente do Senado, e eu postei isso aqui... Eu passei um *print* desse, eu postei ali para que todos vissem... Então, assim, já existia, era público que esse assunto era tratado. No momento em que eu vejo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa reportagem é do dia 22. O senhor começa as tratativas com Dominguetti antes.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – A reportagem é do dia 22, mas a possibilidade, as discussões... De 14 de janeiro, tem aqui uma reportagem da *Folha de S. Paulo,* de 14 de janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a reportagem dizia exatamente o seguinte...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Falava de uma possibilidade do privado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode ler o título da reportagem, aliás, a manchete?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – "Quem pode comprar e comercializar a vacina no setor privado no Brasil são clínicas, diz a entidade do setor".

Sim, mas abriu um assunto, começou a ser pautado um assunto que não estava regulamentado. Eu só enxerguei nisso daí, por ocasião do que eu entendo como sendo um *timing*... Bom, é um *timing*, eu preciso aproveitar o *timing*. Se se apresenta uma pessoa para mim que eu posso prospectar como um futuro parceiro comercial – e era assim que eu enxergava o Dominguetti –, eu preciso aproveitar esse *timing.* Se eu tiver um modelo de negócio construído, desenhado, guardado comigo, se, porventura, os instrumentos legais saírem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Essa matéria da *Folha de S.Paulo* é do dia?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Dia 14 de janeiro, 14 de janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor sai do Ministério da Saúde no dia 19 de janeiro.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor já estava pensando em sair quando saiu essa manchete?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, não estava. Eu não fui exonerado a pedido. Acontece que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor foi exonerado por quê?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu fui exonerado *ex officio*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, o senhor foi exonerado a pedido seu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, a pedido, não. Perdão. A pedido, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, mas eu lhe pergunto: o senhor foi exonerado por quê?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, o senhor foi exonerado por quê? Por qual razão?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ah! Não, o motivo eu não sei, a decisão é do ministro. Eu não vou questionar qual é a decisão do ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas essa manchete é do dia 14 de janeiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor foi exonerado no dia 19 de janeiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na administração pública, o senhor já estava pensando em fazer negócios?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, claro que não. Inclusive, a empresa... Eu já relatei aqui que o que me norteou a abertura da empresa foi – primeiro motivo: eu estava livre, eu estava fora. Não há problema algum que eu constitua uma empresa e comece a construir alguma coisa para tentar uma atividade laboral aqui fora. Todos sabemos, é público, o ambiente de negócios do Brasil é um ambiente difícil, não por acaso, como eu tenho visto em muitos veículos de comunicação que a minha empresa pudesse ser uma empresa de fachada etc. e tal... E o que eu tenho a apresentar é o seguinte: no quadro societário da minha empresa, que é uma empresa individual limitada, só consta um sócio: eu. A minha empresa não teve nenhum faturamento até a data de hoje! Eu vou franquear aqui os extratos da conta da minha empresa. Então, não há nada desse tipo, o senhor entendeu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a sua empresa incluía parceria para a aquisição de vacinas?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, não incluía.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É porque o que eu acho estranho, para concluir, Sr. Presidente... O estranho de tudo é: o senhor tem uma empresa cuja finalidade não era intermediação, aquisição, fornecimento de vacinas. O senhor justifica, a partir de uma notícia que teve do jornal, dar abertura para as tratativas com o Sr. Dominguetti. E, veja, não foi qualquer abertura, o senhor teve uma sequência de diálogo com eles no decorrer do mês de fevereiro até ter o famoso chope, o encontro lá no Vasto. Então, o senhor demonstra interesse, o senhor dialoga com o Sr. Dominguetti...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, na área privada, como deixei claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Mas, veja, a sua empresa não era dessa área. O senhor estabelece conversas, negociações, interlocução, tem sequência, e, mais que isso, o senhor se utiliza de sua proximidade com Roberto Ferreira Dias para marcar um encontro com ele e levar o Sr. Dominguetti para esse encontro...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para apresentar o Sr. Roberto Ferreira Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me permite? Eu não me utilizei da oportunidade. Ele me fez um pedido. Ele fez um pedido em que eu não vi o menor problema. O pedido dele é que ele gostaria de ter uma agenda. Quando houve a possibilidade de o Roberto dizer que se encontraria lá naquele local, eu sugiro a ele: "Vamos fazer o seguinte? Eu te apresento o diretor e você peça a sua agenda." E assim foi feito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor acreditava que... Isso o senhor acha que não contradiz o que o senhor disse aqui na preliminar, que os meios seriam os meios oficiais para conseguir as audiências?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, e foram desde o início, tanto é que, em conversa com o Dominguetti e até com o Cristiano, eu indico que se envie através dos *e-mails* institucionais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor era do Ministério da Saúde, do Departamento de Logística. O senhor não achou estranha essa conversa de vacina da AstraZeneca?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não achei estranho naquela época. Eu já citei isso aqui e volto a repetir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor é do Ministério da Saúde. Tem uma instituição que é vinculada ao Ministério da Saúde, que se chama Fiocruz, que, em tese... Qualquer um que é de fora do Ministério da Saúde sabe que era o único laboratório credenciado pela AstraZeneca para fornecer a vacina. Em nenhum momento, o senhor achou estranho?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, eu não achei estranho e vou explicar para o senhor por quê. A gente está falando de uma situação absolutamente *sui generis* na história recente da humanidade. Surge uma pandemia mundial, o covid...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Marcelo...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Marcelo, dessa parte nós sabemos.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, mas, se o senhor me permitir terminar o raciocínio... Uma pessoa chega para mim... Eu não sei como funciona o mercado de vacinas lá fora. O.k., existe uma tratativa inicial da AstraZeneca com a Fiocruz. O.k.! Mas será que existem outros lotes de vacina lá fora? Será que, de fato, é crível essa história do Dominguetti? Isso eu não tinha condições...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, Coronel Marcelo...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... de passar para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Marcelo...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Se o senhor me permite só...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perceba... É que é o seguinte... A gente não está conseguindo encontrar um liame para o seguinte: o senhor não conversa uma vez com o Dominguetti, o senhor tem uma sequência de conversas; durante o período de quase um mês, o senhor está conversando com ele.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na primeira conversa, o senhor, que foi sucessor número dois no Departamento de Logística – é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Departamento de Logística do Ministério da Saúde –, não teria que checar? "Olha, chegou aqui para mim um cidadão querendo vender vacina. Existe essa possibilidade?"

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mas é por isso, Senador, que, quando eu o instruo, eu o oriento a que ele envie a documentação, de fato, vão existir pessoas lá dentro que vão analisar esse conjunto de documentos. E sejamos muito claros sobre o que, de fato, ocorreu: ele não passou da página dois. Esses documentos jamais sustentaram uma proposta formal. Falo do que recebi de informação do que aconteceu no Departamento de Logística. Não posso dizer de outras situações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel, me permita...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – As três propostas que ele enviou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu vi o Cabo Dominguetti aqui. Ele não teria que passar da página zero.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Hoje, Senador!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele não teria que passar...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Hoje, Senador! Hoje, Senador!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós vimos o Sr. Dominguetti aqui. No primeiro encontro, ele seria dispensado.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, o senhor me permite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Depois do Sr. Dominguetti, nós vimos o Cristiano. Na sequência do Cristiano, nós vimos ontem o Reverendo, dizendo que era intermediário da vacina. Então, esse povo não era para passar da página dois, não era para passar...

Ele chegou... Veja a sequência, Coronel: do encontro com o Sr. Roberto Ferreira Dias, ele chega até o Sr. Elcio Franco. Tem uma sequência, tem uma construção. Não existe isso... Falo isto para concluir, porque meu tempo já se esgotou, Coronel. Não é assim... Não é um caso à toa. Não tem essa história de que ele não passou da página dois. Não tem essa história de que não foi concretizado. Existia uma produção, uma cadeia lógica. Esse senhor, esses senhores todos que nós vimos aqui... O Brasil os viu. O Brasil viu o Cabo Dominguetti. O Brasil viu, logo em seguida... Viu ontem o Reverendo Amilton. O Brasil viu o Cristiano. Veja: pelo perfil das pessoas, ele não tinha que passar da página zero, mas ele passa por toda a cadeia de comando do Ministério da Saúde. E tem a intermediação sua, e o senhor tinha uma função importante no Ministério da Saúde.

Então, só pra concluir que, se existe uma narrativa, é a narrativa do Governo de tentar uma defesa de que essa turma teve livre trânsito – livre trânsito – pra chegar até o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde e tentar fazer a venda da vacina. Se fosse só a Davati, tudo bem, mas foi a Davati, foi a World Brands, até onde nós sabemos, e foi a Precisa – e foi a Precisa junto! A Precisa tem uma nota de empenho de R$1,6 bilhão.

Concluindo, Sr. Presidente, veja, na véspera do encontro no Vasto, Coronel, nós estávamos com uma média de 3 mil mortes por dia. No dia do encontro, nós tínhamos três mil e poucos mortos por dia no Brasil e, no dia seguinte, deu-se sequência a isso. Estávamos no pior dos momentos, no pior dos momentos. Era nesse momento que se estava negociando vacina com o Cabo Dominguetti. Com o Cabo Dominguetti! É bom que se diga: não com a Pfizer, não com a CoronaVac. É disso que o Senador Renan falou ainda há pouco. Ao dialogar com o Senador que me antecedeu, era disso que ele estava se referindo, que a CoronaVac suou pra ter contrato firmado. No dia desse encontro seu, onde se aventava a possibilidade de contratação de vacinas, a vacina da Pfizer sequer tinha sido adquirida, e ela podia começar a vacinar os brasileiros no dia 17 de dezembro. É dessa situação que estamos falando.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello, trocando com o Senador Girão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem. Boa tarde a todos. Cumprimento V. Exa., nosso Presidente, e o Relator, Senador Renan; cumprimento o convidado, depoente, aqui, Sr. Blanco; cumprimento os advogados, Dr. André Jansen e o advogado Eric Furtado. Cumprimento os dois pela importância do trabalho que têm todos os advogados, aos quais eu devoto muita consideração.

Quero cumprimentar, Sr. Presidente, V. Exa. pela posição de ontem em ter retirado aquela quebra de sigilo da Jovem Pan. O senhor foi sensato. Eu tenho que, em nome da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e TV, nossa Acaert, eles fizeram uma manifestação, uma nota de repúdio, e depois fizeram uma outra nota cumprimentando V. Exa. pela atitude em não levara à frente essa afronta à liberdade de expressão.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar esse momento pra agradecer todas as manifestações de apoio que tenho recebido por alguns ataques que começaram a variar agora comigo, com a minha família, *fake news* de todo tipo, mas isso não vai nos intimidar, vamos continuar lutando pra que a verdade prevaleça.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, daqui um pouco nós vamos ter que fazer uma acareação aqui, isso vai ser inevitável – inevitável, inevitável. Tantas, tantas pessoas que vêm aqui, uns como convidados, outros como testemunhas, outros como investigados, e cada um com uma versão.

Nós estamos perdendo um tempo extraordinário porque é um diz que foi, diz que não foi, é uma luta meio inglória. Nós estamos perdendo um tempo enorme aqui nesta CPI focando numa compra de vacina que não houve, não é?

Eu quero, vou fazer algumas perguntas ao Sr. Marcelo Blanco, porque nós precisamos cumprir a nossa missão de investigar, de apurar, de levantar, de oferecer à sociedade um relatório que a sociedade compreenda e entenda.

O senhor tem algum vínculo com o Presidente da República? Objetivamente.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

O senhor teve aval de algum agente público para fazer a ponte com o Cabo Dominguetti e a negociação das vacinas?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. O Dominguetti que me procurou.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O que faz a sua empresa Valorem Consultoria em Gestão Empresarial e quem são os seus clientes? O que faz a sua empresa e quem são os seus clientes, por favor?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por enquanto, nada ainda, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não decolou?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, ainda não.

Ainda, como eu falei, o ambiente de negócios no Brasil é desafiador, e a gente está tentando pavimentar aí um caminho, mas eu não tenho nenhum faturamento ainda.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – De onde o senhor conhecia o Cristiano Carvalho?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, eu jamais estive com o Cristiano. O Cristiano foi a indicação do Dominguetti, dizendo ele ser o CEO da empresa multinacional aqui no Brasil.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor como... O senhor é um coronel, não é?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com todo o respeito às Forças Armadas, à polícia, tem uma formação muito boa. Eu imagino, eu não sou militar.

O que o senhor diz disso? Porque esse Sr. Cristiano Carvalho e o Dominguetti são pessoas que estiveram aqui e que nós... A gente ficou perplexo com as manifestações que eles fizeram, pessoas que não tinham crédito para nada, com todo o respeito. Eu até disse isso à pessoa, à figura humana de cada um deles, mas são pessoas que não dá para perder tempo: um estava no auxílio emergencial; o outro tinha problemas pessoais, veio lá de Minas, com problema disto e daquilo, ele próprio disse aqui.

O senhor, como um homem bem formado, um homem com um radar aguçado, o senhor não viu que estava ajudando ou oportunizando que essas pessoas dessem um golpe no País, no Governo Federal?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, é como eu... Eu já costumo falar em outras ocasiões, há que se entender que na minha percepção existem dois Dominguetti: esse Dominguetti, que é sabido por todos, de hoje, de várias matérias, enfim, que esteve aqui na CPI; e o Dominguetti que se apresentou para mim no início de fevereiro, onde nós vivíamos, em termos de corrida de vacina, um momento extremamente sensível.

Então, esse Dominguetti que se apresentou para mim ele se apresenta com um discurso muito bem feito, dizendo que é representante de uma multinacional americana de vacinas e que teria acesso, essa multinacional, a 400 milhões de doses de vacinas AstraZeneca. Eu entendi que era possível, pelo menos, oportunizar que ele demonstrasse isso através de documentos. E assim foi feito.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso foi na ânsia de comprar vacina? Foi pressa?

Volto a dizer, o senhor é um homem preparado, o senhor... Não é qualquer um que lhe passa a conversa, chega lá e diz: "Eu vendo vacina, eu quero uma oportunidade de conversar". E ainda 400 milhões de doses, não é? O senhor não achou que tinha que dizer pra ele que ele tinha que procurar a porta de saída e que lá não era o lugar?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Naquele primeiro momento, como eu falei para o senhor, eu entendi que ele... Uma pessoa com esse tipo de discurso precisa ser oportunizado a ela demonstrar através de documentos que, de fato, ela tem essa vacina. Agora, com o passar do tempo, a gente começa a perceber que a história dele... Não tinha documento, a documentação que ele precisava apresentar ele não apresentava, ele começa a forçar um interesse muito grande em cima de obtenção da LOI, que é a carta de intenções... Então, a gente começa a perceber que aquela história dele não para em pé, é inverossímil. Até um determinado momento, no início de março, em que o Cristiano manda um áudio pra mim e, daquele áudio ali, eu já entendi que... Se o senhor me permitir, eu coloco o áudio dele aqui, que foi após uma carta de representação dele que ele mandou. Ele chega a dizer que trabalha pra McKinsey, nos Estados Unidos. Eu vou reproduzir se o senhor... O senhor me permite?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero ver.

Nesse áudio, o senhor orienta o Cristiano...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Esse áudio do Cristiano é que pra mim soou... Naquele momento, eu comecei a ver que, de fato, isso daí não... E aí quando ele pedia: "Mandei um documento pra lá"... Eu, até de forma elegante – é uma questão pessoal minha, é um comportamental meu –, falo com ele: "Ah tá, vou lá, vou ver." Mas não vou ver.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me permite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Aí é que eu comecei a ver que estava muito complicado. O senhor entendeu? A documentação que o ministério exigia – que pelo menos chegava a mim a informação de que o ministério exigia – eles não apresentavam. Era sempre um jogando para o outro. "Não, a documentação quem tem é o Cristiano. Não, quem tem é o Herman." E aí vem com essa história de McKinsey. Isso já foi em março. E, logo em seguida, assim, pelo menos da minha parte, Cristiano e Dominguetti não me procuravam mais sobre questões de vacina.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor veja bem, é lamentável esse período em que a gente está aqui ouvindo muitos depoimentos e contradições. Isso nos envergonha muito lá fora, porque, no momento de uma pandemia, a gente precisando comprar insumos, equipamentos, credenciamento de hospitais, vacinas, que, graças a Deus, agora começou a ter um volume bem maior, aconteceu tudo isso que a gente está vendo agora. Eu espero sinceramente que fique algum legado – viu, Ministro Queiroga? Se o senhor está nos assistindo, ou para quem for gestor lá amanhã, ou seu quadro técnico. Dizem lá que deu o apagão das canetas agora, ninguém quer assinar mais nada, com medo. Que fique um legado, que a gente possa amanhã e depois dizer que melhorou a compra, a gestão, a eficácia, a *compliance*, para que a gente não coloque o Brasil de novo em condições tão ruins como esta, que foi uma série de barbeiradas, de perda de tempo, pessoas desqualificadas tentando vender o que não tinham. Isso diminuiu, no meu modo de entender, o Ministério da Saúde, o nosso sistema SUS, o sistema de imunidade que é um dos melhores sistemas do mundo, o sistema SUS, o sistema de vacinas. Então, eu lamento esses desencontros.

Ontem o pastor veio aqui – com todo o respeito –, se emociona, conta uma história disso, daquilo, e tem escritório aqui e tem lá. E nós fomos colocados, as nossas esperanças na mão de muitas pessoas que não ajudaram efetivamente.

Então, eu agradeço a sua manifestação.

Sra. Presidente, e encerro antes do tempo, como sempre, para que vá ficando em haver o tempo quando for necessário.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Vou acumular o tempo de V. Exa. e lhe solicitar depois. (*Risos.*)

Muito obrigada, Senador Jorginho Mello.

Agora, com a palavra, o Senador Eduardo Girão, por até 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senadora Presidente eventual da CPI da Pandemia, Eliziane Gama, ali pertinho da gente, do Estado do Maranhão. Queria também saudar, desejar também aqui boas-vindas para o Coronel Marcelo Blanco.

Antes de fazer algumas perguntas, Senador Marcos Rogério, é interessante o aprendizado que a gente tem aqui dentro desta CPI. É a primeira CPI de que eu estou participando. Sei que o Senador Renan já participou de várias, o Senador Marcos Rogério de algumas, o Senador Humberto Costa, enfim. Mas eu sou estreante aqui, e é um aprendizado diário de exercício de paciência, de serenidade, vendo a construção deliberada, no meu modo de entender, penso e respeito quem pensa diferente, mas uma construção deliberada de narrativas, com objetivos politiqueiros, antecipando o calendário eleitoral de 2022. Isso está cristalino para mim, embora aqui a gente tenha que fazer o nosso trabalho em meio a essa tempestade toda e procurar centrar para buscar toda a verdade, doa a quem doer, mesmo estando aqui vendo uma blindagem muito grande a bilhões de reais que foram enviados a Estados e Municípios. Esta CPI foi instalada também para isso, mas não quer olhar a corrupção nos Estados e Municípios, que é um desejo legítimo do povo brasileiro.

Inclusive, Senador Marcos Rogério, ainda bem que todos nós estamos sentados aqui, mas sabe o caso que é um símbolo nacional hoje de corrupção efetiva na pandemia, que é o tal do Consórcio Nordeste? Está na boca do povo! Você acredita que até eles violam a Lei de Licitações no aspecto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pagar antes de ter nota fiscal! Duas ordens bancárias, uma de 34,173 milhões e outra de 14,574 milhões, sem ter sequer nota fiscal, pagos por respiradores que, até hoje, um ano e três meses depois, não chegaram, embora o dinheiro tenha sido antecipado!

A pergunta é: até quando? E não é até quando esta CPI vai analisar isso, não, porque eu acho que é um dever moral desta CPI olhar isso, por uma questão de justiça, mas é até quando – e aí é o espanto de todos – o Sr. Carlos Gabas vai continuar, depois de todas essas denúncias, na direção do Consórcio Nordeste, Senador Marcos Rogério?! Ele está lá ainda, é o atual Diretor Executivo, depois de tudo que veio à tona nesses documentos que a CPI recebeu!

Então, eu espero sinceramente que a CPI encontre os rumos. Eu tenho esse desejo, que não é meu, por buscar realmente toda a verdade. Que a gente encontre os rumos desta CPI, Senador Renan Calheiros, também até para que não jogue contra nós que fazemos parte! Todos aqui são importantes, têm um papel, representam o seu Estado, mas a gente precisa ter muito cuidado para não cair no ridículo em certas situações. Ficou muito mal explicada essa questão do internauta que enviou aí documentos sigilosos no meio da sessão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. me permitir...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante a minha intervenção no depoimento do depoente de hoje, um internauta lembrou que a Comissão Parlamentar de Inquérito já dispunha de informações que contrariavam as informações trazidas pelo Coronel Blanco, porque ele apresentou à Comissão Parlamentar de Inquérito algumas mensagens, e essas mensagens não estariam nas mensagens apresentadas. Em função disso, nós fomos... Nós acessamos os documentos. Os documentos foram entregues espontaneamente por ocasião do seu depoimento aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Cristiano – Cristiano. Foi ele que trouxe espontaneamente os documentos. O internauta nos avisou de que nós dispúnhamos desses documentos, o que, aliás, eles fazem todos os dias e colaboram muito nessa investigação e nesse aprofundamento...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, o internauta era o próprio Cristiano?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não! Eu já expliquei. O internauta lembrou que nós dispúnhamos disso aqui, porque essas informações...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O internauta sabia mais do que nós, do que os assessores, do que os Senadores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque eles estão acompanhando. Nós estamos simultaneamente funcionando no Brasil com mais de 20 agências de checagem, que têm colaborado verdadeiramente com os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque esta Comissão, como nenhuma outra, em tempo real, *on-line,* se obriga a desfazer essas narrativas que, lamentavelmente, são colocadas aqui e, muitas vezes, de maneira até combinada, o que é lamentável. Mas só para explicar. V. Exa. sabe do respeito e da consideração que lhe tenho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está bom.

Eu lhe agradeço.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sr. Senador, o senhor me concederia um aparte?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro, claro. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Eu não sei o internauta de onde ele tirou isso aí, porque eu projetei as mensagens com o Dominguetti. Eu nem projetei as com o Cristiano. Ele descobriu as mensagens que eu tinha com o Cristiano aqui então e...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esse internauta é um grande internauta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não descobriu. Mais uma vez eu queria dizer ao Coronel Blanco: a CPI dispunha dessas informações. A CPI tem um acervo enorme de informações. Nós estamos analisando um mar de lama, um caso de roubalheira inacreditável, e a cada dia as coisas se revelam mais. Então, o internauta lembrou de que nós dispúnhamos, na CPI, dessas informações, como, aqui, de viva voz, o Cristiano, quando veio depor, disse que iria disponibilizar essas informações. E, na oportunidade, nós agradecemos. Exatamente isso. O que nós lamentamos...

Até já ouvi a explicação do próprio advogado. Eles coletaram algumas informações do ponto de vista da defesa, e disse isso para justificar o fato de terem outras informações que não foram apresentadas, mas a CPI já dispunha delas, por uma entrega espontânea, repito, do Cristiano, e que nos foi lembrado pelo internauta: "Olha, a CPI já recebeu essas informações quando o Cristiano esteve aí depondo". Foi isso. Apenas isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, depois da fala do Senador Eduardo Girão, eu queria fazer uma questão de ordem que eu reputo de grande importância.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pois não.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Eu acredito, Senadora Eliziane, pedindo que a senhora, por gentileza, reponha meu tempo...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Girão, eu vou repor o tempo de V. Exa., mas só lembrando que V. Exa. permitiu ter um aparte. Mas eu vou repor o tempo de V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço, eu lhe agradeço, porque eu acho que a gente precisa acabar com esse tipo de segredismo aqui dentro do Senado. As coisas precisam ficar mais claras. E eu acho que isso adquire um certo crédito que a gente precisa recuperar junto à população, já que a nossa imagem vem caindo muito nos últimos tempos, por fatores como esse que a gente tem visto.

Eu quero dizer inclusive que, ontem, acredito que um direito à liberdade, uma garantia das liberdades individuais foi rasgada aqui ontem, de forma vergonhosa: um copiar e colar da Jovem Pan não foi a mesma postura que se teve com o Brasil Paralelo. Há 2 mil anos se fazia a perseguição a cristãos; jogavam nas arenas às feras.

Agora, de forma moderna, são as ideias conservadoras. Olha que coincidência, muitas ideias, inclusive inspiradas em pautas, em bandeiras cristãs. Então, um curso que é muito bem-feito, de forma séria, íntegra, é quebrado o sigilo deliberadamente nessa CPI como perseguição – não tenho dúvida – política. É isso que a gente está vivendo aqui, uma escalada autoritária nesse tribunal de inquisição.

Mas eu vou fazer as perguntas, Coronel Blanco, para o senhor.

O Ministério da Saúde possui um dos maiores orçamentos da Esplanada. E, com o aumento da demanda em razão da pandemia, esse montante foi ampliado como nunca se viu, nenhum Parlamentar aqui ousa dizer que faltou dinheiro no combate à pandemia. Agora, segundo a Polícia Federal, sobraram escândalos, especialmente em Estados e Municípios para os quais essa CPI, vergonhosamente, não quer olhar. Eu pergunto para o senhor: estando no Departamento de Logística,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

departamento-chave, importante, o senhor identificou ou foi alertado da ocorrência de irregularidades nos processos afetos a esse departamento?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Existiam procedimentos destinados a dar segurança nos processos de aquisição de insumos, medicamentos e equipamentos? Durante o tempo que o senhor passou, o senhor verificou o *compliance,* algum tipo de checagem com relação a isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como é que o senhor avalia esse sistema de segurança?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O sistema, o rito processual natural do Ministério da Saúde, além de ser extremamente transversal, ou seja, ele não nasce e morre no mesmo lugar, ele sempre é atribuído e passa por diversas áreas, ele também conta com parecer da consultoria jurídica e com filtro da Diretoria de Integridade, que é composta por servidores da CGU.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Considerando a sua função no Ministério da Saúde, é possível inferir que o senhor tinha conhecimento que a Davati não possuía o cadastro na Anvisa, e que a AstraZeneca já estava em avançados contatos com o Governo Federal, via Fiocruz, já existindo inclusive contrato. Tais aspectos exigiam no mínimo um cuidado redobrado nas negociações, mesmo para uma empresa privada. Diante desses aspectos e da proposta de 400 milhões de doses feitas pelo Cabo Dominguetti, por que o senhor insistiu nessa operação?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Assim, deixando claro, Senador, que eu não participei das negociações, ele simplesmente me pediu para enviar proposta para lá. E, quando ele me pediu isso, eu falei: "Olha, você tem que enviar para os e-mails institucionais", e assim foi feito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, quando o senhor já estava exonerado?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Quando eu estava fora do Ministério.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E já tinha criado a Valorem, a empresa, estava em processo de criação?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Na verdade estava em processo de criação. Eu conversei com o escritório de contabilidade ao final de janeiro. A Valorem foi pensada por outros motivos, né? Não por acaso, como eu como eu expliquei aqui, o nome dela, Valorem, em latim, tem a ver com valor. Num primeiro momento, era para eu tentar explorar a experiência, enfim, que eu adquiri ao longo de tempos de investimento no mercado financeiro, de cursos que eu fiz, para poder prestar consultoria financeira, mentoria e educação financeira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não passou pela sua cabeça em nenhum momento, no seu planejamento pessoal, vender vacinas ou outros insumos através da Valorem?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, nunca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. O senhor foi nomeado para o Ministério da Saúde por ter experiência gerencial e profissional. O senhor não percebeu que essa transação proposta por Dominguetti e os demais envolvidos era fundamentalmente impossível de ocorrer, ou seja, adquirir 400 milhões de vacinas num contexto pandêmico internacional de extrema dificuldade para adquirir qualquer vacina?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, algumas semanas a gente começa a perceber que aquela história não para em pé, mas, no início... Até porque eu não tenho conhecimento de como funcionava, sobretudo num momento como esse, o mercado internacional de vacina. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

eu entendi que deveria ser oportunizado a ele ou a qualquer outro enviar documentos probatórios para que alguém olhasse no ministério.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor relatou aqui nesta CPI, há pouco, que seu último contato com o Sr. Roberto Dias foi há cerca de dois meses.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Provavelmente isso. Um mês e pouco, dois meses.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor poderia explanar o que foi tratado nessa conversa?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – A gente... Majoritariamente, a gente conversava sobre amenidades. Por exemplo, o próprio mercado financeiro era um assunto que povoava muito as nossas conversas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, é um amigo seu? O senhor considera um amigo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ele era uma pessoa que eu tive uma relação muito amistosa, tanto quanto outras lá dentro. Eu já citei aqui, o Ministério da Saúde – para mim foi uma grata surpresa os colaboradores do Ministério da Saúde – tem pessoas muito boas. E eu acabei fazendo relação amistosa com muita gente lá dentro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Enquanto no Ministério da Saúde, o senhor celebrou algum contrato?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor sabe quem nomeou o Sr. Luis Ricardo Miranda para a divisão de importação?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. O Luis, quando eu cheguei lá, no ministério, já fazia parte da divisão de importação. A divisão fica dentro da coordenação de logística do departamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E a sua relação com ele é tão amistosa quanto com o Roberto Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. O Luis... Eu tive muito pouco contato com o Luis. Conversei com ele raríssimas vezes, e era mais de cumprimentar. Eu tinha muito o costume de, quando chegava ao ministério, passar na coordenação e dar um bom-dia a todo mundo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual a sua relação com o Deputado Luis Miranda?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nunca o vi. Não conheço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor participou da aquisição de medicamentos, insumos ou qualquer outro produto junto à Precisa, à empresa Precisa?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sem contar no caso da aquisição da Covaxin.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está bom. Muito obrigado.

Muito obrigado pela tolerância, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Eduardo Girão, muito obrigada.

Eu vou passar aqui a palavra ao Senador Marcos Rogério, mas antes, até em nível de justiça, pra fazer um esclarecimento, no rito dos trabalhos da CPI nós temos, na verdade, no Brasil inteiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

milhares de pessoas que acompanham os trabalhos da CPI, internautas, pessoas que acompanham e que têm informações inclusive diárias; ao mesmo tempo, nós temos aqui o *site* da Comissão Parlamentar de Inquérito, que faz uma exposição documental do que acontece dentro da Comissão. Então, por exemplo, documentos que são sigilosos, eles não vão, do ponto de vista de conteúdo, para a opinião pública, mas do ponto de vista de numeração, eles acabam tendo acesso. Por exemplo, se você entrar no *site* da CPI, você vai ver lá: Documento nº 1.814, do dia 15 de julho, Cristiano Alberto, lá automaticamente subentende-se que se trata de informação do Cristiano Alberto e, portanto, conteúdo telemático que ele, no dia da presença dele aqui, em oitiva nesta CPI, deixou claro que passaria para a Comissão o seu sigilo telemático, algo que fez imediatamente aqui, através do seu advogado presente. Então, a título de informação, até para que não pairem dúvidas aqui sobre a posição que foi colocada pelo Senador Renan.

Senador Marcos Rogério, antes de V. Exa., o Senador Rodrigo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Rogério.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Rogério Carvalho, perdão, tem uma questão de ordem a fazer.

Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu solicito questão de ordem com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno e no art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no exercício de seu dever constitucional de fiscalização, tem se deparado com graves obstáculos impostos pelo Poder Executivo. Alguns documentos ou informações requisitadas por esta CPI não têm sido apresentados ou, quando apresentados pelos órgãos do Executivo, contêm informações incompletas, insuficientes, com omissões ou falhas.

Prestar informações eivadas de tais vícios equivale naturalmente a não as prestar. Pior, pode, num cenário inimaginável, configurar tentativa de obstar os trabalhos desta Comissão, o que configuraria deterioração gravíssima das instituições públicas.

Nesse sentido, trago à luz reportagem veiculada pelo portal *Metrópoles*, intitulada: "PF envia à CPI depoimento de Pazuello cortando citação a Bolsonaro e Miranda". Embora o título fale por si, cabe esclarecer parte do seu conteúdo.

> A Polícia Federal enviou à CPI da Pandemia um vídeo do depoimento de Eduardo Pazuello com cortes nas citações que o ex-Ministro fez a Jair [Messias] Bolsonaro e ao Deputado Luis Miranda. No último dia 29, Pazuello disse à PF que foi alertado de modo informal por Bolsonaro sobre suspeitas de irregularidades na compra da vacina Covaxin, mas essa e outras partes não constam do que foi enviado aos Senadores.

Por isso e diante disso, Sra. Presidente, este fato é gravíssimo e, como disse, pode sinalizar a utilização de instituições de Estado brasileiro para o aparamento de grupos cujos interesses não se coadunam com os objetivos da Nação, conforme inscritos na Constituição Federal, no seu art. 3º.

Soma-se a este fato a denúncia feita por mim ontem, neste Plenário, da missão enviada ao meu Estado de Sergipe pelo Ministro da Defesa para bisbilhotar minha vida. E teremos fortes indícios de que a democracia brasileira está em risco.

O envio de informações incompletas pela Polícia Federal, órgão de Estado, a esta Comissão não é aceitável e configura tentativa concreta de interferir nos nossos trabalhos, assim com a missão militar enviada ao meu Estado tentou interferir de forma vil na minha atuação nesta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A requisição de documentos não impõe um mero dever formal e vazio ao Poder Executivo. A requisição é, isso sim, uma garantia do Parlamento de acesso a informação no exercício do seu direito e dever de fiscalizar os atos do Executivos em prol da sociedade. Os poderes especiais de investigação atribuídos a CPIs são revestidos de coerção; caso contrário não estariam aptos a produzir os efeitos esperados.

Diante do exposto, solicito imediatas providências desta Comissão e do Senado Federal visando ao esclarecimento destes fatos. Solicito especialmente a requisição da integralidade das informações de interesse desta Comissão, acompanhada das devidas justificativas para o envio de apenas parte, pela Polícia Federal, à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as consequências e as causas, as consequências dramáticas, 558.597 mortes de brasileiros e brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Rogério Carvalho. Recolho a questão de ordem de V. Exa. Naturalmente é uma informação extremamente importante. O retorno será dado em tempo hábil, e lembrando que a CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só um minutinho, Senador, já lhe passo a palavra.

Lembrando que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes, do ponto de vista constitucional, de requerer, buscar as informações, e qualquer instituição – nenhuma delas está acima da lei – precisa encaminhar a esta Comissão as informações na sua integralidade, porque, se não repassam para a CPI de forma completa, elas incorrem até aí no crime de desobediência, e isso não poderá ocorrer e passar de forma incólume...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então nesse sentido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, eu peço a palavra porque nós vamos ter a sessão daqui a pouco e o tempo já está estourando.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está bom.

Nesse sentido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é uma providência administrativa, Presidente. A questão de ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência faz a questão administrativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, não, não. A questão de ordem do Senador Rogério é urgente e de encaminhamento imediato. É uma providência administrativa urgente a ser tomada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vale também para os hospitais de Bonsucesso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu peço a V. Exa. que dê encaminhamento urgente à questão de ordem proposta pelo Senador Rogério Carvalho.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador, o encaminhamento será feito de forma imediata. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

faremos, na verdade, os encaminhamentos, posteriormente, a partir dessa constatação que for feita entre a compatibilidade da documentação que foi apresentada à CPI e aquela que está dentro do conteúdo que já foi exposto, ou seja, não pode haver cortes, não é? E aí isso será, na verdade, checado. O requerimento e os encaminhamentos serão feitos de forma imediata à Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vou direto ao ponto, para avançarmos no dia de hoje.

Indago ao depoente, Coronel Marcelo Blanco: como foi planejado o encontro entre V. Sa., o Sr. Dominguetti e o ex-Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Dr. Roberto Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Senador, não houve um planejamento prévio disso daí. O Dominguetti se encontrava na cidade de Brasília, aqui, no DF, ele veio, ele fez contato comigo porque estava vindo a Brasília para uma agenda na SVS que aconteceu na segunda-feira. E ele disse para mim, em contatos – a gente exaustivamente já estava conversando sobre iniciativa privada, sobre vacinas para iniciativa privada, como eu postei aqui –, ele falou que gostaria de aproveitar o período que ele se encontrava em Brasília, ele gostaria de buscar uma agenda no departamento logístico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. comunicou esse interesse ao Dr. Roberto Dias antes de ir ao seu encontro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não comuniquei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele não sabia...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não comuniquei. Eu consegui... O Roberto, a informação que eu tinha era de que ele se encontrava fora. Quando ele retornou de viagem, na quinta-feira, foi quando eu consegui falar com ele, aí eu consegui falar com ele, mas, ainda assim, ele me atendeu muito rápido, ele estava apressado com outras demandas. Comentou que ia ao Vasto no final do dia, tá? Nesse primeiro momento, eu sequer tive *insight* de algum tipo de encontro. Ocorre que, conversando com o Dominguetti – a gente tratou de outras coisas ao longo do dia –, eu tive esse *insight,* exatamente pelo fato de o Dominguetti estar ali muito próximo, ele dizia para mim que estava hospedado ali, naquele Setor Hoteleiro.

Aí eu sugeri a ele, como eu já respondi aqui – talvez eu tenha sido extremamente indelicado com o ex-Diretor de não ter avisado –, eu sugeri: "Olha, por que nós não vamos ao Vasto, porque eu também tenho interesse em continuar nossas tratativas do setor privado, eu tenho várias mensagens que eu troquei com ele do setor privado, e aí você aproveita, eu lhe apresento o Diretor, você aproveita e pede sua agenda".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – E foi assim que se deu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E como foi a abordagem com o ex-Diretor nesse ambiente? Como foi a conversa?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu me encontrei com o Dominguetti no *shopping*, tá? E aí foi uma forma natural...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Chegaram juntos?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É, eu encontrei ele lá. Eu não cheguei com ele. Eu cheguei sozinho...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas chegaram... Com o Diretor chegaram juntos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. O Diretor já estava lá. O Diretor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu digo com o Dominguetti junto ao Diretor...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ah, sim. Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você chegou com o Sr. Dominguetti?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor. É.

Então, o que aconteceu? Naturalmente, aquele comportamental lógico de quem vai num ambiente. A gente chega; uma pessoa recebe; pergunta se quer mesa. Eu estou um pouco à frente. Aí eu falei: "Não, talvez um amigo meu esteja aí". Quando eu olho para a esquerda, o Roberto se encontrava sentado ali com o Ricardo; eu me dirijo até lá, de forma muito natural, apresento o Dominguetti. A gente senta e aí o Dominguetti trata de que gostaria de uma agenda no ministério, no departamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu pediria que a técnica colocasse o primeiro vídeo, o vídeo um, para eu fazer a próxima pergunta ao depoente.

Esse vídeo é onde o Sr. Dominguetti relata o pedido de propina e quem testemunhou, naquele momento, esse pedido de propina. Vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Bom, Dominguetti afirmou nesta CPI que, no momento em que houve o pedido de propina, de vantagem indevida, V. Sa. estava junto e testemunhou.

Eu lhe pergunto, reiterando o que já foi feito aqui: V. Sa. ouviu o pedido de propina?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não houve nenhum pedido de propina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não houve?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não houve.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu lhe pergunto ainda mais: a conversa naquele ambiente... Tinha esse ambiente, as circunstâncias ofereciam as condições para esse tipo de abordagem de procedimento?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, a conversa sequer se aprofundou em vacina. Ela não se aprofundou em vacina. O momento que nós ficamos ali – e, até onde eu fiquei, nem jantar eu jantei; eu consumi uma entrada ali; os outros comeram alguma coisa –, a parte que tem a ver com vacina foi exatamente o pedido de agenda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não houve...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não houve um aprofundamento de trato de vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Conversamos amenidades...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir que V. Exa. passe a poupar um pouco a sua saliva a partir de agora.

O que nós estamos fazendo aqui hoje neste momento? O único ponto que justifica o depoimento do Sr. Marcelo Blanco aqui é a suspeita do crime de corrupção passiva, porque, nesse caso, trata-se de um crime formal, um crime que independe o resultado. O 317 do Código Penal prevê, para o crime de corrupção passiva, duas hipóteses: solicitar ou receber. É um crime formal. Todo o resto aqui é encheção de linguiça, é construção de narrativa, é o circo! Não querem investigar, Senador Girão, corrupção de verdade, ocupam o tempo desta CPI para não permitir a investigação, por exemplo, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Consórcio Nordeste, que vai além de Carlos Gabas, pode chegar a um ex-ministro, Prefeito Edinho. Talvez seja isso que eles temem.

Aí gastam o tempo, as energias e a paciência dos brasileiros para apurar o que não existe. Eu pergunto: houve contratação de vacina nesse caso, nesse episódio todo aqui? Não. Houve o pagamento de algum valor nessa tratativa aqui? Não. Alguém recebeu alguma coisa? Não. E o que a CPI está fazendo aqui desde o começo? Tentando produzir uma narrativa acusatória com foco total no Governo. E é bom que se diga: não avançou, nem essa e nem outras tentativas de golpe ao Governo, ao Ministério da Saúde. O sistema de controle interno do ministério funcionou, e funcionou bem. Talvez eles devessem estar aqui até reconhecendo: "Olha, nesse caso, o dever de vigilância, o dever de cautela, o papel de controle funcionou". Mas não, estão aqui acusando.

Repito: alguém recebeu algum valor, a qualquer título? Não, nem contrato teve, nem negociação teve. E o que fazem? Estão desde as 9h30 da manhã fazendo mil perguntas ao depoente quando só deveriam fazer uma pergunta e, de repente, passar para a próxima pauta, o próximo depoimento, no ponto que interessa, porque o único ponto que interessa aqui é se houve corrupção passiva ou não houve, o resto é teoria do crime impossível. Vai vendo, Brasil: é isto que está em jogo aqui, é ocupar o tempo para produzir narrativas acusatórias!

Mas eu queria pedir que fosse exibido o segundo vídeo, onde o Relator afirmou que documentos foram enviados *on-line*, em tempo real, a esta Comissão por internauta. Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, Sr. Presidente, eu estou com os documentos aqui, mas eles estão dobrados. Vocês estão vendo? Sabem por quê? Porque são documentos sigilosos, não vou mostrar.

O que acabamos de ver é muito importante, muito grave e coloca em jogo a credibilidade da Comissão Parlamentar de Inquérito. Um internauta teve acesso a informações sigilosas da CPI. Vou repetir: um internauta teve acesso a informações sigilosas da CPI. Vai vendo, Brasil! Esta CPI está sendo coordenada por perfis falsos da internet. É o gabinete paralelo que pauta os atos aqui, tem acesso a informações sigilosas, compartilha, questiona! E tem muitos aqui que querem fazer calar até os advogados, querem rasgar o Estatuto da Ordem, porque alguém pede questão de ordem para suscitar matéria relevante... "Não, o advogado não pode falar." Como não? Não estou fazendo defesa de quem quer que seja aqui, não; estou fazendo a defesa do devido processo, que vale no campo do processo judicial, mas vale também no processo administrativo, nos procedimentos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Muitos aqui querem tratar advogados como paisagem. Repito: um internauta teve acesso a informações sigilosas desta CPI. Até onde me consta, o Sr. Cristiano, após seu depoimento, disponibilizou as conversas contidas no seu telefone celular. Essas informações foram recebidas pela Comissão e estão contidas num documento sigiloso de nº 1.814 – eu o tenho aqui –, com acesso somente para os membros desta CPI. É um documento sigiloso, mas o internauta sabia, Senador Girão, inclusive do conteúdo! Ou quem disse ao internauta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fui citado e, na forma do art. 14, eu queria pedir a palavra a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... sobre essa informação específica, essa conversa? Como é que o internauta sabia? Foi alertado pelo internauta de que tinha esse documento? Vem cá, como é que o internauta teve acesso ao documento, viu o documento? Quem foi que falou para o internauta daquele tipo de conversa? Eu gostaria de saber – e imagino que os demais membros da CPI também – como o internauta teve acesso a tais informações sigilosas. Isso é um episódio de vazamento seletivo de informações? É isso ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Houve um hackeamento aos sistemas da CPI! Isso é grave! É grave, é muito grave! Ou realmente existe um gabinete digital paralelo auxiliando o Relator desta CPI – e o mais grave! –, tendo acesso a documentos sigilosos? A CPI está sendo coordenada por perfis falsos da internet. Não foi a primeira vez que eu ouvi aqui sendo relatados: "Recebi de um internauta, recebi não sei de quem"... E, agora, uma informação que estava internamente resguardada pelo sigilo... Aí, quando veio a correção... Atentai bem, Brasil, parafraseando aqui o nosso sempre Senador Mão Santa! Essa frase não é minha, não. Atentai bem! Aí, quando alguém questiona, vai dizer: "Não, não! O internauta alertou que o documento estava lá!". Mas como é que o internauta vai alertar que o documento estava lá se o documento é sigiloso? Eu não sei se é a primeira versão a mais grave ou a segunda.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que compete a esta CPI investigar profundamente. Eu não votei contra nenhum requerimento de convocação de quem quer que seja aqui nesta CPI, mesmo aqueles que envolviam ministros, ex-ministros, servidores do Ministério da Saúde. Mas não quero que esta CPI continue servindo a propósitos outros que não aquele de exercer o controle político da administração pela via própria, para não servir de instrumento para impedir a verdadeira investigação...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, o tempo de fala, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... uma investigação que busque os fatos, as evidências, as provas, a corrupção, esteja ela onde estiver, sem seletividade.

Eu faço essas ponderações para alertar: o que nós presenciamos aqui hoje é algo grave. Investigar sim, mas obedecer ao devido processo legal preserva o processo e dá legitimidade a ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, eu vou já passar a palavra para o Senador Renan – aqui ele foi citado –, pelo art. 14. Ele terá direito a se posicionar.

Eu quero dizer que a coordenação da CPI... Na reunião do Cristiano, ele mostrou algumas mensagens aqui. Mostrou, mostrou! No depoimento dele, ele mostrou algumas mensagens de WhatsApp. E aquelas coisas que a CPI decide que não são sigilosas podem ir a público, podem chegar às mãos de quem quiser. Nós tomamos esta decisão aqui de quebrar sigilos de algumas coisas. Tudo era sigiloso aqui. Chegava tudo sigiloso. E nós tomamos essa decisão. Ele não fala da vida pessoal, não; fala de uma negociata. É uma negociata.

Onde o senhor não vê corrupção, a gente vê corrupção passiva. Onde o senhor não vê uma administração caótica, eu vejo, e o Brasil está vendo essa administração caótica. Isso é reflexo da presença do Coronel Blanco aqui. Só para o senhor ter uma ideia, nós estamos no quarto Ministro da Saúde. O Onyx já ocupou quatro ministérios em menos de três anos! Ele já foi ministro de tudo. Ele é o maior quebra-galho que tem no Brasil hoje. É a pessoa... É um superpoder! Se isso não for uma administração caótica, eu não entendo o que é administração caótica.

Todos que sentaram aqui, Elcio, Pazuello, Roberto Dias, outras pessoas do Ministério da Saúde, mostram para o Brasil quem era que estava conduzindo a maior crise de saúde do mundo, quem estava à frente disso! É isso que a CPI também está mostrando, não é só a corrupção, não! Corrupção, tem sim; tem a passiva.

Até agora, o Coronel Blanco não disse que não pediu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hum?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não disse que pediu, em momento algum... Agora, o Coronel Blanco, quando ele dá o depoimento dele aqui, é o cara mais humano que eu já vi na minha vida. Ele fez todo esse esforço a troco de quê? De um tapinha nas costas? Você me erre!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ué, Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Me erre, meu irmão! Aqui não tem otário, não, rapaz!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem otário, não! V. Exa. não é nenhum menino para acreditar em conversa da carochinha, rapaz!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, quando não agrada a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não agrada, não! V. Exa. quer desqualificar a CPI toda hora! Toda hora!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando não agrada a V. Exa. é assim que V. Exa. age?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Toda hora V. Exa. quer fazer isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É assim que V. Exa. age?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso aqui que nós estamos mostrando, é o Governo que V. Exa. defende!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aqui é o Governo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... é o Governo desqualificado, sim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. V. Exa., quando não tem argumentos técnicos, apela!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um Governo desqualificado que permitiu que quase 600 mil mortes chegassem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., quando não tem argumentos, faz o que está fazendo agora!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem que ter argumentos para combater o que eu disse aqui, que é grave!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... seiscentas mil! Os argumentos são esses!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não são argumentos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor defende um Governo irresponsável...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, isso não é argumento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... incompetente, com pessoas incompetentes! É isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não tem autoridade para poder argumentar dessa forma! Me desculpe!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Corrupto também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho muita autoridade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tenho, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente: "corrupto".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muita autoridade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclua o "incompetente e corrupto".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, vamos retornar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mais autoridade do que o seu Líder, que deixou o Brasil chegar aonde chegou!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, tira o fígado da investigação, Presidente! Aja com a cautela que o caso exige.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, acrescente ao incompetente "corrupto".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu fígado está nos descendentes, não o meu, os descendentes...

Veja só, Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... eu não trago assuntos aqui. Quando eu me dirijo, eu me dirijo ao Presidente, eu não vou estar discutindo contra as pessoas nas redes sociais. Já disse isso para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tenho fígado aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tenho, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Brasil está assistindo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, o Brasil... O Brasil está assistindo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está. Está.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Brasil está assistindo que este Governo é incompetente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é a opinião de V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o tempo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ministro Onyx está no quarto ministério em menos de três anos!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é sua opinião!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para explicação pessoal.) – Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade e pedir, por favor, à assessoria técnica para demonstrar a descrição dos documentos que esta Comissão Parlamentar de Inquérito recebe. Por favor, Ana, veja aí o Cristiano. (*Pausa.*)

Pronto.

Aí nós temos a descrição de todos os documentos, quer sejam sigilosos, quer sejam ostensivos. O que é que nós recebemos, como recebemos todos os dias? Uma informação de que nós tínhamos esses documentos na Comissão Parlamentar de Inquérito. E fomos atrás. O senhor sabe, Presidente, por que é que o Líder do Governo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito está nervoso? É porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

eles não sabiam que a Comissão Parlamentar de Inquérito dispunha deste documento! E os documentos apresentados pelo Coronel Blanco são imprecisos, não contêm esses documentos.

Além do mais, um fato que é importante agregar aqui. Nós recebemos agora um comunicado do advogado do Cristiano que diz o seguinte: "Quando as informações foram solicitadas no dia do depoimento do Cristiano pela Comissão Parlamentar de Inquérito, nós os entregamos". Esses documentos não são sigilosos, eles são públicos. Nós o entregamos na condição de documentos públicos.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Presidente, pela ordem. Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Deixe ele terminar: art. 14. Depois você fala.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Comissão Parlamentar de Inquérito é que catalogou como sigiloso um documento que foi entregue aqui ostensivamente, publicamente. É por isso que V. Exa. fica preocupado toda vez que essas bandalheiras vêm à tona.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Pela ordem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E fica preocupado em defendê-las.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – O documento está como sigiloso.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Pela ordem, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O documento foi entregue ostensivamente, numa sessão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esta CPI tem condições de definir o que é sigiloso ou não, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O internauta disse: "Nós temos um documento. A CPI tem o documento".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só lembrar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só lembrar ao Senador que nós quebramos o sigilo de vários documentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que ninguém pode conhecer esse documento? Porque ele expõe uma bandalheira?

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Pela ordem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É por isso? É por isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tem alguém que quer esconder bandalheira aqui não é este Senador, eu quero investigar tudo.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Presidente, o senhor me permite pela ordem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não parece.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso que nós estamos entendendo nessas intervenções.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – A defesa.

A defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, nós não vamos poder falar.

Eu compreendo o art. 14, compreendo, Senador Renan, mas, assim, eu acredito que, neste momento em que a gente tem horário, estes documentos podem ser analisados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro Vieira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... por V. Exas. posteriormente.

Agora não dá, Senador.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Presidente, pela ordem, a defesa foi citada aqui. É uma questão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eles podem ler, podem analisar, mas nós precisamos falar.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES (Para expor.) – É uma questão procedimental.

Uma questão procedimental.

A defesa não mostrou, em nenhum momento, qualquer conversa com o Cristiano, então, não há comparação, dizer que falta ou deixa de ter aquele documento.

Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. me mostrou... O seu colega trouxe para mim as conversas do Cristiano com ele.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Aquele é um material nosso para a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas V. Exa. quis comparar. Eu disse: "Está faltando aqui".

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Não, o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor mesmo trouxe.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Não, senhor.

É porque o Relator quis dizer que a gente estava com informações imprecisas. Não há informações imprecisas.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É só completar a informação, completa a informação.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Não há informações imprecisas, a gente não apresentou documento algum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aqui, o senhor me entregou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Confrontem os documentos, pronto.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Sim, mas são nossos materiais de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença, só um minutinho.

O que eu lhe falei foi o seguinte, o seu... Nesses documentos têm conversas que o senhor, o Coronel Blanco, suprimiu.

Eu te mostrei o do Cristiano...

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Não foi ele que suprimiu, esse é o material da defesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A defesa não está...

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Não apresentamos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A questão não é a documentação da defesa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa já foi, Presidente.

O papelão está feito, vamos embora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A defesa está com a razão, a questão não é documentação da defesa.

A defesa tem os seus documentos e tem as informações da CPI, que são diferentes da defesa. Não é isso que está sendo questionado e também não está sendo questionado o material que, obviamente, assiste à defesa e ao direito de a defesa apresentá-los.

Entendeu?

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Mas o Relator está dizendo que a informação é imprecisa, isso não é verossímil.

A gente não apresentou para ninguém para comparar: "Oh, aqui ele falou isso e ele não falou".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Então, é o contrário, é uma informação precisa?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, colacionem os documentos. É só colacionar os documentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Não há nenhuma informação, a gente não apresentou isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu peço...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Vamos dar seguimento à sessão, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O senhor me desculpe, Doutor, na hora em que o Senador Renan trouxe esses documentos aqui que estavam no celular do Senador... Do Sr. Cristiano, o seu colega – desculpa porque eu não sei o nome dos dois senhores –, o seu colega veio a mim e disse: "Olha, não, nós temos aqui. Não tem isso".

Aí eu peguei as datas e os horários e fiquei aqui olhando com ele. Eu disse: "Mas, então, está suprimido isso aqui, dá uma olhada direito". Foi isso que eu disse para...

Aí você me diz o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O esforço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí, só um minutinho, Senador Marcos Rogério, até para esclarecer aqui, por favor. Por favor.

Até porque eu não mostrei isso para ninguém, eu nem vi aqui, ficou aqui do meu lado. Está certo? Respeitei o trabalho de vocês.

Eu disse a ele: "Então, dá uma olhada direitinho porque não está batendo aqui". Correto? Só isso.

Falei isso para V. Exa., e o assunto morreu para mim, eu não tratei mais desse assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, vamos prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem trouxe à baila esse assunto novamente foi o Senador Marcos Rogério. Está certo? Foi isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, vamos prosseguir. O Senador Alessandro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabou, eu não tratei desse assunto, não levantei suspeita. Eu disse: "O que nós temos aqui não bate com que o Cristiano mandou para a gente".

Só isso, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu não mostrei esse documento, nem li nada aqui. O.k.? Então, eu não tive... Eu não fui irresponsável, tive muita cautela pra não expor uma coisa de que eu não tenho certeza. Pedi ao advogado o seguinte: "Dá uma olhada direito porque esse documento não está... Essas mensagens não batem com as mensagens do Cristiano". Foi isso que eu disse a ele. Só foi isso, mais nada. E não fiz valor de juízo, não me posicionei aqui fazendo valor de juízo, não disse: "Olha, ele fez isso, fez aquilo". Não, eu disse ao advogado, e aqui conversando com ele quando ele me trouxe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas quero fazer um apelo a V. Exa. pra concluir esse assunto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro.

Por favor, daqui a pouco.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas pra consignar daqui pra frente. O Senador Renan fez uma abordagem com relação à questão de documentos que, às vezes, são entregues como sigilosos e não precisam ser sigilosos. O que está no sistema como sigiloso deve ser observado como sigiloso. Essa decisão tem que ser uma decisão administrativa, porque, senão, não tem validade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi uma classificação da CPI. Foi a CPI que classificou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi decisão da CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas tem que estar no sistema, sim. O internauta não pode ter acesso se está como sigiloso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, porque ele tem acesso à página.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A página é pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tem acesso à página.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, vamos prosseguir. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu demonstrei qual é o acesso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É melhor pular esse assunto, Renan. Já deu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos prosseguir, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Faz uma reunião posterior para discutir isso. Deixe a gente falar, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É melhor pular esse assunto. Essa já foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Boa tarde. Obrigado, Sr. Presidente.

Vou tentar ser o mais objetivo possível em respeito aos colegas que também desejam fazer questionamentos.

Qual é a natureza da sua relação com o Sr. Dominguetti?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Nenhuma. Eu só conheci o Dominguetti quando ele veio a mim. Ele intencionava enviar as propostas para o departamento logístico, e eu prospectava nele um parceiro comercial no privado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor se limitou a fazer o encaminhamento desse contato Dominguetti e Roberto Dias?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Na verdade, até as propostas ele encaminhava direto para os *e-mails*, não é? A orientação inicial sempre foi essa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em 30 dias, Sr. Blanco, o senhor trocou 108 ligações – 108 ligações – com o Sr. Dominguetti. Mais interessante: dessas 108 ligações, 64 foram de iniciativa sua. O senhor ligava duas vezes por dia para o Dominguetti.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Seguramente pra tratar do privado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Seguramente pra tratar do privado.

Então, o senhor tinha uma parceria ou esperava ter uma parceria comercial baseada numa situação que era inviável legalmente?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Naquele momento, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim. E ao mesmo tempo...

O seu advogado quer dar orientação? O senhor quer dar orientação ao...

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Se for possível.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois, não. Fique à vontade. É um direito que o senhor tem assegurado pelo Supremo Tribunal Federal. Agora, o senhor dá orientação, a gente interrompe um pouquinho, Presidente, e aí retoma. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode fazer a orientação.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES – Já foi feita.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O.k.

Retomando, o senhor ligou, então, 64 vezes para o Sr. Dominguetti e o assunto era a possível parceria comercial em cima de uma situação que juridicamente era impossível. Não era a negociata de vacinas que ele fazia junto ao ministério?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Não era. Não era.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto.

O senhor, com a formação que tem – formação altamente qualificada, eu pude verificar –, foi incapaz, em 64 ligações de sua iniciativa, mais 44 de iniciativa do Dominguetti, de compreender que era um estelionatário?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Naquele primeiro momento, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É um longo primeiro momento, 30 dias de primeiro momento.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ao longo desse mês, aí sim a gente vai começando a perceber que a coisa não anda, ele não tem os documentos de que o ministério precisava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O.k. O senhor já respondeu aqui que nunca falou com Gelson Prado.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, o Gelson era um contato que o Dominguetti passou, no sentido de que ele ia aprofundar questões de uma outra situação que o Dominguetti estava trazendo, e aí eu coloquei uma outra pessoa que conhecia melhor do que eu sobre determinado assunto para poder fazer a interlocução com o Gelson.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor tem três ligações entre o senhor, Gelson e Dominguetti, uma delas com duração de aproximadamente oito minutos e meio, de sua iniciativa. O senhor faz a chamada e inclui na chamada Dominguetti e Gelson. O senhor pode reportar para a CPI qual foi o assunto que o senhor teve com essa pessoa que o senhor não conhecia e não tinha...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Seguramente, Senador, era para buscar entender isso que eles estavam trazendo como novo assunto. Qual era o assunto? Era uma corretora de criptomoedas lá fora, com um valor bloqueado. Num primeiro momento, eu posso realmente – obviamente, não me recordo – ter feito uma ligação, mas para buscar entender. No momento em que eu não consigo entender aquilo dali e tem uma pessoa que entende mais do que eu, essa pessoa passa a fazer, tem mensagens trocadas entre nós, eu e Dominguetti, que fica muito claro que essas pessoas agora estão conversando para tentar entender do que se trata, porque eu também não entendia naquele momento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor abriu uma empresa que, na sua descrição, vai estar destinada a cuidar de educação financeira, é isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Num primeiro momento, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeitamente. Eu estou aqui com o cadastro dessa empresa. Ela não refere essa atividade. Eu vou rapidamente mencionar para os meus colegas. Ela fala de serviços de escritório, ela fala de representação de medicamentos, ela fala de representação de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares, consultoria em gestão. Ela não fala dessa questão específica.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Vou explicar para o senhor. Eu confesso que eu não tenho esse conhecimento aprofundado quando fui buscar orientação para abertura da empresa.

Quando o escritório de advocacia – perdão, de contabilidade –, e eu relatei para ele o que eu intencionava no início, ele... Eu não escolho...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor pode reportar qual é esse escritório de contabilidade?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Agora eu esqueci o nome... Holding Contábil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Holding Contábil. É para o cidadão saber que esse é um lugar em que você chega dizendo "eu quero abrir uma empresa para dar consultoria financeira" e sai de lá com uma empresa para fazer representação de medicamentos.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor realmente tem convicção de que isso aqui é um bando de patetas, né?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. Calma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Tem convicção.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, o senhor me permite?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor não é uma pessoa sem formação. Por favor. Fosse um analfabeto que chegasse a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

escritório de contabilidade pedindo para abrir uma empresa de consultoria em educação financeira e de lá saísse com uma empresa para fazer representação de medicamentos... Por favor! O senhor saindo da Dlog, do Ministério da Saúde? Qual a justificativa que o senhor consegue dar para isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me franqueia a palavra, por gentileza?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Por favor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Se o senhor perceber, essa situação de representação comercial só se dá num segundo momento, com uma alteração contratual. Essa alteração contratual só vem porque em conversa com amigos, conversa com pessoas próximas. As pessoas conversando comigo explicaram o seguinte: "Blanco, se porventura você precisar fazer uma representação comercial em cima de algum conhecimento que você adquiriu ao longo do Ministério da Saúde, você sabe que você tem que estar vinculado ao Core de representação do local".

Eu não entendia...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quem foi que lhe deu essa dica, Sr. Blanco, que seria interessante o senhor ter essa possibilidade de representar por conta dos seus relacionamentos no Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, não, relacionamentos, não; conhecimento. Conhecimento. Eu falei "conhecimento", na esfera privada. A pessoa fala o seguinte...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, conhecimento no Ministério da Saúde.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. Conhecimento do assunto, do assunto...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Hum... Certo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – É isso que eu estou explicando para o senhor. O que acontece? Eu não tenho conhecimento disso. Quando eu busco o porquê que tem que ter o Core de representantes, a pessoa me explica: existe uma lei que para que você faça representação comercial de qualquer coisa você precisa estar vinculado a um Core de representante. Eu pergunto ao escritório de contabilidade... Eu tenho, inclusive, mensagens. Eu pergunto: "Como é que eu faço isso?". A pessoa me orienta o seguinte: "Olhe, isso daí implica em alteração contratual. E aí a gente vai precisar na alteração contratual incluir os CNAEs de representação". Muito se fala que a empresa foi aberta três dias antes. Ocorre que essa alteração contratual, incluindo a representação depois de assessoramento, digamos assim, de pessoas que conhecem mais que eu... Isso só se deu no mês de março! Isso não aconteceu... A empresa foi aberta e foi tratada inicialmente, a abertura dela, entre final de janeiro e início de fevereiro. Obviamente, todo trâmite de abertura de uma empresa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor abriu a empresa no dia 22 de fevereiro.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Obviamente... É o que eu estou explicando. O processo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Aí, o senhor, o senhor... Só para compreender...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Logo após o dia 22 de fevereiro, o senhor fez uma alteração contratual?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Logo, logo... Logo após... Salvo engano meu, foi no início de março que eu tive essa conversa com... Falando do Core de representante...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, uma semana depois, o senhor fez a alteração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Aí ele me orientou que para fazer a vinculação ao Core de representante eu necessariamente precisava fazer uma alteração contratual...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando foi o chopinho lá no Vasto?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O encontro foi no dia 25 de fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Entendi.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agora, quem não está entendendo sou eu. Desculpe...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – É muita cara de pau! É muita...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Desculpe. Só para entender. O senhor abriu uma empresa que antes era para educação financeira com que data?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Ah, início... Entre final de janeiro, eu comecei a conversar... As primeiras mensagens que eu troco com o escritório são do início de fevereiro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E alterou para representação de medicamentos em que data?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Provavelmente, no início de março.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ou seja, depois do chopinho de negociar propina de US$1.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, veja bem... Se a senhora me permite...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi a data... Foi posteriormente à denúncia do Dominguetti de US$1. É isso? Antes, a empresa foi aberta como educação financeira e, depois da data do chope, ela passou a ser, com alteração da razão social, representação de medicamentos. É esse o objetivo, era esse o objetivo da sua empresa. É isso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, o objetivo era proporcionar à empresa representar comercialmente, se porventura esse caminho fosse pavimentado no futuro. E, para isso, eu tinha que legalmente estar vinculado ao Core de representante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o futuro...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu não vou...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Fique à vontade, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Coronel Blanco, o futuro foi logo após o chope?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, mas eu estou no tempo dele. Ele me permitiu, foi ele que me permitiu, Rogério. Eu não falo nada sem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Fique à vontade, fique à vontade.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só para lembrar, Presidente, que realmente, Relator, em março... Foi em março, não sei a data, mas foi em março que foi sancionada uma lei, Alessandro, de autoria do Presidente desta Casa, com votação de todos nós, onde se previu ali a possibilidade de pessoas jurídicas de direito privado fornecerem ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Ministério da Saúde, na forma de uma série de exigências estabelecidas... A possibilidade de doar vacinas para o SUS. E, posteriormente à imunização do grupo prioritário, poderiam, nos requisitos estabelecidos, adquirir vacinas para, inclusive, comercializar. Então, só corrobora, na linha do Senador Alessandro, que essa representação, essa alteração para representação de medicamentos veio provavelmente depois que nós já tínhamos uma lei sancionada pelo Presidente da República permitindo a comercialização de vacinas no setor privado.

Desculpe, Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por gentileza, o senhor me permite...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não, fique à vontade.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senadora, em momento algum, eu intencionei ou foi uma opção à empresa para tratar seja com o Ministério da Saúde ou qualquer órgão de natureza pública das esferas municipal, estadual e federal. A minha empresa está aberta há mais de cinco meses e não faturou uma nota fiscal. Então...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não fiz nenhuma ilação. Apenas estou afirmando os fatos. Só isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para organizar aqui: o senhor disse a esta CPI que abriu uma empresa para prestar consultoria no sentido da educação financeira. Não é verdade. A sua empresa nunca teve sequer referência a essa atividade.

O senhor atuava dentro do Ministério da Saúde, na Dlog. Era, inclusive, substituto eventual do Sr. Roberto Dias. O senhor participa de diversas, inclusive por iniciativa sua, diversas reuniões *on-line*, diversas ligações, com um bando de criminosos, estelionatários, e que iriam receber uma vantagem financeira numa negociata com o Ministério da Saúde, exatamente com o setor do qual o senhor faz parte. Aí o senhor altera, o senhor simplesmente altera a configuração da sua empresa, para adequá-la à negociata da qual o senhor estava participando.

O senhor tem conversas com todas essas pessoas. Como já mostrei aqui, a maior parte dessas conversas por iniciativa sua. E o senhor tem a cara de pau de vir a esta CPI pra se apresentar como uma pessoa que, de boa vontade, apenas fez uma interface, que recebeu um contato de um amigo coronel, e esse amigo coronel lhe pediu, através, enfim, de alguma simpatia, que abrisse as portas para Dominguetti, e, daí pra diante, nada acontece com sua participação. É zombar da inteligência das pessoas. É zombar.

Não sabia quem era o Gelson, nunca falou com o Gelson; três ligações, uma delas de sua iniciativa... Coloca-se como um instrutor de educação financeira sem nenhum tipo de prova dessa atividade. Por favor...

Eu lamento muito, Sr. Presidente, eu lamento muito que a gente chegue a esse ponto, que a gente tenha, no ministério mais importante durante a pandemia, gente tão desqualificada, gente tão interessada em ter vantagem financeira. E aí não tem, com todo o respeito à defesa, não tem advogado que salve, porque eu tenho certeza que o senhor não informou para o seu advogado que a sua empresa não tinha essa atividade dentro do seu descritivo. Tenho certeza. Porque um bom advogado jamais iria deixar que o senhor sentasse aí para dizer que a sua empresa tinha uma vocação que não consta no seu estatuto, que nunca constou.

É muita vergonha alheia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O próximo inscrito é o Senador Rogério Carvalho.

Só um alerta a todos os colegas, às Sras. e aos Srs. Senadores: por força do Regimento, ao iniciar a Ordem do Dia, nós vamos ter que suspender ou encerrar aqui, melhor dizendo, esta oitiva.

Nós temos os Senadores Rogério Carvalho, em seguida, a Senadora Simone Tebet, que permutou com a Senadora Soraya, o Senador Izalci e o Senador Fabiano Contarato. Esta Presidência vai tentar levar o máximo que puder, vai tentar estender ao máximo, para garantir a palavra de todos os colegas.

O depoente está pedindo cinco minutos. Vou suspender por cinco minutos, para o depoente ir ao banheiro.

(*Suspensa às 16 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 06 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Então, retomando de imediato, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa., lamentar a marca de 558.597 óbitos pela covid-19, motivo que nos faz estar aqui nesta CPI, é sempre bom lembrar.

Quero cumprimentar o Coronel Marcelo Blanco.

O senhor fala aqui nesta CPI sobre sua boa intenção em ajudar o Brasil na questão das vacinas, e a gente até acreditaria se não fossem os fatos até aqui já trazidos por outros depoentes. A realidade vai de encontro às suas palavras.

Veja que este País negou as vacinas por um ano inteiro, mesmo essas vacinas sendo testadas no Brasil, na sua terceira fase, podendo o Brasil adquiri-las diretamente dos laboratórios, podendo o Brasil adquiri-las através da Organização Mundial da Saúde ou da Organização Pan-Americana da Saúde, que é a divisão para as Américas. E o Governo negligenciou de uma, negligenciou de vários laboratórios, de um laboratório, e deixou de responder mais de cem correspondências de vários laboratórios que iriam vender direto. A esta altura, poderíamos ter no Brasil mais de 50% da população já com as duas doses não fosse tamanha negligência e a ação do Governo deliberada para ampliar o contágio e a aposta na medida sanitária de controle do coronavírus e da covid-19 apenas na falsa ideia de proteção de que a cloroquina protegeria brasileiros e brasileiras. E aqui está o resultado à nossa frente.

Eu queria dizer que o senhor aqui, de alguma forma, finge um patriotismo, quando, na verdade, os fatos mostram que o senhor estava a participar de uma verdadeira operação, que eu já chamei aqui de operação "tabajara", uma tentativa – eu tenho dificuldade até de encontrar o termo – de dar um golpe na administração pública, uma tentativa grotesca de dar um golpe na administração pública. Estou falando isso porque, além de o senhor agir na ilegalidade no que diz respeito às vacinas privadas – isso porque o senhor, de posse de informações privilegiadas, já se armou todo para estar prontinho para assumir esse negócio, ou seja, estava no Governo, sabia o que ia acontecer e se preparou para ter um negócio, para tirar vantagem da presença sua no Governo –, também negou que tinha uma relação com Dominguetti e com o próprio Roberto Dias – foi negado no começo dessa oitiva.

E a situação é tão constrangedora que o Roberto Dias disse que V. Sa. chegou por acaso no restaurante Vasto, lembram disso? Chegou por acaso, quando, na verdade, foi o senhor quem levou o Dominguetti ao restaurante Vasto. Prestem atenção: o Roberto Dias disse que ele chegou por acaso, mas, na prática, foi o Dominguetti quem levou o senhor ao restaurante Vasto. E, nesse fatídico jantar, onde houve uma proposta de propina... Agora ninguém soube, agora ninguém ouviu, ninguém participou, mas os documentos mostram que houve, sim, uma tentativa de corrupção com intermediação na compra de vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Pois bem, vamos então saber um pouco mais sobre o senhor para colocar essa história, que já está muito clara, mas pra gente botar mais luz sobre essa grotesca tentativa de lesar o Erário público.

O senhor ocupou cargo no Ministério da Saúde. Quais as suas experiências anteriores em insumos estratégicos de saúde? Pergunta objetiva.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Pois não, Senador. Perdão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A pergunta que eu fiz é: quais as suas experiências anteriores em insumos estratégicos de saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não assumi nenhum cargo dessa natureza.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor nunca trabalhou no Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Antes disso, não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A pergunta é... O senhor não sabe? A resposta que o senhor quer dizer é que não sabe, nunca trabalhou, não tinha experiência sobre insumos estratégicos. É isso que o senhor quer dizer?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, o senhor está perguntando antes dessa experiência no MS?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, qual é a experiência do senhor?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, antes do Ministério da Saúde, de eu assumir cargo, eu jamais participei de qualquer cargo no Ministério da Saúde.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k. O senhor já falou que foi o Coronel Luiz Otavio Franco Duarte, braço direito do Pazuello, que o indicou, mas há fortes indícios de que o senhor tinha bom trâmite também e uma forte relação com o Roberto Dias.

Roberto Dias afirmou que tinha encontros com o Deputado Ricardo Barros fora do ambiente de trabalho. O senhor também tinha esse contato com Parlamentares?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por que com Roberto Dias o senhor ia tomar chope, o senhor se encontrava, o senhor conversava, mas o senhor nunca teve nenhum contato com os contatos do Roberto Dias, como, por exemplo, o Deputado Ricardo Barros?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor disse que só tratou com Dominguetti sobre o comércio de vacinas do setor privado, mas nas quebras do sigilo do Dominguetti existe uma troca de mensagens entre o Dominguetti e o Odilon que revela a sua atuação como interlocutor do Roberto Dias. E é nesse sentido que eu quero aqui sair em defesa do Relator quando ele disse que a documentação que foi apresentada aqui não estava completa, apesar de ter o argumento de que era da defesa, mas a documentação a que a gente tem acesso está completa, porque foi entregue pelo próprio Dominguetti e, como eu disse, nas quebras dos sigilos do Dominguetti existe uma troca de mensagens entre Dominguetti e o Odilon, que revela a sua atuação como interlocutor do Roberto Dias.

Veja o que diz o Odilon, no dia 22 de fevereiro: "Falei com o Blanco...". Olha a intimidade: "Falei com o Blanco. E ele precisa da confirmação oficial da proposta encaminhada para o Roberto". Não é o Sr. Roberto Dias, não é o diretor. Está aqui. E olha que o senhor não era mais funcionário do ministério. Não adianta mais V. Sa. tentar bancar aqui o "isentão", o que não tinha relação com ninguém, o que estava fora de tudo.

Além disso, segundo uma matéria jornalística do dia 26 de fevereiro, um dia após o pedido de propina, há uma troca de áudios entre V. Sa. e o Dominguetti, em que é pedido que o senhor fale com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Roberto Dias para entrar em contato com o CEO da Davati, Cristiano Carvalho. E olha a sua resposta: "Dominguetti, conforme eu [Blanco] estava falando contigo e caiu [a ligação], a orientação toda foi dada e ele [Roberto Dias] me garantiu que vai ligar, cara. Assim, é aguardar, de fato agora se ele [Roberto Dias] vai executar a ligação, que é como você orientou e falou, é o que está faltando". Ou seja, tem uma relação de intimidade que não tem nada de isenção na postura que V. Exa. tentou passar o tempo inteiro aqui. Tem uma intimidade entre o senhor, o Dominguetti, o Roberto Dias. O senhor vai continuar negando essa relação com o Dominguetti e com o Roberto Dias? Não faz sentido diante de tanta intimidade. Se o senhor negar... E o senhor não vai negar, obviamente, que já está demonstrado, porque temos um outro material da troca de mensagem do Dominguetti e o Odilon em que o Odilon fala o seguinte: "Quer que eu te pegue no aeroporto? O Blanco vai comigo, assim temos como conversarmos com o Dias". Veja quanta intimidade! Está aqui, ó.

Por curiosidade, V. Sa. ficou sabendo da venda da Covaxin?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Só pela matéria na mídia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só a matéria.

Já falamos aqui sobre a situação de o senhor ter aberto uma empresa no dia 22 de fevereiro de 2021, três dias antes do chopinho – chopinho em que se tratou da propina no restaurante Vasto. Queria ter alguns esclarecimentos sobre essa sua empresa. Hoje saiu uma matéria do jornalista Guilherme Amado que informa que, em registros da Junta Comercial do Distrito Federal, há uma mudança na atuação da sua empresa, como falou aqui o Senador, meu conterrâneo, Alessandro Vieira, da empresa do Sr. Coronel Blanco: em 18 de março V. Sa. fez uma alteração... Olha, no dia 18 de março, o senhor fez uma alteração para acrescentar atividades ligadas ao mercado de saúde. O senhor incluiu, por exemplo, atividades de representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos para uso humano e materiais médicos, cirúrgicos, hospitalares, odontológicos, laboratoriais, como bisturis e próteses. Qual foi a sua intenção?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, com relação a essa... Primeiro, o senhor cita anteriormente conversa de terceiros: conversa de terceiros, eu nem vou entrar no mérito do que eles falam sobre mim ou como utilizam o meu nome. Enfim, esse áudio que o senhor fala da ligação no dia 26, esse áudio foi o seguinte: o Dominguetti sai da reunião e diz o seguinte pra mim, de novo por questões de documento: "Precisa ligar para o Herman no Texas pra verificar essa situação de documento, e é o Roberto que teria que ligar". É isso que ele fala pra mim. Eu simplesmente aviso: "Roberto, ele está falando que precisa fazer uma ligação para o Texas"...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Coronel Blanco...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu só estou explicando ao senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu sei, mas, Coronel Blanco, pelo amor de Deus, o senhor sabe quantos anos eu tenho, Coronel? Cinquenta e três. Coronel, sabe quanto tempo tem que eu lido com pessoas? Uma vida inteira. Sabe qual é a minha profissão, Coronel? Sou médico. A gente sabe muito bem, pelos trejeitos, quando a pessoa está mentindo. V. Exa. está mentindo e mentiu aqui durante todo o tempo. E tentou passar pro povo brasileiro e pra esta Comissão que está isento nessa questão. V. Exa., V. Sa., Coronel do Exército Brasileiro, não devia usar da prerrogativa e das relações construídas no ministério para tirar vantagens de ordem pessoal com criações de empresa.

Mas eu vou continuar aqui...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Só... Se o senhor me permitir...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, por favor, não. Daqui a pouco, o senhor vai ter oportunidade.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mas eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, mas a pergunta que eu fiz o senhor não respondeu.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por isso que eu queria responder agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor não me deixou, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, por favor.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES (Pela ordem. *Fora do microfone*.) – O senhor está inclusive ofendendo o meu cliente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não. Não, senhor. Não, senhor.

O senhor não me interrompa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES (*Fora do microfone*.) – Mas o senhor está ofendendo o meu cliente, que quer a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não me interrompa, por favor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, Presidente, Presidente...

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES (*Fora do microfone*.) – Presidente, ele só quer responder. Ele ofendeu, falou que era mentiroso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, não...

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES (*Fora do microfone*.) – Pede a palavra para ele responder.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente... Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos... Queria pedir...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria que o advogado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria pedir moderação à defesa, aos outros doutos colegas da defesa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria pedir ao advogado que, da mesma forma que nós ouvimos aqui o dia inteiro o Coronel Blanco falar, que ele respeite a fala do Parlamentar.

Eu fiz uma pergunta para o Coronel Blanco, e ele mudou de assunto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, eu estou dizendo que ele mudou de assunto. Ele não respondeu. Pra mim, se ele não respondeu, eu vou mudar pra outro foco de questão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES (*Fora do microfone.*) – O senhor permite que ele responda?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não. Não é essa questão de permitir.

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES (*Fora do microfone.*) – Permita que ele responda.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu fiz uma pergunta objetiva...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colega, colega...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria, Presidente, que o senhor me garantisse o direito de fala.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu queria pedir aos colegas da defesa... Esta Presidência da Comissão sempre tem respeitado todas as prerrogativas dos advogados, inclusive falo em nome próprio, mas, só para nos garantir, a palavra está com o Senador Rogério Carvalho, ao qual, inclusive, vou repor o tempo. Ao final, se o depoente quiser fazer alguma consideração, assim assegurarei. Perfeito?

O SR. ERIC FURTADO FERREIRA BORGES (*Fora do microfone.*) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Rogério Carvalho, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Veja, a pergunta foi muito objetiva: qual foi a sua intenção de alterar o objeto da sua empresa? A pergunta é esta: qual foi a sua intenção? Ponto.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – A minha intenção era aproveitar como representante comercial e, para isso, como eu falei anteriormente, eu precisava estar vinculado ao Core de representantes – orientação que me deram.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Para que eu me vinculasse ao Core, exigia uma alteração contratual. Todo esse trâmite não tem absolutamente conexão nenhuma com o Ministério da Saúde, com Davati ou qualquer outra empresa ou órgão público. Inclusive, a alteração se deu depois das últimas vezes que eu tive conversa com o Dominguetti e Cristiano.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k., mas vamos lá.

Eu tenho aqui: no dia 23 de fevereiro, ou seja, cinco dias depois que o senhor abre a empresa, em conversa com o Dominguetti, V. Sa. pergunta a ele como vocês poderiam colocar um preço, em referência à venda da iniciativa privada. Dominguetti responde que a solução é ter outra empresa no circuito. E V. Sa. respondeu que: "É possível que eu tenha isso". O senhor estava se referindo à sua recém-criada empresa Valorem? Deixe eu concluir a pergunta. Foi iniciativa sua criar esta empresa ou teve alguém que te orientou?

Duas perguntas bem objetivas.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não foi iniciativa minha utilizar a Valorem, porque eu vinha conversando com pessoas no meio privado, então, quando eu falei que "talvez eu tenha isso", é porque eu precisava conversar com esses interlocutores do meio privado. Isso não tem nada a ver com a minha empresa.

Perdão a outra... Quem me orientou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A iniciativa de criar a empresa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – A iniciativa de criar a empresa foi minha.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Foi minha, até porque eu tinha todo o direito de criar uma empresa e estabelecer uma outra atividade laboral, agora fora do ministério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Eu quero consultar V. Sa. sobre uma conversa do senhor com o Dominguetti no dia 8 de março. O Dominguetti pede uma conta para um depósito de US$1 milhão. Olha aqui o diálogo: "Comandante, pede a conta para o depósito. Vamos depositar US$1 milhão agora". Então, vocês se ligam. Sobre o que vocês trataram? O senhor já não estava mais no Ministério da Saúde e, certamente, não era contrato de empresa privada, porque nem existia lei para isso – a lei foi apresentada no dia 17 de março, como já falamos aqui. Por que o senhor ia indicar essa conta? Qual a finalidade deste pagamento de U$1 milhão? Está aqui, olhe.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O senhor me permite colocar um eslaide aí?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, eu quero que o senhor responda, porque a conversa eu tenho aqui, não precisa.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, não é conversa, é um *print* para eu poder discorrer sobre...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tenho aqui. Eu queria que o senhor respondesse...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, esse *print* não tem o que eu vou mostrar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, é porque... Veja, eu já tenho aqui. Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Marcelo, vamos fazer o seguinte...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero que o senhor responda.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos fazer o seguinte: o senhor responde a pergunta do Senador Rogério Carvalho...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O.k. Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em seguida, se a defesa do senhor puder declinar a documentação para nós, nós agradecemos.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador Rogério, essa conversa aí em nada tem a ver com vacina, seja no público ou seja no privado.

Vou tentar ser bem didático para o senhor. No dia 2 de março deste ano, Dominguetti printa uma tela do que seria, supostamente, um saldo em criptomoedas no valor de US$60 milhões e pergunta se eu conheço disso daqui. Eu falo que não. Depois até o Senador Alessandro Vieira falou que eu conversei com o Gelson. Posso ter conversado num primeiro momento, porque esse Gelson era o interlocutor dele, Dominguetti, sobre esse assunto – e já vou dizer que assunto é esse. Eu não consigo compreender, de fato, do que se trata, e passo o nome do Eduardo para eles fazerem essa interlocução.

Para resumir e ser objetivo para o senhor: o Eduardo, ao final de muito tempo conversando com o Dominguetti, ele me fala o seguinte... Perdão, com o Gelson. Ele me fala o seguinte: "Blanco,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

isso é uma fraude, e existem indícios de que isso é uma fraude". E o que ele disse? Essa pessoa dizia ter US$60 milhões bloqueados numa corretora de criptomoedas, porém a corretora só ia desbloquear esse valor se houvesse um depósito de 2 bitcoins. Então, salvo engano meu, à época 2 bitcoins... A gente estava falando de US$80 mil. Depois de um depósito de 2 bitcoins, palavras entre aspas... Como é que ele coloca? Tem aí. "Como demonstração de boa-fé, eu faço um depósito de US$1 milhão". Depois de tudo isso verificado, o Eduardo chega para mim e fala assim: "Tem vários indícios de que isso é uma fraude, a começar pelo *print,* porque o número de uma corretora lá fora jamais é separado o milhar com ponto e por vírgula; o certo é por vírgula e, os centavos, por ponto". Depositar 2 bitcoins num lugar que já foi fechado, ou falido, há mais de dois anos... Está tudo errado. Enfim, algumas coisas...

Para resumir, isso era uma história que eu não tenho como afirmar se o Dominguetti também foi enrolado pelo Gelson ou se ele sabia dessa fraude. Era uma fraude... Palavras do Eduardo para mim: é como se fosse aquela história, você tem R$10 mil aqui, mas você precisa fazer um depósito de R$1,5 mil...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Coronel.

Senador Rogério, pode concluir...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria concluir, Presidente, dizendo o seguinte: é muito estranho, num debate sobre comercialização de vacinas, ter tantas narrativas que criam um diversionismo e uma falta de foco... Olhe, a conversa entre vocês era focada, e a conversa aqui é absolutamente desfocada e dispersa, como se não tivesse nenhum tipo de interesse no negócio que estava em curso.

Portanto, eu quero aqui, Sr. Presidente, pedir desculpas à tribo Tabajara, que é uma tribo indígena do Ceará. Essa tribo não tem relação alguma com essa articulação espúria de intermediação de compras de vacinas do Governo Jair Messias Bolsonaro. Então, eu peço desculpas por chamar de Operação Tabajara, porque os índios não têm nada a ver com essa questão. Essa é uma trapalhada que é a cara de um Governo que não tem projeto, de um Governo que só agride a democracia, de um Governo que teve, como medida sanitária, somente expandir o contágio e promover a cloroquina no Brasil, e por isso a gente está vivendo aqui as tentativas todas de intermediação na compra de vacinas e um monte de história que não bate uma com a outra e mentiras sequenciadas nesta Comissão por diversos depoentes. E o resultado são quase 560 mil mortos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que eu estou percebendo aqui que o Coronel Blanco falou é que era um nó cego querendo dar volta num outro nó cego. Tudo aí...

Agora, Coronel Blanco, o senhor, sendo avisado que era uma fraude, não pensou em denunciar o Dominguetti? Porque é uma coisa que... O senhor vem de uma formação rígida, eu sei que vocês têm uma disciplina rígida e, como bom brasileiro, até porque o senhor tenta ali ajudar a comprar a vacina... Quando o senhor percebe que era uma grande fraude, o senhor, como um oficial da reserva, com essa disciplina toda, o certo era o senhor ter encaminhado uma denúncia contra esse cidadão, e talvez a gente não estivesse aqui – e nem o senhor – passando esse constrangimento, porque não é bom para ninguém vir a uma CPI. E não é bom para mim também, às vezes, ter que falar algumas coisas que, às vezes, não agradam as pessoas, mas o senhor poderia ter ajudado naquele momento denunciando uma picaretagem, um nó cego. Isso é conhecido lá no meu Estado como nó cego. Sabe aquele nó cego que você não desata? Esse é o nó cego que tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Mesmo porque, Sr. Presidente, isso é um crime de ação penal pública incondicionada. Ele tinha o dever de denunciar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tinha o dever.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O Código de Processo Penal é claro: qualquer do povo pode, a autoridade policial e seus agentes devem prender quem quer que esteja em estado flagrancial. Então, isso não é uma mera... E, quando o senhor fala na fraude aí, isso é torpeza bilateral ocorrida num estelionato. Então, a obrigatoriedade se impõe.

Perdão, por ter...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! Obrigado.

Senadora Simone, por favor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vou começar, então, já pela fala do Senador Fabiano Contarato.

V. Sa. está na ativa ou na reserva?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Na reserva, desde janeiro de 2018.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Poderia só para... Fique à vontade se não quiser, mas pode declinar sua idade?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Quarenta e nove anos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, na linha do Senador Fabiano Contarato, tem um artigo do Código Penal, que é o art. 171, que diz assim: "Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa [...]". Aqui, obviamente, está em contos de réis. Acho que V. Sa. já deve ter ouvido falar nesse dispositivo do Código Penal.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa., se não cometeu crime, pelo menos estava diante de alguém que estava tentando aplicá-lo, naquele verdadeiro 171, querendo prejudicá-lo, fraudá-lo, prejudicá-lo enquanto pessoa física, no mínimo. E, na linha do Senador Fabiano Contarato, sendo V. Sa. um coronel, realmente é muito difícil imaginar que V. Sa. não tenha, no mínimo, feito as denúncias cabíveis, conhecendo tantas autoridades públicas, como V. Sa. conhece.

Mas, de qualquer forma, eu quero dizer o seguinte: o depoimento de V. Sa. não bate em absolutamente nada. Tomei muito cuidado em ouvi-lo do meu gabinete, porque estamos aqui em quarentena, em uma forma um pouco isolada de convivência.

V. Sa. disse que deu uma palestra sobre educação financeira quando era servidor público. Depois, agora, para o Senador Rogério ou para outro Senador, disse que não entendia muito de criptomoedas e que, por isso, pediu para que o Dominguetti conversasse com outra pessoa e, praticamente, com isso deu a demonstrar que não entendia muito de mercado financeiro. Mas, no dia 22 de fevereiro, abre... Sai do ministério e abre – pelo menos sai na prática; na teoria, ainda constava como servidor – uma empresa que, embora de representação comercial, era da área de mercado financeiro.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senadora, a senhora me permite só um...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... parêntese?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Existe uma diferença muito grande. Mercado de criptomoeda é um mercado muito específico. De fato, eu não tenho um conhecimento...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não o estou acusando. Eu estou aqui apenas colocando em dúvida alguns pontos que foram levantados.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por isso é que estou esclarecendo à senhora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não estou aqui, de forma alguma, fazendo uma sabatina. Nem vou perguntar para V. Sa...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu tenho MBA na área de mercado de capitais.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... o que é criptomoeda. Eu também não sei, mas eu não tenho representação comercial de empresa ligada ao mercado financeiro.

Pois bem, V. Sa. abriu uma empresa de representação comercial que, no primeiro momento, no dia 22 de fevereiro, três dias antes do chope combinado com alguns outros personagens, e ali teria se tentado comercializar vacinas e, obviamente, negociar propina de US$1... Três dias antes, V. Sa. abre uma empresa comercial.

Pois bem, no mês de março, nesse mesmo mês, quando V. Sa. disse que, por mensagens com Donizeti, tentou cortar relações com ele a partir mais ou menos do dia 10 de março, o Senado Federal aprovou, bem como a Câmara dos Deputados – foi sancionado pelo Presidente da República –, um projeto do Presidente desta Casa, projeto que, praticamente, foi aprovado por unanimidade. Nós todos o aprovamos por acreditar nele. Diz o projeto:

> [...] Pessoas jurídicas de direito privado poderão adquirir diretamente vacinas contra a covid-19 [...] desde que sejam integralmente doadas ao [...] SUS, [...] no âmbito do PNI.
> [...] Após o término da imunização dos grupos prioritários [...], [...] [essa mesma iniciativa privada poderá], atendidos os requisitos [...] [muito rigorosos], adquirir, distribuir e administrar vacinas, desde que pelo menos 50% [...] [vão para o] SUS e as demais sejam utilizadas de forma gratuita.

É interessante a coincidência, porque, em seguida à sanção do dia 10 de março dessa possibilidade de uma nova frente de comercialização de vacinas, V. Sa. muda a razão social da sua empresa e ela deixa de ser na área do mercado, ou não só do mercado financeiro, mas também para ser uma representante de medicamentos ou alguma coisa que o valha na área da saúde.

O que me chama atenção, Coronel, é que são tantos os personagens envolvidos que eu tive que colocar aqui num papel tanto são os personagens citados na área militar. Isso me constrange e me indigna. Nós estamos falando aqui de um encontro tido como casual que serviu para tratar da compra de vacinas, envolvendo um conjunto de operações onde constavam alguns nomes de alguns personagens que são recorrentes. Eu vou contar aqui, acho que o Senador Omar já sabe isso de cabeça.

Primeiro, nós temos o Cabo Dominguetti; depois, nós temos o Sargento Roberto Dias; nós temos o Coronel Marcelo Blanco; nessas tratativas também consta o nome do Coronel Pires; depois, um tal de Coronel Odilon – esse eu ainda não consegui identificar no carômetro –; por fim ou ainda no meio do processo, o Coronel Helcio, sem "h"... Não, esse aqui até com "h", não sei qual é o sobrenome dele. Depois, o Major Handerson. Comandado tudo isso... Estamos falando disso, de compras de vacinas no Ministério da Saúde comandado por um General de nome Pazuello, cujo número dois era um outro coronel, agora Elcio sem "h", Elcio Franco. Perdi a conta, passou de nove. E, por fim, havia uma perna aí de uma transação internacional envolvendo um tal de Coronel Guerra. Eu acho que nós passamos de dez.

Interessante como há uma coincidência de datas entre o momento da sua saída, a constituição da sua empresa, que era para atingir uma determinada finalidade e depois foi mudada a razão social,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

depois que foi permitida a compra de vacinas na iniciativa privada. Mas pior do que coincidência de idade, de datas são as patentes de interesses que nos levam a acreditar que a sua empresa Valorem, que V. Sa. fez questão de dizer que Valorem vem do latim, no sentido de valorar, e não no sentido de espécie – não sei por que que fez essa preliminar antes –, que essa empresa, na realidade, mais do que uma empresa da iniciativa privada, ela parece mais uma associação militar. É uma associação militar e, com todo respeito... Eu estou dizendo, o senhor não precisa concordar. Com todo respeito, com fins lucrativos, sem aspas. Repito, uma associação militar com fins lucrativos sem aspas, porque "sem fins lucrativos", com aspas, foi a empresa, a princípio, que o reverendo ontem diz que tinha e que tem com o fim de, mediante um ato humanitário, fazer doações de vacinas para a população brasileira.

É sempre bom lembrar que nós somos mais do que somos, nós somos aquilo que representamos. Então, vê-lo aí, para mim, não é um motivo só de tristeza, é de indignação, da mesma forma como eu fiquei indignada ontem de ver um reverendo sentado aí, porque nós estamos diante de duas instituições da mais alta credibilidade. Faça uma pesquisa para a população brasileira, ela vai colocar que pelo menos 90% da população brasileira acredita nas igrejas, e tem que acreditar. Eu sou cristã, sou católica, sou devota e acredito nas Forças Armadas como uma instituição ilibada.

Então, o que V. Sa. e os demais, nesse processo todo, podem estar levando não é só no seu individual terem possivelmente cometido crimes. E lembrando: se a portaria da sua exoneração só saiu depois, pode ser também que o senhor tenha cometido o crime de advocacia administrativa, porque até então o senhor era um servidor público.

Eu estou dizendo que pode, Doutor, é o meu direito como Parlamentar, se quiser depois me processe.

Pois bem, só que mesmo não sendo servidor público, embora era, porque a portaria ali não havia exonerado V. Sa., V. Sa., no mínimo, dentro dessa narrativa, se comprovada pelo Relator e depois pelo Ministério Público, teria cometido crime de tráfico de influência.

Quando eu digo é porque nós somos mais do que somos, somos aquilo que representamos, nós estamos falando, vou repetir, que V. Sa., o Sargento Roberto Dias, o Coronel Pires, o Coronel Odilon, o Coronel Helcio com "h", o Major Handerson, o Coronel Elcio Franco, agora sem "h", o próprio Ministro Pazuello e o Coronel Guerra, todos eles, mais do que os seus próprios nomes, o que eles trazem para dentro de todo esse processo são as Forças Armadas brasileiras, lamentavelmente.

As Forças Armadas brasileiras sempre requisitaram e requerem, e é por isso que nós as valorizamos tanto, soldados – sejam rasos, sejam generais – que estão sempre prontos para a luta e que juraram defender a Pátria, a ética e a moral, jamais se misturar naquilo que é imoral, que é antiético ou que beira a crimes, crimes contra a administração pública.

Por isso, eu não vou aqui fazer perguntas a V. Sa. V. Sa. tem todo o direito de usar o tempo que achar necessário para fazer a sua defesa. Num compromisso que eu fiz com o Senador Izalci de falar por no máximo 10 minutos, tenho apenas mais 40 segundos, mas apenas para dizer que os soldados da ética que se deixam levar pela corrupção são desertores.

Nós não sabemos ainda quem são, mas a CPI vai descobrir, se V. Sa., se outros, nós não sabemos quem são os personagens. De qualquer forma, muito diferente dos senhores ou de V. Sas. há alguns que foram soldados e estão sendo soldados da vida até este momento e continuarão, que são os nossos profissionais da saúde.

Quando lhes faltaram armas, Coronel Blanco, esse... Se faltou, por exemplo, oxigênio lá no Estado do Amazonas, esses soldados da vida, com as próprias mãos, fizeram ali mecanicamente levar oxigênio para os pulmões dos nossos pacientes. Quando faltou *kit* intubação, quando faltou a vacina que estava sendo negociada lá nos porões no Ministério da Saúde para levar vantagem à custa da dor e da vida de muitos brasileiros, quando faltou isso, sabe o que esses profissionais da saúde, esses soldados da saúde fizeram? Eles entraram com a empatia, com a solidariedade, com o amor e com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

própria vida, porque muitos profissionais de saúde que não chegaram... Porque não chegou vacina a tempo e morreram salvando vidas dentro dos hospitais. Esses, sim, são heróis!

Agora, os senhores, com todo o respeito, aqueles das Forças Armadas que se comprovarem envolvidos nesse processo são desertores.

Eu peço aqui que o meu tempo seja entregue ao Senador Izalci, que foi um compromisso que eu fiz com ele, Senador Presidente, mas se o Coronel quiser usar a palavra tem todo o direito de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, serei breve também, mas quero dizer também da minha indignação e preocupação, porque ninguém defende mais, pode defender igual, as Forças Armadas do que eu, mas fico, de certa forma, muito decepcionado com o que vem ocorrendo nesses depoimentos.

Primeiro que eu também sou contador e me senti ofendido quando diz: "Olha, eu vou no escritório de contabilidade para abrir uma empresa, e o contador é que vai dizer qual é...". Não é assim.

Então, primeiro, eu queria perguntar a V. Sa., quem apresentou Dominguetti para você foi Odilon?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor conheceu o Odilon de onde?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O Odilon foi representar interesses de algumas empresas no ministério ao longo do período em que eu estava lá. Pediu algumas agendas lá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Agendas de quê? Sobre o quê? O senhor sabe ou não?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu não lembro especificamente qual era o material.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, vou lembrar V. Exa. O Sr. Odilon e o filho do Sr. Odilon... Guilherme e Odilon chegaram a oferecer vacina em vários Estados. Eles tratavam de vacina. O senhor não sabe disso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não tinha conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação. Nós já temos detector de mentira para todo lado aí. Acho que esta CPI precisa comprar um detector de mentira para gente descobrir essas coisas, porque não tem sentido o que está acontecendo aqui não só com relação, mas em outros depoimentos em que a gente fica aqui o dia todo. Eu cheguei aqui às 8h da manhã. E aí dizer que não sabia. Quem apresentou V. Exa. ao Dominguetti foi o Odilon. E o senhor não sabia que o Odilon trabalhava com vacina, que vendeu vacina em alguns Estados?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Durante o período em que eu estava no ministério...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele foi lá exatamente por isso, ele trabalhava isso. "Olha, já vendi lá no Paraná, já vendi não sei onde".

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Assim, Senador, até porque, no período em que eu me encontrei no ministério, eu não me recordo de ter recebido ninguém vendendo vacina.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom, mas só para lhe dizer que esse Odilon, Guilherme foi lá exatamente porque tinha facilidade, tinha vários Estados que já tinham feito compromisso com o Dominguetti, inclusive, e com outros, dizendo que podia comprar a vacina. Alguns Estados chegaram a fazer documento como esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Se o senhor me permite um acréscimo, durante o período em que eu fiquei no ministério, normalmente as visitas eram para ofertar medicação de intubação orotraqueal, máscara, ventilador pulmonar, testes. Naquele momento...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi ele que incentivou V. Sa. a abrir a empresa?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi nessa relação com ele?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Não, senhor. Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor resolveu abrir de vez, assim de repente uma empresa de...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu resolvi abrir... Eu resolvi abrir empresa por um desejo meu, pessoal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E até hoje tem faturamento nenhum.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... por que frustrou... Agora...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu posso franquear os extratos da empresa sem problemas nenhum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu sei que não tem. É lógico, porque o objetivo sempre foi frustrado. O objetivo era outro. Não deu certo.

Agora V. Exa., que é militar – e eu sei como é que funciona isso, eu fui também R2 –, sabia que, no dia 19 de janeiro, aliás, no dia 29 de janeiro, teve o Ofício nº 28, de 2021, alertando que todas as tratativas de vacina deveriam ser feitas junto ao gabinete do Ministro Saúde através do Secretário-Executivo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não tinha conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tinha conhecimento disso?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Eu fui exonerado no dia 19 de janeiro. Eu não tinha conhecimento desse documento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dezenove de janeiro. Quando é que foi feita aquela questão da publicação que o senhor era o substituto? Foi em?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Diretor substituto? Salvo engano meu, foi agora em junho, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tirando V. Exa. como representante.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Veja bem, o cargo do qual eu sempre fiz parte, de assessor, eu me desliguei em 19 de janeiro. A partir daí, eu não tive acesso a mais nada dentro do ministério...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tinha informação nenhuma mais?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... a sistemas. Eu não ia ao ministério, eu não cumpria expediente no ministério, até porque eu fui exonerado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por falar em sistema, eu quero aqui, Presidente, registrar que eu perguntei a todos os ministros aqui como é que estava a questão do controle tecnológico e digital do Sistema Único de Saúde. Não existe controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

nenhum, zero. Quando o Senador Jorginho, meu amigo, disse que o legado nosso aqui vai ser o controle, a tecnologia, eu espero que a CPI possa propor alguma coisa nesse sentido, porque não tem controle nenhum. O único que disse aqui que tinha um piloto que foi aplicado e falou ainda em Alagoas... Eu fui checar em Alagoas, não tem Alagoas, tem em Marechal um sisteminha que qualquer boteco tem. Então, não tem controle no Ministério da Saúde de nada. É tudo manual, é tudo planilha, não tem sistema nenhum. Eu espero que realmente seja um legado que esta CPI possa propor mudança na legislação proibindo esse tipo de coisa. Vocês só têm controle financeiro. Se gastou, onde gastou, não tem controle nenhum.

Mas eu preciso... Não é possível que alguém não deu satisfação para V. Sa. de por que V. Sa. foi exonerado. Como é que não sabe? Não questionou, não perguntou? V. Sa. são sabe por que foi exonerado?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, é até uma coisa muito inerente à minha formação. Eu não tenho que questionar, até porque o cargo é de livre nomeação e de livre exoneração.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não é questionar. É perguntar. Eu fui nomeado... V. Sa. disse aqui que o Coronel Franco Duarte, que é da turma do Pazuello, da mesma...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não senhor, ele é da minha turma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Da tua turma? Indicou para o Pazuello...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ele é formado, turma de formação é da minha turma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas ele indicou V. Sa. para o ministério e mais uns 20, que V. Sa. disse aqui...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... especialistas em logística, porque óbvio que não é em saúde.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E aí o senhor aceitou o convite.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aí depois, há a exoneração, ninguém falou nada e o senhor também não teve a curiosidade de perguntar por que foi exonerado?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Também não. Não perguntei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Para ninguém? Nunca?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nem a sua esposa? Chegou em casa e disse "fui exonerado".

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não. Falei para ela que sempre deixei claro para ela que isso era uma realidade e que podia acontecer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas ela, ou alguém perguntou: "vem cá, mas por que te exoneraram?"

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Você não sabe de nada?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu não fui sozinho. Fui eu e mais três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Você nunca teve a curiosidade de ir lá e perguntar por que te exoneraram?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhuma. Zero curiosidade, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não foi essa interferência do Odilon lá atrás?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mas o que o Odilon faria lá atrás? Não entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – *Lobby* dentro do ministério, porque ele vendia. Ele foi lá para conversar com V. Sa. e levou o Dominguetti, inclusive. Foi ele que levou.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, mas não entendi direito, Senador. No que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Odilon? Ele vendia vacina a outros Estados.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – No que esse senhor teve interferência na minha exoneração?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, estou ligando as coisas... V. Sa. está confundindo. Lá atrás, quem o apresentou ao Dominguetti, V. Sa. falou, confirmou, foi o Sr. Odilon.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – No início de fevereiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, ele tinha uma relação com V. Sa.?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Ele tinha o meu telefone, como vários tinham o meu telefone.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. fala que não teve... Nem abria, não tinha nem interesse de abrir nada. Aí depois aparece 500 vezes o senhor ligando, abrindo, porque tem até mensagem para lá, mensagem para cá. Se não abria... Eu não sei qual é o interesse, então, de toda essa relação, se não tinha nada a ver com nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma pergunta...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não, veja bem. O meu interesse, eu sempre prospectei um possível parceiro comercial na iniciativa privada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas relacionado à atividade que V. Sa. desenvolveu no Ministério da Saúde, óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não é pecado não, pode dizer isso.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, quando o senhor falou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu resolvi sair do Ministério da Saúde e vou agora abrir uma empresa comercial e vou vender medicamento, vou vender material de laboratório, porque eu conheço o sistema, como é que funciona. É assim.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Talvez eu não me tenha feito entender direito. O que eu entendi o senhor falar é que eu não tinha interesse nenhum nessa relação da saúde. De fato, é essa relação do Dominguetti que o senhor quis dizer, foi isso? Da apresentação de propostas na saúde?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor disse aqui por diversas vezes que, nessa questão com o Cristiano, com relação à venda de vacina, o senhor não tinha interesse nenhum, tanto é que nem abria, ele falava e o senhor nem abria nada.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mas eu sempre, desde o início, deixei claro que eu prospectava sair na frente no ambiente privado, na área do privado. O Senador Randolfe por várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

vezes colocou aqui que não existiam ferramentas legais ainda, mas eu desenhar um modelo de negócios no privado, isso eu deixei claro aqui no início.

Então, eu enxergava no Dominguetti prospectando algo como parceria comercial mais na frente, para o privado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Era isso que eu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Na área de saúde, porque o Dominguetti estava trabalhando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma pergunta aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. conhecia o Amilton? O Reverendo Amilton?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sabia ou pelo menos tomou conhecimento de que o Reverendo Amilton e o próprio Dominguetti estavam trabalhando com o Secretário-Executivo, concorrendo...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Quando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... concorrendo com o que V. Sa. estava fazendo com o Roberto Dias, porque quem resolvia a questão de vacina era a Secretaria Executiva, mas V. Sa. sempre encaminhou para o Dlog, para o de Roberto Dias. E que tinha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E pediu para trocar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Pedido dele, ele Dominguetti pediu. Não houve uma concorrência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Como é que V. Sa. tinha conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho, só um minutinho.

Eu queria lhe fazer uma pergunta. A CNN acabou de publicar aqui alguns *e-mails* que foram encaminhados. O senhor recebeu proposta no seu *e-mail* particular da Davati?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Uma vez, o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas V. Exa. disse que todos os documentos foram encaminhados...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim. Ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para o ministério.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Exatamente. Quando ele enviou para o meu *e-mail*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, o senhor pediu para encaminhar para o seu *e-mail* pessoal?!

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, eu não pedi! Não pedi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas está aqui...

Deixe-me lhe dizer. O senhor conhece um cidadão... Eu vou lhe fazer as perguntas porque isso aqui tem documentos. Está certo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou aqui...

Rafael?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Esse Rafael fez contato comigo numa... Talvez numa vez. Eu não sabia quem era. Depois...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Rafael é vendedor de vacina, só para o senhor saber.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Depois...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... não sabia também...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não. Eu não conhecia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rafael Alves mandou para o senhor uma proposta, a seu pedido... Uma proposta...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não foi a meu pedido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aqui está na CNN, não é daqui do...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sei como chegou lá...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas dia 1º de março o senhor mandou uma mensagem para o Cristiano Carvalho. Dia 1º de março, tem aqui...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu posso, eu posso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem aqui: Marcelo Blanco entrou em contrato com Cristiano Carvalho. Cristiano Carvalho é o credenciado pela Davati.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu posso... O senhor me permite um tempo para explicar?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, eu estou esperando... Eu quero...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Cristiano tomou a liberdade de enviar essa proposta. Era uma FCO, salvo engano meu, de US$17,50. Ele tomou essa liberdade. Em seguida, tem uma conversa minha, salvo engano meu, um áudio, em que eu falo: tem que enviar nos *e-mails* institucionais. Não é para mim que tem que enviar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E para o Roberto Dias, que não tinha nada a ver, porque tem uma circular, uma portaria...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, mas eu não tinha conhecimento, Senador, à época, disso. Essa do dia 29 de janeiro eu não tinha conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mas o mais grave disso... Ele passou o dia todo dizendo que mandou essas propostas para um *e-mail* institucional. E aqui o Cristiano Carvalho afirmou à CNN que Blanco se colocou nas tratativas como intermediário e que chegou a pedir que propostas fossem enviadas a ele e não somente a Roberto Dias. Correto? E estão aqui os *e-mails* que foram encaminhados para o senhor, para o seu *e-mail*...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Ele encaminhou um *e-mail* para mim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas encaminhou...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – De forma equivocada!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. acompanhou passo a passo isso. Está muito claro!

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Se o senhor me permitir... Quando ele envia esse *e-mail*... E quem envia, salvo engano meu, é um tal de Rafael que eu sequer conhecia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rafael Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu o questiono: "Quem é Rafael? Quem é Rafael?". Ele responde: "Rafael trabalha comigo". Foi só isso que aconteceu. E eu reforço no sentido de que não tem que mandar para mim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor tem essa conversa sua com ele no Whatsapp, com o senhor perguntando quem é Rafael? O senhor podia disponibilizar à CPI, por favor?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Talvez eu não tenha...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele estava mandando para o Elcio, aí o senhor recomendou para o Roberto Dias. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não!

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pediu que mandasse para ele, para a conta pessoal dele, Izalci.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – E aí também tem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Para acompanhar, mas ele mandou também para o Roberto Dias...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Aí, se o senhor me permite, eu nunca pedi para me mandar nada. Eu nunca pedi! Desde o início, a orientação que eu dava era que ele fizesse os envios para os *e-mails* institucionais. Eu nunca pedi que ele me enviasse... Isso está muito claro em várias mensagens...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Rafael Alves, para quem não sabe, Presidente, é um vendedor autônomo de vacina, apresentou o Dominguetti para o Cristiano Carvalho em 2021, no início, em janeiro de 2021. Também esteve envolvido no processo de negociação de vacina no Ministério da Saúde, e esse Rafael era próximo do Dominguetti. Foi ele, inclusive, que gravou aquele áudio que o Deputado Luis Miranda depois repassou pro Cristiano. Foi exatamente esse Rafael, que é vendedor de vacina.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu não conheço o Rafael.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas ele mandou pra V. Sa. uma proposta.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por determinação do Cristiano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu acredito que o senhor está dizendo que questionou ao Cristiano quem é esse Rafael e o senhor deve ter isso, não é?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Tenho sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria para encaminhar pra gente, por favor, porque, senão, é uma coisa o seguinte: como o senhor passou o dia todo dizendo que nada, nunca recebeu nada, nenhum documento, e se todos eram encaminhados institucionalmente, agora aparece uma reportagem aqui – eu não estou fazendo juízo de valor...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero que o senhor tenha essa mensagem trocada, porque quem está dizendo isso aqui e o Cristiano. É o Cristiano. (*Fora do microfone.*)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sr. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só pra fechar, a última pergunta aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O *e-mail* é dia 9 de março.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, o Rafael... Aqui, ó...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hum...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... eu questiono quem é esse Rafael, aí ele fala: "Deve ter sido o Rafael", porque eu questiono: "Tá me ligando um tal de Rafael..."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estão ligando ao *e-mail*...

Ligar é uma outra coisa. Mandar um documento...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... uma proposta pro seu *e-mail* é outra coisa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – V. Sa. nunca recebeu do Dominguetti, nem do Odilon, do Guilherme, nenhuma perspectiva de ter alguma comissão de nada?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Não, senhor. Nunca pedi nada...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De representar alguma coisa, de fazer comercialmente...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... nunca tratei nada, nenhum tipo de...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, por que que V. Sa. fez uma alteração contratual que agora que foi descoberta, eu nem tinha visto a alteração contratual. V. Sa. que respondeu. Quer dizer, a empresa nem funcionava e já fez uma alteração contratual. Não era em função dessas representações?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não era. Nunca foi. Nunca foi intencionando qualquer tipo de atividade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor ia representar o quê?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Se porventura surgisse alguma coisa, no âmbito da saúde, que eu pudesse exercer a atividade de representante comercial, eu precisava estar habilitado pra isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ou seja, havia uma perspectiva, em função da sua experiência, dos seus contatos no ministério, de fazer uma representação. Óbvio. E isso que eu queria.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, a gente, sempre quando cria uma *expertise*, agrega um conhecimento diferente, eu entendo como sendo absolutamente natural você prospectar que algo pode surgir daquilo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não é natural criar três dias depois...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não por acaso, não por acaso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... num jantar.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu vou dar um exemplo pro senhor: eu recebi um contato, em abril, de uma empresa me contactando sobre uma consultoria sobre um problema de malária pra uma empresa asiática. Então, o que que eu quero dizer com isso? Não é incomum, na medida em que a pessoa agregou determinado tipo de conhecimento, ela ser buscada para consultorias ou representações. É isso que eu estou falando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso não é não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O que eu percebo aqui... Só um minutinho, que V. Exa. vai falar. Só um minutinho.

Eu percebo aqui que V. Exa., no intuito de ter relações, se propôs a ajudar nesse sentido. Só que o Dominguetti e o Cristiano não usaram só o senhor pra fazer essas tratativas; usaram também o Reverendo Amilton. Está certo? Ao mesmo tempo que o senhor fazia também essa tratativa, que o senhor cobrava do Roberto Dias... E tem nas gravações. O senhor diz: "Não, eu vou já ligar, eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

cobrar...", ele pedindo pro senhor falar com o Roberto Dias falar com o senhor lá nos Estados Unidos e tal. Ao mesmo tempo eles também estavam tratando do mesmo assunto com o coronel. Então, é o seguinte... Agora, o que me espanta, coronel, não é a o senhor tentar, não tem, não estar trabalhando em lugar nenhum, tentar trabalhar, vender, isso daí não é crime. É o senhor, percebendo que esse pessoal não tinha seriedade nenhuma, ter se permitido não denunciá-los, é isso que me espanta. Eu acho que o senhor tinha por obrigação, por dever cívico, numa situação tão grave, com tantas mortes acontecendo – nessa época estavam morrendo mais de 3 mil pessoas por dia –, perceber, aí está dizendo que o senhor percebeu isso depois de um certo tempo, e não ter tomado nenhuma iniciativa para poder frear esse tipo de picaretagem que estava instalada dentro do Ministério da Saúde. Isso é que me espanta.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Senador, se o senhor me permite, na minha percepção – vou usar o termo que o senhor usou – essa picaretagem está muito clara hoje em função de uma série de outras tentativas que as...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor mesmo destacou que um cidadão lhe disse: "olha, esse pessoal aí não é sério."; o senhor foi alertado.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, só para terminar o meu raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não foi alertado agora, está lá atrás.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Só para terminar o meu raciocínio, hoje a gente tem conhecimento que eles buscaram diversos outros órgãos sempre com a intenção de obtenção da LOI, da carta de intenções, mas eu não tinha essa percepção lá trás. Eu, até então, até a história começar a não se tornar crível, porque a gente vai fazendo determinados encaixes, até aquele momento eu acreditava que ele precisava entregar os documentos e, obviamente, esse documento chegando ao ministério, o ministério conseguiria instruir um processo formal e prosseguir lá dentro. Posso ter feito uma avaliação equivocada? Até posso, mas...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria só aqui fazer um alerta, porque eu fico muito triste quando eu vejo o Presidente da República utilizando a Polícia Federal como instrumento para tentar coibir e intimidar esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por exemplo, chegou ao meu conhecimento que a Polícia Federal vai instaurar um inquérito para apurar possível vazamento da CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - ES) – Nós temos que dar um basta nisso, isso é inadmissível. Nós não podemos permitir isso. Se o senhor for me conceder a palavra, eu quero fazer uns requerimentos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem sobre esse assunto a que eu, inclusive, queria me reportar, ainda bem que o colega Fabiano Contarato assim alertou. A notícia que o Senador Fabiano alertou ainda há pouco acabou de ser noticiada no jornal *O Globo* com a seguinte manchete: "PF abre inquérito para apurar vazamento de depoimentos sigilosos enviados à CPI da Covid".

Sr. Presidente, a Polícia Federal não abriu inquérito no caso Precisa, só abriu inquérito quatro meses depois com a ocorrência desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Sr. Presidente, a Polícia Federal manda para cá depoimentos incompletos, depoimentos com suspeitas de edição, conforme foi denunciado aqui pelo Senador Rogério Carvalho. O Diretor-Geral, o Ministro da Justiça, porque eu acho que o Ministro da Justiça, Sr. Presidente, Senador Renan, ele deve se chamar Anderson Torres, não me consta que ele se chame Franz Gürtner, ele deve se chamar Anderson Torres e não Franz Gürtner. Então, o Sr. Ministro da Justiça, no alvorecer dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, dá uma entrevista intimidando os membros desta CPI, dizendo qual era a investigação que deveria correr aqui, que tinha que investigar Governadores e Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Isso, Sr. Presidente, equipara-se a transformar a honrosa Polícia Federal em polícia política. Eles tenham claro isto daqui, como já foi dito uma vez nesta Comissão: nós ainda acreditamos que tem juízes em Brasília. Como na Alemanha ainda se acreditava que tinha juízes em Berlim, como na Alemanha dos anos 30 e 40 ainda se acreditava que tinha juízes em Berlim, ainda tem juízes em Brasília. Essa insistência autoritária não prosperará, não terá ninguém desta CPI que será intimidado.

Já disse uma vez, Sr. Presidente: não mandem notinhas para cá, podem castigar nas milícias digitais, podem fazer as milícias reais atuarem, podem querer agora transformar a honrosa Polícia Federal em polícia política; não nos intimidarão. Essa investigação vai descobrir quem foram os responsáveis pela roubalheira que condenou 558 mil brasileiros, mais de meio milhão, à morte – roubalheira no Ministério da Saúde.

Então, Sr. Presidente, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito notifique, comunique à Presidência do Congresso Nacional para que sejam tomadas as providências devidas contra o Sr. Ministro da Justiça, contra o Diretor-Geral da Polícia Federal, por ferir o art. 4º, da Lei 1.572, de 1952, que diz que constitui crime tentar intimidar, tentar impedir o funcionamento de Comissões Parlamentares de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Salta aos olhos, Sr. Presidente, que este inquérito – outros inquéritos com roubalheira no Ministério da Saúde não são abertos –, salta aos olhos este inquérito ser aberto logo depois de o Senador Marcos Rogério, nesta Comissão, ter falado de eventual vazamento, salta aos olhos.

Não é essa a Polícia Federal que honra o País. E eu tenho confiança na Polícia Federal, nos bons delegados, nos bons agentes. O Governo de Jair Bolsonaro vai acabar, vai acabar e vai deixar marcas tristes e indeléveis na vida nacional, mas ele vai acabar. A Polícia Federal e o Brasil ficarão e nós desta Comissão não aceitaremos a utilização política para tentar intimidar o funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós tomaremos todas as providências. Primeiro, com palavras que eu deixei muito claras aqui, fiz uma defesa dos bons militares, dos bons homens das Forças Armadas, principalmente que trabalham no meu Estado. O Ministro Braga Netto capitaneia uma nota contra mim, capitaneou uma nota contra mim, num forte indício de me intimidar. E eu disse que eu não vou ser intimidado, não tenho mais idade para ser intimidado.

E agora me surpreende que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que define aquilo que é sigiloso ou não... Até porque os vazamentos antes de a gente ter esses vídeos já estavam há muito tempo saindo em meios de comunicação, já era de conhecimento da imprensa, e até então não houve nenhuma iniciativa da Polícia Federal de tentar investigar quem estava vazando de dentro da Polícia Federal. Então, o Presidente desta Casa será comunicado pela CPI do que está ocorrendo, nós não vamos permitir. As pessoas estão tentando investigar não é

As pessoas estão tentando investigar não é uma simples má gestão, é a morte de quase 600 mil pessoas. Então, nós iremos, sim, tomar as providências. E realmente nos entristece muito isso. É um fato atrás do outro que vem acontecendo em reação.

Então, essa posição sua, Senador Randolfe, nós iremos tomar as providências que forem necessárias para poder deixar a CPI. Está sendo difícil trabalhar, muito difícil, muito difícil. A colaboração é muito pequena.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não pensem que esta CPI está funcionando aqui com estruturas, com uma série de coisas para o que ela está mostrando para o Brasil. Ela está trabalhando com uma estrutura mínima e uma quantidade muito grande de documentos para a gente analisar – uma quantidade muito grande. Mínima!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Se tudo isso que nós estamos mostrando para o Brasil hoje... Não pensem que nós temos por trás da gente uma assessoria, uma estrutura; pelo contrário, pede-se informação para a Secom, mandam as informações todas... Não chegou 50% até hoje – até hoje! Vamos representar contra o atual secretário, que não manda as informações que nós estamos pedindo – não manda! Há dificuldade para se conseguir informações. Não vejo por parte dos órgãos, a não ser do Ministro Alexandre de Moraes, rapidez para investigar *fake news* que matou brasileiros. Não há iniciativa, quando comprovadamente, cientificamente está comprovado que não serve esse tratamento precoce que mata pessoas.

O que nós vimos? Associações sendo bancadas por laboratórios. Laboratórios estão bancando anúncios para aumentar a venda de ivermectina, aumentar a venda de cloroquina, com a morte das pessoas, dos brasileiros. O que nós estamos vendo? Que aí não existe nenhum inquérito contra essa senhora. A Dra. Mayra foi no meu Estado, no Estado do Amazonas, na minha cidade, cidade de Manaus, e lá levou à morte centenas de amazonenses. Em vez de nos dar oxigênio, nos deram cloroquina.

Não vi até agora, com vídeos comprovando, ninguém tomar iniciativa de representar contra essa senhora. Ninguém tomou iniciativa. É um claro crime contra a vida! Não precisa a CPI chegar ao relatório final com isso. Agora estamos pedindo o afastamento dela e esperamos que a Justiça seja ágil, que afaste imediatamente uma senhora que levou à morte irmãos e irmãs minhas, do meu Amazonas. E eu estou aqui não é só por isso.

Há pouco o Senador Marcos Rogério falava que eu estava aqui com o fígado, não estou, Marcos Rogério. Eu não estou aqui para fazer justiça com as minhas mãos nem para utilizar nenhum órgão para prejudicar A ou B. Eu estou aqui para fazer justiça para os quase 600 mil brasileiros que perderam a sua vida por ineficiência, omissão do Governo Federal.

Então, isso não vai intimidar a gente. Não irá nos intimidar.

Passo a palavra V. Exa., Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aqui sugerir que a Advocacia do Senado, com relação a esse inquérito, entre com um *habeas corpus* para trancar esse inquérito, porque essa é a via adequada.

Agora, Sr. Blanco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Fabiano, perfeitamente. Eu acho que essa é a providência adequada. Muito bem!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso.

Sr. Blanco, o senhor aqui falou o seguinte – presta atenção, por favor –, aspas: "Cabe salientar que eu nunca ajudei na elaboração de documentos apresentados pelas empresas. Também não intermediei envio de tal documento junto ao Ministério da Saúde. Simplesmente orientamos a utilizar os meios oficiais, [como] [...] pode ser constatado em conversa do dia 10 de fevereiro de 2021, com o Sr. Dominguetti". Isso foi a fala do senhor. O senhor confirma? (*Pausa.*)

Perfeito, não é?

Só que aqui tem um áudio em que o senhor efetivamente orienta isso. Eu queria que o senhor ouvisse.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Veja bem: o senhor afirma aqui, na Comissão, que o senhor não orientou, que o senhor não tinha interferência, e esse áudio comprova totalmente de forma diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Orientar, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas o senhor está aqui...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, desde o início eu falei que a minha orientação... Eu usei inclusive a mesma palavra que o senhor usou, que a minha orientação...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu vou fazer o seguinte, eu vou fazer um recorte histórico. No dia 22 de fevereiro, o senhor abriu a empresa Valorem. Tudo bem? Três dias depois, o senhor faz a reunião para tratar aí desse comissionamento – que eu nem vou chamar de propina, não, é comissionamento o nome.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, a Valorem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só um minuto.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Uma empresa, não se dá a abertura desta forma.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só um segundo. O senhor fez a abertura dia 22 de fevereiro; dia 25, a reunião; dia 18, o senhor muda a atividade empresarial. Eu quero saber o seguinte: o que levou o senhor a mudar a atividade empresarial da empresa do senhor?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Primeiro, a Valorem, não foi tratada a abertura dela no dia 22, a Valorem foi pensada muito antes disso. As tratativas, a parte documental, isso é um processo, Senador, o senhor sabe...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor disse também que, por o senhor ocupar o cargo DAS-4, o senhor não tinha obrigação de informar o Ministério da Saúde sobre a empresa, correto?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Perdão, não entendi o que o senhor falou.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A função do senhor, por exercer o DAS-4, o senhor não tinha a obrigatoriedade de declinar, de falar ao Ministério da Saúde que o senhor tinha essa empresa, correto?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, eu não tinha quarentena.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Saindo do Ministério da Saúde, o meu cargo não exigia quarentena. Foi isso que eu falei.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Agora, se você pegar a Lei 12.813, de 2013, que dispõe sobre conflitos de interesse no exercício de cargo do Poder Executivo, o art. 2º, parágrafo único, é claro. Ele fala o seguinte: "Além dos agentes públicos mencionados nos incisos I a IV, sujeitam-se ao disposto nesta Lei os ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro, conforme definido em regulamento".

Ora, se o senhor tem uma empresa e o senhor tem esses *e-mails*... Está aqui, foram noticiados os *e-mails* entre o senhor e o Sr. Cristiano, que é o representante da Davati, e o senhor se coloca como intermediário e que qualquer tratativa disso deveria ser encaminhada para o *e-mail* do senhor. E aqui nesta Comissão, com todo respeito, eu entendo que o senhor faltou com a verdade quando o senhor fala que o senhor orientou para encaminhar os *e-mails* para a via institucional, quando foi evidenciado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

que teve esse *e-mail* para o seu *e-mail* pessoal. Quando o senhor diz que não teve a orientação, e o áudio demonstra efetivamente que o senhor orientou o preenchimento...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sr. Senador, o senhor me permite?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito, perfeito.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Na verdade, a iniciativa de mandar para o meu *e-mail* foi dele, e eu de pronto orientei que enviasse... Na verdade, essa orientação eu só repeti, porque ela é muito mais pretérita do que esse momento que o senhor está citando.

E com relação à empresa, o senhor falou de abertura de empresa no exercício do cargo. Eu não estava no exercício do cargo. Eu já tinha sido exonerado desde o dia 19 de janeiro. Eu não me encontrava mais assumindo cargo de agente público. O senhor entendeu?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas, veja bem, o que eu quero chamar atenção do senhor é o seguinte: em 28 de outubro de 2020, o senhor foi designado como substituto eventual do Sr. Roberto Dias, correto?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Isso é outra coisa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim, mas o senhor era um substituto eventual.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... que isso não é um cargo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim, mas só que saiu a portaria destituindo o senhor dessa função de substituto oficial dia 30 de junho.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Seguramente por um erro formal do ministério.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas um erro formal traz consequências, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Para o ministério, não para mim. Para o ministério.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso a CPI vai ter que averiguar – esse comportamento –, obviamente.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Para o ministério.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu quero saber o seguinte, por favor...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor abriu a empresa Valorem três dias antes dessa reunião com Dominguetti...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. O processo de abertura... Ela foi pensada e tratada...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Foi pensado antes?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – ... entre final de janeiro e início de fevereiro.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Havia intenção do senhor de incluir essa empresa como intermediária na negociação de vacina?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor, não só com o Ministério da Saúde, tampouco com qualquer ente público. Isso nunca foi uma opção para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

E qual a expectativa do senhor, então, para a remuneração da sua empresa caso a negociação fosse efetivada?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, nunca teve.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não tinha? O senhor não tinha expectativa nenhuma?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não houve isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Se o senhor foi levado lá?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não houve isso. Não houve isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor não tinha expectativa nenhuma?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Nenhuma.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nenhuma?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Qualquer expectativa poderia ser criada se a coisa prosperasse na iniciativa privada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É, eu só faria um alerta ao Sr. Presidente: o depoente é que tem que responder, com todo respeito, e não o advogado. Então, eu quero aqui voltar a falar ao senhor.

Eu queria entender um pouco, voltar...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Por gentileza, só... Na verdade, assim, é porque eu estou repetindo várias coisas, então independente... O senhor citou que o advogado... Mas é que, de fato, isso eu já explorei de forma bastante extensa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas para mim não ficou claro, porque, quando...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não há o...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quando o senhor abre uma empresa...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não há o menor problema de repetir, mas, assim...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu estou só falando a mesma coisa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas é porque para mim não ficou... Não me convenceu isso...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Entendo. Entendo o senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... porque o senhor abriu essa empresa no dia 22 de fevereiro... Claro que ela é pensada antes, obviamente.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas, no dia 25, tem essa reunião; e, dia 18, o senhor muda a atividade comercial dela. Isso é um tanto quanto questionável. É isso que eu estou querendo falar.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, se o senhor me permitir... Eu não tenho como controlar o juízo de valor que o senhor vá fazer. O que eu posso fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor autorizaria, disponibilizaria esses *e-mails* trocados com o Sr. Cristiano, que fossem disponibilizados para a Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sim, sim, sem problema algum.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Sem problema algum.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Só para continuar, assim... Eu não tenho como... Obviamente, o senhor tem todo direito de fazer o juízo do valor que o senhor quiser.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, tranquilo.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – O que eu posso fazer aqui é relatar para o senhor os fatos que, de fato, envolviam meu racional quando se tratava da empresa que eu estava abrindo. E a empresa jamais foi aberta intencionando qualquer tipo de situação dessa que tem sido falada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

E qual a ligação do senhor com o Coronel Elcio Franco?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu conheci o Coronel Elcio Franco aqui, por ocasião de que a equipe inicial do General Pazuello se reuniu.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ele sabia desse encontro com Dominguetti naquela data?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ou após o encontro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E, após o encontro, ele ficou sabendo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, senhor. Eu não tive, depois que eu saí do ministério, eu não tive mais encontros com o Coronel Elcio Franco nem com o General Pazuello.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O Sr. Cristiano Carvalho se referiu ao senhor em mensagens trocadas com Dominguetti por um termo pejorativo que eu não vou referir aqui, eu vou poupar a população desse termo. O senhor pode imaginar por que ele e o Dominguetti teriam razão para ofendê-lo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, não faço ideia. Nunca houve, da minha parte pelo menos, nunca houve qualquer tipo de problema. Qualquer coisa que seja citada acerca do meu nome é absolutamente desconectada da realidade hoje em dia.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O Cristiano Carvalho, representante comercial da Davati, também afirma que Roberto Dias tinha colocado o senhor como intermediário nas negociações. Houve instruções do Roberto Dias para que desempenhasse esse papel?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Não, nunca.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não é?

Bom, Sr. Presidente, eu estou satisfeito. Obrigado pela oportunidade.

Obrigado ao depoente pelos esclarecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, meu colega Senador Fabiano Contarato.

Os dois últimos inscritos. Do Senador Otto Alencar, como ele é membro efetivo, chancelo a palavra. A última inscrita será a Senadora Zenaide Maia, e concluiremos o depoimento de hoje.

Senador Otto, pelo sistema remoto, a palavra está com V. Exa. É uma satisfação revê-lo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Srs. Senadores e Senadoras, Sr. Presidente, eu ouvi com atenção todas as perguntas formuladas pelo Relator, o Senador Renan Calheiros, e não tenho nenhuma dúvida a respeito de que o depoente permanentemente ocultou, foi omisso, faltou com a verdade a respeito do tema que foi abordado. Aliás, desde que esta CPI começou, esses agentes do Estado que estavam no Ministério da Saúde, a começar pelo próprio Ministro da Saúde, o Elcio Franco, todos eles, faltaram com a verdade. Tenho a impressão de que, nesse período inteiro, nós ouvimos aqui uma corporação de mentirosos. Portanto, já foram abordadas todas as perguntas, e essas perguntas não foram respondidas de acordo com os fatos acontecidos.

Mas eu quero voltar a um tema que ontem eu abordei e V. Exa., Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, se referiu a ele agora. O Presidente Omar Aziz encaminhou ao Presidente do Senado – ontem ele me falou – ofício a respeito do fato acontecido no Estado de Sergipe e da estrutura do Governo que está montada, primeiro, para proteger os depoentes ligados ao Governo, como é o caso em tela, do Tenente-Coronel Marcelo Blanco. O Governo treina esse pessoal para que eles venham aqui permanentemente fazer essa cena, esse ato cênico deplorável de mentir, de faltar com a verdade. Mas é importante que o Presidente Omar Aziz possa abordar o Presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco, a respeito dessa tentativa de intimidação dos Senadores do grupo que é independente, faz oposição ao Governo, dos suplentes também, no caso do Senador Rogério Carvalho, do Estado de Sergipe, e dando essa condição, primeiro, de que o Governo, através desses órgãos, como, por exemplo, Ministério da Justiça e Advocacia-Geral da União, possa trabalhar, primeiro, para dar essa cobertura, essa proteção de poder faltar com a verdade e mentir entrando no Supremo Tribunal Federal.

Nunca imaginei que pessoas desse naipe e pessoas que são oriundas do Exército Brasileiro pudessem ter essa capacidade de chegar aqui e omitir, não ter nenhum tipo de coragem ou decisão de falar do acontecido, dessa corrupção, dessa prática incorreta, desse tráfico de influência, da improbidade administrativa, como é o caso do depoente de hoje, que ocupou cargo de confiança, sai e monta uma empresa para fazer traficância dentro do Ministério da Saúde.

E nós não vamos nos intimidar absolutamente, até porque a fraqueza do Governo é um sintoma de covardia de quem está sentado no Palácio do Planalto, como o Senhor Presidente, que não consegue responder às perguntas que já foram formuladas pelos irmãos Miranda, até hoje não deu resposta. Há mais de 40 dias que ele não tem coragem de responder aos irmãos Miranda, sobretudo ao Deputado Federal Luis Miranda, e procura, dessa forma, usar toda a estrutura nesse sentido. Portanto, isso é uma coisa grave. O Senador Omar Aziz me disse que encaminhou ofício ao Presidente Rodrigo Pacheco, e eu espero, inclusive, que nós possamos – estou no sistema remoto, mas para a semana estarei aí –, todos os membros da CPI, procurar o Presidente do Senado para que ele tome providências, como chefe do Poder e Presidente do Senado Federal, para que isso não possa acontecer, porque não dá para ficar em silêncio sem tomar providências com as coisas acontecidas em Sergipe, aqui no meu Estado, com o Senador Renan Calheiros, com todo tipo de pressão que o Governo tem feito. Vamos, até o fim, mostrar, primeiro, o crime sanitário que está previsto no art. 268 do Código Penal, a imunidade coletiva, a ineficácia de medicamentos, a omissão na compra de vacinas, para que o Governo, os seus atores todos que estão dentro do Ministério da Saúde e o próprio Presidente sejam responsabilizados por todos os crimes cometidos contra o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, essa é a questão que eu faço e peço a V. Exa. que possa marcar, através do Senador Omar Aziz, Presidente, ou V. Exa. mesmo, para que nós tenhamos uma reunião com o Presidente do Senado Federal para que tome providências nesse sentido. Nessa falta de... Coragem não faltará, mas é importante que o Poder Legislativo, que o Senado Federal seja respeitado pelo Poder Executivo quando o Presidente da República usa a sua força na tentativa de intimidar o Supremo Tribunal Federal se dirigindo de forma errada e inconsequente ao Ministro Luís Roberto Barroso, a outros membros do Supremo Tribunal Federal, tentando dar uma condição de que ele possa fazer o seu Governo, que não tem metas, que não tem projeto, absolutamente nada, apenas serve-se dele, desse Governo para interesses pessoais escusos, grupistas e setoriais.

Portanto, eu peço a V. Exa. que possa providenciar essa reunião com o Presidente Rodrigo Pacheco para que nós possamos levar a ele essas questões todas que estão acontecendo agora no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Otto. A postura de V. Exa. e a presença de V. Exa. nesta Comissão Parlamentar só honram a todos nós e só dão mais certeza da tarefa civilizatória de que aqui estamos imbuídos.

Última inscrita desta tarde, Senadora Zenaide Maia.

A palavra está com V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sr. Marcelo Blanco, Tenente-Coronel do Exército aposentado, ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, eu, como o colega aqui falou agora... Foram muitas as perguntas, mas, apesar de a minha formação ser médica, V. Sa., Sr. Marcelo Blanco... Eu vi contradições no senhor. Eu me lembro de que o senhor disse que o senhor não conhecia o Dominguetti, mas que, quando o conheceu, viu que ele não sabia de nada, era uma pessoa despreparada. Por isso é que o senhor orientou como ele chegaria ao Ministério da Saúde com propostas de compras de vacinas. Mesmo sem conhecê-lo, o senhor também disse aqui que passou mais ou menos um mês conversando com ele.

O senhor disse aqui também que, apesar de ser um assessor do Sr. Roberto Dias, no Departamento de Logística, também não tinha essa intimidade com ele. O senhor falou que também não tinha intimidade com Cristiano Carvalho.

Quando o nosso Vice-Presidente perguntou ao senhor se o senhor tinha criado a empresa para intermediar compras de vacinas com o Ministério da Saúde, o senhor disse que era para a iniciativa privada. E ele perguntou como o senhor criou uma empresa se não existia nenhuma lei dizendo que a gente tivesse aprovado a compra de vacinas para o setor privado. Aí o senhor disse que era um pensamento que criou porque ouviu notícias – foi o que o senhor respondeu ao Senador Randolfe. É uma contradição. Depois, a gente vê que o senhor... Quando fundou a empresa, esta não tinha a característica de intermediar compras de vacinas do setor privado.

Então, são muitas contradições, Sr. Marcelo.

Eu, como os outros, digo a V. Sa que o senhor é, pelo que apresentou aqui, altamente qualificado. É um tenente-coronel do Exército Brasileiro, com graduação. O senhor se envolveu nisto aqui, criou uma empresa. Disse que cuidou, que orientou, que só orientou o Dominguetti, um cara que o senhor não conhecia. O senhor disse que não o conhecia e passou um mês negociando com ele, e isso não chegou ao conhecimento.

Depois disse que criou a empresa. É normalíssimo que o senhor quisesse criar uma empresa. Esse é um direito do senhor. É um tenente-coronel da reserva. É um direito seu. Mas o senhor disse que a criou porque viu oportunidades, viu em notícias de jornais que estava em tramitação um projeto de lei que iria permitir a compra de vacinas pelo setor privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Quero dizer o seguinte... É como eu falei aqui: é difícil acreditar no que o senhor está falando aqui, que não conhecia, que foi... A gente quer acreditar nisso, porque é tão cruel a gente... Já é cruel e dói a gente saber que mais de 558 mil brasileiros e brasileiras foram a óbito neste País. O porquê desta CPI é isto: a gente está aqui para saber por que o Governo Federal deixou morrer mais de meio milhão. E eu, como médica, digo aos senhores: se tivesse comprado as vacinas em tempo, se tivesse seguido a ciência, não teriam morrido. Morreram milhares de brasileiros e brasileiras de morte evitável.

E me entristece também, Presidente Randolfe e Senador Renan Calheiros, ouvir colegas aqui dizerem que esta CPI é um enchimento de linguiça, como eu ouvi hoje, perda de tempo e falsas narrativas, falácias. Está desrespeitando os viúvos, as viúvas e os órfãos deste País, que são mais de 150 mil já. Então, esta CPI está fazendo o papel dela. E, se não fosse esta CPI, não tinha essas vacinas.

Outra coisa: ouvi dizer que o povo brasileiro está vacinado 20%, gente – 20%. E a gente sabe que, se o Governo Federal quisesse ter evitado essas mortes, teria, sim. E esta CPI, a gente sabe que só acelerou a compra de vacinas por causa da CPI. E, se não fosse a CPI, jamais o povo brasileiro saberia que a Pfizer ofertou vacina mais de cem vezes e não foi comprada a tempo. Por isso que temos quase 560 mil brasileiros e brasileiras que morreram, em sua grande maioria de mortes evitáveis.

Então, eu, como eles, não sou membro, mas nós não vamos recuar. O povo brasileiro tem que saber a verdade, tem que saber por que seus amigos e seus familiares morreram, mesmo quando tinham a oportunidade, se o Governo brasileiro tivesse respeito pela vida do seu povo.

Obrigada, Sr. Presidente. Eu não vou nem fazer perguntas porque eu já sei como você as responde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Já iríamos concluir, mas o Senador Jean Paul Prates... Para V. Exa. concluir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Muito rapidamente, Presidente, já que temos esse tempinho final.

Eu estava assistindo, portanto não estava totalmente alheio a tudo que aconteceu aqui, mas é uma sequência.

Eu queria perguntar ao Sr. Marcelo Blanco, já que eu estou aqui como último, fechamento aqui da semana: qual o seu balanço, como profissional, como militar, como até pessoa política também, porque inegavelmente o senhor acaba sendo uma pessoa política, ocupa no Ministério da Saúde, sobre todo esse sistema aí de ONGs, militares, servidores, Parlamentares, num momento praticamente de desespero que deveria pelo menos estar vigente, não só no Governo Federal como nos Governos dos Estados, no mundo inteiro, não é? Por que não dizer no mundo inteiro, Presidentes, Primeiros-Ministros, todos procurando vacina. E esses grupelhos, com seus brasões, com suas insígnias, suas coisas, proto-ONGs, protoassociações, empresas recém-criadas. O senhor acha que essa situação, até a própria existência de comissões comerciais, Sr. Relator, num momento como esse, em que institutos, universidades, laboratórios estavam trabalhando praticamente concomitantemente, mas com o espírito de salvar a humanidade, de salvar pessoas... Qual o seu balanço, como o senhor se sente? Eu tinha essa curiosidade de perguntar desde ontem ao reverendo. Como vocês se sentem tentando de alguma forma organizar um sistema como se fosse um produto qualquer, uma venda qualquer, uma comissão, um comercial de US$1, de US$0,30, de quanto for, com *invoice* para lá e para cá. Com é que o senhor vê esse sistema? O senhor estava de fora dele e consegue enxergá-lo de fora e achar deplorável ou o senhor estava dentro e acha legítimo? "Uma coisa como outra qualquer, Senador Jean, um negócio como outro qualquer. Eu vi oportunidade, tentamos fazer negócio, tentamos montar uma empresa". Como é que o senhor se posiciona em relação a isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Senador, primeiramente, não foi... Da minha parte, eu não posso dizer das outras atividades que o senhor citou, da minha parte não houve tentativa de montar negócio visando o Ministério da Saúde.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, como observador da cena e até o momento em que esteve no Ministério da Saúde, como é que o senhor vê isso hoje, como cidadão brasileiro?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Olhando a cena de maneira bem genérica, aquilo que não se entende como sendo minimamente justo, de fato, não é razoável.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deplorável, não é? Muito ruim.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Agora, aquilo que é justo, aquilo que é justo eu acho que não tem que ser criminalizado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O que é justo?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Aquilo que é justo é aquilo que é feito de maneira correta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Lícita. Então, vendo dessa forma...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, eu quero...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Pode ser que a gente entre numa discussão aí já partindo para o campo filosófico.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mas, aí...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos entrar um pouquinho nesse campo filosófico, porque...

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Mas aí é outra história.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para encerrar o processo, porque a gente está no meio de uma discussão de reforma administrativa, Relator Renan, Presidente....

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Senador, se o senhor me permite, o campo filosófico é absolutamente extenso, é praticamente uma discussão que não se encerra. Entendeu?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, claro, claro.

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA – Eu não vejo isso nem como sendo, digamos assim, próspero, um debate nesse sentido.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas me permita focar a nossa filosofia aqui, rapidamente, sem ser de boteco, apenas para salientar para todos nós que estamos assistindo aí à TV Senado e tudo, a importância de se ter um Estado brasileiro com servidores de carreira, trabalhando nos seus postos. Ontem, mais do que hoje, vimos exemplos de como pode ser frágil institucionalmente um Estado insertado de profissionais de ocasião, de não servidores, não especialistas, não conhecedores do histórico das coisas. Como isso pode fragilizar, num momento crucial como esse, a situação do Estado brasileiro e o poder que ele tem de, por exemplo, centralizar compras, agilizar procedimentos, com o poder diplomático que só o Estado brasileiro, portanto, o Governo Federal tem e os Estados federativos infelizmente não têm, os Municípios não têm. Mas, diante dessas fragilidades eventuais, pessoas erradas nas funções erradas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

aparelhamentos e, principalmente, pessoas eventualmente suscetíveis a abordagens não muito republicanas, é o caso a pensar, porque estamos justamente discutindo nesta Casa a reforma administrativa, onde se fala, por exemplo, da estabilidade, que é um conceito importante. Imagina funcionários que não fossem estáveis diante de uma situação dessa, porque tem uma galera, uma turma que está ali assistindo e até participando desse processo que provavelmente não concordava com muito do que foi feito, do que estava sendo feito e, provavelmente, inclusive, ajudou esta CPI a chegar ao ponto que chegamos.

Então, só para deixar esse raciocínio, por isso que eu pedi a sua opinião, assim como talvez até como um observador mais próximo, porém ainda supondo que externo, para fazer justamente esse fecho sobre a reforma administrativa. Muito cuidado nós deveremos ter ao pensar em alterar a estrutura do Estado brasileiro na sua estrutura vertebral, digamos assim, e no seu conceito principal, que é a estabilidade e a carreira de Estado, principalmente diante desses fatos com que temos nos deparado durante esse tempo todo aqui da CPI.

Obrigado.

Obrigado, depoente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Jean Paul Prates.

O senhor quer fazer uma consideração?

O SR. MARCELO BLANCO DA COSTA (Para depor.) – Só agradecer pela jornada de hoje, que foi a oportunidade de esclarecer alguns pontos, e desejar a todos um bom resto de semana.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Coronel Marcelo Blanco. Também meus cumprimentos à douta defesa. Desejo ao senhor boa sorte em todo esse procedimento.

Antes de concluir, nos chega aqui uma notícia da CBN de que, após fazer sondagens ao senhor, Coronel Marcelo, o General Severo Ramos conversou com o ex-Secretário Elcio Franco. No encontro com o Secretário Elcio Franco, o Secretário Elcio teria desaconselhado o General a contratar o senhor por considerar o senhor – palavras na reportagem do Coronel Elcio Franco – incompetente. Eu acho, inclusive, que depõe a seu favor essa consideração do Coronel Elcio Franco.

Dessa atuação de um ex-membro do alto escalão, Senador Renan, do Governo do Presidente Jair Bolsonaro que atuou junto à Secretaria-Geral da Presidência da República e, logo em seguida, atua numa empresa privada que é objeto das investigações desta CPI, não consta que a Polícia Federal tenha instaurado inquérito. Sobre esses procedimentos de roubalheira no Ministério da Saúde, Senador Humberto, não tem notícias de inquérito. Está tendo notícia de inquérito a essa altura, Senador Renan, contra a única instituição deste País que quer investigar as roubalheiras do Sr. Elcio Franco e agora de um personagem novo. Inclusive, o senhor traz a esta CPI, que tem notícias agora que é o General Severo, que trabalhou, repito, na Secretaria-Geral da Presidência da República. Esta CPI, por isso, Senador Renan, tenho dito que não será intimidada.

O dia de hoje acho que foi um exemplo de tentativas reiteradas de intimidação a esta CPI, Senador Renan, Senador Jean Paul, Senador Humberto. No dia de hoje, Parlamentar da tropa de choque governista da Câmara dos Deputados veio a esta CPI tentar tumultuar o funcionamento dela. O dia termina com a abertura de um inquérito da Polícia Federal contra a CPI. Eu repito e aviso ao Sr. Jair Bolsonaro: nós iremos encontrar a verdade, esteja onde estiver, custe o que custar. E esta investigação não será intimidada, não será barrada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... eu queria também, em meu nome, lamentar o comportamento da Polícia Federal. Eu fui Ministro da Justiça, chefiávamos na oportunidade a Polícia Federal, conheço a competência da Polícia Federal, dos compromissos da Polícia Federal como Polícia Judiciária Federal e sei que todos que tentaram utilizar ou aparelhar a Polícia Federal de alguma forma deram com os burros n'água. Não vão conseguir. Podem até adestrar algumas pessoas, mas não adestrarão a instituição. Isso é impossível! Impossível!

A Polícia Federal está tendo um histórico de tentativa de intimidação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, da distorção com relação a encaminhamento de investigações. Com relação ao Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, chegaram a promover o indiciamento ilegal, inconstitucional, porque Parlamentar não pode ser indiciado pela Polícia Federal; só o Supremo Tribunal Federal pode fazê-lo.

Nós entramos com uma reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal. Ela já foi despachada. O Ministro Edson Fachin já abriu um prazo para a defesa da Polícia Federal, através do delegado que tentou esse indiciamento, o não fato, a não notícia, mas a partir disso tentaram fazer uma coisa com repercussão, em função do papel, do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Há 15 dias, a Polícia Federal chegou ao cúmulo de abrir uma investigação um dia antes do Maximiano, dono da Precisa, entrar no Supremo Tribunal Federal e pedir para silenciar diante desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e isso aconteceu, forçando o Tribunal, criando uma circunstância para que o Tribunal concedesse uma ordem de *habeas corpus* em função de uma jurisprudência existente na Corte.

Mas, assim, nada vai impedir o aprofundamento da investigação. Nós já temos digitais da participação de pessoas do Governo nesse morticínio, nesse genocídio, e quer queiram, quer não, eles vão pagar, sim, pelo que fizeram. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai entregar esse resultado que está sendo cobrado pelo povo brasileiro e não adianta mais uma vez tentarem nos atemorizar. Nós não aceitaremos. Nós estamos entregues a essa causa. Deixamos de fazer absolutamente tudo que poderíamos estar fazendo para nos dedicar a essa investigação, para esclarecer esses fatos, para responsabilizar essas pessoas que levaram ao agravamento de mortes de brasileiros no enfrentamento da pandemia.

Nós tivemos um recesso compulsório, mas voltamos nesta semana. Já estamos concluindo o segundo depoimento. Amanhã teremos um terceiro depoimento. Ontem, tivemos uma reunião administrativa. Aprovamos vários requerimentos de informações, de transferência de sigilo, de esclarecimentos que precisávamos ter, e vamos aprofundar o nosso trabalho. Nós já temos muitas provas, já juntamos muitas informações, sabemos muito mais do que sabíamos no início e vamos chegar a um resultado final. Os brasileiros não tenham nenhuma dúvida, absolutamente nenhuma dúvida de que nós chegaremos lá.

Esta CPI se formou exatamente, porque esses fatos vergonhosos não estavam sendo investigados pelos canais convencionais e competentes, ou seja, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público. E aí, quando essa investigação não acontece, se faz necessário se criar uma Comissão Parlamentar para uma investigação legislativa, parlamentar, política. E, quando essas coisas não estão sendo investigadas, é ela que tem que se desincumbir desse papel, dessa missão. Então, não tenho nenhuma dúvida: nós vamos até o fim, e ninguém absolutamente vai nos intimidar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Por isso, Presidente, é recomendável que a mesma providência que nós tomamos na questão do indiciamento seja tomada nessa questão para que a Polícia Federal não tente, com a abertura desse inquérito, interferir nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito nem no que se quer para a própria investigação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria também fazer uma manifestação muito rápida no sentido de prestar a minha integral... Eu não diria solidariedade, porque sou parte desse processo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Segundo a Polícia Federal, o senhor também será investigado por eles, segundo esse inquérito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é. Então, eu quero aqui manifestar o meu integral apoio ao posicionamento não só do nosso Presidente, do nosso Vice-Presidente, o Senador Randolfe Rodrigues, V. Exa., e o Relator... Eu acho que esse é o sentimento da esmagadora maioria dos integrantes desta CPI. Causa espécie, inclusive, que integrantes desta CPI aqui estejam antecipando até fatos como esse. É sinal de que não era apenas a Dra. Mayra que ficava fazendo combinações aqui. Houve gente aqui já hoje que falou que a Polícia Federal vai investigar vazamentos e tal, pá-pá-pá.

É até bom que esses vazamentos tenham vindo a público. Eu não tive a oportunidade de assistir a nenhum desses depoimentos desses inquéritos que estão sendo abertos, mas o que tenho ouvido dizer é que há uma complacência muito grande por parte dos que estão responsáveis por fazer a investigação: "Não, não precisa falar sobre isso, não. Não, não precisa falar". É até bom que nós possamos acompanhar para saber se esses inquéritos realmente vão ser conduzidos de forma tal que nós possamos ter certeza de que eles estão existindo para valer.

Então, eu creio que devemos seguir a sugestão apresentada pelo Senador Contarato. Vamos fechar esse inquérito, temos que recorrer a quem quer que seja. Na verdade, é uma interferência sobre um Poder, é uma interferência sobre um Poder, é a quebra da harmonia, da autonomia e da independência entre os Poderes e, acima de tudo, é uma tentativa de intimidação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu quero dizer que tenho integral acordo com as manifestações que foram feitas aqui e também com essa medida, esse procedimento que nós precisamos efetivamente tomar.

A luta que se estabelece hoje no nosso País é a luta entre a preservação do Estado de direito e a implantação de um Estado autoritário. E eu creio que o povo brasileiro está conosco nessa luta e nessa disputa em defesa da liberdade e da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito bem, Senador Humberto Costa.

Eu quero só alertar com o art. 4º da Lei 1.579, de 1952: "Constitui crime impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer de seus membros". Diante disso, requisito e determino à Secretaria desta Comissão Parlamentar de Inquérito que comunique à advocacia do Senado, para, de imediato, ingressar com *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, a fim de trancar o inquérito ilegal e ilegítimo instaurado no dia de hoje pela Polícia Federal. Ato contínuo, que a advocacia do Senado também seja instada para representar contra o Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal e também contra o Sr. Ministro de Estado da Justiça, conforme o art. 4º, da Lei 1.579, de 1952.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 139
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (39ª Reunião) 04/08/2021

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 38ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença e convoco todos para a oitiva de amanhã.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (40ª Reunião) 05/08/2021

ATA DA 40ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia cinco de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Rose de Freitas, Zenaide Maia, Jorge Kajuru e Soraya Thronicke. Deixa de comparecer o Senador Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Airton Antônio Soligo**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Airton Antonio Soligo, em atendimento ao requerimento 438/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1247 de 2021** que : "Requer seja solicitado ao Diretor-Geral da Polícia Federal a requisição dos servidores públicos federais Joao Paulo Velame Ferreira e Alexandre Ferreira da Silva para prestar apoio e assessoramento técnico investigativo a esta CPI da PANDEMIA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1248 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo telemático do Twitter Dallas Cowboy." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1249 de 2021** que : "Transferência de sigilo telefônico, de janeiro de 2020 até o presente, de Rodolfo Fortes Neto." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 1252 de 2021** que : "Requer a convocação do Senhor Marcos Tolentino da Silva, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 1253 de 2021** que : "Transferência de sigilos telefônico, bancário, fiscal e telemático de FIB BANK GARANTIA DE FIANCAS FIDEJUSSORIAS S/A." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

enfrentamento da Pandemia da Covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Airton Antonio Soligo, ex-Assessor Especial do Ministério da Saúde, durante a gestão do ex-Ministro Eduardo Pazuello, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Solicito que o depoente seja conduzido à mesa. (*Pausa.*)

A Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Gilmar Mendes no Habeas Corpus nº 205.009, nos seguintes termos:

> [...] concedo parcialmente a ordem de *habeas corpus*, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia assegure ao paciente Airton Antônio [...] o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrigados nesta cláusula; [...] o direito a ser assistido por advogado ou advogada durante todo o depoimento; [...] o direito a ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito [...], não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados.
> Serve esta decisão como salvo-conduto.

Airton, eu vou fazer uma pergunta aqui para você: V. Sa. promete, quanto a esses fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado? (*Pausa.*)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Sr. Presidente, acredito que, em função da decisão, eu não sou obrigado, mas estou aqui para dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado. A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

O senhor teria 15 minutos, se quiser se manifestar, senão, passaria direto ao Relator.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu gostaria de usá-los, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Primeiramente, meu bom-dia a todos. Gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando todos os Senadores e Sras. Senadoras desta Comissão, na sua pessoa, Sr. Presidente Omar Aziz, e também do eminente Senador Relator Renan Calheiros, e as Sras. Senadoras em nome da Senadora Simone Tebet.

Gostaria de dizer que é com alegria que retorno ao Congresso Nacional, onde aqui estive, representando o meu Estado, Roraima.

Aproveito este momento pra me solidarizar com os familiares, entes queridos dos 559.715 brasileiros que perderam suas vidas para a covid-19.

Mas, além disso, não poderia de forma alguma deixar de saudar todos os heróis profissionais de saúde que salvaram e continuam salvando vidas Brasil afora, sejam eles profissionais, sejam anônimos, voluntários neste País.

Quero ainda registrar publicamente hoje a minha felicidade em ver cerca de 105 milhões de brasileiros que já receberam a primeira dose da vacina, por volta de 50% da nossa população. Vacina é vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Peço encarecidamente, aproveito este momento, aos que não se vacinaram ainda que se vacinem, independente da marca da vacina. E os que não tomaram a segunda dose, por favor, a tomem. A imunização completa é com essa segunda dose.

Ontem, um número expressivo: 2,3 milhões de doses aplicadas no Brasil, mas lembrando que a pandemia não acabou – ela tem ciclos. Use máscaras, respeite o distanciamento social, continue cuidando um dos outros.

Sr. Presidente, fui convocado para vir aqui nesta data, e eu aguardava ansioso. Quando os meus advogados, contra a minha posição pessoal, impetraram o mandato de *habeas corpus*, eu disse: independente do resultado, eu quero estar lá. Poderia usar de outros artifícios se eu não quisesse estar aqui. Estava como Secretário de Saúde do meu Estado e estava com covid até ontem, com atestado médico, mas eu queria estar aqui. É uma oportunidade de falar com transparência, com tranquilidade, olho no olho com vocês, com o Brasil, de tudo o que presenciei.

Mas, apesar do noticiado, Sr. Presidente, quando fui convocado como um empresário, não tem nada nisso que me constranja. Quero dizer – aproveitar para esclarecer, para aqueles que não me conhecem – que dediquei mais da metade da minha vida ao serviço público. Fui Prefeito municipal aos 24 anos, fui Deputado Constituinte, Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado, Vice-Governador, Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, Presidente da Companhia de Desenvolvimento, Deputado Federal pelo PPS. E, na Câmara, fui Presidente de duas Comissões, uma delas a da Amazônia, fui Sub-Relator do Orçamento e, posteriormente, fui novamente Deputado, todos exercidos pelo meu Estado de Roraima.

Além disso, ocupei o cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Boa Vista, fui Presidente da Fundação de Meio Ambiente de Roraima e, mais recentemente, Secretário de Saúde do meu Estado.

Portanto, muito mais do que empresário, onde circunstancialmente me encontro, me considero, sobretudo, um servidor público que dedicou mais de trinta anos de vida à causa pública. Logo, Srs. Senadores, posso dizer com tranquilidade, faz parte da minha vida.

Conheci... Como venho parar no ministério? É importante saber disso. Conheci o General Pazuello, sob comando da Operação Acolhida, com notícias, oportunidade em que acompanhei seu trabalho na chegada dos venezuelanos: 600 mil pessoas entraram em Roraima. E, nesse momento, a abertura da fronteira, mais de 5 mil continuam entrando neste momento. Nossa cidade sofreu um abalo de capacidade educacional, de educação, de saúde. Pesou e o Brasil tem sido acolhedor. Eu era estrangeiro e você me acolheu. Roraima tem acolhido essas pessoas que são cidadãos, que são famílias. Destroçou-se um país, mas o Brasil tem acolhido.

Mas venho conhecer o General Pazuello na intervenção de Roraima. Roraima foi, pela primeira vez, em 2018, o primeiro Estado brasileiro a sofrer uma intervenção. E o Governo Federal antecipou o interventor, o Governador eleito, e nessa intervenção chamou o General Pazuello para ser o secretário da Fazenda; e a mim, talvez pela experiência pública, para ser o secretário da intervenção, representando os setores da organização dos setores do setor produtivo: secretaria de cultura, meio ambiente, vigilância sanitária... Enfim, foi esse objetivo. E ali, nessa relação que durou cinco meses, nós trabalhamos e aconteceu um respeito mútuo.

Estamos agora – eu adianto um pouquinho essa cronologia, Sr. Presidente, um pouquinho de paciência –, nós estamos em 2020. Eu sou produtor rural, vivo e moro numa fazenda, produtor de melão, em parceria, inclusive, lá com o pessoal de Mossoró, do Rio Grande do Norte, e estava lá. Recebo um telefonema do General Pazuello, que havia assumido a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, me convidando, com poucas palavras, estilo militar, que estava numa missão e que precisava de alguém que tivesse o conhecimento e a articulação político-institucional e se eu poderia vir aqui em poucos dias. Eu disse: "Olha, eu posso dar um pulo e ver em que eu posso ajudar". E assim eu fiz, com meus recursos próprios peguei o avião e vim a Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Ao chegar, encontro outros membros da equipe, todos militares, que naquele momento já trabalhavam num plano de ação. Busco entender o que esperavam de mim. A mim é pedido que fosse prestado um auxílio na interlocução político-institucional, o que fiz na condição jurídica de colaborador eventual, tal qual muitos outros colegas. E aqui cito um exemplo recente da Dra. Luana Araújo, que também no Ministério da Saúde doou um pouco do seu tempo, experiência e conhecimento em prol de combater a pandemia. E aceitei a perspectiva de que seria algo transitório e de curto prazo, tanto que trouxe três mudas de roupa.

Nessa condição, participo como observador da primeira reunião lá no ministério, que é o Comitê de Operações Emergenciais, que é o centro de comando de lá do ministério, que os senhores devem conhecer. Mas o Ministro é o Ministro Nelson Teich, que, nesse momento, com os secretários nacionais... Lembrando que nesse momento era uma transição de Mandetta para Teich, onde estava sendo formada a sua equipe e estava ali o Pazuello.

O que me recordo é claramente dessa reunião e dos atores presentes, e a fala final do Ministro Teich, um grande brasileiro. Ao final, dizia Teich: "Seremos julgados pela entrega que fizermos e pela quantidade de vidas que salvarmos. Para isso, todas as nossas ações devem visar a continuidade da salvação de mais vidas". Repito, disse ele: "todas as ações devem ser céleres e objetivar salvar mais vidas".

Dali, naquela observação da reunião, Pazuello, no dia seguinte, me pergunta o que eu tinha visto que poderia colaborar. Eu disse: "General, eu vi uma coisa muito séria". Gostaria de falar isto ao Ministro Teich, mas não tinha nem conhecimento do Ministro Teich: "Falta o conhecimento aqui do que é o SUS, o que representa o Conass e o Conasems, que as decisões são tripartites. Essas decisões impactam em todas as decisões e elas são tratadas numa CIT". Vocês sabem disso, têm experiência de que mensalmente – tem aqui o Ministro Humberto Costa, que, com certeza, presidiu muitas vezes a CIT. Ali são todos os secretários estaduais, todos os secretários nacionais, o Conasems e o Conass, e não é o Ministro monocraticamente que decide. São pactuadas. Dessa pactuação, surgem as portarias, a distribuição de recursos, os planos estratégicos nacionais, mensalmente. Nos Estados, isso se repete na CIB, nessa mesma proporção. Coloco a situação e o Pazuello fala para o Teich, e me pedem para ir conversar com o Conass e o Conasems.

Para vocês terem uma ideia, naquele momento desse troca-troca, fazia quase um mês que não se reuniam. Tem uma reunião que era mensal, semanal depois, depois passou a ser quase diária, entre decisões nessa emergência. Nós vivíamos naquele momento uma emergência nacional. E eu vou procurar o Conass e o Conasems. Nem sabia lá que o Conasems funcionava dentro ali do ministério. E com o Conasems eu até mantinha uma relação de longe porque eu sou ex-Prefeito. Legitimamente, para falar com o Conasems, eu os procuro, eles sentem isso, mas não querem falar em nível de terceiro andar. Quando eu falo de terceiro andar, acho que o Senador Humberto Costa entende que terceiro andar é o lugar da Secretaria Executiva e o quinto andar é onde há relação com o Ministro, onde acontece a relação parlamentar, onde acontece toda essa relação institucional.

Enfim, conheço ali, nesse conhecimento, vou conhecer, não estou, não tenho função, não tenho sala ainda, estou de forma meio voluntária, vou conhecer a Organização Pan-Americana de Saúde. Acompanhava a pandemia, o que estava acontecendo, e aí eu encontro o que realmente o Brasil precisa conhecer, aqueles que não conheçam: a vigilância sanitária do País, onde a Opas, que são as bases de dados para a Organização Mundial de Saúde, onde há o acompanhamento prévio das situações de controle de risco do País... Eu lá vi aquilo e entendi que daí a Opas já participa, dentro do ministério, nessa ação, principalmente na questão de vigilância sanitária, não só da covid mas das outras endemias, da vacinação do País, enfim. E disse... E o Ministro... O Pazuello e o Teich – na época o Pazuello secretário – tiveram uma conversa e traçaram, já imediatamente, uma reunião com esses entes e entenderam realmente o SUS... Eu vi o dia em que o Pazuello, quando esteve aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

depoimento, disse que veio a conhecer o SUS efetivamente, e aí eu entendo, porque são militares, têm outra doutrina, daí conheceu.

Aí vem um fato que – está aqui, Senador Omar Aziz, o senhor que é do Amazonas – a minha família mora em Manaus, meus filhos moram em Manaus, os meus netos moram em Manaus, a minha mãe, D. Arlinda, Senador Girão, mora lá em Joinville e está viva. Meu filho Gabriel me liga no dia 1º de maio: "Pai, eu tenho amigos, filhos de médicos..." Nós moramos do lado do hospital lá em Manaus, do 28 de Agosto. "Pai, está morrendo muita gente. Está... O cemitério lá do Tarumã, pai, eu fui lá, tem filas, carros de funerárias esperando na fila pra entrar no cemitério. Os médicos estão com medo, os enfermeiros estão fugindo do hospital com medo de morrer. Pai, vem pra casa". E aí a decisão toca teu coração, é a tua família.

Estava no olho do furacão. É preciso entender que a pandemia começa em São Paulo, mas ela vai pra Manaus. E aí decido ir embora pra Manaus. Mas nesse momento também decide o Ministro Teich, numa decisão de gestor, levar o ministério para Manaus. No dia 3 de maio, desce para levar pra Manaus toda a ação do ministério. E lá em Manaus eu presencio as cenas, Sr. Presidente, mais chocantes, que vão impactar o resto da minha vida. O que nós vimos, aquelas cenas de Nova York, estava acontecendo em Manaus. Fui lá no Hospital Delphina Aziz, que leva o nome da sua mãe – e acabei depois, posteriormente, ficando internado lá com covid: corpos e corpos sendo embarcados rumo ao cemitério. E depois fui visitar o cemitério e eu vi aquela escavadeira, cavando covas coletivas na rua. Eram mais de 120 pessoas sendo enterradas por dia. É a primeira onda. Não confundam com a segunda onda em Manaus essa primeira onda de Manaus.

Fico ali até o dia 5 ou 6 de maio e, nesse intervalo lá, tive oportunidade de falar tanto com o Teich e com o Pazuello. Teich me convida para vir... Até então eu não tinha um convite pra nenhuma função. Teich me convida pra vir fazer parte da equipe dele, Ministro. Converso e tomo... A vida é feita de escolhas, e ali eu fiz a minha: vou pra lá. E ao chegar aqui... Não lembro, perdoem algumas questões de datas, eu já tive dois COVIDs. Tem me faltado muitas vezes a memória, então não vou precisar. Não sei se em 6 ou 7, eu chego a Brasília. E eu sou acometido de uma doença crônica, tenho uma imunidade baixa, tenho tratamento disso há anos, convivo com isso, e tenho um problema de pressão alta. Ao chegar aqui, no dia seguinte, não sei se por questão do emocional, minha pressão estava 22 por 12. Fui socorrido aqui na Câmara dos Deputados, como ex-Deputado, no atendimento. Fui socorrido ali e fiz um *check-up.* Graças a Deus, era só imunidade, uns disparos, enfim. E aí me adianta aí cinco dias, cinco de repouso.

Só estou chegando a isso, que é 12 de maio. Vou encerrar, Presidente. É 12 de maio, e vou lá me apresentar ao Ministro Teich, para ser seu futuro assessor especial – tinha recebido o convite. Pasmem os senhores: três dias depois, o Ministro Teich cai, renuncia – renuncia. E eu, assessor, fiquei ali, ia ver aquele intervalo, dia 16, 17, 18... Quem vai ser o Ministro? Ficou-se conjecturando no Brasil quem é o futuro Ministro da Saúde.

Dia 22, o Pazuello é nomeado interino e eu acho que, no dia 25, 26, ele me convida, retifica o convite do Teich para ser secretário, assessor especial... Quero dizer que, dali, aquela questão... Vocês conhecem o Sinc, o encaminhamento das nomeações demora um pouquinho. E aí, um fato atrapalha a minha nomeação naquele momento. É só olhar aí a data em que foi dada entrada: não tinha o meu afastamento da minha empresa. Tinha que pedir o afastamento de administrador. Os cartórios naquele momento estavam fechados. Isso já leva uma semana. E não só a minha, porque outros servidores só são nomeados dia 3 de junho.

Aí, encaminha-se... Aí, eu não sei precisar a data, se dia 3... E demorou. Quero dizer que, não sei por quê, houve, inclusive, uma rejeição ao meu nome lá na Casa Civil. Escutei boatos de questões, algumas, não posso afirmar nenhuma. Só vem sair no dia 24 efetivamente a minha nomeação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Enfim, eu vou estar aqui durante as perguntas, esclarecer, porque daí eu sou nomeado efetivamente pra frente. Quero dizer que eu não assinei nada nesse momento. Não autorizei, fui interlocutor de algumas coisas, mas era o momento.

Para terminar, Sr. Presidente, eu aproveito, fazer uma referência especial a todos os servidores da Fundação Oswaldo Cruz, a nossa Fiocruz, que, graças à decisão tomada em julho do ano passado, já conseguiu entregar 80 milhões de doses produzidas no Brasil, mas, mais do que isso, absorção da tecnologia compartilhada com o Brasil. Isso estará nos próximos meses produzindo IFA nacional e será exportadora de vacina para o mundo, orgulho nacional.

Da mesma forma, aos servidores e técnicos e cientistas do Instituto Butantan. Quero salientar aqui que o Butantan não é do... O Butantan é do Brasil, e assim o é desde 1901, sendo fornecedor de vacinas e soros para o Ministério da Saúde. Mais de 80% das doses de vacinas aplicadas até agora no Brasil são de produção nacional e motivo de orgulho de todos os brasileiros. Isso é importante para o Brasil.

Encerro, Sr. Presidente. Quero dizer que estarei aqui à disposição, com clareza, com respeito a V. Exas. Dizer de que sei do trabalho dessa CPI, da importância disso para a democracia brasileira. Já estive aí como Parlamentar participando de CPIs no Brasil, sei da importância, sei do trabalho de V. Exas., sei da dedicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Airton Cascavel.

Eu vou passar ao Relator.

V. Exa., Senador, está com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, hoje é o Dia Nacional da Saúde Pública, e completamos, Sr. Presidente, cem dias da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Até hoje, morreram 559.715 brasileiros.

De acordo com estudos criteriosos que recebemos aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo menos 400 dessas mortes poderiam ter sido evitadas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Quatrocentas mil!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mil!

Para se ter uma ideia – e o Senador Humberto lembra bem –, pelo menos 120 mil mortes se atribuem, Senador Girão, à demora do Governo para adquirir as vacinas na hora certa.

Ontem nós vimos aqui mais um triste espetáculo: enquanto o Governo recusava as ofertas da Pfizer, do Butantan e da OMS, se esforçava, através dos seus diferentes escalões no Ministério da Saúde, para comprar vacina de quem sequer tinha vacina a vender. Por que isso acontecia? Por que o Governo recusava as ofertas das empresas que tinham filtro rígido de *compliance*? Porque o Governo preferia negociar com pessoas desqualificadas, sem controle nenhum, o que possibilitaria um pedido de propina. E isso tudo esta Comissão Parlamentar de Inquérito está conseguindo provar.

De modo que temos exposto aqui no dia a dia o descaso, a omissão, a ignorância de um Governo, o que demonstra, definitivamente, que essa tragédia brasileira não aconteceu por acaso; aconteceu em função de uma prática criminosa, que haverá, na medida da cobrança da sociedade, de ser punida – e ser punida exemplarmente.

Eu queria começar perguntando ao Sr. Airton Cascavel: que experiência na gestão de saúde pública V. Sa. tinha antes de ser nomeado por Pazuello para o cargo de assessor especial?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Primeiro, Sr. Senador, apesar de ser Prefeito de uma pequena cidade, essa cidade também tinha um sistema de saúde, como têm as 5.570 prefeituras dos Municípios do nosso País, então como gestor, como Prefeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Quando na questão de vice, quando fui Vice-Governador do meu Estado, e na questão da Assembleia também, na fiscalização do sistema de saúde e da aplicação dos recursos, então, tive um conhecimento de gestão, acompanhei toda a implantação do médico da família, na época feito com os cubanos em Roraima, que foi o primeiro Estado brasileiro a implementar o atendimento de médicos da família.

Então, é uma questão de gestão. E eu vejo, muitas vezes, quando nós entendemos de saúde... E na minha função, nobre Senador, eu não vim para ser especialista de saúde.

Eu vim com uma função, quando fui nomeado, institucional nessa relação com o Congresso Nacional, com os Municípios, ou seja, essa interlocução. Esse era o acordo. Não era um cientista que estava no Ministério vindo. O melhor Ministro da Saúde até hoje foi o Ministro José Serra. Eu tenho um respeito grande pela gestão. Eu estava Deputado Federal e convivia no Ministério da Saúde com o exemplo que deixou a gestão... Quiçá nós tivéssemos vários José Serra neste País. Então, eu me senti, quando estava aqui, preparado. Eu tenho uma vida longa de experiência pública.

Então, é isso, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. não foi nomeado assim que começou seu exercício no Ministério da Saúde?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu aproveitei, Sr. Senador, no relato que fiz aqui, espero ter respondido naquele relato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, para que nós tenhamos a ênfase necessária, V. Sa. precisa responder.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Falarei, falarei, responderei.

Primeiro, quando eu vim, eu vim pensando em ficar dez dias naquela condição. Logo em seguida, eu sou convidado, no dia 12 de maio, pelo Ministro Teich, para ser seu assessor especial. Dois dias depois, três dias depois, no dia 15, o Ministro Teich pediu demissão, de forma inesperada. Ou seja, aquele pedido já não existia oficialmente mais. Eu fiquei ali naqueles quatro dias, eu não estava em lugar nenhum no Ministério. No dia 22 é que se nomeia o Ministro Pazuello e, apenas no dia 26, ele me ratifica o convite. E esse convite, Senador, quando ele veio, eu fui providenciar documentação para ser encaminhada, e é assim que acontece. Nos meus documentos, quando eu entreguei, faltava a desvinculação do cargo de administrador da pequena empresa que tenho. E aí eu fui solicitar essa mudança, os cartórios estavam fechados para fazer a mudança. Isso levou mais uma semana e só vem aí um atraso. É encaminhada essa nomeação para a Casa Civil, que era lá pelo... É um cargo de assessoria 5, vai para a Casa Civil, e aí o meu nome, de certa forma, deve ter sofrido uma rejeição. E só vem a acontecer essa nomeação, efetivamente, no dia 24 de junho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De junho ou de julho?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Junho, junho, junho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto tempo V. Sa. atuou extraoficialmente no Ministério da Saúde?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Aí que nós temos que ver essa relação. Eu fiquei... Como eu tenho uma relação com o Conasems de ex-Prefeito, eu fiquei mais nessa relação como interlocutor do Conasems, porque o Conasems e o Conass participam das reuniões ali e tinham reuniões diárias nessa reunião. O exemplo é do Conass, é o ex-Deputado Vilela que lá representava, junto com o Jurandir Pascoal, Superintendente e mais assessores, Cupertino, participavam dessa reunião, e o ex-Deputado fazia essa assessoria para o Conass. E, no Conasems, o Presidente Wilames, Dr. Mauro, o Superintendente, e eu fiquei participando dessa reunião, nessa interlocução com os Prefeitos do nosso País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais eram exatamente suas responsabilidades como assessor do General Pazuello?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É preciso entender: o senhor está falando quando eu efetivamente sou nomeado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, quando nomeado e...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quando nomeado, sim. Aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... quando não ainda nomeado também.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Nesse momento em que eu não estava, não era com...

Opa, tudo bem, Senador?

Nesse momento, eu não tinha uma definição; eu tinha ali, na relação que trabalhava do Conasems, uma relação de diálogo institucional com as prefeituras, com os Estados e com os Municípios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretários estaduais de Saúde relataram que V. Sa. era uma espécie de Ministro de fato, pois agilizava as demandas dos entes subnacionais.

Que outras atribuições o General Pazuello terceirizou a V. Sa.?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Nunca houve um processo de terceirização de competência. Não foi esse o termo.

Quando fui Assessor Especial, efetivamente Assessor Especial, eu trabalhava na interlocução muitas vezes com Parlamentares, com Prefeitos, com Secretários de Saúde, o que criou essa relação. Existe o fórum dos Secretários, o Conselho Nacional, o Conass, dos Secretários de Saúde. Eu fiz parte, como Secretário estadual. Então, tinha ali uma relação de diálogo permanente. Então, foi nessa interlocução da ponta, da base do Município, da base da saúde do Estado com o ministério.

Eu o que era? O facilitador – o facilitador – dessas ações, lembrando aí, Sr. Senador Relator, que nós vivíamos o pior momento da pandemia emergencial no País. O Nordeste, naquele momento de junho, vivia uma situação dramática, com falta de respiradores no País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que a insistência de Pazuello em nomeá-lo nesse momento mais grave da pandemia, já que V. Sa. não tinha especialidade nenhuma na matéria? Que ajuda efetiva V. Exa. teria a dar como Assessor Especial de um General Ministro da Saúde, ainda interino naquela oportunidade, no momento mais dramático da pandemia?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Sr. Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que ele insistiu tanto com a sua nomeação...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Sr. Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – .... que teve muitas dificuldades junto ao Palácio do Planalto?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Sr. Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São as informações que nós trazemos aqui.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Pois não.

Sr. Senador, pro senhor entender, eu acho que falei aqui um pouquinho da minha experiência política. Eu tenho formação jurídica, eu tenho MBA de gestão também, Sr. Senador, passei por diversos cargos públicos de gestão de empresas estaduais públicas. Agi, trabalhei aqui no Congresso Nacional como Deputado, fui Presidente de uma Assembleia Legislativa, foi sub-relator do Orçamento da União. Então, essa interlocução minha com os Srs. Parlamentares do País, eu não me sinto diminuído não, Senador; eu sinto que eu estava preparado para a função, porque era essa a minha função.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Palácio do Planalto teria postergado a nomeação de V. Sa., alegando que havia um histórico de denúncias. V. Sa. pode especificar alguma dessas denúncias e se tem a ver com algum assunto evidentemente vinculado à saúde pública?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Senador, nunca tive acesso, e a gente não tem esse acesso. Eu tive um processo eleitoral, como todos o têm – não é que todos o têm, algumas pessoas o têm. Tive um processo eleitoral em andamento, e isso é natural, é o amplo direito da defesa, de ter. Eu não sou condenado nesse processo. Enfim, essas relações... Mas eu não tive efetivamente acesso a isso.

E digo ao senhor que, naquele momento, havia um convite pra mim. Mas eu tinha uma vida independente, independente. Só que, naquele momento, eu também entendia que havia um porquê de eu estar aqui. Qual era o objetivo que, de forma superior... E aí eu estou dizendo: por que é que eu estaria aqui? Como é que eu vim parar aqui? Eu entendia que havia um chamamento maior para mim, e não do General.

E também dizer, Sr. Senador... Olha que a grande maioria dos militares... Eu não estou aqui falando nada, denegrindo militares. Tenho o maior orgulho do nosso Exército e das Forças Armadas Brasileiras, mas não têm o traquejo político do trato. E acho que, talvez, foi aí que precisavam dessa relação com o Congresso.

E quando o senhor coloca aqui... Eu quero diminuir essa importância que as pessoas me atribuem nessa relação com Estados, com Municípios. O senhor não viu na imprensa nacional... Eu nunca vi um secretário municipal ou estadual me condenar por qualquer atitude; pelo contrário, diziam que eu ajudava a facilitar, ajudava a facilitar a burocracia pública, para que as coisas acontecessem. Foi esta a minha função, a de fazer acontecer.

Naquele momento, quando se cobra, porque é salvar vidas, buscar salvar vidas dos brasileiros... Um minuto, um minuto só, Senador... Eu fico imaginando quando um respirador... Eu presenciei cenas no País em que um respirador... Não tinha respirador no País! E aí vem a frieza do papel, do pedido que nasce do secretário municipal, a frieza do papel que nasce do secretário estadual. E esse respirador fica tendo que ser tombado. Ele chega na sexta-feira e vai esperar quatro dias, e as pessoas morreram.

Eu quero aqui lembrar um fato que eu presenciei e vou esquecer: o Senador Kajuru, de madrugada, liga e coloca uma situação de Rio Verde, em Goiás. Havia um surto, naquele momento, de pandemia em Rio Verde, e as pessoas morrendo. Às 4h da manhã, toca o telefone. Esse telefone acaba sendo público. Estou falando aí de lá de meados de junho, de final de junho. Toca o telefone, e o Prefeito chorando, pedindo apoio: "O que é que podia o ministério?". Às 6h da manhã, o COE, que era o Centro de Operações, onde se decidiam as distribuições... Vejam os senhores: quem decidia a distribuição de qualquer ação era o Centro de Operações do ministério, em todo momento. Eu fui lá fazer um pleito. Fui fazer um pleito: "Por favor... Em São Paulo, tem 34 respiradores, que chegaram lá. Por favor, mandem esses respiradores pra Rio Verde". Isso era na sexta, no sábado de manhã. "Mandem pra Rio Verde, pra salvar vidas!".

E aí eu pergunto, Sr. Senador... Se eu tiver que responder por ter agido nisso... Eu não fui omisso. Eu fiz a minha parte. O tempo todo que fiquei no ministério, Senador, eu procurei fazer a minha parte. Eu tenho visto aqui nos discursos da demora. Quando falam da vacina, eu chego a dizer o seguinte: se eu tivesse esse poder de decisão que as pessoas, muitas vezes, ficam, a imprensa, dizendo da importância, eu teria comprado. Mesmo não podendo comprar, como nenhuma lei permitia, eu teria comprado a Pfizer, eu teria comprado a Janssen. Se dependesse de mim, se eu tivesse esse poder, eu estaria aqui hoje respondendo por que tinha comprado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre essas negociações, eu gostaria de fazer algumas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O.k. Obrigado, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E encareço a V. Sa. que, se puder sintetizar a resposta, será melhor para o rendimento do depoimento e da reunião da própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Há informação, nesta CPI, de que V. Sa. atuou na pacificação do acordo com o Instituto Butantan, pelo acordo da CoronaVac. É isso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi exatamente o conflito, especificamente, que V. Sa. mediou?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O grande problema da vacina brasileira foi a politização. Se politizou essa questão, se politizou a questão do Butantan. Se politiza, eu vejo. As pessoas não falam da importância da Fiocruz. E ali, a interlocução política.

Naquele momento, havia uma tratativa. E eu quero esclarecer aqui, Sr. Senador, quando falam de tratativas. Qualquer tratativa comercial, de relação empresarial, Secretaria Executiva. Vacinas, medicamentos, nada é minha função. Não é essa a minha função. Mas naquele momento, vou tratar junto, e aí faço aqui... Os senhores devem conhecer, o senhor principalmente, o ex-Prefeito de Salvador, Deputado Imbassahy, que foi nosso colega aqui nesta Casa, e foi papel preponderante nessa relação da reconstrução e pacificação. Fui mandado pra São Paulo na função de interlocutor. Nos reunimos numa relação com a equipe do ministério, da vigilância sanitária, o setor jurídico, pra tratar dessa aproximação necessária, porque era necessário – naquele momento nós precisávamos de vacina e o Butantan tinha 6 milhões de vacinas – construir esse diálogo, retornar esse diálogo, pra que isso viesse a acontecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse diálogo havia sido interrompido?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Do ponto de vista do ministério com o Butantan, em nenhum momento. Mas na mídia nacional, é fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mesmo depois que o Presidente da República anunciou que não queria negociar com o Butantan?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O Butantan nunca parou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Naquele momento não houve interrupção?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Nunca parou. Não houve interrupção das tratativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o que foi exatamente que V. Sa. mediou e pacificou, na sua expressão?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – A mediação era para quê? Naquele momento... E aí, não é uma tarefa só nossa. Através do Fórum dos Governadores, dirigido e coordenado pelo Governador do Piauí, Wellington Dias, havia um movimento nacional de todos os Governadores para que se chegasse ao bom senso de inserir a compra do Butantan nisso. Não havia por que não. Toda vacina era necessária. Então, foi essa interlocução. E se pacificou. Quero dizer que, naquele momento, se pacificou essa relação, ela voltou publicamente no País, andou. Ficou pactuado entre o Butantan e o ministério...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Para interpelar.) – Se pacificou, então havia sido rompida.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Pacificou o lado político. O lado institucional acontecia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito, mas só pra ficar claro: se pacificou. Se se pacificou, é porque antes não tinha paz.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Na imprensa, nunca teve. É notório no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não, mas não estou falando da imprensa.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas estou falando da questão de politização.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor foi "interlocutar", dialogar para pacificar.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Exatamente, estou dizendo isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Isso é para retomar a...?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Não, não. O ministério nunca deixou de retomar. Essa pacificação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mesmo depois que o Presidente anunciou que não queria comprar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Então, o ministério desobedeceu à ordem do Presidente.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não há uma questão de desobediência agora.

Não, não é um juízo de valor meu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, então, não é juízo de valor, é o que aconteceu. É isso que nós precisamos saber.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu quero dizer que, naquele momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a sua presença aqui, ela é uma presença, sobretudo, para esclarecer esses fatos.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu estou aqui com o objetivo, com a verdade de esclarecer e vou tentar ser objetivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu quero dizer que dali surge uma pacificação entre todos os Governadores, houve um diálogo de todos os Governadores, o Ministro Pazuello com os Governadores. Tanto que se marca uma reunião para anunciar isso no dia 20 de outubro, aqui no ministério, com todos os Governadores, anúncio da efetivação da vacina do Butantan, inserida no...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando o Ministro Pazuello esteve aqui no Parlamento e anunciou a aquisição das doses de vacinas do Butantan, da CoronaVac, V. Sa. estava com ele aqui no Parlamento?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – No dia... Não, eu estive aqui no dia do depoimento dele aqui. Eu presenciei um pouco, acho que fiquei aqui uma hora no dia do depoimento dele e, depois, não estava bem e fui para casa. Estava aqui neste dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi exatamente no dia em que ele anunciou a aquisição das vacinas do Butantan?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não, não estava neste dia aqui, não. Estava dizendo no depoimento dele na CPI, que eu estava aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Sa. não foi informado de que ele anunciou a aquisição das doses?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Presidente da República...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... esse anúncio não foi aqui no Parlamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou fazendo uma pergunta. E o Presidente da República o desautorizou? Não foi informado disso, como Assessor Especial?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não.

Mas esse fato não ocorreu aqui no Parlamento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Foi no ministério.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Foi no ministério. Isso foi público, não só eu, como o Brasil ficou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei, é uma pergunta que eu queria...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, mas eu estou dizendo, lógico que eu presenciei, eu estava lá nesse dia. O anúncio daquele dia... Se o senhor lembrar bem, o Ministro Pazuello estava com covid. Ele estava com covid, houve esse anúncio e depois aquele tumulto, que foi sabido pela imprensa do "autorizo, não desautorizo". Isso foi... Eu não estava nesse momento lá, mas houve isso, fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É, e o senhor fez uma interlocução para remediar esse problema?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Não, são dois momentos. Essa conversa que eu relatei aqui é anterior a isso. É que culmina no dia 20 de outubro essa pacificação e o anúncio da compra, então, são dois momentos. Depois...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Para interpelar.) – Só... Exatamente, são dois momentos. Mas, veja, no dia 20 de outubro é quando tem, de fato, o anúncio da compra.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Dia seguinte, é quando o Senhor Presidente da República diz o seguinte: "Já mandei suspender, eu que mando, não vai ser comprada".

No dia seguinte, o Presidente da República visita o Sr. Ministro Eduardo Pazuello, que é no dia 22 de outubro, e é a célebre frase: "Um manda, o outro obedece".

O momento que o Senador Renan, o Relator, está colocando, que o senhor foi...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É anterior a isso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – ... atuar como interlocutor...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É anterior a isso, é anterior a isso, já tinha antes esse...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Então, o seu papel não foi...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, até ali deu, tanto que nesse dia estava tudo pacificado. Estava tudo pacificado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Pronto, acho que é aí que o Senador Renan está chegando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É exatamente isso que nós queremos saber.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Estava tudo pacificado...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Até ali estava pacificado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – ... até que o Presidente da República suspendeu tudo. Perfeito. Acho que é...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É, até ali estava pacificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito. Organizamos no tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O ex-Ministro Pazuello escalou alguns de seus assessores diretos para acompanhar especificamente a negociação pela compra das vacinas?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Não, especificamente não.

Compra são outros detalhes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pela compra...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, mas o que eu estou dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não atribuiu...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não a mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... responsabilidade...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – A mim, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a assessores diretos?

A quem, principalmente, atribuiu essa...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não posso precisar, mas a compra de vacinas, o que sei – eu nunca participei –, era a Secretaria Executiva, que formou um comitê. Todas as tratativas, quando fala de vacinas, quando nós estamos falando de MOU de entendimento, de negociação, de quantidade, de preço, de contratos, referem-se à Secretaria Executiva. Para o senhor ter uma ideia, Senador, eu nunca fui a essa secretaria em nenhum momento da minha vida, quando estive no ministério. Nem lá passei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ontem, por exemplo, esta Comissão Parlamentar de Inquérito expôs gravações, vídeos, mensagens do Coronel Blanco. O senhor conheceu o Coronel Blanco?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O Coronel Blanco, quando eu cheguei, num primeiro momento daquele, eu acho que eu tive um contato na apresentação, num primeiro momento, quando cheguei, quando conheci os militares; e, depois, uma vez, no bandejão, foi o meu único contato, sem diálogo nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Coronel Blanco dizendo a um interlocutor, querendo vender vacinas, que os pedidos teriam que ser feitos não ao Coronel Elcio, que estava escalado pelo General Pazuello para fazer as tratativas, mas ao Roberto Ferreira Dias, que era o Diretor da Dlog. O senhor acha... Por que isso acontecia nos bastidores do Ministério da Saúde?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Isso é a fala dele. Não cabe a mim julgar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não estou querendo o seu julgamento. Estou querendo que o senhor, como Assessor Especial, como alguém que tinha convivência com aquela circunstância, dissesse o que o senhor acha.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não tenho conhecimento dos fatos, Sr. Senador. Não posso falar do que não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando o Ministério da Saúde – desse o senhor com certeza tem – começou efetivamente a negociar vacinas?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – A primeira negociação, e aí uma negociação exitosa – exitosa, que se chama Fiocruz... Da relação eu não sei detalhes, mas nós estamos falando aí de – não sei precisar – junho ou julho, que a Fiocruz, através do... E aí conhecimento de acompanhar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

longe, a Oxford/AstraZeneca firmam aquele entendimento de transferência de tecnologia, com preço hoje... É fácil olhar hoje no retrovisor... E daí o resultado que eu falei aqui da Fiocruz, que vai produzir, 210 milhões de brasileiros... Então, eu acho – não afirmo – que deva ter sido o primeiro entendimento, Senador. Não afirmo, porque não era da minha lida essa aqui, mas, pelo que eu sei como assessor, era isso aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, o senhor está nos informando que as negociações efetivas para aquisição de vacinas começaram em junho?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não estou afirmando nada disso. É o que acabo de dizer: é o que eu ouvi na época, e hoje olhando no retrovisor... Não estou afirmando, porque não fazia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, estou sendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que esse receio de afirmar?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas eu não tenho data precisa para dizer que começou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu acho... Eu estou achando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então o senhor responde de outra forma.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas é o que eu estou dizendo, de forma, com clareza: eu acho que foi ali em julho, junho... Eu não tenho a data. Pra mim, pelo que sei, foi com a AstraZeneca a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Vacina, então, foi nesse período?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Junho, julho?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Julho, junho ali... Julho, por ali.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É, eu acho que foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – É importante essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabe que, nesses momentos, o Governo estava se recusando formalmente a responder pelo menos as ofertas realizadas pelo Instituto Butantan e pela Pfizer. O senhor tinha essa informação? Esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Naquele momento, naquele momento, o meu foco ou a minha atribuição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é o foco, é a informação.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, mas eu quero dizer que, naquele momento, eu não acompanhava essa relação. Hoje, a gente, quando olha para trás, ouve essas colocações, Sr. Senador, é fácil analisar, mas eu não tinha conhecimento, porque era numa outra área nessa aqui. Naquele momento, meu foco principal era nessa relação... Eu me lembro de que nós vivíamos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pandemia no País, e essa relação era Prefeitos, Deputados, Senadores... Quantos lá estiveram – muitos lá! – defendendo o interesse legítimo das suas cidades, alertas! Eu me lembro, depois, numa oportunidade, de o Senador Eduardo Braga brigando pelo Amazonas! O Senador Girão quanto brigando lá pelo Ceará para salvar vidas do Ceará! Eu me lembro do seu filho, Governador, várias vezes, interlocução defendendo interesse de Alagoas! Então, essa interlocução... Eu estava mais focado nessa relação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que outras negociações de vacina, além da CoronaVac, V. Sa., de uma forma ou de outra, atuou?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Em nenhuma. Em negociação, em nenhuma delas. Inclusive, da CoronaVac, quando se fala de negociação, de preço, de quantidade, de contratos, eu não fiz... Eu fiz apenas a interlocução política. Negociação zero!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, conversação política. Estou falando exatamente...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas estou dizendo que não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi o que nós acabamos de discutir...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Nenhuma, nenhuma!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhuma, nenhuma! Então...

Quais outros conflitos chegaram ao conhecimento do assessor especial sobre as tratativas pelas vacinas?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – De conflitos? Eu acho que o que eu presenciei foi essa da CoronaVac.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é que aconteceu? E isso foi... Só para lembrá-lo, o Ministério da Saúde era ocupado por um partido político há anos...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Qual o partido? Só para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo partido Progressistas há anos.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Pelo que sei, quando chegou... Aí é conhecimento político. Minha relação que... O Ministro Mandetta era do DEM.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não estou falando na oportunidade do Ministro Mandetta.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Ah, está bom.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o Ministro Mandetta... Quem foi que nomeou Roberto Ferreira Dias?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Ah, não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que não sabe?!

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quando eu cheguei lá, ele já estava lá – me desculpe, mas eu não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conheceu Roberto Ferreira Dias?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Conheci no ministério. Era alguém funcionário do ministério. Conheci, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Ministro, Senador, eu quero só aqui, com todo o respeito... O ministério é muito complexo, ele é um gigante. Só ali, são nove andares, são seis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

secretarias nacionais. Teve andar que eu não conheci durante o tempo em que eu fiquei. E um detalhe: lembre que nós vivíamos numa pandemia, e um terço dos servidores ou mais de um terço estava em casa, de forma remota trabalhando. E grandes servidores... Então, eu acho que tem ali 3 mil, 4 mil servidores. Então, é complexa a coisa. Não conheci...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Guga no Ministério da Saúde. Quem era mesmo essa pessoa? O senhor conheceu o Guga?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não sei quem é Guga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não se recorda? Não conheceu?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quem é Guga... Se o senhor tiver detalhes... Eu não sei quem é Guga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda sobre as vacinas, o senhor acha que esses conflitos contribuíram para o atraso nas aquisições?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É o que eu disse, acho que o Senador Randolfe... Eu quero... O senhor estava num dia em que nós estivemos lá na fábrica da União Química, numa reunião proposta pelo senhor, pelos Governadores, por Wellington Dias. Acho que tinha 13 Governadores lá. Eu fiz uma fala naquele momento, e hoje é fácil olhar no retrovisor. O senhor estava, nós conversamos na saída e eu disse: "Senador Renan, despolitizem a questão da vacina. Vamos todo mundo trabalhar em busca da vacina, vamos nos unir neste momento. As pessoas estão morrendo neste País. Vamos trabalhar todo mundo para buscar vacina onde tiver". Esse foi um apelo que eu fiz naquele dia. E aquele apelo eu dizia pra todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é um apelo dirigido a quem? Quem é que não queria comprar vacina?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Aquele momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era que estava insistindo que as vacinas não tinham eficácia? Eu estou perguntando.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu estou dizendo ali...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era? E que exatamente a vacina do Butantan não tinha eficácia?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ainda diz, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda diz.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ontem mesmo, ele disse que vai ser o último a se vacinar e não vai tomar a vacina de São Paulo.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Essa questão eu não posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Airton, veja, o senhor realmente falou naquela oportunidade...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – ... e falou aqui mesmo neste depoimento algumas vezes que a questão da vacina foi politizada.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – E o senhor acha que não foi?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Eu acho.

E a pergunta que lhe faço é a seguinte: quem politizou?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu acho que é uma politização de todas as partes; se politizou e ainda – minha opinião pessoal – continua politizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito. Mas a pergunta é de quem partiu a politização?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – De quem partiu a politização, o veto, a recusa à compra?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Não posso afirmar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem afirmaria que a vacina não tinha eficácia...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não posso afirmar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que o homem que a tomasse afinaria a voz...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não posso afirmar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que a mulher nasceria barba, que viraria jacaré e que a vacina do Butantan não servia? Quem foi que falou isso? Quem foi que politizou? V. Sa. não sabe disso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não posso afirmar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, não pode afirmar, mas sabe.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Essa é a sua colocação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Ele já disse que não pode afirmar. Acho que isso *per se* esclarece. Ele sabe, mas não pode afirmar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O portal de transparência...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dá para fazer uma colocação? A politização...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Logo após o meu encerramento, Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se me der a pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Nós estamos aqui tomando um depoimento.

O Portal da Transparência revela que V. Sa. realizou viagens a Manaus em 12 de outubro de 2020 e em 12 de dezembro de 2020, quando evidentemente já havia o crescimento sustentado dos casos na cidade. Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas.

V. Sa. levou essa situação de recrudescimento da pandemia no Amazonas ao conhecimento do Ministério da Saúde?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Quando eu... Primeiro, eu me refiro a dezembro, que era... Que dia em dezembro aí, Senador, a data?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Doze.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Doze de dezembro.

No dia 12, voltei e começava realmente um recrudescimento. Aqui eu gostaria de contextualizar se o senhor me permitir uma opinião que hoje ao longo entendi. A pandemia chega ao Amazonas no final de maio, no final de abril, que é o período mais chuvoso. Isso não são afirmações. O futuro dirá porque as afirmações serão científicas.

O inverno amazônico começa de dezembro a maio. O pico das chuvas, no Amazonas, se dá em abril. Na primeira onda de 2020, no Amazonas morrem 4 mil pessoas por uma sorte, no meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

entendimento, hoje: a sorte de que estava no final do inverno. Por quê? Quando nós olharmos o Brasil, a entrada da onda... Ela entra em março em São Paulo – e entra por causa do acesso aéreo em São Paulo –, ela se espalha pro Amazonas, por questão de espaço aéreo também, a grande migração de asiáticos pro Amazonas, e ela vai pro Amazonas e se instaura ali. Mas, no finalzinho da chuva... Até porque não se instala antes porque não tem o vírus no Brasil. Quando termina o inverno, Senador Renan, em Manaus parecia que tinha acabado a pandemia. No meu Estado, Roraima, que está acima do Equador, começam as chuvas em julho. Aí começa a espalhar o covid pra lá. Ele migra nesse período, vai pra Belém, porque ali é o transporte dos barcos que levam as pessoas aglomeradas... Quem conhece a Amazônia sabe: vão aglomeradas. Ele vai pra Belém; de Belém, ele vai para Recife – eu estou falando de maio –, ele vai pra Alagoas. Nós temos um grande impacto no Ceará, no mês de maio... Naquele momento, no Centro-Oeste, no Sul, na Argentina, não existia a pandemia. O Estado do Mato Grosso do Sul, naquele momento, vivia uma seca. O Rio Grande do Sul vivia uma seca. Anunciavam os Estados: "Que bom que aqui é um controle total". É porque a pandemia não tinha chegado.

Eu coloco isso pra dizer que, nessa segunda onda do Amazonas... Aí é um julgamento meu, pessoal. Não de cientista, mas eu acompanhei, durante o ano, os BIs da Organização Pan-Americana de Saúde, da OMS, ouvindo informações científicas que embasassem dados... O próprio Ministério da Saúde, é preciso que conheçam... E aqui quero fazer uma referência a um militar chamado Angelo Denicoli, alguém que preparou que o Ministério da Saúde tem hoje um controle de um radar nacional que pode ser ferramenta pra tomada de decisões. Então, naquele dezembro, começa o inverno, o inverno amazônico. Ali, Senador Renan, começa a acontecer.

E, no dia 16, salvo engano – não está aqui o Senador Eduardo Braga –, o Senador Eduardo Braga, logo depois que volta, "eu volto com esse pressentimento de Manaus". "Eu volto com esse sentimento de Manaus". E ele dizendo: "Olha, Manaus, vai acontecer isso".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a pergunta é exatamente esta: qual era o objetivo dessa viagem realizada em dezembro?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Como eu mantinha uma relação de proximidade do diálogo com os secretários estaduais, eu fui, naquele momento, visitar a situação do Amazonas naquele momento, como fui a vários Estados brasileiros. Se não todos, pelo menos uns 25, em momentos diferentes, eu visitei e trouxe dali algumas opiniões. E quero dizer que, na chegada, com o Senador Eduardo Braga, o Senador Eduardo Braga colocou essa preocupação do Amazonas, a araniti da secretaria... Nós chamamos aqui pro ministério o secretário estadual de saúde, nós chamamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Cascavel, me diz uma coisa: eu te conheço há muito tempo, você é político, eu sou político do Estado do Amazonas, nós temos Estados vizinhos...

É aí que está o problema. No dia 26 de dezembro, o Governador do Estado do Amazonas decreta o *lockdown,* e a maior oposição que ele teve foi do Governo.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – O senhor está falando do *lockdown* do Governador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 26 de dezembro, e, dias depois, acontece o colapso de falta de oxigênio no Amazonas. Então, era de conhecimento do Ministério da Saúde o crescimento, V. Exa. mesmo está dizendo agora que sabia que tinha lá uma onda.

O que acontece? O próprio Presidente, o filho do Presidente: "Olha, já aconteceu lá, agora no Amazonas o povo está revoltado". Aí, a omissão do Ministério da Saúde, que tinha a obrigação de dizer: "Não, espere aí, nós temos dados aqui de que vai ter o crescimento". E o que aconteceu? Vocês todos cruzaram os braços.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, cruzaram. Como o Pazuello, sem nenhuma falta de vergonha, perguntado sobre a questão da vacina CoronaVac, ele disse: "É simples assim, um manda, o outro obedece". Quantas vezes a gente fala... Eu te liguei 500 vezes por causa do Amazonas...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – E eu lhe atendia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas vocês tinham dificuldades de mandar as coisas de que nós estávamos precisando, e não era só para o Amazonas, não; era para o Brasil todo.

O que eu estou dizendo é que a aquela segunda onda que começa e tem falta de oxigênio no Estado do Amazonas poderia ter sido evitada, porque ele fala da Amazônia que eu conheço também como ele conhece. A cidade de Manaus é uma cidade-Estado, ela tem o dobro do tamanho da de Brasília. Brasília tem 5,5 mil km² e Manaus tem 11 mil km². Mais de 55% da população do Estado do Amazonas está em Manaus, onde ocorreu o maior número de óbitos. E, no interior, não ocorreu o maior número de óbitos por quê? Pela expansão da Amazônia, é lógico que o regramento da moradia é de serem separadas umas das outras, tinha mais dificuldade, tanto é que, todas as vezes em que eu sou perguntado sobre as questões indígenas, não houve essa quantidade de mortes no meio indígena por causa do isolamento deles.

Quando o Governador recua do *lockdown*, aí a população, com o recuo, por causa da manifestação de Deputados Federais, do Presidente, quando chega em janeiro, e aí ele fala bem, o inverno começa em novembro e vai até abril, até porque lá no Amazonas a gente diz: "Abril, chuvas mil", porque a quantidade de precipitação é muito grande...

Então, nessa questão aí, Airton, o grande problema foi a omissão do Ministério da Saúde, e eu não estou te acusando, não, até porque não era você que tinha a obrigação de ter uma política sanitária para o Brasil, isso era um a obrigação do Ministro da Saúde. Com isso, nós tivemos o caos que nós tivemos no Estado do Amazonas, pelo recuo, pelo recuo do *lockdown*. E quem fez esse recuo? Deputados bolsonaristas, o próprio Presidente da República, mais o Ministério da Saúde, que não tinha autonomia, porque o verdadeiro ministro estava dentro do Palácio do Planalto, não mandava absolutamente nada.

Apesar do teu esforço, quando V. Sa. diz: "Não, eu atendia todo mundo e tal", ótimo, você tinha uma ótima interlocução com todos nós, e eu não lhe acuso pelo que está acontecendo no Amazonas, mas eu afirmo aqui que uma das maiores causas do que aconteceu no Estado do Amazonas foi o recuo no dia 26 de dezembro, quando o Governador recuou do *lockdown* e aconteceu o que aconteceu no Estado do Amazonas.

E isso graças a uma campanha feita pelo Governo Federal. Aí acreditaram sabe em quê? No TrateCov – e nós vamos já entrar nisso –, aquele aplicativo que a Dra. Mayra... Ontem, a Justiça declinou do pedido dela, porque a Justiça sabe que ela é responsável pela morte de muitos amazonenses – e ela não ficará impune, não ficará impune – quando foi para o meu Estado levar um tratamento precoce que não servia para absolutamente nada, e o povo morrendo por falta de oxigênio.

Então, Cascavel, quando a gente está falando sobre o Amazonas – e aí eu não falo nem das minhas perdas pessoais... Aliás, há menos de um mês, um mês amanhã da perda de um amigo comum nosso, amigo seu e amigo meu, um cara com quem convivi por 40 anos. Amanhã fará um mês que ele morreu de covid. Tudo isso poderia ter sido evitado se tivesse uma política séria, que não tinha, não tem... É absolutamente inócua a presença da Dra. Mayra ainda no Ministério da Saúde! Essa senhora contribui com o quê? Com o quê? Com mortes! Mas está lá. Ela é a personalidade do Palácio do Planalto, não é do Queiroga, não, só que o Queiroga não tem autonomia para trocar ninguém. É isso que está acontecendo e vai continuar acontecendo.

Então, não estou aqui... Longe de mim atribuir isso a você. Não é você o responsável por isso, e você está aqui pelo fato de estar naquele momento e poder nos ajudar a compreender o que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

acontecendo. Falar que você não se esforçou não é verdade. Houve um esforço, sim, seu, mas também você sabe o que aconteceu no Amazonas e quais foram as consequências do que aconteceu no meu Estado, como aconteceu em Roraima também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente...

Senão, vejamos, Presidente: quais as medidas que o Ministério da Saúde tomou para apoiar o Sistema Único de Saúde no Amazonas especificamente?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Na minha volta, que foi a pergunta principal, quando eu voltei, chamei o Secretário de Assuntos Estratégicos, chamei o pessoal do COE, relatei a situação, pedi... Naquele momento, eu senti que, na minha concepção, haveria um problema que surgiria pela questão de clima, uma coisa que eu via... Porque o disparo, Senador, do número de casos vai ocorrer no finalzinho de dezembro – assim, em sete dias, ele explode.

E eu pedi que viesse o secretário do Estado do Amazonas. Eu me lembro que veio a secretária-executiva, Dra. Nivia, e mais uma diretora da Secretaria Estadual. Pedi, nessa interlocução, que era a minha função não mais técnica, e disse: "Olha, o Amazonas se avizinha a uma situação, no meu entendimento, do que eu lá vi". E, no final do ano passado, as chuvas começaram fortes no Amazonas. "Então, se preparem, dotem o Amazonas de meios..." E aí, eu me lembro que saíram... Quando eu disse: "Precisa – eu vi lá nas unidades – mandar uns cem respiradores, preparar umas cem UTIs". E eles mandaram 90 respiradores, houve medidas tomadas, fizeram um plano, e aí o acompanhamento técnico, depois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não acompanhei depois a questão técnica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Parte desses respiradores foram faltando equipamento.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Havia uma falta... É verdade quando o senhor fala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é... Faltaram equipamentos.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – As bombas de infusão faltavam, mas acabaram depois conseguindo as bombas de infusão. Mas eu só quero dizer, Senador Renan, que o que eu vi lá eu cheguei e relatei, tá? Pedi que houvesse essa interlocução no Estado do Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei o contrário – o senhor voltou: quais foram as medidas efetivamente tomadas pelo Ministério da Saúde em apoio ao SUS do Amazonas?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O ministério juntou, através do... Usou ali, um momento, equipes e mandou traçar um plano lá para o Amazonas. Isso eu acompanhei e se iniciou. O plano e a ação eu não sei explicar aqui os detalhes, porque é uma questão técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece Carlos Wizard?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu vim conhecer o Carlos Wizard aqui em Brasília. O Carlos Wizard esteve em Roraima, no meu Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor não o conheceu em Roraima?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não. Pessoalmente, não – por incrível que pareça. Eu vivi numa fazenda, no período que estava na Operação Acolhida, e eu não o conheci pessoalmente – pessoalmente. Ouvi falar muito do Sr. Carlos Wizard de uma forma positiva. Pelo que se sabia na época, houve a transferência de... Quando os venezuelanos chegam, eles passam por essa Operação Acolhida e eles são interiorizados para o Brasil, mas com empregos. E o Sr. Carlos Wizard, eu tinha o conhecimento de que articulava junto à Azul, à TAM, e que era um homem rico que ajudava a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

interiorizar e arrumar empregos para o País. Então, eu tinha aquela imagem positiva. Mas pessoalmente eu não conheci. Eu vim conhecê-lo, acho que por duas vezes, aqui em Brasília – duas vezes eu o encontrei rapidamente. Foram duas vezes que falei. Eu acho que poucos minutos ou sei lá... Foram dois encontros casuais.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, ilustre Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu, lamentavelmente, tive que me ausentar. E, ainda há pouco, creio que a questão dramática do Estado do Amazonas foi colocada.

Quando da vinda, Senador Renan, do então Ministro Pazuello para sessão plenária do Senado da República – a minha fala está registrada nos *Anais* desta Casa –, eu dizia ao Ministro Pazuello que não era verdade que estava tudo bem no Amazonas, que não era verdade que o Ministro Pazuello não tinha conhecimento do que estava para acontecer no Estado do Amazonas. E eu citava uma reunião que aconteceu no gabinete do Ministro Pazuello, com o testemunho do ex-Deputado Federal e assessor do Ministro Pazuello Airton Cascavel, onde eu disse ao Ministro Pazuello que, se o Ministério da Saúde não tomasse providências e que se o Ministério da Saúde não fizesse uma intervenção na saúde pública do Amazonas, Presidente Omar, nós estaríamos presenciando, lamentavelmente, a morte de milhares de amazonenses, porque, na primeira onda, o Estado do Amazonas não teve competência, planejamento e ação para salvar vidas, e que esta variante P1 era mais contagiosa e mais letal.

Portanto, eu quero dizer que o Tribunal de Contas da União, no dia de ontem, Sr. Presidente: "TCU decide processar Pazuello por omissão na pandemia". Relatório do Ministro Benjamin Zymler, com votos dos Ministros Bruno Dantas, Vital do Rêgo e outros. E o que diz no final da decisão do Tribunal de Contas?

> Ao longo da pandemia, várias regiões do País enfrentaram dificuldades relacionadas aos insumos para o combate à pandemia. Em Manaus (AM), falta de oxigênio hospitalar provocou mortes de 19 pessoas [num único dia, num único dia!] em uma única noite [cita como exemplo, lamentável e triste] [...]. No começo de 2021, várias cidades brasileiras enfrentaram a falta de medicamentos do chamado "*kit* intubação" [inclusive o nosso Estado sofreu; o Senador Omar sabe disso] usado para tratar pacientes que precisam de ventilação mecânica.
> Segundo o TCU, o ministério também alterou algumas ações de assistência farmacêutica de forma a reduzir a atividade de gestão logística da pasta.

Sabe o que significa isso, Dr. Airton Cascavel? O Plano de Contingência Nacional, responsabilidade do Ministério da Saúde, foi alterado três vezes para reduzir a participação da União. Para reduzir! Isso é criminoso, isso é crime contra a saúde pública, já agora julgado pelo Tribunal de Contas. E, no caso do Amazonas, além da omissão com relação a oxigênio e a medicamentos, ainda houve um outro crime contra a saúde pública: o tratamento precoce, o uso de tratamento precoce, usando a boa-fé do povo amazonense, o desespero do povo amazonense.

Eu estive recentemente em reuniões nos bairros de Manaus e ouvi de várias pessoas o seguinte testemunho: "Nossas famílias morrendo, nossos amigos, nós estávamos atrás de uma tábua de salvação. Pensávamos que estávamos recebendo algo que faria com que a gente pudesse salvar a vida dos nossos irmãos". Enquanto isso, amazonenses morriam por falta de oxigênio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Mas o Ministro Pazuello não pode alegar desconhecimento e desinformação. O Ministério da Saúde não pode alegar desinformação e desconhecimento. Estava informado. Não estava nada bem e houve, sim, omissão por parte do Ministério da Saúde e, lamentavelmente, houve por parte do Governo do Estado do Amazonas incompetência falta de planejamento e falta de amor para com o povo do Amazonas, que sofreu e sofreu muito diante do aconteceu com a falta de oxigênio e de medicamentos na nossa cidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com a palavra o depoente para responder ao Senador Eduardo Braga.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Ele não me fez nenhuma pergunta. Foi afirmação.

Eu quero confirmar que – o senhor estava ausente aqui – que eu participei daquela reunião. Eu me lembro bem, Senador Eduardo, que o senhor ainda deu algumas soluções de ideias: "Apoiem o Hospital Getúlio Vargas, que é um hospital federal, ampliem-no. Ampliem e transformem o Adriano Jorge na coisa. Ampliem a situação do Nilton Lins. Expandam o Delphina Aziz".

O senhor foi Governador do Amazonas muitos anos. O senhor apresentou... Eu quero dizer-lhe que, naquele momento, logo em seguida, eu contactei – falei aqui na sua ausência... Eu contatei... "Olha, o Senador Eduardo esteve aqui, Sr. Secretário. Trouxe uma situação com conhecimento, como é o Senador... São pessoas que têm esse conhecimento do Amazonas. Ninguém mais do que eles, que foram Governadores 16 anos, sabem da realidade. Estejam alertas a isso. Procurem e reúnam...". E houve uma reunião. Relatei aqui. Dois dias depois liguei pra lá. "Venham pra cá. Tracem esse plano de ação pro enfrentamento. Criem situações".

Foi isso que presenciei e foi fato. E eu estava no dia em que o senhor falou no Senado. Quando o senhor usou meu nome, eu disse: "Eu presenciei"...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente Omar, só para que o Relator tenha conhecimento: essa reunião foi no mês de dezembro.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Precisamente eu acho que foi 16...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Dezesseis de dezembro.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu acho que foi. Eu citei aqui na sua ausência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoente viajou para Manaus pelo Ministério da Saúde em 12 de dezembro e 18 de janeiro de 2021, período compreendido pela crise sanitária vivenciada pela cidade, a maior dificuldade. Em função disso, eu gostaria também de fazer algumas perguntas.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi na primeira ou na segunda viagem a Manaus, ida a Manaus, que o Pazuello reuniu na sua chácara pessoas para comemorar a sua nomeação para o Ministério da Saúde, nomeação ainda como interino? As informações é que participaram dessa festa Nise Yamaguchi, Mayra Pinheiro, Laura Appi e outras pessoas que estavam em Manaus.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não tenho conhecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não participou dessa...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não. Não tenho conhecimento e não participei dessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não participou.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor participou da divulgação e disseminação do TrateCov?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Nem da... De nenhuma reunião. E se o senhor me perguntar se eu sei como é que funciona: "não tenho ideia nenhuma". Nunca, jamais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Para interpelar.) – E o que o senhor acha dele?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Eu não tenho conhecimento, não foi algo a que eu tive acesso. Se o senhor me perguntar... Com muita clareza, olhando nos seus olhos: "não sei...".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Mas o senhor estava no ministério?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Estava no ministério. Estava no ministério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor soube?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – A maioria desse fato, desse... Como é que é o nome?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – TrateCov.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – TrateCov. Eu pensava que era um aparelho russo, alguma coisa, pelo nome. Eu nunca... Eu nunca tive acesso a isso e nenhum interesse nessa situação. Não me dizia respeito e o assunto não foi algo por que eu me interessei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Mas o senhor soube depois do que se tratava e como se tratava?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Como é que é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor soube depois o que era, do que se tratava?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Como secretário... O senhor está falando aqui de que momento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não, no ministério. Como é que era utilizado, do que se tratava?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não soube.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor não soube nem pela imprensa?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Pela imprensa de falar *en passant*. Sabe o que é que é olhar um assunto que não me interessou, não me dizia respeito. Falo aqui com clareza: se o senhor me perguntar como é que funcionava; "eu não sei".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Era irrelevante?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Para mim, não me dizia respeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Airton, as várias viagens que o senhor fez no Estado do Amazonas, no final do ano que antecedeu esse pico. O senhor foi lá com qual missão?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual foi o objetivo especificamente?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – O objetivo... Eu tinha uma relação muito com secretários estaduais de acompanhamento das situações. Eu fui, como a senhora falou, dezembro, 16, e, quando foi a de janeiro... Acho que... Qual a data de janeiro?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O senhor foi no dia 20 de janeiro de 2021.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Vinte de janeiro foi o início da vacinação no Amazonas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O TrateCov estava sendo apresentado inclusive nesse momento.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, mas quando eu fui, em janeiro, de dia, lembra-se que Manaus vivia um momento delicadíssimo, a situação de Manaus, e foi o início, dia 20, o início da vacinação no Estado do Amazonas. Eu devo ter ido nesse dia, do início da vacinação, porque eu estava lá no dia em que se lançou a vacinação no Amazonas

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 20 já havia acontecido a crise da falta?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Senador Renan, essa crise perdura no Amazonas; ela não foi... Ela vai sendo... Ações foram implementadas, é importante dizer que houve várias ações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quais as providências que V. Exa. sugeriu como assessor especial, como alguém que tinha ido ao Amazonas, como providências para o ministério?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – A sugestão... Acabei de relatar algumas coisas de sugestões em nível... São técnicas. Primeiro, o encontro acontece com quem? Os secretários nacionais com os secretários estaduais. É uma questão técnica a ser decidida. Provoquei esse encontro, que acontecesse.

Se reuniram, estiveram reunidos, ações foram tomadas, e dizer que, depois, há toda uma ação do ministério, que vai desembarcar em Manaus com ações de apoio das Forças Armadas, com transporte de oxigênio, transporte da Marinha de oxigênio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – São outros momentos daquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – A questão do Hospital Getúlio Vargas, ele acaba acontecendo, sugestão do Senador Eduardo Braga, acaba sendo implementado esse hospital. Foi ampliado o Delphina Aziz, com mais 40 leitos; foi ampliado e aberto o Hospital Nilton Lins, mais de cem UTIs foram abertas em Manaus. E mais: foram removidas, a Força Aérea criou uma ação... É preciso ver as coisas positivas também: a Força Aérea criou uma ação nacional, a primeira vez vista no mundo, de evacuação da população para os outros Estados. Mais de 700 pacientes de UTIs foram absorvidos para os outros Estados da União, e, muitas vezes, nessa interlocução, Senador Renan...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Airton, o senhor teve o conhecimento, por exemplo, do que poderia advir depois? O Ministério da Saúde teve essa previsão? Porque o senhor foi lá no dia 4 de dezembro, depois o senhor foi novamente no dia 15, depois o senhor foi dia 24 e também o senhor foi dia 11. Quer dizer o senhor faz quatro idas no Estado do Amazonas no mês que antecede o pico de uma crise que teve proporções internacionais...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quando a senhora fala...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Me parece que o senhor tinha informação daquele período que poderia advir. Deve ter passado para o ministério, e o ministério não tomou providências. Se estou errada, me corrija, mas o que o senhor foi fazer lá, em quatro idas estratégicas, pelo Ministério da Saúde no Estado do Amazonas?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Só para a senhora ver... Posso responder? Posso?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por favor, Sr. Presidente, eu acho que a gente tem que esperar a relação de cada um. A Senadora tem todo o direito de fazer, mas a gente está inscrito; depois ela faz as perguntas dela. Senão, nós vamos sair daqui à noite. Por favor!

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu posso responder com o maior prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Jorginho está inscrito.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu posso responder com o maior prazer. Não tenho o menor problema de responder o que sei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Fique tranquilo, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tranquilo, só que fica interrompendo, e aí a gente fica aqui até a noite. Quando chegar o seu tempo a senhora pergunta o que a senhora quiser.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Eu queria essa mesma indignação com as demais intervenções.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, eu sempre sou, a senhora sabe disso. A senhora não precisa fazer nenhum tipo de afirmação, porque eu sou muito cordial com a senhora e a respeito muito. Não. Não me debite nada, porque não tenho nada para ser debitado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos continuar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Nós estamos aguardando ainda a resposta.

Quais foram as providências sugeridas para o Ministério da Saúde por V. Sa.?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Primeiro, eu queria diminuir a minha importância em todas essas decisões. Eu não era o Ministro da Saúde. Preste atenção. Eu sou um simples assessor. Como tem no meu nível, tinha vários.

Naquele momento, Senadora, estavam em Manaus todos os secretários nacionais – estavam lá no Amazonas –, estava a Força Nacional do SUS, estava o ministério participando do Centro Integrado, no CICC, do Amazonas, traçando políticas de ações.

Imagine a senhora, quando a senhora falou que "estavam fazendo lá no Amazonas", imagine a senhora que morriam 230 pessoas por dia. Imagine o clima que estava no Estado do Amazonas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Em janeiro.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Em janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O que eu estou querendo lhe dizer é que o esteve lá em dezembro. Eu queria saber o que o senhor fez para tentar evitar a tragédia de janeiro.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu acabei de explicar, eu acabei, posso repetir quantas vezes a senhora quiser: quando eu voltei, eu trouxe um diagnóstico complementado em seguida pelo Senador Eduardo Braga falando a mesma coisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Que não foi cumprido pelo Ministério da Saúde?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, eu apresentei e houve reuniões e ações que foram efetivadas...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Relator, o senhor já terminou as suas...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu só estou dizendo que houve. Estou colocando...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, o senhor já terminou, então, agora?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou aguardando que ela conclua para terminar, se V. Exa. permitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu espero ter respondido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero... Senador Renan, com a palavra, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que marcou mais a sua observação nos bastidores do enfrentamento da crise como assessor especial?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Quando o senhor fala de crise, o senhor fala da crise nacional?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na crise sanitária, nos bastidores do Ministério da Saúde.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Em que... Só me situa, porque, veja bem, nós vivemos uma crise mundial da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor é militar?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é militar?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor concordou com o fato de o General Pazuello ter levado para o ministério mais de 60 militares sem qualificação técnica, num momento dramático de enfrentamento de uma pandemia?

O senhor não fez nenhuma restrição, nenhuma sugestão com relação ao comportamento dele, à irresponsabilidade?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu quero... Esse é um juízo de valor seu, não cabia a mim isso, eu chego posteriormente às equipes. E quero dizer que, quando se fala de militares, nós temos que olhar que são bons brasileiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não estou tratando de militares como bons brasileiros nem estou desmerecendo o papel deles ao longo da história do Brasil. Eu estou perguntando: no aspecto que lhe diz respeito, o senhor achou correto o General Pazuello levar 60 militares, dos quais mais de 20 nomeados em cargos em comissão para o Ministério da Saúde, no exato momento em que o Brasil se transformava em cemitério do mundo, pela incompetência e desonestidade com que encaminhou a solução para a pandemia? O senhor concordou com isso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Veja, veja que nomeações não me diziam respeito. Não sou eu que julgo. Eu poderia dizer que, lá no ministério, tem tantos profissionais de TI, se deviam estar lá. Se as pessoas são militares ou não, elas não podem ser julgadas pelo fato de serem militares se elas têm competência ou não. Eu acabei de dizer aqui: conheci alguns militares de extraordinária capacidade quando lá estive. Não sei quantos foram nomeados, mas conheci... Citei aqui Angelo Denicoli, outros militares das Agulhas Negras preparadíssimos. Muitos ainda estão lá por competência. Então não se pode julgar alguém... Eu não vou julgar pela origem, pela farda ou pela situação. É a mesma coisa perguntar em outros ministérios, um julgamento se tem que ser um professor o secretário ou o Ministro da Educação. Eu não sei! Se pode ter militares em alguns lugares, eu não posso julgar, fazer juízo de valor. Então, eu quero, com todo o respeito, Senador, não fazer esse julgamento, que a mim não cabe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. estava presente na reunião acontecida no Palácio do Planalto, denunciada aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Presidente da Anvisa, em que pretenderam alterar a bula da cloroquina?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estava presente?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está.

Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só vou completar algumas perguntas que não foram feitas pelo Senador.

Quando passa pelo Estado do Amazonas, mesmo que não era sua função, Airton Cascavel, por que é que o Governo brasileiro não pediu ajuda internacional, com aeronaves, para trazer oxigênio para Manaus?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Naquele momento... Eu posso falar desse conhecimento um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu estou dizendo...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... do detalhe de pedir o apoio, mas eu quero responder de que forma houve ações.

Naquele momento, o Governo colocou seus Hércules, colocou... Como é que é esse novo da FAB, um grandão que tem? Na Rússia, é Antonov. Nós temos um nome que é KC...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – KC-390.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – KC-390. Colocou esse avião. Contratou nove carretas que saíam do Rio de Janeiro, iam via Porto Velho. Depois, posteriormente, elas foram de Santarém, aliás, de Belém para Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quantos dias? Quantos dias demora isso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Para sair, no primeiro momento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Rio de Janeiro, para sair de carreta, para chegar lá.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quatro... Sabe qual é a grande dificuldade?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Então, eu vou...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Oito dias! Oito dias! Oito dias!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer uma pergunta simples. Você me responde simplesmente.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Oito dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oito dias?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Oito dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você sabe a quantas horas nós estamos de avião da Venezuela? Duas horas.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quero falar um pouco da Venezuela depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A política ideológica do Ernesto Araújo – está certo? – não permitiu que aviões pousassem na Venezuela, a duas horas de Manaus, e voltassem, em mais duas horas, para chegar a Manaus. Não! Oito dias para sair de carreta! E morrendo gente por falta de oxigênio!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Aí, Cascavel, me desculpa, numa hora dessas, esse esforço todo era uma obrigação do Governo Federal. Era uma obrigação do Governo do Estado do Amazonas também; não era só do Governo Federal, não!

E há de convir, Senador Jorginho, que oito dias do Rio para chegar a Manaus...

O Eduardo falou há pouco que 19 pessoas morreram. Não! Em Coari, Eduardo, saiu um avião...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Numa única noite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – numa única noite...

Em Coari sai um avião para Tefé – eu estou falando aqui, vocês não conhecem, o Cascavel conhece –, pousa à noite, mas em Coari não voa à noite. Teve que vir de lancha para levar. Quando chegou lá, Senador Renan, dez pessoas tinham ido a óbito por falta de oxigênio.

Então, eu tenho muita gratidão pelo ex-Ministro da Defesa. Foi um cara que nos ajudou bastante.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Em usinas, para transportar usinas, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para transportar usinas, para fazer as coisas todinhas. Agora, eu não me permito acreditar, porque ontem o Presidente ainda fala: "Olha, eu e o Governador fizemos..." Não fizeram nada! Não foram capazes de ter humildade. Um país vizinho, por questões ideológicas, Senador Marcos Rogério.

V. Exa. teve esse problema lá no Estado de Rondônia. Lembra que o senhor me liga, e eu disse: "Olha, Marcos, é uma coisa que tu tens que cuidar". Eu conversei contigo, você me ligou preocupado porque ia acontecer a mesma coisa num Município do interior de Rondônia. Nós vivemos. Eu estava lá, eu vivi.

Eu digo a vocês, e não digo isso com prazer, que tanto eu quanto o Senador Eduardo Braga recebíamos mensagens de pessoas: "Pelo amor de Deus, arranja uma coisa de oxigênio para o meu pai, que ele está morrendo". Nós somos políticos há muitos anos no Estado do Amazonas, o nosso celular é uma coisa que todo mundo tem acesso. E a gente não podia fazer nada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E Omar, só para se ter uma ideia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí, Cascavel, oito dias para vir do Rio e está do lado da Venezuela?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não foram oito dias não, Omar. O oxigênio começou a faltar, e a morrer gente em Manaus, a partir do dia 9. Sabe que dia chegou o oxigênio do Rio de Janeiro? No dia 25 de janeiro! O oxigênio que veio da Venezuela chegou no dia 20 de janeiro. E aqui o Pazuello veio com uma história de três dias – mentira! O Elcio Franco veio com uma história de três dias – mentira! A Mayra Pinheiro veio com uma história de três dias – mentira! Todo amazonense sabe que nós sofremos uma falta de oxigênio durante 20 dias, desesperadora! Isso que o Senador Omar está falando é absolutamente verdadeiro. E nós tínhamos um avião da Força Aérea americana à disposição e o Governo do Estado não informou os detalhes técnicos para eles poderem trazer oxigênio. E o Governo brasileiro ficou de braços cruzados! Essa é a omissão, esse é o crime contra a saúde pública. Esse é que é o ponto. Enquanto isso, Senador Omar, eu e tantos no Brasil vivemos a dor de não ter como socorrer as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eduardo... Sabe o que é, Cascavel?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora é importante, viu Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Marcos Rogério. V. Exa. vai já responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Alguns artistas, inclusive o próprio Paulo Gustavo, o finado Paulo Gustavo, o oxigênio dele chegou mais rápido que o do Amazonas, ele tinha mais capacidade de logística do que o Governo Federal colocou para a gente lá.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos tocar, vamos tocar, vamos tocar, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Infelizmente, esse caso do Amazonas é um caso emblemático, e nós temos que aprofundar a investigação porque realmente o que aconteceu lá é algo que entrou para a história como uma tragédia. Agora, é importante dizer também, Sr. Presidente, que isso aconteceu, em grande medida, se não a maior medida, em razão da absoluta incompetência, negligência, do Governo do Estado do Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Nisso estamos de acordo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em julho do ano passado, em julho daquele ano, houve o pedido de aditivo do contrato do oxigênio. Eles não aditivaram. Só foram fazer o aditivo no final do ano.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o que nós tivemos no Estado do Amazonas

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos parar, Presidente.

Meu querido amigo, eu reclamei dela. Deixa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Pois é, então, muito bem.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu reclamei dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Reclame dele também, Senador, porque ele já falou bastante e V. Exa. ficou caladinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou obedecer ao Senador Jorginho, que quer continuar com o embate, mas era só para dizer isso, porque fica parecendo que o Governo Federal é o grande problema...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu queria fazer uma observação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e o Governo Federal foi quem entrou...

Se teve um hiato aí, eu não estou discutindo isso, tem que investigar, mas o grande problema foi em razão da incompetência do Governo do Estado do Amazonas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu queria fazer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – E o Governo Federal tem responsabilidade compartilhada e também não fez.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos para frente, gente, cada um fala no seu horário.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu gostaria de fazer uma observação.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma...

Eu gostaria de fazer uma observação, quando se fala...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Gaúcho, faz no teu momento, Senador Luis Carlos Heinze.

Vamos deixar andar, senão nós vamos sair daqui de noite. Eu tenho que viajar ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Presidente, quem é o primeiro inscrito, Presidente?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu queria poder só...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Presidente...

Presidente, só para a gente poder organizar, coordenar.

Quem é o primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Preciso ouvir o depoente aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – E aí depois?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois é a Senadora Simone Tebet.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Eu quero aqui dizer e testemunhar que não foi uma ação isolada de caminhões do Governo Federal, houve várias ações em vários modais.

Houve ação através da Marinha, houve ação através da Aeronáutica, houve ação através de caminhões, houve caminhões que vieram da Venezuela também com oxigênio, mas a grande solução – que só veio a acontecer, e aí eu concordo... – foi a implementação de usinas, que foram pelo Governo Federal.

V. Exa., Sr. Presidente, trabalhou junto com a Força Aérea para dotar os Municípios do interior, onde foram instaladas várias usinas que supriram de forma definitiva essa situação.

Quando se fala daquela questão dos atores, aquilo foi mais midiático, não dava para em dez minutos atender a situação, mas uma questão é importante saber: o Amazonas consumia um consumo diário de 28 mil metros cúbicos e isso passou, em 10 dias, para 110 mil metros cúbicos. E nós fomos ver depois, não só no Amazonas...

E outra, concordo com o senhor, Presidente, a catástrofe humanitária, as perdas de vidas não têm preço, isso tem que se aprofundar, mas outros Estados brasileiros que tiveram o tempo e o *delay* acabaram sofrendo a falta de oxigênio. A entender que o Amazonas tem uma logística diferente, para chegar em Manaus levam-se cinco dias, tirando a questão aérea.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse que é o grande problema.

Nós precisávamos de aeronaves e nós tínhamos oxigênio ali do lado. E aí é o grande questionamento que a gente não dá para entender. Você mesmo, que mora em Roraima, sabe da relação que vocês tiveram, histórica, com a Venezuela.

Agora, agora é que houve um distanciamento, mas Roraima, para quem não sabe, a vida toda dependeu da energia da Venezuela, que é o Linhão de Guri. Aliás, não só isso, a linha de internet, fibra ótica, não vem de Roraima, vem da Venezuela também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Até Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até Manaus, o.k.?

Então, essa relação com a Venezuela lá, Amazonas e Roraima, sempre tivemos uma relação de muita amizade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Cimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cimento, uma série de coisas.

Agora, não ir buscar o oxigênio ali do lado, a duas horas de voo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Criminoso, criminoso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Isso aí... Aí depois dizer que não tem responsabilidade sobre isso? Dizer que fez esforço?

E eu não estou o culpando, viu, Cascavel? Não era sua função essa, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Essa não era a função dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa função era... Foi uma questão ideológica.

Morreram amazonenses... Só para vocês terem uma ideia, o Amazonas já tem mais de 14 mil mortos. Eu dei uma entrevista para uma TV austríaca. A Áustria tem 9,5 milhões de habitantes. Lá foram a óbito 10 mil pessoas, o Primeiro-Ministro caiu. O Amazonas, que tem um terço da população da Áustria, teve mais mortes do que a Áustria. E no Amazonas devem dar umas 50 áustrias lá dentro, você está me entendendo?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Omar, só para contribuir: hoje – hoje –, relatório do Ministério da Saúde: óbitos acumulados por 100 mil no Brasil, 266; no Amazonas, 327. Isso é uma vergonha. Se o Amazonas fosse país, nós éramos o número um do mundo – o número um do mundo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes, eu gostaria de agradecer à Senadora Eliziane por ter trocado comigo – ficou na suplência – e ao Senador Humberto por ter dado prioridade na lista de titularidade.

Sr. Presidente, esta CPI tem se transformado numa verdadeira passarela onde desfilam aqui toda sorte de mentiras e histórias mal contadas. E, no caso de hoje, Deputado Airton Cascavel, o que nós temos visto também são histórias que me lembram muito aquilo que a gente pode chamar, no mínimo, de má gestão.

Durante essa semana, nós vimos um reverendo falando em nome de Deus e um coronel falando em nome do patriotismo que estavam, de forma benevolente, querendo trazer vacina para a população brasileira e nunca em nome próprio. Ontem mesmo, o coronel, que tinha sido exonerado, ficou seis meses exercendo atividade comercial, o que é proibido para um servidor público, e depois se disse incrédulo, porque só foi exonerado efetivamente, de fato, no outro cargo, seis meses depois. E com V. Sa. acontece o inverso. V. Sa. começa a exercer, dentro do Ministério da Saúde, uma atividade sem ser nomeado e, só depois de seis meses, talvez por pressão, acaba sendo nomeado.

O senhor...

Pois não. Eu vou... Sim.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – ... meses, foram...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Bom, nós vamos chegar lá.

De qualquer forma, V. Sa. sabe, como Deputado Federal, que, se V. Sa. sabia disso – e acredito que saiba –, isso é um crime, que é o de usurpação de função pública. Mas isso na teoria; eu não estou, obviamente, denunciando V. Sa. De qualquer forma, é importante lembrar que de boas intenções o inferno está cheio.

V. Sa. acabou de ser nomeado Secretário de Saúde de Roraima, não?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não estou como Secretário de Saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esteve?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Estive por... Logo que saí, estive, fui convidado pelo Governador. Não queria aceitar, até por situações pessoais...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não há nenhum demérito, ao contrário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, quero dizer, quero dizer: estive lá por 76 dias...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Certo.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – E acabei de pegar o covid há 16 dias, pela segunda vez. Como bem me disse, na função de secretário estadual, você está exposto nas UTIs, nos hospitais...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pois bem.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – E eu pedi para sair. Só para responder.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. já havia dito isso. Eu agradeço.

Apenas para poder aqui entender um pouco a narrativa porque, no portal do Governo do Estado de Roraima, tem uma parte do discurso de posse de V. Sa. E V. Sa. disse: "Se o Governador me chamasse há um ano, eu não aceitaria, por não estar preparado. No Ministério da Saúde, eu aprendi muito, principalmente na gestão dos recursos. Recebo como missão divina. Que nós todos sejamos Secretário de Saúde".

Parabenizo V. Sa. pelo discurso, mas eu espero que, mais do que entender que aquela era uma tarefa divina, V. Sa. tenha aprendido, no Ministério da Saúde, o que não fazer! Porque, no Governo do seu amigo General Pazuello, só no período em que ele esteve no Ministério da Saúde, morreram 270 mil brasileiros. Isso são dados que estão claros e, conforme o Senador, meu Líder, Eduardo Braga comentou – o próprio Tribunal de Contas –, isso se deve, em grande parte, à deficiência e à inoperância da máquina pública do Ministério da Saúde na condução da gestão da pandemia.

Quando perguntado, nesta sala, pelo Relator, por que o Ministro da Saúde, o Ministro Pazuello, teria saído do cargo, eu me lembro de que Renan perguntou, e o Pazuello, mais que rapidamente, disse: "Missão cumprida". Achei interessante, porque foi meio que no automático que o Relator levantou a placa que tinha ali: missão cumprida com 400 mil vidas perdidas?! E a reação do Ministro foi nenhuma! Não vi na face do Ministro indignação, incredibilidade... Afinal, a relação do Presidente com o Pazuello estava muito clara: manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Estou dizendo tudo isso porque a pergunta que faço, neste momento, a V. Sa. – vou deixar para o final para V. Sa. responder, porque o meu tempo é curto – é: lá mandava quem pode e obedecia quem tinha juízo. Eu gostaria muito de entender qual é a relação de V. Sa. com o Ministro Pazuello. Quem era o professor, o mestre? Quem era o aluno? Quem mandava efetivamente e quem executava?

Porque eu quero, primeiro, agradecer a V. Sa. V. Sa. realmente atendeu os Senadores naquilo que era de mais urgente: *kit* intubação, oxigênio, medicamentos do Ministério da Saúde. Isso é verdade. Acontece que, embora falando em missão divina lá em Roraima, aqui, no ministério, V. Sa. estava falando em nome de homens, especificamente do Ministro Pazuello. E eu quero dizer que V. Sa., embora nos recebendo, por um tempo, V. Sa. nos recebeu numa sala que não era sua, para tratar como empresário de uma pauta que era relacionada à pandemia, portanto, pública, no lugar de um Ministro de Estado.

Eu quero contar um caso simples de uma Senadora que marcou uma audiência com o Ministério da Saúde para tratar de assuntos do seu Estado. Ali, essa Senadora pedia R$30 milhões para os hospitais regionais conseguirem minimamente ter o mínimo de insumos para poder garantir o mínimo de gestão a esses hospitais. Ali, essa Senadora pedia, pelo amor de Deus, 20 tubos de oxigênio – que eu esqueço sempre o nome, porque eu confundo com *kit* intubação – para colocar nos hospitais regionais. E ali eu fui para falar com o Ministro de Estado. Pois bem. Nesse caso, ali, a Senadora era eu. E eu fui atendida por um empresário, que era V. Sa., e estava ali naquela sala ausente o verdadeiro titular, que era o Ministro de Estado. V. Sa. não estava na função de assessor especial. Então, quando eu digo isso – depois V. Sa. assume e assume na função de assessor – me vem aqui toda sorte de responsabilidade não de V. Sa., mas do seu chefe, do Ministro Pazuello. Sabendo de um gabinete paralelo lá no Palácio do Planalto, implanta o gabinete dos militares para tentar diminuir a sanha do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

gabinete paralelo político do Centrão. E aí coloca alguém que nem nomeado era, quem sabe pra fazer as vezes ali de alguém que pudesse estar vigiando, relatando, denunciando alguma coisa.

Eu tenho matérias – V. Sa. vai ter o tempo que quiser depois para falar – de um pouco antes de V. Sa. assumir, de servidores – apenas matérias de jornal, posso lhe passar – falando de, enquanto V. Sa. estava ali na gestão do Ministro Pazuello, portanto, não necessariamente a V. Sa. mas à gestão de um ministro a que V. Sa. serviu, ações de verificação de registro de todos os que trabalhavam na pasta em suas contas sociais, inclusive de ameaça de punição aos que faziam críticas ou comentários ácidos ao sistema de saúde e à atuação do Executivo federal, uma verdadeira caça às bruxas.

Nesse mesmo período em que V. Sa. estava lá, "começou o monitoramento feito por Cascavel, o Ministério da Saúde encaminhou aos servidores um *e-mail* com o que chamou de 'dicas de ética'", Senador Randolfe, "a serem seguidas nas redes sociais, reiterando que estava fiscalizando tudo o que [foi] [...] publicado". A mensagem deixa claro também que, aspas, "a ascensão profissional dos servidores pode ser definida de acordo com o que se divulga nas redes sociais". Alguém mandou um *e-mail* para os servidores. Matéria de jornal, isso vai ser investigado depois pela CPI. Repito, não estou imputando a V. Sa. Estou dizendo que V. Sa. estava lá e quero depois saber se viu, se soube e que possa contar a sua própria história.

Mais ainda, Senador Humberto: o corpo técnico do órgão atribui o gesto à determinação do Palácio do Planalto de reduzir, ao máximo, a divulgação de números sobre casos da covid-19, como fazia e tentava fazer com toda transparência o ex-Ministro, meu conterrâneo, Luiz Mandetta. Quando assumiu o ministério, Pazuello quis mudar a forma de divulgação dos números da pandemia e o fez. Ao invés de divulgar a totalização de casos, o que fez? Somente os dados diários foram parar nos *sites*, nos portais. Houve uma reação da imprensa, criou-se um consórcio entre jornais e veículos para contar a realidade dos fatos, da gravidade dos fatos.

Enfim, muitos o consideravam o Ministro de fato, que desenrolava a maioria da parte burocrática e logística. E, nesse aspecto, V. Exa. tem mérito, e é verdade. Nós até lhe agradecemos por isso. Mas não é menos verdade – e aí eu indo pra minha linha de raciocínio e conclusão – que o Tribunal de Contas da União, ainda ontem, na linha do Senador Eduardo Braga, acabou de indiciar ou de, a princípio, dar votos, imputando responsabilidade a pelo menos quatro gestores no Ministério da Saúde, Senadora Eliziane: Ministro Pazuello, Secretário Elcio Franco e dois ex-Secretários de Vigilância em Saúde.

Eu quero aqui lembrar que foi no período em que V. Sa. estava lá – e essa é a maior gravidade de todas a meu ver, de todas, Senador Humberto – que o Plano de Contingência Nacional do Ministério da Saúde foi alterado. Em fevereiro de 2020, no início da pandemia, um plano nacional de contingenciamento foi feito para o Brasil. Ali se falava em planejamento, em coordenação, pronto para, a partir daí, elaborar planos. Pois bem, o que fez o Governo Federal na sua segunda edição, quando V. Sa. já era Assessor Especial? Mudou o plano de contingência, Senador Renan. O que o plano de contingência fez? "Não, isso não é problema meu. Eu deixo a coordenação, como é tripartite a saúde pública, a vocês, Estados e Municípios". Não faça esse gesto, por favor. Sabe por quê, Deputado? Não é isso. Não pode ser isso. Isso está errado. Não confirme isso como verdadeiro.

Uma coisa... Eu fui Prefeita e dei aula, algum tempo, de Direito Administrativo. Uma coisa é execução da atividade da saúde, ela é tripartite. Mas a coordenação geral é única e exclusiva da União. Sem coordenação, organização, planejamento e plano, Estados e Municípios ficam órfãos de pai e mãe, ficam sem pernas pra andar, sem braços pra acolher, sem um motor pra gerar, cuidar e salvar vidas. Não houve coordenação no momento do ápice da pandemia. "Toma que o filho é seu!", foi isso que foi dito pra Estados e Municípios. É como trocar o pneu com o carro andando, depois falar: "Vamos imputar agora a responsabilidade pra Estados e Municípios". Tem Estados e Municípios que merecem, sim, estar nesse banco e responder pela má gestão, mas o Governo Federal não vai se safar dessa. Aí começou toda a sorte de problemas dessa pandemia que não tem fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E mais, olha aqui, entre aspas, Senador Renan, deu o exemplo o Tribunal de Contas: no plano de contingência, já do final deste ano, pra se livrar, ou foi na segunda edição, entre aspas, ele trocou "garantir o estoque estratégico de medicamentos da União" para "apoiar o processo de compra de medicamentos pra Estados e Municípios". Como? Como Estados e Municípios poderiam, no auge da pandemia, quando estavam faltando insumos no Brasil e no mundo, *kit* intubação, oxigênio, sedativos pra intubar os pacientes, que foram intubados com dor... Relato de quem sobreviveu disse que nunca passou por uma situação de pesadelo como aquela, de sentir a dor de um cano sendo enfiado dentro da sua garganta porque não tinha remédio pra sedá-lo. Como o ministério tem a coragem, a desumanidade de dizer pra Estados e Municípios "comprem vocês", sabendo que não teria estoque no mundo pra comprar?

É por isto que faltou *kit* intubação no Brasil, é por isto que faltou sedativo, é por isto que faltou oxigênio: porque o Governo simplesmente lavou as mãos, porque o Governo não quis assumir a responsabilidade, porque sabe que, no início da pandemia, ele errou. Ele negou e falou: "Vamos todos nos imunizar naturalmente. Não vamos fazer propaganda de distanciamento social, nem uso de máscara, nem álcool em gel; não vamos comprar vacina em tempo, porque daqui a pouco está todo mundo no mercado de trabalho". Então, quando isso aconteceu, assessor, e o Governo percebeu que ia sobrar responsabilidade, ele tentou jogar essas atribuições pra Estados e Municípios.

Estados e Municípios não tinham como funcionar sem motor; que o motor, no caso de uma pandemia, é da responsabilidade do órgão central, do Poder central deste País, que é a União.

Repito, nas minhas palavras finais: sem planejamento, sem organização, sem planos não é possível falar em sistema tripartite. O Ministério da Saúde, aqui, aponta esses dois entre tantas irregularidades. Que bom que V. Sa. não está nesta relação.

Eu encerro, Sr. Presidente, apenas pra dizer aqui, até porque eu fui mencionada, inclusive pra imprensa, pra que não paire nenhuma dúvida, se permitir – eu só tenho 40 segundos –, só pra dizer muito claro o que eu fui fazer no Ministério da Saúde.

Eu fui ao Ministério da Saúde pedir emenda impositiva, que é direito do meu Estado e que estava atrasada. Foram 30 milhões dos recursos federais que nós aprovamos no período da pandemia, uma demanda da Santa Casa de Campo Grande, para atender à reforma da unidade de traumatologia, que vem há muito tempo, com aquisição de medicamentos, uma demanda tão pequena, Presidente Randolfe, da Maternidade Cândido Mariano, maternidade referência no trato humanitário com as nossas gestantes, para pedir a liberação de – pasmem – R$164 mil, e do hospital de onde eu nasci, Hospital Auxiliadora, de Três Lagoas, porque estava atrasado o recurso lá, de liberação de R$1 milhão. E, por fim – agora eu me lembrei do termo, e esse foi o atendimento que V. Sa. nos deu –, dos respiradores: fui lhe implorar por 20 respiradores para o Hospital Regional da capital do meu Estado, para que os nossos pacientes pudessem minimamente respirar no meio de uma pandemia ou quando acometidos por essa enfermidade.

Então, fico aqui, se V. Sa. me permitir chamá-lo de Airton, fica aqui, primeiro, o meu agradecimento pelo atendimento, mas, de qualquer forma, a minha indignação. E dizer: V. Sa. não podia ter atendido uma Senadora da República sem ter sido nomeado, eu precisava no mínimo saber disso. Eu fui a uma reunião e tive que aguardar 30 minutos o Ministro, que sequer aceitou tirar uma foto comigo. Que bom, não faço questão, nunca fiz, mas para mostrar como as coisas ali eram muito estranhas. Um Ministro de Estado se recusar a tirar uma foto com uma Senadora no meio de uma pandemia, onde nós não estávamos fazendo absolutamente nada de errado.

Eu deixo obviamente aqui o meu desabafo, mas, de qualquer forma, de forma muito clara, parabenizo o Tribunal de Contas da União, que é órgão auxiliar do Senado e, consequentemente, da CPI, por ter já apontado aquilo que eu tenho certeza que constará no relatório do Senador Renan Calheiros: houve dolo, o Tribunal de Contas fala isso, ele fala na palavra dolo. Houve omissão dolosa no atraso das vacinas, ao repassar responsabilidade para Estados e Municípios no meio de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pandemia e ao também deixar de garantir medicamentos urgentes e prioritários para salvar vidas no Brasil.

Muito obrigada. Desculpa o desabafo, mas era importante que nós pudéssemos pautar essa reunião com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

O próximo inscrito é...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu poderia responder? Eu gostaria de responder.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Ah, perfeito. É porque eu não tinha percebido pergunta.

Pois não.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Eu queria apenas... Eu entendo as suas colocações, e apenas uma correção Senadora, e a senhora haverá de concordar com isso: a senhora foi recebida pelo Ministro da Saúde, a senhora foi recebida pelo Ministro Pazuello. Eu estava lá, fui chamado, a senhora não foi recebida pelo empresário.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu fui recebida, acho que V. Sa. está com... É natural, porque recebe tanta gente, mas eu me lembro bem desse episódio...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas eu lembro...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas eu fui recebida primeiro, numa sala, por V. Sa. Esperamos nós dois, junto com o meu assessor, por mais de meia hora, e depois fomos ao Ministro.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – A pauta...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu disse isso.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Repito: fomos falar de pandemia. Eu estou apenas dizendo que V. Sa., naquele momento, não era servidor público. Consequentemente – não estou dizendo que V. Sa. me ofereceu nada, não estou dizendo que V. Sa. fez qualquer... Muito pelo contrário, eu estou agradecendo a V. Sa. por ter depois me dado um retorno em relação aos respiradores, mas, naquele momento, V. Sa. não era um servidor público. Então, o mínimo que V. Sa. poderia era ter se apresentado: "Olha, estou aqui, pode ser que eu seja nomeado em breve e eu vou fazer a gentileza de acompanhá-la; já vou me atualizando". Eu, simplesmente, depois que soube, me senti enganada, mas a gentileza de V. Sa. acabou superando todo tipo de mágoa porque V. Exa. me atendeu. Agora, eu preciso trazer a verdade, porque eu fui inclusive citada nas redes sociais e na mídia por ter tido uma reunião com V. Sa. quando V. Sa. não era ainda servidor – e é verdade, V. Sa., naquele momento, não era servidor.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu não discordo da senhora, e a minha intenção foi lhe ajudar. É que a sua agenda era com o Ministro, não é? Tanto que ela ocorreu. Eu me lembro como se fosse hoje... Antes, nessa sala, inclusive, eu disse – trago à lembrança – que eu falei onde eu estava no dia 11 de setembro de 2001. Eu era Deputado Federal e estava sendo atendido pelo seu pai, o então Ministro de Desenvolvimento Regional. Na hora em que os aviões ficaram na torre, eu estava lá no Ministério do Desenvolvimento no gabinete, sendo atendido por ele. Eu lembro que falei isso com a senhora, e a senhora foi ao Ministro, foi levar a sua pauta, depois, ao Ministro. Eu fiquei lá fazendo, como se diz, a antessala, com nenhuma intenção... Eu a respeito, sou seu admirador e...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só preciso pontuar...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... do seu trabalho, e a senhora está correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas é importante pontuar...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não foi a minha intenção enganá-la.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que V. Sa. era Assessor Especial nesse período em que o Plano de Contingência Nacional foi trocado duas vezes e trocado para retirar responsabilidade do Governo Federal de forma indevida. E aí a responsabilidade específica é dos seus chefes, do Secretário de Vigilância Sanitária, do Secretário Elcio e do Ministro Pazuello.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O.k. Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Airton, Senadora Simone Tebet...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Senador, eu poderia, por um minutinho, me retirar um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito. Cinco minutos... A sessão fica suspensa por cinco minutos, só que, antes de suspender – o senhor pode ir, Sr. Airton –, um rápido comunicado.

Sr. Relator Renan Calheiros, ontem, esta Comissão Parlamentar de Inquérito recebeu a notícia, Senadora Simone Tebet, de que a Polícia Federal vai instaurar um inquérito contra esta Comissão Parlamentar de Inquérito por eventuais supostos vazamentos de notícias sigilosas. Inquérito contra a Comissão Parlamentar de Inquérito – devem saber as autoridades, o Sr. Ministro de Justiça, e deve saber também a Direção-Geral da Polícia Federal – é inconstitucional e ilegítimo.

Só que ocorre, Senadora Simone, que ainda ontem à noite, às 21h26min, o Senhor Presidente da República, em suas redes sociais, divulgou abertamente um inquérito sigiloso, no qual, inclusive – no inquérito –, está a advertência de sigilo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, quem abriu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O Senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, ontem à noite...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um processo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – ... fez a divulgação de um inquérito sigiloso em suas redes sociais, em seu Twitter.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na Polícia Federal?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Ele divulgou nas suas redes sociais um inquérito sigiloso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, o inquérito se daria onde? Na PGR, na CGU?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Um inquérito que está em andamento na Polícia Federal. Ele fez a divulgação de um inquérito sigiloso.

Eu aproveito para, em nome desta Comissão Parlamentar de Inquérito, perguntar ao Sr. Anderson Torres – eu até confundi o nome dele ontem com Franz alguma coisa, porque me trouxe algumas lembranças de um outro período da história. Mas eu pergunto ao Sr. Anderson Torres, que é o Sr. Ministro de Estado da Justiça, e ao Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal a que horas será anunciada a abertura do inquérito contra o Senhor Presidente da República, já que o inquérito contra esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi anunciado, inclusive, Senador Renan, no âmbito desta CPI e, logo em seguida, foi anunciado para a imprensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, espero, assim como o vigia espera pela aurora, que a Polícia Federal, que o Diretor-Geral da Polícia Federal, que o Sr. Ministro da Justiça informem, ainda no dia de hoje, a que horas será aberto o inquérito contra o Senhor Presidente da República pela divulgação, aí, sim, com todas as digitais, nas suas redes sociais, de um inquérito sigiloso. Era só esse comunicado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, para compreender.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – A Polícia Federal abre um inquérito contra a CPI. Esse inquérito é sigiloso? E a CPI, que é a parte, portanto, aqui acusada, pelo menos já teve acesso aos autos para saber quais são os documentos, a princípio, supostamente vazados por esta CPI?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O pretenso eventual inquérito foi anunciado ontem no jornal *O Globo*, que seria aberto em decorrência de eventuais notícias vazadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito de documentos sigilosos.

O Senador Marcos Rogério está pedindo a palavra, inclusive anunciou, com antecedência, isso ontem aqui. Não é isso, Senador Marcos?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Eu não estava pedindo a palavra, não, Sr. Presidente, mas eu posso dizer que considero extremamente importante que todos os atos sejam legítimos. E, quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, atua sem obedecer ao devido processo legal, obviamente, tem que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O Presidente da República divulgou ontem um inquérito do Tribunal Superior Eleitoral que também era sigiloso. V. Exa. haverá de apoiar a abertura de inquérito contra ele, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tiver quebra de sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor pode inclusive pesquisar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se tiver quebra de sigilo por quem quer que seja...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – ... a rede social do Presidente da República, o Twitter dele, às 21h26min.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Diferente do G7 aqui, que quer proteger grupos, não quer deixar a CPI avançar, eu não protejo. Quem comete falha, crime ou qualquer coisa, responda por ele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Saúdo o apoio de V. Exa. à abertura de inquérito contra o Presidente da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Cada um tem o seu CPF.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Inclusive, Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui quem protege Consórcio Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Saúdo o apoio de V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para fazer um pedido, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... falcatruas nos Estados, é justamente o G7, não eu.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aproveito para fazer um pedido, com, tenho certeza, a anuência do Senador Marcos Rogério, que sempre, gentilmente, depois do início um pouco tumultuado, agora protege a Bancada Feminina, e com muito respeito e gentileza.

Eu gostaria que todos os documentos que chegassem a esta Comissão e que são confidenciais pudessem passar por um crivo da Consultoria, porque eles vêm com um carimbo de confidencialidade e, muitas vezes, não são confidenciais. E a Bancada Feminina, como não tem assento nesta CPI, tem dificuldade. Então, eu quero dizer que eu posso testemunhar na Polícia Federal, se a Polícia Federal quiser, que nenhum documento é vazado sequer para os Senadores que não são membros. Eu tenho a maior dificuldade na investigação porque eu, Senadora Eliziane e as Senadoras...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu também não tenho acesso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... não temos acesso a nada. Então, quem sabe nós possamos testemunhar a favor da CPI.

E, mais uma vez, agradeço a gentileza do Senador Marcos Rogério que, no último tempo, tem sido um cavalheiro com a Bancada Feminina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu, assim, com relação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu sugiro, Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com relação ao que a Senadora Simone está fazendo, propondo, de ter aqui um crivo de avaliação do que deve ser sigiloso e o que não deve – porque foi aprovado aqui, mesmo contra a minha opinião naquele momento, mas o Colegiado aprovou –, nem tudo aquilo que é enviado como sigiloso tem que ser sigiloso, porque depende do conteúdo. Ter essa análise...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas já existe uma análise. Existe uma prévia análise.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que a Senadora Simone está mencionando, eu acho que é realmente importante.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No *site*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não fica no crivo de uma pessoa apenas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No *site* da CPI já tem alguns documentos disponibilizados.

O que eu gostaria, como o clamor em relação aos Estados e Municípios, Senador Randolfe, é muito grande, e eu fiquei sabendo que alguns Estados e alguns Municípios já mandaram informações, eu gostaria que entregassem para, pelo menos, os membros da CPI, para que se debruçassem sobre isso. O Senador Girão fala disso, o Senador Marcos Rogério. E eu já sei que a CPI já tem documentos. Então, como o volume é muito grande, seria interessante... E acredito que eles tenham acesso, porque são membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Seria interessante isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Senadora Soraya, só para nós encaminharmos, porque o depoente já está, já retornou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – ... e o próximo Senador inscrito é o Senador Humberto.

Eu quero acatar o encaminhamento de V. Exa. para a Secretaria, enfim, para buscarmos uma alternativa para, obviamente, os documentos, inclusive que não estão sob sigilo, serem de acesso a todos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É porque fui cobrar que não tinha nada, e tem, sim. Tem, sim! Mas aí os nossos colegas não acessaram. E tem muito documento pra ser analisado de Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito. Esta Presidência vai dar encaminhamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Só lembrando, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – ... que nós aprovamos aqui, inclusive, o requerimento, parece-me que de autoria do Senador Renan – eu não sei se de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não, do Senador Renan.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – ... no sentido de flexibilizar, porque... O que o que tem acontecido aqui? Enviam-se os documentos para esta Casa que não estão dentro das especificidades da Lei de Acesso à Informação como documento sigiloso e chegam como se fossem, exatamente para dificultar essa investigação. O que acontece? O acesso ao documento sigiloso é extremamente limitado ao membro da CPI e a um assessor especificamente. Então, você acaba não tendo mão de obra suficiente para fazer essa avaliação do que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeitamente, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Mas também finalizar, Presidente Randolfe, deixando aqui a nossa confirmação da não aceitação de intimidação, porque o que a gente tem percebido, seja por *fake news* nos Estados, que todos nós aqui desta CPI que somos membros, todos nós aqui que fazemos um papel, que fazemos a nossa função, na verdade, de independência ou de oposição... E as instituições não podem ser instrumentalizadas. A Polícia Federal é um órgão de respeito do Brasil, que tem uma contribuição importante para o Brasil e jamais pode utilizada como instrumento para intimidar esta Comissão.

Então, esta Comissão não vai se submeter a isso, Senador Randolfe Rodrigues e todos os colegas. E precisaremos tomar as devidas providências, inclusive por crime de desobediência, se realmente as informações não vierem da forma devida a esta Comissão, como ontem inclusive respondemos.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Esta Presidência ainda ontem... Esta Presidência, inclusive avalizada hoje pelo seu titular, Presidente Omar, já encaminhou as providências devidas.

Passo a palavra ao Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu solicito a ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

Eu vou devolver a Presidência para o titular, mas V. Exa... O próximo é o Senador Humberto Costa, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Eduardo Braga e, em seguida, V. Exa.

Passo, então, para o Senador Humberto Costa para fazer inquirição e levo a minha plaquinha, deixando a Presidência com o seu titular.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Posso?

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Airton Soligo, seja bem-vindo ao Congresso Nacional, ao Senado especificamente.

Sr. Soligo, eu queria começar perguntando a V. Sa. quando V. Sa. iniciou a sua participação no Ministério da Saúde nesse período de informalidade. Quando foi isso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Primeiro, dizer-lhe que eu não iniciei nenhuma atividade de forma informal. A AGU reconhece o eventual colaborador... Aliás, o colaborador eventual já é reconhecido. Isso por portaria...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, e qual foi a data que V. Sa. começou?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Exatamente? Eu creio que acho que foi, nessa atividade, lá pro dia... Nessa primeira relação de observação no dia... Foi final de abril.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exato.

No dia 29 de abril, V. Sa...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Participei de uma reunião que o senhor estava com os Srs. Senadores...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... acompanhando pelo Conasems. Me lembro exatamente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente, em 29 de abril.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Com o Ministro Teich, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E foi durante quanto tempo que o senhor ficou até ser nomeado? O senhor foi nomeado em junho, não é?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, foi aproximadamente maio e junho, um pouco mais de um mês, é isso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É. Nesse momento, Senador, eu expliquei na primeira fala que eu retorno, no primeiro momento, a Manaus pro dia 7. E eu sou convidado no dia 12 de maio para ser assessor do Teich. Quando o senhor fala de 29, eu me lembro como se fosse hoje: foi uma reunião longa – eu fiquei apenas observando – e o senhor estava lá. E eu ainda disse pro Ministro Teich: "Ele é ex-Ministro, é importante o senhor buscar essa colaboração".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – E aí ele me convidou dia 12 de maio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – E dia 15 ele saiu.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para mim está claro. Então, houve esse intervalo...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Intervalo de interrupção.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... entre 29 de abril e o mês de junho.

A segunda coisa que eu gostaria de perguntar a V. Sa.: nesse período V. Sa. utilizou, por exemplo, aviões da FAB para algum tipo de atividade? V. Sa. teve algum tipo de remuneração por parte do Poder Público ou não?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não tive diárias. Utilizei numa viagem pra Manaus, quando foram... E é permitida essa coisa, que foi uma consulta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor foi num avião com outras pessoas?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Foram várias pessoas nesse avião...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., mas o Ministério da Saúde pagou alguma despesa sua em algum momento...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, em nenhum momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... nesse período?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Em nenhum momento. Nesse avião foram várias...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. se comprometeu a dizer a verdade.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, eu estou dizendo para o senhor que na ida dessa viagem estavam o Conass e o Conasems, inclusive o assessor do Conass. E, naquele momento, quando eu fui, estava ali numa alegação de Conasems.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu estou entendendo que o Ministério da Saúde não pagou pra V. Sa. nenhuma despesa durante o período em que V. Sa. não estava formalmente nomeado como assessor especial do Governo.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu creio que não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu creio que não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu digo isso porque...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Embora, veja o seguinte: com a função... Só salientando juridicamente: se estivesse como eventual, servidor temporário, teria direito, inclusive se estivesse como colaborador eventual. Teria, mas eu não me recordo de nenhum valor em relação a isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não se preocupe que nós não vamos analisar essa...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu não estou... Só para...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...qualificação de servidor eventual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu não sei se o nosso Relator está aqui... Mas depois eu falo o que eu queria falar com...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O.k.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...o Relator, porque é a segunda situação que nós vivenciamos de maneira semelhante.

V. Sa. participou dessa Operação Acolhida, não é?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não participou?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, em nenhum momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, tá. Mas é importante ver que essa Operação Acolhida produziu muitos talentos para a área da saúde, não é? Além do...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas eu, em nenhum momento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não. Eu sei. Eu sei.

Além do Ministro Eduardo Pazuello, que demonstrou-se aí realmente dotado de um talento especial pra gestão pública na área da saúde, nós tivemos o Sr. Carlos Wizard, que nos deu aqui um dos depoimentos mais deprimentes a que o Congresso Nacional teve oportunidade já de assistir, não é? Junto com ele, o Sr. Pazuello, como eu disse, o Sr. Elcio Fraco.

Mas veja, por exemplo, outros nomeados da Operação Acolhida: Luiz Otavio Franco Duarte, assessor especial do ministro, Coronel do Serviço de Intendência; Giovani Cruz Camarão, coordenador de finanças da Coordenação-Geral da Execução Orçamentária da Diretoria Executiva, Subtenente de Manutenção de Comunicações; André Cabral Botelho, coordenador de contabilidade da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, Subtenente de Infantaria. Só da Operação Acolhida, foram todas essas pessoas, inclusive vários militares que passaram a ocupar postos importantes.

De maneira semelhante a V. Sa., um outro cidadão, como eu disse, que fez o depoimento mais deprimente que eu acho que o Congresso Nacional já teve, foi o Sr. Carlos Wizard. Ele participou dessa Operação Acolhida, foi levado para o Ministério da Saúde, passou um mês lá, não sei se na mesma condição de V. Sa., mas sem ter uma nomeação como integrante do Ministério da Saúde e teve aquela ideia genial – genial! – de acabar com a pandemia maquiando os números de mortos e de pessoas acometidas pela doença.

O senhor acompanhou essa discussão que ele propôs?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não.

O senhor também não tem uma posição de se isso seguiu o encaminhamento correto ou não?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Quero agora avançar aqui para perguntar a V. Sa. sobre Manaus. V. Sa. não esteve naquele período mais grave; esteve um mês antes, não é?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, estive; no período grave, eu estive lá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas eu digo na segunda onda.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, estive, estive em Manaus.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esteve?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Estive.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, o senhor pode me responder.

O senhor ouviu, em algum momento, o assunto imunidade coletiva por transmissão ter sido discutido no ministério?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não.

Qual era a posição do ministério sobre o decreto que foi emanado do Governador do Estado do Amazonas naquele momento, dia 23 de dezembro? Houve alguma manifestação de ser favorável ou contra?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não me lembro desse momento, Senador, de decreto; não me lembro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, agradeço.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pressionado por pessoas ligadas ao Bolsonaro. E aí o próprio Presidente é... Um dos filhos dele, o Deputado Eduardo Bolsonaro e outros Deputados colocaram nas redes: "Olha, aconteceu lá em... E agora está acontecendo em Manaus e tal". Era uma festa que teria, depois, óbitos de muitas pessoas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E a decisão de distribuição...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu queria só uma colocação em relação a isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Pelo que o Supremo pacificou e com controvérsias das pessoas, a decisão do *lockdown* ficou tanto para os Municípios quanto para os Estados – a decisão. Então, era uma decisão regional.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E a decisão de distribuir cloroquina, V. Sa. participou dessa decisão do ministério?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Em nenhum momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em nenhum momento, perfeito.

Aliás, Presidente, eu queria até pedir a V. Sa., já há várias pessoas convocadas aqui para falarem sobre essa temática.

Eu queria sugerir que, na semana que vem, nós pudéssemos ouvir o Sr. Pedro Benedito Batista Junior, que é do Prevent Senior, onde foi feita uma pesquisa ilegal sobre utilização de cloroquina que levou à morte de pessoas; o Sr. José Alves, da Vitamedic, aquele que pagou aquelas páginas nos jornais para defender o tratamento precoce; e o Sr. Fernando Jordão, que é o Presidente daquela associação de Médicos pela Vida.

Eu acho que eles já têm condição de virem aqui para nós inquirirmos essa relação promíscua entre empresas, planos de saúde e profissionais de saúde.

Gostaria também de perguntar a V. Sa... V. Sa. disse que não negociou vacinas, apenas participou dessa tentativa de pacificação. Foi só isso mesmo?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Nesse contexto, sim, e acompanhei uma reunião no Palácio do Planalto, onde já teria sido assinado o contrato com a Pfizer mundial, onde o Presidente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

vários ministros... E, pela ausência do Ministro Pazuello e do Secretário-Executivo, houve uma reunião...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora, o senhor sabe por que a pasta da Saúde, em vez de comprar essas vacinas logo, foi atrás dessas vacinas que têm atravessadores, como a Covaxin, como essa AstraZeneca, que a Davati dizia que tinha e não tinha? O senhor sabe ou não?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Essa é uma atribuição da Secretaria Executiva.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Muito obrigado.

O senhor conhece a Dra. Nise Yamaguchi?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Nunca encontrei. Eu ouvi falar várias vezes, mas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu tive a informação, não sei se é verdadeira...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – A Nise Yamaguchi não é a da Fiocruz, não?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não. É a médica...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu conheço a doutora...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nísia.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Nísia. Então, essa eu conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aquela é Nise.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Aquela eu conheço muito bem; a outra, não. Nunca nem encontrei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas aqui me disseram que V. Sa. teve um jantar com ela e com Carlos Wizard, junto com o Pazuello, e que era sobre o tema tratamento precoce. É verdade isso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu respondi ao Senador que eu não estive nesses jantares.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não esteve, não é?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não estive.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

É verdade que o Ministro Pazuello ainda dispõe de um cargo que pertence a V. Exa., a V. Sa. aqui?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Isso saiu na imprensa, mas gostaria de esclarecer essa situação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu, quando estive aqui em Brasília – e eu fiquei aqui durante quase um ano –, adquiri um T-Cross, inclusive financiado pelo Banco Volkswagen, e, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

eu fui embora, eu estava morando num hotel. Eu... E aí mandaram posteriormente, e eu deixei estacionado, e eu não nego aqui que eu tenho, acabei tendo amizade de "por favor, cuide do carro até achar um meio de transportar". Não acho nada ilegal nessa questão. É um carro meu, declarado no meu Imposto de Renda. Tenho uma bicicleta ainda aqui em Brasília e tratativa de levá-la. Então, nenhum problema em dizer que o carro era meu, mas não estava com serviço. Emprestei, ele ficou cuidando pra me mandar o carro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito. Tranquilo.

Bom, eu queria só concluir aqui, fazendo uma colocação, o Relator precisou se ausentar um minuto, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Para interpelar.) – Senador Humberto, só ainda sobre a Dra. Nise, o senhor não teve nunca nenhum encontro com ela?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Nenhum. Se eu encontrá-la, Senador Randolfe, na rua, eu não sei quem é. Ouvi falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Nem no dia 26 de maio de 2020?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Em nenhum momento. Eu não a encontrei em nenhum momento. Estou dizendo para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não teve um jantar com ela na Rua Terezina, 199, em Manaus?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não, não. Eu não estava nesse jantar, porque eu não a conheço. Eu não a conheço. Literalmente, eu não a conheço.

Já ouvi falar que, inclusive, ia ser ministra. Ouvi tudo isso, mas eu não a conheço. Se a tivesse conhecido, eu ia falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Parece-me que essa é a casa do Sr. Eduardo Pazuello em Manaus.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Conheço. Só estou falando que eu não estava lá.

Eu não a conheço. Se eu a conhecesse, eu ia dizer: conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito!

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não a conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é crime! Não é crime conhecê-la.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito, perfeito!

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu não a conheci. Não a conheci.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu queria somente completar aqui, Presidente e Sr. Relator, dizendo o seguinte: realmente, o Dr. Airton trouxe pouco, acrescentou pouca coisa aqui ao nosso trabalho, mas tem uma coisa que é muito grave, Sr. Relator, e eu queria pedir a V. Exa. que tivesse um olhar especial.

O Presidente da República é uma pessoa que não tem limite. Para ele, não existem normas. Ontem mesmo, ele declarou que, para enfrentar esse inquérito que o Tribunal Superior Eleitoral abriu contra ele por conta das *fake news* que ele divulga o tempo inteiro, ele disse que ia jogar fora das quatro linhas do gramado, ou seja, vai jogar fora da Constituição. Mas o Governo dele joga o tempo inteiro fora dessas quatro linhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E esse, juntamente com o caso do Wizard... Não estou fazendo uma crítica a V. Sa., não. O responsável é o Ministro, foi o Ministro Pazuello, com a conivência do Presidente da República. V. Sas., o senhor e o Sr. Wizard, eu creio que, inintencionalmente, praticaram uma usurpação de função pública, que é prevista no art. 328 do nosso Código Penal. O Sr. Wizard passou lá mais de um mês, no Ministério da Saúde, sem ter cargo, sem ter nada, fazendo reunião, tomando decisão, apresentando propostas, fazendo planejamento de coisas estapafúrdias, porque daquele cidadão não pode sair nada muito diferente.

Eu gostaria, Senador Renan, que V. Exa. incluísse... Peço, encarecidamente: inclua no relatório de V. Exa. o indiciamento dos responsáveis por esses tipos de prática. Acho até que as pessoas que foram convidadas e ficaram exercendo uma função, aguardando, têm menos culpa, mas um governo que permite esse tipo de coisa, que trata a coisa pública como se fosse o quintal da sua própria casa, precisa ser responsabilizado, precisa ser responsabilizado na forma da lei.

Então, acho que, se há alguma coisa que nós podemos hoje aqui tirar desse depoimento, é isto: é que este é o Governo da informalidade, este é o Governo em que o Dominguetti é atendido pelo Ministro da Saúde, em que alguém se reúne à mesa de um bar com o representante de uma empresa para pedir propina. Eu acho que tem que ficar claro para o Brasil no relatório de V. Exa... Eu faço esse pedido com muita humildade. Eu sei da competência de V. Exa., mas isso tem que fazer parte. Eu agradeço a V. Exa. e ao Sr. Presidente.

Obrigado, Dr. Airton.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Nós vamos... São 13 horas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Deixe eu fazer a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem duas pessoas: o Luis Carlos Heinze e o Senador Eduardo Braga.

Então, eu vou ouvir o Senador Luis Carlos Heinze e o Senador Eduardo Braga. E aí eu suspendo por 30 minutos, para que...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, Senador Luis Carlos, por 15 minutos... **O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadoras e Senadores...

É um prazer, Airton, estar com você aqui como depoente, nosso colega Deputado Federal.

Prazer, Airton, estar com você aqui como depoente, nosso colega Deputado Federal. Fomos Deputados juntos aqui nesta Casa.

Primeiro, fazer uma colocação do Governo Bolsonaro, do Ministro Pazuello, no início da pandemia, começou já com o Mandetta, Teich, Pazuello, enfim, e chega agora ao Queiroga.

Só para fazer um relato, e você nos ajudou. O Rio Grande do Sul, quanto nós estivemos em março do ano passado, março de 2020, com o Ministro Pazuello, trouxemos a Federação dos Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul. Nós tínhamos ali em torno de 907 leitos de UTI de covid no Rio Grande do Sul, Senador Marcos Rogério, habilitados, e com a ajuda do Governo Federal, com a ajuda para os hospitais filantrópicos, para os Prefeitos e Governadores do Estado do Rio Grande do Sul, que receberam um volume expressivo de recursos, nós, em março de 2021, tínhamos lá mais de 3 mil leitos de UTI covid. Esse é um assunto importante, que o pessoal fala, e no Brasil nós praticamente mais do que triplicamos os leitos de UTI em um valor de R$1.600 por dia garantidos para hospitais filantrópicos e santas casas do meu Estado, e da mesma forma os 1.824 hospitais filantrópicos do Brasil, através da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

Então, nisso aí V. Exa. teve participação naquele instante na equipe do Ministro Pazuello. Eu quero agradecer em nome dos 1.824 hospitais filantrópicos do Brasil e dos 238 do meu Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Da mesma forma, os respiradores. Não vou contar aqui quantos, mas foram inúmeros respiradores, para o meu Estado e para o Brasil inteiro, que foram distribuídos aos hospitais, e lá era via Governo do Estado. Passava para a Secretaria de Saúde, e dali para os hospitais filantrópicos. Esse agradecimento também.

Foi falado muito aqui em *kit* intubação. Vamos falar de coisas positivas. Eu trouxe essa demanda ao Ministro Pazuello, e V. Exa. estava junto, quando nós apresentamos o absurdo, o preço abusivo que estava sendo comprado, o preço desses *kits* intubação.

Um item, por exemplo, Midazolam custava R$27, quando um ano atrás custava R$2,70 ou R$2,80 – mais do que 1.000% de aumento. E o Governo Bolsonaro, o Ministro Pazuello – V. Exa. estava junto – fizeram licitações e compraram esse *kit* intubação. Em torno de 8 milhões foram distribuídos para o Brasil inteiro. O meu Estado deve ter recebido 10% desse total, distribuídos aos nossos hospitais. Estava custando em torno de R$3 esse item, Midazolam.

Então, Senador Marcos Rogério, tem coisas positivas que aconteceram, e nós temos que relatar, porque isso é a realidade.

Primeiro, esse agradecimento e essa colocação.

O senhor atuou junto ao Ministério da Saúde na condição de colaborador eventual, pessoa sem vínculo com a administração pública federal, convocada a prestar colaboração técnica especializada. Essa condição está prevista nos estritos termos do art. 111 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do art. 1º do Decreto nº 66.715, de 1970, e do art. 3º, I, "c", da Portaria nº 1.814, de 2019, do Ministério da Cidadania.

Poderia nos relatar as atividades do dia a dia e qual a sua experiência anterior em outras prestações desse tipo? Eu já citei várias. Você só complementa mais alguma coisa para nós deixarmos essa pergunta registrada.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Eu quero lhe agradecer as palavras e dizer que na questão de licitações não são decisões minhas, são decisões do ministério.

Mas sei do seu empenho pelo Rio Grande do Sul. Fui testemunha, Senador Luis Carlos, de que durante toda a pandemia o senhor esteve vigilante na questão de UTIs, na questão de respiradores, de hospitais, dos hospitais filantrópicos. Sou testemunha do seu empenho para ajudar a salvar vidas no Rio Grande do Sul, junto com a Secretaria de Saúde, os Prefeitos, os diretores de hospitais.

O senhor ajudou muito o Rio Grande do Sul, tem ajudado o Brasil, mas no Rio Grande do Sul eu o acompanhei várias vezes. "Lá vem o nosso querido Senador Luis Carlos Heinze com demandas legítimas, amparadas tecnicamente, com critérios técnicos e objetivos e muitas delas o ministério atendeu e ajudou salvar vidas."

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

Na função de articulador do Ministério da Saúde, o senhor possuía o dever institucional de estabelecer pontes entre os interesses legítimos de atores públicos e privados da sociedade civil junto ao Ministério da Saúde.

Pergunto: O senhor detinha algum cunho decisório além de possuir um relevante papel de apresentar demandas, sugerir e apontar soluções importantes para o gestor do Ministério da Saúde no enfrentamento da pandemia?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – A decisão jamais... É jamais minha, Senador.

Eu fazia a grande articulação entre a ponta e ação do ministério, mas as decisões sempre são técnicas e objetivas por um corpo técnico do ministério.

Essas decisões não cabiam a mim em nenhum momento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O facilitador que V. Exa. falou, no caso de Rio Verde...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... onde ajudou a resolver um impasse...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Assessorar, como vocês têm assessores que atuam junto ao ministério. Eu criava essa ponte no objetivo de sempre agilizar e acho que construir pontes entre as pessoas, os hospitais, os Estados, os Municípios, eu acho que nisso eu fiz a minha parte.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor chegou a realizar....

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Com uma observação, só com uma observação, isso eu gostaria de falar, que durante todo tempo, tanto o General Pazuello, e aí, na minha articulação, jamais, era uma posição muito clara, ideologia partidária, de que Estado pertencia, Prefeito, não, para todos os brasileiros.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

O senhor chegou a realizar algum tipo de atividade comercial ou alguma licitação diretamente envolvendo o Ministério da Saúde e alguma empresa privada e distribuição ou fornecimento de insumos para o combate à covid-19?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Nenhuma, em nenhum momento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., obrigado.

Sabemos que o Ministro Pazuello deixou o Ministério da Saúde em 15 de março de 2021.

Pergunto: quando o senhor assumiu o Ministério da Saúde oficialmente e quando deixou esse Ministério?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu entrei dia 24 de junho oficialmente, na nomeação de assessor especial, e peço para sair no dia 22... Aliás, eu peço um pouco antes. Eu peço... Com a saída do General Pazuello, eu peço a minha exoneração, que ocorre, acho, dia 22 de março, salvo engano.

Um pedido pessoal de sair junto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado.

Bom, Senador Renan, V. Exa. falou que o Brasil é o cemitério do mundo.

No Brasil morreram 559 mil pessoas, lamentamos. Agora, nos Estados Unidos, já morreram 614 mil pessoas também. Então, esse problema não é apenas do Brasil, só para esclarecer esse papo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Uma população maior...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tudo bem, já vacinaram mais do que nós, tudo bem, mas dá para falar que esse problema não é pontual no Brasil para quem quer dizer que só morreu no Brasil, estão morrendo mais de 4 milhões de pessoas no mundo.

Hoje, 5 de agosto, só quero fazer uma colocação, como é o Dia Nacional da Saúde, hoje o mundo ultrapassou a marca de 200 milhões de casos de covid, de acordo com a contagem feita pelo *site Worldometers*. Os casos voltaram a subir em alguns países na última semana, talvez em função de variantes novas, apesar das quatro bilhões de doses de vacinas já aplicadas globalmente. Por esse motivo, o Governo Federal não tem medido esforços em contratar vacinas para o Brasil combater a pandemia.

Recentemente, o Ministro Queiroga informou que já temos mais de 632 milhões de doses contratadas, deixando fora as 30 milhões que estão em discussão ainda – 20 da Covaxin e 10 da Sputnik.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Em julho, foram distribuídas mais de 40 milhões de doses e, em agosto, serão distribuídas mais 60 milhões de doses, segundo o Ministério da Saúde, que já distribuiu 184 milhões de doses e aplicou 147 milhões de doses no Brasil – e o meu Estado assim está fazendo também. E o Ministro explica que, até setembro, todos os brasileiros acima de 18 anos serão vacinados com a primeira dose e cerca de 50%, Senador Marcos Rogério, estarão vacinados com a segunda dose também.

Agora, já em relação a medicamentos, aqui para comemorar com os médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, bioquímicos, enfim, toda a equipe que faz saúde, que são responsáveis por essas 18,8 milhões de vidas salvas – a eles eu quero cumprimentar –, quero dizer que também ontem eu falei no caso da Pfizer e hoje eu falo que a empresa farmacêutica Biomm informou, nesta segunda-feira passada, que recebeu a autorização da Anvisa para iniciar o estudo clínico de Fase III do anticorpo monoclonal leronlimab, no Brasil, para atuar contra o covid-19. Ontem, Senador Girão, eu coloquei que a Pfizer está com tratamento precoce além da vacinação. Isso é o que nós estamos preconizando. E aqui, um medicamento...

E também, além dos Médicos pela Vida, eu quero também saudar Dr. Cadegiani, daqui de Brasília; Dr. Ricardo Zimmermann, do Rio Grande do Sul; Dr. Francisco Cardoso, de São Paulo, que, juntamente com outros cientistas mundiais, têm dificuldade de registrar – e esse é um problema sério –, por vazamento de informações da Conitec, do Conep, aqui no Brasil, mas já têm registros na Índia, na China, na Índia e na África do Sul. Senador Eduardo Braga, essa equipe descobriu esse vírus lá em Manaus. E hoje, junto com os cientistas do mundo, esses três brasileiros aqui nós temos que elogiar. Esses são os responsáveis pelas vidas salvas e eu quero cumprimentar, no Dia Nacional da Saúde, essas pessoas que fazem esse trabalho.

Enquanto o Brasil segue no negacionismo quanto a certos fatos, cientistas israelenses afirmam que a covid-19 pode ser tratada com menos de US$1 por dia. O Professor Eli Schwartz conduziu um ensaio duplo-cego – isso é mais um dos inúmeros ensaios que nós temos – randomizado, entre maio de 2020 e janeiro de 2021, onde avaliou a eficácia da ivermectina na redução da carga viral em pacientes não hospitalizados com sintomas leves e moderados de covid-19. E, nesse estudo, cerca de 72% dos pacientes tratados com ivermectina testaram negativo para a presença do vírus no 6° dia. E, nesse mesmo estudo, foi verificado que, no grupo dos pacientes tratados com ivermectina, apenas 13% deles permaneceram em condições de transmitir a doença.

É assim que a Índia, com apenas 35%, Senador Marcos Rogério, da população vacinada com pelo menos uma dose, está conseguindo manter o índice de letalidade de 1,34. E é desta forma que o seu Estado, Airton Cascavel, Roraima, hoje já ganhou do Amapá: tem a menor letalidade do Brasil, porque a Prefeitura de Boa Vista, que detém quase 70% da população do Estado, adota esse procedimento, como o Governo do Estado e os Prefeitos do Estado do Amapá adotam esse procedimento.

Então, nesse sentido, não podemos criminalizar tratamentos que deram certo.

Foi citado aqui que a Prevent Senior virá aqui semana que vem. O.k., que venham e vão mostrar o que eles fizeram, juntamente com Médicos pela Vida, que se arvoraram a fazer um tratamento no Brasil inteiro, respaldados pelo Conselho Federal de Medicina, que, *off-label*, permite que os médicos façam a sua recomendação. Iniciamos um processo em fevereiro, março, abril do ano passado, quando ninguém sabia nada, não tinha vacina, não tinha tratamento. E esse pessoal usou as armas que tinha. E, com esses medicamentos, conseguiram ajudar a salvar esses 18,800 milhões de almas que salvaram aqui no Brasil.

Por isso, esse relato que quero fazer, Sra. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadores, sobre esse tema. Não vamos ser negacionistas e vamos mostrar que, assim como a gente preconiza desde o ano passado, independente do que hoje o TCU está falando... E eu quero que o TCU se debruce nessas questões do tratamento precoce que está sendo demonizado na CPI, por alguns meios de comunicação. E, como falei ontem, Senador Marcos Rogério, do caso Fauci, estou vendo que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

problema mundial, um problema mundial, uma guerra econômica muito séria, uma guerra ideológica muito séria. E, quando o Senador Renan me questionava, vou responder agora: esta CPI sim, e a questão das vacinas é uma questão eleitoral, é a guerra em cima das eleições de 2022, quem tem e quem não tem vacina. Era a guerra do Doria contra o Presidente Bolsonaro, e hoje outros partidos estão na mesma guerra. E esta CPI também tem esse objetivo. A minha preocupação, como a V. Exa. já disse, era as vacinas, era o tratamento precoce, era a questão dos *kits* de intubação, era a questão dos respiradores, era o credenciamento dos hospitais filantrópicos. É isso que nós estamos fazendo neste instante.

Neste instante, o Governo Federal, Bolsonaro, o Ministro Marcos Pontes, com 16 vacinas em andamento... Três – da Universidade de São Paulo (USP), de Ribeirão Preto, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal do Rio de Janeiro – já têm processos na Anvisa para o registro final, para que possam comercialmente fazer a sua produção. Esses são cientistas brasileiros que estão fazendo um trabalho em prol da pandemia, porque esse problema não acabará este ano de 2021. Então, é muito sério.

Por isso, é o relato que faço.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Heinze. Então, V. Exa. não fez pergunta.

Vamos seguir aqui ao próximo Senador inscrito, o Senador Eduardo Braga, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Eu quero agradecer a V. Exa., Presidente Eliziane Gama, cumprimentando o nosso Relator, o Senador Renan, e cumprimentando o depoente, Airton Cascavel.

A razão de o Dia Nacional da Saúde ser no dia de hoje é em função de que hoje é a data do nascimento de Oswaldo Cruz, maior sanitarista brasileiro, que ajudou o Brasil a enfrentar as maiores pandemias daquele século.

Em homenagem ao Oswaldo Cruz, nós deveríamos hoje aqui dizer, com todas as letras, que a vacina é o único caminho para enfrentar a pandemia. Os países que estão voltando ao normal de hoje estão voltando exatamente porque conseguiram altas taxas de vacinação.

Então, no dia de hoje, no Dia Nacional da Saúde, homenageando aquele que efetivamente inspirou a saúde sanitária no Brasil, Oswaldo Cruz, eu gostaria que nós pudéssemos entender que a vacina é além de política, porque – eu concordo com o Senador Luis Carlos Heinze – politizaram a questão da vacina, mas, me perdoe, o Governo também politizou, o Presidente Bolsonaro também politizou. E este talvez tenha sido o maior erro do Presidente Bolsonaro: ter politizado. Ele chamava a CoronaVac de vacina chinesa, de vacina do Doria. Esse foi talvez o maior erro. Enquanto isso, o Brasil retardava o início da vacinação.

Eu quero também, no Dia Nacional da Saúde, prestar a minha homenagem a todos os profissionais de saúde que estão há um ano e quatro meses na linha de frente, colocando a sua vida em perigo quando não tinha vacina. Enquanto a muitos brasileiros era pedido para estar em isolamento domiciliar, os profissionais de saúde tinham que ir para a linha de frente para enfrentar o desconhecido – para enfrentar o desconhecido. E, naquela época, no início da pandemia, tudo era válido. O que não é certo é agora, depois que nós já temos vacina comprovadamente eficiente, nós ainda estarmos discutindo politicamente e politizando essa questão.

E, em homenagem aos 559.715 brasileiros que morreram, nós não podemos também desconhecer que, com 2,5% da população mundial, nós correspondemos a quase um quarto dos seres humanos mortos pela pandemia. Algo de errado aconteceu. Isso é claro, isso é óbvio.

Mas a minha pergunta pra você, Cascavel, é que você era uma pessoa influente junto ao Pazuello. O Pazuello o ouvia, o Pazuello tinha em você um braço direito, uma pessoa próxima. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

não consigo entender por que o Pazuello foi frouxo e não enfrentou o que tinha que enfrentar pra começar a vacinação quando deveria ter começado. Nós vacinamos o primeiro brasileiro no dia 17 de janeiro, quando o mundo já estava vacinando desde novembro e o Brasil já tinha tido acesso, através da CoronaVac, que – aqui nós temos que reconhecer – foi a primeira vacina viabilizada, porque a Fiocruz, fundada por Oswaldo Cruz, que neste momento é fundamental porque é ela que está entregando 80% das vacinas que nós estamos utilizando, demorou pra conseguir o IFA importado pra começar a produzir a AstraZeneca. O cronograma foi atrasado.

Até hoje a transferência tecnológica para a produção do IFA nacional, que vai nos dar independência para poder produzir a vacina nacional, nós ainda não começamos a aplicar. Já com um ano e quatro meses! Então, a grande pergunta é: por que ficaram priorizando um bando de picareta – me perdoe a expressão –, porque o que eu tenho visto aqui, no lugar que V. Sa. hoje está sentado, são picaretas que estavam tentando aplicar um golpe no Brasil. Um golpe do mais vil, do mais desumano, querer ter um oportunismo materialista diante de uma situação humanitária. Por que, em vez de dar importância a isso, ficamos perdendo tempo em discussão de vacinas que não existiam, em discussão com pessoas que não tinham nenhuma representação legal, verdadeira, quando nós tínhamos a Fiocruz pra conversar com a AstraZeneca? Nós podíamos conversar diretamente com a AstraZeneca, nós podíamos ter comprado em agosto a Pfizer, pra começar a vacinar em janeiro... Por que não fizemos? Por que demoramos tanto para resolver, de forma correta, a questão da vacinação?

Por fim, a última pergunta: por que o Ministério da Saúde não fez uma campanha publicitária nacional, dando e comandando, de forma afirmativa, de forma positiva, o País a se proteger com máscara, com álcool em gel, com distanciamento? Por que não fizemos uma campanha de convencimento pra vacinação? Até o dia de hoje, nas televisões abertas do Brasil, nós não temos uma campanha de vacinação pra valer. E agora nós temos vacina, e ainda temos brasileiros que não querem se vacinar, por desinformação, porque ficamos discutindo se vacina é bom ou é ruim. Vacina é bom, é o único caminho que nós temos para salvar vidas. É o único! É o único caminho que baixa a taxa de ocupação nas nossas UTIs; é o único caminho que desafoga a rede de atendimento da saúde pública; é o único caminho que abre espaço. Por que nós não fizemos isso? Porque, se algum crime, Airton, você cometeu, foi de não ter conseguido convencer o Pazuello a fazer o que era certo.

Nessa questão, tem o certo e o errado. O resto é discussão política, é narrativa. E o certo era comandar a Nação brasileira a se salvar diante da covid-19. Eu queria poder ouvi-lo dar um depoimento dessa experiência e por que nós não tomamos providência com a vacina e por que nós não tomamos providência com relação à publicidade para informar positivamente.

E, por fim, quero dizer aqui mais uma vez: na minha opinião, o que aconteceu no Amazonas, a primeira pessoa culpada pelo que aconteceu no Amazonas chama-se Governador do Estado do Amazonas, e, em segundo lugar, o Ministério da Saúde. Por quê? Porque numa comissão tripartite, o Ministério da Saúde não pode se omitir, e, lamentavelmente, mesmo com o pedido de intervenção, mesmo com tudo o que aconteceu, o Ministério da Saúde preferiu ir por caminhos duvidosos, tortuosos em vez de agir para salvar vidas.

Eu gostaria de ouvir a sua posição com relação a essas duas perguntas.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Senador Eduardo, primeiro, o senhor fez uma lembrança – e eu não poderia deixar passar – do 5 de agosto. Meu pai, seu Ângelo, que está em algum lugar, nasceu dia 5 de agosto, e é só essa lembrança em relação a isso.

Eu quero dizer que, quando se fala de picaretas da vacina, eu criei ojeriza de ver isso. Eu estava no ministério, Senador, e quantos picaretas apareciam. E eu resolvi a mim não receber nenhum porque, no momento em que você não tinha a fábrica da AstraZeneca, não tinha 1 milhão de vacinas para entregar para o Brasil, picaretas apareciam querendo vender 200 milhões, 100 milhões, era para todo lado, de todo jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu quero aqui fazer um registro para esta Casa em relação ao Presidente desta Casa, Rodrigo Pacheco, que, logo no primeiro momento em que assumiu a Presidência do Senado, tomou uma atitude de desobstruir aquela questão que impedia a compra das vacinas da Janssen e da Pfizer com um PLV que foi, inclusive, acho que relatado pelo senhor, Senador Randolfe, no final...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não foi PLV, foi um projeto de lei originado nesta Casa e quem propôs para o Presidente Rodrigo Pacheco foi a gente.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Ah, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – E, só para completar, não precisaria dele também.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu sei, mas eu quero dizer que são atitudes concretas naquele momento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Eu quero assim, só para registrar, que não precisaria dele.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu quero dizer que, quando o Senador Eduardo disse do poder de convencimento, eu quero dizer que eu sempre tive uma posição pessoal de dar um pitaco. Quem sou eu? Tem um peso, são decisões de Estado. Eu sempre tive uma posição em relação a vacinas, de ser vacina dos laboratórios. Essa é uma posição. Na minha fala inicial, Senador Braga, eu frisei, parece, nós não tínhamos combinado, mas sempre afirmar a vacina, é ela a única solução definitiva. É lógico que é tratar as pessoas, cuidar, cada um tem comorbidades, cuidar das pessoas em todos os momentos, nós devemos cuidar, e isso ajuda muito, é fundamental o trato da assistência às pessoas, mas a vacina está claro, estão mostrando os números.

É preciso dizer e reconhecer também, Senador Eduardo, a Fiocruz, decisões tomadas e ser feita uma vacina. É lógico que poderia acelerar mais. Gostaria... Quando se fala dos 2 milhões que nós perdemos da Pfizer, em questão de tempo, que poderiam ser 500 em janeiro, 500 em fevereiro, 1 milhão a mais, se fosse uma vida só, uma só vida salva por qualquer quantidade, já teria valido a pena. Elas foram, vieram, foram antecipadas em maio, mas uma vida não tem preço. Então, todos os atos. É a vacina, e nós aproveitamos...

Eu concordo com o senhor da campanha publicitária. Neste momento tem muita gente que não quer tomar a vacina. Aproveito aqui: quem não tomou, repito, como V. Exa. falou, quem não tomou, vá lá e tome qualquer uma que tiver disponibilidade. Ela representa você estar protegido, ela protege a vida. Aqueles que tomaram a primeira e ainda não tomaram a segunda aproveitem e tomem essa vacina. Isso é importante para a sua família, para você, para cada brasileiro!

Eu não tenho mais nada a acrescentar, Senador, porque eu concordo com a sua fala quando se refere a vacinas e concordo também que picareta tinha muito por aí.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu agradeço, Senadora Eliziane, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Sr. Senador, muito obrigada.

Nós vamos... Tem ainda alguns inscritos: os Senadores Marcos Rogério, Randolfe Rodrigues e Jorginho Mello, mas nós vamos fazer a suspensão da CPI por 30 minutos.

Antes, porém, eu quero fazer apenas um registro. Quando tanto o Senador quanto o depoente fazem referência aqui aos picaretas, a gente tem acompanhado aqui, de fato, nesta CPI, muitos picaretas ofereceram, por exemplo, até 400 milhões de doses, mas é bom lembrar que alguns desses contratos chegaram, inclusive, a ser efetivados.

Nós tivemos aí, no caso da Covaxin, o empenho, inclusive por parte do Governo, de R$1,6 bilhão, contrato feito em cima de uma vacina que não tinha autorização nem de agência brasileira nem de agência do seu país de origem, que, no caso, era a Índia – inclusive, com pedido de antecipação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de 45 milhões de doses. As outras vacinas não vieram a ter o contrato efetivado, mas várias tratativas e reuniões foram feitas inclusive com o mais alto escalão do Ministério da Saúde. E da Pfizer, por exemplo, houve dezenas de *e-mails*, que sequer foram respondidos. Então, nós estamos aqui diante de picaretas que apresentaram propostas para o Ministério da Saúde e de pessoas do Ministério da Saúde que não só atenderam, mas que inclusive chegaram até a assinar contratos e empenhar recursos com volumes bilionários – então, que fique isto aqui registrado – que foram interrompidos dada a ação desta CPI, porque a decisão de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito se deu no âmbito do Supremo Tribunal Federal no dia 8 de abril, ou seja, no mês de abril. Sem falar que antes, várias semanas antes, as assinaturas, além de recolhidas, foi, de forma muito ampla, dada a sua publicidade nos meios de comunicação de massa. Então, em nome da justiça e em nome do trabalho e do papel desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu faço esse registro.

Os trabalhos da Comissão ficam suspensos pelo tempo de até 30 minutos, e, na sequência, retomaremos o depoimento com o Sr. Airton Antonio Soligo. É esse o seu sobrenome? Soligo. Antonio Airton Soligo.

Muito obrigada.

(*Suspensa às 13 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 40 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Retomando os trabalhos, pela ordem, Senador Marcos Rogério.

O Sr. Airton está à sua disposição. Fique à vontade, Senador Marcos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, depois eu também peço pela ordem, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeitamente, com a maior satisfação.

O senhor quer falar antes?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Questão de ordem tem precedência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Questão de ordem tem precedência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. Não é questão de ordem, é pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Na realidade, Sr. Presidente, eu vou ser muito breve.

Eu estou como Relator de uma matéria importante que está hoje na Ordem do Dia, que é a reabertura do Refis, portanto, não pude ficar aqui ao longo do depoimento do companheiro, amigo Cascavel, com quem teve a oportunidade de compartilhar alguns momentos, tanto no ministério quanto em visita ao meu Estado, em Pernambuco.

E eu queria fazer um registro da atuação que ele teve à frente do Ministério da Saúde, sobretudo na interlocução com Governadores e com Prefeitos. Eu quero dar o testemunho da dedicação e do empenho em procurar atender, nos momentos mais críticos da pandemia, as demandas que nós encaminhávamos ao Ministério da Saúde em socorro aos Prefeitos e aos Governadores.

Particularmente, eu quero registrar os pleitos da cidade de Petrolina. Petrolina, Sr. Presidente, é a cidade, de todo o Nordeste do Brasil, que tem o menor número de óbitos em relação à população. E isso foi possível conquistar graças à forte colaboração e à forte ajuda do Governo Federal nas mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

diversas frentes. E o amigo Cascavel foi uma pessoa que esteve à frente dessa luta de tentar viabilizar as demandas que eram encaminhadas ao então Ministério da Saúde.

Portanto, quero fazer esse registro, no momento em que ele está aqui se colocando à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito para retirar dúvidas, para prestar informações, no sentido de colaborar com esta Comissão. Eu quero trazer o testemunho do trabalho que foi realizado pelo nosso companheiro de Congresso Nacional, Parlamentar federal, uma trajetória toda dedicada ao povo do seu Estado, à Região Norte do País. Eu quero, portanto, dar esse testemunho da atuação do companheiro Cascavel no Ministério da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Agora sim, Senador Marcos Rogério. V. Exa. está com a palavra por 15 minutos, com a tolerância desta Presidência.

O Sr. Airton Soligo está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento, de modo particular, Airton Cascavel – Airton Antonio Soligo, conhecido por todos nós como Airton Cascavel. Cumprimento aqui também os patronos que o acompanham.

E eu queria fazer aqui uma fala. Primeiro, eu quero dizer que vi aqui hoje, Cascavel, em certa medida, um desfile de covardias. No particular, o que ouvi de muitos foram reconhecimentos e gratidão pelo seu trabalho, mas aqui, no circo de horrores, você foi criticado, duramente questionado, inclusive sobre temas que sequer dizem respeito à sua atuação no Ministério da Saúde.

Qual o fato objetivo que motivou a sua vinda aqui na CPI? O fato de ter servido ao ministério por um tempo sem a nomeação. Isso é crime? Não. Há previsão legal para esse tipo de ação, na medida em que atua como colaborador eventual. Teve algo que V. Sa. teria feito que levantou suspeita que justificasse sua vinda a esta CPI? Absolutamente, não, apenas o tempo que ficou no ministério e serviu ao País, uma parte dele descoberto da nomeação e, posteriormente, com a nomeação.

Aliás, V. Sa. não foi o único que esteve nessa condição no Ministério da Saúde. A Dra. Luana teve situação semelhante, ela ficou nessa mesma situação, mas aqui na CPI foi tratada como a rainha do Ministério da Saúde. Não quero entrar no mérito do porquê ela não permaneceu lá e foi efetivada; até elogiei ela quando aqui esteve em razão da sua desenvoltura, mas daí a tratar V. Sa., Airton Cascavel, como estão tratando não considero honesto. Dois pesos e duas medidas, ou não é isso que nós vimos aqui hoje? Como a Dra. Luana fez críticas ao Governo, o tratamento foi um: aplausos, reconhecimentos, lamentações por não ter permanecido; mas, como o Cascavel vem aqui e diz aquilo que fez, como fez, com que motivação fez, então atacam, criticam porque não está na linha das narrativas do G7 da CPI.

Eu quero fazer aqui algo diferente, eu quero iniciar a minha fala, Airton Cascavel, lhe agradecendo pela maneira como nos tratou no Ministério da Saúde, como nos recebeu, como encaminhou nossas demandas, como deu respostas, como deu retorno aos Prefeitos, aos secretários num momento difícil nos nossos Estados. Quando Rondônia entrou numa fase aguda da covid, onde começaram a faltar UTIs, respiradores, as pessoas começaram a morrer por faltar desses equipamentos, o Governo do Estado não conseguiu resolver, as Prefeituras não conseguiram resolver. Corremos para o Governo Federal, e foi daqui do Governo Federal, do Ministério da Saúde, onde V. Sa. estava, que nós recebemos o socorro.

Não foi V. Sa. que fez, obviamente. Não estou aqui afirmando, mas V. Sa., no papel de homem público conhecedor das angústias, dos sofrimentos das regiões mais longínquas deste País, especialmente a Região Norte, fez todo o trabalho do meio de campo. Como alguém que já foi Parlamentar – e espero que volte –, que conhece o papel do legítimo representante popular, seja ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Senador da República, seja ele Deputado Federal, nunca faltou no atendimento, nunca faltou no trato respeitoso. E nem sempre teve a possibilidade de encaminhar soluções, mas sempre nos atendeu, correu atrás, conseguiu, através do Ministério da Saúde, assegurar que Municípios e Estados fossem atendidos rapidamente com respiradores. Rondônia foi um desses Estados.

Um dos momentos em que eu tive talvez a maior dor, porque você começa a ver as pessoas sofrendo e precisando do equipamento, e a Prefeitura bate e não consegue comprar, o Estado não consegue comprar... Foi no Ministério da Saúde onde nós encontramos as respostas para as demandas que nós tínhamos no Estado e nos Municípios. Esses equipamentos foram entregues, entraram em funcionamento e ajudaram a salvar vidas. Quando faltou lá, foi aqui que conseguimos, no Ministério da Saúde.

Você, como foi Parlamentar, repito, e como alguém que veio de uma região sofrida do País, lá de Rondônia, do Amazonas, que você citou agora há pouco, mas, sobretudo, do seu Estado de Roraima, um Estado que tem sido desafiado ultimamente não só pela covid-19, mas pelas circunstâncias de ser um Estado vizinho a um país que sofre tanto nesse momento, que é a Venezuela... E é Roraima o portal de entrada de milhares e milhares de venezuelanos. E Roraima não os expulsou de lá; pelo contrário, mesmo a duras penas, está acolhendo essas pessoas. E é de lá que V. Sa. vem pra servir no Ministério da Saúde e agora está aqui nesta CPI. É com essa sensibilidade de acolher, de ouvir, de intermediar que V. Exa. esteve no Ministério da Saúde.

Então, eu não quero ficar aqui fazendo mil perguntas, porque a pergunta que deveria ser feita, já foi, e V. Sa. já respondeu: por que esteve por um período sem nomeação? Há dúvidas em relação a isso? Não! Foi a primeira? Não! E quanto à vacina, eu também vi o seu empenho em relação à necessidade de produção e de compra quando esteve lá na Fiocruz, o discurso que fez, os apelos que fez, seu entusiasmo na busca de garantir respostas.

Era V. Exa. o Ministro? Não, não era, mas aqui é assim. Quando alguém busca fazer, condenam porque está fazendo. "Ah, está! Tem mais poder do que o Ministro!". Quando não está fazendo, condenam também. São as narrativas, é o jogo acusatório pré-eleitoral – atentai bem, Brasil! Invocando Mão Santa de novo. É o jogo pré-eleitoral.

Por que nós estamos, esta semana toda, perdendo tempo aqui com depoimentos que não acrescentam nada à CPI? Porque o que está se investigando aqui, com a fala do Cascavel? Com a fala de ontem, que só tinha um ponto a ser esclarecido – um! –: houve corrupção passiva? Não houve corrupção passiva. O resto é teoria do crime possível, mas gastaram tempo. Sabe por quê? É o medo de ter que encarar os fatos, e a investigação ter que chegar aos porões do Brasil, onde milhões e milhões de reais foram desviados de fato. Aqui acusam de corrupção sem ter um centavo de real desviado no Governo Federal. Até agora, eles fizeram tanto esforço, mas não conseguiram mostrar uma prova sequer de um centavo de real desviado em qualquer contrato.

Agora, será que eles podem dizer o mesmo em relação ao Consórcio Nordeste? Será que esse esforço todo deles... Eles conseguem dizer ao Brasil "não, não houve nada no Consórcio Nordeste"? Então, por que não convocaram aqui o Sr. Carlos Gabas? Então, por que não permitiram, até agora, convocar o Sr. Bruno Dauster, ex-Chefe da Casa Civil da Bahia e que está envolvido nessa trama toda? Foi inclusive demitido. Por que não convocaram, lá de Santa Catarina, Senador Jorginho? Escândalo cabuloso! E tantos outros Estados... Porque não querem investigar a corrupção de verdade; querem ficar na narrativa, no jogo pré-eleitoral.

Vai vendo, Brasil! Vai vendo! O jogo aqui não é investigar; o jogo aqui é produzir narrativas acusatórias.

Qual a prestabilidade de uma prova produzida a partir de fato inexistente?

Mas vamos em frente.

Sua ajuda no Ministério da Saúde foi fundamental, foi importante. Mais importante dizer ainda que aqui acusam o Governo Federal; parece que o problema da covid, Cascavel, é o Governo Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

é todo do Governo Federal. É como se não existissem Estados e Municípios. Nessa equação, Girão, Senador Girão, não existem Estados e Municípios. Para a CPI da covid, o único problema é o Governo Federal. Estados e Municípios não têm responsabilidades.

Para acusar, dizem que o problema é de cá, e é do Presidente, mas não têm a grandeza de reconhecer que foi o Governo Federal, é o Governo Federal que está garantindo a compra e a entrega de vacina para o Brasil e para os brasileiros. Se tem vacina chegando lá, quem comprou foi o Governo Federal. Hoje, Prefeitos e Governadores, que anunciam, anunciaram compras, fazem fotos e desfilam com a entrega de vacinas compradas não por eles; compradas pelo Ministério da Saúde, pelo Governo Federal, do Presidente Bolsonaro. É isso.

Algumas pessoas podem até ver às vezes um ou outro desfilando, botando as cores partidárias na embalagem da vacina, como se eles tivessem comprado alguma coisa. Compraram nada! Prometeram e não fizeram, mas fazem festa com o que o Governo Federal está entregando. Isso é fato; o resto é narrativa. Se tem vacina chegando no braço dos brasileiros, foi o Governo do Presidente Bolsonaro que garantiu. Se chegaram respiradores, se chegaram UTIs, foi o Ministério da Saúde que garantiu, o Governo Federal. Quando o Consórcio Nordeste se associou a um crime para comprar, pagar antecipado, sem nota fiscal, Senador Girão, pagar antecipado por respiradores, aí lá, Alagoas, Sergipe, Ceará, Maranhão e demais Estados do Nordeste não receberam um respirador sequer do Consórcio Nordeste, comprados e pagos, mas não receberam, sabe onde que eles foram bater para garantir respiradores? Lá na porta do Ministério da Saúde. Foi o Ministério da Saúde que teve que socorrer os Estados do Nordeste com respiradores, porque a trama ardilosa, corrupta do Consórcio Nordeste solapou dos nordestinos os 300 respiradores comprados, mas eles não querem saber disso aqui na CPI, não querem convocar, não querem investigar, é a blindagem. Eu sou a favor de que investigue tudo: no Ministério da Saúde, vamos investigar; nos Estados e Municípios, também. Mas por que o medo? Por que eles temem tanto a investigação chegando aonde foi o dinheiro e esse dinheiro foi desviado?

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que estou com requerimento protocolado agora lá em Cuiabá, Senador Fernando Bezerra. Tem um escândalo lá, lá em Cuiabá. Será que não vão querer investigar também? Eu quero investigar tudo, tudo. Aqui na CPI, narrativas, narrativas, sempre narrativas. O que nós queremos é investigação de verdade, com extensão total, sem seletividade.

Cascavel, concluo aqui dizendo: eu não estou fazendo defesa aqui personalíssima, eu estou fazendo a defesa daquilo que eu conheci no seu trabalho. E muitos colegas que eu ouvi aqui, ao longo desses dias, a seu respeito, no particular, me fizeram saber do que você fez de bom lá, da maneira como tratou, como recebeu e como encaminhou essas demandas.

Então, nesse particular, meu agradecimento a você pelos seus bons serviços junto ao Ministério da Saúde. Que Deus abençoe sua trajetória!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Próximo inscrito, Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem, cumprimento o Sr. Presidente, o Sr. Relator, os Srs. Senadores que aqui estão. Infelizmente, meio desfalcada a nossa CPI neste momento.

Mas eu quero iniciar, Sr. Presidente, saudando e homenageando os advogados Emerson Paxá e Raphael Grosso, dois jovens que estão fazendo o seu trabalho com dignidade, com coragem, com grandeza. Então, quero homenageá-los através da nossa Ordem dos Advogados do Brasil.

Cumprimento o Sr. Cascavel. Eu o conheci. Não tive o privilégio de conhecê-lo como o conheceu o meu coestaduano Esperidião Amin muitos anos atrás. Eu o conheci no Ministério da Saúde. No tempo em que V. Sa. esteve lá, muitas vezes fui até lá para pedir, de forma muito especial, por Santa Catarina, credenciamento de leitos de UTI, equipamentos de saúde. Aquele episódio de a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

WEG, a nossa empresa de Santa Catarina, poder construir respiradores, adaptando, de forma competente e rápida, como é o estilo de Santa Catarina... E esta empresa que orgulha o Brasil, a empresa WEG, de Jaraguá do Sul, está se adaptando para poder fornecer respiradores para o Brasil.

Eu sei do seu trabalho, da sua ajuda, porque o senhor sempre esteve levando pra lá esse conhecimento, esse entendimento político. Nós nunca podemos nos esquecer de que o tempero político faz parte da nossa vida, no dia a dia. Há esta história de que "todos os técnicos é que vão resolver". Tem que ter o entendimento político, e o senhor teve esta possibilidade de, lá dentro do ministério, nos receber, Deputados, Senadores, Prefeitos e Vereadores, para dar encaminhamento, entender, compreender. O senhor foi Prefeito, o senhor foi Vice-Governador, o senhor foi Deputado Federal. Então, tenha certeza absoluta de que o senhor estava, num momento muito difícil do Brasil, em um lugar onde pôde ajudar muitos brasileiros em diversos Estados da Federação.

Tudo que já passou por aqui... A gente teve decepções. Eu próprio já me manifestei aqui muitas vezes, muitas vezes com decepção por tantos que se dizem brasileiros recorrerem ao Ministério da Saúde para vender equipamentos e principalmente vacina. É uma vergonha nacional! Eu quero entender que foi pelo desespero com que se queria comprar vacina. Quando a gente ouviu aqui o Dominguetti, um militar lá de Minas Gerais, com problemas pessoais financeiros – isso qualquer brasileiro pode ter; quem de nós já não teve? –, fazendo contatos, conversas e reuniões intermináveis para vender vacina; o Cristiano, com todo respeito à figura, à pessoa humana deles... Mas uma lástima de pessoas que foram ouvidas lá no Ministério. Graças a Deus, a vacina aumenta. Aumenta o passo, a capacidade de vacinação. O nosso SUS foi testado, o nosso programa de imunização nacional foi testado, e é um dos melhores e maiores programas do mundo, sistema esse que todos nós precisamos defender, ajudar a que ele fique cada vez mais forte.

Quero dizer a V. Sa. que o senhor cumpriu a sua missão ali, cumpriu a sua missão. Eu só tenho que lhe agradecer e tecer elogios. Sei que agora o senhor continua trabalhando, ajudando e cumprindo missão lá no Estado de Roraima. Continue firme, continue ajudando os brasileiros, continue forte, que nós haveremos de sair o mais rapidamente dessa pandemia.

Agora, daqui a pouquinho, Senador Girão, Senador Renan, Senador Randolfe, nós vamos votar no Plenário do Senado Federal a recuperação, um refinanciamento de tributos federais para as micro e pequenas empresas, e depois tem um outro projeto que anda, das médias e grandes empresas, para ajudar a ficar de pé quem paga a conta deste País, ajudar a ficar gerando emprego quem efetivamente contribui para a economia do País.

Essa pandemia, nós vamos nos afastando dela. Todos nós, juntos, haveremos de vencer essas dificuldades, todas e tamanhas, lutando todo dia, no início com um inimigo oculto, que muitas vezes nos perguntávamos que tamanho tem, qual a proporção, qual a gravidade, e fomos aprendendo no dia a dia.

Então, eu quero cumprimentar V. Sa. Continue cumprindo a missão lá na Roraima.

Pra finalizar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero oportunizar, porque acho que o senhor merece, o tempo que me resta, passá-lo a V. Sa. para que o senhor fale se em algum momento se arrependeu de ter vindo prestar serviço no Ministério da Saúde, tentando ajudar. Eu quero que o senhor tenha esses meus oito minutos. Se quiser, o senhor pode descrever – se não, não precisa usar todo o tempo – para que o senhor possa dizer a todos os brasileiros e ao seu povo, lá de Roraima, se o senhor se arrependeu de vir cumprir essa missão como cidadão no Ministério da Saúde.

Eu agradeço e passo, então, com a permissão da Presidência da Comissão, pra que o senhor responda, o senhor possa falar um pouquinho sobre o seu trabalho lá no Ministério da Saúde do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Pois não, Sr. Airton.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Sr. Presidente, queria agradecer inicialmente as palavras, Senador Jorginho, o senhor que é de Santa Catarina e tem lá uma história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Santa Catarina tem uma relação muito forte comigo, meu pai está enterrado lá, os meus dois irmãos estão enterrados lá e minha mãe, com seus 88 anos, D. Linda, lá vive, tem meus sobrinhos, minha irmã, ou seja, parte da minha família.

Eu queria dizer, com muita humildade aqui, Senador Jorginho, que os feitos do Ministério da Saúde são frutos de uma equipe, de um trabalho de abnegados servidores, muitas vezes dá a impressão de que o ministério não fez nada nessa pandemia, como se lavasse as mãos.

Eu quero dizer a questão dos respiradores que o senhor acabou de falar aqui. Quando o Ministro Teich assumiu o ministério não tinha nenhum respirador em estoque, se buscavam respiradores no mundo inteiro.

O Senador Rogério falou agora há pouco, Marcos Rogério, da situação do Brasil, dos respiradores que não chegaram do mundo e não existiam, foi a indústria nacional, igual a WEG e outras tantas que eu não sei nem o nome das empresas que construíram, mas foi a indústria nacional que deu a resposta em um curto espaço de tempo. E aí uma decisão do General Pazuello, num encaminhamento, numa decisão de gestão, a indústria nacional respondeu e hoje o Brasil é exportador de respiradores. Então, foram atuações de inúmeros técnicos.

Quando se coloca muito da vacina é se reconhecer... Tem que se reconhecer que o Brasil é o quarto país que mais vacina no mundo. Isso foi um trabalho também positivo, isso está feito. Quando 2,3 milhões de brasileiros são vacinados num dia, tem que se reconhecer isso. E dizer também, Senador Jorginho, que, enquanto nós temos essa pandemia que assola o mundo, nós temos todas as comorbidades hoje no País, os outros programas de vacinação no nosso PNI, o controle da malária, da dengue, da aids, das hepatites, enfim, os problemas são enormes neste País e têm continuado, a vida tem continuado, as ações continuam.

Muitos equívocos foram cometidos? Podem ter, mas também foi na vontade de acertar.

Quando se disputa essa questão de Governadores, Prefeitos, eu quero reconhecer que cada um fez a sua parte, um errou, o outro acertou, mas cada um também estava tentando salvar pessoas no mais longínquo Município, no Estado, os secretários estaduais de saúde, os secretários municipais. Deve ter joio e trigo espalhado nisso, mas eu quero aqui dizer que eu não fiz nada mais do que a minha obrigação de poder fazer alguma coisa. Então, eu não me arrependo, não. Aprendi muito, aprendi a tolerância também.

Às vezes eu fico pensando: esse pouco tempo que tenho, eu digo que tive uma oportunidade, uma oportunidade de fazer alguma coisa, de não ter sido omisso. E agradeço a todas as palavras aqui ditas.

E, Sr. Presidente, concluindo, eu agradeço as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Jorginho, Sr. Airton.

Senador Eduardo Girão é o próximo inscrito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues.

Seja muitíssimo bem-vindo aqui a esta Comissão, Airton Cascavel. Eu tive a oportunidade de conhecê-lo no Ministério da Saúde no momento dramático – dramático – do Nordeste brasileiro. E tenho que reconhecer a sua dedicação e ser muito grato, em nome do povo do Ceará, pelo que o senhor pode encaminhar, naquele momento, junto ao Ministro da Saúde, que era o Pazuello, para que os respiradores que cobriram o calote da maconha do Consórcio Nordeste fossem repostos imediatamente para o Nordeste brasileiro.

Inclusive, em uma dessas oportunidades, três Senadores da República desta Casa foram juntos ao Ministério da Saúde – o senhor nos recebeu, nos encaminhou ao Ministro Pazuello –, que foi o Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte; o Senador Rodrigo Cunha, de Alagoas... E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

prontamente, sem ver cor de partido, como tem que ser, sem bandeira ideológica, foram mandados os respiradores que o povo estava precisando, sem nenhuma dificuldade.

Eu acho que se tem um sentimento... E essa palavra sentimento é algo muito forte, porque, muitas vezes, esta CPI desrespeita, julga, chegando ao ponto de julgar choro; mas hoje está tendo um comportamento diferente com o senhor. E eu acho que esse deveria ser o tom com todos, porque não é porque o senhor é ex-Parlamentar desta Casa; todos deveriam ser iguais, mas parece que, por talvez ser um ex-Parlamentar, é uma casta superior e, às vezes, é tratado de forma diferenciada.

O senhor está fazendo um trabalho... Fez um trabalho no Ministério da Saúde que ajudou no momento gravíssimo do nosso povo e eu quero lhe dizer que sou muito grato, mais uma vez, por isso.

Eu acredito que esse frescor que a gente está tendo aqui na CPI é saudável, importante e a gente precisa continuar dentro dessa vibração, porque o País precisa de pacificação, de diálogo. Todas as partes têm que colaborar. Nós temos que fazer a nossa parte, o Presidente da República precisa fazer a dele, porque nós somos irmãos. Temos divergências políticas, óbvio, mas o respeito é a regra da boa convivência.

Eu me recordo que, quando estive com o senhor, uma das vezes, a Aprece, associação dos Prefeitos do Estado do Ceará, que também é muito grata, nos ajudou a fazer o relatório dos 30 respiradores quer seriam destinados pelo Consórcio Nordeste e não foram, pelo calote. E o Governo brasileiro fez essa reposição desses 30 respiradores. E aqui as prefeituras todas agradecendo, Prefeituras de Baturité e de Tianguá, todas que pediram os respiradores – de Icó – que foram providenciados junto ao Governo Federal. Então, eu acredito que é um momento em que a gente precisa ter muita serenidade nesta hora.

Eu queria aproveitar e fazer para o senhor algumas perguntas aqui.

O senhor foi Prefeito, Deputado Estadual, Federal, Vice-Governador, uma consistente carreira política. O senhor está filiado a algum partido político?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual partido?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O Republicanos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tem atualmente pretensões políticas?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não mais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor já disse aqui, nesta CPI, algumas vezes, nas perguntas de alguns colegas, que não negociou vacinas, que pacificou... Aí pacificar é completamente diferente de negociar, mas eu queria insistir para entender melhor com relação a esse assunto.

O senhor foi designado pelo Ministério da Saúde para pacificar, como o senhor fala, os respiradores, a questão das vacinas do Butantan, tentar ver de alguma forma a resolução desse caso. Como aconteceu isso, se o senhor não era...? Se isso não era do Departamento de Logística? Isso era da Secretaria Geral do Ministério da Saúde, a Secretaria Executiva. Eu queria entender isso, porque eu não consegui compreender.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Todas as tratativas de compra de vacinas, de contratos, de preços, de atendimento são de exclusividades determinadas da Secretaria Executiva do ministério...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... nisso. E assim foi em todas as tratativas com os laboratórios internacionais, com a própria CoronaVac, do Butantan, e a própria Fiocruz também nessa relação, mas a questão política... Nós falamos aqui da politização da vacina. Chegou a um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

em que o Governo Federal não fechava o entendimento com o Estado, com o Butantan, e o tempo passava. E aquele ruído político, que era ruim para o País... Precisava que se chegasse ao entendimento, que quem ganhava era o Brasil. Havia o consenso, e sempre houve, de que todas as vacinas deveriam estar no plano nacional de imunização. Esse plano tem que ser fortalecido. Quando alguém buscava um caminho divergente, era um enfraquecimento do que é o SUS, da vacina para todos, centralizado no PNI. O próprio Governo de São Paulo entendia dessa forma também, os Governadores...

Não havia partidos nessa situação, e deve ser assim o plano nacional que é vencedor no País. Mas essa politização levava o tempo a passar e não acontecerem essas tratativas que são comerciais, de entendimento, de contratos e de intenções. Não era isso... Havia muitos atores trabalhando pra isso, muitos Governadores trabalhando nessa direção, mas faltava isso chegar a um contento e dizer: "Olha, a partir de amanhã...".

Nunca deixou o ministério de falar com o Butantan, até porque o Butantan é fornecedor de insumos para o ministério há muitos e muitos anos. Então, quando se colocava assim "o Butantan é do Estado de São Paulo", não foi o Estado de São Paulo que botou recurso lá no Butantan pra vacina. Era o Butantan que tinha um encaminhamento com a Sinovac, tinha um acordo, comprando o IFA pra São Paulo, já comprado, com contrato garantido, mas também não poderia começar a execução da venda se não tivesse um contrato com o ministério.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Entendi.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – E eu fui designado num determinado... Não sozinho. Eu quero dizer que foi uma equipe do ministério...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pra fazer essa ponte política.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... pra fazer essa ponte e construir, como o senhor falou, a ponte. Foi isso que nós fizemos. E, logo em seguida, nos retiramos porque não era da minha competência. Nos retiramos e encaminhou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Em nenhum momento... Eu estive em São Paulo duas vezes...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... com o Governador lá no Butantan. Lá não se falava de preço de vacina, lá não estava se falando, era de que isso acontecesse. Então, foi essa ponte que, de alguma forma, nós ajudamos a construir...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... com determinação de alguém, do Ministro que nos enviou nessa missão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Fora essa tratativa, em outras que o senhor teve no Ministério da Saúde, o senhor tomou conhecimento de alguma irregularidade no âmbito do ministério?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Em que situação?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Em qualquer situação. Alguma irregularidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não. Não, porque essa função de contratação, contrato, licitações não era da minha área de atuação. Nunca participei, nunca fui a nenhuma reunião nesse sentido. Não era a minha função essa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor conhece os irmãos Miranda?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Conheci um deles, o Deputado. Conheci o Deputado em parte de um voo, o Deputado Miranda. Acho que não sei se dia... Eu estava em Manaus, iam receber a vacina, salvo engano, da Pfizer, em São Paulo, para onde foi o Ministro Pazuello, algum ministro que eu não lembro qual mais, e tinha uma comitiva que ia receber, porque era a primeira chegada da Pfizer. E eu estava nesse voo pra São Paulo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi lá que o senhor o conheceu?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Foi. Mas eu estava, naquele momento, em Manaus, naquela crise de Manaus, para voltar a Brasília e recebi um telefonema dizendo: "Olha, o voo sai não sei quando, o senhor tem que ir pra Brasília". Eu disse: "Olha, eu não posso ir, o preço da passagem de Manaus pra Brasília é o mesmo que eu ir direto pra São Paulo. Eu vou direto pra São Paulo e os encontro lá". E, na volta, eu volto nesse voo, acabo voltando no voo da FAB que tinha a comitiva do ministério...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E ele estava lá?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – E ele estava nesse voo. Eu, inclusive, ontem estava vendo algum jornal que colocava que eu estava no voo à hora que o Deputado Miranda falou alguma coisa pro Ministro... Eu disse: "Se foi isso de Brasília pra São Paulo, eu não estava nesse voo, porque eu não vi essa conversa". Então, eu conheci, nesse momento. Apenas nesse momento que eu o conheci.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor tomou conhecimento da conversa deles com o Presidente da República?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não. Tomei pela imprensa, do que falaram na imprensa em relação a isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ele não lhe comentou nada sobre isso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, ele não falou. Na conversa, não falou em nenhum momento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Até a sua nomeação para o relevante cargo de assessor do ex-Ministro da Saúde Pazuello, o senhor não tinha experiência na área da saúde. Mesmo assim, participou de um momento grave e crítico da Nação brasileira. O senhor poderia nos dizer, a partir da sua posição de assessor, o porquê de tantos problemas na condução da pandemia? Como foi gerido o Ministério da Saúde?

Se o senhor pudesse fazer um breve comentário e se pudesse também comparar com as administrações anteriores Mandetta e Teich, que o senhor ainda ia pegar um pedacinho, mas tomou conhecimento das atitudes dele, lá, como ministro, assim como o Mandetta. Eu queria saber quais foram as ações efetivas do Ministro Pazuello para melhor gerir a crise na pandemia, na sua visão.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É difícil comentar, por exemplo, o ministério da época do Mandetta, que eu acompanhava na imprensa. Eu queria dizer que era um bom momento de comunicação.

Eu, quando entrei, vi muitos gargalos oriundos de planejamento, mas de ações que não se fechavam, que não fechavam, não fechavam as pontas. Eu senti, naquele período do Ministro Teich.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O Teich, um bom brasileiro, um grande médico, grande intencionado, mas entrou num olho dum furacão, num momento conturbado do País. Viveu um momento conturbado, com uma equipe de transição que era ainda do Mandetta, com outra equipe chegando. Ele se sentiu, no meu entendimento, e eu tenho um profundo... Do pouco tempo desse grande brasileiro que é o Teich. Talvez... Talvez, eu fico pensando, às vezes, paro no tempo e fico assim... Se o Teich tivesse superado aquele momento do médico, do conhecimento, e o Pazuello lá, no objetivo inicial, que era da operacionalização...

E se criou uma coisa muito errada de dizer que o Pazuello era o cara só da logística e que se julga a logística do País por um detalhe que um dia uma carga de vacinas que ia pra Manaus foi pro Amapá e que duas horas depois estava corrigido isso. De todas aquelas ações, ela foi corrigida em duas horas. Foi corrigida em duas horas. Mas se esqueceram de dizer naquele momento, naquele dia 18 de janeiro, que, em 12 horas, 90% de todas as vacinas já tinham chegado aos Estados.

Eu fico, às vezes, pensando, quando eu olho pra esses números, 559.700... Que não é mais esse. Ele já deve ter sido acrescido de 500 vidas até este momento do dia, no mínimo. De que o Brasil, nessa pandemia, podia ter tido uma grande união, que resultaria, sim, em salvamento de vidas, numa unidade nacional de enfrentamento à covid. Isso nos fez perder vidas, sim.

Isso fez uma grande falta, mas é preciso reconhecer que muitas coisas foram feitas, continuam fazendo, mas o nosso SUS tem muita coisa para fazer, e uma coisa eu quero alertar neste momento aqui, aproveitar este momento para dizer: nós temos mais de 800 mil cirurgias eletivas aguardando neste País serem feitas. Foram interrompidas, Senador Girão, foram interrompidas por causa da pandemia. E essas pessoas vão ter sequelas, vão ter sequelas irreparáveis na sua vida. Alguém que fica esperando, sangrando, para ter uma cirurgia... Tem que ter um plano nacional imediatamente, pactuado com os Estados, com os Municípios, criar uma grande ação. Lá na minha querida Roraima tem 8 mil pessoas na fila, aguardando. Eu encaminhei agora uma forma, e buscando experiências do Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Peço para concluir, Sr. Airton.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... para que isso aconteça.

Então, tem tanta coisa. É difícil comparar com um outro, e julgar os outros é muito fácil, então eu não quero julgar ninguém.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A minha última pergunta é nesse sentido, tá, Presidente, se o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Senador Girão, não, infelizmente, em respeito aos demais colegas, eu vou passar por conta do exaurimento do tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu fui um dos autores da convocação dele, é uma última pergunta, eu lhe peço isso.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Senador Girão, a gente tem uma limitação severa de tempo, nós temos vários inscritos, o seu tempo extrapolou significativamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas não foi por mim, foi pela resposta dele.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Faça a sua pergunta, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Lembrando que seus colegas provavelmente deixarão de falar por conta da sua escolha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, então, se é isso, eu não vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Então, perfeito.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Perdoe-me, Senador, por ter ocupado o seu tempo, devia ter sido mais objetivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Airton, qual foi o período mesmo em que o senhor exerceu a função no Ministério da Saúde? Para ser mais exato, qual foi o período em que o senhor exerceu...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Eu fui efetivamente efetivado com a questão de nomeação do dia 24 de junho a dia 22...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Qual o período que ficou sem a nomeação?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Oi?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O período que ficou sem a nomeação?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É preciso entender de que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não, não, eu só queria saber o período, qual foi o tempo, de quando o senhor começou lá no Ministério da Saúde até a data de nomeação, que é 24 de junho?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu entrei eu acho que lá no final de abril, eu saio, eu saio no dia 3 de maio, eu saio do ministério no dia 3 de maio e retorno depois, efetivamente, no dia 11 de maio, onde recebo o convite para ser nomeado pelo Ministro Teich, e essa nomeação não acontece, porque no dia 15 ele renuncia ao cargo de ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Só para ser exato, veja, o senhor recebe algumas autoridades no dia 2, temos aqui documentos o senhor recebendo autoridades no dia 10 de junho, no dia 17 de junho e no dia 15 de junho.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – No dia útil, qual foi o dia?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Está aqui: dia 7 de junho, 10 de junho e 17 de junho.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quem são as autoridades?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Prefeito de Campina Grande... E aí aqui tem inclusive uma postagem no blogue da Daniella Assunção: "Que fique registrado, o Deputado Hiran Gonçalves falou que conseguiu o EPI, mas quem conseguiu mesmo foi Airton Cascavel"; inclusive é um blogue do seu Estado, de Roraima. Eu acredito que a Deputada Mariana Carvalho registra a sua ida lá em Rondônia, no 17 de junho: "Inclusive deixo o meu agradecimento ao Ministro Pazuello e ao Secretário-Executivo, Airton Cascavel".

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Primeiro, que eu nunca fui Secretário-Executivo, são postagens dela, a responsabilidade da postagem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – É, o senhor nunca foi... Ela acredita que o senhor nunca foi Secretário-Executivo, mesmo porque...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, mas ela está colocando... São colocações dela. Eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito. Colocações dela e do Instituto Butantan.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu vi essa questão do Butantan também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O Instituto Butantan, no dia 13 de agosto de 2020, postou o seguinte: "O Secretário de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde, Arnaldo Medeiros, a Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia, Camile Sachetti; e o Secretário-Executivo, Airton Cascavel."

Eu tenho pelo menos umas três aqui da Deputada Mariana e aqui do Butantan.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Essa responsabilidade da publicação é do Butantan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Do Butantan, da Deputada...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, deve ter se... Eu, nunca na vida... Eu, nunca na vida, lá no ministério, me apresentei com Secretário, primeiro, porque eu não era – primeiro, porque eu não era.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não, perfeito, mas eu acho que não é esse o ponto.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas esse é um ponto colocado pelo senhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não, não, esse não é o ponto. Veja, o senhor, assim... O ponto eu acredito que era algo que o senhor alega que não tem, que era o poder no âmbito de um ministério do Executivo, ao ponto de algumas autoridades, ao ponto, inclusive, de o Instituto Butantan o confundir como Secretário-Executivo, e o Secretário-Executivo, o senhor tem razão, era, na época, o Coronel Elcio Franco; aliás, ao ponto até de – eu acredito – alguns Governadores... Inclusive eu o confundi com o Secretário-Executivo. Quando nós nos encontramos no evento que o senhor citou ainda há pouco na busca de vacina, eu assim também pensava.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas o senhor lembra... Em algum momento, eu me citei com algum cargo lá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não, em momento algum, em momento algum. Eu só quero... O ponto a que quero chegar é que a sua função não é uma função irrelevante. O senhor era alguém com força, com peso no âmbito do Ministério da Saúde. E eu vou, assim... Vamos, assim, a uma prova material disso. Por favor, a primeira foto aí, se puderem postar, se puderem colocar. (*Pausa.*)

Esta aqui... O senhor se lembra desse momento?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Esse é o anúncio do...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Lembro claramente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – É o anúncio do contrato com a Fiocruz em agosto.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não, não, não é da Fiocruz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Esse é um outro momento? O senhor pode descrever esse momento?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É um outro momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Qual foi esse momento?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Esse momento é o anúncio... A Pfizer... A Pfizer teve a assinatura, depois de tanto tempo, a aprovação aqui do projeto da...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Para interpelar.) – Que data é essa?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Agora o senhor me pega, eu não vou lembrar. Mas vamos dizer que foi logo depois do assunto da Pfizer, que aprovou o projeto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito. Não, essa sua foto...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas eu só quero colocar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – ... só ilustra a força...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O senhor pediu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não, essa foto eu acho que ilustra o peso que o senhor tinha no Ministério da Saúde. Veja, o Ministro da Saúde, num anúncio importante como o da Pfizer...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É, mas não foi um anúncio feito por mim. Por isso que, se o senhor deixar eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Mas quem está junto com o Ministro da Economia, diante de vários microfones, é o senhor, ao meu julgamento, representando o Ministério da Saúde.

O senhor não estava representando o Ministério da Saúde aí?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Ah! Nesse momento, nessa fala, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Posso explicar? O senhor me permite explicar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Pois não.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Esse fato ocorre que... O Ministro Pazuello estava no Rio de Janeiro, tá? E o Palácio anuncia a antecipação, não foi o contrato, o contrato foi anunciado pelo ministro. O contrato com a Pfizer, um dia depois que o projeto de lei que foi votado pelo Senado e pela Câmara, quem anunciou foi o ministro, na época, o Ministro Pazuello que anunciou essa... Esse momento foi de quando houve uma reunião em que foi pedida à Pfizer uma antecipação de 5 milhões de doses. Havia uma previsão de 3 milhões em maio, de 5 milhões em junho... E aí eu não lembro os detalhes para os outros meses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Houve um pedido de uma antecipação. E, no falar nisso, quem era... O Ministro Pazuello não estava aqui. O Secretário-Executivo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não, mas...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas deixa eu concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não. Já lhe entendi, porque o relevante...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O Secretário-Executivo estava no...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Sr. Airton, é porque o relevante não é isso. O relevante...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu só queria terminar. O senhor me permite?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não. Já está claro que é um evento relevante.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Vamos garantir essa objetividade por conta da limitação do tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É que eu queria terminar... Eu ia terminar para fechar a fala.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Conclua a sua fala, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não estavam os dois, e o gabinete do Ministro disse: "Olha, o Ministério da Saúde está precisando que alguém lá fale por ele". E aí me acionam como assessor institucional: "Cascavel, você precisa ir lá". Ali quem foi ao gabinete que pediu para eu ir. E eu fui. Talvez pela forma de falar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Eu já entendi. Eu já entendi.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O.k. Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Eu já entendi.

A questão importante aí, o central aí é que o senhor é uma figura de peso no âmbito do Ministério da Saúde. O senhor é designado em substituição ao Ministro para participar de uma coletiva com o Ministro da Economia sobre um tema importante, sobre a saúde pública. Então, só assim para deixar claro que o senhor não era alguém de passagem no Ministério da Saúde, não era alguém irrelevante no âmbito do Ministério da Saúde.

E eu quero, complementarmente a isso, o senhor disse que – foi perguntado ainda há pouco pelo Senador Girão – o senhor conheceu os irmãos Miranda em uma perna de um voo. Nesse voo, o senhor não esteve nos dois momentos?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, num voo. Eu disse que, no da ida de Brasília para São Paulo, eu não fui nesse voo. O meu nome estava na lista, e eu expliquei que eu estava em Manaus. E eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Eu entendi isso.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Na volta, eu estava no voo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Mas o senhor organizou esse voo.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Por favor, as mensagens.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Por favor, não sou eu que organizo voo. Organizar o voo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – As duas mensagens do WhatsApp.

Perfeito.

Isto aqui é o WhatsApp do Ministro Eduardo Pazuello com um interlocutor: "Boa noite Ministro, posso ir junto receber as vacinas amanhã?". "Ajusta o horário e local com o Cascavel, pvf!!! Abs". "Fechado. Acho que ele mudou de número. Pode me passar, por favor?" Aí o Ministro passa. "Valeu." "Meu amigo, precisa ver se tem vaga, o avião solicitado eh pequeno! Bate no Cascavel!!!"

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O que ocorreu: como eu estava em Manaus...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – É que o senhor acabou de dizer para mim que o senhor não organizou esse voo. É um Ministro mandando uma mensagem para o interlocutor dizendo: "Bate no Cascavel. O avião é pequeno, ele que resolve tudo".

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Tenta... Tenta... Deixa eu tentar explicar. O voo estava lotado. As pessoas que estavam programadas, quem cuida disso é o cerimonial no ministério, que cuida de quem vai e quem não vai no ministério. Como eu estava em Manaus e eu não estava aqui, eu acabei de dizer que eu ia direto para São Paulo, a minha vaga ficou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Mas presta atenção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Sim, eu só estou dizendo da minha parte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Sr. Airton, o Ministro está dizendo o seguinte, está dizendo para um interlocutor que queria vaga no avião...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Queria vaga e tinha a minha vaga, mas precisava confirmar comigo, que eu não ia estar aqui, que eu estava em Manaus. Eu disse que eu ia para São Paulo. Para ter essa garantia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Sr. Airton, está ali: "Meu amigo, precisa ver se tem vaga, o avião solicitado eh pequeno! Bate no Cascavel!!!".

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O que eu estou dizendo, Senador, e insisto em repetir, com objetividade... Eu entendi a sua situação, porque é um Ministro falando isso, falando para um Deputado. Eu entendo a sua parte. O que eu quero explicar é que eu estava nesse voo, era um nome, e que só tinha essa vaga. Como sabia talvez o Ministro que eu estava em Manaus, eu comuniquei a ele que eu estava em Manaus, ia direto para São Paulo, a minha vaga estava... Deve ter dito ao... Quem é o outro que está falando com ele aí?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Suponho que seja o Deputado Luis Miranda, que teve o sigilo dele quebrado.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Sim. Se for ele, pode ter pedido, dito: "Olha, o Cascavel realmente está em Manaus. Então, bate? Vê se ele confirma que ele está em Manaus e não vem no voo". E ele deve ter ido no meu lugar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor não acompanhou nesse voo o diálogo entre o Deputado Luis Miranda e o Ministro Pazuello?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu falei, porque o Senador Girão fez a mesma pergunta. Se esse diálogo ocorreu na ida, eu não estava no voo, eu não sei. Se ele ocorreu na volta... Eu até vi uma foto sobre esse voo, ele falando que estava no voo. Eu estava no voo da volta. E, na foto, eu estou lá no meio do avião; ele está nas primeiras poltronas da frente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Então, se teve o diálogo, o senhor não acompanhou?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu não vi, eu não acompanhei esse diálogo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Tanto que falei para ele que esse diálogo para mim é estranho, que eu não presenciei. Eu não presenciei... Quando se fala lá do... Alguém me fez uma pergunta ontem, e eu disse: "Eu não estava lá, eu não vi". No avião, eu estava na volta. Não sei se foi na ida ou na volta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor estava em Manaus no dia 12 de maio? Perdão, no dia 12 de janeiro de 2020? No dia 11 de janeiro de 2020?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Precisar a data... Hoje me falaram aqui dos dias em que eu estive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor estava em Manaus em janeiro deste ano?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu estive em Manaus em alguns momentos em janeiro.

Eu me lembro... Falei aqui, comentei hoje... Foi à Senadora Eliziane. No dia 20, que foi o dia do lançamento da vacina, eu estava em Manaus. Eu estava no dia lançamento da vacina. Eu estive outro dia de janeiro. Agora eu não sei lhe precisar se era 12 ou 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Então, o senhor não lembra?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O dia exato eu não lembro. Eu estive em janeiro mais de uma vez em Manaus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor esteve em um evento à noite em que esteve presente o Ministro Eduardo Pazuello, em tese, V. Sa. estaria presente...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Que a Nise... Aquela japonesa. Como é o nome dela?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Nise Yamaguchi.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Essa aqui teve várias pessoas que me perguntaram. Eu não estava nesse evento, porque eu não a conheço, inclusive. Me foi feita essa pergunta pela manhã. Por mais que... Inclusive foi cogitada de ser ministra da Saúde por várias vezes. Eu nunca... Em um ano, não sei... Eu nunca cruzei com ela em nenhum momento. Se ela passar ali agora, talvez passasse aqui, eu poderia dizer pelo nome. Eu não a conheço, não estava nesse jantar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

Só me restam 2 minutos e 20 segundos, e eu quero ser preciso com o tempo.

O senhor não acompanhou nenhum processo, nenhum contrato, nenhum diálogo em relação à vacina Precisa/Covaxin?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não. No Ministério, esses tratos sempre foram lá na Secretaria Executiva...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Com o Coronel Elcio Franco?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Elcio Franco. Totalmente... Todo diálogo era com o Elcio Franco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Então, o senhor nunca acompanhou nada?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Nenhum... Aliás, o que eu soube de detalhes? Que lá tem um grupo e que, em nenhum momento... Não só dessa, nesse grupo eu não participei em nenhuma reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

E o senhor acompanhou as tratativas sobre a vacina da Pfizer?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Também não. Nem da Pfizer nem de uma outra. A única nessas tratativas, daquela em relação à CoronaVac, que é a do Butantan, foi aquela aproximação. Quando se trata aí já do que o pessoal chamava de MOU, de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Então, o senhor só participou do anúncio da AstraZeneca, do contrato com a Fiocruz e fez a intermediação pela CoronaVac?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Da CoronaVac e dessa construção da ponte do diálogo.

Na AstraZeneca, da Fiocruz...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Eu só tenho um minuto e eu vou procurar ser... Até cumprindo o mandamento do Presidente eventual, eu quero lhe pedir desculpas – o Presidente eventual, que é o Senador Alessandro Vieira.

Só para, no meu minuto final, fazer o seguinte registro: Sr. Airton, veja, embora os colegas aqui do Governo tenham relativizado, existe um crime que é o art. 328 do Código Penal: usurpação e exercício da função pública. Pena de três meses a dois anos e multa. O senhor claramente aqui fez, declinou – e nós temos material comprobatório – que durante o período o senhor estava no âmbito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Ministério da Saúde, o senhor recebia Prefeitos, Governadores, participava de atividades sem a função pública designada, sem função ocupando. Existe esse crime, esse tipo penal qualificado, caracterizado.

Eu sei que os colegas... E falo pra concluir, Sr. Presidente. Eu sei que os colegas procuram relativizar. Aliás, no Brasil a gente está vendo a relativização dos crimes. É o Corregedor-Geral da União dizendo que falsidade ideológica não é crime, ao mesmo tempo, os colegas aqui dizendo que um eventual delito e usurpação da função pública não é crime.

O senhor assume... O senhor, junto com o Sr. Eduardo Pazuello... Aliás, desde o Sr. Nelson Teich, o senhor está no Ministério da Saúde. Quando o Sr. Eduardo Pazuello assume tem no Brasil 15.633 mortos. Quando o Eduardo Pazuello sai, tinha 298.676 mortos. Esta CPI identifica, faz o diagnóstico da existência de um conjunto... Os colegas tentam... Falo pra concluir, Sr. Presidente. Os colegas buscam desesperadamente tirar o foco de que tem corrupção. Aliás, essa cortina de fumaça que tentam jogar aqui, já com decisão consagrada do Supremo Tribunal Federal em relação a Governadores e Prefeitos, é pra que nós não aprofundemos a investigação no que de fato importa, nos esquemas que existem; que existe de VTCLog; que existe de Covaxin, Precisa; que existem de Davati e de World Brands e tantos e tantos outros.

Essa missão, Sr. Airton... E falo isso pra concluir. Essa missão não foi bem cumprida na gestão do Sr. Eduardo Pazuello. O Sr. Eduardo Pazuello esteve aí onde senhor está, aqui, prestando depoimento, certa vez, e respondeu ao Senador Renan, dizendo: "Eu tenho um sentimento de missão cumprida". O preço da missão cumprida da gestão dele, que fez essa descoordenação nacional a partir do Ministério da Saúde... Essa descoordenação nacional ocorreu sob a gestão de Jair Bolsonaro e de Eduardo Pazuello, custou, na saída dele do ministério, 298.676 mortos.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu queria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Eu vou cumprir com o meu tempo...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu só queria responder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Porque outros colegas também devem inquirir o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Senador. Já peço que reassuma a sua posição.

O senhor pode concluir sua resposta, por favor.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu quero, Sr. Senador Randolfe – e eu ouvi atentamente suas colocações –, dizer-lhe que eu não auferi nenhuma vantagem pessoal nessa... Quando o senhor julga me acusar de crime, eu não auferi nenhuma vantagem, de forma alguma. Mas isso são questões jurídicas que terão pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Airton, eu sei que o senhor já respondeu, mas vou lhe pedir que repita, de forma sucinta, como se deu esse seu início de relacionamento com o Sr. Eduardo Pazuello.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – É... Eu preciso retroagir ao tempo pra que isso ocorra: General Pazuello – estou acho que retornando aí a 2018 – estava na Operação Acolhida, em Roraima, de forma pública. Não o conheci pessoalmente nesse período. Não, não tive contato pessoal.

Em 2018, estou falando aqui de novembro, logo após as eleições do Estado, Roraima vivia uma situação na questão penitenciária do Estado. Houve aquelas mortes, mais de 40 trucidados, pescoços cortados, houve a Força Nacional, uma intervenção da Força Nacional para pacificar aquela situação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

que o Brasil todo, que se expandiu, em Manaus, em seguida, depois no Rio Grande do Norte. E Roraima tinha cinco meses de folha atrasados. Os hospitais, os médicos abandonando, a Polícia Militar abandonando, a Polícia Civil do nosso Estado, ou seja, um caos total no Estado, logo após, no final do Governo, com um Governador novo eleito no segundo turno.

O Governo Federal, pela primeira vez na história, decreta intervenção federal no Estado, no meu Estado de Roraima. E ali o Presidente Temer indica essa intervenção. E, numa discussão acho que política, aqui em Brasília, se escolhe o interventor antecipar a posse do Governador para o mês de novembro, creio que foi 11 de novembro; se antecipou a posse e nomearam os secretariados extraordinários, escolheram os secretários, buscaram nomes do Estado, oito secretários e depois outros, mas eu lembro que eram oito secretários, tinha eixos. Na fazenda foi nomeado o Pazuello, e eu fui também convidado a participar da intervenção como secretário estadual na pasta que englobava o setor produtivo, que era o meio ambiente e outras secretarias, sobre uma coordenação. E, nessa relação, eu conheço como colega o General Pazuello, de novembro até março. Ele, em março, sai e vai para Manaus assumir a 12ª Região. E eu, logo em seguida, também saí do Governo e fui.

Então, foi nessa relação que nos conhecemos como colegas de trabalho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Perfeito. O senhor tem alguma formação na área da saúde?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Especificamente, não na formação. Eu tenho de gestão. Eu tenho formação, tenho formação jurídica, tenho MBA em gestão de pessoas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Hã-hã.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Então, a questão de gestor. Especificamente de ser médico, como tantos outros aqui, como é o nosso querido Senador Rogério Carvalho, que tem essa formação, eu não a tenho específica na medicina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O senhor já respondeu a um processo por corrupção?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – De corrupção, sim, corrupção ativa, e eu quero falar disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Por favor.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quando eu fui Prefeito de Mucajaí, em 1988, do território... Era Território Federal, mas a eleição era direta no Estado. Eu era o único Prefeito de oposição no Estado, e o Governador nomeado. O Ministério da Agricultura, o MAPA, que são as superintendências regionais do Estado, ia fazer um leilão de carros velhos que estavam inservíveis, numa lista de inservíveis. Houve, dos Prefeitos que eram aliados do Território, houve uma doação para aquelas prefeituras pobres, pequenas, houve uma doação de veículos, e eu fui à superintendência pedir que também a minha prefeitura... Por que os outros ganharam e eu não poderia? E me disseram que os veículos iam para leilão, que estavam lá, e tinha uma D10 velha, com 12 anos de uso, já em cima do cepo, como nós chamamos – quem conhece esse linguajar –, ela estava no cepo como inservível. Eu não tinha dinheiro para comprar uma picape, uma caminhoneta nova, eu disse: "É algo que me interessa, me doe essa não para mim, para a Prefeitura", e ele disse que não podia por questões políticas, eu tinha uma situação...

Eu quero lhe explicar: eu mando um documento da prefeitura para o Ministério da Agricultura, a prefeitura oferecendo, timbrado, oferecendo o valor que estava no leilão, e peço autorização para a Câmara de Vereadores pra poder comprar, porque não tinha uma licitação daquilo. Eu faço, naquele momento, um timbrado da prefeitura oferecendo pra ter esse carro. Por questões políticas, na primeira eleição de Governador, em 1990, eu continuava na oposição, continuava na oposição – eu estava lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

eu me lembro, foi até o nosso querido Ulysses Guimarães na eleição –, eles usam o superintendente pra dizer que eu tentei comprar o carro, e isso virou um processo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – O senhor foi inocentado nesse processo?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Fui inocentado, fui inocentado aqui no Supremo. Isso foi aqui, inocentado no Supremo Tribunal Federal, no STF.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – A informação que eu tenho é de arquivamento por prescrição.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, foi por arquivamento em que vai um relatório. Eu me lembro desse relatório, porque eu o tinha na mão feito pelo Ministro Jobim, um homem de credibilidade, foi Ministro da Justiça.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Sem dúvida.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Foi arquivado. Os detalhes... Arquivado, então eu não fui condenado em nenhum momento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Sr. Airton, o senhor responde também ou respondeu a um processo por grilagem de terra juntamente com o filho do Senador, ex-Senador Romero Jucá, entre outros?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Esse processo...

O SR. EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA – Sr. Presidente, pela ordem, mas creio que a pergunta, com todo o respeito ao Senador Alessandro, foge ao escopo da CPI.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Com todo o respeito à opinião da defesa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Com todo o respeito à defesa, mas cada um dos colegas Parlamentares...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – ... essa avaliação é nossa e a nossa pretensão aqui é contextualizar o perfil do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito. Prossiga.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – ... para tentar identificar qual foi a razão pela qual ele foi escolhido pelo Ministro da Saúde pra atuar na saúde, primeiro informalmente, depois formalmente, no manuseio e no tratamento entre políticos e recursos federais. Me parece que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Indefiro o pedido da defesa. Prossiga, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – O senhor responde ou respondeu a um processo por grilagem de terras?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Esse processo, primeiro, é um processo em que não há grilagem de terra nisso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – E existe o processo?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Ele existiu num determinado momento e depois eu não sei os detalhes do fecho dele. Eu quero dizer que ele foi colocado como grilagem de terra. É uma área de terra que tinha título definitivo com registro público em cartório, e essa área sofreu uma invasão, e houve uma desobstrução da área por essa invasão de sem-terra nessa área, e depois se constatou a existência do título legítimo, registrado, comprado 14 anos atrás – comprado 14 anos atrás – e no processo de algo legítimo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Esse processo foi encerrado, Sr. Airton?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu não sei dizer neste momento o estágio dele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Então, nenhuma condenação nem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – O senhor foi indicado pra uma função específica e acabou rejeitado pela Assembleia Legislativa do seu Estado – confere? – supostamente por conflito de interesses.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, eu gostaria, eu gostaria de falar disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Primeiro o senhor só me confirma: o senhor foi rejeitado pela Assembleia?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Fui, fui... Veja o senhor: eu fui nomeado na intervenção...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Certo.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... nomeado na intervenção do Estado e, nessa nomeação, como Presidente da Fundação do Meio Ambiente do meu Estado. No nosso Estado, se criou, numa eleição onde o Presidente da Assembleia Legislativa dominou a Assembleia por dez anos – e dominava totalmente a Assembleia Legislativa, num conflito com o Governo do Estado –, onde se criou na Constituição estadual que o diretor do Detran, se o Governador o indicasse, teria que ser aprovado pela Assembleia Legislativa... O Presidente da Fundação do Meio Ambiente, o Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado... Oito cargos! Oito cargos! O Governador ficou refém da Assembleia Legislativa. Isso já foi derrubado no Supremo. A inconstitucionalidade... A inconstitucionalidade da lei criada pela Assembleia Legislativa nesse jogo... E eu fui vítima, como outros. Quem o Governador indicava era derrubado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Essa rejeição se deu quando? Foi agora em 2020? É isso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Essa rejeição? Essa rejeição foi em abril. Eu quero dizer que, antes dessa rejeição política, eu fui Presidente daquela Assembleia Legislativa. Eu fui aprovado na Assembleia Legislativa. Há uma comissão que te analisa previamente, que vê tuas qualidades, tua capacidade. Eu fui avaliado por essa mesma Assembleia Legislativa, uma semana antes, por unanimidade. Por unanimidade, a Assembleia, na Comissão de Constituição e Justiça... Eu fui lá mostrar os requisitos e fui aprovado por unanimidade. Numa decisão política e de outros também, teve a minha rejeição de 13 votos a 11, exatamente os 13 Deputados que faziam oposição ao Governo do Estado. Os 13, coincidentemente, eram oposição ao Estado e rejeitaram o meu currículo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – O.k.! Para concluir aqui, Sr. Airton, então, a gente tem devidamente constatado aqui que o senhor foi convidado para atuar no Ministério da Saúde, no momento mais grave da saúde pública brasileira, não porque o senhor tenha formação ou experiência na gestão de saúde. O senhor não tem nem uma coisa nem outra. O senhor...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O senhor está falando... Quando se fala em gestão...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Gestão de saúde, no Ministério da Saúde.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, mas, quando nós falamos em gestão... Quando nós falamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Comparado com a gestão da sua prefeitura, da qual o senhor sai processado, não me parece que seja o melhor exemplo de gestão, sinceramente.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – A formatação de uma equipe para combater a maior pandemia da história da humanidade, pelo menos da história recente, dos últimos cem anos... A formatação da equipe tem uma importância relevante. E, claramente, o senhor é chamado por um vínculo pessoal com o então ministro.

O seu histórico também não traz, em nenhum ponto, a recomendação de nenhum tipo de aptidão particular para esse tipo de manejo. Pelo contrário, como exemplifiquei, tem esses processos todos registrados. O resultado não poderia ter sido diferente.

De toda sorte, eu faço questão de registrar que o Governo do Estado de Sergipe foi atendido por V. Sa. irregularmente, porque o senhor não tinha sido nomeado, mas, de toda sorte, o atendimento aconteceu. E isso, de alguma forma, mitigou o sofrimento dos sergipanos. Eu faço muita questão de deixar registrado isso. A sua participação foi irregular, o seu convite é inadequado sob o ponto de vista da gestão pública, mas, particularmente, o Estado de Sergipe foi atendido no momento em que precisou. E faço um agradecimento em nome dos sergipanos.

Sr. Presidente, obrigado.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu só queria... Eu só queria uma observação, Senador... Esse seu juízo... Eu gostaria... Eu acho que tenho o direito de responder, porque fui citado nominalmente numa situação de julgamento.

A minha inabilidade para o cargo a que eu fui... O senhor disse que eu não tinha qualificação para o cargo a que eu fui chamado. Esse é o seu julgamento. A função a que eu fui... A função a que fui chamado foi de articulação política. E, quanto ao julgamento da função política, eu acho que a tenho. Eu acho que a tenho e discordo do senhor. O julgamento do Município em que eu fui Prefeito, quando eu saí do Município em que eu fui Prefeito, eu fui eleito Deputado Estadual constituinte pelo meu Estado com o dobro do segundo colocado do meu Estado e saí com 79% do Município em que eu fui Prefeito, numa eleição proporcional. Quando eu fui Deputado Federal, também julgado, quando eu fui julgado Deputado Federal, eu fui o Deputado Federal... Então, a essa habilidade é relativa. Eu só quero dizer...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – O senhor está confundindo o que é gestão pública, escolha de equipe e montagem de equipe com a sua história política...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, mas eu quero dizer que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – E tem várias evidências de variáveis...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu sei, são nuanças disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – ... que não são exatamente aquelas relativas à gestão.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O senhor disse que eu estaria inapto para a função que eu fui... Então, é um juízo de valor seu?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - SE) – Sim, o juízo de valor é meu, sem sombra de dúvida.

Sr. Presidente, agradeço pelo espaço.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Obrigado. Não vou polemizar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 74
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (40ª Reunião) 05/08/2021

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, quero cumprimentar o Sr. Cascavel e dizer que sua presença aqui é de extrema importância para confirmar para o Brasil tudo que, de certa maneira, esta CPI tem apurado e revelado ao País. No seu caso, V. Sa. esteve no ministério praticamente no mesmo período que o General Pazuello, o mesmo que veio aqui a esta CPI para mentir aos brasileiros e com isso cometeu grave crime de falso testemunho. E, por ser general, manchou, com certeza, a imagem do Exército Brasileiro e das Forças Armadas.

Primeiro, vamos esclarecer que o Pazuello foi nomeado pelo Presidente Jair Bolsonaro após a demissão de outros dois Ministros da Saúde que foram contrários às ações de Bolsonaro na condução da pandemia.

Quero aqui dizer a V. Sa. que, quando um governo, numa pandemia, tem que ampliar leitos de terapia intensiva, tem que ampliar serviços e começa a faltar oxigênio, como faltou em Manaus, faltar leitos para internação, ter que agir para assistir é porque as ações preventivas fundamentais no combate a uma pandemia falharam. Eu sei que o desempenho de V. Sa. na condição de relações institucionais do Ministério da Saúde ajudou a muitos Estados em momentos de grandes dificuldades. O Senador Alessandro já lhe agradeceu e eu também quero, em nome do povo de Sergipe, agradecer a interveniência de V. Sa. para garantir que chegassem respiradores ao Estado de Sergipe. Mas isso foi muito importante – e eu quero agradecer publicamente aqui, o senhor atendeu um pedido nosso naquele momento, conversou com o Governador e liberou mais de cem respiradores para o Estado de Sergipe, atendendo a demanda da população. Mas essa era a tarefa do senhor. Mas o que está em julgamento aqui não necessariamente é o Sr. Airton Antonio Soligo, conhecido como Airton Cascavel, mas sim o modo como o Presidente e o Governo, como um todo, agiu no combate à pandemia.

É preciso dizer que o Pazuello foi nomeado Ministro não para salvar e cuidar de vidas, mas, sim, ele foi plantado para calar o Ministério da Saúde e deixar correr solta a a propaganda enganosa, a defesa da imunidade de rebanho, a busca pela ampliação do contágio com um Presidente que ia em público dizer que era uma gripezinha, um Presidente que foi a público sem máscara, que aglomerou, um Presidente que enfrentou Governadores e Prefeitos quando estes queriam restringir a circulação para diminuir o contágio, Presidente que foi ao STF tentar impedir que Governadores diminuíssem a circulação de pessoas, Presidente que proibiu, ou melhor, que vetou a lei que obrigava o uso de máscaras em ambientes públicos e privados. Então, esse Presidente precisava de um Ministro que não o confrontasse, porque o verdadeiro Ministro da Saúde até hoje chama-se Jair Messias Bolsonaro. Ele é o responsável pelas 560 mil mortes que têm no Brasil e isso nós não podemos deixar de reafirmar todas as vezes em que a gente estiver aqui nesta tribuna.

No período em que ocupou o Ministério, de outubro de 2020 a março de 2021, o Pazuello, no período do Pazuello, foram cerca de 265 mil vidas perdidas, marcas de uma gestão que ainda reflete no atual momento da pandemia no Brasil, que corresponde aí a mais da metade das mortes da pandemia.

Imagino... Imagine que se as medidas não farmacológicas tivessem sido adotadas, associadas ao trabalho de pessoas que se dedicaram, que dedicaram sua vida no atendimento e no atendimento das demandas de assistência, nós poderíamos ter evitado mais de 300 mil mortes, hoje já medida e aferida por vários estudos que provam que mortes poderiam ter sido evitadas se medidas não farmacológicas fossem adotadas, se houvesse uma condução, um interesse do Governo e do principal agente público que assumiu o comando diretamente do Ministério da Saúde, que foi o Presidente Jair Messias Bolsonaro, porque ele disse para o Pazuello, e o Pazuello repetiu: "Um manda, o outro obedece". E o Pazuello, com essa frase, se autodenuncia dizendo que ele está ali como apenas um preposto do Presidente da República para cumprir determinadas tarefas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu quero aqui mostrar que o Pazuello, que esteve aqui nesta Comissão por duas vezes, mentiu pelo menos uma dúzia de vezes. Pazuello mentiu quando disse que não recebia ordens do Presidente, quando todos assistimos publicamente a ele boicotar a compra de vacinas do Butantan depois de um pronunciamento público do Presidente, que disse que não compraria, e ele foi lá e voltou atrás. Pazuello mentiu de novo quando disse que não negociou vacinas. E ele negociou vacinas fora da agenda oficial e por quase o triplo do preço.

Bote o vídeo aí pra mim, por favor.

Aumente o som, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor.

Isso já é suficiente para mostrar que ele mentiu quando disse que não fez nenhuma negociação paralela de compra de vacina.

Também mentiu quando disse sobre o veto da Pfizer, o Ministro afirmou que os órgãos de controle, entre eles o Tribunal de Contas da União, deram orientação contrária à assinatura do contrato de compra de vacina da Pfizer. Após a declaração, o TCU publicou nota de esclarecimento, dizendo que nenhum de seus Ministros se posicionaram de forma contrária à contratação da empresa Pfizer.

Pazuello mentiu quando disse que foi alertado sobre a crise de oxigênio em Manaus no dia 10/01. Há registros que comprovam que Pazuello e o Ministério da Saúde sabiam do colapso no sistema de saúde de Manaus antes de a crise se instalar.

O General Pazuello mentiu quando falou: "Não foram perdidos testes para detecção de covid". Cerca de 7 milhões de testes ficaram armazenados e perderam o prazo de validade. Por que o Ministério da Saúde deixou tantos testes se perderem, sabendo que a testagem poderia orientar as ações de prevenção e controle? É muito simples: porque, Sr. Relator, Sr. Presidente, o Presidente da República tinha como política, no combate à pandemia, na verdade, a expansão do contágio e a defesa da cloroquina.

O Sr. Pazuello também mentiu quando disse que não participou da divulgação do aplicativo TrateCov. A palavra TrateCov nunca entrou... "A plataforma TrateCov nunca entrou em operação", disse ele. O aplicativo foi lançado pelo Ministério da Saúde no dia 11 de janeiro, durante evento em Manaus. O lançamento da plataforma foi noticiado na TV Brasil, e foi utilizada em Manaus, fazendo daquela cidade, Sr. Relator, uma experiência científica macabra com seres humanos, enquanto as pessoas morriam porque estavam contaminadas – como foi dito aqui, contaminadas pela ação de agentes ligados ao Governo, agentes de outros Poderes, pessoas com influência que foram lá pra boicotar as medidas de isolamento impostas pelo Governador, que voltou atrás. E se alastrou a epidemia e, ao se alastrar a epidemia, o que foi que eles fizeram? Levaram o TrateCov e cloroquina pra poder testar em massa pra saber a eficácia do medicamento. Isso é teste em seres humanos! A gente só viu isso com aqueles que o Bolsonaro recebeu, aqueles do regime nazista. V. Exa., Sr. Presidente, aqui, nesta Comissão, falou que foi recebida pelo Presidente da República. A gente só viu isso naquele regime, naquele momento! A Dra. Mayra é responsável e deve ser responsabilizada por este crime de experimento em seres humanos.

Sobre a cloroquina, o ex-Ministro Pazuello disse que não promoveu o uso da cloroquina. Mentiu de novo! Na condução do Ministério da Saúde, Pazuello autorizou campanhas de desinformação. Empresas foram beneficiadas com a produção da cloroquina, ficaram gigantes às custas de uma mentira que levou milhares de brasileiros à morte, porque, enquanto o Presidente estimulava o contágio, ele passava a ideia de que a população estaria protegida se tomasse a cloroquina! E muitos brasileiros que tomaram cloroquina tiveram a sua vida perdida por acreditar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

num Presidente que não teve nenhum compromisso com a defesa da vida, descumprindo o grande juramento que é preservar a vida do povo brasileiro.

Eu queria fazer uma única pergunta ao Sr. Cascavel: V. Sa. participou de alguma reunião com o gabinete paralelo antivacinas, com a Dra. Nise Yamaguchi, com Carlos Wizard, com Arthur Weintraub e Paolo Zanotto. Sim ou não?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por falar nisso, recentemente, o Deputado Luis Miranda falou que Pazuello sofreu pressão do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, sobre tirar o Pazuello da cadeira de Ministro. Pazuello dividiu essa angústia com o senhor?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, vejam: o foco desta tragédia sanitária e humanitária está nas ordens dadas pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro. Dia após dia, ouvimos testemunhas que operaram, que manipularam, que esconderam a verdade, e tudo isso para proteger – o que não é o caso de V. Exa. hoje aqui – um Presidente que zomba da cara dos brasileiros e que desqualifica instituições e esta CPI. Na verdade, Bolsonaro é o grande responsável por esta catástrofe sanitária que se abate sobre o Brasil e sobre o genocídio de uma população indefesa que acreditou no seu Presidente como sendo uma referência. E, por esse crime, ele deverá ser responsabilizado e pagar, quando puder responder processo, no momento em que deixar a Presidência da República.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Cascavel, nessa reunião em que o General Pazuello está lá com algumas pessoas – em que ele fala nesse vídeo –, você estava presente nessa reunião?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Não, e não conheci nenhuma dessas pessoas. Não sei nem em que local ocorreu, não estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que era na sala do Coronel Elcio... Não era na sala do Pazuello, não, não é?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não estava... Não estive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Era na sala do Coronel Elcio Franco. Inclusive, o Sr. Airton aqui informou que as tratativas de vacinas ocorriam sob o comando dele. E é necessário, obviamente, o retorno dele a esta CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, mais, aqui, ontem o Coronel Blanco, sabendo que era com o Coronel Elcio, foi tratar com o Roberto Dias.

É pra comunicar à CPI que, na terça-feira, nós iremos ouvir o Sr. Helcio, com "h", do Força Brasil; na quarta-feira, o representante da Vitamedic – a Vitamedic foi quem bancou a publicidade de medicamentos não comprovados cientificamente pra população brasileira e teve um aumento assustador no seu faturamento com a pandemia –; e, na quinta-feira, será o Deputado Ricardo Barros que estará presente na CPI. Então, na terça, a presença do Sr. Helcio, daquele Instituto Força Brasil, que era negacionista, mas quis negociar a vacina; a Vitamedic, que bancou as publicidades de medicamentos não comprovados cientificamente; e, na quinta, o Deputado Ricardo Barros.

Senadora Eliziane Gama.

Depois, o Senador Izalci.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Relator, Sr. Airton Cascavel, eu queria que o senhor me explicasse, Sr. Airton, qual era a sua função. Eu não digo do ponto de vista de cargo, mas em quais as atividades que o senhor tinha responsabilidade dentro do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Há uma assessoria. Você conhece a Aspar, as assessorias parlamentares dos ministérios, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Essa relação seria a Aspar, na verdade, no Ministério da Saúde, que é essa relação político-institucional com Senadores, com Prefeitos, com secretários estaduais. Então, era essa interlocução das duas pontas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O senhor só fazia conversa do ponto de vista da política pública e da execução? O senhor não tinha nenhuma função específica?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – A execução, não. A execução é das secretarias. Tem a Secretaria Executiva e são seis secretarias nacionais: Secretaria de Atendimento Básico; secretaria da questão indígena, a Sesai...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O senhor fazia uma assessoria no sentido de orientar, digamos assim, de passar as informações?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Vamos pegar um exemplo prático pra entender. Há uma demanda de um Senador que tem lá uma emenda de encaminhar isso para o departamento técnico, as suas análises, e aí a equipe técnica... Isso em cada secretaria. Quando um Parlamentar vai a uma audiência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Mas isso não era só em relação a Parlamentares?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, eu quero dizer dos Estados, da...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – É em relação à gestão municipal, à gestão estadual, o entendimento dessa política do enfrentamento à pandemia.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Esse relacionamento, sim. Desse relacionamento institucional, a instituição com a instituição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Entendi.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – É de instituição pra instituição, seja a instituição... Um Parlamentar é uma instituição. Ele representa na ponta. Então, essa interlocução...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O senhor se reuniu muito com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais, o Conasems?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O Conasems e o Conass. Inclusive, o do seu Estado, o Maranhão, é o Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Dr. Lula.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... Dr. Lula. Por várias vezes. Por várias vezes, estive reunido com ele. Primeiro, na CIT, em que é feita mensalmente essa reunião. E, ultimamente, agora como Secretário estadual também, na mesma relação. Então...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – E, quando o senhor se reunia, o senhor pegava as demandas e passava para o Ministro?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, nem sempre para o Ministro. Não, do Secretário, elas são passadas conforme pra área técnica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Veja bem, nesse período, e eu fui Vice-Presidente da comissão estadual de enfrentamento à pandemia, que fez o acompanhamento das ações do Governo Federal, constitucional, por conta do estado de calamidade pública, e eu percebi ali uma crítica muito grande, aliás, com várias recomendações do Tribunal de Contas da União, apontando, por exemplo, a falta de transparência, a falta de comunicação, a falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

um comando de uma política, a falta da implantação de uma política nacional de enfrentamento à pandemia. E o senhor naturalmente acompanhou isso, essa crítica, esse reclame diário que havia dos secretários de todo o Brasil. O senhor, naturalmente, também ouvia isso, o senhor também tinha conhecimento disso.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Claro. Deixa eu dizer uma coisa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – E o que que o senhor fazia?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Só pra colocar: as decisões do ministério não são exclusivas do ministro. As decisões dos recursos são de curso do SUS. A decisão é entre o Presidente do conselho nacional de saúde, do Conass, no caso, neste momento, no País, do Secretário Lula, do Secretário Presidente do Conasems e do Ministro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – A decisão política é comandada...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não a decisão da aplicação dos recursos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Sim, da aplicação dos recursos. A decisão política de direcionamento e planejamento é do Ministro da Saúde.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, e da política... Está aqui o Ministro Humberto Costa. Como é que funciona a sistemática? Mensalmente, há uma reunião, Senadora, só pra senhora entender...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Não, só terminar, deixa o Senador aqui sair da minha frente, que eu não o estou vendo. Senador Rogério Carvalho.

Sim, repita, por favor.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mensalmente, todas as ações do SUS são pactuadas numa CIT. Quem participa dessa CIT são todos os secretários estaduais, os secretários municipais representados pelo Conasems, e o porta-voz disso é o Presidente do Conasems, o Presidente do Conass, os secretários nacionais, o ministro, e essas portarias e ações são lá pactuadas para o Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Agora, a decisão política do ministério é comandada... A política da saúde é comandada pelo Ministério da Saúde, junto a Estados e Municípios, não é?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Correto, correto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Ou seja: aqui o senhor não pode querer eximir a responsabilidade do Ministro da Saúde.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, eu não estou responsabilizando... Eu só não quero dizer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Por que que eu lhe faço as perguntas, Sr. Airton?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Porque o senhor era conhecido pela representação política como se o senhor fosse um vice-ministro, ou seja, o senhor era a segunda pessoa do ministério. O senhor esteve, por exemplo, do ponto de vista formal, do mês de junho até agora, no mês de março, e, na verdade, o senhor esteve antes disso, o senhor esteve a partir do mês de abril. Ou seja, o senhor esteve no período de maior gravidade da política de saúde pública e, portanto, pro enfrentamento da pandemia.

Então, eu queria entender por que que o senhor, que tinha, politicamente, uma função importante, porque o senhor era chamado de vice-ministro, e, conversando com algumas pessoas, eu percebo claramente que o senhor sentava, e o senhor conversava, e o senhor decidia, e o senhor fazia uma mediação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E, quando eu pego, por exemplo, aqui, todo o levantamento dos vários relatórios, por exemplo, do Tribunal de Contas da União, eu vejo em 2020, por exemplo, nas auditorias feitas pelo Tribunal de Contas, claramente a constatação da falta de transparência, a ausência de uma política nacional, a ausência, na verdade, de um programa de diretrizes. Isso em 2020 e isso também em 2021. Ou seja, em todos os momentos em que o TCU faz um levantamento dessa política, há claramente falhas. E o senhor estava lá, Sr. Airton, exatamente com uma função estratégica. Por isso que eu não consigo entender o que que o senhor fazia lá, ou seja, pra mim me vem um entendimento de uma certa prevaricação da sua parte.

Quando o senhor deveria agir, o senhor não agiu, ao lado do Ministro da Saúde. Por exemplo, e aí me responda isso, o senhor falou agora há pouco aqui e o Brasil inteiro ouviu: eram picaretas que iam ao Ministério da Saúde. Quem eram esses picaretas? O senhor pode nominar pra mim, por favor?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Não, você acabou... Essa CPI viu aqui... Quando eu vejo um Dominguetti da vida ofertar... Eu não sabia, fiquei sabendo disso agora, estou falando isso agora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca falou com o Dominguetti?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Jamais, não o conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Mas tem ligações dele para o senhor, o senhor sabe disso, não é?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Do Dominguetti? Ah... Talvez seja. Deixa, deixa eu, para ter uma ideia... Havia... Que bom que a senhora falou. Havia um insistente mandando mensagens, alguém ofertando vacinas no meu telefone, e eu nunca respondi essas mensagens porque eu achava que isso era picaretagem, eu achava que era uma armação. Se tem essa mensagem aí, ele vai ver que não tem resposta nenhuma. Eu vi essas mensagens uma vez no meu telefone insistentemente mesmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não via que ele andava no Ministério da Saúde?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu nunca vi essa pessoa na minha vida. Eu, esses dias, eu estava dizendo... Eu até comentei, eu comentei eu acho que foi com o Senador Jorginho, eu disse: "Uma vez eu recebi umas mensagens no meu celular de alguém oferecendo vacina, que queria entregar vacina, vender vacina". Eu acompanhava...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O seu antecessor Marcelo Lopes, por exemplo, conversava com ele também, com o Dominguetti? O senhor tem informação sobre isso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu fiquei sabendo agora, esses dias, eu acho que num jornal. E eu quero fazer uma relação em relação a Roraima: num determinado momento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Mas eu queria que o senhor fosse rápido, porque eu não tenho tempo.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas eu vou tentar ser. Esse... Foi bom, foi bom que esteja... Hoje eu sei quem mandou aquelas mensagens no meu telefone, e, se tem essa mensagem, ver que não tem resposta. Eu disse: "Olha, alguém está armando alguma coisa aqui mandando oferecer vacina". Para mim era picaretagem, são detalhes de picaretagem.

Do Marcelo Lopes, quando eu cheguei à Secretaria de Saúde, o Governador Denarium disse: "Olha, apareceu no passado alguém...". E eu falei: "Olha, Governador, fique bem longe desses vendedores de falsas ilusões". E eu queria ser bem objetivo e dizer que, quando falavam de comprar vacina, os Municípios, a iniciativa privada, eu sempre disse que isso não vai acontecer, não existe vacina no mercado. Quantas vacinas foram compradas no País pelos Municípios? Nenhuma. Quantas vacinas foram compradas pelos Estados? Nenhuma.

Eu sempre fui defensor do PNI...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Agora, Sr. Airton...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu nunca nem atendi mensagem, não sabia que era deles, porque eu não tenho número.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Agora, eu fico assim, porque o senhor, na verdade, o senhor disse que percebeu que era picaretagem. Mas o Dias, por exemplo, sentou-se e se reuniu; o Coronel Blanco os levou lá para fazer as negociações.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas olha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O senhor, como assessor, como o senhor diz, não é? Que o senhor era um assessor...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Diferente de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O senhor não os orientava?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Deixa eu dizer, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, está muito difícil aqui para falar, é gente falando demais. A gente não ouve, não consegue se concentrar.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O que eu quero colocar, primeiro, é diminuir essa importância de ministro, de colocação a mim. O meu cargo sempre existiu no ministério, sempre existiu lá, outras pessoas ocuparam a mesma função que eu ocupei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Mas existia o assessor e "o assessor".

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Parece-me que o senhor era "o assessor".

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas essa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Tanto que o senhor era chamado de vice-ministro, quer dizer, o senhor estava em uma posição extremamente estratégica.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Isso alguém colocou um dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Aí o senhor vê, vê...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, eu não vi, a senhora está dizendo que eu vi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O senhor me disse que o senhor, que o próprio Ministério da Saúde recebia muitos picaretas, não é? O senhor colocou no começo da sua fala aqui de hoje.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quando eu vejo que esta CPI ouviu um Dominguetti – preste atenção, Senadora, com todo o respeito –, que alguém oferece 400 milhões de doses? Primeiro, que não podia nem ter esse diálogo, concordo com a senhora. Tem que se buscar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Não, mas não é absurdo ser ouvido na CPI, Sr. Airton.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Oi?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Não foi... O senhor está questionando ele ter sido ouvido aqui e ele ser recebido pelo Ministério da Saúde...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não foi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – ... e iniciar um processo de negociação que só foi interrompido com os trabalhos da CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu quero dizer, Senadora, que comigo não teve esse diálogo – comigo não teve esse diálogo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O senhor não percebia que iam picaretas para o Ministério da Saúde? Então, o senhor está mudando agora de fala, porque, no começo, o senhor disse...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, eu disse que, nessa questão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – ... que o senhor via a chegada dos picaretas.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quando aparece alguém, quando se colocam essas situações, para mim, isso é picaretagem quando alguém fala nisso. Eu tinha uma orientação da minha assessoria de não recebê-los. Se alguém viesse falar de vacina, falar vacina... E devem ter procurado na minha assessoria de falar de vacina. Eu disse: "Não recebo".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – O senhor ficou até o dia 25 de março de 2021 junto com o...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Acho que 22.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – ... Ministro Pazuello, e até lá nós tivemos até a assinatura de contrato com a Precisa, por exemplo, pedindo antecipação de US$45 milhões...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Secretaria Executiva. Essa é uma competência da Secretaria Executiva.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Sim, mas o senhor era um assessor especial lá do Ministro da Saúde e o senhor não nada disso? O senhor não viu as negociações com a Covaxin?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Senadora, eu não participei de negociação, de compras, de negociação de qualquer uma. Essa não era uma função minha. Há uma determinação definida pelo ministro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Mas, Sr. Airton, eu não estou conseguindo entender, porque o senhor disse, no começo, que o senhor era um assessor político, o senhor fazia política, o senhor fazia articulação, não é? Ou seja...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Política não é compra de vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Sim, mas o senhor acompanhava quem chega e quem não chega.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Nós estamos aqui diante de uma situação que, no período em que o senhor esteve no Ministério da Saúde, ao lado do Ministro da Saúde... A gente percebe, inclusive, nas fotografias aqui que são apresentadas, que foi neste momento que nós temos uma assinatura de um contrato com empenho pela Covaxin... Aliás, por exemplo, o senhor dava entrevistas. Está aqui. As entrevistas, por exemplo... Em uma das entrevistas, o senhor diz o seguinte – na Agência EBC, por exemplo, que é uma agência, inclusive, pública: "Estão previstas 9 milhões de doses até julho e, agora, com a antecipação de mais 5 milhões, serão 14 milhões até o meio do ano. O Brasil vai vacinar um milhão de pessoas por dia, somando todas as vacinas que devem ser entregues nos próximos meses".

Aqui, por exemplo, em uma outra entrevista que o senhor dá... Aqui já é a sua fala no próprio portal do Ministério da Saúde, em que o senhor coloca o seguinte: "Até o momento, 30 milhões de doses aos Estados e Municípios; até o final de março, mais 15 milhões de doses serão disponibilizadas aos brasileiros. Isso já nos permite imunizarmos cerca de 38% de todos os grupos prioritários". E aí o senhor vai falando... Quer dizer, o senhor dá entrevista sobre as vacinas, aí, quando é para falar das vacinas, o senhor tem atribuição de tratar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Deixa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – ... mas, quando é para falar como é que foi essa operacionalidade e, ao mesmo tempo, entender a picaretagem deles, o senhor diz que o senhor não tinha nenhuma função.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Quando a senhora está falando dessas vacinas aí, dos números que a senhora leu na entrevista, são contrato público já publicado, que são as vacinas da Pfizer, algo já publicado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Essas que eu acabei de ler foi o senhor que deu entrevista, não foi agora, não, tem muito tempo.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não, mas eu quero dizer que essa já era uma notícia anunciada no País.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Não, a notícia a gente recebeu pelo senhor porque o senhor falou para o portal oficial do Governo.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas, não, não... Sra. Senadora, eu quero dizer que essa era uma notícia pública de um contrato já assinado – já assinado –, de conhecimento público, pactuado lá, já, depois...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Não, mas o que eu estou querendo lhe dizer é que isso aqui não é o Estadão, não é a *Folha de S.Paulo*, não é o jornal *O Globo*, que são independentes, isso aqui é um portal oficial do Governo. A notícia que chegou aos jornais veio pelo senhor, no portal do Governo.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – O Senador Randolfe colocou a mesma entrevista que eu expliquei agora há pouco, é a mesma fala que foi pública.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Sim. Então, isso que eu estou dizendo: o senhor fala...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu estava lá. Qual o mal que eu cometi de falar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Não. Nenhum. O mal é o senhor dizer que o senhor não sabia da negociação.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Negociação não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Quer dizer, o senhor é porta-voz para falar, mas na hora em que a gente faz inclusive o acompanhamento e vê uma série de irregularidades, aí se tira, na verdade, a sua responsabilidade.

Eu quero finalizar aqui, porque o meu tempo, infelizmente, já acabou, mas colocando aqui para o senhor o seguinte, com todo respeito ao senhor, Sr. Airton: o senhor vai para o ministério assumir uma função estratégica, dentro do Ministério da Saúde, num momento de crise nacional de enfrentamento à pandemia. O senhor fala que o senhor tem alguma formação, mas a sua experiência, inclusive nas suas empresas, não é nessa área. O senhor tem empresas de outras áreas, da área agrícola, da área alimentar, na agropecuária, inclusive na área de motéis, mas na área da saúde não. Então, de repente, o senhor assume...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Graças a Deus. Graças a Deus, que, aí sim, se eu tivesse qualquer empresa na área de saúde...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Não, não. Eu estou dizendo do ponto de vista da experiência.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – ... aí teria uma relação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Sim, mas o senhor tinha na área de motel, na agropecuária e na área de alimentos. E aí nessa...

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Mas isso não é crime.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Não. Isso aqui é o seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Mas com toda essa informação e com todo o histórico de vida que o senhor tinha de experiência, inclusive na área de gestão, o senhor não conseguiu detectar tantos problemas dentro do Ministério da Saúde. Então, para mim ficam muito claras três situações em relação ao senhor. A primeira é um fato: usurpação do serviço público, porque o senhor passa de três a quatro meses, inclusive em algum momento recebendo o pagamento de diárias – o senhor sabe disso –, mesmo sem estar no exercício da função pública. É claro que o senhor devolveu depois, mas o senhor recebeu esse recurso. É claro, eu tenho aqui a documentação sobre isso.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Espontaneamente, me creditaram um valor que eu disse: "Eu não tenho direito". Fui lá e devolvi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o senhor estava lá atuando sem ter uma função pública. Portanto, usurpação de serviço público.

A segunda situação: o senhor, Sr. Airton, acabou participando de toda essa má gestão. O TCU tem relatório nesse sentido, aliás, não é um, não, são vários. Tem ação do Ministério Público Federal contra o Ministério da Saúde e que inclusive um dos alvos é o senhor – está aqui a ação toda –, o alvo principal é o Pazuello, mas também é o senhor, exatamente por essa usurpação, ou seja, má gestão.

E a outra, para mim claramente: prevaricação. Não dá pra gente entender que o senhor não tinha conhecimento de tudo que estava acontecendo. A Covaxin, por exemplo, pediu uma antecipação de US$45 milhões de dólares. Essa outra vacina aqui que já era comercializada no Brasil, a CoronaVac, por US$10, fez um pedido de US$28. Sem falar de tantas outras. E a gente tem a Pfizer, o senhor estava na função pública, que mandou dezenas de *e-mails* e que não tiveram nenhuma resposta, ou seja, o Ministério da Saúde dá atenção seletiva, dá atenção para os picaretas que o senhor citou aqui na CPI, mas ainda não deu atenção pra Pfizer, que foi a pioneira no mundo inteiro em relação a vacinas. Então, é muito lamentável. E pra mim está muito clara a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – ... prevaricação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos que encerrar a sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Presidente, é só uma questão... São só duas questões...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu cheguei aqui 8h da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. É verdade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... e eu estou acompanhando. Não sou membro, mas eu sou contador, tenho um juramento que fiz de exercer a minha profissão independentemente de questão ideológica, não sei o quê. Mas eu queria pedir a V. Exa., pelo menos, que me desse oportunidade de falar por, pelo menos, dois minutos, três minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Excelência, só um minutinho. Eu vou ouvir e depois ouço o Senador Humberto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Presidente, só um pela ordem, rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Sr. Airton, só uma informação que eu considero...

O SR. EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA – Presidente Omar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Sr. Airton, só uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou te dar... Eu vou dar a palavra para o Senador Izalci.

Pois não, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – É só uma informação que eu acho que é na linha do que Senadora Eliziane perguntou. Só uma pergunta eu queria fazer ao Senador... Perdão, ao Sr. Airton.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Como o meu não é pergunta ao depoente, será que eu podia apresentar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – É, aproveita.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (Para expor.) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem da defesa.

V. Exa. pode me conceder?

A eminente Senadora citou uma ação do Ministério Público Federal onde o Sr. Airton, segundo a fala dela, é um dos inculpados por conta de alguma usurpação. Eu gostaria apenas que, após o encerramento desta sessão, fosse possível fornecer à defesa a cópia da ação ou qualquer registro, número, autuação, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Não, está aqui. Ela é pública, inclusive.

O SR. EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA – Perfeito. Nós não estamos questionando. Só não temos conhecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/CIDADANIA - MA) – Agora, é impressionante se vocês não tiveram conhecimento. Vocês são advogados do Airton e não têm conhecimento de que existe uma ação pública no Ministério Público Federal, cujo representado é o Sr. Eduardo Pazuello e também o próprio Airton Soligo, conhecido como Cascavel? Está claro aqui.

O SR. EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA – Excelência, provavelmente é porque a gente não foi intimado. Isso, talvez me parece um inquérito, não uma ação. Mas eu gostaria muito de ter acesso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não é inquérito, não! É uma notícia de fato que está no Ministério Público Federal.

O SR. EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA – Menos ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Eu acho que a CPI tem, está em posse...

O SR. EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA – A defesa apenas requer o acesso, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Eu acho que é importante facultar as informações à defesa.

O SR. EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA – É nesse sentido, Excelência.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E até, Sr. Presidente, se o senhor me permite, determinar à Secretaria. Essas informações estão de posse da CPI, e é importante facultar à defesa, já que ela não tem essa informação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu quero inicialmente parabenizar pelas respostas o depoente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP. Para interpelar.) – Senador Izalci, só um minutinho.

É um minuto só. Eu acho que é uma pergunta que considero relevante.

Sr. Airton, o senhor tem conhecimento de quem subscreveu no Ministério da Saúde o protocolo para tratamento precoce?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor conhece a Sra. Laura Appi?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Ela não teve nenhuma responsabilidade sobre isso?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Não tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Qual era o papel dela lá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Ela trabalha, é assessora também.

Qual é o papel dela, Sr. Airton? Parece que ela era assessora do Sr. Eduardo Pazuello, não é?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu acho que... Eu sei que ela é infectologista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – Ela é infectologista e trabalha em qual departamento?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não sei. Ela é de uma assessoria, mas ela é infectologista. Eu conheço ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB/REDE - AP) – O senhor não tem conhecimento de ela ter sido a responsável pelo protocolo do tratamento precoce?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu não estou para acusar ninguém ou defender ninguém, como autônomo. Então, é o seguinte: no serviço público você só pode fazer o que é permitido. Na iniciativa privada, você faz o que você quiser; só não pode fazer o que é proibido. Mas eu vejo que o depoente nosso foi Deputado, foi Prefeito, foi homem público e sabe... E acredito que, dificilmente, nós teremos nessas condições de hoje qualquer gestor assinando qualquer documento. Já temos dificuldade, porque, da forma como foi colocado... Eu sei que foi feito um vídeo de conhecimento com o Pazuello, que errou muito.

Eu, como sempre defendi as Forças Armadas, quando ele assumiu o ministério, eu disse, mandei mensagem: não dá para um general da ativa assumir um cargo desse e dizer que manda quem pode, obedece quem tem juízo, vamos dizer. Isso como general da ativa, agora, como da reserva, não tem nada problema, mas eu também não posso concordar com que V. Sa. responda por tudo que ele tem a responsabilidade de responder.

Mas do que precisamos aqui eu vou dizer claramente: já falei isso algumas vezes e gostaria, Presidente, agora, com V. Exa. presidindo... A grande questão dessa questão de vacina, dessas picaretagens que foram feitas, chama-se Precisa. Todos sabem disso. Já tem aí documentos suficientes, claros sobre isso. Eu estou apelando já pela, sei lá, vigésima vez, pra vários que presidiram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

aí: chamem quem participou disso. O Secretário de Saúde aqui do DF, todo mundo já sabe, comprou da Precisa ao dobro do preço do segundo colocado. Entregaram um produto que não era aquele. Então, a gente sabe quem é Precisa. Vamos nos concentrar. Chame esse secretário. Já foi aprovado o requerimento. Ele poderá esclarecer quem é...

Eu pergunto a V. Sa.: V. Sa. chegou a conhecer alguém da Precisa ou conhece essa empresa Precisa? Lá no ministério alguém já falou sobre isso? Precisa?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO (Para depor.) – ... mais falado no momento, no coisa... Sei lá que tinham tratativas no ministério, lá na Secretaria Executiva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com a Precisa?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Com Precisa, hoje é público isto: que assinou contrato...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, mas quando o senhor estava lá... O senhor ouviu alguma coisa nesse sentido lá?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Lógico que ouvi. Não podia dizer que não. Lógico que ouvi. Isso tinha tratativas. Tanto que saíram contratos que foram assinados lá na Secretaria Executiva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor teria alguma coisa pra colaborar, já que V. Sa. colaborou muito? Eu acho que V. Exa. foi muito transparente.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Não, não, não tenho porque nunca participei dessas negociações. Nunca estive próximo disso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas naquele lá... Quando V. Sa. estava lá, o senhor ouviu falar alguma coisa desse contrato da Preciso, alguma coisa assim?

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Eu ouvi falar quando assinaram, naquele momento em que estavam vacinas, falavam de Bharat Biotech e não sei do quê. Foi público isso. Foi público. Ouvi falar, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá. Então, eu faço mais um apelo, Presidente. Eu já conversei com o Relator, já conversei com o Vice-Presidente Randolfe, quando estava presidindo, agora o Senador Humberto Costa, a Senadora Eliziane, o Senador Alessandro. A todos que presidiram eu fiz este apelo, agora eu faço a V. Exa., juntamente com o Relator: já que isso foi aprovado, vamos chamar o secretário. Ele pode colaborar muito, porque a Precisa – eu acho que V. Exa. vai chegar a essa conclusão, depois todos nós – que é a grande responsável por tudo isso. Então, faço um apelo: chame o secretário e depois vamos ouvir o Francisco Maximiano. Mas o secretário poderá colaborar, porque ele participou diretamente, está envolvido diretamente. Ele vai poder talvez ter a oportunidade de esclarecer isso.

Então, é o apelo que eu faço. Se V. Exa. puder nos... Eu tenho certeza de que nós vamos ter bom resultado com relação à Precisa, viu, Relator?

Então, obrigado, Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu peço a V. Exa. a votação extrapauta dos seguintes requerimentos, diante de sua urgência pra esta Comissão: do 1.247 ao 1.253, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, o senhor vai assumir, falar alguma coisa com relação a isso? Não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Vamos discutir hoje e...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque já foi aprovado. É só questão de chamá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. V. Exa... Na segunda-feira, nós podemos sentar. Inclusive, o senhor está convidado pra participar da reunião pra gente definir isso. Definir a data.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom. Obrigado. Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente... Humberto... Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero agradecer...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, só pra uma pequena retificação: é que o 50 e 51 não estão nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aqui: 1.247, 1.248, 1.249, 1.252 e 1.253.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero agradecer a presença do Sr. Airton Cascavel e pedir desculpas se houve algum excesso, agradecer aos companheiros... Não sou companheiro advogado, mas o respeito aos advogados que estavam aqui presentes. E espero que V. Exa. continue contribuindo com o seu Estado de Roraima, com o Brasil, no que for possível.

O SR. AIRTON ANTONIO SOLIGO – Muito obrigado, Presidente. Queria agradecer a todos os Deputados pela forma respeitosa que fui aqui tratado e estarei à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está convocada reunião para terça-feira, às 9h30 da manhã, onde nós iremos ouvir o Sr. Helcio, da força... Do Instituto Força Brasil.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (41ª Reunião) 10/08/2021

ATA DA 41ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Zenaide Maia e Jorge Kajuru. Deixa de comparecer o Senador Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 39ª e 40ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Helcio Bruno de Almeida**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do HELCIO BRUNO DE ALMEIDA, em atendimento ao requerimento 1169/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (41ª Reunião) 10/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Helcio Bruno de Almeida, Presidente do Instituto Força Brasil, em atendimento a requerimento de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Eu vou pedir para o Coronel Helcio entrar e vou fazer aqui um pronunciamento em relação ao fato acontecido hoje. Logo após...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço a palavra pela ordem, depois de V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu também peço pela ordem, após V. Exa. e o Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para discursar.) – Enquanto abrimos esta importante sessão da CPI, o Brasil passa por um momento grave. Aqui do nosso lado, no Eixo Monumental, o Presidente Jair Bolsonaro comanda um lamentável desfile de blindados das Forças Armadas em uma clara tentativa de intimidar Parlamentares e opositores.

Bolsonaro imagina, com isso, estar mostrando força, mas, na verdade, está evidenciando toda a fraqueza de um Presidente acuado pelas investigações de corrupção, inclusive desta CPI, e pela incompetência administrativa, que provoca mortes, fome e desemprego em meio a uma pandemia sem controle.

O Presidente cria uma encenação, uma coreografia para mostrar que tem o controle das Forças Armadas e pode fazer o que quiser com o País. É um absurdo inaceitável. Não é um teatro sem consequências, mas um ataque frontal à democracia que precisa ser repudiado.

O papel das Forças Armadas é defender a democracia, não a ameaçar. Desfiles como este serviriam para mostrar força para conter inimigos externos que ameaçassem a nossa soberania, o que não é o caso neste momento. As Forças Armadas jamais podem ser usadas para intimidar a sua população, seus adversários, atacar a oposição legitimamente constituída. Não há nenhuma previsão constitucional para isso.

O Brasil vive o maior período democrático de sua história desde 1985. Temos eleições livres, instituições fortes e independentes dos Poderes. Bolsonaro não tem o direito de usar a máquina pública para ameaçar a própria democracia que o elegeu. Em apenas dois anos e meio de mandato, Bolsonaro colocou o País nessa situação vexatória; degradou as instituições e rebaixou as Forças Armadas, formadas, em sua grande maioria, por homens sérios e honrados, como pude presenciar de perto no meu Amazonas.

Todo homem público, além de cumprir suas funções constitucionais, deveria ter medo do ridículo, mas Bolsonaro não liga para nenhum desses limites, como fica claro nessa cena patética de hoje, que mostra apenas uma ameaça de um fraco que sabe que perdeu.

Não haverá voto impresso, não haverá nenhum tipo de golpe conta a nossa democracia. As instituições, Congresso à frente, não deixarão que isso aconteça. A democracia tem instrumentos para defender a própria democracia contra arroubos golpistas. Agressões à Constituição não são legítimas. Defender golpe não é aceitável. E defender o fim da democracia precisa ser punido com o rigor da lei. Nós, os democratas, estamos aqui a postos para defender a democracia e o nosso País com os instrumentos que a Constituição nos confere.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Era este o recado que a CPI, eu, como Presidente da CPI, queria passar: a democracia é inegociável! Não se negocia a democracia. E aqueles que usam todos os meios para apoiar um golpe estão contra a democracia, estão cometendo um crime constitucional, independentemente do meio de comunicação – independentemente do meio de comunicação. Quem esteja, neste momento, apoiando esses tipos de atos, arroubos contra a democracia brasileira não pode passar impune. Nós já temos história, e a história da democracia brasileira cada ano se fortaleceu. Não é possível que, num país democrático, em que nós votamos e somos votados, em que perdemos ou ganhamos eleição, se questione isso num momento em que temos outros temas mais importantes para tratar na Nação. Pessoas morrendo todos os dias pela covid, a fome em vários cantos do País, o desemprego em alta, a economia cambaleando, e a discussão, a pauta é uma pauta superficial, golpista, que não leva o Brasil a lugar nenhum; nos torna um país pequeno, um país sem autonomia, um país sem rosto.

Nós não somos isso e não vamos permitir que aqueles que estão de plantão comandando qualquer instituição possam querer acabar com a democracia brasileira. Não aceitamos isso!

Em 1984, estava eu, aqui em Brasília, quando o General Newton Cruz colocou seus tanques contra o voto direto: não houve o enfrentamento, mas a história registra até hoje. E, lá atrás, quando esse tipo de atitude foi tomada e não houve punição... Está acontecendo de novo.

Por isso, o Congresso Nacional não pode se curvar a isso, é necessário que tome providências. Punição àqueles que, mesmo brincando, falam de golpe como se fosse uma coisa normal; àqueles que, de uma forma, de brincadeira, tratam a democracia como se fosse uma coisa que não deve ser respeitada. A democracia tem que ser respeitada, a divergência de opinião faz parte da democracia; o que não faz parte da democracia são arroubos e mostrar a força contra os próprios brasileiros. Mostre forças para aqueles possíveis inimigos de fora do País, aqueles que queiram atacar a soberania brasileira; não contra os brasileiros que construíram esta Nação! Não vamos permitir isso, e eu espero que a CPI da covid tome a frente disso e continue mostrando o desmando que esse Governo tem em relação à morte de milhares de brasileiros e à morte de milhões de sonhos neste momento.

Agora no último domingo, Dia dos Pais, milhares de filhos não puderam passar o dia dos pais com os seus genitores. Por quê? Porque perderam seus pais para a covid, numa omissão clara do Governo que poderia ter salvado vidas. Nesse sentido, eu quero dizer a todos aqueles que estão nos ouvindo: o Senado, nós Senadores não nos curvaremos a arroubos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, não somente devemos registrar aqui as coisas negativas, mas as coisas positivas. E, aqui, eu queria parabenizar os atletas brasileiros que participaram da Olimpíada, que tiveram grandes resultados. Isso, em grande parte, ainda se deve a programas que foram feitos, lá atrás, nos Governos do Partido dos Trabalhadores. Vários atletas de alto rendimento hoje ainda têm a bolsa atleta. E quero também, aqui, parabenizar os que não conseguiram o sucesso nessa competição, mas é importante registrar esse momento fundamental.

Segundo, eu quero parabenizar V. Exa. Cada dia me orgulho mais de ser integrante desta Comissão presidida por V. Exa., pela firmeza de suas posições, pela coragem cívica que V. Exa. demonstra a cada dia. E eu quero me colocar integralmente de acordo com a manifestação de V. Exa. E nós, além de integrantes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, somos Parlamentares, somos representantes da população. E, nesses momentos, é nossa obrigação nos manifestarmos em defesa da democracia.

O Presidente da República, se tivesse tomado conta adequadamente do enfrentamento à pandemia; se tivesse implementado uma política econômica que fosse capaz de promover uma recuperação do País o mais rapidamente possível; se tivesse protegido trabalhadores, empresários, autônomos, certamente a situação do Brasil seria outra e a própria popularidade dele seria outra.

Na verdade, o Presidente da República, ao invés de trabalhar – ao invés de trabalhar –, passa 24 horas por dia gerando conflitos, fazendo campanha eleitoral antecipada e gastando dinheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

público. Quantas pessoas que estão morando nas ruas hoje porque não podem pagar um aluguel? Quantas pessoas que estão passando fome ou vivendo de donativos de cestas básicas? Quantas pessoas que estão sem ter a condição mínima de sobreviver? E o Presidente da República vai para o Amazonas para inaugurar uma ponte de R$200 mil e gasta R$700 mil; faz motociatas gastando dinheiro público; e, hoje, essa exibição totalmente desnecessária, desproporcional.

É verdade que essa operação acontece há muitos anos, mas, em nenhuma vez, nós tivemos a passagem de tanques e lança-foguetes pela frente do Congresso Nacional, pela frente do Supremo Tribunal Federal, especialmente em momentos relevantes como este em que há um debate político, um debate parlamentar. Ninguém tem o direito de ganhar no grito. Ninguém tem o direito de intimidar o Parlamento brasileiro por conta de uma posição política. E tem mais: o apreço do Presidente a esse chamado voto impresso não é porque ele queira mais segurança na votação, é porque ele quer um pretexto para dizer que o sistema não é seguro, para desqualificar as urnas eletrônicas e, para o caso de ele perder a eleição, acusar a existência de fraude e tentar aplicar um autogolpe. Não! Trabalhe, melhore o Brasil que Vossa Excelência terá condições de disputar as eleições. Se continuar fazendo o que está fazendo hoje, não somente vai aprofundar a posição que o Brasil tem hoje de estar num buraco, como a população brasileira rejeitará, com toda a certeza, qualquer possibilidade de continuidade de um governo como este.

Muito obrigado. Mais uma vez, parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Omar Aziz, colegas Senadores e Senadoras, democracia é o regime em que o povo, de forma soberana, escolhe, através do voto, os seus governantes. Democracia é o regime que estabelece liberdades indistintamente nos limites e na forma da lei. Democracia é o regime que respeita as minorias, sejam elas de que natureza forem. Democracia é o regime que respeita as diversidades. A minoria também é respeitada pelas suas opiniões, atos e gestos dentro da forma da lei.

Sr. Presidente, um desfile militar, no dia 7 de setembro, nada causaria neste País, porque nós estamos... E o povo brasileiro até gosta de ver o desfile militar no dia 7 de setembro. O que nos causa espécie e que causa espécie a todos aqueles que respeitam a democracia, protegem a democracia...

E aqui o Senado tem uma função constitucional muito séria, Senador Renan. Nós somos os guardiões das instituições democráticas, o Senado; o Senado tem essa responsabilidade. No dia em que o Senado vai acabar com uma lei que é resquício da ditadura, a "Lei de Segurança Nacional", entre aspas, e vai votar a Lei do Estado Democrático, onde as liberdades estarão garantidas e as responsabilidades estarão garantidas na forma da lei.

No dia em que vamos fazer isto, botar uma pedra sobre um resquício do período da ditadura, no dia em que a Câmara dos Deputados deverá também colocar uma pedra definitiva sobre a tentativa de um retrocesso... Que retrocesso é esse, Senador Omar? Voto impresso. Eu comecei na vida pública 40 anos atrás e eu sei das deficiências do voto impresso, eu sei das deficiências do mapismo manual, eu já fui vítima disso.

As urnas eletrônicas brasileiras são seguras e podem ficar mais seguras, são seguras e podem ficar melhores. Agora nós estamos vivendo a época e a geração do *open banking*. Por que nós não podemos ter o banco de dados nas eleições salvaguardado em outro *mainframe* criptografado como *backup* das nossas eleições, podendo ser auditável em qualquer momento, em qualquer instante? Por que temos que propor uma lei em que lá em São Gabriel da Cachoeira, lá em Iauaretê, lá em Pari Cachoeira, nós vamos ter votos impressos que não vão chegar a Manaus com menos de cinco dias só para causar tumulto, só para causar instabilidade política, só para causar uma narrativa?

Neste dia, Sr. Presidente, em que a Câmara, pelo que se anuncia, coloca uma pedra definitiva sobre essa tentativa, e o Senado, de forma definitiva, bota uma pedra sobre um resquício grave à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

liberdade, a Lei de Segurança Nacional, aí vem o Presidente da República dar uma demonstração de força, com tanques e aparatos bélicos desfilando sobre a Esplanada dos Ministérios.

Quero dizer, Sr. Presidente, que fico com a democracia, fico com o artigo da Constituição que diz "todo poder emana do povo e em nome do povo será exercido". Fico também com a Constituição brasileira, que estabelece, nos seus direitos fundamentais, direitos individuais e coletivos, que asseguram a liberdade de expressão, que asseguram a liberdade da pluralidade da nossa sociedade, que asseguram um Estado laico, que asseguram, portanto, ao Brasil, o direito de ir e vir, e que, portanto, o fato de as Forças Armadas estarem indo e vindo não é uma questão jurídica; é uma questão do simbolismo democrático, do simbolismo do dia de hoje e do simbolismo dos tempos em que vivemos.

Portanto, Sr. Presidente, o MDB, um partido de 70 anos de tradição pela luta democrática, pela redemocratização brasileira, não poderia deixar de, lembrando Ulysses Guimarães, dizer que a nossa Constituição Cidadã é o farol que há de guiar a democracia brasileira. Já se vão 30 anos, e que nós possamos deixar um legado para as próximas gerações de mais 30, de mais 100, de mais 200 anos, como as democracias.

Apenas para encerrar. Esta madrugada, fazendo minha reflexão, Sr. Presidente, me dei conta de que o Brasil é a terceira maior democracia do Planeta. Depois da Índia, depois do Estados Unidos, o Brasil é a terceira maior democracia do Planeta; décima segunda economia, terceira democracia do Planeta. Portanto, 210 milhões de brasileiros acreditam na democracia, votam pela democracia. E a nossa verdadeira arma é aquele documento verdinho, que, no dia 3 de outubro ou no primeiro domingo de outubro, irá representar a vontade do povo brasileiro para eleger o novo Presidente da República Federativa brasileira. É para isto que estamos aqui no Senado: para proteger, zelar pelas instituições democráticas. Os Poderes são independentes, entretanto harmônicos. E assim faremos, pelo nosso partido, e tenho certeza de que pelo conjunto do Senado da República, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem lembrado, Senador Eduardo Braga, o Ulysses Guimarães. Teotônio Vilela foi outro homem que contribuiu muito pela redemocratização do País.

Eu quero ouvir agora o Senador Otto Alencar, que está...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois será o Senador Randolfe, e depois V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sras. Senadores e Senadoras, eu quero me associar à sua fala, Presidente Omar Aziz, e a dos outros Senadores que vieram na mesma direção.

Eu acredito que a Câmara dos Deputados, como foi noticiado, que poderia suspender hoje a votação sobre a questão do voto impresso, não deverá fazê-lo, deve manter a votação hoje no Plenário da Câmara dos Deputados. Também aqui no Senado Federal, deveremos votar a mudança na Lei de Segurança Nacional, retrógrada e completamente fora dos padrões de um regime democrático.

Quero dizer que não é só dessa vez que o Presidente da República busca, pelos métodos de usar o dele, como ele chama, o seu Exército ou suas Forças Armadas, intimidar o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, os outros Poderes – e não tem conseguido –, numa afronta que eu digo clara à Constituição Federal, no seu art. 5º, e também à legislação que garante a democracia em todos Poderes.

O Presidente da República, ao contrário da motociata, coloca, hoje, os blindados à frente do Palácio do Planalto, nessa tentativa de intimidação. E não nos intimida, até porque, no meu caso, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

caso, sei, de vários Senadores e Deputados Federais, das Assembleias Legislativas, nós não vamos recuar absolutamente a essa ameaça. Se ele quer sangue, tem sangue generoso para ser ofertado à sua vontade de fazer um golpe militar no Brasil.

Sem dúvida nenhuma, ele deveria se preocupar em como, hoje, a inflação bateu 0,96%, a maior inflação desde 2002, com quase 590, 580 mil pessoas que perderam a vida – e como V. Exa. falou, no Dia dos Pais, os órfãos do Brasil andaram pelas ruas, porque houve uma ineficiência muito grande no Ministério da Saúde, comandado por pessoas que eram comprovadamente incompetentes –; se preocupar talvez em visitar um hospital de campanha, de estender a mão, de forma solidária, às pessoas que estão internadas e morrendo, quase mil pessoas ainda no Brasil, por dia; se preocupar em gerar emprego e renda para os 15 milhões de desempregados que perderam a carteira assinada. Nada disso comove o Presidente. O que o comove? O que o estimula a fazer é a proteção ao seu mandato, fazendo campanha antecipada e buscando proteger as pessoas, inclusive, do seu círculo familiar, protegendo-os para que não possam responder por suas responsabilidades frente à Justiça.

Portanto, eu acredito que nenhum chefe de Poder deve estar, hoje, ao lado do Presidente da República, para que ele, sozinho, possa permanecer nessa sua posição de querer estimular um golpe militar para intimidar as pessoas que deverão, o ano que vem, de forma livre e soberana, chegar às urnas e votar escolhendo um novo Presidente da República.

Sr. Presidente, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tanto quanto o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara devem fazer esse pronunciamento que V. Exa. fez e que tem respaldo de todos os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, estaremos, aqui, vigilantes e dispostos a seguir a qualquer caminho que seja um caminho de confronto para que ele não possa fazer aquilo que deseja ou a tentativa de um golpe militar no momento em que a democracia brasileira está sustentada por suas instituições.

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero cumprimentar V. Exa. pela sua manifestação. Eu quero também recordar aqui, à época como membro da CCJ, em que presidia a sessão a Senadora Simone Tebet, quando houve o primeiro sinal autoritário deste Governo, quando o Eduardo Bolsonaro falou em reeditar o AI-5.

Eu, sentado na Comissão, fiz um questionamento e, por incrível que pareça, naquele dia ninguém discutiu o assunto. Eu me levantei, fiquei na porta deste plenário olhando pra todos estarrecido, porque não se deve levar desaforo contra a democracia. Quem ocupa uma cadeira no Parlamento, quem ocupa um lugar trazido pelo voto popular não pode tolerar ato contra a democracia de nenhuma natureza, nem provocação, nem bravata. Ainda que o atual Presidente seja o maior bravateiro da história deste País – o maior bravateiro da história deste País! –, nós não podemos tolerar as bravatas dele. Ainda que esse Presidente passe o tempo todo acenando para o nazifascismo e tenha uma comunicação fascista, trejeitos fascistas, que se reúna com partidos nazistas, nós não podemos tolerar esse tipo de situação nem esse tipo de manifestação sob nenhum argumento. Nós somos uma Casa que representa a democracia, que representa o povo e nós não podemos ter nenhuma dúvida do que devemos fazer.

O voto impresso, como disse o Senador Omar Aziz, como disse aqui o Senador Humberto, como todos que me antecederam, é a forma que ele está buscando para questionar a derrota que ele terá. Ele será derrotado, sabe por quê? Porque ele não foi capaz de ter empatia com as 563.707 mortes. Ele não se indignou, ele não se solidarizou com família nenhuma, ele não visitou nenhum hospital neste País, ele não visitou nenhuma família, ele não prestou solidariedade a nenhuma vítima da maior tragédia que se abateu sobre a humanidade neste século. Portanto, ele é um homem sem empatia, sem amor, sem condição de liderar quem quer que seja. Líder carrega no coração amor, carrega no coração o desejo de cuidar de toda a sua nação. Ele cuida e ele carrega somente o desejo de cuidar dos seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

interesses e dos interesses da sua família, do seu núcleo familiar, abrangido por algo que ele chama de patriotismo.

E queria, para concluir, Sr. Presidente, dizer que vamos ter essa votação na Câmara e vamos ter essa votação no Senado. É hora de a gente mostrar que essas Casas têm autonomia e que não se dobram a nenhum tipo de bravata, a nenhum tipo de intimidação, seja de que maneira e de que forma vierem, sob pena de a gente deixar que a bravata dele se transforme numa efetividade de força que ele não tem, porque esses tanques e essa armada não são de uma milícia pessoal do Presidente; são para defender o povo brasileiro.

Se é no dia 7 de setembro, como V. Exa. falou, é para mostrar ao mundo que a gente tem que defender e a gente está aqui para defender a nossa soberania. Mas ele vai defender a soberania contra o povo brasileiro? O que ele quer? Que soberania é essa de impor a força que é para defender o povo brasileiro contra o povo brasileiro?

Por isso, o nosso repúdio, repúdio indignado, a essa bravata desse Presidente que não honra o cargo e os votos que recebeu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Senador Randolfe... Senador Randolfe, Senador Izalci, Senadora Simone Tebet, Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Girão e Senador Luis Carlos Heinze. E não se esqueçam de que o Coronel Helcio já está aqui para ser ouvido por esta Comissão. Então, eu só estou alertando.

Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, Presidente, cumprimento o pronunciamento de V. Exa. na qualidade de Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito; é um pronunciamento em nome da maioria dos membros desta CPI.

Além disso, Sr. Presidente, só destaco que patética demonstração de fraqueza! Estamos vendo, nestes instantes, na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios, uma patética demonstração de fraqueza, mais patética que aqueles desfiles que Kim Jong-Un lá, em Pyongyang, na Coreia do Norte, porque aqueles pelo menos são para demonstrar a força para o inimigo externo; este daqui é para demonstrar a força diante de quem? A força a ser demonstrada hoje, Sr. Presidente... E talvez seja não para demonstrar força, mas para esconder, para esconder e para desviar a atenção do que realmente importa.

O que realmente importa é o balcão de negócios em que foi transformado o Ministério da Saúde quando mais de 3 mil brasileiros estavam morrendo. O que importa são os esquemas de corrupção que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está descobrindo. O que importa é a inflação acumulada no último período, de quase 9%. O que importa é o preço da carne, do óleo de soja, do arroz, do feijão que os brasileiros não estão tendo dinheiro para pagar no supermercado. O que importa são os mais de 14 milhões de brasileiros desempregados por conta dos erros da condução por parte deste Governo. O que importa, Sr. Presidente, são mais de 563 mil famílias brasileiras órfãs por conta do negacionismo, por conta do tratamento precoce sem eficácia comprovada, por conta da pior gestão da pandemia do mundo.

Ora, Sr. Presidente, nós ficamos cansados de tanto ouvir, nesta Comissão, alguns tentando desviar o curso desta Comissão, dizendo que esta era uma CPI circense, era uma CPI do circo, mas olha que hoje fizeram um espetáculo, com todo o respeito ao circo, mas hoje resolveram fazer um lamentável espetáculo circense na Esplanada dos Ministérios.

Sr. Presidente, a resposta tem que vir ao final do dia de hoje, rejeitando essa balela de voto impresso, em que nenhum brasileiro está interessado. Brasileiro está querendo é comida na mesa; brasileiro está querendo é vacina no braço; brasileiro está querendo é economia retomada; brasileiro está querendo é inflação contida; brasileiro está querendo saber se o seu Governo vai garantir o básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu quero acreditar na lealdade das Forças Armadas deste País não a qualquer inquilino de plantão. As Forças Armadas deste País são leais à sua Nação, ao seu povo. As Forças Armadas deste País não haverão de ser favoráveis ao descontrole inflacionário, às gastanças que estão querendo estabelecer em ano de eleição. As Forças Armadas deste País não serão leais a qualquer desafeto que quando esteve no Exército inclusive desonrou as próprias Forças Armadas.

Sr. Presidente, esse espetáculo circense vai passar, mas nestes momentos é sempre bom lembrar – o Senador Eduardo muito bem o fez na qualidade de Líder do MDB – o MDB de Ulysses Guimarães, o MDB, Senador Fernando Bezerra. E faço menção a V. Exa. elogiosamente, V. Exa. pode até arguir o art. 14, mas V. Exa. é desse MDB, do MDB de Ulysses Guimarães, que proclamou, quando instaurou a ordem vigente na Constituição de 1988:

> Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos [conhecemos] o caminho maldito. [...] mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério.
> [...]
> Quando após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o estatuto do homem, da liberdade e da democracia, bradamos pela imposição de sua honra: temos ódio [e nojo] à ditadura, [em qualquer lugar que ela permeie, sobretudo na América Latina] [...].

Que essa lembrança desse pronunciamento do Dr. Ulysses fique presente na memória dos brasileiros e principalmente dos membros desta CPI e deste Congresso Nacional.

A resposta a *tyrannis*, a resposta a protótipos de *tyrannis* é a afirmação dos democratas e para a democracia, colegas inclusive que aqui procuram defender o Governo, para a democracia não tem partido. Para tudo há dois lados, para tudo há dois lados; quando está em jogo a vida dos brasileiros não pode ter dois lados, quando está em jogo a democracia não pode ter dois lados.

Não tentem aqui argumentar que é uma cerimônia comum essa que está acontecendo. Não é, não é. É uma tentativa desesperada de força, mas que se assemelha a um gesto patético de fraqueza de um Governo que já está derrotado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns, Senador Randolfe.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, nada acontece por acaso.

Eu já fui, como militar e também como Deputado, convidado e participei de vários eventos. As Forças Armadas não agem no improviso como acontece em vários casos, há um planejamento. Eu não tenho nenhuma dúvida de que esse evento já estava previsto pelas Forças Armadas há muito tempo.

O que nós temos que apurar são essas coincidências, porque, por exemplo, essa matéria do voto impresso, e eu, como Presidente da Frente de Ciência, Tecnologia e Inovação, fiz, como Deputado, mais de três audiências públicas sobre esse voto impresso, porque, como auditor que sou, eu digo que nada que não é possível auditar não é confiável, e nós nunca tivemos, como Deputado, como Comissão, a autonomia e o acesso completo à questão do voto impresso, das urnas.

Mas eu não questiono as urnas. Eu acho que nós temos... E até porque o voto já acontece nas urnas há muitos anos. Inovação acontece todo dia, então a gente tem que estar atento a isso para dar mais segurança.

Mas uma matéria que foi votada na Comissão Especial, que foi derrotada por 23 a 11 e depois é pautada no Plenário exatamente no mesmo dia deste evento não é coincidência. Então, eu sinceramente gostaria muito de saber por que a Câmara agendou exatamente para o mesmo dia, porque, pode ter certeza, as Forças Armadas já tinham agendado isso. E por que também Parlamentares no Planalto, como o nosso colega Ciro Nogueira agora e a Deputada Flávia, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

alertaram para isso com relação à votação do Plenário? Então, existe alguma coisa no ar que nós temos que descobrir.

E quero mostrar que a melhor forma de você mostrar a autonomia deste Congresso foi a questão de ordem que eu fiz quinta-feira. Este Congresso aprovou, o Senado aprovou por unanimidade a questão da banda larga nas escolas. Foi para a Câmara, e aprovamos na Câmara. O Governo vetou o projeto, nós derrubamos o veto, e, na quinta-feira, saiu uma medida provisória sobre o mesmo teor. Então, eu quero chamar a atenção aqui dos Líderes – já falei com alguns – de que isto é que a gente não pode admitir: que a gente vote uma matéria por unanimidade, derrube o veto, e vem simplesmente, no mesmo dia, no dia seguinte, uma medida provisória mudando tudo isso. Isso é que nós temos que estar discutindo, porque internet nas escolas, internet para as crianças é a sobrevivência. Nós perdemos.

Ontem fiz uma reunião, participei da audiência pública na CDR com o ex-Presidente Collor, como Presidente, e ele lembrava, há trinta anos, quando ele foi Presidente, a implantação do Caic aqui, a política de educação integral, com merenda escolar, com tempo integral. E a gente vê aí duas gerações que se perderam por falta de investimento em ciência e tecnologia, inovação e educação.

Então, a nossa resposta, do Congresso, para dizer que somos autônomos, um Poder autônomo, é devolver essa medida provisória para que eu fiz a questão de ordem. E será inadmissível se a gente não conseguir fazer isso.

O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ficou de analisar; tem vários Líderes que estão ligando, mas eu vejo que isso, sim, é atentar contra a autonomia do Congresso.

Mas acho que vale a pena. Eu também vou apurar isso, vou tentar descobrir, porque nada acontece por acaso, algum jogo aconteceu para coincidir. As Forças Armadas não agem no improviso. Isso já está agendado, pode ter certeza, desde o início do ano, e fizeram essa manipulação para vincular uma coisa com a outra. Não estou aqui defendendo o Governo; muito pelo contrário, defendo aqui – sempre defendi – as Forças Armadas como instituição. E não vejo no Pazuello, como General da ativa, um representante das Forças Armadas. Acho que quem está no Governo tem que pedir para ir para a reserva. Não se admite um general da ativa num cargo civil e dizendo: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo". Isso é muito ruim para as Forças Armadas, que ainda são, para mim, a instituição de maior credibilidade neste País; ainda são exatamente os membros das Forças Armadas.

Então, vale a pena, Sr. Presidente, apurar essa coincidência de votação no Plenário neste dia.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Izalci.

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Hoje, nesta manhã, Sr. Presidente, a voz de uma mulher precisa ser ouvida nesta CPI – e falo como Senadora da República. E falo a V. Exa. na linha um pouco diversa do Senador que me antecedeu, apenas para dizer que divirjo em achar que isso é mera coincidência. Não é, Sr. Presidente: a régua do retrocesso é a mesma.

Ontem, ainda ontem, nesta semana, foi imposto um sigilo de um século – de cem anos! – na análise de documentos que comprovam fraude e corrupção na tentativa de compras para a pandemia do coronavírus, de compra de uma vacina desconhecida chamada Covaxin. Impôs-nos a voz do silêncio. Hoje tanques nas ruas no dia em que a Câmara vai enterrar o voto impresso e esta Casa, como muito bem dito pelo Líder do MDB, vai transformar a Lei de Segurança Nacional em Lei de Estado Democrático de Direito. A resposta do Congresso Nacional não pode ser outra, tem que ser única: rejeitar o voto impresso na Câmara dos Deputados e aprovar, por unanimidade, a Lei do Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Democrático de Direito, que vai ser relatada pelo Senador Rogério Carvalho, porque, Sr. Presidente, não vamos esquecer: as democracias não morrem mais com cabo e com soldado, nem pelas mãos dos generais, mas eles servem para tentar nos intimidar. Não vão!

As democracias morrem nessa régua que está sendo tratada pelo atual Governo exatamente com a politização dos militares, a militarização da política, o enfraquecimento do processo eleitoral e das instituições democráticas e dos órgãos de controle. As democracias morrem levando dúvida naquilo que é mais sagrado para a população brasileira, através da desinformação e de *fake news,* que é uma das razões por que o Sr. Helcio também está aqui. As democracias morrem quando se não tem transparência, mas principalmente quando as instituições democráticas constitucionalmente criadas para defendê-la se calam. O Congresso Nacional não vai se calar!

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que essa canetada do Presidente da República de ocultar documentos que são públicos fará com que esta CPI continue trabalhando e investigando a fundo a contratação fraudulenta, superfaturada, envolvendo propina no contrato da Covaxin. Mas, mais do que isso, uniformes, baionetas, sirenes não irão nos intimidar e não irão nos calar!

Vamos aos trabalhos, Presidente, porque à tarde temos uma lei de defesa do Estado democrático de direito para aprovar no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Nós temos inscritos o Senador Fernando Bezerra, o Senador Girão, o Senador Heinze e agora o Senador Marcos Rogério. Eu quero só pedir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro Vieira, perfeito.

Só quero pedir, até pela advertência que a Senadora Simone acabou de nos dar – nós teremos Ordem do Dia com tema importante na pauta... Obviamente eu vou procurar garantir isonomia de tempo, mas eu quero pedir a condescendência, o respeito quando os 15 segundos são acionados para a conclusão dos colegas, em virtude do adiantado do tempo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só corrigindo uma falha: eu disse que nada acontece por acaso. Existe sim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ...alguma coisa entre que precisa ser apurada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é o contrário do que foi dito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Senador Izalci. Então, nós vamos, eu queria só pedir a atenção dos colegas em relação a isso para nós podermos dar prosseguimento ao depoimento do Coronel Helcio Bruno.

Na sequência, o Senador Líder do Governo, Fernando Bezerra, mas do glorioso MDB de Ulysses.

Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues.

Meu prezado Relator, Senador Renan Calheiros, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, queria, inicialmente, trazer a informação de que a campanha de vacinação contra a covid terá o reforço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

mais de 131 milhões de doses de vacina até setembro deste ano. O Ministério da Saúde deve receber quase 65 milhões de doses da vacina neste mês de agosto, e para setembro, Sr. Presidente, a previsão é receber 66,5 milhões doses de vacina da covid-19. Até o presente momento, 184,8 milhões de vacina foram distribuídas aos Estados e ao Distrito Federal. Dessas, 152 milhões foram aplicadas. O número de brasileiros vacinados com a primeira dose aumentou para 107,3 milhões, o que representa 67% do público alvo, e 45,6 milhões estão completamente imunizados com a segunda dose. Queria registrar também que nos últimos quatro meses houve uma queda de 46% na média móvel de casos e de 65% na de óbitos pela covid-19.

Sr. Presidente, é evidente que as manifestações todas que nós aqui acabamos de testemunhar retratam os posicionamentos dos Parlamentares em relação ao Governo Federal. Eu continuarei defendendo o Governo Federal, embora respeite aqueles que divergem, aqueles que criticam e aqueles que apontam falhas na condução do Governo Federal.

Eu quero aqui também trazer as informações das coisas positivas que o Governo Federal tem feito ao longo dos últimos meses, sobretudo, no enfrentamento da pandemia, na proteção às pessoas mais pobres, através da concessão do auxílio emergencial, na proteção à empresa, com os mecanismos de financiamento para capital de giro e investimento, como a proteção ao trabalho – mais de dez milhões de brasileiros não perderam seus empregos em função do auxílio –, através do benefício emergencial chamado Bem.

Quero lembrar do apoio que foi dado a Estados e Municípios, mais de R$34 bilhões, que serviram para que os Estados e Municípios pudessem ter enfrentado melhor a questão pandêmica.

Quero também lembrar de uma série de ações concretas do Governo Federal que permitiram à economia brasileira ter uma redução no seu PIB de pouco mais de 4%, sendo a segunda melhor *performance* em toda a América, perdendo apenas para os Estados Unidos. E é evidente que, em função desse esforço, apesar de toda a pressão inflacionária que aqui foi colocada – e que não é uma coisa única do Brasil, mas de todos os países que estão em processo de recuperação em função do choque de oferta, aqui agravado pela questão da crise hidrológica –, quero dizer que o Brasil aponta para consolidar um crescimento econômico neste ano de mais de 5%, o que já está respondendo pela volta do emprego, com mais de 1,5 milhão de empregos de carteira assinada celebrados até 30 de junho deste ano.

Essas são as posições em que aqui a gente diverge, estamos em trincheiras distintas, mas nós somos do Parlamento brasileiro. Eu tenho uma história neste Congresso Nacional, eu sou subscritor da Constituinte Cidadã, eu aposto na democracia, eu aposto no Estado de direito democrático, e, por isso, Sr. Presidente, é evidente que eu quero compartilhar as preocupações de todos que aqui reverberaram, apenas, digamos assim, querendo retirar os excessos das falas que foram feitas, porque acho que, de fato, trabalhamos muito. Aqueles que divergem inclusive de determinados posicionamentos do Presidente não têm faltado a mim, ao Ministro Ciro Nogueira, a tantos outros, aos alertas, as ponderações para que a gente possa evitar os ambientes de radicalização. O nosso papel, como membros do Congresso Nacional, é criar e apostar num ambiente de diálogo para que a gente possa pular essa situação de radicalização, de polarização excessiva, que não atende aos interesses nacionais.

Portanto, eu prefiro acreditar que nós vamos superar esses momentos de maior tensão, apostando e reforçando o nosso compromisso com o sistema democrático brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Inscreveu-se ainda o Senador Tasso Jereissati – S. Exa. também está inscrito –, mas, antes, o Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, neste momento tão delicado que a gente vive, relembrar aqui com todos vocês, meus colegas, que é exatamente em momentos difíceis como este que a gente tem que lembrar dos grandes pacifistas e humanistas que deixaram um legado para todos nós. Mahatma Gandhi dizia, de forma muito sábia, o seguinte: no olho por olho, dente por dente, a humanidade vai acabar cega e sem dentes.

É evidente que todos os que me antecederam aqui, tirando alguns excessos, estão com razão com relação a essa atitude hoje que poderia até ter sido cancelada. Acho que seria um gesto mais feliz se essa – entre aspas – "coincidência" do desfile aqui na Esplanada dos Ministérios fosse cancelada num dia em que tem votações, Senador Eduardo Braga, tão importantes na Casa. Um erro não justifica um outro erro. O que a gente está vendo, de forma muito serena – respeito quem pensa diferentemente –, é uma invasão de competência de alguns Poderes sobre outros.

Com todo o respeito ao nosso Supremo Tribunal Federal, ele tem se excedido não é de hoje, é de muito tempo!

Essa questão polêmica do voto auditável ou impresso, como se queira chamar... No meu entender, se a gente tirar um pouco essa polarização que existe hoje no País, que virou uma cegueira, porque um levanta a bandeira de que não se gosta, e já o assunto tem que ser excluído do debate, o que não é correto para a democracia... Fala-se tanto em democracia, mas não é papel nem do Poder Executivo, nem do Poder Judiciário determinar a situação. É aqui, é nesta Casa! Nós fomos eleitos para isso. Tem que ser deliberado no Congresso Nacional, e, ao que tudo indica, será hoje, neste dia emblemático. Mas o que não pode é interferência de outro Poder, com o Presidente do TSE se reunindo com lideranças partidárias, às vésperas da votação na Comissão Especial, para interferir, de alguma forma, nessa composição da Comissão. E acabou perdendo lá, coincidentemente. Isso é ruim para a democracia.

A questão da Lei de Segurança Nacional, que será votada hoje no Senado, também é fundamental; concordo com V. Exas. É uma lei do regime de exceção que precisa ser atualizada, mas não com açodamento. É uma lei importante que nós vamos votar hoje, mas que tinha que passar pelo menos – pelo menos! – pela Comissão de Constituição e Justiça, que já deve ser aberta nesta semana. Esse açodamento é perigoso, porque tem liberdades individuais ali, tem pontos polêmicos dentro dessa lei. A sociedade não está sabendo do que vai acontecer mais tarde.

Eu faço um apelo, mais uma vez, nos segundos que me restam, Sr. Presidente desta sessão, para que não se faça novamente uma manobra, como a que ocorreu aqui na semana passada, aos 47 minutos do segundo tempo. Em três meses e meio de CPI, Senador Marcos Rogério, nunca se teve votação extrapauta sem combinar aqui com os colegas que a pauta seria deliberada. Foi feito no final da sessão. Isso é muito feio, isso não é algo democrático. Não é honesto se fazer esse tipo de coisa.

Eu faço aqui, para encerrar, um apelo: que não se faça mais isso e que a gente coloque a pauta do Ministro Wagner Rosário, que pode esclarecer, como a Senadora Simone Tebet colocou aqui, tanto a questão desse segredismo com relação à Covaxin – ele pode esclarecer isso –, como também com relação a Estados e Municípios, que receberam bilhões de reais do Governo Federal, e escândalo é o que não faltou nisso tudo. E ele pode trazer para cá as 53 operações e o tal do Consórcio Nordeste, que hoje virou um grande símbolo de corrupção nesta pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadoras e Senadores, divergindo um pouco do que os que me antecederam falaram, Senador Bezerra, é um Governo sério a que nós estamos assistindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

neste instante, longe da corrupção, Senador Girão, que nós vimos em anos anteriores: fundos de pensão da Petrobras, da Eletrobras, dos Correios, as roubalheiras dentro da própria Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa Federal, do BNDES. A gente não ouve mais falar nesses fatos. Estão tentando buscar a corrupção na vacina que nem comprada foi. Então, esse é o ponto importante que eu quero colocar aqui.

É importante também: a gente tem defendido a questão dos tratamentos. É muito colocada aqui a questão das vacinas. Eu vou dar um dado importante, Senador Girão: um professor da Universidade de Viçosa, Professor Wesley Cota, comenta agora, no dia 10, que mais de 30% dos Municípios brasileiros não registraram mortes por covid agora, no mês de julho, percentual em cinco meses, maior percentual em cinco meses. São tão criticadas as vacinas, 46% apenas têm duas doses, do povo brasileiro. Uma dose, têm 107 milhões de doses... Quarenta e seis milhões com duas doses e 107 milhões com apenas uma dose, 154 milhões de doses aplicadas nesse instante. Veja aqui: 30% dos Municípios brasileiros não registraram morte por covid no mês de julho. É sinal de que tudo está funcionando, o tratamento que é tão demonizado aqui dentro funcionou. As vacinas funcionaram. Então a tudo isso, de uma certa forma, é importante que a sociedade brasileira que está ouvindo neste instante possa prestar atenção.

A economia brasileira, Senador Marcos Rogério, com o Presidente Michel Temer começou a crescer; quando ele foi Presidente, naquele ano e meio em que ele assumiu, o PIB voltou, que estava negativo há três, quatro anos; veio um PIB positivo. O PIB positivo em 2019, 2020, 2021, a queda foi no mundo inteiro, era para ser 9% a 10%, e a queda do PIB naquele instante chegou a ser 4,4%; caiu, mas caiu em todo o mundo. Como foi comentado aqui pelo Senador Bezerra, uma das menores quedas no mundo inteiro foi a queda do PIB brasileiro. Então, a economia está alinhada, está crescendo.

E aí, Senador Girão, vou me alinhar a V. Exa.: não podemos admitir... Eu sou a favor do voto auditável, do voto impresso, chame como quiser: sou a favor e sou cobrado por isso no meu Estado, e vejo no Brasil inteiro. E não podemos admitir, quando aqui se fala em democracia, o Supremo Tribunal Federal vir interferir aqui no nosso Poder, em certos Parlamentares e vários partidos. Então, o que está sendo visto aqui neste instante é a questão da eleição do ano que vem. Quem é contra o Presidente Bolsonaro, Senador Marcos Rogério... É o que está acontecendo neste instante. Então, a pressão é por isso aí. Eu não tenho problema nenhum com o voto auditável. Nós teremos que votar... Tomara que a Câmara aprove esse voto hoje, e nós também temos que ver o que nós podemos fazer aqui no Senado Federal. Sou favorável a isso, acho que nós temos que deliberar também sobre esse tema – primeiro esperar a posição da Câmara.

Agora, é inadmissível que o Supremo Tribunal Federal, Ministros estejam interferindo em Deputados aqui dentro – quem sabe até Senadores, não sei, mas lá na Câmara, já se ouviu esse processo de eles interferirem dentro da Câmara dos Deputados. A mesma coisa se nós formos lá dentro do Supremo, interferir nos votos dos Ministros do Supremo. Então, é isso que está acontecendo nesse instante. Lamentamos esse fato e dizemos que o Brasil está no rumo certo.

E aqui, Senador Renan, quando se fala nas vacinas, concordamos com as vacinas, trabalhamos com as vacinas, e mais uma vez estamos aguardando o Ministro Marcos Pontes, que está em reunião no exterior, está em viagem ao exterior, está participando do G-20. Logo que ele aqui chegar, Senador Girão, nós vamos nos reunir de novo com ele, com os laboratórios, em cima de três vacinas brasileiras que já estão hoje na Anvisa para serem registradas – estão em fase final de aprovação na Anvisa –, para que esses laboratórios – são 16 grandes laboratórios – possam se somar ao esforço do Butantan, ao esforço da Fiocruz, que já estão também fabricando vacinas brasileiras. Como comentou aqui o Senador Bezerra, 130 milhões de doses serão ofertadas à população brasileira. Se somar às 184 já distribuídas, podemos chegar a quase duas doses pela população vacinal, que é de 160 milhões de brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, isso está correndo, mas infelizmente não é o que a gente ouve todo santo dia na grande mídia brasileira e aqui nesta CPI. Isso é a realidade. Podemos chegar, com essas 130 milhões de doses, agora no mês de setembro, mês de outubro, quase à população vacinal do Brasil. Esse é o ponto importante que nós estamos colocando aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria fazer brevíssimas considerações a par do assunto que tomou conta do início dos trabalhos da CPI no dia de hoje, especialmente em razão do desfile das Forças Armadas, a apresentação que foi feita.

Já ouvi Senadores mencionando aqui... As Forças Armadas não agem por improviso. Obviamente que esse desfile, essa manifestação já estava preparada. E nada mais natural. Forças Armadas em desfile não me assustam e nem me constrangem. Tem outras coisas que me assustam e me constrangem profundamente. E o Brasil já vivenciou isso ao longo das últimas décadas, de maneira que, ao olhar no retrovisor do tempo, eu posso dizer: me constrange o desfile de corrupção, o desfile de roubalheira, o desfile de dinheiro público brasileiro saindo do Brasil e indo financiar obras e serviços em países dominados por ditadores, por comunistas, num alinhamento de esquerda que tirou do brasileiro para colocar em Cuba; tirou do brasileiro para colocar na Venezuela; tirou do brasileiro para colocar em tantos outros países. Esse desfile de dinheirama brasileiro saindo daqui e indo financiar obras lá fora, isso me constrange. Isso me dói, me dói muito: R$60 bilhões saíram do Brasil, do nosso BNDES, para financiar obras mundo afora. E detalhe: o maior calote, porque o Brasil não está recebendo esse dinheiro – não está recebendo.

O dinheiro que faltou para fazer a reestruturação da rede de saúde lá no interior do Estado de Rondônia, Roraima, Amapá e tantos outros Estados da Federação, esse dinheiro saiu daqui em desfile público oficial, com a chancela dos Governos do PT e foram lá para fora. Esse desfile me constrange. Esse desfile me incomoda. Esse desfile me dói, me tira paz, me tira a paciência, porque faltou para os brasileiros.

Hoje nós vivemos o caos em razão da pandemia, mas talvez o impacto fosse menor se não tivessem roubado tanto. Falaram de Ulysses aqui. Ulysses soltou uma frase uma vez que é muito bom a gente relembrar hoje, não só na frase, mas na sua prática: "Não roubar, não deixar que roubem, punir os que roubam."

O desfile dos militares nas avenidas não me constrange, não me amedronta. Quem tem medo de militar tem suas razões, eu não. Não tenho medo dos militares, eu tenho medo é de quem usa o poder para tirar do povo, usa a República para atender os seus caprichos, o seu projeto de poder, a perpetuação. Felizmente, os brasileiros, nas urnas, apertaram o botão da mudança. Hoje falam em corrupção aqui, mas não conseguem mostrar um centavo de real desviado nos contratos que apontam, nenhum, mas os mesmos que apontam aqui, quando alertado, quando apontado para onde houve prática de corrupção, silenciam.

É bem verdade, Sr. Presidente, que o Brasil vive um momento delicado no plano nacional do ponto de vista do relacionamento, da harmonia entre os Poderes. Eu acho que isso tudo deve merecer de todos nós uma reflexão profunda, mas não é criticando, não é combatendo, não é fazendo de uma situação como esta de hoje esse palco de discussões que nós vamos pacificar o Brasil.

Eu concluo a minha fala dizendo que eu acredito no Brasil, acredito e defendo a democracia, assim como defendo e espero que a Câmara dos Deputados no dia de hoje dê um passo adiante aprovando o voto auditável.

O que me chama a atenção, e eu concluo aqui, Presidente, é o esforço que está havendo de pessoas e altas autoridades da República contra a transparência do voto, contra a segurança do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Isso está acendendo uma lâmpada amarela que me preocupa muito. Altas autoridades contra a segurança do voto...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o tempo de fala por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...contra a transparência do voto. É isso que me assusta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o voto auditável é um direito da cidadania e um bem para a democracia no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, o Senador Eduardo Braga e, depois, o Senador Tasso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – É só para um esclarecimento e uma questão de ordem.

Primeiro, eu acho que colocar no genérico certas frases, o que o Senador Marcos Rogério fez, é injusto com o Senado da República. Eu, por exemplo, não tenho nenhum comprometimento para não apurar nenhum malfeito, nenhuma corrupção, e já me manifestei aqui inúmeras vezes.

Segundo, não vamos cair na armadilha de que os fins justificam os meios. Esse discurso, Senador Marcos, quem lê a história do Brasil sabe que já foi usado várias vezes para aplicar golpe de Estado, para aplicar ditadura, seja no Estado Novo, seja em 1964, em vários instantes da nossa história. A democracia é um bem precioso, que nos assegura as liberdades, e criticar faz parte das liberdades democráticas. O que não está certo é você pegar tanques e colocar na Praça dos Três Poderes e colocar os canhões virados para o Supremo Tribunal Federal. Portanto, vamos colocar uma coisa aqui – V. Exa. que é advogado e do direito –, vamos colocar *modus in rebus*, porque isto precisa ter limite, e o limite é constitucional, não é político; é constitucional, porque, se o Senhor Presidente da República é Presidente da República é porque assim prevê a Constituição da República, assim preveem as leis democráticas do Brasil.

Portanto, apenas pra fazer essa colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Omar Aziz, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria de colocar uma coisa fundamental pra mim na vida, em toda a minha vida pública e de todos nós Parlamentares e a grande maioria dos brasileiros: a democracia é sagrada e nós estamos brincando com uma instituição sagrada para todos aqueles que acreditam na liberdade, na diferença de opinião, na convivência da diversidade. Canhões e tanques na Praça dos Três Poderes me constrangem e me aterrorizam, talvez porque eu tenha sido de uma geração cuja adolescência foi gritar, clamar pela liberdade. Esta divergência que nós temos hoje, essas discussões que nós temos hoje, aqui mesmo, dentro desta CPI, com opiniões diferentes, não existiam nessa época, não eram permitidas. As pessoas que divergiam viviam sob ameaças e, às vezes, eram presas e, às vezes, até torturadas.

As informações que nós poderíamos ter dos erros e de atitudes e de acertos dos governos nós não tínhamos, não era possível termos, porque eram censuradas. A imprensa não podia criticar, porque era censurada. O medo era a palavra de ordem. Voltar àqueles tempos, retroceder àqueles tempos, até porque na minha cabeça essa cena eu vi: tanques passando pelo Congresso Nacional, rodeando o Congresso Nacional, tanques rodeando o Supremo Tribunal Federal – é absolutamente um terror, é como se fosse um filme de terror, e isso se agrava porque não é um fato isolado, ela vem sequenciada por uma série de ameaças à democracia que têm sido feitas quase que semanalmente e quem sabe até diariamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, esse conjunto de fatos com mais este momento que absolutamente não é constrangedor, é aterrorizador... E, "coincidentemente" – claro que não, coincidentemente entre aspas –, no momento em que tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal votam dois projetos de lei, duas leis que não são de agrado do Executivo, é absolutamente aterrorizante!

Eu acho que todos nós aqui, mesmo aqueles que defendem o Governo... E alguns desses Senadores que defendem o Governo eu conheço muito bem e sei que são democratas. Então, eu apelo a todos, a esses Senadores, inclusive, que sei que são democratas, que apoiam o Governo, suas ideias, mas que são essencialmente democratas: fazer com todos nós um coro de protesto veemente contra estes acontecimentos de hoje.

Este depoimento de quem viveu essa época é o que eu gostaria de deixar aqui, neste momento. Apesar de saber que a nossa CPI é sobre a pandemia, este momento não pode passar em branco.

Muito obrigado pela oportunidade, Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Tasso.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu serei breve.

Com relação a esses fatos que estão sendo referidos no início da sessão, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Arthur Lira, usou a expressão de que foi "coincidência trágica": seria uma coincidência trágica você ter um evento militar ao mesmo tempo em que tem votações importantes no Congresso Nacional. A única coincidência trágica é nós termos um Presidente da República incapaz no momento mais grave da Nação. Dessa consequência trágica, aí, sim, derivam os nossos problemas. Essa é a realidade.

Aproveito, Sr. Presidente, também para fazer um alerta, um alerta sincero e humilde para aqueles que hoje ou se banqueteiam nas mesas do poder ou se encantam com os agrados das redes sociais e dos robôs militantes e que se empolgam com os gestos autoritários do Governo. O alerta é porque a caminhada de todo governo autoritário acaba cortando as cabeças, em primeiro lugar, dessa turma dos puxa-sacos, daqueles que tentam usar projetos autoritários para chegar a um poder ao qual não chegam pela sua competência e pela sua capacidade. Esse é um alerta, porque o Brasil já passou por isso.

Com relação ao voto impresso, a questão é tão anacrônica e tão sem sentido que pode ser resumida numa frase, Sr. Presidente: é a solução errada para um problema que não existe. Não existe nenhuma denúncia séria de fraude no sistema eletrônico de votação. Todos nós aqui fomos eleitos com o sistema eletrônico de votação, com as urnas eletrônicas, todos nós! E quem tiver um mínimo de idade e de vivência sabe dos traumas, das dificuldades, das fraudes que o sistema impresso trazia. Eu recordo, no meu Estado de Sergipe, um episódio de sequestro de urnas, com tiroteio, em um fórum eleitoral. Isso é absurdo demais!

E, segundo, é registrar aqui uma fala que o colega Marcos Rogério colocou do saudoso Ulysses Guimarães: não roubar, não deixar roubar e punir quem rouba. É justamente o que a gente está fazendo, meu caro Senador Marcos Rogério. A gente está aqui na CPI tentando trazer a verdade para que cada cidadão brasileiro tenha consciência de quem roubou a esperança, a convicção, as promessas falsas, que foram apresentadas no momento da eleição e que hoje se transformaram numa repetição de erros do passado, erros de um passado mais remoto, da ditadura, erros de governos que tiveram a corrupção como sua essência e que se repetem neste Governo, essa coalização de gente desqualificada, autoritária, ensandecida. Teremos certamente, no dia de hoje, oportunidade de exemplificar isso aqui materialmente.

O Brasil não comporta mais retrocesso, o Brasil não suporta mais retrocesso. Governar, ser gestor, ser representante do povo, mais do que tudo, é ter capacidade de eleger as prioridades certas. E, no momento em que o Brasil precisa de vacina e comida, o Presidente acha que o Brasil precisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

tanque na rua e espetáculo! Quando o Brasil precisa de união, o Presidente oferece briga, ofensa, mais discórdia.

O Senado certamente terá a ponderação, a capacidade de lidar com essa situação de forma equilibrada. O nosso Presidente tem a característica mineira do equilíbrio, mas certamente ele vai ser confrontado com a realidade, porque os fatos não têm paciência. Os fatos se materializam, queira você ou não, e não há mineirice e equilíbrio que possam sustentar o relacionamento com um governo que não quer equilíbrio, que busca o confronto, que busca a todo instante atacar a democracia, atacar os representantes eleitos do povo, atacar o sistema judicial.

Eu sou um crítico severo do Supremo Tribunal Federal, severo, mas da conduta de ministros, não da instituição, porque a história já nos mostrou com clareza: a ditadura não é solução pra nada. É só portas abertas pra mais problemas, pra mais corrupção, pra mais violência, pra mais dor. Chega! A gente não aguenta mais! E, em cada trincheira que estiver disponível, Sr. Presidente, estaremos lá na defesa da liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador Alessandro.

Senador Contarato, depois Senador Jorginho e depois eu vou passar... A gente trabalhar... Porque o nosso convidado aqui já está há bastante tempo aqui. Infelizmente teve esse fato extra e a gente teve que se posicionar.

Senador Contarato, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu inicio minha fala falando que a democracia é o terreno mais fértil pra coletar e semear direitos. Esse Presidente da República... Hoje esse desfile desses tanques aqui com essa, aspas, "coincidência trágica" é mais um capítulo do ataque do Presidente da República à democracia. Nós já presenciamos aqui, Senador Renan, o Presidente da República atacando a Ordem dos Advogados do Brasil; nós já presenciamos o Presidente da República participando de movimentos antidemocráticos pra fechar o Supremo Tribunal Federal, pra fechar o Congresso Nacional. É um Presidente da República que nega a ditadura e ovaciona torturador. Agora, eu quero alertar os colegas e a população brasileira: defender ditadura em plena democracia é fácil, difícil mesmo é defender democracia estando numa ditadura.

Ora, enquanto o Presidente fica desfilando com os tanques no meio de 563.707 corpos, eu nunca vi o Presidente da República estar dentro dos hospitais visitando essas famílias, se solidarizando com as vítimas. Eu nunca vi! Quem daqui viu o Presidente fazer isso? Quem daqui viu o Presidente falar pra todos se vacinarem, fazerem o distanciamento social?

A espinha dorsal do Estado democrático de direito chama-se Constituição da República Federativa do Brasil. E eu darei minha vida pra defender a Constituição Federal, as instituições, a autonomia e a harmonização dos Poderes, mas eu não posso me calar, porque esse é mais um ataque a nossa democracia. Enquanto o Presidente fica aí desfilando com seus tanques, pra intimidar o Congresso Nacional, ele sequer se solidariza com mais de 563 mil famílias que perderam seus parentes; ele sequer se solidariza com quase 20 milhões de contaminados que vão ficar com sequelas irreparáveis, mas fica com condutas espúrias, negando vacinas, difundindo tratamento precoce, imunização de rebanho, fechando a porta para aquilo que é o principal bem jurídico, que é a vida humana.

Agora, eu quero aqui também fazer um alerta que, em Direito, existe uma premissa muito simples: o ônus da prova cabe a quem alega. Quando eu vejo colegas defendendo voto impresso, pelo amor de Deus, parece que nós estamos na era medieval. Só o Presidente da República e seus familiares tiveram 76 anos de mandato pelo voto eletrônico, mas ninguém nunca questionou isso.

O que nós temos que fazer é dar dignidade à população brasileira, é dar efetividade aos direitos humanos essenciais. Não adianta a Constituição, no art. 6º, falar que todos têm direito à saúde se as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pessoas estão morrendo nos corredores dos hospitais públicos. Não adianta a Constituição Cidadã, do dia 5 de outubro de 1988, falar que todos temos direito à educação se o filho do pobre não tem acesso aos cursos de grande concorrência nas universidades federais. Não adianta a Constituição Federal lá estabelecer que a União tem que instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades e da família, com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestiário, e nós termos esse mísero salário.

A população está morrendo, minha gente: 60 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, 25 milhões de desempregados subutilizados, e o Presidente da República desfilando com os tanques das Forças Armadas para intimidar o Congresso Nacional. Mas ele, como ele gosta de usar o Hino, eu também vou usar: "Veras que eu filho teu não foge à luta", que nós, aqui, podemos lutar e devemos. Nós temos que dar uma resposta contundente. Passou da hora de o Presidente da Câmara receber um dos pedidos de *impeachment* desse Presidente, que já era para ter sofrido esse processo desde o primeiro ano. Passou da hora de nós darmos uma resposta a esse Presidente, e esta CPI vai lançar, já está lançando luz que tem a digital dele nessas 563.707 pessoas que pagaram com a própria vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, Senador Jorginho.

Obrigado, Senador Contarato.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não quero criar polêmica, Sr. Presidente, e vou ser bem rápido, até para que a gente comece a ouvir a testemunha, mas está se fazendo um cavalo de batalha tão grande com esse negócio do voto impresso. Isso é uma bobajada. As urnas que já se vendem hoje, no mundo, têm acoplada uma impressora, que já evoluiu o tempo do tijolão. Era uma coisa, agora é celular, iPhone.

Se todo mundo fala que a democracia é tão cara, por que não tem essa urna mais moderna? Você não vai levar voto para casa, ninguém vai contar, ninguém vai levar no bolso, ninguém vai... Enfim, eu acho uma perda de tempo isso, e o Ministro Barroso está tentando fazer uma queda de braço aí que não tem importância nenhuma. Se fosse cuidar de outras coisas, tocar os processos em que o Brasil está parado, enfim... É uma narrativa que é mais um componente para fortalecer a democracia. Pronto! E para que esse cavalo de batalha que está se fazendo?

Com relação ao desfile, desde 1988 se faz esse desfile. Agora, estão dizendo que isso assombra, que isso é um perigo para a democracia. Perigo para a democracia é meter a mão no baleiro, é roubar, como muita gente está acostumada neste Brasil. Entendeu? Operação Formosa da Marinha se faz há mais de 30 anos; agora, estão assustados, que a democracia está em risco. Que isso, gente? Vamos trabalhar, vamos fazer outra coisa. Isso é uma demagogia barata, é um discurso – é um discurso –, é fazer demagogia, é bancar o salvador da Pátria.

Não adianta, Senadores, fazer sinal com a cabeça, que o povo brasileiro sabe. A roubalheira parou faz tempo e talvez alguns aqui estejam preocupados com isso, que não voltou mais. Então, falam do medo dos tanques apontados... Tem muita gente aqui dentro do Congresso que tem o rabo sujo, nós sabemos disso. Agora, não, é só demagogia, é conversa mole. Vamos trabalhar!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Jorginho está exaltado hoje, exaltado!

Senador Jorginho, a história se repete e eu acho que V. Exa. tem idade para saber da história do Brasil, para não brincar com certas coisas. Alguns Parlamentares aqui são novos, não têm obrigação de ter vivido isso, mas têm a obrigação de conhecer a história.

Eu vou citar aqui um trecho de um poeta que é brasileiro, mas ele escreveu *No caminho, com Maiakóvski*, porque naquela época ele não podia colocar o nome dele, é o Eduardo Alves da Costa, um poeta dramaturgo carioca:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

> Na primeira noite [Senador Jorginho] eles se aproximam
> e roubam uma flor
> do nosso jardim.
> E [a gente não diz] [...] nada.
> Na segunda noite, já não se escondem:
> pisam as flores,
> matam nosso cão,
> e [também] não dizemos nada.
> Até que um dia,
> o mais frágil deles
> entra sozinho em nossa casa,
> rouba-nos a luz e,
> conhecendo nosso medo,
> arranca-nos a voz da garganta.
> E já não podemos dizer [mais] nada.

Sempre que vocês lerem isso ou ouvirem esse belíssimo poema, lembrem-se, por favor, foi um brasileiro chamado Eduardo Alves da Costa, que escreveu Maiakóvski só no título. Esse é um trecho do poema que eu coloquei inteiro no *site* e veja *No caminho, com Maiakóvski*.

Isso representa aqueles que estão amenizando essa situação: "Não, não é nada". Pisar nas flores do teu jardim não é nada; entrar na tua casa e arrancar teu medo não é nada; matar o teu cão não é nada. Não, é! É a covardia daqueles que permitem que isso aconteça e ficam calados.

E isso nós não vamos permitir. Não há covardes para manter a democracia. A vida pode ser longa ou pode ser breve, mas temos que sair da vida com a cabeça erguida e com o orgulho de ter defendido a nossa Constituição, que nós juramos defendê-la quando assumimos o mandato, e não discursos vazios, simplistas, achando que não está acontecendo nada. Está, está!

E, Pra não Dizer que não Falei das Flores, de Geraldo Vandré, que eu cantei inúmeras vezes lutando pela democracia, não eram esses, não eram esses; foram brasileiros e grandes brasileiros que permitiram que hoje pessoas que estão instaladas momentaneamente, inquilinos momentâneos no Palácio do Planalto, pudessem se eleger democraticamente com o voto eletrônico e, ainda assim mesmo, dizer que foi roubado. Haja justificativa para tirar o estofado de dentro da sala. É aquele negócio, vamos tirar o estofado, que a gente resolve o problema. Não, o problema é muito mais profundo, e eu acho que o Senado tem que se posicionar.

O Congresso Nacional não pode ficar passivo a isso. Não minimize o que aconteceu hoje, por favor. Por favor, eu escutei o discurso de todo mundo, não minimize. Não façam isso. Não façam isso com a memória, com a história de cada Parlamentar que está aqui, independentemente de pensamentos, independentemente de tendência política. Democracia, sim; intimidação, não. Democracia, sim; golpe, não.

E eu vou aqui... Nós temos aqui uma decisão liminar da Ministra Cármen Lúcia no Habeas Corpus 205.134, nos seguintes termos:

> Não há respaldo legal ao pedido do impetrante de "faculdade de se ausentar à sessão", considerando que o art. 206 do Código de Processo Penal dispõe que "a testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor".
> Tendo sido o paciente convocado na condição de testemunha, tem ele o dever de comparecimento, sob pena de frustrar as atividades investigativas da Comissão Parlamentar de Inquérito, que, nos termos do inc. V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, pode "solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

> Pelo exposto, defiro parcialmente a liminar requerida para assegurar ao paciente, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito [...], a) o direito de "ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei nº 8.906/94"; b) de "não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo e, via de consequência, de se manter em silêncio e não ser obrigado a responder às perguntas que possam lhe incriminar, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrigados nesta cláusula"; c) de "não ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício amplo do seu direito de defesa".

Eu vou perguntar ao Coronel Helcio: V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

V. Exa., se quiser falar, teria 15 minutos, para poder se manifestar.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Exmo. Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Exmo. Sr. Relator, Senador Renan Calheiros; Exmos. Senadores, Senadoras; assessores e todos os que estão aqui presentes, bom dia.

Primeiramente, eu gostaria de externar meus sinceros sentimentos a todas as famílias brasileiras que perderam pessoas queridas durante a pandemia.

Meu nome é Helcio Bruno de Almeida. Nasci no Rio Grande do Sul e tive uma educação familiar tipicamente cristã e militar. Ingressei na Academia Militar das Agulhas Negras e fui declarado o aspirante oficial em 1978, tendo obtido o quarto lugar na arma de infantaria. A minha vocação de oficial de infantaria e combatente se confirmou, entre outras inúmeras ações, por vários cursos de combate, notadamente Ações de Comando e Forças Especiais.

Participei da retomada do intercâmbio militar com os Estados Unidos com o 7º Grupo de Forças Especiais em Fort Bragg, na Carolina do Norte. E, depois de sete anos nas operações especiais, fui cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, tendo obtido o terceiro lugar e o melhor conceito profissional na infantaria.

Em 1990, fui designado para compor o Grupo de Observadores das Nações Unidas no processo de desmobilização e pacificação da Nicarágua. Ao regressar da missão na ONU, fui escolhido para integrar a equipe de segurança pessoal do Presidente da República na época, o Senhor Presidente Fernando Collor. Permaneci sete anos na segurança da Presidência e fui Diretor de Operações e Inteligência na segurança pessoal dos Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Minha última comissão no serviço ativo foi no Centro de Inteligência do Exército.

No início dos anos 2000, já na reserva, eu me dediquei ao trabalho filantrópico e missionário, desenvolvendo ações na Amazônia e principalmente na África, onde percorri 25 países e coordenei as atividades em mais de 30, tendo organizado o centro de capacitação e treinamento para a formação de missionários em pelo menos dez países e atuado em meio a conflitos tribais e étnicos, inclusive entre os hutus e os tutsis em Ruanda.

Após dez anos desta função espiritual e extraordinária, porém em meio a inúmeros problemas de saúde, tive de abdicar das responsabilidades religiosas, passando a dedicar exclusiva atenção à minha família. Retomei minha atividade profissional como consultor de defesa e segurança no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

segmento corporativo e empresarial. Fui contratado para compor a equipe do projeto Brigada Braço Forte, a fim de encontrar soluções para modernizar a força terrestre na importante participação do País nos grandes eventos – Olimpíadas, Copa do Mundo e outros. Na sequência e em vista de minha experiência, fui contratado como consultor e diretor de projetos de várias empresas.

Em 2014, comecei a desenvolver um plano vocacionado a servir a sociedade de meu País no campo civil, com a criação, inicialmente de maneira informal, do Instituto Força Brasil. O objetivo do instituto era o estudo e a proposta de soluções para os problemas sociais, econômicos e políticos do País. A partir de então, realizamos vários eventos, inclusive com a participação de destacados civis e militares, entre eles o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2020, o sonho da criação do Instituto Força Brasil se tornou realidade, e desde outubro nosso estatuto foi registrado e iniciamos a fase de implantação do IFB nacional, já com a estruturação de oito áreas temáticas e programas.

Registro que o IFB jamais recebeu qualquer dinheiro público ou de terceiros, sendo integralmente mantido por doações de seus membros. E foi assim que, em vista do enorme agravamento da pandemia da covid-19 e da tragédia por ela imposta, surgiu no IFB uma grande preocupação em relação à gestão da crise sanitária, razão pela qual o instituto passou a defender a possibilidade de empresas e entidades privadas passarem a participar do processo de imunização nacional. À época, essa possibilidade era discutida através de um projeto legislativo, mas alguns aspectos operacionais a respeito da vacinação privada acabaram não sendo disciplinados pelo Projeto de Lei 14.125, que foi promulgado em 10 de março deste ano.

Por essa razão, no dia 3 de março o IFB solicitou um encontro junto ao Ministério da Saúde para discutir uma maior regulamentação sobre a forma com que seria operacionalizada a participação do setor privado na vacinação. Aqui é importante esclarecer que a solicitação de agenda foi feita por via formal e em um momento em que eu sequer conhecia os Srs. Cristiano Carvalho e Luiz Paulo Dominguetti.

Alguns dias depois, o IFB recebeu a confirmação da reunião no Ministério da Saúde, com a inclusão do encontro na agenda oficial da Secretaria Executiva do Ministério. Acontece que, no dia 9 de março, quando a reunião no ministério já havia sido devidamente agendada e confirmada para o dia 12 de março, às 10h, o Sr. Reverendo Amilton, pessoa que até então eu não conhecia, compareceu ao IFB. No encontro, o Reverendo Amilton informou que uma empresa de nome Davati pretendia oferecer uma grande oferta de vacinas ao Ministério da Saúde, mas que precisavam esclarecer ao ministério a forma com que poderiam disponibilizar as vacinas pois, embora não fossem representantes diretos do laboratório produtor das vacinas, eles teriam uma alocação de doses. Por isso, o Sr. Amilton aventou a possibilidade de o IFB compartilhar sua agenda no Ministério da Saúde com os representantes de tal empresa para que eles pudessem explicar ao ministério as condições de sua oferta de vacinas.

Em razão desse pedido de compartilhamento de uma pauta que já estava agendada para 12 de março, foram considerados três aspectos pelo IFB. O primeiro é que a pauta da reunião seria a vacinação privada e, caso o País recebesse doses suficientes para imunizar os grupos prioritários, isso permitiria o início mais célere da vacinação privada, que era o objetivo último da reunião. Em segundo lugar, foi feita uma breve pesquisa a respeito do trabalho da empresa Davati, e, a princípio, não encontramos nada que a desabonasse. Por último, é sabido que o Ministério da Saúde possui um procedimento extremamente rigoroso para a compra de qualquer insumo médico, razão pela qual o ministério certamente faria uma profunda averiguação sobre a seriedade e a higidez do negócio que lhe estava sendo proposto. E, caso houvesse alguma mínima possibilidade de irregularidade, evidentemente o Ministério da Saúde não evoluiria nas negociações.

Sendo assim, uma vez que o compartilhamento da reunião pré-agendada poderia acelerar a vacinação privada, e considerando que até então não havia qualquer elemento em desfavor da Davati, que certamente seria profundamente investigada pelo Ministério da Saúde antes de qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

negociação, não se enxergou nenhum possível prejuízo no compartilhamento da agenda do IFB, vislumbrando-se, por outro lado, um potencial benefício à vacinação do País.

Nesse sentido, imbuído de boa-fé e acreditando na seriedade da Davati a partir do pedido da Senah, aceitou-se compartilhar a agenda do IFB no Ministério da Saúde com a referida empresa. E foi somente nessa ocasião que vim a conhecer o Sr. Cristiano Carvalho e o Sr. Luiz Paulo Dominguetti.

A reunião no Ministério da Saúde contou com a participação de dez pessoas, e seu teor foi integralmente registrado em ata e memória da Secretaria Executiva.

No encontro, que ocorreu rapidamente – aproximadamente 20 minutos –, e no qual o IFB informou que estava à disposição para discutir e encontrar medidas ou aperfeiçoamentos normativos que pudessem acelerar a vacinação privada no País, o Ministério da Saúde solicitou à Davati a apresentação de uma carta de representação do laboratório fabricante, no caso, da AstraZeneca, ou das informações referentes aos lotes das vacinas. E, assim, ante a ausência de apresentação de tais documentos, soubemos que o assunto se deu por encerrado no Ministério da Saúde.

Também esclareço que tivemos conhecimento de que a Davati enviou ao Ministério da Saúde, em 15 de março, uma nova oferta de lotes de vacina, a qual recebemos em cópia de *e-mail*. Não tomamos conhecimento de qualquer resposta do Ministério da Saúde.

Depois do dia 12 de março, nunca mais vi ou estive com o Sr. Cristiano Carvalho e o Sr. Luiz Paulo Dominguetti.

Igualmente informo que jamais participei de qualquer reunião ou encontro no qual teria sido oferecida ou solicitada vantagem indevida por quem quer que seja, e também informo que jamais estive presente em qualquer jantar com o Sr. Luiz Paulo Dominguetti, muito menos naquele que teria ocorrido em 25 de fevereiro, até porque, nesta data, eu sequer o conhecia.

Ressalto que nunca tive relação de amizade ou qualquer proximidade com o Coronel Elcio Franco, apenas podendo eventualmente tê-lo encontrado em alguma solenidade militar de que não me recordo. Nunca frequentei a sua residência, não conheço a sua família, jamais almoçamos ou jantamos juntos, não fomos contemporâneos na Aman e tampouco servimos juntos.

Informo também que o STF tomou conhecimento das quebras de sigilo aprovadas por esta Comissão contra a minha pessoa, e, reconhecendo que a CPI tem me tratado como investigado, o STF concedeu a mim um *habeas corpus* assegurando direito ao silêncio em relação aos fatos que eventualmente possam prejudicar a minha defesa. Assim, nos termos dos esclarecimentos do Ministro Luiz Fux, no Habeas Corpus nº 204.422, sobre o direito ao silêncio – abre aspas: "Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao próprio titular, a quem cabe a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinadas informações sobre a sua própria esfera jurídica. Nesse sentido, é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício da não autoincriminação." – fecha aspas.

Por isso, e nos termos da liminar a mim concedida pela Ministra Cármen Lúcia, informo que, exclusivamente, por orientação da minha defesa técnica, me reservarei ao silêncio quanto a toda e qualquer pergunta envolvendo os assuntos tratados nos requerimentos aprovados por esta Comissão e que, portanto, estão abarcados pela liminar do STF.

Assim, antecipo a V. Exas. que me reservarei ao silêncio quanto às perguntas relacionadas à empresa Davati ou seus supostos representantes, ao Ministério da Saúde e seus atuais e ex-servidores, ao Senah e seus membros, ao IFB e seus membros ou a *fake news* e matérias jornalísticas de terceiros e perguntas relacionadas à minha quebra de sigilo. Todos esses assuntos serão tratados, se necessário, no momento e no espaço oportuno, estando certo de que jamais pratiquei qualquer ato irregular. Quanto aos demais assuntos, responderei absolutamente os questionamentos de V. Exas., estando inteiramente à disposição desta Comissão para qualquer esclarecimento que não interfira em minha defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Ao longo dos meus 63 anos, fiz de minha vida um exercício constante de dedicação ao próximo e ao Evangelho e compareço a esta Comissão com a serenidade daqueles que sempre lutaram pelo bem de nosso País.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coronel, nós temos ciência do *habeas corpus* concedido a V. Exa. A sua interpretação é uma, a Mesa tem outra interpretação, e nós iremos seguir com o depoimento.

Nem tudo é permitido para V. Exa.; há limites nessa concessão de *habeas corpus*. Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem V. Exa. aqui como testemunha, testemunha que... V. Exa., na sua primeira fala, já demonstra que participou ativamente dessas conversações. E a gente quer saber... V. Exa., com 63 anos, com a experiência que tem, cai numa conversa de vigário da Davati. Não dá para entender um homem tão experiente como o senhor ainda sentar sem pesquisar o que era a Davati, sem pesquisar com quem o senhor está sentando para tratar de um assunto tão sério, que era salvar vidas com a compra da vacina.

Então, V. Exa... Nós temos conhecimento do seu *habeas corpus*. Seus advogados têm que orientá-lo como é que está o *habeas corpus* mantido, até porque o seu *habeas corpus*, a princípio, era para não comparecer à CPI. Foi negado esse direito, o senhor teve que comparecer à CPI. Mas, ao comparecer à CPI, o senhor tem restrições quanto a se autoincriminar; em relação a terceiros, V. Exa. terá que responder aqui à CPI.

Eu passo a palavra ao Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, hoje o Presidente da República faz nova coreografia novamente patética, como lembrou aqui o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, um espetáculo dantesco com a utilização indevida, inconstitucional e oportunista das Forças Armadas.

A democracia, Sr. Presidente, é inegociável. Senadores como Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Rogério Carvalho, Simone Tebet, Alessandro Vieira, Humberto Costa e Fabiano Contarato, de uma forma ou de outra, fizeram questão de lembrar aqui o que falou Ulysses Guimarães, quando disse ter ódio e nojo das ditaduras.

As Forças Armadas não podem, a pretexto nenhum, apoiar aspirações de um Presidente da República amalucado, com comichões tirânicas, que vive a erosão da sua própria popularidade e hoje é tido pelo povo brasileiro como despreparado e desonesto – foi o que nos informaram as últimas pesquisas de opinião pública realizadas, sobretudo o Datafolha.

O Congresso Nacional – alguns disseram aqui também – tem sido tímido, à exceção desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tem burocratizado as suas ações e precisa urgentemente sair desse imobilismo, para não continuar batendo palma para doido. O voto impresso recicla um passado, um atraso que a história já enterrou. Nós não podemos de forma nenhuma aceitar esses arreganhos autoritários.

Eu queria lembrar que o comportamento belicoso desestabilizador de Bolsonaro é indesmentível, rotativo em relação aos alvos e configura um método já visto em outros ladridos ditatoriais. O expediente, Presidente Omar, o expediente é o mesmo: na fraqueza, exibir força, hostilizar a imprensa, culpar a esquerda pelos próprios erros, a mitomania, a mentira como método, a propagação de mentiras, armar a população, militarizar cargos civis, deslegitimar as instituições, encorajar enfrentamentos, ódios às minorias, Estado policial e impulsionar as milícias. Ele vai, irresponsavelmente, alternando esses métodos para tentar enfraquecer aqueles que lhe fazem oposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Obviamente, não tem conseguido êxito e, por essa razão, vive o desespero, além de estar em um processo irreversível, vendo suas intenções de voto derretendo debaixo do calor da CPI e dos reveses do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de começar a fazer as perguntas ao Tenente-Coronel Helcio Bruno de Almeida, eu queria pedir à Izabelle que, por favor, fizesse a exibição de um tuíte do Coronel sobre esta Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Pausa.*)

O tuíte diz o seguinte: "Resumo da CPI circense: picareta denunciando picareta, todos julgados por picaretas, enquanto a narrativa dos picaretas da Imprensa mira no presidente [da República]".

Eu, antes de qualquer coisa, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, gostaria de dizer ao Coronel que ouvimos hoje nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma missão, dita aqui em várias oportunidades: iluminar os porões da pandemia, colocar às claras a atuação de gente como o senhor, para que os brasileiros conheçam quem tinha voz e vez no Ministério da Saúde enquanto os brasileiros morriam. E, em nome deles e de todos que perderam as suas vidas, estamos aqui. Nós colocamos essa placa aqui sobre a mesa dos trabalhos para que, em nenhum momento, nós nos esqueçamos da quantidade de vidas perdidas, muitas – esta CPI também já demonstrou – que poderiam ter sido evitadas.

Eu faço, então, um breve resumo do que faz o instituto presidido pelo depoente de hoje.

As investigações desta CPI já provaram que o Instituto Força Brasil possui uma relação direta com a disseminação de *fake news* e apoio às redes que atuaram na pandemia contra medidas de isolamento, vacinas, máscaras e tantas outras que poderiam salvar vidas. Seu Vice-Presidente, Otávio Fakhoury, é investigado no inquérito de *fake news.* Chegou a afirmar que financiava alguns *sites* dos que investigamos aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu peço a Izabelle que, por favor, exiba o vídeo 2. (*Pausa.*)

Foto 2, por favor.

A foto 2, por favor. (*Pausa.*)

A Verdade dos Fatos, que combate a mídia tradicional e veículo de checagem de fatos, posta desmentidos sobre fatos reais e colocam em dúvida as medidas de controle da pandemia.

Vejamos um exemplo aqui: a Awake Brasil, que ataca o movimento que visa a desmonetização de *sites* disseminadores de *fake news* e discurso de ódio.

Eu pediria também para exibir a foto nº 3 rapidamente.

Foto nº 3 é um exemplo do desserviço do Crítica Nacional – Crítica Nacional, para quem não sabe, é um portal que veiculou inúmeras propagandas antimáscara, antivacina e a favor de medicamentos ineficazes, criminosamente.

Membros do Awake e A Verdade dos Fatos fazem parte da equipe do Instituto Força Brasil, comandado pelo depoente que hoje presta depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e que minimiza o conceito de *fake news.*

Eu peço também para que se exiba a foto n° 4. (*Pausa.*)

Vejamos o que o depoente pensa sobre *fake news.*

Antes de perguntar, eu digo ao Coronel: *fake news* não dependem de conceitos nem de ideologia; elas desinformam, confundem, segregam e mataram na pandemia. Esta CPI está mapeando essas notícias falsas e irá, Tenente-Coronel, responsabilizar todos os culpados.

Dito isso, a título de apresentação, eu gostaria de fazer algumas perguntas.

O que é o Instituto Força Brasil, Tenente-Coronel Helcio Bruno de Almeida?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, o Instituto Força Brasil foi criado em 2014 e funcionou de modo informal até 2020, quando teve o seu estatuto confirmado e iniciou as suas ações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, há quanto tempo existe o instituto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Desde 2014.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua forma de organização societária?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – De 2014 até 2020, nós funcionamos de modo informal, com alguns colaboradores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A negociação de vacinas e outros produtos farmacêuticos é parte do escopo de atuação da entidade?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre a pergunta se a negociação de vacinas e outros produtos farmacêuticos é parte do escopo de atuação da sua entidade e o senhor vai permanecer em silêncio?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem são os diretores do Instituto Força Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com respeito ao Instituto Força Brasil, seus membros e suas ações, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até com relação a quem são os diretores do instituto presidido por V. Sa.? Os advogados o orientaram a não responder, é isso? Só para que haja o entendimento desta Comissão e de quem está acompanhando nossos trabalhos.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Neste momento o Presidente sou eu; o Vice-Presidente é Otávio Fakhoury; e as principais diretorias... Diretoria de Projetos, Marcelo Lima; Diretoria da Administração, Coronel da reserva Aguiar; e Diretor Jurídico, Igor Vasconcelos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para que se coloque o vídeo 2, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. se aproximou dos gestores do Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação aos fatos, eles constam na minha declaração e, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que se encontrou com Elcio Franco no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Esse fato está relatado na declaração que eu fiz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na apresentação inicial... Eu pediria apenas em nome dos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, ele citou dez pessoas nessa reunião. O senhor lembra das dez pessoas que estavam, Coronel Helcio?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Essas pessoas fazem parte de um documento produzido pela Secretaria Executiva, memória da Secretaria Executiva do dia 12 de março, que registra o objeto, os participantes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... e as decisões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem isso? Essa reunião da secretaria? Podia passar para nós para sabermos quem estava presente, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Sa. confirma que se encontrou com Elcio Franco no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – No dia 12 de março, pra atender uma agenda já previamente marcada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com ele, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, além daquilo que foi declarado e que diz respeito aos episódios aqui, por orientação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Instituto Força Brasil possui alguma atividade no ramo da saúde pública?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Nós temos duas áreas temáticas que têm ligação com saúde: defesa da vida e da família e o Brasil do futuro, gestão de crises sanitária, cibernética e logística.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que o recebimento da entidade seria importante para o SUS, especialmente durante a pandemia?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito aos fatos que deram motivo à minha vinda aqui nessa CPI, eu tenho a declaração e, além desse ponto, por orientação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A declaração referida por V. Sa. é a introdução aqui no depoimento? É isso, Sr. Presidente? Só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em duas oportunidades, o Tenente-Coronel falou da declaração. Eu estou perguntando se a declaração é a sua introdução.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, é a minha introdução. Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu gostaria apenas de perguntar, mesmo já contida na introdução, para que nós tenhamos a ênfase necessária neste depoimento, que, como sabe V. Sa., é um depoimento muito importante para o aprofundamento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Antônio Elcio Franco Filho estava na reunião no dia 12 de março.

Tem dez pessoas: Antônio Elcio Franco Filho, Secretário-Executivo; Marcelo Pires, Diretor de Programação; Luana Gonçalves, assessora; Cleverson Boechat Tinoco Ponciano, assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; Max Nóbrega de Menezes Costa, Coordenador-Geral; Helcio Bruno de Almeida, Presidente do Instituto Força Brasil; Igor Morais Vasconcelos, Instituto Força Brasil; Cristiano, Davati; Luiz Paulo Pereira, Davati, que é o Dominguetti; Vander Corteze, BR Med Saúde Corporativa. Vejam só... Aqui é só para fazer um comentário, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a cúpula do ministério, da Secretaria Executiva todinha para receber a Davati, ao mesmo tempo em que essa mesma cúpula não deu a importância a outras vacinas. Aqui é em março, nós estamos falando de março deste ano. Então, só esse fato já é gravíssimo para ver como é que foi conduzida a compra de vacina pelo Governo Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. conseguiu agenda no Ministério da Saúde para tanto, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Isso consta da declaração que eu fiz. E, sobre esse ponto, Senador Renan Calheiros, por orientação dos meus advogados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço apenas, gentilmente, que V. Sa. reproduza o que a declaração contém, para que nós possamos ter a ênfase necessária...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o foco que se quer no seu depoimento.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Na p. 3: "E assim que, em vista do enorme agravamento da pandemia da covid-19 e da tragédia por ela imposta, surgiu no IFB uma grande preocupação em relação à gestão da crise sanitária, razão pela qual o instituto passou a defender a possibilidade de empresas e entidades privadas passarem a participar do processo de imunização nacional".

Cabe aqui salientar que meu filho mais velho mora em Manaus, eu tenho um neto que é deficiente físico, portador de necessidade especial, e eu os visitei em janeiro deste ano e pude perceber a gravidade da situação, e usamos todos os nossos esforços disponíveis para buscar soluções para a crise sanitária.

"À época, essa possibilidade era discutida através de um projeto legislativo, mas alguns aspectos operacionais a respeito da vacinação privada acabaram não sendo disciplinados pelo Projeto de Lei 14.125. Por essa razão, no dia 3 de março de 2021, o IFB...".

Esta Lei 14.125 foi promulgado no dia 10 de março. Nós solicitamos no dia 3, e, justamente dois dias antes da audiência, a lei foi promulgada.

"O IFB solicitou um encontro junto ao Ministério da Saúde para discutir uma maior regulamentação sobre a forma com que seria operacionalizada a participação do setor privado na vacinação. Aqui é importante esclarecer: a solicitação da agenda foi feita por via formal e em um momento em que eu sequer conhecia os Srs. Cristiano Carvalho e Luiz Paulo Dominguetti. Alguns dias depois, o IFB recebeu a confirmação da reunião no Ministério da Saúde, com a inclusão do encontro na agenda oficial da Secretaria-Executiva do ministério."

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O fato de V. Sa. conhecer Elcio Franco, a quem cabia a coordenação da aquisição de vacinas, facilitou a obtenção da agenda na pasta?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esses fatos relacionados que foram aqui citados, eu vou seguir, vou ressaltar... Está aqui na declaração: "Ressalto que nunca tive relação de amizade ou qualquer proximidade com o Coronel Elcio Franco, apenas podendo eventualmente tê-lo encontrado em alguma solenidade militar de que não me recordo. Nunca frequentei a sua residência, não conheço a sua família e jamais almoçamos ou jantamos juntos. Não fomos contemporâneos na Aman e tampouco servimos juntos".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual seria, portanto, o assunto tratado naquela reunião com Elcio Franco?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Consta da memória que está à sua disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pediria que V. Sa. respondesse porque V. Sa. está obrigado a responder todas as perguntas que não o autoincriminam...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre esse ponto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e V. Sa. se comprometeu em falar a verdade.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só não pode, repito, responder aquilo que possa eventualmente incriminá-lo. O que não puder incriminá-lo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

V. Sa. estará obrigado a responder. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito precisa, sim, das suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, eu queria somente aqui destacar para o Coronel Helcio Bruno, para a douta defesa, o item dez da decisão de S. Exa. a Ministra Carmen Lúcia, que diz *ipsis litteris* o seguinte:

> Pelo exposto, defiro parcialmente a liminar requerida para assegurar ao paciente, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito "da Pandemia", a) o direito de "ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei nº 8.906/94" [garantia assim assegurada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Destaque nosso]; b) de "não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo e, via de consequência, de se manter em silêncio e não ser obrigado a responder às perguntas que possam lhe incriminar, sendo-lhe [e aqui eu queria destacar, Sr. Helcio Bruno], contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrigados nesta cláusula"; c) de "não ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva [obviamente que não será tomada por conta desta Comissão, em virtude do respeito à decisão de S. Exa. a Ministra Cármen Lúcia e em respeito ao Supremo Tribunal Federal] [...]

Eu só queria aqui destacar esse trecho da decisão de S. Exa. a Ministra Cármen Lúcia.

V. Exa. tem o direito ao silêncio em relação aos fatos que eventualmente lhe incriminem, mas eu peço sua compreensão para responder aqueles fatos que obviamente não acarretam, objeto desta investigação, e que já foram, inclusive, ditos por V. Sa. na preliminar.

Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, devo repetir a pergunta feita anteriormente: qual seria o assunto tratado nessa reunião com o Elcio Franco?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, o assunto consta em ata-memória da Secretaria Executiva, que eu acabei de lhe passar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Diante disso, Sr. Relator, eu faço, então, questão aqui de fazer a leitura da ata, porque eu acredito que talvez da ata decorrerão questionamentos.

A ata diz o seguinte: "A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, com a participação de representantes do Instituto Força Brasil, Senah, Davati e BR MED Saúde Corporativa, para tratar sobre vacinas contra a covid-19".

Eu queria agradecer inclusive ao Coronel Helcio, porque até agora nós não tínhamos tido acesso à memória dessa reunião, embora tivesse sido aprovado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em mais um flagrante desrespeito, Sr. Relator, do Ministério da Saúde às decisões eivadas desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, pelo menos, tivemos acesso a esta ata.

E, no primeiro aspecto, queria só perguntar ao Sr. Coronel Helcio quem era a BR MED Saúde Corporativa, que me parece que é um ator novo que comparece a essa reunião. V. Sa. conhece?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – A BR MED participou da reunião porque era o grupo interessado na regulamentação da Lei 14.125, pelo qual nós fizemos o pedido da agenda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Qual é a lei?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Coronel está se referindo à lei que foi aprovada pelo Congresso, mas eu acho que vamos ter uma divergência sobre qual a lei de fato a que estava se referindo.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, essa lei, Senador, me perdoe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... ela, a 14.125, ela, esse projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, mas já era lei; 14.125 já é lei.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, ela foi promulgada no dia 10 de março. Quando nós pedimos, ela não havia sido ainda promulgada; por isso, havia um espaço para, eventualmente, buscar uma melhor estruturação, um aperfeiçoamento no seu conteúdo, e esse foi o objeto do nosso pedido.

No entanto, quando a lei foi promulgada no dia 10, a reunião se manteve, mas aí foram tratados aspectos operacionais da própria lei, conforme o senhor pode ver aí, escrito na memória.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Prosseguindo aqui, na ata, Sr. Relator: "O Sr. Cristiano Carvalho registrou que seria representante da Davati, que teria 400 milhões de doses de vacina da AstraZeneca à pronta-entrega". Pasmem que essa reunião foi marcada com as 400 milhões de doses da AstraZeneca da Davati.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Esse seria o tema da reunião?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Está aqui: "O Sr. Cristiano Carvalho registrou que seria representante da Davati, que teria 400 milhões de doses de vacina da AstraZeneca à pronta-entrega, que já haviam oferta ao Ministério da Saúde há 60 dias. Afirmou que o lote de vacinas estaria na França e disponíveis em 72 horas". Prossegue a ata: "O Secretário-Executivo informou que havia um cenário de escassez de vacinas e que a União Europeia havia proibido a exportação". O Secretário-Executivo se refere ao Sr. Coronel Elcio Franco. "... e que havia proibido a exportação de vacinas.

Assim, havia a necessidade de confirmar a disponibilidade e o acesso a essas vacinas, uma vez que a União Europeia não deixa exportar para fora da Europa. Além disso, registrou a necessidade de representação no Brasil para os processos de aprovação da Anvisa e importação, bem como o envio de documentos, o que evidencia a vinculação da Davati com a AstraZeneca e a disponibilização das doses".

Este parágrafo, chamo a atenção dos senhores membros da CPI e do Sr. Relator.

No parágrafo seguinte diz o seguinte: "O Sr. Helcio Bruno disse que a Davati seria uma empresa de cotas de vacinas".

Eu lhe pergunto: O senhor não tinha dito que o senhor tinha ido para essa reunião por conta da Lei 14.125?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, se observar no meu depoimento, no dia 09 de março, quando a reunião no ministério já havia sido devidamente agendada e confirmada, o Sr. Reverendo Amilton...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quanto tempo durou entre o pedido da agenda e a confirmação dela?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Foi pedido no dia 03, não lembro, mas nos próximos dias foi confirmada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Próximos dias significa o quê em português claro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Seria 03, 04, 05.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi pedido no dia 03 e a reunião se realizou no dia 12, então, nesse intervalo foi confirmado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente no momento, só para que todos possa acompanhar, em que o Governo se recusava a pelo menos responder as ofertas feitas pela OMS, pela Pfizer e pelo Butantan.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O contrato com a Pfizer ainda não tinha sido sequer assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se nós tivéssemos comprado as vacinas na hora certa, nós teríamos evitado um número significativo de mortes, não é?

Mas o governo no seu melhor estilo, recusava-se a negociar com esses laboratórios, com essas empresas que tinham filtros rígidos de *compliance* e preferia negociar com esse tipo de lobista, de vigarista, na improvisação de querer pedir propina em função da falta de controle.

Alguma coisa mais, Presidente? Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, pode prosseguir.

Eu vou disponibilizar para todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito a memória desta reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito importante, inclusive para mim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, prossiga, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, nós já sabemos qual o assunto tratado nessa reunião com o Elcio Franco.

Essa memória nos traz também informações e o Senador Randolfe já destacou aqui que nós não tínhamos, ou seja, da precisão, da formalidade, da oferta das 400 milhões de doses de vacinas da Davati, que, segundo informações da memória, também estaria disponível para ser entregue em 78 horas.

Eu peço, por favor, à Izabelle para colocar o vídeo 3 rapidamente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Instituto Força Brasil tinha algum interesse no mercado privado de vacinas contra a covid-19?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Relator, só complementando aqui, o Instituto Força Brasil já celebrou algum tipo de contrato ou termo de parceria com órgãos públicos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Fabiano Contarato pergunta – e nós agradecemos a pergunta – se o Instituto Força Brasil assinou algum contrato com o setor público.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca assinou?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Nunca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O Instituto Força Brasil jamais recebeu qualquer centavo do poder público e nem poderia receber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que outras pessoas facilitaram ou possibilitaram a realização de reuniões de V. Sa. com membros do Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é por orientação do advogado. V. Sa., repito, só pode se recusar a responder as perguntas que o autoincriminem, e não vejo que é o caso dessa pergunta que acabo de fazer.

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A palavra com a douta defesa.

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA (Pela ordem.) – Apenas um esclarecimento de ordem técnica: tanto a Ministra Cármen Lúcia como o Ministro Fux, em consulta realizada por esta CPI, ambos deixaram registrado em suas decisões que o direito em decidir sobre o silêncio é exclusivo do convocado, cabe a ele manifestar-se se é o caso ou não, por orientação de sua defesa, de responder a pergunta, sob pena de não autoincriminar.

Então, a defesa, em respeito às decisões judiciais e em respeito ao exercício da ampla defesa, fez diversas ponderações ao depoente e dezenas de perguntas que serão formuladas. Assegurando a ele o direito da ampla defesa, ele irá exercer o direito do silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu queria dizer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Parece que a Senadora Simone Tebet quer contraditar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Apenas para poder deixar muito claro, Sr. Presidente, que a subjetividade vale para ambas as partes. Isso está implícito na decisão do Supremo Tribunal Federal, até porque tivemos contato com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Fux. Eu estava ao lado do Presidente desta CPI quando nós tivemos a análise da interpretação do despacho da decisão do Ministro Fux. É verdade que o depoente tem o direito de permanecer calado porque tem o direito constitucional de não produzir provas contra si mesmo, mas naquilo que não o incrimine ele é obrigado a dizer a verdade e, mais, ele é obrigado a responder às perguntas. Se é, por parte do depoente, o direito subjetivo de permanecer calado, também é subjetiva a interpretação se aquela pergunta que está sendo feita pelo Relator ou qualquer membro desta Casa irá ou não incriminá-lo, e nesse aspecto o Presidente da CPI tem o poder, sim, de dizer: "Esta pergunta não o incrimina, e eu gostaria de ouvir a sua resposta", e lá na frente podemos discutir na esfera judicial.

Mas o mais importante é deixar claro para o depoente, testemunha, que tome muito cuidado com o que diga, porque, se o que disser também não corresponder à verdade, isso é crime de falso testemunho, e nós poderemos utilizar de qualquer instrumento legal de investigação nos termos da Constituição para puni-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Vamos... Esta Presidência ouviu a douta defesa, ouviu a contradita da Senadora Simone Tebet. Vamos prosseguir com a inquirição, a parte do Relator, e, à luz, inclusive, da decisão da Ministra Cármen Lúcia, nós procuraremos, dentro do possível, buscar a colaboração do Coronel Helcio Bruno às inquirições que aqui forem surgindo. Destaco que obviamente, à luz da decisão de S. Exa. a Ministra Cármen Lúcia, o item 6 ressalva não ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

ou restritiva de direitos em razão do exercício amplo do seu direito de defesa. Nós somos os primeiros a respeitar as decisões do Supremo Tribunal Federal e assim nos comportaremos, em especial, em relação a este dispositivo. Aliás, eu saúdo a conversão do Coronel Helcio Bruno aos ditames do Estado democrático de direito: o seu Instituto Força Brasil outrora também advogava o fechamento do Supremo Tribunal Federal. É paradoxal ele agora ter recorrido a ele e compreender como é importante termos democracia e termos direitos individuais.

Relator Renan, prossiga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma conversão digna de registro, com relação ao Supremo Tribunal Federal, como também, pelo que nós estamos vendo aqui, há uma outra conversão que precisamos registrar: o presidente de um instituto negacionista – não é? – que vendia vacina. Isso é de uma contradição inacreditável!

E eu queria também, Sr. Presidente, lembrar que, a cada pergunta que não for respondida, eu vou indagar exatamente de o porquê da não resposta, exatamente de que forma isso autoincriminaria o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Perfeitamente, Sr. Relator.

Pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, repetindo a pergunta: que outras pessoas possibilitaram ou facilitaram as reuniões do depoente com membros do Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, a reunião do dia 12 ocorreu mediante pedido formal do IFB, no dia 3 de março, indicando qual era o objeto da reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E as outras reuniões?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Só tivemos reunião no dia 12 março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes V. Sa. esteve no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito à questão do Ministério da Saúde, seus servidores e ex-servidores, eu sigo a orientação dos meus advogados e permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja a contradição, eu fiz uma pergunta anterior, de que outras reuniões aconteceram, e o depoente diz que não aconteceu nenhuma outra reunião. Eu faço a pergunta seguinte: quantas vezes V. Sa. esteve então no ministério? E ele...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, eu respondi com respeito ao episódio que está relatado na minha declaração. Mais do que isso, eu uso a orientação dos meus advogados e permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que pessoas V. Sa. se reuniu no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, a declaração deixa claro que nós pedimos formalmente essa audiência, recebemos e nos encontramos, no dia 12, com as pessoas que estão indicadas na memória.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só lembrando, Sr. Relator, que estavam presentes à reunião o Coronel Antônio Elcio Franco, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde; Sr. Marcelo Pires, Diretor de Programas, se eu não me engano; Luana Gonçalves, assessora do gabinete; Cleverson Boechat Tinoco Ponciano, assessor da Secretaria Executiva; Max Nóbrega de Menezes Costa, Coordenador-Geral da CGP Clean; Helcio, o próprio Coronel Helcio Bruno aqui presente; Igor Morais Vasconcelos, do Instituto Força Brasil também;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Cristiano Carvalho, da Davati; Luiz Paulo Dominguetti, da Davati; e Vander Corteze, da BR Med Saúde Corporativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, a exibição do vídeo 4, Izabelle.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a relação de V. Sa. com o Sr. Lauricio Monteiro Cruz, que foi Diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, eu não conheço e ele não faz parte daqui do contexto de que eu participei no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. negocia ou negociou outros produtos de saúde junto ao ministério?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O IFB não negocia absolutamente nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como a Davati chegou a V. Sa.?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação aos acontecimentos, a Davati participou dessa reunião, sendo solicitada a sua presença pela Senah, e eles participaram, chegaram no dia 12, instantes antes da reunião, participaram da reunião, e, naquele dia 12, nunca mais os encontrei. Eles participaram de acordo com a orientação da Senah. Eu não sabia quem era representante da Davati. Os representantes da Davati foram chamados pela Senah. A Senah orientou, fez o contato, e eles apareceram na reunião do dia 12, pela manhã, participaram, e, naquele mesmo dia 12, não os vi mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Lembrando, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... que a nossa participação nesse episódio começou no dia 9 e foi finalizada na reunião com o Secretário-Executivo, quando ele determinou quais eram as condições que precisavam ser atendidas, conforme se vê na memória, e me parece que esse assunto se esgotou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Coronel, BRMed e Beep Saúde são a mesma coisa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu acredito que sim, não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É importante, Sr. Relator...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Mas é a mesma pessoa que estava tratando desse assunto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu não captei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu perguntei se BRMed e Beep Saúde são a mesma coisa. O Coronel respondeu que acredita que são. A BRMed estava presente na reunião e está registrado na ata.

Eu quero trazer aqui a esta Comissão, Sr. Relator, senhoras membros e senhores membros, a seguinte declaração dada por um executivo da Beep Saúde:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

> A reunião dos coronéis aconteceu na manhã do dia 12 de março e estava prevista na agenda oficial do ministério. Mas não era para falar com a Davati e, sim, para tratar do "Contrato Beep". Em tese, deveria servir para o dono de uma rede privada de vacinação do Rio de Janeiro [repito], em tese, deveria servir para o dono de uma rede privada de vacinação do Rio de Janeiro, a Beep, dar sugestões para regulamentação da lei que permitia a compra de vacinas para o setor privado [...]. Mas a pauta da Davati tomou a maior parte dos 15 a 20 minutos reservados para os visitantes. Segundo um executivo [...] da Beep, o presidente da empresa ficou atrás do grupo no fundo da sala, enquanto Dominguetti Carvalho e o Reverendo Amilton Gomes de Paula falavam da proposta das 400 milhões de doses da AstraZeneca – que havia começado a ser discutida a um preço de US$3,50, mas já estava cotada a US$17,50 por dose.

Temos um personagem a mais, Sr. Relator, que me parece ser a Beep Saúde, que também estava nessa reunião. E veja que paradoxal: quando a lei que havia sido sancionada só falava da aquisição de vacinas após os grupos prioritários serem vacinados, eles já estavam tratando sobre a regulamentação.

Não sei se é coincidência – e eu acredito que não seja –, no dia seguinte, é apresentado o projeto de lei da vacinação privada na Câmara dos Deputados, que é aprovado em prazo recorde.

Eu acho que nós estamos com peças se encaixando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para eu refrescar a minha memória, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem propôs essa alteração foi, por acaso, o Deputado, Líder do Governo, Ricardo Barros?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O próprio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunta feita pelo Senador Rogério Carvalho, para a qual gostaríamos de obter a resposta do depoente. (*Pausa.*)

Evidentemente, não o incrimina essa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Como Relator.) – Só recuperando a pergunta do Senador Rogério Carvalho, se a alteração ao projeto de lei é a alteração proposta pelo Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros, que era tema dessa reunião.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – O assunto que foi tratado do PL 14.125, antes da sua promulgação, era no sentido de buscar algum aperfeiçoamento ou que melhorasse as condições para que a iniciativa privada pudesse fazer as suas aquisições. O texto indicava que metade deveria ser cedida ao SUS e a outra metade deveria ser utilizada gratuitamente desde que o grupo prioritário fosse atendido. No dia 10, dois dias antes, o PL foi promulgado. Então, aquela tentativa de fazer alguma argumentação ainda antes da promulgação da lei se esvaziou completamente. Então, o assunto que foi tratado na Secretaria Executiva, inclusive, está relatado na própria memória. O senhor pode ver aí o que foi tratado por eles. Foi uma reunião de 15 minutos. (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, pode prosseguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continuando, qual é exatamente a sua relação com o Sr. Luiz Paulo Dominguetti?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu já relatei aqui. Eu conheci o Sr. Luiz Paulo Dominguetti – não me lembro nem que ele é – na manhã do dia 12. E, desde o dia 12, nós nunca mais nos vimos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como V. Sa. conheceu o Sr. Cristiano Carvalho?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu o conheci no dia 12, na reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. encontrou com ele em Brasília em algum momento? Para quê?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, ele foi convidado para participar da reunião como representante da Davati. E, como tal, ele foi recebido e encaminhado à Secretaria Executiva e participou da reunião, conforme o senhor está vendo aí na memória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. falou aqui, há pouco, que nunca esteve em jantar com o Dominguetti. É isso mesmo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Exatamente. Nunca participei de qualquer jantar com o Sr. Dominguetti, até porque nem o conhecia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para a Izabelle, por favor, exibir a foto nº 6. (*Pausa.*)

O depoente acaba de afirmar, mais uma vez, que nunca esteve em jantar com o Dominguetti. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos aí?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor... (*Pausa.*)

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, isso aí é na residência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia explicar essa foto, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Essa foto é na residência do... Você está vendo ali. É da Senah. E foi imediatamente após a reunião do dia 12, num almoço. Fomos convidados pelo representante da Senah para almoçar com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja de que forma V. Sa. trata esta Comissão Parlamentar de Inquérito! Disse aqui – insistiu – que nunca tinha participado de jantar...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não é jantar. Isso foi um almoço....

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é jantar, é almoço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é jantar, é almoço.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, o senhor estava perguntando sobre jantar que houve antes da reunião. Quando terminou a reunião, no dia 12, na Secretaria Executiva, estávamos em *lockdown*, os restaurantes estavam fechados, o Reverendo Amilton nos convidou pra almoçar nessa residência. Participamos do almoço, pode ver ali que está o Marcelo, participou da reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Ainda fizeram aglomeração. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sem máscara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Coronel, mas veja o seguinte: o senhor disse que não tinha nenhuma intimidade. Pela foto, tem intimidade bastante.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Intimidade? Foi um almoço, convidado pra um almoço, está com fome, vai comer. Não tem intimidade nenhuma nisso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é essa a questão, Coronel. A questão é que V. Exa. está, ou V. Sa. está numa Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal. Eu alertei V. Sa.: V. Sa. tem o direito de ficar calado, mas V. Sa. não tem, com o *habeas corpus* da Ministra Cármen Lúcia, o direito de mentir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mentir, não pode; não pode mentir.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu não menti.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. acabou de faltar com a verdade. Almoço ou jantar, a pergunta do Relator foi: o senhor tinha intimidade ou não com o nome proposto? V. Sa. jantou ou não, teve alguma comunhão de mesa...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A senhora falou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com os personagens? E V. Sa. disse mais de uma vez que não.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso é faltar com a verdade, e V. Sa. não tem um HC para mentir nesta CPI.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não faltei com a verdade. Me foi perguntado sobre um jantar. Eu fui convocado a esta CPI por conta de ter participado supostamente de um jantar no dia 25 de fevereiro, quando se falou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. Me permita, Coronel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é verdade também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é isso também. Também não é verdade. V. Sa., só pra esclarecer...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se isso foi usado como argumento no Supremo, caberia à Ministra novamente discutir o teor desse...

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em nenhum momento, V. Sa. foi acusado de participar desse jantar. Não é o mesmo jantar de que se está falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é acusado de ter favorecido a ida da Davati para a oferta dos 400 milhões de doses. É exatamente essa a acusação.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, cumpre salientar e esclarecer que, ao ser perguntado se participei de um jantar, eu julguei que se referia a esse jantar que houve e foi mencionado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas só esclarecendo...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – E esse momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio, só esclarecendo: a razão de sua convocação aqui é eventual tráfico de influência seu para a realização dessa reunião dia 12 de março, em que existia um contexto de propina de US$1 por vacina, e que poderia até ser mais. A razão é esta, só para que fiquem claras as razões de convocação de V. Sa. a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A douta defesa pediu pela ordem. Por gentileza.

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA (Para expor.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só a título de esclarecimento, de boa-fé, quando foi realizada a pergunta pelo eminente Senador Renan Calheiros e foi dito se ele participou de um jantar e ele respondeu que não, existem diversas afirmativas contra o depoente no sentido de que ele teria... E aqui consta, inclusive, dos relatórios desta CPI, inclusive do requerimento aprovado por esta CPI, que ele teria participado de um jantar em referido restaurante, juntamente com Marcelo Blanco, e, aqui, narra-se esse jantar. Então... Não, está aqui no documento, é o requerimento, Excelência. Isso está documentado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, para dirimir qualquer dúvida...

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – Não, só para concluir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para dirimir qualquer dúvida...

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – ... quando ele respondeu que não participou do jantar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço...

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – ... a esse jantar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que V. Exa. reproduza a apresentação do depoente no que se refere exatamente sobre o jantar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cadê a apresentação?

Se o depoente quiser fazer a leitura... Está com o senhor?

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – Está, sim.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A declaração?

O SR. JOÃO CARLOS GONÇALVES KRAKAUER MAIA – Isto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – "Igualmente informo que jamais participei de qualquer reunião ou encontro no qual teria sido oferecida ou solicitada vantagem indevida por quem quer que seja e também informo que jamais estive presente em qualquer jantar com o Sr. Luiz Paulo Dominguetti...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está aí.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... muito menos...".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está aí.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Qualquer jantar. É um jantar... Não é jantar, é...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio, me permita; douta defesa também me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, pelo amor de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é feio. Isso é muito feio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Existiu uma grave... V. Sa., na sua preliminar...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – E ainda digo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... muito menos naquele que teria ocorrido dia 25...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ressalvou esse. É por isso que é feio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque, na medida em que ressalvou, implica que negou a possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... utilizou de omissão...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja, Coronel, me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é muito feio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me permita, Coronel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É muito feio.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse parágrafo...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu não posso ser incluído numa questão grave como essa, como tivesse faltado a verdade... A partir dos episódios todos de que eu tomei conhecimento, falei que, naquele dia 12, nós não nos vimos mais. Nós participamos da reunião. O Reverendo nos convidou para participar de um almoço. Fomos até o almoço e acabou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Como o Reverendo soube que o Instituto Força Brasil tinha agenda com o Governo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio, o Relator fez uma pergunta.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu vou me basear aqui na minha declaração.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – "Acontece que, no dia 9 de março, quando a reunião no ministério já havia sido devidamente agendada e confirmada, o Sr. Reverendo Amilton, pessoa que até então eu não conhecia, compareceu no IFB. No encontro, o Reverendo Amilton informou que uma empresa de nome Davati pretendia oferecer uma grande oferta de vacinas ao Ministério da Saúde, mas que precisavam esclarecer ao ministério a forma como que poderiam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

disponibilizar as vacinas, pois, embora não fossem representantes diretos do laboratório produtor das vacinas, eles teriam uma alocação de doses. Por isso, o Sr. Amilton aventou a possibilidade de o IFB compartilhar sua agenda no Ministério da Saúde com os representantes de tal empresa, para que eles pudessem explicar ao ministério as condições de sua oferta de vacinas. Em razão desse pedido de compartilhamento de uma pauta que já estava agendada para 12 de março, foram considerados três aspectos pelo IFB. O primeiro é que a pauta da reunião seria a vacinação privada e, caso o País recebesse doses suficientes para imunizar os grupos prioritários, isso permitiria o início mais célere da vacinação privada, que era o objetivo último da reunião. Lembrando que isso é dia 9; dia 10 a lei foi promulgada. Em segundo lugar, foi feita uma breve pesquisa a respeito do trabalho da empresa Davati e, a princípio, não encontramos nada que a desabonasse. Por último, é sabido que o Ministério da Saúde possui um procedimento extremamente rigoroso para a compra de qualquer insumo médico, razão pela qual o ministério certamente faria uma profunda averiguação sobre a seriedade e a higidez do negócio que lhe seria proposto e, caso houvesse qualquer mínima possibilidade de irregularidade, evidentemente o Ministério da Saúde não evoluiria nas negociações".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o Reverendo soube – é a pergunta – que o IFB tinha agenda com o Governo, com o Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Ele soube no momento que comentou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como soube, já que o senhor disse que não o conhecia? Em que momento ele soube que o IFB, que é presidido por V. Sa., tinha agenda com o Ministério da Saúde, com o Governo? É uma pergunta concreta, pontual, objetiva. Gostaríamos de obter uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – No encontro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Acontece que, no dia 9 de março...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio... Coronel Helcio, por gentileza, douta defesa, eu queria só chamar atenção: esta Comissão sempre assegurará as prerrogativas e os direitos fundamentais, que são, inclusive, assegurados pelo Supremo Tribunal Federal, e, obviamente, todas as prerrogativas dos advogados, mas eu queria advertir para o art. 204 do Código de Processo Penal, que diz, *ipsis litteris*, o seguinte: "O depoimento será prestado oralmente [V. Sa. o fez], não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito. Parágrafo único. Não será vedada à testemunha, entretanto, breve consulta a apontamentos".

V. Sa. pode fazer consulta a apontamentos à vontade, V. Sa. pode pedir um tempo para dialogar com a defesa. Agora, eu queria pedir à douta defesa e a V. Sa. o cumprimento e o respeito ao art. 204 e a seu parágrafo único do Código de Processo Penal.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, baseado no que o senhor está propondo, está dizendo, a minha defesa está pautada na minha declaração e na preservação do meu silêncio naqueles pontos que o meu advogado me orientou. Portanto, é a declaração e, fora isso, eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Continuando: que tipo de acordo ou acerto V. Sa. firmou com a Davati para que encaminhasse seus representantes ao Ministério da Saúde em audiência anteriormente marcada para o Instituto Força Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a motivação para tanto e o que foi oferecido em troca dessa aproximação com o Governo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. teve alguma tratativa diretamente com o Sr. Herman Cárdenas, dono da Davati?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De novo: qual a sua relação com o Reverendo Amilton Gomes de Paula?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Relator, V. Exa. me permite só uma complementação? Eu serei breve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, claro! Por favor, Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Temos notícia, depoente, de que o senhor atuou como representante comercial junto ao Ministério da Defesa em contratos de US$33 milhões, e esta CPI investiga justamente isto: a tentativa de representantes comerciais de venderem vacinas para o Ministério da Saúde.

Por isso, é importante entender qual era a sua atuação profissional para além do Instituto Força Brasil. São perguntas que devem ser respondidas porque se referem a fatos anteriores.

O senhor confirma que atua ou atuou como representante comercial?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Como representante comercial, jamais.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Atuou como o quê?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sou consultor de defesa e segurança.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Da empresa Suntech Soluções de Inteligência?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, a Suntech é uma cliente.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Esses contratos foram na ordem de US$33 milhões com o Ministério da Defesa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Desconheço o valor. Não trato de assuntos comerciais. Sou consultor de defesa e segurança na área operacional.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Só para eu entender, qual o tamanho do orçamento do Instituto Força Brasil? Qual o orçamento do instituto?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O orçamento do Instituto Força Brasil nesse momento está na ordem de R$25 mil.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O *site* Força Brasil afirma que é referência em gestão de excelência. Que tipo de gestão?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Gestão em excelência...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Qual é a gestão de excelência? Está no *site.*

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O IFB vive de acordo com as suas condições.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Mas aqui está falando que é excelência em gestão. Eu estou perguntando... A pergunta é simples: qual é... Me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

exemplifica qual é o exemplo de gestão de excelência que o Instituto Força Brasil proporciona à população brasileira.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, o instituto possui poucos meses de funcionamento desde a regulamentação do seu estatuto. Nós estamos numa fase de implantação, que é definição de objetivos...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu só vou recordar ao senhor, aspas, isso está lá no *site*: "celeiro de inteligência a serviço do Brasil". Que tipo de inteligência o instituto já produziu para o Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O Instituto Força Brasil tem um conselho consultivo nessa fase ainda de implantação.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Que não produziu nada... É mais *fake news* do que tudo. Me perdoe, Relator, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Os parceiros, por favor, do Reverendo Amilton no negócio da vacina contra a covid foram apresentados de que forma a V. Sa.? Quando?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio. Eles se apresentaram... Os representantes da Davati foram chamados e se apresentaram no dia 12, antes da reunião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em quais outras oportunidades V. Sa. se encontrou com o Reverendo Amilton?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

E nós temos... Reuni no dia 9, me reuni no dia 12.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual sua relação com Roberto Ferreira Dias?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não o conheço, nunca estive com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tratou diretamente com ele ou com algum representante dele a respeito das vacinas?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Ainda que isso esteja dentro da orientação do meu advogado, eu digo que jamais encontrei Roberto Dias para tratar coisa nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. conhece o Coronel Marcelo Blanco da Costa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, tampouco conheço o Coronel Marcelo Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem algum relacionamento com outros militares que atuavam no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para lembrar, quando o General Pazuello foi para o Ministério da Saúde, levou mais de 60 militares, a maioria na reserva. Só em cargos de direção, 26 foram nomeados, sem nenhuma especialidade. Por isso, o Brasil teve o desempenho que teve no enfrentamento da pandemia.

Algum agente público pediu vantagem a V. Sa. tanto para que V. Sa. chegasse ao Ministério da Saúde ou diretamente sobre a venda de vacina?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação com o ex-Ministro Eduardo Pazuello?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que V. Sa. solicitou para facilitar a aproximação entre negociadores paralelos de vacina, Dominguetti, Cristiano e outros, e o Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que foi acertado ou prometido como comissão ou outro tipo de participação para que V. Sa. fizesse essa aproximação?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação de meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quais Parlamentares V. Sa. tem relação?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Presidente da República?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Conheço o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece o Presidente da República.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já se encontrou com ele pessoalmente quantas vezes?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Em 2000... O Presidente da República é meu contemporâneo na Academia Militar. Ele é da turma de 1977, e eu sou da turma de 1978. Ele era atleta de pentatlo militar, eu era atleta de esportes coletivos. Não tínhamos nenhum contato naquela época. Posteriormente, ele seguiu a vida pública, vida política. E, em 2016, quando ele manifestou que estaria concorrendo ao cargo de Presidente da República, aproveitei, fiz uma visita e declarei a ele que nós poderíamos ajudá-lo dentro da nossa esfera de ação. Criei um grupo de trabalho JB18, e nós reunimos algumas pessoas para colaborar com ele. No ano de 2017, eu sofri duas intervenções cirúrgicas no meu quadril para colocar prótese e me afastei completamente da sua trajetória. Em 2018, eu acompanhava o trabalho do jornalista José Woitechumas, programa direto de Brasília. Era um programa de entrevistas, e ele me convidava para fazer algumas participações. E, numa daquelas ocasiões, o Presidente participou da entrevista dele, e eu o encontrei naquele momento. Então, durante a campanha, foi o último momento. Posteriormente, já quando o Presidente foi empossado, um pequeno grupo de militares da turma de 1976 – e eu conhecia um deles – foi fazer uma visita de cortesia ao Presidente. E eu, que tinha participado, digamos, numa primeira fase da sua campanha, o ajudando de alguma maneira, solicitei a eles se eu poderia ser incluído para cumprimentar o Presidente, uma vez que nunca mais tivemos qualquer contato. E foi o que aconteceu. Se não me engano, foi no dia 8 de março de 2019, quando eles fizeram essa visita, e eu solicitei, de maneira que eu pudesse participar e cumprimentar o Presidente. E que eu me lembro, foi a última ocasião que estive com ele. O Presidente não é da minha relação próxima. E é isso que eu tenho que declarar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos encontros com membros do Governo Federal V. Sa. já articulou, inclusive para tratar de vacinas.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esse ponto, por orientação de meus advogados, permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Que pessoas V. Sa. conhece na Presidência da República?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Por orientação de meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator...

Podemos voltar à foto que foi apresentada aqui pelo Sr. Relator novamente? O senhor pode descrever quem está à esquerda na foto?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não lembra quem estava almoçando com o senhor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não me lembro. São pessoas... Eu fui convidado pra ir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, deixa eu lembrar para o senhor. Quem está à esquerda é o representante da Beep Saúde, que, como o senhor mesmo disse, estava presente na reunião que antecedeu esse almoço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, segundo informações que nós recebemos, era uma empresa que prometia vacina a domicílio, é uma empresa privada que prometia vacina a domicílio.

Então, Sr. Relator, pode perceber que, logo após a reunião, ocorreu um comensal com todos os integrantes da reunião, um almoço íntimo, presente, e com todos envolvidos no negócio: o Dominguetti, mais à frente, está lá o Reverendo Amilton, está aí o representante da Beep. Então, percebemos que é um comensal com todos que estavam envolvidos no negócio. Causa espécie. Talvez seria importante saber o que comemoravam nesse almoço logo em seguida.

Muito obrigado, Sr. Relator.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora.) – Desculpa, Sr. Presidente, só pra eu acompanhar também e formular as minhas perguntas: rapidamente, o depoente poderia dizer quem são os administradores e os diretores do *site* Força Brasil. Quem são os diretores do *site* ou membros?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senadora, com respeito à nossa plataforma, nós tivemos dificuldades. Essa plataforma é a terceira que a gente está tentando operacionalizar. Nós não temos mais do que 400 seguidores na nossa rede. Passamos por dificuldade, perdemos o domínio, tivemos que trocar o domínio. Então, esse é um assunto que nós somos carentes e estamos procurando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, eu só gostaria de saber quem são os diretores do *site.*

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Quem operacionaliza o *site*?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem são os diretores, os membros do *site.*

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Hoje quem está cuidando do *site* é o Coronel Aguiar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coronel o quê?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Aguiar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É da reserva?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É da reserva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Somente ele é o administrador?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, ele que...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E V. Sa.?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... está coordenando os trabalhos, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E quem tem poder de mudar, retirar página, compartilhar?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, ele que tem feito a gestão da página.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. não manuseia?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, muito pouco, eu interfiro muito pouco nessa área.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Muito obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Aliás, a minha consideração com respeito à comunicação é que o IFB se limite a questões institucionais. Eu mesmo, na minha maneira pessoal de me relacionar, pretendo tomar uma postura mais cautelosa e também não me engajar em questões polêmicas e políticas, até porque eu estou recuperando o meu ministério espiritual; tenho um *site*.

A palavra de Deus é de graça, e eu, a partir de 2012, por conta de necessidade de trabalhar, de uma certa forma, me afastei da minha vocação espiritual e digo que essa situação mudou, e eu pretendo assumir fortemente a minha vocação espiritual. Portanto, o engajamento político não combina com essa atividade, e eu pretendo assumir essa postura.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu parabenizo V. Sa., e V. Sa. podia começar expiando os pecados de V. Sa., pedindo desculpas a esta CPI, porque, ao mesmo tempo em que fala que, a partir de agora, quer ter um *site*, os Twitters de forma institucional, V. Sa. foi muito infeliz quando chamou esta CPI de espetáculo circense e foi pior, é importante dizer, "picareta ouvindo picareta". O tema é exatamente este: "Picareta denunciando picareta, todos julgados por picaretas". Interessante que V. Sa. esteve com um picareta que denunciou outro picareta, e agora está diante de, entre aspas, "picaretas" que estão julgando todo o processo. E, só para lembrar, há uma diferença entre a lei de Deus e a lei dos homens; V. Sa., quando julgou todos nós, chamou todos nós de picaretas, infringiu o Código Penal, porque injuriou cada membro desta CPI. Então, acho que um pedido de desculpa evitaria qualquer tipo de processo criminal contra V. Sa.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com certeza, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Prosseguindo, Senador Humberto Costa é o primeiro inscrito após o nosso Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores... Coronel Helcio Bruno, seja bem-vindo aqui ao Senado Federal, à CPI.

Eu queria começar perguntando a V. Sa. aqui: à frente do Força Brasil, não somente produziu notícias que não correspondem à realidade sobre o enfrentamento à pandemia, inclusive sobre vacinas, como também reproduziu *posts* até mais graves, inclusive tratando de um tema que é o da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

vacinação, o drama do Brasil, que ainda existe, que é a lentidão com que a população está sendo vacinada e o número de mortes que tem acontecido no nosso País.

Eu queria começar perguntando a V. Sa.: V. Sa. se vacinou?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu fui infectado pelo vírus da covid e estou aguardando o período para poder fazer a minha vacina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. vai se vacinar?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Provavelmente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual a vacina ou qualquer uma?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu ainda não sei – eu ainda não sei. Na minha casa, meu filho mais velho se vacinou, meu filho do meio se vacinou, meu filho mais novo também se vacinou, minha nora, que está grávida, não se vacinou por orientação médica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem, bom que V. Sa. tenha mudado de opinião sobre a importância e a relevância das vacinas.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, me perdoe, eu queria fazer uma consideração.

A questão de postagem não necessariamente está relacionada com a opinião do IFB; é um espaço crítico que abrimos dentro do espaço da liberdade de opinião. E não somos negacionistas; entendemos, compreendemos a situação e procuramos o melhor caminho, a melhor solução para a sociedade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, na verdade, há muitos *posts* aí que são claramente negacionistas, não sei se o pessoal pode passar alguns. Se for possível, eu queria mostrar.

Fico feliz que V. Sa. tenha mudado de opinião.

Esse aqui diz respeito aos ataques ao STF. Esse é um dos *posts* de V. Sa.: "Destituição já. Art. 38, é crime do STF".

Não quero nem me referir especificamente a V. Sa., mas é uma coisa tão contraditória, porque essas pessoas...

Esse deixa aí um pouquinho.

Porque as pessoas nas redes sociais, as pessoas nas manifestações, nas falas que fazem, defendem um conjunto de ideias; portanto, elas acreditam nessas ideias e elas não acham que sejam criminosas. Só que quando a pessoa vem para cá, vem com a decisão do Supremo de que ela não pode responder sobre coisas que possam incriminá-la.

Veja qual é a consequência disso, num pensamento lógico: é que as pessoas tinham consciência de que aquilo que elas praticaram e continuam praticando são crimes. Deveriam assumir, não deveriam simplesmente chegar aqui e negar tudo o que aconteceu.

Veja o tratamento que é dado à CPI, a um Senador da República...

Pode passar.

Novamente aí a divulgação de um ato contra o Supremo.

Veja essa informação, Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Você pode voltar?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coronel...

Pode voltar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que bom que houve um avanço agora, não é, Senador Humberto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está se utilizando do Supremo aqui nesta CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive uma das que estão lá sendo propostas pelo Coronel Helcio à destituição foi quem concedeu a ele o *habeas corpus* para ele se proteger aqui.

Veja que paradoxal: uma daquelas que estão na foto, em que o Coronel Helcio pede a destituição, a Ministra Cármen Lúcia, é quem concede a ele o direito ao silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acho que descobriram ali a importância do Supremo para a democracia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E ali é chamado de pilar da corrupção, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Viva a democracia, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Viva a democracia! Viva o Supremo!

Serve, inclusive, para aqueles que conspiram contra, aqueles que querem fechar o Supremo e destituir ministros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E ele é chamado pilar da corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Ministra, ao qual ele pede a destituição, concedeu a ele o *habeas corpus*.

Está vendo se ele fosse destituído o que é que dava? Se ela tivesse sido destituída?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode passar.

Pode passar.

Muito boa referência.

Veja isso aqui.

"Israel, infecção anterior protege sete vezes mais que vacina covid da Pfizer".

Veja!

E aí, veja, é V. Sa. que está postando, não é? Não é uma questão de um debate.

Quantas pessoas que acreditaram nisso aqui?

Quantas pessoas que não quiseram se vacinar?

Quantas pessoas que acham que a vacina da Pfizer faz mal?

Talvez a da Davati fizesse bem, mas a da Pfizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sem dúvida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está dito aqui, é mais um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Será que a da Davati era mais eficaz?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Talvez, é porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Pode passar.

Aí a proposição da ivermectina.

Amanhã a ivermectina vai ser discutida aqui.

Pode passar.

Aqui, essa chegou a ser retirada pelo... Não sei se foi YouTube, o que foi aí: "A maioria das pessoas é imune ao vírus da covid, diz Karl Friston".

Veja que uma notícia dessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o nosso...

Quando alguém acredita, imagine.

Eu acho muito bom que V. Sa. esteja fazendo essa autocrítica, esse repensar, porque muitas pessoas certamente acreditaram nisso aqui.

Graças a Deus, hoje a própria população se convenceu de que a questão fundamental é a vacinação. Mais de 94% dos brasileiros querem isso.

Pode passar. (*Pausa.*)

Já falamos.

Bom, eu vou seguindo. Vocês vão passando aí, quando tiverem condição de passar.

Bom, o senhor tem alguma relação com o Coronel Roberto Criscuoli?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Roberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Criscuoli. Ele foi a pessoa que levou o Dominguetti ao Ministério da Saúde – o Dominguetti. O senhor o conhece?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a episódio do Ministério da Saúde, eu vou, por orientação dos meus advogados, permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Reverendo Amilton disse aqui que, se tivesse havido sucesso na venda da vacina da Davati, ele receberia, a entidade dele, a Senah, receberia uma doação provavelmente no exterior.

No caso do Instituto Força Brasil, se esse entendimento tivesse dado certo, haveria algum tipo de apoio em termos de recursos financeiros ou vantagens para o Instituto Força Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor já se mostrou aí uma pessoa preparada, inteligente, inclusive é consultor em defesa, com experiência internacional. Não lhe chamou a atenção essa falta de credibilidade dessa empresa Davati, das pessoas que estavam querendo envolvê-lo nessa negociação?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação a esse assunto, eu, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Aqui já é sobre esse tema da Pfizer.

Enfim, Sr. Presidente, principalmente eu acho que é importante nós apreciarmos nesse julgamento de hoje talvez até mais do que o tema da Davati, o tráfico de influência, mas isso que continua existindo, que é essa proliferação de notícias falsas no que diz respeito ao enfrentamento à pandemia.

Eu inclusive havia listado ali um grupo de postagens de alguns institutos, e eu pergunto a V. Sa. – não é possível que não possa nos responder – se o IFB dá algum tipo de apoio, se ele está por trás, se ele orienta ou pelo menos se ele apoia estes institutos aqui: Awake Giants Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a *fake news* e matéria jornalística de terceiros, eu vou seguir a orientação dos meus advogados e permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso vale também para A Verdade dos Fatos e Crítica Nacional?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Terça Livre, Conexão Política, nenhum desses? (*Pausa.*)

O.k.

O Instituto Força Brasil projetou a criação de um aplicativo para orientar o tratamento precoce. Depois o Vice-Presidente, Otávio Fakhoury, que está processado naquele inquérito que trata das organizações digitais criminosas que atentaram ou tentaram atentar contra a democracia, admitiu que o projeto não foi adiante. Esse aplicativo era o TrateCov ou algum aplicativo similar?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Boa pergunta, Senador, porque eu posso esclarecer essa questão.

O foco do IFB é buscar soluções para os indivíduos, para as pessoas, e nós entendemos que, no período da pandemia, uma grande possibilidade de infecção das pessoas era justamente no momento em que elas apresentavam os primeiros sintomas e se dirigiam ao posto de saúde ou ao hospital e, naquele ambiente ali, onde havia outras pessoas já efetivamente infectadas, elas eram contaminadas. Então, nós pensamos numa alternativa utilizando teleconsulta, de modo que a pessoa infectada tivesse a possibilidade de usar o seu telefone ou o seu *notebook* na sua casa e receber o diagnóstico do médico e a prescrição devida, sem precisar ir até a unidade de saúde ou se deslocar por ônibus ou qualquer outro instrumento e infectar.

Então, a nossa ideia era construir um aplicativo que pudesse oferecer a possibilidade de o usuário ter acesso a uma teleconsulta – e a teleconsulta evidentemente obedecendo aos critérios do médico: o médico vai fazer a sua prescrição de acordo com a sua convicção, a pessoa vai receber a orientação e não precisaria ir até a unidade de saúde. Essa era a nossa motivação, no entanto, a operacionalização dessa solução não conseguimos fazer.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Humberto, será que é a convicção comprada pela Vitamedic, que comprou a convicção dos Médicos pela Vida?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Houve algum contato neste sentido: de que pudesse haver algum apoio por parte de laboratórios farmacêuticos?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não temos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Planos de saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O que eu posso lhe dizer é que esta foi a intenção do IFB: promover ou produzir um aplicativo que pudesse favorecer o cidadão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. Vossa participou de algum entendimento para a contratação de equipamentos de espionagem junto ao Estado de Israel?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com relação a esse assunto, Senador, é que a atividade profissional nessa área segue rígidos princípios de confidencialidade, e eu não posso lhe falar sobre esse assunto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem, Sr. Presidente.

Na verdade, eu acho que esta audiência de hoje consolida mais alguns pontos que nós temos aqui o tempo inteiro falado. Primeiro o *modus operandi* do bolsonarismo, não é? Na verdade, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Coronel – e eu espero que seja muito sincero – aparentemente faz uma autocrítica em relação a certos enfrentamentos que pegou e admite, inclusive, que prefere agora caminhar por outro roteiro que não seja o da conflituosidade política. Mas o desenho é este: do que ele participou, do que ele fez, é este o desenho, quer dizer, é o ataque; é no meio da pandemia a tentativa de sabotar todas as medidas preventivas, importantes, essenciais que foram tomadas por Estados e Municípios; foi fazer ataques ao Supremo Tribunal Federal não porque o Supremo Tribunal Federal, como tal, eles considerassem que não deveria existir, mas, principalmente, pelo fato de que o Supremo impediu que o Presidente Bolsonaro transformasse esse processo de enfrentamento à pandemia em uma tragédia ainda maior.

Todos nós nos lembramos da decisão do Supremo de reafirmar que, no caso de enfrentamento a pandemias e que no caso da implementação de políticas de saúde, isso é uma atividade concorrencial entre Estados, Municípios e o Governo Federal, e foi isso que permitiu que houvesse autonomia de muitos Prefeitos e Governadores para adotarem medidas de restrição e de isolamento social, sob pena de, não tendo feito isso, nós termos aí um número muito maior do que esses 563.707.

E por último, Sr. Relator, eu acho que o capítulo das *fake news* nós precisamos aprofundar um pouco. Já temos muito material, precisamos trazer aqui – como foi feito, a pedido do Senador Randolfe Rodrigues –, as plataformas para que elas expliquem como é que essas coisas caminharam o tempo inteiro sem que houvesse uma interferência dessas plataformas, não é? Especialmente no momento que estamos vivendo agora, em que o Presidente da República acaba de mandar para o Congresso um projeto cujo objetivo é que não haja qualquer possibilidade de retirada do que quer que seja, por mais absurdo que seja, por mais dano que possa causar à nossa população. Então eu quero...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, Senador Humberto, qual foi a pergunta que V.Sa. fez a ele, e ele disse que não poderia, por questão profissional, relacionada a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente, Senadora Simone, eu iria até suscitar esse tema que V. Exa. destaca...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas eu gostaria, se ele pudesse perguntar novamente, eu gostaria de saber qual foi a resposta dada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Deixe-me reiterar, então, a pergunta, Coronel.

V. Exa. disse que, em contratos de que V. Exa. participa, não poderia declinar informações por cláusula de confidencialidade. A que contratos se refere? E qual tipo de contrato o Instituto Força Brasil participa que tem confidencialidade?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Força Brasil?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é do Força Brasil, Sr. Presidente. A pergunta do Senador Humberto foi se ele, na condição de consultor, se haveria tido qualquer interferência numa possível contratação, pelo Ministério da Defesa, de um *software* ou *hardware* envolvendo a empresa Suntech Soluções de Inteligência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que foi adquirida pela companhia israelense de nome Verint Systems, que se refere a equipamentos de Israel relacionados a serviço de espionagem no Brasil. E V. Sa... Eu não escutei a resposta, só por isso que eu...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu sou consultor da Verint, pela HBA, desde 2015.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Desculpa, qual a diferença de consultor para representante comercial?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, vamos garantir ao Coronel Helcio.

Por gentileza, Coronel.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Então, e contratação na linha operacional e técnica. Não participo de contrato; desconheço o trâmite da contratação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas V. Sa...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu sou consultor da empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas V. Sa. havia respondido para o Senador que não poderia, por questão de confidencialidade e dever profissional...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, a confidencialidade diz respeito ao contrato, ao cliente, isso está protegido. O que eu posso lhe dizer que é o meu trabalho como consultor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Mas o senhor está apenas confirmando que V. Sa. foi representante dessa empresa no Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu sou contratado, desde 2015, para trabalhar como consultor operacional.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Qual é o percentual que o senhor recebe?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para a empresa Suntech?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Na época, Suntech.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – E o percentual que o senhor recebe?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Isso é confidencial.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Confidencial com o Ministério da Defesa? Um dos princípios que rege a administração pública é o da publicidade dos atos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso não o incrimina, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É a Lei de Acesso à Informação.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação a isso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É importante apenas, Sr. Presidente, que, desde o começo, ele está dizendo... Foi perguntado ao depoente...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi perguntado ao depoente pelo Relator ou por outros Senadores se havia por parte dele, em nome dele, do instituto ou não, algum tipo de contrato que foi realizado com o poder público. Se houve, em algum momento, sucesso por parte dele na realização de contratos públicos com a administração pública, e ele havia dito que não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, agora, eu tenho a informação, nas redes sociais do próprio depoente, que, pelo menos no atualizado currículo *lattes* dele, até 29 de junho de 2020, ele se apresenta nas redes sociais como representante sênior da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

empresa Suntech Soluções de Inteligência, hoje adquirida pela companhia israelense Verint Systems. Essa empresa tem pelo menos dois contratos firmados com o Ministério da Defesa. Fala-se num valor total de US$33 milhões, mas pelo menos em um, especificamente, houve um aditivo, já neste Governo, relacionado. Por isto é que eu fiz essa pergunta para ficar muito claro aqui para que, assim, o depoente, assim, respire fundo, responda com mais vagar...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora, uma coisa é o IFB...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... as respostas para que não se incrimine aqui nesta CPI.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Outra coisa é o meu trabalho profissional como consultor operacional técnico. Não participo de negociação de contrato. Minha relação é com a empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O CPF é o mesmo, Sr. Helcio, e V. Sa. disse aqui que não tinha nenhuma relação com contratos públicos.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Contrato público?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quando eu, como advogada, como consultora, vou a um ministério do Governo Federal tentar intermediar, na função de lobista ou não, um contrato envolvendo dinheiro público... V. Sa. participou em determinado...

Eu não vou perguntar para V. Sa. e, se for para V. Sa. responder, eu prefiro nem perguntar para ele. Eu faço a afirmação e... A pergunta é para ele, não é para o advogado.

V. Sa. simplesmente intermediou, como lobista ou não, contratos públicos seja em relação a vacina, seja em relação a um *software* ligado a serviço de inteligência de espionagem de Israel no Brasil.

Era essa apenas a colocação, Sr. Presidente, porque, na linha do tempo desse depoimento, muita contradição está acontecendo, e nós aqui estamos perdendo a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A propósito disso, Senadora Simone – e depois repasso para o Senador Humberto concluir a sua inquirição –, só informar a esta CPI que, inclusive, o Coronel Helcio Almeida teve uma reunião com o Ministério da Economia com a presença do Sr. Ulysses Melo, Secretário Adjunto da SGD do Ministério da Economia; com o Sr. Mauro César Sobrinho; com o Sr. Caio César dos Santos Cruz, Diretor Executivo da empresa Cognyte, que, inclusive, é a nova denominação da empresa, salvo melhor juízo. Ele teve essa reunião com o Ministério da Economia entre algumas das reuniões dessa consultoria. (*Pausa.*)

Perdão, Senador Humberto, concluiu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Concluí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador.

Por solicitação da defesa e também por conta do horário, nós vamos suspender...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a Comissão Parlamentar de Inquérito por... São 13h25; acho que 30 minutos é razoável para retomarmos em seguida.

Só antes de suspender...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Há duas questões de ordem. Eu vou conceder as duas questões de ordem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério Carvalho e Senadora Soraya Thronicke...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Há uma questão de extrema relevância que eu queria trazer aqui para a Comissão Parlamentar de Inquérito. É que as Regiões Norte e Nordeste receberam pelo menos 7% menos vacinas do que as Regiões Sul e Sudeste. Para ter uma ideia, o Estado de V. Exa. recebeu menos 30% do que os Estados das Regiões Sul e Sudeste. E o meu Estado, por exemplo, recebeu 0,75% da média nacional.

Portanto, nós temos aí um problema que nós deveríamos, enquanto Comissão Parlamentar de Inquérito, encaminhar ao Ministro da Saúde, para solicitar explicações. Por que os Estados das Regiões Norte e Nordeste receberam menos vacinas? E qual a providência para garantir a compensação? Se o motivo foi por que os Estados das Regiões Sul e Sudeste têm mais idosos e mais profissionais de saúde, agora, em que já se ultrapassou essa fase, seria de bom tom, seria correto que houvesse uma equiparação, ou seja, que abastecesse, que compensasse as Regiões Norte e Nordeste com relação às vacinas.

Então, fica aqui um apelo à Presidência desta Comissão para encaminhar e solicitar informações dessa natureza ao Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É sobre o tema, Senador Marcos?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – É. Apenas quero concordar com o Senador Rogério Carvalho. Esse tema, inclusive, já suscitei junto ao Ministério da Saúde algum tempo atrás, porque Rondônia estava nessa mesma situação. Como ele disse aqui, Norte e Nordeste sofreram com isso. A explicação que eu recebi na época foi essa que ele mencionou: no mapa por idades, esses Estados ficariam para trás em razão do contingente. Mas, superada essa fase, promover essa compensação em razão do que aconteceu lá atrás, acho, seria uma medida de justiça para as duas regiões. Acho que é uma providência importante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria cumprimentar o Senador Rogério Carvalho pelo alerta. Como me parece que é um tema consensual nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, visto que houve posições de ambos os lados desta CPI favoráveis ao encaminhamento, eu queria determinar à Secretaria que oficiasse – acredito que não há necessidade nem de apresentar requerimento – ao Ministério da Saúde nos termos do pedido de explicações requerido pelo Senador Rogério Carvalho. Então, determino à Secretaria que faça o pedido, que providencie a requisição das informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde.

Senadora Soraya Thronicke... Poderemos, em seguida, suspender a sessão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, prometo não me delongar.

Durante o período de recesso, eu dediquei certa parte do meu tempo para analisar questões que estão sendo levantadas no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, sobre a utilização de recursos públicos federais para o combate à pandemia. E oficiei, na oportunidade, ao TCE e também tenho conversado com o Deputado Estadual João Henrique Catan, que parabenizo pela tentativa – está com muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

dificuldades – de instaurar uma CPI na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o que só teve a adesão de um Deputado, o Deputado Capitão Contar. Então, ele está passando por uma série de problemas lá. Eu gostaria de pedir que a população sul-mato-grossense o ajudasse nesse intento.

Agora o que me tem causado estranheza, Sr. Presidente, é a insurgência frequente dos meus colegas governistas em relação à investigação de Estados e Municípios.

Eu entendo – entendo – que o requerimento de V. Exa. para instalação da CPI tinha como objeto determinado a investigação no nível federal e que o requerimento do Senador Girão tem como escopo a investigação de níveis estaduais e municipais.

Eu soube há pouco, Sr. Presidente, que esta CPI já recebeu vários documentos em resposta aos requerimentos de informação advindos de Estados e Municípios; no entanto, gostaria de entender por que os meus colegas governistas têm bradado aqui na CPI que esta CPI se nega à investigação de Estados e Municípios. Eu não sou membro, mas eu acredito que eu tenha o direito de indagar de V. Exas. se há alguém que por ventura esteja se negando a dar acesso aos nossos colegas a tais documentos. É importante que membros desta CPI saibam que o País não se limita apenas ao Distrito Federal nem tampouco ao Nordeste, que é composto por nove Estados. Nós temos, afora os nove Estados do Nordeste, mais 18 unidades da Federação. Então, aqui só se fala em Consórcio Nordeste, e eu gostaria que esta CPI pudesse nos franquear ou me franquear os documentos relativos aos requerimentos de informações que chegaram de Estados e Municípios, porque eu estou, assim, sem compreender o que está acontecendo nesta CPI. Não sei se não está sendo dado, se alguém da CPI não está dando acesso aos nossos colegas, mas isso me causa espécie, Senadora Simone, porque todos os dias só se fala aqui em Consórcio Nordeste. O País não se limita ao Nordeste, a investigar o Nordeste. E eu assinei o requerimento de CPI pra investigar todo o País. Então, eu gostaria de compreender o que está acontecendo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pra colaborar, Sr. Presidente, com a Senadora Soraya e fazendo coro, como Senadora que também não é membro, eu pediria a V. Exa., se pudesse, disponibilizar aos membros e não membros desta CPI a possibilidade de consulta pública a todos os documentos que envolvem denúncias de superfaturamento ou de irregularidade nos Estados brasileiros no que se fere à pandemia. Eu acho que essa abertura seria muito importante para que cada Senador e Senadora fizesse seu juízo de valor. E eu faço coro à Senadora Soraya, e parabéns pelo posicionamento: é importante a transparência e conhecimento de dados e informações que não são sigilosos nesta CPI para todos os Senadores e Senadoras do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Simone, Senadora Soraya, só para esclarecimento, os requerimentos solicitando, inclusive, todos os procedimentos que estão em curso por parte da CGU, por parte do Ministério Público Federal nos Estados, foram aprovados no início desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, esses requerimentos, pelo menos desde maio estão... Ou melhor, essas informações já chegaram a esta CPI, inclusive, no mês de maio. Desde o mês de maio, essas informações já estão disponíveis a todos os membros efetivos e suplentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Inclusive, a propósito disso, só quero destacar que esta CPI chegou até o caso Precisa, até o depoimento do servidor Luis Ricardo a partir de um requerimento, aprovado nesta Comissão, do Senador Eduardo Girão, que encaminhou para esta Comissão o processo que está no âmbito do Ministério Público Federal, da Procuradoria da República daqui do Distrito Federal, em inquérito que envolvia a empresa Precisa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É, mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Assim, este...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF) – Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Entendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Assim como este, outros.

Eu queria aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o que está acontecendo, então...

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF) – Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... que os nossos colegas... Eles não têm acesso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essas informações estão totalmente à disposição.

E eu queria só, Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF. Pela ordem.) – A Bancada Feminina não é membro... Eu gostaria de saber se o senhor está disponibilizando para a bancada também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que nós queremos... Eu quero ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu iria falar isso, é porque eu ainda não tinha respondido...

A SRA. LEILA BARROS (S/Partido - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu não tinha respondido ainda à requisição da Senadora Simone Tebet. Então, respondendo também à requisição da Senadora Simone Tebet, *ad referendum* do Presidente – e S. Exa. há de concordar comigo –, eu queria determinar à Secretaria desta CPI facultar às Senadoras e aos Senadores do Estados-membros acesso às informações sobre processos oriundos desses Estados, mesmo para aquelas e para aqueles que não sejam membros desta CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agradeço, Sr. Presidente. É importante...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só indago a V. Exa., Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Indago a V. Exa., porque eu, inclusive, fiz um apelo ao Senador Eduardo Girão, que foi quem fez o requerimento. Agora, essas informações que V. Exa. está pedindo para liberar são, inclusive, as sigilosas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – São exatamente. Inclusive, a Secretaria da Comissão está me informando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Segredo de Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que essas informações, que boa parte desses documentos já foram, inclusive, declinados... Retirado o sigilo por esta CPI e já estão à disposição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas os que não foram retirados, aí são aos membros? Como é que é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, aos membros... Está facultado... E, repito, *ad referendum* da Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito; e o Sr. Presidente da CPI com certeza concordará em facultar para os não membros desta CPI o acesso a documentos relativos aos Estados de S. Exas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, então é bom que a população brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Às unidades federadas de S. Exas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... compreenda...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero restabelecer minha senha, então, Presidente, porque eu tinha a senha disso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Os procedimentos administrativos, Senadora Soraya e Senador Izalci, posteriormente esta Presidência debaterá com o Presidente Omar Aziz.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu estou sendo cobrada nas redes sociais e nas ruas que esta CPI não investiga os Estados e Municípios. Então, eu quero aqui me colocar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só esclarecendo mais uma vez a V. Exa. e a todos que estão nos assistindo: os documentos relativos a Estados e Municípios estão à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito desde maio. Estão disponíveis a todos os membros efetivos e suplentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Repito: a todos os membros efetivos e suplentes...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então compete aos Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a partir de agora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... se debruçarem sobre esta documentação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... porque a CPI não se resume a estas oitivas. Tem um trabalho por trás desta sala aqui e deste momento das oitivas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

E eu quero só recuperar o que foi dito pelo Senador Izalci: a informação relativa à Precisa inclusive chega a esta CPI por conta de um inquérito em curso na Procuradoria da República do Distrito Federal, requerimento este aprovado de autoria do Senador Eduardo Girão, e que agora o Senador Izalci esclarece por sugestão de S. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu quero deixar o pedido para os Senadores membros governistas: que façam a distribuição de um trabalho sistematizado, para que a gente consiga entender o que está acontecendo nos Estados e Municípios e entregar uma resposta para a população brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... haja vista o tempo, que tem passado muito rápido.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, vamos suspender agora esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito por 25 minutos. É um intervalo para o almoço das Sras. e dos Srs. Senadores.

Às 14h, em ponto, nós retomaremos esta CPI.

(*Suspensa às 13 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 05 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando a oitiva do Coronel Helcio Bruno de Almeida, a próxima inscrita é a Senadora Simone Tebet, em permuta com o Senador Otto Alencar.

Como, após a Senadora Simone, eu serei o próximo a inquirir... (*Pausa.*)

Não, perfeito. Chegando agora o Senador Eduardo Braga. Então, a próxima inscrita é a Senadora Simone Tebet; em seguida, o Senador Eduardo Braga.

Durante a inquirição do Senador Eduardo Braga, como eu serei o próximo, eu passarei a Presidência, eu convidarei o Senador Rogério Carvalho a assumir a Presidência após a inquirição da Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes de iniciar, Sr. Presidente, só uma pergunta sobre o depoimento de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Amanhã o depoente vem na condição de testemunha ou de acusado? Está munido já de *habeas corpus*? Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pergunto à Secretaria se temos essas informações.

O depoente de amanhã, antecipo a V. Exa., vem na condição de testemunha.

Tem algum *habeas corpus* concedido para o depoente de amanhã? (*Pausa.*)

Não, não temos nenhuma comunicação quanto a alguma medida em relação ao depoente de amanhã.

Senadora Simone, V. Exa. tem 15 minutos. Vou acrescentá-los aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, serão mais do que suficientes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. V. Exa. tem 15 minutos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou procurar ser mais objetiva...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria pedir só para... (*Pausa.*)

Perfeito.

Agora, sim, a palavra está com V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Sras. e Srs. Senadores, Cel. Helcio, com h, para não fazermos confusão com Elcio Franco, sem h.

O senhor dirige um *site* de nome Força Brasil, que é um instituto considerado sem fins lucrativos. Quando eu fui visitar a página do *site* de V. Sa., eu fui em "Quem Somos" e não consegui enxergar outro nome que não o de V. Sa., embora V. Sa. tenha acabado de confirmar a mim nesta reunião que o administrador seria um coronel da reserva de nome Aguiar.

Pois bem, ali no item "Quem Somos", a única coisa praticamente que vi ao final e que me chamou a atenção foi que ali havia um espaço para possíveis contribuições financeiras de voluntários que porventura quisessem compartilhar e contribuir com o *site* de V. Sa.

O que me chama a atenção no instituto – entre aspas – "sem fins lucrativos" é que o objetivo principal desse *site*, e é o que consta ali...

Eu vou ler para não cometer nenhuma indelicadeza com V. Sa.

É um *site* que tem como lema a defesa da vida, da família, das armas – embora eu não saiba o que armas estejam fazendo ao lado de família, já que armas de fogo são a principal causa de morte de mulheres, de violência doméstica contra mulheres –, da liberdade, e tem o objetivo de fazer frente, entre outras coisas, ao crime organizado nas instituições.

Vem aqui a minha primeira pergunta a V. Sa.

O que V. Sa. e o *site* quiseram dizer com "crime organizado nas instituições"? Esse objetivo do Instituto Força Brasil é combater que tipo de crime organizado em que instituições do Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – A questão de combater o crime organizado nas instituições começa com um processo de transparência nas ações. Então, são medidas que podem contribuir para que haja, cada vez mais, um relacionamento correto, digno, nas instituições. Então, o IFB, primeiramente, apoia todas as ações nessa direção. Por exemplo: algumas ações que podem beneficiar, digamos, leis que nós conheçamos ou até mesmo possamos propor no sentido de que haja cada vez mais transparência e mais correção nas ações das instituições. É nesse sentido.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É um posicionamento positivo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vou entrar aqui na subjetividade da interpretação do que seria crime organizado nas instituições. Para mim, pode ser qualquer coisa, menos a defesa da transparência e, nesse aspecto, eu corroboro com V. Sa. Quem sabe, agora, quando sair da CPI, poderia postar no Instituto Força Brasil o repúdio ao Presidente da República que acabou de decretar um sigilo de cem anos na negociação da compra de vacinas da Covaxin, vacina essa que está sendo investigada por esta CPI no que se refere a superfaturamento, propina etc.? Mas vamos seguir, até porque também transparência não é algo que nesta CPI tem sido corrente no depoimento de V. Sa., que prefere o silêncio e muitas vezes acaba consentindo com o que é dito aqui e, às vezes, quando fala, acaba se contradizendo.

Bom, um sobrevoo sobre as manchetes das principais páginas do seu instituto, o que nós temos claramente ali são artigos e vídeos a todo momento negando a credibilidade de *sites*, de artigos de jornais de credibilidade mundo afora no que se refere a matérias ligadas à defesa da ciência, da vacina e contra o negacionismo, pregando, inclusive, o seu instituto, através de artigos, a tal da imunidade de rebanho por contaminação, que a tal da vacina muitas vezes provoca uma reação maior do que a própria imunidade natural.

V. Sa. disse aqui para o Senador Humberto que não é responsável pelo que é publicado. Só que eu queria lembrar a V. Sa. que o *site* de V. Sa. é um *site* privado, não é um *site* jornalístico. Eu defendo de forma absoluta e intransigente o direito à liberdade de expressão. V. Sa. tem o direito de dizer o que quer, V. Sa. pode, sim, se manifestar e direcionar o seu *site* para o que quer que seja. Ainda que eu não concorde, vou defender até a morte o direito de V. Sa. dizer. V. Sa. é um negacionista e nega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

o tempo todo, pelo Instituto Força Brasil, a importância da ciência, da vacinação e a importância do distanciamento social e uso de máscara.

Agora, V. Sa. tem a detenção da linha editorial do seu *site* e V. Sa. direcionou o *site* a todo momento a esse negacionismo. Diga-se de passagem, o negacionismo é como uma bomba mortal lançada sobre a população brasileira. Ontem, eu tive por parte de uma funcionária a seguinte informação: "Meu sobrinho de 42 anos, cuja metade da família se recusa a se vacinar, acabou de falecer, depois de eu já ter pedido três membros da família, porque ele é da linha do chefe maior da Nação, que acha que não precisa se vacinar". Depois de ter pedido três, ela perde um sobrinho de 42 anos que deixou uma criança menor de idade e mais dois adolescentes.

Por que eu estou dizendo tudo isso? Repito: o direito de liberdade de expressão é um direito constitucional, mas ele não é absoluto, Dr. Coronel Helcio. V. Sa. não poderia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só para não perder o raciocínio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença. Liberdade de expressão é uma coisa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou, se me permitir, só completar o raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Liberdade de expressão não é isso, não. Liberdade de expressão é uma coisa... Você...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, deixa eu só concluir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você colocar mentiras para o Brasil é outra totalmente diferente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou chegar lá, Presidente. Perdi a linha de raciocínio.

O direito à liberdade de expressão é um direito constitucional, mas não é absoluto. Quando V. Sa. coloca figuras do Supremo, Ministros do Supremo Tribunal Federal, nas páginas de seu *site* ou membros desta Comissão vestidos de palhaço e diz: "Picaretas tratando com picaretas, sendo julgado por picaretas", eu vou repetir o que eu já disse aqui: V. Sa. cometeu um crime de injúria com os membros desta Comissão. V. Sa. confirmou que tratou com picaretas, porque o picareta que V. Sa. disse se sentou aí e esteve no Ministério da Saúde com V. Sa. O picareta que esteve aí tratou e denunciou outro picareta que V. Sa. conheceu e que estava no Ministério de da Saúde com V. Sa. E esse dito picareta que denunciou outro picareta, que – entre aspas – "está sendo investigado por nós", está sendo denunciado por nós, diferente de V. Sa. Aí é que me vem a seguinte pergunta nessa contradição. E eu tenho duas contradições só muito fortes em relação ao depoimento de V. Sa. Repito: não é sobre o seu negacionismo, que eu repudio em nome das 563.707 mortes, vidas perdidas. Não é sobre isso! É um direito de V. Sa., e eu vou combatê-lo sempre. É a contradição, Dr. Helcio.

Vejam, eu vou ler para não ser aqui também de novo infeliz com V. Sa. Como imaginar que um homem da experiência de V. Sa., titular do bacharelado em Ciências Militares pela Aman, mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, tendo experiência profissional como Operador de Forças Especiais, se deixou levar por um grupo de picaretas? Ou levou o grupo de picaretas, num tráfico de influência, num *lobby* ou não sei o nome que se dá, ao Ministério da Saúde? Esta CPI, que V. Exa. aí chama de CPI – entre aspas – "do circo, que tem um bando de picaretas", esta CPI viu, esta CPI está investigando! V. Sa., com toda essa experiência, não conseguiu ver? É a primeira contradição que eu vejo.

Sabe qual é a segunda, mais grave do que essa? V. Sa. é um homem de estratégia militar, tem no seu currículo experiência... Eu não vou repetir aqui. V. Sa. não viu que estava lidando com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

grupo armado de interesses privados, à custa da dor, da morte de milhares de pessoas? Então, como conciliar a imagem do Coronel Helcio, negacionista do Instituto Força Brasil, com a imagem do homem experiente de negócios, que depois negou a pandemia, a gravidade, depois nega que negou e, à custa da dor alheia, vai tentar levar vantagem em cima, tentando comercializar vacinas para a iniciativa privada, vacina essa que se recusa a tomar? A única – a única – conclusão a que nós podemos chegar é que V. Sa. estava nos dois lados do balcão.

V. Sa., sim, é um negacionista! V. Sa., sim, acredita na imunidade de rebanho por contaminação! Os documentos estão aqui, são irrefutáveis, ainda que se queira apagar. E aproveitou, já que não acredita nisso... Já que tantas vidas se perderam, vamos aproveitar! Isso está lincado com a função de V. Sa. como consultor lá no Ministério da Defesa. De novo, como *lobby*, como consultor, tentou intermediar, e os negócios aconteceram. Contratos de US$33 milhões, tentando vender e venderam, de uma empresa Verint, a respeito de um sistema de *software* ou *hardware* de espionagem de Israel para o Brasil.

Então, diante de todos esses elementos, eu quero dizer o seguinte: talvez eu concorde com V. Sa. que esta CPI talvez – entre aspas – seja "a CPI do circo", porque aqui só desfilam malabaristas, como V. Sa., que tentam se equilibrar numa linha muito tênue e frágil da mentira e do silêncio, para não se comprometerem, e aí acabam se contradizendo, como V. Sa. fez em inúmeros momentos aqui. Negam a gravidade da pandemia e depois negam que negaram; compartilham e depois deixam de compartilhar.

Eu gostaria de perguntar a V. Sa., pra finalizar, apenas: em que momento V. Sa. conheceu o Coronel Elcio Franco?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora, já foi relatado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de ouvir novamente.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – "Ressalto que nunca tive relação de amizade ou qualquer proximidade com o Coronel Elcio Franco".

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não precisa ler, é tão simples responder, Coronel. Eu perguntei quando, não que nunca teve. Em algum momento V. Sa. teve conhecimento desse nome, até porque é um coronel também.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Naturalmente, uma pessoa que exerce um cargo público com a notoriedade de ter sido um profissional qualificado, competente que é a imagem Elcio...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quando V. Sa. soube que ele era Secretário Executivo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Provavelmente quando aconteceu a nomeação dele.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nunca trocaram informações, mensagens, WhatsApp?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora, com relação ao Ministério da Saúde, seus servidores, eu, nesse ponto, por orientação dos meus advogados...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nunca trocaram informação sobre essa questão de tratamento precoce, de compra de vacinas?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... permanecerei em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não escutei. Desculpa.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu, pra encerrar, gostaria apenas de colocar aqui... E, como eu disse, eu fiz o dever de casa. Eu não conhecia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

o seu instituto, ainda bem, mas, no dia 27 de junho de 2020, V. Sa. compartilha... Em princípio, ou V. Sa. ou Coronel Aguiar compartilha ou reposta – eu não entendo o termo, peço desculpa a todos das redes sociais – uma mensagem do Facebook do Coronel Elcio Franco, que diz o seguinte: "Direito ao tratamento precoce da covid-19. O médico tem autonomia e, com aquiescência do paciente ou seu responsável, o tratamento poderá ser feito com cloroquina ou hidroxicloroquina".

Quando nós clicamos em cima do nome Elcio Franco, repito, repostado pelo *site* de V. Sa., aí nós vamos cair exatamente... Se puderem passar... (*Pausa.*)

Nós vamos cair exatamente no Facebook do próprio Coronel Elcio. Isso no dia... Em 27 de junho de 2020.

Como é só o Coronel Aguiar e V. Sa. que, em princípio, administram esse *site*... E, se puder passar ao próximo também... Eu acredito que vem daí talvez esse interesse comum, já que comungam do mesmo negacionismo, repito, negacionismo que, nesse caso, mata. Então, eu não vou fazer perguntas a V. Sa. Tudo o que eu queria extrair desse depoimento contraditório, eu já extraí.

V. Sa. disse que quer se converter. Essa é uma boa oportunidade de pedir desculpas a esta CPI, aos membros desta CPI que foram injustamente injuriados por V. Sa. na condição de serem chamados de picaretas. De repente, já que se diz cristão, seria uma boa oportunidade. A cortina de fumaça que no seu *site* é mencionada aqui, ela está sendo dissipada por esta CPI. E já que V. Sa. diz que é um homem de fé: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará", nós conheceremos, Coronel Helcio.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós conheceremos a verdade.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Só um esclarecimento: esse *site* HBA não é o *site* oficial do IFB. Ele é particular, não é? Então, só pra caracterizar essa diferença. Outra coisa: o Aguiar é administrador; o responsável, sem dúvida nenhuma, sou eu, não é? Então, eu não quero me afastar dessa responsabilidade.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fico feliz.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – E eu quero lhe dizer, com toda a franqueza, que o princípio de autoridade, ele é muito claro na palavra de Deus, e, como lhe falei, eu não pretendo ultrapassar essa questão. Sem dúvida nenhuma, pode ter certeza que esse princípio será assumido na minha vida.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Sa. E faço um pedido, então, apenas para encerrar, até para confirmar, perante a Nação, o arrependimento e a conversão, retire do ar o Instituto Força Brasil. Fará um grande serviço ao País e, provavelmente, vai estar expiando os seus pecados. Esse instituto não faz bem para o País, esse instituto ajuda a estimular, inclusive, o ódio. E é isso que eu queria, num desagravo ao Presidente da Comissão, que teve a sua cara pintada de palhaço.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sem dúvida nenhuma.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa., isto aqui estimulou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não vi. O Coronel fez isso?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... o ódio, Coronel Helcio, e quem tem ódio no coração não pode falar de Deus. Então, que limpe esse seu coração e comece: tire do ar o Instituto Força Brasil, ajude a informar a população, como esse jovem de 42 anos do meu Estado, que faleceu ontem, porque não quis tomar a vacina, porque entende que o Chefe Maior da Nação disse que não é para tomar. Comece a estimular a aplicação de vacina, tire uma foto tomando vacina e divulgue no seu instituto antes de encerrá-lo. Esse pedido eu faço em nome dos milhares de futuros, infelizmente, cidadãos brasileiros que ainda irão morrer, fruto do negacionismo de pessoas como V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tinha... Eu não sabia, não, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Alguém colocou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Está aqui. O senhor quer ver?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não precisa, não precisa disso, não. Aqui, deixa a gente, deixa nós, que estamos na vida pública sermos constrangidos, que faz parte do dia a dia nosso. Constrangimentos políticos não são de hoje.

Mas eu vou ouvir agora o Senador Eduardo Braga, que, por 15 minutos, tem o direito de se posicionar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Omar, nobre Relator Renan Calheiros, senhor depoente, Sr. Helcio Bruno de Almeida, eu quero iniciar dizendo que, de igual modo à Senadora Simone Tebet, eu não conhecia o seu *site*. Como diria eu, muitos brasileiros ainda não o conheciam. O seu *site* deve ter ganhado alguma visibilidade no dia de hoje, e ainda bem que o senhor, ainda há pouco, reconheceu que a responsabilidade do seu *site* não é do administrador, porque aqui, no "quem somos", está dito o seguinte: "É um instituto sem fins lucrativos".

Eu queria pedir à assessoria que, quando a gente estiver usando a palavra, não atrapalhem, por favor.

Ele diz: "É um instituto sem fins lucrativos, com sede em Brasília e capilaridade nacional, organizado pela União de Patriotas, sob a liderança do Tenente-Coronel de Reserva Helcio Bruno de Almeida". Isso é V. Sa., não é? Portanto este *site* aqui é de responsabilidade de V. Sa.

Agora, eu não consigo entender como é que um *site*, como aqui mesmo dito, conservador, que divulga questões ideológicas, tem a ver, Senador Renan, com intermediação de vacina ou com negócios. O senhor pode me dizer quais são os seus negócios, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, nós não temos negócios.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se V. Sa. não tem negócio, como é que o senhor pode explicar as declarações de depoentes? Porque V. Sa. não veio para esta CPI, porque caiu de paraquedas aqui. V. Sa. está nesta CPI, porque vários depoentes citaram o nome de V. Sa. como parte importante – aí sim, vamos usar a palavra certa – da picaretagem da Davati de querer vender vacinas que ela nunca teve e que o próprio dono da Davati, que até onde me provem o contrário é um picareta, disse o seguinte, *Folha de S.Paulo*: "A intenção nunca foi vender as vacinas, mas ser um facilitador do negócio". Sabe o que quer dizer facilitador de negócio, Coronel? Agenciador, lobista. Então, V. Sa. não caiu aqui por acaso.

E, mais, esta Davati, picareta, sim, e através de um Dominguetti, que aqui nesta Comissão ficou provado ser um outro picareta, assim como o seu chefe, também outro picareta... E aí V. Sa. adjetiva a Comissão de forma errada. Os parceiros do negócio que disseram que o senhor intermediava, esses, sim, eram picaretas.

E aí dizem o seguinte: "São notórias as denúncias de demanda de propina para a execução de um possível acordo entre a Davati Medical Supply e o Governo brasileiro". Graças a Deus não houve pagamento, mas a tentativa houve. É como se diz claramente, a intenção era fraudar, a intenção era enganar, a intenção era corromper. Graças ao bom Deus isto não aconteceu.

Vamos em frente: "Com o objetivo de promover a aquisição de 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca". Em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o senhor foi apontado como peça-chave nessa negociação, já que supostamente intermediou o contato entre a equipe da empresa e o Coronel da reserva, ex-Secretário Executivo de Saúde e atual assessor da Casa Civil, Elcio Franco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Tendo isso em vista, eu lhe pergunto: "Quando o senhor intermediou o contrato entre a Davati e o Ministério da Saúde, tinha conhecimento dessa informação? Alguém do Governo Federal o alertou sobre isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação a esse assunto da Davati, por orientação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Esse é um direito constitucional que o senhor tem.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É lamentável porque, como V. Sa. sabe, o senhor usa exatamente o direito de expressão, que não significa poder mentir, ofender, denegrir, insultar.

A liberdade de expressão pressupõe o respeito ao próximo. Quando o senhor usa a liberdade de expressão pra agredir, pra difamar, pra ofender, etc., o senhor está incorrendo em crime, assim como o senhor está usando a mesma Constituição pra não esclarecer uma tentativa de crime que aconteceu no Brasil, o que eu respeito, porque é um direito constitucional que o senhor tem, mas lamento e quero aqui deixar claro.

Mas queria ir adiante.

Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*, o dono da empresa da Davati Medical Supply, Herman Cárdenas, reconheceu que não tinha à mão nenhuma dos 400 milhões de doses da vacina AstraZeneca negociadas com o Governo brasileiro. Eles negociaram o que não tinham. O empresário disse ainda que a Davati seria apenas uma facilitadora do negócio entre a fabricante da vacina contra a covid-19 e o Governo brasileiro mediante uma comissão, cujo valor não foi informado.

O senhor falou ainda agora em transparência, o senhor acha isso transparente? (*Pausa.*)

Como o senhor vai ficar calado, eu vou dizer: claro que isso não é transparente.

Sendo assim, eu vou lhe perguntar, mesmo achando que o senhor vai ficar calado: qual seria o interesse do Governo brasileiro em realizar a compra de vacinas por meio de uma empresa intermediária mediante pagamento de comissão, sendo que o negócio poderia se dar diretamente com a fabricante, sem valor adicional algum? Aliás, o Governo brasileiro comprou da AstraZeneca sem intermediários, via Fiocruz. Então, como é que o Governo brasileiro admite uma negociação com a Davati, se ele já tinha a negociação? É óbvio que há algo estranho nisso que não está explicado.

O que V. Sa. tem a dizer sobre isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre isso, por orientação dos meus advogados, ficarei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quando o senhor tomou conhecimento das denúncias de demanda de propina para a compra da vacina AstraZeneca por intermédio da empresa Davati Medical Supply?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação dos meus advogados, ficarei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor se apresenta como líder de uma organização que – abre aspas – "se propõe a fazer frente à hegemonia da esquerda como participante do poder, bem assim ao crime organizado nas instituições" – fecha aspas –, segundo o texto de seu próprio *site*, de seu próprio sítio.

O senhor poderia especificar as atividades de sua entidade, o Instituto Força Brasil, além de esclarecer como ela atua em conjunto com o Governo Federal e quem financia este instituto?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, ficarei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas, Coronel, o senhor não quer tornar público nem ser transparente como o senhor financia esse instituto? Como o senhor tem a relação com o Governo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Essa informação já foi declarada. O instituto não recebe nenhuma contribuição, não recebeu jamais qualquer recurso do Governo Federal ou poder público e vive das contribuições dos seus membros.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas a gente não consegue ver com transparência, que o senhor defende, quais são as contribuições e de que membros. Isso não é transparente.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Membros do IFB.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas isso também não é posto – quando você clica em cima dos membros, aparece um *blank*, aparece uma página em branco. O senhor sabe disso...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O *site* está em atualização, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, o senhor faz aquilo: aquilo que o senhor fala o senhor não faz – não é? –, lamentavelmente. E respeito o seu direito de ficar calado, mas é importante dizer à Nação brasileira que o senhor prega a transparência, mas o senhor não faz a transparência. O seu instituto nós não sabemos nem quem financia. E pela estruturação do seu instituto, ele não é barato – ele não é barato. Tem dinheiro e tem dinheiro alto aqui nesse instituto, e o senhor não diz de quem é, nem demonstra com transparência de onde vem esse dinheiro. O.k., o senhor diz que não é do Governo, mas de onde vem esse dinheiro? O senhor não diz, o senhor fica calado.

Em depoimento prestado à CPI em 15 de julho de 2021, o Sr. Cristiano Carvalho, supostamente representante comercial da empresa Davati, afirmou que foi levado ao Ministério da Saúde para a tratativa dos 400 milhões de doses da vacina e que as tratativas deveriam ser centralizadas no senhor. Isso ele disse aqui sob juramento. Sendo assim, pergunto como se deu o seu contato com o Sr. Cristiano Carvalho e o Reverendo Amilton? Esses contatos foram feitos em nome do Instituto Força Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esse assunto, eu seguirei a orientação dos meus advogados e ficarei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor disponibilizou a estrutura do instituto para avançar nessas tratativas?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – De acordo com a orientação dos meus advogados, ficarei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Em depoimento prestado, também no dia 3 de agosto de 2021, o Sr. Amilton de Paula, conhecido como Reverendo Amilton, afirmou que o senhor teria conseguido uma agenda no Ministério da Saúde no dia 12 de março de 2021 para avançar nas tratativas dos 400 milhões de doses, que nunca houve, da vacina AstraZeneca. Sendo assim, eu lhe pergunto... E eu vou fazer as três perguntas porque sei como é que o senhor vai responder.

Mais de um depoente afirmou que o senhor teria sido intermediador da reunião para as tratativas da compra da vacina AstraZeneca – mais de um! Como o senhor reage a essas declarações? Qual foi a sua participação efetivamente nesse triste episódio?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A minha declaração, Senador, já mostra que nós tínhamos uma agenda solicitada com o Ministério da Saúde desde o dia 3 de março. Essa agenda foi confirmada para o dia 12 de março. No dia 9 de março, recebi a Senah, que apresentou a situação da oferta dos 400 milhões de doses, que estava sob deliberação da Secretaria Executiva. Foi nessa situação que nós, então, entramos para solicitar a participação desse objetivo dentro da nossa agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E aí o Secretário-Executivo, ao chegar, conforme está registrado, definiu a posição do ministério e encerrou as negociações ou qualquer tentativa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Apenas para ressaltar ao Relator Renan Calheiros que, ao responder essa pergunta, V. Sa. está confirmando a sua relação com a Senah, a sua relação com o Reverendo Amilton e a sua relação com a Davati na intermediação desse negócio, porque foi V. Sa. que marcou a *maledetta* reunião da tentativa de negociação de vacinas que não existiram.

Além disso, eu pergunto: qual a sua relação com o Reverendo Amilton? Como o conheceu?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com relação a esse assunto, eu vou seguir a orientação dos meus advogados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O senhor manteve algum contato com o Reverendo Amilton, o Sr. Cristiano ou qualquer outro personagem que se apresentou como intermediário para a venda dessas vacinas?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Seguirei a orientação dos meus advogados, Senador, e ficarei em silêncio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, eu vou encerrar e quero dizer que lamento que o senhor pratique completamente diferente daquilo que o senhor fala e do que o senhor posta e estimula: nenhuma transparência sobre o financiamento do *site,* nenhuma transparência sobre a sua atuação nesta malfadada negociação com o Ministério da Saúde. E eu, em respeito aos seus cabelos brancos, vou ficar por aqui, dizendo que democracia se faz assim: fazendo as perguntas, estabelecendo a transparência. Não se faz nem com arrogância, nem com enfrentamento de forças, mas, sim, pela compreensão dos direitos individuais e coletivos da Nação brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Eduardo Braga. Eu quero aqui endossar as suas palavras: democracia se faz respeitando as posições divergentes, e não com a tentativa permanente de impor uma verdade absoluta de um lado só.

Então, eu queria aqui passar a palavra ao eminente Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Rogério Carvalho, Sr. Coronel Helcio, Sr. Relator. O senhor já disse aqui que conhece o Presidente Jair Bolsonaro, perfeito? (*Pausa.*)

Pode colocar a foto? Nós já temos a foto aí?

O senhor pode informar quando foi essa reunião com o Presidente e quem são os participantes dessa reunião?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Eu já comentei. Essa reunião foi no dia, provavelmente, 8 de maio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Oito de maio deste ano?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, de 2019. Essa reunião foi solicitada pela turma de 1976 para cumprimentar o Presidente, apresentar algumas intenções, e eu pedi para participar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Achei interessante o "algumas intenções". E os personagens aí da reunião?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Ali estavam o General Ramos, o Coronel Barroso Magno, o Aristomendes – é uma família...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Aristomendes é sócio do senhor em alguma empresa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi, mas já trabalhou junto com o senhor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Trabalhamos juntos, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, essa reunião foi para a turma de 1976 cumprimentar o Presidente...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A turma de 1976 apresentou lá...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e tratar de alguns outros eventos, de alguns outros temas, como o senhor disse. Alguns outros temas tinham a ver com os negócios de V. Sa. com o Sr. Aristomendes e com o Governo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não, foi uma espécie de um manifesto, alguma coisa nessa direção que foi apresentada pela turma de 1976, e eu pedi para participar e estar junto com eles.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor se considera influente no Governo?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não considero.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas deixe eu lhe contar... Pode tirar a foto?

Mas deixe eu informá-lo de que muitos talvez Parlamentares gostariam de ter a influência que o senhor, a fluência que o senhor tem nas agendas do Governo. Veja, temos aqui: dia 7 de abril, encontro do senhor e Marcelo Lima do IFB com o Vice-Presidente da República Hamilton Mourão; dia 21 de janeiro, encontro do senhor com Hamilton Mourão; dia 8 de maio, encontro de integrantes do Grupo Agir – do qual o senhor faz parte e que é um grupo que tem conexão com o IFB – com o Presidente da República Jair Bolsonaro e Luiz Eduardo Ramos. Veja, 8 de maio.

O senhor esteve...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Essa foi a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor esteve na reunião, em 2019, como declinou aqui, esteve de novo com o Presidente da República em 2020...

Mas ainda vai: dia 12 de março, a reunião aludida aqui, encontro seu com o Secretário-Executivo Elcio Franco. E vai mais adiante, Senador Humberto. Olha aqui: dia 4 de fevereiro, reunião sua com o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Algum assunto relativo ao IFB a ser tratado com o ex-Ministro Ricardo Salles? Algum assunto relativo ao IFB?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Provavelmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Em 9 de abril, encontro seu novamente com o Ministro Luiz Eduardo Ramos.

Agora combinam esses encontros seus... E, me permita, o senhor tem um grau de influência neste Governo que faz inveja talvez até a muitos Parlamentares que apoiam o Governo. O senhor vai do Ministro do Meio Ambiente, do Ministro da Articulação Política, do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, com todos personagens o senhor tem um livre trânsito. E, me permita divergir do senhor, o senhor é alguém que tem influência extraordinária. E talvez essa influência extraordinária no Governo também se explique pelas suas diversas *lives* em apoio ao Governo. Veja, o senhor faz *lives:* a política de Jair Bolsonaro; as forças inimigas do Governo Jair Bolsonaro; os desafios do Governo Jair Bolsonaro; 100 dias do Governo Jair Bolsonaro. Claramente, o senhor apoia o Governo – e isso não é crime, a democracia assegura isso ao senhor, eu quero deixar bem claro. A democracia... Inclusive, o Supremo Tribunal Federal assegura isso ao senhor, o Supremo Tribunal Federal tão atacado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Mas, veja, o senhor não só tem uma posição clara de defesa, mas o senhor tem fluência, o senhor tem relação direta com integrantes do Governo, o senhor participa diretamente de relações com os personagens do Governo. Falo isso para nós fazermos uma ligação com o fato seguinte.

O Vice-Presidente do seu instituto, qual é o nome dele?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Otávio Fakhoury.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Otávio Fakhoury. Vamos ouvir o Sr. Otávio Fakhoury aqui. Talvez a gente o ouça depois, Senador Renan, pessoalmente, mas, por enquanto, vamos ouvi-lo pelo vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor, em resposta ao Senador Humberto, tinha dito aqui que o instituto não patrocinava. O seu Vice-Presidente está dizendo aí que ele patrocina os dois: Awake Giants Brasil e Verdade dos Fatos.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu desconheço se esse patrocínio não seja apenas o espaço para que eles se manifestem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não é isso que o seu Vice-Presidente diz.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O seu Vice-Presidente diz isso.

Então, só para todos terem claras quais são as ações do Awake Giants Brasil, vejam só algumas das postagens que ele fez no decorrer da pandemia. Numa das postagens, no Twitter, Awake Giants Brasil diz aqui: "TwitterBrasil acaba de sinalizar como falsa publicação do Ministério da Saúde sobre tratamento [...] [da] covid-19. [...] o interesse público brasileiro é a exclusão de [...] [outras] informações [...]".

Aí temos mais aqui. Ainda o mesmo Awake: "Então, a única solução é vacina? Certo? Segura essa, milícia genocida!". Está se referindo ao G1. "Secretário de Saúde de Lins morre de covid-19 aos 83 anos." Está dizendo que ele morreu aos 83 anos depois de ter se vacinado pela segunda vez, ou seja, é campanha clara contra a vacina.

Vamos mais adiante! Ele também compartilha as publicações da Verdade dos Fatos. Nas publicações da Verdade dos Fatos... Aqui, diz o seguinte, entre as publicações da Verdade dos Fatos: "Analogicamente à situação dos imunizantes, você aceitaria voar em uma aeronave ao ser informado que os motores estão em teste?". É para questionar a vacina. Inclusive, coloca a turbina do avião e também a vacina, questionando a vacina mais uma vez!

E aí, mais adiante, também há outras publicações contra o uso de máscaras tanto da Verdade dos Fatos quanto de Awake Giants Brasil.

Sr. Helcio, o senhor e o Sr. Otávio, por isso, já seriam objeto de investigação desta CPI. Só que a vinculação não para por aí. Veja: o Sr. Otávio Fakhoury também assumiu o Diretório Estadual do PTB. V. Sa. tinha dito aqui que não tem vinculação partidária entre o Instituto Força Brasil e nenhum outro partido político. O seu Vice-Presidente assumiu a direção do Partido Trabalhista Brasileiro, a direção estadual de São Paulo. O senhor teria algo a dizer sobre isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado.

O senhor não sabia disso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Que ele assumiu uma posição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A direção do Partido Trabalhista Brasileiro em São Paulo...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com respeito a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... dirigido pelo ex-Deputado Roberto Jefferson?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esse assunto, a *fake news*, a matérias jornalísticas de terceiros, eu sigo a orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito!

Sobre *fake news*, só para nós, então, e todos os brasileiros ouvirem, estão aí algumas das publicações. São publicações que estão, inclusive, na página agora do Instituto Força Brasil. Isto aí está no ar neste momento: publicações contra a vacina, publicações contra a democracia, publicações contra medidas preventivas.

Temos mais? Espaço pro Awake Giants, para o Crítica Nacional, pra todos esses *sites*. Só pra nós sabermos quais os tipos de campanha. Inclusive um dos agentes dessas campanhas, Senador Renan Calheiros, um dos criadores do Awake Giants Brasil, é o Sr. Richards Pozzer. Eu falo, Senador Renan e Senador Omar, do Sr. Richards Pozzer porque toda *fake news*, todos os ataques que nós estamos recebendo nesse momento nas redes sociais, que a CPI recebe, são feitos por esse senhor. Esse senhor é o criador do Awake Giants Brasil, que é vinculado ao Instituto Força Brasil. Todos os ataques de que o Sr. Relator tem sido objeto, todos os ataques ao Senador Humberto, inclusive aqueles que o senhor denunciou na semana passada, de que o senhor tem sido vítima na CPI, todos os ataques que o Presidente, que este Vice-Presidente, que os membros desta CPI têm tido, inclusive a reação deles neste momento nas redes, é organizado por esse senhor, que trabalha – é claro que o Coronel Helcio não vai falar sobre isso –, que trabalha com o Coronel Helcio.

Se eles só atacassem a nós, não tinha problema; o problema é eles fazerem campanha contra máscaras. O problema, Coronel Helcio, é quantos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que é? Contra o quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fazer campanha contra máscaras, contra o uso de máscaras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles fazem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fazem muito. O problema é eles terem feito campanha contra a vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Contra vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São pessoas que induzem os brasileiros à morte, crime contra a vida...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... crime sanitário. Criminosos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coronel Helcio, eu ainda nem entrei na corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os palhaços aqui não são criminosos, não, viu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu nem entrei na corrupção. Mas veja essa publicação que está no Instituto Força Brasil: "a maioria das pessoas é imune ao vírus da covid". Eu queria saber quantas pessoas podem ter sido levadas à morte por publicações desse tipo. Isso está agora no *site* do Instituto Força Brasil. Eu não estou nem entrando na corrupção. E isso *per se*, Sr. Relator, já levou quantos brasileiros à morte? Quantos, dos 563.707,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

estão mortos por conta desse tipo de publicação? Quantos? É isto que os Srs. Senadores do Governo querem defender? Que a maioria das pessoas é imune ao vírus da covid? Querem defender contra a vacina?

E eu não estou falando de algo à toa, Coronel Helcio, eu estou falando de um instituto em que o senhor e os atores desse instituto têm relação direta com todos os personagens e atores deste Governo. O senhor não só é apoiador do Presidente da República: o senhor frequenta o gabinete do Presidente da República, o senhor tem estado sempre junto aos personagens desse Governo. Não tem "dissociamento" entre o Instituto Força Brasil, entre essas redes de gabinete de ódio. Não tem aterramento... Não tem. Não existe. Todas as razões apontam a correlação entre essas redes, entre o instituto dirigido por V. Sa. e o Governo do Presidente da República.

Mas vamos mais adiante sobre isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O *site* acaba de cair do ar, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente agora saiu do ar! É porque é uma valentia, Sr. Relator, enorme. É uma valentia enorme nas redes sociais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe, essa é mais uma postagem criminosa – criminosa e irresponsável – desse *site* do Instituto Força Brasil.

Hoje nós estamos vendo aqui um triste espetáculo. Apesar do silêncio, não há como mudar a concepção desta Comissão Parlamentar de Inquérito e do povo brasileiro de que o Tenente-Coronel Helcio Bruno montou um instituto, o Instituto Força Brasil, para torpedear o SUS, entregar ao setor privado a venda de vacinas... E defende isso tudo aqui com ênfase, como se fosse uma coisa possível, e de maneira natural. Em plena pandemia, atacava o SUS criminosamente – a única alternativa de milhões de brasileiros. Quer dizer, isso não pode ficar impune de forma nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, e pior...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Helcio não é diferente do Sr. Carlos Wizard. É o pensamento completo.

E não se iluda, Coronel Helcio. O senhor pode até não dizer quem está bancando o seu *site*, mas nós vamos descobrir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não só o do senhor, não. Esses outros aí nós iremos descobrir, porque nós não iremos parar um segundo enquanto não soubermos quais são os recursos que entram na sua conta pessoal, nessa conta... Em todas as contas que o senhor tem.

Nós mandamos quebrar o seu sigilo fiscal, bancário, e não creio que alguém do Supremo vá nos proibir de investigar esse crime contra a Nação brasileira. Eu não creio que alguém... Podem até lhe dar um *habeas corpus* para o senhor não falar, mas daí a impedir de nós sabermos quem está financiando esse tipo de publicação...

Eu acho que é de interesse de todos os Senadores aqui da CPI, porque, independentemente de apoio ou não ao Governo, negacionismo ou não, essas publicações são muito fortes. São publicações que induzem as pessoas a tomar estas atitudes: a não usar máscara, a dizer que não pega em todo mundo... E isso foi acontecendo ao longo do tempo. Se tivesse advindo de uma pessoa que não teve possibilidade de fazer um treinamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Porque, se eu pego o seu histórico, Coronel Helcio, eu pego o seu histórico, o senhor é fruto da democracia. Todas as suas ações como Oficial do Exército foram dentro da democracia. Foi no Governo Itamar, foi no Governo Fernando Henrique Cardoso... V. Exa. é fruto disso. A sua participação em atividades fora do País, indo para os Estados Unidos fazer treinamento, estando na Nicarágua, foi fruto da democracia. O senhor é fruto da democracia; o senhor chega ao oficialato como fruto da democracia; não foi no negacionismo. E, acreditando no senhor, é que o Brasil e os brasileiros apostam nas Forças Armadas – apostam nas Forças Armadas.

E o senhor me desculpa, mas eu vou dizer uma coisa: o senhor não pode falar que é cristão tendo essas atitudes, induzindo as pessoas ao suicídio. O senhor não pode falar isso. É muito fácil usar o nome de Jesus aqui, o nome de Cristo, mas induzir as pessoas à morte, num discurso único no mundo. Ninguém tem esse discurso, Coronel. Ninguém no mundo tem esse discurso. Nenhum líder político... A pior republiqueta do mundo não tem esse discurso negacionista e não tem um *site* desse para negar a ciência, para negar a vacina.

Então, o senhor pode até não nos responder, como o senhor não respondeu ao Senador Eduardo Braga, não respondeu a ninguém; mas a CPI vai descobrir. E não tenha dúvida de que nós iremos tomar as providências necessárias para que isso não aconteça mais.

Então, o *site* que está nos atacando aí, os robôs que nos atacam, Senador Randolfe, isso aí desde o primeiro momento, só que eles tentaram desconstruir a CPI... E para aqueles que pensam que o depoimento do coronel não nos ajudou saibam que nos ajudou, e muito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nos ajudou bastante, foi um dos melhores depoimentos que nós tivemos aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só três minutos para concluir.

Veja, Sr. Presidente, não somente... Nós não nos preocupamos, não nos importamos com os ataques a esta CPI, faz parte. Nós nos preocupamos é com as pessoas que eles levaram à morte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Com as 563 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Com as 563 mil, e eles as levaram à morte.

Veja, Sr. Presidente, a prova maior não é só a agenda do coronel, da relação com o Governo. A prova maior é que um dos *sites* mantidos pelo Instituto Força Brasil, o Crítica Nacional, era frequente em palestras na Fundação Alexandre de Gusmão, a histórica Fundação Alexandre de Gusmão, do Itamaraty, palco dos melhores debates da nossa política externa. Pois bem, serviu a esse tipo de palestra, serviu a palestras contra máscaras, serviu a palestras contra vacinas, serviu a essas palestras negacionistas.

O senhor me permita, Coronel, e eu sei que o senhor não vai responder sobre isso, mas, veja, a Fundação Alexandre de Gusmão é uma instituição pública e ela não abriria espaço para um *site* negacionista se não estivesse sob o comando também de negacionistas, se não estivesse patrocinando também isso.

Eu queria – já concluindo, Sr. Presidente – saber se o senhor poderia informar o nome do Diretor Jurídico do IFB.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor. *Fora do microfone*.) – Igor Vasconcelos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor disse nesta CPI que o primeiro contato que o senhor teve com a Davati, o único contato que o senhor teve na Davati foi naquela reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, eu não falei isso não. Falei que encontrei naquele dia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Encontrou naquele dia.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – O Dr. Igor foi a pessoa quem buscou no aeroporto o Cristiano e o Dominguetti.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então vamos ao diálogo do Sr. Igor com o Cristiano, que nós temos aqui nesta CPI.

O senhor Igor disse – aconteceu no dia 13 esse diálogo, 13 de março –: "Bom dia, Cristiano." "Bom dia." "Me envia o modelo de contrato internacional de parceria com a Davati para assinarmos. Quero oficializar nossa relação." E aí é encaminhado o contrato. "Valeu. Não sei quando é o seu voo, mas posso dar carona hoje para te levar lá, só me avisar o horário." Teve um contrato assinado, Coronel! Tivemos um contrato assinado!

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com relação a esse assunto, eu vou seguir a orientação dos meus advogados e permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu já sei, o senhor vai seguir a orientação dos seus advogados e permanecer em silêncio. Perfeitamente.

Só para completar a informação: ainda hoje o Sr. Cristiano, em depoimento... Ou melhor, em entrevista ao jornal *O Globo,* disse que o instituto de V. Sa. pediu comissão – ou seja, comissão, só para todos os brasileiros terem traduzido, é o outro nome de propina – em negociação de vacinas – disse o representante da Davati.

Eu sei que sobre esse assunto o senhor vai permanecer em silêncio.

Só uma última pergunta: qual é a sua opinião sobre o Supremo Tribunal Federal? (*Pausa.*)

O senhor vai permanecer em silêncio sobre o Supremo Tribunal Federal?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sou a favor do Supremo Tribunal Federal, sem dúvida nenhuma, como instituição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, que boa essa evolução sua, Coronel, que boa essa evolução sua! Quem sabe o Instituto Força Brasil possa refazer essas postagens aí.

Veja só, eu acho que é importante nós vermos essas postagens várias vezes, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Coronel Helcio Bruno de Almeida: "Destituição já! Art. 38: é crime do STF". Aí está lá a foto da Ministra Cármen Lúcia, que lhe concedeu o *habeas corpus*! Está lá a foto!

Mas vamos à outra, tem outra. A Ministra Cármen Lúcia, inclusive, nas suas publicações, ela é frequente, não é? (*Risos.*)

Mas vamos à outra, tem outra.

A Ministra Cármen Lúcia, inclusive, nas suas publicações, ela é frequente, não é?

Há outra foto, tem uma outra. Olha aí: "Dia 18 de julho, eu vou! Em todo o Brasil! STF, principal pilar da corrupção. Se eles caírem, o resto cai tudo". Ainda bem que não caiu, ainda bem que a Ministra Cármen Lúcia está lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou enxergando direito. Aquela é a Ministra Cármen Lúcia?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a Ministra Cármen Lúcia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi ela quem concedeu o *habeas corpus*?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi a própria. Foi a própria que concedeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque não estou enxergando, está longe aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a própria Ministra Cármen Lúcia, presença, inclusive, destaque; ela é frequente. Foi exatamente ela que... Ainda bem que ela não caiu, não é, Coronel? Ainda bem que ela não caiu, porque isso possibilitou que o senhor utilizasse do direito ao silêncio.

Coronel, nessa sua conversão que o senhor relatou aqui, falo isso pra concluir, eu espero que o senhor reflita, de fato, sobre tudo isso. Eu espero que o senhor reflita sobre alguns valores invioláveis que nós temos. A democracia e a separação dos Poderes não é à toa que são consagradas na nossa Constituição como princípios fundamentais da nossa República. E dela o senhor fez uso.

Espero que o Instituto Força Brasil, aqueles que estão... O senhor que está alimentando os robôs agora, que tanto atacam nesse momento em que nós estamos nessa Comissão Parlamentar de Inquérito... Pensem duas vezes antes de pedir o fechamento do Supremo Tribunal Federal. Sempre vai ser necessário, depois, quem sabe, vocês recorrerem a ele para ter garantidos os seus direitos constitucionais.

Isso só nos lembra a frase de Churchill: alguns podem achar a democracia o pior dos regimes, mas não se inventou até hoje nenhum outro melhor que ela.

A democracia é um sistema tão completo que possibilita àqueles que atacam o regime se utilizarem dos benefícios dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar agora ao Senador Luis Carlos Heinze, mas, antes de passar, eu queria aqui dar uma informação.

A Senadora Soraya aqui cobrou em relação às informações. As informações, Senadora Soraya, estão todas no mesmo lugar das outras informações. Na primeira sessão nossa, o Senador Ciro Nogueira aprovou um requerimento aqui que teve o apoio do Senador Eduardo Girão, se eu não me engano, em que nós quebramos e pedimos as informações sobre todos os 27 Estados brasileiros de todos os recursos que foram repassados e em que foram gastos, e de Municípios acima de 200 mil habitantes. Essas informações estão aí há meses. Não chegaram ontem; estão há meses aí. E as assessorias de qualquer Senador que faz parte da CPI, dos 11 Senadores titulares e dos 7 suplentes, têm acesso a todas essas informações. Então, é só...

Àquele que pede, o que que eu digo sempre? Eu, pessoalmente, não pesquiso. O meu pessoal não pesquisa, porque eu não faço requerimentos de informação como Presidente. Aqueles que fazem o requerimento é que são responsáveis por aquilo que eles querem saber, porque, quando ele faz um requerimento de informação, ele deve ter uma razão para fazer aquele requerimento de informação.

Então, está à disposição da CPI não é de agora, faz tempo que está à disposição da CPI. Nós tínhamos dado 15 dias para os Governadores e Prefeitos com capitais acima de 200 mil, cidades acima de 200 mil habitantes. Os Governadores pediram uma contrainformação, e nós dissemos que estava muito claro o que nós queríamos, que eram os recursos repassados pelo covid. Não tinha erro em prestar conta. Então, essa prestação de contas, as informações foram passadas pelos Governadores. Se alguém que pediu essa solicitação não checar, sozinha não será checada! Então, eu espero que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi o Senador Ciro Nogueira quem pediu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi o Senador... Foi na primeira reunião nossa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, ele queria todas as cidades...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador Girão garanto que ele ainda não foi lá olhar!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixe-me eu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É, nós temos que investigar de norte a sul, de leste a oeste.

Eu agradeço. Eu não queria cometer nenhuma injustiça...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só estou dizendo que estão aí as...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque eu fiquei sabendo... A "rádio corredor" me informou que não havia chegado ou que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, chegaram. Não chegaram?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... a Mesa não havia dado acesso... Eu achei um absurdo, mas eu resolvi perguntar. Então, se temos acesso e agora parece que esse acesso foi estendido a nós mulheres que queiramos nos debruçar sobre essa documentação... Porque a CPI não tem mais tempo, com onze membros e sete titulares, de investigar tudo isso. Vai ter que se abrir nova CPI, porque é muita...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas todos os Senadores...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, então, eu peço aos Senadores governistas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só um pela ordem rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olhe aí, Senador Girão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... que me deem esse acesso. E que a gente consiga...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... trabalhar nisso, porque eu achei que tanto do Consórcio Nordeste como de nenhum lugar do Brasil a gente tinha obtido nenhuma informação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Eu vi o desabafo da minha querida irmã Senadora Soraya, desabafo legítimo seu. Infelizmente, a senhora não faz parte desta Comissão, nem como titular nem como suplente, e talvez não tenha tido acesso por causa disso, mas essa extensão que o... Acho que foi o Senador Randolfe que iria levar para o Presidente para que a Bancada Feminina tivesse acesso a esses dados. É muito importante esse passo, porque isso vai dar transparência, vai dar ainda mais lisura ao processo.

Eu quero dizer que tanto eu já vi uma parte desses documentos e já analisei com a equipe que eu peço insistentemente aqui para que a gente convoque os Governadores, que o Supremo de alguma forma disse que não precisam vir, que não precisam falar a verdade, mas os Prefeitos também, o que já foi retirado de pauta aqui em um momento. Então...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Poderíamos abrir uma sessão só...? Poderíamos abrir uma reunião para que esta ala da CPI faça numa sexta-feira ou numa segunda? Porque o senhor há de convir comigo, Senador Girão, que o que tem que se investigar é uma gama muito grande de informações! Esse grupo que está focado no requerimento do Senador Randolfe não vai focar no seu requerimento. É óbvio! Porque já entrou numa linha de investigação, mas nós poderíamos nos focar para que a população entenda que nós estamos fazendo a nossa parte ou, então, desmembrar e abrir uma nova CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, deixe-me só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero lembrar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não vai dar tempo de convocar todo mundo. Então, que possamos fazer algumas oitivas nas segundas e sextas. Eu me proponho a participar. E vocês podem presidir ou não, não sei se isso é possível...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, isso aí...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas não vai dar tempo para investigar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me lhe dizer só uma coisa, Senadora Soraya. A senhora falou sobre informações, e as informações estão aí para serem vistas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que o Senador Girão quer ouvir essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, tem informações que estão no *site*, porque tem a obrigação de dar publicidade. Você está me entendendo? Isso não é uma coisa que... As próprias Câmaras Municipais, as Assembleias, os Tribunais de Contas têm obrigação de ver isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Têm o dever também de abrir CPI nas Assembleias Legislativas. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Têm obrigação de ver e fiscalizar.

Então, não é que faltem informações. Está faltando aqueles Senadores ou Senadoras que pediram as informações procurarem as suas assessorias para dar subsídio...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente Omar Aziz, só para concluir o raciocínio, rapidamente.

Concordo com o senhor: as informações tem. O que está faltando é uma deliberação desta Comissão...

Concordo com o senhor: informações há. O que está faltando é uma deliberação desta Comissão. Da mesma forma que foi rejeitada aqui a vinda do Sr. Gabas, do Consórcio Nordeste, tem outros requerimentos com base nessa informação pra que a gente possa votar democraticamente aqui. Inclusive o Ministro Wagner Rosário, que ficou combinado que viria nesta semana, que ele possa vir pelo menos na próxima, porque ele vai trazer dados tão importantes pra gente investigar o Governo Federal como também investigar Estados e Municípios, com as 53 operações que ele desenvolveu lá.

Então, tanto se fala em Consórcio Nordeste... Eu vi o desabafo aqui da Senadora Soraya. Tanto se fala em Consórcio Nordeste... Se fala muito, é verdade, cobrando; não se faz é chamar as pessoas que têm que vir aqui pra dar explicações sobre esse dinheiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tem outros Estados padecendo também, Senador Girão. Tem outros Estados padecendo. Corrupção não tem só no Nordeste. É de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente pode tratar isso depois, numa reunião...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Vamos seguir a inscrição aí por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Desculpa, Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É pra dar uma resposta à Senadora em relação às informações.

Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bora, Cacequi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Do Cacequi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador representante do Município de Cacequi, Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Senadora, Srs. Senadores, nosso depoente Coronel Elcio Franco, segundo o protocolo definido na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde quanto à oferta e negociação para a compra de vacinas, quais foram os documentos solicitados por ocasião das reuniões da natureza das quais o senhor participou?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, com respeito a esse assunto, eu vou seguir a orientação dos meus advogados.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Houve continuidade nas negociações e finalização de algum tipo de negócio?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sendo integrante das Forças Especiais do Exército Brasileiro e já estando na reserva remunerada, lhe pergunto: havia algum impedimento legal para o senhor representar algum tipo de negócio e para atuar frente à ONG Instituto Força Brasil?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Representar ou participar do Instituto Força Brasil, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É absolutamente legítimo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quais outras atividades a ONG Instituto Força Brasil desenvolve? Já desenvolveu algum tipo de representação junto a algum governo estadual? Se sim, quais?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Muito obrigado.

Sr. Presidente, em julho deste ano, 31% dos Municípios brasileiros não registraram mortes provocadas pelo covid-19. De acordo com o levantamento feito pelo *site* G1, da Universidade de Lavras, de Viçosa, foram 1.750 cidades sem a notificação de óbitos no último mês e um aumento de 35% em relação ao mês de junho, que eram 1.293, crescendo, portanto, esse número.

E quero citar que no Vacinômetro que nós apresentamos no dia de ontem e hoje, 184 milhões de doses já foram distribuídas, 149 milhões de doses já foram aplicadas, Senador Girão, e que a previsão é de que nós tenhamos agora, até o final do mês de... Onde é que está o número aqui? Até o final do... Nós estamos no mês de agosto. Senador Marcos Rogério, nós devemos ter 230 milhões de doses já distribuídas e, até o final do mês de setembro, quase 300 milhões de doses distribuídas, para uma população vacinal de 320 milhões... de 160 milhões de brasileiros. Se forem duas doses, dá 320 milhões. Então, no final do mês de setembro, praticamente a população brasileira, com as duas doses, já terá recebido. Então, essa é uma informação que eu quero colocar aqui.

Então, é o Governo do Presidente Jair Bolsonaro que está fazendo esse trabalho junto com os seus ministros, que estão sendo criticados aqui.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, são 11 milhões, 140 milhões de doses distribuídas para uma população vacinal de 8,958. Já tem hoje, no meu Estado, 2,24 milhões de doses além da população vacinal. Também já tem 76% da população com uma dose e já tem 28% da população com duas doses aplicadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E, nesse sentido, aí eu faço a menção ao que eu citei anteriormente: que essas cidades que eu estou mostrando aqui, o estudo está mostrando, têm a ver, sim, com as vacinas, e têm a ver, sim, Senador Girão, com o tratamento precoce, tão demonizado aqui, nesta Casa, nesta CPI. De alguma forma, foram zero casos de covid, zero mortes em 1.750 cidades no mês de julho. E a gente viu que eram 1.293 do mês de junho; seguramente deve crescer agora, para o mês de agosto, quando fechar o levantamento.

E ainda essas faixas aqui, o maior percentual de Municípios sem mortes em julho foi registrado nas Regiões Norte e Nordeste, Senador Girão – essa é a informação que nós temos aqui. A cidade mais populosa sem mortes, registrada em julho, é Coari, no seu Estado, Senador Omar Aziz.

Nesse sentido, temos que ressaltar o protagonismo do Ministério da Saúde frente a distribuição de doses da vacina para combater a covid-19. E também nós já atingimos aqui 46 milhões de pessoas que já completaram o ciclo vacinal completo – apenas 46. Até o momento, 46 milhões de brasileiros receberam as duas doses ou dose única do imunizante, correspondendo a 21% da nossa população. O levantamento é do Consórcio de Veículos de Imprensa.

E também 636 mil pessoas com – deixa eu desligar aqui – a vacina completa.

Eu só quero citar uma coisa, falando em *fake news*, um assunto importante que eu vou trazer no dia de amanhã. Aqui, nesta CPI, criminalizaram aquele estudo de Manaus. Uma equipe de cientistas, aqui chamados de charlatões, já descobriu um medicamento que, por essas falas e essa imprensa, um grande órgão de imprensa foi condenado a, em 48 horas, se retratar, Senador Girão. Cientistas brasileiros, orgulho nosso, chamados aqui de charlatões, e essas pessoas descobriram um medicamento. E aqui, nesta CPI, parte do que foi falado nesse órgão de imprensa... E agora terão que se retratar. Amanhã eu vou trazer mais detalhes.

Eu estou falando isso porque nós temos que investigar as mortes. É importante, Senador Renan, essas 563 mil mortes eu lamento, mas vamos comemorar as 18,939 milhões de vidas salvas. Acho que esse também é um ponto importante para dizer que tem coisas importantes acontecendo a despeito de CPI ou não. Não foi a CPI que fez nós chegarmos ao final do mês de outubro – setembro, outubro –, com praticamente a população toda vacinada. Então, esse é um ponto importante, porque as coisas estão acontecendo a despeito de todos os processos que vocês estão colocando aqui.

Essa é a colocação que eu queria fazer, e chamo a atenção, que hoje eu vi essas 1.750 cidades brasileiras já sem nenhum caso no mês de julho, e esse voto está crescendo. Então, mostra que o tratamento precoce e que a vacinação têm que caminhar juntos, conforme a nossa grande Pfizer está preconizando; já estão registrando o seu produto e vão vender, tratamento precoce e vacina. Isso é o que a Pfizer está preconizando e que nós, há muito tempo, estamos batendo aqui.

Sr. Presidente, já tenho comentado alguma coisa sobre o caso Fauci dos Estados Unidos. Pedi algumas orientações e vou tentar chegar lá para buscar esse caso que é extremamente grave. O Senado americano – como nós temos esta CPI aqui – também está debruçado nesse caso envolvendo o Instituto Wuhan, na China, recursos americanos de universidades, da chamada Big Pharma, grandes...

E aqui também foi colocado... Eu só quero colocar sobre as redes sociais aqui. Aqui, Senador Girão, o Facebook, o Instagram e o YouTube, você fala em tratamento precoce e eles cortam. Da mesma forma que nos Estados Unidos, você não pode falar, lá eles cortam também, não sei porquê. Você não fala nunca que está sendo certo.

Eu desafiei aqui esta CPI, desafiei a Rede Globo, desafiei a CNN e outros meios de comunicação para debater a pesquisa em Manaus, ninguém quer debater. Nós vamos escalar um time e bote quem você quiser para debater, nós temos um time de cientistas que debatem esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o debate que o senhor quer de Manaus, Senador Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O caso de Manaus, a pesquisa de Manaus...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O experimento em seres humanos, ele quer dizer.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vinte e três pessoas mortas. Vinte e duas pessoas mortas, publicado na grande revista *Jama*.

A *The Lancet* já se retratou, já mostrei aqui. Estou atrás dessa retratação também. Eu não, mas tem cientistas brasileiros cobrando desse grupo que fez a pesquisa, estão diretamente em contato com a revista *Jama* buscando retratação. São cientistas que estão se contrapondo ao que foi feito em Manaus, mas infelizmente... E eu quero que debatam nesta Comissão ou na imprensa, mas ninguém quer debater esse assunto, aquele assunto fechado. Não é fechado, 22 manauenses morreram em cima desse caso e criminalizaram um produto, criminalizaram um produto, que o caso Fauci vai explicar, esse e outros tantos casos nos Estados Unidos.

Estamos verificando, já recebemos uma parte do material do Senado americano e estamos buscando mais informações que são muito importantes e vão esclarecer interesses escusos em cima dessa questão.

Então, esse é o caso que eu queria colocar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

Senador Tasso Jereissati. (*Pausa.*)

Senador Jorginho Mello, do Estado de Santa Catarina.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Muito boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores.

Eu quero cumprimentar o advogado Samuel Augusto de Oliveira e o advogado Sanzio Nogueira pelo trabalho que estão exercendo na defesa do Coronel Helcio de Almeida.

Sr. Presidente, eu vou me ater... Tenho dois assuntos.

Primeiro assunto, eu quero pedir ao Coronel Helcio... Em que momento o senhor começou a notar que o Dominguetti, o Carvalho, o Reverendo e companhia limitada estavam tentando dar um golpe no Governo Federal, aproveitando-se da correria da compra de vacina? Quando é que o senhor sentiu isso pra pular fora?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, por conta da inconsistência dos documentos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Sr. Presidente Omar Aziz, eu queria pedir a sua atenção e a atenção do Senador Renan, por favor.

Foi feito um requerimento e aprovado aqui – o Requerimento 1.228, de 2021 – sobre a Brasil Paralelo.

Eu queria fazer um apelo a V. Exas., porque é uma empresa que faz documentário, uma empresa produtora de vídeos renomada, vídeos com conteúdo de grande qualificação. E eles estão... O mercado é uma coisa muito volátil, e a competitividade, a imagem, isso é muito caro pra quem está nesse mercado, vive de credibilidade.

Eu queria fazer um apelo a V. Exas. Hoje o Ministro Gilmar Mendes limitou – no dia de hoje – a quebra de sigilo deles do dia 20 de março pra cá, que só poderá ficar sob a guarda do Presidente da CPI em reunião secreta.

Então, eu queria fazer um apelo, se V. Exas... Diante até dessa decisão já do Supremo, do Ministro Gilmar, os senhores poderiam não requerer pra desentranhar do processo da aprovação? Não será necessário, porque só na pandemia, na pandemia não tiveram absolutamente nada.

Então, são empresas que estão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... que têm mercado e eu gostaria de fazer esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria saber, pedir uma informação sua. Quem pediu a quebra de sigilo e que empresa é? Porque eu...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A quebra de sigilo foi V. Exa. e o Senador Renan, como membros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a empresa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Brasil Paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não conheço, Senador. Sinceramente, eu não sei.

Agora, o Ministro Gilmar Mendes coloca na minha guarda o que eu encabecei?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu posso esclarecer, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que tinha que ser para o Relator, que pediu, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, se o senhor me permitir, eu posso esclarecer o colega Jorginho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – A Brasil Paralelo teve a quebra do sigilo decretada pela CPI, impetrou um *habeas corpus* junto ao Supremo Tribunal Federal e o Ministro Gilmar apenas reduziu o período de alcance da quebra.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Nada além disso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E considerou que a fundamentação, ou seja, a medida é absolutamente necessária e justificável.

Apenas o lapso temporal que foi reduzido.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Renan, não é possível nós fazermos essa retirada dessa quebra de sigilo desse requerimento, mesmo já tendo sido aprovado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobretudo agora, depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Gilmar Mendes.

Mais do que nunca nós precisamos dessas informações para levar essa investigação evidentemente adiante.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu só quero deixar consignada a importância dessa empresa, o trabalho sério que faz – o trabalho que faz. Isso prejudica a imagem da empresa – isso prejudica a imagem da empresa. Ela faz vídeos institucionais. É uma empresa privada que não tem nada a ver com vacina, com pandemia, com nada.

Enfim, eu só tenho a lamentar e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, eu me comprometo a analisar essa questão e discutir com os pares todos da CPI. Se houver alguma questão negacionista, alguma coisa, tenha certeza de que nós não vamos... Eu não voltarei atrás. Caso eu não veja nenhuma ligação com pandemia, com CPI que seja, uma questão ideológica somente... Cada um tem o direito de pensar da sua forma...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós estamos num país democrático.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu agradeço a V. Exa., então.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Eu me comprometo, Senador Jorginho, a analisar isso com carinho, até porque eu não quero cometer injustiça.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Independentemente de a pessoa votar em A, B, ou C, isso é um direito que qualquer um tem no Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, pois é. Mas aí eu quero saber a razão principal da quebra de sigilo, e eu vou dar uma analisada, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está bom. Então, nós discutimos isso na próxima semana.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá.

O Senador Tasso Jereissati trocou com o Senador Alessandro, e passo a palavra ao Senador Alessandro, por favor. Desculpa, Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu olhei e vi: com certeza até a Senadora Soraya, e depois eu fico na dependência do Presidente do Senado. Eu vou pedir... Porque ainda tem o Senador Izalci, Zenaide e Fabiano Contarato.

Mas, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado.

Sr. Helcio – Coronel Helcio –, é importante para que a gente possa compreender, CPI, Brasil, a forma como atua o Governo brasileiro neste momento nessa quadra histórica: a rede de relacionamentos que é estabelecida entre as pessoas e interlocutores. Em particular, o seu irmão foi colega de turma do Presidente Bolsonaro na Aman, correto?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor. *Fora do microfone*.) – Meu irmão mais velho...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor pode confirmar no áudio, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, o meu irmão mais velho, colega...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Seu irmão mais velho. Perfeito.

O senhor tem um relacionamento estreito com dois coronéis – salvo engano, são coronéis, e me desculpe se eu estiver equivocado –, o Coronel Aristomendes e o seu irmão, o Coronel Cláudio. Confere? Chegaram a ser sócio de alguma empresa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não tenho... Eu conheço os dois, certamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor foi sócio?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Mas eu não tenho um relacionamento estreito com eles.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor foi sócio de algum deles, Coronel?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Já faz... O Aristomendes, dois anos atrás, chegamos a fazer uma sociedade, mas essa sociedade não se manteve.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas ela está ativa ainda?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A empresa BHJ, mas não tem nenhuma ação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ela está ativa na junta, mas não tem ação?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É, não tem ação nenhuma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O senhor participou da criação do grupo Agir – não é? –, que é um grupo de pensamento conservador de direita.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não participei, não, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não participei. Eu não faço do parte do grupo Agir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Seu irmão é que faz parte então?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não sei se o meu irmão faz parte.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor não tem um relacionamento próximo com seu irmão também?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, tenho, mas o grupo Agir é uma iniciativa que não é geral. Eu, sinceramente, não conheço detalhes do grupo Agir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Para quem nos acompanha, o grupo Agir é um grupo com pensamento conservador de direita, formado quase que totalmente por militares da reserva e que apoia o Presidente Bolsonaro desde o período da pré-campanha, acompanha e tem várias interlocuções, inclusive interlocuções solicitando que ele seja mais duro na resposta ao Supremo e ao Congresso, conforme já foi ventilado em mais de uma oportunidade.

O Coronel Helcio que presta depoimento aqui, o Coronel Aristomendes, o Coronel Cláudio, juntos somam 23 agendas com o primeiro escalão e o segundo escalão do Governo Federal, do início do Governo até junho do corrente ano – 23 agendas. Todos têm envolvimento com empresas de consultoria e assessoria de empresas que tenham ou tentam ter relacionamento com o Governo Federal brasileiro. Mesmo assim o senhor informa que não faz intermediação de negócios, nem é lobista?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, a minha atividade profissional é consultor operacional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu tenho aqui um documento, Presidente Omar Aziz, e esse documento foi extraído, em perícia, do celular que foi apresentado pelo Cabo Dominguetti. O Cabo Dominguetti, para ajudar o senhor a lembrar, é aquele que almoçou com o senhor e que o senhor não estava muito lembrado. O Cabo Dominguetti encaminha, ou recebe, o *print* de uma tela do seu celular. É uma mensagem onde o senhor dialoga com um determinado interlocutor pedindo para que o Elcio – Elcio Franco – assine o NCNDA, que foi enviado pelo *e-mail* da Davati. Herman Cárdenas já assinou. Depois que ele assinar, vai enviar a FCO e a carta para AstraZeneca com o nome do alocador, aquela desculpa do alocador para revenda. Os detalhes de lote e tudo mais só depois da segunda assinatura. O senhor se recorda dessa mensagem que o senhor enviou?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esse assunto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Só para ajudar na orientação dos advogados, obviamente com todo respeito aos advogados, cada vez que o senhor diz essa frase, conjugando essa frase com o conteúdo do *habeas corpus* que lhe foi concedido, o senhor está apontando que não tem condições de responder à minha pergunta sem se autoincriminar.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É, com respeito a esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito, e tem todo o respeito, não se preocupe, não.

O senhor foi para a reserva remunerada com 42 anos, confere?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É, no ano 2000.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – No ano 2000. E o senhor passou um tempo como membro da Igreja Árvore da Vida?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Da Associação Árvore da Vida, sim, que dava apoio...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E o senhor foi exercer uma função comissionada...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não é uma atividade, eu diria, religiosa. A Associação Árvore da Vida é uma associação, é uma associação civil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Na linha do Instituto Força Brasil, ou não?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não tem absolutamente nenhuma relação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor teve também uma participação em alguma coisa denominada igreja local, da qual o senhor teria se desligado no período em que foi missionário na África?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – É chamado igreja local pelas pessoas que não a conhecem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Isso, e eu sou um deles.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... mas a própria não se identificam como igreja local.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Identifica-se como?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – A igreja em cada cidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O nome da igreja é igreja em cada cidade?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, não. A igreja, por exemplo, em Brasília, a igreja, na cidade, se denomina a igreja. A igreja em São Leopoldo, a igreja em Porto Alegre. É isso que é a designação adequada com respeito à manifestação do corpo de Cristo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O senhor se desligou também deste agrupamento com algum tipo de atrito?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, com respeito a esse assunto, eu vou seguir a orientação dos meus advogados e permanecer em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o assunto, Senador Alessandro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É o desligamento dele de uma das entidades de fins religiosos, filantrópicos, das quais ele fez parte ao longo desses últimos anos.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Perfeito.

Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor tem um irmão que ocupa um cargo de nomeação direta pelo Presidente Bolsonaro, Comandante de Operações Aeroespaciais?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim, meu irmão é Comandante do Comae.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Como eu disse, o senhor tem essa vinculação com os irmãos Barroso, inclusive uma sociedade, todos com atividades muito parecidas, um currículo brilhante nas Forças Armadas e uma atividade de assessoramento de empresas ao saírem das Forças Armadas. O Coronel Claudio Barroso, ainda no início lá de 2020, se eu não estiver enganado, tem agenda para tratar de vacinas com Elcio Franco. O senhor faz o intermédio da reunião onde se trata sobre vacinas com o Ministério da Saúde e também com Elcio Franco. Elcio Franco foi comandado e foi mentorado pelo Coronel Barroso, Coronel Claudio Barroso, na sua carreira militar. O Coronel Criscuoli, também de Forças Especiais, como o senhor, faz a ponte do Dominguetti com o Ministério da Saúde.

O senhor consegue entender – e seria muito bom se o senhor pudesse esclarecer para as pessoas – esse enredo de militares da reserva que se aproveitam dessa situação para atuar na intermediação de empresas, algumas delas efetivamente contratadas? Dá para dar um exemplo claro da CTU Security, que também está nessa esfera de atuação dos irmãos Barroso e que teve recepção recente pelo Governo; teve envolvimento em contratações canceladas por orientação da Controladoria durante a intervenção comandada pelo Braga Netto no Rio de Janeiro, um contrato de R$40 milhões; tem possível envolvimento com o assassinato do Presidente do Haiti; e teve reunião agora com o Governo Bolsonaro – eu estou agora sem a data aqui – intermediada pelo Coronel Aristomendes, que foi seu sócio também na consultoria.

Seria interessante se o senhor pudesse traduzir para a gente como funciona esse mecanismo de ida para a reserva, ingresso imediato na consultoria empresarial de empresas que vão contratar com as Forças Armadas ou com o Governo brasileiro. Como é que isso funciona?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre esse assunto, eu vou seguir a orientação dos meus advogados e ficarei em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É uma boa orientação para quem não pode se explicar. Tem toda a razão e o direito de fazê-lo.

Eu não vou gastar mais tempo da nossa Comissão e das pessoas que estão acompanhando. O senhor é referido, Coronel Helcio Bruno de Almeida, em todos os diálogos do Dominguetti, nos *prints* de conversa, como o responsável por fazer a interface entre esse grupo claramente de estelionatários – e aí não é necessário ser de Forças Especiais, não, bastavam dez minutos de conversa.

Mas a rede de relacionamentos é tão pesada, é tão hermética que o senhor preferiu confiar na palavra do Coronel Guerra. Eu não consegui identificar se o Coronel Guerra também foi parceiro de escola, de turma na Aman. O senhor pode dar essa informação?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Com respeito a esse assunto, Senador, eu vou seguir a orientação dos meus advogados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Muito bem.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Mas ele não é colega meu de turma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Agradeço pela informação. Vamos localizar o nosso Coronel Guerra, afinal de contas, ele também aparece como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

consultor da Davati nessa negociata toda, que quase levou do Brasil alguma coisa em torno de 4 bilhões, não é isso? O valor é astronômico. Só a propina seria de US$400 milhões.

É muito claro o que aconteceu aqui, Coronel, e é muito lamentável, porque são oficiais da reserva com um currículo acima da média, o seu conceito foi muito bom, se eu não estiver enganado, e, ainda assim – ainda assim –, se deixam envolver numa situação como essa no pior momento do Brasil. Não foi num momento corriqueiro, foi no pior momento do Brasil. E, quando se tem um Governo como este, que é um Governo que gosta de atuação irregular, que gosta da rede de aconselhamentos paralelos e quem dá esse aconselhamento faz como V. Sa., abre as portas para estelionatários, é uma tristeza, é mais um vexame.

O documento que comprova a atuação direta do Coronel Helcio, Helcio Almeida, nessa negociação com a Davati já está na posse da CPI. Eu tenho certeza, Sr. Relator, que o indiciamento se imporá no relatório final, para que a gente possa ter a responsabilização criminal de quem estava buscando recursos financeiros enquanto os brasileiros precisavam de vacina e vida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Marcos Rogério; em seguida, o Senador Rogério Carvalho; e, depois, o Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esta é a relação que está aqui, mas eu retificarei. Eu retificarei aqui. É só um alerta aos colegas Senadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos... Vamos procurar chegar... Vamos tentar garantir a fala do maior número possível dos colegas Senadores, mas eu queria pedir atenção ao tempo, para exatamente podermos garantir isso, visto que, a partir da inauguração da Ordem do Dia, por força do Regimento, nós vamos ter que concluir a oitiva. Então, peço, dentro do possível, o cumprimento dos colegas em relação ao tempo.

Senador Marcos Rogério, a palavra está com V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não vou fazer questionamentos ao depoente, porque ele já se escudou na orientação do seu advogado. Mas vou reiterar o que eu tenho alertado aqui já algumas vezes: a CPI perde tempo com depoimentos que não contribuem com nada. Fica-se aqui por cinco ou seis horas numa tomada de depoimento que não chega a lugar nenhum.

Talvez, a grande decepção da Oposição aqui seja a de acusar o Governo do Presidente Bolsonaro, mas, quando vão apurar os fatos, não acham nada, não conseguem apurar uma única prova de qualquer prática criminosa perpetrada pelo Governo. Falam de corrupção, mas não acham nada, não mostram uma prova sequer, uma única prova que demonstre que tenha havido o pagamento de um centavo de real a título de vantagem indevida a quem quer que seja. Até este momento, nenhuma prova, nenhuma evidência!

Certamente, os brasileiros que vêm acompanhando a história política mais recente do Brasil veem uma grande diferença entre a acusação de corrupção de hoje e a acusação, prova e condenação de corrupção de antes. Há uma diferença, mas aqui querem tratar como se fossem iguais. A corrupção dos bilhões desviados no passado, dos bilhões de reais desviados do interesse público nacional para financiar ditaduras ao redor do mundo... E aí querem colar a marca de que estamos diante de um grande escândalo de corrupção. "Esta informação é importante!" Qual informação? Qual desvio? Quem recebeu? Quem pagou? Para onde foi? Quanto foi? Nada! Quando você aperta, não sobra nada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

sobra apenas a narrativa acusatória de quem está aqui e não quer investigar corrupção de verdade. Vai vendo, Brasil! Não querem investigar corrupção de verdade!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas pela ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui estão relendo uma tramoia...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, reitero a conduta de ofensa aos colegas do Senador Marcos Rogério e de desinformação do cidadão brasileiro. Ele não é ignorante. Ele é uma pessoa que tem bacharelado em Direito. Imagino que tenha OAB também e seja advogado. Ele sabe perfeitamente que o crime de corrupção não exige o pagamento. E a cada sessão ele reitera a mentira aqui. Então, a gente precisa, meu caro Senador Marcos Rogério, ter respeito com a verdade antes de qualquer coisa. Se não for possível respeitar os colegas, respeite a verdade ao menos, respeite o cidadão brasileiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É crime formal de mera conduta, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou levar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós somos colegas, governistas. Por favor, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E nem crime impossível, não fale crime impossível hoje, aqui, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir aos Senadores que deixem de ser açodados e queiram atropelar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Senador, só um detalhe: ninguém está sendo açodado aqui. Eu vou garantir a palavra a V. Exa. e vou, inclusive, repor o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Garanta, e peça que não seja interrompido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou, inclusive, repor o tempo de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque aqui parece que tem gente que acha que está numa delegacia de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, não. Estou no Senado da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E eu conheço...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Marcos Rogério... Senador Marcos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E o Senado da República, Senador Marcos Rogério, não tolera sabujice...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu conheço...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... não tolera servilismo!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu conheço as competências...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Respeite a lei! Ora!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeite a lei V. Exa.!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Então, não minta!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não minta V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas eu não estou mentindo, o senhor que está!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Marcos Rogério...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu já disse isso aqui, o problema é que V. Exas. fazem ouvidos moucos quando interessa...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Eu não faço ouvidos moucos pra nada, nem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Inclusive V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu suspendi o microfone de V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Eu não faço ouvidos moucos pra nada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu suspendi o microfone de V. Exa. porque, no tumulto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – V. Exas. quando falam, falam as asneiras que querem falar...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Eu sei a diferença entre o que é o crime formal...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Não sabe. Não sabe.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, no tumulto, ninguém fala, por isso eu suspendi o microfone, inclusive o de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

V. Exa. V. Exa. tem o tempo reposto e garantido por esta Presidência. Eu só queria pedir de V. Exa., dentro do possível... Porque veja, todos os colegas falam, mas tentam respeitar os demais colegas. Eu queria só rogar a V. Exa. isto, tentar ter um pouco de condescendência e respeito aos colegas, sem limitar a sua capacidade de crítica, porque eu sei que V. Exa. é perfeitamente capaz.

O tempo está reposto e garantido a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou reiterar, porque acusam de corrupção sem achar uma prova de corrupção. Me mostre a prova! Saia da narrativa, saia da cantilena! Ah, é crime formal. É verdade. É crime formal. Agora eu pergunto: há provas da prática do crime? Ainda porque corrupção passiva acontece em dois momentos, talvez eu tenha que desenhar pra alguns aqui: ou solicitar ou receber. Mas vem cá, há provas de que alguém solicitou?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Está sendo apurado, Senador

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há provas de que alguém solicitou? Então veja, Presidente, aqui parte-se do pressuposto de que a acusação é verdadeira, mas, quando a presunção é de que o crime não aconteceu, não, não, não, aí não vale, não cabe, a presunção é sempre de culpa. Talvez estejam olhando para o atual Governo com olho no retrovisor do passado, do tempo. Eu sei que não é legal ouvir certas coisas, mas não estou acusando os colegas Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, os colegas que estão falando, tanta a Soraya quanto o Senador Alessandro, não apoiaram antigos governos: foram oposição aos antigos governos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha o esforço dos colegas... Quando eu faço aqui as ponderações que faço, Sr. Presidente, eu tenho as convicções. Eu votei a favor de todos os requerimentos pra investigar envolvidos no atual Governo. Eu não votei contra a convocação de Carlos Gabas. Eu não votei contra a convocação de Bruno Dauster, que, aliás, nem foi votada, nem pautaram ainda. Eu sou a favor de investigar.

Quando eu faço aqui as indagações que faço, o apelo que estou fazendo é: olha, estão falando de corrupção o tempo todo; a corrupção passiva pode se dar, repito, porque parece que querem colocar uma verdade... "Não, não; alguém disse que tem, tem", mas não busca apurar os fatos. Até agora, repito, não há uma prova sequer da prática de corrupção por parte do Governo do Presidente Bolsonaro – nenhuma, nenhuma, nenhuma! Não adianta vir interromper minha fala, falar A, B, C ou D; prova, mostra. Eu não tenho problema com isso.

Mas, repito, Sr. Presidente, lamento que a gente fique gastando tempo da CPI e não aprofunde as investigações de verdade. Corrupção, esteja ela onde estiver... E tem uma coisa, no dia que eu identificar – espero que isso não aconteça, que não tenha havido, porque até agora não vi –, mas, no dia em que identificar: "Olha, houve aqui, dentro desse departamento do Ministério da Saúde, um ato de corrupção", não contem comigo. Não tenho compromisso com bandido, esteja no Governo Federal, esteja nos Estados, no Consórcio Nordeste ou nos Municípios. Não defendo bandido. Não tenho bandido de preferência.

Mas, repito, eu apresentei essa semana um conjunto de requerimentos para apurar o que aconteceu, por exemplo, em Cuiabá. Ainda não foi pautado; eu espero que seja. Estou solicitando informações da Polícia Federal, estou solicitando informações do Ministério Público Federal e estou pedindo a convocação de ex-Secretários. Parece que lá juntaram, numa tramoia, um grupo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

empresas que pertencem ao mesmo grupo econômico para golpear os interesses da sociedade. Quase R$50 milhões, segundo relatórios da Polícia Federal, estão envolvidos nessa trama golpista. E eu pergunto: será que a CPI vai investigar? Até agora não quis – até agora não quis.

Consórcio Nordeste, Senador Girão. Bom, nós votamos aqui o requerimento para convocação do Sr. Carlos Gabas. Eu pergunto: foi aprovado? Não. Mas lá há contratação, pagamento antecipado de quase R$50 milhões sem nota fiscal, mas optaram, o grupo dominante da CPI optou por não convocar o Sr. Carlos Gabas. Por quê? Mas querem investigar a corrupção ou não querem? Querem investigar de verdade ou não querem? Eu quero investigar Governo Federal, estadual, municipal, consórcio... Não importa. Eu não tenho compromisso de proteger bandido.

Bruno Dauster: Bruno Dauster foi o Chefe da Casa Civil do Governador da Bahia. Foi afastado por envolvimento nesse escândalo do Consórcio Nordeste. O requerimento dele está aqui apresentado já há meses; sequer votamos o requerimento do Sr. Bruno Dauster. Por quê?

Eu até compreendo algumas manifestações, algumas resistências, agora, quando é em relação ao Governo Federal, um trambiqueiro vem aqui e diz que alguém pediu vantagem indevida. Eu fui o primeiro: "Tem que investigar! Aprofunde a investigação!". Tinha que estar é na cadeia esse cidadão e toda a sua patota! Mas daí a dizer: "Não, porque o fulano disse...". E já foi desmentido por outros dois... "Não, é verdade." Parte-se do pressuposto que o caso de corrupção passiva está caracterizado. Pedir ou receber, e houve pedido. Quem disse que houve? Está provado que houve? Então, parte-se do pressuposto de que o Governo seria parte de uma trama corrupta.

Eu não faço defesa personalíssima de quem quer que seja, e este caso aqui, envolvendo Dominguetti, Cristiano e essa patota toda, me parece fazer parte de uma grande organização criminosa, uma grande quadrilha que deveria estar é presa. Só tem uma coisa: todo intento, toda movimentação, toda tentativa de usar dos acessos que tinha o Governo fracassaram, não prosperaram. O sistema de controle interno do Ministério da Saúde funcionou bem, diferentemente de outros tempos – na Petrobras foi uma roubalheira; estatais, nem se fale; ministérios, do mesmo jeito.

Então, eu tenho que dizer: o Ministério da Saúde, os órgãos de controle interno do Ministério da Saúde merecem reconhecimento, porque tentativa de golpe e de levar vantagem o tempo todo acontece nos governos federal, estaduais e municipais, a diferença está entre aqueles que aceitam e os que não aceitam. E o que eu tenho observado no Ministério da Saúde... Não conheço quem integra a equipe de controle interno do Ministério da Saúde, mas o que eu tenho observado é que está funcionando, e está funcionando bem.

Acusam, mas não há provas de que tenha havido... E, neste caso especificamente aqui, envolvendo essa empresa Davati, é o clássico caso do crime inexistente. A única possibilidade que poderia ter aqui, e nesse ponto o Delegado Alessandro tem razão, seria o crime formal de corrupção passiva. Poderia ter havido e, a partir das investigações, pode-se identificar, porque nem isso foi provado até agora, porque ele independe do recebimento, ele independe de contrato, é um crime formal.

Mas dizer que o Governo tenha participado de qualquer ato de corrupção, que tenha levado em consideração o pagamento de um centavo de real... Não tem, não tem! E talvez essa seja a grande decepção de muitos, porque não dá para comparar, embora fazer comparação de quem rouba mais ou quem rouba menos seja algo inconcebível em qualquer momento. Não se trata de fazer comparação, trata-se de verificar, até este momento, que não há uma prova sequer a apontar, no campo da corrupção, para o Governo Federal, diferentemente do que aconteceu nos Estados e Municípios.

Eu concluo, Sr. Presidente, não vou gastar o tempo todo hoje, dizendo que, considerando que nós ainda temos muito tempo de CPI pela frente, quero fazer um apelo para que a gente continue a investigação com relação ao Ministério da Saúde, mas não abramos mão de investigar a corrupção de verdade, aquilo que aconteceu no Mato Grosso, aquilo que aconteceu em Santa Catarina, aquilo que aconteceu no Rio de Janeiro, aquilo que aconteceu no Consórcio Nordeste, aquilo que aconteceu no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Pará, aquilo que aconteceu no Amazonas, aquilo que vem acontecendo em São Paulo e nos demais Estados da Federação onde há indícios. "Ah, mas não dá pra apurar todos os Estados". Vamos pegar os casos mais emblemáticos e vamos trazer pra CPI.

Aliás, parabéns à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Lá aprovaram, e a CPI vai investigar o que aconteceu no Consórcio Nordeste. O que nós não estamos fazendo aqui parece que eles vão fazer lá. Espero que seja um trabalho exitoso e que identifiquem o que aconteceu, quem participou, em que medida participou, e faça as recomendações pertinentes em relação a isso.

Eu agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de me manifestar. E, mais uma vez, reiterando minha expectativa de que a gente possa avançar com as investigações. Eu vou votar sempre a favor: se é pra investigar, tem meu voto a favor, em relação ao Ministério da Saúde e em relação aos Estados e Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério. Eu exulto também a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, assim como convoco as Assembleias Legislativas pra cumprirem o papel que o Congresso Nacional e o Senado Federal estão cumprindo com essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o âmbito para investigação. Exulto e chamo a atenção da Assembleia Legislativa do meu Estado também em relação a esse tema, a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, as Assembleias Legislativas de todos os Estados onde ocorreram responsabilidades pelo agravamento da pandemia.

Só vou fazer uma leitura de um dos trechos de documento que o Coronel Helcio Bruno traz a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a ata da reunião da qual ele participou junto com os representantes da Davati. Num dos trechos é dito o seguinte: "O Sr. Helcio Bruno disse que a Davati seria uma empresa de cotas de vacina". No final, também é dito o seguinte: "Adicionalmente, foi tratado com o Sr. Vander [o senhor Vander é da empresa BR Med Saúde Corporativa, que já foi citado aqui, também da Beep] quanto à necessidade de regulamentação da Lei 14.125 determinando a possibilidade à doação de 50% das doses compradas pelas empresas privadas". Foram esses interesses republicanos, Senador Alessandro, Senador Renan, que foram tratados nessa reunião. Deus nos livre desse *compliance* do Ministério da Saúde e desse controle!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sigamos. Próximo, Senador Rogério.

Senador Renan, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria, Senador Rogério, só dizer pra quem está acompanhando os trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que este depoimento do Coronel Helcio Bruno de Almeida hoje é uma demonstração de que essa tragédia, esse flagelo, esse morticínio não é uma obra do acaso. Muitos, como o depoente de hoje, somaram fatos que nos levaram a essa catastrófica situação – cometeram ilegalidades, irregularidades e crimes.

Qualquer um, Coronel Helcio Bruno, qualquer um tem o direito de ser de direita. V. Sa. pode ser de direita, qualquer um pode, mas dentro do Direito, não fora do quadrado da Constituição Federal e da institucionalidade. O que nós verificamos hoje aqui – e esta Comissão Parlamentar de Inquérito está a verificar todos os dias – é a materialidade de alguns com relação ao agravamento da tragédia brasileira. Lamentavelmente, V. Sa. é parte disso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe. Na verdade, Senador Rogério, não é V. Exa., não; é o Senador Eduardo Girão. Eu tinha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desculpe, Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estava com a relação antiga. Então, mil desculpas aos dois colegas, tanto ao Senador Eduardo Girão quanto ao Senador Rogério Carvalho. Então, Senador Eduardo Girão e, em seguida, o Senador Rogério Carvalho.

Até para compensar, peço ao Senador Rogério assumir um pouquinho a Presidência, enquanto saio só um instante...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para informar que eu estava na Liderança. Quando eu vi que me chamaram, eu vim para cá pessoalmente. É só para lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Vou escrever aqui a sua inscrição.

Senador Eduardo Girão, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente desta sessão.

Em primeiro lugar, eu quero começar citando uma filosofia que me inspira, Senador Marcos Rogério, já há alguns anos, que é um aprendizado de vida: o ódio aprisiona, o perdão liberta.

A gente vê um debate muito contaminado aqui nesta CPI com uma cegueira política sem precedentes. Eu já conversei com algumas pessoas que participaram de outras CPIs – esta é a minha primeira –, assessores, Senadores, jornalistas, e eles nunca viram nada parecido com o que está acontecendo aqui: o desrespeito com que muitos depoentes foram tratados, mulheres, médicas, pessoas cumpridoras de seus deveres, ameaças de prisão, dizendo que a pessoa está mentindo... É um negócio assim... É um tratamento que a gente não deve dar nem para criminoso! A lei tem que ser aplicada, quem errou tem que pagar, mas a gente não pode fazer julgamentos. Eu acho que é até uma questão de princípio. Madre Teresa de Calcutá dizia o seguinte: quem julga impede de amar. Então, eu queria...

Neste momento, eu tenho muitas perguntas para fazer, não sei se o senhor vai me responder – está com esse *habeas corpus* aí do Supremo Tribunal Federal, que, aliás, é uma instituição importante da República, sem dúvida nenhuma, mas acredito que essa escalada antidemocrática que nós estamos vendo no País tem muito a ver com a exacerbação do Poder Judiciário em cima dos outros Poderes. E o Senado é corresponsável por isso. A gente não pode aqui ficar criticando e não se autocriticar. Eu faço parte desta instituição e vejo que, por não analisarmos pedidos de *impeachment* de alguns ministros do Supremo, que têm indícios fortes apresentados para todos nós em requerimentos no Plenário do Senado, por não fazermos uma CPI da Lava Toga, que é algo que é um desejo legítimo cada vez maior da sociedade brasileira, que quer a coisa certa, a gente está hoje sofrendo as consequências de uma omissão dessa instituição.

Coronel Helcio, seja bem-vindo a esta Casa. Estava lendo uma reportagem do dia 7 de julho deste ano, onde o senhor foi citado por pessoas do mercado de laboratórios que o descreveram como alguém que, abro aspas, "abria portas no governo". Além do contato próximo com os militares, o senhor tinha como cartão de visitas o próprio Instituto Força Brasil. Embora tenha sido criado só em setembro do ano passado, oficialmente, a entidade vinha sendo planejada junto ao Sr. Otávio Fakhoury e outros sócios desde 2018, quando se juntaram para atuar em favor de Bolsonaro. Com quais servidores o senhor tinha contato ou tem contato no Governo Federal e de que forma utilizou e com qual objetivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor pode nos dizer com quais órgãos do Governo o senhor manteve contato – reforço essa colocação aqui – seja para as demandas do Instituto Força Brasil, seja para servir de intermediário a outra empresa ou instituição?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Talvez esta pergunta aqui seja mais objetiva e de alguma forma o senhor possa me responder: o senhor participou de alguma atividade no Palácio do Planalto, particularmente com o programa Pátria Voluntária?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor já havia trabalhado com o ex-Ministro Pazuello?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Segundo essa mesma reportagem que eu citei, do dia 7 de julho, o senhor teria como seu primeiro projeto desenvolver um aplicativo de teleconsulta e diagnóstico imediato pelo médico para oferecer o tratamento preventivo aos primeiros sintomas da covid. Isso chegou a ser feito? Tinha acompanhamento de médicos com experiência nesse tipo de tratamento? Como é que funcionava isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não necessariamente o tratamento preventivo, mas um diagnóstico que pudesse orientar o paciente, no caso, a receber a prescrição médica e assim evitar que ele fosse até a instalação de saúde e eventualmente passasse por um ambiente de contaminação, quando nem sempre ele poderia já estar infectado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esse aplicativo propiciava um atendimento personalizado por um médico que estudou o assunto pra prescrever qualquer tipo de tratamento?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sem dúvida. O médico era essencial nesse diagnóstico.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Que médicos foram consultados com relação a isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Isso foi uma visualização geral; nenhum médico especificamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Sr. Cristiano apresentou o Instituto Força Brasil como um intermediário para negociar vacinas com o Ministério da Saúde. O senhor tinha, oficialmente, autorização do Ministério da Saúde para negociar vacinas? Se não tinha, por que o fez?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor não sabia que a Davati não tinha o cadastro na Anvisa e que a AstraZeneca já estava em avançados contratos com o Governo, via Fiocruz?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor, por formação, tem vasta experiência gerencial e profissional. O senhor não percebeu que essa transação proposta pelo Sr. Cristiano, Dominguetti e os demais envolvidos era fundamentalmente impossível de ocorrer, ou seja, adquirir 400 milhões de doses de vacina no contexto pandêmico internacional de extrema dificuldade para adquirir qualquer vacina?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor não tinha conhecimento de que, naquele momento, a União Europeia havia – naquele momento – proibido a venda da AstraZeneca e de que havia escassez de vacinas no mundo? Como poderiam existir 400 milhões de vacinas para intermediários como esses que o senhor apresentou ao Ministério da Saúde?

Eu já emendo outra pergunta: por que o senhor, para proteger o Brasil de aventureiros, como militar de reserva, experiente, não encerrou este assunto quanto chegou ao senhor por absoluta falta de condições para prosperar?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tudo bem.

Eu já quero encerrar aqui. Não tenho perguntas. Vou até fazer agora apenas uma contextualização com relação ao que o Brasil hoje, neste momento, está debatendo na Câmara dos Deputados. É muito importante a gente não misturar as coisas. Está um momento de extrema polarização no País. Isso é verdade, mas as pautas não são pertencentes ao agente A, ao agente B; as pautas que estão hoje, como, por exemplo, o voto auditável, são pautas da sociedade. É um ledo engano dizer que isso é uma meia dúzia de pessoas. Não é verdade. Os Parlamentares que conversam com as pessoas nas ruas, nas feiras, nas cidades veem um crescente e legítimo pedido da população para mais transparência, mais segurança.

A pergunta não é por que disso; é por que não fazer. Se isso, de alguma forma, pode dar mais tranquilidade para que as pessoas exerçam esse grande valor da democracia, esse pilar, na verdade, que é o voto, por que não fazer?

Então, essa discussão está acontecendo agora na Câmara dos Deputados. Muito importante que, de forma pacífica e respeitosa, a população brasileira se manifeste, porque esse é um assunto do Congresso Nacional, não é um assunto de Palácio do Planalto, não é um assunto do Judiciário.

Eu acredito que o debate tem que ser feito aqui e tem que ser votado aqui em respeito a essas pessoas, não obstante a invasão de competências, que eu repito, é lamentável, e que ocorreu de um Poder sobre o outro. No caso, o TSE, em que o seu Presidente se reuniu com lideranças partidárias. Olha a que ponto nós chegamos no Brasil, uma militância, um ativismo político que não deveria acontecer numa instituição responsável pelas eleições. Então, é muito importante.

Nesse momento os olhos do País estão voltados para a Câmara dos Deputados, para essa votação importante que não é ser contra ou a favor de Governo; é uma pauta legítima, inclusive que foi abraçada durante décadas por muitos partidos políticos que agora, por uma questão pessoal, estão simplesmente voltando atrás.

Então, eu quero encerrar a minha participação, Senador Randolfe, agradecendo a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O próximo é o Senador Rogério Carvalho, na sequência, a Senadora Soraya e o Senador Izalci.

O depoente pede cinco minutos só para ir ao toalete.

V. Exa. fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Enquanto o depoente vai, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já que ele vai ao toalete, eu queria aproveitar só para transmitir aqui uma mensagem que eu recebi de um professor de história, portanto, seu colega, Isaac Souza, do Piauí, Professor de História do Piauí.

Ele faz uma citação do conceito de máquina de guerra do Deleuze e do Guattari, conceito que é usado para falar dos devires minoritários, revolucionários, da desorganização do corpo, da ética como acontecimento.

> Hoje, quando Bolsonaro e seus caninos generais desfilavam – às custas do erário – sua impotência, materializada em tanques de guerra e outras armas móveis de alto poder de destruição, um outro tipo de metal ressoou na Esplanada.
> Fabiano Trompetista apareceu com seu trompete fazendo soar a melodia do *jingle* de Lula. Há muito símbolo aí. Num país com quase 600 mil pessoas mortas por asfixia devido à necrogestão de Bolsonaro, Fabiano fez explodir dos pulmões uma música de afronta.
> Pouco importa o que você pensa de Lula, ele é o pavor de Bolsonaro. O metal do trompete cortou como faca quente as engrenagens do medo (não me refiro ao medo que Bolsonaro pensa que faz, mas ao medo que ele sente).
> Fabiano foi preso. Acossados como vermes que são – a defesa do verme é se enrolar e recrudescer – em suas máquinas de violência e intimidação, eles foram intimidados pelas notas de uma melodia, atormentados por uma memória, derrotados pelo poder de uma canção.
> Quem é a verdadeira máquina de guerra?

Pergunta Isaac Souza, Professor de História do Estado do Piauí.

Portanto, fica aqui uma reflexão sobre por que prender um trompetista que tocava uma canção diante de uma máquina de guerra. Quem é a verdadeira máquina de guerra e quem de fato está com medo? Bolsonaro é que é o grande medroso.

Agora que voltou o depoente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O depoente está com o senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Eu queria aqui...

Primeiro, com todo respeito ao Tenente-Coronel Helcio Bruno, quando os depoentes vêm aqui nesta CPI e não revelam ou tentam esconder os fatos acontecidos, eu acabo tentando mostrar de alguma forma, e, às vezes, causando constrangimento – e não é essa a minha intenção –, mas não posso me esquivar em dizer que na minha terra, lá em Lagarto, no Nordeste do Brasil, pessoas que escondem ou que contam... Ou que se escondem pra trás de uma palavra bonita chamada narrativa lá são chamadas de loroteiras ou pessoas loroteiras, são pessoas que falam lorota. Lorota são histórias malcontadas ou mentiras, exatamente o que a gente tem visto de forma sistemática nesta CPI. Muitos loroteiros vêm aqui, com suas narrativas, pra tentar ludibriar a inteligência de quem está do lado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

cá da bancada tentando esclarecer para o Brasil tudo o que aconteceu ao longo desta pandemia. E tem aqui narrativas que tentam desqualificar inclusive os resultados que esta própria CPI já produziu.

Esta CPI já produziu, por exemplo, a interrupção da compra da Davati, da dita vacina AstraZeneca através da Davati. Nós estamos aqui vendo a mobilização de pessoas com relações pessoais, históricas, influenciando para colocar um bando de trambiqueiros de frente com o Estado brasileiro para vender o que não tinha. E isso não é narrativa; são fatos já apontados por esta CPI, a tentativa de colocar trambiqueiros para negociar com o Governo com intermediação.

E aqui a gente vê um Coronel do Exército que se envolveu – de alguma forma, se envolveu – na abertura de portas. Isso foi dito por vários dos depoentes que vieram aqui, dizendo que V. Sa. se envolveu na abertura de portas para colocar trambiqueiros, pessoas que não tinham a menor credibilidade pra vender 400 milhões de doses a US$17 cada dose, ou seja, mais de R$10 bilhões, e o senhor abre as portas pra que essas pessoas pudessem vender. E nisso eu não estou fazendo narrativa; isso é o que aconteceu, é o que já está aprovado.

E, graças a esta CPI, isso não foi adiante. Graças a esta CPI! É importante dizer que a gente exerceu pressão para que as vacinas pudessem ser disponibilizadas para brasileiros e brasileiras. Graça a esta CPI, a compra da Covaxin foi interrompida! Então, não é verdade que os fatos não ocorreram. Os fatos foram obstados por conta do funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, desde o começo, apontou o Presidente Jair Messias Bolsonaro como o principal efeito causador de contágio e de morte nesta pandemia no Brasil.

E aqui eu quero falar sobre o Instituto Força Brasil, ou melhor, o "Instituto Fake Brasil". Só para vocês saberem, o Vice-Presidente dessa instituição já é conhecido da CPMI da Fake News, financiador do Bolsonaro, o Sr. Otávio Fakhoury, investigado também por atuar nos atos antidemocráticos. Todos precisam ser esclarecidos: é um instituto, segundo uma nota emitida por eles mesmos, em que teoricamente defendem a vida, mas, na verdade, não perdem a oportunidade de desinformar sobre a vacina ou medidas preventivas no enfrentamento da covid.

Passe o vídeo aí para mim, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já é suficiente.

Veja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Criminoso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... essa é uma atuação que nós poderíamos chamar de "Sr. Fakehoury", não é? "Fakehoury", não "Fakhoury". E se dizem, então, como a gente estava dizendo aqui "sobre vacina ou medidas preventivas no enfrentamento da Covid", se dizem apolíticos, conservadores e cristãos, mas, desde o início, defendem o Presidente Bolsonaro, criticam as instituições democráticas e, além disso, quiseram a compra de vacinas para o setor privado, antes mesmo de se resolver o público, num período em que Bolsonaro ignorou a Pfizer e em que não havia vacinas para todos.

Outra questão que eu queria destacar sobre esse instituto que V. Sa. preside: são postagens tendenciosas e sem cabimento. O Instituto Força Brasil culpa os governos estaduais por encarecerem o valor do gás de cozinha! Veja que coisa! Quando a gente sabe que o valor do gás de cozinha, certo – porque nós estamos falando de *fake news –,* quem define é a Petrobras, que hoje é controlada e dirigida pelos interesses privados dos seus acionistas privados. Lá em Sergipe, Coronel, o gás de cozinha já é coisa de rico; pobre está cozinhando com lenha, com cavaco, como a gente diz lá no interior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Vamos, então, mostrar outra narrativa, lorota, nessa postagem do tal instituto. Preste atenção: os impostos do gás de cozinha nos Estados e Municípios seguem a mesma lógica de definição de preços, inclusive com Governadores e Prefeitos bolsonaristas. Então, não é bem assim como está na postagem do Instituto Força Brasil.

Agora a pergunta: o que V. Sa. e o seu grupo, tão bem-intencionados em promover ações relacionadas à saúde, acham de cobrar um imposto – vamos chamar de um pedágio da Davati – de um dólar por cada vacina no momento em que o País sofre com quase 600 mil vidas perdidas? O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senador, sobre esse assunto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é, dói meu coração que as famílias dos meus conterrâneos nordestinos, dos trabalhadores, dos brasileiros recebam através do celular, do seu zap-zap, mensagens do Instituto "Fake Brasil", com mentiras divulgadas sobre a eficácia da vacina, levando o nosso povo à morte.

Eu estou falando do Nordeste porque eu sou de lá, mas hoje eu recebi uma mensagem de uma moça de Uberlândia, D. Andreia, que perdeu o marido para a covid, com três filhos pequenos para criar. É disso que estou falando. Esse pai de família poderia estar vivo se tivesse recebido as orientações corretas e a vacina. D. Andreia conta que ela faz parte do grupo de viúvas da covid. Isso é muito cruel, muito triste.

Enquanto isso acontece, o Presidente Bolsonaro coloca tanque nas ruas, participa de reuniões às escondidas com o reverendo e os representantes da Davati! E o povo desempregado e com fome. Sabe por quê? Porque Bolsonaro não comprou vacina para as pessoas voltarem ao trabalho, largou os brasileiros à própria sorte para aumentar o contágio, porque ele acreditava na imunidade de rebanho, a imunidade adquirida naturalmente e que levou 563.707 pessoas ao óbito por pura negligência e por uma ação dolosa do Presidente Bolsonaro.

E foi esta CPI que obrigou o Bolsonaro a tomar iniciativas, a tomar iniciativas efetivas na compra de vacinas. E não tem outro caminho para a retomada da economia, mas sem pedágio, não é? Vacina sem pedágio! Porque ficou sem comprar vacina, a Pfizer querendo vender vacina, a Moderna querendo vender vacina, a OMS querendo vender vacina, mas, como não tinha pedágio para dar, não foram compradas essas vacinas. Foi preciso criar um espaço, ter a pressão para poder cobrar um pedágio para poder adquirir vacinas. Essa é a realidade que a gente viveu e que esta CPI está revelando a todos os brasileiros.

Mas vamos continuar a nossa apresentação do Instituto Força Brasil, ou "Fake Brasil", do qual V. Sa. é o Presidente. Tem aqui uma postagem no *site* de vocês dizendo que... Eu vou ler na íntegra:

> Mentira!
> Não há previsão legal no Código Penal Brasileiro ou leis especiais que tipifiquem a *fake news* como crime.
> Além disso, a Constituição Federal é clara: Art. 5º, XXXIX: "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal".

Está aqui, olhe, do instituto de vocês. Eu quero saber de V. Sa.: o senhor assume, através dessa postagem, que *fake news* não é crime e compartilha isso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, Senador, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor sabe que espalhar notícia falsa em saúde pública é sinônimo de morte. A desinformação, numa situação tão grave como a da pandemia, leva as pessoas à desinformação e à morte, vítimas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

como meu amigo Elder, lá de Santana de São Francisco, Sérgio da Larissa, de Estância, e tantos outros sergipanos e brasileiros, que, direta ou indiretamente, foram levados pela desinformação dolosa dizendo ou se colocando contra medidas que evitariam o contágio, que evitariam a doença e evitariam a morte. São mais de 300 mil brasileiros que morreram por conta deste ato leviano de desinformar a população.

Olhando nos seus olhos, eu digo que vocês ganhem votos enganando as pessoas, mas não matem os brasileiros dessa maneira. Por causa disso, eu agora te pergunto: o senhor já falou aqui que era o Coronel Aguiar quem cuidava das postagens, e o instituto conta com mais de 400 colaboradores, ou seja, um exército para destruir, que levou muita gente à morte. Esse instituto foi criado para ajudar o esquema de compartilhamento de mentiras do Bolsonaro?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senador, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor vai ficar calado? Eu já sabia.

Eu aproveito aqui para falar para o Brasil, para reforçar que estamos diante de um tenente coronel da reserva das Forças Armadas que veio aqui esconder o que de fato fez ao longo desse período, intermediando a venda de vacinas, promovendo a distribuição de notícias falsas, que desinformou a população e que levou milhares de brasileiros à morte.

Mas essas lorotas não são as Forças Armadas. As Forças Armadas do Brasil não são do Bolsonaro.

Eu quero dizer, em cada sessão desta CPI, que os quase 600 mil mortos têm um grande responsável: é o próprio Bolsonaro e quem com ele caminha junto.

Diante do que vimos hoje, eu também quero estender a nossa indignação para essas pessoas como V. Sa., Sr. Helcio Bruno, e muitos que ajudaram a eleger o Bolsonaro, que são os apoiadores do caos e que levaram milhares de brasileiros à morte. Como cristãos, vocês não seguem os ensinamentos de Cristo, e sua consciência deveria pesar com tantas vidas perdidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e, mais uma vez, fica aqui a minha indignação com a falta de humanidade e de respeito à vida demonstrada por Bolsonaro e seus apoiadores que vêm aqui construir narrativas ou lorotas para enganar a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Nós fomos advertidos do início da Ordem do Dia, mas eu quero, até em respeito, garantir... Vou passar a Presidência para o seu titular, que está retornando, mas queria pedir para tentarem buscar ocupar menos do que os 15 minutos, mesmo porque tem matéria importante a ser votada no Plenário do Senado.

Os dois últimos serão, então, a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Izalci.

Eu peço a condescendência de V. Exas. pela circunstância do início da Ordem do Dia.

Senador Omar, retome o seu posto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Senador Randolfe Rodrigues, Presidente, obrigada pela oportunidade. Tentarei ser breve.

Sr. Coronel Helcio Bruno, eu gostaria de saber como foi tramitada a solicitação de agenda com o Coronel Elcio Franco no Ministério da Saúde?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Gostaria de saber de V. Sa. se houve alguma facilidade para isso devido à sua proximidade com o Coronel Elcio Franco.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Em relação ao Instituto Força Brasil, gostaria de saber de V. Sa. qual a finalidade do referido instituto.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Finalidade...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Finalidade.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... de produzir estudos, análises, encontrar soluções e promover programas e ações.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Como o instituto consegue recursos para o seu financiamento?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Os recursos do instituto são provenientes dos membros do instituto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Doação dos membros?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor, como presidente do instituto, eu gostaria que o senhor nos colocasse aqui por que a página do instituto caiu várias vezes e vem caindo e algumas postagens dele nós não conseguimos mais acessar durante o dia de hoje.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Desconheço, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem é que cuida da página? O senhor pode declinar, por favor?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Já falei que...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Entre os membros.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – ... eu sou o responsável, sem dúvida nenhuma, por tudo que...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor tem um braço, não é, uma pessoa que executa?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Já falei aqui que é o Coronel Aguiar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Coronel Aguiar.

O Coronel Aguiar passou alguma informação para o senhor hoje sobre esse problema de acesso?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, estou sem telefone. Não sei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só para dizer que o senhor pode se comunicar, não existe nada que o impeça. Seria algo interessante para que saibamos, para que não haja dúvidas.

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Eu desconheço, Senadora. Deve ser algum problema técnico, alguma coisa dessa natureza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Satisfeita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu gostaria só de... Assim, lamento muito porque V. Sa. poderia nos trazer muitas informações hoje. Algumas questões que eu tenho certeza de que não o incriminariam o senhor deixou de responder.

É bom que os demais depoentes saibam, com todo o respeito aos seus advogados – eu sou advogada –, cada um tem a sua linha de defesa, mas cada caso é um caso, óbvio, mas o seu silêncio também não pode importar em elemento que vá servir de justificativa para uma eventual condenação lá na frente, porque isso aqui é apenas uma CPI e ninguém está condenando ninguém, como disse o Senador, há poucos momentos, Senador Marcos Rogério, que as pessoas já estão condenadas. Não, isso aqui é um meio de produção de provas. Todos os dias, com esses depoimentos, nós levantamos informações, por meio também de documentos que chegam a esta CPI, e o correto é que, no final, o relatório do Relator, Senador Renan Calheiros, apure, extraia desses depoimentos provas que entender cabíveis.

Depois, esse relatório vai ser votado aqui, na CPI.

Então, para não desinformar toda a população que está nos assistindo e que vai nos assistir... Eu não sou professora de Deus, como disse o colega. Não tenho nenhuma pretensão de absolutamente nada. Mas desinformar a população não vou! Não vou aceitar... Enquanto eu tiver voz, eu vou falar.

Então, esse tipo de comportamento não cai bem. É importante que os depoentes pensem milhões de vezes até que tomem a decisão de falar ou não falar.

Mas, enfim, eu gostaria de pontuar aqui, para terminar, que, dentre os documentos já recebidos pela CPI, tem documentos... Eu aconselho – aconselhar, acho que eu posso, não é? – o Senador Marcos Rogério a analisar os documentos que vieram do seu Estado de Rondônia, falando que estavam na iminência de faltar oxigênio. O documento foi enviado no dia 10 de março. E a Superintendência Regional do Ministério da Saúde no Estado dele... Eu quero que ele olhe lá quando foi que a superintendência enviou uma resposta para esse Município que estava na iminência... Tem documentos lá do Estado dele.

Então, tem muita coisa aqui para se debruçar, mas só se fala em Consórcio Nordeste 24 horas por dia. Então, é lamentável! Tem muita documentação aqui, e tem Senador que não quer se debruçar sobre ela, porque, de repente, não interessa também, não é? Então, eu não sei o que é que está por trás de certas atitudes. Fico muito chateada, mas enfim... Então, tem muita documentação. Já chegaram esses documentos.

É óbvio que o Senador Randolfe Rodrigues vai se debruçar, junto com o seu grupo, sobre o requerimento que ele fez. Porém, nós devemos nos debruçar sobre Estados e Municípios sim, e tem documentação.

E aí vem dizer assim: "Será que a CPI vai investigar?". Eu digo ao Senador Marcos Rogério: ele é a CPI. Eu pergunto se ele vai investigar. Ele é parte da CPI. A CPI não é separada dele. Ele é membro desta CPI. Então, que os membros parem de acusar e façam o seu dever de casa! Meu Deus, está lotado de documentos! Então, a gente vai cansando! Sabe? Está lotado de documentos. Eu tive que pedir. Eu já deveria ter tido acesso naturalmente. Mas não precisava – sabe? – passar por isto aqui.

Quero pedir perdão pelo constrangimento gerado, mas essas questões de falar novamente em crime que não se consumou... Nós não estamos falando aqui para meia dúzia de pessoas. Tem muita gente que entende. Então, isso deixa a comunidade jurídica um tanto ou quanto envergonhada, porque, sinceramente, é de uma atecnia abissal! E mais: crime impossível também não cabe aqui.

Então, por favor... Quando os juristas escreverem as falas dos seus Senadores, por favor, não deixem os Senadores de vocês passarem vergonha!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sou uma pessoa que tenha conhecimento jurídico, mas sou uma pessoa prática. Então, se eu der um tiro no Senador Izalci e ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

não morrer... Mas a minha intenção era matá-lo, porque senão não ia atirar nele, e aí eu vou responder por crime de tentativa de assassinato, não é isso, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é o caso, que eu não iria fazer isso com o senhor. Estou dando um exemplo aqui porque V. Exa. é o próximo a falar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Até porque eu poderia fazer assim e pegar na Senadora Soraya...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, na Soraya não vou atirar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou ser rápido, porque eu tenho que também orientar a bancada lá na votação.

Eu tenho aqui – eu tinha aqui, aliás – 18 perguntas, mas todas elas, tenho certeza de que vão ter a mesma resposta. Ele foi orientado pelo advogado a não responder, mas eu não poderia deixar... Primeiro, eu tive duas pessoas na família – já disse isso aqui uma vez – que tiveram paralisia infantil. O Brasil conseguiu, depois de muitos anos, com muita campanha da pólio, acabar com essa questão dessa doença, que é gravíssima. E, recentemente, nas últimas estatísticas, pesquisas que foram feitas, inclusive em Santa Catarina, se chegou a apenas 60% da imunização da pólio. Então, eu quero aproveitar a audiência pra dizer isto: a única solução pra essa pandemia, para o coronavírus é vacina do braço, qualquer que seja ela. Então, eu quero aproveitar pra incentivar mais uma vez isso.

Quero dizer também ao Senador Girão, que inclusive foi o autor do requerimento que pedi que ele fizesse, sobre as questões do DF, e informar a todos os Senadores e Senadoras que já tem, sim – inclusive ao Senador Marcos Rogério –, que existe mais do que prova suficiente pra demonstrar muita corrupção no Governo Federal e no Governo estadual. A Precisa é o exemplo disso, e foi exatamente neste requerimento que está estampado agora em todos os documentos. E nós vamos ter a oportunidade de falar com muitas pessoas. E eu agradeço a V. Exa., que me convidou pra próxima reunião, pra gente definir o calendário, inclusive do ex-Secretário que foi o que comprou no DF o teste da Precisa. E depois o Francisco Maximiano vai ter que dizer também sobre isso. Então há, sim, provas cabais sobre essa matéria.

Mas quero dizer que eu participei de todas as CPIs no meu mandato de Deputado Federal – todas, ou pelo menos umas seis CPIs – e, de fato, CPI não tem lado. Ninguém está aqui, não pode estar aqui, eu não estou aqui nem pra defender nem acusar ninguém, não, eu estou aqui para apurar as irregularidades e sugerir a mudança da legislação. A gente precisa aperfeiçoar isso. Então, esse é o objetivo nosso aqui na CPI.

Mas quero dizer que realmente existe em vários Estados e no DF... Eu não posso fazer aqui como alguém que elogiou, que foi fiscalizado na Câmara, muito pelo contrário: a cúpula aqui foi toda presa e foi solta exatamente com o argumento de que o recurso era federal. Portanto, por isso que é motivo aqui desta CPI.

Portanto, eu agradeço. Eu sei que começou a Ordem do Dia, eu também tenho que ir lá orientar, mas pediria... Reforço ao Presidente aqui essa questão da próxima reunião, para a gente marcar o dia e a hora da convocação do ex-Secretário que fez aqui essa compra da Precisa.

Obrigado, Presidente. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu vou ouvir, por último, e respeitando o que o Senador Randolfe... Mas eu não vou deixar de ouvir a Senadora Zenaide, que está aqui...

Senadora Zenaide, eu queria que a senhora fosse bastante breve, por favor, que nós já começamos a sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E meu apoio pra ouvir a Senadora Zenaide também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Zenaide, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não pode faltar a inquirição da Senadora Zenaide nesta CPI, Sr. Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu vou fazer só numa pergunta, mesmo sabendo que o nosso arguido vai dizer que tem o direito de se calar.

No *site* do Instituto Força Brasil, a definir quem somos, constam as seguintes informações, Sr. Coronel Helcio Bruno de Almeida:

> Um instituto sem fins lucrativos, com sede em Brasília e capilaridade Nacional, organizado pela união de patriotas, sob a liderança do Ten Cel da Reserva Hélcio Bruno de Almeida, ex Operador de Forças Especiais do Exército, que se propõe a fazer frente à hegemonia da esquerda como participante do poder, bem assim ao crime organizado nas Instituições.

Diante disso que está no *site* do Instituto Força Brasil, eu queria fazer uma pergunta ao senhor: como o senhor, através do seu instituto, combateu, combate ou combaterá o crime organizado nas instituições?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA (Para depor.) – Senadora, sobre esse ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Olhe, Sr. Presidente, como eu estava dizendo aqui – eu quero parabenizar o Senador Omar Aziz e o nosso Relator Renan –, seria muito simples, Sr. Helcio, se V. Sa. pensasse: o senhor conseguiu advogado, como outros aqui, pelo direito de permanecer calado, mesmo os senhores tendo evidências fortes que os senhores contribuíram para mais de 563 mil mortes de brasileiros e brasileiras. Que pena, Sr. Presidente Omar Aziz, que nossos brasileiros e brasileiras foram calados para sempre, não tiveram o privilégio que o Coronel Helcio Bruno de Almeida teve.

Outra coisa que eu queria perguntar: o que foi que o senhor quis dizer quando o senhor afirmou aqui que se interessou humanitariamente... Difícil de acreditar nisto: o senhor disse que é pró-vida, mas sempre divulgou contra as prevenções que a Organização Mundial da Saúde dizia, contra a vacina, contra o uso de máscara, a favor de medicamento sem eficácia terapêutica. Então, a favor da vida, com certeza, o senhor nem seu Instituto Força Brasil tiveram essa defesa da vida; pelo contrário, com o que o senhor divulgou, o senhor defendeu literalmente a morte.

Mas eu queria perguntar: o senhor disse que entrou na operacionalização da compra de vacina pela iniciativa privada devido à má gestão da crise sanitária. O senhor está dizendo a má gestão desse Governo e do Ministro Pazuello, que era ministro na época em que o senhor está aqui afirmando? Quando o senhor...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Não, Senadora. Acho que a frase não seria essa. É gestão da crise sanitária. É um programa. Não é má gestão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Gestão da crise sanitária. E o senhor se comprometeu, em defesa do povo brasileiro... Que o senhor quis dizer que tinha uma crise sanitária; e, se o senhor disse que a gestão não estava resolvendo, é porque o senhor estava criticando a gestão. Que todos nós estamos provando aqui que realmente a má gestão do Governo Federal é que levou a ser responsável pela maioria dos óbitos. Por isso que o senhor resolveu intermediar compra de vacinas. Não foi assim que o senhor disse? Vacinas para o setor privado...

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, colega Relator, é triste a gente ver uma sequência de autoridades das Forças Armadas brasileiras, coronéis, generais... Eu diria, Sr. Helcio Bruno de Almeida, o senhor poderia voltar atrás e ter dito aqui a verdade, o que realmente aconteceu, mas o senhor ousou, com todo o seu direito que tem de ficar calado, de não criar provas para se incriminar... Mas eu digo aqui: cuidado, senhores! Os senhores estão atravessando o Rubicão, e, quando se atravessa o Rubicão, não tem retorno. Esse Governo passa, e não tenha dúvida de que, mesmo o senhor resolvendo aqui calar, podendo esclarecer os fatos para salvar vidas, nem que seja mais daqui para a frente, mas vidas salvas, porque a pandemia não acabou ainda, mas eu vejo que o senhor continua com a mesma opinião.

Apesar de a Constituição dizer que o réu pode ficar calado para não produzir provas contra si mesmo, eu costumo dizer no meu interior aqui do Rio Grande do Norte, aqui a gente diz que quem cala consente. Quem cala consente. Então, o senhor está afirmando, realmente, que o que foi dito aqui é verdadeiro. O instituto, esse instituto que o senhor criou... Outra coisa, como o senhor ficou na informalidade de 2014 até 2020? Que informalidade era essa? Que trabalho que o senhor fez? E quem financiava?

O SR. HELCIO BRUNO DE ALMEIDA – Senadora, sobre este ponto, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Que pena que os 563 mil brasileiros não tiveram o direito de se calar na hora que precisaram. O Governo Federal e o senhor contribuíram também para que eles se calassem para sempre.

Obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade. Parabéns, mais uma vez! Nós vamos chegar à verdade, não tenho dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Como última inscrita, eu quero aqui agradecer a presença dos advogados e do Coronel Helcio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que veio aqui prestar esclarecimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... só a última informação aqui. *New York Times*, *The Guardian*, só dois dos grandes jornais internacionais que estampam a patética e ridícula exposição que o Senhor Presidente da República fez no dia de hoje das nossas Forças Armadas. Como se não bastasse o descaso com a Nação, agora ele envergonha o nosso País internacionalmente. Lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu quero agradecer ao Coronel Helcio e agradecer aos advogados que o acompanharam.

Eu vou encerrar a sessão convocando os Srs. Senadores para amanhã, às 9h30 da manhã, para ouvirmos o representante da Vermitec, empresa que...

Ah, só um minutinho. Eu quero votar a ata.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 39ª Reunião e da 40ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigado pela presença de todos. Está encerrada a nossa sessão, e tem reunião agora do Congresso.

(*Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia onze de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Jean Paul Prates, Simone Tebet, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Jailton Batista**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Jailton Batista, em atendimento ao requerimento 785/2021. **Resultado:** Depoimento realizado. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1330 de 2021** que : "Requer a realização de acareação entre o Senhor Onyx Lorenzoni, Ministro do Trabalho e Previdência, e o Senhor Luis Miranda, Deputado Federal." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Jailton Batista, em atendimento aos requerimentos de autoria do Senador Renan Calheiros.

Eu quero pedir para que o Sr. Jailton possa entrar. Eu peço para chamar o Sr. Jailton. (*Pausa.*)

Eu vou ler alguma coisa aqui, Sr. Jailton Batista.

V. Exa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade em tudo que souber e lhe for perguntado?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. se submete ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu posso lhe passar a palavra por quinze minutos, caso o senhor queira falar; senão, passaria diretamente ao Relator.

O SR. JAILTON BATISTA – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor quer falar?

O SR. JAILTON BATISTA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por quinze minutos, Sr. Jailton.

O SR. JAILTON BATISTA – Sr. Senador Presidente desta Comissão, Exmo. Omar Aziz; Sr. Relator, Exmo. Senador Renan Calheiros; e demais membros desta Comissão, trabalho na indústria farmacêutica há 35 anos. Sou baiano da região da Chapada Diamantina. Atuo há seis anos como CEO da companhia Vitamedic, uma indústria aqui sediada no polo industrial de Anápolis, em Goiás, com mais de 45 anos de atuação no mercado, e, há seis anos, passou para o controle do grupo para o qual eu trabalho neste momento.

É com tranquilidade e com satisfação que atendemos a essa convocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De antemão, ressalto aqui o belíssimo trabalho, o papel que vem desenvolvendo a CPI da Covid, porque tem levado uma nova conscientização à população de que superaremos esse dramático momento que vivemos a partir da imunização em massa da população. E é nisto que acreditamos: que vamos superar o momento social e econômico muito dramático que a população brasileira está vivendo.

Nós somos uma indústria nacional. Produzimos... Estamos passando por um momento de grande investimento, que se iniciou a partir de 2017, um investimento que remonta algo acima de 800 milhões na modernização do nosso parque fabril. Estamos construindo uma das mais modernas plantas farmacêuticas do País.

Estamos à disposição desta Comissão para responder os questionamentos que nos forem feitos, e agradecemos, e já fizemos, antecipadamente atendemos alguns requerimentos que foram enviados a esta Comissão, requerimentos feitos pelo Senador Humberto Costa e pelo Senador por Sergipe Alessandro Vieira. Portanto, nós temos tranquilidade para fornecer as informações que forem solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Jailton, só pra lhe informar, V. Exa. não foi convocado, quem foi convocado foi o proprietário da empresa, mas, como nós fomos informados de que quem dirige a empresa é V. Exa., V. Exa. está aqui hoje. Quem foi convocado foi o Sr. José Alves, e nós fomos informados. Conforme o seu depoimento, o Sr. José Alves não precisará vir aqui. Vai depender muito do que o senhor vai falar hoje aqui e vai conversar com a CPI; caso contrário, ele estará aqui para poder esclarecer algumas outras coisas que nós precisamos esclarecer.

Eu quero... Só um minutinho, eu vou dar a palavra pra V. Exa.

O primeiro a falar será o Senador Renan Calheiros. O segundo inscrito é o Senador Otto Alencar, via remota – ele está escrito via remota, o primeiro inscrito logo após o Senador Renan Calheiros.

Senador Humberto Costa, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só para esclarecer que a vinda do Dr. Jailton é muito importante, mas ele é exclusivamente representante da Vitamedic, e o envolvimento nessa questão da ivermectina, especialmente em ações de estímulo à utilização da ivermectina, não é apenas da Vitamedic, é também de um conglomerado educacional que pertence ao Grupo José Alves. Inclusive quem banca o chamado iMed – ou /aimed/ –, que é um *site* para orientar esse tratamento precoce é uma universidade que faz parte do grupo. Então, acho que nós vamos ter de ouvir do Dr. Jailton tudo que ele tem para colocar e vamos reavaliar se vamos trazer ou não o Sr. José Alves, até porque ele participa também de *lives* defendendo ivermectina, etc.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu vou passar a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de pedir permissão para ir direto às perguntas.

O Presidente desta Comissão, Senador Omar, já colocou aqui: o Sr. Jailton Batista, que é Diretor Superintendente da Vitamedic Indústria Farmacêutica, está vindo fazer este depoimento em nome da Vitamedic e em substituição ao José Alves, proprietário daquela indústria, daquela empresa. Conforme o Presidente colocou, na medida em que esse depoimento atenda às expectativas e esclareça dúvidas que temos, nós não precisaremos ouvir o José Alves. Caso contrário, nós vamos, sim, precisar, na sequência, de ouvir o José Alves, que é o proprietário da empresa e que deu declarações públicas, apontou resultados, a evolução da produção da Vitamedic, especificamente da ivermectina.

Primeira pergunta: qual foi o faturamento da Vitamedic nos anos de 2020 e 2021?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, atendendo ao requerimento do Senador Omar Aziz, inclusive nós enviamos essa informação para a Comissão em todos... E dos últimos cinco anos, não apenas da Vitamedic e dos produtos que nós produzimos, que entram no chamado *kit* covid, que não é apenas ivermectina; nós produzimos medicamentos polivitamínicos, produtos para melhorar a imunidade, corticoides, antitérmicos, analgésicos, produtos que também tiveram uma... E essas informações nós encaminhamos a esta Comissão. Realmente, houve, com a ivermectina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pediria a V. Sa. que consultasse as comissões, porque, do ponto de vista do depoimento, é muito importante que esses números sejam efetivamente colocados.

O SR. JAILTON BATISTA – Exatamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAILTON BATISTA – Tenho sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, qual o faturamento da Vitamedic nos anos 2020 e 2021?

O SR. JAILTON BATISTA – Só especificamente com ivermectina ou com todos os produtos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faturamento da Vitamedic. A Vitamedic não é somente ivermectina.

O SR. JAILTON BATISTA – Nós faturamos, em 2020, o ano da pandemia, cerca de 540 milhões. Em 2021, até o mês passado, cerca de 300 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – O importante é em 2019, sem pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 2019?

O SR. JAILTON BATISTA – Cerca de 200 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – São 342 milhões a mais com a pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quanto disso, por favor, corresponde ao incremento de vendas da ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA – Nós tivemos, realmente, um crescimento acima de 600% da ivermectina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto foi produzido em 2018?

O SR. JAILTON BATISTA – Em unidades? (*Pausa.*)

Nós produzimos, em 2018, 2,045 milhões de unidades – em 2018.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA – É... De uma... A ivermectina, desculpe, são 3,5 milhões, porque tem duas apresentações e mais uma outra apresentação. Em torno de 2,5 milhões de unidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz a pergunta: qual foi o faturamento? Não foi especificamente a venda em unidades. Qual foi o faturamento em 2018, 2019, 2020 e 2021?

O SR. JAILTON BATISTA – Da ivermectina?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da ivermectina em primeiro lugar.

O SR. JAILTON BATISTA – Nós temos três apresentações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. JAILTON BATISTA – Da ivermectina com dois comprimidos, nós faturamos, em 2018, 2,706 milhões de unidades; em 2019, 3,386 milhões de unidades; em 2020, 13,640 milhões; e, em 2021, até maio, 1,031 milhão.

Da apresentação com quatro comprimidos, nós vendemos, em 2018, 1,709 milhão de unidades; em 2019, 2,303 milhões de unidades; em 2020, 62,170 milhões; e, de janeiro até maio, 35,178 milhões de unidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E isso importa em quanto de faturamento em real?

O SR. JAILTON BATISTA – Só um minutinho. (*Pausa.*)

Vou lhe dar um dado aqui porque essa informação não havia solicitado anteriormente. O total que nós vendemos... Do mês de março de 2019 até março de 2020, o total que nós vendemos de ivermectina foi de 606 milhões, e as informações detalhadas mês a mês eu me disponho a encaminhar a esta Comissão com precisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque números que chegaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito demonstram que o faturamento passou de quase 15,7 milhões com a ivermectina, em 2019, para quase 470 milhões.

O SR. JAILTON BATISTA – É isso mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aumento de 29 vezes em relação ao ano anterior. Estão corretos esses números?

O SR. JAILTON BATISTA – Estão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E em 2020, 264 milhões, de janeiro a maio, que V. Sa. já colocou aqui que já chega a – esse número está atrasado – trezentos e poucos milhões ou mais de trezentos milhões.

Qual foi o volume de vendas de ivermectina aos governos, em todos os níveis de Poder municipal, estadual, distrital e federal?

O SR. JAILTON BATISTA – Ressalto que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nos anos de 2020 e 2021.

O SR. JAILTON BATISTA – ... nós não vendemos nenhum comprimido para o Ministério da Saúde, para o Governo Federal. Para o governo estadual, esta informação também já passamos para os... Atendendo a um requerimento da Comissão. Nós vendemos apenas uma quantidade em torno de 350 mil unidades para um governo estadual. E para os governos municipais... Tenho um dado aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, as 350 mil unidades para um governo estadual: pode declinar o...?

O SR. JAILTON BATISTA – Posso: 350 mil unidades nós vendemos para o Estado de Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estado de Mato Grosso.

O SR. JAILTON BATISTA – É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Só para Mato Grosso?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Só. Diretamente. Eu falo venda direta. Nós passamos direto para o órgão. E...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A venda indireta é através das distribuidoras?

O SR. JAILTON BATISTA – A isso nós não temos o controle, não é? Se tiver venda indireta, nós temos uma cadeia de distribuição. Mas o que nós vendemos diretamente só foi isso.

E para o Governo Federal nós não vendemos absolutamente nenhum comprimido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E para os governos municipais?

O SR. JAILTON BATISTA – Governos municipais, nós vendemos 1,127 milhão de unidades. E aí foram vários Municípios espalhados pelo Brasil, em pequenas e médias cidades do Brasil – 1,127 milhão de unidades da ivermectina com 4 comprimidos e apenas 336 caixas com 500 comprimidos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, uma questão que eu reputo importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... é que esse medicamento é comercializado livremente nas farmácias e sem receita médica, no começo. E, ao que me parece, havia uma relação do laboratório com a entidade Médicos pela Vida, não é? Então, o consumo foi estimulado, e o principal quantitativo comercializado e vendido foi vendido nas farmácias em todo o Brasil.

Então, é importante saber...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegaremos lá. Nós começamos pelo faturamento, pelas vendas, pela evolução.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ah, desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu fiz uma pergunta – qual foi o volume de venda de ivermectina aos governos em todos os níveis? –, e o depoente acaba de responder que diretamente vendeu apenas ao Estado do Mato Grosso. Qual foi o ano da venda?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Foi 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o aumento das vendas e do faturamento com relação a 2019 exatamente?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, em 2019, nós tivemos um crescimento entre 18... Nós tivemos um crescimento também, antes da pandemia, sendo de 2,7 milhões... E 6 milhões, a apresentação com 2 comprimidos; e 1,709 milhão, com 4 comprimidos; e 13 mil unidades com 500 comprimidos. Saltamos para 2019: a apresentação de 2, de 2,7 milhões para 3,386 milhões de unidades; a de 4 comprimidos, saltamos de 1,709 milhão para 2,303 milhões; e a de 500 comprimidos, que é a embalagem hospitalar, de 13 milhões para... De 13.000, desculpe, para 17.399. Houve um crescimento nesse período também do lucro da ivermectina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, com relação à vitamina D, houve aumento na produção e nas vendas?

O SR. JAILTON BATISTA – A vitamina D, a gente a introduziu no mercado em 2019, e houve também um crescimento relativamente grande, porque ela entra também no processo de melhoria da imunidade dos pacientes.

Então, a vitamina D, por exemplo – só da nossa produção –, de 2 mil UI, que é a unidade terapêutica, ela saiu de 34 mil unidades em 2019 para 132 mil em 2020.

A outra apresentação de...

Desculpa, ela foi de mil unidades, que saiu de 34 para 132, e a com 2 mil UI saiu de 29 para 106 mil unidades. Houve um crescimento. E nós também lançamos produtos na sequência, e, nesses produtos todos que estão dentro do tratamento da covid, também houve uma elevação interessante, como a vitamina C.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dados que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem em mãos, os ganhos com vitamina D foram grandes, passando de quase meio milhão em 2019 para 2,3 milhões em 2020, com o aumento, portanto, de 370%. É isso?

O SR. JAILTON BATISTA – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que, em relação a 2019 – esse dado também é muito importante –, os lucros com a ivermectina cresceram 2.900%.

O SR. JAILTON BATISTA – A questão do lucro, Senador, o produto... O controle é rateado. Então, não só a ivermectina, mas a lucratividade da empresa toda, todos os produtos compõem na formação do lucro. Ele é rateado entre todos os produtos. Então, nós temos cerca de 120 produtos no nosso portfólio. Então, não só a ivermectina, mas temos uma série de outros produtos que tiveram maior demanda no período, e isso compõe naturalmente o resultado da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há um outro dado que demonstra aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito: em relação a 2019, os lucros com a ivermectina cresceram 2.900%, e os gastos – esse dado também é muito importante – de Municípios com o medicamento cresceram 5.537 vezes.

O SR. JAILTON BATISTA – Desses dados dos Municípios nós não temos controle.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram os entes subnacionais que adquiriram ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA – Os Municípios, não tenho exatamente a lista, posso fornecer à Comissão. Posso lembrar de cabeça alguns que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alguma capital?

O SR. JAILTON BATISTA – Hum?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Alguma capital?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Certamente... Não lembro. Eu lembro mais... Não, Municípios, Municípios. Estou falando capital não. Não lembro. Não me recordo. Nós iremos entregar essa informação, Senador, com mais precisão, porque são muitos, o volume de operação que nós fizemos é muito grande. Nós temos operação no Brasil com todos os Estados, mas, Município, a gente vendeu para Município do Paraná, de Goiás, do Ceará, sul do Pará, do Acre, foram muitos Municípios, vários Municípios que fizeram aquisição. Alguns fizeram aquisição direto conosco. E essa lista a gente pode disponibilizar, vamos fornecer isso por *e-mail* ainda hoje ou até amanhã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há algumas dúvidas.

V. Sa. poderia descrever em que casos podem ser prescritos e os dados da bula da ivermectina, por exemplo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – A ivermectina é um antiparasitário, um anti-helmíntico, para verminose, consagrado terapeuticamente há mais de 35 anos no mercado. Na bula, ele especifica que é um produto para... Exatamente é um antiparasitário para pediculose e, portanto, é utilizado muito comumente para tratamento de verminose, sarna, piolho. É isso que está na bula.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Izabelle, por favor, daria para reproduzir o vídeo nº 1?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Dá para reproduzir, repetir?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Sr. Relator, se o senhor me permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) **–** É só uma pergunta complementar: qual são as contraindicações da ivermectina? Na bula tem, preciso.

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) **–** Está preciso na bula. É um produto historicamente de baixo impacto, Senador, em termos de efeitos colaterais, mas, como todo medicamento, a orientação é médica de como se deve administrar o produto. Lá tem as reações adversas, constam na bula. É algo obrigatório constar na bula todas as reações na posologia; tem lá, do produto. E é um produto considerado, historicamente, de baixo impacto em termos de efeitos colaterais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor tem a bula aí?

O SR. JAILTON BATISTA – No momento, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Mas o senhor pode providenciar a bula?

O SR. JAILTON BATISTA – Posso sim, posso pedir a bula. Posso sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Se fosse possível fazer uma pesquisa rápida pela rede, porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito precisaria exatamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com a sua permissão, Sr. Relator: Izabelle – agora é minha vez de chamar Izabelle –, faça aí uma rápida pesquisa na bula da ivermectina. Deve ter aí, e você pode trazer aqui para mim e para o Relator.

Sr. Relator, pode continuar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Relator, só um detalhezinho porque eu vi V. Exa. perguntar pelo faturamento e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas tem um detalhe assim: o preço unitário sempre... A gente pensa que, quando vende mais, o preço é menor. O preço unitário da ivermectina de quatro comprimidos, em 2019, era 3,29, quando eles venderam 2,3 milhões; depois, eles venderam 62 milhões, e o preço foi para 6,68, quer dizer, mais do que o dobro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais do que o dobro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... no preço unitário. Então, foi um aumento assim só para a questão unitária. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, estamos aqui com a bula da ivermectina:

> Quais as reações adversas e os efeitos colaterais da ivermectina? As reações adversas são, em geral, de natureza leve e transitória. Durante o tratamento com ivermectina podem ocorrer [...] as seguintes reações: diarreia e náusea, astenia, dor abdominal, anorexia, constipação e vômitos.
> Relacionadas ao sistema Nervoso Central podem ocorrer: [...] sonolência, vertigem e tremor.
> As reações epidérmicas incluem: prurido, erupções e urticária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O Presidente da República, que nós vimos em vários vídeos aqui exibidos, e seus familiares se transformaram em verdadeiros propagandistas da ivermectina. V. Sa. pode nos dizer o quanto a propaganda da família ajudou na elevação dos negócios da Vitamedic e o que isso significou precisamente em termos de elevação do faturamento?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Não temos como medir e, antes que houvesse alguns pronunciamentos... A ivermectina, desde a eclosão da pandemia, quando os primeiros estudos *in vitro* feitos pela Universidade Monash em Melbourne, na Austrália, apontaram que o produto tinha alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação, isso desencadeou, na comunidade médica científica e nos debates todos pelos médicos, o interesse pelo produto. Então, ele começou realmente, a partir desses estudos, a ter uma visibilidade maior, mas não temos como medir o que impactou a fala do Presidente nos nossos negócios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas deve ter tido algum impacto.

O SR. JAILTON BATISTA – Nós não temos como medir, Senador, porque a ivermectina teve também momentos de picos... Em junho e julho, foi onde a pandemia teve um pico muito acentuado, teve uma demanda também muito maior do nosso produto. Na medida também em que a mídia começou a debater e também a dizer, a colocar em questionamento essa questão da eficácia do produto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É comum um Presidente da República fazer propaganda de um produto? Há quanto tempo existe a Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA – Há mais de 40 anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor, ao longo desses 40 anos, tem notícia de algum outro Presidente que propagandeou qualquer medicamento útil ou inútil, como o caso da ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Vitamedic...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor relatou aqui que em junho e julho, no pico da pandemia, houve um aumento do faturamento das vendas.

O SR. JAILTON BATISTA – Houve um aumento da demanda.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Houve um aumento da demanda, do faturamento, das vendas.

O SR. JAILTON BATISTA – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – A partir do momento que começou a ser questionado, houve uma redução?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Teve uma redução. Depois, quando a pandemia voltou novamente a tornar-se crítica, que foi no final do ano passado, a partir de novembro e dezembro, a demanda voltou a aquecer um pouco. Mas também tem momentos de redução por conta da crítica – a mídia às vezes faz críticas, quer dizer, não favoráveis –, e aí há uma redução também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá.

Veja, Sr. Relator, que o aumento exatamente nos momentos de pico da pandemia está diretamente relacionado com a campanha que o Senhor Presidente da República empreendeu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Esse dado também é muito importante.

A Vitamedic conduziu algum estudo que indicasse a eficácia da ivermectina para tratamento da covid-19?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conduziu?

O SR. JAILTON BATISTA – Ainda não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Definitivamente?

O SR. JAILTON BATISTA – Ainda não conduzimos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda não conduziu.

Então por que a Vitamedic continuou vendendo a ivermectina aos governos para sua inclusão no chamado *kit* covid se não há evidências que deem suporte a essa indicação?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, houve uma demanda do produto. Nós somos fabricantes. Houve uma demanda do produto, natural, e nós somos fabricantes, nós produzimos o que o mercado demanda. Foi só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve uma demanda para...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Para produzir mais o produto. Havia mais solicitação de pedidos da nossa cadeia de distribuição. Hospitais e instituições de saúde começaram a demandar o produto, e nós produzimos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta exatamente é: por que a Vitamedic continuou vendendo, mesmo depois de comprovada a não eficácia do produto para o tratamento da covid?

O SR. JAILTON BATISTA – O nosso produto já está no mercado há muitos anos e ele tem a indicação terapêutica para outras doenças e está na nossa cadeia. Isso é para qualquer produto nosso, não é? A gente vai produzindo de acordo com a demanda do mercado, pela sazonalidade ou por uma doença ocasional que afeta alguma região. O Brasil tem diferentes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. precisa convir que o Presidente da República não fez propaganda do produto para outras utilizações, ele fez para utilização no tratamento da covid. Eu estou fazendo uma pergunta pontual.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator, só para tentar ajudar no esclarecimento desse tema: no ano de 2020 surgiu um grupo de médicos pelo Brasil, foram mais de 2,5 mil médicos que tiveram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. A informação que eu tenho... Não, eu estou querendo trazer uma informação. São 2,5 mil médicos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Rogério já colocou isso aqui, Senador Fernando, só a título de informação, e nós dissemos que chegaríamos lá. Nós estamos, por enquanto, tratando do produto, da especificação, do que a bula contém, da propaganda do Presidente da República e sua família, da elevação das vendas em função disso. Depois, a indústria elevou a produção – tem mais isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas isso foi em função da demanda que ele explicou, porque os médicos receitavam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, aí eu fiz... Por que continuou vendendo para tratamento da covid depois de demonstrada a ineficácia do produto? É uma pergunta pontual, concreta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque os médicos recomendavam. O senhor não está querendo acreditar que houve a manifestação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhares de médicos recomendando o uso da ivermectina no tratamento inicial, para diminuir a carga viral.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – As instituições científicas, todas elas condenando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Fernando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, só estou tentando ajudar na explicação. Não se pode cobrar da empresa...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Senador Renan... Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Fernando, Senador Fabiano, Senador Humberto, vamos tentar deixar o curso da inquirição...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... porque me parece que isso inclusive está no curso da inquirição do Sr. Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se V. Exas. assim me permitem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Izabelle, reproduza o vídeo dois.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Algum representante da Vitamedic promoveu reuniões com pessoas do Ministério da Saúde ou de outros órgãos do Governo Federal durante a pandemia?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nenhuma circunstância?

O SR. JAILTON BATISTA – Em nenhuma circunstância nós estivemos com algum representante do Ministério da Saúde ou do Governo Federal para tratar esse assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhum representante esteve presente em nenhuma reunião?

O SR. JAILTON BATISTA – Com o Ministério da Saúde, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou com outros órgãos do Governo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Com a Casa Civil?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com outros órgãos do Governo, com a Casa Civil, com o gabinete paralelo? São perguntas importantes que gostaríamos de lhe fazer.

O SR. JAILTON BATISTA – A Vitamedic não teve nenhum encontro com gabinete paralelo ou com qualquer autoridade do Ministério da Saúde para tratar dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qualquer autoridade do Governo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do Governo, qualquer outro órgão?

O SR. JAILTON BATISTA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Vitamedic patrocinou ou custeou propaganda sobre o suposto tratamento precoce contra a covid?

O SR. JAILTON BATISTA – A Vitamedic foi solicitada a dar apoio e suporte à chamada associação Médicos pela Vida no patrocínio de um documento técnico, médico, e ela o fez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aí, Senador Fernando, a resposta: a Vitamedic patrocinou propaganda dos Médicos pela Vida.

Em que circunstâncias esse patrocínio se efetivou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Não, foi apenas a publicação nos jornais de um manifesto da associação, em que a empresa assumiu o custo da veiculação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem requereu o patrocínio?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – A associação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A associação...

O SR. JAILTON BATISTA – Associação Médicos pela Vida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A associação requereu patrocínio...?

O SR. JAILTON BATISTA – Foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pediu o patrocínio à Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA – Sim, e a Vitamedic o fez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe-me, Sr. Relator, mas o senhor considera isso ético? A empresa ia lucrar com isso, a empresa não tinha nenhum estudo patrocinado sobre a eficácia do medicamento para o tratamento da covid. E...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ético do ponto de vista dos médicos e do ponto de vista da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da empresa.

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, antes mesmo da publicação desse manifesto, que aconteceu em 16 de fevereiro, a empresa já tinha registrado uma forte... Atendimento da forte demanda do mercado, independente da opinião dos médicos, independente da publicação desse manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Sr. Jailton, mas o senhor está informando aí que isso era a partir da demanda de mercado.

O SR. JAILTON BATISTA – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A gente está falando da vida e da saúde das pessoas. Tem algum estudo que mostrasse a eficácia para o enfrentamento da covid?

O SR. JAILTON BATISTA – Oficialmente, ao redor do mundo, tem uma quantidade – eu tenho aqui – muito grande de documentos. E tem uma associação médica que reúne uma quantidade muito grande...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vou ser mais objetivo. Me permita.

O SR. JAILTON BATISTA – ... de profissionais de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou ser mais objetivo.

O SR. JAILTON BATISTA – E nós não... Desculpa, Senador. Nós não entramos no conteúdo, no mérito do conteúdo da informação médica.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas eu vou ser mais objetivo. Vocês patrocinaram um manifesto a favor da utilização de um medicamento, gastaram dinheiro com isso para aumentar os lucros; e não gastaram dinheiro investindo na pesquisa científica sobre a eficácia de medicamentos.

O SR. JAILTON BATISTA – Esclareço que o manifesto não foi para a ivermectina. O manifesto não tem nenhum caráter...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente, isso em Direito Penal chama-se estelionato: "Art. 171 - Obter, [...], vantagem [...] [indevida], [...] induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa [...]". Me perdoe. Isso fere a ética e fere o dispositivo do art. 171, porque está sendo violada a vida humana. Me perdoe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o custo foi pago em vidas. Está aqui a tragédia. E, com certeza, a Vitamedic colaborou para que isso acontecesse ao continuar produzindo e comercializando, para tratamento da covid, um medicamento inútil, ineficaz, tido como tal pela ciência, por todos de responsabilidade no Brasil e no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para completar, Sr. Relator, antes de devolver a Presidência para o seu titular, eu fui advertido aqui de que os efeitos colaterais do uso contínuo da ivermectina são muito graves, os efeitos colaterais estabelecidos na bula são relacionados ao uso estabelecidos para fins definidos. No protocolo do tratamento precoce, assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como foi recomendado, é gravíssimo, pois algumas pessoas tomavam doses altas contínuas, que levavam à toxicidade do fígado. Eu acho que... Essa informação é prestada por cientistas.

O uso, como estava sendo preceituado no tal do *kit* covid e patrocinado pela própria empresa que estava lucrando, é gravíssimo.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Mais grave do que isso, Randolfe, é passar para a população que ela está imune usando essa medicação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Era exatamente esse o sentido da propaganda.

Qual é a relação entre a Vitamedic e a associação Médicos pela Vida? – entidade que defende insistentemente, como já falei aqui, a adoção do chamado tratamento precoce contra a covid.

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, esclareço, antes de tudo, que o manifesto não é exclusivo da Vitamedic, da ivermectina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é o...

O SR. JAILTON BATISTA – Não é favor da ivermectina, é um estudo que trata de uma série de produtos lá, e não tem... Nós não nos beneficiamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é exclusivo da ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA – Não. Não é exclusivo da ivermectina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, por favor!

O SR. JAILTON BATISTA – Não é exclusivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor!

O SR. JAILTON BATISTA – O.k.?

Quanto à outra questão do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você tem aí o manifesto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar o manifesto aqui, por favor.

Vamos colocar o manifesto para ver se aclara um pouco essa questão, porque... Para vocês verem a... Eu não tenho nem adjetivo para isso. Eu me perdi aqui no adjetivo que eu posso chamar isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Oito jornais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas eu queria só... Não precisa nem colocar o veículo, mas eu queria o manifesto em si, para que se botasse aqui e a gente pudesse ler o manifesto, para que as pessoas que não tiveram oportunidade de ver esse manifesto possam ver muito bem como um laboratório, mancomunado com alguns profissionais, se protege a partir do momento... "Não, isso aí quem está prescrevendo é o médico; o laboratório só está produzindo." Mas a responsabilidade é mútua, é mútua. Envenenar as pessoas... Não é só quem envenena, não, porque, se o veneno for proibido de ser vendido, você não pode vender, correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, diante da materialidade, é inevitável que nós tenhamos, como consequência para a Vitamedic e para outras indústrias, a cobrança pelas mortes. Alguém, de uma forma ou de outra, vai ter que pagar esses custos. Como ela não pode dimensionar qual foi – já foi perguntado isso aqui – o impacto e a evolução da venda e da produção do remédio em função da propaganda do Presidente e da sua família, vai sobrar para a indústria o pagamento dessas óbvias indenizações. Esta terá que ser uma consequência da Comissão Parlamentar de Inquérito e, talvez por isso, nós tenhamos que ouvir, na sequência, Presidente, o proprietário da empresa, o Sr. José Alves. Isso é fundamental, fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma informação: quem inventou a ivermectina, qual o laboratório? Porque o senhor produz genérico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quem é o dono da patente inicial?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – No começo era a Merck que tinha a patente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Merck. E qual é a posição da Merck em relação à ivermectina para o combate à covid?

O SR. JAILTON BATISTA – A Merck deixou de produzir esse produto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, eu estou lhe perguntando qual é a posição da Merck, de quem inventou o produto...

O SR. JAILTON BATISTA – É, foi a Merck...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não é de quem copia. O senhor... O laboratório que o senhor está representando copiou. É de quem inventou, de quem fez a fórmula para a ivermectina. Qual é a posição de quem inventou? Vamos falar com o inventor, não vamos falar com o subsidiário.

O SR. JAILTON BATISTA – Temos duas informações. Quem inventou a fórmula foi um cientista japonês, que tem uma posição muito positiva em relação ao produto. E, depois, ela foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAILTON BATISTA – Exatamente. Depois ela foi patenteada pela Merck e desenvolvida pela Merck, que, após 20 anos, perdeu a patente e se desinteressou do produto, o que é uma prática normal quando se perde a patente, porque o preço baixa via genérico. E a posição da Merck... É a Merck que se manifesta, não é? E ela, num documento publicado, ela disse que o produto não tinha indicação como antiviral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros...

O SR. JAILTON BATISTA – Mas também não tinha um estudo, a Merck,...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Merck diz o seguinte... O senhor está dizendo aí que a Merck produzia, que foi o primeiro... Disse que não tinha eficácia para a covid. Mesmo assim – mesmo assim–, vocês vendiam e não recomendavam, dizendo: "Olha, esse medicamento serve para isso, isso e isso, mas não salva vidas no caso da covid". Não, vocês se omitiram, mas patrocinaram, e, agora, um manifesto pela vida... E, aí, sabe quantos amazonenses morreram por causa disso? O senhor tem noção de quantos amazonenses, no meu Estado, no Amazonas, morreram por causa desse tratamento precoce?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor não tem, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas terá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas as vidas dos amazonenses se perderam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas terá, essa é uma obrigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito!

O SR. JAILTON BATISTA – É, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não tem noção, não é, doutor? O senhor não tem noção, não é? Mas pergunta para os que perderam a vida, para os amazonenses que perderam a vida, com esse tratamento precoce... E ainda tem sujeitos que querem defender isso. Faltou oxigênio no meu Estado. O que levaram para a gente não foi oxigênio. Levaram sabe o quê? Ivermectina.

E vocês têm responsabilidade sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E fizeram um experimento com humanos nesse tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O amazonense foi usado como cobaia, e lá há omissão de muitos, que não vão ficar impunes, nem quem levou para lá ficará impune. Primeiro, como disse o Senador Renan, não ficarão impunes pela Justiça brasileira; depois a justiça divina também se encarregará dessas pessoas.

Mas aí, Senador Fernando Bezerra, eu ouvi, há pouco, o senhor dizer "Não, os médicos...". Foi isso que aconteceu com o meu povo, com o Amazonas, com pessoas que eu conheço, que, em vez de a gente dar oxigênio, de darem oxigênio para eles, deram ivermectina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Cloroquina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cloroquina. E de uma forma até engraçada, né: "Kkkkk", serve para não sei o quê, "pá-pá-pá"...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem alguma restrição na bula da ivermectina contra a utilização por homossexual, bicha, como falou o Presidente da República?

O SR. JAILTON BATISTA – Absolutamente não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E como é que ele fala uma irresponsabilidade dessa? – recomenda para todo mundo, e não recomenda para utilização por homossexual, desdenha disso, diz que mata. Do ponto de vista da produção, da indústria, o senhor acha isso correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, não me cabe fazer esse tipo de inferência sobre opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não cabe? Um produto que a sua indústria...

O SR. JAILTON BATISTA – O meu produto não tem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... coloca no mercado, ganha milhões e milhões com ele...

O SR. JAILTON BATISTA – O meu produto não tem relação com gênero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que afeta vidas humanas? O senhor tem a dimensão da responsabilidade que a Vitamedic vai assumir em função de vidas que foram levadas com essa irresponsabilidade da sua prescrição?

O SR. JAILTON BATISTA – Mas o ato da prescrição médica não é de nossa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minuto...

Alguém...

> À sociedade brasileira, aos colegas médicos, aos órgãos de imprensa, aos Conselhos Regionais de Medicina e ao Conselho Federal de Medicina [Olha o manifesto bancado por essa empresa, por esse laboratório, bancado por vocês].
> Somos um grupo de médicos que que têm se dedicado a levar aos pacientes o melhor da prática profissional neste momento tão delicado do enfrentamento da pandemia causada pelo vírus [...]
> Pela análise das melhores evidências disponíveis na ciência, pelo Código da Ética médica, pelos princípios da [biotécnica] [...].

O SR. JAILTON BATISTA – Bioética.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bioética.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

> [...] bioética e pelo posicionamento do Conselho Federal de Medicina.
> Para tal, nos pautamos em estudos científicos [...].

Quais foram esses estudos científicos? Como é que vocês... Não, como é que você paga uma nota dessa? Qual é o estudo científico feito por vocês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Nós não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já respondeu, disse que não fez estudos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que você paga uma nota dessa? Eu quero saber cadê o estudo científico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. pode baixar um pouquinho o manifesto? Acho que tem uma parte mais interessante aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não dá para ler direito porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, embaixo, embaixo, embaixo, ali na parte que está destacada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lê aí para mim, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Lê aí, Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente!

> Com o propósito de compartilhar informações, experiências, atualizações e resultados positivos mais recentes referentes ao Tratamento Precoce da COVID-19, na primeira semana de março, o "Médicos Pela Vida" realizará uma Jornada Médica com a programação trabalhada por médicos muito exitosos. INSCRIÇÕES: [...].

Claramente, aqui, faz a campanha do tratamento precoce, e, nesse *kit*, consta a ivermectina.

Os senhores patrocinaram um manifesto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para que fosse vendido o remédio que é comercializado pelos senhores, sem que sequer mesmo a empresa tivesse patrocinado um estudo científico sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é criminoso!

Qual é a relação entre a Vitamedic e o centro universitário Unialfa, Centro Universitário Alves Faria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – É uma empresa que pertence ao mesmo grupo controlador da Vitamedic.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma empresa que...

O SR. JAILTON BATISTA – É uma instituição que pertence ao mesmo grupo que controla a Vitamedic.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São empresas do mesmo grupo com os mesmos sócios ou com sócios diferentes?

O SR. JAILTON BATISTA – São os mesmos sócios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São os mesmos sócios, quer dizer, a Vitamedic e a Unialfa fazem parte do Grupo José Alves.

O SR. JAILTON BATISTA – Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Unialfa promoveu evento virtual em defesa do tratamento precoce e que foi a Unialfa que desenvolveu o cadastro eletrônico de médicos iMed, utilizado pela associação Médicos pela Vida?

O SR. JAILTON BATISTA – A Unialfa deu apoio à associação para a restruturação do *site* do Médicos pela Vida, no intento de melhorar o *site*, porque ele estava com dificuldade de acesso. E o apoio foi neste sentido, o de dar suporte. Como a universidade tem um centro de tecnologia e pesquisa que dá suporte a várias instituições que precisam de apoio nessa área, ela também atendeu e ajudou na restruturação do *site* do Médicos pela Vida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso também é algo criminoso, porque a Unialfa desenvolveu o cadastro eletrônico de médicos iMed, utilizado pela associação de Médicos pela Vida, e promoveu *lives* com o título "Tratamento precoce de Covid como forma de acabar com a quarentena", disponível ainda hoje no YouTube. O *site* da Médicos pela Vida direciona para a plataforma iMed, para que os interessados possam assinar manifestos, participar das jornadas e acessar a biblioteca de arquivos. O *site* é https://www.medicospelavidacovid19.com.br/imed.

Eu peço para reproduzir o vídeo seguinte.

Nós estamos, Presidente Omar, diante de um dos mais tristes depoimentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês patrocinaram... Quem pediu o patrocínio para a Vitamedic para essa nota? Quem foi que pediu?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – A associação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a associação não saía de dentro do Gabinete do Presidente. O Presidente não... Alguém do Palácio do Planalto não ligou: "Olha, tem aqui uns médicos que são gente boa, tal, e eles têm aqui uma fórmula mágica para salvar. Isso é bom para a empresa", não houve isso, não?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, senhor. Não distribuiu nenhum...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, não precisa. O interesse da empresa patrocina aqueles que prescrevem. Então, uma mão lava a outra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, era interesse mútuo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mútuo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Vitamedic tinha interesse em manifesto, em propagandear, em aplicativo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como cultura dos laboratórios, eles mandam representantes aos consultórios para poder vender e apresentar medicamentos novos, etc. Neste caso, eles se utilizaram de uma associação criada para estimular a comercialização, a prescrição em massa diante de uma catástrofe sanitária e de uma emergência sanitária, o que torna a situação ainda mais gravosa e criminosa, por se tratar de um medicamento que deixava as pessoas imobilizadas diante da não adesão das medidas não farmacológicas. Portanto, isso é um crime sanitário sem precedentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, e a irresponsabilidade maior...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Do Presidente da República, que estimula.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, desse...

Srs. Senadores, esse manifesto, Senador Renan, é do dia 16 de fevereiro e ele também foi publicado no dia 23 e 24 de fevereiro de 2021, depois do caos que tinha acontecido em Manaus. Eles já sabiam, por experiência na cidade de Manaus, que isso não funcionava. Mesmo assim, mesmo assim, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médicos – os médicos que eu digo, esse pessoal aqui – assinam o manifesto depois do caos de Manaus, que foi conhecido não foi pelos brasileiros, não, foi pelo mundo. Esse manifesto é após a morte de mais de 200 pessoas por dia na cidade de Manaus. E nem isso sensibilizou o laboratório em perceber que era um engodo, que era uma mentira, que eram *fake news*, não. Visou lucro, mancomunado com alguns médicos. Se isso não for crime, não tem mais nenhum crime para a gente investigar aqui nesta CPI. Não foi antes. Não foi falta de conhecimento, Senador Renan. Não era falta de conhecimento. O TrateCov já tinha sido tentando na cidade de Manaus em janeiro – em janeiro. E esse documento é um mês depois, mais de um mês depois; depois, Senador Fernando Bezerra, Senador Eduardo Girão, que milhares de amazonenses perderam a vida, inclusive o meu irmão. Mas isso não sensibilizou; era o lucro que eles queriam. E utilizando da boa-fé da população brasileira. Todo mundo fazendo propaganda: eram *sites*, o Presidente, médicos e o laboratório, que tinha um faturamento de R$200 milhões, vai para R$534 milhões à custa de vida de brasileiros, rapaz – à custa de vida de brasileiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Enquanto o Presidente recusava a comprar as vacinas, que é o agravante dessa circunstância toda.

O senhor – eu queria perguntar novamente – tem consciência de que esse enorme preço pago em vidas será cobrado da Vitamedic, em função desse conluio com manifesto, com publicidade com plataforma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Todos os amazonenses que morreram vão pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com essa associação Médicos pela Vida? O senhor tem consciência disso?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, o manifesto não se trata...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – ... contra o Governo, contra quem prescreveu isso e contra os laboratórios que venderam isso.

O SR. JAILTON BATISTA – Nós não somos o único fabricante de ivermectina nem dos produtos que entram no tratamento precoce.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é que disputa com a Vitamedic esse mercado na venda de ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA – Tem mais três laboratórios que produzem esse produto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são os laboratórios, por favor?

O SR. JAILTON BATISTA – Tem o EMS Legrand que produz o produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – EMS...

O SR. JAILTON BATISTA – Legrand.

A Neo Química e a Abbott produzem esse produto.

Depois o manifesto, o conteúdo dele não é exclusivo de ivermectina. Ele fala de corticoides e produtos para melhorar a imunidade, produtos anticoagulantes, tem uma série itens aí. Ele não é um manifesto em favor da ivermectina, eu queria deixar claro isto, que ele é um documento, inclusive, cujo conteúdo é de inteira responsabilidade dos próprios médicos e não da nossa empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o gasto com esse patrocínio de médicos para que recomendassem e defendessem o uso da ivermectina contra covid-19?

O SR. JAILTON BATISTA – Foi em torno de R$700 mil, cujos dados já repassei. Nós já passamos a esta Comissão no requerimento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Nós só recebemos aqui três informações dos jornais. Essas três davam R$300 mil, três jornais nacionais.

O senhor está informando que os outros cinco...

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Eu tenho a documentação aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... representaram...

O SR. JAILTON BATISTA – Eu tenho o documento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu gostaria.

O SR. JAILTON BATISTA – Pode repassar aqui ao Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, foram R$800 mil gastos?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, mais precisamente R$717 mil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem é o médico oftalmologista Antônio Jordão, que assinou o termo de responsabilidade para que os anúncios sobre o tratamento precoce, pagos pela Vitamedic, pudessem ser veiculados em jornais de grande circulação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Ele é um dos líderes da associação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é um dos líderes da associação Médicos pela Vida?

O SR. JAILTON BATISTA – Exato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Vitamedic fez algum tipo de *lobby* junto ao Governo Federal pelo apoio público ao uso da ivermectina?

Pediu em alguma oportunidade para o Presidente da República fazer propaganda?

O SR. JAILTON BATISTA – Absolutamente não.

Nós não tivemos nenhum contato com o Senhor Presidente da República nem com nenhum ente do Ministério da Saúde para fazer esse tipo de apelo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual é, portanto, a relação da Vitamedic com a Secretária Mayra Pinheiro, do Ministério da Saúde, que defende publicamente o chamado tratamento precoce?

O SR. JAILTON BATISTA – Eu sou o CEO da companhia e nunca estive com a Dra. Mayra, nem nenhum dos nossos diretores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor, tudo bem, está respondida especificamente, pontualmente, mas qual é a relação da Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nenhuma relação?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Vitamedic patrocinou movimentos ou propagandas em favor do Presidente da República ou do Governo Federal?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, nós, como indústria, a nossa conduta... Temos uma conduta muito... Não podemos nos envolver nesse nível de ação política.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não patrocinou?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma vez custeou o impulsionamento de notícias em redes sociais?

O SR. JAILTON BATISTA – Acerca do?

Não. Nós temos e usamos as redes sociais para promover os nossos produtos, para falar das nossas ações de mercado. Isso, sim, a gente utiliza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Utiliza a rede social com que propósito?

O SR. JAILTON BATISTA – Para promover os nossos produtos, para algumas ações comerciais e para falar dos produtos que a gente pode, por exemplo, propagar, porque eles estão fora do alcance da legislação, porque são produtos livres, de venda livre. A gente divulga nossos produtos nas redes sociais.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Só um minuto. O senhor tomou ivermectina ou alguém da sua família?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Pra tratamento da covid?

O SR. JAILTON BATISTA – Sim. Tomei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu tomei também.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Meu Deus.

Sr. Presidente...

O SR. JAILTON BATISTA – Por recomendação médica.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Aliás, vários médicos recomendaram.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Então, eu queria o seguinte: em que pesem as tentativas do depoente de informar que apenas atendeu a demanda do mercado, essas compras são claras violações ao interesse público e às normas que regem as compras públicas no País. Eu sugiro que seja feito um pedido cautelar à Justiça Federal pra que bloqueie recursos suficientes pra garantir o ressarcimento aos cofres públicos enquanto durar essa investigação. Eu acho que essa é uma medida cautelar que a CPI deve tomar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Um absurdo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que a Comissão Parlamentar de Inquérito, por favor, implemente a sugestão feita pelo Senador Fabiano Contarato.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Seria bom registrar...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Fabiano, a CPI fará o encaminhamento que V. Exa. acaba de solicitar, atendendo o seu requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Seria bom registrar, Sra. Presidente, que o México, através das autoridades sanitárias, recomendou expressamente o uso da ivermectina. Então, essa tentativa de criminalizar o uso da ivermectina vai encontrar muita dificuldade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por que a Anvisa determinou o recolhimento de lotes de medicamentos produzidos pela Vitamedic, incluindo a ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, nós passamos por um processo de inspeção. E, ao contrário de imaginar que a pandemia nos beneficiou, também nos prejudicou, porque nós temos, desde 2018, um plano de investimento muito intenso e forte, e isso atrasou um pouco a instalação de equipamentos que nós importamos da Alemanha, da Itália e de outros países para... Isso é um processo que vem desde 2018. E, ao fazer a implementação dessas tecnologias, a gente tinha que homologar a colocação dessas máquinas na área. Em função da inspeção, a Anvisa determinou o recolhimento, mas isso foi feito de acordo com as normas e a lei. Nós passamos pela inspeção, recebemos nossa certificação de boas práticas de fabricação e estamos regularmente operando a nossa empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta: por que a Anvisa determinou o recolhimento de lotes de medicamentos produzidos pela Vitamedic, em inspeção, inclusive da ivermectina? Qual foi a resposta exatamente?

O SR. JAILTON BATISTA – Em função de que a gente estava fazendo um processo que é chamado *tech transfer* dentro da indústria, esses produtos precisavam estar homologados na nova área que nós estamos construindo. O processo é um pouco demorado, e a gente não poderia produzir ainda nesse local. A Anvisa determinou que a gente suspendesse e recolheu... Nós fizemos isso de acordo com as normas, de acordo com as regras estabelecidas pela própria Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, quais foram as normas sanitárias descumpridas pela Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA – Dentro desse processo de que eu estava falando de transferência de tecnologia, é um processo muito complexo de explicar, mas só resumindo, quando você tem que colocar uma máquina, mesmo sendo uma área nova e qualificada, ou uma tecnologia substitui essa máquina velha por uma máquina nova, você precisa passar, esperar que esse processo seja homologado pela Anvisa. E, naquele momento, a gente estava... Por atraso nessa instalação, porque alemães e italianos não estavam vindo para o Brasil, a gente estava operando ainda com essas máquinas numa área que precisava ser homologada. A Anvisa, numa inspeção, constatou que não poderia e por isso ela pediu que aqueles lotes produzidos naquela área a gente deveria recolher. Isso foi feito. Depois passamos por uma inspeção e já recebemos nossa certificação de boas práticas de fabricação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Vitamedic com empresários que apoiam o tratamento precoce, como Carlos Wizard?

O SR. JAILTON BATISTA – Nenhuma. Nós nunca tivemos contato com o Sr. Carlos Wizard, a empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De acordo com dados bancários e fiscais aos quais esta Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso, é possível visualizar relacionamentos indiretos da Vitamedic com a empresa Precisa. O vínculo é o seguinte: a empresa Nutriex enviou, em 07/04, o valor 250 mil para a Vitamedic, que tem entre seus sócios Thatiana Zaiden Rezende, que também é sócia da Nutriex, a qual transferiu, entre 17/02/21 e 26/02/21, 25 milhões para a Precisa Medicamentos. Outra empresa do mesmo grupo da Nutriex, a Equilibrium, cujo sócio é o marido da Thatiana, Leonardo Rezende, transferiu, no dia 13/01/2021, 5,206 milhões para a Precisa. Qual a relação da Vitamedic com a empresa Precisa Medicamentos?

O SR. JAILTON BATISTA – Absolutamente nenhuma, Senador. A única relação com a Nutriex é que nós vendemos – não sei precisar exatamente a data – a ela, vendemos uma máquina, um equipamento usado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vendeu uma máquina para...

O SR. JAILTON BATISTA – Vendemos um equipamento usado para essa empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para a Precisa?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não, para a Nutriex. Com a Precisa não temos nenhum contato. E aí não entendemos qual a relação que pode ter, nós nem sabíamos da existência de Precisa, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos nenhum negócio com essa empresa. E essa relação com a Nutriex... Também é uma empresa que não nos pertence, pertence a um empresário lá de Goiás. E ele nos comprou, no ano passado, se não me engano, um equipamento usado. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu estou satisfeito, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Muito obrigada, Sr. Relator.

Nós vamos agora à lista de inscritos. Eu vou passar aqui a palavra ao Senador Otto e pedir ao Senador Randolfe Rodrigues que conduza os trabalhos, porque eu serei a próxima inscrita, logo após o Senador Otto, que fará as perguntas pelo sistema remoto.

Senador Otto Alencar, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) **–** Quero agradecer à Senadora Eliziane Gama e a todos os Senadores e Senadoras.

E começo a perguntar ao Sr. Jailton Batista a respeito da origem da empresa Vitamedic. Ela começou Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) **–** Não, era a antiga empresa... Chamava antigamente Vitapan.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Vitapan?

O SR. JAILTON BATISTA – Vitapan. Quando o grupo assumiu, trocou de nome.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Dessa empresa Vitapan, quem era o proprietário dela, quando era Vitapan?

O SR. JAILTON BATISTA – O nome da acionista chamava Andréa Aprígio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, o nome do proprietário.

O SR. JAILTON BATISTA – Andréa Aprígio que era a acionista da empresa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E o Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, Carlos Cachoeira, era proprietário também?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, a informação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** E tem ainda relação com a Vitamedic?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Não, absolutamente nenhuma.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Tem, sim.

O SR. JAILTON BATISTA – Nenhuma.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Tem, sim, tem. Ele ainda é... Nós temos aqui evidências de que a Vitapan era de propriedade do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos.

O SR. JAILTON BATISTA – A Sra. Andréa, a informação que temos, é ex-esposa desse Sr. Carlos Cachoeira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pois é, então a Vitapan inicialmente foi realmente uma empresa do Sr. Carlos Augusto de Almeida Ramos, Carlos Cachoeira, que esteve envolvido na CPMI aqui na época, em 2012, com problemas gravíssimos. Depois foi vendida ao Sr. José Alves, que hoje é o proprietário de um conglomerado de empresas que incluiu a Unialfa, Colégio Alfa, negócios imobiliários, Vitamedic e outras tantas empresas. Portanto, a origem já é uma origem que deixa muito a desejar.

Mas eu quero começar falando, e ouvi com atenção as coisas que foram colocadas pelo Senador Renan Calheiros, e uma coisa que se precisa esclarecer do ponto de vista científico e médico é o que se fala de tratamento precoce ou preventivo, e, nesse ponto, nenhuma medicação – ou ivermectina, ou hidroxicloroquina, ou doxiciclina, ou nenhuma vitamina – previne a entrada do vírus na mucosa da boca ou do nariz. Portanto, a utilização de medicamentos para prevenir a doença é completamente anticientífica, médica, não tem nenhuma sustentação. Naturalmente que muitos médicos, até hoje, quando o paciente está infectado pelo vírus, ainda receitam a ivermectina ou outros medicamentos. Então, o grande problema, o grande crime cometido do ponto de vista sanitário e médico foi o que eu ouvi aí do Presidente da República, dizendo que a medicação previne a contaminação de um paciente. Eu, por exemplo, tomei duas vacinas, estava imunizado, e tive a infecção vacinado, e já com imunidade constatada.

O grande crime cometido nesse caso foi a empresa estimular o tratamento precoce ou preventivo, ou seja, se você toma essa medicação, você não vai contrair a doença. Portanto, esse estímulo de usar medicação e também fazer e dar publicidade a isso através de notas em jornais... Por exemplo, a sua empresa, a empresa do senhor colocou *outdoors* pela Bahia aqui estimulando o tratamento precoce, e até na cidade onde o senhor foi secretário, em Feira de Santana, eu sou aqui da Bahia, passava e via lá *outdoors*, notícias em jornais, tudo para estimular a venda da ivermectina. Esse é que é o grande crime que aconteceu. Por exemplo, o senhor falou aí que a medicação é vendida por outros laboratórios. A ivermectina da Vitamedic é uma medicação que é vendida como medicamento genérico, não é isso?

O SR. JAILTON BATISTA – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Genérico. Por exemplo, a Abbott não é o genérico, é revectina. O senhor vendeu, eu acho, seiscentos e tantos milhões de ivermectina em 2020, e no ano de 2019 não passou de 40 milhões. Pois bem, a Abbott, que tem medicamento de marca, vendeu 2% disso. Então, o que aconteceu? Aconteceu uma promoção da medicação por meios de comunicação para promover uma medicação que não evita você contrair a doença. Quando o paciente está acometido da doença, até hoje não se tem ideia se funciona ou não funciona, para ser honesto com meus princípios de formação acadêmica e médica. Tem médico que receita, mas não tem ainda um laboratório, nenhum estudo científico que possa identificar uma cura por esse método de tratamento.

Mas eu pergunto a V. Sa., Sr. Jailton Batista: essa empresa pagou alguma bonificação a algum médico, para que ele pudesse estimular isso?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, obrigado pelas suas colocações.

Primeiro, esclareço que nenhum *outdoor* foi patrocinado pela empresa defendendo o tratamento precoce, inclusive na Bahia, que é minha terra. Deve ter sido iniciativa de algum médico, de alguma instituição. Não fomos nós que patrocinamos.

Segundo, o aumento do consumo de... A indústria farmacêutica, em geral, foi muito impactada, não só ivermectina, mas muitos produtos, com crescimento bastante forte no consumo de medicamentos em todas as fases, inclusive dentro dos hospitais. Vou dar um exemplo aqui. Por exemplo, midazolam, que é um anestésico, cresceu 171% em 2020, o crescimento do consumo. O rocurônio cresceu quatrocentos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Esse medicamento é para paciente internado...

O SR. JAILTON BATISTA – Exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Esse ambiente... Eu estou falando em ambiente... O senhor está falando em ambiente hospitalar.

O SR. JAILTON BATISTA – Exato.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nós estamos tratando de medicamento comprado na farmácia, em ambiente ambulatorial. Aí é uma comparação que não deve ser formulada, na minha opinião.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, estou só lembrando que a indústria toda foi impactada com...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é, mas é por medicamentos de uso hospitalar. A ivermectina se compra até... se comprou sem receita, a hidroxicloroquina, a doxiciclina, as vitaminas todas usadas, azitromicina também, que é um antibiótico para tratamento de infecções bacterianas do trato superior respiratório. Então, todos esses medicamentos não têm nenhuma condição de evitar que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paciente venha a contrair a doença, e esse foi o grande crime não só do Presidente da República, estimulando, mas também da empresa do senhor, estimulando que se usasse isso como medicação preventiva.

Mas o que eu perguntei ao senhor é se o seu laboratório pagou bonificação a médicos para estimularem o uso da ivermectina.

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, nunca o fizemos. Nós não temos... Nós não fazemos propaganda médica. Nossos produtos são genéricos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Não, eu perguntei se o senhor se pagou alguma bonificação.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não houve nenhuma bonificação. Não houve nenhuma bonificação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Olha, eu acho que o senhor está errado, está enganado. Eu tenho aqui pagamento do seu laboratório, da Vitamedic, que pagou ao Dr. Flávio Adsuara Cadegiani, médico indicado no Requerimento nº 150, de 2021, R$10 mil. Pagamento feito pela Vitamedic. Não só a ele; a outras pessoas também foram feitos pagamentos. Vou citar dois que estão aqui também: Helen Araújo de Meneses Ramos; o Hospital Maternidade Therezinha de Jesus. Ou seja: isso aqui é só o começo, fora tantas diárias que foram pagas a pessoas para promoverem palestras, essa medicação para uso preventivo, ou seja, precoce, para que, tomando a medicação, como disse de forma errada, equivocada, o Presidente da República, o paciente não viesse a contrair essa virose.

Não existe nenhuma virose cuja contaminação possa ser evitada por medicamento preventivo. São vinte e tantas viroses que nós temos aqui no Brasil, todas elas só evitadas ou redutíveis por vacinação, inclusive, as viroses da infância, o sarampo, a varíola, a paralisia infantil, H1N1, a hepatite. Todas essas doenças causadas por vírus, Sr. Jailton, elas são evitadas pela vacina.

Então, essa história é malcontada, irresponsável, criminosa ao dizer que, usando qualquer medicamento, seja antibiótico, seja ivermectina, hidroxicloroquina, não evita contrair a doença. Eu estava vacinado duas vezes e fui reinfectado, porque nem a vacina dá 100% de tranquilidade ou imunidade às pessoas. Portanto, essa propaganda que se disseminou pelo Brasil levou ao enriquecimento ilícito da sua empresa pela propaganda enganosa.

Por exemplo, o senhor disse aí de forma errada, não sabia nem dizer o que foi faturado com sua empresa. Eu vou lhe dizer: ivermectina de dois comprimidos e de quatro comprimidos, no ano de 2018, 5,060 milhões; depois, 5,231 milhões, em 2018; em 2019, de dois comprimidos, 6,806 milhões, e, de quatro comprimidos, em 2019, 7,577 milhões. Sabe pra quanto subiu em 2020? De quatro comprimidos, 415 milhões; e, de dois comprimidos, R$44 milhões foram faturados. Portanto... E medicamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ivermectina com 500 comprimidos, 10,419 milhões, ou seja, houve um faturamento muito grande. Inclusive, nessa questão dos medicamentos genéricos, até porque...

Eu quero até chamar atenção dos Senadores e Senadoras, que eu tenho um projeto aí que vai ser relatado pelo Senador Nelsinho Trad que se chama pós-registro, que é superimportante, que hoje a Anvisa não faz a busca do medicamento no pós-registro pra saber se contém a medicação que está estipulada na bula. Muitos medicamentos de marca e até genéricos e outros não estão trazendo a quantidade real do medicamento que tem na bula. Eu estou apresentando esse projeto pra que a Anvisa comece chegar à farmácia, pegar a ivermectina, hidroxicloroquina, antibiótico, azitromicina e levar pra fazer o exame, até porque, no caso dos antibióticos, isso é muito grave, que dá resistência quando você toma uma dose aquém daquilo que está preestabelecido na bula.

Quanto aos efeitos colaterais da ivermectina, realmente, ela sendo tomada como está na bula, de acordo com o que está prescrito, não tem nenhum problema. Aí, o médico vai receitar e vai dizer quanto o paciente vai tomar, a depender do seu peso corporal. Mas o que aconteceu com a ivermectina? É que ela sendo indicada por pessoas leigas, muitas vezes, sem formação médica... E quantos charlatões surgiram pelo Brasil afora que não tinham a formação médica e começaram a receitar? Se se toma em altas doses, em superdose, em overdoses, o que é que acontece? Ela pode ser neurotóxica, causar convulsões cerebrais e pode ser também hepatotóxica em doses altas.

Portanto, a prescrição médica era fundamental, mas, quando um Presidente da República vai e dá uma receita e manda tomar ou um leigo manda tomar e não estabelece o critério para tomar a medicação, o que acontece é a superdose, e o paciente vai pagar com os efeitos colaterais. Portanto, a sua empresa estimulou o uso da medicação, pagando por fora agentes da área de saúde – como eu citei aqui e posso comprovar; posso mandar pro senhor – que receberam recursos. Esse é um dos principais estimuladores do uso dessa medicação.

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, só pra esclarecer: nós não fizemos realmente bonificação pra nenhum médico. Ocorreu nesse caso, falando do Flávio, que não foi como médico, mas como um pesquisador que ele é, da Organização Mundial de Saúde.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Pesquisador? Pagou como pesquisador? Que pesquisa ele fez sobre ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA – Deixe-me concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) **–** Qual foi a pesquisa?

O SR. JAILTON BATISTA – Deixe-me concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Qual foi a fase que ele fez? Ele fez a pesquisa *in vitro*, com camundongo, fez a fase clínica? Como foi que ele fez a pesquisa? Por R$10 mil se fazer uma pesquisa para saber os efeitos da ivermectina, Sr. Jailton?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, deixe-me concluir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí, sinceramente, o senhor não está falando a verdade.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está faltando com a verdade.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, deixe-me concluir, Senador. Eu vou concluir o raciocínio. Eu queria dizer que ele é... Eu estou dizendo que eu... Nós não o contratamos pra fazer pesquisa, nós pedimos a ele que fizesse um levantamento para uma metanálise de documentos pra gente, e isso não foi adiante. Queríamos entender... Como ele era um pesquisador – ele era um pesquisador inclusive ligado à Organização Mundial de Saúde –, nós pedimos que ele nos desse dados e informações sobre o produto. E isso não foi adiante, tanto que uma pesquisa pra estudo clínico custa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sinceramente...

O SR. JAILTON BATISTA – ...quase R$10 milhões. Com R$10 mil...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sinceramente, a resposta de V. Exa. é muito frágil, não é verdadeira. Não é verdadeira.

Eu tenho aqui também quem recebeu R$9.418 da sua empresa: Rute Alves Pereira e Costa, que possui vínculo societário com Quarter Soluções Científicas. Também da mesma maneira. E assim foram vários agentes da área de saúde que receberam estímulo, pagamento para divulgar o uso da medicação como tratamento preventivo ou precoce.

Ou seja, todas as perguntas formuladas pelo Senador Renan Calheiros ou que eu formulei agora... Tenho que, sinceramente, dizer a esta Comissão, da qual participo agora no sistema remoto, que não há como não se fazer o requerimento de convocação do senhor proprietário, o Sr. José Alves, inclusive pelo conglomerado de empresas que participaram na divulgação do tratamento precoce, do *kit* covid.

Quando fazem a divulgação, entram todos os medicamentos: hidroxicloroquina, hidroxicilina, azitromicina, vitamina D, todos eles praticamente sem comprovação. E não se tem nenhuma condição de dizer que evitam a contaminação pelo coronavírus, seja qualquer uma das suas variantes, a P1, a Delta, qualquer uma dessas. O paciente não usando máscara e tendo contato com a pessoa... Porque a transmissão do coronavírus é pessoa a pessoa, não tem intermediário. Se está sem a máscara ou se descuida da máscara, será contaminado, independentemente de estar tomando uma carreta de ivermectina ou de hidroxicloroquina ou hidroxicilina ou de azitromicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a empresa que o senhor dirige é uma empresa que trabalhou para o povo brasileiro ser ludibriado, enganado. E só o lucro favoreceu o senhor, absolutamente, como disse aqui o Senador Omar Aziz, pela crise sanitária de Manaus, pelo crime cometido com o povo de Manaus, do Amazonas, e que aconteceu também em outros vários Estados.

Sr. Presidente, eu agradeço. Essa é a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Otto Alencar. É uma satisfação sempre ouvi-lo. Esperamos o quanto antes, já que o senhor está em restabelecimento, o seu retorno presencial a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A próximo inscrita é a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, Senador Renan, eu inicio a minha pergunta, Sr. Jailton, que é, na verdade, o foco principal desta Comissão quando ela foi instituída, exatamente o entendimento da implantação, no Brasil, de uma ação negacionista em detrimento da ciência. É bem verdade que, no caso da covid-19, foi um fato novo no mundo inteiro, e aí, portanto, lá na primeira fase, inicial, havia, por falta de informações mínimas do ponto de vista científico, a adoção de algumas medidas que foram implantadas. Logo, um mês, dois meses, três meses após o início da pandemia, a gente já viu várias recomendações da Organização Mundial de Saúde para todo o mundo, com orientações básicas e elementares, exatamente no sentido de impedir o negacionismo e, portanto, evitarem-se mortes em todo o mundo.

Eu pergunto ao senhor: a empresa do senhor chegou a ter acesso a algum estudo sobre o uso prolongado desse medicamento? Teve acesso? Chegou a promover, chegou a incentivar, por exemplo, algum estudo dessa natureza, para o uso da ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senadora, obrigado pela pergunta.

Claro que conhecimento sobre todos os estudos que foram feitos ao redor do mundo, em vários países – e temos alguns deles aqui –, a gente tinha que acompanhar porque fabricamos um produto que estava envolvido nisso. Diretamente, até reportando ao Senador Otto Alencar, nós começamos a buscar informação, fonte de informação, mas não fizemos, em nenhum momento, uso dessas informações pra dizer que a ivermectina tinha uma ação antiviral, porque não tínhamos ainda documentos científicos sobre isso. Por exemplo, o que nós pagamos, inclusive, a esses médicos que ele relatou, que são pesquisadores, nem são médicos... São médicos, mas são pesquisadores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Médicos pela Vida, a que o senhor se refere?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não, não, não. Não são os Médicos pela Vida, são outros profissionais. Pra levantar informações técnicas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAILTON BATISTA – É. Vários médicos, pessoas que trabalham com a academia e com pesquisa, e nós pedimos que fizessem levantamentos. Inclusive a que ele citou, a Dra. Rute, é o mesmo caso. Pedimos... Porque o estudo clínico tem um custo mínimo em torno de R$10 milhões. Com R$10 mil, com R$9 mil, você não faz um estudo clínico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Não há dúvida.

O SR. JAILTON BATISTA – Não há dúvida, não é? Então o pagamento não foi pra estimular, foi só pra levantar informações que embasam...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** E qual foi o resultado?

O SR. JAILTON BATISTA – Não; estão sendo processadas ainda. Não se concluíram. Esse relatório...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Mas esse relatório que vocês pediram, foi quando?

O SR. JAILTON BATISTA – Esse relatório da Dra. Rute, por exemplo, nós ainda vamos receber nos próximos dias. Mas nós fizemos o pagamento adiantado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Então, mas a gente está com mais de ano de pandemia, Sr. Jailton.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, mas o estudo foi pedido, esses dados foram pedidos recentemente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Sim, mas vocês não tiveram interesse de pedir lá atrás?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não, eu falo do que nós financiamos, que nós pagamos para levantar os dados, são esses que nós vamos receber proximamente, o.k.?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Mas a minha pergunta é exatamente essa.

O SR. JAILTON BATISTA – E os demais estudos que temos são de outras universidades, como citei aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Porque a grande preocupação não é o uso apenas de uma vez da ivermectina. O que a gente percebia, por exemplo, a partir da campanha que foi implantada pelo Presidente da República, é que as pessoas usavam ivermectina de forma deliberada. Vou dar um exemplo para o senhor: agora há pouco, por exemplo, a minha assessora estava relatando um fato de um amigo próximo dela, quando ele tinha contato com alguém, ele tomava ivermectina; quando ele saia, ele voltava de novo e tomava ivermectina; ou seja, ele passou a tomar ivermectina de forma continuada. Então, é exatamente o que eu preciso entender. A Vitamedic lá atrás – a gente está com mais de ano de pandemia – não teve interesse, por exemplo, de pelo menos... Eu já não digo nem um financiamento, porque, como o senhor coloca, o financiamento é um financiamento significativo, apesar de a Vitamedic ter, sim, recursos suficientes para isso, porque o volume, por exemplo, de 2019, que foi apresentado pelos senhores inclusive, foi de R$15 milhões; em 2020, foi de R$466 milhões. É um aumento de mais de 3.000% na comercialização. Então, lá atrás vocês não fizeram esse tipo de estudo. E o que a gente tem? As pessoas tomando de forma deliberada. Então, há um impacto na vida dessas pessoas. Quando você faz esse uso prolongado, naturalmente nisso há um desdobramento e há uma repercussão grande em relação a essas pessoas que usam.

Então, minha pergunta é esta: por que não foi feito lá atrás? O senhor ainda nem recebeu o resultado, depois de ter um lucro aí de quase meio bilhão de reais de uma movimentação, eu diria – de quase meio bilhão de reais.

O SR. JAILTON BATISTA – Senadora, esse medicamento que nós produzimos é uma droga genérica, portanto, tem vários fabricantes. A minha... Eu conduzi exclusivamente um estudo patrocinado só pela minha empresa, e isso beneficiaria também várias outras empresas que produzem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não há dúvida. Com certeza.

O SR. JAILTON BATISTA – ... vários outros produtos. Então, eu, individualmente... Como é uma droga genérica, se eu patrocinar um estudo, eu estou beneficiando todos que produzem o mesmo medicamento. Essa é a razão por que eu não posso financiar outras empresas com essa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E nem teve acesso.

Sobre o TrateCov, Sr. Jailton, vocês chegaram a participar de algum momento? O TrateCov apresentava o *kit* covid, em que estava lá a ivermectina, não é? Vocês chegaram a participar, em algum momento dessa elaboração? Tiveram conhecimento?

O SR. JAILTON BATISTA – Não. Não participamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Mas tiveram conhecimento da elaboração desse aplicativo?

O SR. JAILTON BATISTA – Sim, isso foi publicamente divulgado pelas redes sociais, todo mundo tem acesso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Em nenhum momento vocês se sentaram para reunir sobre isso?

O SR. JAILTON BATISTA – Não. Nós não nos envolvemos no conteúdo daquilo que é exclusivamente da autonomia do médico. Nós não podemos interferir. Nós não temos como fazer, senão seríamos... Tendo uma ação direta aí... Seria responsabilidade do médico essa informação. Nós não interferimos no conteúdo de qualquer publicação científica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Sr. Jailton, a gente tem informações de que há indícios, por exemplo, de movimentação atípica na sua empresa, na Vitamedic, e também de pagamentos atípicos, inclusive com já documentação do próprio Coaf. O senhor tem informação nesse sentido?

O SR. JAILTON BATISTA – Precisaria saber que pagamentos ativos. Nossa empresa é totalmente fechada, regulada, todos os processos são documentados fiscalmente. Eu desconheço quais...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** O senhor não recebeu nenhuma informação nesse sentido?

O SR. JAILTON BATISTA – Não. Como essa que foi levantada há pouco, em relação à Nutriex, nós esclarecemos que nós não temos... Desconhecemos qualquer pagamento atípico. Nossa empresa é muito... Nós somos auditados inclusive. Somos uma empresa que somos auditados por auditorias internacionais e não podemos ter esse tipo de procedimento na nossa companhia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Vocês têm, por exemplo, costume de fazer pagamentos a empresas ou profissionais que não são necessariamente desta área, da área de medicamentos, da área médica?

O SR. JAILTON BATISTA – Só se for por natureza de algum contrato, e a gente precisaria entender a natureza desse contrato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** A forma de comercialização ou de pagamento, por exemplo, de publicidade, agora nesse período de pandemia... Vocês tinham esse mesmo costume de fazer esse tipo de pagamento em outros tempos, em tempos anteriores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Não, a empresa assumiu todo... Tudo o que a empresa fez foi publicamente assumido, nós autorizamos, isso é documentado, é fiscalmente registrado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Mas vocês tinham este mesmo costume de pagar esse tipo de publicidade em anos anteriores?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não tivemos, foi o primeiro caso que nós... Uma publicação médica como essa foi a primeira vez...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Por que essa mudança de prática de tempos anteriores para agora?

O SR. JAILTON BATISTA – A realidade mudou. A gente entendia que uma publicação de cunho médico-científico poderia ter o nosso interesse de patrocinar, e foi isso que delineou a nossa decisão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** O senhor assegura que em nenhum momento, por exemplo, representantes de vocês se sentaram com agentes políticos, agentes públicos de qualquer esfera do Governo Federal?

O SR. JAILTON BATISTA – Para tratar de venda de... Asseguro, sim. Para tratar da venda de ivermectina ou de algum interesse comercial, não. Nós atuamos na área privada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Mas para tratar de quê que foi "'sim"?

O SR. JAILTON BATISTA – Não tratamos em relação a tratamento precoce ou uso de ivermectina com nenhum órgão do Governo Federal...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Mas vocês já sentaram em reuniões agora em período de pandemia...

O SR. JAILTON BATISTA – Com quem?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Com órgãos do Governo Federal?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Neste período, então, de pandemia, não há registro, digamos assim, da presença de representações de vocês em reuniões com o Governo Federal?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não há nenhum registro?

O SR. JAILTON BATISTA – Não há.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor acabou de dizer aqui – só me confirme mais uma vez – em relação a pagamentos para órgãos publicitários, algo em torno de R$717 mil. Foi isso?

O SR. JAILTON BATISTA – Exato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Por que o senhor obstruiu, por que o senhor omitiu essa informação quando enviou documentação à CPI? Porque os dados que o senhor mostrou para a CPI eram algo em torno de R$1,2 mil, de R$10 mil, enfim, eram valores bem pequenos.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, Senadora, nós não omitimos essa informação. Essa informação deve ter sido obtida por outra fonte. Nós não teríamos razão para não dar a informação real.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas vocês não mandaram esse dado para a CPI, o senhor está dizendo esse dado agora.

O SR. JAILTON BATISTA – Se foi solicitado... Tudo o que a CPI solicitou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Solicitamos todos os pagamentos publicitários da empresa.

O SR. JAILTON BATISTA – Eu tenho aqui, inclusive, esse documento para entregar à Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, é bom que o senhor o entregue, porque, veja bem, quando a gente solicita uma informação e a informação não vem, ela pode vir através das quebras dos sigilos.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, mas está aí a informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A CPI tem, na verdade, poderes para buscar essas informações, e isso se torna crime de desobediência, por exemplo, quando você, na verdade, não apresenta as informações que são solicitadas pela Comissão. O senhor encaminha agora?

O SR. JAILTON BATISTA – Já entreguei, já entreguei o documento ao Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O nosso tempo, na verdade, já está acabando, mas eu quero dizer para o senhor aqui, Sr. Jailton, que eu sou da Região Nordeste brasileira, eu sou do Estado do Maranhão, nasci no interior do Estado do Maranhão e conheço a realidade da população pobre, porque a minha família... E eu nasci, na verdade, nesse ambiente, em um ambiente realmente de pobreza, de pouco acesso, por exemplo, a aparelho público. Portanto, o acesso à ivermectina é o acesso mais fácil que se tem por conta do custo. Quando você busca, por exemplo, a compra desse medicamento, ela é atingida...

Por exemplo, esse volume que o senhor tem aqui, de R$466 milhões, saiba que foi um volume cujo valor teve um percentual significativo vindo dessa população pobre, dessa população miserável que se agarra àquilo que está diante dela para poder salvar sua própria vida.

O que nós tivemos agora, neste período de pandemia, Sr. Jailton? E isto é muito grave, isto é criminoso, isto é desumano: nós temos um Presidente da República que se apresenta para a população brasileira e diz que tem que tomar ivermectina. Ele é o maior formador de opinião do Brasil. Ele vai para a televisão, vai para as redes sociais e incentiva o uso deliberado desse medicamento.

Nós temos do outro lado o quê? Uma população pobre que compra ivermectina e a usa de forma prolongada, com efeitos, como o senhor diz, que ninguém nem sabe o que são, porque o estudo dessa natureza, alguns ainda nem temos de forma cabal, muito embora haja recomendações da Anvisa e haja recomendações da Organização Mundial de Saúde, exatamente deixando claro que esse não é um medicamento com eficácia comprovada para o tratamento da covid-19.

Então, nós temos um Presidente da República que incentiva, nós temos uma empresa que sai de um faturamento de R$15 milhões para um faturamento de R$466 milhões, com 3.000% de faturamento, e um percentual vem da população pobre. E o que nós temos dessa empresa? Um pagamento, um custeio de publicidade a entidades que estimulam *fake news*, que faz, na verdade, a propagação de notícia mentirosa. E o que nós temos? Temos 564.890 mortos no Brasil. Ou seja, esse é um ciclo que é incentivado na sua origem pelo Presidente da República, e as empresas, ao invés de trabalharem na pesquisa científica – porque R$10 milhões é pouco diante de R$466 milhões... As empresas, ao invés de trabalharem na publicidade para a informação correta, incentivam empresas que fazem o incentivo de *fake news*, investem em entidades que fazem a propagação de *fake news* no Brasil.

Vejam que é um ciclo muito ruim, é um ciclo criminoso, é um ciclo de morte. Nós recebemos aqui, Dr. Jailton, a Dra. Jurema, e ela fez uma exposição naquele momento. E, quando ela chegou aqui – nós estávamos ainda próximos de 500 mil mortes –, ela já colocou que pelo menos 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas com informações elementares, com o uso de medidas não farmacológicas, com a utilização do álcool em gel, da máscara. E aí não é uma informação minha, não – com o impedimento, por exemplo, de aglomeração; são informações da academia, de entidades que pesquisam todos os dias o que deve ser realmente implantado para se coibir, para se diminuir a propagação da covid-19 no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lamento que os senhores, com uma empresa tão ampla, tão bem estruturada e que saiu de uma movimentação média, eu diria assim, para uma mobilização e para uma movimentação financeira milionária, quase bilionária – o Coaf mostra, no meio dela, movimentação atípica, que mostra, no meio dela, pagamentos atípicos –, e, infelizmente, não usou de tudo isso para salvar vidas no Brasil.

É apenas um lamento que eu posso deixar aqui nesta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

O próximo inscrito é o Senador Humberto Costa. Como eu serei o próximo, após o Senador Humberto, eu convido a Senadora Eliziane para assumir aqui, interinamente, a Presidência, para que, em seguida ao Senador Humberto, eu possa inquirir o depoente.

Senador Humberto, 15 minutos para V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Sr. Jailton Batista, seja bem-vindo ao Senado Federal.

Eu quero começar, Sr. Jailton, dizendo que o principal problema é o fato de que já existe comprovação científica de que a ivermectina e outros medicamentos do chamado *kit* covid não têm qualquer eficácia contra a covid-19. Não se trata de discutir que ainda não está comprovado; está comprovado que não têm.

Toda essa situação se criou a partir de estudos que são acusados, inclusive, de fraude, de fraude! Há um estudo que foi publicado aqui nesta revista que mostra que o "maior estudo de ivermectina para covid-19 tem sinais sérios de fraude", identificados por profissionais que são investigadores científicos como seu principal ofício. Os estudos *in vitro*, ou seja dentro de um tubo de ensaio, que mostraram eficácia para covid-19, se forem transpostos para uma eficácia *in vivo*, ou seja, em animais ou pessoas, a dosagem que deveria ser atingida para ser eficaz tem que ser sete vezes maior do que aquela que foi identificada *in vitro*. São cem cápsulas do comprimido para poder dar uma concentração mínima no pulmão que pudesse gerar, então – e não se sabe se geraria –, realmente, o enfrentamento à covid-19. Então, não há nada disso.

V. Sa., na condição de gestor da empresa Vitamedic, contestou a decisão da Merck, que publicou um material dizendo:

[...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> - nenhuma base científica para [admitir] um efeito terapêutico potencial [da ivermectina] contra covid-19 [...];
> - nenhuma evidência significativa para atividade clínica ou eficácia clínica em pacientes com doença covid-19; e
> - a preocupante falta de dados de segurança na maioria dos estudos.

E, se é verdade que é inócuo do ponto de vista das doses para matar piolho, para matar parasita, as doses que são aplicadas para enfrentar a covid-19 causam, sim, dano. O Senador Otto disse que podem romper as barreiras de proteção cerebral e causar uma série de danos cerebrais, podem destruir os dutos biliares e provocar hepatite gravíssima, levando a uma lesão permanente do fígado. E já são vários os casos de pessoas que estão esperando que possam ter um transplante para se recuperarem do dano desse medicamento.

E sabe o que é que V. Sa. escreveu na nota da Vitamedic? "O crescimento do mercado da ivermectina, um produto de baixo custo e terapeuticamente de baixo risco, naturalmente, incomoda e pode ser o motivador de campanhas contra na mídia, especialmente provocadas por empresas que têm interesse em lançar produtos patenteados [...]." Quer dizer, V. Sa. entendeu que a empresa que criou o medicamento, que poderia ganhar bilhões e bilhões de dólares neste momento se dissesse que ele tem eficácia, teria feito essa colocação por outras razões que não seriam as razões científicas.

Tenho mais aqui um documento da Associação Médica Brasileira – é agora de julho –, onde, a partir de pesquisas feitas, bases consultadas etc., a Associação Médica Brasileira faz uma recomendação em relação à ivermectina – está aqui na página 5 –, que diz concretamente:

> Não há evidência consistente disponível que suporte o uso de Ivermectina, seja em pacientes sob risco de COVID-19 ou em pacientes com doença leve. Não há diferença no risco de hospitalização, na mortalidade ou de eventos adversos quando comparado com o uso de placebo. [...]
> RECOMENDAÇÃO
> O uso de Ivermectina na profilaxia de COVID-19 ou no tratamento de pacientes com COVID-19 leve não é recomendado.

V. Sa. teve acesso a esses estudos ou não?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Sr. Senador, tivemos acesso a esse e a outros de várias também instituições médicas que têm posições um pouco diferentes, não é?

Relativamente à questão da nota da Merck, o que nós buscamos foi que, quando foi publicada a nota da Merck sobre a ivermectina... A Merck já não produz esse produto há muito tempo, Senador, está fora do mercado há muito tempo no Brasil. Nós fomos buscar... Se ela diz que o produto tem ou não tem uma ação, nós fomos buscar dados de um estudo que comprovasse que não tivesse. Nós não encontramos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E só relacionamos aquilo em relação a achar estranho, porque, naquele mesmo momento, ela estava em fase de desenvolvimento de um produto chamado MK-4482, que é o molnupiravir, com interesse de... E a nota foi nesse sentido de conceituar. Nós não queríamos descredibilizar ninguém.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, mas não há lógica nenhuma. A Merck Sharp poderia simplesmente fazer uma leve maquiagem no medicamento, dar um outro nome e se utilizar da condição de ter sido a detentora da patente inicial para vender para o mundo inteiro. Não tem lógica o raciocínio de V. Sa.

Outra coisa que eu queria abordar: V. Sa. conhece a Lei nº 6.360, de 1976, e a Resolução da Anvisa 96, de 2008? Com certeza conhece, é óbvio.

O SR. JAILTON BATISTA – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é?

O SR. JAILTON BATISTA – Especificamente... São muitas legislações...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o que rege a publicidade na área...

O SR. JAILTON BATISTA – Sim, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... na área médica.

O SR. JAILTON BATISTA – Sei, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. conhece.

O SR. JAILTON BATISTA – Claro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E lá está escrito: é vedada a concessão de benefícios e vantagens a prescritores e dispensadores, ou seja, os médicos; a vedação ao estímulo ou indução ao uso indiscriminado de medicamentos – está aqui V. Sa. estimulando; e a ausência de advertências claras sobre os riscos. Isso também não está aqui e nem está em nenhuma publicidade que foi feita pela empresa.

Então, eu só posso ter a conclusão de que V. Sas. não aplicaram diretrizes de *marketing* na Vitamedic que cumprissem essa legislação. Pagaram esse informe publicitário cujo objetivo é exatamente difundir a noção de que há médicos que defendem esse tratamento. São dez mil, são poucos no conjunto do Brasil e que não são fiscalizados por quem deveria fiscalizar: o Conselho Federal de Medicina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

dominado por bolsonaristas e que lavou as mãos em relação a isso. Lavou as mãos. Eu tenho insistido para trazer o Presidente do Conselho Federal de Medicina aqui para ele defender o que ele fez. E, no entanto, não vem. E a empresa de V. Sa. não vem porque não foram convidados. Eu já pedi várias vezes ao Presidente, não foi? Já foi aprovado inclusive. Ele deveria vir aqui para nos ouvir.

Então, isso é uma estratégia da empresa? Pagar a pessoas ou criar benefícios para pessoas que são prescritores de um medicamento que não tem eficácia?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, eu repito que o conteúdo do material informativo não é especial da Vitamedic, nem é da ivermectina, e também nós não interferimos no conteúdo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os senhores trabalharam com influenciadores digitais com esse medicamento?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não, de forma alguma.

Então, é um conjunto de informações que estão lá, e a empresa não exigiu, inclusive, contrapartida ao dizer: "A ivermectina não assinou o documento como incentivo...". Ele trata de uma série de produtos e não é exclusivo da Vitamedic; portanto, a gente não teve esse interesse de ter algum benefício do ponto de vista comercial direto em relação a esse assunto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa plataforma que foi implementada... Veja, a Unialfa, que é empresa do Grupo José Alves, oferece cursos na área de saúde?

O SR. JAILTON BATISTA – Ela oferece cursos na área de tecnologia. É uma empresa de negócios, então...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual é a formação do Reitor da Unialfa, o senhor sabe?

O SR. JAILTON BATISTA – Ele é da área de tecnologia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Da área de tecnologia.

Vocês sabem quem ofereceu o iMED para os Médicos pela Vida? Foi um centro universitário que não tem curso de saúde – não tem curso de saúde! Como pode?

Isso é mais um profundo equívoco desse grupo. Na verdade, o dono desse grupo é que devia estar aí no seu lugar, o senhor não tem culpa, não, o senhor é um representante meramente da empresa. É um cidadão negacionista, bolsonarista, que colocou, a serviço desse grupo de médicos bolsonaristas, algo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem fundamentação científica e que foi desenvolvido por uma universidade que não tem curso de saúde.

Veja que grande contradição que nós estamos vendo aqui.

Eu queria terminar a minha fala, porque eu disponho de pouco tempo e acho que V. Sa. já respondeu por outras perguntas que eu iria fazer – chega na nossa vez já não tem muita coisa –, e daqui a pouco aquela moça fala "15 segundos", e a gente fica meio desorientado. Mas eu queria dizer que não entenda como nada dirigido a V. Sa., mas essa empresa em que V. Sa. está atuando, ela cometeu um erro, porque nós não estamos aqui tirando a responsabilidade das outras empresas que produzem estes medicamentos: cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina. Aquelas outras se aproveitaram, mas ficaram, ó, caladas.

A empresa que V. Sa. representa é que ficou muito ansiosa e aí resolveu desenvolver esses canais para ampliar a venda desses medicamentos, principalmente seduzindo profissionais da área de saúde e agiu, na minha opinião, como se fosse uma empresa abutre, infelizmente. Não entenda isso como qualquer conotação pessoal, mas foi isto que aconteceu na prática, adotou uma linha abutre: "Vamos ganhar dinheiro agora com esse negócio que está indo bem, que está dando bem".

Eu pergunto a V. Sa.: em algum momento a Vitamedic fez alguma publicidade incentivando o uso de máscara, medida preventiva, afastamento, isolamento social? Em algum momento?

O SR. JAILTON BATISTA – Desde o primeiro momento, Senador. Aliás, nossa empresa, eu diria que é um exemplo do ponto de vista de cuidar das pessoas, não só das pessoas, mas da comunidade, pois nós fizemos, inclusive, doações à cidade onde nós estamos sediados para ajudar na instalação de leitos para covid.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Publicaram alguma coisa como essa no jornal, na televisão? Porque teve muitas empresas que, inclusive, não são da área de saúde que fizeram isso.

O SR. JAILTON BATISTA – Nós temos... Nossa empresa tem um programa muito forte de acompanhamento de todas as pessoas. Nós fizemos uma movimentação muito forte em termos de cuidar das pessoas. Tivemos que alterar turnos, colocar pessoas em *home office*, as pessoas que tinham alguma comorbidade, todas elas, foram afastadas. E, quando surgiu a ideia de vacinar todos os nossos funcionários dentro de um programa da Federação do Comércio, das instituições ligadas ao nosso setor industrial, nós fomos os primeiros a incentivar todos os nossos funcionários a serem vacinados. Talvez seja por isso que nós não tivemos... Nós temos mil funcionários – mil funcionários – e nenhuma morbidade, nenhum caso de morte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deveriam ter investido bastante na área de estimular, com medidas de publicidade, a questão das medidas preventivas, não é? Mas estavam preocupados era em vender a ivermectina.

Eu queria dizer só duas coisas mais. A primeira é o seguinte: é bom que agora as pessoas estão vendo, o Brasil nem conseguiu vacinar uma parcela importante da população, mas a quantidade de casos e mortes está diminuindo dramaticamente. Sabe o que é que isso prova? Que não é cloroquina, que não é ivermectina, que não é azitromicina, que não é com nada disso, com as ações que enganaram as pessoas, iludiram a população, que foi possível derrubar ou começar a derrubar a covid. É a vacina. É a vacina e não tem outra, não. É a vacina. É isso que está acontecendo agora, tirando completamente o argumento de quem defendeu esse tratamento precoce ou de quem defendeu esses medicamentos.

Por último, eu queria dizer – está vendo, ela falou – aqui a vocês o seguinte: na verdade, V. Sa. e as outras empresas que se locupletaram, se deram bem e ficaram caladinhas não têm culpa ou têm culpa em parte. A culpa principal é do Presidente da República. O Sr. Jair Bolsonaro atuou como se fosse um curandeiro, anunciando cura infalível para uma doença em que isso efetivamente não existe. Eu já falei com o Relator e eu sei o que ele vai fazer. Ele vai indiciá-lo pelo descumprimento do Código Penal, no art. 284: prescrever, ministrar ou aplicar qualquer substância com o discurso de que é milagrosa ou infalível. Vai ser indiciado, sim. Tenho certeza, tenho convicção. Esse cidadão, só a resolução da Anvisa que trata de publicidade ele violou 18 vezes – 18 vezes. Inclusive, uma vez com a caixa, querendo dar cloroquina para uma ema. Esse é o grande responsável. Esse é o grande responsável pela tragédia sanitária, econômica, social, política que nós estamos vivendo neste momento. E o fez, infelizmente, contando com a colaboração ativa ou passiva de quem produz medicamentos que têm utilidade para várias coisas, mas que para a covid-19 não têm utilidade nenhuma, a não ser enriquecer o bolso dos donos dessas empresas.

Muito obrigado, Sr. Presidente... Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sr. Senador Humberto. E a moça falou duas vezes para o senhor – não é? – os "15 segundos". (*Risos.*)

Vamos reclamar para esta moça, para ela falar menos.

Senador Rodolfo Rodrigues, pelo prazo de até 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Eliziane.

Sr. Jailton... Sr. Jailton, qual a dose recomendada na bula para uso da ivermectina? Quantos comprimidos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Olha, nós temos com dois e com quatro. Aí, o médico tem que... É de acordo com o peso da pessoa, não é? A recomendação é a cada 30kg você dar um comprimido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dois ou quatro. Quantos comprimidos?

O SR. JAILTON BATISTA – Tem com dois e com quatro comprimidos a apresentação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Durante quanto tempo?

O SR. JAILTON BATISTA – Aí, o médico é quem decide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Mas a dose recomendada, então, é de...

O SR. JAILTON BATISTA – Dois e quatro comprimidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Durante quantos dias?

O SR. JAILTON BATISTA – De novo, tem médico que recomenda que se tome sequencialmente um, um e um comprimido. Tem médico que recomenda que você pode tomar os dois, e tem até caso de médico que recomendou que se tomassem quatro. Isso é uma autonomia do médico de dizer como deve ser feita a posologia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é a consequência da superdosagem?

O SR. JAILTON BATISTA – Bom, nós não temos essa informação. O que a gente tem que orientar é que siga o que está prescrito na bula.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre?

O SR. JAILTON BATISTA – Sempre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre o que está prescrito na bula?

O SR. JAILTON BATISTA – O que está prescrito na bula.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, eu quero voltar a perguntar: a recomendação sua é para que sempre use o que está prescrito na bula?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Na bula ou recomendação. O médico tem autonomia para fazer a sua prescrição, do jeito que ele entender, de acordo com a condição do paciente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor tomaria cinco comprimidos de ivermectina durante cinco dias?

O SR. JAILTON BATISTA – Eu tomei quatro comprimidos, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Durante cinco dias?

O SR. JAILTON BATISTA – Durante quatro dias, um por dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Um por dia?

O SR. JAILTON BATISTA – Um por dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor tomou cinco por dia?

O SR. JAILTON BATISTA – Eu tomei quatro comprimidos, um por dia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor tomaria cinco por dia?

O SR. JAILTON BATISTA – Se o médico recomendasse, se eu confiasse no médico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Mas o senhor não tomou?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Isso consta na bula?

O SR. JAILTON BATISTA – Não tomei. Tomei quatro comprimidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeito. Não, isso não está na bula – isso não está na bula.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Isso consta na bula?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Não, não consta. Ele acabou de dizer que não consta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, vamos lá, o que diz o protocolo do TrateCov. Vamos lá. Protocolo do TrateCov, vamos lá ao que diz. Na primeira parte aqui, são as manifestações clínicas. Aí, teve uma simulação aí, se teve contato domiciliar; mais adiante, quais os sintomas, diarreia, dor abdominal, náuseas... Enfim, aí segue.

Pode descer mais. Pode descer.

Aí, tem um escore de gravidade. Isso é o protocolo TrateCov.

Vamos mais adiante. Vamos mais adiante.

Aí, está aqui: ivermectina 6mg. Tomar cinco comprimidos ao dia, por cinco dias. Senador Omar, isso aí foi recomendado para Manaus.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É, isso aí que matou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cinco comprimidos ao dia, por cinco dias! O senhor mesmo acabou de dizer que não tomaria cinco durante cinco dias. Cinco ao dia por cinco dias. São 25 dias... Consequência disso – aí vamos ao que diz a ciência, vamos ao que diz o Dr. Marcelo Beltrão, não sou eu que estou dizendo...

Ah, não, volte àquela, volte àquela.

A Vitamedic apoiou o tratamento precoce em Manaus?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E essa foto aí? Essa foto é doação de ivermectina da Vitamedic para um médico que foi para Manaus.

O SR. JAILTON BATISTA – Olha, eu precisaria saber quem é o médico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, parece-me aí que são três caixas, está lá. Essa é a logo da Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, é sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Doação. Está aqui, olha: doação de 180 caixas de ivermectina do laboratório Vitamedic por intermédio da Adial Brasil, na pessoa do Sr. Herculano Anghinetti, Presidente Executivo da Adial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, eu vou pedir à Defensoria Pública do Estado do Amazonas para que as famílias que perderam entes queridos sejam acolhidas pela Defensoria Pública e entrem com um processo de indenização contra as pessoas que induziram os pacientes que faleceram no meu Estado, principalmente na cidade de Manaus, à morte. Isso aí é claro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas que nós já sabíamos, mas ninguém dava atenção para a gente. Então, a Defensoria, que tem esse papel, o papel da Defensoria é esse papel. É simples, é só pegar, tem os nomes, tem as pessoas, por quem foram atendidos, e a Defensoria fazer uma ação em nome dessas pessoas que foram medicadas com isso e foram a óbito acreditando nisso, principalmente aqueles que estão hoje com problemas hepáticos por terem tomado em excesso medicação. Excesso de vitamina D mata. Não é... Excesso de vitamina D mata, é só perguntar para qualquer médico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, então, com relação a isso, vamos ouvir o que diz um dos maiores especialistas do Brasil em ivermectina, o Dr. Marcelo Beltrão Molento. O senhor o conhece?

O SR. JAILTON BATISTA – Já o vi na rede.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois bem, ele é o maior... É conhecido como um dos principais e pesquisa ivermectina há 25 anos. No estudo dele diz aí: "Se o paciente for submetido a uma dosagem entre 10 a 30 vezes maior que a dose terapêutica indicada para parasitas," – indicada para parasitas – "como é o que está sendo prescrito para a covid-19, há uma grande possibilidade de intoxicação. Entre um a dois dias após a ingestão, já podem começar as reações adversas.". Isso daí é o Dr. Marcelo Beltrão, admitido por todos os principais especialistas em ivermectina, que fala.

Mas o que aconteceu? Vamos lá ao anúncio, àquele outro que passou? Entre os efeitos negativos da ivermectina estão as doenças hepáticas, como degradação das células e parede do fígado, e a hepatite medicamentosa, problemas de intestino como diarreia, problemas relacionados a disfunções do sistema nervoso central, como tonturas e vômitos. Por que não é repetir, Sr. Presidente? No TrateCov está lá o protocolo: cinco, por cinco dias. Cinco! Cinco! Cinco! São 25 comprimidos de ivermectina por cinco dias. Se isso não for superdosagem... Foi isso que foi encaminhado para Manaus, e me permitam, acabamos de mostrar a foto da Vitamedic...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... encaminhando, a Vitamedic fazendo doação do medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pior ainda, Senador Randolfe, é que o momento mais grave foi em janeiro, e essa nota é de fevereiro. Quer dizer, é de um mês e pouco depois. Quer dizer, é você menosprezar completamente a vida e pensar só no lucro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E ainda sobre isso, Sr. Presidente, veja isto aqui. Em 15 de julho de 2020 – em 15 de julho de 2020 –, sua empresa, no Instagram, 15 de julho do ano passado, fez um anúncio com o seguinte texto: "Diante de várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações desencontradas sobre o nosso medicamento ivermectina que surgiram no mercado e também nas redes sociais, viemos a público informar: a ivermectina é um medicamento que está sendo testado em várias partes do mundo, com uma grande expectativa de que ela reduza a carga viral do coronavírus".

Esse anúncio foi de julho de 2020. Mas vamos adiante, porque é o seguinte: no dia 4 de fevereiro de 2021, a Merck, farmacêutica, lançou a seguinte nota... Vamos à nota da Merck, já traduzida para o português... A Merck, produtora internacional da ivermectina, lançou a seguinte nota... No texto, a farmacêutica informa que o cientista da empresa continua examinando cuidadosamente as descobertas de todos os estudos disponíveis da ivermectina para o tratamento da covid-19. Aí diz: "Nenhuma base científica para o efeito terapêutico potencial contra a covid-19 de estudos pré-clínicos; nenhuma evidência significativa para atividade clínica ou eficácia clínica em pacientes com doença de covid-19".

Esse anúncio da Merck, Sr. Presidente e Sr. Jailton, é de agora, dia 4 de fevereiro. Qual foi a posição da Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, é que nós procuramos, no meio científico, se tinha um estudo da Merck... Porque você pode fazer um estudo para dizer que ele tem ação terapêutica, e você pode ter um estudo para dizer que ele não tem. Você cria metodologias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Quanto a Vitamedic investiu em estudos para dizer que tem?

O SR. JAILTON BATISTA – Aí nós não encontramos estudo da Merck dizendo que não tinha. Foi por isso que nós dizemos: "Olha, é preciso que se avancem nas pesquisas e estudos para provar isso". Foi só nesse sentido.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Agradeço a atenção de V. Exa.

Presidente, segure o meu tempo, por gentileza?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Colegas... Não, não, tudo bem. É porque estava...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado.

Volte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não.

O SR. JAILTON BATISTA – Eu estava dizendo que, pra você provar que um medicamento tem uma ação "x", você tem que fazer um teste, um estudo clínico, e como você também quer provar que ele não tem aquela ação, você pode ter metodologia de trabalho para também provar que ele não tem aquela ação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Eu lhe pergunto: qual o investimento que a Vitamedic fez para que comprovasse a eficácia da ivermectina no combate à covid-19?

O SR. JAILTON BATISTA – Nós... Como disse, nós somos produtores de uma droga genérica, e tem mais três fabricantes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Não, a pergunta não foi essa. A pergunta foi: qual foi o estudo que a Vitamedic investiu, aliás, fez?

O SR. JAILTON BATISTA – Nós não fizemos estudo. Nós iniciamos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeito. Essa é a resposta que eu gostaria.

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, só para concluir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Não fez, mas gastou dinheiro fazendo anúncio para algo que não tinha estudo favorável.

E mais, Sr. Jailton, me permita: vocês rebateram a Merck em duas notas seguidas, dizendo que eles não tinham estudo, mas não apontando os estudos que tinham favoráveis... Não apontando seus estudos favoráveis.

O SR. JAILTON BATISTA – Existe, Senador. Eu não quero entrar nesse aspecto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Sabe quem fez propaganda para vocês? Foram o Presidente da República e os Deputados bolsonaristas, como a Deputada Carla Zambelli. Ela disse que a Vitamedic, fabricante da ivermectina, estava certa e a Merck estava errada.

Mas vamos mais adiante: em decorrência disso, o senhor recebeu alguma notificação da Anvisa?

O SR. JAILTON BATISTA – Sobre esse assunto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Não. Sobre esse assunto específico, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Em 6 de abril de 2021: "Vitamedic é proibida de fabricar e vender ivermectina pela Anvisa".

O SR. JAILTON BATISTA – Ah, mas aí foi decorrente de uma outra ação, não foi em relação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Mas então, mas foi em decorrência de quê?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, porque acabou de falar que houve uma inspeção na nossa empresa, e a Anvisa teve essa ação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Exatamente.

O SR. JAILTON BATISTA – Não foi em relação à Merck.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** E essa inspeção da Anvisa identificou a ausência de boas práticas na produção. Isso não é mais agravante?

O SR. JAILTON BATISTA – Eu acabei de explicar que a gente passou por um processo de investimento muito forte na transferência de tecnologia. Acabei de responder a um colega, outro Senador. E o processo de homologação da tecnologia nova estava em curso, não foi concluído. A Anvisa entendeu que a gente não deveria... E depois ela fez uma inspeção e nós obtivemos a certificação de boas práticas de fabricação, Senador. E temos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Não foi só a Anvisa nacional. O órgão também fiscalizador de Goiás teve também a mesma decisão. Não foi isso, Sr. Jailton?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Vocês receberam duas notificações do órgão da vigilância sanitária de Goiás...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** De Goiás...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** ... e também da Anvisa.

O SR. JAILTON BATISTA – A fiscalização é feita conjuntamente entre Suvisa e Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) **–** Mas ali a necessidade de, a toque de caixa, abrir uma nova planta sem os cuidados necessários sanitários foi pela procura da ivermectina, não foi isso também, doutor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Não, Senador. A gente, desde 2018, vem num processo intenso de investimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas quando foi fechado... Quando foi fechado, quando foi proibido...

O SR. JAILTON BATISTA – Não foi em função da produção de ivermectina. A planta toda, foi alterada a sua estrutura e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a fiscalização da Anvisa, juntamente com a fiscalização do órgão de Goiás... Qual foi o dia em que eles foram lá e mandaram fechar a planta?

O SR. JAILTON BATISTA – Ah, sim. Isso foi durante o... O decorrer foi no começo desse ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi no começo desse ano. E vocês já estavam produzindo nessa planta há quantos meses ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA – Para explicar, nós temos uma planta que é feita em fases, a ampliação da nossa planta fabril. A mudança do processo todo de tecnologia... Nós estamos saindo de uma tecnologia bastante velha para uma tecnologia ultramoderna. E o processo, à medida que você vai ocupando, fazendo novas fases, você vai ocupando a fábrica. Aí, é feito um trabalho chamado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Necessariamente...

O SR. JAILTON BATISTA – ... certificação dessas novas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Jailton, necessariamente, muitas indústrias no Brasil estavam, antes da pandemia, ampliando, na perspectiva de melhorar a economia e tal. Elas pararam naquele momento, porque a economia não estava respondendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a Vitamedic lucrou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... diferentemente de vocês, que não esperaram nem estar tudo regularizado e já botaram para funcionar. Por isso que eu estou lhe perguntando qual foi a data em que a Anvisa e o órgão fiscalizador de Goiás foram lá e disseram: "Olha, para a produção" e há quanto tempo vocês já estavam produzindo medicamentos ali. Essa minha pergunta é simples.

O SR. JAILTON BATISTA – O tempo foi curto. Posso lhe precisar depois?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto é o curto?

O SR. JAILTON BATISTA – A gente foi... No mês de abril que nós sofremos essa inspeção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E quando foi que vocês começaram a produzir nesse local?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, a gente já vinha produzindo desde... Anteriormente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, eles receberam duas notificações – duas –, da Anvisa e de Goiás, e ainda uma advertência para, inclusive, a nossa vergonha, uma advertência de uma multinacional estrangeira sobre o uso da ivermectina.

Sr. Jailton, o senhor, o grupo José Alves tem uma universidade, não é?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o nome da universidade?

O SR. JAILTON BATISTA – Unialfa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Unialfa. Essa universidade é especializada em?

O SR. JAILTON BATISTA – Tem uma série de cursos, especialmente da área de negócio e tecnologia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Saúde tem? Curso de saúde?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem curso de saúde. O Dr. José Alves é médico?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o senhor pode responder? O Dr. José Alves é médico?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele não é médico. Então, vamos ouvir o Dr. José Alves, o que ele tem a dizer para a gente sobre a covid. Ouçamos o Dr. José Alves. Diga lá, José Alves.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A gente viu que o Sr. José Alves, que não é médico... E me permita, Dr. Jailton, não era o senhor que deveria estar aqui. Sr. Presidente, quem deveria estar aqui era esse senhor aí. Ele está aí *on-line*, da universidade dele, da Unialfa, e, ao contrário do que o senhor falou, informando que está em contato com Prefeitos, ou seja, contatos políticos tinha, e falando e recomendando tratamento precoce. Recomendando o tratamento precoce com a ivermectina para que a empresa dele, do grupo dele, faturasse, tivesse os lucros astronômicos. E, como o senhor disse, sem ser médico. Mas parou por aí, Presidente, Sr. Relator? Não parou. Esse tipo de *live* e esse tipo de propaganda foram utilizados também pelo próprio reitor da Unialfa. E, mais, apresentando a plataforma do Médicos pela Vida.

Veja lá, vamos lá, vamos ver...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Você tem a data disso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos aí ao...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esse o...?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, o próprio. O próprio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é esse?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o reitor da Unialfa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Reitor da Unialfa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto, aí já é a apresentação da plataforma. Eu vou deixar por aí, porque o restante da história a gente já sabe, a gente já conhece.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Randolfe, se me permite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No primeiro vídeo, quando o Sr. José Alves fala, ele fala que contratou e pediu a médicos que encontrassem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um caminho. Diga-se de passagem: um caminho forçado, forçado. Não é encontrar um caminho viável, real, que está apontando, é forçar um caminho. Forçar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, veja: o Sr. José Alves não é médico, o Sr. José Alves faz a recomendação, faz contato com o Prefeito, busca médicos para lucrar com a venda da ivermectina. E depois a Unialfa, que é a universidade do grupo do Sr. José Alves, faz uma *live* com o Médicos pela Vida, apresentando a plataforma do Médicos pela Vida. Qual o detalhe? É que a Unialfa entra em uma campanha em favor da Vitamedic, que vai lucrar com isso.

Sr. Presidente... O meu tempo já se encerrou, Sr. Jailton, mas me permita: primeiro, o senhor não deveria estar aqui. Quem tinha que estar aqui era o Sr. José Alves, é ele que, sem ser médico, faz campanha pra lucrar com a empresa dele. O que nós acabamos de mostrar é que isso foi utilizado... Houve superdosagem de ivermectina no TrateCov de Manaus. Isso – segundo a ciência, não é segundo o Randolfe, não – traz consequências pro fígado, traz gravíssimas consequências hepáticas, entre outras, segundo estudos científicos. E tudo isso foi incentivado por apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro e pelo Presidente Jair Bolsonaro, e o povo de Manaus, do Amazonas, lamentavelmente, Presidente Omar, foi feito de cobaia com esse tipo de tratamento, com alguns lucrando. Alguns lucrando à custa das mortes de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o pior: a Dra. Nise Yamaguchi, que foi uma das precursoras desse tratamento precoce, ela foi ao meu gabinete logo no início da pandemia, Senador, acompanhada do advogado que estava aqui, pedindo pra ser convocada pra CPI, pedindo pra vir explicar o que era o tratamento precoce, e depois me processa. Quer dizer, eu sou processado por quem promoveu o óbito de pessoas. Eu não estou entendendo, o negócio está muito complicado. Mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... eu vou suspender a sessão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, antes de suspender, eu queria só, garantindo a extensão do que foi proposto aqui por V. Exa. com relação ao Amazonas, dizer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito deverá ter no seu relatório final uma recomendação às advocacias dos Estados, da União nos Estados, em solidariedade às pessoas que perderam entes queridos e a muitos deles que estão sequelados, que a advocacia ajude essas pessoas a entrarem na Justiça, pedindo a indenização por esse crime absurdo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite, eu queria sugerir que no relatório final fosse responsabilizada a União pelas vítimas da covid-19 e por todas aquelas pessoas que tiveram eventuais efeitos colaterais no tratamento com medicamentos que não têm eficácia comprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como também a responsabilização, como sugere o Senador Randolfe, da União...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E solidariamente das empresas que lucraram com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E solidariamente dessas empresas, sobretudo da Vitamedic, que é a empresa que nós estamos ouvindo agora, através do Sr. Jailton.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero, Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu queria só recomendar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu conheço a Defensoria Pública do meu Estado. Quando governei, nós a tornamos autônoma, com orçamento próprio, e isso facilitou muito. Eu espero que a Defensoria Pública do Estado do Amazonas possa tomar a frente, juntamente com a OAB no meu Estado. Tenho certeza de que isso é importante, pra que isso não aconteça nunca mais. Não pode acontecer mais. Isso aí tem que servir hoje... Nós temos que fazer com que sirva de exemplo. Muitos de nós podem até não estar mais aqui, mas não será a primeira nem a última pandemia que nós teremos. Então eu espero que isso nunca mais aconteça.

Eu ouço o Senador Jorginho, que me pediu. Pois não, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Muito bem. Eu quero... A minha participação é bem breve, Sr. Presidente. Primeiro, eu quero lembrar V. Exa. do pedido que fiz ontem sobre a Brasil Paralelo. Se V. Exa. puder decidir hoje, eu ficaria muito satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ter uma reunião daqui a pouco, inclusive na hora do almoço, agora – vou dar um tempo de 30 minutos –, e vou consultar a assessoria aqui pra saber até onde está esse comprometimento.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Antes de V. Exa. suspender, Sr. Presidente, só queria também, independente do relatório final do Senador Renan Calheiros com as recomendações aqui já aportadas, eu queria sinceramente que todos os brasileiros que foram prejudicados já de imediato procurassem a Defensoria Pública, procurassem a assessoria jurídica necessária e buscassem, primeiro, a indenização para aquelas famílias, para aqueles familiares que foram tirados pela covid, busquem essa indenização por parte da União. E aqueles que foram prejudicados por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento precoce sem eficácia comprovada busquem responsabilizar não somente a união, mas também as empresas que lucraram com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes de encerrarmos para o almoço, eu queria comunicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que nós estamos entrando hoje, para tramitação no Senado Federal, com um projeto de decreto legislativo que susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o ato de servidores do Ministério da Saúde que negaram acesso a documentos e processos atinentes à contratação do imunizante contra covid-19 denominado Covaxin, inclusive atribuindo para esse processo um longo período de sigilo. Então, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em função de tudo isso, apresenta... Já temos a assinatura minha, a do Senador Randolfe Rodrigues e a do Senador Omar Aziz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator e Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Humberto Costa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... só a informação que V. Exa. pediu: o segundo vídeo, da Unialfa, do reitor da Unialfa fazendo a recomendação, pasmem, é de abril deste ano – abril deste ano.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Abril deste ano?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Abril deste ano, durante a segunda onda da pandemia, com as pessoas morrendo e já existindo vacina. É de abril deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa a nossa sessão por 30 minutos.

Eu peço ao Sr. Jailton que fique à vontade pra se alimentar. Fique à vontade.

(*Suspensa às 12 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 12 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Boa tarde a todos e a todas.

Declaro reabertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Hoje estamos ouvindo o Sr. Jailton Batista, que é executivo da Vitamedic Indústria Farmacêutica.

A gente retoma aqui a lista dos inscritos.

Com a palavra o Senador Jorginho Mello, pelo prazo de até 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem. Cumprimento V. Exa., Senadora Eliziane, que preside a CPI neste momento.

Quero saudar, sempre faço isso para ressaltar e prestigiar os advogados do Brasil, a Ordem dos Advogados, o Luiz Antônio Faria de Sousa, que é o assistente jurídico do Dr. Jailton, que está aqui. Quero saudá-lo e cumprimentá-lo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos na 42ª Reunião da CPI da Pandemia e voltamos a falar do tratamento inicial. Volta e mais volta. Até parece o cachorro correndo atrás do rabo, não é? Voltamos a tratar da ivermectina, do tratamento inicial.

Eu não sou médico, portanto deixo a opinião para quem entende da área, não adianta ficar com achismo aqui. O próprio Conselho Federal de Medicina deixou para os médicos a decisão do tratamento para seus pacientes. É claro que eu não defendo automedicação – muitos brasileiros gostam disso, não é? –, mas a liberdade que o médico tem de receitar e julgar o seu paciente.

Dr. Jailson, como o senhor recebeu o convite para vir a esta CPI, já que esta Comissão tem por objetivo investigar omissões e atos de corrupção na pandemia?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Recebi com tranquilidade, porque nós somos uma empresa que tem padrões éticos elevados, temos consciência de que não fizemos nada que fugisse ao aspecto legal e não nos beneficiamos de maneira exacerbada de algum oportunismo mercadológico em função da pandemia. Na verdade, houve uma demanda, e a empresa, como qualquer empresa, atendeu essa demanda.

Portanto, recebemos com tranquilidade, e a todas as informações que forem necessárias nós estamos dispostos. Já encaminhamos muitas delas, solicitadas por iniciativa de dois Senadores, e, no que formos demandados, nós daremos as informações necessárias.

Portanto, temos tranquilidade em relação à nossa ação nesse processo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu pergunto a V. Sa.: quais os maiores clientes dos senhores? Quem comprava ivermectina? O senhor já falou do Estado do Mato Grosso. O senhor se recorda de alguns Municípios, de algum grande Município do Brasil?

O SR. JAILTON BATISTA – A nossa maior venda é para a iniciativa privada. O grande volume nosso é para a iniciativa privada, para as grandes cadeias de farmácias e distribuidores que fazem repasses para as redes de farmácias. Isso responde por mais de 80% do nosso mercado. O restante vai para a venda hospitalar, que pode ser pública ou privada.

Para o Governo Federal, por exemplo, nós não vendemos um comprimido sequer em 2020 e em 2021, não houve demanda do Governo Federal e nós não vendemos diretamente para o Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos Estados, nós vendemos apenas para um Estado diretamente e para alguns Municípios que... Eu acabei citando em torno de 1,7 milhão de unidades durante o ano de 2020 e 2021. Então, é muito pouco.

Ainda há pouco foi citado na Comissão que a gente doou 180 unidades de um produto. Imagine, numa população... Não tenho exatamente a população, mas deve ser de mais de 5 milhões de habitantes a população do Amazonas, e a gente doou... Deve ser doação de 160 unidades de consumo. O impacto que isso tem é nenhum para o espectro do total da população; 180 unidades de um produto, isso não tem o menor impacto para o contexto da pandemia num Estado importante como é o Amazonas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O senhor não lembra nenhum Município que vendeu?

O SR. JAILTON BATISTA – Que comprou? Lembro. Nós vendemos para Itajaí, para Paranaguá, vendemos para... Foram vários Municípios. Em Goiás, vendemos para vários Municípios em Goiás, no Ceará... Para poucos diretamente, porque a maioria das vendas é feita através de nossos canais de distribuição. Quando se trata de pequenos volumes, eles compram diretamente dos distribuidores, que às vezes são clientes nossos, e eu não tenho controle sobre o que os nossos clientes vendem para os outros. Mas houve alguns Municípios, não foram muitos, a que nós vendemos direto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** Muito bem.

Qual o *feedback* que os seus representantes de vendas, a sua equipe comercial recebia dos médicos sobre esse produto?

O SR. JAILTON BATISTA – Senador, cresceu muito, a partir de março e abril, o receituário médico. A ação foi dos médicos; os médicos que passaram a incluir não só a ivermectina, mas uma série de outros produtos. A gente está centrado na ivermectina, mas tivemos outros produtos: azitromicina, nós tivemos os polivitamínicos, vitamina D, vitamina C, zinco. Foram produtos que começaram a aparecer no receituário médico. E isso, naturalmente, refletiu na demanda pelos nossos produtos, não só a ivermectina; nós produzimos vários produtos que entram nesse chamado tratamento da covid: corticoides e polivitamínicos, enfim, analgésicos. Isso, sim, de certa forma, beneficiou o setor como um todo. Todo o segmento farmacêutico foi afetado na economia positivamente, em função de que houve uma demanda muito forte para muitos produtos, tanto para pacientes que estão em processo de tratamento como aqueles que estão internados.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** O que o senhor acha e por que politizaram tanto essa questão do tratamento inicial? O senhor tem uma ideia? Vocês que estão no olho do furacão tem uma ideia de por que isso aconteceu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Infelizmente, a questão da politização no Brasil é um aspecto mais genérico. Isso afetou a pandemia, lamentavelmente, porque ciência é algo que não deveria chegar a esse nível de paroxismo, de contradição ou de polemização, porque isso nos remete a tempos muito antigos. Tivemos uma situação parecida com essa lá no século passado, com a revolta da vacina. Não é surpresa que isso tenha voltado, mas eu acho que cabe, num contexto brasileiro, da politização de vários, não só deste, mas de outros temas também.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** No *site* dos senhores, dizem que a visão da Vitamedic é ser uma empresa das mais notáveis da indústria farmacêutica do Brasil. Vocês têm mais de 40 anos de mercado, se apresentam como uma das maiores geradoras de emprego formal em Goiás, com quase mil colaboradores. Qual o impacto que causou essa convocação da CPI na imagem da Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA – Naturalmente, nós tomamos todos os cuidados. Nós defendemos com veemência aquilo que fazemos naquilo que acreditamos. Eu acho que o impacto é muito mais na opinião pública que... Quando há uma informação negativa, em se tratando de saúde, naturalmente os volumes de negócios diminuem. O impacto é econômico e financeiro, na medida em que a mídia começa a falar. Isso vale para o nosso produto, mas vale para qualquer outro produto.

Então, foi esse, sim... Em alguns momentos, a gente reduziu, houve uma redução dos volumes de negócios em função de uma, inclusive, propaganda negativa em torno de um dos produtos importantes nossos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) **–** É por isso que eu sempre tenho preocupação para que a gente cuide quando a gente convoca alguém, para que não prejudique a iniciativa privada ou mesmo um funcionário público, ou alguém que tem só opinião. É o caso esse do Brasil Paralelo, que está sofrendo. Isso abala a empresa, os seus conceitos, enfim.

Então, eu quero, para finalizar, Sra. Presidente...

Infelizmente, tem pessoas que sentam aí na frente, no mesmo lugar que sentaram aquelas pessoas que tentaram dar o golpe no Governo, o que não é o caso de uma empresa como a sua.

Quero, portanto, para finalizar, dizer, Sra. Presidente e Srs. Senadores, do outro lado da pandemia: nós conseguimos, fechamos já o valor de R$62 bilhões, porque o Senado da República aprovou o Pronampe. Nós emprestamos R$62 bilhões, para deixar vivas as empresas, as micro e pequenas empresas. Aprovamos no Senado, com a participação de todos os Senadores que aqui estão e dos que também não estão, a criação do parcelamento no Relp para tantas e tantas empresas que estão com dificuldade. Isso é uma demonstração de que nós do Senado da República e o Governo Federal estamos preocupados com as empresas que produzem, que trabalham neste País. Então, nem tudo está perdido. Em nem tudo, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perde tempo aqui. A gente está trabalhando para que o Brasil continue firme e forte, porque é isso que a sociedade espera de nós.

Eu agradeço, Sra. Presidente. Fiquei em haver mais um tempo, mas para que a CPI tenha velocidade e para que a gente consiga concluir o mais rápido possível...

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Jorginho Mello.

Seguiremos, então, com os inscritos.

Há um entendimento de permuta de inscritos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, é o Senador Rogério Carvalho, que faz uma permuta com o Senador Girão.

É o Senador Rogério Carvalho, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Eu quero, inicialmente, Sra. Presidente, agradecer ao Senador Girão por essa generosidade dele, porque eu vou ter uma entrevista às 2h. Então, vou aproveitar bastante o tempo.

Primeiro, eu queria cumprimentar o Sr. Jailton e o seu advogado.

E me deixa um pouco estarrecido uma certa frieza do dono da empresa Vitamedic, o Sr. José Alves, quando, de alguma forma, como se diz lá em Sergipe, tenta engambelar o povo brasileiro para ganhar dinheiro. Lá na minha terra, só pelo fato de ganhar dinheiro a qualquer custo, o cidadão é conhecido como "usurento". Na sua também, não é, Presidente? É "usurento". Sabe o que é "usurento", não é? É o camarada que só quer ganhar dinheiro a qualquer custo. Mas, no Nordeste e, na verdade, acho, no País inteiro, ganhar dinheiro com o sofrimento dos outros é difícil até denominar.

O que chama mais a minha atenção é que V. Sa. articulou com Bolsonaro para que sua empresa vendesse mais ivermectina e para que seu faturamento aumentasse em 1.229%, porque Bolsonaro foi o grande garoto-propaganda, como a gente viu em todas as manifestações feitas até agora, em todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vídeos aqui. É um constrangimento ver o Presidente da República se prestar a um papel desses, ou seja, de charlatão, ao prescrever sem autorização para tal.

Para piorar, a Vitamedic enrolou, engambelou o povo com a conversa de tratamento precoce, ivermectina para covid. Isso é muito, mas muito, muito complicado, pensando na situação que vivíamos de uma pandemia. Há documentos que mostram que sua empresa financiou grande parte da promoção do consumo da ivermectina.

Há uma publicação de 23 de janeiro de 2021, em sete veículos nacionais de grande circulação, com o informe publicitário chamando de "Manifesto pela Vida", que dizia que a ivermectina era eficaz para covid, o que a gente sabe que é uma narrativa criada ou, como se diz lá na minha terra também, uma lorota.

V. Sa. sabe que foi a Vitamedic que comprou os espaços publicitários, e, assim, a gente prova que a Vitamedic financiou a embromação para levar os brasileiros à morte.

Sabe quanto custou para publicar este informe em três veículos de comunicação? Cerca de R$300 mil – e ele disse que gastou mais do que isso, chegou a R$740 mil, R$750 mil. Isso foi de janeiro de 2021. Sabe quantos mil mortos por covid no Brasil tinha até esta data? Eram 220 mil mortos. Hoje são 564.890 mortos.

O Senador Otto Alencar, meu companheiro lá da Bahia, citou aqui o caso do *outdoor* em Feira de Santana. Está aqui, olha. Eu tenho a imagem do *outdoor* aqui. Olha isto: "Covid tem cura". Quando a gente sabe que a covid... Quando foi dito e quando foi provado, em algum lugar que a covid tem cura? Esse *outdoor* foi de abril desse ano, dizendo que a covid tem cura e a cura é ivermectina. E sabe o número de mortes e infectados em Feira de Santana até hoje? Quase 50 mil, mil mortos aproximadamente – em sua terra, Sr. Jailton. Foi a associação Médicos pela Vida, financiada pela Vitamedic, que colocou este *outdoor* – pela Vitamedic –, dizendo que a covid tem cura.

O que o senhor tem a dizer sobre esta informação?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, dos pontos levantados pelo senhor, primeiro, a nossa empresa não fez qualquer articulação com o Presidente Bolsonaro na promoção e divulgação do produto. Se ele o fez, fez espontaneamente. Nós não tivemos qualquer participação nisso.

Segundo, o pico, vamos dizer assim, de venda ou de produção nosso da ivermectina aconteceu... Aliás, os picos aconteceram em três ocasiões. Junho e julho, não tinha sido divulgado qualquer manifesto, qualquer documento da associação médica em relação à promoção de tratamento precoce e não se falava nesse assunto. Em janeiro, também foi um momento de grande volume. A pandemia cresceu e foi também um momento de grande produção nossa, aumentou muito a demanda, e o manifesto foi publicado em fevereiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu fiz uma pergunta objetiva.

O SR. JAILTON BATISTA – É só para dizer...

E o terceiro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O que o senhor tem a dizer sobre o financiamento das empresas?

O SR. JAILTON BATISTA – Vou chegar lá.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De forma objetiva, porque o meu tempo são só 15 minutos.

O SR. JAILTON BATISTA – Só estou respondendo os pontos que o senhor levantou.

E, o terceiro, é que o *outdoor* foi iniciativa, imagino, individual de alguém lá em Feira de Santana.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. JAILTON BATISTA – Não fomos nós que patrocinamos, pagamos para divulgação do *outdoor*.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Mas aqui está dizendo que foi: "Covid tem cura. Aos primeiros sintomas não espere. Médicos...". Aí fala "Médicos pela Vida, covid-19".

O Médicos pela Vida, e o senhor vai me permitir agora o meu raciocínio, foi financiado e foi patrocinado pela Vitamedic.

Dá para perceber que V. Sa. e todos os apoiadores, financiadores do Bolsonaro, gostam mesmo é de um mito, mas o mito de que eu falo não é o herói lendário, como vocês tentam insinuar, que é este Presidente que causou um genocídio no Brasil; é mito no sentido de criar uma história fantasiosa, fora do comum, normalmente excessiva e deturpada pela imaginação. Estes são os mitos do Bolsonaro: "covid tem cura", "a Terra é plana", "voto impresso", "a volta da ditadura" – esses são os mitos de Bolsonaro! Para completar, Bolsonaro e a turma, sua turma, inventaram até troca de bula, mais um mito fantasioso que levou milhares de brasileiros à morte, ou seja, tentaram trocar bula da cloroquina para poder enganar os brasileiros.

Por falar nisso, a Sindusfarma, sindicato das indústrias farmacêuticas, fez uma videoconferência com o então Ministro da Casa Civil, Braga Netto, em abril de 2020. A Vitamedic é associada da Sindusfarma, e certamente o senhor ou alguém da sua empresa participou deste encontro. A partir daí, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ivermectina e o tratamento precoce viraram uma narrativa, como a gente chama, uma grande lorota para enganar as pessoas de boa-fé Brasil afora.

Foi nesse encontro que se definiu essa estratégia de promover a cloroquina? Sim ou não?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado.

Pois bem, eu vou voltar à questão de investir em publicidade com *fake news*.

Como a empresa de V. Sa. comprou espaços publicitários em grandes veículos, usou a associação de Médicos pela Vida para colocar *outdoor*, certamente investiu em influenciadores nas redes sociais – imagino eu. Me responda sim ou não para dizer se a Vitamedic ou a associação investiram em publicidade com essas personalidades.

Alexandre Garcia? Sim ou não?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nem o senhor, nem o Médicos pela Vida?

O SR. JAILTON BATISTA – Eu respondo pela nossa empresa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Leda Nagle?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ana Paula Henkel?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bernardo Küster, Brasil sem Medo?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Allan dos Santos, Terça Livre?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Raul Nascimento dos Santos, Conexão Política?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Paulo Eneas, Crítica Nacional?

O SR. JAILTON BATISTA – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – José Pinheiro Tolentino Filho, Jornal da Cidade?

O SR. JAILTON BATISTA – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tarsis de Souza Gomes, Renova Mídia?

O SR. JAILTON BATISTA – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Arthur Weintraub?

O SR. JAILTON BATISTA – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Filipe Martins?

O SR. JAILTON BATISTA – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – V. Sa. sabe, todas essas personalidades são conhecidas por disseminarem *fake news*, inclusive alguns são investigados na CPMI das Fake News.

Qual a explicação da Vitamedic em investir em pessoas como essas? Porque tem associação de patrocínio desses *sites*, essas pessoas representam *sites* direta ou indiretamente, via Médicos pela Vida.

Veja, mas vou modernizar um pouquinho e falar a linguagem da internet. O V. Sa. e sua empresa fazem é *cringe*. Sabe o que é *cringe*? Algo vergonhoso. O que a Vitamedic fez com o Brasil é *cringe*. Como eu disse, lá em Sergipe, isso é lorota.

Como médico, eu não posso me eximir de falar sobre o Código de Ética Médica no que diz respeito à Vitamedic, uma empresa farmacêutica que financiou médicos e ainda criou uma plataforma que orientava os médicos a indicar a ivermectina. Veja o que diz o nosso código de ética sobre o que é vedado ao médico:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Permitir que interesses pecuniários, políticos, religiosos ou de quaisquer outras ordens, do seu empregador ou superior hierárquico ou do financiador público ou privado da assistência à saúde, interfiram na escolha dos melhores meios de prevenção, diagnóstico ou tratamento disponíveis e cientificamente reconhecidos no interesse da saúde do paciente ou da sociedade. [...]
> Exercer simultaneamente a medicina e a farmácia ou obter vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza, cuja compra decorra da influência direta em virtude de sua atividade profissional. [...]
> Permitir que sua participação na divulgação de assuntos médicos, em qualquer meio de comunicação de massa, deixe de ter caráter exclusivamente de esclarecimento e educação da sociedade. [...]
> Divulgar informação sobre assunto médico de forma sensacionalista, promocional ou de conteúdo inverídico. [...]
> Divulgar, fora do meio científico, processo de tratamento ou descoberta cujo valor ainda não esteja expressamente reconhecido cientificamente por órgão competente.

Isso foi feito pelo Presidente da República, isso foi feito pela Médicos pela Vida, com o patrocínio da Vitamedic.

É alarmante saber que o senhor contou com dados do Conselho Federal de Medicina para construir a sua plataforma. Quem do CFM ajudou a Vitamedic nesta ação de estelionato médico? Quem ajudou? Quem repassou o cadastro dos médicos a Vitamedic?

O SR. JAILTON BATISTA – Posso responder?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode.

Diretamente, quem passou?

O SR. JAILTON BATISTA – O conteúdo, insisto, de toda a informação...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu perguntei o cadastro...

O SR. JAILTON BATISTA – Sim. Não, primeira coisa, o conteúdo das informações é de estrita responsabilidade dos médicos que fazem parte da associação. Segundo, o cadastro já existia, a associação médica já tinha o cadastro; a empresa apenas ajudou a estruturar o cadastro com a informação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k. Está respondido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. teve acesso ao cadastro dos médicos do Brasil, dado pelo Conselho Federal de Medicina.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, é isso que o senhor acabou de dizer.

O SR. JAILTON BATISTA – Não falei isso, não. Falei dos Médicos pela Vida, do cadastro da associação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está bom, mas quem forneceu? Foi o Conselho Federal de Medicina?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – V. Sa. pode tomar ivermectina, porque eu sei que este é o remédio que mata verme, e, para mim, quem ganha dinheiro com dor e sofrimento do povo não se difere daquilo que o remédio mata.

Diante do que vimos aqui, eu quero listar todos os crimes dos agentes públicos e da Vitamedic por prescreverem medicamentos sem eficácia – vamos lá: crime de epidemia, Código Penal, art. 267; crime de curandeirismo, Código Penal, 284; crime de infração de medida sanitária preventiva, Código Penal, 268; crime de advocacia administrativa, Código Penal, 268; crime de corrupção passiva, Código Penal, 317; crime de publicidade enganosa, Código de Defesa do Consumidor, arts. 67, 68 e 69; crime de corrupção ativa, Código Penal, art. 333. Eu quero solicitar a esta CPI que encaminhe uma denúncia à Procuradoria da República contra a Vitamedic e seus representantes por todos esses crimes.

E mais – para concluir, Sra. Presidente –, o pior de tudo isso é que o Brasil viveu essa pandemia com mais de 564 mil mortos, e, neste período, duas medidas sanitárias foram adotadas pelo Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Um, ampliar o contágio. De que forma? Vetando o uso de máscaras – a senhora se lembra disso, que a gente aprovou; dois, promovendo aglomeração; três, tentando impedir que Estados e Municípios restringissem circulação; quatro, negando a compra da vacina, como nós vimos ontem aqui a proibição da compra da vacina. Todos esses – vou concluir –, todos esses atos do Presidente dialogam com o aumento do contágio para aquisição da imunidade de rebanho adquirida naturalmente.

E o outro crime qual foi? A propaganda enganosa. Qual foi a outra ação, qual foi a outra medida de controle sanitário adotada pelo Governo Bolsonaro? A propaganda enganosa, *fake news*, a lorota, a narrativa de que havia um medicamento capaz de curar, como a gente está vendo aqui: ivermectina cura, cloroquina cura, cloroquina mata o vírus, cloroquina previne e a ivermectina cura.

Veja, essas foram as duas ações que geraram os diversos crimes pelos quais o Presidente Jair Messias Bolsonaro terá que responder, os seus assessores terão que responder, sem contar o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu em Manaus, que foi teste clínico em seres humanos no meio de um pico pandêmico, onde as pessoas estavam morrendo asfixiadas.

Por isso, esta CPI já cumpriu e vem cumprindo um grande papel de desvelar a forma cruel como se conduziu essa pandemia por este Governo mítico, no sentido fantasioso da palavra.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Rogério Carvalho.

Então, vamos aqui retomando, voltando aqui ao Senador Eduardo Girão...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Heinze, desculpa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, o.k.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Luis Carlos Heinze, pelo tempo de até 15 minutos.

Antes, porém, eu queria fazer aqui um registro que eu acho muito pertinente. A gente tem falado desses medicamentos sem eficácia comprovada que são apresentados e que são comercializados no meio desta pandemia – não é? –, com informações que são totalmente contrárias àquilo que a ciência orienta. E a gente tem uma informação aqui de que já há inclusive livros sendo comercializados no Brasil orientando o suicídio com a hidroxicloroquina – isso é muito grave, isso é muito sério –, *sites* inclusive comercializando livros desta natureza, ou seja, hidroxicloroquina. De fato, seus efeitos colaterais, sem a orientação médica para a finalidade específica para que ele, na verdade, foi criado, ele mata, e mata mesmo, não é? E aí, portanto, já há livros, inclusive, sendo comercializados nessa natureza dolosamente, porque há, na verdade, um indicativo claro para o suicídio.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze, pelo tempo de até quinze minutos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sra. Presidente, colegas Senadores, Senadoras, Dr. Jailton, prazer estar com V. Sa.

Algumas perguntas. Qual é a sua experiência e da Vitamedic com medicamentos no Brasil? Atua há quantos anos no mercado? É um laboratório nacional ou estrangeiro?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – A Vitamedic é um laboratório genuinamente nacional, e eu, pessoalmente, estou no mercado há 35 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O senhor possui conhecimento dos estudos realizados com ivermectina no mundo e no Brasil? Qual é a sua experiência com esse remédio no combate a viroses como zika e chikungunya?

O SR. JAILTON BATISTA – Eu tenho, inclusive, vários... Por estarmos no mercado e termos interesse em saber o que se faz ao redor do mundo sobre pesquisas, nós temos vários estudos e ensaios que foram feitos ao redor do mundo, nos Estados Unidos, na Inglaterra, Egito, Israel, Peru, Argentina, só que nós não temos feito, de certa forma, só acompanhando o que se discute no mundo científico a respeito desse assunto.

Então, tem realmente vários estudos que foram feitos, a gente vai acompanhando e temos iniciativa de levantar dados aqui no Brasil também porque a gente tem interesse nessa droga, de dialogar com a academia e verificar se, em algum momento, a gente pode fazer algum apoio ao desenvolvimento de um estudo que possa, do ponto de vista legal, ter alguma comprovação em termos da ação antiviral do produto que fabricamos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Inclusive, só não me ocorre agora o nome, Senador Girão, é um médico brasileiro, professor de uma universidade americana que foi o primeiro a falar no tratamento com o zika. Eu já citei na CPI o nome de um médico brasileiro, cientista nosso, professor de uma universidade americana.

Poderia citar grupo de médicos que desenvolveram pesquisas com a ivermectina no Brasil?

O SR. JAILTON BATISTA – Sim, sim. A gente dialoga com eles, mas não temos avançado nesses estudos, estamos aguardando. Acabamos de falar que estamos aguardando... Inclusive, nós pedimos que se levantassem ao redor do mundo todas as metanálises em torno dos estudos que já foram executados para que a gente tenha conhecimento. Já que nós somos fabricantes, temos que ter um olhar cuidadoso em relação a esse produto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para citar, Satoshi Omura, que é o pai da ivermectina...

O SR. JAILTON BATISTA – Exatamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... é um médico japonês, prêmio Nobel de Medicina, é um dos que recomendam; Luc Montagnier, Nobel de Medicina francês, também recomenda; Dr. Zelenko, médico ucraniano naturalizado americano, também hoje está sendo proposto como Nobel da Paz justamente por esse tratamento; Peter McCullough, dos Estados Unidos, vi agora um debate dele no Senado americano; Dr. Didier Raoult, também um cientista francês, um dos maiores virologistas do mundo, só para citar alguns casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a ivermectina tem sido categorizada em relação à sua tolerância, segurança e toxicidade por parte dos pacientes?

O SR. JAILTON BATISTA – As informações que a gente tem, historicamente, antes mesmo da pandemia, sempre foram de que é um produto de baixo impacto em termos de efeito colateral, exatamente porque ele tem uma leve hepatotoxicidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O senhor poderia informar o crescimento do seu laboratório? Os colegas já falaram. Só para o senhor checar para nós: em 2019, 2020, 2021, o crescimento da venda desse produto pelo seu e por outros laboratórios... Ouvi falar que são quatro laboratórios que produzem hoje no Brasil.

O SR. JAILTON BATISTA – De todos os produtos... A indústria... Eu reafirmo que, em todas as indústrias que produzem produtos que, de alguma forma, são utilizados tanto na fase inicial da doença quanto na fase de internação, houve um crescimento exponencial. Eu lembrei aqui que houve drogas que cresceram quase 500% que são utilizadas nos hospitais enquanto as pessoas estão internadas: antibióticos, anestésicos, uma série de produtos antitrombóticos e também os produtos que foram utilizados para melhorar a imunidade das pessoas, seja consumo de zinco, vitamina C, vitamina D... Isso teve um crescimento muito forte não só para, naturalmente, a Vitamedic, mas todos os produtores se beneficiaram disso, porque houve uma busca, uma corrida em relação a esses produtos, porque as pessoas precisavam se proteger. Então, de fato, houve um impacto muito forte para a indústria farmacêutica de 2020 para cá, sobretudo para quem fabrica produtos que são demandados para o tratamento de covid.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Girão, eu vi o crescimento exponencial da empresa, desta e de outras tantas. Agora, também é o seguinte: essa pandemia, digamos, começou em fevereiro, março do ano passado. Bom, esse é um produto que se pode usar e foi recomendado – esse é um dos produtos – pelo Conselho Federal de Medicina.

A Associação Médicos pela Vida – que a gente defende, não é, Girão? – são 14, 15 mil médicos que, abnegadamente, foram contra tudo e todos, resolveram adotar esse procedimento e eles que botaram a cara para bater, mas com o respaldo do Conselho Federal de Medicina, que, *off-label*, preconiza que seja recomendado.

Existe, da sua parte, algum sentimento de perseguição que seu laboratório esteja experimentando atualmente? O senhor poderia nos descrever se existe algum sentimento?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, o que há, em função da polemização do tema, é que, quando a mídia bate forte, em relação ao tratamento precoce e o faz especificamente sobre a ivermectina, isso, sim, tem um natural impacto no volume de negócios da empresa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um videozinho de um colega Senador... Se pudesse expor ali para nós...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Heinze, a CPI, a nossa CPI está com o foco específico no debate. O vídeo que V. Exa. traz a esta Comissão não tem pertinência, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É sobre ivermectina. É sobre ivermectina o que nós estamos tratando aqui, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa., por favor, eu vou falar aqui... Além de não ter pertinência, V. Exa. traz um vídeo de um colega que se recupera, neste momento, da covid-19 e que não está em plenário. Aí, portanto, V. Exa. não permite que este colega faça, inclusive, a sua defesa. Então, em função disso, eu indefiro a apresentação desse vídeo e peço que V. Exa. dê continuidade às suas intervenções junto ao depoente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu acho que a senhora não pode indeferir, porque eu estou aqui, Girão e outros tantos, desde às 9h da manhã. Se o colega está presente ou não presente... Ele deve estar assistindo à sessão virtualmente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, ele não está presente, Senador. E o vídeo de V. Exa. não tem pertinência com o tema...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por que não tem pertinência? O colega critica um produto...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E, em função da ausência do colega Senador Otto Alencar, o vídeo de V. Exa. não será apresentado. Quando ele estiver presente, V. Exa. o apresenta e ele fará a defesa necessária.

A gente não vai tumultuar a CPI. A CPI está com a sua atividade, a gente não tem espaço para isso agora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é tumultuar. Sra. Senadora, não é tumulto. Não é tumulto, senhora. Quando vocês querem, fazem o que querem, e, quando nós queremos mostrar, não pode mostrar? Qualquer Senador mostra o que quiser aqui dentro. Eu não posso mostrar por quê?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Está indeferido, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual é o problema? Não, a senhora não pode indeferir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. pode dar continuidade às suas intervenções.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem um minuto. Não tem problema. Ele pode entrar e me rebater – pode entrar e me rebater.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Heinze, em nome da honestidade com o colega, o senhor tem a data da exposição desse áudio?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Acho que está sendo, inclusive, desrespeitoso com V. Exa...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Desrespeitoso com o colega...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... na condição de Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já parei.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois é.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já parei, agora vocês viram... Não sou desrespeitoso.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Heinze, não. Senador Heinze, por favor....

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não... Eu debato com ele.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero dizer apenas ao senhor o seguinte: o senhor apresenta um áudio totalmente descontextualizado...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por quê? Nós estamos tratando de ivermectina. Como é que é descontextualizado?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. apresenta um áudio sem a presença do Senador Otto Alencar para fazer a sua devida defesa. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversei aqui com ele no celular. Esse áudio foi apresentado lá atrás, no início da pandemia. A ciência evolui, Senador. Há décadas, há milhares de anos, o entendimento da ciência era outro. Já se pensou que a Terra era plana; a ciência mostrou que não era plana. Alguns insistem hoje ainda nessa mesma tese.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou lhe dizendo, Sra. Senadora, eu estou lhe dizendo...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – No início dos trabalhos... No início da...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... eu citei nomes de cientistas do mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – No início da pandemia no mundo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... cientistas mundiais.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... havia, na verdade, questionamento, inclusive, da hidroxicloroquina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E qualquer um me rebata, me rebata quem quiser. Não...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Depois, a Organização Mundial da Saúde...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por quê?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... os órgãos de ciência mostraram que não tinha eficácia comprovada.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Organização Mundial da Saúde foi retratada... A Organização Mundial da Saúde...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. apresenta, com todo o respeito ao senhor, desonestamente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é desonesto! Eu não sou desonesto! Não fale isso, não sou desonesto!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. apresenta um áudio na ausência do seu colega...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A senhora não me chame de desonesto! Eu não sou desonesto. A senhora não me chame de desonesto!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não me chame de desonesto, não sou desonesto!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. apresenta um áudio na ausência...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sou sério, Senadora! Sou sério!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Recorra depois. Depois V. Exa. recorre.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou falando...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero dizer a V. Exa. que V. Exa. apresenta um áudio na ausência de um colega seu de Parlamento que está se recuperando da covid-19. O seu áudio é descontextualizado, porque V. Exa. apresenta um áudio de uma forma intempestiva. Ele falou no início da pandemia, quando os entendimentos eram outros. A Organização Mundial da Saúde, o próprio Ministério da Saúde e a Anvisa, ao longo dos meses seguintes, mostraram claramente a ineficiência dessa medicação. E V. Exa., nesse sentido, não está sendo honesto com o seu colega de trabalho, o Senador Otto Alencar, que não está presente para fazer a sua defesa própria. Então, eu pediria a V. Exa. que V. Exa. desse continuidade a sua fala e se mantivesse no foco e minimamente tivesse respeito a um colega seu, que se recupera, inclusive, da covid-19.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – E à Presidente da Comissão. V. Exa. é autoridade neste momento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, ele está presente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Se V. Exa. não me respeita como Presidente desta Comissão, ao indeferir o seu áudio, respeite pelo menos o seu colega Otto Alencar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ele está presente, ele registrou presença. Ele registrou presença e está presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O seu colega está se recuperando da covid-19, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom, isso é um fato. Isso é um fato. As pessoas falam o que querem e não querem ouvir. Aqui nesta CPI... Vou dar outro fato agora – caso gravíssimo, Senador Girão – e, dessa forma, forma vocês estão conduzindo esta CPI.

Nesta sessão, eu gostaria de informar que a Justiça deu 48 horas para o jornal *O Globo* tirar do ar possível *fake news* debatida inclusive nesta CPI contra o cientista brasileiro Dr. Cadegiani. A Justiça considerou como equivocado o fato de o jornal ter tentado acusar o cientista de fraude em um estudo que associou o uso de proxalutamida à redução das hospitalizações por covid-19.

Aqui nesta CPI, falaram inverdades, e a própria Conep... A própria Conep liberou informações criminosas, que não poderia. Liberou informações...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi um estudo criminoso, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como criminoso? Deixa eu ler aqui, deixa eu ler. Escute o que eu vou lhe dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Heinze, um dos maiores propagadores de *fake news* aqui é o senhor, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por que *fake news*?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É o senhor, porque o senhor traz tanta informação errada nesta CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Escute...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O povo inteiro está acompanhando.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual é a CPI?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é só hoje, é em várias sessões.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhora. A senhora vai me dar o tempo, vai me repor o tempo que vou falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu reponho, sim, o tempo de V. Exa. Eu vou lhe repor mais um minuto de fala para o senhor concluir a sua fala.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Conep liberou, imagina, para o jornal *O Globo*, a que esta CPI também libera informações. O citado cientista é autor de um artigo resultado de um estudo duplo-cego, randomizado, que verificou a redução de hospitalizações por covid-19, apresentando, portanto, alta eficácia ao covid-19. Não é *fake news*.

A Anvisa autorizou nesta segunda-feira mais dois estudos clínicos no Brasil para o combate ao covid-19. Um deles vai avaliar a segurança e a eficácia do remédio proxalutamida na redução da infecção do novo coronavírus.

A cada dia são publicados mais estudos randomizados e metanálises que demonstram que o conhecimento sobre remédios e sua eficácia no combate à covid-19 pode ser considerada uma alternativa adicional ao uso das vacinas. Portanto, não cabe à mídia defender certos tratamentos e condenar outros tratamentos, mas, sim, aos médicos avaliarem todas as possibilidades.

O grupo de médicos que se denomina Médicos pela Vida tem exercido a Medicina de forma a combater o covid-19 com o uso de medicamentos reposicionados e, nesse contexto, conta com mais de 14 mil médicos espalhados pelo Brasil – isso aqui não é *fake news* – e tem sido responsável por salvar vidas e seu trabalho refletido na redução da letalidade de diversos Estados brasileiros.

Cito a Índia como o país que adotou o tratamento com remédios reposicionados, no caso da ivermectina – não é *fake news* –, que hoje está com a letalidade de 1,71, contra a letalidade brasileira de 2,8. A Índia vacinou pouco mais de 37% da população. Os Estados Unidos da América do Norte, letalidade de 1,71; o Reino Unido, 2,13, não usa esse tratamento; o Brasil, 2,8, e alguns lugares utilizam. Porto Feliz, Prefeito Cássio Prado, letalidade 1,37, enquanto que Serrana, Senador Girão, que vacinou toda a população já nos meses de janeiro, fevereiro, está com 2,27. Acho que há alguma coisa errada nesse processo aqui. Então, não é *fake news*, Senadora.

Preste atenção no México: o país México está com letalidade de 8,2. A Cidade do México, que adota vacina e tratamento precoce, está com 4,41.

Voltando à proxalutamida, ainda sobre o remédio que foi estudado por cientistas brasileiros, mas que aqui tentam denegrir a sua imagem, informo que a empresa Kintor Pharmaceuticals recebeu a autorização para o uso emergencial de proxalutamida para o tratamento de covid no Paraguai. Esta mesma empresa farmacêutica já detém a patente deste remédio em diversos países, dentre os quais os Estados Unidos da América do Norte, a China e a África do Sul. Dr. Youzhi Tong, fundador, Presidente e CEO da Kyntor Pharmaceuticals, comentou: "Estamos muito satisfeitos em ver que a proxalutamida está salvando vidas no Paraguai após a sua liberação via uso emergencial. Estamos explorando ativamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizações de uso emergencial adicionais à proxalutamida em outros países e regiões para ajudar os pacientes com covid-19 em todo o mundo". A empresa está agora conduzindo ensaios clínicos multirregionais da Fase II, registrada a proxalutamida para o tratamento de pacientes ambulatoriais com covid-19, e MRCT da Fase III para pacientes internados com covid em países e regiões, incluindo Estados Unidos, América do Sul, União Europeia e Ásia.

Senadora, eu não uso *fake news*. Eu falo a realidade e trago os fatos. Fatos. Realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Seu tempo acabou, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui não são *fake news*. Respeite o que eu estou falando. Eu sou um senhor de idade e não vou mentir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, pela ordem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E vou colocar aqui; em julho desse ano... Vou repetir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Heinze, V. Exa. acabou seu tempo, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A senhora me... Não, senhora. Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E eu não vou lhe dar tempo para o senhor falar *fake news* aqui na CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Outros me interromperam. Outros me interromperam, e a senhora tem que me repor o tempo. Me interromperam...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu já repus, e o senhor já acabou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não repôs o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... o tempo que foi reposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não repôs o tempo. Não repôs o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Olha, veja, Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tomou três, quatro minutos, eu tenho que falar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora, por favor. Senador Girão...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Heinze, o senhor tem mais um minuto, e o senhor vai finalizar sua fala, porque eu não vou ficar aqui... A gente não vai ficar aqui a tarde inteira ouvindo o senhor falar...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pois é, quando a gente vai falar coisas que não lhes interessam...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... aliás, fatos que não são nem verdadeiros.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quando se vai falar coisas que não lhes interessam, ao G-7, nós somos cortados, como votam contra, Girão, no Consócio Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. finalize o seu raciocínio.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Em julho deste ano...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu não vou permitir que V. Exa. extrapole mais do que os outros.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Em julho deste ano, 31% dos Municípios brasileiros registraram... não registraram mortes provocadas pelo covid. De acordo com o levantamento feito pelo G1, 1.750 cidades sem notificação de óbito, que era 1.293 em junho, cresceu 35%. O que eu quero dizer? Está havendo, sim, alguma coisa. É o tratamento precoce, é a vacinação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Heinze, seu tempo acabou. Eu não vou mais dar um segundo a mais, até mesmo porque muitas informações que o senhor passa aqui não são verdadeiras, então é um desserviço à população brasileira. V. Exa. ocupou seus quinze minutos, eu dei mais dois minutos para V. Exa. Acabou seu tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos aqui seguir aos convidados.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão, pelo tempo de até 15 minutos.

Senador Eduardo Girão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, apenas brevemente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Eu peço que esse trecho, os últimos 30 a 40 minutos, seja, por favor, encaminhado ao nosso Conselho de Ética, para que seja anexado ao processo que já tramita no Conselho de Ética em relação ao Senador Heinze, que, com todo o respeito, reitera a apresentação aqui de documentos e informações que já foram derrubados pela ciência há muito tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Então, muito brevemente... Não vou causar debate aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Recolhida a sua questão de ordem, Senador Alessandro Vieira, e os 30 minutos serão, sim, encaminhados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero só deixar claro aqui que o papel desta Comissão Parlamentar de Inquérito também, além do processo de investigação, é fazer bons encaminhamentos para o Brasil, é trazer a verdade, é informar aquilo que está à luz da ciência – o que está à luz da ciência. O que está à margem da ciência é negacionismo, é *fake news*, e isso não será tolerado por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão, pelo tempo de até 15 minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Eduardo Girão, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Presidente Eliziane Lins. Eliziane...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Gama.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Gama. Perdão.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Com todo respeito, aliás, e minha admiração pela Deputada Luizianne Lins, mas o meu é Eliziane Gama. É minha colega.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Que é lá do Ceará.

Eu queria saudar também o Sr. Jailton Batista.

Esse clima um pouco tenso a gente vê de vez em quando aqui na CPI. Eu compreendo o Senador Heinze, porque é uma pessoa que tem se mantido fiel aos seus ideais. Eu acho que a gente chegar a falar que a pessoa está fazendo *fake news* é muito grave. Intimidar colega também é grave. Esse é o *modus operandi* que não deveria acontecer jamais no Estado de direito democrático, ainda mais com colegas.

Mas eu queria aproveitar este momento importante onde o assunto está voltando à tona, o tratamento está voltando à tona. Eu não sei se a Comissão Parlamentar de Inquérito perdeu completamente o rumo e, em vez de investigar a corrupção, volta de novo a esse assunto que já tinha sido vencido. Mas é importante que a gente possa aqui aproveitar essa oportunidade, o tempo de cada um aqui, para fazer algumas perguntas pertinentes a esse caso que foi amplamente politizado. Este foi o grande problema, é o grande problema do País: a politização, Senador Marcos Rogério, chegando ao ponto de se politizar campeonato de futebol, se politizar voto auditável, que é uma pauta antiga aqui desta Casa, se politizar até a Lei de Segurança Nacional, aprovada sem debates nesta Casa, na noite de ontem.

E é muito importante que a gente perceba que, desde que Medicina é Medicina, existe tratamento. Nós estamos numa guerra, uma guerra que matou 564.890 brasileiros. São vidas. São famílias chorando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nessa guerra, nós precisamos usar todos os instrumentos para salvar vidas – todos. Vacina é importante, distanciamento físico é importante, uso de máscaras é importante, álcool em gel nas mãos é importante e – por que não? – com recomendação médica o tratamento, seja ele preventivo, precoce, do que se queira chamar, porque criminalizar algo... Eu fiz um debate aqui, Senador Heinze. Eu fiz um debate nesta Casa aqui, Casa democrática, há cerca de três, quatro meses, antes da CPI, chamamos aqui uma quantidade de cientistas e médicos renomados contra o tratamento profilático e uma quantidade também de médicos renomados. Equilibrado, foi equilibrado o debate de cientistas renomados e médicos a favor do tratamento, Senador Marcos Rogério. Foram quatro horas de debate, vários colegas Senadores participaram desse debate, e foi interessante porque todos tiveram tempo igual e não surgiu, em nenhum momento naquele debate – e foi agora, recentemente, este ano –, nenhum dado de que, por exemplo, esse medicamento que está sendo falado aqui... Porque o composto é de 17 medicamentos do tratamento. Mas esse medicamento, ivermectina, em nenhum momento, pelos cientistas e médicos renomados contrários, foi dito que causa problema.

Repito: sou contra a automedicação, completamente contra, mas a autonomia médica tem que ser garantida. E, nesse ponto, eu concordo com o Senador Humberto Costa, e eu tenho requerimento nesse sentido também, para que a gente possa chamar a esta Casa o Presidente do Conselho Federal de Medicina, que acho que é o posto máximo, que é o Dr. Mauro Ribeiro, que já concedeu entrevistas a grandes veículos de comunicação. Tem já o requerimento aprovado aqui. Por que não a gente ouvir o outro lado? Eu acho que é saudável para a democracia que se possa ouvir os dois lados. O bom jornalismo pede isso, o contraditório, a ampla defesa – no caso, usando um termo jurídico –, porque é importante que as pessoas que não têm voz hoje, porque se politizou tanto a coisa...

E, nesse aspecto, o Presidente da República, no meu modo de entender, pode ter as melhores intenções, mas se equivoca ao mostrar um remédio, ajuda a politizar isso. Isso é coisa dos médicos, que travam um debate.

Hoje existe uma clara perseguição, inclusive aqui nesta CPI. Quando nós tivemos uma audiência para ouvir quem era contra e quem era a favor... E, no dia em que veio quem era a favor, Senador Marcos Rogério, o que foi que aconteceu? Foram embora, deram as costas e deixaram os médicos aqui falando sozinhos. Aliás, sozinhos não, porque muitos ficaram para tirar as suas próprias conclusões.

Mas eu quero aproveitar este momento e fazer aqui uma pergunta para o senhor, porque, como foi colocado pelo colega anteriormente aqui, o Rogério Carvalho, existe o Código de Ética Médica. Essa indústria, com todo respeito, não é demérito ser uma indústria poderosa, bilionária... Aliás, alguns aqui querem, de alguma forma, colocar a fortuna, colocar os ganhos como algo criminalizado também, o que em outros países é diferente, vira referência. Será que não é possível ganhar de uma forma honesta? Mas essa indústria farmacêutica é uma indústria bilionária, poderosa, que faz *lobby*, e muito me preocupa, por exemplo – e eu quero lhe fazer a primeira pergunta –, no momento em que o povo brasileiro estava desesperado, procurando medicamentos, com recomendação médica, repito, o que... Existe uma lista de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preços de medicamentos, que é uma portaria nacional da Anvisa, e eu lhe pergunto: esses picos que foram – o senhor revelou aqui – estratosféricos do preço deste medicamento específico, ivermectina, a sua empresa não obedeceu o que é permitido pelo Cmed? Isso é que eu queria saber, em termos de por que esse abuso tão grande de preço e salto durante o período crítico da Nação.

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, obrigado por fazer essa colocação; nos permite esclarecer. O nosso setor é regulado, o preço nosso é regulado pela Cmed, que é uma câmara de medicamentos composta por vários órgãos do Governo, entre os quais o Ministério da Economia, Justiça e pelo Ministério da Saúde. Nenhuma indústria, inclusive a nossa, pode praticar preços acima dos preços determinados pela Cmed, o.k.? É tabelado, e anualmente há um reajuste desses preços. Só podemos vender dentro do que está regulado nesses preços.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual foi o aumento permitido, Dr. Jailton?

O SR. JAILTON BATISTA – O aumento do preço do ano passado, deste ano, foi em torno de 4%, pela Cmed. A nossa empresa tem um limite, tem um *range*; você pode, eu posso vender menos, abaixo daquele preço; mais do que aquilo determinado pelo Governo é proibido. Portanto, os nossos preços estão abaixo. E foi por isso que teve uma ação contra um determinado órgão público, a que nós vendemos, uma prefeitura, e houve uma ação do Ministério Público. Depois nós entregamos a documentação, mostrando que estávamos exatamente de acordo com a lei, e o Ministério Público, o Tribunal de Contas de União cancelou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas quanto variou...

O SR. JAILTON BATISTA – ... e arquivou essa ação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A pergunta que eu faço para o senhor é: quanto variou o preço do medicamento ivermectina do período do início da pandemia até hoje, em percentual?

O SR. JAILTON BATISTA – É, houve... Exatamente, houve uma variação acima de 60% no preço, mas, nesse período também, Senador – nós temos um produto, que a matéria-prima nossa é importada –, houve uma variação cambial, nesse período, em torno de 46% também, logo após a pandemia. Então, houve uma variação cambial de 46%, houve um aumento de custos internos em função da própria pandemia, que você teve que restabelecer, reconfigurar a sua empresa, no sentido de criar turnos, reduzir o número de pessoas trabalhando, afastar pessoas. Então, houve também um aumento do custo também da matéria-prima, houve um aumento de custo da matéria-prima em torno de 15%, houve uma elevação cambial na faixa de 46%, e tudo isso fez com que... E, ainda assim, o produto continua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito em conta, o preço é muito baixo, em torno de seis... O preço que nós vendemos para o mercado é em torno de R$6,30, R$6,50 uma unidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agora eu queria chegar a um ponto. Foi revelado aqui, nesta CPI, que foram pagos pela sua empresa, que o senhor representa, anúncios em jornais do Brasil diretamente com a associação Médicos pela Vida. Altamente questionável; uma empresa queria se beneficiar disso. Eu acho que é um conflito de interesse forte fazer esse tipo de investimento.

A pergunta que eu quero fazer para fechar esse ciclo é a seguinte: os médicos são remunerados pelo aumento de vendas que, de alguma forma, esses anúncios ou essas recomendações propiciaram, essas ações de *marketing* propiciaram? Porque a gente sabe que a indústria farmacêutica – repito –, ela tem muitas estratégias de comercialização, de levar para hotéis, para *resorts* no mundo os médicos, para apresentar os seus produtos. Eu lhe pergunto se, de alguma forma, tem algum tipo de benefício em dinheiro ou em alguma vantagem, em viagens, para esses médicos que recomendaram o medicamento ivermectina.

O SR. JAILTON BATISTA – Absolutamente não. Nós não fazemos contato e propaganda médica diretamente com os profissionais de saúde, até porque a ivermectina é um produto genérico. Então, não se demanda a necessidade de você fazer propaganda médica de um produto já consagrado terapeuticamente, usado popularmente, um produto... Vamos dizer assim: é um medicamento de pobres, não é? É um medicamento para combater sarna, piolhos e verminoses.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Alguns depoentes que aqui estiveram disseram que o uso do tratamento sem outras medidas seria responsável por milhares de mortes, ou seja, pessoas teriam morrido por terem acreditado no tratamento preventivo, precoce ou profilático, como se queira chamar. Inclusive, hoje, aqui, nesta sessão, foi estimulado que as pessoas entrassem contra a União, através da Defensoria Pública, para receberem indenização com relação isso, inclusive com relação à sua empresa. Era bom que esse mesmo argumento, Senador Marcos Rogério, fosse utilizado também para as famílias entrarem para buscar indenização por causa da corrupção, porque a corrupção deixou, durante décadas, em vários governos, hospitais sucateados, sem leitos, e mata tão ou mais do que as medidas que estão sendo adotadas.

Eu queria, para encerrar, lhe perguntar: o senhor tem dados que rebatem essas afirmativas desses depoentes que vieram aqui dizer isso?

O SR. JAILTON BATISTA – Primeiro, Senador, o tratamento precoce envolve um arco muito grande de produtos, e de muitos deles nós não somos fabricantes. Nós não fabricamos todos esses produtos, fabricamos apenas alguns deles. E tem muitas indústrias que fabricam esses produtos. Nós não temos nenhuma ação direta com médico do ponto de vista de tratar o problema. Não somos nós que incentivamos a prescrever esse ou aquele produto, até porque não temos contato com a comunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médica direto. Portanto, não nos sentimos responsáveis por estar causando a morbidade de nenhuma pessoa, muito pelo contrário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Para encerrar dentro do meu tempo rigorosamente, Senadora Eliziane, tem duas frases que muito me estimulam na vida, como filosofia. Uma delas é: "O tempo é o senhor da razão". A gente está no meio de um furacão, cada um fazendo o que pode para salvar vidas, alguns com interesse financeiro – isto é preocupante – para lucrar e incentivar certas situações com esse objetivo. Mas eu quero dizer também uma frase interessante, em homenagem a muitos médicos que, por idealismo, fazem esse trabalho, que é uma frase do grande humanista e pacifista Chico Xavier: "O bem que praticares em algum lugar é o teu advogado em toda parte". Essa reflexão, que fique! E o tempo, o senhor da razão, vai mostrar, realmente, quem perdeu vidas, quem salvou. Eu, particularmente, acredito que a gente deve defender sempre a autonomia médica.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra...

O Senador Jorginho Mello já participou. O Senador Marcos Rogério está inscrito, não é?

Senador Marcos Rogério, pelo tempo de até 15 minutos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Jailton Batista e seu patrono que o acompanha, minhas saudações.

Eu inicio fazendo um questionamento direto, até para sedimentar a compreensão de todos aqui: o Governo Federal, o Ministério da Saúde comprou ivermectina para o tratamento da covid-19 na sua empresa?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Nenhum comprimido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a quantidade?

O SR. JAILTON BATISTA – Nenhum comprimido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não comprou?

O SR. JAILTON BATISTA – Nós não vendemos nenhum comprimido para o Governo Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor tem a relação de Estados que compraram? Quanto Rondônia, meu Estado, comprou? Quanto o Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amapá comprou? Quanto o Estado de Alagoas comprou? Quanto Mato Grosso, Bahia ou Pará? O senhor sabe dizer?

O SR. JAILTON BATISTA – Diretamente de nossa empresa, somente um Estado, que foi Mato Grosso. Os demais podem ter comprado, mas através de distribuidoras.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É possível o senhor declinar posteriormente, ainda que indiretamente, essas compras à CPI?

O SR. JAILTON BATISTA – Posso levantar posteriormente, Senador, e encaminhar a esta CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, outros Estados podem ter comprado. A informação que fica aqui por parte de V. Sa. é a de que outros Estados podem ter comprado, não tendo sido essa compra feita diretamente com a empresa?

O SR. JAILTON BATISTA – Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por que estou perguntando isso aqui? Estou perguntando sobre esses Estados não para criminalizá-los, não para condená-los. É porque, aqui na CPI, estão tentando criminalizar o uso de remédio, de medicamento sem eficácia comprovada, o famoso tratamento *off-label*. Isso está sendo criminalizado desde o início desta CPI.

Quantos medicamentos não são administrados ao paciente dentro desse protocolo chamado protocolo *off-label*, sem indicação na bula para tratamento daquela moléstia específica? E isso não é questionado. É uma prática que o Brasil e o mundo adotam. Agora, em razão da politização do tema – o tema covid –, muitos medicamentos estão sendo... Muitos médicos estão sendo constrangidos em razão da indicação desse ou de outro fármaco. O tema virou político, e não de ciência. Eu ouço muito aqui se reafirmar: "A ciência... A ciência...". A CPI parece que se tornou a mãe da ciência. Mas que ciência? Qual medicamento é indicado especificamente para isso?

E vou, desde logo, dizer: eu não recomendo medicamento A ou B para nada. Quem tem autoridade para prescrever e indicar ao paciente, seja pela sua experiência clínica, seja em razão, enfim, dos estudos que tem, é o médico – é o médico! Eu não sou defensor de medicamento A ou B, mas eu defendo, de forma muito firme, o papel do médico, o direito do médico, a autonomia do médico. Muitos médicos, inclusive, continuam indicando esse medicamento e outros. Ou alguém aqui quer tapear a verdade?

Eu falei, agora recentemente, com uma pessoa, um amigo que foi reinfectado, e ele me dizia: "Olha, Marcos, com tudo isso que está acontecendo, quando eu fui, me submeteram ao médico. Os medicamentos que me foram indicados...". E me mencionou quais são. E eu vou condenar esse médico porque, na sua experiência, recomenda? Eu não tenho esse direito, eu não tenho esse direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos convocar os médicos à CPI para virem aqui passar pelo crivo da CPI? "Olha, o teu protocolo está errado, V. Sa. não pode fazer". Aí vai perguntar assim: "Está bom, Senador, como pai da ciência, qual o protocolo que eu devo seguir?". Aí o Senador é que vai dizer para o médico: "Olha, então, o seguinte, o senhor ignora esse título que V. Exa. tem, V. Sa. tem, a prática médica, a experiência médica, e, a partir de agora, indique chá de boldo".

Como? Eu repito, eu não acho que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Só para registrar que quem receitou chá foi o Presidente da República.

Só para deixar registrado isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não acho que quem não é da área tenha que fazer indicação de medicamento A ou de medicamento B.

O problema é que parece que tem muita gente que está no mundo da lua, parece que não vive no Brasil, e, no Brasil, tem uma prática – e não estou dizendo que é correta – de automedicação, de receitas das mais diversas possíveis.

Tenho um problema de saúde, alguém logo vai vir com a receita pronta, Senador Girão: "Olha, você toma o chá da folha do capim-santo e isso é um santo remédio". "Olha, está com um problema? Não, olha o medicamento tal". Isso é cultural no Brasil.

Eu não estou afirmando que isso aqui é o correto, eu estou dizendo que isso é uma prática comum no Brasil e vou apresentar aqui dados de uma pesquisa sobre isso, mas daí a, no meio de uma pandemia, quando a gente nem sequer venceu a guerra, criminalizar o ato médico? Não acho que seja adequado, não acho que seja correto.

Quem administra medicamento aos pacientes e deve continuar administrando, dentro da liberdade que o exercício pleno da profissão lhe assegura, é o médico. Eu não quero competir com o médico, eu não quero competir com o médico, meu papel é de ser legislador.

Será que nós vamos criminalizar também, Senador Girão, a prescrição de medicamentos sem eficácia comprovada para outras enfermidades? É isso que nós estamos inaugurando aqui? Será que nós vamos começar agora a fazer uma campanha? Vamos terminar essa CPI e começar outra para investigar a prescrição de medicamentos para as mais diversas enfermidades, mas cujos medicamentos não têm ainda eficácia comprovada, não houve ainda essa comprovação.

Quantos medicamentos foram indicados para uma situação em que, dentro da experiência médica, dentro do conhecimento de cada um, se utiliza de maneira livre essa recomendação e que tem produzido inclusive resultados? Não acho que seja esse o nosso papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre ouvir os especialistas da CPI e os médicos de verdade, eu prefiro dar crédito a quem tem autoridade no assunto: ouço o médico, acato o médico.

Eu tenho amigos, Senador Girão, que adotaram dois extremos e parece assim, porque, se falar isso aqui vão falar: "Não, estão seguindo o Bolsonaro". Então, seguir o Bolsonaro e os outros anti-Bolsonaro... Eu tenho um amigo, e foi muito recentemente isso, e uma notícia muito triste de que não quis tomar a vacina – não quis tomar a vacina. Mesmo tendo idade pra tomar a vacina, não quis. E, quando pegou a covid, também não quis tomar medicamento; seguiu a orientação de alguns pais da ciência; ficou em casa. E, quando teve o quadro dele agravado, a consequência foi ir para uma UTI. E, dias depois, a família teve que receber a notícia do seu falecimento.

Por que eu estou dizendo isso aqui? Essa politização em relação a protocolo A, protocolo B, tratamento farmacológico, tratamento não farmacológico ou enfrentamento não farmacológico veio pra política, e se debate isso como se fosse uma seara da política. Os próprios médicos hoje são acuados, porque, entre os próprios colegas, há muitos que, às vezes, se alinham com um pensamento e outros, com outro. Esse tema virou tema de discórdia entre os próprios profissionais.

Aqui o Relator sugeriu, agora há pouco, ações contra quem ofereceu tratamento farmacológico, com entrega de medicamentos sem eficácia comprovada. Eu ouvi agora há pouco. Olha, é bem verdade que as procuradorias municipais, estaduais, para além do Ministério Público, têm autoridade pra promover ação, ação civil pública, representar contra gestor que dá causa ao empobrecimento da administração e da assistência aos seus cidadãos.

Mas eu queria fazer uma ponderação no sentido de que tem uma outra medida que também poderia ser intentada, para que a Defensoria Pública, ou a procuradoria, ou mesmo os familiares proponham ações contra quem não deu atendimento, não ofereceu suporte clínico ou farmacológico, mandou ficar em casa, e morreu ou ficou sequelado. Porque, do mesmo jeito que eu não posso afirmar aqui que quem seguiu o protocolo do tratamento *off-label* foi acertado e garantiu o salvamento dessa vida ou a redução do sofrimento, eu também não posso afirmar – e talvez até possa ousar afirmar – que quem ficou em casa seguindo a recomendação do "não tome nada" antecipou a sua morte. É induzimento ao suicídio. É induzimento ao suicídio. Quantos, por orientação, deixaram de cuidar na fase certa e acabaram não tendo uma segunda chance de vida? Então, que haja também, por parte de familiares, por parte das autoridades competentes, propositura de ação contra quem recomendou o "fique em casa". Muitos seguiram essa orientação. Repito, não teve ou não tiveram segunda chance, perdeu a vida. E eu vou repetir pra ficar claro: eu não indico medicamento, não sou defensor de medicamento A ou de medicamento B, mas quem tem autoridade para orientar o paciente é o médico, a autoridade é do médico.

E aí eu queria concluir trazendo um dado da questão da automedicação. Como eu disse aqui, o Brasil tem uma tradição na tal da automedicação, é um perfil dos brasileiros. Não sei se é de conhecimento de todos aqui uma pesquisa do Conselho Federal de Farmácia realizada pelo Instituto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Datafolha, de 2019 – anterior, portanto, à pandemia –, que aponta que a automedicação é um hábito comum a 77% dos brasileiros – 77%. Vejam V. Exas.: pesquisa realizada antes da pandemia demonstra que aproximadamente oito de cada dez pessoas se automedicam. E esta CPI quer, a todo custo, criar narrativas para responsabilizar o Presidente da República.

No caso desse fármaco aqui, não tenho recordação de ele fazer parte de qualquer protocolo do Ministério da Saúde ou da recomendação pessoal do Presidente. Agora, a opinião – repito, opinião – com relação a achar medicamento A, medicamento B o brasileiro tem, e – repito – não acho que seja adequado.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Com todo respeito, Senador, com todo respeito, o senhor não sabe a diferença...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acho que quem tem autoridade para recomendar medicamento é o médico.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O senhor não sabe a diferença entre médico e cientista. O médico não pode usar o paciente como cobaia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas eu gostaria de concluir a minha...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Ciência se faz dentro do laboratório. Respeite a ciência!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu gostaria de concluir a minha fala.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Respeite a ciência!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou ouvindo aí vozes que de repente estão se antecipando ao seu momento de falar, incomodadas que são.

Além disso, Sr. Presidente, quase metade, 47% se automedicam pelo menos uma vez por mês e um quarto, 25%, faz todo dia ou pelo menos uma vez por semana a automedicação. Eu estou dizendo que isso é certo? Não, mas não dá para, num momento como esse, querer criminalizar o médico, querer criminalizar as pessoas porque estão buscando justamente vencer um mal que assola a humanidade.

Então, vejam, a automedicação já era uma realidade desde antes do início da pandemia. Não é um fenômeno decorrente da crise sanitária decorrente do coronavírus e não decorre de qualquer responsabilidade do Presidente – e aqui acrescento –, dos Governadores e dos Prefeitos, porque muitos deles – sim, senhores, e nós sabemos disso –, muitos solicitaram porque a população pedia e eles deram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas respostas. Vamos criminalizar esses gestores? Vamos trazer todos aqui, colocar no rol de culpados? Não, aqui na CPI só tem um culpado, é só o Presidente da República.

Então, eu concluo, Presidente, agradecendo já a tolerância de V. Exa., mas dizendo que essa é uma reflexão que todos nós temos que fazer. Não dá pra querer, num momento como esse, criminalizar algo que é uma prática da sociedade e criminalizar algo que é um direito do médico, exercer plenamente a sua função orientando o seu paciente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, em defesa e em combate, na verdade, às *fake news,* eu me sinto na obrigação de fazer dois registros importantes. O primeiro: a autonomia médica tem um limitador, a vida e a ciência. E, segundo: quem faz a prescrição médica sem a receita é o Presidente da República, que prescreveu para o Brasil inteiro hidroxicloroquina e ivermectina. Então, que isso fique registrado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir agora, remotamente, o Senador Marcos do Val. E fico feliz em vê-lo já retomando os trabalhos, Marcos estava aí com covid, e espero que a sua esposa esteja bem também.

Com a palavra, por quinze minutos, o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado; obrigado, Sr. Presidente.

Eu até vou dar um depoimento sobre isso, porque eu tomei a primeira dose em maio da Pfizer e a segunda dose foi agora em 27 do mês passado. E, certo de que já estava imunizado, a minha esposa também tomou a AstraZeneca, as duas doses, e foi contaminada quando saiu para jantar com uma amiga, e acabou me contaminando. Eu, certo de que já estava imunizado – assim, total certeza –, acabei sendo pego de surpresa e sendo contaminado pela esposa, não foi nem porque eu estava na rua ou em aglomeração, ou sem uso de máscara, ou sem o álcool gel.

Mas sabe o que mais me surpreendeu, dando continuidade aí até à fala do Girão e do amigo Marco Rogério, é que, quando eu fui me consultar, me prescreveram... Eu fui contaminado... Eu fui vacinado na terça-feira com a segunda dose, passou quarta, na quinta eu fui contaminado pelo vírus, então meu organismo estava sendo superatacado, gerando anticorpos pela provocação da vacina e pelo vírus ativo. Bom, fiquei muito preocupado com isso, com o que poderia ocorrer; eu tenho problema de coração, todo mundo sabe, tenho um problema sério de coração. Procurei um médico, e o médico, de forma surpreendente, me recomendou ivermectina, hidroxicloroquina e azitromicina, o mesmo médico que me acompanhou quando eu tive – porque já é a segunda vez que eu estou tendo isso – lá atrás, antes de começar o desenvolvimento das vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, e eu, para não ficar em dúvida – e era um assunto já encerrado para mim, eram medicações que fizeram, acredito muito, eficiência na primeira cepa por conta do perfil da primeira cepa; e já repeti para vocês que eu tenho família, eu tenho um pai, eu tenho ex-sogra, ex-sogro, ex-cunhado, primo, tio, avô, tudo, que são médicos, então sou rodeado de médicos e assuntos voltados à Medicina –, procurei um segundo médico, em São Paulo, por telefone, fizemos uma chamada e ele me acompanhou. Sem saber que o outro médico tinha me receitado, ele também me receitou exatamente as mesmas medicações. Aí eu falei assim: "Não é possível. Não é possível que, depois de tomar a segunda vacina da Pfizer, que todo mundo dizia que era a melhor, de ser contaminado, ainda eu tenho que tomar essa medicação que ainda não foi comprovada que é eficiente ou ineficiente".

Dizem esses médicos que só depois de dezembro ou no próximo ano nós vamos ter resultados sobre isso. Bom, então, eu não queria tocar nesse assunto, que é um assunto que já está mais do que debatido e rebatido. O que eu quero só fortalecer é o que o nosso amigo Senador Marcos Rogério colocou da importância do médico. Tem médicos que concordam e tem médicos que não concordam, mas eu não posso achar que os que concordam foram mal formados, que devem devolver os diplomas ou que devem ser processados. Eu não posso achar isso. Então, eu acho que, quando tem Senador que coloca como uma verdade absoluta que o remédio não faz efeito, eu fico na dúvida, porque eu escuto também o outro lado dizendo que faz efeito.

Bom, eu não preciso nem dizer se eu tomei ou não tomei. Eu estou no meu décimo dia, já passei a parte grave. Já saí da parte grave, fiz exame de sangue, fiz os exames pulmonares, está tudo já saindo da fase crítica, graças à vacinação, que não me levou pra UTI nem pra ser intubado. Isso não se questiona.

Bom, uma coisa... Eu pontuei algumas coisas aqui que eu fiquei escutando – estou desde cedo acompanhando todo mundo, vou tentar ser breve –, que é o seguinte: a questão da divulgação da ivermectina partiu dos médicos para o Presidente. Tal grupo, foi uma parte dela que disse ao Presidente que esse *kit* dá resultado, dentro daquela realidade em que não se tinha vacina pronta ainda, mas partiu dos médicos para o Presidente. Não foi o Presidente que pegou uma receita médica e, dentro do seu gabinete, saiu prescrevendo receita pra todo mundo. Não foi isso. Então, se a gente tem que ir em busca de algum responsável que induziu o Presidente, são os médicos, foram os médicos. E a gente sabe e escuta muito do tal *off-label*. Eu escutei de médicos psiquiatras, com os quais eu conversei muito, por conta do alto índice de suicídio que a gente acabou vivenciando, e disseram que tem remédio de tratamento psicológico que é usado pra parar de fumar, que é usado pra emagrecer, que não foram feitos para aquilo mas são usados para aquilo. Então, eu não discuto mais essas questões.

Agora, eu só queria perguntar o seguinte: a Anvisa, quando viu o alto aumento da hidroxicloroquina, exigiu receita médica, e eu queria perguntar ao nosso convidado se a Anvisa também fez alguma exigência pra que a venda da ivermectina também fosse só através da receita médica. É a primeira pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – No primeiro momento, a ivermectina não foi incluída na sequência. A Anvisa publicou uma RDC incluindo também a ivermectina no receituário médico, mas como esse produto também tinha um farto uso para doenças populares, como eu acabei de falar, pra verminose, pra pediculose, sarna, e, no período pré-escolar, entrada das crianças nas escolas, era muito utilizado, já era um produto consagrado, que não estava incluído, na sequência, a Anvisa retirou a obrigatoriedade de retenção da receita.

É um produto sob receita médica, mas não precisa reter a receita na farmácia. Ela colocou, mas depois reconheceu que aquilo causaria um prejuízo para uma parcela importante dos consumidores, sobretudo aqueles de baixa renda que não teriam condições de ir ao médico apenas pedir pra tomar como um vermífugo ou como um produto para combater sarna ou piolho. Então, ela foi retirada, na sequência, da necessidade de retenção da receita médica.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Os seus funcionários... Qual o número de funcionários que vocês têm hoje?

O SR. JAILTON BATISTA – Cerca de mil funcionários.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vocês fazem o tratamento precoce com eles ou incentivaram a vacinação?

O SR. JAILTON BATISTA – Fizemos as... Tem duas coisas: desde o início da pandemia, nós mobilizamos nosso departamento médico, nos estruturamos, contratamos mais pessoas para acompanhar as pessoas. Então, a empresa disponibilizou, sim, com orientação médica, produtos para os funcionários que quisessem fazer uso não só de ivermectina, mas todos os produtos que estavam sendo utilizados pra melhorar a imunidade das pessoas, como vitamina C, zinco e outros produtos. A gente disponibilizava com orientação médica.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Houve alguma baixa, alguma morte?

O SR. JAILTON BATISTA – E também, mais recentemente, só pra concluir... Mais recentemente, nós incentivamos nossos funcionários todos a serem vacinados, porque tinha um programa no Estado de Goiás para vacinar os operários das empresas, de modo a evitar risco de que houvesse prejuízo na operação dessas empresas. E nós incentivamos todos os funcionários a tomarem a vacina.

Quanto à questão da... Nós tivemos vários casos de covid e temos felizmente a informar que não registramos nenhum óbito até essa data. Houve caso de acompanhamento médico, mas não tivemos entre os nossos funcionários nenhum óbito decorrente da covid.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom, outro ponto é o seguinte: eu também já tive empresa e eu lembro muito bem o que eu passei no período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes do Plano Collor, do nosso querido Senador Fernando Collor de Mello. Eu só fui entender o que gera a inflação e por que determinados pontos, quando a gente está em alta produção, a gente precisa aumentar o preço, naquele momento.

Muita gente acha que, quando a gente está vendendo muito, a gente quer aumentar o preço pra tirar vantagens, mas eu queria explicar pra muita gente que isso não é verdade. É claro que isso deve, pode acontecer em alguns casos, mas a grande parte das empresas, ainda mais empresas com tantos anos de funcionamento... Quando você começa a produzir muito, você perde a quantidade, você não tem insumo suficiente, a qualidade começa a cair, você não tem funcionários suficientes já capacitados pra produzir mais. Então, a qualidade é perdida. Quando se perde a qualidade, você perde o seu mercado; perdendo o seu mercado, muito provavelmente você entra em falência e fecha. E há uma movimentação natural de aumento de preços pra que haja, diminua o seu consumo, mas que a empresa continue tendo a sua lucratividade e se mantendo no mercado.

Então, eu não condeno o fato de ter feito aumento de preço porque a produção aumentou, se devia ser menor o preço, isso tudo... É muito complexo você falar: "Eu fiz uma compra, comprava cem, agora eu estou comprando um milhão, tinha que me dar desconto". Claro que isso também tem dentro do desconto, mas quando vai uma explosão do mercado, você tem que tomar algumas atitudes pra que você não entre com a empresa à falência.

Vou tentar continuar aqui.

Sobre a interdição. Eu vi meus colegas solicitando a possibilidade de interdição. Gente, eu queria pedir encarecidamente uma reflexão pra que nada seja tomado aqui sob emoção. Ele está informando que essa empresa que funciona há 40 anos, de que provavelmente já tomei muita medicação, não me lembro quais, mas já tomei, e provavelmente me ajudou a chegar até aqui, vivo... Nós temos, como ele disse, mil funcionários. Se botar quatro pessoas dependentes de cada funcionário, são mais de 4 mil pessoas que vocês simplesmente colocaram como se: "Vamos interditar, porque teve más intenções e quis lucrar num momento difícil e tudo mais". É muito mais complexo do que isso. E eu peço compreensão aos amigos e companheiros Senadores que admiro muito pra que nenhuma decisão seja tomada à flor da pele, com os nervos aflorados. Eu acho que a gente tem que ter muita ponderação, muito equilíbrio e dar o exemplo de equilíbrio e de ouvir, como disse o Girão, o contraditório, ouvir os outros lados. E depois, lá na frente, tomar as decisões após o relatório ficar pronto, não é?

Bom, responsabilizando os médicos... Eu acho que pra mim está mais claro que, quando a gente fala de tratamento precoce ou não, quem usou ou não, nós temos... Praticamente todos os Senadores que são médicos são contrários ao tratamento precoce, mas eu escuto uma grande parte do Brasil de médicos que são favoráveis, médicos renomados. Então, eu não posso achar nem que um, nem que outro está certo e nem que o outro também está errado. Nós temos que ouvir. E cada um faça o uso dentro da sua responsabilidade, sabendo que ele pode ser processado e perder seu diploma como médico, como tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médicos aí que deveriam estar presos e estão molestando os seus clientes. Então, nós temos que ter essa ponderação.

Ninguém está aqui com a verdade absoluta. E meu questionamento é este: eu não vi, hora nenhuma, o Presidente da República pegando uma receita médica e receitando e entregando pra alguém. Eu vi, sim, ele indicando e dizendo que funciona, mas eu escuto isso dos médicos, principalmente da minha família, que dizem que funciona. O meu pai, com 82 anos – de 82 anos, ele ficou 60 anos trabalhando –, eu não posso achar que ele é um charlatão. E eu pediria até aos meus colegas que pudessem maneirar na forma de falar, porque, quando vocês falam que tem médico charlatão receitando...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Charlatão e genocida.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... eu visualizo parentes meus, do mesmo jeito que eu não gostaria de ouvir ninguém falando que tem um Senador que é charlatão e genocida. Eu queria pedir respeito a isso. Pelo menos, se não puder ter respeito à minha família, que possa ter respeito a mim. Eu peço isso encarecidamente, inclusive ao Senador que acabou de dizer aí agora, reforçando o pedido; acabei de pedir, ele reforça a fala.

Mas, bom, eram essas colocações que eu queria fazer.

Obrigado, Presidente, por desejar a minha recuperação. Graças a Deus e graças à vacinação e graças ao tratamento – eu usei tudo, eu usei máscara, usei álcool em gel, usei *kit* e usei vacina, usei tudo, isolamento –, eu estou saindo. Não sei se eu vou ser contaminado de novo, porque ninguém sabe como vai ser essa nova cepa, já estão dizendo que está surgindo uma outra. Morro de saudade de estar aí, presencialmente, com vocês. E gostaria de pedir isto: equilíbrio, ponderamento. E a gente tem tempo pra que possamos fazer um bom relatório e apresentar esse relatório e ele ser votado por todos.

Então eu agradeço a todos, agradeço aí a participação do que está passando aí pela oitiva e digo aos nossos amigos Senadores que, por favor, evitem também entrar em confronto um com o outro, desrespeitando... Eu tive uma situação recente entre mim e Randolfe, mas, graças a Deus, a gente sentou, conversou, e tudo foi resolvido, graças à intervenção de outros Senadores também. Eu acho que a gente tem que mostrar pra sociedade esse equilíbrio. Até parabenizo o Presidente, que tem sempre colocado as coisas com muita ponderação e tentando sempre manter o equilíbrio desta CPI.

Muito obrigado a todos, e que todos tenham bastante saúde!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Só para as pessoas que estão nos ouvindo agora, nesse momento, e nos vendo nas suas casas: especificamente, o Senador Marcos do Val estava vacinado, e talvez por isso que não houve o agravamento. Isso acontece, de a pessoa estar vacinada e contrair o vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Assim como o Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Assim como o Senador Otto. E já outros Senadores não tiveram essa oportunidade de se vacinar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É importante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi o caso de três Senadores, companheiros nossos aqui: Maranhão, grande amigo nosso, da Paraíba; o meu querido amigo Major Olimpio; e um grande companheiro que eu tive aqui de partido, o Senador Arolde. Eles não tiveram a oportunidade de se vacinar e foram a óbito. E com certeza também devem ter usado essas medicações aí que falaram. Então, não é a medicação que salvou muitas pessoas, não. A vacina é que salva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O tratamento precoce, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem provas científicas – quem está nos ouvindo – de que quem se vacina duas vezes pode adquirir o vírus, mas ele não precisa se agravar, tanto é que hoje a gente recebe uma ótima notícia: menos de 80% das UTIs no Brasil estão sendo utilizadas. Isso por quê? Há vacina. Você se contamina, mas não vai pro estado grave, em que tem que ser intubado e ir pra uma UTI, em razão da vacina. Por isso que está essa luta pela vacina.

Mas também, Senador Randolfe, acabo de receber da querida – por que eu tive um carinho muito grande como Governador e dei autonomia – Defensoria Pública do Estado do Amazonas, do Dr. Ricardo Paiva, uma mensagem: "Senador Omar, espero que esteja tudo bem. Tomei conhecimento hoje da sua manifestação na CPI em relação ao encaminhamento de expediente à Defensoria Pública do Amazonas para tutelarmos os interesses das vítimas da covid que foram induzidas à utilização da ivermectina. Assim que recebermos o expediente, encaminharei ao Defensor com atribuição para atuar na matéria".

A sempre atuante Defensoria Pública do meu Estado já tomou conhecimento. Nós estamos encaminhando um ofício. E eu espero, Dr. Ricardo, que você e seus companheiros e companheiras, tanto na capital como no interior, possam atuar junto a essas famílias que perderam pessoas.

E essa propagação continuou, apesar da grande crise do Amazonas, porque isso foi em janeiro, mas em fevereiro ainda estavam dando publicidade nos principais jornais e sendo utilizado o Estado do Amazonas, a população do meu Estado, Senador Alessandro, como cobaia para um tratamento que não funcionou. Parece que só funciona em algumas pessoas. Na grande massa do meu Estado, que chegou a ter mais de 200 óbitos por dia... Era um *boeing* caindo todo dia na cidade de Manaus, um *boeing*. Eu estou dando um exemplo pra vocês terem uma ideia de como foi trágico aquilo pra todos nós e ainda temos que ouvir defesa em cima disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lógico, para que eles pudessem acreditar num tratamento que não tinha solução, eles foram as vítimas, mas teve gente que lucrou, Senador Renan, e lucrou muito com vidas perdidas. E nós vamos procurar justiça; primeiro, na justiça dos homens, mas tenha certeza de que aqueles que utilizaram a boa-fé da população brasileira, a boa-fé do povo do Amazonas... Médicos foram pra lá explicar e, quando o médico não queria usar: "Não, então vamos fazer aqui um hospital de campanha e colocar enfermeiras para prescrever" – até isso fizeram no Estado do Amazonas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Aplicativos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aplicativos e outras coisas mais que não deram resultado nenhum, porque, se tivesse dado resultado, não teria acontecido o que aconteceu em Manaus, na capital.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só, de tudo que fiz anteriormente, lembrar que, por sugestão do Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, será item obrigatório do relatório final uma recomendação, tanto à Advocacia do Estado do Amazonas quanto às demais Advocacias de todos os Estados do Brasil, da defesa da tutela dessas vítimas, de seus familiares e das pessoas que ficaram sequeladas em função da prescrição de medicamentos inúteis, sem eficácia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma questão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Dr. Luiz Martins, que representa a Defensoria Pública federal, inclusive me ligou, agora no horário do almoço, dizendo que a Defensoria aqui mesmo em Brasília e que tem esse conteúdo nacional vai nos procurar para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... conversarmos sobre uma ação nacional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Jailton Batista, eu confesso que não iria fazer hoje nenhum questionamento, até porque o senhor é apenas o superintendente da empresa, e quem deveria estar sentado aí é o Sr. José Alves Filho, que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem traçou toda a estratégia comercial da Vitamedic nesse momento. Mas eu me fiz presente aqui, Sr. Presidente, em razão do tsunâmi de desinformação que nós presenciamos aqui nesta Comissão Parlamentar. Nós tivemos falas dos Senadores Heinze, Girão, Marcos Rogério, Marcos do Val, todas elas encadeadas no mesmo sentido de desinformar o cidadão brasileiro. E isso é grave, é profundamente lamentável.

A gente precisa garantir que as pessoas sejam razoavelmente informadas, porque, veja, nós temos aqui prosperando teorias conspiratórias que beiram o ridículo para pessoas que tenham sua sanidade preservada. Por essa teoria conspiratória, alguém, em alguma sala refrigerada do mundo, decidiu que era para morrerem milhões de seres humanos, contaminar dezenas de milhões, paralisar a economia do planeta, porque alguém queria vender algum remédio, alguma vacina, alguma coisa, e essas mesmas pessoas decidiram que determinados remédios mágicos não poderiam ter suas pesquisas aprovadas.

Sr. Jailton, o senhor tem conhecimento de que já há muito tempo as pesquisas que apuram a efetividade da ivermectina apontam no sentido de que essa eficácia não é comprovada, inclusive o próprio fabricante aponta isso. Por que vocês continuaram fazendo propaganda desse remédio como efetivo no combate à covid?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, eu já... Vou ratificar: nós não fazemos propaganda médica da ivermectina, nós não fazemos propaganda médica desse produto, ele é um medicamento genérico...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É verdade.

O SR. JAILTON BATISTA – ... já consagrado terapeuticamente para outras terapias, como anti-helmíntico para verminoses...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Como é que o senhor chama o financiamento de entidades que fazem essa propaganda?

O SR. JAILTON BATISTA – Então, o que a gente fez não foi, inclusive, um exclusivo financiamento de propaganda da ivermectina, mas, sim, de um conjunto de medicamentos que, por orientação e restrita responsabilidade dos médicos em relação ao conteúdo, nós financiamos, mas não foi uma propaganda em cima da ivermectina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Vamos tentar só traduzir isso de novo aqui para não ficar tão complicado. Então, o senhor agora diz que fizeram a propaganda ou que não fizeram? Só para matar a primeira questão.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não, a peça informativa, publicitária, que foi publicada, o conteúdo dela não é de nossa orientação. Nós financiamos a veiculação tão somente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. JAILTON BATISTA – E não se trata de ivermectina, se trata de um conjunto de produtos que estão contidos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Digamos que, por hipótese, para facilitar o nosso entendimento, se eu preparo uma peça publicitária que recomenda para tratamento de qualquer doença alguma coisa que claramente não funciona para essa doença e terei vantagem econômica com a venda do medicamento, é razoável que seja financiado por quem vai se beneficiar da vantagem financeira? O senhor acha que eticamente – não vou nem falar do crime neste momento – isso é razoável?

O SR. JAILTON BATISTA – Nós não... Nós não interferimos nas informações, porque achamos que é da autonomia do médico, ele é que tem essa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Permita-me só um ponto aí, que é muito importante, seria meu segundo tópico aqui: autonomia do médico.

Veja, desinformação é um negócio interessante de se estudar, tem técnica, tem estratégia. Essa estratégia que o senhor tenta usar agora e que alguns colegas ridiculamente repetem aqui em plenário tenta colocar os médicos como alvo da CPI, como se a CPI estivesse atacando os médicos, atacando a independência dos médicos. De forma alguma. O que se ataca é a política pública baseada no equívoco, na anticiência. O médico que recomenda um medicamento assume uma responsabilidade e está dentro da sua esfera, tem limitadores óbvios éticos, legais, mas está dentro da sua esfera. A CPI não é para isso. Essa desinformação repetida agride a inteligência dos brasileiros. Então, a peça veiculada, ela inclusive refere – e o senhor referiu agora em seu depoimento há coisa de 20 minutos – a mudança na questão de reter ou não reter a receita, e o senhor apontou o seguinte: compreenderam na Anvisa que reter a receita prejudicaria os mais pobres, que não podem ir ao médico. Não foram essas as suas palavras? Então, o senhor está recomendando a automedicação?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não, não, não é isso. É que, para aquela...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É consectário lógico, não é?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, mas tem duas coisas. O receituário médico é necessário. A questão é um outro procedimento, que é de retenção da receita.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu compreendi perfeitamente. Acho que o senhor não compreendeu o seu ato falho. Vou tentar desenhar aqui. Quando o senhor diz: "Não pode reter a receita porque o pobre não tem acesso ao médico", o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está dizendo "o pobre tem que ir à farmácia e comprar sem receita". Porque, se ele foi ao médico e tem a receita, tanto faz se ela vai ficar retida ou não. É difícil? Não é difícil de entender isso.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, estou entendendo, é que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) **–** Essa medida, como o senhor reconhece, facilitou a automedicação, e o problema está aí. Sem dúvida nenhuma, o problema está aí, na automedicação, porque essas figuras lamentáveis repetem o tempo inteiro, desinformando as pessoas.

Veja, já temos aqui comprovado, o senhor reconhece, a empresa a qual o senhor representa... E eu repito: quem tem que estar nessa cadeira é o dono, não é o senhor. Mas a empresa que o senhor representa financiou a disseminação de uma informação que não tinha base na ciência, fez isso estimulando a automedicação. A automedicação, além de ter consequências físicas para quem toma o remédio, tem um outro problema muito grave e que também não é de difícil compreensão: gera uma falsa sensação de segurança. As pessoas passam a imaginar que essa é uma doença que tem remédio. "Eu posso me expor, porque tem remédio, e é barato, é o da caixinha vermelha". É o remédio que um pateta na cadeira de Presidente levanta para a ema.

Consegue discernir o tamanho do prejuízo para a saúde pública? Porque, quando o Marcos do Val, meu colega Senador, aparece lamentando, meio choroso, porque está na segunda vez com covid, eu, que sou amigo dele, torço imediatamente pela recuperação, mas é preciso reconhecer que o retardo no combate, devido a uma pandemia – que só se combate com informação e vacinação –, o retardo é justamente o que possibilita o surgimento de mais variantes. E essas variantes seguem aumentando a nossa curva de infecção.

Hoje, a gente tem em quadro que é trágico, porque o Brasil não pode ficar anestesiado, achando que morrer mil pessoas por dia está bom: "Está tudo normal, estão morrendo mil pessoas por dia". Não está normal coisa nenhuma, é uma tragédia, mas são mil, e não 5 mil, por conta do processo de vacinação que este Governo retardou, e, com esse retardo, a sua empresa, a empresa que o senhor representa teve uma expressiva vantagem financeira. Esses são os fatos – esses são os fatos.

Eu agradeço ao senhor por ter reconhecido o estímulo à automedicação.

Eu pergunto, só para complementar aqui: a Vitamedic conta com um corpo técnico capaz de fazer uma análise de pesquisas divulgadas na ciência a ponto de confrontar o fabricante original do medicamento, que é a Merck?

O SR. JAILTON BATISTA – São processos distintos, Senador. Nós temos capacidade de analisar todos os nossos produtos e o fazemos de maneira rigorosa. O outro aspecto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu falei das pesquisas, não dos produtos, senhor.

O SR. JAILTON BATISTA – O outro aspecto é fazer um estudo clínico. Esse normalmente as empresas fazem constituições fora da sua... São plataformas científicas separadas. Então, você faz isso, normalmente, com outros centros de pesquisa, você pode participar do processo, mas, normalmente, tem centros de pesquisa que só fazem esse tipo de trabalho e de estudo clínico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A pergunta é se vocês fizeram isso, se vocês têm alguma base científica para continuar defendendo o uso do medicamento quando o próprio fabricante original disse que não servia para nada nesse sentido de covid. É um medicamento excelente para carrapato, para verminose, piolho, não é? Mas para covid me parece que não tem nenhuma pesquisa consistente, recente, que tenha mostrado isso.

O SR. JAILTON BATISTA – Tem... Eu já citei, ao redor do mundo, vários ensaios, mas nós não temos, neste momento, um estudo clínico que comprove essa ação antiviral do produto. Então, por isso, não houve nenhuma ação para alterar inclusive a indicação na posologia da bula – não houve nenhuma alteração.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Até porque não seria esse o sistema para alterar...

O SR. JAILTON BATISTA – É, mas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Tivemos aqui uma aula com a Anvisa, explicando sobre isso.

O SR. JAILTON BATISTA – Você teria que fazer estudo clínico, ou a Anvisa entender que o... Emergencialmente, ela tem autonomia para analisar. Se tiver dados seguros, ela pode até fazer essa alteração. Mas não houve, não foi feito isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sra. Presidente, eu vou agradecer, preservar o tempo e reforçar novamente: a informação com relação à covid hoje já é consistente e produzida no mundo. Nenhuma pessoa tem razoabilidade de acreditar que o mundo se envolveu numa fraude, numa conspiração, que deixou morrer o cidadão do seu país em troca de favorecer determinado comércio de uma vacina ou de algum medicamento. Isso não faz o menor sentido. Mas essa repetição de mentiras para aquela camada mais ignorante da população é mortal. E, agora, a gente consegue mostrar com clareza o quanto teve gente ganhando dinheiro com isto, com desinformação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao contrário do que falou o Marcos do Val também ou o Marcos Rogério, tanto faz, que o lucro está sendo demonizado, não, obter lucro é normal, é do capitalismo, mas obter lucro em cima de vidas que se perdem por desinformação, não, é eticamente condenável e é criminalmente condenável. E, ao final da CPI, eu espero que a gente consiga fazer isso, em justiça aos quase 600 mil mortos que o Brasil tem.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Senador Marcos do Val está pedindo... Ele está fazendo referência ao art. 14.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para explicação pessoal. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Obrigado, Presidente.

É porque eu fui citado aí e queria deixar claro... Parece que as pessoas acabam só vendo o que querem ver. Eu disse, repeti e deixei muito claro que eu só não fui para a UTI ou fui intubado ou hospitalizado graças à vacina; não foi graças à medicação. A medicação eu citei com a surpresa de que, completando dois anos de pandemia, ainda os médicos continuem receitando.

Então, eu queria deixar claro para o amigo Senador Alessandro Vieira, que, às vezes, vem com uma fala muito bonita, mas muito agressiva... Eu queria pedir que pudesse ponderar principalmente quando um companheiro fala. Eu acho que não é entrando contra um companheiro que tem uma posição ou sendo agressivo com um companheiro que tem uma posição, com a desculpa de que quem está vendo vai ser influenciado ou vai ser não sei o quê... Isso é debatido em todos os canais de todas as formas. O que eu não posso fazer como Senador da República é omitir, é deixar de falar. Eu sou uma pessoa pública agora. Se alguém me perguntar ou me questionar, porque o médico disse que fez para mim, eu vou dizer: "Sim, isso é verdade". "Ué, mas por que você não tornou isso público? Por que escondeu?"

Hoje a minha vida é pública. Uns pedem para tirar a placa preta do carro nossa, do carro de Senador da República, porque é melhor contra assalto, é melhor para não ser reconhecido, para poder trabalhar com mais frequência. Eu falo que eu continuo com a placa preta, para todo mundo saber onde estou e o que estou fazendo.

Então, eu queria pedir ao digníssimo amigo Alessandro Vieira que pudesse puxar um pouquinho aí o freio de mão com os companheiros e não ter uma fala com tanta agressividade, mas continuar com essa técnica, com essa postura de interrogatório, que eu admiro. Eu o admiro como ex-delegado. Agora é um Senador, está como Senador. Mas eu queria que pudesse pensar muito antes de agredir, seja verbalmente... Enfim, é só para reforçar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou reforçar de novo, tá? Se não fosse a primeira dose, porque a segunda veio junto com a própria doença, a própria cepa, mas, se não fosse eu tomar a primeira dose três meses antes, com toda a certeza eu estaria hoje, no mínimo, hospitalizado. Então, fica aqui clara para todo mundo a minha defesa à vacina; fica clara aqui para todo mundo a minha defesa à vacinação.

Pronto, eu espero que esteja claro.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado a todos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, apenas para rapidamente registrar: não há nenhuma intenção de ataque a colega nenhum...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... e que não tenho a preocupação do Senador Marcos com relação à placa preta, branca ou azul. Eu não uso carro oficial.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão, eu acho, para ficar bem claro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não se trata de nenhuma agressão a nenhum colega, mas se trata de prestar as corretas informações que a ciência ampara nos dias de hoje, para que esta CPI, que investiga os crimes cometidos e o agravamento da pandemia no País, não se torne também uma CPI da desinformação.

Um, não existe tratamento precoce para covid. O tratamento precoce que existe – único – é uso de máscaras, álcool em gel, medidas preventivas de isolamento. Dois, o que enfrenta e derrota covid é vacina, ponto final. Fora disso, é desinformação. E, assim, em especial colegas... Respeitamos as posições de quaisquer colegas aqui, mas, em relação à ciência, não existem dois lados; em relação à vida humana e à saúde dos brasileiros, não existem dois lados.

O próprio depoente do dia de hoje registrou, aqui nesta CPI, que o medicamento produzido pela empresa dele não é para tratar a covid. Então, é a insistência em relação a isso que tem sido questionada e que tem sido denunciada; e é dever desta CPI esclarecer. Não existe tratamento precoce, e isso está comprovado pela ciência. O tratamento que existe são as medidas que a ciência ampara e a vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O próprio Ministério da Saúde hoje não indica nada nesse sentido. E eu entendo que seja a autoridade máxima sanitária do País. Então, quem somos, não é?

O senhor deseja falar? (*Pausa.*)

Nós temos aqui... O Senador Izalci não está *on-line*, o Senador Fabiano Contarato também não. Então, nós podemos passar para a Senadora Zenaide Maia.

Senadora, adiantando aqui a tua fala, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sra. Presidente Soraya.

Colegas Senadores, vocês que estão nos assistindo, eu vou fazer só uma pergunta, porque todas... A gente, quando fica no final, quase todo mundo... O convocado já está sabatinado.

Sr. Jailton, o senhor chegou, alguma vez, a sentar com José Alves – porque a gente já está sabendo que o José Alves é quem realmente deveria estar aqui para ser sabatinado – sobre a deslealdade de os senhores pagarem, patrocinarem campanhas a favor de um medicamento sem eficácia terapêutica – como, em março do ano passado, já se sabia?

Gente, vamos deixar claro: o mundo não pode estar errado, Sra. Presidente. E outra coisa: não dá para a gente ficar mostrando aqui à população que estamos politizando. É politizado, sim. Quem definiu politicamente que queria uma imunidade de rebanho natural, independentemente do número de pessoas que fossem morrer? A Presidência da República, seja orientada por alguns médicos ou não.

Quem foi que estimulou e continua estimulando as aglomerações, o não uso de máscara, enfim, estimulando o uso de medicamentos sem eficácia comprovada?

Quem foi que decidiu politicamente – essas decisões são políticas, gente – não comprar as vacinas, mesmo oferecidas em tempo hábil? No ano passado, já tinham essas negociações tanto com o Instituto Butantan como com a Pfizer. Isso foi uma decisão política da Presidência da República. As decisões são políticas!

Quem decidiu não investir em campanhas informativas em grandes meios de comunicação para propagar o que a ciência diz?

É como o Senador Randolfe diz, tudo bem, aqui eu não vou condenar A, B ou C. Aqui a gente não está para condenar médicos, mas eu sou médica, gente. O curso de Medicina é um curso de aprendizado do que a ciência já descobriu, Senadora, não é tatear, não é às cegas, e me preocupa quando aqui informam, por exemplo, que um psiquiatra diz que um ansiolítico é usado para diminuir o peso. Claro, porque a gente sabe que a ansiedade, na maioria dos pacientes, faz com que ele sinta mais fome e se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimente mais. Isso não é uma descoberta científica, não é aleatório. E o médico não é Deus, eu sou médica, e a grande maioria... Eu tenho um respeito muito grande, porque são eles que estão na linha de frente, juntamente com todos os trabalhadores da saúde, salvando vidas. Agora, não dá o direito de eu prescrever... Eu insisto aqui: nós não podemos fazer experiência como foi feito principalmente em Manaus, usando medicamentos sem eficácia num momento em que os pacientes precisavam de oxigênio.

Quem dera que a gente tivesse um medicamento precoce para essas viroses, mas, na prática, a gente praticamente não tem. O medicamento é manter o paciente bem enquanto o vírus passa aquele período pelo organismo, tentar salvar. É isso que tem que ser feito.

Vacina, gente! E as vacinas, como mostrou o colega Marcos do Val, evitam que tenhamos os casos mais graves e nós tenhamos aí novas cepas. Vacina, uso de máscara, higienização das mãos e distanciamento. Esta CPI tem obrigação de ficar falando isso tudo. E não é aqui querendo criminalizar A, B ou C, é porque não tem como deixar de criminalizar aqueles que foram responsáveis pela maioria das mortes dos 564 mil, mais de 564 mil brasileiros e brasileiras.

E mais senhor, antes de o senhor me responder sobre isso. O lucro, como mostrou o Senador Alessandro... A empresa é para ter lucro, mas o que foi feito contra o povo brasileiro... Para mim, o mais grave não foram as doses altíssimas que levavam à insuficiência hepática aguda. O mais grave foi dar falsa esperança, impressão ao povo brasileiro de que, tomando esses medicamentos, não teria a doença ou se a tivesse não seria grave. E não é assim.

A gente sabe que a ciência estudou, e não tem alteração. Graças a Deus, a grande maioria das pessoas tem a forma leve, independentemente de tomar esses medicamentos, hidroxicloroquina, ivermectina. Quem dera, gente, que a gente tivesse um medicamento realmente pra essas viroses.

Então, povo brasileiro, a CPI está de parabéns, está prestando um serviço à população, mostrando que poderiam ter sido evitadas milhares de mortes. Não teríamos mais de 50 mil, como o IBGE está mostrando aí, Sra. Presidente, órfãos neste País.

Então, a ciência... Ninguém pode estar acima da ciência. As pessoas estudam esse... Os cientistas conseguiram vacinas em um ano, coisa que a gente nunca viu, pra salvar vidas. E cabe a nós aqui divulgar: são as vacinas, não escolha que tipo de vacina, não ouça – eu tenho que dizer – o Presidente da República, não ouça, porque ele desmerece as vacinas, ele não respeita a ciência quanto a distanciamento social, uso de máscara, higienização das mãos. Ele estimula isso aí. E isso gente... Me desculpe, mas isso é criminoso, é não querer salvar a vida das pessoas.

E, digo mais, aqui ninguém entrou pensando que iria encontrar, porque pra mim doeu muito mais não só saber que o Presidente não quis comprar... Eu não boto culpa no Ministério da Saúde, porque, na verdade, o Ministro da Saúde é o Presidente, quem não fizer o que ele quer ele tira. É uma prerrogativa dele. Então, o que acontece? Por que o Ministério da Saúde não pode fazer uma propaganda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecedora pra população? Como ele vai fazer que use máscara se o próprio Presidente disse que não é pra usar? Não é simples. Aqui a gente está mostrando à população, investigando quais são as ações e as omissões, que são muitas. Isto aqui está comprovado, gente: a maioria dos óbitos poderiam ter sido evitados.

E sabe o que é que dói também, Soraya? É que é um país rico, que tinha dinheiro pra comprar vacina, que tinha dinheiro pra se antecipar comprando *kit* intubação ou ter oxigênio em Manaus antes de faltar. Então, nesses países mais pobres que dependem da Organização Mundial de Saúde e que precisam que os outros doem, se justifica, mas, na décima economia do mundo? O próprio Congresso Nacional liberou 20 bilhões – e quantos bilhões ele quiser – pra salvar a vida do povo brasileiro.

Então, colegas Senadores aqui da CPI, povo brasileiro, a ciência diz que temos que continuar usando máscaras; a ciência diz, sim, que a gente tem que se vacinar, porque ainda é a única maneira de salvar vidas, e a prova está aí. Quantos morreram esperando um leito de UTI e agora os leitos estão vagos? A ciência diz que precisa manter o distanciamento. Eu sei que não é simples, mas precisamos fazer, apesar... Você pode... Aqui eu não estou... Aqui não é uma campanha de direita ou de esquerda. Aqui é uma campanha...

Esta CPI são Senadores que resolveram dar as mãos, pelo menos frear esse número de mortes e mostrar que realmente poderiam ter sido evitadas. As vacinas poderiam ter sido compradas, porque o recurso não faltou – poderiam ter sido compradas. As campanhas grandes mostrando o que a ciência recomendava – e ainda recomenda – no mundo não podem estar erradas. O mundo está conspirando? Nós não estamos conspirando, tem culpados e têm que ser punidos. Eu vejo aqui muitos lutando por uma condenação em segunda instância. E quem condenou as pessoas a morrerem intencionalmente vai ser condenado em que instância? Em que instância é isso? – porque condenou, essas pessoas foram condenadas.

Então vamos: quem hoje ainda insiste em prescrever – e, mesmo, prescreveu, porque é desde março do ano passado – medicamentos não eficazes, dando a falsa segurança de que não tem a doença e que se tiver vai ser simples, por favor, vacina, gente! Esse povo tem que acionar a Defensoria Pública do mesmo jeito, porque são eles que ainda defendem os mais carentes e vulneráveis e que estão ou foram deixados à deriva.

Então, por favor, vamos respeitar a ciência e vamos tomar as vacinas. Independentemente do gestor, diga "não" aí, diga "não"! E essa CPI vem mostrando ao povo brasileiro um grande serviço, porque senão ninguém ia saber que realmente uma quantidade imensa de brasileiros e brasileiras não teriam morrido e não teríamos tantos órfãos crianças e adolescentes deste País.

Obrigada, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma pergunta ao Sr. Jailton Batista. O senhor chegou a falar com o Sr. José Alves alguma vez?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Sim, claro. Sim, Senadora, é claro que as ações da nossa empresa são discutidas pelos nossos diretores. Sim, isso acontece.

Eu quero também – nós, da nossa empresa – me solidarizar com seus argumentos em relação à vacinação. Até que nós também, à guisa de cuidar dos nossos funcionários, dos nossos familiares, também somos defensores da vacinação e a estimulamos na nossa empresa, dentro de um programa de lá do Estado de Goiás, que tem uma política de incentivar as indústrias de maneira que não prejudique a economia do Estado, para que os operários, os funcionários todos sejam vacinados. E nós somos os primeiros a incentivar o nosso corpo de funcionários a também proceder à vacinação, porque achamos que essa é a melhor maneira de a gente superar o mais rápido possível essa tragédia da pandemia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A ivermectina não é eficaz na covid-19.

Eu termino assim, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Requerimento 1.330, que requer a realização de acareação entre o Ministro Onyx Lorenzoni e o Deputado Federal Luis Miranda.

Diante da relevância e da urgência do tema, vamos colocar em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo a palavra à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Jailton Batista, boa tarde a todos que estão nos acompanhando.

Eu gostaria de saber, Sr. Jailton, quando os senhores iniciaram o investimento no aumento da produção de ivermectina e de outros medicamentos e vitaminas para o tratamento do covid, isso foi baseado em quê, exatamente? Em quais estudos?

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senadora, o nosso processo de investimento, aumentando a nossa capacidade de produção, nasceu lá em 2017. Nós estamos num planejamento desde 2017, 2018, 2019, e ele deve ir até 2023...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Em relação ao covid-19: por que vocês aumentaram em relação ao covid-19? Não se falava em covid-19 em 2017.

O SR. JAILTON BATISTA – Sim, em 2019 ainda não tinha demanda de nenhum produto para covid. A gente continuou a expansão do nosso parque fabril, e ela só termina em 2023. É um processo, não foi em função da pandemia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas e quando vocês então iniciaram a propaganda e o aporte de recursos relacionando ivermectina com covid? Foi baseado em que tipo de estudo?

O SR. JAILTON BATISTA – Isso aconteceu apenas um mês, foi em fevereiro 2021 que houve a publicação. Como eu já reiterei, ela foi uma ação exclusivamente de um grupo de médicos, nós não fizemos nenhum estudo. Nós apoiamos a publicação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É, depois o senhor peça para o seu advogado lhe explicar o que é responsabilidade solidária, porque se você investe numa campanha publicitária seja de quem for, como vocês investiram em propaganda desses médicos aí, sei lá, pela vida, mas aí existe uma responsabilidade solidária de quem paga, de quem banca.

Enfim, mas então o senhor está me dizendo que vocês passaram a propagar ivermectina para a covid com base em nada, com base em nenhum estudo científico, é isso? Vocês investiram, aumentaram a produção, mas não tinham uma base científica, teórica, para tomar essa atitude dentro da empresa.

O SR. JAILTON BATISTA – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Desde 2017 vocês já estavam com essa programação de aumentar absurdamente a fabricação de ivermectina, é isso?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, não, a demanda de ivermectina começou, ampliou a partir da eclosão da pandemia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Isso, exatamente aqui que eu quero que o senhor fale para mim, com base em que exatamente?

O SR. JAILTON BATISTA – O aumento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual é o estudo em que vocês decidiram: "Ó, hoje nós aqui descobrimos, com base nesse estudo," – lá atrás, tá, lá no começo do covid – "que ivermectina seria um remédio bom para resolver o covid". Quando? Qual foi o documento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAILTON BATISTA – Senadora, nós atendemos a uma demanda do mercado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** A demanda do mercado.

O SR. JAILTON BATISTA – Foi a demanda que nos impulsionou a elevar a nossa produção.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Foi uma demanda, não foi um estudo, certo? Foi uma demanda de mercado, não existe um estudo científico.

Porque, quando você tem uma doença, uma virose, sei lá o quê – não é minha área –, e aí você sabe que a comunidade científica indica tal medicação, já fez testes, já publicou, aí você começa a produzir um medicamento para aquela determinada doença. Aí o senhor está me dizendo que não foi com base em estudos científicos. O senhor está me dizendo que foi uma demanda de mercado?

O SR. JAILTON BATISTA – Foi exatamente, os médicos passaram a prescrever o produto, e isso aumentou a demanda pelo produto. Nós só fabricamos o produto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E aí vocês investiram. O.k.

O SR. JAILTON BATISTA – Nós só fabricamos o produto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Aí a gente vê... E agora, em 2021, vocês intensificaram, no mês dois. E, neste momento, vocês estão ainda com essa produção tão aquecida? E qual é a programação de investimento em mídia para agora em diante

O SR. JAILTON BATISTA – Não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Neste... Mídia igual. Vocês têm uma programação, certo?

O SR. JAILTON BATISTA – Certo.

Nós esclarecemos que nós não fazemos propaganda médica. Portanto, com essa finalidade, nós não estamos fazendo investi... Não tem planejamento para investir em mídia para propagar ivermectina.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** É, vocês não fazem: R$717.896, e vocês não fazem.

O SR. JAILTON BATISTA – Não, isso não foi propaganda médica. Isso foi financiamento de uma peça publicitária, e a produção nossa a gente planeja de acordo com o impulso do mercado. Isso acontece com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Vocês pretendem continuar investindo tanto na ivermectina e aumentar, inclusive, a produção a partir de agora?

O SR. JAILTON BATISTA – Não, a gente vai investir tanto quanto para qualquer produto nosso se houver demanda. Nós temos um planejamento de investimento que não está focado num único produto. Nós temos planejamento até 2023...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Não, eu vi, eu vi. Tem outros produtos. É que a ivermectina...

O SR. JAILTON BATISTA – São mais de 120 produtos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** ... é o assunto.

O SR. JAILTON BATISTA – Exatamente.

Mais de 120 produtos fazem parte do nosso portfólio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Olha aqui, ó: no dia 5/02 a Vitamedic posta nota – de 2021, tá? –, nota em defesa da ivermectina e afirma que interesses da grande indústria farmacêutica estariam por trás da campanha de difamação do medicamento. Olha só: aí é que entra a *big pharma*, tão falada pelo nosso colega e amigo Senador Heinze – não sei se ele está aqui... Não está. Ele fala muito da *big pharma*. E aí eu já falo... Aí tem uma briga da *big pharma* então, não é? Concorda? Temos uma briga entre as *big pharmas*, porque o remédio pode ser barato, mas quanto custa uma vida, não é? E eu digo para o senhor: esse estímulo à aquisição desse medicamento e de automedicação já levou muitas pessoas a terem hepatites derivadas da utilização desenfreada desse medicamento, certo? Eu mesma tive. Eu tomei ivermectina, comprei acho que de vocês – certo? – e tomei, assim, aleatoriamente. Sou leiga no assunto, acreditei, não precisava de receita, fui à farmácia e tive problema sério de fígado.

Então, quando o senhor disse "alguém estava inquirindo" e o senhor disse que as reações adversas não eram tão sérias, eu estava nos corredores, aqui, do Congresso Nacional, escutando pelo meu celular. Naquela hora, se eu estivesse aqui, eu iria pedir a palavra. Mas o senhor disse hoje aqui que, pelo fato de as reações adversas não serem sérias, vocês investiram. O senhor fala isso de novo? O senhor reafirma isto, que não são sérias as reações adversas do uso desenfreado de ivermectina?

O SR. JAILTON BATISTA – Senadora, eu não estou falando de uso desenfreado. Estou falando que o uso regular, de acordo com a bula, de acordo com a orientação médica, não temos registro de histórico de reações adversas graves dessa medicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quando o Sr. José Alves Filho, proprietário aqui da Vitamedic, fala nos seus pronunciamentos, nas suas *lives*, a gente vê que ele nem sequer fala sobre a posologia correta. Porque a posologia correta – que alguém me corrija aqui – para uma espécie de vermífugo, que é o caso, um antiparasitário, a gente recebe a orientação médica de tomar de seis em seis meses, uma vez por ano, e muita gente passa mal, não é? Mas as pessoas estão tomando diariamente esse medicamento. Então, é muito grave! E eu não vi aqui ninguém dando receita – esse calhamaço aqui de informações que vocês passaram na mídia e em notas em jornais, em tudo o mais aqui –, dizendo para tomar cuidado na posologia, no mau uso. Não: está dizendo que cura a covid.

Então, graças a Deus, eu estou aqui, estou viva, mas esse tipo de medicação não salvou as 18 milhões de vidas que estão ali. Eu sou uma daquelas vidas que estão naquela placa que não foi salva com isso aí. Pelo contrário, se não tivessem mandado eu parar, ou falassem "oh, acorda, porque o problema que você está tendo é em relação à ivermectina", eu ia continuar, mas, graças a Deus, eu fui muito bem atendida. Então, isso é muito sério.

E eu vejo... Porque não é errado, Sr. Jailton... É errado... Não é pecado errar; errar é humano, mas o que nós não podemos é persistir no erro. Eu vejo que muitos Parlamentares, muitos políticos, muita gente que antes defendia, e defendia em suas redes sociais – tem até aqui nomes que hoje foram citados –, não citam mais, não fazem mais essa defesa deste tratamento. Não fazem mais por quê? Porque errar é humano, nós não podemos persistir no erro, continuar errando.

Porém, quando a gente tem todo um... Leva pessoas a agirem de uma forma que seja perigosa, nós precisamos frear esse tipo de ocorrência. Nós que não somos da área médica precisamos de informações legítimas, fidedignas da ciência – da ciência! Eu me atrevo a falar na minha área, e, mesmo assim, a gente precisa continuar se atualizando diariamente para que a gente não fique para trás; a ciência é a mesma coisa.

Naquele momento nos diziam que era isso, nós acreditávamos, mas, neste momento, precisamos fazer a informação correta e a contracampanha. Isso é muito sério! Quem deveria estar aí – eu acho que passou uma rasteira nesta CPI – seria o Sr. José Alves Filho, que com certeza deverá ser ouvido nesta CPI.

E aí, o que vocês precisam é começar a fazer a campanha contrária – a campanha contrária, dizer, se retratar e dizer que não... O senhor acabou de me dizer que o senhor não tem base científica, foi apenas uma demanda de mercado em que o senhor, em que a empresa se baseou para aumentar a sua produção. E que produção!

E eu pergunto para o senhor: eu já vi que o Governo Federal não comprou de vocês, mas eu vi que vocês venderam para Municípios e venderam para Estados, porque isso aí estava sendo doado pelo poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

público nos Municípios e Estados. Eu gostaria de saber do senhor se vocês já informaram a quantidade e quais são os Municípios e Estado que adquiriram.

O SR. JAILTON BATISTA – Houve uma demanda do Senador Humberto Costa. Ele pediu as informações e os volumes que nós vendemos para Município, Estado e União. Essa informação nós passamos à Comissão da CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Já informaram?

O SR. JAILTON BATISTA – Já.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Mas a maior venda foi para Municípios?

O SR. JAILTON BATISTA – Direto, não. Foi pouco, não foi muito. Nós não vendemos pra... Foram poucos Municípios. E também Estado foi apenas um. Nós vendemos, em grande parte do Brasil, foi para as empresas privadas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O.k.

O SR. JAILTON BATISTA – ...para as distribuidoras e redes de farmácias.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Agradeço.

Eu gostaria que vocês passassem aquele vídeo do – mais uma vez, são poucos segundos – Sr. José Alves Filho.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O.k. "Encontrássemos um caminho da adoção do atendimento precoce". Forçar um caminho. Isso significa que estão manipulando a comunidade científica no intuito de encontrar um caminho pra venda desenfreada desses medicamentos, ou seja, se o senhor, como falou pra mim agora, não... Se vocês não se basearam em estudos científicos, vocês criaram uma demanda, vocês enganaram a população brasileira, pegaram... "Ah, eu sou fabricante de ivermectina, vi que lá não sei em que lugar do mundo estão falando e estão fazendo um teste, que ainda não tem nada certo... E vamos... Já que eu fabrico isso aí, vou me aproveitar". E criaram, forçaram uma demanda de mercado, enganaram os leigos, enganaram gestores – enganaram! –, enganaram, inclusive, médicos.

Então, aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós conseguimos ver que existe um veio da tal da *big pharma*, da indústria da doença, buscando, forçando o uso de um medicamento para uma determinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia, forçando. Este é um veio. Enganaram brasileiros, enganaram gestores, por que não? Eu sou leiga. Então, se falar pra mim: "Ah, vai tomar lá...". Hoje em dia eu estou freando muito, mas eu vou na onda, é um erro meu. Então, eu digo para as pessoas: não façam isso, porque sofrer de abuso de ivermectina... Eu posso falar porque eu sofri.

Então, eu só peço a Deus que tenha piedade, compaixão de vocês. Que vocês revertam os investimentos – dobrado, triplicado – que usaram para desinformar a população e que informem corretamente agora. E, por favor, Sr. Relator, Sr. Presidente, que possamos ouvir este Sr. José Alves Filho, que passou uma rasteira nesta CPI. Eu fico envergonhada com isso, mas a gente já pegou o fio da meada. E gestores foram também enganados pela *big pharma*, não é? Sem generalizar, sem generalizar, porque aqui nós somos direto generalizados, não é? "Todo político é assim, todo político é assado". Não, não é toda indústria farmacêutica que age dessa maneira, mas aqui me parece que temos elementos suficientes pra saber, já de antemão, que a coisa não está brincadeira e o mar não está pra peixe para os senhores. E peço a Deus que abençoe as 564.890 famílias. Sabe-se lá quantos se intoxicaram de ivermectina por causa desse tipo de comportamento de gente que só pensa no seu, só pensa em lucrar e suja as suas mãos de sangue, dane-se o resto do País, dane-se o planeta.

Muito obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Soraya, cumprimento V. Exa. pela inquirição e, já acatando, inclusive, o encaminhamento de V. Exa., quero comunicar que esta CPI deverá analisar ainda esta semana o requerimento também de convocação, agora sim, do Sr. José Alves.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De convocação. Perfeitamente, acatando inclusive o encaminhamento e a recomendação de V. Exa.

Próximo inscrito, Senador Izalci Lucas, pelo sistema remoto.

Senador Izalci? (*Pausa.*)

Senador Izalci não está.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Também não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Fabiano Contarato? (*Pausa.*)

O Senador Fabiano Contarato também não está.

A Senadora Zenaide já falou.

Senador Jean Paul Prates. Então é o último inscrito do depoimento de hoje.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Como sempre, como a Senadora Zenaide assinalou, chegamos ao final aqui do depoimento com muitas das perguntas esgotadas, mas, se é possível fazer um resumo geral da coisa aqui hoje, é espantosa, não é? Porque nós temos desde Parlamentares querendo confundir os conceitos, querendo alegar, como há meses ainda colava essa história, que a pandemia estava sendo politizada em função das coisas, dos medicamentos, da discussão sobre medicamentos. Fico feliz em ver que a CPI retorna a esse assunto, porque esse assunto é, sim, objeto de investigação e um dos itens que levaram à criação, ela mesma, desta CPI. Não é por outra razão – e a CPI está sendo cabal em comprovar – que o Brasil tem cinco vezes mais mortes do que a média mundial, levando o critério de proporção junto à população.

Nós não estamos aqui criminalizando o Ato Médico, absolutamente. Nós estamos investigando crimes, isso sim: crimes de charlatanismo, crimes de exercício ilegal da medicina, crimes de lucrar com a tragédia do covid, dando segurança às pessoas com medicamentos comprovadamente ineficientes.

Está aqui o Sr. Didier Raoult, mais uma vez: agora parece que ele investiu em, segundo a revista *Le Point*, testar o Vick VapoRub para o covid. Isso é de agora. Ele continua insistindo em teses fajutas. Essas teses fajutas, minha gente que nos ouve, elas têm um e somente um propósito, o Senador Alessandro salientou muito bem: fazer as pessoas, desde meados da pandemia, sentirem o conforto de saírem e ter uma vida normal. Normalmente, pessoas simples, humildes, precisam trabalhar, força bruta de trabalho, e não por acaso os medicamentos escolhidos foram os medicamentos que são muito familiares a essas pessoas, a essas partes do mundo: medicamento pra verme, medicamento para malária, agora até o Vick VapoRub – e a própria Vick VapoRub, a própria fabricante mais uma vez se apressa em negar qualquer tipo de eficiência desse medicamento.

Então, é disto que está se falando aqui: de oportunizar a pandemia – olha que coisa horrorosa isso aqui – em igrejas, em eleições, em redes sociais, em propaganda oficial do Governo Federal e até na própria inércia dos conselhos e associações médicas, Sr. Presidente, que nós teremos também que inquirir e perguntar por que não tomaram providências. Uma coisa era a ignorância geral e o desespero inicial em 2020, vamos tolerar aí até meados de maio, junho; outra coisa é gente que oportunizou e até agora, como constatou o Senador do Val, continua receitando esses medicamentos como uma forma de cura ou alívio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o covid. Isso não é prática de sociedade, isso não é chá de capim-santo, não há como comparar essas coisas. Isso é charlatanismo, isso é malícia pura, isso é maldade, isso é crime.

Eu queria fazer perguntas aqui ao depoente sobre a política de *marketing* da Vitamedic.

Essa Vitamedic tem mais de 40 anos, Presidente. Pertence ao grupo José Alves hoje, desde 2015. Anteriormente, tinha o nome de Vitapan e foi propriedade nada menos do que de Carlinhos Cachoeira. Segundo a Polícia Federal, era usada pelo contraventor para lavar dinheiro de esquemas e jogos ilegais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – A origem não é boa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Segundo as informações do *Valor Econômico,* o faturamento total da Vitamedic em 2020 teria sido de 422 milhões, um salto de 200% – 200% – em relação a 2019, impulsionado claramente pela venda de ivermectina.

Eu quero saber que prática de publicidade, que política de *marketing,* senhor depoente, tinha a Vitamedic? Porque aqui na CPI agora ficou comum essa coisa de responder estranho. "O senhor estava no jantar...". Ontem eu ouvi: "O senhor estava no jantar com alguém?". "Não, não estava". Aí aparece a foto do jantar, o cara diz: "Não, era um almoço". Ora, pelo amor de Deus! Isso é fazer todos nós, inclusive o público, de palhaço. Eu acabei de ouvir outra resposta à Senadora Thronicke dessa forma: "O senhor investiu em propaganda médica?". "Não, eu só financiei uma peça publicitária". Pelo amor de Deus!

Eu quero saber: o senhor financia publicidade de fato, trabalha com publicidade e canais de influenciadores digitais? "Sim" ou "não"? De qualquer forma, em dinheiro, em contrapartida, em venda, em caixinha de ivermectina. Como é que o senhor trabalha a sua política de *marketing*? O senhor paga pessoas ou empresas como: Alexandre Garcia, Leda Nagle, Ana Paula Henkel? Conhece essas pessoas? Brasil Sem Medo, Allan dos Santos, Conexão Política, Paulo Eneas, Crítica Nacional? Já ouviu falar dessas pessoas? Tolentino Filho, Jornal da Cidade, Renova Mídia? Arthur Weintraub, o senhor conhece pessoalmente? Já tratou com ele? Filipe Martins? Eu gostaria que o senhor me esclarecesse a respeito da relação institucional e da política do uso de *marketing* para as suas operações, os seus trabalhos, por favor.

O SR. JAILTON BATISTA (Para depor.) – Senador, só pra esclarecer, a origem da nossa empresa é anterior... Ela tem mais de 40 anos. Teve um período em que ela pertenceu a esse acionista e ela pertenceu a um empresário chamado Lucimar de Melo anteriormente, no início da sua fundação. Depois, o grupo realmente comprou a empresa, mudou completamente a administração e implementou lá uma nova filosofia de trabalho.

Segundo, quando eu falo em propaganda médica... A propaganda médica enseja um conjunto de ações sistêmico de visita ao médico periodicamente para você divulgar os seus produtos. Isso se chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propaganda médica, isso nós não fazemos. Não podemos confundir propaganda médica com a publicação apenas de um estudo médico, com uma atividade deliberada de fazer visitação e ativação junto aos médicos. Nós não fazemos propaganda médica, é nesse sentido que eu quis dizer.

Depois, sobre as personalidades e donos de *sites* que o senhor citou. Nós não temos realmente, não patrocinamos e não tivemos nenhuma ação com esses *sites*. São *sites* que têm sua autonomia e eles dizem o que querem, estão nas redes sociais. Nós não fizemos... Não patrocinamos Alexandre Garcia, Leda Nagle ou qualquer outro *influencer* digital para difundir os nossos produtos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Como é que o senhor gastou, então, esses R$300 mil de campanha publicitária? Para quem foi?

O SR. JAILTON BATISTA – Não foi campanha publicitária, foi apenas o financiamento de um anúncio, única e exclusivamente um anúncio publicado uma única vez.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em que canais mais ou menos?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Jean Paul, só um minutinho.

Sr. Jailton, foi um anúncio publicado nos principais jornais do País.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para não relativizar o tamanho da publicação, o impacto da publicação e o que foi gasto na publicação: como o senhor mesmo já prestou informações a esta CPI, foi publicado no jornal *O Globo*, no jornal *Valor Econômico,* em *O Povo,* em *O Dia,* enfim, numa infinidade dos principais meios de comunicação deste País. Então, é só para deixar claro que não foi um anúncio qualquer.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O senhor utiliza intermediários para pagar ou financiar patrocínios, como a Pátria Comunicação Ltda.? O senhor usa alguma agência que não deixe claro ou que permita que fiquem indiretamente mencionados os nomes dos *sites* ou os nomes dos beneficiários dessa publicidade? O senhor tem uma agência de propaganda?

O SR. JAILTON BATISTA – A agência Pátria é a agência que atende a conta da nossa empresa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores poderiam, e o Presidente vai me ajudar aí presencialmente... Poderíamos receber de V. Sa. a lista completa, inclusive do que foi pago através da agência, para a gente poder constatar como foi essa campanha publicitária?

O SR. JAILTON BATISTA – Esses dados, eu já forneci esta manhã à Comissão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, muito bem.

O senhor... Para terminar: a relação com esse movimento Médicos pela Vida, como é que funciona isso? É para a gente entender.

O SR. JAILTON BATISTA – Já esclareci também: foi no financiamento de divulgação desse documento e na estruturação de um *site* do Médicos pela Vida a que nós demos apoio.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o *site* iMed?

O SR. JAILTON BATISTA – É o *site* do movimento, da associação Médicos pela Vida, através da universidade, da qual também faz parte o grupo que controla a nossa empresa. A gente deu apoio para que houvesse uma estruturação melhor do *site*.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a Unialfa, o Centro Universitário Alves Faria?

O SR. JAILTON BATISTA – Exatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esse centro não tem nenhum curso superior ligado às ciências biológicas. Por que ele teria interesse em fazer uma plataforma voltada aos médicos?

O SR. JAILTON BATISTA – Isso foi no contexto só de apoio de tecnologia, já que a universidade é voltada para a ciência e tecnologia. Assim como ela fez, também tem outras instituições a que ela também deu apoio. Posso citar aqui a Associação Comercial, alguns conselhos profissionais e tal. A empresa faz isso, a universidade faz isso dentro do contexto do seu programa de apoiar divulgação de artigos científicos ou estudos. É nesse sentido. Tem outra?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor disse, agora há pouco, numa outra resposta, que alega: "Nós só fabricamos o produto", aspas. Mas não é verdade, não é, amigo? Porque vocês tiveram... O faturamento subiu, como eu mencionei aqui, da empresa como um todo, mas ivermectina, especificamente, teve um aumento de 1.229%, de 2019 a 2020. O senhor não fabrica só o produto; o senhor se beneficia das campanhas que organiza, direta ou indiretamente, para que esse remédio seja vendido muito mais do que o normal para o fim a que ele se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destina e ao qual, inclusive, faz referência a própria fabricante original, a Merck, da Alemanha, que soltou uma nota justamente para evitar processos que vocês vão receber, certamente, processos judiciais, por se beneficiar dessa falsa informação, dessa desinformação de que a invermectina teria algum efeito em relação à covid, porque, se não fosse isso, certamente, as vendas estariam no mesmo crescimento orgânico de sempre. Esse pico de vendas e, portanto, de lucro e de benefícios para a sua empresa, apesar de a nota da origem, da *holding* ser em contrário, resultará, certamente, em processos bastante volumosos contra a empresa de vocês. É bom só para ter a noção disso aí.

O Senador Otto também apresentou nomes de médicos que receberam pagamentos da Vitamedic. Eu também acho que seria bom solicitar, pela CPI, a relação dos profissionais de saúde – profissionais de saúde – que fizeram qualquer tipo de contrato para levantamento de dados ou, de alguma forma, foram remunerados pela Vitamedic, em função da história da ivermectina.

Enfim, mais uma vez, como todos nós aqui, racionais e presos à realidade, reconfirmo que não existe tratamento precoce para a covid – não existe – e o que salva é vacina. É bom a gente falar isso várias vezes; a gente está sendo repetitivo propositadamente. Aqueles que financiam teses faltas, e financiaram, pagarão pelos seus crimes com certeza.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates.

Só para... Antes de concluir a inquirição de hoje, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, só para informar também que o chamado... Foi falada e foi dita muito aqui a tal autonomia médica. Só destaco que o TrateCov foi adotado exatamente tendo como uma de suas orientações obrigar os médicos a adotá-las. Então, para todos aqueles que argumentaram aqui pela chamada autonomia médica, não tem nada que tenha ofendido mais a autonomia médica do que a adoção desse famigerado TrateCov, que, entre outras coisas, recomendava o uso de cinco comprimidos de ivermectina por dia durante cinco dias – entre outras coisas –, e foi deixado claro nesta CPI o quão criminosa é essa recomendação nesse dito aplicativo que foi utilizado, que utilizou, lamentavelmente, os manauaras, a população do Amazonas, como cobaia.

Complementarmente, também acho que ficou claro... Sr. Jailton, quero reiterar o já foi dito aqui por várias Senadoras, como a Senadora Soraya, e por vários outros Senadores: não era o senhor para estar aqui; quem deveria estar aqui era o Sr. José Alves, e ele estará, ele fatalmente virá a ser convocado por esta CPI. Mas, mesmo com sua presença aqui, o seu depoimento foi muito esclarecedor sobre o papel dessa empresa, em especial para esclarecer a todos que estão assistindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que o tratamento para a pandemia, para a covid, até hoje desenvolvido pela ciência é somente um, a vacina, e, fora disso, as medidas preventivas recomendadas amplamente pela ciência. É essa a medida necessária para evitarmos, todo dia, que esse dramático e trágico número aumente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 41ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convoco-os para o depoimento de amanhã do Deputado Federal Ricardo Barros, às 9h30, e declaro encerrada esta sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Jean Paul Prates, Mailza Gomes, Simone Tebet, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Ricardo Barros**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Ricardo Barros, em atendimento ao requerimento 976/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Srs. Senadores, Sras Senadoras, havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

Esta reunião destina-se a ouvir o Deputado Ricardo Barros, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Sr. Deputado, V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade em tudo que souber e lhe for perguntado?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V.Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu recebi há pouco no meu gabinete a Presidente e a Vice-Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, a Sra. Rivana Ricarte e a Dra. Rita Lima. Elas ressaltaram a importância do trabalho da CPI e vieram reafirmar o compromisso da Defensoria Pública dos Estados e do Distrito Federal na defesa do direito à saúde da população brasileira vulnerável. Informaram que os defensores dos Estados e do Distrito Federal já iniciaram um debate sobre as medidas a serem adotadas em razão das irresponsabilidades para com os consumidores brasileiros vitimados pela indicação indevida de medicamentos ineficazes para o tratamento da covid-19. A associação se comprometeu a mobilizar suas comissões de defesa da saúde e do consumidor para traçar estratégias de defesa das pessoas vulneráveis atingidas por esta política irresponsável no tratamento da covid-19.

Eu fico muito feliz que um órgão tão importante como as defensorias públicas brasileiras, que estão nos Estados e no Distrito Federal, possa nos ajudar, principalmente em relação ao depoimento deprimente de uma indústria farmacêutica que produziu Ivermectina, que teve um aumento de 200 milhões de faturamento para 530 de faturamento, em um ano, baseado numa ineficácia de um medicamento que foi propagado irresponsavelmente por muitas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As defensorias públicas fazem o seu papel neste momento, contribuindo para aqueles brasileiros vulneráveis que, muitas vezes, sem conhecimento, adotaram a prática de comprar esse remédio, tomar esse remédio e, mesmo assim, foram a óbito, e hoje essas famílias sentem a perda desses familiares, muitas vezes por irresponsabilidade disso.

Nesse sentido, eu fico muito grato, porque a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos pode contribuir com a CPI.

Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Sr. Presidente, o senhor depoente do dia de hoje, Deputado Ricardo Barros, notificou este membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, extrajudicialmente, nos seguintes termos – me permita aqui declinar –, sobre reportagem realizada esta semana pelo programa jornalístico da TV Globo Profissão Repórter. Teria este depoente, e este depoente assim o fez, neste programa jornalístico, dito o seguinte: "O *modus operandis* é literalmente igual, integralmente igual. No passado era Global, agora é Precisa. Os sócios da Global são hoje também os sócios da Precisa.

O resultado é o mesmo. No passado não teve medicamentos para pessoas com doenças raras; hoje faltou ter vacina no tempo certo para salvar os brasileiros da covid."

O Senhor Presidente da República mais do que sabe, sabe dos personagens, e é o Senhor Presidente da República que diz para o Deputado Luis Miranda o seguinte: "Quem está envolvido nesse rolo aqui? É esse daqui – e aponta para a foto do Deputado Ricardo Barros, seu Líder do Governo na Câmara dos Deputados. De lá para cá, o Presidente não tomou nenhuma providência, e Ricardo Barros segue como Líder do Governo na Câmara, intocável como Líder do Governo na Câmara." Essa é a minha fala no programa Profissão Repórter.

Pede o senhor depoente no dia de hoje que nós nos retratemos dessa fala nos seguintes termos: "Notifica-se o Senador Randolfe Frederico Rodrigues Alves para que, ainda nesta data, proceda a retratação quanto aos fatos falsamente veiculados por meio da divulgação da seguinte nota de esclarecimento." Pede o senhor depoente que eu faça uma nota de esclarecimento me retratando do que foi declarado no programa Profissão Repórter.

Sr. Presidente, adicionalmente, só aqui acrescentar que, em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Luis Miranda relatou – notas taquigráficas desta Comissão –: "É mais um rolo desse..." E falou o nome da pessoa. Segundo o Deputado Luis Miranda, a pessoa é o depoente do dia de hoje, o Deputado Ricardo Barros. Mais adiante, o senhor depoente Luis Miranda, naquele dia, chegou a dizer o seguinte: "Olha, isso é coisa de um Deputado, ou daquele Deputado."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, diante disso e do que foi dito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu quero acreditar que tanto o senhor depoente quanto a douta banca de advogados que o assessora, que o acompanha, deve ter conhecimento das prerrogativas desta Comissão Parlamentar de Inquérito, deve ter conhecimento total do art. 53 da Constituição da República sobre a garantia constitucional de imunidade por opinião, palavras e votos, imunidade esta garantida, inclusive, aos membros deste Parlamento para que não possam sofrer, em nenhum momento, da parte de qualquer um dos poderosos deste País, qualquer tipo de intimidação. Dito isso, eu acredito que essa notificação não deva ter se prestado a nenhum papel de desconhecimento, porque acredito que uma banca de advogados tão capacitada, obviamente, orientaria o senhor depoente do dia de hoje. Portanto, quero acreditar que se assemelha mais a uma tentativa, fracassada, de intimidação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Diante disso, Sr. Presidente, quero informar ao senhor depoente, olhando para ele, olhando nos olhos, que reafirmo tudo dito no programa Profissão Repórter. Aliás, o dito lá ainda está incompleto, será completado aqui, na minha inquirição a este depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu vou... Até hoje, a CPI... Vamos deixar claro aqui, as acusações feitas contra o Deputado Ricardo Barros foram feitas pelo Deputado Luis Miranda, não desmentidas pelo Presidente da República. A presença do Deputado aqui, baseado... O Presidente poderia ter evitado esse constrangimento para o seu Líder se tivesse desmentido o Deputado Luis Miranda. Não desmentiu. Por isso, a presença do Deputado Ricardo Barros aqui; por isso é que ele foi convocado.

Eu troquei a convocação por convite e expliquei à CPI por que nós trocamos. Porque é uma praxe nossa, fizemos isso com o Deputado Osmar Terra, fizemos isso com o Deputado Luis Miranda. É uma praxe, não muda absolutamente nada. O depoente já fez o seu juramento da mesma forma, como os outros convocados ou convidados o fizeram, prometeu e se comprometeu a falar a verdade. Então, não houve nenhum tipo...

O Senador Randolfe não tirou essas palavras dele, tirou essas palavras do depoente que esteve aqui. Vamos deixar claro isso. Então, a ação movida contra o Senador Randolfe não cabe. Cabe mover uma ação contra o Deputado Luis Miranda e pedir ao Presidente Bolsonaro que desminta o Deputado Luis Miranda, coisa que não fez até hoje.

Eu vou passar, por 15 minutos, a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) **–** Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Pois não, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) **–** O depoente, como qualquer outro depoente que esteve nessa cadeira, pode e deve estar assistido por sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistência técnica, pelos seus advogados, mas, nesta data, ele também se faz acompanhar por familiares, que merecem todo o nosso respeito, mas que não devem estar presentes neste recinto, até por uma questão de respeito à igualdade de tratamento com os demais depoentes e à questão sanitária que preocupa a todos nós. Então, peço a V. Exa. que tome as providências adequadas.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas pra constar que são nossos colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Não, eu não vou... Eu não vou... Eu só vou pedir para que o afastamento aqui seja respeitado, por favor. É uma questão muito complicada, Senador Alessandro. Eu sinceramente vou permitir que eles possam acompanhar o depoente. Eu só peço que haja o respeito aqui, porque nós temos essa preocupação também.

Eu vou passar, por 15 minutos...

Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ontem eu fiquei sabendo, pela orientação, inclusive, do Senador Renan, como Relator, que, a princípio, estaria sendo apresentado um PDL para sustar os atos ou o ato abusivo de poder de um servidor do Ministério da Saúde que, representando um órgão ligado à Secretaria Executiva do Ministério, teria decretado, repito, com abuso de poder, porque nem tem competência para tal, o sigilo de cem anos do contrato da Covaxin. Ontem, no final da tarde, conversando com o Relator, o Relator me informou que ele e mais alguns membros desta Comissão estariam entrando com um mandado de segurança contra essa autoridade.

Eu não sei como responder a isso, Sr. Presidente, a não ser com algo que não é comum de minha parte: além da indignação, com ironia. E eu digo isso, Sr. Presidente e estou interpelando V. Exa., porque, na reunião que tivemos – eu não sou membro –, como o processo era público, alguns colegas me pediram que passasse o recesso olhando as mais de 1,5 mil páginas desse processo. E eu li, reli, destaquei, já estou conversando com os Senadores a respeito das inúmeras irregularidades, para não dizer dos inúmeros casos de crimes cometidos nesse processo administrativo da Covaxin.

Pois bem, agora eu pergunto, de forma irônica: o que eu faço? Devolvo, apago da minha mente, finjo que não li o que li, aguardo a decisão judicial? Porque é irônico. Se não fosse trágico, seria muito irônico. E eu me lembrei... Se me permitir, eu vou aqui responder, talvez pela primeira vez neste Parlamento com ironia, porque eu me lembrei de uma anedota que falam ou que dizem de Rui Barbosa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tinha uma inteligência excepcional. E, como eu não tenho essa inteligência, eu vou ler rapidamente essa anedota e aí fazer a pergunta a V. Sa.

Num determinado momento, dizem que Rui Barbosa flagrou um ladrão de galinha no seu quintal. Ele acende a luz e diz o seguinte: "– Não o interpelo pelos bicos de bípedes palmípedes, nem pelo valor intrínseco dos retrocitados galináceos, mas por ousares transpor os umbrais de minha residência. Se foi por mera ignorância, perdoo-te, mas se foi para abusar da minha alma prosopopeia, juro pelos tacões metabólicos dos meus calçados que dar-te-ei tamanha bordoada no alto da tua sinagoga que transformarei sua massa encefálica em cinzas cadavéricas."

O ladrão todo sem graça, com as duas galinhas, uma de cada lado pergunta: Tudo bem, seu Rui, mas e aí, eu levo ou não levo as galinhas?

E eu pergunto, Sr. Presidente, o que eu faço com tudo que li, com tudo que vi, com todas as irregularidades e crimes que eu vi investigando o contrato da Covaxin? Devolvo a V. Exa. e espero decisão judicial ou vamos passar por cima desse ato abusivo desse servidor público que mandado – e malmandado e mal-orientado – decretou, de forma inconstitucional, o sigilo de um documento que já é público, que já está nas redes sociais e de que metade da população brasileira detém conhecimento. Levo ou não levo as galinhas, Sr. Presidente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que é muito simples. Essa Comissão já tratou de sigilos indevidos colocados sobre documentos que não tinham sigilo. Se o sigilo está fora da lei, se não há competência do servidor para decretar sigilo, portanto, a CPI pode deliberar por retirar o sigilo desses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seguindo a orientação do Senador Rogério Carvalho, eu colocarei em votação a quebra de sigilo desse contrato, que é público, que não tem nada. Como é que vai esconder um contrato? E me explica como Governo tenta esconder um contrato. O que eu fui informado ontem à noite, o Senador Randolfe me informou que a sua assessoria recebeu uma mensagem do Ministério da Saúde... Estou errado, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, V. Exa. pode me auxiliar nisso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Perfeitamente. Sobre esse tema, Sr. Presidente, só para comunicar, ontem o Ministério da Saúde fez contato com a nossa assessoria informando que não se tratava de sigilo, que era, abre aspas, "informação restrita".

Só quero comunicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, por determinação de V. Exa. e do Sr. Relator, esta Comissão Parlamentar de Inquérito também acionou, através da advocacia do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, a Justiça Federal e está sob a guarda da 2ª Vara do Distrito Federal, em Brasília, mandado de segurança para garantir o acesso ao sigilo. Isso, Sr. Presidente, sem embargo de reafirmar aqui a proposta feita pelo colega Rogério Carvalho para que a própria CPI, como fez anteriormente, delibere pela abertura de sigilo desses documentos por incabível, desnecessário e violador do art. 37 da Constituição, sobretudo a partir do princípio da publicidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone, a senhora pode fazer uma boa canja com o contrato porque ele será público.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já fiz, Sr. Presidente. Só vamos servir agora, no momento oportuno.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Simone.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, apenas alertando que um dos princípios que regem a administração pública expresso no art. 37 é a publicidade de seus atos. Nós temos a Lei de Acesso à Informação, nós temos aqui um contrato que versa com o dinheiro público. Então, ordem manifestamente ilegal não se cumpre. Defendo a publicidade desse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação a publicidade do contrato.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Ricardo Barros, por 15 minutos.

Eu peço que o senhor possa expor os seus pensamentos nesses 15 minutos.

Depois, logo em seguida, passarei ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Presidente Omar Aziz, eu gostaria de pedir autorização para distribuir o material, que é a impressão das lâminas que vou apresentar, para que os Senadores tenham mais facilidade, eventualmente, de consultar e pedir... Autorizar a distribuir o material, e pedir se eu poderia fazer uma apresentação inicial de 20 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, primeiro, queria saudar o Senador Omar Aziz, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Senador Izalci, Senador Alessandro, Senador Rogério, Senador Alessandro Vieira, Senador Girão, Senador Fernando, Senadora Eliziane, Simone, Fabiano Contarato, Jorginho Mello, Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze.

Srs. Senadores, obrigado pela presença, porque, para mim é muito importante esta oportunidade que os senhores me dão de esclarecer as questões que envolveram o meu nome nessa questão do contrato da Covaxin. (*Pausa.*)

Então, eu vou primeiro fazer uma apresentação da minha participação como Ministro da Saúde, como foi aqui o Senador Humberto Costa.

Na minha gestão, economizei R$5 bilhões justamente questionando contratos, questionando a forma de compra de medicamentos de alto custo no Governo Federal. Desses R$5 bilhões, 3,7 bilhões foram exatamente na compra de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado Ricardo Barros...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muitos aqui são Senadores de primeiro mandato e não lembram quando o senhor foi Ministro da Saúde. É só dizer a data que o senhor foi ministro, de que Governo, só para a gente...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu fui ministro do Governo Temer de 2016 a 2018, quando me desincompatibilizei para concorrer à eleição de Deputado Federal.

Aqui, nós publicamos um *site,* naquele tempo – eu estou falando isso para o contexto da explicação da Global Saúde – com todos os preços que nós praticávamos, um *site* de acesso público, para que os fornecedores pudessem nos oferecer mais barato do que o ministério vinha comprando esses medicamentos. Na Alfaepoetina, nós reduzimos 120 milhões em uma compra. No Micofenolato de Sódio, 54 milhões em uma compra. No Adalimumabe, 34%; Sofosbuvir, 40% – são medicamentos que o ministério compra em grande quantidade. Tacrolimus, 122 milhões de economia. Spinraza, que era um medicamento de alto custo, um desses que nós estamos tratando, Eculizumab, também 50% – nós conseguimos reduzir o preço de um medicamento que tem patente que só tem um vendedor, então foi uma luta muito grande. Compramos ambulâncias para renovação do Samu. Nosso objetivo sempre foi salvar muitas. E fiscalização.

Esta planilha que está aqui é do Denasus. Eu mandei o Denasus em todas as pessoas que tinham uma liminar de Soliris, casa em casa, para verificar. E aí vocês veem: 28 não foram localizados; 5 não residem no endereço; 6 se recusaram a prestar informação; 13 faleceram, mesmo com o medicamento disponível. Então, há também uma grande... A Polícia Federal eu coloquei para apurar isso, porque é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande conluio de associação de portadores da doença com escritórios de advocacia para assaltar o Erário brasileiro. No caso do Soliris, fizemos economia de R$220 milhões.

Acordo com o Conselho Nacional de Justiça nos permitiu ainda sermos mais eficientes no combate à judicialização, que custa 7 bilhões por ano para os brasileiros. Veja bem isto, Senador Renan: 108 pacientes desistiram da sua liminar. O paciente tem uma doença, ele vai à Justiça, pede uma liminar para ter o medicamento que custa R$1 milhão por ano, Eduardo Braga, e, aí, quando a gente manda fiscalizar, ele desiste da liminar. Obviamente, há fraude nesse processo – 108 desistiram de liminares!

Eu sou Presidente da Frente Parlamentar da Indústria Pública de Medicamentos desde 2015, antes de eu ser ministro, por conta do Tecpar, do Paraná, que é um instituto de tecnologia que eu quis apoiar. Está aí uma reunião dessa frente parlamentar com o Ministro Mandetta, com o Ministro Pazuello, com o Ministro Queiroga. Nós sempre fizemos... Todas essas agendas estão... As fotos estão na agenda do ministério. O Presidente...

Aí vem a situação do Luis Miranda. Finalmente vem aqui o Luis Miranda, faz um teatro aqui e fala que o Presidente falou meu nome. Claro, ele, Luis Miranda, levou ao Presidente a minha fotografia numa matéria do caso Global e, provavelmente, é a esse fato que o Presidente se referiu. Mas eu vou ser correto aqui e agradecer ao Deputado Luis Miranda, porque ele deu muitas entrevistas, ele deu muitos depoimentos, ele foi à Polícia Federal e, em todas as falas do Luis Miranda, ele disse "o Presidente perguntou se o Ricardo Barros estava envolvido na Covaxin", nunca afirmou. Da Global, obviamente, porque ele levou para o Presidente a minha foto com a matéria da Global, mas, da Covaxin, em todos os depoimentos do Luis Miranda, o Presidente perguntou a ele.

Vamos ao vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Então, eu agradeço ao Luis Miranda, porque todos... E isto aqui é a transcrição da fala dele na Polícia Federal. Ele fala de novo: "Vocês sabem me dizer se ele está envolvido no caso Covaxin?" E eles disseram que não. E todas as pessoas que vieram depor aqui também disseram que não, todos que trataram do envolvimento. E o Presidente colocou sua posição dias atrás – não é a entrevista de hoje do Presidente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Muito bem, então, o combate à corrupção está no DNA do Governo Bolsonaro. O Presidente criou, já no Ministério da Saúde, lá em 17 de maio de 2019, com o Ministro Mandetta, a Diretoria de Integridade, e os outros ministérios todos têm núcleos de integridade, e agora o Presidente anunciou o Sistema de Integridade do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, começa essa versão de que o Presidente falou que eu estava envolvido no caso Covaxin e que o Presidente deveria desmentir. O Presidente nunca afirmou e não tinha como desmentir o que ele não afirmou. Eu acho correto que o Presidente não se dirija ao Deputado Luis Miranda, porque o Deputado Luis Miranda fez uma quebra de confiança no relacionamento com o Presidente. Mas o Presidente nunca afirmou que eu estava envolvido no caso Covaxin, ele perguntou. E aí, todas as falas do Luis Miranda são nesse sentido, não há nenhuma em que ele tenha colocado de forma diferente.

Aí, para confirmar essa narrativa, que não é verdadeira, foram tentando criar fatos que me envolvessem.

Está aí a questão da Regina Célia. Quem nomeou a Regina Célia fiscal de contrato foi o Ministro Marcelo Castro. Eu a mantive no meu Governo, com um salário um pouco menor, e ela, até hoje, é fiscal de contrato de todos os Ministros que passaram por lá. Então, ela disse aqui que não me conhece.

Aí vem o tal Roberto Dias... Olha como é que a imprensa trata o assunto: "Indicado de Ricardo Barros pediu propina". E muitos Senadores aqui repetiram essa narrativa. Ele não é meu indicado. Ele é indicado do Deputado Lupion. E, veja bem, quando o Mandetta fala que pediu a indicação para o Lupion, disse por quê: "... num esforço de Mandetta para tirar de áreas sensíveis do ministério indicados do PP". Portanto, nós não temos ninguém lá. Vocês vão chamar todo mundo aqui, e todo mundo vai dizer que não, porque essa é a verdade, esse é o fato concreto do que nós estamos vivendo. Está aí o Deputado Abelardo Lupion, que indicou o Roberto Dias, que eu considero uma pessoa correta. Assim como o Ministro Mandetta diz que ele sempre teve uma pessoa correta, eu também, nunca, em nenhum dos momentos, o vi envolvido em qualquer outra questão.

Aí veio a história da emenda do Líder do Governo que possibilitou a importação da Covaxin. Não possibilitou nada, tanto que não resolveu nem pra Sputnik... O Presidente Omar Aziz tinha pedido à Rússia e à Índia. A Rússia não resolveu a Sputnik, e a Índia também não resolveu. Vários outros Senadores e Deputados fizeram emendas, e nós colocamos, no final, 11 países nessa lei. Todos esses Parlamentares, o irmão do Relator, Renildo Calheiros, colocaram, seis Deputados do PCdoB, porque era interesse da Fiocruz, que estava negociando com a Índia. E todos eles com a mesma boa intenção. O Senador Randolfe, que está aqui, foi o Relator e acatou as emendas. Naquele momento, todos nós sempre trabalhando; e eu até hoje para que o Brasil tenha mais vacinas, vacine mais rapidamente as pessoas e nós possamos voltar à normalidade. Então, vejam como era o contexto daquele momento em que a emenda foi apresentada.

Pode passar o vídeo do Senador Randolfe.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Pra liberar as vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Todos nós no mesmo espírito de colaboração com o País. A ineficácia da... A lei não serviu pra nada. Não teve nem Covaxin, nem Sputnik, nem mais nada. Então, como se aquela emenda fosse a solução – a minha; as dos outros, não –, todo mundo fez de boa intenção, só eu que fiz de má intenção. Muito mal colocado esse contexto.

Está aqui a programação do Ministério da Saúde de vacinas, em 12 de março de 2021. Tem lá 20 milhões de doses da Covaxin e 10 milhões de doses da Sputnik, que nós não compramos. E 30 milhões de doses são 15 milhões de brasileiros que podiam estar imunizados em março, abril e maio. Quantas mortes teríamos evitado, Senador Flávio Bolsonaro? Quantas internações de UTI? Quantas internações hospitalares? Quanto sofrimento podíamos ter economizado se tivéssemos comprado as vacinas que o Governo contratou, mas que a Anvisa não quis liberar, embora estejam sendo usadas em diversos outros países?

Aí vem uma outra notícia: "Ricardo já ameaçou enquadrar a Anvisa para aprovação da Covaxin". Outra mentira! Eu enquadrei a Anvisa efetivamente quando apresentei um projeto que suspendia a exigência de Fase III no Brasil, um PDL, e no mesmo dia em que eu apresentei o PDL a Avisa se reuniu e retirou a exigência, entendeu que eu estava certo na minha posição.

E temos também a questão dos intermediários. Aqui se fala muito de intermediário, por que é que tem intermediário? Porque a Lei 8.666 exige, está lá: "[...] devendo ter representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente" as empresas estrangeiras que não funcionem no País.

Então, a Janssen tem Janssen no Brasil, Johnson & Johnson do Brasil; a Pfizer tem Pfizer do Brasil; a AstraZeneca tem a Fiocruz; a CoronaVac tem o Butantan, mas e as que não têm? As que não têm são obrigadas pela lei a nomear um representante no Brasil para tratar dos seus assuntos. E por isso é que tem as empresas que foram escolhidas pelos fabricantes pra representá-las no Brasil. Não tem esse negócio de intermediário, é representante legal exigido por lei.

Bom, aí entra a situação da Global. Na Global, Senador Humberto Costa, a Global ganhou uma chamada pública de compra de medicamentos para doenças raras. A Anvisa nega a licença de importação pra ela, dizendo que tem um representante exclusivo do laboratório e que só pode dar licença pra esse representante. A Global entra na Justiça, ganha uma liminar, a Anvisa não cumpre. A Global entra na Justiça de novo, ganha outra liminar, a Anvisa não cumpre, atrasa em mais de um mês a autorização de importação dos medicamentos. Portanto, a Anvisa tem culpa no atraso dos medicamentos. A AGU entra contra a Anvisa, ganha a liminar, aí finalmente a Anvisa libera a licença de importação. Aí a Global faz uma entrega parcial de medicamentos e não consegue entregar o resto porque o fabricante proibiu os distribuidores no resto do mundo de vender pra ele como ele tinha pré-contratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, descumpriu-se o prazo de entrega já depois que eu saí do ministério. Eu saí do ministério em abril para concorrer à eleição e depois é que venceu o prazo de entrega dos medicamentos. Portanto, as medidas tomadas para suprir essa falha da Global foram do ministro sucessor.

Aí, fez-se um acordo com a Global, acho que desse já – não sei qual ministro que fez – para devolução dos valores, ela já devolveu 2,8 milhões e chamou-se a segunda colocada, a Sanofi, que é a dona da patente. A dona da patente também atrasou a entrega dos medicamentos.

Então, essa narrativa do atraso de entrega de medicamentos tem culpa da Anvisa, tem culpa da Sanofi, tem culpa também da Global, mas a Global sempre esteve ganhando na Justiça o direito de exercer o contrato. Portanto, o contrato não podia ser encerrado porque estava *sub judice*.

O Tribunal de Contas da União fala aí da forma de pagamento, que poderá ser antecipado a critério da administração. Esta é... Esse é o documento que mostra a entrega parcial de Aldurazyme e Fabrazyme. São dois medicamentos daqueles que foram comprados da Global. Ela entregou uma parte. Tem uma narrativa insistente de que não entregou nada: não é verdade. E foi feita uma... Depois, em 2019... Aqui estão os pagamentos que a Global fez, devolvendo uma parte do dinheiro já, e depois... Está aí a liminar deferindo a autorização pra dar licença de importação pra Global. Aí, a Anvisa...

Essa é a ação que a AGU ganhou, aquela era da Global, não é?

E isso aqui é uma resolução da Anvisa, Senador Fernando Bezerra. Em 2019, no ano seguinte, a Anvisa se convenceu de que ela estava errada, perdeu na Justiça em todas as instâncias. Aí ela mudou a sua portaria e disse: "Não precisa mais de autorização de importação pra cumprir medida de medicamento de ordem judicial". Tudo não precisava ter acontecido se a Anvisa tivesse antes entendido que era essa a regra que tinha que ser cumprida.

Ricardo Barros tem o último encontro da Precisa.... com o dono da Precisa em Ministério. É verdade, ele não veio depor ainda, mas está aqui a confirmação.

(*Procede-se à exibição de áudio.*)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Então, vocês vão receber aqui o Sr. Maximiano e ele vai explicar que não falou comigo sobre Covaxin em nenhum dia e em nenhum momento.

Aí vem a VTCLog, em que me colocaram. "Bom, já não deu nada aqui, vamos tentar em outra situação envolver o Ministro Ricardo Barros".

VTCLog. Eu, quando assumi o ministério, tinham 15 contratos de logística. Sumiu um medicamento, você fala de quem? De quem pegou no porto e entregou no depósito? De quem pegou num depósito e transportou pro outro? De quem levou até o...? Não tinha quem responsabilizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encomendei um estudo no Ipea. O estudo no Ipea mostrou que haveria 20% de redução de gastos se nós centralizássemos a logística, que acabou sendo em Guarulhos. Os Correios não puderam participar porque o TCU não permitiu, dizendo que essa parte de logística não fazia parte do seu monopólio. E vem depois, ao estudo do Ipea, o elogio do TCU ao modelo que foi estabelecido. E também eu não contratei a VTCLog. VTCLog foi contratada 90 dias depois que eu deixei o ministério. Então estão aí os elogios do Tribunal de Contas. A VTCLog foi contratada depois que eu saí do ministério.

Eu fui ao STF pra ser ouvido aqui na Comissão; não consegui. Eu queria ser ouvido antes do recesso, pra não ficar com esta versão inverdadeira, mentirosa sendo repetida várias vezes. Até ontem tinha repórter falando que eu fui, que o Presidente falou que eu estava envolvido. Ele nunca falou isso, não é? Segundo o Miranda, porque nós estamos tudo na versão do Luis Miranda.

Bom, aí pedi aqui à CPI providências sobre vazamentos de dados que vazaram aqui da CPI sobre o nosso envolvimento. E vou reiterar aqui: sempre busquei transparência, diálogo na vida pública. Estou à disposição pros esclarecimentos e faço questão de estar aqui. Queria ter vindo antes.

Aí eu descobri, Senador Fernando Bezerra, que tinha esse programa Profissão Repórter que era pra ter sido mês passado, não foi. Aí foi exatamente antes de eu vir aqui à CPI. Então, provavelmente, uma coincidência de fatos, mas não tem problema. O Senador Randolfe foi notificado, porque fez afirmações naquele programa que não são verdadeiras, e eu vou provar isso aqui.

Então, vai ser um bom debate. Vamos para uma boa oportunidade de esclarecimentos.

Obrigado de novo aos Srs. Senadores. Pra mim, que sou político com 32 anos de vida pública... Fui eleito Prefeito da minha cidade de Maringá em 1988. Depois, tenho seis mandatos de Deputado Federal, fui Secretário de Estado da Indústria e Comércio, e Ministro da Saúde.

Eu estou aqui, como tantos outros de vocês, há tantos anos na vida pública, por ser correto. Porque só tem dois tipos de políticos: os que querem servir à comunidade e os que querem se servir da comunidade. Mas ninguém é eleito se não estiver bem-intencionado. Diz na Bíblia: "toda autoridade vem de Deus". Então, ninguém é eleito se não estiver bem-intencionado. Depois, pode mudar a sua conduta, mas não eleito para gerir mal recursos públicos.

Então, pra mim que faço da política a minha vida, a missão de servir é que me move, é muito... Vocês me causaram um dano à imagem muito grande, muito grande. E eu espero poder reparar isso.

O Senador Humberto Costa já foi vítima de linchamento moral, o Senador Renan Calheiros também, o Senador Omar Aziz também, muitos aqui já foram vítimas de linchamento moral.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas para atentar ao tempo do depoente. Já passou bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Obrigado. Eu vou encerrar.

Então, diante deste fato, do fato de todos os convocados por vocês que trataram do processo da Covaxin dentro do ministério terem negado qualquer ligação comigo, eu espero que esse mal-entendido de que eu teria participado desta intermediação da Covaxin fique esclarecido de uma vez por todas.

Muito obrigado aos senhores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só esclarecendo ao senhor depoente que não é ele que determina a data em que esta Comissão Parlamentar de Inquérito ouve investigados. É esta Comissão Parlamentar de Inquérito que determina a data que deve ser ouvido. Então esta CPI... A direção da CPI não se submeteria à vontade de quando ele iria querer depor. Esta CPI define o momento mais adequado pra depor.

Aliás, senhor depoente, no meu entendimento, o senhor deveria, inclusive, ter vindo mais tarde, e não nesse momento, mas aquiesço a posição dada pela direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sobre... E, mais uma vez, já disse pro senhor aí, na condição do Plenário: costumo, no exercício da Presidência, não abusar das prerrogativas. Como eu fui citado por V. Exa., me permita: reafirmo tudo o que foi dito ao Profissão Repórter e daqui a pouco, ao senhor inquirido, o senhor terá inclusive mais outros elementos a fazer eventual interpelação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro: infelizmente faleceu o ator Tarcísio Meira, vítima de covid. Segundo noticiam os diversos *sites* neste momento, já estava internado há bastante tempo. É mais um desses quase 600 mil brasileiros que perderam sua vida, dentre outras coisas, porque o Governo não soube fazer o seu trabalho na hora certa, não teve responsabilidade e seriedade pra isso. Então, o registro está feito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, lamentável e triste registro. Um dos principais expoentes da cultura nacional, das artes de nosso País. E eu queria, em homenagem a Tarcísio Meira e a todas demais vítimas da covid neste País, pedir a todos um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com a palavra o Sr. Relator pelo tempo necessário para inquerir o depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu peço, em primeiríssimo lugar, para exibir o vídeo nº 1.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou diretamente, em função do vídeo exibido, começar fazendo as perguntas.

V. Exa., Deputado Ricardo Barros, está aqui pelo que acabamos de ouvir do Deputado Luis Miranda, fato este que até hoje não foi desmentido pelo Presidente da República, ao contrário, foi confirmada a existência do encontro no todo, inclusive em entrevista que ele próprio deu à emissora de rádio no Rio Grande do Sul.

Em função disso, eu queria perguntar o seguinte: A que V. Exa. atribui a menção ao seu nome pelo Presidente da República? A menção, repito, ao Deputado Luis Miranda e ao seu irmão no episódio em que irregularidades no processo de compra da Covaxin foram relatadas pessoalmente ao Presidente da República.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Senador Renan Calheiros, mostrei agora mesmo no vídeo do Luis Miranda.

Ele diz: "Levei ao Presidente uma matéria da imprensa com a fotografia do Ricardo Barros..."

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nós...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... falando do caso Global.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós mostramos o depoimento.

Eu não estou mostrando, nem prestando atenção em entrevista que o Deputado Luis Miranda deu. Estou mostrando ao País o depoimento que ele prestou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – E, no depoimento, Sr. Relator, ele não disse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, são questões diferentes.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – O senhor vai me permitir responder ou não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou me permitir pedir para repetir o vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Então, por favor, se o senhor me permitir, eu vou responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, repita o vídeo.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – O Presidente não afirmou que eu estava envolvido no caso Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repita o vídeo, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – O Deputado Luis Miranda não afirmou em nenhuma de suas entrevistas, nem no depoimento à Polícia Federal...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O depoente tem a hora de falar, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... que eu tivesse participação no caso da Covaxin.

Não afirmou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Ricardo Barros é depoente, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Mostre o vídeo, mostre o vídeo.

Mostre o vídeo do Luis Miranda.

Mostre o vídeo do Luis Miranda.

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Mostre o vídeo do Luis Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. *Fora do microfone.*) – Eu assisti a várias sessões da CPI. Quando a gente vai responder uma coisa que não interessa para a narrativa da CPI, vocês interrompem, fazem outra pergunta...

Quando... Quando a narrativa que vai ser construída desinteressa para a sua narrativa, todo mundo falou ao mesmo tempo para o senhor. Todos falam ao mesmo tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado Ricardo Barros...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado Ricardo Barros, por favor, V. Exa. responda às perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas tem que deixar responder, não é, Presidente? Tem que deixar responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Os seus comentários sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito o senhor fale daquela porta para fora; aqui, não.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpe, eu estou na CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu lhe dizer uma coisa: no meu Estado, o caboclo é sábio, muito sábio. E aquele cara que morre pela boca é chamado de tucunaré. Devagar com o andor, porque o santo é de barro. Não dê uma de tucunaré aqui, Deputado, por favor. Com todo o respeito que nós estamos tendo pelo senhor, o senhor respeite a Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós não criamos versões, não, são fatos! E aqui o Deputado Luis Miranda disse claramente para todos nós aqui que a pessoa a que se referia era V. Exa. E digo mais: se eu fosse o Líder do Presidente na Câmara dos Deputados, eu não pediria, não, eu exigiria que o Presidente se retratasse e falasse para todo o Brasil, nas *lives*, que ele nunca citou seu nome. Ele nunca disse isso. Então, Deputado, por favor, eu ouvi o senhor dizendo: "Olha, a CPI cria uma versão...". Não é versão.

Eu quero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

Eu quero que traga, primeiro, o depoimento do Deputado Luis Miranda quando ele diz como foi a conversa e aí ele insinua que era um Deputado e não quis falar o nome do Deputado naquele momento. No final, ao ser perguntado pela Senadora Simone Tebet, ele cita o seu nome. E eu disse, em todas as declarações, Deputado Ricardo Barros, que não era necessária a sua presença aqui, bastava o Presidente ter desmentido o Deputado Luis Miranda, coisa que ele não fez em momento algum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, Presidente, deixe-me fazer um apelo a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.? Porque é o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... senão o depoimento não vai ter serventia a esta CPI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por que não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, se não tiver uma ordem, não vai ter.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou querendo colocar ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não é dessa... Sr. Presidente, respeitosamente, faço um apelo a V. Exa. para que controle os trabalhos da CPI, mas no sentido de o Relator fazer a pergunta e permitir que o depoente responda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas claro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... sem querer conduzir a resposta do depoente. Ele faz isso repetidas vezes. Não se pode.

Outra coisa, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai atropelar o Relator, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... aqui nesta CPI já teve depoimento aqui que começou de um jeito, aí o cara pede um intervalo comercial para ir ao banheiro, o advogado vai lá e buzina no ouvido dele, ele volta aqui, muda a versão, e aí os mesmos que estão agora fazendo esse ataque todo dizem: "não, ele se arrependeu, ele mudou de versão." Aí, está tudo certo.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Presidente, restitua a palavra ao Relator, por favor. Restitua a palavra ao Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o pedido que faço a V. Exa. é que permita ao depoente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo!

E aqui eu não estou interessado, eu não estou interessado na opinião de depoente aqui sobre a CPI – deixar muito claro isso. A opinião do depoente sobre os membros da CPI ou da CPI ele faz daqui para fora; aqui dentro, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem faz isso o tempo todo são os próprios membros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É diferente, os membros podem falar. Agora, depoente não vai...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O tempo todo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... vai fazer conceito dos trabalhos da CPI aqui, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Comentário em cima do depoimento? Está errado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! O Deputado Ricardo Barros não pode e não deve fazer, ter opinião sobre o comportamento dos membros da CPI. Ele está aqui como depoente e convidado por mim, a pedido do Deputado e Presidente Arthur Lira. Fiz a isonomia, quando convoquei o Deputado Osmar Terra e me pediram para trocar para convite. Fiz da mesma forma com o Deputado Ricardo Barros. Opinião sobre os membros não, aqui não!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Respeito é via de mão dupla, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lá fora sim!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Respeito é via de mão dupla!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Respeito é via de mão dupla.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele começou e, com três minutos, já está sendo desrespeitado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por quem?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pelo Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pelo Relator!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele só estava perguntando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não estava perguntando, não!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Presidente, por favor, retome o depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele estava querendo conduzir as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos conduzir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Esse teatro aí só interessa a quem quer atrasar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E tem gente aqui querendo ensinar como é que a gente trabalha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, a base do Governo está querendo tumultuar a CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Tem Senador aqui querendo ensinar como a gente trabalha!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Renan, com a palavra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, portanto, para repetir a exibição do vídeo.

(*Procede-se à exibição do vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pedi para repetir o vídeo para que o Deputado Ricardo Barros saiba que ele está aqui na condição de depoente. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faço um apelo a ele para que colabore com o depoimento, com a Comissão Parlamentar de Inquérito, e se limite a essa condição.

Nós não vamos permitir que haja tumulto, bate-boca. Também não vou interromper. Também não vou interromper, mas não permitirei que V. Exa. manipule a verdade, que manipule a verdade e cite uma entrevista qualquer que foi dada pelo Deputado para desqualificar o que aqui ele falou. Então, é muito importante que todos vejam o que o Deputado falou aqui, para que a verdade prepondere.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas o Deputado não manipulou a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, espere aí!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma acusação grave! O Relator afirma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas vocês estavam aqui!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que o Deputado manipulou a verdade!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí! Mas vocês estavam aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele falou que o Deputado não havia dito isso!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, pelo contrário!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele falou aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, absolutamente não! É só pegar as notas taquigráficas, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agradeceu ao Deputado porque o Deputado, em nenhum momento, o tinha acusado com relação a isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nada disso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós nunca dissemos que o Deputado o acusou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele falou do contexto!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele falou do contexto! Pegue a nota taquigráfica!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, isto aqui é uma amostragem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma amostragem do nível de provocação!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, estão tumultuando a inquirição do Relator!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não se está tumultuando, não! Estamos chamando a atenção do Relator!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O único papel da base do Governo hoje aqui é tumultuar, é impedir que o depoimento siga!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma amostragem do nível de provocação a que nós vamos estar expostos hoje!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunte!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o único papel aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só perguntar e ouvir a resposta!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O único papel que a base do Governo quer aqui é esse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só perguntar e ouvir a resposta! É simples!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele está respondendo. Como ele pode dizer que está manipulando a verdade?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não quer é conduzir!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele está dizendo a verdade dele!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, a base do Governo quer tumultuar, Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu lhe mostrei que está manipulando!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É ridículo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu demonstrei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A base do Governo veio programada para tumultuar a CPI!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nada disso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu demonstrei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor não pode permitir isso aqui!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nada disso! Nada disso!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Estão, desde os primeiros minutos da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... tentando criar tumulto aqui, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir aos Srs. Senadores, não às Senadoras porque elas estão tendo o comportamento que sempre tiveram, um comportamento equilibrado... Eu vou pedir aos Senadores para a gente esperar o Senador Renan Calheiros perguntar, e o outro responde. É simples! Vamos dar uma de Pazuello! É simples assim! Um manda, o outro obedece.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tente fazer, Presidente. Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá! Vou tentar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pergunta e resposta. Embora!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso aí! Embora lá!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desta vez, respondendo ao Senador e querido amigo Fernando Bezerra, eu peço para exibir mais uma vez o vídeo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe aí, Presidente! Está vendo, não é, Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mais uma vez, o vídeo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja quem está fazendo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Isso não é possível!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu não posso continuar a exercer o meu papel debaixo de provocação toda hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é a pergunta!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quer ensinar como é que a gente trabalha?!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não precisa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para responder ao...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem 200 anos e não aprendeu? Não aprende agora, não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para responder ao querido amigo Fernando Bezerra, eu peço para repetir o vídeo, a exibição do vídeo, para que fique claro que é verdade.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que V. Exa. atribui a menção de seu nome pelo Presidente da República no episódio em que os irmãos Miranda denunciaram irregularidades na aquisição da Covaxin?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu peço... Sr. Presidente, eu poderia também repetir o vídeo? Sr. Presidente... Então, por favor... Por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Sr. Presidente, isso é um procedimento totalmente impróprio!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Deixe o cara fazer a defesa dele!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Impróprio e...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Impróprio quando não interessa! Impróprio quando não interessa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe aí! Olhe aí! Vai vendo, Brasil! Vai vendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E qual o precedente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É um ditadorzinho mesmo, não é?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o precedente que nós temos de algum depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bota 50 vezes e não quer...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... a bagunça, por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é o precedente que nós temos de algum depoente nesse sentido? A partir de agora, vamos mudar procedimento?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Isso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Deixe ele fazer a defesa dele (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*) Caramba! Que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Fernando, não fique vermelho, não! Senador Fernando, não fique vermelho que nem camarão, não!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Deixe ele fazer a defesa dele!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o precedente que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, Senadores...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Senador Randolfe está tolhendo, tirando o direito de ele responder!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Censura! Censura! Quer censurar o depoente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Fernando, não fique vermelho que nem camarão que não condiz...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quer censurar o depoente?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As cores que o senhor defende, inclusive, não são vermelhas, o senhor alega isso. Então, não fique vermelho que nem um camarão, não!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso? Não precisa agredir, Senador Randolfe!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não precisa agredir!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse tipo de procedimento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. está partindo para a agressão pessoal!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Todo mundo recebeu já isso. Todo mundo já recebeu isso aqui. Nós vamos abrir para este depoente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Deixe o depoente falar! Ele pode falar, Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... um precedente que nenhum outro depoente teve até agora!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, vai assegurar a palavra ao depoente ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Assegurar a palavra ao depoente eu vou! Agora, ele estar mostrando vídeo aqui... Eu não sei que vídeo que o depoente pode mostrar que muda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o depoimento do Deputado Luis Miranda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Então, deixe-me mostrar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Uma condução técnica para isso: se a defesa quer fazer juntada de algum documento – e vídeo é documento –, faz a juntada, e a CPI decide se vai apresentar ou não. O depoimento é responder à pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator também! O Relator também! Mesma coisa, mesmo procedimento, paridade de armas. Parece que alguém fugiu à aula de Direito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, não é a mesma coisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não tem o menor sentido isso, esse teatro todo, Rogério! Pare com isso!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esperem aí, esperem aí, esperem aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O depoimento teve os minutos iniciais, Presidente, para apresentar o que ele queria, para apresentar vídeo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou conduzir os trabalhos em relação ao Deputado Ricardo Barros como conduzi todas as outras 42 sessões, mais de 40 sessões que já tivemos aqui. Não é diferente o Deputado Ricardo Barros. Ele está aqui não é como investigado. Senador Flávio Bolsonaro... Cadê o Senador Flávio Bolsonaro? (*Pausa.*)

Ele não está aqui como investigado, ele está aqui como testemunha, está certo? Então, ele não tem que se defender, ele tem que responder!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acusado não! Quem acusa? Quem o está acusando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem o está acusando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem o está acusando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em que planeta nós estamos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só me responda, por favor: quem está acusando o Deputado Ricardo Barros?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe o que está acontecendo na CPI!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele não consegue nem falar, nem se defender!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Deputado Marcos Rogério! V. Exa. estava...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não consegue porque vocês interrompem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. estava ao meu lado quando o Deputado Luis Miranda veio aqui se oferecer para falar! V. Exa. é testemunha!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, estava.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém procurou o Deputado Luis Miranda para vir aqui falar de A ou de B. Ele procurou a CPI! Há uma diferença muito grande quando você quer trazer uma pessoa para falar... Ele não! Ele veio aqui. E, coincidentemente, Senador Marcos Rogério, V. Exa. é testemunha. Eu até brinquei: "Vamos tomar um café?" E, quando nós chegamos lá, nós vimos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Luis Miranda. Eu perguntei: "Quem é?" V. Exa. me disse: "É o Deputado Luis Miranda, aqui de Brasília." Foi nesse momento que ele virou para V. Exa.: "Vou derrubar a República, eu tenho não sei o quê..." V. Exa. se lembra disso.

E, aí, quando ele veio depor, ele citou o seguinte... É só para relembrar, acho que isso está no Brasil todo. Ele disse que, quando chegou ao Presidente e levou... No sábado, dia 20, ele chegou lá com o Presidente, e o Presidente disse: "Isso é coisa de fulano". Não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Eu não aguento mais." Segundo as palavras, não do Senador Omar, não do Senador Renan, mas do Deputado Luis Miranda! Ninguém está fazendo acusação aqui, prejulgamento de ninguém não. Todos vocês se lembram, vocês estavam aqui!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. estava aqui, Senador Marcos Rogério!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ou é mentira também isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ninguém está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, ninguém está discordando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero que você faça...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Agora não. Quem vai decidir...

Só um minutinho.

Eu quero que você pegue aquela parte que o Deputado Luis Miranda diz, quando entra conversando com o Presidente, o que ele fala. Só isso. Enquanto não tiver essa fala, a sessão está suspensa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E não está construída a narrativa acusatória contra o Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – A sessão está suspensa.

Eu quero essa fala agora. Quem está determinando sou eu. (*Pausa.*)

Para quem não lembra da sessão: quando o Deputado Luis Miranda esteve aqui – e foi ele que se ofereceu para vir aqui –, ele contou um contexto aqui para a gente. Nesse contexto, ele relata a conversa que ele teve com o Presidente da República. Quando... E aí quase todos os Senadores perguntavam a ele quem era o Deputado, e ele dizia: "Não me lembro, não me lembro." No final da sessão, faltando dois Senadores para falar – acho que Senadora Simone era a penúltima naquele momento –, a Senadora pergunta a ele e ele responde. O Senador Renan Calheiros colocou nesse contexto, na hora em que a Senadora... Agora vamos pegar o contexto inicial – por que aparece o nome de um Deputado? –, para não dizer que nós criamos uma narrativa aqui. Não há narrativa, quem esteve presente na sessão se lembra muito bem disso.

Então, eu peço à Secretaria que coloque o depoimento do Deputado Luis Miranda da conversa que ele teria tido. Eu não posso afirmar se teve ou não, mas estou dizendo que ele disse que teve uma conversa com o Presidente e levou um documento, e o Presidente teria dito que iria encaminhar isso ao Diretor-Geral da Polícia Federal para investigar.

Por favor.

É aí que entra o contexto do...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem: "Isso é coisa de fulano. Não me recordo [o nome]". Depois, todos os Senadores que se sucederam perguntavam: "Qual é o nome do Deputado?" "Qual é o nome do Deputado?" E não vamos ser hipócritas, todos nós sabíamos porque ele já tinha dito ali na antessala qual era o Deputado, só que eu não podia dizer quem era o Deputado porque não tinha prova nenhuma. O penúltimo... O antepenúltimo a falar, se eu me lembro bem, foi o Senador Alessandro Vieira, que fez uma pergunta e disse bem assim: "É a sua história, coloca ele. Você está aqui, não sei o que e tal..." Aquilo fez com que, na pergunta da Senadora Simone Tebet, ele respondesse.

Então, Deputado, nós não criamos nenhuma versão. Não foi a CPI que criou essa versão, não foi a CPI que criou uma retórica para isso. É o depoimento dele. Se tem alguém aqui que falou no senhor não fomos nós, foi ele. E, a seguir, nos outros depoimentos, Deputado... Lógico que um ou outro Senador perguntava assim: "O Deputado Ricardo Barros alguma vez falou contigo?" E várias pessoas que estiveram aqui sempre negaram que tivessem tido alguma conversa. Então vamos deixar as coisas claras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a CPI está investigando; ela não é uma CPI que começa às 7h da manhã, cria um fato e, ao meio-dia, está condenada a pessoa.

Então, não houve, por parte dos membros da CPI, de nenhum de nós... Eu tenho dez ou vinte entrevistas falando sobre V. Exa., e em todas eu digo, uma única vez: "Eu acho que o Deputado Ricardo Miranda não deveria nem vir aqui. Só era o Presidente desmentir..."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, não... O Deputado Ricardo Barros não precisava vir aqui. Era só o Presidente desmentir a conversa que ele teve com o Luis Miranda. Sempre falei isso. Não o acuso, e não acuso ninguém. Dizer que não há isenção... Tem isenção.

Então, vamos lá. Esse fato. Retorne o vídeo, por favor, para que fique bem claro que todos nós estávamos aqui, pessoal. Por favor! Querer tapar o sol com a peneira não dá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, depois dessa fala dele – "Isso é coisa de fulano" –, todo mundo queria saber quem era esse fulano, o Brasil queria saber quem era esse fulano. Não era a CPI, não; todos queriam saber quem era o fulano, e todos os que se sucederam a essa fala do Deputado Luis Miranda faziam a mesma pergunta. "Não, não me lembro." "Como é que você não se lembra?" "Não, mas eu não posso falar, eu não quero..." Até que, já no finalzinho, ele cita o seu nome, Deputado.

Então, é baseado nisso que o Senador Renan Calheiros está lhe fazendo uma pergunta. O que o Deputado Luis Miranda disse depois, em entrevista, o que nós estamos aqui investigando – daí a sua presença aqui – é ele aqui, na CPI. Agora, o que ele faz na casa dele, o que ele fala numa rádio, o que ele fala numa televisão...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... isso é problema dele, não é nosso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é nosso!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, mas tem um depoimento do Deputado Luis Miranda na Polícia Federal que o depoente apresentou. Por favor, o senhor poderia botar...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Mas quem está sendo interrogado não é o Deputado, mas o Deputado Ricardo Barros. Ele é que tem que responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É ele que tem que responder!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Se o Relator pega um vídeo e faz uma pergunta sobre o vídeo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas qual é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peraí, só um minutinho.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... compete ao depoente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente responde sobre os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o Deputado Ricardo Barros não puder responder, é simples, é só ele dizer: "Tem um depoimento do fulano lá, tem uma fala dele lá." É simples!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a gente tira as nossas conclusões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito! Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe... Senador Renan, por favor. É tudo com "r", é o Ronaldinho Gaúcho e o Ronaldo Fenômeno, os dois!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Comparou muito bem, Presidente. Eu agradeço!

Sr. Presidente, nós estamos aqui, e até a gente vê a consequência disso nas ruas, vivendo todos os dias de perto a angústia de assistir a um verdadeiro teatro aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns depoimentos, de testemunhas, de investigados, de acusados, apesar das formalidades, chegam a ser cínicos!

Mas nós estamos aqui é em cumprimento do dever funcional. Eu fiz essa pergunta e exibi esse vídeo porque, na sua introdução e nas suas palavras, o depoente chegou ao cúmulo de agradecer ao Luis Miranda – "Queria aproveitar a oportunidade e agradecer ao Luis Miranda, porque nunca citou meu nome especificamente." Não dá para permitir que se manipule a verdade dessa forma! Nós estamos aqui reunidos para esclarecer fatos, só nos interessa esclarecer fatos, nada mais, absolutamente nada mais.

Então, em função do que aqui se colocou, eu perguntei: a que V. Exa. atribui a menção do Presidente da República ao Deputado Luis Miranda no episódio em que foram denunciadas as irregularidades na negociação da Covaxin?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Vou responder então.

O contexto dessa fala do Deputado Luis Miranda é porque ele levou ao Presidente matérias de imprensa, com a minha fotografia, tratando do tema da Global. O irmão do Deputado Luis Miranda, Ricardo, depôs à Polícia Federal nesse caso da Global, que foi objetivo de inquérito anterior. Então, ele identificou, na relação da Global com a Precisa, que poderia esta compra criar algum embaraço para o Governo e foi lá falar isso ao Presidente.

O Presidente sabe que o caso da Global está com a minha participação, eu respondo a um processo – e provarei minha inocência ao final do processo, com absoluta tranquilidade –, mas o Deputado Luis Miranda, na Polícia Federal – eu tinha pedido para repor o vídeo aqui da fala dele, que é a mesma tanto nas entrevistas quanto na Polícia Federal –, diz o seguinte: "O Presidente bate o olho na matéria e diz: 'Esse cara de novo. Vocês sabem me dizer se ele está envolvido neste procedimento da Covaxin?'" E eles dizem que não, que não estão trazendo nenhum nome.

Então, o Deputado Luis Miranda não foi lá para me acusar do caso Covaxin. Ele foi levantar uma possível suspeita de que houvesse algum problema com a empresa. O Tribunal de Contas da União já decidiu, à época consultado, que nem Global nem Precisa tinham impedimento de contratação com o Governo, até porque já eram fornecedoras regulares do ministério. Aí o Presidente da República, Sr. Presidente Omar Aziz, diz o seguinte – eu já passei o vídeo aqui no começo para os senhores, está aqui na minha apresentação que coloquei a todos. "Até o momento eu não tenho nada contra o Ricardo Barros, tanto que eu não o afastei da Liderança do Governo. Eu não posso, com denúncias, afastar pessoas, tem que ter alguma materialidade nessa denúncia e, até que se prove o contrário, o Ricardo Barros continua no meu Governo, continua tendo credibilidade para tratar dos assuntos nossos dentro do Parlamento brasileiro."

Então, o tal desmentido, que tanto o Senador Omar Aziz, o Relator e outros pedem, já foi feito, está absolutamente claro que não há nada contra mim com o Presidente Bolsonaro. Logo, se este contexto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala do Luis Miranda, que está distante algumas horas esta fala dele da fala final... Por que citou Ricardo Barros? Porque eles levaram a minha fotografia para o Presidente. É óbvio isso.

Então, eu quero deixar claro aos Srs. Senadores...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite falar pela ordem?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... que trata-se de um mal-entendido.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Deputado...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Trata-se de um mal-entendido.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – V. Exa. – desculpa – pode repetir, por favor, até em sua defesa, entre aspas, como é que foi dito o...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – "Esse cara de novo."

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não... Poderia repetir, por favor? É porque não está batendo com a minha descrição o que ele falou.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está aí na publicação que eu entreguei.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor poderia... Quando o senhor falou...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – É o que está escrito. É a fala dele na Polícia Federal.

O Presidente bate olho na matéria e diz assim: "Esse cara de novo. Vocês sabem me dizer se ele está envolvido nesse procedimento?"

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – "Se ele está envolvido?" ou "Se o Ricardo Barros está envolvido?"

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – "Vocês sabem me dizer se ele..." "Ele" é a pessoa que está na fotografia na mão do Presidente, sou eu. "Você sabe me dizer se ele está envolvido nesse procedimento?" Aí ele fala...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Abre aspas: "Esse cara de novo. Você sabe dizer se o Ricardo Barros está envolvido nisso?" – entre aspas. É isso?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – As palavras do Presidente nesse...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, este é um documento que eu recebi da sua assessoria, que foi colocado ali.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, isso é o que está na entrevista que eu queria repetir agora e não pude. Isso é o que está no depoimento da Polícia Federal. Em seguida, ele fala...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ou seja, é o Presidente que cita o nome de V. Exa. e não o Deputado Luis Miranda?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, o Deputado Luis Miranda relata uma conversa que teve com o Presidente que nunca foi confirmada, de outra parte, o seu conteúdo. Então, o que nós temos é uma fala do Luis Miranda.

Aí, nesse mesmo depoimento da Polícia Federal, Senadora Simone, ele fala: "As palavras do Presidente nesse sentido, perguntando se a gente sabia alguma coisa do Ricardo Barros." E a gente fala assim: "Desculpe, Presidente, a gente não tem nomes para dar." Então, nem o Miranda foi lá me acusar, está claro, e nem o Presidente me envolveu com a Covaxin. Ele estava se referindo ao caso da Global, porque foram lá e levaram a minha fotografia pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O detalhe...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O detalhe aí, Deputado Ricardo Barros: "É esse de novo?"

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas a foto era sua, Deputado?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quando falou em corrupção, ele teve essa lembrança.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas, se a foto era sua, não precisaria nem fazer a citação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é o detalhe, Deputado.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Também, eu não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "É esse de novo?"

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – "É esse de novo?" é uma narrativa do Luiz Miranda, que pode ou não corresponder ao que o Presidente falou. Para mim... Para mim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Deputado Ricardo, mas a fotografia era sua?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente não negou em nenhum momento.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Era a minha fotografia. Ele fala isso em várias entrevistas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, ele se referia ao senhor?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, se o senhor me permitir, pela ordem.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – No caso da Global.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Se está se referindo à fotografia... A fotografia era sua e era o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou garantir a palavra ao Relator.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – A fotografia, no caso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A outra pergunta, Senador.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Só pra concluir, Sr. Presidente. Só pra concluir. A fotografia que foi levada de uma matéria à época em que aconteceu o problema com a Global, uma matéria de jornal da época...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tudo bem, o que importa é se a fotografia é do senhor ou não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, Deputado! Não, Deputado! O Deputado Luis Miranda levou um documento da Madison, nós estamos falando do contrato da Covaxin.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos à Global. Nós estamos tratando da Covaxin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Chegaremos lá.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é a Global.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Mas, só pra concluir a minha resposta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas pela ordem, para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Renan.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Só pra eu concluir...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Com a permissão do Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Nós acompanhamos 20 minutos de apresentação de eslaides, foram 66 eslaides apresentados pelo depoente Deputado Ricardo Barros, mas faltaram algumas informações que são relevantes do período que ele citou.

Primeira delas: uma evolução patrimonial de R$4 milhões no período em que ele esteve como ministro, compatível com o período dele de ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa que estava... Isso está no eslaide.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Há uma multa na Receita Federal, me parece que ainda em tramitação, porque ele não conseguiu justificar depósitos de 2,2 milhões em suas contas; e o fato de ser um político com 30 anos de atividade e sócio em 12 empresas.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu vou responder a tudo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que não interrompa o Senador.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Aqui é CPI da Pandemia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu não estou lhe fazendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não interrompa o Senador Alessandro!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu não estou lhe fazendo perguntas, eu estou acrescentando informações que foram omitidas na sua apresentação.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa, mas o senhor quer falar e não ter a explicação...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Se o senhor quiser se referir ao período em que o senhor foi Ministro do Governo Temer, Ministro da Saúde, é importante referir que, neste mesmo período, o senhor teve uma evolução patrimonial de R$4 milhões.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Muito bem, então, também não falamos da Global, se não formos falar no período em que eu fui Ministro, desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não interrompa, por favor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – É impossível. Não é objeto da CPI, mas eu respondo a tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu tenho resposta para tudo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só deixe eu colocar aqui o seguinte: eu vou pedir, por favor, que o Senador Renan Calheiros faça as perguntas; o Deputado responde, para a gente depois...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, e que a gente siga a ordem de inscrição, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é isso que eu estou tentando fazer, Senador Rogério Carvalho, pra que não haja interrupção. A contribuição sempre é válida? É válida, mas, se a gente for, toda hora em que ele estiver respondendo... E eu queria também, Deputado Ricardo Barros, que V. Exa. fosse bastante objetivo.

Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço ao Deputado Ricardo Barros, a exemplo do que fez o Presidente, que seja objetivo. Não precisa se apressar em querer responder tudo de uma vez só. Não é conveniente ficar nervoso. Nós estamos colhendo o seu depoimento em benefício da sua defesa. Esta é uma oportunidade, nós vamos respeitar, claro, pra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvirmos todas as suas versões sobre qualquer coisa perguntada. Nós vamos ter tempo aqui, nós não temos limitação de tempo. Se for necessário prorrogar esse depoimento por mais um dia, por outro dia, por outro dia, nós vamos fazê-lo. O seu depoimento é muito importante a partir dos vídeos que foram exibidos aqui da conversa dos irmãos Miranda com o Presidente da República, que não pode ser desfeita, porque o fato que está sendo investigado é este fato. Então, é sobre este fato que nós vamos fazer a maioria das perguntas.

Eu peço para a Izabelle exibir o vídeo 2, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como eu dizia, agora chegou a vez da Global.

E eu queria fazer a pergunta: por que o Ministério da Saúde, durante sua gestão, fez o pagamento adiantado à Global Gestão em Saúde de R$20 milhões, por medicamentos contra doenças raras?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, e a covid de 2018? Só para eu tirar uma dúvida aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele acabou de falar em Global, citou isso como exemplo ao se defender...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, é só uma dúvida se existia covid...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu disse que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele vai falar o que ele quiser.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – E o que é problema?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu disse que nós chegaríamos lá. Não haveria problemas, até em benefício....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Global é dona da Precisa.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Global fez contrato e não entregou o medicamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não receberam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a mesma empresa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Depois veio a Precisa fazendo um contrato totalmente viciado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São empresas coligadas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É só a continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que o Deputado Ricardo Barros, Senador Flávio Bolsonaro, tem uma oportunidade ímpar...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Vamos responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para responder a todas as perguntas aqui, até para esclarecer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – É para lembrar que não tinha pandemia em 2018...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, em 2018 tinha a Global, que é sócia da Precisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Global e Precisa são a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que fez a negociação da Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a mesma coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o mesmo dono: Francisco Maximiano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, não fez só no Governo Federal, fez no Distrito Federal, fez em outros locais, queria receber 45 milhões adiantados da Covaxin, e esta CPI não permitiu. É por isso que nós estamos investigando tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E são empresas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Global está no meio

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São empresas do mesmo dono.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente... Presidente... Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E a Global recebeu R$25 milhões e não entregou os medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Empresas do mesmo dono.

A pergunta, Presidente: por que o Ministério da Saúde, durante a gestão do Deputado Ricardo Barros, fez o pagamento adiantado à Global Gestão em Saúde, do mesmo grupo da Precisa, de R$20 milhões, por medicamentos contra doenças raras?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Não se relacionam as mortes com a falta dos medicamentos. Como eu mostrei na apresentação inicial, da nossa auditoria no Soliris fomos a 400, a mais de 400 pessoas que tinham liminar, e, destas, algumas tinham vindo a óbito mesmo, morreram, com o medicamento disponível para o seu tratamento. Os medicamentos de doenças raras não são medicamentos que curam as pessoas, eles apenas melhoram a qualidade de vida das pessoas. Por isso, mesmo tomando os medicamentos, elas vêm a óbito.

Quanto ao atraso na entrega dos medicamentos pela Global, nós não podemos cancelar o contrato com a Global porque ela estava com liminares a seu favor contra a Anvisa, para conseguir a licença de importação. A Anvisa descumpriu decisões judiciais seguidas, sucessivas, atrasando a entrega dos medicamentos. Quando a Global não pôde, não conseguiu, entregou parte dos medicamentos e não conseguiu entregar o todo, foi chamada a empresa Sanofi, que é a detentora da patente. E também está no processo, já mostrei aqui, que a Sanofi também atrasou a entrega dos medicamentos.

Então, eu não vou... Não posso aceitar, Relator, que venham relacionar a minha responsabilidade à morte de qualquer brasileiro. E eu, como Ministro, economizei 5 bilhões, reapliquei tudo em novas ações de saúde e ampliei de forma muito significativa o acesso de todos os brasileiros à medicação. O pagamento feito por antecipação à Global eu já mostrei também na apresentação inicial que é autorizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Tribunal de Contas. E este pagamento não foi por mim autorizado, mas foi feito pela minha equipe. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O pagamento foi autorizado, o adiantamento, pelo Tribunal de Contas?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, a norma do Tribunal de Contas é que autoriza pagamentos antecipados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor!

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... quando se apresentam as condições necessárias. Era...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o Tribunal de Contas, diferentemente do que V. Exa. colocou, não autorizou. É isso?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, não. Eu estou dizendo que tem uma portaria que autoriza. Eu não estou dizendo que este...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Autoriza o pagamento do adiantamento?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está aqui a portaria na minha apresentação. Eu já vou ver qual é a página.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem a entrega do medicamento?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim. Isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sem a entrega do produto?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Isso foi feito por várias vezes...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – De quem é a portaria?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... nas compras...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem é a portaria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – De quem é a portaria? Quem assinou essa portaria?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem é o Ministro que assinou a portaria?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Tribunal de Contas da União, Acordão 276/2012.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode ler, por favor?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Pode, claro... Está na apresentação dos Srs. Senadores, que foi distribuída. Lamentavelmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, se puder ler, não...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... eu não numerei.

"Destaca-se mais uma vez, que conforme se verifica quanto a forma de pagamento encaminhada na solicitação de..."

Deixe eu pôr meus óculos, que eu já estou dos 60 para frente, amigo Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, já estou além.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – "... na solicitação de cotações por parte do [...] [Dlog], determina que a forma de pagamento poderá ser antecipado ou postecipado, a critério da administração." Acórdão 276, de 2012, Tribunal de Contas da União.

Então, este pagamento antecipado, Senador Renan, era frequente quando de pagamento de medicamentos para cumprimento de decisão judicial, por conta da necessidade da agilidade em que o serviço público deveria atender àquela demanda judicial. Por isso é que, em janeiro de 2019 – nós estamos falando de assuntos ocorridos em 2018, 2017 –, a Anvisa também baixou uma portaria nova, que também está aqui na apresentação que eu fiz aos senhores, dizendo que a autorização de importação para atendimento de decisões judiciais não precisariam mais da licença de importação, que foi objeto da disputa judicial da Global com a Anvisa e da AGU com a Anvisa, em que o Judiciário determinou à Anvisa que não exigisse essa licença de importação. A Anvisa perdeu no Judiciário, vamos dizer, o questionamento, o mérito. E, depois, produziu uma portaria dispensando. Então, hoje, uma compra como esta que nós estamos tratando seria feita rapidamente sem essa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Anvisa contradiz o senhor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... licença de importação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Anvisa contradiz o senhor.

O Ministério da Saúde, na época, não conseguiu fazer a entrega dos medicamentos em tempo hábil, no depósito do Ministério da Saúde, para chegar às pessoas. As pessoas morreram, concretamente, por conta da ausência do medicamento: 20 pessoas morreram pela ausência do medicamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, eu tenho uma questão...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Essa afirmação não pode ser feita, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tenho uma questão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estou afirmando. A Anvisa contradiz o senhor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está afirmando equivocadamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... contradiz o senhor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Tem aqui um parecer da AGU dizendo que não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Anvisa o contradiz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a portaria diz – só para repetir...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu não vou aceitar ser acusado aqui sem poder me defender, Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos acusando.

E a portaria diz exatamente que pode ser adiantado o pagamento, como faziam – e foi dito aqui pelo Deputado Ricardo Barros –, a depender da administração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Foi V. Exa. que assinou a autorização para o pagamento?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Não, não foi. Nem a compra, nem a autorização foi assinada por mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem assinou a autorização?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Os departamentos competentes que a estrutura...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe quem foi que assinou a autorização?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não sei. Não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Alexandre Lages Cavalcante?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Alexandre Lages Cavalcante era uma das pessoas que trabalhava no ministério no período em que eu era Ministro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, uma questão que me parece conexa é por que foi adquirido esse medicamento da Global e não da Sanofi diretamente, porque aí me parece que a Global virou uma intermediária, se tinha a compra direta para ser feita com o laboratório Sanofi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Essa é uma questão que me parece conexa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma questão preliminar, porque é o *modus operandi* que depois nós verificamos em todas as negociações que acusam de ter a interferência e a participação do Deputado.

E este depoimento, como eu disse e queria repetir, é pra que o Deputado se defenda e esclareça absolutamente tudo isso.

Nós não queremos imputá-lo indevidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E é uma pergunta objetiva, Sr. Relator: tem alguma portaria no serviço público que autoriza pagamento antecipado sem a entrega do produto? Onde está isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estamos com mais de três perguntas ao depoente. Ele poderia responder uma a uma, mas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço, Senador Renan... Você tem razão, Senador Fernando Bezerra.

Eu peço aos colegas Senadores que a gente faça uma pergunta por vez. O Deputado Ricardo Barros tem todo o tempo necessário pra respondê-las. E é importante que a gente as responda.

Essa questão de remédios que não são oferecidos pelo SUS é um problema nacional, são remédios de quarta, quinta geração que não tem na prateleira nem nos depósitos. Têm que ser adquiridos através de rapidez porque viu aí a dependência de pessoas pra viver e que não têm acesso. São remédios caríssimos. São remédios caríssimos.

Então, eu quero que o Deputado Ricardo... Pode responder uma pergunta por vez, e eu vou pedir aos colegas Senadores que a gente se atenha primeiro às perguntas do Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual sua relação com Francisco Emerson Maximiano, sócio-proprietário da Global e da Precisa, que utilizaram os mesmos métodos tanto na venda de remédios para doenças raras quanto na venda da vacina Covaxin?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Eu não tenho relação pessoal com o Sr. Maximiano. Eu o recebi no gabinete como Ministro, com a nossa equipe de compras, e está também nos registros aqui que ele alegou, e eu também aleguei, que a última vez em que nos encontramos foi quando eu era Ministro. Portanto, nunca tratei de Covaxin – já afirmei isso várias vezes –; em nenhum momento, tratei qualquer assunto relativo à venda da Covaxin.

Mas quero responder ao Senador Rogério Carvalho que compramos da Global em vez da Sanofi, porque ela ofertou preço menor, e é essa a obrigação da administração pública.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Deputado, mas...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – E também é o Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A atravessadora ofertou um preço menor do que a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Deputado, mas isso não é verdade.

Ela não tinha autorização da fabricante, ela não tinha registro DDR.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa, Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O ministério não podia usar intermediário pra comprar esse remédio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A atravessadora apresentou um preço menor?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não tem atravessadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é inacreditável.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não tem atravessador.

A minha disputa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso da Global.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Vou deixar claro aqui. A minha disputa com a Anvisa, na qual vencemos a AGU e a fornecedora, todas as disputas judiciais, é exatamente por isto: não pode um laboratório nomear um representante exclusivo e só ele poder fornecer. Por quê? Porque o registro – e o Senador Izalci sabe bem disso – dado a um laboratório é da vistoria feita lá na fábrica das boas práticas de fabricação e do insumo farmacêutico ativo que ela utiliza. Então, para mim, como Ministro, estava muito claro que, se a fábrica de um medicamento, em qualquer lugar do mundo, foi vistoriada pela Anvisa e recebeu o registro do medicamento, se este medicamento produzido naquela fábrica chegar ao Brasil por qualquer caminho que seja, ele está com registro.

Esse monopólio que se criou por anos aqui de que só o representante exclusivo, nomeado pelo laboratório, podia vender para o ministério assaltou o Tesouro Nacional por muitos anos. Não é à toa que eu economizei, só em compra de remédio, R$3,7 bilhões. Foi com esta prática de abrir concorrência.

Agora, a Sanofi, uma vez que a Anvisa demorou pra cumprir a licença de importação, teve tempo de ameaçar todos os seus fornecedores no mundo de que não vendessem para a Global para entregar nessa compra aqui, e a Global não pôde fazer o cumprimento do contrato. Se vocês não querem entender como funciona, isso é um mercado selvagem – selvagem. E é assim que funciona. E é isto que eu enfrentei e por isso consegui economizar R$3,7 bilhões, Senadora Simone, que salvaram milhares de vidas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Baixamos o preço dos tratamentos de hepatite, baixamos... Eu mostrei tudo aqui pra vocês na apresentação inicial. Vocês podem olhar. Isso é fato concreto. Então, o pagamento antecipado, em que o Senador Randolfe continua insistindo, está autorizado nas normas tanto pela AGU quanto pelo TCU. E foi feito em diversas compras quando se tratava de cumprimento de decisões judiciais. Isso é a prática regular do ministério. Eu estou absolutamente tranquilo quanto a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A depender da vontade da administração.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim. Era uma prática...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o que está na portaria.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Era uma prática regular do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que em português claro significa dizer que dependeu da vontade de V. Exa.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não minha, porque não autorizei, mas foi uma decisão da administração.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não precisaria autorizar. V. Exa. era o Ministro.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu estou respondendo, Senador Renan, o processo e vou provar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E aí, então, quais medidas V. Exa. adotou contra a Global por não ter entregue os medicamentos pagos pelo Ministério da Saúde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu não pude adotar nenhuma medida porque eu saí do ministério no dia 2 de abril para concorrer às eleições de Deputado Federal, e o prazo de entrega da Global terminou posteriormente à minha saída do ministério. Então, as providências tomadas contra a Global, que eu saiba – ela foi suspensa um período de não vender para o poder público e fez um acordo administrativo para devolver os recursos, e já devolveu R$2,8 milhões –, foram tomadas por administrações posteriores à minha. Na minha administração, ela ainda estava apta a entregar os medicamentos – e com decisão judicial a seu favor para fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato foi assinado quando exatamente, Deputado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – O contrato com a Global?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu vou buscar esse dado, Senador Renan, porque o contrato foi assinado anteriormente, na minha gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na sua gestão.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Mas o prazo para ela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quanto depois, presumivelmente, de assinar o contrato V. Exa. se desincompatibilizou pra disputar a eleição?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Deve ter um prazo de entrega no contrato, mas, como a Anvisa se negou a entregar a ela a licença de importação, ela entrou na Justiça. A Justiça determinou à Anvisa que entregasse. A Anvisa descumpriu, sob multa de R$100 mil por dia. Aí ela entrou de novo, reiterou o pedido. A Anvisa de novo perdeu, com multa de R$200 mil por dia. Aí a AGU (Advocacia-Geral da União) entrou também, pedindo a entrega da licença de importação, e venceu também. Aí, sim, a Anvisa cumpriu.

Então, houve um atraso por conta da insistência da Anvisa em não autorizar a importação, a não ser por aquele representante exclusivo, o que eu acho um absoluto absurdo administrativo a Anvisa dar registro ao representante. Não é possível! A Anvisa dá registro a uma fábrica de medicamentos. Qualquer medicamento que sair daquela fábrica e chegar ao Brasil está autorizado e registrado. Então, esse *lobby* que existia, esse modelo nós rompemos, graças a Deus, e a Anvisa, em janeiro de 2019, baixou portaria e não exige mais a licença de importação, não emite mais licença de importação para produtos comprados para cumprir decisão judicial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, porque o Ministério da Saúde, à época, resistiu e não acatou a recomendação do Ministério Público Federal de desclassificar e punir a Global, optando pela segunda colocada da licitação dos medicamentos?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Porque a Global detinha liminar a seu favor determinando a emissão da licença de importação para que ela pudesse cumprir o contrato.

Eu não posso romper um contrato cuja parte tem uma decisão judicial a seu favor para o cumprimento do contrato, é impossível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. conhece Thiago Fernandes da Costa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, trabalhou conosco no ministério também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele foi o coordenador de compras na época do caso da Global na sua gestão?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E corréu na mesma ação de improbidade que V. Exa. responde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E também participou, coincidentemente, da negociação da Covaxin?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu não tenho aí...

Desculpa, Senador, eu mostrei aqui, na apresentação inicial, que o Ministro Mandetta, quando assumiu, pediu indicações para retirar do ministério todos os indicados do PP, meu Partido Progressista, que estivessem em posições sensíveis, esta é uma posição sensível. Então, se ele permaneceu lá é porque não era indicado nosso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas eu aleguei apenas a coincidência, não é?

Ele foi o coordenador de compras na época do caso da Global, na sua gestão, e corréu, portanto, na ação de improbidade e também coincidentemente participou da negociação da Covaxin.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Mas isso não tem nada a ver com a nossa ação política, me desculpa, está claro isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece, mas não tem ligação com ele, é isso?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, são pessoas...

O senhor sabe, o senhor já foi Ministro da Justiça. O senhor sabe quantas pessoas estão subordinadas ao ministério, não é uma pessoa da minha relação pessoal, mas estava na equipe do ministério, como estava a Regina Célia, que o Ministro Marcelo Castro nomeou e que eu mantive, obviamente ela tinha qualificações quando foi indicada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegaremos já na questão da Regina Célia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sua participação na nomeação de Roberto Dias no Ministério da Saúde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que exerceu cargo de confiança no Governo da Sra. Cida Borghetti, esposa de V. Exa.?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Se o Presidente me permitir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que, aliás, aproveito para agradecer a presença honrosa dela aqui nesta CPI.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Se o Presidente me permitir, Presidente, eu tenho todas as portarias de nomeação do Sr. Roberto Dias, eu posso apresentar aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem as portarias aí?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, estão disponíveis para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Roberto Dias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele era da Dlog na época da Global? Diretor da Dlog?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem era da Dlog?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Era...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o cargo que ele exercia na época da Global?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Acho que Davidson.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Davidson.

Qual o sobrenome, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Era o Sr. Davidson...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Davidson Tolentino.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... Tolentino.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Alguma relação com Marcos Tolentino?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, não tem relação nenhuma.

Marcos Tolentino é um amigo meu pessoal, dono da Rede Brasil Televisão. Eu tenho rádio há 40 anos e sempre nos encontramos nos eventos de radiodifusão em todo o Brasil.

Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Desculpa, Deputado, qual é a relação do senhor com o Roberto Dias?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Roberto Dias?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Roberto Dias é uma pessoa que eu conheço, indicado pelo Deputado, ex-Deputado Abelardo Lupion, participou do Governo Beto Richa. O ex-Deputado Abelardo Lupion era Presidente da Cohapar (Companhia de Habitação do Paraná), o Sr. Roberto Dias era funcionário concursado da Cohapar, transformou-se em Diretor naquele período em que Abelardo Lupion presidiu a Cohapar e, quando a minha esposa, Cida Borghetti, assumiu o Governo do Paraná, o ex-Deputado Abelardo Lupion foi nomeado Diretor de Infraestrutura e Logística... Foi nomeado Secretário de Infraestrutura e Logística da Governadora Cida Borghetti, levou o Roberto Dias com ele para ser o seu Diretor-Geral na Secretaria de Logística. Depois, vencida a eleição pelo Presidente Bolsonaro, Abelardo Lupion veio para Brasília nomeado no Palácio do Planalto e indicou Roberto Dias, seu escudeiro, seu companheiro, para o cargo de...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Ele é amigo do senhor? Ele é amigo do senhor?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Diretor do Dlog.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Ele é amigo do senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, amigo, não, mas é uma pessoa...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Mas ele usou o apartamento funcional do senhor, não é?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, usou, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Ele não usou o apartamento?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, nunca usou, Senador. Ele já esteve lá, o Deputado Pedro Lupion mora no andar debaixo do meu apartamento, o Deputado Francischini mora no mesmo andar do meu apartamento, e nós reunimos pessoas do Paraná que estão em Brasília com uma certa frequência, obviamente para confraternização. Mas nunca usou o meu apartamento.

Aqui estão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Que cargo ele exerceu no Ministério da Saúde quando V. Exa. era ministro?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Não, ele não exerceu cargo nenhum, ele estava no Governo do Paraná na Cohapar, como está aí a nomeação dele na Companhia de Habitação do Paraná, junto com Abelardo Lupion na gestão do Governador Beto Richa; depois, a Governadora Cida o nomeou para Secretário de Infraestrutura e Logística, e o Deputado Abelardo Lupion o convidou e ele foi nomeado Chefe de Gabinete da Secretaria de Infraestrutura e Logística; depois... Aí traz a nomeação de outros servidores, mostrando que ele foi exonerado numa equipe que acompanhava o Deputado Lupion, e ele é nomeado também para o Conselho da Administração dos Portos de Paranaguá pelo Secretário de Infraestrutura e Logística... A cessão funcional da Cohapar para o Ministério da Saúde, porque ele é funcionário de carreira... Depois, Roberto Dias é nomeado pelo Ministro Mandetta, também numa relação enorme, numa entrada de equipe – você vê que tem muitas nomeações no mesmo decreto – para Diretor de Logística. E o Ministro Mandetta deu entrevistas dizendo que foi com esse contexto que ele nomeou Roberto Dias. Em toda a trajetória da vida pública do Roberto Dias, nunca se levantou uma questão contra ele. Eu não acredito que ele tenha feito aquele pedido que o delator ou que o acusador fez, mas eu não estou aqui para defendê-lo até porque está claro que não é uma pessoa que é da minha equipe, é da equipe do companheiro Lupion, que tem confiança nele e conseguiu com ele fazer uma conduta em vários cargos públicos sem nenhum questionamento até agora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. atuou no Ministério da Saúde para que o processo de importação da vacina Covaxin, de alguma maneira, fosse consumado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, em nenhum momento, ninguém ligado a esta empresa ou a este laboratório Covaxin me procurou nesse período. Não tive nenhum contato com nenhuma das pessoas envolvidas nisso. Nunca me procuraram para auxiliar na venda de vacinas para o Brasil, que é um objetivo de todos nós, mas, nesse caso, nunca fui procurado, e os senhores já sabem disso porque todas as pessoas que tramitaram... pelas mãos de quem tramitou o processo já afirmaram isso aqui nesta CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. concorda que o pedido de pagamento antecipado, solicitado pela Precisa Medicamentos, pelas doses da Covaxin guarda alguma similaridade com o caso do calote cometido pela Global, que possui, coincidentemente, o mesmo grupo proprietário?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Como eu disse, Senador, eu não tenho pessoas no Ministério da Saúde. As poucas que eu tinha levei junto, porque, quando eu saí para ser candidato a Deputado, minha esposa assumiu o Governo do Paraná. Então, eu tinha cinco pessoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou falando apenas: concorda que há similaridade entre os casos?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, deve ser o *modus operandi* da empresa, porque os governos são totalmente diferentes. As pessoas são outras. E o *modus operandi* de que o senhor deve estar tratando é o *modus operandi* de a empresa lidar com o poder público.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – *Modus operandi* do quê?

Desculpa, Relator!

Modus operandi do quê?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. O que V. Exa. perguntou ao depoente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei se concorda que há similaridade do contrato da Global com...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em relação ao pagamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação ao pagamento, em relação a outras questões do contrato...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com o caso da Covaxin.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de pedir ao Presidente Randolfe... Se pudéssemos juntar e disponibilizar para os Senadores o acórdão citado pelo depoente, o do Tribunal de Contas da União, que é o Acórdão 276, de 2012, que, segundo ele, pelo menos nesse primeiro, teria a previsão de pagamento antecipado... Pelo menos nesse primeiro acórdão, eu não consegui enxergar esse pagamento antecipado como possibilidade. É apenas para que possa constar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Determino à secretaria o cumprimento da requisição feita pela Senadora Simone Tebet, para que providencie o acórdão do Tribunal de Contas da União e o disponibilize para as Sras. e Srs. Senadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Exa. acabou de dizer que, talvez, esse seja o *modus operandi* da empresa, perguntado pela similaridade.

Eu queria perguntar o seguinte: faz sentido a Precisa Medicamentos, que tem como principal sócia a própria Global, empresa que causou prejuízos ao ministério e causou, como vimos aqui, a morte de pacientes ao não entregar os medicamentos na hora certa para doenças raras, ser admitida como intermediária para a compra de milhões de doses da vacina Covaxin?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Olha, Sr. Relator, eu tenho na memória que o ministério consultou o Tribunal de Contas, até porque não havia nenhuma medida contra nem a Precisa nem a Global, e o Tribunal disse que eles estavam habilitados a contratar com o poder público. Eu pedi aqui à minha assessoria para localizar esse documento, porque fez parte, evidentemente, de uma busca de respostas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faço uma segunda pergunta: o ministério verificou ou não verificou os antecedentes das empresas e de seus sócios?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não sei, Sr. Presidente, porque... Eu estou dizendo aqui que eu tenho memória de que consultou o tribunal sobre a possibilidade de contratação. Então, verificou. Só que não havia nenhuma medida efetiva que impedisse a empresa de contratar com o poder público. Agora, não é da minha alçada, não é da minha gestão, não tinha pessoas minhas lá no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministério. Eu estou tomando conhecimento dos detalhes agora por sua... Eu nem sabia que a Precisa tinha pedido adiantamento de pagamento da Covaxin.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois da demissão de Roberto Ferreira Dias, V. Exa. ainda exerce algum tipo de influência no Ministério da Saúde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu não nomeei Roberto Ferreira Dias, não era indicação minha, portanto não era influência minha, Sr. Senador. E já disse que as pessoas que eu trouxe para Brasília, cinco apenas, quando fui Ministro, todas elas foram ao Governo do Paraná contribuir com a gestão da Governadora Cida Borghetti.

Portanto, desde então, quando saí do Ministério da Saúde, não tenho nenhum indicado lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. indicou o nome de alguma pessoa para o Ministério da Saúde desde o início do atual Governo?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual sua relação com a servidora Regina Célia Silva Oliveira?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Segundo ela disse, nunca me viu. E eu também não me lembro de tê-la visto, mas ela foi nomeada na minha passagem pelo Ministério da Saúde na mesma função em que já tinha sido nomeada em 2016 pelo Ministro Marcelo Castro – de fiscal de contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela foi nomeada...?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Com um salário... Ela apenas trocou outro cargo, por um salário menor, mas permaneceu com a mesma responsabilidade a que tinha sido conduzida pelo Ministro Marcelo Castro, que é a de fiscal de contrato, em que ela permanece até hoje, depois de mais de três ou quatro ministros se sucedendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ela foi nomeada – e o senhor falou aqui na introdução – pelo Marcelo Castro?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Marcelo Castro a designou fiscal de contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Designou-a fiscal de contrato.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Fiscal de contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De contrato, mas o senhor também a nomeou para cargo em comissão.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu mudei o cargo dela para um DAS menor, mas ela foi mantida com a mesma função.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela já depôs aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela foi designada meses depois da assinatura do contrato para ser fiscal do contrato da Covaxin e permitiu a entrada da Madison Biotech na execução do contrato da Covaxin, que não estava sequer citada no contrato.

Fora nomeada pelo então Ministro Marcelo Castro – ela é servidora concursada – e depois foi nomeada para uma outra função em confiança pelo Ministro Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Senador, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Se o senhor me permitir, eu tenho todas as portarias de nomeação da Regina Célia. Posso mostrar aos Srs. Senadores da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o senhor não a nomeou?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, todas as nomeações, porque ela foi nomeada por vários ministros sucessivamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos e temos o depoimento dela aqui...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de que foi nomeada. Ela quase não conseguiu lembrar, mas, ao final, ela lembrou que tinha sido nomeada para uma função em confiança pelo senhor. Se quiser, eu posso...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mostrar aqui rapidamente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – É, eu tenho todas as portarias de nomeação dela. Apenas para demonstrar que ela é servidora de carreira e que, em vários governos, exerceu a função.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, deu muito trabalho...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Inclusive no meu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para nós sabermos dessa nomeação. Ela ocultou, ocultou, ocultou, ocultou...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – A nomeação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, no final, na insistência...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpe, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ela, ela...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... mas a nomeação dela está no *Diário Oficial*, não dá trabalho para saber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu falo com relação ao depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas a depoente aqui procurou ao máximo negar que a autoria da nomeação tinha sido a sua.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

V. Exa., como Líder do Governo na Câmara dos Deputados, foi consultado sobre a exoneração de Eduardo Pazuello do ministério?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não. Eu defendi publicamente, em várias entrevistas, a permanência dele no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. ou seu partido atuou em favor da exoneração de Eduardo Pazuello?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não participei da exoneração. E, repito, é só buscar nos artigos de imprensa, defendi a permanência dele. Em função do momento de crise que nós estávamos passando, achei que a continuidade do trabalho seria melhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa., mas a pergunta inclui também o seu partido. E com relação ao seu partido?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – O meu partido eu não posso responder, Sr. Presidente, porque não participei de nenhuma reunião do meu partido onde algum membro tivesse proposto essa medida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. conhece o Tenente-Coronel Alex Leal Marinho?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece? Nunca ouviu falar?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não conheço, nunca o vi. Ouvir falar eu ouvi, porque ele é uma pessoa que faz parte da estrutura do ministério, mas nunca falei com ele e nunca o vi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi um militar, e isso já foi levantado aqui pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que fez pressão sobre o servidor Luis Ricardo Miranda.

Qual é a sua relação com o Coronel Marcelo Bento Pires?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece-o?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação, Deputado, com a empresa Ml8 Serviços Administrativos?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Nunca ouvi falar, Sr. Relator. Não conheço, por esse nome não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu falar? Essa empresa recebeu duas transferências da Precisa Medicamentos, totalizando 721 mil, fica sediada em Curitiba em endereço muito próximo a uma empresa de Roberto Dias.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa. Desconheço a empresa de Roberto Dias, nem sabia que ele tinha, e também desconheço essa empresa Ml8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem solicitou a V. Exa. que apresentasse emenda à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, propondo o aproveitamento pelo Brasil da aprovação de vacinas sanitárias da Índia pela Anvisa e não de qualquer outro país?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Por que eu fiz a proposição? Porque a Índia é o maior fabricante de vacinas do mundo. Então, era absolutamente natural que ela tivesse a possibilidade de que os estudos feitos lá fossem aproveitados pela Anvisa e pelo Governo Federal, mas, lamentavelmente, não houve efeito nem para a Índia e nem para qualquer outro país. Dos 11 países que foram relacionados naquela lei que poderiam ser beneficiados pelo aproveitamento dos estudos, não tivemos novas autorizações da Anvisa para outras vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a emenda de V. Exa. não abrangia o aproveitamento da autorização de outras autoridades estrangeiras sanitárias?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Porque elas já estavam contempladas com outras emendas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em sua avaliação, a aprovação de sua emenda atendia ao interesse da Precisa de facilitar a autorização do uso da Covaxin no Brasil?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu nem sabia que a Precisa representava a Covaxin ao momento da apresentação da emenda, Sr. Relator. Fato totalmente desconhecido da minha parte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Os outros Parlamentares também apresentaram a Índia.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Como?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor que não apresentou dos demais países porque já havia sido apresentado pelos demais Parlamentares.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Mas os demais Parlamentares também haviam apresentado a Índia num conjunto de vários países e de entidades sanitárias internacionais. O seu caso é diferente. O senhor apresentou exclusivamente para a agência sanitária da Índia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Senadora Eliziane Gama, não vamos poder concordar com a sua narrativa. Isso não tem nenhum sentido, nenhum sentido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Por que não sentido, Deputado?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Porque não. Porque vários Senadores e de Deputados apresentaram emendas das mais diversas, e o Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Em um conjunto de países, o senhor só se preocupou exclusivamente com a Índia, que tinha um contrato com a Precisa.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Porque é o maior fabricante de vacinas do mundo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E depois teve a antecipação...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa, eu não vou aceitar ilação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tinha o caso da Rússia e de outros países mais, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não vou aceitar a sua ilação e vou deixar claro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é ilação, é uma constatação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Eliziane Gama...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – O Senador Randolfe era o Relator; era só ele recusar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é ilação, Deputado. É um fato. Ilação é se não tivesse a constatação documental.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Eliziane Gama, vou devolver a palavra para o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Assegurar a palavra ao Relator para ele concluir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, Izabelle, para exibir o vídeo 3.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Por que V. Exa. defendeu que a Anvisa fosse enquadrada?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Porque ela estava com procedimentos que não condiziam com o momento da pandemia. Ela estava atuando como se não houvesse uma emergência. Então, a supressão da exigência de Fase III no Brasil, para a autorização de vacinas, ela acatou a nossa visão, fez uma resolução e, imediatamente, retirou essa exigência.

Os prazos de manifestação da Anvisa nós reduzimos; nós porque Senado e Câmara votaram a mesma redução de prazo. E a mesma fala que eu fiz o Senador Randolfe fez. Eu acabei de apresentar. Está aqui também a fala do Senador Randolfe na apresentação, onde ele diz que a Anvisa não pode tratar tempos de paz como tempos de guerra.

Então, o entendimento era geral nesse sentido. Por isso, essas matérias que enquadram a Anvisa nos seus prazos e procedimentos foram aprovadas por unanimidade na Câmara e no Senado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O entendimento era geral, mas a sua emenda era uma emenda específica e tratava exatamente dessa questão que não tinha caminhado na Anvisa com relação à Covaxin.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa, Senador. Eu já disse que não sabia, a essa época, nem que a Covaxin estava ofertando vacinas ao ministério. Os senhores vão quebrar o meu sigilo, os senhores ouviram todas as pessoas, os senhores não vão achar nenhuma possibilidade de ligação minha com esse assunto, Covaxin. E, obviamente, não é adequada essa tentativa de raciocínio de que eu estava interessado em favorecer especificamente a Índia por causa da Covaxin. A Índia é a maior produtora de vacinas do mundo. Aliás, as vacinas que chegam para nós, AstraZeneca, são fabricadas no Instituto Serum, da Índia. Nós temos um excelente relacionamento com a Índia lá, no Ministério de Ciência e Tecnologia, nas transferências tecnológicas, e a Fiocruz é parceira da Índia nesse processo.

Eu quero deixar claro que não se encontrará nenhuma evidência, vocês não encontrarão nenhuma evidência da relação minha com a Covaxin. Por favor, continuem procurando.

Mas todas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É óbvio que a emenda...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – A emenda não é... Não tem nada com a... Desculpa, Senador. Não tem nada uma coisa com a outra. Zero!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a emenda apresentada por V. Exa. à Medida Provisória 1.026 tinha a intenção de fazer esse enquadramento?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – A emenda tinha intenção de quê? De que os estudos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inclusive para esvaziar as atribuições da Anvisa...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, os estudos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... na aprovação das vacinas?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Os estudos feitos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Como é que não tem?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Senador, os estudos feitos na Índia seriam aproveitados no Brasil, como em mais 11 países que o Senador Randolfe, como Relator, acatou na lei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, em que aspecto o enquadramento seria benéfico?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Talvez o Deputado não saiba, talvez o Deputado não saiba...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Parecer do Relator...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... como ele já citou pela segunda vez, o Sr. Líder do Governo também sabe muito bem que a medida provisória chegou aqui prestes a vencer, e teve, naquela circunstância, naquele momento uma definição de todos os Líderes em fazer a medida provisória tramitar com celeridade pela urgência das vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É por isso que o parecer foi para não ter nenhum tipo de modificação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – No que veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... no que veio da Câmara dos Deputados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, uma circunstância não tem relação com a outra que está sendo inquirida e questionada pelo Sr. Relator. A emenda foi feita na Câmara dos Deputados, houve um acordo amplo no Senado para não ter modificações em virtude da urgência do tema, da urgência da medida provisória e da necessidade de sanção do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Essa pressão sobre a Anvisa beneficiaria a Bharat Biotech na aceleração das vendas da vacina Covaxin ao Ministério da Saúde, ou não?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Especificamente não, mas beneficiaria a todos os brasileiros se a Anvisa fosse mais ágil na liberação de vacinas. Eu já demonstrei aqui também que 30 milhões de doses de vacinas deixaram de ser compradas pelo ministério porque a Anvisa não deu a autorização, embora elas estivessem sendo aplicadas em vários países.

E, quando o Senador Randolfe citou nominalmente a Covaxin naquele vídeo que ele postou nas suas próprias redes, ele fala que ele apela à Anvisa, o quanto antes possível, de imediato: "Nós temos que ter autorização para ampliar nosso arsenal de vacinas. Para se ter uma ideia, a Covaxin – ele citou nominalmente, vocês não vão achar nenhuma entrevista minha falando de Covaxin nesse período em que nós estávamos votando essa medida provisória e nem posteriormente, talvez -, por exemplo, já disponibilizou 8 milhões de dólares de vacinas, 20 milhões até vinte de maio.". Todos nós queríamos ter recebido as vacinas e ter evitado mortes, internações por ter imunizado a população...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sabe qual é a diferença nossa, Deputado?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sabe qual é a nossa diferença?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou explicar claramente qual é a nossa diferença.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Por que só eu, por que só eu faria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque o senhor só fez a emenda para a Covaxin.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não fiz a emenda para a Covaxin.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não fez nenhum tipo de posicionamento sobre a Pfizer...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Claro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não fez nenhum tipo de posicionamento sobre a Janssen...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu não fiz a emenda para a Covaxin.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não fez nenhum tipo de posicionamento pela Coronavac, o senhor não fez nenhum tipo de posicionamento pela AstraZeneca, o senhor não fez nenhum tipo de pronunciamento sobre as outras vacinas que nós temos. O senhor só fez uma emenda para a Covaxin.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não fiz a emenda para a Covaxin.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É essa a nossa diferença gigantesca.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu não aceito o que o senhor está afirmando. É mentira!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em outubro, quando o senhor estava defendendo imunidade de rebanho, porque a gente tem vídeo aqui e vamos mostrar o senhor defendendo imunidade de rebanho, a gente já estava defendendo vacina. Em outubro o senhor estava defendendo imunidade de rebanho e a gente estava defendendo já a vacina.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – O senhor está presidindo a sessão, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor defendeu, e utilizou, e apresentou uma emenda somente para a Covaxin.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não apresentou nenhum tipo de emenda, não apresentou nenhuma defesa para a Pfizer, para a Coronavac, para a AstraZeneca, para a Janssen e para todas as outras vacinas que estão hoje sendo utilizadas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A nossa diferença é gigantesca...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... é abismal, entre mim e o senhor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não é verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Simplesmente não é verdade.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Então, vamos ficar na narrativa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pela ordem, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Quem é que apresentou um projeto que suspende a regra da Anvisa para exigir Fase 3...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tem ordem para falar não, na CPI?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, a gente viu que o Relator ia terminar, estamos todos apelando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, vou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pela ordem, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria agradecer a gentileza da equipe, que prontamente atendeu a um pleito desta Senadora tirando cópia do acórdão do Tribunal de Contas da União que foi citado pelo Deputado. Acontece que o Acórdão 236, de 2012, citado, só para que possamos ler o acórdão correto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele não trata de vacinas, ele é do BNDES, relacionado a obras, e não tem nada de pagamento antecipado.

Então, eu só gostaria de saber qual é o acórdão certo, pelo advogado, para que possamos ter uma cópia enquanto o depoente...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está impresso. É esta página.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O 276, de 2000... Não. Eu estou com ele aqui. Eu estou com o Acórdão 276, de 2019. Eu já li na íntegra e não achei pagamento antecipado nesse acórdão.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Senadora, está impresso. Nós retiramos disso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso não é impressão do acórdão, isso deve ser de alguma decisão do Ministério da Saúde.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Aqui está dito assim...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou dizendo que eu estou em mãos, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem o acórdão aí? O senhor tem o acórdão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se tiver o acórdão, facilita.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que não seja o seu eslaide, o senhor tem o acórdão?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só pra eu ir acompanhando, enquanto o Relator vai fazendo...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Essa autorização.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem o acórdão?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Essa autorização foi dada pelos órgãos técnicos do ministério para o pagamento da...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do Ministério da Saúde, não é cópia do acórdão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deputado, o senhor disse aqui que é o Acórdão 276, a Senadora está dizendo que o Acórdão 276 não tem esse dispositivo.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está escrito aqui, Senadora. Está escrito aqui o contexto. Se ele está equivocado, vamos ler o que está escrito aqui, porque esse é o contexto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. O senhor tem o acórdão? Onde o senhor tem ele?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Tem que ler o acórdão, Deputado.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, eu vou...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O acórdão não fala isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou esclarecer, porque eu não quero tumultuar, Deputado. É que pode ser que seja o número errado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim. Mas então...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está aqui:

> Ressalta-se ademais que o [...] [TCU] no acórdão 276/2012 e acórdão 158/2015, determinou de forma clara no caso de aquisições e virtude de demandas judiciais, fica a cargo da administração a forma de pagamento antecipado [...].
> 6. Destaca-se mais uma vez, que conforme se verifica quanto a forma de pagamento encaminhada na solicitação de cotações por parte da [...] [Dlog], determina que a forma de pagamento poderá ser antecipada [...].

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em virtude de demandas judiciais.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso aqui parece-me ser, e V. Exa. acaba de confirmar, uma decisão do Ministério da Saúde com base no acórdão. O acórdão está na minha mão, ele não fala em pagamento antecipado. Então, eu pergunto se devo ler o outro acórdão também, porque aqui não fala de nada a não ser de um financiamento do BNDES.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Senadora, Simone Tebet, aqui fala: Acórdão 276. Isso é um despacho interno do Ministério da Saúde. Não fui eu que escrevi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, perfeito. Não é um acórdão, é o despacho do Ministério da Saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas V. Exa. traz para justificar pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. disse que era um acórdão.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Posso responder?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E anuncia como um acórdão perante esta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor anuncia como acórdão o que é uma decisão do Ministério da Saúde.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está aqui no despacho...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Não é isso. Ele cita o acórdão para justificar o pagamento antecipado, por isso que eu quero apenas... De repente, foi erro do ministério. O número está errado, eu só estou pedindo uma correção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu vou pedir à sua equipe, que está muito eficiente, que verifique o Acórdão 158, que também é citado aqui, o Acórdão 871, de 2018, o Acórdão 554, de 2017, e o Acórdão 276, de 2002. Todos eles tratam de pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O 256 é esse. O 256 é esse.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deputado, eu já li o Acórdão 158 também, ele fala em relação a obras excepcionalmente, não cita remédios, fala sobre decisões específicas, não genéricas.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não fui eu que...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Os outros acórdãos V. Exa. não apresentou aqui.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa, Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu sei. Eu não estou querendo aqui ir para o embate, eu só estou querendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deputado, vamos ser claros, o senhor apresentou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há nos acórdãos, claramente, a determinação de pagamento antecipado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na sua apresentação, o senhor inclusive...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... na aquisição de medicamentos, para justificar que o Ministério da Saúde possa a torto – a torto, nunca a direito – antecipar ou tentar antecipar pagamento na compra de vacina, como foi o caso da Covaxin, e no caso da Global, que nem idônea era e nem registro pela Anvisa tinha para poder ser contratada pelo Ministério da Saúde.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Senadora... A Pfizer recebeu adiantado também, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deputado, o senhor coloca...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – A Pfizer recebeu adiantado também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só deixar claro, Deputado, aqui na sua apresentação inicial, o senhor alega...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas entregou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor alegou, aqui na sua apresentação final, um acórdão que não existe e que não diz o que o senhor aqui alegou neste acórdão. Depois, o senhor informa um outro acórdão que também não tem. Pelo que senhor está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É essa a manipulação a que eu me referia há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o senhor traz um outro caso gravíssimo aqui.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu vou, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Ministério da Saúde está se utilizando...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Calma, Presidente Randolfe! Presidente Randolfe, não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... de acórdãos inadequados, está se utilizando de acórdãos indevidos pra justificar procedimentos ilegais. O que o senhor traz é mais uma alegação gravíssima...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não tem nada de ilegal...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos seguir, Presidente; vamos seguir!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O que é isso, o que é isso, o que é isso, Presidente?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Eu vou pedir um minuto, Sr. Presidente, e vou ler o TC 006... Anotem, por favor, pra conferência, não é? TC 006.789/2021-8: "Em relação às investigações pretéritas que envolvem a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. e sua sócia, empresa Global Gestão em Saúde, como foi salientado, no âmbito do exame de admissibilidade dessa instituição, não existe nenhuma sanção aplicada contra elas que as impeça de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratar com o Poder Público, o que pode ser confirmado às bases dos dados à disposição do TCU". Então, lá no 83 deste acórdão TC 006.789/2021-8, está expresso pelo Tribunal de Contas que não havia impedimento pra contratação nem da Global, nem da Precisa. Fica respondida, Senador Renan Calheiros, uma pergunta que o senhor fez no início, e que eu disse que tinha de memória, mas não tinha os dados. Estão aqui os dados.

Muito obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acórdão de 2021, e o Ministério já sabia antes que não tinha.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O que isso tem a ver com a alegação primeira que o senhor fez?

O SR. RICARDO BARROS – Eu não sei. A Senadora que entrou perguntando, e eu estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas a questão central aqui é a contradição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Essa parte diz... Essa parte diz que tem condições de contratação; não fala que tem condições de pagar antecipado essa parte especificamente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Tem vários...

Desculpa, Senador, tem vários acórdãos do TCU...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – ... que autorizam o pagamento antecipado e decisões da AGU também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é o caso deste, não é o caso deste.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu vou, eu vou até o final, eu vou até o final...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ninguém está discutindo que não se pagam antecipadamente contratos administrativos.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu vou até o final...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso é regra, mas não é o caso específico.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. não foi feliz na colocação que fez.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Até o final eu vou... Como encontrei esse acórdão, que não fala que podia contratar com a Global e a Precisa, que foi uma pergunta do Relator, eu também, até o final do nosso diálogo aqui, vou dar os acórdãos que autorizam pagamento antecipado e, inclusive, vou mostrar para os senhores que a Pfizer também recebeu antecipado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas entregou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como disse a Senadora Simone, a Pfizer entregou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Recebeu antecipado, mas entregou o produto. É completamente diferente.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, mas...

Mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem não entregou e recebeu adiantado foi o Consórcio Nordeste; esse, não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O Consórcio Nordeste, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E a Global, e a Global!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não compare a Pfizer com a Precisa!

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não compare a Pfizer com a Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E a Precisa tentou antecipar, e a CPI impediu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Consórcio Nordeste que recebeu adiantado sem entregar nota fiscal...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Global que recebeu adiantado, e não pagou, e não entregou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e não entregou. E a CPI não quer investigar? Isso, não. Aí, não investiga, há uma blindagem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Global recebeu e não entregou. A Precisa tentou receber antecipado, e a CPI impediu que isso acontecesse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acho que esse é um bom tema para a gente discutir aqui, mesmo; é uma boa oportunidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Simplesmente isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Bola de cristal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Uma boa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos retomar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ainda dá tempo de chamar aqui o Carlos Gabas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos retomar a inquirição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... chamar todo mundo aqui.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Vamos lá, vamos lá, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Exa. já participou de encontros para facilitar a aproximação da Belcher Farmacêutica de Maringá, então representante da vacina CanSino, com o Ministério da Saúde?

Antes de responder, eu queria só lembrar aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, no caso da CanSino, o Ministério da Saúde expediu, no dia 04/06/2021, para a empresa Belcher Farmacêutica de Maringá, que representava o laboratório chinês CanSino, documentação de intenção para compra de 60 milhões de doses da vacina – um outro dado muito importante – ao custo de US$17, bem superior aos US$10 negociados para a CoronaVac e a Pfizer. O documento de intenção de compra foi assinado pelo Secretário de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, Arnaldo Correia de Medeiros. Após a divulgação, o próprio laboratório descredenciou a Belcher em 10/06/2021.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Muito bem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em função disso, eu queria repetir a pergunta: V. Sa. já participou de encontros para facilitar a aproximação da Belcher, de Maringá, então representante da vacina CanSino antes do descredenciamento em função da proposta recebida pelo ministério, com o Ministério da Saúde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu não estive presente em nenhuma reunião com a Belcher para tratar da CanSino. Se o senhor me permitir, Sr. Presidente, eu tenho também os dados da Belcher. Se puderem, se o senhor permitir, eu vou apresentar os dados referentes a essa resposta no telão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já participou? É a pergunta.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não participei de nenhuma reunião para tratar desse assunto. Tem uma audiência que está no Flickr do Ministério da Saúde, com todos as fotografias, onde o CEO da Belcher foi tratar com o Ministro sobre um medicamento chamado Avifavir, que é um antiviral que foi distribuído largamente na Rússia, segundo eles com um efeito muito positivo, e que está aguardando definição da Anvisa. Teve registro negado. Eles estão recolocando a nomeação.

Mas, se o senhor permitir, eu apresento a Belcher. Se não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu chegarei lá.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Pode ser, Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero primeiro apresentar a fotografia, já que V. Exa. disse que nunca trate todo o assunto.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Então faz primeiro. Pode fazer. Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E dizer antecipadamente que, pelo que V. Exa. fala, é mais uma coincidência, uma mera coincidência.

Por favor, a foto número um. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja aí um encontro com o Ministro Queiroga, no Ministério da Saúde. Quem é essa pessoa sentada ao seu lado?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Ao meu lado é Nardi. Foi meu Secretário-Executivo aqui, Secretário de Estado da Saúde no Governo da Governadora Cida Borghetti, e hoje é diretor de um hospital lá na minha cidade de Maringá, e que veio pedir recursos para o Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Emanuel da Belcher, o Emanuel Catori, está aí?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está ali do lado dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, muito obrigado.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – O Emanuel Catori foi lá nesta audiência para tratar do Avifavir, conforme já respondi à imprensa. A imprensa já publicou todas as pessoas. Acho que tinham seis assuntos diferentes que nós tratamos nessa audiência com o Ministro e todas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma mera coincidência, porque...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não é coincidência, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tinha recebido um pedido do Ministério da Saúde para vender 60 milhões de doses de vacina a um preço de US$17 a dose da vacina.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Poucos dias depois que recebeu essa proposta, o laboratório o descredenciou.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Pois não, pode mostrar por favor a Belcher? Sr. Presidente Omar Aziz, o senhor autoriza, por favor, que eu possa mostrar os documentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu vou fazer outras perguntas e V. Exa. responde, na sequência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele vai responder...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente, quando quer responder e apresentar documentos, eu acho que é importante. Isso garante a paridade de armas, o equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Correto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está na condição de depoente e quer oferecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Daqui a pouco, quando ele responder, ele vai mostrar o...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a relação de V. Exa. com Francisco Feio Ribeiro Filho, empresário de Maringá?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – É meu amigo pessoal. Foi Diretor da Urbanização de Maringá quando eu fui Prefeito da cidade, no período de 1989 a 1992. Meu amigo pessoal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. conhece Daniel Moleirinho Feio Ribeiro?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, filho dele, meu amigo também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com ele?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – De amizade de muitos anos. E ele foi meu colaborador quando Prefeito. E foi colaborador também da Governadora Cida, se não me engano, no Conselho da Sanepar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Daniel, para quem não sabe, é um dos sócios da Belcher e filho de Francisco Feio Ribeiro Filho, empresário de Maringá que tem sido apontado – e o depoimento confirma, de certa forma – como próximo ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Está confirmado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Flávio Pansieri?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Flávio Pansieri...

Aliás, vou citar aqui: estão aqui o advogado Diego Campos e o advogado Tiago Ayres, que estão me acompanhando aqui. Diego Campos é meu genro. Flávio Pansieri foi sócio dele no escritório de advocacia até dezembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É seu amigo? Foi seu advogado? É sócio do seu genro?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, foram meus advogados. O escritório em que eles eram sócios advogou para mim, com certeza. E eu o conheço, tenho proximidade com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para quem não sabe – eu quero aproveitar a oportunidade para dizer –, o advogado apontado como sócio – e confirmado aqui – do genro do Deputado Ricardo Barros e que teria atuado como representante legal da vacina CanSino. O Diego Campos, que é o genro.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não... Sim, Flávio Pansieri.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Flávio Pansieri foi autuado neste processo como advogado legal da vacina CanSino.

Eu peço para exibir o vídeo nº 4, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação, Deputado Ricardo Barros, com Emanuel Ramalho Catori?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Ele é sócio da Belcher, com o Daniel Moleirinho, que é filho do meu amigo Francisco Ribeiro Filho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É sócio da Belcher?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sócio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual é a sua relação com ele?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – É de... É um relacionamento que... É sócio do meu amigo, eventualmente estamos juntos em alguma confraternização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. conhece o empresário Carlos Wizard?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem relação com ele?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tem algum contrato ou relacionamento com a empresa Belcher Farmacêutica do Brasil?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Nenhum contrato. Eu apenas, como empresa da minha cidade de Maringá, gostaria que ela fosse ainda mais bem-sucedida nos seus negócios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

V. Exa. tem conhecimento de que a Belcher, assim como a Precisa Medicamentos, foi alvo da Operação Falso Negativo, da Polícia Federal, deflagrada por conta de fraudes em contratos com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. mantém relações com Luciano Hang?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que relações?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não sou amigo dele, mas eu o conheço de vários encontros que tivemos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é, então, seu relacionamento com Alan Eccel?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Com quem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alan Eccel.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É diretor da Havan.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece.

Qual é sua participação no pedido de autorização de uso no Brasil do imunizante Convidecia, da CanSino?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu, como disse, não participei de nenhuma reunião para tratar disso, até porque não fui solicitado e porque, eventualmente, não havia ainda a necessidade de ajudar a tramitação, até porque, que eu saiba, houve o pedido do ministério para a compra das doses, o que foi interrompido justamente pelo descredenciamento da empresa. A Belcher Farmacêutica deixou de representar o laboratório CanSino, e nós perdemos a grande oportunidade no Brasil de comprar 60 milhões de doses da vacina CanSino, de dose única, a US$17, portanto mais barata do que a CoronaVac, mais barata que a Pfizer, mais barata que a maioria das vacinas que foram compradas pelo Brasil. É uma vacina de dose única, Senador Renan Calheiros, por isso não é adequado o senhor dizer que era a mais cara que estava sendo negociada, é metade do preço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. conhece o Sr. Arnaldo Correia de Medeiros...

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Secretário de Vigilância em Saúde?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, conheço sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação com ele?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Uma relação profissional. Eu não o conhecia pessoalmente, eu o conheço por ser o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério e por participar conosco, em algumas das nossas reuniões, da Frente Parlamentar em Defesa dos Laboratórios Públicos, onde a sua secretaria e o Ministro também, o Secretário Hélio Angotti, que é Secretário de Ciência e Tecnologia do ministério – de quem não sou próximo, mas conheço, já tive audiências com ele –, participam para atender as demandas dos laboratórios públicos que querem, através das parcerias de desenvolvimento produtivo, produzir no Brasil tecnologias que hoje são totalmente importadas.

Então, a política de PDPs (parcerias para o desenvolvimento produtivo) busca trazer tecnologia para o Brasil, para que aqui nós possamos desenvolver depois autonomamente desde medicamentos biológicos a tantos outros que fazem parte dessa política que foi implementada ainda pelo Ministro Padilha, quando da sua passagem pelo Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. usou, então – ou não usou? –, a proximidade adquirida junto ao Ministério da Saúde pra facilitar assinatura de intenção de compra da vacina CanSino, realizada pelo Secretário Arnaldo Correia de Medeiros?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu não facilitei, não participei. Eventualmente, se solicitado, posso ter buscado auxiliar não só a Belcher, mas todos os que me procuraram, Senador Renan. Todas as pessoas que me procuraram pra vender equipamento de proteção, pra vender vacina, pra vender qualquer coisa ao ministério ou para tentar uma parceria pra trazer a sua tecnologia pro Brasil ou pra qualquer outra questão que tenha relação com a minha atividade de Presidente da Frente Parlamentar, eu ajudei, colaborei e procurei fazer com que se tornasse mais um ativo do Brasil para se fortalecer no combate à pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então V. Exa. está dizendo que usou essa proximidade para facilitar alguns encaminhamentos no ministério?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Não usei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não usou.

E qual é a sua relação com a empresa VTCLog?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Eu posso mostrar os documentos da Belcher ou os senhores estão satisfeitos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, por mim pode mostrar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – É porque o senhor vai mudar de assunto, Sr. Relator, então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, pode mostrar. Da minha parte não há nenhuma objeção.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu quero... Eu gostaria de ver, depoente, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Belcher. (*Pausa.*)

Aí estão as versões da imprensa sobre a questão de um eventual relacionamento meu com a Belcher. Essas matérias não são verdadeiras.

Pode seguir. (*Pausa.*)

Pode seguir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não é a sua ida ao ministério, Deputado Ricardo Barros, que impressiona a gente, que impressiona a nós, Senadores; é a não atenção que o Governo de que o senhor é Líder deu para a Pfizer, por exemplo. Eles não tiveram a facilidade que tiveram essas outras empresas que não tinham vacina: conseguiram chegar ao Ministro da Saúde, agora com o Queiroga.

Aliás, o senhor até disse que queria que o General Pazuello continuasse no cargo?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo amor de Deus, Deputado!

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – Bom, eu vou apenas... Então, Senador Renan Calheiros, pra encerrar o assunto Belcher.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) – A vacina que a Belcher representava no Brasil era uma vacina de dose única a US$17. Portanto, uma compra muito vantajosa para o Brasil e que... A CanSino descredenciou o representante no Brasil e não colocou outro lugar. Portanto, mostra que não tem mais interesse em vender pro Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar aos Srs. Senadores que o mundo inteiro quer comprar vacinas. O mundo inteiro quer comprar vacinas, e eu espero que esta CPI traga bons resultados para o Brasil, produza um efeito positivo para o Brasil, porque o negativo já produziu muito: afastou muitas empresas interessadas em vender vacina no Brasil, que não se interessam mais...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso não é verdade!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso não é verdade!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoente, de qualquer forma, tem alguma razão... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Afastamos as vacinas de que vocês, do Governo, queriam tirar proveito.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, quando essa CPI foi instalada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não afastou o Consórcio Nordeste, não afastou o que aconteceu nos Estados de Santa Catarina...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... quando esta CPI foi instalada já tínhamos quase 400 mil vidas perdidas no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... não afastou o que aconteceu no Pará, no Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A reunião está suspensa e vamos avaliar o convite do Deputado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Federal a esta Comissão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vem aqui para destratar a CPI!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E vamos avaliar o convite.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu não posso ficar calada!

Esta CPI foi instalada não tem 90 dias. Há três meses, antes de esta CPI estar instalada, Sr. Líder do Governo Jair Bolsonaro, nós já tínhamos quase 400 mil vidas perdidas. Dizer que nós afastamos fabricantes idôneos de trazer vacinas para o Brasil... Nós queremos...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É exatamente isso!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Aceite a realidade!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Negociadores! Negociadores!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não calunie, não cometa crime, Presidente!

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, foram afastadas as vacinas sobre as quais havia pagamento de propina.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, nós temos que trazer o depoente depois de toda a análise do contrato da Covaxin, antes não dá para trazê-lo para poder indagar sobre nada. Temos muito a anunciar para a Nação a respeito do contrato da Covaxin.

(*Suspensa às 13 horas e 15 minutos.*)

(*Suspensa às 13 horas e 15 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 11 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão para ouvirmos o depoente Ricardo Barros.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apresento questão de ordem a V. Exa. baseado em dois pontos.

Primeiro, registro a benevolência que V. Exa. vem manifestando ao longo dessas sessões e que manifestou nesta semana ao converter o que era uma convocação de testemunha, aprovada pela CPI, num convite. Fez isso em atenção ao Sr. Deputado Arthur Lira, que merece nossa consideração, mas claramente esse seu gesto não foi suficiente para garantir o bom andamento dos trabalhos.

Então, a questão de ordem, Sr. Presidente, tem dois pontos. O primeiro deles: que se faça uma consulta ao Supremo Tribunal Federal para avaliar quais são as medidas que podem ser aplicadas ao depoente, Parlamentar, que mente perante a CPI.

Exemplifico uma das mentiras, que, como toda mentira, tem perna curta: o suposto desinteresse de empresas fabricantes de vacinas em vender para o Brasil por conta da atuação da CPI. Um dos principais fabricantes, a CanSino, já desmentiu o depoente, informando que mantém integralmente o seu interesse em fazer as vendas e que suspendeu a relação com a Belcher, da cidade natal do depoente, por questões de *compliance*, ou seja, ela não tinha confiança na relação com essa distribuidora. Primeira questão: consultar o Supremo Tribunal Federal quais são as medidas que se pode adotar com relação ao depoente Parlamentar que mente.

E, segundo ponto da questão, Sr. Presidente: que se faça o encerramento desta sessão e que se retome com o depoente na condição de convocado, não de convidado, e após essa resposta, para que o Brasil tenha efetivamente um depoimento.

É um momento grave da vida nacional, que não comporta molecagem, que não comporta brincadeira, existem respostas sérias, existe quem tem a verdade, e não temos como fazer isso com essas circunstâncias e com esse depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou acatar a sua questão de ordem, Senador Alessandro, até porque eu agora tenho que concordar com o Presidente Bolsonaro quando ele disse "de novo", porque, no pouco espaço de tempo em que nós estávamos ouvindo aqui o Deputado Federal... Parece que tudo gira em torno dele, é um girassol das vacinas! E, para querer comprometer o trabalho, coisa que o Presidente que tem como Líder o Deputado Ricardo Barros já tentou desde o primeiro dia, e outros aqui tentaram desconstruir...

E, como o bicho-preguiça anda devagar, pegar um mentiroso é mais fácil do que pegar um bicho-preguiça.

A empresa chinesa já desmentiu, como também a indiana disse que tem interesse de vender vacina para o Brasil, mas, coincidentemente – e aí a população brasileira vai ver –, todas que tinham intermediário e queriam receber adiantado... Parece que é o modo já que se opera nesse sistema: a Precisa e outras empresas, que têm que receber adiantado, queriam pagar US$45 milhões em Singapura – correto? – para fazer o contrato. Aí esta CPI atrapalhou, sim. A CPI não atrapalhou a vinda das vacinas; pelo contrário, se hoje o Brasil está vacinando é porque negacionistas... Inclusive, o Deputado que está aqui ao meu lado disse que não ia se vacinar; aliás, pregava a imunização de rebanho para criança, o que é crime!

Então, eu quero colocar bem claro aqui à população: se hoje estamos vacinando, e se estamos vacinando com uma vacina que está chegando a um preço justo, é graças a esta CPI.

Eu acato a sua questão de ordem. A reunião está encerrada, e o Deputado será convocado numa próxima data para estar aqui.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e sete minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, Auditor do Tribunal de Contas da União, em atendimento aos requerimentos 779/2021 e 789/2021. **Resultado:** Oitiva Realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1392 de 2021** que : "Requer ao Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, no prazo de até 72h, informações relacionadas ao planejamento e operacionalização da aplicação da 3ª dose das vacinas contra a Covid-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1290 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira de Danilo Berndt Trento e da empresa Primarcial Holding e Participações LTDA. (CNPJ 58.923.756/0001-92), referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1079 de 2021** que : "Transferências dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de DANILO BERNDT TRENTO" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 1435 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas informações pela Senhora Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 1405 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, no prazo de 5 dias, sob pena de desobediência, o acesso dos servidores indicados pela Secretaria desta CPI aos seguintes processos SEI do Ministério da Saúde:." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 1397 de 2021** que : "Requer que seja concedido, pelo Senhor Ministro da Saúde, no prazo de 5 dias, sob pena de desobediência, o acesso dos servidores indicados pela Secretaria desta CPI aos processos SEI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 1364 de 2021** que : "Requer a transferência de dados, protegidos por sigilo, da empresa Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, CNPJ 25.446.930/0001-02." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 1352 de 2021** que : "Requer informações ao presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceará (CREMEC), Helvécio Neves Feitosa, relacionadas à apuração de denúncias contra a Unimed Fortaleza por práticas adotadas durante a pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 1351 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas da Sra. PAMELA PUERTAS DIAS, CPF nº 422.383.338-35, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 1350 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Sr. RICHARDS DYER POZZER, CPF nº 031.986.259-39, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 1349 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Instituto Força Brasil, CNPJ 40.091.898/0001-75, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 1348 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Sr. LEANDRO PANAZZOLO RUSCHEL, CPF nº 969.463.930-15, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº 1347 de 2021** que : "Solicita informações complementares ao presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda, Fernando Parrilo, sobre compra de medicamentos do chamado kit-Covid." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 1346 de 2021** que : "Solicita informações ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Ceará, Manuel Pinheiro Freitas, bem como a remessa de cópia integral de documentação relacionada a procedimentos eventualmente instaurados para apurar a conduta, pela operadora de planos de saúde Unimed Fortaleza, de pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado "tratamento precoce" para a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 1345 de 2021** que : "Solicita informações ao presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceara (CREMEC), Helvécio Neves Feitosa, relacionadas à apuração de denúncias contra a HapVida por impor a seus profissionais a prescrição do tratamento precoce da Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 1344 de 2021** que : "Solicita informações à presidente do conselho diretor do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini, sobre procedimento de notificação da empresa HapVida por impor aos seus profissionais a prescrição do tratamento precoce da covid." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 1343 de 2021** que : "Solicita informações ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, Manuel Pinheiro, a respeito da apuração de denúncias relacionadas à operadora de planos de saúde HapVida." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 1342 de 2021** que : "Solicita informações à presidente do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini, relacionadas à notificação da Unimed Fortaleza por práticas adotadas durante a pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 1341 de 2021** que : "Solicita informações à Unimed Goiânia relacionadas ao atendimento prestado a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela operadora de plano de saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 1340 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Financeira (RIF) do Sr. BERNARDO PIRES KUSTER, CPF nº 057.385.519-66, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 1339 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Dr. EVERSON HENRIQUE DE OLIVEIRA, CPF nº 100.495.086-10, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 1338 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF), da Sra. FLÁVIA REGINA VIANA, CPF nº 858.076.057-72, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 1337 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. FLÁVIO GORDON, CPF nº 084.570.337-43, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. .A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/17

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, em atendimento aos Requerimentos 779, de autoria do Senador Humberto Costa, e 789, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Eu peço que alguém possa acompanhar o nosso depoente até aqui. (*Pausa.*)

A Comissão foi notificada da decisão liminar do Ministro Gilmar Mendes, no Habeas Corpus nº 203.381, nos seguintes termos:

> [...] concedo parcialmente a ordem de *habeas corpus*, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia assegure ao paciente Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques:
> (i) o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrigados nesta cláusula;
> (ii) o direito a ser assistido por advogado [...] durante todo o depoimento; e
> (iii) o direito a ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, ao qual, de resto, fazem jus todos depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados.

Os direitos acima explicitados são para não responder àquilo que possa incriminá-lo, mas não pode faltar com a verdade daquilo que não diretamente o incrimine.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade ao que souber e lhe for perguntado?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu vou me valer do *habeas corpus* que me foi deferido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O *habeas corpus*...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Mas vou esclarecer todos os fatos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O *habeas corpus*... Vou esclarecer: o *habeas corpus* do Ministro Gilmar Mendes garante a V. Exa. não se comprometer. Caso o senhor minta em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma questão em que nós entendemos que o senhor esteja mentindo, eu posso tomar as providências necessárias.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa., se quiser, tem 15 minutos para falar. Depois eu passarei ao Relator.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) **–** Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão; Senador Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente desta Comissão; Senador Renan Calheiros, Relator desta Comissão; Sras. e Srs. Senadores; bom dia.

Meu nome é Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, tenho 42 anos, sou casado e pai de dois filhos.

Ingressei na Marinha do Brasil, aos 14 anos, para cursar o ensino médio no Colégio Naval. Sou bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval, tendo concluído o curso de formação de oficiais fuzileiros navais em primeiro lugar na minha turma. Também sou bacharel em Direito, tendo me graduado na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.

Trabalhei como oficial da Marinha do Brasil até 2006, quando, por questões familiares, decidi continuar servindo ao Brasil, só que não mais fardado. Passei a exercer o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental após ser aprovado no concurso público respectivo. Fiquei menos de dois anos no Ministério do Planejamento, uma vez que, logo em seguida, fui aprovado no concurso para o Tribunal de Contas da União. Assumi o cargo de Auditor Federal de Controle Externo em janeiro de 2008.

Venho aqui hoje em um compromisso pessoal e de cidadania e estou à disposição pelo tempo que for necessário.

No TCU, sempre atuei na área finalística, em fiscalizações e instruções de processos. Alguns dos trabalhos dos quais participei obtiveram o Prêmio Reconhecer pela sua qualidade e relevância. Minhas avaliações de desempenho sempre foram excelentes e, no último período avaliativo, fui escolhido servidor destaque da minha unidade técnica.

Como supervisor de auditoria, o meu papel era de contribuir com a equipe de fiscalização na realização da ação de controle, seja por meio da verificação da aderência aos normativos que regem os trabalhos, bem como através de uma supervisão ativa que ajude na elaboração de trabalhos com mais efetividade, seguindo as novas práticas de gestão de projetos incorporadas aos trabalhos de fiscalização do TCU a partir de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na fase de planejamento da fiscalização, cabe à equipe de auditoria e não ao supervisor definir, por meio da aplicação de técnicas de diagnóstico, a estratégia global de auditoria, o nível de asseguração, o escopo e o não escopo do trabalho, dentre outras questões. Fui designado para supervisionar o sexto ciclo do acompanhamento das medidas adotadas pelo Ministério da Saúde para o combate à crise gerada pela covid-19 no início de maio deste ano. Por já terem sido realizados anteriormente cinco ciclos neste acompanhamento, muita informação foi produzida, culminando cada ciclo com um relatório da equipe de auditoria, bem como apreciação e deliberação pelo plenário do TCU por meio de acórdãos.

Ao longo das primeiras semanas de trabalho, procurei inteirar-me dos relatórios, votos do Ministro Relator e acórdãos dos quatro primeiros ciclos, bem como o relatório da equipe de auditoria referente ao quinto ciclo, o qual não havia ainda sido apreciado pela corte. Também participei, junto com a equipe, de algumas reuniões virtuais realizadas com a Fiocruz, Anvisa e Ministério da Saúde, além de termos feito algumas reuniões internas.

Em um cenário no qual não havia previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual 2021, de recursos para o combate à pandemia e em função da Deliberação 9.5.2 do Acórdão 2817-TCU-Plenário, comecei a pensar que seria bom discutir com a equipe se eventuais inconsistências de notificação poderiam causar uma distribuição dos recursos federais sem equidade e sem proporcionalidade às reais necessidades de cada ente subnacional. Assim, comecei a pesquisar na internet alguns pontos para começar a provocar essa discussão junto à equipe de auditoria.

Peguei dados oficiais de óbitos no Portal da Transparência do Registro Civil, um *site* mantido pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais e desenvolvido para disponibilizar ao cidadão informações e dados estatísticos sobre nascimentos, casamentos e óbitos em conformidade com o Provimento nº 46 do Conselho Nacional de Justiça. Ao contrário do que foi divulgado na imprensa, apresentei essa compilação de informações à equipe de auditoria na segunda-feira, dia 31 de maio, às 14h58, em um arquivo de formato Word, dentro da área de postagens da equipe no Microsoft Teams, e falei por escrito com a equipe para ficarem à vontade para comentar, criticar ou mesmo ignorar o que eu havia escrito para provocar esse debate, uma vez que um arquivo em formato Word dentro do ambiente Microsoft Teams é um documento colaborativo e editável por todos os membros.

Na conversa que tive com a colega que está coordenando o trabalho e que é aberta para toda a equipe, concordamos que seria impossível haver um conluio para deliberadamente supernotificar os casos de óbitos de covid-19. Ao longo da conversa, a fim de acrescentar mais informações ao debate, apresentei algumas considerações sobre se o próprio formulário de declaração de óbito poderia gerar inconsistências de lançamentos e, consequentemente, de notificações. No entanto, consideramos a dialética encerrada, sem que o tema entrasse no escopo do sexto ciclo de acompanhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No domingo, dia 6 de junho, estava em casa com a família e aproveitei para incluir essas considerações sobre o formulário de declaração de óbito, que havia conversado com a equipe, no arquivo Word, para que, se, um dia, fosse revisitar o assunto, teria essas ideias arquivadas.

Importante destacar que ainda estávamos na fase de planejamento, a qual estava prevista para se encerrar no dia 18 de junho, quando, então, seria concluída a matriz de planejamento com as questões de auditoria que seriam respondidas na execução do trabalho.

Desde muito jovem, sempre conversei com meu pai sobre diversos assuntos, pois sempre tivemos uma relação franca e aberta, e ele é meu amigo e confidente. No domingo, depois de trabalhar no arquivo Word, encaminhei-o ao meu pai via Whatsapp. Assim que ele viu essa compilação de informações, perguntou-me qual era a fonte, e eu respondi que era eu, pois eu tinha compilado essas informações da internet. E, logo em seguida, mudamos de assunto, fomos conversar sobre outras coisas. Em nenhum momento, passou pela minha cabeça que ele compartilharia o arquivo com quem quer que fosse.

O compilado de informações públicas que organizei para provocar um debate junto à equipe de auditoria estava em formato Word para ser trabalhado de forma colaborativa por todos os membros da equipe, sem cabeçalho nem qualquer menção ao TCU, exceto a citação da Deliberação 9.5.2 do Acórdão 2817/2020-TCU-Plenário, que é de domínio público.

Como eu falei anteriormente, após conversar com a coordenadora da equipe, o debate não prosseguiu. O arquivo não era um papel de trabalho, uma instrução processual, um documento oficial do TCU, nada do tipo. Era apenas um debate preliminar e aberto, mas que foi considerado encerrado.

Em nenhum momento, afirmei que houve supernotificação de óbitos por covid-19 no Brasil. Apenas havia compilado algumas informações públicas para provocar um debate junto à equipe de auditoria.

A pandemia da covid-19 afeta gravemente a vida de tanta gente. Eu, assim como milhões de brasileiros, perdi pessoas próximas a mim por conta dessa doença. E, em meu trabalho no TCU, eu estava preocupado apenas com que os recursos públicos federais utilizados no combate a essa terrível doença chegassem aos entes subnacionais na proporção correta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao Relator, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, V. Sa., Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, é auditor e está aqui perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque foi o responsável por produzir esse relatório referido por Jair Bolsonaro, irresponsavelmente, como de auditoria de Tribunal de Contas da União para justificar o seu discurso negacionista. O tribunal imediatamente desmentiu o Presidente da República, que teve que se retratar publicamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, descobriu-se adicionalmente, Senador Girão, que o relatório do Alexandre Figueiredo, não bastassem as informações equivocadas, ainda foi falsificado na Presidência da República para divulgação em redes sociais.

Antes de fazer a pergunta, eu gostaria de pedir à Isabele que, por favor, exiba o vídeo 1 e, se puder, também o vídeo 2.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que produziu o relatório citado pelo Presidente da República, segundo o qual haveria supernotificação intencional do número de óbitos pela covid no Brasil?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Senador, eu produzi um arquivo em Word com algumas informações públicas, mas não era conclusivo esse arquivo. Como eu falei, ele foi feito pra gerar uma discussão dentro da equipe de auditoria. Não havia uma conclusão nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De onde foram, por favor, retiradas as informações que embasaram esse relatório desse artigo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi do Portal da Transparência do Registro Civil. É um *site* da Associação Nacional dos Registradores das Pessoas Naturais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir, por favor, o vídeo 2.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação ao seu interrogatório, Sr. Alexandre Figueiredo, no Tribunal de Contas da União, V. Sa. confirma que o relatório elaborado sobre supernotificação de mortes por covid no Brasil foi falsificado e utilizado indevidamente pelo Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador Renan, só uma questão. Não era um relatório. Era simplesmente um arquivo em Word, sem nenhuma oficialidade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas o Senador Renan fala em relatório porque o Presidente Jair Bolsonaro fala que recebeu um relatório do TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Relatório, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é o Senador Renan Calheiros que está dizendo.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ali o Presidente fala que recebeu um relatório do TCU, mas o TCU não vai mostrar e a imprensa não vai publicar. Por isso é que ele está falando de relatório.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque é como foi chamado, segundo o Presidente – é isso mesmo –, pelo Presidente da República.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – O senhor pode só repetir a pergunta, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação ao interrogatório no Tribunal de Contas da União que acabamos de ver, V. Sa. confirma que o relatório elaborado por V. Exa. sobre notificação de mortes por covid-19 no Brasil foi falsificado e utilizado indevidamente pelo Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, isto eu não tenho como confirmar, que foi falsificado, que o que ele utilizou foi falsificado. Eu recebi – acho que circulou nas redes sociais, no WhatsApp – uma versão em PDF desse arquivo e com a inscrição do Tribunal de Contas da União no cabeçalho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, o senhor me permite uma pequena colaboração?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Objetivamente, o senhor só fez envio do documento para o seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Exatamente, em Word.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E seu pai lhe informou que fez o envio para quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Para o Presidente da República, o mesmo arquivo em Word.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) **–** Perfeito.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi o que ele me falou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) **–** Então a pergunta: V. Exa. confirma que esse material foi utilizado indevidamente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) **–** Sim, indevidamente no sentido de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. disse isso no interrogatório do Tribunal de Contas.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Exatamente.

Indevidamente pelo fato de se atribuir ao Tribunal de Contas da União um arquivo de duas páginas não conclusivo que não era um documento oficial do tribunal.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) **–** Me permita, Relator? Serei breve: 30 segundos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) **–** Eu sugiro que esta Comissão recolha e solicite ao Tribunal de Contas da União todas as provas que foram coletadas, porque essa medida é autorizada nos termos do art. 372 do Código de Processo Civil, bem como com a Súmula 591. Eu acho que todas as provas coletadas no Tribunal de Contas da União no âmbito administrativo podem contribuir, e muito, para a apuração aqui na CPI.

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Essa falsificação...

Muito obrigado, Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Renan, desculpe-me.

Eu vou pedir aos Senadores, por melhor que seja a contribuição, eu vou pedir aos Senadores que esperem a sua vez para citar qualquer coisa em relação... É anotar, e a gente cita, senão a gente começa a tumultuar. Eu vou pedir encarecidamente aos meus colegas Senadores para a gente se pautar nessa questão, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM (Para expor.) – Sr. Presidente, é só um esclarecimento ao Senador: as provas já estão compartilhadas, por requerimento de V. Exas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E aí eu volto para a pergunta feita pelo Senador Alessandro.

Então, essa falsificação foi feita após o envio dos documentos por seu pai à Presidência da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Sim, senhor, foi feita após.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. afirmou também que presume que o documento foi editado depois de enviado por seu pai à Presidência da República. Em sua opinião, quem poderia ter sido o responsável pela edição, pela falsificação?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, isso realmente não tem como eu responder, porque, a partir do momento em que o arquivo cai na mão de outras pessoas... E, hoje em dia, a internet tudo viraliza, não é? Tudo é compartilhado rapidamente. Então, não tem como eu presumir de ninguém, a autoria de ninguém dessa alteração.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. declarou em seu interrogatório também que ficou atônito com o discurso do Presidente da República em que se divulgou seu relatório, seu documento, seu material. V. Sa. disse que o discurso do Presidente da República foi totalmente irresponsável e lhe causou indignação. V. Sa. confirma isso?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor, eu confirmo que falei isso no depoimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode detalhar esse espanto, essa indignação?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Bom, Senador, a minha indignação foi pelo fato de ter sido atribuída ao Tribunal de Contas da União a responsabilidade por um documento que não era um documento oficial, que não era uma instrução processual, que não era nada do Tribunal de Contas da União.

Então, vincular o nome do Tribunal de Contas da União a um arrazoado de duas páginas não conclusivo eu achei irresponsável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém determinou elaboração desse documento, ou sua elaboração decorreu de motivação pessoal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor, não houve determinação. Dentro da nossa atuação como auditores do Tribunal de Contas da União, nós temos a nossa competência de prospecção, de identificar teses, linhas de possíveis investigações nos nossos trabalhos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mais uma vez, em que sistema corporativo esse relatório foi inserido? Ou esse documento estava apenas em suas pastas pessoais ou da unidade no Tribunal de Contas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, como eu falei, eu compartilhei esse arquivo em Word no Microsoft Teams, que é uma sala de trabalho virtual. Hoje em dia, o tribunal trabalha muito remotamente, os servidores lotados em diversas unidades da Federação. Então, nós usamos o Microsoft Teams como uma área de trabalho virtual, mas não houve inclusão no e-TCU, que é o sistema processual formal do tribunal. Isso nunca aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. compartilhou, discutiu esse relatório com outros auditores?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor. Conforme eu falei, no dia 31 de maio foi quando eu coloquei para discussão junto à equipe de auditoria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Obteve apoio para o documento, para o relatório de outros auditores? Ou todos negaram peremptoriamente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Na verdade, Senador, só a Cristiane, que era a coordenadora do trabalho, foi quem conversou, por *chat*, comigo. Nós conversamos, concordamos que seria impossível haver um conluio para deliberadamente supernotificar os casos, o número de óbitos de covid-19. E a proposta não andou e não entrou no escopo. A dialética foi encerrada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A versão que V. Sa. inseriu no sistema do Tribunal de Contas corresponde a esta que a Comissão Parlamentar de Inquérito recebeu? Dá para exibir aí, Izabelle, por favor? Ou eu posso ler:

> Considerando-se agora a menor variação anual antes de pandemia, de 4,1% de 2016 para 2017 [...].
> Repete-se o que foi supramencionado, que não há evidências de que os entes subnacionais estejam supernotificando o número de casos da doença a fim de receberem mais recursos federais. No entanto, [...].

Eu quero saber sobre a versão. A versão é essa? É essa a versão...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor. Essa é versão que eu passei para o meu pai, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** No suposto relatório disseminado pelo Presidente da República, há uma tentativa de análise do crescimento de mortes que utiliza a menor variação percentual observada entre os anos 2015 e 2020, que é a que ocorreu entre 2016 e 2017, de 4,1%. A aplicação proposital desse menor percentual resultaria no cenário fantasioso de maior supernotificação dos óbitos por covid-19, correspondente a 140 mil mortes – na verdade, seriam 139.251. Essa análise foi feita por V. Exa. ou por seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi feita por mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Foi feita por V. Sa.

Novamente, não dá para antever quem foi o responsável pela adulteração.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) **–** Sr. Presidente, apenas pela ordem, muito rapidamente, sem interromper o Relator: quero pedir que retire meu nome da lista de inscritos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) **–** ... porque o depoimento já foi concluído, sob ponto de vista do que é necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Obrigado, Senador Alessandro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Outra diferença percebida no documento apresentado pelo Presidente da República consiste em quatro parágrafos que tentam defender a ideia de que a declaração de óbito poderia estar sendo preenchida de maneira equivocada por médicos ou que os dados estariam sendo lançados indevidamente por agentes administrativos das secretarias de saúde, quando são informados os campos denominados "doença ou estado mórbido que causa diretamente a doença" e, dois, "outras condições significativas que contribuíram para a morte", respectivamente.

A versão de Bolsonaro induz à concepção de que as informações desse segundo campo da declaração de óbito estariam sendo usadas no registro dos dados como causa principal da morte, o que inflaria o número... os números, melhor dizendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós perguntamos mais uma vez: essa análise foi feita por V. Sa. ou por seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi feita por mim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Até o ano passado, V. Sa. estava lotado na Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde), envolvido diretamente no acompanhamento das ações do Ministério da Saúde de enfrentamento à pandemia. V. Sa. confirma que mudou de unidade neste ano de 2021?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor. Mudei este ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a unidade em que está lotado e em qual secretaria do Tribunal de Contas atualmente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, a secretaria se chama Soma, é a Secretaria de Orientações, Métodos... Tem um nome muito grande. Eu confesso que eu nem decorei o nome inteiro da secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que unidade V. Sa. estava lotado quando na SecexSaúde?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Na 1ª Diretoria Técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais as competências dessas duas unidades em que V. Sa. atuou desde o ano passado?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – A SecexSaúde é a unidade técnica responsável pelas ações... pela função saúde em geral.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E dentro dessas competências, quais V. Sa. exercia?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu era um auditor da 1º Diretoria e instruía processos ou participava de equipes de fiscalização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por que V. Sa. mudou de secretaria?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – O tribunal tem um Núcleo de Supervisão de Auditoria. Em função das demandas administrativas e que muitos diretores não conseguem supervisionar com a vontade que gostariam, com a qualidade que gostariam, as fiscalizações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, esse núcleo de supervisão concentra alguns supervisores pra serem cedidos às unidades técnicas, para efetuar essa atividade de supervisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A alteração da sua lotação foi feita a pedido ou a convite?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi um processo seletivo de que participaram vários auditores, e eu fui um dos selecionados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com a família Bolsonaro?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu não tenho relação com a família Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece algum dos filhos do Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor. Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O pai de V. Sa., Sr. Ricardo Silva Marques, é militar da reserva, correto?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu pai mantém relações de amizade com o Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Ele mantém relações de contato sim. Eles foram colegas na Academia Militar das Agulhas Negras e trabalharam juntos depois, no Exército.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que seu pai, Sr. Ricardo Marques, é Gerente Executivo de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobras?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, sim. Essa eu trabalhei eventualmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que foi indicado para a diretoria do BNDES em 2019?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor. Fui indicado, mas não fui cedido pelo TCU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não foi cedido pelo TCU.

Para qual diretoria foi indicado?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Era a Diretoria de Compliance.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Diretoria de Compliance.

Quem o indicou, por favor?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi o próprio Presidente. O então recém-nomeado Presidente do BNDES, Gustavo Montezano, que fez essa indicação, a indicação de todos os diretores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E por que razão não assumiu o cargo ou não foi liberado pelo Tribunal de Contas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, existe uma resolução administrativa do tribunal que veda a cessão de servidores do TCU para outros órgãos, excetuados casos excepcionais, que são deliberados pelo colegiado. E, na ocasião, entendeu-se que não seria o caso de haver a minha cessão e não foi deferido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Sabe quanto ganha um diretor do BNDES?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por que V. Sa. inseriu esse documento com dados e informações equivocadas nos sistemas eletrônicos do Tribunal de Contas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu só coloquei esse arquivo no ambiente de trabalho Microsoft Teams, que era, como eu falei, que é uma sala de trabalho virtual do tribunal, mas ele não foi incluído no sistema processual e-TCU do tribunal, nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, qual era a intenção de V. Sa. ao utilizar a autoridade do Tribunal de Contas para respaldar esse discurso negacionista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Desculpa, Senador. Eu não entendi a pergunta. Pode repetir, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual era verdadeiramente a intenção ao utilizar a autoridade do Tribunal de Contas da União para dar respaldo a esse discurso negacionista?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Na verdade, Senador, eu coloquei esse arquivo para discutir com a equipe. Não me vali de autoridade do tribunal nem nada disso. Foi uma discussão interna da equipe apenas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. recebeu promessa de alguma vantagem para agir dessa maneira?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – De forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Além do Presidente da República, V. Sa. entregou o relatório ou deu conhecimento de sua existência a seus filhos ou a outros integrantes do Governo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor. Só apresentei para o meu pai.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, se puder detalhar, como seu pai teve acesso ao relatório?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Então, como eu falei já no meu discurso inicial, Senador, no domingo à noite, dia 06/06, 06 de junho, eu, conversando com o meu pai, passei para ele, por WhatsApp, esse arquivo em Word, mostrando o que eu tinha trabalhado na semana. Como eu falei, sempre meu pai foi confidente meu, sempre tive uma relação muito boa com ele. Estávamos conversando sobre o tema e, logo em seguida, conversamos sobre outros temas também. Não foi só sobre esse assunto no dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, como o pai de V. Sa. fez a entrega desse relatório, desse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, o que meu pai me falou depois, ao longo da semana seguinte, foi que ele repassou esse arquivo em Word para o Presidente da República, simplesmente isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) **–** O senhor informa uma informação do órgão oficial para o seu pai, sabendo que ele vai ter vínculo com o Presidente da República. Isso é muito claro para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, Senador. Não era um documento oficial.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) **–** Sim, mas que ocasionou um dano irreparável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O documento que foi publicizado pelo Presidente da República corresponde ao relatório que V. Sa. havia produzido, ao documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu não tive acesso ao documento que o Presidente da República apresentou, entregou, mostrou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas o citado naquela entrevista que nós exibimos aqui?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu acredito que tenha sido o que eu repassei para o meu pai e que ele repassou para o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. forneceu informações sobre outros processos de controle externo a integrantes do Governo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. participa de alguma estrutura de aconselhamento sobre políticas de saúde, de contrainformação ou de apoio ao Governo Federal?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. é primeiro-tenente fuzileiro naval da Reserva da Marinha, como colocado aqui na introdução. V. Sa. tem relacionamento com os militares que estão atuando no Governo Federal?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A determinação de seu afastamento do Tribunal de Contas se deu sob que fundamentos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi em função do processo administrativo que está averiguando a realidade dos fatos que aconteceram, em que eu estou explicando o que efetivamente aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já voltou ao desempenho regular de suas funções?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Ainda não. O processo ainda não terminou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministra Ana Arraes, enviou ofício à Polícia Federal formalizando pedido de abertura de inquérito contra V. Sa. V. Sa. já prestou esclarecimentos à Polícia Federal?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Ainda não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, Sr. Presidente, inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Renan.

O próximo inscrito... Eu peço a lista de inscritos, que não está aqui, mas acredito que o próximo inscrito, o primeiro inscrito, melhor dizendo, após o Relator, seja o Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Perfeitamente, Senador Humberto Costa.

E eu queria pedir, após o Senador Humberto Costa fazer a sua inquirição, que ele venha assumir a Presidência, porque, após o Senador Humberto Costa, eu serei o seguinte a inquirir o depoente.

Senador Humberto Costa, V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Sr. Alexandre Figueiredo, seja bem-vindo aqui ao Senado Federal.

Eu queria fazer algumas questões, embora, para mim, a principal questão já está respondida. Concordo plenamente com o Senador Alessandro Vieira, mas, como nós aqui não somos apenas inquiridores nem estamos fazendo uma investigação, mas estamos tentando entender, eu queria levantar alguns pontos.

O senhor apresentou o trabalho que fez à sua equipe no dia 31 de maio, certo? Mas somente o inseriu no sistema em pleno domingo, dia 6 de junho. Por que esperar esses dias todos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Senador, essa informação foi divulgada na mídia, mas não é verdade. No dia 31 de maio, como eu falei, às 14h58,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi quando o documento, esse arquivo em Word, foi inserido dentro da plataforma Microsoft Teams, e isso está registrado no tribunal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Agora... Então, na verdade, o senhor não inseriu no dia 6, inseriu no dia 31...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – No dia 31 de maio, no Microsoft Teams, não no sistema processual do tribunal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E em qual dia V. Sa. transferiu a informação para o seu genitor?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi no dia 6 de junho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quer dizer, na verdade, o que foi no dia 6 de junho foi o *e-mail* que V. Sa. mandou...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi por WhatsApp mesmo, uma conversa no WhatsApp.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O objetivo de compartilhar esse documento com o seu pai V. Sa., de certa forma, já respondeu. Seria mais por uma curiosidade, alguma coisa assim?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, foi uma conversa íntima entre pai e filho, falando sobre um tema que eu tinha trabalhado durante a semana, falando um pouco sobre o meu trabalho durante a semana, o que eu tinha feito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual as diferenças entre o texto que o Presidente da República exibiu, pelo que o senhor viu, e aquele que o senhor mandou para o seu genitor?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Então, Senador, eu não vi o texto que o Presidente da República apresentou. Eu recebi, via WhatsApp, um arquivo em PDF que viralizou, e nesse arquivo em PDF havia uns destaques grifados em amarelo e a inscrição "Tribunal de Contas da União" na parte superior.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, pelo que V. Sa. está dizendo, na medida em que o genitor de V. Sa. disse que não foi ele que fez essas alterações, isso aconteceu dentro do Palácio do Planalto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Aí realmente eu não tenho como afirmar, Senador. O meu pai me falou que repassou o mesmo arquivo em Word. Agora, onde foi feita essa alteração, realmente não tenho como afirmar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Mas V. Sa. tem alguma ideia de quem poderia ser o autor dessa fraude?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Bem, nas suas redes sociais, o senhor compartilha diversas informações que coincidem com informações de blogues ou informações que circularam e que na verdade são desinformações, não é? O senhor escreve ou produz qualquer tipo de conteúdo pra *sites*, blogues ou para outros órgãos do Governo Federal, como, por exemplo, a Funag?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Fumac?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Fundação Alexandre de Gusmão.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Nunca? Agora, isso aqui foi o senhor que publicou, falando sobre ivermectina: "Autoridades médicas defendem o uso da ivermectina no tratamento da covid".

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu compartilhei... Não fui eu que escrevi isso. Eu compartilhei em algum momento no passado, sim, uma publicação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Bom, só pra lembrar a V. Sa., que deve estar muito por dentro disso, pela lei e pelo Código de Ética do Tribunal de Contas da União, está dito claramente que é obrigação dos servidores do TCU "manter neutralidade no exercício profissional [...], conservando sua independência em relação às influências político-partidária, religiosa ou ideológica, de modo [...] [que possa] evitar que estas [...] [questões afetem] [...] a sua capacidade de desempenhar [...]". V. Sa. tem conhecimento disso, do Código de Ética?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Do Código de Ética, sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Considera que não transgrediu isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu considero que não, e o tribunal está apurando isso, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Aqui também fala: "manter sob sigilo dados e informações de natureza confidencial obtidas no exercício de suas atividades ou, ainda, de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito [...]".

O senhor acha também que não descumpriu?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei, as informações que estavam nesse arquivo em Word eram informações públicas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Está bem.

Eu queria só, então, fazer alguns comentários.

Uma pergunta: o senhor conhece o Sr. Wizard?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Sr. Wizard foi o gênio que teve a ideia, quando passou um mês no Ministério da Saúde sem ser funcionário, sem ser nomeado, portanto usurpando a função pública, e deve ser – peço a V. Exa. – indiciado por essa razão... É a terceira vez que eu peço, acho que V. Exa. já está com raiva de mim, mas o crime dele foi tão grave, que não é possível que aquele cidadão não seja indiciado e processado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Os crimes, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os crimes. É.

Ele, inclusive, lá no Ministério da Saúde, teve essa ideia genial de mudar o critério de divulgação das mortes acontecidas em cada dia, que era pra promover uma maquiagem e, com isso, falsificar a verdade. E aí é um debate, na minha preocupação com V. Sa., que o objetivo era reforçar o discurso negacionista do Presidente, que dizia "não está morrendo tanta gente assim; estão botando esse número porque uma parte do dinheiro é contabilizada, o que vai pra Estado e Município, pelo número de pessoas que estão mortas", não é? No entanto, o grupo do qual V. Sa. faz parte lá no TCU disse que considerava praticamente impossível, porque exigiria um conluio tão grande de gente, que era impossível acreditar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso pudesse acontecer. Portanto, V. Sa., pelo que eu estou entendendo, involuntariamente deu uma contribuição a isso.

E eu queria, na verdade, nesse meu tempinho que resta, fazer uma reflexão com V. Sa. Essa decisão impensada de V. Sa. poderia ter gerado no País um conflito interfederativo grave, colocando Prefeitos, Governadores em conflito com o Governo Federal, mas muito mais importante do que o conflito com o Governo Federal foi algo que é um crime, que é bloquear a realização de medidas que impedissem a disseminação da pandemia da covid-19.

Eu, no meu Estado... E olhe que não é dos Estados onde essa extrema direita primária, tosca, bolsonarista tem tanta força, mas muita gente teve dificuldade, Senador Randolfe. Prefeitos, Governadores, tiveram dificuldade de implementar medidas preventivas, para evitar a disseminação da covid-19, porque o negacionismo atrapalhava. O discurso era esse: "Não morreu tanta gente, é mentira; estão dizendo que morreu tanta gente pra receber mais dinheiro do Governo Federal; querem quebrar o País pra prejudicar o Presidente Bolsonaro!".

Então, além de um conflito interfederativo, involuntariamente, se essa notícia e essa informação que V. Sa. colocou num relatório, numa espécie de relatório, ela poderia contribuir negativamente para o enfrentamento à pandemia, e é um dos crimes do Código Penal disseminação de pandemia, não adoção de medidas sanitárias de pandemia, de epidemia, diz respeito a medidas sanitárias adotadas pela necessidade do controle da doença.

Mas tem um outro dado grave. Por exemplo, no Estado do Mato Grosso, em que o Governador tentou mandar para a Assembleia Legislativa uma proposta prevendo o fechamento das atividades durante um certo período, a Assembleia Legislativa derrotou essa proposição. E o decreto que havia foi desrespeitado de forma organizada.

Então, houve estímulo à desobediência civil, ou seja, a quantidade de pessoas que, pela visão negacionista, fizeram festas com milhares de pessoas, insistiram em não fechar as suas atividades econômicas, as pessoas que agrediram outras pelo fato de terem sido cobradas quanto ao uso de máscaras em ambientes em que isso estava determinado, tudo isso contribuiu para todo esse negacionismo que nós enfrentamos e que, aparentemente, graças a Deus, está superado, pelo menos no que diz respeito às vacinas.

Houve reforço a acusações falsas que foram feitas contra Governadores. Aqui tem gente que todo dia fala que tem de chamar o Governador não sei de onde, tem de chamar não sei quem para... Isso acontece, em grande parte, porque se criou no Brasil um clima de que os Prefeitos e os Governadores estavam roubando dinheiro público e estavam, na verdade, decretando aquelas medidas para fazer uma disputa política com o Presidente da República, quando, na verdade, eles estavam tão somente tentando evitar que essa tragédia chegasse ao ponto em que chegou: quase 570 mil pessoas mortas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais do que isso, aí muito mais para uma reflexão de V. Sa.: V. Sa. tem uma função pública nobre, é um Auditor do Tribunal de Contas, uma função que tem reconhecimento social importante, uma função que é extremamente bem remunerada e que cumpre um papel social muito importante, porque o Tribunal de Contas é um órgão de apoio ao Poder Legislativo, embora tenha adquirido uma autonomia hoje em dia que aparentemente esse vínculo quase não exista mais. É muito nobre fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, impedir que se utilizem ilicitamente os recursos arrecadados, transferidos e aplicados pelo próprio Governo Federal. Num ambiente como esse, numa situação como essa que aconteceu, eu acho que – me permita fazer, com todo o respeito aqui, um comentário – V. Sa. não cumpriu adequadamente essa sua responsabilidade, inclusive social.

Acho que V. Sa., estimulado por essa verdadeira loucura que se espalhou no Brasil, especialmente propagada por esse cidadão que ocupa a Presidência da República, e que é um desrespeito, inclusive, ao sofrimento das famílias... Essas 569 mil mortes são de pessoas que tinham nome, CPF, pai, mãe, filhos, sobrinhos. Hoje, só de órfãos da covid-19... São muitos! Talvez, em vez de V. Sa. fazer essa dedução que fez, devesse ter procurado saber quem era cada um desses. Como eu disse, têm nome, têm CPF, e essas vidas foram perdidas. Então, que isso sirva...

Eu não quero lhe desejar mal, que V. Sa. venha a ser punido ou perca o seu emprego, mas que seja um fator de reflexão pra V. Sa. e pra todos os outros que trabalham num órgão tão importante quanto é o Tribunal de Contas da União, que têm que cumprir regras, que têm que cumprir leis, mas, acima de tudo, que precisam ter a consciência da relevância social do trabalho que fizeram. E eu creio que V. Sa., naquele momento, não tinha. Espero que adquira agora e que isso também seja um fator pra que a população brasileira reflita – reflita: quem é o governante do País que é capaz de mandar falsificar um documento pra poder justificar as suas posições? Isso é um crime. É um criminoso o governante que faz isso, não tem nenhum respeito pela sua população, não tem nenhuma empatia, não tem nenhuma capacidade de estabelecer a compreensão do sofrimento das pessoas.

Então, apesar de curto – eu acho que o depoimento de V. Sa. vai ser curto –, ele foi extremamente importante pra nós aqui. Além de tudo que esse Presidente é, ele é capaz de mandar falsificar um documento pra defender essas suas ideias toscas, que estão colocando o Brasil na situação que nos envergonha em nível mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu vou passar ao Senador Randolfe, mas antes eu queria fazer duas perguntas ao Alexandre.

No dia 31 de maio, você encaminha ao seu pai esse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Não, senhor; foi no dia 6 de junho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – No dia 6 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Junho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Junho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a entrevista do Presidente é dia 6 de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Não, dia 7.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 7.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dia 7.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um dia depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Um dia depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

Como é que, se você encaminha dia 6 para o seu pai, dia 7 o Presidente já apresenta um documento com timbre do TCU e tudo mais? Como é que é? Que rapidez é essa? Porque não dá pra... As datas são importantes, porque...

Eu vou te fazer uma outra pergunta: do nada você foi fazer esse estudo? Alguém superior a você pediu pra você fazer esse estudo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor. Ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Ninguém solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi você, como um servidor bastante zeloso, que queria saber se os recursos que estavam sendo passados eram realmente os valores que competiam por cada número de mortes?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, não é?

Pois é. De servidores como você que o Brasil precisa: esse zelo todo, não é? Só que a tua eficiência é tão grande que, no dia 6, tu passas para o teu pai, segundo você, um Word, um documento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não tinha nenhum tipo de timbre do TCU; e, no dia 7, logo cedo – porque essa é aquela famosa entrevista que o Presidente dá no cercadinho dele –, ele já tem um documento timbrado, já apresenta e diz que vai mandar pra três jornalistas em que ele confia, porque nos outros ele não confia... Você não acha muito rápida essa mudança? E sem o Presidente ter a responsabilidade, pelo menos, de olhar se era verdadeiro ou não esse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, como eu falei na minha oitiva, no meu depoimento no tribunal, eu achei irresponsável ter sido atribuída ao Tribunal de Contas da União essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, e teu pai também não teve o zelo de te preservar, não é? Se você passa um documento para ele como filho, o pai, já querendo bajular o Presidente, já o passa para o Presidente. Isso é bajulação, ouviu? Não é outro nome, não! Isto é bajulação: querer prestar serviço sem confirmar se aquele documento é verdadeiro ou não. O nome disso é bajulação. Teu pai, bajulando o Presidente: "Olha, Presidente, meu filho que trabalha no TCU descobriu que estão enganando! Não é esse número de mortes, é um número bem menor!". Eu queria ouvir essa conversa entre o Presidente e o seu pai, para saber qual era o teor, qual era a... Festejaram! Devem ter aberto um champanhe, para dizer: "Olha, estão mentindo, não é esse o número de mortes". Até parece que dor se mensura! A dor é intransferível, a dor não se transfere. Se você está sentido uma dor, não dá para transferir para terceiros. O máximo que você tem de terceiros é a solidariedade. Então, o Presidente festeja...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tem irresponsabilidade de ambas as partes, não é só do Presidente, não. Há uma irresponsabilidade dos três – dos três!

Você, por fazer um documento que... Tu colocas números aqui – eu estava analisando esses números, Senador Renan, e é brincadeira! –, passas para o teu pai, porque é teu confidente, e teu pai, imediatamente... Nós não estamos falando de dez dias, não, pessoal! Nós estamos falando do dia 6 para o dia 7! Passa imediatamente para o Presidente, que, no dia 7 de manhã, já está dando uma entrevista sobre isso.

Eu pergunto: quando você viu o Presidente, no dia 7, dar essa entrevista, falando sobre esse documento, por que você não o desmentiu imediatamente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu tenho... Eu já me apresentei para conversar com a minha chefia imediata.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual o dia em que você se apresentou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – No próprio dia 7, eu conversei com meu chefe imediato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Você falou que era você que tinha feito isso?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim! Expliquei toda a situação e me coloquei, desde aquele dia, à disposição do tribunal para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O.k.

Olhem só, Srs. Senadores e Senadoras, o fato... É importante se ressaltar isso, porque, se ele passa esse documento no dia 6 e se o Presidente, no dia 7, acho que pela manhã, porque ele... O Presidente se apresenta ali, de manhã, naquele famoso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) **–** Cercadinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** ... cercadinho.

Está aqui o documento. Olha! Este documento aqui... É este que eu tenho aqui, o do Tribunal de Contas da União. É este o documento que você fez ou não?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (*Fora do microfone*.) **–** Não, senhor. O que eu fiz não tinha essa inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Olhe aqui! Então, veja bem: o documento está aqui, o que o Presidente apresenta no dia 7, um dia após... Tem aqui "Tribunal de Contas da União". O próprio Presidente diz: "Olha, é do Tribunal de Contas. Não sei se eles vão divulgar e tal". Mas essa rapidez... Essa rapidez com que o Governo se apressa em dizer que o número de óbitos...

Eu vou, aqui, em nome da CPI, em nome de todos nós Senadores que estamos investigando – e a gente não quer tirar conclusões –, pedir desculpas. Em nome desse servidor público, que diminui o número de mortes, achando que vai diminuir o número de sofrimento, a gente pede desculpas às famílias que perderam seus entes queridos, a filhos que ficaram órfãos, a maridos que perderam as esposas, à esposa que perdeu o marido, a 569 mil vítimas do covid; fora, servidor Alexandre, os milhões de sequelados que estão morrendo, que estão perdendo a vida ainda, porque essas pessoas que saíram sequeladas da covid não estão tendo atendimento que alguns poucos podem ter – fazer fisioterapia, ter um bom atendimento de um especialista.

Não! Elas tão dependendo daquilo que é possível você encontrar na rede pública de saúde, principalmente em Municípios onde você não tem estrutura nenhuma pra fazer uma fisioterapia de pulmão. Há pessoas falecendo por problemas cardíacos, memórias perdidas, porque a covid traz sequelas, às vezes, irreversíveis, com que essas pessoas vão ter que conviver o resto da vida. E a gente espera que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado se prepare – o Estado que eu digo é o Governo Federal, estadual e municipal – pra cuidar desses irmãos brasileiros que estão sequelados.

Então, a diferença de horas entre o que o seu pai passa para o Presidente e o Presidente, já no dia seguinte, anuncia pra Nação... E há até uma pessoa rindo, não é? "Olha, 50%...". E aí tem uma pessoa rindo. "Legal. Não morreram dez, não; só morreram cinco. Bacana. Olha, legal." Parece até que têm o que comemorar. Não se comemora nenhum óbito – nenhum dá pra comemorar. "Só morreram tantos." Não é só morreram tantos; infelizmente, morreram tantos. Se são 570, se são 800, se são 100 mil, se são 200 mil, são vidas que se perderam.

E eu lhe digo: o seu trabalho em nada serviu para o Brasil, em nada serviu pra contribuir com a dor das pessoas; pelo contrário, você estava procurando uma justificativa para o Presidente da República. E eu não sei quem pediu pra você fazer isso, mas eu tenho certeza, servidor Alexandre, de que isso não nasceu da sua cabeça. Não é possível que você vá fazer um estudo pra saber se o número de óbitos era verdadeiro ou não – se o número de óbitos era verdadeiro ou não. Não adianta chegar aqui e justificar. Este serviço que você está dizendo que fez, sinceramente, não contribuiu absolutamente em nada; pelo contrário, contribuiu para desmerecer o trabalho de milhares e milhares de servidores da área de saúde que, diuturnamente, tentavam salvar vidas. E, infelizmente, como foi o caso do meu Estado, para as pessoas faltou o oxigênio pra sobreviver. E você vai fazer um trabalho desse? Você não contribuiu em nada, absolutamente nada! Você, como servidor, fez um desserviço à Nação brasileira e um desserviço às famílias enlutadas pelo óbito do covid.

Eu vou passar a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Só uma pergunta antes, Sr. Presidente.

Ele falou que é formado pela federal. Qual é a sua formação?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Eu sou bacharel em Ciências Navais, pela Escola Naval, e...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bacharel?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Em Ciências Navais, pela Escola Naval, e em Direito, pela UFRJ.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tá. Não é economista então. Achei que fosse economista.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tá. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

Dr. Alexandre, eu considero o seu depoimento muito importante aqui. Eu queria, de antemão, agradecer as informações que V. Sa. vem aqui prestar. São informações que demonstram, Sr. Relator, o *modus operandi* desde o começo da pandemia por parte do Governo, uma busca insensata para obscurecer, esconder o número de brasileiros que estão mortos, quando se, em vez disso, o mais importante não fosse combater a pandemia.

O depoimento de V. Sa. a esta Comissão traz, eu acho, até que ponto chegou essa obsessão, que eu diria que é macabra. Esconder o número de mortes numa pandemia, acho que chega a ser uma obsessão macabra e uma obsessão que vem de antes, conforme, senhor depoente, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós podemos ver.

Vamos ao que diz já há algum tempo o Presidente Jair Bolsonaro sobre o número de mortos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja, Sr. Presidente, chegou ao ponto de incentivar as pessoas a invadir hospitais, ou seja, não bastasse os que estavam lá internados, incentivar outras pessoas a se submeterem ao risco de mais contaminação.

Mas vamos adiante, teve mais.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não parou por aí, os apoiadores do Presidente também, ao longo da pandemia, negavam o número de mortes que nós tínhamos.

Vamos adiante. (*Pausa.*)

Esse aí é objeto de uma outra pergunta.

"Carlos Wizard acusa gestores de inflacionar número de mortos por covid-19. Na ocasião, sugeriu recontagem dos óbitos". Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, veja que é uma obsessão macabra do Presidente da República e dos seus apoiadores, tentar obscurecer, tentar apagar os mortos – apagar os mortos. Eu não sei porque tanta maldade, me lembro até um trecho de uma célebre obra de Hannah Arendt sobre a banalidade do mal.

"Secretário de saúde disse que saúde recontará número fantasioso de mortes da Covid". Ele incentivava e o Governo, através do Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde – na época, secretaria exercida por ele –, chegou a anunciar uma iniciativa nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, Sr. Alexandre, passado isso...

Ah, mas ainda tem mais um, tem mais um.

Vamos mais adiante.

A própria secretaria da propaganda do Governo, a secretaria de propaganda... É que o termo mais adequado secretaria de propaganda mesmo para fazer a remissão histórica. A própria secretaria de propaganda fez uma divulgação dessa natureza. Vamos a ela.

Temos aí, por favor? (*Pausa.*)

"O segundo país do mundo que mais cura é também o que menos registra óbitos por milhões de habitantes". E aí, embaixo, o anúncio: "O Brasil tem dados transparentes e é uma das grandes nações com menos óbitos por milhão de habitantes".

Mas tem um outro. Além de a comparação ser indevida, temos uma outra postagem que é mais grave. Essa é da parte da secretaria da propaganda.

Temos aí? Se não, tenho aqui para mostrar: "Secom minimiza gravidade da pandemia. Uma nação que trabalha unida, pelo bem de todos, não se deixa abalar por quem politiza até a doença".

Mas tem uma outra postagem, que eu acho que não está aí, mas que nós temos aqui: "A construção de uma...". É muito comum, inclusive, este termo, Sr. Relator, Sr. Presidente: "A construção de uma narrativa mentirosa não apagará a verdade dos fatos". E, mais uma vez, fazendo uma campanha clara de subestimar o número de mortos.

Eu queria, Sr. Alexandre, primeiramente, então, lhe perguntar – aí é a sua opinião particular, fique à vontade – sobre essas campanhas, sobre essas declarações do Presidente da República e sobre essa ação de apoiadores da própria Secretaria de Comunicação do Governo Federal para subestimar o número de mortos que existe no País e minimizar a gravidade da pandemia.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Eu não entendi a pergunta, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria pedir a sua opinião sobre essas posições do Presidente da República, sobre essa campanha da Secretaria de Comunicação, da secretaria de propaganda do Governo, minimizando a gravidade da pandemia, e de redução, de diminuição, de subestimar o número real de mortos por conta da pandemia.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, como eu falei no meu discurso inicial, eu considero uma doença extremamente grave. Eu fui afetado também pela doença, tive pessoas próximas a mim que faleceram. Então, é uma doença muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Sa.

Tem mais? Ainda tem mais uma declaração do Presidente da República – vamos lá! – sobre isso, que registra: "Bolsonaro ironiza pandemia e diz que covid-19 matou o mosquito da dengue". Isso foi uma das declarações do Presidente, subestimando e ironizando a morte de pessoas. Veja a gravidade da banalidade do mal: ironizando a morte de pessoas.

Mas prossigamos. Só para ficar... Sr. Presidente e colegas, só para ficar claro, eu acho importante aqui nós registrarmos, deixarmos claros os fatos da produção desse documento.

O senhor disse que o documento foi produzido pelo senhor em que data?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu o produzi, incluí no Microsoft Teams, no dia 31 de maio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o senhor compartilhou com o seu pai em que dia?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – No dia 6 de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, segundo a revista *Crusoé*, compartilhando o dado do Tribunal de Constas da União, a data da criação está no próprio dia 6 de junho e modificado no dia 6 de junho.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor. A data de criação... Essa informação não procede. A data de criação foi dia 31 de maio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, segundo a revista Crusoé, é uma matéria, aliás, é uma publicação do *print* do próprio Tribunal de Contas da União, do sistema do Tribunal de Contas da União.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Mas, no sistema, no Microsoft Teams, está registrado em 31 de maio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor reafirma que foi dia 31 de maio...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a criação e o dia 6 de junho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, pois bem, então, o senhor cria no dia 31 de maio. No dia 6 de junho, o senhor compartilha o documento com seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No mesmo dia, o Presidente da República, ou melhor, o seu pai encaminha para o Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi o que o meu pai me falou, que encaminhou no próprio dia 6.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No mesmo dia 6 de junho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, no dia 7 de junho, o Senhor Presidente, logo pela manhã, o Presidente da República faz a declaração que o Senador Renan aqui colocou.

Sr. Alexandre, eu quero dizer que eu acredito no senhor, eu acredito no senhor, Senador Renan e Presidente Omar, porque o próprio Presidente da República, em *live* do dia 1º de julho, admitiu que editou a tabela do Tribunal de Contas da União.

Vamos lá à edição, vamos lá à declaração do Presidente da República.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Volta mais uma vez?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá para voltar para a gente ver de novo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Voltemos, por favor. Só um pouquinho mais, só para ver essa parte.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Presidente, vai mais adiante.

Em uma outra declaração pública do Presidente da República, ele diz o seguinte: "Eu só me equivoquei no dia em que eu troquei acórdão por tabela, mas continua valendo a mesma coisa. E, se a gente depois, na tabela, que não foi feita por mim, foi feita por gente que está ao meu lado...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Alexandre, eu quero, se o senhor me permite e sua douta defesa também me permite, uma sugestão até para o PAD que V. Sa. responde no Tribunal de Contas da União: o senhor pode arguir esse depoimento em *live* do Presidente da República em seu favor, porque, de fato, não houve edição feita pelo senhor. O próprio Presidente da República, nessa *live* e, depois, em declarações públicas, admite publicamente que foi feito por ele, que ele é que fez a edição do número de mortos.

E, Sr. Presidente, antes de concluir... O senhor me permite só, Sr. Alexandre... Me permita – por isso eu estou dizendo que o depoimento de V. Sa. é muito importante, um dos mais importantes, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito –, até pela sua disposição de contribuição com esta CPI... Eu queria lhe pedir o seguinte – para, inclusive, não ter necessidade de nós tomarmos nenhuma medida de eventual quebra de seu sigilo, porque V. Sa., ao contrário de outros, ao contrário, por exemplo, do depoente de quinta-feira, está vindo aqui para esta CPI colaborar, para contribuir –: V. Sa. poderia disponibilizar para esta CPI os arquivos de compartilhamento do arquivo do Word, seu, para o seu pai? E, se possível, seu pai poderia também disponibilizar livremente o compartilhamento dele para o Presidente da República? Somente o compartilhamento do dado?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, Senador. Acho que não teria nenhum problema a gente compartilhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado.

Inclusive isso impede, Sr. Presidente, qualquer medida desta CPI de eventual quebra de sigilo, o que não é nosso interesse fazer com alguém que está de pronto e com ampla disposição de contribuir com essas investigações. Então, nós gostaríamos de receber esse compartilhamento.

E, Presidente, segundo dados do próprio Ministério da Saúde, não existe uma subnotificação... Segundo dados do Ministério da Saúde, não existe uma supernotificação. Há suspeitas de uma subnotificação. Veja, gráficos do Ministério da Saúde evidenciam um grande excesso de casos em 2020 em relação a 2019 sobre casos de síndrome respiratória aguda. E a única coisa que pode levar a um aumento do número de casos é a covid. Então, na verdade, toda a ciência aponta que o grande problema não é subnotificação, é o contrário... não é supernotificação, é o contrário, é nós termos subnotificação.

Independente, Sr. Presidente, de subnotificação ou supernotificação, o que nós estamos tratando aqui é do nome de pessoas, é, em números de hoje, 569.581 famílias brasileiras despedaçadas. São amores da minha vida, da sua vida, da vida de colegas daqui do Senado, da vida de todos os brasileiros. Têm nomes. Têm nome de Paulo Gustavo; têm o nome do seu irmão que foi levado pela covid; têm o nome do Ricardinho, um querido amigo meu lá do Amapá, que foi levado pela covid; têm o nome do meu primo Januário, que foi levado pela covid; têm o nome do meu Professor Guilherme Jarbas, que no começo da pandemia, quando o Presidente insistia que existia uma pretensa supernotificação, foi levado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela covid; têm o nome de um ex-colega nosso daqui do Senado, Senador pelo Amapá, Papaléo Paes, que foi levado pela covid. São nomes! São nomes!

O Presidente, ao invés dessa obsessão macabra – macabra! – de ficar tentando diminuir o número de mortos, deveria ter empatia e compaixão pelos brasileiros, amor pelos brasileiros, ter reconhecido desde o começo a gravidade da pandemia, ter se solidarizado. Não, ele ficou dizendo que ele não era coveiro. E ficou o tempo todo nessa obsessão macabra.

Sr. Alexandre, o seu depoimento aqui só confirma. Olha, nós não temos dúvida, a partir do seu depoimento, que o Senhor Presidente da República incorreu no crime contra a fé pública, constante no art. 297 do Código Penal, que diz: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro".

O §1º desse mesmo dispositivo apresenta um agravante: se o agente é funcionário público, que foi o caso do Presidente da República, e comete crime prevalecendo-se do cargo, aumenta a pena em até a sexta parte. A pena para esse crime, Sr. Presidente, é de dois a seis anos e multa. Como se trata de funcionário público, como agravante, utilizando-se do seu cargo, aumenta em mais a sexta parte, indo até nove anos e mais multa.

Mas, Sr. Presidente, tem um crime de menor potencial ofensivo que eu acredito que deveria, sim, incorrer também. Não está caracterizado o tipo penal pelo depoimento do Sr. Alexandre, mas essa prática se equipara ao crime também constante do art. 212 de vilipêndio a cadáver. Tem um crime maior que todos esses aí, Sr. Presidente: é a memória dos brasileiros, é o luto das famílias. Esse é o maior dos crimes. Não há pena que possa fazer a purgação de um crime dessa natureza.

Nós já perdemos mais brasileiros, Sr. Presidente... Ontem todos nós nos indignamos com as tristes cenas do Afeganistão, nos indignamos com a ascensão do Talibã ao poder no Afeganistão, mas, Sr. Presidente, nos 20 anos de guerra no Afeganistão, morreram menos afegãos do que brasileiros pela pandemia da covid-19, e o Presidente da República, ao invés de ficar enfrentando a pandemia, resolveu tentar subestimar a dor da perda das famílias brasileiras.

Muitíssimo obrigado, Sr. Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na perda de um ou de dez, a dor é a mesma. Volto a repetir: a dor é intransferível. Não é porque diminui o número de óbitos que vai diminuir a dor. Não é um jogo de futebol em que, se você perde de um a zero: "Ah, eu só perdi de um a zero". É complicado.

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar pelo fim, até porque, na linha do Senador Randolfe, se me permitir o Senador Randolfe eu fazer uma complementação à fala dele no que se refere aos tipos penais e aos crimes cometidos ou possíveis crimes cometidos pelo Dr. Alexandre e pelo Senhor Presidente da República.

Eu não tinha visto ainda esse vídeo onde o Presidente da República fala que ele fez a tabela. Nesse caso, eu vou desconsiderar essa fala. Acredito realmente que essa tabela, até por conta dos documentos que eu tenho, esse gráfico saiu realmente desse rascunho formulado pelo Dr. Alexandre numa comparação de dados do IBGE em relação às mortes por anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 no Brasil, óbitos em relação a nascituros, ou seja, a vidas no Brasil, e, com base nisso, o Presidente se apropriou de um documento conhecidamente privado, que havia recebido por WhatsApp, encaminhou para alguns dos seus entornos que teve a capacidade de colocar um selo fajuto do Tribunal de Contas da União, um dos órgãos de fiscalização e controle mais sérios deste País, e, mais do que isso, dizer publicamente, sabendo que não era, que o documento era público quando, na realidade, se tratava de um documento privado.

Então, na linha do Senador Randolfe, eu quero dizer que pouco importa se o Senhor Presidente da República fez documento ou mandou fazer o documento. Na realidade, ele tornou público um documento sabidamente manipulado, falsificado. Isso é crime comum e crime de responsabilidade, Sr. Presidente. É crime comum não digo nem no 297 – o Senador Fabiano Contarato depois pode me auxiliar –, mas no 299: "omitir, em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de [entre outras coisas] [...] alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante". Parece que caiu como uma luva para essa pandemia.

Não há que se discutir que a pandemia é o fato jurídico mais importante e relevante, lamentavelmente, no Brasil nos anos de 2020 e 2021. E não há como não dizer que aqui houve, sim, uma inserção de escrita que não constava em documento inicial, com o fim de alterar a verdade. E vem a pena de um a cinco anos e multa, se o documento é público; ou de um a três anos e multa, se o documento é particular.

Mas não para por aí: isso é falta de decoro e, consequentemente, é crime de responsabilidade. Então, nós temos, no mínimo, dois crimes. E vamos imaginar que não tenha sido o Senhor Presidente que fez o documento – e eu acredito que não foi ele que realmente colocou a digital nesse documento. O que diz o art. 9º também sobre crime de responsabilidade? "São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração: [...] não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição".

Pois bem, Sr. Presidente e Dr. Alexandre, eu confesso que fiz faculdade de Direito na mesma faculdade em que V. Sa., embora em épocas diferentes – e eu tenho certeza de que nós não tivemos os mesmos professores. Meus professores não ensinaram que, no dever público de servidor, de agente público, eu possa levar para casa atribuições e atividades que deveriam se manter na reserva das minhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atribuições funcionais; que eu não poderia compartilhar com quem quer que seja atos extremamente relevantes, complexos e duvidosos quanto à veracidade, seja para quem for, irmão, parente, amigo, namorado ou pai. Então, olhe a gravidade! E não é a toa que V. Sa. responde a um Processo Administrativo Disciplinar. Eu não torço pela demissão de V. Sa., mas eu entendo a razão por que esse Processo Administrativo Disciplinar está ocorrendo em relação a sua conduta. É uma conduta que começa lá com *fake news*, com posicionamentos ideológicos específicos. É um direito de V. Sa. utilizar as redes sociais – todos nós as usamos –, mas V. Sa. tem que saber que nós não somos só quem somos, nós somos quem representamos, e V. Sa. representa, repito, um dos órgãos de fiscalização e controle mais relevantes, que não pode ter a sua imagem arranhada, como está acontecendo, infelizmente, com as instituições públicas neste País. Está se perdendo... Está se querendo acabar com a credibilidade das instituições democráticas para fazer com que todos se movam contra elas e vire um verdadeiro olho por olho, dente por dente, neste País.

Então, me desculpe, eu discordo do Presidente Omar Aziz, mas eu tenho que dizer que na minha – na minha – convicção, ao elaborar esse documento, V. Sa. simplesmente passou para o papel aquilo em que acredita e em que pensa: que é um negacionista em relação à pandemia. Esse é um ponto que precisa ser colocado.

E esse dito – entre aspas – "rascunho" que V. Sa. colocou aqui disseminou e semeou desconfiança. Então, V. Sa. não só desquantificou o número de mortes, V. Sa. desqualificou a pandemia como a maior crise sanitária e hoje humanitária, porque está fazendo a população brasileira passar fome. E a população brasileira não está passando fome porque está ficando dentro de casa, a população brasileira está passando fome porque nós não fizemos o dever de casa e não conseguimos resolver de forma imediata, para imediatamente voltarmos para o mercado de trabalho, essa crise sanitária.

A pergunta que fica é: por quê? E V. Sa., de alguma forma, já nos respondeu, porque, mesmo ouvindo os seus chefes, porque, mesmo tendo falado com a sua equipe... V. Sa., mesmo vendo que não era possível um conluio entre médicos, enfermeiros, infectologistas, secretários de saúde, Prefeitos, Governadores de todo o País, mesmo sabendo que isso seria impossível... O povo brasileiro não é tão mau, muito pelo contrário. Os servidores públicos como V. Sa. fizeram um juramento de servir à Constituição e servir ao País. Mesmo assim, V. Sa. passa esse documento pro amigo do Presidente da República, que, diga-se de passagem, é nada mais, nada menos que o pai de V. Sa. E, no outro dia, aconteceu o que aconteceu.

Então, com toda a tranquilidade, esse estudo paralelo fez um mal pro País, mas fez um mal ainda maior pro Presidente da República, porque agora nós temos a digital, agora nós temos a materialidade de crimes cometidos por vídeo, por WhatsApp, por falas. Espero que V. Sa. passe, se puder e tiver a coragem, essas mensagens trocadas com o seu pai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu coloquei aqui uma outra informação importante: o documento não tinha timbre, é verdade, e aqui, com todo o respeito, eu não sei se, ao deixar de timbrar esse documento, V. Sa. não queria deixar rastro. Então, eu vejo isso muito mais como um ato de covardia do que propriamente de responsabilidade.

Não vou perguntar se V. Sa. conversou com o seu pai: "mande pro Presidente da República", "vou mandar por WhatsApp". Eu não vou entrar nessa discussão, porque isso não importa, mas eu gostaria... Antes de encerrar na minha linha aqui, eu tenho uma informação que eu reputo das mais importantes.

Uma delas é em relação a esses dados. V. Sa. faz uma comparação aqui a respeito dos números de óbitos de 2019 pra 2020, comparando desde 2015; aí faz uma perspectiva, comparando 2019 com 2020, de que, se fosse dessa forma, em média, nós não teríamos 194 mil mortos por covid-19 em 2019, mas algo em torno de 80 mil mortes. O senhor ouviu algum médico, infectologista, o Ministério da Saúde, ouviu algumas pessoas pra chegar a essa conclusão ou se baseou apenas nos dados do IBGE?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Senadora, não, não ouvi nenhum médico, ninguém a respeito. Esses dados não são do IBGE, são do Portal de Transparência...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do Portal de Transparência do Registro Civil.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso, do Registro Civil.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso. Mas não fez nenhuma análise com o IBGE pra verificar também ali algumas informações de por que, no ano de, por exemplo, 2015, nós tivemos também uma variação muito grande de mortos, porque zika, chicungunha, dengue, alguma epidemia havia contaminado naquele momento a população? V. Sa. não chegou a fazer esse estudo mais aprofundado pra comparar por que, ano sim, ano não, nós temos crescimento médio de mortes em relação a vidas no Brasil?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora, não fiz essa comparação com o IBGE.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E 2015, 13%; 2016, 4%; 2018, 11%; 2019, 5%; 2020, 15%.

V. Sa. simplesmente não fez, sabe por quê? V. Sa. pegou a sua pseudoverdade, aquilo que entendia como verdade, e quis maquiar a realidade do Brasil. Então, de acordo com a tese, buscou, pra convencer todos ou alguns, tentou imputar a sua tese à realidade dos fatos e não fazer o contrário. V. Sa. de novo não cumpriu com a sua função como auditor ou qual seja o cargo que exerce no Tribunal de Contas da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí venho, muito rapidamente, porque eu não sou economista... É por isso que eu fiz questão de perguntar se V. Sa. é, porque eu queria entender essa coisa de percentual cíclico – o Humberto pode me ajudar nesse aspecto – e a questão da média. E o método utilizado por V. Sa. não se sustenta em lugar nenhum do mundo, nem pra economista nem pra advogado.

A média serve como uma referência, e eu me lembro... Eu não me lembro quem foi o economista que disse isso, eu anotei porque as palavras são importantes. Um economista muito importante disse o seguinte: a média é algo assim como definir a temperatura do corpo de alguém com os pés no forno e a cabeça no *freezer*, e aí eu pego a média da temperatura. Vai encostar o termômetro no pé ou encoste na cabeça: nós teremos temperaturas muito distantes.

A média não serve pra tratar essa realidade sem conhecer o que aconteceu em cada um desses anos pra que nós possamos chegar a essas médias. E, se fosse assim, nesses movimentos cíclicos que nós falamos, eu diria até que bipolares, veja que nós também desconstruímos toda essa tese, que talvez até seja levantada por alguns governistas aqui. Agosto do ano passado, por exemplo, foi o mais mortal de toda a série, houve um aumento de 17% comparado ao ano de 2019, mas, se nós pegarmos este agosto agora no ano em que a pandemia mais matou no Brasil, neste agosto – se Deus quiser, é o que vão mostrar os números –, nós teremos uma média de mortes muito menor do que a média do primeiro semestre e a média do ano passado. Então, vejam como é fácil demolir e desconstruir qualquer tese ligada a percentual de médias ou de movimento cíclico de óbitos no Brasil, sem o estudo aprofundado.

Olhe a irresponsabilidade de V. Sa. Repito: V. Sa. não era apenas o Dr. Alexandre, por mais importante que V. Sa. seja. V. Sa. ali representava um órgão como o Tribunal de Contas da União, tendo que falar sobre uma questão das mais delicadas – nós estamos falando de vida e de morte de pessoas. V. Sa., ao disseminar a informação errada, conscientemente errada, estimula as pessoas a saírem para as ruas. V. Sa. disse o seguinte: "Olhem, não é nada disso, não; não está matando tanto; isso é igual uma gripezinha".

E aí eu gostaria, para realmente encerrar, embora eu ainda tenha mais tempo, de perguntar a V. Sa., que chefiou alguns processos de fiscalização e controle do Tribunal de Contas: qual é mais ou menos a forma de se dividirem esses processos? V. Sa. disse que é do Rio de Janeiro e, então, fica com a Região Sudeste? Quem é do Estado de Mato Grosso Sul, como é o meu caso, fica com os casos da Região Centro-Oeste? Há algum direcionamento nesse sentido em relação...? E mais ou menos quantos processos por ano, normalmente, nessa área na área de fiscalização, controle e combate à corrupção normalmente um auditor ou um...? Desculpe, eu não sei qual é a sua função, mas, com todo o respeito... É auditor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele é auditor. É auditor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quantos, mais ou menos, processos dessa questão de corrupção normalmente um auditor recebe por ano para chefiar? Porque eu imagino que um processo dê muito trabalho. Então, de forma bem objetiva, por favor.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Bom, Senadora, só foram duas perguntas, não é?

A primeira é em relação à distribuição dos auditores ao longo do Território nacional. O Tribunal de Contas da União, até 2019, tinha uma representação da Secretaria de Controle Externo nos Estados, e aí processos de controle externo nos Estados. Em 2019, o tribunal fez uma reorganização, e todos os auditores, mesmo os que estavam lotados nos Estados, se vincularam a alguma unidade técnica aqui em Brasília. Então, no meu caso, eu, apesar de ser do Rio de Janeiro, mas eu moro no interior de São Paulo... E, antes, eu estava vinculado à Secex São Paulo, quando ainda havia a estrutura regionalizada, e, quando houve essa reestruturação, eu me vinculei à SecexSaúde.

E, respondendo à segunda pergunta, em relação ao número de processos que cada auditor pega ao longo do ano, isso varia muito, porque existem os processos de controle externo, e existem as fiscalizações, as auditorias, levantamentos, acompanhamentos, monitoramentos... E cada trabalho é um trabalho. Um trabalho pode demorar de seis meses a um ano, um trabalho...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em média, mais ou menos, como chefe, dez, cinco? É só para...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Realmente, eu não tenho... Eu nunca fui diretor. O diretor que faz a alocação dos trabalhos para a sua equipe. Então, realmente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas V. Sa., por exemplo, não lembra quanto teve ano passado? Em média, só...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – É, teve anos em que eu instruí, sei lá, 20 processos de controle externo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, Sr. Presidente, eu acho interessante essa informação, porque o Senador Humberto está numa linha de investigação em relação às denúncias recebidas contra o Estado do Rio de Janeiro em relação aos hospitais federais, e acho que o depoente pode ser, inclusive, útil em relação a isso. Muitos dos contratos fiscalizados pelo auditor, o Dr. Alexandre, são, no período de 2010 para cá, do Estado do Rio de Janeiro. Eu vou rapidamente citar, Senador Humberto, só os que ele chefiou – não sei se, encerrados, foram a favor ou contra, se achou indícios de corrupção, se achou outros indícios, mas especialmente agora, por conta da pandemia dos últimos dois anos. Nós temos: transplantes no Estado do Rio de Janeiro, em 2010; Hospital de Ipanema, para aquisição de equipamentos – eu vou pulando um por um –, em 2011; cessão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso de terreno para um hospital do Inca, que deve ser do coração, do Rio de Janeiro; 2012, Hospital de Andaraí, inspeção no Hospital de Andaraí em relação a serviços técnicos; em 2012, levantamento de auditoria no Hospital Federal da Lagoa e no DGH, que eu não sei o que é – vou pulando –; 2012, adicional de plantão em hospital do Rio de Janeiro; transplantes no Rio de Janeiro em 2013, em hospital; Hospital Federal de Bonsucesso, indícios de sobrepreço – é um hospital muito grande do Rio de Janeiro, eu morei 5 anos lá também –, em 2013; em 2014, um hospital lá do Rio de Janeiro, Ataulfo de Paiva... Eu vou parando por aqui, Sr. Presidente, mas acho que esses documentos todos auditados pelo Dr. Alexandre podem se valer...

Eu agradeço, Dr. Alexandre. É apenas para dizer que há um crime continuado aqui, e V. Sa., no mínimo, acabou sendo, voluntária ou involuntariamente, cúmplice desses crimes. Eu agradeço muito, porque acho que o depoimento de V. Sa. soma imensamente para a tipificação e a autoria dos crimes cometidos que estão sendo investigados por esta Comissão.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Simone Tebet.

O próximo inscrito é o Senador Marcos Rogério.

V. Exa. tem 15 minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em seguida, é V. Exa., Senador Rogério Carvalho. Agora entramos no departamento dos Rogérios: Marcos Rogério, em seguida Rogério Carvalho. Depois, serão o Senador Marcos do Val, o Senador Izalci e o Senador Fabiano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. está se inscrevendo, Senador Girão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Senador Rogério, como o Senador Girão está se inscrevendo agora e é titular, após o Senador Marcos Rogério...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Depois do Senador Eduardo Girão. Então, Senador Marcos Rogério, Senador Eduardo Girão, Senador Rogério Carvalho, Senador Marcos do Val, Senador Izalci e Senador Fabiano.

V. Exa. tem 15 minutos com a condescendência desta Presidência. O depoente está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ao depoente, Dr. Alexandre, minha saudação; ao patrono que o acompanha, também.

Sr. Presidente, eu farei aqui algumas perguntas e, na sequência, algumas considerações em relação a esta situação toda.

Sr. Alexandre, V. Sa. informou que compartilhou com colegas de trabalho no Microsoft Teams o documento produzido a respeito da supernotificação em óbitos por covid, mas que não chegou a protocolar no sistema do TCU. Foi isso que aconteceu?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Sim, senhor. O e-TCU é o sistema processual do TCU, é lá que são conduzidos todos os processos de controle externo. Esse arquivo não estava no e-TCU, nunca houve a tentativa de inseri-lo como documento de auditoria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor informou que o documento Word produzido e enviado ao seu pai foi alterado. Pode nos esclarecer que alteração foi essa? Seria por conta das marcações que estão fixadas no documento que está em posse da CPI? Houve alteração de conteúdo? Você pode explicar quais foram essas alterações?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, falando do arquivo em PDF, que eu recebi também por WhatsApp, que viralizou, comparando com o meu arquivo em Word, havia grifos, como fossem marca-textos, feitos, acho que pelo Acrobat, no PDF; e houve a inclusão da expressão "Tribunal de Contas da União" no cabeçalho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, houve... Disseram que havia a inclusão ali da logomarca do tribunal. Esse documento aqui não tem a logomarca do TCU.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, essa aí não representa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso aqui é um documento produzido no Word.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – ... a identidade visual do tribunal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No documento que você diz ter apresentado aos seus colegas e compartilhado com seu pai, o que não tinha nele? A expressão "Tribunal de Contas da União"? É isso?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso. E também os grifos, destaques em amarelo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Destaques, o.k., mas isso não altera conteúdo. Eu estou perguntando em relação ao conteúdo: houve alteração em relação ao conteúdo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso, houve essa inclusão da expressão "Tribunal de Contas da União".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação ao conteúdo desse papel ou desse *paper* ou desse ensaio, houve alteração de conteúdo em relação ao que você apresentou como estudo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – O arquivo que eu recebi em PDF, comparando com o arquivo em Word, no texto não houve alteração.

Houve apenas essa inclusão da expressão "Tribunal de Contas da União".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É... Uma matéria publicada na Crusoé diz que você incluiu, no domingo, no sistema do TCU, esse documento. Incluiu ou não incluiu no sistema do TCU?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor. Eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A matéria é mentirosa?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – A matéria está equivocada. Eu incluí no Microsoft Teams no dia 31 de maio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Foi apresentado aqui um vídeo do Presidente da República onde ele diz que teria alterado... Ele fez alteração na tabela. E isso foi explorado aqui agora há pouco – os Senadores, as Senadoras –, e os brasileiros acompanharam.

Eu indago a V. Sa. objetivamente: esta tabela que está aqui foi feita por V. Sa. ou foi manipulada ou alterada por alguém?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, daqui eu não consigo ver. O arquivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Eu vou pedir que alguém leve até o...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – O meu arquivo em Word tinha uma tabela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não, verifique. V. Exa. deve ter uma memória muito boa, verifique se esta tabela é a que V. Sa. fez ou se ela teria sido alterada. (*Pausa.*)

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – A tabela deste arquivo que o senhor me passou aqui é a mesma do meu arquivo em Word.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Então, ela não foi alterada?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Esta tabela deste arquivo é a mesma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Ou seja, aqui pegaram uma fala fora de contexto pra tentar atribuir ao Presidente da República a manipulação de um documento – ou de um rascunho, porque V. Sa. não está nem atribuindo a este elemento o título de documento, porque diz que foi um ensaio, era algo para provocar um debate.

Como que originou, como que surgiu a ideia de fazer esse levantamento apurar esses dados?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – A minha preocupação, como eu falei no meu depoimento, Senador, foi em relação à qualidade dos dados. É um dos objetivos estratégicos do TCU colaborar para a melhoria da qualidade dos dados em saúde.

E, em função de o repasse dos recursos federais aos entes subnacionais para o combate à pandemia levar como um dos critérios de mais peso a incidência, a notificação da doença, eu entendi que seria interessante conversar com a equipe de auditoria se seria o caso de, nesse sexto ciclo, nós avaliarmos se a qualidade dos dados estava adequada ou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Qual a base de dados utilizada para essa apuração? E qual o método que você utilizou para chegar às conclusões a que você chegou ainda preliminarmente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, eu peguei esses dados, conforme eu falei, no Portal da Transparência do Registro Civil, que é um *site* oficial da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, e simplesmente fiz uma série histórica. Era realmente bem embrionária, bem inicial essa análise, foi bem superficial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Sa. já disse que o documento era um documento preliminar, não oficial, que foi compartilhado com colegas de trabalho, que foi compartilhado com o seu pai, e que seu pai teria feito esse material chegar ao Presidente da República. Perguntei sobre a tabela, e você disse que a tabela não foi manipulada. Perguntei sobre o texto... E veja que V. Exa. é alguém esclarecido, com boa formação e com um histórico que afasta de qualquer um de nós a presunção de que V. Exa. não seja inteligente, cauteloso, diligente naquilo que faz. Certamente, V. Sa. já olhou este documento aqui letra por letra, linha por linha, e conhece o documento que produziu. Deste documento, o que, do conteúdo, não está conforme com o que V. Sa. produziu e altera a constatação ou a divulgação feita pelo Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei, Senador, o que... Comparando o arquivo em PDF com o arquivo em Word, as duas diferenças que eu notei foram os grifos e a inclusão da expressão "Tribunal de Contas da União".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Do conteúdo, nada? O conteúdo está hígido?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi o que identifiquei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Está integral?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – ... nesse arquivo que eu recebi em PDF pelas redes sociais, pelo WhatsApp, que viralizou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** V. Sa., agora há pouco, foi instado pelo Senador Randolfe a que apresentasse o original deste documento, aquilo que você compartilhou com seus colegas, o que você teria encaminhado ao seu pai. Veja, essa é uma providência que não demanda muito tempo, porque V. Exa. não vai ter que manipular o documento ou mexer no documento, mas apenas entregar aquilo que é original para instruir o processo no âmbito desta CPI. E, certamente, V. Sa. fez isso por meio do seu celular, talvez, pelo WhatsApp. V. Sa. tem esse documento em mão aí?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, no momento, não estou com o celular.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não trouxe o celular?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, não trouxe para a Comissão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Da última vez que trouxeram o celular, teve um que saiu sem ele daqui.

Mas o seu advogado tem esse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu o repassei para o senhor? Não, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Precaução, não é, Senador?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não o repassei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Pois é!

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não o repassei para o Dr. Savio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) **–** Não?

Se V. Sa. tivesse esse documento agora – e é lamentável que não o tenha! –, até o final desta CPI, poderia repassar à Mesa para essa checagem simples, embora isso se faça até desnecessário, porque o que V. Sa. acabou de dizer aqui desmonta a narrativa da Oposição: que o documento não está alterado, exceto quanto ao título, que V. Sa. diz que não tinha no documento inicialmente encaminhado, e quanto aos grifos, mas que, quanto ao conteúdo, ele está integralmente conforme V. Sa. produziu.

Bom, já houve, por parte do Presidente, o reconhecimento de que fez uma referência, fez uma citação sem o dever de cautela, sem certificar realmente se se tratava ou não de um precedente do Tribunal de Contas da União. Às vezes, na busca ou na sanha de se tentar atribuir crime ao Presidente da República, os acusadores se antecipam pra tentar forjar prova onde não tem prova. Falaram agora há pouco que o documento foi falsificado na Presidência da República. Foi a primeira palavra que eu ouvi nesta CPI no dia de hoje. "O documento foi falsificado na Presidência da República". V. Sa. disse agora há pouco que o documento está integral, apenas em relação ao título. E eu não estou dizendo que seja... Não estou dizendo que esse fato não seja um fato a ser apurado. Não estou dizendo. Como também não estou dizendo que a divulgação de informações preliminares, num ambiente como esse, também não seja objeto de reflexão e análise, porque tudo isso é importante que seja analisado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, V. Sa. sabe que hoje há um uma investigação, por parte da CGU, em relação a esse aspecto da supernotificação? Conhece essa informação ou não?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu ouvi pela mídia, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não quero fazer aqui análise em cima dos dados que V. Sa. apresentou, até porque, já disse, é um documento preliminar, é um documento que não representa a posição do Tribunal de Contas da União nem um trabalho concluído por V. Sa., mas esta CPI em nenhum momento cuidou de fazer qualquer investigação, seja com relação ao índice de notificação por *causa mortis* covid ou não, seja com relação aos repasses...

Agora, sem fazer menção aqui a precedentes do TCU, é bom que se diga, que se registre que ministros do TCU alertaram para o que V. Sa. nesse ensaio começou a trabalhar, essa correlação entre repasses e notificação, não apontando para números, para evidências do que tem acontecido, porque isso talvez, lá na frente, nós tenhamos que fazer – e caberá aos tribunais de contas dos Estados, da União, fazer o dever de casa, assim como a CGU está fazendo também –, mas todo esse trabalho que está sendo feito aqui em cima do que V. Sa. fez, da divulgação do Presidente já corrigida, talvez sirva para esconder uma real motivação, que é impedir uma investigação de verdade, uma investigação pra valer, considerando o volume de recursos repassados para os Estados e Municípios para o enfrentamento à covid-19. Ninguém aqui está investigando se os recursos enviados foram devidamente utilizados no enfrentamento à pandemia da covid-19. Não estão investigando as graves denúncias de corrupção. Não! Tudo é utilizado para justificar a não investigação, até V. Exa.

A Polícia Federal fez diversas operações no Brasil, Municípios, Estados, prendeu agentes públicos, prendeu agentes privados, colheu provas, evidências, instaurou inquéritos, apontando para a suspeita de crimes graves de corrupção passiva, de corrupção ativa, de organização criminosa, de desvio de finalidade, tudo isso, mas aqui não cuida de investigar; aqui apenas tentam desviar o foco da CPI para situações que não vão acrescentar nada ao relatório final.

Qual a novidade que nós tivemos aqui hoje? Atribuiu-se ao depoimento uma grande novidade. "Olha!" Qual a novidade? Já havia o desmentido, já havia a retratação, já havia o pronunciamento do Tribunal de Contas da União... Qual a novidade? Perde-se um tempo precioso no âmbito da CPI hoje que poderíamos estar utilizando para investigar o que foi feito com os bilhões de reais enviados aos Estados e Municípios. Isso não quer investigar... as denúncias graves, suspeitas graves de corrupção, de desvio. Talvez esta CPI chegue ao final e o grande crime seja justamente ter perdido uma grande oportunidade para fazer uma investigação de verdade.

Eu já disse aqui antes e repito, eu não descarto que erros tenham havido por parte do Presidente da República, Governadores, Prefeitos, todos certamente erraram; são humanos, são falíveis, estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentando uma pandemia, uma doença que ainda estamos longe de decodificar todos os aspectos relacionados a ela, mas aqui trabalha como se apenas o Presidente da República fosse o responsável por tudo que acontece no tocante à pandemia, mas não reconhecem que, se hoje tem vacina chegando no braço dos brasileiros, foi porque o Governo Federal comprou, está entregando, está distribuindo.

Se respiradores chegaram para atender inclusive aos Estados do Nordeste, foi porque o Ministério da Saúde comprou e entregou, porque o Consórcio do Nordeste passou a mão: licitação fraudulenta, pagamento fraudulento, prisões... Aí, na hora de o socorro chegar para os nossos irmãos nordestinos, foi o Ministério da Saúde que teve que ir lá e socorrer, porque o Consórcio Nordeste não o fez.

Então, é preciso realmente que essa investigação apure todos os aspectos, todos os fatos; e, se erros aconteceram, e aconteceram, vamos apurar na medida da culpa de cada um. Isso, de A a Z. Eu não estou aqui para poder dizer que o Presidente acertou 100%. Não, é humano, erra também, todos nós erramos, mas talvez a CPI erra mais, por fazer uma investigação seletiva, que não busca apurar os fatos, as evidências, ir profundamente saber o que houve no porão do Brasil real, com suspeitas gravíssimas de corrupção que estão passando ao largo das investigações desta CPI.

Sr. Presidente, concluo apenas dizendo: ainda restam alguns dias, e a minha esperança é a de que a gente ainda cumpra esse dever, essa missão que nos foi imposta, Senador Girão, pelos dois requerimentos, um de V. Exa., que colocava como alvo desta CPI investigar o que aconteceu com a dinheirama, os bilhões de reais enviados aos Estados e aos Municípios.

No mais, desejo sucesso a V. Sa. Que possa enfrentar o processo administrativo e sair dele, para continuar servindo ao Tribunal e ao Brasil, como bom quadro, preparado que é. Com maior cautela talvez, mas esse tema nós ainda vamos revisitá-lo. E o melhor momento não é durante uma pandemia; talvez lá na frente tenhamos que revisitar tudo aquilo que V. Sa. iniciou como estudo lá atrás, mas, neste momento, não vou nem usar a tabela e os dados que estão aqui, porque não seria coerente da minha parte, assim como não foi naquele momento, quando o documento foi divulgado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Senador Rogério Carvalho, V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado. Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Alexandre Marques.

Em primeiro lugar, nós precisamos sempre resgatar, independentemente dos discursos e das falas, às vezes eloquentes, às vezes tentando desviar o foco, falas diversionistas que a gente tem ouvido aqui, nesta CPI, mas é preciso que nós coloquemos claramente qual foi a forma e o mecanismo de atuação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Jair Messias Bolsonaro, amparado pelo seu gabinete paralelo. Ele agiu adotando duas medidas; basicamente duas medidas.

A primeira, uma medida que foi promover a ampliação ao máximo do contágio. Tem uma fala dele, quando ele vai inaugurar um hospital em Águas Lindas, em que ele diz ao Governador de Goiás: "Precisamos apressar a contaminação do maior número de pessoas ou de todo mundo", porque ele apostava que, através do contágio de todos os brasileiros, se adquiria imunidade coletiva ou a imunidade de rebanho. E isso foi propagado, isso foi defendido: foi defendido pelo dono do Madero, foi defendido pelo Carlos Wizard, foi defendido pelo Osmar Terra, foi defendido pela Mayra Pinheiro, foi defendido pelo *staff* do Governo. Foi defendido pelo Ministro da Economia, o Ministro Paulo Guedes, foi defendido pelo *staff*, pelo núcleo central do Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro e defendido por ele em várias ocasiões – o próprio Presidente defendeu isso.

A segunda medida, Sr. Presidente, que nos leva a essa marca de 569.581 mortos, marca oficial – marca oficial –, foi promover um tal de tratamento precoce com cloroquina e ivermectina, ambas as substâncias sem nenhuma ação contra o vírus e sem nenhuma ação comprovada no tratamento da doença; mas ele propagou, divulgou, promoveu para o Brasil inteiro, prescreveu para a Ministra da Agricultura e ainda pergunta pra ela: "Quem é o seu médico?". "Bolsonaro, Bolsonaro". Prescreveu.

Então, ele promoveu e ele praticou o crime de propagação da epidemia, ele cometeu o crime de charlatanismo, de curandeirismo, ele cometeu vários crimes que espero constem de relatório que será apresentado por esta CPI.

Mas a gente precisa... E eu recebi, Presidente – eu peço com toda... Eu queria mostrar uma cena forte, uma cena...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fique à vontade V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... por favor, uma cena de um seguidor que ficou 25 dias internado num hospital e ele pede pra gente mostrar a história dele. E vejam no que ele acreditou. Está aí Heleno internado, foi internado no hospital em Sergipe.

Eu não consigo ler, alguém consegue ler pra mim ali o que está...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – "Olha como fiquei...".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – "Olha como fiquei porque segui o tal tratamento precoce. Vacinas salvam!".

Agora mostre a outra etapa. Aumente aí por favor, pra conseguir ler. Agora volte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Eu acreditei nesse gabinete paralelo, que enriqueceu laboratórios, e fui parar na UTI por 25 dias, sendo 16 dias intubado. E, depois da alta, ainda convivo com inúmeras sequelas! Por isso, apoio a CPI da Covid contra esses canalhas que enriqueceram à custa de mortes e sequelas".

Isso foi mandado pra mim por Heleno, um morador da cidade de Nossa Senhora do Socorro, que mandou pelas minhas redes sociais.

E vejam só: essa é uma triste situação que se repetiu com milhares de famílias no Brasil. Eu tenho uma amiga, a Paula, cujo pai era eleitor do Bolsonaro e ficou tomando tratamento precoce. Qual foi o fim dele? A morte. Então, o Bolsonaro apresentou duas estratégias: uma, ampliar o contágio, que é criminoso; dois, defender tratamento sem eficácia.

Eu estava lendo ontem sobre a criação de um antirretroviral, e o Brasil é pioneiro graças ao Laboratório de Luz Síncrotron, em Campinas. E já descobriram que, na fórmula para ter um tratamento antirretroviral, é preciso quebrar duas proteínas ligadas que fazem a multiplicação do vírus dentro da célula, e o desenvolvimento de um medicamento com essas características vai levar algum tempo. Portanto, não é um vermífugo, não é um medicamento que é utilizado para tratamento de doenças de outra natureza ou até doenças crônicas que vai matar o vírus.

Portanto, o Presidente defendeu o uso dessas substâncias, mesmo sabendo que não tinham eficácia.

E aí, o que é que ele faz? Qual é a estratégia do Presidente para se livrar de parte dessas mortes? E a gente sabe – eu aqui como sanitarista, como médico, e nós que trabalhamos na saúde pública, Sr. Alexandre – que, no caso de óbito para o gestor, quanto mais óbitos, mais em desgraça ele cai. Um Governador, quanto mais óbitos ele tem que divulgar, mais em desgraça ele cai. Então, a regra é ao contrário: é não notificar tudo, porque nem tudo que acontece, do ponto de vista sanitário, é possível ser capturado. Então, os cientistas calculam que 12% de óbitos... Tem 12% de óbitos a mais do que o que nós estamos vendo oficialmente. Então hoje, em números de hoje, nós teríamos em torno de 637 mil óbitos por covid. Essa é a estimativa, considerando os 12% de subnotificação que ocorre.

Então, quando a gente fala 569.581 óbitos, a gente está falando daquilo que foi notificado, mas o cientistas que negaram, os mesmos que disseram que a cloroquina não funcionava, os mesmos que disseram que a ivermectina não funcionaria, os mesmos que disseram que tinha que fazer... tinha que adotar medidas de isolamento, não farmacológicas, pra reduzir a expansão da pandemia; que tinha que fazer isolamento social, usar máscara, lavar a mão com álcool em gel, investir e comprar vacina... E este Governo negligenciou e só foi comprar vacina depois que passou a identificar como um negócio. Na emergência sanitária, podia tudo. E a gente recebeu aqui uma testemunha que não intermediou só a compra de uma vacina, mas tentou intermediar várias vacinas. E a gente precisa mostrar isso pra sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante desse quadro de um governo que negou a ciência – e a ciência estava certa... Eu estou dizendo e afirmando que a ciência está certa, sim, ao dizer que tem uma subnotificação de pelo menos 12% de óbitos. E o número real de óbitos já ultrapassa os 600 mil mortos no Brasil. É uma triste marca.

Agora, pior é o Presidente da República pegar um documento, que eu não posso mostrar, porque ele é sigiloso, que, segundo consta de sua lavra, recebeu com vazios. Por exemplo, considerando-se agora... A menor variação anual antes da pandemia era de 4,1%, de 2016 para 2017. Aí, vírgula... Aí não tem nada escrito. Aí, no documento que é apresentado, quase 140 mil óbitos, depois da vírgula... Não é isso? Não é aqui? (*Pausa.*)

Isso. Quase 140 mil... Aplicando-se a esta variação o número de óbitos registrados em 2019, teríamos, em 2020, quase 140 mil óbitos a menos!

Isso foi inserido, porque isso não está no documento que V. Sa. apresentou, de que eu tenho cópia na mão e que é um documento sigiloso.

Portanto, foi encaminhado um documento com partes em vazio para ser preenchido com o que se chama e para se construir o que se chama de narrativa, porque esse documento, Senador Izalci, era uma forma de criar uma narrativa diversionista da opinião pública, de que se estava supernotificando, como se alguém quisesse ver mais mortos do que já tinha diante de uma pandemia tão massacrante para o povo brasileiro. E era isto que se pretendia: construir uma narrativa, mais uma lorota do Governo Jair Messias Bolsonaro e suas narrativas.

Lembra do caso do Adriano da Nóbrega quando foi morto em Salvador? Eles contrataram – lembra-se disso, Senador Humberto Costa? – um legista. Para quê? Para criar uma narrativa, para criar uma "estória". "Estória" no passado, com "es" era uma história mentirosa, era uma fábula e não uma constatação em cima de fatos objetivos. E o que a gente está vendo aqui são lorotas, "estórias" para tentar esconder um crime cometido pela maior autoridade deste País, que é o Presidente da República, que apostou no contágio em massa, que apostou no tratamento precoce, que enganou as pessoas e que levou as pessoas a se contaminarem em massa e à morte de mais de 600 mil brasileiros – conforme a academia tem mostrado, são subnotificados os 569 mil óbitos que a gente tem neste momento.

E este documento e o seu depoimento... Esse documento que eu tenho aqui e que eu não posso mostrar porque é sigiloso vem partido e aí, no documento que é divulgado depois, vem a sequência da narrativa, Senador Randolfe Rodrigues, ou seja, vem a "estória", para tentar confundir a opinião pública brasileira.

Mas, como disse o Heleno, mostre a verdade. E a foto dele e ele não são inventados. É a pura verdade de milhares de brasileiros que se contaminaram acreditando que tinham proteção de droga sem eficácia. Por isso, estamos diante de crimes que poderiam e deveriam ser enquadrados como crimes hediondos, porque são crimes contra a vida de milhões e milhões de brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O próximo, por permuta com o Senador Eduardo Girão, é o Senador Fernando Bezerra. Perfeito? Foi essa a permuta? (*Pausa.*)

Senador Fernando Bezerra, se V. Exa. me permite, ainda a respeito da inquirição feita agora pelo Senador Rogério Carvalho, Alexandre, eu queria confirmar com V. Sa.: é esse o documento produzido pelo senhor? (*Pausa.*)

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) **–** Senador, se eu não me engano, esta versão aqui é a versão que está no Microsoft Teams do dia 31 de maio, que, como eu falei no meu depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Este é o que está no Microsoft.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – ... eu inclui algumas informações para deixar de repositório.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** E este outro documento que está com o título em cima "Tribunal de Contas da União"?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Então, essa foi a inserção de que eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Que não foi de sua lavra.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – ... que não fui eu que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeitamente. Muito obrigado, Dr. Alexandre.

Então, só para ficar claro, conforme foi apresentado aqui pelo Senador Rogério Carvalho, isso que eu confrontei agora com o Sr. Alexandre é objeto, inclusive, do processo administrativo a que o Dr. Alexandre responde no âmbito do Tribunal de Contas da União.

O Dr. Alexandre garantiu, asseverou aqui a autenticidade desse documento, que, de fato, é o documento que lá foi produzido no Microsoft Teams. E esse é o outro documento que foi divulgado com o título, onde foi inserido nesse outro documento o título "Tribunal de Contas da União". Esse outro é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documento que foi divulgado com o título "Tribunal de Contas da União", que não corresponde ao documento que foi originalmente produzido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Uma pequena prática...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, em um, não está... Só para ficar claro, em um, no que o Sr. Alexandre acabou de informar à CPI, não está o título "Tribunal de Contas da União", como os senhores podem perceber.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – O Senador Rogério disse que tinha uma informação de cento e quarenta e alguma coisa. Isso, então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, é isso aqui, é aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, a mais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja, em um, no que foi produzido no Microsoft e que o Dr. Alexandre acabou de confirmar a autenticidade, não está, no título, "Tribunal de Contas da União"; no outro, que foi divulgado está, no título, "Tribunal de Contas da União". Foi inserido o título "Tribunal de Contas da União".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas o Senador Rogério Carvalho diz que, além do título, ele leu aqui uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem mais algumas informações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... e teria mais uma informação numérica.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o que parece. É o que parece.

Senador Fernando Bezerra, V. Exa. com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente Senador Randolfe Rodrigues, Sr. Relator, Senador Renan Calheiros, eu queria cumprimentar o depoente, o Sr. Alexandre Marques.

Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de utilizar o meu tempo para esclarecer os fatos que estão sendo objeto de investigação por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O primeiro fato é a provável existência de supernotificação de óbitos da covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante deixar aqui consignado que a CGU (Controladoria-Geral da União) atualmente está conduzindo uma auditoria formal a fim de investigar a supernotificação de mortes pela covid, que é o mesmo objeto de estudo do auditor que está sendo inquerido pela CPI.

É importante lembrar aqui que o Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, verificou supernotificação de óbitos de covid de pelo menos 25%. Há estudos no Brasil do ano passado trazidos por economistas e matemáticos renomados que contestam os números de notificação da covid.

Foram amplamente divulgados pela mídia, ao longo da pandemia, prováveis equívocos de notificação. E, finalmente, existe o acordão do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 2.817, que dispõe expressamente, no item 9.5.2: "utilizar a incidência de Covid-19 como critério para transferência de recursos, com base em dados declarados pelas Secretarias Estaduais de Saúde, pode incentivar a supernotificação do número de casos da doença, devendo, na medida do possível, serem confirmados os dados apresentados pelos entes subnacionais".

Por fim, há a previsão legal de que haverá transferência de recursos federais para os Estados em caso de notificação de pessoas com covid-19, logo, quanto mais notificações existirem, maior o repasse de recursos federais para os Estados, nos termos do art. 5º, inciso I, letra "a", §1º, da Lei Complementar 173, de 2020. Ademais o art. 2º, inciso II, letra "c", da Portaria 1.666, de 2020, do Ministério da Saúde, prevê que o critério de distribuição de recursos federais se daria com base na taxa de incidência de covid por 100 mil habitantes.

O segundo fato é a suposta conduta do auditor Alexandre, que é o nosso depoente hoje. O Sr. Alexandre Marques é servidor público com mais de uma década de experiência no cargo de Auditor, conforme regular investidura por concurso público. O auditor, no exercício regular de suas atribuições, confeccionou um estudo, juridicamente uma produção de conhecimento, com o escopo de eventualmente subsidiar nova investigação da Corte Federal de Contas. Se revela muito comum este expediente nas Cortes de Contas: abre-se uma investigação para apurar determinado fato. Ao longo dessa diligência, todavia, verifica-se que há indícios de irregularidades suficientes para a instauração de uma outra apuração. Juridicamente, aplica-se ao presente episódio a teoria da serendipidade quanto à conduta do servidor, isto é, há encontro fortuito de prova relacionada a fatos diversos daquilo que está sendo investigado.

Por conseguinte, a conduta do servidor é lícita e legítima, pois está abrangida pela boa-fé objetiva, além de ser albergada pelo ordenamento jurídico, que assevera a validade do encontro fortuito de provas, conforme jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

A conduta do servidor teve por base a conclusão definitiva do TCU, já exarada no item 9.5.2 do Acórdão 2.817, a que aqui me referi. Além disso, há um segundo acórdão do TCU, o Acórdão 2.026, em que o Relator Bruno Dantas, o Ministro Bruno Dantas assevera que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Dessa forma, observa-se que a Lei Complementar 173 visa destinar mais recursos aos Estados com maior incidência da pandemia e àqueles com maior população absoluta. Tal critério [diz o Ministro Bruno Dantas] apresenta o risco moral de incentivar a conduta indesejável de supernotificação do número de casos da doença, visando a maior obtenção de recursos, o que, além de não se coadunar com o arcabouço legal, pode acarretar consequências negativas à conduta das políticas de enfrentamento à pandemia.

O terceiro fato, Sr. Presidente, que eu gostaria de aqui prestar alguns esclarecimentos é da possível supernotificação de óbitos causados pela covid-19 no Brasil, a cronologia do documento que está sendo aqui investigado e que é a razão da presença do Sr. Alexandre Marques nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O documento em análise por esta CPI supostamente foi confeccionado pelo auditor Alexandre Figueiredo. Segundo a revista Crusoé, o documento foi formalmente inserido no sistema do Tribunal de Contas da União em 6 de junho de 2021, às 18h39. Na segunda-feira, dia 7, o documento foi amplamente divulgado pelas redes sociais e veículos de comunicação. O TCU, no mesmo dia, 7/6, informou que o documento não era oficial. O Tribunal de Contas, no dia seguinte, dia 8, abriu investigação formal para apurar a responsabilidade do auditor Alexandre Figueiredo.

Não se pode afirmar por hora que tenha ocorrido qualquer conduta irregular ou ilícita por parte do servidor, pois não se sabe até o momento quem deu publicidade ao referido documento, isto é, quem o retirou do sistema e o colocou em domínio público. O documento foi formalmente inserido no sistema. Portanto, em que pese o Tribunal de Contas da União não considerá-lo oficial, ele detém natureza de levantamento preliminar, informações de auditor sobre indícios de irregularidade. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e das atribuições institucionais da carreira do auditor, o servidor público agiu de forma regular, não cabendo um prejulgamento de valor quanto à imputação de vazamento do documento.

E, finalmente, Sr. Presidente, o fato que também aqui se examina é a licitude da conduta do Presidente da República. O Presidente da República, assim como milhares de pessoas e veículos de comunicação, tiveram acesso ao referido documento, que já estava em domínio público. Ao ser indagado por cidadãos, o Presidente destacou a existência de dois acórdãos do TCU: o Acórdão 2.026, do Ministro Bruno Dantas, e o Acórdão 2.817, do Ministro Benjamin Zymler. Ambas as decisões indicavam o risco de eventual supernotificação de óbitos de covid-19 poder incentivar fraudes pelos gestores estaduais.

A referida fraude de desvio de recursos federais para a covid é exatamente o objeto de investigação desta CPI. Logo, nos parece que nós deveríamos também aqui, como preocupação da Comissão Parlamentar de Inquérito, investigar a possibilidade de supernotificação de óbitos, conforme apontado nos dois acórdãos do Tribunal de Contas da União, e não realizarmos o prejulgamento de um servidor por exercer o seu regular papel institucional de averiguar ilicitudes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, para encerrar, porque não tenho perguntas a indagar ao servidor do Tribunal de Contas da União, o Sr. Francisco Figueiredo, eu gostaria de trazer a informação de que já alcançamos 203 milhões de doses de vacinas distribuídas. Nós já aplicamos 168 milhões de doses de vacina em primeira dose, o que representa, Senador Randolfe, 70% da população acima de 18 anos de idade; e ultrapassamos 50 milhões de brasileiros vacinados com a segunda dose ou com a vacinação completa, o que representa quase 32% da nossa população. Quero dizer que, com isso, brevemente, nos próximos 30 dias, o Brasil deve estar ultrapassando países, como a Inglaterra e como os Estados Unidos, do ponto de vista da cobertura vacinal. O Governo do Presidente Bolsonaro, desde março de 2020, iniciou tratativas para as compras de vacinas e, com isso, assegurou, até o momento, mais de 600 milhões de doses de vacinas, que estão sendo distribuídas aos Estados e Municípios brasileiros para que a gente possa, pouco a pouco, ir virando a página dessa pandemia que tantos prejuízos e tanta dor infligiu ao povo brasileiro.

Eu acabo de vir, Sr. Presidente – por isso, cheguei um pouco mais tarde –, da audiência pública com o Ministro Tarcísio de Freitas no âmbito da Comissão de Infraestrutura, quando eu tive a oportunidade de ouvir o relato de que, em pouco mais de dois anos e sete meses de governo, o Presidente Bolsonaro já é, de longe, o Presidente da República que maior número de concessões públicas viabilizou no setor rodoviário, no setor portuário, no setor aeroportuário. Em todas as áreas da infraestrutura pública do País, viabilizamos investimentos de mais de R$400 bilhões para os próximos cinco anos. É esse trabalho que vai recuperar a capacidade de crescimento e desenvolvimento do Brasil e, sobretudo, gerar os empregos pelos quais o povo brasileiro clama e de que precisa para sustentar as suas famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça um favor para mim: na próxima vez em que V. Exa. estiver com o Ministro Tarcísio, peça a ele para fazer a BR-319, porque todo mundo já foi lá e prometeu, mas não fizeram um metro ainda, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu terei enorme prazer de levar essa reivindicação de V. Exa. a ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça isso por favor.

Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... mas, inclusive, muitas intervenções na Região Norte do País foram hoje abordadas pelo Ministro Tarcísio. Eu posso me lembrar aqui, rapidamente, das intervenções que estão sendo feitas no Estado do Amapá e, sobretudo, do escoamento da crescente produção de soja e milho do Brasil. Hoje, através dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portos do norte do País, já se exportam mais grãos, Sr. Presidente Omar Aziz, do que pelos portos do sul, ou seja, o Porto de Santos. Já sai mais soja e milho pelos portos do norte do Brasil do que pelo Porto de Santos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque lá atrás, Senador Fernando Bezerra, o escoamento feito ali pelos portos do Norte tinha mais viabilidade saindo do Centro-Oeste. Inclusive, o Município de Itacoatiara é um local em que você exporta muita soja para outros lugares.

Senador Randolfe está pedindo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, pela ordem, aproveitando, inclusive – se S. Exa. o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, me permite –, os dados que ele traz em relação à vacinação...

É objeto de um requerimento nosso a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a seguinte indagação ao Sr. Ministro da Saúde e ao Ministério da Saúde – veja bem, Presidente –: Israel, que é o país que bateu todos os recordes de vacinação, ainda ontem anunciou a ocorrência de uma terceira onda da pandemia. E, veja, Senador Fernando Bezerra, lá a vacinação ocorreu com a vacina Pfizer/BioNTech. Então, em Israel, no Chile e em outras nações, já se discute a adoção da terceira dose da vacina. Para nós não termos esse risco no Brasil e não incorrermos em erros que tivemos no passado, eu queria de antemão solicitar ao Sr. Líder do Governo e solicitar também a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que requeiram do Ministério da Saúde a informação sobre qual é o planejamento e se já tem vacinas adquiridas para uma eventual terceira dose para imunização de brasileiros e brasileiras, para aumentar a eficácia do controle da pandemia e evitar também a disseminação da variante Delta.

E, se V. Exa. me permite só uma última questão, para ficar bem claro quero reforçar uma pergunta que já foi feita ao Dr. Alexandre: o senhor pode me informar quando o senhor compartilhou com o seu pai a informação? E a que horas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Sim, foi no domingo. Eu não me lembro se foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Domingo, dia 6?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Dia 6 de junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A que horas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Se eu não me engano, em torno de 18h, 18h30.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, só para ficar bem claro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já de manhã...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Alexandre compartilhou a informação com o pai dele às 18h30 do domingo, dia 6.

A primeira informação pública do documento vem da lavra do Presidente da República às 8h da manhã, assim que ele sai do Palácio da Alvorada, aos seus apoiadores – que é o vídeo que já foi exibido. Então, só para ficar bem claro: ao que me parece, não ocorreu intermediário. Às 18h30, o Dr. Alexandre compartilha com o seu pai; e o documento já sai...

Presidente, já foi confirmado aqui pelo Dr. Alexandre: o documento que é compartilhado no Microsoft Teams é este daqui. O documento que é divulgado no dia seguinte – e o primeiro a divulgá-lo é o Presidente da República – é este daqui, com o timbre... Não é o timbre, mas com o título "Tribunal de Contas da União". E o primeiro que divulga esse documento é o Presidente da República entre as 7h30 e 8h da segunda-feira.

Esse dado e essa precisão da informação do Dr. Alexandre é muito importante para nós.

Mais uma vez lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço.

Eu quero colocar em votação o requerimento do Senador Randolfe, que é de interesse de todos nós saber o planejamento para uma possível terceira dose e como é que estão os estudos.

Eu acho que nós poderíamos pedir ao Instituto Butantan, à Fiocruz e ao próprio Ministério da Saúde para saber o estudo sobre essa questão dessa possível terceira dose.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acrescento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos acrescentar isso no teu requerimento.

Em votação o requerimento do Senador Randolfe.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Para a gente ter essa informação importante, já que se fala muito nessa questão, mas nós não temos nada ainda concreto.

Senador Izalci, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero só informar que sempre participei de todas as reuniões da Comissão do covid, e, ontem mesmo, o assunto era exatamente a terceira dose, com a participação de vários institutos.

Mas eu quero aqui, Presidente, primeiro, cumprimentar o Alexandre Figueiredo, que é também auditor como eu.

Quero dizer da minha convicção, Alexandre, da tua competência e da tua ética.

Presidente, quando eu participei da Comissão nacional do Congresso do covid, nós abrimos, aqui no DF, uma Comissão do covid local, com a participação do Tribunal de Contas, do Ministério Público distrital e dos federais. Convidei também o Tribunal de Contas da União. E aí, Presidente, a primeira ação que fiz foi convidar o Governador Ibaneis Rocha para participar da primeira reunião do covid do DF, que tem a relatoria, inclusive, da Deputada Paula Belmonte, e ele, simplesmente, disse que não iria comparecer nem autorizaria os secretários a participarem das reuniões. Foi quando, então, fiz um requerimento, que foi aprovado por unanimidade no Congresso, de uma auditoria do Tribunal de Contas, e o Tribunal de Contas fez uma auditoria desses recursos federais encaminhados ao GDF.

Quero aqui testemunhar... Quando eu digo da ética do profissional é porque o Dr. Alexandre participou de diversas reuniões. Em nenhum momento, ele falou qualquer coisa do andamento do processo. Ele só se manifestou quando o ministro já tinha o acórdão definido.

Então, eu quero... E também eu vi aqui várias publicações de questionamentos de mortes ainda no ano de 2020; eu vi aqui um de maio e um de agosto. Se fosse eu também auditor do Tribunal de Contas, com esses indícios todos na mídia, eu teria também levantado... É natural o auditor fazer isso, propor isso. O que foi lamentável foi exatamente o seu pai encaminhar para o Presidente um estudo que ainda estava sendo elaborado. Mas, de qualquer forma, parabenizo-o pela competência de V. Exa.

Por isso quero fazer aqui, Presidente, algumas perguntas.

Primeiro, quero informar que existem duas denúncias no Tribunal de Contas da União relacionadas aos recursos do DF. O DF recebeu, de acordo com os relatórios, quase R$3 bilhões para a saúde do DF – R$3 bilhões! As medidas provisórias e aquele projeto que nós apresentamos... R$3 bilhões! E não se prestou conta nenhuma.

Tem uma denúncia do Tribunal de Contas, TC-020962, que questiona exatamente a dispensa de licitação. Eram 100 mil unidades de testes, e foi a empresa Luna Park, (Luna Park – Importação, Exportação e Comércio Atacadista de Brinquedos Temáticos) a empresa vencedora disso, uma empresa de brinquedos. E, depois, houve ainda mais 20 mil unidades de testes com valor superior aos de 6 empresas que apresentaram seus preços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda denúncia, TC-020078, que é pública, inclusive, questionou o processo também de dispensa de licitação. Eram 100 mil unidades de testes, 19,9 milhões, e depois mais um aditivo de 50 mil testes.

Mas eu quero também dizer que é público, está aqui o acórdão. V. Exa. participou do trabalho. É o Acórdão 1.119, do Tribunal de Contas da União, de Plenário. Já foi votado isso. Tem diversas irregularidades.

Por isso, eu gostaria de pedir a V. Sa. que esclarecesse, primeiro, se, de fato, o senhor acompanhou, no âmbito do DF, os recursos federais transferidos para cá. Eu estou afirmando, mas eu pediria a V. Exa. para confirmar a participação de V. Exa. na auditoria dos recursos do DF.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Sim, senhor, eu participei. Eu coordenei o acompanhamento para atender a solicitação do Congresso Nacional no âmbito do TCU.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. poderia apresentar uma síntese rápida das principais irregularidades identificadas nessa fiscalização?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Bom, nós identificamos várias irregularidades que estão consignadas tanto no Acórdão 1.119 quanto nas duas representações que foram abertas em decorrência desse trabalho, mas foram identificados direcionamento de licitação, sobrepreço, superfaturamento, mudança da ata de registro de preço sem respaldo na legislação, dentre outros achados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

V. Sa. chegou a identificar a participação de agentes políticos nessas irregularidades constatadas nesse processo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Nós abrimos justamente essas duas representações para que fosse feita uma apuração com mais detalhes em relação aos principais achados identificados no acompanhamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas identificou algum indício de alguns políticos nessa...? Agentes políticos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, até o próprio Ministério Público do Distrito Federal já tinha feito uma Operação Falso Negativo, em que alguns gestores da Secretaria de Saúde aqui do DF haviam sido presos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode citar um? Por exemplo, o ex-Secretário Francisco Araújo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Fiquei sabendo pela mídia, um deles, o ex-Secretário de Saúde aqui do GDF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. identificou algum vínculo entre os participantes da organização criminosa que atuou aqui no DF com os personagens do Ministério da Saúde ou do Congresso Nacional, durante esse trabalho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não. No nosso trabalho, que eu me lembre, nós não identificamos nenhuma relação de conluio entre Secretaria de Saúde do DF e Ministério da Saúde.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. chegou a investigar a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda.? Quais as conclusões que V. Sa. tirou das suas análises com relação à Precisa?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim. A equipe analisou diversos contratos, diversos processos licitatórios de dispensa de licitação, e a empresa Precisa foi uma das... Em que foram identificados tanto o direcionamento quanto o sobrepreço na cotação dos testes de detecção de covid.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para lembrar, Presidente, que nesse período o Sesc aqui do DF fez um leilão, um edital, e comprou esse teste por R$18, e o GDF chegou a comprar a R$180, quer dizer, dez vezes mais – teste que depois não foi nem entregue; foi entregue um outro produto que era totalmente descartável e estava sendo recolhido no mundo todo.

V. Sa. chegou a investigar a empresa Belcher Farmacêutica do Brasil Ltda. também? Quais as conclusões que tirou das suas análises?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu realmente não vou me recordar agora de cabeça o nome de todas as empresas. A Precisa eu me recordo, mas a Belcher eu não me recordo. Teria que realmente rever o relatório para lembrar quais empresas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Belcher é lá de Maringá. É aquela em que o Deputado Ricardo Barros está ao lado do dono da Belcher vendendo medicamentos para o Ministro Queiroga, que é um negócio... Isto é um negócio natural hoje: um Deputado Líder levar o empresário para vender medicamento. Isso é natural, só ele é que não acha, não é? Mas, na quinta-feira, aparece uma foto, que o Senador Renan expõe aqui, em que está ele, o Prefeito e do lado do Prefeito está o dono da Belcher. Aliás, vai ser convocado para vir aqui, o dono da Belcher, para explicar essas reuniões em que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, ele virá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Virá aqui. Virá aqui. Eu vou chamar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso é para dizer que existe sim, essa empresa participou aqui no DF de todo esse esquema criminoso que aconteceu aqui; então ela foi identificada.

A outra pergunta seria se V. Sa. chegou a identificar como a empresa Belcher foi inserida nesse contexto criminoso? Pelo nome talvez não lembre, mas...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu não me recordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... de fato, também, ela entrou nos mesmos esquemas da Precisa, exatamente da mesma forma, mesma coisa.

V. Sa. identificou o envolvimento de algum agente local no esquema criminoso desbaratado pela Operação Falso Negativo e auditado por sua equipe? Identificou o envolvimento de algum agente público local?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Então, Senador, como eu falei, foram abertas duas representações em decorrência desse acompanhamento, e, no âmbito dessas duas representações, é que seriam verificadas as responsabilidades dos agentes aqui locais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – E aí eu não participei dessas duas representações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para reforçar, o próprio Tribunal de Contas, o Ministro, nessas duas denúncias, mandou suspender, inclusive porque ainda tinha um crédito ainda para pagar para a empresa. Então, no caso aqui, por exemplo, foi o Ministro Zymler, Benjamin Zymler, que exatamente determinou à Secretaria de Estado de Saúde do DF de que se abstivesse de realizar quaisquer pagamentos à empresa até o TCU concluir essa questão. Foi exatamente a aquisição dessas 20 mil unidades – acima de seis empresas que ofertaram preço muito menor.

Bem, pergunto, V. Sa. chegou a identificar algum envolvimento de membros do Tribunal de Contas do DF no esquema criminoso?

V. Exa. saberia nos dizer por que razão as recomendações do Ministério Público de Contas em várias oportunidades foram desconsideradas pelo Tribunal de Contas do DF?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu não saberia dizer, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Nessa fiscalização, V. Exa. não chegou a...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, nós não adentramos nessa seara.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Porque essas tomadas ainda estão sendo avaliadas, é isso? Essas duas.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Essas duas representações?

É como eu falei para o senhor, eu não estou participando delas; então, não sei se elas já foram concluídas ou ainda estão em curso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Tá.

Era a equipe que V. Sa. comandava?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – No acompanhamento, não necessariamente essas representações ficariam com membros da equipe: poderiam ser designadas para algum outro auditor. E eu não sei quem foram os auditores que ficaram responsáveis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas depois do Acórdão 1.119, que elencou aqui tudo isto que V. Sa. disse: direcionamento de contratação, indícios de sobrepreço, superfaturamento, majoração do valor registrado em ata de registro de preço, ausência de estimativa de preço da contratação de serviço e gestão integrada de leitos, ausência de documentação exigida na condição de habilitação das empresas contratadas... Tanto é que eu disse aqui que é uma empresa de brinquedos, que foi a que vendeu, não é?

Então, depois que há esse acórdão, é distribuído para outros auditores lá dentro, é isso? Para terminar.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – As representações são distribuídas pelo diretor responsável da área. Então, eu não sei quais foram os colegas que ficaram responsáveis por instruir, por conduzir essas representações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Está bom.

Presidente, é só para reforçar, então, a importância de... Primeiro, a Precisa, está marcado já com o Maximiano, mas a presença do Secretário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** E tem o Túlio Silveira amanhã, que é o advogado da Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, também, importantíssimo, mas é muito importante a questão do secretário. Eu sei que ele conseguiu escapar dessa vez, porque, óbvio – nós estamos conversando sobre isso já há algum tempo –, quando ele sentiu isso conseguiu uma decisão para viajar. Mas tudo bem: volta dia 22.

V. Exa. já confirmou que a gente pode colocar dia 24, é isso, Sr. Presidente, só para reforçar? Já existe uma posição do dia? Dia 24?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje à noite nós iremos decidir uma data, mas ele virá sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom.

Eu agradeço a V. Exa. então.

E eu tenho certeza absoluta de que, em função de todos esses dados, de elementos que nós temos aqui e mais alguns que teremos também do advogado da Precisa e também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... do Maximiano, eu tenho certeza de que a gente vai obter muito mais informação, porque o esquema, o *modus operandi* do DF, Presidente, é exatamente o *modus operandi* que aconteceu no Ministério da Saúde.

E ainda quero reforçar: quem participou de toda a transição do Governo na confecção do secretariado foi o Sr. Adailson – o Senador Alessandro tem um requerimento aprovado também –, que foi Secretário-Executivo do Ministro Ricardo Barros, também do Gilberto Occhi, e foi ele que foi convidado para ser Secretário, mas acabou indicando o Sr. Francisco, que é de Alagoas também, para comandar, e também o Osnei, que participava do ministério. Então, acho que a vinda do Secretário pode desvendar muitos mistérios porque ainda pairam essas dúvidas aí...

Mas eu agradeço e parabenizo o auditor Alexandre, que, durante muito tempo, nos ajudou, participando lá das reuniões, e depois veio o acórdão lá do Tribunal de Contas.

Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Sr. Presidente, só antes do próximo, uma rápida pergunta ao Dr. Alexandre, e a gente o aguarda retornar. É sobre exatamente a inquirição do Senador Izalci, ainda sobre a Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Girão trocou com o Senador Izalci, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, agora vem o Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não, agora é o Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, como? Se troca, vai para o lugar dele. Na troca, vai para o lugar dele, não tem como.

Aí Senador Luis Carlos Heinze, Marcos do Val e, aí, sim, Senador Girão. Que eu saiba, na troca, se troca um lugar pelo outro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, V. Exa. está certo. O confuso fui eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. é o último a falar, mas é o primeiro no nosso coração.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Via de regra, V. Exa. sempre está certo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. é o último a falar hoje, mas é o primeiro no nosso coração.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Cancelem a fala do... (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ligue o microfone, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou falando aqui novamente: Senador Luis Carlos Heinze, Senador Marcos do Val, Senador Girão, e Senador Contarato. Está bom? Tem quatro Senadores. Hoje nós terminaremos mais cedo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, se V. Exa. me permite...

Dr. Alexandre, ainda na inquirição feita pelo Senador Izalci, o senhor poderia só reafirmar, deixar claro o que diagnosticou, o que encontrou no processo envolvendo a empresa Precisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Sim, senhor, Senador. No nosso acompanhamento, a conclusão... No relatório conclusivo que foi apreciado e aprovado no Acórdão 1.119, nós identificamos direcionamento de licitação e sobrepreço na cotação feita pela empresa Precisa em relação aos testes de IgG e IgM para detecção da covid.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado por mais essa contribuição, Dr. Alexandre.

Sr. Presidente, essa é a empresa Precisa, para que ninguém... Porque alguns colegas tentam dizer que não tem corrupção no âmbito do Governo Bolsonaro. Essa é a empresa Precisa, que tentou vender a vacina Covaxin. O Dr. Alexandre, auditor do TCU, está dizendo sobre indícios de burlar a lei das licitações e de sobrepreço para a venda de testes covid – de testes covid.

Essa informação é muito importante, porque alguns insistem na tese de que não tem corrupção no Governo, alguns diz-que, como a gente fala lá no Amapá, insistem na tese de que não tem corrupção do Governo Jair Bolsonaro.

A mesma empresa que também vendeu teste de covid antes e a mesma empresa que teve interesses intermediados pelo Sr. Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado ao Sr. Alexandre por ter respondido a pergunta.

Eu vou passar a palavra ao Senador Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Do Cacequi, tchê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, V. Exa. é de Cacequi, no interior do Rio Grande do Sul, uma terra boa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – De Uruguaiana também, tchê.

Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadores e Senadoras, primeiro, ao nosso depoente Alexandre Marques, eu ouvi aqui parte do que o Senador Bezerra falou e vou só replicar uma parte. Foram realizados cinco acompanhamentos no âmbito da SecexSaúde. No terceiro acompanhamento, no Acórdão 2817/2020, consta que as transferências de recursos federais para os Estados e Municípios estavam sendo baseadas nas notificações, nos dados das secretarias de saúde dos Municípios e dos Estados. Nos subitens 104 e 105 do relatório, consta que esse critério poderia incentivar uma supernotificação de casos por parte das fontes geradoras dos dados. Relator: Ministro Benjamin Zymler. Também no Acórdão 2026/2020, de acompanhamento, da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Economia, consta a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma observação. Relator: Ministro Bruno Dantas. Isso aqui o Senador Bezerra, Senador Girão, detalhou bem mais, eu só estou reforçando esse ponto aqui.

Da mesma forma, agora, senhor depoente, considerando a possibilidade de cruzamento de dados dos cartórios, de atestados de óbitos e os dados dos hospitais e SUS, o senhor observou algumas discrepâncias nos números obtidos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Senador, esse arquivo em Word que eu preparei, eu peguei esses dados, como eu falei, do Portal da Transparência do Registro Civil e levei pra equipe simplesmente pra gerar, pra provocar um debate, mas, conversando com a equipe – inclusive, isso ficou registrado na conversa no nosso *chat* –, nós concluímos que não haveria como haver um conluio pra supernotificar os óbitos, e esse debate, como eu falei, foi encerrado na mesma semana. A dialética não prosseguiu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Com o avanço da vacinação no Brasil, como o senhor prevê que os números de óbito por covid-19 deveriam se comportar?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu não sou da área médica, não poderia falar sobre isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Obrigado.

Foram feitas aqui algumas questões de vacina. Eu só quero fazer algumas colocações agora, Sr. Presidente, colegas Parlamentares.

Recentemente, em coletiva de imprensa, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, destacou a atuação da Rede Vírus do Ministério da Ciência e Tecnologia em múltiplas frentes no combate à covid-19, desde seu estabelecimento, em fevereiro de 2020. Aqui vou citar o caso do desenvolvimento de vacinas nacionais, que são em número de 15, que são resultado desse trabalho.

Um dos exemplos desse esforço do Governo Bolsonaro em proteger a população brasileira é a vacina SpiN-TEC, do Ministério de Ciência e Tecnologia e da Universidade Federal de Minas Gerais, que representa um avanço no desenvolvimento de vacinas 100% nacionais, produzidas no Centro Tecnológico de Vacinas (CT-Vacinas) da Universidade Federal de Minas Gerais contra o covid-19, que faz parte das 15 estratégias de vacinas na rede de especialistas Rede Vírus do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações. A plataforma tecnológica usada no desenvolvimento da SpiN-TEC MCTI UFMG consiste na combinação de diferentes proteínas, Senador Girão, para formar uma única proteína artificial. Esse composto, chamado de quimera, é injetado no organismo em duas doses e induz a resposta imune. A universidade já entrou, já ingressou com a documentação para a aprovação da Anvisa para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciar os experimentos clínicos em humanos, Fases I, II e III. Caso os testes confirmem a segurança, a eficácia da vacina e a adesão de voluntários para que os testes aconteçam rapidamente, o imunizante tem potencial para chegar ao mercado e à população ainda em 2022.

Senador Girão, além dessa vacina da UFMG, antes dessa, a USP de Ribeirão Preto já também ingressou com um processo junto à Anvisa.

Da mesma forma, a Universidade Federal do Rio de Janeiro também já ingressou com o processo na Anvisa.

Portanto, desses 15 projetos do Governo Bolsonaro e do Ministro Marcos Pontes e da sua equipe, três já estão em fase de análise na Anvisa.

Também, Senador Omar Aziz, me fixei neste ponto ainda desde a Comissão do Senador Confúcio, junto com o Senador Wellington Fagundes, quando ele pedia que a gente ajudasse no projeto com relação aos laboratórios de medicamentos veterinários: são quatro laboratórios – hoje tem lei aprovada na Câmara, no Senado, sancionada – que podem produzir vacinas de humanos também.

Então, esses três laboratórios já estão trabalhando nessa direção junto à Anvisa, e, seguramente, os outros 12 projetos logo, logo estarão também em condições. São cérebros brasileiros – que nós temos que louvar aqui –, com recursos federais para que nós possamos produzir vacinas brasileiras. Esse é o ponto. Eu me fixei nestes 16 laboratórios: quatro de medicamentos veterinários e dois de medicamentos humanos. De várias reuniões eu participei com o Governo. Numa, inclusive, a mais importante, nós estivemos com o Ministro-Chefe da Casa Civil, o General Ramos; a Ministra Tereza Cristina, da Agricultura; o Ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia; o Ministro Queiroga, da Saúde; também o Ministro das Relações Exteriores, que estava presente; o Presidente da Anvisa; e a representação dos 16 laboratórios. Por que isso? Para ver se o Governo tinha realmente interesse nessas questões. Então, eu tenho focado nisso aí para que possam produzir vacinas esses laboratórios e também laboratórios, vamos dizer assim, de vacinas internacionais. É o caso da China, da Índia, da Inglaterra, de onde for. Esses laboratórios têm interesse na produção para se somar ao que hoje está sendo feito pelo Butantan e está sendo feito também pela Fiocruz, dois laboratórios de excelência que já estão produzindo vacinas estrangeiras, mas fabricadas aqui, dentro do Brasil. Então, o que nós estamos trabalhando neste instante é nesse sentido.

Também este é um ponto importante que aqui eu quero chamar a atenção: o número de doses aplicadas e – não custa nós repetirmos – as doses distribuídas até ontem. São 203,916 milhões de doses distribuídas e 168 milhões de doses aplicadas para uma população vacinal de 160 milhões de brasileiros. Isso quer dizer que já temos 8 milhões além da população vacinal.

E, segundo os estudos do ministério do Ministro Queiroga, nós devemos ter – nós estamos em agosto, setembro, outubro –, em final de novembro, mês de dezembro, toda a população brasileira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, com duas doses. Nessa sequência em que estamos indo até agora, a previsão é, no mês de dezembro, toda a população brasileira...

Foi levantada por colegas Senadores aqui a necessidade de uma segunda ou terceira dose. O Governo Bolsonaro já comprou 632 milhões de doses. A Covaxin está fora do processo; a Sputnik também está fora. Então, só ali já são 632 milhões de doses de vacina, que podem vacinar três vezes, quatro vezes a população brasileira. Isso até o final do ano terá.

E, se nós ingressarmos com essas vacinas brasileiras, cérebro brasileiro, nós temos ainda uma folga maior, dependendo de o Governo comprar ou não essa vacina – e precisa, porque os laboratórios não vão fabricar se não têm pra quem vender; vender em farmácia não vende, tem que ser por compra governamental.

E outro ponto importante é um em que a gente também está trabalhando com o nosso Ministro das Relações Exteriores e com o Embaixador Guillermo Valles, do Uruguai, que está juntando também embaixadores de outros países, pra que outros países sul-americanos também possam comprar vacina do Brasil, essas vacinas brasileiras. Então, esse é um ponto importante que está sendo feito.

E normalmente a grande mídia não coloca essa situação, e nós estamos reiteradamente repetindo esse ponto aqui.

E fazer uma colocação... Outro dia me chamaram de *fake news*, Senador Girão. Vou repetir e vou dar os nomes: Didier Raoult, um dos maiores virologistas do mundo; Satoshi Omura...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estava aqui feliz da vida, mas muito feliz. Hoje, V. Exa. falou a nossa língua. (*Risos.*)

Vacina, vacina!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seiscentos milhões de vacinas, os laboratórios brasileiros produzindo vacina!

Por favor, hoje, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim. Hoje, sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador, quando os outros falam criticando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que foi o Cléber Machado que, quando o Rubinho Barrichello foi, falou: "Hoje, não; hoje, sim". (*Risos.*)

Hoje, não, Senador Luis Carlos. Por favor!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor vai dar nota zero para o nosso colega Senador Heinze não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, hoje ele está perfeito. V. Exa. estava perfeito. V. Exa. estava falando de vacina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não falou em tratamento precoce.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não citou ninguém. O senhor falou do Ministro Marcos Pontes, o senhor falou dos laboratórios, V. Exa. falou do trabalho que foi feito junto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Didier Raoult...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso. Agora, o senhor vem com o Didier Raoult, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hoje, sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hoje, sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se eu puder continuar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hoje, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou deixar V. Exa. continuar, mas faço esse apelo, porque, até agora, o senhor estava perfeito!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Satoshi Omura, Luc Montagnier, Dr. Zelenko, Peter McCullough – Peter McCullough. Eu trago nomes de cientistas mundiais. Tragam os nomes dos nossos oponentes, tragam os nomes deles, que o debate fluirá.

E ainda peço que façam esta reflexão. Quando pegamos, Sr. Presidente, a letalidade do Brasil – e tem Estados muito piores – de 2,8, eu quero citar aqui a Nigéria. A Nigéria, um país pobre, com letalidade, Senador Girão, de 1,2. Eu trato aqui da Índia: letalidade 1,3; Rondônia, Roraima, 1,5; a Cidade do México, em torno de 2; Brasil, 2,8. O que eles usam lá de diferente, Senador Omar Aziz? Eles fazem o tratamento precoce e usam a vacinação, o que nós estamos preconizando aqui: tratamento precoce e vacinação.

Quando alguém falou aqui que as pessoas morrem, quando a pessoa é tratada até o quarto, quinto, sexto dia, é uma posição; além disso, é outra posição, é outra situação.

Então, os casos de que nós estamos falando aqui são o tratamento. E cito estes casos aqui: Brasil, 2,8; Rússia, 2,6; Itália, 2,9; Nigéria, 1,2; Índia, 1,3; Rondônia, Roraima, Cidade do México... Aqui estão os números.

E vou apresentar números de Estados e Municípios e posições de empresas que fizeram o tratamento. Nós temos dados reais de que isso acontece. Isso, Senador Omar Aziz...

Quando uma depoente aqui, a Dra. Jurema, que é médica, mas eu acho que nem registro tem, profetizou que tinha 400 mil mortos por falta... Porque nós queríamos esse tratamento... Aqui eu estou mostrando dados e mostro cientistas, cientistas brasileiros e internacionais. Tragam qualquer cientista para comparar com o doutor... Alguém gozava o Dr. Didier Raoult. Querem comparar com Natalia Pasternak, por exemplo? Não tem comparação! Assim, eu quero que vocês façam essa comparação pra gente poder...

Aqui estão dados reais do mundo e do Brasil. Com esses dados, nós temos com o que comparar. As vacinas, sim, nós queremos, estamos trabalhando fortemente nessa questão. Os dados que eu mostro aqui de vacinas brasileiras que vão se somar às do Butantan e que vão se somar às da Fiocruz. É muito importante o que a gente tem a fazer.

E cito aqui também o meu Estado do Rio Grande do Sul, que já recebeu, Senador Girão, até ontem, 11,994 milhões de doses pra 8,958 milhões de gaúchos, a população vacinal. Isso quer dizer que hoje já tem 2 milhões de doses além da população vacinal do meu Estado. E lá nós estimamos, Senador Omar Aziz, que o seu Cacequi, que a nossa Uruguaiana... No Rio Grande do Sul, até o final de novembro – outubro, metade de novembro –, toda a população gaúcha já terá as duas doses. Então, esse é um ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante. E, assim, nós estamos trabalhando para que o Brasil também possa ter. O nosso Estado tem esses índices, e a gente faz essa colocação também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, como é mesmo que o Cléber Machado diz?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hoje, sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, não!

Senador Luis Carlos Heinze, é lógico que nós estamos aqui... Desculpe até o depoente, mas...

Se houve um decréscimo substancial de óbitos – ainda são muitos, mas diminuiu bastante –, a razão é uma: não foi o tratamento precoce, Senador, foi a vacina. Por isso que... É claro isso pra gente!

Está aqui o Senador Marcos do Val, felizmente. E espero que a sua esposa também esteja muito bem, se Deus quiser. O Senador tomou as duas doses. Olhe, veja bem: está aqui já trabalhando.

Quer dizer, a vacina evita o óbito, evita o óbito. No meu Estado, se tentou fazer o tratamento precoce e não se evitou a morte. Agora caiu, tem Município lá no meu Estado que há 40 dias não tem, graças a Deus, nenhum óbito, pela vacina.

Então, a ciência é simples de entender. Ela é simples, não é difícil entender. O tratamento precoce, Senador Luis Carlos Heinze...

Volto a insistir: se vacinem, tomem as duas vacinas e, se tiverem que tomar a terceira...

E eu estava muito feliz mesmo. Eu estou falando que o senhor falou hoje sobre vacina, sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia... Ciências...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ciência e Tecnologia, dando condições para os nossos cientistas estudarem. Nós não somos diferentes de ninguém, não, nós temos capacidade pra produzir vacina, inventar vacina, não é só pra... Já tivemos e temos condições.

É por isso que eu disse: "hoje, não!", Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hoje, sim! Hoje, sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas pela ordem, pela ordem, Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, porque eu sei que o nosso colega vai falar; eu venho depois.

Agora é até a regra da boa convivência... Eu sei que o senhor falou com carinho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lógico!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... mas tem um quê de crítica. Óbvio que tem! Uma ironia. E eu acredito que ninguém é dono da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ninguém é dono da verdade. Essa é a opinião do Senador Luis Carlos Heinze, que traz embasado com ciência.

Diga-se de passagem: cientistas vieram aqui, e apenas o senhor, Presidente Omar Aziz, ficou nessa sessão junto com os outros que queriam perguntar e debater. Eu dou este testemunho aqui.

Agora, a gente pegar uma narrativa, dizer que essa narrativa é a ciência que está falando... E ficou muito evidente que cientistas estão divididos quanto a esse assunto. O tempo é o senhor da razão, vai mostrar realmente quem está certo, quem está errado.

Agora, uma coisa é certa: nós estamos numa guerra, vacina é fundamental, álcool em gel nas mãos, distanciamento físico, uso de máscara...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Lavar as mãos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E, por que não, por que não também o tratamento preventivo ou precoce? Uma coisa não anula a outra, absolutamente; pelo contrário, reforça.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou falando: os dados que eu tenho são os números. Número é número. O que houve é que está tendo uma diminuição, graças a Deus, de óbitos. É só ver os números como caíram assustadoramente, graças a Deus.

Senador Marcos do Val; depois, Senador Eduardo Girão; e, por último, Senador Fabiano Contarato.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos.

Só complementando o que o amigo Girão colocou, eu acho que está tendo um movimento de rediscutir a questão do tratamento precoce, exatamente por conta dessa próxima onda e da terceira dose da vacina.

Eu avalizo tudo que o nosso Presidente Omar Aziz colocou. Se não fosse a primeira dose que eu tomei três meses atrás, eu tenho certeza absoluta de que eu estaria internado, porque eu peguei... Na terça-feira, eu fui vacinado com a segunda dose e, na quinta, eu fui contaminado. Então, meu organismo teve uma sobrecarga que... Eu não tenho dúvida de que minha primeira dose é que me salvou. Então, não se discute vacina, não é?

Bom, vamos lá. Eu queria fazer algumas perguntas ao convidado aí, ao depoente Alexandre, algumas perguntas que estão meio que sendo colocadas aí pela imprensa e pela sociedade, deixando uma dúvida no ar.

Bom, essa pesquisa... Aí eu pergunto ao auditor Alexandre: essa pesquisa a que você deu início foi provocada pelo seu pai numa tentativa de ter um resultado positivo e, assim, sair na defesa do Presidente da República, principalmente devido à CPI?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É comum os auditores compartilharem as suas pesquisas com familiares e amigos, como assim ocorreu?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, este assunto, este arquivo, como eu falei, tinha dados públicos e não entrou no escopo do trabalho, ou seja, não era objeto de investigação do tribunal. Então, em uma conversa privada, familiar, com meu pai, eu conversei com ele e mostrei pra ele o arquivo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Você acredita que o texto, o TCU, o Tribunal de Contas da União foi inserido no suposto documento que, até então, não era documento, era só um pré-estudo, vamos dizer assim? Você realmente acredita que foi o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Jair Bolsonaro que, na madrugada, inseriu isso nesse documento? O Presidente da República teria esse pensamento de inserir "Tribunal de Contas da União" em cima, só pra validar ainda mais o documento? Você acredita que foi o Presidente que fez isso?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, isso eu não tenho como... Como eu falei aqui, eu não tenho como afirmar nada, porque quem fez, quando fez, onde fez, eu não sei.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Você nunca chegou a questionar o seu pai pra quem mais ele mandou e ou se o próprio – porque eles são amigos – Presidente seria capaz de fazer essa inclusão?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não. Não questionei meu pai, e meu pai me falou que enviou o mesmo arquivo em Word, que eu passei pra ele, para o Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) **–** Porque eu até coloco para os meus pares aqui que eu não acredito que um Presidente da República, numa madrugada, vá inserir "Tribunal de Contas da União". Acredito, sim, que possam ter outras pessoas que... Acredito muito que seu pai deve ter passado pra outros, porque esse é um movimento que, desde o início, inclusive após a Portaria 774, de 9 de abril de 2020, na época da gestão do Ministro Mandetta, acabou gerando dois comunicados do TCU alertando pra isso, exatamente essa possibilidade de, quanto mais mortos, mais recursos. E o TCU fez esses dois documentos. Tem esses dois documentos.

Bom, deixe-me seguir aqui o raciocínio...

Com esse movimento social popular na internet, desde o início, era uma narrativa de quase todos, independentemente da posição, se eram favoráveis ou não ao Presidente, mais ao grupo favorável, questionava-se muito isto: essa questão de quanto mais mortos mais recursos chegava para o Estado. E há documentos comprovando isso do próprio Ministro na época, o gestor Mandetta, e dos relatórios do Tribunal de Contas, alertando que isso, em 2020, poderia realmente acontecer.

Bom, eu imagino que você, pegando esse histórico, até pra não prevaricar, foi em busca, foi estudar, foi pesquisar e enviou para o seu pai. Eu acho que – é tudo um pouco no achismo mesmo – o seu pai repassou pra outras pessoas e, por ser um assunto há muito tempo sendo discutido, viralizou e deve ter chegado a uma segunda versão para o Presidente, já com o escrito "Tribunal de Contas da União". Porque, para mim, assim, é meio que até infantil discutir que um Presidente da República ia lá pegar no WhatsApp, abrir pra achar um arquivo e escrever, e não sei o quê, com tantas coisas que demandam a posição de um Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu queria perguntar ao Presidente da Comissão se não seria prudente, de repente, pedir para fazer uma acareação no celular, pra ver se não foi enviado não só para o pai, mas pra outras pessoas. Há essa possibilidade de a gente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Presidência já defere, porque, na verdade, já foi requisitado. E a douta defesa do Dr. Alexandre já comunicou que vai encaminhar pra esta Comissão Parlamentar de Inquérito não somente o momento do compartilhamento da informação para o pai do Dr. Alexandre, como também o compartilhamento da informação da parte do pai do Dr. Alexandre ao Presidente da República. Isso já foi requerido. O Dr. Alexandre já aquiesceu ao pedido, e a douta defesa disse que, nas próximas horas, até amanhã, deverá encaminhar para esta CPI.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – A gente não poderia, Presidente, estender isso? Porque, no meu entendimento, não só para a data e hora que o pai dele enviou para o Presidente da República, mas mais informações: se enviou para outras pessoas no mesmo horário, no mesmo período.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu acho que aí a gente consegue tirar dúvidas: se só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Mas, só para o conhecimento de... Essa mesma linha o Senador Fernando Bezerra aqui questionou, mas só para nós reportarmos os fatos: Dr. Alexandre – me corrija, Dr. Alexandre, se estiver errado – informou aqui a esta CPI que compartilhou a informação com o seu pai às 18h30min do domingo, dia 6. Correto, Alexandre?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O Presidente... Quem traz essa notícia a público pela primeira vez é o Presidente da República, entre 7h30 da segunda, dia 7... Entre 7h, 7h30, 8h30 de segunda-feira, dia 7.

Entendeu? Assim...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sem embargo da informação que está sendo requisitada por V. Exa., que eu defiro para a CPI buscar.

Só a cronologia dos fatos, inclusive confrontada aqui pelo Dr. Alexandre, foi esta: compartilhamento com o pai às 18h30 e, aí a informação que nós temos – a informação que nós temos –, compartilhamento da informação por parte do Presidente da República... A informação vem a público pela primeira vez por parte do Presidente da República, na manhã, entre 7h30 e 8h30, do dia 7, da segunda-feira.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu acho que este ponto, Presidente – a gente colocar como se "veio a público através do Presidente", como sendo o primeiro –, a gente não pode pressupor isso ou dar certeza a isso, porque existe o grupo, que até a imprensa divulgou, que é grupo bolsonarista...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos, se V. Exa. me permite...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem fala isso é o próprio Presidente. Se V. Exa. recuperar o pronunciamento do Presidente da República, é ele que diz: "Estou trazendo aqui uma informação em primeira mão". Depois V. Exa. pode... É que eu não quero interromper a inquirição de V. Exa., mas depois V. Exa. pode resgatar, inclusive, a fala do Senhor Presidente da República, porque essa fala de primeira mão é dada pelo próprio Presidente da República.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para colaborar, Sr. Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É porque, assim, a fala do Presidente a gente não pode levar 100%, porque já há um histórico da fala...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso aí todos nós sabemos: a fala do Presidente não podemos levar 100%.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Exato. Por isso que eu acho que é importante...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso aí é de conhecimento público, o Brasil todo sabe.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu acho importante pegar o celular do pai e ter não só a data e a hora enviada para o Presidente, mas para qualquer outro cidadão, porque eu acredito que, na madrugada – porque, pelo que eu já escutei, o Presidente acorda sempre às 4h da manhã, quando dorme –, ele deve ter recebido isso de grupos bolsonaristas, que devem ter postado em outras redes... Eu não acredito... Mesmo ele falando em primeira mão, ele é um Presidente da República, o que ele fala já chega como uma verdade e se espalha com uma rapidez que não se compara com qualquer outro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas era só isso. É para poder estender o levantamento do celular.

Mas obrigado, Presidente.

Obrigado, Alexandre, pelas respostas.

E fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Marcos do Val, pela importante contribuição de V. Exa.

Ato contínuo, Senador Eduardo Girão.

V. Exa. tem 15 minutos, com toda a condescendência desta Presidência. Como V. Exa. muito bem sabe, o depoente está à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, Presidente desta sessão eventualmente.

Seja bem-vindo, Dr. Alexandre, do TCU, um órgão importante da nossa República. A gente não tem a menor dúvida com relação a isso, Senador Marcos do Val, embora eu apoie aqui algumas medidas legislativas que considero fundamentais para que a Casa, cada vez mais, tire, de alguma forma, o verniz político que tomou conta, no meu modo de entender – respeito quem pensa de forma diferente –, de algumas outras instituições do País, neste momento crítico que a gente vive.

Eu, por exemplo, acredito que, para o TCU, o Presidente da República não deva indicar. Como ele vai indicar, se ele deve ser fiscalizado por esse órgão? Existe aí um conflito flagrante de interesses. Acredito que deveriam ter mandato também os Ministros do TCU. Eu sei que o senhor é concursado – não é isso? –, não cabe aqui no seu caso, mas acredito que nós precisamos de uma reformulação, sim, para o bem da nossa democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta que eu lhe faço, Dr. Alexandre Marques, é a seguinte: o senhor é filiado a algum partido político? Tem atividade política partidária?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Eu até estava conversando hoje com o Dr. Savio, meu advogado: eu sou filiado ao Democratas e explico por quê. Eu moro em Jundiaí, São Paulo, e estava sendo aberto o diretório municipal, acho, do partido, e tem uma amiga minha que é envolvida nessa parte política e ela perguntou para os amigos se poderiam fazer parte da criação desse diretório. Mas eu nunca me envolvi com política do partido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Bom, é boa essa informação.

Eu queria lhe perguntar o seguinte: como é que é o procedimento interno – só para entender como funciona – para se fazer o estudo que foi feito? Quem tem que autorizar? O senhor pode abrir de ofício? Como é que funciona, dentro do regimento interno, para se fazer o estudo que foi feito, no caso de supernotificações?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, como eu falei no meu depoimento, a gente estava na fase de planejamento do trabalho. Na fase de planejamento, são levantadas várias hipóteses, conversado em equipe, algumas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas quem suscitou isso? Foi o senhor? Quem suscitou a necessidade de se investigar supernotificações?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Essa, especificamente, fui eu, mas o trabalho é um trabalho em equipe. Há uma conversa, uma discussão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Alguém pediu para o senhor? Isso foi uma dica de alguém? Ou foi o senhor mesmo que, de alguma forma, queria buscar a verdade sobre esse assunto que a mídia tanto repercute?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei, Senador, a minha intenção não era focar em quantidade de óbitos, mas a minha preocupação era com o repasse dos recursos federais, que utiliza como base a incidência da doença.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Então, era para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então o senhor, para abrir, de alguma forma acreditou que poderia estar havendo algum tipo de, vamos dizer assim, alocação equivocada de recursos federais no combate à pandemia? É isso? De alguma forma, o senhor teve dúvida, para ir buscar esse assunto? Achou que poderia estar havendo supernotificação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei, um dos objetivos estratégicos do TCU para o tema saúde é colaborar para a melhoria da qualidade dos dados na saúde. Então, os dados da incidência da doença refletem na distribuição dos recursos. Se alguns entes, se há alguma inconsistência nesses dados, entes que estão precisando de mais recursos poderiam estar recebendo menos, enquanto outros entes poderiam estar recebendo mais do que precisariam.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Então, a preocupação foi esta: verificar a qualidade desses dados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Desse grupo de trabalho que foi montado, quem mais, além do senhor, participou?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – O senhor fala da equipe de auditoria?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim, nesse caso específico de supernotificações.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, eu elaborei esse arquivo em Word com essa discussão e apresentei para a equipe. E essa tese, essa hipótese foi discutida e não prosperou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A equipe negou. Foi no voto essa decisão?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor, não foi no voto. Eu conversei somente com a coordenadora do trabalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Aos demais membros foi franqueado a eles também opinar, mas não opinaram...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E a coordenadora que negou?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não negou. Nós concordamos que não haveria a possibilidade de haver um conluio para deliberadamente subnotificar os dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas com base em que se chegou a essa conclusão de que não se precisava aprofundar porque não haveria conluio?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Por conta da própria discussão, da conversa que nós tivemos, eu e a coordenadora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como é o nome da coordenadora?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – É Cristiane.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Outra coisa que eu queria lhe perguntar é com relação... Na sua opinião, pelo que o senhor viu, pelo seu sentimento olhando os dados, enfim, os critérios para identificação de casos e óbitos de covid-19 no Brasil estão 100% seguros?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, eu não posso afirmar que são 100% seguros ou não porque realmente comecei a provocar essa discussão, e nós entendemos na equipe que não era um...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, não pode afirmar porque não foi aprofundado o estudo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Exatamente. Era só preliminar aquele arquivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Interessante isso.

O senhor considera razoável a possibilidade de existirem ocorrências de supernotificação de irregularidades nos Estados brasileiros, conforme divulgado pela mídia? De que forma o senhor imagina que isso poderia contribuir positivamente para auxiliar no enfrentamento à pandemia?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senador, em relação à possibilidade de haver supernotificação ou subnotificação, isso existe, porque os dados são alimentados manualmente; na capilaridade do nosso SUS, em mais de 5,5 mil Municípios, esses dados são alimentados. Então, haver alguma inconsistência é possível.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Aí o TCU se negou a se aprofundar com relação a esse estudo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Na verdade, não o TCU; a própria equipe. Nós conversamos e entendemos que não era o caso de se aprofundar nessa linha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é, se retirou uma análise que poderia ser mais profunda, não é?

Eu queria pedir, por favor, para a equipe passar o vídeo que está aí.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, depoimentos como esse se multiplicaram nos Estados brasileiros.

Eu recebi, outros colegas Senadores receberam, e é nosso papel. Nosso papel é deixar as narrativas de lado e buscar a verdade, se aprofundar, sem fazer julgamento prévio de valor. Esse que deveria ser um trabalho sério de uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Do TCU também, que levantou a lebre com relação a isso, é um assunto que está na boca do povo, a supernotificação, e deveria ter se aprofundado. Uma pena que o TCU, ali no início, já resolveu não investigar.

Ainda bem que a CGU, Controladoria-Geral da União, Senadora Leila, está agora investigando isso. Inclusive, eu estou sendo um chato de galocha aqui, pedindo para que se traga o Ministro Wagner Rosário, do TCU, porque ele vai ajudar tanto esta Comissão, porque já foi inclusive aprovada a convocação do Ministro da CGU, Wagner Rosário, ele vai ajudar tanto a investigação da negociação com a Covaxin, que interessa a todos nós aqui buscar a verdade, onde quer que ela esteja, mas vai investigar também as 53 operações, Senador Heinze, operações de supostos desvios milionários de verbas federais enviadas a Estados e Municípios durante a pandemia, casos escandalosos, como o Consórcio Nordeste, que, para mim, é o símbolo nacional de corrupção nessa pandemia e que a CPI, de forma vergonhosa e covarde, não avalia a possibilidade de se aprofundar nesse escândalo que está, de norte a sul, de leste a oeste, na boca do povo brasileiro.

Então, eu acredito que é um papel nosso, nosso, com responsabilidade com o País, não fazer joguinho, não ficar fazendo mensagens politiqueiras, objetivando 2022, mas investigar o que tem que ser investigado neste País.

Eu vejo aqui, sem contraponto nenhum, chegar militante político, dizendo-se cientista, dizendo que 300 mil vidas... E olhe que cada vida é importante! Quem não perdeu alguém nesta pandemia? Quem não sofreu? Mas disse que 300 mil vidas seriam poupadas se o Governo tivesse feito isto ou tivesse feito aquilo! Gente, eu já declarei publicamente aqui que discordo de algumas posturas do Presidente da República com relação a não usar máscara e a declarações sobre vacinas, causando aglomeração! Mas você chegar ao ponto de dizer que 300 mil vidas de brasileiros seriam salvas? Isso é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irresponsabilidade! Eu fiz uma pergunta ao militante que veio aqui trazendo esses dados. Eu disse: "Ó, cadê? Foi feita alguma pesquisa no mundo para comparar com esses dados do Brasil?". "Não, não foi feita." Fica a palavra... O Senador Heinze pediu para trazer outro cientista para fazer o contraponto. A CPI não trouxe o cientista.

Então, esse tipo de situação que a gente está percebendo no País é muito triste, porque até morte de ator é politizada aqui dentro. Até morte de ator foi colocada na conta do Governo! Eu, com independência, tenho criticado, mas não posso aceitar esse tipo de politicagem em uma Comissão que deveria ter seriedade e responsabilidade.

Para encerrar, eu quero dizer que o momento que a gente vive, Presidente desta sessão, é um momento muito grave, de crise institucional. Nós temos aí uma perseguição declarada – declarada – a ideias divergentes no País. Hoje nós fomos surpreendidos, como se não bastasse a caça... É uma caçada a jornalistas que têm ideias conservadoras, que fazem um trabalho independente, como Alexandre Garcia, como Ana Paula Henkel, que vão contra essa onda de narrativa. E tem muitos outros! E você vê citações dessas pessoas aqui dentro da CPI, querendo manchar nomes que têm décadas e décadas de trabalho, que não têm mancha nenhuma.

Você vê o que acontece hoje com o TSE, que vem se reunir com partido político aqui dentro. Isso é ou não é interferência, para influenciar decisões importantes? Nós fomos eleitos para isso! É do Parlamento! O TSE não tem nada que vir aqui! E hoje fui surpreendido com uma decisão do TSE para ir atrás de blogue – olhem a que ponto chegou! –, atrás de blogue que vai com ideias divergentes, que manifesta sua liberdade de expressão, para desmonetizar, que é o caso de um trabalho com humor político, que é o da Bárbara, do blogue Te Atualizei, Senador Heinze. Olhe a que nível chega a perseguição! É ou não é uma ditadura o que a gente já vive neste País?

Então, tudo isso está acontecendo, Senador Marcos do Val – eu vou falar isso hoje no Plenário –, por uma omissão nossa, do Senado Federal, que fica em silêncio. Desde que eu assumi esta cadeira no Senado Federal, eu falo que nós precisamos deliberar. Não quer dizer que vai fazer *impeachment* em ninguém, mas precisamos pelo menos deliberar sobre as dezenas de pedidos de *impeachment* de ministros dos tribunais superiores que estão aqui.

Muita gente agora muda o discurso, porque os fins justificam os meios, e ficam calados. Eu continuo coerente. Não é porque o Presidente falou, porque outra pessoa falou; é porque chegou a hora de a gente encarar e não sermos coniventes com esse problema institucional que a gente vive no País, porque o Senado não faz o seu trabalho, que é deliberar sobre CPI de Lava Toga e deliberar sobre *impeachment* de ministro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

O próximo, Senador Fabiano, e, a última, Senadora Leila.

Só uma informação que eu acho que é necessária, inclusive informado pelo blogue Poder360: o Brasil, no último mês, saltou da oitava posição no *ranking*, com mais mortes por milhão de habitantes, para a quinta posição. Nós só estamos atrás, a essa altura, do Peru, em número de mortos, Hungria, Bósnia e República Tcheca. Esse é o tamanho da catástrofe, da tragédia que vivemos no Brasil.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu, sinceramente, fico aqui me questionando, porque, em 27 anos como servidor público, eu sempre primei pelo princípio da legalidade. Eu confesso que o senhor, Sr. Alexandre, com todo o respeito à palavra que eu vou utilizar, mas o senhor foi um covarde. O senhor foi covarde quando o senhor está transferindo a responsabilidade que é do senhor para o seu pai, porque os dados que foram ali coletados, de forma irresponsável, pelo senhor... Aliás, o senhor vê isso... Baixou uma entidade no senhor, o senhor falou assim: "Eu vou apurar essas mortes que não foram bem nesse sentido".

Ninguém te demandou isso, e o senhor faz isso, quantifica, coloca numa tabela e manda para um pai? Qual a idade do senhor? O senhor não tem 15 anos, 18 anos, 16 anos, não. O senhor é funcionário público do TCU, uma instituição tão nobre para o fortalecimento da democracia. E o senhor fez isso, violando vários deveres.

Eu pergunto: esse processo, esse estudo paralelo, qual o objeto de estudo dele?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Senador, como eu falei no meu depoimento inicial, a minha preocupação foi em verificar o correto repasse dos recursos federais aos entes subnacionais.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sim, mas o senhor passou para o seu pai com que objetivo? Eu vou falar qual o objetivo do senhor: o senhor sabia que o seu pai tem relação direta com o Presidente da República e queria que esses dados chegassem às mãos dele. Agora, eu quero esclarecer para o senhor que a Lei 8.112 declara: "São deveres do servidor: [...] guardar sigilo sobre assunto da repartição". Olha, não é assim, não.

Diz ainda mais, Lei de Improbidade Administrativa... O senhor praticou ato de improbidade administrativa também. Art. 11, III, da Lei de Improbidade:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:
> .....
> .....
> III – revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

A pena é a perda do cargo, suspensão dos direitos políticos, multa de cem vezes a remuneração, dentre outras.

Digo mais, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, no art. 86:

> Art. 86. São obrigações do servidor que exerce funções específicas de controle externo do Tribunal de Contas da União:
> .....
> .....
> IV – guardar sigilo sobre dados de informações obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes aos assuntos sob sua fiscalização, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à chefia imediata.

Eu pergunto: O senhor tem hábito de ficar partilhando com seu pai assuntos do serviço do senhor por planilhas? Isso é um comportamento corriqueiro do senhor?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Então, como que o senhor justifica isso?

Por favor, tenha respeito a essas 569.581 pessoas mortas, não vamos menosprezar isso, não.

E passar vídeos, como foi passado aqui, com todo o respeito, falar: "Isso não foi...". Compete isso fazer uma apuração lá. Agora, nós não podemos buscar um fato e tentar generalizar.

O Governo Federal menosprezou o principal bem jurídico, por isso que teve que fazer um consórcio pra apurar o número de óbitos diante da ineficiência do poder público.

O senhor é um auditor do Tribunal de Contas da União. Assim como o senhor, eu também sou servidor público, honre a função que o senhor exerce, honre o múnus público, porque não está em jogo só o patrimônio, mas está em jogo o múnus público, a função pública, a dignidade do cargo. Não tem como, o senhor praticou a violação de sigilo da sua função, está no art. 325 do Código Penal. Não tenho dúvida de que esse comportamento está ali descrito, crime. Crime: "revelar fato de que tem ciência em razão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação. Pena, detenção de seis meses a dois anos e multa, se o fato não constituir crime mais grave". E constituiu crime mais grave, sim, porque difundiu na população num espírito de que a sociedade estava vivendo uma falsa realidade, quando nós temos quase 570 mil pessoas mortas.

Eu perdi uma cunhada de 44 anos, minha sogra ficou internada por três meses e está com sequelas, 20 milhões de brasileiros que tiveram e que sobreviveram estão com sequelas para o resto da vida. E o senhor, como auditor do Tribunal de Contas da União, por um ato de inspiração divina fala: "Eu vou estudar porque esses valores estão superdimensionados". E faz isso por conta própria, faz uma planilha, manda para o seu pai, sabe que ele tem acesso direto ao Presidente, um Presidente irresponsável, criminoso, porque quem de qualquer forma concorre para o crime responde pelo mesmo crime. A obrigação dele, como Chefe do Estado, era apurar a fonte, era buscar de onde que veio, era um órgão... Era uma manifestação oficial do Tribunal de Contas da União? Não, então não revela isso. Agora, jamais fazer isso.

Esta CPI já jogou luz em muita coisa. Aqui foi provado que o Presidente da República e seus ministros investiram no tratamento precoce, difundiram imunidade de rebanho. Imunidade de rebanho é crime de epidemia qualificada, com pena de 20 a 30 anos – pena de 20 a 30 anos –, está lá no art. 267, é crime hediondo. Aqui foi revelado que os ministros da saúde não tinham autonomia no ministério, que existia gabinete paralelo. Não existe gabinete paralelo para quem não seja servidor público na administração direta ou indireta, isso é usurpação de função pública, previsto no art. 328, do Código Penal. Aqui foi verificado que o Presidente demorou em atender Manaus. As pessoas morreram por asfixia, art. 121, matar alguém, §2º, se o crime é cometido, inciso III, com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel que possa resultar perigo comum. Aqui foi verificado que ele recusou 101 ofertas da Pfizer. Mais uma vez prevaricou, art. 319. Foram verificadas no consórcio da Covaxin inúmeras irregularidades, com pedido de propina.

E, quando eu vejo Senadores aqui que, com todo respeito, não têm formação ou não devem ter formação na área de jurídica falar que no crime de corrupção passiva, do 317, precisa da obtenção da vantagem, eles não sabem nem o que é um crime formal, porque, no crime de corrupção passiva do 317, basta solicitar. Esta CPI jogou luz sobre isso.

Aqui foi provado que o Presidente corriqueiramente não usa máscara e ainda não... Eu nunca vi. Eu queria tanto, como cidadão, ver esse Presidente percorrendo os hospitais nos rincões do Brasil; não fazendo motociata sem máscara, sem distanciamento, mas entrando nas unidades, visitando as UTIs, visitando essas famílias, esses familiares que estão lá com covid. Eu nunca vi esse Presidente fazer isso, de tão desumano que ele é, cruel, criminoso, covarde. Eu nunca vi esse Presidente falando: "Pelo amor de Deus, acreditem na ciência, tomem vacina, façam o distanciamento social, usem álcool em gel, usem máscara!". Eu nunca vi isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o senhor corrobora isso. O senhor confirma isso. O senhor ratifica esse tipo de comportamento. Com todo o respeito, o senhor foi um covarde, um covarde quando o senhor está transferindo para o seu pai uma responsabilidade que é sua, porque o senhor violou uma obrigação de seu sigilo profissional, por todos esses artigos que eu elenquei aqui. E, quando o Presidente também, mais uma vez, percorre o caminho nessas motociatas, o escaravelho da morte, está praticando outro crime: 268, que é uma medida sanitária, infração de medida sanitária.

Agora, quando ele pega essa planilha e a utiliza adulterada, nós temos um crime de falsificação de documento público, previsto no art. 297 do Código Penal. Eu acho que nunca... Isso eu só estou falando nos crimes comuns. Eu não entrei nem na Lei de Improbidade Administrativa, que é a Lei 1.079, de 1951, Senador Randolfe. Eu não entrei nem ainda no art. 85 da Constituição Federal, nos crimes de responsabilidade do Presidente da República. Mas é necessário que a Câmara dos Deputados, através do Presidente da Câmara, tenha um mínimo de responsabilidade, porque a omissão dele é muito relevante.

Nós presenciamos Presidentes sofrerem *impeachment* por tão pouco, por nada. E nós estamos presenciando um Presidente da República vilipendiando a Constituição Federal diuturnamente, violando o principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde. Por que o Código Penal, o abre-alas do Código Penal começa com o art. 121? Porque o principal bem jurídico é a vida humana. E esse Presidente, com seus ministros, com toda a sua turma e, inclusive com o senhor, quando, por um ato de inspiração unilateral... E eu não acredito nisso. O senhor vai lá: "Vou resolver apurar". E partilha como se fosse assim, como se estivesse tratando de um filho adolescente para um pai – "Papai, olha só: eu produzi aqui uma planilha" –, sabendo que seu pai tinha acesso ao Presidente, sabendo que ele ia divulgar.

E aqui eu queria fazer um apelo: eu acho que esta Comissão não tinha que ficar pedindo o momento em que o pai mandou, não, porque, se não pudesse ouvir o pai dele aqui – o que pra mim era importante –, tinha que quebrar é o sigilo telefônico do pai dele pra saber qual é o teor dessas conversas com o Presidente da República.

Volto a falar: em todo esse rol de crimes que eu elenquei aqui, eles são responsabilizados tanto por ação como por omissão, porque o Código Penal é muito claro, Senador Humberto, quando ele diz, no art. 13, que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado. O Código Penal é muito mais claro quando atribui a responsabilidade de outras pessoas, quando no art. 29 diz que: "Quem, de qualquer [...] [forma], concorre para o crime incide nas [mesmas] penas a este combinadas, na medida de sua culpabilidade". E o Código Penal também é claro e enfático ao definir o conceito de dolo, no art. 18: "Diz-se o crime doloso, quando o agente quis o resultado [...]". Dolo é vontade, dolo é intenção. Mas ele vai além, ele coloca uma conjunção alternativa: "[...] ou assumiu o risco de produzi-lo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho dúvida de que o Presidente agiu por dolo, agiu com comportamento por ação e por omissão, mas quem de qualquer forma tenha concorrido por todos esses crimes deve ser responsabilizado na medida de sua culpabilidade, seja responsabilidade civil, seja responsabilidade penal, seja responsabilidade administrativa, mas o senhor, enquanto auditor do Tribunal de Contas da União, que é uma das instituições que eu mais enalteço na espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é Constituição da República Federativa do Brasil, tem que ter a honradez, a hombridade, a dignidade de confessar que o senhor violou um direito funcional, que o senhor não tinha que estar divulgando dados preliminares para o seu pai, como se tivesse uma relação próxima, porque o senhor sabia que o seu pai ia direcionar isso para o Presidente da República. E ele, de forma criminosa, ao fazer o que ele fez, difundiu à população isso, dando descrédito a esse consórcio, a esse mesmo consórcio que está apontando aí o Brasil sendo uma vergonha para o mundo na violação daquilo que é o principal bem jurídico, volto a afirmar, que é a vida humana, o respeito à integridade física e a saúde de todo brasileiro e brasileira.

Eu espero que a consciência do senhor dite efetivamente o ato da sua vida e, quando o senhor olhar pra trás, o senhor vai verificar que por trás do seu cargo tem o múnus público, tem toda uma instituição que hoje deve estar muito triste vendo o comportamento de um auditor do Tribunal de Contas da União tendo um ato totalmente de violação a vários artigos, conforme eu descrevi aqui.

Esse é o meu desabafo, Sr. Presidente. E eu espero que esta CPI tenha a hombridade de dar uma resposta à sociedade, que lute pra que nós tenhamos a preservação daquilo que, mais uma vez eu falo, não sendo repetitivo, é o principal bem jurídico, que tem que ser protegido pelo Estado brasileiro, a teor do que determina os arts. 6º e 196 da Constituição Federal, que é a vida humana, porque a saúde pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E o Estado brasileiro, através do Presidente da República, tem a digital na morte de 569.581 brasileiros e brasileiras. Essa estatística tem rosto, tem voz, tem história, tem dignidade. Essas famílias precisam...

Eu queria muito ver o Presidente da República percorrendo, Senador Girão, os hospitais lá do Nordeste, entrando nos corredores, se solidarizando com as famílias, mas não. Sabe por que ele não faz isso? Porque ele não tem apreço ao maior bem jurídico que é a vida humana, ele não tem amor. Nós temos que difundir o amor e não o ódio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

Nossa última inscrita seria a Senadora Leila, mas, pelo visto, a Senadora Soraya se inscreveu. Obviamente, com a condescendência desta Presidência em relação a fala de V. Exa., que será importante ouvir, mas, até por pedido da douta defesa e também por compreensão desta Presidência, nós optamos por hoje não realizar o intervalo, para poder encerrar o depoimento mais cedo. Então, nós ouviremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora a Senadora Leila por 15 minutos e, em seguida, a Senadora Soraya Thronicke, para concluirmos a inquirição de hoje. Tudo bem? Para a gente manter sem o intervalo, para terminar mais cedo e nos liberarmos todos mais cedo. Perfeito? Tudo bem?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com a permissão da minha querida irmã Senadora Leila, só para efeito de juntada de documentos, eu queria entregar à Presidência desta CPI, em suas mãos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... o vídeo que eu enviei e aqui foi apresentado pela CPI. Eu tomei imediatamente atitude com relação a isso. Na hora em que eu soube, fiz uma carta para o Governador de São Paulo, João Doria, no dia 17 de junho de 2020, relacionando o nome das pessoas citadas e pedindo esclarecimentos. Até esta data, hoje, dia 17 de agosto de 2021, não recebi retorno sobre essa denúncia de supernotificação que ocorreu. Então, vou passar para o senhor, o vídeo já está com a Mesa, e vou passar a carta.

Eu me somo ao senhor, que quer ouvir o Ministro Wagner Rosário, que está fazendo a investigação sobre supernotificação de óbitos na covid, para que também possa trazer dados aqui para que a gente busque a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acho que é importante, Senador Girão, inclusive, para o Ministro Rosário informar aqui por que ele acha que não houve falsificação na *invoice* da Precisa e por que não houve nenhuma improbidade no caso da Precisa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Exatamente, precisa vir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... quando, inclusive, as informações que o Dr. Alexandre fala aqui confrontam-se com o que o Sr. Wagner Rosário fala. Afinal, a CGU é uma instituição que tem que ser do Estado brasileiro e não uma instituição a serviço de governos.

Recebo, Senador Girão, e faço mais... Recebo, no exercício da Presidência, o documento encaminhado por V. Exa. e peço para a Secretaria da CPI, inclusive, reiterar o pedido de informações que V. Exa. fez ao Governo do Estado de São Paulo.

Muitíssimo obrigado.

Senadora Leila, V. Exa. com a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Imagine, Girão.

Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor, cumprimento as Senadoras, os Senadores e todos que nos acompanham hoje nesta sessão da CPI. Cumprimento também o auditor do TCU, o Dr. Alexandre Marques.

Eu vou ser objetiva, não vou tecer nenhum tipo de comentário até o momento a respeito da sua participação nesta Comissão, mas eu vou reiterar algumas perguntas que eu acho convenientes até para maiores esclarecimentos.

O senhor usa ou usava as redes sociais até o episódio do tal relatório, Sr. Auditor?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Eu continuo usando as redes sociais.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Continua? Continua.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor acredita no tratamento precoce?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor acredita no uso de máscara e álcool em gel?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor acredita no uso de vacinas no combate à covid-19?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Acredito.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Acredita no isolamento social?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Acredito que o distanciamento social reduz o espalhamento do vírus, sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Acredita no isolamento vertical?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu.... Essa foi uma... Eu compartilhei isso nas minhas redes sociais no início da pandemia, mas hoje não acredito.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** O senhor acredita nas medidas restritivas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – De algumas, com certeza.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Então, eu vou dar continuidade à pergunta.

O senhor acredita na culpa exclusiva dos Governadores e Prefeitos no enfrentamento da pandemia como afirmam – isso nós temos aqui vídeos falando – o Presidente, seus filhos e seus apoiadores? O senhor acredita nessa única e exclusiva culpa dos Governadores e dos Prefeitos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Então, por que, então, o senhor publica em redes sociais esse tipo de informação, assim, de vídeos do Presidente citando e esse tipo de informação a respeito?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senadora, eu compartilhei algumas publicações por concordar em alguns pontos de algumas coisas e discordar de outras, como qualquer cidadão.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** É porque o Presidente, em nenhum momento, faz a mea-culpa ou assume a sua responsabilidade diante disso. Ele, numa situação mais cômoda, insiste, persiste em culpar a atuação dos gestores estaduais e municipais e não se enxerga nesse processo, que está bem claro.

Então, o senhor concorda ou não concorda com a atitude do Presidente ao afirmar – ele, filhos, apoiadores – que essa culpa é de Governador e de Prefeito? A sua opinião.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, não acho que essa culpa seja exclusiva de Governadores e Prefeitos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** O senhor acredita na supernotificação de mortes nos Estados e Municípios brasileiros em decorrência da covid-19?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senadora, como eu falei aqui no meu depoimento, a minha intenção, quando preparei esse arquivo, foi gerar um debate com a equipe de auditoria, para verificar se poderia haver inconsistências que impactariam no repasse de recursos federais aos entes subnacionais. Eu usei a questão da possível supernotificação, como poderia ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilizado a da possível subnotificação de casos, em função da não existência de uma política de testagem em massa. Foi simplesmente para gerar um debate junto à equipe de auditoria. Não foi para afirmar nada.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Segundo a imprensa, quando começou a pandemia do novo coronavírus, o senhor teria pedido para acompanhar as compras com dinheiro público de equipamentos para o enfrentamento da doença. Isso é verdade?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O seu pedido para atuar nesse setor foi solicitado em algum momento para alguma chefia ou até mesmo para o próprio Presidente da República? Houve, em algum momento, essa indagação a respeito de o senhor participar?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor usualmente compartilha documentos relacionados aos seus trabalhos de auditoria com pessoas estranhas à sua equipe ou aos seus superiores?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, a pergunta é clara: então, por que o senhor levou esse documento a seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – É como eu falei: meu pai sempre foi um confidente meu, um amigo, e, numa conversa íntima, familiar, eu conversei com ele. Estávamos conversando sobre vários temas, entre eles, sobre a covid, que é um tema corriqueiro, em todos lares, de se conversar, e mostrei para ele o que eu tinha trabalhado naquela semana. Simplesmente isso.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – A imprensa divulgou que o senhor declarou que a distribuição dos recursos federais aos Estados é por número de óbitos. Isso é verdade?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Existem vários... Pelos normativos do Ministério da Saúde, existem vários critérios para instituição, um deles é pela taxa da incidência da doença.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor sabe que não é isso que está consignado na LC 173, de 2020?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Lá fala em 60% pelos critérios populacionais, FPE, e 40% pela contaminação, ou seja, só por isso, já se demonstraria a casualidade de sua tese.

Algo a comentar a respeito?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora. Em relação ao repasse em função da incidência...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – ... então, a minha ideia era verificar a qualidade dos dados, para verificar se poderia haver inconsistências que impactariam no repasse dos recursos federais. Apenas isso.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Afinal, como o senhor chegou à conclusão de que metade das mortes por covid foram registradas de modo incorreto ou fraudulento, conforme afirmou o Presidente a partir do seu relatório?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senadora, no meu arquivo que eu compartilhei com a equipe e que não prosperou, nós concluímos que não seria objeto de escopo, não há essa conclusão.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu pergunto para o senhor: qual foi a metodologia usada pelo senhor então?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu peguei simplesmente a série histórica de crescimento de óbitos com base nos dados públicos do Portal da Transparência do Registro Civil.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, o senhor se baseou por um portal, pelos dados do portal?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Os dados do Portal da Transparência do Registro Civil.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

Além de criar um relatório falso, o senhor também falseou alguma tese para corroborar com a conclusão que já perseguia, tanto o senhor como o Presidente, a respeito desse aumento – não é? –, desse excessivo aumento que as pessoas...? Que, enfim, está apresentado no relatório de que existe uma supervalorização do aumento de óbitos, e não é isso que consta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senadora, como eu falei, esse não é um relatório, não é? Esse não é um documento oficial do tribunal; isso foi só um arquivo que eu preparei de duas páginas para gerar um debate com a equipe, e que não prosperou o debate. Simplesmente isso.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Segundo a imprensa, o senhor contou ter enviado ao seu pai uma mensagem, um breve levantamento sobre as mortes por covid, classificado por ele mesmo como rascunho. O seu pai teria, então, mandado o arquivo para o Presidente? Foi isso que aconteceu?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi. Eu passei para o meu pai, por WhatsApp, e meu pai me confidenciou que passou para o Presidente, sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** E ainda, segundo a imprensa, o senhor teria dito que "no meu arquivo que eu preparei não tinha qualquer menção ao Tribunal de Contas da União, não tinha cabeçalho, não tinha identidade visual, data, assinatura, não tinha destaques grifados com marca-texto, nada disso, ou seja, depois que saiu da esfera privada particular, dei para o meu pai e ele acabou repassando. Como era um arquivo em Word, poderia ser editado por qualquer pessoa".

Eu pergunto ao senhor: o seu pai lhe avisou que enviaria ao Presidente da República no mesmo dia em que o senhor lhe enviou esse arquivo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora. Ele não me falou que compartilharia o documento.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** O senhor não sabia, então, que o seu pai enviaria para o Presidente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** O senhor foi pego de surpresa?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** O senhor sabe que, mesmo não tendo a logo do TCU, é muito grave a sua conduta ao enviar o documento, mesmo tendo sido a seu pai? Mesmo tendo enviado para o seu pai e seu pai comentado que foi um relatório seu, você sabe que é muito grave essa conduta? Concorda?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Discordo, Senadora, porque os dados eram públicos e não era uma linha de investigação que fazia parte do escopo do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Especialmente sabendo que o seu pai é amigo íntimo do Presidente?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** E o que fez o senhor descobrir no dia seguinte que o Presidente havia indevidamente apresentado seu trabalho numa entrevista no cercadinho, em que ele sempre, enfim, faz as entrevistas?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Esse vídeo circulou...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Sim.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – ... nas redes sociais...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Sim, todos nós vimos.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – ... e o meu pai também me enviou esse vídeo na manhã seguinte.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** E o senhor falou com seu pai sobre o assunto? Vocês conversaram sobre o assunto?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhora. Falei, e falei que era um equívoco do Presidente, porque não havia nenhum posicionamento do TCU a respeito.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** E o que ele justificou ao enviar ao Presidente? O que o seu pai justificou? "É meu amigo?"

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, o que ele me falou foi que ele tinha entendido é que era algo oficial do tribunal.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** O seu pai entendeu que era algo oficial do tribunal...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – E que já era público, que já era uma informação pública do tribunal.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** E o que o senhor tem a dizer sobre esse episódio? – o senhor, particularmente.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Conforme eu falei no meu depoimento na comissão do PAD, eu fiquei indignado com esse compartilhamento indevido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Eu pergunto ao senhor se o senhor acha que cumpriu devidamente as suas funções como servidor do TCU.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** O senhor acha que colaborou para o Brasil e para o enfrentamento da pandemia com essa conduta e com essa situação toda que envolveu apenas uma relação familiar, passar um relatório para o pai, amigo do Presidente, e o Presidente esboçar, passar para a população informações que não eram verdadeiras, que geraram muito conflito, muitas incertezas no País? Enfim, que geraram uma confusão, porque, na verdade, a gente vive um momento muito tenso, de muita polarização, e cada um quer ouvir o que lhe é conveniente. E o que o senhor tem a falar sobre essa conduta? Faria de novo esse procedimento? Estaria agora mais alerta, até mesmo nas relações particulares?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Com certeza, eu estaria mais alerta.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Muitíssimo obrigado, Senador Leila Barros, pela sua inquirição.

Agora, sim, a nossa última a inquirir no dia de hoje, a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) **–** Sr. Presidente, muito obrigada.

Sr. Alexandre, seu patrono, boa tarde a todos, a todos os servidores, a todos que nos assistem.

Eu cheguei hoje de Campo Grande e não consegui acompanhar tudo, mas, do pouco que eu consegui acompanhar, percebi também que a população brasileira está muito atenta, participando ativamente. Eu vou fazer aqui algumas perguntas e pergunta inclusive de um internauta.

O Beto Lira, do Distrito Federal, disse o seguinte: "Infelizmente as principais perguntas não foram feitas ao auditor do TCU". Uma delas... Então, agora, Beto Lira, vou fazer essas perguntas. E agradeço muito a colaboração de todos vocês. É importante demais o Brasil estar atento, o Brasil construir uma maturidade política, analisar todo o depoimento, analisar os documentos que estão liberados no portal da CPI, que é dentro do portal do Senado Federal, justamente para que não se exerça nenhum juízo de valor inadequado, que não seja condizente com a verdade.

Eu vejo que muita gente nas ruas, Senador Girão, conversa muito, muita gente assiste, mas eu percebo que muitas vezes não acompanha de verdade, não entende o que está acontecendo. Às vezes acha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a CPI é só isso aqui, só depoimento, só ouvir depoimento. Não, tem um trabalho de bastidor muito intenso, tem muita documentação para ser analisada.

Bom, o Beto Lira pergunta o seguinte: o seu pai, Sr. Alexandre, pediu autorização para encaminhar ao Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não.

O senhor não chegou a adverti-lo de que aquilo era um documento, apesar de não estar com papel timbrado do TCU, sigiloso? O senhor advertiu seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu falei para o meu pai que eu tinha produzido aquilo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor advertiu o seu pai de que não poderia repassar esse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não adverti expressamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quando ele repassou o documento ao Presidente da República, ele avisou ao senhor? Ou o senhor ficou sabendo pela mídia no dia posterior?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu só fiquei sabendo pela mídia no dia seguinte.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O seu pai passou esse documento somente para o Presidente da República?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu não tenho como afirmar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor não perguntou?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Ele me falou que passou isso, mas eu não posso afirmar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Somente para o Presidente, ele falou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi o que ele me falou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual foi a sua reação quando soube que seu pai havia transmitido o documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu fiquei indignado com a situação, eu falei para ele que não era... Que era um equívoco do Presidente atribuir esse arquivo ao Tribunal de Contas da União, que não havia nada do TCU, formal, nenhum documento formal falando ou negando a quantidade de óbitos no Brasil. Deixei isso bem claramente para ele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Seu pai utiliza as redes sociais? Utiliza WhatsApp, grupos?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – WhatsApp, sim; as demais redes sociais, eu acredito que não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Ele conversou posteriormente com o Presidente da República, após repassar, após sair a divulgação de que aquele documento que chegou às mãos do Presidente chegou adulterado, alguma coisa nesse sentido?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Ele não me falou nada sobre adulteração do documento. O que ele me falou é que, depois de o Presidente divulgar aquele vídeo da segunda-feira de manhã, ele novamente falou com o Presidente que aquilo ali não era um documento do tribunal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** E o que o Presidente disse para ele?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não sei dizer, meu pai não me falou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor acredita que... O que foi que aconteceu com esse documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senadora, não tem como eu saber... A senhora fala em relação à inclusão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Elucubrações apenas: o que o senhor imagina? Não é possível que o senhor não tenha imaginado nada.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Ah, Senadora, eu não tenho... Conforme eu falei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Porque o senhor envia um documento "x" pro seu pai, e de repente o documento aparece diferente daquele documento original, e com o timbre do TCU. O senhor imagina que aconteceu o quê?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Eu não tenho ideia. Alguém alterou aquele arquivo original de Word, como eu falei, que não condiz com esse arquivo que circulou nas redes sociais, que tem a inscrição do Tribunal de Contas da União. Agora, quem foi, quando foi e onde foi, realmente não tem como eu saber.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor acredita, da forma com que apareceu o timbre... Porque quando nós temos acesso ao sistema interno do TCU ou aqui do Senado, nós temos o timbre. Quem poderia ter esse timbre? Ou seria fácil recortar, copiar? Esse timbre, na sua concepção, foi extraído de dentro do sistema do TCU ou ele simplesmente foi copiado, recortado de uma imagem?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senadora, na verdade, não tem a identidade visual do tribunal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Ah, não tem.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, foi só a inclusão de um cabeçalho escrito: Tribunal de Contas da União. Mas não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Ah, então foi só isso. Não tem o timbre, apenas isso.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso, não é a identidade visual oficial do tribunal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Tá. E aí não tem também assinatura nenhuma nesse documento, certo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor acredita que alguém da assessoria do Presidente fez esse tipo de edição no documento?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei, realmente não tem como eu saber quem fez, quando fez nem onde fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Bom, o senhor disse para a Senadora Leila, há pouco: "Ah, não era o escopo do trabalho". Aí eu pergunto ao senhor: qual era o escopo desse trabalho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Na verdade, na fase de planejamento é que vai sendo definido o escopo. O acompanhamento da covid abarca vários temas, tanto é que esse era o sexto ciclo do acompanhamento – já havia cinco ciclos anteriores, esse era o sexto.

E, no planejamento, nós estávamos conversando – a equipe – para ver quais temas seriam abordados nesse sexto ciclo: a questão de vacinas, vigilância epidemiológica, qualidade dos dados... Então, como eu falei, as teses são apresentadas pelos membros da equipe, são discutidas em equipe. Algumas prosperam e entram no escopo para a parte de execução do trabalho, e outras simplesmente não seguem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Por que a equipe de trabalho...? Qual foi a decisão que motivou a equipe de trabalho a deixar de lado esse estudo?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Como eu falei no meu depoimento, Senadora, no início, eu apresentei isso no ambiente de trabalho do Microsoft Teams, que é uma sala de trabalho virtual...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Sim.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Coloquei o arquivo lá, deixei transparente para a equipe comentar, criticar, ignorar. E os demais membros da equipe não teceram comentários, só a coordenadora do trabalho que conversou comigo pelo *chat*. Nós conversamos... Nós concordamos – inclusive, isso está registrado no *chat* – que seria impossível haver um conluio para supernotificar os casos. E, no debate ali, realmente entendemos, concordamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Que não havia relevância.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Exatamente. Concordamos que não havia relevância, e ele não entrou no escopo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Vídeos como o vídeo que o Senador Girão mostrou rodam por aí nos grupos de WhatsApp, nas redes sociais. Também houve um boato logo no começo lá no Amazonas de que caixões estavam sendo enterrados, mas com pedras. Eu não sei se são lendas urbanas, eu não sei o que são, mas acredito que o senhor tenha escutado falar disso. O senhor, que é *expert* em investigação, em análise, acha qual seria o caminho para que investigássemos essas mortes, essa possível supernotificação? Porque esse senhor que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falou que morreram dois primos... Nós teríamos que ter, primeiro, o diagnóstico de covid, o exame dessa pessoa, e, depois, o atestado de óbito com a *causa mortis*, não apenas a documentação do atestado de óbito. Temos que ter os dois, porque, do cotejo disso a gente tira... Não é realmente possível que um laboratório entre em conluio com o médico, que alguém vá imaginar que essa pessoa irá a óbito... Mas o que o senhor orientaria? Seria uma investigação da própria polícia em cada Estado? Como deveria ser feito isso, considerando que, se nós não tomarmos uma atitude em relação a esses vídeos, sendo mentira ou sendo verdade, essa dúvida vai pairar no inconsciente coletivo, inclusive, de achar que esta pandemia é uma brincadeira? Tem gente que até hoje não se sensibilizou. Eu tenho amigos que não perderam ninguém, que simplesmente não... Acham que não... E continuam sem prestar atenção no que está acontecendo. No começo, nós achávamos que seria uma situação, depois nós fomos vendo que a situação era grave, gravíssima. E essas dúvidas ficam rondando aí a cabeça das pessoas. Mas qual seria a forma de fiscalizar esse tipo de questão?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Senadora, eu posso falar pelo TCU, não pelos demais órgãos de investigação.

No TCU, dado isso que a senhora falou, para haver um conluio, deveria haver um conluio em 5.570 Municípios, médicos, gestores...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor acha que seria perda de tempo do TCU, depois de eclodir essa situação, que ele investigasse? Ou não?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, não é... A questão, Senadora, é que é assim: sempre que o tribunal vai fazer um trabalho, tem que haver uma coisa chamada viabilidade de investigação, de evidenciação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Evidências.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – E como evidenciar isso? Foi isso que nós conversamos – eu e a coordenadora do meu trabalho – e, por isso, nós descartamos isso do escopo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Que não daria, que não havia evidências suficientes.

Então, eu peço para que vocês que conhecem esse senhor desse vídeo: que essas pessoas realmente provassem, porque nós ficamos na dúvida – e é natural.

Eu estou satisfeita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só gostaria de terminar aqui dizendo, Sr. Presidente, que eu pedi para a minha equipe levantar o que já chegou de material advindo dos Estados e Municípios, de norte a sul, de leste a oeste deste País, para esta CPI. Minha equipe está levantando. Ela levantou: só do Mato Grosso do Sul são 33 documentos que já chegaram. Agora, nós estamos lá debruçados sobre esses documentos. Eu vou começar pelo meu Estado, é obvio. Entendo que o Senador Girão... Senador, tem muito documento do seu Estado. Porque a gente só fala aqui em Consórcio Nordeste, Consórcio Nordeste, Consórcio Nordeste... O Brasil não se resume ao Nordeste. Nós queremos ouvir o Gabas? Sim, mas e o que está acontecendo no resto do País, nas demais 18 unidades da Federação? O País não se resume ao Nordeste, não se resume ao Consórcio Nordeste.

E eu sugiro que... De acordo com o seu requerimento de abertura de CPI, o senhor se disponibilizou e está atuando de forma coerente com o seu pedido. Eu entendo que nós temos que fazer a nossa parte. Não é: "Esta CPI não vai investigar?". Eu pergunto, Senador Girão, se nós estamos investigando Estados e Municípios. Não há tempo suficiente para uma equipe de sete... E os demais restantes dos onze titulares exigirem que os sete façam isso, façam o nosso trabalho. Se eles não estão investigando...

Eu não sou membro, mas eu já estou investigando, já me disponho a fazer o trabalho. Quero deixar aqui... Eu também estou, de uma maneira ou outra, fazendo a minha parte. Eu oficiei o Tribunal de Contas do meu Estado, e o Tribunal de Contas me disse aqui em três parágrafos... E eu pedi o seguinte... Eu sei que as contas não foram julgadas ainda, existe um prazo, um lapso temporal, mas eu sei de rumores de Municípios em que já foram identificadas questões aí que clamam pela nossa investigação... E aí eu pedi pelo menos que o Tribunal de Contas me mandasse qualquer parecer já adiantado pela reprovação ou algo assim – não foi julgado, mas os auditores já emitiram ou estão emitindo pareceres –, mas a resposta foi a seguinte:

> "Com meus cordiais cumprimentos, em atenção ao ofício acima mencionado, informo que até o presente momento, as divisões competentes não finalizaram as análises técnicas pertinentes as Contas Municipais, relativo ao exercício de 2020.
> E, com relação aos gastos com a Saúde, especificamente com a Pandemia do COVID-19, este Tribunal, naquilo que lhe compete exercer controle externo, esta demandando todos os esforços para acompanhar e fiscalizar seus jurisdicionados na correta aplicação do recurso público.
> São estas as informações que temos a prestar, colocando-nos à disposição [...]

Não estou contente ainda, porque acredito que já tem algumas evidências, mas, enfim, estou aguardando.

E já digo: de Mato Grosso do Sul, só um dos documentos tem mais de 300 páginas. É muito trabalho! Então, eu acredito que, se quisermos realmente a verdade real de absolutamente tudo, compete a nós fazer esse trabalho, Senador Randolfe, Senadora Leila, Senador Girão. Aqui no DF, tem muita coisa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser apurada. Eu acredito também que tenhamos recebido muitos documentos que não vão valer de nada, porque não é fácil fiscalizar neste País.

O que eu quero dizer com isso é que, quando as pessoas me perguntam nas ruas "Soraya, que história é esta de que não estão investigando Estados e Municípios?", o que eu tenho a dizer é o seguinte: estamos, sim! Temos documentos. Só que essa culpa eu não quero que recaia sobre mim, mas eu não vou exigir que o outro grupo que fez outro pedido faça esse serviço. Então, acredito que cada um fiscaliza o que mais lhe interessa. Nós temos a obrigação, sim, de entregar um documento, um relatório à parte, para que o Relator faça ali com a sua assessoria... Mas que nós possamos levantar, no mínimo, no mínimo – estão faltando apenas dois meses –, alguma resposta para a população brasileira, sem culpar os colegas, Senador Girão.

Com todo o respeito, *data maxima venia*, era o que eu tinha para dizer.

Agradeço, Presidente, por me ter permitido a fala, mesmo eu chegando neste momento, mas eu estava acompanhando durante a minha agenda externa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Presidente, pela ordem. É só para reiterar também...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Leila e Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu também gostaria de falar.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – É muito rápido.

É só também para agradecer ao senhor por ter dado a oportunidade tanto para mim quanto para a Senadora Soraya...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A honra foi toda minha, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... de integrarmos a lista dos últimos, mas também, como ela, eu estava no gabinete acompanhando.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sabemos muito bem disso.

Sempre tenho reiterado a indispensável contribuição que a Bancada Feminina tem prestado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. A honra é toda minha, e não poderia ser diferente.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Perfeito!

Rapidamente, Senadora Soraya, só deixo muito claro para a senhora – eu também sou abordado nas ruas, e é uma defesa legítima, seja do cearense, do mato-grossense, do amapaense ou do alagoano, querer saber para onde foi o seu dinheiro – que não é questão de culpar colegas. Nós estamos juntos no mesmo barco aqui, compondo a Comissão, mas nós estamos chegando ao final dos trabalhos desta CPI, e, desde o princípio, eu digo isto... Porque o meu requerimento junto com o outro requerimento do Senador Randolfe foram os que deram origem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito aberta aqui. E, desde o início, eu cobro! E os dados chegaram. Olhe, dado é o que não falta, Senadora Leila, de todos os Estados! Mas eu estou com as perguntas para serem feitas para o Secretário de Saúde, para o pessoal do Consórcio Nordeste... Só para a senhora entender, no Consórcio Nordeste, são nove Estados de uma lapada só do Nordeste, como a gente diz. São nove, e, com o dinheiro de cada Estado, eles compraram aqueles respiradores absurdos de caros, que não foram entregues até hoje, da indústria da maconha... E eu estou querendo trazer aqui, para a gente ouvir, o Diretor do Consórcio Nordeste, gente, para a gente ouvir o Secretário de Saúde, para a gente ouvir a dona da empresa que vendeu e não entregou, que disse que tem ex-ministros envolvidos, de governos anteriores! Olhem só a gravidade disso!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu acredito nisso, Senador! É muito grave!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se não marcam...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O problema é que nós não podemos esperar só isso e não tratar disso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, mas olhe: eu estou cobrando! Eu queria a senhora me ajudasse pra que viesse aqui o Secretário de Saúde, pra que viessem aqui os responsáveis pelo Consórcio Nordeste, por essa empresa, que deu calote, da maconha... Precisam sentar ali, como está sentado o Dr. Alexandre, pra gente fazer perguntas. Documento já tem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu acho que poderíamos também, Senador, nos reunir em sessões para depoimentos. Falei até com a Senadora Simone. Ela falou: "Olhe, a gente pode fazer isso numa sexta-feira, numa segunda-feira, em outros dias para analisar esta vertente".

Agora, eu pergunto para o senhor: os tribunais de contas dos nove Estados do Nordeste estão investigando? A Polícia Federal está investigando também? O que existe caminhando em relação a isso concomitantemente a esta CPI?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tem CGU, Polícia Federal... Inclusive, eu tenho um requerimento para que tragam também pra cá essas pessoas para a gente fazer perguntas.

Agora, pra mim está muito claro... Pode ser que a senhora junto com outros colegas consigam o que eu não consegui, que é fazer uma sessão sexta-feira da CPI, sessão pública – porque não tem que ter segredismo, não –, pra gente fazer essas perguntas. Isso é fundamental!

Se o Presidente me permite emendar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu acredito que pode ser votado, pode ser votado isso, a permissão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois vamos votar!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nesta quinta-feira, eu viajo; mas, na outra sexta-feira, eu posso estar aqui; e posso participar, na sexta-feira, de forma remota. Eu quero, sim. Eu acredito que nós possamos fazer um grupo de trabalho que analise isso. São várias vertentes, mas não entregar nada...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se a senhora fizer esse requerimento, eu apoio o seu requerimento – se a senhora fizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas eu não sou membro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, mas amanhã...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu não sou membro. Então, alguém tem que fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, eu vou fazer o requerimento. Eu vou fazer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor é membro, o senhor faz o requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E a gente tenta, pelo menos com a nossa voz...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu faço amanhã esse requerimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Um requerimento para fazer uma sessão extraordinária da CPI...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Na sexta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... na sexta ou na segunda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Ótimo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós não queremos atrapalhar a forma como vem caminhando este trabalho, que foi o trabalho inicial que abriu a CPI. Não podemos negar isso e fazer com que pare o trabalho. Têm que caminhar concomitantemente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senadora, os dois trabalhos foram abertos, só que um só foi ignorado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não prosperou. Por quê?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O outro não foi.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque nós não temos organização. Nós não somos organizados como eles, somos péssimos nisso. A verdade é essa. Vamos dar a mão à palmatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não. Existe uma blindagem. Não podemos dourar a pílula, não podemos dourar a pílula. Existe uma blindagem. Claro!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas, olhe, Senador... Mas eu acredito assim, sabe, tem muita...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Girão, Senador Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está tendo toda a condescendência desta Presidência, V. Exa. sabe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro. Só uma perguntinha final, se permite.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já que foi tocado só nessa ação, só um esclarecimento, que é dever desta Presidência prestar a V. Exas. Vejam, só lembrando que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu quero dizer de logo de antemão, pra nós encerrarmos este assunto aqui, pelo menos aqui nesta sessão, sem embargo de tratarmos mais adiante e de ouvirmos a pergunta de V. Exa... É só pra deixar claro que... Olhe, eu sou do Estado que tem o maior número de operações da Polícia Federal. Eu adoraria – como costumo dizer, eu esperaria como o vigia espera pela aurora – poder ouvir as autoridades do meu Estado em relação a isso. Eu não tenho nenhum comprometimento com o Governador do Estado, sou de oposição em relação a ele. E repito: meu Estado é o que tem o maior número de operações da Polícia Federal.

Complemento a informação dizendo o seguinte: esta Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou a convocação, salvo melhor juízo, de nove Governadores a esta CPI. Os Srs. Governadores ingressaram com medida no Supremo Tribunal Federal, com ADPF junto ao Supremo Tribunal Federal, e ocorreu uma medida cautelar, decidida pelo Supremo Tribunal Federal, em favor de vários Governadores de Estado da lavra de S. Exa. a Ministra Rosa Weber, decisão a qual nós respeitamos, porque foi uma interpretação, inclusive, do princípio do art. 1º da Constituição da República, que fala sobre o regime federativo, combinado com o art. 146 do Regimento Interno do Senado, que diz, Senadora Soraya, *ipsis litteris*... E me permita a leitura para V. Exa.:

> Art. 146. Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes:
> I - à Câmara dos Deputados;
> II - às atribuições do Poder Judiciário;
> III - aos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero só destacar que esse é um tema que foi votado nesta CPI – eu votei, inclusive, favoravelmente à convocação do Governador do meu Estado e de outros oito Governadores. Esse tema foi votado aqui, e, em seguida, teve uma decisão do Supremo Tribunal Federal. A direção desta CPI é daquela que não quer queimar o Supremo Tribunal Federal, como uns quiseram jogar fogos em outras épocas. Nós respeitamos a separação de Poderes, o Estado democrático de direito. E eu acho que isso é de bom-tom, principalmente pelos momentos que vivemos. Então, houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal consoante com o art. 1º da Constituição, do princípio federativo, e com o art. 146 do Regimento Interno.

É só para, em relação a este tema, ficar clara não somente a minha posição, mas também o porquê nós não convocamos e não podemos, segundo decisão exarada da lavra da Ministra Rosa Weber, convocar os Governadores de Estado.

Dito isso, só para esclarecer esse dado aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, então, concedo ao Senador Eduardo Girão para o questionamento último...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ou V. Exa. já questionou sua última pergunta ao depoente?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor está tendo muita paciência, eu lhe agradeço, como sempre.

Eu entendo a colocação do senhor com relação à questão da decisão do Supremo Tribunal Federal, respeito a decisão do Supremo Tribunal Federal, mas não concordo de barrar as investigações por causa disso. Sabe por quê? Porque não se restringe apenas a Governador. Por que não trazer secretários de saúde? Por que não trazer Prefeitos e ex-Prefeitos? As atitudes da CPI... Respeito a CPI, mas tenho denunciado desde o início que ela se escondeu nessa decisão e acabou causando uma confusão na população ao dizer: "Oh, a gente quer trazer, mas o Supremo é que não deixa". Não quer, não, porque podia ter trazido secretários de saúde dos Estados do Nordeste, podia ter trazido o Consórcio do Nordeste! E isso, Senador Randolfe, está na boca do povo, é uma marca, infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Caríssimo colega, não vou aprofundar, mas eu recomendo a V. Exa. depois e como nós somos... Eu sou daqueles que respeitam decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu recomendo a V. Exa. depois uma leitura amiúde da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre os limites da convocação, mas não vamos aprofundar o debate sobre isso para que V. Exa. possa fazer o último questionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Girão, o próprio... O seu Estado já abriu uma CPI? A Assembleia Legislativa?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não abriu e nem vai abrir. Sabe por quê?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por quê?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Em primeiro lugar, a gente sabe das interferências políticas que existem hoje nos Estados...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas tentaram pelo menos?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... o poder...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tem pelo menos um Deputado Estadual que tentou?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colegas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E tem um detalhe importante...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No Mato Grosso do Sul, estão tentando. O Deputado Catan e o Deputado...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Lamentavelmente aqui, no DF, a Câmara Legislativa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está na hora de cobrar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Leila, Senadora Soraya, Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – São prerrogativas federais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... podemos concluir? Assim... E aí, inclusive, obrigado, Senador Girão, Senadora Soraya, Senadora Leila, eu rogo para que as assembleias legislativas instalem Comissão Parlamentar de Inquérito. E me permita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui me dirigir ao meu Estado: eu rogo aos meus colegas Deputados Estaduais, já tem pedido de CPI no meu Estado, e eu acho que é um pedido que todos nós devemos, assim, reiterar.

Então, só para nós podermos concluir o depoimento de hoje...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... porque me parece que a Senadora Simone ainda tem um questionamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o "ultimíssimo".

Então, vamos dar dois minutos para a conclusão de V. Exa., se V. Exa. me permite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito!

Só reiterando, Senador Randolfe, que são verbas federais. Por isso que esta CPI tinha obrigação de investigar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, mas não embarga o pedido para as assembleias legislativas atuarem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não embarga, mas aqui a gente está deixando de fazer o nosso trabalho. É a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Vamos lá.

Só para lhe perguntar uma coisa rapidamente. No âmbito da pandemia da covid-19, foram 123 procedimentos abertos, Dr. Alexandre, pelo TCU (Tribunal de Contas da União) para investigar desvios em Estados e Municípios de verbas federais. São nove Ministros do TCU, não é isso? Quantos auditores são no TCU?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Eu não sei informar de cabeça, Senador, mas acho que são... No corpo técnico, acho que são mais de 2 mil servidores, entre auditores e técnicos. Eu não sei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mais de 2 mil?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Se eu não me engano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Algum desses 123 procedimentos abertos para investigar corrupção em Estados e Municípios durante a pandemia caiu com o senhor? Teve algum processo concluído ou o senhor sabe que foi concluído isso por algum outro colega seu? Essa era apenas a minha pergunta para tentar me aprofundar sobre esse tema.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhor. Como eu falei aqui, o nobre Senador Izalci falou aqui, eu participei do acompanhamento para verificar a correta execução dos recursos federais no combate à pandemia aqui, no Distrito Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Só no Distrito Federal?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Então, eu atuei nesse. De recursos, eu só atuei aqui, no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele, inclusive, trouxe as informações relativas à fraude em relação à Precisa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor sabe que existem outros cento e tantos processos abertos pelo TCU? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Em outros Estados e Municípios?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, eu não tenho conhecimento de, assim, quantos em cada Estado, mas, sim, tenho ciência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

Senadora Simone, V. Exa. já inquiriu, mas, com a condescendência...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não vou fazer inquirição. Eu queria fazer uma palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, pois não. E, mesmo que tivesse requerido, esta Presidência teria tido tolerância com V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Não, sem problema. Eu sei, V. Exa. sempre é generoso com todos os colegas, e agradecemos por isso.

É apenas para aqui complementar, e, na mesma linha do Senador Eduardo Girão, eu entendo fundamental que esta CPI traga, obviamente, como convidado o Ministro Wagner Rosário, seja para dizer para nós como andam os processos de investigação em relação a Estados e Municípios... E ele pode fazer rapidamente um relatório, e, dentro desse relatório, que, provavelmente pode ser entregue por escrito, que nós possamos, sim, estar abrindo uma ou outra linha de investigação dentro do tempo que a CPI tem para investigar os casos mais escabrosos. Ninguém acredita que teríamos humanamente tempo e condições de investigar todos os Municípios do Brasil ou todos os Estados, mas é possível fazer uma seleção daquilo que grita, ou salta, ou saltaria aos olhos, diante de possíveis indícios de irregularidades. Isso eu já tinha dito mais de uma vez, e confirmo isso.

Mas, tão importante quanto trazê-lo como Ministro, representando aqui, como V. Exa. disse e ouvi pela televisão, um órgão de Estado e não de Governo, também prestar contas a esta CPI.

Sr. Presidente, numa coletiva, no dia 29 de julho, o Ministro da CGU, ao lado do Ministro Marcelo Queiroga, disse que foram abertos dois processos de análise acerca do contrato da Covaxin: um chamado IPS, que é a investigação preliminar sumária; e outro, uma auditoria específica pra avaliar a legalidade e conformidade do contrato, do procedimento interno, do contrato da Covaxin.

Pois bem. Para meu espanto, o Ministro, que tinha acabado de assumir e que tinha acabado de abrir as duas linhas de investigação, simplesmente já concluiu, ou seja, já conseguiu fazer o que esta CPI está há três meses investigando e analisando e já antecipadamente declarou inocentes todos os servidores e Ministério da Saúde e imputou toda a responsabilidade para a empresa Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha a gravidade, Sr. Presidente. É muito rápido, mas é pra justificar a importância da vinda pra tratar tanto da questão apontada pelo Senador Eduardo Girão quanto da minha.

Ele simplesmente vai e diz: "Estou abrindo duas linhas de investigação, mas quero dizer que não há nada de errado no Reino da Dinamarca. Está tudo certo aqui. A culpa é da Precisa. Vamos fazer uma perícia sobre os dois documentos pra ver se são falsos e quem fez". Ora, não precisa de perícia, nós já sabemos que são falsos, porque a Bharat já falou que os dois documentos apresentados pela Precisa são falsos. E mais do que isso: se não foi a Bharat – não tem comprovação nenhuma, nem carimbo –, é óbvio que esse documento foi falsificado por quem emitiu, quem entregou no Ministério da Saúde, que é a Precisa. Então, se era pra isso, por que gastar tempo, gastar dinheiro público e tempo precioso dos advogados e consultores da AGU pra analisar o processo?

E mais, Sr. Presidente, ele chega a dizer aqui o seguinte: a respeito do preço da aquisição da Covaxin pelo Ministério da Saúde, "a primeira e única proposta [de preço] existente no contrato é de US$15", e já aqui justifica que nunca teve US$10 no processo.

Depois: existe "uma incompletude de justificativas técnicas". Aí ele já defende: "Não, a oferta era reduzida naquele momento, não tinha o que se fazer, a não ser contratar essas doses".

E vai. Processo de importação: "Todas as imprecisões [...] detectadas [...] pelo Ministério da Saúde [nas *invoices*] foram corrigidas [...] [e não geraram prejuízo ao negócio]". "Não existe nenhum tipo, não houve nenhum tipo de tratamento de tentativa de pagamento antecipado".

E, por fim, pra finalizar, Sr. Presidente, o mais grave de tudo em relação à atuação da Precisa como representante da Bharat: "Não há dúvidas de que a Precisa é a representante da Bharat Biotech". Não existe documento; ao contrário, o documento não diz isso. O Ministro simplesmente faltou com a verdade.

Então, diante de tudo isso, sem conhecer o processo, dizendo que abriu um processo pra investigar e já concluindo que não há nada de errado, que nenhum ministro cometeu nenhum tipo de irregularidade, nenhum secretário executivo, nenhum servidor público do Ministério da Saúde, isso não teve envolvimento do Governo Federal, automaticamente já isenta ou isentaria o Governo Federal de qualquer responsabilidade no contrato da Covaxin.

Então, Sr. Presidente, acho que o Ministro da CGU, Wagner Rosário, tem muito que explicar a esta CPI e concordo com o Senador Eduardo Girão: quem está na chuva é pra se molhar. Que ele venha pra falar dos possíveis indícios de irregularidades que estão ou que ocorreram nos Estados e Municípios e também pra poder vir dar esclarecimentos a respeito dessa coletiva em que ele não só não disse verdades, como, mais do que isso, passou por cima de uma série de processos e procedimentos da própria CGU, que ele prometeu defender como hoje o chefe máximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) **–** Perfeitamente, Senadora Simone Tebet. E por isso concordamos com o requerimento que foi apreciado anteriormente.

Muitíssimo obrigada, Senadora Simone.

Só uma última pergunta, antes de concluir, Sr. Alexandre: a data que V. Sa. conversou com sua coordenadora para desistir do estudo sobre a pretensa subnotificação ou notificação foi anterior ou posterior à conversa que o senhor teve com o seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) **–** Foi anterior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Foi anterior?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Anterior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Então, veja, só pra eu entender: então V. Sa. conversa com sua coordenadora... Foi quando? V. Sa. pode informar?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Foi na mesma semana. Dia 31, eu apresentei e nós conversamos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Dia 31, o senhor protocolou?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não é protocolo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perdão! Encaminhou...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Coloquei no...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor conversou com a sua coordenadora nos dias seguintes que antecedem o dia 6?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso, foi antes do dia 6.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Desistiu do estudo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, concordamos que não seria viável que eu colocasse no escopo do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Não tinha pertinência o estudo? Mesmo assim V. Sa. conversou com o seu pai no domingo, dia 6?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, numa conversa privada, familiar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Então, na verdade, o documento, quando V. Sa. conversa com seu pai, já não tinha finalidade técnica nenhuma? O estudo já tinha sido... Já tinha desistido?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** E aí, em seguida, V. Sa. passa para o seu pai, e o seu pai passa para o Presidente da República, e, ao amanhecer do dia 7, o Presidente da República torna público o documento? Essa informação era importante à CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Pra entender a pergunta de V. Exa.: V. Exa. está perguntando para o Dr. Alexandre se ele havia tido também já a reunião com seus superiores, que entenderam que aquele...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Sim, ele está confirmando que teve.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Era essa a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** É isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Em relação a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** E ele está confirmando que teve.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** ... que os chefes disseram: "Isso aqui não tem sentido, não tem procedência, não tem estudo técnico...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** ... não tem viabilidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi antes da...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Só um parêntese: não é meu superior; na verdade, eram...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Os colegas.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – ... os colegas da equipe, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas é sua coordenadora; não toda a equipe?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não, ela coordenava o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coordenava o trabalho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – O trabalho, mas era da equipe.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – V. Exa. coordenava ou a...?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Não, a colega.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, pra coordenadora.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Pra coordenadora do trabalho?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A conversa foi anterior à conversa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Mas foi um debate da equipe.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) **–** Dr. Alexandre, mas mesmo assim o senhor achou relevante transmitir para o seu pai? Mesmo sabendo que não seria relevante, que seria impossível essa análise, o senhor considerou interessante passar para o seu pai?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) **–** Como eu falei, Senadora, foi uma conversa familiar, no âmbito íntimo e num tinha nenhum outro propósito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor sabe se o seu pai advertiu o Presidente da República disto: que não tinha base técnica, não tinha...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Não sei dizer, Senador. Ele não me falou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Obrigado.

De qualquer forma, na manhã do dia 7, o Presidente da República reproduz um documento, inclusive adulterado, adultera a informação de um documento que sequer tinha sido aprovado pelo crivo da equipe técnica do Tribunal de Contas da União.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Se me permite, Sr. Presidente: acho que o que mais grita aqui, que salta aos olhos e que nos deixa perplexos é que – e isso não foi negado em nenhum momento – o Presidente recebeu por WhatsApp ou de que forma for um documento sem timbre e, depois, duas horas depois, 24 horas depois, pouco importa, ele chega timbrado à mão do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Chega com o timbre do Tribunal de Contas da União.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Ou seja, o Presidente da República sabia que estava diante de um documento apócrifo. O documento não tinha assinatura, não tinha timbre.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Esse é o documento? (*Pausa.*)

Esse é o que é divulgado depois.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** E, depois, mostra um timbrado. Então, ele tinha que, no mínimo, perguntar para o seu entorno: "Quem é que fez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso? Quem é que manipulou esse documento privado e transformou falsamente num documento público?". Quem tem conhecimento de um crime como esse se torna cúmplice, Sr. Presidente. É crime comum – e isso nós já falamos aqui – de falsidade de documento, talvez o 297 ou 299 do Código Penal...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O 297.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... mas é crime de responsabilidade, no mínimo dois itens; um, inclusive, por falta de decoro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É. Com o agravante..

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos falando da autoridade máxima deste País...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com o agravante...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que pega um documento sem timbre e depois pega um documento... E não é um documento timbrado de uma empresa privada, de uma consultoria de advogados; é um documento privado, como se estivesse escrito ali Congresso Nacional, Senado Federal, Câmara dos Deputados, só que lá estava Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com um agravante: pela informação do Dr. Alexandre, ele informa ao pai – e com essas características documentais – às 18h30, por volta das 18h30 do domingo, e o primeiro que torna o documento público é exatamente o Presidente da República, entre as 7h e 8h da manhã do dia 7 de junho, ou seja, a primeira divulgação como Tribunal de Contas da União vem do Presidente da República.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ou seja, Sr. Presidente, se não acharem o culpado desse documento, vai sobrar para o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com certeza.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tem de achar qual é o servidor, o subalterno que manipulou esse documento. Esse subalterno tem que ser mandado embora, sob pena de o Presidente da República responder a processo, porque ele tomou conhecimento de um crime e não fez... Aliás, fez, não é? Não é que ele não fez absolutamente nada. Ele fez, ele simplesmente divulgou um documento sabidamente manipulado e adulterado. Então, se isso não for grave, se isso não for crime, se isso não for a confirmação de que, no conjunto da obra, o que este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo queria a todo momento era negar a gravidade da pandemia para justificar a tese, a pseudoverdade que queria impor na sociedade brasileira, eu não sei o que é.

Eu gostaria muito de agradecer ao Dr. Alexandre, porque esse depoimento de hoje foi muito importante para o relatório do Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Concordo com V. Exa.

Antes de concluir, me permitam trazer uma informação a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Hoje foi divulgada mais uma rodada da pesquisa XP/Ipespe e, sobre o acompanhamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, 67% dos brasileiros acompanham esta CPI; 32% não acompanham. Sobre a avaliação desta Comissão Parlamentar de Inquérito ainda nesta pesquisa XP/Ipespe, 57% aprovam as atividades e o funcionamento desta CPI, e 35% não aprovam. Repetindo a aprovação desta CPI: tem o apoio de 57% dos brasileiros. Isso muito nos honra, muito nos orgulha e aumenta, para todos nós que estamos aqui, ainda mais a nossa responsabilidade.

Antes de concluir também, me permitam, colegas Senadores: nós falamos muito de números no dia de hoje; agora qual é o número que têm essas histórias aqui? Papaléo Paes foi Senador do meu Estado, ocupou essas cadeiras aqui e foi uma das vítimas da pandemia; Zé Ricardino, caríssimo amigo meu foi levado pela pandemia; Januário Victor, meu primo, foi levado pela pandemia; Altamir Rezende, ex-Prefeito de Tartarugalzinho, Município do meu Estado, conhecido como Seu Mineiro; Nilson Montoril Júnior, advogado que tive a honra de conhecer e que também trabalhou junto comigo; e aí tem Raimunda Gracinete Espíndola; Raimundo Braga; Fábio Mont'Alverne; Saionara Vaz; Siney Saboia; Ivo Canutti; Paulo Queiroga; Raquel Zica; Leão Zagury; Rita Ramos; Reinaldo Costa; Márcio Bacellar; Abraão Maciel; Horácio Magalhães; Dr. Pinon; Professora Marilda Pereira; Professora Socorro Silveira; Professora Get Magalhães; Ulisses Laurindo dos Santos; José Amiraldo, queridíssimo professor do meu Estado...

E o que não falar das histórias de Almerindo Ribeiro e das suas filhas Márcia Valéria e Maria do Socorro, todos de um mesmo núcleo familiar e que faleceram no mesmo dia; Guilherme Jarbas, que aqui citei... Eu estou só informando aqui algumas das vítimas do meu Estado. A elas se somam outros mais de 1,7 mil.

A Senadora Simone, a Senadora Soraya, a Senadora Leila e o Senador Eduardo Girão têm centenas de milhares de outras histórias...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Representadas, se me permitir, Senador Randolfe, todas elas, todas as nossas histórias pelas figuras memoráveis e eternizadas nos nossos corações: Senadores José Maranhão, Arolde de Oliveira e Major Olimpio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, para citar mais estes, para citar personagens da literatura, da cultura brasileira: Paulo Gustavo, Tarcísio Meira... Todas essas histórias são vidas que se foram, são famílias que ficaram órfãs. É disso que se trata.

O depoimento do Sr. Alexandre de hoje traz mais um indício de crime grave cometido pelo Senhor Presidente da República, mas talvez o maior dos crimes nesse período trágico da história nacional seja o crime que não está tipificado no Código Penal de ausência de empatia, em especial o crime de não encarar o drama dessas famílias com a gravidade que esses dramas tinham.

Nós não estamos aqui falando dos números, não são os números subestimados em que insiste o Senhor Presidente da República; não são os números de 569.581, que, segundo o próprio Ministério da Saúde, podem até ser, esses sim, subestimados. São as histórias de vida, são essas trajetórias, é esta trágica obsessão do Presidente e de alguns dos seus apoiadores em tentar talvez minimizar a dor da perda dessas famílias.

O que mais pesa não são os números, são as mesas de jantares de brasileiros e brasileiras que estão vazias. Eu costumo dizer nesta CPI: é o pai, a mãe, o tio, a tia, o primo, a prima, o irmão, o amigo que está faltando na mesa de jantar da ceia de Páscoa, que faltou na última ceia de Natal, que faltará na próxima ceia de Natal. São esses órfãos.

Eu queria aqui fazer uma recomendação: existe um *site* de nome "Inumeráveis". Este *site* conta a história de vida de cada uma dessas vítimas. Lá não é para contar, é para nós procurarmos o que se chama empatia por um sofrimento que todos esses brasileiros têm.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Por isso, Sr. Presidente, é que nós temos que ir a fundo nessas investigações e procurar expor, assim, o máximo, Dr. Alexandre, de informação dos depoentes. São muito importantes essas informações para concluirmos.

Eu não sei se foi perguntado aqui, mas acho importante até mesmo para o preservar em relação a essa conversa depois que teve com a sua coordenadora, se foi por *chat*, se isso está gravado, se tem gravação dessa conversa que teve com a coordenadora, que parece que foi por videoconferência, não é? Foi pelo Teams?

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES (Para depor.) – Não, foi pelo Microsoft Teams....

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Microsoft...

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Isso, mas no *chat* do Microsoft isso fica registrado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Fica arquivado, fica registrado.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Nós temos como ter acesso? Isso é importante.

O SR. ALEXANDRE FIGUEIREDO COSTA SILVA MARQUES – Sim, a Comissão de PAD levantou isso, e os documentos foram compartilhados com esta Comissão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Já estão na Comissão. Isso é importante, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Eu agradeço, Sr. Alexandre, porque o fundamental aqui é a relação com... Não são os números, mas são essas famílias brasileiras que estão enlutadas. E é por isso e em nome delas que eu considero que a tarefa desta CPI é uma tarefa geracional, uma tarefa da nossa existência, é para dar satisfação a essas famílias.

Nada mais havendo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Desculpe estar interrompendo a todo momento, mas, já que terminamos mais cedo, a Deputada Joenia Wapichana, do Estado de Roraima, está aqui, e eu gostaria apenas de aqui registrar, como mulher e como Parlamentar, a presença da Joenia nessa tarde, final de oitiva de hoje.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Com muito orgulho, a única Deputada Federal do meu partido e a primeira Parlamentar indígena em 520 anos de história do Brasil. Seja bem-vinda, Deputada Joenia, toda vez que quiser estar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito!

Dr. Alexandre, desejo boa sorte ao senhor, à sua defesa no PAD que V. Exa. responde no Tribunal de Contas da União. Tenha certeza de que as informações que V. Sa. prestou a esta CPI são inestimáveis, são uma enorme contribuição para diagnosticarmos a ocorrência de mais um crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lamentável. Eu tenho dito aqui: esta CPI não necessitaria existir se outros tivessem cumprido o papel de evitar a tragédia, notadamente se a Procuradoria-Geral da República tivesse cumprido esse papel. É lamentável também constatarmos sempre a ocorrência de novos crimes, no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Já foi charlatanismo, já foi curandeirismo, já foi infração à ordem sanitária, hoje estamos diante do crime de falsificação de documento público, e os indícios lamentavelmente levam à figura de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, conforme consta no art. 297 do Código Penal.

Eu desejo boa sorte ao senhor.

E que fique desta oitiva do dia de hoje que o importante não são esses números. Mais importante que esses números são as vidas que se perderam e o sofrimento e o luto, que não têm reparação, para essas famílias. Aliás, o mínimo – repito – que esta Comissão Parlamentar de Inquérito pode fazer é honrar essas vítimas, apurando a responsabilidade: quem foram os responsáveis por essas mortes e por o País ser um dos que mais mata pela covid-19 no planeta.

Nada mais havendo a tratar e havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 42ª e da 43ª Reuniões, solicitando a dispensa das leituras.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

E, antes de declarar encerrada esta oitiva, convido todos para, amanhã, às 9h30, a oitiva do Sr. Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos, conforme Requerimento 531, de 2021, aprovado por esta Comissão.

Declaro encerrada esta oitiva do dia de hoje

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Soraya Thronicke e Dário Berger, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva de Túlio Silveira**. **Finalidade:** Oitiva de Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos. Oitiva do Túlio Silveira, Representante da Precisa Medicamentos, em atendimento ao requerimento 531/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos, em atendimento ao requerimento de autoria de S. Exa. o Senador Alessandro Vieira.

Solicito que o depoente seja conduzido à mesa.

(*Pausa.*)

A comissão foi notificada de decisão liminar de S. Exa. o Ministro Luiz Fux, no Habeas Corpus nº 204.492, no qual o impetrante alegou que o sigilo profissional estabelecido no Estatuto da Advocacia albergaria a manutenção do seu silêncio durante todo o depoimento.

A decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal, foi no seguinte sentido:

> Direito contra a autoincriminação tem acento constitucional, instaurando direito subjetivo a ser exercido por qualquer cidadão de não produzir prova contra si mesmo. Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu próprio titular, a quem cabe [e aqui grifo desta Comissão Parlamentar de Inquérito] a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica.
> Nesse sentido, é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício da não autoincriminação. Por outro lado, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais. Neste ponto, às Comissões Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso de exercício do direito de não-incriminação. Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a CPI de autoridade para adoção fundamentada das providências legais cabíveis.
> Concedo, portanto [e esta é a decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux], a liminar pretendida a fim de que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e exclusivamente em relação aos fatos que o incriminam, o paciente tenha o direito de: i) fazer-se acompanhar de advogado; ii) permanecer em silêncio; iii) não sofrer ameaça ou constrangimento em razão do exercício do direito contra a autoincriminação, excluída a possibilidade de ser submetida a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos, em razão do exercício dessas prerrogativas constitucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Por fim, à luz dos fundamentos anteriormente lançados, indefiro o pedido de não comparecimento ou de retirar-se da sessão, impondo-se, quanto aos demais fatos de que o paciente tenha conhecimento na qualidade de testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

É a síntese da decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux.

A decisão nos parece clara no sentido de que, quanto aos fatos de que V.Sa. o Sr. Túlio tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, há o dever de depor, de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal e da decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux; assim como, obviamente, o direito, e assim saúdo e dou boas-vindas à douta defesa do paciente, do depoente no dia de hoje.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Pela ordem.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO – V. Exa. me permitiria um aparte, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Parece-me que teremos duas questões de ordem de inauguração. A Presidência concede à douta defesa; em seguida, à Senadora Simone Tebet, para darmos prosseguimento.

Pois não.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Para expor.) **–** Exmo. Senador Presidente desta ilustrada Comissão, Exmo. Sr. Senador Relator, eminentes relatores componentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito e de suma relevância.

Sr. Presidente, a defesa agradece a palavra concedida por V. Exa. pra colocar um assunto extremamente caro à democracia e à advocacia brasileira.

Nós estamos aqui perante uma convocação de uma pessoa que, ao contrário do que a imprensa salientou e propagou, não é consultor jurídico da empresa Precisa, mas, sim, advogado, advogado contratado pela empresa Precisa. E todo conhecimento que ela detém do objeto que ora é investigado perante esta egrégia Comissão foi-lhe passado, foi-lhe dado conhecimento na qualidade de advogado.

Assumimos a defesa recentemente do Dr. Túlio, já após a impetração do *habeas corpus*, e na impetração do *habeas corpus* ficou assegurado pelo Supremo Tribunal Federal que, quanto aos fatos em que ele venha a ser investigado, ele está isento de prestar compromisso e isento de responder, diante da garantia constitucional de assegurar a presunção de inocência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aqui há um detalhe especial em que eu peço a deliberação da Comissão, considerando que nós temos um arcabouço jurídico que resguarda a primeira grande garantia da advocacia e do direito de defesa, que é o sigilo de comunicação e de dados entre advogados e clientes. Para que V. Exas. tenham uma ideia da irrelevância e da importância desse dado, esta Casa parlamentar, a Casa mais alta, o Parlamento mais alto brasileiro, sancionou inúmeras leis nesse sentido. Cito como exemplo o Estatuto da OAB, no art. 7º, inciso XIX: "recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional".

Neste mesmo diapasão, Sr. Presidente, nós temos o Código de Processo Penal, que também resguarda o advogado, que também resguarda o direito de defesa, que resguarda, além do direito de defesa, o Estado democrático de direito, no sentido de vedar ao advogado se pronunciar ao ser inquirido sobre fato de que tenha tomado conhecimento na qualidade de advogado.

E mais recentemente, esta Legislatura aprovou a lei de crime de abuso de autoridade, considerando tão relevante essa garantia, seja para o exercício do direito de defesa, seja para a constituição do Estado democrático, que erigiu como crime, no sentido de que, no seu art. 5 dispôs: "Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo".

No caso, o meu cliente foi constituído pela Precisa para ser advogado da Precisa no início de 2020, ou seja, bem antes do início do processo de contratação e de compra e venda de vacinas. Então, toda essa matéria de que ele tomou conhecimento, de que teve conhecimento, em que participou de reuniões, foi na qualidade de advogado e, dentro dessa qualidade, deve ser preservado por esta Casa o seu sigilo profissional.

A decisão a ser proferida aqui, pela grandeza desta Casa, vai espelhar, caso deferido e insistido que ele viole sigilo profissional, que amanhã nós tenhamos milhares de delegados de polícia a intimar advogados para que prestem depoimento sobre fatos que tiveram conhecimento sob o sigilo profissional.

A grandeza dessa matéria, o custo dessa matéria para o Estado democrático de direito e, sobretudo, para a advocacia é gravíssimo.

Tivemos a oportunidade de fazer uma consulta à OAB/DF, onde o meu constituinte é registrado, e a OAB/DF foi precisa em dizer que em hipótese alguma e em circunstância alguma, seja na qualidade de investigado, seja na qualidade de testemunha, seja perante o Poder Judiciário, seja perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito, seja perante o Ministério Público Federal, o cliente está autorizado a revelar segredo de que tomou conhecimento em razão do ofício de advogado.

Assim, diante dessas circunstâncias – diante dessas circunstâncias –, é que a defesa pede a análise por parte desta Comissão para que reconsidere a possibilidade de ouvi-lo nesta Comissão, tendo em vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o objeto certo e preciso dela envolve todos fatos relacionados ao exercício da profissão de advogado, portanto é vedado colocá-lo; ou, caso contrário, que ao menos respeite o direito ao silêncio, sem sancioná-lo em razão da farta legislação aqui citada.

O prejuízo para a democracia é imensurável se obrigar um advogado a tomar conhecimento, a falar sobre fatos de que tomou conhecimento. Os prejuízos pessoais também são incalculáveis, considerando que um processo ético-administrativo – porque não há subordinação a esta Comissão, a OAB é livre para instruí-lo e julgá-lo – poderá resultar, demandando o prejuízo que cause a violação do sigilo, inclusive na cassação do seu registro profissional, ou seja, na impossibilidade de exercer a profissão para o qual se preparou.

Então, diante dessas ponderações, com o mais absoluto respeito a esta Comissão, é que se pede que reconsidere a convocação ou se respeite o direito ao silêncio, porque há valores preciosos e grandiosos que irão ser respeitados nesse momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou passar... Eu vou devolver a Presidência ao seu... Vou repassar a Presidência para o seu titular.

Nós temos questão de ordem, Sr. Presidente, da Senadora Simone Tebet, do Senador Marcos Rogério e, agora, do Senador Izalci Lucas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Eu queria pedir pela ordem depois.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, em seguida, do Senador Humberto Costa. Então, essa é a ordem das questões de ordem a serem proferidas aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Também solicito um pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria sugerir, para deixar já a Presidência ao seu titular, três minutos para cada colega proferir a sua questão de ordem. Ao final das questões de ordem, esta Presidência – e aqui já com seu titular – deferirá, deliberará sobre a questão de ordem aqui apresentada pela douta defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, devolvo, retorno à Presidência ao seu titular, para o encaminhamento e resolução posterior. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe-me.

Questão de ordem começa com a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para questão de ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço a exposição inicial ao Dr. Toledo e gostaria, primeiro, de tranquilizar não só o Dr. Toledo quanto o Dr. Túlio, que está aqui na condição de testemunha, seja como convocado ou como convidado, e obviamente vai ter por parte de todos nós o respeito merecido de qualquer convidado ou convocado por esta Comissão.

Mas a fala de V. Sa., Dr. Toledo, só reforça, Sr. Presidente, a razão de estarmos todos aqui, porque quem inclusive pediu que pudesse ser convidado o Dr. Túlio fui eu, por uma simples razão: eu não achei no processo que me entregaram – e se tiver, obviamente deve estar em uma dos milhares de páginas da Covaxin – nenhuma procuração *ad judicia* do Dr. Túlio comprovando que ele era advogado da Precisa quando ele atravessou uma série de *e-mails* no contrato da Covaxin no Ministério da Saúde. Então, havia e há um entendimento, até o momento em que isso vai ser dissipado e diluído hoje – e acredito que vá ser dissipado, isso praticamente vai o eximir de qualquer tipo de responsabilidade – de que até aquele momento ele era um funcionário como advogado no departamento jurídico da Precisa, tanto que ele assina pelo departamento jurídico da Precisa e não como advogado, como banca advocatícia, com procuração *ad judicia*. E nesse aspecto, portanto, e justamente apenas nesse aspecto, pedimos que o Dr. Túlio fosse convidado. Então, é importante dizer que o...

Eu tenho aqui um documento em mãos, inclusive. Dos documentos impressos, do portfólio da Precisa, ele aparece todo momento como departamento jurídico e não como advogado. Então, nesse aspecto, sim, o Dr. Túlio tem que vir esclarecer. Óbvio que nós não vamos perguntar nada que interfira no sigilo do cliente com o advogado, mas até para que ele possa se eximir desse imbróglio jurídico que foi criado com o contrato da Covaxin. Por todas as formas que se olhe esse contrato, não dá outra conclusão a não ser dizer que esse contrato sequer esse contrato existe ou, na melhor das hipóteses, que é um contrato nulo de pleno direito. E por diversas vezes temos cópias de *e-mails* do Ministério da Saúde, que foram entregues por nós, encaminhados pelo Dr. Túlio antes da assinatura do contrato com a Precisa, pedindo agilidade desse contrato ou dizendo que iria entregar documentação que, aliás, depois nem sequer chegou, como a própria tradução juramentada daquilo que era mais precioso para dar validade à assinatura do contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que este é o momento de o Dr. Túlio dissipar essa dúvida. E, dissipando-a, nós podemos inclusive liberá-lo no momento mais rápido possível e continuar tratando do contrato da Covaxin. Mas eu entendo importante pelo menos esse esclarecimento por parte do Dr. Túlio, porque nos documentos que chegaram ao ministério, repito, não tem essa procuração do Dr. Túlio e, por diversas vezes nos documentos, ele aparece como departamento jurídico da Precisa. Portanto, um advogado contratado pela Precisa para poder dar agilidade. Independentemente de ser advogado ou do departamento jurídico, nós aqui sabemos das nossas prerrogativas e dos nossos deveres e jamais exigiremos de um advogado que ele quebre o sigilo do seu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é o próximo?

Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Como eu estou na ordem, enquanto ele procura, posso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sei, o Senador Randolfe falou uma questão de ordem aqui... (*Pausa.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores Parlamentares... Primeiro, Sr. Presidente, queria fazer um registro aqui da presença do Dr. Alex Sarkis, advogado no meu Estado de Rondônia, e hoje também com a atuação aqui no Distrito Federal, e que está aqui na condição de Procurador Nacional do Conselho Federal da OAB.

Seja muito bem-vindo ao Senado da República e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma ponderação, até a par do que a nobre colega Senadora Simone Tebet acaba de fazer, é que, assim, é preciso deixar claro que não é o fato de a CPI convocar na condição de testemunha que o depoente, obviamente, deve ser tratado como testemunha. Se há evidência de que o depoente está na condição de investigado, essa é a condição dele na CPI. Não é a forma que determina a condição, mas, se há atos praticados que são típicos de investigação,...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não são.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... obviamente que a testemunha se encontra na condição de investigado. Isso é algo importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já tivemos, em outras ocasiões aqui, Senadora Simone, e eu não estou aqui... As outras questões suscitadas pelo patrono, pelo doutor que o acompanha, Dr. Toledo, devem ser analisadas pelo Presidente, e há que se demonstrar à Mesa da CPI esta condição, se ele atuou na empresa na condição, de fato, de advogado, porque aí você tem o estatuto da Ordem que lhe assegura as prerrogativas do advogado, e esta CPI não pode ir além para desrespeitar tais regras, e nenhum de nós patrocinaremos qualquer ato arbitrário nesse sentido. Isso deve ser demonstrado – isso deve ser demonstrado. Por isso, estou concordando com a Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E eu também vou concordar com o Senador Marcos Rogério. A vinda do jurídico aqui é para justamente dizer que, à revelia do Dr. Túlio e à revelia dos advogados do Ministério da Saúde, houve um contrato fraudulento que foi feito. O que nós queremos mostrar exatamente é que o Dr. Túlio teria que ter participado de todos os processos e não foi chamado a participar. Então, ele é uma testemunha e não é, não está aqui na condição de investigado, porque ele pode trazer esclarecimentos, dentro do possível, para mostrar a esta Comissão que esse contrato sequer poderia ser assinado. Em nenhum momento, nós chamamos o Dr. Túlio porque temos, pelo menos até agora, qualquer indício de que ele tenha algum envolvimento nesse contrato. Isso eu quero deixar muito claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer duas perguntas aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para concluir, Presidente, meu raciocínio e já V. Exa. tomará a decisão – obviamente dentro das balizas do bom direito.

A questão da primazia da realidade. Veja: a CPI, às vezes, antecipa procedimentos de quebra de sigilo e isso impõe depois, à própria CPI, condições que dificultam o seu trabalho, que é colocar a testemunha na condição de investigado, e aí há essa disputa.

Então, eu quero apenas alertar V. Exa., Sr. Presidente, a par dessa provocação que a Senadora Simone fez em relação à condição de advogado, que esse é um fato relevante e há que ser aferido.

A outra condição é verificar: houve a quebra? Se houve realmente atos que expõem o depoente à condição de investigado e não de testemunha, aí o patrono já fez o alerta aqui, e cabe a esta CPI respeitar as regras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Túlio, o seu advogado... Como é o nome do seu advogado, por favor? Doutor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Toledo, o senhor que fez o Habeas Corpus nº 204492?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (*Fora do microfone.*) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (*Fora do microfone.*) – Eu assumi a defesa após a impetração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. O senhor sabe que tem um *habeas corpus* que foi pedido ao Ministro, não é? Então, tudo que está se discutindo aqui, eu vou me basear, como sempre me baseei, no *habeas corpus* que eu recebi aqui, e no *habeas corpus* não tem nenhum momento em que o seu cliente, o Dr. Túlio, não possa responder às perguntas aqui, e se calar quando algo o comprometer. Então, a sua questão de ordem não pode ser maior do que a decisão do Ministro Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Se tiver que recorrer a alguém, recorram ao Ministro Fux, não à Mesa. A Mesa vai continuar da mesma forma, como V. Exa. foi convocado.

O senhor tem 15 minutos pra querer se posicionar, depois passarei a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se tiverem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, só por questão de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se tiverem que recorrer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Uma questão de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... recorram da decisão do Dr. Fux.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma questão de procedimento: indague ao advogado e ao depoente se ele tinha procuração para atuar na condição de advogado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso deveria ter sido feito...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se foi juntado no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor. Só um minutinho, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Esse é o grande lance.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor. Isso deveria ter sido questionado ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, não à Mesa, está certo?

Eu não vou aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou cumprir a decisão do Ministro Fux. Recorram ao Ministro Fux. O resto pra mim é protelar, o resto pra mim é querer jogar água fria. O depoente acaba de dizer que o Dr. Toledo não era advogado dele no *habeas corpus.* Se fizeram o *habeas corpus* errado, não é culpa minha; se pediram uma coisa errada pro Ministro Fux, não é culpa minha. Eu sou Presidente da CPI. Eu, diferente de outros, respeito decisão judicial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, a pessoa pode ser... Só tem uma coisa: não adianta argumentar, que eu não vou aceitar. Eu aceito... Se chegar agora uma decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que o depoente não pode falar, que não pode ser testemunha, que não pode ser isso, eu vou acatar. Agora, não preciso... Já...

V. Exa., Senador Randolfe, leu ao advogado e ao depoente o que o Ministro Fux decidiu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fiz a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, já é de conhecimento.

Então, Dr. Toledo, infelizmente, não foi o senhor que fez o *habeas corpus*. Talvez, se o senhor tivesse feito o *habeas corpus,* o senhor teria colocado na petição do *habeas corpus* essas questões que o senhor está colocando à Presidência da Mesa. Então, por isso eu não tenho como atendê-lo, eu não posso passar por cima, porque ele já recorreu ao Supremo pra poder se calar. O pedido dele, aqui: "a Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Luiz Fux no Habeas Corpus 204492, no qual o impetrante alegou que o sigilo profissional estabelecido no Estatuto da Advocacia albergaria a manutenção do seu silêncio durante todo o depoimento. A decisão do Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a seguinte", e aí ele dá a decisão, que é de conhecimento do advogado e de V. Exa., que é advogado, e da Senadora Simone, que são advogados.

Eu não vou arredar um milímetro. Não tem argumento. Não terá argumento para esta Presidência que eu arregue um milímetro do que o Ministro Luiz Fux decidiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente, apenas um apelo a V. Exa. E veja V. Exa.: o apelo que estou fazendo a V. Exa. não é pela parte que está aqui, é em relação ao Estatuto da OAB, ao papel do advogado. Pergunte a ele apenas... Pergunte a ele apenas se ele tinha procuração para atuar na condição de advogado para a empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é se ele tinha procuração, é se ele tinha desde o final de 2020.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, é isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É se a procuração pra assinar e agir em nome da Precisa foi protocolada no Ministério da Saúde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque é obrigação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, isso nós vamos saber no curso do depoimento, vai ser perguntado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, essa é uma questão preliminar, Relator. Respeitosamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não tem questão de preliminar nesse aspecto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O respeito... O respeito às regras...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há uma decisão do Supremo Tribunal Federal que precisa ser cumprida. É isso que o Presidente Omar está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu me admiro... Eu me admiro de advogado pedir pra eu não cumprir a decisão do Ministro Fux.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu me admiro que alguém ainda vai questionar isso aqui. Não, aqui não! Talvez lá no Palácio do Planalto eles questionem decisão judicial; aqui na CPI nós temos obedecido a todas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente, V. Exa. não está sendo correto com seus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou sendo correto!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é disso que está se tratando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está se tratando de quê?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pra resolver, Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é disso que se trata.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ...o Relator pode fazer a primeira... Inverter as perguntas e fazer a primeira pergunta pra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... pra esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está confundindo as coisas, Presidente.

Não tem nada a ver com o depoimento do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O pedido é pra ficar em silêncio, porque ele pode...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, quanto a isso eu discordo, porque, se ele não preencher os requisitos da Ordem para essa condição, discordo absolutamente. Estou de acordo com a decisão do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só estou fazendo a V. Exa. um apelo para que faça o questionamento à luz do que estabelece o Estatuto da Ordem. Só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas por que é que esse questionamento do Estatuto da Ordem, que eu não tenho obrigação de conhecer, até porque eu não sou advogado nem bacharel, não foi feito ao Ministro Fux? Por que é que não fez? Vai ter que fazer pra mim e eu vou decidir? Não. Vou decidir o que o Ministro Fux falou. É isso que eu estou questionando, Senador. É que o pessoal em Direito, cada um tem uma interpretação jurídica da coisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tenho interpretação, eu só estou lendo aqui o que o Ministro Fux decidiu. Se alguém quiser questionar a decisão, que recorra ao Ministro Fux.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tenho como fazer outra coisa. Eu não conheço o Estatuto que V. Exa. está dizendo. Eu não tenho...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sou obrigado a conhecer o Estatuto da Ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – O que é que diz o Estatuto da Ordem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, a questão não é o Estatuto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A questão é a seguinte: o Dr. Toledo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A questão não é o Estatuto; a questão são os termos da decisão judicial.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Dr. Toledo levantou uma questão de ordem, que é o fato de ele ser advogado; portanto, ter uma procuração da Precisa desde o final de 2020.

Eu alertei o Dr. Túlio... Inclusive, fui eu que convidei e pedi pra que o Senador Humberto pudesse apresentar o requerimento do Dr. Túlio, porque, na investigação do processo da Covaxin, ele aparece o tempo todo como um assessor jurídico do departamento jurídico da Precisa, portanto um funcionário da Precisa, provavelmente com contrato – isso não interessa. E a todo momento ele encaminha *e-mails* pro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde cobrando o contrato administrativo da Covaxin, como se fosse um funcionário da Precisa, não como um escritório de advocacia dando assessoria jurídica. Isso faz toda a diferença pra efeito do Estatuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Dr. Túlio atuou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não respondeu. Não responde.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Mas tem que responder se ele atuou como advogado, uai!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ao longo do processo...Gente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, vamos andar, porque eu acredito que o Relator vai fazer essa pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que eu já decidi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Já está decidido, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que eu já decidi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos seguir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não tem nenhuma coisa aqui que possa mudar de ideia... Somente com uma decisão do Ministro Fux contrária à que ele deu. Só isso. Como ele não vai dar agora, eu vou continuar com o trabalho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Dr. Túlio atuou mais como consultor do que como advogado. Isso está claro. Essa é a razão de ele estar aqui hoje na CPI.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu perguntei ao Dr. Toledo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos seguir, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... se foi ele que pediu, fez o *habeas corpus*. Ele está dizendo que não, que foi outro advogado. Se o outro advogado não colocou na petição dele esses questionamentos que estão sendo feitos agora tanto pelo Dr. Toledo como pelo Senador Marcos Rogério, eu não posso mudar. Não é uma decisão... Eu não vou fazer uma decisão... Por mais que eu pergunte e ele diga que não, a decisão do Ministro Fux está muito clara aqui. Então, eu não tenho mais o que fazer.

Eu vou passar a palavra...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nem no *habeas corpus* foi colocada a condição dele de advogado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Presidente me concedeu uma questão de ordem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Esse foi anterior.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Superada essa questão, eu só quero fazer uma comunicação a V. Exa. – acho que alguns já sabem, mas só para ressaltar –: nós temos aqui a documentação do falso negativo; ontem o Dr. Alessandro, do TCU, confirmou auditoria do Tribunal de Contas com vários indícios de irregularidades; e hoje, numa operação, foram cumpridos 67 mandados de apreensão no DF, no Hospital de Base, de Santa Maria e em mais cinco Estados, inclusive no Amazonas, onde o Secretário está.

Então, só para dizer da importância de trazer mesmo, sem falta, o ex-Secretário de Saúde, que está sendo mais um motivo de operação aqui do Instituto de Gestão.

Era só essa comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos deixar claro que ele está no Amazonas porque o juiz concedeu para ele poder viajar de Brasília para Manaus para visitar os filhos. Coincidentemente, por isso que ele não veio depor hoje; ele estaria depondo hoje aqui. Correto? Então, como ele teve essa anuência do Judiciário para ele poder viajar, ele viajou.

Agora, eu estou sendo alertado aqui sobre a questão do Estatuto do Advogado – e eu tenho todo respeito pela OAB, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados –, mas eu não posso agora, depois de dada uma decisão... Se ele não tivesse recorrido ao Supremo, pedindo um *habeas corpus* para ficar em silêncio, Senador Marcos Rogério, eu poderia tomar essa decisão, porque aí poderia obedecer ao Estatuto da Ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele foi ao Estado... Ele foi ao Supremo. A partir do momento em que uma pessoa, qualquer cidadão, tem o direito de ir ao Supremo e o Supremo decide a forma como nós devemos fazer as perguntas, o que ele pode falar ou não, eu não... Não tem ninguém acima do Supremo. Está certo? Então, veja bem, não tem ninguém acima do Supremo! Se a Ordem tivesse nos comunicado – e todas as vezes em que a Ordem tem nos procurado nós temos tentado ser, Dr. Toledo, o mais coerentes; apesar de eu não ser advogado, mas tenho tentado aqui fazer o máximo possível –, eu poderia até tomar uma decisão nessa questão de ordem sua. Mas acontece que o advogado do depoente já tinha ido ao Supremo, e o Supremo já tinha decidido. E eu entendo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente! Presidente! Presidente, só uma questão...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – A palavra está com o Senador.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, eu tinha levantado uma outra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Faltou o compromisso, nos termos do art. 202, Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu tinha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O compromisso do art. 202 do CPP.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Eu tinha levantado uma questão de ordem sobre outro assunto e não tive a oportunidade de fazer, Sr. Presidente. A minha questão de ordem não tinha nada a ver com o depoimento de hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O compromisso do 202 do CPP.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem, Senadora Simone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para questão de ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente, eu vou ser breve.

A minha questão de ordem é sobre o depoimento de ontem. Eu gostaria de propor a esta Comissão que de repente pudesse apresentar um requerimento expedindo... Um requerimento ou, se não for possível, fazer constar no relatório do Senador Renan Calheiros, mas de preferência um requerimento expedindo uma recomendação ao Tribunal de Contas da União para que pudesse cumprir a própria resolução administrativa, do próprio tribunal, a de n° 94, de 1989, que proíbe a cessão ou a requisição de auditores do Tribunal de Contas da União ou outros servidores em especial aos órgãos do Poder Executivo. Não tem sentido um órgão de fiscalização e controle, que inclusive é órgão auxiliar do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, ter os seus servidores cedidos para um Poder que eles mesmos fiscalizam.

No caso específico do auditor Alexandre, ele foi convidado, e foi confirmado por ele, para ocupar uma das diretorias do BNDES. O Relator perguntou, inclusive, naquele momento, qual era o valor, se ele sabia o valor da remuneração paga aos diretores do BNDES. Pois bem, essas remunerações dos diretores variam entre R$77 mil e R$81 mil, muito acima do salário de um auditor, que é de R$39 mil, além, obviamente, no caso do BNDES, de eles terem direito aos lucros do banco, à participação nos lucros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu fiz essa pergunta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fez a pergunta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente!

Então, diante disso, Sr. Presidente, nós fomos até o Portal da Transparência do Tribunal de Contas da União e vimos que existem pelo menos oito auditores cedidos, três para agências reguladoras, dois para o Estado do DF, um para o Ministério da Agricultura e um para a Casa da Moeda. A única exceção constitucional permitida é para que eles auxiliem as CPIs. Por quê? O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Então, diante de tudo isso, já que tem uma resolução dizendo que não pode, que nós pudéssemos, esta CPI, recomendar, Sr. Relator, ao Tribunal de Contas, até porque é órgão auxiliar nosso, que impeça qualquer cedência e traga de volta esses servidores para que retornem ao Tribunal de Contas.

Por fim – e é a razão principal, Sr. Presidente –, o Tribunal de Contas, pela Constituição Federal, no seu art. 73 ou 74, é o único órgão, que inclusive não é da Justiça, que tem o poder de fiscalizar e julgar. Então, diante desse poder tão grande, não tem sentido, é preciso proteger esses servidores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer tipo de assédio. Não menor é a razão para que todos eles sejam concursados, e precisam ser concursados ainda que ocupem função comissionada.

Então, este é o pedido que faço: um requerimento no sentido de recomendar ao TCU que traga de volta os servidores que estão cedidos pelo Tribunal de Contas para seu órgão de origem.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu havia pedido pela ordem, mas eu vou abrir mão porque eu acho que a gente já perdeu tempo demais. Vamos começar, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A decisão para a gente é quanto aos fatos de que V. Sa. teve conhecimento na qualidade de testemunha relativamente ao dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

Diante disso, quanto a esses fatos, V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, não prestarei o compromisso nos termos da lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. O senhor tem 15 minutos para falar.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Exmo. Sr. Omar Aziz, digníssimo Senador Presidente deste Colegiado; Exmo. Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só vou fazer um alerta, Dr. Túlio. V. Exa. vai falar por 15 minutos, até um pouco mais. Só não me dê uma de Carlos Wizard aqui e, depois que falar 15e minutos, não responder nenhuma pergunta. Não é "ah", não; é "sim". Não façam isso com a gente. Pelo menos o mínimo de respeito a gente precisa.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Com todo o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se V. Exa... O seu advogado acabou... Conversei com o seu advogado há pouco. Com todo o respeito, disse: "Olha, eu não tenho como sair dessa regra". Ele disse: "O meu cliente vai ficar quieto. Não vai falar, não vai responder". É um direito que lhe assiste aqui pela decisão do Ministro. Veja bem: mesmo que o Ministro... Veja bem: coisas que possam incriminá-lo. Não são coisas que não possam incriminá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, daí o senhor fazer um discursinho aqui pra gente de quinze minutos, a gente ter que ouvir V. Exa. falando aqui para, depois, qualquer pergunta que fosse feita, baseada até no seu discurso, o senhor não responder, aí é falta de respeito comigo e eu não vou aceitar isso de ninguém – de ninguém.

Então, V. Exa. tem 15 minutos pra falar, mas por favor, baseados no que o senhor falar, nós podemos fazer perguntas, e o senhor vai ter que responder.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, em respeito a V. Exa. e a esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não é em respeito a mim; é em respeito ao Colegiado da CPI.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Em respeito a V. Exa., como representante, como chefe, como Presidente desta, em respeito a todos os Senadores e Senadoras, exercerei o meu direito inalienável ao silêncio, pois estou aqui na condição de investigado, haja vista as medidas cautelares que foram imputadas contra mim – meu sigilo telemático e meu sigilo telefônico foram quebrados por esta CPI; vários ofícios foram encaminhados às entidades correspondentes. Por essa razão, me encontro de fato como investigado.

De outro turno, respeitarei as prerrogativas da advocacia. Fui contratado como advogado, sou advogado da Precisa Medicamentos e permanecerei em silêncio em homenagem ao direito inalienável ao sigilo cliente-advogado.

Excelência, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só pra dizer uma coisa, Dr. Túlio: nem todo comportamento de um advogado se enquadra no que a Ordem diz. Nós não podemos aí achar que todo advogado está imune a qualquer coisa, que possa fazer qualquer coisa e se basear no estatuto ou no que lhe rege.

Respeito nós temos.

Senador Renan, com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria, antes de iniciar as perguntas, de fazer dois comunicados rápidos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O primeiro, que é necessário apurar de maneira aprofundada os atos do Líder do Governo Bolsonaro, suas relações e ligações políticas e empresariais, bem como a ausência de atitudes corretivas especialmente nas negociações e possíveis associações com servidores civis, militares do Ministério da Saúde investigados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sem falar em suas ocasionais conexões com Roberto Ferreira Dias e com os sócios das empresas de Francisco Emerson Maximiano, onde se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluem, entre dezenas de outras, a Global e a Precisa. Tudo somado, Presidente, as irregularidades nas negociações da vacina Covaxin com a Precisa, com a Belcher e com representantes de outras farmacêuticas tornam a situação carecedora de apuração aprofundada sobre o aspecto cível, criminal e administrativo, vez que, em princípio, não se justifica a temeridade do risco assumido pelo Ministério da Saúde com essas contratações, a não ser para atender a interesses dissociados do interesse público.

Por todo o exposto, na condição de Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a cargo de quem está elaborar o relatório final e manter avaliação contínua das linhas investigativas, comunico a V. Exa., o que, aliás, fiz anteriormente com relação a outros investigados, que, tendo em vista veementes indícios de cometimento de crimes, atos danosos ao patrimônio público e ainda atos de improbidade administrativa, decido, portanto, declarar e atribuir ao Sr. Ricardo José Magalhães Barros, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, a condição de investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Outro fato, Presidente, que eu gostaria de compartilhar com os demais Senadores desta Comissão Parlamentar de Inquérito é que, ontem, eu tive a grata satisfação de receber representantes das associações de defensores públicos da União em meu gabinete, ilustres representantes e conterrâneos de Alagoas, da Defensoria Pública do Estado de Alagoas. O motivo dessa reunião foi contar com uma espécie de força-tarefa ou estimular esta espécie de força-tarefa da categoria para estudar os melhores caminhos jurídicos para ajudar as famílias brasileiras a buscarem reparação judicial contra autoridades brasileiras e laboratórios que faturaram muito com a charlatanice envolvida no chamado tratamento precoce.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, depois de um rito necessário e até longo, enterrou definitivamente esta fraude chamada de cloroquina e ivermectina e apagou da nossa rotina fraudes que provocaram a morte de milhares de brasileiros, pais e mães de família, e que deixarão cicatrizes incuráveis por gerações. Já são hoje 570.718 mortos, muitas vidas perdidas que poderiam ter sido poupadas se o Presidente da República tivesse permitido e não tivesse sido absolutamente irresponsável na condução dessa pandemia.

Essa dor, Presidente, não passa, essa lágrima não seca, mas haveremos de, no desfecho dos trabalhos, contar com esse apoio para aperfeiçoamentos legais, com a gratuidade e empenho dos defensores em ações de indenização, esperando que outras categorias, a exemplo dos defensores, se prontifiquem a reparar ou minimizar essa tragédia e se prontifiquem, consequentemente, a responsabilizar os culpados, inclusive os da União.

Vamos receber, na próxima semana, as entidades de defesa da vida e dos sequelados. Aliás, um pedido que fiz ao Senador Humberto Costa, para que isso efetivamente acontecesse.

Eu passo às perguntas ao Sr. Túlio Belchior Mano da Silveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sua relação com a Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Eu sou advogado contratado para as atividades de advocacia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem procuração para atuar como advogado no caso da Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu tenho procuração para atuar no foro em geral da companhia. Eu sou advogado da companhia, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o escritório de advocacia por que V. Exa. foi contratado para atuar nas negociações da vacina Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – É o meu escritório mesmo, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu escritório tem nome?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Tem nome: Túlio Belchior Mano da Silveira Sociedade Uniprofissional. Inicialmente, fui contratado como advogado autônomo, e, depois, contratado o meu escritório de advocacia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. trabalha nos endereços da Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor. Eu presto serviço, em face da questão da pandemia, remotamente; às vezes presencialmente, às vezes aqui, em Brasília, às vezes em São Paulo, às vezes no interior de São Paulo, mas sou advogado da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, qual é o escopo da sua atuação na negociação e contrato da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Serviços advocatícios, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Serviços advocatícios.

V. Sa. continua prestando serviços à Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim, senhor. Não apenas à Precisa Medicamentos, mas a várias outras entidades, outras empresas as quais também represento. Eu não sou funcionário da Precisa Medicamentos; sou advogado contratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa., portanto, tem sido remunerado pela Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Desculpe, o senhor pode repetir? Não entendi a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. foi ou tem sido remunerado pela Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu sou prestador de serviços jurídicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o seu escritório foi selecionado para prestar serviços advocatícios à Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Como foi selecionado? Acredito que pela minha experiência de atuação em licitações de contratos administrativos há 20 anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi indicado por alguém?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Creio que não. Não saberia responder essa pergunta, se houve indicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são as empresas ou escritórios de advocacia de que V. Sa. é sócio?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Apenas do meu escritório de advocacia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas do escritório de advocacia.

Qual é o endereço do seu escritório de advocacia?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – É na minha cidade, no interior de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a cidade, por favor?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – É Nhandeara.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Suas empresas e escritórios têm representação no Distrito Federal?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu sou inscrito na OAB do Distrito Federal, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde V. Sa. se encontrava com o Sr. Francisco Maximiano e outros funcionários ou representantes da Precisa Medicamentos para tratar dos interesses da empresa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Normalmente nos endereços da empresa. Aliás, normalmente, assim, habitualmente nos endereços das empresas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já havia participado de outras contratações de entidades privadas junto ao Ministério da Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que contratações, junto a órgãos públicos, V. Sa. atuou em sua vida profissional como advogado, administrativista e quando isso ocorreu, por favor?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, eu não tenho como lhe precisar aqui datas específicas, mas como eu presto assessoria jurídica na área de licitações e contratos normalmente são de clientes que participam de licitações, eu não teria como precisar aqui a quantidade a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda sobre a questão da Covaxin, para não deixar nenhuma dúvida, V. Sa. atualmente está participando de negociações ou contratações junto ao Governo Federal?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Desculpa, eu não entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além do contrato da Covaxin, para não deixar dúvida, V. Sa. atualmente está participando de negociações ou contratações junto ao Governo Federal ?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu sou advogado da Precisa, exerço a defesa da companhia e no Governo Federal... Mas em relação à Precisa? A companhia que nós estamos falando, Excelência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, a Precisa, exatamente.

Além do contrato da Covaxin, V. Sa. atualmente está participando de negociações ou contratações...

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, Excelência, com todo o respeito, eu não participo de negociações. Eu sou advogado da companhia e assisto à companhia nos negócios jurídicos da companhia.

Está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não participo de negociação, eu sou advogado e assisto à companhia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que...

Dr. Túlio, o Relator não quis dizer que o senhor participava... A negociação, que ele fala, é se o senhor presencia a questão da compra da vacina, quantas vacinas... A negociação é essa, não é financeira, não é que o senhor vá ter alguma vantagem financeira.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é isso.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – ... eu peço desculpas se eu me expressei mal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, quer dizer, a pergunta não é lhe acusando absolutamente. É o seguinte...

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, não, eu até não tomei como provocação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Se participou, por exemplo, da negociação da compra da vacina.

O senhor estava presente quando, em janeiro, a Precisa, o Sr. Maximiano, a Dra. Emanuela e pessoal do Governo estavam sentados à mesa conversando sobre valores e tal, tal.

O senhor esteve presente em alguma reunião dessa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, a respeito dessas condições específicas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor esteve presente, por exemplo, no Ministério da Saúde em alguma reunião representando a Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só isso, não é essa a negociação que eu entendi, não é uma negociação que o senhor tenha vantagem financeira.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Até nem tomei por esse lado, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor tomou por esse lado porque o senhor foi bastante enfático na sua defesa.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pois é. "Não, não participo...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Só para esclarecer.

Qual foi a pergunta mesmo, Relator, desculpe?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual foi a pergunta, Presidente, que você fez para ele?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Não, a do senhor, a primeira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, eu fiz...

Eu perguntei para V. Sa., com muita gentileza e gostaria que as respostas também acontecessem dessa forma, que se, além do contrato da Covaxin, V. Sa. atualmente está participando de negociações ou contratações junto ao Governo Federal, junto ao Governo Federal?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, como eu disse a V. Exa. – e aí até peço escusas se o tom foi rude, até peço escusas a este Colegiado, com todo o respeito –, eu não participo de negociações, mas eu assisto a companhia na relação jurídica que tem de advogado. Então, eu exerço a defesa nos contratos que a companhia possui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos os contratos junto ao Governo Federal?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu exerço a defesa jurídica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E junto ao Governo do Distrito Federal?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor. Essa não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. possui relacionamento prévio, anterior à contratação da Covaxin com Francisco Emerson Maximiano e suas empresas?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou, de alguma maneira, da execução de contratos da Global Gestão em Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. presta serviço para outras empresas de Francisco Maximiano, como Saúdebank Assessoria Estratégica e Financeira, 6M Participações, de novo, Global Gestão em Saúde, Primares Holding e Participações e Farmaserv, e BSF Gestão em Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu sou advogado da Precisa Comercialização de Medicamentos, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não tem efetivamente nenhum vínculo com essas empresas, profissional?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu sou advogado da Precisa Comercialização de Medicamentos, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que abriu o escritório de advocacia em data próxima à da assinatura do contrato da Covaxin? Com que finalidade?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Em data próxima... O senhor poderia verificar a data, por gentileza?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando se V. Sa. abriu o escritório de advocacia em data próxima. V. Sa. deve pelo menos saber qual foi a data em que abriu o escritório de advocacia, pelo menos saber disso, para vir depor e não fazer esse tipo de pergunta a quem está lhe interrogando. (*Pausa.*)

A pergunta é a seguinte: V. Sa. confirma que abriu o escritório de advocacia em data próxima à da assinatura do contrato da Covaxin? Com que finalidade?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, foi no início de fevereiro, por questão de planejamento tributário e o aumento das demandas dos meus clientes.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fevereiro de 2020 ou 2021?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Vinte e um, Excelência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vinte e um?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vinte e um.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi assinado o contrato dia 25, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato foi em 25, e o escritório foi aberto em 23/02/2021.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – É, na atividade... Eu já prestava serviços como profissional autônomo. As demandas estavam aumentando e eu resolvi abrir, fundar o meu escritório de advocacia, como está prevista na legislação essa possibilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. atuou nas tratativas entre a Precisa Medicamentos e a empresa indiana Bharat Biotech?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu sou advogado da companhia, da Precisa. Analiso a documentação. Acho que participei de uma ou duas reuniões técnicas, jurídicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, atuou?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, a respeito dessa questão de atuação, eu entendo que já parte para a própria questão do sigilo profissional, eu vou me manter em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Retira o que o senhor falou, que participou de duas reuniões técnicas?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, Excelência, nessa parte específica eu não retiro. Eu creio que tenha participado de uma ou duas reuniões técnicas jurídicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando começaram os contatos com a Precisa Medicamentos e a Bharat Biotech, por favor?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, essa informação... Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou de todo o processo de negociação com a Bharat Biotech?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu a aproximação da Bharat Biotech e quais foram seus facilitadores?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode fazer um relato cronológico de como foram as negociações iniciais da Precisa, chegando até a assinatura do contrato com o Ministério da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como advogado militante no campo do Direito Administrativo e partícipe direto das tratativas da compra da Covaxin – e nesta condição apenas –, nós perguntamos: o contrato com o Ministério da Saúde prevê pagamento direto a qual dessas empresas, Bharat Biotech ou Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto a Bharat Biotech receberá do contrato de fornecimento de 20 milhões de doses da Covaxin e que parcela desse montante será destinada à remuneração da Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o empenho dos recursos das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos se a própria Precisa Medicamentos, por meio da Sra. Emanuela Medrades, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, alegou que a ordem bancária para pagamento, pelo contrato, seria feita diretamente em nome da Bharat Biotech?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É lícito que o Ministério da Saúde emita ordem bancária para o exterior?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que órgão do Poder Executivo a Precisa Medicamentos manteve relacionamento do âmbito nas negociações administrativas a respeito da compra da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De acordo com o contrato, seria lícito fazer pagamentos à Madison Biotech, suposta empresa sediada em paraísos fiscais, ausente no termo contratual e que surge inesperadamente nas *invoices* de cobrança enviadas pela Precisa Medicamentos ao Ministério da Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como consultor de Direito Administrativo da Precisa Medicamentos, V. Sa. foi responsável por solicitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudanças no contrato da Covaxin para que o pagamento pela vacina fosse feito à vista e assim que as doses fossem embarcadas na Índia?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, se puder responder desta vez, V. Sa. foi responsável por solicitar a retirada da cláusula que previa exclusividade do Ministro da Saúde em adquirir a Covaxin no Brasil?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. fez contatos com órgãos jurídicos da Presidência da República?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. sugeriu ao Governo alguma mudança na legislação ou na interpretação das normas administrativas que pudessem facilitar os trâmites da Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. articulou com Parlamentares a apresentação de emendas à Medida Provisória 1.026, de 2021, para facilitar a importação da vacina Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. confirma que esteve na Q.I. 15 do Lago Sul, bairro nobre aqui de Brasília, para tratar de interesses da Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Algum estabelecimento da Precisa ou de Maximiano funciona nessa região?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por que V. Sa. enviou vários, pelo menos quatro, *e-mails* para o Ministério da Saúde que pressionavam a pasta a apressar a assinatura do contrato da Covaxin, além de solicitar o envio posterior de documentos exigidos para a conclusão do negócio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Comissão Parlamentar de Inquérito se sente no dever de continuar perguntando, através do seu Relator, embora nós tenhamos o silêncio como resposta, talvez diante da impossibilidade de se ter a resposta dentro dos limites da legislação brasileira.

A Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso a uma memória de reunião, realizada no dia 20 de novembro de 2020, que registra, essa memória da reunião, que a vacina Covaxin tinha preço de US$10 por dose, e esse valor ainda poderia ser reduzido em caso de aquisição de um quantitativo elevado de doses. Isso consta na memória da reunião. Consta nessa memória de reunião que V. Sa. estava presente nesse encontro. V. Sa. poderia narrar como ocorreu essa reunião?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo, por favor, o vídeo 1.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse preço de US$10 foi informado diretamente pelos executivos da Bharat Biotech ou pela Precisa, através do senhor ou da Emanuela Medrades?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez viagens internacionais para tratar da negociação da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que pessoas acompanharam V. Sa. nessas viagens?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Danilo Trento, e que tratativa manteve com ele a respeito da negociação da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que assuntos V. Sa. lidou com José Clóvis Batista Dattoli Júnior, apontado pela Sra. Emanuela – exibida há pouco, em vídeo – como consultor de mercado exterior da Precisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Sr. Relator, só pra gente fazer aqui o registro de que o depoente está ficando em silêncio e a decisão do Ministro é clara: ele recorre ao direito de ficar em silêncio em casos que não o incriminem, ou seja, em que ele possa ter alguma relação direta. No caso de testemunha, ele tem obrigação de falar a esta Comissão. Então, que isso fique registrado, para o conhecimento, porque é importante a consignação, ao final, diante do silêncio dele, a necessidade do aprofundamento da participação ou não nos fatos sobre os quais o Relator faz a inquirição neste momento.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Para expor.) **–** Eminente Presidente, V. Exa. poderia me dar só um aparte?

Todas as perguntas são relacionadas à participação do depoente. Portanto, não há qualidade de testemunha. Não é a pessoa que presenciou, viu, olhou, tomou conhecimento de fato, mas que participou. Então, ele está dentro da garantia constitucional dele, com o mais absoluto respeito.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Não, ele pode buscar, sim, a garantia dele, senhor advogado...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) **–** Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Só um segundo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) **–** ... se a senhora me permite a colaboração pra senhora e pro Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) **–** Que se utilizem as expressões "acompanhou", "assistiu", "presenciou", porque o conteúdo da relação entre advogado e seu cliente, sem dúvida nenhuma, é protegido e merece essa proteção, ela é constitucional, ela é essencial, mas não o fato de ter testemunhado atos, situações relevantes juridicamente e apurados pela CPI. Fosse relevante, V. Sa. teria alegado isso perante o Supremo. Não o fez. Não o fez.

Então, é importante só pontuar isso e fazer esse ajuste, talvez, de terminologia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Perdeu a oportunidade de fazer. E, na forma do que coloca tanto a Presidente quanto o Senador Alessandro Vieira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Comissão não pode desperdiçar a oportunidade de ouvi-lo sobre casos que não o incriminam. É essa a decisão do Supremo Tribunal Federal, do Presidente Fux. Ao se recusar a responder esses casos aos quais assistiu, para dar um testemunho em benefício da verdade, V. Sa. faz um silêncio, infelizmente, comprometedor.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Apenas, Sr. Relator, é exatamente que isso fique claro aqui a todos que, inclusive, estão nos acompanhando: o silêncio do depoente remete à possibilidade de incriminação nos fatos que estão sendo questionados pelo Relator. Se ele não responde, em tese, baseado na decisão do Supremo Tribunal Federal, ele poderá ter relação direta, portanto, de se incriminar. Que isso fique claro, o silêncio com relação do se incriminar. Se ele fala, estaria, portanto, numa situação de testemunha, e, portanto, não há indícios de sua participação direta, portanto, de autoincriminação. Então, que fique registrado isso aqui. Inclusive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... diante dos questionamentos feitos pelo Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois não, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Nos termos da decisão de S. Exa., o Ministro Fux, eu quero aqui, se V. Exa. me permite e dialogando com a douta defesa do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Enquanto o Senador Randolfe busca, a decisão é clara do Ministro. Ele fala o seguinte:

> [...] concedo, em parte, a liminar pretendida, a fim de que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e exclusivamente em relação aos fatos que o incriminem, o paciente tenha o direito de: [...] [e aí vamos lá] (ii) permanecer em silêncio [...] [que é o item 2].

Então, o silêncio do depoente tem relação direta a fatos que o incriminem. Portanto, o Relator tem o seu juízo de fazer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesses termos, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... o encaminhamento no seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Questão de ordem nesses termos.

Para dar fiel cumprimento e cabo à decisão de S. Exa. o Ministro Fux, eu sugeriria a V. Exa., ao senhor depoente e à douta defesa que, diante da pergunta, declinasse, informasse qual o trecho da pergunta que o incrimina e, por conta disso, não se abstenha de responder a parte que eventualmente não o incrimine.

O fato da pergunta que não incrimina, nos termos da decisão do Ministro Fux...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito, muito bem colocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... ele pode muito bem responder.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO – Sra. Presidente, me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois não.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Para expor.) – ... um aparte em relação à proposição posta pelo Senador Randolfe.

Senador Randolfe, com o mais absoluto respeito, o depoente, neste particular, não está obrigado a dizer qual a parte. Se ele sentir que isso possa lhe trazer gravame, ele pode invocar o direito ao silêncio. Então, com o mais absoluto respeito, ele vai se limitar, neste particular... As perguntas que foram feitas que não envolviam participação dele, ele respondeu absolutamente todas. Aquelas que ele considera que podem gerar prejuízo, seja a questão do sigilo profissional – que foi colocado aqui bem claro a V. Exa., com toda lealdade, que seria preservado –, seja a não autoincriminação, ele vai se limitar a dizer que não responderá, com o mais absoluto respeito a V. Exa. e a toda a Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Toledo, com a *data maxima venia*, me permita, Sra. Presidente, aqui reler os termos da decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux:

> [...] direito contra a autoincriminação tem assento constitucional, instaurando direito subjetivo, a ser exercido por qualquer cidadão, de não produzir prova contra si mesmo. Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu [...] titular [no qual eu concordo com a douta defesa e com o que é arguido pelo depoente], a quem cabe a avaliação inicial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica. Nesse sentido, é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício da não autoincriminação.

Agora, me permitam a douta defesa, o senhor depoente e a Sra. Presidente, diz ainda S. Exa. o Ministro Fux no *habeas corpus* concedido:

> Por outro lado, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais. Nesse ponto, às Comissões de Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso do exercício do direito de não-incriminação. Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a CPI de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis.

Então, Sra. Presidente, é nesses termos que eu peticiono a V. Exa., nos termos da limitação aqui apresentada, nos termos da decisão aqui prolatada por S. Exa. o Ministro Luiz Fux, que sejam os fatos que não implicam, obviamente, a ofensa ao direito da não autoincriminação, então, que o depoente possa, assim, responder.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Para contribuir, Senador Randolfe, há uma preliminar aqui que é saber (*Falha no áudio.*) qual é a condição com (*Fora do microfone.*) que o Dr. Túlio se apresenta nesta Comissão.

Com base na decisão do Presidente Fux, na realidade, ele não está aqui na condição de advogado, e, para que isso fique resolvido, basta que o depoente, Dr. Túlio, apresente ou diga se apresentou no Ministério da Saúde a procuração dele, como advogado da Precisa, para poder, em nome dela, fazer todas as tratativas no contrato da Covaxin. Do contrário, Dr. Túlio, com base na decisão do Supremo e com base no que nós tivemos aqui dos autos, em que também não encontramos essa procuração, V. Sa. não está aqui na função de testemunha como advogado, mas como um funcionário da Precisa que atuou, mandou *e-mails* e pressionou – pressionou! – o Ministério da Saúde a assinar um contrato administrativo mesmo sem uma procuração da Precisa com tradução juramentada, como diz a lei.

Então, essa situação é preliminar à própria decisão do Supremo, mas complementa a decisão do Supremo. Só tem um jeito de V. Sa. permanecer calado nesta Comissão: é comprovar que era procurador com plenos poderes no contrato da Covaxin, da Precisa no Ministério da Saúde. No nosso processo administrativo, isso não tem. Por isso é que V. Sa. aqui está, como esteve Emanuela, como do departamento jurídico, sim, mas como funcionário da Precisa. Eu não estou afirmando, eu estou perguntando: onde está a procuração? Aí, sim, aí V. Sa. aqui... Eu seria a primeira a dizer, como advogada, que, acima, inclusive, de qualquer questionamento, V. Sa. tem a prerrogativa do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Enquanto isso, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A propósito, V. Sa. tem ou não tem a procuração?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Relator, eu queria só também deixar aqui aos colegas, inclusive os que fizeram as intervenções, e sobretudo ao depoente que a CPI, e, portanto, a condução desse trabalho não aceitará o abuso do silêncio. Como já foi colocado ao depoente, em situações que o incriminem, V. Sa. tem o direito, na verdade, de permanecer em silêncio, mas, durante todo o depoimento, V. Sa. precisa responder às perguntas que são importantes para o andamento desta Comissão, até porque, nesta Comissão, V. Sa. está na condição de testemunha, e, portanto, não se pode abusar de uma decisão que foi dada de forma limitada na decisão que veio do Supremo Tribunal Federal. Ela é clara na sua decisão: o senhor não pode responder, ou melhor, o senhor busca o seu direito de ficar em silêncio em situações que o incriminem, ou seja... E aí nos remete, na verdade, a um outro entendimento: quando o Relator faz a pergunta a crimes que estão sendo investigados pela Comissão e o senhor busca o direito de não falar, subentende-se que o senhor tem relação direta com esses crimes que estão sendo investigados.

Então, que isso fique registrado aqui, e eu pediria que o senhor, na verdade, mantivesse respeito à decisão do Supremo e não buscasse, na verdade, de forma abusiva, ficar em silêncio daqui para a frente em todos os questionamentos que serão feitos pelo Relator.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu vou fazer a última pergunta, repeti-la: em que assunto V. Sa. lidou com José Clóvis Batista Dattoli Júnior, apontado pela Emanuela como consultor de mercado exterior?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Emanuela Medrades com a Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já que ela disse que a sua era de advogado, mas também de consultor.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e de assessor.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. Raphael Barão Otero de Abreu o senhor conhece?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele também participou das negociações da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio respeitosamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço pra Izabelle: por favor, exiba o vídeo dois.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Roberto Ferreira Dias, ex-Diretor do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse assunto não tem nada a ver com a questão da Covaxin. Qual é a sua relação?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação com José Ricardo Santana...

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... suposto amigo de Roberto Dias, que esteve com ele num jantar do dia de comemoração da assinatura do contrato da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que foi, inclusive, na ocasião em que houve o pedido de propina à empresa Davati.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com a Sra. Elaine Cristina Giglioli?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Marconny Faria?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com a Sra. Karina Kufa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço pra exibir, no telão, uma fotografia.

V. Sa. fez postagens na internet de apoio ao Presidente da República e ao chamado tratamento precoce. Qual é a sua relação com o Presidente da República e seus filhos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É evidente que essas postagens não têm nada a ver com a questão da Precisa nem com o papel que V. Sa. exerce perante a empresa. Isso aqui trata de postagem pessoal criminosamente em defesa do tratamento precoce e contra as vacinas. V. Sa. não se arrepende disso?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu agradeço, Presidente.

Mais uma vez, queria repetir que o silêncio do depoente é um silêncio incriminador, porque, em tendo oportunidade, ele não respondeu a nenhuma das perguntas que efetivamente não tinham nada a ver com a negociação da Covaxin nem da Precisa. Precisamos tratar esse depoimento nesta Comissão para que, posteriormente, a Comissão Parlamentar de Inquérito possa encaminhar as medidas cabíveis e necessárias.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sr. Relator.

Vamos à lista, aqui, de inscritos. Só lembrando que, às vezes, o silêncio é uma resposta mais alta do que muitas palavras. A CPI está muito atenta na investigação e continuará os seus trabalhos.

Vamos passar aqui aos inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Humberto Costa pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Não, eu troquei com a Senadora Simone Tebet.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, Simone Tebet! Com a palavra...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço que eu seja o segundo, por favor!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É porque tem o Senador Tasso Jereissati na sequência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas eu peço que eu seja o segundo. Eu estou já fazendo uma deferência...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tudo bem!

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Como eu tenho muito pouco tempo, eu vou ter que correr um pouquinho, porque são muitas as perguntas, e elas se somaram a outras tantas que vieram hoje.

Sobre essa questão do silêncio dos inocentes, Presidente Renan, Senador Renan, eu acredito que, infelizmente, o depoente teve a oportunidade de trazer aqui o único documento que garantiria a ele o direito ao absoluto silêncio, portanto na prerrogativa de advogado, de acordo com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, e perdeu a oportunidade, que é apresentar ou dizer que tinha ou que tem, no Ministério da Saúde, uma procuração da Precisa em nome dele para que ele pudesse exercer todos os atos administrativos para a realização do contrato da Covaxin. Não o fez, não responde na única pergunta que diminuiria aqui toda essa tensão e garantiria ao depoente o direito ao absoluto sigilo.

Eu quero aqui – comece a exposição, por favor! – lhe dizer que, até que se prove o contrário, Dr. Túlio, V. Sa. não está aqui como advogado, está como testemunha e sendo um funcionário do departamento jurídico da Precisa.

Esse é um documento oficial da Precisa com *e-mail* encaminhado por V. Sa. à Precisa como do departamento jurídico. Portanto, V. Sa. tem que responder às perguntas, a partir de agora, naquilo que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o incrimine, obviamente. Mas aqui não vou considerá-lo para esse fim como advogado, enquanto não me provar que o era, que tinha procuração, mas como um funcionário do departamento jurídico da Precisa.

Por favor, o próximo.

Além disso, desse *e-mail,* por diversas vezes – eu não vou ler aqui –, mesmo faltando uma série de documentos, V. Sa. pressiona, dias antes, antes até de abrir o seu escritório, no dia 18 de fevereiro, pressiona o ministério para assinar o contrato. Interessante que isso é dois dias antes de assinar o... De ter o escritório.

Então, dá a sensação, Senador Renan, de que ele era do departamento jurídico, depois ele vê que o contrato vai ser realizado, abre uma banca advocatícia e, aí, ocorre a assinatura do contrato.

O próximo eslaide por favor.

Da mesma forma, no dia 22, mais uma pressão. Quando houve um pedido lá do controle geral para que pudesse apresentar uma série de documentações e tradução juramentada de documentos, ele pede que a assinatura do contrato seja feita e posteriormente seriam resolvidos todos os imbróglios.

O próximo por favor.

Da mesma forma aqui, mais uma vez, Fernanda, considerando a urgência, pede tradução juramentada. A resposta: que assine o contrato que depois verificará todas as pendências jurídicas.

Bom, aí começam as minhas perguntas. Isso eu coloquei apenas como preâmbulo em relação a toda essa discussão preliminar que foi colocada aqui.

Dr. Túlio, eu pedi que se fizesse o convite a V. Sa., porque, na condição...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senadora Simone, só um momento.

Eu queria pedir aqui aos Senadores, muito gentilmente, que a gente fizesse silêncio. A Senadora Simone Tebet está fazendo as suas colocações e, naturalmente, ela pode perder um pouco o raciocínio por conta do barulho. Então, eu pediria aos colegas silêncio para que ouvíssemos a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, eu pediria só que se repusesse um pouco o meu tempo...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Claro, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... porque foram muitas as... E essa preliminar toda, eu tive que fazer. Se pudesse me colocar como questão de ordem, até para esclarecimento, e retomar os 15 minutos, eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Seu tempo será restabelecido, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dr. Túlio, eu pedi que V. Sa. viesse na condição de testemunha porque entendia que o jurídico, tanto do Ministério da Saúde quanto da Precisa, poderia nos trazer luz sobre esse contrato fraudulento, obscuro, opaco, para não dizer ilegal e até nulo de pleno direito ou, quem sabe, até podemos chegar à conclusão de que é um contrato inexistente.

Por quê? Porque eu vi o currículo de V. Sa. V. Sa. é professor, tem pós-graduação em Direito Público, mestrado em Direito Público. Da mesma forma, eu vi como foram tratados os consultores do Ministério da Saúde que a todo momento alertavam a Dlog, a secretaria executiva, Elcio Franco, Roberto Dias: "Esse contrato não está pronto para ser assinado, esse contrato não está pronto para ser assinado"; "Esse contrato não tem garantia contratual"; "Esse contrato está prevendo pagamento antecipado, não é pagamento antecipado"; "Esse contrato não tem partes"; "Esse contrato está com o CNPJ errado". Foram feitos seis termos de referência até se chegar minimamente a um contrato que continuou errado e nulo de pleno direito.

Então, quando eu pedi que V. Sa. viesse a esta Comissão foi simplesmente para que V. Sa. pudesse esclarecer, porque, olhando o currículo de V. Sa. e vendo que a consultoria jurídica do Ministério da Saúde não foi ouvida, ou foi ouvida mas não teve sua determinação cumprida, me dá a sensação de que, na realidade, V. Sas. até fizeram recomendações corretas, mas elas não foram consideradas. Então, é por isso que V. Sa. está aqui.

Vamos a um momento um pouco anterior à assinatura do contrato. Há um parecer da Conjur muito longo, lá no 103, que diz o seguinte: "A Precisa até representa a Bharat em algumas ações, documentos etc., mas dentre elas não está a de firmar contratos." A Precisa não tinha a função de assinar contratos por quê?

Podem passar por favor?

E alega até outras recomendações, pedindo para modificar tudo.

Pode ir para o MOU, por favor.

Porque, no memorando de intenção de novembro, está lá que a Precisa era mera importadora e distribuidora exclusiva. Ela não era representante exclusiva da Bharat. Consequentemente, se ela não era representante exclusiva, ela não poderia assinar contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo por favor.

Aqui novamente, ainda no memorando de intenção, diz que irá nomear a Precisa como distribuidora exclusiva e, lá no final – isto é importante; isto é muito importante, Relator –, importar e distribuir, ou seja, quem vai ser a importadora desse contrato? Precisa Medicamentos.

Bom, diante de tudo isso, indo direto a quem possa interessar – próximo, por favor –, lá ela deixa claro que a Bharat é uma representante, mas não é representante exclusiva. Em não sendo representante exclusiva, teria no mínimo um processo seletivo aí de licitação – V. Sa. sabe disso, como é Professor de Direito –, no que se refere à possibilidade de a Precisa poder assinar toda essa tratativa sem precisar novamente aí de um processo, ainda que ágil, de licitação.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Pode pular um e voltar depois nesse.

Pois bem, o que disse a Conjur e o que disse o Ministério da Saúde, os nossos colegas advogados? O processo está todo errado.

Se nós olharmos ali, V. Sa. aparece como testemunha nesse momento. Então, acredito que V. Sa. leu o contrato; e, se V. Sa. leu ou tivesse lido o contrato, teria visto que esse contrato não poderia ter sido assinado pela Emanuela. A Emanuela esteve nesta Comissão dizendo que era uma PJ, uma pessoa jurídica. Como uma pessoa jurídica assina em nome de outra pessoa jurídica que está representando outra pessoa jurídica, se ela, por diversas vezes, agia como uma pessoa física dentro da própria Precisa? Era necessária uma procuração.

Voltando à página anterior, Daiane, esta procuração foi exigida da Precisa, e a Precisa, falsificando uma procuração... Uma procuração falsa em todos os sentidos, inclusive sem reconhecimento de firma, é aceita de forma absurda pelo Ministério da Saúde, e, com base nisso – porque, toda hora, a Conjur e os termos de referência dizem: "Está faltando garantia, está faltando assinatura, está faltando procuração" –, a todo momento, eles pedem que se agilize e legalize o contrato administrativo. Isso não é feito pelo ministério, por quem assina.

Ainda dessa forma, Emanuela assina como pessoa física o contrato. Está aqui o RG. Não assina como pessoa jurídica. V. Sa. é Professor de Direito Administrativo, sabe que esse contrato não poderia ter sido assinado dessa forma.

Nós sabemos, básico, contrato exige partes; se não tem uma parte, o contrato é inexistente. Vamos supor que ela tivesse aí uma procuração verdadeira. Não é. A Bharat já provou – pode passar – que é falso, inclusive porque ela manda uma procuração ali com todos os erros. Isso é claro dentro do ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda que tivesse isso, o que aconteceu no dia 22? A Fernanda do Delog diz o seguinte: "Olha, eu preciso da documentação com tradução juramentada". Essas são as regras básicas do Direito Público. E ela encaminha pra V. Sa. no dia 22 à noite, exigindo alguns documentos, entre eles, que está em verde, a questão da lei aqui que o Líder do Governo inclusive apresenta, o Ricardo Barros – esse artigo –, pra justificar as intermediárias. Esse foi o grande ponto que atrapalhou todo o processo, porque a nossa Lei de Licitação e Contratos exige, no §4º, art. 32, que as empresas estrangeiras cujas firmas não existem aqui, Senador Humberto, tenham que ser representadas legalmente com poderes expressos, para receber citação e responder administrativamente e judicialmente.

Quando a Fernanda percebe isso, ela exige de vocês esse documento. Vocês falsificam. Quando eu digo "vocês", é a Precisa. A Precisa falsifica esse documento. A Bharat já comprovou que esse documento não é dela. Não faz a tradução juramentada, e V. Sa. pede para assinar o contrato mesmo sem a tradução juramentada, conforme os *e-mails*.

Olhe o que diz a carta de declaração da Bharat!

Por favor, o próximo!

Bem no final ali, ele coloca ali – olha! – que a Bharat é representada pela Madison para fim de recebimento de recursos.

O próximo! Não, desculpa! É antes disso. Eu já tinha passado lá.

Quando ela atesta... Quando ela atesta que o documento é falso, ainda assim, o contrato continua, para efeito do Ministério da Saúde, tendo validade, continuam tentando fazer pagamento, a ponto de exigirem uma carta de declaração da Bharat dizendo quem é que vai receber por esses valores. Aí aparece a Bharat dizendo: "Olha, quem nos representa [pode passar à próxima] é a Madison". E, pela primeira vez, a Madison aparece nessa história, nessa triangulação.

Eu gostaria de ir para as *invoices* para comprovar tudo isso que estou dizendo, para dizer que é um contrato fraudulento. Ele não poderia ser assinado pela Emanuela como pessoa jurídica e depois como pessoa física. Ele não podia ser assinado pela Precisa. A Precisa não tinha procuração; a procuração era falsa. O Ministério da Saúde não podia dizer que não sabia que a procuração era falsa. Ela grita aos olhos, ela não tem fé pública porque ela não está registrada. A procuração tem todas as características de falta de *scanner*, de que é uma procuração fraudulenta, inclusive com erros na digitação. Mas, mesmo assim, tentam... Contrariando o próprio contato, tentam emitir uma nota fiscal, que é a primeira nota fiscal, para a qual eu gostaria de chamar a atenção aqui.

Eu não estou perguntando para V. Sa., porque V. Sa. já disse que vai permanecer calado. Então, estou passando adiante.

A próxima, por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério, lembra quando o Ministro Onyx e o Elcio Franco... Lembra quando o Ministro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está hoje difícil!

Lembra quando o Ministro Onyx e o Elcio Franco vieram a público para defender o Presidente da República e dizer "essa *invoice* é falsa"? Qual foi o argumento que eles deram? E está lá no ministério. É tão falsa, que os números aqui estão errados. Não são 300 mil, são 3 milhões de doses. E aí coloca ainda ali que as doses estão erradas e que, consequentemente, o pagamento não é antecipado. Pois bem, até eu caí nessa! Está dizendo que, embora verdadeira – e tem todas a características de verdadeira –, realmente as doses estão erradas. Não estavam, Sr. Presidente!

Essa *invoice* é tão verdadeira, que a Bharat disse que a Madison é que é responsável. Além de estar em inglês perfeito e com todas as características – pode passar! –, nós não tínhamos nos atentado, Senador Rogério, que é médico, a isso. Olhe a apresentação da Madison, da Precisa! As doses que viriam para o Brasil eram de 5ml, só que cada frasco de 5ml dá para dez vacinas. Portanto, se multiplicarmos 5ml por dez, ou seja, 10ml... Com dez doses em cada uma das 300 mil doses da primeira *invoice* – volta! –, nós temos exatamente as 3 milhões de doses. Não havia erro nenhum na primeira a ponto de justificar a segunda. A única coisa que havia era que a Conjur já havia alertado e diversos da Advocacia da União haviam alertado que o pagamento não poderia ser antecipado. Aí eles alegam: "Olha, a *invoice* veio errada porque o pagamento não podia ser antecipado". Não! A Madison fez o que é correto, porque a Bharat só trabalha com pagamento antecipado. Como é que eu sei disso?

Próximo. Próximo, por favor.

É o que diz... É onde está... Lá!

Esse é o documento universal da Bharat, que serve para o mundo e para o Brasil. Ele vem, a quem possa interessar, e faz um arrazoado de esclarecimentos. E vem, lá no finalzinho: com base... no caso da Precisa do Brasil, com base na *invoice*, o Ministério da Saúde paga o valor adiantado.

Então, não há como dizer que a primeira *invoice*... O ministro e o Elcio vieram a público e mentiram diante de um documento. Não há como não ter que, de repente, repensar a vinda de um deles, especialmente do Secretário-Executivo Elcio. A Madison... A Bharat disse que a Madison era quem receberia no estrangeiro. A própria Bharat diz: "Eu só recebo adiantado". A nota estava certa no pagamento antecipado e nas doses.

Aí vem a lambança.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo erro da segunda *invoice*, que nós não vamos repetir, e incluíram mais US$1 milhão para receber dinheiro do frete e do seguro separadamente. Então, o que era US$45 milhões passou para US$46 milhões. E, pasmem – pasmem! –: essa segunda nota, não dá para ver na esquerda, é tão fraudulenta, ela é tão equivocada, que – também não considerando aquelas doses, Rogério, da questão de que 5ml dá para dez vacinas, e não para uma só... Na realidade, no canto esquerdo, olha como não foi fabricada pela Madison nem pela Bharat, olha o prejuízo que ela teria se cumprisse isso – ela teria que fornecer por essa não 4,8 milhões, como está aqui, mas 48 milhões de doses. Qual era mesmo a quantidade de doses do contrato?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vinte milhões; não 48 milhões logo na primeira leva.

Ou seja, algum empresário, algum laboratório vai se prejudicar para menos ou para mais. Vai dizer: "Não, sou benevolente; o Brasil está passando por uma pandemia, eu quero ajudar o Brasil. Então, mesmo que o contrato fale em 20 milhões de doses e eu só receba os US$45 milhões neste momento, eu vou dar para o Brasil não as 3 milhões de doses iniciais, mas – quanto, Senador Rogério? – 48 milhões de doses".

Então, quando se junta... Eu tenho muita coisa; não vou aqui, obviamente, ter a indelicadeza...

E, para finalizar – depois eu deixo para as próximas reuniões –, pode passar, por favor. A própria Precisa... Pode passar, onde ela... Volta lá. A própria Precisa diz que são 0,5ml, ou seja, 5ml para os frascos multidoses.

Pode ir passando, que já vamos para o final. Só tenho dois minutos.

E aí vem o tiro de misericórdia para tentarmos entender a Precisa nesse processo. A declaração da Precisa: "Sou importadora". Passa a próxima, porque é todo mundo perguntando. Vem a Anvisa e diz o seguinte: "Peraí, quem é o importador, a Precisa ou o Ministério da Saúde?". Solicita esses esclarecimentos. Por quê?

Pode passar adiante.

E pede, na licença de importação, que o sistema lá, do comércio exterior, do ministério, de importação, venha especificando de quem é a licença. Se vocês olharem aí – eu já estou terminando mesmo, Sr. Presidente –, o nome do importador: Ministério da Saúde. Mas não era a Precisa? Nome do exportador: Madison. Nome do fabricante: Bharat.

Mais uma página, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a Anvisa, no dia 24, e diz assim: "Olha, eu quero centralizar todas as conversas com o importador, porque a Precisa está atravessando, está copiando *e-mails* e está atravessando aqui, dentro do ministério e da Anvisa, está atrapalhando aqui". Quem é? Aí vem:" o ministério configura como importador na LI".

Passa para frente.

A Precisa vai lá e confirma, responde a Precisa indicando que o importador era o Ministério da Saúde. Mas, então, o que a Precisa está fazendo aqui?

Por fim, mais um... Lá no finalzinho; não, antes, essa última... Lá no finalzinho, é o que eu preciso.

Fala que são 5ml; 0,5ml por dose. Portanto, são 10 doses em cada 5 ml, confirmando tudo o que eu falei.

E aí vem a pergunta que eu deixo para os colegas, já que o Dr. Túlio não pode responder – era isso o que eu ia buscar em todo o meu depoimento –: onde fica a Precisa? Não é representante exclusivo, consequentemente não poderia estar participando do processo. Não possui procuração legítima para receber citação e responder administrativa e judicialmente, como exige a Lei de Licitação e Contratos, que foi aqui de novo mencionada pelo Líder do Governo, Ricardo Barros, para justificar a Belcher, para justificar as intermediárias da AstraZeneca, para justificar todas essas.

Ela não é importadora – a Precisa disse que não é, o ministério diz que não é, e a Anvisa aceita como não –, ela não é exportadora, ela não é fabricante. O que é a Precisa? Uma atravessadora? Vai levar comissão? Vai ajudar a levar esse dinheiro lá para a Madison, no paraíso fiscal, ou para a própria Envixia, que é outra novela de amanhã, para aí fazer evasão de divisas, não pagamento de tributos, pagamento de propina, tráfico de influência? O que é tudo isso, Doutor?

Eu achei, sinceramente, que V. Sa. viria para esclarecer, como advogado e bom advogado que sei que é, porque eu acredito.

Para encerrar, agradecendo a paciência dos colegas, mas é que eu levei 15 dias trabalhando nesse processo no período do recesso, apenas quero dizer que, pelo currículo de V. Sa. e se os consultores tivessem sido levados a sério lá no Ministério da Saúde, que tem Diretoria de Integridade – o Humberto foi ministro, sabe disso, e ajudou a criar o *compliance* –, que tem AGU lá dentro, a CGU trabalha lá dentro, que tem consultoria jurídica; se todos aqueles interessados em levar vantagem indevida com o dinheiro público, à custa da dor e da morte de milhares, centenas de milhares de pessoas, de repente, tivessem ouvido o Dr. Túlio, Professor de Direito Administrativo, e tivessem ouvido os consultores, não teriam assinado esse contrato que, na melhor das hipóteses, é nulo de pleno direito; na pior, ele não existe porque não tem parte.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone, eu não assisti a toda a sua fala, mas eu quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que a senhora fez, que contribui muito para o relatório final, detalhes, inclusive, que é de desconhecimento de muitas pessoas, e que não passou despercebido pela senhora.

Dr. Túlio, o senhor tinha conhecimento desses fatos narrados pela Senadora?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Sr. Presidente, respeitosamente permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, bem, das duas uma: ou o senhor não é um bom advogado, como a Dra. Simone está falando, afirmando, ou o senhor foi conivente, como advogado, com todos os indícios de irregularidade que isso tem.

Então, o senhor está aqui por isso. O senhor diz que é advogado e tem o direito de não falar sobre detalhes do contrato, mas desconhecer o seu trabalho jurídico em relação a essas coisas é muito grave. Isso é grave! E tenho certeza absoluta de que nenhum advogado que realmente preza pelo bom serviço concordaria com esse tipo de análise que a Senadora Simone teve o trabalho de detalhar pontualmente, coisa que é do seu conhecimento. O senhor pode até não responder, mas é do seu conhecimento. Sendo do seu conhecimento, o senhor sabe que fizeram coisas erradas, e coisas muito sérias, porque a partir do momento em que o senhor me diz "não, eu não conhecia isso, eu nunca vi, nunca me mostraram", é uma coisa. Agora, se é do seu conhecimento, Dr. Túlio, eu quero lhe dizer que o Senador Relator aqui vai ter que se atentar muito a isso, para que a gente não cometa injustiça, nem com o Dr. Túlio... Volto a repetir: se era do conhecimento dele, ele poderia ter alertado o seu cliente – "olha, isso aqui está errado, eu não concordo com isso" –, se não era do conhecimento dele, ele passou batido, e aí tenho que discordar da senhora – como advogado ele não fez o trabalho direito, que ele deveria fazer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a esta Comissão, se pudesse – já que ele não quer dizer, responder, nem entregar – , a requisição ao Ministério da Saúde da informação de se foi em fevereiro protocolada uma procuração do Dr. Túlio para ter plenos poderes para falar, se comunicar com o Ministério da Saúde em relação ao contrato da Covaxin.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será feito isso e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, a propósito do que V. Exa. está falando, como todos sabem – antes do Senador Humberto, dois minutinhos – a Bharat Biotech, depois dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, descredenciou a Precisa, inclusive por falsificação de documentos. O Sr. Túlio sabia da existência de documentos falsificados no processo de aquisição da Covaxin pela Precisa, como advogado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, permanecerei em silêncio, respeitosamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se não sabia, a dúvida que paira é muito grande. Então, V. Sa. teve alguma participação na falsificação desses documentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já trabalhou no Ministério da Saúde, ocupando cargo em comissão?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como, Presidente? Ocupando cargo em comissão? O que é que isso tem a ver? Ele está obrigado a responder essas perguntas que não o comprometem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o senhor sugere que eu faça?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Talvez comprometa, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Porque uma coisa é me cobrar, outra é o que eu faço. O que é que eu faço?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque tem aqui o *habeas corpus*, não pode ser constrangido, aí vem o Conselho Federal da OAB, aí vêm aí os advogados e tal. O que nós estamos fazendo aqui é investigando. A gente não investiga as Forças Armadas. Nós não investigamos a OAB. Nós não investigamos as igrejas evangélicas, igrejas católicas. Nós investigamos pessoas que estão envolvidas com falcatruas, sejam elas pessoas que estão dentro das Forças Armadas, sejam elas pessoas que estão dentro da igreja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da OAB. Não importa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, chega aqui todo protegido, todo "não me toque". Por quê? Porque tem o conselho e tal. Agora, "não me toque" e querem que a gente investigue as falcatruas cometidas com a anuência de quem quer que seja? Eu não estou investigando o Conselho Federal da OAB, eu não estou investigando a Ordem dos Advogados do Brasil, eu estou investigando um cidadão que estava no meio disso e não pode! Virou "não me toque"! Virou, tudo agora é "não me toque". Porque nós... Porque nós... Nós o quê? Nós o quê? Quem é responsável pelas 570 mil vidas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos, inclusive membros que tinham que preservar esses contratos e não fizeram, prevaricaram na sua função, seja ele de qualquer... seja médico, seja advogado, seja militar, seja civil, seja católico, seja evangélico, seja umbandista. Nós não estamos investigando nenhuma organização, nós não estamos investigando nenhum sindicato, nenhuma associação, muito menos a Ordem dos Advogados.

Então, se mistura tudo e V. Exa. me pergunta o que é que eu faço? Eu tenho que olhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não. Quem perguntou foi V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, V. Exa. disse: "Presidente, o que o senhor vai fazer?".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, me digam aí os advogados o que é que eu faço com advogado que se nega a responder tudo, apesar de o *habeas corpus* que está aqui dizer que ele tem que responder coisas simples, como é se ele teve um cargo comissionado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, vamos ouvir o delegado. Delegado sempre tem boa ideia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – O senhor tem a solução já aplicada nesta Comissão, é que se faça a consulta ao Supremo pra que se verifique a extensão do *habeas corpus*. É importante esse processo porque esta CPI está tendo um papel didático. A malandragem contumaz de se utilizar *habeas corpus* pra se afastar da responsabilidade de testemunhar foi limitada pelo Ministro Fux na última consulta, e também nesse caso será, porque muito claramente a atuação não se deu na condição de advogado, não existe a procuração nos autos. Ele se recusa a responder coisas como contratos comissionados de dez anos atrás, presença ou não presença em reuniões. Não é isso que está albergado pela proteção a advogado, não é. Passei pela OAB e tenho muito orgulho de ser advogado antes de ter sido delegado de Polícia. Mas não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. Senador, você me desculpe...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sugiro que faça a consulta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Orgulho todos nós temos da nossa profissão. O advogado não é diferente das outras profissões, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É claro que não, Senador. O senhor certamente entendeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendi.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto ele não apresentar essa procuração, ele não está na função dele, não está na condição de advogado aqui. Ele não apresentou a procuração de que tinha poderes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem eu comuniquei a alguns Senadores que a OAB pediu para um conselheiro, um membro da OAB acompanhar aqui o advogado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não se desgaste, Presidente. Se o se o depoente não fala, ele se autoincrimina. Pra mim, está muito claro, ele está se autoincriminando, porque há todos os dados e, se ele se nega a responder e a gente tem informação, isso vai pesar contra ele. Então, passa pro próximo inscrito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso do Dr. Túlio, concretamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concretamente. Então, não tem que perder tempo com isso. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está sendo... Ele está sendo... Ele está aqui como testemunha, correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Túlio, o senhor se nega a contribuir com a CPI. E aqui eu não vou ler novamente, porque já foi dito pelo Senador Randolfe, logo no início, o *habeas corpus* que lhe foi concedido. Mas eu acho que, como o senhor é advogado, deve saber melhor do que eu que, por outro lado, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além das suas finalidades constitucionais. O senhor sabe interpretar isso?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que ele vai fazer igual à outra moça da Precisa, vai nos cansar no dia de hoje e dizer que amanhã responde, para o Sr. Maximiano não aparecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma estratégia do Maximiano...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É uma estratégia, vai repetir a estratégia, aí ele, cansado e exausto, amanhã ele fala.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Muito bem, Soraya. É isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Ou quem sabe do contrato da VTCLog ele possa falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** V. Exa. vai fazer pergunta para ele?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, faça, porque ele não vai lhe responder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Então, faça.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) **–** À medida que ele não responda, nós vamos revelar ao Brasil as questões que estão por trás disso, a começar pelo que a Senadora Simone Tebet disse.

V. Sa. já manteve contrato com alguma empresa que trabalha com o Ministério da Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) **–** Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Veja que essa aí já é outra questão, não tem nada que ver com esse processo. Ele já advogou 25 vezes para a VTCLog. Essa informação é importante: 25 vezes foi advogado da VTCLog, que é outra empresa que está sob investigação aqui na CPI. É uma coincidência, é uma surpresa essa questão.

Outra coisa: ele diz que não era funcionário da Precisa, mas há vários indícios de que era. O *e-mail* dele, por exemplo: drtulio.silveira@precisa; ele assina o contrato do Ministério da Saúde com a Precisa na condição de testemunha; ele participa de reuniões de negociação, inclusive de preço da vacina, como integrante da Precisa. E aqui foi revelado pela própria Dra. Emanuela que ele chegou, ela não tinha certeza se ele ou ela que falou de preço, que levantou uma proposta relativa a preço.

E não foi por acaso que ele foi contratado pela Precisa, sabe por quê? Ele foi durante um ano consultor da Opas no Ministério da Saúde. Sabe onde? No Departamento de Logística, que hoje, que até recentemente – não na época em que ele foi... Ele foi em 2014, eu acho –, mas ele foi. Então, era uma pessoa que tinha *expertise*, ele foi contratado porque tinha *expertise* porque tinha trânsito, porque tinha conhecimento com gente dentro do Ministério da Saúde. Então, essa colocação de que ele é um simples advogado... Um simples advogado não participa de reunião que faz negociação de preço, de prazo, de quantidade. Um simples advogado não vai assinar como testemunha da Precisa um processo de um contrato que está sendo feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais: V. Sa., nessa condição de advogado e integrante da empresa, que é uma pessoa preparada, é mestre em Direito Público, já deu aula na Esaf por 13 anos do tema gestão e fiscalização de contratos, ainda hoje ele dá aula sobre licitação e contratos públicos na Enap... Não foi por acaso que a Precisa foi atrás do Dr. Túlio.

Agora, como explicar que uma pessoa tão competente, tão preparada permitiu que se assinasse um contrato com tantas irregularidades? Por exemplo, quando se falou da garantia, que é uma exigência da Lei de Licitações no Brasil e que diz que as garantias têm que ser dadas: "caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado em liquidação de custódia, autorizados pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda".

Amanhã nós vamos tratar desse tema! Quem foi que deu a garantia desse contrato, deu a garantia do contrato de compra de camisinha para a Precisa? Uma instituição que não é financeira, não tem relação com o Banco Central, as garantias são pessoais, e que se chama FIB Bank.

Esse FIB Bank, olhe, olhe, olhe... Tem que ser muito bem investigado aqui por nós.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que que é isso, Senador Humberto? É algum banco?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é um banco. Ele não é um banco. Ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem nome de banco, mas não é banco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... é fornecedor de garantias para o público e o privado, provavelmente é dirigido por um laranja e, provavelmente, pelos rumores que correm, pertence ao Sr. Tolentino, que esteve aqui, na maior desfaçatez. Eu não sabia... No dia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No depoimento de quem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No dia do depoimento do Deputado Ricardo Barros...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele estava aqui

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estava aqui, e Ricardo Barros disse: "É meu amigo do peito".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Olha aí.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele disse aqui.

Então, esse FIB Bank...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As peças se encaixam.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse FIB Bank é importante. Foi ele que deu esse aval para a Precisa, essa garantia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse FIB Bank não é aquele que tem um monte de terreno em Curitiba e coloca como garantia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em torno de 8 bilhões...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o próprio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E tem nome de banco e não é banco. Tem nome de banco e não é banco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Humberto, se ele não é banco, como é que ele deu garantia bancária?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E como é que o Ministério da Saúde aceitou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nós temos que chamar o Presidente do Banco Central aqui, para explicar esse banco aí, que não existe e existe, dando garantia. E diz que tem mais de 8 bilhões pra dar de garantia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Talvez quem possa explicar isso seja o Sr. Elcio Franco e o Sr. Pazuello...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas isso aí...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Inclusive, o Ministério da Saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... porque foram eles que deram aval a esse contrato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... a consultoria do Ministério da Saúde não quis aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Banco Central tem que explicar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A primeira proposta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que explicar. E a Receita Federal, porque como é que isso funciona, Senador Humberto, sem a Receita Federal e sem o Banco Central terem conhecimento? E nós temos mais informações aí. Parece que... Bom...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom, eu não vou falar muito não, senão... Amanhã a gente vai conversar... Eu acho até que esse Tolentino deveria sentar ali, para a gente perguntar a ele, porque tudo indica que ele é o sócio oculto desse FIB Bank. E é ligadíssimo ao Ricardo Barros, amigo do peito.

Bom, outra questão que eu acho... Mas aí veja: por que que V. Sa. não alertou à Precisa de que essas garantias não eram garantias confiáveis, não respeitavam a lei?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, respeitosamente permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não. Agradeço.

Da mesma forma aconteceu com aquele contrato dos preservativos: a garantia foi dada pelo FIB Bank, e o Ministério da Saúde terminou aceitando mais uma vez, não é?

O senhor participou de uma reunião virtual com o Secretário Executivo do Ministério da Saúde Coronel Elcio Franco; o assessor do Ministério da Saúde Marcelo Pires; os Secretários de Vigilância em Saúde e de Ciência e Tecnologia Hélio Angotti e Arnaldo Monteiro; o assessor do Ministro da saúde, o advogado Zoser Plata Bondim Hardman de Araújo; entre outros. Qual foi o propósito dessa reunião? O que foi discutido?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, exercerei o direito ao silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Outra coisa importante, que já foi abordada aqui pela Senadora Simone Tebet, mas eu gostaria que fosse exibido aí, porque eu pedi que fosse feita a perícia nos documentos da Precisa perante o Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a suposta procuração que daria exclusividade à Covaxin para negociar com o Ministério da Saúde e representar a Bharat Biotech no Brasil.

Aquele documento da direita é outro documento, que trata simplesmente de uma autorização de viagem de um funcionário da Bharat Biotech para o Brasil.

A nossa perícia constatou que aquele documento do lado direito, que é simplesmente um pedido de autorização de viagem para o Brasil, foi utilizado para montar o outro documento que é o da procuração.

Inclusive, Sr. Presidente, eu não vou declinar nome de ninguém, mas a desconfiança da nossa perícia aqui, legislativa, é de que esse documento foi montado por uma funcionária do Ministério da Saúde. Então, nós temos que ir atrás, porque, se foi isso que aconteceu, é de uma gravidade gigantesca. Tudo isso para vender R$1,6 bilhão em vacinas para o Brasil, desrespeitando o próprio contrato, que não previa adiantamento, que previa pagamento direto à própria Precisa e outros aspectos mais.

Então, três documentos: a carta de autorização, que significa a representação do laboratório estrangeiro perante o Brasil, é falsa; a declaração de inexistência de fatos impeditivos é falsa; a procuração da Precisa, que teria sido dada pela Bharat Biotech, é falsa.

Nós estamos tratando aqui não só de um contrato bilionário, mas de um contrato fraudulento, como disse a Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, mas é importante para não deixar aqui de fora a responsabilidade do Governo e do Ministério da Saúde: é falsa... Documentos fajutos, que foram fabricados – e muito mal fabricados –, montados, que qualquer um consegue enxergar que são falsos. E não tinha tradução juramentada, não tinha registro em cartório, portanto não poderia ser recebido pelo Ministério da Saúde. Sabe por quê, Senador Humberto? Para depois não jogar também tudo só nas costas da Precisa. O que houve foi um conluio entre empresas privadas e Ministério da Saúde. Nós não vamos colocar a culpa só numa parte, não. É importante chamar a responsabilidade do Ministério da Saúde nesse momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem.

Eu vou concluir aqui, Sr. Presidente. Não quero nem utilizar o meu tempo integral, porque eu acho que, às vezes, quando essas pessoas vêm pra cá e elas ficam caladas, as pessoas têm um sentimento, a impressão de que nós não vamos conseguir avançar no processo da investigação; mas nós temos muitas informações. E é importante a gente estar passando para o Brasil.

E aí as pessoas entendem por que é que a tropa de choque governista fica tão aperreada e não fala, ele não pode falar, a OAB não deixa, não sei quem não deixa... Por que é que a pessoa não quer falar? Porque sabe que vai se incriminar e vai incriminar o Governo – o Governo! A grande responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por tudo isso é do Governo, é de um Governo que não tem controles, é de um Governo que não tem transparência, é de um Governo dominado pelo *lobby*. E o Ministério da Saúde, infelizmente, que devia ser o mais protegido, com mais *compliance*, não o é, é onde os fatos estão acontecendo.

Com a minha sugestão de que nós possamos ouvir mais para a frente o Sr. Tolentino e outras pessoas ligadas a este FIB Bank, que é uma verdadeira fraude, aparentemente – e eu creio que será importante para a CPI –, nessa condição, eu termino a minha intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O Senador Humberto também, como a Senadora Simone, traz fatos relevantes à investigação da CPI, que é um verdadeiro, uma verdadeira proteção. O ministério não quer que mostre o contrato, a Precisa não mostra o contrato que fez com a Bharat Biotech, ia ter que depositar dinheiro num paraíso fiscal...

Dr. Túlio, daqueles US$45 milhões que eram para ser depositados antecipadamente no paraíso fiscal de Singapura...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Em nome da Madison.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... em nome da Madison, V. Exa. tinha conhecimento?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, com todo o respeito, permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu prefiro que o senhor me desrespeite e me responda, mas acabe com essa conversa de "com todo o respeito", porque isso aí é falta de respeito. O senhor falar em respeito é uma falta de respeito para a gente. O senhor pode me desrespeitar, mas responda às perguntas.

Vou suspender a sessão por 30 minutos. Vamos comer agora e depois a gente conversa. Eu vou tomar algumas providências.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa.

(Suspensa às 12 horas e 35 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 01 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Está reaberta a sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para, no tempo de 15 minutos, fazer os questionamentos ao Dr. Túlio Silveira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Túlio, douta defesa.

Dr. Túlio, com todo o respeito obviamente ao direito constitucional de V. Exa. ao silêncio, mas eu queria retomar uma pergunta feita, um questionamento feito no início deste depoimento, pelo Relator, Renan Calheiros. Qual o vínculo funcional de V. Sa. com a Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Eu sou advogado contratado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor foi advogado contratado? O seu escritório foi contratado? O senhor foi...

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu fui contratado inicialmente como profissional autônomo e, depois, o meu escritório de advocacia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o seu escritório, só retomando... Seu escritório foi contratado quando?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Agora em fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em fevereiro.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Foi passado pra pessoa jurídica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No mesmo mês em que foi firmado o contrato com a Bharat Biotech para a aquisição da vacina Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim, de acordo com os documentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

E, antes, na condição de contratado, de autônomo da Precisa, o senhor exerceu algum cargo de direção na empresa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhum cargo de direção?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Na Precisa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Como autônomo?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Ana, vamos...

É porque é o seguinte: o senhor consta, em uma ata do dia 20 de novembro de 2020, a ata da aquisição da vacina Covaxin, como Gerente de Parcerias Internacionais e *Compliance* da empresa.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu acredito que foi um erro de redação ou de lançamento da informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Ana, vamos colocar aí a ata do dia 20 de novembro. (*Pausa.*)

Aí a ata do dia 20 de novembro. Podemos detalhar lá? Os presentes à reunião podemos ver lá em cima? Se puder ampliar, aproximar. (*Pausa.*)

Isso aí.

Presentes à reunião – podemos baixar um pouquinho? –: Francisco Maximiano, Presidente; Emanuela Medrades; Túlio Silveira, Parcerias Internacionais e C*ompliance*.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu acredito que tenha sido um erro de lançamento, alguma confusão, mas eu nunca exerci cargo de direção ou equivalente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** E qual a sua participação nessa reunião, acompanhando a Dra. Emanuela e acompanhando o Sr. Maximiano?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Aqui, no caso, como advogado, acompanhando a apresentação dos temas relacionados à Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** E esse foi seu papel nessa reunião?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor atribui a que colocar como Parcerias Internacionais e *Compliance*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não sei lhe informar, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeitamente.

Essa reunião é do dia 20 de novembro de 2020. Mais adiante, o senhor comparece depois, aqui no Senado, em um evento da Precisa. O senhor se recorda?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Representando a Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, eu estava auxiliando juridicamente a Dra. Emanuela, que estava participando da reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Bom, Ana, vamos aí ao vídeo, porque não é isso que parece. Vejamos. (*Pausa.*)

Não, ao vídeo da reunião do Senado do dia 23 de março de 2021, um debate aqui sobre vacinas. A reunião do Senado do dia 23 de março de 2021. (*Pausa.*)

A reunião do Senado do dia 23 de março de 2021.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** É o senhor que está nessa reunião do dia 23, não é?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor aparece numa reunião do dia 20, na ata de uma reunião do dia 20, como Gerente de Parcerias Internacionais e *Compliance* da Precisa; aparece numa outra reunião do dia 23 de março como gerente de contratos da Precisa; e o seu escritório de advocacia foi contratado em fevereiro. Num intervalo de três, cinco meses, o senhor ocupou duas funções distintas, e depois o seu escritório, de que o senhor fazia parte, foi contratado?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, perdão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Pois não!

O SR. TÚLIO SILVEIRA – O senhor pode repetir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Não, eu estou só lhe confrontando com os fatos. O senhor aparece numa ata, que nós mostramos, do dia 23 de março de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois mil... Do dia 20 de novembro de 2020, quando foi realizada a primeira reunião para a contratação da vacina Covaxin, representando a Precisa como Gerente de Parcerias Internacionais e *Compliance.* Depois, em fevereiro, o seu escritório de advocacia é contratado pela Precisa para firmar o contrato com a Bharat Biotech. Aí, posteriormente, em março, o senhor aparece em um evento aqui no Senado como Gerente de Contratos da Precisa Medicamentos.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, com todo respeito, não fui eu que fiz o lançamento dessa informação. Eu estava acompanhando a Dra. Emanuela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Dr. Túlio, eu me certifiquei junto à TV Senado, antes disso, e fiz questão de checar quem é que declina o posto que está ocupando nas sessões do Senado. A TV Senado me informa que o posto a ser ocupado sempre é checado e é confirmado com quem está falando. Então, essa informação é uma informação da TV Senado.

Só quero recuperar: V. Sa. aparece no dia 20 de novembro como Gerente de Parcerias Internacionais e *Compliance* da Precisa – no dia 20 de novembro –, ou seja, não é como autônomo. V. Sa. disse que eles se enganaram lá na reunião no Ministério da Saúde. Em seguida, V. Sa. – não V. Sa., mas o escritório de V. Sa.–, o escritório de que V. Sa. faz parte, é contratado exatamente no mês, Sr. Presidente, em que é firmado contrato com a Bharat Biotech e é firmado contrato para a aquisição da vacina Covaxin. Um mês depois, em uma audiência pública no Senado, V. Sa. aparece falando em nome da Precisa na condição de gerente de contratos da empresa.

V. Sa... Qual é a função? Qual é a função de V. Sa.? V. Sa... É o escritório de V. Sa. que foi contratado? V. Sa. é autônomo? V. Sa. é dirigente da Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu sou advogado da Precisa, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu só queria fazer uma pergunta. Nesse caso aí em que o Presidente do Senado, do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, está presidindo essa reunião, essa reunião era para tratar sobre o quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Era uma audiência pública sobre vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Ah, perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Eu queria... O senhor vai lá como advogado para falar numa audiência pública sobre vacina? O senhor é advogado da empresa, então, tecnicamente, o senhor entende nada ou quase nada sobre vacina. Qual era o seu papel aí, nesse momento? Era como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado, para orientar os Senadores juridicamente como deveriam fazer os contratos? Qual era o seu papel aí?

Nós temos completo esse... Eu queria ouvi-lo por favor. Eu quero o completo, eu quero ver a resposta completa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O vídeo, novamente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, o vídeo todo. Começa com ele parabenizando a Senadora Leila, a Senadora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Kátia.

E eu quero saber qual é o conteúdo desse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Presidente Rodrigo Pacheco indica no começo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o conteúdo dele na fala no Senado Federal? O conteúdo deve dizer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O conteúdo dele é muito importante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ana, queria pedir para você recuperar o vídeo todinho para nós...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O conteúdo é muito importante, porque o conteúdo...

A única coisa: como ele é advogado da Precisa, ele ia explicar para os Senadores e para o Presidente, que por sinal é advogado, como é que se faz o contrato ou não, qual era juridicamente a forma. É a única... A presença dele aí só deve ser para isso, não é para outra coisa. Se tiver outra coisa a mais, nós vamos saber qual era a função, realmente, dele na Precisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos o vídeo todo aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então vamos...

Vou só pedir para V. Exa. recuperar o meu tempo enquanto a gente vai... É que eu tenho outras questões ainda na inquirição. (*Pausa.*)

Temos aí o vídeo? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeito.

Então eu queria... É que o conjunto das próximas perguntas depende de uma animação que temos que colocar aqui.

Dr. Túlio, o senhor já foi sócio... Antes de seu escritório prestar serviços para a Precisa, com quais outros escritórios de advocacia V. Sa. teve sociedade?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Eu já tive o meu escritório de advocacia aqui em Brasília.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual escritório, Dr. Túlio?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Dal Sasso e Silveira Advogados Associados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sessão temática sobre fornecimento de vacina e oxigênio ao Brasil?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente, em 23 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo! Então, quem deveria estar aí... Bom, vamos ver. Quem é que está falando aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O representante da Sputnik...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – União Química, não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É... Vamos aí... É aí, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – É aí, eu acho que... Eu queria ver de que forma o Presidente apresenta ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estava naquele nosso vídeo... Era isto que eu estava dizendo a V. Exa.: estava naquele nosso vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Chegaremos lá! Chegaremos lá! Temos todo tempo do mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço pela parte do "todo tempo do mundo", que me toca! Soou como música para os meus ouvidos essa parte, Presidente! (*Risos.*) (*Pausa.*)

Podemos ir aí? Podemos colocar? (*Pausa.*)

Então, vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Acho que já está bom, Presidente, porque me parece que o nosso depoente... (*Pausa.*)

Sr. Presidente, obrigado.

Dr. Túlio, o senhor fala com autoridade. Veja, o senhor está em uma sessão de debate temático do Senado Federal falando em nome da empresa. V. Sa. fala inclusive no cronograma de entrega da vacina. Me parece que o senhor é um pouco mais do que simplesmente advogado, o senhor não acha?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, nesse caso específico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu quero só reportar – me permita – que V. Sa., um mês antes, constitui um escritório de advocacia, que é o escritório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de advocacia que avaliza o contrato da Precisa com a Bharat Biotech no âmbito do Ministério da Saúde. Um mês depois, V. Sa. aparece como gerente de contratos falando em uma audiência pública do Senado, inclusive falando sobre cronograma de entrega.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, gerente de contrato nunca fui. Eu sempre fui advogado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Mas V. Sa. está falando do contrato. Nós estamos ouvindo aí.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim, sim. Eu estava auxiliando na qualidade de advogado, trazendo as questões relativas às cláusulas contratuais, explicando a questão do cronograma, talvez ali mais adiante – não me recordo exatamente dessa reunião – a questão relativa à própria legislação, algum tipo de entrave, mas, na qualidade de advogado, explicando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Mas por que o senhor estava representando e não...

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, não. Eu estava representando como representante legal, advogado, tanto é que o Senador Rodrigo Pacheco, quando convoca, convoca como representante, só que ali – entendo eu – representante legal, na qualidade de advogado. Eu não vejo nenhum prejuízo em relação a estar acompanhando a diretoria técnica para dar o auxílio jurídico relativo às cláusulas contratuais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeito, este é o papel da advocacia, o de acompanhar, assistir, como S. Exa. o Dr. Toledo, a douta defesa, está fazendo com V. Sa. aqui. É assistir, não falar em nome. V. Sa. não concorda?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, eu não concordo. O senhor vai me desculpar, mas ali, como advogado, eu estou assistindo, acompanhando, orientando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeito.

Eu só quero dizer assim: V. Sa. se apresenta com três funções diferentes no intervalo de quatro, cinco meses. Primeiro, V. Sa. participa da assinatura do contrato com a Bharat Biotech, no dia 20 de novembro, com uma função, como gerente de *compliance*. V. Sa. constitui um escritório de advocacia para avalizar o contrato da Bharat Biotech com a Precisa junto ao Ministério da Saúde logo em seguida, no mês de fevereiro. E, um mês depois, V. Sa. participa de uma audiência pública no Senado com outra função, descrita nessa audiência pública. Só me parece muita coincidência ter tido duas confusões distintas: a do Ministério da Saúde, depois de ter tido uma confusão por parte da TV Senado, em tese – é a quem V. Sa. a atribui –, uma confusão no cargo que V. Sa. ocupa, confundindo se foi contratado o seu escritório de advocacia ou se V. Sa. era, de fato, da Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas prossigamos, que eu tenho... É só para eu poder tentar cumprir o limite do meu tempo.

Eu perguntei para V. Sa. se V. Sa já tinha participado de algum... Eu quero trazer essa animação aqui. V. Sa. tinha participado de algum escritório de advocacia? V. Sa. já integrou algum escritório de advocacia? É este escritório Dal Sasso?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim, Excelência, foi o escritório em que as atividades se encerraram em 2012.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeito!

Então, pode colocar a animação? Podemos... Temos como colocá-la? Não? (*Pausa.*)

Pronto! É o escritório Dal Sasso e Silveira Advogados Associados. Perfeito!

Entre as defesas técnicas do escritório de que V. Sa. participou, em algum momento V. Sa. representou a empresa Voetur Cargas e Encomendas Ltda.?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Em que época, Excelência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Durante o período em que V. Sa. integrou esse escritório.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Se eu advoguei?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Em algum momento, o escritório de V. Sa. advogou para a empresa Voetur Cargas e Encomendas Ltda.? É a Voetur Cargas e Encomenda Ltda.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, eu entendo que isso aí é uma questão de sigilo profissional. Eu gostaria de manter reservado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeitamente! Então, respeito o direito ao silêncio de V. Sa., inclusive amparado pela douta defesa.

Mas, então, deixe-me trazer uma informação aqui, Sr. Presidente, colegas Senadores, em relação a isso. Nós temos aqui a documentação que indica isso.

Temos aí a animação? (*Pausa.*)

Então, nós temos aqui a documentação que indica que V. Sa. representou a... O escritório que V. Sa. integrava, o Dal Sasso e Silveira Advogados Associados, representou a Voetur Cargas e Encomendas Ltda. em vários processos. A Voetur Cargas e Encomendas Ltda. é, Sr. Presidente, hoje... A composição societária da Voetur é a mesma composição societária da VTCLog, que a Senadora Eliziane muito bem conhece e está detalhando em uma linha de investigação. Então, a Voetur é a VTCLog. Foi uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas que foi cliente da Dal Sasso e Silveira Advogados Associados, mas pode ser uma simples coincidência.

Então, vou continuar no questionamento a V.Sa.

O escritório... O senhor podia descrever quem são os sócios do seu escritório, quem eram os sócios? O senhor pode descrever quem eram os sócios do escritório Dal Sasso e Silveira Advogados Associados?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Túlio Belchior Mano da Silveira e o Dr. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeitamente. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira.

O Sr. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O Sr. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira é Superintendente Administrativo do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal hoje. O Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal hoje é presidido pelo Sr. Gilberto Occhi. O Sr. Gilberto Occhi é conhecido como um dos quadros do Partido Progressista, que é o mesmo partido, senhoras e senhores, é o mesmo partido do Sr. Ricardo Barros. Inclusive o Sr. Gilberto Occhi sucede o Sr. Ricardo Barros no Ministério da Saúde.

Tem mais um detalhe: o Sr. Gilberto Occhi... Tinha que ter mais uma setinha para cima, porque o Sr. Gilberto Occhi... Durante a gestão do Sr. Gilberto Occhi no Ministério da Saúde – foi dito, inclusive, pelo próprio Ricardo Barros aqui, em depoimento – é firmado o acordo com a VTCLog, em substituição ao contrato anterior. As negociações, de acordo com a VTCLog, foram iniciadas na gestão de Ricardo Barros e foram fechadas – e o próprio Ricardo Barros falou isso aqui – na gestão do Sr. Gilberto Occhi. Repetindo: o Sr. Gilberto Occhi é o Diretor do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, no qual o Sr. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira ocupa o cargo de Superintendente Adjunto Administrativo.

O Sr. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira também atua, é chefe da Unidade de Administração-Geral da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde do Distrito Federal. E quem é o Presidente da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do Distrito Federal? É o Sr. Osnei Okumoto, que é o ex-Secretário de Saúde daqui, do Distrito Federal. O Sr. Osnei Okumoto era Secretário de Saúde no começo do Governo atual do Distrito Federal e pediu exoneração em março de 2020. E o Sr. Osnei Okumoto foi substituído, por indicação dele próprio, no âmbito da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, por quem? Pelo senhor... Sr. Presidente, pelo Sr. Francisco Araújo, que deveria ser o depoente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia de hoje e que foi preso no dia de hoje, em Manaus, por conta da Operação Falso Negativo, por conta dos desdobramentos da Operação Falso Negativo. E qual a empresa que estava envolvida no foco da Operação Falso Negativo? Qual era a empresa envolvida? Era a empresa Precisa Medicamentos.

V. Sa. tem conhecimento dessa Operação Falso Negativo e do envolvimento da empresa em que V. Sa. advoga, não é? Eu lhe pergunto.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim, pela imprensa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Pela imprensa? Mas V. Sa. não tem maiores detalhes sobre essa investigação?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, a respeito dessa parte eu vou respeitar o sigilo cliente e advogado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** V. Exa. Vai se utilizar do direito ao silêncio.

Perfeitamente.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Em relação...

Perdão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Pois não.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Em relação ao sigilo profissional cliente e advogado, está bom?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeitamente, perfeitamente. Em respeito a esse direito constitucional que nós historicamente sempre defendemos.

Mas, então, veja, o Sr. Osnei Okumoto é Secretário de Saúde do Distrito Federal, substituído pelo Sr. Francisco Araújo. O Sr. Francisco Araújo é objeto da Operação Falso Negativo e, na Operação Falso Negativo, a empresa que é alvo da Operação Falso Negativo é obviamente a Precisa Medicamentos. Mas, além disso, o Sr. Osnei Okumoto, hoje, ocupa o cargo também de Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, não é isso? Foi anteriormente Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Foi Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em qual gestão, Sr. Presidente? Na gestão do Sr. Gilberto Occhi, que substituiu o Sr. Ricardo Barros, que também é vinculado ao Partido Progressista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ser tudo mera coincidência, Presidente, mas é um excesso de coincidências e tem um adágio que a gente aprende aqui em Brasília que é o seguinte: "Jabuti não sobe em árvore. Jabuti, se foi colocado em árvore, ou foi enchente ou foi mão de gente".

Então, esta cadeia de relacionamentos aí apresenta... Veja que a Precisa está presente não somente nos casos envolvendo o Ministério da Saúde, mas é a mesma rede. O Partido Progressista está todo aí olha: Gilberto Occhi, que sucedeu Ricardo Barros, a Operação Falso Negativo, a empresa Precisa. A estrutura que se reproduz aqui no Governo do Distrito Federal, não me parece, isso tudo, ser mera coincidência.

Assim, V. Sa. tem todo o direito ao silêncio, direito consagrado na nossa Constituição, que nós defendemos obviamente, direitos que nós defendemos e respeitamos, mas me permita o meu julgamento de dizer que, assim, a mim, e eu acredito que à maioria dos membros desta CPI, V. Sa. não conseguiu convencer com o fato de ter, num intervalo de cinco meses, ocupado três funções totalmente distintas: ora autônomo, ora com escritório de advocacia contratado, primeiro, e participando dos momentos decisivos deste contrato.

V. Sa. participa do firmamento do contrato com o Ministério da Saúde e com a Bharat Biotech, ou melhor, da primeira reunião com o Ministério da Saúde com a Bharat Biotech, no dia 20 de novembro. V. Sa... Depois, em fevereiro, é contratado o escritório de advocacia de V. Sa., V. Sa. constitui exatamente o escritório de advocacia, naquele momento, que avaliza o contrato com a Bharat Biotech e, logo em seguida, V. Sa. representa a Precisa aqui em um evento oficial do Senado da República.

Eu aquiesço, ouço a resposta de V. Sa., mas me permita dizer que V. Sa. não conseguiu, pelo menos a mim, convencer dessa ocupação de funções distintas. E essa rede de relacionamentos aí mostra que há mais certezas do que dúvidas nas relações entre a Precisa Medicamentos, o Sr. Ricardo Barros, o Sr. Gilberto Occhi, a Operação Falso Negativo aqui no Distrito Federal, e o Sr. Ricardo Barros, Líder do Governo Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

Senador Eduardo Braga, Senador Jorginho Mello, Senador Luis Carlos Heinze.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Rapaz, eu pensei que ainda fosse demorar bastante. Presidente, eu queria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem o Senador Girão nem o senhor estão aqui na lista, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Após pode me assegurar a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor. Vou passar aqui... Os outros que eu chamei estão na lista e não estão presentes, por isso que eu adiantei.

Senador Rogério Carvalho e depois Senadora Eliziane, se o Senador Marcos Rogério e o Senador Girão... O.k.?

Senadora Soraya, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A primeira coisa, Presidente, que eu queria...

Está comigo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – A primeira coisa que eu queria sugerir ao Relator e ao Presidente da Comissão é que, diante de tantas questões respondidas com o silêncio e respondidas em desfavor – viu, Presidente e Sr. Relator –, diante de tantas questões respondidas com o silêncio do depoente em desfavor do mesmo, a minha sugestão é que conste no relatório que o depoente de hoje seja considerado investigado, porque ele é responsável, como disse aqui Emanuela Medrades... Ela o apresenta como Gerente de Contratos Administrativos da Precisa Medicamentos, coisa de que ele, de todas as formas, tentou se esquivar... O *e-mail* de Emanuela Medrades, ela manda aqui... Enviado.

"Caro William, boa tarde." Deve ser alguém...

"Caro William, boa tarde. Não participarei, porém segue a lista das pessoas que estarão presentes em nome da Precisa. Francisco Maximiano e também o Diretor de Contratos, Dr. Túlio Silveira."

Certo? Então, diante disso e diante do que já foi exposto aqui, eu acho que nós estamos um pouco cansados de ouvir falar sobre a Precisa e sobre a quantidade de irregularidades que nós temos nesse contrato. Nós temos irregularidade, primeiro, no valor, que é a mais cara de todas as vacinas negociadas. Segundo, nós já temos comprovação de que foi a única vacina de que o Presidente da República fez questão de buscar intermediação para aquisição dela junto ao Primeiro-Ministro da Índia. Nós já temos informações de que essa vacina, a Embaixada do Brasil na Índia foi quem representou o laboratório e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguiu como se fosse algo oficial. Já há indícios de que essa empresa, a Precisa, foi apresentada como sendo uma recomendação para a Bharat Biotech contratá-la. Ou seja, parece que tudo estava montado para que a Precisa fosse a representante da Bharat Biotech.

Além disso, me parece que todas as questões relacionadas a garantias e às condições objetivas dessa empresa Precisa para firmar um contrato de tamanha dimensão – de um 1,6 bilhão – a empresa não tinha lastro pra fazer isso. É só olhar as *invoices*. Na *invoice* que veio, tinha que pagar o frete; na outra, muda. Não sei se vocês percebem, mas há uma tentativa, o tempo todo, de encontrar formas de não haver desembolso por parte da empresa Precisa para cumprir a execução daquilo que foi contratado.

Isso vai sendo demonstrado... Aqui foi demonstrada, pela Simone Tebet, uma série de irregularidades entre uma *invoice* e a outra *invoice*, a falsificação, a original. Tem declarações da própria Bharat Biotech de que houve falsificação de documentos entre a Precisa, que a Precisa apresenta, que não são verdadeiros. E nisso tudo, nisso tudo a gente está diante de uma negociação que aconteceu em fevereiro, em março. E até este momento não havia interesse do Governo brasileiro em comprar vacinas. A gente tinha a Pfizer com 101 correspondências encaminhadas ao Governo, a vários órgãos de Governo, e não tinha vacina.

Eu queria que botassem um vídeo aí que eu tenho colocado. Eu comecei a colocar ontem, queria que colocasse outro vídeo. Prestem atenção nesse vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto, já é suficiente pra gente ver que 570.718 mortes representam o sentimento dessa criança que perdeu a avó, ou a avó que perdeu um filho, um neto, ou a mãe que perdeu o filho, a filha que perdeu o pai, ou a tia que criou o filho que morreu. E assim, são 600 mil pessoas e milhares, e milhões de pessoas que morreram pela negligência do Governo.

Enquanto o mundo inteiro se organizava pra comprar vacinas, o Brasil negligenciava a compra das vacinas que foram testadas no Brasil, como, por exemplo a Pfizer, como, por exemplo, a Moderna. E o Governo brasileiro negava a compra da própria vacina que estava sendo produzida no Brasil pelo Instituto Butantan. E nós deixamos de ter, no início deste ano, milhões de doses à disposição dos brasileiros.

O que nós vimos foi uma disputa política do Presidente pra tentar colocar a vacina no braço do primeiro brasileiro antes do Governador de São Paulo, utilizando-se da questão da vacina, porque naquele momento a vacina virou a prioridade do Brasil, o povo queria a vacina. E a gente vê essa disputa.

Mas acontece que o Governo central, que é o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que era quem devia comprar vacina, não comprou vacina e só foi... E não comprou vacina, e isso está representado numa campanha ou num processo de imunização lento. Neste momento, já poderíamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 50%, 60% da população com as duas doses, se a gente tivesse adquirido as vacinas no período correto.

O que acontece é que só houve interesse de comprar a vacina no momento em que a vacina passou a ser um negócio interessante para algumas pessoas. O nosso querido Senador Randolfe Rodrigues mostrou aqui o esquema de inter-relacionamentos, uma teia de relações entre pessoas que circularam em ambientes parecidos: o próprio Dr. Túlio, que foi consultor da Opas na área de logística do ministério, que vira depois diretor de contratos da Precisa; o sócio dele, que virou diretor de um órgão da secretaria de saúde, que está relacionado ao ex-Ministro, que está relacionado ao sucessor do Ministro; ou seja, nós estamos diante de uma rede de interesses que precisa ser bem esclarecida para a opinião pública. Enquanto isso, o que a gente viu no Brasil foram milhares de brasileiros morrendo por falta de vacinas.

Então, Presidente, Sr. Relator, eu, quando vejo um depoimento dessa natureza, um depoimento em que a pessoa se cala, é porque não consegue falar, porque se falar vai confirmar o que a gente já sabe, vai confirmar absolutamente tudo que a gente já sabe, que é um conjunto de irregularidades que permeou essa tentativa de comprar essa vacina Covaxin.

E essa vacina... Todos nós gostaríamos de ter a Covaxin, a Sputnik, todas as vacinas que fossem possíveis de ser adquiridas. O problema desta CPI é justamente porque não tinha vacinas, mas o que a gente está vendo é que o Governo aproveitou um determinado momento de emergência sanitária e algumas pessoas se aproveitaram desse momento para tirar vantagem da compra de vacinas, enquanto brasileiros e brasileiras morriam pela covid-19.

Então, estamos aqui diante de uma perversidade que é a cara do Governo do Presidente Bolsonaro: um governo perverso, um governo insensível, um governo que só age diante de um interesse objetivo, que foi exatamente, nesse caso das vacinas, o momento em que houve alguma possibilidade de tirar algum proveito, por parte de alguém, da compra dessas vacinas através da intermediação. Para mim já é suficiente. O que a gente tem de informações sobre a Precisa já é suficiente para caracterizar que houve corrupção ativa, corrupção passiva, que houve tráfico de influência, que houve várias irregularidades, desde o início do contrato até o fim do contrato. Por isso ele foi interrompido.

E, graças a esta CPI, nem este contrato, nem o contrato da Belcher, que era outra tentativa de intermediação – que é com o laboratório CanSino intermediado pela Belcher –, nem o da Davati, nem... O da Davati nunca se concretizaria, porque aquilo era uma trambicagem inteira, mas que chamou a atenção, porque poderia gerar ganhos pra alguém. Mas, graças a esta CPI, esses contratos não se materializaram.

E isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E a VTCLog.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Hoje. Hoje.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro! Sim, sim, claro!

Então, é importante dizer que esta CPI tem cumprido um papel preventivo – preventivo – no que diz respeito a preservar os bilhões que nós precisamos pra comprar vacinas. Porque veja: só aqui, em 20 milhões de doses, era R$1,6 bilhão, que daria pra comprar, a US$10, 40 milhões de doses praticamente. Se fosse da AstraZeneca, daria pra comprar 100 milhões de doses! Se fosse da vacina AstraZeneca, conforme foi contratado pela Fiocruz. Se tivesse botado o dinheiro noutro canto, a gente já poderia ter, já estar pensando na terceira dose.

Então, que bom que esta CPI está funcionando, que bom que esta CPI está interrompendo esse ciclo de intermediação e que bom que pode ser que a gente tenha dinheiro para comprar a terceira dose, pra começar a reforçar a vacina dos idosos e dos profissionais de saúde já, assim que terminarmos ou antes de terminarmos de vacinar toda a população brasileira, porque vai ser necessário dar a terceira dose, por uma questão de necessidade sanitária, em função da variante Delta, que está aí, assombrando o mundo.

E, enquanto isso – enquanto isso –, a gente viu este Governo, que se diz puro, que se diz o Governo que não tem corrupção... Mas o que a gente viu, na prática, foram tentativas interrompidas por esta Comissão de consolidar um processo claro de corrupção na comercialização de vacinas, um bem essencial para salvar a vida. Isso é crime hediondo, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sra. Presidente, me permite uma interrupção?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu peço a atenção dos pares, rapidamente, para fazer pequenas considerações, antes de apresentar uma decisão, como Relator, atinente ao depoimento de hoje.

Considerando o silêncio constrangedor do depoente, das dúvidas que perderam, por força da resistência do Dr. Túlio Silveira em prestar as necessárias declarações, que em nada constrangem ou poderiam incriminar o convidado, agravando sobremaneira o andamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, em verdade, tem a missão pública e que visa somente a averiguar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularidade de ações praticadas em momento tão dedicado da população brasileira para a população mundial; considerando que o silêncio da testemunha ecoa indícios de participação em prováveis negociações, suas óbvias ligações com outros investigados, inclusive como ocupante de cargo em comissão no Ministério da Saúde; considerando o fato de não ter o advogado apresentado instrumento de procuração ou qualquer outro documento que demonstre efetivamente sua prestação de serviço como advogado contratado pela empresa Precisa – Comercialização de Medicamentos; considerando que o depoente não possuía escritório de advocacia até dois dias antes do contrato firmado entre a Bharat Biotech, Precisa e o Ministério da Saúde; eu decido – e queria comunicar a todos – declarar e atribuir ao Sr. Túlio Silveira Belchior a condição de investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, passando a ser tratado nestas condições, pelo que informo a essa Presidência e aos demais membros presentes a essa reunião.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k., Sr. Relator.

Com a palavra, por 15 minutos, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, Sra. Presidente, eu queria consignar que há que ser reconhecido o papel fundamental da advocacia. Há que se reconhecer e garantir as prerrogativas do advogado, presentes tanto no Estatuto da Ordem quanto no Código de Ética. Isso não é gentileza; é mandamento legal.

Porém, diante das evidências apresentadas aqui, me parece que o depoente está – ou estaria – usando a condição de advogado para se recusar a responder fatos que podem não ter relação com a função de advogado. O que me parece é que o depoente representava a empresa ora como gestor corporativo, ora como advogado. Isso é algo inusitado e que é preciso que se observe.

Há documentos que indicam a condição de gestor. E ele disse que foi um erro apenas, talvez, na formatação do documento, alguém que teria redigido. Mas há também documento público, vídeo público dele, se apresentando na condição de gestor de contratos, inclusive internacionais, lhe conferindo, inclusive em depoimento aqui no Senado Federal, essa condição, esse tratamento, esse designativo. Não falou como advogado, porque, fosse meramente o rodapé identificativo a dizer: "Olha, representa...", não; a fala não é fala de advogado.

A primazia da realidade impõe a todos nós reconhecer a condição a partir da articulação que se faz, e, respeitosamente, não falou ali como advogado, falou como gestor de contratos, chegando inclusive a afirmar sobre a possibilidade de antecipação da entrega de imunizantes – isso não é papel de advogado –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que, a toda evidência, vai além dos regulares poderes de um advogado constituído, ainda que para falar numa audiência pública, como foi aquele caso.

Não se pode cogitar de uso das prerrogativas da advocacia para eventualmente se afastar da imputação de responsabilidades, com toda vênia aos nobres patronos que o acompanham. Se isso é fato, o depoente usa a OAB para obstruir investigação legítima, e obstrução à investigação é crime, ainda que em sede de CPI, na esteira dos precedentes do STJ. Eu não quero prejulgar, mas é preciso que se observe, nobre Senador Girão, o conjunto das falas e dos documentos.

Agora, é bem verdade também que esta CPI tratou o depoente, desde o início, nem em uma condição e nem em outra: não tratou como advogado e não tratou como testemunha. O depoente foi tratado aqui o tempo todo como investigado – inclusive, teve seus sigilos quebrados por esta CPI – e não esteve aqui em nenhum momento na condição de testemunha. Testemunha é alguém que assistiu, ouviu ou tem conhecimento de um fato que envolva terceiros – em nenhum momento, o depoente foi tratado nessas condições –, fatos de que tenha conhecimento e que, em razão desse conhecimento, seja necessário o seu depoimento para elucidar investigações e, nesse caso, há obrigação de falar.

Então, o melhor aqui, realmente, é, para além daquilo que já é de fato, formalmente transformar o depoente à condição de investigado. Eu cheguei a falar sobre isso com o Relator momentos antes, e ele, agora há pouco, antes da minha fala, antecipou e fez o anúncio; só errou num ponto, porque penso que a competência para transformar alguém em investigado é da CPI e não do Relator da Comissão. A meu juízo, essa é uma prerrogativa da Comissão, há que se submeter a esta Comissão para que a Comissão decida transformar o depoente em investigado, e, nesse ponto, estou plenamente de acordo.

Aí, à luz da Constituição e do código de processo, as garantias estão lá, mas a investigação tem que ser feita, porque há elementos de prova que apontam que, em dado momento, atuou de um jeito e, num momento posterior, de outra maneira. Então, eu queria aqui fazer esse registro, porque o compromisso que todos nós temos, no âmbito desta CPI, é de apurar as evidências, buscar as provas, enfrentar os fatos à luz da verdade. Não temos compromisso, Sra. Presidente, de fazer a defesa de quem quer que seja. A defesa é da verdade. E aqui não se procura defender a pessoa, porque o que está...

E, no início, nós fizemos aqui vários questionamentos ao Presidente em relação à figura do advogado, porque, se formos olhar os precedentes do Supremo Tribunal Federal, eles são claríssimos em relação à proteção ao sigilo profissional, todos eles – todos eles. Se a informação que se tem é em razão do vínculo profissional, ela está protegida. Não é nem uma proteção no sentido de ter a possibilidade de não falar, é obrigação de não falar se é em razão do exercício profissional. Mas obviamente não quis o Estatuto da Ordem ou o Código de Ética proteger qualquer outra hipótese que não encontra respaldo em nenhum desses mandamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui quero cumprimentar a OAB, na pessoa do Dr. Alex Sarkis, advogado, membro do Conselho Federal, procurador, que aqui comparece na condição de representante da ordem, cumprindo o seu papel institucional. Cumpre o seu papel institucional e nisso acerta a Ordem, porque é esse o papel dela.

Mas obviamente cabe a esta CPI, a par dos fatos e das evidências, separar o que é uma coisa e o que é outra coisa. Sendo submetida à deliberação do Plenário a transformação formal, porque de fato já é – estou falando isso aqui desde o começo –, eu vou concordar com a transformação na condição de investigado a partir dos fatos que estão disponíveis junto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Amanhã nós vamos ter a oportunidade de tomar o depoimento aqui do representante dessa empresa. Certamente que não vai vir dizendo que é uma coisa ou outra. É o representante, é o dono da empresa. E há muita informação, há muitos fatos, há muitos questionamentos a serem feitos em relação a esse cenário todo que se criou em torno dessa empresa Precisa.

Hoje nós tivemos aqui... Hoje, até reprisaram aqui a Lava Jato. O PowerPoint da Lava Jato, do Paraná, hoje visitou a CPI. Está evoluindo, porque antes muitos aí condenaram o PowerPoint, não é? Muitos condenaram o PowerPoint. Hoje ele apareceu aqui.

E aí alguém dizia na época: "Não temos provas, temos convicções". Ora como é que você tem uma investigação em que você tem a obrigação de apurar os fatos, buscar as evidências e você vai dizer "Não, não temos provas, temos convicções"? Uma CPI também tem que ter compromisso com a busca das provas, das evidências, estejam elas onde estiverem.

Eu não tenho compromisso, Sra. Presidente, de proteger quem quer que seja, seja no setor privado, seja no setor público, seja no Governo Federal, estadual, municipal ou distrital, eu disse isso desde o começo. E aqui nós estamos aprofundando as investigações em relação ao Governo Federal, ao Ministério da Saúde, em todas as sessões, e não houve um voto sequer meu, de Girão e dos outros colegas Jorginho, Heinze, aqui, contra requerimentos de convocação de quem quer que seja do Governo Federal. Agora, será que o G7 pode dizer o mesmo em relação aos requerimentos para se convocar aqui representante dos Estados e Municípios e do Consórcio Nordeste, Senador Girão? Será que conseguem dormir tranquilos de que estão fazendo o dever de casa e investigando de verdade? Não, não podem. Não podem, porque não quiseram investigar. Não quiseram. Repito: eu quero investigar tudo, sem seletividade e sem proteção a quem quer que seja. Quando alguma evidência aparecer, seja de alguém que integra o núcleo do Ministério da Saúde, dos Estados ou Municípios, o meu compromisso é em defender a verdade e nada mais do que a verdade.

Mas vai vendo, Brasil, a CPI me parece estar caminhando para os seus passos finais, porque estão rodando em círculo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu pergunto: quando é que nós vamos ver ali sentado, naquela cadeira, Senador Girão, o Sr. Carlos Gabas, o operador do esquema fraudulento do Consórcio Nordeste? Quando é? Não, não querem trazer, não! Não querem investigar!

Quando é que nós vamos ver sentados ali gestores estaduais que, segundo apurações da Polícia Federal, teriam sido responsáveis pelo desvio de milhões e milhões de reais de recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da covid-19, recurso que faltou e que custou muito a cidadãos e cidadãs brasileiros de todo canto?

Eu espero que a gente possa avançar, mas eu confesso que estou perdendo a esperança de que a investigação vá chegar no que aconteceu lá no Consórcio Nordeste. Compraram, pagaram antecipado, sem nota fiscal, e não receberam um respirador! Quem teve que ir lá e entregar respirador foi o Ministério da Saúde, o Governo Federal. E ainda os gestores fazendo festa como se fossem eles os pais da criança!

Então, Sra. Presidente, eu quero dizer que esta CPI cumprirá o seu papel se ela fizer uma investigação séria, desapegada de proteções a quintais que me parece terem desviado dos focos prioritários de boa gestão dos recursos públicos voltados à covid. Que ainda haja aí – ainda tem um sopro de esperança, não é, Girão?, ainda tem alguns dias... Quem sabe na semana que vem a gente não tenha aqui o Sr. Carlos Gabas e aquele outro Prefeito lá de Araraquara também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Edinho Silva!

Mas por que não querem deixar trazer aqui o Sr. Carlos Gabas, Edinho Silva, Bruno Dauster, enquadrado pela Polícia Civil da Bahia? Mas não querem investigar.

E vêm aqui fazer discurso de que estão fazendo, fazendo... Fazendo o quê? Enganando, enganando.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade de me manifestar e, sendo submetido a deliberação do Plenário, eu vou concordar com o Relator na provocação, na sugestão que fez.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Sr. Senador Marcos Rogério.

O Senador Girão é o próximo. Só gostaria de colocar uma simples questão.

Concordo com tudo o que V. Exa. colocou aqui e digo mais. Eu já venho dizendo isso... Ontem falei bastante com o Senador Girão. O Brasil não se resume ao Consórcio Nordeste, o Brasil não se resume ao Nordeste; além dos 9 Estados, nós temos mais 18 unidades na Federação. O senhor sabe quantos documentos chegaram do seu Estado de Rondônia? Do seu Estado do Ceará? Quantos, Senador? Quantos chegaram para esta CPI, os senhores sabem? Do meu Estado chegaram 33, e nós já estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigando; do Estado de V. Exa., Rondônia, chegaram 19; do Estado de V. Exa., Senador Girão, chegaram 40.

Nós precisamos parar de tocar no assunto apenas... Acredito que o Consórcio Nordeste seja um deles, e é muito grave, e nós temos, sim, que estudar, mas "nós" temos, porque não vai adiantar ficar falando isso e depender do grupo que está analisando o objeto que é da autoria do Senador Randolfe. Eles estão focados em uma questão. Se nós estamos focados em outra questão, que é analisar os recursos públicos federais que foram destinados aos Estados e Municípios, que façamos nós.

Eu estou fazendo a minha parte. O seu Estado tem 19 documentos, o Estado do Senador Girão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Concordo com V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que cada um comece pelo seu, mas a gente cobrar o tempo inteiro isso... Eu acho que cansa a população, a população não entende, pensa que nós não estamos fazendo nada, e nós estamos sim.

Eu também oficiei ao Tribunal de Contas do meu Estado. Querendo ou não, os Estados... Nós sabemos que os Deputados Estaduais têm dificuldades para instaurar CPIs, mas isso não quer dizer que nós não iremos cobrar dia e noite. Cadê as CPIs estaduais, onde estão? Por quê? Porque nós sofremos, sim, uma limitação, e eu discordo em relação ao STF... O Senador Alessandro Vieira está elaborando uma PEC para que se permita que nós possamos fazer esse tipo de investigação na CPI dentro do Senado Federal. Nós temos que tomar atitudes, ações.

Então, concordo com V. Exa., mas eu já estou aqui me prontificando a ajudar e o meu gabinete também.

E outra: podemos fazer oitivas às segundas ou às sextas para acelerar. Eu me disponho a fazer isso. Agora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Soraya, o problema...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agora, se nós estamos em número menor aqui na votação... Sinto muito, nós estamos em número menor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Permito, claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O problema é que nós não temos, na condição de membros da CPI apenas, que está com essa missão de apurar também nessa extensão, nós não temos prerrogativas para convocar depoimento desses suspeitos ou desses gestores...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Podemos convidar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não!

Sem que haja a deliberação do Plenário, infelizmente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas podemos conversar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...a instrução fica prejudicada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá, mas aí eu acredito que dá para ter uma conversa num outro momento com o Presidente da CPI e com os demais colegas e colocar vários em votação, vários, e marcar o dia. Se não é do interesse deles acompanhar como se fosse numa terça, quarta e quinta, que façamos numa segunda ou quarta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senadora Soraya, só um pela ordem. Rapidamente, Senador Marcos Rogério...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A fala é sua Senador!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Mas, antes de começar a minha fala, eu queria esclarecer esse assunto. É importante isso pra que a gente possa entender.

Senadora Soraya Thronicke, dois requerimentos – dois – deram origem a esta CPI – dois requerimentos foram apensados, com que o Presidente Rodrigo Pacheco deu origem a esta CPI: um, que a senhora bem colocou, é do Senador Randolfe, pra investigar eventuais ações e omissões do Governo Federal, o.k.; e o outro é de minha autoria, Senador Marcos Rogério, assinado por 45 Senadores da República, a maioria do Senado Federal, pra investigar Governo Federal e os bilhões de reais de verbas federais pra Estados e Municípios. Esse segundo requerimento está sendo ignorado. Esse é o detalhe. E a gente não tem muito o que fazer, aliás, com aquela sua ideia ontem, que eu agradeço, nós já demos entrada hoje num requerimento pra ser votado – espero que a gente possa votar esse requerimento amanhã; vai ter votação de requerimento –, pra que as oitivas possam ser feitas às segundas e sextas-feiras exclusivamente sobre Estados e Municípios, porque os documentos a senhora tem do seu Estado, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho do meu, eu tenho de vários Estados, eu pedi de vários. A gente tem os dados todos que embasam convocações, convites.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós temos que analisar. Dessa documentação que veio, muitas serão irrelevantes. A gente já está analisando.

Temos que trazer, para convencer o Colegiado, um mínimo de materialidade, de indício de autoria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas tem, mas tem. Olha...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... para não perder tempo.

Então, teríamos que levantar, afora Consórcio Nordeste, que nós já sabemos, o que mais aqui salta aos olhos, pra convencer o Colegiado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tem muita coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não adianta, não é dessa forma. Nós já entendemos que não é dessa forma que nós vamos conseguir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Acredito que tenhamos que mudar a nossa estratégia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Infelizmente, infelizmente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas enfim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a realidade é esta: infelizmente, a CPI não prioriza, aliás, ignora o requerimento de 45 Senadores...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por isso que eu entendo que tenhamos que nos unir. E outra: temos limites que foram determinados pelo próprio STF. E aí é hora de abraçarmos a PEC que o Senador Alessandro Vieira está lançando pra que não tenhamos mais essas limitações aqui dentro desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há limites pra...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O próprio STF, Senadora Soraya, que mandou o Senado abrir esta CPI e que, ao mesmo tempo, atrapalha...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Compreendo, mas aí é uma questão do STF, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós não estamos conseguindo, só no parlar, parlar, parlar, resolver o problema. Nós temos que agir de uma outra forma, mudar a estratégia. Aí sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nós não estamos agindo. Por isso que a gente o Secretário de Saúde. O objetivo é chamar o Secretário de Saúde aqui, só que a CPI não deliberou sobre isso.

Esse que é o problema.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas aí eu digo a V. Exa.: vamos levantar aqueles que têm realmente relevância e conversar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Cada centavo é importante, Senadora Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... numa reunião – numa reunião – para discutir isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Cada centavo do contribuinte é importante.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Claro que é.

Senador Girão, o senhor tem quinze minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Eu lhe agradeço.

Inclusive eu quero começar, Sra. Presidente eventual desta sessão, informando que, hoje, pela manhã, bem cedo, foi deflagrada a Operação Reditus, segunda fase da Operação SOS, da Polícia Federal, que investiga outro desvio de recursos na área da saúde do Estado do Pará, por meio de contratação de organizações sociais para a gestão de hospitais públicos, com apoio da Receita Federal e da CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os contratos investigados somam R$1,2 bilhão e envolvem quatro organizações sociais, cinco hospitais regionais e quatro hospitais de campanha, ou seja, recurso da saúde do Governo Federal, que não faltou – é opinião unânime de Senadores aqui que não faltou para combater a pandemia... Mas sobraram escândalos! Está aqui outro exemplo dessa farra com dinheiro público.

Oito Estados estão sendo investigados nessa operação: Pará, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará. Os Governos efetuavam repasses às OS contratadas, e estas subcontratavam outras empresas para prestarem serviços superfaturados nas unidades de saúde geridas por esse suposto grupo criminoso.

Então, é importante essa informação, para a sociedade entender.

Eu acredito, Senadora Soraya, Presidente eventual desta sessão, que nada acontece por acaso.

Quero dar as boas-vindas ao Dr. Túlio e ao seu advogado.

Vou fazer perguntas. Espero que o senhor possa me responder dentro da legalidade, do que o senhor considere que não vai provocar provas contra o senhor.

Mas eu considero que, por essas e outras, algumas atitudes que a gente tem visto aqui – ou não visto, como a investigação de corrupção em Estados e em Municípios – a nossa avaliação, segundo pesquisa da XP publicada ontem e citada por alguns colegas aqui – eu fui me aprofundar nessa pesquisa – mostra que a avaliação do Congresso Nacional, Senadora Soraya... Está aqui mostrado que a população não confia, o que continua aumentando no caso de que não vai melhorar. Olha só o que está acontecendo aqui: 48% do povo brasileiro acham nosso trabalho ruim ou péssimo; somente 9% da população avaliam o trabalho dos Parlamentares como bom. Para piorar, os números revelam que o povo está perdendo até a esperança em que algo melhore por aqui: 56% acham que vai ficar tudo igual, ou seja, o Congresso vai continuar fazendo um trabalho muito ruim – 56% da população! Há outro número ainda mais alarmante: pela primeira vez desde fevereiro de 2020, o número de pessoas que acham que o Congresso vai piorar é maior do que o número dos que acham que pode melhorar. Essa é a prova de que o povo brasileiro, infelizmente, está perdendo a esperança no Congresso.

Nós temos que adotar estratégias diferentes aqui. E eu acredito – respeito quem pensa diferente – que esta CPI, infelizmente, colabora com esse sentimento quando comete certos abusos, quando a gente vê aqui agressividade, quando a gente não vê investigação de corrupção, como no caso do Consórcio Nordeste, que a gente tem que lembrar, porque é algo escandaloso, que marca! Uma Parlamentar como a senhora, que anda pelas ruas, é cobrada! Eu viajo por vários Estados, e eles perguntam: "E o dinheiro de Estados e Municípios? E o Consórcio do Nordeste?".

Então, com tudo isso, eu acredito que a gente tem que começar a fazer a nossa parte com mais responsabilidade neste momento delicado do País, em que ideias estão sendo perseguidas, ideias! Olha a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gravidade disso. Por serem ideias conservadoras, você está vendo aí uma verdadeira caçada de algumas instituições, como, no caso, o TSE, no dia de ontem, protagonizou – o que eu vou falar mais tarde, lá, no Plenário do Senado Federal.

Foi falado muito aqui de fiança – muito de fiança –, de que, no caso do Ministério da Saúde, as garantias foram garantias frágeis, questionadas e tudo. Ótimo, temos que questionar, sim. Fiança é importante, porque, se o cara der um calote, o Governo vai ter prejuízo. Mas veja o que aconteceu no Consórcio Nordeste. Uma coisa vale para uma coisa e não vale para outra. O Consórcio Nordeste nem sequer pediu carta-fiança, não teve nada disso de garantia, Senadora Soraya. Olha que absurdo, a que ponto nós chegamos! Está lá o calote; até hoje não chegaram os respiradores nem devolveram o dinheiro, quase R$50 milhões.

Mas eu vou para as perguntas aqui, diretamente, pedindo desculpa, primeiro, porque o senhor chegou aqui como testemunha, mas isso de direito porque, de fato, o senhor já estava sendo investigado. Óbvio que sim, porque teve o seu sigilo quebrado. Isso é mais um motivo que desacredita o trabalho que é feito por esta Comissão, esse tipo de atitude de meter os pés pelas mãos. Mas eu vou fazer as perguntas aqui.

Nós temos informações de que o senhor trabalhou, Sr. Túlio, no Ministério da Saúde entre 2013 e 2014 como consultor para desenvolvimento de estudos dos processos internos de gestão do Departamento de Logística. Eu sei que isso foi já pergunta aqui por alguns colegas, mas eu preciso insistir nisso para seguir aqui, no meu raciocínio. O senhor confirma esta informação? Quem era o chefe deste departamento?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Senador Girão, com as vênias e com todo o respeito, eu permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Veja o que o senhor consegue responder. Tem algumas outras aqui que eu acho que não vai ter problema.

Depois que o senhor deixou o Ministério da Saúde, manteve contato ou relação com algum integrante do Departamento de Logística do Ministério da Saúde? Depois, com quem o senhor eventualmente manteve contato?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, com todo o respeito, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor trabalhou no Ministério da Saúde com o Sr. Luis Ricardo de Miranda do Departamento de Logística? Qual a sua relação com esse servidor? Eu gostaria de lembrá-lo de que o Sr. Luis Ricardo chegou ao Departamento de Logística do Ministério da Saúde em 2011, e o senhor trabalhou entre 2013 e 2014, período em que ele já estava lá. Pode essa responder ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, eu permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Vou pular esta aqui, porque acho que também está no mesmo rumo.

À Sra. Regina Célia, que é servidora do Ministério da Saúde e fiscal do contrato da Covaxin, a gente já teve oportunidade aqui de fazer perguntas. Qual a sua relação com essa senhora? O senhor teve contato com ela durante o período em que trabalhou no Ministério da Saúde? Reuniu-se com essa senhora para tratar do contrato da Covaxin? O senhor recebeu alguma ligação ou *e-mail* da Sra. Regina Célia para tratar do contrato com a Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O contrato para a aquisição da Covaxin envolve cifras grandiosas. Assim, pode-se imaginar que uma empresa como a Precisa, conhecida por ter um antigo relacionamento com a administração pública, destacaria quadros relevantes da sua equipe para negociar o contrato.

Neste contexto, exatamente neste contexto, eu pergunto ao senhor: como o senhor tornou-se representante, de alguma forma, da Precisa nesta negociação? Quem o indicou? Qual a sua relação com o Sr. Francisco Maximiano?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como representante da Precisa, o senhor deve ter contactado algumas vezes o Sr. Roberto Dias, então, Diretor do Departamento de Logística. Qual a sua relação com o Sr. Roberto Dias, que também esteve aqui nesta Comissão prestando esclarecimentos pra gente? Quantas reuniões e onde o senhor teve essas reuniões com o Sr. Roberto Dias?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Então, eu agradeço a oportunidade, Sra. Presidente, e dedico muita paz e bem a todos vocês.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra, Senadora Eliziane Gama.

Onde está a Senadora Eliziane? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos aqui, *on-line,* a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos, eu vou fazer aqui uma sequência do que eu ouvi aqui.

No dia 20 de novembro, tem uma ata que consta que o senhor é gerente de parcerias internacionais e *compliance*. Em fevereiro de 2021, o senhor constituiu o seu escritório de advocacia com a Precisa. Já, logo em seguida, esse contrato assinado da Precisa como representante da Bharat Biotech sobre as vacinas da Covaxin. No dia 23 de março, o senhor compareceu aqui numa audiência pública, que inclusive eu estava presente, que era justamente para se falar sobre o fornecimento de vacinas e oxigênio para o Brasil.

E, pelo que eu ouvi o senhor dizer e responder quase nada, o senhor diz que realmente não era gerente, que depois era só advogado, que era consultor, mas eu lhe digo que V. Sa. não pode subestimar a inteligência desta Casa e de quem está nos ouvindo.

A pergunta que eu insisto em fazer: o senhor mesmo... Eu não sei nem dizer se o senhor era advogado, porque o senhor era uma coisa, era outra. O senhor nega que não era gerente de contratos, mesmo quando veio fazer uma audiência pública aqui no Senado, com a presença do Presidente do Senado.

O senhor vai continuar insistindo em dar a entender a esta CPI, ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro que, apesar de desde novembro de 2020 o senhor já era considerado Gerente de Parcerias Internacionais e *Compliance*, e mesmo assim o senhor não teve conhecimento de documentos falsificados pela Precisa?

É a primeira pergunta para o senhor.

Sr. Túlio Silveira, vai insistir?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência eu afirmo e reafirmo que sou advogado da Precisa Comercialização de Medicamentos.

Quanto à segunda pergunta de V. Exa., em respeito ao sigilo cliente/advogado, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O senhor vai permanecer dizendo que não tinha conhecimento.

Agora eu queria chamar a atenção do senhor para o seguinte: até quando o senhor, como advogado, vai achar que isso não vai ser resolvido? É claro que vai. É um órfão a cada cinco minutos neste País. São crianças que perderam os pais, os avós, as mães. São 570 mil óbitos. Digo ao senhor: nós temos provas, que são os óbitos. Não tem como negar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico impressionada como os senhores conseguem vir aqui, Presidente, e se dar ao luxo de ficar em silêncio para dar esclarecimento, porque a população não vai aceitar isso aí. A população está acompanhando, e quando diz que não houve, houve sim. Esses recursos foram... Esses recursos estão parados lá no Ministério da Saúde, R$1,6 bilhão para pagamento de uma vacina que não tinha passado nem pela Anvisa. E para completar, ainda se descobre que os contratos eram falsificados, que eram alterados e que a Bharat Biotech não tinha conhecimento, e que essa Precisa, que ao mesmo tempo é Global e que são outras... É uma falta de respeito pelos 570 mil óbitos, de homens, mulheres, jovens e crianças neste País, que foram a óbito. Enquanto as vacinas eram oferecidas, vacina da Pfizer, ao invés de se comprar, se adquirir as vacinas...

E sabe o que mais me dói, Senadora Soraya? É que a gente tem os recursos. O Congresso Nacional aprovou R$20 bilhões para a compra de vacina, e nunca se teve dúvida de que, se precisasse de mais, a gente aprovava mais. Era ou não era? Porque não precisaríamos não ter comprado as vacinas a tempo. Isso aqui não é uma questão de ser de esquerda ou de direita. Isso aqui é defesa da vida, gente, da vida de centenas, milhares de brasileiros que poderiam não ter morrido se a vacina tivesse sido comprada a tempo.

Aí vêm aqui os depoentes, que a gente sabe que têm conhecimento, subestimam a inteligência do povo, e fica em silêncio o senhor. Que pena que o silêncio dos mais de 570 mil não foi por vontade própria. Essa população brasileira foi calada, sem ter direito, nem posteriormente, à voz.

Quer dizer que o senhor insiste em dizer que não tinha conhecimento de falsificação de contratos, de compra de vacinas já pra se pagar. E digo mais: Brasil, sabe por que não comprou, não se efetivou a compra de vacina que nem existia? Por causa de um servidor público efetivo que teve coragem de denunciar, porque, se fosse... Um funcionário público como Luis Ricardo Miranda, que sofreu tanta pressão e que resolveu dizer, certo ou não, avisou o irmão e denunciou... E, segundo, por esta CPI. Esta CPI tem prestado um serviço maravilhoso. Eu queria deixar claro aqui que eu acho que tem que investigar do jeito que a minha colega Soraya Thronicke falou: temos que ir aonde precisar, se teve fraude ou corrupção, nós vamos atrás, mas nós temos fatos, não é convicção, nós temos provas, que são os óbitos e não tem como negar isso. E a gente sabe que poderia, sim, ter sido evitada a grande maioria.

Por isso, Sr. Túlio Silveira, eu acho que não vai ser se escondendo como advogado da OAB, que vai chegar a hora da verdade o senhor vai ter... Eu não gostaria de ser cúmplice de algo que leva vidas, vidas sendo descartadas, como se não tivessem a mínima importância. Chega a irritar a gente se achar com o direito de não falar a verdade pra cá, ninguém está querendo... Só saber como intermediou.

Pra finalizar, dizer o seguinte: nenhum brasileiro acredita que o senhor realmente, como um gerente de *compliance*, seja gerente ou advogado, o senhor não tinha conhecimento. O senhor é um cara qualificado, aí não via que tinha alguma coisa errada aí? Não, nisso ninguém acredita, senhor, infelizmente, ninguém acredita. Enquanto isso, milhares de brasileiros e brasileiras inocentes morriam. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só foi parada essa compra por causa de um servidor público com estabilidade, que teve coragem de denunciar, e, segundo, por esta CPI.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Grata, Senadora Zenaide.

Passo a palavra agora, por 15 minutos, ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sra. Presidente, senhor depoente, Sras. e Srs. Senadores, a reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* publicada nesta quarta-feira, dia 18, de autoria dos jornalistas Constança Rezende e Vinicius Sassine, traz uma leitura irresponsável da articulação que conduzi para que laboratórios veterinários fossem aproveitados para a fabricação de imunizantes contra o covid-19.

Convidado que fui, me somei ao Senador Wellington Fagundes, autor do projeto, PL 1.343/21, na proposta que autoriza os laboratórios veterinários a produzirem temporariamente vacinas contra a covid-19. Esses projetos foram aprovados na Câmara e no Senado por unanimidade.

A tentativa – ainda na Comissão da Covid-19, quando esta CPI não tinha sido instalada –, a tentativa de procurar conhecer o assunto e apoiar o tratamento de vacinas, ainda durante a minha participação na Comissão da Covid-19 do Senado, fizemos, com auxílio do Senador Izalci, que é do PSDB, em conjunto com os Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, duas reuniões com o Butantan para tratar de alternativas de buscar o maior número de vacinas para a nossa população, já que existia, Senadora, uma guerra entre Doria e Bolsonaro. Nesse sentido, essas reuniões que a Comissão fez para se somar e nós termos essas vacinas.

Na sequência, intensifiquei os esforços para viabilizar o envase e a produção de vacinas em laboratórios com vasta experiência na produção para o combate a viroses animais, que também poderiam fabricar agora vacinas para humanos. Esse trabalho resultou na aprovação do projeto de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Informo também que sempre estive muito envolvido com atividades relacionadas a busca de alternativas para a produção de vacinas nacionais. Buscamos e procuramos e apoiamos projetos da utilização de laboratórios com experiência prévia nessa produção de vacinas.

Da mesma forma que nós temos hoje... Procuramos entre tantas, existem hoje 15 alternativas que estão ligadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, três das quais já estão hoje na Anvisa: USP de São Paulo, em Ribeirão Preto, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Minas Gerais. Esse trabalho é do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministro Marcos Pontes e sua equipe, que viabiliza iniciativas nacionais. Além desses, procuramos, sim, o ex-Deputado, colega nosso, Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rosso, sobre a Sputnik, também a questão da Covaxin. Entre inúmeras reuniões virtuais, milhares... Se pegarem no meu telefone não são duas, três, cinco, são milhares de ligações telefônicas, várias reuniões presenciais, o relato de meia dúzia de ligações minhas identificadas com certos representantes não faz da minha pessoa um lobista. Quem acha isto deverá provar e responder pelas acusações.

Inclusive, Sra. Presidente, houve vazamentos aqui nesta CPI. Estou ingressando na Polícia Federal para apurar responsabilidades. Dados da CPI, meia dúzia de ligações saíram, vazaram, e fui questionado pela *Folha de S.Paulo.* Quero que essa... Alguém será responsabilizado por isso.

Eu me somei, sim, às estratégias do Ministério da Ciência e Tecnologia, como já falei.

Várias tratativas, primeiro com o Sindicato das Indústrias de Medicamentos Veterinários, quatro laboratórios; na sequência, uma série de reuniões com o grupo brasileiro chamado Grupo FarmaBrasil, que reúne 12 empresas farmacêuticas de alto nível que estão trabalhando para viabilizar medicamentos e vacinas para o combate ao covid-19. Isso soma 16 empresas, nem por isso estou envolvido com a prática de *lobby*. O meu dever como Senador me faz trabalhar dia e noite em busca de alternativas.

A iniciativa foi amplamente defendida e, após várias reuniões, cheguei a realizar uma importante reunião, em 10 de junho deste ano – está no meu *site*, está no *site* da Casa Civil –, com o Ministro Luiz Eduardo Ramos, da Casa Civil, Carlos França, das Relações Exteriores, Tereza Cristina, da Agricultura, Marcelo Queiroga, da Saúde, Marcos Pontes, Ciência e Tecnologia, e também o Presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, e a representação desses 16 laboratórios. Concomitantemente, desde abril de 2020, o meu gabinete tem se dedicado incansavelmente na busca de alternativas de remédios para combater a covid-19 também.

Não aceito o fato de negligenciarmos as experiências de médicos mundialmente renomados e com experiência prévia de combate à virose e que disponibilizaram tratamentos com remédios reposicionáveis. Tenho contatos internacionais com médicos do Chile, da Itália, dos Estados Unidos, chamados Grupo Hipócrates. Esses medicamentos são responsáveis, sim, somados às vacinas aplicadas, pela recuperação das 19 milhões de vidas salvas no Brasil, que foram poupadas de fazer da estatística dos óbitos.

Não aceito negligenciarmos os currículos de médicos brasileiros. Tenho vários currículos.

Temos grupos que estão assessorando centenas de profissionais da área da saúde, cientistas e pesquisadores que não são charlatães e que se dedicam a anos de pesquisa e comprovação científica na eficácia de tratamentos. Isso incomoda a chamada *big pharma*, que insiste em manipular as informações, perseguindo pessoas e entidades, na tentativa de impor uma verdade que não se sustentará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se meu comportamento honesto está incomodando, então a tentativa de denegrir a minha imagem não passa de um ato de desespero e pobreza extrema, e toda a população ira julgar quem, de fato, age pelo correto. A voz do povo é a voz de Deus.

Os fatos virão à tona de qualquer forma, mas estejam certos de que eu dedicarei cada minuto do meu mandato a buscar a verdade e as melhores opções para o povo brasileiro viver com saúde e dignidade.

Sem ser subjugado aos desejos dos verdadeiros genocidas, genocidas são aqueles que querem impedir a população brasileira de ter acesso a remédios e tratamentos que impeçam de a doença avançar e ceifar suas vidas; genocidas são os que querem forçar as pessoas a seguir procedimentos que, muitas vezes, estão impedidos por questões médicas; genocidas são os que jogam dinheiro público, condenado a vida à pobreza extrema.

Quem insistir em me caluniar deverá provar o que diz. Eu seguirei trabalhando em prol do bem comum e da atividade da vida do nosso povo. Seguirei em busca da verdade e sobre a origem dessa virose que causa esta pandemia. Estou em contato com Senadores americanos que já expõem um vasto dossiê desse assunto.

Ao contrário do que diz a reportagem, de que tenho exercido *lobby* junto aos laboratórios, meu único trabalho foi facilitar a comunicação de fabricantes internacionais de imunizantes e potenciais agentes nacionais.

Estamos em uma guerra para salvar vidas e meu papel é trabalhar para superarmos essa crise. Conceituar essa atividade pública e parlamentar como *lobby* corresponde a desvirtuar um trabalho sério, que desenvolvo há anos e de que muito me orgulho, sobremodo no caso em que devem ser direcionados todos os esforços para evitar mais tristeza ao usuário brasileiro.

Senadora... Senadora Soraya... Fui atacado injustamente, ainda como Deputado Federal, quando meu nome aparecia na questão do mensalão. Penei por 914 dias, até que meu nome saísse. Mais de 40 vezes, eu fui à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal cobrar deles uma definição. Não devia nada. Dizia: "Não devo e não temo e não me escondo".

No primeiro dia em que me posicionei na Câmara, eu disse: "Estou à disposição de quem quiser para averiguar a minha vida". Ofereci meu sigilo bancário, sigilo telefônico, o que quisessem. E assim eu fiz. Fiquei eu sofrendo; minha família sofrendo; meus amigos sofrendo. A verdade veio à tona.

E esse caso aqui, Sra. Senadora, é um absurdo. Esta chamada *big pharma* não me calará em cima dos tratamentos. Vou mostrar resultado de pesquisas. Ontem ia falar, hoje já falei... Estou falando deste assunto aqui: 200 milhões de doses de cloroquina; o resultado positivo na Índia. Uma pesquisa duplo-cego, randomizada – cloroquina. Ali está a pesquisa que vou mostrar amanhã. Não falo sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento de causa. Não é *fake news*. Inúmeros trabalhos com ivermectina – vários trabalhos –, também da mesma forma. Portanto, eles não irão me calar, porque o interesse é outro. O interesse é da *big pharma*.

E o desafio que fiz à CPI, que fiz à imprensa brasileira... A imprensa brasileira, quando eu mostrei o trabalho da revista *The Lancet*, na Universidade de Harvard, retratado.

Estou cobrando a retratação e o debate que esta CPI não quer fazer e que a imprensa não quer fazer sobre o trabalho supersério de Manaus, uma pesquisa criminosa, que matou 22 manauenses – 22! – com dose letal. Desafio a imprensa brasileira, desafio essa CPI e quem quiser: tem um time de excelentes – não são charlatões, são pesquisadores – cientistas para debater a pesquisa de Manaus. Até hoje eu não recebi resposta. Ninguém quer debater. Diz que tem a verdade, diz que tem a ciência, diz que a pesquisa premiada, que debata aquele tema. É fraudulenta aquela pesquisa, criminosa aquela pesquisa. Disse, no primeiro dia, ao Ministro Mandetta aqui. Repito hoje e repetirei sempre, até que a verdade venha à tona.

Este interesse está sendo demonstrado no trabalho que o Senado norte-americano está fazendo no chamado caso Fauci. Tenho ligações com eles. Já recebi material e estou esperando para ser chamado aos Estados Unidos, onde vou debater esse tema. Aqui está o "x" da questão, está a explicação do problema. Esse caso Fauci, criminoso, onde ele mesmo disse ao Presidente Trump, em 2019, que morreriam mais de 2 milhões de vidas. Já se foram mais de 6 milhões. É fato muito grave em cima de interesses econômicos e muito mais interesses ideológicos, interesses eleitoreiros, que estão em jogo nessa questão. A eleição de 2019 nos Estados Unidos foi jogada nesse interesse. A eleição do Brasil em 2022 está sendo jogada nesse interesse também.

Portanto, é a minha fala.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada. Muito obrigada, Senador Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Próxima inscrita, a última a inquirir o nosso depoente na tarde de hoje, Senadora Soraya Thronicke.

A palavra está com V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhor depoente, Dr. Túlio Silveira, seu patrono, boa tarde. Boa tarde a todos que nos acompanham.

Eu gostaria de iniciar colocando aqui, considerando que o Senador Carlos Heinze está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Heinze, do seu Estado, a minha equipe levantou que há 22 conjuntos de documentos. A CPI separa a documentação que chega por conjunto de documentos, que significam os anexos e apensos aos documentos principais de cada item dos Estados. Então, tem documento... Um deles que veio do Mato Grosso do Sul, só um deles, são 300 laudas. Então, a gente precisa realmente se debruçar porque esta CPI visa analisar também – não é só a questão de qual é o medicamento que funciona ou não – a malversação dos recursos públicos, que pode ser por corrupção ou pode ser por má gestão. E tem um estudo da Itália que diz que, de 100% do dinheiro público perdido, 14% apenas dizem respeito à corrupção, o resto é de má gestão. Existe esse estudo. Então, é interessante analisar. Às vezes, por culpa, o gestor pode errar e é lógico que será punido na medida da sua culpabilidade. Na administração pública, é tudo muito complicado, a gente tem que ter uma responsabilidade muito maior do que se fosse na questão privada, é óbvio. Na vida privada, a gente pode fazer o que a lei não proíbe; na vida pública, na administração pública, a gente tem que fazer somente o que a lei permite. Então, são detalhes a que nós precisamos nos atentar.

Essa questão dos medicamentos deve ser uma questão afeta à medicina. Os médicos... O próprio Ministro Queiroga está tocando a pandemia, é um técnico ali naquela cadeira, e nós temos que confiar. Ele abraçou essa missão no meio do caos e está indo bem, na medida de todas as dificuldades que um gestor público encontra. Mas nós acreditamos nele. E deixemos que isso seja algo afeto à própria medicina.

O próprio Conselho Federal de Medicina não tem uma definição em relação a isso. É lógico que haverá briga entre as várias alas ali da comunidade científica, enfim, mas esse assunto é complicado porque nós não sabemos também. O estudo teria que vir... Quantas pessoas que tomaram esse medicamento faleceram? Quantas foram salvas com esse medicamento e quantas não foram salvas, mas sobreviveram com outros medicamentos e quais medicamentos foram esses? Temos que ter todos esses dados para podermos fazer uma análise. Agora vem um dado de um estudo, 200 milhões... Entendeu? Mas e quantas foram salvas sem esse medicamento? Será que elas seriam salvas, independentemente de qualquer coisa, ou elas não iriam desenvolver uma forma mais grave da doença? Enfim, essa discussão é muito complicada principalmente para nós que não somos da área médica. Então, é importante.

Do seu Estado, vieram 22 conjuntos de documentos, e eu, mais uma vez, vou dizer: nós temos que nos debruçar para dar resposta à população brasileira e lembrar que existe o Rio Grande do Sul também, não existe só o Nordeste. Nós temos que investigar todos os recursos públicos que foram enviados.

A Senadora Zenaide disse: "Não faltou dinheiro". Não vai faltar se depender do Congresso Nacional, se depender do próprio Governo. Nunca houve essa intenção de segurar recursos para Estados e Municípios. Tudo o que foi necessário foi enviado. Todas as vezes em que eu estive no Ministério da Saúde, eu fui atendida, meu Estado foi atendido. Então, é importante que deixemos isso bem claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão importante... E esses documentos que vieram, neles não está computada a documentação que veio da Polícia Federal e das Procuradorias de Justiça. Então, é muita documentação, e a gente perde muito tempo com esse falatório todo, infelizmente.

Bom, outra questão importante: encontrei hoje o Ministro Jorge Oliveira, e ele disse que está de braços abertos. O Tribunal de Contas da União, que foi citado aqui hoje, é um órgão que serve ao Poder Legislativo e está de braços abertos para nos dar informações. Tem muita informação, tem muitas investigações correndo dentro do TCU, e ele está à nossa disposição para nos municiar. Eu já vou oficiá-lo... Oficiar o TCU, não exatamente o Ministro Jorge, mas quero agradecer a conversa que tive com ele, que foi muito profícua.

Bom, Sr. Túlio, agora de depoente, o senhor passa a investigado. De repente, o senhor consiga aí fazer entender e levar a sério uma autodefesa.

Eu sou advogada e respeito toda a nossa comunidade jurídica. Também já trabalhei como assessora de juiz e assessora de desembargador. Por muitos anos, eu fiz sentenças, acórdãos, decisões, por muitos anos na minha vida, e, depois, um tempo de advocacia. Deu pra entender como é que funcionam os dois lados do balcão.

Sinceramente, é um direito, mas a gente sabe também que, aqui no Direito, nós temos inúmeras vertentes. Fala-se em busca da verdade real, outros rechaçam a busca da verdade real; falam da verdade formal, o juiz só pode definir dentro daquilo que está nos autos. De repente, o que o senhor quer, a forma como o senhor está levando agora a sua questão jurídica deva ser neste sentido, não é? O seu silêncio não pode importar autoincriminação, não pode prejudicá-lo de forma alguma. Porém, foi o que o... Vou tentar lembrar qual foi o juiz que esteve aqui e que foi sabatinado dizendo que, quando se fala que o juiz é imparcial, na verdade ele toma um lado, ele tem que tomar um lado, o da acusação e da defesa. E aí nós temos também... Ele tem que tomar um lado. Esse juiz... Estou tentando lembrar, mas não consigo. Ô meu Deus, enfim, pra dar o crédito, não é? Porque eu achei muito interessante.

Falou-se que a legislação trabalhista é muito... Falaram que os juízes trabalhistas exercem uma proteção muito grande em cima dos trabalhadores, e não dos empregadores, e estavam sendo criticados por isso, que toda a Justiça trabalhista é assim: ela tem um lado muito claro. E, aí, ele disse o seguinte: "Não sou eu, que tenho um lado, é a legislação que é protetiva. E eu, como juiz, devo cumprir a lei".

Então, é apenas para ilustrar que o juiz tem que tomar um lado, e certas questões, assim, saltam aos olhos. O silêncio do senhor salta aos olhos. O silêncio naquilo que pode incriminá-lo salta aos olhos.

Aquela depoente, Sra. Francieli, chegou aqui numa situação, e a forma como ela lidou com a situação foi muito inteligente. Ela foi respondendo, foi respondendo, foi respondendo... Ela entrou aqui como investigada, ou quase investigada, e saiu daqui completamente liberta de todas as questões, porque ela soube administrar muito bem, ela foi muito tranquila, muito serena, muito educada, provou que ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

não tinha nada a esconder. É uma servidora que, infelizmente, se ela não foi ainda recontratada... Eu acho até que ela é concursada, mas ela exercia uma função e exercia muito bem. Por conta disso, o Brasil perde uma excelente servidora ali, naquele cargo, mas, enfim...

Aí, nós tivemos a sua colega que se negou, durante o dia todo, a falar. Eu me insurgi, principalmente porque eu questionei quem é que estava pagando aos advogados dela, se era o Sr. Maximiano ou não... Porque isso importa, sim! Importa, porque quem está pagando está mandando. Isso é muito sério. E poderia incriminá-la, sim. Eu achei frágil, me preocupou. Poderia até, se não tivesse condições, ter contratado, não sei, numa necessidade, um defensor público. Eu não sei se poderia acompanhá-lo. Eu não sei se a legislação permitiria aqui que fosse acompanhado, se não pudesse pagar um advogado.

Mas essas questões nos preocupam! E hoje vem o senhor e passa o dia todo calado, como a Sra. Medrades fez.

Mas amanhã teremos o Sr. Maximiano, e, independente de qualquer linha doutrinária que se siga, nós estamos aqui em busca da verdade real. Nós não somos julgadores, elas aparecem. Aqui, apesar de termos que seguir muitas questões – temos poder de polícia dentro de uma CPI, podemos investigar –, não somos nós que iremos julgar. E o relatório aceita tudo. Vou dizer para o senhor – já disse e repeti – uma fala do Senador Rogério Carvalho, que disse que aqui na porta desta CPI tem um mata-burro. Não menospreze! Não menospreze a capacidade de muitos aqui, a experiência de muitos aqui em analisar documentos, em fazer o dever de casa. É muito sério.

Então, se o senhor, de repente, uma hora, quiser falar, que o senhor chame esta CPI, ou, se o senhor quiser falar reservadamente... Porque eu duvido que o processo do senhor possa correr em segredo de justiça e, por mais que o senhor tenha se negado a dizer "eu não advoguei para fulano ou para beltrano", quando se coloca o nome do advogado nos *sites* dos Tribunais de Justiça, nós conseguimos ver tudo, entrar dentro de processos inclusive, qualquer um consegue. Duvido... De repente, o senhor vai conseguir aí um tempo de segredo de Justiça num processo, mas não tem essa garantia. Então, pense bem. Pense bem, pode ser que o senhor queira, uma hora, colaborar. Nós estamos à disposição, a CPI estará à disposição. De repente, com toda essa visualização que foi dada para a CPI, as pessoas acompanhando, o senhor pode ter se sentido constrangido.

Amanhã vem o seu chefe. Eu não duvido que a senhora... Porque a mudança da Sra. Medrades foi impressionante, de um dia para o outro. De um dia para o outro, foi impressionante. Não sei o que aconteceu, mas me preocupou. E, independentemente de qualquer coisa, se é a relação de advogado... Não estou nem aí, porque eu também não estou impedida de fazer a pergunta de quem está pagando o seu patrono, foi no caso dela. V. Exa. é advogado, pode fazer sua autodefesa.

Enfim, só entendo que é importante vocês saberem, e principalmente quem não é da área do Direito, que esta CPI aqui... O que eu estou acompanhando de bastidores e pelos colegas, ela só vai dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em pizza se o Ministério Público não cumprir com a sua obrigação. Se receber uma *notitia criminis* dentro de um relatório, ele é obrigado a tomar uma atitude.

Então, caso o senhor resolva falar, o que eu acho que seria interessante, principalmente para limitar a sua culpabilidade, caso aconteça, caso... Porque, de repente, o silêncio pode importar, sim, em uma outra forma de julgamento, porque há uma documentação farta, tem muitas questões aí. A gente não pode dizer que não vai acontecer, mas é importante tomar certos cuidados. Então, se o senhor quiser, vou repetir... E, aí, eu gostaria que o Senador Randolfe Rodrigues, que está na Presidência eventualmente, nos colocasse isso. Foi uma pena... E, aí, ele pode às vezes até... Se ele se mantiver dentro de um processo, pode até ser incriminado indevidamente ou sofrer alguma injustiça, mas, se o senhor quiser, acredito que esta CPI está pronta para ouvi-lo de forma reservada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Soraya.

Dr. Túlio, quer falar alguma coisa, fazer alguma consideração?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, só agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

Obrigado, Senadora Soraya.

Antes de passar para a última inscrita, que é a Senadora Leila, eu coloco em votação as propostas do Relator formuladas nesta reunião, que tornam investigados os senhores Ricardo José Magalhães Barros e Túlio Belchior Mano da Silveira. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Senadora Leila Barros, V. Exa. é a última inscrita da inquirição de hoje.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu cumprimento o Sr. Presidente neste momento desta Comissão, Randolfe Rodrigues, Senadora Soraya, todos que nos acompanham e também o depoente, o advogado da empresa Precisa, Túlio Silveira.

Sr. Presidente, eu particularmente acompanhei a maioria da Comissão, da sessão no meu gabinete e eu lamento profundamente a postura do silêncio adotada pelo depoente, que evidentemente não colabora. A gente sabe claramente que ele tem muito a nos dizer, ele certamente sabe de fatos gravíssimos que poderia nesta sessão – não é, Senadora Soraya? – nos esclarecer. Lamento mais ainda pelas evidências que implicam o depoente com escândalos envolvendo aqui o Governo do Distrito Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente a Operação Falso Negativo. Pra nós aqui – acho que vários aqui dos nossos colegas falaram –, já está clara a relação do depoente com o entorno da cúpula da Secretaria de Saúde aqui do Distrito Federal: foi sócio de quem presidiu o Igesdf; trabalha pra empresa Precisa, que venceu licitação fraudulenta dos testes caríssimos e imprecisos; e, ao que tudo indica, tem relações antigas com este grupo liderado pelo Deputado Ricardo Barros.

Hoje, acho que a maioria nossa, a maioria dos nossos colegas aqui estão sabendo que o ex-Secretário Francisco Araújo já esteve preso por mais de 80 dias em decorrência da Operação Falso Negativo, Senadora Soraya, que é objeto da nova operação, com novas denúncias envolvendo Igesdf, por superfaturamentos das UTIs. Então, a mesma empresa que estava tentando dar o golpe no Ministério da Saúde, vendendo 20 milhões de doses da Covaxin, que somente não prosperou – todos nós sabemos aqui – por causa da CPI, porque foram descobertos antes do malfeito, infelizmente algo que não aconteceu no DF. O DF, Senadora, não teve essa oportunidade.

E aí eu faço, mais uma vez, um apelo à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Hoje, mais uma vez, o Deputado Leandro Grass apresentou requerimento para a CPI do Igesdf. Então, eu clamo, em nome do Senado Federal e em nome da bancada do Distrito Federal, que seja instalada essa CPI. Nós precisamos da verdade, da transparência em torno desses contratos.

E essa é a mesma empresa que tentou vender esses 20 milhões de doses da Covaxin, o que somente não prosperou por isso, e eu lamento pela população.

Buscamos aqui, nesta CPI, esclarecimentos dos fatos ocorridos.

Enfim, me congratulo com o Presidente Omar por transformar o depoente em investigado, infelizmente, pelo silêncio dele. Poderia ter sido diferente.

Nesse sentido, eu gostaria de fazer algumas perguntas, claro, envolvendo a relação da Precisa com os representantes da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Sr. Túlio Silveira, como representante do Distrito Federal aqui nesta Casa, eu preciso tratar da Operação Falso Negativo – certamente o senhor tem acompanhado –, que resultou na prisão da cúpula da Secretaria de Saúde aqui do GDF, em virtude de fortes indícios e de irregularidades na compra de testes para a nossa população – esses testes com preços absurdamente elevados, cuja qualidade é bastante questionada.

Eu pergunto ao senhor: como se deu a participação da Precisa Medicamentos na aquisição desses testes por parte do GDF?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Senadora, permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Foi noticiado que a participação da Precisa na disputa pela venda só foi possível depois que o Secretário de Saúde do Distrito Federal estendeu o prazo dado para a entrega das propostas, pois a sua empresa teria perdido o prazo. O senhor confirma essa informação?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Senadora, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Por que o prazo foi dilatado?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Quanto custou cada teste vendido pela empresa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Quanto a empresa recebeu de comissão por cada teste vendido ao GDF, senhor?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Segundo o Tribunal de Contas do Distrito Federal, a escolha da Precisa aumentou em R$10 milhões os gastos. De acordo com o relatório do órgão, a Precisa agiu como intermediária para a compra dos testes importados por outra empresa. O documento afirma que o Comando do Exército, por exemplo, comprou testes diretamente com a importadora e pagou infinitamente, com um custo menor, um preço mais barato. Cada um saiu por R$94,10. O senhor confirma essa informação?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** Com relação à qualidade dos testes, foram feitos vários questionamentos que sugerem a baixíssima qualidade do que foi oferecido pela empresa Precisa. O que o senhor pode nos dizer dessas acusações? Por que, afinal, os testes vendidos pela Precisa são tão imprecisos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) **–** E, por fim, o senhor teve algum tipo de remuneração relacionada ao contrato assinado pela Precisa com o GDF?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu só estou passando essas perguntas, reforçando essas perguntas, Sr. Presidente, para que todos aqueles que nos acompanham, principalmente a população do Distrito Federal, entendam que esse senhor, junto com a empresa Precisa, e o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, cometeram atos de corrupção. E, se Deus quiser, dentro desta CPI...

Amanhã nós vamos ter o Sr. Francisco Maximiano aqui, Sr. Presidente. Espero que ele tenha a hombridade de vir a esta Casa e de nos responder, porque nós vamos atrás da verdade, Senadora. Senadora Soraya, foram milhares de brasilienses, milhares de brasileiros que perderam suas vidas, e esta Casa tem a obrigação, Sr. Presidente, de saber a verdade. A população precisa saber o que aconteceu nessas compras e nesse relacionamento do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal com essa empresa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (*Fora do microfone*.) – O senhor me permite, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, a douta defesa está com a palavra.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Para expor.) – Apenas faço uma objeção no sentido de que meu cliente goza do princípio da presunção de inocência. Meu cliente repudia qualquer acusação de imputação criminal que seja feita a ele neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, antes de concluir, se V. Exas. me permitem, eu quero fazer dois registros aqui. Não seria de nosso interesse, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, fazê-los, mas é nossa obrigação, aproveitando a audiência desta CPI, alertar os brasileiros e as brasileiras.

No dia de ontem, a Dra. Lindora Araújo, Subprocuradora da República, em uma ação movida pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Partido Socialismo e Liberdade, não viu crime algum em o Presidente da República participar de eventos públicos sem máscara. A posição de S. Exa. contradiz inclusive decisão anterior que ela exarou, quando pediu ao Superior Tribunal de Justiça que o Desembargador Eduardo Almeida Prado, do Tribunal de Justiça de São Paulo, fosse investigado por passear em uma praia de Santos sem máscara. Bom faria S. Exa. se tivesse mantido essa conduta correta que fez em relação ao comportamento do desembargador paulista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A decisão, ontem, da Dra. Lindora Araújo contraria totalmente a ciência, contraria as recomendações da Organização Mundial de Saúde, contraria as recomendações da nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária, contraria as recomendações dos CDCs, os centros de doenças transmissíveis dos Estados Unidos, contraria toda a lógica da ciência.

É até em decorrência disso que aqui antecipo que este Senador, individualmente, junto com outros colegas Senadores, iremos representar contra referida procuradora no Conselho Nacional do Ministério Público por conta do ato que, além de deseducar, anistia um crime gravíssimo, principalmente quando ele parte do mais alto mandatário da Nação.

Para a nossa surpresa e indignação, ainda há pouco, o jornal *Folha de S.Paulo* informa que, em um canal das redes de apoio ao Presidente da República, S. Exa. Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde, também disse ser contra o uso obrigatório de máscaras. Nós não queremos convocar o Sr. Ministro de Estado da Saúde pela terceira vez nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – pela terceira vez –, mas S. Exa. parece que está fazendo questão de vir aqui mais uma vez.

É por isso que é dever desta CPI avisar a todos os brasileiros: enquanto a pandemia não estiver controlada, enquanto não detivermos o avanço da pandemia e, principalmente, agora sob ameaça da variante Delta, se vacinem, busquem qualquer vacina, usem máscaras e utilizem todas as medidas necessárias para impedir a propagação da cadeia do vírus. Não escutem o Sr. Ministro da Saúde com essas asneiras que ele fala. E, lamentavelmente, não escutem alguns representantes do Ministério Público. É lamentável ter que dizer isso, porque a gente está falando aqui – um membro deste Senado Federal, que está na Vice-Presidência desta CPI, que respeita e considera o Ministério Público uma das principais conquistas da Constituição de 1988 –, e, ao mesmo tempo, é lamentável, Senadora Leila, Senadora Soraya, ter que dizer para os brasileiros não escutarem o Ministro da Saúde quando ele diz para não usar máscara. O Ministro da Saúde – o Ministro da Saúde!

Então, eu reitero a recomendação a todos os brasileiros: se o Governo e algumas instituições não fazem o seu papel, cabem a esta CPI fazê-lo. Usem máscaras, se vacinem, tomem as medidas de distanciamento, usem álcool em gel, que a pandemia ainda não acabou, ainda está tirando a vida de muitos brasileiros e ainda estamos com a média lamentável de pelo menos 30 a 40 mil brasileiros, por dia, se contaminando e é a única medida que há.

Não acreditem nas estórias – com "e", não com "h" –, nas estórias do tal tratamento precoce. Já foi provado pela ciência que não procede, que não tem amparo científico. As medidas são somente distanciamento, uso de álcool em gel, uso da máscara e vacinação.

É lamentável ter que dizer isso de um membro do Ministério Público Federal e é lamentável dizer isso em relação ao Sr. Ministro de Estado da Saúde. Eu não gostaria, mas o Sr. Ministro de Estado da Saúde parece estar insistindo em vir mais uma vez à CPI por conta de declarações desse tipo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à Subprocuradora, reitero que, junto com outros colegas Senadores, representaremos ao Conselho Nacional do Ministério Público em nome – em nome – do serviço que o Ministério Público tem que, de fato, servir à Nação, do serviço e do papel que lhe foi consagrado pela Constituição de 1988, ser fiscal da lei, ser defensor da Constituição, fazer cumprir a lei, seja quem for, doa a quem doer, inclusive, se for o caso, ao mais alto mandatário da Nação.

Dito isso e havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 44ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Convido as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a oitiva de amanhã na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, a fim de ouvir o Sr. Francisco Emerson Maximiano, objeto do Requerimento 183, de autoria do Senador Alessandro Vieira; amanhã, a partir das 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada essa oitiva.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Marcos Rogério, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Eliziane Gama e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores não membros Marcelo Castro, Fabiano Contarato, Leila Barros, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1255 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-diretor-geral do Hospital Federal do Andaraí, EDUARDO LOPES MOURA, CPF 368.903.087-00, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 1256 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa CETEST Rio Ltda., CNPJ 39.128.525/0001-42, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1257 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-Coordenador de Administração do Hospital Federal do Andaraí, FABIO DE ANDRADE BASTOS, CPF 044.632.987-84, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 1258 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da diretora-geral do Hospital Federal de Ipanema, JULIA MARIA PINHEIRO TELLES DE MENEZES, CPF 332.967.317-68, referente ao período de 24 de agosto de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 1259 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-coordenador de Administração e ex-diretor-geral do Hospital Federal dos Servidores do Estado, ALFREDO MELLO LAMEU, CPF 079.213.187-89, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 1260 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-diretor-geral do Hospital Federal de Ipanema e atual diretor-geral do Hospital Federal dos Servidores do Estado, BENITO ACCETA, CPF 574.090.137-53, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1261 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-Coordenador de Administração do Hospital Federal dos Servidores do Estado, CARLOS MARTINS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CARO, CPF 256.794.067-72, referente ao período de 29 de setembro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1262 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da Organização Social INSTITUTO SOLIDARIO, CNPJ nº 05.866.443/0001-83, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1263 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da Organização Social CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ nº 07.345.851/0001-15, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1265 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da ex-diretora-geral do Hospital Federal dos Servidores do Estado, SELENE MARIA RENDEIRO BEZERRA, CPF 160.290.892-34, referente ao período de 23 de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1266 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do coordenador de administração do Hospital Federal de Ipanema, RINALDO FREDERICO DA FONSECA, CPF 459.553.957-68, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1267 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do coordenador de administração do Hospital Federal do Andaraí, RAPHAEL BARROS GOMES DE CARVALHO, CPF 047.672.677-81, referente ao período de 25 de setembro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1268 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-coordenador de administração do Hospital Federal dos Servidores do Estado, MARCO AURÉLIO POTENGY DE MELLO, CPF 892.172.177-00, referente ao período de 3 de setembro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1269 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Diretor-Geral do Hospital Federal do Andaraí, LUIS FERNANDO D' ALINCOURT CAPOTORTO, CPF 014.008.557-21, referente ao período de 25 de agosto de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1270 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da coordenadora de administração do Hospital Federal dos Servidores do Estado, LUCIMAR SIMAS DA SILVA TITO, CPF 069.977.197-83, referente ao período de 22 de abril de 2021 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1271 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Senhor WALTER FERNANDES FILHO, CPF nº 330.211.987-91, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1272 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Senhor CLAUDIO PENA GONÇALVES, CPF nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

939.219.347-53, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1274 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa STAR 5 SERVICE COMÉRCIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA., CNPJ 02.739.907/0001-00, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1275 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa CONFEDERAL RIO VIGILÂNCIA - EIRELI, CNPJ 39.537.063/0001-17, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1276 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Senhor EDSON JOAQUIM DE SANTANA, CPF nº 309.823.247-15, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1280 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa ATMOSFERA GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TÊXTEIS S.A., CNPJ 00.886.257/0005-16, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1292 de 2021** que : "Requer RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como que se encaminhem RIFs em que sejam mencionados o Senhor TARSIS DE SOUZA GOMES, responsável pelo domínio renova mídia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1293 de 2021** que : "RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como que se encaminhem RIFs em que seja mencionado Allan Lopes dos Santos." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1294 de 2021** que : "Requer RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como que se encaminhem RIFs em que seja mencionado JOSÉ PINHEIRO TOLENTINO" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1295 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira de AURELIO PONTES, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1296 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa WA SIQUEIRA ENGENHARIA LTDA., CNPJ 27.500.404/0001-09, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1305 de 2021** que : "Complemento ao requerimento de transferência de sigilo de Allan Lopes dos Santos (Req. 1230)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1306 de 2021** que : "Complemento ao requerimento de transferência de sigilo de José Pinheiro Tolentino (Req. 1237)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1307 de 2021** que : "Complemento ao requerimento de transferência de sigilo de Tarsis de Souza Gomes (Req. 1238)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1319 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Financeiras (COAF) que produza e encaminhe à CPI da PANDEMIA um RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como encaminhe RIFs em que sejam mencionados o Senhor RAUL NASCIMENTO DOS SANTOS, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1320 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) que produza e encaminhe à CPI da PANDEMIA um RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como encaminhe RIFs em que sejam mencionados o Senhor PAULO DE OLIVEIRA ENEAS, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 1321 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) que produza e encaminhe à CPI da PANDEMIA um RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como encaminhe RIFs em que sejam mencionados a empresa FAROL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 06.227.644/0001-01, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1322 de 2021** que : "Em aditamento ao Req. nº 1.226, aprovado por esta CPI em 03/08/2021, requer a transferência de sigilo do Senhor RAUL NASCIMENTO DOS SANTOS, CPF 708.146.884-54." **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 1323 de 2021** que : "Em aditamento ao Req. nº 1.227, aprovado por esta CPI em 03/08/2021, requer a transferência de sigilo do Senhor PAULO DE OLIVEIRA ENEAS, CNPJ 21.548.285/0001-70." **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 1324 de 2021** que : "Em aditamento ao Req. nº 1.229, aprovado por esta CPI em 03/08/2021, requer a transferência de sigilo, da empresa FAROL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 06.227.644/0001-01." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 1334 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. ALESSANDRO LEMOS PASSOS LOIOLA, CPF nº 008.063.837-63, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 1335 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO, CPF nº 024.572.289-05, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 1336 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAÚJO, CPF nº 934.054.561-34, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 1337 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. FLÁVIO GORDON, CPF nº 084.570.337-43, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 1338 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF), da Sra. FLÁVIA REGINA VIANA, CPF nº 858.076.057-72, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 1339 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Dr. EVERSON HENRIQUE DE OLIVEIRA, CPF nº 100.495.086-10, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 1340 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. BERNARDO PIRES KUSTER, CPF nº 057.385.519-66, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 1290 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira de Danilo Berndt Trento e da empresa Primarcial Holding e Participações LTDA. (CNPJ 58.923.756/0001-92), referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 1312 de 2021** que : "Requer a quebra e a transferência dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático de MÁRCIO LUIS ALMEIDA DOS ANJOS." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 1313 de 2021** que : "Requer a quebra e a transferência dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da empresa GLOBAL GESTÃO EM SAÚDE." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 1314 de 2021** que : "Requer a quebra e a transferência dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da empresa ML8 SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 1328 de 2021** que : "Requer a quebra e a transferêncai dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático de OPT INCORPORADORA IMOBILIÁRIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 1329 de 2021** que : "Requer a quebra e transferência dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático de MAIA E ANJOS ADVOCACIA." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 1308 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Twitter Verdade dos fatos (@v_dosfatos), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 1309 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram Verdade dos fatos BR (@verda_dedosfatos), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 1310 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Facebook Movimento Avança Brasil (@MAvancaBrasil), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 1325 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Youtube Movimento Conservador (https://www.youtube.com/channel/UCNVojy7wNALnKE-rXF3EwtA), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 1326 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Twitter Movimento Conservador (@conservadorismo), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nº 1327 de 2021 que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram Movimento Conservador (@movimentoconservador) e facebook (@movimentoconservadoricon), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 1396 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Emanuel Catori." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 1363 de 2021** que : "Requer, com relação a todos os requerimentos de transferência de sigilo de dados telemáticos aprovados até o presente momento, a disponibilização de registro de interação com outros usuários, extrato de mensagens recebidas e/ou enviadas, extratos de chamadas de voz e vídeo efetuadas e/ou recebidas, bem como de telefones da agenda de contatos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 1246 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah), CNPJ nº 05.205.294/0001-01, no período de 1° de janeiro de 2018 até a presente data." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 1364 de 2021** que : "Requer a transferência de dados, protegidos por sigilo, da empresa Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, CNPJ 25.446.930/0001-02." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 1351 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas da Sra. PAMELA PUERTAS DIAS, CPF nº 422.383.338-35, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 1350 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Sr. RICHARDS DYER POZZER, CPF nº 031.986.259-39, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 1349 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Instituto Força Brasil, CNPJ 40.091.898/0001-75, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 1348 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Sr. LEANDRO PANAZZOLO RUSCHEL, CPF nº 969.463.930-15, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 1424 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da PICO DO JUAZEIRO PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 1423 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da MB GUASSU ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 1434 de 2021** que : "Requer a transferência de SIGILO da FIB BANK GARANTIA DE FIANÇAS FIDEJUSSÓRIAS S/A." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 1433 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da PICO DO JUAZEIRO PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA." **Autoria:** Senador Tasso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 1432 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da MB GUASSU ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 1431 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, os Relatórios de Inteligência Financeira – RIF´s, eventualmente gerados a partir das atividades de FIB BANK GARANTIA DE FIANÇAS FIDEJUSSÓRIAS S/A." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 1430 de 2021** que : "Requer a Transferência de Sigilo da XIS INTERNET FIBRA S.A (filial)" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 1429 de 2021** que : "Requer a Transferência de Sigilo da GLOBAL GESTAO EM SAUDE S.A" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 1428 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da RIMARES HOLDING E PARTICIPACOES – EIRELI" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 1427 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da SAUDEBANK ASSESSORIA ESTRATEGICA E FINANCEIRA S.A." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 1426 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo PRECISA MEDICAMENTOS LTDA. (filiais)" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 1425 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da FRASDEC ASSESSORIA E CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 1361 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram tratamentoprecocepvh (@tratamentoprecocepvh), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 1360 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Youtube Brasil de Olho (https://www.youtube.com/channel/UCH5-hY_v698ePQ5C6fVtvfg), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 1359 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Twitter farsasdocovid19 (@farsasdocovid19), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 1358 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram alemanhacomentada (@alemanhacomentada), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 1357 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Youtube Alemanha Comentada (https://www.youtube.com/channel/UCMMQQHj7NUDJ2Dzv9hJK9yQ), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 1356 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram patriotasb (@patriotasb), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 1355 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Twitter Patriotas (@patriotas), que vem promovendo a disseminação de fake news

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 1354 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Youtube Patriotas (https://www.youtube.com/patriotasbr), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 1353 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram OInformante (@oinformanteofficial) e facebook OInformante (@oinformanteofficial), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 1439 de 2021** que : "Requer as necessárias providências para LEVANTAR (quebrar) e TRANSFERIR os sigilos das informações a seguir REQUISITADAS, junto à Receita Federal do Brasil, relativamente à pessoa jurídica R.C.6 Mineração Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 1420 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos das informações relativamente à pessoa jurídica referente ao CNPJ 39.937.281/0001-49, de XIS INTERNET FIBRA LTDA." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 1418 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos das informações relativamente à pessoa jurídica referente ao CNPJ 31.908.265/0001-16, de XIS INTERNET FIBRA S.A." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 1417 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Instituto de Florestas do Paraná." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 1419 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos das informações relativamente à pessoa jurídica representada pelo CNPJ 76 149 350/0001 86 - Construtora Magalhães Barros Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 1416 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da RJM Loteadora Ltda ME, CNPJ 79.114.443/0001-63, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 1415 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos das informações relativamente à pessoa jurídica representada pelo CNPJ 79 447 991/0001 05 - MBR Locação de Veículos Ltda. 79447991000105" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 1414 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Correspondente Bancário Mais em Conta S/A." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 1413 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de BHT Consultoria Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 1412 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da BB Corretora Ltda., CNPJ 80.269.079/0001-90, de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 1411 de 2021** que : "Requer junto à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da empresa Monlevade Incorporações Imobiliárias Ltda., CNPJ 24.088.659/0001-00, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 1410 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos do IFGVE - Instituto de Formação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gestão e Valor Educacional (PD) Ltda., CNPJ 35.288.758/0001-51, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 1409 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de RC3 Incorporações Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 1408 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 04.816.712/0001-34 Mineralizadora Fonte de Luz Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 1407 de 2021** que : "Requer junto à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da PY 12 Incorporações S.A., CNPJ 20.435.916/0001-81, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 1406 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos do Centro de Educação Profissional Técnico Maringá Ltda., CNPJ 14.758.035/0001-07, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 1404 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da RC1 Incorporações Ltda., CNPJ 20.435.853/0001-63, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 1403 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 11 342 178/0001 37 – RC4 Incorporações Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 1402 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 04.598.624/0001-03 Associação de Clubes de Vôlei - ACV." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 1401 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 19142362/0001-45 - PY 11 Incorporadora e Empreendimentos S.A.." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 1400 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 00624285/000131 - Qualidade de Vida Indústria e Comércio de Produtos Naturais Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 1399 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 01280354/0001-08 - Frequencial Empreendimentos de Comunicação Ltda.." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 1395 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo de dois dias corridos, a transferência de sigilos da AKB Magalhães Barros Locações Ltda., CNPJ 07.034.022/0001-11, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 1386 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da empresa PRIMARES HOLDING E PARTICIPACOES, CNPJ 02.144.884/0001-83, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento.," **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 1385 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da empresa GM PARTICIPACAO E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ADMINISTRACAO DE BENS, CNPJ 34.049.994/0001-52, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 109 - REQUERIMENTO Nº 1384 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos do Sr. Ricardo José Magalhães Barros, CPF 424.789.799-34, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 1383 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da empresa SMARTCARE SOLUCOES EM SAUDE, CNPJ 26.891.765/0001-52, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 1382 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de José Carlos da Silva Paludeto." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 1381 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de FRASDEC ASSESSORIA E CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 1380 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da empresa ROMPRO PARTICIPAÇÕES, CNPJ 21.052.772/0001-47, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 1378 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Gustavo Alexandre Gaspar de Oliveira." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 1377 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal da empresa GLOBAL GESTÃO EM SAÚDE S.A." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 1376 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Frederick Wassef." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 1375 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Marcelo Bento Pires." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 1374 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Danilo Cesar Fiore." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 1373 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Thais Amaral Moura." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 1372 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Francisco Emerson Maximiano." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 1362 de 2021** que : "Requer a transferência de dados da empresa BRASIL Paralelo Entretenimento e Educação S/A." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 1444 de 2021** que : "Transferências de sigilo bancário e fiscal de Allan Lopes dos Santos" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 1443 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo Bancário, Telefônico, Fiscal e telemático do Sr. José Ricardo Santana." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 1441 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo Bancário, Telefônico, Fiscal e telemático da BIG PINE CONSULTORIA LTDA." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 125 - REQUERIMENTO Nº 1440 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo Bancário, Telefônico, Fiscal e telemático da Primarcial Holding e Participações Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1442 de 2021 que : "Requer a RETIFICAÇÃO, de forma a aditar os requerimentos de números 1074, 1079, 1080, 1312 a 1314, 1328, 1329, 1372 a 1378, 1380 a 1386, 1395, 1399 a 1404 e 1406 a 1420, todos do corrente exercício e de autoria deste Relator, sem prejuízo aos demais pedidos e pelas justificativas expostas, para explicitar no bojo do objeto requerido, pedido objetivo para se requisitar ao COAF, os Relatórios de Inteligência Financeira referentes às pessoas naturais e jurídicas qualificadas em cada um dos Requerimentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 1379 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal e bancário da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 1450 de 2021** que : "Convida a Deputada Joenia Wapichana, coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 1365 de 2021** que : "Requer a convocação de Roberto Pereira Ramos Junior, Presidente do Fib Bank, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 1366 de 2021** que : "Requer a convocação de Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 1393 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Jaime José Tomaselli, executivo da World Brands, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 1394 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Emanuel Catori, sócio da Belcher Farmacêutica, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 1436 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. JOSÉ RICARDO SANTANA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 1369 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR e do Sr. LUIZ HENRIQUE LOURENÇO FORMIGA" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 1301 de 2021** que : "Requer ao Tribunal de Contas da União (TCU), em caráter de urgência, a realização de auditoria da execução orçamentária no âmbito da SESAI para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 durante o período de fevereiro de 2020 a julho de 2021, confrontando-a com o planejamento publicado e homologado, seja no âmbito da ADPF-709 ou do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 136 - REQUERIMENTO Nº 1405 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, no prazo de 5 dias, sob pena de desobediência, o acesso dos servidores indicados pela Secretaria desta CPI aos seguintes processos SEI do Ministério da Saúde:." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 137 - REQUERIMENTO Nº 1421 de 2021** que : "Requer que sejam enviados, pelo Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, todos os documentos relacionados ao pedido de exoneração do Senhor Roberto Ferreira Dias, realizado no mês de outubro do ano de 2020." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 138 - REQUERIMENTO Nº 1422 de 2021** que : "Requer que sejam enviados, pelo Senhor Ministro da Saúde, todos os documentos relacionados ao pedido de exoneração do Senhor Roberto Ferreira Dias, realizado no mês de outubro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano de 2020." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 139 - REQUERIMENTO Nº 1397 de 2021** que : "Requer que seja concedido, pelo Senhor Ministro da Saúde, no prazo de 5 dias, sob pena de desobediência, o acesso dos servidores indicados pela Secretaria desta CPI aos processos SEI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 140 - REQUERIMENTO Nº 1152 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, informações sobre contatos com a Precisa Medicamentos e/ou Bharat Biotech." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 141 - REQUERIMENTO Nº 1153 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil, Marcos Cesar Pontes, informações sobre viagem do Ministro à Índia em 2021, no prazo máximo de 10 dias" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 142 - REQUERIMENTO Nº 1391 de 2021** que : "Requer informações relacionadas a atas de reuniões conduzidas no âmbito do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 143 - REQUERIMENTO Nº 1390 de 2021** que : "Requer informações relacionadas a atas de reuniões conduzidas no âmbito da Casa Civil da Presidência da República." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 144 - REQUERIMENTO Nº 1241 de 2021** que : "Requer ao Conselho Regional de Medicina de São Paulo informações sobre procedimentos de apuração instaurados para avaliar a conduta da operadora de planos de saúde Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda., e, eventualmente, do responsável técnico Dr. Eduardo Fagundes Parrillo (CRM/SO 76747), por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado “tratamento precoce” para a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 145 - REQUERIMENTO Nº 1242 de 2021** que : "Requer ao Ministério Público do Estado de São Paulo informações sobre procedimentos de apuração eventualmente instaurados para avaliar a conduta da operadora de planos de saúde Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado “tratamento precoce” para a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 146 - REQUERIMENTO Nº 1243 de 2021** que : "Requer ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) informações sobre procedimento de notificação da operadora de planos de saúde Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado “tratamento precoce” para a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 147 - REQUERIMENTO Nº 1244 de 2021** que : "Requer à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) informações sobre procedimentos eventualmente instaurados relacionados à conduta da operadora de planos de saúde Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado “tratamento precoce” para a Covid-19a." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 148 - REQUERIMENTO Nº 1264 de 2021** que : "Requer informações à Superintendência Estadual do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro, referentes aos meses de janeiro a junho de 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 149 - REQUERIMENTO Nº 1277 de 2021** que : "Requer seja solicitado ao Ministério Público de Estado da Bahia – Feira de Santana o envio, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia de integral de procedimento instaurado para fins de apurar responsabilidade pela produção, promoção e divulgação de peça publicitária, veiculada por outdoors em diversos pontos da cidade com a mensagem “COVID TEM CURA”, na qual se identifica logomarca e endereço eletrônico da associação “Médicos pela Vida”." **Autoria:** Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 150 - REQUERIMENTO Nº 1278 de 2021** que : "Requer seja solicitado à empresa Inovates Consult Ltda. (CNPJ 10.768.541/0001-18), situada na cidade de Vila Velha-ES, informações, no prazo de 10 (dez) dias, acerca de produção, custeio, promoção e divulgação de peça publicitária veiculada por outdoors, em diversos pontos da cidade de Fortaleza-CE, com a mensagem "O ATENDIMENTO PRECOCE SALVA", na qual se identifica logomarca do movimento de médicos cristãos "Ainda Há Bem"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 151 - REQUERIMENTO Nº 1281 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 152 - REQUERIMENTO Nº 1282 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 153 - REQUERIMENTO Nº 1283 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 154 - REQUERIMENTO Nº 1284 de 2021** que : "Requer informações ao INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 155 - REQUERIMENTO Nº 1285 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 156 - REQUERIMENTO Nº 1286 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 157 - REQUERIMENTO Nº 1287 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL DE IPANEMA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 158 - REQUERIMENTO Nº 1288 de 2021** que : "Requer informações ao INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 159 - REQUERIMENTO Nº 1289 de 2021** que : "Requer informações ao INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 160 - REQUERIMENTO Nº 1297 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre condução da saúde indígena na pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 161 - REQUERIMENTO Nº 1298 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Defesa, Walter Braga Netto, informações sobre saúde indígena na pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 162 - REQUERIMENTO Nº 1299 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor Geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, informações sobre inquérito instaurado em face de Eduardo Pazuello e Airton Antônio Soligo." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 163 - REQUERIMENTO Nº 1300 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, informações sobre processos existentes nos quais seja réu o Sr. Ricardo Barros, deputado federal." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 164 - REQUERIMENTO Nº 1302 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Fundação Nacional da Saúde, GIOVANNE GOMES DA SILVA, informações sobre vacinação da população indígena contra Influenza H1N1." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 165 - REQUERIMENTO Nº 1317 de 2021** que : "Requer informações ao Fundo Estadual de Saúde (FES/RJ), em relação em relação aos contratos de gestão firmados com as organizações sociais beneficiárias de transferências federais transpassados pelo FES/RJ." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 166 - REQUERIMENTO Nº 1318 de 2021** que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

: "Requer ao Fundo Estadual de Saúde (FES/RJ) informações em relação aos contratos de gestão firmados com as organizações sociais beneficiárias de transferências federais transpassados pelo FES/RJ." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 167 - REQUERIMENTO Nº 1332 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas informações complementares pelo Presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. Fernando Parrilo, acerca da compra de medicamentos que compõem o chamado "kit-Covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 168 - REQUERIMENTO Nº 1333 de 2021** que : "Requer informações complementares ao presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda., Fernando Parrilo, acerca da compra de medicamentos que compõem o chamado "kit-Covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 169 - REQUERIMENTO Nº 1291 de 2021** que : "Requer ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, todos os registros de acesso e entrada dos Senhores Francisco Emerson Maximiano, Danilo Fiorini, Frederick Wassef, Gustavo Alexandre Gaspar de Oliveira, João Vitor Maximiano, José Carlos da Silva Paludetto, Thais Amaral Moura, Danilo Berndt Trento, Gustavo Berndt Trento, Felipe Maximiano, Andrea Cecília Furtado, Antônio Cássio dos Santos, Túlio Silveira e Emanuela Medrardes, nos anos de 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 170 - REQUERIMENTO Nº 1311 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pela empresa Farol Produções Artísticas Ltda. (CNPJ 06.227.644/0001-01), informações sobre o contratante responsável pelo conteúdo do site www.sensoincomum.org, que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 171 - REQUERIMENTO Nº 1435 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas informações pela Senhora Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 172 - REQUERIMENTO Nº 1352 de 2021** que : "Requer informações ao presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceará (CREMEC), Helvécio Neves Feitosa, relacionadas à apuração de denúncias contra a Unimed Fortaleza por práticas adotadas durante a pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 173 - REQUERIMENTO Nº 1347 de 2021** que : "Solicita informações complementares ao presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda, Fernando Parrilo, sobre compra de medicamentos do chamado kit-Covid." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 174 - REQUERIMENTO Nº 1346 de 2021** que : "Solicita informações ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Ceará, Manuel Pinheiro Freitas, bem como a remessa de cópia integral de documentação relacionada a procedimentos eventualmente instaurados para apurar a conduta, pela operadora de planos de saúde Unimed Fortaleza, de pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado "tratamento precoce" para a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 175 - REQUERIMENTO Nº 1345 de 2021** que : "Solicita informações ao presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceara (CREMEC), Helvécio Neves Feitosa, relacionadas à apuração de denúncias contra a HapVida por impor a seus profissionais a prescrição do tratamento precoce da Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 176 - REQUERIMENTO Nº 1344 de 2021** que : "Solicita informações à presidente do conselho diretor do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini, sobre procedimento de notificação da empresa HapVida por impor aos seus profissionais a prescrição do tratamento precoce da covid." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 177 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1343 de 2021 que : "Solicita informações ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, Manuel Pinheiro, a respeito da apuração de denúncias relacionadas à operadora de planos de saúde HapVida." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 178 - REQUERIMENTO Nº 1342 de 2021** que : "Solicita informações à presidente do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini, relacionadas à notificação da Unimed Fortaleza por práticas adotadas durante a pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 179 - REQUERIMENTO Nº 1341 de 2021** que : "Solicita informações à Unimed Goiânia relacionadas ao atendimento prestado a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela operadora de plano de saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 180 - REQUERIMENTO Nº 1368 de 2021** que : "Requer seja solicitado à Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e à Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) a remessa a esta CPI de todos os atos societários, como atos constitutivos e demais alterações sociais, balanços e demonstrações financeiras publicadas arquivadas naquelas instituições, de todas as pessoas jurídicas de que faça parte como sócio, quotista ou administrador MARCOS TOLENTINO DA SILVA." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 181 - REQUERIMENTO Nº 1437 de 2021** que : "Requer ao Tribunal de Contas da União, informar a esta CPI, por meio de documento oficial, os números, objetos e envolvidos (interessados, responsáveis, representantes legais e patronos, além de quaisquer outros de alguma forma relacionados), em tomadas de contas, auditorias, processos e procedimentos relacionados sob qualquer título à pessoa de Ricardo José Magalhães Barros." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 182 - REQUERIMENTO Nº 1370 de 2021** que : "Requer informações ao Cartório de Registro de Imóveis de Castro-PR, ao Cartório do 11º Oficial de Registro de Imóveis de Curitiba e ao Cartório do 11º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo relativas a imóveis integralizada ao capital social da FIB BANK GARANTIA DE FIANÇAS FIDEJUSSÓRIAS S.A. por sócias." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 183 - REQUERIMENTO Nº 1371 de 2021** que : "Requer seja solicitada à Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e à Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) a remessa a esta CPI dos atos societários que especifica." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 184 - REQUERIMENTO Nº 1438 de 2021** que : "Requer que seja solicitado ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Morais a produção e o compartilhamento de Relatório de Análise de Material Apreendidos nos autos dos Inquéritos 4.828/DF e 4.781/DF, que possuam pertinência com desinformação no contexto da PANDEMIA da COVID19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 185 - REQUERIMENTO Nº 1445 de 2021** que : "Requer à Polícia Federal informações sobre o inquérito policial relacionado à Operação Reditus, segunda fase da Operação SOS, que investiga desvio de recursos públicos na área da saúde no Pará." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 186 - REQUERIMENTO Nº 1448 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho Regional de Medicina do Amazonas (CREMAM), Senhor Emanuel Jorge Akel Thomaz de Lima, informações acerca de procedimento para apurar eventual violação ética por responsáveis técnicos da operadora de planos de saúde Unimed Cooperativa de Trabalho Médico Ltda." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 187 - REQUERIMENTO Nº 1449 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini, informações e encaminhada cópia integral de processo que tenha ensejado a notificação da operadora de planos de saúde Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva Francisco Emerson Maximiano.**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Francisco Emerson Maximiano. Oitiva do Francisco Emerson Maximiano, Sócio-Administrador da Precisa, em atendimento ao requerimento 864/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/19

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e à oitiva do Sr. Francisco Emerson Maximiano, em atendimento ao requerimento do Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Relator, para votarmos os requerimentos pautados, de transferência de sigilo, convocação, convite e outros temas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, há 187 requerimentos pautados, informa-nos a Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito, de transferência de sigilo, convocação, convite, entre outros temas.

Eu sugiro, para maior celeridade, tendo em vista termos um depoimento importante logo em seguida, que apreciemos os requerimentos em globo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria fazer uma solicitação, Presidente, solicitação de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, respeitosamente, eu queria falar que tomei conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. me diz quais são os destaques, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu vou dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois o senhor defende um a um, porque são destaques...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu vou fazer os destaques, eu só queria, primeiramente, dizer que, mais uma vez, os requerimentos de minha autoria foram ignorados na CPI. São cento e oitenta e... Quantos requerimentos? São 187 que nós vamos votar hoje, e mais uma vez nós não tivemos requerimentos pra ouvir a Cristiana Prestes, que é da indústria que vendeu os 300 respiradores pro Consórcio Nordeste, mais uma vez a gente não vai ouvir o Bruno Dauster, que é o Secretário da Casa Civil que foi exonerado por causa do escândalo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, o senhor disse que tinha destaques em relação aos 187.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tenho destaques também, mas eu quero deixar registrado o que não entrou na pauta, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. depois pode falar sobre o que o senhor quiser, que eu dou o tempo necessário para V. Exa. Por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Eu vou citar os itens, o número dos itens, e depois eu quero defender o destaque, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Itens 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 42, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 62, 80, 81, 82, 121 e 122. Eu peço destaque pra gente votar em separado e depois eu quero defender o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação em globo, retirados os destaques do Senador Girão.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, em votação os destaques...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para registrar meu voto em relação a quebra de sigilos, meu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Voto contra do Senador. O.k., já está registrado, Senador Marcos Rogério.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Também contra, Sr. Presidente. Heinze contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Agora, em votação, em destaque, esses requerimentos que o Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Queria defender, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador. Com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Olha, um pensamento de Evelyn Beatrice, que é biógrafa do grande filósofo iluminista Voltaire, diz o seguinte: "Posso discordar de tudo que você diz, mas defenderei até a morte o seu direito de dizer o que pensa". A liberdade de expressão é direito fundamental garantido pela Constituição de 88,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente nos incisos IV e IX do art. 5º. Quanto a isso, o inciso IV é o mais amplo e trata da livre manifestação do pensamento; o inciso IX foca na liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

O que esta CPI está fazendo com os movimentos conservadores é um atentado sem precedentes à liberdade de expressão, uma covarde intimidação, uma verdadeira censura, só pelo fato de esses meios propagarem ideias tradicionais e conservadoras.

É, portanto, incabível numa democracia esse atentado à cláusula pétrea da livre manifestação de pensamento.

Apenas a título de exemplo, o Brasil Paralelo realiza um trabalho sério de formação de valores, de princípios e valores políticos conservadores através da produção de conteúdo educativo sobre história, temas da atualidade. São posições divergentes, inclusive de alguns pontos do meu pensamento, como a questão da flexibilização do porte de armas. Todos sabem que eu sou contra, mas não é porque a gente é contra que a gente deve simplesmente ir atrás de caçar a liberdade de expressão dessas ideologias.

Eu queria dizer que, se houve algum excesso desses personagens, desses requerimentos que eu estou colocando, que seja devidamente investigado dentro dos procedimentos e ritos legais compatíveis com a incidência e a gravidade do crime ocorrido. Obviamente que receber dinheiro ou qualquer outro benefício para deliberadamente disseminar *fake news* em matérias que venham a prejudicar a sociedade é inaceitável e deve ser punido com os rigores da lei. Porém, isso é muito diferente da imposição de medidas radicais e invasivas, muitas vezes, sem qualquer argumentação que a fundamente.

Então, por isso, Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo porque nós já estamos vendo uma verdadeira caçada que existe de tribunais superiores. Ontem... O TSE está desmonetizando *sites*, blogues que simplesmente fazem um contraponto, têm ideias divergentes de narrativas que a gente tem visto no Brasil. E isso é muito perigoso, começa com *site*, começa com blogue, daqui a pouco vai para a imprensa. É uma liberdade, isso é um fundamento constitucional. E eu queria fazer esse apelo pra que a gente possa, em nome da democracia, do fortalecimento da democracia, que a gente possa excluir esses itens.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria subscrever os fundamentos apresentados pelo Senador Girão ao sustentar o destaque desses requerimentos e, consequentemente, a sua rejeição. Nós estamos diante de uma situação que caracteriza perseguição política aos movimentos conservadores e democráticos. Isso viola a Lei de Abuso de Autoridade, viola a livre manifestação do pensamento constitucional, cláusula pétrea prevista no art. 5º da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também queria, Sr. Presidente, mencionar que houve um requerimento entre esses que foi aprovado no bojo, o 1.373, relacionado à servidora Thaís Amaral, de quebra de sigilo dessa servidora, algo absolutamente desconectado de qualquer fundamento objetivo desta CPI, mas que houve a sua deliberação. Registrei meu voto contra todas as quebras, pela ausência de fundamentação, mas queria registrar esse posicionamento.

Também quero fazer aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é autor do requerimento de quebra de sigilo da Sra. Thaís Amaral?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o item 119, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o autor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já vejo, Presidente. Renan Calheiros, é o Relator da CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguma razão o Senador tem para pedir a quebra, principalmente ele, como Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não está declinado no requerimento.

Também gostaria de mencionar, Sr. Presidente, em relação ao Deputado Federal Ricardo Barros, que há pedido de quebra de sigilo dele desde 2016. Sejamos razoáveis. Qual a pertinência isso tem com o objeto desta CPI? Eu não quero entrar no mérito de defesa de A ou de B. Obviamente que a investigação em relação ao campo da CPI está acontecendo, e nós queremos que aconteça. Agora, estão respeitando realmente as regras? É esse o papel da CPI? Eu acho que está passando dos limites, de todos os limites possíveis.

E, por fim, Sr. Presidente, queria fazer um registro a V. Exa., e não quero imputar a V. Exa. isso, mas eu queria alertar, uma vez mais, a V. Exa. algo grave que está acontecendo desde o início no âmbito desta CPI: o vazamento seletivo de informações. E o último vazamento, Sr. Presidente, é de uma gravidade sem tamanho: "Relatório da CPI conclui que [...] [saúde] afastou opositores a 'gabinete paralelo'". E aqui vem uma matéria de todo tamanho no UOL, dizendo que jornalista teve acesso ao relatório do Relator Renan Calheiros. E, detalhe, Sr. Presidente: esse jornalista diz que teve acesso a um conjunto de informações, indicando, inclusive, número de páginas, sem contar indicar do que se trata cada capítulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é extensa, e eu acho que o nosso papel enquanto CPI é investigar com responsabilidade, com profundidade, apurar os fatos, buscar as evidências e, ao final, apresentar um relatório. Desde o início, eu tenho denunciado aqui que erra quem pratica o pré-julgamento – primeiro, acusa; depois investiga. E agora essa notícia de que um jornalista, um veículo de comunicação teria tido acesso a esse relatório.

Eu gostaria de fazer esse registro, não estou fazendo acusação, a não ser que o jornalista tenha criado uma *fake news,* pode ser que seja, mas dizer que teve acesso é grave. Eu procuro agir sempre com muita cautela em relação a esse tipo de conduta, esse tipo de elemento, porque é uma CPI...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. me permite só um aparte?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, Senador Renan.

O trabalho da CPI não é exclusivamente do Relator ou desse Senador, é de todos nós. Então, quando alguém acusa que teve acesso ao relatório, acusa a todos nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. me permite só um aparte, já que está tratando do relatório?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria dizer que, primeiro, enquanto Relator, eu fiz declarações públicas no sentido de que me esforçarei para, na segunda quinzena de setembro – me esforçarei –, apresentar o relatório. Não há nenhum relatório pronto, nem relatório, nem pré-relatório, nem nada. Nesta informação do UOL não há, a não ser essa declaração de que eu vou me esforçar, que foi pública, aspeada, para apresentar o relatório na segunda quinzena de setembro, não há nada, inclusive, com relação ao dado citado por V. Exa. de que nós pretendemos dizer, atribuir aos membros do gabinete paralelo a responsabilidade pela demissão dos ministros. Eu jamais vou atribuir isso.

Eu pretendo, como Relator – posso até não aprovar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito –, responsabilizar por crime comum todos os membros do gabinete paralelo pela maldade que fizeram contra o Brasil ao prescreverem remédios ineficazes, ao estabelecerem prioridades para gasto orçamentário, para execução de gasto público criminosamente.

Então, a maior demonstração de que essa matéria é uma matéria que deve ter saído do nada, porque, infelizmente, eu não falei com o autor da matéria e não tenho o relatório pronto... Não tenho o relatório pronto! E o meu relatório não vai mandar para a Procuradoria investigar nada! Ele vai concluir a partir das investigações realizadas aqui, pedindo para que, no prazo que a lei das Comissões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares de Inquérito reserva, a Procuradoria-Geral da República mande processar, e não investigar novamente.

Não é esse o meu estilo, o meu propósito. Eu não compactuaria com nada do que essa matéria do UOL está dizendo que o relatório contém, com nada, com absolutamente nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Traduzindo, o Relator está dizendo que a matéria é *fake news*.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja que aqui...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja que aqui nós estamos diante...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Restabeleça o fluxo normal da sessão, por favor, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja que aqui, Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Faça a conclusão da votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... nós estamos diante de uma situação grave.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho que votar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Isso! Conclua!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, temos que votar os destaques do Senador Girão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Depois...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É que ele só fez um aparte, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu queria me inscrever para...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isso é que estou concluindo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ele terá oportunidade para falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele fez só um aparte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Respeitosamente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Todos terão oportunidade para falar, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, respeitosamente, eu ouvi.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas vamos dar seguimento!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E foi importante, porque ele desmentiu a matéria do UOL!

E veja a importância de resguardar o sigilo da fonte. Dias atrás, houve aqui uma tentativa, que foi lançada como equívoco, de quebra de sigilo da Jovem Pan, corrigida a tempo.

Aqui está a garantia do bom jornalismo! Aqui está a garantia do bom jornalismo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu acho que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o sigilo da fonte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O debate agora é sobre os requerimentos.

V. Exa. pode, depois, se posicionar, por favor.

O Senador Girão tem vários destaques...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, V. Exa. quer votar os requerimentos e me assegurar a palavra na sequência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou ter que chamar uma pessoa para ouvir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque o Senador tomou o tempo para fazer um aparte, e eu queria só concluir.

Presidente, apenas para concluir em 15 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor! Por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, desde o início, eu tenho denunciado aqui. O Relator trabalha o tempo todo fazendo prejulgamento. E o fez agora há pouco, antecipou o que vai fazer no relatório dele. Não haverá surpresas. O que nós não podemos permitir é vazamento seletivo de quem quer que seja, sobre o que quer que seja!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Acabaram os 15 segundos, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E aqui é algo absolutamente grave.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. me permite discutir o destaque do Senador Girão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É rapidinho, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Quero só fazer aqui... Na verdade, quero enaltecer o trabalho desta CPI quando também trabalhou o combate a *fake news*. Os requerimentos que estão sendo agora apresentados para serem analisados e votados... Possivelmente, a gente nem poderá receber aqui todos os depoentes por conta da exiguidade do tempo, mas é muito importante essa aprovação, Presidente, porque *fake news*... É muito bom a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixar claro aqui que não existe direito absoluto no Brasil, não se pode utilizar a liberdade de expressão para mentir, para caluniar, para desonrar as pessoas, para desrespeitar as pessoas e, ainda mais, para matar as pessoas! As *fake news* que foram propagadas neste período de pandemia, algumas delas, mataram – olha lá! – centenas de pessoas no Brasil. E, agora, a apresentação desses requerimentos, para exatamente buscar o clareamento e a transparência, é fundamental para responsabilizar esses culpados, pessoas que usam as redes sociais de forma criminosa! Isso não é liberdade de expressão, não. Isso é um desrespeito ao jornalismo brasileiro. A comunicação... Eu sou jornalista. E é desrespeitoso equiparar essas pessoas com comunicadores, com jornalistas. É desrespeitoso com a comunicação brasileira.

E eu quero dizer aqui, ao cumprimentar o Relator e cumprimentar o Presidente por esses requerimentos: é fundamental a aprovação desses requerimentos e buscar responsabilizar esses culpados, que eu digo, finalizando a minha participação, Presidente, criminosos. Usar *fake news* é um crime contra a sociedade brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É sobre o requerimento, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Eu sou solidário ao Senador Girão, votarei com ele esse requerimento. *Fake news* é muitas outras coisas, feitas pela própria CPI, o que é colocado pela CPI. Coisas sérias, trabalhos sérios estão sendo desmoralizados, de cientistas do mundo inteiro, inclusive do Brasil. Portanto, eu acompanho o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, só pra fazer um rápido comentário. Eu gosto muito da Senadora Eliziane Gama, respeito o posicionamento dela, mas eu deixei muito claro que quem cometeu ilegalidade tem que pagar, e tem os ritos pra isso. Eu acho que a CPI partir para uma quebra de sigilo, para o embate, e coincidentemente são os *sites* conservadores, blogues que têm divergentes... Se eu estivesse sentado aí no seu lugar... Por exemplo, eu tenho uma posição muito clara em favor da vida desde a concepção, contra a liberação das drogas como a maconha. Eu não iria jamais criminalizar ninguém por ideias divergentes. O que a gente tem visto no Brasil é uma escalada, uma escalada antidemocrática. Isso é muito perigoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria só fundamentar que é pelo bem da democracia, liberdade de expressão. Quem errou tem que pagar. Tem que pagar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, nós somos fruto da democracia, todos nós aqui, sem exceção, independente de pensamento, se é de centro, de direita, de esquerda. Somos fruto da democracia, democracia essa por que eu tive a felicidade, junto com outros companheiros aqui, de lutar, pra gente ter um país democrático. Uma coisa é falar em democracia, uma coisa é falar em livre expressão; outra são esses *sites* que são financiados – e nós estamos atrás de quem financia esse tipo de coisa pra gente cortar o mal pela raiz – que pedem pra invadir o Supremo, pedem pra invadir o Senado. É a gente ver aqui um cidadão, um oficial da reserva do Exército que é dono de um *site* – Força Brasil, não sei, não me lembro nem do nome do *site* –, vir aqui, e no *site* ele ser negacionista, defender o tratamento precoce...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Defendendo contra a máscara, contra o uso de máscaras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... mas, pela calada da noite, às escondidas, como se estivesse fazendo alguma coisa muito errada, negocia vacina.

Nós não estamos aqui perseguindo ninguém da imprensa, não, nem queremos isso. O senhor não vê nenhum jornal, nenhuma televisão brasileira hoje defender invadir o Supremo Tribunal Federal. O senhor não vê, Senador Girão, alguém pedir pra invadir o Congresso Nacional. Esses *sites* são financiados por alguém, e por alguém que não quer a democracia. É nosso papel, como Senadores da República... Fora a quantidade de vidas que se perderam por eles mentirem. Nós estamos... São tão ousadas as coisas que você fica espantado em ver.

Se eles não receberam dinheiro público, se eles não receberam dinheiro de nenhuma entidade fascista, nazista para estar propagando essas ideias, eles não têm o que temer – eles não têm o que temer. Agora, nós, sim, tememos deixar fazer de conta que não está acontecendo nada, *sites* sendo pagos. Um desses cidadãos teve, mandou cento e poucos mil dólares para os Estados Unidos em poucos dias. Esse rapaz não ganhou na loteria, não; ele não ganhou, não, Senador. Então, são provas que mostram que alguém está financiando e financiando contra algo que nos colocou aqui, Senador Girão. Eu vou lhe dizer uma coisa, se o senhor for ler a 64, os aliados do golpe de 64 se tornaram inimigos e também sofreram as consequências daqueles que lutaram contra o golpe desde o primeiro momento. Não se iluda, nenhuma ditadura, seja de direita, de esquerda, é boa. A democracia, ela é imensurável, o preço dela é alto, a gente tem que pagar um preço alto pra ter uma democracia e temos que ter coragem pra enfrentá-los, senão, eu volto a repetir, primeiro eles entram no nosso jardim e amassam nossas flores, daqui a pouco, eles estão dentro do nosso quarto, sem nos respeitar, sem falar em democracia, como o senhor está falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que nós estamos tentando pelo menos investigar e colocar à disposição da Justiça pra que a gente possa coibir esse tipo de coisa. Eu não sou melhor do que ninguém, mas um princípio eu tenho, Senador Girão, o princípio de defender a democracia porque eu jurei, quando assumi o Senado Federal – e todos nós juramos –, defendê-la. Não é invadindo o Supremo, não é invadido o Congresso Nacional que nós vamos ter uma democracia plena.

Eu recebi ontem o vídeo e repassei. Se o senhor vir aquele vídeo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou citar o nome pra não dar propaganda a essa pessoa. É uma coisa que estarrece qualquer pessoa porque eu não sei onde é que eles estavam escondidos, onde é que estavam essas pessoas entocadas, que surgiram do dia pra noite, financiados, sim. E é essa quebra de sigilo que vai levar a gente a saber quem está financiando esses atos antidemocráticos. Democracia de me criticar, sim, pode me criticar à vontade, como pode criticar o senhor. Democracia é isso, divergência, sim, mas você pegar um *site* financiado pra pedir o fechamento do Supremo Tribunal Federal, pedir o fechamento do Congresso Nacional porque não aprova isso ou não aprova aquilo, isso é a gente ser passivo e a gente não pode passar pra história, num momento tão importante que o Brasil vive de lágrimas, de choro, de sofrimento, sem fazer o seu nosso papel.

Em relação a terminar a CPI, nós vamos ouvir aquelas pessoas que forem necessárias pra gente concluir os trabalhos. E dar o tempo necessário para o Relator fazer o seu relatório. Isso é claro.

Então, eu peço, faço um apelo a V. Exa., se não tem nada contra essas pessoas, não tem por que temer – não tem por que temer. Eu estou dizendo para o senhor que há fortes indícios de que esses *sites* são financiados não a favor da democracia, não a favor de uma ideia, não a favor de um programa, um projeto, mas, sim, para denegrir os políticos, para pedir o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Ou a gente toma as providências que nos cabem nesse momento ou a gente passa para a história como covardes, e é uma coisa que eu não sou. Na minha idade, eu não tenho mais o direito de me acovardar, eu não tenho mais o meu direito de achar que eu vou viver até 200 anos.

A vida nos coloca algumas coisas na frente. E, se a gente é instrumento de Deus nesse mundo, a gente tem que usar esse instrumento para o bem e coibir esse tipo de pessoa. É, sim, porque eles fizeram, Senador Marcos Rogério, uma propaganda muito grande para tratamento precoce, pra imunização de rebanho, e eles contribuíram pra morte de muitos brasileiros.

Por isso, coloco em votação os requerimentos.

Aqueles que aprovam o destaque do Senador Girão permaneçam como estão. Aqueles que não aprovam levantem o braço. (*Pausa.*)

Levanta o braço aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Aprovado o destaque...

Não, você é suplente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi...

Eu vou fazer a votação nominal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador, eu queria que V. Exa. me concedesse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Primeiro, para... Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Otto Alencar, por favor.

Pode falar, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero destacar a fala de V. Exa. agora a respeito desse tema que é tão caro para a sociedade brasileira. Segundo, Sr. Presidente, prestar solidariedade a V. Exa. pela acusação indevida que foi feita pelo Deputado Federal Eduardo Bolsonaro. Não tem cabimento aquilo que ele colocou para agredir a honra e a dignidade de V. Exa.

Segundo, V. Exa. tocou no tema do Golpe Militar de 64. Os mais atingidos foram os aliados. O maior aliado de todos do golpe foi o Deputado Federal Carlos Lacerda, que foi exilado depois que aconteceu o golpe, até porque a força bruta não respeita a democracia, e lutar para derrotar a força bruta é o dever de todos nós. Por isso, eu me associo a V. Exa. E é necessário quebrar o sigilo mesmo desses acusadores covardes que se escondem atrás de um computador ou de um celular para deslustrar a imagem das pessoas que defendem a liberdade e a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

Eu vou, nominalmente...

Quem aprova o requerimento do Senador Girão diz "sim"; quem não, diz "não".

Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu digo "sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O voto é com o Senador Girão.

Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – "Sim", pela liberdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, Senador!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Não é liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, Senador!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é liberdade, Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso! Pela liberdade?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é liberdade! Não é liberdade!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, é um fundamento constitucional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela liberdade!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é liberdade!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela liberdade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Caluniar e mentir não é liberdade de expressão, Senador Girão. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, Senador. Liberdade é fechar o Congresso Nacional? Liberdade é o Supremo Tribunal...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso é papel para as instituições irem investigar, mas a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É papel nosso, Senador!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isto aqui é uma instituição. Isto aqui é uma instituição!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É nosso papel, Senador!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Estamos investigando, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Totalmente contra... A favor de vacina, tudo!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Se ele não percebeu, aqui é uma instituição, e estamos investigando. Se ninguém apresentou, apresento ao Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agora, é um fundamento constitucional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos tocar. Toque aí, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Por videoconferência*.) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela democracia e pela liberdade de manifestação do pensamento e liberdade de imprensa, Sr. Presidente, "sim", com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pensei que você ia dizer "não", porque pela liberdade de imprensa e pela democracia é "não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, o voto, a opinião é minha. Nesse caso, não estou terceirizando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Humberto Costa, obviamente, é "não"!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Contra os crimes, contra todos os crimes contra a democracia; contra os atentados à vida dos brasileiros que esses *sites* todos propagam, propagandeando tratamento precoce, propagandeando contra o uso de máscaras, propagandeando contras as vacinas; contra aqueles que ameaçam acabar com a estabilidade dos Poderes, ameaçam atentar contra as liberdades individuais, contra a democracia; em função de tudo isso, Sr. Presidente, a favor dos requerimentos propostos, "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exa... É que eu quero mudar minha posição. Eu acabei de chegar para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, é verdade, é verdade, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Fui o primeiro a ser pedido para votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, mas o seu nome é o primeiro aqui da lista.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu sei. Portanto, eu queria aqui reformular minha posição, porque eu sempre defendi as instituições democráticas, sempre defendi a democracia e voto, portanto, "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Voto "sim", Sr. Presidente. Diferentemente de alguns colegas, os tratamentos que nós preconizamos... Estarei mostrando hoje pesquisas duplo-cego, randomizado, com cloroquina na China, na Índia, e também com ivermectina em vários países. Portanto, voto a favor do requerimento do Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra vota, porque Senador Jorginho está ausente e o Senador está como titular.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Fernando Bezerra vota "sim".

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram 04 votos NÃO; 06 votos SIM.

Se eu tivesse que votar, eu votaria "sim" também, "não", aliás. Eu votaria "não", até porque defendi claramente isso aqui. Não há dúvida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Todos entendemos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu votaria "não" porque eu acho, sinceramente, que esta Casa não poderia nem discutir nem colocar em votação um negócio desse.

E a situação... Deixo claro... O Senador Eduardo Braga já explicou, mas vamos deixar claro: o Senador Eduardo Braga estava em outra reunião, tinha me comunicado. Por isso é que não participou da nossa reunião. Chegou aqui e foi o primeiro a ser chamado. Por isso se equivocou em relação a isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai mudar o voto também?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Omar Aziz, é outro tema, já que a votação já está encerrada. Foi um apelo feito pelo Senador Marcos Rogério que eu queria levar à consideração de V. Exa., em relação à extensão da quebra do sigilo bancário do Deputado Ricardo Barros. Eu acho que V. Exa. poderia ou fazer um apelo à Comissão para desconsiderar essa decisão ou reduzir o alcance, o prazo dessa quebra de sigilo bancário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O prazo do sigilo bancário está numa lei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um apelo, é uma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente vai discutir no momento certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Mas é uma lei!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui...

Então, foram 06 votos NÃO e 04 votos SIM.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Presidente não vota. Por isso não são sete votos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Presidente não vota. E votaria com o voto "não". Aliás, até a minha posição foi essa.

Eu quero chamar o Sr. Maximiano, por favor. (*Pausa.*)

A Comissão foi notificada da decisão liminar da Ministra Rosa Weber, no Habeas Corpus nº 203.800, nos seguintes termos:

> Os documentos juntados aos autos pelos impetrantes não permitem a constatação inequívoca de que o paciente ostenta a condição de investigado. Inviável, em decorrência, a convolação da compulsoriedade de comparecimento do paciente perante a CPI.
> [...] concedo, apenas em parte, a ordem de *habeas corpus*, para assegurar ao paciente (a) o direito ao silêncio, ou seja, o direito de não responder, querendo, a perguntas potencialmente incriminatórias a ele direcionadas; (b) o direito à assistência por advogado durante o ato; e (c) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

Houve agravo regimental interposto pela defesa, que foi indeferido, com destaque para os seguintes trechos:

> Constata-se, portanto, que, segundo informação e relatório oficiais, Francisco Emerson Maximiano não ostenta, no âmbito do inquérito legislativo em pauta, o *status* formal de investigado, valendo lembrar, por oportuno, que documentos públicos, como o são os acima citados, se revestem de presunção *juris tantum* de veracidade.
> [...] indefiro o pedido de reconsideração e nego seguimento ao agravo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A decisão da Ministra Rosa Weber consigna que não é possível constatar que V. Sa. é investigado e não dispensa V. Sa. de firmar Termo de Compromisso quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha.

Diante disso, V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade ao que souber e lhe for perguntado?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Não, Sr. Presidente. Com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida a mim, pela decisão do Supremo Tribunal, de preservar a minha autodefesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O senhor não vai responder a nenhuma pergunta?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem.

Como dito anteriormente a V. Exa., em respeito a esta Comissão, a V. Exa., ao douto Relator, as perguntas qualificatórias de identificação obviamente serão respondidas, até nos termos do Código de Processo Penal. Aquelas que ele entender que estão abarcadas pela decisão do Supremo, que estão no âmbito da própria Comissão Parlamentar, sobre essas, ele vai preservar a autodefesa, exercendo o direito ao silêncio. Mas, sim, ele fará, em respeito a V. Exa... Inclusive, não fará o uso daqueles 15 minutos a que teria direito para exercer sua defesa. E, às perguntas que entender que estão no âmbito do *habeas corpus*, se calará.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero comunicar a V. Exa. e ao seu cliente que nós já temos precedentes e explicações. Quando entramos com um pedido de explicação no Supremo, foram-nos dadas essas explicações em relação ao comportamento do paciente, em relação àquilo que ele tenha que ficar calado, mas àquilo que não o incrimina ele tem que responder. E aí a interpretação é nossa, é minha. É minha a interpretação. Está muito claro isso para a gente. Já usamos isso antes, inclusive com uma outra cliente sua. Tivemos que fazer esse pedido ao Ministro Fux, e ele nos respondeu. No dia seguinte, a sua cliente, que é da mesma empresa Precisa, esteve aqui e respondeu a todas as perguntas. Então, eu aconselho a gente a ter um comportamento que a sua cliente aqui mesmo teve.

O Senador Renan queria falar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ouvi você pedindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não. Eu quero... Na medida em que ele não vai usar, Presidente, os 15 minutos, eu já poderia começar evidentemente fazendo a minha parte e as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso fazer uma pergunta antes do senhor a ele?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro, com muito prazer!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu pediria a sua assessora que, por favor...

Eu queria aqui... Antes de V. Exa., Senador, eu queria fazer uma pergunta só.

O senhor já tem cidadania da Índia?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Sr. Presidente, só esclarecendo, muito se falou até na imprensa que o Maximiano teria fugido...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não! Eu perguntei a ele. Não é a você, não! Por favor!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Exatamente. É só para limitar a atuação da defesa técnica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu só fiz uma pergunta: o senhor tem já cidadania da Índia?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não a tem? É que o senhor vai muito à Índia. Então, eu pensei que o senhor estava tirando a cidadania da Índia. O senhor, várias vezes, deixou de comparecer porque estava na Índia. Então, o senhor já conhece bem a Índia e já tem até o direito de ser cidadão da Índia. E espero... Por isso, era a única pergunta. Agora, em relação ao não comparecimento, dá nisso.

Senador Renan, a única pergunta que eu tinha que fazer era essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não tem ainda a cidadania da Índia, mas já foi muitas vezes lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o histórico de desvios das empresas ligadas ao depoente inclui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, entidades públicas. O mais conhecido agora e que vem à tona é o caso da Global Saúde, que é um calote em saúde dos medicamentos de doenças raras. Mas, só a título de ilustração, nós vamos citar outros episódios para mostrarmos com que tipo de empresa o Ministério da Saúde aceitava negociar, ao mesmo tempo em que resistia a entidades idôneas, com filtro, com rígidas regras de *compliance*, como a Pfizer, o Instituto Butantan, a OMS.

Primeiro, prejuízo causado a fundos de pensão em contratos de seguros compulsórios para descontos em medicamentos e em aportes no Fundo de Investimento em Participações em Saúde (FIP Saúde)... Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma empresa ligada ao depoente também é cobrada na Justiça pela OABPrev-RJ, fundo de pensão dos advogados no Rio de Janeiro, por não honrar, evidentemente, o contrato de retribuição por investimentos feitos pelos profissionais fluminenses. Em outro caso, já conhecido, a Global Gestão em Saúde foi suspensa de licitar e de contratar com o poder público em razão de punição aplicada no bojo do contrato firmado com a Petrobras. Recentemente, e esse fato também é sobejamente conhecido pelo País e, sobretudo, por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Bharat Biotech descrendencia a Precisa na aquisição da Covaxin por falsificação de documentos.

Em função disso tudo, eu queria fazer algumas perguntas.

Desde quando V. Sa. e suas empresas atuam em contratos e licitações junto ao Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Excelência, com todo o respeito, vou exercer o meu direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Global Gestão em Saúde, empresa de que V. Sa. é sócio, deve 20 milhões ao Ministério da Saúde, valores da época evidentemente, por medicamentos contra doenças raras pagos pelo Ministério da Saúde e não recebidos na gestão do ex-Ministro Ricardo Barros. O que justificou o pagamento antecipado desses medicamentos, que não foram entregues durante a gestão do ex-ministro?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o meu direito ao silêncio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu vou continuar cumprindo o meu papel e fazendo as perguntas que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo cargo com que me honrou, exige que eu faça.

Como o grupo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

Sr. Relator, V. Exa. poderia perguntar ao depoente se ele conhece o Sr. Ricardo Barros e o Sr. Roberto Ferreira Dias?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece o Deputado Ricardo Barros, Sr. Francisco Maximiano?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, Sr. Senador, conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o grupo que controla a Global encabeçado por V. Sa. continua conseguindo contratos públicos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida a mim pela decisão do STF, à minha autodefesa. Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Será que V. Sa. poderia nos responder por que a Precisa Medicamentos – esta é uma pergunta que todos querem fazer – foi escolhida para atuar na negociação da Covaxin, se a Global Gestão em Saúde já tinha experiência prévia em tratar com o Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Um instante, por favor, Senador! (*Pausa.*)

Sr. Relator, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Global Gestão em Saúde chegou a negociar com a Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu gostaria de perguntar também... A Precisa Medicamentos é investigada pelo Ministério Público do Distrito Federal a partir da Operação Falso Negativo pela possível prática de fraude na venda de testes rápidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para covid ao Governo local. Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas. Quais outros processos relacionados a contratos com o poder público foram interpostos contra a Precisa Medicamentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, Senador, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa do STF e permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais outros contratos o seu grupo empresarial, por favor, mantém com o poder público, incluindo Estados, Distrito Federal e Municípios?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, apenas já vou começar deste ponto – e isto vai se repetir – com o registro de que essa questão não tem conteúdo de possível autoincriminação. A pergunta é se existem ou não contratos firmados com o poder público. Não se está perguntando, até este momento, se o depoente pagou propina para ter os contratos; está perguntando se tem contratos, informação, de toda sorte, pública. Então, a gente espera que a assessoria técnica oriente corretamente e limite o exercício, para que a gente não tenha nenhum desrespeito à ordem do Supremo e à Comissão Parlamentar.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Relator, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, douta defesa.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – É só para deixar muito claro que eu entendo que o Senador Alessandro, com toda a sua experiência na autoridade policial como Delegado, pode encarar determinadas perguntas de uma certa forma. Contudo, esta defesa técnica entende que tais perguntas podem, sim, estar abarcadas, e esse juízo caberá a ele. Não é aqui... Foram diferentes os depoimentos que se iniciaram – o da Emanuela e o do Túlio – e que começaram com "onde trabalha?", "profissão?", "quanta ganha?". Já começaram com perguntas de mérito. Daí as respostas têm sido nesse sentido. A primeira pergunta que não foi de mérito e que foi feita por S. Exa. aqui foi respondida. Então...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu vou reiterar a sugestão de que a assistência técnica oriente o depoente, porque, a ser verdade o que dizem o advogado e o depoente, todos os contratos – todos os contratos – que esse senhor, empresário há muitos anos, já firmou com o poder público não podem ser elencados, sob pena de gerar autoincriminação. É um juízo de valor, com todo o respeito, muito esquisito para o defensor de alguém.

Eu o estou defendendo dizendo que ele não pode dizer sequer se ele tem contrato com o poder público; em qualquer contrato dele, é possível que tenha crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que a gente pode ter uma conduta técnica, respeitosa, mas que chegue a algum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, vou acatar a questão de ordem de V. Exa.

Dialogo com a douta defesa e com o depoente. Vejam, a pergunta é uma pergunta que me parece amplamente genérica e não vejo como essa pergunta pode resultar na autoincriminação do depoente.

Então, eu queria pedir, com o devido acatamento, com o devido respeito à douta defesa que esta Comissão Parlamentar de Inquérito sempre tem, para que o Relator reitere a pergunta. Eu repito: o direito ao silêncio é um direito assegurado e que esta CPI garantirá ao depoente naqueles fatos que claramente possam lhe autoincriminar. Essa pergunta, pela amplitude dela, pelo caráter generalista, não me parece que está abarcada pela medida do Supremo Tribunal Federal.

Então, vou pedir para que o Sr. Relator, solicitar ao Sr. Relator que reitere a pergunta feita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Repetindo, Sr. Presidente, como pede V. Exa., eu gostaria de perguntar ao Sr. Francisco Emerson Maximiano, proprietário da Precisa, quais outros contratos o seu grupo empresarial mantém com o poder público, incluindo Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Relator, nós temos em vigor mais um contrato com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em vigor, mais um contrato. Qual é o objeto desse contrato, por favor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – O fornecimento de preservativos femininos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fornecimento de preservativos femininos.

V. Sa. confirma que adquiriu empresas que aparentam ser de fachadas de Sueli Ferretti?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece pessoalmente essa pessoa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação de V. Sa. e da 6M Participações Ltda. com o empresário Carlos Wizard?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando e como começaram os contratos entre a Precisa Medicamentos e a Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, os contratos começaram no primeiro semestre, no final do primeiro semestre de 2020. Os contratos, não; o relacionamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O relacionamento e a negociação.

V. Sa. pode fazer, por favor, um relato cronológico detalhado de como foram as negociações iniciais com a Bharat Biotech chegando até, por favor, à assinatura do contrato com o Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, por favor, não entenda essa postura como uma afronta a esta CPI, mas eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu a aproximação da Precisa com a Bharat Biotech e quem eventualmente facilitou essa aproximação?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, essa pergunta eu entendo que está abarcada na decisão do STF que me permite o direito à autodefesa e ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a pergunta que não pode calar: alguma entidade sem fins lucrativos auxiliou as negociações da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há um registro, portanto, por isso fiz a pergunta, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, de que a Precisa Medicamentos transferiu à Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil Índia R$500 mil em 17/02 e mais R$500 mil em 23/02. A assinatura do contrato com o Ministério da Saúde foi em 25/02. Representantes dessas entidades que citamos viajaram várias vezes à Índia nos mesmos períodos em que a delegação da Precisa, uma delas relatada por correspondência do Embaixador em Nova Delhi para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Onde se deram as tratativas com a Bharat Biotech?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Cabe registrar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requereu da Precisa Medicamentos a entrega do instrumento contratual com a Bharat Biotech que define a remuneração da empresa brasileira pela intermediação da venda da Covaxin. Contudo, é importante que todos saibam, a Precisa se limitou a apresentar o memorando de entendimento que assinou com a Bharat Biotech, que não traz, evidentemente, informações sobre a remuneração, em ato de evidente protelação e de resistência ao dever de prestar informações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Sra. Emanuela Medrades aqui esteve e, embora soubesse detalhes do acerto da negociação do contrato de intermediação, disse que a informação estava protegida por sigilo comercial. No entanto, relembro que não existe sigilo contra ato de autoridade judicial, e esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por força da Constituição, tem essa autoridade nessa investigação.

Portanto, com base nesses fatos, eu pergunto: quanto a Bharat Biotech receberia do contrato de fornecimento de 20 milhões de doses da Covaxin e que parcela desse montante estava destinada à remuneração da Precisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida a mim pela decisão do Supremo Tribunal de preservar a minha autodefesa. Permanecerei em silêncio com relação a essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não sei se o silêncio de V. Sa. quer que o Brasil e mesmo os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito acreditem que, num negócio tão vultoso, 1,614 bilhão, as obrigações das partes não foram sequer estabelecidas, já que nós não temos acesso a esse contrato. Até hoje esse contrato não foi remetido pela Precisa nem pelo Ministério da Saúde. É isso que ocorre com relação ao contrato? Nós não podemos conhecê-lo, esta Comissão não pode conhecer, já que é uma Comissão com poderes judiciais e, para tanto, não há essa limitação de sigilo? Por que esse contrato de intermediação não veio à tona?

Qual seria a remuneração da Precisa nesse contrato de aquisição da Covaxin? O mercado fala em R$500 milhões, mas até agora, Senador Fernando Bezerra, nós não temos o documento para saber, na verdade, o quantitativo desse contrato com relação à remuneração para a Precisa, que intermediou essa negociação. O que nós estamos vendo é um *modus operandi*: Enquanto o Presidente da República se recusava a comprar as outras vacinas da Pfizer, da OMS, do Butantan, priorizava e pedia, através de um memorando ao Primeiro-Ministro da Índia, para comprar 20 milhões de doses da vacina, uma operação que o Brasil conhece, eivada de irregularidade, de falsificação, com tentativas absurdas de recebimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipado que não constava do contrato, com o pagamento que seria feito em nome de uma empresa em paraíso fiscal, a Madison. Quer dizer...

E o pior de tudo isso, Senador Fernando Bezerra, é que, no dia 6 de março, com tudo isso ocorrendo, a poucos dias da entrega das vacinas, o Ministério da Saúde, através do Secretário-Executivo, Coronel Elcio, pede à Precisa adicionalmente para comprar mais 50 milhões de doses, numa clara preferência por esse tipo de negociação que tinha atravessadores, intermediação essa que acaba com o descredenciamento, primeiro, pela falsificação de que a Precisa era o representante exclusivo da Bharat Biotech no Brasil e, depois, pelo próprio descredenciamento por falsificação de documentos.

A Precisa Medicamentos fez a ponte entre o Governo brasileiro e o Primeiro-Ministro indiano, que recebeu mensagem do Presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2021, em clara indicação de preferência pela aquisição da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** É lamentável nós não termos as respostas, mas essas perguntas precisariam ser feitas. E nós não vamos, do ponto de vista desta Comissão Parlamentar de Inquérito, perder, de forma nenhuma, a oportunidade de fazê-las.

A Precisa intercedeu para que o Presidente da República interferisse diretamente na negociação da Covaxin, inclusive junto ao Governo indiano?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa do direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** E, junto ao Ministério das Relações Exteriores, a Precisa Medicamentos atuou junto ao Ministério das Relações Exteriores para que facilitasse ou comunicasse seus interesses junto ao Governo indiano, já que nós temos vários documentos que comprovam a quase ocupação da Embaixada do Brasil da Índia?

Inclusive, quando o Presidente da República mandou a mensagem ao Primeiro-Ministro, a Precisa, através de seus dirigentes, de uma delegação enorme, já se encontrava em solo indiano, o que demonstra uma clara conexão entre todos os interessados.

A Precisa intercedeu, portanto, junto ao Presidente da República?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Junto ao Ministério das Relações Exteriores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O contrato com o Ministério da Saúde prevê o pagamento direto a qual destas empresas: Bharat Biotech ou Precisa Medicamentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – O contrato prevê o pagamento à Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O contrato prevê o pagamento à Bharat Biotech. Então, por que o empenho dos recursos das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos, se a própria Precisa Medicamentos, por meio da Sra. Emanuela Medrades, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, alegou que a ordem bancária para pagamento pelo contrato seria feita diretamente em nome da Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – O senhor pode repetir a pergunta, por favor, Sr. Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, por que o empenho... Depois da sua resposta, por que o empenho dos recursos das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos, se a própria Precisa Medicamentos, por meio da Sra. Emanuela Medrades, aqui na CPI, alegou que a ordem bancária para pagamento pelo contrato seria feita diretamente em nome da Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** De acordo com o contrato, seria lícito fazer pagamento à Madison Biotech, suposta empresa sediada em paraíso fiscal, ausente, portanto, no termo contratual e que surge inesperadamente nas *invoices* de cobrança enviadas pela Precisa Medicamentos ao Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, por favor, pra aclarar minimamente essa dúvida, qual seria o papel da Madison Biotech na importação da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, com todo respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. concorda que o pedido de pagamento antecipado, indevidamente solicitado pela Precisa Medicamentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelas doses da Covaxin, guarda similaridade com o caso do calote cometido pela Global Gestão em Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, por que a Precisa Medicamentos solicitou mudanças no contrato da Covaxin para que o pagamento pela vacina fosse feito à vista e assim que as doses fossem embarcadas da Índia?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo respeito, vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Uma outra pergunta que vamos ter que fazer é: por que a Precisa Medicamentos solicitou a retirada da cláusula que previa exclusividade do Ministério da Saúde em adquirir a Covaxin no Brasil?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual era, Sr. Francisco Maximiano, a quantidade de doses prevista nesses contratos e o preço a ser pago por elas?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – A quantidade prevista era de 20 milhões de doses, ao preço unitário de US$15 cada dose.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Vinte milhões de doses ao preço unitário de US$15 por dose.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por que a Precisa Medicamentos enviou vários *e-mails* para o Ministério da Saúde, que pressionava a pasta a apressar a assinatura do contrato da Covaxin, além de solicitar o envio posterior de documentos exigidos para a conclusão do negócio?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Não dá para responder essa pergunta.

A Precisa Medicamentos, então, fez...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor pode refazer a pergunta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Precisa Medicamentos enviou vários – pelo menos, temos aqui quatro – *e-mails* para o Ministério da Saúde, que pressionava a pasta a apressar a assinatura do contrato da Covaxin, além de solicitar o envio posterior de documentos exigidos na própria configuração do negócio, da negociação? Ele já recorreu ao direito de continuar em silêncio.

E a pergunta que vem na sequência é: a Precisa Medicamentos fez contatos com órgãos jurídicos da Presidência da República?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, por favor, não entenda essa postura como uma afronta a esta CPI. Pelo contrário, estou aqui respondendo às perguntas que vão além das qualificatórias, mas essa pergunta eu entendo que está abarcada pela garantia que o STF me concedeu. Portanto, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só enfatizar por que a fiz: porque o levantamento feito pela Polícia Federal mostra que o advogado Túlio Silveira, que esteve ontem aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, fez uma ligação de cerca de 130 segundos, em 04/03/2021, para o telefone (61) 3411-2040, que é da subsecretaria de assuntos jurídicos da Presidência da República, segundo pesquisa na própria internet. A ligação partiu da região da QI 15 do Lago Sul, que parece abrigar um dos endereços do depoente que nós não sabemos.

A Precisa Medicamentos adaptou ou editou algum documento recebido pela Bharat antes de entregá-lo ao Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só lembrando que a Bharat Biotech rompeu o acordo com a Precisa Medicamentos após ter conhecimento de que a empresa brasileira tinha falsificado documentos, atribuindo sua criação aos empresários indianos.

Uma outra pergunta: quem elaborou os documentos entregues ao Ministério da Saúde que falsamente certificavam a Precisa como representante legal exclusiva da empresa indiana no Brasil e declararam a inexistência de fatos impeditivos para a contratação do Presidente da Bharat junto à pasta?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Presidente, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida pela decisão do STF e garantir a minha autodefesa. Vou permanecer em silêncio em relação a essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta que talvez V. Sa. possa responder: qual foi o prejuízo efetivamente que a Precisa Medicamentos teve com o rompimento do acordo com a Bharat Biotech?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quando e como a Precisa Medicamento chegou ao Ministério da Saúde pra tratar da negociação da Covaxin? Alguém facilitou esse encontro? Quem pode ter facilitado?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, com relação ao preço que foi há pouco citado por V. Sa., por que o preço da Covaxin é cerca de 50% mais alto que o das outras vacinas adquiridas pelo Ministério da Saúde, como da Pfizer, inicialmente comprada a US$10 e US$12 num segundo contrato, e a CoronaVac, US$10?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, quem determina o preço de venda da vacina não é a Precisa, e, sim, o seu fabricante, a Bharat Biotech, que tem uma política internacional de preços, e nós conseguimos que ela fosse praticada no seu piso para o Governo brasileiro, com o frete, os seguros e todas as despesas incluídas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quais foram, por exemplo, as pessoas do Ministério da Saúde envolvidas na conversação e na negociação da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Documentos do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Presidente, mostram que, seis meses antes de sua aquisição pelo Ministério da Saúde, a Covaxin tinha o preço estimado em cem rúpias por dose, o equivalente a cerca de US$1,34 por dose. Ademais, a CPI teve acesso a uma memória de reunião realizada no dia 20 de novembro, que registra que a vacina Covaxin tinha preço de US$10 por dose, e esse valor ainda poderia ser reduzido em caso de aquisição em um quantitativo mais elevado. E eu estou citando isso, porque vem uma dúvida na sequência: já que houve, pelo Ministério da Saúde, um pedido em 6 de março adicional de mais 50 milhões de doses, se esse pedido tivesse sido feito por ocasião da negociação, e não apenas 6 de março, nós teríamos tido, ainda em função do quantitativo, um abatimento do preço da vacina, que, segundo esse memorial, na oportunidade, era de US$10 a dose.

Eu gostaria de saber por que o preço da Covaxin de US$15 para o Governo brasileiro subiu tanto em tão pouco tempo, já que, em reunião realizada no dia 20, um memorial de reunião diz que ela foi ofertada por US$10.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, o senhor pode especificar novamente a pergunta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou especificar a pergunta e...

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Me desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... novamente falar do que a embasou, para ficar mais claro.

Documentos do Ministério das Relações Exteriores mostram que, seis meses antes de sua aquisição pelo Ministério da Saúde – documentos –, a Covaxin tinha o preço estimado em 10 rúpias por dose, o que equivale a cerca, hoje, de US$1,34. E a CPI teve acesso a uma memória de reunião, de uma reunião realizada no dia 20 de novembro de 2020, que registra que a vacina Covaxin tinha preço de US$10 por dose, e esse valor ainda poderia ser reduzido em caso de aquisição de uma quantidade mais elevada. Por isso que eu citei que, no dia 6 de março, o Coronel Elcio, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, pediu, adicionalmente, à Precisa, para comprar, para adquirir mais 50 milhões de doses de vacina.

Se tivesse feito isso antes, com quantitativo maior, esse preço deveria ter baixado ainda abaixo de US$10. Aí eu pergunto a V. Sa. o seguinte: por que o preço da Covaxin, de US$15, para o Governo brasileiro, subiu tanto em tão pouco tempo, em função dessas datas e desses documentos oficiais colhidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, respeitosamente, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas esse preço prometido de US$10 foi fixado e informado pelos executivos da Bharat Biotech ao Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou exercer o direito do silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em depoimento ao Ministério Público Federal e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o servidor do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Fernandes Miranda, apontou que foi atipicamente pressionado por superiores para agilizar a importação da Covaxin.

Eu peço à Izabelle para exibir o vídeo 1, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma – é muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito – que ligou diretamente para Luis Ricardo Miranda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Com que funcionários do Ministério da Saúde a Precisa Medicamentos lidou no processo de liberação da Covaxin? Dava para V. Sa. listar os nomes?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual exatamente, Sr. Francisco Maximiano, é a relação da Precisa com Roberto Ferreira Dias?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Só para enfatizar: representantes da sua empresa se encontraram com Roberto Dias fora do gabinete do Ministério da Saúde, assim como ele fez com o Sr. Luiz Paulo Dominguetti. Pelo *modus operandi* do Governo, pela opção que o Governo fez, é lamentável a circunstância a que chegamos. A Precisa lamentavelmente virou uma espécie de Dominguetti da Covaxin. Pelo menos o Dominguetti veio aqui e falou tudo à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Qual é a relação da Precisa com o Coronel Marcelo Bento Pires, que repassou o número de telefone de V. Exa. diretamente para o servidor Luis Ricardo?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a relação da Precisa com o Tenente-Coronel Alex Leal Marinho?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, com todo respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida a mim pela decisão do STF e vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Sr. Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** É... Eu só queria fazer uma pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Claro, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... ao Sr. Maximiano, porque, como ele tem se calado em todas, talvez essa...

Aqueles US$45 milhões que iam ser depositados em Singapura, num paraíso fiscal, eles seriam divididos por quem? E quanto caberia a cada um?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Presidente, com todo respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, seria distribuído?

Eu queria só saber, quer dizer, o dinheiro seria distribuído por alguém e para algumas pessoas, porque, se não fosse, o senhor diria: "Não, não vai ser distribuído", então o senhor está afirmando aqui, com a sua negativa, que esse dinheiro seria distribuído de uma forma que a gente não sabe para quem e por quem; mas que ele sabe, por isso que ele está ficando em silêncio.

Eu quero que conste isso no relatório, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Farei isso com satisfação, Presidente.

Continuando, V. Sa. conhece a Sra. Patrícia Paim, do Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, tenho em mãos a decisão de S. Exa. a Ministra Rosa Weber.

A decisão de S. Exa. estabelece aqui o seguinte:

> Concedo, apenas em parte, a ordem de *habeas corpus*, para assegurar ao paciente (a) o direito ao silêncio, ou seja, o direito de não responder, querendo, a perguntas potencialmente incriminatórias a ele direcionadas; (b) o direito à assistência por advogado durante o ato; e (c) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

Direitos estes assegurados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por esta Presidência, seja no exercício de V. Exa., seja quando estava nesse exercício. Entretanto, Sr. Presidente, há um claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conflito entre os termos do *habeas corpus* concedido pela Ministra Rosa Weber e o embargo de declaração que V. Exa. e esta Presidência fez ao Ministro Luiz Fux em que, *ipsis litteris*, S. Exa. o Ministro Fux fala que o direito ao silêncio não é absoluto; não pode existir o abuso em relação a esse direito. Por essa razão, Sr. Presidente, com o devido acatamento de respeito ao encaminhamento feito pelo Sr. Relator e devido acatamento de respeito ao encaminhamento que V. Exa. venha a dar, eu queria apresentar questão de ordem para que nós suspendamos a sessão, neste momento, façamos uma consulta a ambos – a S. Exa. o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Luiz Fux, e à Ministra Rosa Weber – para ver até onde nós poderemos ir em relação a este depoimento, até onde poderemos ir pragmaticamente em relação a este depoimento, e para eventual ou ulterior deliberação desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as medidas a tomarmos.

É a questão de ordem que submeto a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que isso já aconteceu com a Sra. Emanuela, e quando nós consultamos o Ministro Fux, ele nos deu um direcionamento. Esse direcionamento foi dado pelo Ministro Fux, tanto é que, no dia seguinte, a Sra. Emanuela aqui falou, não deixou de responder nenhuma pergunta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar a sua questão de ordem para ser votada pelo colegiado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, parece-me que o Ministro Fux deixou margem para a prisão do depoente que abusar do direito de ficar calado. Abre margem para isso. Parece-me que já está delimitado. Concordo com V. Exa., mas se cada vez que um chegar, nós tivermos que embargar de declaração, sempre, sempre, sempre... Agora, embargos auriculares, pelo visto, porque seria apenas uma consulta simples. Já está colocado na decisão que a CPI pode, sim, há margem para prisão de depoente que abusar do direito de ficar calado ou determinar que, configurada a hipótese de abuso, dispõe a CPI de autoridade para adoção fundamentada das providências legais cabíveis.

Há limite, sim, e o limite eu acredito que é do entendimento subjetivo de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu alertei o depoente no início.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Ele está respondendo. Ele está respondendo muito mais do que as perguntas de identificação. Eu rogo a V. Exa. também que entenda o direito de defesa. No limite, Senador Randolfe, do que ele está podendo ir, ele está indo. Ele respondeu sobre o valor, sobre os contratos. Agora, obrigá-lo a depor, aí eu já acho que extrapola todas as normas inclusive votadas por V. Exa. aqui nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só pediria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há como não seguirmos as linhas da ordem de *habeas corpus* concedida.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Isso, exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A referência que nós temos é essa. É a única referência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir um favor aos Senadores e Senadoras que juridicamente possam entender que essa pergunta o depoente pode responder, na medida em que fizer a pergunta, questionar o advogado ou o depoente em que incrimina aquela pergunta, para ele não poder responder. Incrimina em quê? É lógico que ele não vai poder responder tudo, e nós temos que ter a sensibilidade de saber que algumas coisas vão incriminá-lo. Então, para que a gente possa, Senador Randolfe, a sua questão de ordem...

Eu vou tentar mais algum tempo. Caso continue da mesma forma, aí eu vou acatar a questão de ordem do Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, Presidente, porque veja: a Senadora Soraya é precisa no sentido de informar aqui qual o conflito que temos. Nós tínhamos uma ordem de *habeas corpus* exarada pela Ministra Rosa Weber, que assiste razão ao Senador Renan quando diz que está no cumprimento do limite da ordem de *habeas corpus*. E temos um embargo de declaração desta Comissão Parlamentar de Inquérito ao Ministro Luiz Fux durante o depoimento da Dra. Emanuela Medrades.

Então, há um conflito claramente entre as duas decisões.

A questão de ordem que apresentei é ou nós atendemos o encaminhamento a partir do embargo de declaração que foi feito em relação ao Ministro Luiz Fux ou em absoluto o que está atido ao *habeas corpus* da Ministra Rosa Weber. A dúvida que existe é essa.

Concordo com a Senadora Soraya, há uma decisão que pode ser de V. Exa., aqui a ser exarada, que é, obviamente, entender que o limite é o que foi estabelecido na ordem apresentada pelo Ministro Luiz Fux. Ou é isto ou é, dentro dos parâmetros da ordem exarada pelo Ministro Luiz Fux, ou nós teremos que dirimir novamente a dúvida confrontando e aí questionando o Supremo Tribunal Federal sobre as duas decisões que aqui temos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para contraditar a questão de ordem.

Não virá nada diferente do Ministro Fux, nem da Ministra Rosa Weber, do que já foi mandado para cá.

Trata-se de a CPI fazer uma interpretação, se a postura que o depoente está assumindo está dentro ou não daquilo que lhe confere o *habeas corpus*. E aí V. Exa., com o apoio nosso, poderá tomar as medidas que forem cabíveis, caso ele esteja extrapolando.

Outra coisa, ainda que S. Sa. resolva não responder, mas nós estamos aqui documentados para mostrar o que aconteceu. O Brasil quer saber, o Brasil quer saber ele responda ou não. Se ele não responder, nós vamos responder.

Então, eu sugiro a V. Exa. que dê continuidade a esse processo, até porque nós tivemos várias discussões da necessidade de não protelarmos o fim ou o andamento desta CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu entendo, *data venia*, que não há questão de ordem a ser respondida por V. Exa., com todo o respeito e carinho que tenho pelo Senador Randolfe.

Vejamos, essa questão, primeiro, já foi resolvida numa resposta aos embargos declaratórios desta Comissão pelo Ministro Fux e já foi decidida por V. Exa. num depoimento posterior em que disse que iria se valer, para todos os depoimentos daqui para frente, da resposta dada pelo Ministro Fux aos embargos declaratórios e, consequentemente, foi essa conclusão do Ministro Fux, esta Comissão tem, nos limites constitucionais, poder, dentro da Constituição, de decidir, na sua subjetividade como órgão colegiado, naquilo que entender ser exatamente cumprimento do HC ou tentativa de se esconder por trás de fatos que possam... que não comprometem, mas que de alguma forma a testemunha ou o indiciado não queira dar.

E, nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero falar uma coisa para os Senadores e advogados também, que são bacharéis em Direito.

Subjetividade é difícil, não é? Então, a pergunta que o Senador Renan Calheiros está fazendo, é isso que eu estou dizendo. Se eu fizer uma pergunta para ele agora, ele pode dizer bem assim: "Qual é o time de futebol que você torce?" Ele diz: "Eu me reservo ao direito...".

Eu quero saber o que o incrimina ele me responder o time de futebol. Um exemplo, estou dando um exemplo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito difícil para eu saber... Porque eu não conheço a vida pessoal dele, não convivo com ele, eu não sei o que incrimina ele ou não. Eu não sei quem são os amigos pessoais, quem frequenta a casa dele e muito menos sei o que os Senadores têm aí para fazer as perguntas.

Eu não questiono... Quer dizer, cada Senador... Há pouco, o Senador Renan Calheiros perguntou se ele conhecia um senhor chamado Rilal, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É Alex Leal Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alex Leal Marinho. Ele disse que se negaria a falar. Qual é a dificuldade para o cara dizer "não conheço"? Ou o senhor tem algum negócio com ele? "Me reservo ao direito de ficar calado." Aí ele poderia dizer que se reservava ao direito de ficar calado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na segunda pergunta, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, dizer que não conhece... Não vai dizer que conhece uma pessoa? Daqui a pouco, a gente mostra uma foto dele ao lado do cara – você está me entendendo? –, numa festa, conversando. É muito difícil também. Você há de convir, doutor, advogado do depoente, que perguntas... Tem algumas que, sinceramente, eu não vejo a razão de ele dizer que vai ficar calado. Um deles é dizer... Se ele disser... Se o Senador perguntar "o senhor conhece o Dr. Ticiano?", ele vai dizer "me reservo ao direito de ficar calado". Está do lado dele, como é que não conhece?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei: Patrícia Paim, do Ministério da Saúde, V. Sa. a conhece? Em que é que isso o incrimina verdadeiramente?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Se me permitir, Senador Renan Calheiros, não há silêncio dos inocentes aqui. Consequentemente, quando o depoente ora aceita responder ora não, ele está dizendo, ele está dando a resposta pra nós, nós sabemos ler nas entrelinhas. Aliás, nós aqui estamos ficando *experts* em saber ler o silêncio daqueles que não são inocentes, porque, quando vem um depoente e diz o seguinte "essa eu respondo", ele tem segurança, porque ele vai dizer a verdade, isso não vai comprometê-lo. Agora, quando ele se reserva ao direito de ficar o silêncio, de duas uma: ou ele sabe que, se falar, vai ter que mentir ou vai ter que se autoincriminar. Então, nós já temos as respostas.

Vamos seguir com os questionamentos, vamos seguir com essa reunião, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Objetivamente siga as perguntas. Se V. Exa. ou se algum Senador entender que ele está criando um obstáculo efetivo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Me avisem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Avise e parta para aquilo que a gente já fez na CPI e que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu não tenho como interpretar aquilo... Não tenho convivência pra saber se incrimina ou não.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Por exemplo, só pra ficar claro, eu perguntei para o depoente se ele conhecia Patrícia Paim, do Ministério da Saúde, se ele tinha tido algum contato com ela e com que finalidade teriam sido esses contatos. Por que eu perguntei isso, Senadora Soraya? Porque a Polícia Legislativa, em colaboração com a investigação desta Comissão, detectou um *e-mail* de Patrícia Paim, assessora jurídica do Ministério da Saúde. E esses *e-mails* foram acessados do telefone celular de Roberto Ferreira Dias. Então, é importante que essas coisas se esclareçam em benefício da verdade.

Em seguida, eu perguntei: qual é a relação da Precisa Medicamentos com a MI8 Serviços Administrativos? Essa empresa presta... A pergunta que gostaria de mais uma vez fazer: a MI8, qual é a relação dela com a Precisa? Essa empresa presta algum tipo de serviço à Precisa? Qual, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Relator, com relação à Patrícia Paim, eu não a conheço. Em deferência ao aqui debatido... Enfim, informo que não a conheço.

Com relação às outras perguntas, eu permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O servidor Luis Ricardo Miranda mostrou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito mensagens de WhatsApp recebidas do Coronel Marcelo Bento Pires, que revelaram que funcionários da Precisa Medicamentos estiveram na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, em uma sexta-feira à noite, depois do expediente regular. Em função disso, queria perguntar o seguinte... Nós estamos aqui com as mensagens que comprovam isso do próprio celular do Coronel Pires: "Estamos com muitos brasileiros morrendo, precisamos fazer tudo para ajudar. O representante da empresa veio agora à noite e precisa falar com o Elcio para agilizar o embarque das vacinas.".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que isso aconteceu, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, eu vou exercer o direito ao silêncio com relação a esta pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Izabelle, por favor, exiba o vídeo 2.

Eu vou, portanto, agilizar essas perguntas que estavam previstas para dar oportunidade a outros Senadores desta Comissão fazerem interrogatórios, intervenções e tudo mais.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. confirma que esteve presente neste encontro?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – (*Falha no áudio.*) ... em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual a finalidade dessa ida ao Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, eu vou exercer o direito do silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Esse encontro foi feito com o Coronel Elcio Franco, Secretário-Executivo à época?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que outros encontros em horários atípicos a Precisa Medicamentos teve com funcionários do Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Perdão, Sr. Relator. O senhor repetir a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Que outros encontros em horários atípicos a Precisa Medicamentos teve com outros funcionários do Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – De meu conhecimento, nenhum, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. conhece o empresário Sílvio Assis?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa... Sim, conheço, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a sua relação com ele?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, permanecerei em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. confirma que foi recebido na Embaixada do Brasil em Nova Delhi?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Para que esteve lá, por favor, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, Sr. Relator, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Quem eram as pessoas, portanto, que faziam parte da equipe de V. Sa. nessa viagem para a Índia? E qual era o papel de cada uma nessa equipe?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, por favor, não entenda isto como uma postura de desrespeito, muito pelo contrário, mas, com relação a essa pergunta, eu permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. fez quantas viagens internacionais para tratar da negociação da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Salvo engano, quatro, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Em que datas? Pode precisar, por favor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Exatamente, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A viagem e a estadia dessas pessoas foram integralmente custeadas pela Precisa Medicamentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, permanecerei em silêncio, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a função de Danilo Trento nas tratativas da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Nas tratativas da Covaxin exatamente, nenhuma. O Sr. Danilo Trento é Diretor Institucional da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele não participou das negociações sobre a Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Desculpe, Sr. Relator. Perdão. O senhor pode perguntar novamente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei qual é a função de Danilo Trento nas tratativas da Covaxin. Que papel exerceu nessa negociação, nessa aquisição?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, Sr. Relator, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para, mais uma vez, esclarecer, o Danilo surge em viagens à Índia e recebeu valores da 6M Participações, outra empresa do grupo do Sr. Francisco Maximiano.

Qual é a relação de Gustavo Trento com a Precisa Medicamentos? E sua participação nas negociações da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Gustavo Trento é um funcionário da área de *marketing*, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da empresa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação, por favor, com o Sr. Raphael Barão Otero de Abreu? E qual é a participação dele na negociação da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – O Sr. Raphael Barão é um prestador de serviço na área de viagens e eventos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele esteve em todas as viagens da Índia? Nós temos registro de algumas viagens de que ele participou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Ele atua no setor de medicamentos também?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** As empresas do Sr. Raphael Barão de Abreu prestam serviço à Precisa Medicamentos? Quais são os serviços, por favor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Como havia dito, Sr. Relator, ele presta serviço de viagens, eventos e organizações... Enfim, nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, o que justificaria a sua presença na Índia nessas viagens para negociação da Covaxin, por favor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Qual é a sua relação com José Ricardo Santana...?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Só um minutinho, Senador. Repita a última pergunta, por favor, Senador Renan. Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Eu perguntei qual a justificativa do Sr. Raphael Barão Otero de Abreu, que, segundo dito pelo depoente, é um prestador de serviço à Precisa... E eu perguntei: o que justificaria a presença desse prestador de serviço nas viagens à Índia para tratar da Covaxin?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** O que incrimina o senhor nessa pergunta?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Presidente, reconsiderando, se me permite reconsiderar a resposta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Porque eu quero saber... Se tu estás acompanhado, a gente tem as passagens, a gente sabe que ele estava no voo, que ele é representante e estava com o senhor, é só dizer: "Ele estava me ajudando a comprar vacina". O senhor está aqui pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentativa de trazer vacina, o senhor não está aqui por outra razão. Então, na questão da vacina Covaxin, o senhor era o representante aqui... A sua empresa, a Precisa era a representante da Bharat Biotech, e é isso que nós estamos querendo saber. Ninguém está acusando o senhor de nada aqui.

Eu acho que tem algumas coisas que não lhe comprometem. A presença do senhor na Índia é natural. Se o senhor está negociando com a Índia, qual é o problema de o senhor ir à Índia? Qual é o problema de o senhor levar pessoas para auxiliar o senhor?

A partir do momento em que ele lhe perguntar alguma coisa que possa incriminá-lo, tudo bem. Mas, para uma simples pergunta, o senhor diz que não vai responder, aí fica difícil para a gente aqui.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, o senhor pode repetir a pergunta, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que justifica as viagens do Sr. Raphael Barão Otero de Abreu, que, segundo dito por V. Sa., é um prestador de serviço à Precisa, para a negociação da Covaxin e que esteve presente nas viagens?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Ele acompanhou os profissionais da Precisa no seu papel de agente de viagens, organizando os traslados, os *transfers*, enfim, todos esses trabalhos pertinentes à empresa dele, que é uma agência de viagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação, por favor, com José Ricardo Santana, amigo de Roberto Ferreira Dias, que esteve – deixe-me só lembrar, porque já disse aqui anteriormente – com ele num jantar para comemorar, no dia da assinatura do contrato da Covaxin, ocasião em que houve também pedido de propina à empresa Davati por parte do amigo do José Ricardo, Roberto Ferreira Dias?

A pergunta foi: qual é a sua relação com José Ricardo Santana?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Nenhuma relação, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não o conhece?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu o conheço, mas não tenho nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que ele viajou à Índia nessas ocasiões?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, Sr. Relator, eu vou exercer o direito ao silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa Medicamentos com a Sra. Elaine Cristina Giglioli?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não me vem à mente esse nome, não associo esse nome a ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para ajudar, a equipe da Comissão Parlamentar de Inquérito levantou que Elaine também esteve nos voos de ida e volta da Índia, junto com a Sra. Emanuela Medrades, e recebeu valores da Precisa Medicamentos – cerca de R$7 mil em 20 de abril e R$7 mil em 7 de maio.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – É possível, Sr. Senador, que seja uma das médicas ou pesquisadoras pertencentes à equipe da Dra. Emanuela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Quem é Elaine?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Elaine é uma pessoa que esteve nas viagens...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Qual é a profissão dela?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem aqui a profissão. Ela recebeu o dinheiro da Precisa e esteve nas viagens.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É bom saber qual é a profissão da Sra. Elaine, para que a gente possa, no final do relatório, saber...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoente falou que pode ser uma das médicas que assessoravam a Emanuela Medrades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser. Realmente, pode ser.

Profissionalmente trabalhando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos levantar.

Qual é a relação da Precisa Medicamentos com o Sr. Ingor Raul Rodrigues.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – O Sr. Ingor é um prestador de serviço da área científica, também da equipe da Dra. Emanuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É outra pessoa que esteve na Índia, segundo constatado pela equipe da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Sr. Ingor recebeu cerca de R$60 mil da Precisa Medicamentos, em datas estabelecidas abaixo.

Qual é, por favor, sua relação com o Sr. Marconny Faria?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Nenhuma, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece ou não conhece?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim. Sei de quem se trata, mas não tenho relação nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E sua relação com a Sra. Karina Kufa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Absolutamente nenhuma, tampouco a conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante a tramitação da Medida Provisória 1.026, de 2021, posteriormente convertida na Lei 14.124, de 2021, a autoridade sanitária da Índia foi incluída como agência cuja autorização de uso de vacinas contra covid-19 poderia ser aprovada pela Anvisa para liberação mais célere de imunizantes no Brasil. Eu queria perguntar, em função disso: qual é a relação dos proprietários da Precisa Medicamentos com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito do silêncio com relação a essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A emenda apresentada por Ricardo Barros à Medida Provisória 1.026, de 2021, que propõe o aproveitamento da aprovação da autoridade sanitária da Índia pela Anvisa, era do interesse da Precisa para facilitar a autorização do uso e importação da Covaxin no Brasil?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era de interesse da Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi o contato com o Deputado Ricardo Barros, portanto, para tratar da inclusão da Índia entre os países cuja aprovação da autoridade sanitária valeria no Brasil?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não houve, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Mas o senhor acabou de dizer que era do interesse da Precisa. Foi o Deputado Ricardo Barros que apresentou especificamente essa emenda. E eu perguntei como foi o contato, como trataram dessa questão.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – ... quando eu digo que era do interesse, porque, por óbvio, ela tornava a Covaxin elegível também, assim como outras de outras autoridades. Mas não houve absolutamente nenhum contato com o Deputado Ricardo Barros, tampouco com outro pra se fazer essa inclusão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor, como a Precisa declara à Receita Federal os rendimentos advindos do contrato de preservativos femininos, cujos valores foram pagos a uma outra empresa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, com relação a esse item, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A Precisa receberia os valores da Bharat Biotech ou da Madison Biotech por meio da liquidação de contratos de câmbio, como ocorreu na operação anteriormente citada por mim aqui?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por que a Precisa optava sempre por este caminho, receber os valores devidos a ela por meio da liquidação de contrato de câmbio?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida a mim pela decisão do STF, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Então, há pergunta sobre isso também: a Precisa tem pagado os tributos que incidem sobre as receitas que recebe por essa intermediação entre o Ministério da Saúde e essas empresas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou ficar em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A Precisa tem utilizado o artifício de lançar suas receitas, nesse contrato, como ressarcimentos ou indenizações, para que, evidentemente, não recolha tributos devidos ao faturamento empresarial? É por isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** A descrição dos serviços lançados nas *invoices* que foram considerados nos processos de contratação de câmbio descritas como ressarcimentos por despesas de transporte, frete de mercadorias ou despacho aduaneiro corresponde à realidade, então, do que perguntei ao longo das três últimas perguntas feitas?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, respeitosamente, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Segundo informações divulgadas na imprensa, V. Sa. declara ter renda correspondente a R$4,3 mil mensais em 2022. Segundo a imprensa, V. Sa. declara ter renda de R$4,3 mil mensais em 2022, mas realiza gastos vultosos, além de suas empresas terem contratos, alguns citados aqui, na casa dos milhões e até de bilhão, de milhões, como, por exemplo, o dos preservativos com o Ministério da Saúde. Sinceramente, a título de curiosidade, é uma pergunta pessoal, pessoalíssima: como é possível manter padrão de vida tão alto com esse nível de renda?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** O sigilo da Comissão Parlamentar de Inquérito indica que V. Sa. movimentou milhões na conta de suas empresas, mas declarou rendimentos de apenas R$52 mil em 2020. Essa diferença entre os recursos movimentados e declarados é fruto de quê? É uma pergunta que, evidentemente, pode autoincriminá-lo, mas seria fruto de lavagem, sonegação ou alguma outra razão ilícita?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** V. Sa. poderia...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) **–** Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Maximiano, diante dessas duas perguntas, V. Sa. considera que... Essas duas perguntas, V. Sa. considera que o incriminam?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Sr. Presidente, com todo o respeito, o exercício da autodefesa, a garantia do silêncio não significa incriminação. Então, quanto a essa pergunta, a defesa está respondendo que ele está exercendo a autodefesa dele.

O Senador Alessandro sabe, como operador do Direito, que o exercício da autodefesa não significa confissão de culpa de nada. É um mero exercício de autodefesa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Excelência, nós sabemos disso, mas veja: os termos da decisão prolatada pela Ministra Rosa Weber é sobre a autoincriminação. Houve duas perguntas do Sr. Relator em relação à renda, aos rendimentos. Eu só queria saber da parte do depoente se ele considera que essas duas perguntas o autoincriminam.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Ele não vai responder por orientação da defesa técnica. O ônus dessa escolha é da defesa técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, há uma pergunta mais fácil: V. Sa. poderia explicar como pagou algumas centenas de milhares de reais em gastos de cartão de crédito, com uma renda declarada apenas de R$52 mil anuais?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem paga as contas de V. Sa. de cartão de crédito?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só pra constar, essas perguntas falam... Essas perguntas versam sobre rendimento. Essas perguntas versam sobre rendimento. Houve um entendimento da parte... Houve o entendimento aqui e uma exposição da parte da douta defesa e da parte do depoente de que perguntas que não versassem sobre os contratos seriam respondidas, como o decorrente já o fez. Essas perguntas que o Sr. Relator está fazendo se referem a rendimentos.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Essas perguntas estão incluídas, Sr. Presidente, com todas as vênias, no âmbito da decisão do Supremo, que preserva a autodefesa, invocando a garantia do silêncio. Qualquer pergunta que... Qualquer pergunta que esteja abarcada, ainda que fora do âmbito da CPI – aliás, se formos seguir apenas o âmbito da CPI, nem sequer essa pergunta seria feita –, vai ser seguida a orientação da defesa técnica de respeitar a autodefesa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então uma pergunta que é consequência da pergunta feita anteriormente: quem paga, portanto, as contas de V. Sa. de cartão de crédito?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Exercerei o direito do silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então insistimos: V. Sa. tem omitido bens, rendimentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Exercerei o direito do silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem residência ou imóvel próprio ou alugado em Brasília? Onde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Tenho... Sim, tenho residência em Brasília também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa Medicamentos ou outras empresas de que V. Sa. é sócio possuem escritório ou representação no Distrito Federal?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia nos informar os endereços?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Relator, a defesa vai atravessar uma petição informando esses endereços nos autos da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor! Agradeço.

V. Sa. realizou algum evento social, jantar, almoço ou festividade para tratar de negócios em Brasília? Quando e com qual finalidade?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Exercerei o direito do silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que título suas empresas Precisa Medicamentos e 6M Participações fizeram pagamentos vultosos em restaurantes de Brasília? Foram eventos para comemorar a assinatura de contrato, de outros contratos com o poder público?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo o respeito, vou exercer o direito ao silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, Izabelle, para exibir o vídeo 3, por favor, e já me encaminho para o final, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fique à vontade, Sr. Relator.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é a relação da Precisa Medicamentos e de seus proprietários com Flávio Bolsonaro?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Nenhuma, senhor. Da Precisa Medicamentos, nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por que motivo o Sr. Flávio Bolsonaro intermediou a aproximação de V. Exa. com o Presidente do BNDES, Gustavo Montezano, com quem V. Exa., aliás, V. Sa. participou de reunião em videoconferência em outubro de 2020?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Tratava-se de um projeto de internet para o Brasil, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E obteve o financiamento ou não obteve?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor. Ficou identificado que não existia nenhuma linha de financiamento aderente àquele projeto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Xis Internet Fibra transfere recurso para a Precisa Medicamentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Sr. Relator.

Então, passamos à lista dos inscritos. O primeiro inscrito é o Senador Luis Carlos Heinze; na sequência, o Senador Tasso Jereissati, pelo sistema remoto.

Senador Heinze, V. Exa. com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, senhor depoente, primeiro, falei ontem – vou repetir hoje – da minha indignação, do meu repúdio, Senador Girão, com relação ao jornal *Folha de S.Paulo*. A reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* publicada nessa quarta-feira, dia 18, ontem, de autoria dos jornalistas Constança Rezende e Vinicius Sassine, traz uma leitura irresponsável da articulação que conduzi para que os laboratórios veterinários fossem aproveitados para a fabricação de imunizantes contra a covid-19. Nessa reportagem, o título é maldoso, e o vazamento, Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, saiu aqui desta Comissão.

Hoje foi debatido, em uma reunião secreta com o Presidente da Comissão e com os demais membros Senadores, o vazamento de um pretenso relatório já do Senador Renan. Da mesma forma, saiu ontem. Então, essa é a minha indignação dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O nosso relatório não foi o que saiu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., Senador, mas eu estou falando no meu caso. Da mesma forma que saiu ontem, e casualmente pelo mesmo jornal... Alguém tem ligação desta Comissão com o jornal ou com a fonte a que estão passando lá.

Com relação ao caso específico, o Senador Wellington Fagundes – vou repetir o que eu disse ontem – me convidou, ainda na Comissão Covid, Senador – e aqui está o Senador Izalci, que fazia parte também, como o Senador Confúcio Moura –, para que nós pudéssemos trabalhar primeiro o projeto dele, do Senador Wellington Fagundes, que é um excelente projeto, votado por unanimidade na Câmara e no Senado Federal, onde começou esse processo, para que quatro grandes laboratórios brasileiros que fabricam medicamentos veterinários pudessem fabricar também medicamentos humanos. Foi um debate intenso. Isso aconteceu, e nós participamos.

Com relação à ligação, Senador Girão, se pegar o meu telefone, tem milhares de ligações – milhares! –, em que se trata desse e de tantos assuntos diretamente ligados à questão covid, de que nós estamos tratando em inúmeras situações.

Para primeiro debater esse processo, eu consultei doutores, especialistas do meu Estado, na universidade PUC, para saber deles se seria viável ou não. Eu digo: não vou falar do assunto, porque, daqui a pouco, pode ter algum problema. E me aconselharam que os laboratórios são de altíssima segurança.

O Senador Izalci, inclusive, lembra – participamos com ele, porque era do PSDB – reuniões que fizemos com o Senador Confúcio, com o Senador Izalci, com o Senador Nelsinho Trad e com o próprio Senador Wellington com o Butantan. Queríamos ali acertar, porque estava havendo a briga entre Doria e Bolsonaro. Esse foi o interesse da nossa reunião. Isso foi feito para que nós pudéssemos fazer com que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses laboratórios pudessem também fabricar vacinas, e a negociação era com o Butantan especificamente para aproximar. Foi feito isso, trabalhei.

Desde abril de 2020, meu gabinete tem se dedicado incansavelmente à busca de alternativa de remédios para combater a covid-19, além de buscar vacinas. Não aceito o fato de negligenciarmos as experiências de médicos mundialmente renomados e com experiência prévia de combate às viroses que disponibilizam tratamentos com remédios reposicionados.

O tratamento precoce com remédios *off-label* é resultado de estudos realizados por cientistas renomados, com qualificação na área de virose. Cito aqui Satoshi Omura, Didier Raoult, Peter McCullough, Tess Lawrie, entre tantos outros, que têm publicado, de forma consistente e incansável, metanálises, estudos randomizados, duplo-cego, tanto com ivermectina como com hidroxicloroquina, mas, assim mesmo, a mídia e a indústria farmacêutica insistem em não apenas negligenciar tais estudos como também em perseguir e tentar denegrir a imagem de cientistas. E, como sou defensor da ciência e da liberdade dos médicos de prescreverem remédios reposicionados para tentar combater o covid-19, também sou alvo de tentativa de perseguição e de calúnias e difamação. Estas tentativas de me calar não obterão êxito algum. Ao contrário, indicam que eu estou incomodando interesses que são alheios à realidade do drama humano e à busca de alternativas de tratamento.

Nesse sentido, venho destacar a publicação em revista científica de metanálise publicada na Inglaterra, envolvendo a ivermectina, que verificou a redução, Senador Girão – que nós defendemos juntos –, da carga viral nos primeiros cinco dias de infecção, levando à redução do impacto da doença.

Também sobre a metanálise publicada sobre hidroxicloroquina na Califórnia, Estados Unidos, em pacientes expostos à covid-19, em fase inicial da infecção, foi demonstrada a redução da infecção.

Aqui está a publicação dos Estados Unidos, aqui está a publicação da Inglaterra. Metanálise não é chute.

Esta CPI chama de charlatões os médicos que têm se dedicado aos estudos de tratamento precoce, e eu conclamo esta CPI a trazer médicos de verdade, que tragam resultados da ineficácia do tratamento em pacientes em fase inicial de infecção.

Ainda sobre médicos que são autoridades e que são perseguidos, está o Dr. Zelenko, candidato a Nobel da Paz. É autor de diversos trabalhos e protocolos. O médico que criou o protocolo de tratamento precoce para covid-19 com hidroxicloroquina, zinco, azitromicina foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

Em entrevista, Senador Girão... Pasmem! Em entrevista, declarou: "Posso dar razões pelas quais há resistência. É muito simples, chama-se política [que estamos debatendo neste instante aqui], lucro, arrogância e medo". E chamou categoricamente os negadores da eficácia da hidroxicloroquina e do zinco de culpados de assassinato em massa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que a falsa narrativa agora será a de que o candidato a Prêmio Nobel da Paz não tem credibilidade ou algo parecido? Nós vamos aguardar.

Tenho contatos internacionais com médicos do Chile, da Itália, dos Estados Unidos, do chamado Grupo Hipócrates. Esses medicamentos são responsáveis, sim, somados às vacinas aplicadas, pelas 19.362.990 vidas salvas.

E também, Senador Renan, no caso do tratamento e da vacina – vacina e tratamento –, a letalidade, no Brasil, está em 2,8; na Rússia, em 2,6. No Brasil, nós criminalizamos o tratamento, Senador Girão. Enquanto isso, a Índia, que não o criminaliza, que faz tratamento e vacina e que tem um percentual muito menor de pessoas vacinadas do que o Brasil, apesar de ser a primeira em vacina – a China é a primeira em vacina no mundo; a segunda é a Índia –, tem a letalidade de 1,3, porque adota o tratamento precoce e adota a vacinação. A Nigéria, que faz a mesma coisa, tem 1,2, e a Coreia do Sul, 1,0. Estou citando dados de que estamos falando aqui.

Da mesma forma, Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, já citei e vou repetir: esse fato... Quando Didier Raoult, um cientista, fala desse assunto – foi o primeiro mundialmente a falar desse assunto na França –, a *big pharma*, Senador Renan e Senador Girão, foi para cima dele na Índia. Aqui mesmo, nesta Comissão, fizeram *fake news* desse senhor, um cientista, porque ele teve peito e disse que era uma gripezinha e curava com cloroquina. Na sequência, o Presidente Trump usou esse fato nos Estados Unidos. Da mesma forma, foi motivo de guerra durante a eleição Biden e Trump.

Quando o Presidente Bolsonaro fala desse mesmo tema aqui, no Brasil, estamos assistindo a esta CPI, que – o Senador Renan afirmou, e concordo com o Senador Renan – está corroendo a imagem do Presidente, porque ele teve a coragem de adotar um tratamento precoce barato. Não é que ele o recomendasse. Eu e o Girão não recomendamos. Girão, quem recomenda são os médicos. Mas advogamos esse tratamento, e esse, sim, ajudou a salvar milhares de vidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu afirmei isso aqui? Não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi falado várias vezes na CPI que o Bolsonaro recomendava. Eu estou falando do fato mundialmente conhecido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu falo com relação à erosão da popularidade. Eu não tratei disso aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.!

Mas estou falando – estou falando – na Índia, na França, estou falando nos Estados Unidos, estou falando do Brasil. Aqui o fato foi politizado, como nos Estados Unidos foi politizado, como na França foi politizado. E também o grande interesse econômico... O depoente aqui sabe, trabalha com vacina, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tema hoje, esse mercadinho deve ser de aproximadamente US$100 bilhões. E o tratamento precoce custa R$60, R$70, quando o remdesivir custa alguns milhares de reais – remdesivir. Aqui mesmo, nesta CPI, eu citei e desafio qualquer um a dizer ao contrário.

A Pfizer, que tem vacina, já está apresentando um medicamento que está em discussão e para registro. Vai preconizar o quê, Senador Girão? Tratamento precoce e vacina com produto deles. Por que não posso usar estes aqui?

Então, esse é o fato, Senador Presidente, colegas Senadores e Senadoras, da minha indignação. E vou demonstrar, com o caso Fauci, nos Estados Unidos, o grande interesse da *big pharma* em cima dessa questão, porque é criminoso esse fato.

Esse é o fato. Essa é a fala. E a minha indignação está reposta nesta Comissão pelo vazamento de informações que a Comissão deu do meu caso. Não tenho nada a ver com o depoente ou com quem quer que seja. Desafio esta CPI ou quem quer que seja.

Disse ontem e repito hoje: sofri calúnia, sofri difamação – meus familiares, meus amigos – em caso de corrupção ainda nos governos passados. Levei 914 dias. Fui inúmeras vezes... Desafiei a Polícia Federal, desafiei o Ministério Público Federal, em mais de 40 vezes que fui lá, cobrando deles uma definição. Não devo nada. Não devia nada e não devo. E foi reposta a minha posição.

Da mesma forma, nesse caso aqui. Não aceito vazamento. E, quanto a essas informações, já pedi o direito de resposta à *Folha de S.Paulo*. Da mesma forma, estou ingressando para que esta Comissão, Sr. Presidente, possa ver de onde vazam essas informações. Nesse meu caso, eu vou até as últimas consequências. Não aceito.

Se eu sou candidato ou não sou a nada, não me interessa. Tenho mandato, Senador Renan, por mais seis anos. Não é à toa que fiz 2,317 milhões de votos no Rio Grande do Sul. As pessoas confiam em mim pela minha seriedade, pelo meu trabalho. Não vou aceitar chacotas aqui porque eu defendo um tratamento.

E vou provar, Senador Renan, vou provar – você vai fazer o seu relatório –, nós vamos fazer a demonstração de que esse tratamento funciona, como estão mostrando as pesquisas realizadas com duplo-cego, randomizado. Essas pesquisas mostram e, quando citam dados do Brasil, citam o caso de Serrana, São Paulo. Com a população, em janeiro desse ano, totalmente vacinada, 100% vacinada, comparei com Porto Feliz, na mesma São Paulo, com população 30%, 40% vacinada. O resultado do tratamento precoce em Porto Feliz, do tratamento precoce em Serrana, com 100% da vacinação feita. E, dessa forma, não é à toa que, no Brasil, em julho, mais de 1,7 mil Municípios não registraram um caso de morte. E será consequência de que esse tratamento está servindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já liberamos, até ontem, 207 milhões de doses e já aplicamos 169 milhões de doses. Infelizmente, Senador Renan, o Governo vende mal essas questões e até Governadores, como disse aqui, se aproveitam da vacina que vai do Governo Federal como se fosse deles.

Portanto, é o meu relato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Heinze.

Só para tranquilizar a todos, assim, só para deixar claro para todos: a Constituição assegura para todos os Parlamentares a inviolabilidade da opinião, palavra e voto, que está prevista no art. 53 da Constituição. Nós temos sido muito questionados sobre posições que são defendidas aqui, mas cada Senador eleito pelos cidadãos do seu Estado tem autonomia para manifestar as suas posições.

O Senador expressou as posições que tem em relação à hidroxicloroquina, ivermectina e outros, de que eu, particularmente, divirjo. E fico feliz em saber que vai ter uma outra proposta de relatório ao relatório que vai ser apresentado pelo Senador Renan Calheiros. É importante, porque talvez, assim, nós tenhamos confrontados dois tipos de posições: os que defendem o uso de máscaras, álcool em gel, vacina; e os que defendem hidroxicloroquina, ivermectina e o que mais...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu defendo as duas coisas, Sr. Presidente: a vacina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prosseguindo, Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... a vacina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... Tasso Jereissati...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... a vacina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... pelo sistema remoto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... e também o tratamento precoce. Defendo as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prosseguindo, Senador Tasso no sistema remoto. Esse é o debate que com certeza nós teremos: vacina *versus* hidroxicloroquina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. Senador Tasso, a palavra com V. Exa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente Randolfe, Senador Renan, Sr. Maximiano, já no depoimento da Sra. Emanuela, eu tinha feito uma pergunta que eu acho fundamental para clarear alguns problemas da relação da Precisa com o Ministério da Saúde e com a Bharat, em que eu perguntei – e agora o Senador Renan voltou a afirmar – sobre o sistema de remuneração estabelecido na negociação entre V. Sa. e a Bharat, já que V. Sa., como foi dito aqui, esteve várias vezes na Índia, e evidentemente que essas viagens todas, com esse grupo de pessoas, não foram para tratar de um contrato em que não havia sistema de remuneração.

Não estou pedindo aqui que V. Sa. revele o número absoluto, mas o sistema de remuneração era por dose vendida, era percentual sobre o valor, era, enfim, qualquer outro tipo de compensação? Mas isso é obrigatório em qualquer contrato entre duas empresas que comercializam determinado produto e uma representa a outra. É simplesmente obrigatório. Eu gostaria de saber se V. Sa., até porque a Dra. Emanuela disse aqui que ela não poderia revelar porque prejudicaria o andamento da negociação. Essa negociação já foi interrompida, então não existe mais razão e não vejo em que essa resposta poderia encaminhar. Poderia responder, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por gentileza.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Senador, eu me reservo o direito de não responder essa pergunta e permanecer em silêncio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu acho muito estranho que revelar um sistema de remuneração leve a incriminar alguém. Qualquer contrato desse é público. O que incrimina, ao meu ver, Senador Randolfe, é o fato de um contrato de representação comercial sem nenhum sistema de remuneração. Isso é altamente incriminador e revela realmente uma negociação que se torna extremamente nebulosa para todos nós.

Eu lhe pergunto: o senhor conhece Marcos Tolentino?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, Sr. Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O senhor conhece Danilo Trento?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O senhor conhece Ricardo Benetti?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não me ocorre quem exatamente seja.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Ricardo Barros aqui V. Sa. já declarou que conhece.

Eu venho da área comercial, minha vida toda foi começada na área comercial e, pela primeira vez, eu estou vendo esse tipo de negociação em que não existe remuneração.

Até porque chegou um comunicado, se não me engano da Bharat Biotech, aqui na CPI, dizendo que não tratou de... (*Falha no áudio.*) ... como eles falam em inglês.

O Senador Renan levantou um ponto interessante, já que não existe e o senhor, com certeza, sua empresa, já gastou uma fortuna com viagens à Índia, comitivas, etc., etc. Então, o Senador Renan levantou um ponto importante.

A mesma coisa eu pergunto, que é muito estranho, a fiança do FIB Bank.

O senhor, evidentemente, conhece o FIB Bank. A minha pergunta é: por qual razão a sua empresa não procurou aquilo que é normal também nesse tipo de negociação, principalmente se tratando de uma negociação com um ente público como o Ministério da Saúde, Governo Federal, uma fiança bancária com os bancos conhecidos do mercado, que, diante do contrato que V. Sa. tinha à mão, com certeza dariam, teriam todas as condições de dar, e foi procurar uma empresa completamente desconhecida no mercado financeiro, no mercado de transações financeiras no País e que tinha uma série de problemas? Por que razão?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Então, eu vou lhe dizer a razão que eu acho.

O FIB Bank, pelas pesquisas que nós fizemos e justamente intrigados com isso, primeiro, ele não é banco, já foi dito aqui, não se trata de banco e, quando ele bota o nome *bank*, eu descobri que quando se bota *bank*, em inglês, ele pode ser usado ou não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Não, porque ele não é registrado no Banco Central, não segue a nenhum tipo de fiscalização ou normalização do Banco Central. Ele é uma sociedade estranha que também chama atenção de qualquer pessoa que tenha qualquer contato com o mundo comercial, porque ele tem um capital integralizado de 7,5 bilhões. Evidente que uma empresa que tem um capital de 7,5 bilhões deve ter acionistas fortíssimos porque já colocaram ali, dentro das empresas, 7,5 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, nós fomos pesquisar exatamente o que seria esse capital integralizado, ou seja, capital já colocado, e verificamos que boa parte desse capital, cerca de 7,2 bilhões, foi colocado como... através de um imóvel gigantesco em Curitiba, cujos donos do imóvel, cujos acionistas são Pico do Juazeiro e MB Guassu. O senhor conhece essas duas empresas que são as acionistas do FIB Bank?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, Sr. Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Essas duas empresas... Uma delas integralizou o seu capital através desse terreno gigantesco em Curitiba. Nós fomos verificar a existência desse terreno, e esse terreno simplesmente não existe e não pertence a essa empresa. A Pico do Juazeiro, que é outra dessas sócias, donas do FIB Bank, também não tem uma vida bem clara, declarada e conhecida em registros na junta comercial, etc., etc. A pergunta é: por que razão... Vou voltar a perguntar se V. Sa. não tinha conhecimento de nenhum desses problemas do FIB Bank.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** V. Exa., então, recorreu à fiança de uma empresa que V. Exa. não conhecia, não procurou saber... E o mais curioso, Senador Randolfe, Senador Renan, é que o Ministério da Saúde também... O Ministério da Saúde... Só pode alguém apresentar ao Ministério da Saúde uma empresa fajuta... Farsa, esta é uma das maiores farsas que eu já vi na minha vida comercial: uma empresa com capital de 7,5 bilhões, que foram integralizados através de terrenos que não existem. Então, é muita segurança... Desculpe aqui, como V. Sa. tem dito aí, com todo o respeito, é muita cara de pau oferecer ao Ministério da Saúde uma empresa dessas como garantidora de um capital, de um volume de recursos desse tamanho. Realmente não existe isso.

V. Sa. poderia dizer qual foi a taxa cobrada pelo FIB Bank pela fiança bancária dada à Precisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador Jereissati, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) **–** Bom, nós fizemos algumas pesquisas aqui, nós temos uma vasta documentação, que eu não vou apresentar, senão vou esgotar meu tempo, mas vou colocar nas mãos de todos os Srs. Senadores.

De fato, pelo menos um acionista importante ou um executivo importante ou o dono do FIB Bank é o Sr. Marcos Tolentino, que o senhor disse que conhece. Tem algumas coincidências aqui incríveis, e existe até já um processo judicial de uma empresa em cima do FIB Bank correndo na Justiça em São Paulo que coloca realmente o Sr. Marcos Tolentino como o proprietário dessa empresa.

Existem várias coincidências. A Pico do Juazeiro, uma das donas da FIB Bank, tem o mesmo endereço social que a Sociedade Brasileira de Televisão, que pertence ao Sr. Marcos Tolentino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sua relação ou tem alguma relação, algum tipo de relação com Marcos Tolentino?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu o conheço, mas não tenho relação com ele, Sr. Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O Marcos Tolentino tem uma relação... Tem vários pagamentos, troca de pagamentos entre Marcos Tolentino, Sr. Benetti, Sr. Danilo Trento. O senhor tem relação com o Danilo Trento?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor. Ele é diretor institucional da Precisa Medicamentos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Esses três – e aqui tenho toda a documentação; não vou apresentar, mas vai estar nas mãos de todos e, com certeza, a Senadora Simone, por exemplo, deve ter documentação com mais amostras –, esses três têm uma relação comercial profunda: Marcos Tolentino; Marcos Tolentino, por sua vez, tem relação comercial com Benetti; Benetti e Tolentino têm relação comercial com Trento; Trento tem relação comercial com V. Sa. É verdade isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta do senhor, eu vou exercer o direito do silêncio, Sr. Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Todo esse intrincado, Srs. Senadores – e eu digo que tenho alguma experiência nesse mundo de mercado, de empresas –, é uma das montagens mais intrincadas e vastas que eu vi na minha vida. Senador Omar, são dezenas de empresas – dezenas de empresas! –, e eu, para poupar a paciência de V. Exa., não quis aqui colocar em um vídeo o que liga esses quatro: Marcos Tolentino, Trento, Benetti e... Senador Omar, daria um complexo de malandragem e picaretagem sofisticadíssimo.

Não sei o Senador Omar está me ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, estou ouvindo V. Exa. Pode continuar, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Se puder me dar um tempinho a mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador Tasso. Pode ficar à vontade.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, é impressionante. É impressionante. Isso tudo está comprovado com ligações, um passando o dinheiro para outro, o outro passa dinheiro para um, e um dos centros é esse FIB Bank. Realmente é um negociador principal das malandragens que são feitas – lavagem de dinheiro, transferência de dinheiro para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exterior, do exterior para cá, precatórios, etc. – e que torna, portanto, indispensável a vinda do Sr. Marcos Tolentino a esta Comissão, que, por coincidência – eu queria lembrar –, esteve aqui conosco no depoimento do Deputado Líder do Governo. Não sei se V. Exas. se lembram da presença dele aqui. E me espantou a cara de pau de ele vir, presente, sendo ele uma das principais peças desse quebra-cabeça. E o próprio Deputado Ricardo Barros disse: "Este é amigo do peito". O Marcos Tolentino, que é provavelmente o dono do FIB Bank, que é o coração de toda essa picaretagem, sem o qual a Precisa não poderia operar.

Eu estou dizendo isso, eu estou afirmando isso, Presidente, até porque ele não responde. Ele poderia esclarecer isso neste momento, porque a nossa impressão, a que fica é que ele faz parte de um grupo extenso de picaretagens e de coisas ilegais que não só se restringem à vacina, mas a negociações ilegais escusas que levam à lavagem, transferência e sonegação de recursos.

Isso tudo fica coroado, Presidente Omar, com a reportagem que saiu na imprensa brasileira do famoso jantar, que foi o primeiro lugar que o Ministro Pazuello visitou em São Paulo, depois de tomar posse. Foi um jantar numa residência de um dos bairros mais luxuosos de São Paulo, Chácara Flora, na residência do Marcos Tolentino, com a presença do Sr. Maximiano, com a presença do Sr. Ricardo Barros e com a presença do próprio Marcos Tolentino, evidente... E outros...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Tasso, V. Exa. me permite?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Oi? Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Tasso, é o Senador Randolfe. Se V. Exa. me permite...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – É só para reiterar a pergunta ao depoente: V. Sa. conhece o Sr. Marcos Tolentino?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. tem relação com o Sr. Marcos Tolentino?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas tem um processo que tramita na Vara Cível de São Paulo e que indica que, em um imóvel alugado por V. Sa., na cobertura de Campo Belo, em São Paulo, imóvel este que é descrito aqui pelo Senador Tasso Jereissati...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. está nesse processo, diz claramente que, das poucas pessoas que autorizam a entrada no imóvel, um deles é Marcos Tolentino. Tem uma declaração nesse processo.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Esse imóvel foi alugado por Danilo Trento, eu sou fiador neste imóvel. E, muito provavelmente por conta disso, deve existir essa autorização.

Quando eu me refiro à relação, eu não tenho uma relação continuada com ele. Eu o conheço, como afirmei, mas não existe uma relação, não existe nenhum... Nada com ele. Nenhuma relação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Só, então, para ficar claro. Esse imóvel foi alugado por Danilo Trento?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** E pelo senhor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu fui fiador, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor foi fiador. E, nesse imóvel, a autorização para entrada, uma das pessoas que tinham autorização para entrada era Marcos Tolentino.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não sei lhe dizer, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** No processo, a declaração é sua.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – De quando é, Sr. Senador, por favor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** No processo, a data... Este é o boletim de ocorrência. O processo é do ano passado.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu realmente não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Mas a declaração do processo... É um processo cível, e a declaração é sua. Só para constar, Sr. Presidente, pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Senador Tasso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** É um processo de 2018, só para constar. É um processo de 2018, e a declaração, inclusive, do Sr. Maximiano é de que uma das poucas pessoas autorizadas a entrar nesse imóvel era o Sr. Marcos Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) **–** Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, é só então... A sensação que eu tinha se confirma pelo silêncio do depoente. Quem tem consciência tranquila vem de peito aberto, fala, responde, não tem medo, não se esconde atrás de um advogado, que, para toda pergunta, o advogado cochicha no seu ouvido. É muito receio de ficar incriminado, é muita preocupação sobre o que veio a dizer, é porque tem muita culpa no cartório e confirma a visão que eu tenho de que existe uma vasta teia de negócios ilícitos que envolvem: o depoente Maximiano; Trento, esse para quem ele fez a fiança de um apartamento; Ricardo Benetti; e tem assim um certo apadrinhamento do Ricardo Barros. Isso foi festejado na casa do Marcos Tolentino com o Ministro da Saúde, veja, onde um dos únicos convidados que não era do Ministério da Saúde, não tinha coisa, era exatamente o nosso depoente de hoje, que se recusa a falar qualquer coisa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, senhor.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – ... eu queria pedir um intervalo de cinco minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a sessão por 30 minutos, e aí voltam o Senador Humberto, a Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por quantos minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Trinta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero só... Antes de suspender a reunião, eu quero comunicar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que, na terça-feira que vem, o Sr. Emanuel Catori, da Belcher Farmacêutica, estará aqui; na quarta-feira, Roberto Pereira Ramos Junior, Presidente da FIB Bank; e, na quinta-feira, Francisco Araújo, ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal. São essas as audiências que teremos e ouviremos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só um minuto de um rápido pela ordem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É que, quando eu estava no exercício da Presidência, eu fiz até a citação do art. 53 após a fala de um colega Senador, garantindo que todas as opiniões, obviamente, por parte da direção desta CPI serão respeitadas.

Só me fazer aqui entender e deixar claro que uma questão são opiniões; outra coisa é propagandear negacionismo. Assim, então, só para deixar claro: não há opinião quando o que está em jogo é a democracia e a vida das pessoas. Negacionismo, deixar claro, é crime. Propagandear... Todos que estão nos assistindo agora, deixar claro: negacionismo é crime; propagandear medicamento que já foi comprovado pela ciência que não tem eficácia é crime – é crime. Então, só deixar claro que não se trata de opinião. Isso é crime e obviamente faculta a qualquer brasileiro representar contra quem propagandeie medicamento que não tem nenhum tipo de eficácia comprovada pela ciência e que não combata a pandemia, muito menos combate a covid-19. Só para ficar clara a nossa posição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. deixou muito claro isso.

Inclusive, antes de passar a palavra, se há indícios de que querem colocar o Presidente como para fazer propaganda... Se o Presidente vai estar no relatório, segundo o Senador Renan, qualquer outro cidadão brasileiro, seja Senador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Vereador, não tem também esse direito de fazer propaganda...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de qualquer remédio que não é eficaz, porque não é diferente – seja o Presidente ou qualquer outra pessoa no Brasil que faça propaganda, seja de qualquer profissão ou seja de qualquer cargo que exerça, fazer propaganda mentirosa, *fake news* pra induzir a população a tomar um remédio que não é eficaz.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um registro. Hoje nós já falamos aí muito sobre *fake news,* eu queria deixar aqui a minha solidariedade à jornalista Carla Vilhena, que é uma grande jornalista no Brasil, e que fez uma matéria. Além de mostrar todo sofrimento que o mundo inteiro está acompanhando pelo regime talibã no Afeganistão, ela também destacou que, no meio de todo esse caos, ainda lá há negação portanto da vacina, porque está sendo proibida a vacina e também o uso de máscara. E, ao fazer referência a essas proibições, houve um corte da fala dela e, de forma maldosa e até criminosa, se propagando que ela não estaria, na verdade, interessada no sofrimento das mulheres afegãs, mas que estaria apenas, de forma isolada, tratando da questão da máscara. Então, eu quero deixar aqui a minha solidariedade e destacar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande trabalho que a Carla Vilhena faz para o Brasil como uma grande jornalista e como uma grande formadora de opinião para o Brasil. A nossa solidariedade.

Muito obrigada, Presidente.

Aliás, essa propagação está sendo feita exatamente por bolsonaristas, negacionistas que tentam deturpar a real ação e a real virtude dessa jornalista.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da Bancada Feminina, a gente vai encaminhar, pela CPI, uma nota que será redigida pela Senadora Eliziane Gama à jornalista Carla Vilhena, da CPI, se solidarizando com ela pelo trabalho que ela faz em divulgar aquilo que é importante não só para o Brasil, mas para o mundo, porque se proteger é importante.

Senadora Eliziane, eu quero que V. Exa. faça esse documento se solidarizando pelos ataques que a jornalista vem sofrendo por mostrar... Infelizmente, o mundo não está bom pra ninguém. Infelizmente, muitas coisas estão indo para o lado errado, e a gente não concorda com isso.

Então, eu aguardo o seu pedido e a gente vota... Vota, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Encaminho ainda hoje, Presidente, a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada pela missão dada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa a nossa reunião por 30 minutos.

(*Suspensa às 13 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 45 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero pedir ao depoente para adentrar aqui.

A palavra está com o Senador Humberto. (*Pausa.*)

O próximo é o Senador Humberto, Senadora Simone Tebet, Senador Randolfe, Senador Eduardo.

Senador Humberto, com a palavra, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Francisco Maximiano, seja bem-vindo aqui ao Senado Federal!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Francisco, espero que V. Sa. possa me responder. V. Sa. recentemente esteve na Índia, inclusive depois que houve o rompimento da Bharat Biotech com a Precisa. A Bharat reconheceu que eram falsos os documentos apresentados pela Precisa para fazer a intermediação da compra da Covaxin. Me permita, se não foi por razão pessoal, o senhor poderia me dizer o que foi fazer na Índia nesse período?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sim, senhor. Eu fui à Índia apresentar pra eles as evidências e as provas de que nós recebemos esses documentos da Envixia, um parceiro deles, eleito no processo por eles.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, o que V. Sa. está dizendo é que quem promoveu as fraudes foi a Envixia?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só que nós temos aqui um documento da perícia do Senado Federal que chega a supor que a fraude foi cometida dentro do próprio Ministério da Saúde. Será que a Envixia, que era aquela espécie de cupido empresarial, que junta as empresas pra fazerem negócio, ela teria estrutura pra, dentro do Ministério da Saúde, fraudar procuração, fraudar o termo de que nada consta? E, enfim, como teria sido isso?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sr. Presidente, só um esclarecimento de fato, de um aspecto técnico. Isso decorre, Sr. Senador, do fato de este documento provavelmente ter sido baixado e depois enviado, e, com isso, ter ganhado metadados no Ministério da Saúde, mas o arquivo original tem metadados da Envixia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. teve sucesso nesse intento lá na Índia? Se puder...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – A Envixia é dos Emirados Árabes e sabe escrever português perfeitamente. Muito bom, muito interessante essa tese. Envixia – eu lhe dou todo o meu tempo depois, fique tranquilo, Senador! –, Envixia, que, diga-se de passagem, não existe para o Direito brasileiro e não existe no Brasil. Ela não existe, enquanto estrangeira não tem representante legal aqui e quem mandou o documento... Veio o documento do *e-mail* da Precisa. Hoje, não há como fugir da responsabilidade. Esses documentos vieram da Precisa. Até que se prove o contrário, a Precisa é responsável pela falsificação não de dois, mas no mínimo de quatro documentos, porque nós não podemos nos esquecer das notas fiscais, dos *invoices*, Senador Humberto.

V. Exa. tem um minuto meu a mais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não se preocupe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se isso aconteceu, é porque a empresa dos Emirados Árabes deve ter mandado para a Precisa e a Precisa encaminhou ao Ministério da Saúde, só pode ser essa a possibilidade.

Mas, voltando: V. Sa. conseguiu seu intento, vai retomar as relações com a Bharat?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, pra essa pergunta, respeitosamente eu vou ficar em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** O.k. Eu agradeço.

Na verdade, a Precisa é uma empresa muito importante e que tinha um desejo gigantesco de ter esse contrato. Fez muitas pressões sobre o Ministério da Saúde. Eu tenho um exemplo aqui: o Sr. Túlio, que esteve aqui ontem e disse que não era nada da Precisa, só um advogado cujo escritório tinha sido contratado. Na data do dia 18 de fevereiro, ele manda um *e-mail* para o gabinete da secretaria executiva do ministério dizendo que queria continuar com as tratativas para o fornecimento de 20 milhões de doses da Covaxin. Aí ele diz: "na data de hoje, 18 de fevereiro, fomos informados por nossa representada que, em reunião realizada entre ela e a OMS, foi pressionada para que os 20 milhões de doses da Covaxin, pré-reservadas ao Brasil, fossem deslocadas e fornecidas a países menos abastados, o que poderia vir a comprometer a intenção de cronograma inicialmente proposto".

Na verdade, é uma chantagem. Alguém aqui acha que a Organização Mundial de Saúde ia pegar as vacinas que estavam destinadas pro Brasil e mandar pra outros países? Na verdade, aqui era uma tentativa de forçar o Ministério da Saúde a ampliar, a fazer o mais rapidamente a assinatura desse contrato.

Em busca de obter esse contrato, a Precisa procurou estabelecer um entendimento – não se sabe qual – com o Sr. Roberto Dias, cuja forma de atuação já é do conhecimento de todos nós. Para conseguir esse contrato, a Precisa... Aí me perdoe, V. Sa. vai poder provar depois que foi Envixia, mas eu entendo que a Precisa falsificou, como disse a Senadora Simone Tebet, pelo menos quatro documentos importantes.

Esse contrato era tão desejado pela Precisa que ela foi buscar garantias para assinar esse contrato que estão fora da própria Lei de Licitações. Ela não foi buscar uma instituição financeira, ela não deu garantia em efetivo, ela não cumpriu nenhum desses processos. Ela foi atrás de quem? Foi atrás do FIB Bank. Eu não preciso nem falar, porque o Senador Tasso já disse como é que funciona o FIB Bank. E aí a Precisa apresentou ao Ministério da Saúde garantias extremamente frágeis e, em meio a isso, uma série de operações esquisitas, por exemplo: a Precisa deu R$350 mil ao FIB Bank. V. Sa. pode responder por quê?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Foi uma parte do pagamento da carta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Da carta?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Precisa também deu R$9 mil à consultoria R. Benetti. Também a mesma coisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Este pagamento, em especial, eu desconheço. Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desconhece, não é?

E o FIB Bank, na verdade, como já foi dito aqui, é uma empresa do Sr. Marcos Tolentino, que deverá vir aqui – e espero que venha depor aqui na CPI – e que é amigo irmão do Deputado Ricardo Barros.

Mas a Precisa queria tanto esse contrato que ela fez muitas despesas. Por exemplo, o senhor pode me explicar por que é que a Precisa pagou R$1 milhão à Câmara de Comércio Índia Brasil, dois dias antes de assinar o contrato com a Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou ficar em silêncio, Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Fica evidente que essa câmara boa coisa não é, porque recebeu um dinheiro que ele não pode dizer o que foi. Tem aí uns embaixadores de meia-tigela da Índia, cônsules, um no Rio, que é o pai, e o outro em Minas, que é o filho, que fazem parte da diretoria dessa câmara de comércio que parece ser mais uma picaretagem, porque recebeu R$1 milhão aqui. O que foi? Foi *lobby* que fez lá na Índia? É importante se saber.

A Sra. Emanuela Medrades passou seis meses na Índia, inclusive com serviço de *concierge*. Isso é dinheiro. Quem pagou isso? Foi a Precisa? O senhor lembra quanto foi esse trabalho, esse gasto?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não lembra, mas deve ter sido muito.

Quantas delegações brasileiras foram para a Índia para aquelas reuniões que fizeram lá a Associação Brasileira de Vacinas, as pessoas da Precisa, enfim? O senhor lembra quantas foram?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou ficar em silêncio, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., mas foram pelo menos duas de que eu tenho conhecimento, e isto também custa dinheiro: passagem de avião, hospedagem de hotel, restaurante, bebida etc. Então, é mais uma demonstração de como a Precisa queria esse contrato.

Agora, vou dizer qual é a minha teoria aqui. Posso estar errado, não estou dizendo que tenho provas disso. Tudo isso acontece ao mesmo tempo em que o Ministério da Saúde, por uma razão que ninguém sabe qual foi, tinha comprado 10 milhões de preservativos femininos à Precisa, no valor de 15,7 milhões, no dia 13 de novembro; e, no dia 18 de fevereiro, na boquinha de assinar o contrato – na boquinha de assinar o contrato! –, ela aumentou de 15,7 para 31,2 o valor desse contrato, alegando o aumento do dólar. Está danado! Eu sei que o dólar aumentou muito, Bolsonaro desgraçou o Brasil com essa política dele, mas 100% de aumento no valor do câmbio é um pouco demais. A minha tese é que deram esse aumento aí talvez para ajudar a financiar essas despesas, já que estava certo que ia ter a assinatura do contrato, quer dizer, eles estavam todos imaginando. Então: "Libera o dinheiro, vamos superfaturar o valor desses preservativos", e por aí vai...

A outra coisa que eu pergunto... Já vi que o senhor não respondeu, mas pode ser que agora comigo responda. Quem foi que colocou o senhor nessa relação com a Bharat, a Precisa com a Bharat?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou ficar em silêncio, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sabia. Mas, certamente, foi gente importante, porque, veja, como diz o nosso Senador Omar Aziz, jabuti não sobe em árvore.

A Precisa não tinha experiência com venda de vacina. A Precisa já tinha maus antecedentes naquela venda, quando ela tinha o nome de Global, ao Ministério da Saúde de medicamentos para doenças raras, que deu um calote de R$20 milhões no Ministério da Saúde; recebeu antecipadamente, por ordem do Deputado, que era Ministro na época, Ricardo Barros, e não entregou.

Então, pra uma empresa assim conseguir um negócio desse, foi gente muito importante que fez essa negociação e ajudou a botar a Precisa no meio dessa história.

Além do mais, uma negociação rápida, a mais rápida, o preço mais alto e o comissionamento. Eu quero até perguntar a V. Sa. se isso é verdade. A *Folha de S.Paulo* diz aqui: "Precisa e Envixia esperavam receber US$23 milhões em comissões com venda da Covaxin ao governo". Veja, é muito dinheiro.

Isso é verdade?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou permanecer em silêncio, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não. Então, está aqui a informação demonstrando que o negócio era realmente um grande negócio.

E é uma empresa sem dúvida importante, muito importante – não somente conseguiu esses contratos –, mas também muito bem relacionada. Por exemplo, saiu na imprensa – não sei se é verdade ou não – que V. Sa. conseguiu mobilizar um Senador da República, filho do Presidente da República, o Sr. Flávio Bolsonaro, para uma audiência no BNDES com o objetivo de fazer investimentos no Nordeste na temática de internet. Tem que ter muita importância pra conseguir uma coisa dessa. Sinceramente, não é qualquer um que consegue um apoio importante desse.

E é muito importante também – veja –, apesar de que o Sr. Ricardo Barros, quando esteve aqui, não deu muita importância ao senhor – acho-o meio ingrato –, porque perguntou aqui o Senador Renan Calheiros: "Qual é a sua relação com Francisco Emerson Maximiano, sócio-proprietário da Global e da Precisa?". Aí ele respondeu: "Eu não tenho relação pessoal com o Sr. Maximiano. Eu o recebi no gabinete como Ministro, com a nossa equipe de compras, e está também nos registros aqui que ele alegou, e eu também aleguei, que a última vez em que nos encontramos foi quando eu era Ministro".

E aí o que acontece? Vem a revista *Piauí*, enxerida, e diz o seguinte: que, no dia 28 de maio de 2020, conforme o Senador Tasso Jereissati disse, houve um almoço, em São Paulo, na casa do senhor, um jantar na casa do Sr. Marcos Tolentino, que o senhor também só conhece de vista – foi comer na casa dele, mas só conhece de vista. Estava o Marcos Tolentino; estava a esposa dele, Vanessa; o Sr. Wagner Potenza; o Sr. Danilo Trento; o senhor; e o Deputado Federal Ricardo Barros. Vejam que coisa: esse povo está muito desmemoriado, não consegue lembrar, em plena pandemia, dia 28 de maio. E sabe qual era o objetivo, segundo disse a revista *Piauí*?

Esse era um jantar ofertado ao novo Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e o objetivo era exatamente aproximar o Ministro Pazuello de importantes empresas que se relacionavam com o Ministério da Saúde, entre elas a Precisa, que estava representada pelo Sr. Francisco Maximiano.

Portanto, nós estamos diante, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Além da empresa Precisa aqui, não vejo mal nenhum em um jantar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vejo mal nenhum, não prova nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tinha alguma outra empresa lá?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, a relação que eu tenho aqui é das pessoas que estavam lá, né. Podia até perguntar ao Dr. Francisco Maximiano.

O Sr. Wagner Potenza estava lá?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu não participei desse jantar, Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas a revista *Piauí*, então, não dá para ter credibilidade. Como é que ela descobriu isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é jantar ou almoço?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, diz aqui que é um jantar, que foi um compromisso. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teve um que chegou aqui disse que não tinha ido para o jantar, mas para o almoço ele foi. Entendeu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tem que saber.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês têm que, quando perguntar... Por favor, perguntem certinho, porque a pessoa não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é, mas é isso.

E, na verdade, Sr. Presidente, eu acho que a situação é muito complicada para essa empresa Precisa. Não tenho nada contra ela, mas, para mim, ficou evidente, para todos nós ficou evidente que a Precisa tinha uma gana tão grande de ganhar esse contrato, talvez para receber esses US$123,7 milhões... De reais... Do quais, US$45 milhões tinham sido, iriam ser enviados antes, lá para a Madison, lá em Singapura, de modo que eu acho que já está claro para o Brasil que aqui se tratava de um processo de tráfico de influência, se tratava de fraude, se tratava de algo que iria dar prejuízo para o Brasil, e a CPI teve um papel importante nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo capítulo, Sr. Presidente, é quando veio aqui o Sr. Tolentino. Esse aí, a gente vai ter que conversar com ele, vai ter que conversar com ele direitinho, para ele explicar todas as falcatruas que compõem essa empresa que andou dando essas garantias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado,

Antes de passar à Senadora Simone Tebet, a Sra. Emanuela Medrades e o Sr. Túlio Silveira informaram à CPI que eram funcionários autônomos. Todos os funcionários que o senhor contrata são autônomos, ou tem CLT?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem CLT?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não são todos autônomos, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Obrigado.

Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom, não sei nem por onde começar. Talvez, eu trocaria, Dr. Maximiano, todas as minhas mais de 30 perguntas por uma só, se V. Sa. me respondesse: afinal, quem é a Precisa Medicamentos e quem é Francisco Maximiano nos corredores de Brasília?

Fazendo aqui uma análise de todos os seus negócios, pelo menos nos últimos dez, talvez quinze anos, eu confesso que faço coro ao Senador Tasso Jereissati: é de tirar o chapéu, ou pela sua competência, ou pela quantidade de partícipes envolvidos em contratos, em esquemas no mínimo suspeitos, para não dizer irregulares, e com graves indícios de corrupção, de tráfico de influência, de crime contra a administração pública e, pelo que nós estamos vendo aqui no contrato da Covaxin, até de lavagem de dinheiro – quem sabe.

Eu vou fazer perguntas. Eu vou acabar afirmando, mas fique no direito de, a qualquer momento, me interromper, porque eu não quero ficar fazendo perguntas para que V. Sa. possa, a todo momento, dizer que vai ficar calado. No momento em que quiser me interromper, fique absolutamente à vontade.

Eu pergunto quem é a Precisa agora no contrato da Covaxin, porque, então, fazendo também um processo inverso, começando pela resposta a meu ver inverídica que V. Sa. fez aqui – para não dizer mentirosa –, que V. Sa. deu aqui ao Senador Humberto, eu vou começar com a procuração que V. Sa. disse que foi emitida pela Envixia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos inverter, Dai.

Essa procuração foi solicitada no dia 22 de fevereiro pela Fernanda da Delog, pedindo tradução juramentada do laboratório da Bharat. Imediatamente, com data anterior e totalmente falsificada pelo carimbo, em português, sem tradução, sem procuração, sem registro em cartório, saiu do seu escritório, da sua companhia esse documento. Portanto, Envixia, a princípio, eu não sei quem é – nem o mercado brasileiro; nem o mundo empresarial brasileiro; e nem o direito, o mundo jurídico no Brasil. Consequentemente, até que se prove o contrário, a responsabilidade é não única e exclusiva, mas da Precisa por ter entrado com o documento falsificado para obter algum tipo de vantagem.

E, só para deixar claro que V. Sa. não está sozinho, aqui está o Governo Federal também. Junto com este documento, vamos ao próximo, porque ele vem junto com outro documento que a Envixia não tinha nenhuma razão de colocar e nem sabia, que é a declaração de inexistência de fato impeditivo.

Mas mais do que isso: vieram também, mais ou menos nessa época, as notas fiscais de pagamento, uma delas me chama muito a atenção – por favor, Dai – que é essa que, na linha do Senador Humberto: quem é que ficaria responsável pelo frete e pelo seguro? Precisa. De repente, a nota fiscal que era de R$45 milhões vira quase R$46 milhões, quase R$5 milhões a mais, quer dizer que a Envixia – ou alguém – garantiria, tiraria mais US$1 milhão do Ministério da Saúde para beneficiar a Precisa, que ia pagar seguro e frete desse contrato? Não tem sentido, Doutor.

Então, apenas, eu... Não era para falar sobre isso, mas apenas para deixar claro que esses documentos falsos – e todos eles – só me comprovam uma coisa: a Precisa não tinha contrato com a Bharat. E só tem um jeito de V. Sa. e a sua empresa se safarem de tudo isso: é apresentar o contrato, até para mostrar, com base nele, que esses documentos que saíram não saíram da Precisa.

Mas mais grave do que isso: teve o conluio direto do Ministério da Saúde, porque isso é totalmente fraudado. E é pior: foi apresentado na data incorreta, com informações falsas e incompletos. A todo momento a assessoria jurídica do Ministério da Saúde dizia: "Não assine o contrato, a parte não é essa; não assine o contrato, o pagamento não é antecipado; não assine o contrato, não tem CNPJ; não assine o contrato, porque a garantia exigida por lei só pode ser ou por caução em dinheiro ou garantia bancária". FIB Bank não é um banco, não está cadastrado no Bacen; é uma outra instituição, instituição de fundos de investimento. Então, aqui eu estou falando, sim, num conluio, num esquema fraudulento de corrupção para levar vantagem e ganhar mais dinheiro e superfaturar em cima das doses das vacinas.

O que acontece no meio desse processo todo? Acontece a CPI, e a CPI passa a incomodar, a ponto de o Líder do Governo, que sentou aí, dizer – e eu não vou me esquecer disso nunca, porque talvez tenha sido a maior agressão que esta CPI teve – que, quando a CPI foi instalada, em abril, quando nós já tínhamos tido quase 400 mil mortes no Brasil, o Líder do Governo diz que esta CPI era a responsável pelo atraso, pela falta de assinatura de contratos do Ministério da Saúde com laboratórios de eficácia, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovação de vacinas consideradas eficazes. Pois bem, quando ele disse, naquele momento ali, ele simplesmente estava – por isso que o Senador Renan foi feliz em indiciá-lo – protegendo mais um intermediário no caso da CanSino, que é o seu genro, que tinha uma carta de intenção de um contato de R$5 bilhões para vender uma vacina chinesa.

Eu estou dizendo tudo isso para dizer que, quando a CPI apareceu na vida de corruptos e corruptores, aí todo o processo no Ministério da Saúde mudou.

Olha o que acontece em um curto espaço de tempo, Senador Humberto: a Anvisa, no dia 30 de março, nega à Bharat o certificado de boas práticas; consequentemente, no dia 31 nega o pedido de importação da Covaxin. Quando chega o dia 14 de maio – 14 de maio! –, a Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde entra em operação. Olha o que ela diz aqui – e acredito que fazendo referência a V. Sa. –: "outro fato que chamou a necessidade de uma avaliação desta Diretoria foi a verificação de que uma das sócias da contratada apresentava valores pendentes de ressarcimento em contrato firmado com o ministério devido à não entrega de medicamentos adquiridos. Tal fato provocou a necessidade de avaliar se os controles internos e as medidas previstas na pactuação seriam suficientes para mitigar os riscos".

Nós estamos falando da Global. Nós estamos falando do contrato de R$20 milhões. Nós estamos falando dos medicamentos para doenças raras que não foram entregues, mas os recursos foram recebidos. Nós estamos falando que, de novo Dlog, Roberto Dias, Elcio Franco, Ministro Pazuello foram omissos ao permitir a assinatura de um contrato com uma empresa que tinha que ter sido considerada inidônea, porque não tinha cumprido cláusulas de um contrato anterior.

Próximo, por favor.

Ainda, na letra "c", também chamou a atenção, porque fez três atas de reunião: "necessidade de justificar no processo o preço negociado das doses". Isso está na medida provisória que nós aprovamos. Isso anula qualquer contrato administrativo.

Então, eu estou dizendo a V. Sa., para deixar muito claro para todas as Sras. e Srs. Senadores, que nesse contrato, que é nulo de pleno direito, a responsabilidade não é só de V. Sa.; a responsabilidade é do Ministério da Saúde. Não poderia ter assinado um contrato sem justificar o preço negociado das doses.

Passe, por favor.

Isso é lei. Aí o que acontece? Quando a Anvisa aprova excepcionalmente, vem V. Sa. e apresenta um novo cronograma de entrega: "Eu vou entregar em dez dias; vamos executar o contrato, que eu entrego em dez dias com a aprovação".

Só que o que acontece? Aí, como já tinha tido uma série de reuniões, a Regina, a fiscal, não tem outra saída: ela tem que pedir a rescisão do contrato e as sanções administrativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Em seguida, vem a denúncia dos irmãos Miranda e a agilização.... Aí o circo pega fogo. Em apenas três dias, nós temos que dar conta de esquecer esse processo. No dia 28 de junho, CGU cita a instalação de uma investigação preliminar sumária.

Passe, por favor, o despacho.

Aqui vem algo que eu tenho certeza que o Senador Renan já deve ter colocado no seu relatório.

Olhe o que a CGU fala: "Espere aí! Esse contrato não podia ter sido assinado". Houve uma "tentativa de [...] pagamento antecipado, sem previsão contratual", explica.

Eu não vou nem...

Pode passar, por favor.

Inclusive está se referindo à *invoice* com valores errados.

Houve um possível pagamento por meio de empresa, que não eram empresas que constavam no contrato, que iriam pagar para a Madison, de repente para ir para paraíso fiscal e lavar dinheiro.

Descumpriram o prazo do contrato.

O próximo, por favor! (*Pausa.*)

Pode passar.

Justificativa do preço. De novo, nulidade do contrato.

É regra básica. Houve ausência de pesquisa, mas, principalmente, da justificativa do preço.

Eu estou falando muito do preço porque eu vou chegar lá, é uma pergunta que eu vou fazer a V. Sa.

Após esse parecer e esses esclarecimentos, eles levam adiante, no mesmo dia, o processo.

Por favor!

Manifestação do Ministério da Saúde sobre a questão do inadimplemento da Bharat/Precisa.

Aí manda para a avaliação de outros órgãos – próximo! –, pedindo a suspensão.

Olha que interessante aqui, muito interessante! Esse é o último. Talvez eu não precisasse mostrar nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse dia 29 de junho, Roberto Dias é exonerado. A Conjur confirma todas essas gravidades. E a CGU envia esse ofício para quem? Para o novo secretário-executivo. E fala de uma série de coisas aqui absurdas, que estão no último eslaide.

Por favor!

Olha o que ele coloca aqui: "Nesse contexto, observou-se que a parte significativa de documentos enviados em resposta a requerimento de informação para uma Deputada Federal, em especial as quatro memórias de reunião, foram omitidas do processo, em que pese tratar-se de informações críticas à aquisição relacionada, devendo assim estar formalizadas no processo de aquisição".

A primeira memória desapareceu, a segunda memória desapareceu, a terceira memória desapareceu. É interessante! A primeira memória é de uma reunião em que V. Sa. estava, onde foi tratada a vacina com o valor de US$10. Se não eram US$10, por que de repente não colocaram no processo essa memória de reunião? Por que só apareceu depois que a CGU impôs que voltasse para os autos do processo administrativo?

É interessante que, na segunda reunião...

V. Sa. pode me interromper a qualquer momento. Eu não vou perguntar porque eu sei qual vai ser a resposta.

Desconforto do Presidente da Precisa em informar os valores na medida em que os custos para desenvolver as fases seria considerado elevado.

O próximo, por favor!

As razões e justificativas pelas quais as memórias das reuniões, *e-mails* etc. não constam no processo não foram acostadas, indicando os agentes públicos que levaram à omissão. É isso que a CGU quer fazer. Quem foi que se omitiu com dolo, com culpa, com negligência ou imprudência ou com interesse escuso por trás? Essa investigação está acontecendo agora, neste momento.

Por que a área técnica não justificou o preço de US$10 para US$15? Não é esta CPI que está dizendo! É lá dentro do controle interno que se está dizendo. O contrato simplesmente passou de US$200 milhões para US$300 milhões em um passe de mágica, às escondidas, escondendo atas de reunião.

Se não tinha nada a temer, por que não vem a público? Se tem o que dizer, diga Dr. Maximiano, porque, até agora, toda a culpa e responsabilidade estão caindo em cima de V. Sa. e da sua empresa. Sua empresa não tem problema, porque V. Sa. tem o costume de fechar empresas e de abrir outras para dar credibilidade quando a primeira ou a outra já foi declarada inidônea. Mas aí também tem o nome e a honra de V. Sa.

E, por fim, sobre a estimativa de preço e aquisição quanto à ausência de justificativa de dispensa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais um, por favor!

Tem uma piada pronta aqui. Essa piada de mau gosto é pronta. Não fui eu que fiz. Já quero dizer, Relator, que não fui eu que fiz. Quando o novo Secretário-Executivo toma conhecimento disso, ele encaminha para o Dlog, pedindo esclarecimentos: "Que absurdo é esse? Como isso aconteceu? Me responda em dois dias". Sabe onde está a piada pronta?

O próximo, por favor!

Vem o novo Diretor do Dlog e diz: "Não, Secretário-Executivo! Toda essa tratativa não foi feita pelo Dlog, não foram realizadas no âmbito desse departamento, e sim na Secretaria Executiva desta pasta. Julho de 2021". Sabe por quê?

A última...

Porque, em janeiro de 2021, o Sr. Elcio Franco manda um ofício circular para 16 órgãos do Ministério da Saúde, dizendo o seguinte: "Ninguém está autorizado a tratar de vacinas, ninguém está autorizado a tratar com intermediários, ninguém vai negociar propina aqui, ninguém vai negociar contrato fraudulento. Todas as tratativas das vacinas serão feitas por mim no âmbito desta Secretaria Executiva do Gabinete do Ministério da Saúde". Aqui ele trouxe para si toda a responsabilidade. Então, ao seu lado, estará respondendo civil e criminalmente o Secretário-Executivo Elcio Franco. Esse é o esquema do qual V. Sa. participou.

Eu pediria dois minutos, apenas porque eu fiquei encarregada de falar, de abrir aqui uma questão do FIB Bank. Eu vou aqui ser muito rápida, porque o FIB Bank não está cadastrado no Banco Central e não é uma instituição financeira. A informação que eu tenho é a de que V. Sa. não tem apenas ou não teve apenas uma contratação ou uma relação contratual com o FIB Bank. V. Sa. também teria tido outras negociações com esse fundo, inclusive em relação à compra de preservativos femininos. V. Sa. pelo menos pode confirmar isto, que já se utilizou do FIB Bank em outros momentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sra. Senadora, eu vou ficar em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu vou fazer as últimas perguntas. Só vou lançar as perguntas, Presidente.

O fundo de participação Azurita, que lastreia as cartas de fiança do FIB Bank, não foi reconhecido como ativo regular pela CVM. A Índigo Investimentos, administradora do fundo Azurita, responde a processo na CVM, desde 2019, em operação fraudulenta e teve o seu registro suspenso em 2020. O FIB Bank responde a 28 processos no Tribunal de Justiça de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu poderia dizer aqui tudo que eu tenho. São muitas as perguntas: por que V. Sa. escolheu o FIB Bank? Como V. Sa. discutiu essa carta de fiança? Por que V. Sa. repassou 350 mil ao FIB Bank? A que título se deram esses valores? Eu poderia perguntar tanta coisa, mas V. Sa. não respondeu.

Eu só fico imaginando: V. Sa., que é um homem de sucesso, empresário de tanto tempo, não faz uma mínima checagem de que esse FIB Bank não tinha lastro? Colocou um capital social de R$7,5 bilhões... Talvez o dono de um grande banco possa ter isso como patrimônio, ou mesmo alguma empresa. E R$7,5 bilhões, com terrenos em Curitiba, que alguns dizem que nem existem? Curitiba, Paraná, algo me soa familiar com esse Estado. É interessante!

Eu finalizo, Sr. Presidente, apenas dizendo que o Dr. Maximiano não está aqui à toa. Há uma série de movimentações estranhas envolvendo a Precisa com a Global, envolvendo repasse de milhões para a Petrobras no fundo de Correios. A Global é... Consequentemente, essa Precisa participou também na época, envolvendo o FIP Saúde, que é um fundo de investimento, cujos acionistas são anônimos. Esse FIP só é tributado na retirada, o que significa que é comum os contistas desse FIP serem empresas *offshore* instaladas em paraísos fiscais. A Postalis está envolvida também nessa negociação. O TCU tem investigado essa situação.

O Dr. Maximiano montou uma gestora de fundos chamada Evocati e contratou Carlos Antônio Rosa – eu ia perguntar se ele o conhece, mas eu acredito que ele vai dizer que não ou não vai querer responder –, que é ex-gestor da Funcef, também relacionada a fundos de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

Em 2018, criou uma empresa chamada Saudebank para intermediar negócios com planos de saúde privados e entidades públicas, envolvendo funcionários da Fiocruz e do Ministério da Fazenda.

Ele também criou uma série de empresas para, desde 2013, captar recursos do fundo de pensão da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, envolvendo a Global. E, por fim, desde essa data, milhões de reais de cotistas da OABPrev-RJ foram parar na conta da Global Gestão em Saúde.

Eu teria outros, Sr. Presidente. Posso entregar. Obviamente, seus assessores já têm. É para deixar claro que esta Comissão não está com perseguição a quem quer que seja. É muito interessante como o nosso depoente é para mil e uma utilidades; está a todo momento participando desse tipo de transação.

Falta agora, na semana que vem, nós descobrirmos quem é FIB Bank, que lavagem de dinheiro seria feita nessa triangulação. E vamos voltar a falar da Envixia, para que possamos fechar esse cerco, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só um segundinho...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sem nenhuma interrupção, eu queria só, Senador Randolfe, dizer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, no final do interrogatório que nós fizemos aqui, eu havia perguntado ao depoente: "O Senador Flávio Bolsonaro também intermediou a chegada da Precisa Medicamentos aos gestores do alto escalão do Ministério da Saúde?". O depoente respondeu que "não". Aí eu fiz a pergunta: "A Xis Internet Fibra transfere recursos para a Precisa Medicamentos?". O depoente respondeu que não, não transfere. Eu queria dizer que se encontra em poder desta Comissão Parlamentar de Inquérito o registro de uma transferência de R$640.444,52 entre 08/01 e 16/04 de 2021, feito da Xis exatamente para a Precisa, diferentemente do que respondeu o depoente ao interrogatório que fizemos aqui hoje nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Sr. Relator.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, Sr. Francisco Maximiano, Sr. Ticiano, douta defesa...

Sr. Maximiano, só me reporto novamente à pergunta, para ficar bem claro, em relação ao famoso apartamento de Campo Belo. O senhor disse, ainda há pouco, ao ser perguntado, que conhece o Sr. Marcos Tolentino.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não tem relação com ele?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou invocar o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É que foi uma pergunta a que o senhor já respondeu. O senhor vai invocar o direito ao silêncio em relação a essa pergunta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, me desculpe, respeitosamente, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, eu vou me reportar aqui ao que o senhor respondeu, porque o senhor disse que conhece o Sr. Marcos Tolentino, mas que não tem relação com ele, em relação ao chamado apartamento de Campo Belo. O senhor também havia respondido que, em relação àquele apartamento, a sua condição era de fiador e não de locatário. Entretanto...

Ana, por favor...

Nós temos aqui o contrato de locação desse apartamento.

Podemos aproximar aí? Vamos ali em locatários. Vamos aproximar aí em locatários.

Isso! Está ótimo aí, Ana! Obrigado.

"Locatários: Francisco Emerson Maximiano, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade..." Então, diferentemente do que V. Sa. informou ainda há pouco a esta Comissão, o senhor, na verdade, não é o fiador desse apartamento, que tinha permissão do livre trânsito do Sr. Marcos Tolentino. O senhor era o locatário desse apartamento. A rigor, o fiador do apartamento...

Por favor, Ana, baixe aí. Baixe mais um pouco.

O fiador do apartamento... "São de conhecimento [...] pelos locadores [...] Para efeito desta garantia [...], os prêmios do seguro de Fiança [...]." Enfim, quem garante a fiança do apartamento é a Porto Seguro Seguradora. Então, diferente do que V. Sa. informou a esta CPI, é a Porto Seguro Seguradora que é a seguradora desse apartamento. E, de fato, o senhor é o locatário desse apartamento.

Por que isso é importante, Senadora Simone? Porque V. Exa., Senadora Simone, concluiu sua inquirição perguntando aqui sobre o FIB Bank. Nós temos elementos que indicam que o verdadeiro proprietário do FIB Bank é o Sr. Marcos Tolentino. Nós temos informações nesta CPI que dão conta de que claramente que esse apartamento de Campo Belo, em São Paulo... Inclusive, tem nesse processo que corre na Vara Cível de São Paulo... Esse processo indica que uma das poucas pessoas que tinham livre trânsito para ir e voltar, entrar e sair do famoso apartamento de Campo Belo era o Sr. Marcos Tolentino. Perguntado aqui, o Sr. Francisco Maximiano informou que só conhecia o Sr. Marcos Tolentino, que não tinha relação com o Sr. Marcos Tolentino. Entretanto... E disse ainda mais: que ele era fiador desse apartamento e não era o locatário. Entretanto, está aí o contrato de locação que indica que, na verdade, o Sr. Francisco Maximiano é o locatário do apartamento, que tinha livre trânsito para o Sr. Marcos Tolentino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é importante, Sr. Presidente, Sr. Maximiano, porque a investigação não decorre somente de depoimentos, investigação é análise, sobretudo, de documentos. Talvez, às vezes, seja melhor realmente a utilização do direito ao silêncio, porque um deslize nos leva aqui a informações que nós já temos. Nós tínhamos aqui o contrato de locação que contradiz exatamente o que o senhor depoente estava aqui apresentando.

Eu faço a segunda pergunta, Sr. Maximiano, ao senhor. O senhor respondeu aqui, no começo, que conhece o Sr. Ricardo Barros. Pode confirmar sobre isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** O senhor tem relação, já esteve em encontros com o Sr. Ricardo Barros? Porventura, o Sr. Ricardo Barros já atendeu a alguma demanda apresentada por V. Sa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, respeitosamente, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeitamente, é direito de V. Sa.

É importante em relação a isso destacar o seguinte...

Ana, traga e coloque aí para a gente a ata da reunião do Ministério da Saúde do dia 12 de janeiro de 2021. Vamos à ata da reunião do Ministério da Saúde do dia 12 de janeiro de 2021.

Aí está a ata.

Presentes à reunião...

Vamos mais acima, Ana? Vamos colocar aí?

Presentes... Acima, está o Sr. Francisco Maximiano. Bom, há os técnicos do Ministério da Saúde; abaixo, o Sr. Francisco Maximiano; a Sra. Emanuela Medrades; a Sra. Amanda, da Precisa Medicamentos. Abaixo, discussões... Aí tem o começo da discussão. Embaixo, o que é dito pelo Dr. Francisco Maximiano, Presidente da Precisa? "Em sequência, o Presidente da empresa questionou sobre a possibilidade de alteração da Medida Provisória nº 1.026, de 6 de janeiro de 2021, para que seja inserida a agência regulatória indiana no rol disposto no art. 16 [...]."

Eu quero lembrar, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que esta Medida Provisória 1.026 o Governo editou no dia 7 de janeiro, inclusive quando o nosso depoente estava na Índia. Essa medida provisória foi editada. Embora tivesse parecer favorável, Senadora Soraya, de vários setores do Governo, para ser incluída a cláusula de responsabilidade civil por efeitos adversos, que possibilitaria, Sr. Relator, que, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em janeiro, nós pudéssemos adquirir a vacina da Pfizer, essa medida provisória foi editada no dia 7 de janeiro sem essa cláusula. Sem essa cláusula, foi editada a medida provisória para a aquisição de vacinas.

Ocorre que, nessa reunião do dia 11 de janeiro, o Sr. Francisco Maximiano reclama a necessidade de incluir a agência regulatória indiana no rol do disposto no art. 16, para viabilizar essa vacina. Adivinha quem – agora vamos, Ana, ao seguinte! –, na Câmara dos Deputados, apresenta a emenda reivindicada pelo Sr. Francisco Maximiano? Adivinha quem? Adivinha quem? Vamos lá! Vamos ao suspense aí para saber quem foi que apresentou a emenda reivindicada!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – RB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos aí. Vamos lá! Quem acerta?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – RB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Emenda 0117, Medida Provisória 1.026... Vamos baixando aí, vamos descobrir aí quem apresentou a emenda reivindicada. Vamos baixando!

A emenda reivindicada está aí, incluindo a agência reguladora indiana. E quem é que apresenta a emenda? Vamos lá, vamos ver se vocês acertam.

Está aí! Adivinhem?

Senador Renan...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Senador Randolfe, lembrando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Deputado Federal Ricardo Barros!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que a memória de reunião em que se falava em US$10, a memória de reunião que V. Exa. passa agora dizendo que o Sr. Maximiano pediu que fosse incluída a autoridade sanitária indiana, essas memórias foram omitidas! Sumiram! Elas não constaram no processo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para balizar o contrato de assinatura de 1,6 bilhão para a compra de vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Ministério da Saúde, ao encaminhar o processo, omitiu essa informação, mas, como esta CPI busca de todas as formas as informações, Sr. Relator, conseguimos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para deixar claro, omitiu no processo dentro do Ministério da Saúde!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dentro do Ministério da Saúde e omitiu para a CPI em seguida.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Lá no Ministério da Saúde, essas atas, essas memórias de reunião, que falavam primeiro de US$10 e depois que constava tentativa de concluir a autoridade sanitária indiana na medida provisória, desapareceram do processo, porque eles precisavam assinar o contrato e não podiam mostrar a cara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. É importante destacar, Sr. Presidente, Sr. Relator, esta é a única emenda específica deste Deputado, do Deputado Ricardo Barros, apresentada nessa medida provisória. É a única emenda específica para atender a um reclame que é feito pela Precisa Medicamentos. A única emenda específica é essa apresentada por ele.

O Sr. Ricardo Barros, Sr. Relator, veio aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito dizer que esta CPI tinha atrapalhado a vinda de vacinas. Atrapalhou os negócios dele, do Sr. Ricardo Barros. Foram os negócios do Sr. Ricardo Barros que foram atrapalhados. Está clara aí a relação de uma situação para com a outra. O nosso depoente apresenta a demanda, o único Parlamentar aqui do Congresso Nacional, Deputado Ricardo Barros... E depois, criminosamente, o Sr. Ricardo Barros veio a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Jean Paul, tentar dizer que essa medida provisória chegou a ser relatada por nós – e foi relatada por nós – e aprovada rapidamente pelo Senado – foi aprovada rapidamente pra ter vacina. Nós queríamos as vacinas, eles queriam os negócios. Eles queriam a vantagem nos negócios. Era esse o interesse da turma do Sr. Ricardo Barros. Está aí a prova cabal: a ata do dia 12 de janeiro, a única emenda nessa emenda provisória que foi apresentada.

E eu complemento, Sr. Maximiano: o senhor esteve na reunião do dia 6 de janeiro. O senhor esteve em Nova Delhi, na Índia, no dia 6 de janeiro; esteve posteriormente no dia 7 de janeiro; e depois o senhor esteve no dia 5 de março, em uma nova reunião, conforme nos comunica o Ministério das Relações Exteriores.

Primeira pergunta: o senhor esteve nessa reunião representando a ABCVac, Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas privadas?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Representando a ABCVac não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque no comunicado... O senhor não esteve representando? De fato, porque isso inclusive foi depois dito e desmentido pelo própria ABCVac... Aliás, foi dito pela ABCVac que o senhor não a representava. Só que, no relato feito pelo Sr. Embaixador brasileiro na Índia, no relato consta, no documento oficial do Ministério das Relações Exteriores, a informação seguinte, me permita descrever para o senhor: "O Ministério das Relações Exteriores encaminha, 6 de janeiro, ofício à Flavio Werneck, do Ministério da Saúde, que é o Assessor de Relações Internacionais, em que relata a visita da Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas privadas à Embaixada do Brasil em Nova Delhi, com o objetivo de viabilizar vacinas para clínicas privadas no Brasil. Representava a delegação: Francisco Maximiano, Presidente da Precisa". Esse é o relato do Ministério das Relações Exteriores. Esse é o relato encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito pela Embaixada do Brasil na Índia. Esse relato, então, não corresponde à verdade?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor. Eu nunca representei a ABCVac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não estava lá representando a ABCVac?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Representando a ABCVac, não; eu estava lá representando a Precisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, que o senhor estava nós sabemos, mas o senhor não estava representando a ABCVac?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, porque não é o que diz o relato do documento oficial apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu recomendo à CPI interpelar o Ministério das Relações Exteriores, interpelar o Sr. Embaixador do Brasil na Índia, por ter prestado informação indevida a esta Comissão, porque, na informação aqui prestada, é dito claramente que o Sr. Francisco Maximiano o estaria representando.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quero pedir à Secretaria que faça constar a solicitação do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu lhe pergunto ainda: nessa mesma reunião, o senhor manifesta... Aliás, em uma reunião posterior, o senhor manifesta o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse em que a Precisa intermediaria a aquisição de 5 milhões de doses de vacinas para as empresas privadas. A essa época, não tinha nenhum marco regulatório sobre a aquisição de vacinas para as empresas privadas. Essa decisão, esse pedido, essa requisição, essa circunstância que V. Sa. apresenta, nessa reunião, era com que fim, com que objetivo?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. É porque, veja: V. Sa. fala disso, mas nós não tínhamos um marco legal, naquele momento, para a aquisição de vacinas privadas. O marco legal surge depois que o Senado informa, depois que o Senado aprova um projeto de lei para garantir a aquisição das vacinas, notadamente da Pfizer, da Janssen e de outros imunizantes.

Coincidência ou não, também nessa reunião do dia 6 de janeiro, no relato que é feito pelo Ministério das Relações Exteriores, é dito o seguinte, o senhor teria dito o seguinte: o senhor falou na necessidade de quebra do oligopólio de vacina privada no Brasil, mercado dominado por três empresas – GSK, Pfizer e Sanofi. Já concluindo, Presidente, causa... A surpresa, o espanto que causa pra nós é porque, no dia seguinte, há uma carta do Presidente da República ao Primeiro-Ministro da Índia – do Presidente da República, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, ao Primeiro-Ministro da Índia – que comunica o interesse do Governo brasileiro na aquisição da vacina Covaxin, que V. Sa. estava lá intermediando. No dia seguinte, é editada a chamada Medida Provisória 1.026, que exclui a possibilidade de aquisição da vacina da Pfizer, quando não assume a responsabilidade civil para efeitos adversos; no dia seguinte, no dia 7 de janeiro! E, depois, essa medida provisória tem a emenda feita por quem? Pelo Sr. Ricardo Barros, para atender à reivindicação feita por V. Sa.

Só duas últimas perguntas, se o Presidente me permite. (*Pausa.*)

Nós já requisitamos, e não obtivemos nesta CPI o contrato entre a Precisa e a Bharat. Esse contrato existe?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É importante, nesse caso, me permita dizer, Sr. Maximiano, com todo o respeito ao princípio que temos que respeitar sempre, do direito constitucional, do direito ao silêncio, mas, veja, esse contrato seria fundamental para nós, porque, se esse contrato não existe, Sr. Relator, a pergunta a ser feita é a seguinte: como o Ministério da Saúde celebrou um contrato para a aquisição de uma vacina, se o contrato para o fornecimento dessa vacina por parte da empresa que deveria produzi-la não existe? Como o Ministério da Saúde celebrou?

E deixa estar, Sr. Presidente, Sr. Relator, que esta CPI solicitou as informações da Bharat Biotech, Senador Humberto Costa, sobre o contrato. O que é que a Bharat Biotech nos responde? O documento em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inglês, que já consta nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, responde que – na prática não responde, devolvendo contrato – o que existe é um memorando de entendimento.

No ofício que encaminha... No ofício que encaminha o memorando de entendimento, quando é perguntado qual o valor de remuneração pra Precisa, a Bharat responde: "não chegamos a um acordo entre a Bharat e a Precisa na questão da compensação".

Pergunta, Senador Humberto: como o Ministério da Saúde deu aval a esse contrato? Como o Ministério da Saúde deu cabo, encaminhou esse contrato, se a própria Bharat responde, em um ofício a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que: "não chegamos a um acordo entre a Bharat e a Precisa na questão da compensação".

Sr. Presidente, somente para concluir, me permita aqui só fazer uma rápida leitura... E, de fato, para concluir. Em um depoimento para o Ministério Público que a sua empresa responde, o senhor diz o seguinte, que foi orientado a ligar para o servidor Luis Ricardo Miranda em relação ao contrato com a Precisa.

O senhor poderia informar para nós quem orientou o senhor a telefonar?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou exercer o silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, porque no depoimento do Ministério Público V. Exa. disse... Aqui V. Exa... V. Sa. utiliza o direito ao silêncio; no depoimento ao Ministério Público, V. Sa. disse que não lembra quem lhe pediu pra orientar.

E falo pra concluir, Presidente: esse daqui é um processo em andamento no Ministério Público Federal. Esse processo... Alguém poderia dizer que é o processo da Precisa; não, é o processo da Global. Na Global, por pouco... No processo da Global, Senador Humberto, por pouco não é concretizado um pagamento antecipado. E por que esse pagamento antecipado não é concretizado naquela circunstância da Global? Porque um servidor público, mais uma vez – o nome dele é Luis Ricardo Miranda? Não, esse era outro: Victor Paiva Macedo Lahud –, se recusa a dar os encaminhamentos necessários ao pagamento.

Lembro a música do Cazuza, mais uma vez: "Eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não para". Isso daqui foi 2018, e evitou um golpe. Quem evitou o golpe agora foi Luis Ricardo Miranda. A semelhança entre Victor Lahud e Luis Ricardo Miranda é que eles são servidores concursados, são servidores públicos concursados. Talvez seja por isto que o Governo Bolsonaro quer tanto acabar com a estabilidade do servidor público: tanto no passado quanto agora foi impedido que um golpe fosse concretizado.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria, antes de passar a palavra pro Senador Marcos Rogério, convidar o Vice-Presidente Randolfe Rodrigues para assumir a Presidência dos trabalhos e, a partir daí, ele passa a palavra ao Senador Marcos Rogério e depois ao Senador Eduardo Girão.

Marcos Rogério, o senhor já pode começar. Eu vou passando aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exa., agradeço ao Senador Girão por permutar o tempo comigo, e inicio fazendo uma pergunta objetiva ao depoente, o Sr. Francisco Maximiano: a Precisa tinha ou não contrato formal com a Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Marcos Rogério, Exmo. Senador, eu vou exercer o direito do silêncio para essa pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Até para essa pergunta?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, se eu tiver a possibilidade de interpretar a negativa quanto a essa pergunta, que é elementar, ela pode sugerir muita coisa. Mas eu não vou lhe perguntar mais neste momento, porque, se essa pergunta, que é base, não pode ser respondida, certamente que não vai me acrescentar nada insistir nas demais. Talvez ao final.

Sr. Presidente, eu quero registrar o que estamos vendo nesta CPI, com especial destaque ao dia de hoje. Em primeiro lugar, a mídia noticia o teor e as conclusões do relatório final que será apresentado pelo Senador Renan Calheiros. Vejam V. Exas.: esta CPI não teve sequer plano de trabalho. Normalmente ficamos sabendo das pautas da CPI pela imprensa, depois de reuniões secretas fora do Senado. E agora também, pela imprensa, ficamos sabendo quais são as conclusões que o Relator irá apontar em seu relatório – ele disse que é *fake news,* mas está lá a matéria.

Desde o início alertei que o Relator já tinha um relatório debaixo do braço e que tudo se tratava de construir narrativas para sangrar o Presidente da República. Era jogo pré-eleitoral. Hoje a imprensa divulga justamente isso para todo o Brasil. O que me leva ao segundo ponto.

No dia de hoje, a CPI quebrou o sigilo de diversos veículos digitais de informação, Senador Girão. Quebrou o sigilo, mas não é só isso: no dia de hoje, também, foram aprovados mais de 180 requerimentos, desde requerimentos de informação, de convocação, convite, a quebras de sigilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma série de requerimentos que nunca foram sequer pautados nesta CPI. O Senador Girão também. São 36 requerimentos de convocação de minha autoria, 6 requerimentos de convite, 6 requerimentos de informações, e 2 requerimentos de compartilhamento de informação.

Dentre esses requerimentos, chama atenção a blindagem que fazem ao Estado da Bahia – o Estado da Bahia. Apresentei o Requerimento nº 698, de 2021, de convocação do Sr. Bruno Dauster, o qual deixou a Chefia da Casa Civil do Governo da Bahia após ter sido citado pela dona da Hempcare, Sra. Cristina Prestes, investigada pela Operação Ragnarok. A empresa vendeu, recebeu antecipado sem nota fiscal e não entregou 300 respiradores adquiridos pelo Consórcio Nordeste. Nunca pautaram esse requerimento – nunca. A oitiva do Sr. Bruno Dauster nunca foi cogitada por esta CPI, por quê?

Também nunca foi apreciado o Requerimento de informações nº 693, que pede informações ao Governo da Bahia sobre a realização de auditorias pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia em relação ao Município de Porto Seguro, lembrando que os requerimentos de informação sempre foram pautados e aprovados nesta CPI por acordo, só que essa regra não vale quando os requerimentos envolvem o Estado da Bahia. Blindagem, proteção absoluta ao Estado da Bahia.

Além disso, jamais foi pautado o Requerimento de informações nº 694, requerendo documentos existentes entre a Secretaria da Saúde da Bahia com a Fundação Gonçalves e Sampaio, especialmente quanto aos contratos de gestão emergencial de hospitais. Olha aí. Olha o que aconteceu no Rio de Janeiro, gestão de hospitais, escândalo monumental que gerou a cassação de um Governador. Vai vendo, Brasil! Gestão no Estado do Pará, um esquema bilionário, mais de 1 bilhão envolvido nessa trama toda, vou mencionar. Mas estes aqui – hospitais nos Municípios de Camacan, Bahia, e Salvador – nunca foram pautados.

Não pautaram o Requerimento nº 703, que pedia a convocação do Sr. Edmar Alves dos Santos – lembram-se dele? Escancarar o caso do Rio de Janeiro, o esquema das OS, daquela fundação, de tudo aquilo que aconteceu no Rio de Janeiro, mesmo sendo de conhecimento público a corrupção naquele Estado, tendo levado ao *impeachment* do Governador. Nunca pautaram.

Também nunca foram pautados requerimentos em relação a casos de corrupção no Estado do Pará, onde foi deflagrada ontem, Senador Girão – ontem, ontem –, uma operação da Polícia Federal para apurar desvio bilionário, a bilionária Operação Reditus, segunda fase da Operação SOS, para combater o desvio de recursos públicos na área de saúde do Pará. Aqui, nesses contratos, mais de 1 bilhão suspeito de corrupção em contratos de organizações sociais para a gestão de hospitais públicos.

Veja de novo: organizações sociais, gestão de hospitais públicos, Rio de Janeiro, Bahia, Pará... Mas aqui não passa! Aqui não passa. Vai vendo, Brasil!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Calma, para não quebrar a bancada aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo!

Nesse caso... Já quebraram o Brasil no passado; parece que querem quebrar de novo a partir dos Estados. Nesse caso, não pautaram o Requerimento nº 1.056, de convocação do Sr. Parsifal de Jesus Pontes, ex-Secretário da Casa Civil do Pará e ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, o qual estava entre os investigados na Operação SOS. O mesmo em relação ao Requerimento 1.057, sobre convocação do Sr. Peter Cassol Silveira – prestem atenção a esse nome –, ex-Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde do Estado do Pará, o qual estava entre os investigados da Operação Para Bellum, sendo que, durante os mandados de busca e apreensão, foi encontrado sabe quanto na casa dele, sabe quanto, Girão? Quase R$1 milhão; R$750 mil em dinheiro vivo na casa do Sr. Peter Cassol.

Esta CPI, no dia 16 de junho de 2021, deliberou e rejeitou, por seis votos a cinco, os três requerimentos de convocação do Sr. Carlos Gabas, Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste. Agora veja, Brasil, vai vendo! Por seis votos a cinco, também rejeitou a convocação do Sr. Carlos Gabas. Inclusive um requerimento era de minha autoria – o primeiro, do Senador Girão. Não quiseram convocar.

Mas, diante de novas denúncias veiculadas na revista *Veja*, em 25 de julho de 2021, apresentei o Requerimento 1.239, requerendo novamente a convocação do Sr. Carlos Gabas. Segundo a revista *Veja*, durante o depoimento da Sra. Cristiana Prestes, a proprietária da Hempcare Pharma, foram levantadas suspeitas contra o Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste, Carlos Eduardo Gabas, e em relação ao Prefeito de Araraquara, Edinho Silva.

Cristiana afirmou aos investigadores que, na época dos eventos, recebeu um telefonema de Gabas, que teria se identificado como irmão de alma – irmão de alma – de Edinho, Prefeito de Araraquara. Gabas afirmou que o Município paulista estava precisando de 30 respiradores, mas que Edinho estava sem recursos para bancar a compra – estava implícito um pedido – e propôs a fazer uma doação.

Senador Girão, nunca foi pautado o novo requerimento de convocação do Sr. Carlos Gabas. Por quê? Por quê?

Por falar em Edinho Silva, apresentei o Requerimento 1.130, de 2021, para convocar o ex-Ministro de Dilma, atual Prefeito de Araraquara, mas nunca foi pautado. Por quê? Vai vendo, Brasil.

Por fim, apresentei o Requerimento 1.251, pedindo ao Instituto Butantan informações sobre a composição dos valores das doses da vacina CoronaVac ofertadas ao Governo Federal diante da discrepância da oferta de doses de vacina pela Sinovac ao Consórcio Covax Facility, bem como o valor de US$10, contratado pela União junto ao Butantan e a última oferta de US$16, apresentada, inclusive juntada ao processo aqui, no âmbito desta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, o Butantan vendeu vacina ao Ministério da Saúde a US$10; e o consórcio Covax Facility, a menos de US$6.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como assim?

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu já acrescentei mais dois minutos a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Mais um minuto, eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu peço que... É um minuto mesmo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Agradeço.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos interrogar a pessoa que está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sob embargo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e não ouvir a história de novo pela décima vez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... Senador Marcos, se V. Exa. se estender mais, prejudicará os demais colegas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, eu serei rigoroso nesse minuto que falta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sei que os anteriores tiveram mais benevolência, mas, em razão do horário da sessão, eu vou fechar em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em respeito aos colegas, eu peço a V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A questão é o tema, não é o tempo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Faltam dois minutos, Presidente, para o início da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Esse é terceiro minuto que eu incluo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, Sr. Presidente, veja: o Butantan vendeu vacina ao Ministério da Saúde na casa dos US$10; e o consórcio Covax, com um preço muito menor. Mas como assim? Por que quase o dobro para o Ministério da Saúde? Mas nem esse requerimento nós conseguimos aprovar aqui – nem esse.

Esta é a CPI de uma investigação parcial, um jogo eleitoral, pré-eleitoral; que blinda o que aconteceu nos Estados e Municípios. Eu sou a favor de investigar tudo, o que aconteceu no Ministério da Saúde, mas também nos Estados e nos Municípios.

Tomara que a gente tenha, nos próximos dias, mais sorte e consigamos aprovar esses requerimentos, Senador Girão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque até aqui não tivemos sorte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Na sequência, em permuta com o Senador Eduardo Braga, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu pergunto já ao Sr. Francisco: V. Sa. conhece o Sr. Adeilson Loureiro Cavalcante?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Não me recordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não se recorda?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não me recordo. O senhor pode dar algum outro detalhe dele?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Ele foi o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde na gestão Ricardo Barros, na gestão Occhi... Era secretário também da saúde na época do ministério... Não conhece?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não sei, não me recordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** V. Sa. conhece o ex-Secretário de Saúde, o Sr. Francisco Araújo Filho?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quantas vezes o senhor esteve reunido com ele mais ou menos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não me recordo muito, mas muito poucas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Mas... Muitas vezes, poucas vezes?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, poucas vezes, exclusivamente na secretaria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** E tratando de que assunto? Pode falar?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Por ocasião do fornecimento dos testes rápidos para o GDF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Quem colocou a Precisa Medicamentos em contato com o Francisco Araújo Filho.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou exercer o silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Como? Quem?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou exercer o silêncio, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Por que eu estou perguntando isso? O Sr. Francisco Araújo... Primeiro, como V. Sa. já disse, dos testes rápidos aqui no Distrito Federal. A empresa Precisa entrou realmente nessa questão da corrupção do GDF. E vou dizer como – inclusive, através do próprio Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou perguntando por que o Francisco teve a iniciativa de colocar a proposta da Precisa, primeiro, fora do prazo. Ele cancelou duas outras, alegando que as outras não entregaram em 24 horas, porque o edital era 24 horas, mas aceitou e colocou, inclusive tem telefonemas aqui com toda a equipe da saúde. Ele fez de uma forma para tornar a Precisa vencedora, inclusive com o preço de R$139 contra o primeiro lugar, que foi R$74. Então, foi colocado fora do prazo, com a participação de toda a cúpula da saúde, aquela que foi presa na Operação Falso Negativo.

Então, por isso que nos interessa saber: por que o Francisco fez todo esse esforço? Bem, V. Sa. diz que esteve com ele. O que eu posso deduzir agora é que quem fez as tratativas com ele foi V. Sa. V. Sa confirma que essa negociação foi feita direto com ele, com o Francisco?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Vou exercer o direito do silêncio, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. conhece o Sr. João Kennedy Braga?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nessas tratativas com o Francisco, não houve nenhuma sinalização de conversar com o Sr. Kennedy? Sr. Kennedy era o operador dele. Francisco conversava com os fornecedores, mas quem era o operador era o Sr. João Kennedy Braga. Com relação ao Governador, V. Sa. conhece o Governador Ibaneis Rocha?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Conheço como candidato a Governador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já esteve com ele em algum momento?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Secretário Osnei, conhece também?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Desculpe, quem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Secretário atual, Osnei Okumoto, que era do Ministério da Saúde e que hoje é o Secretário de Saúde.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não o conheço. Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nunca esteve com ele? Não o conhece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Bem, eu sei que inclusive a Justiça determinou o não pagamento. Eu sei que inclusive alguns V. Sa., a Precisa, tem inclusive créditos para receber no GDF, mas foi impedida exatamente por decisão tanto do Tribunal de Contas da União, que tem aqui o acórdão, proibindo de pagar uma série de fornecedores...

Mas o que eu fico muito preocupado, Sr. Francisco, é o seguinte. Primeiro, nessa mesma ocasião, a Precisa vendeu 150 mil unidades a 139,90, quando o outro participante, que ficou em primeiro lugar, tinha um preço de 73. Que ainda era muito alto, porque, coincidentemente, na mesma semana, o Sesc fez um pregão eletrônico SRP nº 38 de 2020. O Sesc conseguiu comprar esse mesmo teste que estava no edital por R$18. E, por incrível que pareça, o GDF ainda comprou da Luna Park, que é uma empresa de brinquedos, a R$180, quer dizer, dez vezes mais do que aquilo que foi comprado pelo Sesc através de um pregão eletrônico. Mas o maior problema não foi apenas isso. Isso aí foi um problema grande, de corrupção, de beneficiamento, porque na prática a empresa de V. Sa. não ficou em primeiro lugar, mas o mais grave disso é que a empresa de V. Sa. entregou um outro produto e, segundo informações que nós temos na CPI, a troca do produto foi fora do prazo, a autorização oficial foi depois que foi entregue o teste e, por incrível que pareça, o teste que foi entregue não era exatamente o teste que estava no edital. O teste que foi entregue é o Livzon, que estava sendo recolhido no mundo todo – na Índia, na Dinamarca, na Argentina – por quê? Porque não tinha nenhuma eficácia, por isso a operação chamada Falso Negativo. V. Sa. tem ideia, mais ou menos, de quantas pessoas poderiam, ou morreram, em função do teste falso negativo? Ou seja, as pessoas fizeram o teste, foram para casa como se estivesse negativo o teste e, na prática, esse teste não tinha valor nenhum. Então, muitas pessoas foram para casa com o teste negativo e, possivelmente, muitos estavam positivos e que não, por questão de tempo, procuraram o médico ou hospital no tempo e na hora. Então, isso, com certeza, pode ter provocado muitas mortes aqui no Distrito Federal.

Agora, eu pergunto, com relação a essa questão do teste. Esse teste que foi entregue, esse Livzon, que é uma produção chinesa e que estava sendo recolhida já no mundo todo, como é que foi a compra desse teste para atender o GDF? Foi... Comprou de onde? Importou de onde? Porque os países estavam recolhendo.

V. Sa. poderia dizer de onde que a Precisa comprou este produto para entregar ao GDF?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou exercer o direito do silêncio, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** V. Sa., quando esteve com o Secretário Francisco Araújo, V. Sa. ofereceu algo para ele? Alguma... Algum benefício? Ou algum favor? Alguma coisa assim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, respeitosamente, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) **–** Bem, Presidente, veja que, na prática, o depoente afirmou algumas coisas, que conhece o Francisco, que esteve com ele. Aqui a gente teve a oportunidade e vamos ouvi-lo na quinta-feira para que ele possa explicar o porquê que ele tomou iniciativa de desprezar, inclusive, já algumas empresas que tinham apresentado um preço menor, cancelou dois editais, exatamente para atender a Precisa, que entrou fora do prazo inclusive. E, o pior, toda a cúpula foi presa, alegando que o Ministério Público do DF não era competente e jogou, então, para a área federal, por isso que nós estamos aqui na CPI com esse... para desvendar essa questão que agora fica muito mais clara, porque alguns subsecretários... Inclusive o Francisco ligou para o subsecretário para que não divulgasse o resultado, porque a empresa de V. Sa. ficou em segundo lugar, exatamente para que ele pudesse cancelar e atender os interesses da Precisa.

Era muito importante que V. Sa. pudesse contribuir, já que ele vem na quinta-feira, não é?

Quem é que fez essa intermediação com a essa cúpula da saúde, que está presa? E ontem, inclusive, teve uma operação novamente da Polícia Federal onde fizeram 67 buscas e apreensões, mais uma corrupção, eu não sei se... Eu não tenho ainda dados, mas existe também o Iges, que é um instituto que foi criado e que tem hoje um rombo de aproximadamente 400 milhões e que comprou vários produtos, inclusive têm vários fornecedores que não receberam também, mais compra de sistema de informática por 100 milhões no processo. Então, a área de saúde... E, olha que nós destinamos, Presidente, quase 3 bilhões.

Ontem, o auditor Alexandre, que foi inclusive o auditor que fez a auditoria dos recursos da União para o DF, no relatório do acórdão do ministro... Foram constatados quase 3 bilhões. A nossa Bancada do DF inclusive, nós repassamos, transformamos todas as emendas que eram para outra destinação, nós transformamos exatamente para o combate à covid e pedimos, e até hoje não recebemos, nenhuma prestação de conta do Governo, porque nós colocamos condicionada a prestação de contas.

Então, agora a gente percebe claramente o que o GDF fez com os recursos destinados pela bancada, as emendas individuais que foram transferidas, o que nós aprovamos também no Plenário, transferindo 645 milhões de auxílio ao Estado, mais 190 milhões de auxílio ao Município.

E nós, Presidente, diferentemente talvez de outros Estados, criamos no DF... Aqui, toda segunda-feira, desde o início da pandemia, eu participo da Comissão do Covid nacional, e nós criamos a do DF, com a participação do tribunal, com Deputados Distritais, Federais, Senadores, inclusive toda a representação da saúde, o sindicato dos enfermeiros e o dos médicos também. Convidamos o Governador e também os secretários pra prestarem conta do covid, nessa comissão, e nunca apareceram exatamente porque não prestaram conta e não querem prestar conta. Mas eu tenho certeza de que, nesta CPI, com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados que nós recebemos, haveremos de, também com o depoimento de quinta-feira, desvendar esse mistério.

Eu lamento que V. Sa., que eu sei que inclusive tem ainda créditos pra receber do GDF, não possa contribuir um pouco mais com relação a isso, porque está muito claro no processo. Eu sei que V. Sa. deve estar respondendo também na Justiça, mas poderia dar uma grande contribuição para o DF com relação a essa máfia que existe, essa organização criminosa que foi feita na saúde. No momento mais difícil, no momento da pandemia, em que as pessoas estão morrendo, as pessoas desviaram recurso de uma forma tão escandalosa, em que o Sesc compra por R$18 e o Governo comprou a 180 e, no caso da Precisa, a 139,90.

Então, a gente sabe – e ficou claro isso aqui – que as perguntas que V. Sa. respondeu, V. Sa. respondeu com muita clareza, não é? Tratou com o Secretário Francisco Araújo sobre a Precisa, mas, com relação ao favorecimento ou entendimento que foi feito pra vender, pra que ele tomasse iniciativa de entrar fora do prazo e com um preço que foi dez vezes maior do que o Sesc comprou... Quando V. Sa. diz que não vai falar sobre isso, eu entendo – e eu acho que a maioria dos colegas – que é uma confissão de que realmente existe essa tratativa e de que foi oferecido, porque nenhum secretário tomaria uma atitude como essa de entregar uma proposta fora do prazo, com o preço dez vezes maior e, inclusive, o mais grave, entregando um teste a que foi dado o nome de falso negativo. Muitas pessoas, Presidente, no DF e provavelmente no mundo, porque esse teste foi aplicado no mundo todo e vários países o recolheram, podem ter morrido exatamente porque não tiveram tempo de se socorrer, de ir a um hospital, procurar um médico, porque o teste era negativo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero reforçar, Presidente, conversando com o advogado, que realmente, da outra vez que a advogada da empresa esteve aqui, ficou de entregar um documento pra CPI. Então, eu vou reforçar só isso pra que V. Sa. pudesse entregar à CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Na verdade, Presidente. Só pra deixar claro, a gente voluntariamente ficou de entregar aqueles nossos documentos. Estava rabiscado, mas pode deixar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Sa.

Obrigado, Senador Izalci.

Eu queria só reiterar – o próximo inscrito é o Senador Girão – que tenho procurado cumprir o tempo com todos os colegas, adverti também ainda há pouco o Senador Izalci, para nós garantirmos a fala de todos os colegas, porque, impreterivelmente, por força do Regimento, esta Presidência terá que encerrar a inquirição ao iniciar a Ordem do Dia.

Estão inscritos o Senador Eduardo Girão, a Senadora Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato. Mas quero aqui alertar os colegas Senadores de que, por força do Regimento, a sessão não poderá continuar ao inaugurar a Ordem do Dia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou inscrito também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor também está inscrito, Senador Jean Paul Prates.

Senador Girão, V. Exa. tem seus 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou procurar, desta vez, até terminar antes de tempo para, de alguma forma, colaborar com os colegas que vão falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradecemos a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Está próximo. Não tem que agradecer. A recíproca é verdadeira.

Eu queria só colocar o seguinte, Sr. Presidente, neste dia emblemático: hoje é um dia que tem uma simbologia muito forte dentro desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A gente já viu de tudo aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, de tudo: agressividade, indução às respostas, já vimos quebra de sigilo e vazamento de dados sigilosos, mas o relatório vazado é demais. Se é *fake news* ou se não é, é muito grave o que aconteceu. Amanhecemos hoje com essa informação que desacredita ainda mais esta CPI, que, no meu modo de entender, diariamente observando aqui e participando, perguntando a todos, infelizmente, é uma CPI que tem fins políticos, antecipando o calendário de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O povo brasileiro não merece isso; merece que a gente busque toda a verdade, toda, seja do Governo Federal, seja de Estados e Municípios. Mas é uma mancha, uma mancha que vai ficar para história, porque ela está nas suas semanas finais e não, simplesmente não – e a população brasileira precisa ter consciência disto – avalia requerimentos que estão há muito tempo aí se acumulando. Hoje a gente teve 173 requerimentos votados e ficaram de fora requerimentos meus com que entrei há meses para que a gente possa buscar a verdade sobre os bilhões de reais de verbas federais que foram enviadas a Estados e a Municípios do Brasil. Dinheiro não faltou, mas sobraram escândalos. Quem diz isso é a Polícia Federal, CGU, Ministério Público. E esta CPI foi aberta com dois requerimentos, um deles meu, assinado por 45 Senadores da República, quer investigar tudo. Inclusive, eu faço um registro aqui de uma iniciativa do Senador Kajuru, que também foi importante para que esta CPI viesse à tona. E é importante que tudo venha à tona. Eu tenho esperança nisso ainda.

Mas hoje é muito emblemático pelo massacre – massacre! – que está em curso no País com ideias conservadoras. Sem fundamento, sem prova, se quebra sigilo de *site, d*e blogues, de produtoras que têm ideias divergentes dessa narrativa que é imposta aqui quase que a fórceps para o povo brasileiro, numa repetição de algo que, infelizmente, tem deixado muita gente enojada com o que está acontecendo. Isso cansa, mas o bem e a verdade vão prevalecer neste País.

Eu queria fazer aqui... Eu sei que o senhor – seja muito bem-vindo, Sr. Francisco Maximiano – não está respondendo a muitas perguntas que têm sido feitas por colegas, mas eu acredito que, com algumas aqui, dá para o senhor responder, sem problema nenhum.

Eu queria entender um pouco mais. Eu queria que o senhor me falasse sobre a Precisa, a origem dessa empresa, a evolução dela, as suas compras de outras empresas que vieram para o grupo e as suas atividades comerciais. Se o senhor puder ser objetivo, eu lhe agradeço.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Senador, a Precisa Medicamentos foi adquirida pela Global por ser uma empresa que presta serviços na cadeia de verticalização dos serviços da Global. Ela comercializa medicamentos, e a Global comercializa planos de medicamentos. Essa companhia foi adquirida do Grupo Bradesco Saúde em 2013 ou 2014, portanto, muito antes da pandemia. É uma companhia já com anos de existência, com todas as autorizações de funcionamento perante a Anvisa, com todos os registros, profissionais responsáveis, enfim... E atende também a outros clientes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço a resposta.

Em 2 de julho de 2020, o Ministério Público deflagrou a Operação – de que a gente já falou aqui, outros colegas colocaram – Falso Negativo, em busca de dados para subsidiar as investigações acerca de irregularidades na aquisição de testes para covid-19 no Distrito Federal. A licitação também teria sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vencida de modo fraudulento. As investigações apontam ainda suspeita de superfaturamento nas compras e da baixa qualidade dos testes que podem dar falso resultado negativo.

O prejuízo aos cofres públicos com as compras superfaturadas é estimado, segundo a investigação, em cerca de R$30 milhões de um total de R$74 milhões em compras. São investigados os possíveis crimes de fraude à licitação, organização criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e cartel. Nesse período, o Secretário de Saúde do Distrito Federal, que deve vir aqui na semana que vem – é um requerimento meu, após solicitação do Senador Izalci –, o Sr. Francisco Araújo Filho, também indiciado nessa operação, que é de Alagoas, tendo desempenhado funções na Prefeitura de Maceió e no Governo do Estado... Em seguida, ele foi indicado para função de Secretário de Saúde do DF. Nessa operação, a Precisa é investigada pelo Ministério Público do Distrito Federal por vender esses testes de covid superfaturados para a Secretária de Saúde.

Eu pergunto: com todas essas pendências judiciais envolvendo o fornecimento de medicamentos, o senhor vislumbra condições de a Precisa cumprir seu contrato de fornecimento de vacinas? O senhor vislumbrava fornecimento de vacinas da Covaxin? Que garantia poderíamos ter de que isso ocorreria?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou exercer o direito do silêncio sobre essa pergunta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – As outras são nesse mesmo rumo. Eu vou tentar mais uma aqui para o senhor. Veja se é possível.

A imprensa, em 21 de junho de 2021, noticiou: "Governo cobra e empresa informa aguardar Anvisa para importar Covaxin". "Depois de ter o contrato para importação da vacina indiana Covaxin suspenso em meio a denúncias de irregularidades, a Precisa Medicamentos agora corre risco de ficar de fora do fornecimento de preservativos femininos para o Ministério da Saúde. O motivo foram atrasos na entrega do produto.".

Ou seja, o Governo, antes de suspender o contrato com a Precisa, já estava cobrando sua empresa. Pergunta: que expectativas temos de que sua empresa iria cumprir o contrato desta feita?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, a expectativa é de cumprir o contrato, Sr. Senador, dos preservativos, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mesmo em meio a essas questões todas de denúncias de irregularidades?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Foram atrasos... Com relação ao contrato dos preservativos, foram atrasos inerentes às questões de transporte durante a pandemia – é um transporte marítimo –, e, por óbvio, essa decisão cabe ao contratante; se o contratante cancelar o contrato, não há o que se fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tudo bem.

Eu agradeço, Presidente, me encaminhando aqui para encerrar antes do tempo – vai ser pouco, mas antes do tempo –, dizendo só que é fundamental que a gente perceba, nesse momento, a gravidade do que aconteceu. Nós deliberamos sobre vários requerimentos: a transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Cristiana Prestes Toledo, que eu requeri e não foi votada; a transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Bruno Dauster, também requerimento meu, não foi votada, sobre o Consórcio Nordeste; e a transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Carlos Eduardo Gabbas também não foi votada.

Começa, dessa forma, um capítulo com que a gente precisa ter muito cuidado nesse momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço, Senador Eduardo Girão.

Eu quero só antes... Vejamos, já se iniciou a sessão e ainda não se iniciou a Ordem do Dia. Eu queria pedir a aquiescência dos colegas, se for possível, inclusive, para alguns colegas facultarem parte do tempo para que nós possamos ouvir o maior número possível de colegas, porque, reitero, iniciada a Ordem do Dia, eu sou obrigado, por força do Regimento, a encerrar a sessão. Então, se os colegas puderem facultar parte do tempo para que nós possamos ouvir o maior número de colegas possível, esta Presidência agradeceria.

Na sequência, então, Senadora Eliziane Gama; em seguida, Senador Alessandro Vieira, Senador Rogério Carvalho e Senador Fabiano Contarato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar os colegas e cumprimentar o Sr. Maximiano.

Eu inicio ao senhor lhe perguntando o seguinte: quantas empresas pertencem ao seu grupo econômico?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Senadora, eu vou exercer o direito ao silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas isso não o incrimina, é um fato que, inclusive, a gente pode, de forma muito rápida, ter acesso a essa informação que estou lhe perguntando, apenas dizer um número. Isso não o incrimina. É bom lembrar que a decisão que lhe é assegurada pelo Supremo Tribunal Federal é o seu silêncio em casos que o incriminem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas informar a quantidade de empresas não me parece algo que o incrimine.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sra. Senadora, se V. Exa... Um esclarecimento aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E por que ele não pode responder isso, doutor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Desculpe. Sra. Senadora, existe uma operação, por exemplo, uma operação de fornecimento de acesso à internet em várias cidades, cada cidade é um CNPJ. Então, honestamente o receio é de informar que são oito e, por ventura, serem nove ou sete.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu tenho a informação de que seriam 55 empresas.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – A gente encaminha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A informação é de que seriam 55 empresas. O senhor pode, pelo menos, dizer se é próximo a isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não. Não é, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Integram o seu grupo, por exemplo, a BSF, a 4 Boss – na verdade, a 4 Boss, não, ela recebeu um pagamento da Precisa; é a informação que eu tenho –, a 6M Participações? São empresas que integram o mesmo grupo?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Global?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nas informações que eu tenho aqui, Sr. Maximiano, apontam exatamente um volume financeiro significativo, por exemplo, das informações que eu tenho das 11 empresas de que constam o senhor como sócio, três delas fizeram uma movimentação da ordem de R$68 milhões, segundo o Coaf, informação inclusive publicada pela imprensa, de movimentação atípica, ou seja, em apenas três empresas, delas uma movimentação de R$68 milhões de movimentação atípica. Dentro desse volume, por exemplo, de movimentação atípica, vamos para algumas empresas, por exemplo: a Global; a BSF, por exemplo, R$68 milhões apontada pelo Coaf, também no período de setembro a fevereiro deste ano, dentre elas aí movimentações atípicas; a 6M

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participações, por exemplo, R$66 milhões movimentados entre o mês de setembro e o mês de fevereiro, dos quais também constam movimentação atípica apontada pelo Coaf.

No caso específico da 6M, houve o pagamento da ordem de R$1 milhão para a Fênix Assessoria Financeira, também apontada pelo Coaf como uma movimentação atípica. Teve, por exemplo, um pagamento da Precisa para a 4 Boss da ordem de R$219 mil, uma empresa que é totalmente fora da área de atuação da Precisa – também é apontada pelo Coaf como movimentação atípica. A Precisa...

Aí uma pergunta antes de também trazer mais esse dado: o senhor conhece o Sr. Newton Carneiro?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** O senhor tem relação próxima com ele?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, ele é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Sim?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim. Ele trabalha na Precisa Medicamentos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Trabalha atualmente na Precisa. O senhor pode nos informar sobre esse pagamento da ordem de R$500 mil, meio milhão de reais, da Precisa a ele? Esse pagamento se deu por conta de quê exatamente? Também é apontado pelo Coaf como uma movimentação atípica.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Senadora, eu não tenho conhecimento de toda a movimentação. Não sei responder.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Qual é a função dele dentro da Precisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Ele é um diretor administrativo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** O senhor tem noção, ou pelo menos poderia nos informar, do valor do salário dele mensal?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu gostaria de exercer a lei do silêncio sobre esse assunto, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) **–** Mas o senhor tem... O senhor sabe ou não sabe? Isso não lhe incrimina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Senadora, isso é um dado pessoal, isso é uma sessão pública, isso aí pode ser informado posteriormente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas, doutor, deixa eu fazer uma colocação aqui para o senhor: o senhor, como advogado – naturalmente todas as prerrogativas são asseguradas pela Comissão, mas tem perguntas que o depoente pode responder –, não precisa o senhor responder.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (*Fora do microfone.*) – É um dado que expõe a pessoa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, por que ele não responde isso? Ele tem como falar sobre isso; não precisa o senhor falar, com todo o respeito ao senhor.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E, aí, em meio a tudo isso, Dr. Maximiano, nós temos aí, Sr. Maximiano, nós temos aí, o TCU tem representação em relação à Precisa. Uma perícia do Ministério Público Federal mostrou claramente e deu, na verdade, fortes alertas de riscos de fraude e também de corrupção, mas, em meio a toda essa complexa teia de transação econômica e financeira, questionada pelos órgãos de fiscalização e controle, inclusive o senhor – que acaba de falar que integra, por exemplo, que é um dos diretores da Precisa – foi uma das pessoas que tem acusação, sobre ele, em relação a desvio de recursos nos fundos de pensão. Ele, inclusive, foi réu da Lava Jato, chegou a ser preso em 2018. E o senhor acaba de citar que o Sr. Newton Carneiro é um dos diretores da Precisa. Quer dizer, em meio a toda essa complexidade financeira e econômica da Precisa, o que nós temos? Nós temos, por exemplo, alguns acessos privilegiados. A Pfizer, por exemplo, levou mais de 300 dias pra ter uma contratualização...

Só um minutinho, pessoal.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Pfizer levou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, eu queria pedir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu já vou finalizar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para tentar pelo menos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Em só mais um minuto e meio, eu finalizo.

Eu quero só dizer que, em meio a tudo isso, a Pfizer levou 300 dias pra poder ter a sua contratualização efetivada, e nós tivemos, no caso aí da Covaxin, 90 dias. Nós tivemos o próprio Presidente da República sentando e levando a representação da Precisa ao BNDES, naturalmente com busca de recursos e financiamento público até. Ou seja, com toda essa estranheza de informação, o senhor acaba tendo um acesso muito rápido, inclusive, a várias autoridades, trâmite, de forma realmente muito efetiva.

E, aí, como o senhor, na verdade, não responde às nossas perguntas, eu quero finalizar dizendo que esse é exatamente o retrato da gestão atual. A gestão atual, ela prioriza, ela foca nas empresas que são instáveis, que são frágeis, que são precárias; ela prioriza a possibilidade de fazer pagamentos antecipados a empresas em paraísos fiscais; e ela deixa de lado, Senador Humberto Costa, empresas idôneas, empresas que tinham reconhecimento internacional e que foram pioneiras, inclusive, em vários países do mundo na vacinação. E o Brasil ficou infelizmente sem vacina.

É lamentável que nós não possamos hoje, na verdade, ter acesso a todas essas informações, mas as quebras a que nós temos acesso nesta CPI nos darão muito mais efetividade pra termos, ao final, o relatório conclusivo, e naturalmente aí com os indiciamentos necessários.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O próximo é o Senador Alessandro.

Eu queria, Senador Alessandro, Senador Rogério, Senador Fabiano, nós estamos no limite, estamos prestes a... Eu estou, inclusive, segurando um pouco mais do que deveria; eu não posso adentrar quando, por exemplo, iniciarmos votação durante a Ordem do Dia.

Então, se os colegas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador, é só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... puderem compartilhar ao máximo o tempo, eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós temos em torno seguramente de 20 minutos apenas. Eu acabei de falar com o Gustavo Sabóia. Acredito que a gente consiga...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito! Por isso eu peço, eu rogo aos colegas, se puderem... É direito de todos assistir aos 15 minutos, é direito de todos, mas, se puderem compartilhar o tempo que nos resta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, por gentileza...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Primeiro, quero fazer um registro objetivo: a sessão de hoje começou com um atraso de aproximadamente 1 hora e 20 minutos e teve um intervalo de almoço de aproximadamente 1 hora e 20 minutos. Quero deixar registrado isso, porque é importante. Isso não é um depoimento aleatório, não é uma figura decorativa. Esse cidadão faz parte de um eixo de empresas que, em uma sequência de contratações e de transferências de recursos, tem claros indícios de corrupção e lavagem de dinheiro. Então a CPI falhou, todos nós. Não é uma atribuição de V. Exa., todos nós tivemos uma falha significativa ao abrir mão de mais de 2 horas e 40 minutos de depoimento que poderíamos ter feito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Estou de acordo com V. Exa. Divergi na primeira reunião reservada que nós tivemos pela manhã, e V. Exa. tem conhecimento disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se V. Exa. achar por bem, inclusive recomendo que nós apresentemos requerimento de reconvocação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É uma possibilidade que a limitação de tempo talvez não permita.

Então, deixando de lado as perguntas e os questionamentos que nós teríamos para este momento, eu retomo um ponto que já foi atacado, especialmente partindo da fala do Senador Tasso Jereissati. Ele falou várias coisas relevantes. Ele buscou informações relevantes de uma estrutura absolutamente fraudulenta de garantia do contrato, evidentemente fraudulenta da garantia de contrato. Mas o que chamou a atenção e exige uma tomada de providência é o fato de que o depoente, claramente, textualmente, mentiu. Ao ser questionado pelo Senador Tasso Jereissati no tocante às suas relações em um contrato de locação de imóvel juntamente com o Sr. Danilo Trento, outra figura notória, ele disse que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era apenas o fiador, que era o fiador do contrato. E isso foi perguntado por diversas vezes, inclusive por V. Exa., que hoje, neste momento, preside a sessão. E isso não é verdade.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Sr. Senador, só para uma questão de ordem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) **–** Quando o senhor tiver a palavra concedida pelo Presidente, senhor advogado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Excelência, vamos garantir... Está garantido o direito à inquirição ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) **–** Tem total respeito por nossa parte o direito à assessoria técnica. Ninguém jamais vai discutir, muito menos quem vem da advocacia. Então, não há dúvida de que existe esse direito. Esse direito não se confunde com tumulto de sessão ou atropelo do Presidente da sessão. E não é a primeira vez.

Então, Sr. Presidente, claramente, objetivamente, estávamos falando de um contrato onde não existe a figura do fiador. Existe um seguro fiança, coincidentemente da mesma empresa, extremamente suspeita, do amigo próximo do depoente, do Deputado Federal Ricardo Barros, Marcos Tolentino, e que causa espécie. Aqui a gente tem essa avaliação.

Então, peço a V. Exa... Não gastei nem três minutos do meu tempo. Peço que do restante V. Exa. aprecie a possibilidade ou a hipótese de prisão pela falsidade do testemunho do depoente. Isso tem que ser claro. A gente tem que ter a mesma regra pra todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Com licença...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Agradeço a V. Exa., Senador Alessandro.

Bom, ao final... Para a gente poder garantir a inquirição dos colegas, ao final nós apreciaremos, deliberaremos, à luz das decisões que tem, o requerimento de V. Exa.

O próximo inscrito...

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Sr. Presidente, é uma questão de ordem... (*Fora do microfone.*)

...relevantíssima.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Perfeito.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) **–** O Senador Alessandro, com toda a formação jurídica que ele tem, sabe, primeiro, que investigado não comete falso testemunho, ainda que falte com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade. Dois, ainda que não fosse na condição de investigado, mas de testemunha, ele teria até o relatório final para se retratar. Três, ele já estava pronto para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço. Agradeço a V. Sa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ele vai fazer a retratação?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, por gentileza...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ele vai fazer a retratação com relação a isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sim, senhor. Pretendo, se permitido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Sr. Francisco Maximiano, V. Sa. deseja se retratar pela informação?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim.

Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, eu, formalmente, me retrato e peço desculpas, pois, realmente, consto como locatário no contrato desse imóvel. Não me recordava, pois não vivi lá nesse imóvel. Foi uma confusão. Minhas desculpas!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Sa.

Senador Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Esse ponto está esclarecido.

Eu pergunto se V. Sa. também deseja se retratar ou esclarecer melhor sua relação com o FIB Bank. Como se dá essa troca de contratos, garantias bancárias e manipulação de fundos? Como é a sua estrutura sob o ponto de vista de empreendimento propriamente dito, não necessariamente criminoso, mas empreendimento?

O giro de recursos entre as suas empresas é bastante diverso daquilo que um conglomerado tradicional faz, em particular com aquele detalhe, que nós já mencionamos aqui na CPI, da sua renda mensal, que é absolutamente incompatível com o seu padrão de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de saber se também vai ter algum tipo de esclarecimento adicional com relação ao FIB Bank.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Senador, respeitosamente, eu vou exercer o direito do silêncio sobre essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É o direito dele. Nesse ponto, ele é investigado. Não era investigado com relação ao outro contrato, como bem sabe o seu advogado.

Eu passo a palavra para os colegas. Já usei cinco minutos, um terço do que poderia ter usado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Um terço! Nós lhe agradecemos, e os colegas, com certeza, agradecem a V. Exa. V. Exa., inclusive, cumpriu com o compromisso de garantir a palavra aos demais colegas.

O próximo inscrito, então, é o Senador Rogério Carvalho, que não está presente.

Senador Fabiano Contarato...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, agradeço o comparecimento do depoente.

Hoje o que versa aqui é um contrato de 20 milhões de doses a um preço superfaturado, com fortes indícios de lavagem de dinheiro, de corrupção passiva, de corrupção ativa, que teve uma marcha para aprovação extraordinária em virtude de outras. Mais ainda: há a caracterização de que não havia nem a necessidade de autorização da Anvisa.

É necessário que a população brasileira que esteja acompanhando saiba disso, porque isso não é fala de Senador do partido A ou B ou C. Eu queria que esses governistas que apoiam o Presidente Jair Bolsonaro entendessem que a vacina não chegou ao braço dos brasileiros por causa deste tipo de comportamento: um contrato superfaturado, pressão do funcionário do Ministério da Saúde para acelerar, *invoices* adulteradas, falsificação de documento, uso de documento falso. Nós temos um rol de crimes em concurso material que atribui aí a responsabilidade do depoente, não tenho dúvida.

O senhor aqui se recusou a responder perguntas elementares. Vou exemplificar. O senhor não explicou se exerceu pressão para a assinatura dos contratos. O senhor se calou quanto à forma da divisão dos US$45 milhões a serem recebidos pela empresa Madison, não informou por que os pagamentos seriam feitos em um paraíso fiscal. O senhor não informou qual a relação da empresa Precisa com Parlamentares e pessoas ligadas à investigação, não respondeu por que a Precisa optava sempre pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liquidação de contratos de câmbio como meio de quitação dos contratos, não informou se a Precisa paga tributos pelas operações – olha, esta é uma pergunta elementar! Não informou se a Precisa paga tributos pelas operações!

Permaneceu em silêncio quanto ao tema da reunião na Embaixada brasileira em Nova Delhi. Não esclareceu os gastos com cartão de crédito incompatíveis com os rendimentos declarados, não respondeu se manteve conversa com o Secretário-Executivo Elcio Franco, não respondeu se sua empresa teve prejuízo com a suspensão do contrato, não respondeu quem foi o responsável pela elaboração de faturas inconsistentes.

Eu vou concluir, para não tomar muito tempo. Não vou usar nem os cinco minutos, Sr. Presidente.

V. Sa. tem a mesma defesa da Sra. Emanuela Medrades, Diretora Executiva da Precisa. Eu estou certo? Ou isso o senhor não vai responder? (*Pausa.*)

Está certo?

Eu quero que ele responda.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor. *Fora do microfone*.) – Certo.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

A decisão que concedeu o direito ao silêncio ao senhor e a ela diz respeito aos mesmos fatos – aos mesmos fatos. Por que a Sra. Emanuela Medrades podia falar sobre esses fatos e o senhor não pode? Se o fundamento do silêncio é a não incriminação, eu só posso concluir uma coisa: que esses fatos incriminam quem opta pelo silêncio. Eu não tenho dúvida, ela esteve aqui com a mesma defesa, com a mesma outorga do Supremo Tribunal Federal, mas optou por falar. E, aí, o silêncio do senhor para mim atribui a responsabilidade que faz efetivamente levar a concluir que todos esses simples fatos que eu elenquei aqui atribuem responsabilidade criminal ao senhor por todo esse episódio que corre desde corrupção passiva, do 317, corrupção ativa, do 333, tráfico de influência, uso de documento falso, falsificação de documento público ou particular.

Não importa. Eu fico triste porque quem merece uma resposta a essas perguntas é a população brasileira. São essas famílias de 571.703 que morreram por uma desídia do Governo Federal, corroborada, com seus tentáculos, por quem, de qualquer forma, concorre para esses crimes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Fabiano, que, inclusive, possibilita que o tempo... Ainda não iniciou a votação e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciação. Então temos tempo para ouvir a Senadora Soraya Thronicke e, com a condescendência dela, ainda teremos tempo para o Senador Jean Paul Prates, que seria o último.

Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou procurar ser breve.

Eu gostaria de saber do Sr. Francisco Maximiano em que ponto está o processo da sua empresa, a Global Gestão em Saúde, que, no inadimplemento do contrato em 2017, deu prejuízo para os cofres públicos no montante de R$19,9 milhões. Qual é o andamento desse processo?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Eu vou, Senadora, com relação a esse assunto, para que a resposta seja efetiva e exata, pedir para que a defesa junte em breve uma resposta por escrito sobre esse tema para a senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quando o senhor fechou o contrato que nós estamos analisando com o Ministério da Saúde, qual era a sua situação – estou falando desse contrato agora, deste ano – para contratar com o poder o poder público, a situação da Precisa? Estava totalmente liberada?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sra. Senadora, a empresa, inclusive, ainda tem as autorizações de funcionamento, as licenças da Vigilância Sanitária e os seus registros ativos no Sicaf.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nenhum impedimento legal, então?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Para a Precisa, não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E para a Global? Como é que é isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Ora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Global pode contratar?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu não posso responder isso para a senhora neste instante.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.! Isso fica com um ponto de interrogação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No contrato da Covaxin, como é que o senhor foi informado? Por meio de notificação? Como é que o senhor foi informado pelo Ministério da saúde que não havia mais interesse público em continuar com o contrato?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sra. Senadora, foi uma notificação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** De rescisão ou de suspensão do contrato?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu não tenho certeza para lhe informar o termo exato, o termo técnico; creio que rescisão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Rescisão?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Creio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O Ministério da Saúde decidiu rescindir o contrato. O.k.!

O senhor já havia feito investimentos para executar esse contrato?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, Sra. Senadora, eu vou exercer o direito ao silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor, então... Eu vou entender que sim.

Vamos lá!

O senhor, pelo jeito, então, pode ser que tenha sofrido algum prejuízo. Eu gostaria de saber se o senhor, do seu ponto de vista, tem interesse em judicializar a rescisão do contrato. O senhor acha que é legítima a atitude do Ministério da Saúde em rescindir o contrato? O senhor se sente culpado? Existe uma fundamentação?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sra. Senadora, essa questão jurídica ainda não foi decidida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O.k.!

É importante sabermos se o senhor se sente lesado pelo Ministério da Saúde. O senhor tem um contrato, o senhor fez um investimento. E agora? Qual é a justificativa do Ministério da Saúde para rescindir o contrato? E, até agora, o senhor não fez nada. Manteve-se o senhor bem amparado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juridicamente, tem uma bela banca de advogados e, até hoje, está deixando esse prejuízo... O senhor vai arcar com esse prejuízo? É interessante saber da sua benevolência, muito interessante.

Eu gostaria depois que vocês juntassem, que vocês declinassem a notificação que o Ministério da Saúde fez para rescindir esse contrato e a fundamentação para tal, baseada em que cláusula contratual – nós gostaríamos de saber.

E, por fim, o Sr. Newton Carneiro trabalha na sua empresa. Certo? Na Precisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Em qual diretoria precisamente?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Administrativa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual é a relação do Sr. Newton Carneiro com...

Foi a Lava Jato, Senadora Eliziane? A Lava Jato?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) **–** Não, não. Qual a direção dele?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Qual a direção? Mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) **–** Qual cargo? Ele é diretor de que na Precisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Administrativo, Sra. Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Administrativo, o Sr. Newton.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Obrigado, Senadora Soraya.

O nosso último inscrito é o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) **–** Obrigado, Presidente. Eu vou ser rápido aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Maximiano, o senhor tem contrato ou as suas empresas têm contrato formal com o laboratório Bharat Biotech? Tem um contrato? Tem um documento? Isso não é incriminatório; é uma questão de gestão de empresa. O senhor sabe se tem um documento? O senhor tem um contrato com esse laboratório? O senhor representa, compra, intermedeia? Qual é a relação jurídica? O senhor tem um contrato ou não tem?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Sr. Presidente, essa pergunta já até foi feita mais cedo duas vezes, e ele já esclareceu que tem uma relação... Tinha uma relação de representação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Contrato de representação?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – É, inclusive foi solicitado e ele se calou em relação a...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Certo.

Mas esse contrato existe? Vai ser encaminhado à CPI?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para garantir, queria que fosse respondido pelo Sr. Francisco Maximiano.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Eu entendo que, com relação a esse direito, eu vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador, respeitosamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor não pode ver se tem um contrato a sua empresa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Respeitosamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, espera aí, só um minutinho. Isso o incrimina?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, isso é uma decisão da minha defesa. Eu vou exercer o direito do silêncio.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas o advogado disse que tem o contrato de representação?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (*Fora do microfone.*) – A defesa deu orientação a ele para exercer o direito ao silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Ticiano, por gentileza...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Espera aí, o advogado pode dizer que tem o contrato, mas o senhor não pode dizer?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minuto.

Eu quero pedir à douta defesa e pedir também ao depoente se é possível declinar o documento que está sendo requisitado pelo Senador Jean Paul Prates. Eu peço assim... V. Sa. pode, inclusive, consultar a defesa, mas eu gostaria que V. Sa., o nosso depoente, respondesse. (*Pausa.*)

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, então, reforçando aqui, o que acontece é que já foram juntados a esta CPI os documentos de representação e de toda a nossa relação. E nós vamos adicionar outros documentos em relação a isso, para tornar essa questão mais clara. Eu realmente não gostaria de discutir essa questão aqui ao vivo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Prossiga, Senador Jean.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não está acendendo... Agora foi.

Não, apenas porque surgiu agora, nesse momento, na imprensa, um desmentido da empresa Bharat Biotech, informando à CPI que não tem contrato formal algum com a Precisa Medicamentos. Então, isso é uma coisa que nós teremos que verificar.

Outra questão é do ponto de vista administrativo, que eu não acredito que possa incriminar alguém. Eu já tive empresa, todos aqui conhecem a vida empresarial: se a pessoa é dirigente de uma empresa, não há problema nenhum em explicar mais ou menos como funciona a empresa, desde que não seja incriminatório.

Eu quero lhe perguntar o seguinte: o senhor conhece um serviço chamado QuickCard?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não me recordo, Sr. Senador. Serviço...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – QuickCard é uma espécie de cartão de débito pré-pago. Você emite um QuickCard para alguém e essa pessoa usa aquele dinheiro como quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou lhe perguntando isso, porque as suas empresas transferiram R$6 milhões em 2020 para esse serviço chamado QuickCard. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Talvez isso seja incriminatório, não é?

É porque esse serviço aqui nos parece – no pouco que nós investigamos, aqui com o tempo que nos resta – que poderia ser usado num esquema de propinas não identificado, de distribuição de cartões.

O senhor, só para confirmar aqui – uma pergunta não incriminatória –, utiliza esse serviço? As suas empresas utilizam esse serviço usualmente, por exemplo, para pagar funcionários, bonificações, colaboradores eventuais? Isso é uma prática de transferência financeira usualmente empregada pelas suas empresas para pagar pessoas dentro da lei? O senhor tem conhecimento? Porque R$6 milhões não é pouco dinheiro. Se é um hábito usar assim, tudo bem, mas se não é, ou é uma coisa escamoteada, é estranho. E, se não houver problema nenhum, já antecipo aqui que deveriam ser fornecidas a esta CPI as informações.

Sabe por que a importância disso, Presidente? Porque esse tipo de pagamento, Senador Humberto, não aparece na quebra de sigilo. Não aparece na quebra de sigilo, porque a empresa paga à empresa que emite o cartão, e alguém recebe o cartão e gasta como quiser. Então, o que aparece na quebra de sigilo é o pagamento à QuickCard. O que a gente precisa, Presidente, é ir mais adiante: a quem QuickCard pagou, ou quem recebeu os cartões da Quick Card, emitidos em nome das empresas? R$6 milhões em 2020. Se isso é uma forma de remunerar funcionários, sem problemas. O senhor declina e diga: "Olha, isso é uma forma que eu uso para pagar funcionários e bonificar pessoas". Se não é, quem são essas pessoas? É do interesse nosso, porque pode ser uma inovação aqui, uma nova forma de pagar pessoas de forma escondida.

O que o senhor tem a dizer sobre isso? É algum hábito normal da empresa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não. Eu não me recordo, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A empresa Generali, o senhor conhece?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, conheço.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É uma empresa que ia fazer uma espécie de plano de saúde que incluía vacina, dentro daquela onda da vacina privada. Quase a gente cai nesse golpe, emitindo inclusive atos legais, na boa-fé. Nós, Senadora Soraya,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na boa-fé, acreditando que aquele movimento da vacina privada seria para liberar vagas para a vacina pública. E aqui está toda hora aparecendo motivos para que este processo aqui seja caracterizado claramente como uma coisa mal intencionada, para vender serviços, incluindo vacina.

Mas o que é interessante aqui é que a BSF, empresa sua, é que ia importar vacina para fazer esse plano de saúde da Generali. Como é que funcionava essa transação? Qual era a sua relação com Generali?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Precisamente.

BSF recebeu R$26 milhões da Precisa entre setembro e fevereiro de 2021, e a Precisa recebeu da BSF, entre fevereiro e junho de 2021, R$14 milhões de volta. Como é que funcionam essas empresas? O que uma paga à outra, exatamente?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, para encerrar o dia de hoje, enfim – semana que vem não estarei aqui –, eu quero falar um pouquinho, para aproveitar o tempo que me sobrou, sobre a questão Consórcio Nordeste.

Eu estou cansado de ouvir aqui do Senador Girão, o Senador Marcos Rogério, essa fixação com o Consórcio Nordeste, Senador Humberto. Vamos acabar logo com isso dizendo o seguinte a quem está nos assistindo: não tem verba federal. Não é objeto da CPI, porque não tem verba federal. A tentativa de compra de respiradores foi frustrada por um golpe de quem ia vender. Foi denunciada pelo Consórcio Nordeste. O Ministério Público e a Justiça estão trabalhando no caso. Acabou. Estamos esperando o resultado da Justiça. Todos nós queremos que a Justiça resolva. O Consórcio Nordeste é uma entidade altamente respeitável.

Nove Governadores estão... Nove Estados estão envolvidos nesse consórcio. Pessoas extremamente sérias trabalhando ali com o objetivo não só de fazer compras coletivas, que economizam o dinheiro público, em geral, como de associar políticas públicas e bons exemplos e boas experiências. O Consórcio Nordeste tem hoje comissões que trabalham em agricultura familiar, em saúde pública, em educação, trocam ideias, trocam gestões, trabalham todos os dias.

Então, confirmar que esta fixação com o Consócio Nordeste, essa questão de acusar, esse processo ínfimo e que está sendo tratado pelas devidas instâncias, só nos leva a lembrar o seguinte: essas compras, por parte de Governadores, Prefeitos, etc., aquela sangria desatada que teve que haver só tem uma e somente uma causa – a incompetência, a inércia, a incapacidade, e agora está provada, a deliberada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação do Governo em desfavor da coordenação dos esforços de compra de tudo, não só de respiradores, de testes, de APIs, de equipamentos hospitalares e, por fim, de vacinas. Falhou o Governo e, agora, sabe-se que deliberadamente, todos tiveram que procurar suas soluções, e agora cada um que investigue a sua instância. Acabou o assunto!

Só para deixar claro isso, porque já que a gente fala o tempo todo e isso parece que é um mantra.

Inclusive, os governistas deviam estar aqui para interrogar a pessoa que veio. Não veio nenhum, vieram falar aqui do Consórcio Nordeste de novo, batendo na mesa e tal.

Enfim, obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jean.

Senadora Soraya, para concluir de fato, brevemente, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Uma pergunta que ficou incompleta.

Gostaria de saber quando foi que o senhor contratou o Sr. Newton Carneiro para trabalhar nas suas empresas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Depoente.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sra. Senadora, eu não me recordo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor tem ideia mais ou menos de quanto tempo? Nem ideia? Três anos, quatro anos, cinco anos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou checar e vou oficiar, informar a esta CPI, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, anotar se tudo que já foi prometido pelo depoente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor tem... O senhor tem o costume de analisar a vida pregressa dos seus funcionários para contratá-los? Seus pretensos funcionários?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Quem faz essa seleção e contratação é o departamento de RH, mas creio que sim, Sra. Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor tem... O senhor tem ideia da participação do Sr. Newton Carneiro como investigado e que chegou a ser preso na Operação Lava Jato?

Gostaria de saber... Não estou... Sei que ele é réu em um processo. Eu gostaria de saber se esse processo já finalizou, se ele foi declarado inocente ou se está em curso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não creio que tenha sido condenado ou que tenha terminado, não.

Não sei lhe responder.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** O senhor nem sabia que ele era réu num processo da Lava Jato?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Honestamente, Sra. Senadora, quem define a contratação, como disse, é a área de recursos humanos.

Por óbvio, condenados e tal, deve haver uma política lá, eu não sei responder isso para a senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) **–** Interessante.

O seu silêncio... Conquanto seja um direito seu o silêncio, só queria finalizar, Presidente, dizendo que o seu silêncio hoje falou muito e falou alto. Ele norteia o nosso trabalho, não há como fugir disso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) **–** Obrigado, Senadora Soraya.

Eu queria só esclarecer a esta Comissão Parlamenta Inquérito, para que não restem dúvidas, quanto ao processo de votação feito no início da reunião deliberativa de hoje, foi rejeitado o requerimento de destaque feito pelo Senador Eduardo Girão, com 6 votos NÃO e 4 votos SIM, e, consequentemente, aprovados em globo os requerimentos destacados pelo Senador.

(*Soa a campainha.*)

Eu submeto à apreciação do Plenário... Eu submeto à apreciação do Plenário o afastamento do sigilo do documento 2.179, proveniente da Bharat Biotech.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está afastado o sigilo do documento 2.179, proveniente da empresa Bharat Biotech.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 45ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Quero convidar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para os depoimentos da semana que vem: na terça-feira, Sr. Emanuel Catori, da Belcher Farmacêutica; na quarta-feira, o Sr. Roberto Pereira Ramos Junior, do FIB Bank; na quinta-feira, o Sr. Francisco Araújo, ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal.

Convido as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o próximo depoimento, na terça-feira, do Sr. Emanuel Catori, às dez horas, aqui na sala de reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Francisco Emerson Maximiano, desejo boa sorte ao senhor. Agradeço o compartilhamento e o acompanhamento da douta defesa.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito.

(*Iniciada às 10 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (47ª Reunião) 24/08/2021

ATA DA 47ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Leila Barros, Eliziane Gama, Simone Tebet, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva Emanuel Catori**. **Finalidade:** Oitiva Sr. Emanuel Catori. Oitiva do Emanuel Catori, em atendimento ao requerimento 1394/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Emanuel Ramalho, em atendimento aos Requerimentos nºs 986, de autoria do Senador Alessandro Vieira, e 1.394, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Solicito que o depoente seja conduzido à mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, assim que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Só um rápido pela ordem, Presidente, só para trazer uma informação que considero pertinente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, já se comentou aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre o desenvolvimento, por parte da Pfizer, de um eventual medicamento oral, que estava sendo desenvolvido por aquela farmacêutica em relação à SARS-CoV-2, à covid-19. Já foi comentado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e, por conta de informações que nós entendemos que não estavam devidamente esclarecidas, nós aprovamos um requerimento de informações à farmacêutica.

Eu queria comunicar a V. Exa. a resposta por parte da farmacêutica neste momento a este requerimento de informações. Diz o seguinte:

> Ao cumprimentá-lo respeitosamente, e conforme requerido, gostaríamos de compartilhar com V. Sa. informações sobre o andamento de um estudo para avaliar a segurança e a tolerabilidade de um medicamento antiviral para a SARS-CoV-2 que causa a COVID-19.
>
> Trata-se de um medicamento oral – a molécula PF-07321332 –, um inibidor de protease SARS-CoV-2 que demonstrou, em estudos pré-clínicos, potente atividade antiviral *in vitro* contra SARS-CoV-2 e outros coronavírus, revelando possível importância no tratamento farmacológico da COVID-19, além de ameaças futuras do vírus.
>
> Conforme disponível publicamente, em março de 2021, a Pfizer deu início a um estudo da Fase 1 em adultos saudáveis para avaliar a segurança, tolerabilidade e farmacocinética desse composto experimental.
>
> Em julho de 2021, progredimos para o ensaio de Fase 2/3 para avaliar a eficácia e segurança de PF-07321332 em combinação com ritonavir em voluntários com diagnósticos confirmados de infecção por SARS-CoV-2 que apresentam risco aumentado de progressão para doença grave.

Agora eu quero destacar, Sr. Presidente, Sr. Relator, este parágrafo que a farmacêutica escreve:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

> Gostaríamos de esclarecer que o medicamento em estudo não apresenta qualquer semelhança com a hidroxicloroquina (utilizado como antimalárico para tratamento de algumas doenças reumatológicas), [com a] azitromicina ([que é um] antibiótico) ou [com a] ivermectina ([que é um] antiparasitário), ou seja, são compostos com estruturas químicas e mecanismos de ação totalmente diferentes.

Eu reitero o que diz aqui a farmacêutica: "são compostos com [...] mecanismos de ação totalmente diferentes".

> Como o programa de desenvolvimento dessa molécula ainda está em fase de pesquisa e desenvolvimento, não é possível estimar neste momento quando esse medicamento seria submetido à análise das autoridades regulatórias.
> Agradecemos a atenção dispensada.

Então, Sr. Presidente, só para deixar claro este parágrafo dito pela farmacêutica Pfizer. Tudo bem, como o negacionismo não tem limites, eu sei que deverá haver alguns que vão advogar que isso é uma fala da Pfizer e deve fazer parte de uma conspiração globalista interplanetária, talvez com conexões em Marte, e talvez também com a participação de alguma internacional socialista. Obviamente, como o negacionismo, a imaginação do negacionismo não tem limites, isso pode ser argumentado. Mas, só para informar a todos que assistem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito: o medicamento desenvolvido pela Pfizer ainda está em desenvolvimento.

E reitero o parágrafo do que a Pfizer diz: não tem nenhum tipo de relação com a hidroxicloroquina, com a ivermectina, que, como muito bem disse em relação à ivermectina a agência sanitária norte-americana, nós não somos cavalo, nós não somos gado para utilizar o antiparasitário em relação à SARS-CoV-2. Isso não foi dito por mim, Sr. Presidente; foi dito pela agência sanitária norte-americana e, também, dito agora por esta carta da Pfizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, ela explica bem aí o que é um antiviral, diferente do que para o que serve a cloroquina, a ivermectina, que não tem nada a ver com tratamento de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, a Pfizer se deu ao trabalho de destinar um parágrafo desta carta dizendo que o medicamento em estudo não tem nada a ver com a hidroxicloroquina. A Pfizer ainda teve o trabalho de dizer que a hidroxicloroquina é um antimalárico e para doenças reumatológicas. A Pfizer se deu ao trabalho ainda de dizer que a azitromicina é um antibiótico. E a Pfizer se deu ao trabalho ainda de dizer que a ivermectina é um antiparasitário. Mas – eu repito –, como a imaginação negacionista não tem limites, pode ser que ainda digam que essa carta da Pfizer é o resultado de uma conspiração globalista interplanetária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria a V. Exa., Senador Randolfe, que mantivesse isso em todas as sessões que ainda nos restam, para que, quando alguém, algum Senador ou algum depoente aqui levantar essa questão, V. Exa. possa já ter em mãos e ler até eles cansarem de ouvir e a população brasileira com certeza ser esclarecida, porque o objetivo desta CPI não é criminalizar, mas esclarecer o que foi feito com o povo brasileiro em relação a esse tratamento precoce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Presidente.

Inclusive, o requerimento, aliás, a resposta da farmacêutica, eu queria requisitar à Secretaria da CPI que disponibilizasse para todas as Sras. e os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

A Comissão tomou conhecimento da decisão liminar do Sr. Ministro Gilmar Mendes, no Habeas Corpus nº 205.606, nos seguintes termos:

> [...] concedo a ordem de *habeas corpus*, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia assegure ao paciente Emanuel Ramalho [..]: (i) o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrigados nesta cláusula; (ii) o direito a ser assistido por advogado ou advogada durante todo o depoimento; e (iii) o direito a ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, ao qual, de resto, fazem jus todos depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados.

Um dos pedidos formulados no *habeas corpus* foi o de que V. Sa. não fosse obrigado a firmar compromisso de dizer a verdade, pedido este que não foi deferido.

Nesse sentido, a V. Sa., quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, permanece a obrigação de firmar o compromisso de dizer a verdade.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu posso passar a palavra ao senhor por 15 minutos, caso deseje; se não, passarei ao Relator.

Fique à vontade. O senhor tem 15 minutos, se quiser se posicionar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, gostaria.

Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Exmos. Srs. Senadores Omar Aziz, Renan Calheiros, Presidente e Relator da CPI da Pandemia, recebam meus respeitosos cumprimentos. Em nome de V. Exas. cumprimento também todos os Senadores e Senadoras membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa Legislativa do Congresso Nacional. Cumprimento, ainda, nominalmente, o Exmo. Sr. Senador Alessandro Vieira, bem como o Exmo. Sr. Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente da CPI, pela apresentação dos requerimentos de convocação que me deram a oportunidade de estar aqui para prestar os esclarecimentos.

Gostaria, em primeiro lugar, de me solidarizar com as famílias das mais de 575 mil vidas perdidas no Brasil por conta da pandemia do covid-19. Esta é uma triste realidade. Estou aqui para colaborar com as investigações, também em respeito a estas vidas e famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Neste momento me assistem, com toda atenção, a minha própria família, meus pais, minha esposa e filhos. Portanto, eu falo aqui com a responsabilidade de estar olhando para os olhos de cada um deles, que são as pessoas que eu mais amo nesta vida e a quem eu nunca irei decepcionar, mas, sim, resguardar um legado de retidão.

Sras. e Srs. Senadores, a Belcher Farmacêutica foi a responsável legal e representante necessária do Laboratório CanSino para a vacina Convidecia no Brasil, no período de 19 de abril a 10 de junho de 2021. A Belcher nunca foi uma mera intermediária ou facilitadora da CanSino no Brasil para a interface junto aos órgãos públicos. Da mesma forma não era uma simples vendedora, muito menos uma atravessadora.

Começo destacando isto por entender que a utilização de alguns termos possa ser interpretada de forma pejorativa para o enquadramento funcional e atuação legal da nossa companhia. Assim, para que fique ainda mais claro, a Belcher era parceira institucional e técnica da CanSino no Brasil, tal como prevê a legislação brasileira, sendo responsável por assumir riscos farmacológicos e todas as obrigações legais e sanitárias relativas à vacina Convidecia, num contexto ainda mais complexo e arriscado da pandemia.

É importante dizer que, em 16 de junho, nós apresentamos a esta Comissão, tal como requerido, a V. Exas., informações detalhadas acerca da atuação da Belcher, com 11 conjuntos de documentos e 16 notas explicativas, inclusive para demonstrar as responsabilidades assumidas pela Belcher com a vacina Convidecia.

Gostaria de destacar que, além da legislação que disciplina a atuação de empresas estrangeiras no Brasil, no caso concreto das vacinas também há uma Resolução 475, de 2021, da Anvisa, a determinar que o pedido de autorização para o uso emergencial da vacina contra a covid-19 deve ser solicitado por uma empresa representante legal do produto no Brasil que atenda a todas as diretrizes técnicas e exigências regulatórias no nosso País. A representante também deve cumprir as determinações da Resolução da Anvisa nº 406, de 2020, ao assumir todas as obrigações legais e sanitárias relativas ao produto.

Estas são apenas algumas das amplas e complexas atribuições assumidas pela nossa companhia, que atua no Brasil há dez anos com o mesmo CNPJ, detém licenças e certificações da Anvisa e cumpre as diretrizes técnicas e exigências regulatórias.

A Belcher ainda tem uma história a zelar, cinco décadas de atividades nos Estados Unidos. Eu também tenho uma vida inteira dedicada à indústria farmacêutica, começando como estagiário, passando por mais de diversas áreas de departamentos até alcançar a presidência, a posição da presidência no Brasil. A representação da CanSino no Brasil trata-se, portanto, de um trabalho muito sério e profissional, não uma aventura.

Bom, a primeira comunicação formal da Belcher perante o Ministério da Saúde sobre a vacina Convidecia se deu de forma direta, a partir de um *e-mail* enviado ao órgão em 12 de maio de 2021, com as informações gerais sobre a vacina e as credenciais formais da Belcher com os poderes reais para exercer a regular representação da CanSino. A partir desse *e-mail* e após a análise dessas documentações, a Belcher foi recebida em uma reunião presencial no Ministério da Saúde em 19 de maio de 2021, inicialmente com a equipe técnica do departamento de imunização. Nesse 19 de maio, a representação da CanSino, da Belcher, já era pública e notória e destaque na imprensa, pois, no dia anterior, no dia 18 de maio, apresentamos à Anvisa o pedido de autorização para o uso emergencial da vacina Convidecia.

Após a primeira reunião com o ministério, a Belcher trocou *e-mails* com a equipe da Secretaria de Vigilância Sanitária e, posteriormente, participou de duas reuniões com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Secretário-Executivo do órgão, o Sr. Rodrigo Cruz, nos dias 20 e 26 de maio. Todos esses fluxos de *e-mail* foram disponibilizados pela Belcher para esta CPI.

Dando continuidade à interface direta e formal com o Ministério, em 27 de maio, a Belcher realizou o protocolo eletrônico para solicitar ao órgão a emissão da carta de intenção, de acordo com as diretrizes repassadas pela CanSino.

Os documentos foram homologados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Saúde, e o processo seguiu o trâmite regular, até que, em 4 de junho, a carta de intenção foi apresentada.

O objetivo da carta de intenção era inaugurar um canal formal de tratativas da vacina Convidecia junto à CanSino. Na prática, a nossa interface com os órgãos se limitou a viabilizar esse documento. A Belcher não firmou contrato algum com o Ministério da Saúde, nem mesmo trocou minuta contratual de qualquer natureza. De fato, os órgãos apenas emitiram uma carta de intenção não vinculativa e com condicionantes, a exemplo da autorização regulatória junto à Anvisa de qualquer compromisso contratual e da entrega de 60 milhões de doses ainda em 2021, para reforçar o plano nacional de imunização, por se tratar da vacina com a tecnologia a ser aplicada de apenas, somente uma dose.

O Ministro Marcelo Queiroga chegou a informar sobre a possibilidade da vacina de uma dose na CanSino, quando esteve aqui, nesta CPI, no dia 8 de junho de 2021.

É importante destacar, no entanto, que, após a emissão da carta de intenção, sequer houve a primeira rodada comercial entre o Ministério da Saúde, a CanSino e a Belcher, ou seja, não houve nenhuma interface perante o órgão ministerial.

Em relação à Anvisa, a Belcher participou de duas reuniões técnicas antes de protocolar o pedido de autorização de uso emergencial: uma em 30 de abril e outra dia 10 de maio. A Belcher não participou das reuniões dos dias 8 e 15 de março com a Anvisa, até porque a representação formal da Belcher iniciou apenas em 19 de abril de 2021, a partir da expedição da carta de autorização expedida pela CanSino.

Ocorre que, dia 10 de junho, a CanSino revogou unilateralmente as credenciais da Belcher, alegando razões de *compliance*. A CanSino comunicou isso à Anvisa em 17 de junho; já a Anvisa informou ao ministério em 18 de junho, de modo que, desde então, a carta de intenção expedida pelo órgão automaticamente perdeu os seus efeitos.

Ainda assim, a Belcher reuniu-se com a Anvisa mais uma vez, em 21 de junho. Na oportunidade, solicitamos o prazo para nos manifestarmos sobre a decisão unilateral da CanSino, na tratativa de evitar descontinuidade regulatória que pudesse impactar negativamente o acesso do Brasil à vacina Convidecia. Afinal, o pedido emergencial continuava em análise, aguardando o cumprimento de diligências pela CanSino.

A Belcher, desde o início, empenhou esforços e cumpriu todas as suas obrigações. Em 28 de junho, a Anvisa decidiu pelo encerramento do processo em razões de descredenciamento legal da Belcher. O encerramento se deu sem avaliação do mérito do pedido de uso emergencial, já que foi interrompido ainda em fase de diligências.

Até hoje, apesar do importante mercado brasileiro interessar a qualquer empresa estrangeira, não há notícias de que a CanSino tenha retomado a interface com a Anvisa nem dado continuidade às tratativas com o Ministério da Saúde.

Nós apresentamos a esta CPI um conjunto de certidões negativas para demonstrar o *status* regular da Belcher. Não existe impedimento técnico ou razões efetivas de embaralhar a atuação da nossa companhia no Brasil. Esses e outros documentos são de conhecimento da CanSino, disponibilizados no período prévio de *due diligence*. A Belcher não reconhece as alegações de *compliance* em prejuízo à nossa companhia. Por isso nossos advogados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

estão avaliando acerca da possibilidade ou não da judicialização da descontinuidade unilateral promovida pela CanSino.

Bom, para dinamizar as informações, apresentamos a esta CPI um quadro analítico com a linha de tempo das principais datas relacionadas à representação do Brasil da CanSino, caso a consulta seja do interesse de algum dos senhores ou senhoras.

Agora, eu gostaria de esclarecer outros fatos relevantes, para que não haja conflito com procedimentos relacionados à vacina Convidecia, da CanSino. Explicarei, a seguir, o contexto que envolve a mim, a Belcher e os empresários Luciano Hang, Carlos Wizard e Alan Eccel.

Entre fevereiro e março de 2021, a Belcher foi convidada para contribuir tecnicamente com um grupo de empresários interessados a doar vacinas, insumos e equipamentos ao SUS e a reforçar o Programa Nacional de Imunizações. O objetivo era humanitário, e, pessoalmente, sempre fui muito sensível a essas causas. Nesse período, inclusive, a Belcher estava empenhada em destinar doações ao Estado do Amazonas, que enfrentava o período mais grave da crise sanitária no Brasil.

Nesse contexto, eu fui convidado a participar, em 17 de março, de uma *live* com os empresários Luciano Hang, Carlos Wizard e Alan Eccel. Em pouco mais de 30 minutos de conversa, realizei apenas duas pequenas intervenções, que, somadas, não chegam nem a um minuto. Falei sobre os esforços que estavam em andamento na tratativa de viabilizar a doação de vacinas ao Brasil, em termos da Lei 14.125, de 2021. Inclusive, nem eu nem a Belcher realizamos atos para que o Congresso alterasse essa lei.

Bom, a partir de algumas conexões internacionais, conseguimos a interface com o laboratório Sinovac, com o qual se aventou a possibilidade de aquisições de 9 milhões de doses de vacinas prontas da CoronaVac. Essas doses seriam adquiridas pelo grupo de empresários e integralmente doadas sem fins comerciais.

Portanto, protocolamos, nos dias 22 e 30 de março, dois pedidos de autorização de importação de doses prontas para fins estritos de doação. Ambos os pedidos foram homologados no SEI, do Ministério da Saúde, e seguiram o trâmite regular no âmbito do órgão. Os documentos protocolados consignavam expressamente que "os imunizantes serão doados integralmente aos SUS para serem utilizados no PNI, nos estritos termos da Lei 14.125, de 2021", ou seja, haveria a doação da integralidade das doses até que fossem vacinados todos os grupos prioritários e de 50% após essa fase, destinando a outra metade para a vacinação, também gratuita, dos colaboradores das empresas envolvidas na ação.

Em 6 de abril, a Belcher foi notificada por despacho do ministério, declarando que "não se vislumbra óbice em procedimento de aquisição, desde que se concretize negociação tanto com a Sinovac quanto com o Instituto Vital Brazil". No despacho...

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Butantan!

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa! É o Instituto Butantan.

O despacho destacou ainda: "A empresa [no caso, a Belcher] se compromete a realizar a doação integral ao SUS para utilização no PNI".

Naquela fase, desconhecíamos a relação de exclusividade existente entre a Sinovac e o Instituto Butantan para a disponibilização da CoronaVac no Brasil.

A Sinovac, na interação preliminar, apenas nos teria exigido conhecimento prévio do ministério e da Embaixada da China. Por isso, em 12 de abril, a Belcher solicitou uma audiência ao corpo diplomático chinês para tratar da pretensão de doações das vacinas.

Em 14 de abril, participamos na agenda com a Embaixada da China, que, de forma semelhante ao ministério, recomendou a interface com o Instituto Butantan a referendar a pretensão de doações das doses da vacina CoronaVac.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A reunião com o Instituto Butantan acabou não ocorrendo, e os procedimentos de doação não foram concretizados.

Antes disso, em 13 de abril, a Belcher participou de uma reunião presencial com o Secretário-Executivo do ministério, Rodrigo Cruz, a abordar única e exclusivamente sobre a pretensão das doações. Nesse dia, o empresário Alan Eccel participou da agenda. Nessa data, reitero, a Belcher não era representante da CanSino no Brasil.

Tudo isso para esclarecer o contexto que envolve a Belcher e os empresários Luciano Hang, Carlos Wizard e o Alan. Esse está exclusivamente relacionado à tratativa de doações de doses da vacina CoronaVac importadas e prontas. Não há qualquer relação da Convidecia com os referidos empresários.

Da mesma forma, não houve interferência dos empresários Luciano Hang ou Carlos Wizard com a interface institucional realizada pela Belcher junto ao ministério sobre a vacina Convidecia.

Não há também relação societária, formal ou informal, entre a Belcher e os empresários Luciano Hang e Carlos Wizard e qualquer de suas empresas e representantes. Não há qualquer relação ou interesse comercial dos referidos empresários na representação no Brasil da CanSino.

Bom, para dinamizar as informações, também apresentamos a esta CPI um quadro analítico com a linha de tempo das principais datas relacionadas ao contexto de doações e a relação da Belcher com os referidos empresários, caso o conjunto seja de interesse dos senhores e senhoras.

Há outra questão que preciso esclarecer nesta oportunidade: há relatos de que o Ministro Marcelo Queiroga teria... Há outra questão que preciso esclarecer nesta oportunidade: há relatos de que o Ministro Marcelo Queiroga teria me recebido dia 15 de abril na qualidade de representante da CanSino, acompanhado do Deputado Ricardo Barros, sem registro na agenda. Essa informação não é verdadeira. Reitero que a Belcher não representava a CanSino nessa data. A Belcher obteve a carta de autorização da Anvisa apenas em... a carta de alteração da CanSino apenas dia 19 de abril. A primeira interface da Belcher com o Ministério da Saúde sobre a vacina Convidecia se deu a partir do *e-mail* enviado pela Belcher em 12 de maio, viabilizando a reunião presencial em 19 de maio.

Estou concluindo, tá? Mais uns dois minutinhos.

Em 15 de abril, eu participei de uma audiência coletiva no ministério promovida pela Frente Parlamentar de Medicamentos, que é presidida pelo Deputado Ricardo Barros. Na reunião, havia outras seis empresas, e não tratava de vacinas, muito menos da Convidecia.

A audiência foi registrada pelo ministério, com publicação e fotos no *flickr* do órgão, deixando clara a imagem dos participantes da agenda coletiva, cujos nomes, funções e empresas foram formalizados e são de conhecimento do órgão ministerial. Não se tratou, portanto, de uma agenda às escuras e sem registros sobre a vacina Convidecia. Como disse e reitero, era impossível estar a tratar sobre a CanSino nessa audiência coletiva, pois sequer a Belcher tinha as credenciais e poderes de representação expedidos pela CanSino nessa data.

O Deputado Ricardo Barros não participou da reunião sobre a vacina Convidecia no ministério, tampouco fez gestões com órgãos nesse sentido. Não há vínculo comercial ou societário direto ou indireto da Belcher e seus sócios com o referido Parlamentar.

Afirmo categoricamente que toda a atuação e interface institucional da Belcher perante o poder público e suas parceiras nacionais e internacionais privadas se deu, como sempre se dá, com boa-fé, de forma totalmente ética, técnica, profissional e regular. Por isso, com total transparência, aqui estou a colaborar com esta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Muito obrigado a todos e a todas e continuo à disposição dos Srs. e Sras. Senadores.

Gostaria de disponibilizar um programa... (*Fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Essa reunião que o senhor teve com Carlos Wizard, Luciano Hang e Alan... Quem é Alan?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – O Alan é o sobrinho do Luciano Hang. Ele não trabalha na Havan. Ele está no ramo de importação há muitos anos e ele não tem vínculo algum com a Havan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa reunião foi quando, hein?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A reunião com eles foi uma *live*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Dia 13 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles queriam comprar vacina e...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para fazer doações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doações.

Você sabe dizer o que que o Carlos Wizard doou nessa pandemia toda?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, né? Também queria saber, mas ele veio aqui e não respondia. Ele ficava calado. Ele só ria. Ele ria das mortes... Ele é um bom cidadão, né? Doador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Generoso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Generoso...

Teve nego aqui que disse que ele era herói, que ele tinha que... Que nós tínhamos que fazer uma estátua, não é? Foi proposta aí uma estátua para ele.

Ele faz uma reunião querendo doar... Hum... É um brincante...

Vou passar a palavra para o Senador Renan Calheiros.

Antes, eu quero comunicar aos Senadores que o Ministro Lewandowski proferiu uma decisão a favor, recomendando à CPI e determinando a mim que tomasse providências em relação a vazamento de documentos.

Todos os Senadores vão poder ter acesso aos documentos que quiserem; só vão ter que assinar, porque, como eu não terei acesso a nenhum desses documentos, se vazar algum documento, estará lá a assinatura do Senador e ele será responsabilizado – ele ou eles que tiverem acesso. Não está cerceado a Senador ter acesso aos documentos, só que nós temos que tomar algumas providências, porque houve reclamações aqui dos próprios Senadores de vazamento de documento. Então, eu até para me preservar... Porque depois eu serei responsável pelo vazamento de documentos aos quais, às vezes, eu não tenho nem acesso e dos quais nem procuro saber – desses documentos. E, geralmente, quem tem acesso a esses documentos é aquele que faz o requerimento. Então, nós tivemos aí... Tomamos umas providências, falei com o Secretário, para que a gente possa preservar a credibilidade da CPI e, principalmente, cumprir com a determinação do Supremo Tribunal Federal, que recomenda e determina que nós tenhamos cuidados para não vazar documentos sigilosos. Então, por isso que foi feito esse comunicado aos Srs. Senadores que compõem a CPI da covid.

Só para vocês terem uma ideia, somos 18 Senadores – 11 titulares e 7 suplentes –, fora assessores que estão cadastrados. Então, é um número bastante significativo de pessoas que podem ter acesso a esses documentos. E, depois, a responsabilidade será sempre minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Houve, por parte da Polícia Federal, uma abertura de uma investigação não contra o Senado, mas de vazamento de documentos; segundo o Dr. Paulo, Diretor-Geral da Polícia, não era específica contra o Senado. Assim mesmo, eu, o Senador Randolfe, que é Vice-Presidente, e o Relator, Senador Renan Calheiros, entramos com um pedido dentro do Supremo, um *habeas corpus*, para que fosse trancado. Por quê? O Senador, para ser investigado, não pode começar pela Polícia Federal, tem que ter autorização do Supremo Tribunal. O Ministro Fachin entendeu que não havia esse pedido. Ele não deu o *habeas corpus*, porque não tem o pedido de investigação e, segundo o entendimento, segundo a Polícia Federal, não tem essa investigação ainda. Se houver o pedido, aí sim será analisado isso. Foi o que eu entendi da decisão do Ministro Fachin. E, como eu cumpro decisão judicial – posso até não concordar, mas eu me curvo às decisões judiciais, como tenho me curvado aqui às decisões judiciais –, por isso eu queria fazer esse comunicado aos Srs. Senadores que compõem esta CPI.

Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uso da palavra nesse momento apenas para fazer um registro em relação justamente a essa decisão de V. Exa. Eu, inclusive, ingressei com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal acerca desse fato, que é muito grave e que dificulta o trabalho dos membros da CPI.

A decisão que foi encaminhada aos gabinetes não vai na direção do que V. Exa. acaba de afirmar – a não ser que tenha uma nova decisão, porque a que está aqui está dizendo que o acesso estava interrompido naquele momento e, num segundo momento, seria restabelecido com restrição. Como é que seria essa restrição? O acesso aos documentos que vieram por requerimento do Senador solicitante, ou seja, eu não teria acesso a documentos que foram solicitados por algum membro da oposição, por exemplo. Essa é a regra que estava estabelecida. Eu não sei se houve mudança nesse sentido. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O sentido que foi dado, Senador, é que quem agora for ter acesso vai ter que colocar o nome dele lá, e aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso já fica registrado hoje pelo sistema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Não, aí é complicado, porque, senão o Presidente desta Comissão é que será responsabilizado pelo vazamento. E aí não é justo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou fazer uma fala em cima desse assunto, Sr. Presidente, e, no final, queria lhe sugerir uma reunião do Colegiado, uma reunião administrativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema nenhuma. A gente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque aí a gente vai ter que falar de situações, entre nós, para tentar organizar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, longe de mim querer cercear a informação de Senador – longe de mim. Só que eu tenho que ter as precauções necessárias porque, depois, a CPI acaba e vão me responsabilizar por coisas que eu não fiz. E eu não estou aqui para ser babá de ninguém. Cada um tem que ter as suas responsabilidades.

Então, se V. Exa. tiver acesso a todo... Pode ter acesso a qualquer documento de pedido de informação que chegue aqui, quebra de sigilo, o que for... O senhor tem esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

direito, isso daí não é favor, não, é direito que o senhor tem, como membro da CPI. Qualquer membro titular ou suplente tem esse direito, está certo? Não é favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qualquer coisa fora disso é obstrução de investigação legítima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não existe fora disso. O que existe é uma preocupação em que o Senador ou o assessor do Senador que tiver acesso a esse documento fique estabelecido, porque, depois, se vier alguma coisa... "Não, quem teve acesso a esse documento foi fulano, sicrano e beltrano. Vão investigá-los porque eu não tenho nada a ver com isso". Se não, todo o ônus de vazamento vem para cima de mim, como se eu tivesse... Como é que eu posso fiscalizar 18 membros da CPI mais três, quatro assessores de cada Senador? Isso vai para mais de 50 pessoas que têm acesso. Como é que eu vou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... me responsabilizar por vazamento?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu concordo com V. Exa., mas uma simples verificação no sistema de acesso da CPI já permitiria a V. Exa. identificar situações que ocorreram aqui e que são absolutamente graves.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sim... Eu já mandei fazer isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E esse dever de casa eu já fiz, então é possível saber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque você sabe quem ingressou, como ingressou, quando ingressou. Então, documentos foram vazados aqui e é absolutamente identificável o vazamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas eu queria fazer essa ponderação, pedindo V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo! Até V. Exa. me ajuda a não ser responsabilizado por algo que eu não fiz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, a cobrança a V. Exa. é em razão de ser Presidente, mas não que V. Exa. tenha dado causa ao vazamento. Agora, algo que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí tem pessoas que se utilizam disso para criar uma narrativa mentirosa, passam uma informação mentirosa, e a única preocupação que nós estamos tendo aqui é manter sigilo de documentos sigilosos. Não há como você soltar documentos de uma forma irresponsável, e passa como se fosse uma verdade absoluta, e não é – não é.

Então, eu, pessoalmente, tive que tomar esse cuidado para que eu não possa também passar a vida toda respondendo pelos outros, não é, Senador Marco Rogério?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu cumprimento V. Exa. e espero que haja uma definição possivelmente em relação...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós podemos fazer essa reunião... Eu não sei se amanhã nós retornaremos à CCJ; se não, nós podemos fazer uma reunião e definir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que é prudente, Sr. Presidente.

Apenas uma informação para que todos tenham conhecimento: essa decisão a prevalecer, nos termos que foram definidos no final de semana, criaria uma dificuldade absolutamente intransponível para os membros da base do Governo e independentes para se pensar numa investigação minimamente isenta, dentro do campo de visão que nós temos. Porque o jogo aqui está muito claro: quem tem maioria vota, delibera os requerimentos que quer deliberar, convoca quem quer convocar. Isso está muito claro aqui.

Só para se ter uma ideia, em termos de requerimentos, Senador Girão, nós tivemos aqui... A Oposição apresentou 1.105 requerimentos, restando apenas 222 requerimentos não apreciados, ou seja, cerca de 20% dos requerimentos apresentados pela Oposição não foram deliberados.

Os Senadores da base e independentes apresentaram 233 requerimentos, restando 134 requerimentos não apreciados, cerca de 60% do total apresentado pelo Governo e independentes. Aqui está claro. Então, se nós tivermos impedido o acesso a esses documentos que têm provas, evidências e que podem colaborar eventualmente com voto em separado, isso seria obviamente uma obstrução à regular investigação e ao pleno exercício parlamentar no âmbito da CPI.

Então, acho que é importante a gente fazer essa reunião, preserva V. Exa., mas preserva sobretudo o papel de cada Senador. E, caso V. Exa. queira fazer internamente – aí é uma questão de V. Exa. – um levantamento do que houve e como houve, as ferramentas de TI estão aí à disposição para colaborar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado pela colaboração, Senador Marcos Rogério. É importante todos darem opinião de como nós devemos proceder.

Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, no mesmo sentido do colega Marcos Rogério, eu acho que V. Exa. já definiu que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai posteriormente deliberar sobre o procedimento de acesso aos documentos, mas eu queria só em...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que nós estamos sendo atacados...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Existe essa suspeita, Presidente. Existe essa suspeita... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que dar uma olhada se não é o Supremo que está sendo bombardeado ali.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Existe essa suspeita, me parece que é bala de canhão, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – São bombas. Meu Deus!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, Presidente, no sentido que foi colocado aqui pelo Senador Marcos Rogério, V. Exa. já definiu que posteriormente nós vamos reunir a direção da CPI e os demais colegas para organizar a forma de acesso à documentação. Então, por conta disso, eu queria só, até em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

sua defesa... Acompanhei a decisão de V. Exa. no final de semana, e V. Exa. tomou uma decisão inclusive à luz de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Veja, houve uma decisão do Ministro Ricardo Lewandowski que determinou à direção desta CPI e a V. Exa., como autoridade coautora, que estabelecesse, abre aspas – na decisão do Ministro Lewandowski assim está: critérios mais rígidos de acesso aos documentos sigilosos. Como nós não chegamos a deliberar sobre esses critérios mais rígidos quais seriam, V. Exa. tomou a medida que cabia ser tomada no final de semana. Agora, é óbvio que nós temos que organizar – e aí concordo com o Senador Marcos Rogério –, temos que organizar o procedimento de acesso, à luz do que já foi dito pelo Ministro Ricardo Lewandowski e também pelo Ministro Edson Fachin em relação ao acesso de documentos que estão nesta CPI.

Então, só para ajustarmos nesses termos, eu acredito, Sr. Presidente, que seria de bom-tom, para não ter prejuízo para ninguém: 1 - obviamente, o primeiro responsável pelos documentos é aquele autor do requerimento de acesso àqueles documentos; 2 - nós poderíamos organizar, e aí é minha sugestão de normatização, que todos os documentos, por óbvio, estão acessíveis a todos os membros efetivos e suplentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Para dar a segurança necessária, poderia credenciar um sistema, no âmbito da Secretaria da CPI, em que os colegas que necessitassem ou precisassem de algum documento requisitassem de imediato, ato contínuo, automaticamente, da Secretaria para ter acesso. Eu acredito que isso seria um procedimento em que V. Exa. não deixaria de cumprir a recomendação feita pelo Ministro Ricardo Lewandowski – e eu quero aqui destacar que houve uma recomendação feita pelo Ministro Ricardo Lewandowski – e, ao mesmo tempo, não inibirá o que é necessário para a investigação, o acesso a todos os documentos por parte dos membros efetivos e suplentes da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Só para registrar, Senador, já falei na semana passada e repito agora, a reclamação que eu já encaminhei primeiro à *Folha de S.Paulo* pela matéria que soltaram a meu respeito e, segundo, a mesma reclamação à Polícia Federal pra investigar e ao próprio Supremo Tribunal Federal. Eu fui vítima desse vazamento. O.k.? Não tenho nada a esconder de nada. Tudo que eu faço é às claras, aberto. Só pra registrar mais uma vez o que eu já falei na semana passada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Omar Aziz, pelo rígido critério que adota em respeito à legislação com relação ao acesso de membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito a dados sigilosos.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, a CGU decidiu mandar o Exército liberar, em 20 dias, as informações com relação ao sigilo de cem anos colocado em função da participação do General Pazuello, ex-Ministro da Saúde, em evento político ao lado do Presidente da República. O Presidente da República está sendo acusado de ter vazado informações sigilosas e responde por isso perante o Supremo Tribunal Federal.

Eu cumprimento V. Exa. Para que amanhã nós não incorramos no mesmo problema, de forma nenhuma poderemos ter o Presidente da República como exemplo para esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

casos, uma vez que bom senso e retidão no cumprimento da lei não combinam com o Presidente da República na mesma frase.

Eu passo diretamente às perguntas ao Sr. Emanuel Ramalho Catori.

A Belcher Farmacêutica tem contratos com entidades públicas nos níveis municipal, estadual e federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Atualmente somente municipais e estaduais, e tem um contrato em vigência do ministério federal, que é do ministério da saúde indígena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não teve anteriormente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Teve. Nós tivemos um... Não, não. Não tivemos, ministério não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em pesquisa realizada no Portal da Transparência do Governo Federal, há vários documentos de empenho e liquidação feitos em favor da Belcher Farmacêutica do Brasil. Queria...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Atualmente, nós temos alguns em andamento, mas nós tivemos algum... Eu não posso, não tenho claro aqui todos que são, mas nós já tivemos, sim. Precisamente, a gente tem um em vigência agora do ministério da saúde indígena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não perguntei agora, eu perguntei se a Belcher tem contratos com entidades ou teve contratos com entidades.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tivemos e temos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque são muitos os registros no Portal da Transparência, diferentemente do que coloca V. Sa.

Com quais governos a Belcher mantém contrato? E qual é o objeto desses contratos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A maioria dos objetos desses contratos são produtos para a saúde, como aventais, toucas, propés, máscaras, termômetros... É... E eu não lembro agora, não posso... Posso providenciar todas as informações, todos os contratos que nós temos vigentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas poderia V. Exa. especificar quais contratos de fornecimento possui a Belcher Farmacêutica especificamente com o Governo Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com o Governo Federal?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, com o Governo Federal.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A Secretaria Especial do Ministério da... Indígena, nós temos um vigente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando e como começaram os contatos entre a Belcher Farmacêutica e a empresa chinesa CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós temos um grande parceiro estrangeiro, da Rússia, um laboratório privado, onde inclusive ele... Ele que produziu os estudos clínicos para a CanSino, e ele foi o principal... Ele foi o laboratório que nos indicou, pela parceria que nós já temos aqui no Brasil com eles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, Izabelle, para colocar o vídeo 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... na primeira vinda dele aqui. Esse é um registro que nós temos da primeira vinda do Ministro Queiroga, Ministro da Saúde, aqui à Comissão Parlamentar de Inquérito. E deu, em resposta a uma pergunta feita pelo Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com relação às tratativas com a Belcher e com outros laboratórios, e fez questão de afirmar que essas tratativas continuavam em aberto.

Em função disso, eu queria perguntar algumas coisas ao Sr. Emanuel Ramalho Catori.

V. Sa. pode fazer um relato cronológico detalhado de como foram as negociações iniciais com a CanSino, chegando até à assinatura do acordo de intenção de compra da vacina Convidecia pelo Ministério da Saúde com a Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Conforme apresentei o cronograma para todos os Srs. Senadores e Senadoras, no dia 06/04, a CanSino e a Belcher estabelecem um termo de confidencialidade; no dia 19/04, a CanSino estabelece a carta de autorização à Belcher Farmacêutica para representação legal no Brasil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 06/04, estabelece um termo de confidencialidade?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Quando foi o encontro da Belcher com o Ministro, com a participação do Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – No dia 15... Dia 15 de abril.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mas nós não éramos representante legal, não poderia falar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, já tinha assinado o contrato de confidencialidade.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não era um contrato. Era um termo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. acabou de citar isso aqui.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Era uma carta de confidencialidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, a carta de confidencialidade.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Que não é um contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, não é um contrato, mas já o coloca na questão sobre a qual iria tratar com o ministro, que disse que as negociações estavam em aberto, inclusive com a presença do Deputado Ricardo Barros na audiência, do Líder do Governo. Aliás, a audiência tinha sido marcada para ele e ele, adicionalmente, levou V. Sa. É uma contradição muito grande no início do depoimento. É importante que todos prestem atenção nessas contradições. Nós temos um envolvimento muito sério, a repetição do *modus operandi* da aquisição de vacinas pelo Governo Federal, que recusou contatos com a Pfizer, com a OMS, com o Butantan, enquanto priorizou atravessadores como a Belcher, que foi, inclusive, descredenciada pela farmacêutica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E V. Exa... V. Sa. permita-me dizer, começa muito mal o seu depoimento, com óbvias contradições e tentando passar a ideia de que o encontro com Ricardo Barros não poderia ter tratado dessa questão porque essa questão não tinha sido ainda tratada, uma vez que que a farmacêutica CanSino não havia credenciado a Belcher para tratar do assunto, e não é verdade. Já havia uma carta de confidencialidade.

Eu advirto a Comissão Parlamentar de Inquérito e advirto o Presidente com relação à continuidade dessas informações inexatas que estão sendo prestadas aqui pelo depoente.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com todo o respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, se puder seguir, chegando até a assinatura do acordo de intenção de compra da vacina Convidecia pelo Ministério da Saúde.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com todo o respeito, Excelência, não tem nenhuma contradição. Quando a gente assina uma carta de... estabelecemos um termo de confidencialidade, em nenhum momento a gente pode falar em nome da vacina, enquanto nós não recebemos a autorização. E nesta reunião sequer a gente falou uma palavra sobre a vacina. Foi uma reunião coletiva, onde tinha diversas outras empresas, não somente eu. E em nenhum momento... Eu reitero: nós não falamos nenhuma palavra sobre a vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu aproximação da Belcher com a CanSino e quais foram seus facilitadores?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós tivemos... Nós temos uma parceria com um laboratório russo, privado. A gente já tem uma parceria de longa data, com um bom relacionamento, que já vem de alguns anos. Eles são representantes, digo, eles que fizeram todo o estudo clínico na Rússia desse laboratório. Com a nossa parceria, de privado pra privado, eles nos indicaram aqui no Brasil. Não teve nenhuma interferência política.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que V. Sa. foi levado ao Ministério da Saúde pelo Líder do Governo Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Bem, eu não fui levado. Por ele ser Presidente da Frente Parlamentar dos Medicamentos, ele atende todas as...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Doutores, se falarem mais uma vez como ele deve responder, eu vou pedir pra vocês dois se afastarem bastante dele.

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem questão...

Só para dizer uma coisa, V. Sa. respondeu: "Não foi levado". Eu ouvi bem, eu ouço bem.

O senhor respondeu antes dele: "Não fui levado".

Quando o Senador Renan ali faz a pergunta, o senhor responde por ele.

O senhor não está aqui para responder por ele, o senhor está aqui para auxiliar, mas falar por ele, aí não. Aí não pode doutor, o senhor sabe que não pode, o senhor conhece até melhor do que eu a lei.

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pode ser assistido por advogado e vocês também sentaram bem pertinho dele aí, eu não falei nada, mas eu pediria aos senhores que a gente cumprisse a regra que é para os outros. Quando ele tiver alguma dúvida, ele pode consultá-los.

Agora, o senhor responder por ele, por favor. Eu vou pedir para os senhores, por favor, não responderem por ele, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Está bem, Sr. Presidente.

É a interpretação de V. Exa., mas, de todo modo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, é a interpretação não, o senhor, por favor...

Dr. Emanuel, o senhor pode se levantar e ele senta aí e responde, se for assim...

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Não, não é o caso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o caso, doutor. Só estou dizendo para o senhor, o senhor pode ficar aí, caso ele tenha dúvida...

Olha, ele pode consultar: "Isso aí me incrimina?" E o senhor vai dizer: "Incrimina, não responde." Ele vai dizer: "Olha, eu me reservo ao direito de ficar calado."

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é o normal, agora, o senhor responder por ele, em lugar nenhum é feito isso.

Se eu for numa delegacia de polícia, o delegado for lá perguntar para pessoa que está ali e o advogado se meter na resposta, aí isso não vai funcionar.

Isso aqui é uma... Está fazendo as perguntas a ele.

Eu só estou pedindo, com educação, para o senhor, se ele tiver alguma dúvida, ele pode consultar o senhor, não vou me opor.

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo?

Agora, o senhor responder por ele, aí fica difícil para mim aqui estar ouvindo, só isso.

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu perguntei ao depoente como se deu a aproximação da Belcher Farmacêutica com a CanSino e quais foram seus facilitadores?

O depoente respondeu – só para avivar a memória de todos – que o facilitador empresarial foi uma empresa russa. Como é o nome dessa empresa? Um laboratório russo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Excelência, por não... Eu vou manter o meu direito de ficar em silêncio para não expor parceiro estrangeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Sa. já havia respondido à questão, tratou exatamente da questão dessa empresa.

No campo político, além do Ricardo Barros, Líder do Governo, quem foi o facilitador desses contatos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Novamente eu reitero, nós não tivemos nenhum facilitador político.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma questão, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – V. Exa. respondeu ao Senador Renan que não foi levado ao Ministério da Saúde, que tinha uma audiência. Essa audiência foi marcada... O senhor marcou diretamente com o ministro ou foi alguém que marcou pelo senhor?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Foi uma audiência pública que o Deputado Ricardo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, audiência pública, não. Ele estava lá no gabinete do ministro, não é audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A audiência foi marcada pelo Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A audiência pública é num...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A audiência foi reservada para o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dentro do gabinete.

A reunião que eu vi é dentro de um gabinete, não é uma audiência pública, é num gabinete.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou lhe perguntando...

A pergunta é, se não lhe compromete em absolutamente nada, o senhor marcou com o ministro, o ministro o convidou ou quem marcou para o senhor ir lá?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O Deputado Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, foi o Deputado Ricardo Barros que o levou lá.

O senhor disse: "Não fui levado". Então, se foi ele que marcou, foi ele que lhe levou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o facilitador político.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perguntei: Tinham outros facilitadores? Existem outros facilitadores, além do Deputado Ricardo Barros, já comprovado?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com todo o respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. utilizou a própria audiência marcada por ele, depois de ter feito uma carta de confidencialidade com a CanSino; portanto, já devidamente informado da disponibilidade de vacinas, tal, tal.

Esse contrato não se firmou porque a Belcher foi descredenciada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para você ter uma ideia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por questão de *compliance*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para você ter uma ideia, Sr. Emanuel, doutores, olhem à vontade como está o Ministro Ricardo Barros. É o próprio ministro ali, sem paletó, se sentindo em casa, não é? "Quem manda aqui sou eu". Aí tira o paletó numa audiência com o ministro – todos vocês com paletó –, e ele se sentindo como se estivesse... Ali quem manda é ele, está vendo? O que está mostrado ali o seguinte: ali, ocasionalmente, o Queiroga está sentado ali, na ponta da mesa, mas quem está ali, à vontade, como se estivesse na própria casa, é o Sr. Deputado Ricardo Barros, que tira o paletó. E, ao lado dele, não é empresário; que eu saiba é um Prefeito. O senhor está do outro lado. É um Prefeito.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se era uma reunião com empresários, o que esse Prefeito está fazendo aí?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu queria lembrar outra coisa, porque, quando o Dr. Deputado Ricardo Barros esteve aqui... Para ajudar V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor, Humberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quando foi perguntado, ele disse que tinha levado V. Sa. para apresentar um remédio, um antiviral. Está lembrado disso? Até V. Exa. disse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o senhor acha correto um Deputado estar levando um empresário para vender antiviral?

Esse foi um fato.

O segundo fato: essa reunião foi marcada por ele, como se ele fosse sozinho, e ele trouxe esse pessoal todo.

Terceiro fato: essa reunião não tem ata. A gente só sabe que houve essa reunião porque a divulgação do Ministério da Saúde publicou essa foto.

Então, na verdade, essa foi uma reunião marcada pelo Dr. Ricardo Barros, que foi tratar de vários assuntos; entre eles, esse medicamento viral. Depois eu vou perguntar a V. Sa. se foi isso mesmo, porque foi o que ele disse aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa fotografia é uma fotografia de corpo inteiro, do estilo, do *modus operandi* do Governo, que, enquanto recusava os contatos com a Pfizer, com o Butantan, com a OMS, preferia priorizar a Belcher, a Davati, o Dominguetti, o Ricardo Barros. É por isso que nós chegamos a essa situação no Brasil, enquanto os brasileiros morriam e continuam a morrer.

Quais seriam, Sr. Emanuel Ramalho, especificamente, as responsabilidades da Belcher nessa intermediação da venda de vacina Convidecia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Todas as responsabilidades. Nós temos uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais seriam as responsabilidades?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Toda a parte farmacológica e legal no Brasil. Então, todo o representante, quando se torna oficial no Brasil, ele tem todas as responsabilidades farmacológicas e legais com o medicamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o preço negociado, novamente no *modus operandi* do Governo, para a Convidecia é 70% mais alto que o da vacina da Janssen, que também é administrada em dose única e foi adquirida pelo Ministério da Saúde pelo preço de US$10. Por que da vacina que estava sendo vendida, que é administrada em dose única, da CanSino, a Convidecia, o preço era 70% mais alto?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, inclusive, foi notificado, no dia 24/06, um relatório do TCU pelo *O Globo* de que a vacina da Janssen era no valor CIF. O nosso valor, o que nós inicialmente oferecemos, era o valor... Desculpa, era o valor CIF. O nosso era FOB, já entregue aqui no Brasil com todos os seguros. Por isso, esse diferencial. Inclusive, eu trouxe a matéria aqui para disponibilizar para os senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas o diferencial é de 70%?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Porque envolve logística, envolve frete. O frete, por ela ser de 2ºC a 8ºC, é um frete extremamente caro. Então, por isso é que tem toda essa diferença de valores. E cada laboratório...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia detalhar essa diferença de valores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não sei relatar precisamente, porque essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em função do fato de ser preço CIF e preço...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – E cada laboratório também tem seu valor do seu investimento em tecnologia, o seu valor dos seus custos operacionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é muito estranho, aliás como estranho tem sido o superfaturamento dos preços de todas as vacinas que foram vendidas ao Governo Federal por atravessadores, todas, sem exceção. A Belcher é mais um exemplo ao vender esta vacina Convidecia.

Quais foram as pessoas do Ministério da Saúde envolvidas na negociação da Convidecia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Somente eu tive uma reunião com o Rodrigo Cruz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rodrigo Cruz...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É o Rodrigo Cruz. A gente esteve...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – É o Secretário-Executivo.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – É o Secretário-Executivo.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É o Secretário-executivo. Eu tive uma reunião... Foi uma reunião presencial com ele somente, em que nós falamos da doação. E as outras duas reuniões que eu tive com ele foram remotas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só com ele? Ninguém mais participou?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Somente com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto a CanSino receberia do contrato de fornecimento de 60 milhões de doses da Covaxin? E que parcela desse montante estava destinada à remuneração da Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho o meu direito de ficar em silêncio, com todo o respeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou repetir a pergunta: quanto a CanSino receberia do contrato de fornecimento de 60 milhões de doses? Que parcela desse montante estava destinada à remuneração da Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós estamos em um processo, avaliando se nós vamos fazer a judicialização com a CanSino, e, por isso, eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia disponibilizar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópia do contrato ou acordo com a CanSino em que são formalizadas as cláusulas de remuneração da Belcher pela intermediação na venda da vacina Convidecia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, posso depois... Eu não tenho aqui, mas posso disponibilizar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço à Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito para cobrar a entrega formal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

depoente da cópia desse contrato ou acordo com a CanSino em que são formalizadas as cláusulas de remuneração da Belcher pela intermediação na venda da vacina Convidecia.

V. Sa. confirma que o Deputado Ricardo Barros...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hum?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu poderia reiterar: nós não finalizamos o contrato com a CanSino. Nós temos a carta de autorização. Nós estávamos em trâmite de refinalização do contrato. Mas eu posso, depois, disponibilizar as informações para os senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas isso já tratava da remuneração da Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, em nenhum momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nenhum momento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós iniciamos as tratativas da parte comercial, mas a gente não chegou nos trâmites finais do contrato assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., de uma forma ou de outra, já confirmou que foi ao Ministério da Saúde levado pelo Deputado Ricardo Barros, aliás, aproveitando uma audiência reservada ao Deputado Ricardo Barros, que é Líder do Governo na Câmara dos Deputados, e nessa oportunidade aproximando a Belcher, que já tinha uma carta de confidencialidade para fornecimento da própria vacina.

V. Sa...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, só gostaria de reiterar: nesta reunião nós somente tínhamos a carta de confidencialidade entre a Belcher e a CanSino. Em nenhum momento, eu poderia falar sobre a CanSino, porque ainda eu não estava autorizado a falar sobre a vacina. Então, legalmente, via o contrato que a Belcher e a CanSino assinaram, eu não poderia falar em nome da CanSino até ter a autorização formal, que nós recebemos após...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Poderia, claro... Não poderia falar, porque não tinha autorização formal, não estava formalmente credenciada...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Por isso que a gente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas já estava com uma carta de confidencialidade para encaminhar a negociação. Claro que poderia falar e falou.

V. Sa. confirma...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que esteve em reunião com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em 15 de abril, em agenda reservada ao Deputado Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, eu confirmo, mas foi totalmente de outro assunto, nós vamos falar do medicamento Favipiravir. Em nenhum momento, nós falamos sobre vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o assunto desse encontro ou os assuntos desse encontro no dia 15 de abril?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu tive somente dois, três minutos, onde eu falei do medicamento antiviral Favipiravir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Belcher, então, não realizou esse encontro com o Ministro no dia 15 de abril em função de uma agenda própria e utilizou a agenda de Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa, Excelência, mas eu não compreendi a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que esse encontro não foi realizado com o Ministro em agenda própria da Belcher...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Porque ele é o Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e, sim, na agenda do Deputado Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele é o Presidente da frente parlamentar, tanto que as outras pessoas – estávamos em seis empresas, cinco do Paraná, todas ligadas com saúde, um hospital e eu, da Belcher, entre outros... Então, como ele é o Presidente da frente parlamentar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Belcher Farmacêutica com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que outros interesses da Belcher com órgãos públicos, Ricardo Barros atuou como facilitador da empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhum outro interesse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ricardo Barros ou suas empresas – tem muitas – iam receber algum valor pelo sucesso da negociação, da venda da Convidecia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Belcher procurou Ricardo Barros para conseguir avançar nas tratativas do Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento nós procuramos as tratativas sobre vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação, a relação da Belcher com o Sr. Flávio Pansieri?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É uma relação comercial. Simplesmente ele foi contratado pra cuidar da parte regulatória, totalmente profissional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabe que o advogado apontado como ex-sócio do genro de Ricardo Barros é que teria atuado como representante legal da vacina CanSino. O senhor sabe disso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Fiquei sabendo depois da primeira reunião em que conversei com ele, que, inclusive, por ele já... Estava, já achei positiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí o senhor repete que, em função desses fatos conhecidos posteriormente, de que todos já sabiam com uma certa antecedência, não há nenhuma ligação, direta ou indireta, da Belcher com Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa. Pode repetir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mesmo sabendo das ligações do advogado, como ex-sócio do genro de Ricardo Barros e que teria atuado como representante da CanSino, V. Sa. mantém que não tinha nenhuma relação com Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, eu nunca soube dele. Foi um dos nossos consultores, o Rafael, que conhece e que inclusive é de Curitiba, que nos apresentou o Flávio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Belcher negociou a venda de medicamento Avifavir ao Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós nunca negociamos ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós nunca negociamos o medicamento. Nós só tratamos... Nós estamos na fase regulatória junto à Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não tratou desse assunto com o Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, só comentamos que nós estaríamos dando andamento, na Anvisa, de um antiviral, o Favifiravir. Só isso. Foi com esse intuito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nome de que entidade estrangeira a Belcher negociou a Avifavir?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nome da Chromis. Nós somos representantes da Chromis no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde demonstrou formalmente a intenção de adquirir o Avifavir?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era o preço de venda desse medicamento ao Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nem chegamos a conversar sobre esse assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que as negociações com o Ministério da Saúde foram paralisadas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Porque a gente está esperando o processo da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Izabelle, exiba o vídeo nº 1.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. mantém relações comerciais com o Luciano Hang?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E de que maneira participou das tratativas para a importação da CanSino que ele anunciou, de várias vacinas no mundo todo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conforme eu até informei para os senhores e senhoras, a gente colocou dois cronogramas. Um referente a doações, que até então nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

estávamos falando de outra vacina, que nós conseguimos 9 milhões dessas doses, e eles não tiveram envolvimento nenhum com a CanSino.

Então, todas as tratativas referentes à vacina de doação foram referentes à Sinovac.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Alan Eccel?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, o senhor me permite?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Essa doação seria de quem?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Dos empresários, um grupo de empresários.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Iriam doar quais vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Da Sinovac, a CoronaVac.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – À luz de qual legislação? Em que circunstâncias?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A 14.125.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a partir de que... Mas essa *live*...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Por isso que não deu andamento na questão, porque, como a gente sabia que era exclusiva do Butantan, nós iniciamos as tratativas e, a partir do momento em que a gente viu que era exclusiva do Butantan, não foi adiante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Sr. Emanuel, nessa *live*, o Sr. Luciano Hang está condenando a 14.125. Inclusive, ele fala: "Essa 14.125 é mais uma jabuticaba brasileira". Isso porque ele estava advogando em favor de um outro projeto de lei que estava aqui na Câmara, que eles advogavam pela aprovação.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não recordo que ele comentou sobre essa Lei 14.125.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele acabou de falar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tá, mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele foi acabou de falar. Sr. Relator, o senhor me permite? Pode colocar de novo aí?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor. Peça para repetir o vídeo, Izabelle.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claramente ele está condenando a 14.125, que foi aprovada, inclusive, por iniciativa do Senado. E é importante que aqui nós sempre esclareçamos: a 14.125 foi aprovada, a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de iniciativa deste Senado da República, por uma circunstância: foi a lei que assegurou a responsabilidade civil por efeitos adversos para que o Brasil pudesse adquirir as vacinas da Pfizer, da Janssen, que, até então, o Governo estava negando. Se não fosse a Lei 14.125, hoje nós não teríamos brasileiros vacinados com a Pfizer e com a Janssen. Esta lei, que vacina os brasileiros com esses dois imunizantes, estava sendo negada pelo Governo; e a qual o Sr. Luciano Hang, aí nesta *live*, condena. Ele está condenando aí a lei que possibilitou que hoje milhões de brasileiros fossem vacinados com uma vacina de dose única, que é a vacina da Janssen, e com a vacina da Pfizer. Ele condenava a lei exatamente porque a lei estabelecia um critério claro, Sr. Presidente, Sr. Relator – estabelecia um critério claro: esta lei impossibilitava que a iniciativa privada se vacinasse, atropelando o SUS, atropelando o Programa Nacional de Imunizações, atropelando os grupos vulneráveis.

Então, o que está acontecendo aí, Sr. Emanuel, é que ele está condenando a lei, está criticando, está advogando a modificação da lei.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, eu gostaria de esclarecer: todos os nossos documentos, que, inclusive, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores foram disponibilizados pela CPI, todos os documentos que nós enviamos para o Ministério da Saúde, todos estão referindo a Lei 14.125, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas aí é que está o segundo problema: a 14.125, nessa altura, não dá cobertura para isso. A 14.125 estabelece a vacinação dos grupos prioritários contratados pelo poder público.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mas, no ofício, está muito claro que a doação seria integral, 100%. Inclusive, vocês têm acesso a todos esses documentos. Em nenhum momento, nós...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a doação ocorreria em que momento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Assim que estivesse liberado e que a gente conseguisse, mas depois a gente ficou sabendo da questão de que o Butantan tinha exclusividade da Sinovac.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, me permita, Sr. Emanuel, o senhor é dono de uma farmacêutica, é representante de uma farmacêutica, me permita: o senhor não sabia que o único laboratório credenciado no Brasil era o Butantan com a Sinovac?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não sabia até o momento, porque...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A essa altura, em fevereiro, março, o senhor não sabia do conflito do Presidente da República com o Governador Doria?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não sabia do que foi de conhecimento público? E o senhor ainda é um representante de uma farmacêutica?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não sabia. Na verdade, a Sinovac tem diversas plantas em diversos lugares. Então, até então, nós sabíamos ou imaginávamos que a planta onde o Butantan tem o contrato direto teria exclusividade. A partir disso, nós descobrimos que o Butantan tinha todo o contrato que envolveria todas as plantas. Por isso que não se viabilizou a questão da compra das doações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor é representante de uma farmacêutica que já firma contrato com o poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Antes de participar de uma *live*, antes de conversar com o Ministério da Saúde, não é preliminar ter essa informação? Porque é uma informação tão básica, tão basilar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não é tão básica, não, porque é um contato muito difícil com a China. Então, para a gente chegar a essas tratativas, daí foi ver que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por outro lado, então, invertendo: mesmo sem ter essa informação, os senhores avançaram na tratativa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, a partir do momento em que nós soubemos, nós recuamos. Então, nós não avançamos com essa informação... Quando nós descobrimos que o Butantan era exclusivo, nós seguramos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, prossiga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, refazendo a pergunta: de que maneira o Luciano Hang participou das tratativas para a importação da CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Ele nunca participou, nenhum deles, referente à CanSino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas ele anunciou, acabou de anunciar que havia participado de tratativas...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não era CanSino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com farmacêuticas do mundo todo para aquisição de vacinas e, por acaso, não participou desta negociação especificamente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. CanSino, ele... Nunca foi falado com ele sobre a CanSino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Alan Eccel?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, se o Sr. Relator me permite, se ele não participou das tratativas com a CanSino, qual era a sua participação nessa *live*?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Até então, nessa *live*, nós estaríamos viabilizando as doações de vacinas para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que não tinham nenhuma relação...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Que não tinha nenhum representante... Eu não era representante da CanSino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Alan Eccel?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Uma amizade cordial com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a função dele na Havan?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele não tem função nenhuma na Havan. Ele é sobrinho do Luciano Hang e tem a sua empresa própria, é empresário de importação e exportação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele esteve com representantes da Belcher em algum momento nas tratativas junto ao Ministério da Saúde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O microfone, por favor.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Esteve comigo somente nas tratativas de doações. Em nenhum momento ele esteve em alguma tratativa comercial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como V. Sa. explica a presença dele na reunião no Ministério da Saúde do dia 15 de abril?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É que nós ainda estávamos falando sobre... Na de 15 de abril, ele não esteve dia 15 de abril. Desculpa, desculpa: dia 15 de abril, no Ministério da Saúde, eu era o único que estava lá. Foi citado em alguns *sites* que ele estava presente; ele não estava presente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coloca o vídeo 4 por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso aí é incriminador.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é inacreditável.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Carlos Wizard confessa nesse vídeo que foi chamado pelo general para tratar dos grandes contratos e que o Ministério da Saúde, para quem não sabe, detinha o maior orçamento da República. E ele vinha exatamente para fazer uma análise das negociações e encaminhar essas grandes negociações. Ele, pasmem, não era sequer servidor do Ministério da Saúde e tratava também de atravessar essas negociações com vacinadores, com farmacêuticas e produtoras de imunizantes. Qual é a relação da Belcher com Carlos Wizard?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher assinou contrato para o fornecimento de dose de vacina da CanSino com alguma instituição privada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca assinou?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Luciano Hang e Wizard participariam da venda de dose de vacina Convidencia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nunca falamos sobre vacina Convidencia com os empresários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Sa. confirma que o Alan Eccel esteve presente na reunião do dia 15.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para falar... Não, dia 15 ele nunca esteve presente. Eu não estou confirmando. Ele não estava presente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não estava presente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não estava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apesar de ter sido publicado por um *site* aqui de Brasília, o Poder360.

Qual seria a forma de remuneração de suas empresas e em que valores nesses contratos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conforme eu comentei, nós estamos num processo analisando se a gente vai judicializar. Então, eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o Sr. Arnaldo Corrêa de Medeiros...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só lembrar que foi o Arnaldo Medeiros que assinou a intenção de compra da vacina CanSino, no dia 4 de junho de 2021.

V. Sa. não tem relação com ele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. usou a proximidade de Carlos Wizard e Ricardo Barros junto ao Ministério da Saúde para facilitar a assinatura de intenção de compra da vacina CanSino, realizada pelo Secretário Arnaldo Corrêa de Medeiros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. E não tinha nenhuma relação com o Arnaldo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como é que essa negociação ocorreu?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Seguiu totalmente o formal via sistema de informações, pelo SEI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. considera que a legislação que proíbe a exploração do mercado de vacinas contra a covid pela iniciativa privada é adequada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa. Pode repetir?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. considera que a legislação que proíbe a exploração do mercado de vacinas contra covid pela iniciativa privada é adequada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa, Senador, mas eu vou manter o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que é? Não entendi a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Direito ao silêncio.

V. Sa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho. O que que te compromete falar sobre legislação? Qual é o comprometimento? Os advogados podem responder. Qual é o comprometimento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Eu não tenho juízo de valor para falar sobre assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim. Mas pode responder: "Eu não tenho nenhum juízo de valor".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não lhe compromete...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o depoente vem aqui para responder sobre fatos, não é comentarista da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem comparece na condição de depoente responde sobre fatos e na medida do seu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele não é comentarista da CPI para comentar isso ou aquilo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque ele aparece em *live* discutindo exatamente isso com o Luciano Hang e Wizard.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E me permita uma coisa, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas aí é só questionar objetivamente em relação a esse assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Houve um *lobby* que tem relação direta com os fatos vinculados a esta CPI, um *lobby* organizado pelo Sr. Luciano Hang, pelo Sr. Wizard, que já foi aqui claramente demonstrado. Esse *lobby* visava, um, a alterar a Lei 14.125, já referida aqui, que tinha sido aprovada pelo Congresso Nacional a fim de favorecer a aquisição de vacinas pela iniciativa privada para favorecer laboratórios privados, e isso tem correlação direta com os fatos sob investigação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele respondeu já, Senador Renan. É porque ele não tem uma opinião formada sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. fez contato com Parlamentares com o intuito de obter a flexibilização da legislação que proíbe a venda de vacinas contra a covid-19...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para entidades privadas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Não fiz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além do Ricardo Barros, que foi o autor da própria emenda?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nem com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que razão a CanSino rompeu o acordo firmado com a Belcher para sua representação no Brasil? Pode detalhar esse fato?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Foi por questões de *compliance*, mas até hoje isso nunca foi explicado, porque nós fornecemos, no processo de *compliance*, todas as nossas certidões negativas, onde se comprova que nós não temos nenhum impedimento legal para trabalhar no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher tem contratos ativos com o Governo do Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque pesquisa realizada também junto ao Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal lista exatamente a Belcher como credora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Como V. Sa. explica essa informação contida no Portal da Transparência, na conciliação com a resposta da pergunta anterior?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desconheço essa informação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que procedimentos licitatórios junto ao Governo do Distrito Federal a Belcher participou durante a pandemia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – São vários. Nós participamos de várias licitações todos os dias. Nós temos um departamento dentro da empresa e participamos de licitações no Brasil todo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em quais deles, junto ao Governo do Distrito Federal – que foi exatamente a pergunta –, saiu a Belcher como vencedora? E qual é o objetivo desses contratos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós tivemos uma, que eu me lembre, que foi de uma venda de máscaras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Belcher participou de processos licitatórios para a compra de testes de detecção da covid realizados pelo Governo do Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Belcher participou de processos licitatórios para a compra de testes de detecção de covid realizados pelo Governo do Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. (*Pausa.*)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim – desculpa, eu não tinha entendido a pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher chegou a publicar uma nota...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, por isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, sua resposta era exatamente contraditória com a própria...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me desculpa. Por isso que eu reiterei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com a própria nota que a Belcher publicou.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa, eu não tinha entendido a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher acusou uma empresa de utilizar seu nome para participar do processo de licitação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher participou do processo de licitação, depois acusou uma empresa, que teria utilizado o nome da Belcher para participar desse processo. Isso é um caso absolutamente inédito na história das licitações, sobretudo de uma empresa conhecida, que iria importar, como atravessadora da CanSino, a aquisição pelo Governo Federal de 60 milhões de doses, que, aliás, levou essa negociação ao final. Essa negociação não caminhou por causa do descredenciamento da Belcher pela CanSino.

Do que a Belcher está sendo acusada no âmbito da Operação Falso Negativo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher fez propostas com valores inflacionados ao Governo do Distrito Federal? Repetiu aquela operação que nós vimos na CanSino quando a vacina foi vendida a 70% a mais do que a vacina da Janssen, que também era ministrada em dose única?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher combinou preços com outros participantes das licitações junto ao Governo do Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher emprestou o nome para a apresentação de propostas falsas no Governo do Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o nome foi utilizado? Por qual empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu me reservo ao direito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, por ora eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria a relação do próximo Senador que vai fazer as perguntas, por favor. (*Pausa.*)

Eliziane Gama, V. Exa... Senador Humberto e Senador Randolfe.

Eu vou passar, por 15 minutos, pra Senadora Eliziane.

Senador Randolfe, eu tenho que ir lá votar na CCJ. Só vou votar lá. Estão me pedindo para votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, já está votando. Eu ainda vou fazer perguntas ao Dr. Aras, principalmente em relação ao nosso relatório final, qual vai ser o comportamento do Procurador-Geral da República em relação ao relatório final que o Senador Renan vai apresentar à Comissão.

Então, eu peço a V. Exa. para sentar aqui enquanto a Senadora Eliziane... E eu volto. O Senador Renan vota lá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vota lá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho que votar, mas eu vou pedir ao Senador Randolfe que fique aqui. Em cinco minutos eu vou lá e volto.

Senadora Eliziane com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas, Sr. Relator Renan, quero cumprimentar também o Catori – Emanuel Ramalho Catori –, que é sócio da Belcher.

Catori, você distribuiu aqui pra nós Senadores um roteiro cronológico das atividades da Belcher em relação à aquisição e, portanto, à intenção de venda da vacina para o Governo Federal. Quando a gente pega aqui, por exemplo, em relação às tratativas, do ponto de vista formal, entre a apresentação do pedido ao Ministério da Saúde, que se deu exatamente no dia 27 de maio, e a emissão da carta de intenções, isso se deu em apenas sete dias. Se o mês de maio foi de 31 dias, então, oito dias entre o pedido junto ao Ministério da Saúde e a emissão da carta de intenção de compra. E essa carta de intenção... Em outros momentos que nós já estivemos aqui conversando com outros depoentes, eles mostraram o que que significa na verdade essa carta de intenção pra essa comercialização, tanto nacional quanto, sobretudo, internacional, porque é uma carta extremamente importante, emitida pelo Governo brasileiro. E aí, portanto, houve uma rapidez muito grande, de apenas sete dias.

Por que foi tão rápido assim? (*Pausa.*)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Aí, está ligado, pronto.

Desculpe, finalize só a pergunta pra mim, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu queria entender essa rapidez. Vocês levaram aí cerca de sete ou oito dias – no mês de maio são 31, então oito dias – entre o protocolo que vocês fizeram no Ministério da Saúde e a emissão da carta de intenções, ou seja, uma rapidez como não se via em outros momentos. Por exemplo, quando você pega a Pfizer e outras grandes farmacêuticas e laboratórios que fizeram pleito junto ao Governo brasileiro, eles levaram vários dias, meses, quase ano até – no caso da Pfizer, por exemplo. Vocês só levaram oito dias.

Por que foi tão rápido assim?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós fizemos todo o trâmite via SEI. Eu não posso te afirmar a questão da rapidez. Eu acredito que, por ela ser uma dose única – e o Governo tinha muito interesse pra redução de custos e tudo mais, por ser uma dose única –, poderia haver esse interesse, mas eu não sei te responder o motivo de serem oito dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Janssen também era dose única, mas, na verdade, o tratamento a vocês foi um tratamento bem diferente, houve uma agilidade como não se viu em nenhum outro momento no Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Você poderia nos dar um pouco mais de detalhes, como é que se deu? Apresentaram apenas em um momento a carta de protocolo? Não houve nesse intervalo... Porque, no seu roteiro cronológico, não há nada entre o dia 27 e o dia 04. Vocês não têm nenhuma outra ação que medeie entre esses dois espaços?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tivemos nenhuma outra ação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Fez o pedido, saiu a intenção.

É muita rapidez, você pode ter certeza que aqui, de forma muito clara, há um tratamento totalmente diferenciado em relação à empresa.

A empresa de vocês atua com o Governo Federal exatamente desde quando? Deixe-me ver se bate aqui com o meu... com as informações que eu tenho.

Vocês têm negócios, não é, vendas junto, em parceria com o Governo Federal, desde o ano de 2020, é isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo, concordo, afirmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Desde o ano de 2020.

Nesse período... Mas vocês tem o quê, dez anos, é isso, de existência?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E, de 2020 para cá, vocês passaram, na verdade, a fazer essas negociações.

Em outros momentos, vocês chegaram a participar junto ao Governo Federal de licitações ou coisa parecida em Governos anteriores?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, em nenhum momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Por que vocês não tiveram interesse em momentos anteriores?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A pandemia gerou essa demanda para a gente estar viabilizando esses outros negócios.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora, veja, a partir de 2020 vocês passaram a vender vários projetos, vários produtos, ou melhor dizendo, ao Governo Federal, máscaras, enfim, inclusive equipamentos mais referentes ao período da pandemia, e somente em 2020 – por exemplo, em 2019, vocês não tiveram nenhuma comercialização –, mas somente em 2020 a Belcher recebeu, do Governo Federal, R$757 milhões.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, milhões não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês tiveram outras negociações em momentos anteriores? Governos de Estado, por exemplo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Está errada essa informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês têm esse volume exato, então, da parte de vocês?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa... Desculpa, eu não escutei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês têm o valor da comercialização que vocês tiveram com o Governo Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tivemos seiscentos... O que está no Portal de Transparência, seiscentos e... dá quase R$700 mil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vou pegar aqui e vou confirmar de fato essa informação.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Se estiver errada, eu faço a correção, pode ter certeza.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Está bom.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ainda sobre essa questão da empresa de vocês, eu tenho aqui algum outro dado que me coloca o seguinte: vocês tiveram exatamente... vocês receberam a informação, por parte da Anvisa, de que tinha havido a suspensão da autorização de vocês junto à Convidecia?

A Anvisa recebeu no dia 10, mas ela só informa a vocês no dia 21, e, no dia 23, vocês abrem uma empresa, que é a Belcher & Nhg – não é? –, exatamente dois dias depois da informação que vocês receberam da Anvisa.

Essa empresa foi aberta com qual objetivo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós temos outros projetos dentro da empresa que não cabem nada à vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas ela tem uma finalidade semelhante a essa aqui também?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma. O objetivo dela...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ela... Ela... Vocês têm, por exemplo, no dia 06 de janeiro de 2021, uma outra empresa aberta, que é a RCI Brasil, junto à Belcher, inclusive com um parceiro lá, que é o Francisco Feio, que entrou apenas como sócio com um valor de apenas R$1 mil. Elas duas têm características semelhantes, as duas empresas, ou seja, vocês já tinham uma empresa, mas mesmo assim vocês abrem uma outra no dia 23.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, eu posso disponibilizar todas essas... São sociedades de participação específicas. Eu posso disponibilizar todos esses documentos, esses contratos para vocês, onde está o objetivo muito claro, que não tem nada a ver com vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês têm hoje, no rol de empresas de vocês, quantas empresas no grupo econômico?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – No meu grupo econômico, são cinco empresas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Cinco empresas. Das cinco, duas foram abertas este ano.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E essas duas que foram abertas este ano foram abertas com qual finalidade específica?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sociedade de participação específica para itens específicos. Eu não gostaria de falar referente ao objetivo; eu posso solicitar todos os documentos e contratos para vocês.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas vocês chegaram, através dessas empresas, a fechar contratos com o Governo Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma, tanto que só firmamos o contrato de sociedade de participação específica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Outra coisa, Catori, vocês procuraram a Anvisa, antes, inclusive, até de ter essa carta de intenções, ou seja, quando você inicia um processo de comercialização com o Governo, você tem todo um custo, você tem toda... Não dispende o financeiro, dispende pessoal, enfim, para poder você, na verdade, chegar à carta de intenções e formalizar, de fato, esse contrato. E, lá atrás, vocês já estavam buscando, junto à Anvisa, o pedido dessa autorização. Inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

vocês buscam a Anvisa antes até dessa carta de intenção. Vocês... O que lhe dava essa segurança de fazer essas buscas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento nós conversamos com a Anvisa antes de ter a carta de intenção.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, ela está aqui na documentação que vocês me passam. Inclusive vocês tiveram várias outras reuniões.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tiveram duas reuniões, onde nós não éramos representantes da CanSino. A CanSino teve essa reunião com a Anvisa. Nós não éramos representantes deles.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas as conversas que vocês tiveram, buscando... Na verdade, eu tenho aqui registrado – inclusive eu vou lhe passar já, já, aqui...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... exatamente sobre essas buscas que a própria imprensa colocou. Se você não quer confirmar em relação a essas informações...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nossa primeira reunião com a Anvisa foi no dia 30/04/2021.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – E a CanSino teve...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E vocês trataram de qual vacina junto à Anvisa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – CanSino.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim, mas esse... A CanSino...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mas teve duas anteriores – está no portal da Anvisa –, teve duas outras reuniões, onde nós não participamos. Quando você vai no portal, V. Exa., no Power BI da Anvisa, tem lá as datas e tem duas reuniões anteriores à nossa data de representação, onde nós não participamos, nós não éramos representantes da CanSino.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E nessa, do dia 30, vocês já eram representantes...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Já éramos representantes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... ou seja, vocês já estavam com a carta de intenção?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, nós já estávamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E, nesse momento, como se deram essas tratativas? A Anvisa recebia? A Anvisa chegou, inclusive, a reclamar – não de vocês, mas passou, inclusive, aqui –, nós recebemos uma documentação em que algumas outras empresas, por exemplo, a Precisa, acabavam estando muito presentes, enfim, lá, buscando a tentativa da liberação dessas autorizações.

Vocês tinham reuniões com frequência com eles?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós tivemos somente duas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Chegaram a ter alguma repreensão da parte da Anvisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, Excelência. Nós tivemos somente duas reuniões com eles.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Vital Brazil: quando a Anvisa recebeu o *e-mail* de notificação da empresa, ela fez referência tanto à Belcher quanto fez referência ao Instituto Vital Brazil S.A. Por que fez também referência? Ele é parceiro de vocês, o Instituto Vital Brazil?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, a Vital Brazil, nós... Existia uma perspectiva de a gente contratar o Instituto Vital Brazil para o auxílio das questões regulatórias somente, tanto que eles participaram conosco de duas reuniões, mas, como o projeto não deu andamento, eles não... Eles iriam... A gente tinha uma perspectiva de contratá-los somente para a parte regulatória.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas eles eram contratados por vocês?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A ideia seria... Existia uma perspectiva de contratação nossa, porque nós somos os representantes legais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas eles tinham autorização também para fazer a comercialização?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tinham autorização, tanto que nós...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A CanSino emitiu autorização tanto para vocês quanto para a Vital Brazil...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para ambos, para a parte regulatória.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E eles também, automaticamente, foram desmembrados. Vocês têm com ele parceria, tiveram com ele parceria em outras negociações?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com... Desculpa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Com o Instituto Vital Brazil?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês tiveram em outras negociações, que não a CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, com o favipiravir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você poderia declinar com quem e em qual situação vocês tiveram outra parceria?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Para a aquisição...

Em qual outra comercialização vocês firmaram parceria com o Instituto Vital Brazil, além da CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Do medicamento favipiravir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Esse medicamento vocês chegaram a comercializar com qual Estado?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ainda nenhum. Na verdade, ele não foi nem aprovado ainda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, tá!

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós estamos em trâmite...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês ainda estão em processo...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, a Vital Brazil só tratou com vocês da CanSino e desse outro medicamento que ainda não tem autorização?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero finalizar, fazendo a seguinte pergunta... Por exemplo, quando você faz aqui um levantamento da negociação com a CanSino, você tem o quê? Você tem uma tentativa de venda de uma vacina que é 77% mais cara que outra também com dose única, que foi o caso da Janssen. Ao mesmo tempo, você tem uma empresa que vem de um processo de investigação, com um prejuízo da ordem de R$18 milhões, que está no caso do Falso Negativo, aqui do Distrito Federal; ao mesmo tempo que você tem, em meio a todas essas dificuldades, uma agilidade na emissão, por exemplo, dessa carta de intenções, e você está diante de uma possibilidade de venda e de negociação de 60 milhões de doses, ou seja, um volume muito maior até do que o volume da Precisa. E, para essa empresa, houve agilidade para tudo. Por exemplo, se você pega a Pfizer, você levou quase um ano para ter, de fato, o contrato firmado e uma emissão em relação à carta de intenções. Mas, para a empresa de vocês, foi tudo muito rápido, quer dizer, tudo muito, muito ágil, com todas essas dificuldades.

O Ricardo Barros, que, aliás, já teve o Francisco Feio como integrante do seu governo lá no Estado, pela relação que ele tem com Maringá... Qual o nível de importância, Catori, que ele tem com vocês? Ele participou? Ele mediou? Ele teve alguma participação ou não teve nenhuma participação em relação a essas tratativas com a CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma participação, zero, nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele não participou em nenhum momento? Não tem... Se a gente fizer esse levantamento aqui na CPI e localizar, por exemplo... Porque, inclusive, na sua relação, o senhor não o cita aqui. Teve uma reunião, que foi no dia 15 de abril, que o senhor coloca, que foi no caso da antiviral, de que ele também participou. Mas aqui, na verdade, não participa, como o senhor cita, no caso da Anvisa, sem estar tratando da CanSino. Aqui também não era a CanSino, era o antiviral. Mas o senhor, na verdade, fez questão de não citar, aqui, a presença dele nesse seu relatório cronológico.

Eu pergunto ao senhor: a gente não vai encontrar aqui o registro de reunião com Ricardo e a sua empresa junto ao Ministério da Saúde para a aquisição dessa vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Eu afirmo isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não vai encontrar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não irá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É... Só para complementar, Senadora.

O senhor mora em Maringá, não é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vem muito a Brasília?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não muito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não muito? Quantas vezes o senhor veio, em 2020, para cá?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Quatro, cinco vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatro, cinco vezes. E neste ano?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Duas, três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Duas, três vezes. E foi a primeira reunião de que o senhor participou com o Deputado Ricardo Barros, não é? Não teve mais nenhuma reunião com ele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – No Ministério da Saúde, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem na casa de ninguém?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nem na casa de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor conhece o Silvio?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Qual?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Silvio Assis.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Só para fechar, Presidente, o que o senhor está colocando...

Catori, Ricardo Barros é um Parlamentar muito atuante do ponto de vista da influência dele. Ele é reconhecido como um dos maiores articuladores políticos do Brasil. O senhor estava num pleito junto ao Ministério da Saúde. O senhor é de Maringá, que é exatamente a terra originária dele. E o senhor, em nenhum momento, o procurou para que ele fizesse alguma ajuda ou uma mediação nessa comercialização de 60 milhões de doses de vacina.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Eu afirmo que nunca solicitei essa ajuda dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só para finalizar de fato, Presidente, lembrando que é muito fácil a gente localizar as várias reuniões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor também nunca teve nenhuma reunião no ministério para tratar de vacina, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor conversava com ele por telefone?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A única reunião que eu tive foi com o Rodrigo Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quem é Rodrigo Cruz?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – O Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para tratar de vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas em que data foi isso? O senhor lembra?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Dia 13 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Rodrigo Cruz não estava autorizando...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Foi dia 13 de abril.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Dia 13 de abril, foi a reunião das doações. Dia 20 e dia 26 de maio, eu tive a reunião com o Rodrigo Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas o Rodrigo Cruz... Só tinha uma pessoa autorizada. Ele ia substituir o Coronel Elcio nessa secretaria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Só reiterando, no dia 19/05 – com licença –, dia 19/05, nós tivemos a nossa primeira reunião com o Ministério da Saúde, que é a reunião presencial no Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Elcio Franco era a pessoa autorizada a negociar vacina no Governo Federal. Esse senhor substituiu o Elcio Franco na secretaria?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei te dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quem lho apresentou? Como é que o senhor marcou uma reunião com este senhor? Através de quem? Não, deixe-o responder, por favor.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não, só marcando a data.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. A data, não... Primeiro, para a gente marcar uma audiência para tratar de vacina, a gente liga para alguém e diz: "Olha, eu tenho umas vacinas lá em casa e eu quero vender".

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, a partir do momento em que nós nos tornamos representantes da CanSino, nós oficializamos tudo por *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, por *e-mail*, não é? O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Nos seus sigilos telemáticos, nas suas conversas entre o seu telefone e o telefone do Ricardo Barros, nós não vamos encontrar contato?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Nenhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Conversas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nem ligações?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conversas... Eu converso com ele normalmente, mas nada sobre negócios.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor, então, tem conversas com ele periódicas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Com o Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor conversa sempre com ele, mas nunca falou do contrato?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele é de Maringá. Nós somos de Maringá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas é esta a minha pergunta: o senhor tem uma representação política gigante na sua cidade; o senhor faz uma negociação e está numa tratativa com o Governo de 60 milhões de doses; você conversa muito com ele; e em nenhum momento, o senhor falou sobre isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento, ele me ajudou em nada sobre a vacina. O Brasil todo soube da nossa vacina. Para vacina, a gente não precisa de nenhuma interferência política, ainda mais em se tratando de uma vacina de uma dose.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E de 60 milhões de doses, que dariam algo aí bilionário, até numa negociação.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não foi contratada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – De fato, com o acesso aos sigilos, naturalmente a gente pode ter muito mais efetividade em relação a esses dados.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Emanuel Catori, seja bem-vindo ao Senado Federal.

Eu quero começar perguntando a V. Sa. qual a experiência que a empresa Belcher tinha com vacinas? Ela já vendeu vacinas, ela já fez algum tipo de comercialização de vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Nós somos uma empresa de dez anos no Brasil. Possuímos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, só perguntando de vacinas.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O.k. Um minutinho só.

Nós somos uma empresa de dez anos no Brasil. Possuímos todas as certificações da Anvisa, todas as autorizações de funcionamento. Com a pandemia, como nunca existiu uma pandemia no Brasil ou mundial como essa, acho que todo mundo teve que se reinventar. E, nesse caso, nós fomos atrás, para tentar ajudar a população. E eu te dou exemplos, como uma Moderna, que é um grande laboratório, nunca tinha comercializado vacinas e hoje é um grande destaque mundial da vacina deles. É a mesma agência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É produtora. É produtora de vacinas, não é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Ela não era. Ela começou a ser produtora de vacinas recente também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, veja, a primeira questão que eu levanto é que o Ministério da Saúde teve, realmente, o mesmo *modus operandi* desde o início: empresas que não tinham experiência na área de vacinas e outras que não tinham nem experiência na área de medicamentos foram priorizadas para estabelecerem uma relação na intermediação da venda de vacinas. Então, é importante a gente ter essa informação, que demonstra como o ministério foi incompetente nesse processo todo que nós vivenciamos. E é muito diferente uma empresa que comercializa medicamentos e uma que desenvolve um trabalho científico seriíssimo para produção de vacinas. Essa comparação com a Moderna, a mim me perdoe, eu acho inadequada.

A segunda coisa que eu queria perguntar a V. Sa... V. Sa. tem dito, desde o início, que o Deputado Ricardo Barros não tem nada a ver com isso, mas tudo tangencia: a empresa é de Maringá, V. Sa. é de Maringá, o sócio de V. Sa. é filho de uma pessoa que já exerceu funções públicas na Prefeitura de Maringá, quando ele era Prefeito, funções públicas no Governo do Estado, quando a senhora, a esposa do Deputado Ricardo Barros era Governadora... Ele participou de reunião lá no dia 15, que V. Sa. está dizendo que foi para tratar de um antiviral. Ele que pediu a reunião. Ele que apresentou propostas de legislação que terminaram por favorecer essas empresas que intermediaram. E ele é amigo de V. Sa. Tudo bem, V. Sa. vai dizer que não tem nada a ver, que caiu do céu, o Ministério da Saúde descobriu que a empresa de V. Sa. estava habilitada para isso... A CanSino, lá na China, ouviu dizer: "Olha, tem uma empresa lá em Maringá, a Belcher... Essa daí é nota

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

dez para ser a nossa representante aqui no Brasil". É difícil de a gente acreditar nessas coisas, que não teria havido algum tipo de ajuda para que isso acontecesse e que isso tenha sido feito pelo Sr. Ricardo Barros.

Eu vejo que ele teve papel de definir o marco legal, de indicar a Belcher como intermediária para a compra dessa vacina, teve protagonismo no Comitê da Covid-19 da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional, fez essas reuniões... Então, é muito difícil a gente acreditar que ele não teve nenhuma participação nesse processo.

A outra coisa é que V. Sa. disse... Vamos fazer a cronologia: dia 6 de abril V. Sa. fez um... assinou uma carta de confidencialidade com a CanSino. Aí, no dia 13, V. Sa. se reúne com o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, junto com o Sr. Alan Eccel. O senhor não foi tratar de vacina nessa reunião. Veja: dia 6, dia 13 – não é? –, não foi tratar de vacina. Dia 13 de abril.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Fui tratar referente a vacinas de doação. Ainda nós estávamos no processo da doação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aquela que iria ser da CoronaVac?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Da CoronaVac, esta mesma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aí, no dia 14, o senhor participa de uma reunião na Embaixada da China com Wizard, Luciano Hang, Alan Eccel, Deputado Evair Melo, Sóstenes Marchezine, até um comendador – participou aqui o Comendador Regino Barros – com o Ministro Conselheiro da embaixada. Quer dizer, V. Sa. não foi tratar do assunto CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não fui. Ainda nós estávamos referente à doação.

E, só ressaltando, o Luciano Hang e o Carlos Wizard não estavam nessa reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu tenho aqui essa informação, não é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, mas não é verdadeira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aliás, esses dois são um fenômeno, porque são negacionistas convertidos, não é? Pessoas que, durante todo o tempo, combateram a vacina, combateram o isolamento social, combateram o uso de máscara; de repente se convertem à defesa da vacina, à importância da vacinação para que as pessoas pudessem se curar, se tratar.

E aí, no dia 15, tem a reunião com o Ministro Marcelo Queiroga.

Sinceramente, é muito difícil de a gente acreditar que V. Sa. ficou ali tratando de doação de vacinas, e não da vacina que V. Sa. já tinha assinado uma carta de confidencialidade para depois aprofundar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E era o único representante...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de vacina na reunião.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me permita, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia outro representante de vacina na reunião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era o único...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu só vou me reiterar – reiterar não, afirmar: no dia 15, em nenhum momento foi tocado na palavra vacina; foi somente do medicamento favipiravir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – E eu não era... lembrando que eu só tinha o contrato de confidencialidade – contrato de confidencialidade –; e formalmente ainda eu nem sabia, não tinha certeza absoluta ainda que nós iríamos passar pelo *compliance* da CanSino.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Nessa reunião do dia 15, tinha várias pessoas lá, não é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Sim, tinha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor lembra de alguns?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Do meu lado está o Nardi, que é o Diretor do hospital; tinha o Júlio Felix, que é de Curitiba; e tinha mais três pessoas que eu não me recordo o nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tinha um Prefeito ali?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não era... Na verdade, a confusão... Eu até ia falar isto: o que está do lado, quando os senhores falaram que era um Prefeito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – É Diretor do hospital?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – É o Diretor do hospital, que é o Carlos Nardi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, ele falou aqui.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele não é Prefeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Veja, no dia 22 de março, aquele cidadão Luciano Hang diz lá na *live*: "Temos fornecedores pelo mundo, através dos nossos agentes de importação. Emanuel Catori estava com 8 milhões de vacinas". Veja: estava com 8 milhões de vacinas. "Alan Eccel com 8 milhões de vacinas. As pessoas lá fora querem contrato com a gente", disse Hang sem dar detalhes.

Que 8 milhões de vacinas eram essas que ele disse que V. Sa. tinha?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conforme explanei na minha declaração inicial, nós estávamos com tratativas para aquisição dessas compras das vacinas para 100% serem doadas no Brasil para o programa nacional de imunização. Então, essas eram as vacinas da Sinovac.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Eu queria perguntar a V. Sa. o que é que foi alegado pela CanSino para romper tanto o contrato com a empresa de V. Sa. quanto com o Instituto Oswaldo Cruz.

O senhor acredita que as suspeitas de participação da Belcher naquela chamada Operação Falso Negativo, as suspeitas de relações espúrias junto ao Governo, isso pesou na decisão da CanSino, já que V. Sa. disse que o alegado, em princípio, teriam sido razões de *compliance*? Por que foi rompida a parceria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não posso responder por eles, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quer dizer que eles assinam com V. Sa. uma carta de confidencialidade...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... depois, assinam um memorando de entendimento; depois, firmam um contrato, e, no final, desfazem o contrato sem dizer nem por que foi?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Por isso, é exatamente por isso que nós estamos analisando se nós vamos judicializar ou não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. entrou na Justiça ou não?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ainda não. Nós estamos analisando se nós iremos ou não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque veja, querendo ou não, para a empresa de V. Sa. foi um dano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E o preço era 70% mais caro do que a vacina da Janssen.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi um dano, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu... Sinceramente, a leitura que eu faço dessa situação, concretamente, é que a empresa Belcher iria, sim, fazer uma intermediação junto ao Ministério da Saúde e junto ao setor privado. É a cópia *ipsis litteris* do que a Precisa iria fazer. Só não sei se eles iriam vender para o mercado privado tão caro quanto a Precisa estava querendo vender, mas a mim parece que isso é muito claro.

Segundo, a escolha da Belcher não se deu por acaso, não caiu do céu, ela foi obviamente trabalhada, intermediada por pessoas de dentro do Governo. Foi uma atuação política para promover este casamento Belcher-Ministério da Saúde-CanSino. A CanSino viu que era uma fria – essa é a minha interpretação – e resolveu romper o contrato, porque, afinal de contas, ela quer continuar a vender vacina por aí. A Covaxin, que entrou na naquela situação aqui, hoje está suja nos Estados Unidos, está suja no Paraguai, está suja em vários lugares. Os chineses foram mais espertos do que os indianos: antes de a bronca crescer, eles caíram fora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... desse processo, não é?

Eu não consigo acreditar que, nos dias 13, 14 e 15, esses empresários todos se reuniram com o Secretário-Executivo, com a Embaixada da China e com o Ministro da Saúde por um espírito humanitário de doar vacina para o SUS; ao contrário, no tempo inteiro, essas empresas que estavam interessadas de alguma maneira em vacina atuaram no Congresso Nacional para facilitar a comercialização de vacina. Não é por acaso que o Sr. Hang diz ali: "Isso é uma jabuticaba brasileira". Por quê? Porque, naquela nossa proposta, só poderia doar, não poderia vender, só iria vender depois que toda a população vulnerável tivesse sido vacinada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, esse argumento, Dr. Catori – me perdoe –, não se sustenta, não se sustenta de forma alguma. Houve aqui, sim, tráfico de influência, advocacia administrativa e outros crimes mais que foram cometidos aí por esse Ministério da Saúde.

Então, eu quero fechar aqui a minha participação dizendo que nós, Sr. Relator, precisamos... Não quero ensinar pai-nosso a vigário, V. Exa., além de ser altamente preparado, é altamente experiente, mas essas coisas têm que estar muito claras nesse relatório. O modo de atuação desse Governo no que diz respeito a todo esse enfrentamento da pandemia da covid-19 deixou de privilegiar empresas conhecidas, idôneas, que vieram oferecer... Quem ofereceu vacinas eles não quiseram, mas aí eles foram atrás de outros que nós sabíamos que ou talvez não tivessem a vacina, como foi a salvante, ou que essas vacinas não tinham ainda liberação no Brasil, ou que eram mais caras, ou que havia uma intermediação, algum interesse, como foi o caso relativo ao Deputado Ricardo Barros.

E, por último, Sr. Presidente, existe um decreto que determina que todas as reuniões de autoridades públicas federais, inclusive fora do ministério ou fora da Presidência ou fora do órgão, sejam relatadas, sejam registradas. E aqui nós temos várias atas que não existem. Se não fosse essa fotografia em que está aqui o Ricardo Barros – só faltou tirar a gravata, parecia até o ministro, ele! –, se não fosse essa fotografia, a gente não ia saber dessa reunião que tratou de tantos assuntos relevantes para o conhecimento desta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, passe o próximo orador e, na sequência, eu falo. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, sim, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito obrigado, Excelência!

Quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar todos os Senadores, o Senador Relator, o Senador Vice-Presidente, a Senadora, as mulheres, Simone Tebet e a nossa Senadora Eliziane Gama, a Senadora Soraya também, que estava aqui.

O Governo Federal repassou, em 2020, 32,3 bilhões para o combate à pandemia; em 2021, 5,7 bilhões; vacinas: 207 milhões de vacinas distribuídas; 178,1 milhões de doses aplicadas. Um número considerável.

Sr. Emanuel, o senhor fez parte de um grupo de empresários que criou um movimento para ter a permissão de adquirir e distribuir vacinas contra o covid-19. Qual foi essa... Qual foi a sua motivação pra isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – A motivação foi ajudar a população e acho que, com a união de todos os empresários, a gente acelerar a questão da imunização no Brasil, seguindo a lei, conforme já estava vigente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor conhece o empresário Luciano Hang?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conheci ele na *live*.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Conheceu na *live*. Qual é a impressão que o senhor teve dele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Luciano Hang, não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Desculpa. O senhor não o conhece?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conheci na *live*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim. E a sua impressão sobre ele.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Na minha opinião, eu tenho uma afinidade com ele.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor não tem afinidade?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu tenho afinidade.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem afinidade. Mas, assim, o que o senhor pensa dele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me desculpa, mas reservo o direito de ficar calado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, porque eu penso...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É um empresário de sucesso. Para mim, no meu ponto de vista, ele é um inspirador e um empresário de sucesso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O que eu penso dele é que ele é um empresário que orgulha Santa Catarina...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... orgulha o Brasil. Um homem que veio de baixo, um homem simples, e hoje, em Santa Catarina, ele é referência, entusiasta pelas causas do Brasil. É isso que eu penso. Até estranhei o senhor dizer que...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. É. Me desculpa, mas nessas horas a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mas é isso aí: eu admiro muito bem ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir encarecidamente, vou pedir, com todo respeito aos advogados, que parem de falar. É a segunda vez que eu estou pedindo aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E de escrever, não é, Presidente? Porque, às vezes, eles ficam mandando uns bilhetinhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parem de falar. Daqui a pouco vocês estão sentados em cima dele aí. Eu acho que isso aí não está legal. Veja bem, eu já pedi a primeira vez, eu estou sendo educado. Tem toda essa formalidade em relação ao respeito que temos pelos advogados que vêm aqui, mas os senhores dois estão me atrapalhando de ouvir a ele responder. Os senhores estão atrapalhando o trabalho da CPI neste momento. Os senhores não estão contribuindo para que a gente possa saber o que o Emanuel pensa aqui. Ele não pensa, os senhores é que pensam por ele. Os dois é que pensam por você, Emanuel. Você não consegue responder a uma pergunta, porque os dois é que respondem por você. É a última vez que eu vou chamar a atenção. Por favor. Senão, eu vou pedir para os senhores se afastarem do cliente, porque não está respondendo, quem responde são eles.

O senhor perguntou sobre... Uma pergunta simples. Que eu saiba o Dr. Hang, o empresário, não tem nenhuma doença contagiosa, ele não tem absolutamente nada que... Eu posso discordar do pensamento político dele, mas ele, como empresário, é um empresário bem-sucedido, todo o Brasil sabe. Ficou cheio de dedos pra responder se conhecia o cara ou não. Aí ficou ouvindo "não, conhece", "não conhece", "sim" e "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, por favor. Eu estou sendo aqui o mais gentil possível. É permitido que os advogados acompanhem o paciente aqui, mas não é permitido que os advogados respondam pelo paciente. Isso é claro.

Então, por favor, doutores, me ajudem aí para que eu não tenha que ficar intervindo e tendo que dizer "olha...". Primeiro que fica um perto, os dois não necessariamente precisam ficar perto. É tipo numa delegacia de polícia: fica lá o cara; quem vai responder por ele é o advogado. O delegado vai perguntar para o advogado. É melhor não fazer as perguntas para o Sr. Emanuel e perguntar para os advogados que eles respondem com mais rapidez.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Até para não prejudicar o Dr. Emanuel, não é, Sr. Presidente? Porque assim se comprova, para cada resposta, a contradição. Só aí nós já temos a contradição do depoimento. E não sabemos se ouvimos e entendemos como verdadeira a primeira ou a segunda resposta dada à mesma pergunta, lembrando que a primeira pergunta é dada individualmente pelo próprio depoente, e a segunda, pelo advogado. Talvez já possamos daqui para frente só entender como verdadeira – o Relator – a primeira resposta dada, independentemente da retificação posterior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Jorginho, seu tempo está...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – ... restabelecido. Eu agradeço a V. Exa.

Os advogados estão falando, e até a máscara ajuda, Sr. Presidente. A máscara ajuda. Eles dão uma cochichada, porque, senão, eles não vão receber. O homem tem que pagar a eles também, não é? Eles não podem vir de graça, têm que fazer um servicinho aí. Temos que defender a nossa Ordem dos Advogados do Brasil. Eles estão aí para defender seu cliente. E a máscara ajuda no cochicho. Só que, se for muito alto, daí o Presidente escuta, mas se for meio baixinho os senhores podem continuar, né?

A sua empresa, pelo que tenho lido, acredita na união da iniciativa privada com o poder público para ajudar, através do espírito colaborativo, em causas como essa. O senhor mudou de opinião a partir do que está acontecendo nesta CPI? Esse espírito colaborativo, como brasileiro, para ajudar?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não, não. Eu continuo. Sempre fui muito generoso, gosto desse espírito de solidariedade e, onde eu puder ajudar, sempre vou estar contribuindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só uma pergunta, até para o Brasil ficar sabendo. Vocês estão ali para comprar vacina e doar, correto? Isso é aquela reunião.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Certíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. O senhor é amigo do Sr. Luciano Hang. São amigos, não é? Segundo o senhor... Então, assim, quantos... Os senhores quatro ou o senhor sozinho, quantas máscaras vocês distribuíram de graça para a população lá de Maringá, por exemplo? O senhor deu quantas máscaras para Maringá?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós doamos na pandemia mais de 1 milhão de máscaras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para Maringá?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ajudamos todo o Brasil, inclusive, quando teve a crise em todo o Amazonas, nós...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o senhor vende máscara também?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Vendo máscara também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vendeu máscara para quem?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Brasil todo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desde hospitais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... O senhor vendeu máscara para quem? Não é para hospitais. Qual... Para o Estado do Pará? Para o Estado do Amazonas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós vendemos para quem busca na empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu estou lhe perguntando...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – No público? Na questão pública?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Estado. O senhor vendeu para quem? Para hospitais particulares ou para prefeituras, para governos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Prefeituras, órgãos privados, públicos... Em geral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Governo Federal nenhuma máscara?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, vendemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não se perguntou se tinha alguma coisa...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, ele perguntou. Com todo o respeito, ele me perguntou, e eu respondi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Respondeu. E eu apresentei o Portal da Transparência, que tinha vários registros de créditos, inclusive.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas eu não estou entendendo, Senador Aziz. Qual é o problema? Ele não pode vender? A empresa dele não pode vender?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Poder, pode. Poder, pode. É porque o depoimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque tem muitas coisas surpreendentes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São coisas surpreendentes, coisas que a gente não sabia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre as quais ele silenciou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, é isso que eu estou perguntando.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

O senhor... Qual o impacto para a empresa de ter sido citada na CPI e o que significa o seu negócio ter o seu diretor presidente convocado pra depor? Teve que problema?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – O impacto é muito grande, ainda mais sendo que nós sempre trabalhamos com muita transparência. Sem dúvida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

alguma, isso tem um impacto gigante pro nosso negócio, por isso que, quando vocês me convocaram, eu gostaria de ter vindo pra esclarecer tudo isso e dizer que sempre eu vou falar a verdade. Mas o impacto é muito grande.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É mais uma negociação que não aconteceu, não é? Mais um barulhão danado. O Governo comprou alguma vacina sua?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nenhuma.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Os senhores fizeram algum negócio pra ganhar dinheiro com o Governo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós participamos...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – De vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não, não, nenhuma.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, eu estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós guardaremos pra próxima CPI.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esta está encerrando quando? Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A audição dele, sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, pra próxima... O próximo depoimento. Entendi agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Luis Carlos Heinze está preparado ou quer que eu cancele o seu depoimento?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma colocação e cumprimentar o depoente, o Sr. Presidente, o Sr. Relator, as colegas Senadoras e Senadores. Pelo que sei – e vou perguntar aqui ao Emanuel – essas compras, tanto da Covaxin quanto da Sputnik e dessa própria CanSino, que estavam sendo feitas, tinham como objetivo antecipar, terem vacinas pra serem entregues ainda no primeiro semestre.

No processo que nós temos hoje, das vacinas compradas – 632 milhões de doses –, parte já foi distribuída – 217 milhões –, mas essa outra parte seria, então, para o segundo semestre; a falta maior estaria no primeiro semestre. Então a pergunta é: essa vacina de vocês, que estava sendo negociada, seria pra entrega no primeiro semestre? É isso aí? No segundo trimestre? Primeiro semestre deste ano de 2021?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Isso, o objetivo seria ser entregue a partir de julho. Esse era o objetivo inicial.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

Também aqui foi falado, ouvi em outras manifestações, Senador Girão... Parece-me que Luciano Hang, Carlos Wizard, enfim... Pelo que deu pra entender, eles estariam intermediando vacinas... Os colegas Parlamentares... Alguém insinua que eles tivessem interesse em intermediar a venda de vacina pra ganhar comissão. Foi o que eu entendi aqui.

Só pra fazer uma colocação: o processo que esses empresários e outros tantos do Brasil interferiam era para, vamos dizer assim, que o Brasil tivesse vacina, que os empresários pudessem comprar as vacinas pra vacinar os seus funcionários e depois, na mesma proporção, fazer a doação... Se eu comprasse 500 mil vacinas, eu vacinaria meus funcionários e, com isso, eu também teria compromisso de entregar vacinas, vamos dizer assim, ao SUS, certo? Pra que, de uma certa forma, fizesse isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, só pra registrar essa posição, porque eu falei com Sr. Carlos Wizard e a posição dele é essa aí. Jamais teria interesse, Senador Girão, de ganhar comissão pra vender vacina pro Governo brasileiro.

Só nós registrarmos aqui, porque essa colocação que. Eu estou fazendo essa colocação.

E a outra questão, também, Sr. Presidente, com relação às vacinas, eu vou registrar de novo que, o meu Estado, o Rio Grande do Sul, Senador Girão, recebeu lá 12 milhões... Já recebeu, do Governo Federal, 12,784 milhões de doses para uma população vacinal de 8,958 milhões de vacinados, vacinável, vacináveis.

Já tem, hoje, no meu Estado, praticamente quase a metade da população que já recebeu, que já teria recebido a segunda dose, 3,826 milhões de doses para a segunda dose. Isso quer dizer que, no Estado do Rio Grande do Sul, estima-se que até o final de outubro toda a população gaúcha já tenha recebido duas doses.

E, no Brasil, segundo dados que nós temos aqui, já foram distribuídas 215 milhões de doses para uma população vacinal de 160 milhões de brasileiros e já tem 55 milhões de brasileiros para a segunda dose, Senador Jorginho Mello.

Isso também é importante nós frisarmos, que essas vacinas foram compradas e que já tem 632 milhões de doses compradas, afora a Covaxin que não entrou, Sputnik que não entrou e essa CanSino que não entrou também. Então, já tem vacinas compradas e que, no decorrer agora do segundo semestre, serão compradas, quer dizer, se tiver necessidade de uma terceira dose tem vacina suficiente para fazer uma terceira dose. Esse é o ponto.

Vou voltar, aí sim, Sr. Senador Omar Aziz, novamente no tratamento precoce.

Foi comentado aqui da Pfizer. A Pfizer é um inibidor, o produto deles é um inibidor, como também... Deixa só eu fazer uma colocação.

O medicamento da Pfizer é do tipo inibidor de protease, assim como os medicamentos hidroxicloroquina e ivermectina, que, embora possuam mecanizações diferentes, esses três medicamentos resultam na inibição da replicação viral.

Vou apresentar, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Colegas Senadores e Senadores, nós estamos preparando um documento de cientistas, não são charlatões, que demonstram o que eu, Senador Girão, e outros falam aqui nesta CPI.

Não tem problema nenhum, como por alguém foi colocado, que pudesse até nos criminalizar. Falo isso, repito e reaplico o que eu estou falando aqui. São fatos concretos que existem, cientistas falando esse fato que estou falando das medicações que estão sendo usadas no Brasil.

Estou buscando contato com as Embaixadas da Índia, do Senegal, da Nigéria e também do México que comprovem o que eles estão fazendo naqueles países com a letalidade muito mais baixa que nós temos em muitos Estados brasileiros, inclusive no Brasil, porque adotam o tratamento com esse medicamento que aqui estão criminalizando, e esse é o fato que estou buscando nas embaixadas desses países, procurando a informação que eu já sei, mas eu quero a confirmação por parte das embaixadas do México, da Índia, da Nigéria, do Senegal, como eles adotam o tratamento e mostram os dados que eles têm naqueles países, como eu tenho aqui em vários Estados e vários Municípios brasileiros que estão falando.

Volto a falar o caso de Serrana, no Estado de São Paulo, toda a população vacinada em janeiro, Senador Girão, comparado com o nosso Porto Feliz, onde o médico, é um médico que adotou o procedimento, e assim eu posso citar centenas de casos no Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, esse é o fato, esse é o caso que nós temos, apenas para fazer essa colocação na defesa do que nós advogamos aqui. Eu não recomendo, não sou médico para receitar, mas o Conselho Federal de Medicina deu autorização aos milhares de médicos brasileiros, que são criminalizados, para poder fazer a adoção desse tratamento *off label*.

Essa é minha colocação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir ao Senador Randolfe que passe à Secretaria aquela resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já fornecemos. Já fornecemos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu queria que fizesse uma resposta bastante... As letras grandes e plastificasse, para que eu entregue e deixe aqui, na frente aqui, sobre o que pensa a Pfizer, que está... Eu acredito, Senador Heinze, que o FDA americano deve ser uma instituição de respeito, ou não?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Acho que é, e eu debato com o senhor, com que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, comigo não. Não, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, só um minutinho – só um minutinho. É uma instituição de respeito, e estou aqui pedindo um debate sobre a pesquisa de Manaus, que, infelizmente, ninguém veio debater – ninguém veio debater.

Lá no estudo de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o FDA disse que a ivermectina é para cavalo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi, falou, falou isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou: "para cavalo". Assim mesmo, literalmente: "A ivermectina é para cavalo".

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou apresentar na CPI um debate no Senado americano, falando sobre ivermectina, sobre esse tratamento. Foi feito um debate muito intenso no Senado americano no ano passado. Vou trazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Respeito a posição do FDA, mas eles também vão ter que ouvir cientistas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, eles estão errados...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não são chutadores, não. Não são chutadores; cientistas. Eu dou nome, nome e quero que me apresentem nomes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou esperando um dado, Sr. Presidente. Eu acho que o Senador Randolfe está na minha frente; depois eu falo. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Senador Randolfe, depois Senador Girão, Senador Rogério Carvalho, Senador Alessandro e Senadora Soraya.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para lembrar que eu... Aqui, Presidente, aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci. Senador Fabiano Contarato e Senador Izalci Lucas. O senhor está lá no final, o senhor é o décimo segundo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É porque eu estava inscrito virtualmente desde o início. Eu estou acompanhando desde o início, mas estava virtual, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que está aqui, Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero falar cinco minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Emanuel Catori, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu queria pedir para Ana para nós iniciarmos colocando um de vários vídeos com uma declaração do Senhor Presidente da República. Basta colocar esse.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É só para lembrar... Eu quis iniciar minha inquirição, Sr. Relator, Sra. Presidente, com esse vídeo do Presidente da República. Esse vídeo do Presidente da República é de 17 de dezembro. Eu quero repetir o que... Nós poderíamos repetir várias vezes nesta CPI, Sr. Relator, o que o Senhor Presidente da República fala nesse vídeo: "A pressa da vacina não se justifica. Nós estamos com a pandemia no fim". Acho que vocês todos ouviram. É de conhecimento público essa manifestação do Presidente da República. É bom nós sempre lembrarmos, para, toda vez que vierem trazer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito dados sobre a vacinação hoje no Brasil... É importante sabermos que, em dezembro, o Presidente da República estava dizendo que a pandemia ia acabar e que a pressa pela vacina não se justificava. Em dezembro, o Presidente da República, que já poderia adquirir vacinas, dizia isso.

A partir dessa declaração do Presidente da República, Sr. Emanuel, eu lhe pergunto: nesse período, em dezembro, a Belcher já estava fazendo tratativas para aquisição, para fornecer vacinas aos brasileiros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Nós estávamos fazendo tratativas ainda com os laboratórios privados. Em nenhum momento, a gente entrou em contato com algum órgão federal no Brasil. Nós estávamos buscando parceiros tecnológicos no exterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para o fornecimento de vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para a aquisição e para sermos os representantes legais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, nesse período de dezembro, na época da *live* do Presidente da República, com qual laboratório especificamente a Belcher estava negociando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não se recorda? Espere aí! Permita-me! O senhor é um executivo da Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não se recorda com quem estava negociando em dezembro o fornecimento de vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós estávamos com tratativa... Nós estávamos tratando com diversos laboratórios para ver com quem a gente ia conseguir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por exemplo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A Sinopharm é uma, e a CanSino é outra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Sinopharm... Mas o senhor não tinha a informação de que a Sinopharm já tinha contrato firmado com o Butantan nesse período?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós não tínhamos a informação de que ela era exclusiva no Brasil, conforme eu já...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Sinopharm também não respondeu isso...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... ao senhor, naquele momento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor estava... Deixe-me ver se entendi. A Belcher estava em contato com a Sinopharm...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Sinopharm...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me desculpa! É Sinovac!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perdão!

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Perdão! Desculpa! Desculpa! É Sinovac. Perdão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, vamos lá! Deixe-me ver se eu entendi. Em dezembro, a Belcher estava em contato com a Sinovac.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No primeiro contato da Belcher com a Sinovac, a Sinovac não informa que já tinha contrato firmado para fornecimento de vacinas no Brasil com o Instituto Butantan?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Conforme eu falei, a Sinovac tem diversas plantas. E o Butantan, pelo conhecimento que nós tínhamos na época, tinha contato somente com uma das plantas. Então, por isso é que a gente estava avançando com a conversa para aquisições de doação nesse momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, nesse instante, essa planta, seja qual for, da Sinovac não tinha informado, comunicado?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tinha dado nenhuma informação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, no mês de dezembro, o senhor estava em contato... O senhor estava em contato com...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – CanSino e Sinovac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – CanSino e Sinovac, para fornecimento de vacinas para os brasileiros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo, mas lembrando que a Sinovac era somente para as doações. A CanSino nós estávamos buscando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estou falando do mês de dezembro.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você já estava em contato com os laboratórios CanSino e Sinovac?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sinovac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para recuperar para o senhor...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu coloquei o vídeo da *live* do Presidente da República...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com a CanSino, nós não estávamos intensificados ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aquele vídeo da *live* do Presidente da República, aquele vídeo do Presidente da República é de dezembro, em que ele fala que a pressa por vacina não se justifica e que a pandemia estava no final. Esse vídeo é de dezembro.

A pergunta que eu lhe faço é: no mês de dezembro do ano passado, os senhores já estavam em contato com algum laboratório para fornecimento de vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Em nenhum momento, nós paramos em busca tanto de antiviral quanto de vacinas para o Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre procuraram; em dezembro, estavam em contato com os dois laboratórios. É isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Acredito que sim.

Não, não está claro. Me desculpa, eu não estou entendendo claramente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. A pergunta é: em dezembro, com quais laboratórios a Belcher estava em contato para fornecimento de vacinas? Em dezembro, dezembro de 2020.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em dezembro... Nós iniciamos as tratativas no início do ano. Nós, em dezembro, nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto, demorou, mas era aí que eu queria chegar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era exatamente aí que eu queria chegar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, em dezembro, na época em que o Presidente da República dizia claramente que a pressa por vacina não se justifica, a Belcher não estava em contato com nenhum laboratório, certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Os contatos com laboratórios iniciam quando?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os contatos com laboratórios quando iniciam? Com laboratórios.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Meados de março, fevereiro e março.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Meados de março.

Então, me permita, Sr. Emanuel; veja, Sr. Relator, Sra. Presidente: os contatos da Belcher com laboratórios para fornecimento de vacinas só iniciam em março. Antes disso, o Presidente da República e muitos dos seus aliados diziam que não precisava de vacina.

O seu laboratório, então, só inicia em março o contato para fornecimento de vacinas a partir do debate no Congresso Nacional de fornecimento de vacinas pela iniciativa privada. É isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para a aquisição de doações, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para a aquisição de vacinas pela iniciativa privada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para doações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

É isso que justifica, inclusive, aquela *live* com Luciano Hang e Carlos Wizard, certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Luciano Hang e o Sr. Carlos Wizard estavam em campanha aberta contra a lei que tinha sido aprovada no Congresso no mês de fevereiro, aliás, no mês de março – proposta de fevereiro e apresentada em março. Estavam em campanha ampla e aberta contra aquela lei, que foi a lei, repito, que possibilitou que os brasileiros fossem vacinados com a Janssen e com a Pfizer. Estavam em campanha aberta pela alteração daquela lei.

O senhor também fazia parte desse movimento, certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não fazia parte desse movimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tenho uma notícia aqui que diz o seguinte: "Empresário de Maringá lidera movimento para compra e distribuição de vacinas contra a covid-19", notícia de 23 de março de 2021.

Diz ainda na notícia: "Catori [é o senhor] explica que o principal objetivo do grupo é obter a permissão para que empresas brasileiras comprem e doem vacinas contra a covid-19 não apenas para o Sistema Único de Saúde [...], mas também para outros setores. O que nos levou a tomar essa atitude foi agilizar o processo de vacinação [...]'".

O senhor não fez essa declaração?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, fiz e é totalmente sobre doações. Em nenhum momento, eu estou falando comercialização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas este movimento aqui é o mesmo movimento do qual participava o Sr. Wizard...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – De maneira alguma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e o mesmo movimento do qual eu participava o Sr. Luciano Hang. E tempos depois o senhor participa da *live*. Na *live*, na preliminar da *live*, claramente o Sr. Luciano Hang condena a 14.125, aprovada pelo Congresso Nacional, e advoga pela alteração da lei, lei esta que foi aprovada pela Câmara dias depois, dia 7 de abril, patrocinada a aprovação pela Câmara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Sra. Presidente, Sr. Relator, pelo Partido Progressista, o mesmo partido do Deputado Ricardo Barros – mesmo partido do Deputado Ricardo Barros.

E existia uma campanha clara, declarada, contra uma lei já aprovada... Aliás, eu acho... me parece que é a alteração de lei mais rápida da história do Congresso Nacional. O Congresso Nacional aprova uma lei que possibilita a vacinação, à qual o Governo estava resistindo; dias depois, a Câmara já faz a alteração dessa lei. Já faz o projeto de alteração dessa lei, atendendo àquela *live* da qual o senhor estava fazendo parte, àquela *live* em que estava o senhor, estava o Luciano Hang, estava o Sr. Carlos Wizard, e, pelas notícias que se tem, com o senhor participando dessa campanha. Parece-me que tem correlação clara aí dos interesses.

Mas continuando: o senhor conhece o Sr. Flávio Pansieri?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é a sua relação com o senhor e qual a relação da empresa Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Totalmente profissional. Ele é nosso... A gente o contratou para a parte regulatória da empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O fato de ele ser advogado do Sr. Ricardo Barros é uma mera coincidência?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mera coincidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A relação dele de sociedade também, com familiares do Deputado, é mera coincidência?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tanto que eu fiquei sabendo dele a partir do Rafael, que é um consultor nosso, que é de Curitiba também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é mera coincidência?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Mas ele participou, inclusive, das reuniões sobre a vacina CanSino com a Anvisa, certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Com a gente, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E qual o papel do Instituto Vital Brazil nessas negociações com a CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com a CanSino, nós estávamos nas questões da perspectiva de contratar o IVB somente para a parte regulatória. Por isso que o IVB participou com a gente em duas reuniões. Mas, como não deu andamento na vacina, nós não concretizamos a nossa parceria.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Senador Randolfe, eu queria entender direito essa participação desse advogado. Como que é o nome dele?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Flávio Pansieri. Flávio Pansieri, que o Sr. Catori diz aqui para nós que o fato de ele ser também advogado do Sr. Ricardo Barros e ser também sócio de familiares do Sr. Ricardo Barros é uma mera coincidência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele foi contratado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele participou de reuniões da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas ele já era advogado da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Era advogado nessa questão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Não, mas já era advogado da Belcher antes?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não, não era. Ele trabalha, ele, o escritório dele...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele é sócio, ele é advogado do Ricardo Barros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então deixa eu ver se nós entendemos. Ajude-nos a entender, ajude-nos a entender.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, eu só queria saber se ele foi contratado pela Belcher, houve um contrato, e qual foi a data desse contrato.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu posso solicitar o contrato pra vocês. É...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não lembra mês, nada...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Foi logo quando nós fomos entrar com a vacina, porque o escritório dele é especializado em processos regulatórios.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na Anvisa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Na Anvisa.

Então, o escritório dele...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes de entrar, então...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Antes de entrar, nós já entramos nas tratativas, pelo fato do *know-how* dele e todo o conhecimento dele na questão regulatória. Por isso que nós o contratamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Permita-me: em nenhum momento antes a Belcher contratou o Sr. Flávio Pansieri?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em nenhum momento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só contratou pra este caso específico?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para as tratativas com a vacina CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para a parte regulatória.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E isso foi em decorrência do *know-how* dele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Do *know-how* dele. Ele tem um grande conhecimento na questão de *know-how*.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Ele tinha já experiência de tratativas junto à Anvisa, da agência reguladora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Sim. Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele já participava?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele é sócio em alguma...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Pelo que eu fiquei sabendo quando fui tratar, quando eu fui conversar com ele, sim, demonstrou todo conhecimento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Conhecimento e influência, Senador Randolfe, ele tinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – É... O Sr. Catori está dizendo que a relação do advogado com o Sr. Ricardo Barros – que é notória a relação, o advogado é advogado do Sr. Ricardo Barros e é sócio de familiares do Sr. Ricardo Barros –, o Sr. Catori diz que é mera coincidência.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Com licença, ele não era sócio; ele não é sócio. Ele já foi sócio do genro do Ricardo Barros. Ele já foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito. O senhor tem essa informação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Pela mídia, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque o senhor foi muito rápido...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não... Mas é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... inclusive, em refutar essa informação...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, me desculpa, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me chamou a atenção. Me chamou a atenção a correção, o conhecimento que V. Sa. tem. Obrigado por me corrigir, mas me chamou a atenção a rapidez com que V. Sa. me corrigiu. Realmente... Assim, obrigado pela correção. Ele não é sócio; ele já foi sócio. Mas V. Sa. tem muito conhecimento, inclusive sobre as tratativas e negócios do Sr. Flávio Pansieri. Obrigado pela correção. Me chamou a atenção o conhecimento de V. Sa.

O instituto... Mas voltemos ao Instituto Vital Brazil.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sobre o Instituto Vital Brazil...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sobre o papel do Instituto Vital Brazil.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A gente começou... A gente tinha uma perspectiva de contratá-lo somente para a parte regulatória junto com a gente, tanto que depois a gente não deu mais andamento com eles, porque o processo da CanSino não avançou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que o Instituto Vital Brazil, em determinado momento, negou que tenha tido algum... Primeiro, eu quero lhe perguntar o seguinte: teve contrato?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, em nenhum momento ainda, nós não tínhamos firmado contrato, porque eles somente... Como não tinha nada definido da questão de valores, por isso que eles participaram em duas reuniões com a gente na Anvisa, para ver o tanto de trabalho que ia ter na questão regulatória...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o Instituto Vital Brazil integra a carta de autorização?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, integra, porque, quando nós fomos oficializar para a CanSino, nós falamos que a gente ia dar andamento com o IVB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, mesmo assim, a rescisão em relação ao Instituto Vital Brazil é posterior.

E eu quero lhe perguntar o seguinte: o Instituto Vital Brazil, qual *expertise* que tinha? Quantos pesquisadores? Quantos bolsistas tinha para validação? Como que a Belcher chegou ao Instituto Vital Brazil?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós já temos uma parceria com o Instituto Vital Brazil pelo fato do antiviral, então nós conhecemos o corpo... Ele tem um grande corpo regulatório, por isso que houve essas tratativas, mas eu não sei responder precisamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E achava que era a instituição mais habilitada para isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que era a instituição mais preparada pare este fim?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Pela nossa avaliação, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Governo do Paraná intercedeu junto à Embaixada do Brasil na China, solicitando apoio para a empresa CanSino. V. Sa. poderia descrever como se deram essas tratativas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas... Bom, mas foi a intermediação em favor de um negócio que V. Sa. estava... em que V. Sa. era ator central.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. não tem conhecimento dos...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... das interações, intervenções e participação do Governo do Estado do Paraná?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tenho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor participou de alguma negociação para a compra de vacinas antes de ser representante da CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor participou de alguma negociação para a compra de vacinas antes de ser representante da CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas tem aquele... Existe essa circunstância do dia 17 de março, daquela *live*, mas V. Sa. insiste...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Totalmente de outro laboratório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que nada tinha a ver com a negociação com a CanSino.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

V. Sa. parece-me que reiterou aqui – eu falo isso já para concluir, Sra. Presidente –, V. Sa. reiterou aqui que as notícias acabaram prejudicando a evolução das tratativas, das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

negociações entre a CanSino e o laboratório que V. Sa. aqui representa. V. Sa. reafirma isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Afirmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, diante disso, V. Sa. acha que o laboratório da CanSino não deverá mais fornecer vacinas aos brasileiros, não tem mais interesse?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não posso responder por eles.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, porque, inclusive, é comunicado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual é a relação, evidentemente, Senador Randolfe, que pode existir entre o fato de a CanSino ter descredenciado a Belcher por causa de *compliance* com notícia? Não vejo vinculação, evidentemente, nenhuma, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma matéria só, não é, Senador? Uma notícia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É, não tem nada a ver, nada a ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A opinião sua é a mesma opinião do Deputado Ricardo Barros, que foi desmentida pela própria farmacêutica da CanSino. A farmacêutica da CanSino, em comunicado, inclusive desmentindo o Deputado Ricardo Barros, fala aqui que manifesta total interesse ainda em fornecer vacinas para o Brasil. Diz o laboratório: "A empresa manifestou interesse em trazer a vacina para o Brasil, mas a forma como isso ocorrerá é uma decisão ainda a ser definida pelo laboratório".

Me parece, Sr. Emanuel, que, claramente, a CanSino manifestou unilateralmente o interesse de não continuar com a parceria com o seu laboratório, mas que tem interesse no fornecimento de vacinas ao País. Então, me parece que – ao contrário do que V. Sa. aqui afirma e do que foi afirmado também pelo próprio Deputado Ricardo Barros, corroborando com a declaração de V. Sa. – o que laboratório não quer é a intermediação, que, mais uma vez – me permita –, tem algo muito parecido com o processo envolvendo a Precisa, porque... Pelo menos, V. Sa. foi mais claro do que os executivos da Precisa. A Precisa nunca informou sobre o dito contrato firmado entre ela e a Bharat Biotech, o que nos levou a crer que o contrato não existia, e foi confirmada depois a não existência do contrato. A mesma circunstância ocorre com seu laboratório. V. Sa. acaba de afirmar que não existia contrato; existia um memorial de intenções, um memorando de intenções. E, em seguida, o próprio laboratório da CanSino afirma que mantém interesse no fornecimento de vacinas ao País, só não mantém interesse na intermediação com o laboratório de V. Sa.

Me parece que essa história de não existirem contratos para o firmamento e fornecimento de vacinas é um *modus operandi*, é um procedimento que é recorrente nisso que estamos investigando nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Randolfe.

Nós vamos seguir agora com a lista dos suplentes. Antes, porém, o depoente pede rapidamente para ir ao banheiro. Só cinco minutinhos aqui.

(*Suspensa às 13 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Retomamos, então, aqui, a nossa sessão e seguiremos com a intervenção ainda de um titular, que é o Senador Eduardo Girão, que tem o tempo de 15 minutos.

Antes, porém, eu queria apenas que o senhor nos trouxesse aqui uma informação só para clarear. O Pansieri, que é advogado, não integra, como sócio, nenhuma das empresas que integram o grupo econômico da Belcher, que são dez ao todo, não é isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não, são cinco. E, nenhuma. Afirmo: nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nenhuma. Mas o Daniel Moleirinho, sim, que é o filho do Francisco Feio.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, o Daniel é meu sócio.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Certo.

Muito obrigada.

Com a palavra o Senador Girão, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Sra. Presidente desta sessão, Senadora Eliziane Gama.

Seja muito bem-vindo, Emanuel, aqui e seus advogados, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Formulei algumas perguntas aqui para o senhor. Já, já começo a fazê-las, mas antes, Sra. Presidente, eu não poderia deixar de registrar nesta semana, neste início de trabalhos que a gente está tendo aqui na CPI, algo que a CPI não faz, e que a Polícia Federal e a CGU (Controladoria-Geral da União), graças a Deus, fazem no País, que é investigar corrupção.

Então, ontem foi deflagrada pela Polícia Federal e CGU a Operação Cartão Vermelho 2, que é uma continuidade da primeira fase da Operação Cartão Vermelho, que investiga crimes de corrupção, desvio de recursos públicos federais e fraude em procedimento de licitação durante o combate à pandemia. A ação visou instruir inquérito policial que apura indícios de atuação criminosa de servidores públicos dirigentes de organizações sociais sediadas em São Paulo contratadas para gestão do hospital de campanha montado no Estádio Presidente Vargas, que fica lá em Fortaleza, no meu Ceará.

Inclusive esse hospital foi desmontado enquanto todo mundo, Senador Heinze, sabia que viria a segunda onda. Parece que Prefeitos e Governadores também não acreditavam que vinha e fecharam esse hospital de campanha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Girão, permite só uma interrupção?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Para que não haja uma omissão, V. Exa. há de compreender que o principal patrocinador de que a pandemia havia acabado foi o Presidente da República, e isso estimulou inclusive o fechamento de alguns hospitais de campanha, porque ele, da autoridade de cadeira de Presidente, anunciava que não haveria segunda onda e que a pandemia havia acabado. Nós acabamos, na intervenção do Senador Randolfe, de mostrar esse vídeo para avivar a memória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Eu peço só que reponha esse tempo porque me parece, Senadora Eliziane Gama, que essa percepção de que a pandemia teria acabado foi um erro, seja de Presidente, seja de Governador, seja de Prefeito, seja de cientistas. O fato é que hospitais de Estados e Municípios, sob a jurisdição de Prefeitos e Governadores, foram fechados. Esse é o fato. E isso ceifou vidas.

O caso desse hospital lá de Fortaleza, que é um escândalo, uma vergonha para a nossa população... Inclusive a CPI disse que iria chamar Prefeitos aqui, ex-Prefeitos. Chegou a sair na pauta desta CPI, veio para a pauta e foi tirado. E disseram que viria de novo para a pauta, mas, até hoje, quatro meses depois, ainda não voltou. E a CPI deve à sociedade uma resposta sobre isso.

Só para vocês terem uma ideia, a Polícia Federal ontem mostrou que há indícios de conluio entre investigados para direcionar a escolha da organização social, com pagamentos superfaturados, transações com empresas de fachada, desvios de recursos públicos, enriquecimento ilícito. Então, isso aqui é uma amostra de que a gente poderia estar enveredando por esse caminho também para mostrar toda a verdade e não apenas uma parte da verdade. Foram dezenas de milhões de reais investidos, choveu denúncia – não foi chuva com água, foi denúncia –, e aí se resolveu fechar, em cinco meses de funcionamento, esse hospital. Estão aí a Polícia Federal e a CGU fazendo o trabalho.

A CGU, diga-se de passagem, esta CPI já aprovou – já aprovou – a vinda do Ministro Wagner Rosário aqui, mas até agora não foi marcada a vinda dele. Será que vai até o final desta CPI? Porque ele pode trazer dados tanto do Governo Federal, que a gente precisa investigar, eu concordo, e ele pode trazer também de Estados e Municípios. Por que não? Por que não? Vamos virar essa página e vamos marcar.

Os meus Requerimentos nºs 83, 84, 85, 88 e 89, que tratam exatamente dessa investigação em hospitais de campanha, até hoje – até hoje –, Senador Heinze, não foram votados.

Antes de entrar nas perguntas, eu queria fazer uma retificação importante, porque a gente vê uma guerra de narrativa grande aqui dentro desta CPI, não é de hoje. E a gente precisa ter coragem e ousadia para contrapor. O tempo é o senhor da razão, mas não venha querer colocar narrativas aqui com que a gente tem que concordar, porque isso não é correto.

Sobre essa publicação do FDA, a respeito do uso indiscriminado de ivermectina nos Estados Unidos, lá naquele país não há formulação de ivermectina para consumo humano. A população, no entanto, vinha utilizando ivermectina de uso veterinário. Foi sobre isso que o FDA alertou. Eu quero deixar muito claro que ninguém tem o monopólio da ciência, ninguém é dono da verdade. A gente precisa ouvir quem conhece o assunto. Eu não conheço, o Senador Heinze não conhece, os outros colegas aqui não conhecem. A gente precisa ter um debate franco pra entender sobre tratamento, que sempre foi um princípio da Medicina. No dia em que vieram os cientistas aqui pra mostrar dados, metanálises, mostrar efetivamente os seus estudos clínicos, inclusive, a maior parte desta CPI foi embora, não fez perguntas. Quer trazer? Vamos trazer de novo. Eu topo, porque eu acho que a gente precisa ter aí realmente o bom senso nesse caso pra não cometer injustiças. A autonomia médica precisa ser respeitada. É sobre isso que o Conselho Federal de Medicina se posicionou. Inclusive, eu acho que deve vir aqui o Presidente do Conselho Federal de Medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Sr. Emanuel, eu queria lhe perguntar o seguinte: o senhor é Diretor-Presidente da empresa Belcher Farmacêutica, o senhor é o fundador dessa empresa? Qual a sua relação com essa companhia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Sim. No Brasil, eu sou. Minha relação com essa companhia: eu sou um dos melhores amigos do sócio-fundador, que é nos Estados Unidos, que é uma empresa de 50 anos, e foi onde eu fui o fundador dela no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

É... Há 50 anos existe a empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nos Estados Unidos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nos Estados Unidos. No Brasil, há dez – não é isso que o senhor falou?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo, dez anos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Desde quando trabalha com vacina ou nunca trabalhou com vacina essa empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Como nós... Na vacina nós nunca trabalhamos anteriormente, conforme eu já explanei, mas, pelo fato de nós termos todas as autorizações de funcionamento da Anvisa e todas as certificações, como nunca houve nenhuma pandemia como essa, mundial, acredito que todas as empresas farmacêuticas, como a nossa, foram em busca de uma solução para o Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Uma pergunta que foi feita aqui, mas é importante...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a gente fazer de novo, deixar muito claro: a sua relação com o Deputado Ricardo Barros. Desde quando o senhor conhece esse Parlamentar influente aqui?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele é amigo de longa data do meu sócio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É amigo do seu sócio?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – De longa data, onde nós nos tornamos amigos também. Tenho uma amizade cordial com ele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor é filiado a algum partido político?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Que eu me recorde, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor ou a Belcher já fez doação a partidos políticos ou a políticos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nunca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor é sócio desde o início da empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Há dez anos aqui no Brasil?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É... Eu queria lhe perguntar também o seguinte: a Belcher Farmacêutica assinou contrato com um gigante paraguaio, o laboratório Lasca, braço forte da indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

farmacêutica guarani. Esse contrato tem alguma ligação, mesmo que indireta, com relação à aquisição de vacinas? Se sim, quais vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma. Na verdade, esse contrato já foi antes da pandemia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor teve alguma reunião no Palácio do Planalto?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por que o senhor acha que o senhor está aqui nesta CPI hoje?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Pela convocação que eu tive. Não tenho... Não consigo afirmar o motivo. Esclarecer todas essas dúvidas que estão tendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sua empresa deve ter experiência na formulação de preços ao consumidor. Segundo reportagens, o valor da vacina da CanSino estaria sendo oferecido por US$17 a dose, tornando-se a vacina mais cara no mercado brasileiro até o momento. Pergunta: o senhor confirma esse valor? Qual seria – se o senhor puder nos passar, a gente agradece; me passar – a margem de lucro da sua empresa? E qual a quantidade a ser contratada? E de que forma seriam feitas as entregas e os pagamentos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Calma, vamos lá. Pode repetir as perguntas para a gente ir por etapas?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos lá. O senhor confirma esse valor de US$17?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – No valor que a gente ofereceu para o Ministério da Saúde, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uma dose?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Uma dose somente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo.

A margem de lucro da sua empresa com essa transação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, eu vou manter o direito de ficar em silêncio, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela de alguma forma passaria algum tipo de comissionamento a algum intermediário dentro dessa transação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual a quantidade a ser contratada? E como seriam as entregas e os pagamentos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tudo dependia dessa carta de intenção para a gente dar andamento às negociações, então eu não tenho como afirmar isso neste momento. A proposta inicial eram 60 milhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor falou que a sua empresa, nesses dez anos, teve uma relação comercial natural tanto com o Governo Federal como com Estados e Municípios. Durante a pandemia, o senhor realizou que tipo de vendas e para onde, com relação a medicamentos, a esses insumos necessários aí ao enfrentamento da pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós vendemos praticamente para o Brasil todo. A gente participa de licitações diariamente. E a gente vende tanto para empresa privada quanto para o mercado público. Eu não consigo precisar, que são inúmeros, mas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quais medicamentos foram mais vendidos durante esse período?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O propofol, rocurônio. Esses dois medicamentos, no combate à pandemia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Houve incremento durante as vendas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nesse período?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Além do Distrito Federal, que outros Estados o senhor...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Praticamente todos nós já atendemos, o Brasil todo. Acho que são pouquíssimos Estados que nós não atendemos no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E sua empresa também vendeu testes rápidos para covid-19?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Bem poucos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi aqui para o Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual foi o Estado?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Vendemos para empresas privadas no meu Estado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Segundo a reportagem, essa mesma reportagem, sua empresa e o Instituto Vital Brazil foram desautorizados pela CanSino Biologics para requerer autorização do uso emergencial, registro, autorização de comercialização, bem como atividade de preparação e distribuição da vacina. Exatamente por qual motivo o senhor considera que isso ocorreu?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eles... Eu não sei responder o motivo por eles. O que eles alegaram foi uma questão do *compliance*, onde nós já tínhamos fornecido para eles todas as nossas certidões, que nós temos todas as certidões negativas e somos aptos a trabalhar e fornecer para todos os órgãos nacionais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É em cima dessas colocações, do trabalho que já tinha sido desenvolvido pela sua empresa, que o senhor pensa em entrar judicialmente contra a empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Estamos analisando. Não consigo afirmar isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu agradeço, Senador Girão.

Eu vou suspender por 30 minutos, para a gente almoçar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Senador Rogério, se V. Exa. quiser fazer logo as perguntas, então eu suspendo logo após o senhor, pode ser? Depois a Senadora... o Senador Alessandro e a Senadora Soraya.

Então, eu vou ouvir o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Presidente. Estou lá na CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um abraço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Emanuel Catori, Sr. Presidente, Sr. Relator, aqui nós temos visto que o silêncio diz muita coisa. Basta a gente prestar atenção. E muitas vezes o silêncio aponta para uma única resposta: quem cala consente. Mesmo com o silêncio das testemunhas e investigados, esta CPI mostrou todas as ilegalidades do Governo Bolsonaro na condução da pandemia. Tenho dito aqui nesta Comissão que os fatos se sobrepõem às narrativas, às histórias contadas aqui, como se todos nós não tivéssemos acesso a outras fontes de informações. Creio que com o senhor não vai ser muito diferente. Algumas dúvidas ainda permanecem no que diz respeito à relação Belcher, CanSino e Ministério da Saúde.

V. Sa. pode me responder qual foi a transação de maior valor já executada pela Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não consigo informar neste exato momento. Posso verificar e te informar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Posso informar a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, essa informação é muito importante, porque veja que V. Sa., na condição de Diretor, de executivo da empresa, consegue um contrato de venda de 60 milhões de doses de vacinas no valor de R$5 bilhões, Sr. Relator. Então, é preciso que seja uma empresa robusta, porque nós não estamos falando da venda de 50 milhões, de 30 milhões, nós estamos falando de R$5 bilhões.

O *know-how* da Belcher, pelo que percebemos, veio de algum facilitador.

Quem seria esse facilitador para auxiliar a Belcher a entrar em negociação para a venda de 60 milhões de doses de vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, só... Em nenhum momento nós assinamos nenhum contrato com o Ministério da Saúde – certo? –, só foi uma carta de intenção. E a gente não teve nenhum facilitador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho.

O senhor não tinha nenhum contrato com o Ministério da Saúde sobre a vacina. Como é que o senhor estava negociando com... para comprar 60 milhões de vacinas? Para vender para quem?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Nós... Toda a oficialização... Tudo o que nós fizemos nós oficializamos via *e-mail.* Desde o início, quando a gente recebeu a carta de intenção, nós solicitamos uma audiência via *e-mail*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, espera aí...

Primeiro que a empresa iria perguntar para o senhor: "Eu vou lhe vender 60 milhões de doses...". Eles precisam de garantia, eles precisam da certeza que iria vender.

O senhor tratou sobre 60 milhões de doses com o Ministério da Saúde por *e-mail*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, em nenhum momento a gente chegou... Essa questão de garantias é após o contrato e tudo mais, assim que nós recebemos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu não creio que essa empresa seja uma empresa lá na China de fundo de quintal, que pega e, num telefonema ou num *e-mail*, ele autoriza alguém aqui no Brasil a negociar 60 milhões de doses sem ter a garantia de que alguém vai comprar essas 60 milhões de doses.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu vou chegar lá, eu vou chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É meio complicado isso, Emanuel, porque...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o Senador Rogério está lhe fazendo uma pergunta, e, se eu fosse representante, iria dizer: "Não, já conversei com o ministério. Eles têm interesse nessas 60 milhões de doses. Eu vou vender para eles e tal". Isso não é crime, Emanuel, até aí não é crime. Você querer intermediar a vacina não é crime, a forma é que nós estamos atrás de saber como é que aconteceu.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Presidente, veja só, em março, a Belcher e a CanSino apresentaram um plano em conjunto à Anvisa. No caso, o interesse era ofertar a vacina Convidecia ao setor privado no famoso esquema fura-fila, mas o Ministério da Saúde, através do Secretário Elcio Franco, já tinha reuniões com a CanSino, sem intermediários – preste atenção –, sem intermediários. Como que a Belcher entrou nesse meio de campo como intermediária?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Desculpa... Pode repetir a pergunta?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como que a Belcher virou intermediária da CanSino junto ao Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós não somos... Excelência, nós não somos intermediários, nós éramos representantes oficiais dele.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, é a mesma coisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Representante exclusivo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Facilitador dos laboratórios...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, em abril, a famosa reunião promovida pelo Ricardo Barros com o Ministro Queiroga, da qual o senhor participou, situação confirmada pelo próprio Ricardo Barros à imprensa. Eu queria saber, por desencargo de consciência, quem o convidou para esta reunião e por quê?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, foi uma reunião coletiva, e eu já até respondi a essa pergunta aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o senhor poderia responder novamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Claro, eu vou reiterar. Em nenhum momento... Primeiro, que nós não éramos representantes oficiais dele. Então, eu não poderia, em nenhum momento, falar de uma empresa, sendo que eu não era representante. Nós fomos falar do fato...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas como, se o senhor foi com a CanSino e apresentaram um plano conjunto à Anvisa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, no dia 15, eu não fui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, em março.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não fui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, foi, porque nós temos dados que comprovam isso.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não somos nós.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi.

Engraçado, né? Não era representante oficial, mas, em março, apresentou um plano oficial para importação para o setor privado.

Agora, aí eu vou adiante. Só para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, no mesmo dia desta reunião coletiva, o Ministro Queiroga teve outra reunião restrita. Com quem? Ricardo Barros.

Em maio, no dia 18 de maio, a Belcher entra com o pedido na Anvisa para uso emergencial da vacina. Dois dias depois, dia 20, às 11h30, o Secretário do Ministério da Saúde, Rodrigo Moreira, tem uma reunião com Alan Eccel, e, à noite, às 19h30, tem uma reunião com quem? Ricardo Barros de novo.

Antes de eu continuar essa linha do tempo, eu gostaria de saber de V. Sa. em que momento a Belcher mudou o interesse do privado para o público e por que motivo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Foram duas. Acredito que você chegou... A gente disponibilizou o cronograma. Então, só para ficar muito claro, nas reuniões em que nós estávamos em tratativa – que o Alan estava comigo –, ainda nós estávamos falando de toda doação referente à Sinovac. Em nenhum momento nós falamos da CanSino.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem. Não foi isso que eu perguntei. Eu perguntei em que momento a Belcher mudou de interesse, do privado para o público, e por que motivo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A partir do momento que nós recebemos autorização da CanSino para representar ela no Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A CanSino, então...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... confirma que o senhor representava a CanSino.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor disse que não era representante há pouco.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, a partir do dia 19/04, quando nós...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – ... nos tornamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, vamos adiante.

Outro ponto de incompreensão nesta relação entre a Belcher, a CanSino e o Ministério da Saúde é que, no dia 4 de julho, o Ministério da Saúde assina a carta de intenção de compra da vacina. Seis dias depois, no dia 10 de junho, a Belcher e a CanSino rompem. Qual o motivo? O senhor não sabe. O senhor já tinha dito aqui que não sabia, não é isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ainda teve o segundo fato. Veja: a Belcher e a CanSino rompem no dia 10. Nesse mesmo dia, a Belcher manda um *e-mail* para o ministério, dizendo que estava cumprindo as regras da Anvisa. No dia 14, manda outro *e-mail*, nessa mesma negociação, como se nada tivesse acontecido. Não romperam?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu desconheço. Em nenhum momento... A partir do momento em que nós fomos revogados, a gente não falou nenhuma vez e não trocamos nenhum *e-mail*.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – No dia 14, manda outro *e-mail* da negociação, como se nada tivesse acontecido, para o Ministério da Saúde. São dados que a gente tem.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu afirmo... Excelência, eu afirmo que, a partir do momento em que nós recebemos a revogação, eu não enviei nenhum *e-mail*. A única... A única instituição que nós falamos foi a Anvisa. Nós provocamos uma reunião com eles, para a gente conversar sobre o assunto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, nós temos as transferências telemáticas e telefônicas. Certo? Portanto, aqui, nós estamos falando diante de informações que estão registradas. Portanto, nós vamos checar, para ver se o senhor está fazendo uma declaração que não condiz com a realidade.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mais grave: o despacho de cancelamento da carta de intenção de compras só acontece no dia 29 de junho, ou seja, 19 dias depois. Ou seja, Sr. Presidente, a Belcher não tinha mais nenhuma relação com a CanSino e continuou se comunicando com o ministério. E, só no dia 29 de junho, ou seja, 19 dias depois, é que é informado. Sabe por quê? Por qual motivo cancelaram essa intenção de compra? Porque esta CPI desmascarava toda a trama, todo o cambalacho que estava por trás da compra da vacina no Governo Bolsonaro no caso da Covaxin. A Belcher, até a atuação desta CPI, reinava como intermediária para a compra de vacina. Quem está por trás desse apadrinhamento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ninguém está por trás desse apadrinhamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ricardo Barros, Roberto Dias, Elcio Franco, Pazuello, Queiroga, Wizard, Luciano Hang ou o próprio Presidente Bolsonaro, para poder o senhor rememorar?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Afirmo que ninguém está.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ah!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente Bolsonaro, Senador Rogério Carvalho, fez algum contato com a autoridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

chinesa para a aquisição da vacina, a exemplo do que fez com relação à Covaxin com as autoridades indianas? Talvez...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A pergunta é uma boa pergunta.

O senhor não sabe informar?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Num dos documentos encaminhados pela Belcher para o Ministério da Saúde, na lista de membros da Belcher Farmacêutica do Brasil, está o nome de um russo. Quem seria o Ruslan?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Essa pessoa é que nos indicou na China, é do laboratório... É do laboratório russo. Eu afirmei que nós conseguimos representação através dessa empresa russa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O fato é que quem fez tudo para atender os seus pedidos e atuou para colocar a Belcher no Ministério da Saúde do Governo Bolsonaro foi Ricardo Barros, assim como ele fez com a Covaxin. A nossa luta aqui nesta CPI é para que a verdade apareça, para mostrarmos ao Brasil que o Governo Bolsonaro operou a compra... operou contra a compra de vacinas e só entrou no jogo quando passou a interessar do ponto de vista comercial. Isso está ficando claro toda vez que a gente faz uma oitiva.

Sabe qual é o resultado da negligência do Governo Bolsonaro?

Eu queria que passasse o vídeo aí, por favor, para a gente ver qual é o resultado do Governo Bolsonaro no que diz respeito à compra de vacinas.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só queria concluir, Sr. Presidente.

Essa é a D. Maria. Ela é faxineira e mandou esse vídeo. Eu não vou identificá-la, porque ela tem medo de, por denunciar, perder a aposentadoria, porque, além da dor da perda do filho, D. Maria teme perseguição, algo comum no Governo do Bolsonaro.

É por ela e tantos outros brasileiros que esta CPI tem cumprido um papel muito relevante na história do Brasil, que é esclarecer como um governo larga a sua população à própria sorte, como um governo estimula o contágio, estimula o consumo de medicamentos ineficazes, leva a 574 mil mortos e ainda transforma uma situação de emergência na possibilidade de intermediação de compra de insumos com superfaturamento e beneficiando amigos do Presidente e da família do Presidente.

Isso é lamentável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

Senador Randolfe, V. Exa. é bom de data, quando foi a reunião do Deputado Luis Miranda, o seu irmão, com o Presidente? Qual foi a data, por favor? O senhor lembra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vinte de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vinte de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte de março, o Presidente, alertado pelo Deputado Luis Miranda sobre o que estava acontecendo com a vacina Covaxin, sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

invoice, sobre pagamento adiantado... Segundo o Deputado Luis Miranda, ele disse ao Presidente, o Presidente teria dito a ele: "De novo? De novo?". Quer dizer, isso foi dia 20 de março. Essa reunião que o Deputado Ricardo Barros tem é dia 15 de abril, segundo a data. Quer dizer, mesmo alertado o Presidente, o Deputado Ricardo Barros continuou operando dentro do Governo como se nada tivesse acontecido.

Conhecido na minha região, um cabra, quando tem essa coragem, é aquele cabra que a gente diz bem assim: "Esse aí tem coragem de mamar em onça". Então, o Deputado Ricardo Barros, além de ser um tucunarezão, tem coragem de mamar em onça. É conhecido lá na região o cabra que é muito corajoso. Você imagina um cabra mamando em onça.

Então, mesmo alertado, o Líder do Governo, o Líder do Presidente Bolsonaro, no dia, em março, com o Deputado Luis Miranda e seu irmão, levando e dizendo: "Olha, quem está por trás disso aqui...". E o Presidente, né... E aí eu vejo boa-fé no Presidente, porque ele disse: "De novo?"

Mesmo assim, Presidente, no dia 15 de abril, menos de um mês depois, lá estava o Deputado Ricardo Barros, sem paletó, o verdadeiro dono no Ministério da Saúde... Agora nós sabemos quem é o dono.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De novo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De novo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De novo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De novo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De novo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De novo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De novo estava lá, sem paletó, à vontade, dizendo: "Essa é minha casa, quem manda aqui sou eu e ninguém me tira daqui...".

Então, veja bem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas ele manda no Roberto Dias, ele manda no Elcio Franco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E dá ordem pro Queiroga...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dá ordem no Queiroga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nós estamos vendo aqui, Sr. Emanuel, que as coisas... Você vai lincando uma coisa à outra e você vai vendo que, quando a gente questiona o senhor de algumas coisas... E, sinceramente, me desculpa, mas pela relação que o senhor tem, não é difícil a gente acreditar que o senhor nunca tratou sobre absolutamente de nada de seus negócios com o Deputado Ricardo Barros. Não é? Coincidentemente, o senhor está lá, numa reunião, foi chamado a ir lá, com outras pessoas, pra tratar sobre o medicamento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E, no mesmo dia, o Presidente... o Deputado Ricardo Barros tem uma reunião a portas fechadas com o Ministro Queiroga, depois desta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já dando ordem pro Queiroga. Dando ordens pro Queiroga, com certeza, porque ali a gente vê que o Ministro não é o Queiroga. Quem está à vontade ali, dentro daquela sala de reunião, é o Deputado Líder do Governo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sem contar que quem mais comemorou a indicação do Queiroga foi o partido do Deputado Ricardo Barros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que exonerou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que exonerou o Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eu vou suspender por 30 minutos, e os senhores advogados e o Sr. Emanuel podem ficar à vontade. Aqui na sala tem alguma coisa pra vocês tomarem, tá?

(*Suspensa às 13 horas e 56 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 03 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando, então, o depoimento do Sr. Emanuel Catori, o próximo inscrito é o Senador Alessandro Vieira, que não se encontra presente.

Senadora Soraya Thronicke, antes, então, de passarmos, temos uma questão de ordem do Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Então, como eu disse, Sr. Presidente, no dia 10 de junho, a Belcher confirma o recebimento do *e-mail*: "Já estamos dando andamento na solicitação. O mais breve possível, retornaremos com os documentos solicitados via aditamento".

E aqui, no dia 10 de junho, também há a informação da empresa chinesa, do laboratório chinês cancelando a relação formal com a Belcher, mas, no dia 14 de junho, a Belcher continua mandando informações para...

Aqui: "Boa tarde. Informo que os questionamentos já foram passados para a empresa fabricante. Estamos aguardando a devolutiva com os respectivos relatórios e respostas. Estamos aguardando também que a empresa informe uma possível data para a reunião de discussão do cronograma de apresentação dos dados solicitados, a qual será marcada por meio do parlatório o mais rápido possível. Assim que as respostas forem enviadas, serão anexadas ao processo via aditamento".

Isso daqui são as correspondências a que eu me referi que mantinham negociações mesmo depois da...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... entre a Belcher e a CanSino.

Eu vou passar para as mãos de V. Exa.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (*Fora do microfone.*) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Sr. Emanuel. (*Pausa.*)

Está ligado agora. Pode...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Pronto.

A partir da data do dia 10/06, quando nós recebemos a revogação da CanSino, eu afirmo que nós não enviamos nenhum *e-mail* pro Ministério da Saúde. Com a Anvisa, nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com a Anvisa. O único órgão com que nós conversamos foi com a Anvisa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Sim, e vocês continuavam fazendo tratativas mesmo já sendo...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não foram tratativas. Foi simplesmente dialogando referente à nossa revogação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Catori, a notícia que sai agora, na imprensa, diz o seguinte, que o Vice-Presidente de Negócios Internacionais da farmacêutica CanSino, Pierre Morgon, disse, no dia de hoje, que a Belcher negociou uma comissão relacionada ao número de doses da vacina Convidecia que seriam vendidas ao Governo brasileiro. Ele, abre aspas – fala do Sr. Pierre Morgon: "Eu posso confirmar que a Belcher vinha negociando uma comissão com base em número de doses, que nós estávamos tentando trazer para proporções aceitáveis e realistas".

Parece que essa declaração da CanSino conflita, confronta com a declaração sua mais cedo, aqui na CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, pelo visto, mais uma semelhança com o Dominguetti. É uma comissão por dose, que foi exatamente o que ocorreu naquela negociação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fica claro o *modus* operacional...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com licença...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Sr. Emanuel.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Em nenhum momento tem conflito. Como eu já comentei aqui, como nós estamos analisando, os nossos advogados estão analisando os processos de judicialização, eu prefiro manter o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, assim, só para ficar claro: o senhor confirma o que o Sr. Pierre Morgon declarou ainda há pouco?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não confirmo. Não posso responder por ele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, pois é, mas é que a declaração do Sr. Pierre Morgon confronta, conflita com o que o senhor disse mais cedo aqui na CPI. Aí nós queremos só ter o entendimento, só queremos que fique claro qual é a versão: o senhor desmente o Sr. Pierre Morgon ou o que o Sr. Pierre Morgon está falando é verdade?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu só não entendi... Excelência, eu só não entendi o conflito a que ele está se referindo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então deixe-me reiterar a declaração do Sr. Pierre Morgon...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... se o senhor me permite.

Eu posso confirmar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. permitir, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é que a matéria ressalta o fato de que, anteriormente, perguntado com relação à remuneração, o depoente havia dito que não houve tratativa de remuneração. E, ao dizer que haveria uma comissão paga por dose, o que há pouco eu lembrei aqui que é uma semelhança a mais com o caso do Dominguetti, demonstra, sem dúvida nenhuma, uma contradição com o depoimento, uma outra contradição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só pra ficar mais claro, Sr. Catori, a afirmação feita pelo Sr. Pierre Morgon é a seguinte: "Eu confirmo que a Belcher vinha negociando uma comissão com base em número de doses, que nós estávamos tentando trazer para proporções aceitáveis e realistas". A declaração do Sr. Morgon, inclusive, traz um dado a mais, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... diz que os valores... Pelo depreendido aqui, os valores que estavam sendo exigidos pela Belcher eram muito além do que a CanSino poderia conceder. (*Pausa.*)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Vou reiterar: eu só não gostaria de falar dos valores que nós estaríamos negociando. Por isso eu solicitei o meu direito de ficar em silêncio. Mas, como uma empresa privada, e eles são uma empresa privada e nós somos os representantes oficiais, claramente eu estaria ganhando uma comissão da CanSino referente a esse trabalho. Eu não trabalho... Na questão da venda, eu não estaria trabalhando de graça. Eu só não quero entrar em detalhes de valores entre ambas as empresas, que a gente acabou não finalizando a questão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, isso está entendido. O que foi trazido aqui pelo Senador Rogério, pelo Sr. Relator e por esta Presidência é que essa declaração do Sr. Pierre Morgon confronta com o seu depoimento de mais cedo.

Eu vou mais adiante. Mais adiante, o Sr. Morgon chega a dizer também o seguinte, Sr. Relator: "A Belcher não é um parceiro adequado para o CanSino, do ponto de vista jurídico e de conformidade". Isso só reafirma o que já tinha sido dito anteriormente, já tinha sido anunciado anteriormente: que o rompimento do contrato unilateralmente com a Belcher não significa a falta de interesse da CanSino em fornecer vacinas para o mercado brasileiro.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento, eu falei "a minha falta de interesse com eles". Nós tentamos, tanto que nós enviamos todas as certidões negativas provando que nós não tínhamos nada de errado para conduzir o processo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prefeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu só quero reiterar aqui a declaração do Sr. Pierre Morgon mais uma vez. Ele diz: "A Belcher não é um parceiro adequado para o CanSino, do ponto de vista jurídico e de conformidade".

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, eu também, em nenhum momento, falei que a CanSino não tinha interesse de ter um parceiro no Brasil. Eu só falei que, até o momento, ela não tinha credenciado ninguém no Brasil e nem dado andamento, retomado o processo perante a Anvisa. Só reiterando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dando sequência, então: Senador Alessandro não se encontra; Senadora Soraya Thronicke, por gentileza. Depois da Senadora Soraya, Senador Izalci e Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve uma inversão minha com o Alessandro, mas não tem problema; a Soraya pode falar na frente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Até prefiro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mil desculpas, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imagina, imagina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É que esta Presidência não tem a informação em tempo hábil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senadora Simone...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu já estou olhando irritado aqui para a Secretaria por conta disso, porque eu não tinha essa informação.

Então, Senadora Simone, V. Exa.; em seguida, Senadora Soraya.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É? Senadora Soraya, depois Senadora Simone? Perfeitamente.

Senadora Soraya, V. Exa. com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Vou procurar ser breve, porque eu tenho agenda – a confirmar ainda, mas hoje está difícil.

Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente Emanuel Catori, eu gostaria de iniciar da seguinte maneira: nós sabemos que, *a priori*, não há mal nenhum, não há problema nenhum que o mercado privado tenha se mobilizado, no começo da pandemia, para trazer vacinas para o País. É muito natural.

Nós trabalhamos aqui com projetos de lei, e eu pude compreender posteriormente que alguns fabricantes no exterior têm certos lotes mais baratos destinados à venda para o poder público dos países e outros lotes, que são mais caros, destinados para o mercado privado.

Então, quando surgiu aqui no Senado Federal esta conversa de que faltavam ainda vacinas, eu procurei saber e me disseram que, realmente, certos lotes de fabricantes não seriam, de forma alguma, destinados ao poder público porque estavam já destinados ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

mercado privado, e algum país iria comprar, se nós não comprássemos. Então, quando a gente analisa essa situação de vendas, de reunião do mercado privado para a aquisição de vacinas e, posteriormente, doação, não vejo aí nenhum problema. Eu acho o.k.

Eu gostaria apenas de entender certas questões aí, porque o senhor disse, Sr. Emanuel, que... Espere, eu acho que vou mudar de lugar porque eu não estou conseguindo vê-lo. Só um minutinho. (*Pausa.*)

Obrigada, Senadora.

O senhor falou que chegou a falar a seguinte frase: "Valor que a gente ofereceu ao Ministério da Saúde foi de US$17". Foi essa frase mesma que o senhor disse? Foi isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Foi, foi isso mesmo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor ofereceu uma vacina a US$17. Mas quem estava comprando? Não era um grupo de empresários?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, lembrando que o cronograma são dois cronogramas. No primeiro momento, nós estávamos falando da vacina da Sinovac.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Da Sinovac...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desta vacina Sinovac, sim, 100% doação. A partir do momento em que nós entramos com a vacina CanSino, sendo os representantes da CanSino... Desta vacina CanSino, em nenhum momento, nós falamos sobre venda no privado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Então, a CanSino era para venda pública.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Pública.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por qual valor?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Dezessete dólares.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Dezessete dólares.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Uma dose.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Uma dose.

E a Sinovac estava sendo adquirida por esse grupo de empresários a quanto a dose?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei precisar no momento. Eu não me lembro, não me recordo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Como assim? O senhor estava fazendo a venda para esse grupo de empresários...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, na verdade, a gente estava...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E era Sinovac.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ah! Lembrei, me desculpa. Na questão da vacina da doação, eles não tinham informado para a gente o valor oficial ainda pelo fato de que eles precisavam de uma autorização da doação tanto do Ministério da Saúde quando da embaixada. Daí, quando a gente ficou sabendo que tinha a questão do Butantan, como não prosperou, a gente não entrou na fase negocial, porque eles não abriram o valor para a gente enquanto a gente não cumpria a parte legal no Brasil, essa parte dos trâmites legais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Esse grupo de empresários envolvia quantos empresários e quais?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Foram alguns.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Alguns quantos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O que eu posso falar é do Carlos Wizard e do Luciano.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De quem o senhor se recorda? Do Wizard e do Luciano. Desses dois.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Meu contato era com ambos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eles pretendiam investir quanto? O senhor sabe nos dizer?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei te dizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque iriam investir uma boa quantia...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... para fazer uma doação ao Ministério da Saúde.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E nós aprovamos uma legislação aqui. Onde foi que essa situação parou?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Quando nós soubemos que a Sinovac tinha um contrato de exclusividade com o Butantan. A partir desse momento, nós não conseguimos outros lotes porque, na verdade, a quantidade era uma quantidade inicial que eles gostariam de doar de dez milhões de doses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Dez milhões de doses.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso. Era o objetivo inicial deles esta doação de dez milhões de doses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por quê? Até hoje há algum impedimento para que essa doação ocorra? Há um impedimento legal para que a doação privada ocorra?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei te informar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque parece que tem um limbo legal aí. Nós votamos isso.

Então, até agora, vocês não foram atrás de outra vacina desde então?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Depois que nós avançamos com a CanSino, o nosso foco ficou todo na questão da CanSino.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas a CanSino era outra situação...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, outro cenário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Era direto para o poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Quando nós vimos que o processo via Sinovac não ia avançar, questão de doações, a gente falou: não vai dar certo, então, vamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vocês nem pensaram em vender nenhuma outra marca de vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não pensamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Perder um cliente que já estava ali?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, a gente tentou, mas a gente viu que a dificuldade vai cada vez mais e...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nem a CanSino nem outra?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. A CanSino, em nenhum momento, a gente tocou sobre venda no privado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Poderia ter na CanSino um lote para venda pública e outro para privada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento foi tocado nisso com eles.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

E em relação à CanSino, até onde foram essas tratativas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Quais tratativas?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com o Ministério da Saúde. Até onde chegou?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – As tratativas chegaram, pararam a partir do momento em que chegou na carta de intenção. Quando eles devolveram a carta de intenção para gente, nós retornamos para a CanSino. A partir, bem naquela semana, do dia...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, foi quando...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós recebemos a carta do Ministério da Saúde no dia 4 e, no dia 10, já houve a revogação. A partir daquele momento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está. E o que a CanSino disse à sua empresa? Qual foi o motivo da revogação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – *Compliance*. Até então, nós questionamos qual era o motivo do *compliance* e ficou naquela do *compliance* e nunca mais conseguimos a retomada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A CanSino fechou com outro representante aqui no Brasil ou você não tem notícia...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Que eu saiba... Eu não tenho conhecimento, eu não sei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor acredita que seja por conta da Operação Falso Negativo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não posso te afirmar, porque a gente já enviou para eles todas as certidões negativas... Eu posso afirmar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor pode nos informar em que situação, qual é o atual andamento da Operação Falso Negativo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei dizer. Mantenho o silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor se sente injustiçado por essa denúncia, pelo nome da Belcher estar envolvido na Operação Falso Negativo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho meu direito de ficar em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor conhece o advogado Luiz Fernando Teixeira de Pinho?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É um desses advogados... Não é nenhum desses?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não conhece?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não conheço.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual foi a sua proposta de valor para os testes, a proposta de vocês?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho meu direito de ficar em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Em relação às máscaras, qual foi o valor do contrato inteiro?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não lembro o valor exato, mas na casa dos 5 milhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Esse contrato já está finalizado, tudo entregue e tudo pago?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Já, tudo entregue e tudo pago.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor tem mais algum contrato em andamento com o poder público no Brasil?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tenho, tenho. Não com...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que está em andamento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Hã? Desculpa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tem algum contrato em andamento com o Governo Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com o Governo Federal, somente com o Ministério da Saúde indígena. É um contrato de...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a Sesai?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Do quê?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – De aventais, de R$119 mil, onde nós já entregamos R$49 mil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Cento e dezenove mil reais?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Cento e dezenove mil reais e uns quebrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Certo.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – E nós já entregamos. Como é um contrato de entrega de 12 meses, a nota de empenho que nós recebemos até então foi de R$49 mil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com o Distrito Federal tem algum contrato em vigência?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não tem.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor não ganhou. Na questão dos testes, foi tomada de preço, foi isso? Porque foi também com dispensa de licitação, se não me engano.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me reservo o direito de ficar em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Em algum outro Estado ou algum Município brasileiro, o senhor ainda tem algum contrato vigente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tenho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De que tipo de insumo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Toucas, aventais, propés, termômetros – toda essa linha de produtos para a saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Em quais Estados?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei dizer quais ou todos os Estados, mas eu posso disponibilizar todos os nossos contratos que nós temos vigentes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Seria importante.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O.k. Sem problema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá? Seria importante. Os que estão vigentes, os que finalizaram.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Sem problemas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque a gente precisa analisar. Mas o senhor consegue nos dar, por alto, a informação de que o senhor negocia com quantos Estados brasileiros, com quais Estados o senhor tem relação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Quase todos os Estados brasileiros. A gente trabalha nos processos licitatórios, então a maioria deles. A gente tem um time de licitação onde participa no Brasil todo. Então, a gente participa, porque é a nossa maneira de estar trabalhando.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo? Mas eu posso disponibilizar todos os contratos sem nenhum problema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu estou satisfeita. Só gostaria de salientar aqui que nós estamos acompanhando as operações da Polícia Federal. No Pará, foi deflagrada uma grande operação em relação aos recursos do covid. O Senador Girão comentou que no Ceará também.

É importante que saibamos também, porque tem muita desinformação... Eu estive com o Ministro Queiroga e a Secretária Rosana, no Mato Grosso do Sul, e questionei lá, tive a oportunidade de poder entender o que é esta situação de hospital de campanha, se eu não estiver correta, seria bom que isso ficasse esclarecido. Disseram os médicos e o próprio ministro que, na época, no começo da pandemia, quando construíram vários hospitais de campanha, tinha-se a ideia de que esta doença conseguiria ser tratada numa estrutura de hospital de campanha e depois, posteriormente, verificou-se que não seria possível, que esta doença é tão séria que este ambiente não dava essa condição para a equipe médica nem mesmo para o paciente de ser tratado e, por isso, eles tiveram de desfazer esses hospitais. Se foi assim mesmo – acredito que sim –, foi um prejuízo muito grande no País inteiro. E, quando a gente percebe que os hospitais de campanha foram sendo desmontados em todo o País, pode ser realmente esta a justificativa. Apenas eu gostaria que tivéssemos informações técnicas a respeito para evitar cometer injustiças, porque, de repente, a gente fala tecnicamente algo que não sabe.

Então, existem hospitais de campanha sendo utilizados para o combate ao covid no Brasil inteiro? É engraçado que parece que não – parece que não. Então, ficou essa situação mal explicada, e nós precisamos entender.

E aí foram adquiridos equipamentos. Esses equipamentos, no caso, devem ser enviados para mobiliar outros hospitais que tenham condições.

Enfim, é uma situação muito difícil. E o que nós temos visto, Sr. Presidente, Sr. Relator, todos que estão nos ouvindo, da análise de documentos, é o tal do superfaturamento, infelizmente. E esperando ainda que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul responda, traga conclusões das suas apurações para nós Parlamentares para que possamos analisar e dar uma efetiva resposta à população brasileira, à população de cada Estado, de cada unidade da Federação que nós representamos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Soraya.

Próximo inscrito, Senador Izalci; e depois...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... em princípio, para concluirmos esta oitiva, a Senadora Simone, que será a última a inquirir.

Senador Izalci, a palavra está com V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O.k.

Bem, primeiro, quero cumprimentar o Emanuel aqui, que tem respondido a muitas questões que podem nos ajudar muito com relação a esta CPI.

Eu perguntaria a V. Sa.: V. Sa. diz que não vendeu testes para órgão público, só para privado, mas qual era o teste que V. Sa. vendia? Qual era a marca do teste?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Eu não me recordo agora, mas eu posso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se conseguir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim... Não, eu posso disponibilizar, sem nenhum problema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – MedTest; seria ele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Seria um teste?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Livzon?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nenhum desses dois?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhum desses dois.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, como V. Sa. já disse aqui, V. Sa. não vendeu testes para o Distrito Federal. Não vendeu.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não vendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vendeu apenas outros produtos – máscara, por exemplo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Somente máscara. Nós tivemos um contrato com máscara.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu faço parte, desde o primeiro dia, da Comissão Mista e, depois, da Comissão do Senado do covid. Praticamente reuniões toda semana. E aprovamos uma legislação bastante flexível durante esta pandemia, porque eu acho que todos nós ficamos sensibilizados. Evidentemente, num período de pandemia, as pessoas morrendo, nós teríamos dificuldade lá na ponta de executar realmente as licitações pela 8.666 na maioria dos Estados, então houve a aprovação flexibilizando, mas eu, particularmente, jamais imaginaria que houvesse tanto desvio de recurso com as pessoas morrendo. Então, de fato, é uma situação grave. E, naquela hora, naquele momento do início, a gente buscava todas as soluções. Eu acho que todos os Senadores e Deputados buscavam, dentro das suas possibilidades, resolver a questão da sua cidade.

Mas o que está sendo... A empresa de V. Sa. está sendo acusada aqui no DF não é com relação à venda de nada; a acusação é de ter participado de dispensa de licitação dando cobertura a outras empresas. E, pelo que eu entendi, no depoimento de V. Sa., em algum momento, eu ouvi que V. Sa. disse que talvez alguém tivesse usado o nome da empresa de V. Sa. É isso? Pode explicar melhor isso, como se deu aqui no DF?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não disse isso, e eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, não... O direito... Eu não tenho nenhuma...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero... Porque eu entendi isto numa resposta: que alguém pode ter usado, ter falsificado alguma coisa.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não falei isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então V. Exa., com todo o respeito admite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Há uma nota que fala. A nota que foi emitida pela Belcher.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Eu tenho aqui a nota que a empresa de V. Sa. colocou. Mas eu pergunto: mesmo com relação às máscaras, que é outro processo, então, talvez aí V. Sa. possa responder melhor... O que a gente percebe em todos esses processos é que havia um acesso a informações privilegiadas. As empresas obtinham informações privilegiadas dos servidores que cuidavam das compras.

V. Sa. já teve alguma informação privilegiada nesses processos de venda?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. conhece Erika Mesquita Teixeira?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Erika é ex-Gerente de Aquisições Especiais da Secretaria de Estado aqui do DF.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem certeza?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tenho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não é melhor dizer que tem dúvida ou não?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, eu não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não conhece.

É porque num telefonema de V. Exa., V. Exa. falou com a Erika. Talvez não esteja lembrado, mas existem conversas com relação a essa questão da manipulação das propostas.

Por exemplo, nós tivemos, no processo de licitação, quatro empresas aqui: Belcher, Brasil Laudos, Matias Machado, W.S. do Prado. Pra que V. Sa. tenha ideia, as empresas eram praticamente idênticas, as propostas. Se pegar, por exemplo, as empresas Brasil Laudos e Matias Machado, até a conta do banco elas botaram a mesma, Presidente, só pra se ter uma ideia de como é que eram feitas as propostas aqui de cobertura. E, sim, nessa proposta aqui no DF, a empresa de V. Sa. fez cobertura, pelo menos... Se V. Sa. está dizendo que não houve falsificação, que não houve isso, então significa que houve, sim, a cobertura disso.

V. Sa. em algum momento lembra de alguma... V. Exa. conhece Eduardo Pojo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não conhece Pojo? Então acho que eu estou falando de um Emanuel que não é V. Exa., porque ele participou dessas conversas. Inclusive o Sr. Eduardo Pojo, num telefonema a V. Sa., diz pra ter cuidado na hora de escrever: "Olha a mentira: Emanuel diz que não tem contato com as empresas que prestam esse serviço". Acho que alguém pediu pra V. Sa. pra buscar mais coberturas e V. Sa. teria dito que não conhece as empresas que prestam esse tipo de serviço. E aí, Pojo, então, diz assim: "Coloca a entrega com PB [que é projeto básico], mas não tem pra entregar em 24 horas [que era o prazo do edital]".

E aí... V. Sa. conhece Iohan? Iohan também não conhece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho o direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, o senhor disse que não conhece, então também... Bem, está ótimo, mas é só pra refletir um pouco pra V. Sa. às vezes se lembrar e poder ajudar a gente.

Eduardo Pojo diz assim: "E o pombo-correio?". Emanuel complementa: "O principal". Eduardo Pojo diz assim: "kkkkk". As pessoas morrendo e as pessoas brincando com relação a isso. Isso tudo com relação à licitação desse processo do teste.

V. Sa. nunca falou sobre... Nunca ouviu falar sobre essa questão de pombo-correio? O que é pombo-correio?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para as pessoas acompanharem.

Sobre esse pombo-correio, interessante observar que, em 12 de abril de 2020, V. Sa., para lembrar, diz assim: "Emanuel afirma que pediu para a Erika...". Por isso que eu estou perguntando se conhecia a Erika, está dizendo que não. "Mandar para todos os contatos para os quais já haviam enviado o edital de credenciamento de UTI", e completa. V. Sa. diz assim: "Achei o pombo-correio bem pouco eficiente nesses processos".

O Iohan, que V. Sa. diz... Se manteve calado, mas que deve conhecer, diz assim: "Vamos ver quem aparece, eu acho que só vamos receber uma proposta".

Então, o que aconteceu aqui no Distrito Federal é uma coisa, assim, bárbara. Só para lembrar e V. Sa. tomar conhecimento, por isso que eu perguntei qual era o teste que V. Sa. vendia.

V. Sa. conhece, já que é especialista nesse assunto, conhece esses dois testes, já ouviu falar nesses dois testes, MedTeste e Livzon?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, conhecer o teste, isso aí não... Como técnico? Ou outro teste qualquer? Conhece algum teste de covid?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual o teste que V. Sa. conhece?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – ... não vou me recordar de marcas aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hein?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não vou me recordar de marcas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não conhece marca nenhuma? V. Sa. diz que vendeu marcas, inclusive para o setor privado, disse aqui, e não sabe qual é a marca?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, uma marca muito boa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual é o representante da marca?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Uma marca muito boa que a gente trabalha é a Wama, que é uma marca brasileira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, lembrou.

Como chama?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Wama.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Wama.

Chegou a vender aqui no Brasil essa marca ou não?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, compro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. tomou conhecimento, já que é da área, que no mundo todo as pessoas estavam recolhendo essa marca Livzon? Teve notícia disso, de que outros países estavam recolhendo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não tive essa notícia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Argentina, Dinamarca, Índia, China.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não tive notícia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque exatamente esse teste não valia nada, por isso que a operação chama Falso Negativo.

E o que a gente fica triste é exatamente isso, Presidente: aqui no DF foram adquiridos... Só para vocês terem uma ideia, Senadora Simone, o Sesc fez um pregão, comprou a R$18 – 18 – no pregão do Sesc. E não era Livzon, não, era MedTeste, R$18. O GDF comprou da Precisa a 139,90 e tinha uma outra empresa que tinha apresentado uma proposta de 74, quer dizer, quase a metade, e o mais grave: na hora de entregar, não entregaram o teste, entregaram o Livzon. E por quê? Porque estava todo mundo devolvendo isso. A Argentina fez não sei quantos mil testes, deu tudo negativo.

Então, as pessoas aqui no DF foram fazer os seus testes, todo mundo saiu de lá negativo, foi para casa, e aí quando... Aí, de repente, muitos, evidentemente, devem ter morrido, com a expectativa de que estavam negativos, por isso que a operação chama Falso Negativo, porque esse teste Livzon era totalmente ineficiente e estava sendo recolhido no mundo todo.

Então, quando V. Sa. diz que vai se manter calado ou diz que não conhece, é exatamente o que a gente assiste aqui, porque tudo que V. Sa. conhecia e havia interesse em divulgar, V. Sa. falou. Então, quando fala exatamente naquilo que a gente está buscando para exatamente saber por que as pessoas morreram – e aqui, no DF, agora chegando a 10 mil mortos...

Grande parte dessas pessoas que morreram poderiam ter sido salvas se tivesse realmente um teste decente, porque aqui o DF era para ser referência nacional, até internacional, com a estrutura que nós temos, mas aqui só se faz corrupção, inclusive agora, a operação que teve agora, na semana passada, do instituto. Nesse instituto – que eu espero que possa ser esclarecido aqui, na quinta-feira ou na terça-feira; talvez na terça-feira, o Sr. Francisco –, quantos milhões foram desviados com relação a essas questões de compra de medicamento superfaturado com cobertura de empresas?

V. Sa. conhece essas empresas que entraram na licitação? Por exemplo, V. Sa. conhece a Matias? Conhece a empresa ou o dono da empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Eu entendo que conhece, mas tudo bem.

A Brasil Laudos também? Conhece ou não? É só para dizer que conhece ou não.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom.

E W. S. do Prado, importação e exportação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é. Então, é só para ficar claro que essas empresas, inclusive a empresa de V. Sa., participaram de coberturas de licitações direcionadas, superfaturadas e já comprovadas pelo Tribunal de Contas da União – eu tive aprovado um requerimento na Comissão do Congresso Nacional. Então, o que a gente percebe é que é um padrão de propostas fictícias para dar cobertura.

Eu não vou perguntar, V. Sa. vai dizer que não sabe, mas eu queria saber dessas quatro empresas, inclusive a de V. Sa., quando eu apresento uma proposta só para cobertura, o que acontece? Que tipo de... Eles depois fazem uma cobertura de outro produto em outro Estado ou na área federal? Como é esse entendimento entre essas empresas que se apresentam apenas para fazer cobertura? Porque, neste caso aqui, a cobertura de preços estava dez vezes mais, inclusive as propostas que foram apresentadas aqui. Você tinha propostas de 159, 160 – diferença de R$1, não é? –, 161, 184, 186, 187. Essas eram as propostas, e uma que estava, era para ter sido vencedora, que foi 73, essa foi desclassificada, e ganhou a de 139,90.

Então, o que a gente percebe claramente é que as empresas, entre as quais, inclusive, a de V. Sa., utilizam desse artifício de colaborar em determinadas licitações apenas para fazer cobertura para que haja superfaturamento e que haja desvios de recurso público. É o que eu posso aqui concluir, porque era a grande oportunidade que V. Sa. teria para esclarecer de fato o que é o *modus operandi* da empresa de V. Exa., a Belcher Farmacêutica. O que eu percebo, então, pelas respostas, é que V. Sa. confirma que a empresa deu cobertura a esse grande desvio de recursos aqui, no Distrito Federal e no Brasil, porque o *modus operandi* do DF, Sr. Presidente, é praticamente o mesmo que acontece no Ministério da Saúde.

Então, eram essas as considerações, Presidente. Obrigado à Senadora Simone.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Izalci.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. só me poupou tempo, Senador Izalci, porque sobre a Operação Falso Negativo eu já vi que ele não responde nada. Então, eu já vou riscar das minhas inquirições. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Izalci.

Senadora Simone... Pelo registro aqui, a Senadora Simone é a última a inquirir no dia de hoje.

Pergunto ao Senador Marcos Rogério se ele está inscrito. (*Pausa.*)

Então, nós concluiremos o depoimento de hoje com o Senador Marcos Rogério.

Senadora Simone Tebet, por gentileza...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Emanuel, primeiro, quero agradecer a V. Sa. porque é um dos poucos que vêm a esta Comissão. Ainda que se recuse a responder a algumas questões, no seu direito constitucional de permanecer calado para não se autoincriminar, V. Sa. tem respondido grande parte dos questionamentos. Agradeço a V. Sa. por isso e também porque vem aqui desprendido de qualquer arrogância. Está conversando com os Parlamentares de igual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

para igual. Isso conta muito. Quero já dizer que, da minha parte, terá a mesma gentileza, a mesma educação nas inquirições.

Primeiro, deixo muito clara a razão da presença de V. Sa. V. Sa. não é o protagonista de tudo que nós estamos investigando, talvez seja um dos figurantes desse enredo, que nós não queremos jamais ver de novo, desse filme. Um dia, vai ser contado pela história, para a prosperidade, este momento tão triste da história do Brasil.

Nós estamos em uma fase da CPI em que nós não gostaríamos de estar. Esta CPI não foi aberta com o intuito de investigar possíveis crimes de corrupção contra a administração pública, mas, lamentavelmente, nós chegamos a essa fase. Deixando de lado a primeira fase, em que temos provas contundentes do negacionismo e do atraso na compra de vacinas, o que levou à morte centenas de milhares de brasileiros, nós começamos a vislumbrar, por indícios fortíssimos, alguns até com provas confirmando, a tentativa de comercialização, de compra e venda de vacinas superfaturadas dentro do Ministério da Saúde. Nós estamos falando da Covaxin, nós estamos falando da AstraZeneca, através de intermediários, e agora estamos investigando o caso do laboratório CanSino, cuja vacina – nunca gravo – é a Convidecia – não sei se é assim que se soletra.

Mas, enfim, V. Sa. está envolvido em pelo menos três episódios – quando eu digo "envolvido", é de alguma forma citado; quero deixar bem claro isso: o dos 60 milhões de doses, a tentativa de comercializar 60 milhões de doses da Convidecia; o dos 9 milhões de doses da CoronaVac; e a questão apontada pelo Senador Izalci na Operação Falso Negativo. Eu vou pular a Operação Falso Negativo, já entendi que V. Sa. tem uma estratégia de não responder. Vou respeitar esse posicionamento, justamente pela forma como V. Sa. tem se apresentado a esta Comissão.

Mas, em relação ao laboratório CanSino, o que mais chama a atenção, lincando com o mesmo *modus operandi* dos outros processos que estamos investigando, de *lobbies* que existem hoje dentro do Ministério da Saúde tentando comercializar vacinas, do que nós estamos quase comprovando na sua inteireza, crimes como o de advocacia administrativa, tráfico de influência, a própria concussão, porque, comprovada a tentativa de superfaturar vacinas, nós estamos falando de corrupção ativa e passiva, de organização criminosa... Dentro desse processo todo, o que chama a atenção nos dois primeiros casos das vacinas mencionadas foi a facilidade que a sua empresa encontrou dentro do Ministério da Saúde para conversar e para avançar nas tratativas. É quase como se as portas tivessem sido abertas e como se tivesse sido estendido um tapete vermelho, ou melhor, azul, já que o Governo atual não gosta muito da cor vermelha. Não fique triste, não, ouviu, Senador Humberto? Mas, enfim, além dessa questão da facilidade, nós comparamos a facilidade que a sua empresa teve para agilizar essas vacinas com os percalços de vacinas sérias durante quase um ano de tratativas.

Pois bem, eu vou rapidamente aqui tentar entender a ordem cronológica pra poder centralizar em duas ou no máximo três perguntas.

V. Sa. diz... Me interrompa a qualquer momento, fique tranquilo. É pelas atas que eu...

No dia 6 de abril, V. Sa. assinou um termo de confidencialidade com o CanSino e com o Vital Brazil.

No dia 15 de abril, teve uma audiência no Ministério da Saúde, com a presença do ex-Ministro da Saúde, Líder do Governo, Ricardo Barros.

Dia 6, o acordo de confidencialidade; dia 14, audiência com o Ministro Barros.

Dia 19, quatro dias depois...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Dia 15, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, dia 15. Dia 6, dia 15.

Quando foi no dia 19 de abril, fez um novo acordo, agora entre a Belcher e o Vital.

Bom, nesse meio-tempo, passou-se o mês de abril, passa-se para o mês de maio. Antes disso, no dia 30 de abril, ainda nesse 30 de abril, o advogado Flávio, provavelmente já contratado por V. Sa., vai à Anvisa para começar as tratativas da Convidecia, segundo os registros que nós temos aqui.

No dia 12 de maio, há uma nova audiência com o Ministério da Saúde, segunda audiência em menos de um mês. Ou solicitada audiência? Solicitada.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É, foi solicitada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Solicitada. O.k. Logo em seguida tem, no dia 12.

No dia 18, dá entrada na Anvisa com o pedido.

No dia 19, tem audiência com Lauricio Cruz, que é do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis.

Aí vem a primeira em incongruência, Senador Humberto.

Já havia um ofício circular do Secretário-Executivo Elcio Franco de que qualquer tentativa de negociar ou comercializar vacinas ou avançar com vacinas tinha que ser feita diretamente na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

Isso eu estou colocando de forma contundente não em relação a V. Sa., mas ao Ministério da Saúde, quer dizer, já começa entrando... V. Sa. é levado para a porta errada, porque quem tinha o poder de negociar, conversar sobre vacinas é o Secretário-Executivo, mas começam as tratativas com esse Lauricio, que depois foi demitido. Isso no dia 19.

Em seguida, no dia 20, vai ao Secretário-Executivo, numa audiência virtual, e, no mesmo dia, à noite, a uma audiência presencial, onde aí novamente está o Deputado Federal Ricardo Barros.

Seguindo...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Dessa eu não participei, tá? Dessa audiência com o Ricardo Barros...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas consta aqui, nós temos os registros.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ah, tá.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas a coincidência envolvendo o nome do Deputado Ricardo Barros e a Belcher não para por aí. Há uma série de interligação, de amizade, de parentesco, de pai de sócio que é amigo de Ricardo Barros e que foi sócio do genro do Ricardo Barros. Eu não vou entrar por essa seara. Isso eu deixo por conta da própria CPI.

Avançando, no dia 25 de maio e 6 de junho, há cinco aditamentos no processo da Anvisa. Também participou ali o Dr. Flávio, que era o advogado. Entre esses dias, a Belcher promoveu cinco novos aditamentos ao processo da Anvisa, formulados pelo Dr. Flávio, que se manifestou em nome da Belcher.

Eu já pulei a primeira. Eu já estou na segunda...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Posso esclarecer só os aditamentos?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro. Por favor.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Todos os documentos que a Anvisa requisita pra nós são aditamentos para compor o processo e para informações. São documentos que a Anvisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Eu quero chegar é que aqui...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Diligências, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente. Da mesma forma como o Ministério da Saúde falhou o tempo todo, a Anvisa foi diligente na Covaxin: graças à Anvisa, não foi assinado um termo de um contrato, não foi pago um contrato de um R$1,6 bilhão e, graças à Anvisa, o Governo Federal não pagou um contrato de 5 bilhões da Convidecia. Graças, repito, à diligência da Anvisa. Só aqui nessa conversa, já foram cinco aditamentos.

Pois bem, aí vem a primeira pergunta, que aqui não ficou clara para mim: entre os dias 25 de maio e 5 de junho, houve uma nova agenda no Ministério da Saúde, às 11h da manhã do dia 26 de maio, para tratar da vacina com o Secretário-Executivo. A minha pergunta sobre essa data é se V. Sa. estava presente e quem mais estava presente nessa reunião.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo. Essa reunião de 26 de maio foi para falar com eles sobre o nosso credenciamento, sobre a CanSino.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. estava presente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem mais estava presente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O Rafael.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rafael...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O Rafael, que é o nosso consultor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Somente os dois?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Só.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem que agendou essa reunião?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós mesmos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por *e-mail*?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que dia que foi essa solicitação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não me recordo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, nesse intervalo...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós temos todos os *e-mails*...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso, no dia 26. No dia 27, foi enviada ao Ministério da Saúde...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... a minuta da carta de intenção para a contratação, e a carta de intenção foi assinada, foi formalizada no dia 4 de junho, seis dias depois.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Posso só dar uma pausa?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Todos os *e-mails* que nós trocamos com o Ministério da Saúde, todos os *e-mails* foram encaminhados para esta CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tá.

Nesse processo, V. Sa. tem como sócio Daniel Feio Ribeiro, que é sócio ainda de mais 19 empresas, em vários Estados, tem negócios com o Governo do Paraná, segundo informações aqui, e, mais do que isso, o capital social dessas empresas soma algo em torno de R$1,8 bilhão.

Interessante, Sr. Presidente, verificar, desses contratos que envolvem esse Sr. Daniel Ribeiro, quantos desses contratos seriam na área do Ministério da Saúde.

Pois bem. Indo para a CoronaVac – é aqui que fica a minha maior dúvida –: houve um interesse da Belcher em importar 9 milhões de doses da CoronaVac. É isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A minha pergunta é: por que que no dia 22 de março a carta da Belcher é de 8 milhões, e só depois, no dia 29 de março, há uma carta da Belcher ao Ministério da Saúde, propondo a compra – portanto, a entrega – para o SUS, para o Ministério da Saúde de 1 milhão de doses? Por que houve essa diferença?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Porque o nosso objetivo era ter as 10 milhões de doses, conforme já foi falado anteriormente, e, nessas tratativas, eles conseguiram disponibilizar mais 1 milhão de doses para a gente, para fazer as doações.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Belcher trabalhava com a possibilidade de poder negociar essas doses com o mercado privado...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... caso a legislação fosse alterada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Em nenhum momento foi cogitado isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por que que na carta, então, da Belcher o ora Embaixador da China, informando o interesse do próprio Ministério da Saúde, deixou muito claro que importa ressaltar que, embora vá doar para o SUS no PNI, de acordo com o artigo tal da lei, na hipótese de surgir nova legislação federal sobre o tema, que substitua ou modifique as normas, a Belcher compromete-se ao pleno atendimento? Havia perspectiva de comercialização dessas vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento. Em todo momento, todo ofício, nós colocamos 100% doação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos lá, na ordem cronológica, para ver, Sr. Presidente... Aqui houve só... Gostaria de fazer uma retificação, Senador Randolfe, em relação à questão da comercialização das vacinas: quando a Belcher tenta importar 9 milhões de doses da CoronaVac, aqui vem a pergunta mais importante. Primeiro, por que que eles... Como é que eles não sabiam da exclusividade com o Butantan, da Sinovac com o Butantan, mas, mais do que ele, como é que o Ministério da Saúde aceitou conversar com a Belcher como intermediária e compradora, sabendo o Ministério da Saúde que ela não teria condições de avançar, porque a Sinovac tinha exclusividade com o Instituto Butantan? É essa pergunta que não foi feita aqui e que tem que ser feita ao Ministério da Saúde – não a V. Sa.; fique tranquilo, Sr. Emanuel! Como e por que o Ministério da Saúde entrega no dia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu vou aqui num histórico muito rápido – muito rápido – para fazer um comparativo aqui com os nossos projetos, Senador Humberto.

No dia 19 de fevereiro – a tratativa com a CoronaVac foi feita em março com o Ministério da Saúde –, no dia 19 de fevereiro, tem um projeto desta Casa, ainda parado, autorizando compra de vacinas para a iniciativa privada. Mais do que isso: no dia 23 de fevereiro, um projeto de que V. Exa. foi Relator tinha, no seu texto original, aquisição e comercialização de vacinas por pessoa jurídica de direito privado – 23 de fevereiro. Ela virou lei no dia 10 de março. Quando foi dia 17 de março, a Câmara tentou mudar a lei do Presidente desta Casa, que, antes, no início, permitia a comercialização, e foi tirado por V. Exa. – não há nenhum demérito em tentar legalizar essa questão da comercialização; é o que está por trás dessa comercialização. No dia 17 de março, um Deputado apresenta um projeto alterando a lei, dizendo que as operadoras privadas de plano de saúde poderiam adquirir vacinas, comprar vacinas de terceiros ou direto – portanto comércio de vacinas com empresas privadas –, para disponibilizar aos seus beneficiários. Esse projeto, essa emenda é do dia 6 de abril. Nesse meio tempo todo, o que aconteceu – indo para os meus dois minutos finais? No dia 22 de março – já estava vigorando, portanto, ou projeto ou emenda permitindo aquisição e comercialização de vacinas –, no dia 22 de março, há uma carta da Belcher sobre 8 milhões de doses da CoronaVac; depois, o processo é inserido. Dia 29, mais um milhão; processo é inserido. E, dia 1º de abril, Ministério da Saúde concorda com o processo dos 8 milhões... E depois, em seguida, no dia 19 de abril, Ministério da Saúde concorda com o processo de um milhão de doses. Por que – o Ministério da Saúde –, como e para que se ele sabia que a empresa não poderia comercializar?

Sabe qual a sensação que fica? A sensação que fica é que, ao inverso, havia um intermediário aqui. Sabe quem era o intermediário, Senador Humberto, Senadora Soraya? O Ministério da Saúde. Porque essas empresas, que não podiam comercializar com esses laboratórios, precisavam de uma garantia de que eram certos, idôneos, corretos e tinham, portanto, alguma coisa em mão para falar: "Podem contratar comigo". Foi isso que aconteceu com a Covaxin e é isso que aconteceu com a Belcher.

Essa carta, esse protocolo concordando... O Ministério da Saúde, repito, concordou por duas vezes – disse isso por documento – que a Belcher podia avançar com as tratativas. E isso serviu para que eles fossem à Embaixada da China dizer que tinham interesse em comprar com a Sinovac. Então, o Ministério da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Simone, se V. Exa. me permite...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... valeu-se, ficou na posição aí de ser avalista, mas um avalista que não poderia sequer ter emitido esse aval, porque não havia possibilidade dessa transação.

E aí é fácil. Até eu, Sr. Presidente, faltando vacina, as pessoas morrendo, até eu pego uma carta com o Ministério da Saúde, vou lá com a CanSino e falo assim: "Eu quero um contrato de R$5 bilhões" – bilhões, não são milhões de reais!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E, se a senhora me permite...

Sr. Catori, no sentido do que a Senadora Simone está inquirindo: houve alguma manifestação do Ministério da Saúde junto à CanSino para a aquisição... sobre o interesse do Governo brasileiro na aquisição da vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não, nenhuma que eu saiba.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhuma manifestação? Porque, veja, só corroborando o que foi dito pela Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Simone, é um contrato de R$5 bilhões. Como uma farmacêutica do porte da farmacêutica chinesa estabelece algum contrato de parceria ou um pré-contrato ou um memorando sem qualquer sinalização do Governo brasileiro, do Estado nacional na aquisição dessas vacinas?

Só quero lhe dar como exemplo que, no caso da AstraZeneca, as negociações com a Fiocruz só avançaram depois que o Governo brasileiro disse concretamente que tinha interesse na aquisição da vacina. Houve uma manifestação formal do Governo brasileiro. No caso da Pfizer, ocorreu a mesma coisa; aliás, ocorreu até o contrato direto. No caso da Janssen, idem. No caso da CoronaVac, tinha o Instituto Butantan e, independentemente do Governo brasileiro, tinha o Governo de São Paulo, e, anteriormente, até o próprio Governo brasileiro tinha manifestado...

Então, só esta curiosidade, que é no sentido da inquirição da Senadora Simone: como é que o laboratório chinês avança nas negociações sem nenhuma manifestação do Governo brasileiro?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós tivemos toda a indicação desse parceiro nosso russo, onde já são parceiros da CanSino. Então, eles deram – entre aspas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem era o parceiro?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não gostaria de citar o nome dessa empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aí é que está – Senador Randolfe, se me permite –, aí é que está a questão: não avança. Quando o laboratório CanSino diz "Espere aí, nós vamos entregar para quem?" ou mesmo a Sinovac, "Nós vamos entregar para quem?", vem a Belcher, dentro do Ministério da Saúde... E aí é óbvio que tem que ter a participação de servidores públicos. Não tem como um processo desse ser tratado sem conluio – conluio – de servidores públicos. Ele, sim, tem que estar aqui se explicando: por que é que eles avançaram na tratativa e, mais, deram a carta duas vezes para a Belcher – o Ministério da Saúde –, duas vezes, concordando com o processo, um, da aquisição de 8 milhões de doses da CoronaVac, porque só tinha, repito, CoronaVac, que só podia se tratar naquele momento com o Instituto Butantan, que tinha exclusividade? CoronaVac, que é chinesa; CoronaVac, a que o Ministério da Saúde com o Sr. Pazuello e com o Presidente da República se negaram, porque a chamavam de "vachina", que não funcionava, que era a vacina do Doria.

Então, olhem a situação... Esse é um enredo – e eu sei que tem mais Senadores para falar – que nós conseguimos visualizar em todas as tratativas de vacinas. É um enredo que, primeiro, negou a compra de vacinas com um negacionismo que matou... Mais de 570 mil pessoas morreram no Brasil, grande parte delas fruto do negacionismo. E, segundo, depois, quando viram ali a possibilidade de negociata, por ganância, por volúpia, através de conluio, resolveram ganhar dinheiro à custa da dor e da morte de milhares de brasileiros. É esse enredo, e é por isso que, no banco dos réus aqui, tem que estar o Ministério da Saúde. A todo momento, são os mesmos personagens: Elcio Franco, que é Secretário-Executivo; o próprio Roberto Dias, que era da Dlog; esse Lauricio, que falou num momento em que não poderia tratar com o Sr. Emanuel... O Lauricio tinha um ofício-circular dizendo que ele não tinha mais poder de conversar com o Sr. Emanuel. O Secretário-Executivo tinha chamado para si a responsabilidade.

E eu vou lembrar aqui – se me permite – o que a Controladoria-Geral da União falou no caso da Covaxin, que é a chamada piada pronta, sobre o que eu falei que seria ironia se não fosse trágico. Quando descobriram que faltou justificativa de preço, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

fundamental para assinatura do contrato, sob pena de o contrato estar nulo, mesmo no caso das vacinas da pandemia, porque a medida provisória dizia isso; quando a garantia que foi dada não era a garantia legal, porque não era garantia bancária, eles não deram a garantia correta; quando a controladoria chegou à conclusão do seguinte: "Espera aí, vocês esconderam documento, esconderam documento... Servidores públicos esconderam na gaveta documentos relacionados a atas de reunião fundamentais para que o jurídico do Ministério da Saúde pudesse dar o parecer correto"; quando ele levanta todas essas condições, inclusive a ata, que passou de US$10 para US$15 a vacina, e ele manda para o Secretário-Executivo novo, o que o Secretário-Executivo novo faz? Manda para a Dlog: "Que história é essa? O que está acontecendo que vocês esconderam documento que a CGU está cobrando?". Qual foi a resposta da Dlog? É a piada pronta: "Espera aí, isso não tem nada a ver comigo. Lá no início do ano, vocês, Secretário-Executivo, mandaram *e-mail* para 16 setores do Ministério da Saúde dizendo que vocês não têm autorização para conversar nem para tratar com intermediários ou com empresas sérias, idôneas ou inidôneas a respeito do contrato da vacina".

Então, eu agradeço ao Sr. Emanuel, dizendo que, sinceramente, quem tem que estar aqui dando esses esclarecimentos, quem tem responsabilidade absoluta sobre tudo isso... Isto tem que constar no relatório: o Ministério da Saúde não poderia ter dado essa carta para o Sr. Emanuel. Por quê? Porque CoronaVac era exclusividade do Instituto Butantan no Brasil.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Antes de passar para o Senador Marcos Rogério, também o mesmo ensejo que parte da inquirição da Senadora Simone leva a uma outra pergunta: a empresa de V. Sa. tinha capacidade de importação da vacina? Capacidade financeira, eu digo.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Nós não chegamos nessa parte... Como a gente não chegou na parte contratual, a gente não sabia quantas doses iriam... Correto?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Sr. Emanuel, o senhor há de convir que isso é um pressuposto. Para nós firmarmos um contrato, nós temos que saber se temos capacidade e condições técnicas de firmar o contrato. (*Pausa*.)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu vou manter o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, V. Sa. utiliza o direito ao silêncio em relação a essa pergunta.

Senadora Simone, em relação a essa pergunta, Senador Humberto, só para informar que a Farmacêutica Belcher requereu, no dia 5 de outubro do ano passado, à Junta da Delegacia da Receita Federal em Maringá solicitação e permissão para importações. Em 5 de outubro do ano passado, ela requereu solicitação da Receita Federal em Maringá para importações de valores acima de US$150 mil. Qual era o valor do contrato? Eu pergunto aos colegas: qual era o valor do contrato? Era de R$5 bilhões. Não era esse o valor do contrato? Era 5 bilhões. Então, em 5 de outubro, foi requerido à Receita Federal em Maringá uma permissão para importações acima de US$150 mil. Detalhe: a Receita Federal em Maringá não autorizou, não permitiu que esse tipo de importação ocorresse por parte da Farmacêutica Belcher.

Ato contínuo, se V. Sa. quiser confirmar, a farmacêutica ingressa na Justiça para ter o direito de prosseguir nas tratativas para negociação e tem uma decisão favorável da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Justiça Federal em Maringá. Então, originalmente, eu quero só destacar que, em outubro, há uma requisição, por parte dessa farmacêutica Belcher, para a realização de importações acima de R$150 mil, e essa autorização não é concedida pela Delegacia da Receita Federal. E, como todos sabem, o contrato é superior a R$5 bilhões.

Nosso último Senador inscrito para inquirição de hoje, Senador Marcos Rogério, para concluirmos o depoimento desta tarde.

V. Exa. com a palavra, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento o depoente Emanuel Catori e seus patronos que o acompanham e cumprem aqui tarefa assegurada pela Constituição Federal e pela norma de regência também das CPIs.

Eu confesso, Sr. Presidente, que não ia fazer aqui nem o uso da palavra hoje. Seria a primeira vez, durante todas as oitivas que tivemos aqui. E eu falei, hoje confesso que não faria, mas... E por quê? Porque nós estamos aqui há algumas horas discutindo aspectos que, do ponto de vista do processo ou do procedimento da CPI, têm pouca efetividade – pouca efetividade. Nós estamos aqui, a meu juízo, uma vez mais gastando o tempo da CPI com algo que não acrescenta ao processo e perdendo a oportunidade de fazer uso desse momento tão precioso para aprofundar a investigação justamente na busca das evidências, das provas, daquilo que de fato aconteceu no âmbito do Ministério da Saúde, no âmbito dos Estados e Municípios, com relação ao uso dos recursos para o enfrentamento à pandemia da covid-19.

É óbvio que, no meio de um processo como esse, várias empresas tentaram negociar com o Ministério da Saúde. Agora, do que eu ouvi até agora, alguns pontos me chamam a atenção, porque ficaram aqui chamando a atenção para depoimentos que nós já tivemos nesta CPI outrora, como o caso do Sr. Carlos Wizard e, mesmo na ausência dele aqui, de forma reiterada, a CPI procura atacar a sua imagem, atacar a sua honra, atacar inclusive a sua atuação como cidadão brasileiro que, em momentos difíceis da vida nacional, se colocou como voluntário. Foi assim que ele agiu lá no Estado de Roraima e foi assim também que ele se colocou à disposição para colaborar com o Governo brasileiro nesse momento de enfrentamento à pandemia.

Veja que pessoas que procuram se doar um pouco para fazer o bem são tratadas, no âmbito desta CPI, como criminosas. E, em razão de falas pontuais dele em determinados momentos da pandemia, esta CPI, de maneira bastante covarde – e é essa a palavra que eu quero usar –, procura a todo momento atacar a honra desse brasileiro. Eu não vejo muitos aqui que tenham no seu histórico a iniciativa que ele teve. Talvez em razão das suas convicções religiosas, talvez em razão da gratidão que tem por tudo aquilo que alcançou ao longo da vida, tem procurado servir às pessoas em momentos de dificuldade. Então, eu não acho adequado, eu não acho correto que a CPI, que é um instrumento de controle político da administração – e eu sou um defensor dessa prerrogativa... Um dos papéis do Poder Legislativo é fiscalizar os atos do Poder Executivo, e a função de fiscalizar mais nobre, talvez, dos Parlamentos, seja justamente a atuação das CPIs, porque é um controle em sentido alargado, com funções que são próprias do próprio Judiciário. Mas gastar esse tempo, fazer uso desse tempo para difamar pessoas, para desqualificar pessoas que procuram servir ao Brasil e aos brasileiros não acho que é um bom serviço por parte desta CPI.

Então, eu quero fazer aqui, na fala que me cabe, um registro de que não subscrevo esses ataques, essas ofensas a esse brasileiro. E, de igual modo, em relação à questão da pandemia, foi convocado não na condição de um servidor que vai ser assalariado ou que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

vai ter ali... – e nenhum demérito, nenhuma ofensa a quem assim procura servir –, mas como um colaborador eventual que se coloca à disposição para ajudar o Brasil. E aí, vejo aqui de novo essa mesma... Eu estou só falando isso aqui para mostrar o nível de maldade que está no coração de algumas pessoas. O nível de maldade, o nível de dureza, porque não pode alguém, naturalmente, o tempo todo, destilar ódio desse jeito.

Veja, houve aí um movimento, uma reunião de empreendedores que, em dado momento, tentaram comprar para doar vacina. Tentaram comprar para doar vacina! Mas aqui, na CPI do circo, são criminalizados, são tratados como criminosos. Olha, o Brasil já viu e conheceu e conhece muitos criminosos que passaram na história recente da República – muitos –, mas será que a sociedade brasileira quer ver numa CPI a criminalização de brasileiros e brasileiras que, impactados com a dor e com o sofrimento das pessoas, tentam ajudar? Eu acho que não! Eu acho que não. E, veja, Carlos Wizard, o velhinho da Havan – o Luciano – e tantos outros são conhecidos, já apareceram, e por isso estão sendo enquadrados, mas quantos brasileiros anônimos nós não temos no País que têm iniciativas semelhantes de tentar ajudar o próximo, socorrer quem sofre, cuidar daqueles que estão sofrendo, às vezes por falta de uma estrutura hospitalar adequada, às vezes por falta de um equipamento, às vezes por falta de um medicamento, e tentam servir?

Então, eu acho que, num momento nobre como este, de uma Casa do Parlamento brasileiro, uma CPI que exerce de forma plena o controle político da administração, não é papel desta Casa ser censuradora do papel voluntário de alguns brasileiros.

Então, eu queria fazer essa fala aqui, essa consideração. E estou fazendo em relação ao empresário Carlos Wizard, que acompanhei, sabia da história e, quando ele veio aqui, tive a oportunidade de cumprimentá-lo por isto: o que ele fez lá em Roraima – não só ele, muitos outros, muitos outros – e depois também junto ao Ministério da Saúde.

Com relação ao que nós estamos hoje aqui a debater, a discutir, a sabatinar, a interrogar, eu não vou fazer perguntas ao depoente. Eu gostaria de fazer perguntas a quem desviou dinheiro público. Eu gostaria de fazer perguntas ao Sr. Carlos Gabas, que desviou recursos do Consórcio Nordeste. Eu gostaria de fazer perguntas ao Sr. Bruno Dauster, ex-Chefe da Casa Civil da Bahia, do Governo do Estado, que esteve à frente desse episódio fatídico da compra dos respiradores do Consórcio Nordeste, que nunca entregou – pagou adiantado, sem nota fiscal. Eu gostaria de estar perguntando a ele. Eu gostaria de estar perguntando sobre o que aconteceu lá em Santa Catarina – a compra milionária –, sobre o que aconteceu no Pará – o escândalo bilionário que a Polícia Federal investiga e o Ministério Público também. Eu queria estar perguntando, porque lá houve dano ao Erário, porque lá houve dano às finanças públicas.

Aqui, o que foi contratado? Quando é que foi assinado o contrato com essa empresa? Quando é que houve a contratação? Porque, pelo que vi, houve uma carta de intenção que não prosperou. Mas, não, gasta-se tempo, argumentos para apurar o quê? O nada. Nenhuma dose contratada, nenhuma vacina entregue, nenhum valor pago a quem quer que seja. Teve alguma coisa diferente disso? Se teve, eu retiro tudo o que eu disse. Houve contrato? Não, não houve. Houve alguma dose de vacina? Não, não. Ainda estão dizendo: "Não, ainda vão comprar uma vacina muito cara". Parece que fugiram da escola de matemática, da aula de matemática, não é?

Aí, está tudo certo: a vacina lá do Butantan, que eu defendi a compra, mas lá está tudo certo. Vende um preço pro Brasil, vende outro pro consórcio Covax Facility. Está tudo certo, a CPI não fala nada. Vende... Agora oferece mais lotes ao Ministério da Saúde, na casa de US$16. E uma vacina que depende de duas doses. Duas! Mas aí está tudo certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Me parece que a ideologia está tirando a racionalidade de muitos, sabe? Não se pode se embriagar por ideologias, por crenças que não têm respaldo nos fatos. Eu não estou fazendo aqui defesa da empresa, não tenho procuração, já está bem acompanhada dos advogados aí, esse é o papel deles. A questão é, o papel da CPI é reduzido a que num momento como esse? A nada, porque nós temos pouco tempo para apurar muita coisa e, pelo que está havendo aqui, pelo que nós estamos aqui a testemunhar, gasta-se tempo para apurar o que não houve, gasta-se tempo para imputar a alguém crime que não existiu, gasta-se tempo com depoimento que não vai levar a nada para não sobrar tempo para investigar a roubalheira que aconteceu nos Estados e Municípios.

Está claro, Brasil, vai vendo, vai vendo, porque se a CPI terminar daqui uma semana, duas semanas, três semanas, quatro semanas, dez e continuar do jeito que está hoje, ao final nós vamos ter um relatório de quê? Um relatório de narrativas. E o que deve sustentar os fundamentos de um relatório minimamente consistente? Os fatos, as evidências, as provas do processo. Nada além disso, porque narrativa não é prova. Qual a prestabilidade de uma prova que não identifica nada?

Então, eu queria fazer aqui essas ponderações para tentar chamar a atenção da CPI para que a gente concentrasse os nossos esforços numa investigação que pudesse nos levar a um resultado. Qual resultado pretendido com esse depoimento de hoje? Será que é constranger o Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros? É esse o objetivo da CPI? Se for, acionem o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, não é o Senado, não! Acionem o Conselho de Ética da Câmara, se é que têm evidências contra ele, mas não usem a CPI para promover uma perseguição política, não acho que seja adequado.

Imagine, daqui a pouco, indiretamente, uma CPI na Câmara fazendo o mesmo com os Senadores? Porque é isso que vai acontecer.

Não quero fazer defesa de ninguém, porque tem Ministério Público, tem Polícia Federal, tem Conselho de Ética. Agora, o que nós estamos apurando aqui? Qual o elemento de fundo a justificar todo esse esforço por nada? Não teve contrato, não teve uma dose sequer contratada, não houve uma entrega e não houve um pagamento, mas estamos aqui.

Sobre a compra de vacina e o encontro virtual de Carlos Wizard, do Luciano, da Havan, Emanuel e tinha um outro empresário lá participando, queriam comprar vacina para doar. Vai vendo Brasil, queriam comprar vacina para doar, mas aqui criminalizam, aqui criticam.

Eu ouvi Senadores aqui dizendo que se for lá atrás, no começo, porque agora o Senador... Muitos, hoje, querem atacar, condenar aquilo que sempre defenderam. Lá atrás, eles diziam assim: "Não, precisa conversar com todo mundo, precisa buscar vacina a qualquer preço, de qualquer jeito". E aí teve alguém até que bateu na mesa: "Quanto vale uma vida?" Para falar do preço da vacina. Vai vendo Brasil!

Hoje, chegam aqui e fazem o contrário. Hoje chegam aqui e condenam por causa do preço. Hoje chegam aqui e condenam porque dialogou. Só querem narrativas; não querem os fatos, não querem as evidências, não querem as provas. Evitar a apuração que houve nos Estados e Municípios: esse é o movimento que há por parte de alguns nesta CPI.

Então, eu quero concluir a minha fala, fazendo apenas um apelo para que nós possamos avançar com as investigações, buscando o que aconteceu em todos os âmbitos. Votei a favor de todos os requerimentos relacionados a oitivas de autoridades do Ministério da Saúde, a convocações, à solicitação de documentos. O mesmo não tivemos em relação aos Estados e Municípios. Tomara que, nos dias que nos restam de CPI, a gente possa aprovar os requerimentos e ter a oportunidade aqui de ouvir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Soa a campainha.*)

... gestores dos Estados e dos Municípios, para que o relatório seja um relatório completo, levando-se em consideração o conjunto dos fatos. Senão, vão se repetir apenas narrativas, narrativas e narrativas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Só, antes de concluir – a inquirição do Senadora Marcos Rogério, então, é a última desta oitiva –, só antes de concluirmos, eu queria reiterar a pergunta, Sr. Emanuel Catori, feita anteriormente: a relação com o Sr. Flávio Pansieri só foi neste contrato? Não teve nenhuma outra relação com a Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Somente nesse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em nenhum outro momento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhum outro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em nenhuma outra circunstância.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum outro momento, reitero e afirmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reitero, o Sr. Flávio Pansieri é sócio do Deputado... Ou melhor, é sócio de familiares do Deputado Ricardo Barros e é advogado do próprio Deputado Ricardo Barros. Além de ser advogado das questões cíveis, a notícia que nós temos é de que ele é advogado eleitoral, é advogado criminal, enfim, é o principal advogado do Sr. Deputado Ricardo Barros, mas a relação... Neste processo, ele não foi indicado por ninguém?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Por ninguém. Pelo Rafael, que é o meu colaborador, que são de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Rafael quem é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O nosso colaborador, nosso consultor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Rafael... O sobrenome do Rafael?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Crivellari – Crivellari.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele é o consultor?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele é o nosso consultor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele que fez a referência e a indicação...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do Sr. Flávio Pansieri para atuar nesse processo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E o Sr. Flávio Pansieri atuou em algumas reuniões com a Anvisa, certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Emanuel.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu gostaria... Posso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não. Pois não.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras por todo o respeito que tiveram por mim, e sempre estarei à disposição de vocês para qualquer esclarecimento.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Catori.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 46ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaramos aprovada.

Eu queria convocar, convidar... Convocar todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a inquirição de amanhã, do senhor sócio majoritário do FIB Bank, que será a partir das 9h30, nesta sala da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (48ª Reunião) 25/08/2021

ATA DA 48ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Fabiano Contarato, Simone Tebet, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Izalci Lucas e Soraya Thronicke. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva Roberto Pereira Ramos Júnior**. **Finalidade:** Oitiva Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior. Oitiva do Roberto Pereira Ramos Júnior, em atendimento ao requerimento 1369/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1463 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A reunião destina-se ao depoimento do Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, em atendimento aos requerimentos do Senador Randolfe e do Senador Tasso Jereissati.

Solicito que o depoente seja conduzido à Mesa. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Roberto, nós recebemos um *habeas corpus* da Ministra Cármen Lúcia, o Habeas Corpus de nº 203.381, nos seguintes termos:

> O mesmo dá-se com a pretensão de "não ser obrigado a assinar termo de compromisso como testemunha ou investigado"; esse é dever imposto pelo art. 216 do Código de Processo Penal de que não se pode escusar a testemunha.
> Convocado como foi o paciente naquela condição, tem o dever de comparecimento e de observância dos trâmites legais inerentes à convocação, sob pena de frustrar ou dificultar as atividades investigativas da Comissão Parlamentar de Inquérito, que, nos termos do inciso V do §2º do art. 58 da Constituição Federal, pode "solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão".
> Pelo exposto, defiro parcialmente a liminar [...] para assegurar ao paciente, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito "da pandemia", a) o direito de ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei nº 8.906/94; b) de não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder às perguntas que possam lhe incriminar, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não inseridos nem contidos nesta cláusula.

Considerando que a decisão liminar no *habeas corpus* esclarece que V. Sa. obriga-se a firmar termo de compromisso, V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Só duas questões rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu queria requerer a V. Exa. que, no momento oportuno, colocasse em apreciação, extrapauta, o requerimento de convocação do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E, só complementarmente, um procedimento protocolar e regimental, só para que seja identificada à Presidência a douta e ilustre banca de advogados que acompanha o Sr. Roberto Pereira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, é só para transmitir aqui um recado da nossa querida Senadora Zenaide e um presente que ela manda aqui para a nossa CPI, umas castanhas do Rio Grande do Norte, para, naquele intervalo ali, a gente poder degustar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço à Senadora Zenaide, assídua participante das nossas reuniões da CPI.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Roberto, se assim desejar, por 15 minutos; caso contrário, eu passo diretamente ao Relator. Fique à vontade o senhor. Obrigado.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, eu gostaria de agradecer à Casa; me sinto muito orgulhoso de estar aqui. E que esta Casa, de fato – de fato –, honre essas 576 mil mortes, que faça justiça de alguma maneira, já que também perdi amigos, parentes, e que se faça valer isso.

Mais uma vez, agradeço e quero reafirmar que eu estou à inteira disposição dos senhores, desta Comissão, honrosa Comissão, para esclarecer todo e qualquer fato. Mais uma vez, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente... Pela ordem, Presidente, só para eu poder compreender.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – O requerimento solicitado pelo Senador Randolfe será posto hoje, extrapauta, ou não, Presidente? O requerimento que o Senador Randolfe acabou de pedir, de convocação, será posto hoje ou não, extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, ele será colocado hoje. Eu vou colocar agora.

Em votação o requerimento feito pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Vice-presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, hoje, Sr. Presidente, nós completamos 120 dias da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos aqui trabalhando para contar a história, para que os brasileiros conheçam o que aconteceu nos porões da gestão dessa crise e o que, infelizmente, movia nossos governantes.

Entre atravessadores, pedidos de propinas, empresas corruptas e negacionismo criminoso, perdemos, nesses 120 dias, 180.505 vidas de brasileiros, enquanto desvendávamos fatos graves e tínhamos acesso a documentos que comprovam verdadeiramente que vidas eram, infelizmente, o que menos importava. Em média, foram 1.504 vidas perdidas por dia nesse período, nesses 120 dias.

E nós, Presidente, correndo contra o tempo, para dar as respostas necessárias, já conseguimos, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – e o trabalho de V. Exa. foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

fundamental para isso –, muitos resultados, muitas coisas. Graças à luz colocada pela CPI, o Governo foi obrigado a mudar de conduta: cancelou o contrato fraudulento da Covaxin. Resistiu; depois, pressionado, suspendeu; e, depois que a Bharat Biotech descredenciou a Precisa, teve, afinal, que cancelar o contrato da Covaxin, a mais notória corrupção nesse submundo da aquisição de vacinas a atravessadores. Demitiu servidores que pediam propinas, cancelou negociações com atravessadores, comprou vacinas, parou de alardear sobre a fraude do tratamento precoce, fez influenciadores e *sites* de *fake news* apagarem *posts* que agravaram, infelizmente, a pandemia. Fez até, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o filho negacionista do Presidente se vacinar e postar nas redes sociais!

Ainda falta muito! O negacionismo do Presidente e a conduta criminosa do Governo, a quem caberia salvar vidas, deixam marcas difíceis de sanar.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, seguiremos com nosso trabalho. E, no próximo mês de setembro, na segunda quinzena, entregaremos o relatório aos brasileiros, para que o conheçam, conheçam os fatos e também os seus verdadeiros responsáveis.

Eu aproveito também a oportunidade, Sr. Presidente, antes de começar a fazer as perguntas, e peço a atenção da Comissão Parlamentar de Inquérito... Eu estou propondo ao Presidente da Comissão o acréscimo de mais três nomes no rol de investigados desta Comissão Parlamentar de Inquérito: o do Sr. Roberto Ferreira Dias, o do Sr. Emanuel Catori e o do Sr. Francisco Emerson Maximiano. Em função do avanço da investigação, das provas coligidas, dos depoimentos prestados, nós elevamos a condição dessas pessoas à condição de investigados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passo às mãos de V. Exa., Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Passo às mãos de V. Exa.

Eu gostaria de começar efetivamente a fazer as perguntas ao Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, Diretor do FIB Bank.

Quando V. Sa. começou a trabalhar, por favor, no FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Em 2017, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 2017. Em qual mês precisamente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em agosto, se eu não me engano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agosto?

Quais cargos V. Sa. ocupou no FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Apenas o de Diretor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas o de Diretor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O de Diretor-Presidente desde então.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nessa oportunidade...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, sim, nessa oportunidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a partir de agosto de 2017?

Quem contratou V. Sa.?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, o Sr. Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ricardo Benetti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ricardo Benetti.

Qual é a sua remuneração como Diretor-Presidente do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu tenho uma remuneração variável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma remuneração variável?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a remuneração média, por favor, para que nós possamos ter uma ideia dessa relação contratual com V. Sa.?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Se me permite, Senador, eu não gostaria de expor os meus rendimentos aqui nesta Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, Sr. Relator...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Mas nós já sabemos, é de R$4 mil. Não é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor. Não, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, nos RIFs, está registrado isso como transferência para o senhor.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, qual é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... teve acesso a RIF e dispõe de informações. É importante que nós coloquemos isso para V. Sa., para que V. Sa., efetivamente, possa colaborar com a lembrança de que V. Sa. não pode ocultar a verdade, a não ser no caso da concessão de alguns *habeas corpus* – não sei se houve concessão de *habeas corpus* para esse caso especificamente – para não se autoincriminar, mas, quando não for o caso V. Sa. tem, sim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que colaborar efetivamente no seu depoimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, nós temos o registro de R$4 mil de transferência para V. Sa. Se V. Sa. recebe mais que isso ou diferente disso do FIB Bank, é importante V. Sa. informar aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito qual é a outra fonte que o remunera, senão vai ser inevitável nós termos que quebrar o seu sigilo bancário. E nós, assim, não queremos avançar para tanto. Não é uma medida que seja necessária.

Então, o Sr. Relator fez uma pergunta que esta CPI já sabe. Então, reitero somente... Ao mesmo tempo que pergunto, reitero um aconselhamento a V. Sa: se V. Sa. não recebe essa remuneração, qual é a outra fonte que o remunera, sob pena de, se nós não tivermos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

essa informação que nós já sabemos – confrontada –, nós vamos ter que inevitavelmente quebrar seu sigilo.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senador, eu gostaria de que essa informação seja feita via escrita, já que nós estamos em rede nacional. Gostaria de, ao final da sessão, expor tudo isso ao senhor. O senhor me permite?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Então, o senhor... Se a Comissão agora, neste momento, requisitar ao senhor por escrito essa informação...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Com toda certeza, mesmo porque o senhor pode quebrar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o que o....

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... meu sigilo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...depoente está propondo aqui é fornecer os dados à CPI, mas essa é uma informação obviamente que está protegida pelo sigilo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Não, perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pode ser pode ser declinado formalmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Senador Marcos Rogério, a proposição do depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que atende o que o Relator precisa e nós também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... pode ser aceita. Só que, pela necessidade da informação, eu queria requerer, Sr. Presidente, que a CPI requisitasse já agora, preparasse agora o requerimento por escrito ao senhor depoente, e o senhor depoente, por escrito, dê a informação aqui de qual é a outra eventual fonte que o remunera. Até o final do depoimento, nós temos essa informação, inclusive para a própria dinâmica do depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente está comunicando a CPI que vai fornecer essa informação, é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – É isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só pra ele confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou perguntar a ele o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem, ele não quer dar o valor agora, publicamente; tem suas razões e a gente vai respeitar, isso é sigiloso, mas ele vai passar essa informação, e daqui a pouco nós vamos requisitar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pra colaborar apenas, reiterando a pergunta feita pelo Relator: ainda que se deixe de informar agora valores de remuneração, embora seja uma mera pergunta pra qualificação do depoente – é absolutamente rotineiro em depoimentos você saber qual é a renda do depoente –, o Relator pergunta com relação ao seu sistema de remuneração, e aí não vejo justificativa pra que não se responda. Qual é o sistema de remuneração? O senhor referiu: "Minha remuneração é variável". Variável com base em quê? Se o senhor puder esclarecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, se o senhor depoente nos permite e o Sr. Relator também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a informação... O que nós precisamos saber? Nós já temos, a partir da quebra do sigilo do FIB Bank, a remuneração que V. Sa. recebe. O que nós queremos saber aqui, complementarmente: se essa não é a remuneração, quais são as outras fontes que o remuneram? Essa informação para nós é preciosa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É preciosa e não é sigilosa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E tanto mais, quanto a sua remuneração...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque revelar o salário, o que ganha, a remuneração, não tem sigilo nenhum nisso.

Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E tanto mais quanto sua remuneração são as fontes, quem o remunera além do FIB Bank.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só pra colaborar, acho que é importante, até pra saber o que é sigiloso ou não e até onde nós podemos exigir do depoente... Acho que a pergunta do Relator é – e corroborada pelo nosso Vice-Presidente: qual é a renda fixa? Porque essa não é sigilo. As demais, se é por comissão, se V. Sa. recebe de outra forma, isso pode ficar nos autos, pode ser acrescido depois, mas qual é a renda fixa com a qual o senhor é remunerado por ser Diretor-Presidente do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Mais uma vez, eu me comprometo, após a reunião, a fornecer todas as informações que V. Exas. assim o requerem.

Agora, com relação à sua pergunta, Senador, essa remuneração variável é baseada em alguns pontos. Primeiro, faturamento da empresa, crescimento, número de mercado, quantos contratos ou clientes foram fechados naquele mês. E mais ainda, Senador Randolfe: se assim a Casa achar melhor, apesar ainda da minha prestação de valores a ser apontada para os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, meu amigo... Só um minutinho, Roberto.

Senador Renan Calheiros, vamos tocar o depoimento. Esse aí... Durante o depoimento, nós vamos saber de muita coisa e não necessariamente precisamos saber agora o salário, a remuneração dessa pessoa. Então, nós estamos perdendo meia hora numa discussão dessa? Por favor, Senador. Vamos tocar...

Só um minutinho. Isso aí é o seguinte: aos poucos nós vamos saber de muita coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós podemos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Por exemplo, eu poderia perguntar a ele agora: o senhor pode me dizer qual é a cidade em que o senhor mora?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Campinas.

O senhor mora em casa, apartamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Apartamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É próprio?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto custa o apartamento, mais ou menos, seu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Quatrocentos, quinhentos mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Quatrocentos, quinhentos mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com R$4 mil não dá pra comprar um apartamento de R$400 mil, R$500 mil.

Então, veja bem: essas coisas nós vamos descobrindo aos poucos. Você pega em cima de outros dados e nós vamos saber o que que ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, mas o fundamental é o seguinte: mais importante até do que a remuneração é quem remunera além do próprio FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, e essa informação, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não é o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... não é sigilosa. Revelar salário não guarda nenhum sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, espere aí: o Roberto não é funcionário do banco. Ele é Diretor-Presidente do banco. Veja bem: ele é que remunera os funcionários do banco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele foi contratado pelo banco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele é Diretor-Presidente do banco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi uma das perguntas que eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é o Diretor-Presidente do banco. Veja bem: ele é que diz quanto é que fulano vai ganhar, ele é que determina quais são as remunerações...

Não é isso, Sr. Roberto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, ele foi contratado... Ele já respondeu aqui que ele foi contratado pelo senhor...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ricardo Benetti.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na época. Agora ele é Diretor-Presidente.

Tem algum cargo acima do senhor?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Diretor-Presidente do quê, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do banco lá, do FIB Bank.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Que banco? Esse banco existe?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Desculpe, não é um banco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos continuar pelo Relator, Sr. Presidente, porque aí depois...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, não é um banco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... nós conseguimos fazer toda a ilação. Vamos ouvir o Relator, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, por favor, colegas. Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é exatamente, por favor, pra dirimir essas dúvidas que começaram... E é bom que todos saibam que nós podemos estar diante aqui de um depoimento bombástico, em função de uma circunstância que o Brasil quer definitivamente conhecer. E esta é a oportunidade que está sendo criada aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito pra que nós possamos acessar a todos esses segredos que embalaram negociações, que financiaram, que garantiram negociações as mais escabrosas.

Qual é exatamente, Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, a atividade econômica explorada pelo FIB Bank, que não tem autorização de funcionamento como instituição financeira nem como seguradora?

Por favor, sou só ouvidos.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sr. Senador, não se trata de um banco e, sim, de uma empresa S.A., a qual presta o serviço de garantias fidejussórias, devidamente reguladas pelo Código Civil brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, apesar do nome – é bom que todos fiquem devidamente esclarecidos – FIB Bank, não se trata de um banco. É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor. E mais ainda: FIB Bank Garantias Fidejussórias, faz parte da razão social.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem garantia de funcionamento como instituição financeira?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ela não é uma instituição financeira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem como seguradora?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Muito menos seguradora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, exatamente, se V. Sa. pudesse repetir, qual é a atividade econômica explorada pelo FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Assim como a razão social assim menciona: garantias fidejussórias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são os serviços, para aclarar, regularmente prestados pelo FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, o FIB Bank Garantias Fidejussórias garante vários tipos de operação, seja desde aluguel, obrigação de fazer, são várias linhas em que a gente atua, sempre dentro da prestação de garantias fidejussórias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Quantos funcionários o FIB Bank tem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nessa pandemia, nós demitimos bastantes funcionários e estamos trabalhando com *outsourcing*. Então, são empresas contratadas para que venham prestar o serviço. Lembrando ainda: é um processo muito enxuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E quantos funcionários teve?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos teve? Pode dar esse cronograma? Porque isso também é muito importante para a gente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor pudesse, inclusive, informar a história do FIB Bank, quando foi fundado, quem compôs o quadro societário original.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos funcionários tinha, quantos têm hoje... Essas informações são muito importantes.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Vamos lá, do início.

O FIB Bank foi fundado ou adquirido pelos atuais sócios em 2016, justamente na composição de seus ativos, na maioria imobiliários e ainda creditórios. Então, em 2016, duas empresas resolveram assim fundar o FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quais foram as empresas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Pico do Juazeiro e MB Guassu.

E, ao longo desse tempo, na prestação de serviço de garantias fidejussórias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em 2016 ou 2015?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em 2016, a primeira ata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E começou com o nome FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não. Era Fiji Island alguma coisa... e logo em seguida mudado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – DTX, Brax Simples?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não. Por sinal, não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esses nomes o FIB Bank não teve?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor está no FIB Bank desde o início? Não. O senhor está desde agosto de 2017.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Isso, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde é a sede do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em Alphaville, São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode dar o endereço, por favor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Rua Araguaia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rua Araguaia...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O número certinho eu não sei de cabeça, mas falo já.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós levantaremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não. Tenho aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Desculpe, Relator, mas ele deu uma informação que não bate aqui...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – 2044.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com os documentos e nem com os registros de cartório, e ela é fundamental porque ali vêm dois personagens e sócios, depois foram considerados laranjas. Então, é importante perguntar de novo: qual é o ano da constituição do FIB Bank, que antes era Brax Simples, foi para FIB Bank Assessoria de Negócios e, só depois, foi para FIB Bank Garantia de Fianças Fidejussórias?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque eu sei que as perguntas dos colegas todas vão ser, inclusive, direcionadas a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria agradecer a colaboração adicional de V. Sa. e fazer a pergunta diretamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Mas eu queria só completar a pergunta. É o seguinte: quem compôs o corpo societário de fundação, a partir dessa informação da Senadora Simone?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Vamos lá. Eu vou descrever quem eram os sócios das duas empresas as quais são acionistas do FIB Bank, no momento da compra do FIB Bank: do lado da MB Guassu, o Sr. Sebastião e o Sr. Francisco; do lado da Pico do Juazeiro, o Sr. Ricardo Benetti e uma empresa do Sr. Ricardo Benetti.

Essa empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Comprou de quem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Desculpe, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Comprou de quem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Essa empresa foi adquirida não na minha gestão. Era uma empresa, uma *shelf company*, que foi adquirida de duas pessoas. Eu não sei precisar agora, mas me comprometo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Alexandre e Geraldo.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, isso, isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Alexandre e Geraldo. É isso? O senhor confirma?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Esse Alexandre Geraldo é de Alagoas?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Mas você me informou isso, infelizmente, agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor me permite, Sr. Presidente, o Sr. Geraldo Rodrigues Machado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, Alexandre Geraldo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Alexandre e Geraldo...

Eu vou lhe apresentar o Sr. Geraldo, se o senhor me permite. O Sr. Geraldo Rodrigues Machado é conhecido como Geraldão, é brasileiro e natural – olha aí, Senador Renan – de Pão de Açúcar, Alagoas, sua terra. Ele é solteiro, vendedor, tem ensino médio completo, nascido em 22 de outubro de 1992. No dia 16 de janeiro do ano de 2009, ele compareceu à Delegacia de Polícia de Alagoas para prestar depoimento em que se disse vítima do seguinte: "Tomou conhecimento o oficial, em consulta feita à Receita Federal na agência em Santana do Ipanema, que, na data de hoje, 10 de março de 2016, o noticiante compareceu a esta delegacia de polícia para noticiar que tomou conhecimento do surgimento de outras duas empresas em seu nome no Estado de São Paulo. Contudo, mais uma vez, ressalta o noticiante não ser empresário e tampouco nunca foi ao Estado de São Paulo".

Aliás o Sr. Geraldo, nosso Geraldão, lá de Pão de Açúcar, Senador Renan, tentou requisitar auxílio emergencial e não conseguiu porque constava isso no registro dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é bilionário. Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele tentou sacar o Fundo de Garantia e também não conseguiu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É porque o próprio depoente usou a expressão que significa o que o Senador Randolfe tentou explicar. O senhor disse que é uma *shelf company*. Explique para as pessoas que estão acompanhando e que não sabem o que é uma empresa de prateleira e para que se usa empresa de prateleira, por favor.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Obrigado pela palavra.

Na realidade, são empresas prontas de prateleira. É muito comum isso no mercado. Dada a burocracia que se tem ou que se tinha – melhorou muito isso – de se constituir uma empresa, essas empresas já estão prontas, vai-se ao mercado e compra-se a empresa.

Agora, uma coisa que eu quero...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas para deixar mais claro: quando você tem uma necessidade de passar a impressão de que a sua empresa está constituída há muito tempo, você vai a um escritório de contabilidade e compra uma empresa dessas, que está lá na gaveta constituída previamente. Esta é uma prática reiterada das empresas Precisa, vinculadas à VTCLog, vinculadas a toda essa rede de contratação: o uso das empresas de gaveta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só não contava, Senador Alessandro, que estava comprando uma empresa fantasma que não tinha sócios, não tinha capital social, consequentemente, ele estava comprando nada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ele sabia perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a gente também não sabe se as outras empresas de que ele está falando não são da mesma origem, Senadora Simone.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Com certeza.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos tocar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria fazer uma pergunta ao Sr. Roberto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos tocar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho. É uma pergunta aqui: o senhor poderia dizer qual é sua formação acadêmica?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim. Administrador de Empresas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor é formado em Administração...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em Administração de Empresas pela PUC Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Renan, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos tocar, vamos tocar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Era importante que a gente pudesse seguir a ordem das inscrições. Todos nós aqui... Só uma questão, Sr. Relator: todos nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós podemos estar diante aqui do mais escabroso depoimento desta Comissão, de uma fraude monumental que está sendo revelada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Todos nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E diante da origem fraudulenta do fiador do contrato da Covaxin de 1,614 bilhão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse depoimento é um depoimento que se reveste de uma importância gravíssima. E eu queria até deixar informado o depoente de que nós poderemos aqui ter muitas revelações para aclarar o que significou de escabroso essa negociação da Covaxin e a própria fiança dada pelo FIB Bank, que, pelo que foi revelado aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues e pelo Senador Omar Aziz, teve como criador um agricultor rural do Estado de Alagoas, da cidade de Pão de Açúcar, que entrou na Justiça para sair da sociedade dizendo mais: que nunca fez parte da sociedade. Nós estamos diante de um crime...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O antigo dono do banco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E a Alexandra também teve que entrar na Justiça e teve liminar deferida para dizer que nunca foi sócia da empresa.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... não conseguiu sacar o FGTS...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou só...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senador Renan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos seguir os trâmites aí...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Assim não dá, com todo respeito aos nossos companheiros, mas assim não dá. Todo mundo tem essas informações

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todo mundo tem. Eu quero fazer questionamento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos deixar o Relator fazer as perguntas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas eu quero que, eu gostaria que todos participassem porque eu realmente não tinha as informações. Essa é que é...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. conclui as que V. Exa. tem e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não, eu não tinha as informações e não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E eu fiquei incumbida, fiquei um mês, a pedido da CPI, estudando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não fui informado dessas informações e fiquei aqui impactado quando fui informado. Acabei de ser informado agora, porque é um caso em que nós já devíamos ter tomado as providências do ponto de vista penal, porque nós estamos diante de uma fraude monumental, que, aliás, marca, caracteriza o *modus operandi* deste Governo.

Retomando as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senador, poderia, a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu vou pedir a contribuição dos Srs. Senadores para que o Senador Renan possa concluir as suas informações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas eu não estou reclamando disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas é uma prática...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo contrário; eu estou satisfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, nós estamos, é porque todos querem fazer questionamentos. Se ficar só no comentário, comentário, comentário, nós não estamos investigando, é prejulgando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O meu papel aqui é pedir colaboração dos companheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Onde V. Sa. despacha, trabalha, responde pelo banco?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Gostaria primeiramente de levantar dois pontos. O primeiro que a garantia emitida não foi para a sua totalidade, e, sim, pelo transporte, em 80 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que garantia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A garantia fornecida para a Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegaremos lá, nós chegaremos lá!

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, é só para pontuar. A segunda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos, nós estamos ainda tentando ainda conhecer a origem do FIB Bank...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A segunda com relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos na garantia, sem nenhum açodamento, sem pressa. Se for necessário...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A segunda com relação à compra da empresa, não participei dessa compra. Então, no período...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o fato de não ter participado não o exime de responsabilidade na sucessão.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É só para deixar claro, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante que o senhor saiba disso.

Onde V. Sa. despacha, por favor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Hoje, em *home office*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o faturamento médio anual estimado do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Esse ano, o faturamento está próximo a R$650 mil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faturamento, R$650 mil este ano?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até agora.

E, no ano passado, qual foi o faturamento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Próximo a 1 milhão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um milhão de reais.

E, quando era maior, tinha mais funcionários, quanto era, como aqui colocado por V. Sa., quanto era o faturamento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Lembrando que trata-se de um... Apesar ainda do ativo muito grande, trata-se de uma empresa pequena e de estruturação dessa garantia no mercado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor falou que essa empresa teria sido afetada pela pandemia. Foi afetada de que forma, em que circunstância?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador...

Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor disse que é uma empresa pequena?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Em estrutura, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E qual é o capital social dessa empresa pequena?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sete ponto cinco bi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, repete aí, por favor.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A estrutura é pequena, mas o capital é de 7,5 bi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, V. Exa., que é um *expert* em pequenas, microempresas, que tem lutado muito pelo Brasil nessa situação. (*Risos.*)

Me diga, me explique V. Exa., por favor, se é uma empresa pequena a que tem 7,5 bi de capital. Explica para o Brasil: "Brasil!", por favor. (*Risos.*)

Por favor, Senador Jorginho, explique para o administrador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só falta ele ter pedido um Pronampe também, será que ele não pediu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Explique aqui, porque eu perguntei qual era a formação dele até para saber qual é a formação. Ele não é nenhum... Ele é administrador de empresa. Dizer que uma empresa que tem capital social de 7,5 bi é uma empresa de pequeno porte, eu não sei mais o que é de médio e grande porte. Por isso, sendo o Senador que mais se empenha em relação a pequenas e médias empresas, o senhor pode dizer o que é uma microempresa no Brasil? Qual é o capital social duma microempresa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nem vamos ofender aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, por favor.

Não, não, por favor, Senador, me ajude.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não vamos ofender...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Microempresa, quanto é o capital social de uma microempresa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É 360 mil, é faturamento por ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E de uma média empresa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quatro milhões e oitocentos por ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E de uma grande empresa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Aí é conforme o faturamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E uma *big* empresa de 7,5 bilhões de capital?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, isso vende a cura pra qualquer doença.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bom. (*Risos.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, mas quem tem o capital social de 7,5 bilhões? Eu não entendi.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O FIB Bank tem o capital social de 7,5 bi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não...

Quanto é, Senadora...?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, a pergunta é se esses imóveis existem. Eu tenho a impressão que o FIB Bank não tem capital social nenhum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, até então, Senadora Simone, até então, eu não perguntei quais são as garantias de ter 7,5 bi. Eu só perguntei ao Diretor Presidente da empresa qual é o capital social? Ele me disse 7,5 bi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um capital social constituído por imóveis citados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se ele é um capital social...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Senadora Simone Tebet está levantando que sequer a existência desses imóveis para compor esse capital social...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí é outra coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... está provada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí é *fake news*, essas garantias aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só um imóvel tem 48 milhões de metros quadrados.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dois mil alqueires paulistas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dois mil alqueires de terra paulista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é uma boa pergunta, Sr. Relator. Quem sabe a gente é homem de pouca fé, quem sabe existe isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que não é do FIB Bank, segundo o cartório, Senadora Eliziane.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Presidente, apenas perguntar para ele, Relator: em relação a esses 7,5 bi, esse capital social é integralizado? A partir de quê?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, é integralizado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A partir de quê? É a pergunta do Senador Marcos Rogério.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Imóveis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A partir de imóveis?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Imóveis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são os imóveis?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto. São dois imóveis principais, um na cidade de São Paulo e outro na cidade de Castro, no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quantos imóveis?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – São dois imóveis?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dois imóveis no valor de 7,5 bilhões?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é 10% da área fundiária de Curitiba.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um imóvel, Sr. Presidente, era no valor de 7,2, e não estava em São Paulo. Começou em Curitiba. Aí mudou-se a matrícula e foi para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só piora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O imóvel voador, que saiu de Curitiba e foi para São Paulo, no valor de 7,2 bilhões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dois imóveis por 7 bi?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um por 7,2 e outro por 300 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos, isso é 10% da área urbana de Curitiba.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante que esses imóveis sejam, a partir de hoje ou de amanhã, apresentados ao Brasil, para que, como colocou o Senador Marcos Rogério, não haja dúvida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que aí, já que esse imóvel vale tanto, seria importante até identificar que imóvel é esse, que imóvel é esse que vale tanto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator e Senador Marcos Rogério, a mansão mais valiosa do Planeta não vale isso. Só para... Então, a gente tem que localizar esse imóvel.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu só queria fazer uma sugestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Vamos ganhar tempo, porque eu acho que esse cidadão aí está ofendendo o Senado Federal. Eu acho que a gente não pode perder muito tempo com ele, e depois tomar as devidas providências. Vamos perguntar o que nós tivermos que perguntar para ele e vamos depois tomar as providências, porque é uma vergonha isso. Eu me sinto envergonhado de estar aqui sapateando em cima de um negócio desse, de uma mentiragem dessa, de uma picaretagem dessa, que queria dar mais um golpe no Governo.

Pelo amor de Deus!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Permita-me divergir do Senador Jorginho. Nós estamos ganhando tempo, e não perdendo, porque embora – e eu concordo com ele – nós tenhamos que tomar providências em relação ao FIB Bank, a pergunta maior que tem que sair daqui com esclarecimento e resposta da CPI é porque o Ministério da Saúde aceitou uma garantia que não era bancária, se a lei, a medida provisória, não permitiu, e fora do prazo permitido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Não passou pelo corpo jurídico por quê? Queriam esconder o quê? Faziam parte do conluio para poder fraudar e superfaturar a vacina da Covaxin? Essa é a pergunta que tem que ser colocada aqui.

Então, com todo o carinho que tenho pelo Senador Jorginho, eu divirjo nesse aspecto. O Ministério Público é tão responsável ou mais nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colegas, Senadora Simone, Senador Jorginho, vamos garantir... A gente já interrompeu demais o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um compromisso inclusive meu, vamos garantir aqui ao Relator, para ele prosseguir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo contrário, eu gostaria da participação de todos. Acho isso fundamental para aquecer o depoimento. É muito importante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, Presidente, Relator, pergunte a ele se ele é o dono, se ele realmente é quem ele é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu chegarei lá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem é o dono? Isso é que é importante!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quantas foram as garantias emitidas no último ano pelo FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Neste ano, salvo engano, foram 136.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No último ano?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – No último, 112.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram 112.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Foram 112 garantias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram 112, no valor total de quanto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Hoje, nós temos ativos 500 milhões de garantias ativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São 500 milhões de garantias ativas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As garantias somam 500 milhões? É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todas as garantias eram do tipo carta fiança?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Fidejussória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fidejussória.

Quantas garantias até hoje foram pagas desde a criação do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – As garantias, Senador, elas só são requisitadas quando se decorre *default* do fornecimento ou do serviço. Então, 100% daquelas garantias que tiveram problemas foram pagas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cem por cento das garantias foram pagas.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Quando exigida a garantia, sim, e dentro das normas previstas no próprio corpo da carta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas garantias, então – para que nós possamos embasar essas respostas –, são objeto de ações judiciais contra o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu posso fornecer essa informação após? Porque eu vou consultar o departamento jurídico, e passo o relatório de cada ação movida, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é muito importante dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esta CPI...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o senhor deveria ter vindo informado dessas questões, porque essas questões são básicas para o esclarecimento dos fatos. E a demora retira esses dados da base das perguntas que nós vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, eu vou encaminhar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Compromete-as.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Roberto, esta Presidência e esta CPI vão encaminhar da seguinte forma: eu determino à Secretaria que oficialize agora ao Sr. Roberto, já que ele não tem as informações. Ele deverá ter contato agora com o seu departamento contábil, jurídico e financeiro.

Então, a Secretaria da CPI vai requisitar oficialmente a informação agora se até o final do depoimento o senhor poderia informar por escrito à CPI. Pode ser?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Perfeito. Eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Então, está encaminhado, deferido e determino à Secretaria que proceda dessa forma.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual o perfil dos clientes do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Eu tenho dos mais diversos perfis, desde pequenos alugueis até grandes contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde pequenos aluguéis até grandes contratos.

Além do contrato da Covaxin e do transporte referido aqui, quais são os grandes contratos que tiveram a fiança do FIB Bank, a garantia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Tem alguns contratos relevantes referentes às garantias judiciais, muitas vezes em processo de dação em pagamento de impostos inscritos na dívida ativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos contratos, portanto, o FIB Bank já firmou com a Precisa Medicamentos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Dois contratos. Um agora, fruto dessa pauta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Covaxin.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

E um no passado, no valor de... Com uma receita para a gente de R$20 mil, um contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o outro contrato referido, por favor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não tenho o objeto, o objeto do que foi garantido, mas, se me permitir consultar o meu departamento comercial, eu lhe falo com toda a exatidão o que garantiu na oportunidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a quarta pergunta em que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só para ficar claro, porque não deu para entender, Presidente: só R$20 mil? É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... V. Sa. vai consultar o departamento jurídico e comercial. Mais uma vez eu queria...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – De receita, sim, para o FIB. De receita.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Mas e o valor do contrato?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – O contrato eu vou verificar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Geralmente são quantos por cento em média de receita?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Dois, um, dependendo do risco da operação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Algo em torno de R$2 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Com a Precisa, com a Precisa.

Agora uma outra pergunta.

O FIB Bank assinou contrato com outras empresas de Francisco Maximiano? Como a SaúdeBank Assessoria Estratégica e Financeira, 6M Participações, Global Gestão em Saúde, Primares Holding Participações, Farmacev e BSF Gestão em Saúde?

Essa resposta é muito importante.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nenhum momento firmou com nenhuma outra empresa do grupo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Do grupo não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia nos explicar qual é a natureza jurídica da carta fiança emitida pelo FIB Bank em favor da Precisa Medicamentos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ela obedece os regulamentos do Código Civil, Senador.

Ela obedece os regulamentos do Código Civil, em que diz a possibilidade de afiançar através de uma carta fidejussória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que dia, por favor, a carta fiança foi solicitada pela Precisa Medicamentos? (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A carta foi assinada no dia 17/02/2021. Possivelmente uma semana antes desta data.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela foi emitida no dia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desculpe, 17/02/2021.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor tem certeza disso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E foi solicitada quando?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, só para reiterar a pergunta: O senhor tem certeza disso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, salvo... A menos que tenha um equívoco aqui no meu relatório, mas estou vendo que o senhor tem cópia da carta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu tenho cópia da carta e aqui está o relatório que o senhor informou à CPI.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É o mesmo que eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com datas diferentes, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu só queria só reiterar a pergunta: O senhor tem certeza de que a data é 17 de fevereiro?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Salvo engano, salvo engano, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive no documento que o senhor entrega à CPI, Sr. Relator, o documento está encaminhado, está grifado e sublinhado, certo?

O senhor diz aqui: "Assinado eletronicamente no dia 17 de fevereiro." É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Dezessete de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos a carta aqui com a data eletrônica de 17 de março.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Então, possivelmente, erro aqui do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor informou oficialmente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito uma data errada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Errada, diferente da data que consta oficialmente das informações colhidas pela CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor assinou realmente este relatório?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor assinou esse relatório?

Veja, o senhor manda um documento oficial...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor conhecia esse relatório?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor manda um documento oficial a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mais ainda, o senhor grifa o documento, coloca em negrito e destaca: "Assinado eletronicamente no dia 17 de fevereiro de 2021". E a carta está aqui, com a data eletrônica de 17 de março.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos falando da carta de garantia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É essa mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas não poderia ser 17 de fevereiro, porque o contrato foi assinado dia 25 de fevereiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, por isso é que ele está levantando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Óbvio! Por óbvio! Por óbvio!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor leu o documento que mandou para a CPI, ou assinou sem ler?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Com certeza eu li.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com certeza o senhor leu, apesar de informar datas erradas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Então, o senhor, propositadamente, informou a data errada?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor leu e informou errado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em hipótese alguma – em hipótese alguma.

Como o tempo de minuto que foi dado para levantar todos os relatórios foi uma carga muito pesada para levantar toda a documentação, tanto que eu havia pedido a V. Exa., ao Presidente da Mesa, mais um dia, para que pudesse levantar todos os documentos para munir à nobre...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, *data maxima venia*, Sr. Roberto – *data maxima venia* –, mas veja: o senhor manda um documento oficial para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e o senhor ainda grifa, coloca em negrito, ou seja, no documento que o senhor assinou, o senhor tinha certeza do que estava dizendo. Talvez o senhor não imaginasse que nós tivéssemos aqui a carta com a data do dia 17 de março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A carta é pública; tínhamos certeza que o senhor tinha isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, qual foi a intenção?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Meramente, eu peço...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu acho que essa é a menor das irregularidades. Existe um contrato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É só mais uma delas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – É, mais uma.

Existe um contrato de 25 de fevereiro e a carta oficial de garantia, que não podia ser dada, foi do dia 17 de março.

Vamos tocar, Sr. Presidente. Eu acho que há muita coisa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu acho que, se o Relator fizer seus questionamentos, vai esclarecendo, e depois o conjunto dos Parlamentares vai complementando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não quero estreitar a base das minhas perguntas. Eu não tenho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O problema é porque, senão, a gente vai ficar interrompendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... muitas informações que os outros membros têm. Então, é...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A gente se inscreve para poder falar, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... importante que eles as coloquem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério, vamos, então, garantir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Paciência de esperar sua vez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, exato. Vamos garantir ao Sr. Relator, mas é importante essa verificação, porque, é, de longe, colegas Senadores, o depoimento mais contraditório, mais ausente de embasamento e de informações desta Comissão Parlamentar de Inquérito – é de longe, de longe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A carta fiança, uma garantia fidejussória, pode ser classificada como uma espécie de seguro-garantia ou fiança bancária, modalidades que eram aceitas pelo contrato da Covaxin, além de calção em dinheiro e de títulos da dívida pública?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não pode?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – São diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode disponibilizar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a cópia do contrato?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Com toda a certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode fazê-lo agora?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Deixa eu ver se eu trouxe aqui. Um momentinho só, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entre o FIB Bank e a Precisa Medicamentos, sobre a carta de fiança?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não trouxe esse documento, mas peço imediatamente que seja enviado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia mandar esse documento quando?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Agora – agora. Já vou pedir para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora exatamente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Já vou pedir para meus pares enviarem esse documento à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Faltou trazer alguns documentos, não foi, Sr. Roberto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além das desinformações, faltou trazer alguns documentos.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não foi a mim solicitado, com todo o respeito, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Caso, Sr. Presidente, não seja entregue, eu quero, desde já, requerer que a CPI peça a entrega formal desse documento em deliberação que pode ser tomada, inclusive, agora.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não será necessário. Entregarei o documento em poucos minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto o FIB Bank recebeu da Precisa Medicamentos desde o ano passado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Trezentos e cinquenta mil nesse contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Trezentos e cinquenta mil?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O FIB Bank já havia emitido este tipo de garantia, a carta fiança, para a sua utilização perante entidades públicas em processo licitatório, para satisfazer exatamente o art. 56 da Lei 8.666, de 1993?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que ocasiões, por favor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em algumas ocasiões. Eu posso levantar a carta para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu, novamente, peço a V. Exa., Presidente, que, se não for entregue até o término da reunião, nós requeiramos essa informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

V. Sa. saberia dizer se as garantias fidejussórias são adequadas para tal finalidade, garantir licitação?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Com todo... Com todo o respeito, a nossa relação é B2B, empresa para empresa. A relação com o beneficiário é do nosso cliente para o beneficiário. É emitido um rascunho, um *draft*, onde o cliente submete isso ao beneficiário, tendo o beneficiário a livre opção de aceitar ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta não foi essa. A pergunta exatamente foi: V. Sa. saberia dizer se as garantias fidejussórias são adequadas para tal finalidade, ou seja, para a finalidade de garantir as licitações?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senador, isso é uma grande discussão. Tá? A nosso ver, o FIB Bank Garantias Fidejussórias acredita que, sim, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação do FIB Bank com o advogado Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Dr. Marcos Tolentino é advogado do Sr. Ricardo Benetti e procurador da empresa sócia do FIB Bank, a Pico do Juazeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repetindo, para que haja um entendimento perfeito do que foi respondido, o Sr. Marcos Tolentino é advogado...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Do Sr. Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do Sr. Ricardo Benetti. E de quem mais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – E procurador da empresa da qual o Sr. Ricardo Benetti é sócio, a Pico do Juazeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E procurador da empresa...

O Sr. Marcos Tolentino é sócio do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é sócio do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o nível de gerência que ele exerce, que ele realiza sobre o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não exerce influência, gerência...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mandamento nenhum?

V. Sa. tem conhecimento de que o Sr. Marcos Tolentino se apresentava como dono do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem conhecimento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mesmo porque não gozo da relação do Sr. Marcos Tolentino, principalmente nos negócios dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não goza da relação com Marcos Tolentino, principalmente nos negócios dele? O senhor conhece os negócios dele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ele é um advogado. Sim, ele tem um escritório de advocacia, que é público, e a Rede Brasil de Televisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas escritório de advocacia não é sinônimo de negócio.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desculpa, Senador, eu não conheço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor se referiu aqui...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... o rol de empresas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conhece ou não conhece o Sr. Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu conheço o Dr. Marcos Tolentino sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Tem relação com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, meramente profissional.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Meramente profissional através do FIB Bank, é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Através das empresas, eu conheci o Dr. Marcos Tolentino em 2015. Trabalhamos num mesmo projeto de *turnaround*, numa companhia em que ele atuava como tributarista e eu, na gestão. Cataguases de Papel, em 2015.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E o senhor nunca soube que ele se apresentava como dono do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Sr. Marcos Tolentino, que é amigo do Deputado Ricardo Barros, aparece em diversos contratos e interfaces com a Justiça como representante, procurador ou administrador do FIB Bank e de outras empresas ligadas ao FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou... Eu estou perguntando por quê.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como o senhor desconhece? O senhor é o presidente do FIB Bank!

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu desconheço qualquer tipo de documento desse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é o seguinte: por que o Sr. Marcos Tolentino, que é amigo do Deputado Ricardo Barros e muito próximo, aparece em diversos contratos e interfaces com a Justiça como representante, procurador ou administrador do FIB Bank e de outras empresas ligadas ao FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O que eu tenho conhecimento é que ele é procurador da Pico do Juazeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então ele aparece porque é procurador da Pico do Juazeiro?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só pra ter uma informação: Marcos Tolentino... São várias as matérias que saíram de que ele seria o verdadeiro dono do FIB Bank, sendo uma espécie de sócio oculto da empresa. Por ser amigo de Ricardo Barros, teria facilitado a emissão da carta fiança em favor da Precisa Medicamentos, para satisfazer os interesses do Deputado na execução do contrato da Covaxin, porque o Deputado, além de falar com o Presidente da República pra falar com o Primeiro-Ministro da Índia, além de fazer a lei no Congresso Nacional, que possibilitou o contrato com a Covaxin, é muito próximo do Marcos Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor me permite, Sr. Relator? Quais são as empresas que integralizam o capital do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pico do Juazeiro e MB Guassu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu quero... Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Pico do Juazeiro é a dona do terreno de 7 bi?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – MB Guassu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – MB Guassu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conhece a MB Guassu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Conheço, faz parte... Faz parte do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é dona de um outro terreno de 300 milhões em São Paulo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Pico do Juazeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Pico do Juazeiro?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paraná?

E o Sr. Marcos Tolentino não tem nenhuma relação com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – De meu conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Bom, eu acho que estamos avançando, Sr. Relator, porque já está "do meu conhecimento".

Quero reiterar a pergunta: a MB Guassu o senhor conhece? É a empresa que integraliza o capital do FIB Bank, é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Desculpe. Correto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, se o Sr. Relator me permite...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O endereço da MB Guassu... O endereço da MB Guassu é o mesmo endereço do Sr. Marcos Tolentino, de São Paulo, do escritório dele: Avenida Ibirapuera, 2120 – Avenida Ibirapuera, 2120. Até o andar, Sr. Relator: andar 23, conjunto 241. O mesmo escritório do Sr. Marcos Tolentino em São Paulo é da MB Guassu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, na verdade, o depoente está fazendo uma confirmação com relação a esses fatos que agora são conhecidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não quer refazer sua resposta?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor acaba de confirmar e mostrar, como os jornais mostraram em várias oportunidades, que o Sr. Marcos Tolentino foi apontado pelo FIB Bank, pelas empresas Pico do Juazeiro e MB Guassu como representante, procurador ou administrador dessas empresas, cujos imóveis que compõem o capital social pertencem às empresas de Marcos Tolentino.

O Deputado Ricardo Barros atuou como aproximador do FIB Bank com a Precisa Medicamentos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não atuou?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não teve nenhuma relação com essa carta de fiança, com esse contrato?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação, portanto, do FIB Bank com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhuma?

Qual é a relação de V. Sa. com o Sr. Francisco Emerson Maximiano, que hoje foi tornado investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. não conhece o Francisco Maximiano?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Somente da mídia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Somente da mídia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas me permita: como é que sua instituição dá garantia de um contrato de R$1 bilhão e o senhor não conhece o acionista...?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não conhece o acionista. Então foi o Marcos Tolentino que fez a intermediação. Ou o Ricardo Barros? O senhor não conhece!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu tenho um diretor comercial que tratou o assunto diretamente com o Sr. Max.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, o senhor me permita... Me desculpe: eu não quero continuar interrompendo, mas aí é um pouco demais! É um contrato de R$1,6 bilhão para adquirir vacinas! Acho que é o maior contrato da história da instituição do senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria só comunicar respeitosamente aos advogados que os advogados estão ali para assistir, essa assistência é garantida, respeitada por todos, mas não para responder pelo depoente.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não estão respondendo.

Eu gostaria de fazer, mais uma vez, duas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu presenciei os advogados respondendo ou orientando para responder a uma pergunta minha.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Com todo o respeito que devo ao senhor e à Casa, eu queria ressaltar dois pontos. O primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só uma preliminar: eu queria pedir, assim... Com total respeito à douta defesa, mas queria pedir aos senhores advogados que se abstivessem de responder pelo paciente. O paciente... V. Exas. podem assessorá-lo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Podem tudo, menos responder pelo depoente

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se V. Exas. inclusive quiserem pedir um tempo pra conversar com o paciente, não tem problema, esta Presidência concederá. Agora, a resposta nós gostaríamos de ouvir do depoente, o Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior.

Sr. Relator, prossiga.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, o senhor sabia que o telefone do escritório do Marcos Tolentino é o mesmo do FIB Bank?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não sabia, e essa é uma informação importante que V. Exa. traz.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O endereço do apartamento, o endereço do escritório dele...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Repete, Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O telefone informado como sendo da FIB Bank Garantia de Fianças Fidejussórias S.A. também seria o do escritório Benetti & Associados – Gestão Tributária e Empresarial, que tem Marcos Tolentino da Silva como membro do conselho do escritório. Telefone (11)5041-3000.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, nesse depoimento, Senador Tasso, que eu considero histórico, está desvendando essa rede de fraude, de, de...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, interessante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de descalabro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... uma empresa tem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Marcos Tolentino já veio a esta CPI, não veio, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No lugar do Sr. Roberto, não. Ele estava ali atrás. O senhor lembra quando?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Parece que ele esteve presente por ocasião do depoimento do Deputado Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é. Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Talvez seja melhor mudar o lugar dele nesta CPI. Ele veio como assistente, talvez ele pudesse ficar no lugar do Roberto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E nós lamentamos que V. Sa. esteja participando de uma coisa desse tamanho e que está sendo desvendada à luz do dia, está sendo iluminada pela Comissão Parlamentar de Inquérito. As relações, as revelações, as garantias...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, agora me impressiona que uma empresa tenha 10% do território do Município de Curitiba e a Lava Jato nunca tenha visto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Rogério, me permita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se instalou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Era de Curitiba, Senador Rogério, mas, quando descobriram, quando o sócio foi lá e questionou, aí eles transferiram essa... Disse: "Não, não é essa matrícula". E transferiram para a capital São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, para burlar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, esse imóvel voou para São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para burlar, para esconder, para omitir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Na verdade, é um imóvel todo irregular, cheio de ocupações, de irregularidades e que, na verdade, não corresponde a esse número. Em vez de serem 2 mil, seriam, na verdade, 500.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Nunca é demais lembrarmos, Senadora Simone, Senadora Eliziane, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Rogério Carvalho, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito se instalou exatamente porque esses fatos escabrosos não estavam sendo investigados pelo Ministério Público. Foi para suprir essa omissão vergonhosa que o Parlamento criou esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O nosso dever é aclarar tudo isso, é iluminar essas coisas. E, lamentavelmente, coube... No momento em que V. Exa. presta depoimento, isso tudo vem à tona.

Eu não acredito, sinceramente, na culpa voluntária de V. Sa. Eu acho que V. Sa. foi envolvido nisso. Uma empresa que foi criada com um laranja de Pão de Açúcar, em Alagoas, para garantir fiança para os grandes contratos da República, inclusive para licitação, com carta fiança fidejussória. Quer dizer, é uma coisa escabrosa sob qualquer aspecto.

Mas, voltando às perguntas, quer dizer que o senhor não conhece, apesar de Presidente do banco, o Sr. Francisco Maximiano?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece? Nunca esteve com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – O microfone aqui (*Fora do microfone*.) está com... Ah, agora sim.

Nunca estive. E o departamento comercial, na pessoa do Sr. Wagner Potenza...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só ouviu falar pela mídia. Só ouviu falar... O senhor falou aqui que só ouviu falar dele pela mídia.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Wagner Potenza, o qual era diretor comercial do FIB, que fez todas as tratativas comerciais com...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque isso é gravíssimo. O senhor sequer ouviu falar – sequer ouviu falar – no dono da empresa.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Conheci a Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dono da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor conhecia a Precisa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, conhecia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor conhecia a Precisa, mas nunca sequer ouviu falar no dono da Precisa.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – O Wagner era Presidente da FIB em 2016, Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor assumiu em 2017. Por que o Wagner que transacionou num contrato de 1,6 bilhão em nome do Presidente do FIB, que é a V. Sa.?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, Senadora, ele é o diretor comercial e responsável por toda negociação da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor conhece Danilo Trento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De onde? Quem é? Qual é a referência que o senhor pode trazer a esta Comissão?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Fomos apresentados por amigos em comum. Não vejo o Danilo há mais ou menos quatro anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação de V. Sa. e do FIB Bank com o Sr. Danilo Trento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nenhuma? Nem o senhor e nem o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já esteve com Danilo Trento pessoalmente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a última vez que o senhor se encontrou com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Cruzei com ele há uns quatro anos no Aeroporto de Viracopos. Eu o encontrei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Encontrou por acaso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... por acaso no saguão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação do Sr. Danilo com o Sr. Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não posso precisar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor já o conhecia? O senhor se encontrou com o Danilo Trento quatro anos atrás?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Correto, mais ou menos quatro anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, antes, o senhor o conhecia de onde?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – De eventos e amigos em comum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eventos? Onde?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eventos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, devem ter sido cinco anos, seis anos atrás esses eventos sociais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre o quê esses eventos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Bares, restaurantes... Amigos em comum que o apresentaram à mesa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O Sr. Danilo Trento já trabalhou com o Sr. Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não sei precisar, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como? Se é o proprietário dos imóveis que lastreiam o capital social do banco?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não sei. Peço perdão, eu não sei a resposta. Eu não gozo da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São coisas inacreditáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu não gozo da relação com o Sr. Marcos Tolentino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São coisas inacreditáveis e V. Sa. já foi advertido da responsabilidade do seu depoimento aqui. O senhor está obrigado a falar sobre tudo o que não o incrimine. Essa é uma exata e configurada pergunta que não o incrimina.

Danilo Trento já trabalhou para Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não sei dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inclusive como funcionário?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não sei dizer, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação do FIB Bank com a empresa Chocolate Pan?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A FIB Bank ofereceu garantias para a Chocolate Pan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As informações são de que o Marcos Tolentino comprou a massa falida da Chocolate Pan, que teve o pai de Danilo Trento como diretor. É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor não conhece nada disso, apesar de ser o Presidente do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu conheço o Sr. Arlindo Trento e, sim, conheço a Chocolate Pan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece os sócios das empresas sócias do FIB Bank, MB Guassu e Pico do Juazeiro? Mais uma vez, quem são eles?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ricardo Benetti, eu tenho gestão direta com ele; e, da outra parte, o Sr. Chico, Sr. Francisco, que faleceu em meados do fim do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas duas empresas são as atuais donas do FIB Bank.

Os sócios dessas empresas foram responsáveis pela contratação de V. Sa. como Diretor-Presidente do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já respondeu que foi Ricardo Benetti.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, eu só queria... Desculpe, Senador, eu só queria informar que o contrato requerido pela Comissão já está no *e-mail* da Secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato já está no *e-mail* da Secretaria, por favor. (*Fora do microfone.*)

Quando V. Sa. esteve com o sócio da MB Guassu pela última vez?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Possivelmente um mês antes do falecimento do Sr. Francisco, o Chico, nosso saudoso Chico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o diretor administrativo do FIB Bank, o Luiz Formiga?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Claro, sem dúvida nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele ainda é diretor administrativo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele ainda é diretor administrativo do FIB Bank.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando ele... Ele não saiu da empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tinha poderes para assinar e responder pelo FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha poderes.

V. Sa. conhece o Sr. Walter Amilcar Potenza?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor. É o nosso diretor comercial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o diretor comercial. Desde quando?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Apesar ainda de Presidente, ele tem uma característica de comercial. Então, ainda na gestão passada, ele tinha, tem grande influência comercial e, desde então, assim eu trabalhava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é ex-presidente da empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Foi a primeira gestão: Sr. Wagner Amilcar Potenza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A primeira gestão? Porque isso está hospedado no *site* do FIB Bank.

Qual é a relação de V. Sa. com o Sr. Wagner Potenza?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Colega de trabalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação dele com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Diretor comercial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretor comercial.

Consta que o capital social do FIB Bank foi integralizado por meio de um terreno em São Paulo – o que já conversamos aqui, e eu queria voltar para tentar esclarecer, Senador Heinze, de alguma forma –, um terreno no Paraná e precatórios, em referência bastante genérica; não tem nada especificamente, são referências genéricas desses precatórios.

Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas. V. Sa. já visitou esses imóveis, conhece esses imóveis?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Do Paraná, não; São Paulo, já.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É aquilo mesmo que está descrito?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a origem desses precatórios? Como eles foram adquiridos pelo FIB Bank?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Foi integralização de capital e se trata do precatório Sinter, o qual tem depósito em conta do Banco do Brasil, já em nome do FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia entregar uma lista desses títulos à Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sem dúvida nenhuma. Estamos à disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está aí?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que poderia ser a entrega?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Da mesma maneira que entregamos o contrato para os senhores, mas peço um tempo maior, tratando-se de um volume grande de documentos, que, por sinal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu acabei de pedir ao depoente que ele por favor fizesse entregar à Comissão Parlamentar de Inquérito uma lista desses precatórios que foram adquiridos e que são tratados genericamente, com referências bastante genéricas. Se por acaso isso não acontecer, eu peço que V. Exa. requeira em nome desta Comissão.

V. Sa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permite, Sr. Presidente, se ele puder entregar também as matrículas com os valores, a avaliação dos valores dos imóveis considerados para efeito de capital social, tanto essa fazenda em São Paulo quanto os imóveis em Castro, no Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia fazer a entrega solicitada pela Senadora Simone Tebet?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhora, Senadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que momento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator e Sr. Presidente, vai ser tanto documento para trazer aqui que eu acho que vai precisar de um caminhão ou de um HD, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, já que muita coisa ele não teve como responder.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, Senador, eu queria colocar à apreciação para a gente ter um *drive box* em alguma nuvem, para que os senhores, a Comissão toda tenha acesso a esses documentos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado; ótima sugestão, muitíssimo obrigado!

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... se assim me permite.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, se pudesse pedir também o nome do contador, porque não é possível, deve ser um mágico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é o nome do contador do FIB Bank?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O nome do contador responsável por essa empresa, para vermos os valores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O responsável?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse é bom, esse contador é bom!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não sei nem se é contador; eu estou falando... A figura deveria ser, mas eu quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É um contador? Pergunta...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – É um escritório contábil chamado Contécnica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo. Se V. Exa. tiver aí o telefone, eu já faço questão até de ligar lá pra conversar com o meu amigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um escritório contábil chamado Contécnica. E deve ter muita técnica mesmo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, vê se tem o telefone. Se puder disponibilizar para CPI o telefone...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem o telefone, por favor?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... eu quero fazer uma ligação já nesse intervalo.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Vou providenciar, não tenho aqui em mãos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Se V. Sa. puder pedir a alguém pra identificar o telefone, para mim é importante, antes do depoimento.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que empresa detém o certificado digital vinculado ao CNPJ do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não entendi a pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a empresa que detém o certificado digital? Quem é que guarda? Quem é... ligado, vinculado ao CNPJ do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O próprio FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O próprio FIB Bank.

V. Sa. aprova os documentos antes da assinatura?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não só eu, como o *compliance* da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não só o senhor, como o *compliance* da empresa.

Quem é o responsável por esse controle? Quem é o responsável pelo *compliance*?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pelo *compliance* rotativo são sempre três pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Entre eles, eu e o Diretor, Sr. Formiga. E há o terceiro elemento, é sempre rotativo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que o imóvel de 7,5 bilhões compõe o capital social do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sendo responsável por...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só esse terreno é que compõe, ou tem mais algum outro imóvel?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É 75% do patrimônio.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor, tem uma área em Castro, no Estado do Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o mais grave – o senhor tinha saído rapidamente – é a propriedade, quem é o proprietário desse imóvel.

O senhor poderia repetir agora, na presença do Presidente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Qual deles, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O desse imóvel, desse terreno de 7,5 bilhões.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – MB Guassu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – MB Guassu. É que é a empresa que compõe o banco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas não é o que consta no cartório, Sr. Presidente. A Matrícula 92.917 está em nome do Sr. Durval Falsarella, que depois teria passado para Azul Real Celeste Participações Ltda., Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É tudo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sete bi e duzentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem conhecimento sobre o processo de adjudicação compulsória desse terreno no Paraná?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem, não é?

Pode explicar, por favor, em que circunstância isso acontece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Vou pedir um relatório ao meu departamento jurídico para que possa explanar todos os detalhes referentes a esse processo, se assim me permitir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que essa adjudicação está sendo requerida?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, Senador, dentro desses relatórios constarão todas essas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É lamentável que V. Sa., como Presidente, tenha comparecido a um depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito desprovido das mínimas informações que podem colaborar no esclarecimento.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Colaboração sempre vai ser dada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essa adjudicação está sendo requerida pela MB Guassu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, Senador, todos os detalhes desse processo eu peço a gentileza, com todo o respeito, de que se possam disponibilizar no *drive box*, o qual sugeri ao nobre Senador Randolfe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O FIB Bank já recebeu, em alguma oportunidade, assessoria jurídica do escritório Benetti & Associados?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já recebeu. Por qual profissional o FIB Bank era atendido pela Benetti & Associados?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, era o corpo jurídico que nos atendia, não especificamente um ou outro advogado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece Henrique Felipe Ferreira?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Um dos advogados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um dos advogados da Benetti & Associados?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Sr. Henrique Fagundes Filho?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também é advogado do escritório Benetti. É lamentável que o senhor não o conheça.

V. Sa. Conhece a empresa Brasil Space?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo o advogado que tem colaborado com as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito, essa é uma empresa – é uma outra coisa muito grave – de Marcos Tolentino, que recebe pagamento do FIB Bank, e V. Sa. não a conhece, como Presidente.

Qual a relação dessa empresa com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não conheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece. Recebe dinheiro do FIB Bank e o senhor não sabe qual é a relação?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está, lamentavelmente, se colocando na condição de Presidente efetivo sem conhecer muita coisa da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor é o único autorizado a fazer pagamento ou tem alguém que pode fazer sem o seu conhecimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, o Diretor Administrativo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é o Diretor Administrativo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Formiga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. Formiga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o Formiga pode pagar quem ele quiser, até mais, e o senhor não toma conhecimento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Existe um processo dentro da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, essa empresa, pelo que o senhor afirmou, não presta serviço ao FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu falei que não conheço essa empresa, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, o senhor é Presidente. Se o senhor não conhece a empresa, é óbvio, consequentemente, que ela não presta serviço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não entendo, porque, se o cara é Diretor-Presidente de uma empresa, é lógico que qualquer pagamento que é feito, principalmente, tem que passar por ele. Não que ele autorize... Mas ele deve autorizar ou deve ter uma reunião para dizer: "Olha, hoje nós vamos pagar fulano, ciclano e beltrano". Não é uma coisa...

Quer dizer, esse Formiga tem autonomia para vender a FIB Bank e o senhor não precisa saber, é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não? Mas pode pagar quem ele quiser sem o senhor saber.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Existem processos dentro da empresa, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece Masoud Jafari?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – De cabeça, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De cabeça? O que significa isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Que não me vem à mente esse nome agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um nome comum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um nome muito comum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um nome muito comum. Como é mesmo o nome, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Masoud Jafari.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deve ser um nome muito comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Teve tanta rerratificação em ata que eu não sei nem se ele continua sendo o Presidente dessa empresa. Não teve nenhuma rerratificação, mudando a eleição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na prática, com certeza não. Na prática, com certeza não, porque ele não sabe de nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Segundo o advogado que tem colaborado com a CPI e com a equipe, o Sr. Masoud Jafari é dono do Medalhas Persa, que compra espaço de TV do Sr. Tolentino e é acusado de lavar dinheiro para Ricardo Barros. Qual é a relação do FIB Bank com o Sr. Masoud?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E de V. Sa. com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Como eu falei, eu não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não o conhece.

V. Sa. já esteve com o Sr. Masoud de alguma forma ou por contato virtual que seja, por *live,* qualquer coisa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não o conheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem conhecimento de que o Sr. Masoud compra tempo de televisão da RedeTV, que pertence a Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não respondo pela Rede Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Sr. Jamal Fares...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que é médico e Vereador em Maringá?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece.

O senhor sabe se o FIB Bank tem relação com o Dr. Jamal?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem.

Eu queria aproveitar a oportunidade. É lamentável o que nós estamos constatando aqui – e o Brasil também, porque eu não sei se o senhor sabe: as nossas reuniões são acompanhadas por uma parcela significativa da sociedade brasileira. Pelo que nós vimos aqui, Senador Tasso, Senador Omar Aziz, Senador Humberto Costa, quer dizer, o Presidente, cujo depoimento nós estamos tomando, ele se coloca à semelhança do primeiro Presidente, do Sr. Geraldo... do Sr. Geraldo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do seu conterrâneo. Vamos chamá-lo de Geraldão, como ele, inclusive, se identificou aqui. É Geraldo Rodrigues, não é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Geraldo Rodrigues, que é um agricultor de Alagoas que teria criado o FIB Bank e entrou na Justiça para sair da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite, a sua assessoria ou o senhor conseguirem um depoimento do Sr. Geraldo, o sócio do FIB Bank... Eu acharia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para colaborar, só para fazer umas perguntas aqui, porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, mas o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... a gente não sabe tudo, não é? A gente aprende com pessoas que sabem.

Sr. Roberto, por exemplo, neste ano quantas operações de avalista o FIB Bank fez?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Centro e trinta e seis operações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Centro e trinta e seis. Do ano passado o senhor se lembra?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Cento e doze, se não me falha a memória.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dessas 136 ou 112, em quantas o FIB Bank teve que honrar como avalista?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O número correto de *defaults* ou aquelas cartas que por algum motivo não foram...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor já respondeu esses números?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cuidado para não responder diferentemente também, como ocorreu com outras informações.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Tudo bem. É sempre a mesma resposta, porque é verdade.

Então, dentro dessas cartas, 100% das cartas foram, quando exigidas, honradas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Foram honradas? Quantas processos vocês têm na Justiça?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Havia pedido à nobre Comissão que essas informações de todos os processos que correm contra ou a favor do FIB Bank sejam disponibilizadas, assim como solicitado, em *Dropbox*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 12 oportunidades, ele não pode revelar os números, tendo que recorrer a departamentos, que seriam os departamentos do FIB Bank.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Um exemplo, por exemplo, vocês iriam ser avalistas da Precisa de R$80 milhões, correto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

Qual seria o percentual que a empresa ganharia nesses R$80 milhões? Qual é o lucro da empresa quando ela avaliza R$80 milhões? Qual seria o lucro?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O custo da emissão dessa carta foi de R$500 mil, sendo R$350 mil no pagamento à vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eles pagaram adiantado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, na emissão da carta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eles pagaram os R$350 mil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pagaram, pagaram sim, emitiram nota...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pagaram R$350 mil por uma empresa que não tem um pau para dar num gato, porque não teriam R$80 milhões para devolver ao Governo brasileiro caso a operação não se concretizasse e não fosse feito o transporte, o que não iria acontecer. A Precisa não ia botar uma vacina aqui.

Como é que vocês avalizam uma empresa com R$80 milhões, correto? Porque vocês é que tinham que pagar, como avalistas, esses R$80 milhões, sem saber como estava sendo o contrato, se a empresa era séria, não era séria.

Como foi que a Precisa chegou dentro da FIB Bank para conseguir ser avalizada pelos senhores e os senhores darem essa... avalizarem por R$80 milhões.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A empresa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se eu chegar lá amanhã, por exemplo, o senhor nunca me viu mais gordo, não faz levantamento nenhum meu. Não sabia dos problemas que a Precisa já tinha aqui no Distrito Federal, já tinha na compra de testes rápidos e uma série de outras coisas, porque ela já tinha um lastro, já tinha vários problemas de não honrar contratos – correto? –, de não honrar contratos ela já tinha.

Então, vocês pegam qualquer pessoa que chegar lá, adiantou um dinheirinho, vocês vão lá e dão um Chandon: "Olha aqui, está aqui, está avalizado". Porque a responsabilidade dela acaba quando ela chega e entrega para o Governo ou para quem quer que seja que os senhores estão avalizando; caso ela não cumpra, o senhor é que iria pagar, a sua empresa que iria pagar.

Vocês fizeram um levantamento sobre a Precisa para fazer esse acordo? Porque, sinceramente, pagar R$350 mil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não conhece nem o Maximiano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é possível, você não vai avalizar R$80 milhões sem conhecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – E falar que não conhece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não acredito.

Isso aí, o senhor não está...

Quem é que conhece o Maximiano? Quem conhece o pessoal da Precisa? Quem foi da Precisa que foi lá e negociou esse avalista?

E o senhor deve saber.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exato.

O senhor falou com quem da Precisa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quem foi?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – O nosso diretor comercial, Dr. Wagner Potenza, fez o contato com o Sr. Maximiano a respeito disso.

Ressaltando mais uma vez, o FIB Bank garantia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra coisa, ele nunca ouviu falar dele. Ele só ouviu falar dele, Maximiano, na mídia, ou seja, na empresa, no FIB Bank, ele como Presidente, nunca ouviu sequer falar.

Garantiu um contrato de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Uma negociação de R$80 milhões, pela razão de segurança, o dono da Precisa não reuniu nenhum momento com o Presidente do FIB Bank, não dá para acreditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não dá, não dá pra acreditar que essas empresas ainda existam no Brasil. É tão cioso o Governo em algumas coisas e outras... Esse tipo de empresa deve ter recebido fiança e deve ter dado calote no proprietário do imóvel ou do que ia negociar, só pode ser.

Inclusive tem um advogado que nos procurou aqui, falou sobre esse assunto, e, depois, eu acho que o Senador Humberto irá falar sobre esse assunto aqui, porque é o próximo a falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não dá. Olha só. E aí eu repetindo, Senador, companheiro, colega aqui: mas, Brasil, está vendo, Brasil, como eram feitas as negociações da vacina, Brasil?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como era avalizadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha como era avalizada. É esse tipo de gente, é esse tipo de empresa que ia trazer vacina para salvar os brasileiros. Por isso é que nós chegamos aqui a 575 mil vidas perdidas. É por esse tipo de brincadeira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aí, Brasil!

Então, eu... Não dá nem para você fazer uma análise disso, sinceramente, Sr. Roberto. Não é possível. O senhor ia dizer um negócio aqui: "Não, nós éramos avalistas do transporte". Era isso que o senhor ia dizer?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto.

Quanto era o transporte, o valor do transporte?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, o contrato exigido era de 5% do valor total da vacina, lembrando, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cinco por cento do valor de 1,6 bilhão – 5% são 80 milhões, está certo? Quando eu falei 80 milhões, é porque 5% são exigidos. Então, eles estavam avalizando... receberam R$350 mil adiantados, mas avalizavam R$80 milhões, caso não fosse feito o transporte ou acontecesse algum problema. Tudo isso – tudo isso – com a anuência de alguns servidores de dentro do Ministério da Saúde. Alguns, não eram, não... Não era esse negócio de que se fez sem saber, até porque aquela senhora que veio aqui, que era responsável, a Ana Regina, ou Célia Regina, que era responsável por fiscalizar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A fiscal do contrato – a fiscal do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ela chegou a diminuir de 4 para 3 milhões o número de doses, para que desse US$45 milhões para serem depositados em Singapura, Senador Tasso, e ela era responsável por isso também, porque ela pegava esses documentos, porque tinha que ter no contrato quem estava avalizando, e tinha a obrigação de saber qual era a empresa que estava avalizando isso. E o Governo, a CGU não levanta uma lebre disso – uma lebre. A CGU...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – AGU.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a CGU.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A AGU antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A CGU, que é a responsável também, agora, depois da CPI, é que veio dizer, em termos, que o contrato da Precisa não era bem assim e tal, juntamente com o Queiroga, o Seu Queiroga, o Ministro da Saúde, que deve ter conhecimento disso – ele tem obrigação de saber. Porque todos ali foram coniventes. Não dá para trazer, fazer um contrato com uma empresa sem ter avalista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, Presidente, uma outra coisa que é gravíssima, Presidente, só para lembrar e lembrar o Brasil: no dia 6 de março, o Ministério da Saúde pediu para comprar, nas mesmas condições, mais 50 milhões de doses adicionalmente – só para lembrar. O Presidente da República já havia pedido ao Primeiro-Ministro para comprar, a Embaixada do Brasil já estava sendo ocupada lá, na Índia, pela Precisa, que levou uma comitiva enorme para negociar em nome do Governo brasileiro, não é? E, no dia 6, eles pediram, Senador Tasso, para comprar, adicionalmente, mais 50 milhões de doses da mesma vacina.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Senador Renan, para complementar a fala do Senador Omar, tem uma preliminar ainda mais grave: o contrato não previa garantia. Foi preciso um alerta, fazer outro termo de referência, parar falar: "Esse contrato não pode ser assinado sem uma garantia". E aí é que alguém falou: "Vamos correr ao FIB Bank".

Então, a pergunta também que fica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente Omar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... é: como é que o Maximiano procura um banco que não é banco, para dar uma garantia que não era possível pela lei? E, sem constatar... A pergunta principal é: qual é... Isto aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Omar, eu queria fazer uma última pergunta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – ... eu ouvi muito: quem lastreia as cartas de fiança do FIB Bank, já que ele não tem patrimônio nenhum?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, ele tem patrimônio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem lastreia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – As propriedades do FIB Bank.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é o fundo de participações Azurita?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tem certeza disso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Absoluta! Isso é um fundo pré-operacional, e se estava levantando esse fundo. Porém, por problemas junto ao administrador, foi parado isso daí. O administrador, naquele momento, teve...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Índigo Investimentos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Índigo Investimentos teve problema junto à CVM. Então, nós paramos todo e qualquer processo junto a esse fundo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas lastreou até 2019?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então foi até 2018. Aqui são as informações que nós temos. Inclusive, o FIB Bank, é importante perguntar se ele responde a processo no Tribunal de Justiça de São Paulo. A informação que nós temos é que tem 28 processos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu posso falar?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... em relação ao FIB Bank, exatamente em função dessa questão com o fundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer a última pergunta, para encerrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, depois que o senhor fizer a pergunta, se V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Presidente Omar... Eu queria, Presidente Omar, que V. Exa. pedisse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fala o Senador Renan Calheiros, depois o Senador Humberto, a Senadora Simone, o Senador Randolfe, o Senador Tasso e o Senador Jorginho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o Senador Renan me permite... Após a última pergunta, a assessoria do Senador Renan conseguiu o depoimento do Sr. Geraldo Rodrigues Machado, um dos sócios-fundadores do FIB Bank, ainda quando tinha o nome DTX. É um depoimento rápido, é um minuto. Ele vai se identificar aí. Tem vídeo aí. Após a pergunta do Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria pedir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... acho que o Brasil está curioso em conhecer o Sr. Geraldo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Perfeitamente!

Eu queria muito...

Parabéns, Senador Randolfe!

Eu queria pedir ao Presidente para requerer ao depoente que entregasse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito uma cópia da procuração que o Sr. Marcos Tolentino tem do FIB Bank e que ostenta nas oportunidades de negociação.

O senhor pode mandar uma cópia dessa procuração para a Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Senador, eu não tenho. Tem que pedir ao Sr. Ricardo Benetti, já que a relação é diretamente com o acionista da empresa. Eu posso solicitar a ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, mas, então, tem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro que tem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É claro que tem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro que tem!

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, é uma procuração pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele se apresenta como dono do banco.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É uma procuração...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é admissão de quem é o dono!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, é!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É admissão de quem é o dono.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desculpa, desculpa! A relação de procuração é com o acionista – com o acionista! – do FIB Bank, o Sr. Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor manda para cá, por favor! O senhor está obrigado a mandar essas informações da procuração, para que nós saibamos exatamente quais são os poderes que o Sr. Marcos Tolentino exerce com relação ao FIB Bank.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Perfeitamente! Vou solicitar ao acionista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, vamos ouvir o fundador do FIB Bank, o Sr. Geraldo Rodrigues Machado, lá de Pão de Açúcar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois, a palavra será dada para o Senador Humberto, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos lá ouvir o Sr. Geraldo Rodrigues!

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Caso de polícia!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Está vendo, Brasil?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está aí, Brasil! Caso de polícia!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está vendo, Brasil?

Presidente, a procuração deste depoente o defende da hipótese de prisão em função da mentira e do flagrante de impropriedades? Porque esse é o típico caso de se recomendar a prisão, pra que o Brasil inteiro veja o que que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, a decisão da Ministra Cármen Lúcia é muito clara, então, eu não tenho como prendê-lo por perjúrio porque não existe esse crime. E, no Brasil, perjúrio ainda não é caso de prisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas existe falso testemunho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, pois é, mas eu estou falando de perjúrio.

Eu vou falar com o Sr. Roberto.

Sr. Roberto, eu já vi aqui pessoas humildes sentarem aqui, à mesa, e deporem. Pessoas sem estudo, pessoas que mal tiveram condições de ter o direito de frequentar uma faculdade. O senhor já é uma pessoa vivida, é formado em administração pública. O senhor não ter conhecimento da empresa em que o senhor está trabalhando, de que forma foi formado esse capital e quem é participante dessa sociedade?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Quem é o criador da empresa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem um histórico da empresa na qual o senhor trabalho e é responsável também pelas atividades dela, como diretor presidente... O senhor não é uma pessoa que está ali no quinto, sexto escalão; o senhor está aqui em cima, o senhor está no topo da pirâmide dessa empresa. E o senhor aqui ou não tem conhecimento ou não sabia. Fala com convicção que um terreno em Curitiba custa R$7,5 bilhões, o valor não é?

É lógico que a gente recebe muitas mensagens. Uma mensagem que eu recebi é que o Palácio de Buckingham custa US$1,5 bilhão – US$1,5 bilhão –, que, multiplicando por cinco, pode chegar a 7 bilhões. Então, o terreno que o senhor tem dá pra comprar o Palácio de Buckingham, na Inglaterra. E eles fizeram outros comparativos aqui, com outras propriedades como o Taj Mahal, na Índia, e outros, e outras coisas. É normal. Geralmente as pessoas estão assistindo e ficam impressionadas com esses números e vão pesquisar.

Então, o senhor é diretor presidente de uma empresa que tem um capital muito grande. E agora eu vejo um depoimento de um cidadão que está há quatro anos, três anos, tentando na Justiça... E, aí, a gente faz um apelo à Justiça que está tratando desse caso, um cidadão desse está sendo prejudicado, porque todo mundo acha que ele é bilionário e ele não tem... Ele é um trabalhador simples, como tem milhões de trabalhadores simples que são ludibriados, enganados diariamente no Brasil.

Então, o senhor tem que dar uma contribuição pra CPI, do ponto de vista de que aquilo que for prejudicar o senhor o senhor tem o direito de não falar. É isso que diz o *habeas corpus*. E os seus advogados têm que orientá-lo. Não dá pra além disso. A gente pergunta quem é fulano, o senhor diz que não conhece "não vi, não conheço"... Pergunta quem é Tolentino, daqui a pouco aparece uma procuração do Tolentino, aí o senhor diz "não, é fulano", já aparece quem é responsável por essa procuração...

Não dá pra ludibriar um bando de tolos que tem aqui – entendeu? –, toda hora. A gente é ludibriado várias vezes, mas é difícil! Porque aqui não tem bestinha, não! Não tem um bestinha aqui!

Então, eu quero lhe pedir, encarecidamente, pra que eu não fique... os Senadores não fiquem pedindo pra eu tomar uma atitude mais drástica em relação ao senhor, que o senhor colabore com a CPI.

Eu vou passar a palavra ao Senador Humberto.

Senador Humberto, 15 minutos pra fazer as perguntas necessárias ao Sr. Roberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras...

Sr. Roberto Pereira, seja bem-vindo aqui ao Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu acho que ele fez algumas afirmações aqui que são muito importantes. A primeira delas: quando foi perguntado sobre essa questão de que estavam dando aval para contratos vultosos, e ele disse "olha, na verdade, a minha relação é com quem pede. A relação de quem é o beneficiário é com quem pede."

Então, vejam: de certa forma, o que ele está trazendo pra gente aqui é uma coisa muito séria, no sentido de que o grande responsável, na verdade, por tudo isso é quem, no Ministério da Saúde, aceitou essa garantia. Ele não tinha que garantir nada, não. Quem, no Ministério da Saúde, aceitou isso como garantia é que tinha que ter avaliado isso aí.

E é importante, pra V. Exa., Senador Renan Calheiros, agregar à relação dos seus investigados, aquele que, tudo indica, foi o responsável pela elaboração de uma das versões do termo de referência em que, como disse a Senadora Simone Tebet, não se pedia nem garantia contratual, que é o Sr. Laurício...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Farei isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... aquele que recebeu o pastor, aquele que recebeu o Dominguetti, aquele que... Esse cidadão e mais outros têm que ser investigados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Farei isso e eu acho que é importante também nós marcarmos um novo depoimento do Elcio, que é a quem cabia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em nome do Governo Federal, todas as definições dessas negociações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque, na verdade, não foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho... Qual Elcio? Com "h" ou sem "h"?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Elcio sem "h", o Coronel Elcio, o Coronel Elcio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O "Primeiro-Ministro", Sr. Presidente, que fez uma circular, não é, Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Parabéns, Senador Humberto, pela indagação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Viu, Humberto? É importante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma circular dizendo que concentraria todas as tratativas de vacina com ele. Ninguém poderia falar em nome dele.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele não é obrigado a conhecer a Lei de Licitações; ele não é obrigado a saber o que dizia a medida provisória, porque a medida provisória que definiu essa questão dos recursos pra vacina definia a necessidade de garantias que fossem dentro daquelas três condições – caução em dinheiro, o seguro, e a terceira questão... São três pontos – e que não foram levadas em consideração. Então, isso é uma primeira coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A outra coisa é a seguinte: eu fico pasmo, eu acho que o Dr. Roberto é o Presidente formal dessa empresa. O senhor até poderia fazer duas coisas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repete o Geraldo. Repete o Geraldo, lá de Alagoas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. poderia fazer duas coisas: uma, era sair logo desse negócio, porque isso vai lhe dar bronca em algum momento....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que, aliás, eu não sabia. Se eu soubesse que o Geraldo era o criador da empresa, o verdadeiro dono da empresa, eu não teria pedido para, em primeiro lugar, nós ouvirmos o depoente de hoje; nós precisávamos ter ouvido era o Geraldo primeiro – o Geraldo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A primeira coisa é que eu acho que V. Sa. sair desse emprego seu; pode ser o melhor do mundo, mas vai lhe dar bronca.

Segundo, eu acho que V. Sa. podia fazer um bem ao Brasil, dizer quem é o verdadeiro dono desse banco. Quem é o verdadeiro dono desse banco? V. Sa. está vivendo uma realidade virtual. Quem fez isso? "Foi o meu diretor administrativo." Quem fez isso? "Foi o meu coordenador jurídico." Na verdade, tudo isso aí deve ser feito por duas pessoas: esse Benetti e Tolentino – esses são os donos desse banco aí. E o senhor está respondendo legalmente por uma coisa que, sinceramente, não faz nenhum sentido.

Como é o senhor é Presidente de um banco que tem um terreno, que é o grande patrimônio que o banco tem, que foi incorporado como capital social da empresa, e o senhor nunca foi lá? Nunca foi lá. Não teve a curiosidade de saber que é um terreno do tamanho de 10% da cidade de Curitiba. Como é que pode? O senhor sabe que o cartório onde esse terreno está registrado não existe? Não existe. A informação que nós levantamos é que o 11º Ofício do Registro de Imóveis de Curitiba não existe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Como é que o senhor aceita ser Presidente de uma empresa que não lhe dá essa informação?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Humberto, eu queria só reforçar uma questão que o senhor levantou, porque ele, como Presidente, é responsabilizado por tudo que acontece como pessoa física.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – O engenheiro florestal que avaliou esse terreno da MB Guassu, Sr. Helio Loch, esse cidadão já foi censurado pelo Crea do Paraná, é processado judicialmente, foi preso por falsificação de documentos. Esse engenheiro fez a avaliação das três propriedades da Pico de Juazeiro, que integraliza aqueles 300 milhões. E é esse o desenho. Tudo que é relativo ao FIB Bank parece ser de coisas fraudadas, coisas inidôneas, coisas para as quais não se têm respostas concretas.

O senhor falou que recebeu R$350 mil pela garantia que foi feita à Covaxin. No caso dos preservativos, de que o seu banco também é o garantidor, quanto recebeu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – O outro contrato firmado foi de R$20 mil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vinte mil reais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor sabe que já foram pagos à Precisa mais de R$100 milhões por esses contratos de preservativos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E a sua empresa recebeu apenas R$20 mil, não é?

Outra pergunta que eu queria fazer a V. Sa. foi feita já, mas o Relator não se deteve mais nisso aí. Eu queria entender por que é que entre...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não, não é questão de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu estou brincando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque, entre 4 de junho de 2020 e 12 de maio de 2021, o FIB Bank fez 19 transferências bancárias num total de R$1,9 milhão para a empresa – que o Senador Renan lembrou – e que se chama Brasil Space Air Log Conservação Aérea, que pertence à família Tolentino. Por quê? O senhor sabe?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor. Possivelmente contratos que tenhamos entre essas duas empresas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Veja, como é que pode? O senhor é o Presidente do banco e não sabe que o banco fez 19 transferências bancárias, totalizando R$1,9 milhão?

Eu insisto: nos diga a verdade, alivie o seu coração e diga quem é o dono desse banco.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Serão apresentados para o senhor, junto com os outros documentos, esses contratos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É realmente impressionante ao que nós estamos assistindo hoje aqui na CPI, como já foi dito.

Eu queria perguntar outra coisa ao senhor: a quantos processos o FIB Bank responde no Tribunal de Justiça de São Paulo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, todo esse relatório, como havia pedido à Comissão, vai ser apresentado em Dropbox para que todos os Senadores tenham acesso a isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não é possível que o senhor não saiba disso, porque o senhor deve ser notificado cada vez que se abre um processo desse, ou pelo menos o departamento jurídico é notificado e o avisa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mais ou menos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Olha, vamos ter que responder...".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador, poderiam os advogados agora apenas abrir o *site* no Tribunal de Justiça de Justiça de São Paulo e ali tem o número de processos...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... colocar o nome do cliente, o nome do réu...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu contei 28, Senador Humberto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É simples, é muito fácil fazer isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – São 28 processos privados, inclusive – foi dito aqui pelo Senador Renan – da empresa Pecus. Os proprietários do prédio alugaram esse prédio, tendo aceitado um seguro fiança do FIB Bank no valor de R$4,8 milhões, o que equivalia a 48 meses de aluguel. Os locatários ficaram inadimplentes, e os donos resolveram acionar a fiança e pedir o despejo. Segundo as normas escritas na própria carta, o FIB Bank teria 30 dias para pagar, mas o pagamento nunca ocorreu.

O senhor tem conhecimento desse caso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, está sendo judicializado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o senhor não dava garantia? Por que não foi pago?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não foi requisitado dentro das regras que se continham na carta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Outra pergunta que eu queria fazer a V. Sa.: a garantia que foi dada à empresa Precisa Medicamentos – essa que foi vista aqui – foi assinada eletronicamente pelo senhor por intermédio do AssinaWeb?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, esse é um cartão de assinatura eletrônica do FIB Bank Garantias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem detém esse cartão é a Sra. Alessandra – essa plataforma é vinculada a ela? – Santos Carvalho?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidenta, Sr. Relator, na verdade, eu entendo que nós estamos diante de uma situação que realmente é a cara do Governo Bolsonaro – é a cara do Governo Bolsonaro. Quer dizer, tudo é feito com ausência de cuidado, sem qualquer preocupação com a coisa pública, feito por pessoas e por empresas que não têm idoneidade.

Veja, por exemplo, o que o FIB Bank fez – acho que o senhor não estava nem lá – quando resolveu montar um *site*. O *site* foi pedido... Aliás, está como documento sigiloso eu não sei nem por quê. Mas esse *site* foi contratado à empresa Site SA Informática e Web Ltda. Veja as coisas que foram encomendadas. Uma delas diz assim: incluir o Bacen, Banco Central, na página. É uma tentativa para que a pessoa que entra naquele *site* acredite que está garantido pelo Banco Central, e não há nenhum vínculo entre FIB Bank e o Banco Central. Depois diz: verificar *sites* de bancos de investimento como do Banco Safra, para copiar as informações que havia neles. Nesse *site* também o FIB Bank apresentava produto, falava de produtos de outros bancos para vender a ideia de que tinha uma credibilidade semelhante. Inserir imagens de moedas e jatinhos, moedas e jatinhos ali no *site*. Horários de vários países. Tudo para criar uma aura de multinacional, de solidez, de uma empresa de largo lastro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Agora, o que não tinha no *site* expressamente dito? Documentos contábeis, não; modelos de contratos, não; regulamentos, não; *links* de conselhos regionais de contabilidade, não; ambiente fiscal, trabalhista e previdenciário, não; nada de imagens dos donos ou qualquer menção a conteúdo jurídico.

Agora ouçam esta aqui: pede-se também uma relação de *e-mails* que estariam vinculados ao banco. Entre essa relação de *e-mails*, um aqui chama atenção, é o tolentino@fibbank.com. Eu insisto, eu acho que V. Sa. deveria dizer quem é o dono desse banco, quem é que manda mesmo nesse banco. Para mim, é esse Sr. Tolentino. Para mim, é o dono do banco, quem tem essas relações todas, e infelizmente ele não aparece.

Então, eu quero concluir aqui as minhas perguntas nesse sentido de que, cada vez que a gente mexe, a coisa vai ficando mais complicada e vai ficando demonstrado que não há por parte desse Governo, não há por parte do Ministério da Saúde nenhum tipo de preocupação com a coisa pública. Como V. Exa. disse, imaginem o que ia acontecer se a Precisa, com toda certeza, juntamente com a Covaxin, não honrasse esse contrato, como aconteceu lá no Paraguai. A Bharat Biotech recebeu US$6 milhões antecipados por 2 milhões de doses, não entregou.

No caso do Brasil, a gente não ia receber. Sabe o que o Governo ia ter que fazer? Virar agente imobiliário pra vender um terreno de 7 bilhões pra poder receber de volta 1,6 bilhão. Realmente é inacreditável – é inacreditável! Ainda bem que falta pouco tempo pra esse Governo terminar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Humberto, esse banco, como o próprio nome já diz, é um banco *fake*, Senador Humberto Costa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Concluiu, Senador? Concluiu? (*Pausa.*)

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador, eu vou...

Agora, me permite sentar aqui mais próxima, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, claro. (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada.

Se puder repor meu tempo, eu agradeço. (*Pausa.*)

Quero cumprimentar V. Exa., Sr. Relator.

E me permita, já que estamos todos plagiando colegas, obviamente numa brincadeira saudável, plagiar V. Exa. também e confirmar o que V. Exa. disse: talvez nós estejamos diante de um dos depoimentos mais importantes e demolidores nesse processo da Covaxin. Então, quero começar dizendo que esse depoimento é absolutamente importante, como diz o nosso Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Roberto, são tantas as artimanhas no currículo empresarial desse alegado banco que V. Exa. preside, mas não é o dono, que ele compõe por si só todos os elementos comprobatórios que nós queremos pra chegar à seguinte conclusão: o contrato da Covaxin era fraudulento, ele não existia por uma série de ilegalidades, faltavam partes, valores sendo comercializados para serem pagos no paraíso fiscal por quem não fazia parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

assinatura do contrato. E mais, era um contrato que, num primeiro momento, não exigia garantia e, quando exigiu garantia, teve a garantia de um banco que não é banco.

Como diz a lei, só existem três modalidades de garantia. Nenhuma das três foi oferecida por V. Sa. nem por Maximiano pela Precisa, porque V. Sa. acaba de afirmar, V. Sa. ou o seu o seu banco, que não é banco, é um fundo de investimentos, é um fundo de... Desculpa, é um fundo garantidor de crédito. Consequentemente, nós estamos diante já de um contrato feito no Ministério da Saúde que não poderia sequer ser assinado. E aí eu corroboro as palavras do Senador Humberto: onde estava a assessoria jurídica? Por que Elcio Franco e Roberto Dias, especialmente o Roberto Dias, assina um contrato sem as formalidades legais? O Ministério da Saúde é tão ou mais responsável, é o verdadeiro responsável pela assinatura e tentativa de pagamento de vacinas superfaturadas num paraíso fiscal, com dinheiro público. Eu estou falando de R$1,6 bilhão.

Mas aí entra V. Sa. E eu quero aqui dizer que, neste momento, toda a responsabilidade, do lado de cá do balcão, do lado de cá da iniciativa privada, recai sobre V. Sa. V. Sa. reflita bastante até o final desta CPI, se não tem que abrir um pouco mais as informações, para saber que, embora o presidente não seja dono, quem é o dono FIB Bank, para que nós possamos rastrear. Porque veja pela lei o FIB Bank não é banco e pela lei não tem rastro, nós procuramos esse rastro para confirmar o capital social. Então, é um banco, a princípio, *fake*. Mas é mais. Eu diria até que são tantas as mudanças dos sócios, e vai mudando tanto, que eu não sei se quando V. Sa. sair daqui, V. Sa. ainda estará respondendo como presidente do banco.

Desde o início da existência desse FIB Bank, nós temos aqui que lembrar que nós temos sócios *à la* Viúva Porcina: foram sem nunca terem sido. Nós estamos falando de Geraldo, que é do Sertão de Alagoas, um homem simples, como vimos, que foi tentar pedir um seguro desemprego e falaram: "Meu amigo, quem tem um capital como o senhor não pode ter seguro desemprego". Teve que recorrer à Justiça, teve uma liminar garantida pela Justiça para poder ter direito a retirar o seu nome, que foi indevidamente colocado na razão social da primeira empresa, Brax, e o que é pior, tentaram por 15 meses citar a empresa para poder o processo andar e não conseguiram. Então, essa é uma constatação que precisa ser feita.

E também a Alessandra. A Alessandra, da mesma forma, conseguiu, com base em liminar, dizer: "Eu não sou sócia". Então, quando o FIB Bank pega uma *shelf company*, uma companhia de prateleira, par iniciar um lastro financeiro que não existia, porque eram duas pessoas que disseram "eu não sou", o capital social inicial dessa empresa é de R$10 milhões, e começa, nessa transação, com uma empresa que não existiu, que os sócios não eram sócios e que não havia capital social, consequentemente, esse mesmo fundo, FIB Bank, ele não existe.

Mas é mais do que isso. Ele deixa de ser uma companhia limitada para ser uma sociedade anônima. Talvez aí seja a única verdade desse fato. Ela é realmente anônima, a ponto de a gente não conseguir achar sequer quem são os donos, quem são os sócios, quais são os imóveis, onde estão os imóveis registrados na junta comercial e colocados aqui como fazendo parte de um contrato social de R$7,5 bilhões.

V. Sa. nem sabe... Quando aqui foi perguntando se V. Sa. Conhece o terreno de Curitiba, V. Sa. Disse o que?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Que nunca fui para Castro conhecer esse terreno, mas conheço ele via georreferenciamento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o inicial, de Curitiba? Não é Castro, é Curitiba. Que foi parar lá em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

V. Sa. nem sabe que depois, o banco que V. Sa. preside, mudou a matrícula de Curitiba para São Paulo. Esse mesmo imóvel, direitinho – "ah, não era em Curitiba, era em São Paulo".

Então, esse banco, por tudo que nós estamos vendo aqui, realmente a única coisa que tem de verdade é que V. Sa. acertou quando transformou o FIB Bank Ltda. em uma sociedade anônima. Ela é anônima e ela não existe. Só falta uma coisa para terminar. V. Sa. passa... Ou o banco passa de um capital social de R$10 milhões, que não existia, para R$10 bilhões, com lastro em patrimônio que ou não existia – matrícula, vai lá, e esse imóvel não existe – ou está em nome de terceiros que não têm nada a ver com o banco.

E aí só falta uma coisa para terminar: nós acrescentamos três zeros, de R$10 milhões para R$10 bi. Quem sabe agora nós consigamos colocar o verdadeiro dono desse imóvel, e aí aumentar mais R$3 bi... Nós vamos passar para quanto, ao invés de R$7 bi? R$7 tri? E quem sabe registrar terrenos na Lua, porque só lá para valer alguma coisa em torno disso!

Então, por todos os meios, eu gostaria aqui de rapidamente passar para que nós possamos entender do que estamos falando, e porque isso tem a ver com a Covaxin e porque isso tem a ver com o Ministério da Saúde, o grande responsável por isso tudo.

Se puderem passar, por favor.

Muito rapidamente, algo que foi dito aqui, mas com alguns detalhes.

A empresa de 2015, que era uma sociedade limitada, ela passa em 2016 a uma sociedade anônima, ela era a Brax. Essa Brax tinha Alessandra e Geraldo, que já disseram que eram laranjas, nunca assinaram documento – então, houve falsificação das assinaturas. E ela tinha um capital social de R$10 milhões – está deste lado aqui. Do lado direito, ela virou uma S.A., ela passa a ser FIB Bank Assessoria. Nessa assessoria de negócios, depois ela vai e modifica também a razão social – não coloquei aqui porque as lâminas não permitem – basicamente para a compra de venda de imóveis próprios e gestão administrativa de propriedade imobiliária. Atualmente esses sócios viram Pico do Juazeiro e MB Guassu. MB Guassu é o que mais importa, porque tem 96% do capital.

Aqui começa a entrar, depois, V. Sa. V. Sa. começa a gerir a partir daqui. Ela simplesmente, em três meses, sai de um patrimônio de R$10 milhões para um patrimônio de R$10 bilhões, mais de 1.000%, integralizados R$7,5 bilhões, e R$2,5 bilhões a integralizar. É importantíssimo isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foi um milagre do novo Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da multiplicação, não dos pães, não é? Mas da multiplicação da corrupção.

Passando adiante, já falamos aqui inclusive dos dois... Aqui vem um certo propósito, a princípio doloso, em cima de toda essa transação. Esse capital está no caso da Guassu – da Guassu...

Eu não sei se está na outra... Não. Pode passar mais uma, por favor, que é a última lâmina. A próxima. (*Pausa.*)

Então, volta antes, que eu já falo da matrícula, que é a última.

No caso da Guassu, integralizou R$7,2 bilhões numa matrícula de um imóvel em Curitiba, e da Pico, R$300 milhões, com imóvel na Comarca de Castro no Paraná. Então, num primeiro momento – pode voltar –, todos estão registrados no Estado do Paraná.

Pode voltar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Tanto os imóveis da Pico quanto da Guassu... Pico, R$7,2 bilhões, e Guassu... Desculpe: Pico entrando com R$300 milhões, e a Guassu entrando com R$7,2 bilhões, todos em imóveis nas matrículas do Paraná.

Aí começa quando V. Sa. entra. V. Sa. entra em 2017. Aí tem que legalizar o malfeito – não estou dizendo que é V. Sa. Por quê? Porque as pessoas mencionadas começam a se incomodar: "Eu não sou sócio, eu não participo, essa matrícula não existe", e vem a corregedoria dos cartórios e diz: "Tem alguma coisa errada. Não existe o 13º Cartório em Curitiba" – para no 9º, eu acho. E o que vocês fazem? Outra questão. Aí o que fazem? Lá em 2018, a Guassu – que tem o patrimônio de R$7,2 bilhões em Curitiba – diz: "Não, houve um equívoco. Sabe aquele patrimônio enorme de 2 mil hectares (48 mil metros quadrados)? Ele não é em Curitiba. Ele saiu voando para Curitiba. Na realidade é um imóvel voador, na realidade ele é de São Paulo". E aí começa a tentar consertar. Só que, quando a gente chega a esse imóvel de R$7,2 bilhões em São Paulo, Senadora Soraya, a gente vai ao 11º Cartório de São Paulo e vê que o proprietário não é o FIB Bank e não é a Guassu. O proprietário é um senhor chamado – pode ir na última lâmina, por favor? – Durval Falsarella, que transferiu o imóvel para a Azul Real Celeste Participações Ltda. Em nenhum momento aparece aqui o FIB Bank; ou seja, o principal lastro financeiro, o principal capital social que, de R$10 milhões vai para R$7,2 bilhões, ele até existe, mas ele não é de vocês, ele é de uma terceira pessoa: Durval Falsarella, que depois passa para a Azul Real Celeste. O cartório era em Curitiba, foi parar em São Paulo.

E os R$300 milhões da Juazeiro? Que, parece-me, é algo em torno desses alqueires. Ele estava localizado em Castro. Esse aí não é voador, esse imóvel é fixo, ele é imóvel mesmo, ele não é móvel, ele continua em Castro, mas tem que modificar todas as matrículas porque a corregedoria da vara de registros públicos vai lá e fala assim: "Esses imóveis existem mesmo?" E suspende, a princípio, as matrículas. Aí vem outra rerratificação, em 2019, para tentar corrigir, lá em outubro de 2019, todas essas questões. Diante aqui de uma suposta inexistência do imóvel que estava registrado errado e de lá, de imóvel que não faz parte, ao final, para finalizar: o que V. Sas. fazem?

A última lâmina, por favor.

Não foi colocado?

Não tem problema, eu posso...

Aí vem a cereja do bolo, nós precisamos arrumar tudo. "Ah, não, nós não temos integralizado", Senador Renan, não está integralizado no patrimônio. Não está totalmente, é a ser integralizado em moeda corrente em 5 anos. Aí eles tentam consertar, Senador Humberto.

E aí onde se lê, ele faz uma correção dos valores dos alqueires, para mais, para justificar o valor. Eu conheço um pouco de terra, de questão imobiliária, eu não conheço nenhuns 2 mil alqueires paulistas que possam valer, a não ser que seja exatamente dentro da cidade de São Paulo, que possam valer R$7,2 bilhões. Aliás, se quiser, no meu Estado, tem muita terra a 2 milhões, as terras comparadas às de São Paulo, 2 mil hectares, que eu te garanto que devem ficar em torno de R$200 milhões, R$250 milhões, dependendo da área. Estou falando das áreas mais nobres, terras roxas, considerada uma das melhores terras do Brasil.

E, por fim, aí o que vem, também em relação ao capital, onde se lê R$10 milhões, aí diz, agora pode dizer que é R$10 bilhões. Por que, Senador Humberto? Porque ele ainda não tem, porque ele mesmo disse que vai integralizar em moeda corrente e, no ano, em 5 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

De tudo isso, de tudo isso, eu quero me dirigir ao depoente para dizer que todas essas... E eu tenho aqui matrículas e coloco à disposição, tem um dado também que me chama a atenção. Essa matrícula transcrita, em outubro de 2019, lá em São Paulo, que são esses R$7,2 bi, está transcrito numa compra feita também por Antônio Pereira Fraga, Gustavo da Veiga e sua mulher. Vale a pena, depois, investigar para tentar entender essas pessoas, porque depois disso parece-me que essas pessoas, lá atrás, teriam vendido, aí, sim, para aquela empresa que mencionei.

Então, Sr. Presidente, eu vou ficar dentro do meu limite temporal. Não acho esse assunto grave, acho esse assunto gravíssimo.

Isso aqui, nós não precisaríamos, se nós não fossemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nós poderíamos passar por aqui, do Senado Federal, mas nós somos. Nós temos respeito com o dinheiro público, nós temos respeito com a dor e com a saudade que os familiares dos 575.829 mortos estão sentindo nesse momento, que na hora do almoço vão olhar para a mesa e não vão ver um dos seus entes queridos sentado.

É por isso que este depoimento de hoje, o FIB Bank, não pode parar por aqui. Nós temos que descobrir se a Guassu tinha maior capital e esse Sebastião e o outro nome que eu não me lembro, que são considerados aí dessas propriedades, se eles não são os verdadeiros donos. Quem são os verdadeiros donos? Eles estão dentro dos corredores escuros de Brasília, no Ministério da Saúde, negociando não só essa, mas outras vacinas superfaturadas?

E mais: Sr. Elcio Franco, Sr. Roberto Dias e Ministro Pazuello têm que estar os três sentadinho aí – os três – para dizer por que, se o jurídico disse que não podia, que a garantia não tinha que ser bancária, não podia ser de fundo de crédito, não podia ser fidejussória, por que se aceitou o FIB Bank como garantidor fora do prazo? Por que não ouviram o jurídico? Por que queriam emitir uma *invoice* para pagar em paraíso fiscal para uma empresa que não constava no contrato? O que está por trás disso? Por que negociaram lá, com o Seu Lauricio, quando a circular do Elcio dizia que era tudo com ele? Por que depois, e só depois... E aí eu concordo com o Senador – eu já falei mais de uma vez aqui – Eduardo Girão: por que Wagner Rosário, da CGU, foi numa coletiva, ao invés de defender o dinheiro público, ao invés de defender as vítimas dessa mortandade, defendeu Ministro da Saúde, contrariando todos os pareceres dos seus subordinados. Os seus advogados da União, da corregedoria, fizeram o dever de casa e falaram: "Peraí, por que vocês esconderam a nota de reunião que teve com o Maximiano, a primeira, que dizia que o valor da Covaxin era de US$10, e não de 15, e depois passou para 15, num aumento de 50%? Por que vocês esconderam documentos? Quem são os agentes públicos responsáveis pela omissão?".

Está lá. Não sou eu; é a CGU. Está lá. Por que não deu garantia? Por que não justificou preço, como diz a Lei de Licitações? E, depois de todas as considerações, disse que abriu um processo investigativo. Por que Wagner Rosário vai numa coletiva e diz, e defende o Governo Federal e o Ministério da Saúde, e não o dinheiro público para o qual ele foi constituído corregedor? Afinal, ele também recebe dinheiro do contribuinte brasileiro.

Eu deixo, nas minhas considerações finais, agradecendo ao Sr. Roberto, mas pedindo encarecidamente, repense, porque hoje V. Sa. sai daqui como grande vilão do processo, hoje, por representar e ser Presidente da FIB Bank, tudo isso recai nas costas de V. Sa.

Muito obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ganha pouco. E ganha pouco para isso. (*Fora do microfone.*)

Só ganha R$4 mil por mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aí é preciso saber se os acréscimos estão sendo dentro do sistema tributário, se não está tendo sonegação fiscal também, se ganha por fora, né, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bem, Senadora Simone Tebet.

Eu gostaria agora de passar a palavra para o Senador Randolfe Rodrigues e pedir para a Senadora Eliziane Gama, se puder, assumir aqui, por favor. Muito obrigada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Presidente, qual é a ordem aí?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, é uma boa pergunta de fato. O depoente não vai comentar nada do que a Simone Tebet levantou?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho. A ordem é Senador Randolfe Rodrigues, Senador Tasso Jereissati, (*Fora do microfone.*)

Senador Jorginho Mello; depois entram os suplentes: Senador Alessandro Vieira, Senadora Eliziane Gama, Senador Rogério Carvalho. Senador Luis Carlos Heinze e Girão antes do Senador Alessandro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

Com a palavra o depoente.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Eu tenho dois pontos a serem levantados pela nobre Senadora, à qual eu tenho extrema admiração, ainda mais pela sua conduta aqui, nesta CPI. Eu gostaria que mais mulheres como a senhora estivessem presentes aqui, combativa, técnica. Eu só tenho que dar os parabéns à senhora!

Decorreu um ato de rerratificação, justamente pelo erro de transcrição na ata do FIB em 2019, regularizando isso.

A outra pergunta que a senhora coloca... Eu tenho uma... Eu tenho uma decisão judicial a qual remete a propriedade ao FIB – eu vou disponibilizar também os documentos – no terreno da MB Guassu, que é o mais importante do nosso patrimônio.

Foram esses dois pontos mais relevantes que a nobre Senadora colocou.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há um questionamento sobre essa decisão também, não é, Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – É que, se têm esse terreno todo, são R$39 milhões por ano de IPTU que vocês pagam? Vocês poderiam encaminhar quanto pagam de IPTU por ano por esse terreno, ou de impostos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para expor.) – É claro!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – É claro que não!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor paga o valor do IPTU anual?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Neste momento, não, porque ainda de fato não decorreu a transcrição.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas tem o prazo de cinco anos, que é a integralização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Nesse período, paulatinamente, vocês não vêm fazendo esse pagamento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês não pagaram nada até agora?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Eliziane, poderia deixar a última lâmina para facilitar a intervenção do Senador Randolfe? Porque é exatamente isso que mostra por que eles deixaram de colocar que estava integralizado esse patrimônio. É exatamente a pergunta – parabéns, Senador Rogério! Porque eles não têm pagamentos de impostos! Então, como eles não integralizaram, como eles vão integralizar em moeda corrente só daqui a cinco anos, eles estão isentos de pagamento de impostos, não é, Senador Rogério?

Acho que é isso que o Senador... Mas é importante deixar a lâmina...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para ajudar o Senador Randolfe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ninguém está isento de pagamento de imposto, não...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O volume que se tem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... Senadora Simone.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não está isento, não! Eles movimentaram R$14 milhões!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não ele!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E têm que pagar R$39 milhões de IPTU.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é ele. Quem tem que pagar é a empresa, os sócios anteriores.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, mas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – São os anteriores. O FIB Bank está isento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deve estar na conta do Geraldo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exato... Não, do Sebastião!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o FIB Bank tem um patrimônio que serve como lastro para as negociações, mas que não serve para pagamento de imposto, o que daria, segundo o Senador, algo em torno de R$35 milhões ao ano.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só perguntando, Sra. Presidente: quem é que tinha que pagar o imposto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A própria FIB Bank...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não! Quem teria que pagar o imposto?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... que teria integralizado o terreno no período de cinco anos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Guassu! A Guassu!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A MB Guassu! Então quem tem que pagar imposto são os sócios...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sebastião e Francisco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não vai dar para eles pagarem o imposto porque eles estão mortos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está aqui a certidão de óbito.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Ele tem que comentar isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso é muito grave, Sra. Presidente.

O Senador Tasso está pedindo para o Sr. Roberto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os dois sócios...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... comentar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Roberto, veja... Só para o senhor ficar tranquilo, de boa, pensar bastante, refletir e responder. Os dois sócios da MB Guassu, o Sr. Sebastião e o Sr. Francisco Valderi Fernandes de Lima, estão mortos. Estes aqui são os atestados de óbito deles.

O senhor pode comentar?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora, antes...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O nosso saudoso Chico morreu, como eu havia falado para o senhor, em meados... no final do ano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o problema não é eles estarem mortos. Faz parte da vida morrer. O problema é que eles fizeram movimentações... Por força dessa relação locatária, foi emitida carta de fiança. Fizeram um movimento da empresa junto ao FIB Bank.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Em qual data, Senador Randolfe? E qual foi o ano de morte deles?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 3 de agosto de 2021, "esclarece que diversos atos societários foram praticados por FIB Bank, desconsiderando-se o falecimento do sócio majoritário da referida empresa" – 3 de agosto de 2021. Foi agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O falecimento dele foi em qual data?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O falecimento do Sr. Sebastião Fernandes de Lima foi dia 21 de agosto de 2017; o falecimento do Sr. Francisco Valderi Fernandes de Lima foi 10 de agosto de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, movimentou em 2021, em 3 de agosto de 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa ação judicial que corre no cartório... na Junta Comercial de São Paulo – "esclarece que diversos atos societários foram praticados por FIB Bank, desconsiderando-se o falecimento do sócio majoritário" – é de 3 de agosto de 2021.

Mas, Senadora, vamos ouvir o depoente. Eu não sei se o senhor vai conseguir alguma resposta do além pra esse questionamento.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Roberto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos ouvir. Vamos ouvi-lo.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Vou usar o meu direito constitucional de me calar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, neste caso especificamente o senhor pode ter uma autoincriminação. Em outras palavras, o senhor pode ter participação indireta nesse crime.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Eliziane, a incriminação já está... Está aqui o atestado de óbito.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É exatamente por que ele não fala. Ele acabou de dizer que não vai falar porque recorre ao direito da não incriminação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Outra coisa é que no inventário de um desses sócios fundadores da MB Guassu não tinha bens. E estes... E um desses sócios foi fundador da empresa que integralizou capital de uma empresa...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – De 7,3...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que deu garantia a um contrato para a compra de vacinas pelo Governo brasileiro de R$1,6 bilhão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sra. Presidente... (*Fora do microfone.*)

Só pra fazer uma retificação aqui, só pra deixar claro: esse bem de 7,2 bi, embora seja da Guassu, cujo proprietário – um – já morreu, estava...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os dois morreram.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... estava no nome de Durval, que depois passou para Azul Real Celeste. Então, é preciso saber se Durval... se Durval, Azul Real Celeste continuam pagando imposto, porque, se estão pagando imposto, simplesmente mais uma fraude, falsidade ideológica, falsidade de documentação, declaração falsa de documento ao poder público. Porque eles pegaram um patrimônio que não era deles, de um senhor de nome Durval, e colocaram como se fosse do Guassu, que integra 96% do capital social do FIB Bank.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Rodrigo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Garante...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se puder ter um acréscimo...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... vou, então, iniciar o seu tempo, na verdade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... de 15 minutos, pra que V. Exa. possa fazer as suas intervenções, mas, antes, Senador Randolfe, é bom deixar, de fato, um registro.

Acho que, como já foi repetido aqui por vários colegas, nenhum outro depoimento, até o presente momento, nesta CPI, é tão carregado de tantas irregularidades e, ao mesmo tempo, de tantos fatos impressionantes, porque as fraudes que nós estamos constatando aqui com este depoimento não têm semelhança com nenhum outro depoimento por que nós passamos, até o presente momento, de fato, nesta CPI. É lamentável, porque, em torno de tudo isso, uma negociação com empenho do Governo Federal de R$1,6 bilhão e pedido de antecipação de R$45 milhões em cima de uma fraude, de uma *fake*, porque, como o próprio nome já diz, FIB é mentira na tradução para o português, ou seja, nós estamos diante de uma mentira, do ponto de vista de fiança, do ponto de vista da aquisição da vacina, porque ela não viria, e também diante dos contratos que foram realizados até o presente momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E outra coisa, Senadora e Senador Randolfe: o *habeas corpus*, a ordem de *habeas corpus* expedida pela Exma. Sra. Ministra Cármen Lúcia não o exime de prisão, não, diante do falso testemunho. Aliás, nós já interrompemos aqui, outro dia, a pretexto de ouvirmos o Supremo Tribunal Federal, diante de falso testemunho prestado por Deputado, quando da oportunidade do depoimento do Sr. Deputado Ricardo Barros, e não tivemos ainda uma resposta aceitável pra isso. Mas eu estive verificando o *habeas corpus* aqui; não o exime da possibilidade de prisão diante do falso testemunho. Isso é uma providência que esta Comissão pode, sim, pode sim requisitar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu estou iniciando... (*Fora do microfone.*)

Eu estou iniciando a inquirição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ainda.

A melhor parte vem agora, Presidente. O senhor não quer ouvir a melhor parte?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu pensei que V. Exa. já estava concluindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não. No intervalo da sua ausência, teve muito mais novidades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ouvi aqui o Sr. Roberto elogiando a Senadora Simone, mas isso aí... Há pouco eu estava conversando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu troco o elogio pela verdade, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também. Eu já falei: não me elogia, não; fala a verdade. Eu já falei isso aqui.

Senador Randolfe, eu conversava há pouco, e uma das preocupações nossas foi pra gente não, injustamente, prejudicar uma empresa, o que não é o caso de hoje. Pelos documentos, fatos determinantes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que o senhor não acompanhou a última notícia. Os sócios...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já faleceram. Eu vi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os dois faleceram, da MB Guassu. Já faleceram. Eu estou com o atestado de óbito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E houve operação... Aliás, o FIB Bank deu garantia para a compra das vacinas com os sócios da empresa que integralizou o capital já mortos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

Eu não sei quantas empresas iguais a essa tem no Brasil, Senador Rogério, que são avalistas, que não... Mas deve ter muitas sérias, empresas sérias, com certeza, não é?

Mas seria bom, Senador Randolfe, que, no relatório final do Senador Renan, nós encaminhássemos aos órgãos competentes, pra que a gente faça uma análise, porque isso pode estar acontecendo agora, pode estar acontecendo com outras pessoas, lesando aí pessoas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Inclusive deve ser objeto de um projeto de lei para melhor regulamentar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente regulamentar essa questão aí junto ao Banco Central.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Junto ao Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Junto ao Banco Central.

Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Roberto, me permita aqui... Eu não sei quanto o senhor está recebendo. Daqui a pouco esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter um intervalo. Eu recomendo, sugiro ao senhor conversar com a sua douta banca de advogados e se aconselhar, ver o melhor aconselhamento para o senhor, porque, a rigor, não é o senhor para estar aí. Nós sabemos que tem outro responsável por esse banco.

O Senador Renan já fez uma interpretação do *habeas corpus* da Ministra Cármen Lúcia. Esta Presidência desta CPI já requereu, em embargo de declaração, esclarecimento sobre esses *habeas corpus* ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux.

Então, eu não sei quanto o senhor está recebendo, mas nada valerá as consequências que terá para o senhor. Eu queria aqui... Eu quero insistir em tentar com o senhor ver se neste momento o senhor contribui com a verdade a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, vamos lá. Voltando para descobrir quem é o verdadeiro dono do FIB Bank.

Está aqui: a MB Guassu – essa, Sr. Relator e Sr. Presidente, dos dois sócios já mortos, que fez operações de crédito – a MB Guassu está no mesmo endereço do escritório Tolentino Sociedade de Advogados. Eu já me referi a isso. Eu reitero a pergunta: o senhor não sabia disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Está no cartão do CNPJ da MB Guassu e da Pico, se não me engano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim. Essa é a parte que nós sabemos. O senhor não sabia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, sabia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, veja, a MB Guassu tem endereço no mesmo endereço do escritório de advocacia do Sr. Tolentino. E o Sr. Tolentino não tem nenhum tipo de participação?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O que decorre é que muitas vezes, quando se contrata um escritório de advocacia ou contabilidade, muitas vezes na emissão dos documentos junto à Receita Federal, há prática e uso de se colocar o endereço no cartão do CNPJ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não é esse o caso.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Por que não, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque, pelas informações... Então, o senhor está dizendo que o escritório de advocacia que representa a MB Guassu, que integraliza o capital do FIB Bank, é o escritório do Sr. Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ele assessorou, sim, no momento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele assessorou e está no mesmo endereço?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. É um assessoramento direto, está no mesmo endereço.

Mas vamos prosseguir. Eu reitero a recomendação a V. Sa.: seria bom nós chegarmos até a verdade.

Qual a relação então com o Sr. Marcos Tolentino, do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, ele é s... Ele é... Ele tem a procuração...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quase o senhor fala "sócio". Vamos lá. Vamos lá.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ele tem a procuração do sócio Sr. Ricardo Benetti, o qual é um dos acionistas do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um dos acionistas. Então, veja, o Sr. Ricardo Benetti...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pico do Juazeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pico do Juazeiro, o qual é acionista do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que é um dos acionistas. Então, ele tem procuração para representar o Sr. Ricardo Benetti?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A qual está sendo disponibilizada à Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que é da Pico?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pico do Juazeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, pelo contrato social, quem dá os poderes é o presidente.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desculpa. Não entendi a pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pelo contrato social, quem dá os poderes é o presidente para representar.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Poderes para quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para representar!

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não. Desculpa. (*Pausa*.)

A procuração dada ao Dr. Marcos Tolentino é para representar o sócio Ricardo Benetti, e não o FIB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá, procurações diferentes.

Mas eu só queria, Sr. Presidente, esclarecer quem é o Sr. Ricardo Benetti. E eu queria perguntar ao senhor antes de continuarmos a perguntar sobre o Sr. Marcos Tolentino: a relação... O senhor não conheceu o Sr. Francisco Maximiano, dono da Precisa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não conheceu e nem conhece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas qual a relação sua com o Sr. Ricardo Benetti?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ele é meu patrão. Eu respondo... respondo a ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, o senhor responde a ele, mas o senhor, então, não tem conhecimento de que era o Sr. Ricardo Benetti que pagava o aluguel do Sr. Francisco Maximiano de um apartamento em Campo Belo, em São Paulo? Não era do conhecimento seu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas ele sendo seu patrão e lhe pagando, o senhor sendo o responsável pela empresa que ele comanda, o senhor não tinha conhecimento desses negócios dele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor. Eu não tenho ascensão sobre qualquer negócio do acionista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conhece o Sr. Wagner Potenza?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor o conhece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não sabia que, nesse apartamento, os dois autorizados a entrar eram o Sr. Marcos Tolentino e o Sr. Wagner Potenza?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o senhor não sabia de nada. Então, o senhor não sabia de nada dessa relação do Sr. Francisco Maximiano, da autorização para o Sr. Marcos Tolentino entrar?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Embora o Sr. Ricardo Benetti seja o seu patrão?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Repito, assim: a relação com o Sr. Tolentino, então, é que ele só tem a procuração do Sr. Ricardo Benetti?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E por que a movimentação financeira do FIB Bank para o Sr. Ricardo Tolentino é tão intensa que foi transferido do FIB Bank para o Sr. Ricardo Tolentino mais de um R$1 milhão entre suas empresas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É Ricardo Tolentino ou Ricardo Benetti? Desculpe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Marcos Tolentino.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Para a conta direta dele?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma operação que eu imagino que o senhor domine, não é? Porque é uma operação financeira sua.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, o senhor está fazendo uma pergunta, e eu gostaria de entender mais para melhor resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, por que o FIB Bank transferiu mais de R$1 milhão para as empresas do Sr. Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Como eu falei, todo e qualquer contrato que decorrer dessa transação vai ser apresentado para o senhor, como eu havia prometido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, a resposta está indevida à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reiterando a pergunta: por que o FIB Bank transferiu mais de R$1 milhão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Randolfe faz uma pergunta que não o compromete. O senhor tem que responder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, repetindo a pergunta... Deixe-me ser mais claro com a pergunta, porque talvez o senhor não a tenha entendido. Deixe-me ser bem claro e bem didático.

Aqui está a movimentação bancária do FIB Bank. O senhor conhece a movimentação bancária do seu banco, não conhece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Com toda a certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o senhor sabe que foi transferido mais de R$1 milhão para as empresas do Sr. Marcos Tolentino?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Que é sócio do Ricardo Barros.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Toda e qualquer transação financeira comercial é lastreada em contratos, que vêm a justificar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa parte nós sabemos, Sr. Roberto. Essa parte nós sabemos. Nós queremos saber o porquê, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

porquê dessa transferência se o Sr. Marcos Tolentino não é o dono da empresa, do FIB Bank.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É justamente isso. Cada contrato vai demonstrar aos senhores do que se tratou a transferência, deixando à luz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas quantas transferências tem, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, são várias: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Qual é o valor total?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O valor é de mais de R$1 milhão. Mais de R$1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é uma média? Em que ano isso, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – São de 2020, 2020... A ampla maioria, a ampla maioria é de 2020 – é de 2020. Tudo de 2020, tudo de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Pois é, se o seu faturamento, o senhor disse aqui há pouco, foi, em 2020, R$1 milhão... O senhor disse... Qual foi o faturamento do senhor em 2020? O senhor me respondeu quanto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Próximo a R$1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Próximo a R$1 milhão, Senador Randolfe. Ele disse que o faturamento da empresa foi próximo de R$1 milhão. Como é que ele transfere R$1 milhão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mais de R$1 milhão!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mais de R$1 milhão. E como é que é essa mágica?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Um milhão e novecentos, para ser exato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um milhão?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E 900, quase 2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois milhões de reais. Isso é mais de R$100 mil por mês. Se o senhor tem um faturamento de 1 milhão no ano de 2020 e consegue transferir para o Tolentino, que o senhor nem conhece, tem alguma transferência maior para outra pessoa que não seja para esse Tolentino?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem para as empresas do Sr. Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu só quero saber se tem alguma outra empresa para que eles repassam dinheiro maior do que para o Tolentino.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem a Itapemirim. Itapemirim Resinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Resina? O senhor conhece a Itapemirim Resina?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é isso aí?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É uma empresa cliente e parceira do FIB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Mas voltemos ao Sr. Marcos Tolentino. Qual é a relação da Space Air?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Mais uma vez, temos que olhar contrato a contrato, transferência a transferência, para que possa explicar ao senhor de maneira clara e objetiva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, me perdoa, o senhor não sabe o contrato que a sua instituição assina? O senhor não conhece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, Senador, com todo o respeito. Sei que todos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode até faltar um pouquinho com o respeito, desde que contribua com a verdade.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sei de todos os contratos e, para que não decorra nenhum erro, eu faço questão de apresentar contrato a contrato que venha a vincular cada transferência dessa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está. O que é Space Air?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... palavras, mais uma vez, Senador, se perdem e podem acarretar erro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tudo bem. Me diga então somente uma pergunta objetiva: o que é Space Air, o que ela é?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não sei dizer, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como o senhor não sabe dizer se é uma empresa para a qual o senhor transferiu R$1,311 milhão? Um milhão e novecentos reais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 2020?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não pode, Senador Randolfe!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu também acho que não pode. Não precisa dizer para mim que não pode.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas essa que foi a tônica do lamentável depoimento que nós estamos verificando aqui e o Brasil está acompanhando. Some-se a isso, Presidente e Senador Randolfe, some-se a isso o fato, que ele já reconheceu aqui, de que o Marcos Tolentino tem uma procuração do FIB Bank.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ver que foi ele mesmo que transferiu dinheiro para ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem uma procuração do FIB Bank que ele vai mandar, porque ele não conhece, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não entendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então são coisas, Senador Jorginho Mello, são coisas gravíssimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estava precisando tanto do Senador Izalci. Ele é contador, então ele tem que me explicar como é que uma empresa fatura 1 milhão e transfere quase 4 num ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para a mesma pessoa, pessoa física e jurídica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só uma informação. Para o Sr. Roberto, o FIB Bank transfere R$4 mil; para o Sr. Marcos Tolentino, em 2020, quase R$2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para o Sr. Roberto, o FIB Bank transfere algo em torno, chega a R$4 mil; para o Sr. Marcos Tolentino, quase R$2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Deixa-me perguntar uma coisa, Sr. Roberto: o senhor tem outra empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Eu tenho uma barbearia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Barbearia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor é Presidente de uma instituição fiduciária, uma instituição que assegura um contrato de R$1 bilhão, e o senhor tem uma barbearia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Na realidade, é um negócio à parte que minha esposa toca e outros sócios. É simplesmente um investimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mas está no seu nome essa empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está no seu nome e de mais duas outras pessoas.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto? Tem alguma transferência do FIB Bank para a barbearia?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. Não encontramos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor, além do FIB Bank, também é sócio da barbearia, o senhor já confirmou, da Trading Fair Import e da Ox Business Consultoria?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor é dono dessa outra empresa também?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Tem transferência para ela?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não encontramos transferências para essas empresas.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não existe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não existe. Uma dessas empresas tem capital social de 40 milhões. É isso mesmo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Qual empresa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Ox.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, a Ox é uma consultoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No nosso registro, aqui consta isso.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Ox é uma consultoria muito pequena a qual...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a Trading Fair, qual é o capital social?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Trading Fair está baixada já. Foi uma intermediação de negócios que iria ser feita no passado; acabou não dando sequência. Por isso que ela está baixada, e nunca houve nenhuma movimentação nela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou sugerir ao senhor: mais adiante – eu repito –, vai ter um intervalo, converse com seus advogados. Essa relação com Marcos Tolentino tem que ser esclarecida, não tem nada de razoável.

Então, o senhor conhece um processo em que o FIB Bank deu garantia para a Azurita Fundo de Investimento em Participações?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, como havia explicado aqui na sessão, estava sendo formatado um fundo de investimento em que... É um fundo de investimento em participação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Sr. Roberto, deixa-me ser mais objetivo na pergunta: o senhor conhece algum processo em que o FIB Bank deu garantia para a Azurita Fundo de Investimento em Participações?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Azurita é justamente o fundo que estava sendo estruturado. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... não foi dada...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É o contrário, não é?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... garantia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um processo relacionado a Pecus Gestora e Azurita, o senhor conhece esse processo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conhece a Sra. Alessandra Carvalho?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, foi exposto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é a relação...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Foi exposto aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

E qual é a relação com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, o FIB Bank... Os atuais acionistas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É outra Alexandra, é outra Alexandra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É outra Alessandra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Alessandra?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu falei da Alexandra Melo.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ah, desculpa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estamos falando da Alessandra Carvalho; não estamos falando da D. Alexandra...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ah, desculpa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que foi laranja na constituição da MB.

Eu até o entendo, porque é um conjunto, com o perdão da expressão, de maracutaias, que a gente tem que se localizar. É a Sra. Alessandra Carvalho, o senhor conhece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu conheço, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É assessora do Sr. Marcos Tolentino.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o que ela tem a ver com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Absolutamente nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bem, não é o que parece. Veja...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, o senhor disse que não tem nenhuma relação com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor confirma que ela é secretária do Sr. Marcos Tolentino, é assessora do Sr. Marcos Tolentino.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, é assessora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, neste processo que envolve o FIB Bank como instituição garantidora, nesse processo entre a Pecus e a Azurita, a representante procurou a Sra. Alessandra Carvalho.

Sem retorno, os representantes da empresa compareceram ao escritório Bank associados, onde foram atendidos pela Sra. Alessandra Carvalho e informados que os funcionários foram orientados a não receber notificações endereçadas ao FIB Bank e ainda que o Sr. Marcos Tolentino estaria convalescendo de infecção pelo SARS-CoV-2.

Ela falou em nome do FIB Bank neste processo e falou, inclusive, que não podia falar em nome do senhor... Que o Sr. Marcos Tolentino não poderia atender a paciente, naquele momento, porque ele estava doente.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nobre Senador, na realidade eu não sei o que foi pedido à Sra. Alessandra. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela representou o FIB Bank aqui. Nós tínhamos...

Por favor, por favor. Pautem...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu tenho que entender melhor esses fatos, porque a Alessandra não pode responder ao FIB Bank como FIB Bank. É um ato...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela poderia ter a sua senha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, como é que não pode, se ela é secretária e se o Tolentino tem uma procuração do FIB Bank? Quais são os poderes dessa procuração? É isso que o senhor não consegue responder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse diálogo aí é com o senhor. Nesse diálogo aí com o senhor, é perguntado se a assinatura nessa carta de fiança do FIB Bank, nesse processo, era sua, porque constava lá o seu nome, na assinatura. O senhor lembra isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim. Por sinal, esse senhor o qual troca essa mensagem ameaçou, enfim, vários problemas dentro da minha casa. Em específico à pergunta do senhor, a assinatura que consta na carta é uma assinatura do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se é assinatura do FIB Bank, que não é sua... o senhor diz aí que não é sua.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pessoa física, não. É do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não existe isso. O senhor responde pelo FIB Bank. O senhor está aqui em nome do FIB Bank.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor, são duas coisas distintas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Uma é a assinatura da pessoa física, e outra é a assinatura enquanto presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o senhor não assinou isso? O senhor não assinou?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Vamos lá. O certificado digital fica dentro da empresa, controladas todas as emissões de carta através do próprio processo de *compliance* dentro da empresa. Sabia-se, sim, que a carta da Covaxin...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. E a AssinaWeb, pertence a quem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A AssinaWeb?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, a assinatura digital, pertence a qual empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ao FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A AssinaWeb é da Alessandra.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desculpa, a assinatura digital...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na verdade a AssinaWeb é do grupo Integral Sistemas, que é o nome fantasia; razão social: Nova Integral Sistemas; *e-mail*: acarvalho@integral.com, Alessandra Carvalho.

Temos aqui os documentos,

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Possivelmente ela tem sido responsável... E, lembrando, o escritório...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, veja, o senhor já está dizendo novamente que a assinatura digital não é do FIB Bank?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É do FIB Bank. É do FIB Bank, porque o FIB Bank, se o senhor olhar no texto aí da assinatura, se refere a FIB Bank. Agora, possivelmente, todo o processo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é a titular da assinatura digital...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Todo o processo de aquisição do certificado digital pode ter sido assessorado pelo escritório do Dr. Marcos Tolentino, ao qual...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O nome que consta aqui é o seu.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, e eu como Presidente tenho certificado, eu administro o certificado digital.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem usa a sua assinatura digital?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O *back-office*, sempre com a minha autorização ou do Diretor, o Sr. Formiga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, nesse contrato aí, a assinatura foi sua?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não brinca, não, Roberto. Não brinque, não. Não brinque, não, rapaz. Deixa-me dizer uma coisa para ti aqui: não brinque, não. Como é que a assinatura do FIB Bank é uma assinatura e a do Roberto é outra, se você é o Diretor-Presidente? Você está de brincadeira? A assinatura é sua ou não?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não se confunda a pessoa física com a jurídica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas como assim? O senhor responde pela empresa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas como é que é o negócio aqui? Quer dizer, existem duas pessoas no mundo. Quem assina... O senhor teve conhecimento dessa assinatura?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, teve.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Tive conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, teve conhecimento. Está o.k. Agora, não brinque com esse negócio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem assina é a pessoa física que representa a pessoa jurídica...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, há o meu certificado digital Roberto Pereira Ramos Júnior, pessoa física, igual eu faço declarações, e-CAC e tudo mais. Depois eu tenho certificado digital do FIB Bank, pelo qual eu sou responsável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu quero deixar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse processo o senhor não assinou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Esse processo foi assinado pelo nosso *back-office*, com o meu conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com o seu conhecimento. E só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu só quero saber de uma coisa aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é o seu *back-office*?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, espere aí, Jorginho. Só um minutinho.

Eu quero saber de uma coisa, Sr. Roberto...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Formiga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Com a assinatura que tem aí, caso o contrato tivesse algum problema, a pessoa que fosse prejudicada nesse contrato, ela recorreria a quem? Contra quem ela iria recorrer?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas o banco tem um responsável. O banco sozinho não faz as irregularidades. Tem alguém que faz e assina isso. O senhor é responsável por isso, não é a pessoa física. O Sr. Roberto Pereira Ramos é o responsável como Diretor-Presidente do banco – e não é banco: o pior é que coloca nome de banco e nem banco é, não é? Já começa *fake news* aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só para reiterar a pergunta para o nosso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Repare a que forças...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... depoente: quem é o *back-office* do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu tenho vários colaboradores lá, inclusive o Sr. Formiga, que é Diretor do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Então, só me diga uma coisa: neste processo aqui é a assinatura digital?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Assinatura digital do FIB Bank, sob minha responsabilidade, a qual o Sr. Formiga fez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi autorizado pelo senhor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está bom.

Acho que não foi isso que o senhor falou nesse processo. Só um minuto. (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu tinha entendido que no caso da carta-fiança...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, Senadora Tebet.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está dizendo que não é sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, apesar... Consta a assinatura do FIB Bank, e esse senhor, o qual...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esqueça o "senhor" e me responda diretamente, por gentileza.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A assinatura é de minha responsabilidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está dizendo neste áudio... Não é a sua voz neste áudio?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está dizendo que a assinatura não é sua.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Fora de contexto. Totalmente fora de contexto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É do contexto desta conversa aqui.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor falou que esse cidadão aí, que eu não sei quem é, disse que tinha algum problema, que falou algumas coisas, usou algumas coisas...

Se o senhor não quiser responder, não precisa. Se for alguma coisa pessoal, o senhor não precisa responder.

O senhor teve algum problema com esse cidadão?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Familiar, sim. Tenho constantemente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não precisa, não. Por favor, Sr. Roberto, o senhor não precisa expor ninguém da sua família, neste momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O *print* do WhatsApp está com a assinatura do Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior. Essa assinatura é a sua do contrato?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Essa não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, conferida com o que o senhor falou ainda há pouco: que a assinatura não é sua. E está no nome do FIB Bank lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele há pouco falou que era.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Essa assinatura, não, mas a assinatura do certificado possivelmente seja minha. Eu preciso analisar esse documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Possivelmente? Possivelmente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu não analisei esse documento, por isso é que eu estou falando "possivelmente".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse aqui, por mais de uma vez: "Não, essa assinatura não é minha, é do FIB Bank". E o senhor assina... A sua assinatura pessoa física é diferente da assinatura que o senhor usa no FIB Bank? O senhor tem duas assinaturas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu tenho uma assinatura gráfica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Que é essa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Que não é essa.

Agora, essa assinatura digital, seria importante disponibilizar esse documento para que possamos todos verificar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas nesse...

No áudio que está aí, que aparece nas gravações, o senhor diz que a assinatura não é sua.

O senhor...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – De fato, não é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deixa-me lhe perguntar, vamos ao que interessa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, rapaz, eu vou dizer uma coisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos ao que interessa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É só perguntar de forma direta.

É ou não é a assinatura?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa assinatura digital poderia ter tido autoria do senhor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que documento é esse?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... da Sra. Alessandra?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele tem que ser claro, é "sim" ou "não".

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É... Vamos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Essa assinatura digital.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – A assinatura digital, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Poderia ser de autoria da Sra. Alessandra.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Da Alessandra, não; e, sim, um processo interno do FIB Bank para assinar ou não aquele outro documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, quem são as pessoas?

A Sra. Alessandra seria uma dessas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, eu e o Vice-Presidente, ou Diretor, como queiram, o Sr. Formiga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Sr. Presidente, eu não vou...

Vou encerrar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Roberto, a gente tem a paciência necessária, e eu estou perdendo a paciência, e olha que eu sou um homem paciente – pode parecer que não, mas sou.

Deixa-me lhe dizer uma coisa: o senhor junto com a Precisa e, com certeza, com servidores do Ministério da Saúde criam uma situação de avalista, é reconhecido pelo Ministério da Saúde, para comprar vacinas que iriam salvar vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A sua consciência não dói não? Sabendo que o senhor participa de uma tramoia dessa? Em que vidas estavam se perdendo?

Naquele momento, nós tínhamos mais de 2 mil vidas por dia se perdendo, Sr. Roberto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E o Governo não atendia a Pfizer nem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – E o governo não atendia as outras... E aí o senhor participa disso.

Sinceramente, eu estou aqui... Quem sou eu para chamar a atenção das pessoas, mas digo uma coisa: o senhor sabe muito bem que essa empresa, hoje, não será procurada mais por ninguém que está nos assistindo nesse momento. E, se tiver processos e o juiz estiver vendo isso, ele precisa imediatamente fazer uma auditoria dentro dessa empresa para saber quantas pessoas foram lesadas.

O senhor chega aqui e diz que "uma assinatura não é minha, a outra é minha". Eu estou vendo uma assinatura e eu não enxergo bem. Não é possível que o senhor não reconheça a sua assinatura.

O senhor pode ir lá perto, por favor. Vai lá pertinho, vai lá, por favor. Vai lá, levante e vá lá.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – A assinatura gráfica não é minha, só que, se o senhor olhar no lado direito, existe uma assinatura digital...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, é falsificada?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nessa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é? Qual lado direito, me diz aí?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O lado direito tem uma assinatura digital.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ô, meu amigo, bote mais... Bote maior, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Amplie, amplie.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amplie, por favor.

Amplia bem, porque não é possível, se botar uma assinatura...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É na margem direita, acho que não dá... Está ilegível, não dá para ver.

Eu gostaria de ter acesso a esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa assinatura é de quem, então?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Essa assinatura é possivelmente do Sr. Formiga. Possivelmente, não; é, de fato, do Sr. Formiga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Sr. Roberto, o senhor tem acesso a esses documentos, o documento é seu, está assinado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está dando o nome de quem assinou.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Estou vendo só metade desse documento, peço desculpas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu sei, mas esse documento é seu, é desse contrato que eu falei para o senhor, com substituição por garantia fidejussória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, esse cidadão falou para o senhor sobre esse contrato.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Qual contrato?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Este contrato... Este contrato...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não é contrato da Precisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, me permita, o senhor não...

Veja, eu acabei de perguntar para o senhor se o FIB Bank participou de algum... Se o senhor tem conhecimento de um contrato entre a Pecus Gestora e Azurita. Nesse contrato, o FIB Bank foi a instituição garantidora.

O senhor está sabendo disso, isso daí é documento do FIB Bank.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O.k.

Essa assinatura digital ao lado é minha e a gráfica não é minha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para concluir, Sr. Presidente, veja, nessa troca de diálogos, que o Sr. Roberto insiste em negar, no final do diálogo, ele, inclusive, agradece o fato de ter sido advertido sobre assinatura e ter desmentido que a assinatura é dele. Veja lá.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Roberto, eu não vou mais esgotar a paciência dos colegas desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu havia perguntado anteriormente qual empresa detém o certificado digital vinculado ao CNPJ do FIB Bank, e ele disse que era ele que pessoalmente cuidava.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Hein?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar ao próximo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Sr. Presidente, só para concluir

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar ao próximo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para concluir, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mais adiante, assim, o restante dos documentos, vamos inclusive...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bora prosseguir!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Roberto claramente tem conhecimento deste processo e de todas as informações que lhe dizem respeito.

Sr. Roberto, só para concluir, Sr. Presidente, veja, eu não vou mais esgotar o tempo. Eu quero reiterar o que disse aqui, para o senhor. O verdadeiro, nós já sabemos que o verdadeiro responsável pelo FIB Bank é este senhor desta foto, que o senhor perceberá daqui a pouco. Nós sabemos que esse senhor do centro... Pode ser o da direita também, que é o Sr. Ricardo Barros, mas, em princípio, pelos elementos que temos, esse senhor do centro aí, o Sr. Marcos Tolentino, por tudo o que está colocado aqui, é o verdadeiro sócio-proprietário do FIB Bank. Temos todos os elementos para isso, temos todas as informações para isso, e as suas contradições acabaram confirmando as certezas que nós temos.

Eu repito – daqui a pouco, o Presidente Omar vai suspender esta sessão: consulte a sua...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Luis Carlos Heinze.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Consulte a sua assessoria jurídica, consulte a douta defesa de V. Sa., porque a sua situação... O senhor está defendendo outros aqui, está claro pela transferência bancária, pela impropriedade das assinaturas, pela impropriedade desse processo, pelas procurações, pelos sócios que já morreram, por tudo isso, já sabemos que isso tudo é um rolo danado, como já disse até o próprio Presidente Jair Bolsonaro quando foi confrontado pelo Deputado Luis Miranda. Então, de tudo isso nós já temos conhecimento, só que somente o senhor está sendo responsabilizado por tudo isso. As informações que temos já dão conta do verdadeiro sócio majoritário do FIB Bank, que é o Sr. Marcos Tolentino.

O mais dramático disso, Presidente Omar, é que essa instituição, com esses rolos todos, foi a instituição que assegurou um contrato de R$1 bilhão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Seiscentos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Um bilhão e seiscentos milhões de reais, que poderia ter tido um adiantamento de US$45 milhões, se não fosse um servidor público chamado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, se não fosse a CPI também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... chamado Luis Ricardo Miranda e se não fosse esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contrato esse, Senador Randolfe, que foi pedido pelo Presidente da República ao Primeiro-Ministro da Índia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente vai voltar. Eu vou ouvir o Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, Sr. Presidente, só para concluir de fato, veja, está claro: este foi o contrato que foi firmado. É importante nós dizermos quem são os verdadeiros responsáveis. A Sra. Regina Célia, que depôs nesta CPI, não checou e verificou todas essas impropriedades... Veja a Controladoria-Geral da União, que tanto advogam por ela, a CGU. O Sr. Wagner Rosário prestou um depoimento público dizendo que não via grandes impropriedades no contrato da Precisa. E é isso que nós estamos vendo aqui, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ministro da Saúde também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Ministro da Saúde avalizou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Avalizou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quero reiterar, Sr. Presidente: esta Comissão Parlamentar de Inquérito impediu um golpe de R$1,6 bilhão!

Sr. Presidente, era esse FIB Bank, se as vacinas não fossem entregues – e tudo indica que as vacinas não seriam entregues –, que ia ter que compensar a União! E compensaria a União com um terreno fictício, que, como já disse a Senadora Simone, saiu voando de um lugar para outro. É um terreno fictício, que vale mais, segundo lá declarado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Paga o IPTU ou não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... do que o Palácio de Buckingham! Vale mais do que o Palácio de Buckingham!

Então, Sr. Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tem um que não existe, Sr. Presidente, e o outro pertence a terceiros, ou seja, não ia pagar coisa nenhuma!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era essa a instituição garantidora!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O FIB Bank não tem lastro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar... Eu vou passar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pedido do Senador Jorginho... Ele fez uma mudança com o Senador Luis Carlos Heinze.

Eu irei passar a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele me disse aqui. Ele pediu para trocar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É só um minutinho. São cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, eu não sei! Aí vocês se entendam!

Esse pessoal do Sul tem uma relação boa. Santa Catarina com o Rio Grande do Sul tem uma boa relação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Jorginho!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – São cinco minutos!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.! O.k., tchê!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes de ouvi-lo, Senador Luis Carlos Heinze...

Por favor, Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, é rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

É que V. Exa. perguntou ao depoente se ele era dono ou sócio de uma barbearia, e ele disse que sim. Eu fui percorrer rapidamente aqui alguns processos. Parece-me que ele está sendo processado pelos sócios porque vem sacando dinheiro para fins pessoais. Eu gostaria de saber se realmente esse processo existe. Acho que isso é importante, para saber se esse recurso está parando no FIB Bank ou não.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A senhora pode repetir a pergunta?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – V. Sa. está respondendo a um processo pelos sócios da barbearia de que V. Sa. é dono também, por estar sacando dinheiro? Há um processo contra V. Sa.? Está correndo um processo na Justiça?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Há um processo totalmente amparado e discutido em Justiça. Eu sou o majoritário; 75% da companhia é investidora disso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E a razão de V. Sa. constar como réu é por que, segundo alegado – é óbvio que ainda é um processo –, V. Sa. estaria sacando dinheiro para fins pessoais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é isso que consta no processo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – No processo até consta isso, mas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, foi isso que perguntei! É o que está sendo alegado.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Isso sim. Desculpa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso está justificado, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Seria interessante ver que valores são esses, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele ganha R$4 mil por mês...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e ver ser esses valores batem com os depósitos feitos no FIB Bank. Pode ser que esteja financiando o FIB Bank. É apenas uma dúvida que a CPI pode apurar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vi até agora... Vou passar já, já...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele ganha R$4 mil!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, eu ouvi aqui o depoimento do Sr. Roberto, e a gente retorna à nossa infância, à nossa juventude. Na infância, eu tinha muitos amigos. E tinha um rapaz chamado Clóvis e outro chamado Raimundo na turma. Os dois, todo dia, tinham uma história diferente; um complementava o outro na mentira. Então, isso é conhecido lá na nossa turma.

Essa conversa que o senhor está tendo aqui, Sr. Roberto, é uma conversa de Clóvis para Raimundo. Entendeu? É uma conversa de mentiroso para mentiroso.

E a gente tem que aguentar tudo aqui e não pode fazer nada, Senador Renan!

É muita mentira, é muita omissão por parte do senhor! Infelizmente, eu tenho que lhe dizer isso, porque a gente está vendo que o Sr. Tolentino está envolvido até o último fio de cabelo. A gente vê uma foto aí: ele sorridente ao lado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não é... Veja bem, tirar foto não criminaliza ninguém. Vamos deixar claro. Todo mundo tira foto. A gente não pode saber com quem está tirando foto. Mas tenho certeza de que não foi o Presidente que levou o Tolentino ao Presidente. Não foi o Presidente! Foi o seu líder, o Ricardo Barros, que deve tê-lo levado para fazer uma média, dizendo: "Olha, este aqui é o Tolentino!".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que deve ter, Presidente, também pedido para o Presidente fazer uma mensagem ao Primeiro-Ministro da Índia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse Marcos Tolentino já está convocado, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já o convocamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não queria vacina, não acreditava em vacina. Por que que ele fez isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem que vir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que temos que convocá-lo e o Sr. Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa pra depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acho que o Sr. Geraldo, lá da querida Alagoas, é emblemático aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Sr. Geraldo, coitado – só pra vocês terem uma ideia, quem está nos vendo –, não teve o direito de sacar o auxílio emergencial, de que ele estava precisando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O FGTS dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, e porque ele estava desempregado, Senador Jorginho, porque usaram o nome dele pra criar uma empresa "fanta".

Senador Luis Carlos Heinze,

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Geraldo não teve direito de sacar o FGTS e D. Alexandra não teve o direito de sacar o Bolsa Família.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Presidente, vamos lá.

Ontem, Sr. Presidente, foi falado aqui nesta CPI a respeito do anúncio da agência americana FDA a respeito do uso de ivermectina. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, meu Deus do céu!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ...no combate ao covid-19.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – De novo a ivermectina?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se eu não puder falar... Eu respeito e ouço as palavras; às vezes até impropriedade, mas estou ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu querido amigo de Cacequi, V. Exa. tem o direito de falar por 15 minutos e...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na democracia vale isto: as pessoas podem falar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São quinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, o anúncio veiculado através da mídia Twitter, que está aqui, faz referência ao fato de as pessoas não serem animais de grande porte – cavalo e vaca – e, portanto, não deverem fazer o uso de ivermectina. Esse anúncio foi amplamente divulgado aqui no Brasil, principalmente pelos críticos, Senador Girão, dos medicamentos reposicionados para tratamento de covid-19. No entanto, cabe informar que a FDA vem, desde o segundo semestre de 2020, alertando os cidadãos norte-americanos sobre o perigo do uso de medicamentos da indústria veterinária para o uso humano. É isso que foi falado, somente isso.

Tal anúncio não indica nada a respeito da eficácia de ivermectina no combate à covid-19.

Isso que foi falado antes... Aqui está a realidade, Senador Girão, isso é o que vale.

Ainda sobre a ivermectina, mesmo que nesta CPI insistam em negar informações e discussões médicas sobre tal medicamento, cada vez mais surgem na literatura científica relatos de estudos e metanálises a respeito desta droga como alternativa para o tratamento em fase inicial de infecção pelo vírus. Trago aqui a recente publicação que conclui a metanálise – está aqui –, baseada em 18 ensaios clínicos randomizados de tratamento de ivermectina em covid-19, que encontram reduções estatisticamente significativas na mortalidade, tempo para recuperação clínica e tempo para a depuração viral.

Além disso, os resultados de vários ensaios de profilaxia controlados relatam a redução significativa de riscos reduzidos de contrair covid-19 com o uso regular de ivermectina. Finalmente, os diversos exemplos de campanhas de distribuição de ivermectina levaram a uma rápida diminuição da letalidade e mortalidade em populações que fazem uso do medicamento e indicam que a ivermectina é um agente oral, eficaz nas fases iniciais da infecção do covid-19. Esse é o artigo.

Nesse sentido, meu gabinete está monitorando países que estão fazendo uso de medicamentos reposicionados *off-label* para combater o covid-19. Estamos em contato com diversas embaixadas desses países, que citei ontem, repito: Índia, México, Senegal e Nigéria.

Ainda sobre esse assunto, há relato de que a Índia, Senador Girão, país que possui uma população de 1,4 bilhão de habitantes, viveu um verdadeiro drama frente à pandemia e já contabilizou 436 mil mortos.

País que investe em pesquisa, grande, reconhecido produtor de IFAs, a Índia vacinou cerca de 42% da sua população com a primeira dose, bem menos que o Brasil. Deverá atingir a sua totalidade no final deste ano. Entretanto, a letalidade da Índia – pasmem! – é 1,34, e, no Brasil, com mais vacinação, é 2,8 – mesmo com toda a campanha de vacinação.

O que a Índia está fazendo diferente nesse caso? Está utilizando protocolos médicos de atenção primária e utilizam medicamentos reposicionados, entre os quais a ivermectina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

As recomendações não partiram de charlatões, como a mídia e esta CPI costumam chamar. Partiram de pesquisadores e médicos sérios e responsáveis, tais como o Dr. Dilip Pawar. Aqui está a foto do Dr. Dilip.

O Dr. Dilip é o Médico Chefe do Global Unike, farmacologista, clínico, cientista de pesquisa do câncer e especialista da covid em Mumbai, na Índia.

O Dr. Pawar detém o Guinness Book of World Records em associação com a Grace Cancer Foundation, por rastrear o maior número de casos de autodiagnosticados de câncer de mama.

Nos últimos 12 meses, ele tem trabalhado no combate à covid-19, ajudando no tratamento de pacientes por meio de esforços massivos de arrecadação de fundos, desenvolvendo protocolos de tratamentos e fazendo pesquisas sobre o uso da terapia de inalação a vapor para a prevenção do tratamento da covid-19.

Ele recebeu o Prêmio da Corona Warriors, da Indian Medical Association, e de várias outras organizações pela sua contribuição na luta contra a covid-19.

Esse médico é um dos responsáveis por diversos estudos com medicamentos reposicionados e contribui ativamente para a redução da letalidade da covid na Índia.

Finalizando, informo que, em contato com médicos chilenos, estamos sabedores que o referido país, apesar de ter adquirido – e aqui, colegas Parlamentares, fala-se muito na Pfizer – vacinas da Pfizer, comprou e pagou em dezembro do ano passado, e não recebeu, Senador Jorginho Mello. Não recebeu.

Na mesma época, a empresa fez várias questões, aqui... Oferta pelo Brasil.

Esse país acabou de recorrer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não entendi...

Desculpe a interrupção, Senador Heinze, mas só pra tirar uma dúvida: as informações de que a Pfizer não está cumprindo o contrato de entrega formal de vacina no Chile, é?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paraguai, é? Por acaso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No Chile. Chile.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, por acaso, uma defesa indireta de que deveria ter comprado a Covaxin e a Precisa, e não a Pfizer?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não. O que eu quero, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que eu quero é que Senadores que têm contato com a Pfizer perguntem à Pfizer, Senador Girão, se eles realmente receberam dinheiro e não entregaram a vacina. Sim, eles tiveram que comprar outra vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi onde isso?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi no Chile.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi no Chile?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Chile. Pergunte. V. Exa. tenha contato e pergunte se eles compraram, se eles venderam, receberam e não entregaram, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No Chile?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No Chile.

Eu estou buscando as informações e vou passar a V. Exa., mas a informação que eu tenho é esta aqui: eles tiveram que comprar a vacina Sinovac, em sua grande maioria, dado o fato de que não receberam as doses da Pfizer, compradas em tempo hábil. Queriam vacinar no ano passado. Meu gabinete está em contato com as autoridades chilenas e trará informações em breve para eles.

E agora, para concluir, o Governo Bolsonaro, tão criticado aqui, já tinha distribuído ontem 223 milhões de doses de vacina, 182 milhões de doses aplicadas. É o quarto país do mundo em doses aplicadas. Proporcionalmente, nós estamos na frente dos Estados Unidos. O primeiro é a China; o segundo é a Índia; o terceiro, Estados Unidos; e o quarto é o Brasil. E o Brasil proporcionalmente está na frente dos Estados Unidos.

Meu Estado, Rio Grande do Sul, recebeu 12,784 milhões de doses para uma população vacinal de 8,9 milhões de gaúchos e gaúchas. Já tem quase 4 milhões para a segunda dose. Esse é o fato, essa é a realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Teve Covaxin, outras vacinas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A palavra é comigo agora. Pare! Pare! Sossega aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, eu estou lendo uma matéria hoje: "Atrasado nas negociações, o Brasil ainda não fechou compra de vacinas para 2022". O senhor que é assim com os homens, avise-os lá para comprarem a vacina antes que chegue 2022 e a gente não tenha vacinas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Governo brasileiro do Presidente Bolsonaro, através do Ministro da Ciência e Tecnologia, já tem hoje três vacinas de cientistas brasileiros: da USP de Ribeirão Preto, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essas vacinas já estão em fase final agora na Anvisa, fazendo os últimos testes dessas vacinas. Esperamos que, em dois, três meses, estejam aprovadas. Aqueles laboratórios de que eu falei aqui, quatro de medicamentos veterinários e doze de medicamentos humanos, estão hoje preparados. Se o Governo quiser, aí tem que ser compra governamental – estamos esperando que as vacinas sejam aprovadas na Anvisa, a parte final que está fazendo –, essas três universidades já têm cientistas brasileiros que poderão produzir vacinas adaptadas ao caso brasileiro. Então, além das vacinas internacionais, além das vacinas que o Butantan está produzindo e entregando, além das vacinas da Fiocruz, nós também temos esses 16 laboratórios que podem fabricar a vacina. Então, essa preocupação é nossa também, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas eu estou só lhe pedindo porque o senhor tem mais relações lá do que nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não tem problema. Vamos trabalhar, sim, o assunto para 2022. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, com a palavra, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Era apenas pra confirmar, Sr. Presidente, se o Senador Heinze já fez uso da sua oportunidade de fala na CPI, para ter confirmação de que isso aconteceu na vez do Jorginho. É isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pronto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello, por último.

O Senador Jorginho vai ser muito breve e depois nós vamos passar 30 minutos e voltamos.

Está bom, Senador Eduardo Girão?

Senador Jorginho, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, como eu faço sempre, eu quero registrar o nome do advogado Hazenclever Cançado e do Dr. Donelli. Acertei? Quero fazer o registro. Eles estão fazendo o seu papel em nome da Ordem dos Advogados do Brasil. Quero fazer essa saudação. Os senhores pegaram uma empreitada braba aí.

Eu vou contar uma coisa para os senhores: os senhores pegaram uma bucha de canhão aí que eu não sei como é que os senhores vão sair disso. Os senhores se preparem porque os senhores vão ter muito serviço para fazer.

Eu quero perguntar... Não adianta perguntar, mas eu vou fazer, vou tentar fazer. O FIB Bank é cadastrado no Banco Central como instituição financeira, Sr. Roberto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor, não é, dada a não necessidade.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E como é que o senhor oferece uma carta de fiança, se o senhor não pode fazer isso? Se o senhor não é um banco, não vai poder fazer fiança.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O FIB Bank, sim, pode emitir carta de fianças fidejussórias.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É uma conversa tão ruim que o senhor está fazendo aqui conosco, sabe? Eu não quero ser, assim, mal-educado com o senhor e tal...

Nós estamos aqui diante de alguém que queria dar um golpe no Governo Federal, porque uma tramoia tão grande... É uma das maiores farsas que eu estou vendo na questão comercial. O senhor misturou tudo, barbearia, o senhor misturou imóveis que não... Esses valores não existem. A gente fica até meio com vontade de dispensar o senhor – sabe? –, porque é tanta besteira que o senhor está falando aqui que isso vai lhe custar caro, sabia? Essa picaretagem que os senhores tentaram fazer contra o Governo Federal... Ainda bem que o Governo não comprou, ainda bem que o Governo não comprou e não gastou um tostão nisso, mas os senhores vão ter que ser responsabilizados por isso. O Brasil mudou! O senhor não entendeu que as picaretagens ficaram mais difíceis no Brasil agora com o Governo do Presidente Bolsonaro? O senhor devia saber, o senhor devia saber! O senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

fala numa empresa de que o senhor é Presidente... É uma pobreza de informação que o senhor está nos dando aqui que está nos cansando – está nos cansando.

Eu vou adverti-lo: o senhor converse bem com os seus advogados aí, porque o senhor vai ter problema – o senhor vai ter problema. Eu não sei se o senhor termina bem a CPI aqui, porque é uma vergonha o que o senhor está falando.

Eu tenho me pautado sempre com respeito às pessoas, faço um elogio aos advogados, que estão vendendo o seu trabalho aí, um trabalho difícil, nessa tentativa de mais um golpe.

É por isso – viu, Presidente Omar? – que nós precisamos investigar a fundo outros gastos que foram feitos nos Estados. Nós temos que dar um jeito nisso, porque não é possível que a gente continue se cansando aqui para ouvir um besteirol desse que nós estamos vendo.

Então, eu quero só lamentar. Eu não quero que o senhor responda nada, o senhor não tem o que responder. Quanto mais o senhor responde, mais o senhor se enrola. Eu não estou com pena do senhor, porque o senhor tentou dar golpe, e quem dá golpe é estelionatário, é picareta. Então, o senhor não tem que ter a piedade de nós aqui, mas o senhor fique... Quanto mais quieto o senhor ficar, é melhor. Com todo respeito à sua família, às pessoas que gostam do senhor, mas o senhor está numa furada aqui, e isso vai custar muito caro na sua vida, entendeu?

Então, eu quero finalizar, dizer que eu lamento. Espero que a gente termine o mais rapidamente possível esse tipo de testemunhas e que a gente possa realmente cuidar das coisas que interessam para o Brasil.

O senhor não dá um bom exemplo. O senhor não é um bom brasileiro. Fazer essa trambicagem com o envolvimento de tantas e tantas pessoas! O senhor envergonha o Brasil, o contador, os advogados, enfim, estão numa tarefa muito difícil.

É isso que eu queria falar sobre isso. O senhor pode encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu seguirei a sua orientação, Senador Jorginho.

Infelizmente, Senador Jorginho, tudo que o senhor falou é verdade, inclusive em relação às pessoas do Governo que eram para fiscalizar. Essas pessoas, nenhuma delas foi exonerada, estão todas ainda no Governo. Era bom V. Exa. dar uma olhada. O Elcio Franco continua lá no Palácio do Planalto. Aquela servidora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Regina Célia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que era responsável por ver esse contrato e tinha essa responsabilidade, e outros servidores. Aqui nós não estamos acusando ninguém, mas essas pessoas responsáveis que o Presidente nomeou ou pediu para nomear continuam no lugar em que elas estavam na época em que foi feita toda essa transação, que nos entristece e nos deixa até envergonhados por estar vendo isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Omar, eu acho que V. Exa., como Presidente da Comissão – eu não sou menino de recado e não vou dar recado para ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, longe de mim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., é o seguinte...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se estão lá trabalhando, se não estão, não quero saber...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor não é menino de recado, de jeito nenhum. Longe de mim...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei que o senhor defende aqui posições e até acho que quando V. Exa. coloca bem e defende o Presidente, respeito a sua posição. Então, acho que a contribuição do Presidente e de nós Senadores é que essas pessoas, não só sua, minha também, fazer um alerta: esse pessoal ainda continua no Governo. Esse pessoal que estava negociando a Covaxin com a Precisa, que fez esse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dominguetti...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, esse aí é outro. É importante saber que essas pessoas continuam, infelizmente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ainda bem que o santo do Presidente é forte, senão a coisa tinha sido muito pior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei. O senhor é que andou de moto com ele. Eu não sei, eu não sei disso não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, o santo é forte, é forte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor que estava lá de moto...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esse cerco aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... em Santa Catarina, o seu cabelo esvoaçante...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Essa tentativa de meter a mão no dinheiro público, eles não sabem que já terminou, eles estão por fora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, encerrado. A gente volta daqui a 30 minutos a sessão.

(*Suspensa às 14 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 10 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reiniciando, então, o depoimento do Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, o próximo inscrito é o Senador Eduardo Girão.

V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, Presidente eventual desta Comissão.

Queria dar as boas-vindas para o Sr. Roberto e também para o Hazenclever, seu advogado, e o Donelli.

Depoimento complicado, muito difícil realmente, assim com dados que a gente precisa checar. Eu acho que fica cada vez mais evidente aqui, pela fala de alguns colegas, entre eles a Senadora Simone Tebet, que a gente não pode mais adiar, Sr. Presidente, a vinda do Ministro Wagner Rosário a esta CPI. É fundamental, porque ele pode esclarecer tanto casos como este que a gente está vendo hoje, aqui, desde manhã, como também o das 53 operações realizadas pela CGU em Estados e Municípios, para rastrear a corrupção. Então, é o útil ao agradável. Nós vamos finalmente – espero que não seja na última sessão –, mas nós vamos poder, aí pela primeira vez, olhar os dois requerimentos que deram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

abertura a esta CPI, porque, até agora, só um requerimento está tendo algum tipo de atividade.

Outra coisa que eu acho que é evidente é que nós vamos precisar, a partir desse depoimento aqui – como falou, acho que foi o colega Rogério Carvalho –, nós vamos precisar de medidas legislativas para regulamentar esse setor. É muito importante, Senador Relator, que a gente tome medidas a partir disso. Já tem várias ideias aí, porque o Banco Central vai precisar atuar exatamente nisso tudo; um caso emblemático. As autoridades financeiras do País...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – CVM, Susep, Banco Central...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso, as autoridades financeiras do País, porque é altamente questionável o que aconteceu aqui. Esse lastro é um lastro muito frágil para uma negociação tão grande. E fica aquela questão: o *compliance* do Governo, como é que o *compliance* do Governo deixa chegar numa situação dessa? Vou fazer pergunta nesse sentido também, porque tudo visa a um legado, um aprimoramento que a gente precisa compreender.

Sr. Roberto, a Precisa, sem dúvida nenhuma, tem algum histórico preocupante na execução de seus contratos, por meio da Global Saúde, contratos suspensos com a Petrobras, o próprio Ministério da Saúde, e envolvida na operação Falso Negativo, todos com desdobramentos judiciais. A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: esses problemas foram considerados para a emissão dessa carta fiança para a Precisa? O senhor não acha que a empresa Precisa tem problemas judiciais relevantes que sinalizariam risco na emissão de uma carta fiança de um contrato de R$1,6 bilhão?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Nessa específica operação, que garantíamos o transporte, era totalmente mitigado qualquer risco.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual a ligação da sua empresa, a empresa da qual o senhor é o Presidente Executivo, FIB Bank, com a Bharat Biotech? Tem alguma ligação com essa parceira indiana da Precisa nas negociações da vacina Covaxin?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nenhuma?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E com a Madison Biotech, que é subsidiária da Bharat Biotech, de alguma forma o FIB Bank atua fora do País?

Eu lhe pergunto, emendando: a carta de fiança apresentada para avalizar o contrato no valor de R$1,6 bilhão tinha alcance internacional ou só nacional? Como é que funciona isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A carta fiança garantia R$80 milhões e só referente ao transporte, que representava 5% do contrato total.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, tinha alcance internacional?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só o transporte interno da vacina?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas essa vacina vinha de fora. Como é que se posicionaria isso? O transporte internacional não teria cobertura?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O beneficiário é o Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor participou de alguma reunião no Ministério da Saúde para tratar da aquisição da vacina Covaxin? Quando e com quem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor e o FIB Bank têm alguma ligação, por menor que seja, com o Palácio do Planalto ou membros do Governo Federal?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor sabe dizer se o contrato celebrado entre a Precisa e o Ministério da Saúde apresentava cláusulas de sigilo e confidencialidade? O senhor poderia esclarecer esses pontos de negociação?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Roberto, o senhor ocupa o cargo de Diretor-Presidente do FIB Bank, desde 2017. Foi o que o senhor falou aqui no início, e eu anotei. Como foi a evolução da empresa desde então? Só para eu entender o histórico de operações. Quais as primeiras operações realizadas sob o seu comando? Quando começaram essas operações de garantia para empresas envolvidas em contratos de entes públicos, seja na esfera federal, estadual ou municipal? Ou a sua participação é apenas neste Governo atual?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor. Na realidade, a evolução dada a minha entrada como gestor do FIB Bank a princípio era para fornecer garantias para alugueis, bem como garantir execuções fiscais para dação em pagamento de tributos inscritos na dívida ativa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, mas participou antes de algum outro Governo ou foi apenas neste Governo que começou tratativas com contratos de empresas que supostamente fornecem para o Governo Federal?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Federal, não. Tivemos alguns pontuais em âmbito estadual.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor pode declinar os nomes dos Estados, quais foram os contratos, por favor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Dentro da circular informativa que nós mandamos aos senhores, tem o Estado de São Paulo, o Estado de Minas, do Espírito Santo... Lá vai constar... Lá consta dessas informações. Se o senhor quiser, eu posso replicar isso ao senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – De alguma forma o senhor foi procurado ou teve algum tipo de negociação ou tratativa com o Consórcio Nordeste?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é, Senador Marcos Rogério, interessante que uma operação dessa, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

empresa foi procurada para fazer uma empresa com características que precisam ser investigadas... E eu acho que hoje é um dia muito importante para aprofundamento das investigações.

Agora, o Consórcio Nordeste, que comprou aí quase R$50 milhões de respiradores, que foram pagos antecipados, sem nota fiscal no primeiro momento, não teve absolutamente o cuidado de ter nenhum tipo de fiança nessa transação. Esse é o Consórcio Nordeste, que a gente quer investigar desde o começo aqui, que a gente apela, e está na boca do povo – as pessoas querem saber.

E o interessante, Senador Marcos Rogério, um dado sobre esse consórcio, é que o salário colocado aqui espontaneamente pelo Sr. Roberto, o salário dele para ser presidente desse banco é de R$4 mil. Não é isso, Sr. Roberto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual foi o valor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu vou apresentar aos senhores toda a relação dos meus recebimentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o fixo é R$4 mil?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual é o valor? O senhor não pode colocar o valor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Assim como havia pleiteado à Comissão, eu vou apresentar esses valores, em próprio punho, no final da sessão, durante o dia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas de onde surgiu o valor de R$4 mil que no início da sessão o senhor confirmou?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu não confirmei.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Transferência bancária, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Transferência bancária, do sigilo quebrado. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente, das informações de dados bancários.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Das informações.

Então, tem esse dado de R$4 mil mensais. Sabe quanto é do Consórcio Nordeste, Senador Marcos Rogério, o salário do Sr. Gabas? São R$19,5 mil – está lá no Portal Transparência do próprio Consórcio Nordeste. E tem mais, tem mais. O analista técnico: R$17,5 mil, pagos pelo povo nordestino não sei para fazer o quê – vamos pedir mais informações –; R$17,5 mil para outro analista de programa; R$17,5 mil para um diretor administrativo; gerente administrativo, R$15,5 mil; e analista técnico, R$15,5 mil. Só para vocês terem uma ideia, para manter essa folha aqui, que é uma parte dos gastos – uma parte apenas–, o Consórcio Nordeste recebe R$10 milhões por ano. Só o Estado da Bahia paga quase R$2 milhões para manter essa estrutura. O Estado do Ceará, o meu, o de Sergipe, do senador Rogério Carvalho e do Senador Alessandro Vieira, o de Pernambuco, do Senador Humberto Costa: R$792 mil pagos por ano. Para você ter uma ideia, além desses custos de salário que eu coloquei aqui, você tem diárias, mais diárias, no valor de R$120 mil. Outros serviços, de terceiros, pessoa jurídica, sabe quanto? R$1,388 milhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Serviços de comunicação social – olha o valor aqui de comunicação social: R$1,3 milhão. Transferências a instituições privadas: R$2,557 milhões. Senador Marcos Rogério, é esse o custo do Consórcio Nordeste.

Para quem está aqui em Brasília, quem quiser visitar para conhecer, tem uma sala aqui em Brasília. O Consórcio Nordeste tem uma representação aqui em Brasília, que custa – ainda bem que a maioria das pessoas está sentada aqui – R$2,283 milhões, Senador Marcos Rogério, de aluguel aqui em Brasília durante o contrato de 60 meses, ou seja, é algo estarrecedor o custo de R$1,4 milhão por ano para se manter esse Consórcio Nordeste, que levou um calote da indústria da maconha de quase R$50 mil... R$50 milhões, pagos pelo povo nordestino – aliás, pelo povo brasileiro, porque tem verbas federais envolvidas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas para muitos aqui isso não é escândalo, não é? Está tudo normal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não! É.

É isso que, infelizmente, a gente precisa rastrear.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas está tudo normal o quê? A questão do FIB Bank?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, absolutamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para eu me atualizar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Estamos fazendo aqui as perguntas e acho que tem que investigar, sim, mas a investigação não pode ser seletiva; tem que investigar FIB Bank, tem que investigar Governo Federal, mas tem que investigar Estados e Municípios, o que essa CPI ignora de forma solene.

E o Consórcio Nordeste, para mim, é algo que incomoda muito, Senador Renan Calheiros, porque onde eu ando neste País, de norte a sul, as pessoas têm me cobrado um posicionamento com relação a isso.

Essa verdade vai ter que aparecer. Nada que está oculto vai ficar oculto, vai aparecer mais cedo ou mais tarde, porque é legítimo. Se não for nesta CPI, se esta CPI não tiver autoridade moral para trazer quem tem que vir para cá para dar depoimento, nós vamos buscar outros caminhos, mas essa verdade tem que aparecer, porque vidas – a gente fala tanto de vidas –, vidas foram ceifadas de um povo nosso, conterrâneos nossos, por causa de escândalos como esse do Consórcio Nordeste. E estão aqui os dados que a gente conseguiu apurar.

Então, muito obrigado, Senador. Dentro do meu tempo, rigorosamente, eu termino.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhuma pergunta mais?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, já perguntei aqui tudo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Antes de passar para o Senador Marcos Rogério, que é o próximo inscrito... É que foi dito nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – nós não temos procuração de nenhuma farmacêutica, mas esta Comissão Parlamentar de Inquérito também não pode reproduzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

fake news – foi dito que a farmacêutica Pfizer não teria feito a entrega de vacinas ao Governo do Chile.

Acabamos de receber a informação de que, na verdade, foi informação errada prestada por um ministro do Governo chileno. A informação correta saiu, inclusive, na imprensa chilena, dizendo o seguinte: "A afirmação é falsa: até o momento, segundo dados do Ministério da Saúde do Chile, chegaram a este país mais de 2,8 milhões de doses da vacina da Pfizer, das quais já aplicaram mais de 2,3 milhões. Até 31 de dezembro de 2020, o país transandino" – aqui está em espanhol – "havia recebido 21,7 vacinas da Pfizer, porém, nos meses seguintes à entrega dessa vacina se acelerou". Está no Chequeado, que é um *site* que faz checagem de *fake news* no Chile.

Então, só para reproduzir a informação correta aqui, que nos chega também das autoridades chilenas.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu indago ao depoente, Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, em quais outros contratos da administração pública ou privada o senhor apresentou a carta fiança fidejussória?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Serão apresentados todos eles para os senhores, conforme havia pedido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a primeira vez que sua empresa oferece garantia em contratos ligados ao Governo Federal?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Federal, talvez sim; estadual, já emitimos algumas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. informou, agora há pouco, que essa mesma garantia hoje discutida aqui foi apresentada em contrato firmado com o Governo de Minas Gerais. Quando foi apresentada essa garantia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, Senador, com todo o respeito, nós vamos salientar, item a item, quais garantias emitimos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não. Eu estou perguntando em que momento foi, em que ano foi.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não lembro, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor não lembra?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há quanto tempo o senhor está à frente da empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desde 2017.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dois mil...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Dois mil e dezessete.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dois mil e dezessete.

Bom, essa garantia foi antes ou depois da sua chegada à empresa.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Depois da minha chegada à empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E. V. Sa. não lembra o ano?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nem o ano?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem foi o advogado que auxiliou na integralização do capital social da FIB Bank, por meio dos dois imóveis?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Valarelli.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Valarelli.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vara...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Valarelli.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Valarelli. O.k.

Bom, o seu depoimento, Sr. Roberto, é algo absolutamente surreal, e a história da sua empresa é algo que remete ao realismo mágico, sem qualquer lastro de verossimilhança, de algo minimamente factível.

Veja, o senhor é Presidente de uma companhia com capital social de R$7,5 bilhões, decorrente da integralização de dois imóveis. Vamos dar uma dimensão a isso: a Raízen, *joint venture* entre a Shell e a Cosan, precificou sua oferta inicial de ações a R$7,40 por papel no início de agosto, movimentando um total de R$6,9 bilhões no maior IPO do ano no Brasil. Para deixar claro, o capital social da FIB Bank é superior ao IPO da Raízen, que atua na produção e comércio de açúcar e etanol, além da cogeração de energia por meio do bagaço de cana-de-açúcar em suas 26 usinas localizadas na região centro-sul do Brasil.

Difícil, não é?

Mas o que é uma narrativa? A Oposição aponta aqui: "O maior escândalo! Grande descoberta! A mais notória corrupção nesse submundo da aquisição de vacinas, usando atravessadores!". Que corrupção? Sem um centavo pago? Sem um centavo de prejuízos?

Veja: o que V. Sa. disse aqui, o que a sua empresa fez deve ser investigado pela Polícia Federal. Não estou em defesa da empresa de V. Sa., não, porque é indefensável! É indefensável!

O contrato de fornecimento da vacina Covaxin não foi finalizado, ou seja, não houve entrega nem pagamento; zero de prejuízo. Acredito que todos aqui saibam, estão cansados de saber que as vacinas da Covaxin previam o pagamento posterior à entrega – posterior à entrega! Vou repetir: o contrato previa, Senador Girão, o pagamento depois da entrega. Portanto, a garantia aqui não era quanto ao efetivo recebimento da vacina, porque, uma vez mais, esta só seria paga na medida em que fossem recebidas as doses.

E aqui fizeram um Carnaval na CPI por causa de um *invoice* que a empresa identificou, no primeiro momento, como equivocado, como errado, e se dispôs a corrigir. "Não! Colocaram lá pagamento antecipado!". Nunca houve qualquer tratativa no sentido de forçar o pagamento antecipado. O contrato previa algo diferente.

A garantia, portanto, aqui tem relação com a fiel execução do contrato, isto é, caso a empresa incorresse em atraso, seria uma forma de garantir a indenização para a União, pela aplicação de sanções ou multas, por violação do contrato não cumprido. "Atrasos injustificados" é o que está no termo de referência. É o que está previsto. Mas não teria outro prejuízo ao Ministério da Saúde, posto que o contrato, repito, previa o pagamento posterior à entrega. Mas as narrativas que ouvimos aqui, durante toda a manhã de hoje, quiseram mostrar aos brasileiros algo diferente. Narrativas!

Agora, para que os brasileiros saibam o que aconteceu nos porões, como alertou inicialmente o Relator, vamos aos fatos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Aqui, neste contrato, zero de prejuízo para o Governo Federal, e não haveria possibilidade de ter em relação à questão da vacina em si, exceto quanto às multas – exceto quanto às multas! – porque a garantia seria utilizada para essa finalidade. Mas, quanto à vacina, só haveria pagamento mediante a entrega.

Acusam o Ministério da Saúde de algo que não aconteceu, mas, em relação ao que aconteceu e que gerou prejuízo, milhões de reais em prejuízo, prejuízo milionário da roubalheira envolvendo o Consórcio Nordeste, aí, Senador Girão, está tudo certo! Vai vendo. Está tudo certo! Aqui não tem prejuízo, e é a maior roubalheira; no Consórcio Nordeste... Quando o Consórcio Nordeste foi comprar respiradores, fizeram contato com uma empresária que não sabia a diferença entre respirador e inalador de maconha, inalador canábico – porque a empresa, na verdade, Senador Girão, é especializada em maconha, produtos à base de maconha –, mas, ainda assim, compraram, pagaram antecipado, sem nota fiscal e nunca receberam os equipamentos.

Ah, e ninguém pode acionar a garantia, sabe por quê? Porque não existia. Não existia previsão de garantia no contrato. E, para muitos, está tudo certo, ninguém fala nada. Não querem convocar o Sr. Carlos Gabas, não querem convocar o Sr. Bruno Dauster. Parabéns, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte! Dia 6 está convocado o Sr. Carlos Gabas. Aqui na CPI do Senado, zero possibilidade.

Veja: lá, prejuízos milionários; aqui, nenhum. Então, eu queria...

Aliás, apenas para contextualizar: no caso do Ministério da Saúde, a Lei 14.124, de 2021, sequer exigia essa garantia, uma excepcionalidade em razão das circunstâncias pandêmicas. Ainda assim, entendo que tudo deve ser apurado em relação a eventual negligência, imprudência, imperícia ou associação criminosa. Eu não defendo quem quer que seja! Não tenho compromisso em defender ninguém, apenas a verdade, mas não protejo bandido de estimação. Eu quero a investigação!

E digo aqui: não esperem nem terminar o relatório, Presidente e Relator. Encaminhem pra Polícia Federal, para que apure. E aqui não é nem apenas em relação a esse contrato, porque, talvez, aqui se safem, porque tanto a lei que nós aprovamos quanto o termo de referência... Infelizmente não acho que vá muito longe, mas as descobertas feitas aqui revelam fatos que vão além da questão da pandemia, que vão além da questão desse contrato em si. Têm que ser acionados aqui: órgãos reguladores, Banco Central, Cade e quem quer que seja, para apurar o conjunto das informações que foram levantadas aqui.

Então, eu repito: eu quero que tudo seja apurado. Eu quero que tudo seja apurado.

O Relator falou aqui, no começo: no Governo Federal, tudo feito com ausência de cuidado. Nesse caso, felizmente não houve prejuízo. E nem poderia haver, do ponto de vista da aquisição da vacina, porque o pagamento seria posterior. Mas alguém aqui poderia dizer o mesmo em relação ao Consórcio Nordeste, em relação aos Estados, em relação aos Municípios? Poderia? Em relação ao que aconteceu no Amazonas, no Estado do Pará, um escândalo bilionário apurado pela Polícia Federal? Alguém aqui ousaria dizer que, nesse caso, agiram com cuidado, com diligência? Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso, capital Cuiabá – mais recente –: operação da Polícia Federal. Será que alguém poderia dizer "não, não, nesses aí houve cuidado"?

Veja: ou por circunstâncias da nossa agência de vigilância, ou em razão da diligência do controle interno da Ministério da Saúde, ou por outras circunstâncias, não avançaram propostas que representassem prejuízos ao Ministério da Saúde. Não avançaram. O mesmo não se pode dizer em relação aos Estados e Municípios. Mas aqui ficam horas e horas em cima de uma situação que deveria estar com a Polícia Federal, e a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

aprofundando as investigações em relação ao que aconteceu nos Estados, nos Municípios, para além do que já estamos fazendo em relação ao Ministério da Saúde.

Eu concluo a minha fala, Sr. Presidente, na expectativa de que a gente não faça ou não continue fazendo uma investigação parcial seletiva. Que a investigação busque todos os fatos, todas as provas, todas as evidências; estejam elas onde estiverem, mas é importante.

V. Exas. brincam aí com a frase "vai vendo, Brasil"? É isso mesmo: vai vendo, Brasil, o trato diferenciado. Numa situação em que não teve prejuízo, que não poderia ter, porque a vacina seria paga depois da entrega, e diante de situações em que tivemos prejuízos milionários, escolhem deliberadamente – escolha deliberada! – por poupar da investigação corruptos e corruptores espalhados Brasil afora e que deram prejuízo de milhões – de milhões! – aos brasileiros. Para além, Senador Girão, do prejuízo, a falta do equipamento, a falta de proteção. Se chegaram respiradores aos Estados do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, chegaram porque o Governo Federal, o Ministério da Saúde comprou, porque o consórcio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi a Precisa que comprou?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... infelizmente, nada! Nada absolutamente! Nada absolutamente!

Mas eu vou repetir para que... Os brasileiros já estão acostumados e sabem das minhas posições.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o tempo, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sou a favor de toda investigação. Sou a favor de toda investigação, mas, como dizia Mão Santa: atentai bem, Brasil! Veja se realmente aqui todos querem investigar. É simples observar, é simples olhar, porque é tudo público. Eu votei a favor de todas as convocações em relação ao Governo Federal, pergunte aos demais se eles foram a favor de investigar o que aconteceu – e, aí sim, com provas, com evidências de corrupção – no Brasil real. Comigo não tem proteção de quem quer que seja, do Governo Federal aos Municípios, investigar a todos sem exceção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas aqui não teve corrupção, não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não teve corrupção aqui, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro Vieira, por 15 minutos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Roberto Pereira Ramos, o senhor anunciou que é administrador de empresas, correto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Exerce a função de Presidente do FIB Bank, que é o *bank* que não é banco. É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor sabe que é preciso ter registro no conselho para exercer essa função. O senhor tem o registro regular?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não. Não tenho aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Então, o banco não é banco, e o senhor é o Presidente administrador que não tem o registro para poder ser administrador?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sou formado em Administração de Empresas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas tem consciência de que é necessário ter o registro para exercer essa função numa S.A., correto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não há necessidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não é o que o conselho informa.

O senhor tem relações pessoais, de proximidade, enfim, de amizade, comerciais que sejam com pessoas que trabalham no Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor tem esse tipo de relação pessoal, de amizade que facilite seu acesso com pessoas que trabalham no Palácio do Planalto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor tem esse tipo de relação pessoal que facilite algum tipo de acesso com Parlamentares federais e estaduais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor tem relações pessoais ou comerciais que garantam a facilidade de relacionamento com cartórios, tabelionatos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente Omar Aziz, Sr. Relator Renan Calheiros, o cineasta Zé Padilha, em um daqueles filmes dele ou série, criou uma expressão que é "o mecanismo". Mecanismo é como ele chama esse sistema de corrupção, lavagem de dinheiro, que é transversal e que existe no Brasil há muito tempo, acho que desde Cabral – não o Cabral do Rio, mas o outro Cabral português –, onde você tem um aparato que serve pra ocultar patrimônio, para lavar dinheiro e pra drenar recursos públicos.

Como funciona pra que uma empresa como a FIB Bank possa ter acesso ao Ministério da Saúde, sem ter alguém que abra as portas, sem ter alguém que faça o contato? Porque não é uma empresa que tenha credibilidade mínima aceitável.

O tal patrimônio de R$7,5 bilhões corresponde a quatro terrenos – não dois, como o colega mencionava; quatro terrenos –: três no Paraná e um no Estado de São Paulo. Os três terrenos do Estado do Paraná, segundo o Ministério Público estadual, não existem, são apenas papéis em cartórios forjados pra dar lastro às garantias. O terreno em São Paulo não tem sequer registro no cartório imobiliário.

Perguntaram já nesta CPI se as garantias do FIB Bank que ou da FIB Bank – eu não sei o nome dessa empresa de prateleira – eram efetivas, e o senhor se comprometeu a trazer o dado informando da efetividade dos contratos. Eu antecipo um pouco pra facilitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

seu trabalho, o senhor parece muito ocupado. Só no Tribunal de Justiça de São Paulo são 28 processos de execução contra o FIB Bank, porque as garantias prestadas não serviram para nada: 28 processos num universo de cento e poucos, que o senhor relatou, de contratos – um quarto dos seus clientes tem que ir à Justiça atrás de conseguir executar a garantia, e ela não serve para nada.

O senhor consegue explicar de que forma o FIB ou a FIB Bank, essa empresa, foi contemplada com esses contratos? E não só com esse contrato que não foi até o final, mas com o contrato de garantia da contratação do Ministério da Saúde de preservativos femininos pela mesma empresa, Precisa, que teve garantias fornecidas pelo mesmo FIB Bank, com o mesmo *modus operandi* de contratação, criação de contrato, duplicação do valor do contrato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é um dado que nós não tínhamos, não é? Eu não sabia disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mesma empresa, mesmo garantidor, mesma porta de entrada política, tudo igual.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tudo junto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A diferença é que, no contrato da Covaxin, o escândalo impediu o final do negócio, que passava por uma fiscal de contrato que se sentou nessa cadeira, na sua versão da outra Comissão, não fiscalizava coisa nenhuma, disse na CPI que estava tudo o.k. e, depois de sair da CPI, aplicou uma multa 16 milhões no contrato por inexequibilidade.

Então, vamos ouvir o senhor no sentido de me justificar, Sr. Roberto: qual foi o caminho percorrido para que a FIB ou o FIB tivessem acesso a esses contratos tão interessantes?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em específico com a Precisa, decorreu um contrato, de fato, com os preservativos femininos e decorreu uma receita de R$20 mil, conforme enviados os dados à Receita Federal.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O contrato é de R$31 milhões. A garantia fornecida pelo FIB Bank ou pela FIB Bank... O senhor pode me dizer se é a FIB ou o FIB para facilitar?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Tanto faz.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou facilitar. "*Don't tell fib*" é "Não me venha com lorota". *Fib* é lorota, mentira, em inglês, e o banco é uma lorota, é uma mentira, é uma mentira de banco. Essa é que é a tradução.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Contrato de R$31 milhões, garantia de 785 aproximadamente, e a margem de lucro é de R$20 mil apenas? O senhor quer garantir para o Brasil e para a Comissão que alguém mobiliza R$7,5 bilhões para ter uma margem de lucro desse tamanho, numa empresa de garantias fajuta? Como é que o senhor chegou até a Precisa? Essa foi a pergunta.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nós temos um departamento comercial, que faz prospecção no mercado, e, através dessas prospecções, não só essa empresa como outras foram prospectadas, e emitidas as cartas, como o senhor pode constatar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Todas elas tinham ciência de que o Bank não é banco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A própria razão social deixa muito claro que são garantias fidejussórias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quando está na carta de fiança um termo que remete a um fundo, e se verifica que esse fundo não existe, o senhor tem como explicar por que isso é feito?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, eu já expliquei isso, mas, reitero, com todo respeito a V. Sa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Claro.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Era um fundo que estava sendo estruturado, e nós precisamos parar a estruturação desse fundo, dada aí uma inoperância...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É válido fazer uma carta de fiança usando o título de um fundo que estava sendo estruturado? É possível fazer isso, senhor administrador formado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Retificado imediatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Imediatamente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Foi feito o dos preservativos antes sem isso, Sr. Roberto? Foi retificado quando fez o de preservativos... O Senador Alessandro falou – e eu não tinha conhecimento – dos preservativos. Como é que vocês fizeram para serem garantidores da compra de preservativos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Mais uma vez, a nossa empresa tem relação direta com o cliente, e o cliente repassa o rascunho ou *draft*, como queiram, ao beneficiário para decorrer o aceite ou não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O senhor tem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem garantias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – É, exatamente.

A lei específica não permite a utilização desse tipo de garantia fidejussória. Mesmo se a empresa fosse legítima, mesmo se os terrenos existissem, não pode fazer isso, não pode contratar. Jamais passaria sem ter um apoio, um empurrão político.

E aí, dessa sua fala toda, dessa enrolação toda, fica muito claro que falta um personagem, que é o personagem que faz essa conexão. Então, eu lhe pergunto: no dia 28 de maio de 2020, de acordo com a revista *Piauí*, acontece uma reunião em São Paulo. Nessa reunião estão Marcos Tolentino; o Deputado Federal Ricardo Barros; o Sr. Wagner Potenza, ex-integrante do FIB Bank; o Sr. Francisco Maximiano, da Precisa; o Sr. Danilo Trento, também conectado à FIB Bank/Precisa; e o Sr. Eduardo Pazuello, recém-empossado Ministro da Saúde. O senhor participou desse jantar ou dessa reunião?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Eu desconheço.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor desconhece.

E o senhor não sabe imaginar como é que tudo isso funciona sem ter um personagem político que possa dar um empurrão, porque nada disso funciona sem a política, a má política. Não é a política de verdade não, é a politicagem.

É muito claro o que nós temos aqui: nós temos uma estrutura que faz toda uma maquiagem de recursos, que simula a existência de um patrimônio. O processo, os dois sócios do fundo MB falecidos, o processo desse tal imóvel nababesco de R$7 bilhões todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

lastreado em uma documentação com flagrantes características de problema aqui. O imóvel nunca teve registro, Senador Omar Aziz. Só vale R$7 bilhões, segundo a avaliação de um engenheiro que, se eu não estiver enganado, já esteve preso por fraudes em avaliações. O senhor conhece essa informação?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A aferição de valor atribuída a esse terreno, salvo engano, partiu de um cidadão, engenheiro florestal, que já esteve preso justamente por informações falsas dessa natureza.

Então, é muito claro, Presidente Omar Aziz, que nós encontramos efetivamente um esquema de drenagem de recursos e lavagem de dinheiro que não é criação desse Governo, antecede esse Governo, mas funciona ativamente no Brasil há algum tempo. E, de certa forma, eu me somo à manifestação do Senador Marcos Rogério no sentido de que é importante cobrar das autoridades competentes do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e do TCU uma apuração mais aprofundada, porque a CPI não tem alguns mecanismos. A gente não pode oferecer, por exemplo, ao Sr. Roberto Pereira, uma oportunidade de delação premiada, porque ele claramente é só um fantoche na mão de Marcos Tolentino. Não tem acesso, não tem alcance para fazer essa montagem toda. É só uma figura que está aí ocupando um espaço, arriscado a responder a mais um processo por conta do patrão. Essa é a realidade, essa é a realidade.

E, aqui, é difícil chegar ao Senado sem ter o mínimo de capacidade intelectual, é difícil. As pessoas que nos acompanham também estão vendo. É toda uma estrutura intrincada de lavagens que usa da proximidade política com qualquer Governo – e que também fez isso e está fazendo isso neste Governo – e que garante, nesse cruzamento de relações, acesso a picaretagens como esta: uma empresa de vacinas que não tem as vacinas, um contrato que prevê pagamento de uma forma, mas o documento para pagamento é de outra.

E não adianta ficar repetindo aqui, gritando, usando uma voz bonita, impostada, parecendo locutor, para dizer que não tem corrupção se não tiver pagamento. A corrupção se dá no pedido. Não há por que ficar repetindo a mentira como se ela fosse se tornar a verdade caso isso acontecesse. Não é possível. Não dá.

Então, é muito clara essa movimentação. E esse caso das vacinas foi um caso em que ela não chegou até o final, porque, no meio do caminho, se alertou para o mar de falsidades: documentos montados, assinaturas que não batiam, procurações que não existiam, a mesma situação da atuação do FIB Bank, o "banco da lorota", como está chamando o Senador Omar Aziz; a mesma coisa, a mesma coisa!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Tem *royalties*? A sugestão, então, é do Senador Rogério. Vai reconhecer a paternidade do "banco da lorota"? É do Senador Rogério! É muito claro. E nada disso existe sem participação de agentes políticos que possam impulsionar.

O senhor pode falar um pouco mais sobre o fundo Azurita, para que as pessoas compreendam aqui?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O fundo Azurita era um fundo que estava sendo estruturado. Infelizmente, a administradora que estava fazendo essa estruturação foi impedida das suas atividades momentaneamente. Então, é por bem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Qual foi a causa desse impedimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Índigo DTVM.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A CVM proibiu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, momentaneamente. Então, nós resolvemos parar isso momentaneamente para que ela pudesse internamente se estruturar, para que a gente pudesse, que nós pudéssemos voltar à estruturação desse fundo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É um fundo...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Fundo de investimento em participação, era só um complemento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

É o senhor que atua como representante da empresa nesses 28 processos no tribunal de São Paulo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Existe um motivo para esse cruzamento de advogados que atendem a Marcos Tolentino, a Maximiano, a Danilo Trento, esse cruzamento de pessoas e de bancas de advocacia. Tem alguma justificativa razoável ou é apenas uma coincidência?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É mais um prestador de serviço do FIB Bank.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Os advogados da Benetti que muitas vezes a gente contrata.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Inclusive, o Sr. Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ele especificamente não, mas o escritório, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Eu quero só registrar, para encerrar, Presidente Omar Aziz, que o esquema e a corrupção muitas vezes se dão de uma forma oculta ou na maioria das vezes se dão de forma oculta e dissimulada, mas, nesse caso aqui, a gente tem um componente diferente. A gente tem um cidadão que claramente precisa ser profundamente investigado, que tem envolvimento com coisa errada, desde a década de 80 pelo menos, e que teve a desfaçatez de chegar aqui acompanhado por um outro cidadão que precisa ser investigado. Esse primeiro a que eu me referi é o Deputado Ricardo Barros; o segundo, Marcos Tolentino – figuras que estão aí envolvidas em rolos, como diz o Presidente da República, desde a década de 80 pelo menos.

E, aí, a essa parte, Senador Omar Aziz, tem que se atribuir a culpa à Justiça. A Justiça é lenta demais, ela abre espaço para esses picaretas, porque essa turma tinha que estar na cadeia há muito tempo, porque, enquanto não forem para cadeia, eles vão estar aí: muda governo, chega governo, e eles encontram um jeito de encostar o mecanismo deles, que é um mecanismo, é um pacote pronto, onde você garante drenagem de recursos e repasse através dessa miríade de investimentos, empresas de fachada.

E, retornando ao que ele falou, no primeiro momento de fala dele, reconhecendo que essa empresa era nada mais do que uma empresa de prateleira, como se chama, reforçando essa explicação para quem acompanha: a empresa de prateleira é um mecanismo que você tem para enganar os clientes e dar a impressão de que é uma empresa sólida, que tem anos de funcionamento, para que você possa participar, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

exemplo, de uma licitação em que você não poderia entrar com uma empresa que foi fabricada ontem. Aí você vai num escritório de contabilidade e compra uma empresa feita no nome de um laranja, claramente para iludir Receita, polícia, Tribunal de Contas e Governo. É desse conjunto da obra de que o senhor inadvertidamente é Presidente. Parabéns!

Eu espero que o senhor tenha, com isso, pelo menos recursos para pagar uma boa banca de advogados, porque o senhor vai precisar dela.

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

Só um minutinho.

O Senador Alessandro, que tem uma experiência investigativa há muito tempo, percebe e consegue dar um norte. Veja bem: aqui, sem proteger absolutamente ninguém, Srs. Senadores, mas isso não advém da coisa. Existiam servidores, dentro do Ministério da Saúde, que compactuaram com isso. E estão lá ainda. Estão lá. Não saíram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alguns estão no Palácio do Planalto. Alguns estão no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

Veja bem, a CGU junto com o Ministro Queiroga demoraram. Desde quando a gente fez a primeira denúncia, nós falamos aqui. Eu falei aqui, disse o seguinte – aqui não, na outra sala: "Vocês vão suspender o contrato, mas, daqui a uns dias, eles vão romper o contrato". Correto? Eu falei isso aqui. Hoje eles estão suspendendo, mas vão romper, porque não se segura esse contrato. Veja bem, quando a Sra. Célia Regina veio aqui, que era a responsável por fiscalizar o contrato, ela teve a ousadia de dizer: "Não, eu saí de férias e deixei tudo pronto, só quando eu voltei é que eu assinei", um negócio que era tão importante.

E aí não vou dizer quem é da base, quem é oposição, quem não é. Todos nós não concordamos com isso, e aqui não dá para que a gente não tenha só... O papel do "lorota *bank*" é esse, é ludibriar. Mas o papel do Ministério da Saúde é não deixar ser ludibriado e não ludibriar o povo brasileiro, principalmente quanto estavam morrendo milhares de pessoas, 575 mil vidas perdidas. O papel do "lorota *bank*" é esse, é ludibriar. Mas o papel nosso, principalmente o papel do Tribunal de Contas da União, o papel da Controladoria-Geral da União e o papel do ordenador de despesas do Ministério da Saúde, era não permitir que o "lorota *bank*" entrasse no Ministério da Saúde, e eles permitiram que entrasse! Foi essa a diferença.

Em relação a Gabas, em relação a Nordeste, meu amigo, nós não estamos aqui para proteger ninguém, absolutamente ninguém, mas não dá para ser corporativo quando tem pessoas que se alvoroçam para dizer que está tudo certo, que está tudo certo, e não está tudo certo. O papel do "lorota *bank*" é ludibriar, é enganar, e ele fez isso desde a sua fundação, desde a criação.

Agora, o papel do poder público era ter tomado a providência que a CPI vai tomar agora, porque o "lorota *bank*", se não é a CPI: "Ah, esse contrato não foi feito? Vamos fazer em outro daqui a pouco".

Então, são provas e não é narrativa nossa. São fatos que aconteceram e em que a CPI teve o papel determinante para que US$45 milhões não fossem depositados, para que a gente descobrisse quem estava avalizando isso, quem eram os avalizadores. E está aí, está provado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Por isso, eu concordo com a fala do Senador Marcos Rogério. Hoje nós concordamos, e estamos mirando no mesmo sentido. É lógico que tem que investigar, mas nós estamos investigando, fazendo o nosso papel. E parabéns, Senador Marcos Rogério, porque V. Exa. coloca muito bem que não aceita, como o Senador Jorginho colocou hoje, como o próprio Senador Girão. Todos nós, o objetivo é o mesmo. E mesmo aquelas pessoas que torcem pelo Presidente Bolsonaro também não concordam com isso, tenha certeza.

Eles também estão estupefatos com isso. Espere aí! Como é que pode uma coisa dessa entrar dentro do Governo? E aí não dá para a gente chegar aqui e dizer que fulano é culpado, apontar dedos. Longe de nós fazer isso. O que nós temos que fazer é investigar.

E é importante o Sr. Tolentino vir aqui. É importante o Formiga. Como é o nome do outro sócio?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone*.) – Formiga e Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Formiga, não é? Foi que ele citou várias vezes.

Isso é para que a gente possa não permitir... Igual a essa "lorota *bank*" tem outras em outros Estados sobre as quais ninguém se aprofunda. E a gente agora tem o papel, aqui no Senado, de regulamentar essas empresas.

O Senador Alessandro fala bem: existe gente que cria empresa e deixa lá na prateleira; quando precisa, vai lá e paga, e compra a empresa para poder participar de licitações. Nós sabemos disso. Isso aí existe. Quer dizer, nós temos que não permitir isso também. Hoje, para participar de uma concorrência pública, para fazer uma grande obra, você tem que ter vários atestados de engenharia de que já participou, de que já fez, para poder se credenciar a participar. É o caso dessas que não são financiadoras e não são nada, não financiam absolutamente nada. Elas são apenas avalistas e avalistas com bens que não existem, que foram incorporados – e, à pergunta feita pelo Senador Marcos Rogério no início, disse aqui que foram incorporados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – E só para V. Exa... Nós aprovamos no início do depoimento de hoje, extrapauta, o requerimento de convocação do motoboy Ivanildo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria acrescentar também a convocação da Sra. Zenaide – que não é a nossa Zenaide, graças a Deus, daqui do Senado – que também faz parte desse périplo aí que envolve a empresa VTCLog.

E, Presidente, eu acho que a gente tem que... Eu queria reivindicar a V. Exa. que declinasse, se possível o quanto antes, a data do depoimento do Sr. Ivanildo, porque eu estou sentindo que essa VTCLog é poderosa, ela censura, ela entra com ação e consegue censurar jornais. Ela é uma empresa... Eu acho que tem interesses muito poderosos em torno dessa VTCLog. Então, eu acho que era importante nós ouvirmos o quanto antes o Sr. Ivanildo aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na semana que vem, nós vamos ouvir o Secretário do Distrito Federal, na terça-feira; na quarta-feira, o Sr. Tolentino; e na quinta-feira, o Sr. Ivanildo. O.k.? Está bom?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E em relação à Sra. Zenaide, na próxima sessão a gente bota para votar.

Senadora Eliziane Gama, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigada. Os meus cumprimentos, inclusive em relação aos requerimentos que V. Exa. encaminha agora.

Sr. Roberto, para que fique claro, o senhor já está aqui há algumas horas nesta Comissão, mas, para que fique claro, o senhor hoje, na FIB Bank, o senhor é Diretor Presidente. O senhor não é sócio da empresa? Ou o senhor é sócio da empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Apenas Diretor Presidente, um funcionário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor não tem sociedade com a empresa.

Nestas demais empresas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Ele não tem sociedade?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, ele não é sócio da empresa: ele é Diretor Presidente da empresa, ou seja, ele é um funcionário da empresa. O.k.?

O senhor também participa – aí agora como sócio – na empresa Ox Business Consultoria. O.k.? Confere? Também numa barbearia, que é a Barber e Co... Acho que deve ser cooperação, sei lá, Barbearia Ltda.

Também o senhor integra e é sócio também na Trading Fair, Importação e Exportação Ltda.

É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nessas demais empresas, o senhor também tem rendimentos mensais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Trading Fair está inativa, baixada.

A Ox Business está inativa.

E a barbearia, apesar de funcionamento, eu não tenho retirada alguma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, hoje o senhor recebe apenas o valor de R$4 mil e mais alguma participação no FIB Bank, é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Assim como eu me comprometi com esta Comissão, eu vou fazer o apontamento de todos os meus recebíveis.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, mas só me diga, não precisa dizer o valor, não.

O senhor recebe, além dos R$4 mil, o senhor tem outra participação também junto ao FIB Bank, é isso?

Ou o senhor não tem nenhuma participação, já que o senhor não é sócio dela?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Remuneração variável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Remuneração variável, que o senhor vai informar a esta Comissão.

Sr. Roberto, veja bem, a gente percebe, então, claramente que o senhor funciona como alguém que assume os problemas da FIB Bank, ou seja, o senhor é ali uma espécie, durante toda a nossa caminhada, eu começo a perceber isso, é como se fosse um testa de ferro ali, o senhor assume a responsabilidade de uma empresa que tem, no seu capital social, um valor bilionário, maior do que uma grande maioria esmagadora das empresas no Brasil.

E que aqui, num depoimento no dia 12 de agosto, o Deputado Ricardo Barros diz o seguinte, quando se referia ao Marcos Tolentino: "Marcos Tolentino é um amigo pessoal, dono da Rede Brasil Televisão. Eu tenho rádio há 40 anos e sempre nos encontramos nos eventos de radiodifusão em todo o Brasil".

O Líder do Governo Ricardo Barros é amigo pessoal do Tolentino, que tem uma relação direta com a FIB Bank.

Eu pergunto ao senhor: o senhor teve encontros ou o senhor tem alguma relação com o Líder do Governo Ricardo Barros?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca falou com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nunca reuniu com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nós não vamos encontrar no seu telefone conversas ligadas a ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Fique à vontade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Em relação ao Tolentino, como é a sua relação com ele? O senhor tem conversas com ele? Tem encontros com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Tenho conversas com ele, já que o FIB Bank também fornece garantias a processos em que ele é o autor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, a FIB Bank, que tem tudo que nós já levantamos aqui do ponto de vista de sociedade, de participação e aí em cima de uma situação extremamente... Eu diria *fake*, porque os dados não são compatíveis com a realidade, a gente vê muita fragilidade, não é?

De forma muito precária, na verdade, tanto a montagem da empresa quanto o patrimônio da empresa, absolutamente precários. São empresas que não existem, volumes financeiros que não existem, quer dizer, dados que são questionados e aí, claramente, na verdade, fraudados pelos dados e documentações que nós temos até o presente momento e um dos sócios da empresa é exatamente filho de um ex-sócio do Marcos Tolentino.

E aí a gente começa a ver, Sr. Roberto, uma relação, você tem aqui o quê? O FIB Bank que dá uma carta fiança para uma empresa, que é a Precisa, no dia 17 de março, ou seja, ela dá uma garantia para uma empresa dias depois que essa empresa já fez um contrato com o Governo Federal, em tese com uma garantia, que teria sido dada pela sua empresa. Você vê, tudo errado: prazos, documentação, que, aliás, nem que ela fosse dada antes, ela não estava dentro da legislação que o Ministério da Saúde, na verdade oferece. E aí a pergunta, na verdade, que a gente faz: como o Ministério da Saúde admitiu esse tipo de garantia? Como o Ministério da Saúde admitiu empenhar um orçamento de R$1,6 bilhão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

com uma empresa cuja garantia está totalmente em cima de documentos e de questões precárias, aliás, até fraudadas? Porque você tem uma carta garantia que vem depois da data do contrato.

Eu pergunto ao senhor, nesse intervalo de tempo, não foi questionada, por exemplo, pelo próprio Ministério da Saúde, a empresa de vocês acerca dessas garantias? Em nenhum momento ninguém do Ministério da Saúde procurou a empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nunca tivemos contato com o Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nenhum documento de vocês nunca foi questionado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o Ministério da Saúde admitiu todos os documentos que vieram de vocês.

E o que você tem diante disso? Uma empresa Precisa, que teve o seu contrato assinado por quem? Por Roberto Dias, que é um apadrinhado do Ricardo Barros, que é exatamente o Líder do Governo. Então, você vai vendo, na verdade, que tem uma coisa relacionada com a outra.

A taxa que a Precisa pagou à FIB Bank para essa garantia foi de fato de R$350 mil ou foi um outro valor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, R$500 mil, sendo a entrada R$350 mil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A segunda seria 30 dias após.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, vocês receberam o valor de R$350 mil, foi creditado na empresa de vocês?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto. Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora, veja bem, a empresa de vocês tem hoje uma ação na Justiça que é feita pela construtora GCI, em que ela faz um pedido de R$831 mil. O senhor tem conhecimento, naturalmente, dessa ação, que faz aí um pedido de R$831 mil em relação à FIB Bank, exatamente por irregularidades.

No processo de execução, olha só como ele se refere ao Tolentino: "O Marcos Tolentino é um articulador tarimbado e profissional de uma série de fraudes e golpes que têm como finalidade lesar terceiros de boa-fé em benefício próprio, que usa suas empresas com desvio de finalidade e confusão patrimonial". De fato, uma verdadeira confusão patrimonial. "Criou uma rede de empresas e negócios especializada sem enganar, principalmente firmas que tenham dívidas em aberto perante o Fisco e que estejam em busca de garantias para seres apresentadas em processos administrativos ou judiciais iniciados pela Fazenda Pública".

Aí vem falando uma série de situações e diz o seguinte: "Marcos Tolentino é titular de um sem número de sociedades empresariais. Nem todas estão formalmente em seu nome; diversas delas encontram-se registradas em nome de pessoas próximas a ele, como seu sogro, sua sogra, sua esposa, seu irmão, ou até outras pessoas próximas que ele representa". Na verdade, a ação na Justiça mostra o verdadeiro emaranhado de empresas, reunindo toda a família dele de sogro, mulher, pai. É uma coisa extremamente complexa. E, no meio de toda essa complexidade, fraude; e, em meio a toda essa complexidade, golpes. E o pior, sabe, Sr. Roberto, é dando garantia para comprar aquilo que era a esperança do povo brasileiro, que era a vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu quero dizer para o senhor que o senhor aqui, na verdade, deveria aproveitar essa oportunidade, Sr. Roberto, para falar a verdade, porque, veja bem, aqui nós estamos aprofundando a investigação. E, como eu disse, o senhor me parece um testa de ferro. A empresa não é sua, a movimentação é milionária, buscando inclusive recurso público para isso. E, no final das contas, eu não sei se essas pessoas vão fazer com o senhor o que o senhor está fazendo com elas, porque o senhor as está protegendo claramente. O Sr. Marcos Tolentino que é o dono dessa empresa, que, aliás, está ancorado pelo Ricardo Barros. É por isso que veio tudo de qualquer jeito! Sabe? Foi colocado tudo aí com números exorbitantes! É aquela coisa: "Eu tenho costas quentes. Vai me ajudar, vai me ancorar. E não vai acontecer nada comigo". É exatamente isso que está acontecendo. Mas, ao final de tudo isso, com o aprofundamento da investigação, eu tenho plena convicção de que eles não farão o mesmo com o senhor. Quem ganha R$4 mil, quem não tem participação societária, mas está na linha de frente de tudo isso... Eu não tenho dúvida nenhuma: o senhor se permite ser usado, o senhor se permite ser instrumentalizado. E o senhor não é mais uma criança. Como o senhor não é mais uma criança, o senhor também será responsabilizado por tudo isso.

Quero finalizar, dizendo que o nome dessa empresa é um escárnio com a população brasileira. Quando uma empresa cria, no seu próprio nome, um nome que, na gíria americana, é "mentira", ou seja, é uma empresa *fake*, com uma garantia *fake*, com uma vacina *fake* que não viria com a Precisa, diante de um Governo que também é *fake*, porque, infelizmente, o que esse Governo deveria fazer para a população brasileira não fez e, infelizmente, não está fazendo, que é exatamente buscar vacina para a população brasileira.

O tempo desta CPI está finalizando, porque os nossos prazos, de fato, estão acabando, mas a gente já conseguiu, eu diria, hoje, cumprir um grande papel para a população brasileira, porque a gente conseguiu obstruir exatamente esse derramamento de dinheiro público para buscar o que não viria para o Brasil, que era a vacina. Foi assim com a Covaxin, porque fecharam um volume financeiro e não a entregariam. Foi assim com o caso da Davati, que se responsabilizou, que estava buscando 400 milhões de doses, vendendo, negociando US$1 por cada vacina, e não a entregaria. Foi o caso que a gente acompanhou agora, recentemente, no CanSino, com uma vacina 70% mais cara do que as outras de mercado, diante de um cenário em que, provavelmente, também não a entregaria, porque também vinha sendo investigado na Falso Negativo. Ou seja, as empresas frágeis, precárias, com documentação totalmente irregular, eram a prioridade deste Governo. As outras, que tinham prioridade absoluta, que tinham reconhecimento internacional, como foi o caso da Pfizer, foram colocadas em segundo plano; não foi dada a elas prioridade. Essa é a situação, infelizmente, do nosso cenário nacional e a situação, infelizmente, desse Governo em relação ao enfrentamento da pandemia, diante de 575.827 mortos no Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente, pela ordem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor deseja responder?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Quero só dar uma informação aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Ele pode até já falar.

Acaba de sair aqui no...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Poder360.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... Poder360 que o Ministério da Saúde mandou a Precisa substituir a garantia fornecida pelo FIB Bank para o contrato dos preservativos. É mais uma vitória desta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É uma vitória desta CPI e da investigação. É importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, para alguns, Senador Humberto, esta CPI é do circo. Para alguns, esta CPI não trouxe nada de novo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o Ministério da Saúde questionou o FIB Bank sobre...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou apresentar uma coisa aqui que, pelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou inscrito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a palavra Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Eu fico muito grato, Presidente, com a sua generosidade.

O que a gente está vendo aqui é que, como eu já tinha batizado antes, o "lorota banco" é uma instituição que é tudo menos banco. E ele está por trás de garantias de várias iniciativas que representaram tentativas de golpes. O FIB Bank ou o "lorota banco" conseguiu, segundo o Sistema Integrado de Administração Financeira – sistema de gestão de contratos do Governo Federal, viu, Senador Randolfe Rodrigues –, está aqui: registro; carta fiança; contrato 29, de 2021, aquisição de vacinas – covid-19; coronavírus; SARS-CoV-2; injetável; Covaxin; Processo 250; vigência: 17/03/2022; FIB Bank; Valor: 80,7 milhões. Ou seja, isso está no Siafi. O Governo Federal aceitou a fiança do FIB Bank ou do "banco lorota" ou "lorota banco", certo? Isso é muito importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aí eles vêm suspender, pedir a substituição agora, neste instante.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é, mas está aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Do outro contrato, mas eles já admitiram isso daqui num contrato de R$1,614 bilhão como garantia dessa instituição chamada "lorota banco". O Governo disse que não se...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Rogério, eu vou lhe devolver o teu tempo: em qual contrato essa substituição? Que contrato que existe vigente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora? Das...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O dos preservativos?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dos preservativos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Esse contrato está vigente? Já entregou uma parte?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Já adimpliu que parte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente Soraya e Senador Rogério, para aqueles que dizem que não tem corrupção, que não foi pago um centavo, vamos lembrar... Como é que se diz mesmo, Senador Rogério? Vai vendo, Brasil! Não é isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vai vendo, Brasil!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo, Brasil!

Esse contrato dos preservativos é de agora; foi pago, foi executado. A substituição do FIB Bank está acontecendo neste instante, foi pedido neste instante, no momento do depoimento do Sr. Roberto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É só nesse contrato ou em todos os contratos? Quais contratos? Só pra gente ter uma ideia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não. Veja: esse contrato não se materializou porque o contrato da Covaxin foi cancelado. Portanto, essa garantia de...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Era por isso a minha dúvida, porque não tinha contrato...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso, mas eles aceitaram o FIB Bank ou "lorota banco" como fiador, o.k.? Assim como aceitaram em outros contratos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No contrato rescindido?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Do preservativo.

Mas eu queria depois mostrar coisas mais graves, porque tem aqui outras garantias que o "lorota banco" fez para o Governo brasileiro, certo? Precisamos saber se o Governo vai desfazer ou buscar outras garantias que são dadas pelo "lorota banco" aqui, que eu vou mostrar pra vocês.

Esta CPI impediu que fosse pra frente tanto o contrato da Covaxin e agora está impedindo que vá pra frente o "lorota banco" como garantidor de contratos entre o Governo e empresas.

É importante o senhor, enquanto presidente desta instituição... Aqui está parecendo mais um laranja – desculpe a minha sinceridade – do Sr. Marcos Tolentino, porque o senhor não sabe responder às questões e às relações que a empresa tem com seus diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

parceiros comerciais e o tempo todo V. Sa. tenta mostrar a esta CPI fatos que a gente já desmascarou.

O senhor diz que não participou de nada do que aconteceu e não sabia do que estava acontecendo, a não ser de alguns processos específicos, para os quais o senhor se preparou pra vir aqui. E preferiu aqui vir com uma conversa não muito consistente, uma conversa mole, de que não conhecia o Tolentino, o Max, e que não sabe de nada. O senhor disse aqui que não conhecia, que não tinha relação.

O Tolentino, como já foi dito aqui, é tão amigo do Ricardo Barros, que acompanhou o Deputado aqui, no depoimento dele na CPI, e facilitou e muito a vida do Barros com esse FIB Bank, ou melhor, "lorota banco", para agilizar e executar o balcão de negócios instalado no Ministério da Saúde. Como disse aqui o Senador Alessandro, a revista *Piauí* mostra muito bem a intimidade, no jantar, do Sr. Pazuello, do Tolentino, do Max, e o senhor faz, como presidente, um contrato com uma empresa cuja advogada do Tolentino, do escritório, diz que tem uma *holding*, uma *holding*... Bota aí pra gente ver qual é a *holding*. Só pra gente ter uma noção da *holding*, que compõe tudo isso.

(*Procede-se à projeção de imagem.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Olha lá: a *holding*... "Sou muito grata por trabalhar com pessoas que me acolheram de uma forma tão especial, que é a *holding*...".

Cadê a outra, a outra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tá.

Cadê a outra, cadê a outra, a outra, a outra foto, Marcos Rogério? (*Pausa.*)

Rede Brasil... Eu não estou conseguindo... Cadê?

Rede Brasil, Dnet e FIB Bank. Pronto.

Todas essas empresas fazem parte de uma *holding*, que é o escritório Tolentino que comanda esta *holding*.

Então, fica claro que o Sr. Roberto Pereira – não é isso? – aqui preside uma empresa, cujo dono real é o Tolentino; ou seja, todo esse trabalho que vem sendo feito e que foi feito no entorno da compra de vacinas é sempre permeado por algum tipo de pirotecnia institucional, sempre tem uma picaretagem envolvida. É assim nos contratos da Covaxin, é assim na empresa que dá garantias, garantias que são impossíveis a uma empresa ter R$7,5 bilhões de ativos, ativos – pode tirar, por favor – que só o IPTU...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos convocar a *holding*?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos deixar. Deixa a *holding*.

Aí é só pra gente entender que o FIB Bank e esse conjunto de empresas participam de um mesmo esquema e que tem um dono, o verdadeiro dono, o Marcos Tolentino, e que todas essas empresas envolvidas na compra de vacinas, tanto quem dá garantia quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

quem compra, tudo é uma enrolação, tudo tem um descompasso, uma picaretagem embutida.

Vamos aqui mostrar alguns fatos. O senhor disse que foi ser Presidente do FIB Bank através do Ricardo Benetti. Quem apresentou o senhor ao Benetti?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Como eu já havia falado aqui nesta Comissão, eu conheci o Dr. Marcos Tolentino no mesmo projeto, na Indústria Cataguases de Papel. E conheci o Sr. Ricardo Benetti através do Dr. Marcos Tolentino.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, os dois são responsáveis por torná-lo Presidente da empresa? Então, o senhor conhece o Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ricardo Benetti.

Conheço o Tolentino, eu deixei bem claro nesta Comissão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, esse imóvel com um valor galáctico – desculpe aqui, porque hoje é uma situação que a gente não pode levar muito a sério, apesar da gravidade –, é um imóvel, Senadora Simone Tebet, com um valor galáctico, um valor das galáxias, porque está registrado em Curitiba ou, como disse a senhora mesma, virou um imóvel voador, que sai de Curitiba pra São Paulo e vice-versa, sem falar que o senhor sequer sabe o valor do IPTU ou quem vai pagar o imposto desse terreno. Veja, um terreno de 7 bilhões, quase 7,2 bilhões pra perfazer aí um fundo de 10 bilhões tem um posto grande territorial, de algum tipo. E, se for urbano, porque pra ter este preço tem que ser urbano, porque senão seria metade ou uma parte do Estado, de qualquer Estado deste País, se for urbano, se for em São Paulo, como a empresa movimentou 14 milhões, só de IPTU, teria que pagar 39 milhões.

Veja quantas inconsistências! O senhor disse também...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E não estava no nome deles, estava no nome de Durval.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Durval, exatamente!

O senhor disse também que não sabe a relação entre o Benetti e o Tolentino, mas o senhor agora acaba de dizer que os dois estavam na empresa onde o Ricardo Benetti o contratou, mas o telefone de contato da FIB Bank, como eu mostrei aqui, é o mesmo da Benetti Associados, que tem Marcos Tolentino da Silva como membro do conselho do escritório. Como o senhor explica isso? Como é que pode ter o mesmo telefone do banco "lorota banco" e do escritório do Sr. Ricardo Benetti, que tem o Marcos Tolentino como Presidente do Conselho?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Como eu já havia falado aqui nesta honrosa Comissão, o Dr. Marcos Tolentino é procurador do Dr. Ricardo Benetti e também presta serviço de assessoria jurídica à nossa companhia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – No cartão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas isso não justifica, o senhor me perdoe...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o endereço?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O endereço é o mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – No cartão social, muitas vezes, acaba-se colocando o endereço e telefone para comunicação com o escritório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Me perdoe, me perdoe V. Sa., mas uma empresa – eu vou até me mudar aqui na cadeira... Uma empresa... Preste atenção: uma empresa, Sr. Relator... Preste atenção, Sr. Relator!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Estou prestando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma empresa com 10 bilhões de fundo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não tem endereço próprio, Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não tem endereço próprio, usa o telefone do advogado... Isso é uma empresa... É uma empresa... Eu não vou chamar de empresa tabajara...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fantasma?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... mas é uma empresa fantasma.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela não existe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ela não existe.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Os sócios não existem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Os sócios já morreram, o dono do terreno é uma terceira pessoa, o criador da empresa é uma pessoa do interior de Alagoas, que tenta sair do quadro societário... É uma empresa fantasma, empresa fantasma que o Ministério da Saúde aceita como garantidora de um contrato de 1,614 bilhão; empresa de uma pessoa que tem relação direta com o Deputado Ricardo Barros; que intermediou o contrato da Belcher; que tentou intermediar o contrato da CoronaVac, mesmo a CoronaVac tendo contrato de exclusividade com o Butantan; que intermediou, segundo informações do Deputado Luis Miranda, o contrato da Covaxin; e ainda viabilizou a empresa fantasma – só mais um tempinho para eu concluir – para viabilizar o contrato entre a Covaxin e o Ministério da Saúde.

Mas sabe o que mais me espanta, Sr. Relator, e que nós precisamos... Essas empresas fidejussórias precisam responder ao Banco Central ou à Susep ou à CVM. Não é possível empresas que dão garantias serem empresas fantasmas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – CVM.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – CVM.

Eu vou aqui mostrar que essa mesma empresa – prestem atenção, olhem os beneficiários –, essa empresa já prestou, com todas essas características que a gente aqui levantou – viu, Vice-Presidente: a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 6ª Vara Cível de São Bernardo, Zona Eleitoral Fazenda Nacional, vara trabalhista de São Paulo, Advocacia-Geral da União, Ministério da Fazenda!, Vara trabalhista de Cachoeiro do Itapemirim, Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, 6ª Vara Cível de São Bernardo do Campo, União Federal, PGFN, PAN Produtos Alimentícios S.A., Secretaria da Fazenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

do Estado de São Paulo, Prefeitura de São Caetano do Sul, Prefeitura de Santa Bárbara, deve ser Santa Bárbara do Oeste...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Todas essas instituições?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Todas essas instituições já foram de alguma forma garantidas pelo "lorota banco". Veja o nível...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A AGU está aí?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A AGU está aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não é a AGU do Ministro Wagner Rosário?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Advocacia-Geral da União, Ministério da Fazenda!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O FIB Bank é garantidor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O "lorota banco" deu garantias para o Ministério da Fazenda em contratos com o Ministério da Fazenda!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu não acredito!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para o Ministério da Fazenda?

Não, não é possível, Senador Rogério. Tem certeza?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou passando aqui fianças emitidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – De que ano?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não tenho o ano, mas é fácil de levantar essas informações. Está aqui: FIB Bank Garantias S.A. Estão no *site* do próprio "lorota banco", como nós batizamos aqui de forma jocosa.

Eu queria, para finalizar, já que a gente colocou isso aqui: essa carta de fiança, que é essa aqui, é a carta de fiança que foi aceita pelo Governo para 1,614 bilhão, de 80 milhões e de 700 milhões, assim como todos esses órgãos federais também aceitaram cartas de fiança do "lorota banco", certo? Portanto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério, esta CPI, em um dia descobriu isso. O Governo Federal não sabe disso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não sabe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Governo Federal não sabe disso aí?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não sabe disso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, sabia sim. Ele só quis...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas eu não posso acreditar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sabia e fazia parte do conluio, Senador Randolfe, porque a lei, a medida provisória que nós aprovamos, a lei de licitações e contratos não permite garantia que não seja bancária ou caução em dinheiro. Eles sabiam, tanto é que hoje, V. Exa. acabou de denunciar e o Senador Rogério, eles, à véspera do depoimento do Dr. Roberto, cancelaram o contrato do Ministério da Saúde de preventivos femininos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja só, veja só!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo, Brasil, vai vendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Rogério, seria o caso, me permita, Senadora Simone, Presidente Omar, seria o caso de indagar do depoente o que ele achou do cancelamento da fiança do contrato dos preservativos para a mulher que o Ministério da Saúde acaba de anunciar, ele enquanto Presidente do FIB Bank.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas antes, para ele responder, veja só: atenção, Brasil! É assim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo, Brasil! Vai vendo, Brasil!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vai vendo, Brasil!

O Ricardo Benetti Consultoria e o FIB Bank, as duas têm Tolentino como cabeça, ainda que legalmente ele não apareça como sócio. Com isso já mostramos que o cabeça é o Tolentino, amigão do Barros, o facilitador oficial das intermediações trambiqueiras na compra de vacinas do Bolsonaro.

Quero mostrar que o Ministério da Saúde do Pazuello, do Queiroga, do Elcio Franco, do Roberto Dias e companhia deixou de ver problemas de 28 – olhe, preste atenção, viu? – de uma empresa... Para concluir, para concluir, Sr. Presidente. Uma empresa que é uma empresa que dá garantias, porque infelizmente a nossa legislação precisa mudar, e a gente identifica nesta CPI a necessidade de mudança da legislação, ou seja, não é possível uma empresa que dê garantias e que não seja supervisionado o seu patrimônio, as suas condições objetivas de dar garantias, porque aqui nós temos uma fantasia, uma empresa-fantasma que diz que tem um patrimônio, que tem um fundo, mas ela tem, na verdade, é 28 processos na Justiça por não cumprir a sua tarefa de dar garantias.

Portanto, nós... Vejam só, essa empresa foi trazida por alguém para poder dar garantias a um contrato de 1,614 bilhão na compra de vacinas e também foi a mesma empresa que deu garantias ao contrato, ao outro contrato da Precisa, que daria, com certeza, garantias, se não tivéssemos interrompido, ao contrato da Belcher, da Belcher com a CanSino, que daria garantias para o outro contrato – para concluir –, o outro contrato que eles queriam fazer com a CoronaVac. Não sei se você lembra que o ministro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O Ministro Pazuello anunciou, depois de dizer que não tinha negociado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Sabe por quê? Porque, Sr. Relator, porque essa empresa é do Tolentino, o grande amigo, o grande responsável por organizar parte dos negócios do Deputado Ricardo Barros, que foi denunciado a esta CPI. Portanto, essa CPI tem cumprido um papel extraordinário de impedir que o dinheiro público vá pelo ralo, como fizemos no caso de todas essas compras de vacinas que aconteceram. Enquanto isso estava acontecendo, aconteceram quase 200 mil mortes, enquanto eles negociavam nos bastidores contratos fraudulentos. Sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só aqui...

Você vai ler isso aí?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, Senador Omar, querido Presidente, Senador Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próximo é o Senador Izalci.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Izalci, é um segundinho só. Senadora Simone, Senadora Soraya, que são dedicadas no levantamento dos aspectos jurídicos dos temas discutidos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu recebo de um internauta, Presidente, a informação, Senador Izalci, de que a Câmara dos Deputados deve votar, esta semana ainda – não sei se já votou –, em regime de urgência, uma medida provisória, Medida Provisória 1.047, com regime de urgência para contratos do Ministério da Saúde, o que vai validar, inclusive – levanta o internauta –, muitos dos aspectos que foram contestados e discutidos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É muito importante, e eu peço a mobilização, sobretudo, da Senadora Simone e da Senadora Soraya, para que nós aqui no Senado não permitamos que isso aconteça, porque isso vai permitir a revisão de muitos malfeitos que foram cometidos no Ministério da Saúde em função de uma medida provisória que, no seu art. 15º, prevê essa possibilidade.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho uma...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, quem... É só o Senador Izalci? Quem vai? Se o senhor puder questioná-lo, porque eu não terei tempo... Quem vai amargar agora este prejuízo de R$350 mil? Não é? A empresa vai ficar calada? Vai devolver para a empresa que fez a garantia? Enfim, com quem vai ficar esse prejuízo? Porque com o povo brasileiro não pode ficar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha só... Depois de meses, três meses a gente falando sobre esse assunto, ontem, através do Poder360, diz: "O Ministério da Saúde enviou nesta terça-feira, dia 24 de agosto, um ofício à Precisa Medicamentos". Eu acho que você já leu isso aqui. Veja bem: três meses depois que a gente denunciou aqui. O Queiroga já era Ministro, está certo? Ele teve tempo suficiente para fazer isso em 24 horas, mas não: protelaram, protelaram, para ver se podiam salvar a negociação da Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aí, somente hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aí, somente hoje.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria, sobre esse assunto, de pedir à Comissão para aprovar imediatamente um requerimento, até em regime de urgência, encaminhado à Casa Civil e aos ministérios, pedindo a suspensão imediata de todas as cartas de fiança do FIB Bank, porque o FIB Bank

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

não é banco, e a Lei de Licitações e Contratos não permite garantia que não seja caução, dinheiro ou título bancário. Acredito que é uma forma de salvar, na linha do Senador Rogério... Segundo ele, há cartas de fiança do FIB Bank no Ministério da Economia...

Quem mais, Senador Rogério?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Advocacia-Geral da União.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Advocacia-Geral da União...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – AGU.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que sabe como ninguém que não existe garantia fidejussória para efeito de garantia de contrato.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A AGU também?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A AGU e o Ministério da Fazenda, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo, Brasil!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, inscrito o Senador Izalci, que será o último a falar.

A Senadora Leila... Passarei para a Senadora Leila. Primeiro, o Senador Izalci; e a última, a Senadora Leila, porque nós vamos ter que votar agora no Plenário alguns nomes, o que vai demorar um pouco.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, em primeiro lugar, o depoente disse logo no início que a empresa era pequena, falou-se em microempresa, que não tinha estrutura. Isso foi a fala inicial. Aí, depois, a gente percebe que tem na prática uma estrutura: presidente, diretor comercial, diretor financeiro, cada um com as suas atribuições, como se fosse uma grande empresa, lembrando que o faturamento em 2021 é em média R$54 mil; em 2020, R$83 mil foi o faturamento da empresa.

Então, duas coisas o depoente ficou de apresentar aqui, Presidente; primeiro a remuneração e a participação. Se a gente ficar sabendo depois, talvez tenha que chamá-lo novamente para questioná-lo. Então, podia fazer logo aqui para a gente saber...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Principalmente a procuração que o Marcos Tolentino exibe em nome do FIB Bank.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E outra coisa, Presidente, eu participei de algumas CPIs...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É muito importante, viu, Randolfe?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... e grande parte delas foi solucionada por depoimento de contador. Contador tem um compromisso ético, Presidente, de apresentar, de fazer as coisas corretas e com transparência. Nesse caso, o depoente ficou também de apresentar o nome da empresa e o telefone do contador – porque acho até que poderíamos convocá-lo. Porque o contador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

para fazer o que foi feito aqui, tem que ser... Não é contador; para isso aqui tem que ser um mágico.

Primeiro, sócio laranja. Vimos o depoimento aí do Geraldo Rodrigues na criação da empresa Brax Simples Participações Ltda. O coitado está querendo receber o seguro-desemprego e não consegue; há quatro anos está na Justiça para dizer que não é ele, que ele não participou disso, que é o sócio laranja. Olha só, vem uma alteração... Isso foi no dia 16/11/2015, a criação. Dia 08/12, tem uma alteração contratual mudando o nome de Brax para FIB Bank Assessoria de Negócios Ltda. Depois, transforma de limitada para sociedade anônima, no dia 18/02/2016, um ano depois. Depois, a razão social mudou, e entraram, então, estas duas empresas: Pico do Juazeiro, com 4%, e MB Guassu, com 96%, já como Diretor Presidente o Wagner Amilcar e o Renan Ferreira Anísio, com R$10 milhões integralizados. Quando faz a outra alteração – não é? –, em que já entram, então, os imóveis, que são esses registrados em Curitiba, R$7,2 bilhões, de repente faz uma alteração dizendo que não, que é em São Paulo. Mas tudo isso com dois anos depois. Por exemplo, teve uma eleição da nova diretoria, já em maio de 2017, onde, então, foi substituído e entrou aqui V. Sa. – na ata, na eleição de 31 de maio de 2017. Aí, no dia 18/02/2016, que foi rerratificado em 27/02/2018, vem essa ratificação já fazendo a matrícula de Curitiba para São Paulo. Quando você vai em São Paulo, não existe o terreno. Então... Que essa matrícula que foi apresentada não tem. No dia 21/10/2019, outra rerratificação.

Então, eu não sei como esse contador estava fazendo isso. Existe balanço? Isso está publicado em algum lugar – esses balanços dessa empresa –, pelo menos no *site* ou em algum lugar?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, existe balanço, e eu vou disponibilizar aos senhores, junto com o mesmo material.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tem um *site* para a gente entrar já, para dar uma olhada?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O balanço não é disponibilizado em *site*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não é disponibilizado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O nosso não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é importante isso aí, Presidente.

Depois vem novamente, no dia 22/10/2019, redução do capital social, que aí vem para R$7,5 bilhões, totalmente subscrito e integralizado. Depois, vem uma rerratificação do contrato de constituição em 11/11/2019, fazendo alterações de 2015 e 2016. Depois, vem confirmar... Aqueles R$10 milhões, que eram integralizados, já estavam no balanço, aí vem aqui dizendo que não, que vai ser – provavelmente alguém viu que não tinha sido integralizado, não tinha depósito, não tinha nada –, dizendo que em 60 meses iria integralizar. Depois, no dia 12/11/2019, uma nova alteração social. E aqui, Presidente, em 03/06/2020 – olhe bem, já são cinco anos aí em que esse contador deve ter sofrido muito para fazer esses balanços – entra, então, como administrador Roberto Pereira Ramos Júnior. E aí vêm tentativas para regularizar os imóveis, que na prática não existem. Tem aqui toda a transcrição dos registros. E aí novamente... Aí vêm matriculas inexistentes: foram ao cartório, e essas matriculas que foram citadas na ata são inexistentes.

Então, eu não sei como é que esse contador fez.

Aí, novamente, várias... Em 21/10/2019, foi retificada de novo a alteração contratual. E, aí, vêm aqui coisas estarrecedoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Quanto eu mais entro... E olha que eu não sou nem titular e nem suplente da Comissão, mas, quanto mais eu vou estudar isso aqui, eu fico estarrecido.

A Precisa. A Precisa já tinha uma empresa chamada Evocati Administração e Gestão, que participou de todos esses fundos de pensão. A Precisa, que a gente fez... Eu participei, na época, da CPI dos fundos de pensão, participei das outras. Quase 6 bilhões. Estou vendo aí os servidores, funcionários da Caixa, Banco do Brasil, Correios, pagando um valor a mais para cobrir esse rombo que foi feito, e está lá a Precisa também envolvida nessa questão aqui do fundo de pensão.

Inclusive em Brasília, por incrível que pareça, Presidente, tem aqui, não sei nem quem é, vou procurar saber, Mauricio Camisotti – conhece ou não?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Conhecido por manter contrato no plano de saúde tal.

Camisotti emprestou para o Francisco, da Precisa, para que ele pudesse viabilizar a compra de testes, pois havia vencido a licitação no GDF. Então, a Precisa correu atrás para ter realmente o recurso para comprar os testes, o que também está sendo apurado.

Então, a Precisa realmente está envolvida há muitos anos. Eu não entendo como uma empresa que está envolvida, já há anos e anos... Ela continua, inclusive aqui, a Global, estava nos fundos de pensão da mesma forma, nas fraudes que ocorreram.

Então, Presidente, inclusive na Operação Greenfield também.

O responsável pelo escritório de contabilidade, não tem nem o nome? Já tem o nome aí ou não?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Havia já falado: Contécnica. Todo contato e telefones possivelmente já estejam no *e-mail* da Secretaria. Assim eu solicitei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu acho que o contador dessa empresa pode contribuir muito sobre essas falcatruas todas que foram feitas, porque a gente percebe claramente coisas... cinco anos depois sendo rerratificadas.

Então, eu sugeriria que chamassem também o contador dessa empresa.

Como a Senadora Leila está inscrita aqui para falar e vai começar o processo de votação, eu vou me limitar a essa fala, mas eu tenho certeza de que esse escritório de contabilidade, chamando aqui o representante, pode contribuir muito com relação a esse banco, que não existe na prática.

É isso, Presidente, obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade. Vou ser muito rápida.

Sr. Roberto Júnior, o roteiro aqui é lamentável, sem pé e sem cabeça. E, depois de tantas evidências acerca da fragilidade ética da empresa que o senhor preside, sabendo que as chances dos problemas que o senhor terá serão enormes, eu queria só fazer algumas perguntas que não ficaram muito claras aqui para nós.

Quando... Eu queria saber há quanto tempo o senhor é Presidente da FIB Bank e como o senhor chegou até esse cargo? E quem o procurou ou o indicou?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Desde 2017.

Quem me colocou nesse cargo foi o Sr. Ricardo Benetti.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – As informações...

O senhor tinha experiência como Diretor Executivo ou CEO de alguma empresa antes de trabalhar na FIB Bank?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Qual?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – WKS Technology.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – As informações prestadas pelo senhor nesse depoimento demonstram o seu desconhecimento absoluto de algumas atividades da empresa de que o senhor supostamente é Presidente. Eu lhe pergunto, afinal, se o senhor realmente é presidente, responsável pelas decisões, que é o mais importante, e pela condução da empresa – se o senhor é o responsável.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Inclusive pelos eventuais delitos praticados pela empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor disse aqui, na CPI, que não conhecia o Sr. Francisco Maximiano, dono da Precisa Medicamentos. Afinal, como o FIB Bank participa da negociação envolvendo a venda das vacinas Covaxin pela Precisa Medicamentos? Como é que... Se o senhor não conhece o dono da empresa que está negociando a Covaxin e a que o senhor vai dar essas garantias na compra, o senhor não... Como é que o senhor explica isso, o senhor não conhecer...?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Como já falado aqui, nesta Comissão, quem fez toda a transação com a Precisa foi o Sr. Wagner Potenza, o qual é responsável pelo departamento comercial da companhia.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sabemos que, antes de a CPI descobrir as irregularidades dessa operação, o Governo anunciou a intenção de ampliar o contrato da Covaxin junto à Precisa Medicamentos, em 50 milhões de doses.

Eu pergunto: o FIB Bank seria avalista dessa nova operação? A empresa foi procurada?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Era o que eu tinha a perguntar, Sr. Presidente.

Obrigada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de que ele confirmasse uma coisa. Ele disse que falsificaram a assinatura dele. É verdade? Porque eu tive de sair, e eu li isso.

Falsificaram sua assinatura, Sr. Roberto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que está na mídia que o senhor afirmou que falsificaram sua assinatura dentro da empresa.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora. Mal-entendido. A senhora gostaria que eu explicasse o mal-entendido?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não sei se... Não, só depende do Presidente. Eu não vou poder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Se ele quiser, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Falsificação. V. Sa. falando que não foi...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É, que foi falsificada uma assinatura sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que falsificaram, que assinaram os documentos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que tem alguma assinatura aí que o senhor não reconheceu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Era num áudio. Ele conversando com uma outra pessoa, no início da CPI. Esse áudio foi mostrado pelo Senador...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pelo Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Randolfe. E ele disse para essa pessoa que a assinatura não era dele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele está como investigado ou como testemunha aqui? O senhor pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Testemunha.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor podia sair preso hoje daqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não permiti... Não é que eu não permiti; ele disse que tinha questões pessoais, aí eu não quis que ele expusesse as questões pessoais aqui.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ninguém tem dúvida de que é um perfeito laranjal isto aqui. Desculpa falar, mas essa é a conclusão de todos aqui. Como o senhor falou, até o mais ingênuo já entendeu que isto aqui é... Nós estamos num caso de laranjal total.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que... Eu acho que agora, Senadora Soraya...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Vamos ser diretos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós representamos as unidades da Federação, mas de forma... Nós, ao mesmo tempo, representamos 210, 214 já, porque não temos censo...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Agora, sabe...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – São milhões de brasileiros. É o suor de cada brasileiro pagando esse prejuízo.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Agora, o que mais me choca...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que não só o Governo Federal, mas todas as instituições brasileiras que tenham alguma empresa, seja essa ou qualquer outra, têm obrigação, a partir deste momento em que está sendo exposto isso ao Brasil... Que levante quem são essas empresas que estão sendo fiadoras; fazer um levantamento. Não é só a FIB Bank; tem outras iguais, parecidas ou com o mesmo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Deve ter outas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... *modus operandi*. Veja bem, então, é uma obrigação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Sr. Roberto está concordando comigo. O senhor está concordando aqui comigo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma obrigação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O corpo fala.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É, os olhos falam.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – O Sr. Roberto está concordando comigo.

O senhor está... Eu posso perguntar, assim, em que é que o senhor está concordando comigo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Eu estou concordando que a CVM ou qualquer órgão tem que regular isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é regulação, não! Regular nós vamos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Agora, o que mais choca...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu quero saber é se V. Sa. assinou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Regular? É regulável!

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É, é!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. assinou ou não? Porque está aqui no AssinaWeb, na plataforma. E o senhor disse que não assinou. Eu quero saber se o senhor assinou ou não esse documento da fiança?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Inclusive...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Esse documento apresentado pelo nobre Senador Randolfe tinha duas assinaturas: uma assinatura gráfica, assinatura manual; e depois uma assinatura digital, que estava na margem direita da folha. A assinatura gráfica, assinada à mão, não é minha; a assinatura digital, sim, é do FIB Bank.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A outra assinatura...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E aí?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E de quem é a assinatura? O senhor sabe quem assinou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A outra assinatura...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Formiga.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hein?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Formiga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pelo que temos aqui, a assinatura digital não é sua.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o Formiga tem legitimidade?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vou lhe encaminhar o documento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É ele que, no contrato social, tem que assinar isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São duas assinaturas, ele disse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Formiga é o quê? É nome, sobrenome ou apelido?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Formiga é o Diretor Financeiro, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É sobrenome.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Que era o Diretor.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É sobrenome?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é... Não é aquela...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É Feio, é Formiga...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é aquela famosa jogadora de futebol feminino que todos nós adoramos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, não!

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por favor! Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e por quem temos respeito, a Formiga. Por favor, não confundir a Formiga com o Formiga.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Fica uma pergunta aqui. É difícil acreditar! Acho que todos vão concordar. Inclusive, a gente está falando com as assessorias aqui. É sobre as garantias. É difícil acreditar que o departamento de *compliance* do ministério não tenha, enfim, se manifestado a respeito das garantias nesse contrato. É inacreditável!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou encerrar a sessão, agradecendo a participação de todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para ficar claro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes, em votação a proposta do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só para informação do Sr. Roberto, está aqui o documento. A assinatura manual não é dele. E a assinatura digital aqui é do Dr. Henrique de Campos Bruschini.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é o mesmo documento que nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o advogado que acostou a assinatura nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação a proposta do Relator, para que sejam considerados investigados Roberto Ferreira Dias, Emanuel Catori e Francisco Emerson Maximiano.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 47ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 123
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (48ª Reunião) 25/08/2021

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, convocando os Srs. Senadores para amanhã, às 10h da manhã.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (49ª Reunião) 26/08/2021

ATA DA 49ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Jorginho Mello, Humberto Costa, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Simone Tebet, Wellington Fagundes e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Oitiva José Ricardo Santana**. **Finalidade:** Oitiva Sr. José Ricardo Santana. Oitiva do José Ricardo Santana, em atendimento ao requerimento 1436/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1466 de 2021**: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Sr. Marcelo Queiroga, com urgência urgentíssima, no prazo máximo de um dia, dados de dia e hora sobre as entradas do Sr. José Ricardo Santana no Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (49ª Reunião) 26/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. José Ricardo Santana, em atendimento ao Requerimento nº 1.436, de 2021, de autoria do Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

Eu peço para o depoente ser conduzido aqui à mesa. (*Pausa*.)

Eu queria pedir ao Secretário Leandro que fizesse um requerimento ao Ministério da Saúde para saber qual foi o gasto fracassado de trazer duas milhões de doses da Índia, que, segundo uma matéria na *Folha de S.Paulo* escrita pela jornalista Patrícia Campos Mello, foi um prejuízo de 500 mil, e não se trouxe nenhuma vacina. E o Itamaraty teria gasto em torno de 10% desse valor para trazer as vacinas, porque era uma briga ali entre o Governo Federal e o Governo de São Paulo, pra saber quem aplicava a primeira dose.

Então, eu estou requerendo essas informações do Ministério da Saúde o mais rápido possível, pra saber como é que foram gastos esses R$500 mil, que é mais um prejuízo ao Erário, sem nenhum... Aliás, tudo que se fez com a Índia, em termo de vacina, foi problemático. Então... E aí existe a matéria, ela fala até que o Presidente ligou para o Primeiro-Ministro, queria... Foi um avião da Azul pra Recife, esse avião até foi adesivado e fizeram todo um carnaval pra salvar vidas. É um verdadeiro carnaval em Recife, com o avião da Azul todo adesivado, pra buscar 2 milhões de doses de vacina, quando, bem antes disso, a Pfizer tinha oferecido já vacina para o Brasil, e o Brasil não tinha dado bola. A partir do momento em que São Paulo anuncia que a CoronaVac ia chegar pra vacinar, e São Paulo ia vacinar, o Governo Federal, naquelas operações atrapalhadas, contrata um *boeing* da empresa Azul e, segundo consta na reportagem, teve um custo bastante alto e sem produção nenhuma de trazer nenhuma vacina.

Então, eu estou pedindo à CPI que faça esse pedido de informações hoje para o Ministério da Saúde, pedindo pra informar, o mais rápido possível, qual foi o prejuízo que o Brasil teve nessa frustrada trazida de vacinas da Índia.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, confirmado isso, a partir inclusive das informações requeridas por V. Exa., requeridas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, é inevitável o relatório final do Senador Renan Calheiros incluir lá um quesito de ressarcimento aos cofres públicos do que foi gasto nesta papagaiada – com todo respeito aos papagaios. Então, um custo de mais de meio milhão de reais é um custo que não pode deixar de ser ressarcido aos cofres públicos. Então, a partir inclusive da resposta ao requerimento de informações pedidas por V. Exa., da CPI, considero inevitável, confirmado isso, o relatório final do Senador Renan Calheiros incluir um quesito pedindo ressarcimento aos cofres públicos – ressarcimento aos cofres públicos – por parte daqueles responsáveis pela ação. Salvo melhor juízo, os responsáveis pela ação foram diretamente: o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e o Ministro Eduardo Pazuello. Então, o ressarcimento por parte deles aos cofres públicos desta operação atrapalhada, papagaiada, essa operação fracassada que ocorreu em janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Randolfe.

Senador Humberto Costa, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu quero trazer aqui um assunto muito grave, gravíssimo.

Eu recebi aqui uma correspondência, que é cópia de um processo que está sendo movido por um grupo de profissionais médicos ligados à rede Prevent Sênior, em que formalizaram uma denúncia contra essa instituição, por conta da política de coerção que foi assumida por essa direção em termos de orientações aos profissionais médicos, para adotarem aquelas orientações do chamado tratamento precoce. Inclusive, aqueles que, em algum momento, se recusaram a implementar essas medidas foram demitidos.

Para que V. Exa. tenha uma ideia do crime que aconteceu lá, os profissionais de saúde foram proibidos de usar EPIs. Há, inclusive, uma determinação que aqui consta do processo da utilização de máscaras, porque o objetivo era exatamente disseminar o vírus, no ambiente hospitalar, para que, assim, pudesse ser feita uma pesquisa que constava da utilização de cloroquina, de azitromicina, de ivermectina com os pacientes.

Esse protocolo começou, esse teste começou no dia 6 de abril. Houve um pedido do Prevent Senior para que a Conep liberasse a pesquisa. No dia 14, a Conep liberou. Seis dias depois, a Conep proibiu, tal era a gravidade do experimento que estava sendo feito com vidas humanas.

Uma das coisas que o hospital orientava era que os pacientes e os seus familiares não tivessem conhecimento de que essa experiência estava sendo feita, que não tivessem conhecimento de que estavam sendo administrados esses medicamentos. A informação que se tem é que isso foi um acerto entre a direção do hospital e o Governo Federal, contra aquelas orientações que havia do Ministério da Saúde, no período do Ministro Mandetta. E o chamado gabinete paralelo estaria por trás dessa... Ele era o elo entre o Prevent Senior e o Governo Federal. E lá estavam como consultores a Sra. Nise Yamaguchi, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Dra. Nise Yamaguchi...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dra. Nise Yamaguchi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela esteve aqui fazendo depoimento, inclusive me processou, a mim e ao Senador Otto, por dizer que não se acreditasse nela, porque aquilo que ela pregava não salvava uma vida. Por isso eu fui processado, porque teria eu a ofendido. E ela participa...

E a Prevent Senior são pessoas idosas, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, a maior parte das pessoas que foram objeto desse experimento; era a Sra. Nise Yamaguchi; o Sr. Paolo Zanotto, que também nós conhecemos; e o Sr. Anthony Wong, que era da própria Prevent Senior, adquiriu a Covid, foi tratado com esses medicamentos, faleceu, e a informação que consta aqui é que foi emitido um atestado falso, para não mostrar a correlação entre a morte dele e o uso desses medicamentos.

Sabe-se que, lá, administrava-se, além de cloroquina, ivermectina, azitromicina, aquele tratamento com ozônio sobre o qual todo mundo comenta por aí. Além disso, segundo o que diz o processo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Comenta, não; que foi, em várias oportunidades, recomendado pelo Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente. E mais: tem aqui uma informação de que essa pesquisa teve participação de empresas farmacêuticas que lucraram com o chamado *kit* covid. Então, foram 700 pessoas, até o dia 20 de abril, que foram tratadas dessa maneira.

Só pra concluir, para que V. Exa. tenha uma ideia, eles estabeleceram um protocolo que dizia o seguinte, fluxograma de atendimento para quem chegasse lá na Prevent Senior: sintomas respiratórios infecciosos agudos, demanda espontânea. Quem foi lá? Vejam o que eles diziam para a síndrome respiratória grave: realizar tomografia, internar em leito dedicado à covid-19, colher *swab* também para o H1N1, suporte clínico... Prescrição admissional... Você já entrava: evitar corticoides; Oseltamivir – é um antiviral; hidroxicloroquina: 400mg, de 12 em 12 horas, no primeiro dia; do segundo ao quarto dia, 400mg; deve ter TLE assinado por familiar; e azitromicina. Casos graves!

Então, Sr. Presidente, eu sei que nós talvez não tenhamos tempo de ouvir o chefe dessa atividade criminosa, que foi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é o chefe?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem aqui o diretor, não sei se é Pedro Araújo, que está convocado inclusive, não sei se vamos ter tempo de ouvi-lo, mas é fundamental que V. Exa., se possível...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. permitir, eu queria, na presença do nosso querido Presidente Omar Aziz, dizer que eu considero, como Relator, muito importante que nós ouçamos uma representação da...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Prevent Senior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Prevent Senior, porque nós estamos na reta final, mas muita coisa ainda dá para ser feita, e evidentemente não é prudente nós deixarmos de ouvir, com a gravidade exposta por V. Exa., um representante da Prevent Senior aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou mandar para cada um dos Senadores pelo menos um resumo da denúncia, inclusive porque, até o presente momento, a caracterização do crime contra a humanidade, além daquele caso de Manaus, em que é possível tentar caracterizar, mas nisso aqui, naquele experimento do Rio Grande do Sul, que foi feito pela Polícia Militar do Rio Grande do Sul com a proxalutamida, e outro que houve também lá no Amazonas com esse mesmo medicamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Combinado com o caso de Manaus.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É. Então, eu acho que podem ser os elementos para que nós possamos enquadrar o Governo nesse crime contra a humanidade, no crime de genocídio. Então, o Presidente pode pensar, juntamente com o Vice, o Relator, o que faremos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra informação sobre esse assunto, Senador Humberto, Presidente Omar, Senador Randolfe, Senador Eduardo Girão, é que nós estamos atualizando a lista dos investigados semanalmente. Ontem nós acrescentamos mais três nomes, eu mandei o ofício para o Presidente Omar Aziz, e hoje nós acrescentaremos outros nomes. E um dos nomes que vamos acrescentar é o nome do empresário José Alves, que tem a ver com esse tratamento precoce, com esse tratamento medieval que o Governo utilizava como política pública,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

através dessas pessoas. Esse empresário, José Alves, foi o maior produtor de ivermectina. Ivermectina é um remédio pra curar cavalo, pra curar vaca, e que era fartamente utilizado, em detrimento daquelas pessoas que estavam contaminadas pela covid. Quer dizer, uma das coisas que nós temos que atribuir a essa Comissão Parlamentar de Inquérito é que esta Comissão, ao se instalar, obrigou o Governo a procurar vacinas. No primeiro momento, o Governo procurou através dos atravessadores, o que possibilitava o pedido de propina, e essa Comissão provou várias vezes essa ocorrência contra o interesse público e contra a saúde do povo brasileiro, através desse tratamento precoce. E a Comissão Parlamentar de Inquérito aclarou essa circunstância toda.

Ontem nós tivemos talvez o mais impactante depoimento, porque o FIB Bank, que é uma instituição que não é instituição, que é um banco que não é banco; que foi criado no Paraná, mas o proprietário era um laranja, trabalhador rural do Município de Pão de Açúcar, do Estado de Alagoas. Era um fiador do Paraná, que deu como garantia dois terrenos; um terreno que, segundo a Senadora Simone Tebet, andou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Voador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se transferiu...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imóvel voador, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O imóvel voador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Saiu de São Paulo para Curitiba.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se transferiu de São Paulo para Curitiba...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – De Curitiba para São Paulo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De Curitiba para São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para São Paulo. E o proprietário, o Geraldo, entrou na Justiça já há quatro anos, para sair da incômoda situação de dono do FIB Bank.

E esse FIB Bank é o fiador dos contratos do Ministério da Fazenda, da AGU, de muitos contratos do Ministério da Saúde, numa revelação óbvia – por isso a importância do depoimento – do *modus operandi* do Governo Jair Bolsonaro, que, por trás de um discurso moralista – essa Comissão demonstrou –, uma prática selvagem de dilapidação do dinheiro público, de desvio de dinheiro público, um clamor, enquanto os brasileiros morriam.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só para dizer o nome dele: é Pedro Benedito Batista Junior. Já está convocado aqui. Se V. Exas. entenderem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o cara da Prevent Senior, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Da Prevent Senior.

Se houver entendimento de que é possível...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, me permita... Eu estava assistindo pela televisão a grave denúncia apresentada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pelo Senador Humberto e agradeço a gentileza da assessoria dele, que entregou para nós em mãos, aqui, uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que passasse a todos os Senadores da Comissão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está no WhatsApp. Inclusive, eu agradeço imensamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou pedir para a Secretaria dar uma cópia a todos os Senadores da Comissão, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu acredito que, se for ouvido, é muito importante ouvir também, no mesmo dia, junto, o Dr. Felipe Cavalca.

Sr. Presidente, o que nós temos em mãos aqui é gravíssimo. Isolado já seria um crime, um crime contra a saúde pública, um crime que pode beirar, inclusive, tentativa de homicídio; porque, veja, nós estamos falando de uma clínica particular que, através de mensagens, manda aqui uma recomendação aos seus médicos, primeiro exigindo, dizendo para eles: "Vocês não vão ter máscaras para tratar, cuidar de pacientes, a não ser em casos excepcionais". Então, isso é exposição a risco de contágio e consequente morte de uma pandemia, de um vírus que, na época, março, abril e maio, como está aqui, e agosto, nós não sabíamos ou estávamos tomando conhecimento da gravidade e da mortalidade.

Mas, mais grave que isso, Sr. Presidente, olha o que traz o Senador Humberto em contribuição. Do Sr. Felipe: "Boa noite a todos". Recado um, recado dois, recado três. Eu vou só ler dois. "Recado um: Todos os pacientes encaminhados [terão que fazer exame...]. O pedido de exame[...]. Portanto, logo após a triagem, o paciente deverá ser encaminhado [...]. Obviamente os pacientes [...]". E aí ele vem: "Todos os pacientes com sintomas gripais e/ou sinais tomográficos sugestivos de pneumonia [...] deverão receber o esquema com Hidroxicloroquina 400mg associada [a não sei quê]".

Por último, Sr. Presidente, ele diz aqui, e isto aqui é que me impactou. Desculpe-me, mas isto aqui é muito grave: "Observação [foi dito pelo Senador Humberto]: Por favor, não informar o paciente ou familiar sobre a medicação e nem sobre o programa", Sr. Presidente! Eu estou confiando numa clínica de que eu terei os melhores cuidados, eu estou confiando que essa clínica vai ser transparente e vai dizer: "Você tem isso e não aquilo, o tratamento é esse, e nós vamos avisar a sua família". Essa clínica fez exatamente o oposto: "Não vamos dizer, a princípio; são sintomas gripais. Não vamos dizer o que vamos medicar, porque nós vamos medicar hidroxicloroquina". É um direito do paciente querer tomar, mas ele não tem... Ele tem o direito de não tomar se não quiser. E mais: "Não vamos informar a família do programa".

Eu estou dizendo isso tudo, Sr. Presidente, porque eu quero lincar esse episódio ao lamentável episódio do Estado do Amazonas. Isso aqui é o mesmo *modus operandi: "*Vamos fazer do Brasil um grande laboratório para jogar cloroquina goela abaixo dos pacientes e dos brasileiros – desculpe a expressão –, para, quem sabe, vir como salvador da pátria. O mundo não descobriu a vacina, mas nós aqui sabemos como tratar uma doença até então desconhecida" – convenhamos, não é? – "de um vírus mortal invisível. Vamos aqui inventar a tal da hidroxicloroquina, para falar que salvamos o paciente. Nós somos Messias, não só no nome".

Com todo o respeito, Sr. Presidente, ainda que numa sexta-feira, porque nós temos prazo para encerrar esta Comissão – também concordo aí com a direção dos trabalhos, mas ainda que numa sexta-feira –, para lembrarmo-nos do Estado do Amazonas. Isso aqui é muito parecido: informação, *fake news,* aqui está tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Parabéns, Senador Humberto e toda a sua assessoria, porque trouxe para nós todo o trabalho!

Agora só falta ouvir o que essas pessoas têm a dizer diante dessas mensagens de WhatsApp – mensagens de WhatsApp que se tornaram públicas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, neste caso aqui nós estamos com uma caracterização não só de crimes contra a saúde pública, conforme o disposto no Código Penal, mas de grave crime de lesa-humanidade, conforme prevê o art. 5º do Estatuto de Roma, que pode levar inclusive este caso ao Tribunal Penal Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu venho alertando e denunciando isso desde o primeiro momento em que o Amazonas e a cidade de Manaus, principalmente, foram usados como cobaia. E aqui, quando eu disse isso, houve uma grita da Base governista – quando eu disse que o TrateCov que foi utilizado em Manaus, levado com vídeos, com alta exposição. E depois aqui a Dra. Mayra negando que não tinha nada a ver com aquilo – inclusive ela, usando o *e-mail* do Governo Federal, encaminha esse tratamento TrateCov para Portugal, para Portugal. Não é... Ela não queria só Manaus, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Criminosamente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Queria mandar para Portugal. É uma especialista que talvez seja o próximo Nobel de saúde, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque descobriu a cura para covid através do TrateCov.

Então, aqui se viu de tudo, aqui se viu ontem uma empresa que "não tem um pau para dar no gato" – desculpem, que é uma frase e ninguém quer bater em gato, pelo amor de Deus pensar de forma diferente! Eu adoro animais –, agora, que tem 7,5 bilhões. E tem um cidadão que mora numa cidade, no interior de Alagoas, que deve ser... São pessoas humildes. É bilionário esse cara, e ele não sabia. Não sei o orçamento da cidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma cidade muito bonita, às margens do São Francisco, mas uma cidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Humilde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... evidentemente humilde, pobre.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Humilde. Quer dizer, eu não sei a arrecadação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O patrimônio declarado dá, pelo menos, 50 vezes a receita de Pão de Açúcar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, é isso que eu ia dizer: eu acho que a receita do Município não chega perto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, 50 vezes, quase 50 vezes – mais de 50 vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... do patrimônio do rapaz, que, desempregado, vai procurar o auxílio emergencial e é quase preso, porque como é que um cara desse, que tem um patrimônio desse, vai procurar o auxílio emergencial, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, essas situações constrangedoras que algumas pessoas passam na vida, pessoas humildes que são utilizadas como laranjas sem saber que são laranjas... Ontem nós vimos aqui um depoimento que, lógico, é um depoimento bombástico. Não, nos entristece, nos entristece que tenha pessoas de má-fé que se utilizam de todos os artifícios para ludibriar, para enganar. Imagina se esse contrato é fechado, é pago, e não chega nenhuma vacina aqui da Covaxin. Eu queria saber como que eles iam pagar, como...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o mais grave, Presidente, é que, enquanto a gente está aqui, na CPI, esta mesma instituição está avalizando uma série de outros contratos no Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero que não, não é? A partir de ontem, não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, no dia 5 de agosto, quando o Senador Humberto pediu para que fosse convocado o CEO da Prevent Senior, eu recebi, em *off*, uma mensagem de um jornalista conceituado, hoje aposentado, e ele disse o seguinte: "Ele está certo". Foi assim que começou a mensagem, Senador Humberto, fazendo referência a V. Exa. "Digo isso porque os donos da Prevent Senior são dois irmãos que também são donos do Hospital Sancta Maggiore, em São Paulo. Esses irmãos, que também são amigos de Luciano Hang...". E aí ele vem aqui, tecendo; eu vou já para o final: "Dizendo que o Ministério Público paulista estava investigando esse Hospital Sancta Maggiore, porque os médicos eram obrigados a receitar cloroquina, e quem não o fizesse era demitido". E aí vem a fala do jornalista: "Isso é verdade, porque tenho esse plano de saúde, e, antes dessa matéria ir no ar – que saiu no Fantástico –, durante uma consulta de rotina, um médico da Prevent Senior me disse que a cloroquina era a salvação do Brasil".

Então, assim, apenas para corroborar a importância dessa denúncia que traz o Senador Humberto Costa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Eu vou... A Comissão foi notificada da decisão liminar do Ministro Edson Fachin, no Habeas Corpus 205.779, nos seguintes termos:

> "[...] concedo a ordem de *habeas corpus* para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia assegure ao Paciente: i) o direito de permanecer em silêncio quanto às perguntas que possam incriminá-lo, ressalvada a proibição de faltar com a verdade no que concerne às indagações não albergadas por esta garantia; ii) o direito de não ser obrigado a assinar termo de compromisso de dizer a verdade, uma vez que os fatos indiquem que será ouvido na condição de investigado; iii) o direito de ser assistido por advogado ou advogada durante todas as etapas de seu depoimento; e iv) o direito de se comunicar, livremente e em particular com este ou esta, garantindo-se a não-autoincriminação [...], e excluída possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício dessas prerrogativas.

O Sr. José Santana não é investigado, não. Não é, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas aí o Ministro Fachin bota como se ele fosse investigado. Ele não é investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um equívoco que acabou norteando esse despacho, certamente, do Ministro Fachin. Ele não é investigado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está sendo ouvido aqui como testemunha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Evidentemente que pode ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é testemunha porque ele estava lá naquele restaurante no *shopping*. Ele está aqui como testemunha do que ele ouviu.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. poderia repetir, Sr. Presidente, então, qual foi o despacho do Ministro Fachin?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "[...] o direito de não ser obrigado a assinar termo de compromisso de dizer a verdade, uma vez que os fatos indiquem [os fatos indicam!] que será ouvido na condição de investigado". Quer dizer, "os fatos indiquem que"... Eu não sei...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que essa é uma dedução imprópria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas está aqui na decisão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora, Senador Omar, veja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, eu... Porque é o seguinte: essa questão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seria o caso, Presidente, de perguntar se o depoente está sendo investigado em alguma outra instância judicial.

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ – Presidente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ (Para expor.) – Bom dia, eminente Relator, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Embora haja decisão, eu informo já a V. Exa. que o depoente irá responder às perguntas, apenas irá...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é essa a questão, doutor. Não é essa a questão. A questão é que a gente recebe um *habeas corpus* e o cumpre aqui. Diferentemente de alguns que não cumprem decisão judicial, aqui a CPI cumpre todas as decisões judiciais.

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ (*Fora do microfone.*) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente pode até discordar. Mas o fato de vir aqui escrito que "indiquem que será ouvido na condição de investigado", fatos que indiquem... Não há nenhum fato que indique que ele será investigado.

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ – Talvez por conta de o Ministro entender, se V. Exa. me permite, por conta das quebras de sigilo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que a forma como vocês fizeram o pedido é que indica os fatos que estão sendo investigados. Então, deixo claro que V. Sa. é testemunha aqui, não investigado por nós.

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ – Eu só vou... Com o devido respeito a V. Exa., a defesa não poderia fazer diferente, não poderia abrir mão de um direito de seu cliente, então ele vai responder às perguntas, mas não irá prestar o compromisso da verdade, conforme está na decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas irá responder às perguntas de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, mas eu vou fazer a pergunta assim mesmo.

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ – Pois não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E vou avisar ao advogado que, se consultado pelo paciente, o senhor pode orientá-lo, caso contrário, não responda por ele, por favor.

V. Sa. foi dispensado de firmar compromisso de dizer a verdade, mas pode fazê-lo voluntariamente. V. Sa. gostaria de prestar esse compromisso?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Tendo em vista a decisão do *habeas corpus*, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A decisão do *habeas corpus*. O.k.

Então, o senhor tem 15 minutos, ou, caso não queira usar os 15 minutos, eu passarei imediatamente ao Relator.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu só quero, Sr. Presidente, cumprimentar todas as Senadoras, todos os Senadores, o senhor, que preside esta Comissão, o Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, e o Relator, Senador Renan Calheiros. Não farei uso das palavras iniciais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, Srs. Senadores, eu vou, com a permissão de V. Exa., passar diretamente às perguntas.

Eu peço à Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito que, por favor, exiba o vídeo nº 1.

(*Procede-se à exibição de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse áudio contém uma fala do depoente, Sr. José Ricardo Santana, com o lobista Marconny Ferraz, um dos envolvidos na investigação da negociação da Covaxin e de outros escândalos que envolvem o Ministério da Saúde.

Eu vou me permitir novamente pedir a repetição do áudio, pra que todos saibam exatamente quem é que está falando com o Marconny. É o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se o senhor me permite, só pra esclarecer esta Comissão: essas informações nos chegaram a partir de um requerimento do Senador Ciro Nogueira, e nós gostaríamos muito de agradecer a contribuição de S. Exa. a ter prestado, a ter feito chegarem essas informações a esta Comissão, hoje Chefe da Casa Civil do Presidente Jair Bolsonaro.

Então, só fazer esse registro de agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei quem é Marconny Ferraz. Alguém pode me explicar isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um lobista que foi preso em operação do Ministério Público Federal, aliás, é um lobista que foi autuado em uma operação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal no Pará.

Vou só checar informação de que se foi preso – me parece que foi –, mas foi autuado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi largamente citado em várias conversas de posse desta Comissão Parlamentar de Inquérito exatamente na condição de lobista.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Relator, 2020 ou 2021 esse áudio?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vinte, 2020, 2020.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E só, mais uma vez, registrar o agradecimento ao Senador Ciro Nogueira, porque trouxe essas informações muito importantes a esta CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quero aproveitar a oportunidade e agradecer, como pede o Senador Randolfe, ao Senador Ciro Nogueira, que é o autor do requerimento, ainda como integrante desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E eu queria, de público, lamentar mais uma vez o que disse ontem o Senador Omar em conversa com alguns amigos: que a ida do centrão para o Governo causou alguns prejuízos, um deles a mim, que acabei perdendo vários amigos e não ganhei nenhum aliado.

O Ciro é o melhor exemplo. (*Risos.*)

Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso foi comentado onde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não estava presente nesse comentário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não... Não estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, então você está me investigando! (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não! Foi por isso que eu fiz questão de trazer aqui à Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade. Ontem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para que V. Exa. soubesse.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem, numa reunião da Bancada do PSD – que a gente não tem que esconder –, estava presente nessa reunião o Presidente Kassab e estava presente também o Ministro André Mendonça, certo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lá se comentou... Alguém fez esse comentário, e todos rimos, porque que eu falei: "Diferente do Senador Renan, eu só construo amigos na minha vida. E eu não quero me desfazer daqueles que eu tenho".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente. (*Risos.*)

Eu peço para repetir o áudio; o áudio do depoente falando com Marconny Faria, notório lobista.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Primeiro, essa resposta... essa pergunta não cala. Eu queria, respeitosamente, saber do depoente, Sr. José Ricardo Santana: qual, efetivamente, é sua relação com a Sra. Nise Yamaguchi?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, eu conheço a Dra. Nise Yamaguchi, tenho uma relação, posso dizer, superficial com ela e nada aprofundado, mas eu a conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes V. Sa. se reuniu com Nise Yamaguchi além dessa noite que passaram trabalhando juntos em uma apresentação para o Presidente da República?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sr. Relator, se o senhor me permitir, acho que é importante... .

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – ... colocar um pouquinho de como eu conheço a doutora, como eu a conheci, a Dra. Nise Yamaguchi.

Eu preciso, de alguma forma, colocar um pouquinho do meu histórico profissional e a relação sempre estreita que eu tive com a comunidade japonesa.

Já estive no Japão muitas vezes, já fui responsável por várias missões comerciais ao Japão e eu a conheci nesse contexto. Fui procurado por ela por eu ter uma experiência na área da saúde, por eu ter uma experiência em promoção comercial, na área regulatória, fui procurado por ela porque ela queria ter um entendimento da máquina do Governo e ela me procurou e me fez algumas indagações acerca do funcionamento da máquina pública.

Então, esse é o contexto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta exatamente é quantas vezes V. Sa. se reuniu com a Nise Yamaguchi além dessa noite que passaram trabalhando juntos para uma apresentação ao Presidente da República?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sr. Relator, me perdoe, eu realmente faltei com a resposta com o senhor.

Eu me lembro ter encontrado com a Dra. Nise eu acredito que umas duas vezes e também me lembro, pelo que eu me recordo, que esse foi um trabalho realizado em São Paulo, e eu cheguei em Brasília pela manhã.

Pelo que eu me lembro foi isso, mas acredito que umas duas vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais pessoas participaram da formulação dessa apresentação?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor. Eu tive sempre... Eu tive contato com ela apenas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa apresentação mesmo tratava de quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Inclusive nos áudios, eu acho que tive oportunidade de tomar nota, eu acho que passava por uma questão que ela tinha interesse em realizar alguma questão sobre a retomada econômica do Brasil e com relação à testagem, que era uma coisa que ela acreditava. Então, foi mais ou menos nesses dois sentidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Doutor, por favor, que nós temos...

No Amazonas, inclusive, nós pedimos desculpas. Eu, como Governador, fiz um pedido formal de pedir desculpas ao povo japonês pela perseguição dos japoneses que moravam no Amazonas, principalmente no Município de Parintins, onde eles fizeram um trabalho belíssimo, no Município de Parintins, com juta e malva, onde se produziu muito por causa dos japoneses.

E, na Segunda Guerra Mundial, sem eles terem absolutamente nenhuma culpa, foram perseguidos naquela época porque eles, na Segunda Guerra Mundial, eram tratados de uma forma diferenciada.

Então, o respeito que nós temos pela comunidade japonesa e pela importância que o japonês tem no desenvolvimento do Brasil é muito grande, pela relação amistosa que temos.

O senhor passou uma noite toda discutindo com a Dra. Yamaguchi sobre a economia? Sobre economia? Não era com o Paulo Guedes que ela tinha que reunir? E o senhor, nessa época, qual era o seu trabalho no Governo? O senhor estava aonde no Governo? O senhor era funcionário do Governo na área econômica? O que o senhor fazia?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor, nessa época eu não estava no Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, o senhor não estava no Governo.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – E qual é a sua *expertise* em economia? O senhor é formado em economia? Qual é a sua formação acadêmica?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu não tenho formação econômica; minha formação é Administração de Empresas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, pelo que eu saiba também, a Sra. Dra. Yamaguchi não tem nenhuma formação econômica, então essa sua resposta é furada. O senhor está faltando com a verdade aqui, dizendo que passou uma noite discutindo economia para mostrar um plano...

Olha, o Paulo Guedes vai ficar muito chateado, porque também, Ministro Paulo Guedes, existe um gabinete paralelo na economia. Agora nós acabamos de descobrir um gabinete paralelo na economia pela Dra. Yamaguchi e pelo Sr. José Ricardo, que se reúnem para levar um plano de economia para a retomada do crescimento do Brasil. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E é um plano tão complexo – e por isso um elogio à Nise Yamaguchi –, cuja discussão durou a noite inteira! A noite inteira! Deve ter muita complexidade... Mas o plano continha, sobretudo – aí vem a primeira coisa grave do depoimento –, o plano continha, sobretudo, a tentativa do depoente e da Sra. Nise Yamaguchi de, juntos, venderem testes para o Ministério da Saúde. É isso que o áudio contém.

Sobre isso, eu queria perguntar: planejaram juntos essa venda de testes rápidos para o Ministério da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o áudio é mentiroso, porque V. Sa. está tendo, ali, na verdade, uma acareação com o seu próprio áudio?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, nós estávamos falando aqui da questão de testagem, e não de comercialização de testes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o senhor vai procurar um lobista para quê, para ele também participar da reunião sobre economia? Ele também... Porque a ajuda que o senhor está pedindo ali... Qual é a ajuda? "Vou precisar muito da sua ajuda".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor acusado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que ajuda é essa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... acusado também de ser lobista, de intermediar essas vendas, nesta circunstância e em outras circunstâncias, depois de um áudio que comprova exatamente, através de um relato minucioso do que estavam fazendo durante a noite inteira...

Quer dizer, isso é uma coisa reveladora, Presidente, reveladora dos bastidores que nós vivemos aí no enfrentamento da pandemia e do papel nefasto da Sra. Nise Yamaguchi, que já é investigada desta Comissão Parlamentar de Inquérito e que participou do gabinete paralelo, fez de medicamentos selvagens inexplicáveis uma forma de ganhar dinheiro e, agora, também com relação aos testes.

Sobre isso, ainda, eu queria perguntar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator! Sr. Relator, seria interessante perguntar ao depoente quando ele conheceu o Sr. Marconny, porque esse áudio, se eu não me engano, que o senhor apresentou aqui é do dia 14 de junho – é isso? –, é do dia 14 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – De 2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Exatamente, 14 de junho de 2020.

O Sr. José Ricardo fala com certa desenvoltura, com intimidade já com o Sr. Marconny. Era interessante saber a circunstância em que o Sr. José Ricardo... Quando e onde ele conheceu o Sr. Marconny.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, eu não me lembro a circunstância como eu conheci o Dr. Marconny advogado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não lembra? Tem certeza?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não teria sido alguns dias antes?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Não foi a Dra. Karina Kufa que apresentou ao senhor?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu não me lembro a circunstância e quem realizou a apresentação do Dr. Marconny.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Karina Kufa é advogada do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece essa advogada?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Desculpa. Qual é a pergunta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – A Karina Kufa, o senhor a conhece?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Kufa, Karina Kufa.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Se eu a conheço? A pergunta é se eu a conheço? Sim, eu a conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não, é se foi ela que o apresentou ao Sr. Marconny Albernaz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faria.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não... Eu não me lembro quem me apresentou ao Dr. Marconny, mas eu o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual seria a remuneração da Dra. Nise para promover o produto que V. Sa. e a Precisa Medicamentos tentavam vender ao ministério?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sr. Relator, eu nunca discuti valores ou negócios com a Dra. Nise Yamaguchi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E a pretexto de que ela se reunia, na formulação dessa apresentação?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Ela tinha interesse em desenvolver uma apresentação, sempre com o intuito de ajudar o País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Em quê? Na economia?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Na área da saúde. Ela, enfim, é uma médica. E a retomada econômica se passava por aspectos da área dela, da área da saúde. E ela me procurou para alguns aconselhamentos na área da saúde somente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essa junção do interesse da Nise...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É só um minutinho!

E esse áudio que o senhor manda para o Sr. Marconny é a troco de quê? Esse pedido de ajuda, de auxílio? "Vou precisar muito de você." Precisava de quê?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, essa é uma mensagem de 14 de junho do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas era...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Realmente, eu não lembro o contexto dessa mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu Deus do céu!

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – O senhor me perdoe, mas, infelizmente, eu não tenho o contexto da conversa. Me perdoe!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não precisa pedir perdão para a gente. Não é para nós que o senhor vai pedir perdão.

É uma mensagem de pedido de auxílio: "Olha, eu estive com a Dra. Yamaguchi, fizemos um estudo aqui. Agora são 7h da manhã. Passamos a noite toda trabalhando. Vamos apresentar ao Presidente da República. Mas vamos precisar muito da sua ajuda. Eu queria que você nos auxiliasse. É importante você...". Isso é você falando!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Você se lembra de ter feito o plano e de ter se reunido com a Sra. Nise Yamaguchi. Segundo a sua narrativa, era um plano econômico que vocês iam apresentar para o Presidente Bolsonaro. Mas não se lembra que ligou para pedir auxílio do Marconny. Não dá para compreender! Não dá para compreender! O senhor não lembra... O senhor lembra de detalhes, de que esteve com a Yamaguchi, de que ia levar um plano para o Presidente, que fala em teste, mas não lembra por que o senhor ligou para o Marconny?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, para complementar a pergunta que V. Exa. fez, até para eu me situar no processo desde o início... V. Exa. perguntou se ele fazia parte do Ministério da Saúde ou de algum órgão do Governo, e ele disse que não.

Então, quem é V. Sa. hoje? O que faz V. Sa.? O que o levou a sair exatamente no ano de 2020 da Anvisa? Em que mês V. Sa. foi exonerado ou pediu demissão? É para entender no processo o dia 14 de junho de 2020. O senhor sai da Anvisa e depois vai para o outro lado do balcão negociar venda de testes, de vacinas? Entra para o ramo da comercialização, virou empresário, virou representante comercial de laboratórios?

Eu acho que isso é importante, Sr. Presidente, para que eu possa acompanhar a linha de perguntas que o Senador Renan vai fazer.

Se V. Sa. estava na Anvisa, no setor de regulação de medicamentos... Ali dizem que conheceu Maximiano e Trento. Não sei se isso é verdade; V. Sa. pode me informar. E sai em 2020, se os dados forem corretos, e, logo em 2020, começa a conversar e tentar tratar de compra de testes e de outras coisas. É muito importante saber o dia da sua demissão ou exoneração.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senadora, eu pedi minha exoneração da Anvisa, salvo engano, em 23.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – De...?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – De março.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – 23 de março?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – De março do ano passado. Logo, na sequência, a pandemia atingiu o nosso País, a pandemia já vinha se alastrando na Europa, logo na sequência. Mas a minha saída da Anvisa foi em março de 2020. Essa foi a data em que eu pedi minha exoneração.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na sequência, não; já estávamos havia um mês na pandemia. Eu sei porque sei exatamente a data em que desci de um avião e todo mundo já de máscara no Brasil, e foi no dia 23, 24 de fevereiro isso.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Perfeitamente. Foi nessa data que eu deixei a Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, retomando, na resposta ao Senador Humberto, V. Sa. disse que conhece ou não conhece a Dra. Karina Kufa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Sim, conheço a Dra. Karina Kufa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele perguntou na sequência: foi o Marconny que o apresentou à Karina Kufa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não me recordo quem me apresentou o Dr. Marconny, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Você conheceu o Marconny na casa dela. Você conheceu o Marconny na casa dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para ser exato, no dia 23 de maio de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos um diálogo aqui que demonstra o contrário do que V. Sa. está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você fica todo empolgado dizendo: "Olha, foi um prazer lhe conhecer, pá pá pá...".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um diálogo seu para o Marconny, que eu vou me permitir reproduzir, que diz o seguinte: "Marconny, foi um prazer te conhecer hoje na casa da Karina. Aliás, ela me passou seu telefone. Obrigado pelo bate-papo agradável. Se eu puder te ajudar em algo, conte comigo. Boa noite".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dia 23 de maio de 2020.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dia 23 de maio.

Então, é muito importante, apesar da ordem do Ministro Fachin, que V. Sa. preste bastante atenção para não continuar trazendo inverdades para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, só para completar.

Veja: pelas informações que temos, o senhor conhece, na casa da Sra. Karina Kufa – que é sempre bom lembrar, é advogada também do Presidente Jair Bolsonaro, do Presidente da República – e, no mesmo dia 23 de maio, o senhor manda a mensagem que já foi descrita pelo Senador Renan Calheiros. Desse dia 23 de maio ao dia 14 de junho, do áudio que foi apresentado, se passam pouco menos de 20 dias. O senhor já tinha estabelecido uma relação de muita intimidade e proximidade com o Sr. Marconny, alguém que o senhor tinha conhecido havia menos de 20 dias. E, repito, reiteramos aqui os termos do que o senhor expressou para o Marconny: "Marconny, foi um prazer te conhecer hoje na casa da Karina. Aliás, ela me passou seu telefone. Obrigado pelo bate-papo agradável. Estou à disposição". E o senhor começa, a partir daí – o Relator deve inquirir isso –, várias tratativas com o Sr. Marconny.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Além da Dra. Karina, do senhor e do Marconny, quem mais estava nesse dia na casa dela.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, eu não vou me lembrar quem estava nesse contexto. Como afirmei aqui, conheço o Dr. Marconny, conheço a Dra. Karina Kufa, e apenas, muito respeitosamente, não me lembrava em que ambiente eu o havia conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você tem um problema de memória sério, porque você não se lembra de nada. Você manda uma mensagem de quase dois minutos para uma pessoa e não lembra para quem foi a mensagem! Foi uma noite agradável. De noites agradáveis a gente sempre se lembra para o resto da vida, porque a gente tem muito mais dias... Não só nós, mas todo brasileiro, todas as pessoas têm muito mais dificuldade durante o dia do que em um dia agradável, e uma noite agradável não se esquece do dia para a noite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem apresentou o plano ao Presidente? Foi V. Sa. ou foi a Nise Yamaguchi? O estudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu nunca apresentei nenhum plano para o Governo brasileiro e não sei se ela também apresentou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o plano referido por V. Sa., que passou a noite trabalhando... Para que todos que estão acompanhando saibam, era um plano para que a Precisa vendesse testes para o Ministério da Saúde.

Quem foi que apresentou o plano ao Presidente da República? Foi o senhor ou foi a Nise Yamaguchi?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sr. Relator, eu nunca apresentei nenhum plano para o Governo e não posso falar aqui em nome da Dra. Nise Yamaguchi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor estava fazendo plano para não apresentar ou para apresentar?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não estava fazendo um plano, eu estava na tratativa de conversas, falando sobre a área da saúde. Talvez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para repetir o áudio, por favor. Isso é uma coisa escabrosa, como, aliás, são essas coisas todas que estão sendo investigadas nos bastidores do enfrentamento da pandemia. Este senhor que está depondo aqui intermediava as vendas de produtos ao Ministério da Saúde, defendia os interesses da Precisa, a empresa que atravessou a Covaxin, pela qual o Presidente da República havia falado, no início do enfrentamento da pandemia, com o Primeiro-Ministro da Índia para comprar, através da Precisa, 20 milhões de doses de vacina.

No áudio que nós já exibimos aqui e eu queria repetir, ele passa a noite – e informa isso ao Marconny Farias, outro lobista – conversando na casa da Nise Yamaguchi – ele próprio diz, e eu vou repetir –, acertando um plano para vender testes ao Ministério, testes de covid, rápidos, que o Governo teria a obrigação de comprar pela lei do SUS e que depois o Governo modificou a lei para não comprar esses testes exatamente para não atender a Estados e Municípios, um plano que, segundo ele próprio, seria entregue ao Presidente da República.

Eu estou perguntando quem foi que entregou o estudo ao Presidente da República. Primeiro, vamos ver o vídeo.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse que está falando, sem interromper... Esse que está falando é o depoente com o Marconny Farias, outro lobista da Precisa e de outros negócios do Ministério da Saúde.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é fundamental para colocar tudo isso em pé. Eu pergunto novamente: o estudo foi entregue por quem? Pelo Marconny, pela Nise ou por V. Sa. ao Presidente da República?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Isso nunca me chegou, nenhum estudo, nenhum plano elaborado depois dessa minha conversa com a Dra. Nise Yamaguchi. E eu nunca entreguei nenhum plano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não entregou, então quem entregou o estudo referido no áudio por V. Sa. ao Presidente da República?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu desconheço qualquer plano entregue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, passaram a noite toda trabalhando com outros proeminentes membros do governo paralelo e não entregaram o estudo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não sei se houve nenhum estudo fruto dessa minha conversa com a Dra. Nise Yamaguchi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor fala isso no áudio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor fala, repete.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Mas eu não cheguei a ver, com todo respeito, nenhum estudo dessa natureza pós esse meu encontro com a Dra. Nise Yamaguchi. Eu nunca tive acesso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor não precisaria ver, o senhor passou a noite fazendo o estudo com ela. O senhor declara no vídeo que passou a noite fazendo estudo com a Dra. Nise, e pediu a colaboração do Marconny, porque ele era muito importante para agilizar o negócio que o estudo continha.

Eu não estou mais discutindo a questão do estudo, da existência dele, estou perguntando para saber, como era um estudo para o Presidente, quem entregou o estudo ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o que descrevia o estudo.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, eu não tenho nenhuma informação a respeito desse estudo, se é que houve um estudo. Eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Ricardo, o senhor fala... O áudio acabou de ser apresentado. O Relator apresentou o áudio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está em acareação com o próprio áudio de V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está sendo acareado com sua voz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com seu áudio. O áudio dizendo, o senhor falando em nome do estudo, pormenorizando o estudo que seria entregue ao Presidente e pedindo a ajuda do lobista Marconny para materializá-lo. Por causa disso, eu perguntei quanto a Precisa estava pagando à Nise Yamaguchi. O senhor disse que não sabia, porque a Precisa que estava vendendo os testes ao Ministério da Saúde.

E, com relação aos negócios da Precisa com o Governo do Distrito Federal, V. Sa. participou deles?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não teve nenhum contato com nenhuma pessoa do Governo do Distrito Federal?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Nunca falou nada sobre isso com ninguém?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Não, senhor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nem com o Danilo Trento, que é o Diretor da Precisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nem com o Francisco Maximiano? Nem com o Marconny?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com o Danilo Trento, Diretor da Precisa?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com os três: Danilo Trento, Marconny e Maximiano.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Que eu me lembre, eu nunca tratei desse assunto com nenhum desses que foram mencionados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, estamos avançando. Até agora que o senhor lembre.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Qual foi a resposta?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – "Que eu me lembre." Eu acho que nós vamos avançando, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Eu acho que é importante ele dizer. Por favor, pode repetir o que disse?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu disse: que eu me lembre, eu nunca tratei desse assunto com nenhum desses personagens citados.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Danilo Trento, Diretor da Precisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim, senhora. Não me lembro de ter tratado desse assunto com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estamos avançando, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas já conversou com ele?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Se eu já conversei?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Conhece Danilo Trento?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Já. Sei quem é e já o vi algumas vezes.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi ele ou Maximiano que contrataram V. Sa. assim que saiu da Anvisa para trabalhar informalmente no setor?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, nunca fui contratado pela Precisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Informalmente, nunca veio para poder intermediar compra de *kits*, testes ou mesmo vacina?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E a prestação de serviço em favor da Precisa verificada em várias oportunidades nessa investigação, ela ocorria a pretexto de quê, com que interesse, com que objetivo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Sr. Senador, eu nunca tive nenhum contrato com a empresa Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor...

Contrato, contrato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem certeza disso?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu nunca tive nenhum contrato...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contrato.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Ah, desculpa, eu me expressei mal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contrato...

Mas contato, contato para a Precisa o senhor tem, e a Comissão tem várias provas em muitos lugares. Chegaremos lá.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu fiz essa pergunta, ele disse que não. Então, é preciso lembrar que V. Sa. tem um HC e que pode até ficar calado, mas não tem o direito de mentir nesta Comissão. Eu fiz a pergunta. Então, eu vou repetir para que V. Sa. possa... É natural, deve estar nervoso, eu compreendo.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Tudo bem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas eu vou repetir, então, porque aqui tem uma resposta diferente à mesma pergunta. Eu perguntei se V. Sa. conhecia Danilo Trento, Maximiano e se tinha algum tipo de conversa relacionada à Precisa Medicamentos. Então, é importante que V. Sa. possa efetivamente fazer as suas considerações diante da verdade dos fatos que temos aqui de documentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece outros membros do governo paralelo?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É importante ele responder, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pois não, eu não acompanhei qual foi a pergunta. Se a senhora fez pergunta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, é para confirmar, porque ele disse para mim uma resposta e para V. Exa. outra na mesma pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não acompanhei. Por favor, pode fazê-la, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pode responder, por favor?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, pelo que eu entendi da pergunta da senhora, a senhora me pergunta se eu conheço o Sr. Francisco Maximiano...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Danilo Trento...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim, eu conheço o Francisco Maximiano e também conheço o Sr. Danilo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E trataram de alguma forma, ainda que informalmente, sobre *kits* ou alguma coisa relacionada à pandemia, comercialização?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não me lembro de ter falado com eles nenhum assunto sobre...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não se lembra?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Nós vamos, no decorrer do depoimento, lembrando aspectos dessa investigação e dessa prestação de serviço a V. Sa.

O senhor conhece outros membros do governo paralelo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, eu desconheço qualquer governo paralelo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou citar alguns nomes.

O senhor conhece o Osmar Terra? Tem relação com ele?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece Carlos Wizard?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece Luciano Hang?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece Paolo Zanotto?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece Carlos Bolsonaro?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só informar à Comissão Parlamentar de Inquérito e a quem evidentemente estiver nos acompanhando que o Sr. José Ricardo Santana é suspeito, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, de ter participado de ações para fraudar a licitação de compra de testes rápidos pelo Ministério da Saúde – esses testes a que ele se referiu, que eram objeto de estudo – e que teria passado a noite na casa Sra. Nise Yamaguchi discutindo sobre esse estudo para apresentar ao Presidente da República, apresentando inclusive um roteiro, um roteiro de procedimento. V. Exa. teria apresentado um roteiro de procedimento para desclassificar os primeiros colocados para favorecer a Precisa Medicamentos, que apresentou proposta quatro vezes maior que a primeira colocada, em contrato de mais de R$1 bilhão – esse contrato era um contrato de mais de R$1 bilhão. A licitação não foi concluída, porque o Ministério da Saúde, na sequência, resolveu não comprar, decidiu não comprar esses testes rápidos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, única e exclusivamente, porque a CGU detectou irregularidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, para a Secretaria da Comissão apresentar o vídeo nº 2.

É importante que todos acompanhem o volume de informações, de fatos, de dados, de números, de que essa Comissão Parlamentar de Inquérito já dispõe. Quando nós recebemos um depoente, nós recebemos já lastreados, em função de informações às quais tivemos acesso.

Esse é realmente um outro dia escabroso, porque a Comissão está revelando os bastidores, o funcionamento do governo paralelo, em conluio com a Precisa, para vender, numa operação que desclassificou os primeiros colocados, através do Sr. José Ricardo Santana, que estava presente no encontro do Dominguetti com o Roberto Ferreira Dias no restaurante, que viajou à Índia para colaborar com a Precisa e com o Governo brasileiro na aquisição da Covaxin...

Eu peço, por favor, para exibir o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda tinha *expertise* na precificação, imagina; uma *expertise* dessa a serviço de um contrato de R$1 bilhão de teste e que desclassificou para o procedimento orientado por ele os primeiros colocados, quer dizer, isso é uma revelação...

Dá para repetir o vídeo, por favor?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. chegou ao cargo de Secretário-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, se o senhor me permite, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quando o senhor saiu da Anvisa?

A pergunta do Relator é complementar à nossa.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Desculpa, o senhor pode repetir a pergunta? São três perguntas, eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Como V. Sa. chegou ao cargo de Secretário-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Sr. Senador, eu já tenho uma vasta experiência na área de comércio internacional e na área da saúde. Tive a oportunidade de trabalhar pelo menos para todos os Presidentes da República desde 2003 até o atual. Então, eu tenho um acúmulo muito grande na área de comércio internacional e na área da saúde, e por esse motivo fui convidado para assumir a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, que fica lotada na Anvisa. E o que nós tratávamos na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos é, evidente, de medicamentos.

Os preços de medicamentos são controlados no Brasil, mas eu não entendo nada de precificação de testes. Então, a minha *expertise* se construiu acerca da precificação de medicamentos. Testes, eu não tenho conhecimento sobre a desenvoltura de setores de produtos hospitalares.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E da Anvisa, quando o senhor saiu?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu saí da Anvisa... Acredito que a minha exoneração foi realizada... O meu pedido foi...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Em 30 de março.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Não, Senadora, foi o dia 23 de março de 2020. Essa foi a data...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas saiu dia 30, não é?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim, senhora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E como chegou à Anvisa? Quem o indicou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Quem me convidou para trabalhar foi o ex-Presidente da Anvisa – que, evidente, já deixou a agência, mas o convite foi realizado por ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem? Qual é o ex-Presidente?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – À época, o Presidente da Anvisa era o Dr. William Dib. Ele é que me convidou para assumir a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E quando o senhor saiu da Anvisa, o senhor foi para o Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Quando eu saí da Anvisa, eu fui convidado para fazer... Logo no início, a pandemia, enfim, assolou a nossa população, o nosso País, e eu tive um convite para integrar o Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o senhor foi para lá?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim, fui para lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A ocupar qual cargo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Desculpe-me...?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o cargo o senhor ocupou lá?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu acho que... Eu tenho aqui o...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ficou como o Wizard: um tempo sem ter um cargo e atuando no Ministério da Saúde. É mais um exemplo de usurpação da função civil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tendo a sua *expertise* sendo utilizada pelo Roberto Ferreira Dias para precificar os medicamentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Este Governo é tão incompetente que ele chamava as pessoas e não as nomeava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Usurpação de função civil: crime!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que eram os notórios participantes do governo paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Renan e Senador Humberto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era essa a modalidade como eles trabalhavam, a maneira.

Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – No dia 10 de junho, o Sr. Ricardo diz para Marconny o seguinte: que lhe foi exigido sair do Ministério da Saúde. O senhor pode informar quem exigiu que o senhor saísse?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senhores, só para... Eu gostaria de apenas fazer um registro com relação a essa minha passagem muito rápida pelo Ministério da Saúde.

Eu tenho aqui, fui convidado pelo Roberto Dias. À época o Ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por quem?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – O Ministro era Luiz Henrique Mandetta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E quem o convidou?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Quem me convidou foi o Roberto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Roberto Ferreira Dias.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Roberto Ferreira Dias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem é Roberto Ferreira Dias?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O Diretor de Logística.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Ah, do Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aquele com quem o senhor tomou chope assim que assinaram o contrato da Covaxin, no meio do dia?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse é o próprio – é o próprio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que acabou de dizer – isso é outra contradição enorme que está nos surpreendendo no depoimento de V. Sa. – que o último contato que tinha tido com o senhor é quando o senhor integrava a Anvisa, ou seja, o senhor deixou a Anvisa, foi para o ministério, e ele não lembrava... Ele que o chamou e ele não lembrou no depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi ao ministério convidado por...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que prestou. Exatamente uma pessoa que, segundo o senhor diz, o convidou para ir ao ministério. E ele não tinha essa memória; ele lembrava da sua participação na Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E ele foi convidado para o Ministério da Saúde pelo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por ele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... Sr. Roberto Ferreira Dias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, talvez a informação mais importante esteja sendo dada neste momento. É importante sabermos a data para sabermos que crimes foram cometidos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele integra, até dia 30 de março, a Anvisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele entrou, informalmente, no Ministério da Saúde – informalmente no Ministério da Saúde –, quando? E informalmente saiu quando? Por quê? Pela informação dada pelo Presidente, 10/06, V. Sa. diz para Marconny que pediram para V. Sa. sair; 10/06 praticamente é a data do áudio apresentado pelo Senador Renan, onde V. Sa., mesmo estando no Ministério da Saúde, estava negociando com a iniciativa privada, num *lobby*, uma intermediação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E já em plena pandemia.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É muito importante essa data, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E já em plena pandemia, porque...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É bom só declinar aí a linha do tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ele deixou a Anvisa no dia 30 de março.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É bom aí, Sr. Relator, declinar a linha do tempo. Dia 23 de maio, ele conhece o Sr. Marconny na casa da Sra. Karina Kufa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... começa uma série de diálogos e tratativas com o Sr. Marconny. O Sr. Relator apresentou aqui o ápice de vários dos diálogos. Em um desses diálogos, exatamente do dia 9 de junho, ele informa ao Sr. Marconny que foi exigido deixar o Ministério da Saúde. O senhor podia informar quem exigiu?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A data também é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, tem uma linha do tempo aí, de quando ele conhece o Sr. Marconny, dia 23 de maio, até pelo menos esse áudio aí, apresentado pelo Sr. Relator.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu gostaria apenas de explicar essa questão da minha passagem pelo Ministério da Saúde. Quando fui convidado para ingressar no ministério... Eu tenho aqui todos os...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Claro. Obrigado, Senador.

Eu tenho aqui todos os documentos que comprovam, todos os formulários preenchidos que comprovam o trabalho de nomeação para que eu pudesse ocupar uma posição no ministério. Eu tenho todos esses documentos aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ninguém duvida da sua capacidade e do seu currículo. A pergunta é bem objetiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E nem da *expertise* em preço de medicamento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quando é que V. Sa... Vamos lá, linha do tempo, Sr. Presidente. Acho que talvez a pergunta mais importante o Senador Renan acabou de fazer, e o depoente está esclarecendo.

Dia 23 de março, ele pede para sair...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dá várias contradições.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Da Anvisa; dia 30 de março, ele sai da Anvisa. Quando é que entra informalmente no Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – A data que eu tenho, Senadora, que eu preenchi os formulários para o Ministério da Saúde, é de 25 de março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vinte e cinco de março.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu já havia pedido a minha exoneração.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E quando é que sai do Ministério da Saúde informalmente?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não sei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a data da exoneração da Anvisa é 30 de março.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, mas agora eu estou falando do Ministério da Saúde.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Tá. Trinta de março é a data da exoneração.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu não lembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já na pandemia, ele saiu da Anvisa – não é? –, foi para o Ministério da Saúde e, lá no Ministério da Saúde...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Começa a negociar com a iniciativa privada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... começa a intermediar, desclassificar colocados primeiros em licitações para ajudar a Precisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quando V. Sa. saiu do Ministério da Saúde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E foi levado para o Ministério por Roberto Ferreira Dias – Roberto Ferreira Dias.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, vivíamos... Quando eu fui convidado para o Ministério da Saúde, na época do Ministro Luiz Henrique Mandetta, num curto período de tempo, houve uma rotatividade muito grande de ministros. Eu já havia feito todo o preenchimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas não envolva o Ministro Mandetta. Foi no período do Mandetta, mas V. Sa. já declarou que fora convidado pelo Roberto Ferreira Dias.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, Senador, é que, assim, com todo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já declarou isso aqui.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo o respeito, eu estou tentando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já declarou isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho – só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos as gravações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho. Eu quero aqui... Talvez eu possa ajudar o senhor a se lembrar de alguns fatos.

Bom, antes de o senhor ir para a Anvisa, qual era a sua profissão? O que o senhor fazia?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, eu sempre... Toda a minha trajetória...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não estou perguntando a sua trajetória...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – A minha experiência na área de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua trajetória nesse curto espaço de tempo aí não é exemplar. Eu quero saber do senhor o que o senhor fazia antes de ir pra Anvisa, onde o senhor trabalhava. Onde o senhor trabalhava antes de ir pra Anvisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Antes de trabalhar na Anvisa, eu fui da Apex-Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Deixem ele me explicar aqui, a gente tem que saber, porque um cara, pra pedir exoneração de um cargo, ou ele tem muito dinheiro, ganhou na loteria, ou ofereceram pra ele uma coisa muito melhor. Por que vai sair do emprego lá, em que ele estava nomeado e não tinha nenhum problema?

O senhor saiu da Anvisa porque foi convidado pra ir pro Ministério da Saúde, correto?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu deixei a Anvisa por vontade própria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por vontade própria? E qual era a perspectiva sua de trabalhar? Onde o senhor iria trabalhar? "Bom, eu vou deixar de ter um salário da Anvisa, como é que eu vou viver daqui pra frente? Vou fazer o que na vida?" Aí o senhor vai para o Ministério da Saúde, correto?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (*Fora do microfone*.) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tinha salário no Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah... É outro caso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora você... Olha, vou dizer, o Brasil está precisando de muitos brasileiros iguais: o cara deixa de receber um salário pra ir trabalhar no Ministério da Saúde sem receber nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O salário é altíssimo, de diretor da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o salário de diretor da Anvisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Salário de diretor da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto é o salário de diretor da Anvisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não fui diretor da Anvisa. Eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual era o seu salário na Anvisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não sei quais eram os vencimentos do cargo de Secretário-Executivo, não me recordo dos vencimentos, mas eu não fui diretor da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mais do que diretor, é Secretário-Executivo da Câmara de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí. Desculpa, Senador Renan. Ele não lembra quanto ele ganhava na Anvisa. Espera aí... (*Risos*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não precisa apresentar os centavos. Por alto, quanto V. Sa. ganhava? Mil, 2 mil, 3 mil, 5 mil, 10 mil? Não precisa colocar... Vamos arredondar.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não me lembro, Senadora, mas acredito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que fizessem um favor. Eu queria que ligassem para o Presidente da Anvisa, o Contra-Almirante Barra Torres, e pedissem essa informação agora: quanto é que o cidadão José Ricardo ganhava na Anvisa, está certo? E deixa esse salário mensal... Cadê o "está vendo, Brasil"? Está vendo, Brasil? Está vendo, Brasil?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para não ganhar nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está vendo, Brasil, como é esse Governo? Tem tanta gente que vai lá pra não ganhar nada, deixa seus afazeres, deixa de receber salário, e vão pra lá. Todos que sentam aqui queriam ajudar o Brasil. Isso que é Governo bom.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E mais, Sr. Presidente, ele não consegue lembrar o dia que ele informalmente saiu do Ministério da Saúde. Até agora ele não me respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que não tem trabalho informal, não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas é importante, Sr. Presidente, porque na data em que ele estava no Ministério da Saúde ele estava negociando do outro lado do balcão com a iniciativa privada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele era lobista dentro do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele era lobista.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por isso que é importante a data.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca teve função, ele foi levado pra lá...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pra fazer *lobby*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pra ajudar a Anvisa, pra ajudar a Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que acontece? Tentam tirar o Roberto Dias – por isso ele foi detido aqui, e depois aí foi desfeita a prisão dele. O Roberto Dias foi denunciado e perdeu o cargo em 2020 por causa desse tipo de *lobby.* O Governo vai demiti-lo, não consegue, por pressão que houve pra mantê-lo no cargo. O Sr. Roberto Dias não podia demitir... O Coronel Elcio Franco junto com o Pazuello tinham os poderes do Roberto Dias nas negociações e tinham os dois assessores diretos dele.

É que a gente tem que pegar a história toda pra saber como é que o Roberto Dias começa a perder.

Nessa reunião, nesse restaurante, com a Davati, em que foram oferecer 400 milhões de vacinas, ele não estava lá à toa. Não estava lá à toa, não estava à toa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E aí o Roberto Dias já não tinha autonomia pra negocia vacina, mas, mesmo assim, estava lá, porque já tinha um decreto feito e assinado pelo Coronel Elcio Franco tirando toda a responsabilidade e trazendo tudo pra si.

O Roberto Dias levou. Ele sai, ele sai da Anvisa. Isso aqui é o que eu estou sentindo aqui. Ele sai da Anvisa por quê? "Olha, você vem pra cá. Mesmo sem salário, é mais negócio aqui". Porque ninguém abre mão dum salário, Senadora Simone, num tempo de crise, em que você não emprego em qualquer lugar. Foi essa a participação dele dentro desse processo.

Depois veio a consultor e hoje eu não sei qual é o emprego dele.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, duas questões que eu queria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não se sabe se ele saiu ou se ele...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minuto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ainda continua no ministério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Renan, perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora, eu queria levantar aqui uma questão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O pior é o que a Senadora Simone, Senador Humberto, o pior é o que a Senadora Simone colocou: até agora não ficou claro em que momento ele saiu do ministério, ou seja, se não está claro o momento em que ele saiu – a Senadora tem toda a razão –, ele deve continuar no ministério, e, desta feita, não mais com Roberto Ferreira Dias, que já foi exonerado, mas com o entorno.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – E quem sabe, se V. Exa. perguntar, ele vai responder...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, se não se segue aquela inscrição, pelo menos se siga o pedido aqui da inscrição. Tenho duas questões pra levantar. Uma é a seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, pode levantar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – ... nesse jantar na casa da Dra. Karina Kufa, estava presente o filho do Presidente da República Jair Renan? Não é possível que o senhor não lembre.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu não lembro, Senador, não lembro. Eu não conheço nenhum filho do Presidente da República.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A informação que nos chega é que o filho do Presidente da República Jair Renan estava nessa reunião, nesse jantar, quando V. Sa. teria sido apresentado ao Dr. Marconny.

O senhor lembra ou não?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não lembra? O senhor confirma que conheceu o Sr. Marconny esse dia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não lembra o salário. Pare com isso, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, ele não lembra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não lembra o salário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vamos...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... fazer com que ele faça esforço de memória...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos ver só se ele confirma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não consegue.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Humberto, Senador Humberto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... se conheceu o Sr. Marconny esse dia.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ele diz que não lembra, porque ele não conhece. De repente mostre uma foto do filho, quem sabe ele vai poder dizer se estava ou não. Diante de uma foto, ele não tem como dizer: "Não estava". Não tem como dizer que não lembra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quantas pessoas estavam nesse jantar, Dr. Ricardo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – O senhor lembra?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, não lembro quantas pessoas havia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas era muita gente, era pouca gente?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não lembra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor conheceu o Sr. Marconny nesse dia, certo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Então, eu conheci o Sr. Marconny, mas eu nem me recordava que tinha sido nesse dia, não me lembro mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque a mensagem...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Infelizmente eu não me lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No mesmo dia, o senhor manda essa mensagem muito efusiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já que ele entende de preço...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, o senhor é um *expert* em medicamento, correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em preço, sobretudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor é um *expert*, o senhor é uma pessoa que foi levada porque conhece de medicamento, não é verdade, Sr. José Ricardo? Na sua...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto ele toma água, Sr. Presidente...

O salário dele na Anvisa era de – me corrija se eu estiver errada – R$35.617. Acho que ganha mais que Senador – é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem mais.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu vou dizer... Eu nunca... Eu vou lhe dizer uma coisa: o senhor, que conhece tanto medicamento... E o senhor percebeu que o senhor se esquecia das coisas quando? (*Pausa.*)

Quando é que o senhor percebeu que o senhor se esquece das coisas, Sr. José Ricardo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador e Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque é o seguinte: o seu caso não é um caso nem da CPI; é um caso médico, porque o senhor não se lembra de nada!

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não tive esse salário na Anvisa, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – V. Sa. não era Secretário-Executivo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Sim, senhora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da comissão?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – ... mas eu não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agora V. Sa. sabe pelo menos que 35 não foi. Foi 30, então, o salário?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Um número vultoso desse, Senadora, eu não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Líquido, vinte e...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não é esse número. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O salário dele era 35 mil, Senadora. Ele não lembra, a gente diz qual era.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Líquidos, vinte e poucos mil reais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Podemos retomar, Presidente? (*Pausa.*)

V. Sa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Vinte mil, líquido.

V. Sa. poderia detalhar se houve alguma formalização de ato durante a sua presença no Ministério da Saúde, que, aliás, pode até continuar – é uma das hipóteses, já que não há uma efetiva comprovação do desfecho da sua participação lá? Houve alguma passagem, alguma formalização, algum ato formalmente assinado por V. Sa. no Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, se o senhor me permite, o único documento que eu assinei no Ministério da Saúde são os documentos para a minha nomeação, que estão todos aqui. E, devido às mudanças, à rotatividade, à troca de ministros, quando fui convidado... Fui convidado à época do Luiz Henrique Mandetta. Num curto espaço de tempo ele deixou o ministério; na sequência, nós tivemos o Ministro Nelson Teich, que ficou pouco tempo; e aí assumiu o Ministro Pazuello. Acredito eu que essa minha nomeação, presumo que ela não tenha sido efetivada em virtude dessa rotatividade de ministros, mas todos os documentos para a minha nomeação estão todos aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que a nomeação perdeu eficácia. Não havia necessidade. V. Sa. já estava prestando serviço ao ministério... E precisava remunerar? Já tinha aberto mão de uma remuneração de mais de R$30 mil na Anvisa; não tinha como ter um salário semelhante no Ministério da Saúde; e nem precisava, porque os interesses que V. Exa. – e a CPI já detectou – os interesses que V. Exa. defendia lá eram inconfessáveis, eram interesses privados em detrimento da vida, do interesse público.

Eu queria perguntar mais algumas coisas sobre isso. O senhor ainda mantém contato com pessoas da Anvisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor. Que eu me lembre, não tenho contato com ninguém da agência mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que... Em quais oportunidades V. Sa. teve para atuar no mercado de produtos para a saúde no momento de aquecimento proporcionado pela pandemia?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sr. Relator, o senhor poderia, por gentileza, repetir a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Primeira pergunta: V. Sa. mantém contato com pessoas da Anvisa ainda?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Que eu me recorde, não tenho nenhum contato com ninguém da agência mais, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ao órgão ao qual era vinculado, a Cmed?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, não que eu me lembre, não tenho nenhum contato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quais oportunidades V. Sa. teve para atuar no mercado de produtos para a saúde naquele momento de aquecimento da pandemia?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Que eu me lembre, nenhuma oportunidade com relação a produtos para saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou como consultor, como colaborador ou facilitador, durante a pandemia, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

algum processo de venda de produto ao Ministério da Saúde ou às secretarias de saúde, seja no âmbito do Governo, no âmbito estadual, no âmbito municipal ou mesmo distrital? De quais?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, que eu me lembre, nenhum, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

Essa informação... A informação que chegou, e me permitam novamente trazê-la aqui, porque é fundamental, para acelerar a própria investigação, aprofundá-la, esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem conhecimento que, através de mensagens e outros documentos, demonstram que Ricardo Santana participou ativamente da tentativa de fraudar a licitação no Mato Grosso destinada à compra de testes contra covid-19, em associação com Francisco Maximiano, Danilo Trento, Marconny Albernaz e Roberto Dias.

Todos participaram. Eles até organizaram um passo a passo de como Roberto Dias iria favorecer a Precisa no processo licitatório do Mato Grosso.

Só para que todos efetivamente saibam, os documentos estão aqui.

E é fundamental lembrar também, Senador Izalci, que, na Operação Falso Negativo, que teve a Precisa Medicamentos como um dos seus alvos, também tinha a licitação para a compra de testes contra covid-19 como objeto dessa licitação.

Os dados foram extraídos do telefone do Sr. Marconny, compartilhados pelo Ministério Público para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para que todos saibam e não tenham nenhuma dúvida sobre o que nós estamos tratando aqui.

V. Sa. já prestou serviços à Precisa Medicamentos?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não prestou?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Nunca tive nenhum contrato com a Precisa Medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi isso... Eu não perguntei... Aliás, essa pergunta eu estou repetindo, já havia feito antes.

Eu não perguntei se tem contrato, eu perguntei se prestou serviço como nesses casos citados no Mato Grosso, na operação aqui e em vários casos do Ministério da Saúde

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, vou me reservar ao direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, se reservar ao direito de ficar em silêncio.

Quais eram exatamente as atribuições de V. Sa. nesses trabalhos? Nessa prestação de serviço? (*Pausa.*)

Vai ficar em silêncio?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Vou me reservar ao direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é seu relacionamento com a Precisa Medicamentos?

Vai ficar em silêncio?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Vou ficar em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas ele já falou que não tinha nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, é, é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

V. Sa. mantém algum tipo de tratativa ou colaboração com a empresa, com a Precisa Medicamentos?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece os sócios, proprietários da Precisa Medicamentos? Já fizemos essa pergunta; eu queria só repeti-la para que tenhamos a ênfase necessária.

V. Sa. conhece os sócios, proprietários da Precisa Medicamentos? Já confessou aqui que conhece o Francisco.

Como o seu nome foi indicado para a Precisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sr. Senador, eu não posso falar em nome da Precisa Medicamentos. Eu conheço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o que eu estou perguntando é diferente: como o seu nome foi indicado para prestar serviço à Precisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não tem a informação.

Qual é o seu relacionamento com o Sr. Francisco Maximiano?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu o conheço e tenho uma relação superficial com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o seu relacionamento com o Sr. Danilo Trento?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu sei quem ele é, mas não tenho nenhuma relação próxima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. – seria demais pedir para fazer um esforço de memória... – esteve com eles em quantas oportunidades?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu já o vi algumas vezes, mas não saberia precisar quantas vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já os viu algumas vezes, esteve com ele algumas vezes... Quando?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A esta Comissão Parlamentar de Inquérito, diante do lapso de memória novamente, eu queria só informar, a partir de informação que nós detemos, que, no dia 04/06/2020, Presidente Omar, entre 10h58 e 12h10, Danilo Trento pergunta novamente, nessas tratativas por telefone, a Marconny se ele – Ricardo Santana – pode encontrá-lo no escritório da QI 15, Conjunto 8, Casa 10. Às 11h, Marconny avisa a Danilo que está pegando Ricardo Santana e, em breve, chegam ao escritório de Danilo. Veja como é difícil ele fazer um esforço para se lembrar dessas coisas.

Em 09/06/2020...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou aqui do seu lado e eu não estou entendendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque, às vezes, eu tenho um mal, e a minha memória fica ruim.

O Marconny fala para o Danilo Trento... É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. O Marconny, no dia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Vou pegar o Ricardo".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso? E ele não tem essa relação toda com o Ricardo – não é? –, o Marconny.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É. No dia 04/06, às 10h58, exatamente, num contato de 10h58 às 12h10, Danilo Trento pergunta a Marconny: se ele – Ricardo – pode encontrá-lo, participar de uma reunião na QI 15, Conjunto 8, Casa 10.

O senhor se recorda, de memória, de quem é essa casa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, senhor.

E, às 11h54min, Marconny avisa a Danilo que está pegando Ricardo Santana e, em breve, chegam ao escritório de Danilo.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Também não me lembro desse referido encontro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Em 09/06/2020, às 12h05min, Ricardo Santana avisa a Marconny que o amigo – V. Sa. avisa ao Marconny – que lhe daria carona para São Paulo, Danilo Trento, está ligando, mas o Ricardo não pode atender, pois ele está acompanhando uma reunião mensal da agência, além da outra questão desconhecida, que Marconny conhece.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Desculpa, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou dizer...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo o respeito, o senhor poderia repetir a pergunta, a colocação? Desculpa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou fazendo a colocação.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu me perdi. Desculpa! Perdão! Me perdoe!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a segunda parte; a primeira eu já repeti.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Perfeito!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A segunda parte: em 09/06, às 12h05min, Ricardo Santana avisa Marconny que o amigo que lhe daria carona para São Paulo, Danilo Trento, está ligando, mas o Ricardo não pode atender. Não pôde atender, pois "está acompanhando uma reunião mensal da agência, além da outra questão desconhecida". Coloca "desconhecida" aqui e "Marconny conhece". Ricardo diz... V. Sa. diz ser "desnecessária a ligação de Danilo Trento nesta reta final. Marconny diz que vai ligar pra ele".

A conversa demonstra, sobretudo, a preocupação de Ricardo Santana em expor ou ser descoberto o seu relacionamento com Danilo Trento. Esses dados também foram extraídos do telefone do Sr. Marconny, compartilhados pelo Ministério Público.

V. Sa. esteve no escritório da Precisa, na QI 15 do Lago Sul?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Relator, o que... É só para ficar... Acho que essa aí... Deixe-me fazer uma pergunta aqui. Acho que o Sr. Ricardo vai responder.

Em que dia o senhor saiu da Anvisa? Em que dia, em que data?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu pedi minha exoneração na Anvisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 30 de março.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em 23 e saiu no dia 30.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, 30 de março é o dia da publicação no *Diário Oficial*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito!

No dia 23... Sai no dia 30. É dia 30 de que ano?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – De 2020.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Pedi minha exoneração no dia 23/03/2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – De que ano?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De 2020.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – De 2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor poderia confirmar? Em 2020?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que, no dia 4 de junho, o senhor responde ao Sr. Marconny que precisa falar urgente com ele e encaminha um *e-mail* da Anvisa, um *e-mail* institucional da Anvisa?

Ricardo diz a Marconny que precisa falar urgente com Danilo e envia o seguinte *e-mail*: "diretoria5@anvisa.gov.br".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso foi no dia 4 de junho de 2020.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Nesse período, eu já não estava mais na Anvisa, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, dessa parte nós já sabemos. Essa parte o senhor já colocou. O que nos chama a atenção é que o senhor estava usando o *e-mail* institucional da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que, certamente, a exemplo do que aconteceu com o Ministério da Saúde, onde ele parece ainda estar... Porque até agora, ele não precisou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não respondeu a minha pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... na resposta feita pela Senadora Simone, que data havia saído, se desvinculado, o que pressupõe que ele continua a prestar o tipo de serviço que ele prestava. Certamente...

É por isso que perguntei há pouco aqui: o senhor ainda mantém contato com a Anvisa? Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E me permita complementar, Sr. Relator: no dia 9 de junho, ele encaminha... No dia 9 de junho, ele avisa ao Marconny que o amigo que lhe daria carona para São Paulo... Quem é esse amigo? Esse amigo... Senadora Simone, quem é esse amigo?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, o Renan acabou de falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o próprio Danilo Trento! "Está ligando, mas Ricardo não pode atender, pois está acompanhando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acabei de ler.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... uma reunião mensal da Anvisa". É o que o senhor acabou de destacar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o que nos chama a atenção... Veja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou seja: continuava lá, paralelamente, também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em junho, o senhor estava usando o *e-mail* institucional da Anvisa. No dia 9 de junho, o senhor fala com o lobista que está triangulando com Danilo Trento, que é o cara do esquema da Precisa, acompanhado uma reunião da Anvisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, no dia 14 de junho, há aquele áudio primeiro que o Senador Renan... Então, no dia 4 de junho, no dia 9 de junho e em 14 de junho, o primeiro áudio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode explicar?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com ele encaminhando para o Marconny...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós vamos conceder ao depoente um tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para ele poder explicar isso para a gente, porque nós não entendemos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O tempo necessário todo, sem dúvida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Explique, porque realmente está difícil de entender

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Pediria toda a gentileza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Toda e fique à vontade.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Muito agradecido, mas eu queria entender o contexto dessa mensagem usando um *e-mail* corporativo da Anvisa, se entendi bem, com todo o respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro, perfeitamente. Eu volto a relatar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa mensagem é de quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa mensagem é do depoente para o Sr. Marconny, informando para o Sr. Marconny fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

contato com ele através do *e-mail* institucional da Anvisa. Mais adiante, o senhor participa de uma reunião da Anvisa, conforme o diálogo entre o Sr. Marconny e o Sr. Danilo Trento.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, eu não me lembro de ter participado de nenhuma outra reunião da Anvisa depois que deixei a agência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor não se lembra de ter encaminhado... Porque a mensagem aqui é sua.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é reunião, é intermediação de interesse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor estava usando o *e-mail* institucional da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador Randolfe, Senador Renan, Senadora Simone, Jorginho, Izalci e Senador Humberto: é espantoso.

O senhor vai tomar alguma providência jurídica contra o Sr. Marconny, Sr. José Ricardo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu não sei o contexto das mensagens que nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele usa muito o seu nome. Se um cidadão usa o meu nome sem o meu consentimento, eu vou processar até o último dia da minha vida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas é mais grave do que usar; ele desconversa muito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não se lembra, por isso que eu estou tirando ele disso, Senador. Ele não lembra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele vende remédio, mas não consegue comprar um remédio para a memória, é diferente. Ele quer comprar remédio para os outros, mas para ele não compra. Deixem eu dizer uma coisa: ele não lembra.

Senador Randolfe e Senador Renan, se alguém troca mensagem usando o seu nome indevidamente e te comprometendo... Porque são mensagens, Sr. José Ricardo Santana, que te comprometem muito, porque o senhor está tratando com um lobista com quem foram feitas busca e apreensão, pegaram celular e de lá extraíram essas mensagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E na condição de lobista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na condição de lobista!

Que o senhor foi chamado para ser nomeado e a sua justificativa, mesmo que a gente queira crer, não dá para crer, porque, independentemente de mudar ministro ou não, a sua nomeação poderia ter sido feita no dia em que o senhor se instalou lá, isso é um simples decreto de nomeação, o.k.? Mas isso é outra coisa. Agora tem uma pessoa chamada Marconny... Aí você tem que se aconselhar com os seus advogados sobre o que vocês vão fazer com o Marconny. O senhor vai para a residência de uma advogada, só estão vocês três, o senhor passa a noite com a Dra. Yamaguchi e não lembra do que trataram; o senhor vai para um jantar e não lembra do que tratou. Quando a gente for perguntar sobre as conversas que tiveram com o Dominguetti, esquece, Renan: não pergunta, porque não vai se lembrar mesmo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas talvez possamos fazer um exercício, para que, quando chegarmos lá...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aqui não dá. Nós não temos tempo para fazer exercício mental.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas aqui, nesses minutos que restam, Presidente... (*Risos.*)

Então, eu havia perguntado, Senadora Simone, Senador Humberto, Presidente Omar, eu havia perguntado se V. Sa. esteve no escritório da Precisa Medicamentos, na Q.I. 15 do Lago Sul. Ele respondeu – e nós acatamos a resposta – que não lembra.

Eu queria perguntar, em seguida: V. Sa. realizou alguma viagem para tratar de questões técnicas ou de desembaraço de produtos que a Precisa Medicamentos importa ou tinha intenção de importar? Quando?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Então, diante do silêncio de V. Sa., eu só queria comunicar outros dados acessados pela investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

As seguintes pessoas estiveram em viagens pagas pela Precisa Medicamentos – eu vou relatar o nome dessas pessoas –: Francisco Maximiano, Emanuela Medrades, Danilo Trento, Felipe Maximiano, Raphael Barão, Elson de Barros Gomes Junior, Leonardo Gomes, José Ricardo Santana, Elaine Giglioli, Ingor Raul e Michel Rodrigues –, em viagens internacionais pagas pela Precisa.

Pergunta que segue: V. Sa. esteve na Índia? V. Sa. esteve na Índia a interesse da Precisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu vou me reservar o direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, então esses dados são...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O *habeas corpus* do Ministro Fachin...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diante dos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí... Mas isso aí não compromete o senhor. Se o senhor esteve na Índia, qual é o problema? Qual é o crime que o senhor cometeu que possa lhe prejudicar o senhor dizer que foi à Índia? Porque isso é a coisa mais fácil, a gente descobre isso em um minuto, rapaz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não era a primeira prestação de serviço à Precisa. Nós já listamos aqui umas dez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Onde, doutor advogado que conseguiu o *habeas corpus*...

Aqui diz o seguinte, o *habeas corpus* é claro, Sr. José Ricardo Santana, e diz que resposta que possa comprometê-lo. Não há comprometimento em falar que foi à Índia. Será que o senhor não se lembra disso também? Pelo amor de Deus!

Meu irmão, vou dizer uma coisa pra ti... Meu amigo, isso é uma conversa pra boi dormir, rapaz. Dizer que não lembra de nada? Você não é tolo, você não chega à Anvisa sendo tolo, você não vai pro Ministério da Saúde sendo tolo e desmemoriado, amigo; você iria para outro lugar, não para o Ministério da Saúde.

Porque a gente está vendo tanta coisa que, agora, se boi voar aqui em Brasília, ninguém vai se espantar! Não se espantem, porque nós estamos vendo empresa que é avalista e não tem recurso nenhum; a gente vê funcionário fantasma que não é fantasma;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

você vê um cara pedir exoneração ganhando um bom salário... Você vê de tudo aqui, rapaz! Então, daqui a pouco, vai boi voar, e a gente vai dizer "olha, está voando", mas ninguém vai acreditar na gente.

Agora, meu amigo, o senhor não se lembrar de nada? O senhor não lembra quem estava no jantar, o senhor não lembra quantas vezes o senhor conversou... A intimidade que o senhor tem com esse Sr. Marconny...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, e outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não é uma coisa normal, não é uma coisa... Não há entre vocês, nas conversas, uma certa separação de quem não tem relação próxima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As conversas são muito: "Olha, nós queremos contar contigo para colocar esse projeto no alto", não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E outra coisa, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor fala até em toada. Nós temos que tocar essa toada lá do boi Garantido e Caprichoso, de Parintins, para o senhor saber, não é? Toada... Essa toada... Você não lembra se foi para a Índia, se declara... Não é possível.

Então, eu quero comunicar a V. Sa. e ao seu advogado que eu vou seguir à risca aqui o *habeas corpus* concedido pelo Ministro Fachin, porque eu cumpro decisão judicial e acho que o senhor... A decisão judicial não lhe impede de dizer para onde o senhor viajou, porque não pode ser segredo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

E, Presidente, com todo respeito ao Ministro Fachin, eu sou um eterno defensor da separação dos Poderes. Por isso, faço questão de enfatizar o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aliás, o time que não gosta da Praça dos Poderes não está na direção desta CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E até por isso, como eu fiz críticas aqui anteriormente de que o Presidente do Senado deveria ser mais enfático com relação à defesa da separação dos Poderes – e fiz algumas críticas –, eu queria, da mesma forma, aproveitar a oportunidade para elogiar o Presidente do Senado Federal, que ontem arquivou o pedido de *impeachment* do Presidente da República contra o Ministro Alexandre de Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor me permite, Sr. Relator, cumprimentos eu acredito que unânimes de toda esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria, alto e bom som, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, dizer ao Brasil que nós estamos comemorando a decisão enfática, coerente, patriótica do Presidente do Senado Federal em arquivar essa loucura que significa esse pedido de *impeachment* contra o Ministro Alexandre de Moraes, numa invasão de competência nunca vista na própria história da República. E, como fiz críticas anteriores, eu queria me redimir e, de público, elogiar o Presidente do Senado Federal.

E volto às perguntas, Presidente Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Quero dizer, complementar o que estava dizendo, com todo respeito ao Ministro Fachin: ora, é muito difícil qualquer coisa que eventualmente o depoente disser hoje, adicionar, acrescentar aqui, vir a incriminá-lo, além das incriminações que nós já temos na Comissão Parlamentar de Inquérito. É muito difícil agregar alguma incriminação na resposta a qualquer pergunta da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria perguntar o seguinte: V. Sa. esteve na Índia a interesse da Precisa Medicamentos exatamente para quê? Qual era a sua função naquela oportunidade? (*Pausa*.)

Nas vezes em que esteve patrocinado e em defesa dos interesses da Precisa, exatamente queria colaborar em que aspecto nessas negociações, nessas importações?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Desculpa, Senador. O senhor poderia repetir a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. esteve na Índia a interesse da Precisa, com despesas pagas pela Precisa Medicamentos, exatamente para quê, nessas importações? Na medida em que...

Queria lembrar o douto advogado que, na forma da ordem de *habeas corpus*, ele pode assistir ao depoente da forma que for necessário assistir, só não pode responder, tá? Lamentavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Queria pedir à douta defesa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O objetivo dessa reunião, desse interrogatório não é ouvir o advogado, é ouvir o depoente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Renan, eu estou aqui bem em frente, posso dizer que – pelas câmaras, se quiser repetir – 99% das respostas dadas foram respondidas pelo advogado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. José Ricardo, a defesa quer conversar com o senhor durante algum tempo? Quer ter cinco minutos para dialogar com o senhor e depois a gente retoma o depoimento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da nossa parte, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Queria assegurar o direito à defesa.

Agora, queria pedir à defesa, assim, que se reserve a assistir ao depoente. As perguntas que estão sendo endereçadas diretamente ao depoente e gostaríamos de ouvir a resposta do depoente. Se o depoente, em alguma pergunta, entender que pode vir a ser incriminado, no sentido da ordem de *habeas corpus* exarada por S. Exa., o Ministro Edson Fachin, o senhor depoente poderá utilizar o direito constitucional ao silêncio.

Então, pergunto à douta defesa se o depoente quer cinco minutos para consultar a defesa. Nós suspendemos durante cinco minutos, retomamos depois, mas eu pergunto: é necessário?

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ (Para expor.) – Não, senhor; não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Podemos prosseguir?

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ – Podemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, perfeito.

Então, Sr. Relator, pode...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Respondendo... Refazendo a pergunta, melhor dizendo: que atividade V. Sa. foi realizar, na Índia, custeada pela Precisa? O que V. Exa. foi ajudar a resolver lá na Índia?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Por orientação do meu advogado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Presidente já tinha mandado o pedido ao Primeiro-Ministro. A Embaixada do Brasil já estava sendo ocupada na Índia pela Precisa. O Maximiano se posicionava quase como embaixador. Até a relação das pessoas que estavam na Índia nós tivemos dificuldade pra acessar.

Nas informações que foram mandadas pela própria Embaixada inicialmente, não havia o nome do Sr. José Ricardo, depoente. Nós pedimos uma repetição dos nomes, e aí é que mandaram o nome do Sr. José Ricardo, uma presença óbvia, da qual nós já tínhamos conhecimento desde os primeiros momentos da investigação.

A pergunta é: a sua presença lá, custeada pela Precisa, era a pretexto de quê? Em que aspecto da importação do imunizante V. Sa. poderia colaborar?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Suas viagens aconteceram antes ou depois do contrato da compra da Covaxin?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A compra da Covaxin ocorreu no dia 25/02/2021. Foi assinado o contrato do Governo brasileiro, através do Ministério da Saúde, com a Covaxin, através da Precisa Medicamentos, contrato este que o Governo tentou manter, apesar das denúncias da Comissão Parlamentar de Inquérito, e que o levou até a data em que a Covaxin descredenciou a Precisa; só a partir daí é que o Governo cancelou o contrato, que, até então, estava tentando, de todas as formas, manter.

V. Sa. viajou com o pessoal da Precisa Medicamentos além desta oportunidade e em quantas outras oportunidades?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não viajei em nenhuma outra oportunidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não viajou em nenhuma outra oportunidade.

Quem, além dessa relação citada por mim, estava presente, em nome da Precisa, na Índia, que não foi relacionado, a exemplo do seu caso na primeira relação fornecida pela Embaixada?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Desculpa, Senador, eu não tenho a lista que o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acabei de ler a lista para V. Sa.

As seguintes pessoas estiveram na Índia: Francisco Maximiano, Emanuela Medrades, Danilo Trento, Felipe Maximiano, Raphael Barão, Elson de Barros Gomes, José Leonardo, Ananda Gomes, José Ricardo Santana, Elaine Giglioli, Ingo Raul e Michel Rodrigues. Além destes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tudo pago pela Precisa.

Além destes, quem estava mais nessa viagem?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Por orientação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nome da Precisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação, por favor, com Elaine Cristina Giglioli?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Esse nome não me é familiar, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor esteve com ela na Índia.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – O nome não me é familiar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que lhe é familiar eu tenho certeza que não é. Eu quero saber qual é a sua relação.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não tenho nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nenhuma relação...

Só para que todos saibam do andamento da investigação, Senador Heinze, a equipe da Comissão Parlamentar de Inquérito levantou que Elaine também esteve nos voos de ida e de volta da Índia junto com o Sr. Ricardo Santana.

Ela – também uma outra informação que já colhemos – recebeu valores da Precisa Medicamentos em 20 de abril e em 7 de maio.

Eu gostaria de saber: V. Sa. conhece Ingo Raul?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ingo Raul Michels Rodriguez?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro desse nome, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem tem relacionamento com ele?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Que me lembre não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Novamente, uma outra informação – outra pessoa que esteve na Índia com José Ricardo Santana, segundo constatado pela equipe de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito –: o Sr. Ingo recebeu R$60 mil da Precisa Medicamentos em datas que essa Comissão Parlamentar de Inquérito descreve aqui. Ele, o Ingo, é proprietário da Fyl E-commerce Ltda., que é uma empresa de sua propriedade. Não se sabe a que propósito estava também prestando serviço nessa importação da Covaxin.

Qual é a sua relação com Sr. Raphael Barão Otero de Abreu?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro desse nome, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. também esteve com ele na Índia.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é proprietário da Barão Turismo, viajou para a Índia no mesmo voo seu e sua empresa recebeu também altos pagamentos da Precisa.

Ele, por acaso, que tem uma empresa de viagem, atua no setor de medicamentos também? Pelo menos essa informação talvez V. Sa. possa trazer.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro do nome dessa empresa, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor não sabe dizer se as empresas de Raphael Barão prestam serviço à Precisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe dizer que as passagens utilizadas por V. Sas. foram compradas por essa empresa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece Emanuela Medrades, Diretora da Precisa, que esteve aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim, conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o seu relacionamento com ela?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Tenho uma relação superficial, profissional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes encontrou-se com ela na Índia?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa Medicamentos já fez algum pagamento a V. Sa.?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo 2, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Impressionante!

Qual é a sua relação com o Coronel Marcelo Blanco da Costa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Nenhuma relação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Foi a primeira vez que o senhor o viu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhuma relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi a primeira vez, no jantar?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Que eu me lembre, foi a primeira vez que eu encontrei com ele, nesse jantar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Jantar, não: chopinho de fim de tarde, *happy hour.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Ah, chopinho...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Aliás, para que era esse *happy hour,* esse chopinho aí?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu tive um encontro social com o Sr. Roberto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vocês não estavam ali comemorando a celebração do acordo com a Precisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do contrato assinado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do contrato, que é a mesma data.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi no dia do contrato.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Contrato assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato foi assinado em 25 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do acordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Do acordo do contrato.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele, é bom lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi mera coincidência, então, no dia 25 de fevereiro...?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É bom lembrar, Senadora Simone, que ele ainda... Esta informação também é nova: nós não sabíamos que neste momento ele era funcionário do Ministério da Saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da Anvisa, em fevereiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí é mais grave ainda.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É mais grave, porque ele era nomeado e recebia salário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí é mais grave. É mais grave ainda!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Em 2021...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, aí é 2021, não era a Anvisa, não. Ele não era da Anvisa, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Ele não era mais da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele já não era mais da Anvisa. Isso aí foi em 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Renan! Sr. Presidente Renan!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O chopinho foi em 2021.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah! Era funcionário do Ministério da Saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aliás, era do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O chopinho foi para celebrar o contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele era funcionário do Ministério da Saúde.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente Renan, eu queria pedir a V. Exa., se o senhor me permite fazer alguma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, claro.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É porque eu vou ter que sair em seguida. Só vou fazer uma colocação, pedindo o seu espaço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Com muito prazer.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Eu nunca vi alguém deixar um... Como é que o senhor assumiu a Anvisa? O senhor pode dizer bem rapidamente? Indicação? Como é que foi?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Na época, eu era da... Eu trabalhava na Apex-Brasil e recebi o convite do Presidente anterior para assumir, como Secretário Executivo, a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, eu queria dizer o seguinte: eu nunca vi alguém sair de um emprego que nem a Anvisa e tal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro era o...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... para ir trabalhar de graça no Governo – viu, Senador Renan? É algo que me estranha.

Eu quero dizer o seguinte: eu me convenço, eu estou convencido de que o Presidente Bolsonaro é um homem de muita sorte, de muita proteção, porque se instalou uma quadrilha para tentar vender para o Governo brasileiro, e não conseguiram. Graças a Deus não conseguiram, porque queriam saquear o Estado brasileiro, entende? Porque cada um que vem aqui, algumas pessoas – que é o seu caso também –, é uma afronta, é uma "mentiragem", é uma conversa descabida, não é?

Então, eu vou... Eu quero que cancelem a minha a minha inscrição aí, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E agradeço essa oportunidade de fazer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agradecemos também muito a sua sustentação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Porque é um absurdo isso! Um absurdo!

Então, o Presidente Bolsonaro é um homem blindado – sabia? –, porque vocês não conseguiram lograr o Estado brasileiro, porque vocês estavam com a quadrilha articulada, montada para conseguir tirar o sangue e as condições do Governo, que poderia salvar pessoas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só um adendo à fala do Senador Jorginho Mello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Jorginho, ele deve à CPI, não é? A Deus e à CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só um adendo. Não, só um adendo. Não, não era de sorte, não. Aqui só confirma o quanto o Presidente era incompetente para nomear Ministros da Saúde, Secretário-Executivo Elcio Franco, deixar um diretor do Dlog, também do núcleo militar, dentro do Ministério da Saúde. Este foi o erro.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Presidente, às vezes, nem sabia, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esse foi o erro.

Não, não discuto. Eu também não vou entrar nesse mérito.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É, é, não vou, não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não, não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concordo com V. Exa., não vou entrar nesse mérito, mas eu fui Prefeita. Nós somos responsáveis, como gestores, pelas escolhas que fazemos...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro que o gestor sempre é responsável...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... em relação aos nossos secretários, ministros.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ...mas era uma gangue para meter a mão no baleiro, roubar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O erro do Presidente da República foi ter colocado...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É impressionante! Ainda bem que não gastou dinheiro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... alguém que não entende de saúde pública, em plena pandemia, onde estava matando aos milhares, um general que também não entendia de planejamento e colocou alguém mais incompetente – agora não sabemos nem se envolvido em irregularidade – na Secretaria Executiva, chamado Coronel Elcio Franco, e aí vem, obviamente, a escala decrescente de poder.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É um bando de gente que tentou saquear o Governo. Ainda bem que não conseguiram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá vendo, Brasil? Obrigado, Jorginho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Vai vendo, Brasil! Faltou a batida na mesa, Senador Renan.

Senador Renan, o Senador Humberto fez uma pergunta que me parece muito pertinente: quando o senhor foi para a Anvisa, quem era o Ministro da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu não vou me recordar de cabeça, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só pegar a data da nomeação.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não vou lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ana, veja aí para a gente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era o Gilberto Occhi, então. Ou era o Barros ou era o Gilberto Occhi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja, na data em que o Sr. José Ricardo foi nomeado para a Anvisa, quem era o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ministro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... Ministro da Saúde. Essa informação é importante, a gente traz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, que sucedeu o Sr. Ricardo Barros por indicação do próprio Ricardo Barros e do Progressistas. É importante o senhor destacar esse dado, que me parece importante, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A última pergunta que eu havia feito era: qual é a relação do Sr. José Ricardo Santana com o Coronel Marcelo Blanco, que esteve também nesta Comissão, depondo? Foi uma pergunta que eu fiz anteriormente, e não colhi a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor pode refazer?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Desculpa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era a relação...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Desculpa. Perdão. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, a responsabilidade, inclusive, foi nossa. Nós estávamos conversando com o depoente.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, foi minha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era a relação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode refazer a pergunta, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era a relação do depoente com o Sr. Coronel Marcelo Blanco da Costa?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só uma retificação – até justiça seja feita – antes de o depoente responder. Na época da nomeação do Sr. José Ricardo para o Ministério, para a Anvisa, o Ministro era o Ministro Henrique Mandetta. É isso? Só para o senhor confirmar.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu fiz uma pesquisa rápida aqui. Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Na Anvisa quem era?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na Anvisa, quem era o Presidente?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – O Presidente era o Dr. William Dib.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não, mas o Ministro da Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Ministro era o Henrique Mandetta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Quando ele foi para Anvisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Dezenove.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É que ele assume o cargo na Anvisa em 2019.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Perfeito. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Ministro da Saúde era o Henrique Mandetta.

Sr. Relator, pode refazer a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual era a relação exatamente do depoente com o Coronel Marcelo Blanco da Costa, que esteve também depondo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e participou, tristemente, de vários episódios dessas negociatas no âmbito do Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, eu sei quem é o Coronel, mas eu não tenho nenhuma relação com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria que todos soubessem – também dados da investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito – que, no dia 02/06/2020, entre 10h20 e 11h48, Ricardo Santana informa a Marconny que está no Dlog do Ministério da Saúde, cujo Diretor é Roberto Dias, e que o Coronel Blanco está lá com eles – estão aguardando alguns Deputados – e que fará o seu melhor para sair imediatamente, assim que terminar o encontro no Dlog. Marconny pede para Santana agilizar pra resolverem logo tudo. Dados extraídos da transferência de sigilo do telefone de Marconny, compartilhados pelo Ministério Público com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Como V. Sa. o conheceu?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Desculpa, Senador, como eu conheci... Desculpa, quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Coronel Marcelo Blanco. Em telefonema, no dia 02/06, às 10h20 – telefonema que durou de 10h20 às 11h48 –, V. Sa. informa ao Marconny que está na Dlog do Ministério da Saúde e que o Coronel Blanco está lá com vocês. Eu estou perguntando exatamente... Já transcrevi aí alguns trechos da gravação em acesso da Comissão Parlamentar de Inquérito. Como V. Sa. o conheceu?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, eu sei quem ele é, mas não tenho nenhuma lembrança de como o conheci.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. mantém algum contato ainda com o Coronel Blanco?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Mas V. Sa. confirma que estava no Dlog no dia 02 de junho?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Nesse contexto, não lembro, Senadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É um telefonema dele, telefonema que aconteceu, dele para o Marconny, que aconteceu no dia 02/06, entre 10h20 da manhã e 11h48, em que o Sr. Ricardo Santana informa a Marconny que está no Dlog, na companhia do Sr. Marcelo Blanco. Eu perguntei como o conheceu, ele não lembra, como, evidentemente, não lembra outras informações, de que, aliás, a Comissão Parlamentar de Inquérito já dispõe. Eu perguntei na sequência: V. Sa. mantém algum contato com ele? Ele aí respondeu que não lembra como o conheceu, não respondeu se mantém ou não mantém algum contato.

Em que oportunidades V. Sa. esteve com o Coronel Blanco e qual foi a finalidade desses encontros?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, não me recordo de nenhum encontro com Marcelo Branco, exceto, evidente, a questão aqui mencionada pelo senhor, que foi o jantar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Sr. Presidente. Ele pode dizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... V. Sa. mentiu nesse telefonema ao Marconny?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Ele pode dizer "sim" ou "não", mas ele não pode dizer que não se recorda depois da fala de V. Exa.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Não me lembro, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. não se lembra se esteve no Dlog com...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. está sendo apresentado...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a uma conversa sua com o Marconny.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com o Marcelo Blanco?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhora. Pela data, não me recordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esquece a data. V. Sa. esteve no Dlog, em algum dia ou em algum momento na sua vida, com o Coronel Blanco?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me recordo de estar com o Coronel Blanco no Dlog.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nossa Senhora...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – O período em que eu estive no ministério é o período que eu mencionei, à época em que dei entrada na minha nomeação. Nesse período eu estava no Dlog.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, V. Sa., desculpa, não mencionou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é essa a pergunta. Não tem nada a ver isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. só disse o dia em que entrou, mas não disse o dia em que saiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nada a ver isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Até agora estou esperando a pergunta.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Infelizmente não me lembro, Senadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não tem nada a ver isso. Humildemente eu confesso: não tem nada a ver uma coisa com a outra. Nós estamos aqui sendo o máximo pacientes pra tentarmos obter alguma contribuição para a investigação, que já, Senadora Leila, avançou bastante, bastante. Quer dizer, nós estamos apresentando diálogos dele telefônicos, material acessado pela Comissão através da cooperação com o Ministério Público, e ele disse que não recorda dos telefonemas que fez. Isso é inovador do ponto de vista da própria investigação.

Roberto Ferreira Dias disse que jantava com V. Sa. na oportunidade da comemoração do contrato da Covaxin e das tratativas para aquisição das vacinas da Davati, do Dominguetti e do Cristiano, que jantava com V. Sa. por ser amigo dele, no dia em que o Sr. Luiz Paulo Dominguetti surgiu para tratar das vendas da vacina.

Eu estou dizendo isso pra perguntar o seguinte: qual é o nível de proximidade, de novo, de V. Exa. com Roberto Ferreira Dias?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu o conheço, e ele é um amigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É seu amigo. E nós já colhemos aqui uma contradição muito grande; nós mostramos que o Roberto Ferreira Dias declarou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que a última vez que teve notícia do depoente foi quando ele era da Anvisa. Depois disso, o depoente saiu da Anvisa, entregou o cargo, deixou de receber mais de R$30 mil e passou a trabalhar com Roberto Ferreira Dias no Dlog. E ele não se lembrava simplesmente disso.

Eu queria só lembrar também que, em mensagens compartilhadas pelo Ministério Público, pode-se perceber nelas que Ricardo Santana e Roberto Dias são próximos, a ponto de Roberto Dias chamá-lo de irmão e de Ricardo conseguir direcionar a agenda de Roberto Dias para os interesses de ambos e de Maximiano, do grupo de Maximiano, do grupo Precisa, todas as vezes que foi necessário direcionar a agenda do Roberto Dias. E temos aqui comprovações disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Como e quando V. Sa. conheceu Roberto Dias?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sr. Senador, eu conheci o Roberto Dias em 2019, à época eu era Secretário na Anvisa e ele, Diretor no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Ele, em 2019, já era Diretor do Ministério da Saúde, do Dlog.

Quem o apresentou a V. Sa.?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, nos conhecemos no ambiente corporativo. Não vou me lembrar quem realizou a apresentação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que frequência V. Sa. e Roberto Dias se encontravam, já que ele o chamava de irmão e V. Sa. mudou a agenda dele em todos os momentos em que a Precisa precisou e Maximiano também precisou? A Precisa precisou e Maximiano precisou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Precisou.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, eu tinha encontros esporádicos com o Roberto Dias, mas não sei precisar quantas vezes, a frequência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sinceramente, esse encontro no jantar, ocorrido no dia da assinatura do contrato da vacina Covaxin, 25 de fevereiro, foi realmente uma comemoração pelo fechamento, naquela oportunidade, do contrato, ou não?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor. Eu tinha um encontro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então qual era o...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu tinha um encontro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O encontro objetivava o quê?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu tinha um encontro social com o Roberto, mas não havia nada a ser comemorado nesse dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual é a versão que V. Sa. apresenta para a chegada do Dominguetti no encontro, em nome da Davati, representando a Davati oficialmente, para tratar da aquisição das vacinas da Davati...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Junto com o Marcelo Blanco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... junto com Marcelo Blanco?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu tinha um encontro com o Roberto Dias, um encontro social – não vou me lembrar da dinâmica desse encontro, mas eu estava com ele –, e chegaram outras duas pessoas: o Coronel Blanco e o Luiz Paulo Dominguetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem marcou esse jantar?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu tinha um encontro agendado com o Roberto Dias nesse dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, quem... A iniciativa foi sua de marcar? Quem marcou?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, eu não lembro quem tomou a iniciativa, mas nós tínhamos combinado de nos encontrar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. E quem convidou o Dominguetti e o Marcelo Blanco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, eu não... Eu não os convidei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não os convidei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não os convidou.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, não. Eu não tinha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não pode colaborar nesse sentido, claro, mas eu vou tentar uma outra colaboração que considero importante para a investigação.

V. Sa. poderia, em poucos minutos, fazer um relato detalhado de como transcorreu esse jantar?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, eu tinha um encontro com o Roberto Dias. Nós estávamos... enfim, sentados à mesa. E, posteriormente, houve a chegada de mais duas pessoas. Então, essa foi a dinâmica. Não sei precisar quanto tempo eles ficaram ali conosco, mas acredito que uns 20 minutos. E foi isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na oportunidade em que vocês estavam juntos, você pode, num esforço de memória, claro, precisar que assuntos foram conversados?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, a gente... Enfim, não me lembro exatamente dos pontos tratados, mas estávamos, enfim, falando amenidades. Eu lembro que o representante, o Sr. Luiz Paulo Dominguetti, claramente era uma pessoa que não fornecia amplo conhecimento na área da saúde. E foi isso. Não teve... Não me lembro de nada específico nessa questão de pontos tratados. Estavam ali, ficaram algum tempo e foram embora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer, ele não conhecia nada e, então, o surpreendeu, claro, o desfecho da conversa, de o Roberto Ferreira Dias pedir US$1 por dose de vacina para vender as vacinas da Davati através do Roberto Ferreira Dias, que já não podia mais negociar sobre vacinas, porque o ministério havia transferido essa responsabilidade, essa coordenação, unicamente para o Coronel Elcio Franco. O surpreendeu o desfecho da conversa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, eu não sei qual foi o desfecho da conversa. Eu sei que foi um encontro ali e eles foram embora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que foi noticiado pela mídia e colhido aqui pela Comissão Parlamentar do Inquérito?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, não tenho mais lembrança sobre esse encontro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não tem mais lembrança sobre esse encontro.

Então, o senhor não lembra em que momento foi pedida, foi sugerida ou pedida a proposta, a propina pelo Roberto Dias?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, eu não presenciei nenhum pedido de vantagem indevida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que forma V. Sa. atuou na negociação da venda da Covaxin?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não atuei em negociação da Covaxin.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a sua viagem à Índia, paga pela Precisa, naquela oportunidade da negociação... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

perguntei aqui anteriormente, foi a pretexto de quê? O que especificamente V. Sa. ajudaria a tratar? E não obtive a resposta. O senhor disse que não lembrava.

Então, isso nos remete para perguntar: Qual foi o seu papel na aquisição da Covaxin pelo Governo Federal?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Roberto Ferreira Dias avisou V. Sa. sobre a participação do Coronel Blanco e de Dominguetti no jantar?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor também não lembra.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que outras oportunidades V. Sa. se encontrou com Roberto Ferreira Dias naquele restaurante?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, só para perguntar, porque o senhor está falando de Roberto Ferreira Dias, até para ficar mais familiar: Roberto Ferreira Dias e Bob são a mesma pessoa, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E irmão.

Roberto Ferreira Dias, Bob e irmão.

Porque ambos se tratavam como irmão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O que eu...

Roberto Ferreira Dias e Bob. Bob é Roberto Ferreira Dias, não é?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor. *Fora do microfone*.) – Não tenho essa certeza, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não ouvi.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Desculpa, Senador. Qual que é...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A pergunta é se é um apelido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu ia perguntar: o senhor conhece o Bob?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ele confirmou, gente, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele confirmou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu não estou ouvindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos adiante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não ouvi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Falou para dentro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a mesma pessoa, é o Bob.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, sim, mas conhece o Max?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – O Sr. Francisco Maximiano? Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Max.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E Bob.

O.k., é só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o Bob.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Engraçado que no Max ele diz "sim", eu não escutei o Bob.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o Bob que não é o Esponja.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a sua relação hoje...

Nós fizemos perguntas com relação aos encontros, a Nise, hoje, com a Sra. Karina Kufa, que é advogada do Presidente da República.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Eu conheço a Dra. Karina Kufa e tenho esporadicamente alguns encontros sociais com ela.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – De onde o senhor conhece ela?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Não me lembro de onde a conheci.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante lembrar que a Sra. Karina Kufa, apontada como advogada do Presidente da República Jair Bolsonaro, por uma emissora de rádio, cadeia nacional, CBN, apresentou – e nós já relatamos isso aqui – os lobistas da Precisa, Marconny Faria e, também, José Ricardo Santana.

Segundo as mensagens fornecidas pelo Ministério Público a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e analisadas pela Polícia Federal, os primeiros encontros entre Ricardo Santana e Marconny Albernaz ocorreram na casa de Karina Kufa, que aproximou esses dois representantes da Precisa.

Qual é a sua relação verdadeiramente com o Sr. Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu conheço o Dr. Marconny e já estive, evidentemente, algumas vezes, com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o conheceu?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro a data em que o conheci, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem negócios com ele?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes se encontrou com ele? Dá para precisar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não saberia precisar quantas vezes eu o encontrei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já que esse verbo é o verbo da moda...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não sei precisar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais uma vez, as mensagens, Presidente Omar, mandadas pelo Ministério Público mostram que ele é o principal responsável pelas tratativas ocorridas entre Maximiano e Trento com Ricardo Santana, que dialogava com Roberto Ferreira Dias e o chamava de Bob, de irmão. Havia essa compartimentação das comunicações do grupo.

V. Sa. confirma que esteve ao mesmo tempo com Roberto Ferreira Dias e Marconny Albernaz?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro de ir a um encontro com os dois juntos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe o que é uma pena? É uma pena, porque aquelas pessoas que não têm nada a temer contribuem, falam a verdade. É o caso aqui do Sr. Coronel Elcio. Ele podia ter dado uma contribuição muito boa ao Brasil e à história dele se tivesse dito a nós, aqui, por que tirou todos os poderes do Roberto Dias, se tivesse dito aqui: "Olha, nós tiramos os poderes dele por causa disso, disso, disso, por isso que eu assumi a compra de vacina, porque existe um *lobby* lá dentro da Dlog para fulano, sicrano e beltrano, e o Governo do Presidente Bolsonaro não admite isso". Poderia ter feito isso aqui, porque não foi à toa que se tiraram os poderes do Roberto Dias. Não se demitiu o Roberto Dias por outras razões, que foram razões de... Mas se tiraram todos os poderes! Então, veja bem, poderia ter nos dado uma contribuição, porque, aí, a gente desmascararia aqueles que vierem aqui para falar não verdades. Porque fica impossível, sinceramente!

Eu até quero consultar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estão aqui, com todo o respeito, mas nós temos que ter um pouco de respeito por nós mesmos também. A forma como nós estamos conduzindo as perguntas, e ele não se lembra de absolutamente nada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a gente tem que mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... é uma coisa que tira... Você está me entendendo? Daqui a pouco, por mais que a gente tenha que manter cautela, sangue frio, ter educação necessária, que é uma questão que nós temos que ter por princípio na nossa vida... Mas, descaradamente, a pessoa dizer que não se lembra... Não se lembra de absolutamente nada! Ele não se lembra de como conheceu o Roberto Dias. Ele não se lembra de como conheceu o Coronel Blanco. Ele vai, senta-se à mesa o Dominguetti, e ele não sabe como o cara chegou ali e participa de uma negociação de 400 milhões de vacinas. Não se lembra de nada! Então, nós estamos aqui fazendo o quê? Ouvindo o cara responder... Quando é para responder, ele responde para dentro, que nem a Senadora Simone conseguiu ouvi-lo. Ele responde com receio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No Nordeste, diz-se assim: "Responde para dentro de uma garrafa".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... quando você finge que respondeu e, na verdade, não responde nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Presidente, eu perguntei para o depoente o seguinte – vou agilizar para encaminhar: V. Sa. confirma que esteve ao mesmo tempo com Roberto Ferreira Dias e Marconny Albernaz?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Excelência, como eu já mencionei, eu não lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembra, não é?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E muito menos a que se destinava esse encontro?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só, mais uma vez, lembrar a Comissão... Veja, quem está nos acompanhando e cada um dos destacados membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito – o Presidente Omar, há pouco, lembrava isso –, o quanto é difícil o nosso trabalho! Nós estamos investigando pessoas acusadas de participarem dessas negociatas todas – no caso do depoente de hoje, de várias negociatas. Eles não respondem, e nós somos obrigados, para não tornar este interrogatório uma coisa monótona, a mostrar o andamento das investigações.

Foi, Senadora Simone, um grande papel acrescentado por V. Exa. a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pela Senadora Leila, pela Senadora Soraya, que colaboraram e colaborarão até os últimos dias, verdadeiramente, para o aprofundamento dessas investigações.

Eu perguntei se ele se recorda do encontro. Ele não se recorda.

Eu queria só lembrar, Presidente Omar, que, em mensagem de Ricardo, em mensagem do depoente para Marconny Ferraz, o outro lobista, o Ricardo diz para o Marconny: não vá à reunião marcada no Departamento de Logística que vai tratar do Mato Grosso, pelo fato de eles dois e Roberto Dias já terem se encontrado em outros ambientes. Ele próprio diz isto: "terem se encontrado em outros ambientes". São dados extraídos do telefone de Marconny, compartilhados pelo Ministério Público com a Comissão Parlamentar de Inquérito. Ou seja, nós apresentamos um telefonema dele, extraído de uma transferência de sigilo do Marconny, e ele não lembra, nega, como, aliás, fez com quase todas as perguntas que nós colocamos aqui.

Eu tenho aqui a cópia do que acabo de mostrar. Numa conversa dele com Marconny, diz o seguinte: "Irmão... nada do amigo responder ainda [sobre o Mato Grosso]... refleti sobre o tema... recomendo não ir... pelo simples dele estar conosco em outros ambientes... mas... de repente, vale avaliar com o D e M... [pontinhos na sequência]".

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ (Para expor.) – Presidente, poderia passar a mensagem, para o depoente poder olhar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir esta mensagem, por favor. Eu peço para exibi-la, por favor, para que todos a vejam novamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor sabe o número do seu telefone celular, Ricardo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hoje, eu não tinha chamado a Izabelle de propósito, mas já dei tanto trabalho...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Izabelle!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... à Secretaria, que eu vou pedir à Izabelle para nos ajudar também.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É a mensagem, Izabelle.

Sr. Presidente, enquanto isso, se ele pudesse... Já que ele não consegue, pelas vias diretas, de forma objetiva, responder à única pergunta que fiz até agora, quem sabe de forma indireta. Ele não sabe quando saiu do Ministério da Saúde. Então, a pergunta é: V. Sa. lembra se estava no Ministério da Saúde ou, de alguma forma, esteve no Ministério da Saúde ano passado, até dezembro do ano passado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto a mensagem está sendo colocada ali.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Se lembra de quantas vezes esteve, está indo ao Ministério da Saúde, foi ao Ministério da Saúde este ano?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Sra. Senadora, a data que eu tenho com relação ao Ministério da Saúde é 25 de março, quando eu preenchi os formulários para assumir uma posição.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E nunca mais foi ao Ministério da Saúde então? Não estava informalmente indo, trabalhando sem receber?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim, senhora. Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estava?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Estava aguardando a nomeação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas estava trabalhando em abril, em maio, em junho?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Em junho não mais porque eu acredito...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Três meses, então, do ano passado?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Pelo que eu me lembro, Senadora, eu acredito que tenha sido por volta de umas cinco semanas a partir dessa data em que foi dada entrada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A partir do dia 25 de março. Então, todo o mês de abril.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Do que eu me lembro foi isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Certo.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – São vários formulários preenchidos e eu estimo isso, cinco semanas no máximo. A minha nomeação não foi efetivada e eu não tinha motivos para ficar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Cadê a mensagem? Essa mensagem foi do dia 29/6/2020, às 15h16. Foi uma mensagem de Ricardo para Marconny.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, o senhor me concederia... Posso levantar só para ver? Eu não enxergo, com todo o respeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não entendo muito de eficácia ocular nem de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas eu acho que não tem problema...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele quer levantar para ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, o senhor autoriza o senhor depoente chegar próximo para fazer a leitura?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor, Sr. Ricardo. Pode ficar à vontade. (*Pausa*.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é a seguinte: V. Sa., em conjunto com o Sr. Marconny, tratou em quantas oportunidades de interesse da Precisa Medicamentos junto ao Ministério da Saúde?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Só por curiosidade, quem é o D e quem é o M?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Essa mensagem não me é familiar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vale avaliar com o D e M.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deve ser Danilo e M?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – D é Danilo; M é Maximiano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para o depoente confirmar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que aqui estavam vendendo a...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não sei dessa mensagem. Eu desconheço essa mensagem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não lembra, não é?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Não lembro.

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ (*Fora do microfone*.) – Essa mensagem é sua?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (*Fora do microfone*.) – Eu não sei.

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ (*Fora do microfone*.) – Mas está ali: "de Ricardo para Karina".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O telefone celular dele, o final. Eu não vou dar o número todo, mas o final do seu telefone celular é 26. O senhor nunca teve um telefone celular com número 26?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está lá, está lá.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Desculpa, eu não...

O SR. ALEXANDRE QUEIROZ (*Fora do microfone*.) – Ricardo para Karina, não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, é porque no celular do Marconny estava...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente, quando ele foi apresentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No celular do Marconny está registrado assim.

Para o senhor ver, Sr. Relator e Sr. Presidente, quais são as referências. Olha, o Sr. José Ricardo conhece o Sr. Marconny na casa de Karina Kufa, que é advogada do Presidente da República. Ocorre dia 25. A referência que o Marconny coloca no WhatsApp é esta: Ricardo Santana, Ministério da Saúde, Karina Kufa. Essa é a referência que o Marconny coloca no celular dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a mensagem dele, mensagem dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A referência, veja, a identidade também.

Teve um evento, teve uma festa aí no dia 25 de maio... Nós estávamos com 22 mil mortos, pelo menos, pela covid-19 no Brasil, e teve um evento na casa da Karina Kufa. Neste evento – repito, nós estávamos com 22 mil mortos pela covid-19 ou um pouco mais que isso no País – festivo, é quando o Sr. Ricardo Santana conhece o Sr. Marconny.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eles se tornam íntimos momentos depois, tanto é que há uma sequência de conversas e diálogos que seguem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chamavam-se de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Passam a se chamar de "amigo".

E a referência, qual é? A referência no telefone do lobista Marconny é "Ricardo Santana, Ministério da Saúde, Karina Kufa". Nunca é demais, Sr. Relator, lembrar que Karina Kufa é advogada do Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De que data é isso aí?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A data aqui é dia 29/6/2020, às 15h16.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 10 de junho de 2020... É dia 26, não é? Dezesseis dias antes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia 29, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dezenove dias antes, tem uma mensagem do Sr. José Ricardo Santana para o Sr. Camilo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Marconny.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Marconny: "A gente vai prosperar ainda muito, amigo, ainda mais, pode acreditar". Eu torço pela prosperidade de todo mundo, nós torcemos pela prosperidade, não temos nada... Mas, veja bem, nós estamos falando de junho de 2020. O contrato é assinado com a Precisa no dia 25 de março...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual dos contratos? O contrato da vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da vacina!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dia 25 de fevereiro de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De 2021, veja bem, oito meses, nove meses e eles ali trabalhando. Nós estamos falando de junho de 2020. Começa aquela reunião com a Nise Yamaguchi, e eu quero esclarecer aqui que o Senador Humberto não disse que a Prevent Senior processou os Senadores, quem fez o processo foi ela contra mim e contra o Senador Otto.

Essa reunião em que o senhor trabalhou muito, a noite toda, era no início do ano, era no início da pandemia, era falando sobre testes, aqui já é falando sobre outra coisa, tem outra coisa e tem outra coisa... E ele não se lembra de nada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Omar, só para colaborar, antes dos oito meses da Covaxin, no dia 29 de junho, V. Sa. acabou de lembrar aqui antes disso, vamos lembrar que, 15 dias antes – e já foi noticiado pela imprensa um passo a passo –, eles estavam comemorando nesta data que V. Exa. menciona, dia 9, quatro dias depois da mensagem colocada do passo a passo de como é que eles iriam burlar o processo de licitação na compra de testes. O Bob, Roberto Dias, ia pegar da Diretoria de Integridade antes de a Diretoria dar um laudo, abrir um processo licitatório dando apenas dois dias para as demais apresentarem proposta – não iam dar conta –, limpava da jogada todas as outras concorrentes para a Precisa ganhar, como ganhou, a compra dos testes. E aí só não aconteceu porque a CGU detectou todas as irregularidades e suspendeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E antes dessa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, essa comemoração, Sr. Presidente, que V. Exa. traz é muito importante: quatro dias depois desta mensagem de eles explicando como é que se daria o processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ele, nessa mensagem ou minutos antes, disse o seguinte: "Isso. Menor chance pra vacilo nessa reta final." E, logo após, ele fala: "A gente vai prosperar ainda mais, amigo. Pode acreditar.".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se referindo aos testes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, o que nós estamos constatando hoje é que os negócios da Precisa no Governo Jair Bolsonaro foram muito além do que vacinas. A gente está falando aqui de testes, ou seja, essa negociação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse contrato era de 1 bilhão. Este contato de testes era de 1 bilhão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De 1,5 bilhão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um bilhão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, veja, o que nós estamos constatando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eles venderam pela Precisa testes para o Distrito Federal, para o Mato Grosso e outros Estados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja, Sr. Relator, o depoimento de hoje é importante por isso, porque nós estamos percebendo, descobrindo que os negócios da Precisa vão muito mais além, vão muito além do que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

tentativa de vender vacina. Quando chegou nas vacinas, já tinha *know-how* de negócios – *know-how*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria fazer a pergunta seguinte, Presidente: V. Sa. confirma que participava de tentativas de inclusive prejudicar os primeiros colocados na licitação de desvio com relação à aquisição de teste rápido no Ministério de Saúde para utilização do produto desse dinheiro, dessa propina em eventos privados, como jogos de pôquer, a pedido do próprio Marconny? Confirma isso?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – De forma alguma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria informar também que há uma mensagem aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito, que o depoente trocou com Marconny, em que este solicitava testes rápidos, e o depoente concorda em fornecê-los.

Uma pergunta seguinte: V. Sa. tratou da licitação de testes para detecção de covid com o Sr. Roberto Ferreira Dias, seu amigo, Bob.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes V. Sa. foi ao Ministério da Saúde desde que saiu da Anvisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo respeito, Senador, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda continua lá? A pergunta que não quer calar, que foi surpreendida pela Senadora Simone, porque não há nenhum registro da sua saída.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É porque ele não entrou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não entrou formalmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem registro. Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não entrou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi assinada nenhuma nomeação dele, então ele não entrou. Ele estava lá informalmente. Então, não tem como ter registro. Ele pode estar indo até hoje lá, mas não vai registrar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é a seguinte: se ele pode ajudar a Senadora Simone...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É simples, nós podemos pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a detalhar em que momento saiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você faz o favor – nós precisamos saber –, Secretário, faça o requerimento ao Ministério da Saúde, mas o Ministério da Saúde tem que mandar imediatamente, senão nós vamos recorrer à Justiça para pegar esses documentos judicialmente, porque o Ministério da Saúde tem atrapalhado as investigações da CPI. E há uma... Atrapalha e muito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito.

Nós pedimos se podemos saber das entradas do Sr. José Ricardo Santana ao Ministério da Saúde, que está lá, deve estar lá o nome dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na portaria inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. As entradas dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Diariamente. Para saber se ele entra hoje ainda, se ele foi ontem lá, se ele foi na semana passada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E se ele esteve lá no dia 2 de junho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Nós vamos pegar por data.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque foi quando da pergunta do Senador Renan, o dia em que ele ligou dizendo: "Estou aqui Dlog, com Roberto Dias", no dia 2 de junho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou fazer um requerimento, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com Coronel Blanco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aprovar um requerimento agora. É um requerimento ao Ministério da Saúde para, urgente, urgentíssimo, saber os dias e a hora em que o Sr. José Ricardo Santana esteve no Ministério da Saúde e em que órgão ele foi. O Ministério da Saúde tem obrigação de ter isso na sua entrada, tem obrigação de ter isso na sua entrada!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ... para prestigiá-lo

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu queria que se fizesse o requerimento.

Em votação esse requerimento.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quais são seus...

Que contatos continuam seus no Ministério da Saúde, Sr. José Ricardo Santana? Que contatos continua a ter hoje no Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Atualmente, no Ministério da Saúde, que eu me lembre, eu não tenho contato com ninguém mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem mais contato com ninguém.

V. Sa. sabe quem é o Sr. Eduardo Marques Macário?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu sei quem é, ele tinha uma posição no Ministério. Eu sei quem é. Eu não o conheço, mas eu sei quem é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tratou com ele a respeito de questões técnicas ou de compras de produtos pelo Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não tive contato com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. solicitou que Roberto Dias tratasse com o Sr. Eduardo Macário sobre a compra de testes de detecção de covid?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Desculpa, Senador, o senhor poderia, por gentileza, repetir a pergunta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. solicitou que Roberto Dias tratasse com o Sr. Eduardo Macário sobre compra de testes de detecção de covid?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo o respeito a V. Exa., por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O silêncio de V. Sa. novamente é incriminador, porque acaba sendo desmascarado por mensagens que temos na Comissão Parlamentar de Inquérito. Mensagens de Ricardo Santana indicam que Roberto Dias conversou sobre testes com Eduardo Macário, que não queria fazer a compra dos testes da marca Abbott, por razões técnicas, por terem sido apontados como de baixa eficácia pelos organismos inclusive internacionais a que competiam fazer essas avaliações. Esses dados também são extraídos do telefonema de Marconny, compartilhados pelo Ministério Público. Isso também evidentemente que é um gancho para que a gente possa chamar aqui, se ainda houver tempo, o Sr. Eduardo Macário à Comissão Parlamentar de Inquérito. E temos aqui todas as mensagens que, para economizar tempo, eu não vou revelar.

Essa empresa participou da licitação do Ministério da Saúde para a compra de testes de detecção contra a covid? (*Pausa.*)

Acho que é Abbott Diagnósticos Rápidos.

V. Sa. apresentou alguma denúncia contra a Alere S.A, empresa que mudou de nome para Abbott Diagnóstico Rápido?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Desconheço a empresa, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso está tudo comprovado e retratado inclusive em mensagens suas.

Essa...

V. Sa. tem interesse de retirar essa empresa da licitação por quê, conforme mensagens?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo respeito, Senador, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. articulou para que o andamento de denúncia contra a Alere avançasse dentro da própria Anvisa? Com que pessoas V. Sa. articulou isso?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo respeito, Senador, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para encerrar, Presidente, eu queria só dizer, informar a todos que essa Comissão Parlamentar de Inquérito tem uma mensagem na qual Ricardo Santana diz a Marconny – mensagem do dia 05/06, às 10h54 – que o assunto subirá para o jurídico da agência por volta das 15h. "O assunto subirá para o jurídico da agência por volta das 15h".

É evidente – e quem mandou essas informações para a Comissão Parlamentar de Inquérito infere – que se trata da denúncia contra a Alere.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Que data é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É 05/06/2021. Atual Abbott.

Eu fiz perguntas sobre isso, apesar das mensagens que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem, e ele não lembra, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, vamos explicar aqui para o depoente e para o advogado que: no início de 2020, ele sai da Anvisa; entra informalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

no ministério; e em março ou fevereiro... Quando é que ele saiu da Anvisa, Senadora Simone Tebet?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dia 23 e a exoneração saiu dia 30.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, dia 30.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dia 30 sai oficial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia 30...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De quê?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – De março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Março, março...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Dia 30 de março; abril, 30 dias; maio, mais 30 dias; e mais cinco dias do mês de junho; 65 dias.

Ele informou a essa Comissão que ele assumiu lá com o Mandetta, aí entrou o Teich, depois o Teich saiu rápido, e ele passou uns 35 dias, não foi isso, Sr. Ricardo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Sim, senhor. Eu saí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... 35 dias...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Saí aproximadamente na saída do Nelson Teich.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quer dizer, na saída do Nelson Teich.

O Nelson Teich saiu em que data, por favor? Alguém lembra?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Foi em 25 de abril, eu acho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Abril. Pois é. O que o senhor está negociando em junho no Ministério da Saúde? O que o senhor está negociando em junho, já sabendo até: "Olha, vai subir às 15h e tal". Como é que é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Setor jurídico da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como o senhor sabe essas horas?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo respeito, Senador, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O senhor disse que conheceu o Sr. Marconny num jantar na casa da doutora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Karina Kufa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Karina Kufa. E deveria ter mais gente lá. O senhor não lembra quem estava lá? O senhor lembra?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, eu não lembro se eu conheci por intermédio ou na casa da Karina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não deram para o senhor lá, nesse jantar, um remédio, uma droga chamada "boa noite cinderela", para o senhor não se lembrar de nada?

Podem ter dado esse negócio para o senhor, por isso que o senhor não lembra; porque é impossível você ir para um jantar que é num apartamento, que tem um cômodo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

só – num apartamento você fica numa mesma sala... Foi num apartamento esse jantar ou foi numa casa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não me lembro se eu participei desse jantar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. O senhor disse que esteve, que conheceu ele lá. Como é que não conheceu o Marconny nesse jantar?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, eu não me lembro onde o conheci.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o senhor falou ainda há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rá-rá-rá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor falou que conheceu Marconny nesse jantar, na casa da Karina Kufa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não lembrava quem estava lá?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não lembro se o conheci lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembra que falou à Comissão Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, só um minutinho.

Dá para pegar essa resposta no início, por favor? Porque foi uma das primeiras perguntas a serem feitas ao senhor. O senhor não lembrava quem estava mais no jantar, o senhor não lembrava de nomes que foram citados aqui, que eu não quero repeti-los – está certo? –, mas eu me lembro de o senhor ter dito que estava... Que conheceu ele na casa, no jantar, e que ligou pedindo... E que a Sra. Karina é que lhe passou o telefone dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, nós todos lembramos. A amnésia não é contagiosa. Por mais que se... Não é contagiosa a amnésia, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem uma amnésia seletiva aqui, mas ela não é contagiosa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá para achar essa... No início, por favor.

Eu vou suspender, enquanto eu não acho... Eu quero ver essa resposta.

Não, vou suspender, Senador Humberto, porque eu não vou estar brincando aqui. Ou eu vou ter que tomar uma atitude que eu não gostaria de tomar...

Agora, uma pessoa que respondeu há pouco que conheceu e agora me diz que não lembra? E o senhor quer fazer que pergunta? O que vocês querem perguntar para ele ainda?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Eu tenho uma série de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguém quer perguntar alguma...?

Não, ele não lembra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Deixe-me ouvi-lo então.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou responder: ele não lembra, não lembra, não lembra! Por favor!

Vocês querem fazer pergunta, querem fazer o discurso, tudo bem. Agora, estar ouvindo que o cara não lembra absolutamente de nada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – O senhor está incriminando ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Procure essa coisa...

Eu vou passar a palavra... Quem é o próximo inscrito?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, Presidente, eu ainda estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda? Mas ele não lembra, Renan!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, mas eu vou só concluir, enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, ele não lembra!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei, ele em várias oportunidades...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou responder por ele. Vamos lá. Pergunte aí. (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou encerrar.

E só lembrando que eu havia perguntado se o depoente conhecia o Sr. Eduardo Macário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não lembra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não lembra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não lembra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que oportunidades o depoente havia encontrado o Sr. Eduardo Macário?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não lembra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembra também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não lembra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se tinha mensagens do depoente para o Marconny tratando de negociações escabrosas no âmbito do Ministério da Saúde? Ele não lembra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí é que ele não lembra mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei para ele se ele havia apresentado, junto à Anvisa, que é essa questão referida há pouco por V. Sa., alguma denúncia contra Alere S.A.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sabe nem quem é Alere. Ele não sabe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não sabe, não lembra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, ele não pode ter apresentado porque ele não sabe nem qual é a empresa de que o senhor está falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe nem de quem se trata.

E aí eu perguntei a que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei as respostas todinhas. Por isso é que eu estou respondendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que mudou de nome, a empresa que mudou de nome, e agora se chama Abbott Diagnósticos Rápidos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, aí ele diz que se reservava o direito de ficar calado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que queria vender testes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nessa ele respondeu: "Eu me reservo o direito de ficar calado", consultando o advogado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí eu disse que, como estava encerrando, eu não ia me permitir ler as mensagens do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, por uma questão de respeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas agora, Presidente, para que talvez isso possa ajudá-lo, eu vou, se V. Exa. permitir, ler as mensagens, que são rapidíssimas – apesar disso, eu sei que ele não vai lembrar.

Ele diz o seguinte: ele lembra do Danilo, ele sabe tudo sobre os problemas dos testes da Abbott nos Estados Unidos e que, em virtude dos problemas que eles tiveram, em termos de eficácia, acurácia, nos Estados Unidos, que ele conhece, queriam despejar os produtos aqui por R$37, e isso, por si só, já é um agravante para desclassificar a aquisição.

Aí ele continuar a dizer: "Onde está o problema?". Ele próprio pergunta. "Esse cara que mandei aí, que é interino, cancelou a aquisição". Ou seja, o problema era porque o cara que ele mandou aí era interino na empresa e tinha cancelado a aquisição. E diz, numa mensagem, mais adiante, que "ele está travando tudo, dizendo que vão abortar a compra dos testes rápidos e comprar o PCR".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que hora é? Que dia é isso, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 02/06/2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, depois de dois dias, ele já diz que vai subir a coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São esses os bastidores do enfrentamento à pandemia que o Brasil, de alguma forma, sobretudo em função da mobilização desta Comissão Parlamentar de Inquérito, da sociedade, dos meios de comunicação, hoje está conhecendo totalmente.

Sr. Presidente, eu queria me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para ilustrar, Sr. Relator.

No dia do famoso encontro, jantar na casa da Karina Kufa, o Brasil tinha 349.113 casos de covid-19, 22.165 mortos, o Presidente da República dizendo que não era coveiro, e esses negócios sendo tratados no Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente, nos bastidores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa por 15 minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, Presidente, eu estou só encerrando, dizendo o seguinte: eu estou indignado, não consigo conter, Senador Humberto, a minha indignação. Estou dizendo isso para pedir desculpas se eu for deselegante, mas nós, durante esse período todo de funcionamento da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Parlamentar de Inquérito, nos submetemos a isso quase que diariamente. Isso é um escárnio.

Então, diante desse escárnio reiterado, repetido, eu queria, Presidente, dizer a V. Exa. que, como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu queria elevar a testemunha, neste momento, a exemplo do que já fez o Ministro Fachin, à condição de investigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não muda nada, porque o *habeas corpus* já diz que ele é investigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, vem cá, com todas essas mensagens tidas pelo Ministério Público Federal do Pará, não houve nenhuma diligência contra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, contra o Ricardo? É ou não é? Ele não sabe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reitero um agradecimento ao Senador Ciro Nogueira por este requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. José Ricardo, seja bem-vindo aqui ao Senado.

Eu queria começar perguntando: V. Sa. é funcionário público?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Com todo o respeito, Senador, eu permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se é funcionário público? Não pode dizer?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, eu não sou funcionário público.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é funcionário público?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A sua fonte de renda, o senhor pode declinar ou prefere não?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Os meus sigilos foram todos quebrados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

Eu quero começar registrando aqui um elemento novo que surge nessa questão da CPI, que é essa Sra. Karina Kufa, como advogada aqui – inclusive parece que já foi citada também em alguma coisa relativa à VTCLog –, advogada do Presidente da República e que parece que advoga pra mais gente, principalmente pra quem tem interesses dentro do Governo.

A outra coisa relevante é esta: é óbvio que uma pessoa que participasse de uma festa em que estava o filho do Presidente da República deveria lembrar – ele não está lembrando, mas seria importante depois nós investigarmos, não é? Porque não cai bem pra um filho do Presidente da República participar de um evento em que estão lá vários lobistas defendendo interesses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Sr. Ricardo, no dia 02 de junho, o senhor e o Sr. Marconny sinalizam que haveria uma reunião no dia seguinte pra tratar de 12 milhões de testes rápidos. O senhor informa que a reunião tem o propósito de desatar um nó e também o senhor ressalta que terá uma participação especial nessa reunião. Deixa eu ler as suas palavras. O senhor diz a ele: "Meu amigo aqui estará às 8h com o Senador" – com o Senador. "Fechou agora na minha frente. Daí explico direito pra eles. O Coronel Blanco está aqui e estamos aguardando eles."

Primeiro, o Coronel Blanco, o senhor disse que não tinha conhecimento de quem era, conheceu nesse episódio agora em fevereiro, desse jantar. Agora, quem é esse Senador? Quem é esse Senador?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo o respeito, Senador, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é sério, viu? Dia 02 de junho de 2020, quando estavam discutindo 12 milhões de testes rápidos e que estavam precisando desatar um nó do Ministério da Saúde – e o nó era esse Sr. Eduardo Macário, que travou o processo de aquisição, como V. Exa. diz –, ele diz: "Meu amigo aqui estará às 8h com o Senador. Fechou agora na minha frente. Daí explico direito pra eles. O Coronel Blanco está aqui, estamos aguardando eles".

Ele conhece o Coronel Blanco, diferentemente do que ele disse aqui: o conhecia em junho de 2020. Não o conheceu naquele dia daquele jantar no *shopping* Brasília. E eu queria saber quem é esse Senador. O senhor lembra?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não lembro, Senador. E, com todo respeito, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Humberto, está batendo, então, esse dia 02. Como eu sei que V. Exa. vai ter um tempinho a mais, esse dia 02 está batendo, V. Exa. acaba de dar a prova que faltava pro Relator, porque o Relator disse que, nesse mesmo dia 02 de junho, tem um telefonema do Sr. Santana, portanto do depoente, informando que estão na Dlog com o Coronel Blanco. É o mesmo dia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, e aqui está claro, porque no final ele diz assim: "Poderia me confirmar a mensagem enviada para o lobista Marconny no dia 05 de junho de 2020 em que o senhor afirma [entre aspas]: 'Max e Danilo, M e D, me ligaram. Eles vão responder essa mensagem da agência Anvisa. Está tudo caminhando bem, tudo dentro das expectativas'". Então, não precisava nem a gente dizer que V. Sa. não veio com a verdade, faltou com a verdade.

Outra coisa que tem: num dos diálogos do dia 2 de junho, Ricardo Santana conta para Marconny sobre o nó, o tal nó no Ministério da Saúde, que estaria na Secretaria de Vigilância Sanitária, com o então Diretor Eduardo Marques Macário. O senhor diz a Marconny: "Tem que botar pressão", tem que botar pressão em Macário para destravar o processo da aquisição dos testes. É parecido com aquele caso da Covaxin e o servidor Luis Miranda, quer dizer, é também o *modus operandi*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador Humberto, só pra lembrá-lo, porque ele se esqueceu, a pergunta foi feita pelo senhor inclusive, Senador Humberto, que perguntou o seguinte. Senador Humberto Costa: "Quantas pessoas estavam nesse jantar, Dr. Ricardo?". Aí eu digo: "Isso". Aí o Senador Humberto reafirma: "O senhor lembra?". Aí o Sr. Ricardo responde: "[...] não lembro quantas pessoas havia...". Aí o Humberto: "Mas era muita gente, era pouca gente?". Aí o Sr. José Ricardo: "Não me lembro, Senador". "Não lembra", o Senador. "Mas o senhor conheceu o Sr. Marconny nesse dia, certo?", o Randolfe pergunta. Aí ele: "Então, eu conheci o Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Marconny, mas eu nem me [lembro] [...]". Aí continua a conversa: "[...] eu nem me recordava que tinha sido nesse dia, não me lembro mesmo". Está entendendo?

Como é que o senhor diz pra gente agora que não esteve nesse jantar?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, o senhor me permite esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, por favor.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu preciso esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pergunta foi feita pelo Senador Humberto.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Só pra esclarecer, com todo o respeito, Senador Humberto Costa, eu não lembro se eu conheci o Marconny no jantar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, eu só estou esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que não foi, o senhor não estava nesse jantar.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, Senador. Por isso me permite esclarecer. Eu não me lembro desse jantar, mas participei, sim, de alguns – evidente – encontros sociais, como já disse, mas eu não recordo se eu o conheci – no caso, o Dr. Marconny – nesse jantar.

Me permita esclarecer, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí depois eu lhe perguntei: "Foi num apartamento [...] ou [...] numa casa?". Aí o senhor disse: "Não, eu não estive nesse jantar". Agora, ainda agora, faz dez minutos atrás, por isso que eu pedi pra Mesa pegar a primeira pergunta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É muita confusão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, ele não pode ser preso por falso testemunho aqui em flagrante, porque ele tem um HC, mas ele pode ser processado e sair no relatório com esse indício de crime de falso testemunho.

Então, é muito importante que ele preste muita atenção nas respostas que está dando, porque ele está se incriminando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Simone.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sim, espere aí, Presidente. Ainda... Não, é para o senhor presidir.

O senhor pode falar alguma coisa sobre essa questão dessa viagem à Índia ou tudo pode incriminá-lo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Com todo o respeito, Senador, por ordem, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora, o engraçado é que, também quando a gente perguntou ao Sr. Max, quando esteve aqui, se o conhecia – e estavam todos os dois lá na Índia –, o Sr. Max respondeu, quando nós perguntamos sobre o Sr. José Ricardo Santana, ele disse: "Me reservo ao direito de ficar em silêncio". Quer ver? Boa coisa não foi feita aí nessa comitiva que foi lá para a Índia, sinceramente. Então, não vou nem perguntar sobre a Índia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O senhor, lá no Ministério da Saúde, passou esse período... O senhor tomou alguma decisão lá, praticou algum ato nesse período em que o senhor estava no Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo o respeito, Senador, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem era que lá assumia? Quem era que respondia pelos atos que o senhor tomava?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo o respeito, Senador, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem indicou o senhor para a Anvisa, para essa função?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu fui convidado pelo ex-Presidente da Anvisa, Dr. William Dib.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não foi o Sr. Reginaldo Arcuri, que representava, na verdade, um laboratório farmacêutico, não? O senhor conhece o Sr. Reginaldo Arcuri?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sei quem é, mas não tenho nenhuma relação com ele.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor chegou a responder a algum PAD relativo ao tempo em que o senhor atuou na Anvisa? Se sim, quais foram os motivos?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor. Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não respondeu a nenhum PAD?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não respondi a nenhum PAD.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Está bem, Sr. Presidente. Na verdade, nessa oitiva que nós tivemos hoje, apesar da recusa do depoente em responder, a gente observa algumas coisas: primeiro, esse discurso que o Senador Jorginho fez aqui é aquilo que o Senador Omar Aziz diz que é conversa de Raimundo para não sei quem. Ele vem dizer... Ele chega, ataca, agride o depoente, diz que é picareta, que não sei quê, mas que Jair Bolsonaro estava protegido pelos deuses, porque o que tinha de picareta querendo roubar o Governo... Essas pessoas só atuaram pela leniência deste Governo. Essas pessoas que ele chama de picaretas só estavam no Ministério da Saúde e em outros lugares porque este Governo, além de incompetente, é irresponsável. É um governo que não tem nenhuma transparência e que não tem nenhuma preocupação no sentido de criar mecanismos de controle para que esse tipo de coisa não aconteça.

E mais: vai para frente, vai para trás, aparece quem, sempre, nessas histórias? Quem era o amigo do peito da Precisa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem era?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Diga!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem? Quem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Me diga!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem? Quem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ricardo Barros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem um grupo. Tem um grupo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ricardo Barros é um deles. Quem é o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Roberto Dias, o operador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem é o amigo do peito do Tolentino?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ricardo Barros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem é amigo do peito do Roberto Dias?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ricardo Barros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ricardo Barros é quem? É o Líder do Governo! Então, esse discurso de que aconteceu esse negócio todinho e o Governo não sabia... Das duas uma: ou o Governo estava envolvido, o que eu acho que é a possibilidade maior, ou é um Governo tão incompetente que está todo mundo ali, ao seu redor, buscando obter todo tipo de vantagem, em uma área relevante como é a área da saúde, e em meio a uma pandemia.

Eu não acho que esse depoimento foi ruim não, ele foi muito bom. Eu achava até que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, foi ótimo. Foi ótimo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu achava até que o Dr. Ricardo iria se sair melhor, iria... Nem sabia que ele tinha tanto envolvimento, quando a gente vai vendo é que a gente vai descobrindo que tem.

E ele só vem corroborar tudo o que a gente tem dito aqui na CPI, dos desmandos que esse Governo tem, e a outra coisa, uma prática, não é? Eu nunca vi Governo que convida uma pessoa para trabalhar numa área importante como é o Ministério da Saúde e a pessoa fica lá um mês, dois, sem ser nomeada.

Inclusive V. Sa. cometeu, acho que involuntariamente, um crime, que é o de usurpação de função pública. Vai ter que responder, isso está no Código Penal.

O Sr. Wizard, aquele que ficou rindo de cinco pessoas que morreram, depois de vinte pessoas que morreram, depois de mais não sei quantas pessoas que morreram, porque ficaram em casa, aquele cidadão passou mais de um mês no Ministério da Saúde sem ser nomeado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... criando ideias rocambolescas, como aquela ideia de mudar a forma de contagem das pessoas que morriam. Então, é um exemplo desse Governo que nós estamos vivendo hoje.

Foi muito bom o depoimento de V. Sa. para a CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Humberto, me permite, V. Exa. pode de novo falar da data, não entendi, do dia 02 de junho? O que V. Exa. trouxe para nós.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Não, eu trouxe aqui que no dia 02 de junho, o Dr. Ricardo, juntamente com o Sr. Marconny, faz uma sinalização de que no dia seguinte, dia 03, haveria uma reunião para tratar da compra de 12 milhões de testes rápidos, que a reunião tinha o objetivo de desatar um nó, o nó era um servidor chamado Eduardo Macário, que travou o processo de aquisição e sem ele, Eduardo Macário, "meu amigo aqui não pode concretizar a compra".

Eu não sei nem quem era esse amigo. Quem era esse amigo? Era o Roberto Dias?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aí, qual é... O que está dito lá? "Meu amigo aqui estará lá às 8h com o Senador".

Eu queria saber quem é esse Senador? Quem é esse Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Atentai, Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vai vendo, Brasil.

Quem é esse Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Atentai, Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Queria saber quem é esse Senador...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... iria ajudar a resolver o negócio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nesse mesmo dia, tem um telefonema do depoente informando ao Marconny que estava na Dlog com o Coronel Blanco. Ele disse que não se lembra.

Eu estou aqui agora, fui informada pela CBN, pelo jornalista César, que na cópia da portaria da entrada das pessoas consta um senhor de nome José Roberto Santana.

É isso mesmo o nome?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ricardo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Segundo ele, está aqui, Ricardo Santana, é isso, desculpa, Ricardo Santana.

Nesse mesmo dia 02, onde é que ele estava indo? No Ministério da Saúde.

Em qual departamento?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dlog.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na Dlog.

Qual era a função dele, pelo menos a que consta aqui? Secretário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

De onde? Da Anvisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se apresentou como tal.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Pelo menos é o que consta aqui na mensagem que recebi.

Se isso se comprovar, além de tudo, nós estamos falando do quê? De falsidade ideológica?

Eu gostaria de ouvir, eu acho que é importante. Essa acusação que estamos fazendo é importante.

É José Ricardo Santana o nome de V. Sa.?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É?

V. Sa. foi mesmo, apresentou-se no dia 2 de junho de 2020 ao Ministério da Saúde?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Qual é o horário, Senadora? Não tenho aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aqui não consta.

V. Sa. esteve?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, com todo respeito e por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. se apresentou ainda como Secretário da Anvisa no Ministério da Saúde, mesmo depois de ter sido exonerado, três meses depois de ter sido exonerado?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo respeito, Senadora, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente Leila, eu vou pedir que retire a minha inscrição. Eu já estou satisfeita com o depoimento. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k., Senadora Simone.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou só concluir aqui para dizer o seguinte... Mais uma vez, fica evidente também uma outra coisa: ainda bem que existe estabilidade no emprego, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois é, Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que o Governo quer derrubar. Quer dizer, esse funcionário, Eduardo Macário – não é? –, parece que impediu, entre outras picaretagens aí dos integrantes desse Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Humberto...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É, certamente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... entre outras conquistas desta CPI, eu acho que ela serviu para defender a estabilidade do emprego dos servidores públicos. Porque, veja: dois servidores nós já encontramos aqui que salvaram os nomes do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Três, o William. Lembra o William.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O William também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Três: Luis Ricardo, William e o Sr. Macari.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No final a gente faz uma homenagem a eles, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Amigos, como já foi declarado pelo nosso Presidente, nós vamos suspender esta sessão por 40 minutos improrrogáveis.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não vou... Eu solicito, não sei se...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu solicito a retirada da minha inscrição, já estou...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Satisfeita.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... insatisfeita com o depoimento, por isso eu retiro a minha inscrição, porque, com isso, eu dou por encerrada a minha participação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Senadora Simone.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senadora Leila, quantos inscritos ainda? Porque talvez...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Com a retirada do nome da Senadora Simone, nós temos o Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Luis Carlos Heinze; e o senhor é o próximo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E Girão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E Girão, exatamente.

No remoto, temos o Senador Fabiano Contarato e Jean Paul.

Suspensa por 40 minutos, amigos.

Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 40 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, só para informar ao Sr. Ricardo: Sr. Ricardo, nós recebemos aqui, através da assessoria do Senador Alessandro, uma informação do *site* de jornalismo de dados do Fiquem Sabendo.

O senhor entrou no Ministério da Saúde 27 vezes nos últimos dois anos. Em todas essas 27 vezes, foi para ir para o Dlog. Todas as vezes que o senhor lá entrou, foi para ir para o Dlog, pelo *site* Fiquem Sabendo, quer dizer, é uma quantidade bastante expressiva. E, todas as vezes que o senhor entrou, foi como Secretário. Está aqui. Tem até o nome das recepcionistas que fizeram esses dados. É o *site* Fiquem Sabendo, jornalismo de dados.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, antes de iniciar a inquirição preliminar, eu queria requerer a V. Exa. que afastasse o sigilo de quatro mensagens de documento que consta nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o de nº 1.826. Na verdade, são cinco mensagens.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o pedido do Senador Randolfe.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Essa medida é necessária porque essas mensagens estão no âmbito, repito, de informações que vieram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a partir do requerimento exarado de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Sr. Presidente, o que nós temos aqui? Acho importante nós contextualizarmos o que, inclusive, o Senador Renan, o Sr. Relator, começou aqui a apresentar. Nós temos um fato que se inicia no dia 23 de maio de 2020. Tem um evento, uma festa, uma recepção, seja lá como se definir, na casa da Sra. Karina Kufa. A Sra. Karina Kufa é advogada do Presidente da República; é importante destacar isso. Nesse evento – já está confirmado, inclusive confirmado pelo próprio depoente –, o Sr. José Ricardo Santana conhece o Sr. Marconny Faria e começa a fazer uma série de tratativas e de diálogos, que se seguem, do dia 23 de maio, pelos documentos que temos, até pelo menos o dia 2 de julho. É o conjunto desses diálogos entre o Sr. José Ricardo Santana e o Sr. Marconny Faria. Já foi dito aqui que, no primeiro diálogo, o Sr. José Ricardo Santana manifesta a satisfação, o prazer, inclusive euforicamente, em ter conhecido o Sr. Marconny Faria.

As investigações do Ministério Público Federal do Pará apontam que o Sr. Marconny Faria é um lobista que atuava defendendo e argumentando, entre outros interesses, os interesses da Precisa Medicamentos. É nesse contexto que começam os diálogos entre o Sr. Ricardo Santana e o Sr. Marconny Faria.

Depois de vários diálogos... Depois de vários diálogos, de alguns desses diálogos, começa a ter uma inter-relação entre o lobista Marconny Faria e o Sr. Francisco Maximiano.

Então, é importante nós contextualizarmos, Sr. Presidente. Nós temos dois grupos que se encontram a partir daqui: o do nosso depoente José Ricardo Santana, que tem familiaridade e intimidade com o Sr. Roberto Dias, que pode ser denominado, a partir de agora, como Bob – é conhecido como Bob, citado e referenciado como Bob em vários diálogos –, aproximando-se de outro grupo, o grupo da Precisa, que o Sr. Marconny Faria está representando, aproximando-se, então, de Francisco Maximiano, de Danilo Trento e de outros personagens da Precisa.

Num desses diálogos, Sr. Presidente, é encaminhada uma mensagem pelo Sr. Marconny. Eu queria aqui iniciar, perguntando ao Sr. José Ricardo Santana se ele reconhece essa mensagem de que foi afastado o sigilo agora, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A primeira, a de cima. Pode aproximar?

Sr. José Ricardo, o senhor reconhece essa mensagem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não vai conseguir ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode se aproximar. Por favor, pode se aproximar lá.

O senhor reconhece daí, quer chegar lá perto?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (*Fora do microfone*.) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Randolfe, só para esclarecer: esse Bob é o Roberto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ferreira Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque o Senador Eduardo Braga tem um assessor chamado Roberto também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não vamos incriminar o rapaz, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, o apelido lá, entre os assessores mais chegados, é Bob.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como eu já disse, esse é o Bob que não é o Bob Esponja nem o Bob...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é o Bob do Dlog.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o Bob do Dlog.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem confundir com outros Bobs pelo Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. José Ricardo, o senhor reconhece essa mensagem?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador Randolfe, com todo o respeito e por orientação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Sr. José Ricardo.

Então, vamos contextualizar, Presidente Omar, Senador Renan, nosso Relator, e Senador Humberto: essa mensagem foi encaminhada por Francisco Maximiano; Francisco Maximiano encaminha essa mensagem, no dia 4 de junho de 2020, para Marconny; Marconny encaminha essa mensagem para o nosso depoente, José Ricardo Santana, para que o Sr. José Ricardo Santana encaminhe essa mensagem para o Bob, o Roberto Ferreira Dias, que é quem iria fazer a operação.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Humberto, nós estamos aqui diante de uma arquitetura, a arquitetura de um crime. Não à toa, a mensagem encaminhada pelo Sr. Francisco Maximiano diz o seguinte, Sr. Presidente: essa é a arquitetura ideal para prosseguir.

Veja só, Presidente: Bob avoca o processo que está na Dintec, pode alegar necessidade de revisão de atos; Dintec devolve sem manifestações; Bob determina que a análise deve ser feita nos termos do projeto básico, de acordo com a ordem das empresas apresentadas pela área técnica que avaliou a especificação técnica do produto; 4 – a área técnica da Dlog solicita, dos seis primeiros classificados pela Saps, a última manifestação, datada de 6 de maio – veja os detalhes que tinha, Sr. Presidente! –, em até dois dias úteis improrrogáveis e de caráter desclassificatório, a apresentação da amostra de cem testes e os documentos exigidos no PB para habilitação, dentre eles a DDR (Declaração do Detentor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de Regularização) do produto, que autoriza a importação de mercadorias por terceiros. A Dlog analisa...

Enfim, o último item, Sr. Relator: empenha e contrata.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – E contrata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Empenha e contrata.

Agora, antes de passar para as outras, voltemos lá, voltemos lá, voltemos lá, por favor, lá.

O que chama atenção, Sr. Presidente... Essa é a arquitetura ideal para prosseguir, Sr. Presidente. É a arquitetura do crime. Essa era a arquitetura da fraude em licitação que deveria vir a ocorrer para desclassificar duas empresas que já tinham vencido o certame licitatório e beneficiar quem? A Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe, na própria história da corrupção do Brasil, de que se tem notícia desde o descobrimento, talvez seja – esse documento é inédito por isso – a primeira vez em que alguém descreve o caminho do crime.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O caminho do crime! Presidente, veja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um documento inédito, histórico, é o caminho do crime.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, veja: o que eu conversei com técnicos especialistas em investigação, Presidente, é que nunca tantas digitais de um crime, de um processo de fraude em licitação ficaram tão claras como neste aí.

Mas vamos prosseguir nas outras mensagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja, veja mais adiante. Essa é uma outra mensagem encaminhada pelo Sr. Francisco Maximiano para o nosso depoente, a partir do Sr. Marconny.

Veja lá... Bob... Quem é Bob? Roberto Ferreira Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, não vão confundir com Bob Marley, não vão confundir com outros.. Esse Bob é específico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com Bob Esponja....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o Bob do chope, é o Bob da Precisa, é o Bob do Dlog e, agora, é o Bob do "amigo", "irmão" do nosso depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos, Ana, só à mensagem anterior?

Veja, na mensagem anteriormente encaminhada, é a continuação do procedimento criminoso.

Vamos mais acima? Mais acima está lá. "Bob [Roberto Ferreira Dias] está lá no MS. Estava ainda agora há pouco no gabinete do Ministro".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Que foi demitido, exonerado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ministro, na época, General Eduardo Pazuello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – ... como consequência da CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

Mas sigamos no procedimento. Veja, veja mais adiante, veja mais abaixo. É a mesma conversa do Marconny para o nosso depoente. "Boa tarde! Só para você compreender que a equipe lá dentro [dentro de onde? Do Ministério da Saúde] está afinada, aguardando o Bob [eita Bob poderoso, hein, Sr. Presidente?] evocar o processo. Veja como ficaria o passo a passo". E o passo a passo está lá em cima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas esse aí é do Marconny?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse daí é o celular do Marconny. Tanto é, que... Veja, é importante a gente sempre citar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu não entendo como o Ministério Público Federal do Pará não fez busca e apreensão na casa do Bob – porque o Bob também... Tem outras coisas aí do Bob que vão aparecer mais tarde. Hoje ainda aparecem algumas coisas do Bob –, não tem, não fizeram nada.

Aqui, veja bem, ele diz... Olha aqui... Pega lá para mim, por favor? Isso! Volta... "Boa tarde! Só para você compreender que a equipe lá dentro está afinada". Veja bem, não é o fulano está afinado, é uma equipe que está lá afinada; quando se fala em equipe, se fala em mais de um.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um time!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um time!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um time que está afinado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma equipe de futebol de salão – será? – ou de futebol de campo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em português mais claro, é uma quadrilha – uma quadrilha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode ser chamada de organização criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas veja bem... Só para fazer aqui um... Dentro do serviço público, dentro do Ministério da Saúde tem servidores exemplares. Nós não podemos generalizar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Não estou generalizando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Eu só estou colocando aqui. Até pedimos auxílio desses servidores exemplares...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que nos auxiliem a descobrir quem é essa equipe que macula o trabalho excepcional de muitos servidores dentro do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, pra quem tem muitas informações, é espantoso o General Pazuello, o Coronel Elcio Franco não terem descoberto que equipe, que time é esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Blanco, Coronel Helcio com "h".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, lá tem um time, tem uma equipe, tem um grupo de pessoas que já estava afinado para destruir uma licitação correta pra colocar uma porque tinha benefícios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, vai mais adiante. Ainda vai mais adiante. (*Fora do microfone.*)

Tinha um passo a passo de como cometer o crime.

Vamos para a próxima, Ana, por gentileza.

Olhe só, Presidente e Sr. Relator: "Isso tudo a toque de caixa, pois a fundamentação da desclassificação dos concorrentes que estão à frente já montamos e já está com o time de dentro". O time de dentro do Ministério da Saúde!

Sr. Presidente... Põe essa última mensagem, inclusive é mais escandalosa. Veja, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se escalar esse time, a gente pode ser hexacampeão, porque o pessoal está afinado. Joga em...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O time...

Sr. Presidente, é importante que todos que estão nos assistindo aqui entendam esse contexto. Veja: está em curso um processo para desclassificação. Tem um processo licitatório pra aquisição de *kits* de testes covid. Duas empresas saem vitoriosas: a primeira colocada é a Abbott e a colocada seguinte é a Bahiafarma. Bahiafarma, Presidente, o senhor lembra desse nome...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa Bahiafarma quem foi presidente foi o primo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De Roberto Ferreira Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E tem o dossiê de Roberto Ferreira Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E em uma das mensagens aqui trocadas é dita uma coisa inclusive – entre uma das várias mensagens trocadas, é dita uma coisa –, alguma coisa do tipo: "Pode ter interesse do Bob, por conta da Bahiafarma".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que agora nós temos que trazer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O primo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o primo do Roberto Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Parece que está Madri, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E daí? Ele vem para o Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não. Onde ele estiver, nacional pode ser trazido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ele tem o dossiê...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que é quem detém o dossiê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... do Roberto Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E eu vou aconselhar o Roberto Dias a fazer uma delação premiada, porque vai sobrar tudo pra ele. O Bob, esse Bob é onipresente, ele está em todo lugar. Se você vir, ele está no *shopping*, ele está na casa de não sei quem, ele está não sei onde. Ele é uma pessoa que tem realmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em todos os lugares, é onipresente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele estava aqui. Ele estava aqui. Eu mandei detê-lo naquele dia, mas depois foi derrubada a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tem um outro detalhe que é muito mais grave. Nós começamos por ele hoje aqui, depois o Senador Humberto, o Presidente Omar e V. Exa. também aprofundaram: essa licitação para a contratação de testes para covid, só esse contrato era R$1 bilhão, e ele começou num estudo realizado, madrugada adentro, na casa da Nise Yamaguchi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No encontro da Nise com o depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, é por isso que o depoimento do Sr. José Ricardo Santana mostra que os negócios da Precisa iam muito além de tentar vender vacina, muito além da venda de vacina.

Presidente, aí, veja, essa é a última mensagem, porque a arquitetura criminosa continua; veja lá, a última mensagem aqui: "Essa é a arquitetura ideal para o processo dos *kits* prosseguir", ou seja, é encaminhado pelo Sr. Marconny ao Sr. Ricardo Santana, para chegar ao Sr. Roberto Ferreira Dias, pelo Sr. Francisco Maximiano; tudo isso é o Sr. Maximiano, da Precisa, que encaminha. Descreve aqui, declina a arquitetura da aquisição dos *kits*: "1. '(Bob ou sucessor) solicita devolução de carga do processo que está na Dinteg'". Veja lá, vamos até embaixo, Ana, por gentileza, vamos até embaixo. Aí, tem passo a passo, passo a passo. O último, o último, o último procedimento: "Empenha e contrata". Então, tem duas mensagens ensinando como é que iria burlar a Abbott, como é que iria burlar a segunda colocada, para beneficiar quem? A Precisa, para acessar um contrato de mais de R$1 bilhão. Era este o golpe em curso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por isso que esta CPI tem especificidade desde o nascedouro. É que ela revela ao Brasil...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela revela ao Brasil um documento escrito sobre o passo a passo da corrupção. Isso é inédito, mesmo nesse mar de corrupção que nós atravessamos hoje, no Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E com aquela senhora, aquela senhora que era fiscal dos contratos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – A Regina Célia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Regina Célia, ela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Regina Célia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

Não, e o tempo que o Ministro Queiroga levou para descobrir o que a CPI já sabia quatro meses atrás e tinha falado aqui. Tanto é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, tudo isso com a fiscalização da Sra. Regina Célia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, tudo passou.

Tanto é, Ministro Queiroga, que o senhor e a CGU só foram falar do contrato da Precisa três meses depois. Depois que a gente já tinha dito tudo que tinha de errado, o senhor ficou... Um cambalacho. Dizia bem assim: "Ó, nós vamos suspender". Aí eu dizia: "Ó, daqui uma semana, duas semanas, eles vão cancelar o contrato". E fizeram um relatório vergonhoso. "Não, não tem quase nada". Como não tem Ministro? Tem, sim, Ministro. O senhor viu ontem o depoimento aqui, Ministro Queiroga, de um cidadão que foi avalista de 1,6 bilhão, e o senhor não sabia. O senhor não tinha conhecimento, Ministro Queiroga?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Neste contrato. E é em outro, e é em outro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro Queiroga, V. Exa. está participando de uma coisa que não pode. A sua história não merece, o que o senhor já passou. O senhor vem de um Estado humilde. O senhor deve ter tido muito sacrifício, sua família teve sacrifício para lhe formar, pra o senhor vir aqui, como Ministro da Saúde, como médico, fazer de conta que não estava acontecendo nada?

Ministro Queiroga, eles fizeram uma coisinha ali... Aqui ficam cobrando: "Olha, não sei o quê, pá-pá-pá". Cadê? Quem demitiu o Bob não foi o Governo, não; quem demitiu foi essa CPI. Senão, o Bob estava lá. Essa CPI é que colocou o "lorota bank" aqui; essa CPI que está trazendo o Seu Ricardo, que estava tomando chope com o Bob e aparece o Dominguetti, um dos maiores empresários de Minas Gerais, para vender 400 milhões de vacinas. Chegou lá e disse bem assim: "Vocês querem vacina?". "Queremos! Então, quantas vacinas você tem?" "Quatrocentas."

Veja bem, desse jeito foi que o povo brasileiro, que essas 576 mil vidas perdidas foram tratadas por algumas pessoas dentro do Governo, dentro do Ministério da Saúde. É uma pena que a gente tenha que ver esse tipo de comportamento.

Sr. Ricardo, sabe para que eram aqueles testes? É para as pessoas não morrerem. E vocês fraudando, vocês manipulando. Aquilo era para vocês todos se juntarem e comprarem os testes para o povo brasileiro ser testado. O Brasil é um dos países que menos testou covid. Sabe por quê? Por causa dessa brincadeira; porque o valor não era o valor humano, era o valor que ia entrar no bolso deles. Nunca foi o valor humano; nunca foi a vida; nunca foi!

Eu não criminalizo empresário. Empresário do bem gera emprego, empresário do bem é importante para o País crescer; mas não nesse momento, porque todos, sem exceção... Não havia ali uma vontade de salvar vidas; o que tinha ali era uma vontade de se dar bem, de se locupletar. E ainda tem nego dizendo que não tinha corrupção, que não pagou nada. Não pagou, não; atrasou a compra! Não se comprou, não se salvou vida, por causa desse tipo de comportamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, deixa eu lhe explicar por que não se comprou, antes que alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

colegas governistas aqui venham dizer: "Mas não teve corrupção, porque não foi comprado nada".

Bom, primeiro, esse processo aí já é criminoso. Tem que ler um pouquinho o Código Penal para saber o que significa tráfico de influência, corrupção passiva, organização criminosa e formação de quadrilha. E, veja, esta organização criminosa que não procedeu essa compra aí não foi desfeita. Quantos outros processos não foram encaminhados e não tiveram vantagem?

E me permita, Presidente, dizer aqui por que não se concretizou: não foi porque teve o parecer somente de um membro da Controladoria-Geral da União ou porque teve uma circunstância ou outra, não. Foi pelo seguinte... E me permita, Sr. José Ricardo, perguntar para o senhor aqui.

No dia 2 de julho, às 9h11, o senhor mandou para o Sr. Marconny a seguinte notícia do *site* Antagonista: "Uma operação que apura irregularidades na compra de testes de Covid-19 pelo governo do Distrito Federal foi deflagrada nesta quinta-feira. São cumpridos 81 mandados de busca e apreensão".

Por que o senhor mandou essa mensagem para o Sr. Marconny? Repito para refrescar a sua memória: o senhor mandou a mensagem no dia 2 de julho de 2020, às 9h11.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador Randolfe, com todo respeito, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

Então, Sr. Presidente, deixe contar o contexto aqui: 2 de julho de 2020, 5h16 da manhã – 5h16, Sr. Presidente, Sr. Relator –, o Sr. Marconny envia para quem? Para Francisco Maximiano, da tela do celular dele, o seguinte: "Operação vazou". Às 8h26, o Sr. Francisco Maximiano, que esteve aqui, liga para o Marconny e, em seguida, pede para Marconny retornar a sua ligação. O Marconny retorna a ligação. Às 9h03 desse mesmo dia 2 de julho, Marconny reenvia duas mensagens para Francisco Maximiano, em seguida apaga as mensagens. Às 9h11, o Sr. Ricardo Santana avisa o Sr. Marconny da notícia de O Antagonista, da operação da Polícia Federal. Que operação era essa, Sr. Presidente e Sr. Relator? A Operação Falso Negativo. E, em seguida, o Sr. Marconny responde ao nosso depoente o seguinte: "Já tinha visto, o Max me avisou".

Aí é que eu pergunto, Senador Humberto: quem é que informa o Sr. Francisco Maximiano da operação, às 5h11? De onde é que vazou a informação da operação? Uma operação da Polícia Federal só quem sabe é a Polícia Federal ou o Ministério Público Federal. Uma operação não começa às 5h16, horário de Brasília, porque, por regra, tem que o sol nascer para iniciar uma operação da Polícia Federal. Antes de a operação iniciar, o Sr. Marconny e o Sr. Maximiano conversam sobre a operação. Este é um outro dado instigante: de onde vaza a notícia da operação? De onde chega para Maximiano? Que forças tão poderosas levam a uma ação da Polícia Federal vazar e chegar ao senhor? Que poder é esse todo que tem o Sr. Maximiano e o Sr. Marconny? – que sabem de operação da Polícia Federal antes que ela ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não acredito. Isso dá para repetir, por favor, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Repito.

Dia 2 de julho de 2020, dia da Operação Falso Negativo, às 5h16.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da manhã?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da manhã, antes de a operação ser deflagrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uma hora, mais ou menos, antes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Antes de ser deflagrada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por volta de 6h, 6h15, 6h30, uma hora depois, foi deflagrada.

Marconny envia para Francisco Maximiano uma tela de celular – entre parênteses –: "Operação vazou?" – com interrogação. Às 8h29, Maximiano liga para Marconny e, em seguida, pede para Marconny retornar sua ligação. A operação é em relação à Precisa. Os dados da operação são vazados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Com o envolvimento de todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De todos. Tanto é que o nosso depoente, duas horas depois, manda a notícia do *site* O Antagonista sobre a operação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu pergunto... Aí vamos lá, não é, Sr. Relator?

Atentai, Brasil! Atentai! Que forças tão poderosas são essas que vazam informação de uma operação da Polícia Federal? Que poder todo tem esse Sr. Francisco Maximiano? – que tem notícia de operação da Polícia Federal com antecedência, antes de interromper os seus negócios. É isto aqui que impede o negócio! O negócio foi impedido por essa circunstância, por essa operação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse negócio do Distrito Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse negócio do Distrito Federal impediu outros negócios que se concretizassem; e depois também o parecer da CGU. A pergunta a fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, espere aí. Essa operação foi em que data?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em que dia?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 2 de julho de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí. Se o Ministério Público Federal e a Polícia Federal tinham as informações todas, como é que o Roberto Dias continuou no Ministério da Saúde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, espere aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí. Só um minutinho.

Porque eu já fui vítima disso, e eles não tiveram essa parcimônia. Pelo contrário, se for procurar no meu celular...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como ninguém pediu o afastamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ou de qualquer pessoa da minha família, não vai encontrar uma linha que comprometa. Zero! Zero! Este Governo, essas pessoas continuaram... Porque aqui o senhor continua entrando, como se fosse a sua residência, no Ministério da Saúde. Como pode? Tem uma operação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois disso tudo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso foi em 2020!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 2 de julho de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso o que eu estou dizendo. Esse pessoal só vai sair no final do ano, por pressão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o Roberto Ferreira Dias só sai depois da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só desta CPI... Ele só sai em abril.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O chope do Vasto – o chope do Vasto... Por isso que nós estamos dizendo, Sr. Presidente: no chope do Vasto... A Davati era o detalhe do chope do Vasto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, isso aí é seriíssimo. Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O central do chope do Vasto era comemorar o contrato com a Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vejam bem... Peraí, a Justiça do Pará... Não digo a Justiça do Pará, eu digo o Ministério Público Federal do Pará e a Polícia Federal, que fez a operação, tinham conhecimento das traquinagens que estavam fazendo dentro do Ministério da Saúde, com dados e documentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a pergunta é: o Presidente da República não sabia?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não pediram para afastá-lo.

Peraí, e o diretor, o Superintendente da Polícia Federal do Estado do Pará não comunicou ao Ministério da Saúde, ao Ministro General Pazuello, ou comunicou? Porque agora nós temos que ouvir as pessoas que fizeram essa operação: por que não tomaram providência e permitiram que eles continuassem dentro do Ministério, fazendo esse tipo de brincadeira em plena pandemia?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é a coisa mais grave que tem aí, Senador, porque, quando você não tem conhecimento, você pode até ser enganado, mas aí há prevaricação, há omissão e há complacência para que as coisas continuem acontecendo, porque fizeram a Precisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Qual foi o mês?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O dia da operação: 2 de julho de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu vou te dizer por quê: porque teve Deputada Federal que anunciou que ia ter operação nos Estados, mas não podia entrar no Governo, porque, senão, o Governo também estaria manchado. Essa é a realidade. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

uma operação com sinais claros, cirúrgicos para atingir alguns e proteger outros. Está aí, está claro, porque a operação foi feita, e tinha que ser feita, seja contra qualquer pessoa, com a Precisa no Governo do Pará, com a Precisa no Governo do Distrito Federal. Mas aí, quando chega em servidores do Governo Federal, se permite que eles continuem no mesmo cargo, com essas provas.

Foi isso que aconteceu, e isso é mais grave do que se possa imaginar. Isso é gravíssimo! Está certo?

Então, há, sim... E tanto é que eram anunciadas as operações. Tem uma Deputada que anunciava: "Olha, os Governadores que se cuidem". Não estou defendendo, por favor; eu estou dizendo: por que o Ministério Público e por que a Polícia Federal permitiu que servidores como o Bob continuassem no cargo no Ministério da Saúde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Talvez...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só saiu com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabem por quê? Para não manchar o Governo Federal. Era política; como são muitas, como foi comigo. E eu não sou hipócrita, eu enfrento.

Então, nisso aí, Senador Randolfe, fica clara a forma como se atua. Por que permitiram que o servidor Bob, que o Sr. Ricardo Santana continuassem dentro do Ministério da Saúde, sabendo que eles estavam fazendo coisas indevidas?

E me desculpem, porque isso é intolerável, isso são amigos e inimigos da lei. Os amigos do poder. Aqui pode; lá, não! Eu não tenho nem o que perguntar mais pra esse cidadão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor pode concluir o que quiser.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe, só um aparte na conclusão do que foi colocado aqui, em muito boa hora, pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É brincadeira! Acham que é brincadeira! Vocês vão ter que provar o quê? Que está nu, pra dizer que os caras estavam envolvidos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Presidente, Presidente e Senador Randolfe, meu Vice-Presidente, o mais grave de tudo isso é que, meses depois de essa bandalheira acontecer – meses depois de essa bandalheira acontecer –, o Presidente da República, que era contra a aquisição de vacina, manda uma mensagem e telefona para o Primeiro-Ministro da Índia para que o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Receber a Precisa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... venda através da Precisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Através de Maximiano, através de Ricardo Santana, 20 milhões de doses. Aliás...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele foi pra Índia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... esse foi pra Índia na comitiva. Não sabe nem – eu perguntei há pouco – fazer o que, mas foi, pela Precisa. E o Presidente da República liga pro Primeiro-Ministro e diz: "Olha, reserva aí, através da Precisa, o único atravessador, 20 milhões de doses da vacina".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Sr. Relator, alguns disseram que não tem corrupção no Governo Federal... Será que não é impressão? Porque alguns disseram aqui nesta CPI...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente deixa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... "atentai, Brasil, atentai"...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente, lamentavelmente – e não tem nada de pessoal –, deixa as suas digitais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... nessa bandalheira toda, que envolveu o enfrentamento da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou nem dizer que é o Presidente, mas alguém deixou, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele... Quem foi que mandou mensagem ao Primeiro-Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não pode. Dá pra entender? Vejam bem. E aí, veja, Brasil, escuta, Brasil, olha, Brasil! Pessoal, foi o seguinte: houve uma operação da Polícia Federal em junho do ano passado no Estado do Pará e no Distrito Federal. Ótimo. Se tem corrupção, tem que investigar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, essa foi só no Distrito Federal, foi a Falso Negativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas teve no Pará também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é a mesma Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a mesma coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o mesmo Maximiano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o mesmo José Ricardo Santana. É o mesmo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Houve a operação – me corrija se eu estiver equivocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ocorreu a operação, correto? A operação detecta mensagens de como era pra se fazer uma licitação dentro do Ministério da Saúde, o.k.? Qual era o papel do Ministério Público Federal ou da Polícia Federal? Se eles não tinham ingerência sobre eles, era comunicar ao superior pra que pudesse abrir um procedimento e entregar essas provas pra quem fosse partir dali, e afastar, pedir o afastamento desses servidores. Comunicar: "Olha, está tendo problema, fulano de tal está envolvido nisso, nós temos evidências de direcionamento de licitações". Não foi feito isso. Não foi feito isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só reafirmando, Presidente, 5h16...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só porque era o seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... da manhã, 5h16 da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas isso aí é um fato, mas o fato grave mesmo é que os órgãos de controle, os órgãos de investigação tinham conhecimento de que o Sr. Roberto Dias – aquele que eu prendi, e a Justiça cancelou a prisão dele – estava mancomunado com um time, com uma equipe, como diz aí, e não foi tomada nenhuma providência.

Alguém foi omisso, alguém prevaricou ou alguém não quis tomar decisões pra afastar essas pessoas no tempo hábil. Pelo contrário, depois disso, quem não afastou também é responsável pela Davati; é responsável também, porque, se tivesse afastado em junho, quando descobriram tudo isso, essas pessoas não estavam negociando vacina esse ano e negociando com a vida dos brasileiros.

Isso é grave, muito grave e merece falar com o Procurador-Geral, Dr. Aras, pra saber por que não foi recomendado o afastamento desses servidores envolvidos em maracutaia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que esses fatos até então não foram investigados? Só foram investigados também como uma consequência da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São coisas inacreditáveis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, Sr. Presidente, deixa lhe perguntar: nós já sabemos que o senhor conheceu o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Brincadeira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só pra perguntar para o nosso depoente, já sabemos que o senhor conheceu o Sr. Ricardo Santana. Eu lhe faço pergunta: além do senhor... Perdão. Sr. Ricardo Santana, já sabemos que o senhor já conheceu o Sr. Marconny.

Eu lhe faço a seguinte pergunta: o senhor foi apresentado também para parentes do Presidente da República, visto que o encontro em que o senhor conheceu o Sr. Marconny, que é o operador de todos esses, que anuncia, que avisa o Sr. Francisco Maximiano da operação da Polícia Federal dia 2 de julho, foi na casa da Sra. Karina Kufa, que é advogada do Presidente da República? O senhor conheceu, foi apresentado para familiares do Presidente da República?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não conheceu? Não conheceu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pior é que sabiam de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sabiam, rapaz, e não tomaram providências.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para ouvirmos o nosso depoente.

Pois não, Sr. Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, nunca fui apresentado a nenhum filho do Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse dia, na casa da Dra. Karina Kufa, o senhor não?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. Porque é o seguinte. A pergunta, Presidente, vem por uma circunstância, porque o Sr. Marconny diz que conhece o Sr. Eduardo Bolsonaro – o Sr. Marconny diz, em um determinado momento, que conhece o Eduardo Bolsonaro – e pergunta para o Sr. Danilo Trento se o Danilo Trento... se queria apresentar o Sr. Eduardo Bolsonaro pro Danilo Trento. O Danilo Trento responde dizendo que já conhece o Sr. Eduardo Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São personagens vários. Danilo Trento, que é funcionário da Precisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da Precisa, é um dos operadores ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é operador no Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

Então, é importante. Eu pergunto e fiz essa pergunta – o Sr. Ricardo está dizendo que não se conhecem –, porque com quem ele dialoga afirma em vários momentos que conhece e pergunta para o Sr. Danilo Trento se o Danilo Trento o conhece, queria apresentá-lo. O Sr. Danilo Trento disse que já o conhece.

Então, só pra concluir, Sr. Presidente, e eu já me delonguei inclusive demais.

No dia 18 de junho, o Sr. Maximiano manda um bom-dia para o Marconny – o Sr. Maximiano, o Francisco Maximiano. E, às 10h, o Sr. Ricardo Santana... Ou melhor, o Sr. Ricardo Santana diz para o Marconny o seguinte: "Bob [olha o Bob de novo, Bob é Roberto Dias] gostou demais do Marconny". Roberto Dias gostou demais de Marconny. Por quê, Sr. Presidente, Sr. Relator, ele teria gostado tanto e ia querer estreitar relações, estreitar relações para os negócios?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tenho a menor ideia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Marconny convida Ricardo para um encontro, diz que precisa conversar com Ricardo, pois ligaram para ele e precisa passar informações para Ricardo – para o Sr. José Ricardo Santana.

No dia 19 de junho, o senhor, o nosso depoente, diz a Marconny que ele gostou bastante da conversa com Bob, com Roberto Dias.

Eu lhe pergunto: qual foi essa conversa que o senhor teve com o Sr. Roberto Dias?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador Randolfe, com todo o respeito, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Mais adiante, o Marconny diz que "vai dar certo" e que ele, o Roberto Dias, o Bob, está ficando "confortável".

Confortável para quê? Eu lhe pergunto: o que é que ia dar certo, Sr. Ricardo Santana? E por que o senhor também diz que o Sr. Roberto Dias é muito habilidoso, e ele estava confortável?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador Randolfe, com todo o respeito, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Mais adiante, Sr. Presidente, dia 23 de junho, o Sr. Marconny diz ao Danilo Trento – olha lá, o Danilo Trento aqui – que está em uma "confra".

Em 23 de junho, Sr. Relator, nós estávamos com mais de 50 mil brasileiros mortos, e essa turma estava fazendo "confra" em cima dos caixões; fazendo "confra" e negócios em cima dos caixões.

Estava numa "confra" com Bob e com o senhor, o nosso depoente Ricardo Santana. Danilo pergunta se terão agenda, encontro naquele dia; avisa que o processo ainda não chegou à mão dele.

O senhor pode dizer que processo era?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo o respeito, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor vai manter o silêncio. Perfeito.

Mais adiante, no dia 26 de junho, mais um diálogo. O senhor organiza uma reunião com Danilo Trento e Marconny – lá vai Danilo Trento de novo! – e com uma diretora da Precisa.

Eu pergunto: a diretora era a Sra. Emanuela? E essa reunião a que objetivava? Qual era o objetivo dessa reunião?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Com todo o respeito, Sr. Senador, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Mais adiante, o senhor diz a Marconny para ficarem alinhados; que Roberto Dias... Que vem uma pessoa de fora de Brasília para a reunião. E o senhor passou a agir para que a reunião fosse mantida. No decorrer das conversas, alguém diz o seguinte: que conversar no aeroporto é complicado.

Por que é complicado conversar no aeroporto, Sr. Ricardo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo o respeito, por orientação do meu advogado, permanecerei em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor vai ficar em silêncio. Perfeitamente.

Eu queria só, para concluir em relação a isso, concluir os questionamentos... (*Pausa.*)

Não, pode deixar. Daqui já concluí.

Em uma das conversas suas, o senhor diz que o chefe está chegando.

Quem é o chefe? É Roberto Ferreira Dias? Quem é? É o Bob? Quem é?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo o respeito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor vai manter o silêncio. Perfeitamente.

Em certo momento, o Marconny – o Marconny! – diz que vai mandar o currículo, vai mandar o seu currículo para o Danilo.

O Marconny manda o seu currículo para o Danilo para quê? Para o senhor trabalhar na Precisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo o respeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor vai manter o silêncio. Perfeitamente.

Muitíssimo obrigado, Sr. José Ricardo Santana. Eu desejo muita boa sorte ao senhor, mas o senhor é parte de uma engrenagem.

Sr. Presidente, Sr. Relator, para concluir, isso tudo que a gente vê, e vendo que o Governo do Presidente Jair Bolsonaro foi eleito com a bandeira do combate à corrupção e alguns colegas aqui insistem na existência ainda dessa bandeira, isso só me faz lembrar um trecho de uma poesia de Cazuza, do nosso eterno poeta Cazuza: "Suas ideias não correspondem aos fatos. Sua piscina está cheia de ratos. O tempo não para".

Eu citei esse trecho para não ter que citar o outro trecho, que é mais forte, e o decoro me impede que seja citado nesta sessão, mas o outro trecho, da mesma poesia, talvez coubesse mais.

Sem perguntas mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Randolfe, o próximo inscrito é o Senador Eduardo Girão, mas nós vamos trocar.

Eu vou falar agora e V. Sa. poderia assumir aqui a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Izalci, a palavra é com V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, a cada audiência aqui nesta CPI, eu fico me perguntando, porque hoje mesmo tivemos mais uma reunião da Comissão do covid nacional. Todas as semanas, desde setembro do ano de 2020, toda semana nós fazemos reuniões presididas pelo Senador Confúcio Moura para a gente acompanhar de perto.

Eu ainda tive o cuidado, aqui no DF, de criar aqui uma Comissão, no DF, desde o primeiro momento também, para acompanhar tudo isso. E a gente fica, assim, muito decepcionado, porque o que nós flexibilizamos na legislação, e nós sabemos a dificuldade que é uma licitação da 8.666, e nós aqui num esforço danado, flexibilizamos muito, exatamente acreditando que na ponta esses contratos seriam feitos de forma correta, sem desvio de recurso, até porque a gente estava tratando de vidas, muitas pessoas morrendo e foi exatamente em função disso, da falta de oxigênio, a falta de material, a falta de tudo, que o Congresso, a pedido, inclusive, muitas vezes dos membros da Comissão do covid, a gente buscava alternativas para resolver isso de uma forma rápida, mas infelizmente o que a gente depara é que houve realmente muita corrupção com relação a essas questões.

Evidente que, pelo que o José Ricardo já colocou aqui, a maioria das perguntas que eu iria fazer ele está colocando que não vai poder responder em função da liminar, do *habeas corpus*, mas eu, de qualquer forma, tenho uma preocupação muito grande, Presidente.

Estava vendo aqui na documentação. A Precisa realmente, há muitos anos – não é de agora, mas há muitos anos –, vem, através da Global, depois através da Precisa, comprando do Ministério da Saúde e dos Estados e aqui no Distrito Federal de uma forma muito especial, porque, cada dia que passa, fica muito claro que tudo que acontece no Ministério da Saúde, que o modus operandi é exatamente o mesmo com relação ao que acontece no Distrito Federal.

Eu já perguntei algumas vezes e estou vendo aqui neste material que uma das coisas que deu origem, inclusive, ao Falso Negativo foi exatamente o teste Livzon. E eu vejo aí que o Livzon está na pauta de venda do Marconny, etc., e dessa turma que estava vendendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E acredito que nesse período em que estava sendo vendido, Presidente, que foi exatamente em maio já, em junho, foi exatamente o período em que, no mundo todo, estava-se recolhendo esse teste rápido, o Livzon. A Argentina recolheu milhares e milhares, a Dinamarca, a própria China e a Índia recolhendo o Livzon, porque não tinha exatamente efeito nenhum. Por isso a Operação Falso Negativo, porque as pessoas iam fazer o teste, o GDF aqui aplicava, então, o teste, todo mundo ia embora com o resultado negativo e, aí, na prática, não tinha efeito nenhum, nenhuma eficácia, esse teste.

E, por incrível que pareça, a licitação, a dispensa de licitação que foi feita no GDF foi um outro teste, o MedTeste, que, teoricamente, pelo menos de acordo com a Anvisa, à época, era um teste mais eficiente, que foi comprado pelo Sesc a R$18 e a Precisa comprou, inclusive, com um preço de 139,90, quase que o dobro do valor do pregão do Sesc, inclusive chegando a comprar um outro lote, de R$180, a unidade, também, da Luna Park, que é a empresa que vendeu aqui para o GDF esses testes.

Mas o mais grave é que, mesmo estando no edital, mesmo tendo tudo isso, a entrega foi do Livzon. E eu estou vendo que o Livzon também já estava na prateleira da Precisa. Então, eu acredito que esse Livzon, que estava sendo devolvido no mundo todo, deve ter sido adquirido a preço de banana, ou até mesmo adquirido como descarte, e foi entregue exatamente ao GDF. E por isso que eu não tenho nenhuma dúvida de que milhares de pessoas, talvez centenas aqui no DF, morreram na expectativa de que tinham feito o teste e de que o teste tinha algum valor. E realmente não tinha. Lamentavelmente, a gente que acompanhou sabe o que aconteceu aqui.

O José Ricardo já declarou – eu estava exatamente nessa linha do Bob, que é exatamente o Roberto, o Roberto Ferreira Dias... Tem aqui os trechos todos dos diálogos que foram feitos. Eu acho que ficou claro para todos nós que o encontro que foi realizado no dia 25 de fevereiro naquele jantar – o contrato foi assinado às 16h30 da tarde daquele mesmo dia –, então, é óbvio que não foi coincidência. Ninguém assina um contrato de 1,6 bilhão e, depois, se reúne no bar para comemorar. Não pode ter sido coincidência isso. Então, isso aqui também já ficou patente, não vou nem discutir sobre isso.

No depoimento do Maximiano, o famoso Max, ele não quis dizer por que o Ricardo viajou para a Índia. Ele não falou aqui, não quis se manifestar. V. Sa. pede para não falar sobre isso, mas todos aqui, acho, tinham muito interesse em saber sobre essa viagem à Índia.

E tem aqui, então, a demonstração que mostra que o Ricardo atuou junto ao Roberto Dias para destravar esse processo das vendas dos testes de covid. Tem o diálogo. Tem a mensagem aqui. A Precisa, através do seu Diretor Institucional, Danilo Trento, mandou para o Marconny o passo a passo, com as instruções, com uma pessoa de apelido Bob, que todos agora já sabem que é o Roberto Dias, como é que ele atuaria dentro do ministério para destravar o processo. E, na mensagem, o Trento detalha esse processo todo, que deveria ser feito a toque de caixa; está escrito isso.

Agora, as mensagens constam do relatório da CGU. A CGU fez isso, apurou essas irregularidades. E está muito claro aqui: "Bob está no Ministério da Saúde. Estava indo, agora há pouco, para o gabinete do Ministro". É o que diz a primeira mensagem. Essa mensagem, inclusive, foi enviada por Trento ao Marconny no dia 5 de junho de 2020. Então, isso está... Ele tem toda a arquitetura ideal de como seria o processo. Está bem detalhado o que é que aconteceu, que o Bob ia avocar o processo que está na Dinteg. Depois a Dinteg devolve sem manifestação. O Bob, então, determina que a análise deve ser feita nos termos do projeto básico, de acordo com a ordem das empresas apresentadas pela área, exatamente como foi aqui. Aqui, as empresas apresentaram um preço, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

desclassificaram as duas primeiras porque não tinham o teste para entregar em 24 horas. Mas a Precisa, que não o apresentou também em 24 horas, foi mantida pelo próprio Secretário.

Então, está escrito aqui: "Após receber as mensagens de Trento, Marconny as encaminhou para José Ricardo Santana". É exatamente isto aqui. É um dos que teria atuado para tentar destravar o processo. Está em toda essa documentação que está aí. Inclusive, o Marconny detalha o que seria essa arquitetura ideal para que o processo dos *kits*, apontado pelo Bob ou o sucessor... Então, independentemente se o Roberto Dias ia continuar no ministério ou não... Nós vimos aqui, durante os depoimentos, que houve um período em que ele estava sendo ameaçado de ser exonerado. Mas, aqui, o Max também envia mensagem. Ele mandou para o Ricardo e mandou também para o Max, que é, evidentemente, o Francisco Maximiano. Então, ele diz, apontando que o Bob ou o sucessor deveria fazer. Então, se entrasse outra pessoa lá – provavelmente, já estava sendo indicada –, ela também faria da mesma forma.

Então, esse é o relatório.

Agora, eu perguntaria... Não sei se seria possível, se poderia detalhar, Ricardo, sobre a questão desse almoço, desse jantar que teve lá, desse chope que teve no restaurante, por que razão o Marcelo Blanco e o Luiz Dominguetti abordaram o Roberto Ferreira Dias no restaurante? Já havia um acerto anterior? A gente precisava saber disso.

Nesse encontro, se V. Sa. pudesse tentar relembrar um pouco... Você está conversando lá com o Bob, que é o amigo Roberto Dias, aí chegam duas pessoas. V. Sa. disse que em 20 minutos, e foi a verdade porque ia ter um jogo – o Blanco disse que tinha um jogo de futebol e que ele tinha que ir para casa, ficou lá mais ou menos 20 minutos –, mas eu acho que algo desse encontro V. Sa. deve lembrar, porque é muito estranho. Você está tomando um chope, chegam dois amigos que falam, e aí foi exatamente no dia em que o Roberto, às 4:30 da tarde, assinou o contrato da Covaxin de 1,6 bilhão, assinou e foi para o restaurante. Então, é muita coincidência. E aí chega o Dominguetti, chega o Blanco, e não falaram nada sobre isso. Eu não sei se vai se manter calado, mas se V. Sa. pudesse pelo menos buscar alguma informação sobre esse encontro, o que realmente falaram com relação ao Dominguetti, porque o Dominguetti fez várias acusações aqui. Ou esse Dominguetti é doido ou pode ter acontecido alguma coisa mesmo.

V. Sa. poderia esclarecer um pouquinho sobre isso? Se lembra de algum detalhe disso?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador Izalci, com o máximo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pelo que foi dito aqui, V. Sa. conhece muito bem o Roberto Dias, que é "irmão". Vocês já tiveram algum outro negócio, independente dessa questão, juntos, tocaram algum projeto juntos, com o Roberto Dias?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador Izalci, com todo o respeito, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Izalci, só um segundo, porque os internautas acabam de mandar aqui novas informações dizendo que o José Ricardo Santana era a peça-chave de toda a bandalheira do Ministério da Saúde há muito tempo. E o responsabilizam também, e eu gostaria de fazer essa pergunta, no momento em que já agradeço antecipadamente a V. Exa.: se ele prestou serviço para a Blau em alguma oportunidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Blau é uma empresa, só para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma das grandes farmacêuticas, que vende para o Ministério da Saúde de camisinha a hemoderivados, remédios e tudo o mais.

O senhor pode, o senhor prestou algum serviço, em algum momento, para a Blau junto ao Ministério da Saúde? Porque da Precisa nós já temos comprovado, tudo devidamente comprovado. Para a Blau?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É o nome de uma empresa farmacêutica.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo o respeito, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa aí é uma das chaves. Foi uma das farmacêuticas que mais evoluiu e passou a monopolizar o fornecimento de produtos para o Ministério da Saúde, através de José Ricardo Santana, de Roberto Ferreira Dias, do Deputado Ricardo Barros. Em todo momento, funcionou esse esquema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que, lamentavelmente, só vem à tona agora, em função desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu teria várias perguntas, mas acho que todas elas estão sendo exatamente para manter o silêncio. Só vou fazer a última aqui.

O Coronel Elcio fez, inclusive, uma portaria dizendo que qualquer tratativa de vacina teria que ser na Secretaria Executiva. V. Sa. já se reuniu com Elcio Franco? Se se reuniu, quando? Por quê? Elcio Franco, que era o Secretário-Executivo.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, nunca me reuni.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não? Nunca se reuniu com ele?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. tinha conhecimento de uma portaria dizendo que era com ele a vacina? Que não era com Roberto Dias? Que seria exatamente com o Coronel?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo respeito, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Presidente, as perguntas seriam essas que foram colocadas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Izalci.

Próxima, pelo sistema remoto, Senadora Leila Barros. V. Exa. tem a palavra por 15 minutos. (*Pausa.*)

Senador Leila, ouve a gente? Nos ouve?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim, agora, sim, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, a palavra está com V. Exa. Fique à vontade.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Eu cumprimento o senhor, o Relator, Senador Renan, Senador Izalci, todos os Senadores e Senadoras que nos acompanham e também os internautas e todos da TV Senado.

Sr. José Ricardo Santana, o seu depoimento nesta CPI é mais um de uma série de depoimentos que demonstram o desgoverno que tivemos e talvez ainda tenhamos no Ministério da Saúde durante o enfrentamento da maior pandemia dos nossos tempos. E, diante de mais de 577 mil mortes, é estarrecedor descobrir o que acontecia no Ministério da Saúde, aliás, descobrir o que não acontecia e como era operado, de fato, o Ministério da Saúde. Bom, só relembrando que, desde a negligência em comprar vacinas tempestivamente de laboratórios reconhecidos por preços mais baixos, passando pela defesa de um tratamento ineficaz que seguramente vitimou milhares de brasileiros e ainda pela transformação do Ministério da Saúde em um balcão, um balcão de negócios.

Fato é, Sras. e Srs. Senadores, e Sr. Relator, que as portas do Ministério foram abertas para empresas como a Precisa Medicamentos, a Davati, a Belcher, o FIB Bank, e devidamente fechadas para a Pfizer e para o Butantan. Vacinas foram negociadas com intermediação da Senah do Reverendo Amilton, do Instituto Força Brasil do Coronel Helcio Bruno, e com o Dominguetti, mas não com a OMS.

Tivemos o "gabinete das sombras", tivemos a tese da imunidade de rebanho, tivemos a cloroquina e até o TrateCov, quase sempre promovendo a negação da ciência no momento em que mais precisávamos reforçá-la. E hoje temos o senhor, mais um personagem desse enredo de negociatas do Ministério da Saúde, mais um que vem e se reserva, claro, o direito na hora de dar explicação, o direito do silêncio no momento mais importante para dar explicações. E pior: um depoente que, mesmo confrontado em muitos momentos com os próprios áudios e mensagens, prefere dizer que não se lembra.

Mesmo assim, Sras. e Srs. Senadores, depois de tudo que foi dito aqui e não dito ou esquecido neste depoimento, tem algo que seguramente não se configura como uma autoincriminação, Sr. Ricardo, e que eu gostaria muito de esclarecer: como, afinal, sobrevive o Sr. José Ricardo Santana? Até porque sua história profissional recente é bastante confusa.

Sr. Ricardo, Sr. José Ricardo, o senhor é uma pessoa muito rica do tipo que não precisa trabalhar para viver?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senadora Leila, com todo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

Pois, se não, vejamos: o senhor largou a Anvisa no dia 30 de março de 2020, correto? O senhor saiu da Anvisa no dia 30 de março de 2020, correto?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, com todo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Quanto o senhor recebia de salário da Anvisa? O senhor tinha outra fonte de renda além da Anvisa, durante o tempo em que esteve na agência?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, com todo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor paga aluguel ou trata-se de imóvel próprio?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, com todo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Depois da Anvisa, o senhor ia trabalhar no Ministério da Saúde a convite do Sr. Roberto Dias, o Bob, seu amigo. Chegou até a preencher formulários de nomeação, o senhor confirma?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, com todo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor disse que ficou cinco semanas trabalhando no Ministério da Saúde sem ser nomeado. Portanto, está claro pra todos nós aqui, sem receber salário. Como o senhor se sustentou nessa época? Onde o senhor morava? O senhor tem ou não tem outras fontes de renda?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, com o máximo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E desde então, desde que desistiu do cargo do Ministério da Saúde, qual foi a sua fonte de renda? Que atividades laborais o senhor vem desempenhando desde a saída da Anvisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora Leila, com todo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor recebeu ou recebe algum tipo de benefício da empresa Precisa, nesses últimos dois anos? Recebeu de alguma outra empresa privada por qualquer atividade desempenhada?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora Leila, com todo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Este ano o senhor chegou até a viajar pra Índia. Eu pergunto ao senhor: quem custeou essa viagem? Foi a Precisa? E por que a empresa lhe pagou uma viagem à Índia?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, com o máximo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E, por fim, é a última resposta, Sr. Presidente, eu pergunto: quem está pagando o seu advogado – os seus advogados, aliás?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senadora, com todo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

Obrigada, Sr. Presidente.

Acorda, Brasil!

Obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Leila.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Leila.

Atentai! Atentai, Brasil!

Senador Eduardo Girão, V. Exa. tem a palavra por 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, desta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Seja muito bem-vindo, Sr. José Ricardo Santana, seus advogados, Alexandre e Oberdan.

Realmente, fica difícil, Relator, a gente fazer o nosso trabalho, fazer as perguntas em que nós trabalhamos aqui em cima, com muita pesquisa, para buscar realmente os dados, confrontar. Eu vejo aqui o empenho de vários colegas tentando se aprofundar, mas infelizmente essas respostas que não podem. E a gente entende, determinação judicial tem que ser cumprida, mas eu acredito que tudo isso talvez tenha ocorrido pelo próprio modo de agir da CPI. Eu acho que, se não tivesse quebrado o sigilo de hoje do depoente que está aqui, ele poderia nos passar mais informações importantes para o Brasil, para que a gente pudesse descobrir realmente o que aconteceu, mas a CPI colocou o carro na frente dos bois. E, aí, o Supremo Tribunal Federal, que mandou esta Casa abrir – a gente precisa lembrar sempre disso –, mandou o Senado Federal abrir essa CPI, acaba deliberando em *habeas corpus* por cima de *habeas corpus*, para que, com o erro da CPI em quebrar sigilo antes de o depoente vir aqui, acontecer esse tipo de situação. Então, a gente está vendo isso diariamente ocorrendo.

A Polícia Federal, Presidente Izalci – que assumiu agora há pouco –, que foi citada, uma das entidades mais acreditadas pelo povo brasileiro, com razão, já fez mais de cem operações durante essa pandemia: é o chamado "covidão". No dia em que eu tentei trazer aqui um requerimento meu, há uns dois meses, mais ou menos, em que eu tentei trazer o Diretor-Geral da Polícia Federal aqui, para trazer esclarecimento para o Brasil, eu fui o único voto, o único voto!

A CGU, Controladoria-Geral da União, que pode trazer dados tão importantes, não apenas para a gente se aprofundar, no Governo Federal, porque a gente precisa caminhar nesse sentido nas investigações, mas também nos bilhões e bilhões de reais enviados para Estados e Municípios de verbas federais, e, aí, já são mais de cem operações da Polícia Federal e 60 da CGU, e simplesmente a coisa não anda, porque não se delibera.

O interessante é que nós conseguimos aprovar – olha só que boa notícia –, nós conseguimos aprovar aqui a vinda do Ministro Wagner Rosário, mas ninguém chama, ficam adiando. Parece que é uma verdade inconveniente, porque, além de trazer os dados do Governo Federal... E muitos Senadores aqui concordaram, concordaram que ele tem que vir, sejam independentes, sejam a favor de Governo, sejam contra o Governo, mas não se pauta, a cúpula da CPI não pauta a vinda do Ministro Wagner Rosário. Por que não? Só porque... Será que é porque ele vai trazer também a 60 operações em Estados e Municípios. Será que é por isso? Porque a verdade precisa aparecer – e vai aparecer. Tudo que está oculto será revelado mais cedo ou mais tarde. A CPI perde credibilidade junto à população, porque não quer olhar a corrupção onde quer que ela esteja. E é isso que a gente quer ver aqui. Quem errou tem que pagar, doa a quem doer; de que lado o político esteja; seja de qual partido; seja de direita ou de esquerda; seja a favor do Governo ou contra o Governo. Mas aqui tudo é muito seletivo.

Consórcio Nordeste já virou algo como um símbolo nacional de corrupção clara, com provas, mas se evita falar esse assunto aqui – se evita. E muita gente morreu. Muitos conterrâneos nordestinos morreram por causa dos respiradores, Senador Izalci Lucas, que foram pagos antecipadamente – uma montanha, montanha, R$50 milhões quase, sem nota fiscal. O senhor, que é um contador... Como é que se paga uma negociação que foi em 20 minutos – 20 minutos, segundo a dona da empresa –, negociação por WhatsApp – ela nunca viu nada parecido –, com pedido de superfaturamento. Ela dá os nomes. E ninguém quer olhar isso. Pelo amor de Deus, onde é que nós estamos? Até quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Mas eu vou aqui fazer as perguntas. Espero que, de alguma forma, algumas perguntas aqui o senhor possa me responder, porque é uma construção da sua vida, para gente entender o que é que chegou aqui. Eu quero deixar muito claro para o senhor, primeiramente, que eu vejo uma articulação muito forte política do senhor. O senhor passou por vários governos, de uma certa forma, por vários partidos que estavam no poder. E eu quero lhe fazer perguntas nesse sentido de uma construção, com todo respeito à sua pessoa, claro.

Eu acho que não é papel nosso, absolutamente, aqui já julgar, já dizer o que que aconteceu, porque isso é abuso de autoridade. Eu respeito esta Casa, eu respeito o Senado Federal. Não faço brincadeira, galhofa, chacota com quem quer que seja. Errou, tem que pagar; mas a gente tem que respeitar o princípio que é do ser humano, que tem pai, que tem filho. E isso eu quero...

Se o senhor puder responder, eu lhe agradeço muito, porque vai ajudar a gente a entender o que está acontecendo.

No Governo Lula e no Governo Dilma, de 2005 a 2015, o senhor foi Diretor de Negócios da Apex? Quem o indicou para o cargo? Qual a sua relação com quem o indicou para o cargo na Apex, Sr. José Ricardo Santana?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador Girão, com máximo respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – No Governo Temer, em 2018, o senhor atuou novamente na Apex. Quem o indicou para o cargo? Qual a sua relação com quem o indicou para o cargo? – já é outro Governo aí.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo o respeito, por orientação dos meus advogados permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor confirma que trabalhou nesses governos? O senhor pode confirmar isso? Eu acho que, de uma certa forma, isso absolutamente não o incrimina.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim, senhor, trabalhei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor trabalhou tanto nos Governos Lula e Dilma quanto no Governo Temer?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto. Eu lhe agradeço demais.

Em 2019, o senhor foi nomeado para ser Secretário Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, da Anvisa, na gestão do ex-Deputado Federal William Dib. Por quais razões o senhor foi indicado para essa importante função na Anvisa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo respeito e por orientação dos meus advogados eu permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Segundo a reportagem de junho de 2017, João Doria, então Prefeito de São Paulo, nomeou o senhor para a diretoria executiva de negócios, para auxiliar na criação da agência de promoção de exportações e investimentos. Pergunta que lhe faço de forma direta e objetiva: o senhor foi ou é filiado a algum partido político?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nunca foi filiado a partido político, embora tenha transitado em alguns governos cujos partidos estavam à frente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não? Como assim? Eu não entendi a resposta. O senhor...

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Eu não sou filiado a nenhum partido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ah, o senhor não foi filiado a nenhum partido.

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas trabalhou nesses governos todos que eu estou citando aqui?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O senhor é conhecido como empresário, mas o senhor passou 14 anos como servidor público. Qual é, afinal, a sua atuação empresarial?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo o respeito, por orientação dos meus advogados permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Segundo reportagem recente, em documentos de investigação do Ministério Público Federal do Pará consta que o senhor atuou junto a Roberto Dias para destravar um processo de venda de 12 milhões de testes de covid. Pergunta que eu lhe faço: qual o seu papel nestas negociações? O senhor participou de outras, além dessa, com Estados e Municípios também?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo o respeito e por orientação dos meus advogados eu permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como eu disse aqui no início, a gente já percebe que o senhor é muito bem relacionado, com relações nos governos federais e estaduais nos últimos 20 anos. Nesse contexto, o senhor foi nomeado pelo PT para a Apex; pelo PSDB, para atuações nos governos estadual e municipal de São Paulo; pelo governo do MDB, para a Apex; e, para um quadro do PSDB, na Anvisa, nesta importante Secretaria de Regulação do Mercado de Medicamentos. Recentemente, o Ministério Público Federal do Pará divulgou sua ligação com a Precisa – essa tão falada empresa aqui, a Precisa – como lobista. Afinal, qual a sua relação com a Precisa? Que vínculos o senhor tem com essa empresa?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo o respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço pela oportunidade, Sr. Presidente Izalci Lucas. Eu terminei minhas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Girão.

Antes de passar a palavra para o Senador Fabiano Contarato, remotamente, só aqui um serviço de utilidade pública, para esclarecer, porque, por incrível que pareça, recebi agora, no meu... Uma reportagem, alguma colocação de que, no intervalo, eu estive aqui olhando a documentação em cima da mesa. Só para informar que aqui tem uma relação de inscritos. A gente tem que saber quando é a nossa vez, para ver que horas a gente retorna para o ambiente de trabalho. É só para informar, que, lamentavelmente, as pessoas, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

vezes, confundem, como se a gente estivesse aqui buscando alguma informação de papéis que estão em cima da mesa, viu, Senador Girão?

Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Ah, sim. O Contarato trocou com o Senador Jean Paul.

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Pois não, Presidente. Eu quero iniciar aqui perguntando algumas coisas, como sempre, tentando furar um pouquinho o bloqueio do incriminatório.

Eu queria saber do depoente se ele é um entusiasmado verde-amarelista, um usuário de camisas da CBF, se participa de manifestações, fez campanha aí com o "Brasil acima de tudo", porque foi aí referido, em uma das mensagens, a frase: "Tudo pelo Brasil". Eu tenho uma certa implicância – vou lhe contar aqui –, tenho uma certa implicância com esse exacerbado patriotismo falso. Vou comentar isso depois da sua resposta. O senhor é entusiasmado patriota, fervoroso usuário de bandeiras, se enrola na bandeira, usa camisa da CBF, foi às manifestações? Participa politicamente, mesmo não sendo partidário ou filiado a partido, dessa onda que nós passamos recentemente – felizmente está se deteriorando –? O senhor participa desse tipo de movimento ou participou?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador Jean Paul, com todo o respeito e por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, essa resposta talvez fosse a mais incriminatória de todas realmente.

Mas, enfim, eu, como dizia, estava refletindo sobre a questão dos *skinheads* verde e amarelos que temos aí, com a Havan, com os outros todos, os papagaios interesseiros, mal-intencionados. Esse pessoal, meus queridos colegas Senadores e Senadoras, me dá cada vez mais engulhos, ânsia de vômito mesmo, nojo, porque, na maioria das vezes – está se comprovando isso –, tratam-se de medíocres, picaretas procurando justificar suas tentativas de projetos mitômanos, que, na verdade, são contra o Brasil, não são a favor do Brasil.

Então, na verdade, quem é a favor do Brasil é a estabilidade dos servidores federais. Mencionamos hoje três que, heroicamente, resistiram ao botar pressão e, felizmente, ainda existe esse instituto que a PEC 32 vem aí tentar tirar, e é disso que eu quero falar.

Brasileiros que perpetram fajutagem na compra de vacina, roubo, corrupção real, embuste na recomendação de medicamentos inúteis, se associam àqueles que aprovam reformas que anulam direitos trabalhistas, previdenciários, assistenciais; se somam àqueles que aprovam venda de ativos estratégicos como refinarias, Eletrobras, Correios – até a Casa da Moeda estão tentando vender –, Serpro, Dataprev; se associam à política de preço de combustível que deteriora o Brasil todos os dias, inclusive o agronegócio, inclusive o comércio e a indústria nacional, porque condenam um País autossuficiente a praticar preço em dólar ajustado em tempo real e submetido à volatilidade internacional, quando nós lutamos por todas essas décadas para ter um País autossuficiente em petróleo. E justificam tudo isso, como nesses casos da vacina e como naqueles casos dos remédios, medicamentos fajutos, com a tal retomada econômica do Brasil, com a prevalência das forças de mercado. "Deixa, libera tudo, deixa acontecer, que o mercado se autorregula." Pessoas malignas.

Enfim, a questão sobre tudo isso é: o Presidente afinal sabia? O Senador Jorginho tocou num assunto importante. Então vamos agora começar com esse argumento de que o Presidente é – como é? – blindado, corpo fechado; que Deus o salvou de um escândalo. O Presidente é incompetente pra nomear, pra supervisionar, pra coordenar os esforços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

entre os Estados, com os Municípios, com as entidades todas que fazem parte do Governo Federal – isso a gente já sabia. A questão é traçar a linha pra saber até onde ele imaginava ou se beneficiou desse processo. Esse é um papo para a CPI tratar, e não vai ficar na conversa só. Tenho certeza de que o Relator, o Vice-Presidente Randolfe, o Presidente Omar perseguirão esse caminho, porque esse é o grande caminho que importa. Afinal, o Governo e o seu líder maior, o Presidente, sabiam, deixaram rolar?

E já há alguns indícios aí, nós temos aí a surpresa, ou a não surpresa, quando o histriônico Luis Miranda coloca para o Presidente e depois resvala e refuga em dar o nome do Deputado Ricardo Barros, mas, se juntarmos aquela conversa toda, o Presidente obviamente sabia que Ricardo Barros aprontava ou fazia alguma coisa por lá.

Então, Senador Jorginho e os demais que tentarem agora nos colocar esse tipo de argumento, isso aí é tão fajuto e tão picareta quanto as coisas que foram colocadas aqui. Isso é fajutagem verbal. Dizer que tem corpo fechado, que Deus ajudou, pelo amor de Deus.

Cuidado, porque já está aparecendo a menção a um Senador. Que Senador foi esse? Ele atuou como lobista? Ele era amigo? Ele era interessado? Ele era investidor nesse processo? Já houve uma prévia defesa, há um tempo atrás – eu vi um vídeo –, do Senador filho do Presidente dizendo que levou o empresário Max ao BNDES pra ajudar num financiamento. Então tem pontes aí de que nós vamos ainda ter que correr atrás.

O que nós sabemos é que a classe dos servidores públicos certamente está redimida para essa malfadada reforma administrativa contra a estabilidade. É o Eduardo Macário – o Senador Randolfe pode me ajudar com o terceiro nome –, Luis Miranda e mais um. Vocês mencionaram aí, não me ocorre agora.

E o que foi feito daquela denúncia sobre a organização do reverendo "revendendo" sediada em Miami? Onde ele colocou? Ou alguém colocou? Ou ele mesmo assinou e não se sabe o Presidente da República Jair Bolsonaro como Presidente da associação? Aqui o documento. Está lá num *file*. Em maio, 15 de maio de 2021. Isso aqui é uma fraude? Alguém usou o nome...? O Presidente não se pronunciou. Está aqui a assinatura eletrônica dele. Ele é associado do tal reverendo, que era associado do Superman, enfim, essa colcha de retalhos que se investiga por aí.

Enfim, outra pergunta rapidamente pra fechar e para tentar mais uma vez, sem ser absolutamente incriminatória. O senhor é especialista em comércio exterior, teoricamente. O senhor considera, pra ser bem leve, que a Precisa, a empresa Precisa, que foi tão decantada aqui e totalmente radiografada e que o senhor conhecia bem, conseguiria intermediar um contrato internacional de R$1,5 bilhão ou mais? O senhor tem algum precedente de casos assim pra nos ensinar? Não, é possível pedalar ou alavancar um capital social mínimo e, com pouco dinheiro, alavancar contratos gigantescos e garanti-los? É possível isso? O senhor acha que é possível isso, irmão? É credível?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador Jean Paul, com o devido respeito, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Infelizmente, porque na verdade isso é uma opinião técnica, não afeta muito, a não ser que o senhor seja aquele que justamente julgou que era isso, que era credível.

E por fim a questão de o senhor ser... Lá naquele papo do restaurante Páscoa – ah, não é Páscoa, é Vasto –, o senhor parece que é testemunha de uma queixa-crime, é isso mesmo? O senhor é testemunha duma queixa-crime apresentada pelo Sr. Roberto Dias contra o Dominguetti? Roberto Dias é o amigo oculto, o amigo imaginário de todos. O senhor é testemunha da queixa-crime apresentada pelo amigo imaginário Roberto Dias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Bob, nessa pendenga contra o Dominguetti? O senhor pode dizer pelo menos isso, porque isso é um documento que deve estar lá, não é?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA – Senador, com todo o respeito, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É porque eu ia perguntar por que o senhor estaria aí como testemunha do Dominguetti nesse caso.

Enfim, não vou nem perguntar se foi feito realmente esse pedido de US$1 por vacina, porque aí será realmente incriminatória.

Presidente, muito obrigado. Eu queria só realmente fazer essa participação e lembrar a importância desses heroicos servidores aí. Esses, sim – não foi Deus, não foi corpo-fechado –, ajudaram a impedir, e também esta CPI – e é importante que se diga –, porque a cronologia dos fatos bate com a da CPI: impediram esses crimes.

Agora, esses crimes existiram. Eu costumo lembrar o seguinte: quando alguém entra na sua casa, invade a sua casa, você não está lá, coloca todos os equipamentos, tudo que vai roubar próximo da porta, e a polícia chega? O crime existiu de todo jeito. Não é porque não levou os bens que o crime não existiu.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates. Realmente nossa homenagem a estes três servidores que impediram a concretização pelo menos dessas operações criminosas. Não impediram a concretização de outras, executadas pela Precisa, como, por exemplo, o contrato para a aquisição de preservativos por parte do Ministério da Saúde. Desses dois – esse episódio dos testes e o episódio das vacinas –, o dos testes foi suspenso por conta da operação da Polícia Federal, e o da vacina Covaxin, por conta da atuação desta Comissão Parlamentar de Inquérito; atuação essa que, como muito bem disse, Senador Renan, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Ricardo Barros... O Sr. Ricardo Barros disse que esta CPI estava atrapalhando. Realmente esta CPI atrapalhou esses negócios. Esta CPI impediu que ocorressem vários desfalques aos cofres públicos – US$45 milhões do contrato da Covaxin – e revela outros esquemas, que, no fim das contas, acabam, a ampla maioria deles, tendo alguma relação com o Sr. Líder do Governo na Câmara, o Deputado Ricardo Barros.

O último inscrito, salvo melhor juízo, é o Senador Fabiano Contarato.

Sr. Relator, há um encaminhamento seu antes?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu apenas formalizei a ampliação da lista de investigados.

E eu queria, no momento em que faço a intervenção, lembrar que, ainda como secretário da Cmed, da Anvisa, o depoente de hoje prestou entrevista, se não me engano, à *Revista Facto*. Perguntado: "Que resultados a Cmed espera obter com a mudança na precificação de medicamentos?". Ele responde da seguinte forma: "Nunca perdemos de vista em nossas discussões internas o consumidor. Segundo: cofres públicos. Neste momento de austeridade e inteligência financeira, esse é outro ponto que a gente não perde de vista mas que, de novo, esbarra no consumidor. [Na defesa do consumidor.] Simples assim. Bolso do consumidor, bolso do cidadão brasileiro".

Imagina, para quem fazia esse discurso, de estar cumprindo um papel na defesa do consumidor e do bolso do consumidor brasileiro, ter participado, nos escaninhos do Ministério da Saúde, dessas bandalheiras todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E perguntado também: "O senhor comentou 100 itens passíveis de mudanças. Além dos comentados, que outros o senhor destaca?". Ele responde assim: "[...] Pela pessoa jurídica, o hospital é provedor de serviços, não de produtos. Estamos trabalhando um mecanismo que dê previsibilidade e transparência para o consumidor, para que saia do hospital sabendo quanto pagou por um medicamento. [...]".

Sr. Presidente, nós estamos vivendo a explosão dos preços dos medicamentos no Brasil, exatamente nessa circunstância econômica que nós vivemos. Esse cidadão que está depondo hoje aqui deixou, por conta própria, de exercer um cargo importantíssimo numa secretaria estratégica na Agência Sanitária, na Anvisa, e foi, a convite do seu "irmão", o Bob, do Ministério da Saúde, que é quem comandava em nome do Deputado Ricardo Barros aquelas bandalheiras lá no ministério, trabalhar...

Não tinha sequer uma formalização empregatícia no ministério e prestava serviços influenciando em todos os negócios, ao ponto de escrever numa mensagem o caminho do crime, como é que se fazia corrupção do início até o contrato e o empenho.

Quer dizer, os internautas estão lembrando que ele, durante muito tempo, representou a Blau, que é a ligação com o ministério, com o Roberto Ferreira Dias, com o Ricardo Barros, talvez o maior exemplo de alguém, pessoa jurídica, farmacêutica, que rapinou os recursos do povo brasileiro no Ministério da Saúde.

É inacreditável que essas coisas continuem a acontecer. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, é evidente, iluminou esse compartimento todo, trouxe a verdade à tona, a conhecimento do Brasil, mas o Governo, e está mais ou menos... Mais uma vez comprovado, o Governo sabia de tudo isso. Quando o Presidente da República pediu ao Primeiro Ministro da Índia para comprar a vacina Covaxin através da Precisa e pediu para que o Governo patrocinasse essa venda para o Brasil, já estavam na Índia o depoente de hoje, o Maximiano, os diretores da Precisa e eles, eu queria só repetir, praticamente invadiram a Embaixada do Brasil na Índia, que, inclusive, ocultou informações, inclusive a presença do próprio depoente, que só depois é que foi descoberta por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

São coisas, Sr. Presidente, verdadeiramente inacreditáveis.

Eu queria dizer ao povo brasileiro que nós estamos na reta final da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu estou dedicado a tarefas simultâneas, eu tenho trabalhado muito com a Comissão para acelerar a investigação. Os últimos depoimentos demonstram exatamente isso. Nós estamos tendo acesso a um volume de informações que é muito grande e que esta Comissão Parlamentar de Inquérito já detém, e estou trabalhando, também, muito para na segunda quinzena de setembro apresentar o relatório final.

É muito importante que o Brasil acompanhe, que continue apoiando o aprofundamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito para que a gente tenha, do ponto de vista da Procuradoria e da continuidade dessa investigação no processo judicial, as respostas que os brasileiros cobram, que todos, evidentemente, possamos dar.

Era isso, Presidente, rapidamente.

Eu tenho, em seguida, uma outra intervenção que eu gostaria de lhe pedir antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro, Sr. Relator, a precedência e a prerrogativa são todas de V. Exa.

Temos inscrito o Senador Fabiano Contarato.

S. Exa. está no ar? (*Pausa.*)

Bom, não conseguindo conectar, então, o Senador Fabiano Contarato era o último inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu devolvo a palavra ao Sr. Relator para, em seguida, fazermos procedimentos de encerramento desse depoimento de hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Queria só lembrar, Presidente, é que no começo era a escuridão do negacionismo; depois as trapaças dos mentirosos; agora vem a amnésia de rebanho. Isso é uma coisa totalmente nova aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Não se lembra de nada; é uma espécie de amnésia de rebanho. Não importa o quanto soneguem, não importa o quanto mintam ou omitam aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós temos um ótimo memorial: documentos muitos mostrando depoimentos cínicos que aqui já aconteceram, como lamentavelmente o depoimento que estamos tendo hoje.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Relator.

Eu queria, antes de concluirmos, só fazer uma última pergunta ao Sr. José Ricardo Santana.

O senhor tem notícias ou acompanhou o contrato da Precisa para fornecimento de preservativos ao Ministério da Saúde?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, com todo respeito, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, respeitando o direito constitucional de V. Exa.

É importante essa pergunta, Sr. Relator, porque, veja, antes que alguém diga, antes que alguém informe, algum colega desta CPI diga que as operações não foram concretizadas, essa dos testes não foi em decorrência de uma operação; a da Covaxin/Precisa, não foi em decorrência desta Comissão Parlamentar de Inquérito; mas a compra de preservativos pelo Ministério da Saúde foi concretizada com a Precisa. E, pelas informações que nós temos, Sr. Relator, outros três contratos, pelo menos, com a Precisa foram concretizados. A Polícia Federal, o Ministério Público Federal, em uma operação, conseguiu impedir um dos golpes, como nós informamos e apresentamos para os brasileiros no dia de hoje. Esta CPI conseguiu impedir um outro golpe, com o adiantamento de US$45 milhões e com o pagamento e execução final de R$1,6 bilhão. Conseguiu impedir esse, mas pelo menos outros quatro contratos da Precisa foram executados pelo Ministério da Saúde durante a gestão do Sr. Eduardo Pazuello, do Governo de Jair Messias Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Seria o caso, Presidente, de perguntar ao depoente também... Nós sabemos que foi o FIB Bank – aliás, cujo representante esteve ontem, aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que era uma fraude só –, que garantiu a fiança dos preservativos.

Nesses outros contratos, foi o FIB Bank, que deu a fiança, Sr. José Ricardo?

O SR. JOSÉ RICARDO SANTANA (Para depor.) – Senador, com o máximo respeito, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O FIB Bank, ao que tudo indica, Sr. Relator, fazia parte – como foi bem batizado pelo Senador Omar, o "lorota *bank*", o banco que não era banco, o banco do esquema –; ele avaliza todos os contratos da Precisa.

Sr. Relator, esses três pagamentos que o Ministério da Saúde fez à Precisa, do contrato de preservativos, totalizaram quase R$16 milhões, R$15,903 milhões. Esses, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Relator, não foi possível, lamentavelmente... Não existia CPI à época, e esses não foram impedidos.

Todas as parcelas foram entregues fora do prazo do contrato. Todas as parcelas desse contrato de preservativos foram entregues fora do prazo do contrato. Esse, lamentavelmente, não foi impedido.

Como nós identificamos, minhas senhoras e meus senhores, no dia de hoje, um *modus operandi* de como a Precisa atuava no Governo de Jair Bolsonaro. Repito: o dos testes foi impedido; o da Covaxin/Precisa foi impedido por esta CPI. E alguns, Sr. Presidente, ainda perguntam por que esta CPI, Sr. Relator Renan Calheiros, perguntam por quê. É para isto: para cumprir a lacuna que outros que deveriam ter o dever de impedir e de investigar, como nós vimos no dia de hoje, não cumpriram. Se, no dia 2 de julho, quando houve a operação Falso Negativo aqui no Distrito Federal, se tivessem naquele momento já tomado as providências para afastar a Precisa dos contratos públicos, os outros golpes que se concretizaram, de R$15 milhões, não teriam sido executados. Repito: do contrato dos preservativos foram pagos quase R$16 milhões fora do prazo, com antecipação do pagamento no contrato. Esse não foi impedido.

Para aqueles que têm a narrativa – muito usado este termo aqui, não é, Sr. Relator –, para aqueles que têm a narrativa de que não foi destinado um centavo, está aqui a prova: R$16 milhões foram pagos à Precisa, mesmo depois desses eventos lamentáveis e tristes que ficaram evidenciados no dia de hoje.

Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, coloco em votação o requerimento de S. Exa. o Relator Renan Calheiros para declarar e atribuir ao Sr. José Alves Filho e ao Sr. José Ricardo Santana a condição de investigados desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Complementarmente, quero informar a seguinte providência adotada em conjunto pela direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em meu nome, em nome do Presidente Omar Aziz e do Relator Renan Calheiros: antecipar para terça-feira o depoimento do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva em relação ao contrato da VTCLog; alterar para quinta-feira o depoimento do Sr. Francisco Araújo Filho, ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, quero determinar à Secretaria desta Comissão Parlamentar de Inquérito que oficie à Polícia Federal para que sejam dadas todas as garantias de vida e todas as garantias de incolumidade física ao Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva em decorrência das informações que esta CPI recebeu.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 48ª Reunião, solicitando dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Repetindo, então, a partir de agora, a agenda da próxima semana: na terça-feira, o Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva; na quarta-feira, o Sr. Marcos Tolentino da Silva; na quinta-feira, o Sr. Francisco Araújo Filho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria lembrar que, informalmente, durante o momento em que fazíamos um lanche, eu lembrei ao Presidente, fiz esse apelo ao Presidente e faço agora a V. Exa. também: nós precisamos marcar o depoimento do Sr. Luciano Hang, que era um notório membro do gabinete paralelo, em comum acordo com o Wizard, que também exerceu o cargo no Ministério da Saúde sem formalidade, a exemplo do depoente de hoje. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

depoimento dele, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, é muito importante – é muito importante – para que esta Comissão conheça e o Brasil conheça também o submundo que essa gente criou ao sair do negacionismo para tentar comprar vacinas com fraude, com roubalheira para o povo brasileiro, enquanto o povo brasileiro morria, perdiam-se vidas e mais vidas.

Hoje nós já chegamos à triste marca de 576.730 vidas. Eu fiz questão, em combinação com V. Exa. e com o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senador Omar Aziz, de colocar esses números aqui e atualizá-los todos os dias para que, em nenhum momento, nem nós desta Comissão e nem o povo brasileiro percamos de vista de por que nós estamos trabalhando aqui diuturnamente para esclarecer estes fatos, porque as quase 600 mil vidas perdidas, muitas evitáveis... E esta Comissão Parlamentar de Inquérito já trouxe um estudo que demonstra cabalmente isso. Só com a demora para se adquirirem as vacinas, de acordo com esse estudo, nós perdemos, deixamos de poupar, deixamos de salvar 120 mil vidas, só com relação à demora para não se comprarem as vacinas certas no momento certo.

O Governo preferiu comprar vacinas através de atravessadores, porque – e eu queria só repetir para que não esqueçam – a aquisição de vacinas junto às grandes farmacêuticas, Pfizer e as representadas pelo Butantan e pela OMS, que têm rígidos controles de *compliance* de fiscalização interna, não permitiria um pedido de propina, não agasalharia corrupção, enquanto que, com estes atravessadores – Precisa, Davati, Belcher e outros –, era obrigatório o pedido de propina, enquanto o Brasil, por conta de tudo isso, criminosamente, deixava de ser um dos primeiros países a vacinar no mundo.

Só nas ofertas feitas pela Pfizer e pelo Butantan não aceitas e sequer respondidas pelo Governo Federal, nós deixamos de ter, ainda no ano que passou – porque nós poderíamos ter começado esse processo de imunização do povo brasileiro ainda em dezembro do ano que passou –, nós perdemos a oportunidade de adquirir 170 milhões de doses de vacina.

Para que todos tenham uma ideia de o que isso significa e do custo em vidas que nós pagamos, ainda hoje nós não vacinamos com duas doses completas sequer 28% da população brasileira. Nós poderíamos ter avançado muito mais. E, no momento em que nós falamos da necessidade de se ter uma terceira dose para reforçar – não é um reforço apenas, é uma revacinação, uma terceira dose –, o que é que significaria o Governo ter comprado na hora certa essas vacinas? Mas o Presidente da República, todos lembram, não acreditava na eficácia das vacinas. Ele dizia e propagandeava que tinha que haver um tratamento precoce com ivermectina e com cloroquina. Ivermectina é um remédio pra consumo animal, é pra vaca, pra cavalo. Então, tudo isso aconteceu.

E o brasileiro foi vendo, acompanhando, cobrou e garantiu a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, um esforço do Senador Randolfe Rodrigues; depois, no esforço do Senador Alessandro, do Senador Contarato e do Senador Kajuru, nós entramos através deles – eles tomaram a iniciativa, claro, em nome dessa dor que tomava conta dos brasileiros –, e o Supremo Tribunal Federal mandou instalar esta Comissão Parlamentar de Inquérito. E esta Comissão, a partir desse momento, se debruçou diuturnamente para esclarecer todos esses fatos que vêm à tona e não se esgotam. Nós já estamos na reta final e esta semana nós tivemos novos fatos que indignam o povo brasileiro e o Senado Federal.

De modo, Presidente, que eu quero, mais uma vez, parabenizá-lo e quero dizer que as expectativas são ainda maiores com relação aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito na semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, também cumprimento V. Exa., que já está na fase de trabalho e de finalização do relatório desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ad referendum da Presidência, eu comunico que após o feriado de 7 de setembro, atendendo o pedido e a requisição do Sr. Relator Renan Calheiros, nós estabeleceremos a data para ouvir o Sr. Luciano Hang.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. José Ricardo Santana, desejo ao senhor boa sorte. Agradeço a paciência e o acompanhamento da douta defesa.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião convocando todos para o depoimento do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva, na terça-feira, às 9h30.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (50ª Reunião) 31/08/2021

ATA DA 50ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Izalci Lucas e Jean Paul Prates, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Simone Tebet, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Oitiva Ivanildo Gonçalves da Silva**. **Finalidade:** Oitiva Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva. Oitiva do Ivanildo Gonçalves da Silva, em atendimento ao requerimento 1463/2021. **Resultado:** Oitiva não realizada em virtude de ausência do depoente. **2ª Parte - Oitiva Andreia Lima**. **Finalidade:** Depoimento da Sra. Andreia Lima, Diretora-Presidente da VTC Operadora Logística. Oitiva do Andreia Lima, CEO da VTC Operadora Logística, em atendimento ao requerimento 1085/2021. **Resultado:** Oitiva não realizada em virtude de ausência do depoente. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1465 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da VTC Operadora Logística Ltda., CNPJ 24.893.687/0001-08, no período de janeiro de 2018 até a presente data." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1469 de 2021** que : "Requer a convocação da Sra. Karina Kufa, advogada, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1473 de 2021** que : "Requer a reconvocação do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva... Pretendia-se, não é?

A Comissão tomou conhecimento da decisão liminar do Ministro Nunes Marques no Mandado de Segurança nº 38.195, impetrado por Ivanildo Gonçalves da Silva nos seguintes termos:

> [...] defiro o pedido de liminar, assegurando ao impetrante a faculdade de comparecer ou não perante a CPI da Pandemia para a qual foi convocado. [Ele foi convocado como testemunha, não como investigado. Vamos deixar claro que ele é uma testemunha. Ele não está sendo acusado de absolutamente nada.] Caso opte por comparecer, determino, ainda, que lhe sejam observados: a) o direito ao silêncio, podendo não responder, se assim preferir, a perguntas a ele direcionadas; b) o direito de assistência por advogado durante o ato; c) o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade ou de subscrever termos com esse conteúdo; e d) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.
> Indefiro o pedido de atribuição de sigilo ao mandado de segurança.
> gg

Diante desta decisão, foi convocada a Diretora-Presidente da VTCLog, a Sra. Andreia Lima, que se colocou à disposição várias vezes. Inclusive, me procurou, no meu gabinete, para vir aqui, cheia de explicações. Agora, a CPI irá focar no depoimento de todas as pessoas da VTCLog – todas, sem exceção. Nós iremos a fundo na VTCLog até a CPI concluir essa questão.

Respeitamos, volto a dizer, todas as decisões que o Supremo ou qualquer instância da Justiça brasileira tem tomado em relação à CPI da pandemia, mas temos o direito de recorrer. Ontem mesmo entramos com agravo pedindo ao ministro, caso ele não julgue, que leve à turma esse agravo que nós fizemos.

E quero dizer que a CPI não vai tomar nenhuma atitude; diferente do Presidente Bolsonaro, que, quando é contrariado numa decisão judicial, entra com *impeachment* contra ministros. Aqui, Senador Renan Calheiros, nós respeitamos as decisões. E quero tranquilizar que nós não vamos entrar com nenhum pedido de *impeachment* contra ministro por decisões contrárias. Está certo? Por quê? Porque nós respeitamos as decisões. E faremos...

Vamos recorrer da decisão do Ministro Kassio, porque, volto a repetir, o Sr. Ivanildo não é investigado por esta CPI, ele é apenas uma testemunha. Foi usado para retirar dinheiro e levar para alguém. Esses quase 5 milhões que ele retirou dos bancos, principalmente do Bradesco e do banco Caixa Econômica, no Aeroporto Internacional de Brasília, ele não retirou para levar pra casa dele, ele retirou pra levar para alguém. E não é uma quantia pequena, é uma quantia muito grande de recursos em pouco tempo retirados de um banco pra levar pra outro lugar.

Senador Izalci, quer falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sim, quero.

Presidente, duas colocações.

A primeira: estava prevista hoje, antes da colocação do Ivanildo, a presença do ex-Secretário Francisco Araújo, mas, na última reunião, o Senador Randolfe acabou transferindo pra quinta. Eu gostaria de perguntar a V. Exa. se nós poderíamos confirmar isso. Parece que na quinta já tem outro nome. Eu queria que V. Exa. pudesse...

Até para informação de todos, do *Diário Oficial do Distrito Federal* de ontem, o Sr. Francisco Araújo está recebendo uma comenda do GDF, talvez pela eficiência da gestão do falso negativo.

Então, eu faço mais um apelo a V. Exa., ao Relator para que coloquem definitivamente uma data, porque dá a impressão... As pessoas estão perguntando: "E aí?", porque a gente está adiando constantemente. Esse era o primeiro ponto.

O segundo...

Quer responder já, Presidente? Eu tenho mais um ponto.

Segundo ponto, Presidente: eu fui o primeiro que levantou a ineficiência do controle do Ministério da Saúde, inclusive com relação a estoques e distribuição. E falei da VTCLog. Fui o primeiro a falar isso. Foi entregue à Comissão toda uma documentação exatamente pela Sra. Andreia Lima, que, desde o primeiro momento, antes de ir pra Jornal Nacional, pro Jornal da Globo, se dispôs e trouxe documentos pra mostrar e responder tudo aquilo que interessa ou em que haja dúvidas, porque ela realmente é a gerente da empresa.

Eu acredito que a CPI chegou a contactá-la ontem, mas ela está em São Paulo. Eu gostaria também que o mais rápido possível ela viesse para esclarecer exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sinceramente, Senador Izalci, eu não sei se ela está em São Paulo. Eu sei que nós vamos convocar várias outras pessoas hoje da VTCLog. Com certeza, isso nós vamos fazer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, não estou questionando, muito pelo contrário, eu acho que tem que chamar todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque é o seguinte: se uma simples testemunha, se se movimentou um dos maiores escritórios do Brasil pra defender o Ivanildo, é porque alguma coisa está errada, Senador. Alguma coisa está errada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É bom chamá-lo para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ivanildo não tem condições de pagar o escritório que assinou essa petição. O senhor me desculpa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É evidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É evidente. Agora, se a Dra. Andreia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele está lá, ele é funcionário da empresa há 12 anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se a Dra. Andreia realmente quisesse esclarecer, ela estaria aqui hoje. Ela teria pego um avião 7h da manhã em São Paulo e estaria aqui às 9h da manhã. A verdade é que há uma protelação muito grande, e nós vamos a fundo agora. Nós temos tempo pra investigar a VTCLog.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo! Excelente. E eu faço questão, inclusive, de estar presente e mostrar, porque fui o primeiro a pedir que viesse, e aí, em vez de chamar, chamaram-se outras pessoas, mas tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Nós chamamos o cidadão humilde que retirou 5 milhões em espécie, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, não foi isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não foram 5 milhões em espécie.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi quanto, então?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, foram quatro milhões e setecentos e pouco...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É só verificar os valores, e durante quanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador, quanto? Se não foram cinco, foi quanto? O senhor deve saber.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Durante quanto tempo, Presidente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Quatro milhões e setecentos e poucos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quatro e setecentos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Quatro milhões e setecentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, desculpa, quatro e setecentos e quatro, desculpa, não foram cinco.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só para o senhor fazer a correção aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatro milhões e setecentos e quatro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Em espécie.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E disse, inclusive, da empresa para o banco, do banco para a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, quem disse isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Cabe à empresa... O motoboy. Está no *Estadão*. É só olhar no *Estadão*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu queria saber quem... Não, não sei... Veja bem: eu queria ouvir dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não é isso, não quero defender ninguém, Sr. Presidente; muito pelo contrário, eu fui o primeiro a chamar, fui o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor queria chamar a Andreia, que mandou aqui um escopo de defesa, que, pra nós...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E vai explicar isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas isso não vale nada pra gente. Pra gente, vale é a pessoa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas o Relator pode perguntar o que quiser, para ela explicar. É assim que funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Ela poderia estar aqui hoje. Ela não veio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque eu quero pedir, inclusive, Sr. Presidente, aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não vamos chamá-la agora. Nós vamos convocar o dono da empresa, não é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já tem requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem são as pessoas? Flavinho, o dono da empresa... Tem várias pessoas aí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos chamar todo mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já tem requerimento aprovado de convocação do dono da empresa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Os requerimentos deles, Presidente, já foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos aprovar vários requerimentos convocando aí muita gente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero que deixem alguém falar aqui, pelo amor de Deus, porque amanhã vou me surpreender se ela também entrar na Justiça pra não vir aqui falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, me permite um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, após o Sr. Relator, se V. Exa. me permitir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, após V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, nós tínhamos comemorado e fizemos justiça ao Supremo Tribunal Federal quando o Supremo, numa das primeiras decisões com relação à oitiva de testemunhas aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, aclarou essa circunstância: disse que a testemunha estaria obrigada, sim, a responder sobre qualquer pergunta que fosse formulada pela Comissão ou por qualquer membro da Comissão Parlamentar de Inquérito. Humildemente, nós elogiamos aquilo que seria um avanço, porque esclarecia o encaminhamento. O que aconteceu, lamentavelmente, com a decisão de ontem do Ministro Kassio Nunes, foi um retrocesso com relação à jurisprudência adotada pelo Supremo Tribunal Federal. O Ministro, com todo o respeito, alegou que não havia pertinência temática. Como não?! Em 2020 e em 2021, um motoboy sacou, do dinheiro da saúde, do dinheiro sagrado do povo brasileiro, mais de R$5 milhões em espécie.

Algumas testemunhas dizem até que esse dinheiro foi retirado, parte dele, diretamente do banco e entregue a beneficiários, agentes públicos. Esse contrato é um contrato conhecido por todo mundo aqui em Brasília, pela forma escabrosa como se fez, como se substituiu uma prestação de serviço público, como houve a elevação do contrato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de R$18 milhões para mais de R$70 milhões. Quer dizer, são coisas escabrosas, e o povo brasileiro tem, sim, o direito de saber como isso tudo aconteceu.

O Presidente Omar, na semana passada... Eu queria publicamente elogiar o Presidente Omar. Ele fez aqui, Senador Alessandro, uma advertência. Eu confesso até que eu não tinha percebido, na oportunidade, que nós estávamos tratando de muitos assuntos ao mesmo tempo, quer dizer... Senador Tasso, a Polícia Federal e o Ministério Público desde junho tinham acesso à roubalheira do Ministério da Saúde e eles chegaram ao cúmulo de publicar a arquitetura do roubo. Isso é uma coisa inédita na história da investigação, da corrupção. Quer dizer, a polícia sabia, o Ministério Público sabia, e eles continuaram com o esquema, com VTCLog e com tudo mais, até a Comissão se instalar, porque o Roberto Ferreira Dias – o porta-voz do Ricardo Barros no ministério, que foi levado pelo Ricardo e continuava lá – continuava a praticar as mesmas coisas. Isso estava contido em letras garrafais no inquérito do Ministério Público que levantou essa circunstância no Pará, com envolvimento de todos eles aqui do ministério.

Quer dizer, isso não pode continuar a acontecer, porque, ao final e ao cabo, decisões como essa, com todo respeito venho a lamentar, do Ministro Kassio acabam, de uma forma ou de outra, colaborando para que a impunidade se mantenha firme e forte. E essa Comissão Parlamentar de Inquérito é uma oportunidade para a gente desmontar esses esquemas e exemplarmente punir essas pessoas que participaram de tudo isso, enquanto os brasileiros morriam e o maluco do Presidente da República defendia o tratamento precoce, desdenhava da eficácia das vacinas, dizia que quem tomasse vacina iria virar jacaré, que a voz do homem ia afinar, que iria nascer pelo nas mulheres, quer dizer, um horror sob qualquer aspecto.

Nós precisamos, Presidente, nesses últimos dias, avivar os vídeos... Só com relação à ineficácia de vacinas, nós temos, acumulados na Comissão Parlamentar de Inquérito, mais de 30 vídeos e intervenções do Presidente da República; coisas que, quando você põe na TV aberta, chocam verdadeiramente a população.

O povo brasileiro tem dado a resposta: ontem saiu uma pesquisa da XP, uma pesquisa criteriosa, muito importante, que demonstra, mais uma vez, que a popularidade do Presidente continua erodindo no calor dessa Comissão Parlamentar de Inquérito e das decisões do Supremo Tribunal Federal, quer dizer, isso não pode acontecer. Essa CPI é a CPI das CPIs.

Nunca houve no Brasil uma Comissão Parlamentar de Inquérito com mais de 60% de aprovação, apesar das dificuldades. Uma investigação coletiva é sempre uma investigação coletiva, não é uma investigação individual de um delegado que, sozinho, decide o que fazer; aqui tudo que nós decidimos tem de ser pela maioria. Então, isso, por si só, é democrático – claro, e eu defendo –, mas, por si só, já estabelece um ritmo diferenciado para a investigação. E, se nós não tivermos a colaboração, no limite do Direito, das leis processuais, do Supremo Tribunal Federal – e nós temos tido, mas de todos os seus Ministros, eu queria enfatizar –, isso vai dificultar os nossos trabalhos. Por exemplo, agora...

Eu hoje vou falar com o Secretário da Receita. Nós temos requerimentos, vários requerimentos que ainda não foram respondidos. Hoje eu tive a informação de que os requerimentos aprovados só terão as respostas da Receita na forma da lei daqui a 20 dias. Ora, nós estamos planejando o encerramento dos trabalhos da CPI para o dia 21, 22 em função de fatos como o de hoje; nós não podemos permitir, de forma nenhuma, que essas respostas só cheguem daqui a 20, 15 dias, porque, quando isso acontece, acontece em detrimento do aprofundamento dos nossos trabalhos.

Eu quero lamentar mais uma vez a decisão do Ministro Kassio – mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só para concluir, eu recebi por *e-mail* aquela questão do contador da FIB, aqueles balanços daqueles valores malucos de 7 bilhões e não sei quanto.

Toda sociedade anônima obriga que se publiquem os balanços anuais. Então, eu recebi a informação de que o contador dessa empresa, que disseram ser um banco, FIB Bank, é Alcir Miotto. Ele é o contabilista que assinou o balanço. Então, eu não sei... Eles ficaram de mandar aqui o telefone do contabilista. Eu não sei se mandaram, mas recebi aqui que é esse cidadão Alcir Miotto, que pode contribuir muito com relação à questão do FIB Bank, como ele fez essa mágica na contabilidade dessa empresa.

Era essa a contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não entendi, Senador. Me explica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Na reunião passada, esteve aqui aquele senhor falando sobre o FIB Bank.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – FIB Bank.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Aí eu pedi que colocasse o nome do contador e o telefone para a gente entrar em contato, porque todas essas operações que eles fizeram durante esses anos todos têm de estar no balanço, têm de estar no balancete alguma coisa, e o contador assina a responsabilidade disso. Então, eu recebi pela rede social aqui – porque ele ficou de mandar, não sei se mandou, mas eu recebi – que o contador, o contabilista que assinou o balanço é Alcir Miotto. Ele assinou o balanço dessa empresa FIB Bank. Eu acho que é importante entrar em contato com esse Alcir Miotto para ele explicar como ele fez isso, a contabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Randolfe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, diante da decisão de S. Exa. o Ministro Kassio Marques, eu acredito que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem um conjunto de providências a serem tomadas.

A primeira delas: considero indispensável que esta CPI venha a ouvir outros representantes da empresa VTCLog e quero aqui declinar quais seriam. Acho indispensável que nós possamos ouvir o Sr. Raimundo Nonato Brasil, que é o operador financeiro da empresa; o Sr. Roberto Sá e a Sra. Teresa Sá, que são sócios majoritários da empresa; e, complementarmente, Sr. Presidente, que também possamos ouvir o Sr. Flávio Loureiro de Souza, que, segundo informações, tem muita influência no contrato em relação à VTCLog.

Além disso, Sr. Presidente, estamos reapresentando o requerimento de convocação do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva, o nosso motoboy depoente do dia de hoje. Este requerimento está sendo reapresentado, inclusive esclarecendo ao Ministro Kassio Marques, nos termos da decisão de S. Exa., quais as razões por que precisamos da presença desse *office boy* aqui.

Sr. Presidente, causa espanto e causou surpresa em todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito a argumentação do próprio impetrante, eu diria, da rica banca de advogados. Eu acho que uma das razões a serem investigadas é como um motoboy, que deve ter um rendimento não superior a R$2 mil, contratou uma banca de advogados tão cara.

Mas causou também espanto para nós, para a defesa da CPI junto ao Supremo Tribunal Federal, para a Advocacia do Senado a argumentação do impetrante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Veja o que o impetrante diz: "Causa perplexidade [na visão do impetrante] que uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para apurar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19 do Brasil não possa colher o depoimento profissional autônomo vinculado a uma empresa que é responsável pela distribuição de vacina".

Na própria argumentação feita ao Supremo Tribunal Federal está a razão pela qual nós precisamos ouvir o Sr. Ivanildo. Essa é a empresa vinculada à distribuição de vacinas. E tem fortes indícios de fraude no contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Ontem a Sra. Andreia justificava... É bom nesse novo requerimento de convocação do Sr. Ivanildo... A Sra. Andreia justificou a não presença dela hoje, porque ela está em Guarulhos despachando vacinas para o Brasil. É a justificativa dela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, como é que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que eu saiba é a vacina da covid, não é outra vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como é que isso não tem pertinência temática com o objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com a devida máxima vênia à decisão do Ministro Kassio Marques? Inclusive, é uma decisão que respeitamos, mas que difere da decisão de todos os outros dez ministros do Supremo. Os outros dez ministros do Supremo, em relação às testemunhas, garantiram o direito constitucional de permanecer em silêncio, mas nunca impediram uma testemunha de vir à Comissão Parlamentar de Inquérito. Sr. Presidente, veja a gravidade: é impedir uma testemunha de vir à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, a Advocacia do Senado já está recorrendo da decisão. No embargo desta decisão, nós queremos reapresentar o requerimento para, inclusive, consideração do próprio Ministro Kassio Marques. Veja, todo o escopo da Comissão Parlamentar de Inquérito abriga a necessidade da presença deste motoboy. Nós não estamos chamando o motoboy por ser motoboy. Estamos chamando o motoboy que retirou – vou dar o número correto – R$4,7 milhões em espécie, em espécie. Pra onde foi esse dinheiro? Pra quem se destinava esse dinheiro? Qual foi a utilidade desse dinheiro? E por que tanto medo em ouvir esse motoboy aqui?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senador Randolfe, sobre esse assunto que V. Exa. levanta, Presidente Omar, eu queria comunicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e comunicar ao Brasil que nós acabamos de receber indícios veementes de que era o próprio Ivanildo, o motoboy, que pagava os boletos de dívidas junto à Voetur do Roberto Ferreira Dias.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acabamos de receber, quer dizer, isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, se isso não tem pertinência temática com a CPI, nada mais terá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que nos respeite, por favor, o Ministro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Conhecido como Bob, não é, Sr. Relator? Conhecido como Bob.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhecido como Bob.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como Bob, não; como Bob, e a Polícia Federal e o Ministério Público sabiam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabiam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... do Bob desde o ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde junho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E foi preciso a CPI pra tirá-lo do Governo; senão, ele não sairia. E ainda tem gente que diz que eu não deveria prendê-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há imagem dele fazendo pagamento, imagens dele fazendo pagamento dos boletos do Roberto Ferreira Dias...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que continuou no Governo até o início da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, nós temos que pedir a imagem do Bradesco e da Caixa Econômica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos fazer uma diligência hoje, e eu espero que o Bradesco e a Caixa Econômica possam contribuir com a CPI, porque o volume de recursos retirado... E o Coaf não investigou, porque, se tivesse investigado, teria algum procedimento. É bom fazer um requerimento ao Coaf e à Receita Federal pra saber, da movimentação de 117 milhões feita e dos quais muitos recursos foram retirados, em caixa, em dinheiro vivo, se tem algum procedimento, se houve alguma abertura de investigação pelo Coaf ou pela Receita Federal. Porque parece, como volto a repetir, que, desde o ano passado, já se tinha conhecimento, através do celular, das mensagens do celular do...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Marconny.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Marconny.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... do Marconny...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Farias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... como era a operação. Eles falavam, inclusive, como deveria ser a operação pra fraudar uma licitação dentro do Ministério da Saúde. Isso é gravíssimo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Passo a passo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, esqueceu-se disso durante um ano. Um ano! Não se tomou providência. E o Sr. Roberto Dias só foi colocado pra fora depois que nós denunciamos aqui a questão do Dominguetti, Precisa, quando os irmãos Miranda foram ao Presidente, comunicaram ao Presidente o que estava acontecendo no *invoice* da Precisa. Só depois disso, com muito custo, é que o Bob saiu do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Ministério da Saúde. Desde o ano passado ele continuou... Está aí uma das razões de o Coronel Elcio ter retirado os poderes dele, tirado o pessoal que trabalhava com ele e ter assumido a compra das vacinas. Foi por quê? Porque eles já tinham conhecimento do *modus operandi* do Sr. Roberto, só não tinham coragem de demiti-lo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só pra concluir... Então, só pra concluir, Sr. Presidente e Senador Humberto, se V. Exa. me permite, só pra concluir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu também pedi inscrição.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Presidente, eu queria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só pra concluir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colega, só um minutinho, só pra poder concluir. Diante disso, eu queria propor à Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não demitiam, Senador Eduardo e Senador Tasso, porque ele entregou, o Roberto entregou um dossiê pro Sr. Ronaldo, que está na Espanha. Isso é de conhecimento daqui da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que é primo dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que é primo dele. Esse cidadão que está na Espanha é primo dele, e ele fez um dossiê e ele ameaçou falar, tanto é que você viu a grita no dia que eu mandei prendê-lo. Você viu todo mundo, a base do Governo se solidarizando aqui com ele. E esse cidadão é o mesmo que está nas mensagens, que operava dentro do Ministério da Saúde. Você viu a solidariedade que todo mundo teve.

Na hora que eu mandei detê-lo aqui, todo mundo correu lá pra baixo, pra sala. "E por quê, não sei o quê..." E era entrevista dizendo que eu era o cara pior do mundo. Esse cidadão, que teve apoio da base do Governo aqui, que teve a solidariedade de Senadores... Esse cidadão era o grande operador dentro do Ministério da Saúde. E o Coronel Elcio...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... afastou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vírgula, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não corri atrás de ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Retire a base do Governo. Eu não corri atrás de ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadores daqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Assegure a palavra... Assegure a palavra aos Senadores!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadores daqui!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Assegure.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, eu estou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só pra concluir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Começou o tumulto, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Diante disso, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Começou o tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dando entrevistas aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dando entrevistas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, se V. Exa. quiser falar de rolo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, começou o tumulto. Assegure a fala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falo a hora que você quiser!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não fala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu falo a hora que você quiser!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não seja covarde!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vamos nos inscrever...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Covarde é você!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não seja covarde!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Covarde é você! Você é covarde!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeite este Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é covarde!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não sou, não! Não seja desrespeitoso!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está acostumado a gritar aqui...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Abra o microfone, Presidente! Largue de ser covarde! Não faça isso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

V. Exa. vem aqui acusar os Senadores... Veja, V. Exa. tem o direito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos seguir a ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem o direito de ter as posições que tem, mas não seja desonesto com os seus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sou, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, sim!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não teve solidariedade ao Roberto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. fez aqui, agiu de um jeito com um...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Para concluir, Sr. Presidente.

Eu proponho os seguintes encaminhamentos por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito: primeiro, aprovar o requerimento de reconvocação do Sr. Ivanildo; marcar o depoimento do Sr. Ivanildo – ao passo que, ao mesmo tempo, a Advocacia do Senado está recorrendo da decisão junto ao Supremo Tribunal Federal – para amanhã, junto com o Sr. Tolentino, logo após o Sr. Tolentino, o depoimento do Sr. Ivanildo Gonçalves; complementarmente, ouvir também o Sr. Flávio Loureiro de Souza; ouvir, ainda, o Sr. Raimundo Nonato, a Sra. Roberta Sá e a Sra. Teresa Sá na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Diante desses acontecimentos e do claro flagrante da ofensa da VTCLog a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente, com a devida máxima vênia ao Sr. Relator e a V. Exa., acredito que não será possível nós entregarmos relatório final dessa CPI na semana entre 21 e 23 de setembro sem antes ouvirmos esses dirigentes da VTCLog e ouvimos aqui o Sr. Ivanildo Gonçalves.

São os encaminhamentos que faço a V. Exa., sem embargos, Sr. Presidente, também da renovação das quebras de sigilo telefônico, bancário e telemático da VTCLog – requerimento de S. Exa. o Senador Alessandro Vieira –, assim como da quebra do sigilo telefônico do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva. Essas são as providências que peço a V. Exa., combinado com a convocação da Sra. Karina Kufa, para ser apreciado, se V. Exa. assim permitir encaminhar, ainda na sessão do dia de hoje.

São os encaminhamentos que faço a V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Qual é o argumento, Senador Randolfe, para a convocação da advogada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da Sra. Karina Kufa?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu recomendo à sua assessoria, Senador Fernando Bezerra, acessar o inquérito do Ministério Público Federal do Pará, sobretudo os diálogos entre o Sr. Marconny Faria, lobista conhecido, com a Sra. Karina Kufa. Além desse diálogo, os diálogos também do Sr. José Ricardo Santana.

Então, os documentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito trazem todos os fundamentos da necessidade de fundamentar a presença da Sra. Karina Kufa a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela não está...

Antes que haja alguma reação por parte da base de apoio ao Governo, não estamos convocando a Sra. Karina Kufa por ela ser advogada da família do Presidente da República. Estamos querendo convocar a Sra. Karina Kufa pelos notórios diálogos que ela possui com vários lobistas que estão sendo investigados por esta CPI, diálogos e tráfico de influência em favor da empresa Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E pelo papel que exerceu nessa roubalheira toda aí.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E de que o Ministério Público já tinha conhecimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Que papel? Não façam prejulgamento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. quer destruir biografias de profissionais do Direito?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. não tem o direito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. não tem o direito de estar assacando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos as informações que V. Exa. não tem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... contra profissionais do Direito da forma como V. Exa. está fazendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos as informações que V. Exa. não tem, infelizmente, mas ela cumpriu um papel destacado em aproximar esses membros dessas quadrilhas todas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São esses documentos que nós temos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quadrilha? Quadrilha? O senhor falando em quadrilha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As informações estão expostas, inclusive...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor falando em quadrilha, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quadrilha. Quadrilha.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor falando em quadrilha?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quadrilha.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pelo amor de Deus!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quadrilha. Quadrilha.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... roubar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quadrilha. Quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E o que houve na Petrobras?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E o roubo na Petrobras? O roubo se deu foi nas empreiteiras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quadrilha. Quadrilha.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... corrupção com muita gente envolvida.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Na ordem de inscrição, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, pessoal. Dá licença. Senador Humberto, Senador Fernando Bezerra, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu estava inscrita, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas eles estão levantando a mão já há um tempo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Soraya, Senadora Eliziane, Senador Marcos Rogério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu estava inscrita há tanto tempo e fiquei em último lugar! Mas tudo bem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a decisão que foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal, da mesma forma que em outros momentos, nós vamos cumprir, mas isso não nos obriga a concordar com essa decisão, afinal de contas, tirando o caso dos Governadores, em que a decisão do Supremo se prendeu a um princípio de respeito ao pacto federativo – embora nós tenhamos discordado, inclusive, apresentamos um pedido de reconsideração para que os Governadores possam estar aqui –, essa decisão é única.

Aqui estiveram várias testemunhas, investigados que tinham um *habeas corpus*, um salvo-conduto para permanecerem em silêncio naquilo que pudesse lhes comprometer, lhes...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Eduardo, dá para baixar um pouquinho o tom?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Está muito alto mesmo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Podiam permanecer em silêncio, responder a coisas que não viessem a comprometê-los. No entanto, foi o único caso em que a pessoa não foi obrigada a comparecer.

E cada um de nós tem que fazer uma reflexão neste momento: por que essa pessoa não compareceu? Eu tenho algumas hipóteses. Pode ser que ela estivesse disposta a vir aqui para falar a verdade, e a verdade que essa pessoa pode trazer pode ser profundamente comprometedora para essa empresa, que, aliás, é a segunda queridinha. A primeira é a Precisa; essa VTCLog é a segunda queridinha, e ambas são muito poderosas, porque o que não falta é gente a pedir por essas empresas para que não se investigue, para que não se avance, o que é um sinal de que ambas têm muito a contar. Então, uma das primeiras razões é esta: é que ele poderia vir aqui para falar a verdade.

Segundo: ele poderia entrar em várias contradições, dadas as informações que nós temos aqui.

Então, Sr. Presidente, a mim parece que esta CPI não pode concluir seus trabalhos sem antes fazer uma investigação profunda sobre essa empresa VTCLog, a empresa que, em 2018, passou a ser titular de um contrato bilionário... Milionário, mais de R$500 milhões, para substituir uma atividade que era feita pelo Ministério da Saúde, uma empresa que, na discussão de uma correção de valores, teve um aumento, no entendimento do que deveria ser pago, de 18 mil por cento.

Pessoal, por favor, eu estou tentando aqui concluir meu raciocínio.

Então, uma empresa beneficiada nessa negociação. A empresa queria 56 milhões de correção; o corpo de funcionários do Ministério da Saúde queria dar 1 milhão, e o Sr. Roberto Dias aquiesceu com 18 milhões. Então, é uma empresa muito prestigiada, é uma empresa que parece que realmente é muito competente, exerce um trabalho muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

importante para o Ministério da Saúde, para o Brasil, para as vacinas e, por conta disso, tem sido muito protegida.

Por isso, eu acho que nós não podemos concluir os trabalhos desta CPI sem fazer uma investigação aprofundada dessa empresa, atinja quem atingir. Nós temos que perguntar: quem mandava o senhor ir ao banco? Quem dizia que valor deveria ser tirado? Quem dizia para onde o senhor deveria levar? Eu queria perguntar a ele... Por exemplo, que há constatação de que ele esteve, pelo menos uma vez, no Ministério da Saúde. O que ele foi fazer lá? Foi levar dinheiro? Foi levar dinheiro para quem? Foi levar alguma outra coisa?

Então, o Brasil quer uma resposta para todas essas questões. Por isso, nós temos, concluindo, que agravar essa decisão que foi tomada pelo Ministro Kassio Nunes, que todos nós respeitamos muito, para que a Turma possa se debruçar sobre esse assunto. E eu tenho certeza de que isso será considerado, e ele terá que vir aqui para fazer o seu depoimento, acompanhado de uma fortíssima e experiente banca. Eu não sei se é verdade, mas circularam aqui rumores de que um dos advogados já advogou tanto para o Sr. Adriano da Nóbrega, conhecido miliciano que foi morto recentemente, e também para o famoso Queiroz. Não sei se é verdade. Então, já vem com advogados extremamente experientes e, provavelmente, muito bem pagos. De Queiroz, do Queiroz, o famoso Queiroz. Cadê o Queiroz? Cadê o Queiroz? Parece que esse cidadão que vem aqui, com todo o respeito aos advogados, que não têm nada a ver com isso, mas é coincidência pelo menos, não é, Sr. Presidente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas quero dizer o seguinte: me preocupa o julgamento que estão fazendo em relação à decisão do Ministro Kassio, porque vou considerar aqui que ele foi muito feliz em relação ao indeferimento do pedido de tramitação sob sigilo do processo. É interessante que esse rapaz, o Ivanildo, pediu tramitação em sigilo. É estranho! Isso, para mim, é estranho. E aí o Ministro Kassio indeferiu.

Também eu acredito que apenas embargos de declaração consigam resolver o problema, considerando que o Ministro Kassio tomou a decisão, acredito, enganado em relação à situação do depoimento, não como uma testemunha e sim como um investigado, porque toda a jurisprudência que ele usa na decisão dele é a de investigado. Então, isso me preocupa. Mas, mesmo que assim não fosse, a decisão traz um precedente... Por isso eu acho que ele deve estar enganado. Ele pode até reconsiderar. Ao invés de... Eu não sei se esse recurso – me perdoem! – iria para o Pleno ou para a Turma, mas acredito que seja para a Turma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Há um agravo para o próprio Ministro, para que ele leve, de imediato, para a Turma...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Para a Turma, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para a apreciação da Turma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas aí a Turma se reúne quando? Quando nós teremos essa resposta?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A advocacia está arguindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... S. Exa. o Ministro Kassio Marques, para que ele reconsidere de imediato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele indefere... Dá licença!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e já leve para a Turma o quanto antes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Hã-hã!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por isso, o requerimento de reconvocação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele pode reconsiderar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Seria prudente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, eu não sou advogado. Eu não sou advogado, mas o que o Ministro indefere aqui é só o mandado de segurança.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, existia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não! "Indefiro o pedido de atribuição de sigilo ao mandado de segurança."

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ao processo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até isso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – "Inicialmente, indefiro a tramitação sob sigilo do processo (fls. 3)."

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Aqui está, no final: "Indefiro o pedido [...]".

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas é um HC.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. "Indefiro [...]".

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, é um mandado de segurança! É medida cautelar e mandado de segurança.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É que são duas decisões, uma sobre sigilo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, eu estou com outra aqui então!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Isto aqui é o seguinte: ele indefere somente o segredo, o sigilo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ao mandado de segurança, mais nada...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, está!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... até porque ele não tem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que, então, tem duas decisões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem nenhum processo contra ele, porque ele não é réu, ele não é denunciado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Imaginei que fosse para o HC ou o mandado de segurança...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... tramitarem sob sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, ele indeferiu.

O que me causa espécie...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele indeferiu... Dá licença! Não, o que ele indefere... A única coisa que o Ministro Kassio indeferiu foi o pedido de atribuição de sigilo ao mandado de segurança.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o mandado de segurança para ele não comparecer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tudo bem! Mas por que pediu o sigilo? Aí é que está... Aí levanta essa suspeita.

Mas eu quero crer que o Ministro se enganou, porque esse é um precedente perigosíssimo. É perigosíssimo, porque acaba ou pode acabar com todo e qualquer depoimento em CPI! Se ele estava enganado em relação à condição desse depoimento, isso é perigosíssimo! Aí acaba a CPI! Nós não temos como investigar mais nada, porque nós já temos uma atuação limitada.

Por fim, me preocupa também... Foi no dia da Sra. Medrades... Quem é que está pagando o advogado? Aí eu entendo que, se o depoente não tem condições de pagar o advogado, deveria vir com a Defensoria Pública, porque é, no mínimo, esquisito. Eu sei que essa é uma relação advogado/cliente. Ele pode dizer que... Ou seria uma atitude *pro bono* dessa banca? Seria uma atitude muito interessante em relação a um cliente trabalhar de graça. Não acredito que fariam isso, mas me preocupa muito os advogados serem pagos pelo patrão ou por quem contrata os serviços desse rapaz. É o que acontece no caso do Sr. Maximiano, e isso é preocupante porque pode prejudicar os seus funcionários em uma atuação duvidosa. Me perdoem se eu estou prejulgando, mas isso preocupa. Então, eu espero que o Ministro Kassio proceda a uma reconsideração.

E outra: nós também temos o perigo da demora, porque a CPI tem prazo. Então, que a Turma se reunisse de forma extraordinária para deliberar sobre isso, porque nós temos prazo. É também uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós já fizemos o agravo, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pois é, mas aí vão colocar na pauta da semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, nós pedimos a ele, caso ele não conceda, que ele encaminhe para a Turma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vamos pedir, então, que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já fizemos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... o Supremo tenha essa consciência com o Senado Federal, porque nós temos prazo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é o Senador Fernando Bezerra. Desculpe-me.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu vou deixar com a Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Senador Fernando pode falar. Eu posso falar depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela fala primeiro, depois você fala, por favor, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Em respeito à minha amiga Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Senador Fernando, o meu respeito a V. Exa.

Eu queria cumprimentar o senhor, Presidente, aos colegas e fazer aqui, na verdade, primeiramente um destaque. A Soraya lembrou muito bem: nós temos prazo. A CPI, V. Exa. já demonstrou claramente, quer fazer a finalização agora no final da primeira quinzena do mês de setembro. Então, nós precisamos ser muito assertivos para que, de fato, nós possamos ter resultados aqui na CPI. E, dentre eles, primeiramente destacar aqui que essa decisão do Ministro Kassio é muito ruim para a Comissão, Presidente, sobretudo em relação a VTCLog, porque nós tivemos lá atrás já a decisão do Toffoli, por exemplo, que suspendeu aí as quebras em relação a VTCLog. Isso é ruim para o processo de investigação – a gente não consegue aprofundar. Inclusive, até mesmo aqui, em função daquilo que V. Exa. já destacou, algumas informações sequer às vezes chegam à CPI, chegam às vezes primeiro na imprensa; você é informado pela imprensa e você acaba não conseguindo, às vezes, ter na prática, de forma concreta, elementos substanciais.

Aí você tem mais uma decisão, por exemplo, do Supremo, através do Ministro Toffoli, que suspende, na verdade, os efeitos, e aí, portanto, as quebras. E agora você ter uma decisão do Kassio, que é bom lembrar, diferente da do Fux, com que a gente vinha aqui... Muito embora lá fosse um instrumento diferenciado, mas quando a gente teve a decisão dele que deu para nós elementos mais substanciais para que o depoente, quando na situação de testemunha, fosse obrigado a falar e apenas calar-se no caso de investigado, depois do embargo que V. Exa. impetrou, ficou muito mais clara ainda e nos deu, na verdade, elementos para a gente não ter o que a gente acompanhou aqui com o Wizard, que passou aí três horas dizendo que não ia falar coisa nenhuma – e não falou mesmo –, e a gente teve resultado diferente em relação à Emanuela.

Então, são muito ruins decisões essas como a do Kassio, porque impedem o trabalho da CPI e, agora, na reta final dos trabalhos da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, eu entendo que, se V. Exa. tem agora uma pauta agendada para esses dias, que a gente foque nessa reta final em relação à VTCLog, porque senão, de fato, a gente não vai conseguir chegar a lugar nenhum no caso específico dessa empresa, Presidente. E aí a gente... O Senador Randolfe colocou aqui alguns requerimentos que foram apresentados, Senador, mas vários a gente já aprovou, como, entre eles, por exemplo, os dos fiscais de contrato, como a da Cristiane, do Eric e do Fábio. A gente precisa ouvir os fiscais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora, exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A gente precisa ouvir os fiscais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O que apontei aqui foi a necessidade de ouvirmos, já que esses requerimentos que acabei de declinar todos já foram aprovados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim...

Ah, já foram aprovados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A senhora tem razão. É só para nós marcarmos a oitiva desses.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente.

E esses fiscais são importantes porque a situação da empresa não acontece de forma isolada; ela acontece num entendimento com o Ministério da Saúde. Então, tudo o que nós investigamos até aqui, o presente momento, são três pontas: nós temos a ação dos profissionais e os servidores, sejam comissionados ou de carreira dentro do Ministério da Saúde; você tem a ação, por exemplo, das empresas; e a ação dos agentes políticos. Então, são as três pontas que ligam. Então, a gente está ouvindo a VTCLog, a gente também tem que ouvir os fiscais, para que a gente possa efetivamente ter um resultado conclusivo. Quero dizer, Senador Renan, que, por exemplo, a gente percebe uma ligação entre todos. Ricardo... A presença em relação ao Ricardo Dias, em relação ao Ricardo Barros, todos aí ficam numa linha, numa ponta que precisa ser ligada.

E nós pedimos aqui, inclusive, a partir das quebras telemáticas que foram aprovadas, também o georreferenciamento. Eu não sei, sinceramente, como é que está essa situação do georreferenciamento, para entender, por exemplo, a ida dessas pessoas lá no triplex da 211. Se a gente conseguir fazer esse, digamos assim, cruzamento de informações, nós chegaremos a informações mais efetivas e vamos conseguir, ao final aqui do relatório, Presidente, ter, de fato, alguma coisa em relação à VTCLog. Como todos aqui já falaram, de fato, é uma empresa muito ampla, tem mais de 400 contratos com o Governo Federal, aumentou no Governo do Presidente Bolsonaro ano após ano, de 60% a 90% de um ano para o outro, só no Ministério da Saúde são mais de 14 contratos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Governo brasileiro vem lutando para que a vacina chegue ao braço de todos os brasileiros desde o início desta pandemia.

É importante notar, Sr. Presidente, que, com uma dose única, o Brasil está chegando a quase 80% da população adulta – esse índice já supera o índice obtido pelos Estados Unidos. E, recentemente, o Ministro Marcelo Queiroga anunciou que, até o final de outubro, todos os brasileiros estarão completamente vacinados com a primeira e a segunda doses – até o final de outubro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Agora, Sr. Presidente, eu, quando fiz uma ponderação ao Relator, o Senador Renan Calheiros, sobretudo na utilização de adjetivos, nas afirmações peremptórias, chegando já a conclusões e a demonstração de cometimento de eventuais crimes de depoentes que foram aqui ouvidos por esta CPI, eu pediria, com todo o respeito, que avançar para caracterizar crime de corrupção passiva em relação aos atrapalhados episódios que aqui foram narrados por aquela figura do Sr. Dominguetti não passa na minha visão de clara tentativa da oposição de desmerecer os esforços do Governo Federal.

Vejam os senhores que essa narrativa sequer pode ser considerada crime, já que o suposto interlocutor dentro do Governo, o Sr. Roberto Ferreira Dias, não detinha qualquer legitimidade ou autoridade para dar seguimento ou aprovar qualquer compra de vacina.

Já se demonstrou aqui, em 29 de janeiro, o Coronel Elcio Franco enviou ofício a 16 secretarias e diretorias do ministério dando ciência sobre a concentração das ações em sua pasta.

Portanto, independentemente do que tenha sido falado em tal reunião, e Roberto Ferreira Dias veio a esta CPI desmentir o Sr. Dominguetti, não há qualquer indício de crime, como mencionado pelo Ministro Edson Fachin no recente julgamento da Ação Penal 1.003: "[...] a jurisprudência [...] [do] Supremo Tribunal Federal considera [...] [essencial] a demonstração de que [...] [aquilo que foi] negociado pelo agente público encontre-se no rol das atribuições [...] para a função que exerce".

No presente caso, Roberto Dias era um Diretor de Logística e, como demonstrado, não tinha ingerência no processo deveras complexo de aquisição de vacinas.

Logo, exatamente como no caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo que tomássemos por verdadeira a alegação que sabemos ser falsa de que "o agente público tenha solicitado, recebido ou aceito promessa de vantagem indevida de [...] [Dominguetti], caso a contraprestação negociada seja de adimplemento impossível, por se encontrar fora das atribuições da função pública que exerce ou venha a exercer, não se terá por configurado o delito, em respeito ao postulado da legalidade estrita que, conforme afirmado, vige no Direito Penal pátrio". Essas são as palavras do Ministro Fachin.

Assim também entendeu o Ministro Celso de Mello, quando afirmou no mesmo julgamento: "Torna-se imprescindível reconhecer, portanto, para o específico efeito da configuração jurídica do delito de corrupção passiva tipificado no art. 317, 'caput', do Código Penal, a necessária existência de uma relação entre o fato imputado ao agente público e o desempenho concreto de ato de ofício pertencente à esfera de suas atribuições funcionais [...]".

Por fim, mesmo que se considerasse que Roberto Dias contribuiu permitindo a realização de uma reunião consigo no Ministério da Saúde, também o Supremo Tribunal Federal, em voto de lavra do Ministro Dias Toffoli no Inquérito 4.259, entendeu naquele caso que a simples apresentação de interessados e a mera solicitação de reunião não caracterizam a prática de um ato de mercancia da função, sendo os atos mencionados atípicos, ou seja, nem sequer caracterizariam qualquer crime, até mesmo porque, assim como no presente caso, inexistia qualquer prova de intercessão escusa de Roberto Dias para fins de concretização da compra, pois, como foi dito, estava absolutamente distante de suas funções.

Por que eu estou trazendo esses votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal? É porque eu entendo o papel do Relator, eu entendo a politização que esta Comissão Parlamentar de Inquérito já percorre há muitos dias, entendo a antecipação do relatório final, mas eu peço cautela com as conclusões, porque o relatório será encaminhado ao Ministério Público Federal, ao Supremo Tribunal Federal, e todos os fatos aqui apurados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

serão avaliados e analisados à luz da lei, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Portanto, é nesse sentido que eu faço as ponderações para... Sobretudo do Relator, porque a palavra do Relator tem um peso muito forte.

Por exemplo, Sr. Relator, eu gostaria que V. Exa. pudesse reconsiderar alguns termos que V. Exa. utilizou para se dirigir ao Presidente da República. V. Exa. chegou a utilizar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. me permite um aparte respeitoso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. chegou a utilizar a palavra "louco". Então, V. Exa. deveria fazer uma reflexão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Louco?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Louco. Está na nota taquigráfica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. me permite só um aparte?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, eu só gostaria de concluir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não... É só um aparte!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu chamaria um psiquiatra para ver se o Senador Renan está certo ou não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa. tem tanto tempo... Eu só quero chamar a atenção porque não me parece...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. sabe da...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não me parece correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. sabe do respeito, da consideração...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Um psiquiatra pode dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ao pedir prudência ao Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, V. Exa. o faz muito bem – muito bem. Eu quero até cumprimentá-lo por isso. Eu só lamento que V. Exa., como Líder do Governo, não tenha pedido prudência ao Presidente quando ele atacou esta Comissão Parlamentar de Inquérito, quando ele disse que não ia comprar vacina, quando ele disse que a vacina não tinha eficácia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estou pedindo aqui ao Senador...

Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... quando ele disse que a imunização tinha que ser pela elevação do contágio...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu queria retomar a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou pedindo aqui ao Senador Eduardo Braga que resolva isso dentro da bancada, esse problema aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu só vou concluir. Não vou... Eu quero agradecer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Chame o Dr. Humberto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quero agradecer a V. Exa. pelo tempo que me concedeu. Não quero aqui polemizar com o Senador Renan Calheiros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Porque é psiquiatra o Dr. Humberto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero apenas dizer que é evidente que o Presidente da República se empenhou com a transferência de recursos expressivos para Estados e Municípios brasileiros para poder enfrentar a pandemia. Foram mais... já quase 40 bilhões só na rubrica da saúde; os recursos para compensar FPM, FPE; a postergação de financiamentos. Tudo isso permitiu que os Estados e os Municípios brasileiros pudessem fazer o trabalho bonito que está sendo feito, coordenado por Governadores e por Prefeitos e chegando... A campanha de imunização do Brasil agora começa a ser vista por todos os países do mundo.

Quero dizer a V. Exa.: nós já estamos há cinco dias seguidos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com números...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... com números...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com números exatos, porque V. Exa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... com números exatos. Com óbitos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. acabou de citar... V. Exa. acabou de citar números...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não é possível!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que não são os números expressivos da imunização do Brasil.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É claro que são!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até hoje, Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É claro que são! Com números não se discute.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até hoje só foram vacinados com as duas doses de vacina ou com uma dose só, quando é utilizada apenas uma dose, 28% da população.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Esse é o total...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A vacinação no Brasil, apesar do trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, continua a passos de cágado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa... Desculpa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É por isso que tem morrido muita gente ainda!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa... Desculpa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estabilizamos num número muito alto...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa... Desculpa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e esta CPI tem, sim, que cobrar responsabilidade por isso. É o nosso papel!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Desculpa. Na realidade nós estamos hoje... Hoje! Hoje, o Brasil está com um número de óbitos, quase a metade dos Estados Unidos. Números de quase...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas com 28% da população vacinada!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... quase um terço dos Estados Unidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vinte e oito!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Os Estados Unidos continuam sendo o país com o maior número de óbitos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vinte e oito!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Brasil teve a possibilidade de ser o primeiro país a vacinar no mundo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. quer atribuir isso ao Presidente Bolsonaro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu não quero...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e a esse Governo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu quero respeito! Eu quero respeito!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que matou 580 mil pessoas? Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na realidade, V. Exas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo o respeito ele desrespeita...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exas. apontam a polarização da política...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é um desrespeito às...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, com a palavra, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, por favor! Vocês estão... Por favor!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria concluir. É porque eu não consigo... Quero apenas concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conclua, por favor.

Depois, o Senador Marcos Rogério.

Conclua.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não, eu quero concluir, agradecendo a V. Exa., Sr. Presidente, e dizendo que é importante, porque a gente não consegue... Quando é para falar das ações do Governo Federal, a gente tem a palavra tomada e não tem o direito de se fazer ouvir. Mas eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Senador, eu estou dando todo o direito de o senhor falar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, V. Exa., sim, eu estou falando das intervenções que eu tenho sofrido por parte do Relator, meu eminente amigo e colega de bancada, Senador Renan Calheiros.

Apenas encerro dizendo, Sr. Presidente, que o Governo Federal está dando todo o apoio necessário aos Estados e aos Municípios brasileiros para que a campanha de imunização possa atingir os seus objetivos.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permite, só antes do Senador Marcos Rogério, com a devida vênia a S. Sa – aliás, pode ser até após a fala do Senador Marcos Rogério.

Salvo melhor juízo, o Senador Renan Calheiros, nosso Relator, trouxe imagens importantes sobre por que nós temos que reconvocar o motoboy, sobre por que o motoboy tem que estar aqui. E eu acho que essas imagens têm que ser encaminhadas ao Ministro Kassio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me ouvir o Senador Marcos Rogério, a Senadora Zenaide Maia, o Senador Heinze, e o Senador Eduardo Braga pediu para falar depois, porque ele teve que se ausentar agora.

Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, Sr. Presidente, quero fazer um registro de que, se há qualquer elemento que vincule o Sr. Ivanildo ou outro que tenha requerimento aprovado ou por ser aprovado no âmbito desta CPI, eu sou da defesa de que deve ser ouvido. Eu nunca votei contra a convocação de quem quer que seja nesta CPI que tivesse pertinência temática com o apuratório.

Obviamente, não concordo com todas as tentativas de se pautar a convocação aqui, porque muitas das vezes mira-se numa situação para atingir politicamente outra. Aí não é papel da CPI. Aí as questões particulares, pessoais... Resolvam lá fora, aqui não. E isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

aconteceu aqui, por diversas vezes. Agora, quando há qualquer elemento que vincule quem quer que seja, repito, a CPI deve ouvir. Agora, não cabe também à esta CPI fazer o que quer sem respeito às regras. É preciso que se respeitem as regras. Se há suspeita, repito, tem que apurar, tem que investigar, tem que buscar as provas, tem que buscar as evidências – sempre defendi isso aqui. Se tem alguém aqui que obstrui investigação contra protegidos especiais, não são os Senadores da base do Governo. Aqui há um núcleo que é contra investigar aquilo que a Polícia Federal já apurou e aponta provas e evidências. É só quem está acompanhando a CPI conferir como agem numa situação e como agem em outra.

Porque as decisões liminares do Supremo, em muitos momentos, até dificultaram o trabalho da CPI – é verdade, com relação à questão dos Governadores, com relação a depoentes que vieram aqui e tiveram a possibilidade de ficar em silêncio. Isso atrapalha. Agora, é do devido processo – é do devido processo. Se discordamos, recorremos, buscamos a inversão dessa decisão, mas aqui há movimentos que estão caminhando na proteção de Governadores desde o início, porque enganam-se ou tentam enganar a opinião pública ao dizerem que não estão investigando os Estados porque o Supremo proibiu. O Supremo não proibiu investigar os recursos federais repassados aos Estados e Municípios. Não, senhor! O Supremo deu abrigo aos Governadores para não virem aqui. Agora, tem algum impedimento para ouvir secretários de Estado? Não, não tem, tanto que nós ouvimos aqui o lá do Amazonas; ouvimos aqui. Há impedimento para ouvir empresários que negociaram com Governadores, com Prefeitos? Não. Não tem.

Agora, veja, a Polícia Federal realizou operações em 23 Estados da Federação. Há suspeitas fortíssimas de roubalheira, com milhões e bilhões de reais, dinheiro da covid que foi desviado. Suspeitas, indícios de corrupção ativa, de corrupção passiva, de organização criminosa, de fraudes! Mas não querem investigar e não brigam para fazer isso.

O caso do Consórcio Nordeste? Nós estamos aqui roucos de tanto gritar: vamos investigar o escândalo do Consórcio Nordeste! Mas não querem! Não querem! Simplesmente optaram por blindar o Consórcio Nordeste. Proteger aqueles que até aqui me parece terem sido os personagens da roubalheira central. Porque falam em relação ao Governo Federal, mas não apresentaram uma prova sequer, até agora. E eu disse e repito: no dia que tiver uma evidência contra quem quer que seja, minha posição vai ser exatamente a mesma de condenar quem fez coisa errada! Não tem chance de eu fazer defesa de alguém que tenha cometido ilícito. Mas até esse momento as provas não foram apresentadas. E no dia em que se apresentar, vamos apurar, vamos enquadrar. A lei é para todos! Mas nós não podemos sair de uma Comissão como esta com essa imagem de que o foco é no Governo Federal e a proteção é nos Estados e Municípios.

Aí, Sr. Presidente, eu queria fazer aqui uma observação com tristeza, porque agora há pouco eu ouvi o Relator falando em roubalheira no Governo Federal. Roubalheira, roubalheira, roubalheira! Não apresentou uma prova, até agora, de que tenha havido o pagamento de um centavo de real, pelo Governo Federal, a quem quer que seja. E se tiver alguma evidência, repito, quem cometeu ilícito vai pagar por ele. Agora, não dá para fazer acusações aleatórias, especialmente num ambiente onde não se quer investigar com profundidade o que está acontecendo no Brasil real.

Fizeram acusação aqui à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal. Que coisa! Dizer que o Ministério Público Federal sabia e a Polícia Federal sabia é uma acusação grave, porque a Polícia Federal não pertence ao Governo, a Polícia Federal pertence ao Estado brasileiro, pertence ao País – não é vinculada ao Governo atual, não foi ao passado e não será no futuro. Então, não cabe fazer aqui, ainda que indiretamente, qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

apologia à omissão da Polícia Federal ou do Ministério Público Federal, porque o que esta CPI não está fazendo aqui, a Polícia Federal está fazendo nos Estados e Municípios. As operações estão acontecendo. As prisões estão acontecendo. Empresas sendo enquadradas. Então, vamos com mais respeito às instituições, com mais respeito às instituições!

Outra coisa: em relação a essa empresa, a VTCLog, tem que investigar! Estão desde o começo falando aqui, mas vai pra lá, vem pra cá, vai pra lá, vem pra cá... Ou não é verdade? Investigue. Têm evidências? Mostrem, e vamos apurar. Agora, essa empresa atua no Governo Federal sabe desde quando, Presidente? Desde 1998. O Governo do PT... Essa empresa começou lá no PSDB, passou pelo Governo do PT. Sabe quem era o ministro da saúde, de 2003 a 2005? O Humberto saiu daqui, eu queria falar com ele. Foi na época dele, na época do Ministro Humberto essa empresa estava prestando serviços ao País. Não estou fazendo acusações, eu estou dizendo que essa empresa tem um histórico de Governos que passaram por PSDB, que passaram por PT, que passou por MDB e que está aí prestando serviço. Eu não vou discutir o mérito administrativo, Senador Tasso, porque o mérito administrativo quem está dentro da administração é que faz essa análise. Se é uma empresa que tem *expertise*, estrutura e que, em razão da sua *expertise*, da sua estrutura, passou por todos esses Governos, não cabe a quem quer que seja fazer qualquer tipo de ilação. O que eu estou dizendo é que nós não podemos ser incoerentes e fazer acusações aleatórias. Aquilo que muito se condenou, inclusive dentro desta Casa, em relação a operações que aconteceram Brasil afora, hoje aqui se faz pior – hoje aqui se faz pior!

Então, Presidente, muito respeitosamente, muito respeitosamente eu digo que a investigação é devida, é necessária e temos que fazer com profundidade, todos nós, todos nós, sem blindagem, sem proteção a quem quer que seja. Mas a investigação séria é primeiro aquela que protege o próprio processo. Quem acusa primeiro para investigar depois já começou errado, já começou errado.

Então, eu faço uma ponderação para que a gente aprofunde nas investigações, seja em relação a esse cidadão... A CPI já recorreu, cabe ao ministro reavaliar os fundamentos da decisão com os argumentos apresentados pela CPI e, havendo dúvidas, que leve ao Plenário e o Plenário decida. Mas eu duvido que, se houver algum elemento de conexão com relação a esse depoente, o próprio ministro não tenha a possibilidade de fazer a análise e reconsiderar a sua própria decisão.

Mas o apelo que faço é que todos nós tenhamos a cautela de não fazer aqui, neste ambiente de CPI, Sr. Presidente, uma disputa pessoal. Eu acho que esse não é o caminho, acho que essa não é a postura de Senadores da República, todos nós aqui cumprimos uma missão em nome do País. Cada um dentro do seu espectro político, cada um dentro da sua visão política, mas todos nós representamos os nossos Estados no Senado Federal com igualdade de condição. Então, não cabe aqui fazer qualquer tipo de ilação, ainda que indireta, a quem quer que seja, a colegas. Não somos nós aqui aqueles que estão como objeto dessa CPI. Então, vamos avançar com os trabalhos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. sabe que eu tenho uma postura firme aqui, mas sempre procurei tratar os colegas com respeito. Não acho que seja o caminho cumprir papel que muitas das vezes extrapolam os limites e a finalidade desta própria CPI.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, o senhor vai falar?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu só quero perguntar a V. Exa. se nós vamos votar ainda os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se serão votados hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar daqui a pouco, Senador. Eu só estou ouvindo aqui os Senadores que pediram para falar.

Senadora Zenaide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só vê o melhor momento para nós... Nós temos eu acho que imagens, que, inclusive, devem ser encaminhadas ao Ministro Kassio Marques, que fundamentam a reconvocação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passe as imagens antes de a Senadora Zenaide falar, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Izabelle...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Depois eu quero a palavra pelo art. 14.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos às imagens.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Depois da Zenaide.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tá, depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, relate aí as imagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São imagens reveladas pelo sistema de bancos que comprovam que, no dia e na hora em que os boletos do Roberto Ferreira Dias estavam sendo pagos pela VTCLog através do Ivanildo... o que comprova verdadeiramente o conluio existente no bastidor do Ministério da Saúde no exato enfrentamento da pandemia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na imagem... Izabelle, se me permite... Na imagem anterior, Sr. Relator, é o Sr. Ivanildo que está entrando aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isto é uma das vezes do Sr. Ivanildo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... no dia 22 de junho, entrando na agência bancária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... entrando na agência bancária.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E como é que vem a comprovação de que é ele quem paga o boleto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse aí é o pagamento do boleto...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque a pergunta da Comissão Parlamentar de Inquérito foi sobre o exato momento, a fotografia do exato momento em que o boleto estava sendo pago e se coincidia com a presença do Ivanildo na agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, só respondendo ao Senador Fernando Bezerra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eis a comprovação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... se V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a data, o horário e o momento na agência, combinando com a imagem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Nem o FBI faz uma investigação... (*Risos*.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só estou perguntando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vejam a data, percebam mais acima a data, o valor que foi transferido e coincidindo com o momento em que o Sr. Ivanildo chega, entra na agência bancária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 24/06/2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a mesma agência bancária. Só confirmando: as imagens são da mesma agência bancária que ocorreu... As imagens, a data, o horário são da mesma agência bancária que ocorreu o pagamento em favor do Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dos boletos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, se isso não for prova suficiente para que S. Exa. o Ministro Kassio Marques reconsidere a sua decisão, nada mais o será. Se isso não for importante para nós ouvirmos esse motoboy aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, nada mais é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seria muito importante, portanto, o que V. Exa. colocou há pouco: de, na nossa defesa, no nosso recurso, melhor dizendo, colocar essas imagens que já foram publicadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, como uma razão a mais para que o Ministro Kassio permita que a testemunha fale a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é essa agência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bradesco. Essa agência é o Bradesco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Agência Bradesco...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bradesco.

E tem várias outras imagens...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Existem mais imagens, além dessas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais imagens...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... da mesma agência bancária...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais imagens configurando os mesmos fatos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... com o motoboy entrando e fazendo também transferência para o nosso... nosso não, não é? Para o Sr. Roberto Ferreira Dias, dito, inclusive, aqui pelo Sr. Ricardo Santana, como o "nosso Bob". Era assim que os lobistas tratavam...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para explicar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E "irmão", e "irmão".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e conversavam com o Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, Senador Marcos Rogério, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Jorginho, só para explicar aqui: absolutamente ninguém está acusando alguém de ter feito. Vejam bem, nós estamos acusando aqui, nós estamos fazendo uma investigação em que, num celular apreendido do Sr. Marconny o ano passado, há mensagens que comprometem muito o Sr. Roberto Dias, que foi aqui, na última quinta-feira... Foi dito aqui, o senhor que estava aqui... Também comprometia muito. Lincado a isso é que a gente acha estranho que o Ministério Público e a Polícia Federal, desde o ano passado, tinham conhecimento dessas conversas, a que nós só tivemos acesso agora, em setembro... em agosto. E, de lá, mesmo tendo conhecimento dessas conversas, nada foi feito.

O Sr. Roberto Dias foi exonerado, como disse o Senador Fernando Bezerra, após surgir aquela conversa de US$1 por vacina. São fatos que não dá pra negar.

Então, veja bem: quando eu falo isso, não é querendo ser o dono da verdade. Eu estou me focando em fatos de que nós temos conhecimento, o senhor tem conhecimento, o senhor pode ter acesso. Então, não estou aqui sendo... Não estou acusando A, B, não; eu estou dizendo: olha, é estranho, é estranho que uma operação que se realizou o ano passado e em que foi apreendido o celular do Sr. Marconny... Nesse celular, está ali a orientação de como deveria ser fraudada a licitação no Ministério da Saúde. E, aí, o celular foi apreendido o ano passado. Nós estamos agora no mês 9. Esse Sr. Roberto Dias foi demitido, exonerado pelo Ministério da Saúde, após saírem aquelas denúncias daquela conversa que teve num bar, num *shopping*. Como é que ele continua ali no ministério, as autoridades competentes da investigação tendo informações sobre isso? Qual foi o procedimento aberto contra ele?

Como era o nome daquele de quinta-feira, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – José Ricardo Santana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – José Ricardo Santana.

E nesse celular, Senador Marcos Rogério, Senador Fernando Bezerra, Senador Luis Carlos Heinze, há a citação de outras pessoas também envolvidas nisso.

Então, não é nada... Longe de mim, aqui, querer prejulgar alguém. Eu estou dizendo que são fatos comprometedores, que poderiam ter sido já expurgados do Ministério da Saúde bem antes do ocorrido com o Dominguetti. Se tivessem exonerado o Sr. Roberto Dias o ano passado e tirado o Sr. Renato, que esteve aqui, de dentro do Ministério da Saúde, tenha a certeza, Senador Fernando Bezerra, que nós não estaríamos investigando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

o Dominguetti aqui, porque o Dominguetti não teria falado com um cara que não pertencia mais ao Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São esses fatos que nós temos aqui na CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, pelo art. 14.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se V. Exa. me permite, veja... Sr. Relator, se V. Exa. me permite, veja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A entrada do motoboy na agência bancária do Bradesco – daqui a pouco detalharemos pros membros da CPI qual é especificamente a agência bancária do Bradesco –, aqui no Distrito Federal, ocorre no dia 22 de junho... no dia 24 de junho. No dia 22 de junho tem a entrada dele, tem o depósito e tem um depósito no valor de R$6 mil. No dia 31 de maio, de que nós também temos as imagens, tem um outro depósito, também no valor de R$6 mil. No dia 22 de junho, a imagem anterior... No dia 22 de junho tem o depósito de R$6 mil, no dia 24 de junho tem o maior depósito em favor do Sr. Roberto Ferreira Dias no valor de R$13.550,00. Então, esse é o registro, pelo menos, de quatro, mas esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem informações além destas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ou seja, do senhor, do motoboy entrando na agência bancária, fazendo depósito e, em seguida, no extrato bancário, há a transferência dos valores em favor do Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe, é bom que se diga que o motoboy Ivanildo não cometeu, Senador Otto, nenhum crime. Não cometeu nenhum crime. Ele pagou, recebeu, depositou, mas cumprindo ordens de alguém. Ele não cometeu crime. Se ele estiver nos ouvindo, é importante que ele saiba disso, ouça isso de viva voz. Ele não cometeu crime. Ele cumpriu uma determinação, uma ordem. É dever funcional.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E isso é sério sabem por quê? Enquanto isso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, complementando o Senador Renan, eu acho que o caso do motoboy Ivanildo Gonçalves da Silva merece incluir proteção policial, porque certamente ele é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Já foi pedido para a Polícia Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já foi pedido, porque ele é uma testemunha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já tivemos resposta da Polícia Federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... uma testemunha vulnerável. Ele é uma testemunha vulnerável. Ele pode... A qualquer momento, podem dar sumiço no Ivanildo e não se vai encontrar mais. Diante dos fatos... Até porque nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tanto é, Senador... Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nós temos aí informações de que ele distribuía dinheiro em espécie em endereços muito conhecidos aqui em Brasília, além de no Ministério da Saúde, em vários outros endereços, que vão comprometer pessoas e figuras importantes aqui de Brasília, de todas as áreas. Portanto, é superimportante dar proteção ao Ivanildo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para... Só para completar a informação, os depósitos foram feitos na Agência Bradesco 1409, do Setor de Indústria e Abastecimento, próximo ao Park Shopping, aqui em Brasília, Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sacava de uma para depositar na outra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para informar... Só para informar, o Senador Randolfe tinha feito...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria me inscrever. Queria que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou inscrevê-lo, Senador.

O Senador Randolfe tinha feito um pedido para convocar um outro motoboy chamado Marcio. Eu pedi para ele retirar porque esse cidadão trabalhou até 2018, o que não tem nenhuma ligação com...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Aí, sim, não tem pertinência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem pertinência nenhuma chamá-lo. Quem tem que investigar isso não somos nós; é outra instância, é outro... Então, eu pedi hoje... Eu soube que estava aqui para ser convocado e disse: Senador Randolfe, retire a convocação desse senhor, porque ele não tem nada a ver com isso. O que nos pertence é 2020 e 2021. É esse o papel da CPI. E mais: a pertinência está em que essa empresa transporta vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só uma informação complementar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse caso, Presidente, eu concordo com V. Exa., embora – e, aí, erroneamente – esta CPI, em várias ocasiões, tenha pedido quebras anteriores a esse período, buscas anteriores a esse período. Então, V. Exa. está correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E estão sendo negadas. Estão sendo negadas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso foi um erro que a Comissão cometeu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, só uma informação complementar: na verdade, não se trata de depósito;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

trata-se de pagamentos de boletos, de boletos da Voetur, como se a Voetur tivesse prestado serviços para o Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pelo art. 14, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – V. Exa. foi citado?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Fui citado pelo Senador Marcos Rogério. Não foi de forma jocosa, mas eu gostaria de aqui esclarecer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas mencionei, Presidente. É verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para explicação pessoal.) – Na verdade, no Ministério da Saúde, essa empresa Voetur já presta serviço há muitos anos, e, durante o período em que eu fui Ministro, de 2003 a 2005, ela prestou também. E eu não tenho nenhuma lembrança de que tenha havido qualquer problema na execução desses serviços. A VTCLog, não; é uma outra empresa que tem relação com a Voetur e outras mais e que foi, posteriormente, em 2018, alçada à condição de empresa que faz a logística de medicamentos e vacinas.

Eu sei que a intenção do Senador Marcos Rogério não foi tentar levantar nenhum tipo de suspeita, mas é importante esclarecer que, ao longo desses anos todos, eles prestam serviço ao Ministério da Saúde. Na minha gestão, graças a Deus, não houve nenhum problema que envolvesse essa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

A Senadora Simone está inscrita, mas, antes, Senadora, se V. Exa. me permite, estava inscrita, há algum tempo já, a Senadora Zenaide Maia.

Senadora Zenaide, V. Exa. com a palavra. (*Pausa.*)

Som para a Senadora Zenaide. Senadora Zenaide, a senhora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Está ouvindo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, nosso Relator, é para dizer o seguinte: parabenizo esta CPI, gente. Esta CPI, por mais que se queira mostrar que o Governo Federal não tem nada a ver, não saiu nenhum dinheiro, mas tinha 1,6 bilhão empenhado. Foi empenhado, quer dizer, esses contratos passaram tudo assim, sem ninguém olhar. E outra coisa que chama atenção – gente, eu fui Secretária de Saúde de Municípios menores e tudo – é: passar um contrato de distribuição de vacina de 18 milhões para 70 milhões? Fica difícil de esclarecer. Dois: o Sr. Ivanildo, o motoboy, sacar R$4,704 milhões. Contra fatos, não existe argumento. Por isso que eu queria chamar a atenção ao que foi dito aqui, pelo nosso Relator Renan Calheiros.

Vamos fazer um resumo disso, mostrando as imagens. Eu acho que vai ter um momento em que vai resumir, mostrando para a população brasileira: as fotografias, que foram mostradas agora, o cara pagando a conta dos outros, motoboy com mais de 4 milhões de saque? E ele não cometeu crime; ele apenas estava fazendo esse serviço.

Então, são muitas evidências para uma CPI que começou só com omissões, investigando um gabinete paralelo do Presidente no Ministério da Saúde – e aqui ninguém teve a intenção, porque eu acho que ninguém esperava, até os irmãos Miranda virem aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

e mostrarem toda essa evidência muito grande de fraude no Ministério da Saúde. E a gente está presenciando. Eu sei que existe, que você pode realinhar preço de um contrato em até 25%; agora, passar de 18 para 70 eu ainda não tinha visto.

Outra coisa: não tenha dúvida de que a gente vive, neste País hoje, uma intimidação permanente e uma politização das polícias, dos órgãos. Eu acho que isso justificaria, como falou o Senador Omar Aziz, que o Ministério Público Federal e a Polícia tivessem conhecimento desse esquema que se pegou no celular do Sr. José Ricardo Miranda de Santana.

A santa CPI, graças a Deus, fez com que parasse, estancasse, na medida do possível, a extorsão dos recursos do povo brasileiro. E esse povo vem pagando com morte, gente! Então, não tinha como deixar isso para trás. Se a gente não tem... Se a CPI não investiga, não tenha dúvida de que R$1,6 bilhão ia ser pago, como foram pagos R$20 milhões em medicamentos de doenças raras a uma empresa que não forneceu os medicamentos.

Então, quero dizer o seguinte: parabéns à CPI! Não vamos nos intimidar! Vamos mostrar as imagens. Vamos fazer um resumo. Contra uma imagem, não existe argumento. São provas! E aqui ninguém as está catando para punir alguém nem chamar alguém de fraudador ou corrupto. Isso veio à tona. E veio à tona por um profissional, um funcionário público efetivo, que, de tanta pressão que sofreu, teve a coragem de denunciar.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Senador Eduardo Braga...

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro, eu gostaria que o Senador Omar Aziz estivesse aqui, mas faço só uma retificação. Quando ele falou que os Senadores da base estavam correndo atrás do Roberto Ferreira Dias... Quero dizer que, naquele instante, Senador Girão, já tinha começado a sessão, eu estava no Plenário e saí para prestar uma entrevista para o Paulo Sampaio, do UOL. Fiquei por quase uma hora com ele, em uma salinha ao lado do gabinete do Presidente Rodrigo Pacheco. Então, eu estava lá no gabinete dele, dando essa entrevista. Aliás, Senador Girão, tudo que a gente fala e expõe sobre o que entendemos que é correto, essa mídia não divulga, mas o.k.! Então, era só para colocar isso. Disse que a gente estava correndo atrás... Eu soube pela televisão que tinham prendido o moço aqui. Eu nem estava aqui. É só essa retificação, Senador Randolfe, do caso específico ali.

Com relação à dosagem de vacinas, de novo, só repetindo o que o Senador Bezerra falou, são 230 milhões de doses, 191 milhões aplicadas. O Brasil continua sendo o quarto país do mundo em doses aplicadas. Se pegarmos o percentual da aplicação, nós estamos na frente, em termos de população, dos Estados Unidos.

O meu Estado, o Rio Grande do Sul – isto é muito importante –, recebeu 13,565 milhões de doses de vacina para uma população vacinal de 8,9 milhões. No meu Estado, Senador Girão, já tem 4,6 milhões para a segunda dose. Isso quer dizer – nós estamos no mês de setembro; vamos entrar em setembro amanhã – que, na metade de outubro, toda a população gaúcha terá as duas doses aplicadas – toda a população gaúcha! –, com vacinas do Governo Federal. E, no Brasil, dá para dizer que, até o final de novembro, toda a população brasileira terá recebido as duas doses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Um fato extremamente importante, em que temos batido muito aqui, é que, hoje, com muito orgulho, o Ministério da Ciência e Tecnologia estava anunciando que foram autorizados pela Anvisa os ensaios clínicos Fase II... Veja, Senador Girão: a USP de Ribeirão Preto, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal do Rio de Janeiro já estão com um processo na Anvisa. E, pasmem, quem chega na frente? A Federação das Indústrias do Estado da Bahia, que também tem um projeto de que nem eu sabia. Hoje, entra a Federação das Indústrias, com Senai Cimatec na Bahia, um *campus* integrado de manufatura tecnológica. Eles foram os primeiros a receberem a autorização da Anvisa para fazer os testes clínicos Fases I e II. Ainda não saiu o da USP, ainda não saiu o da Universidade de Minas e ainda não saiu o da Universidade do Rio de Janeiro. Mas são extremamente importantes: são quatro vacinas brasileiras, cientistas brasileiros. Essa da Bahia especificamente é uma parceria que o Senai Cimatec, da Federação das Indústrias, fez com uma empresa americana, cientistas americanos. Então, são cientistas brasileiros da Bahia e cientistas também dos Estados Unidos. É a vacina RNA MCTI Cimatec HDT. Então, quero cumprimentar na pessoa da Dra. Bruna Aparecida Souza Machado, brasileira criando vacinas que daqui a pouco solucionam o problema do Brasil e do mundo. Então, são três vacinas importantes... Aliás, quatro vacinas importantes, ensaios clínicos Fases I e II, vacinas SpiN-TEC MCTI UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais); vacina também Versamune MCTI, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – e, Senador Girão, é uma *startup,* imagine *startup* em Ribeirão Preto. Parabéns a eles e ao Dr. Célio Lopes Silva. E estão sofrendo perseguições, Senador Girão! Perseguições porque, de certo, estão incomodando alguém. E, por último, os pesquisadores de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Alguém tem interesse contrário a que nós possamos produzir vacinas. A vacina UFRJ-Vac, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora Leda dos Reis Castilhos, que deve ser autora com a equipe.

Então, quero saudar esses pesquisadores. Citei quatro nomes, mas devem ser outros colaboradores que estão fazendo esse trabalho extremamente importante para que o Brasil seja produtor de vacina. Acho que esse é o fato que eu quero deixar aqui.

E, Senador Girão, por um minutinho... Na semana passada, na quinta-feira, eu fui ao gabinete do Presidente Bolsonaro, que estava assinando a renovação da concessão de uma ponte na minha cidade: a ponte São Borja-Santo Tomé. Essa ponte... Eu era Prefeito de 1993 a 1996, quando me dediquei a essa obra, foi o primeiro consórcio público-privado da América Latina, a ponte São Borja-Santo Tomé. Vencia a concessão neste estabelecido hoje, 31, e o Presidente Bolsonaro assinou essa renovação da concessão por mais dois anos. E logicamente o Presidente argentino também assinou. Foi feito esse ato.

E pasmem: termina o nosso ato, quem estava lá? O nosso Presidente da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo – que esteve prestando depoimento –, sabe fazendo o quê, Senador Girão? Assinando, com a Diretora Presidente da Eurofarma do Brasil em São Paulo, porque vão fabricar vacinas da Pfizer no Brasil. Se fala tanto do Governo, se fala tanto dessas questões, e estavam lá o Sr. Carlos Murillo e a Diretora da Pfizer assinando esse contrato perto do Presidente Bolsonaro, junto com o Presidente Bolsonaro. Isso é sinal de que acreditam no Brasil, na ciência brasileira e que o Governo é, vamos dizer assim, confiável. Por isso é que se instalaram aqui. Poderiam instalar-se em outros lugares; por que escolheram o Brasil? Por alguma razão, certo? Claro que é pela população, enfim, mas também pela estabilidade do processo.

Então, é apenas esse registro também, porque isso aconteceu na semana passada, quinta-feira, dia 26/08, próximo às 17h, depois da assinatura do contrato.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os Requerimentos 1.465, 1.469 e 1.473...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só um minutinho... Senador, só um minutinho.

Senador, só um minutinho.

V. Exa. falou que os Senadores da base saíram correndo atrás do Sr. Roberto.

Eu fiz menção a V. Exa., porque não estava aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nesse instante, eu estava no Plenário do Senado e fui dar uma entrevista para o Paulo Sampaio, da UOL – uma entrevista de mais de meia hora –, no gabinete do Senador Rodrigo Pacheco, uma sala ao lado do gabinete.

Então, só para me referir a isto: eu não estava aqui, soube pela televisão do fato acontecido. Só isso aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente, Senador Heinze, lamentou porque a Bancada Governista pareceu chantageada.

O Roberto Ferreira Dias anunciou que teria deixado um dossiê nas mãos do seu primo, que também tinha envolvimento nos escândalos do Ministério da Saúde e, com isso, ele forçou, teria forçado, foi isso que o Presidente colocou, teria forçado uma solidariedade da Bancada Governista.

Foi essa a impressão que passou, mas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Mas disseram que nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas se não foi, não é, Presidente?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Disseram que nós saímos correndo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se não foi isso que aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe de mim fazer qualquer ilação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não estava aqui.

Eu não estava aqui...

Eu não estava aqui, Senador Renan, não estava aqui. Assim disse ao Senador Marcos Rogério: não tenho ladrão de estimação. Se tiver problema, o.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desculpe o excesso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadores, em votação os Requerimentos 1.465, 1.469 e 1.473.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Senador Jorginho; depois, Senadora Simone.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras. Eu quero fazer algumas observações, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A pauta da CPI... Eu queria pedir a V. Exa. que a gente tivesse um plano B para que a gente não fosse pego de surpresa quando um depoente não vem, não se apresenta, para que a gente não fique sendo desconsiderado olimpicamente, que não... Ontem, por exemplo, na madrugada, é que a não vinda do Sr. Ivanildo...

Eu quero dizer o seguinte: a gente já teve, no passado, algumas dificuldades...

Presidente, eu queria pedir a V. Exa. que as outras conversas que não fossem da CPI se segurassem um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ou fossem para o corredor de fora, ali, que dá para falar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço aos senhores e às senhoras... porque nós temos um orador, o Senador Jorginho.

Senador Jorginho, está garantido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Presidente, V. Exa. não ouviu, eu vou repetir...

E não vai ouvir de novo agora, vou esperar terminar a conversa aí, depois eu falo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Estou ouvindo V. Exa., Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, quando tiver mudança nas convocações, eu queria que V. Exa. pelo menos nos considerasse e nos avisasse, pedisse para a assessoria da Comissão nos avisar, pra que a gente não saiba quando chegou aqui: "Ó, não vem mais. Foi ontem à noite que a gente ficou sabendo". Enfim, acho que a gente precisava ter um pouquinho de consideração.

Eu quero pedir isso a V. Exa. pra que não tenha Senador que tem informação e Senador que não tem informação, que se lixe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação a quê, Senador?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sobre as mudanças do depoimento. Nós precisávamos ter um plano B pra saber, quando um não vem, quem é o outro que vem, pra não ficar no vazio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, nós soubemos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Todo mundo foi pego de surpresa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, nós soubemos disto ontem às 20h, que o Sr. Ivanildo tinha conseguido um *habeas corpus* pra não vir depor. E aí recorremos à Sra. Andréia, que esteve aqui no Senado se colocando à disposição. Ela justificou dizendo que estava em Guarulhos distribuindo vacina. Agora nós estamos pedindo a passagem da viagem dela. Ela deve ter ido ontem pra Guarulhos – nós estamos pedindo. Então, nós não tínhamos plano B hoje. Como é que nós vamos convocar uma pessoa 10h da noite pra estar aqui 9h da manhã?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas vamos começar a fazer, Presidente: um está convocado; se der qualquer problema, a gente já sabe o outro, porque nós precisamos até nos preparar pra poder inquirir as pessoas que vêm aqui, senão fica no improviso.

Então, eu quero fazer esse pedido a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Segundo, esse Ivanildo Gonçalves da Silva, eu não tenho dificuldade nenhuma em apurar o que tiver que apurar aqui na CPI – dificuldade nenhuma. Não tenho... Não protejo ninguém, não tenho estimação a quem meteu a mão no dinheiro público, enfim. Só que tem um detalhe: não sei se os senhores lembram que o Francenildo, que derrubou Palocci naquele escândalo lá de trás da CPI dos Bingos, recebeu uma indenização de R$400 mil por ter sido quebrado o sigilo dele e ser um coitado. Ele simplesmente não tinha... Ele só dedurou o que tinha acontecido.

Então, só pra nós prestarmos atenção nesse Ivanildo, que era alguém que distribuía, que pegava os recursos, que ia levar pra alguém. Nós temos que saber, nós temos que ver pra quem que ele entregou esse dinheiro e se é que entregou. Mas ficar querendo imaginar... Nós precisamos ter um caminho seguro que nos leve a isso.

Então, eu quero fazer essa ponderação.

Quero pedir pra V. Exa. – eu vou fazer por escrito – pra que a gente possa ouvir aqui o Relator da CPI dos Respiradores de Santa Catarina. Espero que a Comissão aprove, até porque já vieram outros relatores lá do Amazonas aqui, porque isso não pode ficar esquecido, a gente não pode virar as costas para alguns Estados brasileiros em que meteram a mão no baleiro, em que roubaram o dinheiro público, mataram gente, porque não compraram respiradores, não compraram equipamento, não tiveram UTI e fizeram maracutaia. A gente não pode virar as costas. A CPI não pode terminar sem fazer isso.

Então, eu quero, vou fazer por escrito, mas já estou pedindo a V. Exa. aprovação pra ser convidado o Presidente da CPI de Santa Catarina dos Respiradores.

Quero lhe dizer, Sr. Presidente, que eu não tenho nenhuma dificuldade, nenhuma dificuldade, não vou ter em nenhum momento aqui, em poder ajudar a investigar quem quer que seja que tentou meter a mão no dinheiro público dos brasileiros. Que isso fique muito bem claro aqui. O que nós não podemos fazer é ficar fazendo ilações de uma coisa que não ocorreu. Nós precisamos ter esse cuidado.

Eu queria fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas...

Senadora Simone, apenas... Se me permite, é apenas um registro, para o Presidente, de repente, pedir à assessoria que reposicione. É em relação ao acesso aos documentos – se V. Exa. me permite apenas fazer esta ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. deu a ordem novamente para restringir os documentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Foi a Senadora – desculpe, Senadora... A Ministra Cármen Lúcia exarou um parecer e disse que, a partir de agora – a questão do Senador... do Deputado Ricardo Barros – quem tem acesso, quem pode ter acesso é o autor do requerimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é o caso específico do Deputado Ricardo Barros, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e que não se aplica aos demais. Eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou... Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença. Eu entendi como se fosse para todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas... Apenas quero considerar o fundamento que V. Exa. colocou, para reflexão de V. Exa., porque, do jeito que está aqui, Presidente, é impossível ter acesso a qualquer documento. Veja o despacho de V. Exa.: "Excepcionalmente, o Senador e o respectivo assessor cadastrado poderão, mediante pedido e fundamentação específicos" – pedido e fundamentação específicos –, "ser autorizados pela Presidência da Comissão a acessar: (i) documento sigiloso ligado a requerimento de outro Senador; (ii) documento sigiloso não originário do requerimento da Comissão (documentos que compõem a Pasta Outros...)".

Veja, se o documento é sigiloso, como é que você fundamenta argumentos para poder ter acesso a esse documento, se ele está justamente com essa proteção e você não tem as informações?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, isso aqui é o mesmo que impedir totalmente o acesso dos demais Senadores a esses documentos sigilosos. Eu peço a V. Exa. que reflita...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só quero... Veja bem: eu quero... A Ministra Cármen Lúcia tem um parecer sobre isso, e eu estou seguindo. Eu queria que visse o que despachou a Ministra Cármen Lúcia em relação a documentos secretos, sigilosos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Senador não poderia assinar o requerimento junto, ao invés...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Senadora, a senhora me desculpe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim, Presidente, mas na hora em que o Senador assinar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora me desculpe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... ele automaticamente tem acesso ao documento sigiloso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso impede totalmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Só um minutinho...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso impede totalmente o acesso aos documentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem, só que há um problema: depois, o responsável pelo vazamento sou eu. É!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, Presidente, se for...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso que o Ministro Lewandowski colocou na sua decisão. O Ministro Lewandowski escreveu isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem... Tem lá, inclusive, Sr. Presidente, um mandado de segurança que eu impetrei no Supremo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e estão aguardando a manifestação de V. Exa. quanto a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas qual é o mandado de segurança?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o mandado de segurança que eu impetrei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação a mim?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, V. Exa. é o coautor, como Presidente. Mas questionando justamente a restrição de acesso a documentos sigilosos. V. Exa. vai ter a oportunidade de declinar ao Supremo essas questões todas para a gente ter um parâmetro. O que não pode é impedir o acesso de quem quer que seja a documentos sigilosos, porque isso impede a investigação, especialmente de quem é minoria na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu concordo com V. Exa., só que eu tenho preocupações...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. pela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de passar depois a responder processo por quebra de sigilo. Acessam 30 pessoas, ninguém sabe quem vazou, o culpado é o Presidente da CPI.

Senadora Simone.

Dessa forma, não!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Dessa forma eu vou ter mais controle.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu... Me permita aqui não medir as palavras, mas eu confesso que eu dormi ontem estarrecida com a decisão liminar do Ministro Kassio Nunes, com todo o respeito que temos que ter ao Supremo Tribunal Federal. Como decisão judicial transitada em julgado a gente não descumpre, a gente cumpre, e não cabe nem discutir, e como aqui é em caráter liminar, permitam-me discutir, sim, e questionar essa decisão, à luz de inúmeras outras jurisprudências do Supremo Tribunal Federal.

Mas, mais do que dormir estarrecida, eu acordei surpresa com as manifestações dos colegas que aqui estiveram, e permita-me dizer que passou na minha cabeça um *déjà-vu*, uma sensação de que eu já vi esse filme antes com outros personagens. O ano... O século não era este, o ano era o ano de 1992, na CPI do PC Farias. Naquele momento – quando se estava encaminhando para o final de um relatório não tão suculento quanto este, não com tantas digitais, indícios gravíssimos de provas, de escândalos, como é o caso da CPI aqui da Covid, caracterizando efetivamente o negacionismo e a omissão dolosa no atraso das vacinas, bem como os crimes contra a administração pública –, eis que surge um motorista de nome Eriberto, um homem simples que ali estava confirmando, no seu depoimento, que fazia transferência e recuo de recursos vivos e transferência em contas privadas dos denunciados.

Pois bem, Sr. Presidente, o *déjà-vu* é exatamente por isso. Essa decisão liminar eu acho que não veio por acaso. Esse Ivanildo, motorista, motoboy, simples, que é testemunha, não vem na condição de acusado por esta CPI e pode ser exatamente o Eriberto da CPI de PC Farias. Nós sabemos o que aconteceu lá e podemos estar repetindo essa cena aqui. Lembrando, Sr. Presidente, que lá o Eriberto não teve advogado, não teve decisão do Supremo. Talvez os personagens envolvidos de agora, lembrando do passado, resolveram se proteger com advogados, com uma banca de escritório e mesmo interpondo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

uma petição junto ao Supremo Tribunal Federal. Mas, repito, nós sabemos como aconteceu o final dessa história.

Então, aqui fica o meu pedido, Sr. Presidente, para que o tempo desta CPI seja o tempo necessário para que a investigação da VTCLog vá a fundo e puna quem precisar punir, que possamos dar o atestado de idoneidade, de honestidade àqueles que porventura não tenham nenhuma responsabilidade, mas que possamos colocar o selo e o carimbo da corrupção àqueles que, à custa da dor, da saudade dos nossos entes queridos, utilizaram-se de dinheiro público de forma totalmente indevida. Esse é o pedido que deixo aqui nesta CPI.

Para não encerrar sem outra coincidência do destino, eu me lembro... Uma única cena que eu me lembro daquela CPI – eu era relativamente jovem nesse momento – é quando um Senador, que não sei quem é, Senador Omar Aziz, Senador Renan e Senador Randolfe, perguntou para esse motorista simples por que ele estava fazendo tudo aquilo – ele estava ali por quê? –, se ele estava fazendo aquilo simplesmente por patriotismo, e a resposta dele para o Senador: "E o senhor acha pouco?".

Então, nesse momento em que se fala tanto de patriotismo, vamos lembrar quem são os verdadeiros patriotas: são os motoristas, os motoboys, são aqueles trabalhadores simples que ganham um salário mínimo, pegam duas, três conduções por dia, mas são capazes de serem honestos do início ao fim da sua vida, como aquele servidor humilde, William, terceirizado, que não deve ganhar mais do que R$3 mil, R$4 mil, e enfrentou o filho do Presidente da República quando o filho mostrou num *data show:* "O senhor está errado em relação à data. Essa *invoice* que compromete o Presidente da República não foi emitida no dia 18, como V. Sa. está dizendo que viu pelo Dropbox; ela foi emitida no dia 19". E ele, enfrentando olho no olho o filho do Presidente da República, disse: "Não. Eu tenho certeza de que foi no dia 18", confirmado pelos demais.

Esse é o verdadeiro patriota, aquele que não mente, aquele que diz a verdade, aquele que é honesto mesmo apesar das dificuldades. Patriotas são aqueles que servem o País da forma como diz a Constituição. É por isso, Sr. Presidente, a minha indignação neste momento, por não ver sentado, no lugar do Senador Randolfe, um motoboy, um trabalhador como milhões de trabalhadores brasileiros, que, eu tenho certeza, estava pronto para dizer a verdade, que realmente transportava dinheiro vivo... E nós só queremos saber agora a quantidade e para quem. E que esses possam ser punidos.

Eu finalizo, Sr. Presidente, apenas, porque aqui eu quero fazer uma defesa da CPI. Foi dito que a CPI politiza a pandemia e que isso ele entende que é natural. Não. Não somos nós que politizamos a pandemia; nós fazemos a política, aqui, de buscar, através da investigação e o controle, os verdadeiros culpados. Quem politizou e criminalizou e tentou amenizar essa pandemia foi o Presidente da República e o seu entorno.

E, por final, quando disse também que agora o Governo Federal estava auxiliando Estados e Municípios na condução da pandemia. O Tribunal de Contas da União já deu um despacho – não me lembro qual foi o Ministro – categoricamente imputando responsabilidade, salvo engano inclusive em relação ao próprio Ministro Pazuello e ao Secretário-Executivo Elcio, quando disse que é verdade que a saúde pública é tripartite, mas a coordenação de uma pandemia se deve, no planejamento, ao Governo Federal, e essa coordenação, no momento em que o Brasil mais precisou, não aconteceu. Estados e Municípios tiveram que sozinhos enfrentar essa pandemia sem precedentes, que matou mais de meio milhão de brasileiros.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na linha da Senadora Simone Tebet, com a permissão de V. Exa., eu queria que a CPI se colocasse à disposição do Ivanildo para proteção da sua vida, em ele vindo a esta CPI. Esse é um rapaz extremamente humilde, mora numa casa extremamente humilde, com um salário muito baixo, que fez um transporte milionário. Então, eu posso imaginar a pressão sobre a vida desse rapaz e o medo que esse rapaz possa estar sofrendo neste momento. Então, eu pediria a V. Exa. que V. Exa. colocasse a CPI à disposição, no sentido da proteção e da garantia da vida desse rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi pedido isso pelo Senador Randolfe e a Polícia Federal...

Sem nada mais a tratar, eu encerro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidamente. Só uma consulta muito breve ao senhor diretamente.

Queria saber se o requerimento que nós já aprovamos aqui... Já está aprovado, já está convocada a vinda do Ministro Wagner Rosário. Em alguns momentos, o senhor confirmou duas vezes aqui, publicamente, que iria trazer o Ministro Wagner Rosário para esta Comissão. Ele pode esclarecer, repito, tanto dúvidas que nós temos aqui sobre a negociação da Covaxin como também hoje 60 operações que foram feitas com prejuízos milionários que Estados e Municípios, que receberam bilhões de verbas federais, efetivamente tiveram. Então, é o útil ao agradável para esta CPI.

Eu queria saber se, antes do final da CPI, o senhor deve colocar para votar... Aliás, o senhor deve colocar para votar não, porque já foi aprovado. O senhor vai marcar a vinda dele aqui, como o senhor prometeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho de uma importância muito grande o depoimento do Ministro Wagner Rosário aqui. E eu vou ver uma data antes de terminar a CPI, para a gente ver se o coloca aqui para ser ouvido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só, com o devido acatamento e respeito, não nos esqueçamos de pautar algumas datas que são importantes a partir de agora, pelo rito das investigações, para que investigações não sejam obstaculizadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã a gente vê essa questão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Uma delas, por exemplo, é marcar a data da Sra. Karina Kufa e do Sr. Danilo Trento, porque a investigação está indo num caminho, nós não podemos aceitar qualquer embaraço ao rumo que a gente está tocando das investigações neste momento, Sr. Presidente. Nós estamos num momento crucial das investigações, é prioridade ouvirmos esse *office-boy*, reiterarmos o pedido e ouvirmos esse *office-boy*, é fundamental ouvirmos o Sr. Danilo Trento, é fundamental ouvirmos a Sra. Karina Kufa. É necessário ouvirmos os demais dirigentes da VTCLog.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, só dando esse encaminhamento à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 49ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Amanhã, às 10h da manhã.

(*Iniciada às 10 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (51ª Reunião) 01/09/2021

ATA DA 51ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia hum de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Jean Paul Prates e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Leila Barros, Simone Tebet, Zenaide Maia e Jayme Campos. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva Ivanildo Gonçalves da Silva**. **Finalidade:** Oitiva Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva. Oitiva do Ivanildo Gonçalves da Silva, em atendimento ao requerimento 1463/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1474 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva, no período de janeiro de 2018 até a data presente." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1476 de 2021** que : "Requer informações ao COAF" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1477 de 2021** que : "Requer busca e apreensão do aparelho celular do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 1478 de 2021** que : "Requer que sejam enviados pela CEF todos registros das câmeras que possui no aeroporto de Brasília do período de 1º de janeiro de 2018 a 1º de setembro de 2021, seja de agência, postos de atendimento, caixas eletrônicos ou quaisquer outros pontos, no prazo de 3 dias úteis." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 1479 de 2021** que : "Requer convocação para que preste depoimento a Sra. Zenaide Sá Reis, funcionária do setor financeiro da empresa VTCLog." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 1480 de 2021** que : "Requer que seja determinada às empresas de telecomunicações (Oi, Vivo, Tim, Claro, dentre outras) que seja enviado o histórico de localizações do telefone vinculado ao Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destinava-se ao depoimento do Sr. Marcos Tolentino da Silva, em atendimento ao Requerimento nº 252, de autoria do Senador Randolfe. Contudo, esta Comissão foi notificada hoje, às 8h da manhã, pelo advogado do Sr. Marcos Tolentino da Silva, o Sr. Luciano Duarte Peres, de que o depoente sofreu mal-estar, sendo socorrido no Pronto Atendimento do Hospital Sírio-Libanês, onde permanece sob cuidados médicos, estando impedido de comparecer a esta Comissão.

Eu quero pedir à Secretaria da Mesa que entre em contato com a direção do Hospital Sírio-Libanês e tenha as informações corretas sobre o mal que o Sr. Tolentino teve ontem.

O Hospital Sírio-Libanês, com certeza, não negará e também não vai acolher um paciente que não poderia ser paciente, porque a informação, Senador Renan Calheiros, que eu tive é de que ontem, às 10h da noite, o Sr. Tolentino estava conversando normalmente com uma pessoa – que eu me reservo a não dar o nome, até porque, mesmo essa pessoa não pedindo sigilo –, conversava normalmente, como se não tivesse absolutamente nada. Não creio que um médico vai dar um atestado sem uma... Mas, por todas as evidências de pessoas que usam de subterfúgios para não vir à CPI depor, coincidentemente, no dia em que é marcada a vinda dele, ele teve um mal-estar. É possível, sim, que seja tudo verdade, mas também é possível que a gente desconfie desse tipo de comportamento.

Por isso, a Mesa entrará em contato com o Hospital Sírio-Libanês, e eu espero que o hospital possa nos responder imediatamente qual é a situação do quadro e se realmente ele precisa estar internado no hospital.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai fugir hoje, amanhã, mas vai chegar aqui. Vai e vem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente, Presidente. Eu queria cumprimentá-lo.

É muito importante o depoimento do Sr. Marcos Tolentino. Ele é o verdadeiro dono de um banco que não é banco, que deu garantias fidejussórias aos contratos da Precisa, também a outros contratos no âmbito do Ministério da Saúde, de governos estaduais, do Ministério da Fazenda, da Advocacia-Geral da União, do próprio Tribunal de Contas da União, e não é concebível que alguém que tenha procedido dessa forma... Só com relação aos contratos da Precisa, Senador Tasso, se nós pegarmos aqueles quatro contratos principais – nós estamos tratando apenas de quatro: da Covaxin, das 20 milhões de doses; da Covaxin, no dia 6 de março, eles pediram adicional de mais 50 milhões de doses; dos testes, mais de R$1 bilhão; dos preservativos femininos, mais de R$1 bilhão. Quer dizer, é uma coisa escabrosa.

Eu queria, Presidente, até colocar para V. Exa. a necessidade de nós ouvirmos o Marcos Tolentino – a qualquer pretexto se justifica – e não encerrarmos a Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto não o ouvirmos. Ele não pode, a esta altura do campeonato, fazer uma manobra... Eu espero até que não seja manobra. Se for um problema de saúde, é muito importante que ele seja enfrentado e resolvido. O hospital é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

muito competente para fazer isso – todos nós sabemos –, mas ele não pode fugir da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele, definitivamente, não vai fugir desta Comissão.

O depoimento dele é muito importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O depoimento dele será tomado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Só um encaminhamento a V. Exa.: que esta Comissão Parlamentar de Inquérito encaminhe uma junta médica – pode ser do próprio Senado –, uma junta médica independente, só para confirmar, atestar o estado de saúde do Sr. Marcos Tolentino e para que, posteriormente, V. Exa. decline, o quanto antes, a nova data de depoimento a partir do pronto restabelecimento. E que essa junta médica ainda, inclusive, dê o parecer de quanto o Sr. Marcos Tolentino pode estar disponível para depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vejo, Senador Randolfe, com todo o respeito à sua questão de ordem... O Hospital Sírio-Libanês é um hospital de referência, um hospital com alta credibilidade da população, que tem lá grandes profissionais.

Eu acho que o próprio hospital, a própria direção pode criar uma junta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas a dúvida não é sobre o hospital. É sobre o paciente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas aí tem profissionais lá que com certeza não farão um diagnóstico que não existe. Eu pessoalmente vou entrar em contato com a direção do hospital pra que eles possam fazer isso o mais rápido possível. Não creio que alguém, um bom profissional, um médico... A gente não pode desacreditar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeitamente. Inclusive essa informação pode ser do próprio hospital, pode ser uma junta médica do próprio hospital.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que eu estou pedindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque nós temos que saber quando ele vai estar disponível para esta CPI. Isso que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje nós saberemos.

Bem de manhã, logo cedo, quando soubemos dessa notícia, o Secretário Leandro estava no meu gabinete, ele recebeu um telefonema da Sra. Andreia, CEO da VTCLog: ela se colocando à disposição de vir depor hoje, porque ontem ela não pôde porque ela estava em Guarulhos, ou colocando o Ivanildo à disposição para ser ouvido.

E eu quero aqui dizer que ela demonstra, na conversa que teve demonstra claramente que quer dar todas as informações necessárias. E até que se prove o contrário, ninguém pode aqui julgar ou condenar ninguém, correto?

Então a iniciativa de mandar o Ivanildo, que tem um *habeas corpus,* que não necessariamente precisava, mas, se quisesse vir, ele poderia vir aqui e, como testemunha, dar o seu depoimento... Eu acho que hoje nós não teríamos audiência porque com o Sr. Marcos Tolentino... Então, eu acho muito salutar a própria empresa ter interesse de dar as informações necessárias e que a gente possa investigar a fundo e saber da verdade.

Esse senhor que está aí é uma pessoa humilde, é uma pessoa que é um trabalhador como milhões de trabalhadores humildes e que será tratado aqui com toda dignidade, todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

respeito por todos os Senadores e Senadoras, com certeza absoluta. E eu espero que ele possa contribuir nas investigações, sem fazer valor de juízo, sem dizer qualquer tipo de valor de juízo sobre ninguém.

Então, o Sr. Ivanildo, voluntariamente, ofereceu-se para comparecer perante esta Comissão no dia hoje, em atendimento ao Requerimento nº 1.463, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Comissão tomou conhecimento da decisão liminar do Ministro Nunes Marques, no mandado de segurança impetrado por Ivanildo, nos seguintes termos: "[...] defiro o pedido de liminar, assegurando ao impetrante a faculdade de comparecer, ou não, perante a CPI [...]".

Então, ficava a encargo do próprio Ivanildo vir ou não e ele está cumprindo, nós estamos cumprindo uma decisão da Justiça porque ele está aqui por livre e espontânea vontade dele.

Nesse caso, ele mantém os direitos de assistência de advogado, de não falar absolutamente nada que possa comprometê-lo ou alguma coisa que ele não possa responder.

Então eu vou pedir, enquanto eu dou uma questão de ordem para o Senador Humberto Costa, eu peço para trazer o Sr. Ivanildo e os advogados para sentarem aqui, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para transmitir aqui uma informação e pedir a V. Exa.um encaminhamento.

Na última quinta-feira, o Prefeito da cidade de Cerro Grande do Sul, no Rio Grande do Sul, foi flagrado no Aeroporto de Congonhas com R$505 mil, tentando trazer esse recurso para Brasília. Esse Prefeito, segundo as informações que tivemos, viria de São Paulo pra Brasília num avião fretado. Imaginando que não houvesse o controle da Polícia Federal pelo fato de o voo ser fretado, ele passou com esse montante de dinheiro. Foi detido, disse que portava R$1,5 milhão. A Polícia Federal constatou que eram na verdade 505 mil, provavelmente outras pessoas que iriam pegar o avião estavam com o restante. E todos os indícios são de que esse recurso viria pra financiar esse ato contra a democracia do dia 7 de setembro.

Naturalmente que a pessoa que nos mandou a denúncia entende que o Congresso Nacional inclusive foi obrigado a tomar medidas preventivas diante das ameaças de invasão do Congresso, do Supremo, enfim, mas, na verdade, como não é um tema que diz respeito diretamente à CPI, não somos nós que vamos investigar.

Então, gostaria de pedir a V. Exa., na condição de Presidente desta CPI, que pudesse enviar ao Ministro Alexandre de Moraes, que está encarregado exatamente de fazer investigações sobre atos antidemocráticos, ações que atacam a independência entre os Poderes e que apregoam o fim do Estado democrático de direito, para que ele possa tomar as medidas cabíveis, até porque isso aconteceu na última quinta-feira e até hoje não foi tornado público, à exceção do Rio Grande do Sul, de modo que pode estar ocorrendo uma investigação que talvez não leve a nada, quando isso aqui pode ser parte de uma grande articulação política que envolve milhões de reais para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Se V. Exa. puder repetir, qual foi o Município?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Município dele é o Município de Campo Grande do Sul, é o senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Cerro Grande do Sul. Foi flagrado com R$550 mil, no Aeroporto de Congonhas, o Sr. Gilmar João Alba. Ele levava o dinheiro na bagagem de mão. Foi apreendido esse recurso pela Polícia Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente! Presidente, se o Senador Humberto me permite, pela gravidade da informação que o Senador Humberto traz neste momento à Comissão Parlamentar de Inquérito, embora não seja tema, fato determinado desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas é fato determinado da democracia brasileira. Essa informação dá conta do financiamento de crimes contra a ordem democrática, contra o Estado democrático de direito que devem ocorrer nos próximos dias. Então, Presidente, é urgente o encaminhamento, a partir da notícia do fato que nós estamos tendo neste momento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, é urgente que a Presidência desta CPI encaminhe a notícia desse fato – com urgência – aos cuidados de S. Exa. o Ministro Alexandre de Moraes, para a tomada de todas as providências. Esta denúncia pode dar conta de um fio de meada de um esquema criminoso de financiamento de atos contra a democracia.

Como se não bastasse, Presidente, o preço do feijão a quase 14, o preço da gasolina a 7, o preço do gás de cozinha a 120, uma crise hídrica de enormes proporções, a energia elétrica tendo sido reajusta em 50% ontem, como se não bastasse tudo isso, agora, a gente está diante de fatos de financiamento, de dinheiro público sendo utilizado para conspirar e criar um clima de maior instabilidade no Brasil.

De fato, Sr. Presidente, o povo brasileiro não merece isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tive conhecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

Eu tive conhecimento de que o Prefeito de Serra Grande do Sul foi flagrado com R$505 mil entrando no Aeroporto de Congonhas, onde entra passageiro de jatinho, para trazer esse dinheiro para Brasília. A troco de quê? E os indícios são muito fortes de que era para financiamento do dia 7 de setembro, dessa manifestação que haverá. São indícios.

Nós iremos encaminhar aqui – faz parte não da atribuição do Presidente da CPI, mas de qualquer democrata neste momento que a gente possa encaminhar – às autoridades competentes que estão investigando esse fato.

Estranha-me um Prefeito do interior do Rio Grande do Sul com uma quantidade tão grande de dinheiro sendo detido pela Polícia Federal. A Polícia Federal, fazendo o papel dela, o deteve, abriu inquérito, mas é preciso acompanhar isso de perto para saber realmente quais eram as verdadeiras intenções do Prefeito da cidade do interior do Rio Grande do Sul. Sem querer criar nenhum juízo de valor... Mas é muito estranho.

Vamos encaminhar ao Ministro Alexandre de Moraes. Esse é o papel que qualquer Senador ou Senadora tem neste momento.

Agora, aqui repetindo o que disse o Senador Randolfe, dia 7 de setembro, a população brasileira, principalmente a população mais humilde... Hoje... Ontem, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

exemplo, o preço da água em Manaus a concessionária queria aumentar em 24%. O Prefeito de Manaus, David Almeida, entrou na Justiça. A Justiça do Estado concedeu uma liminar não permitindo que houvesse o reajuste de 24%. Dez por cento hoje do salário mínimo é para comprar um botijão de gás. Você gasta mais da metade do salário mínimo para a cesta básica. E as pessoas falando: "Nós estamos fazendo um ato pelo Brasil". Que ato é esse? Ato pelo Brasil, o ato verdadeiro pelo Brasil, no dia 7 de setembro, é conter a crise hídrica. O Governo já tinha conhecimento há muito tempo de que vai haver racionamento. As empresas vão ter que pagar mais caro.

Quando sobe o preço da energia, Senador Randolfe, até o sorvete fica mais caro – até o sorvete!

Então, veja bem, o verdadeiro ato – o verdadeiro ato – pela Pátria, pelo Brasil, por Deus é que a gente contenha a inflação que corrói o salário dos trabalhadores, que, há muito tempo, não é reajustado.

E, ainda, numa crise tamanha dessa, estão falando em minirreforma trabalhista novamente. Veja bem, tenha a santa paciência!

O Presidente da República agora parou de passear de moto. Vai haver o 7 de setembro aí...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não. Sábado ele vai passear, em Pernambuco, de moto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A troco de quê? Manifestação para quê? Manifestação dessa! Não existe nenhum fato concreto de que há um perigo na democracia para ter um ato desse. Não é!

Torcemos para que o Governo dê certo. A gente torce para que o Presidente contenha a inflação, gere emprego, resolva o problema energético. Agora, que culpa têm os brasileiros se a energia vai aumentar?

Agora, por isso, essa atitude, esses recursos que foram apreendidos, que têm indícios fortíssimos – indícios eu estou falando –, que seriam utilizados aqui para financiar esse movimento, isso não é um caso isolado, Senador Humberto. Isso pode estar acontecendo em vários locais, porque a mobilização é cara, a gente sabe que isso não é de graça; ninguém mobiliza, aluga ônibus de graça, não neste momento, com o preço do diesel do preço que está.

Então, é necessário que todos nós fiquemos atentos a isso. Manifestação popular democrática é válida e a gente respeita. Agora, qualquer intenção de querer invadir o Supremo, o Congresso, isso aí tem que ser repudiado, porque a democracia brasileira não merece isso.

Senador Renan, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, eu queria dizer e cumprimentar V. Exa. e a todos que se posicionaram sobre esse episódio do Prefeito e dizer que há indícios fortes, fortíssimos, de uma vinculação direta, pessoal, do Prefeito com um dos coordenadores do movimento do dia 7 de setembro. Isso é algo que precisa ser rapidamente investigado, até para desestimular que práticas iguais a essa ocorram em detrimento do interesse nacional, em função dessa circunstância toda que nós estamos vivendo no Brasil.

Eu queria também, Presidente, comunicar – já o fiz a V. Exa., e vou fazê-lo agora, à Comissão Parlamentar de Inquérito – que, nos últimos dias, nós atualizamos a relação dos investigados desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e nós incluímos, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

investigados, a partir do patamar da própria apuração, da própria investigação, o Sr. Cristiano Carvalho, a Sra. Emanuela Medrades, o Coronel Helcio – com "h" –, Helcio Bruno de Almeida, o empresário Luciano Hang, o Sr. Luiz Paulo Dominguetti Pereira, o Coronel Marcelo Bento Pires, o Ministro Onyx Lorenzoni, o Deputado Osmar Terra e a servidora Regina Célia Silva Oliveira, que foi a fiscal dos contratos da Precisa no âmbito do Ministério da Saúde, que já teve oportunidade de depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Humberto pela grave denúncia que ele traz a esta Comissão, Senador, e lembrar o seguinte: o Presidente da República e seus apoiadores sempre colocam uma máxima nas suas caminhadas: "Olha, as manifestações são espontâneas, são voluntárias, não têm nenhum investimento financeiro" – e ele faz referência, inclusive, durante as suas campanhas.

Ora, se não há investimento financeiro, então, por que nós temos, para além – inclusive agora – deste fato que o Senador traz, nós temos, inclusive, inquéritos no âmbito do Supremo Tribunal Federal que atestam claramente investidores nessas manifestações. Quinhentos e cinquenta mil reais é muito dinheiro, e muito dinheiro para ser transportado da forma como a gente está agora acompanhando, neste momento, agora, Presidente, da CPI. O fato que nós estamos a investigar neste momento, na Comissão, e o fato, de fato, desse Prefeito.

E eu queria lembrar que basta entrar no YouTube que você vai ver, ainda como Deputado Federal, o atual Presidente da República lá atrás, ele falava claramente da necessidade de uma guerra civil no Brasil. E a gente percebe um investimento, um incentivo a conflagrar a cada dia a Nação brasileira. A gente aí... alguém colocou agora, há pouco, é um fato, parece-me que foi V. Exa.: nós não estamos vivendo uma grave crise institucional que se requeira, por exemplo, ir para as ruas fazer esse tipo de manifestação. É uma tentativa às inversas, é uma tentativa de dividir o Brasil, de criar uma cisão no Brasil. Isso é um fato que está diante de nós.

Eu, inclusive, tenho acompanhado pessoas que eu conheço, Presidente, que eu conheço, que são pessoas pacíficas e que estão hoje fazendo incentivo a essa manifestação, chamando as pessoas a irem à rua dizendo: "Olha, a gente tem que manifestar pra não ter uma guerra civil". Ou seja, o argumento dele é às avessas do objetivo primário do que a gente sabe que foi, que é capitaneado pelo atual Presidente da República. Criar uma cisão no Brasil, isso é inaceitável, isso é inadmissível.

Sete de setembro é uma data cívica para o Brasil, é uma data de paz, é uma data de que eu, na minha escola lá atrás, eu me lembro, era um momento de festa, de alegria, de confraternização, em que a gente fazia as manifestações escolares. Não há espaço para o que o Presidente tenta colocar neste momento no Brasil, que é dividir o Brasil, criar cizânia no Brasil. Ele faz e caminha pelo Brasil afora com manifestações de uma forma inaceitável, com os aumentos exorbitantes, com a volta da inflação, coisa que a gente não vinha desde o Plano Real e que a gente começa a vivenciar de novo neste momento na Nação brasileira.

Então, os meus cumprimentos ao Senador Humberto, Presidente. E eu acho que V. Exa., como Presidente desta Comissão, tem a missão fundamental, de fato, de fazer o encaminhamento dessa grave denúncia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro e depois o senhor, Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Até feliz que seja o Senador Girão logo em seguida.

Sr. Presidente, pra reiterar a urgência, a necessidade de que seja chamada a esta Comissão, requerimento já aprovado, salvo engano, o Ministro Wagner Rosário da CGU. Hoje nós temos a notícia da instauração de um PAR, um processo de responsabilidade administrativa, contra a Precisa por fraude e comportamento inidôneo. O Ministro Wagner Rosário chamou a coletiva para falar o oposto daquilo que a equipe técnica da própria CGU apontava: fraude e comportamento inidôneo por parte da Precisa. Então, é importante que o Ministro, atendendo a requerimento que é do Senador Girão, traga informações com relação aos vários fatos que a CGU apura – e a CGU é uma instituição de Estado seriíssima –, mas que, ao mesmo tempo, ele explique a motivação pra ter uma conduta claramente politizada na gestão.

O Brasil hoje enfrenta um desafio muito grande sob o ponto de vista da democracia, que é a normalização do absurdo. A gente não pode aceitar. Não é normal um Ministro de Estado fazer como fez o Onyx Lorenzoni, empunhando um documento falso, um discurso amalucado contra a CPI, contra o Congresso. Não é normal o Ministro da CGU, que é um cara de carreira qualificado, que se submeta, se sujeite dessa forma à manifestação política contra isso.

Então, reitero e reforço a necessidade dessa oitiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será importante a presença dele, já há um compromisso assumido com o Senador Girão e, logo após a Semana da Pátria, nós traremos o Sr. Wagner Rosário, que venha aqui explicar em relação a Estados e Municípios, mas também explicar com relação a coisas pertinentes, que é uma coisa que o Senador Girão vem pedindo há muito tempo.

Senador Girão com a palavra, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muitíssimo obrigado, Presidente, pela ratificação da vinda do Ministro Wagner Rosário, eu acho que ele tem muito a contribuir aqui com essa Comissão Parlamentar de Inquérito, não apenas sobre as negociações da Covaxin, outros assuntos relacionados ao Governo Federal, mas também a 60 operações que foram feitas mostrando aí fraudes milionárias em Estados e Municípios com verbas a partir de bilhões de reais, de verbas federais.

Então, é um depoimento muito aguardado por todos nós, pelo brasileiro que acompanha ainda esta CPI.

Mas eu queria só fazer aqui um aparte a partir da colocação que foi feita pelo Senador Humberto Costa e compartilhada pelos nossos colegas: realmente precisamos investigar se tem investimento público, como esse caso do Prefeito do Sul do País, lá do Rio Grande do Sul, com relação às manifestações. Agora, eu percebo claramente que nós estamos diante de muita mobilização legítima da população. Pode ter alguns setores que estão turbinando, e isso a gente tem que investigar. Agora, é algo constitucional a população se manifestar quanto ao que está sentindo, seja... Eu acho que transcende essa questão de apoio ao Governo nesse momento. A gente vê uma caçada à liberdade de expressão, especialmente vinda dos tribunais superiores. Isso tem incomodado muito o cidadão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

bem do Brasil, e eu acredito sinceramente que a gente deve resguardar o direito das pessoas de se manifestar.

Então, eu acho que nós estamos num momento em que é importante, como disse o Senador Randolfe também, que a gente perceba a gravidade de problemas como os aumentos aí da carne, do feijão, do gás de cozinha, do combustível – nós precisamos discutir isso nesta Casa. Eu acho que estamos atrasados nesse sentido, em reformas importantes, mas não devemos, de maneira nenhuma, taxar, por uma minoria que de alguma forma possa estar... Porque há indícios de investimento público no ato de 7 de setembro, mas a grande maioria das pessoas que eu vejo se mobilizarem é pela liberdade de expressão, inclusive cobrando o Senado Federal. E eu espero que seja pacífico, que seja um ato respeitoso. Eu acredito nisso. Mas cobrando inclusive o Senado que saia da omissão de deliberar, num papel constitucional nosso, que é o de analisar pedidos de *impeachment* de Ministro, que é um silêncio que acontece aqui há 123 anos de República, quase.

Então, só pra fazer essa pontuação. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pensei que a prioridade do Brasil era o preço do gás de cozinha e da energia elétrica e da gasolina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor acha que é constitucional, Senador Girão, recomendar à população não comprar feijão, comprar fuzil? O senhor acha isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, inclusive, eu escrevi sobre isso, Senador Renan Calheiros, que não é nem com fuzil, com compra de fuzil, nem com canetada do STF que a gente vai buscar harmonia e a paz no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu sei...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Concordo plenamente com isso. Agora, a livre manifestação, opinião do povo de ir pras ruas de forma respeitosa e pacífica, eu acho que isso é muito saudável, pra expressar o sentimento que ela tem por esta Casa, pelas decisões arbitrárias, enfim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero agradecer. Agora já estamos aqui...

Sr. Ivanildo, eu vou fazer uma pergunta, V. Exa. fique à vontade... V. Sa. não é obrigado a firmar compromisso de dizer a verdade, mas pode fazê-lo voluntariamente. V. Sa. gostaria de prestar esse compromisso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Responde no microfone.

Só vou pedir ao advogado que ele responda. Independente de se ele vai responder ou não, quem vai responder é o Sr. Ivanildo.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Presidente, só uma questão de ordem então?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS (Para expor.) – Para deixar o registro, então, de que, com a liminar do STF, do Ministro Nunes Marques, há a determinação para que ele seja ouvido sem que se preste o termo de compromisso dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Só para deixar isso consignado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Excelência...

Data venia, Sr. Presidente, essa escolha é do Sr. Ivanildo, não é do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

Veja bem, eu estou falando que V. Sa. não é obrigado a firmar compromisso. Foi o que eu li primeiro. Eu só perguntei a ele se ele deseja prestar o compromisso de dizer a verdade.

O senhor...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Eu estou aqui para responder, dizer a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Obrigado, Sr. Ivanildo.

O senhor quer falar antes alguma coisa ou já quer que eu passe para as perguntas?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Eu não quero falar nada. Apenas responder às perguntas que vocês...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Senador Renan com a palavra. Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu vou diretamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, doutor.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Senador Renan, desculpa a intervenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, sem problema.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Presidente, só para também deixar registrado: o Sr. Ivanildo está comparecendo a esta Comissão espontaneamente. Em que pese a decisão do Supremo Tribunal Federal, é uma opção do Sr. Ivanildo comparecer aqui para esclarecer esses fatos na data de hoje, em razão, então, da sua única vontade de esclarecer, enfim, os fatos que eventualmente aconteceram. Então, para deixar consignado mais uma vez, é um comparecimento espontâneo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Mesa já tinha consignado isso, dizendo que recebeu um telefonema hoje de manhã, a Secretaria da CPI, o Sr. Leandro, recebeu um telefonema da Sra. Andréia, CEO da empresa, colocando à disposição ela ou o Sr. Ivanildo. E eu disse: "É melhor trazer o Sr. Ivanildo, que é espontâneo, porque ele tem um *habeas corpus*". Tudo isso já foi esclarecido aqui. A presença dele aqui é por livre e espontânea vontade dele. Então, isso está claro. E a própria Sra. Andréia também se colocou à disposição para vir à CPI e tem todo o interesse em esclarecer tudo aquilo que está se falando da VTCLog. É bom, contribui para a investigação. Por isso, a presença do Sr. Ivanildo aqui.

Não estamos descumprindo nenhuma medida judicial, porque a medida judicial é muito clara: diz que ele ficaria à vontade para vir ou não.

Então, vou passar a palavra ao Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, antes de começar a fazer as perguntas, eu queria comunicar ao Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva, que exerceu a função de motoboy da empresa VTCLog – desde já nós queremos tranquilizá-lo –, que nós só vamos fazer perguntas em função do fato de ele ter trabalho na empresa e em função

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

específica do trabalho. Se despreocupe porque nós não vamos perguntar nada, absolutamente nada a que V. Sa. não teve acesso para indevidamente complicá-lo.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito está em fase avançada da investigação. É evidente que nós já temos muitas informações, mas o depoimento do Ivanildo aqui nesta manhã é muito importante, fundamental, para que a gente possa amarrar inclusive pontos da própria investigação.

Os membros da CPI também têm consciência de que todos os atos do Ivanildo foram realizados em função de determinação de seus superiores. Ele não está respondendo aqui efetivamente por nenhum crime, absolutamente.

Você exerceu um papel, uma função profissional, você é um empregado da empresa... É ou era empregado da empresa? Você continua na empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Eu continuo na empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda trabalha na VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Trabalho sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso o senhor não precisa ficar nervoso, absolutamente, porque nós só vamos perguntar aquilo, exatamente, a que o senhor pode efetivamente responder da maneira mais respeitosa, e é evidente que nós queremos as respostas também mais verdadeiras e mais sinceras.

O senhor trouxe telefone? Trouxe o seu telefone?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Trouxe sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor poderia nos emprestar, até uma parte do depoimento, para que a gente possa retirar dele, com o seu consentimento, algumas informações?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós o devolveremos imediatamente.

Por favor. (*Pausa.*)

Sim?

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Não. Ele respondeu que não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu também ouvi sim, Ivanildo.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu respondi: sim, que trouxe o meu telefone.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas eu perguntei se o senhor poderia nos emprestar, enquanto o senhor depõe à Comissão Parlamentar de Inquérito, para que a gente possa extrair dele algumas informações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho. Só um minutinho, Sr. Relator.

À douta defesa eu queria pedir encarecidamente – as perguntas serão feitas ao Sr. Ivanildo –: as respostas nós esperamos do Sr. Ivanildo, a não ser que a defesa queira depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, pode ser uma opção também, mas, em princípio, quem está depondo é o Sr. Ivanildo. Então, eu pediria, com todo o acatamento e respeito que tem esta Comissão Parlamentar de Inquérito por todos os advogados, eu pediria que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

a defesa se resignasse a apenas assessorar quando o Sr. Ivanildo pedir, as respostas são dele.

Sr. Relator, prossiga.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas consignar que o papel da defesa não é esse, obviamente, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual? O de responder pelo depoente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não. A defesa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi o que nós acabamos de ver aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A defesa não pode ser tolhida no seu papel de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, a defesa não pode...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se a defesa quer vir depor, não tem problema.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A gente substitui o Ivanildo pela defesa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só não suprimir as prerrogativas do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. As prerrogativas estão garantidas, só que quem está depondo aqui é o Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – O Senador Marcos Rogério pediu para consignar a informação, está consignada.

Segue o trabalho, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, Presidente, para tomar as providências, no sentido consentido já pelo depoente, para que a gente possa acessar o telefone dele e tomar as cópias e, rapidamente, devolver.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS (Para expor.) – Mas ele não consentiu, Excelência. A resposta dele: "sim"...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela ordem, por favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Questão de ordem, Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Eu peço ao Sr. Ivanildo, objetivamente: o Relator pediu a V. Sa., pediu ao senhor o telefone celular para que se possa conferir o conteúdo e perguntou se o senhor autoriza que isso seja feito. Essa resposta cabe ao senhor, não ao seu advogado. Estou perguntando ao senhor, como trabalhador: o senhor dispõe esse celular para que possa ser verificado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prossiga, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, portanto, à Presidência que, por favor, encaminhe um acesso desta Comissão Parlamentar de Inquérito ao telefone do depoente que, segundo informação já prestada por ele a esta CPI, ele trouxe, inclusive, para esta audiência aqui.

E queria dizer ao...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Determino à Secretaria a providência requisitada pelo Sr. Relator.

Prossiga, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Voltamos às perguntas.

Quando V. Sa. entrou na VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, eu entrei em 2009.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor entrou na VTCLog em dois mil... Lembra o mês?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Em março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em março de 2009. Sempre foi motoboy na empresa ou já exerceu outras funções antes?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, sempre fui motoboy na empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu cargo era um cargo de confiança, cumpria missão, desenvolvia atribuições de confiança de algum diretor, de alguma diretora?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, meu cargo sempre foi de confiança, para prestar serviço à empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor recebia alguma gratificação pelo cargo que especificamente exercia?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Era um salário de... Ganhava quanto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, um salário de mil e pouco, né? E mais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E mil e pouco quanto é?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Mil e setecentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mil e setecentos reais.

Quem ordenava – essa pergunta é muito importante –, quem ordenava os saques que V. Sa. fazia nas contas das empresas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – O financeiro da empresa me passava o cheque para eu fazer os saques, aí eu executava o meu papel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O financeiro da empresa. Se V. Sa. pudesse indicar o nome do financeiro, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Deixa-me dizer: a tua estratégia, doutor, a tua estratégia... Nós não somos meninos. Você é jovem ainda. Aonde você está indo, eu já voltei há muito tempo, filhinho. Só um minutinho. Então, deixa o microfone aqui – pra cá, pra cá, pra cá, pra cá. O senhor não toque mais no microfone, deixe-o responder. A tua estratégia: toda vez que ele faz, você puxa o microfone; na hora em que você traz o microfone, você dá a resposta para ele. Eu não quero ser indelicado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, você não acha nada, quem acha aqui sou eu. Está certo? Você não acha nada aqui.

Então, eu quero que o senhor responda, Sr. Ivanildo. O senhor vai ser tratado com toda a dignidade, porque o senhor é uma pessoa humilde, está certo? O senhor é uma pessoa humilde e será tratado com toda a dignidade.

E o senhor é uma pessoa que está aqui... Nada contra o senhor, nós não temos absoluta nada, nada contra o senhor. Agora, se vocês se dispuseram a trazer a testemunha aqui para depor, é porque ele está preparado para depor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi obrigado a vir.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS (Para expor.) – Ele fez uma consulta, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não fez, amigo. Não faça isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não faça isso, porque o senhor não está obrigado a responder por ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, amigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo o respeito ao senhor também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não toque mais. Só quem pode tocar no microfone é o depoente, o senhor não vai tocar no microfone. O senhor está fazendo o seguinte: toda vez o senhor puxa o microfone; ele faz a pergunta; na hora de responder, aí ele se abaixa, fala no ouvido para responder. Eu estava assistindo ali na televisão, lá na sala, como o senhor está fazendo. Eu estou dizendo que ninguém é tolo aqui.

Por favor, Sr. Ivanildo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que isso, essa sua prática...

Como é o nome do advogado, por favor? Para chamá-lo pelo nome.

Como é seu nome, por favor, e a inscrição na Ordem?

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Posso pegar? Estou proibido de pegar no microfone.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não precisa pegar nem falar ao microfone.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Alan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Alan Ornelas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dr. Alan...

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o senhor não vai responder por ele.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Eu não estava, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Da próxima vez que o senhor responder...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é um desrespeito à Comissão Parlamentar de Inquérito e ao seu cliente.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Sem dúvida...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ao seu cliente.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Só para registrar que, quando o senhor fez a pergunta, ele tirou o microfone, e eu tirei o microfone, e ele me fez uma consulta. Só por isso que eu estou falando com ele e tirei o microfone.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele não pode fazer consulta nessa hora em que eu pergunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele pode consultá-lo sobre qualquer coisa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, ele vai responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ... menos sobre a resposta que ele vai dar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse aspecto, não.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – É uma prerrogativa dele (*Fora do microfone*.) enquanto testemunha. É uma prerrogativa dele enquanto testemunha, Senador. Peço desculpa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse aspecto, está errado o Relator.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Peço desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não faça isso. Não faça isso, porque isso é feio.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Mas é uma prerrogativa dele enquanto testemunha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é muito feio.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Isso está consignado, inclusive, na decisão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é muito feio.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – ... do Supremo Tribunal Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Isso é muito feio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, nós estávamos perguntando: quem ordenava os saques que V. Sa. fazia?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Era a Zenaide.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O nome da doutora é Zenaide.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Zenaide.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era sempre ela ou ela tinha algum substituto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, era sempre ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era sempre ela. Desde 2009?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. É... Deixa eu te esclarecer algo. Olha só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade. Mais uma vez: não há nenhuma imputação...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu comecei a trabalhar na empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... contra o senhor.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu comecei a trabalhar na empresa em 2009, só que eu não prestava serviço diretamente ao financeiro. Eu trabalhava em outros setores, que era entregar documentos, faturas nos órgãos com que a empresa tinha contrato. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, só para lhe lembrar, quando nós começamos o interrogatório, eu perguntei: o senhor já exerceu outra função?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Desculpe por não entender...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor disse: "Não, eu sempre exerci a mesma função".

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está vendo? É...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Como motoboy. A mesma função como motoboy. O senhor me desculpa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor não trabalhava sempre no mesmo lugar, e agora está sendo colocado. Essas coisas não ajudam. É muito importante que o senhor fale a verdade...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e apenas a verdade para que a gente possa evoluir nesse depoimento.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sim, senhor. Eu estou aqui para falar a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, quem ordenava os saques era a Zenaide. O nome dela é Zenaide... Sabe o nome completo dela?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Zenaide Sá...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Sá Reis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Zenaide Sá Reis?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Como as ordens para realização de saque eram passadas para o senhor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é que dizia: "Ô, Ivanildo, vai lá..."? Como é que lhe passavam essas ordens?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, ela me dava o cheque para eu sacar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela lhe chamava?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Ela me chamava, aí já tinha... Já me passava o cheque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não era por telefone? Não era por mensagem?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, porque eu trabalhava diretamente... Não era por telefone. Eu trabalhava no setor, e, aí, quando o serviço estava disponível para fazer, eu ia lá, subia, pegava o serviço e ia fazer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, era tudo presencialmente?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Presencialmente. Ela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era dela para o senhor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso. Tudo presencialmente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Como é que o senhor realizava os saques? Era na boca do caixa? O senhor se apresentava na agência?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Era na boca do caixa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor ia na boca do caixa...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e fazia o saque.

O senhor tinha alguma preocupação com segurança? Porque eram volumes realmente expressivos. O senhor fazia isso sem segurança, sem companhia? Fazia sozinho?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, porque, no momento, quando eu ia executar o meu trabalho, às vezes a maioria... Já pagava boletos lá mesmo e, quando sobrava algum valor, eu pegava e devolvia ao financeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa informação é importante. O senhor pagava os boletos lá mesmo, os boletos da empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Pagava lá mesmo. Alguns depósitos que já vinham... Tipo, ela me passava anotado ali, eu entregava, e a pessoa... Eu executava, pegava e finalizava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta informação é muito importante: o senhor sacava e, algumas vezes, pagava os boletos.

Do dinheiro que sobrava, o senhor levava de volta para a empresa e entregava a quem?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – À Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entregava à Zenaide o que sobrava depois do pagamento de boletos.

Por favor, por favor, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Ivanildo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... esteja à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... qual foi o volume maior de recursos que o senhor sacou?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, eu não me lembro no momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas é... O senhor ia lá sacar 10 mil, 5 mil, mil, 100 mil, 200 mil, 300 mil, porque é uma coisa a que o senhor estava acostumado. Eu estou lhe perguntando: um valor que o senhor se lembra de ter sacado? Por favor, Sr. Ivanildo.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, no início, uma vez eu saquei um valor de quatrocentos e poucos mil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatrocentos e poucos mil. Na boca do caixa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Na boca do caixa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quanto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Quatrocentos e trinta mil, provavelmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatrocentos e trinta mil na boca do caixa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... no dia 24 de dezembro de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, geralmente essas coisas...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presente de Natal para alguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A empresa liga para o gerente do banco e manda dizer que vai sacar um valor tal no dia tal. Tem que dar 24 horas antes, 48 horas antes. E um valor de 430 mil não é entregue ali na frente de todo mundo; geralmente, é entregue numa sala, para que aquelas pessoas que queiram assaltar ou fazer alguma coisa não vejam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vejam. Não vejam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... o senhor pegando esse dinheiro todo.

Então, nós temos imagens que a gente pode requerer aos bancos, porque eles têm obrigação de mandar à CPI – por isso que nós estamos lhe perguntando –, para ver se o senhor está recebendo na boca do caixa, porque um volume de quatrocentos e poucos mil reais deve ser um volume bastante grande. Botar ali em cima daquela mesa, com outros clientes ali olhando, não é? Porque aquela pegadinha do banco todo mundo sabe como é: o pessoal fica ali na fila para olhar quem vai sacar o dinheiro para, depois, ir atrás e assaltar. Isso acontece no Brasil todo.

Então, o maior volume de que o senhor se lembra foi R$430 mil. É isso, amigo? Sr. Ivanildo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, o volume...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com esses R$430 mil, o senhor pagou os boletos lá e voltou com quanto para entregar para a senhora?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não tenho precisamente lembrança de quanto eu retornei para a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pagava os boletos todos dentro do banco?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu pagava os boletos todos dentro do banco. Aí, aqueles que não eram dentro do banco, ali do mesmo banco, eu ia para outro banco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual era o banco a que o senhor ia?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual era a agência a que o senhor ia mais? Onde fez os maiores saques?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Era a agência lá do aeroporto, Caixa Econômica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agência da Caixa Econômica, no aeroporto, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Esses 430 mil foram na Caixa Econômica do aeroporto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Foi. Do aeroporto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não se preocupe com relação às datas, aos valores, porque esta CPI, depois, à medida que for perguntando, ela dirá as datas, os valores, em que momento. E, se for necessário, nós apresentaremos o momento dos saques, de cada um desses saques dos valores, tá? Nós estamos com todas essas informações. Nós precisamos apenas checar algumas informações. E a sua presença aqui, respeitosamente digo isso, é importante para que a gente possa avançar.

O senhor não lembra, no dia que fez esse saque, que lhe foi perguntado, de R$430 mil, quanto sobrou?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembra?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembra. Mas o senhor acha, num esforço de memória, que sobrou mais de 200, mais de 300, mais de 400?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Eu não tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há problema.

Quando o senhor devolvia esses montantes para a Sra. Andréia, ela os deixava sobre a mesa ou guardava em algum cofre, em algum lugar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando eu entregava o dinheiro à Zenaide, eu não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Zenaide. Perdão. Zenaide.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Fala mais próximo do microfone, Ivanildo. A gente não está conseguindo ouvir.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando eu devolvia algum valor, eu passava para ela e, para mim... Não sei onde ela guardava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe onde guardava? Ela pedia para o senhor se retirar da sala para guardar o dinheiro ou guardava na sua presença?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não. Quando eu entregava ali, na mão dela, aí eu pegava... Terminei meu serviço e saía.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Geralmente, Sr. Ivanildo, mesmo na confiança, como ela também é uma servidora que tem que prestar conta – ela não é a dona do dinheiro –, geralmente quando você traz um dinheiro, é contado esse dinheiro na sua frente para ver se não está faltando nada. Era feito isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, geralmente, quando eu entregava o dinheiro, era muito difícil ela contar porque já, às vezes, sobrava pouco, o valor era pouco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas não... R$430 mil. Os boletos pagos todos no mesmo banco. O que me é estranho é que, se a pessoa tem uma conta lá e os boletos têm que ser pagos lá, para que sacar o dinheiro e pagar ali? Para que ter essa dificuldade? Um simples telefonema de... Hoje, com a informática, paga-se isso com uma facilidade, não precisa sacar o dinheiro para pagar no mesmo banco. Por isso que eu estou achando estranho o senhor dizer que está levando... Levou pouco dinheiro para o escritório. Está certo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Tudo é estranho. Sacar, pagar no mesmo banco, pedir para uma pessoa, numa moto, retirar 400 mil, 500 mil, sei lá, sem segurança absolutamente nenhuma. Isso é uma exposição de alguém que deu essa missão a V. Sa. e não tinha nenhuma preocupação com a sua segurança, com a sua incolumidade física. Essas pessoas, por mais boa vontade que nós tenhamos com elas, elas não eram suas amigas.

Nós temos informação na CPI, Sr. Ivanildo, nós temos informação de que supostos fornecedores recebiam os valores sacados por V. Sa. Alguns fornecedores recebiam o dinheiro sacado por V. Sa. V. Sa. poderia, então, listar alguns nomes desses fornecedores, por favor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, eu não lembro... Assim, eu não cheguei a entregar dinheiro para ninguém. A única coisa que eu executava, o meu papel era de pagar boletos; às vezes depositava, quando me pediam: "Olha, deposita esse dinheiro". Mas eu não cheguei ainda, assim, a entregar dinheiro para ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas nós temos informações de que, em algumas oportunidades, o senhor pagou a fornecedores, que não eram boletos, eram pagamentos que se faziam à vista, presencialmente. O senhor poderia detalhar o nome de algum desses fornecedores da empresa? É essa a pergunta que eu estou lhe fazendo.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não me lembro, porque, até então, eu nunca cheguei a entregar dinheiro na mão de ninguém. Então, eu pagava boletos, ela me passava os boletos já na... Ali para eu entregar. Eu entregava ao banco e retornava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

com o comprovante pago. Então, isso aí eu não tenho conhecimento de alguém assim específico para poder fazer esse pagamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por exemplo, consta também que alguma... Que uma parte desses recursos era para pagar servidores, funcionários da empresa. Não é verdade isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu pagava... Olha só, o pessoal me pedia... Tem coisas deles da empresa, né, e dos sócios, eu pegava e pagava os... Eu pagava os boletos, às vezes fazia depósito que eles me pediam, que era vinculado a eles, dos sócios, então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta que eu lhe fiz foi o seguinte, nós temos informações também de que uma parte desse dinheiro era para pagar funcionários da empresa, era... Uma parte era para pagar fornecedores. O senhor disse que nunca pagou a nenhum fornecedor, não é isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, eu não disse... Olha, o que eu pagava, eles me davam em mãos: eram boletos, era uma lista, vamos supor, de depósito, para fazer depósito. Mas aí assim... Então, eu não tinha conhecimento de mais nada, a não ser isso aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor não lembra alguns desses fornecedores para os quais o senhor fazia depósito a partir do momento em que sacava? Essa é uma pergunta. Eu estou fazendo algumas perguntas em função de avanços da própria investigação.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, tinha boletos que eram em nome de "não sei o quê de combustível". Eu pagava, mas não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nome de quem, por favor? Nós não ouvimos bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Combustível?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Isso. Era boleto de combustível, às vezes, que eu me lembre em mente. E, ao mesmo tempo, tinha fatura de cartão do pessoal da família; eu é que pagava. Então, esse aí era o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ivanildo, com todo o respeito, com todo o carinho que a gente tem pelos trabalhadores brasileiros, mas há curiosidade, sim, em ver para quem está pagando. Isso não é de você, isso é normal, isso é do ser humano. Você leva um monte de boleto, você tem que ver o valor para cada boleto e ver o nome. Se esse boleto era de R$3 mil, você pagava, mas sabia para quem estava pagando, até porque, se você levava uma relação dos boletos... Em cada boleto, devia ser um valor diferente. Não era um valor diferente? Ou eram todos iguais? (*Pausa*.)

Hã? Por favor, responda.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eram valores diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, valores diferentes. Então, o senhor sabia: "Olha, aqui, este é para o João, mil; este é para pagar o combustível, 2 mil; este aqui...". Essa era uma coisa de que o senhor tinha conhecimento, até nem era pela curiosidade, mas porque era uma tarefa em que o senhor estava mexendo com dinheiro, e o senhor não queria errar no pagamento ou na forma de fazer as coisas. Entendeu? Como é? O senhor não se lembra de ninguém, de nenhum nome?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, Excelência, eu não me lembro de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não se lembra de nada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu não lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E das transferências bancárias?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, é apenas para esclarecimento. Não sei se o senhor já perguntou quem passava para ele os boletos, as ordem e as contas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por favor, por favor...

Olha a pergunta do Senador Alessandro: quem é que passava... As ordens, quem as passava era a Zenaide. Mas quem passava a relação de boletos para o senhor pagar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, a Zenaide, quando ela me passava... Já estava tudo com ela: "Olha, Ivanildo, está aqui, ó, para você fazer o serviço de banco". Então, eu pegava diretamente com a Zenaide e ia para o banco.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – A Zenaide é que passava também as contas de fatura de cartão de crédito? Tudo era através da Zenaide?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Você só pegava, ia ao banco e executava?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Justamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito! Obrigado, Ivanildo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor... Sr. Relator, se o senhor me permite...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Qual a última vez, Ivanildo, que você fez esse serviço para a Zenaide? Qual a última data que você lembra? Quanto tempo faz?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, pagamentos mesmo, já tem um... Acho que tem... Deixe eu ver aqui... Eu não lembro especificamente, mas no mês passado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No mês passado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – ... eu paguei um boleto. Ultimamente, eu não estava tendo quase boleto para pagar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor sabe se ela ainda trabalha na VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Trabalha, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os últimos dois meses...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho! Vou já lhe passar a palavra.

Nos últimos três meses, mudou um pouco? Diminuiu a sua ida ao banco para sacar dinheiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, já tem um período em que diminuiu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bastante?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – ... bastante, porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois que a CPI foi instalada, realmente tinha que diminuir.

Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Ivanildo, com todo o respeito. A pergunta é a seguinte: o senhor recebe os seus salários em espécie ou por transferência bancária para a sua conta?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Transferência bancária.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então está explicado que, certamente, os recursos retirados em espécie seriam utilizados para fins que não são justos, corretos, republicanos. É a situação do pagamento de propina a agentes que facilitavam a VTCLog a ter os contratos generosos que tinham no Ministério da Saúde.

Isso aí, Sr. Presidente, caro amigo Relator Renan Calheiros, explica exatamente o que aconteceu com essa empresa, que é uma empresa que, realmente, com as características que tem, golpeava, fazia fraudes em licitações e tinha facilidades no Ministério da Saúde.

Ele certamente deverá conhecer...

O senhor é daqui de Brasília, Sr. Ivanildo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – De Goiás.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É de Goiás. Mas o senhor conhece todos os endereços de Brasília? Ministérios...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Nem todos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... residências. O senhor andou no Ministério da Saúde várias vezes?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando eu prestava serviço de entregar fatura, eu andava constantemente no Ministério da Saúde.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor conhecia quem lá?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu não conhecia ninguém. Eu ia a salas para entregar faturas, em setores e setores.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, o senhor já respondeu que o dinheiro era sacado, pagava os boletos e fazia transferências bancárias.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor. *Fora do microfone*.) – Nunca fiz transferências...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Nunca fiz transferências bancárias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para ninguém?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Para ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas pagava boletos. E todos os boletos que pagava eram da Voetur?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eram do grupo Voetur.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eram do grupo Voetur. Porque nós temos cenas em que o senhor estava pagando outros boletos, que não eram esses boletos da Voetur. O senhor lembra das vezes em que pagou boletos que não eram boletos da Voetur?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não me lembro de ter pago outro boleto a não ser da Voetur, mas como eu trabalhava no financeiro, eu também pagava boletos da diretoria do setor da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não fez transferência bancária?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, porque, até então, isso aí não era da minha alçada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não fez? Não fez transferências?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não fiz transferência nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do dinheiro que V. Sa. sacava, V. Sa. levava para a empresa uma parte. Uma parte era utilizada para pagar salários. O senhor não sabe onde é que a Zenaide guardava o dinheiro, não é isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, isso aí para mim já não... Quando eu entregava para ela, eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor entregava o dinheiro para ela e ela pedia para o senhor se retirar da sala para guardar o dinheiro em algum lugar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, sempre quando eu fazia meu papel eu saía do setor e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum outro servidor de que o senhor tinha informação recebia desse dinheiro sacado da empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos recebiam via transferência bancária?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor falou aqui que recebia o seu salário via transferência bancária, respondendo ao Senador Otto Alencar.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sim, o meu salário é conta-salário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conta-salário. Todos recebiam pela conta-salário? Todos da empresa recebiam pela conta-salário?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu creio que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor crê que sim.

Com que frequência o senhor fazia esses saques?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, de vez em quando, quando surgiam os serviços para eu fazer, eu ia lá e fazia. Era quase todo dia, estava pagando boleto, sacando dinheiro para pagar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E era muito dinheiro que o senhor sacava. Eu tenho aqui algumas informações... No dia 05/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

sacou 56, no dia 21/02/2018 ainda, sacou 102... Aí vem... Quando chega a 05/01/2021, o senhor saca, de uma vez, R$150 mil e, a partir daí, 350 mil, no dia 5; 350 mil, no dia 8; 100 mil no dia 25 do mês seguinte; 144.100 no dia 05/03; 250 mil no dia 01/04; 150 mil no dia 07/04; 100 mil no dia 23/04; no dia 28/04, saca mais R$100 mil; no dia 29/04, saca mais R$200 mil; no dia 18/05, 200 mil; no dia 24/05, 200 mil; no dia 27/05, 200 mil; no dia 07/06/2021, 350 mil; no dia 01/07/2021, R$300 mil... Só nessa agência – só nessa agência. Nós temos outras informações também de outras agências.

O senhor, além da agência do aeroporto, o senhor ia em que agências mais?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Quando eu, quando eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Próximo ao microfone, por gentileza.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Quando eu ia ao aeroporto, como tinha lá o Banco do Brasil, eu pegava, como era próximo, eu já procurava lá, fazia o pagamento, os depósitos, lá mesmo. E, às vezes, quando tinha boleto em outro banco, eu ia lá ao Bradesco, fazer esse pagamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tira uma dúvida: a entrega do dinheiro ocorria apenas nos dias em que os saques eram realizados?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, a partir do momento em que eu executava meu papel, eu devolvia todo o meu serviço para o financeiro, no mesmo momento. Quando finalizava, eu devolvia, estornava para o financeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor alguma vez entregou dinheiro a alguma pessoa conhecida, confidencialmente lhe pedido?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, nunca entreguei dinheiro para ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem fez depósito em conta?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

Desculpa. Só uma observação: eu acho que nós poderíamos, no caso, já que ele sacava e pagava os boletos, pedirmos ao próprio banco o registro desses pagamentos, se for o caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Exatamente.

Nós já fizemos alguns pedidos, já temos alguns pedidos, inclusive com hora em que aquele boleto foi pago, aquele boleto é de alguém... Ontem, esta Comissão Parlamentar de Inquérito exibiu aqui alguns boletos do Roberto Dias, de dívidas na própria Voetur, que foram pagos pelo depoente...

Nós temos muitas provas dessas atividades, que foram mal escaladas para ele, porque isso foi uma utilização criminosa dos seus serviços pela Voetur e, especificamente, pela Sra. Zenaide. Não é Zenaide o nome dela? (*Pausa.*)

Pela Sra. Zena... O senhor não acha isso? O senhor acha que não foi utilizado por ela indevidamente?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso aí eu não sei, doutor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso aí eu não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor acha que ela foi correta com o senhor ao mandar o senhor retirar essa dinheirama toda...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, isso aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pagar boletos de terceiros, inclusive?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Relator, eles cumpriam ordens. É diferente de um servidor público que cumpre uma ordem que ele entende manifestamente ilegal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eles cumpriam ordens, então, para que ele não fique até mesmo inseguro, seria importante que ele não se sentisse como provavelmente tendo cometido um crime. Mas seria importante também que ele colocasse aqui para nós... Porque ele disse, se o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – ... que ele ia até salas do Ministério da Saúde para entregar boletos. Para quem ele entregava esses boletos e que salas ele frequentava no Ministério da Saúde? Quais eram as pessoas que ele procurava? Essa resposta é muito importante. Eu peço que o advogado se contenha e permita que ele coloque... E também, de repente, até mesmo que esse senhor que hoje está aqui seja protegido acima de tudo, porque eu acho que ele vai precisar de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ivanildo, pode responder a Senadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Responda a Senadora Soraya, por favor.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, sempre quando eu ia no Ministério da Saúde... Então, quando eu iniciei a trabalhar na empresa, o sistema era de entrega de faturas, não era... não sei se era fatura ou era boleto, mas eram quantidades, volumes muito grandes. Eu chegava... Em vários departamentos e setores, eu chegava e entregava uma fatura; outros, eu subia... Em cada andar, às vezes, eu entregava uma fatura. Tinha vezes que era nota de crédito que eles pediam para também entregar. Então, isso aí... Mas tem muitos anos atrás. Isso aí, quando do meu acesso lá.

Este ano, se não me lembro, eu fui uma vez lá pra levar um *pen drive* no quarto andar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quando foi?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Eu não lembro a data, mas eu fui entregar um *pen drive* lá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Para quem?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – ... no quarto andar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para quem?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Aí eu não lembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quarto andar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – É, no quarto andar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Quando foi, Sr. Ivanildo? O senhor se recorda?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não, não me lembro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas foi este ano?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu creio que... Acho que foi este ano sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu pediria só para assessoria, ou a Secretaria da Comissão, ou assessoria checar se no quarto andar fica o Departamento de Logística.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agradeço, Sr. Ivanildo, pela colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quero só pedir, determinar à Secretaria que cheque, confirme se no quarto andar do Ministério da Saúde se situa o Departamento de Logística ou quais são os departamentos e setores do Ministério da Saúde que se situam no quarto andar do prédio. Só para constar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Presidente... Relator, só sobre o valor da fatura: o senhor lembra, Sr. Ivanildo, quais foram os valores, em média, maiores que o senhor já chegou a pagar de faturas?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, quando era boleto, eu pagava... Acho que foi um de trinta e poucos mil, outro de dezessete, mas era boleto do cartão do pessoal da... dos donos da empresa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Ivanildo, o senhor tinha... Porque o senhor saca da conta da empresa, certo? O senhor tem, então, a senha? O senhor tem cartão?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Como que o senhor sacava se o senhor não tinha senha e nem cartão?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Era me dado em espécie ou um valor determinado de cheque, e eu ia lá e sacava...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Era no caixa ou era com o gerente?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Era no caixa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E aí, a partir... Então o senhor não anda com o cartão da empresa nem com a senha?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eles... O senhor levava cheques, descontava e todos esses cheques da própria empresa ou de terceiros?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Da própria empresa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A empresa fazia um cheque, o senhor descontava – nominal ao senhor – e aí o senhor fazia pagamentos, é isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Como era a prestação de contas sua para a Zenaide? Depois que chegava com o saque, com a dinheirama, com... Depois de pagos os boletos, o senhor entregava o dinheiro para ela. Ela não exigia a prestação de contas? Quantos boletos pagou? Sacou tanto, o saldo é esse? Qual era a modalidade de prestação de contas?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não, quando ela me passava os boletos, eu falava: "Eu paguei este aqui, paguei este aqui, esse aqui..." Às vezes, tinha uns que não davam certo, e eu devolvia: "Então, aqui, olha, está aqui o dinheiro do que não deu certo". Então, era dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela somava na hora tudo ou ela aceitava a sua...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, só para confirmar, no quarto andar do Ministério da Saúde, fica localizado o Departamento de Logística, onde trabalhava o Sr. Roberto Ferreira Dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Trabalhava lá a Mayra, inclusive, no quarto andar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece Roberto Ferreira Dias?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca esteve com ele, nunca ouviu falar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Nunca ouvi falar e nunca estive com ele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor lembra a quem o senhor entregou esse *pen drive*?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não lembro, eu lembro que eu entreguei para uma senhora, uma moça lá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Quando o senhor pagou o boleto dele, o senhor não observou que era um boleto dele?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Eu não estou lembrado de ter pagado boleto nenhum dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas o senhor não observou que estava pagando boleto diferente? É uma pergunta...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando eu pagava os boletos, geralmente, o meu ato era pegar o serviço, eu entregava para o caixa executar e devolvia o serviço que eles me passavam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não olhava de quem era o nome?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não cheguei assim a olhar e observar quem estava sendo pago.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor pagou, em algumas oportunidades – nós temos documentos –, boletos do Roberto Ferreira Dias, tá? É só para o senhor se inteirar, já que o senhor não olhava o nome das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, eu não... A princípio, eu não chegava a olhar o nome de ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor só ia lá cumprir o serviço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Mas o senhor sabe que era de familiares? O senhor disse que os pagamentos eram de familiares?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Quando eu pagava os pagamentos, eram boletos de fatura de crédito, essas coisas, e outros boletos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nesses você via os nomes?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Alguém mais na empresa fazia saques em dinheiro?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não é do meu conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não conhece, além do senhor, quem fazia saque em dinheiro e fazia o mesmo trabalho seu?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não é do meu conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é do seu conhecimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Relator, só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... pedir a V. Exa. que faça uma pergunta a ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, pode fazer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Na verdade, pelo que ele está dizendo, ele chegava ao banco, sacava e ali pagava os boletos que ele tinha levado. Com o recurso que sobrava, em alguma vez, o senhor foi para outro banco para pagar outros boletos? Por exemplo, o senhor sacou num banco uma quantidade maior do que o que tinha que ser pago naquele banco. Dali o senhor saiu com o restante do dinheiro para pagar outros boletos em outro banco ou era sempre no mesmo banco que se pagava e pronto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, a maioria era no mesmo banco, porque lá estava liberado o pagamento em qualquer banco. Mas tinha um que era específico e, às vezes, era estritamente no banco, igual o Bradesco... Às vezes, não dava para pagar lá, e eu ia pagar no Bradesco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, de alguma forma, em algum momento, o senhor tinha que transportar algum dinheiro para pagar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Às vezes, quando não dava certo, eu procurava outra agência e pagava porque lá estava escrito "somente naquela agência".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quando o senhor foi contratado, Ivanildo, você foi contratado para essa missão de sacar valores altíssimos? Quando foi contratado, já recebeu a missão, ou isso veio depois?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, quando eu fui contratado, eu trabalhava justamente em outra missão, não era diretamente para esse setor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah! E, quando passou a exercer essa missão, quem foi que lhe comunicou isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, a Zenaide, ela me procurou e falou assim: "Olha, Ivanildo, a partir de hoje, a gente precisa de uma pessoa pra trabalhar lá". E aí ela me pediu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Precisa de uma pessoa para...?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Para trabalhar no financeiro. E aí eu fui atender a demanda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor foi atender.

Ela disse o que era o...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, no começo, ela falou assim: "Olha, aqui você vai ao cartório, autentica um documento, vai no banco, saca, paga". Então, a isso aí ela não chegou especificamente. Quando eu comecei a trabalhar lá, aí aos poucos, ela foi me passando o serviço e aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando foi que especificamente, logo depois que começou a trabalhar, ela mandou o senhor fazer o primeiro grande saque.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu não lembro, doutor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que você não lembra?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não lembro, porque, a princípio, em 2018, eu fiz um saque e depois daí pra frente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando começou a sacar esse montante, o senhor passou a ganhar mais ou...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... permaneceu ganhando mil e poucos reais?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – O meu salário sempre foi o mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca houve gratificação nem nada?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, pode ficar à vontade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É sobre o *pen drive*, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Ivanildo, você lembra quem te deu o *pen drive*, na VTCLog, pra você levar no Ministério da Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E, complementarmente, a data em que você levou não teria sido dia 19 de março?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, eu não tenho assim conhecimento da data...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas lembra, assim, foi no mês de março?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Lembra o mês, mais ou menos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Eu sei que já tem... Em março? Eu sei que já tem um tempinho já. Então, isso aí, como não é... Quando eu parei de fazer o serviço lá do Ministério da Saúde de entregar faturas e aí depois surgiu esse momento de eu levar esse *pen drive* lá, só que, assim, não lembro bem a data.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Foi nesse ano, foi nesse ano?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas quem...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Eu creio que foi nesse ano, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Quem te deu na VTCLog o *pen drive* pra você levar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, tem o pessoal do setor lá que me deu o *pen drive*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Qual o setor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Acho que era o setor de faturamento, eu não lembro. Eu sei que, quando pegou o *pen drive*, aí ela deixou na recepção e ela falou assim: "Olha, tem que ir...".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ela quem?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – O pessoal do setor, eu não sei bem quem foi que me passou na hora. Sei que falou assim: "Olha, está pedindo pra você fazer esse favor e levar esse *pen drive* lá".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Se a gente mostrar uma foto da pessoa que era pra receber de você no Ministério da Saúde, você lembra, você reconhece?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, no momento, eu não, eu não tenho certeza se eu reconheço ou não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas era quarto andar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É no quarto andar e a sala praticamente quase na entrada, e... Quase de frente com a entrada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O.k.

O senhor tem patrimônio? Qual é a sua renda? É só essa renda da Voetur?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, patrimônio, assim, eu tenho o lugar de eu morar, mas é uma área que eu moro. Patrimônio, eu não tenho patrimônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia em que o senhor foi contratado, o senhor criou o Instituto Criança Feliz.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem a ver com a contratação isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não tem a ver por causa que, na época, eu tentei montar esse projeto de Criança Feliz, só que eu não consegui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conseguiu, hoje não funciona?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Praticamente parado, porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem quantos funcionários do Criança Feliz?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu não tenho nenhum funcionário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem algum patrimônio?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem casa própria?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu tenho uma casa, é um barraco que é onde eu moro, mas isso aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece a Zenaide, mas o senhor era amigo de outras pessoas na VTCLog. Quais são as pessoas com quem o senhor se dava mais?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, ali geralmente o convívio nosso era como funcionário. Todos, quem estiver dou: "Bom dia! Tudo bom?".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece os donos da VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu conheço o...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O microfone, Presidente, a gente não está...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu conheço pelos nomes, sim. Eu conheço os donos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece os donos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor é amigo deles?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Amigo eu não sei, porque eu, apenas como funcionário, estou ali...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece quais donos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – O Raimundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Raimundo.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – E o Seu Carlos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Seu Carlos.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem mais?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, a princípio o que eu sei quem os donos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma vez houve algum valor perdido, roubado ou extraviado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Graças a Deus, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca houve?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, nunca houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em alguma oportunidade tentaram lhe assaltar no caminho?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhuma oportunidade?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém já lhe fez pergunta sobre a origem do dinheiro...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... na hora em que o senhor pagava o boleto dessas pessoas ou...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, quando eu... Na hora de eu pagar, no início o banco perguntava para onde ia. "Não, isso aí era [como é que chama] pagamento de prestador de serviço da empresa."

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos depósitos o senhor fazia em conta direta de pagadores de prestadores de serviço?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, não tenho preciso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então o instituto não tem funcionário?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, o instituto, isso aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas já funcionou?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu não... Assim, eu tentei colocar à frente, mas não consegui, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor entregava...

Eu vou lhe dar a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor entregava esse dinheiro de moto mesmo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Transportava de moto ou transportava de automóvel?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu sempre trabalhei de moto, sempre como motoboy. E, quando sobrava alguns valores, eu transportava de moto, normal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Transportava de moto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É, de moto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mesmo sendo 400 mil?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, esses valores aí eu não... Assim, eu não chegava a carregar esses valores direto para a empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E carregava para onde?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, a partir do momento quando eu tinha valores, primeiro pagava os documentos e depois, o que sobrava, eu levava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em alguma vez utilizou veículo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era a placa da moto ou qual é a placa da moto? Pode nos informar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A moto é pessoal? É dele? A moto é sua?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A moto é pessoal ou é da Voetur?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Se for pessoal, Presidente...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É minha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... eu pediria que ele só passasse internamente para o senhor a placa da moto – se a moto for dele, se for uma moto pessoal. Até para proteção dele, Relator.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – A moto realmente é minha, não é? A empresa paga o aluguel da moto, e a moto é minha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que é? Eu não entendi.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, a moto, o veículo é meu. Ela... A empresa paga o aluguel da minha moto, e o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela paga o aluguel da sua moto. Então, além do salário, o senhor tem mais um *propine*.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Tenho o aluguel da moto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, veja, essa informação deveria ter sido dita antes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Quanto é o aluguel dessa moto, fora os 1,7 mil de salário?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – É 539.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Desde sempre? Desde de 2009?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, é...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Perdão, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pois não.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Desde de 2009, eu não lembro de valores. Eu iniciei com alguns valores. Aí, como foram ajustando os valores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor pode nos dar a placa da moto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, quando eu comecei lá em 2009, eu não lembro, porque já tem muito tempo. Era uma moto que um colega meu do dia a dia me deu. Mas eu lembro que eu trabalhava com a J...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu acho melhor ele não declinar aqui. Eu acho melhor ele escrever, porque está passando para o Brasil inteiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele pode escrever num papel, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É melhor, porque senão identifica ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Se ele puder escrever num papel e passar para nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, essas coisas precisam ser públicas. Essas coisas precisam ser públicas. É porque é importante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É porque a moto...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A moto é dele, é para a segurança dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A moto é dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A segurança dele... Ele está com segurança, ele precisa ter agora um outro tipo de segurança, segurança para aquelas pessoas que, evidentemente, vão querer ocultar a missão que ele acabou cumprindo sem saber, porque ele já respondeu aqui que ele não foi contratado para sacar dinheiro, distribuir dinheiro e pagar boleto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas ele adquiriu essa confiança dentro da empresa e mudou de posto, Sr. Relator. Eu até entendo, é natural.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é importante nós sabermos os dados...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É só ele anotar, Relator...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele anota...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Sr. Relator, Senadora Soraya Thronicke...

Ivanildo, você...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos cumprir a ordem? Eu gostaria de perguntar também alguma coisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, ele só anota no papel e passa para o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Izalci, Senadora Eliziane...

Ivanildo, você pode anotar o número da placa dos motos que você utilizou na VTCLog, se foi uma, se foram duas. Anote as placas, informe a esta Comissão. Pode anotar inclusive agora, me fornecer os números que eu passarei para o Relator. Está o.k.?

Prossiga, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Em alguma oportunidade V. Sa. já fez pagamento fora de Brasília?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca fez? É importante isso.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca fez.

O senhor lembra alguns endereços ou pessoas a que o senhor, de alguma forma, pagou boleto ou entregou uma parte desse dinheiro por prestação de serviço seja lá pelo que for?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, nunca entreguei dinheiro para ninguém assim e também endereço de ninguém eu não tenho nada a falar. Eu não tenho nada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não conhece nenhum endereço em que já foi?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não conheço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se eu citar aqui os endereços, o senhor não vai lembrar evidentemente? Ou vai?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não...

Eu não tenho nenhum endereço de pessoas que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não lembra nenhum endereço em que o senhor esteve? É isso que eu estou perguntando.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Eu... O endereço... Olha, o que eu ia geralmente eram mais banco e cartório autenticar documentos. É somente isso aí mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

O senhor já esteve no endereço na SHIS CL QI 17, Bloco G, Sala 406 do Lago Sul?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não me lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você não se lembra disso.

Então, um outro endereço: SHIS QI 11, Bloco L, 74, Lago Sul. Por favor.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não me lembro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já esteve no Setor de Hangares, Hangar 21, Concessão H21, do Lago Sul?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece Flávio Loureiro de Souza?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já esteve no endereço SHIS QI 5, Bloco A, Sobreloja 20, Edifício Gilberto Salomão, Lago Sul?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, nesse endereço não, mas eu já fiz pagamento no banco lá do Gilberto Salomão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já esteve lá no Espaçolaser Depilação?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca foi e nem sabe da existência dela?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele confirmou a ida ao Gilberto Salomão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A ida ao Gilberto Salomão.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Gilberto Salomão, aqui do Lago Sul.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Gilberto Salomão.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Mas isso aí há muitos anos. É que eu trabalho... Como tinha bancos que eram próximos uns dos outros, eu fazia pagamento ali.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O senhor conhece o endereço SHIS QI 29, Lago Sul?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece.

De quem é esse endereço?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – QI 29 é do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Lago Sul, Casa 3.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É do Sr. Carlos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos?

O senhor conhece o endereço SQS 216, Bloco D, Apartamento 405, da Asa Sul?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – SQS 216... Não, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não lembra?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o endereço?

SQS 211, Bloco A, Asa Sul?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode citar o nome, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Cristina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Teresa Cristina Reis.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece o endereço SHIS QL 22, Conjunto 1, Casa 20, Lago Sul?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece o endereço SHIS QI 7, Conjunto 14, Casa 20, Lago Sul?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece o endereço SHIS QL 12, Conjunto 6, Lago Sul?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Olha, olha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece ou conhece?

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.

Pela ordem dos inscritos, Senadora Eliziane Gama.

Senadora Eliziane, só um minuto, se V. Exa. me permite?

Ivanildo, além de você, você poderia informar...

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Ele quer ir ao banheiro, se tiver um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeitamente.

Então, o depoente pede 5 minutos para ir ao banheiro, em seguida...

Nós vamos suspender durante 5 minutos, em seguida retomamos.

Ivanildo fique à vontade, por gentileza.

Peço à Secretaria acompanhar o depoente, por gentileza.

Alguém da Secretaria acompanhe o depoente, por gentileza.

(*Suspensa às 12 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 22 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, Sr. Ivanildo, o senhor está vindo hoje aqui na Comissão, como já foi colocado, de forma espontânea. Por que o senhor decidiu vir hoje? E por que o senhor não veio no depoimento de ontem – antes de ontem, na verdade, não é isso? –, que estava agendado aqui na CPI?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, eu decidi assim no momento que, tipo assim, estava a mídia e todo mundo me perturbando e eu senti que deveria vir para botar um ponto final nessa situação, porque, no começo, até então, eu não queria conversar com ninguém. Mas, de repente, eles começaram o tempo todo, na minha casa, meu sossego...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eles quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – A mídia e, assim, os repórteres sempre queriam saber, que eu desse uma palavra para eles. Aí o tempo todo, eles estavam na minha cola. Então, eu peguei e falei assim, não, olha, diante da situação, eu decidi vir. É isso aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor recebeu uma ligação hoje da empresa para o senhor vir aqui?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando nós... O pessoal da empresa estava conversando e falou: "Olha, é importante"...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu não estou ouvindo, na verdade...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando eu estava em casa, mas a respeito... Olha só, o pessoal falou: "Ivanildo, é melhor nós resolvermos isso aí. Pronto, você fica à vontade se você quiser ir". Eu peguei e falei: "Não, eu vou. É melhor botar um ponto final nessa situação".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas eles lhe garantiram, por exemplo, alguma proteção? Eles estão lhe garantindo alguma segurança pessoal?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu me sinto à vontade. Eu estou me sentindo tranquilo, então não me sinto, assim, no momento, complicado. A única coisa são os meus pensamentos a respeito... diante de valores que estão citados para o mundo inteiro. Isso aí me traz um desconforto de pensamentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Senadora Eliziane, a senhora me permite um pequenininho aparte?

Um passo antes, Sr. Ivanildo. O senhor está dizendo que, de ontem para hoje, o senhor decidiu que era importante falar para resolver logo a situação. Foi isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Só que, antes disso, o senhor procurou o Supremo Tribunal Federal para não comparecer à CPI. O senhor tem conhecimento de que fez isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu fiz porque, tipo assim, é o meu pensamento, não é? Igual eu estou aqui diante de vocês, mas, às vezes, como eu nunca apareci numa situação dessa, eu falei: "Não, é melhor eu nem ir lá".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Aí quando o senhor pensou: "É melhor eu nem ir lá", como o senhor procedeu para fazer isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Depois eu pensei, assim, eu senti que estava...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor ligou para um advogado, Sr. Ivanildo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não liguei para advogado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor ligou para quem?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu não liguei para ninguém. Eu sempre, como eu estou na empresa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Conversou diretamente na empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E a empresa proporcionou para o senhor advogado para ir até o Supremo Tribunal Federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, a empresa me apresentou um advogado e falou assim: "Olha, Ivanildo, você fica à vontade, você faz o que você sentir". E aí eu fiz.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Desculpe, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu queria só que o Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. me concedesse...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... a recomposição do tempo da Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Muito obrigada.

Sr. Ivanildo, o senhor é uma pessoa absolutamente simples, mora numa casa muito simples, tem um salário muito baixo, mil e poucos reais apenas, para o sustento da sua família. Como é que foram os últimos dias da sua vida, com todas essas informações que vieram à tona? Como é que o senhor se sentiu esses últimos dias e, ao mesmo tempo, o senhor se arrepende? O senhor teve medo, por exemplo, não apenas agora, mas durante toda a sua caminhada, transportando valores tão altos? Porque o senhor recebe mil e poucos reais; de repente, o senhor saca R$430 mil. Eu não consigo nem imaginar o tanto de dinheiro que são R$430 mil. E o senhor foi lá com o cheque. O senhor não tinha medo, não?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, medo, às vezes, todo mundo tem, principalmente quando mexe com valores, mas isso aí era o meu trabalho, e eu depois fiquei tranquilo. Nunca me senti assim com medo de fazer algum serviço, porque até então eu me sentia seguro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor se sentia seguro? Na sua mochila, o senhor chegou a carregar o quê? Cem mil reais? Muitas cédulas de dinheiro na sua bolsa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não me lembro se eu cheguei a carregar esse valor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas mais ou menos esse valor, alguns malotes de dinheiro na sua mochila?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, teve valores de boleto que não deu certo pra eu pagar. Eu peguei e estornei para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ivanildo, deixe-me dizer, amigo: você não é obrigado a responder nenhuma pergunta aqui se não quiser. O senhor só não pode é faltar com a verdade.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só isso. Isso aí o senhor não pode. Responder... Se alguma pergunta for incriminá-lo ou coisa parecida, o senhor tem o direito de não responder. Na CPI, independentemente de quem quer que seja, só não pode faltar, como testemunha, com a verdade.

Quando a Senadora lhe faz uma pergunta, é porque nós temos como checar, porque o senhor diz o seguinte: "Eu retirava 400 mil, 100 mil, 200 mil e pagava os boletos dentro da Caixa Econômica". É simples. Desse dia em que o senhor sacou, nós temos o dia, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

gente vai saber quais foram os boletos que o senhor pagou. E é só diminuir o valor dos boletos, que a gente sabe com quanto é que o senhor saiu de lá e levou pra algum lugar.

Então, essas questões nós vamos descobrir. E aí eu lhe peço, até pra protegê-lo, que o senhor possa falar a verdade. Na hora em que o senhor achar que pode comprometer o senhor ou alguma coisa, o senhor diga: "Olha, eu não vou responder essa pergunta, Senadora ou Senador". O senhor tem todo o direito de ficar, o senhor só não pode omitir algumas coisas aqui pra gente. Porque é muito difícil, Sr. Ivanildo: a gente aqui na situação em que está, ninguém quer prejudicar o senhor nem ninguém, nós queremos só investigar, e não vamos fazer juízo de valor de ninguém aqui.

A Senadora lhe faz uma pergunta a que o senhor pode dizer: "Olha, em torno de 50 mil eu levei ou entreguei lá pra fulana, não sei" ou "saí de lá e fui pagar outros boletos em outro banco", porque, como o senhor estava acostumado... E aí tem um dado que o senhor deu que é muito importante pra gente, talvez tenha sido o dado mais importante da CPI hoje aqui – viu, Senador Renan? Foi que, nos últimos meses, o senhor parou de sacar dinheiro e pagar boleto. Parece que ninguém fez mais nenhum tipo de conta na empresa, porque o senhor vinha regularmente, ele dá as datas aí. Agora, nos últimos três meses, o senhor diminuiu bastante isso, e nós sabemos qual é a razão, imaginamos qual é a razão: é que, quando se instala a CPI e começa a investigar e se cita alguma empresa, é lógico que as pessoas mudam a forma de operar. Então, o senhor respondeu, disse: "Nos últimos meses, eu parei de fazer saques e pagar boleto". Foi o que o senhor respondeu aqui pra gente. Então, em tudo o que o senhor fala a gente está prestando atenção aqui – em tudo o que o senhor fala.

Por isso, o senhor não é obrigado a responder nenhuma pergunta se não quiser. Agora, o senhor não pode é não falar a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Certo.

Então, o senhor tem, aproximadamente, ideia, assim, de mais ou menos uns 100 mil, 150, que o senhor carregava na sua mochila?

A mochila era sua mesmo ou o senhor ganhou alguma de presente da VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – A mochila era minha.

E a ideia... Eu não tenho noção de valor, não lembro especificamente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não tem assim... Os pacotes: dez pacotes, assim, de volumes de alguns centímetros de altura... Enfim.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu não lembro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor disse que o senhor carregava "dessa altura" de boleto. Que tanto era a altura de dinheiro?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha... Eu não tinha... Eu não sabia muito bem, igual, chegar a esse valor, a altura de dinheiro, porque, quando eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas boleto era assim: o senhor tinha mais...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Mas é por causa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... papel em boleto ou mais papel em dinheiro?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, porque eu entregava os documentos, os papéis, os boletos lá e pagava. E, praticamente, quando sobrava algum valor, eu... Era para outro banco ou, então, devolvia para o pessoal da empresa. Mas eu não chego a lembrar. Eu não sei. Eu não lembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor recebia lá na mesa aquele monte de dinheiro, no banco?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não... Olha, tinha vez que eu não chegava a ver esse monte de dinheiro, porque a maioria ficava no banco, mas eu não tenho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor via lá, na mesa, aquela multidão de dinheiro?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não sei. Não sei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor contava o dinheiro lá, junto com eles?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não... Nunca, não. Eu não cheguei a contar, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Ivanildo, o senhor fez alguma transação, alguma negociação, algum pagamento usando dólar, por exemplo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhora. Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca viu o dólar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca pegou num dólar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Nunca peguei... Não, eu já vi dólar, mas só que eu nunca peguei, assim, em transação nem nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor já viu um papel de dólar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu já vi, mas isso aí eu não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não foi na negociação com a empresa VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não, de forma alguma. Isso aí é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Ivanildo, o senhor fazia... O Relator lhe colocou alguns endereços. O senhor já chegou, por exemplo, a entregar alguma documentação, alguma fatura, enfim, entregar alguma encomenda nas quadras aqui do Plano Piloto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca veio para cá com nenhum tipo de documento?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Área residencial, o senhor já entregou?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Também não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Certo. Só no Ministério da Saúde?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – No Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ao Ministério da Saúde, além do *pen drive*, você também levava as faturas?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, o *pen drive* eu levei uma vez, mas isso aí... Agora, as faturas, era direto, eu levava, só que há muitos anos atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas você levava com frequência para o Ministério da Saúde?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Com frequência. Eu entrava no... Como se diz? Eu entrava no prédio principal, ia às salas... E depois, quando tinha mais fatura, que eu ia entregar no Conasems, que era do outro lado... E aí eu passava pelo túnel e levava o restante. Eu andava com... Quase de sala em sala, eu chegava e entregava as faturas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – De sala em sala, você sempre entregava um boleto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É, de sala em sala, que era...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Entregava boleto de sala em sala?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, era fatura. Eu não lembro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Fatura já paga, de sala em sala?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Era...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Quando o senhor fala em faturas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, as...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... em muitos anos atrás, precisamente em que ano, Sr. Ivanildo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Ah...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – O senhor se lembra dos anos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não, não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor fala "muitos anos atrás".

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É muitos anos atrás...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Deixe-me aqui corrigir uma coisa. O que ele falou é que ele levava as faturas, que eram os... para recebimento, é isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Era... Eu não entendo bem disso que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Não, ele fazia o pagamento da fatura no banco e levava a fatura. Era isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não, não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, explica para a gente direitinho. É o inverso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Deixa eu te falar... A empresa... A empresa mandava a fatura, e essas faturas eram para a empresa receber.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, entendi. Pegava as faturas no Ministério da Saúde.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Pegava, entregava as faturas lá, e aí a empresa... Aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, são vários setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas essas faturas eram da própria empresa? Eram faturas da própria empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eram da própria empresa, porque a empresa tinha um contrato de passagens no ministério, que era o grupo Voetur, que é turismo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Certo.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Aí então eu pegava, entregava as faturas, e aí era justamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só um minutinho. Sobre a questão dessas faturas, você se lembra se havia essas faturas pra pessoa que não era da empresa, digamos assim, boletos de pagamento para pessoa física?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Não tinha boleto. Não tinha boleto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor fez um pagamento para o Roberto Dias.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas a gente tem, Sr. Ivanildo.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Mas eu não tenho conhecimento desses boletos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor não lembra?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas, assim, Sr. Ivanildo, veja bem, o senhor não lembra que o senhor pagou pro Roberto Dias, mas o senhor lembra que o senhor pagava cartão de crédito dos familiares da empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor olhava lá. O senhor não sabe ler direitinho?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não é questão de saber ler. A questão é que eu pegava o serviço – tanto que já tinha os valores –, eu pegava e fazia o meu pagamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas como é que o senhor sabe o que era cartão de crédito e o que não era cartão de crédito? O que era da família e o que não era da família?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Porque tinha boletos... Cartão de crédito você tem mais noção, você conhece.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o boleto também tem o nome, não tem?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. O boleto era... Não tinha, era só o código de barra e o valor embaixo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, mas no boleto vem o nome da pessoa.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não cheguei a ver nome de ninguém.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Esse o senhor não via. O senhor só via dos familiares.

Sr. Ivanildo, não pode mentir aqui nesta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Ivanildo, o senhor sabe que esses saques feitos pela empresa, na hora em que o gerente é comunicado, ele tem a obrigação de comunicar ao Coaf, conforme os valores. Ele deve ter comunicado. Se ele não comunicou, ele está mancomunado com alguém. Não é com o senhor, não.

Só um minutinho. O senhor sabe que o gerente da Caixa Econômica e do outro banco vão ter que vir aqui dar explicações e dizer se comunicaram ao Coaf esses saques, porque o que estranha é o senhor se lembrar que pagava cartão de crédito pra uns e não se lembrar dos outros, porque um valor desse é bastante... Porque, o cartão de crédito, geralmente, o banco podia fazer a transferência direto; não precisava o senhor sacar. Quando o senhor saca o dinheiro, é pra quê? É para, no extrato da conta da Voetur, não aparecer no final pra quem foi transferido o dinheiro, pra dificultar a investigação. Por isso, o senhor pagava em dinheiro. O senhor pode não saber disso, mas a gente aqui sabe, até pela experiência que todo mundo tem aqui.

Então, deixa eu dizer uma coisa: o senhor não lembra se os pagamentos que o senhor fazia mensalmente eram as mesmas pessoas?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, assim, se eram as mesmas pessoas, eu não me lembro, mas a partir do momento que eu sacava dinheiro, tinha valores que eu pegava, entregava lá no financeiro e eu não fazia nada com eles. Então, isso aí eu entregava e...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – E os boletos dos postos de gasolina? O senhor lembrava que tinha boleto pra pagar posto de gasolina, não é isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, não é que eu lembrava, é que na hora do, às vezes... Teve um boleto que eu fui pagar e não deu certo, não estava registrado. Por isso que eu cheguei a ver. "Olha, tem esse boleto aqui...". Me parece que o boleto deu "não cadastrado", alguma coisa assim, porque não estava desbloqueado, alguma coisa. Então, eu falei assim: "Olha, esse boleto aqui não deu certo". "Qual é o boleto?" "Esse que está escrito aqui, esse nome aqui." Aí eu pegava e devolvia pra empresa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E aí o senhor levava junto com o dinheiro pra empresa.

Presidente, olha, meu tempo acabou, mas me foram tomados pelo menos uns cinco minutos aí de tempo. Queria só que o senhor repusesse o meu tempo.

Sr. Ivanildo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não tem reposição de tempo aqui, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus! (*Risos.*)

Sr. Ivanildo, o senhor conhece o General Severo? Nunca ouviu falar do nome dele?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não conheço, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Andreia, da VTCLog, o senhor se lembra da Dra. Andreia?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Conheço a Dra. Andreia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor tinha contato com ela? Ela conversava com o senhor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Eu trabalhei na época... Eu trabalhava na empresa, eu protocolava alguns documentos que eram da empresa, que eram lá do departamento jurídico da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Coronel Luiz Henrique Frazão Caminha, o senhor lembra desse nome?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor lembra do Coronel Blanco? Marcelo Blanco? Já ouviu falar o nome dele?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Roberto Dias, o senhor já ouviu falar o nome dele?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Também não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca ouviu falar o nome dele?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Estou ouvindo agora que está passando aí na...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Olha, Sr. Ivanildo, o senhor não pode mentir aqui na CPI.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Estou falando a verdade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor não conhece o Roberto Dias?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não conheço Roberto Dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Tenente-Coronel Alex Lial Marinho, o senhor também já ouviu falar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu quero finalizar, Presidente, colocando aqui o seguinte para o senhor... Aliás, esse é um tema sobre o que eu tenho me debruçado muito para estudar, acerca da VTCLog. A gente está diante aqui do Ivanildo, que a gente percebe claramente, não é? Ele é uma pessoa absolutamente simples, ganha um salário muito baixo, usava a própria motocicleta, a sua moto, para fazer as transferências, com valor de aluguel baixo também, de R$500; ou seja, no final, ele tinha pouco mais de R$2 mil para fazer transporte, negociações e transações milionárias!

Surpreende-me, na verdade, o volume tão grande que era posto diante do senhor. E aí, portanto, Sr. Ivanildo, o senhor na verdade é uma pessoa que é honesta naquilo que o colocaram para fazer, tanto que o senhor fazia o pagamento direitinho, devolvia, e o senhor está escondendo coisa aqui na CPI de forma muito clara, naturalmente aí orientado para que trouxesse na verdade essas informações.

E alguém, quando alguém vê, na verdade, Presidente, o contrato da VTCLog junto ao Ministério da Saúde, esse que pediu um aditivo de R$18 milhões e foi deferido pelo Ministério da Saúde, alguém pode dizer que é um contrato perfeito. Mas não é, Presidente. Eu queria pedir ao senhor uma reposição do meu tempo, só para eu finalizar.

Veja bem, eu queria pedir aqui para a assessoria, para o Luiz colocar para mim aqui a primeira planilha, quando apresenta, por exemplo, a precificação aqui dos preços que foram admitidos no termo de referência da VTCLog. Veja que, para um dos itens, que é a manipulação do item para atendimento, havia uma previsão de 600 mil itens, e o valor que foi apresentado para ele foi de R$6,43. Na próxima planilha, Luiz, nós vimos aqui um detalhamento do que foi apresentado no termo de licitação. Veja, na armazenagem de carga seca comum...

Eu vou colocando aqui os deságios, a apresentação mínima abaixo do valor que foi apresentado pelo Ministério da Saúde. Por exemplo, em um dos itens, a VTCLog

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

apresentou um percentual abaixo de 29,6%. Na outra, 54,4% mais baixo. Numa outra, 32%. No serviço de incineração de resíduos sólidos por quilograma, ele apresentou uma proposta de 72,58% abaixo da proposta do Ministério da Saúde. Mas no item manipulação, Senador Humberto, que foi de R$6,43, ela não apresentou nenhum valor abaixo, exatamente o mesmo valor que foi apresentado. Ou seja, no conjunto da obra, no valor global, ele tem um percentual de metade daquilo que foi apresentado pelo Ministério da Saúde. Mas ela não diminui manipulação. Sabe por que não diminuiu manipulação? E aí eu queria que o Luiz colocasse a próxima lâmina. É porque no valor de manipulação que foi apresentado, numa previsão de 6 mil itens, foram apresentados mais de 4 milhões de itens. Vejam: o percentual e um número a mais do que aquele que foi apresentado no termo de licitação. E, veja, eu vou dar um exemplo aqui da dipirona sódica 500mg: o item não era por caixa, não era por volume; era por comprimido – você entende, Senador Humberto? –, era por comprimido que foi contabilizado. Daí a saída: de 600 mil itens para mais de 4 milhões de itens. Daí o pedido, por exemplo, do aditivo que seria apresentado: de R$1 milhão para R$57 milhões. O que aconteceu é que a empresa fez o entendimento com o Ministério da Saúde para o pagamento de R$18 milhões, 1,8 mil a mais do que o valor que foi apresentado pelo próprio Ministério da Saúde.

Nós teremos aqui outros depoimentos de representantes da VTCLog, Presidente. E eu vou me debruçar, em outro momento, para trazer o detalhamento, de fato, desse contrato, porque é bom lembrar: lá atrás o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro mostrou claramente a nebulosidade desse contrato que, na administração pública, se chama jogo de planilha. Tanto que a ação do Ministério Público Federal suspendeu um contrato entre a empresa e a Fiocruz, que foi exatamente a constatação dessa fase nebulosa, desse jogo de planilha, na tentativa de, ao final, ter muito mais dinheiro do que aquilo que foi apresentado na licitação junto ao Ministério da Saúde.

É muito lamentável, Presidente, o que nós estamos acompanhando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora teve acesso ao projeto básico do Ministério da Saúde para essa licitação?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A todos eles, Presidente. Nós temos aqui... Infelizmente o nosso tempo é muito pouco, mas, como eu lhe disse, em outro momento, em que ouviremos aqui representações da VTCLog, nós vamos apresentar isso detalhadamente. Nós nos debruçamos em torno disso e há, como eu disse, um aparente contrato perfeito, mas, no detalhamento minucioso, a gente percebe um jogo de planilha e claramente um aumento sem precedentes exatamente no termo, manipulação. O termo que é utilizado é SKU, que é exatamente... É mais ou menos isto – eu vou dar aqui um exemplo claro de um outro objeto que não é da área médica –: eu tenho uma sandália vermelha número 33. Então, esse é um SKU. Quando eu saio desse para uma sandália amarela número 34, é um outro SKU. Mas, quando eu pego mil sandálias, eu tenho apenas um SKU, ou seja, isso, na verdade, foi a confusão que foi feita entre a forma de dimensionamento do armazenamento que foi apresentado na licitação e, depois, a que foi questionada no termo aditivo.

E aí eu não estou aqui colocando de forma taxativa, mas fica muito claro para mim o indício de entendimento entre as duas partes. Aqui não é uma questão apenas da VTCLog. É por isso que a gente tem que ouvir aqui, Presidente, os fiscais de contrato que o Senador Humberto já apresentou, de fato, nos relatórios, para entender como se deu essa conversa entre os fiscais de contrato e como se deu esse entendimento junto a VTCLog para que a gente chegasse a uma licitação dessa natureza e, ao final, a um pedido de aditivo que chegou a quase R$57 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou só lhe perguntar: quer dizer que uma sandália número 33 tem um valor de transporte; uma de 34 tem outro?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, eu digo a série, o volume de armazenamento. Então, eu faço a cobrança por item...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Certo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... e não por SKU. Quando eu falo de item, eu falo: eu tenho mil sandálias, são mil itens em tese. É o que a VTCLog está questionando, mas, no projeto originário da licitação, quando eu digo item, eu estou dizendo uma série, eu estou dizendo um condicionamento, um volume. É por isso que ele pega a dipirona e faz a contagem por comprimido, e não por volumes, e não por pacotes, e não por... Pelo volume maior. Ou seja, é muito diferente eu pegar uma caixinha de comprimidos de dipirona, Presidente – tem lá não sei quantos mil comprimidos –, e dizer que uma caixa é um volume apenas, e não milhares de comprimidos – assim, vou ter milhares de volumes em vez de apenas um volume.

Então, foi exatamente esse jogo de planilha, essa confusão de ideias que gerou um aditivo milionário ou multimilionário, muito maior do que a previsão originária que foi apresentada pelo próprio Ministério da Saúde. E, depois, o próprio Ministério da Saúde cede...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é que estava...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... e faz um aditivo de R$18 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você pediu para quem fazer esses eslaides aí? Quem trabalha contigo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É o Luiz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Luiz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... que é o meu consultor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje não está aqui a Izabel. Ninguém falou na Izabel hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É Izabelle!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Izabelle! Izabelle! Izabelle! O Renan fica: "Izabelle, Izabelle!".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Hoje nós temos o Luiz, que é um jovem advogado muito competente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí todo mundo quer saber quem é a Izabelle. Perguntam: "Quem é a Izabelle, de que o Renan fala o tempo todo?" Eu falei: "Olha, deve estar ganhando bem agora, porque o Renan faz um esforço para ela trabalhar bastante".

Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Sr. Ivanildo, seja bem-vindo aqui ao Congresso Nacional!

Sr. Ivanildo, eu teria algumas perguntas a fazer ao senhor. Primeiro, o senhor tem consciência de que é perfeitamente possível, com os mecanismos que existem hoje, saber aquele dia em que o senhor esteve ali na Caixa Econômica e em que retirou o valor que está aqui registrado, para onde o senhor foi depois, para onde o senhor foi depois, para onde foi, se foi para outro lugar? O senhor tem consciência disso, não tem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, eu tenho consciência de que eu realmente fiz o saque, mas aí, no momento, eu não tenho ciência, lembrança de, assim, para onde eu fui, porque, geralmente, sempre quando eu fazia os saques, eu pagava algumas coisas. E, quando sobrava, eu retornava para o pessoal da empresa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem, se de fato isso aconteceu, quando houver o pedido da quebra do seu sigilo telemático, o que deve acontecer, nós vamos poder saber. O senhor se recusou a oferecer o seu telefone espontaneamente para que nós pudéssemos ter essas informações ou pelo menos os mecanismos para ter essas informações. Isso vai ser objeto... Depois nós vamos saber se, realmente, o senhor saiu do banco e foi para a VTCLog ou se o senhor saiu do banco e foi para algum lugar diferente desses aí.

A segunda coisa é o seguinte: acontecia de a D. Zenaide dizer ao senhor: "Vá ao banco, tire R$200 mil e traga aqui para mim"?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando a Zenaide me pedia para fazer os saques, aí eu pegava... Se ela falava: "Ivanildo, traz para cá", aí eu entregava para ela. Mas não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas acontecia de ela, em vez de mandar o senhor simplesmente pagar boleto e nota fiscal ou qualquer coisa... Acontecia de ela mandar o senhor sacar o dinheiro e levar para a empresa, para entregar a ela?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu entregava a ela.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Havia? Eram volumes grandes ou não?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, na época, não era volume grande.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O que o senhor entregava a ela?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O que ela mandava? A maioria mesmo era boleto que o senhor pagava, não é?

Ela disse... A empresa disse que esses recursos eram para pagamento de fornecedores, não é? Boa parte era para pagamento de fornecedores. O senhor chegou a fazer algum pagamento direto a algum fornecedor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Nunca.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para uma oficina que consertou um veículo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nunca?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sempre foi por essa maneira aí.

Ela, alguma vez, explicou por que ela não mandava o cheque para ser depositado na conta daquele fornecedor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mandava só o senhor tirar o dinheiro no caixa...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – E depositar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e depois fazer esse pagamento, não é?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o senhor sabe que ela podia fazer isso, né?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, isso aí é...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ela podia mandar o cheque nominal para a empresa, o senhor só ia entregar o cheque lá e pegar o recibo. Ela podia fazer uma transferência eletrônica, como a gente faz – hoje tem Pix, tem tanta coisa. Ela podia pegar o dinheiro e pagar para aquela empresa diretamente. Mas ela preferia que o senhor fosse ao banco e corresse o risco de ser assaltado para poder o senhor fazer o pagamento daqueles boletos. Já foi dito aqui pelo Senador Omar: o que ela não queria... Eu estou falando "ela" porque ela representa a empresa. A empresa não queria era saber quem foi que recebeu aquele benefício. Mas ela nunca lhe explicou por que ela não pagava em cheque, não?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não. Isso aí não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem é que está fazendo esse serviço agora, que o senhor disse que há dois ou três meses deixou de fazer? Como é que ela está pagando? O senhor sabe?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, isso aí eu não sei, porque até esses dois dias, sempre quando eu aparecia para alguma coisa, era eu que fazia. Mas como não estava tendo, daí para frente eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Será que ela está devendo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ou, então, será que ela está fazendo agora como deveria ser feito sempre: pagando diretamente à empresa, fazendo transferência eletrônica, pagando com cheque? É provável.

Esse recurso, que ele não sabe dizer quanto foi, pode ter sido muito. Ele pode ter levado e deixado na mão da D. Zenaide. Pode ser que não fosse ele a pessoa que entregava o dinheiro aos beneficiários. Podia ser ela, ou ela podia passar para outra pessoa. Então, veja, a história dele é bem contada, está toda arrumadinha, mas tem alguns buracos. Um buraco, por exemplo: o senhor sabia, a cada cartão que o senhor pagou, cada boleto que o senhor pagou, quem é que estava sendo beneficiado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ou o senhor pagava lá de bolo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu pagava... Quando me passava, já era, tipo, no montante. Eu entregava à agência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Olha, ele pode ter pagado cartão de crédito de político, pode ter pagado cartão de crédito de funcionário do Ministério da Saúde, pode ter pagado aluguel de casa de parente de político.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Viagens internacionais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E ele não tem culpa, não. O senhor não tem culpa de nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, isso aí não está resolvido com o depoimento dele, não. Nós temos que fazer esse percurso que ele fez cada vez que ele foi ao banco. Nós temos que saber quem foi beneficiado por esses pagamentos. Não sei se isso é tão fácil de se fazer, mas temos que fazer. Temos que saber qual é o papel dessa D. Zenaide. D. Zenaide acho que é uma pessoa boa de vir aqui, para ser convidada e vir aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Humberto, o depoimento não acrescenta muito, mas também não retira nenhuma das hipóteses. Pelo contrário, consubstanciou várias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

O senhor já viu lá pela VTCLog algum Deputado ou Senador que o senhor conhece?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nunca viu?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Nunca.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, né?

Bom, eu quero só fazer um comentário aqui. Não há muitas coisas mais que perguntar. A nota da VTCLog fala que ela agia dessa maneira porque tinha problemas de governança. Pelo amor de Deus, uma empresa dessa, que tem um contrato com o Ministério da Saúde de mais de R$500 milhões, ter problema de governança que exige um funcionário que vá ao banco para fazer pagamentos depois de retirar o dinheiro na boca do caixa... É esse o pessoal que está tomando conta?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Humberto, o próprio Ivanildo disse que recebia o salário dele por transferência, né?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ou seja... E um salário de R$1,7 mil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Porque era sacado e tinha destino de pagamento de propina – não tenho a menor dúvida disso – para, certamente, agentes que favoreciam e facilitavam a vida dessa empresa no Ministério da Saúde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é.

Uma empresa que tem um problema de governança como esse... E olhe que é antiga: ela já foi Voetur, lá atrás, já se envolveu em outras confusões anteriormente... Mas tem problema de governança para fazer pagamento de fornecedor. Então, isso é um absurdo! Quer dizer...

E essa empresa é responsável por armazenar e distribuir as vacinas no Brasil! Veja onde é que nós estamos, nas mãos de quem nós estamos!

É lógico que essa nota é um escárnio! Uma empresa como essa alegar que age assim porque lhe falta governança é um desrespeito com a população brasileira. Deveria dizer por que é que age assim. De quem são as contas que ela paga na boca do caixa? Quem são as pessoas que são beneficiadas por isso? Essa é a questão concreta.

Por que é que a empresa não trabalha unicamente com as transações financeiras eletrônicas, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu acredito, Sr. Relator, digo a V. Exa. e também à Senadora Eliziane Gama, que está investigando, que nós não deveríamos dar por barato essa questão da VTCLog. Ao contrário: ela tem muita governança; ela não tem pouca governança. Talvez por aqui ela esteja resolvendo os problemas pequenos. Os problemas grandes ela deve ter uma outra maneira, ilegal, de resolver. As propinas graúdas devem ser feitas de outra maneira. Ela tem muita governança. E, por isso, Sr. Relator, eu acho que nós deveríamos acelerar e aprofundar a investigação sobre essa empresa.

Essas duas empresas, Precisa e VTCLog, são as empresas do coração deste Governo, empresas queridas, irmãs deste Governo. Todas elas com o seu... Essa Precisa – pelo amor de Deus! – já não precisa mais de... Não é preciso falar sobre ela... (*Risos.*)

... porque essa está nua. A gente já sabe de vacina que não existia, passando por outra, que não era registrada, passando por sobrepreço, passando por garantia em real... A Precisa não precisa mais ser investigada, a não ser a gente ouvir o Sr. Tolentino, que não é da Precisa, mas é uma pessoa que precisa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E que deu entrevista, e que é outra novela.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... ser investigado.

Ele vai ficar bom...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E parece que deu entrevista ontem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele não vai morrer antes. Nós estamos rezando aqui para ele não morrer. Ele vem aqui para depor. Ele vai ter que depor.

E essa empresa, a VTCLog, o tanto de gente que aparece para defender essa empresa... E gente importante, Senador Otto! Não é pé de chinelo, não; é gente importante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Muito importante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Não mexam com essa empresa", "não mexam com essa empresa", "não façam isso", "não façam aquilo"...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A audiência hoje, do Ivanildo, é de gente muito importante aqui em Brasília. Não tenho a menor dúvida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ninguém vai tirar os olhos daqui da TV Senado hoje.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, nós não podemos parar. É uma empresa que aplicou um "se colar, colou".

Veja, se a gente estivesse dizendo assim: o Ministério da Saúde propôs um aditivo de 1 milhão, a empresa propôs 3, e a gente acabou em 1,5 milhão, tudo bem, dá para a gente entender uma negociação dessa, não é? Agora, num aditivo em que o Ministério da Saúde propôs 1 milhão, a empresa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Cobra 57...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...propõe 57, e o Ministério da Saúde aceita 18 – aceita 18 –, tem alguma coisa errada. Esse negócio não está certo. E aí é o que eu digo desde o início: nas empresas queridinhas desse Governo, essa VTCLog é uma, eu acho que a gente deveria ir a fundo mesmo. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

precisarmos de um pouco mais de tempo, uma semana, duas... Porque, se a gente não conseguir terminar a investigação, pelo menos a gente vai juntar muita evidência que o Ministério Público pode pegar, junto com o Tribunal de Contas e outros órgãos de controle, para ir a fundo e a gente conseguir realmente desvendar as relações espúrias, obscenas entre esse Governo, que se dizia honesto e decente, que, na verdade, não tem nada de honesto e não tem nada de decente. E o Brasil precisa saber disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Humberto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pela ordem, quem pede?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Apenas para não deixar o assunto morrer, na linha do Senador Humberto, e dizer que eu concordo com ele.

Acho que ficou muito claro aqui que o deponente, primeiro, não nega, obviamente, que trabalhava na VTCLog, que fazia esse serviço de pagamento de boletos e que esteve no Ministério da Saúde. Mas é importante mencionar, Senador Humberto... Na linha do que o Senador Humberto disse, ele citou um nome muito importante, dito diversas vezes pelo depoente, Senador Renan. Eu anotei aqui a fala de V. Exa. e me assustei. V. Exa. disse aqui, olha, que só numa agência foram 350 mil sacados num dia, 100 mil no outro – tudo no mês de março e abril deste ano –, 144 mil, 250 mil, 150 mil, 100, 100, 200 mil, 200 mil, 200 mil, 200 mil, 350 mil, 300 mil, quase R$2 milhões nessa agência num período de menos de quatro meses. A todo momento ele dizia, seguindo o dinheiro: "Eu nunca levei para lugar nenhum, a não ser...". Para onde? Para a VTCLog. Para quem? Para a Sra. Zenaide.

A gente não tem como terminar a investigação da VTCLog sem trazer a Sra. Zenaide para dizer o que ela fazia com tanto dinheiro vivo. Ela mandava para quem? Ela dava para os sócios? Ela dividia, para não pagar imposto? Ela fazia... Para terceiros, para empresários, para ex-funcionário do Ministério da Saúde, para agentes políticos, para Deputados Federais, para Senadores? Eu não sei, mas acho fundamental que, depois desse depoimento, venha, até antes da Sra. Andréia, a Sra. Zenaide, que é aquela sobre quem, em princípio, está a responsabilidade de justificar o que ela fazia com tanto dinheiro vivo, Senador Otto Alencar.

Então, fica aqui o pedido, na linha do que Senador Humberto sugeriu, que ela venha o mais rápido possível a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

Ivanildo, onde você sentou, aí, já sentaram políticos; o empresário Carlos Wizard, que é um bilionário; vários outros empresários importantes, ricos, e nenhum deles falou a verdade. Eu ainda acredito que, até o final desse seu depoimento, você fale a verdade, para o bem do Brasil, para que se pare essa sangria dos cofres públicos, se pagando dinheiro vivo a agentes públicos corruptos e a corruptores que fazem essas manobras para terem vantagens e sangrarem o Estado brasileiro.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Otto, só para ajudar V. Exa., quando o senhor falou dos que se sentaram à mesa, é bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

lembrar que a ex-Coordenadora do plano nacional de imunização veio para esta CPI como investigada. Ela contribuiu de tal maneira com a CPI que ela se tornou testemunha e teve todas as quebras suas suspensas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... revogadas pela CPI, como uma demonstração de reconhecimento exatamente à verdade que ela trouxe à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Relator, só um encaminhamento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito: a imprensa noticia que o Sr. Marcos Tolentino, ainda no dia de ontem, prestou declarações à imprensa, concedeu entrevistas, e, ao final do dia, ele teria se internado no Hospital Sírio-Libanês. Só estou trazendo essa informação à CPI para reafirmar o quão urgente é, Sr. Relator, nós determinarmos, nós pedirmos informações ao Hospital Sírio-Libanês sobre quanto tempo dura a internação, a enfermidade do Sr. Marcos Tolentino e, ato contínuo, demarcar, definir o quanto antes o depoimento desse senhor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Iniciando a inquirição, Sr. Presidente, peço para contar, então, o tempo.

Ivanildo, eu quero reiterar aqui que você aqui está como... Eu olho para você e vejo a expressão dos brasileiros do Brasil real: onde você mora, o que você sofre... Eu imagino a dificuldade que você tem, ao final do mês, de comprar o gás de cozinha, o botijão do gás de cozinha. Eu imagino a dificuldade de pagar, hoje, a conta de energia elétrica. Eu imagino, hoje, a dificuldade sua e de sua família de ir ao supermercado, de fazer as compras. Então, num dos raros momentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós estamos vendo aqui, no lugar de depoente, alguém que retrata o Brasil concreto e real. Por isso, nós estamos falando com você com profundo respeito, porque nós imaginamos o que você está sofrendo, no dia a dia, com a crise que este País está vivendo.

Ao mesmo tempo, eu imagino que, no fundo do seu coração, você deve se indignar quando, à noite, liga a televisão e vê o noticiário brasileiro indicando que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está identificando um enorme esquema de corrupção existente no Governo. Enquanto você e muitos outros brasileiros estão, no dia a dia, sofrendo, alguns, quando outros brasileiros estavam morrendo no meio da pandemia, estavam ganhando dinheiro. É a essa consciência sua, Ivanildo, com profundo respeito, que eu quero aqui apelar, para as perguntas que gostaria de lhe fazer.

Queria reiterar a pergunta feita aqui pelo Senador Alessandro anteriormente. Você entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal, na Suprema Corte, para não comparecer a esta CPI. Em seguida, você se dispõe a estar aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Você poderia só nos informar por que você estava com receio de vir? Quem lhe ofereceu advogados ou se você procurou livremente advogados? E o porquê da sua mudança de opinião em vir hoje? (*Pausa.*)

Você pode pegar o microfone, por gentileza.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, no momento dessa pergunta, eu creio, assim, no meu pensamento, que a minha vida não é mais a mesma, como todo mundo... É jornalista, muitas pessoas na minha cola, aquela coisa toda. Então, eu senti, assim, que hoje poderia ser o final de tudo isso aí, por causa que o negócio não estava, não está fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Mas aí eu estou aqui, com a consciência limpa. Então, eu quero dizer para todos que eu estou aqui... Dentro do meu conhecimento do que eu estava fazendo, estou falando a verdade, não estou omitindo nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós acreditamos, viu? Nós acreditamos!

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, é porque muitos estão dizendo que eu estou mentindo. Então, eu não estou mentindo para ninguém.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, eu tenho absoluta... Se tem alguém aqui que tem absoluta confiança e crença no que você está falando, olhando nos seus olhos, sou eu. Eu tenho absoluta crença e confiança no que você está dizendo.

E para nós é o seguinte: você estava cumprindo um serviço; você não é aqui investigado, você estava cumprindo um serviço. Alguém mandava você fazer as coisas que você fazia. Não era isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Por isso eu queria lhe perguntar: você pagava os boletos e fazia os depósitos no mesmo banco?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, tinha boletos que eu pagava no mesmo banco, que, quando eu ia fazer o saque, eu já colocava junto com, ali como se fosse um clipezinho, colocava isso, que era pra fazer aqui, já deixava ali; então, ali justamente no próprio banco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você fazia, então, no mesmo banco? Pagava boletos, fazia depósitos sempre no mesmo banco?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sempre no mesmo banco. E aí tinha momentos em que eu, quando não era, não dava para pagar naquele banco, eu ia a outro banco e pagava o boleto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, mas, na maioria das vezes, as operações você fazia sempre no mesmo banco?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Era sempre no mesmo banco, e o cheque que ela me dava era lá do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você lembra quais os bancos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Caixa Econômica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre na Caixa Econômica?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sempre na Caixa Econômica que eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agência do aeroporto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Agência do aeroporto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre nessa agência?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sempre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Primeiro, Sr. Presidente e Sr. Relator, veja, sobre esse procedimento, há de se perguntar à empresa, porque esse tipo de procedimento não me parece, no Direito Administrativo, no comportamento de uma empresa que presta serviços ao Estado brasileiro, um comportamento comum. Isso não é do Ivanildo; isso é da empresa, porque a empresa que...

Você cumpria ordem, certo, Ivanildo? Era a empresa que mandava você pagar os boletos, retirar e sacar no mesmo banco, certo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você poderia, por favor...?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era sempre a empresa que mandava?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sempre a empresa que mandava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse procedimento, Sr. Presidente e Sr. Relator, é um procedimento que não... Eu gostaria de saber quantas empresas que prestam serviços ao Governo brasileiro ou quantas empresas fazem esse tipo de operação com dinheiro em espécie, fazem operações desse tipo.

E você disse que era sempre no mesmo banco que você fazia as operações, certo? Sempre no mesmo banco, na Caixa Econômica?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, as operações, eu sempre sacava no mesmo, ali no banco da Caixa, e também eu ia aos outros, porque eu ia fazer pagamento; às vezes, não dava para fazer ali, eu ia para o Bradesco, e aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No Bradesco, da...?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, às vezes, eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual era a localidade, qual era o endereço do Bradesco, qual a agência do Bradesco?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Tinha uma agência que eu ia muito, era lá no SIA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No SIA.

Inclusive...

Ana, vamos aí às imagens, por favor, às imagens que temos.

Ivanildo, você reconhece, você se reconhece nessa foto, nessa data, dia 31 de maio? Essa foto aí foi tirada do circuito interno da agência do Bradesco lá do SIA. Identifica essa data e essa foto?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – Você se reconhece ali pela foto? Naquele cantinho... (*Fora do microfone.*) Ali no canto, é você aquela personagem ali?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você, pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tem as suas entradas de cabeça, tem o seu cabelo... É você, não é?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode puxar o microfone, Ivanildo, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É você?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, basicamente parece que sou eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É você.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Isso aí foi no dia 31 de maio. Você não deve lembrar a data, não é? Mas isso aí foi no dia 31 de maio.

Temos outras imagens. Por favor, Ana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agência Bradesco, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Agência Bradesco do SIA, o que, inclusive, o Ivanildo acabou de confirmar.

Perfeitamente.

Outra imagem.

Aí é você também entrando? Essa data aí...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Sim, sou eu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É você. Perfeitamente. No dia 31 de maio.

É porque...

Vamos lá. Temos outra imagem?

Dia 22 de junho. Também é você, não é? Dia 22 de junho de 2021.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A bolsa é a mesma.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Nessa eu estava com a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em todas as imagens você confirma que é você?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Você não lembra...? Você recorda o procedimento que você fez nesses dias quando estava indo? Era pagamento de boleto, era depósito...?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não lembro, mas a maioria das vezes, igual... Assim, lembrar precisamente... Mas, como eu estava ali fazendo depósito... Quando não era depósito, eu pagava boleto, mas eu não lembro o dia especificamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não lembra o nome a quem você estava fazendo o pagamento de boletos? O destinatário?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu, no momento, eu não tenho consciência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Essa agência qual era?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Qual é a agência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa é a agência que o Ivanildo acabou de confirmar: é a agência Bradesco do Setor Industrial, do SIA, aqui de Brasília.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele sacava sempre...? As transações com a empresa eram sempre na Caixa Econômica?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eram na Caixa Econômica, só que agora ele confirma que fazia operações no Bradesco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Quando era para pagar boleto ou contas de terceiros, ia para outro banco, outra agência bancária?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode responder, Ivanildo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, tinha vez que, quando ia nessa agência aí, eu não... Tinha vez que eu não sacava dinheiro: às vezes ela já me passava o dinheiro, algum boleto, algum depósito, e fazia isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – E você pagava em espécie?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Em espécie.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, acho que ele está dizendo que ele recebia já... Ele já recebia... Ele ia para receber...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – Ele recebia de um e pagava de outro?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Não, o boleto pago. Ele ia pegar o comprovante do boleto pago. É isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos ouvir o Ivanildo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele pagava...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu pegava da Zenaide o dinheiro e o boleto para pagar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente – perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da mesma forma, Senadora Simone e Senador Otto Alencar, que ele pagava os boletos, fazia as transferências bancárias e devolvia o que sobrava em algumas oportunidades – é isso que ele está dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É, exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ele recebia em dinheiro para fazer os pagamentos. Ele recebia em dinheiro das mãos da Zenaide. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Tá.

Só confirmando uma coisa, Ivanildo: nessas datas, via de regra você iria nessas agências do Bradesco do Setor Industrial fazer pagamento de boletos? Era isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Era, nessa data.... Não, a data eu não lembro, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito, perfeito.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu sei que... Mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só me diga aí: você faria pagamento de boletos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu creio que sim, era pagamento de boleto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, veja que curioso. Ontem a VTCLog emitiu uma nota pública dizendo que o Sr. Roberto Ferreira Dias, que é o beneficiário desses boletos que nós já temos documentados aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, ele era devedor da Voetur. Olha que curioso: a VTCLog, a empresa credora, mandava o motoboy da empresa fazer o pagamento do devedor! Eita empresa danada! Rapaz, esse é um serviço que a VTCLog tem que explicar para a gente como ela presta! O Ivanildo está confirmando isso aqui. Ele fazia o pagamento do boleto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Como é o nome disso? Confissão?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por coincidência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Confissão de crime.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por coincidência, Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ivanildo, só para ficar tranquilo: não é seu; é da empresa, porque... Olha, isso foi dito pela empresa ontem. A empresa disse ontem que o Sr. Roberto Ferreira Dias era um devedor da empresa, Senador Humberto. Agora o Ivanildo está confirmando aqui, para nós, que ele nessa agência fazer o crédito em favor, fazer o pagamento dos boletos do Sr. Roberto Ferreira Dias. Em suma, a VTCLog mandava o Sr. Ivanildo, o nosso querido *office-boy* aqui, como funcionário seu... Ivanildo, você estava cumprindo serviço, não tem nada a ver com isso. Mas mandava ele pagar os boletos do Sr. Roberto Ferreira Dias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não foi nessa época, Senador Randolfe, que o Roberto Dias avaliza o aditivo de 1.800% da VTCLog, que depois foi negado pela consultoria jurídica? Não foi nessa época exatamente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não foi nessa época, contrariando o corpo técnico e jurídico do Ministério da Saúde, que Roberto Dias aceita um aditivo de 1.800% de um contrato...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente nessa época, Senador Simone!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E depois, quando denunciado pela imprensa, também contrariando a assessoria técnica...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... não faz o aditivo de 57 milhões, mas aceita 18 milhões?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente no dia 20 de maio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Ivanildo e Senador Renan, com essa triangulação de informações, eu acho que nós acabamos de receber uma informação... Só isso já valeu, e muito, a vinda do Sr. Ivanildo aqui. Só isso, só essa informação que agora o Sr. Ivanildo presta confirma que ele fazia pagamento de boleto nessa agência bancária e confirma que a VTCLog ontem se adiantou para fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

esclarecimentos sobre essas imagens. Mal sabe ela que, combinando a nota de esclarecimento, as imagens e o que disse o Sr. Ivanildo, ela acabou encontrando agora as maiores provas de incriminação do Sr. Roberto Ferreira Dias e do enredo criminoso, envolvendo a empresa, envolvendo a o Sr. Roberto Ferreira Dias.

Vamos à imagem seguinte, por gentileza.

As imagens seguintes são só para nós todos...

O senhor lembra dessas datas, Sr. Ivanildo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Uma ele vai lembrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, talvez. Vamos lá às datas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – Ivanildo tem uma ali: 24/12/2018. É Natal. Você se lembra desse Natal?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – No Natal, 430 mil. Lembra?

Você lembra, não é? Do Natal, você lembra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos descendo até 2018. Está aí.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Você lembra?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu me lembro que eu fiz um saque...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Lembra, não é, que fez um saque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 24 de dezembro, véspera do Natal de 2018, 430 mil. Lembra-se desse saque, Ivanildo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Um Natal generoso esse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Lembra. Foi o maior...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma pergunta, uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele já confirmou aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vejam os saques seguintes: 26 de dezembro, dois dias depois, 175 mil; 27 de dezembro, 110 mil de saque; 27 de dezembro, 175 mil; segue em 28... Essa virada de ano foi forte.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Foi generosa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa virada de ano foi poderosa, viu? Foi muito generosa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma pergunta, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Há uma coisa interessante a se observar: em 2020, da mesma forma que nos últimos três meses, não há saques feitos na boca do caixa. Isso quer dizer que essa empresa pagou as suas contas em 2020, o ano da pandemia, usando outro método.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Transferência bancária, por meio de recebíveis.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Provavelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito bem observado, Senador Humberto. Veja só...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso confirma que é intencional, não é falta de governança não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem saque na boca do caixa em 2018, em 2019; aí pula de 2019 para 2021. Em 2021, nós temos, em janeiro, 150 mil; em janeiro de 21, R$350 mil; em fevereiro de 21, 100 mil; em março de 21, 144 mil; em 1º de abril, R$250 mil; em 07 de abril, R$150 mil; e, segue: 23 de abril, R$100 mil; 28 de abril, R$100 mil...

Como já disse a Senadora Simone aqui, coincidindo, inclusive, com o reajuste do valor do contrato por parte do Sr. Roberto Ferreira Dias e, confirmando com as imagens que nós tínhamos aqui e que o Ivanildo acaba de confirmar, do pagamento de boletos em favor do Sr. Roberto Ferreira Dias, coincidindo todas as entradas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Humberto foi feliz, mas o ano de 2021 também, praticamente, não tem durante o ano inteiro.

Termina a conta, a primeira conta, a primeira fatura, Relator, que a VTCLog possivelmente devia a alguns agentes políticos, foi paga até janeiro de 2021, quase dois anos depois... Desculpa, janeiro de 2019, depois de dois anos é que aparece, exatamente depois de dois anos aparece o segundo depósito.

Por que isso, Senador Randolfe? A primeira... Esses primeiros depósitos provavelmente se referiam ao ano de 2018, quando a VTCLog teve o grande contrato milionário firmado na época do Ministro Ricardo Barros e, depois, do Ministro Gilberto. Ali foi quando o Governo Federal deixou de fazer um serviço simples de armazenamento de medicamentos, barato, com apenas 150 funcionários distribuídos no Brasil, continuou com esses mesmos funcionários, mas terceirizou para a VTCLog. Então, dá a sensação de que esses depósitos soltos, desses anos, são referentes ao contrário 2016/2018.

Ficam dois anos sem, depois vem o quê, Senador Humberto? Vem a pandemia, vêm aditivos e, novamente, uma série de saques em dinheiro mensais sabe-se lá para quê.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Senadora Simone, só para concluir, Sr. Presidente.

Ivanildo, você disse que foi uma vez ao Ministério da Saúde, certo? Neste ano.

Pode confirmar, aí?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi no 4º andar do Ministério da Saúde.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Foi no 4º andar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E alguma vez o senhor foi ao 1º andar do Ministério da Saúde?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem... Não recorda?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alguém de nome Nardi, você também não identifica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não conhece?

Você conhece alguém chamado... Alguém de nome Elisangela? Trabalha na contabilidade da VTCLog.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o papel dela junto com...?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, acho que ela é contadora da empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá, mas o senhor só conhece de vista? Ela não tem nenhuma relação contigo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Um pouquinho mais alto porque não está dando para ouvir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Luciano, o senhor conhece? Trabalha na VTCLog também.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Luciano?

Acho que conheço Luciano...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quais advogados que acompanharam o senhor desde a ação no Supremo Tribunal Federal?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor lembra? Os advogados que advogaram para o senhor? Que entraram com a petição no Supremo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, no começo só foi um advogado, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem foi?

Foi o doutor...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Foi-me apresentado esta semana o Dr. Alan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Dr. Alan.

O doutor?

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Pode falar.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Alan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alan, perfeito.

Algum outro advogado lhe procurou? Conversou com o senhor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhum de nome Frederick Wassef?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Willer Tomaz?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Também não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhum desses lhe procurou?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque nós... Eu fiz essa pergunta, Sr. Relator, porque alguns...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor não recebeu uma visita no sábado de um advogado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém lhe procurou sábado em sua residência?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, ninguém me procurou sábado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu lhe falar, o senhor sacou dinheiro dia 24 de dezembro de 2020, e sacou recurso também lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De 2019, 2019.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois mil e dezenove.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quatrocentos e trinta mil foram em 2019. Perdão, 24 de dezembro de 2018, 430 mil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Certo. E, no dia 24, o senhor foi ao Ministério da Saúde?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Nos dias seguintes, o senhor se lembra de ter ido ao Ministério da Saúde, entre 24 e 30 de dezembro?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não me lembro, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Além do senhor, Sr. Ivanildo, o senhor tem outros colegas seus motoboys que trabalham também pra empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, mas no setor só tem eu mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só tem o senhor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá.

O senhor não se recorda de nenhum outro colega que tenha feito, que faça os serviços que o senhor faz?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não recorda? O senhor não sabe?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não sei de nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não tem conhecimento?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Sr. Presidente, só pra concluir, eu acho que o depoimento do Sr. Ivanildo acaba de prestar uma informação valiosíssima para nós em relação a estes saques, em relação ao Sr. Roberto Ferreira Dias e em relação, com o perdão da expressão, à potoca que a empresa apresentou ontem. Pela potoca que a empresa apresentou, pela chamada nota de esclarecimento da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que é o nome?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Potoca. É que no Amapá é muito conhecido como potoca. No Amazonas, eu acho que também, não é? Eu acho que, no Amapá, no Norte, é muito conhecido como potoca.

Ontem, a empresa disse que iria soltar uma nota de esclarecimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É potoca, potoca; mentira é potoca. É que no Amapá é conhecido assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi uma nota de esclarecimento que nós recebemos não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi uma potoca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que nós usamos de má-fé e a gente fez uma manipulação nas imagens.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja o que o Ivanildo acaba de confirmar pra gente, olha só a potoca – como diz o meu querido Amapá –, Senador Omar, que a empresa soltou. Ela determinou, orientou o *office-boy* da empresa a fazer o pagamento daquele que estava devendo à própria empresa. É um caso surreal de assiduidade de pagamentos.

Por fim, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... dava para perguntar ao Ivanildo se, em alguma oportunidade desses saques, a agência bancária, a Caixa Econômica, a agência da Caixa Econômica colocou algum entrave, alguma dificuldade?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ótima pergunta, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em algum momento, teve uma dificuldade apresentada pelo gerente, pela agência da Caixa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou era liberou geral? Ou era liberou geral?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela disse: "Olha, o senhor não pode tirar 430 mil aqui, tem que ter alguma garantia", "o senhor não pode tirar cem mil"? Em algum momento, o gerente...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, em nenhum momento, ela me falou nada, porque já estava... Tipo assim, eu acho que era a previsão que elas faziam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já tinha previsão.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Já tinha previsão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei quantas agências da Caixa Econômica tem em Brasília.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa é a do Aeroporto – essa é a do Aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, veja bem, e geralmente uma agência do Aeroporto é uma agência pequena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto? Não é uma agência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para ter 430 mil, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É. E nenhuma empresa de porte deve ter uma agência da Caixa Econômica... Tem alguma agência da Caixa perto do local em que o senhor trabalha?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, tem uma agência, só que essa agência nunca fiz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não sei o tamanho dessa agência. A agência da Caixa no Aeroporto é grande ou é pequena, amigo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Ela é um tamanho razoável, um tamanho grande.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, eu não conheço, porque, se eu conhecesse, eu falaria. Até um dia, se eu tiver tempo, porque geralmente a gente embarca correndo e sai correndo... Poucos ou quase ninguém usa uma agência bancária dentro do Aeroporto, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe, Presidente. Só para agregar à pergunta: haveria algum gerente de contato mais reiterado, pessoa que repetidamente liberava essas quantias ao depoente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Por isso, Senador Jean... Porque deve ter agências grandes aqui da Caixa Econômica, porque a Caixa Econômica é uma...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nunca vi liberar 400 mil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... instituição que nós respeitamos muito. Longe de nós fazermos qualquer juízo de valor aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, mas, Sr. Presidente, eu acho que esse gerente da Caixa Econômica...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não vou falar dele. Eu estou achando que essa agência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa agência específica, o gerente dessa agência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... tem um valor muito grande de dinheiro em caixa, você está me entendendo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E esse gerente eu acho que deveria...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe, Presidente, mas eu estou perguntando e gostaria que o Senador Randolfe, talvez, transferisse essa pergunta ao depoente: se ele tinha um gerente mais reiterado de contato, uma pessoa de contato de mais confiança nessa agência ou em outra agência, porque deve ser uma prática reiterada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Omar, no caso, o gerente é o responsável da agência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele, na forma da legislação, deveria ter comunicado ao Coaf esses saques altíssimos. Se ele não comunicou ao Coaf, ele cometeu um crime também. Ele precisa responder por isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Senador Renan, só para perguntar de novo ao Ivanildo...

Quando você fazia esses saques, você saia de onde?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Do aeroporto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não... Desculpe, eu me expressei mal. Você recebia ordem para fazer o saque...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Da empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... de onde? Da empresa.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Da empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você ia até a empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Todo dia eu presto... Eu bato ponto e aguardo o serviço. Aí, quando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E aguarda o serviço.

E empresa fica onde?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – No... Ela está no SIA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No SIA?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – No SIA; setor de cargas do SIA.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

E sempre a empresa recomendava, indicava, determinava a você que fosse fazer os saques nessa agência?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, sempre... Todos os serviços que eu fazia eram sempre lá no aeroporto, porque geralmente... Eu não sei se a conta é de lá, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É estranho porque, se você tem uma agência um pouco mais perto da... É até mais seguro – correto? – você ir mais perto do que longe. Imagina: o cidadão vai lá ao aeroporto, vem com qualquer quantia... A pessoa mata por causa de um tênis. Por R$50 se mata uma pessoa. Imagine uma pessoa ali vendo o cara sacar 100 mil e levar 10 mil, 5 mil, 15 mil. Você era uma... Desculpa a expressão, mas era uma presa fácil para qualquer bandido te assaltar – correto? – no trecho. Tendo uma agência mais perto, era natural que a empresa procurasse essa agência mais perto. A gente só procura uma agência muito mais longe quando você tem conta só num banco. Mas eu... É por isso que eu estou perguntando. Eu acho que deve ter várias agências da Caixa Econômica.

Nós iremos fazer esse pedido de informações ao Presidente da Caixa Econômica do Brasil para que nos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E ao gerente. Ao gerente. Presidente, o senhor me permite...?

Eu queria insistir um pouco, pedir para você puxar um pouquinho pela memória. Nesse final de 2018, quando tiveram... Veja, um... Entre 24 de dezembro e 28 de dezembro, teve um, dois, três, quatro, cinco saques; quase R$1 milhão. Não... Qual foi a ordem que você recebeu da empresa? "Vá lá e saque", "Vá lá e faça a retirada"? Não entraram em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

maiores detalhes? Você não achou estranho, assim, tantos saques com valores altos nesse período?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, a ordem dela, quando ela passava para mim o serviço, eu fazia. No começo, assim, eu fiquei meio apreensivo, com medo, né? Porque eu nunca mexi com valores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você ficou com medo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Mas só que isso aí eu... Eu cheguei a pensar no Aeroporto, porque é uma agência que eu achava que era mais tranquila, mas só que isso aí era critério deles, de mandar, mas sempre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você, em algum momento, já tinha feito tantos saques, em um curto espaço de tempo, em valores tão altos antes?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Antes disso, não?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não me lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa informação é muito importante.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Randolfe, só para somar a V. Exa., esses saques que o senhor fazia desses volumes, a gente vê ali alguns volumes altos, mas alguns a gente percebe, no relatório que a gente tem, que é de 49 mil, nessa média. Você recebia vários cheques com valores iguais? Você era orientado pela VTCLog a fazer exatamente esses saques separados.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Olha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque teve uma época, Senadora, que, se ultrapassasse 49 mil...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tinha que fazer informação ao Coaf.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... tinha que informar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A partir de 50 mil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso que ele não fazia de 50 mil, fazia de 49.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente isto: se ele recebia essa orientação para usar exatamente esses cheques fracionados, não poderia fazer o saque de uma única vez.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Randolfe, V. Exa. estava falando de 2018, mas os números maiores não são referentes ao ano de 2018, são de 2021. O ano de 2021 não acabou. Cinco meses neste ano...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode baixar aí para 2021?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No ano de 2021, nós temos aí, em cinco meses...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – O que interessa é 2020 e 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Aqui. Então, Presidente, no ano de 2021: 250, 150, 100, 100, 193, 200, 200, 200, 350, 300... Dá mais de 2 milhões. A pergunta, acho que aí por estar mais atual ele pode se lembrar, ele entregava esses valores todos para a Sra. Zenaide?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, todos os valores que eu sacava, quando tinha boleto, eu pagava e o que sobrava eu entregava para a Sra. Zenaide.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em que proporção era esse boleto? Metade desse dinheiro ia em forma de boleto? Metade ficava em dinheiro pra entregar para a Sra. Zenaide? Mais ou menos.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não lembro especificamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por alto. Mais ou menos por alto, o senhor levava a maioria em dinheiro ou a maioria ia pra pagar boleto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando eu pagava, eu não chegava a ver mais ou menos. Só que tinha valores que eu levava...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Altos de boleto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Às vezes, tinha boleto que não estava cadastrado, eu devolvia junto com o dinheiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... algo relevante em 2018, porque a hipótese que nós estamos trabalhando é que todo esse dinheiro tinha o mesmo destinatário e o mesmo beneficiário, tanto de 2018 quanto de 2021.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Começou quando a VTCLog ganhou o contrato de exclusividade. Dispensa de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Inclusive, Sr. Presidente, em relação a isso, o Deputado Ricardo Barros... Por falar nisso, eu lembrei... Olha lá, lembrei do Deputado Ricardo Barros, não sei por quê. Mas o Deputado Ricardo Barros disse que mudou o contrato da Cenadi pra VTCLog para redução de custos.

Aí, olha só, Presidente, o que a gente encontra aqui. Na 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal tem uma ação, Senador Renan, que narra que: "[...] entre fevereiro de 2004 e outubro de 2009, [os dois primeiros demandados] João Leonel Batista Estery e Jorge Luiz Moreira da Silva [...] corromperam-se passivamente, na medida em que aceitaram e receberam em suas contas bancárias vantagens indevidas, em razão do cargo de Coordenador e Coordenador Substituto da CENADI"

O que era Cenadi, Senador Humberto? O que era Cenadi? A Cenadi é a antecessora da VTCLog.

Agora, vem o melhor, Senador Humberto: corrupção passiva, são esses dois servidores públicos da Cenadi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Cenadi era o quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Corrupção ativa, corrupção ativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É uma secretaria especial, é uma secretaria para o transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As vantagens indevidas eram depositadas por quem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É um órgão público.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era um órgão público.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Porque antes... Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então deixe-me completar a história, deixe-me completar a história, Senadora Eliziane. Veja só! Esse inquérito é respondido em nome de... O autor é o Ministério Público Federal. É um inquérito de 2017. Quem teriam sido os eventuais servidores que tinham se corrompido? João Leonel e Jorge Luiz. Qual é a acusação da investigação do Ministério Público? As vantagens indevidas eram depositadas por determinação de Raimundo Nonato Brasil, Carlos Alberto de Sá e Teresa Cristina Reis. Quem são? Os sócios majoritários, donos da VTCLog.

O Ricardo Barros tem razão. É por isso que o custo ficava alto, da Cenadi, Senador Humberto, porque tinha mais isso, ainda no curso. Ainda tinha mais isso aqui no curso. Veja. Além disso, tem várias outras ações que esses personagens vêm a responder.

Então, nós estamos entendendo esse procedimento todo, estamos entendendo aí os saques. E talvez, Senadora Simone, estejamos assim descobrindo também, desde 2018, para onde iam esses recursos que eram sacados.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Randolfe, Senador Randolfe...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, queria fazer uma pergunta...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... poderia perguntar para o depoente como...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, siga a lista, Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... se ele chegava lá e o dinheiro já estava separado?

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Presidente, uma questão de ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS (Para expor.) – Sim. Eu vou pedir aos Senadores a gentileza de se atentar para a decisão do STF, no sentido de que limitou o período para as perguntas das quebras de sigilo financeiro e bancário da empresa. Os dados financeiros que V. Exas. estão apresentando aqui, pelo menos a maioria deles diz respeito ao período anterior à pandemia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Alan, o senhor é advogado da empresa ou do Sr. Ivanildo?

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Deixe-me só terminar. Deixe-me só terminar.

Mas as perguntas foram feitas para ele de alguns desses pagamentos em 2019... De 2019.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora me permita perguntar para o senhor, o senhor é advogado da empresa ou do Sr. Ivanildo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Como o senhor pode perceber, através do STF, a minha procuração foi outorgada pelo Sr. Ivanildo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então é bom chamar um defensor público para o Sr. Ivanildo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então seria melhor o senhor defender o seu Ivanildo e não a empresa.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Eu posso terminar, Presidente?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É bom chamar um defensor público para o Sr. Ivanildo.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Posso concluir, Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja, era bom o senhor se ater a defender o Sr. Ivanildo.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Sim. As perguntas foram feitas para o depoente em período que não acomete a pandemia. As perguntas somente devem ser feitas no período da pandemia, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Ivanildo... A pergunta agora é para ao senhor. O senhor está defendendo quem? A empresa ou o depoente?

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Eu respondo com uma pergunta. Eu não sou testemunha. O senhor está me convocando? Vocês têm que...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com todo respeito ao advogado...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pergunta para o Ivanildo então.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – As perguntas foram feitas em período que não diz respeito à pandemia.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com todo respeito ao advogado, com todo respeito ao advogado, de advogada para advogado, não é de Senadora para advogado, nós temos direito de perguntar o que nós quisermos e V. Sa. pode orientar o seu paciente a não responder.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – O.k.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agora dizer o que nós vamos perguntar ou não, não, até porque a decisão do Supremo Tribunal Federal tangenciou o limite das nossas atribuições, mas não nos determinou o silêncio. Nós podemos fazer a pergunta que quisermos...

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Sem dúvida.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e o depoente simplesmente não responde.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Senadora, com todo respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, está bom, está bom.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com toda tranquilidade, V. Sa. precisa responder ao Senador Randolfe com um pouquinho mais de calma e nós iremos respeitar V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só fazer uma pergunta também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está esclarecido.

Senador Humberto...

O Senador Randolfe já concluiu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Sr. Presidente. Só para concluir, estou esclarecendo à douta defesa que nós temos o profundo respeito, sempre tratamos todos os advogados aqui com profunda cordialidade e com profundo respeito. Só nos causou espécie que, enfim, não estava... O Seu Ivanildo não estava sendo acuado, as informações que estamos revelando são em relação à empresa e, obviamente, nós que estamos inquirindo temos autonomia de formular o contexto da inquirição para dizer para onde estamos apontando. E o que estamos apontando me parece é que o beneficiário desses recursos... Não tem nada a ver com você, viu, Ivanildo! Não tem nada a ver com você, mas o beneficiário desses recursos, quem recebeu esse recurso desde 2018, ao que me parece, é a mesma pessoa. É a mesma pessoa que, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... teve responsabilidade na contratação inicial da VTCLog em 2018.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, depois uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem do Senador Humberto; depois, questão de ordem da Senadora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, o meu é uma pergunta. Ela pode fazer a questão de ordem, depois eu pergunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – A minha preocupação, com todo respeito aos advogados do Sr. Ivanildo, a nossa preocupação é: quem é que paga o advogado do Sr. Ivanildo. E, depois de tudo isso que nós já vislumbramos aqui e, principalmente, no início da inquirição do Senador Randolfe, quando o Sr. Ivanildo esboçou – não sei se eu entendi errado – que ele pode até mesmo perder o emprego – acredito que vá arrumar um emprego facilmente, principalmente porque ele demonstrou ser uma pessoa de bastante confiança e, acima de tudo, honesto... Eu queria deixar claro para o Sr. Ivanildo que ele pode... E eu acho que seria importante a CPI oficiar à Defensoria Pública, para que um defensor público acompanhasse... Ele não precisa destituir os advogados, mas que um defensor público o acompanhasse, para que tenhamos certeza da situação, se ele está realmente acobertado, porque nos preocupa sobremaneira a situação do Sr. Ivanildo, com todo respeito aos doutos advogados, porque é o senhor que está pagando os advogados, Sr. Ivanildo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não. Então, aí a gente já vê quem foi que contratou. Então, com todo respeito – eu sou advogada também –, mas o que importa é que ele seja realmente assistido. E aí esta CPI deveria oficiar à Defensoria Pública, para que, nestes casos, como foi até o caso da Sra. Medrades, enfim, e outros que nós já vislumbramos aqui, essas pessoas não fiquem à mercê de quem está pagando os advogados.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só minha pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um entendimento aqui sobre essa questão. É natural a empresa pagar o advogado, até porque ele presta serviço para a empresa. E ele não cometeu crime nenhum; ele recebeu ordem de fazer e fez. Se a empresa, que tem responsabilidade sobre seus trabalhadores... Um exemplo aqui, Deus me livre isso acontecer, mas se o Ivanildo, saindo para ir trabalhar, para fazer um serviço da empresa, bate numa pessoa, na hora não é ele só que vai responder, a empresa também, porque ele é trabalhador da empresa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas esse caso é diferente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, nesse caso específico, é lógico que a empresa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Uma pessoa leiga fica absolutamente insegura nessas situações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá. Não, mas eu vou seguir a sua orientação. E eu não posso obrigá-lo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a ter advogado. Agora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas poderia conversar com ele um defensor público e explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos conversar com ele. Se ele quiser um acompanhamento, nós iremos pedir, até da OAB se for necessário, para que acompanhe. Mas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas um advogado que fosse ser dativo, por exemplo, pela própria OAB também nos preocupa. O defensor público, eu entendo, aqui na minha opinião, é o mais indicado para o caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Nós seguiremos a sua orientação, Senadora.

Senador Humberto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só uma informação... Desculpe, Senador Humberto, é rapidamente só uma informação: esse processo que citei, o advogado que defendia o Sr. Carlos Alberto Sá era o Dr. Willer Tomaz, por isso nós fizemos essa pergunta: se o Ivanildo, por acaso, não tinha sido visitado por esse senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – É uma pergunta rápida. Na verdade, quando V. Sa. sacava esse dinheiro da conta da empresa, era para pagar contas da empresa, da própria empresa, em dinheiro, mas também contas de terceiros, de outras pessoas?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Sim, era para pagar a conta da empresa e de prestadores de serviço da empresa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Alguma... Era sempre da VTCLog? Ou V. Sa. sacava de alguma outra empresa do grupo ou fora do grupo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não me lembro... Quando eu sacava lá na Caixa, o valor, o cheque era o mesmo, não é? Então, não parecia que... Eu não cheguei a observar se era de empresa para empresa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eu vou suspender para o almoço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me falar logo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou permitir... É só um minutinho!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dá para fazer... Em dez minutos eu faço a minha parte já.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou pedir a retirada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próximo a falar é o Senador Rogério. O senhor não está inscrito, Senador Luis Carlos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou inscrito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não está, não!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor! É titular inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o senhor tem que reclamar para a Mesa, que está enganando o senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não! Que Mesa? A Mesa está ali!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês não devem fazer isso com o Senador Heinze! (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles é que são culpados! Não sou eu, não, Senador.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nunca o Presidente é culpado de nada! O senhor não vê o nosso aí? Não é culpado de nada, nada! (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Presidente... Presidente, estou com a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem que aprender uma coisa: Presidente, em qualquer instância, nunca é responsável por nada! Eu estou copiando o Presidente Bolsonaro. Ele não tem culpa de nada! O preço da energia é caro? Não é culpa dele, A gasolina é cara? Não é culpa dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O feijão, o feijão!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O diesel é caro!

O feijão? Troca por arma! Não é culpa dele!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A crise energética!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso! A manifestação do dia 7 é isto, é para dizer que ele não é culpado de nada!

E eu também me sinto na obrigação de dizer que, se alguém não colocou o seu nome, a culpa é deles, não é minha!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Meu nome está na lista.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Meu nome está na lista!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Rogério, é só uma palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, o Senador Luis Carlos Heinze e, depois o Senador Rogério...

E quero comunicar aos senhores que, até hoje, nós não conseguimos que o Sr. Marconny atendesse à CPI. Já mandamos a Polícia do Senado lá, e ele deu uma ordem de que ele não está para ninguém. Iremos entrar na Justiça para trazê-lo sob vara, para vir depor. Iremos entrar hoje. Caso ele não possa, caso não consigamos isso até amanhã, está convocada para estar aqui amanhã, às 10h, a Sra. Andreia, CEO da empresa VTCLog.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.?

Então, nós vamos tentar... Eu peço que a Advocacia do Senado entre no Supremo Tribunal Federal agora para trazê-lo sob vara. Eu não sei se é no Supremo ou em uma instância menor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que é possível na 1ª Vara Federal.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela não tem foro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os advogados saberão fazer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela não tem foro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é uma testemunha importante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela não tem foro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele não tem foro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... como disse muito bem a Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele não tem foro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... na 1ª Vara Distrital.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está sendo convocado para a CPI porque ele aparece em várias conversas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele é o personagem central, Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o personagem central.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele conversa com todo mundo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Anseio, como um vigia espera pela aurora, a vinda aqui do Sr. Marconny.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está se negando a receber...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele tem muito a contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, se alguém tiver conhecimento, alguém que estiver nos vendo neste momento, de *where is* Marconny...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Como é o nome dele todo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marconny Faria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... por favor, informe à CPI, porque nós já mandamos vários documentos, e ele não responde a nenhum.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nós vamos entrar agora para trazê-lo, através da Polícia, para vir depor. Correto? Caso não consigamos hoje essa decisão judicial, então nós traremos aqui a Sra. Andreia amanhã, às 10h da manhã.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente! Eu gostaria de retirar a minha inscrição – eu não vou falar –, mas gostaria de reiterar o pedido que fiz na época em que o Presidente Otto estava comandando os trabalhos da CPI. O Senador Humberto tocou em um nome acho que fundamental. De todos esses valores sacados pelo depoente, metade ou alguma parte foi para pagar boleto. A outra ele disse que não entregou para nenhum político. Ele não entregou para ninguém do Ministério da Saúde. Ele entregou para a Sra. Zenaide. O dinheiro, por enquanto, está parado na bolsa ou no colo dela – modo de dizer, com todo o respeito a essa senhora.

Consequentemente, Sr. Presidente, acho muito importante ela ser ouvida, até porque, segundo reportagem da imprensa, ela também teve movimentação a princípio suspeita.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu vou querer... Eu vou me inscrever assim, aleatoriamente, Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou pedindo a palavra pela ordem porque eu fiz uma intervenção e não fui respondida. Já pedi para retirar a minha inscrição. Não vou fazer pergunta nenhuma. Não vou gastar mais do que um minuto, Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, Sr. Presidente, a reportagem diz que ela tem uma suspeita de movimentação financeira nesses valores altos também, e o depoente confirma que ela recebeu um dinheiro que agora não sabemos para onde foi.

Então, esse é o pedido de questão de ordem que eu faço, nos termos regimentais, Sr. Presidente, sem querer infringir a lista de ninguém e já novamente pedindo agradecimento e retirada da minha ordem de inscrição. Não vou mais perguntar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Simone.

Senador Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, coerente com as minhas falas, eu vou colocar que até ontem o Brasil tinha distribuído... O Governo Bolsonaro tinha distribuído 230 milhões de doses de vacinas e aplicado 190 milhões de doses. E continua o Brasil sendo o quarto país do mundo em doses aplicadas: China, Índia, Estados Unidos e Brasil.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, o Governo tinha recebido até ontem 13,565 milhões de doses para uma população vacinal de 8,958 milhões de gaúchas e gaúchos. Já tem, para a segunda dose, Senador Renan, 4,607 milhões de doses. Isso quer dizer que a população vacinal até 18 anos deve chegar até o final do mês de outubro praticamente toda ela vacinada, da forma que as vacinas chegarem ao meu estado.

E também ontem participei de um evento muito importante – a gente fala muito desse assunto aqui, várias vezes me manifestei – em cima das vacinas, em que o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministro Marcos Pontes, está conduzindo um programa fenomenal. Ontem, nesse evento lançado, nós tivemos uma vacina em potencial, excelente alternativa. Trata-se de uma vacina contra a covid-19, RNA MCTI Cimatec HDT, produzida pela empresa HDT Biocorp, nos Estados Unidos, em parceria com essa escola baiana, e que entrará na primeira fase de testes em setembro. O estudo será conduzido pelo Senai e Cimatec em Salvador, na Bahia.

É muito importante esse trabalho. É a primeira vacina que consegue essa autorização da Anvisa. Saiu na sexta-feira passada. Outras três vacinas também estão aguardando essa autorização da Anvisa, a questão de documentação: SpiN-TEC MCTI, da Universidade Federal de Minas Gerais, equipe liderada pelo pesquisador Dr. Ricardo Tostes Gazzinelli; a segunda, Versamune MCTI, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), equipe liderada pelo pesquisador Dr. Célio Lopes Silva; e a terceira, a quarta, no caso, a vacina UFRJ-Vac, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, liderada pela Dra. Leda dos Reis Castilho.

São quatro vacinas importantes, um projeto de 15 vacinas, que a ciência brasileira – quero aqui referir aos cientistas brasileiros... Hoje a gente fala também dos médicos brasileiros, que estão fazendo um trabalho exemplar no combate à pandemia.

Uma das repercussões do avanço da vacinação contra a covid-19 começa a tomar forma no Brasil e no mundo: governos e empresas estão anunciando regras para desencorajar a recusa aos imunizantes. Entre as políticas mais comuns, destaca-se a criação dos chamados "passaportes da imunidade", a proposta de que, para entrar em alguns lugares de convivência com outras pessoas, será exigido um documento físico ou digital que comprove a aplicação das doses que resguardam contra o agravamento de sintomas da covid.

Tenho recebido notícias de alguns governos estaduais e empresários que estão indo um pouco além e já estão implementando medidas que envolvam multa, demissão, redução de salários e o corte de benefícios a quem optar por não ser vacinado num cenário em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

o produto esteja à disposição de todos. Nesse sentido, eu questiono se tais medidas serão suficientes para garantir a retomada das atividades econômicas e sociais de forma segura. Também questiono se essas medidas não aumentarão ainda mais.

Esses projetos, porém, são criticados pelo Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Numa entrevista, no dia 27 de agosto, ele afirmou: "O passaporte não ajuda em nada. Você começar a restringir a liberdade das pessoas, exigir um passaporte, um carimbo, querer impor, por lei, o uso de máscaras e multar as pessoas, nós somos contra", argumenta o nosso Ministro da Saúde.

Mas há um ponto importante que eu quero ressaltar: devemos levar em consideração a realidade brasileira, a desigualdade na distribuição das doses... Como exigir comprovantes já em setembro, se muitas faixas etárias só estarão efetivamente imunizadas em duas doses entre outubro, novembro e dezembro, seguindo o calendário das cidades e Estados? Como exigir o passaporte vacinal de pessoas cujos Municípios tenham recebido quantidades limitadas de doses?

É o que se tem no meu Estado, por exemplo. Nós devemos fechar a segunda dose, Senador Girão, até o final de outubro. Seguramente outros Estados fecharão em novembro ou, quem sabe, mais tarde, por estarem com problema de distribuição das doses.

Também pergunto como estimar o perigo das novas variantes e o quanto elas conseguem driblar a imunidade dos indivíduos já imunizados. Meu posicionamento é baseado no conhecimento de que a vacinação não impede os cidadãos de se infectarem, isto é, contraírem o vírus, mas a vacinação reduz a letalidade da covid-19, segundo estudos e experiências no decorrer da pandemia.

Com uma das campanhas de vacinação contra a covid-19 mais rápidas, Senador Girão, Israel foi um dos primeiros países a exigir tais passaportes de imunidade dos seus cidadãos, em fevereiro de 2021. Autoridades locais estabeleceram o "passe verde", um documento necessário para ingressar em *shoppings* e museus, que era garantido a todo mundo que estivesse com duas doses no braço. Mas, adicionalmente à implantação do passaporte vacinal, Israel está realizando a aplicação da terceira dose aos seus cidadãos. Porém, eu trago aqui o relato de que 14 israelenses foram diagnosticados com covid-19, apesar de terem recebido a terceira dose da vacina, de acordo com dados do Ministério da Saúde israelense, relatado pelo Canal 12, na notícia de domingo.

De acordo com a rede, dois dos infectados, após receberam injeção de reforço, foram hospitalizados. Não ficou claro se os 14 contraíram o vírus antes ou depois de receberem o reforço. Tais ocorrências esporádicas não seriam suficientes para que as autoridades médicas tirassem conclusões sobre a eficácia geral da terceira dose da vacina no combate à variante Delta da doença. Que este exemplo sirva também para o Brasil.

Enquanto isso, em uma reunião nesse domingo, os ministros do Governo israelense discutiam sobre a perspectiva de um novo isolamento social, Senador Girão, durante o período de feriados, em meio ao aumento de casos de covid naquele país, embora tenham vacinado toda a sua população com duas doses e já estejam aplicando a terceira dose.

Ainda sobre o assunto vacinas: vários países, inclusive o nosso, estão considerando a possibilidade de vacinar a sua população com uma terceira dose. Pergunto: baseado em quais tipos de informações? Com que segurança? Isto porque as vacinas estão sendo utilizadas com registro de emergência. Isto porque as vacinas estão sendo usadas com registro emergencial e não temos estudos conclusivos sobre a sua eficácia e segurança ainda. Temos estudos investigativos e provisórios. Onde estão os especialistas desta CPI para comentar os casos de infecção e de mortes ocorridas relacionadas a certas vacinas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Ou tal recomendação é meramente decorrente de interesse financeiro, Senador Girão, ou do mercado tritrilionário dessas vacinas?

Durante as discussões, a Ministra da Educação israelense argumentou que este tipo de conversa estava levando à instabilidade econômica e as pessoas estão ansiosas por seu sustento, afirma o relatório. Vimos os gráficos: não importa se os países impuseram isolamento ou não. Os gráficos de letalidade têm a mesma aparência. Eu trago esse relato aqui na CPI, pois há fortes acusações relativas ao isolamento social aplicado ao modelo brasileiro.

Ora, se um país como Israel, que tem experiência na condução da pandemia mais adiantada do que o Brasil, está questionando a eficácia do isolamento e também está experimentando dificuldades com seus imunizantes, eu vejo que está mais do que na hora de esta CPI chamar médicos de verdade, especialistas, virologistas de verdade que possam nos auxiliar na busca de opções razoáveis e eficazes no combate à covid-19.

Ao analisar dados de Municípios brasileiros que investiram massivamente na vacinação, eu voto a insistir: Serrana, São Paulo, no mês de janeiro, foi o primeiro Município brasileiro a completar 100% da vacinação. Letalidade hoje: 2,3. Município de Porto Feliz, São Paulo, também letalidade 1,38. Qual é a diferença, Senador Girão? Aplique o tratamento precoce discriminado, criminalizado aqui e em vários lugares do mundo, e tenha a letalidade de 1,38. Qual é a diferença?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não o da Pfizer, o tratamento do Brasil, senhor. O da Pfizer está em estudo e vai sair, mas o do Brasil custa R$70, R$80, R$90. Esse tratamento é aplicado no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a Pfizer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é o protocolo mesmo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a Pfizer diz que não tem nada a ver com cloroquina, com ivermectina, que essa doença...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não estou falando do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que isso não é doença de vaca nem de boi e ivermectina é pra isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor! O senhor está enganado!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Respondendo exatamente a V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor está enganado! A matéria que eu comentei dos Estados Unidos, a fala que foi comentada, dos Estados Unidos, não diz isso; diz que eles têm que cuidar com a dose, que a aplicada em boi e vaca é uma dose muito mais alta do que a dos medicamentos para humanos. Essa é a fala...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não viu a resposta da Pfizer a esta CPI?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, eu não quero saber de resposta da Pfizer. Eu estou falando do que está acontecendo no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Brasil, não é com a Pfizer. Estou tratando do Brasil e do que está acontecendo aqui. Esse assunto está hoje no mundo inteiro.

Satisfeito? Se não estiver, eu continuo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Senador Heinze, já ultrapassou 15 minutos, e o senhor falou que em dez terminaria.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu ouvi por meia hora, 40 minutos, os colegas falarem, respeitaram e respeitei. Fiquei quieto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Senador Heinze, é inquirição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não é inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou... Eu não estou cerceando a sua fala.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, deixe-me concluir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou falando para o senhor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É, quando outros falam, podem ficar uma hora, e não tem problema. Por que a gente, quando quer falar de um assunto sério, sobre o qual esta CPI deveria se debruçar... Não é político.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sério...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é política de eleições... Eu trato desse assunto sério, porque eu acho que esta CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A cloroquina, é muito sério.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É muito sério, sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro! Mas eu estou dizendo que é!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A ivermectina também...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A mentira que você mesmo falou, o seu Estado é testemunha – o seu Estado é testemunha. Os médicos do seu Estado fazem um excelente trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cloroquina e ivermectina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eles usam lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O FDA acha que é remédio para gado, mas tudo bem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eles usam lá. Não, eles usam no seu Estado. V. Exa. está contrariando os médicos do seu Estado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No meu Estado, o povo não é gado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não é gado, mas usa ivermectina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No meu Estado, o povo não é gado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas usa ivermectina, usa ivermectina, usa ivermectina.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas os médicos não estão proibidos de indicar esses remédios – não estão proibidos. Parece que até estão proibidos. Não!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não estão. Então, não há polêmica, não há polêmica nesse caso, Senador. Não existe uma proibição. Parece até que está existindo uma proibição de se receitar...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não existe.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... esse tipo de medicamento. Não há proibição legal para que os médicos exerçam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, se proibir...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... a sua profissão. Então, às vezes, parece que está havendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se proibição houvesse, seria a proibição de nós não ouvirmos isso aqui todos os dias. Esses remédios...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não há celeuma, não há... O médico tem o direito de receitar o que quiser. O médico pode fazer.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Todos os dias...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senadora Soraya, todos os dias... O senhor é médico? O senhor é médico?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Todos os dias... Eu desafio a pesquisa de Manaus que ninguém quer contrapor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor é médico? O senhor é médico?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu falo por médicos, eu tenho assessoramento de médicos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas os médicos já podem... Eles podem receitar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Podem receitar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Podem. Qual é a celeuma?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele não é médico.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não sou médico, eu não prescrevo, mas aceito os médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E vou pedir para V. Exa. concluir, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qualquer um pode receitar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esta CPI chama de charlatões os governantes e médicos que fazem uso de medicamentos reposicionados e esta CPI tem promovido uma verdadeira guerra de reputação de quem ousar desenvolver protocolos médicos que usem diferentes possibilidades.

Aqui eu quero citar um cientista que V. Exas. chamam de charlatão: Dr. Flávio Cadegiani, que acaba de ser indicado, Senador Girão, para compor o quadro de pesquisadores na aliança de frente ao combate à covid-19 norte-americana, sediada nos Estados Unidos da América do Norte. Esse pesquisador publicou, junto com médicos americanos e croatas – John McCoy, Carlos Gustavo Wambier, Maja Kovacevic, Jerry Shapiro, Rodney Sinclair e Andy Gorren –, estudo com o medicamento proxalutamida. Este medicamento reduziu a mortalidade em pacientes com estágio mais avançado da doença, porém...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ivermectina, ivermectina.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou falando de proxalutamida. Escute! Eu já falei de ivermectina e posso falar de novo.

Porém, aqui no Brasil, este médico tem sofrido perseguições de cunho político e ideológico. Várias agências regulatórias e comitês têm questionado seus trabalhos, enquanto, em outros países, esse medicamento obtém registros e patentes para uso ao combate ao covid-19. Algo está errado, pois esse remédio foi recentemente registrado por uma indústria farmacêutica chinesa para uso na China, na Índia e em 28 países africanos. Aqui no Brasil, Senadores comentaram esta pesquisa.

Esse moço esteve em Manaus, seu Estado. Ele e outros médicos lá descobriram, Senador Omar Aziz, a nova cepa do vírus. Aqui está o resultado. Criminalizam por questão política e ideológica aqui no Brasil, enquanto o mundo inteiro está aceitando o trabalho desse moço, especialista, cientista, que aqui é chamado de charlatão – cientista, Senador Girão! Temos que respeitar essas pessoas. Eu tiro o chapéu para eles, porque estão fazendo um trabalho sério.

E todos tinham que focar nessa questão. Aqui, é política, Senador Renan, política em cima de eleições. Há candidatos nesta CPI, os que já são candidatos a Presidente – PSDB, PMDB, PDT, PT, todos com candidato. O que nós estamos vendo aqui é a eleição de 2022; não é a pandemia, não são as mortes. Aqui, tem fatos concretos em que essa CPI tem que se debruçar, ver o que estão falando aqui, ver a questão do passaporte. Estou falando da... Foi colocado aqui que, em Israel e tantos outros Estados... Para isso estão fazendo isso aqui... Essa discussão nós tínhamos que fazer, sim, e ver, Senador Girão, o dinheiro do Consórcio do Nordeste e tantas outras coisas que não querem verificar; mais de 1.500 processos há, hoje, no Ministério Público Federal, na Polícia Federal, e infelizmente aqui ninguém quer saber disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Sr. Ivanildo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu estou trabalhando e estou investigando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho, só um minutinho, por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos voltar ao depoimento! Vamos voltar ao depoimento!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

Sr. Ivanildo, o senhor quer responder ao Senador Luis Carlos Heinze?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador...

Senador, eu acho que nem o Heinze entende...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que responder ao Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... o que ele próprio fala. Eu acho que nem o Senador Heinze entende o que ele próprio fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Heinze...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. É que vocês não prestaram atenção. O Senador fez três questões: uma delas não é verdadeira, Senador, quando o senhor diz que essa CPI chama médico de charlatão. Não é verdade. Nós sempre defendemos que os médicos podem prescrever qualquer tipo de remédio dentro do ambiente hospitalar, está certo? Os que nós falamos que são charlatões não são profissionais de saúde; são pessoas que nunca entraram num banco de uma faculdade, nunca passaram na esquina de uma universidade, que ficam prescrevendo medicamento na internet. Isso aí, não! O senhor não está sendo justo com a gente; nós nunca chamamos nenhum médico de charlatão aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é o primeiro ponto...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode parecer...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... falou de Francisco Cardoso e Ricardo Zimmermann, médicos especialistas, cientistas. V. Exa. falou que eram charlatões. O Senador Renan falou aqui na CPI. Eu não me esqueço disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Heinze, com todo o respeito, eu nem conheço essas pessoas, nunca nem ouvi falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estiveram aqui, estiveram aqui, e V. Exa. saiu para não ouvi-los, falando que não ia ouvir charlatões. Eles estiveram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O Sr. Ivanildo vai lá na... Em dez minutos, ele volta.

O próximo inscrito é o Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Sr. Ivanildo se assustou com o Heinze, saiu até correndo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Ivanildo, desculpa qualquer coisa aí, viu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Ivanildo está saindo correndo, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não há nenhuma insinuação. O que nós condenamos é a pessoa que não é médico ficar prescrevendo remédio. Isso é diferente. Agora, também discordamos da questão de que não há um pensamento unificado. E, se houve uma redução de óbitos no Brasil, se deve a uma única coisa: às duas vacinas no braço do brasileiro. E foi essa a luta que nós começamos aqui quatro meses atrás, que era a de vacinar todos. Fazer justiça é vacinar todos os brasileiros.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso que dissemos no início da nossa reunião.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Poderia esta CPI entregar para cada membro de cada Estado todos os documentos que já chegaram a esta CPI. Os do Rio Grande do Sul, entregar para o Senador Heinze... Entregar para todo mundo – Senador Girão, Senador Randolfe – os documentos respectivos, para que não haja essa questão, ou generalizem, que nós não estamos investigando Estados e Municípios. Eu estou com a minha equipe investigando Mato Grosso do Sul, que está lotada de documentos que já chegaram aqui. E as pessoas dizem, generalizam, que nós não queremos investigar Estados e Municípios.

Então, que a assessoria do Senador Heinze seja municiada com documentação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Senadora Soraya, com todo o respeito. Desculpe-me, com todo o respeito...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Senador Rogério disse que teve que entrar com mandado de segurança contra a CPI porque não teve acesso a documentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não, mas preste atenção, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu não estou entendendo isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos... É fato – e aí eu peço desculpas à senhora –, é fato, todo o Brasil está acompanhando isto, está vendo isto: que a CPI não quer investigar, não quer rastrear corrupção em Estados e Municípios. Espere aí, não vamos dourar a pílula!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não estou dourando a pílula, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É fato, a gente tentou trazer aqui... A gente tentou trazer aqui o Consórcio Nordeste, tentou trazer aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu concordo plenamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas não quiseram fazer isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O povo desviou total do Ministério da Saúde...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o Brasil não se resume ao Nordeste.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas a CPI era para fazer isso também.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas também...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Era para fazer. Não se marcou aqui oitiva para se ver isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas a CPI são seus membros – seus membros!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é, mas tem membro que quer, e a maioria não quer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu estou preparando um minirrelatório para entregar para o Relator, o Senador Renan Calheiros, sobre o meu Estado de Mato Grosso do Sul. Nós recebemos muitos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas a senhora não quer ouvir?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu vou entregar, e ele vai ler.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas a senhora não quer ouvir os gestores?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Claro que eu quero.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, tem que vir aqui na CPI. Não é para só entregar relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porém, não é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou suspendendo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Temos que analisar o que temos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou suspendendo por dez minutinhos enquanto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, não seria melhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Sr. Ivanildo tem que comer alguma coisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois é, então vamos suspender para ele fazer um lanche.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele estará ali por dez minutos – só dez minutos. Só para ele fazer um lanche e voltar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Aí, eu tinha dito que era o Senador Rogério Carvalho, porque o seu nome não estava aqui. Quando o senhor trouxe para mim, Senador Girão, eu... Me perdoe: como volto a repetir, o Presidente nunca erra, quem errou foi a Mesa, foi a Secretaria.

Então, ainda tem o Senador Marcos Rogério, o Senador Eduardo Girão e o Senador Rogério Carvalho. Como eu tinha me equivocado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, me equivocado. Eu vou passar, primeiro, para o Senador Rogério e depois para o Senador Girão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Sr. Izalci é... Depois do Rogério, é o Senador Alessandro, a Senadora Leila e o Senador Izalci.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá.

Quem é agora? É o Girão?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é o Rogério.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E a Senadora Soraya? Eu sou a última?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, de quanto tempo é o intervalo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dez minutinhos.

(*Suspensa às 14 horas e 08 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 28 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando o depoimento do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva, o Senador Marcos Rogério tem a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento o depoente e seus patronos que o acompanham.

Indago ao Sr. Ivanildo inicialmente: o senhor está na empresa desde quando?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Desde 2009.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Desde 2009?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor pagou algum boleto em nome de algum servidor do Ministério da Saúde diretamente?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor entregou algum valor em espécie ou em cheque a alguém do Ministério da Saúde?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já recebeu ordem para repassar dinheiro a alguém do Governo ou a algum Parlamentar ou a pessoa que não fosse da empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nunca?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, vou repetir o que disse ontem. Essa empresa está atuando no Ministério da Saúde desde 1998, tem contrato com o Ministério da Saúde desde 1998. Passou pelos Governos do PSDB, os dois Governos do PT, pelo Governo do MDB e ainda atua no Ministério da Saúde.

Até, pela lista que foi mostrada agora há pouco ali com saques feitos, você vê que esses saques, nesse relatório, começam em 05/01/2018. Não se sabe, Senador Girão, como foi antes disso, porque nós não temos acesso – e eu queria registrar para o Brasil saber: nós não temos acesso a esses documentos. Aos documentos que são sigilosos, os Senadores da base do Governo não têm acesso, estão proibidos de acessar, proibidos de investigar.

Eu já reclamei isso junto ao Supremo Tribunal Federal. Estou aguardando o Supremo Tribunal Federal garantir o acesso dos Senadores que não foram autores dos requerimentos aos autos do processo. Nunca vi uma investigação onde investigadores não pudessem ter acesso aos autos de investigação.

Pois bem, mas fiz questão de fazer essas pouquíssimas perguntas ao Sr. Ivanildo porque é um servidor, é um funcionário da empresa, que cumpre suas tarefas. E aqui quiserem imputar a ele que ele teria pago diretamente boleto em nome de alguém que, ao tempo do pagamento, era servidor do Ministério da Saúde. Ele disse que não, mas a investigação está acontecendo. Há outros meios de provas a se aferir a veracidade ou não dessa alegação, mas dei a ele a oportunidade de responder diretamente.

Talvez o que esteja incomodando setores da Oposição aqui nesta CPI seja o fato de não haver um caso sequer de corrupção no Governo do Presidente Bolsonaro. Até agora rodaram em círculo o tempo todo e não conseguiram provar um caso de corrupção no Governo do Presidente Bolsonaro.

Outro aspecto: no Governo do Presidente Bolsonaro, não há proteção a quem quer que seja. Se porventura venha a praticar ou tenha praticado ilícitos, não há proteção, não há blindagem. Aqui está outra diferença deste Governo para Governos do passado.

O brasileiro não tem memória curta, o brasileiro se lembra muito de como foram os últimos anos áureos da corrupção endêmica, sistêmica, estrutural, que desviou bilhões e bilhões do Brasil. Corrupção direta da Petrobras, estatais e ministérios e a corrupção do ponto de vista do desvio de finalidade, dinheiro público brasileiro saindo do Brasil para financiar obras em Cuba, Venezuela e tantos outros países de esquerda no mundo, R$60 bilhões.

Vai vendo Brasil!

Hoje fala-se aqui em corrupção do Governo Bolsonaro: "Ah, o maior escândalo". Vai ver. Quando você busca saber, nenhuma prova, nenhuma evidência, nenhum centavo de real pago, mas falam em corrupção. E, aí, quando vão falar do passado: "Não, porque a Justiça inocentou". Vá lá falar para o Paulo Roberto Costa, vá devolver para o Paulo Roberto Costa o que foi roubado. Vá devolver para o Cerveró o que foi roubado. Vá devolver para tantos outros, porque certamente a Justiça errou, e eles erraram também ao assumir culpa onde não tinham. Será que é isso?

Existe a narrativa da corrupção e existe o fato corrupção evidenciado e de conhecimento público e notório do Brasil inteiro.

E, repito, nenhum Governo está livre de ter dentro dos seus quadros alguém que tenha desvio de conduta. A diferença está em como o gestor vai encarar esse fato, como vai lidar com ele, com tolerância, com proteção ou do jeito que manda a lei? Talvez essa seja a grande incomodação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Mas eu não quero me alongar com relação aqui à fala do Sr. Ivanildo, porque é uma pessoa simples, um homem trabalhador, que cumpre suas tarefas e que está aqui acompanhado dos seus advogados. Perguntaram para eles se foram contratados por ele ou pela empresa. Olha, que injustiça, hein? A empresa seria... Não fez mais do que a obrigação a qualquer funcionário: se está no ato, no exercício, e se, em razão disso, está sendo convidado a depor, é a empresa que tem que acompanhar com o advogado. E não quero tratar com menoscabo os representantes da advocacia neste ambiente de CPI.

Mas eu queria tratar de um outro assunto que no começo foi introduzido aqui na CPI – embora não tivesse nada a ver com o assunto, trouxeram esse assunto. E, já que falaram, eu quero traçar aqui algumas breves considerações em relação às manifestações, Senador Girão, porque falaram aqui, criminalizaram as manifestações. Esqueceram que o art. 1º da Constituição Federal vai dizer que o poder emana, nasce do povo – o poder nasce do povo. O problema é que, nesses tempos hodiernos, muita gente parece se esquecer de que o dono do poder é o povo e não os encastelados. O povo é detentor do poder. Quando esse povo não se vê respeitado, acatado em suas pretensões legítimas, quando há desrespeitos, desrespeito aos valores fundamentais, quando há violação às liberdades, ele se faz ouvido, como está sendo agora no Brasil.

Foi o tempo em que o povo tinha que receber informações enlatadas num editorial de uma via só, de mão única, sem que as pessoas pudessem checar, conferir, discordar, condenar, participar, se fazer ouvidas. Foi o tempo. Hoje, com um telefone na mão, com um *smartphone*, qualquer cidadão tem acesso, e, a internet, popularizada quase no Brasil inteiro, chegando à mão da maioria dos brasileiros. Em todos os cantos do País, todos estão conectados. Foi criada uma rede de comunicação. Não há mais o monopólio da comunicação. A comunicação está democratizada. Com a conectividade, o brasileiro não é só um receptor, é também um comunicador; o cidadão não só recebe conteúdo, também transmite, também produz, dá opinião, concorda, diverge, se manifesta.

Muitos ainda não acordaram para esta nova realidade. Ainda estão no tempo das cavernas, acham que controlam alguma coisa, que o povo é que o serve. O mundo mudou, as pessoas mudaram, não aceitam mais serem desrespeitadas, ultrajadas, ignoradas.

Agora, não é de agora que acontecem manifestações. Agora, há uma diferença. As manifestações têm colorações diferentes a depender dos tempos: nós já tivemos manifestações estudantis, e ainda temos; já tivemos manifestações dos caras-pintadas; já tivemos manifestação vermelha; já tivemos manifestação dos *black blocs;* agora nós temos manifestação verde-amarela. Agora, as manifestações são verde-amarelas, com pessoas que trabalham, produzem; são pecuaristas, são agricultores, comerciantes; gente que paga para vir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Igrejas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Igrejas. Mas querem criminalizar o povo. É o rabo tentando mandar no cachorro, Brasil! O poder emana do povo, mas aqui, não; tentam criminalizar o povo. É isso! E alguém chama isso de democracia: "Não, não, não. Isso aqui é atentado contra a democracia". Como? O povo agora é ameaça à democracia? Como é que agem essas pessoas nessas manifestações? Aqui há outra diferença: manifestações pacíficas, ordeiras, sem quebra-quebra, sem violência. É a força do povo pelo próprio povo. Tem muita gente com medo do povo. É natural; de repente, esteja desconectado do povo. Mas negar a legitimidade de o cidadão se manifestar é uma inversão da lógica representativa. Não dá! Não dá! Sabe, nós somos representantes do povo, não somos representantes de nós mesmos. Representamos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

povo, a nossa gente. Quando essa representação não é adequada, não corresponde à vontade dos representados, há queixas, há protestos, há manifestações. Não tem que ter medo; tem que ter respeito. Tem que ter respeito, acatamento.

Brasília, Senador Girão, deve ser tomada por um mar de gente – pessoas de todos os Estados, de diversos segmentos –, além do que vai acontecer em cada região do País. Gente na rua, com bandeiras – não vermelhas; verde-amarelas. E pode ser que tenha movimentos também com bandeira vermelha em outro canto. E daí? É povo, é gente! Gente movida pela fé, com a força da fé, patriotas, clamando por Deus, pela Pátria, pela família. E alguém vai dizer que não pode? Criminalizar as garantias e liberdades é um atentado à democracia. Isso é golpe! Tem gente que diz defender a Constituição, mas nega a Constituição Federal. As instituições existem para servirem ao povo, o povo brasileiro, e não o contrário. Temos que defender, Senador Girão, as instituições, mas não podemos aceitar que ninguém venha se achar acima da lei e da Constituição Federal. A lei é para todos e a todos vincula.

Então, eu queria, Sr. Presidente, finalizando a minha fala, dizer que nós estamos dentro de uma CPI com a legitimidade própria de ser um instrumento de controle político da administração. Aqui é o foro próprio do Parlamento para o exercício pleno do controle da administração. Nós temos poderes, mas não temos todos os poderes, não temos todo o poder. Há limitação. Aqui também deve viger o devido processo, o respeito às regras, senão carece de validade todo e qualquer ato praticado por esta CPI.

E alerto nesse momento: o que está sendo feito na CPI, desde o dia em está sendo negado acesso aos autos do processo – vou dizer em alto e bom tom –, é prova nula de pleno direito. É prova produzida com vício, porque são provas que embora resguardadas por sigilo, esse sigilo não se estende, não se aplica aos advogados das partes e não se aplica aos Senadores investigadores investidos da função de membro desta CPI. Vou reiterar: esta é uma condição que invalida o conjunto probatório em poder desta CPI.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E faço um apelo à Presidência: que corrija tais vícios tempestivamente, sob pena de tudo o que foi feito aqui servir para nada, porque, repito, podemos muito, mas não podemos tudo. E devemos jogar dentro das regras constitucionais e do devido processo legal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Respondendo V. Exa., só para deixar claro, a decisão da restrição ao acesso, da limitação ao acesso foi tomada pelo Presidente Omar Aziz a partir de duas decisões do Supremo Tribunal Federal. Uma primeira decisão exarada pelo Ministro Ricardo Lewandowski e, posteriormente, a Senadora... Perdão, a Ministra Cármen Lúcia emitiu uma decisão chancelando o procedimento do acesso.

Eu quero antecipar que eu tenho pleno acordo com V. Exa. Eu acho que nós devemos voltar ao *status* anterior. É essa a minha opinião, é o que eu tenho defendido, inclusive, junto aos meus colegas de direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi inclusive... A mesma reclamação que V. Exa. tem feito, eu quero aqui ser testemunha, o Senador Renan Calheiros, Relator desta CPI, também tem destacado.

Eu quero inclusive sugerir, sugerirei ao Presidente Omar Aziz... E eu queria assim chancelar a fala de V. Exa., eu acho que nós poderíamos inclusive oficiar o Presidente, em virtude até das razões aqui expostas por V. Exa. para ter um procedimento que mantenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

o sigilo, mantenha a preservação de sigilo, mas obviamente possibilite que todas as Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, por óbvio, tenham acesso à toda documentação que aqui está. Eu estou querendo só assim chancelar a preocupação de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Apenas para deixar ainda mais evidente o que nós estamos falando aqui, decisão proferida em sede de mandado de segurança produz efeito entre as partes. Então, esse efeito vinculante *erga omnes* é uma jabuticaba criada aqui que não se aplica. Por mais que haja...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Assim, sem querer aqui advogar, mas a decisão de S. Exa. o Presidente Omar Aziz, na verdade, foi de uma decisão prolatada para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas eu quero concordar com V. Exa. E queria até dizer mais, eu acho que esta CPI... Eu queria... Aliás, eu tomo até... *Ad referendum* do Presidente – *ad referendum* do Presidente –, eu encaminho aqui à Secretaria que comunique ao Supremo Tribunal Federal, estabeleça... Eu acho que é o caso de embargo de declaração junto ao Supremo Tribunal Federal sobre qual procedimento deve ser adotado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito para, em primeiro lugar, garantir a preservação do sigilo dos documentos que para cá vêm; em segundo lugar, ao mesmo tempo não impedir, por óbvio... Porque eu concordo aí com o Senador Marcos Rogério que todos os membros desta CPI tenham acesso.

Então, eu queria recomendar, determinar à Secretaria que providencie junto, que determine à advocacia do Senado para proferir, se for o caso, embargo de declaração ou a figura que for necessária junto ao Supremo Tribunal Federal, para assegurar o óbvio, que é o acesso a todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa., Sr. Presidente. E há inclusive um mandado de segurança com que ingressei no Supremo tratando justamente dessa questão, e ele...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Uma alternativa, inclusive, pode ser isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É. A notificação foi feita à CPI para que se manifestasse como coatora, o Presidente no caso, em relação a esse pleito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Até aproveitando, eu acredito que a manifestação da CPI deve ser inclusive favorável à petição de V. Exa. no âmbito desse mandado de segurança.

Eu queria até determinar orientar à Secretaria que assim informasse à advocacia do Senado para, se esse for o remédio jurídico mais adequado, até apresentar petição, nos termos inclusive exarados e requeridos pelo Senador Marcos Rogério.

Próximo inscrito, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Senador Girão.

Logo em seguida, os Senadores Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Leila Barros e Izalci Lucas.

Senador Eduardo Girão, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, Presidente dessa sessão eventual.

Seja muitíssimo bem-vindo, Sr. Ivanildo, aqui a esta Comissão. Os seus advogados: Dr. Alan Diniz, Dr. Diego Guedes. Inclusive, cumprimento o senhor, tão jovem, mas tão firme nas suas convicções, não se deixando absolutamente intimidar por nenhuma situação. Isso é muito positivo.

Nós estamos aqui para buscar informações, para cumprir o nosso dever dentro das possibilidades que temos, não é? Então, é muito importante o que o Senador Marcos Rogério falou agora há pouco. Eu queria lhe dar os parabéns, Senador Marcos Rogério, pela sua lucidez nas falas, porque nós começamos esta CPI hoje aqui com muitos colegas colocando como atos antidemocráticos no próximo dia 7 de setembro. E pelo menos não é isso que eu vejo acontecer nas ruas, nos mercados, nas feiras. Igrejas se mobilizando. Pessoas de todas as idades, famílias inteiras se mobilizando, algo que... Como o senhor falou, está previsto na Constituição Federal, o direito à livre manifestação. E isso é saudável para a democracia. Inclusive quem é contra, quem é a favor, sempre com o respeito de forma pacífica. E pelo que me parece, os atos do dia 7 de setembro estão sendo, pelo menos assim... Sempre tem algum tipo de exceção. A gente tem que ter cuidado. Mas nos últimos atos que ocorreram, organizados por essas pessoas, foi tudo pacífico – mas traz a verdade, e isso, muitas vezes, incomoda.

O que a gente vive hoje no País... Eu acho que esse vai ser o principal grito de liberdade no dia 7 de setembro: é caçada que a gente está vendo à liberdade de expressão, conservadores sendo perseguidos, seja por tribunais superiores, pela própria CPI, como a gente está vendo, jornalistas sendo citados aqui, *sites*, blogues desmonetizados... Eu queria ver essa eficiência toda dos tribunais superiores em desmonetizar, ir atrás de *fake news* e tudo contra o crime organizado, contra pessoas que estão aí declaradamente atentando contra a vida de cidadãos. Eu queria ver essa eficiência do nosso Supremo Tribunal Federal, por exemplo.

O que a gente está vendo aqui – eu vou fazer algumas perguntas para o Sr. Ivanildo – é: foram R$4,7 milhões em saques, um número realmente alto durante esse período, desde 2018. Nós não pudemos ver... Eu queria ter... Eu estou com curiosidade de saber o que é que houve em 2017, o que é que houve em 2016, o que é que houve em 2015, mas não foi apresentado para a gente. A gente não teve acesso, como muito bem colocou o Senador Marcos Rogério, por uma decisão equivocada aqui desse sigilo, mas eu vou perguntar. O que eu posso fazer é perguntar sobre isso.

Por exemplo, o senhor trabalha, Sr. Ivanildo, na VTCLog desde 2009 – o senhor falou aqui –, sempre na função de motoboy. O senhor, durante todo esse período, portanto desde 2009, sempre fez esses tipos de saques altos, pagamentos de boletos, fez entregas de faturas no Ministério da Saúde e sempre circulou com esse volume de dinheiro? Queria lhe perguntar sobre isso.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, como o senhor está citando a data, desde 2009 que eu entrei na empresa. Então, teve certos momentos que eu trabalhava nos setores, então eu não tinha acesso a saques nessa época de 2009, nem 2015, 2016. Como eu prestava serviço no departamento de faturamento da empresa, como nota de crédito, eu circulava em devidos lugares, como o Ministério da Saúde. E, depois, mais na frente, é que aí eu fui trabalhar no financeiro da empresa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mais na frente, exatamente em que ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não tenho preciso, mas eu creio que é 2018, ali no início...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Em 2018, o senhor começou a fazer...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu não lembro bem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... saques, não é? Mais ou menos nesse período, começou a fazer saques.

Mas, antes, a empresa também... O senhor tem informação, por exemplo, se outros motoboys que trabalhavam antes do senhor faziam saques também nesse período? Era comum?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não é do meu conhecimento, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

É porque, como foi bem colocado aqui, essa empresa vem aí transitando por vários governos, não é? PSDB, PT, MDB, o atual Governo. E é bom a gente ter noção com relação a esse tipo de procedimento, se é algo novo ou se é algo que é uma política da empresa, como a gente já viu aqui o que foi mostrado – em 2018, já começou a ter saques altos também, ou seja, já vem de um de muito tempo isso e de outros governos.

Ainda durante esse período, o senhor lembra de ter feito alguma entrega de *pen drive* ou outra encomenda que não faturas da Voetur ao Ministério da Saúde?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Alguém da VTCLog orientou o senhor sobre o que deveria responder aqui na CPI?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Inclusive, eu o cumprimento, porque o senhor está respondendo a tudo que a gente está perguntando. Não estou vendo nenhum tipo de preocupação, por querer esconder alguma coisa, a verdade. A gente vê que o senhor é uma pessoa muito simples, humilde, caridosa, inclusive. Eu o cumprimento. Tentou desenvolver um projeto social, não é? Isso é muito importante nos tempos de hoje.

Alguém aqui desta CPI, de alguma forma, o procurou para depor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor está sendo ameaçado de alguma forma por alguém? O senhor se sente... O senhor teme pela sua segurança?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não estou sendo ameaçado até o momento, que eu perceba, por ninguém. Agora, devido a valores lançados em mídia, um pouco eu fico com receio, assim, pela minha pessoa, não pela empresa em que eu presto serviço. Mas, pelo que está estampado na mídia, eu me sinto assim um pouco coagido, assim meio com receio, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pelo nome estar aparecendo...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Meu nome está aparecendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... na imprensa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pelos valores que o senhor transportou, agora o senhor fica receoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Antes, tinha... Acho que o Senador Renan Calheiros até perguntou sobre isso. Eu queria só ratificar. Quando o senhor ia sacar esses valores altos, tinha uma escolta de segurança, tinha alguém para protegê-lo em uma eventual saidinha bancária ou alguma coisa desse tipo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, nunca teve escolta, porque, no momento que eu ia fazer o serviço, inúmeras vezes, eu sempre executava o meu serviço lá no banco mesmo. Então, eu não me sentia com medo nem pedia a proteção de ninguém.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Era do banco para a empresa e da empresa para o banco?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Do banco para empresa e, às vezes, em outro banco. Só que, quando eu ia a outro banco, eu não saía carregando dinheiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E a sede está no Guará? A sede em que o senhor trabalha é no Guará?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É. Lá acho que é Guará, não é? É o setor de cargas, de armazenamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Setor de cargas? Ah, tá!

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É Guará e SIA.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas não é próximo ao aeroporto, não?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo.

Qual a sua relação com Marcio Morais, que é o outro motoboy que fazia saques e entregava também? O senhor tem algum tipo de relação de amizade com o Sr. Marcio Morais?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, a minha relação era só, no momento, profissional, em que eu trabalhava na empresa. A gente se via, de vez em quando, lá na empresa. Só que ele fazia um setor, e eu ia para outro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito!

São dois motoboys na empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, antes tinha mais, né?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Diminuiu?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Diminuiu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Desculpa, Senador Girão! Por gentileza...

Antes quando, Ivanildo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Há muitos anos, porque a empresa foi, devido... Foi cortando os funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Entendi.

Hoje é você e...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Hoje, no financeiro, sou só eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só você?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É. No financeiro, só eu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está bom, perfeitamente.

Desculpa, Senador Girão!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, tranquilo!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já repus seu tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Obrigado, não precisa.

Com quem o senhor conversou desde a última segunda-feira, que foi a data da concessão do seu *habeas corpus*? O senhor conversou... Além do seu advogado, obviamente, com quem mais o senhor conversou?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, teve alguns repórteres que me ligaram perguntando. Primeiro, fui pego de surpresa, que eu não sabia. Quando ele entrou em detalhes de alguns valores, eu especifiquei para eles a forma como eu trabalho. E também não entrei muito em detalhes. E nada mais a declarar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Alguém da empresa, além do advogado, entrou em contato com o senhor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, na empresa os meus contatos... Eu sempre estava presente no meu serviço, mas em termos de contato, assim, eu não tenho, a não ser o pessoal do jurídico, que perguntou: "Ivanildo, olha, você quer falar, fala a verdade, você está à vontade para falar o que você quiser à vontade". Então, eu de forma alguma... Falei: "Olha, já falei o que eu tinha que falar, que é justamente dentro do que eu estava trabalhando". E já adiantei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor, na época que entrou na empresa, foi indicado por alguém? Foi através do currículo? Como é que foi?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Na época, quando eu entrei na empresa, eu trabalhava com uma empresa de motoboy. O pessoal prestava serviço lá e me indicou. Só que aí eles me devolveram, mas no período, de repente, eles recontrataram todos os motoboys para ficarem diretamente pela empresa. Eu era prestador de serviço, mas era pouco período. Aí eu passei a oficializado no quadro da empresa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E o senhor, Sr. Ivanildo, em algum momento, o senhor não se perguntou assim sobre os riscos, as implicações do seu trabalho, trabalho que o senhor desenvolvia, questão inclusive desses saques tão altos... Passou pela sua cabeça que, de alguma forma, pudesse ser algo ilegal?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A sua segurança, o senhor se preocupava com relação a andar com esse dinheiro todo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor. No início, como eu estava dizendo, no primeiro momento, eu fiquei meio assim, mas depois eu não... Eu me sentia tranquilo. Eu acho que dentro do que eu fazia, eu não via muito medo, não ficava com medo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Graças a Deus, não aconteceu nada.

Mas eu queria, Sr. Presidente, me encaminhando para o final, realmente, fazer a colocação: como é engraçado, Sr. Marcos Rogério, Senador. Como é interessante, R$4,7 milhões de saques nesses dois ou três anos, que realmente é um valor que a gente precisa – é trabalho nosso – se aprofundar. Mas os R$48,7 milhões – dez vezes mais – pagos à indústria da maconha pelo Consórcio Nordeste, sem nota fiscal, e que até hoje, um ano e meio depois, não entregou nenhum respirador... Gente morreu, nordestino morreu por causa disso. Ninguém quer investigar nesta CPI. Eu não sei se é porque, de uma certa forma, se tem aí dois ex-ministros supostamente envolvidos, de Governos anteriores. A CPI, infelizmente, blinda de forma explícita pessoas que eram para estar sentadas, como o Sr. Ivanildo, aí. Por que não se sentam? Só porque são poderosos? Era para estarem sentados para prestar esclarecimentos para a gente, como o Sr. Ivanildo, de forma muito íntegra, correta, verdadeira, faz aqui. É isso que eu percebo, a vontade de ajudar. Mas nós vamos continuar fazendo o nosso trabalho para descobrir toda a verdade, doa a quem doer. Se tiver erro no Governo Federal, temos que ir atrás e demonstrar; se tiver em governos estaduais e municipais, que esta CPI, repito, não quer ouvir, não quer olhar, não quer falar, mas nós vamos cobrar, até o último momento, aqui, pra que se faça a justiça, porque a paz, Senador Marcos Rogério... Existe o verbo "pazear", no *Dicionário Aurélio*: "Eu pazeio, tu pazeias, ele pazeia; nós pazeamos, vós pazeais, eles pazeiam". Paz é ação; não é omissão. Não é colocar as coisas embaixo do tapete. Isso é indiferença. É a antítese da paz.

E eu acho – pra finalizar de verdade – que as manifestações do dia 7 de setembro têm muito a ver também – e o povo vai gritar – com a omissão do Senado Federal, que não quer pazear, que não quer agir com relação ao seu preceito constitucional, que é investigar ministros do Supremo, dos tribunais superiores, que eventualmente possam ter tido também desvio de conduta.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, e muito obrigado, Sr. Ivanildo e os advogados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Girão.

Antes do próximo, que é o Senador Rogério... Sr. Ivanildo, uma pergunta, assim, que me chamou a atenção: você levou um *pen drive* ao quarto andar neste ano, não é isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Porque...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você pode puxar o microfone?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, eu lembro que eu... A única lembrança que eu tenho é que eu fui lá, levei um *pen drive*, entreguei na mão do...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No quarto andar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – No quarto andar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você chegou a entregar em outros momentos *pen drive*? Chegou a fazer, assim, se recorda se, em outras circunstâncias ou outros momentos, o senhor chegou a levar ao Ministério da Saúde ou a algum outro lugar *pen drive*?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, eu queria fazer a leitura aqui de um amigo do Rio de Janeiro, o Gílson. Ele diz assim: "Por favor, se puder lembrar àqueles que têm defendido determinadas posições do Governo Bolsonaro que o poder emana do povo, sem nenhuma dúvida, mas pelo voto e não pela força e com demonstração de força ou campanhas antidemocráticas". Isso aqui é do nosso amigo Gílson, do Rio de Janeiro. Manda um zap pra gente, lembrando que o Governo Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, Senador Rogério, só lembrando: ainda há pouco foi falado em omissão. Temos que destacar, Senador Marcos, também 131 pedidos de *impeachment* que estão omitidos na Câmara dos Deputados em relação ao Presidente da República. É importante essa lembrança que eu ouvi ainda há pouco, de omissão. Omissão feita neste Congresso Nacional.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, isso é muito importante...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vou repor o tempo de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Essa lembrança de V. Exa. é muito importante, porque se trata da omissão de averiguar ou investigar os crimes mais graves cometidos por um Presidente, que são os crimes de responsabilidade, que só o Presidente da Câmara tem poder para iniciar a investigação sobre crime de responsabilidade, sob autorização do Plenário da Casa do Povo, que é a Câmara dos Deputados.

Sr. Ivanildo, eu entendo que o senhor, aqui, na condição de trabalhador, de funcionário de uma empresa, cumpria tarefas, certo? Eram delegadas ao senhor tarefas e, muitas vezes ou na maioria das vezes ou em quase 100% das vezes, o senhor não questionou qual a motivação, nem pra quê, nem por que o senhor estava cumprindo aquela tarefa. O fato é que o senhor está aqui por uma suspeita de que V.Sa. pode ter sido usado para sacar dinheiro para distribuição com finalidades nada republicanas ou legais, certo? E, obviamente, que o senhor disse que a sobra desse dinheiro vai pra uma pessoa, uma terceira pessoa, que era da área financeira da empresa. O senhor citou o nome dessa pessoa aqui. Mas quem deve saber efetivamente onde esse dinheiro era... pra quem esse dinheiro era entregue é a Sra. Andreia Lima, que é a presidente, diretora da VTCLog. Portanto, aqui eu queria dizer pro senhor que o senhor cumpriu uma tarefa que não o incrimina, porque o senhor estava sob ordens, e não cabia ao senhor saber e nem questionar determinadas questões.

Apesar de dizerem aqui e bradarem que este Governo é o Governo que não tem corrupção, que esse Governo combate a corrupção, na verdade este é o Governo que tem colocado o Brasil como pária internacional. O Brasil é hoje o país visto como ecocida, ou seja, que tem destruído parte do nosso maior ativo, que é o ativo ambiental. O Brasil é visto hoje como um país que tem um governo autoritário ou que flerta com o fascismo. O Brasil é visto hoje como um país que está sob investigação de ter praticado genocídio no combate da pandemia. E nós, através dessa CPI, estamos investigando e já temos elementos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

do que de sobra pra mostrar que houve corrupção no Governo do Presidente Bolsonaro. E esses fatos que a gente viu aqui, que foram expostos, de recursos sendo transitados de uma empresa, saques em dinheiro, entrega de *pen drive* em órgão público, tudo isso levanta suspeitas e dá concretude para além da tentativa que a CPI impediu de a corrupção se concretizar. Impediu porque evitou o contrato da Covaxin, impediu o contrato da Belcher, impediu o contrato de outras empresas que tentaram vender vacinas superfaturadas ao Ministério da Saúde, graças ao trabalho da CPI.

Então, nós estamos aqui... E essa CPI tinha como uma função muito clara que era garantir a investigação sobre essas 580.525 mortes – no período da CPI já são quase 300 mil mortes, que cresceram. Mas a gente descobre que, quando a gente começa a investigar, parece que o Governo Bolsonaro tinha um grande balcão de negócios com indícios claros de corrupção que não podem ser varridos para debaixo do tapete, na intermediação de tudo que é insumo dentro daquele ministério.

Para o senhor, eu quero fazer uma pergunta. O senhor se tornou de confiança da empresa. O senhor conhece o Sr. Carlos Alberto de Sá?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Conheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele é o dono da VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Ele e mais outro... Sim, ele é o dono.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois bem, vamos contar agora um pouquinho da história do Sr. Carlos Alberto de Sá – o Carlinhos – e de como ele conseguiu receber milhões do Ministério da Saúde, Sr. Presidente.

A VTCLog se utilizou de diversos artifícios – não sei se o senhor sabe – não republicanos para conseguir o tal reajuste no contrato com o Ministério da Saúde. Como se não bastasse o surgimento misterioso da VTCLog, substituindo um setor do Ministério da Saúde, o Carlinhos, que é dono da empresa, se valia do tráfico de influência para conseguir vantagens junto ao Ministério da Saúde. Esse tal reajuste encontrou resistência inicial no Pazuello e na própria área técnica do Ministério da Saúde.

O parecer técnico do ministério apontou que a proposta da VTCLog poderia se mostrar desvantajosa para a administração pública, podendo até mesmo caracterizar sobrepreço – sobrepreço. Daí, o Carlinhos tentou driblar essa recomendação da área técnica por meio de um amigo poderoso chamado Flávio Loureiro de Souza e não conseguiu burlar. V. Sa. conhece o Flávio Loureiro?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor fez alguma entrega para ele? Também não?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esse Flávio Loureiro é amigo do Presidente da Câmara, Arthur Lira, também do Chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, e do Flávio Bolsonaro, mas, como eu disse aqui, ele não conseguiu convencer de que deveria mudar o contrato e os valores da VTCLog.

O Carlinhos busca, então, um outro amigo poderoso com um nome muito parecido, um outro Flávio: o Flávio de Souza. Veja que o Flávio Bolsonaro, o Arthur Lira e o Ciro Nogueira não conseguiram – a pedido do Flávio Loureiro, que fez gestões para ampliar o contrato da VTCLog – sucesso.

Mas o Flávio de Souza, conhecido como Flavinho, este, sim, tem fácil acesso à cúpula do Progressistas, é amigo do Ciro Nogueira e do Flávio Bolsonaro. O tal Flavinho, segundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

denunciou a imprensa, sofreu uma traição ou algo do tipo com algum desses poderosos e, para não tornar o fato um escândalo público, exigiu, como contrapartida, assinatura do reajuste ilegal do contrato da VTCLog. Veja como o Sr. Carlinhos de Sá é habilidoso e veja como ele foi buscar apoio para resolver o problema de contrato de uma empresa privada com uma empresa pública. Veja aonde chegamos no Brasil. Vai vendo, Brasil! Vai vendo, Brasil! Um contrato irregular com dinheiro público foi assinado pelo Roberto Dias para abafar um escândalo de ordem pessoal e particular de algum poderoso. Vai vendo, Brasil, onde nós estamos. O Governo que combate a corrupção. O Governo que, na verdade, bota debaixo do tapete e tenta esconder tudo o que pode lhe incriminar.

Outro detalhe é que a pessoa que está envolvida nessa questão da traição, daqui para acolá, hoje tem uma assessoria especial na Presidência do BRB, o mesmo banco que facilitou a compra da casa – veja só – do filho do Presidente, Flávio Bolsonaro, e que é presidido por um indicado do Partido Progressistas. Tirem suas próprias conclusões: como é que vamos encurralar ou como é que vamos aqui cobrar de um funcionário que foi usado por tantos poderosos para benefício próprio que ele possa revelar alguma coisa num esquema tão poderoso como esse? Os verdadeiros culpados são aqueles que fizeram um balcão de negócios dentro do Ministério da Saúde, e aqui podemos enumerar: o Presidente Bolsonaro, o Ricardo Barros, o Pazzuello, o Elcio Franco, o Roberto Dias e podemos dizer que parte das lideranças maiores do PP.

A pergunta que não quer calar: quem é o poderoso político que usou do dinheiro público para evitar a publicização de um escândalo privado? Quem foi esse político? Vamos deixar isso no ar, porque isso é uma coisa muito séria. Alguém ganha um contrato milionário, como foi dito aqui por várias pessoas, porque o dono da empresa consegue usar alguém para chantagear um poderoso, e esse poderoso consegue garantir a ampliação do contrato. Este é o Governo sério? Este é o Governo sem corrupção? Este é o Governo da enganação, Brasil – está vendo aí, Brasil? –, este é o Governo da enganação! Este é o Governo que tenta fazer a população de tonta.

Agora mesmo, já voltando aqui para um outro tema, estão oferecendo o pagamento de passagem para quem estiver na Baixada estar no dia 7, ir e voltar para o ato. Então, este é o Governo que compra, é o Governo que agride a democracia, é um Governo que quer manter a Lei de Segurança Nacional, que vai vetar a lei do Estado democrático de direito naquilo que revoga a Lei de Segurança Nacional, porque este é um Governo de face autoritária e é um Governo que está se mostrando eivado de iniciativas que comprometem a administração pública ou um Governo que está cheio de suspeitas de corrupção.

Aqui se falou sobre Petrobras, aqui se falou sobre determinadas questões, mas a gasolina era três e pouco, o gás de cozinha era menos de... Era R$50, R$45, R$35. Talvez a maior corrupção que este País esteja vendo é na forma como se define o ganho dos acionistas privados da Petrobras; é na forma como este Governo quer vender os Correios, para transferir para a iniciativa privada o monopólio postal. O senhor já viu isso, Sr. Presidente? E este é um Governo sem corrupção, ou seja, é um Governo que não faz privatização para acabar com o monopólio: ele faz privatização para manter o monopólio num operador privado. É isso que está em discussão por medida provisória.

Este é o Governo que pega as refinarias da Petrobras e transforma em empresas subsidiárias, para vender sem prestar contas ao Congresso e ao povo brasileiro. Este é o Governo que fechou, no meu Estado, toda a exploração de petróleo em terra e diminuiu a atividade a quase zero da Petrobras, no Estado de Sergipe e em todo o Nordeste, para transferir para terceiros, para fazer lucro e distribuir dividendos de forma rápida para os acionistas privados da Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

É este mesmo Governo que levou a 580.525 mortos por conta da pandemia, porque tinha como único propósito ampliar o contágio para ter imunização de rebanho, pelo contágio; que propôs o uso de substâncias sem nenhuma comprovação científica. Hoje a Universidade Federal de Sergipe publica, no *The Lancet,* uma pesquisa que prova, que mostra – é um estudo publicado no *The Lancet,* e, se foi publicado no *The Lancet,* passou pelo crivo de uma comissão crítica, técnica, científica –, que diz que a cloroquina não tem ação nem preventiva, tampouco curativa, ou seja, não previne a doença, não protege contra o vírus e não serve para tratar a doença nem na fase... em momento nenhum da covid, tampouco do coronavírus.

Então, para concluir, nos meus últimos segundos eu quero saber: que Governo sério é este em que o exercício de poderes dessa natureza consegue ampliar um contrato contra todas as recomendações técnicas? Se isso não é corrupção, eu quero uma nova definição do que é corrupção, para que a gente possa estudar, certo?

Este é um Governo que pratica a corrupção, é um Governo corrupto, e está, cada dia mais, cravado e escancarado o modo de operação. É um Governo dissimulado que pratica, em quase todas as frentes, atos suspeitos que um dia a história vai passar a limpo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O próximo inscrito é o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr. Ivanildo, sua defesa.

Sr. Ivanildo, por conta do tempo da audiência, a gente vai recuperar algumas informações que o senhor já verbalizou aqui.

Qual a sua idade, Sr. Ivanildo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Quarenta e oito anos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quarenta e oito anos.

O senhor mora onde aqui no Distrito Federal?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sobradinho II.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sobradinho II.

Certo. O senhor disse que é um barraco. Tem título de propriedade ou não?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, né? Pronto.

A sua renda está na faixa de 1,7 mil de salário mais o aluguel da motocicleta?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor já foi processado alguma vez?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Já processou alguém, já foi para a Justiça alguma vez?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor trabalha com a VTCLog tem quanto tempo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, desde 2009. Março, janeiro, fevereiro, 02 ou 03 de 2009.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E o seu trabalho durante muito tempo foi fazer pagamentos e saques de dinheiro?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – No começo, não. No começo, eu trabalhava num setor que... Na área de faturamento, eu entregava faturas. E, depois, mais na frente, é que eu comecei a trabalhar no financeiro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Vinculado diretamente à Sra. Zenaide?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Certo.

A Sra. Zenaide solicitava que você fizesse o desconto de cheques, o pagamento de boletos, contas bancárias, conta de cartão de crédito e retornasse com o saldo que ficava na sua mão?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando havia saldo, eu retornasse com o saldo que estava na minha mão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor nunca foi com cheque com o valor exato do boleto que iria ser pago ou da dívida que seria ser paga?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, os valores... Geralmente eram vários, tudo no mesmo cheque.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O cheque sempre era num valor um pouco mais alto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, às vezes, sim; às vezes, eram os valores exatos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Certo.

A escolha da agência bancária em que o senhor fazia os saques se dava por quê? Por que sacava lá na agência do aeroporto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, isso aí eu não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ela mandava você sacar na agência do aeroporto?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Na agência do aeroporto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Era a Zenaide que passava essa informação? (*Pausa.*)

Certo.

Eu já fiz o questionamento durante a fala da Senadora Eliziane, mas eu vou retomar esse assunto agora.

O senhor nunca foi processado, o senhor nunca processou ninguém, mas, quando o senhor foi intimado pela CPI para comparecer aqui e prestar depoimento como testemunha – e o senhor é só testemunha; o senhor não é acusado de nada e nem vai ser, porque não pode ser acusado de nada; não tem nada na sua conduta que exija ser acusado –, quando o senhor foi intimado, a providência foi procurar o Supremo Tribunal Federal e entrar com uma ação para que o senhor não fosse obrigado a comparecer aqui, nesta CPI. E aconteceu uma decisão do Ministro Nunes Marques, recém-indicado – e aprovado pelo Senado – pelo Senhor Presidente Bolsonaro. Por que o senhor fez isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, no começo eu me sentia... Assim, me expondo publicamente, as pessoas me vendo, eu me sentia meio inseguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E aí o senhor procurou quem para resolver essa insegurança?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, a partir do momento que eu percebi que estava assim, eu procurei o departamento da empresa lá e...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Qual o departamento?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Jurídico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E quem o atendeu no jurídico?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – A Dra. Andreia me atendeu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A Dra. Andreia foi quem o atendeu.

E a Dra. Andreia colocou à disposição um advogado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Aí ela falou: "Olha, não se preocupa que eu vou colocar um advogado para você".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pronto.

O senhor pediu para esse advogado procurar o Supremo para que o senhor não comparecesse à CPI?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, no começo, eu tinha falado para ela que era melhor eu não comparecer, mas depois...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor falou para ela que achava melhor ou ela falou para o senhor que achava melhor?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu no começo eu falei: "Olha, doutora, é melhor, como eles estão o tempo todo..." Jornalista, aquela coisa toda na minha cola, eu peguei e falei: "Não, é melhor eu acabar logo com essa história".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu estou falando ainda do primeiro momento. O senhor recebeu a intimação e aí o senhor foi procurar a Andreia. A Andreia disse que ia colocar os advogados da empresa à sua disposição.

Eu estou perguntando com relação a esse diálogo do senhor com os advogados, o senhor pediu aos advogados que entrassem na Justiça para que o senhor não prestasse depoimento?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando ela me apresentou o advogado, eu peguei e falei assim: "Olha, se houver alguma possibilidade de não comparecer, eu prefiro não comparecer".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Prefere não comparecer.

Perfeito.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Aí, depois que...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Aí, depois, o que acontece que o senhor muda de ideia?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando... Eu estava acompanhando um pouco o negócio da CPI e aí os falatórios, os comentários, e a imprensa o tempo todo me ligando, pegando... indo na minha casa, aí eu falei: "Rapaz, esse negócio não vai me deixar em paz".

Aí eu tomei a minha decisão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Certo.

E o senhor tomou a sua decisão e falou com quem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, quando eu conversei com a doutora: "Olha, Ivanildo, eu vou te apresentar um advogado e aí, pronto, você está lá para falar a verdade".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Na segunda vez, já foi outro advogado ou é o mesmo da primeira história?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É o mesmo advogado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O mesmo advogado.

Por que eu estou lhe perguntando isso, Sr. Ivanildo? O senhor claramente nunca esteve na Justiça, eu entendo a sua situação.

Eu tenho 20 anos de Polícia, então, depoimento é uma coisa que eu já fiz centenas e centenas de vezes, a gente sabe quando a pessoa é uma pessoa honesta, quando a pessoa não é, não é tão difícil de saber. O senhor é um cara honesto que cumpria o seu trabalho.

A verdade dos fatos aqui é que o senhor, por conta da necessidade, o senhor é um cara pobre, depende desse emprego, a verdade é que o senhor não está comunicando com a CPI é que toda essa definição de o senhor falar ou o senhor não falar, de contratar advogado, de pagar advogado, não é sua, é do seu patrão, Carlinhos, da sua patroa, Diretora Andreia, ela que faz essa ponte.

Ou o senhor assinou o contrato e vai pagar o advogado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – De forma alguma, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A empresa é que está arcando com essa despesa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – A empresa que está arcando com todo o custeio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu vou pedir apenas uma reconsideração.

Sr. Ivanildo, no começo do seu depoimento, hoje pela manhã, o Senador Renan Calheiros, que é o Relator, fez uma solicitação, da mesma forma como já foi feito com outros depoentes. Perguntou se o senhor poderia dispor do seu celular para que ele fosse analisado pela perícia do Senado, e o senhor respondeu que "não". Primeiro respondeu um "sim", depois respondeu um "não". E essa é uma liberdade que o senhor tem.

Eu estou pedindo ao senhor que reconsidere essa situação na condição de um cara que não tem nada para esconder; quem tem coisa para esconder não é você, é a empresa. Então, estou perguntando se o senhor quer reconsiderar e permitir que a CPI faça a análise desse telefone para saber por onde o senhor andou. Se esse passeio todo, se esse roteiro todo que o senhor está relatando foi assim, vai estar lá no celular. O senhor vai na agência e volta para a empresa.

Porque o senhor disse que não fez entrega de dinheiro e nem de recurso, nem de valores para ninguém, correto?

O senhor confirmou que esteve na casa de Carlinhos, mais um outro endereço, mas não fez entrega de dinheiro para ninguém.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Para ninguém, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Então, o senhor reconsidera a sua decisão ou o senhor quer manter a decisão de não entregar o telefone?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu mantenho a minha decisão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pois não, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não haveria a possibilidade apenas de, na presença do seu advogado, que nós pudéssemos baixar apenas informações relacionadas aos contatos dos nomes que estamos buscando, ou seja, preservando toda a sua intimidade? Sem nenhum... Não haveria, com a presença do advogado, a possibilidade de abrir nenhuma mensagem de WhatsApp de quem quer que seja, a não ser da sua conversa, da sua comunicação com funcionários e proprietários da VTCLog.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ivanildo, você pode responder.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Veja por que é importante. Se me permitir, o senhor é uma pessoa simples, está dizendo a verdade, isso ninguém discute, mas eu gostaria muito que V. Sa. refletisse. Nós estamos aqui. Nós não viemos atrás de denúncia de esquema de corrupção; é algo tão ou maior que isso. O que nos comove, o que chama a atenção de todos nós é que, mesmo diante de meio milhão de brasileiras e brasileiros mortos, nós temos um Governo Federal que não só foi omisso, que não só atrapalhou Estados e Municípios a fazerem o seu dever, como de repente também descobrimos um grande esquema de corrupção.

Sr. Ivanildo, o senhor ganha um salário mínimo; pessoas como nós ganhamos mais de trinta, bruto; vinte e poucos mil, líquido. Nós estamos falando de investigar, cortar na própria carne e ver talvez Senador, Deputado envolvido num esquema de corrupção que está tirando dinheiro da saúde pública. É dinheiro que está faltando pra colocar dipirona no posto de saúde, que faltou pra comprar vacina pra salvar talvez amigos de V. Sa.

Então, assim, acho que a pergunta do Senador Alessandro é muito importante. V. Sa. não precisa temer qualquer tipo de violação à sua intimidade. Na presença do advogado, nós queremos apenas poder baixar as conversas – se é que elas existem – no WhatsApp e de mensagem e confirmação também de chamada telefônica de V. Sa. com seus patrões, com os funcionários, com essa Sra. Zenaide, que sempre recebia das suas mãos um pacotinho de dinheiro.

É muito importante não só para V. Sa., mas para as pessoas que V. Sa. representa. V. Sa. representa a cara do povo brasileiro, V. Sa. representa 95% da população brasileira, que recebe esse único salário mínimo e, quando paga os seus impostos direitinho e precisa do serviço público de qualidade, não tem. Entre outras razões, não tem porque nós temos uma corrupção sistêmica no País que mata, que mata todos os dias. E matou muita gente, porque o Governo, além de omisso, quis superfaturar, através de propina, Dr. Alan, através de propina, quem sabe a US$1 cada propina, que significa milhões de reais sendo desviados, faltando aí a dose necessária pra salvar vidas.

Então, eu peço encarecidamente a V. Sa. que pense, que reflita. Pense na sua família e no bem que V. Sa. estaria fazendo.

Eu termino. Me desculpe o desabafo, mas, da mesma forma que eu fiz a intervenção na data de ontem... Na data de ontem, eu lembrei esse caso, eu fiz uma remissão ao caso do PC Farias numa CPI que teve e que naquele momento levou ao *impeachment* de um Presidente da República. Não é o caso aqui, nós não estamos discutindo isso aqui. Naquele momento, quem realmente mostrou tudo que estava acontecendo foi o motorista. E, quando um Senador da República perguntou assim pra ele... Como que suspeitando que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

estivesse levando alguma vantagem, o Senador perguntou para o motorista lá atrás: "Mas o senhor está fazendo tudo isso por patriotismo?". Sabe qual foi a resposta dele, Sr. Ivanildo? "E o senhor acha pouco?".

Então, é essa a pergunta que eu deixo aqui pra V. Sa. pedindo que reflita e nos empreste, com todo o resguardo ao seu direito de intimidade, o direito de podermos concluir esse depoimento da melhor forma possível, porque a maioria das informações nós já temos: os dados, os números, com o Coaf nos ajudando, o Ministério Público. Nós já demos as informações necessárias, mas o depoimento de V. Sa., a contribuição seria relevante não pra nós, para o Brasil e para os 210 milhões de brasileiros.

Desculpa, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Não, obrigado pela colaboração.

Sr. Ivanildo, a pergunta é a mesma: o senhor está disposto a entregar o celular para que a equipe faça agora essa leitura e devolva o celular? Isso acontece no mesmo dia. É um processo técnico que a gente já fez aqui nesta CPI.

É bem objetivo: é sim ou não; se o senhor está disponível a fazer isso ou não. (*Pausa.*)

O senhor precisa falar, só porque a gente tem que registrar.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pronto. A gente respeita o direito da defesa.

Eu informo, Sr. Presidente, e peço que sejam pautados extraordinariamente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já está aqui o Requerimento 1.474.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... os pedidos de busca e apreensão do celular, que serão apreciados pela Justiça comum, da quebra integral dos sigilos do Sr. Ivanildo; a convocação da Sra. Zenaide, do financeiro dessa empresa; e também o ofício já referido pelo senhor...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pergunta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa Sra. Zenaide Sá é parente dos donos da empresa, que também são Sá?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O Ivanildo sabe dizer se ela é parente deles?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Ivanildo, sabe dizer se ela é parente do...?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não sabe?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não sei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Então, eu peço, Sr. Presidente, vênia para que seja pautado e aprovado extraordinariamente para a gente tomar as providências necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De imediato, Senador Alessandro.

Coloco em apreciação os Requerimentos nºs 1.474, 1.476, 1.477, 1.478, de autoria de S. Exa. o Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovados.

Além desses, o Requerimento 1.479, também de autoria do Senador Alessandro Vieira, e o Requerimento nº 1.478, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovados os requerimentos.

Peço para a Secretaria o encaminhamento devido.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero fazer só mais um registro.

Sr. Ivanildo, preste atenção no que eu vou lhe falar aqui. Ivanildo, você hoje é defendido por um advogado que não é seu advogado; é advogado da empresa. O interesse dele é o da empresa. Eu estou lhe fazendo um alerta: nós estamos pedindo à Justiça a busca e apreensão do seu telefone. Então, se alguma modificação acontecer nesse telefone, se alguém pedir para pegar seu telefone para apagar mensagens, para apagar localização, a consequência acontece contra você. Então, tenha esse cuidado e esse discernimento, para evitar que você tenha alguma responsabilização e que um cara honesto acabe sendo processado sem necessidade por estar involuntariamente defendendo gente que não é honesta. Esse é só um esclarecimento que eu lhe faço para ter garantia de que o senhor possa exercer seu direito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se me permite, Senador Alessandro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Complementarmente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... complementando, quero dizer que não adianta nada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, Senador Jean.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... não adianta nada apagar nada, porque vai ser encontrado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Complementarmente, também coloco em apreciação o Requerimento nº 1.480, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Os requerimentos requeridos pelo Senador Alessandro, complementados pelos requerimentos que apresentamos, estão aprovados.

Peço para a Secretaria da Comissão tomar as diligências e providências possíveis.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, se puder reforçar a colocação do Senador Alessandro, porque me parece que o Sr. Ivanildo, além de ser muito honesto, pode estar um pouco nervoso, e explicar que, neste momento, qualquer tentativa de se apagar mensagem no celular fica registrada. Então, que ele, por favor, não entregue o celular dele para ninguém, porque qualquer mensagem apagada fica registrada no sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Para preservar a integridade de V. Sa., que tem se mostrado aqui, além de humilde, extremamente honesto. Nós agradecemos o seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Ivanildo, tem consciência do que foi alertado agora, só para seu conhecimento, pela Senadora Simone? Para os cuidados necessários em relação ao celular, e o celular ficar sob... Nenhuma mensagem ser apagada, o celular ficar sob sua guarda, não ser compartilhado com ninguém?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Ivanildo. E, mais uma vez, os cumprimentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito a você, ao seu comportamento e às informações que V. Sa. está prestando a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Faço minhas as palavras da Senadora Simone e dos demais colegas. Você aqui está, de fato... A sua humildade, o que você representa, de fato, representa o povo brasileiro, que tanto tem sofrido nesses últimos dias.

Próximo inscrito.

Senadora Simone, pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E que ele possa dormir tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós não queremos que ninguém saia daqui preocupado com alguma coisa. O senhor pode dormir tranquilo. Não cai sobre o senhor nenhum tipo de suspeita. Vá para casa. Vá viver com a sua família, porque aqui não há absolutamente nenhuma suspeita em cima do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é importante ser destacado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É muito importante, porque a gente sabe o que é um processo e ficar aguardando uma decisão. Então, assim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, só, Ivanildo, para você ficar totalmente tranquilo: você não é investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, você não responde a nenhum processo, enfim, fique absolutamente tranquilo. Os procedimentos que estamos buscando são somente procedimentos necessários para buscar a verdade. E reitero: você não tem responsabilidade nenhuma por algum delito que tenha sido cometido. Fique totalmente tranquilo. Tenho certeza, não preciso nem dizer isso para você, de que você dorme todo dia com a consciência tranquila.

A próxima inscrita, Senadora Leila Barros; e, em seguida, o Senador Izalci.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Leila, o depoente...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Oi? Oi?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Leila, o depoente está pedindo cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou suspender por cinco minutos para que o Sr. Ivanildo possa ir até o banheiro. Depois, nós retomamos, com a inquirição de V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ivanildo, fique à vontade.

(*Suspensa às 15 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 47 minutos.*)

(*Continua suspensa a reunião.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tudo bem, Ivanildo? Podemos retomar? (*Pausa.*)

Então, vamos à Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores. Cumprimento também o Sr. Ivanildo e seus advogados nesta tarde.

Sr. Ivanildo, eu recebi informações, por minha assessoria, de bancários daqui do DF de que os saques a partir de R$5 mil devem ser avisados na agência com uma antecedência de 48 horas. O senhor sabia disso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não, desse valor não sabia, de R$5 mil.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu vou perguntar para o senhor: qual era a frequência das suas idas ao banco para fazer esses saques? Qual era a periodicidade? Eram todos os dias?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, nem sempre todos os dias, mas era constante.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor lembra se chegou a ir num intervalo menor do que 48 horas?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu lembro que já chegou a acontecer num intervalo menor, mas tinha vez que eu não ia expressamente sacar; eu ia pagar algumas coisas.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E fez mais de um saque no mesmo dia?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não; eu não me lembro de no mesmo dia.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu estou falando isso para que o senhor saiba que nós temos o registro desses saques aqui. A minha pergunta é só para confirmar, tá?

Eu pergunto ao senhor: a Sra. Zenaide avisava ao gerente toda vez que o senhor ia fazer esses saques?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, ela fazia a previsão e aí: "Ivanildo, olha, vai lá que já está feita a previsão".

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Presidente, rapidamente, antes de eu fazer a próxima pergunta, eu gostaria de endossar minha posição junto a outros colegas sobre a importância de ouvirmos a Sra. Zenaide – a Senadora Simone Tebet falou a respeito. E, olha, além dela, eu também acho que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

deveríamos buscar informações do gerente da Caixa Econômica do aeroporto sobre esses saques, sobre a quantidade e o volume desses recursos e se ele avisou ao Coaf essa movimentação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, se me permitir, Senadora Leila, que nós não ouçamos, Sr. Presidente, a Dra. Andreia antes de Zenaide, ainda que não tenhamos CPI amanhã.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Isso, isso, porque, assim...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É fundamental.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É uma movimentação atípica...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Senadora Simone, eu estava...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estava aqui cuidando de providências, inclusive, sobre o depoimento de amanhã, porque o Sr. Marconny, que é o depoente de amanhã, claramente está procurando fugir desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu quero aproveitar...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Como todos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu reporei seu tempo, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu quero aproveitar e reiterar aqui ao Sr. Marconny, onde ele estiver ouvindo, a advertência desta Comissão Parlamentar de Inquérito já dita aqui pelo Senador Omar Aziz: se ele procurar não comparecer a esta CPI, nós o conduziremos sob vara. E as providências nós já estamos tomando nesse sentido.

A Secretaria desta CPI já buscou contato com o Sr. Marconny. Ele tem fugido de dar ciência da comunicação desta CPI. Ainda há pouco, a Secretaria da CPI procurou contato com o advogado do Sr. Marconny. Claramente, ele está se manifestando sem a intenção de comparecer.

Então, já determinei à Secretaria, já determinei à Advocacia do Senado e, por conseguinte, à Polícia Legislativa que tomem as providências devidas para, sendo o caso, o comparecimento sob vara do Sr. Marconny Faria, que é o depoente de amanhã.

Então, em princípio, o que esta CPI tem previsto é o depoimento do Sr. Marconny.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sobre a minha observação... O senhor estava conversando sobre a sua decisão aí. Eu estava falando sobre a Sra. Zenaide, não é? A Senadora Simone e outros colegas aqui falaram sobre a importância de trazê-la a esta Comissão para ouvi-la. E aí eu também, além dela, falo de buscarmos informações sobre o gerente da Caixa Econômica do aeroporto, sobre esses saques, sobre a quantidade, o volume desses recursos, para saber se ele avisou o Coaf, e também sobre toda essa movimentação, que, como para todos nós aqui está claro, é bem atípica. Então acho que isso é importante também.

A Senadora Simone falou que, além da Zenaide, temos também a advogada, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É para que não se traga uma das proprietárias – eu não sei se é proprietária – antes da Sra. Zenaide.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acho isso muito importante.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Sr. Ivanildo, o senhor falou que pagava os boletos dos donos da VTCLog. O senhor confirma isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Sim, eu confirmo que, até certo tempo, eu pagava os boletos deles.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Além desses pagamentos de cartão de crédito, o senhor pagava mais algum boleto dos donos da empresa? Quais eram os boletos? Por exemplo, o senhor pagava escola, outras contas, colégio? Enfim, o que o senhor pagava ali? Quais eram os boletos dos donos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu, assim, não lembro especificamente quais eram os boletos, mas eu pagava.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor falou também que pagava boletos da diretoria. Poderia nos dizer quais eram os membros da diretoria cujos boletos o senhor pagava?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eram os da doutora e do... A diretoria a que eu me refiro são os donos, que é o Raimundo e o Sr. Carlos Alberto.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Que tipo de boleto? Pagava o quê? Era cartão de crédito?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu não me lembro. Eu sei que tinha boletos... Uma vez, eu cheguei a ver que era de combustível, essas coisas.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim, o de combustível o senhor já tinha comentado para a gente. Mas o senhor não se lembra de outros? Tenho certeza de que, pela movimentação, não eram só de combustíveis, não é?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Mas eu não me lembro dos outros, não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não lembra? Está bom.

Por fim, o senhor pagava também boletos de algum funcionário ou de outros funcionários da VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, às vezes, alguns funcionários me pediam alguns depósitos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Mas não do dinheiro...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... que era sacado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não. Ele chegava: "Tem como você fazer este favor para mim?".

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por fim...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Mas era...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perdão!

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Era só de funcionários. De vez em quando, ele me dava um dinheiro, era pouca coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Está.

E, por fim, voltando ao assunto, o senhor saberia nos informar se pagou boleto de alguém de fora da VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não me lembro.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Olha, Sr. Ivanildo, vou insistir, ressaltando que, para todos nós aqui, está claro que o senhor não tem culpa nesse processo, porque a gente sabe que o senhor estava apenas cumprindo ordens.

O senhor pagou algum boleto e aí... O senhor pagou vários boletos. Eu pergunto para o senhor, mais uma vez, insistindo: o senhor não pagou... O senhor não lembra de ter pagado nenhum boleto do Sr. Roberto Dias?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não lembro.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois é, fica clara uma coisa: o senhor esqueceu esses boletos, e eu lembro aqui que o senhor já confirmou hoje, em imagens que foram apresentadas, eu acredito, pelo Senador Reguffe... Reguffe, não; Randolfe! Perdão. Eu falo tanto com o Reguffe que o Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Recebo com o maior prazer.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Desculpa, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma coincidência que recebo com o maior prazer. É uma confusão que incluo ao meu currículo.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O Izalci deu uma olhada aqui para mim: "Ué, Leila?". (*Risos.*)

Pois é, as imagens que foram apresentadas aqui o senhor confirmou que, nessas imagens, era o senhor. E a gente sabe que na mesma hora e local foram pagos esses boletos do Sr. Roberto Dias. Então, gostaria que o senhor nos ajudasse, na CPI, a esclarecer esses fatos. Todos nós já sabemos que o senhor esteve na agência, que o senhor, de alguma forma, foi a pessoa que fez esses pagamentos do Sr. Roberto Dias, e o senhor insiste em dizer que o senhor não lembra?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, na verdade, eu não lembro. Eu estive na agência. Como sempre, eu faço pagamentos, fazia depósitos. Não me lembro, nesse dia mesmo, se foi pagar ou depositar. Mas eu lembro que eu sempre fazia esse papel de pagar ou depositar. Só que no dia específico que estava me mostrando aí, eu não lembro se realmente eu paguei alguma coisa de alguém. Eu só sei que eu fui lá; se eu não paguei, eu depositei, mas não sei para quem foi.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por fim, desde que seu nome veio à tona, depois dessa confusão toda, eu pergunto para o senhor: o senhor sofreu alguma ameaça de alguém?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor teme por perder o seu emprego, caso fale aqui nesta CPI alguma coisa indevida ou que julgue indevida?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhora. Não temo, não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não teme?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Presidente, eu não tenho mais nada a perguntar, não para o Sr. Ivanildo. Quero dizer para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

o senhor que nós entendemos que o senhor é um trabalhador e que o senhor estava apenas cumprindo ordens, mas fica aqui a grande pergunta para este dia de Comissão, que é a origem desses saques. Na verdade, quem ordenou fazer os saques e para quem eram esses saques. Vamos sair nesta tarde daqui com esses questionamentos, mas certamente, com o trabalho da CPI e com os nomes que foram divulgados aqui, a verdade prevalecerá.

Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, Sr. Ivanildo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Leila.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente. Primeiro, agradeço a V. Exa. pela disponibilidade de sexta-feira presidir a sessão, juntamente com o Relator, para que a gente possa ouvir o ex-secretário Francisco Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com a maior satisfação, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado.

Sr. Presidente, talvez pela minha formação, pela minha atuação, pela minha experiência, eu quero aqui esclarecer algumas coisas que talvez sirvam de orientação e até esclarecimento aqui para a CPI. No dia 25 de junho, Presidente, eu recebi a seguinte mensagem: "Senador, me tira do ministério. Vou passar os documentos. Preciso de uma garantia. Vão me fritar no ministério. Tenho filhos para criar. Agende com o Renan". Eu disse, respondi a essa pessoa: "Só tem um caminho: a verdade. Não esconda nada e não proteja ninguém. Exatamente pelos filhos que tem, temos que mudar este País. Vamos passar a limpo isso".

O que que fiz imediatamente? Liguei para V. Exa., Senador Randolfe, e para o Senador Alessandro e os convidei pra conversar com essa pessoa em minha casa. V. Exa. sabe as contribuições que foram feitas.

Na sequência... E eu aqui sempre declarei – porque participei de várias CPIs – que sempre o meu objetivo é de esclarecer e fiscalizar, que é a minha obrigação. Eu não faço a fiscalização e participo de CPI porque eu gosto; é porque é papel nosso fiscalizar o Executivo e contribuir, inclusive, para melhorar a legislação.

E foi aqui, baseado nos documentos que foram apresentados por essa pessoa, que eu disse claramente que o Ministério da Saúde não tinha controle nenhum e que, muitas vezes, as licitações eram feitas por *e-mail*, e as pessoas do ministério tinham acesso aos *e-mails*. Então, fiz aqui várias questões e talvez tenha sido o primeiro a citar aqui alguma coisa sobre a questão do contrato de transporte e etc.

Eu tive o cuidado, inclusive, de perguntar para todos os ministros sobre essa questão, por que que o Sistema Único de Saúde e o ministério não têm controle de nada e não têm até hoje? Só pode ser porque é mais fácil exatamente de desviar recurso, de não ter controle.

Então, na sequência dessa segunda audiência, em que falamos inclusive da VTCLog, que eu citei, eu recebi o telefonema da Sra. Andreia Lima, que eu não conhecia, e ela me disse: "Senador, tenho aqui toda a documentação sobre a questão do aditivo. Eu preciso esclarecer, eu quero esclarecer, eu quero mostrar. A nossa empresa está indo para o Jornal Nacional, está indo para a televisão, e eu quero esclarecer, eu quero ir espontaneamente à CPI".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Novamente, liguei para V. Exa., Senador Alessandro, e os convidei novamente para também conversar com a Sra. Andreia. E ela, então, entregou a mim, acho que dei cópia pra V. Exa., mas ela depois protocolou na CPI o esclarecimento sobre o aditivo das questões que foram feitas.

Eu não vou entrar no mérito, não estou aqui para defender ninguém, mas eu quero aqui explicar isso, para as pessoas entenderem.

Então, a Sra. Andreia Lima, que era CEO, que faz realmente a gestão da empresa, que conhece a empresa e que é responsável por ela, já tentou diversas vezes, e liga sempre, e eu cobrando, falei aqui algumas vezes, para que a chamassem, até porque foi aprovado um requerimento.

Agora, não conheço o Sr. Ivanildo, *office-boy*, motoboy – não é? – da empresa. Eu conheço isso. Como é que os motoboys estão fazendo? E antigamente não era nem motoboy. Antigamente, as pessoas contratavam motorista, contratavam... tinham carro, etc., para fazer os serviços da empresa, mas depois acabou que ficou mais barato para as empresas contratarem motoboys, como é a entrega, hoje, de alimentação: tudo é feito através de motoboy.

Como é que funciona tecnicamente isso? A tesoureira, o responsável financeiro, liga para o banco e diz: "Olha, tem essa previsão de...". Como foi dito aqui quinhentas vezes para o Ivanildo – e falando a verdade. Não tenho nenhuma dúvida de que ele está dizendo a verdade.

Todos os pagamentos que a empresa fazia, seja boleto, seja conta de luz, de água, de qualquer coisa, de coisas particulares, era feito... Somavam-se esses boletos, esses valores e, do total, emitia-se um cheque nominal à empresa. Então, deve ser isso, vou até perguntar, porque eu acredito que o Ivanildo, então, recebia esse cheque nominal à empresa, assinado por quem assina, que eu não sei quem é. A Zenaide eu acho que é a tesoureira, porque foi dito aqui. Vai ao banco... Não é que saca o dinheiro, não. Esse mesmo cheque é que paga os boletos. E não cabe ao *office-boy*, motoboy saber quais são os boletos, pelo amor de Deus! Pergunte aqui à própria Andreia, que quer vir explicar. Chame a tesoureira. Eu não quero defender empresa. Não estou defendendo empresa, eu estou defendendo a verdade. Dê a ela oportunidade, até porque nós vamos cobrar, e eu quero também saber detalhes. Se pagou alguma coisa, nós saberemos dizer: "Olha, está aqui, foi pago o boleto tal. No dia tal... Estão aqui as imagens da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, de sei lá qual banco". E aí você explique isso.

Então, a empresa tem que explicar, mas não é o motoboy, que jamais pegaria para conferir quem é que estava pagando. Isso não tem nada a ver com motoboy, gente, pelo amor de Deus! Motoboy ganha o salário dele, e, óbvio, a empresa ainda financia a motocicleta lá, a moto, e paga a prestação. É normal! E você usa a moto e deve ter seguro, deve ter uma série de coisas. Empresa faz isso.

Agora, o motoboy da empresa paga todas as contas, seja a escola da criança, do filho do dono, seja qualquer coisa ou boleto que eles queiram fazer, coisas particulares, mas está lá, na contabilidade. Estou falando isso porque eu sou contador. Na contabilidade tem tudo isso. Qual é o cheque? Para que que foi? Tem que contabilizar isso.

Eu acabei de falar agora de manhã e está vindo a Brasília – espero que chegue hoje, daqui a pouco, ou amanhã cedo... Está vindo aqui o Alcir, que é o contador lá do FIB Bank. Liguei lá, como contador, e disse: "Olha, já fui presidente do sindicato, quero saber que balanço é esse aqui que tem 7,5 bilhões de integralização de capital, porque não existe isso". Então, ele está vindo pessoalmente conversar para explicar isso, porque eu mesmo, como contador, se houver alguma coisa e achar que pode ter, vou denunciar ao Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Regional, ao Conselho Federal de Contabilidade. Como profissional, ele tem a obrigação de saber o que que ele fez. Quero saber e acho que ele pode contribuir muito. Lógico que, por telefone, ele não sabe se eu sou Senador e também não sei se... Mas liguei... Estava no *e-mail* da empresa o nome dele. Liguei para lá, falei com uma menina, que passou para outro, para o Alex, que é o gerente. O gerente, então, passou meu telefone para ele.

Então, nós queremos saber a verdade, mas não será o Ivanildo que vai esclarecer isso, pelo amor de Deus! Eu vi perguntas aqui que... Eu peço até desculpa para o Ivanildo. Alguém disse: "Ah, mas você tinha outra função". Aí você falou depois que... Primeiro você disse que não tinha, depois você falou que tinha. "Eu entregava fatura". Óbvio! Era normal isso. Os motoboys que distribuem. Nos escritórios de contabilidade, quando você faz a fatura das empresas... Antigamente, motoboy saía distribuindo a fatura em todas as empresas, o boleto e a fatura. Era a sua função. Agora, depois ela pediu, passou a atribuição ao senhor para pagar os boletos e sacar, se fosse necessário, alguma coisa.

Então, ninguém saiu com 200 mil, 500 mil, como está dito ali. Aqueles valores que foram citados mensais são cheques de vários dias, e cabe à empresa explicar cada um deles – mas não é o Sr. Ivanildo que vai explicar isso –, ou o contador... Chamem o contador, chamem lá quem... Mas isso está na contabilidade, é obrigado... Está lá: cada cheque que sai tem a destinação. Então, eu fico assim... Aí eu fiquei ouvindo e fiquei imaginando aqui o Ivanildo ali: "O que eu estou fazendo aqui, pelo amor de Deus?!".

Então, eu vou perguntar claramente para todo mundo ficar ciente de uma coisa. Vou fazer as perguntas para V. Sa.

Em algum dia, V. Sa. pegou algum cheque, sacou e entregou para alguma autoridade, como foi dito aqui, num ministério, Deputado, Senador, qualquer pessoa estranha que você acha que pode ser alguém que levou *lobby* ou ganhou alguma coisa para comprar alguma coisa? Algum dia você sacou e distribuiu?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vi na reportagem do Estadão e não era V. Sa., não, era o anterior, que disse o seguinte: todas as vezes que ele foi ao banco, o trajeto foi banco-empresa, banco-empresa.

V. Sa. confirma que V. Sa. também fazia isso, ou não?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ou V. Sa. sacava e saía distribuindo dinheiro para alguns lobistas, etc.?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Nunca, sempre meu papel era sacar, pagar algumas coisas, e o que sobrava para a empresa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque é comum, eu quero dizer que é comum você receber um boleto e, na hora de pagar, dá problema. Aí você pegava o dinheiro e trazia de volta, não era isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ou não?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Tinha vez que não dava certo, às vezes o boleto estava vencido, aí eu pegava e estornava para a empresa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Trazia o dinheiro de volta para a empresa? Sacava e trazia para a empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sacava e trazia para a empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, e o cheque era único? Então, se o cheque era 30 mil, você tinha 25 e mais um boleto de 5 que estava vencido e que o banco não aceitava....

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não aceitava.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... você trazia os 5 e levava para a empresa, não era isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Levava de volta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, essas perguntas têm que ser feitas para quem pode responder: ou o contador, ou a responsável pela empresa, ou a própria tesoureira...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Sra. Zenaide.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas a contabilidade registra cada cheque, e aí, sim, se tem imagem de saque de algum cheque, como foi colocado ali, tem que perguntar para quem sabe; não é para o motoboy, com todo o respeito, lógico, é a função de V. Sa.

Então, eu peço até desculpas por algumas colocações aqui, porque sei que V. Sa. está falando a verdade.

Agora, entregou um *pen drive* no quarto andar, Senadora Simone... O que o motoboy sabe que tem dentro do *pen drive*? Nada! Será que você perguntou para quem te pediu para entregar lá: "Vem cá, o que eu estou levando para o ministério?"

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Com certeza, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Também tenho certeza absoluta de que não. Tem que perguntar é para quem mandou você entregar o *pen drive*, lembrando que o cliente da empresa é o Ministério da Saúde, que tem essa briga do aditivo há tempos e que não receberam nenhum centavo desse aditivo ainda.

Então, eu acho que cabe, sim, porque ela quer... A Andreia está vindo aqui e não está vindo com mandato de segurança, não está vindo com *habeas corpus*, ela está vindo para falar, ela quer falar, ela esteve e está cobrando todo dia vir aqui. Aí, sim, vamos perguntar para ela.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos perguntar para a Zenaide. Aí, sim. Ou chama o contador. É assim que funciona.

Então, com todo respeito, talvez porque eu seja contador e tenha uma experiência nessa área, mas V. Sa. realmente...

Agora, alguém disse assim: "Mas, caramba, você foi contratar um advogado para ir ao Supremo?". É óbvio que não! Como é que ele, que ganha R$1.700, vai contratar alguém para ir ao Supremo. O caso é com a empresa; é óbvio que é natural que a empresa contrate um advogado. Não estou defendendo a empresa, não; estou defendendo a verdade, eu quero saber a verdade, doa a quem doer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode ser o dono, pode ser o contador, pode ser a financeira, pode ser quem for, não passo a mão na cabeça de ninguém, mas eu tenho que esclarecer algumas coisas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É apenas para poder entender. Eu não queria interromper logo no início, vou interromper no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

final. V. Sa. começou lendo uma mensagem, e eu não entendi a mensagem. Se pudesse repetir, eu acabei não acompanhando a mensagem e apenas, se me permitir, enquanto procura lembrar que os números importam, é verdade, mas, no caso aqui da CPI, a verdade está além dos números, isso é importante dizer.

E obviamente que é importante, de novo, repetir: o depoente, em nenhum momento, foi tratado como investigado e trouxe uma questão decisiva. Nós estamos seguindo o dinheiro, *follow the money*. Não imaginávamos, óbvio, que ele saberia dessas informações – era nossa obrigação perguntar –, mas ele deu a peça-chave aqui. Ele disse, a todo momento, que, havendo troco ou não, de mil, de 10 mil, de 100 mil ou de 200 mil, esse dinheiro era repassado em envelope para a Sra. Zenaide. Então, essa informação dele é valiosa. É uma testemunha que acaba de confirmar que, seguindo o dinheiro, que primeiro estava num banco e depois foi, através de boleto para terceiros, pago, o que restava ou ele recebia era sempre para pagar os boletos da Sra. Zenaide.

Mesmo esse *pen drive*, se me permitir, que ele entregou no DLog...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. vai ter o tempo. Eles não estão... Já estamos no final.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não, pode ficar tranquilo.

Eu estou acrescentando o tempo de V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – É importante essa questão que V. Sa... Concordo com grande parte do que V. Exa. disse, mas ele falou uma coisa que teve que entregar *pen drive*, entregar fatura no Ministério da Saúde; é óbvio, para o Ministério da Saúde pagar. É isso que a gente faz, como Parlamentar, a gente entrega lá: "Olha, nós queremos emendas para os Municípios", a gente entrega documentos – só para as pessoas entenderem –, isso é natural. A pergunta é se ele saía de lá com algum documento. Ele saía de lá...

Alguém entregava alguma coisa ou alguém já entregou alguma coisa de volta no Ministério da Saúde que não fosse o seu documento com o recebido? Alguém entregou algum *pen drive* de volta? Alguém entregou algum documento de volta? Disso é importante nós termos informações, mas essa pergunta é importante ser respondida pela testemunha.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, ninguém me entregou nada de volta. Quando eu levava faturas, todas as faturas tinham uma capa... eram duas capas: uma de protocolo e a outra ficava com o Ministério da Saúde. Então, quando eu entregava, a pessoa que recebia assinava, e eu trazia para a empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pode me passar, por favor, a informação, Senador Izalci? Eu realmente não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, primeiro, o seguinte: eu gostaria que... A Senadora Simone disse que concordava, em parte, comigo. Eu queria, exatamente quanto a essa parte com que V. Sa. não concorda, eu queria tentar explicar, mas eu vou dizer com relação ao caso da Zenaide, que poderia ser qualquer empresa.

Quem faz a programação de pagamento, de recebimento, quem controla, na empresa, quem recebe e quem paga é o financeiro. Então, ela faz uma programação: "Está aqui, vamos fazer um cheque de 30 mil; esses 30 mil se referem a uma conta de água, de luz, a um documento tal, um DOC tal, não sei o quê, vários documentos que somam 30 mil, ou 30.630, 30.630". O.k. Ele vai lá com os boletos no banco, um cheque nominal à empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

com o valor exato, vai lá no banco e diz: "Ó, vou pagar os boletos". E o cara paga. Só que vai chegar um... No meio dos boletos, tinha um que estava vencido: 5,2 mil. Aí...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós não estamos falando disso, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deixa eu dar o exemplo para a senhora entender.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é disso que eu discordo, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas deixe eu só terminar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não discordo disso, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Quando ele voltava, porque estava vencido, ele pegava os 5.200 e entregava para quem? Para quem mandou ele pagar, a tesoureira, é evidente. Então, é isso que funciona.

Agora, essa mensagem que eu li foi a primeira, lá em junho, que não é nem relacionada à VTCLog, foi uma citação de um nome que teve aqui – o Senador Randolfe se lembra –, e a pessoa ficou desesperada porque botaram o nome dele no meio do negócio, e ele estava com medo de ser demitido. Então, digo, olha, o que você sabe passa a verdade. Chamei o Senador Randolfe e o Senador Alessandro na minha casa, trouxe a pessoa para dizer exatamente isso. E fruto disso vieram várias coisas que é o que a gente está apurando.

Mas o que eu quero dizer, Presidente, é que não quero com isso... Eu só quero dizer o seguinte: nós teremos todas as oportunidades de perguntar tudo que foi perguntado hoje, mas para quem tem a capacidade de responder porque trabalha com isso? Não que ele não pode responder: porque não é a missão dele. O que ele faz é o que o gerente financeiro manda ele fazer: "Ivanildo, por favor, vá ao Bradesco e pague esta conta". Então, é o cheque e o boleto, e ele vai lá e paga. Ele não vai no meio do caminho saber quem é a pessoa, quem é que está sendo beneficiado.

V. Sa. que acompanhou a CPI, o que as pessoas querem saber, o Brasil quer saber é se esse dinheiro foi sacado e foi usado para pagar alguém, propina para alguém ou algum Parlamentar, algum Senador, algum Deputado ou algum funcionário, lá o Roberto Dias, ou funcionário do ministério; se V. Sa. tem conhecimento de que algum dia aconteceu isso; se V. Sa. participou ou tem conhecimento. É isso que as pessoas querem saber.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, não, senhor. Eu não... Desde quando vêm me perguntando, eu venho respondendo que nunca aconteceu isso. Eu sempre fazia o meu papel: sacava; pagava; quando não batia o valor, eu pegava e devolvia para o financeiro. Então, eu nunca cheguei a levar dinheiro, valores para ninguém, a não ser para o pessoal da empresa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vou perguntar mais uma vez para saber com relação à questão da empresa.

Nesse período em que V. Sa. começou a sair na imprensa, a empresa – qualquer que seja ela, qualquer diretor, dono, ou alguém lá, o chefe imediato seu –, alguém ameaçou você para que você tivesse que pedir a proteção para alguma polícia federal ou para alguém te proteger? Ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, senhor, ninguém me orientou nada e nunca... Assim, diante dessa situação assim eu nunca me senti ameaçado por ninguém, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Presidente, eu acho assim: todas as perguntas, acho que cada uma das perguntas que foram feitas aqui hoje, elas precisam ser replicadas tanto para a Diretora Andreia, que quer vir aqui e que se prontificou já há algum tempo para vir; como também, se for chamar os outros, Zenaide também, acho que precisa...

Mas eu quero – viu, Ivanildo? –, com todo o respeito, realmente o parabenizar pela forma que você respondeu. Acho que ninguém tem dúvida de que você falou a verdade, e você representa mesmo o trabalhador brasileiro que não ganha nem R$2 mil, não é? Vive em Sobradinho II; eu conheço a cidade, sei das dificuldades, estive lá sábado retrasado, passei o dia em Sobradinho II, sei das dificuldades que estão acontecendo. Então parabenizo V. Sa. como trabalhador, pela forma que você respondeu, não é? E fique tranquilo, que você cumpriu a sua missão aqui. Você falou a verdade. Então, é o que nós queremos aqui.

Então, Presidente, quero agradecer a V. Exa. e, mais uma vez, convidar todos os Senadores e as Senadoras a participar na sexta-feira... Vai ser de manhã, não é, Presidente? Às 9h30, é isso? Na sexta-feira, às 9h30, com o ex-Secretário de Saúde daqui do Distrito Federal.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Izalci.

Temos uma questão de ordem do Senador Jorge Kajuru. Em seguida, teremos a Senadora Soraya.

Senador Kajuru, para uma questão de ordem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Inicialmente, muito obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues.

Antes de entrar no assunto que eu pretendo, eu quase não participo desta CPI, mas quero registrar aqui o orgulho que tenho do trabalho diário desta CPI histórica, a meu ver, e, portanto, jamais terei arrependimento de ter sido o responsável pela existência desta CPI, ao lado do meu Líder – ele sempre em primeiro –, Alessandro Vieira, e do senhor, que foi o criador dela. Alessandro e eu, viabilizamos via mandado de segurança. Então, sempre tem alguém me perguntando, me cutucando: "Mas, Kajuru, a CPI já acabou!" Não, ela não acabou, ela faz um trabalho insofismavelmente importante para o País.

Agora, Randolfe, amigo, a todos que estão aí, felizmente, eu tenho o prazer de falar do meu respeito por cada um Senador, Senadora, mas acompanhando daqui, como sempre assisto do primeiro ao último minuto todas as CPIs, eu hoje resolvi entrar porque canonizar o trabalhador brasileiro, essa figura humilde do Ivanildo, também não podemos. Acharmos que tudo que ele falou aqui é verdade penso ser precipitado.

E já pergunto: Ivanildo, querido, você é casado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Sou casado, sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – O senhor se lembra do dia do seu casamento?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu lembro o dia: 09. Agora, do mês e do ano eu não me lembro muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Mas se lembra do dia 09.

Se o senhor lembra do dia do seu casamento, por que na maioria das suas respostas, desde o momento que começou a falar aqui, a frase mais usada pelo senhor foi: "Eu não me lembro"?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, a minha família, a partir do momento que eu assumi esse compromisso, é algo muito importante na minha vida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Então, mas eu insisto: ao falar várias vezes "Eu não me lembro", o senhor acha que todos nós aqui temos que entender que é verdade que o senhor não se lembra? Eu já fui o que o senhor é hoje, eu já fui motoboy na minha vida em Ribeirão Preto. Um motoboy que faz pagamentos, que manda dinheiro para alguém sempre tem a curiosidade de saber quem é. É impossível ele não querer ver quem é e só chegar ao banco e fazer o seu trabalho. Me desculpe, Sr. Ivanildo. O senhor é de Goiás, do Estado que eu amo. O senhor tem que lembrar de alguma coisa, de alguém para quem o senhor transferiu dinheiro, de alguém para quem o senhor fez pagamento pelo boleto. É impossível!

O senhor tem filhos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, senhor, é a minha memória.

Eu não me lembro porque era muita atividade, então, eu não, assim... Eu não procurava gravar coisas que, para mim, não tinham valor. Eu prestava o meu serviço, ser correto com a empresa, então, eu procurava sempre exercer nesse papel, mas eu, assim, nessa colocação, nessa pergunta, eu nunca cheguei, assim, a detalhar, a olhar para quem eu estava pagando os boletos, para quem eu estava depositando, porque isso aí, para mim, não me interessava.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – O senhor tem filhos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Tenho sim, senhor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – O senhor é capaz de jurar pelos seus filhos que não se lembra de nenhum depósito feito para alguém que o senhor gostaria de saber e esse nome não foi falado pelo senhor aqui por uma questão de não querer falar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, senhor, diante de tudo o que eu estou falando, eu me sinto seguro de que eu estou falando a verdade, então, isso aqui... Eu estou falando a verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Sim, mas eu perguntei se o senhor jura pelos seus filhos? O senhor jura?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ivanildo, vai responder ao Senador Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Olha, diante de todas as perguntas, eu já respondi, então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Mais alguma pergunta, Senador Kajuru?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Não, eu quero que fique registrado aqui que ele não jurou pelos filhos.

Por mais que alguém possa discordar da forma como eu perguntei, eu vivo disso, eu tenho 60 anos de idade, Presidente Randolfe, e, normalmente, quando eu respondo a alguma pergunta dura, igual àquela da gravação com o Presidente da República, eu jurei pela minha mãe, pela minha visão, por Deus, para que não houvesse dúvidas.

Então, que fique registrado aqui. O Ivanildo não jurou pelos seus filhos pela pergunta que eu fiz em função de tantas vezes que ele aqui falou "eu não me lembro".

O maior respeito a ele e tudo, agora, canonizá-lo e dizer que ele aqui tudo hoje falou a verdade, com todo o respeito aos meus colegas, eu não concordo, de forma alguma, eu não penso da mesma forma.

Eu acho que ele foi orientado, quero deixar claro aqui, ele foi orientado para vir à CPI, não só por advogado, como a sua Diretora, como os seus superiores.

Em nenhum momento, eu quero deixar bem claro ao Brasil, em nenhum momento alguém da empresa falou para o Sr. Ivanildo: "Vai lá e fala o que o senhor quiser". Isso não é verdade. "Vai lá e fala assim, assim, assim, assim e assim".

É essa a minha sensação, creio que eu não esteja errado, até porque acabei de dar o motivo aqui da sua resposta que, para mim, resumiu tudo.

Eu agradeço, Presidente Randolfe Rodrigues, e apenas digo que, por justiça, esta CPI tem que ouvir o patrão do Ivanildo, o tal do Carlos Alberto de Sá, esse, sim, tem que ser ouvido, porque por mais que o Ivanildo aqui tenha faltado com a verdade para defender o seu emprego...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, em momento algum eu tenho faltado com a verdade.

Eu estou procurando colaborar com todos, se não fosse assim, no momento... Eu fui abordado de surpresa quando o repórter me ligou e eu não sabia do que se tratava, ele entrou em alguns detalhes justamente do que foi relatado aqui diante de valores e simplesmente eu... Tanto que eu falei, procurei falar a verdade. Eu fiquei assim no começo até com receio, preocupado se eu falei demais, mas eu falei a verdade e, em momento algum, eu estou fugindo da verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – O.k. Então, pra terminar, eu insisto, tem que ser ouvido é o dono dessa empresa, o Carlos Alberto de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Assim encaminharemos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Ele, Presidente Randolfe, como funcionário que ganha R$1,7 mil, a gente não poderia esperar que viesse aqui e falasse tudo. Ele viraria Ivanildo o herói do País se ele falasse tudo e até teria empregos melhores pela honestidade dele, mas ele optou por agir dessa forma, porque pra mim quem não deve não teme. Se você não teme sobre o que você está dizendo, você pode jurar pelos seus filhos, por Deus e por qualquer outra crença.

Obrigado, Presidente Randolfe, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Kajuru.

Próxima inscrita, Senadora Soraya Thronicke.

Só antes aqui tranquilizar o Ivanildo. O Ivanildo, no começo do seu depoimento, livremente prestou o compromisso com a verdade, assim esta CPI está inteiramente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

tranquila sobre o seu depoimento e sobre as informações que recebeu. Aí só quero destacar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Presidente, ele disse "sim" ou "não", quando ele falou dizer a verdade?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele disse "sim", ele disse "sim", ele se comprometeu com os termos do art. 203 do Código de Processo Penal, Senadora Soraya.

E só complementarmente, só deixar claro que o Sr. Ivanildo já trouxe uma enorme contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como já foi dito pela Senadora Simone Tebet. Veja que, no curso do depoimento do Sr. Ivanildo, ele confirma que esteve presente na agência Bradesco do Setor Industrial, lá, para fazer pagamentos de boletos bancários. Nós temos os dados nesta CPI de que esse pagamento era para o Sr. Roberto Ferreira Dias. Isso corrobora informações da própria empresa, que tem a situação inusitada de ter mandado pagar, fazer pagamentos pra quem estava devendo a ela.

Então, assim, Ivanildo, fique totalmente tranquilo, você já trouxe uma enorme contribuição pra esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Só antes de prosseguir e passar para a...

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – Presidente, só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS (Para expor.) – Eu acho que a Senadora Soraya está com a mesma dúvida com que eu estou. Só pra esclarecer.

Eu acho que essa questão do termo de compromisso ainda ficou um pouco obscura aqui no início da sessão... Estão me ouvindo?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Gostaria que recuperassem essa parte do compromisso.

O SR. ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS – E aí eu só queria, além dessa questão de fato pra trazer aqui pra V. Exas., relembrar também uma questão de direito, que a decisão do Mandado de Segurança 38.195 resguarda o direito de o Sr. Ivanildo não ser submetido ao compromisso. Só pra fazer essa lembrança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas eu tenho a impressão de que eu o ouvi dizendo "não".

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Peço à Secretaria para resgatar.

Só antes de passar a palavra pra V. Exa., esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi informada agora, somente a esta hora, embora a defesa do Sr. Marconny Faria tenha comunicado a esta CPI que segunda-feira recebeu a notificação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, esta Comissão Parlamentar de Inquérito recebe agora, inclusive datada de hoje, 1º de setembro, a informação de que a defesa do Sr. Marconny Faria – essa mesma defesa que recebeu a notificação para o comparecimento dele nesta quinta-feira – pede acesso aos documentos do requerimento de convocação. A mesma defesa teve acesso a essa convocação na segunda e confirmou com a Secretaria desta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Por fim, a defesa informa que o Sr. Marconny Faria está sob cuidados médicos, perante, colegas da Comissão, o Hospital Sírio-Libanês, e encaminha um atestado médico do Sírio-Libanês.

Olha, eu tenho profundo respeito pelo Hospital Sírio-Libanês...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se essa moda pegar, Sr. Presidente, nós podemos já encerrar a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... é uma das mais importantes instituições de saúde pública deste País, mas...

Eu quero determinar à Secretaria da CPI que peça informações, imediatamente, do Hospital Sírio-Libanês sobre o estado de saúde do Sr. Marconny Faria e quando ele estará disponível a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Parece-me que os depoentes desta CPI resolveram transformar o Hospital Sírio-Libanês em álibi para não comparecerem à CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos fazer justiça ao Ivanildo, que se prontificou a vir, e aos suspeitos, convocados de outras suspeitas de irregularidades, Sr. Presidente. Quem tem aproveitado atestados médicos são, especificamente, aqueles envolvidos no caso da Covaxin, Precisa, FIB Bank.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É bom deixar muito claro. Aí, de repente, se comprova aquela triangulação de que todos realmente se conheciam. Talvez não se encontrem na mesa de um bar, mas vão conversar agora na ala de algum hospital.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na ala do hospital.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – ... a questão de ordem é sobre isso.

Eu pediria encarecidamente, já que Marconny não vem amanhã, que nós pudéssemos antecipar o depoimento de sexta para amanhã, e não chamássemos VTCLog antes da Sra. Zenaide, até para que nós possamos também participar do caso do Distrito Federal. Nas sextas-feiras, normalmente, nós Parlamentares estamos nas nossas bases, conversando com Prefeitos, ouvindo as demandas da sociedade civil, que não pode pegar o avião aqui atrás de demanda, e nós normalmente atendemos nos nossos escritórios. Nas sextas é muito difícil participar da CPI. Eu gostaria muito de participar do caso do DF. Se nós pudéssemos antecipar o de sexta para amanhã, eu acredito que com isso nós poderemos estar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Simone, antecipo a V. Exa. que estou de acordo. Agora, só por obséquio peço autorização para, no curso, ainda, antes de concluir este depoimento, consultar meus demais colegas de direção de Comissão Parlamentar de Inquérito, o Presidente Omar Aziz e o Senador Renan. De antemão, antecipo que estou favorável à eventual antecipação do Sr. Francisco, mas me permita consultá-los para nós tomarmos uma decisão colegiada e, assim, comunicar ao Plenário...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Complementarmente, eu queria determinar à Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito o seguinte procedimento, a seguinte providência: que requisitasse à Junta Médica do Senado que entrasse em contato, de imediato, também, com o Hospital Sírio-Libanês; entrasse, juntamente, em contato com os médicos que estão atendendo tanto o Sr. Marconny Faria quanto aquele que deveria ter sido o depoente do dia de hoje; e, em especial, cheque a situação, confirme a situação do Sr. Marconny Faria, porque, convenhamos, é muita coincidência o Sr. Marconny Faria apresentar um atestado do Sírio-Libanês exatamente nos momentos que antecedem o depoimento dele nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. É coincidência demais, e eu não acredito em tanta coincidência. Vale a máxima aí que se fala muito aqui em Brasília, Senadora Soraya: "Jabuti não sobe em árvore. Se jabuti sobe em árvore, ou foi enchente ou foi mão de gente". Esse atestado, com todo o respeito ao Hospital Sírio-Libanês... Não quero duvidar, em especial, do médico que subscreve o atestado que chega a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas é um pouco demais dois atestados médicos exatamente no dia dos depoentes. Isso só me faz, Ivanildo, lhe saudar mais pela sua disposição em estar aqui. Você, uma pessoa do povo, não procurou nenhum atestado médico. Eu estou vendo um lobista e um outro, que é o sócio oculto do FIB Bank, apresentando atestado médico para não comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, queria determinar à Secretaria que entrasse em contato com a Junta Médica do Senado Federal para que procure o contato para obter maiores informações e, sobretudo, para que seja informado a esta CPI quais as datas em que estarão recuperados, tanto aquele que viria a ser o depoente do dia de hoje quanto o Sr. Marconny Faria, para que, de imediato, ele compareça a esta CPI.

Se ambos pensam que fugirão desta CPI, quero deixar claro que não fugirão. Nós levaremos esta CPI até 2022, mas vamos agora ouvir esses dois senhores nesta CPI, tanto o Sr. Tolentino quanto o Sr. Marconny Faria.

Senadora Soraya.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Senador Randolfe, eu queria, com a permissão da Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Claro, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... me juntar aqui ao pleito da Senadora Simone Tebet, sobre os depoimentos, antecipar o do Distrito Federal para amanhã, o do Secretário Francisco, o ex-Secretário Francisco, e deixarmos aí a Andreia, CEO, para a semana próxima sequente às atividades da CPI, que nos dará exatamente mais embasamento, a partir do depoimento que foi aprovado hoje o requerimento da D. Zenaide.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só sugiro que avisem com cuidado para o Secretário, pra ele não ter um piripaque de hoje pra amanhã...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Boa colocação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... e parar no Sírio-Libanês, com todo respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também reforço esse pedido da Senadora Eliziane. Acho que é importante neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estou, neste momento, inclusive conversando com o Presidente Omar. Daqui a pouco...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Perfeito.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – A bancada aqui em peso apoia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Em peso. Eu também quero subscrever.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não vou ficar de fora, não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Desculpa, Senador Jean. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... da Bancada Feminina mais o Senador Jean Paul Prates.

Senadora Soraya, o depoente está à sua disposição.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Ivanildo, o senhor disse já várias vezes aqui que nunca se sentiu ameaçado, após o seu nome estar na mídia, após essa convocação da CPI. Correto? O senhor disse que nunca se sentiu ameaçado. Concorda? Comprova?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, diante... Eu nunca me senti ameaçado realmente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nem em relação à sua vida, nem relação ao seu emprego?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, eu nunca... Assim, no meu pensar, eu creio que isso aí não me leva a me sentir ameaçado, mas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, eu gostaria de saber... Quando do ajuizamento do HC e do mandado de segurança, se não me engano são dois, o senhor disse que estava com medo. O senhor ajuizou esses dois remédios constitucionais porque o senhor disse que estava com medo. Eu gostaria de saber: medo do quê?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, a partir do momento que saiu essa notícia, aí o comparecimento de muitos repórteres, muitos jornais...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Medo de repórteres o senhor tinha?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Não é medo de repórter, porque, a partir do momento que os fatos estão sendo mostrados, aí vem um pensar. E, a partir do momento que eu comecei a pensar, falei: "Olha, puxa, estou envolvido em valores aí e o povo lá fora...". Eu não sei até que ponto está a minha segurança. Mas isso aí é... Assim, não estou dizendo repórter, mas diante da frequência de muitas pessoas irem a minha casa... Hoje a gente não sabe quem é quem, tanto que eu não atendi ninguém.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Aí o senhor ficou com um certo medo.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu fiquei com um certo receio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor ainda está com medo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, medo, eu não sei até que ponto em afirmar, porque às vezes em certo momento vem alguns pensamentos, mas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Entendo.

Ontem, quando o senhor não compareceu... O senhor podia escolher entre comparecer ou não comparecer. Por que o senhor escolheu, ontem, não comparecer?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, essa é uma decisão que eu tive, né? Eu, assim, no começo, quando a doutora conversou comigo, falou assim: Olha, Ivanildo, se você quiser, pode ir falar a verdade e tudo. Aí, mas quando surgiu lá... Quando eu pedi para não me expor, ali naquele momento, quando eles me deram o direito de não comparecer ou não, aí eu preferi escolher não comparecer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E por que o senhor mudou de ideia?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, porque quando, a partir do momento que quando saiu essa decisão e logo no dia seguinte, a minha casa estava cheia de repórter toda hora na minha porta. Aí eu fui, assim... E falei, não, eu vou pensar e vou tomar minha decisão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor acompanhou, pela televisão, ontem, o andamento da CPI e os comentários em relação à sua ausência?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu vi a repercussão e tudo isso aí.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É. Que sirva, assim, de lição para os demais que estão tentando... Que possam estar tentando fugir, que é melhor comparecer, porque não tem como fugir. Ou virá sob vara, não é? Então, é importante mostrar também. Porque muitas vezes o senhor chega de uma maneira e aí o seu comportamento, a sua forma de falar demonstra a nós que o senhor não está mentindo, possa não estar mentindo, a não ser que o senhor seja... Se o senhor estiver mentindo...

Porque o compromisso, na minha opinião, eu estou achando que o senhor não prestou. O senhor não prestou o compromisso. Então, não estou errada, doutor. Eu me recordo que eu me assustei. Eu estava vindo para cá, mas estava ouvindo atentamente, e ouvi que o senhor se negou a prestar o compromisso. Então, isso está bem claro para mim. Mas mesmo se o senhor estiver mentindo, eu vou dizer, o senhor é um excelente ator. Se o senhor perder o emprego, o senhor vai poder conseguir muito bem... Porque dá para a gente ver nos olhos. Então, o senhor pode ter omitido alguma coisa, mas mentir exatamente... A gente já viu muita gente mentindo aqui, mas muita gente mesmo. Então, se o senhor estiver mentindo... E às vezes...

Eu acredito que o senhor não se recorde mesmo de pagar um certo boleto de uma pessoa chamada Roberto Dias, porque é um nome relativamente comum no meio daquele número ali de boletos. É natural. O senhor paga um, paga outro... Enfim.

Em relação a esses valores que o senhor geralmente saca, lá nessa agência do banco, da Caixa Econômica do aeroporto de Brasília, quando o senhor chegava, o senhor enfrentava fila?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sim. Eu enfrentava fila, tirava senha de chegada e aí, quando chegava minha vez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Esse valor já estava separado? Ou o senhor via a contagem? Geralmente? Desses montantes mais altos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Eu chegava lá e isso aí não tinha nada separado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nada separado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Cento e cinquenta mil, 300 mil, 400 mil. Nada separado?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Boa. Só um complemento. Demorava quanto tempo isso? Quanto tempo demorava o senhor esperando contagem?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, no período... Quando era... O tempo... Quando, vamos supor, ia pagando, ia... Aí, depois, no final, ela, a Caixa totalizava os valores e me passava.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Que horas abre o banco, aqui em Brasília?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, no momento agora, a Caixa estava abrindo 8h da manhã.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Oito da manhã?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não é às 11h da manhã que abre o banco aqui, não? Em Campo Grande é às 11h da manhã, em Mato Grosso do Sul... Não é? É às 8h da manhã que abre o banco lá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor não pegava fila às 8h da manhã, entrando fora do horário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque ele... O do Roberto Dias acho que foi pago às 10h25 da manhã. Tem que ver que horas que abre esse banco.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agora, esse dinheiro não está... ele nunca foi contado?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu acho que ele ia complementar a resposta, Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, perdão. Não vi.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando eu chegava lá, tanto que, às vezes, eu esperava o atendimento, porque geralmente tinha pessoas na minha frente, e tinha vez que lá a agência não tinha tanto movimento. E às vezes o atendimento seria rápido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, esse dinheiro não estava separado, esse dinheiro não estava contado, nem estava...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... dentro de papel, assim, dentro de envelope?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, isso aí não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não?

O senhor também disse que algumas faturas, algumas vezes esse boleto não estava cadastrado, então o senhor devolvia o dinheiro e o boleto. Como é que é isso? Como que é um boleto não cadastrado? Não cadastrado lá no banco?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu creio que o boleto, quando ele é cadastrado, é a empresa que emite o boleto é que cadastra no banco. E, quando eles não cadastram no banco, então não consegue ser pago.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Aí o senhor levava o valor.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Levava.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor ia geralmente com o valor do cheque separado exatamente no valor de todos os boletos a serem pagos?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, porque o valor do cheque estava incluso dentro dos boletos, tanto que, às vezes, eu pregava algum clipe na mesma papelada que eu estava com ela, entregava para o pessoal do banco e eles pagavam os boletos. E, às vezes, tinha alguns depósitos em outra agência; eu pegava e fazia os depósitos em outra agência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, muitas vezes, o senhor andou com R$100 mil na sua mochila, R$150 mil, R$200 mil na sua mochila?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, muitas vezes não, mas eu já andei com valores.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor colocava em algum envelope?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, eu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... direto na mochila, o pacote?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Era direto na mochila. Quando tinha valores...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se o senhor me permitir, até para que dê oportunidade de o senhor fazer a correção necessária, com todo o seu tempo, com muita tranquilidade. Veja, a princípio, parecem contraditórias as respostas, mas a gente corrige sem nenhum problema.

Primeiro, o senhor disse, lá atrás, que havia provimento já; que esse recurso já estava provido, significa que o banco se preparava, abastecia, porque, acima de R$5 mil, R$10 mil, R$20 mil, não necessariamente o banco fica com esse dinheiro. Já é uma praxe, tem normas, instrução normativa, portaria do banco nesse sentido. Então, da mesma forma, agora para Senadora Soraya, V. Sa. falava que não estava separado o dinheiro. Eu acho que é isso que a Senadora Soraya disse. Então, se quiser fazer a correção...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque a gente já entendeu o que realmente aconteceu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tem que fazer a chamada provisão...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não estamos questionando.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... não é, Senadora?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É uma provisão feita antecipadamente para sacar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – E aí, como V. Sa. voltava para a empresa com o valor para entregar para a Sra. Zenaide e como V. Sa. acaba de afirmar que já teve vez – ainda que não fosse praxe – de sair com 50 mil, 100 mil, a pergunta é: como não havia provimento – V. Sa. disse que não havia provisão do recurso –, dava os boletos e as faturas para serem pagos. O "troco" – entre aspas, porque poderia ser mil, 10 mil, 100 mil – voltava, porque o cheque era num valor a mais. Isso, se não estava provido, tinha que ter sido contado na frente. Ele era contado ali? O senhor via, V. Sa. via a movimentação desse recurso?

Resumindo: V. Sa. ia com o cheque da empresa de R$200 mil e com uma série de boletos e faturas para pagar. Chegava lá, e, na caixa – V. Sa. disse que não tinha privilégios, e nós acreditamos –, a caixa somava a conta, e dava um total de 150 mil, mas o cheque era de 200, ou mesmo qualquer tipo de telefonema que pudesse ser resolvido depois... O caixa ou a caixa... Se o dinheiro não estava reservado e se não se sabia qual o valor a ser descontado, o caixa tinha que, no mínimo, contar na frente de V. Sa., colocar em um envelope, para V. Sa. trazer para a empresa.

Então, é preciso esclarecer...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... se a resposta correta é aquela ou se a resposta correta é essa que deu para a Senadora Soraya agora.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, o dinheiro, expressamente, não estava reservado. Ele estava... É tipo assim: quando a empresa fazia a previsão... Só que, dentro da previsão que eles faziam, tinha valores que a empresa me passava para pagar: "Olha, já que você está nesse banco, já pague esses valores". Mas, ao chegar lá, se especificamente já estava separado... Isso aí eu não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, pagava os valores, tinha que haver...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Aí...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aí entregavam o envelope para V. Sa.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, às vezes, não entregam o envelope; às vezes, entregavam os valores em mão mesmo. E eu colocava, às vezes, os valores na mochila...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dentro da mochila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – ... pegava os boletos e ia para outro banco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mesmo quando esse valor era de 100, 150 mil, eles não colocavam no envelope? V. Sa. já colocava direto na mochila?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, todos os valores eu carregava dentro da mochila. Então, ali eu pagava. Às vezes, quando sobrava, ele me dava, eu pegava, guardava na mochila e levava para a empresa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – E o senhor disse que o senhor ia até o quarto andar do Ministério da Saúde. E o senhor falou que ia até uma pessoa, até outra pessoa, até outra pessoa... Quantas pessoas, mais ou menos, estão ali no quarto andar?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, isso aí era muitos anos atrás. Na época... Quando eu prestava serviço, no faturamento, de entrega de faturas, eu ia a vários setores.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Em qual ano?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu levava a fatura, e eles assinavam, davam um "recebido". Às vezes... Chegou várias vezes: "Olha, esta fatura está errada".

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Em que ano foi isso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu não lembro o ano especificamente. Sei que a empresa, creio que tenha alguns protocolos, se ela não jogou fora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque o senhor levava o protocolo de volta.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu levava o protocolo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor disse que o senhor levava a fatura. Mas o senhor entrega uma fatura para um, depois vai para outra sala e entrega para outro? Aí vai para outro?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso. Eu entregava a fatura em uma sala. Cada setor... Lá tinha um pessoal que usava o departamento de passagem. Então, como eu entregava fatura, eu chegava a um setor, entregava em uma sala, entregava em outra sala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Era uma salinha do Ministério da Saúde, para pagar o contrato da VTCLog.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, mas aí... É interessante porque entregava uma para um; depois, ia para outra sala e entregava para outro. Deveria ser um lugar só, e não várias faturas! O senhor ia, entregava algo para uma pessoa em uma sala; depois, o senhor ia para outra sala e, depois, o senhor ia para outra sala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – É só para ajudar aqui, Simone, Soraya.

Isto é que eu quero que você explique: quando você fala dessa fatura, você está falando de fatura ou está falando de boleto, de alguém do Ministério da Saúde?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Eu estou falando de fatura, que era... A empresa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Ela mandava as faturas e todas as...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De cobrança para a VTCLog.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas não era só ali no departamento de cobranças da VTCLog?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não era, porque...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É estranho entregar uma fatura para um e para outro.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, mas era um procedimento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Geralmente, você entrega e concentra numa pessoa só.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente. E é só um setor no Ministério da Saúde que faz essa relação com a VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não. Olha, deixa eu te falar: quando eu andava constantemente no Ministério da Saúde, eu prestava serviço para a Voetur Turismo, que era a empresa que tinha vendas de passagem dentro do Ministério da Saúde. Inclusive, ela tinha... Tinha um andar lá que tinha uma sala que tinha um monte de funcionários da Voetur.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Ah, o.k.!

E, neste ano, o senhor esteve lá fazendo exatamente o quê? O senhor se recorda?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, neste ano, se eu não me lembro... Neste ano, eu levei um *pen drive* no quarto andar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Para quem?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, essa pessoa especificamente... Eu não lembro para quem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor reconheceria essa pessoa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não me lembro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Era homem ou era mulher?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Era mulher.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, uma mulher. O senhor entregou um *pen drive* para uma mulher no Ministério da Saúde no quarto andar também.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu entreguei para uma mulher no quarto andar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Interessante.

Isso é muito importante anotar.

Bom, eu gostaria de agradecer ao senhor. Se o senhor sentir qualquer insegurança, o senhor, por favor, comunique esta CPI e também comunique a Defensoria Pública. Seria importante. Qualquer espécie de insegurança em relação à sua defesa, enfim. Mas agradeço a sua disponibilidade em comparecer e espero que não o incomodem, Sr. Ivanildo.

E só para terminar, eu ainda tenho mais alguns minutinhos, justamente por conta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Soraya, para te ajudar numa pergunta. Não sei se você vai precisar dessa informação sobre o horário bancário, agora na pandemia, da Caixa Econômica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É importante.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Funciona das 8h da manhã às 13h, à uma da tarde, compreendendo nesse horário o período de pandemia. O demais é serviço administrativo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agora, é muita coincidência que nós temos... Mas também a própria VTCLog já assumiu que faz esse tipo de pagamento. Mas é muita coincidência, no horário que o Sr. Ivanildo entra na agência, tem o pagamento de um boleto em nome do Sr. Roberto Dias.

Só para terminar, eu fui verificar, Sr. Presidente, em relação à investigação de envio de recursos federais para Estados e Municípios, para o combate à pandemia, em relação ao Consórcio Nordeste, para que as pessoas não pensem que nada está sendo investigado e está "a la vontê".

A PGR investiga o Consórcio Nordeste. MPF instaurou inquérito em relação a este caso do Consórcio Nordeste. A CGU investiga o Consórcio Nordeste. A Polícia Federal remeteu ao STJ questões levantadas sobre o Consórcio Nordeste, porque existe a suspeita de uma pessoa envolvida que tem foro privilegiado no STJ. Então, é importante que o Brasil saiba que sim, tem gente investigando, e nós estamos todos atentos a todas essas investigações.

Além disso, a CPI recebeu inúmeros documentos, e é importante que a administração, que o Presidente envie para cada Senador, pelo menos aqueles relativos aos seus Estados, toda essa documentação, que disponibilize tudo isso para que os Senadores possam investigar não no âmbito da CPI, porque a obrigação de um Parlamentar não é somente legislar, mas é também – também –, no mesmo grau de importância, investigar. Então, mais uma vez, não no âmbito da CPI, até mesmo porque a decisão do STF foi muito clara, infelizmente. Infelizmente! Mas os Senadores podem continuar e utilizar esses documentos para uma apuração e cobrança daqueles órgãos que estão investigando, que eles consigam fazer esse trabalho.

Outra questão, em relação à Hempcare. O que nós estamos tratando aqui é da venda desses ventiladores, esses 48 milhões, e dizer para o Brasil que a Anvisa liberou a utilização, a compra de remédios que contenham substâncias com base na maconha, enfim, e tem muitas pessoas que se utilizam desses medicamentos e precisam desses medicamentos. A diferença de um veneno para o remédio é sempre a dose. E, aí, a maconha não é liberada no Brasil para uso recreativo, e foi a Anvisa que liberou a utilização desses medicamentos. Então, eu sugiro que, se alguém é contra esse tipo de medicamento, que muitas pessoas precisam, que a pessoa possa entrar com projeto de lei pra proibir até mesmo a utilização de medicamentos, mas que nós, aqui na CPI, tenhamos o cuidado de não misturar as estações e acabar, com isso, desinformando às pessoas.

Então, eu estou falando isso apenas, Sr. Presidente, pra colocar isso muito claro aqui para todos os brasileiros, porque eles ficam perguntando nas redes sociais e indagando e questionando se nós não estamos atentos a tudo isso. As pessoas precisam saber que estamos, sim, atentos.

Muito obrigada, Sr. Presidente; obrigada, Sr. Ivanildo e os seus patronos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, rapidamente, apenas a título de esclarecimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não. Eu vou passar pra V. Exa.

Temos inscritos ainda a Senadora Zenaide, V. Exa. e o Senador Fabiano Contarato.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria só ter o direito, uma vez na vida, de fazer um complemento aqui, porque todo mundo corta aqui e tal...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito. Concedido a V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rapidamente, porque a Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É verdade, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... com todo o respeito, fez um histórico em relação ao Consórcio Nordeste, que eu sempre prefiro pontuar aqui, apenas esclarecendo e não contraditando, que o consórcio está sendo analisado pela PGR e pelas autoridades a pedido do próprio consórcio – a pedido do próprio consórcio: foi o Consórcio Nordeste que foi lá denunciar a turma que vendeu e não entregou. Então, só pra ficar claro que não é uma iniciativa contra o consórcio: é a favor do consórcio e contra os caloteiros que não entregaram.

E, a respeito do nome jocoso aí ou não da empresa Hempcare, é porque é como a Senadora mesma explicou, deve ter a ver com essa questão de medicamentos à base da *Cannabis*. Não tem nada a ver com... O fato de ela ter estendido ou querido estender e não ter dado certo pra vender respiradores é o que cabe apurar e justamente o que o consórcio também quer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu agradeço, Senador Jean, e vocês, que são do Nordeste, é bom que vocês esclareçam, porque foi o que eu pude apurar, mas...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... tem que ficar esclarecido...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E lembrando que não há dinheiro federal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... tim-tim por tim-tim.

Não há dinheiro federal? É isso?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Por isso que não está sob investigação desta CPI. Cabe aos Estados fazer essa verificação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E esses 48 milhões são provenientes da onde?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Do orçamento de cada Estado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Do orçamento próprio?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Eles fizeram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Da arrecadação própria.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... um compartilhamento da despesa de compra, fizeram um aporte para comprar, e a empresa não entregou. Acontecendo isso, o secretário-geral e o próprio consórcio foram à polícia, foram ao Ministério Público, foram à Justiça, para recuperar o dinheiro, que, aliás, já está em ponto de finalizar esse processo de execução. É uma ação que está em curso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu agradeço muito, porque isso precisa ser esclarecido.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Jean, se V. Exa. quiser prosseguir... Inclusive, eu queria pedir... Os últimos, lamentavelmente, aqui não estão sendo os primeiros. Os últimos acabam sendo prejudicados...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aqui os últimos são sempre os últimos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, os últimos estão sendo os últimos.

É que nós estamos sendo comunicados de que, daqui a pouco, está se iniciando a Ordem do Dia, mas eu não posso prejudicar os colegas Jean Paul Prates, Zenaide e Fabiano Contarato, que são os últimos inscritos.

Então, queria passar, de imediato, a V. Exa. e, se V. Exa. me permite, eu vou conduzir a uma rápida redução do tempo para dez minutos, para que nós não possamos adentrar tanto a Ordem do Dia, mas, ao mesmo tempo, não possamos terminar este depoimento sem ouvir V. Exa. Então, V. Exa. com a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Agradeço. Agradeço, Presidente. Não vou fazer um prolegômeno muito longo, não vou canonizar nem crucificar – para usar um dos termos usados pelo Senador Kajuru –, mas vou felicitá-lo, Ivanildo, por responder aqui, por nos ajudar no nosso trabalho. Me perdoe se eu for aqui um pouco repetitivo em algumas perguntas, porque apenas quero clarificar aqui e confirmar algumas coisas.

O senhor é empregado da VTCLog, ou da Voetur, ou da VTNC, ou do que for? O senhor é empregado dessa empresa, com carteira assinada?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De qual delas?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Voetur, VTCLog.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Voetur?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – VTCLog.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Voetur, não da VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – VTCLog.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A VTCLog e a Voetur são a mesma coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a mesma pessoa jurídica? O advogado confirma? VTCLog e Voetur são a mesma empresa, mesmo CNPJ? (*Pausa.*)

Não são. Fique registrado que não são a mesma pessoa jurídica.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, tem...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor é empregado da VTCLog?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – VTCLog.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Carteira assinada?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Carteira assinada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor trabalha há quanto tempo com carteira assinada nessa empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Vai chegar a 13 anos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Treze anos.

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Desde 2009.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. O senhor, então, tirou férias, teve todos os direitos trabalhistas garantidos. O senhor recebia o seu salário em conta corrente?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor tem conta em banco?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Tenho conta no Banco do Brasil.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. O senhor é o único motoboy da empresa, a única pessoa que faz esse trabalho ou tem outras pessoas?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, no financeiro, sou eu o único que faz o serviço do financeiro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quando o senhor não ia ao banco, fazer uma diligência fora, o senhor ficava parado lá na empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, quando aparecia alguma demanda, eu ia ao cartório, às vezes ia colher assinatura...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas a sua sede de trabalho... O senhor ia lá bater ponto? Como é que fazia? Ia lá, se apresentar, na empresa, na sede da empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu chegava... Todo dia eu estava presente na empresa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Onde é essa sede da empresa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – No SIA, setor de cargas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Setor de cargas do SIA, Guará.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, o.k.

O senhor fazia esse serviço de entregas, enfim, para outras pessoas ou outras empresas, ou somente para essa empresa? O senhor era exclusivo dela?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu trabalhava... Sempre trabalhei nessa empresa, desde quando eu entrei.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só trabalhou pra ela?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Aí, às vezes, eu fazia alguns *freelancers*, mas era...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – *Freelancer*?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – É.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A empresa sabia disso?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, porque durante o meu horário... Fazia fora do horário.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Me explica um pouquinho... E, aí, fazendo referência, para quem está nos assistindo, à fala do Senador Izalci, com todo respeito, Senador Randolfe, mas, para explicar, nós não estamos aqui detalhando nem repisando fatos pequenos junto a uma pessoa trabalhadora e valorosa que está aqui nos ajudando voluntariamente. Nós estamos aqui é atrás, Senadora Soraya – e V. Exa. fez a mesma coisa e outros também –, de entender o procedimento, o procedimento operacional, não o administrativo. A gente não quer, claro, que o depoente saiba que empresa é, qual não é, para quem pagou, quem era ou que ficasse bisbilhotando os boletos ou os pagamentos, óbvio que não. Mas o procedimento factual, operacional. Por isso que nós estamos perguntando isso.

E, aí, eu pergunto: como era esse procedimento? O senhor chegava no banco com o cheque, o caixa estava ou não avisado – aí depende do caso, segundo o senhor disse, não é? – e ele lhe dava dinheiro. O senhor carregava dinheiro, saía com dinheiro vivo na mochila às vezes?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, o caixa... Ele, tipo assim... Como é um sistema, havia uma previsão, esse sistema é *online*, e aí, quando eu chegava lá, ele me atendia de acordo, como a outras pessoas que entravam...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Qual era a média, mais ou menos, de volume em reais que o senhor movimentava a cada vez que ia lá: 30 mil, 40 mil, 200 mil, 100 mil?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não tenho expressivamente os valores.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais ou menos R$100 mil? Mais ou menos? Duzentos? Mais ou menos 200? Está mais próximo de 300 ou está mais próximo de 100?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Para baixo, mais para baixo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais para baixo. A cada vez que ia ao banco? Teve uma vez que foi quatrocentos e tanto, mas foi excepcional? Foi uma exceção? Ou era uma regra?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, eu não sei se era uma regra, isso aí é uma coisa que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Certo, tudo bem.

Agora, o senhor fazia, com esse montante, pagamentos dentro da agência? O senhor ia lá e realocava esse dinheiro para pagar coisa na própria agência ou o senhor saía com esse dinheiro para ir pagar em outras agências?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, tinha vez que eu pagava na agência e tinha vez que eu ia para outra agência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque tem uma questão de segurança, não é? O senhor andar com R$300 mil na mochila, eu acho que dificilmente alguém anda sem uma segurança em volta, não é? O senhor não se sentia ameaçado de andar com esse dinheiro todo dia na bolsa?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não; até então, não. Não me sentia, não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor fez depósitos – atenção! – em espécie na conta de pessoas? O senhor pegou dinheiro, recebeu um CPF lá, e disseram: "Deposita na conta do CPF tal". Depósito em espécie?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu já cheguei a fazer depósito em espécie, igual... O pessoal tem... Os sócios... Tinha pessoas que a gente depositava na conta deles, que eram da fazenda deles. Isso aí...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dos próprios sócios. Mas e de pessoas outras?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não, assim...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não? Ou não lembra?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Assim, olha, as únicas outras pessoas que me pediam eram funcionários, que me pediam para eu fazer um favor para eles, porque até então eu ia ao banco... Falavam: "Tem como fazer esse depósito para mim?". E eu fazia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quantas agências o senhor utilizava normalmente, assim, na cidade, nos seus trabalhos? Duas, três, dez?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eram várias. No Banco do Brasil, às vezes, eu ia depositar lá, pagar boleto lá... Às vezes, eu ia depositar dinheiro no Bradesco, pagar boleto... Às vezes, tinha boleto que não recebia, eu pagava na lotérica...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor tinha um contato fixo nessas agências, alguém em quem o senhor tivesse confiança? "Chama fulano aí para me atender, para me ajudar?"

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, não, eu nunca tive... Não, isso aí eu nunca tive...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nenhum gerente de contato mais fixo, assim, mais regular?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não tinha...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – O atendimento era chegar ao caixa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era roleta russa: chegava lá e quem estivesse lá atendia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É difícil para um banco manejar isso aí, não é?

O senhor ia abrir uma ONG?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Olha, eu, na época, quando eu comecei a mexer com esse trabalho... Só que eu não consegui...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas essa ONG o senhor ia abrir por quê? O senhor ia ter apoio da empresa? Era alguma coisa que o senhor queria fazer sozinho?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Não, essa ONG aí, na época, não tinha nada a ver com a empresa, eu não trabalhava na empresa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem. Basicamente é isso, Presidente.

Eu queria só encerrar dizendo que nós estamos chegando ao dia 7 de setembro, dia da Pátria e, infelizmente, vamos ter 7 de setembro, 7% na conta de luz, 7% do gás de cozinha, bandeira vermelha na luz... Aliás, pior, porque agora trocaram o nome "bandeira vermelha", porque estava incomodando esse processo na cabeça do cidadão brasileiro. E aí os falsos patriotas, para variar, levando gente incauta, induzindo gente de boa-fé a se enrolar na bandeira, a cantar o hino e a comemorar não se sabe o quê, porque nós temos 580.525 óbitos, o país que matou cinco vezes mais gente de covid do que a média mundial. Eu não sei que protesto e a favor de que vai se fazer.

Segunda coisa, Presidente, que chegou agora: caiu por terra o mito, o mito de que Bolsonaro não compactua, não tolera corrupção em seu Governo – está até o pescoço, está chegando –; o mito de que o Governo foi vítima de um bando de picaretas estelionatários – o Governo está dentro desse bando –; o mito de que ministros, secretários militares e até Parlamentares da base desse Governo estão imunes ou inocentes de crimes de responsabilidade – tem crime de responsabilidade, tem crime penal, tem locupletação, superfaturamento, fraude a licitação, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, leniência, prevaricação, formação de quadrilha, estelionato, falsificação de documentos, falsificação ideológica e lavagem de dinheiro. Caiu por terra o mito.

Obrigado, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Senador Jean Paul, o senhor, que está com o quadro societário aí da VTCLog, não seria... Tem algum sócio da Voetur junto? Porque a Voetur também está nessa situação, está envolvida. Quem são os donos da Voetur?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, Senadora, a gente não tem aqui o quadro societário da Voetur, mas a gente tem aqui o da VTCLog: Carlos Alberto de Sá; Teresa Cristina Reis de Sá; Raimundo Nonato Brasil. E Andreia Lima, que não aparece como sócia, aparece como C&O.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor fazia bico para a Voetur, é isso? E aí...

Mas quem são os donos da Voetur? São os mesmos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – São os mesmos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, então tá.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente os mesmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – São os mesmos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E Zenaide Sá Reis, que a gente não sabe se é parente ou não, porque é Sá também. Mas também são tudo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, aí o depoente omitiu, enfim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, V. Exa. me permite só um minuto, antes do próximo inscrito, Presidente.

Eu queria pedir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que fosse apresentado um vídeo para que se demonstre cabalmente – e peço permissão também ao Sr. Ivanildo, não diz respeito a ele –, mas que, antes de apresentar, demonstra cabalmente esse vídeo que esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi vítima de má-fé.

O Sr. Marcos Tolentino, Sr. Presidente, entrou com um pedido para não comparecer, no dia de hoje, a esta CPI, sob a alegação de que ontem, às 15h41, ele tinha dado entrada no Hospital Sírio-Libanês, sob o argumento de formigamento no corpo – formigamento no corpo. Agora, esta CPI recebe do Sr. Marconny Faria, o lobista que iria depor amanhã, um atestado médico dizendo que ele também entrou no Sírio-Libanês, com dor pélvica – o primeiro, com formigamento no corpo; o segundo, com dor pélvica.

Primeiro, tem que pedir informações ao Hospital Sírio-Libanês se os dois estão internados tanto na unidade de São Paulo quanto na unidade aqui de Brasília; segundo, Sr. Presidente, reiterar o pedido para que uma junta médica aprecie a situação médica, o estado médico desses dois, do Sr. Marcos Tolentino e do Sr. Marconny Faria; terceiro, Sr. Presidente, esta CPI não pode terminar agora, sem ouvir o Sr. Marcos Tolentino e o Sr. Marconny Faria, nem que a gente leve esta CPI até 2022.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o mais engraçado é o seguinte: o médico... O cidadão entrou com dor pélvica no Sírio-Libanês aqui em Brasília e o outro, com urticária no Sírio-Libanês, assinado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É formigamento no corpo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou entrando em contato com o Diretor do Sírio-Libanês de São Paulo, porque tem uma assinatura de um médico que, segundo me consta, o médico trabalha, mas não assinou pelo Sírio-Libanês.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a mesma situação do Sr. Marconny Faria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a mesma situação do Sírio-Libanês, e eu não creio que o Sírio-Libanês vai...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a mesma situação do Sr. Marconny Faria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... permitir que alguém assine atestado médico em relação a pessoas que iriam depor hoje aqui.

É uma armação, eles estão com medo de vir à CPI, mas a CPI não ficará... São 20 dias – 20 dias! Eu quero saber se ele vai ficar 20 dias internado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eles querem exatamente que a CPI acabe, para não vir. Um está com dor pélvica e com formigamento no corpo. O de ontem, do formigamento no corpo, que é o Sr. Marconny...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Marcos Tolentino.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, inclusive temos o vídeo, Sr. Presidente. Pode colocar o vídeo aí da entrevista dele?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Olhe lá, às 20h. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Marconny Nunes Faria... Marconny Nunes Faria...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um formigamento no corpo, é uma dor pélvica danada toda vez que se chama gente aqui nesta CPI, rapaz! É formigamento no corpo, dor pélvica. Eu não sabia que a Comissão Parlamentar de Inquérito causava estes efeitos no organismo: formigamento, dor pélvica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Causa espécie.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Causa espécie!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Causa espécie saber que causa formigamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, não sabia deste efeito colateral de CPI, não: formigamento no corpo. (*Pausa.*)

É bom que nós vamos ter agora, do Presidente, uma posição oficial do Sírio-Libanês.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Ele mandou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O microfone, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente mandou o Diretor Clínico do Sírio-Libanês fazer uma junta médica e ver o que realmente o paciente tem; vai mandar para a CPI. Já recebeu o documento que a CPI encaminhou cedo. Está respondendo à gente tecnicamente. Que a gente fique tranquilo, que eles não têm... Não há irresponsabilidade dentro do Sírio-Libanês para dar um atestado para quem não está realmente doente.

O outro caso, de Brasília, também... Brasília responde à direção do Sírio-Libanês. Já estou passando para ele, pelo WhatsApp, o paciente Marconny.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Marconny Faria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marconny Faria, que também tem um médico que dá 20 dias. Se um trabalhador brasileiro tiver o que o Dr. Marconny teve, duvido ele conseguir 20 dias para ficar em casa com uma dor pélvica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, nem que esta CPI termine em 2022, eu sugiro que a gente não termine esta CPI agora sem ouvir o Sr. Tolentino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele vai ser ouvido!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pode vir de cadeira de rodas. Pode, Presidente, vir de cadeira de rodas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

E, caso o doutor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tem acessibilidade aqui no Senado Federal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Caso o Sírio-Libanês venha com um diagnóstico diferente, os dois médicos vão vir aqui na CPI explicar isso. Como é que eles protegem bandidos, protegem investigados, protegem pessoas que tentaram tirar proveito da compra de vacina para os brasileiros? Então, nós vamos fazer já um *checklist.* É um atestado médico dado com o nome do Sírio-Libanês! Então, eles têm responsabilidade, e espero que eles respondam o mais rápido possível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só para nós assistirmos.

O Sr. Marcos Tolentino disse que, às 15h41, teve formigamento no corpo. Olhe aí, às 20h, como ele estava.

Pode mostrar a imagem.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está sorridente. Ele, às 15h41, estava com formigamento; às 20h, está sorridente, está animado. Às 20h, está animado desse jeito.

É só apresentar isso para todos os que estão assistindo. Esse aí era o depoente de hoje às 20h de ontem. Às 15h41, ele apresenta para esta CPI um atestado de que tinha dado entrada no Sírio-Libanês com – abre aspas, repito – "formigamento no corpo" – fecha aspas – e, às 20h, está ali faceiro, sorridente, dando entrevista. E, às 9h de hoje, não veio a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, Presidente, além da providência que V. Exa. muito bem tomou, eu queria reiterar: confirmada a condição de saúde, a condição médica dos dois depoentes, que os depoimentos deles sejam prioritários assim que tivermos o retorno da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu queria perguntar ao Dr. Audrien se o trabalhador brasileiro recebe 20 dias para ficar em casa, sem poder fazer nenhuma atividade, por dor pélvica. Tem de saber quantos atestados... Eu peço à Mesa que encaminhe ao Sírio-Libanês também um pedido para saber, em relação ao Dr. Audrien, quantos atestados ele já emitiu pelo Sírio-Libanês, por dor pélvica, para outros pacientes com duração de 20 dias. É o tempo em que a CPI tem anunciado que irá se encerrar. Quer dizer, aí dá 20 dias para a pessoa não vir mais aqui.

Dr. Marconny, o senhor virá aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O problema do malandro, Presidente, é achar que só a mãe dele fez filho esperto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O senhor virá aqui. Aliás, o senhor é uma testemunha muito importante, porque o que tem de mensagem sua com várias pessoas!

E parece que está saindo uma matéria agora na *Folha* segundo a qual um desses investigados ajudou uma pessoa a abrir uma empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Bom, Dr. Ivanildo, meu amigo Ivanildo, deve estar cansado. Nunca trabalhou tanto como hoje. Nós vamos liberá-lo, agradecendo a sua presença aqui e a de seus advogados. Desculpa qualquer tipo de... qualquer tipo de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Acho que a Zenaide quer falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Zenaide e o Fabiano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Acho que a Zenaide e o Fabiano estão aí.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Estão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aonde?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No remoto, aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, a Zenaide...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Zenaide e o Fabiano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque a sessão do Congresso já começou, do Senado.

Mas eu vou passar a palavra à Senadora Zenaide.

Aliás, vamos dizer, é Senadora Zenaide, não é...

Quando ele falou Zenaide...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Não, é a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, Senadora Zenaide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a Senadora Zenaide, pelo amor de Deus, não confunda não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vá pensar que é a Zenaide que dava as coisas, pelo amor de Deus. (*Risos*.)

Senadora, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Colegas Senadores – vamos lá! – Sr. Presidente, eu estou aqui desde 8h da manhã, ouvindo falar de Zenaide.

Eu queria dizer ao senhor que eu também estava na expectativa e concordo plenamente com a convocação da... Não sei se é servidora ou o que é da... Da profissional Zenaide Sá, viu gente? Não é a aqui Zenaide Maia Calado não, a Senadora. Da VTCLog, para vir a esta CPI.

Porque é o seguinte, Sr. Ivanildo, com todo o respeito, o senhor tirava R$300 mil, R$400 mil, sacava, disse que pagava alguns boletos, e a minha pergunta é: o senhor devolvia à Sra. Zenaide Sá e não tinha conferência de quanto o senhor devolvia em espécie a ela?

Não era conferido?

Está me ouvindo, Sr. Ivanildo?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Sim, estou ouvindo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O senhor não conferia? Tudo bem, o senhor pegava o cheque, alguns boletos bancários e depósitos para fazer. Tudo bem, o senhor levava, entregava lá e fazia aqui alguma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

muito estranha, eu achava, o senhor sacava mais de R$400 mil e ia direto para o caixa, para o cara ali contar esse dinheiro, mas tudo bem. O senhor já até respondeu isso aí.

Mas quando o senhor, que tinha troco, na grande maioria das vezes, o senhor disse que pagava e o que sobrava entregava para a Zenaide Sá – não esta Zenaide aqui que está falando com o senhor –, e nunca conferia esse dinheiro? A própria funcionária não conferia o troco dos valores?

Porque a gente tinha o interesse em saber se, por exemplo, dos mais de R$400 mil que foram sacados no Natal de 2020, dezembro de 2020, não sobrou nada do que o senhor entregou em espécie à funcionária, à funcionária Zenaide Sá?

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA (Para depor.) – Olha, quando, naquela época, eu sacava, eu não lembro, assim, o valor chegar expressamente ao que sobrou, porque quando eu pagava boleto, eu fazia depósito do que eles me passavam no momento, então, assim, eu não tenho em mente valores que, para mim, chegasse a devolver para ela, porque quando o banco fazia todo o papel, eu pegava o dinheiro e levava diretamente para a Zenaide, então, eu não chegava a concluir não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E ela não via, ela não conferia com o senhor esse dinheiro? Recebia esses pagamentos e ninguém conferia?

Então, era só isso, se ele está dizendo que não conferia.

Dificilmente, Ivanildo, com todo o respeito, porque a gente sabe que o senhor estava trabalhando, procurava fazer o seu serviço de entrega de documentos e tudo, mas dificilmente alguém saca mais de R$400 mil, mesmo pagando uma parte, devolve para a empresa, para uma funcionária, a Zenaide Sá, e não é conferido na sua frente quantos foram os boletos, mas, para terminar, Sr. Presidente, só para dizer que a minha paciência é grande, porque eu estou aqui desde 8.

E, quando começou a falar "Zenaide", aqui o povo (*Falha no áudio.*) ... a Senadora Zenaide... (*Falha no áudio.*) Meu Deus, eu tenho que falar com o Presidente para eu falar!

Esta Senadora, desde manhã, estava na expectativa...

O SR. IVANILDO GONÇALVES DA SILVA – Eu sempre...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... concordando com a convocação da Zenaide Sá, da VTCLog.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Zenaide, e desculpa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu aqui recebi, há pouco, de uma pessoa que mandou, o código é 073. Eu não vou dizer o nome da pessoa, mas ele está me dizendo aqui: "Boa tarde, Senador, estou acompanhando a CPI. Gostaria de esclarecer que hoje, através de banco digital, é possível pessoa física gerar boleto para depósito, e isso permite que não apareça o pagador. Confirma o boleto pelo anexo". E aí ele fez na casa dele um boleto e mandou para mim, mostrando a emissão no nome dele, só para ilustrar o que ele está me dizendo.

Então... E geralmente esses boletos que possivelmente o Sr. Ivanildo falou não tinham nome. Tinham sido emitidos, deram os boletos para ele, ele chega lá, tem o nome, mas não aparece ele fazendo depósito. Correto? Não tem, mas creio eu que nós temos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

caminho fácil para percorrer, Senador Humberto, Senadora Soraya, Senador: o gerente da Caixa Econômica do Aeroporto, que não deve ser a maior agência.

Eu quero que o Sr. Leandro peça informações à Presidência da Caixa Econômica. Primeira, qual é o banco que tem o maior número de clientes? Quantos bancos da Caixa Econômica tem perto da empresa VTCLog? O.k.? Para a gente saber.

E a outra informação que eu pedi é se a Caixa Econômica do Aeroporto comunicou ao Coaf; e a mesma pergunta é feita ao Coaf, se recebeu algum comunicado da Caixa Econômica do Aeroporto, dos saques que eram feitos com valores que extrapolam e muito o usualmente feito pelos brasileiros. De uma forma geral, esses valores não são sacados dessa forma, até porque cai por terra o discurso da VTCLog, de que pagava trabalhadores, porque o Sr. Ivanildo, quando recebia o salário, que não deve ser um salário muito grande, um salário pequeno, recebia direto na conta dele, ele não recebia em *cash*. Ele não ia lá, e a Zenaide pagava para ele; ele recebia direitinho na conta dele.

Então, essas informações são necessárias o mais rápido possível, são informações rápidas que podem ser dadas para a gente, para que a CPI possa continuar investigando.

Amanhã nós teremos, com esse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou receber...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só sobre amanhã...

Inclusive, em decorrência da matéria veiculada agora, no jornal *Folha de S.Paulo*, assinada pelas jornalistas Constança Rezende e Raquel Lopes, que mostra que pessoas próximas do Presidente da República – veja, segundo essa reportagem, está sendo dito isso –, pessoas próximas ao Presidente da República abriram empresa com o Sr. Marconny Faria. Então, temos mais razão para ouvir o Sr. Marconny aqui o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que ele falou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E outra coisa: não precisa ele mandar atestado de 20 dias, porque atestados são só de 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coincidentemente, ele está colocando um atestado de 20 dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei... Veja bem: é por isso que eu estou confiando no Presidente do Sírio-Libanês, que vai nos dar a explicação correta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A pessoa que abriu a empresa com ele é o mesmo que estava na festa da...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o mesmo da festa, Senador!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... da Kufa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá, mas da mesma forma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o mesmo da festa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o senhor, Sr. Leandro... Peço aos advogados que os dois, tanto o Sr. Marconny como o Sr. Tolentino, sejam... Que entrem na Justiça para eles serem trazidos sob vara, como manda a lei. Esse pessoal está acostumado a engalobar muita gente; engalobar CPI eles não vão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O problema do...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos todo o tempo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como eu já disse, o problema do malandro é achar que só a mãe dele fez filho esperto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero dizer para o Dr. Marconny que nós temos muito tempo pela frente. Ele não tem esse tempo todo, porque ele não vai poder trabalhar nesses 20 dias. Ele está com dor pélvica; ele não vai trabalhar.

Agora, essa situação que o senhor fala aí é aquele famoso churrasco, que as pessoas queriam saber quem estava...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aparecendo quem estava lá.

Amanhã nós vamos ouvir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos que definir quem ouvir amanhã.

Agora, eu acho que a providência imediata, Sr. Presidente, é vermos qual é a situação médica de ambos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse vídeo, por favor, tem que ser encaminhado... Na hora de pedir para trazer o Sr. Tolentino sob vara, esse vídeo tem que ser encaminhado para ver que ele não tinha problema nenhum; ele estava muito sorridente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora, eu acho que a providência imediata é esta que V. Exa. está tomando: trazer sob vara ambos, tanto o Sr. Marcos Tolentino quanto o Sr. Marconny, ainda mais agora, Senador Humberto, em que a gente está vendo os personagens do churrasco do dia 25 de maio aparecerem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acredito que nós vamos daqui a pouco definir...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... a Senadora Simone...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... qual seria o depoente de amanhã, Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Amanhã... Ah, é; o Sr. Francisco. Se conseguirmos adiantar o Francisco, que foi Secretário de Saúde do DF...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei. Vocês entraram em contato com o Secretário Francisco?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É possível?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem... O problema é esse. Primeiro tem que saber.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tem que ver com ele se ele pode, né?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A minha posição não é essa. A minha posição seria outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual seria a sua posição?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Minha posição é trazer a Sra. Andreia para vir aqui amanhã.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, sim. É que eu imaginei... A Senadora Simone deu a ideia de ouvi-la depois de ouvir... Quem? Depois de ouvir a Sra. Zenaide, mas aí fica a seu critério, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu vou dizer uma coisa para você. Isso é que nem somar dois mais dois: não adianta qual é o dois que vai estar na frente; vai dar quatro do mesmo jeito. (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, saiu há pouco na mídia que a VTCLog já havia sido condenada por pagamento de propina nos anos de 2004 e 2009.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Quem, a Andreia?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, a VTCLog e os mesmos sócios da Voetur. E pagaram para a Cenadi, órgão do Ministério da Saúde com o qual tinham contrato. Em 2019, os sócios da empresa – Raimundo Nonato, Carlos Alberto de Sá e Teresa Cristina – foram condenados por corrupção ativa. Porém, a punibilidade foi extinta por prescrição. Isso é muito interessante. Isto aí tem que ficar registrado nos *Anais* desta CPI: que foram condenados por pagamento de propina no montante de 565 mil a funcionários da saúde. Isso foi revelado, e é importantíssima essa revelação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, a ordem dos fatores não altera o resultado. É isto que eu estou dizendo: tanto faz ouvir uma como a outra. (*Fora do microfone.*) Iremos ter uma conversa...

Eu vou encerrar a reunião, convocando amanhã para às 10h.

Ainda acho que, sobre essa questão do Sr. Marconny, podemos ter uma resposta ainda hoje do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ou do Sr. Marcos Tolentino, já que ele estava tão bem no vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Sírio-Libanês. E peço para que os nossos advogados do Senado façam o que eu pedi aqui: trazê-los sob vara, os dois.

Está encerrada a reunião. Vamos conversar agora, Senador Randolfe.

(*Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (52ª Reunião) 02/09/2021

ATA DA 52ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Marcos do Val, Otto Alencar, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Tasso Jereissati e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Leila Barros, Jean Paul Prates e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva Francisco Araújo Filho**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Francisco Araújo Filho. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1482 de 2021** que : "Requer a condução coercitiva do Sr. Marconny Albernaz Ribeiro de Faria." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1483 de 2021** que : "Requer sejam requisitadas à empresa Prime You (cujas atividades envolvem o transporte aéreo, uso e compartilhamento de aeronaves) informações sobre os deslocamentos realizados em aeronaves da empresa à Índia." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1484 de 2021** que : "Requer sejam requisitados ao Ministério da Saúde registros em vídeo, áudio ou escrito das cerimônias referentes ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra covid-19 ocorridos entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, em especial a cerimônia de lançamento ocorrida às 10h do dia 16 de dezembro de 2020;e a lista completa de convidados e de pessoas presentes nos eventos descritos no item antecedente." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento nºs 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal ao não enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas pelos administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião é para ouvir o Sr. Marconny, de quem, neste momento, a Polícia do Senado está no encalço, porque ele virá para cá baseado no que ontem o médico do Sírio-Libanês daqui, de Brasília, após ter dado um atestado de 20 dias – vejam bem: o médico deu um atestado de 20 dias... Horas depois, ele encaminha à Secretaria daqui dizendo que percebeu, na hora em que estava examinando o Sr. Marconny, que ele estava fingindo. Ora, se o médico percebeu que o paciente estava fingindo, não podia ter dado 20 dias para um homem desses! Mas deu assim mesmo! Então...

E disse também, nesse documento que encaminhou para cá...

Leandro, você tem o que ele encaminhou? (*Pausa.*)

Falou com você por telefone.

... que estava pensando em desfazer o atestado médico e iria consultar um advogado sobre como ele não se comprometeria eticamente.

O senhor já está comprometido eticamente! E o Hospital Sírio-Libanês, com cujo Diretor-Presidente ontem eu conversei – a pessoa que dirige o Sírio-Libanês de São Paulo – sobre a questão do Sr. Tolentino, que está na mesma situação: entrou lá com formigamento, mas, às 10h da noite, estava sorrindo aí e dando entrevista, horas depois de ter entrado no Hospital Sírio-Libanês de São Paulo.

E, hoje de manhã, eu mandei uma mensagem para o diretor do Sírio-Libanês perguntando se ele já tinha alguma posição sobre esses dois pacientes, porque ontem ele me informou que iria chamar o diretor do corpo clínico para que fizesse uma análise do diagnóstico que foi dado por esses dois profissionais de saúde. Então, duas pessoas importantíssimas para serem ouvidas pela CPI, por fatos que temos aqui, que são de conhecimento de alguns órgãos federais desde o ano passado. Nós estamos em setembro, mas isso... Há um ano, esses órgãos já tinham conhecimento do *modus operandi* de algumas pessoas, inclusive desse senhor chamado Marconny, que, se não estiver aqui, a polícia está... O Senador Randolfe vai fazer algumas solicitações como Vice-Presidente, para que a gente possa agir rapidamente, porque temos informações de que ele quer sair do País.

O Senador Randolfe com a palavra, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, Sr. Relator, Senador Renan, colegas da Comissão Parlamentar de Inquérito, desde ontem, já estava caracterizado que o Sr. Marconny Faria não pretendia comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como V. Exa., Presidente Omar, acaba de descrever.

É importante destacar que a Secretaria desta CPI comunicou-se com a defesa do Sr. Marconny já na segunda-feira e, ainda ontem, a defesa do Sr. Marconny informou que, desde segunda-feira, ele estava ciente... Pelo menos a defesa estava ciente da necessidade de comparecimento dele a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A primeira tentativa o senhor também descreve. Por volta das 15h30min, chegou nesta Comissão Parlamentar de Inquérito um atestado médico descrevendo que o Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Marconny estava com – abre aspas – "dor pélvica" – fecha aspas. Logo em seguida, eu comuniquei a V. Exa., e V. Exa. de imediato pediu, determinou que tanto uma junta médica quanto o Hospital Sírio-Libanês dessem maiores informações sobre a repentina internação do Sr. Marconny.

Em um intervalo de menos de três horas, o médico responsável pelo atestado desatestou o atestado. É, pode parecer paradoxal, mas é esse o termo. Entrou em contato com a Secretaria, com a direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito e informou que percebeu que o Sr. Marconny estava se utilizando de má-fé. Pelo menos nós já estamos percebendo aí, Sr. Marconny... Estamos percebendo aí, Presidente Omar, uma das atribuições desta Comissão, uma das finalidades desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela cura qualquer dor pélvica em até três horas, como podemos perceber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para não ser injusto com o profissional, ele encaminhou um *e-mail* para o meu gabinete e eu quero ler o *e-mail* aqui, e a interpretação quem pode me dar são os médicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Qual o nome dele? O nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Dr. Audrien Furlan de Lucca. Ele disse:

> Fui informado de que meu nome foi citado sobre um atestado enviado pelo Sr. Marconny Albernaz de Faria. No conteúdo do atestado está claro que o motivo do repouso do paciente é apenas para fins laborais. E vou me comunicar com o jurídico do hospital para poder me orientar como cancelar o atestado sem ferir o Código de Ética Médica. Estou disponível para esclarecimentos.

Bem, o Sr. Marconny pode ter pedido um atestado médico sem citar a CPI. Correto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deve ter sido isso que aconteceu. Eu não quero aqui julgar o médico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhum de nós,

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não queremos julgar o médico. Ele dizia "apenas para fins laborais". Para fins laborais. Quem pode esclarecer aqui o que são fins laborais?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fins de trabalho. Fins de trabalho. Então, completando o comunicado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas espere aí. Só um minutinho. Eu sei. Eu estou pedindo esclarecimento aqui para que a população saiba. O trabalhador comum, Senador Randolfe, não tem 20 dias. Ele pode estar morrendo, pode ter um infarto, que ele não vai ter 20 dias. Não tem um médico que vá dar 20 dias para um cara desse.

Agora, o Sr. Marconny consegue 20 dias. Qual é a expectativa de um profissional de saúde para dizer, num simples exame, que o cara vai ter que passar 20 dias sem trabalhar, sem fazer um exame sequer, sem encaminhar um exame à CPI? A gente quer saber do doutor... Eu já pedi, e aí eu peço ao corpo clínico do Hospital Sírio-Libanês que peça ao Dr. Audrien quais foram os exames em que ele se baseou para dar 20 dias de férias para o cara. Porque, se qualquer trabalhador aqui do Senado for aqui ao setor médico do Senado com algum problema, primeiro a pessoa vai mandar fazer exame para dizer quantos dias a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pessoa tem que ficar em repouso ou não vir trabalhar. Não é no chutômetro. Não é chegar lá e o cara faz um atestado e diz "olha, vai para casa". Ele só manda um documento desse, um *e-mail*, dizendo que vai falar com o jurídico.

Dr. Audrien, com todo o respeito, o senhor tem que mandar para nós os exames que o senhor fez para o senhor ter essa noção de 20 dias para o Sr. Marconny. Não é no olhômetro. Hoje os hospitais, principalmente os hospitais de ponta, têm condições de fazer um exame e dar um diagnóstico, e nesse diagnóstico dizer quantos dias a pessoa vai parar de trabalhar.

Então, nesse sentido, eu espero que a gente tenha uma resposta. Por isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para eu concluir, então, o encaminhamento, a descrição dos fatos e o encaminhamento que quero propor a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ainda ontem, sob determinação de V. Exa., eu e o Senador Alessandro entramos em contato, procuramos a Polícia do Senado, na expectativa de que se concretizasse o que de fato hoje ocorreu, ou seja, a ausência do Sr. Marconny ao depoimento marcado previamente para ele nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, ainda ontem, a Polícia do Senado já estava alertada para procurar monitorá-lo. Confirmada hoje a sua ausência, V. Exa., corretamente, no âmbito das atribuições administrativas que tem como Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, determinou a condução do Sr. Marconny a esta CPI sob o acompanhamento de força policial. Essa determinação já ocorreu e, obviamente, a partir de agora, a Polícia Legislativa do Senado Federal está à procura do Sr. Marconny.

Configurada, Sr. Presidente, no decorrer do dia de hoje, configurada e confirmada a ausência, o paradeiro dele estiver dito como não localizado, então, eu queria requerer a V. Exa., *ad referendum* de V. Exa., à direção dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que fosse requisitada à autoridade judicial competente a prisão preventiva do Sr. Marconny Albernaz de Faria. Como consequência desse pedido de prisão preventiva, para evitar que este senhor se evada do Território nacional, complementarmente a isso, a apreensão do seu passaporte e, consequente a isso, a devida comunicação à Interpol. É a requisição que faço a V. Exa., combinada com o seguinte procedimento.

O Sr. Marconny, Senador Renan, Presidente Omar e demais colegas desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Marconny não é o senhor do *lobby* da Precisa, ele é o senhor de todos os *lobbies*. A atuação desse senhor chegou a deixar experientes investigadores da Polícia Federal que acompanham esta Comissão Parlamentar de Inquérito estupefatos por não terem visto os procedimentos iguais a este. É importante destacar que é do Sr. Marconny, encaminhada pelos representantes da Precisa, a chamada arquitetura ideal de como burlar um processo licitatório que foi apresentado nesta CPI por ocasião do depoimento do Sr. José Ricardo Santana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só esclarece, Senador Randolfe, aos companheiros Senadores e Senadoras e a quem o está ouvindo e vendo neste momento que isso não foi uma descoberta da CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em absoluto!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Diga que isso se sabe há mais de um ano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente. É importante destacar isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E nós temos que destacar muito isso para dizer que a CPI, não, a CPI simplesmente está divulgando o que que está, mas há um ano já tinham conhecimento sobre isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Essa é uma investigação que tem estado em curso pelo menos desde 2020. É importante que se diga, é importante sempre destacar que o requerimento que trouxe esse inquérito aqui à Comissão Parlamentar de Inquérito foi um requerimento de autoria, da lavra de S. Exa. o Senador Ciro Nogueira. Foi um requerimento sobre um procedimento que estava em curso conduzido pelo Ministério Público Federal do Pará, e é neste procedimento que se encontram todos esses personagens. Quais são, Senador Renan, esses personagens? O Sr. Marconny Albernaz de Faria; o Sr. Ricardo Santana, que depôs nesta CPI na semana passada; a Sra. Karina Kufa. Inclusive, é neste inquérito que tem as informações sobre as tratativas do Sr. Marconny Faria com o Sr. Renan Bolsonaro, filho de Sua Excelência o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Definitivamente se sabe da ligação do Marconny, que tinha evidentemente ligação com todas as vertentes dessa roubalheira toda, e esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Randolfe, cumpriu um papel fundamental ao esclarecer tudo isso. Nós não... Nós sempre tivemos – o Presidente Omar é o melhor exemplo disso – muita dificuldade na investigação, porque essa investigação é uma investigação coletiva, é uma investigação contra o poder político-econômico, contra uma quadrilha que tomava conta do Ministério da Saúde há anos, há alguns governos, quer dizer, de modo que não tem sido fácil. Nós nunca contamos aqui com delação de ninguém, o que teria encurtado os caminhos da própria investigação.

Nós entramos agora na fase do cinismo. Eles, não tendo mais o que dizer definitivamente e, diante do acervo, do volume de informações de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito dispõe, eles estão preferindo sumir, correr, se homiziar, se esconder, se internar em hospital, quer dizer... Mas nós vamos continuar esclarecendo tudo. Esse Sr. Marconny era um operador da Precisa, mas as investigações demonstram que não apenas da Precisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... desde junho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... de várias operações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De várias operações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Várias operações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde junho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o senhor de todos os *lobbies.*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde junho, Presidente Omar, Senador Randolfe, senhoras e senhores da Comissão Parlamentar de Inquérito, desde junho, julho que a Polícia Federal – não falo como instituição, mas setores da Polícia Federal – sabe do papel do Sr. Marconny Faria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Junto com o Sr. Ricardo Santana e junto com o conhecido Bob, que é o Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí! Em junho e julho de 2020.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é de dois meses atrás, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, é de 2020. É de 2020.

As conversas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Ministério Público também, setores do Ministério Público.

E isso foi ocultado, e eles continuaram a fazer o que permanentemente faziam. Por isso, deu no que deu, nesse morticínio e nesse acúmulo de crise, nessa crise política fabricada diariamente, apimentada diariamente pelo Presidente da República, nessa crise econômica, porque a nossa economia não retoma enquanto a inflação avança a cada dia.

O salário do povo, na sua grande maioria, sobretudo das pessoas que ganham menos, não tem mais como adquirir os produtos da cesta básica. O Presidente recentemente disse que o povo não precisava comprar feijão, que quem fosse comprar feijão preferisse comprar fuzil. O preço da gasolina é um absurdo, diferentemente do que eles diziam que ia aconteceria no Governo anterior. O preço do gás, o preço dos alimentos, o preço da carne são verdadeiramente proibitivos. Chegamos aonde chegamos: um Governo paralisado pela incompetência, que não tem projeto nenhum, nem projeto de governo, nem programático, nem de desenvolvimento. O projeto que ele tem é esse projeto fascista de armar a população, e nós não podemos concordar com isso.

Então, Presidente Omar, Senador Randolfe, nesta rápida intervenção que lhe faço, eu queria dizer que eu reservo para V. Exas. e para o Brasil algumas informações com relação ao papel desse Sr. Marconny... no submundo, no submundo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador. V. Exa. me solicitou que a gente aprovasse o quê, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Primeiro, o Sr. Marconny já pode ser considerado em fuga. A Polícia Legislativa está atrás dele e ainda não o localizou. Diante disso, que seja requisitada à autoridade judicial competente a prisão preventiva do Sr. Marconny, combinada com a apreensão do passaporte e a devida comunicação à Interpol. São providências necessárias.

Junto com isso, eu acredito, Sr. Presidente, que, configurada a ausência do Sr. Marconny, talvez seja de bom-tom, aqui, nesta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, apresentar ao Brasil o conjunto de informações que detemos, porque – eu repito – o Sr. Marconny não é um senhor de um *lobby*, é o senhor todo-poderoso de todos os *lobbies*. É sintomático o célebre encontro que ocorreu no dia 25 de maio de 2020, na residência, Presidente Omar, da Sra. Karina Kufa, advogada do Presidente Jair Bolsonaro.

Nesse encontro – o que a própria Sra. Karina Kufa já admitiu –, que foi um alegre churrasco ocorrido no meio da pandemia, quando nós tínhamos 22 mil mortos, onde estava presente, segundo admitido pela... ao que parece, pela própria Sra. Karina Kufa, onde estava presente inclusive o Sr. Jair Renan Bolsonaro, neste encontro foram apresentados os elementos de dois... os representantes de dois esquemas criminosos. Foi apresentado o Sr. José Ricardo Santana, que ali representava os interesses do Sr. Roberto Ferreira Dias, que é dito, neste inquérito de mais de 320 mil páginas, que é dito e conhecido como Bob.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Este Sr. Ricardo Santana é apresentado ao Sr. Marconny Albernaz de Faria. O Sr. Marconny Albernaz de Faria se apresenta como interlocutor da Precisa. Sequenciado a esse dia 25 de maio, começa a ter diálogos entre o Sr. Ricardo Santana e o Sr. Marconny Faria. Inclusive, o primeiro diálogo é o Sr. Marconny Faria... No próprio celular do Sr. Marconny, apreendido pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal do Pará, está cadastrado, Senador Renan e Presidente Omar, da seguinte forma: Ricardo Santana; entre parênteses, Karina Kufa; entre parênteses, Ministério da Saúde – para serem identificados quem eram os elementos, quem eram os personagens da atuação criminosa.

A partir daí, tem uma sequência de fatos e de atos. Só mais um detalhe: ao contrário do que já foi dito até nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o que esse inquérito nos revela? É que não tiveram só operações junto ao Ministério da Saúde frustradas, tiveram operações que foram concretizadas. Quero citar uma: a aquisição, por parte do Ministério da Saúde, através da Precisa, de preservativos, onde ocorreram pelo menos três pagamentos antecipados, e todos com atuação desse senhor lobista.

Esse senhor lobista não se reserva... O Sr. Marconny não se reserva a isso. Ele tem atuação junto ao Instituto Evandro Chagas, lá no Pará. Ele tem atuação encaminhando currículos de pessoas indicadas por ele ao Presidente da República. Ele tem atuação que vai além disso, inclusive destratando membros do Ministério da Saúde que não integravam e participavam da organização criminosa que ele estava empreendendo.

O Sr. Marconny, Sr. Presidente, não é o senhor de um *lobby*, ele é o senhor de todos os *lobbies*. E acredito que, por ele ter conhecimento de que temos essa informação, Senador Renan, é que está caracterizado que ele procurou evadir-se, procurou fugir. Então, essa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para que não se caracterize abuso de autoridade, eu peço ao Senador Renan que possa mostrar ao Brasil a atuação... a atuação, Senador Marcos Rogério, incrível de um cidadão como esse. É incrível! O senhor vai ver... E olha, e esse conhecimento não é de hoje! Não foi a CPI que descobriu isso, não.

Senador Renan com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, eu queria pedir permissão ao Presidente, Senador Omar Aziz, ao Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, às Senadoras, aos Senadores desta Comissão Parlamentar de Inquérito para dizer o seguinte: a lei dos homens e a de Deus serão severas para aqueles que contribuíram para essa necrópole macabra que acontece no nosso País.

Eu queria pedir à Izabelle – gentilmente, Izabelle – que, por favor, ponha aí numa sequência o áudio nº 1, depois apresente o bloco 2, o bloco 3, o bloco 1 também, para que a gente possa, em função do que será apresentado, acrescer algumas informações e esclarecer muito da participação desse senhor que agora foge da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas que vai ter que depor. Não há como não trazê-lo para esta Comissão. E não é com a expectativa de que ele venha aqui dizer o que muitos não disseram. Nós sabemos que isso não acontecerá – repito. Mas ele possibilitará uma oportunidade para que a gente apresente ao Brasil tudo que se tem com relação a ele, com relação ao envolvimento em todos os setores do enfrentamento desta pandemia, e agora recentemente na associação com o filho do Presidente da República, o jovem Jair Renan, que muito jovem já anda nessas companhias.

Há pouco, o Senador Humberto lembrou que corre aqui em Brasília um comentário de que o nome desse jovem teria sido atribuído numa homenagem a mim. Eu não acredito! Eu sinceramente não acredito, porque nunca acreditei no bom gosto do Bolsonaro. Se isso aconteceu, eu devo agradecer à mãe do garoto, jamais ao Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Izabelle.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Melhor colocar de novo, não deu para ouvir. Coloca novamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Capricha aí, Izabelle. Capricha aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, é importante comunicar quem são os...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem são os personagens, por favor.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para que todos acompanhem, quem é que está falando? (*Pausa.*)

O Marconny Farias está falando com...? (*Pausa.*)

Com a Dra. Karina Kufa. Se puder, repita. (*Pausa.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para constar, esse áudio foi coletado de que arquivo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São muitos os arquivos. Não dá para especificar. Vamos ver...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque é uma prova. Nós estamos em um processo. Essa é uma prova do processo. Tem que ser identificada a origem da prova.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos em seguida oferecer essa resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Secretaria pode declinar ao Senador Marcos Rogério. É em decorrência de requerimento de autoria do Senador Ciro Nogueira. O número do requerimento, inclusive, pode ser depois informado ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque a gente está ouvindo um áudio aleatoriamente aqui, sem saber...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, claro. Tem que comunicar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem razão. Toda razão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Então, só comunicando ao Senador Marcos Rogério. É em decorrência de requerimento de autoria e lavra de S. Exa. o Senador Ciro Nogueira, que trouxe esses documentos e esse inquérito aqui para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

A propósito, inclusive, agradecer ao Senador Ciro Nogueira, que trouxe uma informação preciosíssima para nossa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Marcos Rogério tem razão. Esse é um áudio aleatório. Nós precisamos saber qual é o contexto desse áudio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato, senão fica uma coisa aqui que ninguém entende o que é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senão fica um negócio... Isso aí não... Tem que saber o contexto do áudio, do que ele está tratando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Secretaria da Mesa está tendo alguma dificuldade porque é tão grande o volume de informação que, na hora de fazer uma captação rápida deles, apesar da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos suspender por uns dez minutinhos, enquanto a Mesa acolhe, para colocar no contexto, porque o Senador Marcos Rogério tem razão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É importante, Presidente. Senão daqui a pouco, Presidente, está sendo divulgado aqui conteúdo que está protegido por aquilo que... V. Exa. está... Aqui, inclusive, V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. tem absoluta razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vem com a tua graça, não, viu, Marcos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Omar, Senador Renan, só para esclarecer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja V. Exa. que, agora há pouco, se vazou foi o Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vem colocar coisa em cima de mim, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Senador Omar, só para esclarecer ao Senador Marcos Rogério – S. Exa. o Senador Marcos Rogério está pleno de razão –, só para esclarecer a origem. Isso trata de documentos que chegaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito provenientes – daqui a pouco a Secretaria pode informar o número do requerimento – de requerimento que foi aprovado no início desta CPI, de autoria do Senador Ciro Nogueira. Este diálogo que o Senador Renan está apresentando trata de um diálogo entre o Sr. Marconny Albernaz de Faria e a Sra. Karina Kufa, a Dra. Karina Kufa. Esse diálogo ocorre logo após, tempos após o conhecido churrasco que aconteceu no dia 25 de maio. Então, só reiterando, dia 25 de maio tem um churrasco. Nesse churrasco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vai explicando aos poucos, na hora em que for...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, eu vou chamar os Senadores para virem aqui.

Está suspensa por dez minutos.

Eu peço para os Senadores se aproximarem aqui de mim, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Presidente.

(Suspensa às 11 horas e 15 minutos, a reunião é reaberta e tornada secreta às 12 horas e 04 minutos e é reaberta às 12 horas e 52 minutos.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu inclusive, Presidente... Permita-me! Esse material – tanto a relatoria quanto nós temos acompanhado há algum tempo – está disponibilizado, está disponível nos arquivos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu repito: foram documentos que vieram – aqui eu sempre faço questão de destacar e dar o mérito devido ao Senador Ciro Nogueira, porque esses documentos vieram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro, temos que dar o mérito devido ao Senador Ciro Nogueira, porque é a partir do requerimento dele que chega essa documentação toda à CPI.

Então, assim... Só que o acesso foi restrito após a última deliberação da Presidência a partir da decisão da Ministra Cármen Lúcia. Eu acho que é o caso, inclusive, de flexibilizar, de chancelar para todos o acesso a essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Marconny está igual àquela música do Roberto Carlos: "Esse cara sou eu...". (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele é o cara. O Marconny é o cara, sem dúvida, agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, requeiro, nos termos regimentais e legais: primeiro, a condução coercitiva do depoente ausente na presente data, Marconny Albernaz Ribeiro de Faria, convocado para prestar depoimento à CPI nesta data, com vista a realização desse ato ainda na data de hoje, ou conforme forem as dificuldades para a execução da constrição em data e horário definido pela Comissão; segundo, retenção do passaporte do depoente por 30 dias e acautelamento do documento pela Polícia Federal; terceiro, proibição do depoente de deslocar-se da comarca em que reside sem prévia autorização da Comissão Parlamentar de Inquérito; quarto, indicação, pelo depoente, de telefone e endereço eletrônico à CPI por meio dos quais possa ser contactado imediatamente em caso de necessidade; quinto, expedição de ofício ao Ministério Público Federal para que tome conhecimento dos fatos objeto desses autos e adote as devidas providências de sua alçada.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Encaminharemos isso à Ministra Cármen Lúcia.

A seguinte informação é do Sr. Tolentino. Vejam só o que eu recebo do Sírio-Libanês – eu esperava que eles me mandassem um negócio muito mais consistente e fácil de entendimento para leigos –, dizendo o seguinte: que ele se internou no final da tarde. E, às 8h da noite, ele estava dando uma entrevista para o *site* O Antagonista. É bom que o médico e os médicos que estão atendendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por vídeo, sorridente, como se nada estivesse acontecendo. No mesmo dia: ele se interna à tarde e de noite está sorridente. Para quem estava passando mal, não dava para dar uma entrevista, não é?

E aí eu recebo... Ontem entramos em contato com o Sr. Fernando Ganem, Diretor Geral do... Aí, olhem a resposta: "[...] apresentar o prontuário médico e o relatório do médico responsável contendo descrição do estado de saúde do Sr. Marcos Tolentino da Silva, documento que segue anexo. Por fim, destacamos que o referido paciente aguarda avaliação das equipes institucionais de retaguarda do Hospital Sírio-Libanês, nas especialidades de clínica geral, cirurgia geral e psiquiatria".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O cara entrou com coceira, tá? Ele entrou dizendo que ele estava com formigamento. Aí, fala que está esperando aqui cirurgia geral e psiquiatria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sei... O cara é internado com um diagnóstico de coceira no corpo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, Presidente. Presidente, ele entra com formigamento. Então, o correto seria avaliar a origem do formigamento, porque pode ser neurológico. Então, não é uma avaliação clínica, nem cirúrgica que vai...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... permitir você definir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... clínica geral, cirurgia geral e psiquiatria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... a origem do formigamento.

O formigamento também pode ser por uma questão psicológica, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Me desculpa o Diretor Geral do Sírio-Libanês...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... tem erros aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... mas isso não é uma resposta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para alguém que entrou com formigamento lá dentro do Sírio-Libanês e que, às 8h da noite, está dando uma entrevista.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma ponderação com V. Exa., eu acho que essa situação já realmente repercutiu o que tinha que repercutir. O próprio médico repôs a sua posição. A instituição obviamente que não é... Embora o médico pertença à instituição, a instituição não pode ser responsabilizada por uma situação como essa. A gente tem que ter cautela, aqui, em relação a...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, ele está falando do Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou recebendo aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse é o Tolentino.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esse é o Tolentino, não é o Marconny.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é o Tolentino.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tolentino.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, esse é outro caso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aqui é uma resposta do Diretor Geral do Sírio-Libanês.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É sobre o Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí, ele me manda aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque o modo é contumaz: Tolentino, Marconny...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou nem ler. Aqui, olha: assinado pelo Dr. Luiz F... O que tem aqui é um monte de nomes que eu não conseguiria decifrar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – É o médico que internou ou o Diretor Geral? Quem é que está dando a resposta? É o hospital ou é o médico?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem dá a resposta, geralmente, pelo Hospital Sírio-Libanês é o departamento de comunicação, mas orientado pelo Diretor. Eu não sei hoje quem é o Diretor do hospital.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Diretor do hospital que me manda um ofício é o... "Sociedade beneficente [...] Fernando Ganem, Diretor Geral".

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Aí é o hospital que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aqui tem aqui, olha...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – ... a responsabilidade pelo diagnóstico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente. Ele precisa se acautelar, Presidente, porque essa é mais uma utilização indevida do Marcos Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Marcos Tolentino, pessoal, só um minutinho... Ele é um fraudador. E não vai fraudar uma doença?

Veja bem: o Marcos Tolentino é aquele cidadão que é dono de um banco que não é banco, que tem um capital de 7,5 bilhões num terreno, em São Paulo, que não existe. É esse cidadão que se interna às vésperas de ser ouvido!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele virá para cá, nem que seja de maca, mas vai vir aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, de repente, coloca...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai vir aqui.

E a gente tem que pedir também a condução coercitiva desse Sr. Tolentino. Ele vem de maca, mas virá!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De repente, Presidente, seja o caso de pedir uma perícia, uma perícia oficial, para que faça a avaliação...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, ele é o loroteiro, o loroteiro-mor desta CPI, Presidente. É o "lorota banco", o "lorota diagnóstico", o loroteiro.

(*Intervenções fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sou médico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque, onde ele está, está a fraude, a enganação, a roubalheira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o cara me diz aqui que o cara tem que fazer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Redundância!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... cirurgia geral e psiquiatria. O cara estava rindo!

No dia do depoimento, Senador Marcos Rogério, ele estava todo... Dá para colocar aquelas imagens de ele sorrindo, para ver se o médico lá que deu esse diagnóstico veja isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos a imagem do *site* O Antagonista, as imagens de ontem do *site* O Antagonista, das oito...

Só pra contextualizar, Sr. Presidente, ele comunica a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, na véspera do depoimento dele, que ele deu entrada às 15h41min de ontem. Ou melhor: 15h41min de terça-feira, no Hospital Sírio-Libanês, com formigamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – E ele foi pelo pronto-socorro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

Às 20h, ele concede ao *site* O Antagonista uma entrevista, inclusive falando sobre o eventual depoimento dele na Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa entrevista ao *site* O Antagonista, com o Jornalista Cláudio Dantas, é exatamente às 20h05min, ou seja, quatro horas, um pouco mais de quatro ou cinco horas depois que ele teria comunicado que teria dado entrada e teria sido internado no Hospital Sírio Libanês.

Temos aí o vídeo?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, Sr. Presidente Omar, só uma colocação...

V. Exa. está ouvindo? Está ouvindo?

Eu acho que com esse cidadão aí ninguém tem que ter complacência. Eu só gostaria de levantar aqui para todos os membros da CPI que o Hospital Sírio-Libanês é uma instituição de credibilidade. Nós não podemos ficar questionando essa questão de saúde e atestado. Nós temos que trazê-lo aqui, tomar o depoimento dele...

Eu só faço essa ressalva, porque é uma instituição de muitos anos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Mas ontem, Senador Jorginho...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... que tem contribuído com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o Hospital Sírio-Libanês de Brasília, o médico que deu o atestado para o Marconny, três horas depois estava dizendo que estava pedindo para rever, porque ele percebeu que ele estava simulando uma doença. Então...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É possível isso, não é? É possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... essa questão de ser... Só quem não erra na vida é Deus.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... os outros são passíveis de erro. E creio que esse... Como ele já tem um passivo de fraude, o Seu. Tolentino, que é dono do banco que não existe...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode ser que queira fraudar o hospital. É por isso que eu só queria que a gente protegesse a instituição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Mas eu estou respondendo aqui, Senador Jorginho, o que a instituição me mandou. Ontem nós conversamos com o Diretor, e olha o que ele me manda aqui... Eu estou lendo o que ele está me mandando! Ele está me mandando aqui que o cara entrou às 3h45... Mas, aí, é para o senhor ver, Senador Jorginho, e as outras pessoas verem... Olha a situação do doente que se internou às 4h.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente... Presidente... Uma questão, Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É que o hospital é bom, Presidente. Ele já se recuperou. Por isso, nós não podemos falar mal do hospital.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Solta o áudio, e o nosso Psiquiatra Humberto vai fazer uma análise...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Antes de o Humberto falar, eu queria só fazer uma questão, colocar uma questão aqui que eu acho que é muito séria.

Está todo mundo aqui preocupado com o Hospital Sírio-Libanês, com a imagem da instituição. Quem primeiro precisa se preocupar com a sua imagem é a própria instituição. A instituição que dá um relatório como esse, com um paciente que dá entrada com formigamento... Formigamento tem uma origem, geralmente é de ordem neurológica. Não cabe uma retaguarda de clínica médica de cirurgia... O que está acontecendo? Isso é mais uma lorota, só que agora, independentemente de quem deu o relatório, está sendo do Sírio-Libanês, que não está sendo correto com esta Comissão. E a gente precisa dizer isso em alto e bom som. É preciso ter honestidade ao manifestar a sua posição sobre o caso do paciente ou não dá declaração nenhuma por uma questão de sigilo, mas, se der, tem que dar com responsabilidade – coisa que não aconteceu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, vamos ver o Sr. Tolentino, cinco horas depois de ele informar ter dado entrada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero... Veja só, o Senador Randolfe vai mostrar o Seu Tolentino, que precisa dessa avaliação todinha aqui que o hospital me mandou. Veja o estado clínico dele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Às 20h – cinco horas depois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... quatro horas, cinco horas depois de ser internado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos lá.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Isso é direto do hospital?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – É... Não sei.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Formigai, Brasil! Formigai!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Olha o formigamento aí. Olha o formigamento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rapaz, esse cara está melhor do que o médico que o atendeu. Pode ter certeza! Esse cara está melhor que o médico que o atendeu. Você tenha certeza!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha aí: já está marcado para amanhã de manhã, rapaz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o amanhã seria o dia do depoimento dele na CPI, a que ele não compareceu.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, está bom, amigo, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não temos que ouvi-lo. Isso aí está em O Antagonista. Nós estamos querendo mostrar o estado físico do Sr. Tolentino.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, só para esclarecer: então, o que estava acontecendo é que, antes, ele estava rindo – antes de entrar no ar a entrevista, não é isso? – e, depois... Qual é a ordem cronológica aí, Randolfe, só para explicar para as pessoas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Senador Jean Paul Prates, ele comunica à Comissão Parlamentar de Inquérito que deu entrada no Hospital Sírio-Libanês com formigamento às 15h41min da terça-feira.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aí, ele vai dar uma entrevista a O Antagonista e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa entrevista é às 20h.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cinco horas depois!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É ao vivo, às 20h!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a risada ali é antes da entrevista; depois, ele se compenetra para dar entrevista e falar esses bolodórios aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É. E, ao que parece, ele não está no Sírio-Libanês.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esse sorriso deve ser pela coceira pélvica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – A pélvis é o Marconny.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, claro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claramente, ele não está no Sírio-Libanês, é o que dá para ver aí na entrevista que ele concede às 20h.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O formigamento dá "cosquinha".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive, o apresentador, o Claudio Dantas, chega a dizer o seguinte...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – "... o Sr. Marcos Tolentino, que irá depor amanhã na CPI". O amanhã é o que não vem; o amanhã, que é quarta-feira, é quando ele não comparece à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, vamos chamar o depoente que está presente?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, aí, as providências V. Exa. vai tomar em relação a esse e outros depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já estamos tomando.

Tem um requerimento do Senador Rogério Carvalho, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só como algumas medidas complementares, já foram tomadas medidas para a condução...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Chame o Sr. Francisco para adentrar, por favor. Já está aí o Francisco?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, como todos os brasileiros agora estão nos assistindo, só para contextualizar: foram tomadas medidas de condução do Sr. Marconny Faria, aprovadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e, complementarmente, eu queria só requisitar de V. Exa. que determinasse a data do depoimento da Sra. Karina Kufa e também a nova data do depoimento do Sr. Marcos Tolentino.

E, só para comunicar a todos, nós vamos retomar a CPI agora com o depoimento do Sr. Francisco, que foi Secretário de Saúde daqui do Distrito Federal.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Uma informação, Senador Randolfe: o Sr. Marconny está em São Paulo ou em Brasília? Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está em Brasília.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou... (*Pausa.*)

Cadê os requerimentos, Senador?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foram entregues aí na mesa. Foram entregues à Mesa. (*Pausa.*)

Não sei por que não estão lá com o Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, enquanto os requerimentos chegam à Mesa, seria interessante... De ontem para hoje, já se passaram 24 horas. Acredito que um hospital da seriedade e competência do Sírio já deve ter, no mínimo, um laudo preliminar em relação ao estado de saúde do Sr. Tolentino. Ainda que em caráter sigiloso, eles poderiam, no mínimo, oficiar a Comissão para saber se nós podemos marcar, ainda que brevemente ou teremos que aguardar ainda mais, a data para a vinda do depoente Tolentino.

Acredito que já teremos alguma novidade sobre o estado de saúde do Tolentino, de ontem pra hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas mandaram. O doutor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, consequentemente, essa informação é preciosa pra encaminhamento e à Presidência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu posso ler aqui, mas eu precisaria dum dicionário pra poder identificar as palavras técnicas que o doutor aqui escreveu, Professor Doutor L... Deve ter também autorizado o paciente a dar entrevista.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O laudo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é relatório médico.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Saíram já algumas informações sobre o estado de saúde?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês me corrijam se eu não souber pronunciar, por favor.

> Atendendo à solicitação do Exmo. Sr. Senador da República Presidente da CPI da Pandemia, venho por meio deste relatório médico esclarecer que o paciente Marcos Tolentino da Silva [que é o dono do FIB Bank, mas não aparece. Ele tem uma procuração...]com atendimento no Hospital Sírio Libanês, São Paulo, ontem, dia 31/08/2021, com evacuação com fezes escurecidas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, está dando uma doença lá no Amazonas que é a urina negra, não é? Não é essa não.

> Nos dois últimos dias teve internação recente e alta em abril de 2021 por síndrome respiratória grave por covid [isso foi em abril], tendo permanecido entubado por tempo prolongado e desenvolvido complicações relacionadas à doença e na sua condução, durante aquela internação, apresentou quadro de úlcera duodenal com sangramento expressivo, necessitando de abordagem [e tal, tal, tal...].
>
> No exame físico de admissão notou-se o paciente agitado [estava preocupado que vinha depor], porém sem alterações de importância maior, encontrando-se afebril, corado, eupneico e estável do ponto de vista hemodinâmico [aí vocês têm que traduzir isso, porque eu não sei].

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rogério, traduz eupneico.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Está bem, respirando normalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eupneico, que está respirando normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí, veja bem, por que que não escreve "respirando normalmente"?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É porque é linguagem médica, assim como a do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a gente não é... Eu não sou médico.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas a gente traduz aqui. Pode falar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O questionamento que eu fiz, Sr. Presidente, é se, de ontem pra hoje, eles podem informar se o paciente melhorou e está pronto pra ter alta ou não. Acredito que uma avaliação, nesse caso, deve ser feita a cada 24 horas.

Essa informação de hoje passa a ser importante pra que V. Exa. possa marcar a nova data do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha aqui, aqui está: "Exame de controle laboratorial no dia de hoje mostra hipopotassemia mantida k=3.0".

Um médico traduza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É o potássio que está baixo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas isso não o impede de vir aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí... Milhões de brasileiros têm esse problema e não conseguem entrar no Sírio-Libanês.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Adicionalmente foi avaliado por psicólogo, que sugeriu avaliação psiquiátrica".

Lógico! Se eu for a um psicólogo, vão me avaliar: "Tu és doido, Omar". Vão dizer isso. Não tem jeito. Não tem um psicólogo no mundo em que você vá que não vai dizer que você tem que fazer uma avaliação".

Segue anexo o prontuário do paciente para consulta que se faça necessária.

Bem, nesse sentido, eu vou pedir para que a gente o traga coercitivamente, mesmo que seja numa maca, porque, como ele já tem o "Lorota Bank", com certeza, é lorota, é mais uma lorota dele.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muito bem. É um escárnio o que ele está fazendo com a CPI, Presidente. Ele está brincando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ivanildo... O Ivanildo veio aqui, e tenham a certeza de que o Ivanildo, que estava aqui ontem, que é um brasileiro igual a milhões e milhões de brasileiros que se sacrificam para trabalhar, sem enganar ninguém...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o Ivanildo não teve direito a um atestado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não teve nem direito a um atestado e nem conseguiu se internar no Sírio-Libanês de Brasília.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E certamente estava com o potássio mais baixo do que o desse indivíduo aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza. E anemia profunda e outras questões mais, mas esteve aqui ontem.

Do Senador Rogério Carvalho, há requerimento. Os Requerimentos são: 1.483 e 1.484. Estão aqui.

> 1) Registro em vídeo, áudio ou escrito da cerimônia referente ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra o covid-19 ocorrida em dezembro de 2020 e janeiro de 2021. Em especial, a cerimônia de lançamento ocorrida às 10h do dia 16 de dezembro de 2020.
> 2) Lista completa de convidados e de pessoas presentes no evento descrito no item antecedente.

O outro requerimento.

> Lista completa e detalhada contendo os voos realizados por aeronave cujo destino foi a Índia nos anos de 2020 e 2021.
> Lista completa de passageiros de voo realizado cujo destino foi a Índia nos anos de 2000 e 2021.

Esses requerimentos...

Pede a aprovação dos presentes requerimentos para que seja requisitado à empresa Prime You, cujas atividades envolvem o transporte aéreo, uso e compartilhamento de aeronaves.

A informação que a CPI recebeu...

É muito importante que a gente tenha essas respostas o mais rápido possível.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aqui...

Sr. Francisco Araújo Filho, eu vou lhe fazer aqui uma pergunta e V. Exa. tem um *habeas corpus*, pode responder positivamente ou não. V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade no que souber ou lhe for perguntado?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Nos limites do *habeas corpus*, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O *habeas corpus* é da Ministra Carmen Lúcia.

> Pelo exposto, defiro parcialmente a liminar requerida apenas para assegurar ao paciente, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito: a) o direito de ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei... [isto é: o senhor pode conversar com ele. Ele não pode é responder pelo senhor] (...) de não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo e de se manter em silêncio e não ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

obrigado a responder a perguntas que possam incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente aos questionamentos não incluídos nesta cláusula.

Isso aí foi encaminhado a mim pela Ministra. Esse foi o *habeas corpus* da Ministra.

O senhor pretende falar por 15 minutos? Ou posso passar ao Relator para fazer as perguntas?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (*Fora do microfone.*) – Pode passar ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, o RR...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença aqui do Sr. Francisco Araújo Filho, ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal. Eu, por acaso, o conheço anteriormente, uma vez que ele é de Alagoas. Foi Vereador de um Município muito querido do nosso Estado, Cajueiro. Depois foi Secretário não sei se de Administração ou de outra secretaria da Prefeitura da capital. Qual foi mesmo, Francisco?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor. *Fora do microfone.*) – A de Assistência Social, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Secretaria de Assistência Social.

É importante dizer, desde logo, que as perguntas que nós vamos fazer, nós vamos fazê-las exatamente para que, com a sua presença, nós possamos esclarecer alguns pontos obscuros dessa investigação, especificamente também com relação a pontos obscuros do enfrentamento da pandemia no âmbito do Governo do Distrito Federal, especificamente da sua Secretaria de Saúde.

Em primeiro lugar, eu queria saber o seguinte: qual é a sua trajetória dentro da gestão da saúde pública, Francisco?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador Renan Calheiros, Srs. Senadores, Senadora Leila, bom dia a todos!

Eu iniciei minha trajetória dentro da saúde, do sistema de saúde do Distrito Federal, como Secretário Adjunto de Gestão. Fiquei um mês como Secretário Adjunto de Gestão. Em seguida, fui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem era o Secretário, por favor?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O Secretário de Saúde era o Osnei Okumoto. Em seguida, eu assumi a Presidência do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (Iges-DF) do Distrito Federal, passei um ano e três meses e, em seguida, assumi a Secretaria de Saúde do Distrito Federal por cinco meses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como, portanto, V. Sa. chegou ao comando da Secretaria de Saúde da Capital, considerando que, até então, o senhor só tinha exercido este cargo de Secretário Executivo, Secretário substituto? Coube a quem lhe fazer o convite para o comando da secretaria, por favor? Essa informação é importante.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, eu fui Secretário de Saúde por oito anos na cidade de Cajueiro, fui Secretário de Assistência na cidade de Maceió. Tenho três obras publicadas na área de gestão. Sou especialista em Saúde e Gestão pela Universidade Federal de Alagoas. Fui Diretor de Risco e Reabilitação Urbana do Ministério das Cidades e sempre fiz... Prestava consultoria na área de saúde para algumas cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E, à altura da composição da equipe de saúde do Governo do Distrito Federal, eu fui convidado para atuar no sistema de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta que fiz foi uma pergunta bastante específica. Eu queria aproveitar a oportunidade para repeti-la: de quem foi exatamente a indicação do seu nome para exercer o cargo honroso de Secretário de Saúde do Governo do Distrito Federal? Quem levou o seu nome ao Governador Ibaneis?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Quem indicou o meu nome...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi um partido? Foi uma conjuntura partidária? Quem foi que a materializou, que efetivamente a levou?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu fui convidado pelo Governador a assumir o cargo de Secretário de Saúde. Não teve nenhuma indicação política nem tampouco indicação partidária, nessa indicação. Foi uma indicação meramente técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As verbas federais destinadas ao Distrito Federal durante a pandemia foram aplicadas em que programas ou serviços de saúde especificamente?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu quero ressaltar que nos cinco meses que eu passei à frente da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, na atenção primária de saúde – a saúde é atenção primária, secundária e terciária –, o Distrito Federal saiu de uma cobertura de 43% para 98% de cobertura; e que, em cinco meses à frente da Secretaria de Saúde, a secretaria sofreu três buscas, a secretaria recebeu mais de 270 ofícios; e que não houve nenhum pagamento – e se houve algum pagamento pode se constar no sistema do fundo da Secretaria de Saúde, feita principalmente para as questões da covid na minha gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, sobre isso, uma pergunta: o Governo Federal entregou regularmente ao Fundo de Saúde do Distrito Federal os recursos destinados ao enfrentamento da pandemia? Houve problema em alguma circunstância na entrega desses recursos ao fundo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nos meus cinco meses, as transferências correntes foram feitas de maneira regular.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde – uma outra pergunta que é muito importante –, prestou apoio adequado e inclusive técnico à Secretaria de Saúde do Distrito Federal para aquisição de insumos e equipamentos essenciais? – como os respiradores ou *kits* de intubação e EPIs.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode detalhar...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Posso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que nível de assistência técnica foi esse?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O Ministério da Saúde, nos cinco meses em que eu estive à frente, fez a doação de 300 respiradores; EPIs: quase que semanalmente era abastecida a área de logística da secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando em treinamento técnico: se buscou preparar pessoal para o enfrentamento da pandemia. Não é o fornecimento, mais, de material. Isso ficou na pergunta anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nesse aspecto, V. Exa., nós não tivemos o apoio técnico de capacitação de pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. está informando que não houve a capacitação técnica.

Por acaso, V. Sa. ouviu falar que houve a capacitação técnica de outros Estados, de outras secretarias de saúde, e que isso ocorreu pontualmente com relação ao Governo do Distrito Federal? Ou isso foi a regra geral?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não ouvi falar, mas aqui, especificamente no Distrito Federal, nós não tivemos esse apoio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual foi exatamente o posicionamento da Secretaria de Saúde quanto a esse tema, a essa necessidade durante a sua gestão?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nós cobramos via ofício, nós procuramos fazer no nosso dia a dia esses treinamentos, essa capacitação, em vez de... E, naquele momento do início da pandemia, todo o sistema de saúde, principalmente o do Distrito Federal... Nós somos um Estado de mais de 3 milhões de habitantes concentrados aqui no quadrado, como nós falamos, e naquele momento aquela tempestade da primeira onda, principalmente, deixou todo o sistema muito tensionado. Então, nós, de toda sorte, como eu falei aqui no início, além da preparação da nossa equipe, além desse movimento que nós fizemos no tocante à atenção primária, na atenção secundária nós organizamos esse sistema, e na atenção terciária nós equipamos a rede de saúde para darmos essa segurança pra população do Distrito Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, isso como resposta no enfrentamento. A pergunta foi exatamente: qual foi o posicionamento da Secretaria de Saúde no seu período em função da não preparação técnica, profissional inclusive, por parte do Ministério da Saúde para o enfrentamento à pandemia? V. Sa. reclamou em algum momento?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Várias vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem algum registro disso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Tem registro na mídia. Inclusive fui o primeiro Secretário do País a me posicionar naquela época, inclusive no enfrentamento pessoal com o Ministro Mandetta, cobrando ações pontuais e diretas de ajuda, de apoio, de cooperação técnica aqui no Distrito Federal.

A mídia divulgou amplamente as minhas cobranças.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quais as reações do Ministro Mandetta? De que forma ele respondia as suas cobranças?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – À época ele não prestou absolutamente o apoio de que o Distrito Federal precisava. Nós cobramos, tivemos inclusive um debate pessoal acalorado, porque, como Secretário, era o meu papel cobrar todo o apoio, todo o suporte e não só ficar criticando e falando coisas que não são verdades. Mas eu cobrei muito esse apoio para o sistema de saúde do Distrito Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O Distrito Federal – uma pergunta que não pode calar – distribuiu medicamentos como cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina ou outros medicamentos que compunham o chamado tratamento precoce a partir de política pública, de dinheiro público da execução desses recursos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, a Medicina é feudal. Naquele momento, a minha postura como Secretário foi deixar os médicos fazerem a condução na relação médico-paciente da distribuição de qualquer medicamento ou de qualquer *kit* de intubação junto à população.

A nossa posição foi institucional no tocante à relação médico-paciente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta foi exatamente a seguinte: houve a utilização desses medicamentos como política pública do Distrito Federal?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Oficialmente, não. Nós deixamos a área médica, o corpo médico agir de acordo com as qualificações e as demandas médicas, mas, do ponto de vista... A secretaria não institucionalizou a distribuição desses medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes a secretaria recebeu o fornecimento desses medicamentos a partir da política pública especificada pelo Governo Federal?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Havia um cronograma de distribuição. Esse cronograma à época eu não tenho aqui, mas nesse cronograma o Governo Federal fazia essa distribuição dentro do cronograma na relação do ministério com os Estados, com as secretarias de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Distrito Federal é uma das unidades da Federação proporcionalmente mais afetadas pela pandemia, com mortalidade de 329,5 pessoas por covid a cada grupo de 100 mil habitantes.

A que se deve esse desempenho, esse desempenho ruim – possamos dizer assim – no combate à doença em um dos entes federados com mais recursos financeiros?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador Renan, nos meus cinco meses à frente da secretaria – isso é dado público que pode ser consultado nos órgãos que tomam conta –, nós tivemos a menor letalidade da doença no País – a menor letalidade, de março a agosto; foi a menor letalidade. Nós tivemos – e está aí no *site* do Ministério da Saúde pra ser conferido...

Nós tínhamos, no meu período de cinco meses, a maior cobertura de leitos por 100 mil habitantes no País. Isso são dados de domínio público. Então, no meu período – no meu período –, nós tivemos uma letalidade baixa e uma cobertura de leitos para a população das maiores do País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a deterioração, em seguida, deu-se a quê? Qual é a sua avaliação?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu só posso falar, Senador Renan, do meu período. Após o meu período, eu me desconectei completamente do sistema de saúde, mas eu não tenho como fazer nenhum juízo de valor de um período fora do meu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor integrou, em alguma oportunidade, o Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, senhor. Nunca integrei o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem esteve próximo, em algum momento?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Em algum momento, eu tive um amigo, contemporâneo meu, Dr. Adeilson Loureiro, que era Secretário-Executivo do Ministério, e nós... Ele foi Secretário de Saúde em Maceió; eu dei assistência, nós dirigimos o Cosems juntos e nós temos uma amizade de mais de 20 anos. À época, eu, Diretor do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

das Cidades; ele, Secretário-Executivo, nós almoçávamos uma vez por semana antes de irmos para o nosso Estado de Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual é a sua relação com o Adeilson Loureiro Cavalcante? Com o senhor?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A minha relação com o Adeilson é uma relação de amizade, desde Alagoas, desde Maceió, somente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, Relator, V. Exa. me permite só...

Eu não vi, no início, se houve o juramento de não mentir. Eu não lembro... Foi feito o juramento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve o pedido de juramento, e o depoente falou para o Presidente Omar, na oportunidade – Senadora Leila, que está presidindo, eu queria só dar esse testemunho –, que ele se restringiria aos termos da ordem de *habeas corpus* da decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, não fez juramento de dizer a verdade?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não, pelo que eu entendi, ele jurou nos limites do que foi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente isso.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas houve o juramento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, exatamente.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Foi isso que eu entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Era só essa questão, porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente isso que eu coloquei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... como ele disse que só poderia responder dos cinco meses que ele ficou na saúde, eu sei que depois ele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O Sr. Adeilson Loureiro participou, de alguma forma, da sua indicação ao cargo de Secretário de Saúde do Distrito Federal?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não participou?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não participou.

Eu escrevi um... Eu tenho um livro escrito que se chama *Manual do Gestor*. Eu encontrei o Governador do Distrito Federal – à época ele tinha sido eleito – atrás de recursos, correndo para organizar o Distrito Federal. Autografei, dei o meu livro, ele gostou do livro, viu lá o *Manual do Gestor*, e assim começou, assim que nós nos conhecemos.

O Dr. Adeilson não teve absolutamente nenhuma relação com a minha indicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele colaborou, de alguma maneira, com a sua gestão na Secretaria de Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Também não. Após a saída dele do Ministério da Saúde, no final do Governo, ele foi para Alagoas, e nunca mais nós tivemos contato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com outras autoridades e políticos do Partido Progressista?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Absolutamente nenhuma. A relação que eu tenho com algumas pessoas do Partido Progressista é a mesma relação que eu tenho com V. Exa. Nunca tive nenhuma indicação de V. Exa. nem de ninguém do vosso partido. É a mesma relação, na íntegra, com o Partido Progressista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tenha nenhuma dúvida de que é uma relação absolutamente saudável e transparente.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o Deputado Ricardo Ribeiro?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ricardo Ribeiro?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ricardo Barros?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não o conheço, de sentar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca esteve com ele?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Em momento algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já colaborou de alguma maneira com o Sr. Adeilson Cavalcante, que foi Secretário-Executivo do Ministério da Saúde durante a gestão de Ricardo Barros?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nunca! Nunca. Naquela época eu era da Câmara Federal. Trabalhei na Câmara Federal, na Secretaria de Comunicação aqui na Câmara; trabalhei e ajudei a construir aquele aplicativo Infoleg. E em seguida, fui diretor... Trabalhei com o Ministro Baldy, no Ministério das Cidades, como Diretor de Risco e Reabilitação Urbana, lá do ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretor do ministério...?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Das Cidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Indicado por quem?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Indicado pelo PRB, pelo Deputado Cleber Verde. Indicado pelo Partido Republicano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais pessoas que trabalharam com V. Sa. na alta cúpula da Secretaria de Saúde do Distrito Federal – por favor, faça um esforço – vieram da gestão de Ricardo Barros ou de Gilberto Occhi no Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Vieram do Ministério da Saúde para trabalhar na Secretaria de Saúde o Secretário Osnei, o Secretário-Adjunto de Assistência Sérgio Costa e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Secretário Osnei...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Secretário Osnei, Sérgio Costa... Que eu recorde, somente, Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sérgio Costa quem era mesmo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O Sérgio Costa era do Ministério da Saúde e foi para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal na condição de Secretário-Adjunto de Assistência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era a sua relação com o Sr. Alexandre Lages Cavalcante?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Absolutamente nenhuma. Eu... Inclusive, quando fui Diretor do Instituto Zumbi dos Palmares, em Alagoas, o Alexandre Lages era o Controlador do Estado – eu acredito que era ele –, e ele fazia lá as investigações, as tomadas de dados junto ao instituto, mas nunca tivemos nenhuma relação, nem de amizade, tampouco de convivência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. foi Diretor do Instituto Zumbi dos Palmares, em Alagoas, em qual Governo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – No Governo do Governador Teotônio Vilela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No Governo do Senador Teotônio Vilela.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Alexandre Lages exercia que cargo nessa oportunidade?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – À época, ele era o Controlador-Geral do Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor não tinha nenhuma relação com ele?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nunca tivemos. Conheço o Alexandre de "oi, oi", de cumprimentar na rua, mas nunca tivemos nenhuma relação próxima, tampouco de indicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que o Alexandre trabalhou com V. Sa. na Secretaria de Saúde do Distrito Federal?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Confirmo. Nós fomos... Eu fui convidado para a secretaria, na condição de Secretário-Adjunto, mas ele... A secretaria tem 12 subsecretários... Aliás, 12 secretários... 12 subsecretários e 3 adjuntos. Então, eu nem o encontrei na Secretaria de Saúde. Eu fiquei um mês. Ele entrou na Secretaria de Saúde, e eu já tinha saído para o Instituto de Gestão Estratégica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quem indicou o Alexandre para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não sei, Excelência. Eu não tenho conhecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Desculpe interrompê-lo aqui, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Secretário geralmente indica a equipe.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu não era Secretário, Senadora Leila. Eu não era o Secretário. Eu era Secretário-Adjunto. Eu fiquei um mês...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha que saber de tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Mas depois você – né? – foi à condição de Secretário. Manteve a mesma equipe?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A não ser que fosse um desinformado, tinha que saber de tudo.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não. Eu não tinha como indicar pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não teve?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu fui indicado para o cargo de Adjunto e...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor, então, como gestor da pasta, depois... Então, todos os subsecretários e os demais que estavam ali na sua equipe não foi o senhor que indicou?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – À época que eu entrei, eu entrei como Secretário-Adjunto; eu não era o Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k., mas o senhor foi e passou de Adjunto para Secretário.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, não.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu fui Secretária já, e eu sei que a minha equipe eu montei.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu não passei...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu faço essa pergunta ao senhor.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu não passei de Secretário-Adjunto para Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu passei de Secretário-Adjunto para Diretor-Presidente do Iges-DF.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – O.k., mas o senhor não teve nenhuma indicação ali?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Nenhuma. Nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nenhuma influência, o.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E o senhor não sabe quem indicou o Alexandre?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Não sei, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas sabe que ele foi Diretor do Ministério da Saúde, que é de Alagoas...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que foi trazido, com quem V. Sa. trabalhou no Governo, então, do Senador Teotônio Vilela.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois, V. Sa. estava como Secretário Executivo, ele foi nomeado no Governo do Distrito Federal, e V. Sa. não sabe?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas pelo menos sabe quem não foi. O Adeilson teve alguma influência na nomeação do Alexandre?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu não sei, Senador Renan, porque a secretaria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está negando, não sabe ou não quer informar?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu não sei. A Secretaria de Saúde é muito grande. Eu participei da transição, não tive nenhum contato com o Sr. Alexandre Lages na transição. Quando eu estava na condição de Secretário-Adjunto, a minha área era uma área muito demandada, e foi um mês somente, exatamente nesse período de transição, quando eu fui pro Iges-DF. Saindo do Iges, eu perdi completamente a conexão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor sabe, por exemplo, que o Alexandre deixou o Ministério da Saúde no início de 2019, após ser nomeado Subsecretário de Saúde no Governo do Distrito Federal. Ele foi exonerado cinco meses depois, com a repercussão negativa em torno da ação de improbidade administrativa movida contra ele pelo Ministério Público Federal, na Global Gestão em Saúde, em que também Ricardo Barros funcionava como réu.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Soube...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe desses fatos?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Soube através da mídia, porque eu não tinha... Apesar da secretaria, de eu estar no contexto do sistema de saúde, a secretaria é muito grande, então, pro senhor ter uma ideia, tem subsecretário na secretaria que no meu tempo eu nem conhecia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas era impossível que um Secretário não soubesse...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, mas eu soube pela mídia. Soube pela mídia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Alexandre...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Relator, só uma dúvida. V. Sa. citou o Prefeito Teotônio, o Governador Teotônio Vilela. No período em que V. Sa. foi Secretário de Assistência, quem era o Prefeito? Quem era o Governador? E se V. Sa. responde a algum processo com relação a esse período da Assistência. Lá em Maceió.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Prefeito de onde?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. não foi Secretário de Assistência?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Fui Secretário de Assistência do Prefeito Cícero Almeida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. De Maceió?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – De Maceió.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em qual partido ele estava na época?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não sei, Excelência. Nunca me liguei nas questões partidárias, eu sou um técnico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não sabe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. responde a algum processo nesse período?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe sim. O partido que o Prefeito integrava?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não sei, Senador. Não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E responde a algum processo nesse período aí?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo amor de Deus...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Respondo a processo sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Integrava o PP. Integrava o PP.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas deixe só eu perguntar: V. Sa. respondeu ou responde a algum processo nesse período?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Respondo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Alguma coisa...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Respondo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... em torno de 50 milhões, 56 milhões?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Respondo. É de domínio público, respondo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está respondendo? Está bom.

Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é o fato em que V. Sa. responde?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – É um processo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação a esses períodos.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu respondo, lá de Maceió, a um processo de improbidade administrativa, oriundo da Procuradoria da Prefeitura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E do Governo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Do Governo, nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Osnei Okumoto?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Conheci o Osnei na Secretaria de Saúde, nossa relação é uma relação de trabalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma também que o Osnei participou da gestão de Ricardo Barros e de Gilberto Occhi?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Participou da do Gilberto Occhi. Do Ricardo Barros, eu não sei informar a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então me tira uma dúvida: por que V. Sa., que inicialmente iria para a Secretaria Adjunta na gestão Okumoto, acabou por assumir a Presidência do Instituto de Gestão Estratégica, tendo sido mais tarde substituído nesse instituto por Gilberto Occhi, que tinha sido também Ministro da Saúde, em substituição a Ricardo Barros?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, àquela época, à altura, nós tínhamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. há de compreender que é um grupo só, que vem, vai para o ministério, vai para o Governo do Distrito Federal.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. vai nomeado, indicado para o instituto, depois sai, quem assume é o Gilberto Occhi, é um grupo só.

A prefeitura que V. Sa. integrou, em Maceió, era também do Partido Progressista.

Talvez V. Sa. precise se esforçar um pouquinho mais para colaborar com esse esclarecimento.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, não tem nenhuma digital de indicação minha ligada a partido político. Sobretudo, eu não falei aqui, a título de esquecimento, ou que eu estou querendo faltar com a verdade com relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem mais, então, da gestão do Ministério da Saúde assumiu cargos no instituto do Distrito Federal, instituição que tem orçamento de cerca de R$1 bilhão por ano e, atualmente, é alvo de várias investigações por irregularidades?

Quem mais do ministério participou dessa gestão?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Na minha época à frente do instituto, em um ano e três meses que eu passei, a única pessoa que ocupou cargo, já no final comigo, foi o Sérgio Costa. Eu o convidei para sair da Secretaria de Saúde e assumir a Vice-Presidência do Instituto de Gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Fábio Gonçalves Campos?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Fábio Gonçalves Campos, eu o conheço. É uma pessoa que trabalhou aqui na Câmara quando eu trabalhei também.

Eu o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece de quê? Pode detalhar de que oportunidade? De que forma?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Conheço o Fábio Campos e a esposa dele. Eu fui padrinho do casamento deles, o conheci aqui na Câmara. Ela é do Tesouro Nacional e, à época, me convidaram e eu fui padrinho do casamento deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi padrinho do casamento, que contou com a participação de personagens do Partido Progressista e o Fábio Campos utilizou o nome de uma empresa de um amigo para vender seus produtos à Secretaria de Saúde do Distrito Federal em licitação viciada, segundo nos informa o jornal *Correio Braziliense*.

Qual é a sua relação com o empresário João Kennedy Braga?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não tenho relação com o empresário João Kennedy Braga, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Da mesma forma que aqui, a mídia do Distrito Federal, divulga amplamente eu em cima de um caminhão com fotografia do Governador de Alagoas, e nós nunca tivemos relação nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas sabe que ele é ligado ao Partido Progressista.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, o Governador de Alagoas não é ligado ao Partido Progressista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não, eu estou falando do João Kennedy Braga.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, porque não tenho relação com ele.

Não tenho relação, nenhum tipo de relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas acabou de dizer que conhece, que tinha?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, o Fábio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o Fábio eu perguntei anteriormente.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Kennedy Braga, não tenho relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. falou que tinha sido padrinho de casamento,

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Kennedy Braga, não senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... lembrei que ele participou de licitações fraudulentas no Governo do Distrito Federal.

Agora, eu estou perguntando qual é o grau de relacionamento seu com o João Kennedy Braga?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não tenho relação com o João Kennedy Braga.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não conhece?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não sabe que ele é ligado ao Partido Progressista, que ele é do Piauí, não sabe disso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, eu o conheço de ver na rua, de encontrar em restaurantes quando eu vou almoçar, em um café, em ver assim, mas...

Conheço como conheço V. Exa., Senador Izalci.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não conheço de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. não conhece o Senador Izalci dessa forma.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não conheço o empresário Kennedy Braga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece com muito mais proximidade, porque as informações dizem que, na pasta da saúde, Kennedy se aliou a algumas pessoas, inclusive a Adeilson Loureiro Cavalcante.

O Kennedy é piauiense, é ligado a um Senador, pelo menos, lá do Estado do Piauí. Era um lobista que mantinha, na Secretaria de Saúde, dentro da Secretaria de Saúde do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Distrito Federal, ao lado do gabinete do ex-Secretário, ao lado do seu gabinete, uma sala para fazer *lobbies* e para influenciar nos contratos de licitação.

Então, é evidente que V. Sa. o conhece de maneira diferente da que conhece o Senador Izalci. Eu não acredito que V. Sa. tem esse grau de intimidade...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O Kennedy Braga não teve gabinete ligado ao meu gabinete na Secretaria de Saúde. Nem o vi nos cinco meses que eu passei à frente da Secretaria de Saúde. Então, não existiu esse fato de empresário lobista ter gabinete ao lado do meu gabinete na Secretaria de Saúde, que ficava ali no PO. Então, nesses cinco meses que eu fiquei à frente da Secretaria de Saúde, nunca, em tempo algum, eu estive nem sequer em algum lugar com o lobista Kennedy Braga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. foi preso no ano passado? Pode nos detalhar esses fatos?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador Renan, durante cinco meses – e eu quero aproveitar essa oportunidade aqui... (*Pausa.*)

Durante cinco meses que eu estive à frente da Secretaria de Saúde, recebi vários políticos do Distrito Federal preocupados com a covid. Fui bombardeado por mais de 270 ofícios do Ministério Público. A Secretaria sofreu três buscas e apreensão. A terceira culminou com a prisão da cúpula. E nós, em meio a tudo isso, saímos, na atenção primária, de 42% para mais de 90% de cobertura; oxímetro em todas as unidades básicas, doados pelo Itaú; compra de nenhum respirador; menor letalidade do País; maior cobertura de leitos por 100 mil habitantes. Criei uma comissão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Permita a interrupção. V. Sa. não pode exibir esses números, porque eles não são verdadeiros.

O Distrito Federal é uma das unidades da Federação proporcionalmente mais afetadas pela pandemia. A verdade é essa.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nos cinco meses...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com uma mortalidade de 329,5 pessoas por cada grupo de 100 mil habitantes.

Eu não vou ficar aqui discutindo cinco meses. O meu papel é discutir o enfrentamento da pandemia e os resultados. Eu estou trazendo um resultado atualizado. Se os seus cinco meses na secretaria, se os seus... Quantos meses na secretaria executiva?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Na secretaria executiva, um mês.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se os seus... Quantos meses no instituto?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Um ano e três meses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bom, se esses meses todos, de uma forma ou de outra, afetaram no desempenho do enfrentamento à pandemia no Governo do Distrito Federal ou não, isso é uma outra pergunta.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o fato é que V. Sa. não pode exibir esses números...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque isso passa como uma tentativa de enganação, de distorção daquilo que na verdade aconteceu e continua acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu queria voltar à pergunta anterior, por favor: qual é seu relacionamento com a empresa Precisa Medicamentos?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não tenho nenhum tipo de relacionamento com a empresa Precisa Medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o senhor conheceu os donos da Precisa?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não conheço os donos da Precisa. Eles participaram de um certame na Secretaria de Saúde, como todos os outros que são publicados no *Diário Oficial*, disponibilizados no *site* da secretaria, e eles participaram dos processos como todos os outros processos que tiveram. Eu nunca tive nenhum tipo de relação nem contato com pessoas ou dono, ou empresário, da empresa Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como é que eles participaram do processo, se eles tinham dado um golpe no Ministério da Saúde com as pessoas que haviam trabalhando com V. Sa., um golpe de R$20 milhões? Ganharam uma licitação para remédios para serem utilizados no enfrentamento das doenças raras, e não entregaram nada! Nada! Quer dizer, isso envolve diretamente – e por isso responde na Justiça – o Deputado Ricardo Barros, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem levantado que tem sido um coordenador desse processo todo de corrupção, porque ele estava na conversa do Presidente da República com os irmãos Miranda, ele estava por trás do pedido para que o Presidente da República mandasse uma mensagem ao Primeiro-Ministro da Índia, ele estava na lei que autorizou a importação da Covaxin, na lei ou na tentativa de se fazer lei para aquisição de vacinas por empresários... Essa não foi sancionada porque foi barrada pelo Senado Federal, mas aprovada na Câmara dos Deputados, com a ênfase de pessoas do partido que V. Sa. integrou – pelo menos se aproximou –, o Partido Progressista, na defesa que beneficiava também a Precisa.

Como é que essa empresa vai à sua secretaria, depois de ter dado um cano, um calote no Ministério da Saúde, numa coisa tão importante, e participa tranquilamente de um processo de licitação? Pra enganar novamente! Porque, se ela tivesse participado de um processo de licitação para entregar os produtos, com esses antecedentes... Mas, para enganar novamente, comprometer V. Sa... Inclusive, depois foi preso exatamente por isso.

Apesar da sua preparação, do fato de ter livros publicados, será que a intuição, pelo menos, não funcionou, para evitar que isso acontecesse? Ou quem é que tinha interesse de levar a Precisa para a Secretaria de Saúde? Ela tinha contratos anteriores com a Secretaria de Saúde?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse seria o primeiro?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Esse é o primeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O que...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, os processos licitatórios da Secretaria de Saúde à época, mesmo os emergenciais... A secretaria tem um orçamento de mais de 8 bilhões. Eles são rápidos, eles são dinâmicos, eles são todos dentro de um passo a passo que precisa ser seguido, e um deles é a publicação no *Diário Oficial*; em seguida, a publicação no *site* da secretaria e a emissão de propostas pelas empresas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então me responda uma coisa: V. Sa. confirma que a Precisa Medicamentos apresentou proposta fora do prazo permitido pelas regras de licitação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é verdade isso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço à Secretaria da Mesa que, por favor, mande levantar essas informações, porque o que consta do processo licitatório é que a Precisa Medicamentos apresentou proposta fora do prazo permitido pelas regras de licitação. Mas, mesmo assim, a empresa foi aceita no processo de compra dos testes para covid-19.

Qual foi sua justificativa então para a proposta feita fora do prazo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A Secretaria de Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fale um pouco sobre esse detalhe que está registrado no processo.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu quero pedir a permissão de V. Exa. para eu ler para os senhores, e eu acredito que isso vai esclarecer muito a esta Comissão, com relação a esse processo. E eu faço com a consciência muito tranquila e o coração muito em paz.

Eu vou fazer a leitura para os senhores e, se quiserem, depois eu posso subsidiar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Leitura de quê?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Deste documento que eu tenho em minhas mãos que detalha tecnicamente como se deu esse processo que envolveu a empresa Precisa Medicamentos e as outras empresas que participaram também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, desde que V. Exa. seja sucinto. Nós queremos aproveitar a sua presença aqui para a gente esclarecer muitos pontos.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Então, eu solicito à Comissão que junte este documento...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor pode encaminhar. Pode encaminhar para nós.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – ... junte esse documento onde ele mostra de "a" a "z" o processo que, inclusive, culminou com o nome desta operação. E, se os senhores pegarem o processo de "a" a "z", os senhores irão ver toda a movimentação da Subsecretaria de Administração, a movimentação do Secretário e como se deu esse processo. E quando juntar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque a acusação que paira nessa circunstância, isso foi noticiado aqui pelo Metrópoles, é que V. Sa., valendo-se de informações genéricas, determinou a abertura do prazo de apresentação das propostas, que era artimanha utilizada para que a empresa de interesse, no caso a Precisa, tivesse mais tempo para apresentar a proposta. Aliás, esse é o método, o *modus operandi* – é o método, é o *modus operandi* – da Precisa em todas licitações de que participou. Nós acabamos de ver aí um roteiro da corrupção feito pela Precisa, sugerido pela Precisa, para burlar o Ministério da Saúde, o sagrado dinheiro do povo brasileiro, que ela chamou de arquitetura, Senador Randolfe Rodrigues, arquitetura...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Arquitetura ideal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Arquitetura ideal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aliás, para todos os procedimentos da Precisa, tinha a chamada arquitetura ideal, com personagem que deveria fazer a operação e com, ao final, sempre a recomendação "faz tudo isso, depois empenha e contrata".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Faça isso. Não faça isso. Avoque. Não dê resposta no prazo."

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela fez isso em todo lugar. Então, ela deve ter utilizado no mínimo a sua boa-fé. Se ela participou de um processo depois do prazo de apresentação formal da proposta, quer dizer, o que é que houve? V. Sa., com tanta experiência, como não impediu que essa participação acontecesse?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso que...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Até uma folha de papel como esta que é bem fina aqui tem dois lados.

É a primeira vez, nesse tempo todo, que eu estou falando em algum lugar – primeira vez. Nem para a imprensa eu falei. Se pegar um processo de que a Precisa participou, de capa a capa, de "a" a "z", pegá-lo na Secretária de Saúde, os senhores vão perceber que lá na participação dela existia um processo aberto pra compra de 50 mil testes. Eu, à época, como Secretário de Saúde, mandei cancelar o processo e reabrir para comprar 300 mil testes, onde participaram sete empresas, entre elas a Precisa.

Então, não... Eu tenho a minha consciência tranquila e em paz que não tem e nem terá a minha digital em nenhum só lugar de relação com a empresa Precisa. Eu tenho experiência e maturidade suficiente para, à época – à época –, seguir o trâmite que a Secretaria de Saúde utiliza e utilizava, do ponto de vista da transparência, para fazer.

Agora, eu não posso me responsabilizar pelo que aconteceu. Eu estou me defendendo no processo, eu irei provar a minha inocência no processo, e nem tudo que se diz... É como uma folha de papel, que tem dois lados: eu nunca falei. É muito bom noticiar e falar e dizer e fazer opiniões empíricas do que se acha. Peguem o processo, busquem o processo na Secretaria de Saúde, vejam o processo desde o início da demanda pela área assistencial até a compra efetiva, e os senhores vão ver se tem alguma digital minha nesse processo. Eu me defenderei nesse processo com a minha dignidade intacta. A minha cabeça...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As digitais são de quem, por favor, no processo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – No processo... A verdade do processo é a verdade legal, é o que tem lá dentro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, as digitais são de quem no processo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Minhas não são e não acredito que tenha de ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas o senhor era o Secretário. Elas são de quem?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não tem digitais de ilegalidade, de corrupção nesse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, digitais de pessoas. É isso o que eu estou perguntando.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Toda área assistencial, toda a área administrativa e toda a área de compra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas quem são as pessoas, por favor?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Todos os todos os secretários, o Secretário de Administração Geral...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era o nome dele, por favor?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O Secretário de Administração Geral... Iohan Struck é o Secretário de Administração Geral. Na área assistencial, o Secretário Ricardo Mendes, que demandava e fazia a solicitação, o laboratório central... Então, todas as áreas técnicas da Secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor atribui a eles a participação, a elevação do prazo para a aceitação da proposta e a burla de a Precisa ter participado dessa licitação depois de ter enganado o próprio Ministério da Saúde e outros órgãos públicos?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque, se fosse só o Ministério da Saúde...

O senhor conhece Francisco Maximiano?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem da Precisa tratava dessa questão junto à Secretaria de Saúde do Distrito Federal?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nunca teve ninguém da Precisa tratando desses assuntos na Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu não sei se V. Exa. percebeu, mas, no processo que está à disposição da CPI, não tem digital, tem uma comunicação: "Não publique o resultado ainda". Alguém falou isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu, inclusive, queria... Agradecendo a participação do Senador Izalci – eu vou ter que viajar daqui a pouquinho –, eu queria pedir publicamente à Senadora Leila para que, eventualmente, o Senador Izalci pudesse, circunstancialmente, pontualmente, concretamente me substituir aqui na relatoria durante essa oitiva.

Então, o senhor está dizendo que o Maximiano nunca esteve na Secretaria de Saúde?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Comigo? Nunca. Não nunca esteve; que eu saiba, não. Comigo, nunca esteve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Emanuel Catori?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não conheço Emanuel Catori.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor conhece Daniel Moleirinho Feio Ribeiro?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu falar?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nunca ouvi falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já ouviu falar da Belcher Farmacêutica?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Só pela imprensa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Só pela imprensa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas pode detalhar? Pela imprensa? Em que circunstância?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – De citar o nome.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela também foi alvo da Falso Negativo, a Belcher?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não sei, Senador. Como é o nome da empresa? Bélgica?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Belcher, Belcher.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não sei informar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério Público do Distrito Federal informa que houve possível conluio entre as empresas Belcher Farmacêutica, também ligada ao Ricardo Barros, de Maringá...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Hum-hum... (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Serviços Médicos Ltda., Matias Machado da Silva e W. S. do Prado Importação e Exportação. As propostas apresentadas por elas eram exatamente iguais. Saíram do mesmo lugar e continham a mesma redação. A própria diagramação era exatamente igual e os preços eram bem próximos, mesmo se tratando de empresas completamente diferentes. Quer dizer, isso é uma coincidência muito grande.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Até a conta do banco, em duas, é igual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra empresa, também ligada ao Ricardo Barros, de quem se aproxima, queria repetir, toda essa bandalheira no enfrentamento da pandemia ... E V. Sa. não sabia, não tinha conhecimento disso como secretário? (*Pausa.*)

Estou aguardando a resposta.

E com aquiescência da... O senhor não sabia? Não sabia...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, o fluxo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da existência da Belcher nem sabia que ela estava sendo investigada na Falso Negativo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, o fluxo processual na secretaria segue um rito que existe lá, um rito bem burocrático. Então, eu, como Secretário de Saúde, não tenho, por exemplo, domínio de documentos, de propostas que tramitam no âmbito da Secretaria de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deveria ter. E a Secretaria de Saúde, na sua presença, pelo menos, deveria ser um lugar onde essas tentativas de fraude que acontecem com a presença do Maximiano, do Ricardo Barros, de pessoas que integraram o Ministério da Saúde e que têm proximidade com partidos políticos, que V. Sa. evidentemente sabe, conhece, ouviu falar, embora não queira dizer para colaborar com o andamento das investigações...

Com a aquiescência de V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e do Vice-Presidente também, eu queria convidar o Senador Izalci pra que eventualmente possa exercer, Senadora Soraya, Senador Humberto, Senador Randolfe, Senador Reguffe, Senador Girão, até o término desse depoimento, a função de Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado, viu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A direção desta CPI, Senador Renan, estará muito bem representada sob a Presidência da Senadora Leila Barros e sob a relatoria *ad hoc* do Senador Izalci Lucas.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Poderia só ler a lista do dos inscritos, a ordem das falas?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim. Os titulares: Senador Izalci, que agora é Relator; Senador Humberto Costa; depois, Senadora Leila – eu vou trocar, vou pedir pra Senadora Soraya vir assumir a Presidência – ; Senador Randolfe Rodrigues; o senhor é o sexto, Senador Reguffe; sétimo, Marcos Rogério; oitavo, Luiz Carlos Heinze e nono, Jorginho Mello, Senador Jorginho Melo. Suplentes: Rogério Carvalho; Senador Alessandro Vieira. Não membros: Senadora Zenaide Maia, no remoto; Senador Jean Paul Prates, Senador Fabiano Contarato, no remoto; Senador Eduardo Girão, que está permutando, trocando com o senhor; e a Senadora Simone Tebet, Líder da Bancada Feminina.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria de me inscrever, Sra. Presidente, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não, Senadora. Inscrita.

Passo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Senadora Leila.

Bem, a primeira pergunta que eu tenho a fazer ao Sr. Francisco Araújo: o senhor dorme bem?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Muito bem, porque eu tenho a minha consciência tranquila.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor tem a consciência tranquila?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Tenho a minha consciência tranquila.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Coloca a sua cabeça no travesseiro tranquilo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Coloco. Coloco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mesmo sabendo que milhares de pessoas tiveram suas vidas afetadas por essa covid e há várias irregularidades na secretaria e nos Iges? Só isso.

O SR. CLEBER LOPES DE OLIVEIRA – Sra. Presidente, eu vou fazer um requerimento a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não.

O SR. CLEBER LOPES DE OLIVEIRA (Para expor.) – É que o *habeas corpus* é muito claro, e o Francisco quer colaborar. Se a Comissão, com todas as vênias, começar a tratá-lo com ironia e com deboche, ele vai permanecer em silêncio, porque não é possível que o depoimento seja conduzido dessa maneira, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu não vou com ironia, não. Muito pelo contrário. Tenho um respeito muito grande, principalmente pelas mais de 10 mil pessoas que morreram no Distrito Federal. Muito pelo contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Com a palavra.

Sigamos, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Bem, nós estamos diante, Presidente, do maior escândalo de corrupção na saúde pública do DF em todos os tempos. Eu pediria à Mesa para colocar o eslaide 1, primeira página.

Está aí a composição. A Operação Falso Negativo está investigando um poderoso esquema de corrupção na saúde montado no Governo do Distrito Federal por homens de confiança de Ibaneis Rocha. Adeilson Cavalcante trabalhou, a convite do Ibaneis, Governador Ibaneis Rocha, no Governo de transição. Foi ele que concebeu o modelo de gestão de saúde pública aqui na Capital Federal.

V. Sa. negou, mas vamos mostrar que a indicação desse grupo que participou da saúde do DF foi, a indicação de muitos deles, de Adeilson Cavalcante, que V. Sa. confessou já que é de Alagoas e disse que já o conhece há muito tempo, inclusive, para V. Sa. ocupar a primeira Presidência do Iges, que é o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde e, depois, a própria Secretaria de Saúde do DF.

Eu vou mostrar aqui, Presidente, alguns casos que comprovam a força do Adeilson aqui no Distrito Federal. Na gestão, agora, do Governador Ibaneis Rocha, pode ser constatado – vou botar duas oportunidades –, por exemplo, que, no dia 27 de junho de 2019, o então Secretário de Saúde Osnei Okumoto exonerou o Coordenador Especial de Tecnologia da Informação em Saúde, Geraldo Andrade de Oliveira, por suspeita de corrupção. Ele exonerou. Ato contínuo, após ser comunicado dos motivos, Ibaneis Rocha publicou, então, no *Diário Oficial*, a exoneração – foi exonerado –, todavia, no dia 16 de julho, na sequência, Geraldo Andrade de Oliveira foi nomeado Subsecretário de Infraestrutura da Saúde, segundo posto de maior importância na Secretaria de Saúde. Por detrás da nomeação, estava Adeilson Loureiro Cavalcante.

Também apareceu em outro episódio: no escândalo de concorrência pública da contratação de empresa especializada em limpeza e manutenção das unidades ligadas à Secretária de Saúde. O TJDFT havia determinado a suspensão da concorrência por suspeita de fraude processual que teria beneficiado a empresa alagoana BRA Serviços Administrativos.

O Governador Ibaneis Rocha acatou a decisão e exonerou 22 servidores suspeitos de envolvimento. Entre os exonerados, estava a Chefe de Gabinete, do então Secretário de Saúde, Andressa Bolzan, e a Subsecretária Márcia Helena Nerva Blumm. A exoneração de Andressa foi apenas uma demonstração de força de Adeilson Loureiro, para mostrar que o então Secretário Osnei Okumoto não tinha poder algum na Secretária de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Inclusive, como pano de fundo das exonerações, estava o então Diretor do Instituto Hospital de Base, Francisco Araújo Filho, responsável pela licitação.

Pergunto a V. Sa.: com relação a essa licitação, V. Sa. participou ou não?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Senador Izalci, primeiro, eu quero esclarecer que eu não acusei nenhuma das pessoas que trabalharam na secretaria ainda quando o Senador Renan estava na relatoria.

Segundo, essas informações...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, não foi isso que eu entendi. V. Sa. disse claramente que fazia isso.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Essas informações que V. Exa. está trazendo não estão no processo pelo qual versa tanto o Falso Negativo quanto a CPI.

E, terceiro, responder processo não significa que a pessoa já é condenada ou já foi julgada. Se, assim o fosse...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou perguntando se V. Sa. participou disso, conheceu isso.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – ... todo o Parlamento, boa parte do Parlamento estaria condenada.

V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu estou perguntando se V. Sa. tomou conhecimento dessa licitação. É só isso.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu estou aqui para tratar das questões da covid e do processo Falso Negativo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso tudo tem a ver com a covid aqui.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – E no mais, no mais, eu me restrinjo ao meu direito legal de não responder.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.!

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu vim aqui para tratar da covid. Não vim para discorrer aqui sobre o sistema de gestão de saúde do Distrito Federal, nem tampouco sobre esse organograma que V. Exa. colocou aqui, que é totalmente fora do meu conhecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Mas ele é o Relator, ele pode perguntar, e o senhor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou fazer as perguntas, e V. Sa. responde ou não.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... se quiser, fica calado.

Por favor, prossiga, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. disse que não conhecia o Kennedy Braga, o João Kennedy Braga. Está ali a foto dele. É o João Kennedy Braga. Inclusive, a Precisa... Por isso tem a vinculação da Precisa Medicamentos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Relator, só uma pergunta: o que significa operador aí no caso? É como lobista?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Fazia... É lobista.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, tá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O João Kennedy Braga operava por meio de escritórios e viabilizava esses desvios. Aliás, o Sr. Kennedy emplacou a nomeação de dois genros – dois genros: Michael Jefferson Lima Santos, para Subsecretário de Infraestrutura em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, e Everardo Gueiros, conhecido como Vevé, para a Secretaria de Projetos Especiais do DF, que cuidava das PPPs Projetos Especiais.

Pergunto: V. Sa. conheceu Michael Jefferson Lima?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, Excelência.

Sobre essas questões...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi Secretário, Subsecretário de Infraestrutura de Saúde?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu era Presidente do instituto.

Sobre esse assunto que o senhor está falando, eu não tenho nenhum conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Certo.

Bem, dessa forma também, a Secretaria de Saúde, sem licitação, Presidente, e de forma dirigida, comprou testes comprovadamente ineficazes e por preço acima do mercado. Esses testes tinham sido recolhidos em vários países por apresentarem exatamente resultados falsos, o que gerou exatamente o nome Falso Negativo – exatamente por isso.

Só para lembrar ainda, Presidente, quem é João Kennedy Braga. Tem uma licitação no Iges que contratou MV Sistemas Ltda.: cerca de R$100 milhões para um sistema de tecnologia para o gerenciamento de hospitais. Sobre isso, inclusive, vale registrar o seguinte: o representante da empresa MV Sistemas chamava-se Joabe Francisco Barbosa, e ele foi substituído justamente por João Kennedy Braga, operador do GDF do Governo Ibaneis Rocha. Incríveis as apurações, não é? Tem formatado de ser a própria empresa MV que fazia inclusive os editais do sistema, ele mesmo é que preparou.

Nesse período, V. Sa. era o Presidente do Iges quando teve essa questão da MV, desse sistema? V. Sa. era o Presidente?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – V. Exa., o sistema MV está nos maiores hospitais do País. Quando eu cheguei a assumir o Instituto de Gestão... Esse sistema hoje o Hospital de Base, as UPAs e Santa Maria têm o sistema MV. Quando eu cheguei, o sistema já estava implantado no Iges, na época no IHB, (Instituto de Hospital de Base). Quando eu cheguei no Instituto de Gestão, o sistema MV lá já existia. Ele é...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não houve nenhuma contratação posteriormente por V. Sa.?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O MV é antes. Antes, quando nós chegamos, o MV lá já estava. Hoje nós temos o sistema TrakCare, nos 15 hospitais da rede. São 16 hospitais na...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Acho que você não entendeu...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Quando eu cheguei, lá já estava. Não teve...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – No período de V. Sa. não houve aditivo? Não houve compra de mais nada?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não teve contratação. O sistema lá já estava, já existia um processo – como até hoje existe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E V. Sa., então, não participou de nada disso? Nem conhece que o Kennedy foi, inclusive, substituído? Era o Joabe, passou a ser o Kennedy Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Seria muito bom se essas informações que o senhor está trazendo esta Comissão requisitasse, esses processos, e visse os processos, porque um processo, dentro de um órgão público, diz o passo a passo, desde a solicitação da compra até o pagamento, até as medições do serviço, até o "atesto" das notas. Fazermos esses questionamentos jogados dessa forma é muito empírico para uma realidade que é totalmente diferente.

Então, pontualmente respondendo: o MV, quando eu assumi o instituto, já estava contratado, ele já estava rodando e girando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E V. Sa. não participou de mais nada com relação a isso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Como é que eu vou criar um sistema se já está contratado?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. O.k. É isso que eu queria saber. Nós vamos apurar isso.

Segundo as investigações, diversas pessoas participaram do esquema, entre elas – que V. Sa. acabou de citar que conhece bem –, Sergio Luiz da Costa e Alexandre Lages Cavalcante. Eu vou citar aqui, ó...

Primeiro, foi exatamente V. Sa. o Presidente do Iges, digo na gestão já do Governador Ibaneis Rocha. Na sequência, foi Sergio Luiz da Costa, ex-assessor do gabinete da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde no período de Ricardo Barros. O Sr. Sergio Luiz da Costa, que assumiu o Iges (Instituto de Gestão Estratégica de Saúde), foi exatamente da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde na gestão do Ricardo Barros. E depois Gilberto Occhi também, que foi exonerado em poucos dias, só para conhecer.

Como todos nós sabemos, há uma carência muito grande de recurso para a Saúde do DF, que enfrenta – e foi dito aqui pelo Relator, Senador Renan – realmente essa grave crise com déficit. No caso do Iges, Senadora Leila, contando os impostos, etc., são mais de 400 milhões de déficit do Iges – 400 milhões, considerando tudo isso.

O Governo Federal, Senador Girão, transferiu para o GDF 3 bilhões – bi. Em uma auditoria que o TCU fez, encontrou estas mesmas irregularidades: superfaturamento, indicação de empresa, dessa forma como foi dito aqui.

E eu quero aqui registrar com relação ao Secretário Osnei Okumoto. Não sei o que foi, porque saiu, foi para o Hemocentro, aí foi exonerado agora e foi para o Hemocentro de novo, não foi demitido. O Sr. Osnei Okumoto, aliás, é bom registrar, em 2016, foi convidado então pelo Ministro da Saúde Ricardo Barros para assumir o cargo de Coordenador-Geral de Laboratórios de Saúde Pública. Em março de 2018, o PP indicou o Gilberto Occhi para o cargo de Ministro. Um mês depois, Osnei Okumoto ascendeu ao cargo de Secretário de Vigilância em Saúde do ministério na gestão Gilberto Occhi, que estava, até semana passada ou 15 dias atrás, como Presidente do instituto. E, quando ele assumiu a vaga deixada por Adeilson, ele entrou no lugar do Adeilson Loureiro Cavalcante, que passou a ser o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde.

Então, como foi dito aqui, na prática o *modus operandi* que acontece no ministério é exatamente igual ao que acontece aqui no Distrito Federal.

Por favor, o segundo eslaide. (*Pausa.*)

Um quadro sintético aí. Mesmo assim, nesse caso, Francisco Araújo comprou da Precisa 150 mil testes – está em amarelo aí em cima –, 150 mil testes a 139,90, Precisa.

A empresa que apresentou o menor preço é a que está em verde, 73, e, coincidentemente, nesse mesmo período, teve um pregão eletrônico do Sesc – do Sesc

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

aqui do DF! Está lá o preço, R$18. E olha que a secretaria comprou também – está lá em rosa – da Luna Park Brinquedos a R$180 a unidade, dez vezes mais o que aconteceu.

Bem, o pior... Todas essas propostas, como foi dito aqui, várias empresas apresentando propostas que não tinham... Geral, uma proposta em que não dava para identificar a quantidade, por exemplo, nada, só para cobrir essas concorrências aí, que foram sem licitação e tudo o mais.

O pior não foi só a compra, não. O pior estava por vir. Está ali, ó: os testes adquiridos não eram confiáveis. E o que estava no edital não era o teste que foi entregue; era MedTeste. O que foi entregue era uma marca chinesa, Livzon. Se olhar a Dinamarca, a Argentina, a Índia, a China estavam recolhendo, porque não tinha efeito nenhum.

Então, quando eu digo aqui, se dá para dormir, alguma coisa, é isso. Várias pessoas do Distrito Federal, pessoas simples, todas foram fazer o teste, saíram de lá com o teste negativo, foram para casa tranquilas, confiantes de que não estariam contaminadas, e o teste não valia absolutamente nada, não tinha efeito absolutamente nenhum. Então, é lamentável o que ocorreu no DF. Por isso que eu fiz a primeira... Não é brincadeira nem insinuação. É isso aí.

E, como foi dito aqui pelo Senador Renan Calheiros, o Poder360 fez um gráfico até julho, agora. Se fosse país, Brasília seria o terceiro país com o maior número de mortos – o terceiro. O Maranhão ficaria em 28º.

O terceiro, por favor.

Olha as conversas! Vamos ver agora esse diálogo, parte dele – tem muito mais coisa, mas eu resumi. Hoje nós temos mais de 10 mil vidas perdidas, e o GDF, e a máfia da saúde, que está... Foram presos alguns. Sabe por que a defesa, eles soltaram? Porque a alegação foi que o Ministério Público não era competente, porque o recurso era federal.

Olha aqui, são mais de 46 milhões desviados com relação a essas licitações que foram feitas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Olha o que diz a funcionária da Biomega, que participava lá, Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ninguém está nem aí – sabe? – para o ser humano. Ninguém está aí para o ser humano. Se a pessoa vai morrer, se não vai, se vai contaminar outros, eles não estão nem aí; eles só querem saber de ganhar dinheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Senador Izalci, só aproveitando este momento em que o senhor está apresentando, contextualizando a situação das relações do Secretário com essa troca de mensagens, eu pergunto ao senhor: o senhor falou que não conhece o pessoal da Precisa, mas, na ação da Falso Negativo, a denúncia, mostram diálogos onde o senhor apresenta a proposta via WhatsApp para um servidor da própria secretaria, que está cuidando. O senhor envia. Por que essa proposta não foi enviada por um *e-mail* institucional? Nós tivemos acesso a isso, e, pelo WhatsApp, tem essa conversa do senhor, apresentando essa proposta pela Precisa.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Senadora, eu queria que a senhora, V. Exa. mostrasse essa conversa onde eu mando proposta da Precisa no processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Mas na própria denúncia tem isso.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu pedi a V. Exa., aos senhores, a esta Comissão que pedisse, que requisitasse esse processo de A a Z, inclusive o processo criminal.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O processo criminal eu li já, mais de dez vezes. Eu não encontrei nenhuma conversa minha encaminhando proposta da empresa Precisa. Esse documento eu deixarei...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, o senhor nega...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu não nego, não. Eu afirmo que não tem conversa minha mandando documento de empresa Precisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu estou falando que não tem conversa minha...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... se me permite...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – ... encaminhando proposta à empresa Precisa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está claro aqui na memória. Está dito assim...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Tem vários diálogos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas um está assim: "Não publique o resultado" – não publique! E depois ela ganhou a licitação. E foram desclassificadas algumas empresas sabe por quê? Porque o prazo era 24 horas; não dava tempo de as pessoas apresentarem o teste em 24 horas. Mas desclassificaram, para fazer de novo, e aí a Precisa ganhou, independentemente de ter a primeira com 73. Mas isso aí cabe procurar porque estão aí... Tem outros diálogos. Eu vou mostrar alguns diálogos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Relator, no contexto, quem são essas pessoas do diálogo – essa funcionária da Biomega e esse Emmanuel Carneiro? Quem são essas pessoas? De qual quebra de sigilo é isso daí?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essa Biomega... É uma servidora, uma funcionária dessa empresa. Foi a empresa que ganhou também no tratamento do covid e que estava lá atendendo a população e vendo o que é que estava acontecendo. Ela dizia assim: "Olha, todo dia tem um teste diferente". Mas as pessoas não estão preocupadas, não estão nem aí para o cidadão. O cara pode morrer, pode estar morrendo, pode estar contaminado ou não; eles só querem saber de ganhar dinheiro.

E Emmanuel Carneiro...

Conhece o Emmanuel Carneiro, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele diz...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Conheci. Conheci quando estava comigo lá... Eu o conheci quando nós ficamos presos juntos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E está lá, ele disse, então: "E ganharam muito dinheiro". É um diálogo que tem lá.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Emmanuel Carneiro é quem? Era servidor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele é o quê, Secretário?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... da Secretaria de Saúde do DF?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sobre a empresa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Francisco, esse Emmanuel é de onde?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual era a função do Emmanuel?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Emmanuel Carneiro.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – À época, ele era da área de logística, se não me engano, ou da área de distribuição. À época da operação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Isso é uma conversa de WhatsApp?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está no processo, na CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Está no processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente.

O senhor pode passar o quarto eslaide, por favor?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Passar o quê?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eslaide.

Olhe essa foto: Francisco Araújo...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... Governador Ibaneis Rocha e Adeilson Cavalcante. Coincidência?

Bem, nessa foto, para que os senhores e senhoras acompanhem aí, para que a CPI saiba quem são os grandes responsáveis por tudo isso que foi instalado aqui no Distrito Federal... Então, eu faço questão aqui de citar: Francisco Araújo está aqui, que foi Secretário, foi Presidente do Iges; o nosso Governador do Distrito Federal; e, por fim, o Sr. Adeilson Cavalcante – mais à direita –, que idealizou, participou, tem... Participou, inclusive, da transição do Governo. Não tenho a foto aqui, mas tem a foto, exatamente, da reunião da transição, a participação de Adeilson lá, na reunião de transição do Governo.

O senhor também... O senhor sabia que ele participou das reuniões de transição do Governo ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – V. Exa. tem prova de que ele participou da transição?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem a foto.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A foto é uma prova?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu acredito que sim, não é?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – E, se eu tirar uma foto ao lado de V. Exa., prova que eu tenho alguma coisa com V. Exa.?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não. Ele estava na reunião da transição. Eu estou perguntando isso.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu posso... Apesar de a minha convocação ser para esclarecer as questões do Falso Negativo, eu digo para V. Exa. que um Governador, ao assumir, ao ganhar uma eleição para assumir um Governo, é papel dele procurar o presidente, o secretário executivo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, eu estou só lhe perguntando se conhece o Adeilson. A foto é para isso.

Conhece o Adeilson?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Conhecer, eu o conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. disse que conhece; que ele não tem interferência nenhuma.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Conheço. Não teve.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu citei casos aqui em que o próprio secretário demitiu a pessoa, por denúncia de corrupção, o Governador exonerou, e 20 dias depois ele foi admitido como subsecretário.

Ora! O que que é isso! Adeilson comandava isso. É o mesmo *modus operandi*...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem é o Adeilson Cavalcante no contexto, Sr. Relator?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hoje ele é diretor de um hospital em Alagoas, mas ele foi Secretário Executivo do governo Ricardo Occhi... Ele trabalhava como sub-secretário do governo Ricardo Barros...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas ele está envolvido nessa questão, ele está envolvido em qual caso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele indicou, ele que comandou e comanda...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Saúde no DF, é isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... aqui no Distrito Federal. É o mesmo esquema.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É o mesmo grupo do Ministério da Saúde que está na Secretaria de Saúde aqui do DF.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sobre a empresa que o senhor falou que ganhou a licitação dos testes, era uma empresa de brinquedos e alimentos?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Luna... Aquela Luna...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então eu pergunto ao Secretário...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... também foi...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... por que vocês compraram testes dessa empresa?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode voltar, volta um. Volta aí pra mim, por favor, aquele quadro. A Senadora Leila está perguntando aqui. (*Pausa.*) Anterior a esse aí. (*Pausa.*) Anterior. (*Pausa.*) Outro. (*Pausa.*) Mais um. (*Pausa.*) Não, para trás. (*Pausa.*) Outro. (*Pausa.*) Aí.

É porque não está dando pra ver direitinho ali, mas esse 16 que está ali, ó, aquela licitação 16, de 30 de abril de 2020, foram comprados testes a R$180, a empresa é a Luna Park.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É uma empresa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O nome dela é Luna Park Brinquedos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... de brinquedos e alimentos.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Para interpelar.) – É uma empresa que tem, na razão social dela, que é uma empresa que vende brinquedos. E V. Sa. comprou testes de uma empresa que vende brinquedos e por um preço de R$180 o valor unitário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dez vezes maior do que o Sesc.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu queria também saber de V. Sa. por que foram comprados testes pra covid de uma empresa que vende brinquedos, e por um preço maior do que o preço normal que era praticado.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Posso responder?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Primeiro, à época, esses testes de que o Senador Izalci fala, do Sesc, o Sesc comprou teste em julho – em julho. A Secretaria fez o pregão e comprou em abril, final de março para abril. Os senhores, todos os senhores são sabedores de que essa questão de testes, insumos, na época da pandemia, no início, os preços foram lá pra cima, era o mercado que regulava, não era nenhum Secretário de Saúde. Depois, eu pedi pra deixar aqui com a Comissão um documento onde os senhores vão ver passo a passo do processo, e peço que esta Comissão requisite os processos da secretaria, inclusive o da Luna Park, que é uma empresa que vende brinquedos, mas é uma *trading* que importa e que exporta, uma das grandes *tradings* que existem, e que lá no seu Cnae e na sua razão social diz – e não fui eu que coloquei não, está dito – está dito que no Estado de São Paulo, na legislação, que pode vender teste. Então, nem tudo que parece é. Eu, como Secretário, não era o meu papel ficar olhando nome de fantasia de empresa, de razão social, disso ou daquilo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Mas o valor, sim. Mas o valor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Outra coisa: se V. Exa. pegar o processo, inclusive este da Luna Park, tiveram mais de dez empresas que participaram do certame, mais de dez. E esse preço não foi o maior preço.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não, a auditoria do TCU diz que, na mesma proposta, no mesmo edital, tinha empresas que participaram com preços menores do que esse.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E V. Sa. preferiu comprar de uma empresa de brinquedos...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não. Não...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E até pode não ser um papel de V. Exa., mas V. Exa. precisa ter equipe...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Posso...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... pra ver a razão social da empresa de que está comprando.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Posso contar pra V. Exa...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E a razão social é: uma empresa que vende brinquedos.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Posso contar pra V. Exa. o *modus operandi* da época.

A Secretaria de Saúde fazia uma publicação para comprar 100 mil testes, por exemplo. Vinte empresas mandavam a proposta, isso é *check-list*, vinte mandavam a proposta. A primeira empresa que ganhou, o preço lá embaixo, não tem para entregar. O prazo estabelecido, 24h para publicação, porque precisava da celeridade. Não tem, a segunda, não tem. Foram vários processos, não foi só esse, que fracassaram e que a empresa entrou com o menor preço e na hora de entregar não tinha. O segundo menor preço não tinha, o terceiro não tinha, e assim sucessivamente. Naquela época, quem tivesse teste para entregar – e não tinha no mercado – a secretaria comprava.

Então, quando os senhores vieram, e quando o TCU veio, e eu também estou me defendendo e provarei, nesse processo, que não é assim. Não foi o maior preço, foi que a empresa que ganhou com o menor preço não tinha o teste para entregar; e quando eu peço para os senhores pedirem o processo de A a Z é para os senhores verem dentro da movimentação do processo...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O TCU, então, está mentindo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu não estou aqui dizendo quem está mentindo ou quem não está mentindo, eu estou dizendo...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Porque a auditoria do TCU...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu estou dizendo para os senhores que isso é objeto da minha defesa também neste processo junto ao TCU, mas eu estou falando para os senhores e para o senhor que requisite o processo da Luna Park de A a Z, da secretaria, e os senhores vão ver toda a movimentação, porque, neste processo de compra, nem o secretário e nem ninguém poderia pegar o processo e dizer: "Agora faz dessa forma". Não tem como, é tudo...

Primeira coisa, para comprar um teste tem que ter a demanda, 100 mil testes. Tem que publicar no Diário Oficial, o *e-mail* da secretaria é aberto para chegarem as propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Depois que chega a proposta, tecnicamente falando, é dado um retorno para a empresa e dado um prazo para ela entregar.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Só que é uma coisa, a auditoria do Tribunal de Contas da União mostra que, nesse edital de licitação...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Só ele finalizar...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... V. Sa. comprou por um preço mais elevado do que o preço praticado, mais elevado do que outras propostas e comprou de uma empresa que tem, na sua razão social, que vende brinquedo. E V. Sa. comprou esses testes por um preço maior do que o praticado.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – V. Exa., cada um constrói a sua narrativa.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas esse é um fato, não estou falando de narrativa, estou falando da auditoria do Tribunal de Contas da União.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – É a narrativa do Tribunal.

Está na narrativa do mérito no processo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por favor, por favor, você está aqui na condição de depoente. Eu peço só para o senhor ter mais calma na resposta.

Pessoal, está na hora... No momento, agora, do Relator, o senhor pode responder.

Eu peço para vocês, por favor, que o senhor segure um pouquinho o seu tom.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu vou aguardar a minha hora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k., Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas só dizer para o ex-Secretário que isso não sou eu que estou falando não, é a auditoria do Tribunal de Contas da União.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Tem o tempo também, por favor.

Peço atenção ao tempo também, Izalci, Senador Reguffe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Além da questão do Tribunal de Contas, tem, no processo, toda a narrativa dita, como é que foram feitas as classificações das empresas, mas eu... Vamos ver como é que funciona.

Por favor, na sequência depois daquela...

O quinto. É o quinto aí.

Outro.

O.k.

Aqui eu vou mostrar para os senhores e senhoras esse eslaide aí que contém uma conversa no zap, no WhatsApp, que demonstra como funcionava a cadeia de comando, onde a última palavra era do Governador Ibaneis.

Está aí: "Francisco Araújo, não assina nada, só após eu falar com o Governador. Dudu." Eu não sei nem quem é Dudu.

Depois diz assim – tem lá no processo, depois, tem mais... porque eu não vou botar tudo aqui, só alguma coisa, mas tem um diálogo maior –: "Que nosso foco no momento é o covid e qualquer coisa só passando por mim na Secretaria de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Nada sairá [tem um nada ali] sem minha anuência e do Governador Ibaneis". Por isso que algumas coisas foram ditas aqui, que o Adeilson, por exemplo... Porque ele disse que ele não foi indicado pelo Adeilson, mas todo o processo, o *modus operandi* disso aí era exatamente dessa forma que comandava.

Por favor, o outro.

Bem, eu pergunto ao senhor: V. Sa., Francisco...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... o senhor responde ou respondeu a alguma sindicância, alguma investigação interna do GDF sobre essa Operação Falso Negativo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador Izalci, primeiro, eu quero esclarecer aquela mensagem, porque eu preciso que ela seja explicada no contexto. Extrair mensagens sem explicar o contexto, ela fica fora da verdade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá bom.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Um ponto.

Segundo ponto...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, pode explicar. Explica.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O.k., eu explico aqui.

Eu criei...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está aí no zap de...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Se os senhores olharem o *site* do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, os senhores vão ver que, em junho, eu assinei, como Secretário, um termo de cooperação técnica dando acesso ao Ministério Público a todos os processos que eram abertos na secretaria. Se os senhores olharem as notícias daquela época, eu fazia reunião todas as sextas-feiras, de 10h ao meio-dia, como ponto de controle.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor disse que falaria... Volta, por favor...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim. Eu criei... Eu criei....

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... o zap.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu criei uma...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nesse contexto, pode explicar para gente, então, esses dois que eu citei.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Quem é o gestor da pasta?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou perguntando com relação a essas mensagens de V. Sa.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu estou explicando para o senhor.

Quem é o gestor da pasta? É o Secretário. Quem é o Governador? É o Governador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Evidentemente que as macrodecisões têm que passar dentro desse fluxo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Existe a liturgia do processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor vai explicar essa mensagem? O contexto?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Estou explicando...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Aqui todo mundo entende a liturgia do processo, Secretário. Por favor, responda à pergunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Como é que foi essa mensagem, então, me explica?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Como Secretário de Saúde...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Como Secretário de Saúde...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem é que mandou essa mensagem? O senhor lembra ou não?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Essa mensagem seguramente está dentro do processo. Ela deve estar no processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu estou perguntando se V. Sa. lembra. O senhor disse que ia explicar o contexto da mensagem.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, eu estou explicando o contexto de que essa mensagem... Que o nosso foco no momento é a covid, que qualquer coisa só passando por mim como Secretário, o.k., isso mesmo. Na SES, nada sairá sem a minha anuência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E a anuência do Governador.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O Governador é o Governador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu estou perguntando: o Governador tinha ciência de tudo isso, o que eu quero dizer é isso. Ou não?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, um Governador de Estado não tem anuência sobre tudo que acontece nas pastas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. está dizendo ali...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nós estamos falando neste contexto...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... na Secretaria de Saúde, só sairá... ou nada sairá sem minha anuência e do Governador Ibaneis. Concordo.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero dizer que o Governador Ibaneis sabe de tudo isso. É só isso.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Mas esta mensagem eu não estou falando de nada irregular.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essa mensagem...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – ... de nada irregular.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Alguém do comando do GDF pediu alguma coisa.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Ninguém pediu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pediu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não pediu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está na mensagem. Vê o processo.

Alguém fez um pedido e V. Sa. disse: "Não, aqui não sai nada sem o Governador". E olha que quem pediu isso aqui para dizer que está no processo foi o próprio Vice-Governador, mas vamos passar pra frente.

Por favor, aquele... Aí, olha só.

Eu perguntei, V. Sa. não respondeu: há alguma sindicância interna do GDF que foi colocada sobre Falso Negativo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Há, sim; há, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Contra V. Sa.? Contra o...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – As solicitações da Controladoria Interna e da Controladoria Externa foram exatamente para esclarecer todos esses fatos. E há, sim; há contra mim...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Há um PAD, é isso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Há procedimentos internos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, quero saber qual é o procedimento que existe.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Todos os procedimentos cabíveis estão instaurados na Secretaria de Saúde.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. foi isento por essas...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Tanto os processos internos da secretaria quanto o processo judicial estão em andamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu não estou falando de judicial. Não estou falando de nada judicial.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O que existe hoje também está em andamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou perguntando internamente, no Governo do Distrito Federal, se existe uma sindicância sobre a questão da Operação Falso Negativo.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Existe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Específica da Falso Negativo.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Existe.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pronto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá bom.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sigamos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, é evidente que o Governador não se preocupou se teve sindicância, se teve alguma coisa, se foi preso, quem não foi preso...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Ele se preocupou tanto... Se preocupou tanto que mandou instaurar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu até não quero nem receber isso.

Agora, antes de ontem, *Diário Oficial*: o Sr. Francisco Araújo sendo condecorado pela medalha...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Excelência, essa homenagem foi em 2019. Apesar de ter aqui, na minha mão, o motivo da minha convocação, eu estou esclarecendo pra V. Exa. que este fato é referente a 2019 – 2019!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas é quando V. Exa. entrou.

Eu vou ver aqui, ó... Deixa eu dizer pra V. Exa...

Está no *Diário Oficial*, segunda-feira, 30 de agosto de 2021. Como 2019? Está escrito lá: 30 de agosto de 2021.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Isso foi uma retificação do *Diário Oficial*. Esse fato da comenda foi em 2019. Isso é uma retificação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bacana. Tomara, porque, realmente, se tivesse que entregar uma medalha, nesse momento, eu mesmo iria.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Senador, vamos focar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, olha, você conhece... Por favor, o último eslaide. Penúltimo.

Bem, vossa... Está aí uma... Falou no início, não é? Agora é um palestrante.

Inclusive no eslaide passado então o próprio... Pode voltar só um pouquinho o anterior, só pra mim... É porque eu não li lá...

Aqui, nessa questão aqui, da nota oficial... Ibaneis saiu na defesa do secretário na operação, afirmando – está aí, na nota assinada. Está em aspas: "Os processos em curso na secretaria, inclusive com acompanhamento *on-line* do Ministério Público, pelo sistema eletrônico de informações, comprovando a inexistência de crimes e que estão indevidamente acusados". O Governador assinou uma nota nesse sentido.

Então, pode até... Pode passar.

E inclusive afirmou que essas pessoas, muitas presas, inclusive, estavam indevidamente sendo acusadas. Não é o que revela e o que está no processo aqui do Ministério Público, que estava público e depois veio aqui pra CPI com caráter sigiloso.

Bem... Pode passar o...

Por que será que o Ibaneis tanto quer agradar o secretário? Por que, agora que demitiu o secretário Osney... Não demitiu! Ele voltou pro hemocentro como diretor.

Bem...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Senador, eu só peço a V. Exa. pra que a gente foque um pouco nas perguntas, que é o objeto da CPI, tá?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu pergunto, então, o que que o senhor poderia falar, revelar, com relação a essa questão do Governo do Distrito Federal. Desde quando o senhor é parceiro do Governador Ibaneis?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Excelência, eu nunca fui parceiro do Governador Ibaneis.

Eu tenho aqui, em minha mão, o motivo da minha convocação. Eu quero, até por uma questão de ordem, eu preciso seguir o motivo que eu estou convocado aqui. Se viesse aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pra discutir as questões do Governo do Distrito Federal no âmbito político, disso ou daquilo ou outras coisas que o senhor coloca...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Francisco, eu pergunto aqui...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não tenho parceria com o Governador Ibaneis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deixa eu dizer a V. Sa.: o que eu estou afirmando e tenho provas cabais é que o *modus operandi...*

E disse aqui quem são os operadores daqui do GDF e quem são alguns operadores do Governo Federal, são os mesmos, os mesmos procedimentos. Basta ver então: o Osney trabalhou no Ministério da Saúde, o Adeilson trabalhou no Ministério da Saúde e é quem está comandando o processo aqui no Distrito Federal.

Bem, o último então pra encerrar, já que a Presidente... Depois a gente pode...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Isso. Vamos passar depois para os demais, para focar nas questões mesmo da gestão da covid.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aquele eslaide anterior, V. Sa. já tinha falado que publicou os livros, tem a cartilha. Vocês já viram e observaram?

Volta o anterior, só rapidinho aqui.

Olha a cartilha aqui, os livros que ele editou: *Manual do Gestor Público* – tem lá pra você comprar à vontade, participar das palestras –, *Gestão Pública*. Se realmente esse livro está ensinando o que está nesse processo da Falso Negativo e o que está em poder da CPI, aí eu sinceramente fico muito preocupado sobre qual é o destino aqui do DF, do Brasil, se tem pessoas sendo formadas em cima disso.

Então, Presidente, eu agradeço. Agradeço inclusive ao nobre Senador Renan Calheiros, que me concedeu essa possibilidade.

Mas tem vários documentos na CPI que estavam sob sigilo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... V. Exa. sabe disso, que a gente não pode...

Lógico que eu ia entrar aqui em vários outros: Hospital de Campanha do Mané Garrincha, Hospital do Gama, Hospital de Campanha da Ceilândia, o que tem de superfaturamento nisso aqui... Agora teve outra operação, há quinze dias atrás.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente a Domed está administrando tudo isso.

Então, eu tenho certeza de que a CPI precisa aprofundar, exatamente por isso.

Senador Girão, quero agradecer a V. Exa. V. Exa. que fez o requerimento, não só do Sr. Francisco, mas de vários, inclusive do Adeilson, do Kennedy, que são ex-servidores do Ministério da Saúde na gestão do Ricardo Barros e também do Ministro Occhi.

Presidente, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigado, Senador Izalci, Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim, sim.

Eu vou agora passar para os inscritos. O primeiro a falar é o Senador Humberto Costa.

O senhor está?

Senador Humberto Costa com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou abdicar da minha fala, porque eu acho que muitas das questões para as quais eu gostaria de obter as respostas foram levantadas tanto pelo Relator Renan Calheiros quanto pelo Senador Izalci. Eu ouvi com atenção as respostas. As perguntas que eu iria fazer eram exatamente essas. Então, eu vou apenas acompanhar o desenvolvimento da audiência.

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Humberto, só para...

O senhor conhece o Adeilson há muito anos? Ele estava no ministério há muitos anos?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Adeilson.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não conheço, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Entrou na gestão então do Ricardo Barros e gestão Occhi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele era servidor... Ele não era servidor, não é? Você sabe...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não conheço, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – ... se o Adeilson era servidor do ministério ou era cargo comissionado apenas?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Não sei lhe afirmar. Não sei se ele é servidor.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Vou passar para o próximo inscrito, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Quero, primeiro, parabenizar a Comissão Parlamentar de Inquérito por trazer o Sr. Francisco aqui. Na minha visão, é muito importante que seja investigada a União – que se vá a fundo nas questões da União –, mas também os Estados e o Distrito Federal, no que tange ao envolvimento de recursos públicos federais.

Sr. Francisco, V. Sa. falou aqui, questionado sobre como foi indicado... Fique tranquilo, porque eu vou lhe perguntar com toda educação e também vou deixar V. Sa. responder, porque acho que assim deve ser o procedimento até para que a gente possa avançar. Eu sou um sujeito muito educado no trato com as pessoas, pelo menos tento ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

V. Sa. falou aqui que ninguém o indicou para ser o Secretário de Saúde, que não foi uma indicação de ninguém, que o Governador, pelo que eu entendi da sua fala, pegou o seu livro, gostou do seu livro e o contratou. Agora quem levou o senhor ao Governador? Quem o apresentou ao Governador? Como é que o senhor foi apresentado ao Governador? Ou o Governador simplesmente o encontrou na rua e falou: "Venha aqui, você vai ser o Secretário de Saúde." Quem foi que o apresentou ao Governador? Quem foi que fez essa apresentação?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Conheci o Governador no Ministério da Saúde, como eu lhe falei. O Adeilson é amigo meu de muitos anos, nós almoçávamos algumas vezes na semana, e, em uma das vezes em que eu fui ao ministério para almoçar com ele, lá eu conheci o Governador. Foi dessa forma que se deu.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas aí o Governador o convidou para ser o Secretário de Saúde através desse encontro com o Adeilson?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Após isso, a equipe de transição estava se montando, e eu fui convidado para participar da equipe de transição. À época, um Deputado Federal do DF chamado Vitor Paulo... Eu fazia alguns trabalhos com ele, ele estava já participando, entrando no processo de transição e pediu para que eu o ajudasse na construção da estrutura da Secretaria de Assistência. Então, se deu dessa forma.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O Adeilson o apresentou para o Governador, e o Vitor Paulo...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Conheci o Governador no Ministério da Saúde, como estou conhecendo aqui o senhor hoje. Eu posso chegar aqui, cumprimentá-lo, e, a partir de amanhã, encontrar o senhor na rua... Foi dessa forma que se deu. Não teve um ajeitado para que isso acontecesse. Eu o conheci no Ministério da Saúde, dei o meu manual... Dali, daquela forma, já tinha esse encaminhamento com o Vitor Paulo, e foi dessa forma que se deu. E era natural que o Governador procurasse o ministério naquela época, atrás de recursos. Assumindo o Governo ou prestes a assumir o Governo, é natural que a área de saúde fosse bastante procurada e demandada para isso.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O senhor responde a um processo de improbidade administrativa na sua gestão lá em Alagoas.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Ao ser nomeado para a Secretaria de Saúde, o Governador sabia desse processo? Sabia que o senhor respondia a um processo por improbidade administrativa? Ou o senhor não informou o Governador disso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O Governador não sabia. O processo de improbidade administrativa não tinha condenação, não tem condenação no processo, e responder a processo não impede... Não existia um impedimento legal para que eu assumisse qualquer cargo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O senhor não acha que o senhor deveria ter informado o Governador? E não acha também que o Governador deveria ter um sistema de checagem pra saber quem ele está nomeando?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, V. Exa. sabe quantas pessoas hoje estão ocupando cargos? Tem pessoas, até com mandato, com condenação. Então, assim, tem pessoas hoje, dentro de um governo, que estão assumindo cargo e que respondem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

processo. Responder processo não significa dizer ou execrar o cidadão que ele já é condenado. Eu não iria receber um convite e discutir com o Governador, à época, um processo que eu respondo. Eu não tinha condenação. Não existia um impedimento para que eu ocupasse o cargo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Concordo com o senhor que responder a um processo não quer dizer uma condenação prévia, não quer dizer que a pessoa seja culpada, mas é um elemento importante, porque o Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal está respondendo a um processo por improbidade administrativa de uma gestão anterior.

Então, o Governador desconhecia isso e V. Sa. também não falou isso pro Governador?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não falei, ele desconhecia e eu não fui convidado pra ser Secretário de Saúde, meu convite foi pra ser secretário-adjunto. Eu não fui convidado pra assumir como Secretário de Saúde. Ele desconhecia totalmente, tampouco eu fui tratar desse assunto com ele.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Quando V. Sa. foi preso, o Governador disse que era descabida aquela prisão e saiu em defesa de V. Sa. Inclusive, V. Sa., mesmo preso, continuou Secretário de Saúde por mais 21 dias, inclusive recebendo proventos, salários, por parte do Governo do Distrito Federal – mesmo preso, como Secretário de Saúde. E o Governador saiu em sua defesa, dizendo que aquilo não procedia.

Ele tinha conhecimento das compras da secretaria ou isso não era passado pra ele, ele não perguntava? Qual era a sua... O senhor encontrava com ele de quanto em quanto tempo? E aqui eu estou querendo realmente saber, eu não estou julgando...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Esclarecendo o senhor...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ...nem o senhor, nem o Governador. Eu estou querendo realmente entender o processo. O Governador não lhe questionava como Secretário de Saúde, não ia atrás de V. Sa. como Secretário de Saúde pra saber das compras? E por que ele teria dito, então, que era totalmente descabido? Ele tinha conhecimento disso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Excelência, só sabe a dor quem sente. Ser preso, pedir a prisão de uma pessoa por corrupção e lavagem de dinheiro e, quando apresentar a denúncia, não apresentar com esses crimes, dói, dói em quem sofreu. Pediram a minha prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Vinte dias depois, após apresentar a denúncia, não constam esses crimes e isso dói no cidadão, isso fere o cidadão. E o Governador nunca, em tempo algum, sentou comigo ou me cobrou pra discutir preço de A, de B, de C. Ele demandava e pedia: "Precisa de leitos pra população, precisa tocar o sistema de saúde pra que a população tenha resposta". Ele cobrava muito – resultados da política de saúde para que o efetivo serviço chegasse à população. Jamais, em tempo algum, ele sentou comigo pra discutir preço de A, de B e de C. E a presunção de inocência precisa prevalecer em algum lugar.

Quando o Governador foi... Eu fiquei lá vinte dias ainda preso e nomeado. Partia-se do princípio de que a presunção de inocência iria prevalecer. Partia-se do princípio de que aquelas denúncias e aquele pedido não se sustentariam, como não se sustentaram. Eu não respondo por corrupção. Me prenderam por corrupção e lavagem de dinheiro, e não apresentaram denúncia com isso. E isso dói, isso fere o cidadão, é por isso que eu durmo em paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Secretário, vamos ser mais objetivos?

Eu vou pedir para o senhor... O senhor está aqui na condição de depoente.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu acho que o senhor está fazendo discurso.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Gostaria de que o senhor fosse mais objetivo nas perguntas, por favor.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu estou me defendendo, Senadora. Eu me defendo dessa forma. É o meu estilo de falar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por favor. O senhor já respondeu... O senhor respondeu à pergunta?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Respondi.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

Por favor, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Para interpelar.) – O procedimento correto, nesse caso, não era esse. O procedimento é: tendo uma denúncia, uma suspeita, fazer como fez o falecido Presidente Itamar Franco no caso do ex-Ministro Hargreaves: ele é afastado até que seja concluído o processo; aí, se ele for absolvido, ele volta. Se não, ele fica fora. Mas ele não continua preso, como Secretário de Estado, recebendo recursos do Erário, recursos do contribuinte do Distrito Federal.

V. Sa. esteve – vou pedir também que seja um pouco mais objetivo para que eu possa... – em vários encontros com o Francisco Maximiano, sócio da Precisa. Isso saiu em diversos veículos de comunicação. Como foram esses encontros e qual foi a sua efetiva participação, e dele, nesse caso envolvendo a Precisa?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Nunca, em tempo algum, eu encontrei Francisco Maximiano.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Nunca o senhor o encontrou pessoalmente?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu o conheci quando assisti à sessão em que aqui ele estava na condição de depoente ou de... Em que ele veio aqui. Eu o conheci pela televisão.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – No caso da Luna Park, V. Sa. comprou testes de uma empresa que tinha na razão social que era uma empresa que vendia brinquedos. V. Sa. falou que não é obrigado a ler a razão social, mas, quando a gente vai assinar um contrato, a gente deve, pelo bem, o zelo com o dinheiro público, ter cuidado com o dinheiro público, tomar todos os cuidados para que o contribuinte não seja lesado em um centavo. E V. Sa. comprou de uma empresa de brinquedos testes de qualidade duvidosa e por um preço de R$180,00, acima do preço praticado no mercado, conforme a própria auditoria do Tribunal de Contas da União colocou. Como é que V. Sa. responde a isso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A empresa podia vender teste. Consta na sua razão social, no seu objeto, que pode vender...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Na razão social, é empresa que vende brinquedos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A empresa, na razão social dela, é uma *trading,* importa e exporta. No *checklist*, na razão social da empresa, permite, V. Exa., e o objeto comercial da empresa permite. Eu não comprei... A Secretaria não comprou teste olhando pelo nome; comprou olhando pelos documentos.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E a um preço muito maior do que o praticado no mercado?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não. V. Exa. requisite o processo de compra da Luna Park e V. Exa. vai olhar para ele de A a Z e vai ver que não foi o maior preço. Dentro desse processo, teve empresa que ofertou o menor preço e não tinha o teste para entregar. A outra, não tinha para entregar.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A auditoria do Tribunal de Contas diz que foi o maior preço, de um edital sem licitação, com dispensa de licitação, e que foi comprado pelo maior preço oferecido à Secretaria de Saúde na sua gestão como Secretário de Saúde. Comprou pelo maior preço. E a auditoria do Tribunal colocava que o preço máximo que poderia ser praticado, pelo que está aqui, seria de R$110 – o preço máximo! V. Sa. pagou R$180. E há casos, vários casos praticados no Brasil inteiro de compra de testes por valor inferior a R$110.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Excelência, até decisão judicial se reforma. No TCU, neste processo específico, eu irei recorrer, mostrando o processo de A a Z, mostrando para o TCU, como estou falando para V. Exa., o que acontecia nesses processos: abriu o certame, dez propostas. A que teve o menor preço não tinha o teste para entregar. É a lei – não sou eu, não –: desclassifica. A segunda: desclassifica. Se a última, com um preço maior, tivesse para entregar naquele momento, a secretaria comprava.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Reguffe, V. Exa. me permite só um esclarecimento? (*Fora do microfone.*)

A Precisa entregou no prazo estabelecido?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A Precisa entregou os testes no prazo estabelecido. Digo e friso aqui – que fique registrado – que nenhum teste desse era comprado ou adquirido sem o aval e o ateste da Anvisa. A secretaria...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu não perguntei isso. Perguntei se a Precisa...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Entregou no prazo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não entregou!

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Entregou no prazo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não entregou! Entregou com atraso.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não entregou no prazo!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Era para ter sido desclassificada.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – V. Exa. pega... Pegue o processo: de A a Z...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está no processo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Ela não cumpriu...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Em que processo? No criminal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em todos, inclusive no Tribunal de Contas.

É só um segundinho! Depois a Senadora complementa. É só um pouquinho.

Vou perguntar se V. Sa. se lembra desse diálogo, porque parece que está tudo 100%.

O Iohan foi preso, o Eduardo Pojo foi preso. O Iohan, então, disse assim sobre o Francisco: "Ainda me manda mensagem de noite, perguntando se eu apagava as mensagens dele". Aí o Eduardo responde assim: "Eu nunca vivi nada parecido, mas imagino. Deixei claro que não apagava". "Sim!" Aí o Eduardo disse assim: "Ele [Francisco Araújo] deve estar morrendo de medo".

É só para V. Sa. já saber que tem um diálogo com relação a essas pessoas.

Desculpa, Senador Reguffe!

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Para interpelar.) – Não, tranquilo, Senador Izalci.

Na sua gestão no Iges... O Iges, aliás, está ficando conhecido pela população como "instituto dos gatunos especializados do Distrito Federal". É tanta coisa errada no Iges, é tanta suspeita de desvio de dinheiro público, que a população já criou outro nome para o instituto.

Com elação ao Iges, com relação às suspeitas envolvendo o Iges, como é que V. Sa. encara isso?

Eu queria fazer outro questionamento também a V. Sa., também envolvendo a qualidade dos testes que foram comprados por V. Sa. V. Sa. tinha algum cuidado no sentido de comprar testes que realmente funcionavam?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Posso responder?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Pode.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Com relação ao Iges-DF, vou me reter ao meu direito de falar só o que tange à questão da CPI, e a dos testes tange.

O que acontece, Senador? Eu, como secretário, para comprar qualquer teste e para ele ser entregue no armazenamento da Secretaria de Saúde... Primeiro, existe uma organização dentro da secretaria, uma estrutura, a vigilância, o Lacen, e os órgãos externos, a Fiocruz, a Anvisa. E nenhum desses testes poderia ser comprado... Eles não eram comprados sem esses requisitos, principalmente da Anvisa. Todos os testes que foram comprados pela Secretaria de Saúde tinham a aprovação da Anvisa, todos, sem exceção, todos! Não era eu que decidia e ditava a política de compra de testes na secretaria nem no País. Os testes... Um dos requisitos básicos e essenciais, se não o processo não passava...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas não tinha nenhum cuidado para que o teste fosse um teste que realmente tivesse uma eficácia?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – V. Exa. quer cuidado maior do que a aprovação da Anvisa, que é o órgão regulador?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – V. Sa., Sr. Francisco, com todo o respeito... Na sua gestão na secretaria, foram comprados testes por um valor maior do que o praticado no mercado, testes de qualidade duvidosa, com dinheiro do contribuinte do Distrito Federal e com dinheiro do contribuinte da União – porque teve recursos públicos federais envolvidos. Por isso. V. Sa. está aqui nesta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Agora, eu queria saber por que V. Sa., se não tem nada a temer, foi ao Supremo Tribunal Federal pedir um *habeas corpus* para poder não falar? Porque, quando a gente não tem nada a temer, a gente fala.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Perfeito.

Um: a opção da minha defesa foi essa. Dois: não foi comprado nenhum teste com valor mais alto – é só conferir o processo de A a Z; todos foram comprados com anuência da Anvisa.

Agora eu vou complementar a minha pergunta... Respondendo à pergunta do senhor, a secretaria comprou, nesse período todo, entre 200 mil e 300 mil testes – não passou de 300 mil, somando todos. E eu, como Secretário de Saúde, fiz um esforço conjunto, e nós conseguimos de doação de testes das empresas privadas, do Ministério da Saúde e da Receita Federal 780 mil testes, quase que o triplo do que foi comprado – quase que o triplo do que foi comprado!

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Francisco, qualquer desvio de dinheiro público é algo grave; na saúde, mais grave ainda; numa pandemia; é uma crueldade com a população.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Concordo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – É uma crueldade!

O que mostra essa auditoria aqui do Tribunal de Contas da União é uma coisa de arrepiar os cabelos de qualquer um, e isso com dinheiro da população do Distrito Federal, com dinheiro público.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Senador Reguffe, o tempo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu vou concluir.

A Bancada do Distrito Federal aqui no Senado teve uma participação grande nos recursos que o Governo do Distrito Federal recebeu. O projeto de ajuda aos Estados e Municípios que chegou aqui no Senado Federal, que foi relatado pelo Senador Davi Alcolumbre, chegou sem contemplar o Distrito Federal como Município. O Distrito Federal estava apenas contemplado como Estado. Foi com a atuação conjunta minha, da Senadora Leila e do Senador Izalci que conseguimos incluir o Distrito Federal como Município. Eu, inclusive, apresentei uma emenda, e conseguimos mais R$189 milhões para o Distrito Federal. E é muito triste a gente ver o Distrito Federal... As pessoas do Distrito Federal ficam com vergonha quando às vezes saem e alguém fala assim: "Brasília é a cidade da corrupção", sendo que a maioria das pessoas são pessoas que vêm de fora para cá.

Agora, ver aqui no Distrito Federal um Governo que deveria ser modelo, que deveria ser exemplo de gestão, que poderia entregar uma saúde pública de qualidade às pessoas, ver as pessoas agonizando como estão agonizando nos hospitais, e ver a Secretaria de Saúde, o Secretário de Saúde comprar testes com sobrepreço, comprar testes superfaturados e de qualidade duvidosa, isso realmente é muito triste e é de provocar uma indignação em qualquer pessoa de bem.

Por último...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Senador, o tempo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu vou, então, ser disciplinado: não vou....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É rápido?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não, como eu prezo para que tudo seja...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não, é porque, assim...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nós temos a garantia da palavra dos Parlamentares aqui: eu vou dar a palavra ao senhor para mais uma pergunta, caso queira, e depois eu passo para o próximo, que é o Senador Jorginho Mello.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A minha última pergunta é a seguinte: na sua visão, não houve nada errado na secretaria? Não tem nada errado? Não aconteceu nada errado no Distrito Federal na compra de teste, de hospitais de campanha, contratando por preço de UTI e entregando uma coisa de qualidade ou uma coisa inferior à UTI? Não houve nada errado?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, testes, eu disse pro senhor e reafirmo: todos os testes comprados tiveram anuência da Anvisa, todos. E eu afirmo pro senhor também...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Por sobrepreço.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não teve sobrepreço.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A auditoria do TCU está mentindo?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O TCU... Até uma decisão judicial pode ser reformulada. Não houve sobrepreço, e os testes foram comprados com a anuência da Anvisa. E eu afirmo aqui pro senhor: na primeira onda da pandemia, todos nós desconhecíamos totalmente aquele momento, aquele cenário, aquela hora; todos nós desconhecíamos. Naquele primeiro momento da primeira onda, essa pandemia pegou todos nós de surpresa, pegou todos nós sem saber o que fazer naquele processo todo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E aí é mais triste ainda quando alguém se aproveita...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Vamos concluir? Vamos concluir, por favor.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Só para concluir. E é muito triste quando alguém se aproveita disso e desse momento cruel pra querer tirar uma vantagem financeira sobre a dor das pessoas. Isso é triste e isso é de provocar uma enorme indignação pelo menos com aqueles que têm consciência da sua responsabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Senador Reguffe.

Eu vou passar agora pro próximo orador, Senador Jorginho Mello.

Antes disso, eu peço pra que a Senadora Soraya possa me substituir aqui à Presidência, porque eu também quero fazer perguntas.

Obrigada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem. Boa tarde, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Mesmo com quórum reduzido, eu vou fazer algumas considerações.

Infelizmente o Relator, o Presidente, o Vice-Presidente não estão aqui, mas em compensação estão os Senadores de Brasília, que vieram pra poder fazer as perguntas.

Sra. Presidente, dinheiro público não tem marca. Dinheiro público – pode ser estadual, municipal, federal – é dinheiro do contribuinte, Senador Izalci. Eu quero dizer da importância desta oitiva, porque nos assegura aquilo que eu sempre tenho defendido aqui, sempre tenho falado aqui: que a gente precisa investigar o caminho do dinheiro.

O senhor veja bem. Aqui teve uma empresa que trabalhava com brinquedo e vendeu testes pro covid; lá no Amazonas, tinha uma empresa, uma adega de vinho, que vendeu respiradores; lá em São Paulo, o Consórcio Nordeste, Senador Girão, alugou um imóvel em que nunca funcionou nada, comprou por 48 milhões da casa que era a casa da maconha, a que V. Exa. foi, filmou; lá em Santa Catarina, comprou 200 respiradores, 33 milhões, e foi mandado o dinheiro pra uma casa de massagem no Rio de Janeiro.

Então, os senhores vejam bem. Está aqui um exemplo: em Brasília, comprou teste de uma empresa de brinquedo – outra de vinho, outra de maconha, outra de massagem. Então, onde puxar tem confusão, tem desvio de dinheiro público. Aí a CPI não aceita trazer Governadores, porque foram blindados pelo Supremo Tribunal Federal. Isso é um desserviço, isso é um desaforo ao dinheiro público.

V. Exa. insistiu em trazer esse depoimento aqui pela vinculação da Precisa, enfim, aquela coisa toda. A pessoa que veio aqui, com todo o respeito que eu possa ter, editou um livro, que eu gostaria depois de saber o nome do livro, sobre gestão pública. Não deve ter dado muito certo, o senhor foi muito infeliz, porque o senhor acabou sendo preso, está oito anos impedido de exercer função pública, o senhor e mais 14 pessoas que viraram réus, peculato, fraude em licitação.

Eu quero dizer, Senador Izalci: isso reforça para que a gente consiga provar que todos os Estados têm dinheiro federal que foi para o covid e foi para uma conta única. Então, como é que você vai separar dinheiro do Estado e dinheiro federal? Nós precisávamos chamar aqui. Só veio um Secretário de Saúde do Amazonas, né?

Então, é por isso que nós precisamos chamar mais pessoas que tiveram...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Jorginho, veio também um Deputado. Eu acho que os Deputados também podem ser chamados.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso, os Deputados...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós temos que cobrá-los para que eles instalem as CPIs.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É isso aí, porque nós precisamos questionar onde foi parar o dinheiro. Isso matou pessoas, porque não compraram equipamento, compraram mal, não compraram insumos, não se instalou UTI e uma série de coisas.

Infelizmente, eu pensei, eu imaginava que o Brasil já tinha se livrado daqueles escândalos que deu. Como é? Sanguessugas, Máfia das Ambulâncias e tantos outros, outros escândalos. Mas, anda, vira e mexe, o pessoal avança no dinheiro público. É uma coisa impressionante!

Felizmente, ainda o Governo Federal, eu não vi, até agora, alguém me provar que comprou, que fez um contrato fraudulento e que gastou dinheiro, mas é uma... Há uma máfia tão grande, tão grande que envolve isso, que a gente fica assustado. As pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

precisam se conscientizar: dinheiro público é algo sagrado. Com o teu dinheiro, você faz o que quiser; o dinheiro público é sagrado, mas as pessoas andam, vira e mexe, querem assaltar os cofres públicos. Isso parece que está impregnado, Senador Girão, as pessoas que não se conformam em fazer algo decente, algo correto na função que estão exercendo.

Isso eu falo com tristeza. Isso matou muita gente e isso deixou de salvar muitas pessoas. E o senhor pode ver que é uma prática meio parecida: tudo comprando de compadre, comprando de pessoas que não tinham nada a ver com o tipo de equipamento que estavam fazendo.

Eu quero, para finalizar, só lamentar que a CPI não tenha dado força... E que a gente consiga, Senadora Soraya, trazer aqui Estados e alguns Municípios que também desviaram e fizeram maracutaia com o dinheiro público brasileiro. É de lamentar – não é? – isso tudo que ocorreu numa pandemia: as pessoas se agigantarem para terem ganhos pessoais e enriquecerem em cima do dinheiro público, em cima da vida das pessoas.

Muito obrigado, Senadora Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador Jorginho Mello.

O senhor deseja fazer algum comentário, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Acerca do...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a palavra.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Eu, até, em cima do que o Senador Jorginho falou... A CPI, aqui é um... Este momento é um momento em que eu tenho o meu ato de defesa. Eu preciso aqui, neste foro, me defender.

E, respondendo ao último questionamento do Senador Reguffe, eu digo para V. Exa. e para a Comissão que, naquele momento, podem ter havido, sim, alguns atropelos administrativos, mas jamais, em tempo algum, a secretaria comprou testes mais caros do que o que estava praticado no mercado e dentro do processo. Jamais, em tempo algum. Mas que aquela correria do momento, o impulso do momento fazia com que... O sistema de saúde entrou num trem de vida totalmente fora do normal. A nossa grande ânsia, a nossa grande vontade, naquele momento, era exatamente salvar as pessoas. Em nenhum momento... Tanto que eu não respondo em lugar nenhum por corrupção. Então, eu queria só deixar isso aqui registrado, respondendo àquele último questionamento de V. Exa.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Francisco – como eu fui citado eu queria só o direito à fala aí – Sr. Francisco, não é o que o Tribunal de Contas da União diz. O Tribunal de Contas, inclusive, da União determinou que o senhor seja proibido de ocupar cargos públicos por oito anos. É uma decisão do Tribunal de Contas da União.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Decisão de que eu nem notificado fui.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas foi uma decisão do Tribunal de Contas da União, de 28 de julho. Ele proíbe que o senhor ocupe cargos públicos por oito anos. Então, não é o que o Tribunal de Contas da União diz, com todo o respeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Reguffe...

Sra. Presidente, só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – ... com relação ao que o Senador Reguffe colocou.

V. Sa. conhece Carlos Fernando Dal Sasso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Não sei nem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Advogado.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele é advogado, inclusive, da Precisa.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não sei quem é.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não conhece...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... nunca viu, nunca encontrou, nunca falou com ele?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nunca.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a palavra a Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – É só para ratificar aqui que, no início da nossa sessão aqui, o Sr. Francisco falou que não foi Secretário de Saúde... Não foi? O senhor não foi?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – No início da gestão?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Tá, mas o senhor foi Secretário em algum momento, né? Porque o senhor foi tão incisivo...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Subsecretário...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não, o senhor... Na verdade, dia 04/01/2019, o senhor foi Secretário Adjunto...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... dia 30/01/2019, foi exonerado; dia 30 – no mesmo dia, dia 30 – foi nomeado Diretor Presidente do Iges; dia 16 de março de 2020, internamente, num ato da secretaria, o senhor ficou responsável pelo Iges e pela saúde do Distrito Federal, tá? No dia 14 de maio, o senhor se tornou Secretário de Saúde; no dia 14 de setembro, o senhor foi exonerado. Então, o senhor foi, sim, Secretário de Saúde.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, eu nunca disse que não fui Secretário de Saúde...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não, é só para reiterar aqui, porque o senhor foi muito incisivo...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu falei que, no início é que eu falei que não fui. No início, não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Vamos lá.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores e todos que nos acompanham aqui pelo sistema de comunicação do Senado, depois de alguns adiamentos, nós estamos aqui, até que enfim, recebendo o ex-Secretário de Saúde aqui do Distrito Federal, Sr. Francisco Araújo Filho, segundo a Operação Falso Negativo, um dos protagonistas do escândalo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

envolvendo a aquisição, por parte do GDF, de testes de covid junto à empresa Precisa Medicamentos. Para se ter uma ideia da gravidade das denúncias, trata-se de indícios fortíssimos de fraude no processo de aquisição dos testes por parte da Secretaria de Saúde. O teste adquirido pelo GDF apontou uma taxa de falso negativo de 13,6 – daí inclusive o porquê do nome dado a essa operação, Senador Girão.

É possível, senhoras e senhores, que mais de 24 mil pessoas da Capital do País tenham tido contato com o vírus sem saber na época, o que certamente resultou em pessoas que voltaram para suas casas achando que não tinham a doença, retardaram a procura de atendimento e ainda podem ter contaminado outras pessoas, ocasionando seguramente mortes evitáveis. E tudo isso, segundo indica a Polícia Federal (PF), com direcionamento ilegal na escolha da empresa e preços exorbitantes pelos testes.

Ou seja, não tem nenhum inocente aqui; até que se prove o contrário, nós estamos diante de uma operação que foi deflagrada, de uma ação que existe junto ao Tribunal de Contas e que a gente tem que averiguar. Então, nós estamos aqui com o depoente, e eu peço ao senhor pra que o senhor tenha o máximo de objetividade nas minhas perguntas, porque, até agora, o que a gente tem percebido aqui é que está tudo legal na saúde do Distrito Federal. Não temos problema nenhum.

A Operação Falso Negativo resultou na prisão da cúpula da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, inclusive de V. Sa., que permaneceu preso por vários dias em virtude de fortes indícios de irregularidades na compra de testes para a nossa população – testes cujo preço, já apresentado pelo Relator Senador Izalci e pelo Senador Reguffe e outros Senadores aqui, foram absurdamente elevados e cuja qualidade é bastante questionada.

Eu pergunto ao senhor: como se deu a participação da Precisa Medicamentos na aquisição de testes por parte do GDF?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Senadora Leila, primeiro, indícios podem ser falsas aparências. Não...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu estou só perguntando... O senhor pode me responder, Sr. Francisco? Eu já sei o que o senhor vai falar, toda folha tem um lado. Eu já entendi. Vamos lá.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A Precisa Medicamentos participou dos processos de venda de teste na Secretaria de Saúde como todas as outras.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não houve, da minha parte e da parte de ninguém da Secretaria de Saúde, nenhum direcionamento para a Precisa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por que, afinal, na condição de Secretário de Saúde do Distrito Federal, o senhor está no processo? Estendeu o prazo dado para a entrega das propostas, de forma a atender aos interesses da Precisa Medicamentos?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – No processo, o primeiro processo que tinha a Precisa, tinha só a Precisa. Quando nós mudamos o processo, que era uma compra de 50 mil testes – e não dava, naquela altura, pra nada; 50 mil testes não tinha no mercado – , nós reabrimos o certame pra compra de 300 mil testes. Nessa compra de 300 mil testes participaram sete empresas, dentre elas a Precisa. Das sete, três saíram vencedoras. Era um certame para 300 mil testes: a Precisa ganhou o certame de 150 mil, e as outras duas empresas, uma ganhou de 50 e a outra de 100. E quando eu pedi pra esta Comissão requisitar o processo de A a Z, é para que os senhores se debrucem sobre o processo desde o seu nascedouro, que é o pedido pela área assistencial, até o final do processo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

que não houve pagamentos, mas é no processo de A a Z que os senhores vão entender o que eu estou dizendo aqui.

Por isso que eu falei... Por isso que eu falei que o indício, que essa aparência, que esse indício pode ser uma falsa aparência por isso. Eu queria que V. Exas., os senhores, os Srs. Senadores e esta Comissão analisassem esse processo de A a Z, porque aí os senhores não vão mais dizer que houve o sobrepreço.

Todo teste que a Secretaria de Saúde comprou foram testes avalizados, atestados pela Anvisa. Nós não compramos nenhum teste sem...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, a Polícia Federal quando fala que 13,6 desses testes são de baixa qualidade, qualidade duvidosa. O senhor está... Então, o senhor está dizendo que a Polícia Federal está mentindo, o Tribunal de Contas está mentindo, esse percentual não existe?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A Polícia Federal não analisou esse processo.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor joga toda a responsabilidade...

Não, nós temos aqui.

O senhor jogou...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senadora Leila, apenas a tomada de preço.

Não teve a tomada de preço, qual o melhor preço? Nem isso? Nem melhor preço?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, o senhor está jogando a responsabilidade, então, para os órgãos de controle...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu estou pedindo que o processo seja visto de A a Z para que nós não façamos aqui um juízo de valor em cima de ações empíricas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O processo foi requisitado? A Secretaria tem esse processo aí?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Vamos requisitar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Olha para mim aqui.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu peço que o processo seja visto de A a Z para que não se tome aqui um juízo de valor em cima, quando eu falo da folha de papel, exatamente por isso. É a primeira vez esse tempo todo que eu estou me defendendo.

Eu também sou um cidadão, eu sou um pai de família, eu também tenho indignação dentro de mim. Então, é o meu direito, aqui neste fórum, me defender e eu preciso me defender com os fatos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E o senhor acha que, então, está sofrendo... O senhor está sofrendo uma perseguição?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A Secretaria de Saúde... A Secretaria de Saúde, naquela época, nós... Nós, e principalmente eu que estava à frente, procuramos dar o nosso melhor. Se houve algum atropelo administrativo foi na urgência, na emergência de salvar as pessoas.

Tanto que fala-se desse processo da Precisa. Um, eu nunca estive com ninguém da Precisa, nem conheço dono de Precisa; dois, não teve pagamento de Precisa.

Sabe por que não teve? Requisita o ofício em que eu criei uma comissão de órgão de controle dizendo que qualquer pagamento na Secretaria de Saúde, no tempo em que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

estava, só passando pela comissão que envolvia todos os órgãos de controle. Não houve pagamento por isso.

O que eu não posso aqui é me defender...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Mas o senhor recebeu... O senhor recebeu os testes? Pagou?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A Secretaria de Saúde recebeu...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não pagou, mas recebeu?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não pagou.

A Secretaria de Saúde recebeu.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E distribuiu os testes?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – A Secretaria de Saúde recebeu, testou a população e este dado de que teste matou pessoas A, B ou C, veja dentro do processo se tem algum teste que matou alguém, a responsabilização é da Anvisa, porque os testes que foram comprados foram todos avalizados pela Anvisa.

A Secretaria não comprou teste na esquina sem o aval da Anvisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senadora Leila, se me permite, só para colaborar com V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Pois não.

Dando o tempo aqui, Sra. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Na questão da Precisa, para V. Exa. ter uma ideia, duas empresas que apresentaram foram desclassificadas exatamente para dar oportunidade de a Precisa entrar, porque colocaram um prazo de 24h que as duas empresas não cumpriram.

Inclusive, quando eu falei que entregaram um teste diferente do que estava no edital, eles entregaram... Tem aí, em outros depoimentos que já foram... Estão sendo apurados, o Marconny vai explicar isso e outros, esse Livzon, nesse período que eles receberam, inclusive só oficializaram... Primeiro eles receberam, mas só conseguiram oficializar legalmente dois dias depois, então, é muito claro todo esse processo. Está no processo.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É porque na hora do discurso, dá a entender que não houve irregularidade nenhuma.

Nunca se teve tanta corrupção na saúde como nesse momento, como nesse período agora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

Seguindo a cronologia, quais os motivos pelos quais o senhor encaminhou proposta da Precisa de compra de testes rápidos para o servidor que lidava com o processo fora dos limites estabelecidos pelo edital de dispensa de licitação no âmbito da Secretaria de Saúde?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nunca, em tempo algum, encaminhei proposta da Precisa e nem proposta de empresa nenhuma para servidor algum. Nunca. Nunca.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por que o prazo foi dilatado, então?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O prazo foi...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor atendeu ao pedido, à demanda específica de alguém para adotar essa providência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não. A dilação de prazo se deu em virtude de que nós abrimos um certame para comprar 50 mil testes e não tinha teste naquela altura. E a demanda e a cobrança da população, da mídia e dos órgãos de controle por teste era muito grande – muito grande. E mandamos reabrir o processo para, ao invés de comprarmos 50 mil, comprarmos 300 mil testes. Neste certame, participaram sete empresas, dentre elas a Precisa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Tá. Então, por que explica haver uma oferta de outra empresa menor, de R$73 por teste, e por que essa empresa não foi escolhida?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Funcionava assim: abria o certame...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Certo.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – ... chegavam 20 propostas, uma das 20 com o preço que variava de R$70 a R$250, com o preço de R$80, por exemplo. Quando a secretaria formalizava e estartava para a empresa o *e-mail*, a empresa respondia: "Não tenho para entregar". E o prazo era curto. Nós fazíamos prazos curtos exatamente para ter testes na rede. O segundo menor preço: a secretaria enviava o *e-mail*, e a empresa não tinha. Depois de cinco, seis empresas que davam a negativa – e isso está dentro do processo –, que não tinham, aconteceu de uma empresa com o preço maior na abertura do certame ter para entregar e vender com aquele preço maior. E, aí, deu-se a isso o nome de sobrepreço. Como eu vou dar o nome de sobrepreço para um produto... Eu vou comprar um telefone, um iPhone, por R$1 mil. A pessoa que me vende não tem. Eu compro um por R$1,5 mil. A pessoa não tem. Eu compro por R$2 mil. A pessoa não tem. Eu encontro um de R$3 mil que tem para me entregar. Eu compro. Isso é sobrepreço? O mercado, naquele momento, era quem ditava.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – O prazo era de 24 horas que vocês davam?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Nós demos prazo de 24 horas, de 30 horas... Os prazos eram pequenos, porque precisava de testes.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas num momento em que a gente já sabia que não tinha no mercado.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não tinha no mercado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Brasil teve que ir...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não tinha no mercado testes.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... até a China para buscar...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Tinha empresa que chegava, Senadora, e dizia: "Eu entrego os 100 mil testes a R$80, mas eu preciso de um mês para buscar na China". Como é que eu vou efetivar uma proposta dessa?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, o senhor está falando que as duas primeiras...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas logo a Precisa é que tinha? Era exatamente a Precisa...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... que tinha nas 24 horas?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não só a Precisa...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem mais tinha?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – No certame, onde sete empresas participaram...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – ... a Precisa e mais duas tinham e entregaram.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E por que a Precisa foi escolhida?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual era o preço das outras duas? O senhor tem...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim, pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está no processo? Desculpa, Senadora Leila...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Este documento que eu quero entregar para os senhores...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... mas os outros dois tinham que estar. Se três empresas tinham...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Se tinham, quais eram essas três empresas?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... para entregar nesse prazo...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... qual era o preço que as outras duas ofertavam?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Perfeito.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Esse documento que eu vou acostar no processo tem tudo: nome da empresa, preço...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor poderia já encaminhar...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... requisitar para nós aí.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... para que imprimam. Quantas páginas tem isso? É possível imprimir já? Que a gente já...

Esse gerundismo: "eu estou juntando", "eu estou mandando", "eu estou enviando"...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O.k. Já está aqui.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Com relação à qualidade dos testes, foram feitos vários questionamentos que sugerem a baixíssima qualidade do que foi oferecido pela empresa Precisa. O que o senhor pode nos dizer dessa acusação? Por que, afinal, o GDF optou pela compra de testes de qualidade tão questionável?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – A qualidade dos testes, Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor vai dizer que isso é atribuição da Anvisa...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não.

Veja bem: a secretaria tinha uma comissão que incluía o Lacen, que avaliava a qualidade dos testes. Inclusive se tinha – que era o requisito principal – a certificação da Anvisa. Se não tivesse a certificação da Anvisa, não entregaria. Tanto que – está se falando tanto nos testes da Precisa – a Precisa, quando não entregou, da primeira vez, os testes que tinha, foi porque os testes não tinham validação da Anvisa. E, aí, nós recusamos, e eles entregaram um teste com valor maior, de uma qualidade melhor – isso dito pelos órgãos que fiscalizam, inclusive, a Anvisa –, naquele momento. Eles ganharam um certame para entregar um teste, e o teste que eles iam entregar não tinha a certificação da Anvisa. A secretaria não recebeu, recusou. Está no processo. Eles, então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senadora Leila, se me permite, mais uma vez, para não ficar esse discurso aqui, preciso dizer algumas coisinhas: primeiro, esse teste já estava sendo recolhido no mundo todo. A Argentina aplicou 2 mil testes, e todos deram negativo. A Índia, a China, a Dinamarca... Todos estavam recolhendo. Provavelmente eles compraram isso a preço de banana, para entregar...

Mas eu vou dizer uma coisa que está aqui que talvez ele possa explicar: a análise desse documento que nós temos aqui revelou que todo o projeto básico do *drive thru* havia sido elaborado pela própria empresa que venceu a licitação, a Biomega – aquela que os servidores dizem que... aquele diálogo – Biomega Medicina Diagnóstica, tendo o referido projeto básico sido entregue diretamente ao então Secretário de Saúde, Francisco Araújo. Aliás: conforme registro fotográfico constante nos autos, o documento que serviu de modelo era muito similar àquele que foi usado para apresentar o projeto básico, o que configurou como um jogo de cartas marcadas.

Olha o que diz um funcionário da secretaria: "Acho que o prazo da proposta tem que ser, pelo menos, até quarta-feira. Se colocarmos na segunda, fica muito na cara que é treta". Aí, o Eduardo Pojo diz assim: "Terça, então? Prazo até terça, 15h, pra apresentar a proposta".

Então, está aqui no processo.

Era isso.

Obrigado, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nada.

Ó, o *modus operandi* típico de sua gestão envolvia três fases muito características – eu estou falando isso porque é segundo a denúncia final do Ministério Público, tá? –: prazos exíguos para apresentação de propostas e entregas de produtos e serviços; pouca transparência e baixa qualidade de serviços prestados.

Eu já falei que isso tudo evidenciado na denúncia feita pelo Ministério Público do Distrito Federal.

Eu pergunto ao senhor: o senhor agiu por vontade própria ou as suas ações, sobretudo na defesa da empresa Precisa, foram orientadas? E, se foram, quem o fez?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nunca teve defesa da Precisa. Eu sempre agi em consonância com a minha equipe. A secretaria tem uma equipe, tinha uma equipe que envolvia todos os atores da área assistencial, da área médica e da área administrativa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Qual é a sua ligação com a empresa Luna Park e quais os motivos pelos quais a referida empresa, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

tem razão social atinente à venda de brinquedos, também logrou êxito em ser escolhida para fins de venda de testes rápidos?

Eu sei que o senhor já falou que ela é uma *trade*, mas eu gostaria que o senhor respondesse novamente à pergunta.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não tenho nenhuma relação com a empresa Luna Park nem com nenhuma outra desse processo e reforço mais uma vez: a empresa tem, na sua razão social, escrito lá e autorização para vender testes.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor sabe informar – já disseram aqui, mas eu quero ouvir do senhor –, o senhor sabe indicar, de forma objetiva, qual foi o valor transferido pelo Governo Federal para o Distrito Federal em razão do combate à covid?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, senhora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Mudando de assunto, mas ainda tratando do enfrentamento, eu gostaria de lhe indagar quais os motivos que o senhor pode nos explicar para ter habilitado a empresa que apresentou a sétima melhor proposta para a construção do Hospital de Campanha do Mané Garrincha? Isso é uma pergunta também que está aqui. Eu já recebi de outros aqui.

Os recursos ali utilizados são oriundos da União ou do orçamento distrital?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Isso está fora do motivo da minha estada aqui.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor não quer responder. O.k.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Está fora do meu objeto.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor foi gestor do Iges-DF. Quando o senhor foi gestor do Iges-DF, o Governo solicitou a prestação de alguns serviços não cobertos no contrato de gestão vigente. Eu gostaria de perguntar para o senhor quem solicitou. Esses serviços foram pagos? Como o senhor explica esse déficit hoje – o senhor que esteve à frente do Iges – desse montante de mais de 400 milhões?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Esse tema também está fora do meu objeto pelo qual eu vim aqui para responder.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nada mais a perguntar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Girão, antes de passar a palavra para V. Sa...

O senhor deseja...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Eu só gostaria de fazer um questionamento aqui.

O senhor foi nomeado quando como Secretário de Saúde do DF?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Fui nomeado como Secretário de Saúde do DF em maio.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Maio de...?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Dois mil e vinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Maio de 2020.

E o senhor foi exonerado quando?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Dezesseis de setembro de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá.

Qual é o motivo da sua exoneração?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O motivo da minha exoneração foi a prisão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Uma questão é bom deixar bem clara aqui: a Anvisa não autoriza a compra, ela autoriza...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (*Fora do microfone.*) – Ela valida.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ela autoriza o produto, ela certifica o produto. Então, às vezes, quando fala "um produto autorizado pela Anvisa", ele pode ser mais caro, tem do mais barato ao mais caro. Então, isso tem que ficar bem separado, Sr. Francisco...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... porque não é porque a Anvisa autorizou... A Anvisa não autorizou a compra, ela autorizou e certificou o produto. E aí temos produtos no mercado.

Mas antes disso, só mais uma questão.

Infelizmente, o Regimento Interno do Senado Federal, art. 146, inciso III, diz o seguinte:

> Art. 146. Não se admitirá comissão parlamentar de inquérito sobre matérias pertinentes:
> .....
> .....
> .....
> .....
> III - aos Estados.

O Senador Alessandro Vieira está trabalhando em um projeto de resolução... E aí seria bom que ele possa, o quanto antes, aprontar esse texto para que nós possamos apoiá-lo, justamente para que a gente possa aprofundar ainda mais, mas nós temos infelizmente o impeditivo legal de convocar Governadores, enfim. Estamos aqui porque podemos trabalhar nisso aqui, mas em toda a documentação que tem chegado à CPI, mesmo após o final da CPI, nós podemos, Senador Girão, continuar trabalhando.

Eu fiz questão de ser a primeira signatária do seu novo pedido de CPI. E vamos ver se a gente consegue trabalhar nele de uma forma que nos permita encontrar alguma lacuna dentro do Regimento, enfim. Aí vai caber a nós.

Mas eu quero parabenizar V. Exa., apesar de saber que nós precisamos mudar o Regimento Interno, antes de tudo.

Então, com a palavra o Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente desta sessão, Senadora Soraya Thronicke.

Eu fico muito feliz hoje com esse depoimento, depois de 50 sessões – eu vou repetir: 50 sessões. Hoje nós estamos na 52ª sessão desta CPI e nós pudemos nos aprofundar agora um pouco mais em eventuais desvios de verbas federais que foram destinadas a Estados e Municípios.

Eu acredito que esta CPI, desde o primeiro dia, era para ter alternado: temos que investigar Governo Federal, sim, e é por isso que, desde o início, participei de todas as sessões, fazendo perguntas para todos os depoentes. Todos, com raras exceções – e nós temos hoje uma exceção –, apenas focados em Governo Federal. E hoje a gente está conseguindo, Senador Izalci, graças a uma iniciativa sua, que eu pude acolher, como membro titular, e solicitar a presença do Sr. Francisco Araújo Filho aqui. Foi um requerimento meu, e eu agradeço a sua presença. O senhor está desde cedo aqui para prestar esclarecimentos e está respondendo a praticamente tudo. Isso é importante.

Mas fica para o Brasil – para o Brasil – como esta CPI foi omissa desde o início e deixa para o final para trazer um Secretário de Saúde aqui!

Tem requerimento meu, Senador Izalci, para trazer dezenas de secretários de saúde, porque denúncias, operações da Polícia Federal, que foram mais de cem, fazem com que a gente precise ouvir, dar o direito de ampla defesa ao contraditório, como a gente tem feito aqui, com muito respeito. Mas o fato é que a gente está caminhando para o final da CPI e me parece que, de alguma forma, o Sr. Francisco Araújo Filho está aqui hoje mais por uma questão de conflito político-partidário que existe do Partido PP junto com o MDB, essa questão da politicagem no Brasil que a gente está vendo de forma muito clara. E esta CPI, infelizmente, incorporou isso.

Eu queria só falar, Senadora Soraya Thronicke, e dar uma notícia para o Brasil agora, já que a senhora tocou no assunto: nós estamos entrando... Já que esta CPI não quer olhar, não quer rastrear a corrupção de verbas federais – que é obrigação nossa, sim; tem súmula do TCU e tudo – que foram enviadas para Estados e Municípios, já que esta CPI não quer olhar, nós conseguimos já 30 assinaturas, Senador Reguffe, de Senadores. E todos que estão aqui assinaram. Infelizmente, a gente está hoje aqui com o nosso auditório um pouco esvaziado, mas muitos colegas já assinaram. Acredito que a gente deva chegar aí a mais da metade dos Senadores assinando esta CPI, que, na verdade, é uma CPMI, porque envolve Senado e Câmara dos Deputados. E isso aí vai ser muito importante...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Regimento Comum permite que façamos isso no âmbito de uma CPI...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Permite. Claro que permite.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... porque nós podemos fiscalizar fora do âmbito da CPI. Por isso a necessidade de um projeto de resolução que está sendo construído.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não precisa...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No regimento...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Verba federal é papel nosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está aqui no inciso III do art. 146. Agora, se isso que está posto não vale, aí eu... Entendeu? Nós precisamos entender...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É só questão de interpretação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... no âmbito da CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O fato, Senadora Soraya, é que nós já temos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que nós vamos despender energia para entrarem com uma ação no Supremo... Eu me preocupo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senadora Soraya, os Governadores não estão aqui, os secretários de saúde não estão aqui porque a CPI não quer. Não vamos fazer... Essa é a grande realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas mais de 30 Senadores... Inclusive eu fui a primeira signatária dessa sua CPI. Nós queremos, sim, investigar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o que não está permitido é no âmbito da CPI. Fora isso, nós podemos fiscalizar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, mas no âmbito da CPI pode, sim, porque nós já temos precedentes, nós temos outras CPIs...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Art. 146.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que trouxeram Governadores aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Inciso III.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então é isso que me...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... tem verbas federais.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pois é, o que está posto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos colocar o seguinte...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vamos. Vamos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Estratégia do Secretário de Saúde. Está aqui um. Outros, do Consórcio Nordeste, Senador Marcos Rogério, em que a gente tanto bate aqui... Consórcio Nordeste, Senadora Leila, em que gente morreu... Hoje eu vi aqui o Sr. Francisco Araújo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

dizendo que o Ministério da Saúde encaminhou 300 respiradores, não foi? O senhor falou há pouco?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Encaminhou sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Trezentos respiradores, num momento grave aqui da saúde do Distrito Federal. E olha o número, olha a coincidência: 300 respiradores comprados com dinheiro antecipado – sem nota fiscal – do povo nordestino, contribuinte, não foram entregues até hoje, um ano e meio. E foi muito bem lembrado aqui pelo Senador Jorginho, há pouco tempo... Olha, o Brasil infelizmente virou o País da piada pronta, e nós temos que virar essa página triste, porque este País precisa ser sério, precisa encarar a corrupção e ir atrás de investigar.

Tivemos lá no Amazonas uma loja de vinho, Senador Izalci – loja de vinho! –, vendendo respirador.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E no DF temos uma loja de brinquedo. Hoje é DF. Hoje é "atentai, Brasília!", não é, Senador Marcos Rogério? Atentai, Brasília!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tivemos...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Hoje é Brasília, Senador. Ainda bem que estamos tendo esse dia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senadora Soraya, tivemos uma empresa que comercializa produtos à base de maconha vendendo respiradores para o Consórcio Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Remédios à base de maconha ou maconha ilegal para recreação?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Produtos. Produtos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas é permitido no Brasil?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Produtos à base... Mas essa empresa nunca... Essa empresa... Essa empresa...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, mas espera aí: vamos separar o que é permitido no Brasil, senão essa empresa tem que ser...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Essa empresa nunca tinha emitido nota fiscal; uma empresa supostamente de fachada. Eu fui lá, eu gravei um vídeo em São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas ela vende o quê? O que está no objeto social dela?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A nota fiscal dela... A nota fiscal dela...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É medicação à base de...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Produtos à base de maconha. Produtos à base de maconha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Nós tivemos outra loja, uma casa de massagem – olha só, uma casa de massagem! – que vendeu, em Santa Catarina, respiradores.

E agora, no Distrito Federal, uma empresa, uma loja de brinquedos que vende testes. Esse é o retrato, esse é o retrato.

Eu queria ler um texto aqui que é do Ziegler, *Os Senhores do Crime*, que está na abertura, Senador Izalci, do Ministério Público do Distrito Federal, esse texto que eu vou ler agora, sobre a Operação Falso Negativo, na abertura da denúncia. É o seguinte: "Os [entre aspas] 'sangradores' – como os denomina um comissário francês – são pouco visíveis. Seus crimes são cometidos na penumbra. Eles avançam ocultos, detestam a luz do dia. Fogem do olhar dos povos como da peste". Isso está na abertura da denúncia do Ministério Público do Distrito Federal e mostra bem a realidade da aplicação dos recursos federais por Estados e Municípios em muitos casos, estranhos, com operações tanto da CGU, que vai vir aqui, segundo o Presidente – eu cobrei já mais de dez vezes e ele disse que vai vir depois do feriado –, que tem como explicar para a gente muita coisa sobre isso, como também da Polícia Federal. Sangradores que tripudiaram da dor alheia, negando respirador, UTI, médicos, enfermeiros, sedativos e tudo o que compõe o atendimento médico humano e digno. Atuaram e atuam de forma oculta, como eu falei aqui do caso escandaloso do Consórcio Nordeste, para o qual esta CPI virou as costas.

Sr. Francisco Araújo, o senhor é natural do Maranhão...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ...mas fez carreira no Estado de Alagoas...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Entre os anos de 1998 e 2005, foi Secretário municipal de Saúde de Cajueiro, em Alagoas. No local, também atuou como Vereador.

Qual foi o seu partido, em que o senhor entrou como Vereador?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – PSDB.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Do PSDB.

De 2009 a 2012, chefiou a Secretaria Municipal de Assistência Social de Maceió; de 2015 a 2018, ocupou o cargo de técnico da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados.

Por quais razões o senhor veio a Brasília em 2015? Quem, especificamente, o indicou para esse cargo na Câmara dos Deputados?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Vim para Brasília, em 2015, a convite do Prefeito de Maceió à época, que se elegeu como Deputado Federal. Ao chegar aqui a Brasília, conheci um Deputado do Republicanos hoje, Deputado Cléber Verde. Ele foi 1º Secretário de Comunicação da Câmara. Eu o assessorava na Secretaria de Comunicação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual o partido dele?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Republicanos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Republicanos.

Quando o senhor atuou em Cajueiro, o Município era governado pelo MDB?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – PSDB.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – PSDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

No Governo Temer, do MDB, o senhor também teve cargo.

O senhor, como já disse, não é mais filiado a partido político. Ou é?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é mais filiado.

E qual a sua relação com o MDB? Quem o convidou? Ou, pergunto de novo: quando veio a Brasília, teve alguma relação no partido? Não?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não. À época, fui para o Ministério da Cidade, na mesma conjuntura que me levou para a Secretaria de Comunicação da Câmara Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.!

O senhor é nomeado, foi nomeado em 2019 para o Iges do Distrito Federal, um instituto que está envolto em inúmeras irregularidades na gestão da saúde do Distrito Federal. Temos informações de que o senhor não era o nome prioritário para o cargo, mas foi levado à Presidência de um instituto que detém um orçamento de mais de R$100 milhões mensais.

Há um adendo: o seu currículo mostra um problema da gestão pública brasileira, que é o profissional que fica se transferindo de cargo por apadrinhamento político. O senhor estava em Alagoas e, de repente, passa a circular por cargos na Esplanada, em Brasília.

Eu pergunto ao senhor: quem o indicou para esse cargo no Distrito Federal?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Quem me indicou para o cargo no Distrito Federal, continuo dizendo, foi o Governador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi diretamente o Governador Ibaneis?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Foi diretamente o Governador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Prosseguindo, o Sr. Osnei Okumoto, que era Secretário de Saúde, é exonerado, e o senhor assume como Secretário de Saúde do Distrito Federal, um cargo sensível, em um momento crítico, talvez o momento mais crítico da história, diante de uma pandemia que lançou o planeta em uma crise de proporções incalculáveis. E mais, o senhor não é médico, nem qualquer experiência na área de saúde tem. O senhor é da área de serviço social. Em um momento grave como este, de uma pandemia global, não reuniria as melhores condições, no meu modo de entender, para essa função, não é? Então, por que, sem ser médico, o senhor foi colocado nessa função pelo Governador Ibaneis?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O Ministro José Serra foi um excelente ministro e não era médico. Fala-se muito hoje do Iges-DF, mas, quando eu saí do Iges-DF, ele ficou funcionando, ele funcionava. Ninguém diz que, à frente do Iges-DF... Quando eu assumi o instituto, as seis UPAs estavam fechadas, o sétimo andar do Hospital de Base estava fechado. Eu voltei com a cirurgia cardíaca de peito aberto, estruturei as seis UPAs no Distrito Federal, abri o andar do Hospital de Base, fortaleci a Oncologia do Hospital de Base. E figuramos, naquela época, como um dos maiores contratantes do Centro-Oeste. A minha desenvoltura como gestor à frente do Iges fez com que eu fosse indicado, naquele momento, para assumir a Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Girão, se me permite...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Provavelmente, está no Manual de Gestão Pública o especialista.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Especialista!

É só para... Eu quero colocar aqui...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador Izalci, eu também quero...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – ... pegar a fala do Senador Girão e dizer o seguinte...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu quero pedir a esta Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não! Vamos só colocar ordem! Vamos só colocar ordem!

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Quero pedir à Comissão para...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A palavra, primeiramente, está com o Relator. Posteriormente, eu a dou para o depoente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O Senador que me deu um aparte foi o Senador Girão.

Deve estar no manual.

O Sr. Francisco saiu do Iges, pelas informações que tenho, em março de 2020. Não é isso? (*Pausa.*)

Foi confirmado: em março de 2020.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Em março de 2020.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aí, exatamente no mês seguinte – no mês seguinte! –, em abril, foi contratado o Hospital Regional de Santa Maria pela Domed, que está aí nessa operação. É a Domed. Foi um mês! E é óbvio que quem está na secretaria sabe quem é que comanda o processo. Continua do mesmo jeito na prática. Depois veio... O Hospital de Base, Senador Girão, era referência internacional!

O Hospital de Base tinha os melhores... As pessoas vinham para Brasília para o Hospital de Base. Hoje não tem nada, não tem dipirona, não tem equipamento, não tem atendimento de oncologia, não tem nada, zero. Acabaram com os hospitais: Santa Maria, Hospital de Base, que era referência, não é?

Então, todos esses processos aqui... Está aqui: Hospital de Santa Maria, Domed; Organização Aparecidense de Terapia Intensiva; depois, Organização...; Instituto IMAS; Hospital Maria Auxiliadora... Tudo isso aqui foi contratado pelo Iges. É lógico que não foi na assinatura do Sr. Francisco: tinha alguém para assinar.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Esses...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é só para dizer que há uma razão desses livros de gestão, para não dar margem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

essas... Eu quero dizer que realmente, Senadora Leila, essas contratações que V. Exa. perguntou – e não foi respondido – são exatamente por isso.

As nossas emendas foram direcionadas...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – As contratações que foram leitos de UTI, e, na verdade, não eram leitos de UTI.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vou devolver ao Senador Girão...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Girão, só para encerrar assim: hoje está na pauta...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – São 100 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É o primeiro item da pauta hoje. Ouviu, Senadora Soraya? O primeiro item da pauta é exatamente a Medida Provisória 1.047. O que diz essa medida provisória? Exatamente permitindo que a administração pública possa comprar, com dispensa de licitação, insumos, bem, serviço, não é? Praticamente prorrogando toda a Lei 13.979, que nós aprovamos, e a 4.035. Então, não sei como nós hoje, o primeiro item da pauta...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É, nós vamos ter que discutir isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos discutir isso. Então, é um assunto que a gente precisa debater.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vamos ter que discutir.

Eu vou devolver o tempo para o Senador Girão, e aí a palavra para o senhor depoente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Perfeito.

Na denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal do Distrito Federal, no bojo da Operação Falso Negativo, consta na p. 18 que o senhor teria retardado em três dias o resultado da licitação sobre testes de covid, dando espaço para que a Precisa apresentasse a proposta. Detalhe, a Precisa foi vencedora do certame licitatório. Pergunto para o senhor de forma muito objetiva: qual a sua relação – o senhor já falou aqui, mas eu peço para ratificar – com a Precisa? E por que o senhor adotou essa postura em que, segundo o Ministério Público Federal do Distrito Federal, o senhor retardou em três dias o resultado da licitação?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Não tenho, em absoluto, nenhum tipo de relação com a Precisa.

Retardamos o processo, adiantamos o processo para que, ao invés de comprarmos 50 mil testes, comprássemos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Retardou ou adiantou? Não entendi.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Adiantamos o processo para que nós comprássemos, ao invés de 50 mil, 300 mil testes. O que acontece, Senador? – se V. Exa. me permite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Só um minutinho, Senador, se me permite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Senadora Leila, V. Exa. pode assumir a relatoria por enquanto? É porque tenho aquele contador de São Paulo, daquele banco não sei o quê, que veio de São Paulo só para conversar?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O meu telefone...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou chamando a Senadora Simone Tebet para estar comigo para ouvi-lo sobre essa questão. Se você puder assumir enquanto eu atendo? É porque ele só veio para isso.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O meu telefone foi apreendido. Mas eu quero pedir a esta Comissão que... À época do início da pandemia, o Senador Izalci me mandava diversas mensagens indicando pessoas. E eu sempre dizia: "Entre, participa do certame".

Como meu telefone está apreendido, eu gostaria que fosse requisitado o telefone do Senador, pra que mostrasse também como era que eu agia. Então, era muita demanda que se mandava, do alfinete ao foguete, pra receber isso e aquilo. Recebia as pessoas e dava o mesmo direcionamento.

Então, eu solicito que isso seja colocado aqui e que seja também aberto, porque o meu telefone está apreendido.

Então, a demanda era muito grande, as pessoas procuravam, mas nós seguimos o rito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Francisco, só porque o Senador Izalci tem que sair, ele pediu o último...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu faço parte, V. Exa. sabe, desde o início, da Comissão do Covid Nacional; não perdi nenhuma reunião de setembro até hoje. Tivemos a oportunidade de criar no DF uma Comissão do Covid toda segunda-feira e convidamos todos pra participar: Ministério Público, Tribunal de Justiça, Distritais, Federais e – a Senadora Leila participou de diversas reuniões – o Governo, pra acompanhar isso. Então, a nossa demanda lá era isto mesmo: nós queríamos vacina, queríamos tudo, a gente era procurado pra isso. Eu fui o Relator inclusive da questão das vacinas. Eu tinha que procurar quem? Não é? Sim. Pelo jeito, não era ele; teria que procurar o Adeilson pra pedir essas coisas. Infelizmente, eu pedi à pessoa errada.

Senadora, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O depoente com a palavra. O depoente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, ele já...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Já respondi.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Já concluiu? O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... fez a requisição à Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria de ter mais uma cópia daquilo, porque o Senador Izalci levou. Aquela cópia do documento que o depoente nos enviou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – O senhor, Sr. Francisco Araújo Filho, sabe dizer por que Osnei Okumoto foi exonerado da função de Secretário da Saúde e depois retornou?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não tem ideia?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Porque é um movimento estranho: ele sai, depois vai pra outro...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, em absoluto, eu não acho estranho. Ele é um técnico, ele está na secretaria desde o começo. Como agora recentemente eu vi pela mídia, ele foi renomeado no Hemocentro, é uma área dele também de atuação como farmacêutico, salvo engano, e assumiu um outro de Secretário na condução do processo.

Então, se V. Exa. verificar, ele está desde o começo do governo participando do governo, ora como Secretário, ora em outra atividade. Pra mim, não existe nada de estranho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mesmo depois dessa operação?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, eu, mais uma vez, digo a V. Exa. que um indício pode ser uma falsa aparência. Eu não respondo por corrupção, não me condenaram nesse processo todo. E daí, quando eu respondi no início que eu durmo tranquilo por conta disso, eu nunca sentei com nenhum empresário dessas empresas, eu não comprei testes que não fossem com a certificação da Anvisa. E, nos testes que foram comprados, como se falou muito dessa questão do sobrepreço, dentro do processo de A a Z, no inteiro teor, tem lá a empresa que ganhou e não tinha pra entregar e assim sucessivamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, e o senhor está tendo amplo direito de defesa, ao contrário.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – E eu agradeço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É importante o senhor ter vindo. Queria que outros secretários da Saúde tivessem essa oportunidade. A CPI infelizmente não deixa a gente fazer o nosso trabalho.

Mas, partindo aqui pra conclusão, eu vi umas fotos, tive acesso a umas fotos do senhor com outros gestores aqui do Distrito Federal numa vistoria no Hospital do Mané Garrincha, que fica aqui pertinho, foi um hospital de campanha que teve aqui no Distrito Federal.

Por que ele foi fechado? Foi na sua gestão?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Ele não foi fechado na minha gestão, mas queria me reter ao motivo da minha convocação aqui, que é o Falso Negativo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, o motivo da sua vinda aqui é a questão do covid, né? Covid, tudo...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ações... Exatamente, contra a covid.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ações efetivas da covid. Nós estamos falando de pandemia.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Ela é específica da Operação Falso Negativo. O motivo da minha vinda...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, sobre o hospital de campanha, o senhor não pode dar esclarecimento para a gente?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu prefiro me deter ao motivo da minha convocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Porque houve denúncia de corrupção lá, no hospital de campanha, né?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Eu prefiro, com todo o respeito que eu tenho por V. Exa., ficar aqui contido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Eu não vou lhe fazer perguntas sobre essas denúncias de corrupção, então. Eu quero só lhe perguntar se todo mundo sabia que viria uma segunda onda. Estavam os cientistas, especialistas dizendo que viria uma segunda onda no País. Por que esse hospital foi fechado?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Olha, pelo que me consta, houve alguma recomendação. Pelo que me consta; eu estou respondendo aqui, para os senhores, com toda a clareza da minha alma. Eu não vim aqui... Eu estou dizendo a verdade de tudo o que eu estou dizendo. Eu tenho aqui a minha consciência em paz de que eu não estou aqui mentindo. Se houve algum erro meu em algum processo de condução de alguma coisa, foi tentando acertar. Como pai, como avô, como cidadão, eu me sinto em paz, porque eu não cometi nenhum ato de corrupção, tanto que eu não respondo por corrupção. Está aí, há um ano, com o meu telefone, o meu sigilo bancário, fiscal, telefônico. Acho que investigaram até a minha alma já, e não encontraram, e não vão encontrar nenhum indício de corrupção, porque eu vivo, há 25 anos, trabalhando dentro do serviço público e eu nunca enriqueci ilicitamente, graças a Deus.

Então, eu não sei os motivos que levaram ao fechamento desse hospital, sendo bem transparente e sincero com V. Exa. Eu realmente não sei, eu não estava mais no contexto, eu não estava mais no processo. Então, eu não sei explicar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor que abriu?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – O hospital de campanha de lá foi na minha gestão.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Será que não foi pela questão da investigação a respeito da contratação dos 200 leitos que, na verdade, seriam para UTI, e, na verdade, a gente sabe que eram leitos ambulatoriais, Sr. Secretário? Ex-Secretário.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Senadora, deixa eu falar uma coisa para a senhora. O Hospital de Campanha da Arena foi aberto com 190 leitos; nunca foi, nunca em tempo algum foram leitos de UTI. Ele tinha 20 leitos de retaguarda. Ele foi um hospital meramente de retaguarda para dar suporte, na região central, ao HRAN e ao Hospital de Base.

Então, o paciente, quando ele evoluía para a gravidade, ele ficava no HRAN, que era referência. Quando ele melhorava, quando tinha uma evolução de melhora, ele ia para o leito de retaguarda. Os 170 leitos de retaguarda, de enfermaria... Lá, dentro do hospital, tinha 20 com respirador, com toda a estrutura para suporte.

Leito de retaguarda é diferente de leito de UTI. Leito de UTI é uma coisa; leito de UTI covid é outra, certificada pelo ministério, e leito de retaguarda é outra totalmente diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O próprio Ministro Queiroga nos disse que eles imaginavam, no começo da pandemia, que os hospitais de campanha seriam uma estrutura conveniente para o tratamento do covid, e verificou-se, posteriormente, que não era, e tiveram que adaptar dentro dos hospitais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Exatamente. Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, existe uma desinformação acerca desse tema.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Me dá um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E em outros lugares também: construíram hospitais de campanha, gastaram muito dinheiro, mas, naquele momento, ainda não se tinha certeza sobre a situação, sobre como seria o tratamento.

Então, isso aí tem que aprofundar. Não dá para...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não, não é questão...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu não estou nem...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não é questão de desinformação, Senadora, é questão de que no objeto do contrato está lá "leitos de UTI".

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, sim. Aí eu... Sim, compreendo.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É isso. Objeto do contrato: leitos de UTI. E na verdade não foi – não é? – o que fizeram ali.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Agora, além de o objeto do contrato ser leitos de UTI, ainda tem o fato de que se monta um hospital de campanha, se gasta dinheiro público para fazer um hospital de campanha para o enfrentamento da pandemia e se desativa esse hospital de campanha antes do fim da pandemia, inclusive montando outros depois.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, é... Aí é outra história.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu quero saber qual é a lógica disso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o ministro me disse que o hospital de campanha realmente não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – O senhor gostaria de responder, Sr. Francisco, essa pergunta do Senador Reguffe?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... não é conveniente para tratar covid.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Primeiro, eu gostaria que V. Exa. visse o contrato, porque V. Exa. vai ler e está claro como água cristalina que não são leitos de UTI. Nunca foi! Nunca foi. São 170 leitos de enfermaria e retaguarda e 20 leitos com suporte avançado. Para quê? O paciente entra no Hran, ele melhora; a retaguarda, o hospital de campanha... Se ele agravar lá dentro, tem 20 leitos de retaguarda, com respirador, com toda a estrutura de uma semi-UTI – um leito de retaguarda. Nunca foi, esse contrato... Jamais, até porque, pelo valor, daria para se fazer ali dentro 190 leitos de UTI. Não tem no contrato leito de UTI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Funcionou, Sr. Secretário? Funcionou por quanto tempo essa estrutura que vocês montaram?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Ele funcionou por seis meses, se não me engano. Foi o prazo do contrato. Foram seis meses em que ele funcionou.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Foi aluguel?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Foi comodato.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Comodato?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Todos os equipamentos...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, foi comodato, então não entrou no patrimônio.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Todos os equipamentos... Não, entrou. Foi na modalidade assim: todos os equipamentos que lá estão...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Comodato é um empréstimo.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – ... ficou para a rede. Não, foi compra. No final do contrato, tudo ficou...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Comodato ou compra?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Tudo ficou para o Distrito Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, não foi comodato.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Se gastou dinheiro público para fazer um hospital de campanha para o enfrentamento à pandemia e, antes do fim da pandemia, se desativa o hospital de campanha, para depois, um tempo depois, fazer outros.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, todos...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Não tem lógica isso.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – ... todos os equipamentos...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É um contrato de seis meses?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Todos os equipamentos...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu não sei nem se foi na sua gestão a fazer os outros, mas, assim, se gastou dinheiro público para fazer um hospital de campanha...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... para se montar um hospital de campanha para o enfrentamento da pandemia, e ele foi desativado antes do fim da pandemia. Isso não tem lógica!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Reguffe...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E, logo depois, já se gasta mais dinheiro para fazer outros.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, ele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E vinha a segunda onda! E vinha a segunda onda ainda.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas não quero interromper, não. Desculpe...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria só de chamar à ordem...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu tento ser disciplinado. Desculpe a intromissão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... porque o Senador... Eu coloquei o Senador Girão na frente do Senador Marcos Rogério – quero pedir perdão, Senador –, e aí agora... Só para colocar ordem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só a última pergunta.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu peço desculpas, porque eu tento sempre ser disciplinado aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só a última pergunta aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está perdoado, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Depois de tudo o que ocorreu, de toda essa celeuma de operação, de CPI, o senhor tem ainda algum contato com aqueles que o indicaram para o cargo que o senhor ocupou?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Senador, hoje eu preciso sobreviver, porque eu sou um pai de família. Eu faço as minhas palestras, voltadas para outro foco: eu falo de fé, falo de ação. Eu sou escritor, sou da Academia Taguatinguense de Letras. Eu tenho pautado a minha vida em cima de um... Tenho um contrato de trabalho hoje com uma empresa privada, que está aqui comigo. Então, eu tenho conduzido a minha vida fora desse processo, até porque isso deixa na gente um trauma muito grande. Eu digo – e vou dizer o tempo todo – que até uma folha de papel tem dois lados. E você ser expurgado da maneira que eu fui, naquele momento, com toda a minha equipe, isso dá um sentimento de indignação muito grande e dá também um sentimento de um olhar diferente. Em que mundo nós estamos vivendo?

Poderia-se, naquele momento, pedir o meu afastamento judicialmente e investigar tudo. Eu estou há um ano sendo investigado. Eu não respondo por corrupção. Fizeram o que quiseram de mim. O.k. Existe a justiça dos homens e a justiça de Deus. Eu não estou aqui pra julgar ninguém, eu não estou aqui criticando ninguém. Eu só estou dizendo que: a ferida que foi feita foi muito grande, e hoje eu tenho a minha consciência tranquila, toco a minha vida na iniciativa privada, com as minhas palestras, trabalhando, e não tenho contato...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – E não tenho contato, até porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não teve mais contato com quem o indicou. Só essa pergunta.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – ... até porque há um impedimento legal, e respeito o que está lá – tem um nome do processo... As cautelares do processo, eu cumpro todas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então o senhor se achou injustiçado pelo Governador Ibaneis Rocha?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Jamais, em tempo algum. Jamais, em tempo algum. Eu não estou falando aqui do Governador, eu estou falando do fato em si: a quem interessou – a quem interessou – fazer isso comigo e com a minha equipe? Um dia a história vai responder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, muito obrigado.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Um dia a história vai responder por que eu fui preso por corrupção e lavagem de dinheiro e não me denunciaram por isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Um dia a história vai responder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está o.k. Estou satisfeito. Quero agradecer ao Sr. Francisco Araújo Filho, a seus advogados, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quero agradecer.

Só, antes de passar a palavra a V. Exa., Senador Marcos Rogério, porque estão chovendo, Senador Girão, manifestações nas redes sociais acerca da Hempcare. As pessoas estão em dúvida, tem gente achando que o Consórcio Nordeste contratou uma boca de fumo. Então, só pra esclarecer, eu pedi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu pedi pra não se cometer injustiça com absolutamente ninguém, e principalmente porque este Congresso liberou o uso de *Cannabis* medicinal neste País...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ainda não, né?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, liberou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, calma, Presidente. O Congresso não liberou nada, não.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A Anvisa liberou, não liberou?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Congresso não liberou nada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom, mas o Congresso proibiu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – São uns puxadinhos aí que estão tentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem fez puxadinho? A Anvisa liberou, não liberou?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Também não.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Também não? Bom...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Assim, é porque... Isso é outra coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom, mas como é que alguém...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Fora do microfone*.) – Vamos focar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só pra focar, só pra não cometer nenhuma injustiça, eu pedi a certidão da Hempcare na Receita Federal: Hempcare Pharma Representações. O código de inscrição dela, a atividade econômica principal é: representante comercial e agente de comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares. Então, aí seria bom que o Consórcio Nordeste explicasse que não contratou uma boca de fumo, porém o Brasil permite... Eu tenho clientes, eu já entrei com ações de clientes que têm cerca de... Não é a minha área, mas são doenças que a pessoa tem... Ô meu Deus, eu esqueci até o nome, me faltou aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu sei, Presidente, tem doenças raras...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas é questão de epilepsia, autismo, Alzheimer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... tem outras coisas também.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... Parkinson...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.? Então, isso tem que ficar muito claro porque, inclusive, quando a pessoa não tem condições de comprar, o SUS compra. Então, alguma coisa errada na legislação ou algum vácuo existe que nós precisamos resolver na legislação. Então isso é muito, muito complicado. Peço perdão a quem precisa desse tipo de medicamento e de repente está sendo aqui hostilizado. Eu tenho clientes que fazem uso dessa medicação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, vamos lá?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, só pra que não fique nessa dúvida, Senador Girão, nós precisamos deixar tudo muito bem claro.

Com a palavra, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apenas dizer que, assim, quem deveria estar aqui prestando esclarecimentos deveria ser o Consórcio Nordeste.

Essa empresa não merece defesa no âmbito desta CPI porque participou de um esquema golpista relacionado ao povo nordestino, a Hempcare, que tem, na sua história

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

negocial mais recente, duas notas fiscais – duas notas fiscais. Uma de R$48 milhões, outra nota e uma foi justamente essa que nós estamos aqui desde o começo denunciando, que foi relativo ao Consórcio Nordeste, venda de respiradores, que nunca entregou. Acho que eles não sabem a diferença entre um respirador mecânico utilizado nos procedimentos de socorro às vítimas da covid e um respirador canábico. Eu acho que eles não sabem a diferença de um para o outro, pensaram que fosse o canábico e aí tentaram vender respiradores para hospitais. Nunca entregaram. Criminosos, todos eles.

Aliás, as duas notas fiscais emitidas para ex-Ministros do PT. Que coincidência, não é? Que coincidência!

E por que não querem deixar vir aqui será? Esses dois cidadãos? Esse cidadão? Eu não sei e eu me preocupo quando a própria CPI banca a defesa da Hempcare, porque eu acho que quem tem que ser defendido aqui são os nordestinos, é o povo brasileiro que se viu vítima dessa organização criminosa, porque se associaram.

Poderiam ter ouvido aqui pelo menos o Bruno Dauster, lá da...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – O Carlos Gabas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Carlos Gabas, porque é o executivo, o principal, mas se ouvisse pelo menos o Bruno Dauster, que é ex-Chefe da Casa Civil da Bahia, já seria alguma coisa, mas não quiseram – mas não quiseram.

Agora veja, está conosco aqui o Secretário Francisco Alves Araújo Filho, ex-Secretário de Saúde do GDF.

O senhor ficou preso quanto tempo, Secretário?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Oitenta e dois dias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Oitenta e dois dias.

Já tinha sido preso antes?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nunca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Primeira vez.

Respondia a algum inquérito, ação penal, ação civil pública?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nada?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Nunca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Primeira vez que foi preso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Primeira vez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A polícia errou? O senhor foi vítima de perseguição? Ou sofreu uma injustiça?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Senador, eu prefiro deixar para a história contar e narrar esse fato. Eu não quero fazer juízo de valor, meu coração está muito em paz. Eu estou muito consciente dos meus atos, eu prefiro responder os processos sem apontar quem quer que seja.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor disse agora há pouco aqui, e me chamou a atenção, que a história, de repente, vai revelar quem te colocou nessa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu costumo ser observador e bastante atento ao que é dito no âmbito desta CPI e isso pode dizer muita coisa e pode sugerir muita coisa também, por isso lhe fiz a pergunta que fiz.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Erros, quem está na vida pública está sujeito a cometer erro, aliás, qualquer ser humano em qualquer fase da vida pode cometer.

Agora, V. Exa. esteve segregado por um tempo por erro que reputaria de sua responsabilidade ou de terceiros?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Da minha responsabilidade, eu tenho a minha consciência em paz que, se eu errei em algum momento, eu errei buscando dar o meu melhor, eu errei tentando salvar as pessoas.

Se eu, em algum momento, errei por algum motivo, foi buscando o meu melhor. Eu não sentei com nenhum empresário de empresa de testes. Eu não fiz nenhuma negociata com empresa nenhuma. Eu trabalhei 20 horas por dia. Eu fui acusado, no Brasil inteiro, de ter fraudado milhares de licitações; me denunciaram por uma. Me acusaram de desviar milhões. Fizeram, há 20 dias, uma busca em mim na cidade de Manaus, onde eu estava dormindo com os meus dois filhos, gêmeos, de dois anos e meio. Maldade tem limite.

Eu prefiro que a história conte, porque estão há um ano com meu telefone, com meu sigilo, com tudo quebrado. Aí, quando faz um ano, faz novamente. Então, é muito doído para um cidadão... Porque eu sou um cidadão, eu trabalho no serviço público há 25 anos. Como o senhor muito bem perguntou, eu nunca respondi, eu nunca fui preso, eu nunca desviei recurso de ninguém. Mas, no papel, a gente coloca o que a gente quer, a gente escreve o que a gente quer. Mas é como eu cheguei aqui no início e eu falei – e falei com a minha cabeça erguida, com meu olhar olhando para o senhor aqui, com serenidade: até uma folha de papel tem dois lados, tem.

Essa é a primeira vez – e eu agradeço aqui ao Senador Girão por ter me convocado – que eu posso falar sobre esse tema. Eu nunca falei na mídia, eu fiquei resiliente, eu fiquei quieto. Um homem público ser acusado de roubar milhões e não pegar nada dói. Um homem público ser acusado de fraudar milhares de licitações, ser denunciado por um, dói. O homem público acordar de manhã Secretário de Estado – e, como foi dito, nunca houve na história do Distrito Federa – e ser expurgado do seu trabalho juntamente com a sua equipe dói muito.

Eu peço, inclusive, a proteção desta Comissão. É uma vida humana. É um pai de família.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor é ameaçado?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Graças a Deus, Senador, até agora, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Bem, eu acho que os questionamentos já foram à exaustão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só uma pergunta, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... aqui na CPI...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Senador Marcos Rogério, só um questionamento.

O senhor falou de proteção. Quem poderia ameaçá-lo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Senador, é a proteção profissional. A CPI, a Comissão tem um papel importante no País hoje – eu entendo assim.

Eu estou chegando aqui ao primeiro local, ao primeiro fórum onde eu posso me defender. Ao me defender, as minhas palavras estão aqui. O que eu falei aqui está gravado. Os senhores estão aqui. Os senhores estão acompanhando e são protagonistas desse processo de covid no País. Enalteço aqui o trabalho de todos os senhores à frente desta Comissão. Eu acho que sou o único ex-Secretário que veio aqui na condição de ter passado pelo que eu passei. É natural que eu queira falar e que eu queira me defender e que eu queira colocar aqui a minha versão. Até hoje, nós só tínhamos uma versão; agora, os senhores têm a minha. Esse juízo de valor os senhores farão, e é natural.

O que eu quero dizer para os senhores aqui é que aqui está um pai de família. Eu sou pai de quatro filhas – duas médicas, duas arquitetas. Fui casado, durante a minha vida, muito tempo com uma Promotora de Justiça. E a minha outra ex-mulher é uma Delegada de Polícia. Não é fácil. Eu nunca pautei a minha vida nessa seara que está sendo dita. Eu nunca pautei. Eu não tenho bens, eu não tenho patrimônio. Agora aconteceu tudo isso, e para eu sobreviver, estou trabalhando na iniciativa privada. Eu faço as minhas palestras, eu trabalho numa empresa todos os dias. E eu tenho que erguer a minha cabeça. Eu tenho que sustentar a minha família. Aqui não tem um corrupto na frente dos senhores... que pegaram milhões comigo. Nunca pegaram, porque eu não tenho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Se V. Exa. fosse corrupto, não estaria sentado nessa cadeira.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Obrigado.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Agora deixa eu... Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou... Eu vou...

Não, porque, aqui, o caso do Consórcio Nordeste, Senador Girão, desde o começo... É assim... Eu não estou... Veja, eu não estou fazendo a defesa de V. Sa...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só para alertar os senhores, a Ordem do Dia já começou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e não vou fazer mais questionamentos a V. Sa...

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas é lamentável que esta Comissão tenha escolhido o caminho que escolheu, de seletividade na investigação. E vou concluir a minha fala fazendo observações justamente em relação a esse aspecto.

Veja: quem está sentado nessa cadeira, aqui na minha frente, é o ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal. Não é de Marte; é do Distrito Federal. E por que que estou dizendo isso? Porque a CPI criou uma narrativa de que não pode investigar nada relativo aos Estados. Mentira! O Secretário está aqui hoje. O Secretário está aqui hoje. O ex-Secretário.

Por que dizem que não pode investigar Estados e Municípios? Criaram essa narrativa, porque o 146, do Regimento do Senado Federal, vai dizer o seguinte: "Não se admitirá à Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre matérias pertinentes: I) a Câmara dos Deputados". Primeira narrativa falsa. O Deputado Ricardo Barros sentou nessa cadeira aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Ué, mas não pode! Ah, mas sentou por quê? Porque a investigação não é sobre a Câmara dos Deputados. É sobre o envolvimento ou não de um membro daquele Parlamento.

Vamos à frente: "atribuições do Poder Judiciário".

Bom, poderia ter alguém do Poder Judiciário aqui? Se não tem nada a ver com atribuições do Poder Judiciário, mas houve um crime conexo com o objeto de investigação da CPI, poderia estar. Mas, se o assunto é relacionado à jurisdição, não, não poderia.

E vamos para o inciso III: "assuntos relacionados aos Estados". Não poderia.

Bem, não precisa ser um hermeneuta para entender o que significa isso. O que são assuntos relativos aos Estados? Competência de organização da unidade federativa. Pode o Parlamento ir lá e se meter a investigar aquilo que é competência própria do Governo do Estado? Não, não pode. Competência pra legislar sobre imposto, sobre circulação de mercadoria. Poderia uma CPI ir lá e se meter a investigar? Não, não poderia.

Agora, em relação aos recursos federais transferidos ao Estado ou Município? Poderia ou não poderia investigar? Bom, se não poderia o Congresso Nacional, através do instrumento próprio de controle político da administração, que é a CPI, também não poderia o Ministério Público Federal, também não poderia a Polícia Federal, também não poderia a CGU e também não poderia o Tribunal de Contas da União. Como não?

A competência é atraída em razão do repasse federal. Essa é a competência. Fora isso, é "ajeitadinho". É uma embalagem bonita, para dizer: "Não vamos investigar os companheiros dos Estados"; "não quero que chegue perto do quintal de casa". Não tem que ficar tergiversando, não. A prova disso é que está aqui o ex-Secretário do GDF. A prova disso é que sentou também, nessa cadeira, o atual Deputado Federal Líder do Governo na Câmara!

Ora, a regra vale para defender quando não quer investigar. Mas, quando quer alguém investigar, "não, não, não, não pode, não pode, não pode". Como não pode? A CPI pode.

O próprio Ministro Gilmar Mendes falou sobre essa questão da competência, e aí tem vários elementos, vou citar apenas alguns que ele trouxe: "Atribui-se aos Estados o poder de auto-organização [Auto-organização. Pode CPI contra? 'Não, não pode'] e os poderes reservados [reservados a quem? Aos Estados. 'Não pode ter CPI'. E ainda aqueles] e não vedados pela Constituição Federal". Porque aqui você tem competência que é própria do Estado, tem a competência que é comum, competência concorrente. Então, é possível investigar? É possível. E prova disso é que nós trouxemos aqui o ex-Secretário de Saúde do Amazonas. Ora, seletividade, não tem outro nome. Trouxemos aqui o Deputado Federal. "Ah, mas não pode investigar a Câmara dos Deputados". Sim, a Câmara dos Deputados não pode, mas, se alguém lá é acusado de algum fato conexo com a investigação da CPI, pode. Agora está o Secretário do GDF.

Então, eu pergunto: por que não avançou a investigação em relação aos Estados? "Ah, não pode porque o Supremo disse que não pode convocar Governadores." O.k. Eu até discordo dessa tese jurídica, mas eu respeito a tese jurídica da não convocação dos Governadores, em respeito ao chamado pacto federativo. Governadores! Agora, isso não significa – isso não significa – retirada da competência formal, material de investigação da CPI, porque eu poderia fazer como está sendo feito aqui: a convocação de um secretário, de um ex-secretário, de um empresário que vendeu e não entregou, de um empresário que vendeu e entregou algo que não estava no contrato, de alguém que participou e é acusado de corrupção passiva, de corrupção ativa, de organização criminosa. Como não? Então, essa história de que não pode investigar Estados, Consórcio Nordeste ou Municípios é uma forçação de barra que não cabe no âmbito desta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E eu lamento, Senador Girão, porque, vou repetir – até corrigindo a expressão que fiz aqui "se fosse corrupto não estaria aqui", não posso fazer esse julgamento, é a consciência de V. Sa. –, nós temos casos com evidências que saltam aos olhos. O que aconteceu em Santa Catarina – o Jorginho já foi –, o que aconteceu em Santa Catarina: uma compra superfaturada, pagamento e não entrega, sem investigação aqui na CPI, compraram respiradores de uma casa de massagem. Lá no Amazonas, compraram respiradores de uma loja de vinhos. Tudo bem, de lá veio aqui o Secretário – o Presidente da Comissão convocou aqui o Secretário –, mas acho que temos que aprofundar a investigação. No Estado do Pará, Senador Reguffe, o esquema dos hospitais de campanha. O que aconteceu no Rio de Janeiro inclusive, que afastou o Governador e cassou o Governador. Duas operações da Polícia Federal, mais de R$1 bilhão envolvido nessa trama toda. Não veio aqui um secretário, um diretor, um empresário pra responder patavina nenhuma.

Como é que alguém vai dizer que esta CPI é séria, quando ela aponta pro Governo Federal e vai dizer "tem corrupção, tem corrupção, tem corrupção", sem um centavo de real desviado? Veja, quando chegou o Secretário aqui, as primeiras perguntas feitas pelo Relator não tinham nada a ver com o GDF, eram todas voltadas para o Governo Federal. E eu acompanhando tudo. Por quê?

E eu acompanhando tudo. Por quê? Porque o alvo é o jogo pré-eleitoral contra o Presidente da República. Tentaram forjar, no âmbito desta CPI aqui, material para ser usado na campanha eleitoral de 2022, e aí falaram: "É o maior escândalo de corrupção do Governo Bolsonaro!" Vai vendo! Pergunto: teve contrato? Algum pagamento? Alguém se beneficiou? Alguém levou vantagem? Não, não levou. Há uma diferença entre as acusações que são feitas com relação ao Governo do Presidente Bolsonaro e com relação ao que aconteceu no passado. E eu não quero comparar corrupção, porque, se cometeu corrupção no governo A ou no governo B, todo mundo é bandido. Não tem bandido de estimação, não tem que passar a mão para dizer: "Não, porque companheiro tem que ser..." Não! Cometeu crime, pague por ele, seja quem for, ligado a quem for, doa a quem doer.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, eu concluo a minha fala, Sra. Presidente, fazendo um registro de que hoje o depoimento do Sr. Francisco aqui é um depoimento que, primeiro, dá oportunidade a ele próprio de falar, de abrir o coração, de enfrentar os fatos e dar a sua versão sobre esses fatos. Se é culpado ou inocente, é a consciência dele e a luz nos autos, porque os autos falam e falam muito, mas é a consciência dele. Não cabe a mim fazer julgamento se é culpado ou inocente, mas ele teve a oportunidade de falar.

Agora, o que eu posso dizer e afirmar com segurança é que, nesta CPI, há dois pesos e duas medidas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que a CPI mista vai poder resolver.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tomara! Tomara que a gente consiga avançar com esta CPI mista...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Aí nós iremos ter único objeto determinado que é para investigação de Estados e Municípios, que é o que tanto queremos.

E concordo com V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e do Consórcio Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E concordo com V. Exa. em relação à leitura que se faz do 146, realmente. E aí nós precisávamos ter ou recorrido ou ter... Mas tomamos a atitude correta que é subscrever o pedido de abertura de uma CPI mista do Senador Eduardo Girão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, só para concordar com V. Exa., é tão verdade esse aspecto que quem veio aqui de Estados e Municípios... Alguns buscaram até suporte em HC e não tiveram quanto à negativa de vir aqui, tiveram que vir. Veja, se fosse proibido...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas aí já é algo do STF, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas a Comissão não tem a prerrogativa de...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... excluir do objeto da CPI aquilo que os requerimentos determinaram. O fato determinado está lá específico. Então, a decisão da Ministra Rosa Weber que eu li não entra no mérito de proibir investigação em relação a Estados e Municípios...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ela proibiu a convocação de Governadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em relação à convocação de Governadores.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só que nós estamos em número menor e aí nós somos voto vencido sempre e temos que aceitar isso e trabalhar de outra forma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí, sim, esta é a denúncia: a maioria não quer investigar Estados e Municípios. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... porque reclamar, reclamar, reclamar não adianta.

Só para... Eu gostaria de... O Bob Nunes não é o Bob Dias, aquele acusado de crime formal que não precisa de consumação, aquele senhor. Eu estou falando que o Bob Nunes disse o seguinte no Twitter: "Vi seu depoimento sobre o uso medicinal de *Cannabis*, no caso do canabidiol. Queria que você conhecesse o caso da Carolzinha, visto que ela sofre muito por não ter acesso ao remédio e nem mesmo acesso à compra, já que é importado."

Para não me delongar mais, eu vou colocar do s*ite* direto do Governo Federal, do nosso Governo, do Governo Bolsonaro, a liberação, agora no ano de 2021, de mais dois produtos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – À base.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... à base de canabidiol para uso medicinal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E ali tem outras explicações pra que não fique... Eu não quero ficar me delongando e esse assunto já cansou aqui na CPI. A verdade é essa. Só que nós não podemos desinformar e não podemos ser injustos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Cansou pra quem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Cansou a desinformação, porque ali não é boca de fumo, que eu saiba.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E quem foi que disse que é boca de fumo?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Precisamos fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

Não, Presidente, ninguém disse que é boca de fumo, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ninguém disse que é boca de fumo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – As pessoas estão pensando que é boca de fumo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ...pela forma como se fala: pejorativamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. É porque há uma confusão...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas tem gente que precisa desse medicamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Calma, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, quem comprou os respiradores, os ventiladores, isso é uma coisa, isso é um ato. Agora, se a empresa está devidamente constituída, pagando seus impostos e vende...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nunca vendeu nada, Senadora Soraya. Nunca vendeu nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa. está fazendo uma defesa de uma empresa...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas não podemos desinformar as pessoas, porque as pessoas estão achando...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Empresa de fachada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ...que compraram em boca de fumo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa. está comprando a defesa de uma empresa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não estou comprando defesa de ninguém, gente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa questão...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se tem alguém que não compra defesa de ninguém, sou eu nessa CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. está fazendo, falando...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sou eu. É que não aguento desinformação, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa. está fazendo confusão em relação a essa questão apenas da empresa Hempcare. Com relação ao produto, V. Exa. está correta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qualquer empresa que tenha o mesmo objeto social, a mesma atividade, qualquer uma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, essa empresa vendeu dois produtos. O Senador Girão...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Assim, desse detalhe eu não sei. Eu estou investigando Mato Grosso do Sul...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isso que nós estamos alertando. Com relação ao canabidiol, V. Exa. está correta. Ele é utilizado para várias situações.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É utilizado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A polêmica no Brasil e aqui no Congresso, na Câmara e no Senado é em relação ao cultivo da maconha com essa finalidade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É outra situação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E isso, eu sou absolutamente contra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito. Estamos de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tem que ficar muito bem separado. E se os senhores são contra o uso medicinal, aí tem que entrar com um projeto de lei para proibir, porque, por enquanto, inclusive o Governo Bolsonaro aqui, ó...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Do uso medicinal, todos somos a favor, mas não do cultivo da maconha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Estão permitindo esta utilização.

Sr. Francisco, muito obrigada.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (*Fora do microfone.*) – Tenho o direito de encerrar? Rápido aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor demora? Como é que é? Porque nós já iniciamos a Ordem do Dia.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO (Para depor.) – Eu quero só ratificar aqui, Senadores, quando eu pedi a proteção... A minha proteção é uma proteção constitucional pra quebrar essa narrativa. Depois, eu quero agradecer a V. Exas., Senadora Soraya, Senador Eduardo Girão, por terem me convidado e dizer que aqui, no caso do Distrito Federal, essa empresa Luna Park, de que se fala tanto, de brinquedos, vendeu, entregou e não recebeu. Então, eu quero só deixar esse registro de que a empresa vendeu e entregou, diferentemente de outros Estados que se fala que venderam e pagaram antecipado.

Então, agradeço aos senhores...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vocês não chegaram a pagar, é isso?

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Não pagou. Vendeu e entregou.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O SR. FRANCISCO ARAÚJO FILHO – Então, obrigado aos senhores pela oportunidade. Senador Girão, obrigado pela convocação. Senador, muito obrigado também pela sua forma distinta com que você me tratou, eu agradeço. E agradeço à Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Francisco, eu não o conheço, então não posso colocar a mão no fogo pro senhor – não coloco nem por quem eu conheço. Muitas pessoas eu conheço; são pouquíssimas pessoas por quem eu coloco a mão no fogo. Mas o que o senhor falou sobre assassinato de reputação, não é? Eu sou advogada, eu sei que você só é considerado culpado depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Isso no Brasil demora muito. Todas as... Muitas pessoas públicas estão sujeitas a processo. Nós sabemos também do poder que o Ministério Público tem de abrir inquérito, de investigar e, muitas vezes, de forma abusiva. E não quero aqui, de forma alguma, nunca, generalizar. Porque, quando falam mal dos políticos... Agora o Presidente da outra Casa falou que o Senado fez tal coisa, o Senado inteiro, generalizando todo mundo, isso é um perigo muito grande e um perigo pra reputação das pessoas.

Hoje as pessoas têm o direito... todos têm o direito de se manifestar nas redes sociais, mas as pessoas não leem, não se aprofundam, não se preparam e, aí, começam a fazer um julgamento. E esse julgamento, assassinato de reputação, perante pessoas que têm família, que têm uma história, realmente, é muito perigoso, é muito injusto.

O que eu peço é que as pessoas acompanhem conosco, aprofundem a sua análise, acompanhem de verdade. É óbvio que aqui na CPI nós temos mais informação do que as pessoas têm aí fora. Então, não dá para as pessoas lá de fora acharem que têm acesso a absolutamente tudo o que nós temos, achar que podem fazer o mesmo juízo de valor que nós estamos fazendo ou o que estamos defendendo, porque as informações que nós temos são privilegiadas, por óbvio. Hoje tivemos uma reunião aqui secreta, justamente para analisar o que pode ser colocado, o que não pode. Mas que as pessoas saibam que elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

precisam ler, analisar e se aprofundar antes de fazer esse julgamento. Porque existe o julgamento de Deus, o julgamento dos homens, mas esse julgamento que pode causar um assassinato de reputação é uma das coisas mais injustas que nós estamos vendo neste momento.

Então, eu quero, antes de tudo, antes de finalizar...

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 44ª e 45ª Reuniões, solicitando a dispensa das leituras.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 1
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (53ª Reunião) 14/09/2021

ATA DA 53ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Dário Berger, Soraya Thronicke e Jean Paul Prates, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Rose de Freitas, Eliziane Gama, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 50ª, 51ª e 52ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Marcos Tolentino da Silva**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Marcos Tolentino da Silva. Oitiva do Marcos Tolentino da Silva, em atendimento ao requerimento 1252/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1495 de 2021** que : "Solicita ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia informações relativas ao precatório negociado com o FIB Bank Garantias Fidejussórias S/A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1496 de 2021** que : "Requer a transferência dos sigilos fiscal e bancário, relatório de análise fiscal, Câmara de Comércio Brasil-Índia" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1497 de 2021** que : "Requer ao COAF o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-ÍNDIA" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 1498 de 2021** que : "Requer à Prime You informações sobre os deslocamentos realizados em aeronaves da empresa ou parceiras comerciais." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 1499 de 2021** que : "Requer à Voar Aviation e Icon Taxi informações sobre os deslocamentos realizados em aeronaves da empresa ou parceiras comerciais." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 1500 de 2021** que : "Requer à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC informações acerca das empresas Prime You e Icon Táxi Aéreo Ltda (cujas atividades envolvem o transporte aéreo, uso e compartilhamento de aeronaves1), abrangendo dados sobre os deslocamentos realizados em aeronaves da empresa ou parceiras comerciais." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 1501 de 2021** que : "Requerimento ao Sinter informações relativas ao precatório negociado com o FIB Bank Garantias Fidejussórias S/A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 1502 de 2021** que : "Requer à PGR investigação dos contratos do FIB Bank." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 1503 de 2021** que : "Requer ao TCU auditoria nos contratos do FIB Bank." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 1504 de 2021** que : "Requer informações à 7ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senador Humberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 2
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (53ª Reunião) 14/09/2021

Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 1468 de 2021** que : "Requer que sejam enviadas solicitações à Casa Civil, Advocacia-Geral da União - AGU, Ministério da Economia e demais Ministérios, a respeito da suspensão das cartas de fiança emitidas pela empresa FIB BANK GARANTIA DE FIANCAS FIDEJUSSORIAS S/A - CNPJ: 23.706.333/0001-36" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas pelos administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Marcos Tolentino da Silva, em atendimento ao Requerimento nº 1.252, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Eu peço que o depoente seja conduzido à mesa. (*Pausa.*)

A Comissão foi notificada de decisão liminar da Ministra Cármen Lucia, no Habeas Corpus nº 205.999, nos seguintes termos:

> Defiro parcialmente a liminar requerida, para assegurar ao paciente, ao ser inquerido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou pedir um pouco de silêncio... (*Pausa.*)

> ... ao ser inquerido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, a) o direito de ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei nº 8.906/94; b) não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder às perguntas que o possam incriminar; c) não ser obrigado a responder questionamentos relativos a informações recebidas por força de sigilo profissional, decorrentes de relação firmada como advogado, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não inseridos nem contidos nestas cláusulas ("b" e "c"); d) a faculdade de, querendo fazer-se acompanhar por profissional de saúde de sua escolha e poder requerer à direção dos trabalhos a presença de auxílio de profissional ou serviços de saúde da Casa Legislativa. (*Pausa.*)

O senhor trouxe profissionais de saúde que o estão acompanhando?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Presidente, trouxe, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor esteve aqui no dia do depoimento do Sr. Ricardo Barros. Não estava aqui?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Sim, é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estava... Eu o vi aqui.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Sim, eu estava. Eu vim até aqui e o encontrei e percebi que sentiram até que fosse alguma afronta. Peço até desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não... Não, o senhor estava aqui nesse dia, mas o senhor não estava acompanhado de nenhum profissional de saúde...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, no dia, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nesse dia o senhor não estava com profissional de saúde, nesse dia o senhor estava aqui assistindo à reunião da CPI do Deputado Ricardo Barros. Só para constar que o senhor esteve aqui já, nesta CPI, sem acompanhamento médico nenhum.

Houve, ainda, indeferimento de dois pedidos de reconsideração apresentados em favor do depoente. Registro que o juiz federal tal, tal, tal... Mas isso aí... (*Pausa.*)

Já está resolvida a questão dos médicos que o estão acompanhando, os profissionais de saúde.

Eu vou lhe fazer uma pergunta, o senhor não está obrigado a responder, Sr. Tolentino.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim... A partir deste momento V. Sa. está sujeito a dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu vou passar a palavra para V. Exa., se assim desejar, por 15 minutos.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Desejo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Obrigado.

Não sei se está em bom tom... Estão conseguindo me ouvir, todo mundo? Então, está...

Primeiramente, pedir para esta Casa aqui, nesta posição tanto da vinda, tanto na dúvida de que houve grande, na semana passada, que realmente eu estava internado... Eu tenho ainda sequelas do grande covid que eu tive. Isso é uma coisa que aconteceu no final de janeiro, fevereiro, março. E, depois, eu gostaria até de mostrar que ainda tenho sequelas. Mesmo no dia em que eu vim aqui, estava voltando aos poucos, não é? E eu gostaria até de ler para não perder a linha de raciocínio nesse tempo concedido por esta Casa, se vocês me permitirem aqui, nobres Senadores.

Então, para todos, meu nome é Marcos Tolentino da Silva, sou advogado militante, com inscrição da OAB em mais de oito Estados, empresário com atuação em diversos ramos comerciais.

Venho diante desta Comissão Parlamentar de Inquérito única e exclusivamente com o propósito de contribuir com esclarecimentos que porventura sejam de meu conhecimento. Posso garantir-lhes com toda a tranquilidade que não tenho qualquer constrangimento em relação aos objetos e objetivos centrais das investigações conduzidas pelos Srs. Senadores, uma vez que não existe absolutamente nenhum ato ou fato de minha parte que possa me ligar a ela, pelo que posso expor aqui.

Sobre a minha participação no quadro societário do FIB, divulgada por matérias afirmando a dita sociedade oculta acerca da empresa FIB Bank, eu, Marcos Tolentino, afirmo que não possuo qualquer participação na sociedade. Não sou sócio da empresa, como veiculado por algumas matérias.

E, a fim de não deixar qualquer dúvida a respeito de minhas afirmações, sirvo-me de documentos públicos disponibilizados pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, que nos oferece um roteiro detalhado que pode justificar a possível origem do equívoco, conforme ficha cadastral completa emitida pela Jucesp em 5/8/2021, que tenho aqui em minhas mãos – através dos meus advogados aqui – e à disposição dos senhores também, do qual destaco alguns pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O Dr. Ederson Benetti é o saudoso *in memoriam* advogado, que exerceu suas atividades em Curitiba por mais de 50 anos... Desculpem, é que é para eu não perder a linha de raciocínio, gente, só para poder... Eu estou lendo aqui, viu? Saudoso, porque ele faleceu, que exerceu suas atividades na cidade de Curitiba e a quem conheci na militância da advocacia em 1999, com a realização de algumas parcerias na compra das primeiras linhas de créditos, precatórios, na compra nos meados de 2002, 2003.

O Dr. Ederson Benetti iniciou suas atividades na Benetti Prestadora de Serviços, em 2001, quando já estava junto com ele que é a Benetti Prestadora de Serviços, na cidade também de Curitiba, tendo eu, Marcos Tolentino, ingressado como sócio administrador dessa empresa, mas já existia uma grande parceria, em 19/8/2009, na qual permaneci como sócio até 3/11/2009, ou seja, da Benetti Prestadora de Serviços, eu me desliguei do quadro societário há quase 12 anos, mas...

Dessa empresa da qual eu fazia parte, derivaram muitos negócios, direitos, bens, outras empresas, algumas que têm inclusive o nome Benetti como parte de sua razão social, e, mesmo com o falecimento do Dr. Ederson Benetti, em um acordo com seu filho e herdeiro, Ricardo Benetti, algumas dessas empresas permaneceram de minha propriedade e outras foram a ele transferidas, a fim de fazer jus a seus direitos hereditários.

Ocorre que, como citado na imprensa, a empresa citada no início dessa explicação foi transferida, empresa essa que sob sua propriedade constitui outra empresa chamada Pico do Juazeiro, que, posteriormente, no ano de 2016, tornou-se sócia da empresa FIB Bens e Garantias Fidejussórias S/A.

Gostaria ainda de esclarecer que, em função de ter ativos tais como imóveis, precatórios federais, que ainda não são de propriedade... Ainda não são, não... Que são de propriedade comum entre minhas empresas e o Ricardo Benetti, que é o herdeiro, continuou tanto advogando e cuidando de assuntos relacionados a ele e a algumas de suas empresas, inclusive procurações públicas, especialmente por possuirmos também importante volume desde precatórios federais, créditos financeiros oriundos de liquidações desses – perdão, é só para eu não perder a linha de raciocínio – precatórios depositados inclusive judicialmente no Banco do Brasil, parte deles.

Sobre as dúvidas que nós percebemos sobre os telefones do FIB a serem atendidos na Benetti, eu não conheço nada, o que eu posso falar é exatamente da vivência. Por que? Onde fica a Benetti foi onde começou a se constituir a Benetti. O escritório jurídico fica no mesmo prédio. Isso foi quando se iniciou, em 2016, essa união dos ativos para fazer a aquisição dessa empresa, que foi tocada pelo escritório jurídico meu lá em São Paulo.

Então, eu tenho alguns momentos em que o FIB utilizou o telefone da Benetti, como foi levantado no cartão, que é público. Na verdade, são lados separados da advocacia, mas é no mesmo prédio – isso é totalmente público –, para divulgação comercial, onde a gente nunca deixou, utilizava para os clientes o escritório jurídico e nunca deixou, mas é diferente de ser sócio oculto. Quem é sócio no FIB Bank? É a Pico e a Benetti.

Eu vou mais aqui para tentar terminar rápido no meu prazo.

Em relação à alegação de que o endereço da MB Guassu, sócia da Benetti, é o mesmo da Benetti, esclareço que elas não têm o mesmo endereço. Na verdade, ambas as empresas estão no mesmo prédio, em salas comerciais, em conjuntos diferentes. Tal proximidade se deveu ao fato de o escritório jurídico ter se utilizado dos serviços prestados pelo FIB e fruto, como eu já disse, desde que esse iniciou suas atividades, para garantir em juízo, em ações judiciais. E o nosso escritório, inclusive, o representou comercialmente, com exclusividade, durante um período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

No que diz respeito à alegação de minha participação como intermediador nas negociações da Precisa com o Ministério da Saúde, gostaria que os nobres Senadores olhassem, por um minuto, as fotos que trago, se permitirem, a fim de demonstrar minha condição física no período de tais ocorrências, que hoje consistem o objeto desta CPI.

Nada mais posso dizer além de que, no período da sua ocorrência, me encontrava internado na UTI, no Hospital Sírio-Libanês, que me salvou, em São Paulo, em função de um severo quadro de covid-19, que eu contraí no final de janeiro, e permaneci. Fui intubado, fui extubado, fiquei 62, quase 90 dias lá, tive duas paradas cardíacas lá, tive uma infecção generalizada.

Então, todo esse período de fevereiro, março, abril, depois voltando para casa, já depois do dia 10 de abril, ficando maio sem andar, tendo que aprender todas as atividades. Em estado de coma, como eu fiquei todo esse período... Dos próprios médicos, correndo seríssimo risco de morte, uma vez que pessoas com quadros semelhantes ao que eu tive nesse momento, ao que eu tive lá atrás, tiveram 2% de chance – seria esse número – de sobreviver. Por Deus, eu consegui sobreviver, com paradas cardíacas, com infecção generalizada, intubado, extubado, intubado novamente, com traqueo.

Então, nesse período, realmente sofri, sei o tanto quanto da importância desta CPI, sei que muitas famílias perderam realmente pessoas. E, quando saí desse estado, tive que reaprender as minhas limitações mais elementares, como andar, me alimentar, cuidar da minha higiene – eu trouxe as fotos –, cuidar da minha higiene pessoal e até mesmo recobrar a minha capacidade cognitiva, pois em alguns momentos, quando a gente tem um excesso de cansaço, de estresse, realmente sinto que são sequelas da covid. Até quando vim aqui... Você voltando ao trabalho devagar... De concentração... A gente tem como sequela. Se falar assim: "Você está morto?" Não, mas sou um sobrevivente mesmo.

Informando ainda que hoje trago sequelas, tais como a acentuada diminuição da resistência pulmonar, fadiga, perda, na verdade, de um maior desequilíbrio das taxas sanguíneas, entre outras, como sequelado e uma pessoa que teve esta oportunidade de voltar aqui. Portanto, não é de boa afirmação que me encontrava ou pudesse fazer... Ou tentam, assim, dentro da mídia, imputar que eu estaria fora de qualquer atividade. Então, estava totalmente fora de quaisquer atividades profissionais, sociais, o que impossibilitaria qualquer participação ou interferência no ato ou acontecimento correspondente à compra ou negociação da vacina Covaxin.

Aí, creio que, em situações normais, somente esse fato seria suficiente para o entendimento, compreensão da exposição que os jornais fizeram, da humilhação que a gente tem como empresário, como pai, como filho, algo, eu tenho certeza absoluta, que sofri, e não participei e não tive participação em cima disso.

Então, sobre a minha ligação... Desculpa. Eu tenho que respirar um pouco ainda pra segurar aqui...

Sobre a minha ligação com o Deputado Ricardo Barros, que eu sei que é uma coisa que cabe declarar que se trata de um conhecido há muitos anos, desde que eu morei em Curitiba e que residi na cidade lá, sendo que, até hoje, mantenho com ele vínculo de respeito e amizade, nada mais do que isso.

Em relação ao meu comparecimento, quero, se sentirem os nobres Senadores como ofensa, alguma coisa, pedir até desculpa aos nobres Senadores. Não foi proposital. Até, talvez, nessa volta, se estava aqui, vim acompanhar e não gostaria que levassem como alguma afronta, uma coisa que não tive esse pensamento, não tive essa linha de raciocínio no momento. Peço até desculpa sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E hoje mantenho com ele, *vide* aqui... Em relação ao meu comparecimento à CPI, explicando à oitiva, fiz única e exclusivamente na qualidade de amigo.

Em relação ao Presidente Jair Bolsonaro, informo que conheço o Presidente desde o período em que era Deputado Federal, mas não possuo nenhuma amizade pessoal ou qualquer outro tipo de relacionamento junto ao Presidente. Estive com ele em alguns encontros, meramente casuais. Inclusive, se pegar até as datas em que comecei a voltar pra cá, já foi em junho, julho, no marco regulatório das TVs, quando ainda... Eu o conheci quando ainda Deputado, de poucas vezes... Encontrei também como Presidente, e isso é totalmente registrado.

No que diz respeito aos seus filhos, o Senador Flávio Bolsonaro, Deputado Eduardo Bolsonaro, Jair Renan Bolsonaro, declaro que os dois primeiros conheço de eventos políticos e sociais; já Jair Renan Bolsonaro não conheço.

Sobre o Sr. Francisco Maximiano e a Precisa Medicamentos, que eu acho que é uma das coisas que eu estou aqui e que vocês têm que saber, tanto a declarar que o conheci no ambiente empresarial há alguns anos. Atendi o Sr. Francisco Maximiano com relação a uma ação pessoal de pequena monta, com sigilo profissional – estão ouvindo? – que impede de prestar maiores informações, mas tem o acesso via autos que acaba sendo público, mas eu como advogado... Já em relação à Precisa Medicamentos, jamais os representei ou realizamos qualquer negócio, que foi, inclusive, assim... Seria o impossível, como eu estava totalmente fora de coisa, e também não fiz o negócio com a Precisa.

Em relação ao noticiado de um jantar que seria na minha residência, ou no Klabin ou na Chácara Flora, li na imprensa, nunca estive nesse jantar. Então, nunca recebi essas pessoas, o Ministro, ex-Ministro Pazuello, empresário Max nunca esteve em minha residência para tratar, muito menos assim, pra tratar de compra de vacinas ou sobre qualquer consórcio Covaxin.

Sobre o Sr. Geraldo e Sra. Alessandra, o que tenho a dizer é que não os conheço, nunca os vi. Sei, em função da minha atuação como advogado, na aquisição da empresa que já estava constituída, a FIB, a garantia fidejussória à FIB Bank, pelos meus clientes, que tratam dos donos originários da Brax Ltda., representada no momento pelo advogado que na época trouxe, que era o conhecido Dr. Felício Valarelli, que no ano 2016 foi transferida para Pico do Juazeiro, em que a sócia é Benetti, onde hoje, a Benetti, quem figura na Benetti é o Ricardo Benetti.

No que diz respeito à empresa Brasil Space, é uma função da divisão de bens havida em 2020 do falecimento do meu pai – que meu pai seguiu em junho ou julho do ano passado –, e hoje presto também como advogado, e ser uma empresa familiar que está em nome da minha mãe e eu estive também já na empresa.

Gostaria também de esclarecer que sei sobre os ativos que compõem o capital social do FIB, que trouxe muita dúvida. Porque os números são números aparentemente assim realmente altos, então, traria dúvida pra todos. Inclusive, então, eu posso explicar um pouco sobre isso. Embora desconheça o dia a dia das atividades internas do FIB, mas ela foi composta quando iniciou pela Benetti, então tinha qualquer ingerência sobre ela. Em relação aos ativos que a compõem, posso falar especialmente pelo meu escritório que trabalhou para regularização tanto das áreas, das terras que o compõem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que o senhor concluísse, Sr. Tolentino, porque já ultrapassou bastante os 15 minutos e as perguntas serão feitas ao senhor objetivamente.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – O.k., está, não é? Então, está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está dizendo aí que não é amigo do Flávio, que não conhece o Eduardo, que nunca viu o Jair. Isso aí, nem vai perguntar sobre isso.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, porque eu peguei o que eu vi dentro das requisições. Por isso, Presidente... Perdão.

Gostaria também de esclarecer que sei sobre os ativos, e de todos esses ativos, quando foi feita a avaliação, foi feita baseada em duas avaliações judiciais e, nessa multiplicação, independentemente da avaliação particular, onde chegaram a esse número que foi 7 bi, na verdade, foram duas avaliações judiciais, e, em cima disso, o avaliador fez a avaliação. Com isso, foi feita a integralização. (*Pausa*.)

Então, está bom. Eu vou pedir, então, para terminar... Desculpe, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor está falando da integralização do capital da FIB Bank. Isso vai ser perguntado para o senhor. Qualquer coisa que o senhor diga agora...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Perdão, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para nós vai ser de pouca relevância, até porque o senhor coloca aí a Benetti, que é sócia do FIB Bank, não é isso? Ela tem uma procuração do FIB Bank...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – A Pico do Juazeiro... A Benetti Prestadora é dona da Pico, que aí seria sócia do FIB Bank...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor é sócio da Benetti?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Não, eu não sou sócio dessa Benetti. Essa Benetti é do Ederson Benetti, que é onde eu tenho outras juntas e patrimônios em comum com eles.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah! O.k. A gente vai esclarecendo aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veremos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos esclarecer.

Eu quero, Sr. Tolentino, dizer que nós desejamos ao senhor um restabelecimento completo. Felizmente, o senhor é um é um dos poucos brasileiros... Nós dizemos poucos, porque nós temos milhões de pessoas que saíram com uma sequela muito grave, mas, felizmente, o senhor tem condições de ter um bom fisioterapeuta, de ter um bom cardiologista, de ter um bom hospital, e a gente torce pelo seu restabelecimento. Já milhões de brasileiros que estão nessa mesma situação, infelizmente, dependem daquilo que Deus proverá no dia seguinte.

Então, nós queremos aqui dizer que iremos tratá-lo com todo o respeito em relação ao que o senhor passou, que sabemos que foi muito difícil.

O que nós queremos aqui é ser muito objetivos com o senhor: pergunta e resposta, com todo o respeito. Eu vi umas fotos há pouco do momento em que ele estava no hospital, entubado, e, depois, foi desentubado, teve esses problemas todos... O senhor só está aqui por uma razão, porque nós poderíamos ter resolvido isso lá atrás com o depoimento do Deputado Ricardo Barros. Se o senhor está aqui hoje, o senhor deve ao Deputado Ricardo Barros.

Vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, cumprimento a todos pela volta dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e, antes mesmo de passar às perguntas, Presidente Omar, eu gostaria de fazer algumas breves considerações, rapidíssimas, sobre o caminhar de nossos trabalhos.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada, como todos sabem, em 27 de abril de 2021, e realiza hoje a sua 53ª reunião, sendo que, até a data da primeira reunião, Senador Rogério Carvalho, cerca de 395 mil vidas já haviam sido perdidas. Agora, infelizmente, vamos nos aproximando dos 590 mil óbitos nessa pandemia, Senadora Eliziane, que parece não ter fim, principalmente por causa de um Governo irresponsável, que politizou o enfrentamento de uma doença grave, que afetou o Brasil e o mundo inteiro.

Fazemos questão – e essas são informações que trago antes de iniciarmos o interrogatório – de lembrar esses números para que não esqueçamos a seriedade da missão que foi dada a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em respeito à memória de todos aqueles que faleceram: apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19 no Brasil e no agravamento da crise sanitária no Amazonas, conforme requerimento subscrito pelos Senadores e Senadoras da República.

Durante esse período de quase cinco meses, Presidente Omar, esta Comissão Parlamentar de Inquérito não se deixou intimidar por ameaças e bravatas – e foram tantas –, cumprindo o seu papel constitucional, com muitos resultados reconhecidos por toda a sociedade brasileira e com repercussão na comunidade internacional, que também assistiu ao fracasso da política negacionista conduzida pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Nesse contexto, cabe destacar, me permitam, a contribuição da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Tasso Jereissati, na aceleração da vacinação no País, que se deu em algumas frentes. Permitam-me lembrá-las.

Uma primeira foi a desconstrução da narrativa governamental sobre a existência de um tratamento precoce com medicamentos sem eficácia comprovada, que seria, no lugar da vacinação em massa, a política pública a ser seguida para que os brasileiros se vissem livres dos efeitos da covid-19. De fato, a ênfase dada por esta Comissão a esse tema permitiu que essa falsa abordagem fosse completamente desmoralizada, a ponto de o próprio Ministro da Saúde ter que admitir, em seu segundo depoimento, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que medicamentos, como a cloroquina e a ivermectina, são ineficazes contra a doença – pasmem! – logo depois de ter mandado um memorando a OMS recomendando o tratamento precoce brasileiro como uma jabuticaba, o que causou, na própria OMS, muita revolta e muita indignação.

A eliminação de vias supostamente alternativas à vacinação ajudou as pessoas a aderirem cada vez mais à imunização, em caminho contrário ao que previa o Presidente da República, que havia dito, Senador Omar, já em janeiro de 2021, aspas: "Metade da população não vai tomar a vacina" – algo criminoso.

As investigações da CPI também chegaram – e todos acompanharam – às negociações obscuras, com sérios indícios de corrupção, que eram conduzidas pelo Ministério da Saúde para a compra de vacinas, por meio de atravessadores que monopolizavam as energias do Governo, em prejuízo da compra de imunizantes de fabricantes idôneos, reconhecidos no mercado nacional e até internacional.

A revelação dos esquemas – e por isso esse depoimento hoje – envolvendo a Precisa Medicamentos, a Davati e, posteriormente, a Belcher Farmacêutica certamente foram fundamentais para afastar as negociatas e seus operadores, como Roberto Ferreira Dias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

que era Diretor de Logística do Ministério da Saúde e foi exonerado como consequência dos primeiros dias desta Comissão Parlamentar de Inquérito. O Ministério da Saúde teve que suspender contratos suspeitos e se voltar aos produtores de credibilidade para a compra de vacinas, fechando acordo para a compra de 100 milhões de doses da Pfizer, por exemplo.

Muito importante também foi o esforço repetitivo da maioria dos Senadores em alertar a população sobre a importância da imunização, atitude que constrangeu várias pessoas, em especial as autoridades do Governo, a reprimirem suas posições negacionistas e de desconfiança em relação às vacinas.

Nesse sentido, cumprimento todos os colegas Senadores, nesse momento em que retomamos os nossos trabalhos, e Senadoras também, que se dispuseram não só a investigar, mas também a servir a população, dando exemplo e sufocando esse tipo de discurso anticientífico.

Mesmo com todas essas vitórias, Senador Humberto, é preciso reconhecer que não temos meios de evitar a continuidade da incompetência do Governo Federal. Faço questão de destacar a nova falta de vacinas para a administração da segunda dose da AstraZeneca. Diante desse novo descumprimento das atribuições legais do Ministério da Saúde, vários entes subnacionais, como o Estado de São Paulo, por exemplo, o Estado mais importante da Federação, tem sido forçado a buscar, na Justiça, as doses faltantes que deveriam ser entregues pela União. Ou seja: a falta de planejamento, de seriedade e de cumprimento de um calendário óbvio, como aqui se cobrou em todos os momentos, está sendo continuada.

Diante desses problemas e de mais problemas também, de outros problemas, vários secretários de saúde já se preparam, Senador Randolfe, para aplicar a segunda dose nessas pessoas justamente com a vacina da Pfizer, tão negligenciada pelo Ministério da Saúde e cujas doses adicionais foram adquiridas depois da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós ressaltamos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Relator, só uma questão, se o senhor me permite...

O senhor está falando da segunda dose.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segunda dose.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Este País deveria estar se preparando para ter vacina para todos os brasileiros em 2022...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... porque essa é uma pandemia que só vai ser controlada com vacinação recorrente, e nós não estamos vendo nenhum movimento nesta direção.

E eu queria agregar ao discurso de V. Exa. a necessidade de termos a segunda dose e nos prepararmos para uma terceira dose em massa para o ano de 2022 e, em alguns casos, já a partir de 2021 – os mais idosos e os mais vulneráveis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Exa. tem absoluta razão, Senador Rogério Carvalho.

Nunca é demais lembrar que, se o Governo tivesse aceito as ofertas da Pfizer, do Butantan e da OMS, nós já teríamos 170 milhões de vacinas, uma grande parte delas sendo aplicadas ainda no ano que passou, o que levaria o Brasil, a esta altura do campeonato, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

ser um dos países que mais teria vacinado a sua população, o que lamentavelmente foi negligenciado.

Ressaltamos que o Poder Legislativo não governa, claro, e, assim como o Poder Judiciário não pretende usurpar as funções do Poder Executivo, muito embora os membros do Governo Federal tentem atribuir suas falhas a outras instituições e esferas republicanas, atacando, com discursos golpistas, todos os que se opõem às suas intenções inconstitucionais. Por isso, precisamos enfatizar que a omissão e a falta de governo têm causado sucessivos prejuízos aos brasileiros em praticamente todos os campos da vida diária: na saúde; na inflação, que corrói o poder de compra do trabalhador; nos postos de emprego, que somem; na previsibilidade; na segurança jurídica; entre outros aspectos.

Em meio a essas adversidades, Presidente Randolfe Rodrigues, seguimos cumprindo nossa missão constitucional, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, em defesa da democracia e do direito dos brasileiros à saúde.

Finalmente, preciso agradecer não só pelas contribuições dos Senadores – efetivas, em todos momento desta Comissão Parlamentar de Inquérito –, das Senadoras também e da equipe de servidores efetivos e comissionados do Senado Federal, mas também eu quero, de público, agradecer pela valiosa colaboração das equipes de outros órgãos que têm, no dia a dia, assistido à Comissão Parlamentar de Inquérito, como a equipe da Polícia Federal, a equipe do Tribunal de Contas da União, a equipe da Receita Federal, dentre outras equipes que têm agregado bastante aos trabalhos, com seu grande empenho e sua *expertise* para analisar os documentos e as quebras e transferências de sigilo aprovadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Sem esses dedicados servidores de importantes instituições citadas de Estado, nossos passos teriam sido, sem dúvida nenhuma, mais curtos.

Agora, com a aquiescência de todos, eu passo às indagações ao depoente, advogado Marcos Tolentino.

V. Sa. é um empresário de reconhecido sucesso e atua também como advogado. V. Sa. poderia numerar quais são as empresas e negócios que mantém?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador, os negócios que eu mantenho de empresas são desde televisão, advocacia, incorporação, que é entre as empresas, elas se comunicam entre elas. São essas empresas principais entre rádio, televisão, corporação e advocacia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são os escritórios pelos quais V. Sa. atua como advogado?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Como advogado, atuo no escritório meu de São Paulo e no escritório aqui de Brasília também, que é a Tolentino & Setembrino, que é o escritório aqui, o TS daqui do escritório de Brasília; e, em São Paulo, a Tolentino Sociedade Advogados, que fica na Avenida Ibirapuera, que é onde eu atuo também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Primeira pergunta objetiva: V. Sa. possui algum escritório com endereço na Avenida Ibirapuera, nº 2.120, 23º andar?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Sim. Lá estão, no andar, o escritório jurídico de um lado e a Benetti do outro lado. O escritório jurídico fica lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem o escritório jurídico, tem a Benetti do outro lado... E a MB Guassu e a Maquetes & 3D?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Essas empresas de maquete e MB Guassu, é como eu passei no início: elas foram criadas na época, quando eu estava junto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

quando eu estava advogando junto com o Benetti, para poder criar a Pico, quando foi comprada pela Benetti, através do Ricardo, a MB junto com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para que todos continuem a entender, nesse emaranhado societário de espúrias vinculações, o depoente acaba de dizer que, nesse endereço da Avenida Ibirapuera, 2120, funciona a Benetti, a Rede TV...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode repetir, por favor?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Posso sim, claro.

A Benetti... Dentro do andar a gente tem o outro lado, é a Benetti, que é um andar completo; eles têm dois lados, algumas salas em outros andares. A advocacia fica neste endereço: Avenida Ibirapuera, 2120, 23º andar – não consigo recordar exatamente a sala porque eu fui quatro vezes, depois da volta da pandemia, ao escritório. E a Benetti e outras empresas, se tiverem, ou lá no endereço, mas não juntos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A primeira constatação: nesse endereço, além das empresas citadas, funcionam também a MB Guassu e a Maquetes & 3D, que estão registradas e funcionam no mesmíssimo endereço, o que demonstra uma cumplicidade, em função de funcionamento simultâneo de várias empresas no mesmo endereço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite...

Dr. Marcos, o senhor informou que essas empresas, uma delas foi comprada, foi adquirida pelo Ricardo?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Olha... É... Para não voltar, e como orientações dos meus advogados aqui, eu prefiro permanecer em silêncio. Por quê? Porque eu expliquei, na verdade, já naquele início, como foi adquirido ou como foi constituída pela Benetti, Senador. Se o senhor me permitir utilizar o direito do silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É direito constitucional de V. Sa.

O senhor se referiu a Ricardo. A qual Ricardo o senhor estava se referindo?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, Ricardo Benetti. Ricardo Benetti, que é o filho do sucessor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode intervir.

O Senador Tasso quer fazer uma pergunta.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar.) – Quem é o dono da MB Guassu?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – MB Guassu, na verdade, era... A MB Guassu... O Sebastião, que faleceu, e o Francisco também, que faleceu. Portanto, na época, nós começamos a regularização deles. Só que, antes do falecimento, eles foram homologados em juízo, toda essa transferência, na época, em 2016.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Quem são...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor, Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Quem são os herdeiros desses proprietários originais?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, assim... Isso acaba sendo público, dos herdeiros. Eu gostaria de permanecer em silêncio, porque isso tem já, em todos eles, publicamente, dos herdeiros ou não. O assunto está público, eu gostaria de permanecer em silêncio, se o senhor não... Senador... Né?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Esses herdeiros são donos de uma fortuna imensa, porque eles que realizaram o capital de 7 bilhões na FIB Bank. Então, esses filhos do Sr. Sebastião ou netos do Sr. Sebastião possuem um patrimônio, só aí, de 7,5 bilhões.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu gostaria de permanecer, nobre Senador, em silêncio. Por quê? Porque isso eu entendo que já foi explicado e está claro dentro da posição. Então, gostaria de usar o meu direito ao silêncio, Senador.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Sr. Presidente, está claro o quê? Onde foi explicado? Eu não entendi a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Marcos Tolentino está se referindo à preliminar que ele apresentou aqui no início do depoimento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está claro pro depoente, porque pra mim e pro resto do Brasil não está não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não ficou claro. Já que V. Sa. citou essas informações, segundo lembra, seria importante dar a ênfase necessária, de modo a responder à indagação, uma vez que ela já está contida na sua apresentação inicial. Não seria inédita. Portanto, V. Sa. não estaria desobrigado a fazê-lo, em atendimento à resposta do Senador Tasso e da Senadora Simone Tebet.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Excelência, Senadora, gostaria de permanecer em silêncio. E qualquer documentação... Isso daí eu só volto a passar aqui, quando fala que não está claro... Como o nobre Senador menciona da onde veio a avaliação: ela veio através duma posição judicial que se multiplicou. Mas eu, em respeito tanto como advogado ou não ou pelo HC, eu gostaria de permanecer em silêncio, mas ela é clara na primeira posição dada por nós.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Não, de forma nenhuma. É um prazer.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Na verdade, como a MB Guassu é a maior acionista do FIB Bank, ela tem 7 bilhões e a Pico do Juazeiro, 300 milhões, se não me engano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar.) – Trezentos milhões. V. Sa. não sabe quem é o dono da FIB Bank ou não pode explicar quem é o dono da FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Não é que eu não posso, foi explicado que o dono da FIB Bank é Pico do Juazeiro e o Benetti...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, não. Pico do Juazeiro é acionista minoritário.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Isso, minoritário.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – E o majoritário é a MB Guassu.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Isso está, na verdade, desde a procuração, e público pela Junta. Então, gostaria de permanecer, pelo meu direito constitucional, em silêncio, porque seria uma explicação de muitas e muitas horas e eu gostaria de utilizar meu direito ao silêncio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Em outras palavras, V. Sa. não pode revelar quem é o dono da FIB Bank verdadeiro.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu vou permanecer em silêncio, porque isso eu vejo que é público, não é? Tem em toda a parte pública.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma informação pública.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Tasso, V. Exa. quer saber quem é dono do quê? Do FIB Bank? Mas o FIB Bank não existe, no próprio nome ele é falso. Ele não existe porque ele não tem sócios, ele não existe porque ele foi constituído por uma empresa de prateleira cujos sócios eram laranjas e já disseram e foram à Justiça pra dizer que nunca foram sócios. Depois, eles tentam integralizar, transformar 10 milhões em patrimônio em 10 bilhões. Não conseguem integralizar 10 bilhões, baixam pra 7,5 bilhões. Desses 7,5 bilhões, o que V. Exa. está perguntando é quem é o dono dos 7,2 bilhões, cuja empresa chama-se MB Guassu. Essa mesma empresa e esse mesmo imóvel começaram em Curitiba, foram voando pra São Paulo. Chegaram a São Paulo... Vamos ao cartório, vemos que o dono oficial desse imóvel não é o FIB Bank e nenhum dos sócios, é um terceiro. Isso está me cheirando grilagem de terra também, viu, Senador Tasso Jereissati? Essa é mais investigação que o tempo vai...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Simone, antes de devolver a Presidência pro seu titular, eu queria advertir o Sr. Marcos Tolentino e a sua douta defesa do trecho da decisão da Ministra Cármen Lúcia: "Convocado que foi nessa condição, pode o paciente manter-se em silêncio, se questionado sobre fatos e atos que possam conduzir a eventual comprometimento criminal. Entretanto, como testemunha, não pode eximir-se do dever de dizer a verdade. Por exemplo [S. Exa. a Ministra Cármen Lúcia inclusive dá o exemplo], pode silenciar-se, afirmando o direito constitucional de não produzir provas contra si, mas não pode, testemunha que seja, negar-se a dizer a verdade, se questionado e se vier a optar por não silenciar, apenas afirmando nessa situação".

Eu quero advertir sobre esse trecho da decisão da Ministra Cármen Lúcia, Sr. Marcos Tolentino e sua defesa, para que V. Sa. faça uma escolha: ou V. Sa. utiliza o direito constitucional, que lhe assiste, do silêncio ou V. Sa. fala toda a verdade. Não é legítimo e tem a limitação da decisão aqui da decisão da Ministra Cármen Lúcia V. Sa. utilizar-se do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

direito constitucional para completar dizendo: "Já está esclarecido". Então, só para que V. Sa., obviamente com a orientação da douta defesa, faça a escolha entre um caminho ou outro, conforme estabelece a medida, a decisão da Ministra Cármen Lúcia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, só para tirar uma dúvida.

Esse negócio de "já está esclarecido" é o que está nesse relatório que V. Sa. leu? (*Pausa.*)

Tem como disponibilizar esse relatório para a gente? Porque eu não entendi algumas partes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Determino à Secretaria que providencie cópias da exposição inicial e do relatório do Sr. Marcos Tolentino.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, ainda acerca da fala inicial dele...

Na fala, o senhor faz referência, por exemplo, a esses herdeiros da MB Guassu, dos dois sócios que faleceram, Sr. Marcos Tolentino?

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – No documento que o senhor apresenta aqui inicialmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu posso retomar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

Para a ordem dos serviços, vou retomar a inquirição do Relator.

Rapidamente, se o Sr. Relator me permite, a questão de ordem da douta defesa. E, se o Sr. Marcos Tolentino quiser responder à Senadora Eliziane...

O SR. LUCIANO DUARTE PERES (Para expor.) – Senador, vou ser bastante breve. É só chamar um ponto relacionado ao *habeas corpus.*

O Marcos Tolentino, além de protegido pelo direito ao silêncio, ele também é protegido pelo sigilo profissional. Então, em face da questão da covid, muitas das vezes ele pode falar do silêncio e se confundir no que se refere à resposta. Em parte das respostas, ele está protegido pelo *habeas,* por ser advogado da franca maioria das empresas, em parte pelo fato do direito constitucional ao silêncio, que foi abrangido pelo *habeas corpus.* Então, eu gostaria que V. Sas. não entendessem como um descaso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De quais empresas? O senhor me permita: para quais empresas ele advoga?

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Como ele falou no requerimento inicial, ele advogou no ato de constituição do FIB e assim também alguns de seus clientes já se utilizaram das cartas-fianças. Isso é público, estão em processos judiciais. E todos os questionamentos de que V. Exas. necessitarem, nós podemos juntar, de forma escrita, para poder esclarecer tudo aquilo que necessário for.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, era importante ter esse material agora, para a gente ler agora, porque eu não consigo perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já determinei à Secretaria. A Secretaria vai providenciar cópias.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Nós já encaminhamos por WhatsApp, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Voltamos à inquirição...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Só para agilizar aqui, Presidente, até para ajudar a todos nós: no documento que V. Sa. leu agora há pouco, Sr. Marcos, consta o nome dos herdeiros da MB Guassu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senadora, eu vou permanecer como... Até pelo nosso Senador Randolfe, vou permanecer em silêncio.

Eu vou permanecer... Ele falou pra escolher dentro dessas opções; eu vou usar o direito constitucional ou a prerrogativa de manter em silêncio, como dito até pelo próprio que seria escolher uma opção. Então, uma opção é manter em silêncio, o que não quer dizer que eles não possam enviar o que vocês tiverem dúvidas depois.

Prefiro manter em silêncio, então.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Renan, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe a minha interrupção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... me explicar...

Não, eu queria dizer da satisfação dessas intervenções, elas verdadeiramente ajudam no espírito do interrogatório, no melhor que podemos extrair do depoente. Quero dizer que eu me sinto honrado. É evidente que nós demoramos um pouquinho mais, mas isso faz parte do processo.

Eu queria saber algumas coisas.

V. Sa. costuma atuar como advogado autônomo ou prefere que os clientes contratem o escritório?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Presidente, eu não consegui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. costuma atuar como advogado autônomo ou prefere que os clientes contratem o escritório?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não consegui... Assim, seriamente, Senador, que os clientes contratem... Não consegui entender realmente a... Podendo não errar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como advogado autônomo, pessoa física, ou prefere que os clientes contratem os serviços do seu escritório?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Tantos poucos casos são autônomos, e a maioria dos casos são feitos pelo meu escritório, onde se tem a equipe. Depende onde a gente tem a nossa especialização ou não. Tem casos em que nós não temos especializações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em quantos contratos, nos últimos dois anos, nós tivemos a participação do FIB Bank dando a garantia fidejussória?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Olha, isso daí, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contratos públicos do Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, Advocacia-Geral da União e Tribunal de Contas da União?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, nisso eu vou usar o direito do silêncio, porque todos os que tivessem ou não, eles são públicos, então... E, como advogado...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Qual a pergunta, Senador Renan? Desculpa, eu me distraí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em quantos contratos...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a União?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com a União o FIB Bank deu garantia fidejussória?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu tenho aqui: algo em torno de R$600 milhões. Não sei se é verdadeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seiscentos milhões de reais, mas eu perguntei exatamente no âmbito do Ministério da Fazenda, do Ministério da Saúde.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a União.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, vinte, trinta, quase quarenta, a princípio, cartas de fiança.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E queria dizer a V. Sa. que, a esta altura do campeonato, nós estamos nos encaminhando pra reta final da investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós já tivemos acesso a muitas informações que são públicas, e o silêncio de V. Sa. não permite que nós deixemos de torná-las públicas, porque são informações públicas. E o que na verdade tem acontecido com essas empresas que V. Sa. representa, que tem como proprietário ou não, como advogado ou não – nós temos as procurações, a maioria delas em caráter irrevogável, irretratável –, demonstra um conluio nunca visto na história da República – nunca visto. E nós vamos, ao longo deste depoimento, tornando públicas algumas informações.

Qual sua relação com o Sr. Ricardo Benetti?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Esse Ricardo Benetti, total, porque é o filho do Ederson Benetti, onde nós iniciamos, há 20 anos, nossa posição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que significa "total"?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Total porque eu comecei em 99 com o pai dele, Ederson Benetti, falecido, e ele que ficou, nessa divisão de ativos em comum, ele que ficou, juntamente comigo, com algumas empresas, e outras empresas, como temos ativos de créditos em comum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há quanto tempo o senhor tem procuração para representar o FIB Bank?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, eu não tenho procuração nenhuma para representar o FIB Bank. Não existe nenhuma procuração, que eu saiba, de representação do FIB Bank, e sim, pela Benetti Prestadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo nº 1, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor é procurador indireto, mas é procurador. O senhor se apresentava, em todas as conversas, oferecendo os serviços do FIB Bank como procurador indireto, e até mesmo como dono das empresas. São vários os depoimentos nessa direção. V. Sa. acaba de omitir uma informação importante.

Em 2011, Presidente – é importante que se registre isso –, Benetti passou procuração que dá poderes amplos e especiais a Tolentino, em caráter irrevogável e irretratável, para representá-lo, na qualidade de cotista da empresa Pico do Juazeiro. Eu trago aqui esta procuração. Temos outras procurações, que eu vou anunciando ao longo do interrogatório.

Em que negócios o Sr. Benetti é seu parceiro?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, gostaria de me manter em silêncio, porque tenho "n" negócios em comum, desde precatório e outras coisas, menos diretamente no FIB, em que eu não tenho nenhuma gestão. Então, gostaria de permanecer nesse direito meu, no silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para a Comissão Parlamentar de Inquérito, formalmente, Tolentino e Benetti não aparecem como sócios formais, em conjunto, de empresas. Em alguns momentos, em movimento sincronizado, arrumado, planejado, organizado, quando um sai da sociedade, o outro entra no seu lugar. São vários os exemplos do que nós estamos...

Senador Tasso, eu acabei de fazer uma pergunta aqui ao depoente: "Em que negócios o Sr. Benetti é parceiro do depoente?". E ele disse que não é parceiro. Eu tornei público aqui – informações que são públicas – que, formalmente, o Tolentino e o Benetti não aparecem como sócios em conjunto de empresas. Em alguns momentos, em movimento sincronizado, planejado – evidentemente planejado –, quando um sai da sociedade, o outro entra no seu lugar, em substituição. Isso aconteceu em várias empresas, é a tônica do funcionamento dessas empresas que têm o Sr. Marcos Tolentino como representante, como advogado ou como dono oculto. Eu poderia citar o nome das empresas e os momentos em que isso ocorreu. São constatações levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Benetti também é advogado?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, não. O pai, sim, que é falecido; o filho, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Oi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu mandei tirar a leitura que ele fez. Veja só o que ele falou aqui, o Dr. Tolentino:

> O Dr. Ederson Benetti iniciou suas atividades na Benetti Prestadora de Serviços, em 2001, quando [eu] já estava junto com ele que é a Benetti Prestadora de Serviços, na cidade também de Curitiba, tendo eu, Marcos Tolentino, ingressado como sócio administrador dessa empresa, mas já existia uma grande parceria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

> em [...] 2009, na qual permaneci como sócio até [...] novembro de 2009, ou seja, da Benetti Prestadora de Serviços, eu me desliguei do quadro societário há quase 12 anos, mas...
> Dessa empresa da qual eu fazia parte, derivaram muitos negócios, direitos, bens, outras empresas, algumas que têm inclusive o nome Benetti como parte de sua razão social, e, mesmo com o falecimento do Dr. Ederson Benetti, em um acordo com seu filho e herdeiro, Ricardo Benetti, algumas dessas empresas permaneceram de minha propriedade e outras foram a ele transferidas, a fim de fazer jus a seus direitos hereditários.

O senhor admite aqui que é sócio da Benetti em várias outras coisas e a Benetti é uma das maiores acionistas dentro da FIB Bank, não é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem, o senhor mesmo diz que é sócio em várias atividades...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só, Presidente, sem interromper, advertir o advogado de que a sua assistência é ilimitada ao depoente, no entanto, no momento da indagação que se faz, não pode orientá-lo no sentido de dar a resposta mais adequada no seu entendimento.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES (Para expor.) – Senador, se me permite, eu acato o seu comunicado, mas eu não estou dando resposta, eu estou simplesmente pontuando a ele a situação fática.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas é indevido fazer isso no momento em que o Presidente dirige uma pergunta.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Na realidade, me perdoe, eu não entendi como uma pergunta do Senador Omar Aziz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, ele está fazendo uma pergunta.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Não entendi como pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe o que é, doutor, deixe-me explicar. Nós aqui estamos tendo... Todo mundo tem os seus limites de paciência, eu, inclusive, tenho os meus limites. Ele próprio fez uma leitura sem ser obrigado a fazê-lo aqui. E, quando é indagado pelos Senadores, ele disse: "Eu me reservo o direito de ficar calado" de uma coisa que ele já falou. E a gente pode perguntar pra ele a mesma pergunta dez vezes e ele vai ter que responder dez vezes aqui. Ele não tem mais o direito... A partir do momento que ele fala uma coisa, ele não tem mais o direito de ficar calado sobre isso. Ele pode ficar calado sobre algo que lhe comprometa. Agora, não é crime ele ser sócio da Benetti, não é crime ele ser sócio de outras empresas, não é crime nenhum, ninguém está criminalizando. O que nós queremos saber é, quando o Senador Renan fez a pergunta, ele disse que se julgava...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É crime ser e não dizer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É crime mentir ou ser oculto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, é crime ser e não dizer...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e sonegar, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dizendo que não é crime ele ser sócio de empresa nenhuma, não é crime. Agora, a Benetti que é sócia do senhor em alguns negócios, não é isso? O senhor é sócio da Benetti em alguns negócios?

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Senador, só se o senhor me permite... Perdão a interferência, como eu fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou fazendo a pergunta para ele.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Por gentileza.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – O.k. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor é sócio da Benetti em algum negócio? Um negócio só, só um.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – O.k.

Sou sócio entre precatórios, entre outras coisas, que nós colocamos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor sabe que a Benetti, essa empresa, ela entrou com um capital dentro da FIB Bank de 7 bilhões? É isso, Senadora?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Trezentos milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, 300 milhões. O senhor sabia disso?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, prefiro me manter em silêncio...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em que ano, Sr. Presidente... V. Exa. citou o ano de 2009?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois mil e um, quando ele conheceu o Dr. Ederson Benetti...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas em 2009...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em 2009 ele ficou sócio, entrou nessa parceria; ingressou como sócio administrador dessa empresa em agosto de 2009 e saiu em novembro de 2009...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... da Benetti Prestadora de Serviços.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi quando, Sr. Presidente, em 2009, ele propôs comprar a fazenda Pico do Juazeiro, que também é o nome de uma empresa, Senador Tasso, Pico do Juazeiro, dizendo que pagaria os impostos dessa fazenda para ter direito a cotas dessa fazenda; teria pelo menos tentado integralizar na matrícula, mas não conseguiu porque não fez o pagamento. E a Pico do Juazeiro nada mais é, além da fazenda, do que a sócia de 300 milhões do FIB Bank. Então, essa pode ser a relação entre os dois, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, o Sr. Marcos Tolentino informou agora que tem parcerias com a Benetti...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não foi agora, foi na primeira leitura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na primeira leitura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, reafirmou agora. Sobre precatórios, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também sobre precatórios, mas há outras parcerias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É só uma lembrança importante para trazer aqui à Comissão Parlamentar de Inquérito: em setembro de 2020, o Deputado Ricardo Barros defendeu publicamente – isso é notícia em vários meios de comunicação – o uso de precatórios para financiar gastos com o Renda Cidadã, ideia, inclusive, que teve a oposição ferrenha do Ministro Paulo Guedes. É só para trazer o liame com isso: em setembro, um dos ardorosos defensores do uso de precatórios para diferentes finalidades era o Deputado Federal Ricardo Barros, Líder do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, essa é uma informação importante que o Sr. Tolentino...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não só precatórios: o Deputado Ricardo Barros está presente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Deputado Ricardo Barros é um *expert* em negócios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em todas as negociatas!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Onde tem negócio, o Ricardo está.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, e sempre muito próximo do depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, só destacando que, quanto a precatórios, um dos principais defensores tem sido o Deputado Ricardo Barros, interesses que, parece-me, neste caso se conjugam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para vocês não falarem no Deputado Ricardo Barros. Ele é onipresente, é uma pessoa que está presente em todos os cantos do Governo, intocável perante o Presidente Bolsonaro, intocável perante os apoiadores, porque permanece... Mesmo que a gente mostre aqui, desnude, Senador Randolfe, o Líder na Câmara do Presidente Bolsonaro, isso não vai mudar nada, não; vai continuar lá. Talvez o Presidente escreva uma nota um dia pedindo desculpas também por ter mantido ele até hoje como Líder dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nota de desculpas tem sido vício, tem sido algo reiterado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu havia perguntado em que negócios o Sr. Benetti é parceiro do Sr. Marcos Tolentino.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Renan, eu gostaria de permanecer em silêncio, tanto pela prerrogativa como advogado, também advogo para empresas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou responder, eu vou responder por ele:

> Dessa empresa da qual [...] [o Sr. Tolentino] fazia parte derivaram muitos negócios, direitos, bens, outras empresas, algumas que têm inclusive o nome Benetti como parte de sua razão social, e, mesmo com o falecimento do Dr. Ederson Benetti, em um acordo com o seu filho e herdeiro, Ricardo Benetti,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

> algumas dessas empresas permaneceram de minha propriedade e outras foram a ele transferidas.

Então, tem algumas empresas que têm o nome Benetti, mas são de propriedade do Sr. Tolentino. Não sou eu que estou dizendo, foi ele quem falou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não, e que eles não são sócios formais, mas, de maneira sincronizada, toda vez que um entrava numa empresa, o outro saía e entrava na outra. E o outro saía, e o outro chegava. Quer dizer, nós temos aqui, por ocasião da União R B Participação Ltda., o representante era o Sr. Marcos Tolentino; o ex-sócio, de 15/05/2015 a 05/03/2018, Ricardo Benetti. Na empresa Colerm Investimentos Participações e Administração de Bens Próprios: o ex-sócio é Marcos Tolentino, que foi de 11/07/2014 a 30/05/2017; e o ex-sócio também – saíram também na oportunidade –, o Sr. Ricardo Benetti em 30/05.

Isso aconteceu também na Benvic Participações, Consultoria e Administração de Bens Próprios. Aconteceu também na o.L.J. Participações Ltda. E aconteceu também na Sociedade Brasil de Rádio Televisão & Participações. Ou seja, um ajuntamento societário, de empresas fantasmas, de acionistas fantasmas. É uma coisa nunca vista e que foi desvendada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu perguntei: o Sr. Benetti é advogado, Sr. Marcos Tolentino?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Como já foi explicado, o Ederson Benetti, falecido, sim; o filho, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nesse trecho que foi lido de entrevista que V. Sa. deu à *Folha de S.Paulo*, a conclusão diz o seguinte: que ele não é advogado, não tem formação jurídica nem a vivência empresarial do pai, fato este... Ou seja, na entrevista, V. Sa. usou esse fato de ele não ter formação jurídica nem a vivência empresarial do pai, fato este pelo qual – Senador Randolfe, isso é importante, Presidente Omar – continua divulgando e cuidando de assuntos relacionados a algumas de suas empresas da Benetti, inclusive com procurações, aquelas procurações a que tínhamos referido lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa entrevista é verdadeira, Sr. Tolentino?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor deu entrevista para *Folha de S.Paulo*?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não foi dada entrevista. Foi feita a resposta. E eu vou... Na verdade, assim, está dentro dessa mesma posição colocada. Eu vou permanecer em silêncio, porque isso já é público, está colocado aí, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, se é público e verdadeiro, ele disse no início na sua fala:

> Gostaria ainda de esclarecer que, em função de ter ativos tais como imóveis, precatórios federais, que ainda não são de propriedade... Ainda não são, não... Que são de propriedade comum entre minhas empresas e o Ricardo Benetti, que é o herdeiro, continuou tanto advogado e cuidando de assuntos relacionados a ele e algumas de suas empresas, inclusive procurações públicas, especialmente por possuirmos também importantes volumes desses precatórios federais [...].

Senador Randolfe, eles têm muitos precatórios federais que queriam que fossem utilizados. E, aí, graças ao Ministro Paulo Guedes, não foram utilizados esses precatórios federais, correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É importante destacar que, desde setembro do ano passado, esta tem sido uma defesa enfática do Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então... "Créditos financeiros oriundos de liquidações dessas... Perdão. É só para eu não perder a linha desse raciocínio. Precatórios depositados, inclusive, judicialmente, no Banco do Brasil, parte deles". Então, não precisa o senhor responder, porque o senhor já falou isso aí. Então, o senhor está perdendo tempo, Senador Renan. Ele já confirmou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Uma outra pergunta: o Sr. Benetti é sócio de V. Sa. no escritório Benetti & Associados?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador, eu não consigo passar de qual que ele é ou não neste momento. Qualquer coisa de que tiver dúvida, eu peço para poder instruir depois, no tempo, porque não sei qual é ou não. Nesse momento que eu fiquei afastado, nesses seis meses aí, entre...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer, o senhor não sabe se o senhor é sócio...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – ... de qual delas, de qual delas... Tem algumas que são. Não sei de qual delas, por essa reestruturação que é sempre feita. Então, se eu te passar alguma coisa, estaria podendo errar nisso daí. Então, prefiro permanecer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também ele não sabe dizer se é sócio da Benetti & Associados no escritório de advocacia. Isso também é uma coisa muito interessante, tá?

Quais são os serviços prestados pela Benetti & Associados?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, existe a Benetti & Associados e existe a Tolentino Advocacia. Então, uns trabalham... A compra e venda de crédito, que é a Benetti; e a Advocacia, que ela separa, que é o trabalho da advocacia, Excelência. Então, na Advocacia... Ele não é sócio na Advocacia, por ele não ser advogado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a Benetti é compra e venda de créditos, repetindo, e a Associados, só para tirar uma dúvida...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, só para entender: o senhor perguntou da Benetti & Associados, se é sócio? Ou na Advocacia?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei: o Sr. Benetti é sócio de V. Sa. no escritório Benetti & Associados? O senhor disse que não lembrava.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não. Porque existem várias "Benettis". Eu não lembro, mas isso daí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei especificamente: Benetti & Associados. "São várias Benettis"... Perguntei especificamente isso.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu não, eu não consigo lembrar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não consegue lembrar?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não consigo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Há mais de um escritório de advocacia Benetti?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele está perguntando do escritório de advocacia.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Escritório de advocacia é...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só existe um de nome Benetti.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. é sócio ou não?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não. Na Benetti, nós temos... Para não confundir: a Benetti com a Tolentino Advocacia é um. Benetti não é...

O SR. LUCIANO DUARTE PERES (Para expor.) – Senadora, me desculpe o aparte, mas, caso os Senadores necessitem, nós podemos juntar todos os contratos sociais para poder elucidar toda e qualquer dúvida.

E eu vou fazer uma solicitação ao Presidente, se for possível: em virtude dos remédios que o Dr. Tolentino toma, ele precisa ir ao banheiro. Ele me pediu... Vou fazer a solicitação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro. Sem nenhum problema. (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, enquanto o Sr. Tolentino vai ao toalete, eu recebi uma denúncia de uma pessoa que eu conheço – eu não posso citar o nome, mas é um advogado do Estado do Paraná. Ele aqui me entrega uma série de documentos que são públicos, mas que eu gostaria de entregar para o Relator – aí eu não preciso nem fazer questionamento e já ganho tempo. É exatamente nessa pergunta que V. Exa. falou. No ano de 2009, segundo a informação... E, depois, o Relator pode dar o direito, obviamente, de o Sr. Tolentino falar e se pronunciar – acho que nós estamos fora do ar. Em 2009, o Tolentino propôs à dona da Fazenda Pico do Juazeiro, Senador Tasso – porque Pico do Juazeiro não é só uma empresa, tem uma fazenda de nome Pico do Juazeiro... Em 2009, ele propôs para a dona, que é a Sabe Administradora, pagar os impostos dessa fazenda e ter aí grande parte de cotas da sociedade dessa fazenda. Propôs à Sabe Administradora criar várias empresas, entre elas, a Pico do Juazeiro. Coincide exatamente com a pergunta que V. Exa. fez no ano em que houve ou não – e ele disse que sim – a sociedade com o Benetti. E aqui eu junto uma série de documentos em que ele coloca, inclusive, aqui, a questão da obrigação contratual, da relação entre eles quanto a advogado, que ele era o representante, inclusive... Se V. Sa. me permitir, eu entrego todos esses documentos – a própria tentativa de cancelar o registro de contrato social, porque a Sabe, depois, tentou... Inclusive, tem uma movimentação no ano de 2021, dia 2 de junho de 2021: a Sabe, representada pelo Potenza, ajuizou ação declaratória para cancelamento das autorizações contratuais das três fazendas que foram dadas como integralizando o patrimônio do FIB Bank. Então, eu vou deixar todos à disposição do Relator, porque acredito que, a partir daí, o Relator também pode desenvolver os seus questionamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Senadora Simone, mais uma vez.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Renan, aproveitando aqui também para contribuir, o Sr. Tolentino é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

procurador da B2T. A B2T é do Sr. Benetti e da sua esposa. Agora, ele não é só procurador. E isso é importante para ajuntar aí às suas perguntas. Ele tem procuração pública com amplos poderes dessa empresa, podendo tudo fazer, abrir e movimentar contas, vender, comprar e alienar bens móveis e imóveis, enfim, agir como dono e administrador da empresa. Ele não era somente um procurador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, sei...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... tradicional. Ele era o gerente da empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, o verdadeiro dono, o verdadeiro dono.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Talvez, ele pudesse falar sobre essa B2T...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – B2T. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, por favor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quais são os serviços prestados pela Benetti & Associados? Foi a última pergunta que nós fizemos ao depoente.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador, eu, com todo o respeito, gostaria de permanecer em silêncio, pelo direito constitucional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas só estou lembrando que o depoente lembrou, lá atrás, respondendo a uma das perguntas, que o Sr. Benetti não tinha nem a experiência jurídica nem a empresarial do pai. E, segundo artigo do próprio *site* da Benetti, a empresa presta consultoria jurídico-tributária com extensa experiência no mercado internacional.

Quais são as atribuições de V. Sa. no escritório Benetti & Associados?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, devido ao direito constitucional, eu gostaria de permanecer em silêncio, até pelas prerrogativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há outra pergunta que não quer calar, em função desses desdobramentos e do silêncio, que acaba, de uma forma ou de outra, incriminando V. Sa.

Eu acabei de perguntar quais são as atribuições do depoente no escritório Benetti & Associados. Ele invoca o direito ao silêncio em função de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Se Benetti não é advogado, de que maneira ele atua na Benetti & Associados, então?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, Senador, eu gostaria de permanecer em silêncio, para poder... É algo que... Eu gostaria de permanecer em silêncio também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é proprietário da Benetti & Associados, já que aparece como principal advogado do corpo jurídico do escritório?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio também, para que não haja confusões aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria lembrar que é importante registrar que o *site* Benetti & Associados, em contraposição ao silêncio do depoente, foi modificado, Senadora Simone, para que não mostre informações sobre o escritório. Nós guardamos uma versão antiga do *site* no Google, logo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

abaixo, que eu vou disponibilizar aqui para todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. Sa. realiza movimentações financeiras para a Benetti & Associados?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, vou permanecer em silêncio também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a empresa, Senador Tasso?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Empresa B2T.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – D2?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – "B" de "bola", B2T.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – B2T?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – B2T Prestação de Serviços Ltda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem é sócio de V. Sa. nessa empresa?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Excelência, a B2T é a mesma Benetti Prestadora de Serviços, como já foi comunicado. Então, a partir daí, prefiro permanecer em silêncio. É a mesma empresa. A fantasia dela é a B2T.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a informação, Senador Tasso? É muito importante.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – A informação, Senador Renan...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Tasso, desenvolva o seu raciocínio, para que as pessoas possam entender.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador Renan, a B2T, que pertence ao Benetti e sua esposa, deu procuração pública com amplos poderes desta empresa, podendo tudo fazer, ao Sr. Tolentino, podendo tudo fazer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Inclusive sem prestação de contas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... abrir e movimentar contas, vender, comprar, aderir e movimentar contas, alienar bens móveis e imóveis. Enfim, agir quase... Quase não, agir praticamente como o dono da empresa e gerente, quem gerencia e não é apenas um procurador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei que o senhor tem várias... O senhor daria uma procuração dessa para mim, Senador? (*Risos*.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em que ano foi a procuração, Senador Tasso? Em que ano essa empresa foi criada?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, nós somos amigos. Eu queria uma procuração dessa sua, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Para você, talvez ele desse. Era mais difícil dá-la para o FIB Bank. Era mais difícil! (*Risos*.)

Até porque, depois, as pessoas nem lembram das procurações, do que elas contêm.

A pergunta foi: V. Sa. é proprietário da Benetti & Associados, já que aparece como principal advogado do corpo jurídico do escritório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Perdão. Senador Renan, vou permanecer em silêncio também, porque são... Não comento porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu mostrei aqui informações que estavam publicadas...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – ... são públicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no *site*, no Google, da Benetti, e que foram retiradas, de modo a ocultar as informações, depois do aparecimento do escândalo.

V. Sa. atua no mercado de compra, venda e negociação de precatórios? Agora a pergunta que foi, de certa forma, feita também pelo Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, nobre Senador Renan, prefiro permanecer em silêncio, porque atividade já, dentro do contrato, diz no que ela atua ou não. Então, prefiro permanecer em silêncio, pelo sigilo profissional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem patrimônio na forma de precatórios a receber?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Tenho, tenho sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que montante, por favor?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – O montante eu não sei te falar exato, mas temos, na verdade, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Benetti & Associados também é dona de precatórios, em sociedade com V. Sa.?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – É... Senador Renan, prefiro permanecer em silêncio, porque eu poderia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor já respondeu, disse que é e prefere permanecer...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Sim, mas tem coisa que eu não lembro, se eu não permanecer em silêncio, tanto pela advocacia ou pela situação, posso passar alguma coisa não exata e errônea nesse momento, por ter ficado afastado tanto tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com a empresa Maquetes & 3D Ltda.?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Por se tratar também, prefiro permanecer em silêncio, pelas prerrogativas, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É bom que saibam todos que o Sr. Tolentino foi o responsável também pela abertura da empresa Maquetes & 3D Ltda., na condição de procurador da Pico do Juazeiro. E temos aqui as procurações também... Passarei todas as informações para o Colegiado desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Qual é a sua relação com a empresa Lealta Consultoria Empresarial?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, prefiro permanecer em silêncio também porque são dados já públicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só dizer também, para agravar ainda a circunstância, que essa empresa, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Randolfe, Senador Otto Alencar, também está localizada no mesmo endereço da MB Guassu, que é o endereço onde as outras empresas, quase todas, estão localizadas – no mesmíssimo endereço –, o que evidencia uma cumplicidade muito grande e sócios ocultos, que é o que está se tentando obscurecer nesta investigação e nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Qual é sua relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Isso aqui é... Eu queria que o senhor me respondesse por que...

Quantos negócios de precatório o senhor manteve ao mesmo tempo com o Luís Fernando Belmonte, Vice-Presidente do Aliança, fora os precatórios do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, se pudesse só voltar essa pergunta para eu tentar entender...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor conhece o Sr. Belmonte? Luís Fernando Belmonte?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

E precatórios do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – É o Sinter, conheço sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conhece?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor sabe que está dando problema lá em Roraima?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, o nosso não tem nenhum... Ao contrário, temos até dinheiro depositado separadamente já até no Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é bom os sindicatos de professores, que são os trabalhadores da educação, verem onde estão aplicando o seu dinheiro, para depois não ficarem dando justificativa para trabalhadores na educação. Isso aí é sério.

Está vendo que coloca recursos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima em precatórios, compra de precatórios. Compra de precatórios que o Senador Randolfe, como sempre muito bem informado, lá atrás, o Líder, volto a repetir, o Líder do Bolsonaro na Câmara...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ricardo Barros, o Líder do Bolsonaro.

Só espero que o Presidente Bolsonaro não chame o Temer para fazer uma nota para pedir desculpa por causa do Ricardo Barros. Vai acabar fazendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que tem uma cartinha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai acabar fazendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acho que está rolando uma cartinha de desculpas daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ter que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O Presidente Temer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O surpreendente, Presidente, disso tudo é como o Ricardo Barros, como...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Líder do Governo, está aceitando essa proposta do Governo de dar um calote nos precatórios...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Pois é, porque queria vender precatórios...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ferindo os seus interesses diretamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Diferente da posição dele de setembro. (*Risos.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Permita-me divergir, Sr. Presidente.

Esse esquema do precatório – isso escritório de advocacia sabe bem. No desespero de aposentados e pensionistas que estão há anos na Justiça e depois têm sentença transitada em julgado e têm direito ao precatório, depois de 10, 15 anos, eles têm direito a R$100 mil ou R$1 milhão para receber em precatório. Vem o escritório de advocacia ou mesmo o intermediário e diz o seguinte: "Em vez de você receber R$1 milhão daqui a 2, 3 anos, eu te pago R$500 mil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Onde, Senadora?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e você antecipa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e você faz uma carteira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, com um deságio de 50% para pagar a vista, onde, Senadora?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aí, Sr. Presidente... Estou sendo gentil, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De 80, 90...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito gentil!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para encerrar, Sr. Presidente, e ficar no radar de todos nós, nós vamos estar aqui tendo que discutir no Senado Federal um possível parcelamento de precatório para beneficiar quem? Intermediários que vão comprar esses precatórios à custa da dor e do desespero de quem precisa receber esses créditos e, depois, vai fazer uma carteira imobiliária para poder receber do Governo Federal, Sr. Presidente. É muito importante isso constar no relatório do Relator Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso foge um pouco da covid, mas é importante a gente também descobrir essas artimanhas que são feitas utilizando sempre a boa-fé de pessoas que estão no desespero, como V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, isso aí dá uma outra CPI, viu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tanto é que lá atrás, isso o Eduardo fez com muita... Ele dá prioridade a precatórios indenizatórias, porque a gente fazia o indenizatório. Nós tínhamos que dar prioridade a servidores, para que essas pessoas não tivessem que cair nesse deságio que a Senadora Simone, muito educada, disse que 50% aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Podemos retomar?

Qual é sua relação com a empresa Pico do Juazeiro, Sr. Marcos Tolentino?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Renan, eu prefiro permanecer em silêncio, usar o meu direito constitucional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua relação com a Lealta Consultoria?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Voltando, prefiro permanecer em silêncio também, porque o que tem, a verdade, é público, está aí. Então, prefiro permanecer com o direito e em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi colocado aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, que o senhor é advogado da Pico do Juazeiro. É isso mesmo?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, baseado realmente pelo sigilo profissional, pela advocacia, por isso que eu prefiro permanecer em silêncio. Realmente por também... Desde o início, mencionei que advoguei e advogo em alguns segmentos. Então, vou usar a prerrogativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, como consequência, para exibir o vídeo número um, por favor.

Izabelle, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Temos aqui a procuração que demonstra exatamente isso, com poderes irretratáveis e irrevogáveis.

V. Sa. recebe remuneração da Pico do Juazeiro?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, nobre Senador Renan, eu prefiro me reservar o direito do silêncio também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que é listado como único representante legal da Pico do Juazeiro em processo na Justiça contra a empresa, movido pela família Demarchi, de São Bernardo do Campo, que cobra o pagamento de cotas compradas por V. Sa. no imóvel?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, prefiro permanecer em silêncio também por fazer parte inclusive das prerrogativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Sa. é sócio da Pico do Juazeiro?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, Excelência. Não sou e prefiro permanecer em silêncio. Não sou sócio da Pico do Juazeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é sócio. É advogado apenas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o senhor tem a procuração dela?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É procurador da empresa.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Sim. E ela é pública. E ela é pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E irretratável e irrevogável.

V. Sa. confirma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho.

Essa procuração... O senhor recebe alguma remuneração por essa procuração?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Omar, prefiro permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se a gente quebrar o seu sigilo, vai ter transferência da Pico para a sua conta, correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deve ser, porque de graça o senhor não tem uma procuração para tratar dos assuntos da empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A procuração fala em isenção de prestação de contas, Relator? A procuração dada pela Pico ao Tolentino fala em isenção de prestação de contas?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Fala. Fala, Senadora Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, então, Sr. Presidente, estamos chegando lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, aí está claro, não é? Isso é o dono, não é, Senador Tasso? Com procuração...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Na verdade, as quatro procurações, Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com poderes irrevogáveis e irretratáveis, com a isenção de prestação de contas, como lembra agora a Senadora Simone Tebet.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Na verdade, Relator, a procuração dele para as quatro empresas, que são essas que V. Exa. cita, as quatro empresas, em todas elas consta exatamente a isenção da prestação de contas, ou seja, amplos poderes sem dar nenhuma satisfação depois. Quem faz isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

V. Sa. confirma – esta pergunta também é muito importante – que o endereço da Rede Brasil de Televisão, de sua propriedade...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senador Omar, Senador Eduardo, eu estou fazendo uma pergunta muito objetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

V. Sa. confirma que o endereço... Depois dessas óbvias ligações apresentadas – procurações em caráter irretratável e irrevogável, com a isenção de prestação de contas, inclusive, com remessa de dinheiro das empresas, direta ou indiretamente, para as contas –, eu estou perguntando se V. Sa. confirma que o endereço da Rede Brasil de Televisão, de sua propriedade, é o mesmo da Pico do Juazeiro.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Renan, ele não é o mesmo endereço da Rede Brasil de Televisão. Existe uma das empresas que mantém, quando foi aberto, no *coworking*, lá no Sul, então não é o mesmo endereço. O endereço da televisão é em São Paulo, da Rede Brasil de Televisão, onde vários, na verdade... A TV está sempre aberta e em todo o País, porque hoje somos a quinta rede do País, que é a Rede Brasil de Televisão. Então, não é o mesmo endereço da Rede Brasil de Televisão, como empresa que tenho no mesmo endereço, num *coworking* em Curitiba, quando se abriu, que é de outra empresa, que é – que não é a Rede Brasil de Televisão – Brasil em Rede.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com a empresa MB Guassu, que é do mesmo grupo? MB Guassu.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Sr. Senador Renan, eu prefiro permanecer em silêncio, pelo direito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas diga, pelo menos, qual é o ramo da MB Guassu, qual é a atividade da MB Guassu.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, ela é pública aí, que é uma empresa de administração. É só qualquer um entrar na... Você entra...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Renan, se o senhor me permite, rapidamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria só perguntar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – O senhor, Sr. Marcos Tolentino... O senhor é procurador dessa empresa Pico do Juazeiro desde o início, da fundação dessa empresa? Sim ou não, rapidamente.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador, eu prefiro, com todo o respeito, permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria entender...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Renan...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... Senador Renan, só uma coisa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Renan...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma questão importante: da última vez...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-o terminar esse...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só, rapidamente, Senador Rogério Carvalho, por favor.

É porque eu tenho uma curiosidade de saber, inclusive, esse nome Pico do Juazeiro... De uma certa forma, o Senador Tasso Jereissati também se incomoda, e acredito que o Senador Otto Alencar, porque tem tanto no Ceará como na Bahia. Tem alguma relação com o Nordeste isso, de alguma forma, Sr. Marcos Tolentino? O senhor sabe por que esse nome Pico do Juazeiro? Porque a outra empresa é o sobrenome do dono, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tem a ver com a fazenda Pico do Juazeiro, Senador Eduardo. Pela informação que eu tenho aqui no Paraná, mas na...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria só colocar, Sr. Relator, uma informação importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estamos tratando aqui com alguém que é representante do "lorota *bank*", do FIB Bank, a fiduciária que não é banco, mas age como banco. Mas eu não sei se o senhor lembra que na última...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que deu garantias a todos os contratos da Precisa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não só da Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, a todos da Precisa e outros mais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, da AGU, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o telefone no escritório dele é o mesmo telefone do FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O mesmo telefone.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele tem procuração, que já exibimos aqui, em caráter irretratável e irrevogável.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é. Ou seja, se... Mesmo telefone. É impressionante! E não é no mesmo endereço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quais são os proprietários da MB Guassu?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Renan, eu prefiro permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa MB Guassu... Veja também, Senador Jorginho Mello: os proprietários da MB Guassu, Francisco Valderi Fernandes de Lima e Sebastião Fernandes de Lima, faleceram em 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

e 2021, respectivamente. Uma reportagem de uma importante revista, da revista *Piauí,* afirma que Sebastião era um homem simples – a exemplo do Geraldo, lá do interior de Alagoas, do Sertão de Alagoas –, morador da periferia de São Paulo. Era morador da periferia de São Paulo. E, no processo de inventário, seus filhos alegaram que o pai não possuía bens, ou seja, foi a pessoa que também formou a MB Guassu, num estilo que foi levado para a formação de quase todas as empresas do grupo do Sr. Marcos Tolentino. E os seus filhos alegaram que o pai não possuía bens, sendo que todos os herdeiros acabaram relatando serem desempregados.

A matéria também aponta que o filho de Francisco é dono de uma loja de calçados em São Paulo. O Diretor do FIB Bank, Roberto Pereira Ramos Júnior, não ofereceu muitos detalhes sobre Francisco, mas disse aqui – os senhores se recordam – que o conhecia e, por mais de uma vez, cinicamente, o chamou de nosso saudoso Francisco.

Ou seja, esse depoimento e os outros depoimentos estão revelando para o Brasil uma triste farsa que está sendo levada à frente e oferecendo garantia e outros serviços, mesmo serviços advocatícios, infelizmente, no Brasil, numa completa impunidade. Como é que isso acontece à luz do dia, dessa forma, sem ter nada pra dizer diante do que esta Comissão Parlamentar de Inquérito já levantou? São informações incontestáveis do conluio, da quadrilha, da sonegação, quer dizer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Renan, se V. Exa. me permite, esse FIB já forneceu 653 garantias, e eu fico aqui imaginando... Garantia junto à União federal, à Fazenda Nacional, uma empresa que não tem balanços publicados de acordo com a lei, não tem... Tem um balancete que apareceu aqui de 2016. Como é que a Fazenda Nacional...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele ofereceu garantia para o Ministério da Economia. Pasmem! Para o Ministério da Economia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Como é que Fazenda Nacional, a União Federal aceitou essas garantias sem sequer saber que empresa é essa, sem ver balanço, sem nada? E garantia de milhões aqui!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Seiscentos milhões de reais até onde eu apurei, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Tinha algum esquema, tinha alguma forma ou alguém que fazia isso? Se V. Sa. pudesse responder, Sr. Tolentino, como é que a Fazenda Nacional – que eu conheço, porque é lá que você faz parcelamento, as empresas têm que dar garantia, têm que parcelar os débitos –, que é muito rigorosa, recebeu esses certificados sem checar pelo menos onde é que é a empresa? Porque a Lei 6.404 obriga essas empresas S.As., mesmo de capital fechado, a publicar seus balanços. Eu sei, eu estive semana passada com o contador da... V. Exa. não estava. Eu saí rapidamente para atender. Eu liguei para o contador: "Vem cá, como é que tem um balancete assinado aqui com capital de R$7,5 milhões de um terreno que não existe?" Aí nem sequer tem contabilidade. Agora que ele vai começar, esteve lá no gabinete, no andar que tinha... Tinha a Benetti, do lado direito, Tolentino Advogados. E ele, surpreendentemente, foi atendido no Tolentino Advogados. E qual a orientação, qual foi o combinado? Emitir as notas fiscais retroativas e fazer uma contabilidade que não existe.

Então, eu pergunto: como a Procuradoria-Geral da República – eu precisava saber disso –, a União recebe como garantia esses certificados se sequer tem balanços publicados a empresa? V. Sa. poderia responder alguma coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Prefiro permanecer em silêncio, porque eu estaria indo contra decisões judiciais. Então, eu prefiro permanecer em silêncio, usar o meu direito de silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Renan, a fala do Senador Izalci é fundamental. Aí está o pulo do gato. A Fazenda Nacional não era ouvida, a Procuradoria da República não era ouvida, a Advocacia-Geral da União, quando era ouvida, era ouvida tardiamente ou não era obedecida. Foi assim que aconteceu com a Covaxin. O advogado da AGU disse que faltava garantia, que a garantia tinha de ser bancária; eles não só descumpriram a lei, não só descumpriram o contrato, como aceitaram uma garantia que não é bancária de um banco que não é banco. Comprova o conluio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, na mesma lógica, há aqueles caminhos da corrupção que foram oferecidos preferencialmente no Ministério da Saúde, há pouco referidos aqui pelo Senador Randolfe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem dava realmente condições para que Fazenda ou a União ou até os Municípios... Tem aqui Estados do Paraná e outros que recebiam esse certificado como garantia. Não é fácil você...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É bom citar quais são os outros Estados, para que não haja dúvida e para que essas pessoas tomem providências pontuais, concretas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem a da União: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Inclusive, tem uma aqui da União que deu margem à questão da nafta, que foi um escândalo que teve na época e que chegou a 4,8 bilhões, uma operação feita pela Polícia Federal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No Espírito Santo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É. Mas com a garantia também do certificado do FIB. Quer dizer, eu não entendo como é... Isso aqui deve ser também parcelamento de impostos, como eles recebem a garantia de um certificado desse sem sequer checar se... Isso é impossível. Eu não sei. Ou tem algum esquema para a gente descobrir. Que esquema é esse em que, na Fazenda Nacional, no Ministério da Fazenda, eles aceitam essas garantias de uma empresa que não existe?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É. Esses fatos, se descobertos na época do Al Capone, sem dúvida fariam o Al Capone corar, porque nós estamos vendo uma evolução inusitada dessas questões que possibilitaram o Estado flagrá-lo na oportunidade.

O senhor é sócio da MB Guassu?

Eu vou tentar adiantar agora com a aquiescência dos companheiros aqui.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Renan, vou me permanecer em silêncio novamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quem está depondo também não fala.

V. Sa. confirma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Silêncio absoluto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Eu não estou mais na lista de inscrição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a MB Guassu tem o mesmo número de telefone e endereço do escritório da Benetti & Associados, em que V. Sa. atua?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, prefiro permanecer em silêncio, porque entendo que já foi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. ou algum de seus escritórios possuem acesso à assinatura digital de Francisco Valderi Fernandes de Lima, um popular de família desempregada que teve dificuldade nas inscrições do Bolsa Família, que criou a empresa MB Guassu e que cinicamente o Presidente do FIB Bank chamou aqui de saudoso Francisco várias vezes, como a querer iludir a boa-fé dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, prefiro permanecer em silêncio também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. ou alguns dos seus escritórios possuem acesso à assinatura digital de Francisco Valderi Fernandes de Lima? É a pergunta.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, prefiro permanecer em silêncio também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com a empresa Space Air Log?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, a Space é uma empresa que está no grupo familiar. Sou advogado também, está em nome da minha mãe, e, como advogado, prefiro permanecer em silêncio acima disso, pelas prerrogativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o mesmo modelo a empresa Space Air Log.

Segundo a matéria da *Folha de S.Paulo*, o pai do Sr. Marcos Tolentino, o Sr. Valter Tolentino da Silva, entrou na sociedade da Brasil Space em 2010; a Sra. Valdete, sua mãe, ingressou em 2014, conforme os registros públicos na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O pai foi retirado da sociedade em 2017, e o próprio Marcos Tolentino virou sócio da Brasil Space em 2018. Ele deixou o empreendimento formalmente em 8 de junho de 2020, remanescendo apenas a senhora sua mãe, que hoje tem 81 anos de idade.

Contudo, a equipe desta Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso a movimentações financeiras realizadas entre a Brasil Space Air Log, a Pico do Juazeiro e o FIB Bank, em sinal de que... Nós tivemos acesso a uma cumplicidade, em sinal de que o Sr. Tolentino ainda comanda essa empresa.

É inacreditável como, perante o País, alguém tenta ocultar essas coisas que são óbvias e levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, diante dessa audiência monumental desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES (Para expor.) – Senador Renan, se eu puder fazer um aparte... Na data de ontem, a empresa retornou à sociedade do Tolentino. Como ele explicou no depoimento inicial, por uma questão de sucessão familiar, ela foi passada para o nome da mãe, e ontem foi protocolado, na Junta Comercial, o retorno dele à empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Então, agora, daqui pra frente, diante do silêncio, nós vamos tentar ouvi-lo em substituição, como ocorreu agora nessa pergunta?

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Não, Senador, na realidade, eu fiz um aparte, que é o meu direito como advogado, face à sua declaração, trazendo uma informação que é pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou querendo tornar permanente...

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Na realidade, se assim o senhor desejar, eu estou à disposição, mas eu só estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já que V. Sa. respondeu...

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – ... exercendo a minha profissão como advogado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... eu queria lhe dizer que, se V. Sa. continuar respondendo, isso ajuda, evidentemente. Diante do silêncio, eu perguntarei a V. Sa.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Senador, eu tenho direito, como advogado, às prerrogativas, inclusive de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só não tem de responder pelo depoente.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Não, eu não respondi, eu só lhe fiz uma afirmação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode muito, mas não pode responder pelo depoente.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES – Eu não respondi, Senador, eu só fiz uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Excelência, vamos... Eu queria pedir para V. Exa. só... V. Exa. tem toda prerrogativa, obviamente, para assessorar o seu paciente, mas vamos deixar claros os encaminhamentos aqui...

O Sr. Marcos Tolentino tem o direito ao silêncio. Se tiver algo que ele queira falar que não o incrimine, aí nós recomendamos a V. Exa. que oriente o depoente.

Senador Renan, retome a inquirição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Como eu lembrei, Sr. Presidente, as movimentações financeiras, Senador Tasso, Senadora Simone, Senador Izalci, Senador Humberto, Senadora Eliziane, as movimentações financeiras realizadas entre a Brasil Space Air Log e a Pico do Juazeiro e o FIB Bank demonstram em sinal de que Tolentino ainda comanda essas empresas, pelo emaranhado, pelas procurações e pelas movimentações financeiras, que são incontestáveis do ponto de vista da investigação e da verdade, da realidade.

V. Sa. conhece os donos da Brasil Space? Quem são eles?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Excelência, Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o ramo, então, da Brasil Space?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Gostaria também de permanecer em silêncio, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. possui alguma participação societária na Brasil Space?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, prefiro também permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. administra essa empresa ou atua como procurador ou advogado dela também?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – É uma empresa familiar, não é? E atuo como advogado ou como também uma empresa familiar também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também atua nessa empresa como advogado e representante.

Suas empresas já utilizaram algum serviço da Brasil Space?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, prefiro permanecer em silêncio por não lembrar o que foi feito ou não, tá? Vou usar o meu direito constitucional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. deixou o quadro societário da Brasil Space, há pouco respondido pelo seu advogado?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, dentro dessa posição de ser algo em família, então, dentro dessa reestruturação ou não, então, prefiro permanecer em silêncio, para que eu não me equivoque em qualquer posição de datas e outras coisas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas seu advogado há pouco colocou essa questão e lembrou uma data de publicação.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Sim, mas eu, na verdade, se eu passar alguma coisa poderia estar passando erroneamente pro Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu indago, como aliás coloquei antes, se o advogado gostaria de fazê-lo, na linha do que foi colocado.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES (Para expor.) – Senador, eu só teci o comentário de que, no início da explanação do Tolentino, dos 15 minutos, ele falou a respeito da situação da Space, que é a empresa familiar que tinha sido transferida à mãe dele. E aí, eu só comentei que na data de ontem foi protocolada a alteração contratual com o retorno da empresa ao nome do Marcos Tolentino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Então, o retorno da empresa ao nome Marcos Tolentino. Então, ele possui ainda algum nível de gerência sobre a Brasil Space Air Log.

Em que nível essa gerência ocorre, a partir dessas últimas modificações?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, eu pediria o direito do silêncio também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação de V. Sa. com o FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, baseado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegamos à evolução natural desse depoimento e, em função das óbvias constatações, inclusive das comprovações da movimentação financeira, em função disso, lastreado por tudo isso, eu pergunto: qual é a sua relação com o FIB Bank? Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei para o depoente, em função do que nós já levantamos, do que se conhece, inclusive das movimentações financeiras que comprovam, evidentemente, transferência de dinheiro e tudo mais, qual é a relação dele, depoente Marcos Tolentino, com o FIB Bank.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. já deu a resposta: não existe, no Direito brasileiro, uma procuração com poderes irreversíveis para vender e comprar e sem dar prestação de contas. Há cartórios no Brasil que não aceitam esse tipo de procuração, porque isso caracteriza e crava, de acordo com a jurisprudência, que a pessoa passa a ser proprietária. Então, a partir do momento em que Pico do Juazeiro entregou para ele uma procuração com poderes absolutos, irreversíveis, sem precisar prestação de contas, ele está dizendo o seguinte: "Toma, que o filho é seu". A Pico simplesmente, que é sócia do FIB Bank, deu para Tolentino a propriedade, a sociedade do FIB Bank, Sr. Relator.

Eu acho que, depois da pergunta de V. Exa., eu até retiro a minha inscrição. Eu estou absolutamente satisfeita com as respostas – ou as não respostas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A pergunta do Sr. Relator eu considero uma das mais importantes de todo o depoimento. E eu pergunto ao Sr. Marcos Tolentino se poderia responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual a relação de V. Sa. com o FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Eu vou permanecer em silêncio, pelo direito constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu só queria lembrar, Senador Randolfe Rodrigues, que o Sr. Marcos Tolentino, na forma de várias matérias e investigações publicadas em vários meios de comunicação, é o verdadeiro dono do FIB Bank, sendo um sócio oculto da empresa. E, por ser amigo dileto do Deputado Ricardo Barros, por quem esteve aqui em solidariedade, inclusive, no seu último depoimento presencialmente, como o Presidente Omar já colocou, teria facilitado a emissão da carta fiança em favor de todos os contratos da Precisa Medicamento e de outros contratos no Ministério da Saúde, sob a influência do Deputado Ricardo Barros, que é o Líder do Governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

Para satisfazer os interesses do Deputado Ricardo Barros na execução do contrato da Covaxin com a Precisa que levou o assunto, foi acusado pelo próprio Presidente da República de ser coisa dele, que mobilizou o Governo, fez o Presidente da República mandar uma mensagem ao Primeiro Ministro da Índia, que superfaturou o preço da Covaxin. E o Governo, no dia 6 de março... Depois dessa bandalheira toda em curso, no dia 6 de março, o Governo ainda pediu adicionalmente, num novo contrato, através do Coronel Elcio, a compra à Precisa e ao Ricardo Barros, consequentemente ao FIB Bank, que deu a garantia de mais 50 milhões de doses de vacina da Covaxin – 50 milhões de doses!

Ora, essa confusão toda foi por causa de 20 milhões de doses, exatamente 1,614 bilhão. E, no dia 6 de março, desconhecendo tudo o que tinha havido, o Governo Federal, através do coordenador da aquisição de vacinas, Coronel Elcio, pediu adicionalmente mais 50 milhões de doses! No mesmo sentido, caminham várias matérias de jornal.

As matérias mostram também, em várias oportunidades, que Marcos Tolentino foi apontado pelo FIB Bank, Pico do Juazeiro e MB Guassu como representante, procurador ou administrador da empresa, com procuração das empresas em caráter irrevogável, irretratável e sem a obrigatoriedade, como colocaram a Senadora Simone e a Senadora Eliziane, de prestação de contas! O que é isso em português claro senão o verdadeiro dono

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

ocultando pessoas, populares, laranjas e desempregados que funcionaram na própria criação e instalação dessas empresas?

As movimentações financeiras entre o FIB Bank e empresas ligadas a Marcos Tolentino, notadamente a Brasil Space Air Log, mostram que há fortes indícios, senão comprovações, de que o FIB Bank, Pico do Juazeiro e MB Guassu, essas duas últimas empresas constituídas em nome de laranjas, pertencem – por isso a pergunta – exatamente a Marcos Tolentino.

V. Sa. participou do processo de criação do FIB Bank, que tem o Sr. Ricardo Benetti, um dos seus grandes parceiros de negócios, como sócio?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, prefiro permanecer em silêncio, mas, se puder fazer um "em tempo" quando se fala em qualquer participação minha, se eu puder mostrar novamente onde eu estava em fevereiro, março, abril e maio... Se me permitir mostrar, com todas as datas, onde eu estava e o porquê... Se o senhor permitir, Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Tenho as datas e onde eu estava: em todo esse momento, intubado, internado desde janeiro, fevereiro, março, abril, depois aprendendo a andar. Eu sou uma das vítimas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas isso já foi respeitado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, eu sei que foi, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso aí não tem absolutamente – a sua questão de saúde – nada a ver com o que nós estamos investigamos aqui. Nós até lamentamos...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que isso tenha ocorrido com V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive, Sr. Marcos Tolentino, nós não consideramos muito adequado o patrocínio na rede social Twitter que V. Sa. fez dessas fotos.

Assim, em primeiro lugar, esta Comissão Parlamentar de Inquérito respeita todas as vítimas da covid deste País. Aliás, é em função delas que tem essa Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive V. Sa.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não consideramos adequado V. Sa. se utilizar de um drama, de uma tragédia como essa, para ser eximir da Comissão Parlamentar de Inquérito. Se V. Sa. quer utilizar o direito ao silêncio, é o direito de V. Sa. A Constituição garante e nós aqui garantiremos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tenha dúvida.

Agora, utilizar-se da tragédia, que inclusive é objeto de investigação desta Comissão Parlamentar do Inquérito, permita-me, Sr. Tolentino... não me parece adequado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Presidente, com a permissão de V. Exa., ele está...

O senhor falou que o senhor estava intubado no mês de janeiro, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – É, não. Eu fui intubado em fevereiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Fevereiro.

Janeiro o senhor não pegou covid? O senhor pegou no mês de fevereiro?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Peguei no final de janeiro e fui intubado em fevereiro. Fiquei em março...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor recorda quando o senhor contraiu o vírus?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não. Não, mas, entre o final... Na verdade, eu comecei a sentir sintoma em fevereiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Porque o senhor reuniu com o ministério, o senhor chegou a se reunir com o Governo Federal no dia 20 de janeiro.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Então, eu comecei a sentir os sintomas no final de janeiro, quando eu fui já direto para o Hospital Sírio-Libanês, já com o pulmão tomado. E fui intubado em seguida; extubado; intubado novamente; infecção generalizada; duas paradas cardíacas. Então, quando eu comento, Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Marcos, terá todo respeito e solidariedade nossa pela enfermidade.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora, os fatos que se revelam aqui, os fatos aqui considerados não têm relação com a sua enfermidade. Permita-me. Os fatos aqui elencados pelo Senador Renan, o Relator, inquiridos por todos membros dessa Comissão Parlamentar de Inquérito dizem respeito a atos praticados por V. Sa. antes da enfermidade. A enfermidade está no conjunto, no contexto, mas não tem relação com o fato direto. Não foi a enfermidade que impediu o senhor de ser sócio oculto do FIB Bank. Não foi nenhuma enfermidade que não permitiu ou permitiu o senhor ter negócios com o Sr. Ricardo Benetti. Não teve nenhuma enfermidade que proibiu o senhor de estar aqui nesta CPI, ali, sentado lá atrás, na condição de assistente, ouvindo aqui o espetáculo que o Deputado Ricardo Barros queria dar nesta CPI.

Então me permita, assim, até em respeito a própria V. Sa., pela enfermidade de que V. Sa. foi vítima, aos milhões de brasileiros que já padecem com a pandemia e aos outros quase 600 mil – 580 mil mortos –, não me parece adequado trazer para cá a enfermidade de V. Sa. Não me parece adequado patrocinar, no Twitter, a circunstância lamentável da hospitalização de V. Sa. Então me permita: nós não vamos nos referir ao período em que V. Sa. esteve internado. Não é este o elemento de investigação. O elemento de investigação é a participação societária sua nessa instituição que tinha que garantir a aquisição de vacinas e que não garantiu.

Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. participou do processo de criação do FIB Bank, que tem o Sr. Ricardo Benetti, um de seus grandes parceiros de negócios, como sócio?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Renan, prefiro permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. atuou na intermediação do acordo realizado entre a MB Guassu e a Pico do Juazeiro para negociarem a parceria como sócias proprietárias do FIB Bank?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Como, pelo direito, pelas prerrogativas, como mencionei que advoguei também, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece – isso nós perguntamos também ao Presidente do FIB Bank – as pessoas apontadas como antigos sócios do FIB Bank, Sr. Geraldo Rodrigues Machado e a Sra. Alexandra Pereira de Melo?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, Senador, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não conhece. Ele é o procurador, o FIB Bank é uma composição da MB Guassu com a Pico do Juazeiro. Ele tem procuração, em caráter irretratável e definitivo, e não tem sequer a necessidade de prestar contas.

Eu queria só lembrar que, na mesma lógica, no mesmo estilo, no mesmo *modus operandi*, foram colocados como antigo sócio do FIB Bank, mas eles negam, porque foram utilizados apenas como laranja, e cada um moveu uma ação na Justiça em São Paulo, dizendo ter sido vítima de uma fraude feita por quem? Por este grupo, por quem o representava, pela MB Guassu, pela Pico do Juazeiro, pelo FIB Bank. Geraldo afirmou morar – e nós exibimos aqui declarações dele – no Sertão de Alagoas e ter descoberto, lá do Sertão de Alagoas, que seu nome foi usado ao tentar sacar o seguro-desemprego. O seu nome foi utilizado para criar o FIB Bank! O FIB Bank, que é a instituição que não é financeira, mas que dá garantias à maioria dos contratos do Ministério da Saúde, do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas da União e da AGU, para citar apenas alguns, não é?

Alexandra passou a receber cobranças indevidas – era o Geraldo e Alexandra – no inquérito policial e teve a concessão do Bolsa Família encerrada. O Geraldo é um trabalhador rural do interior de Alagoas, de Pão de Açúcar. Foi criado por dois o FIB Bank: Geraldo e Alexandra. E a Alexandra teve, em função da criação do FIB Bank, cancelada a sua inscrição no programa Bolsa Família!

O inusitado é saber que tudo isso acontece acobertado pela impunidade. Quem é que está garantindo, no Brasil, a continuidade disso?

O Deputado Ricardo Barros tem parceria com o senhor na questão dos precatórios?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, não existe nenhuma sociedade com Ricardo Barros, , sim com Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando sobre o Ricardo Barros.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tem algum interesse na questão específica dos precatórios?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Nenhum; nenhum, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor foi chamado para dar garantia fidejussória aos contratos com empresas para aquisição de vacina a partir da lei proposta por Ricardo Barros na Câmara dos Deputados, aprovada na Câmara dos Deputados e barrada, em tempo, aqui no Senado Federal? É uma pergunta concreta. O senhor foi chamado? O FIB Bank foi chamado, que o senhor representa?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu, Marcos Tolentino, nunca fui chamado e prefiro permanecer em silêncio, porque é um assunto que eu tenho certeza de que não existiu nada com o que eu tenho baseado nisso. Então, eu não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que atuou no processo de aquisição do certificado digital do FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, não posso confirmar algo. Vou permanecer em silêncio, porque eu não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, para exibir, Izabelle, o vídeo nº 2.

Eu queria destacar que nós estamos chegando ao final da Comissão Parlamentar de Inquérito, e a Izabelle continua muito competente na presteza e na rapidez com que exibe esses vídeos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu havia perguntando se o depoente confirma que atuou no processo de aquisição do certificado digital do FIB Bank. Por quê? Porque quem disse isso aqui, Senador Girão, foi o Presidente do FIB Bank, quando esteve aqui prestando um lamentável – mas também importante para esta CPI – depoimento. E ele disse que não lembrava, eu pedi para colocar o vídeo. Peço à Izabelle para repetir rapidamente para que as pessoas não tenham nenhuma dúvida sobre isso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o certificado digital? Exatamente para falar em nome daquelas pessoas que foram utilizadas como laranja sem saberem – sem saberem! – na criação e na instalação dessas empresas.

V. Sa. tinha algum tipo de influência sobre o FIB Bank, em função dos levantamentos, das movimentações, de tudo que nós já apresentamos aqui?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, vou permanecer no direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é sócio do FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, explicações que eu já passei no início... Então, pedir o direito de permanecer em silêncio, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho importante, Presidente Randolfe, ressaltar que ainda o Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior disse que remeteria à Comissão Parlamentar de Inquérito a procuração – depois de uma pergunta que nós fizemos – em que Marcos Tolentino figura com poderes outorgados pelo FIB Bank, mas, posteriormente, enviou uma escusa, pediu desculpas à CPI, enviou um *e-mail* dizendo que tal procuração não existia. Ele falou da existência da procuração e, depois, disse que não apresentava porque ela não existia, numa outra contradição evidente, que se mostra como tentativa de acobertar todos esses fatos.

Aliás, a própria reportagem, Senador Otto Alencar, do jornal *O Tempo*, anterior à vinda do Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, também confirma a primeira versão dele a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pois mostra que uma ação na Justiça, assinada pelo advogado Rafael D'Errico, em nome da Construtora GCI, reproduz procuração dada pelo FIB Bank ao Sr. Tolentino, ao Sr. Marcos Tolentino, concedendo amplos poderes para ele abrir, movimentar as contas da empresa, sem prestar contas – a procuração em caráter irretratável e irrevogável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu peço para a Izabelle exibir o vídeo 3. Eu vou agilizar para nós terminarmos esta fase da inquirição.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. deu algum tipo de orientação ao Sr. Roberto Pereira para que essa procuração fosse ocultada da Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, nenhuma orientação ao Sr. Roberto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. repassou precatórios de sua propriedade para que fossem integrados ao capital social do FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, prefiro permanecer em silêncio, porque os atos que existem estão públicos aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou dizendo que essas perguntas, Senador Girão, são lastreadas em apurações desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E o silêncio do depoente não altera absolutamente nada, Senador Rogério Carvalho, do ponto de vista do que se levantou.

Qual sua relação com o Presidente do FIB Bank, o Sr. Roberto Pereira Ramos?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, a única relação é que ele começou trabalhando lá atrás pela Benetti, mais nenhuma relação acima disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando o conheceu, Dr. Marcos Tolentino?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não sei te falar exatamente, mas tem muitos anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem algum tipo de ascensão hierárquica ou comando sobre ele?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, prefiro permanecer em silêncio sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As movimentações financeiras mostram que Roberto Pereira recebia remunerações do FIB Bank após repasses da Brasil Space – as movimentações demonstram isso –, Air Log e da Benetti Consultoria Empresarial e Participação, cujas empresas tinham participação ou representação ou haviam dado aquelas procurações ao depoente. Nós temos aqui uma relação enorme do que foi verificado das relações espúrias entre essas empresas, inexplicáveis, como inexplicável é o fato de esse esquema continuar em operação, sem que haja nenhuma medida tomada em contraposição a tudo isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Se me permite, Presidente, vale, talvez, um requerimento desta Comissão ao Governo, inclusive à AGU, perguntando se, depois de instalada a CPI, o FIB Bank continua dando fiança não bancária para algum tipo de contrato. Eu tenho uma denúncia – não sei se é verdadeira – do dia 21 de junho de 2021, em que o FIB Bank teria... Portanto, é deste ano, e a CPI já estava instalada. O valor de fiança não bancária seria de R$23 milhões, dados pelo FIB Bank para quem? Benetti – Prestadora de Serviços! Seria interessante verificar se essa denúncia tem procedência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu determino à Secretaria a requisição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o encaminhamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bom encaminhamento!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... da requisição da Senadora Simone, se a Senadora Simone assim me permite, não somente para a AGU, mas para todas as instituições do Governo Federal das quais o FIB Bank consta como instituição fiduciária. Determino à Secretaria que seja oficializado a todas as instituições do Governo Federal, do âmbito federal, onde o FIB Bank consta como instituição de fidúcia, em especial o aqui apontado pela Senadora Simone Tebet.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo 4, Izabelle.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual sua relação com o Sr. Wagner Amilcar Potenza?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Renan, o Wagner Potenza é... Tenho amizade com ele há muitos anos também. Só essa daí, então. Wagner Potenza. No mais, prefiro permanecer em silêncio devido às prerrogativas aí, como advogado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta que é pública. V. Sa. recebe alguma remuneração... Aliás, o Wagner Potenza recebe alguma remuneração de V. Sa. ou de alguma de suas empresas?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, prefiro permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, mais uma vez, lembrar que essas informações foram todas levantadas. Recebe, sim, através de... Potenza é ex-diretor do... Presidente do FIB Bank, de 10/8/2016, Senadora Simone, a 22/11/2017, e recebeu 14 mil dos 350 mil pagos pela Precisa Medicamentos ao FIB Bank. Uma parte do que a Precisa Medicamentos pagou ao FIB Bank foi paga ao Sr. Potenza, sobre quem falamos há pouco, e tivemos mais uma vez o silêncio do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Por lembrar do Sr. Potenza, Sr. Relator...

O senhor chegou a frequentar um apartamento em Campo Belo, na cidade de São Paulo, junto com o Sr. Potenza? Um apartamento que pertencia ao Sr. Francisco Maximiano?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Randolfe, isso foi um assunto de uma matéria de jornal, que inclusive fiz uma queixa-crime. Então, prefiro permanecer em silêncio por ter uma advocacia entre essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor confirma ou não confirma, permanece...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem três alternativas: o senhor confirma, o senhor nega, o senhor permanece em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Permaneço, permaneço em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O Wagner Potenza é remunerado por V. Sa. ou por alguma de suas empresas, Dr. Marcos Tolentino?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Renan, prefiro utilizar meu direito de silêncio, permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Diretor Administrativo do FIB Bank, Sr. Luiz Formiga?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, perdoe mais uma vez, mas prefiro permanecer em silêncio também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação com ele?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, prefiro permanecer em silêncio também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso também é importante que a Comissão recorde, que antes de chegar ao FIB Bank, Formiga era assistente administrativo, Senador Tasso, da L.C. Monacci Eireli, com salário... Antes de chegar ao FIB Bank, o Diretor Presidente, ele era... Ele recebia, de uma empresa, salário de R$2,6 mil, era assistente administrativo. Recebia dois mil... E, no mesmo estilo da utilização dos outros laranjas, ele provavelmente foi utilizado. Antes dele, o Diretor era o Sr. Renan Ferreira Anísio, que tinha sido auxiliar de escritório da empresa Brasil Componentes, de 01/06/2015 a 30/05/2016, com salário, Senadora Soraya, de R$1,2 mil.

Essas pessoas foram levadas para criar empresas monumentais, que têm monopolizado aí essa coisa das garantias do contrato público, da Precisa, em todos os lugares, do Ministério da Saúde e de outros órgãos do Governo Federal.

E representante legal em 2014 até 2015, a Tpp Administradora de Bens Proprios, que pertence à senhora esposa do Dr. Tolentino, Sra. Vanessa Navarro Alvarenga Tolentino.

Esses fatos indicam, sem dúvida nenhuma, que Formiga, assim como Anísio Renan, não eram suficientemente também qualificados para o cargo, sendo mais uma vez um laranja à disposição do FIB Bank.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Acabo de receber, não precisa mais o requerimento... Esse Formiga acabou de assinar uma fiança fidejussória, não bancária, em junho deste ano, em 2021, depois da CPI já ter denunciado o contrato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quando, Senadora?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Junho, 21 de junho de 2021.

Estou aqui com uma cópia digital...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Depois, inclusive, que eclodiu o caso Precisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... da denúncia da Covaxin, da denúncia que o banco que não é banco não podia dar garantia, que o jurídico do Ministério da Saúde alertou que não podia ser fiança fidejussória, estou aqui, em mãos, que a União, o Ministério da Saúde, eu não sei qual é aqui, mas é a União, está aqui com CNPJ e tudo, recebeu do FIB Bank, como fiador, quer dizer, aceita como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

fiador o FIB Bank, para Benetti Prestadora de Serviços e Incorporadora, portanto, no valor de R$23,027 milhões. Assinatura, data da emissão: 21 de junho de 2021.

Nós não podemos perder o foco, Sr. Presidente. O foco é o Ministério da Saúde, o foco é o Governo Federal. O Governo Federal, mesmo avisado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, aceita uma carta bancária que não era bancária, uma carta fidejussória, de um banco que não é banco, cujos sócios estão sendo questionados aqui, num valor que ela não tem condições depois de honrar.

Quem é que vai pagar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Queiroga.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... se a Benetti... Para a Benetti... Não cumprir o contrato que eu nem sei qual é.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o Ministério, Senadora?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde é esse contrato?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aqui está o endereço da ... Aqui está apenas o endereço da União.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual é o CNPJ, Senadora? Só porque eu estou checando dos demais.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – CNPJ...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... 00.394

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está tão pequenininha a letra, 00.394.460/0001-41.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com endereço na SAUN, quadra S, lote C, bloco B, Centro Empresarial.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Todos os demais que eu levantei, Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Asa Norte, Brasília.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Tem vários aqui que eu levantei, são mais de 20, da Fazenda Nacional, o cadastro, eu chequei aqui o CNPJ, é Ministério da Economia, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – São dívidas ativas, acabei de receber, mais grave ainda, quer dizer, ele está... Olha a gravidade, chegou ao Ministério da Economia, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já. Já estava.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Chegou ao Ministério da Economia. O Ministério da Economia aceita uma carta que não é bancária de um banco que não é banco denunciado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que o banco emite para uma empresa que está sendo investigada por nós, que é a Benetti, relacionada à certificado de dívida ativa. Ele está emitindo garantia pra dívida dele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. Só piora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E a União aceita.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É de um banco que não é banco, em que as duas empresas sócias...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Ministério da Economia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E ainda, Presidente, sendo investigada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... de uma os donos eram mortos, da outra era o Sr. Geraldo, lá do interior de Alagoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sendo investigada neste momento. O Brasil inteiro acompanhando, com o nível de exposição que tem. Sinceramente, é brincar com o povo brasileiro. É um escárnio, Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Escárnio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... essa decisão tomada pelo Governo Federal.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos quase R$600 milhões dados por este banco que não é banco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Escárnio e absoluta falta de transparência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se esses contratos não cumprirem com o Governo Federal, quem é que vai bancar o dinheiro público perdido? Esse banco não tem R$600 milhões em garantia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por mais grave, Senadora Simone, ninguém pode alegar desconhecimento de tudo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Comissão Parlamentar de Inquérito já tinha denunciado o contrato com a Precisa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Todos já deveriam saber qual é a instituição garantidora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se o senhor me permite uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – ... diante do que está sendo revelado aqui, que a Presidência desta Comissão pudesse sugerir à Procuradoria-Geral da República...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que todos os contratos que têm garantia do FIB Bank fossem auditados, à Procuradoria-Geral da República e ao Tribunal de Contas da União.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Suspensão imediata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Suspensão imediata.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que também utilizou em seus contratos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é, mas precisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma informação que precisa ficar clara também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Voltando, que a gente possa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o próprio Tribunal de Contas utiliza isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Que a Presidência desta Comissão sugira ou solicite ao TCU e à Procuradoria-Geral da República que oriente a suspensão de todos os contratos que tenham o FIB Bank, o "lorota *bank*", como empresa fide...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fidejussória.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fidejussória. E que sejam cancelados esses contratos de garantia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coloco em apreciação o requerimento verbal apresentado agora pelo Senador Rogério Carvalho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Então, o encaminhamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Determino à Secretaria, a partir do requerimento verbal aprovado agora, de lavra do Senador Rogério Carvalho, dois encaminhamentos: o primeiro, que seja requisitado à Procuradoria-Geral da República que determine à União a suspensão de todos os contratos em que figura, como instituição garantidora, esta instituição de nome FIB Bank; complementar a isto, que sejam encaminhadas todas as informações sobre o FIB Bank ao Tribunal de Contas da União, para que seja feita uma rigorosa auditoria em todos os contratos em que permaneça como instituição garantidora a dita FIB Bank.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, se me permitir, Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar para o Relator – acabei de ter autorização de quem me apresentou essas denúncias – a relação de todas as empresas. Eu passo para os Senadores e passo para o Relator, no valor total de R$600 milhões, as empresas afiançadas pelo FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seiscentos milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nos termos apresentados pela Senadora Simone, temos aqui o Requerimento 1.468, da lavra de S. Exa. o Senador Alessandro Vieira, que requisita iguais informações ao Ministério da Economia, Casa Civil, Advocacia-Geral da União e demais ministérios a respeito da suspensão das cartas de fiança emitidas pela empresa FIB Bank.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Os Srs. Senadores que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, o que eu levantei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os Srs. Senadores que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para complementar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu levantei que a maioria das garantias foram dadas à Procuradoria da Fazenda Nacional. Deve ser parcelamento de débito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está no requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam com o Requerimento 1.468, de autoria do Senador Alessandro Vieira, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, daqui da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... fazer um apelo ao próprio Ministro Paulo Guedes. Eu ficaria profundamente decepcionado se, de alguma forma, o Ministro Paulo Guedes tivesse participação nesses fatos lá do Ministério da Economia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bem, de qualquer forma, o Ministério dele, a instituição garantidora de vários contratos é o FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendeu? Então, que a transparência ganhe com esse trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu peço...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Terminou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou terminando.

Eu peço para colocar o vídeo nº 5, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Renan, antes do vídeo – Izabelle, me permita só um minuto. Ao passar a Presidência para o seu titular, o Senador Omar, só esclareço a esta Comissão e ao Presidente que o senhor depoente, Sr. Marcos Tolentino, após a inquirição do Senador Renan, pediu um intervalo para o almoço, por questões de saúde, por conta do adiantado da hora, o que obviamente esta Presidência, o Sr. Presidente Omar concederá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vídeo 5, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por qual profissional – faço a mesma pergunta – o FIB Bank era atendido pela Benetti & Associados? (*Pausa.*)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Perdão, Senador. Eu me distraí aqui. O senhor poderia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos informações de que a Benetti & Associados, empresa de V. Sa., atendia, foi contratada, em algumas oportunidades, pelo FIB Bank. Eu fiz uma pergunta ao Presidente do FIB Bank: se o FIB Bank já recebeu, em alguma oportunidade, assessoria jurídica da Benetti & Associados, de V. Sa. Ele respondeu que sim. E eu perguntei: "Já recebeu?". Ele confirmou que recebeu. E eu perguntei: "Por qual profissional o FIB Bank era atendido pela Benetti & Associados?".

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador, é... Prefiro permanecer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Reproduzo a pergunta agora: por qual profissional?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, prefiro permanecer em silêncio por não saber, na verdade, responder isso daí. Então, prefiro permanecer no meu direito constitucional, se não se importa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja só: a Benetti & Associados, que é uma empresa da qual participa o depoente, que atende também ao... que já teve seus serviços contratados pelo FIB Bank, eles não conseguem precisar sequer quem do corpo jurídico prestou esse serviço. E o próprio depoente, que é dono da empresa, também não lembra! E prefere silenciar para não incorrer em acusação ou em crime contra ele próprio.

Qual é a sua relação com Francisco Emerson Maximiano?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – A gente tem uma relação, hoje, ou ontem, eu diria, baseada dentro de uma advocacia já feita de pequena monta para ele anteriormente. Somente isso. Não tenho nenhuma relação que seja pessoal com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde quando V. Sa. o conhece?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, mais ou menos, aqui em Brasília... Não consigo precisar algumas datas, mas cinco anos, seis anos. Eu não consigo precisar isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cinco anos, seis anos.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Seis, sete.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes esteve presumivelmente com ele, pessoalmente?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Pouquíssimas vezes, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando foi a última vez que se encontrou com ele e para que finalidade isso ocorreu?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Olha, não consigo lembrar, porque faz muito tempo, viu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo 6, por favor, rapidamente. Eu vou tentar agilizar, para nós concluirmos essa etapa aqui do depoimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja as contradições de um depoimento para o outro depoimento.

V. Sa. conhece o Sr. Danilo Trento?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, eu o conheço já há muitos anos e, voltando até a um assunto que... Há mais de quatro anos, esteve na minha casa – há mais de quatro ou cinco anos. Conheço. Conheci também Brasília há uns nove anos e há uns quatro, cinco, ele não frequenta minha residência, não frequenta minhas coisas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Sa. tem relação com Danilo Trento?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, não tenho relação nenhuma com Danilo Trento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já esteve pessoalmente com Danilo Trento?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, eu entendi que eu já respondi. Prefiro permanecer em silêncio, pelo meu direito de que eu já entendi que eu já tenha explicado isso daí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas já esteve com ele pessoalmente?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Já, como eu comentei. Eu o conheço há anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa pergunta não o incrimina, não.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – O.k. Eu o conheci há anos. Já estive faz anos, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a última vez que esteve com ele?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Ah, já faz tempo, Excelência. Eu não consigo te colocar, Senador, mas faz tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta que não pode calar: V. Sa. já trabalhou... Aliás, o Danilo Trento já trabalhou para V. Sa.?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Trabalhar para a minha pessoa? Há muitos anos, ele trazia negócios para o escritório jurídico. Isso há mais de cinco, seis anos. Depois...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa informação é muito importante.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Depois, não mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já trabalhou, trazia negócios – foi o termo utilizado – para o escritório jurídico.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – É, clientes, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que é: trazia negócios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Negócios.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Trazia negócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Por essa turbação, eu prefiro permanecer em silêncio. Com certeza, nenhum negócio ilegal dentro de angariar clientes ou não, e nada voltado à saúde, à Covaxin, nada nessa posição, se é esse entendimento que vocês estão tendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz essa pergunta, e a sua resposta vem em boa hora, porque demonstra uma contradição com aquela entrevista aqui já citada que V. Sa. deu para a *Revista Piauí*. O Dr. Tolentino afirmou que Maximiano e Trento foram apenas seus clientes e aqui tratou de negócios que eram levados por eles para o escritório. "Já os atendi na qualidade de advogado sobre questões estritamente jurídicas, sobre as quais, como já dito, não cabem comentários".

V. Sa. confirma que adquiriu a massa falida da empresa Chocolates Pan?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, eu prefiro permanecer, Senador, em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe por que o silêncio? Esta CPI já levantou: porque as informações são de que o Dr. Tolentino, Marcos Tolentino, comprou a massa falida da Chocolates Pan, que teve o pai de Danilo Trento como diretor. Veja o porquê do silêncio, não é? Porque essas coisas já estão, Senador Girão, devidamente levantadas.

Eu peço para exibir o vídeo 7.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor confirma que é sócio da Pan?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu prefiro permanecer em silêncio, porque o que tenho os atos são todos públicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso está meio...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso deve estar até na junta comercial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma informação pública.

Eu peço até a Ana para exibir o vídeo, por favor.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito é muito importante, Senador Randolfe...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pergunta por que ele pagou aquela cobertura do Danilo Trento durante tanto tempo. Eu acho que ninguém se dispõe a pagar um aluguel de uma cobertura durante muito tempo para outra pessoa se não tem um relacionamento próximo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, sem dúvida.

E com a Precisa e com o Maximiano também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele não está se sentindo bem.

O SR. LUCIANO DUARTE PERES (*Fora do microfone*.) – Senador, em virtude do tempo sem comer, ele fica muito cansado. Então, se puder...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, podemos fazer um intervalo. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Este depoimento, como todos estão acompanhando, é muito importante, apesar de o depoente não estar colaborando. Mas isso não é ponto fora da curva, porque a grande maioria dos depoentes – nós estamos na reta final desta Comissão Parlamentar de Inquérito – verdadeiramente não quiseram colaborar ou se escudaram no silêncio. Mas esta Comissão Parlamentar de Inquérito, paralelamente, avançou bastante, com a participação de todos os Srs. Senadores, com destacada participação da Senadora Simone Tebet, da Senadora Soraya, da Senadora Eliziane, do Senador Tasso Jereissati – muito importante para o equilíbrio da correlação da própria Comissão Parlamentar de Inquérito, fundamental, insubstituível –, do Senador Humberto Costa, do Senador Randolfe e do nosso Presidente, que tem tido uma participação relevantíssima em favor do prestigiamento da audiência dos nossos trabalhos e das respostas que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai dar na conclusão dos seus trabalhos no dia 24.

No dia 24, nós apresentaremos o relatório...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se não surgir mais nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu estou me preparando para isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Relator, se me permitir, as vozes femininas hoje são ouvidas na CPI do Senado Federal graças à determinação de ofício do Presidente Omar Aziz, que, independentemente de ouvir o Colegiado desta CPI – eu tenho certeza de que não fariam diferente –, determinou a participação na lista de titularidade e na de suplência. E nós temos uma representante aqui, que é a Senadora Eliziane Gama, que nos representa divinamente, e nós temos aqui condições de dar retaguarda a ela em todos os momentos.

Obrigada, mais uma vez, Senador Omar Aziz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu que o aconselhei, viu, Sr. Presidente?

Eu que o aconselhei, Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há controvérsias, Senador Randolfe, nessa sua intervenção. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos fazer uma acareação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender por 30 minutos. É o tempo em que a gente aguarda o nosso depoente. Voltamos em 30 minutos. São 13h20. Vamos voltar às 14h.

(Suspensa às 13 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 17 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, nós vamos retomar o interrogatório do Dr. Marcos Tolentino.

Nós estávamos tratando exatamente da Chocolates Pan.

Exibimos o vídeo da Chocolates Pan? (*Pausa.*)

Já exibimos o vídeo.

A pergunta seguinte é: V. Sa. confirma que Francisco Maximiano...

Talvez isso tenha sido dito na parte introdutória, mas não deu para nós prestarmos muita atenção. Por isso, estou refazendo essa pergunta, para deixar tudo isso claro. V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

confirma que Francisco Maximiano, Danilo Trento e o ex-Ministro Eduardo Pazuello estiveram em um jantar em sua residência, no bairro Chácara Klabin, em São Paulo?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador Renan, não existiu, inexiste esse jantar. Foi um jantar inventado pela mídia. Inexiste esse jantar e inexiste esse encontro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve o jantar nem houve o encontro?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. atuou no processo de emissão de garantia fidejussória pelo FIB Bank em favor da Precisa Medicamentos?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, voltando, não atuei, não tenho ingerência sobre o FIB e não tenho nenhuma relação sobre Precisa e Covaxin. Assim, com toda certeza...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta, em função...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... do que nós mostramos, é se atuou...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... no processo de emissão da garantia fidejussória pelo FIB Bank em favor da Precisa Medicamentos, ainda que na condição de advogado e sócio de confiança do FIB Bank, de Ricardo Benetti.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não atuou?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não atuei, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou da aproximação entre o FIB Bank e a Precisa Medicamentos...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque conhecia integrantes das duas partes desse contrato de garantia fidejussória?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

V. Sa. prestou assessoria jurídica à Precisa Medicamentos para fornecer orientação à empresa quanto ao uso da garantia fidejussória emitida pelo FIB Bank junto ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma empresa de V. Sa. recebeu algum valor do FIB Bank pela emissão de garantia fidejussória em favor da Precisa Medicamentos?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, se puder repetir essa pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma empresa de V. Sa. – essa é uma pergunta concreta, pontual – recebeu algum valor do FIB Bank pela emissão de garantia fidejussória em favor da Precisa Medicamentos?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse é um dos pontos, Senador Humberto, mais críticos do depoimento, pois, como eu falei aqui anteriormente, as movimentações financeiras mostram que a Brasil Space Air Log, empresa que pertence de fato ao Sr. Marcos Tolentino, recebeu – eu aqui já coloquei – do FIB Bank R$336 mil dos R$350 mil no mesmo dia em que esse valor foi pago pela Precisa Medicamentos. Os outros R$14 mil foram, portanto – isso aqui está comprovado –, destinados a Wagner Potenza, ex-Presidente do FIB Bank.

Isso tudo está comprovado aqui nos levantamentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, portanto é imprecisa a informação que V. Sa. acaba de dar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito de que nenhuma empresa – de que nenhuma empresa – de V. Exa. recebeu algum valor do FIB Bank pela emissão de garantia fidejussória em favor da Precisa Medicamentos.

A pergunta seguinte seria: V. Sa. saberia nos dizer se a Brasil Space Air Log participou, de alguma maneira, dessa negociação entre a Precisa Medicamentos e o FIB Bank para a emissão da carta de garantia?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio para não ter nenhum equívoco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação verdadeira de V. Sa. com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, tirando que, Senador, eu o conheci no Paraná, eu não tenho nenhuma relação comercial com ele, nenhuma relação diferente de como eu conheço, nesses anos que eu frequento aqui, por causa da televisão, conheço vários. Eu não tenho nenhuma relação que seja acima disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Dr. Tolentino, das pessoas que, ao longo desses quase cinco meses, fizeram depoimento aqui na CPI, quantas dessas pessoas o senhor conhecia?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Não sei falar, tirando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conhecia mais de um, mais de dois, mais de três?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, tirando, pelo vídeo, o Maximiano, que eu vi, que eu não tinha assistido muito, não desmerecendo, é porque eu tenho voltado aos poucos, e... Acho que uma, uma ou duas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que o senhor coloca, da relação que o senhor tem, que o senhor conhece o Ricardo Barros, mas não tem nenhuma relação mais próxima com ele, não é?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não o vi aqui em outros depoimentos, mas no do Ricardo Barros, o senhor estava aqui.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu até peço desculpas, não foi com afronta isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não precisa, Dr. Tolentino. Não é essa a questão. Veja bem: se o Ricardo Barros não tem nenhuma importância na sua vida do ponto de vista... O senhor nessa situação, doente, com sequelas graves... E nós estamos vendo que o senhor tem sequelas, e a gente torce muito pelo seu restabelecimento.

Mas, Senador Renan, num dia, mesmo com todos esses problemas...

Inclusive o senhor não veio depor aqui a primeira vez porque se sentiu mal. Aí, horas depois, o senhor estava dando uma entrevista para o *site* O Antagonista todo feliz, todo satisfeito. Você está me entendendo? O Sírio-Libanês é um bom hospital, mas não faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

milagre. O Sírio-Libanês é um hospital, não é? Ali não é uma casa de milagre, é uma casa de profissionais e tal. Agora, o senhor esteve aqui no depoimento do Deputado Ricardo Barros, Líder – volto a repetir: Líder – do Presidente Bolsonaro. E o senhor não esteve aqui no depoimento de outras pessoas que o senhor conhecia. Isso é o primeiro ponto. O segundo ponto: o senhor ficou doente em que época?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu fiquei entre o final – porque a verdade é que eu não havia percebido –, final de janeiro, começo de fevereiro. Fui intubado em torno de seis...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor passou quantos meses no hospital? Dois meses?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Passei fevereiro, março, saí em abril e saí na cadeira de rodas, saí sem andar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não, eu sei que o senhor teve sequelas e volto a repetir...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – ... e ainda a gente tem essas recaídas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e não é hipocrisia minha: a gente torce muito que o senhor, como os outros que têm sequelas, se recupere. Quando o senhor está ausente, essas procurações que o senhor tem para atuar em várias empresas aí... Quem é que fala pelo senhor na sua ausência?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Deixa eu falar, Senador... Vou permanecer em silêncio porque nem eu saberia passar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque veja bem, Senador Renan, se ele esteve em janeiro, fevereiro e março, quando foi feito esse contrato Precisa e FIB Bank... Eu quero saber até a data em que foi feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vinte e cinco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De quê?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o FIB Bank, eu não sei. O contrato da Precisa com o ministério foi em 25 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, nessa época eles precisavam da garantia. Talvez o Sr. Tolentino não estivesse apto, naquele momento, pela doença que ele tinha, de assinar ou fazer qualquer tipo de negociação, não é? Isso aí eu estou até lhe ajudando, viu? Mas alguém fala pelo senhor, alguém deve responder pelo senhor na sua ausência.

Quando o senhor ficou enfermo e teve que passar por esses procedimentos – infelizmente são procedimentos muito duros na vida de qualquer ser humano –, quem é que responde pelo senhor na sua ausência? O senhor se diz, se nega a, ficar calado, mas é uma pergunta que não o compromete, alguém é responsável por isso. Porque, como o senhor não sabe absolutamente nada sobre Precisa, sobre negociação de FIB Bank com Precisa, nós teremos que chamar aqui quem responde pelo senhor na ausência. Porque creio, Senador, se eu não estiver equivocado... Se alguém puder me auxiliar para saber qual foi a data em que foi feito esse pagamento de R$300 mil... A Precisa fez pagamento ao FIB Bank talvez nessa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dia 23 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dia 23 de março de 2021...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi feito o pagamento?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... e no mesmo dia foi repassado para a Brasil Space.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Brasil Space, que é uma empresa do...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mesmo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Marcos Tolentino...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele está nos colocando aqui que nessa época na negociação ele estava doente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e 14 para o Potenza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, nessa época ele estava internado, ele estava com problemas sérios. Alguém fez isso por ele, você entendeu, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguém respondeu por ele, porque eu estou vendo que ele está totalmente desinformado. Então, tem que ter alguém, na ausência do Dr. Tolentino, que responda por ele. Porque ele tem procurações com que ele pode fazer o que quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os antecessores eram todos laranjas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É. Então, como o senhor não participou de absolutamente nada, o senhor não sabe de nada, eu volto a lhe perguntar: quem responde pelo senhor na sua ausência?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador, como são várias empresas, eu vou permanecer em silêncio porque eu não saberia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que a Mesa fizesse o requerimento para procurar... Nós temos que procurar quais são as procurações que o senhor passou e pra quem passou, pra gente poder saber quem operou no seu lugar. Porque, na situação em que o senhor estava, Dr. Tolentino, era impossível, humanamente impossível o senhor lá numa UTI, intubado, e alguém ir lá discutir negócio com o senhor. Primeiro ponto é esse. E eu estou lhe perguntando que data, o senhor está falando de janeiro, ferreiro e março, foi isso?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – É, em fevereiro fui intubado, em março...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, Senador Renan, eu estou colocando aqui: o tempo que ele passou doente, alguém falou por ele, alguém respondeu. Esse alguém não seria o Deputado Ricardo Barros, não?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, não?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só para colaborar, que eu tenho aqui algumas informações.

Nesse período da Precisa, foi atribuído ao Roberto Pereira Ramos a assinatura. Ele negou a assinatura dizendo que a assinatura era a plataforma AssinaWeb...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era certificado digital.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – A Alessandra de Santos Carvalho... Conhece a Alessandra de Santos Carvalho?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Alessandra de Santos Carvalho, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não seria a secretária de V. Sa.?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Alessandra Santos Carvalho, não. Tem Alessandra, que trabalha comigo. Não Alessandra Santos Carvalho, não tem Santos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual é a Alessandra que trabalha com V. Sa.?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – A Alessandra tem, como sobrenome do meio, Carvalho, mas não é Santos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas ela é que assina eletronicamente?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nunca assinou?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não é a mesma pessoa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ela não tem uma empresa na área de...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A plataforma AssinaWeb vinculada...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Que eu saiba, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E a empresa Integral Sistemas e Comércio Ltda, conhece?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Que é a empresa da AssinaWeb.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, eu sei.

Retomo as perguntas para encerrar – eu vou agilizar bastante esse procedimento.

Nós verificamos algo aqui, há pouco, inclusive o Presidente Omar fez até uma pergunta em decorrência do que aqui se verificou. Eu perguntei ao depoente se alguma empresa de S. Sa. havia recebido algum valor do FIB Bank pela emissão de garantia fidejussória em favor da Precisa Medicamentos. Aí ele respondeu que não, e nós mostramos os resultados da investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Chamei esse um dos pontos – tivemos outros – mais críticos desse depoimento, pois a movimentação financeira que já demonstramos aqui – se for necessário, nós as publicamos – mostram que a Brasil Space Air Log, empresa que pertence de fato a Tolentino, recebeu do FIB Bank R$336 mil dos R$350 mil no mesmo dia em que esse valor foi pago pela Precisa Medicamentos. Os outros 14 dessa conta foram destinados a Wagner

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Potenza, ex-Presidente do FIB Bank, o que demonstra que não foi precisa a resposta do depoente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu, em seguida, gostaria de saber: qual é a sua relação com o Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo Jair Bolsonaro na Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, eles são amigos, ele esteve aqui no dia do depoimento do Deputado Ricardo Barros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma relação, portanto, de amizade. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza! Como é que alguém vai a um depoimento se não é uma pessoa que ele quer bem, torcer por ele?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação? O depoente não quer responder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São muito próximas e profundas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Com que frequência V. Sa. se encontra com o Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desde a época de Curitiba, quando moravam no Paraná juntos. Eles já têm uma relação de mais de 20 anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo nº 8.

Muito obrigado, Presidente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – V. Sa. tem, ou já teve, algum negócio com Ricardo Barros?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Não, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – ... nenhum negócio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que Ricardo Barros providenciou em algumas oportunidades agendas para V. Sa. em alguns ministérios?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, Excelência. Teve, quando eu estava retornando, um dia em que eu pedi que ligasse, na verdade, porque eu não tinha tempo, porque eu não estava com saúde para esperar. Foi a única agenda que eu pedi, com o Secretário de Comunicações, inclusive, para eu não ficar esperando, porque eu estava voltando para a reabilitação. Foi a única vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, então V. Sa. confira que Ricardo Barros providenciou uma agenda para V. Sa. no Ministério das Comunicações?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Na verdade, com o Secretário, inclusive, que eu estava retomando única agenda que eu tinha, que eu sempre faço, normalmente sozinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, qual foi o assunto desse encontro? E por que V. Sa. precisou da facilitação feita pelo Deputado Ricardo Barros?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, posso falar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, por favor.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, única coisa, o pedido, porque eu estava com dificuldade em falar na Secretaria de Comunicação e eu estava com uma dificuldade de tempo, porque eu estava me reabilitando, e única coisa que foi, como a gente faz sempre quando vai à Secretaria de Comunicação com o Secretário, para ver desde aumento de potência, para ver as coisas que estavam paradas por essa ausência que eu fiquei nesse período todo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas alguma coisa especificamente?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Nada, nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A reunião foi com Maximiliano Salvadori...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Que era o Secretário de Comunicação. Eu não sei se é ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já atuou como advogado de Ricardo Barros?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Desculpa, eu não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não. Na verdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., ou alguma de suas empresas, já transferiu recursos para as empresas de Ricardo Barros no Brasil ou no exterior?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

V. Sa. prestou algum serviço advocatício de consultoria jurídica para Belcher Farmacêutica do Brasil?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca?

Conhece os sócios dessa empresa?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Também não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que também são de Maringá e ligados a Ricardo Barros?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não conheço, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo, por favor, Izabelle. A foto nº 1, melhor dizendo. (*Pausa.*)

Essa foto foi publicada na rede do Deputado Ricardo Barros. Nós vemos aí, numa conversa, o Presidente da República, o Dr. Marcos Tolentino e o Ricardo Barros, Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, é importante destacar o que o Líder do Governo fala: "Me senti prestigiado com a citação por cinco vezes de meu nome durante o discurso do Presidente".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, isso aí nesse evento – nesse evento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Me senti prestigiado com a citação por cinco vezes do meu nome durante o discurso do Presidente da República."

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E é importante... O nosso depoente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Que data foi isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso daí foi em agosto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – De que ano?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Do ano passado, salve engano. Isso foi no ano passado.

É importante destacar que o nosso depoente disse que não tinha relação com o Presidente Bolsonaro.

Foi nesse dia que o senhor foi apresentado pelo Deputado Ricardo Barros?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Não, Excelência, não fui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor já o conhecia?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Na verdade, conhecia de vir várias vezes pra cá. Não o conhecia de amizade, de encontrar com ele. Ele era Deputado e mais uma ou duas vezes que eu o encontrei em eventos, quando teve, na Presidência. Mais nada com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem o convidou especificamente pra esse encontro?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Excelência, Senador, assim, esse encontro no dia, percebe-se, eu não... Eu estava... Tinha ido ao Ministério das Comunicações e na hora encontrei lá, na verdade, não foi o Ricardo Barros. Estava tendo isso daí, foi um encontro, que até ia encontrar o Maximiano; isso, na volta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Inclusive, quero fazer uma correção, Sr. Presidente: parece-me que esse evento foi este ano, porque se trata da capitalização da Eletrobras, que foi um fato que aconteceu este ano.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sessão da capitalização. Foi após nós termos aprovado aqui – aliás, com o nosso voto contrário, mas, obviamente, tinha sido aprovado. E isso, salvo melhor juízo, Sr. Marcos Tolentino, ocorreu no mês de junho ou julho. O senhor já tinha se recuperado da covid?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Já estava retomando minha volta aos poucos, quando estava...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, para recuperação aos poucos, o senhor estava bem-disposto. Como diz o Senador Otto, está corado, animado, ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que você colocasse o vídeo do dia em que o Sr. Tolentino não veio aqui, conseguiu um atestado médico lá no Sírio-Libanês, em que deu entrada às 16h. Coloque aquele vídeo lá. Foi isso há menos de duas semanas. Por favor. É para a gente ver como é que estava o Sr. Tolentino, porque, senão, passa como se nós fôssemos, aqui, desumanos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Presidente. Aquela foto anterior era de junho; junho ou julho deste ano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Julho. Julho. Doze de julho de 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Julho deste ano. Obrigado, Senadora Eliziane. É de julho deste ano a foto apresentada agora pelo Relator Renan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – E o vídeo? Tem aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, coloque aí, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Enquanto colocam o vídeo, Dr. Tolentino, só quero lhe perguntar: se o senhor não teve nenhuma ligação com Ricardo Barros, o que o levou a vir aqui no depoimento dele? Em especial, qual foi a atração que teve o depoimento do Deputado Ricardo Barros para ter a sua presença acompanhando?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Ele lhe convidou, doutor?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senadora, assim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Ele lhe convidou?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Não. Assim, quando eu estava... Eu estava aqui em Brasília, estava retomando, o encontrei. Sabia... Quando ele me convidou, falou: "Estou indo lá para a CPI". Convidou. Eu falei: "Vou dar um pulo até lá". Inclusive, entrei, vim, fiquei um pouco sentado, depois fui embora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A gente não está conseguindo ouvir daqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É. A gente não está ouvindo.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Ah, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Cadê o vídeo?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu fiquei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos ouvi-lo.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – No dia, eu o encontrei aqui. Ele falou que estava vindo pra cá. Eu acabei vindo. Na verdade, não fazendo nenhuma afronta, porque não sabia, mas acabei ficando, até, sentado, porque eu estava ainda... Ainda tenho dificuldade em tempo de ficar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para nós entendermos: o senhor tinha estado com o Presidente?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não. Não tinha estado com o Presidente. Eu o encontrei aqui. Aí, como o Ricardo falou que estava vindo, falou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Encontrou o Deputado Ricardo?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Encontrei o Ricardo. Aí ele convidou na hora: "Ah, então, estou indo para lá. Você quer passar até lá?". Eu fui, fiquei um pouco – sentado, inclusive, aí, porque eu já não estava há muito tempo... E, depois, eu fui embora. Foi o que eu fiz. Depois fui embora pra casa, como tenho feito nas minhas recuperações – estico, canso e volto pra casa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi o Deputado Ricardo...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, deixe-me orientá-lo aqui: pergunta certa, resposta certa; pergunta errada, resposta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Resposta errada!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... errada. V. Exa. não fez uma pergunta certa hoje o dia todo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Errei, infelizmente, embora tenha recebido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Embora você tenha se esforçado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... várias respostas erradas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor se esforçou muito hoje, mas o senhor não conseguiu.

Sr. Tolentino, essa entrevista que o senhor deu foi um dia antes de o senhor, no dia seguinte, não ter vindo depor aqui. O senhor estava bem aí, estava... Isso faz 15 dias. O senhor estava bem. O senhor está com dificuldades, sabemos disso. Volto a repetir: torcemos pela sua recuperação. E não é hipocrisia minha. Eu torço pela sua recuperação como eu torço pela recuperação de qualquer brasileiro que tenha passado por problemas.

O que nos constrange é que... A gente está fazendo um esforço aqui para investigar, é para investigar, mas não é para prejudicar as pessoas, é para saber a verdade.

O senhor, janeiro, fevereiro e março de 2021, estava debilitado por causa da doença, esteve internado, mas o senhor não me respondeu quem é que responde pelo senhor na sua ausência dentro da sua empresa – e não é uma, são várias empresas, Senador Jorginho, são muitas empresas. Eu acho que qualquer empresário que tem várias empresas sabe que, na ausência dele, não necessariamente na doença, mas numa possível viagem, numa possível ausência, sempre tem alguém que responde por essa pessoa. Uma empresa sempre tem alguém. Então, nós vamos procurar saber quem são as pessoas que respondem por essas empresas aí que têm sociedade, que são suas e têm sociedade com a Benetti, porque aí é que está o...

Esse senhor aí de que o senhor fala – diz que sente muito porque ele já faleceu –, que era seu sócio e deixou herança para os filhos... É Francisco, não é? Esse é o nome dele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Benetti.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Benetti.

Agora tem outro também que é sócio do FIB Bank – o Senador Renan perguntou –, e esse senhor também assina eletronicamente e não sabe nem o que está assinando.

Uma empresa, Senador Girão, de R$7,5 bilhões – R$7,5 bilhões! –, tem um cidadão que supostamente é um dos sócios e que assina pelo FIB Bank.

A Senadora Simone, há pouco, mostrou uns 30 contratos com o Governo Federal avaliando, como avalista.

Você vê uma transferência, Senador. A Precisa deposita no FIB Bank 300 e poucos mil reais, e, instantaneamente, são repassados 300 e poucos mil reais para a conta de uma empresa do Sr. Tolentino e apenas R$14 mil para um dos donos ou sócios do FIB Bank. Se isso não for indício suficiente para saber quem está por trás do FIB Bank, então as respostas que o Sr. Tolentino possa dar daqui para frente pouco ou quase nada irão contribuir.

Por isso, Senador Renan, eu peço para V. Exa., a pedido... Pergunta certa, resposta certa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito, Presidente! Vou agilizar, para concluir isto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos tentar fazer as perguntas certas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Foi o senhor que apresentou o Ricardo Barros ao Presidente da República?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Vou permanecer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aliás, a pergunta foi errada, e vai ter uma resposta errada. A pergunta certa quer uma resposta certa.

Foi o Deputado Ricardo Barros que apresentou o senhor ao Presidente da República?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer com o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o Presidente da República, a propósito da foto que foi exibida aqui?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer com o direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é uma pergunta concreta: V. Sa. realizou algum tipo de movimento junto ao Governo Federal, com quem V. Sa. mantém um bom relacionamento, para a edição da Medida Provisória 1.018, de 2020, que obriga as operadoras de TV paga a exibirem em sua grade todos os canais abertos, o que inclui, por exemplo, a Rede Brasil de Televisão?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vai permanecer em silêncio.

V. Sa. conhece Amilton Gomes de Paula ou a Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, vou permanecer em silêncio, porque não me lembro. Então, não vou falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vai permanecer em silêncio?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o empresário Luciano Hang, que atuou para intermediar a chegada de vacinas contra a covid para o setor privado?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – A única relação que se tem é que ele foi uma vez na televisão apresentar, participar de um programa na Rede Brasil. Fora essa, nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele foi uma vez... Se puder repetir...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Ele foi uma vez à Rede Brasil de Televisão, em um programa, e eu estava lá no dia.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu não entendi. E eu não entendi, Senador Renan.... Ele poderia falar mais alto?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu posso. Desculpe, Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Com relação a essa do Luciano Hang?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Como eu presido a Rede Brasil de Televisão, há uns três, quatro anos, mais ou menos, ele foi participar de um programa na Rede Brasil de Televisão. Única relação que eu tive com ele. Acredito que tenha sido a única vez que o tenha visto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele só o encontrou, Senador Jorginho, uma única vez, num programa de televisão de que ele participou. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor conhece Masoud Jafari?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Sr. Jamal Fares?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Também não, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que é médico e Vereador de Maringá e conhecido como Dr. Jamal?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não. Não conheço, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Rede Brasil de Televisão, a Benetti - Prestadora de Serviços e Incorporadora e a Pico do Juazeiro possuem o mesmo endereço declarado? Isso aqui já foi perguntado no início. V. Sa. tentou explicar, mas fica a resposta certa para a pergunta certa. Elas possuem o mesmo endereço declarado: a Rede Brasil de Televisão, a Benetti Prestadora de Serviços e Incorporadora e a Pico do Juazeiro. V Sa. poderia nos dizer a razão para que isso tenha ocorrido? Por que essas empresas funcionam no mesmíssimo endereço?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, elas não funcionam no mesmo endereço. A Rede Brasil tem o endereço de São Paulo. Essas outras que são endereço de Curitiba, que é um *coworking,* acho que é o nome que se fala em inglês, que eu não domino...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que foi declarado isso?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não. Existe uma Brasil em Rede, que fica lá nos escritórios virtuais, a Brasil em Rede Incorporadora, em Curitiba, e a Rede Brasil de Televisão fica em São Paulo, na Alameda dos Uapês, em São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que, conforme já havia alertado o Senador Humberto Costa, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, entre 4 de junho de 2020 e 12 de maio de 2021, o FIB Bank fez 19 transferências bancárias, num total de 1,91 milhão, para a Empresa Brasil Space Air Log Conservação Aérea, que pertence à família de V. Sa.?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Renan, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que esses depósitos, que estão aqui comprovados na Comissão Parlamentar de Inquérito, dessas transferências?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que razão, nessa mesma época, a Brasil Space, de V. Sa., fez transferência ao FIB Bank, no valor de 1,3 milhão, no mesmo período?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso também são dados já levantados e comprovados pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, qual é realmente a relação entre a Brasil Space e o FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, vou permanecer em silêncio.

Como vocês já têm a quebra, vou permanecer em silêncio pelo meu direito constitucional, para que não haja nenhuma confusão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na prática, V. Sa. controla essas duas empresas?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. admite que essas duas empresas são, na verdade, de sua propriedade?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma de suas empresas presta serviço de transferências internacionais, evasão de divisa, dólar cabo, utilizando empresas de exportação ou importação, simulando operações dessa natureza?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso também são dados que foram levantados – presta serviço sim – por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em função do emaranhado de empresas que convivem nesse mar burocrático.

Como procurador com amplos poderes, poderia nos dizer por que a Pico do Juazeiro mantém conta bancária na Agência 653 do banco Bradesco em São Paulo, que é a mesma agência utilizada pela Rede Brasil de Televisão, Brasil Space Air Log e Benetti Consultoria Empresarial e Participação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Se o seu endereço é, como afirmou há pouco V. Sa., em Curitiba, por que essas empresas mantêm essas contas lá todas na mesma agência do Bradesco?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio e quaisquer dados que precisem, o pessoal enviará para vocês no prazo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com a Sra. Ana Lúcia Balbino Peixoto?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Que eu lembre, pelo menos, que possa lembrar, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para que talvez lembre a V. Exa., Ana Lúcia Balbino Peixoto é sócia da BCI (Balpex Comércio Internacional), que recebeu do FIB Bank R$100 mil no mesmo dia em que as empresas ligadas a Tolentino fizeram transferências ao FIB Bank.

Isso também foi levantado aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

E, em 29/05/2021, o FIB Bank recebeu da Tolentino Sociedade de Advogados R$50 mil e repassou esse valor a BCI (Balpex Comércio Internacional) no mesmíssimo dia.

Em 03/06/2021, Senadora Soraya, o FIB Bank recebeu R$50,020 mil da Brasil Space Air Log, que é a empresa do Sr. Tolentino.

No mesmo dia, o FIB Bank transferiu para essa empresa... Transferiu dessa empresa a quantia para o BCI (Balpex Comércio Internacional).

Isso está tudo aqui comprovado.

Então, qual é a sua relação, por favor, com Eduardo Roberto Peixoto?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, para que não esqueça, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para que todos saibam também o andamento da investigação, Eduardo Peixoto já foi condenado pela Justiça por fraude a importações. Ele e comparsas criaram a empresa fantasma Importadora e Exportadora Lusiada Ltda. com o intuito de ocultar a real importadora de mercadorias, a Bramax Comércio Ltda, listada no gráfico acima.

Também um gráfico, me permita rapidamente mostrar, que comprova o emaranhado de relações societárias e espúrias entre essas empresas todas, cujos levantamentos, transferências e vinculações já estão, portanto, comprovados. Então, no entendimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito e, especialmente, deste Relator, não há nenhuma dúvida, absolutamente nenhuma dúvida, porque restam comprovações óbvias de que o verdadeiro dono dessas empresas, quem as representa com procurações e irretratáveis, sem a obrigatoriedade da prestação de contas, é V. Exa. Portanto, aquela matéria para a qual foi chamada a atenção aqui é imprecisa, porque precisamente, pra usar a expressão, esta Comissão Parlamentar de Inquérito comprova tudo aquilo que se imaginava.

Eu, por ora, estou satisfeito, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Algum comentário, Sr. Marcos Tolentino, antes de passarmos para a primeira a inquirir, a Senadora Eliziane Gama? O senhor vai querer falar algo antes?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Senadora Eliziane Gama, por 15 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator...

Eu inicio, Sr. Marcos Tolentino, perguntando para o senhor por que tantas empresas que o senhor possui? A gente tem aqui informações de que o senhor tem 15 empresas – 11 ativas e 4 inativas. Por que tantas empresas assim?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senadora, eu vou, com todo o respeito, permanecer em silêncio, porque são dados públicos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E ainda há mais... Eu queria pedir aqui ao Luiz que passasse aqui na tela.

Nós temos um levantamento das empresas ligadas à sua família, é um número assustador – simplesmente mãe, sogra, esposa... São essas pessoas do seu entorno aí, em quatro familiares apenas seus, veja aqui nesse eslaide – eu pediria ao Luiz que expusesse na tela –, que demonstra realmente um volume muito grande de empresas, todas elas exatamente em torno de seus familiares. E uma das empresas que o Relator já colocou de forma muito clara, que é a Brasil Space, recebe R$1,9 milhão da FIB Bank, que é a empresa inclusive da sua mãe, que o Coaf demonstrou claramente uma transação suspeita. Ou seja... Veja só, gente, olha a quantidade de empresas, meu Deus do céu, em apenas quatro, cinco familiares. São quatro familiares junto com o Marcos Tolentino. São cinco familiares que, somando todas essas empresas, dão exatamente 32 empresas. É empresa demais! E uma delas, que é da mãe, recebe R$1,9 milhão do FIB Bank. Está claro que o senhor é o sócio de fato desta empresa.

E aí eu pergunto ao senhor, por exemplo, dessas várias empresas tem a B2T, eu queria saber... E aí é muito importante que o senhor me responda essa pergunta. Uma empresa com o mesmo nome teve uma negociação com o Ministério da Cidadania de um volume da ordem de R$50 milhões de reais, que é investigada pela Polícia Federal. Ela tem o mesmo nome, a B2T. É a mesma empresa com a qual também o senhor tem ligação e tem sociedade, portanto, através da procuração, que é plena, que é ampla, com todos os poderes?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senadora, não procede. Não é a mesma empresa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é a mesma empresa, mas o senhor tem o conhecimento da existência dessa segunda empresa?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, de jeito nenhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ela tem exatamente o mesmo nome.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – É o mesmo nome, mas não deve ser o mesmo CNPJ, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor não teve conhecimento...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... de que ela teve essa transação da ordem de 50 milhões?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – De fato, ela não é o mesmo CNPJ, mas ela é o mesmo nome, portanto, com transações de fato também com o Ministério da Cidadania, e já investigada inclusive pela Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

E na... na... numa ação de execução da GCI, junto às empresas aí que são sócias da FIB Bank, ela apresenta, por exemplo, na sua peça – eu queria saber se o senhor tem o conhecimento disso –, em que fala claramente que o senhor é sócio oculto do FIB Bank e dono, por exemplo, do terreno lá, o terreno multibilionário que teve várias escrituras: uma no Paraná; de repente, ela vem para São Paulo; tem lá 2 mil alqueires paulistas; depois, não são mais 2 mil alqueires, são 500 alqueires paulistas. E a ação de execução fala claramente que o senhor, por exemplo, é o sócio oculto, o dono do FIB Bank.

O senhor tem conhecimento dessa ação?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senadora, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas só me diga... É só "sim" ou "não", não precisa o senhor aprofundar.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Mas eu vou usar a minha prerrogativa e permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor sabe que tem... que eles fazem essa afirmação referente ao senhor?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senadora, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor colocou aqui já algumas vezes que o senhor não tem ido, por exemplo, não foi à casa do Maximiano, não é isso? Que o senhor não tem conversas com o Maximiano, não é? Você reafirma isso, Sr. Marcos Tolentino?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senadora, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, mas o senhor já respondeu...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – O.k., então...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... eu só queria saber se o senhor reafirma.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senadora, se eu respondi, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Essa...

O senhor voltou do intervalo, assim, já bem mais calado do que antes. O senhor já estava calado e continua aí calado.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Talvez cansado, não é, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Hã?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Talvez eu esteja um pouco cansado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É, eu espero que de fato seja o cansaço...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Pode ser.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... não seja aí uma tática de tentar não falar a esta Comissão.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não existe isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Porque no boletim de ocorrência que o senhor... que o senhor, não; que o Trento faz – um registro referente a um imbróglio que ele estava enfrentando com o apartamento dele lá no Ibirapuera –, no boletim de ocorrência ele consta, ele apresenta, por exemplo, o seu nome como uma das pessoas de livre acesso ao seu apartamento. Um boletim de ocorrência que foi feito no Estado de São Paulo. Ou seja, o senhor frequentava com muita... Você ia com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

muita frequência, portanto, a esse apartamento em São Paulo – não era isso? –, no Ibirapuera?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, é... Vou permanecer em silêncio também, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, mas o senhor... Veja bem: isso o incrimina?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senadora, eu vou permanecer em silêncio...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Porque, veja...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – ... porque o que tem são dados públicos aí, que a senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senhor?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – ... a senhora pode olhar.

Senadora, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas isso não o incrimina. Basta o senhor dizer...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – O.k., mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... afirmar se o senhor foi. Até porque está aqui, no boletim de ocorrência.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Então, ótimo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O boletim de ocorrência está bem claro aqui, quando ele faz a referência das pessoas que deveriam ter acesso direto ao apartamento do Maximiano, e o seu nome consta claramente, não é? O senhor não quer confirmar.

Aliás, até o senhor não está cumprindo a decisão do Supremo. Ela é clara quando fala de não incriminar, não é? Mas o senhor precisa, na verdade, responder às perguntas...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu tenho as prerrogativas como advogado, Senadora, em cima disso. Então, eu gostaria de permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas aqui o senhor não... Não é como advogado, aqui, no caso específico. Quero apenas saber se o senhor...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... ia ou não, com frequência, à casa do Maximiano.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu respondi no início lá. Eu vou permanecer em silêncio, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Certo. Acerca do Sr. Geraldo Rodrigues... Veja, tem até aqui um vídeo dele. E lhe digo: eu acho, assim, que é uma coisa muito desumana, sabe? O senhor apresenta aqui, inclusive, o seu estado de saúde, e todos nós respeitamos. Eu, pessoalmente, respeito muito, porque eu aprendi a respeitar a vida das pessoas, não é? Mas o Sr. Geraldo Rodrigues, na verdade, foi lá pra fazer a compra de uma motocicleta e, de repente, quando ele chega lá, ele tem a informação de que ele é sócio de uma empresa bilionária. E ele acabou tendo prejuízo e nem teve condição sequer de comprar uma motocicleta. O senhor acha isso uma coisa humana? O senhor acha isso uma coisa... O senhor não acha isso uma coisa desumana, de repente, usar o nome de alguém? E o senhor participou, de fato, da elaboração do FIB Bank. O senhor como advogado, o senhor como alguém... ajudou, na verdade, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

construção dessa empresa em que um dos sócios era um laranja, uma pessoa que não tinha a mínima informação nem do que estava acontecendo com ele. Ele foi comprar uma motocicleta, e não pôde comprar. De repente, soube lá que é sócio de uma empresa. Isso não lhe faz mal? Isso não mexe até com os seus instintos, na verdade, humanos em relação à vida do Sr. Geraldo?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senadora, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor participou... Como é que se deu o desdobramento da sua visita, da reunião que o senhor teve com o Ministro das Comunicações no dia 20 de janeiro deste ano? Logo depois o senhor contraiu covid? Como é que se deram os desdobramentos depois disso? Aliás, essa reunião quem agendou mesmo pro senhor?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senadora, eu vou permanecer em silêncio também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, mas o senhor não pode dizer quem agendou pro senhor? Foi o Ricardo Barros?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tá, já que o senhor não responde, eu vou responder aqui para o senhor: a reunião aconteceu exatamente às 10h30, num prazo de uma hora, e aconteceu com o Sr. Marcos Tolentino e com Ricardo Barros no ministério... no gabinete, na verdade, do ministro. Está aqui constando na agenda oficial, não é? Ou seja, o senhor foi lá acompanhado e, naturalmente, agendado pelo Ricardo Barros. E o senhor insiste em dizer que não há, na verdade, nenhuma relação sua com ele, não é? Apenas, digamos, que conhece o Ricardo Barros, mas está muito claro que, para além da sua amizade pessoal, o senhor tinha com ele, na verdade, relações a ponto de ele fazer essas mediações em relação a essas audiências e a esses encontros. E depois disso o senhor contraiu covid.

A pergunta é muito simples: como é que se deu o desdobramento? Quem acompanhou depois o resultado dessa sua reunião que aconteceu junto com o Ricardo Barros?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senadora, vou permanecer em silêncio também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Marcos Tolentino, eu queria lamentar, de fato, que o senhor não tenha respondido de fato as perguntas e quero dizer aqui para o senhor que a gente está diante de um cenário que é extremamente desolador, porque nós... O senhor mesmo foi vítima da covid.

Se o senhor tivesse sido vacinado...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – E sou ainda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Se o senhor tivesse sido se vacinado na primeira e na segunda dose, teria dado tempo, não é? Não estou aqui com a sua idade, mas, com certeza, teria dado tempo de o senhor ter tido a primeira e a segunda doses, e o senhor não teria contraído esse vírus. E nós estamos aqui claramente constatando isto: que empresas que foram pioneiras no mundo inteiro, a exemplo da Pfizer, que se prontificou, na verdade, a vender vacinas para o Brasil e não conseguiu vender a tempo, demorou um ano, basicamente, pra se assinar o primeiro contrato... E aí nós tivemos, por exemplo, aqui a Covaxin, em que a Precisa conseguiu fazer tudo isso assim, num prazo de pouco mais de dois meses. Diante de quê? De um cenário extremamente frágil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O Governo chegou a empenhar R$1,6 bilhão de um banco, em que, na verdade, a empresa pegou uma carta fiança de um banco que não tinha lastro para isso. Ou seja, ela nem ia dar a vacina e, se não desse, não teria como ser subsidiada, não teria como ter a cobertura desse banco, porque o banco não tinha lastro coisa nenhuma para isso. E é infelizmente o que estamos constatando a cada dia. E está muito claro, Sr. Marcos Tolentino, porque aqui a gente tem informações, aqui a gente tem as quebras de sigilo, que, na verdade, temos diante de nós, e está muito claro que o senhor era, sim, sócio dessa empresa, porque é uma empresa cuja sociedade é outra empresa que tem sede no seu escritório. Não adianta nem a gente querer aqui insistir tanto. É um fato. O senhor é sócio oculto dessa empresa, do FIB Bank. Infelizmente, aqui o senhor realmente não quer falar a nós, silenciando.

E aí me faz lembrar, aliás, um personagem que um senhor protagonizou na televisão: Mr. Bean. Mr. Bean, de forma atabalhoada, sempre ficava em silêncio, contracenando de forma silenciosa. Aqui o senhor fica em silêncio, mas eu quero lhe dizer que aqui não é teatro, aqui não é um cinema; aqui é a vida real, que resultou na vida de quase 588 mil pessoas que vieram a óbito.

Graças a Deus o senhor conseguiu sobreviver, como vários outros também conseguiram sobreviver nessa tragédia que é avassaladora e que, infelizmente, tomou conta do Brasil, diante da negligência, diante do negacionismo de um Governo que não olhou para a população, mas que, infelizmente, priorizou empresas frágeis, priorizou claramente picaretas que tentaram usurpar do dinheiro público, do recurso público. Mas esta Comissão, a muito bom tempo, conseguiu impedir que várias dessas empresas, na verdade, dessem continuidade a esse tipo de transação – uma delas, inclusive, pedindo US$1 por cada vacina, ou seja, uma propina de quase R$2 bilhões. Se isso não é corrupção, se isso não é propinagem, eu não sei mais o que é. É o que nós estamos realmente a investigar.

É lamentável, infelizmente, que o senhor não possa responder a todas as perguntas.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senadora, muito obrigada.

Eu vou pedir aos Senadores que colaborem com o tempo – a Senadora colaborou bastante, ainda sobrou tempo –, justamente por conta da Ordem do Dia.

O senhor deseja se manifestar, Sr. Marcos?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Posso passar para o próximo?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Humberto Costa, por 15 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, esse quadro de hoje é apenas uma repetição de outros: pessoas que nós nos acostumamos a ver em filmagens, em debates e tal falantes, que falam alto e que, quando chegam aqui, assumem o papel de uma vítima.

Eu não estou querendo ser desrespeitoso com V. Sa., não, mas é óbvio que até a voz, o tom de voz de V. Sa. é parte da composição de um ator neste momento. V. Sa. veio aqui como uma pessoa que sofreu, como muitos brasileiros sofreram, pela covid e aqui age para se vitimizar. Eu queria começar dizendo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Segundo, várias pessoas aqui esqueceram uma coisa importante, quando falaram comentando a posição do senhor quando o senhor disse "Estive em fevereiro, março e abril internado; eu não podia negociar nada com o Ministério da Saúde em nome de quem quer que fosse".

Mas as pessoas estavam esquecendo que, lá no mês de novembro, o FIB Bank foi o avalista de um contrato entre a Precisa e uma empresa indiana produtora de preservativos femininos. Então, a presença de V. Exa. para a concretização desse entendimento pra que o FIB Bank desse o aval à compra da Covaxin era desnecessária, já havia um precedente. Certamente V. Sa. não está podendo dizer quem o substitui nessas situações, porque deve ter sido ou essa pessoa ou essa estrutura que negociou diretamente com a Precisa para garantir o aval. Então, isso é um dado importante que eu quero trazer aqui.

Aliás, o FIB Bank, segundo o que nos falou aqui a Senadora Simone Tebet, é um banco que se deu muito bem depois do golpe de 2016 contra a Presidenta Dilma. Todos esses contratos de fiança que o FIB Bank assumiu são de 2017, 2018, 2019 e 2020. E eu quero fazer uma sugestão ao Senador Rogério Carvalho, que apresentou um requerimento aqui para que esses pedidos, essas fianças fossem reavaliadas: eu acho que nós devíamos entrar com um pedido junto ao Tribunal de Contas da União pra que todas as fianças que foram feitas por esse FIB Bank no valor de R$600 milhões sejam efetivamente suspensas, e é possível. Nós tivemos o exemplo da Precisa, em que a compra da vacina Covaxin foi suspensa; na semana passada, foi suspensa também aquela negociação que aconteceu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Da VTCLog.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... da VTCLog, que teve 1.800% de aumento no valor do contrato por conta da ação do Sr. Roberto... Como é o nome dele? Roberto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Roberto Dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Roberto Dias, que também dizem que é próximo do Sr. Ricardo Barros. Mas eu acho que nós devemos, Senador Rogério, fazer este mesmo pedido no Tribunal de Contas: suspender todas as cartas de fiança que foram dadas por esse FIB Bank, primeiro porque elas não têm validade. Pela Lei das Licitações, você pode ter garantia dada com recurso financeiro, com bens ou então por uma instituição bancária. Essa instituição não dá esse tipo de fiança, o FIB Bank. Então, não pode não ter consequência, Sr. Relator, tem que ter consequência isso que aconteceu, e a maior consequência deve ser esta: saber por que é que o Ministério da Fazenda e outros ministérios mais se utilizaram desse tipo de aval.

A outra coisa é que o problema de essa empresa negociar com o Governo é que ela tem antecedentes: são 28 processos que correm na Justiça de São Paulo por conta de avais que foram dados pelo FIB Bank e que não foram honrados. Aqui já foram dados, já foram ditos. Vou citar só um – só um –, que é o da Rahma Asa Participações Ltda., representada pelo Sr. Abdul Hadi Fares. Ele alugou um espaço em São Paulo, e o contrato foi garantido pelo FIB Bank, e a carta de fiança foi entregue em mãos pelo senhor – pelo senhor –, que havia se apresentado como proprietário da FIB Bank.

Ao executar a fiança, ele ficou sabendo que a garantia não existia. Aí o que é que ele disse ao Metrópoles? Disse o seguinte, que a FIB Bank é uma empresa-fantasma, e aponta o advogado Marcos Tolentino como dono do FIB Bank. "Em entrevista à coluna, Fares desmentiu as declarações de Roberto Ramos, diretor-presidente da Fib, colhidas na [...] CPI. E disse que ele é um 'laranja' de Tolentino." E eu estou convencido de que é mesmo, e ele devia até ter um aumento de salário, porque pelo papel que ele fez aqui na CPI, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

defender todos esses absurdos que essa empresa faz e representa, merece que V. Sa. dê um reajuste salarial pra ele, como presidente do banco. É um grande presidente.

Outra coisa: essas transferências entre a Space Air e o FIB Bank... A senhora sua genitora, com todo o respeito, qual é a formação dela? Ela, que é a proprietária da empresa.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador, eu vou me dar ao direito de ficar em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito bem, não tem o quê... Mas, na verdade, veja o que acontece: o FIB Bank manda dinheiro pra essa Space Air; essa Space Air manda dinheiro pro FIB Bank. Se isso não for uma transação meramente financeira, lavagem de dinheiro e tal, algum serviço essa Space Air prestou ao FIB Bank e algum serviço o FIB Bank prestou a essa Space Air. E na verdade não há o registro de que serviços tenham sido feitos, que tenham sido esses aí.

E o FIB Bank, quando foi fazer esse *site* de que alguns aqui falaram, incluiu vários *e-mail*s para vários funcionários, diretores do FIB Bank. O senhor sabia que tem um lá para o senhor, tolentino@fibbank.com.br? O senhor sabia?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu tenho pouco conhecimento de alguma empresa que vá simplesmente pegar um procurador ou um advogado ou alguém e vá incluí-lo na sua relação de *mailing* se isso não representar, ao menos simbolicamente, o estabelecimento de um vínculo.

Outra coisa que eu não consigo entender: esse jantar aí que V. Sa. disse que não aconteceu. Quer dizer, a revista *Piauí* deveria vir a público pra dizer onde ela encontrou essa informação, porque ela relata, inclusive, participantes: o Sr. Trento, o Sr. Pazuello, o Sr. Marcos, o Sr. Ricardo Barros, o Sr. Potenza. A *Piauí*, que é uma revista de credibilidade, está nos devendo explicar se esse jantar houve ou não, porque foi dito que o jantar era para apresentar Pazuello a uma grande empresa que prestava serviço ao Ministério da Saúde, que era exatamente a Precisa.

Outra coisa: V. Sa. nega o tempo inteiro que haja uma vinculação entre a Precisa, que vendeu a Covaxin, e o FIB Bank e V. Sa., nesse *e-mail*. Só que uma pessoa que tem relação clara com V. Sa. é o senhor Trento, que é o dono da Primarcial. A Primarcial transferiu 3,85 milhões para a 6M Participações. Quem é o dono? É o Max, é o Francisco Max. Depois, o Francisco Max pagou à Primarcial 630 mil. Veja que é um padrão parecido, é uma troca de recursos que vai pra lá, vai pra cá, que cheira a lavagem de dinheiro, porque não tem aí um objeto que justifique esses repasses.

Depois, o Max passou diretamente para o Trento 92 mil. E o senhor é na verdade a pessoa que pagou a cobertura do Sr. Danilo Trento, entre dezembro de 2016 e julho de 2017, inclusive a dívida atual é de 600 mil. A empresa Benetti Incorporadora repassou recursos para o proprietário do apartamento de cobertura ocupado por Danilo Trento.

Eu estou dizendo tudo isso aqui, acho que muita gente nem está entendendo toda essa discussão, porque tem uma coisa que aconteceu. O que aconteceu, na verdade? Uma empresa envolvida em vários escândalos, inclusive no Ministério da Saúde, chamada Precisa foi indicada por alguém ao laboratório indiano Bharat Biotech pra comprar uma vacina chamada Covaxin. Foi intermediária essa empresa Precisa, certo? Essa vacina vendida de forma superfaturada aqui no nosso País... Era necessário um aval para esse contrato, que era um contrato bilionário, R$1,6 bilhão. Aí entra o FIB Bank, que é uma instituição que não tinha a capacidade de dar esse aval, mas foi aceito pelo Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Saúde, contra a vontade da sua consultoria jurídica, pra dar esse aval. De imediato, recursos são transferidos da Precisa para o FIB Bank para pagar a remuneração.

Portanto, é uma cadeia aqui. Agora, o que falta a gente ver? Como é que essa... o que que há de comum em todas essas pessoas aí? É que elas... ou a empresa trabalhou no ministério no período de Ricardo Barros, ou V. Sa.... Não estou dizendo que foi V. Sa. que disse, não, ele disse aqui: "Meu amigo irmão [ele disse meu amigo irmão] veio aqui me acompanhar no meu depoimento e tal".

Então, toda essa discussão que nós estamos fazendo aqui é no sentido de mostrar o quanto esse Governo é irresponsável, incompetente, insensível, que não respeita a população brasileira, que pegou um banco que não é banco para ser o fiador de um contrato de R$1,6 bilhão para 20 milhões de vacinas, que depois iam passar para 50 milhões de vacinas. Esse que é o sentido do que nós estamos discutindo hoje, não é?

Por isso, eu acho que V. Exa., os advogados de V. Exa., com todo o respeito que tenho, devem estar achando que a situação ficou boa para o senhor aqui, porque pegou um bando de bobos, de otários aqui, negou mil coisas e não vai dar em nada, não. Vai dar – vai dar –, esse FIB Bank não pode mais transacionar com o setor público, dando esses avais que não poderiam ter sido dados. Vai dar, porque nós conseguimos que essa Precisa não vendesse essa Covaxin para o Ministério da Saúde superfaturada.

Vai dar, porque a VTCLog é só o começo, o que aconteceu agora é só o começo. Daqui a pouco, eles vão identificar como essa VTCLog assumiu a responsabilidade pela logística do ministério depois que o Sr. Ricardo Barros acabou com o departamento que era responsável por isso no Ministério da Saúde. Vai dar, vai dar, pode ter certeza de que vai dar.

E vai dar para este Governo também, vai dar para este Governo também, porque tem crime de responsabilidade, crime contra a saúde da população, desrespeito à Constituição, falta de garantia de acesso para a população ao Sistema Único de Saúde, prevaricação, crime comum também, disseminação de pandemia, desrespeito a regra sanitária, crime contra os direitos humanos. Esta CPI tem que ir até as últimas consequências, às últimas consequências! O Sr. Presidente Jair Bolsonaro, que já está muito preocupado e complicado com a situação dele, quando esse relatório sair, eu tenho certeza, Sr. Senador, ele vai... Dizem que ele perdeu duas semanas de sono na semana passada. Eu acho que, quando esse relatório sair, ele vai... Dois dias, não é? Duas noites de sono ele perdeu. Acho que, quando esse relatório sair, ele vai perder um pouco mais, porque isso aqui não vai dar em pizza, isto aqui não vai dar em nada.

Se V. Sa., que veio hoje aqui para cumprir o mesmo papel que outros cumpriram e dizer "bando de bestas, passaram o dia todinho me fazendo perguntas e eu não respondi a nenhuma"... Nós já temos elementos suficientes para que essa sua empresa – porque o senhor é o dono dessa empresa – deixe de ter condição de transacionar com o setor público.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

O senhor deseja se manifestar?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Randolfe Rodrigues, por 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marcos Tolentino, douta defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Sr. Marcos Tolentino, o senhor poderia nos informar o número do seu CPF?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – CPF 004... Deixe eu pegar aqui, eu esqueço um pouco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os três primeiros números e os últimos. (*Pausa*.)

Bom, eu entendo a dificuldade de V. Sa. e, aí, vem a pergunta logo em seguida: por que V. Sa. tem tantos CPFs cancelados na Receita Federal? Tem um CPF de terminação 09, 00609: cancelado; CPF 0053, terminação 81: cancelado; CPF 005, terminação 80: cancelado; CPF 101, terminação 60: cancelado. E algo curioso: o CPF de terminação 84 e o CPF de terminação 05 estão como regulares, mas ninguém pode ter dois CPFs regulares.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu só tenho um único CPF meu, regular. Esses outros eu desconheço se estão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas então a Receita Federal agiu de má-fé? Esses documentos são da Receita Federal do Brasil. Está aqui: Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Então, eu vou permanecer em silêncio até que se veja isso aí, porque desconheço...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Um, dois, três, quatro CPFs cancelados e dois regulares, segundo documentos que seriam da Receita Federal do Brasil.

Vamos à pergunta mais importante, Dr. Tolentino, que eu acho que é objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito: qual é a sua relação como FIB Bank? O senhor é o sócio proprietário do FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, com todo respeito, vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Por que, como já foi dito aqui pelo Senador Humberto, o Sr. Abdul... O senhor conhece o Sr. Abdul Fares?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, vou permanecer em silêncio também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o Sr. Abdul Fares... Mas o senhor já esteve junto com Sr. Abdul Fares.

Vamos lá. Primeiro vídeo, Ana Cristina. Vamos lá ao primeiro vídeo. Esse vídeo é de agosto...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Abdul Fares, que estava com o senhor em uma balada em uma data de agosto de 2020... Sr. Relator, quando Brasil tinha 28.906 mortos pela pandemia e já tínhamos mais de 1,286 milhão de casos, o Sr. Abdul Fares diz a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em informação que nos encaminha, que o senhor é o verdadeiro sócio-proprietário, o sócio majoritário do FIB Bank.

A Sra. Alessandra Carvalho é a sua secretária?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, mas nós já sabemos que a Sra. Alessandra Carvalho é a sua secretária. Temos essa informação na CPI.

E ainda sobre o Sr. Abdul, vamos aos WhatsApps.

O Sr. Abdul foi cliente do FIB Bank em um contrato onde o FIB Bank atuou como instituição de fidúcia. Como o contrato não foi consolidado, acionaram, obviamente...

Veja, volte um pouquinho, só para a gente saber de quem se destina. Não, volte, volte, volte... Isso.

É uma mensagem encaminhada ao Sr. Marcos Tolentino, advogado, e respondendo pelo FIB Bank. A responsável manda mensagem para o senhor; em seguida, o senhor responde "Oi", e depois daí o senhor não responde nada. "Olá, Marcos, sou a Suhaila. Tudo bem? Espero que você esteja já recuperado. Tentei contato com você no escritório; fui direto lá, mas não tive retorno". Aí o senhor não responde.

Pode continuar com os WhatsApps. Pode continuar, o próximo. Pode descer, pode descer.

Ela continua tentando falar com o senhor, não consegue. Aí ela fala da Alessandra: "A Alessandra entrou em contato e me posicionou que seu corpo jurídico está tomando pé da situação".

Aí vamos ao contato da Alessandra. Aí olha o que a Alessandra diz aí: "Boa tarde. Como vai? Dr. Marcos pediu para informá-la que nosso corpo jurídico está levantando os documentos para ele analisar e, daí então, retorná-la". Falando a Alessandra, a Alessandra Carvalho falando pelo FIB Bank.

O senhor tem algo a dizer?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Imagino.

Mas, Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Relator, se havia alguma dúvida de quem é o verdadeiro responsável pelo FIB Bank, essas mensagens e aquele animado vídeo da balada de agosto de 2020, quando o Brasil já chorava 28 mil mortos pela covid, eu acho que revelam quem é o verdadeiro dono, sócio, responsável pelo FIB Bank.

O senhor sabe de outros negócios que a Dra. Alessandra, sua secretária, tem?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor vai permanecer em silêncio?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador Randolfe, vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Mas, então, nós contaremos aqui, Sr. Presidente, quais são. Veja, a Sra. Alessandra Carvalho, conforme registro na Receita Federal, é dona da Nova Integral Sistemas. A Nova Integral Sistemas, pela qual é responsável a Sra. Alessandra Carvalho, é a empresa de assinatura digital da FIB Bank. A Sra. Alessandra Carvalho é dona da empresa de assinatura digital da FIB Bank, conforme os documentos que temos, e é ela, designada pelo senhor, que fala com uma das vítimas de um contrato em que o FIB Bank foi a agência de fidúcia, que não se concretizou, um dos vários contratos. Então, é só para nós contextualizarmos quem é a Sra. Alessandra Carvalho.

Eu lhe pergunto ainda: o senhor poderia nos dar maiores informações sobre a empresa Itapemirim, de importação e exportação de resinas?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Vou permanecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor vai permanecer em silêncio?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – ... em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

A empresa Itapemirim, Sr. Presidente, recebeu quase R$10 milhões do FIB Bank. Ocorreu, ano passado, no mês de julho – não, neste ano –, no mês de julho de 2021, uma operação da Polícia Civil do Estado de São Paulo que apreendeu, em uma empresa chamada Profits, caixas com testes de covid. Em depoimento, o Sr. Carlos de Souza Carvalho, que estava na empresa onde houve a busca e apreensão da caixa de testes de covid, informou, entre outras coisas, que tem conhecimento de que as cargas da referida empresa estão retidas no Porto de Santos, mas não sabe a razão e, por orientação de Ricardo, que é o dono da empresa dele, solicitou ajuda para a pessoa de Marcos Tolentino, pois ele teria conhecimento no mercado para realizar a liberação da carga, a liberação da carga de teste de covid.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é aquele caso que tinha um chinês envolvido?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o próprio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o próprio, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que teve uma grande...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Operação da Polícia Civil de São Paulo onde foram apreendidas caixas de teste falso de covid e em que o depoente dessa empresa Profits disse que tinha relação, que, na verdade, a responsável pela importação é a Itapemirim Importação. A Itapemirim Importação recebeu R$10 milhões do FIB Bank. A Itapemirim Importação, segundo esse depoente que prestou depoimento para a Polícia Civil de São Paulo seria a verdadeira proprietária dessa carga e para quaisquer negócios em relação a isso era para entrar em contato com o nosso depoente do dia de hoje.

O senhor informou aqui, no começo do seu depoimento, sobre a sociedade com a Benetti, com o Sr. Ricardo Benetti. Eu reitero a pergunta: o senhor havia dito na sua preliminar que o senhor havia saído da sociedade em 2009, há 12 anos.

O senhor é sócio da Benetti?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que é importante essa pergunta, Sr. Presidente? Porque a Benetti é a sócia, a Benetti é a sócia majoritária, o Sr. Ricardo Benetti é sócio majoritário da Pico do Juazeiro, que, por sua vez, é sócio majoritário da FIB Bank.

Embora o Sr. Marcos Tolentino tenha dito aqui que, há 12 anos, ou seja, em 2009, teria se desligado, nós temos procuração dele em nome do Ricardo Benetti datada de 16 de julho de 2017. Portanto, a procuração não confere com a primeira parte do depoimento.

Eu lhe pergunto, Sr. Tolentino: o senhor já foi meu vizinho?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor já morou em Macapá, capital do Estado do Amapá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu vou permanecer em silêncio também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu considero, inclusive, que é o mais belo endereço: "esquina do rio mais belo com a linha do Equador".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Dr. Tolentino. Se o senhor tem uma residência em Macapá ou morou em Macapá, não tem absolutamente nada que possa comprometê-lo em o senhor responder isso. O que tem a ver o senhor dizer "morei"?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ou não morou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Ou "não morei"; ou "tenho" ou "não tenho".

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador, eu vou usar meu direito de permanecer em silêncio também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeitamente.

Mas em procuração... O senhor conhece a Karina Kufa?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Conheço a Karina Kufa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso aí ele respondeu, Presidente. Já é um avanço. Olhe lá...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Respondi, porque não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conhece a Karina Kufa, tanto é que ela já foi sua advogada. Em um processo...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Em um assunto eleitoral, há uns sete, oito anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o senhor morou em Macapá?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, Excelência. Vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas olhe só. O senhor confirmou que a Karina Kufa é sua advogada, já foi sua advogada; ela já foi sua advogada, e, em um processo que tramitou no Superior Tribunal de Justiça e, depois, no Tribunal Superior Eleitoral, ela declara aqui: "Marcos Tolentino, brasileiro, casado, advogado" e tal, "inscrito...". Aí olhe só: "Zona eleitoral: domiciliado na Avenida Duque de Caxias". Eu conheço, é meu vizinho. "Avenida Duque de Caxias, número 1.449, casa 2, Bairro Santa Rita, Macapá-AP". Eu acho até que ele torce pelo Maracatu da Favela e pelo Oratório Recreativo Clube, que são os clubes do bairro. Eu moro no Almirante Barroso, é meu vizinho, eu me admiro não ter esbarrado com ele na panificadora, no dia a dia. Aí eu fui atrás, eu queria saber se eu tinha um vizinho ilustre assim. Eu fui atrás da casa, Senadora Soraya, do Dr. Marcos Toletino em Macapá. Vamos olhar a casa do Dr. Tolentino, no endereço que está especificado pela Dra. Karina Kufa.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está aí a casa do Dr. Marcos Tolentino em Macapá, está lá nesse endereço. Este é o terreno baldio, e aí está a casa do Dr. Marcos Tolentino. É uma casa meio... Para o patrimônio que o senhor tem, é meio inadequado e meio insalubre morar numa casa desta. É uma casa... Olhem! Por cima agora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho uma casa muito modesta para o senhor morar. Quando eu vi que o senhor tinha registro domiciliar em Macapá, eu imaginei: "Olhem, é meu vizinho, deve ter uma casa adequada..." Até tem um buraco lá na casa, rapaz, no endereço destinado...

É isso. Obrigado.

Sr. Presidente, eu acho que está aqui caracterizado... Podem tirar o vídeo, já foi apresentada a casa, que pelo menos foi registrada no TSE pelo Dr. Marcos Tolentino, em Macapá, Avenida Duque de Caxias, nos arredores, nas proximidades da minha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está pedindo para ir ao banheiro. Eu vou permitir. Aguarde um pouquinho, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeitamente.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Por gentileza. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há requerimentos do Senador Rogério Carvalho, requerimentos que pedem informações.

Em votação.

Os que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Requerimentos do Senador Marcos Rogério que pedem informações.

Em votação.

Os que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos do Senador Rogério Carvalho, juntamente com os do Senador Humberto Costa e do Senador Marcos Rogério.

Estão aprovados os requerimentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu queria apenas fazer um registro de agradecimento a V. Exa. Os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem a questão da Junta Comercial de São Paulo. O senhor vai fazer o requerimento agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou apresentar verbalmente a V. Exa., se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para encaminhar.) – Na sequência, eu faço a juntada do requerimento formal, Sr. Presidente.

Esses dois que eu apresentei tratam da questão dos precatórios, que ele diz que faz parte desse acervo dessa empresa, no caso de Roraima. E, como foi citado, na reunião anterior do Presidente do FIB Bank, o Sintero, eu os estou apresentando em relação a estes dois, tanto o Sindicato de Roraima quanto o Sintero, de Rondônia.

E aí, Sr. Presidente, em relação à integralização dessas empresas todas, eu estou fazendo aqui um requerimento à Junta Comercial de São Paulo. Estou fazendo um requerimento à Junta Comercial de São Paulo para verificar se realmente foi dada entrada na Junta Comercial de São Paulo com relação a essa integralização. Tem um documento aqui da Jucer. Só que, quando você acessa o banco de dados neste momento, não constam essas informações no depósito da Junta Comercial de São Paulo. Ou a Junta Comercial de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

São Paulo teria participado dessa situação para dar lastro a essa empresa, ou, então, essa empresa falsificou um documento para poder operar no mercado. Qualquer uma das duas hipóteses é muito grave.

Então, eu estou fazendo um apelo à Comissão para que aprove um requerimento de pedido de informações à Junta Comercial do Estado de São Paulo com relação a todas essas transações que teriam sido feitas pela empresa, nos informando se houve o depósito, em que termos isso aconteceu e por que neste momento não está disponibilizada no *site* essa integralização.

Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, nós tínhamos aqui, em uma das empresas, na Pico do Juazeiro, R$32 milhões – era o valor –, e isso passou para R$300 milhões. Depois, nós temos a outra, que é a MB Guassu: eram R$2 milhões, que foram para R$7,2 bilhões! E temos aqui uma terceira, que é o próprio FIB Bank, que tem os R$10 milhões. Agora, essas informações todas, com esse conjunto de valores, não estão no consolidado da Junta Comercial do Estado de São Paulo. Algo está errado, algo está fora de lugar.

Então, estou fazendo um apelo para que sejam solicitadas informações à Junta Comercial do Estado de São Paulo com relação a essas inconformidades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar o requerimento do Senador Marcos Rogério.

Em discussão.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu só peço que a sua assessoria possa formalizá-lo à Mesa, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Farei isso na sequência, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Meu tempo praticamente já concluiu, tenho só dois minutos. É para todos que estão nos assistindo entenderem qual é a relevância desse depoimento e por que nós estamos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito constatando que o Sr. Marcos Tolentino é na verdade o dono do FIB Bank, e por que é importante a apresentação do material que aqui expusemos.

Veja, Sr. Presidente, o FIB Bank é a instituição garantidora do contrato da vacina que iria ser adquirida pela Precisa. Para explicar para todos os brasileiros, se a vacina não viesse, como de fato não veio e tudo indica que não viria, quem iria garantir o contrato seria a empresa de que o sócio proprietário é o Sr. Marcos Tolentino.

Essa Precisa não opera – e aqui é importante nós vermos todo o tempo, e nós veremos isso amanhã, quando o Sr. Marconny Faria estiver aqui nesta CPI – no âmbito do Ministério da Saúde somente com o caso da Covaxin, não. A Precisa vem operando pelo menos, segundo as informações que temos, desde fins de 2019 e início de 2020, no Ministério da Saúde. Os contratos que ela operava eram vários, e todos esses contratos tinham como instituição garantidora o FIB Bank.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não apenas a Covaxin. A Covaxin foi o primeiro detalhe que esta CPI encontrou, mas tem teste de covid, mas tem *kit* covid. A Precisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Preservativos para mulheres...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Preservativo...

Precisa e FIB Bank...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... 1 milhão de contratos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Precisa e FIB Bank estão em vários contratos no âmbito do Ministério da Saúde. Não foi só... É importante que se diga isso. O caso não é só Covaxin, Precisa, são os outros que antecedem sempre, sempre com FIB Bank como instituição garantidora.

O que isso tem mais a ver? É que, no dia 6 de janeiro deste ano, foi subscrita uma medida provisória em que o Presidente da República omitiu os instrumentos para aquisição das vacinas da Janssen e da Pfizer. E depois essa medida provisória foi emendada por quem? Pelo Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo, para favorecer qual vacina? A Covaxin. Qual contrato seria beneficiado? O da Precisa.

No dia 7 de janeiro, é enviado o telegrama do Sr. Presidente da República manifestando interesse na vacina Covaxin, e em especial naquela data quem estava lá na Índia? Estava lá na Índia o Sr. Francisco Maximiano, o CEO proprietário da Precisa. Tem a digital aí do Presidente da República, na intermediação também para que o contrato desse certo. E, depois disso, nós encontramos que quem iria garantir o contrato seria essa instituição aqui, seria esse FIB Bank do Dr. Marcos Tolentino.

O Dr. Marcos Tolentino, como o Deputado Ricardo Barros diz nesta CPI, é um grande amigo de muitos anos. Diz isso, inclusive, diante do próprio Dr. Marcos Tolentino, que estava sentado ali atrás, e ele acabou de confirmar! E o próprio Dr. Marcos Tolentino confirma a relação que tem com o Deputado Ricardo Barros.

Sr. Presidente, direito constitucional ao silêncio, nós vamos sempre respeitar, respeitamos o de V. Exa., princípio constitucional sagrado, respeitamos a douta defesa, mas todos os elementos aqui são mais do que comprobatórios das relações, em relação... Como sócio responsável, proprietário do FIB Bank, da relação com o Sr. Ricardo Barros e, agora, ao que tudo indica pelo que vimos e pela constatação da minha ilustre vizinhança em Macapá, vizinhança que eu vejo que a casa está um pouquinho abandonada, também com a Sra. Karina Kufa, advogada do Sr. Jair Bolsonaro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não reclame de vizinhança...

Presidente Omar, Senador Randolfe, não reclame de vizinhança porque nós alagoanos também temos o privilégio de ter....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De ter o Geraldão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o Geraldo, que é o fundador do FIB Bank, é um trabalhador rural lá de Alagoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esse o nível de exposição e de amoralidade que nós chegamos no nosso País.

E o pior é que tudo isso continua, tudo isso continua impunemente – impunemente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com o FIB Bank, depois de a CPI ter revelado tudo, avalizando contratos, como já foi dito pela Senadora Simone.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para explicar aqui para quem não entendeu, corroborando com tudo isso, a assessoria do Senador Marcos Rogério procurou, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, se havia integralização ou coisa parecida. Ele entra no *site* e não consegue. Tem o documento que as informações foram pedidas há pouco para saber na junta comercial cadê o documento original disso.

Então, o requerimento vem corroborar com essa questão de ser um cidadão humilde dono de um patrimônio de R$7,5 bilhões, que não sabe que tem esse patrimônio, que mora no interior do Estado de Alagoas.

Então, são muitas coisas que a gente aqui não quer atribuir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para reforçar, Sr. Presidente, só para ter uma ideia. O FIB Bank possui registro ativo na Receita Federal constituído em 20/11/2015 e com o capital declarado de R$10 milhões.

Vai vendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vai vendo, Brasil. (*Risos*.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Entretanto, a página do FIB Bank na internet passou a disponibilizar, em 10 de agosto de 2016, uma ata de transformação de sociedade limitada em uma S.A, uma Sociedade Anônima, de capital fechado, quando se fundiu com as empresas Pico do Juazeiro e MB Guassu.

A ata discrimina os valores integralizados por cada uma das três empresas e possui chancela, perfuração no documento da Junta Comercial do Estado de São Paulo, com a mesma data da disponibilização do documento na internet, no *site* do FIB Bank, 10/08/2016. Está aqui, o conjunto das informações está aqui.

Eu pedi à assessoria que levantasse isso para saber em que pé está isso, se está registrado, se está formalizado, se não está, mas, em pesquisa no Nire (Número de Identificação do Registro de Empresas) do FIB Bank, no *site* da Jucesp, na data de hoje – na data de hoje –, se observa que a referida fusão, objeto da ata, não se encontra registrada, já que a empresa detém como capital social os mesmos 10 milhões da sua fundação.

E aí a pergunta que não quer calar: o referido documento é falso ou verdadeiro? Essa pergunta está sem resposta. Foi o documento registrado na Jucesp, na Junta Comercial de São Paulo? Houve registro desse documento? É um documento fraudado? A Jucesp participou disso? Referendou isso? São perguntas de que nós precisamos de resposta. Embora eu, particularmente aqui... Aqui apara a questão temporal em relação a esses contratos.

Nós estamos diante de uma situação que talvez nem seja o foco da questão da CPI da Covid, vai muito além disso. Aqui tem questão de precatórios, aqui tem questão de lastros de ativos.

Olha, CPI atua em cima de objeto determinado, fato determinado e por tempo determinado, porque, não fossem as limitações de atuação no âmbito de uma CPI, talvez a CPI começasse a fazer mais sentido a partir de um momento como este.

Repito: em relação ao caso concreto envolvendo o Ministério da Saúde, aí dentro daquilo que conheço do processo e dos contratos, não há nada, porque não avançou. Até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

avançou em relação a contrato feito na gestão passada, em que houve a negociação com a empresa, com a mesma empresa, e tendo como garantidora essa instituição ou esse FIB, que V. Exa. diz que a definição em inglês é "mentira". Seria mentira também o que está na Junta Comercial de São Paulo ou apenas o número faraônico dos 7,5 bilhões?

Então, Sr. Presidente, eu, desde o começo, tenho... Todos conhecem a minha posição no âmbito desta CPI na defesa daquilo que acredito, na defesa do Governo. Agora, ninguém vai me ver nesta CPI ou em nenhum outro lugar fazendo a defesa daquilo que não acredito, daquilo que não reputo como certo e como verdadeiro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Só antes, Senadora Simone, é de conhecimento de todos... O Senador Jorginho vai já falar, mas quero aqui dizer que Cacequi hoje está em festa. O Senador Heinze está completando aniversário. Quero parabenizá-lo. Que Deus possa abençoá-lo, Senador Heinze.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A festa vai ser lá em Rancho?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cacequi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai ser em Cacequi, não vai ser em Rancho Queimado.

Parabéns ao Senador Heinze.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É muito rápido, Sr. Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tomei ivermectina hoje. É o meu dia. (*Risos.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – É uma questão de ordem, Senador Jorginho, só pra eu me penitenciar aqui.

Eu recebi uma denúncia, no período da manhã, e, a princípio, o jornalista pediu reserva não só em relação aos nomes, mas em relação à fonte. Então, eu apresentei a denúncia dos R$600 milhões em fiança fidejussória do FIB Bank pra uma série de empresas num contrato com a União, e eu não disse nem a fonte nem as empresas. Depois, ele autorizou a citar a fonte, fez até a matéria.

Eu gostaria, por uma questão de honestidade intelectual, citar o nome do jornalista, que é o André Spigariol, que está agora no The Brazilian Report. E digo isso, Sr. Presidente, porque talvez ele tenha dado aqui a maior contribuição pra todos nós. Além da contribuição decisiva do Relator quando perguntou da procuração com fins irrevogáveis e sem nenhuma restrição ao Sr. Tolentino confirmando, pelas regras do Código Civil, que, com essa procuração da Pico do Juazeiro, o Tolentino se torna dono, consequentemente, da empresa e sócio do FIB Bank, o jornalista André – e aí fazendo vênia ao Senador Marcos Rogério aqui –, sim, traz a questão do Ministério da Economia, do mês de junho de 2021, o que já foi aqui amplamente divulgada.

Mesmo com a CPI instalada, assim mesmo o Ministério da Economia aceita a garantia de um banco que não é banco para garantir quem? Qual é o afiançado? Benetti Prestadora de Serviços.

E, só para não deixar em branco a colocação também do Senador, também, Senador Renan Calheiros, V. Exa. falou da fábrica de chocolate...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Chocolate Pan.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Chocolate Pan, pois bem.

Também nessa planilha do jornalista, em setembro de 2019, tem uma carta fiança do FIB Bank – eu estou dizendo pelos números que eu tenho aqui – de R$5 milhões para essa fábrica. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, é só porque eu queria fazer justiça... Não é nosso. Não é seu nem meu. Isso aqui eu acho que é trabalho meritório de um jornalista investigativo, e eu gostaria de ser, repito, honesta intelectualmente. Só por isso.

Obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para reforçar, Presidente, esses documentos estão no processo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colegas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É que a minha mulher é jornalista, e ela já tinha feito essa investigação toda, aí eu fiquei assim em dívida com ela, não é, Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colegas, vejam, são 15h58. Nós temos ainda quatro colegas inscritos como membros efetivos e ainda temos três suplentes. Eu temo nós não chegarmos... Inaugurada a Ordem do Dia, por determinação regimental, esta Presidência tem que encerrar a oitiva.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, eu temo não chegar... Eu queria pedir... Eu vou encaminhar, vou passar a V. Exa. agora, mas eu vou encaminhar, vou buscar ser rigoroso e assegurar que não tenha interrupções, para nós podermos garantir que o máximo de colegas possível possa inquirir o depoente.

Senador Jorginho Mello.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu só queria que V. Exa. garantisse que quem não pudesse falar hoje que falasse amanhã, porque eu cheguei aqui exatamente 8h30 da manhã hoje, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou... Como sempre, eu vou colaborar com o tempo.

Quero cumprimentar o nosso Senador Heinze. Vai ter um bolo, depois, no final da sessão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cumprimentos de todos desta Comissão Parlamentar de Inquérito ao aniversariante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... e parece que a cobertura é de cloroquina. Tem cobertura... No glacê de que vai ser coberto o bolo.

Quero cumprimentar os advogados Luiz Carlos de Andrade Lopes e Luciano Duarte Peres. Sejam muito bem-vindos aqui no Senado Federal.

Sr. Presidente, eu quero... O que nos dá certeza da nossa CPI é a gana que muitos brasileiros ainda têm com o setor público. Quando a gente vê o Dr. Tolentino aqui, pode estar cansado, pode estar chateado, mas o senhor tem muitas empresas e, infelizmente, acho que nenhuma para ajudar o Brasil. Nenhuma! É picaretagem de tudo quanto é lado. Empresa que... Não dá nem para perder tempo aqui fazendo indagações.

Todos os Senadores e Senadoras aqui gastando um tempo danado. Nós estamos no meio duma pandemia. As energias que a gente poderia estar colocando em tantas outras coisas, para o bem do Brasil, nós estamos aqui, para essa "mentiragem", essa enrolação.

Eu quero chamar a atenção. Tomara que estejam nos vendo: o Coaf; o Banco Central; a Receita Federal, que muitas vezes cobra rigorosamente de um assalariado, mas não cobra dessas empresas fantasmas; o Tesouro, a Secretaria do Tesouro; a AGU; a CGU; o Tribunal de Contas da União; o Ministério Público Federal. Onde é que está o Ministério Público Federal? Muitas vezes o Ministério Público, lá no interior dos nossos Estados, está no cangote de um coitado de um Prefeito que, às vezes, por ignorância, faz alguma coisinha errada ou não entende bem um contrato quando faz – a assessoria jurídica dele é precária. Engraçado, não é? Onde está o Ministério Público, que deixa uma bandalheira desta acontecer: banco que não é banco, banco que dá fiança sem ter, tudo fraudulento?

Então, os senhores vejam bem: o Governo Federal mandou 32 bilhões, em 2020, para os Estados e Municípios, mais 5,7 bilhões, em 2021; somando, 38 bilhões. Imaginem se esta CPI tivesse conseguido ir para os Estados, para os Municípios, alguns, o tanto de desvio de dinheiro público que nós teríamos arrumado, encontrado pra responsabilizar, pra punir, porque não dá mais pra aceitar isso. Isso é uma vergonha! É uma vergonha as pessoas se aproveitarem de uma pandemia, se aproveitarem da fragilidade, muitas vezes, do setor público que estava querendo comprar, os órgãos de controle virando as costas. E aí a gente está aqui, um dia todo, pedindo explicações. "Assegurado pela Justiça". "Eu não posso responder, porque estou no direito..." Enfim, nós sabemos.

Então, eu lamento, eu lamento tudo isso que a gente está passando. Felizmente o Brasil – o Brasil, o Governo Federal – não comprou vacinas das empresas que V. Sas. estavam querendo representar, inventar. Graças a Deus, o Brasil não comprou, não gastou R$1 com essa picaretagem de vocês.

Muito obrigado.

E eu economizo meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jorginho.

Próximo inscrito: o aniversariante de hoje, o Senador Luis Carlos Heinze, com os cumprimentos desta Presidência, desta CPI pelo seu natalício.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Com os cumprimentos em nome de todos nós.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Está bom. Fica pra outro dia.

Obrigado, Sr. Relator, Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, eu não tenho pergunta ao depoente. Eu só vou fazer a minha colocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Nesta CPI, estamos investigando possíveis ações de omissão e culpabilidade dos governantes em relação à condução da pandemia do covid-19 em nosso País.

Senador Girão, acusam o Governo Federal de ter sido omisso com relação à vacinação dos brasileiros, porém os dados de vacinação revelam que o Brasil tem sido um dos países mais eficientes na vacinação em massa da sua população. Nós temos um banco suíço chamado UBS que recentemente fez essa colocação.

O Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde recebeu nesse domingo, dia 12 de setembro, um total de 5 milhões de doses da Pfizer. Essa é a maior remessa já entregue pela farmacêutica em apenas um dia desde o começo da campanha de vacinação.

No total, o Ministério da Saúde já entregou aos Estados e ao Distrito Federal mais de 259 milhões de doses de vacinas contra o covid-19; 136 milhões de brasileiros já receberam a primeira dose, isto é, cerca de 85% dos 160 milhões de brasileiros com mais de 18 anos. Faltam apenas, Senador Marcos Rogério, 60 milhões de doses para nós fecharmos duas doses para toda a população vacinal do Brasil. E 60 milhões de doses, seguramente, em dois meses já terão sido entregues.

Segundo o Ministério da Saúde, essas vacinas da Pfizer que chegaram servirão para acelerar a campanha de vacinação que já imunizou mais de 70 milhões de brasileiros com duas doses, ou seja, 44% da população adulta.

Os reflexos da imunização da população aparecem nos dados epidemiológicos todos os dias. Na última semana, 23 Estados já estavam com a ocupação de leitos abaixo de 50%. Ao analisar os dados do Brasil em relação a novos casos de infecção diária pelo vírus causador da covid, temos que a taxa de infecção vem decaindo de modo significativo. E, quando comparamos com os países mais adiantados e com economias muito mais fortes que a do Brasil, tais como Estados Unidos, deparamos com o fato de que nos Estados Unidos hoje – Senador Girão, preste atenção –, existem 11 vezes mais pessoas infectadas que o Brasil – os Estados Unidos vacinaram e o tratamento deles é muito melhor do que o nosso, a situação econômica e os próprios hospitais que têm.

Então, eu pergunto aqui nesta CPI: onde o Governo brasileiro está sendo omisso?

Recentemente, o Dr. Anthony Fauci estava na CNN com o Dr. Sanjay Gupta e perguntou a ele sobre um estudo realizado pelo TrialStat *site* e Israel e descobriu que a imunidade natural em infecção por SARS-CoV-2 era essencialmente melhor do que a imunidade associada às vacinas para covid-19. Gupta perguntou ao principal médico do país norte-americano o que ele pensava sobre esse assunto – disse-lhe Gupta que recebe muitos telefonemas perguntando sobre esse assunto. O Dr. Fauci em resposta meio que se atrapalhou, parou e declarou: "Sabe que é um ponto muito bom, Sanjay, mas não tenho resposta realmente firme para você sobre isso. Isso é algo que teremos que discutir em relação à durabilidade da resposta". O Dr. Fauci sabe muito mais, é claro, considerando os dossiês de investigação sobre provável origem do vírus causador desta pandemia. Ele ou mais provavelmente seus subordinados estão, sem dúvida, separando esses estudos e levantando o espectro da durabilidade, isto é, quão durável ou duradoura é uma resposta imune, uma característica crucial de vacinas altamente eficazes, bem como da resposta imune natural. Também serão confrontados com a realidade de casos de reações adversas às vacinas.

Diante de tantos desafios na Medicina com relação a esta pandemia, as próprias farmacêuticas seguem investindo em estudos de eficácia de remédios como tratamentos adicionais para os infectados que, mesmo vacinados, apresentam sintomas da doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O remédio com o princípio ativo chamado molnupiravir foi inventado por uma empresa de biotecnologia nos Estados Unidos sem fins lucrativos – a Drug Innovations at Emory –, que recebe financiamento parcial do Governo americano. Posteriormente, a fórmula foi licenciada pela empresa Ridgeback Biotherapeutics, sediada na Flórida, que firmou acordo com a farmacêutica Merck Sharp & Dohme para viabilizar os estudos clínicos e produção.

Os testes avançaram para a Fase III em abril deste ano, após resultados promissores em voluntários que fizeram parte do uso do medicamento nos primeiros dias desde o início dos sintomas. Portanto, trata-se de tratamento precoce, Senador Girão, que criminalizam aqui no Brasil.

Com cerca de 1,8 mil voluntários ainda sendo recrutados ao redor do mundo, inclusive no Brasil – estágios locais no artigo de imprensa –, a Merck Sharp & Dohme espera ter resultados interinos desta fase até outubro.

Os ensaios clínicos ainda sugeriram outro potencial uso para o molnupiravir: profilaxia pós-exposição.

Baseada nestes achados, a Merck Sharp & Dohme anunciou, no último dia 1º, um segundo estudo de Fase III para comprovar se há vantagem em pessoas que foram expostas ao vírus tomarem o medicamento antes mesmo de desenvolver qualquer sintoma.

Então, eu volto a perguntar: isso é ou não é um tratamento precoce? Onde estão os especialistas para negar que outros remédios que estão sendo utilizados por nossos médicos sob sua responsabilidade não são úteis? A resposta talvez seja esse remédio da Merck, Senador Marcos Rogério, que custa cerca de R$3,5 mil. A caixa é disponível nas farmácias. A Merck já prevê uma receita de US$1,2 bilhão para o Governo americano, caso esse remédio seja aprovado pela FDA.

Já o tratamento profilático em ivermectina, cloroquina e outros custa R$100, R$90, R$80 e tem sido usado na Índia para combater a pandemia. Também tem sido usado para países africanos pobres, com baixa taxa de vacinação.

Trago aqui, pra fim de comparação, no dia de hoje: a Índia, que vacinou 54% da sua população com pelo menos uma dose, apresentou 33 mil novos casos de pessoas infectadas com covid-19, contra 171 mil dos Estados Unidos; 33 mil na Índia, 171 mil nos Estados Unidos, com população três vezes maior e já vacinaram grande parte da sua população com a primeira dose. Já o Brasil, Senador Girão, apresentou 15.210 novos casos, metade da Índia e 11 vezes menos que os Estados Unidos da América do Norte.

Algo está acontecendo. A Índia não fez isolamento social e vacinou muito menos, mas fez tratamentos. Então, qual é a resposta pra isso? Quem é negligente? Os que dão tratamento precoce ou os que negam tratamento aos cidadãos?

O número de mortes por covid publicado hoje também revela essa diferença. No Brasil, morreram 465 pessoas; na Índia, 310; e, nos Estados Unidos, Senador Girão, 1.840 pessoas.

A CPI da Covid tem como um dos seus objetivos a fiscalização da aplicação dos recursos federais pelos Estados. O.k.

Então, Sr. Presidente, essa é a minha colocação e deixo esse assunto final pro Senador Girão.

Muito obrigado e até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Heinze.

Senador Marcos Rogério.

Cumprimento todos da CPI, estamos indo bem na dinâmica. Assim, dá pra todo mundo, que é o objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Após o Senador Marcos Rogério, o Sr. Senador Eduardo Girão.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu hoje estou na segunda fala.

Sr. Presidente, eu passei a manhã toda e início da tarde também acompanhando aqui a tentativa do Relator de inquirir a testemunha, que até este momento não logrou êxito na tentativa de buscar a confirmação ou a negativa daqueles fatos que são imputados à figura do depoente ou da empresa FIB Bank. Portanto, não vou gastar tempo da CPI pra fazer aqui mais questionamentos, porque não vejo aqui cenário pra nenhum sucesso.

Agora eu queria fazer aqui alguns apontamentos na direção daquilo que falei agora há pouco, Sr. Presidente, primeiro fazendo uma correção de algo que o Relator mencionou hoje, logo pela manhã, Senador Girão. O Relator disse pela manhã que a CPI é para apurar ações e omissões em relação ao que aconteceu no Ministério da Saúde e no Amazonas. Está certo ou está errado o Relator?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Errado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Errado. Os requerimentos que deram origem a esta CPI – e aqui está o Senador Girão, que é autor de um dos requerimentos, subscrito pela maioria dos Senadores, diferentemente do outro requerimento – colocam como objeto de apuração desta CPI tanto as ações e omissões do Ministério da Saúde, Governo Federal, quanto o que aconteceu no Estado do Amazonas bem como no Distrito Federal, Estados e Municípios.

É preciso reposicionar esse fato, porque não se pode tentar passar à sociedade que esta CPI tem como objeto investigar apenas Ministério da Saúde e Estado do Amazonas. Não, senhor. Isso não é verdade. Agora, talvez isso até justifique algum comportamento desta CPI, que até agora não quis avançar nesta investigação, com exceção do que aconteceu na reunião passada, quando aqui esteve o ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal. Foi um ponto fora da curva, porque nenhum outro secretário veio aqui, à exceção desse e do ex-Secretário do Estado do Amazonas.

Agora, hoje ficamos aqui com um interrogatório que, confesso, a par dos limites formais desta CPI, não vai a lugar nenhum. A manhã toda e a tarde, tomando um depoimento, patinando nos mesmos fatos, nas mesmas perguntas, para nenhuma resposta efetiva, conclusiva, esclarecedora. Não. E por que isso? Porque indago: nós vamos avançar na investigação sobre o *modus operandi* da FIB Bank? Porque, se a CPI tem competência para investigar nessa extensão, aí o.k., eu acho que está correto. E eu lamento dizer que a CPI não tem competência pra investigar nessa extensão, porque CPI é um instrumento de controle político da administração, mas que tem alguns limites formais objetivos. Você investiga fato determinado do passado e por tempo determinado. Não se pode fazer uma CPI para investigar fato indeterminado, começa de um jeito e termina com um objeto totalmente estranho ao escopo de investigação da CPI. Não se pode fazer isso.

Repito: não vamos porque não podemos, sob o ponto de vista formal, constitucional, mas aquilo que estamos apurando aqui e que foi identificado no depoimento do cidadão que se diz o diretor, representante, o CEO do FIB Bank, espero que seja encaminhado ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, porque, se não estamos diante de um crime – porque crime é fato típico e antijurídico, não é aquilo que alguém diz que é crime que é crime... Nesse caso, se você estivesse diante de um crime, de uma oferta de valores ou um pedido de valores, o mero fato de alguém pedir ou de alguém oferecer caracterizaria o crime de corrupção ativa ou de corrupção passiva. Não é o caso – não é o caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Talvez nós estejamos diante de uma situação em que tenha havido a tentativa de fraude à administração pública, uma espécie de estelionato, e de maneira indireta, porque o contrato principal, nesse caso, é o acessório, o principal é da empresa contratante. Quem está contratando com o ministério é quem está vendendo, é quem está oferecendo, é quem disse que vai entregar coisa certa por preço certo e em prazo determinado. Essa FIB Bank aparece numa situação de adesão a um contrato que vai oferecer garantia. É um contrato vinculado. Nesse caso da compra das vacinas, sequer podemos falar em crime, porque não houve a concretização do negócio jurídico. Seria o caso da tentativa? Poderia se apurar nesse momento a tentativa de se induzir a erro a administração ou de considerar válido um seguro sem lastro? É isso que nós estamos investigando? Porque não se comprou, não se recebeu, não se pagou um centavo de real nesse contrato da Precisa no tocante às vacinas. Aqui não se está questionando. Em outrora já fizeram isso em relação à questão da vacina em si, valor da vacina, até soltaram *fake news* gigante aqui na CPI falando de vacina, da indiana, a US$150. Faltaram a aula de matemática: embalagem lá com múltiplas doses consideraram como se fosse dose única. Mas tudo bem, tudo certo. Desenharam e mostrar o que estava errado, o equívoco, e, aí, não conseguindo avançar na narrativa acusatória em relação ao contrato principal, pegam aqui pra atacar o Governo um acessório, um contrato acessório da Precisa com o FIB Bank.

Veja, não foi o Governo Federal que contratou o FIB Bank pra garantir esse contrato de compra de vacina, foi a Precisa. Na pior das hipóteses aqui, seriam o Ministério da Saúde e o Governo Federal vítimas e não autores, não protagonistas de um crime. Mas os mesmos que estão aqui a fazer acusações, alardeando para todo lado, talvez tenham faltado ao dever de casa de olhar pelo retrovisor do tempo para saber que essa Precisa e essa FIB Bank já fizeram negócios com o Governo sim, com o Governo Federal. Em 2018, compra de preservativos: lá estava a Precisa e lá estava o FIB Bank – vai vendo, Brasil! Nesse momento, o Ministério da Saúde determina à Precisa: "Olha, substitua a entidade garantidora". E talvez essa seja uma das pouquíssimas conquistas desta CPI, porque se perdeu aqui um grande tempo e uma oportunidade de se investigar de verdade, de se investigar profundamente, de buscar provas, de buscar evidências, de saber onde houve roubalheira, corrupção, desvio, corrupção ativa, corrupção passiva, organização criminosa, conluio... Perdeu-se uma grande oportunidade, mas, no tocante a essa tramoia, houve este fato sim: essa FIB Bank garantiu essa empresa na compra dos preservativos em 2018, num governo que não é o atual, mas eu não estou vendo aqui esse alarde todo.

E, veja, eu não estou acusando o governo anterior não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No governo de quem? Senador Marcos Rogério, no governo de quem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não estou acusando o governo anterior...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas era o governo de quem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Governo do Presidente Temer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temer, que escreveu a carta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não estou fazendo acusações ao governo. Eu estou dizendo que, no contrato... Você tem um contrato principal e você tem um contrato acessório. Nesse caso da vacina, nesse caso da vacina, você teve área técnica do ministério, você teve área jurídica, todos os órgãos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

controle interno, além do Tribunal de Contas da União e, posteriormente, a própria CGU analisando esse contrato. Eu não vi até agora nenhuma manifestação formal, firme, que me indicasse que esse contrato tenha sido... Ou que naquele momento pudesse ser aferido pelo gestor direto essa, digamos, ilegalidade, porque nem isso se pode afirmar neste momento. Não houve, mas tentam imputar ao Governo Federal.

Veja, tudo aquilo que nós vimos ao largo, que vimos de maneira repetida em governos anteriores, crime por todo lado, corrupção por todo lado, roubalheira por todo lado, não vemos neste Governo, e aí tentam fabricar. Aí pegam essa situação, para a qual, repito, gostaríamos de ter competência para aprofundar essa investigação, para investigar o *modus operandi* de uma empresa como essa. Não em razão desse contrato em si, porque nem existe mais – está-se diante do crime impossível –, mas por causa de um *modus operandi* que induz o administrador a erro e que pode induzir a administração pública a prejuízo e, por via de consequência, a sociedade. Mas a CPI não tem essa competência, não pode ir tão longe.

Eu queria concluir a minha fala dizendo que tudo isso que nós estamos levantando aqui, para o relatório da CPI aqui, pouco contribuirá, porque não se tem, não se está diante de um crime. É um fato inexistente. Mas as informações levantadas até esse momento e todos os indícios devem ser encaminhados ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, inclusive aqueles que chegarão, espero, da Junta Comercial do Estado de São Paulo. Agiram em conluio? Está-se diante de uma organização criminosa? Ou não, tudo isso é um grande engano, e há lastro, há veracidade em tudo isso?

Eu agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, a oportunidade de me manifestar. E confesso que espero que a gente tenha, até as últimas audiências que teremos aqui, a oportunidade ainda, Senador Girão, de avançar um pouco mais na investigação que chega no caminho do dinheiro desviado, de saber o que foi feito com a dinheirama toda enviada aos Estados e Municípios.

E, repito, não tenho compromisso de defender quem quer que seja. Se é ligado a A, ligado a B, ligado a C, se fez negócio com o Governo Federal... Se tiver erro, não conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, só um minutinho...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que o depoente requisita ir ao banheiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tudo bem.

Sr. Presidente, eu já estou satisfeito com a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. Ele pode ir ao banheiro e V. Exa. pode passar a palavra ao próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O próximo será o Senador Eduardo Girão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Rapidamente, apenas uma colocação aqui, porque essa informação que o Senador Marcos Rogério passa não é verdadeira. Esse crime existiu. O crime foi consumado. Veja, garantia fidejussória foi prestada em lugar de garantia bancária. E a garantia foi aceita. É isso que está se falando aqui. Não há essa questão de não haver crime. Há crime – há crime –, é bom que se ponha a verdade aqui nos fatos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Num contrato inexistente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, mas é um crime todo jeito. Na pior das hipóteses, é falsidade ideológica.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senhores...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas existe crime. Não é que estamos aqui para nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é uma coisa que não contribui; contribui, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Izalci.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E é importante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu falo que eu preciso falar, Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Srs. Senadores, Requerimento 1.504, do Senador Humberto Costa, de pedido de informações, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição, relacionado a Pedido de Busca e Apreensão Criminal nº 505037 e outros pedidos.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 1.504, de autoria do Senador Humberto Costa.

Senador Izalci.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas para... É busca e apreensão onde?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não vamos fazer busca e apreensão em lugar nenhum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque eu entendi que fosse um pedido...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É requisitando informações sobre processos de busca e apreensão ocorridos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, o.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fique tranquilo, desta feita... Desta feita não é busca e apreensão. Desta feita não é. Pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

vir a ser. A gente está aguardando V. Exa. sair, aí tem um pedido de busca e apreensão aqui que apreciaremos, entendeu? Mas não por enquanto.

Não... É pedido de informação, Senador Marcos Rogério. Esse pedido é de informações.

Senador Izalci Lucas, por gentileza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Gostaria de comunicar – já falei agora com o Relator – que eu tive a oportunidade, na semana passada, de encontrar com o contador da empresa FIB. Fizemos alguns questionamentos, são 23 perguntas. Ele respondeu.

Mas eu quero só reforçar: primeiro, essa empresa vem, desde 2016, apresentando "sem movimento", como se não tivesse faturamento nenhum. Em 2016, foi feito um balancete que não foi publicado, porque não existe nenhum balanço oficial com relação a essa empresa. O contador esteve agora, recentemente, a convite do Sr. Godofredo, que deve estar fazendo a gestão, para que ele comparecesse ao 23º andar, exatamente onde funciona o escritório de advocacia do Sr. Marcos Tolentino, e lá recebeu a incumbência, em um contrato que já tinha sido assinado, de refazer a contabilidade dos últimos anos, inclusive, emitindo nota fiscal do faturamento desses anos anteriores.

Então, o que eu disse há pouco: o FIB já forneceu 653 garantias particulares, entre as quais vou citar algumas rápido aqui: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, União Federal, uma garantia da Solo – Promotora Assessoria e Representação Ltda., R$38.311.090,01. Aqui, mais R$5 milhões, Fornecedora Lajeadense de Material... Tudo isso da União e Fazenda Nacional! E R$12,663 milhões, da União Federal, FIB, Azurita – para quem não sabe, a Azurita tem um registro, 02262, que já foi contestado pela CVM.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. O senhor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O contrato teve várias garantias que foram feitas, e o que a gente entende é que foram garantias para Refis, parcelamento e certidão. A dúvida é exatamente esta: como o Governo, Fazenda Nacional...

Então, a única pergunta que eu gostaria de fazer aqui é realmente como é que era essa questão das assinaturas da garantia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está bom. Senador Izalci, eu vou... Porque é o seguinte...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque parece, Presidente, que lá era feito automático. Existe uma plataforma...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Senador. É que a gente está prejudicando os demais colegas que estão na relação. A sua pergunta já foi entendida pela douta defesa e pelo Dr. Tolentino.

Eu pergunto se o Sr. Tolentino quer responder à pergunta do Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Essa assinatura é eletrônica, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, só para nós podermos passar, em seguida, para o Senador...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Eu quero me manter em silêncio, Senador, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Eu queria dar as boas-vindas ao Sr. Marcos Tolentino, a seu corpo de advogados, ao pessoal da área de saúde que veio acompanhá-lo.

Eu estive, há uma semana exatamente, na manifestação que houve aqui em Brasília, manifestação totalmente ordeira, pacífica, respeitosa, onde eu fiz questão de andar junto com as pessoas. Na manifestação, o que me chamou a atenção, mesmo com a gente andando de máscara e tudo, é que as pessoas me abordavam. E uma frase que colocaram para mim foi a seguinte: "Não se faz mais CPI como antigamente".

Eu não pude participar das outras CPIs, não tive essa oportunidade. Estou aprendendo muito aqui nesta experiência importante. Aprendo com cada um dos Senadores aqui, mas já vi de tudo. O que aconteceu aqui? Agressividade, indução de respostas, ameaça de prisão, mas o rastreio da corrupção, o rastreamento, infelizmente, que é um capítulo, ainda não acabou.

Falta uma semana de oitivas. E eu conversei com o Presidente, que disse: "Não, o Ministro Wagner Rosário vai vir semana que vem". Semana que vem, fica sempre para a semana que vem. Semana que vem é a última, deve vir na semana que vem. Porque ele pode trazer esclarecimentos tanto desta negociação da Covaxin – o Ministro da CGU (Controladoria-Geral da União) – como pode trazer também – e é aí talvez que seja o problema – as mais de 60 operações de que a CGU cruzou os dados e já mostrou prejuízos milionários à Nação brasileira de verbas federais que foram para Estados e Municípios.

E, nas ruas, nessas manifestações – e eu quero deixar muito claro, Sr. Presidente, que toda manifestação é importante, manifestação que tem pouca gente, manifestação que tem muita, todas são importantes, é a liberdade de expressão, é a livre opinião, isso é saudável para a democracia, respeito todas –, eu vi uma indignação muito grande no Sete de Setembro com relação a esta CPI aqui ignorar um requerimento legítimo assinado por 45 Senadores da República.

E, hoje, a gente tem esse controverso FIB Bank, segunda vez que a gente aborda aqui... Já deram até a alcunha para esse banco, que não é banco. Realmente, é muito estranho o que acontece. E a gente tem um caso clássico que nem garantia teve de banco nenhum que foi o caso do Consórcio Nordeste, em que foi feita uma compra antecipada, no início, sem nota fiscal, de 300 respiradores aí, R$48,7 milhões, uma montanha de dinheiro, que não teve nenhum um tipo de garantia nessa compra. E está aí o escândalo que aconteceu.

Vou passar às perguntas agora...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Senador Girão, é apenas para registrar que já teve início a sessão do Senado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É para que a gente possa abreviar. Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu vou passar rapidamente às perguntas, Presidente, aqui, mas deixando registrado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

consignado que essa indignação da sociedade brasileira também é minha. Esta CPI tem a chance de fechar, na semana que vem, de uma forma melhor do que começou.

A Precisa, Sr. Marcos Tolentino, tem um histórico preocupante, extremamente preocupante no tocante à execução de contratos. Por meio da Global Saúde, teve contrato suspenso com a Petrobras, com o Ministério da Saúde e está envolvida nessa operação chamada de Falso Negativo.

Esses problemas foram considerados para a emissão da carta de fiança para a Precisa? O senhor tem esse tipo de informação? O senhor não acha que a Precisa tem problemas judiciais relevantes que sinalizariam risco na emissão da carta de fiança nesse contrato bilionário? Por que correr esse risco?

Eu queria do senhor, que é procurador do FIB Bank – eu perguntei aqui, mais cedo, pela manhã, se foi um dos fundadores, o senhor está desde o início dessa empresa –, sua resposta com relação a isso.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador, com todo o respeito, eu gostaria de permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Faço uma pergunta bem objetiva. Se o senhor puder me responder, é "sim" ou "não", simples. O senhor tem ativos no exterior? O seu grupo opera em algum outro país, fora o Brasil?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não, não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não tem?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual a ligação do FIB Bank com a Madison Biotech, subsidiária da Bharat Biotech? O FIB Bank tem negócios... O senhor tem conhecimento se ele tem negócios em Singapura? A carta de fiança apresentada para avalizar o contrato tinha alcance internacional?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio, porque eu não saberia responder sobre isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois não.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor participou de alguma reunião no Ministério da Saúde para tratar da vacina Covaxin? Eu queria deixar essa pergunta bem clara. E quando e com quem o senhor teve reunião?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, obrigado por essa pergunta. Talvez, em todo o tempo que estou aqui, segurando as energias... Não participei, não tenho nenhuma participação sobre isso, nem minhas empresas. E o senhor pode ter a certeza de que eu, como uma vítima que fui, voltei... Nenhuma participação... Nenhuma empresa minha teve nenhuma participação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – As empresas suas... O senhor pode declinar o nome das empresas?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu preferiria novamente me manter em silêncio. Eu gostaria só, neste momento, dessa oportunidade que eu tive, para deixar muito claro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor e o FIB Bank têm alguma ligação com o Palácio do Planalto ou com alguns membros do Governo Federal?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.!

O senhor falou, pouco tempo atrás – não lembro para qual colega específico –, que encontrou o Deputado Federal Ricardo Barros ocasionalmente aqui, no depoimento dele aqui nesta CPI. E me intrigou isso ter sido por acaso, pelo que eu entendi, e posso estar errado. O senhor não acha muita coincidência estar no Congresso naquele dia específico? O que o senhor estava fazendo aqui, no Senado? Ou veio a convite do próprio Deputado Ricardo Barros? Qual a sua verdadeira relação com o Deputado?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, vou pedir para exercer o direito ao silêncio, com todo o respeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A Rede Brasil de Televisão é uma das suas empresas. Não é isso? Quando o senhor obteve a concessão dela? Quem compõe a sociedade dessa empresa?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, isso, apesar de ser público... Isso... Há muitos e muitos anos, foram adquirindo... Hoje quem detém, na parte da família, é a parte da minha esposa, porque é uma empresa família. Isso é de muitos e muitos anos. A gente vem construindo isso há mais de 15, 17 anos, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A concessão foi há 15, 17 anos? É isso?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Isso! A gente iniciou toda a primeira, começando em Estados diferentes, até chegar a ser a quinta rede do País.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É de conhecimento público que a Rede Brasil de Televisão também enfrentou problemas judiciais de vários matizes. Qual a situação hoje da Rede Brasil? Como mantém a programação e as operações da Rede? Faço uma pergunta importante: o Governo Federal investe verba publicitária, em campanhas, sejam educativas ou não, no seu grupo de televisão?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Olha, Senador, é outra pergunta que eu agradeço. Assim, entre... Fazemos parte da quinta, sexta rede do País, somos quem menos recebe, proporcionalmente, que pode isso... Tem um *site* de transparência. É a TV que menos recebe... Dentro de tudo isso daí, se fosse colocar pela justiça, que seria por audiência e abrangência, a nossa verba seria a ínfima dentre as 16 redes nacionais. Ela é ínfima, ínfima mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esse ínfimo significa quantos...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu não lembro exatamente...

Desculpe, Senador. Não deixei o senhor acabar.

Eu não lembro exatamente, mas eu acredito que durante um ano inteiro... Não tenho os dados porque eu fiquei afastado nesse período de seis meses...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mais ou menos.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Mas não deve ter chegado a 200, 300 mil reais o ano inteiro... 400 o ano inteiro... Talvez assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quatrocentos mil reais...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – O ano inteiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – No ano.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Enquanto vários e vários veículos aí...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Campanhas do Ministério da Saúde, é isso...

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Muito pequenos, assim. É porque a gente respeita e segue a TV numa carreira solo e na luta que ela tem que ser, do dia a dia dela. Isso tem no *site* de transparência. Pelo tamanho nosso, sendo a 5ª rede do País, em todas as capitais, teria que ter uma divisão até melhor, vou falar para o senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Comercialmente falando, qual a relação entre a Rede Brasil de Televisão e o FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer de novo no meu direito de silêncio, se o senhor não se importar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – De alguma forma o FIB Bank deu alguma garantia para a Rede Brasil de Televisão?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu preferia permanecer em silêncio também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Eu estou satisfeito, Sr. Presidente. O tempo aí fica disponível para outro colega. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão. Inclusive, os demais colegas agradecem.

Senador Rogério Carvalho; em seguida, Senador Alessandro Vieira; e, depois, a Senadora Soraya. Temos uma limitação: o início da ordem do dia. Então, vamos procurar pelo menos garantir a palavra aos três colegas suplentes.

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, o Sr. Marcos Tolentino esteve aqui na ocasião do depoimento do Deputado Ricardo Barros. Creio eu que veio dar apoio moral ao seu amigo Ricardo Barros. E o nome do senhor, Sr. Marcos Tolentino, aparece ligado ao FIB Bank. Nós o batizamos de "lorota banco", "lorota *bank"*.

V. Sa. passou o dia de hoje não respondendo e, quando respondeu, de alguma forma tentou se afastar da condição de responsável, dono do FIB Bank.

Eu não sei se os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sabem, e todos que estão ouvindo, o FIB Bank tem uma forma de operação muito parecida com outra fidejussória investigada na Operação Ararath, o BIC Banco, em Mato Grosso, em que o senhor foi suspeito de participar de uma organização criminosa por lavagem de dinheiro. Vejam as semelhanças entre o FIB Bank – o "lorota *bank"* – e o BIC Banco: usam escritórios de advocacia, fazem garantias financeiras simuladas com imóveis que não são localizáveis... Para se ter uma ideia, o imóvel de que o FIB Bank diz ser proprietário, no valor de sete bilhões, tem o mesmo valor do Palácio de Buckingham. Portanto, a gente logo percebe que não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Foi dito aqui que, na Junta Comercial, o que está lá inscrito é um patrimônio de R$10 milhões. Um imóvel que valia R$2 milhões passou a valer de R$7 bilhões. O outro que valia R$3 milhões passou a valer R$300 milhões. Portanto, é algo que o senhor vem repetindo.

Usam cartas precatórias frias, sem lastro, fazem lavagem de dinheiro. A semelhança entre o BIC Banco e o FIB Bank não é mera coincidência porque há um personagem principal presente nos dois: o Sr. Marcos Tolentino.

Só que eu espero que, nessa investigação, o senhor não seja salvo por uma delação e devolução de valores, porque na outra o senhor fez delação, devolveu dinheiro e aí ficou liberado para voltar a praticar o mesmo delito, que é criar uma instituição, outra instituição fidejussória para enganar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fez delação? Devolveu?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fez delação, devolveu o recurso, pagou a multa e depois volta a cometer o mesmo tipo de delito ou o mesmo tipo de maracutaia, para usar o termo mais comum.

Pois bem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, estamos diante de um caso muito mais grave do que imaginávamos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mais grave.

O senhor pagou a multa?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Eu vou permanecer em silêncio porque tem... Isso está em segredo de justiça e, como vocês estão tendo acesso, vocês podem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A informação que nós temos é que não foi paga a multa, que ele deu calote.

Pois bem, mais uma maracutaia bem sucedida envolvendo este talentoso tributarista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, ele disse que vai ficar em silêncio.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu gostaria de uma pauta.

Tem um equívoco aí, sim, toda a obrigação foi cumprida. Deve ter algum equívoco na informação que foi passada.

Ademais, eu permaneço em silêncio, Senador, com todo o respeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

Mais uma maracutaia bem sucedida envolvendo esse talentoso tributarista, que foi relatada aqui pela Senadora Eliziane Gama. Veja só, a empresa Paz Administradora é da Sra. Vanessa Navarro Alvarenga Tolentino, no caso, sua esposa, e da Sra. Gloria Aparecida Navarro Alvarenga, no caso, a sua sogra. Não é isso? Sim ou não?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Pan Chocolates, que está inativa, era do Sr. Roberto Alvarenga, seu sogro. Sim ou não?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Vou também me dar o direito de permanecer em silêncio, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Brasil Space Air Log é da D. Valdete Tolentino da Silva, no caso, a sua mãe. Sim ou não?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Vou também permanecer em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Percebe que o Sr. Marcos Tolentino usa toda a família para garantir o funcionamento de um esquema de lavagem de dinheiro, isso porque a Paz Administradora e a Pan Chocolates têm cartas de garantia emitidas pelo FIB Bank, totalizando R$40 milhões.

Um relatório de inteligência financeira do Coaf detectou uma movimentação de 1,9 milhão à empresa Brasil Space Air Log Conservação Aérea, da mãe do Tolentino. O senhor sabe explicar por que essa transferência foi feita?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O mesmo relatório do Coaf indica que, no mesmo período, a empresa Brasil Space Air Log também transferiu 1,3 milhão para o FIB Bank. Dessa vez pergunto: sabe dizer qual o serviço o FIB Bank prestou para a empresa de sua mãe?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou me dar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso é assustador – viu, Sr. Relator? –, porque o Governo Bolsonaro resolveu se valer deste golpe nas transações para a compra de vacinas com intermediários, enquanto milhares de brasileiros morriam. Vai vendo, Brasil! Vai vendo, Brasil!

Vamos falar agora do FIB Bank. O FIB Bank, ou "lorota banco", como disse aqui o Senador Humberto Costa, tem 28 processos no Tribunal de Justiça de São Paulo, apresenta como garantia um terreno que vale o Palácio de Buckingham – R$7 bilhões, saiu de 2 para 7 –, e o dono no papel não tem nenhuma informação, é alagoano, é da terra do Senador Renan Calheiros. E, mesmo assim, o Governo Bolsonaro aceitou as garantias do "lorota banco" na Advocacia-Geral da União, Ministério da Fazenda, entre tantos outros órgãos públicos, inclusive do Paraná, terra do Ricardo Barros.

É importante dizer que essas declarações foram coletadas no *site* do próprio "lorota *bank*", do FIB Bank, certo? Porque o Tribunal de Contas está dizendo que não está encontrando etc. etc., mas isso foi informado e estava no *site* do próprio FIB Bank.

O Sr. Marcos Tolentino apesar de negar a propriedade deste esquema tem o telefone informado como sendo da FIB Bank o mesmo do escritório Benetti & Associados, que tem Marcos Tolentino da Silva como membro do conselho do escritório. Marcos Tolentino da Silva faz uso da empresa RB Net Consultoria para negociar uma carteira de precatórios de sua propriedade. Veja a mistura, veja como tudo é dentro de uma organização única que vai circulando dinheiro, lavando dinheiro e atendendo a interesses que a gente pode dizer "não, não, não", interesses escusos, ou seja, um emaranhado cheio de armadilhas para driblar a Receita Federal e os órgãos de controle.

A pergunta é: como o FIB Bank foi aceito dentro do Ministério da Saúde? Foi o jantar de que o senhor participou, que o senhor ofereceu ao Pazuello? Foi nesse jantar que o FIB Bank passou a ter essa preferência e foi ali negociada a compra da Covaxin, foi ali negociada a entrada da Precisa com a garantia do FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer em silêncio, pelo meu direito constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é. Vai vendo, Brasil! Se não fosse esta CPI, estaríamos sendo vítimas do golpe da Covaxin, da Precisa, da Covaxin e do FIB Bank.

Ele também... Aqui tem uma declaração importante de que o Senador Humberto também já falou, do Abdul, que fez um contrato de garantia com o FIB Bank. E ele disse claramente... Veja o que ele fala, o Abdul Fares fala numa entrevista – abro aspas: "O Tolentino me entregou a carta-fiança, me deu parabéns pelo negócio e me desejou boa sorte. Até gravamos um vídeo para esse advogado em comum que temos. Eu fui apresentado ao Tolentino como dono e sócio da FIB por Lucas Zanchetta, diretor da New Beef, onde eu trabalhava e que alugava meu imóvel" – fecho aspas. Ou seja, ele foi apresentado ao Marcos Tolentino como dono do FIB Bank. Portanto, para finalizar as evidências, o Sr. Marcos Tolentino é o verdadeiro dono do "lorota bank".

A sua secretária, Alessandra Santos Carvalho, tem assinatura eletrônica para as fianças do FIB Bank. Então, veja, o endereço da... da Pico do... Pico do Jaraguá, não é? Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Juazeiro!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pico do Juazeiro, o endereço do escritório, o endereço do FIB Bank é o mesmo, o telefone é o mesmo, a secretária é a mesma, quem assina as fianças é a secretária pessoal dele, as pessoas dizem que ele é o dono, e ele nega que é dono. Mas, como a gente sabe, contra fatos nenhum tipo de estória sobrevive – estória, antigamente, Senador Renan –, ou lorota, ou conversa fiada, ou mentira sobrevive ou sobrevivem aos fatos. O que nós estamos vendo aqui é que o Sr. Marcos Tolentino é responsável por uma organização que tem como finalidade enganar pessoas, empresas, com a oferta de fianças que não consegue cobrir. É o caso do Sr. Abdul Fares, que o denuncia, assim como de outros 28 processos a que responde o FIB Bank por não cumprir seus contratos, que são garantias de determinados negócios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Tolentino. Vamos tentar ser objetivos em respeito aos colegas.

O senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Agradeço, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O crédito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... o crédito aí do Senador Rogério.

Objetivamente, Sr. Tolentino, o senhor ofereceu, juntamente com a sua esposa, no dia 28/05/2020, um jantar para recepcionar o então Ministro recém-nomeado Eduardo Pazuello?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador – até mencionei antes –, não existiu esse jantar. Nunca teve esse jantar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O jantar não aconteceu. Perfeito.

O senhor pode falar com relação à sua relação com o Sr. Ricardo Barros?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu vou permanecer no direito de ficar em silêncio, Senador, com todo o respeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O senhor, como advogado e muito bem assessorado, sabe que o silêncio não pode ser absoluto; ele tem que ser qualificado. O senhor silencia perante esta CPI com relação ao seu relacionamento com Ricardo Barros com base em quê?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou permanecer no meu direito de ficar em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor pode ficar em silêncio para evitar a autoincriminação; o senhor pode ficar em silêncio em razão da sua condição de advogado quando existe vínculo efetivo de prestação de serviço advocatício. E eu pergunto: o senhor se silencia com relação à sua relação com Ricardo Barros com medo de se autoincriminar ou porque o senhor foi advogado dele?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio, porque são coisas que já foram explicadas lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Tolentino, veja... Deixe-me tentar esclarecer a pergunta do Senador Alessandro.

O Senador Alessandro fez uma pergunta complementar: com base em quê o senhor sustenta o direito ao silêncio em relação ao Sr. Ricardo Barros? Uma alternativa: pode ser a partir de o senhor não se autoincriminar; outra alternativa é o fato de o senhor ter sido advogado do Sr. Ricardo Barros.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, sim, o fato de silenciar é porque já foi falado várias vezes onde eu o conheci. Foi falado na introdução do período que existiu, porque eu o conheço como conheço vários, pelos anos que a gente tem de televisão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor já transferiu recursos ou pagou contas do Deputado Federal Ricardo Barros?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ótimo.

O senhor tem relação contratual, comercial, é o verdadeiro proprietário do FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, eu vou me dar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito. É um direito constitucional de V. Sa., mas dentro de um limitador de esclarecer esta Casa se o senhor exerce o direito de silêncio para não se incriminar ou porque existe alguma outra garantia.

O *habeas corpus* que o senhor tentou várias vezes é bem claro nesse sentido, então eu peço que o senhor esclareça à CPI se o senhor está evitando autoincriminação ou se apenas está tentando iludir.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, dentro do meu direito que eu entendo pelo HC, pelo direito constitucional que é o mesmo que trouxe esta CPI, eu peço meu direito de permanecer em silêncio também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor trabalhou como advogado para o FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu peço também para permanecer em silêncio, pelo meu direito constitucional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Vou só dar uma contribuição, com todo o respeito à banca, mas fazendo justiça ao Supremo. Eu acabei de ser perguntado pela imprensa se a atuação da Suprema Corte atrapalhou a CPI e se seria necessária alguma alteração legislativa, porque você teve uma corrida inédita à Suprema Corte nesta CPI, batendo todos os recordes. E a minha resposta foi que não, você não pode, de alguma forma, restringir o direito do cidadão de buscar a justiça. Todo cidadão tem que ter o seu direito assegurado, mas é preciso que esse direito seja exercido no limite do que lhe é conferido. O senhor não tem direito a silêncio absoluto. Nenhum juiz lhe deu, a Constituição não lhe dá. Então, se o senhor diz: "Não posso falar sobre FIB Bank com medo de me autoincriminar", é um direito do senhor, mas o senhor não tem direito simplesmente de negar uma resposta.

Repito a pergunta: o senhor tem algum tipo de relação de propriedade com o FIB Bank?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência, vou permanecer no direito de ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode declinar com base em quê? Autoincriminação ou advogou?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Se assim preferir, pela autoincriminação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Perfeito. Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor pode explicar a esta CPI o seu relacionamento com o Sr. Max, da Precisa?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Prefiro permanecer em silêncio também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela mesma razão: medo de se incriminar?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Excelência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É importante que o senhor verbalize, porque nós temos uma ata em andamento, só balançar a cabeça não resolve. O senhor pode falar?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Desculpa, não estava vendo o senhor direitinho. O senhor pode repetir a pergunta, por gentileza?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Posso sim. Perguntei qual é a natureza do seu relacionamento com o Sr. Max, da Precisa e, ao mesmo tempo, da Global, para a gente ganhar o tempo dos colegas?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – O.k. Devido a tantas prerrogativas, o Sr. Maximiano, como eu já disse lá atrás, teve uma advocacia pelo escritório e, a partir daí, só de conhecê-lo. E não tenho mais nada em cima disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor não teve nenhuma intervenção nos contratos fraudulentos que foram firmados entre a Global; depois, Precisa, com o Governo do DF e com o Governo Federal?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Nenhuma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Nenhuma.

O senhor conhece ou tem relacionamento com o Sr. Tiago Pontes Queiroz?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não conhece.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Pelo menos que eu lembre, não conheço, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Para tentar melhorar a resposta e ajudá-lo a lembrar: o Tiago Pontes Queiroz era o DLog na gestão Ricardo Barros, responde por improbidade pelo rombo de 20 milhões, juntamente com Ricardo Barros, e hoje é o responsável pelo edital, que está em vias de ser suspenso, do MDR, do chamado "tratoraço". É a mesma pessoa. O senhor o conhece?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu posso afirmar, então, que eu não o conheço.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Muito bom.

Sr. Tolentino, colegas Senadores, esta CPI tem desafios marcantes, e talvez o mais importante desafio sob o ponto de vista da estratégia de investigação seja não perder os caminhos. Na apuração que fazemos aqui, de ações e omissões do Governo Federal no tocante à pandemia, muito claramente esbarramos num grande esquema de lavagem de dinheiro, de drenagem de recursos públicos, de corrupção, mas uma CPI não conta com as ferramentas adequadas para dar andamento a uma investigação dessa até o seu final. O que ela pode fazer, e está fazendo, é colocar muita luz sobre uma realidade: as empresas povoadas por laranjas, fantasmas, contas de passagem, nas quais o senhor tem claramente o domínio através de procurações, através da indicação de parentes sem capacidade financeira, através da indicação de funcionários, de falecidos, todo esse roteiro típico de um grande esquema de lavagem que serve a qualquer crime.

É bom que as pessoas também entendam isto: esquemas de lavagem servem, por exemplo, para esquemas de combustível adulterado no Rio de Janeiro. Algumas das empresas ligadas a V. Sa. são mencionadas em operações do Ministério Público que apuram justamente a importação, a suposta importação, de gasolina podre com sonegação, com desvio de recursos. Isso tudo está sendo mapeado pela CPI e será encaminhado aos órgãos competentes, mas há que se registrar o seguinte: o Ministério Público Federal e a Polícia Federal tinham condições, porque essas movimentações irregulares não brotaram hoje, elas se arrastam há muito tempo. Gente como V. Sa. trabalha nas sombras aqui em Brasília e no Brasil há muito tempo.

A conta que era utilizada pela Pico do Juazeiro, que canalizava recursos para esse canal de lavagem no Daito Bank, foi suspensa porque a instituição financeira apontou indícios de irregularidades, e a consequência foi a migração para uma conta do Bradesco. Nenhum processo de que a gente tenha conhecimento, nenhuma denúncia nem investigação.

Esta CPI não foi o único lugar que recebeu RIFs, que são os Relatórios de Inteligência Financeira do Coaf. Didaticamente: toda vez que o Coaf identifica movimentações suspeitas, ele informa as autoridades, e cabe às autoridades tomar providências. A CPI entrou nisso incidentalmente. Não era essa a praia, o objetivo da CPI. Toda a movimentação bancária de algumas das empresas, toda, integralmente, é feita por operações apontadas pelo Coaf como suspeitas, e eu estou falando de operações milionárias.

Então, que a CPI, Sr. Relator, no seu final, execute essa missão muito importante de cobrar das autoridades a sua responsabilidade. É muito fácil jogar pedra, mas tem hora em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

que é preciso carregar pedra, tem hora em que é preciso enfrentar esquemas que atravessam governos de todas as naturezas, porque a corrupção não é de esquerda nem de direita, a corrupção é um comportamento humano que viceja na falta de atividade dos órgãos de controle, na omissão dos órgãos de controle, que permitem trambiques como os dos terrenos, ostensivos, que permitem o uso sucessivo de empresas de prateleira feitas em nome de laranjas, de falecidos, reiteradamente.

E ainda circula por aqui com a desfaçatez de comparecer numa sessão de uma CPI acompanhando um cidadão que, apesar de ser Deputado e merecer o respeito pelo Parlamentar que foi escolhido pelo seu Estado do Paraná, é multiplamente investigado.

E V. Sa. se deu ao desfruto de comparecer nesta CPI, não sei exatamente com que finalidade, mas posso intuir, pra depois manejar vários instrumentos, internações, acompanhamento médico pra poder prestar um depoimento. O senhor está aqui há horas sentado e não há um único sinal de que o senhor não pudesse estar aqui presente.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, pra não alongar mais, esta CPI tem muita coisa pra fazer.

Eu sei que o Relator tem objetivos claros com relação a prazo, mas faço dois alertas. Primeiro, estamos com dificuldade de acesso aos documentos – hoje nem os Senadores conseguiram acessar os documentos –; nós temos várias figuras que precisam ser ouvidas nesta CPI; nós temos um escândalo que bate à porta, que é o escândalo da Prevent Senior, escândalo dum nível e dum absurdo inacreditável – inacreditável – e com participação e acompanhamento direto do gabinete do Presidente da República. A CPI não pode se omitir. O nosso prazo real vai até início de novembro. Acho justo e concordo com antecipações, mas não antecipações que acabem cerceando o trabalho todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acatado, inclusive, o alerta de V. Exa., Senador Alessandro Vieira, só esclarecendo: na sexta-feira, por requerimento do Senador Humberto Costa, está previsto – vamos ainda ajustar também com os demais membros da CPI – o depoimento dos representantes da Prevent Senior.

A Ordem do Dia já iniciou, mas eu vou conceder a última inscrição e, já de antemão, antes de V. Exa. agradecer, Senador Jean Paul Prates, agradecer a permuta feita pela Senadora Soraya Thronicke – vai ser dado crédito pra ela inclusive para o depoimento de amanhã – com V. Exa., que será o último inscrito.

Eu peço desculpas aos demais colegas que também estão inscritos, mas, enfim, por força do Regimento, por determinação da Mesa Diretora, nós não podemos prosseguir a partir da inauguração da Ordem do Dia.

Então, o último a inquirir, na tarde de hoje, é o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Antes de mais nada, uma questão de ordem realmente, em função até do pronunciamento do Senador Alessandro, em relação a essa questão do silêncio. Eu já tinha ficado intrigado aqui com a fala do Senador Rogério quando perguntou sobre um processo existente em que houve uma delação e o nosso inquirido alegou o direito ao silêncio. Aí, eu pergunto, só não sei se o advogado pode esclarecer: alguém que delata como é que vai alegar que vai se incriminar pra falar sobre o mesmo tema num processo não só do sigilo, porque é uma outra ação civil pública sem sigilo de Justiça no mesmo caso essa compra de vaga do TCE do Mato Grosso? Alegar o silêncio num processo em que você já delatou para não se incriminar me parece um pouco incongruente. Então, talvez seja uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

aqui pra gente pensar, segurar e perguntar às instâncias judiciais se isso realmente faz sentido, porque me parece um pouco incongruente.

Indo aqui para a inquisição, o senhor está bem, não é? Está sem formigamento, sem nada sério.

Eu queria saber antes de mais nada, porque eu fiquei realmente, como muitos aqui, muito impressionado com aquela atitude sua sorrindo descontraidamente na frente das câmaras no dia em que deveria estar aqui. Não sei se já perguntaram, enfim, mas o senhor acha que aquilo foi... Estou o vendo falando em muito respeito hoje aí, "com todo respeito, me dou o direito de silêncio" e tal, mas esse respeito existiu naquele momento? O senhor acha que foi respeitosa aquela atitude com o Senado?

Finalmente, o senhor estava sabendo que estava falando para uma entrevista aberta, que estava sendo gravado, filmado. Aquilo foi bonito, foi respeitoso na sua opinião ou isso é incriminatório para o senhor?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA (Para depor.) – Senador, é até muito boa essa posição. Eu fui para o PA no dia 31, que foi na véspera em que eu teria o depoimento. Lá no PA se constatou que eu estava com potássio realmente abaixo, estava com formigamento, com dor de cabeça, cheguei com a pressão alta. Quando eles ligaram... Até queria fazer, preparei o pessoal todo pra vir pra cá no horário. Não sabia que ia ficar internado e não saí, como mencionaram – teve um equívoco –, na sexta-feira: fiquei tomando medicamento venoso até o sábado. Naquele momento estava ainda com um medicamento que o pronto atendimento me deu. Eu estava agoniado realmente pra cumprir com o meu compromisso e com o dia, estava tudo preparado. Então, não existiu nenhum momento pra desrespeitar a Casa. Se foi o entendimento, esse, de vocês, peço até perdão, mas naquele momento eu estava já com medicamento. Eu até não comentei com ele, mas estava dentro do hospital, mas não estava achando que ficaria lá internado. Então, foi uma posição, eu diria que foi mais uma chance que eu tive porque eu cheguei com a pressão com 19, um potássio de dois – não sei falar, o médico poderia explicar –, com todas as condições, porque aquela semana foi uma semana em que eu tentei acelerar mais as coisas e passei muito mal. Então, essa é a posição real, é essa posição.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Sem problema.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado pela deferência de se escusar.

Sobre essa Rede Brasil, também aqui durante a interpelação eu fiquei com uma dúvida: de onde o senhor tirou que é a quinta maior empresa de televisão do País? Qual é o *ranking* que comprova isso? Porque eu vejo aqui sempre Globo, SBT, Record, Band, depois TV Cultura, RedeTV!, com Roda Viva, TV Cultura e tudo. De onde o senhor tirou... É pela audiência, é pelo faturamento, é pelo quê?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Senador, isso é feito pela Anatel, é feita uma auditoria quando as redes nacionais vão pro SeAC, então é feita uma contagem das suas emissoras, as suas redes. Então, isso é uma contagem oficial que se tem dentro da Anatel, não é pelo faturamento, e sim pelo tamanho da rede, como rede comercial.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tamanho da rede?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Da rede de televisão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é audiência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é faturamento?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não é faturamento.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é número de empregados?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que diabo será, não é?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Então, mas aí é um assunto que, dentro da Anatel, é feito pela contagem...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um *ranking* misterioso.

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – ... de população, Excelência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está bom. Está certo. Muito bem.

Agora, sobre a empresa em si, Rede Brasil, o senhor prefere não falar para não se incriminar? Para gente saber se FIB Bank empresta dinheiro ou se recebe dinheiro, se paga dinheiro, se recebe do Governo. O que recebe do Governo é transparente, não é? Está publicado, nós vamos ter acesso. Agora, se há transações entre FIB Bank e as suas empresas com essa Rede Brasil, o senhor diz o que com relação a isso?

O SR. MARCOS TOLENTINO DA SILVA – Eu vou manter o direito do silêncio também, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

Tenho perguntas aqui, mas imagino que todas sejam incriminatórias; portanto, vou realmente encerrar aqui, apenas dizendo o seguinte, um alerta que eu volto a fazer e que fiz aqui interpelando também o Senador Marcos Rogério quando falou sobre isso: a CPI não está aqui não investigando nada, não. Isso aqui – eu vou mostrar aqui pra alguns a distância –, isso aqui não é um PowerPoint do Dallagnol, não. Isso aqui é uma estrutura complexa que esta CPI está mostrando ao Brasil e que tem lé com cré. Não é um monte de seta apontando pra um ponto só, um PowerPoint de criança. Isso aqui é uma coisa muito séria.

E esse sistema, Presidente Randolfe, está em andamento agora. Isso aqui é um ecossistema criminal que está em pleno funcionamento neste momento, está operando neste momento.

Quando o Senador Rogério Carvalho solicita à auditoria do TCU e investigação na PGR, ele está pedindo a esses órgãos que ajam, mas esses órgãos, é bom que se diga, já podem agir de ofício – já podem agir de ofício.

Esse sistema está operando neste momento com precatórios, com troca de dinheiro pra lá e pra cá. Esse silêncio que está aqui não impede isso. O senhor tem aí um esquema de venda de garantias falsas, um esquema de agenciamento de propina, claramente está caracterizado aqui, usando laranjas e testas de ferro, que são duas coisas diferentes. O laranja está engambelado no assunto sem saber, às vezes está lá, no interior de algum lugar, pegaram o CPF do cara e usaram. Mas o testa de ferro, como esse Benetti, por exemplo, que eu acho que deveria ser ouvido também, o testa de ferro é consciente, ele sabe, ele se presta ao risco, ele corre o risco do crime. E esse esquema está em andamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

agora. A Senadora Simone colocou: 600 milhões de garantias ativas prestadas à União, Senador Randolfe.

Nós não estamos aqui passando pano nem fazendo firula em cima de processo que já passou, crime que não existiu. Isso é crime que está acontecendo agora.

Só pra salientar isso, nesse final: isso é um ecossistema, como eu disse, é um ecossistema, é um negócio complexo de pessoas, pessoas jurídicas, fajutagens, pessoas jurídicas falsas, contratos falsos e essa questão dos precatórios, que é muito séria, porque nós estamos avaliando uma PEC sobre isso. E essa PEC nada mais é do que uma turbinagem dos negócios fajutos desse pessoal. Cada vez que se prorroga prazo de precatório, o FIB Bank e outros "picaretoides" desses vão lá e abordam pessoas que acham que não vão receber: "Ih, dilatou o prazo demais, agora não vou receber nunca". Isso turbina o negócio e é isso que nós vamos querer saber mais adiante com outras interrogações.

Mas esse esquema está vivo, está agora acontecendo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Jean Paul Prates, último inscrito no dia de hoje.

Só, inclusive, para corroborar com V. Exa., Senador Prates, é importante destacar que a Controladoria-Geral da União apontou, em parecer que encaminhou ao Ministério da Saúde, cinco indícios de irregularidades em contrato da Covaxin/Precisa. Quem falou isso foi a própria Controladoria-Geral da União. Ao contrário do que foi dito aqui, inclusive por colegas, este contrato ainda estaria vigente e tinha gente que estaria ganhando dinheiro se não fosse esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se não fosse esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Brasil não saberia essa lorota toda do "lorota *bank*" do FIB Bank e os negócios que estavam envolvidos, inclusive com instituições do Governo Federal.

Então, para alguns, mesmo membros desta CPI, que dizem que a CPI não apontou nada, a CPI evitou um golpe de R$1,6 bilhão nos cofres públicos. A CPI e o servidor público Luis Miranda impediram um adiantamento corrupto de US$45 milhões, só para citar outras coisas. Nunca é demais destacar que, quando esta CPI iniciou, a média de vacinados no Brasil era de 200 mil, hoje é de quase 2 milhões. E foi esta Comissão Parlamentar de Inquérito que colocou o Governo pra pegar no serviço sobre vir a vacina.

Antes de esta CPI começar, se falava que para enfrentar a covid era cloroquina. Ainda bem que, depois desta CPI, começou a constatação que só se enfrenta a pandemia com vacina, como os resultados que foram trazidos até agora.

Ao Sr. Marcos Tolentino e à douta defesa os nossos cumprimentos. Sr. Marcos Tolentino, desejo boa sorte ao senhor.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 50ª, 51ª e 52ª Reuniões, solicitando a dispensa das suas leituras.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Advirto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que amanhã a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito será no Plenário 2, da Ala Nilo Coelho, visto que teremos reunião aqui da CCJ.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada e convoco os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para o depoimento do Sr. Marconny Faria amanhã, às 10h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL SF - 109
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CPIPANDEMIA (53ª Reunião) 14/09/2021

(*Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Jean Paul Prates, e ainda dos Senadores não membros Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Leila Barros, Rose de Freitas, Simone Tebet, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria. Oitiva do Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria, em atendimento ao requerimento 1366/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1527 de 2021** que : "Requer à Polícia Legislativa do Senado Federal que preste a esta Comissão, urgentemente, informações sobre quantas vezes o Sr. Marconny Albernaz Faria ingressou nas dependências do Senado Federal, bem como o respectivo destino, data e servidor que autorizou o ingresso." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1488 de 2021** que : "Requer seja convocada a Sra. Sra. Ana Cristina Siqueira Valle para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, está aberta a 54ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas pelos administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria, em atendimento ao Requerimento 1.366, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 53ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. (*Pausa.*)

Eu vou aguardar a chegada do Relator para que a gente possa iniciar os trabalhos. (*Pausa.*)

A Comissão foi notificada de decisão liminar da Ministra Cármen Lúcia no Habeas Corpus 206.092 nos seguintes termos:

> defiro parcialmente a liminar requerida tão somente para assegurar ao paciente, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, a) o direito de ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei nº 8.906/94; b) de não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder àquelas perguntas que possam incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não inseridos nem contidos nesta cláusula.

Questão de ordem do Senador Randolfe ontem, levantada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, Sr. Marconny, douta defesa, é só destacar os trechos das decisões que acompanham esta Comissão Parlamentar de Inquérito até agora sobre o sagrado e inviolável direito ao silêncio que assiste a todos os depoentes que já estiveram nesta Comissão e assistirá, obviamente, também ao depoente do dia hoje.

É somente destacar que, nas várias decisões já exaradas a partir da decisão do Ministro Luiz Fux... É importante destacar o que é dito: "Por outro lado, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco esse ponto das decisões já estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal sobre os depoentes para que V. Exa. ou quem estiver na Presidência, a partir de cada inquirição, peça ao depoente destacar em que sentido está utilizando o direito constitucional ao silêncio. Pode ser utilizado de duas formas, como reza a jurisprudência pátria: em primeiro lugar, para garantir o direito de não se autoincriminar; em segundo lugar, para assegurar o sigilo que está estabelecido no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil entre advogado e paciente.

Então, como preliminar, a cada pergunta – essa questão de ordem foi ontem estabelecida aqui pelo Senador Alessandro Vieira –, a cada questionamento, se o direito ao silêncio for utilizado, seja dito, destacado, declarado pelo depoente em qual dos dois sentidos ele está utilizando o direito constitucional ao silêncio.

É a questão de ordem que formulo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua questão de ordem está naquilo que a Ministra sabiamente coloca na sua decisão.

O senhor está acompanhado, Sr. Marconny?

São advogados os dois?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (*Fora do microfone*.) – São advogados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou pedir aos advogados que, quando for feita a pergunta ao Sr. Marconny, que ele responda; não vocês responderem por ele. Está bom?

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Caso seja do seu interesse, o senhor teria 15 minutos para expor aquilo que seja interessante para o senhor.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Vou querer, sim, os 15 minutos, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. Fique à vontade.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Exmos. Srs. e Sras. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais presentes, imprensa, meu nome é Marconny Albernaz, eu tenho 39 anos e quero, ao mesmo tempo, agradecer e lamentar a minha presença aqui. Agradecer porque esta é uma oportunidade para esclarecer uma série de inverdades que estão sendo divulgadas.

É natural que muitas dúvidas sejam geradas a partir de um processo que é político, como é o processo de uma comissão parlamentar de inquérito. É natural que muitas dúvidas surjam; isso é natural em uma democracia. Mas, ao mesmo tempo, eu gostaria de lamentar porque, devido a um episódio pessoal que nada tem a ver com pandemia, que nada tem a ver com desvios de recursos do Ministério da Saúde, acabei vendo o meu nome tomando papel de protagonismo dentro do universo da maior pandemia da história da humanidade...

O fato é que eu tive um aparelho celular apreendido a partir de uma medida cautelar de busca e apreensão em uma operação policial no Pará, após ter sido responsável por denunciar uma corrupção existente no Instituto Evandro Chagas. É isso mesmo que os senhores escutaram: eu fui responsável por denunciar uma corrupção existente no Instituto Evandro Chagas. Eu quero deixar bem claro que não era alvo de corrupção, nunca fui alvo de corrupção. Eu fui denunciante de uma corrupção, e vejam só o que aconteceu: no papel de denunciante de um ato de corrupção, eu me tornei investigado. Esses fatos fizeram com que eu tivesse as minhas comunicações privadas ilegalmente – ilegalmente – acessadas e, posteriormente, vazadas para toda a mídia nacional.

Senhores, houve uma distorção dos fatos a todo momento.

E a pergunta que não quer calar: o que existia dentro do meu aparelho celular?

Eu sou nascido e criado em Brasília. Existiam ligações afetivas – eu gosto de manter relações afetivas e carinhosas com meus amigos e conhecidos.

A grande maioria das comunicações são de caráter extremamente privado. Nenhuma das informações vazadas é de caráter público. Eu não sou uma pessoa pública. Eu me sinto muito, mas muito constrangido de ter minha vida íntima exposta, completamente exposta. Houve uma devassa, uma verdadeira devassa na minha vida pessoal. Informações distorcidas foram reiteradamente vazadas. Qualquer um dos senhores aqui presentes se sentiria extremamente constrangido caso isso tivesse ocorrido com V. Exas. Eu sou alguém que denunciou um ato de corrupção, vejam bem, eu fui alguém que denunciou um ato de corrupção, eu não fui alvo de investigação de corrupção. Da medida cautelar de busca e apreensão que ocorreu em minha residência em outubro de 2020, ou seja, há quase um ano, sequer houve algum tipo de acusação até hoje, não teve nenhuma denúncia do Ministério Público até hoje com relação à minha pessoa. Os dados foram ilegalmente extraídos do meu celular, foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reiteradamente vazados, de modo a promover distorções dos fatos, causando prejuízos imensos a mim e, sobretudo, à minha família – sobretudo, à minha família! –, é importante frisar isso.

Eu tenho formação em Direito, fiz pós-graduação em Direito Eleitoral, fiz pós-graduação em Direito Público, além de algumas especializações fora do País, na Europa e nos Estados Unidos. Os contatos que criei ao longo da minha carreira vieram em decorrência da minha formação. Além do que, cresci nessa maravilhosa capital federal.

Ao longo da minha carreira, eu conheci pessoas do mundo social de Brasília, de várias tendências políticas. O extrato das minhas conversas demonstra... O que o extrato das minhas conversas demonstra – infelizmente eu lamento – é que eu tenho ótimos amigos. Ao contrário do que dizem por aí, se eu fosse um lobista, eu seria um péssimo lobista. Se eu fosse um lobista, eu seria um péssimo lobista, porque eu jamais fui capaz de transformar minhas relações sociais em contratos e resultantes... e resultados econômicos milionários, conforme falsamente divulgado pela imprensa.

É importante deixar claro que eu sou do setor privado, eu não sou agente público, eu nunca recebi dinheiro público e nunca assumi qualquer tipo de cargo público. Não há nenhum tipo de contradição de eu, na figura de agente privado, promover tratativas privadas, análises de cenário político e, eventualmente, interlocuções institucionais com agentes públicos, desde que não esteja configurado nenhum ato de corrupção ativa. Interlocuções são normais. Não há, no conteúdo a que V. Exas. tiveram acesso, nada que ultrapasse a dúvida razoável em relação à minha honra e à minha imagem. É natural, sim, que, no meio de tantas indagações, tenham surgido dúvidas a meu respeito.

Eu tenho apenas 39 anos e meu patrimônio é um patrimônio que condiz com a minha renda. Se eu auferisse tudo o que atribuem a mim, meu patrimônio seria cem, duzentas vezes maior. O meu patrimônio total hoje consiste em um apartamento financiado em 30 anos, que ainda está sendo pago, naturalmente, e um veículo, ano 2012.

Eu estou e sairei desse processo todo muito prejudicado, pessoalmente e principalmente profissionalmente, sem que eu tenha cometido absolutamente nenhuma ilegalidade.

Para encerrar minhas considerações iniciais, eu quero terminar com as seguintes colocações: eu, em nenhum momento, quis desrespeitar o importante papel que uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem. Porém, não fui pessoalmente intimado, nunca fui intimado, não sou foragido da CPI, nunca fui formalmente intimado! Depois que descobri que eu era foragido da CPI, eu tive a oportunidade de vir até o Senado, na semana passada, no dia 9, e me dei por citado. Isso nunca ocorreu em nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito; eu me dei por citado! Estou aqui, hoje, espontaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Marconny...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Deixe eu lhe dizer uma coisa. O senhor não sabia que viria à CPI, não foi citado. Sim, o senhor foi, foi comunicado. E o senhor foi pegar um atestado médico por que mesmo, de 20 dias?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu vou acabar, eu vou acabar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, se o senhor não é servidor público, pega um atestado médico para dar satisfação a quem? Se o senhor fosse servidor público... A gente vai, pega um atestado médico para poder faltar ao emprego, ao trabalho, à labuta. O senhor pegou um atestado médico de 20 dias por quê?

Não responda por ele!

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, não, eu só vou, eu só vou concluir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu quero saber, se o senhor disse que não sabia que tinha vindo aqui, me responda por que o senhor foi atrás de um atestado médico. Aliás, depois o médico mandou para cá dizendo que percebeu que o senhor estava fingindo. Por que o senhor foi atrás de um atestado médico? Por que o senhor está dizendo aqui, batendo na mesa: "Olha, eu não fui comunicado"?

Bom, se ele não foi comunicado, Senador Renan, a troco de que o cara vai atrás de um atestado médico, se ele não tem que dar satisfação nenhuma, se ele é um profissional liberal que vai a hora em que ele quiser para o trabalho dele, ele não bate ponto? A troco de que o senhor foi atrás de um atestado médico? A primeira pergunta que eu lhe faço: a troco de que o senhor foi atrás de um atestado médico? O senhor chega aqui com uma marra: "Olha, não fui comunicado!".

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, de forma alguma, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá, me explica aí, Sr. Marconny!

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu vou só acabar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, me explique, Sr. Marconny, por que o senhor foi atrás de um atestado médico.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu só queria acabar as minhas considerações e, depois, eu explico tudo o que o senhor pedir, enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor vai me explicar muitas coisas de que o senhor está falando, o senhor vai ter que me explicar mesmo.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Claro, claro, eu estou aqui para isso, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, agora, eu quero saber por que, Sr. Marconny, o senhor foi atrás de um atestado médico em que o médico lhe dá 20 dias e nenhum servidor público brasileiro consegue 15. Para os servidores do meu Estado, os 15 dias de um atestado é para um professor que, muitas vezes, está com um estresse altíssimo, Senador Humberto – porque você sabe o que é estar numa sala de aula! Professores têm estresse porque estão, no dia a dia, ali assimilando problemas de muitas pessoas dentro de uma sala; conseguir um atestado de 15 dias é a coisa mais difícil. O senhor, milagrosamente, através de um médico aqui do Sírio-Libanês de Brasília, consegue 20 dias e diz aqui que não foi comunicado para vir aqui. Então, o senhor foi atrás de um atestado médico para quê?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Vamos lá, para uma pessoa que não está acostumada a viver algo assim, eu efetivamente tive um colapso nervoso e físico, Sr. Senador. Eu tive que me preparar muito fisicamente e psicologicamente para estar aqui, sobretudo por não ter feito nada de errado. Nunca trabalhei como funcionário público, sempre fui vinculado à esfera privada e nunca me envolvi em compra de vacina – nunca!

No início da pandemia, fui sondado para assessorar politicamente e tecnicamente a Precisa em concorrência pública que já estava em andamento perante o Ministério da Saúde e que tinha como objetivo a aquisição de testes rápidos para detecção do covid-19. Como a concorrência já estava em andamento, não participei da análise do edital, habilitação ou apresentação de proposta da Precisa. Houve uma mudança na diretriz do Ministério da Saúde, que optou pela testagem por outros meios, e a aquisição dos testes foi cancelada pelo próprio Ministério da Saúde. Não houve tratativas, pagamento de valores ou qualquer tipo de vantagem a mim ou a qualquer outra pessoa.

Não fui contactado para nenhum outro serviço relacionado à Precisa ou ao Ministério da Saúde e muito menos à vacina.

O início da pandemia foi marcado por incertezas e mudanças quanto às políticas públicas mundiais no combate ao coronavírus, tanto que o Ministério da Saúde cancelou essa concorrência em andamento e decidiu pela utilização de outros meios de testagem da população, tendo aí terminado toda e qualquer participação no assunto, ou seja, tudo isso não passou de uma conversa de WhatsApp que durou aproximadamente 30 dias.

Eu quero pedir desculpas, mas desculpas de algo que eu mesmo não tive controle, que foi distorcido e retirado do contexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que, invocando minha condição de investigado, embora nominalmente testemunha, mas como investigado na prática, eu vou utilizar o meu direito constitucional previsto e conferido pelo Supremo Tribunal Federal ao silêncio, porque todos nós sabemos que o conjunto de provas, de imputações poderá eventualmente ser analisado nas instâncias devidas.

Por fim, eu quero dizer que tenho muita tranquilidade, tenho minha consciência tranquila, pois nunca agi fora dos limites impostos pela lei, mas, a partir de agora, estarei preocupado com a minha defesa técnica. A mesma Constituição Federal que garantiu a instalação desta CPI me assegurou o direito ao silêncio.

Que Deus abençoe todos, que Nossa Senhora passe na frente!

Boa audiência a todos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não vai responder por que o senhor foi atrás de um atestado médico?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu, no dia 31, Sr. Senador, eu passei mal, muito mal, como falei aqui no meu relatório, nas minhas considerações finais. Eu tive um colapso nervoso, físico. E o médico me viu, me analisou e me deu atestado médico daquela situação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor fez uma denúncia de uma corrupção que estava havendo num instituto. O senhor fez essa denúncia a quem?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sr. Senador, eu vou, eu vou... Com relação ao Instituto Evandro Chagas, tem um processo que corre no Pará em segredo de Justiça. Com relação a isso, ficarei calado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse também que, se o senhor fosse um lobista, seria um péssimo lobista.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por quê?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Porque todos os negócios que eu tentei fazer, nenhum deu certo. Se é negócio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe o que me lembra isso? Sabe o que me lembra? É porque não dá para levar a sério o senhor dizer aqui que vai ficar calado baseado numa decisão da Ministra Cármen Lúcia. A decisão da Cármen Lúcia é muito clara. E me lembra sabe o quê, Senador Renan? Nós temos praticamente a mesma idade, você é um pouco mais velho que eu – um pouco não, bem mais velho... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas para quem é da minha geração – sabe, Sr. Marconny? –, quando o senhor diz que o senhor, como lobista, é um péssimo lobista, de tudo que o senhor tentou fazer o senhor não conseguiu fazer nada, existia um desenho animado chamado Papa-Léguas e Coiote. O Coiote tentava pegar todas as vezes o Papa-Léguas, e o Papa-Léguas dava o seu jeito de fugir. Então, nesse caso, o senhor era o Coiote, e o Estado brasileiro era o Papa-Léguas. O senhor, como lobista, tentou se dar bem e não se deu bem em absolutamente nada.

Mas eu vou passar ao Senador Renan...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, não sem antes destacar que o Sr. Marconny nos frustra um pouco.

Quando ele começou a exposição inicial, criou uma expectativa danada de que ele ia falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não vai dar uma de Carlos Wizard aqui hoje. Não vai mesmo. Não vai dar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu fiquei animado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ter certeza de que não vai dar de Carlos Wizard hoje, não vai. Aquele senhor veio aqui... Queria vender livro! Veja bem o tamanho do cara... Que o senhor diga que realmente foi um péssimo lobista, eu até posso... É o senhor que está dizendo, não sou eu. Mas me recordo, volto a dizer, de um desenho animado que a gente assistia; quando era criança, eu assistia. Não tem mais esses desenhos animados. Hoje há outros tipos de desenhos.

Senador Renan com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu vou passar diretamente às perguntas, para que nós possamos efetivamente avançar neste relatório, esclarecer pontos que precisam ser esclarecidos e contribuir, nesta reta final, para que nós tenhamos, na próxima semana, quem sabe, já a proposta de relatório que será apreciada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós estamos recebendo hoje formalmente colaborações desse grupo de juristas que é liderado pelo Miguel Reale Júnior, que participará de uma conferência conosco às 16h...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Amanhã terá a equipe da Dra. Deyse Ventura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Amanhã terá a equipe da Dra. Deyse Ventura e de pessoas da Fundação Getúlio Vargas, com quem também faremos uma discussão. Todos estão convidados. Acontecerá no gabinete do 15º andar, Anexo I.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sexta-feira, teremos uma conversa com o Grupo Prerrogativas e, na segunda-feira, nós teremos outra conversa com a Ordem dos Advogados do Brasil e a comissão especializada em Direito Constitucional, criada exatamente para acompanhar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, Senador, hoje eu assisti a uma entrevista do Sr. Miguel Reale Júnior, e ele pontua muito bem aquilo que nós falamos logo no início. No depoimento do Pazuello, eu coloquei aqui para o Ministro Pazuello que o Amazonas tinha sido usado de cobaia, e hoje, na entrevista, ele reafirmou aquilo que nós já sabíamos cinco meses atrás, quando iniciamos a CPI, quando eu disse aqui, na frente do Ministro Pazuello: "O Amazonas foi usado de cobaia. Vocês utilizaram esse TrateCov no povo amazonense. Quando o povo amazonense precisava de oxigênio, vocês levaram para lá um tratamento precoce que não funciona". E hoje, para minha felicidade, um jurista cita a Capitã Cloroquina literalmente, cita o Ministério da Saúde e cita esse assassinato aos amazonenses feito pelo tratamento precoce, que aconteceu no meu Estado.

É por isto que nós estamos aqui: é atrás da justiça a essas famílias que se perderam por causa de brincadeira, de experimento. Essas pessoas não podem, não devem e não irão ficar sem, primeiro, pagar na justiça dos homens, e, depois, com certeza, a justiça divina também se encarregará deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Presidente, nós estamos imaginando um relatório com vários encaminhamentos, uma enxurrada de crimes comuns – são muitos os tipos de crimes comuns cometidos por agentes públicos ou não –, crimes de responsabilidade e crimes contra a humanidade, contidos no Estatuto do Tribunal Penal Internacional. E nós estamos, desde já, agradecidos pela participação dos Senadores, especialmente do Senador Alessandro Vieira, da Senadora Simone Tebet, para que nós possamos aprofundar esse debate e envolver esses setores nessa discussão que passa a ser a crucial, a fundamental a partir deste momento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu passaria às perguntas.

Qual é a atividade profissional que V. Sa. desenvolve?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu possuo uma empresa técnica, uma empresa que faz assessoramento técnico e político, que faz análise de estudo e viabilidade política.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Possui uma empresa de assessoramento técnico e político. Presta serviço para o setor público?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Apenas para o setor público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas para o setor público. E com quem essa empresa tem contrato?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Desculpa; perdão, perdão, apenas para o setor privado. Desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas para o setor privado.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É, corrigindo; desculpa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para Parlamentares?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É, alguns.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Poderia citar alguns dos Parlamentares?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não posso citar porque todos os meus contratos têm cláusulas de sigilo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com dinheiro público? O senhor recebe...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Apenas privado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, apenas privado, mas para os Parlamentares...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, espere aí que eu não entendi nada, eu não consegui entender não.

Vamos lá. O senhor faz, o senhor presta serviços para o setor privado.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Apenas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Apenas. Parlamentares, na sua avaliação, são setor privado. E o senhor tem cláusula de sigilo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem pode.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com Parlamentares?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso nem pode ter, porque tem prestação de contas no Portal da Transparência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor considera Parlamentar setor privado?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Mas aí a gente vai separar isso do Parlamentar do privado e do Parlamentar do público. Eu atendo a parte privada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estou curioso em saber.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas qual o tipo de serviço?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como é que separa o Parlamentar,...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual o tipo de serviço? Advocatício, assessoria jurídica?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a atividade parlamentar do privado e do público?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que tipo? É advogado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é advogado?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu já tive inscrição na Ordem, mas, por motivos pessoais e políticos, eu abri mão de ter.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Uai?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o número de sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil? Qual é o número?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não lembro. Faz muito tempo que eu... Enfim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é sócio de escritório de advocacia?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, de forma alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é sócio de quais empresas?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Só da minha, eu só tenho a minha empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é o nome da sua empresa? Qual é a sua empresa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – M N R A de Faria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – M N R A de Faria.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Apoio Administrativo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa empresa atua no ramo de saúde?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca atuou no ramo de saúde?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca tentou ajudar na aquisição de produtos, insumos de saúde?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o relacionamento que a sua empresa possui, comercial, com o Governo Federal, então?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. foi requisitado ou procurado por alguma empresa ou entidade privada para tratar do licenciamento ou venda de algum insumo ou produto destinado ao combate à covid-19?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como falei no início aqui da minha explanação, Sr. Senador, no início da pandemia fui sondado para assessorar politicamente, tecnicamente, a Precisa em concorrência pública que já estava em andamento perante o Ministério da Saúde. E tinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que forma se deu essa assessoria?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Politicamente e tecnicamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que forma se deu, em que circunstâncias, junto a quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, também estou curioso para saber.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como naquela época a gente estava vivendo uma pandemia, estava vivendo ainda mais um *lockdown*, eles precisavam de um parecer técnico, de um cenário político de viabilidade. Enfim, é o que eu faço: eu faço uma análise técnica e política, faço uma análise de estudo de viabilidade política dentro de toda uma situação, pra ver se tinha possibilidade de acontecer tal negócio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Seria interessante depois...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Possibilidade política? Possibilidade política, o senhor faz análise disso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pra compra de vacina?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor passa recibo do seu serviço?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu nunca tratei de compra de vacina, Sr. Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É tráfico de influência formalizado?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Jamais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Era análise sobre que tipo de produto que seria vendido pela Precisa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor podia dissertar um pouco mais sobre análise política?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Análise política, assessoramento político.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O que o senhor trata como análise política, técnica?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aliás, colocado por V. Sa. aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós todos estamos muito curiosos.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Vamos lá. Naquela época... Estou falando no caso que me foi sondado, da Precisa. Naquela época a gente estava vivendo um *lockdown*, ninguém sabia se ficava em casa, se não ficava em casa, como iam ser os negócios, como ia acontecer. E pelo fato de eu ser de Brasília, conheço o cenário de Brasília; por ser de Brasília, as empresas me procuram pra fazer esse trabalho, então, eu fiz uma viabilidade técnica e política e uma análise pra Precisa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é? Nós não entendemos. Eu até peço desculpas porque fui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pra alguém licitar, procura ele, não procura Lei de Licitações, não procura as ofertas?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especifique, detalhe, como pediu a Senadora Soraya: junto ao Governo Federal...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, descreva, disserte, porque a gente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como isso se dava e junto aos Estados da Federação e até a Municípios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, eu acho que o senhor pode estar trazendo informação muito importante aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seria muito bom esse detalhamento, por favor, Sr. Marconny.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Qual foi a pergunta, Sr. Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós estamos aqui curiosos, Sr. Marconny, para que o senhor... Chamou a atenção de todos nós o senhor declinar aqui, o senhor informar que o senhor faz assessoramento técnico e político. Nós gostaríamos que o senhor pudesse descrever mais um pouco como é esse assessoramento político: como é que o senhor o prestou, como é que o senhor atuou em função, em favor da Precisa e de outros? Como é que isso funciona? Como é que se faz a articulação política com agentes políticos? Como é que faz isso aí?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Vamos lá, vou falar de novo em caso da Precisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da Precisa e dos outros, a gente sabe que o senhor tem vários... A gente tem as informações aqui.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, enfim, eu fui sondado pra assessorar politicamente, tecnicamente a Precisa em concorrência política, já que estava em andamento perante o Ministério da Saúde...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Concorrência política?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – ... que tinha como objetivo a aquisição de testes rápidos para detecção do covid-19.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Concorrência política?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Como... Não, concorrência técnica.

Vamos lá. Como a concorrência já estava em andamento – já estava em andamento quando eles me sondaram –, eu não precisei fazer análise de edital de habilitação ou apresentação de proposta da Precisa. Fiz apenas uma análise política de viabilidade política da questão que nós estávamos vivendo na época do coronavírus, do...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Meu amigo, meu amigo, agora, lascou-se, porque vou te falar sinceramente... Não, é uma coisa tão séria, que se lascou; agora, lascou-se tudo. Por que coloca: tudo é política, política? Por isto que a gente está lascado, é porque tudo é uma análise política. Mas vem cá: qual é a análise política que pode ser feita na compra de testes?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é técnico, isso aí é uma coisa científica; não é uma coisa política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sinceramente, nós não estamos entendendo, por isso que eu disse lascou-se, porque...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... alguém está entendendo?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... ele respondeu "nenhuma", foi ele que falou "nenhuma".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele falou "nenhuma", ele acabou de dizer "nenhuma".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, ele foi contratado para quê, então? Recebeu o dinheiro pra quê?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele acaba de lhe responder, da sua pergunta, "nenhuma", que não existe relação. Então, não dá pra entender pra que ele foi contratado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque toda hora é política, política.

Eu queria perguntar só...

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu queria perguntar ao depoente.

Sr. Marconny, Sr. Marconny...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – ... queria perguntar ao senhor: essa compra de teste de covid de que o senhor participou teve a interferência de recursos do Sr. Mauricio Camisotti?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu não sei dizer...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque... O senhor conhece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – ... mas a única coisa que eu sei dizer é que não existiu essa licitação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim... Não, eu só quero chegar lá.

O Sr. Mauricio Camisotti, que não é da Precisa, ele tentou uma operação de câmbio para US$3,2 milhões, que seriam R$18,134 milhões à época – o dólar estava a 5,667 –, para a compra de teste de covid, e ele não era da Precisa. E a Precisa autorizou que ele fizesse a operação de câmbio em nome dela. Você vê que empresa bandida, aceita passar pra alguém pra fazer uma operação de crédito pra comprar o teste de covid em nome da Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., que é exatamente o que senhor está falando aí, que entrou politicamente pra ajudar na compra da covid-19.

O Sr. Camisotti não é sócio da Precisa, por isso ele não pôde fazer a operação de crédito. Mesmo assim, ele depositou na conta da Precisa, em 7 de maio de 2020, R$18.773.200 na conta da Precisa, exatamente coincidindo com essa possibilidade da compra desses testes de covid-19. E a informação é que o senhor tenha participado disso.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, de forma alguma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – O senhor conhece Mauricio Camisotti?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não, não conheço.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não conhece o Mauricio Camisotti?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Concretamente...

Posso colaborar?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Concretamente, V. Sa. participou como consultor, colaborador ou facilitador durante a pandemia de algum processo de venda de produtos ao Ministério da Saúde ou às secretarias de saúde?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque nós temos aqui informações, e é bom que essas coisas venham a público, sobretudo diante de depoentes que procuram ocultar os fatos, nós temos aqui informações de que as mensagens de 23/05/2020 e de 03/07/2020, cedidas pelo Ministério Público Federal a esta Comissão Parlamentar de Inquérito... Essas mensagens demonstram que Marconny Faria participou ativamente da tentativa de fraudar a licitação do Ministério da Saúde destinada à compra de testes contra a covid em associação com Francisco Maximiano, Danilo Trento, Roberto Dias – essa era a associação.

É fundamental lembrar também, Senador Otto, que a Operação Falso Negativo, que teve a Precisa Medicamentos como um de seus alvos, também tinha a licitação para a compra de testes da covid como objeto. De modo que V. Sa. pode silenciar, mas V. Sa. não pode ocultar a verdade, o juramento que V. Sa. prestou precisa ser seguido plenamente. Nós estamos aqui trabalhando seriamente, já há muitos fatos investigados com relação à sua participação, comprovados verdadeiramente, a postergação da sua vinda aqui certamente aconteceu para minimizar esses fatos que já estão levantados, mas o objetivo deste depoimento de hoje é esclarecer aspectos deles, e é por isso que nós vamos interrogá-lo.

V. Sa. já prestou algum serviço à Precisa Medicamentos?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como eu falei para o senhor, eu fui sondado para assessorar politicamente e tecnicamente a Precisa em concorrência pública que já estava em andamento perante o Ministério da Saúde e que tinha como objetivo a aquisição de testes rápidos para a detecção de covid-19. Como a concorrência já estava em andamento, quando eles me sondaram, eu não participei de análise do edital, de habilitação ou de apresentação de proposta pela Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quais eram, precisamente, as suas atribuições nesses trabalhos?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como eu já falei aqui anteriormente, eu fiz uma análise técnica, política, uma análise de viabilidade política pelo simples fato de a gente estar vivendo um *lockdown.* Então, eles queriam os meus serviços justamente para ver se tinha viabilidade o tal negócio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A partir de sondagens que V. Sa. faria junto a terceiros? Porque nós estamos aqui numa casa política e nós não sabemos, evidentemente, como se dá essa consultoria política. V. Sa. poderia detalhá-la um pouco para facilitar a própria compreensão dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim. Eu fazia uma análise de estudo de viabilidade política e técnico-política...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a partir de que informações?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como eu conheço o cenário de Brasília, como eu sou de Brasília, então, eu conheço a política de Brasília. Eles me procuravam por isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E de que forma a política influía no desfecho das licitações?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Naquela época, a própria OMS estava sugerindo comprar testes rápidos e tal, mas aí depois, logo depois, o próprio Ministério da Saúde decidiu não fazer essa concorrência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é seu relacionamento com a Precisa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nenhum. Comercial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. mantém hoje algum tipo de tratativa ou colaboração com a empresa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, eu tive apenas esses 30 dias, no máximo, de relacionamento com a Precisa. No ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Certamente ele deveria nominar a pessoa, o político que ele abordou, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Qual foi o político que o senhor abordou no Ministério da Saúde, para facilitar a compra de testes rápidos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Segundo ele disse aqui, os políticos. Foi no plural.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nenhum político. Nenhum político.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, o senhor não fez abordagem política. Abordagem é política. Então, é um político fantasma, que não existe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essas informações políticas eram como? Eram psicografadas?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Falou que ninguém é político.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Como é que V. Sa. tinha essas informações?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Qual foi a pergunta, Sr. Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As informações políticas, como é que o senhor tinha acesso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As informações políticas para fazer a sua avaliação e prestar a sua consultoria.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu estudava, eu estudava. Esse era o meu trabalho, eu pesquisava, estudava, enfim, toda a viabilidade política. Eu estudava. Essa é a minha *expertise*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual é o grau de influência da viabilidade política no processo licitatório?

São essas perguntas que nós queremos saber. De que forma a política influía na licitação? E por que a sua contratação para ajudar com relação a isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Com relação a isso, por que a minha contratação, eu não consigo responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Qual foi a pergunta do senhor? O porquê da minha contratação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para colaborar na questão política, qual era o grau de influência da questão política nas licitações?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – A minha contratação eu não posso responder por que foi feita. Enfim, acho que a Precisa é a melhor pessoa para responder isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece, então, os proprietários da Precisa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Quem seria?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem lhe contratou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu conheço o Danilo Trento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece o Danilo Trento. E o Maximiano?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Estive duas vezes com o Max.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas conhece?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Sr. Relator, só para deixar claro, até para o registro taquigráfico, a pergunta feita é: o senhor conhece o dono da Precisa? A resposta foi: "Conheço o Danilo Trento". O senhor conhece o Danilo Trento como proprietário da Precisa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito bem.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – E há quanto tempo vocês trabalham juntos? Quanto tempo você trabalha na Precisa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Sra. Senadora, eu tive 30 dias de conversa com ele, que foi no ano passado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Foi o único trabalho que vocês fizeram?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Foi o único trabalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como seu nome foi indicado para a empresa?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, só para reforçar. Nessa operação que teve aqui no DF, V. Sa. prestou serviço?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque essa colocação do Senador Otto, do Mauricio Camisotti...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Camisotti.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Camisotti. Ele fez essa operação para a Precisa, exatamente para cobrir os testes aqui da operação Falso Negativo. Exatamente, ele ganhou a licitação da mesma forma, o mesmo *modus operandi* aqui, aquele passo a passo. Esse passo a passo era usado também aqui no GDF.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A arquitetura do crime.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tudo certinho. Chama, avoca o processo para o secretário, aí cancela, desclassifica, dá 24 horas para apresentar, desclassifica. Foi exatamente o que aconteceu aqui no GDF. Esse valor foi exatamente para cobrir a compra do teste, que foi comprado o dobro do primeiro colocado, e dez vezes mais do que o Sesc comprou na mesma semana.

É isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sr. Relator, Senador Renan, a Precisa alugava a empresa para o camisote fazer o processo de compra. Só que, na hora em que ele foi fazer a conversão, não aceitaram, porque não era sócio da Precisa. E, aí, ele depositou dinheiro para a compra dos testes exatamente ali. Certamente ele tem a informação, e não quer dar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a Precisa alegou depois que o nome da empresa teria sido utilizado no processo licitatório. É a primeira vez que isso acontece em uma licitação no Brasil! (*Risos.*)

É a primeira vez alguém utilizar o nome de uma empresa. Não é triste saber que, sob a consultoria política e jurídica de V. Sa... Como é que V. Sa. permitia que essas coisas acontecessem? (*Pausa.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Relator, poderia questionar qual é a formação acadêmica do depoente, por favor? A *expertise...*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é formado em Direito, mas não tem inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Somente Direito?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante algum tempo, esteve na Ordem como estagiário, meramente como estagiário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para constar, eu acho que o depoente tem que prestar atenção na CPI. Parece que ele não está aqui. O Senador faz uma pergunta, e ele fica assim: "Qual foi a pergunta mesmo?".

Por gentileza, o senhor tem que ter responsabilidade com os membros desta CPI e com a população brasileira. Eu quero esclarecer para o senhor que a lei de licitação é clara. Essa Lei 8.666 estabelece, no art. 37, inciso XXII, a forma de contrato com a administração pública. O art. 90 é claro quando prevê o crime conhecido como fraude à licitação. A CGU apontou evidências de tentativa de interferência em processo.

E aqui eu quero deixar claro aos Senadores que esse crime é de natureza formal, Sr. Presidente, ele não precisa nem do recebimento. A Súmula 645 do STJ diz: "O crime de fraude à licitação é formal, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem".

Então, o senhor tenha responsabilidade, porque nós estamos chegando a 600 mil brasileiros que perderam a vida. E o senhor deve respostas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e à população brasileira.

Numa das mensagens travadas com o senhor, que foi coletada por esta CPI, o senhor fala que o conhece, que tem um Senador que desataria o nó. O senhor deve isso, porque eu sou Senador, e o meu nome não está nessa mensagem, e eu nunca vi o senhor. Quem é esse Senador que teria esse poder de desatar o nó?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É importante saber quem é o Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É bom dizer que quem, de qualquer forma, concorre para esse crime responde pelo mesmo crime. Nós estamos lidando aqui com um dos princípios que regem a administração pública que é a moralidade. Isso não sou eu que estou falando, Presidente, é o art. 37. São princípios que regem a administração pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Então, responda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sr. Marconny...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... esse Senador e se esse Senador faz parte dos Parlamentares que fizeram contrato com ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se eram clientes dele nessas consultorias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se eram clientes.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não. Não conheço quem é esse Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não. Não conheço quem é esse Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Mas essa mensagem foi trocada. O senhor falou: "Eu conheço um Senador que vai desatar o nó". O senhor deve isso para mim também, porque eu sou Senador, e eu não quero que paire a dúvida para a população brasileira de que poderia ser o meu nome, ou o nome do Senador Randolfe, do Senador Otto, do Senador Renan, do Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor deveria dizer. Inclusive...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O senhor tem a responsabilidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Na medida em que não diz, incrimina a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor fale no microfone. Bote o microfone para o senhor falar. O senhor está... Ninguém ouve o senhor falar. Por favor, faça isso e preste atenção, porque o senhor não está prestando atenção às perguntas. E, por favor, cite o nome, seja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem foi o Senador contido na mensagem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Tenha coragem de...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não sei quem é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como coloca na mensagem?!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Leia para ele a mensagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Leia aí, Senador Humberto, leia aí.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Leia a mensagem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Leia aí, Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como é que você não sabe o nome?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que você não sabe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu tenho a mensagem aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ricardo Santana, que esteve aqui, que também diz que não sabe quem é esse Senador, diz assim... Ricardo Santana informa ao senhor que: "Meu amigo", provavelmente Roberto Dias, "aqui estará às 8h com o Senador". Aí fecha as aspas. Na intenção de destravar a venda dos testes rápidos. Por isso é que nós perguntamos quem é o Senador em questão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente e Sr. Relator...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Aqui está dito assim: "Marconny, amanhã...". Marconny é V. Sa.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "... amanhã dia 3", entre aspas, "vamos marcar às 10h30 para falar com eles aqui em casa. Pode ser? Me fale para marcar com eles".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dá para exibir a mensagem, Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não sei se tem como fazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, a gente afasta o sigilo dessa mensagem e apresenta, inclusive para refrescar a memória do nosso depoente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E ele diz...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – ... já que ele não está lembrando.

Além da mensagem que o Senador Humberto está destacando, tem outra, Senador Humberto, no dia 20 de junho de 2020. Nessa do dia 20 de junho de 2020, ele diz o seguinte no diálogo, para refrescar sua memória, Sr. Marconny... Veja lá, é um diálogo que o senhor trava com o Sr. Ricardo Santana. O senhor conhece o Sr. Ricardo Santana.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive, o senhor cadastrou no seu celular o nome de Ricardo Santana da seguinte forma: Ricardo Santana (Karina Kufa) – o que vamos perguntar para o senhor mais adiante.

E aí, exatamente às 20h11min07, para ser preciso, do dia 20 de novembro de 2020, o senhor diz o seguinte: "Bob", que é como o Ricardo Santana chamava o Roberto Ferreira Dias, o cara que operava no Ministério da Saúde, "vai estar com o Senador" – aí está aqui Senador – "às 20h".

Se o senhor quiser, para refrescar mais a memória, a gente afasta o sigilo aqui e exibe essas mensagens aqui e as mensagens que o Senador Humberto tem, só para o senhor ter conhecimento de que a gente tem as informações aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Nós já temos as informações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A gente podia... Presidente, até encaminho para o senhor: vamos afastar o sigilo. O depoente não está lembrando. Então, toda vez em que o depoente não lembrar a que se refere, a gente afasta o sigilo e apresenta para ele lá no telão. Fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não está lembrando, Senador, de quê?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De que ele não está lembrando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele não está lembrando do Senador, ele não está lembrando do Senador de que ele falou com o Ricardo Santana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tu és doido, és?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É sério mesmo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É sério, ele não está lembrando. Vamos afastar e vamos botar no telão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem 50 mil...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Senador Humberto tem algumas mensagens lá com ele, e tem outras aqui conosco.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E me permita, Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor tem relações com quantos Senadores assim? Relações que eu digo não é conhecer, relações de o senhor conversar. Com quantos Senadores o senhor tem assim?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Nenhum.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – O senhor não conhece nenhum Senador pessoalmente?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos mostrar, vamos mostrar lá, Presidente, as mensagens. Quem sabe ele refresca...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Senador Randolfe, me permita só uma pequena colaboração, para além de aguardar o afastamento do sigilo da mensagem, para além de aguardar isso tudo.

Sr. Marconny, Sr. Marconny, faça o favor.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – O senhor é um cidadão que já subiu em carro de som na Esplanada dos Ministérios para gritar contra a corrupção. Confere?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Confere.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor é o mesmo cidadão que vai ter a cara de pau de chegar a esta CPI e dizer que a mensagem que o senhor mandou e que está documentada e periciada, na qual o senhor diz que tem contato político, especificamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicando um Senador da República que seria o responsável por desatar o nó dessa contratação tão discutida de vacinas... E o senhor não vai indicar esse nome?!

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não tenho nada a ver com vacina, Sr. Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Essa conversa era relativa a quê? Quem era o Senador a que o senhor se referiu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não! Esse aí é o contrato de *kit* covid e de teste de covid, é um contrato de teste de covid.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quem era o Senador?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não me recordo, não conheço nenhum Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – São só 81.

Agora, eu faço questão de registrar agora, a abertura do nosso trabalho, Senador Omar Aziz. O senhor não devia estar em cima de caminhão coisa nenhuma! O senhor não tem autoridade moral para isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Caminhão?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É mais um oportunista! É mais um oportunista...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele era daquele movimento Vem Pra Rua... Era isso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... nesta zona cinzenta que nós temos aqui em Brasília, uma zona cinzenta de interação entre lobistas – essa é a sua profissão –, autoridades que se deixam corromper e maus políticos.

O senhor está passando vergonha em rede nacional por sua culpa, não é pela minha fala, porque o senhor participou de negociatas e não tem agora aqui a coragem de dizer os nomes dos envolvidos.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Marconny, por uma questão de você não colocar em dúvida nacionalmente todos os Senadores da República... O fato de o senhor ter conversado com um Senador para tentar ajudar a desatar um nó e tal... É importante o senhor dizer que Senador é esse, porque, senão, fica para nós aqui a dúvida: a gente olha para os Senadores, e pode ser esse, pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele, pode ser esse, pode ser aquele... E já vamos tirar as mulheres, porque, como ele fala "Senador", as mulheres estão fora. Fique tranquila, Leila! Fique tranquila, Senadora Soraya!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Soraya está fora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês estão fora. As mulheres estão fora. O problema...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ou ele enganava os clientes dele?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... são os homens.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele diz que é articulador político, que fazia análise política e não conhece nenhum Senador? E diz que exatamente era contratado porque ele vive em Brasília e conhece a realidade política aqui de Brasília?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que o senhor poderia...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele enganava quem? Deve estar devendo. Vai ter que devolver dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A esta altura do campeonato, o senhor falar o nome do Senador é até bom, porque não quer dizer que o Senador tenha feito ou não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser que o senhor o tenha procurado e que o Senador tenha se negado a fazer. Você está me entendendo? Ninguém vai aqui prejulgar a atuação de ninguém, muito menos eu vou prejulgar a atuação de alguém! Mas, para que não paire dúvida de que pode ser um dos Senadores, mesmo aqui os que compõem a CPI ou qualquer um... Posso ser eu, pode ser o Renan, o Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, neste ambiente, eu tenho certeza de que nenhum dos Senadores faria isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Eu só estou colocando isso aqui, porque fica a dúvida, Senador Otto.

Quando você fala "um Senador", esse Senador tem que ter nome. Não é possível que você fale em um Senador e não fale o nome!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Longe de mim aqui fazer prejulgamento! Não estou fazendo prejulgamento, até porque eu tive acesso, Sr. Marconny – eu não posso divulgar, porque é contra a lei eu fazer isso –, a muitas conversas do senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, muitas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muitas!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitas, várias!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem: eu não vou... Eu não falei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para ser exato, são 310 mil páginas de conversa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Então, veja bem: eu não vou aqui fazer nenhum... Mas seria bom o senhor ficar pensando um pouquinho, para ver se o senhor se lembra qual é o nome do Senador. Isso seria muito útil para a CPI.

O senhor conhece o Sr. Arthur Souza Cirilo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Meu funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é dono da Gygha.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como essa empresa está envolvida no caso do Pará...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é seu motorista. Ele é dono de uma empresa, a Gygha.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como essa empresa está envolvida no caso do Pará e como está correndo sob segredo na Justiça, ficarei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, para o senhor ver. Como é que o senhor sabe? O senhor se lembra de que existe a empresa, o senhor se lembra de que o cara é seu funcionário...

O Arthur que eu falei aqui é o motorista dele. É um motorista, é um homem simples. E é testa de ferro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, Gygha é o apelido dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Gygha é o apelido dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, Gygha é o nome de uma empresa que está no nome do Arthur Cirilo. Como ele está dizendo, é verdade, é uma coisa da operação e ele não tem por que responder sobre isso, mas daí, Sr. Marconny, o senhor não se lembrar do Senador...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Presidente, sabe o que nós poderíamos fazer? Pedir à Polícia do Senado o registro das entradas. Se, porventura, ele veio visitar algum gabinete aqui, nós teríamos acesso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... a esse gabinete e, quem sabe, ao possível Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

Eu posso retomar, Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Requisito em requerimento a petição feita pela Senadora Leila, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O.k. Eu vou fazer esse requerimento.

O senhor esteve várias vezes no Senado, Sr. Marconny?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nunca esteve aqui?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Já.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi a gabinete de quem?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – De nenhum Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor veio passear aqui no Senado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Foi passeio turístico?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu vim aqui na época que eu fazia parte dos movimentos democráticos, na época do *impeachment*.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O senhor é um articulador político? Sr. Presidente... Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vai vendo, Brasil. Vai vendo, Brasil!

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente, ele é articulador político e não sabe descrever a função dele. Ele tem uma mensagem falando que teria arquitetura ideal para fazer essa contratação?! Pelo amor de Deus!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, eu posso retomar?

V. Sa. esteve com Danilo e Maximiano quando?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não se recorda?

Há uma mensagem e há documentos que comprovam o seguinte: que, no dia 04/06/2020, entre 10h58 e 12h10, Danilo Trento pergunta a Marconny se ele e Ricardo Santana podem encontrá-lo no escritório da QI 15, conjunto 8, casa 10. Às 11h54, Marconny avisa a Danilo que está pegando Ricardo Santana e que, em breve, chegam ao escritório de Danilo. Outros vários encontros também são relatados com Ricardo Santana.

V. Sa. esteve no escritório da Precisa Medicamentos na QI 15 do Lago Sul?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Vou usar o direito constitucional de ficar calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, só, à luz da questão de ordem que fiz no início: Sr. Marconny, o senhor está usando o direito constitucional por conta do sigilo ou para não se incriminar?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Segundo o meu advogado técnico aqui, para não me incriminar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Só para que possa declinar em função de que está utilizando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, V. Sa. não sabe, não quer responder quantas vezes esteve no escritório da Precisa Medicamentos na QI 15 do Lago Sul?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece Emanuela Medrades?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretora da Precisa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nenhum relacionamento com ela? Nunca ouviu falar sobre a Emanuela?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca tratou com ela a respeito...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de alguma negociação?

A Precisa Medicamentos já fez algum pagamento a V. Sa.?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. atuou na negociação da venda da Covaxin?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca, nunca, nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece Marcelo Blanco da Costa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há uma outra mensagem, no dia 02/06/2020, entre 10h20 e 11h48, em que Ricardo Santana informa V. Sa. que está no Dlog, no Ministério da Saúde – cujo diretor é o Roberto Ferreira Dias, ligado a esse esquema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrupção no âmbito do Ministério da Saúde –, e que o Coronel Blanco está lá com eles. Disse que estão aguardando alguns Deputados e que fará o seu melhor para sair assim que terminar o encontro no Dlog. Marconny pede para Santana agilizar para resolverem tudo.

A que V. Sa. atribui esses diálogos, portanto?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Usarei o direito constitucional de ficar calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ficar calado pode, não pode é mentir, porque eu perguntei se V. Sa. conhece Marcelo Blanco da Costa, Coronel...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca esteve com ele...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca estive com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em nenhuma oportunidade?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Em nenhuma oportunidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação com José Ricardo Santana?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É uma relação de colega. Eu o conheci na casa de uma amiga em comum, um churrasco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual amiga?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – A Dra. Karina Kufa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O conheceu na casa da Dra. Karina Kufa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Lembra quando foi o churrasco?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Foi no ano passado. Não lembro quando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou lhe lembrar: 23 de maio de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Sra. Karina Kufa apresentou V. Sa. a Ricardo Santana?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, ela não me apresentou; eu o conheci na casa dela, mas não foi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o conheceu em que circunstância? Como é que se deu esse encontro? Pode detalhar?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Tinha umas cinco ou seis pessoas sentadas à mesa, ele estava do meu lado, a gente conversou, e nos conhecemos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes V. Sa. encontrou o Ricardo?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – O filho do Presidente Bolsonaro Renan Bolsonaro estava presente nesse jantar?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu não me recordo se ele estava presente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele e o Ricardo têm uma memória realmente...

Você estar na casa de uma advogada do Presidente da República, o filho do Presidente da República presente ou não, e você não lembrar se ele estava presente ou não?! Isso é uma coisa tão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas ele estava, Senador Humberto. Ele estava.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, eu sei que estava, mas ele está dizendo que não estava.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E não é o primeiro encontro dos dois.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. fez vários encontros com Ricardo Santana, não é isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não me recordo, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não se recorda de que fez vários encontros com Ricardo Santana?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, nós estamos diante do mais cínico dos depoimentos, com todo o respeito ao telespectador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, já houve alguns também aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, igual a esse nenhum, porque ele não se recorda...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Entra nos *top* 5 Entra nos *top* 5.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de que esteve com Ricardo Santana, apesar dos documentos fartos que nós temos!

Esse senhor que está depondo aqui e não se recorda de nada era um militante político no combate à corrupção no Brasil. Vejam o estágio de degenerescência a que nós nos expomos nos últimos anos neste País: esse senhor que está diante desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com todo o respeito, era um militante, uma liderança contra corrupção e, depois, se destacou no trabalho de bastidor, de *lobby*, de defesa de interesses escusos para várias empresas, Senador Eduardo, principalmente para a Precisa, para quem prestava serviço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor estava nesse almoço – churrasco, um churrasco entre amigos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Churrasco. Foi à noite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dia 23 de maio de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois da pandemia, a gente não participa mais disso, porque, com a pandemia, é difícil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tinha 22 mil pessoas já mortas nesse dia, viu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Pois é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está num churrasco, na casa de um amigo, o que não é crime – e muito menos é crime ela receber um grupo de pessoas –, mas o senhor não se recorda de quem estava com o senhor nesse churrasco? Se são só cinco pessoas? Se tiver cinquenta, aí você pode até não saber, mas cinco?! No casamento que o senhor foi com as pessoas que o senhor convidou, que foram fazer o cabelo lá na sua casa e tal, o senhor se lembra de quem estava nesse casamento?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não, não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não lembra?

Eu não sei como é que o cara é contratado para, primeiro, atuar politicamente pela Precisa. Eu não sei qual é esse cargo que tem no... Politicamente, eu não conheço. Você pode dar uma assessoria técnica, assessoria jurídica, mas politicamente é a primeira vez que alguém é contratado pela empresa Precisa... E o senhor não se recorda. O senhor cita um Senador da República e não recorda o nome do Senador da República?! Fica difícil, Dr. Marconny.

Eu posso pedir agora, enquanto o depoimento estiver correndo, à assessoria do Senado...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – À Polícia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... E posso fazer uma consulta à Ministra Cármen Lúcia, que é uma ministra que age rapidamente, para saber quais são... Porque o senhor se comprometer a fazer alguma coisa que o autoincrimine, eu fico calado. É por isso que eu perguntei: o senhor conhece a empresa Gygha? O senhor disse: "Não, eu estou sendo investigado, eu não vou responder, porque pode me prejudicar". Concordo com o senhor. Agora, não tem nenhum Senador sendo investigado, não, que eu saiba.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Até agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até agora.

Agora, o senhor não dizer o nome do Senador?! Nome de Senador é meio complicado...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso não o incrimina. Isso aí o senhor está omitindo. O senhor está faltando com a verdade. O senhor não se comprometer numa resposta é uma coisa; entre o senhor omitir e faltar com a verdade, está muito longe. O senhor tem formação, é bacharel em Direito, não atua como advogado, mas é bacharel, deve conhecer... Pelo menos alguma coisa o senhor aprendeu como bacharel e sabe muito bem que o que eu estou lhe dizendo não foge aos seus direitos constitucionais, que o senhor combateu em cima de caminhão – o senhor combateu! O senhor foi para rua combater isto que nós estamos lhe dando agora, esse direito aqui. Esse é um desses que sobem em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

caminhão para atacar a democracia, mas hoje, Senador Girão, 109 pessoas que foram ouvidas aqui foram ao Supremo, o mesmo Supremo que eles pedem para fechar. Foram ao Supremo! Quando o calo aperta, aí o cabra não é mais macho, não! Aí fica tudo: "Não, vamos lá no Supremo". Um tem diarreia e vai pedir um atestado médico, outro não sei o que e tal, mas, para subir em caminhão, tudo é macho! Para subir em caminhão pra falar mal dos políticos, para denegrir a imagem das pessoas, é macho, mas, chegando aqui, aí, mano velho, a conversa é diferente. É por isso que eu digo que nós estamos ficando doidos já, rapaz, porque a gente vê cada absurdo!

Meu amigo, nós estamos tratando de vida, rapaz, de vidas que se perderam, pessoas que morreram aqui. Nós não estamos tratando aqui de festinha, não!

Se apropriaram da bandeira verde e amarela, parece que eles são donos. Nenhum deles é mais patriota do que nós aqui. Todos somos patriotas. Todos defendemos e respeitamos a bandeira verde e amarela brasileira. Não tem esse negócio de cor não. Cor azul, branco, vermelho, isso é lá para quem quer... Nós torcemos pelo Brasil. Nós somos brasileiros. Eles, porque usam uma bandeira, uma camisa verde e amarela, não são mais brasileiros do que nós!

Então, por que esse cidadão está aqui? Porque esse cidadão... Desde o ano passado, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal já tinham conhecimento do *modus operandi* desse grupo que inclui Roberto Dias, que inclui o Ricardo, que a CPI está desnudando agora. Por quê? Porque o Ministério Público Federal e a Polícia Federal compartilharam, Srs. Senadores, as informações que eles tinham com a CPI. Um ano depois, um ano depois é que nós estamos ouvindo ele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E só exoneraram o Roberto Ferreira Dias depois da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, essas informações todas eram de conhecimento dos investigadores – vamos chamar dessa forma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, o senhor me permite uma colaboração?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Muito claramente, ao longo do depoimento, a gente está tendo uma dificuldade de compreender qual é a atividade exercida pelo Sr. Marconny e por que as pessoas procuram o Sr. Marconny e o contratam para que ele desate nós políticos.

Então, eu vou tentar favorecer a memória e a possibilidade do depoimento do Sr. Marconny. O senhor faz aniversário no mês de dezembro, correto, Sr. Marconny? O senhor está com quantos anos agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Sim, 39.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Trinta e nove. O senhor comemorou seu aniversário no Estádio Nacional Mané Garrincha, um convite que indicava Gygha'*s birthday*, aniversário do Gygha.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor pode dizer para a CPI de quem é o camarote onde o senhor fez a festa? Lembra?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De quem era?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Do Jair Renan.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor tem, então, vínculo de amizade suficiente com o Presidente caçula... Com o filho do Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com o filho caçula.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A ligação dele é tão próxima que eu confundi. Com o filho caçula do Presidente, para fazer a sua festa de aniversário em plena pandemia, no Mané Garrincha?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não estava em época de pandemia, estava liberado, Sr. Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, a pandemia continua até hoje. Claro que estava em época de pandemia.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas não estou dizendo que o seu evento foi realizado de forma ilegal não. A ilegalidade não está na festa, a ilegalidade está no que se consegue nas festas, porque se elucida, com muita clareza, por que vale a pena contratar um Marconny. Porque o Marconny diz que não conhece Senador, o Marconny não é advogado, o Marconny não entende de contrato, o Marconny não entende da administração pública, mas o Marconny é um cara que vai para o churrasco com a advogada do Presidente e que faz sua festa de aniversário no camarote de propriedade ou de aluguel, não sei, do filho do Presidente.

O senhor tem mais alguma relação com o filho Jair Renan?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor já o ajudou em alguma atividade?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Nada?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Apenas liberou a festa... O senhor o conheceu tem quanto tempo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Uns dois anos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Dois anos. E isso foi suficiente para ter essa relação de amizade fraterna que permitiu fazer a festa juntamente com ele?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor não lembra o que tratava com José Ricardo Santana nos encontros?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem informações. E me permitam cansá-los, toda vez tendo que lembrar que as mensagens cedidas pelo Ministério Público Federal mostram que José Ricardo Santana fazia as mediações entre o grupo da Precisa, Maximiano, Danilo Trento, apontado também por ele aqui como proprietário, Marconny Faria e Roberto Ferreira Dias.

Uma das mensagens diz o seguinte: "Irmão, nada do amigo poder responder ainda. Refleti sobre o tema. Recomendo não ir, pelo simples motivo de ele estar conosco em outros ambientes, mas, de repente, vale avaliar com o D e com o M". Esse D se refere a quem?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não sei falar, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Sa. não teve esse diálogo que as informações demonstram?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não posso confirmar nem que sim nem que não, porque eu fiquei sem meu telefone há mais de um ano, ficou no limbo. E não teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorização judicial pra... Eu não tive acesso a essas informações, inclusive pela própria CPI foram negadas as informações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que outros interesses da Precisa junto ao Ministério da Saúde, além do confessado aqui, da participação da licitação, V. Sa. colaborou?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele não lembra o que tinha no celular dele? É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não lembra. Perdeu o celular.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essa mensagem foi escrita por ele mesmo? Ele não sabe o que escreveu ou é uma mensagem que ele recebeu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A mensagem ele recebeu do Sr. José Ricardo Santana. Mas para ele, que o chama de irmão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E ele mandou muitas mensagens para o Ricardo Santana.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há muitas também que, ao longo do interrogatório, nós vamos tendo a oportunidade de revelar.

Qual é a sua relação com a advogada Karina Kufa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Apenas de amizade, social.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. a conheceu?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Conheci a Karina eu acho que em 2017, salvo engano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Sra. Karina atua em licitações junto ao Governo Federal?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não que eu saiba.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque também uma mensagem diz exatamente o seguinte... As informações apontadas pela Rádio CBN demonstram que a Dra. Karina apresentou os lobistas da Precisa: Marconny Faria e José Ricardo. Isso nós já perguntamos aqui, apesar de não confirmado. Ou foi confirmado? Foi a Karina que o apresentou?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não. Foi na casa dela, mas não foi ela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que esteve no almoço. Isso já foi perguntado também.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nesse almoço da casa da advogada Karina.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim, um churrasco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, é porque com certeza o Sr. Marconny não se lembra de todos os detalhes do churrasco, mas só pra recordar a memória dele: horas depois do churrasco na casa da Dra. Karina Kufa, o Ricardo Santana lhe manda uma mensagem e lhe diz que foi apresentado ao senhor pela Karina Kufa; e o senhor no seu celular, neste aqui em que estão as suas mensagens, o senhor cadastra assim "Ricardo Santana (Karina Kufa)". Só pra...

O senhor pode utilizar o direito ao silêncio pra não se criminar, mas, quando o senhor falar, tenha a certeza de que nós temos as informações aqui. Então, tem duas possibilidades: uma, a utilização do direito constitucional ao silêncio; a outra falar a verdade. A gente opta e prefere a segunda.

Então, só pra deixar claro que vocês foram apresentados, na Casa Karina Kufa, pela Karina Kufa, no dia 23 de maio, num churrasco que ocorreu à noite, em que o Sr. Jair Renan estava presente. Nesse churrasco que ocorreu, tanto estava presente o Sr. Jair Renan – refrescando a sua memória, que talvez não esteja tão boa – que, quando tinha festas no seu condomínio e o síndico reclamava, o senhor dizia, várias vezes, o seguinte: "É só o filho do Presidente vir aqui que esse síndico faz reclamações. Parece até petista". Então, só para lembrar ao senhor o que está no seu celular.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Petista?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Petista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o que o petista tem a ver com isso? Não entendi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não sei, tem que perguntar para ele, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunte para ele, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não. (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. manteve contato com o Sr. Pedro Arthur?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A equipe da Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso às mensagens em que o depoente Marconny Faria e Pedro Arthur, salvo na agenda de Marconny como "Dr. Pedro (Karina Kufa)", tratam de ações judiciais no STJ: na primeira, de interesse da Associação Brasileira de Produção de Obras Audiovisuais, Pedro e Marconny tratam da fixação de honorários advocatícios correspondentes a R$2,160 milhões; e a segunda versa sobre a possibilidade de reversão de uma ação em que uma empresa de saúde atuava no serviço do Samu na cidade do Rio de Janeiro. Seria importante pedir que V. Sa. esclarecesse esses fatos.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Usarei o direito constitucional de ficar calado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também nenhuma.

De acordo com mensagens compartilhadas pelo Ministério Público Federal, as tratativas com Roberto Ferreira Dias eram feitas por meio de Ricardo Santana. Contudo, Dias esteve presencialmente em algumas oportunidades com Marconny.

Como V. Sa. conheceu, portanto, Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não me recordo de como eu o conheci.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E quem o apresentou?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não me recordo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Mas ele conhece?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece, esteve com ele presencialmente em várias oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que as pessoas não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele respondeu que o conhece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se você fizer todas as ligações, Senador Humberto e Senador Renan, o que acontece é o seguinte: o Ricardo, que era funcionário da Anvisa e tinha um salário de R$30 mil, pede demissão para ir trabalhar no Ministério da Saúde junto com Roberto Dias para operar. Tem a operação, o Ministério da Saúde naquele momento fica sabendo, tenta exonerar o Roberto Dias e não consegue, mas tira os poderes do Roberto Dias, e o Ricardo não é nomeado. O Ricardo veio aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tira os poderes com relação à aquisição de vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E de outras coisas também, tira vários poderes dele, porque eles perceberam que ali o Governo, por razões que a gente desconhece – eu acredito que seja por causa daquele dossiê que ele entregou para o Ronaldo Dias, em que fala de muitas coisas que eram pedidas a ele e ele não quis aqui na CPI falar. Então, Roberto Dias e Ricardo seriam os grandes operadores do Ministério da Saúde e por isso de Marconny se aproximar, porque era aquele... Era ali que ia acontecer tudo.

Como ele disse: "Se eu sou um lobista, eu sou um dos piores lobistas". Ele é aquele desenho animado de que eu falei: Papa-Léguas e Coiote. O Coiote tenta toda vez pegar o Papa-Léguas, e não consegue, não é? Sempre se dá mal. Ele é o Coiote e o Papa-Léguas é o Governo. Mas tenta. Então, Roberto Dias, Ricardo, que perde e que sai do emprego...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tenta e consegue. Já foi provado aqui várias vezes: consegue.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Lógico que nem todas as vezes você consegue.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem algumas vezes em que o Papa-Léguas é alcançado pelo Coiote.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lá no Estado do Amazonas o Eduardo conhece isto: o cara escapa de tiro, de facada, de flechada, mas de cruzeta não escapa de jeito nenhum, você está me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendendo? Então, uma cruzeta que era feita ali... A cruzeta era Roberto Dias, Ricardo e outros que nós já descobrimos, que vão estar no relatório. E aí entram cidadãos de bem, que sobem nos caminhões pra gritar contra o Supremo, gritar contra o Congresso; também entram nesse *lobby*. Por isso dessa relação Ricardo, Marconny e Roberto Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E um fato... Presidente, e um fato surpreendente é que aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito o José Ricardo Santana não soube, Senador Tasso, precisar em que momento deixou o Ministério da Saúde. Certamente nós levantamos: ele saiu apenas na exoneração do Roberto Ferreira Dias. Ele até outro dia, portanto, estava lá fazendo *lobby*, traficando influência e contando com a participação do depoente de hoje, do Sr. Marconny Faria.

Quantas vezes o senhor esteve no Ministério da Saúde?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Nenhuma vez, Sr. Senador. Inclusive eu estou com um despacho aqui do dia 23 de junho, que é um documento público, no qual o próprio Roberto Dias Ferreira faz o cancelamento do processo administrativo de aquisição de teste. Então, nem aconteceu... Ele mesmo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Que dia?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Vinte e três de junho de 2020.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Confere com a cronologia, inclusive no encaminhamento da arquitetura ideal que o senhor encaminhou para o Roberto Ferreira Dias pra burlar o processo licitatório.

Sabe por que ele fez isso? Porque aconteceu no dia 2 de julho de 2020 uma operação da Polícia Federal aqui no Distrito Federal. Qual foi o alvo? A Precisa. E o senhor – e a gente gostaria de saber por que – teve acesso às informações às 5h da manhã do dia dessa operação – às 5h. Queríamos saber por quê? Como é que o senhor conseguiu ter acesso às informações de uma operação, acesso a uma informação privilegiada de uma operação da Polícia Civil daqui do Distrito Federal?

É depois disso que há o cancelamento desse contrato. Então, foi em função disso, só pra ficar claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em função disso. Se V. Sa. puder detalhar essa coisa da arquitetura, pra lembrar as pessoas que já não lembram mais... São tantas as informações, Senador Randolfe. Essa coisa da arquitetura que foi sugerida, se V. Exa. puder detalhar essa questão da arquitetura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Temos, inclusive... Temos imagens, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque essa é uma das mais surpreendentes descobertas desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos imagens. Temos imagens.

Secretaria da CPI, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que nunca na história do levantamento da corrupção alguém escreveu o passo a passo, como devia fazer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E é o mesmo passo a passo do Distrito Federal. Exatamente igual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é o mesmo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com a mesma empresa, com a Precisa.

Temos imagens da arquitetura ideal – é esse o nome? – e essas podemos apresentar porque dessas foi afastado o sigilo. Essa arquitetura ideal é apresentada ainda no mês antes da operação da Polícia Civil do Distrito Federal, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É apresentado antes, no mês de junho. Qual é a história dessa arquitetura ideal? É encaminhado pelo Sr. Danilo Trento para o nosso depoente de hoje, Sr. Marconny Faria. Ele não vai lembrar. Ele não vai lembrar, mas nós lembramos a ele. Foi encaminhado pra ele, ele encaminha a arquitetura ideal para quem? Para Ricardo Santana, que é apresentado a ele quando? No dia 23 de maio de 2020, no churrasco da casa da Dra. Karina Kufa. É quando ele é apresentado. A partir desse 23 de maio, Senador Renan, se estabelece uma relação íntima e próxima – eu nunca vi ninguém construir amizade tão rapidamente como o Sr. Marconny estabeleceu com o Sr. Ricardo Santana. E aí, no meio dessa história, em junho, o Sr. Marconny, recebendo de Danilo Trento – que ele disse aqui que era o dono da Precisa, ele reconhece como dono da Precisa – a arquitetura ideal para burlar o processo licitatório, encaminha pro Ricardo Santana, pro Ricardo Santana encaminhar para quem? Para o Roberto Ferreira Dias, que é chamado como? Como Bob. Aí está a arquitetura ideal, o passo a passo de como burlar o processo licitatório dos testes de covid.

Podem colocar aí? Já temos pronto? Já temos pronto aí? Ana Cristina, já temos pronto? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a arquitetura ideal é a mais escandalosa, no dizer desta Comissão Parlamentar de Inquérito, apresentação de um roteiro de como burlar um processo licitatório. E é importante nós localizarmos o seguinte: o processo licitatório tinha ocorrido, já tinha havido duas empresas vencedoras do certame licitatório: a primeira empresa a ser vencedora do certame licitatório não recordo aqui o nome, a segunda empresa era a Bahiafarma, a Precisa era a terceira. Tinha que refazer o processo licitatório. E, Senador Renan, está lá a arquitetura ideal. Olha lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A data...

> Essa é a arquitetura ideal para prosseguir. [Esse é o diálogo do Sr. Marconny, nosso depoente, com Ricardo Santana.]
> 1. Bob [Roberto Ferreira Dias, Diretor de Logística, o operador] avoca o processo que está na Dintec para si;
> [...] [Em seguida:] Dintec devolve sem manifestação;
> 3. Bob determina que a análise deve ser feita nos termos do Projeto Básico [...];
> 4. A área técnica da Dlog [Dlog, Departamento de Logística, dirigido por Bob] solicita [...] seis primeiros classificados pela Saps [...];
> 5. A Delog analisa quem está devidamente habilitado e desclassifica [e desclassifica!] as empresas que não [...] [mandaram] a entrega da amostra e os documentos de habilitação;
> 6. A Dlog realiza o julgamento e a classificação final;
> 7. Autoriza e ratifica e, por fim, adjudica o objeto às empresas classificadas e homologa o processo.
> 8. Empenha e contrata.

Estava desfeito o certame licitatório das duas que tinham vencido, e passaria a ser vitoriosa a Precisa. Aí continua: "Bob está lá no MS. Estava indo agora há pouco ao gabinete do Ministro" – Ricardo Santana pra ele.

Continua a conversa mais adiante. Veja só. Ele agora: "Boa tarde. Só pra você compreender que a equipe lá dentro [dentro do Ministério da Saúde] está afinada. Aguardando o Bob avocar o processo, veja como ficaria o passo a passo" – e o passo a passo está lá acima.

E mais, tem um último. Pode baixar aí? "Isso tudo a toque de caixa" – isso tudo a toque de caixa, colegas Senadores! "Isso tudo a toque de caixa, pois a fundamentação da desclassificação dos concorrentes que estão à frente já montamos e já está com o time de dentro" – o time de dentro do Ministério da Saúde. Isso tudo acontecendo quando? Em 5 de junho de 2020, no meio da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tudo a toque de caixa, pois a fundamentação da desclassificação dos concorrentes que estão à frente já montamos e já está com o time de dentro – de dentro – do Ministério da Saúde. Isso tudo acontecendo quando? Em 5 de junho de 2020, no meio da pandemia.

Realmente o Sr. Marconny tem razão aqui: ele não participou de *lobby* para comprar vacina, não; ele participava de outro esquema, ele participou foi de outro esquema. Talvez não tenha tido a oportunidade da vacina, mas esse que está aí é de *kit* covid, com as pessoas morrendo. Era isso que estava em curso, Senador Renan, no âmbito do Ministério da Saúde; era isso que era encaminhado para o Roberto Ferreira Dias. E tudo ia dar certo até o dia 2 de julho de 2020; a operação da Polícia Civil do Distrito Federal atrapalhou um contrato da Precisa aqui. Quem avisa o Sr. Marconny? O Sr. Maximiano, às 5h da manhã. O Sr. Maximiano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou seja, a arquitetura foi materializada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A arquitetura foi materializada. E aí o que vai dizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e demonstra um *modus operandi*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Renan, e alguns vão dizer aqui: "Não, mas não houve desembolso". Esse foi interrompido pela Polícia Civil do Distrito Federal, esse! Outros houve, outros tráficos de influência houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Outros se concretizaram, e, em outros, estava a Precisa, e, em outros, estava o FIB Bank.

Então, só para o Sr. Marconny ver que as informações... Quando o senhor buscar responder, a gente tem as informações de tudo que o senhor planejou arquitetou, operou, fez. Esse documento que o senhor entrega, realmente... Mas isso ocorreu depois da operação daqui. Aliás, Sr. Marconny, depois da operação aqui, o senhor lamenta, o senhor chega a dizer com Ricardo Santana, o senhor chega a dizer com Maximiano ou com Danilo Trento, que o senhor já disse que conhece, o seguinte: "Pois é, eu deveria ter ido pra cima". Mesmo depois de a operação da Polícia Civil do Distrito Federal ter ocorrido, o senhor diz que deveria ter ido pra cima, para a concretização – mesmo depois de ter ocorrido.

Esse daqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, é um dos casos mais escabrosos de corrupção que a gente vai ter na história brasileira, isso é um capítulo de livro, dá um capítulo de livro. Isso não tem relação com vacina mesmo, não tem. É outro esquema que esta CPI descobriu, Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Relator, só para coincidência aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – No caso da Precisa, Presidente, aqui no DF, já tinha duas empresas que já tinham apresentado a proposta e com 24 horas para entrega. Exatamente a mesma coisa: avocaram, cancelaram as duas que tinham ganhado e colocaram a Precisa fora do prazo, para ela ganhar. Exatamente o mesmo, parece até que testaram primeiro no Distrito Federal para depois tentar no Ministério da Saúde. Exatamente igual.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa arquitetura deve-se principalmente a quem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sr. Relator, eu não ouvi direito se o Presidente Omar Aziz determinou à Polícia Legislativa que levantasse as vezes em que o Sr. Marconny veio ao Senado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi aprovado requerimento nesse sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Hein?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi aprovado requerimento nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas essa pesquisa é uma pesquisa que se pode fazer rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para que se levantasse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode determinar que a Secretaria dê esse encaminhamento agora à Polícia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Fazer um encaminhamento para levantar as vezes em que ele veio aqui e quais os gabinetes ele frequentou. Mandar a Polícia Legislativa tomar essa providência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem eram os seus contatos no Ministério da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu não conheço ninguém do Ministério da Saúde, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. sabe quem é Eduardo Marques Macário?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece. Tratou com ele a respeito de alguma questão política?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A sua consultoria era especializada na questão política. Nós perguntamos no início o que tinha a ver esse encaminhamento político com relação ao resultado das licitações. Ele não soube explicar o porquê dessa prestação de serviço.

V. Sa. solicitou que Roberto Dias tratasse com o Sr. Eduardo Macário sobre compra de testes de detecção de covid-19?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu gostaria só de lembrar, senhoras e senhores: mensagens de Ricardo Santana indicam que Roberto Dias conversou sobre os testes com o Sr. Eduardo Macário, que não queria fazer a compra dos testes da marca Abbott por razões técnicas, o que atrapalhou a venda dos testes pela Precisa, por terem sido apontados como de baixa qualidade, baixa acurácia, pelo FDA. Isso pode servir de gancho para chamar o Sr. Eduardo Macário à própria Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que haja tempo. E a mensagem lembra exatamente tudo isso e a sua participação. V. Sa. não tem nada a dizer sobre esses encaminhamentos, sobre essas questões?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desconhece.

V. Sa. trabalhou para prejudicar outras empresas na licitação da compra de testes para covid do Ministério da Saúde...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Jamais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...para que fossem desclassificadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Jamais, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais uma vez: as informações que nós temos demonstram que Marconny atuou para fraudar a licitação da compra de testes de detecção da covid em associação com Francisco Maximiano, Danilo Trento e Roberto Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para dizer que os jornais... A gente acabou de mostrar!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De mostrar o passo a passo e a arquitetura!

Essa arquitetura é da sua cabeça, da cabeça do Maximiano ou da cabeça do Roberto Dias?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ou do Danilo Trento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou do Danilo Trento?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso foi enviado pela parte técnica da Precisa, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi enviado pela parte técnica da Precisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa informação é relevante, muito relevante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Melhorou agora!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pela Emanuela?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Melhorou agora, melhorou!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, é.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor acabou de ler ali as mensagens e ele disse que não sabia, jamais?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, ele confirmou, ele acabou de confirmar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele confirmou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas ele agora falou que essa arquitetura foi mandada pela parte técnica da Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ah, pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma informação também muito importante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Especificamente quem? Quem foi a pessoa que mandou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem é que representa a parte técnica da Precisa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Mas o homem mandou mensagem para o senhor!

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não, quem mandou essa mensagem, salvo engano, foi o Danilo, mas, segundo ele, foi a...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Danilo Trento.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – ...parte técnica da Precisa que formulou essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A Emanuela?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não conheço, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, esta informação já é importante: o Danilo mandou, a parte técnica elaborou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A parte técnica. Nós vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu gostaria de levantar quem é que eventualmente representa a parte técnica da Precisa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...a partir dessa informação boa que nos foi dada com relação à autoria da arquitetura da corrupção.

V. Sa. agiu para desclassificar indevidamente a empresa Bahiafarma na referida licitação?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. articulou a oferta de denúncia na Anvisa contra a empresa Alere S.A., empresa cujo nome é Abbott Diagnósticos Rápidos S.A., para prejudicá-la na licitação? É uma pergunta concreta, pontual, objetiva.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para que todos saibam: em 3/6/2020, Ricardo Santana diz a Marconny – a ele, ao depoente – que vai almoçar com Roberto Ferreira Dias e o Diretor Marcus, da Anvisa, para desatarem um nó. Posteriormente, em 4/06, quando estavam tratando da oferta da denúncia com a Alere, Santana diz a Marconny que precisa falar urgentemente com Danilo, e envia o seguinte e-mail. Na página da Anvisa, há notícias que confirmam que o Sr. Marcus Aurélio Miranda, que é servidor da Anvisa, foi Diretor Substituto da Quinta Diretoria da agência – uma outra informação. Portanto, há indícios em associação com o depoente, com o Marconny, agindo em interesse da Precisa. Envolveram até o Sr. Marcus Aurélio Miranda na articulação dessa denúncia com a Alere. A Quinta Diretoria da Anvisa atua, Presidente Otto, na formulação de diretrizes e no estabelecimento de estratégias de monitoramento da qualidade e segurança dos produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária.

Possivelmente – é essa a conclusão desta Comissão Parlamentar de Inquérito –, a denúncia contra a Alere, agora chamada de Abott Diagnósticos Rápidos, era para apontar problemas nos testes da Abott, cuja qualidade havia sido criticada pela agência sanitária regulatória dos Estados Unidos. As mensagens de telefone analisadas pela equipe da Comissão Parlamentar de Inquérito revelam que Ricardo Santana contatou uma pessoa da Anvisa para que consultasse a existência de registro no Brasil de uma marca Abott de testes contra covid cuja qualidade havia sido criticada pela agência sanitária regulatória.

V. Sa. e Ricardo Santana se valeram de contatos na Anvisa para que essa mencionada denúncia tivesse andamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação com o Sr. Marcus Aurélio Miranda, servidor da Anvisa que foi Diretor Substituto da Quinta Diretoria da agência?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não o conhece?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marcus Aurélio Miranda chegou a ser indicado para o cargo de Diretor – para que todos saibam – da Anvisa, mas seu nome foi retirado pelo próprio Presidente da República. As razões para essa retirada desse nome não se tornaram públicas. Essas informações que falei são informações públicas e apuradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. Sa. orientou que Ricardo Santana utilizasse um novo número de celular?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que ele teria que utilizar um novo número de celular?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 10/06, entre 10h32 e 10h35, Ricardo Santana passa a utilizar outro número de celular: (61)99338-6726. E continua identificado na agenda de Marconny como "Ricardo Santana Ministério da Saúde Karina Kufa". Marconny pergunta: "Novo número?". Pergunta para o Ricardo, ao que o Ricardo reponde: "Sim, menor chance para vacilo nessa reta final". Reta final da arquitetura. E Marconny demonstra satisfação, dizendo: "Que bom que me escutou nessa orientação".

Quantas vezes V. Sa. esteve com Roberto Ferreira Dias?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, é importante esse diálogo que o senhor descreveu, além da pergunta que V. Exa. fez, o depoente comentar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu já perguntei e ele disse que, em função do compromisso que prestou, gostaria de ficar calado. Eu perguntei por que ele sugeriu que o Ricardo Santana trocasse, permutasse o número do seu telefone. Ele disse que não saberia responder, que não lembra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quantas vezes V. Sa. esteve com Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Acredito que duas vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Roberto Ferreira Dias esteve em sua casa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não me recordo, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele esteve em sua casa até a madrugada do dia 19 de junho de 2020. Qual foi o assunto de que trataram nesse encontro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei em silêncio, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 19/06/2020, às 3h10, o depoente Marconny avisa a Maximiano – avisa Maximiano sobre quem ele falou que viu apenas duas vezes –, ele avisa Maximiano...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... às 3 da manhã, 3h10 da manhã, que Bob, Roberto Dias, acabou de sair de sua casa – ele avisa que o Bob acabou de sair da casa dele ao Maximiano – e que a conversa foi muito boa. Em seguida, Marconny envia as mesmas mensagens, na mesma direção, para Danilo Trento, o outro dono da Anvisa. Que informações essas mensagens continham?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que esteve, ao mesmo tempo, com José Ricardo Santana e Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses encontros se destinavam a quê?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em mensagem também, o Ricardo Santana recomenda que Marconny não vá à reunião marcada no Departamento de Logística do Ministério da Saúde pelo fato de eles dois e Roberto Dias já terem se encontrado em um outro ambiente, ou seja, eles já estavam amarrando ali o passo a passo e dando consequência a tudo contido naquela arquitetura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. confirma que recebeu Francisco Emerson Maximiano em 26 de junho de 2020, em seu escritório, no Edifício Terra Brasilis?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, rapidamente, uma intervenção só para alertar o depoente, mais uma vez...

Você pode olhar para cá, meu amigo, rapidamente, olho no olho? Você lembra onde mora? Eu estou aqui, ó! Você lembra onde mora?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Certamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senão você vai dormir aqui hoje. Porque está acontecendo aqui que ou a questão é autoincriminatória e, aí, o direito lhe cabe, ou essa alegação de esquecimento vai se tornar a nova regra aqui, todo mundo vai esquecer tudo. Eu quero lembrar que há o crime de falso testemunho. E outra coisa: todos que começaram a manhã aqui debochando ou fazendo esse tipo de atitude saíram daqui: chorando, um; pedindo desculpa, três; e preso, o outro. Então, o senhor fique atento.

Estou lhe dando o alerta cedo. O senhor vai sair daqui cansado, provavelmente pedindo desculpa ou preso, porque essa atitude aí não é condizente com o que se espera desse depoimento. E não é alegação de autoincriminação. O Relator está perguntando sobre fatos concretos. O senhor recebeu fulano? Não é possível que o senhor diga que não sabe se recebeu. Escreveu uma mensagem dizendo tal coisa? "Não, não lembro."

Esse é um esquemão preexistente que está revelado pela CPI. Se o Senador Randolfe diz que não tem conexões com a vacina, mas esta CPI propiciou cavar e encontrar fundo um esquema muito maior preexistente, escandaloso mesmo, e o senhor é o depoimento principal desse processo. Aproveite para se safar se puder, aproveite.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tem vinculação, evidentemente, com a vacina, porque quem vendeu a Covaxin foi a Precisa, de maneira fraudulenta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E a CPI tem toda a legitimidade de, sim, puxar o fio e encontrar escândalos ainda maiores e mais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E isso no meio da pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não era vacina, mas era teste de covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é a questão concreta

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, Senadores, é bom que o depoente saiba que a CPI pode e deve investigar, instruir esse processo, punir falsos testemunhos por omissão da verdade e recomendar instalação de inquérito contra o senhor. Então, não ache que o senhor vai sair daqui: "Olha, vou passar por esse perrengue e amanhã eu estou livre, leve e solto." Não é assim. Cuidado com o que diz e principalmente cuidado com o que não diz. É apenas um alerta que faço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria só ler um trecho do despacho da Ministra Cármen Lúcia, que é muito claro: "Convocado nessa condição, pode ele se manter em silêncio se questionado sobre fatos e atos que possam conduzir ao seu comprometimento criminal. Contudo, como testemunha não pode eximir-se do dever de falar a verdade, por exemplo. E ele já não falou a verdade aqui há pouco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em várias oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Em várias oportunidades, já mentiu várias vezes, inclusive mostraram as mensagens, ele disse que não sabia, que não conhecia, não via as mensagens, não foi ele que falou. Então, ele já mentiu aqui, já tem fato concreto aqui, de acordo com o despacho da Ministra Cármen Lúcia, porque, além de omitir, ele mentiu na tentativa de não mostrar a verdade, quando ele deveria falar a verdade, já que o despacho da Ministra vem exatamente, com muita clareza, nesse sentido.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, não abuse da paciência dos Senadores, muito menos sambe na legitimidade que nos deu o povo de inquiri-lo aqui. Então, responda o que puder responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por favor, por favor, eu estou me encaminhando para o final.

Eu gostaria de mais uma vez perguntar ao depoente, sob pena das advertências que foram feitas, se V. Sa. confirma que recebeu Francisco Maximiano em 26/6/2020 em seu escritório no Edifício Terra Brasilis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para lembrar, o Marconny diz a Francisco Maximiano que está em seu escritório, o escritório de Marconny, esperando por ele, Maximiano. Marconny manda a localização do Edifício Terra Brasilis/Libertas, Setor de Autarquias Sul Quadra 1, Bloco M, e diz que a sala é a 907.

V. Sa. confirma que Francisco Maximiano ligou para V. Sa. às 5h da manhã – Senador Izalci, isso é importante – para lhe informar sobre a Operação Falso Negativo e para tranquilizá-lo sobre isso? Não foi só para informar, foi para tranquilizá-lo sobre isso. Isso justificaria a ligação às 5h da manhã.

No dia 2, horário de 9h27, após a deflagração da Operação Falso Negativo, Marconny, o depoente, diz a Ricardo Santana que já tinha visto as notícias sobre a operação. Diz que Francisco Maximiano ligou para ele às 5h da manhã para tranquilizá-lo.

O que V. Sa. diz sobre isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não tenho nada a ver com essa operação, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, tem a ver com as mensagens. É citado. O Maximiano ligou...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor precisa falar com clareza aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor é alertado sobre a operação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor é alertado!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso faz parte do contexto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor foi alertado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... desse documento de que o senhor acabou de falar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor foi alertado ou não foi alertado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Esse documento do Roberto Ferreira Dias foi após ter ocorrido a operação aqui. E, às 5h da manhã do dia 2 de julho de 2020, o senhor foi avisado. O senhor não se lembra disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não, não lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas tem a mensagem aqui no seu WhatsApp.

O senhor, depois, tranquiliza Ricardo Santana, que lhe liga às 9h20, aperreado sobre a operação, mandando a mensagem de O Antagonista, a matéria que saiu no *site* O Antagonista. E o senhor o tranquiliza. O senhor não se lembra disso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está exagerando na amnésia!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aí tudo bem! O senhor quer usar o direito constitucional ao silêncio?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tranquilo! Agora não diga que não lembra, porque aí não dá, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quanto V. Sa. receberia caso a Precisa tivesse chegado ao final da arquitetura da licitação que foi inviabilizada pela Operação Falso Negativo e realizada pelo Ministério da Saúde?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu, até então... Como eles tinham só me sondado, e eu não tinha tratado nada – já estava ocorrendo a licitação –, eu não tratei nada de valores com eles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para quais empresas V. Sa. trabalhou ou fez *lobby* em obras do Governo Federal?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Para nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa... Para nenhuma?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele disse que foi para a Precisa politicamente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor está mentindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não fiz *lobby*, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – Não fez *lobby* para a Precisa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E isso tudo que nós mostramos aqui?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor agiu politicamente para a Precisa, o senhor disse isso. E agora diz que não disse?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E isso tudo que a gente mostrou aqui, todo o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não é possível! O senhor quer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que danado é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor quer fazer na CPI com que as pessoas sejam enganadas pelo senhor? Não é possível! O senhor falou que fez *lobby*, que fez política para isso, para resolver o problema. E agora diz que não fez? Está mentindo?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está exagerando nessa amnésia! Está exagerando demais!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a sua relação... Na complementação da pergunta que já foi feita, que já foi respondida positivamente, qual é a sua relação com Jair Bolsonaro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – De amizade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hem?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Amizade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que negócios V. Sa. mantém com Jair Renan Bolsonaro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nenhum tipo de negócio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece outras pessoas da família Bolsonaro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhuma outra pessoa da família Bolsonaro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não conhece o Presidente?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece os outros filhos?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E Ana Cristina Bolsonaro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Conheci pelo fato de ele me apresentar. É a mãe do Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem algum negócio com ela?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, nunca tive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu a sua participação na criação da empresa de Jair Renan Bolsonaro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ele queria criar uma empresa de *influencer*, e aí eu só apresentei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Empresa de...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – *Influencer.*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – E aí eu só apresentei ele para um colega tributarista que poderia auxiliar na abertura dessa empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas pessoas da família Bolsonaro, a Cristina e o Jair Renan, foram apresentados por quem?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – A Cristina eu conheci pelo filho e o Jair, como já tinha falado, eu conheci por amigos em comum logo que ele chegou a Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu paro essa primeira parte por aqui e continuarei aqui à disposição para se for necessário fazer novas intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Peço as inscrições. Quem são os Senadores que estão inscritos, por favor? Pode me dar a lista de inscritos, por favor, para abordagem ao Sr. Marconny? A Secretaria tem aí a relação? (*Pausa.*)

A Senadora Eliziane Gama está presente? (*Pausa.*)

Não está, não.

Qual é o seguinte à Senadora? (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues com a palavra para abordagem ao depoente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos nossas imagens aí?

Só um minuto, Sr. Presidente.

Ana Cristina, vamos começando aí com as...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – A Senadora Eliziane chegou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, por favor. Precedência se dá a quem tem, então, passemos a Senadora Eliziane. Depois eu inicio a minha arguição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Com a palavra a nobre Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Otto, Sr. Marconny, colegas Senadores, eu inicio aqui as minhas intervenções pelas últimas. Eu não acompanhei todo o depoimento, porque também estava ali na CCJ. Portanto, vou pegar aqui da última fala feita pelo Relator, Presidente, que é referente, Sr. Marconny, ao seu relacionamento com o Jair Renan Bolsonaro, não é?

Mensagens que foram obtidas pela imprensa mostram aí que a empresa Bolsonaro Jr Eventos e Mídia foi aberta no dia 16 de novembro de 2020 e conta com o capital social de R$105 mil. Em dezembro, a *Folha* revelou que a cobertura com fotos e vídeos da festa de inauguração da empresa do filho do Presidente nº 04, que é assim popularmente chamado, foi realizada gratuitamente por uma produtora de conteúdo digital. E essa mesma produtora já teria recebido aí de contratos com o Governo Federal algo em torno de R$1,4 milhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem conhecimento de qual foi a empresa que fez essa cobertura do aniversário do filho do Presidente?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Desconheço, Sra. Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você conhece o Jair há quanto tempo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Desde que ele chegou a Brasília, acho que em torno de um ano e oito meses, dois anos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Desde que você chegou a Brasília?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, desde que ele chegou a Brasília.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele chegou a Brasília.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, vocês se conhecem há mais ou menos dois anos.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – No dia 17 de setembro de 2020, portanto do ano passado, o senhor mandou a seguinte mensagem ao filho do Presidente: "Bora resolver as questões dos seus contratos!! Se preocupe com isso. Como te falei, eu e o William estamos à sua disposição para [...] te ajudar". Como é que se deu essa ajuda na montagem realmente dessa empresa do Bolsonaro Júnior?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como ele é um jovem rapaz, vinte e poucos anos, eu o apresentei para um amigo tributarista para poder formalizar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Qual foi o amigo tributarista?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – O William.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – William. Sim.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Para poder formalizar a empresa e ele poder fazer as coisas corretas, conforme a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Consta, inclusive, na mensagem em que responde, o seguinte: "*Show*, irmão. Eu vou organizar com Allan a gente se [...] [encontra e organiza] tudo".

Então, vocês naturalmente tiveram essas várias conversas. E eu pergunto a você: e qual é a sua aproximação, sua... Esse William aqui é o William de Araújo Falcomer? É esse?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele é também advogado?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Como é a relação de vocês? Vocês trabalham juntos, coisa parecida, ou não?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, somos amigos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Hã?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Somos amigos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nessa sua decisão, na verdade, de ajudar na criação dessa empresa do Jair Júnior, ele lhe apresentou, por exemplo, algum benefício, alguma participação? Qual o tipo de vantagem que você teria nessa ajuda?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, nenhum tipo de benefício nem de vantagem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu pergunto também aqui a você: por qual motivo o telefone registrado no cadastro da Receita Federal como sendo de Bolsonaro Júnior é o mesmo contato também do escritório do William? Eles tinham parceria formal nessa empresa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não sei responder.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Hã?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não sei responder, mas eu acredito que não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você acredita que não ou tem certeza?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Tenho certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês se encontravam, por exemplo, com frequência na empresa do Jair?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Outra coisa, Marconny: você aqui disse que você já foi advogado, já teve OAB, é isso? E pediu cancelamento?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É, eu tive uma inscrição de estagiário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, você foi estagiário.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você já foi aprovado na Ordem?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, você nunca teve registro na Ordem?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas já chegou a atuar em algum momento?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – De forma alguma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Como estagiário você atuava de que forma?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Com estágio, fazendo estágios.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Hã?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Fazendo estágios.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas você trabalhou em alguma empresa ou não?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Trabalhei em alguns escritórios de advocacia à época.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você chegou a trabalhar com a Kufa, estagiar junto com ela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A sua relação com ela era uma relação meramente pessoal ou profissional em algum sentido, já que você também tinha uma empresa que fazia o atendimento aí na área mais política de consultoria?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Apenas... Apenas... Apenas social.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você não chegou a ter nenhuma contratualização com ela da sua empresa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora, a sua empresa é de apoio técnico político privado, é isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu não consigo entender. Como é que é isso? É político, é privado... Você também atuava com outros políticos...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Faço análise...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Como é que funcionava isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Faço análise política para as empresas privadas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Como é que é?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu faço uma análise técnica política de estudo de viabilidade para as empresas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Esse passo a passo que a Precisa teve e que, na verdade, a polícia teve acesso, que fez, foi a própria equipe da Precisa que fez? Você ajudou na construção desse passo a passo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, não ajudei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas você não estranha, por exemplo, de repente, uma empresa ter um corpo técnico para construir um passo a passo de burlar a licitação? (*Pausa.*)

Pode responder?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Qual foi a pergunta, Sra. Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você não acha estranho uma empresa ter um corpo técnico que construa um passo a passo para burlar a licitação pública?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – O meu ponto de vista é que estava tudo dentro da lei. Enfim, era uma fase técnica da licitação que estava ali, e foi uma licitação que nem ocorreu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O passo a passo não chegou a ser efetivado, não ocorreu?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, a licitação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas por que é que estaria dentro...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – ... foi cancelada em 23 de junho. Em 23 de junho o Ministério da Saúde cancelou essa licitação. Ela não existiu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim, mas o passo a passo, a orientação existia lá, tinha uma tabelinha lá, esse ritmo. Por que você considerou que esse passo a passo fosse algo correto, digamos assim, já que esse passo a passo era exatamente, digamos assim, uma indução a uma ilegalidade, não é? Porque você burlar a licitação pública é um crime contra a administração pública.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso foi me passado pela parte técnica da Precisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Hã?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso foi me passado pela parte técnica da Precisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas essa informação da parte técnica da Precisa já foi depois da denúncia feita pela polícia que você obteve? Ou, no momento em que você recebeu o passo a passo, você já teve acesso a essa informação?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Desculpe, repita por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A informação de que o passo a passo era da equipe técnica da Precisa você teve no momento em que você...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim, isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... teve o acesso ao próprio passo a passo, mas você não ignorou como algo realmente ilegal?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Até porque eles falaram que não era ilegal e do ponto de vista que não é legal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sobre a Nise Yamaguchi, você a conhece? Tem relação com ela?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nunca sentou com ela?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca, nem a vi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nunca conversou com ela?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca, nem a vi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Veja, o Santana afirma, em um dos exemplos, que seria... Em uma das mensagens de Santana, por exemplo, a você, ele diz assim: "Nós não estamos testando, estamos praticamente há um mês com o processo de compra parado. São esses pontos que a gente vai trabalhar pra destravar e avançar numa agenda positiva. A ideia é que, amanhã, domingo, isso seja apresentado ao Presidente da República para que ele olhe esse material, modifique se for o caso, reforce alguns pontos que entenda que são mais importantes. A gente está nesta toada: tudo pelo Brasil". Aí diz o seguinte: "Conto com você em algum momento pra você nos ajudar a colocar isso de pé. Você é fundamental nisso".

Quer dizer, é um agente do setor público pedindo ajuda pra você. Como é que se dava isso? Você tinha, portanto, um nível de influência muito grande a ponto de ele pedir ajuda pra você, que era fora da administração pública, pra ajudar exatamente nessa tratativa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É, eu desconheço isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você desconhece? Mas aqui consta na mensagem de Santana a você. Você não se lembra dessa mensagem que ele passou?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não lembro. Não sei qual influência que eu teria pra ele ter falado isso pra mim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas ele pediu ajuda pra você. Você lembra?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas você o ajudou?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, de forma alguma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você não levou, em nenhum momento, conversas dele em relação a outras instâncias do ministério?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sobre a Nise Yamaguchi, você não chegou a participar de nenhuma reunião com ela, Marconny?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, de nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Em que ela tivesse presença. Nós temos facilidade de ter acesso a essas reuniões, porque, a partir disso, a gente consegue, na verdade, ter a clareza de quem efetivamente participou ou não dessas reuniões. Você, em nenhum momento, participou dentro do Ministério da Saúde ou fora do Ministério da Saúde?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, nunca participei de reunião com essa senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Marconny...

Presidente, eu quero finalizar aqui a minha participação. Como eu disse, eu estava ali mais na CCJ participando do debate acerca da reforma eleitoral.

Mas, Marconny, você é um caso claro de que você parece, mas não é. Aquela história que a gente diz popularmente, não é? O jacaré tem pele de jacaré, tem boca de jacaré, parece que é jacaré, mas não é jacaré, mora num pântano, mas não é jacaré. Então, você tem uma relação extremamente próxima na classe política, faz contato, tem uma empresa que trata, que faz tratativas políticas, conversa com a área empresarial, conversa com vários políticos, tem citação, inclusive, de colegas nossos aqui Senadores, você fala claramente que tem atuação junto a alguns políticos, mas você afirma categoricamente que não é lobista. Você pode até afirmar, mas a gente aqui na CPI pode constatar isso de forma muito clara, com os levantamentos de informações que nós temos.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pergunta. Foi encaminhada aqui à Mesa, à Presidência, um requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, com o seguinte teor: requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, e o art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Polícia Legislativa do Senado Federal preste a esta Comissão, urgentemente, informações sobre quantas vezes o Sr. Marconny Albernaz Faria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ingressou nas dependências do Senado Federal, bem como o respectivo destino, data e servidor que autorizou o ingresso.

Eu pergunto ao Plenário se existe alguma objeção para votação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Poderia incluir, como uma adição aí a esse requerimento, também o cadastro de entrada do depoente na Câmara dos Deputados, no requerimento do Senador Randolfe, só como sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Randolfe...

Senadora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A inclusão da presença dele, da ida do depoente na Câmara dos Deputados também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor, com o maior prazer, se V. Exa. puder incluir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Nós vamos acostar aqui o que pede a Senadora Simone Tebet.

Então, já que não há nenhuma objeção, Srs. Senadores e Senadoras, eu coloco em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Queria pedir para a Ana Cristina apresentar a primeira imagem. (*Pausa.*)

Vamos à primeira imagem? Temos a primeira imagem? É possível, não? Não temos aí? Não. A primeira imagem. (*Pausa.*)

Não temos? (*Pausa.*)

A Secretaria tem o material que eu encaminhei? Não tem? É isso? Não chegou aí? (*Pausa.*)

Então, vamos lá. Sem o auxílio da Secretaria mesmo, a gente vai seguir aqui, então. Vamos prosseguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Marconny, o senhor é advogado?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. O senhor é... A sua inscrição na OAB/DF é como estagiário, perfeito?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A advogada do Presidente Bolsonaro, a Sra. Karina Kufa, diz, em um diálogo com o senhor, que o senhor tem muita influência no meio jurídico. O senhor poderia declinar, informar mais um pouco que influência seria essa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Vou usar o direito constitucional de ficar calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. vai utilizar o direito constitucional ao silêncio devido a isso não lhe comprometer?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Temos a imagem já? (*Pausa.*)

O senhor pode me dizer quem é o senhor... O senhor pode dizer qual é a sua empresa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – M N R A de Faria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor é o sócio proprietário majoritário? Consta como sócio?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é o Sr. Arthur?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Meu funcionário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como é que ele consta também... Como é que o nome dele consta também como acionista da Gygha Administração Empresarial?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Pelo simples fato de essa empresa estar vinculada ao processo de segredo de justiça no Pará, ficarei calado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, mas ele é o sócio majoritário da... Ele é o sócio majoritário da Gygha?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Gygha Administração Empresarial.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como eu falei para o senhor, como esse processo corre em segredo de Justiça no...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode só me explicar como é que o seu motorista é o sócio de uma empresa que faz as comercializações, faz os seus negócios?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como eu falei para o senhor, como essa empresa está num processo em segredo de Justiça no Pará, ficarei calado sobre isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Temos as imagens? Vamos à primeira imagem aí...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Senador, qual o capital social dessa empresa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Antes, o senhor poderia informar qual é o capital social dessa empresa, da Ghyga? Porque é ela que opera em nome do senhor. E essa empresa... Senadora Simone, o sócio dessa empresa é o motorista dele, que ele acabou de confirmar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual o percentual desse sócio e qual o percentual dele? É uma S.A.? O Senador Randolfe disse acionista. É de ações ou é uma Ltda.? E quais os CNAEs...?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o capital social dessa empresa?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Senador Randolfe, quais os CNAEs, as atividades econômicas da empresa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode informar?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Como essa empresa está dentro de um processo em segredo de Justiça no Pará, eu não posso informar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Isso não é segredo de Justiça, o senhor me perdoe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – São os dados técnicos da empresa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Cnae da empresa, a atividade econômica da empresa não é segredo de Justiça. Não pode ser.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu vou usar o direito constitucional de ficar calado para não me incriminar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Já está claro o seguinte: o motorista dele é o dono da Ghyga, é o sócio majoritário da Ghyga, que opera, que faz as tratativas negociais, técnicas, políticas, que ele declinou, que ele informou ainda há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É a "tangerina", a "laranja tangerina".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Podem colocar aí a foto? O senhor pode descrever essa foto? A gente ia começar com essa foto, mas o senhor pode escrever em que momento foi essa foto?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Essa foto foi na época do *impeachment*, em 2015.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor era um dos articuladores dos movimentos pelo *impeachment*...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Fui um colaborador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. O senhor está no carro de som, o senhor é um dos líderes.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Colaborador assíduo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca fui líder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Defendendo o combate à corrupção, a família tradicional brasileira, imagino.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É só pra dizer que o Sr. Marconny vem desses movimentos, movimentos de combate à corrupção e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Qual o movimento que ele integrava exatamente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual era o movimento?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – O Vem Pra Rua.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Qual era o movimento?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Vem Pra Rua.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, isso aí é uma das manifestações. É só para nós conhecermos mais detalhadamente o Sr. Marconny.

Prosseguindo, o senhor não tem mesmo interesse em dizer quem é o Senador dos diálogos?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não se lembra das suas próprias mensagens que encaminhou informando quem era o Senador?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não sei quem era.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor sabe que a Polícia Legislativa vai levantar e vai identificar o Senador. Então, quando identificar, o senhor vai ficar em maus lençóis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O senhor vai ficar em maus lençóis, vai ficar expondo a instituição...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Muito. Vai ficar muito mal colocado. Se vai faltar com a verdade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Marconny...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está expondo a instituição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A Polícia vai mostrar o senhor entrando no gabinete dele – o senhor entrando no gabinete dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Marconny, deixe-me lhe dizer uma coisa: depoentes já chegaram a esta CPI, já começaram o depoimento e não lembravam e tal, mas, ao final do depoimento, lembram. Então, Sr. Marconny, não tem aperreio, não tem pressa. Daqui para às 8h da noite, 10h da noite, o senhor lembra. A gente para para a Ordem do dia e volta depois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vá se preparando aí, querida Simone.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem problema.

A Senadora Simone tem capacidade de arguir e requisitar a descoberta dos nomes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sempre, sempre!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essa informação não o autoincrimina, Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Randolfe, eu acho que apenas uma resposta eu consigo. Eu acho que ele vai ter a gentileza de me responder, até para que nós fiquemos tranquilas. Era um Senador ou uma Senadora? Sexo masculino ou feminino?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já ajudaria.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Consegue lembrar ou diferenciar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso é excelente.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Como eu já falei aqui, Sra. Senadora, eu não sei quem é, eu não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas nem o gênero? Se é homem ou mulher?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está nesta sala? Reconhece a gente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essa resposta não o autoincrimina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quer que a gente tire a máscara?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não o autoincrimina, exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Viu, Senador Otto? Essa resposta não o autoincrimina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É muito importante dizer se era homem ou mulher...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa resposta não o autoincrimina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já ajudaria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nos ajudaria, excluiria 12 mulheres!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, mas eu não sei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Doze integrantes do Senado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sobre terceiros ele tem que informar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos avançando, Presidente Omar, aliás, Presidente Otto. Vamos avançando que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Nós vamos ter, dentro de duas horas, no máximo, o senhor entrando no gabinete no Senador.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Hum-hum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – E o senhor não olhou para a placa para saber qual era...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não, não sei quem é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente Otto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Essa gravação vai mostrar que o senhor está mentindo, e, mentindo, o senhor vai ter problemas...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Amigo, tome cuidado, estou dizendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente Otto, Presidente Otto, vamos lá, sem pressa. A gente não tem pressa com o depoimento de hoje.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Randolfe, uma pista. Uma pista, Randolfe. Estou aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Oi, diga, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Diz assim: "Chama para uma reunião com Karina e Eduardo Bolsonaro" – Eduardo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso ajuda a sua memória, Sr. Marconny?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É, ele falou... Então, mentiu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor disse aqui que o senhor conhecia somente o Jair...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Jair.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – ... e a Ana Cristina. Tem uma mensagem sua, sendo apresentada pelo Senador Rogério, falando que o senhor estava tendo um encontro com Karina – aliás, o senhor tem vários encontros com Karina, vamos chegar lá – e com Eduardo Bolsonaro. O senhor conhece mais gente da família do Presidente, não é?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não, não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Homem, é sua mensagem!

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nesse dia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É sua mensagem!

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nesse dia, salvo engano, ele estava no escritório da Karina, mas tinha várias outras pessoas lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto, já está ajudando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, já...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já está ajudando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais uma informação.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Mas eu não o conheço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais uma informação. Mais uma informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já está ajudando. Olhe, pronto, estamos avançando. Olhe aí.

Vamos adiante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Simone, todas as esperanças depositadas em você.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, todas as esperanças... Temos tempo, temos tempo.

Em 20 de junho de 2020, às 15h, Sr. Marconny, o Ricardo mandou mensagem para o senhor: "Irmão...". Irmão!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Irmão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – "Irmão, nada do amigo responder ainda. Refleti sobre o tema. Recomendo não ir pelo simples fato de ele estar conosco em outros ambientes, mas, de repente, vale avaliar com o 'D' ou com o 'M'". Quem era o "ele" com quem vocês iam encontrar? Quem é o "D", quem é o "M"? Nós já sabemos quem é o "D" e quem é o "M". Nossa curiosidade é só do "ele".

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – O senhor pode repetir novamente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos embora, agora! Vamos lá.

Em 20 de junho de 2020...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vá devagar, Randolfe! Devagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Ricardo Santana, que o senhor cadastrou no seu celular como "Ricardo Santana (Karina Kufa)", "Ricardo Santana, Ministério da Saúde", que era onde o senhor atuaria, "Karina Kufa".

"Irmão, nada de o amigo responder ainda". Seria importante sabermos quem é o amigo. "Refleti sobre o tema. Recomendo não ir pelo simples de ele estar conosco em outros ambientes. Mas, de repente, vale avaliar com 'D' e 'M'".

Nós já sabemos que 'D' e 'M' são Danilo Trento e Maximiano. Então, essa parte nós já sabemos. Só queríamos saber: "ele", quem é?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não me recordo, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas essa mensagem foi para o senhor, e o senhor respondeu depois sobre essa mensagem. Tem até uma troca de risos antes, no mesmo dia 26 de junho. E o senhor respondeu depois.

Mais adiante... Vamos ajudar na memória? Vamos lá. Mais adiante, é dito o seguinte: "Tudo certo com o Bob [Roberto Ferreira Dias]. Eu disse que amanhã até meio-dia chega para ele. Ele vai nos avisar". Ia avisar sobre o quê?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não me recordo sobre essas conversas. Tem mais de um ano...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Homem, não faça isso com a gente, não faça isso com a gente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Olhe, mas eu vou tentar lembrá-lo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O cara que ia avisar você, e você não sabe quem é?!

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – ... contexto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No dia 29 de junho, 2 de julho, antes da operação da Precisa aqui... Vamos lá, vamos, então, reiterar aqui, ver como ajuda a sua memória.

O senhor pode me informar quem é a Nat? Não é possível que o senhor não lembra, o senhor passou dois meses... Isso aqui tudo é conversa sua com a Nat. O senhor passou dois meses falando com ela. Quem é a Nat? Trabalha no Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ela foi namorada de um amigo meu, mas eu já não tenho contato há muito tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito, mas olhe como já está ajudando. Ela foi namorada de um amigo seu e ela o ajudava no Ministério da Saúde. Certo? Ela troca várias mensagens com o senhor e numa das mensagens ela fala sobre o Ofício 74.

Senador Renan, o Ofício 74 tem a ver com qual processo? O processo de testes de covid. Precisava desse ofício para depois apresentar a arquitetura ideal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Entendeu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era esse aí o Ofício 74.

Certa feita, a Nat fala para o senhor o seguinte: "A Coordenadora-Geral de Aquisições de Insumos Estratégicos para Saúde é Meri Helem Rosa de Abreu. Ela está abaixo de Roberto Ferreira Dias". O senhor pergunta: "Qual é o valor do DAS dela? É quatro ou é cinco?". Para que o senhor queria essa informação?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei calado, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Vai usar o direito constitucional de ficar calado, porque realmente essa é uma informação que pode incriminá-lo.

O senhor poderia dizer para a gente como é que o senhor tinha tanta informação privilegiada de operações da Polícia Civil?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, eu não tinha nenhuma informação privilegiada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é o que o Ministério Público Federal aponta: "Conversas indicam que Marconny possivelmente tinha acesso a informações confidenciais de telefones grampeados pela PF. No entanto, há necessidade de aprofundamento de investigação".

Sabe por que eu pergunto isso?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não Polícia Civil, Senador Randolfe, Polícia Federal, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Polícia Federal.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, falou Polícia Civil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Polícia Federal e Polícia Civil, porque ele teve acesso à informação da operação daqui do Distrito Federal às 5h da manhã, Senador Otto, dia 2 de julho! Pense em uma pessoa bem informada: é o senhor, Sr. Marconny. Às 5h da manhã do dia 2 de julho, o senhor já tem informação da operação, tanto é que o Ricardo Santana lhe manda mensagem, aperreado, às 9h37 da manhã, e o senhor o tranquiliza.

Como o senhor tinha essas informações?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Usarei o direito constitucional de ficar calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Mais adiante, me permita... Desde quando o senhor conhece Jair Renan? Jair Renan Bolsonaro, filho do Presidente da República.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como eu falei para a Senadora, eu acredito que dois anos. Como eu falei para Senadora, eu acredito que uns dois anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Uns dois anos.

Foi a mãe dele, a Ana Cristina Bolsonaro, que o apresentou a ele?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conheceu... E o senhor tem um relacionamento próximo, íntimo com...?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Amigos em comum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Amigos em comum. São muitos amigos, porque, inclusive, Senador Renan e Senador Otto, certa feita, o síndico do prédio de Marconny reclama das festas que ocorrem lá, que, inclusive, o senhor... É um direito seu, embora tenha sido na pandemia, mas tinha festa na sua casa toda semana, se não todo dia – se não todo dia. O senhor responde o seguinte: "Esse síndico...". Olhem só, Senador Humberto e Senador Rogério: "Esse síndico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

parece petista. Toda vez que Jair Renan vem aqui, ele reclama". O Jair Renan frequentava muito a sua residência, esses eventos?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Foi umas três ou quatro vezes lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E a crítica ao petista é porque ele é uma liderança do Vem Pra Rua. Acabou de dizer há pouco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, dos movimentos bolsonaristas, é claro. E tinha relação... Vejam: ele combate a corrupção antes e depois participa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E um valoroso defensor da ética.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

Três ou quatro vezes me parecem... Três ou quatro vezes... Parece que, com os elementos que temos aqui, ele frequentou mais vezes o seu apartamento. Mas veja: então o Sr. Jair Renan é um amigo próximo, o senhor intermedeia os negócios do Sr. Jair Renan. E a Sra. Ana Cristina Bolsonaro? Qual a sua relação com ela?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – O filho naturalmente me apresentou à mãe quando ela veio morar em Brasília.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela interveio em favor do senhor para mudança de cargos ou indicação de cargos no Governo Federal?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Usarei o direito constitucional de ficar calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro.

Nisso daí, Sr. Relator, ele tem que usar o direito constitucional de ficar calado, porque de fato a Sra. Ana Cristina Bolsonaro – que eu acredito tem que ser trazida a esta Comissão Parlamentar de Inquérito – participa, encaminha currículos de pessoas indicadas pelo Sr. Marconny para ocupar cargos no Governo Federal. Essas pessoas depois têm tratativas com o Sr. Marconny.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, essa é uma das razões por que a Sra. Ana Cristina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Materialidade. Materialidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... deve vir aqui. E fez bem o Sr. Marconny em usar, nesse caso, o direito constitucional de ficar calado.

Vamos conversar, então, sobre Karina Kufa. Dizem alguns que não querem que a Karina Kufa venha a esta CPI, porque diz respeito ao sigilo profissional entre advogado e cliente. Vejamos sobre o sigilo profissional. O senhor conhece a Sra. Carminha Vasconcelos?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual a sua relação com ela?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Estive com ela uma ou duas vezes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem a apresentou para o senhor?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Salvo engano, foi a Karina Kufa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro, foi a Karina Kufa que apresentou.

E, exatamente no dia 11 de maio de 2020, às 18h58, Senador Renan, às 18h58min, a Carminha manda para o senhor a seguinte mensagem: "Temos 1.6 MM...". Na verdade, a mensagem é sua, encaminhada pra Caminha: "Temos 1.6 MM, 140 para venda, preço-base: 135". Aí depois, Senador Renan, Senador Otto, Senador Tasso, o nosso depoente diz o seguinte: "Aí temos que colocar mais R$5 de comissão para nós". O senhor podia falar dessa comissão? Falava-se de aquisição de teste de covid.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso aí nada mais do que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De *kit* covid.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso nada mais foi que uma negociação, uma tentativa de negociação frustrada, mas entre entes particulares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é o que aqui diz. Isso aqui é com o Ministério da Saúde.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso aqui é com o Ministério da Saúde, pelas informações que temos aqui. E esses R$5 de comissão, para que eram?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Usarei o direito constitucional de ficar calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Mas tinha R$5 de comissão ali previstos.

O senhor disse que o senhor combateu a corrupção no Instituto Evandro Chagas, não foi? Hein, Sr. Marconi? O senhor combateu a corrupção no Instituto Evandro Chagas, não é isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor influenciou na alteração, o senhor teve participação na mudança da direção do Instituto Evandro Chagas, certo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas como não?! O senhor manda um currículo para Karina Kufa. A Karina Kufa manda depois para Ana Cristina. Depois o senhor e a Karina Kufa dizem o seguinte... E depois o senhor e a Karina Kufa dizem o seguinte: "Já encaminhei pro Presidente da República". Como o senhor não influenciou? Isso não é influenciar? Aí depois a direção do Instituto Evandro Chagas é substituída. Todos esses passos nós sabemos. Como isso não é...?

E, aliás, Senador Omar, Presidente, isso não me parece que seja da parte da Karina Kufa sigilo profissional. Isto aqui tem nome, está tipificado no Código Penal: é tráfico de influência, é tráfico de influência.

E aí o senhor e a Karina Kufa conseguem emplacar o nome lá no Evandro Chagas. Sabe qual é o nome? Márcio Roberto Teixeira Nunes. O senhor emplaca... Olhe só: o senhor encaminha para Karina Kufa Márcio Roberto Teixeira Nunes, o nome, no dia 12 de maio. Logo em seguida, o Sr. Márcio Roberto Teixeira Nunes é conduzido lá pro Instituto Evandro Chagas. E o resultado qual é? "Servidor do Instituto Evandro Chagas é preso em Belém em operação da PF e CGU, diz MPF". Sabe qual é o nome dessa operação? Foi com essa operação que chegaram seus arquivos aqui para nós. É a Operação Parasita. E quem é que é preso? Quem é que é preso?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O hospedeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O indicado pelo senhor, o Sr. Márcio Roberto Teixeira Nunes, que, nos diálogos com Karina Kufa, nos diálogos todos, tem, entre outras coisas lá: "Já encaminhei o currículo pro Presidente". E o currículo que foi encaminhado ao Presidente resultou na nomeação depois no Instituto Evandro Chagas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E daqui, como o senhor disse, o Evandro Chagas, em que o senhor disse que combateu a corrupção, resultou nisso aí, resultou nessa operação, a Operação Parasita. Foi esse o combate à corrupção que o senhor ia exercer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Instituto Evandro Chagas é em Belém?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É em Belém, vinculada à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No início, ele falou que ele estava... Envolveram-no, mas ele é que denunciou a corrupção lá no...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só tinha 1,6 milhão em propina – 1,6 milhão em propina –, segundo a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Operação em outubro – está ali a data, 27 de outubro de 2020 –, com o Diretor do Evandro Chagas indicado pra ele, nomeado pelo Presidente da República, com a participação de Karina Kufa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Randolfe, se me permite uma pergunta adicional ao depoente, porque ele acabou de se referir a um processo em Belém, eu queria que ele confirmasse se a alegação de silêncio que ele declinou agora há pouco três vezes se refere a este processo. É este processo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É este processo, é este processo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Depoente?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É este processo. Então, nós estamos diante, Presidente, de um fato, de um caso em que o depoente está alegando ficar em silêncio perante a CPI de casos muito maiores em função de um processo, uma incriminação num processo menor lá do Pará. Só para gente ter uma ideia daquilo que eu falei antes aqui, há estas três motivações: não se autoincriminar aqui; agora essa outra alegação de que há um processo em curso em segredo de Justiça, e tem que ser averiguado se isso é razão pra se calar aqui sim ou não; e a terceira, que eu acho absolutamente ridícula, que é dizer que esqueceu as coisas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, continuando, no dia 26 de maio de 2020, o senhor recebeu um telefonema daquele que o senhor chama "do nosso pessoal". Vou ler a mensagem para o senhor. Em 26 de maio de 2020, às 13h, o senhor: "Recebi um telefonema do nosso pessoal lá". Senador Renan, Senador Omar, onde é que é o pessoal? É o pessoal no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde dizendo que a Diretora atual Gisele estava desesperada com essa queda do Wanderson. Quem era o Wanderson?

Era o Wanderson Almeida, Diretor de Epidemiologia na gestão do Ministro Mandetta. O Wanderson, me parece, estava atrapalhando as coisas lá dentro.

Mais adiante, o senhor, se referindo inclusive ao processo da Evandro Chagas, diz o seguinte: "Estamos no melhor momento para varrer de vez essa corja lá do Instituto Evandro Chagas". E, de fato, varre, indica o outro, que é preso depois pela Polícia Federal.

O senhor pode me dizer quem era o pessoal de vocês lá no Ministério da Saúde?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei... Usarei o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O direito constitucional de ficar em silêncio, claro!

Mais adiante, a Karina Kufa manda uma mensagem para o senhor, que é a seguinte: "Falei mal dessa Gisele hoje" – que era subordinada ao Wanderson. O Wanderson, Senador Omar, Senador Renan, estava atrapalhando lá. O Wanderson Almeida, conhecido epidemiologista, Secretário de Epidemiologia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ...estava atrapalhando, atrapalhando os negócios, porque o Wanderson estava atrapalhando a nomeação de quem eles queriam colocar no Evandro Chagas, Senador Tasso. Então, eles chamavam a Gisele de corja, chamavam o Wanderson, trabalharam para tirar o Wanderson. E ele dizia o seguinte: "É o melhor momento para mudar lá o Evandro Chagas, é o melhor momento que temos." Aí, a Karina Kufa...

Senador Omar, eu lhe pergunto: isto aqui é sigilo profissional? Olhe o que a Karina Kufa disse: "Falei mal dessa Gisele hoje." Aí pergunta sobre o Wanderson e sobre o Evandro Chagas: "É mandato lá no Evandro Chagas?" Para o quê? Para operar a mudança, que se concretiza. E o cara que eles indicam depois cai na operação da Polícia Federal.

Qual é a relação do senhor com a Vitamedic?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É que o tempo de V. Exa. já passou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já esgotou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...mais do dobro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou só concluir. Qual...

Bom, eu vou passar para os colegas, porque o que tem de informação é só isto aqui. Ainda faltou um pouquinho... Faltou pouca coisa das informações sobre o Sr. Marconny.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Fica difícil fazer uma síntese.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fica difícil uma síntese.

Sr. Presidente, só para concluir, se o Senador Humberto me permite.

Senador Omar, Senador Renan, colegas Senadores, nós estamos aqui diante do arquétipo do Governo Bolsonaro: prega combate à corrupção da porta pra fora e, quando chega ao governo, monta esse esquema. Aqueles que diziam "não se concretizou nada" querem ver? Estão aqui as concretizações. Aqueles que diziam "não, nada deu certo" querem ver? É só dar uma olhada aqui. Aqueles que diziam "não, a Karina Kufa era sigilo profissional" querem ver? Vejam o tráfico de influência da advogada. Este é o arquétipo do Governo Bolsonaro: da porta pra fora, combate à corrupção; no governo, essa estrutura montada. O Sr. Marconny é uma síntese. Nós não falamos ainda tudo o que tem de ser dito aqui, é uma síntese de um capítulo muito triste da nossa história.

Permitam-me, Presidente e colegas Senadores: ao ver o seu depoimento, Sr. Marconny, eu só lembro daquele trecho da música de Cazuza: "Me chamam de ladrão, de bicha, maconheiro e transformam este país inteiro num puteiro, pois assim se ganha mais dinheiro".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa, por 15 minutos, se não for interrompido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Não, acho que 15 minutos são suficientes. Eu acho que praticamente todas as coisas já foram esgotadas, mas eu gostaria de levantar algumas questões. V. Sa. falou que participou do Movimento Vem Pra Rua. As informações que eu tenho são que V. Sa. foi líder importante dos movimentos de extrema direita que aconteceram no Brasil de 2013 para cá, inclusive teve participação ativa na eleição deste que é o pior Presidente da República de toda a história do nosso País.

Eu pergunto: V. Sa. continua apoiando o Presidente, o Governo Bolsonaro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu nunca apoiei o Presidente, nem o Governo Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nunca apoiou?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. esteve presente agora nesses atos do dia Sete de Setembro aqui, pela implantação de uma ditadura no Brasil?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – A última vez que eu estive em movimentos democráticos foi na época do *impeachment* da Presidente Dilma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, na verdade, a relação de V. Sa. com pessoas vinculadas a esse Governo é muito mais funcional do que política, eu poderia dizer assim?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim ou não?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Qual foi a pergunta?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu perguntei se a relação de V. Exa. com pessoas desse Governo está na esfera muito mais do ponto de vista profissional ou pessoal do que político.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – De forma alguma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é política?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – E nem profissional.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é nada, então.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não é nada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, que beleza!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Realmente é difícil entender, porque as informações que circulam aí pela imprensa é que o senhor tem algum nível de proximidade com um dos filhos do Presidente, conhece o outro, conhece a ex-mulher, teria feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas ações profissionais no sentido de apoiar o início da carreira empresarial do filho mais jovem, e não há nenhuma identidade política, segundo o que V. Sa. diz. Mas tudo bem.

V. Sa. tem algum parente seu que trabalha em gabinetes de Senadores aqui?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Elineide Nunes não é...?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Raimundo Nunes, também?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não são parentes do senhor. Certo.

Veja, é muito difícil a gente aqui não fazer algumas constatações que são óbvias, e eu farei algumas poucas, porque acho que todos os fatos já foram fortemente explorados.

V. Sa. diz que tinha uma empresa para fazer consultoria empresarial e consultoria política. Agora veja, que consultoria política se poderia prestar a uma empresa como a Precisa, uma empresa que se pretende trabalhar com produtos da área da saúde, já aplicou golpes repetidos no serviço público no Brasil, no Ministério da Saúde, com o nome de Global, no Governo do Distrito Federal, ia aplicar o maior de todos os golpes, que era a venda da Covaxin para o Ministério da Saúde? Mas eu fico me perguntando: como é que se faz uma assessoria política para uma empresa que quer vender teste e vacina para o Governo brasileiro? A análise de cenário é o quê? "Olha, vai ser importante vender vacina, vai ser importante vender teste, e tal..." E aí, ao invés de V. Sa. ter produzido isso, um documento político que dissesse: "Olha, vai ser preciso teste, porque essa doença já tem testes para poderem ser feitos. Com a testagem, você pode eliminar ou reduzir a disseminação da doença. Portanto, haverá um espaço para a venda de testes para o Ministério da Saúde. No momento em que surgir uma vacina, haverá também essa..." Mas, na verdade, não foi isso que V. Sa. fez. V. Sa. participou diretamente de tratativas que diziam respeito à possibilidade de venda de testes, e tudo aqui já foi dito.

V. Sa. chegou a receber algum pagamento da Precisa por conta desse trabalho que fez?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tinha alguma previsão, algum percentual que V. Sa. receberia caso esses testes... Como seria a forma de remuneração?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – A gente não chegou a nem tratar desse assunto porque a licitação não foi para a frente, enfim, foi num lapso de 30 dias que eu tive contato com o pessoal da Precisa, no máximo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seria, na sua opinião, assessoria política, aqui, em um dos diálogos de V. Sa. com o Ricardo – aquele que foi realmente o mais mentiroso, um dos mais mentirosos que passaram por aqui –, seria assessoria política uma conversa que ele tem com o senhor, por exemplo, em que ele diz que iriam retirar a Bahiafarma, que estaria na frente, com possibilidades de ter a vitória nesse concurso que foi feito para a venda de teste? Isso seria, na sua opinião, contribuir para uma avaliação política, prestar uma assessoria política? Seria assessoria política ter essa intermediação de um Senador que a gente não sabe quem é?

E, na verdade, as pessoas estão esquecendo que quem diz isso é o Ricardo. Ele diz ao senhor. Mas é óbvio que, na hora em que alguém diz assim: "Eu vou falar com o Senador", V. Sa. sabia quem era esse Senador. Faz um ano, no máximo, que esse debate, um ano e pouco, que esse debate aconteceu, essa conversa foi registrada. Como é que o senhor não lembra? É muito difícil a gente não lembrar um Senador que estava, de alguma forma, facilitando essa aquisição, provavelmente, por razões humanitárias: queria que houvesse um controle mais rápido da pandemia ou queria ajudar o Brasil a superar esse momento de dificuldade. O senhor tem certeza que não lembra? E pode até ele não estar fazendo nada demais? O senhor não lembra, não?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não lembro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – De toda sorte, V. Sa. deu algumas contribuições importantes. Eu diria que a maior delas foi aqui confirmar que aquele documento, que é, na verdade, uma cartilha de como agir numa licitação para fraudá-la, quando se tratar de testes na área da saúde, se deve fazer. E ali estão vários crimes realmente evidentes, no que foi possível se observar, não é?

A outra coisa que eu acho que é muito grave também, que o senhor aqui não contestou, não explicou o porquê, é como o Sr. Max ter sabido, antes da realização da operação da Polícia Federal, o que iria acontecer aqui em Brasília.

Como disse o Senador Randolfe Rodrigues, V. Sa., exatamente como outros que aqui estiveram, é o exemplo mais evidente, mais simbólico do que é este Governo. V. Sa., ao que diz, não era formalmente representante da Precisa, embora estivesse verbalmente contratado. Participou de negociações que envolveram integrantes do Ministério da Saúde, integrantes inclusive de áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevantes, porque o Sr. Roberto Dias, que foi indicado pelo Deputado Ricardo Barros para o Ministério da Saúde, teve reuniões com V. Sa., e, em verdade, o que nós observamos é o mesmo padrão. Um governo que não tem controles, um governo que não tem gestão, um governo que não tem transparência, e aqui nós tivemos vários exemplos, apesar do que dizem alguns de nossos colegas aqui: "Não, tudo bem, porque não aconteceu"; aconteceram coisas, sim. Na Covaxin, não aconteceu o pagamento e a importação da vacina porque um funcionário não aceitou. Aqui não aconteceu aquisição fraudulenta desses testes porque houve uma operação da Polícia Federal que jogou água no chope da Precisa, que já estava pronta para ganhar de forma fraudulenta essa mesma licitação.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero tão somente dizer que o depoimento de hoje é relevante especialmente por isto: reconhece a origem do documento que traçava aquele passo a passo; ao mesmo tempo diz que coube à Precisa, portanto, temos aí uma prova contundente de como a Precisa estava agindo; e ainda nos deu a pista de que, na verdade, recebeu do Sr. Danilo Trento, mas teria sido produzido pela área técnica.

Aí, cabe a gente investigar o que é a área técnica, se era, por exemplo, aquela senhora que participou de um depoimento aqui, que num determinado dia veio toda sofrida e no outro dia fez um depoimento marcado por uma arrogância muito grande.

Com isso, eu acho que o relatório do Sr. Senador Renan Calheiros fica muito mais robusto para que possamos cumprir a nossa responsabilidade de mostrar ao Brasil quem são os causadores dessa tragédia sanitária, política, econômica e social que foi o enfrentamento dado pelo Governo Federal à pandemia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já concluiu, Senador Humberto?

O Senador Jorginho retirou a inscrição.

Eu vou passar ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, eu estou inscrito também. Girão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. falou que iria falar depois do almoço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não, mas eu estou inscrito aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É só para dizer que eu achava que o senhor iria chamar o almoço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu dou a preferência ao Girão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu iria ouvir só mais uma pessoa e depois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Titular tem precedência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Tem o Senador Heinze também, tem o Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas está inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês preferem falar agora ou depois?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu posso falar agora, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador! São 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Eu pensava que o senhor ia dar o prazo.

Mas, primeiramente, desejo que o senhor, Sr. Marconny, seja bem-vindo a esta Comissão, bem como seus advogados.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Realmente, é um depoimento que nos traz muitas dúvidas ou até certezas de que algo errado está ocorrendo. E a gente precisa realmente se aprofundar nesses temas.

Eu quero dizer que o nome não suscitado do Senador fruto dessas mensagens que o senhor trocou causa um desconforto a todos nós aqui. É importante realmente... E a Senadora Simone Tebet vai ter a oportunidade... Da última vez que aconteceu um dilema como esse, ela foi muito assertiva, junto com o Senador Alessandro Vieira. Eu acredito que a gente precisa buscar toda a verdade aqui nesta Comissão, e seria importante que o senhor pudesse colaborar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante também a gente saber separar as coisas. Eu vi... O nobre colega citou há pouco, dizendo que os atos que nós tivemos no dia 7 de setembro... Eu tive a oportunidade de participar desses atos como cidadão, junto com o povo. Eu não fui para palanque. Com todo o respeito a quem foi, mas estão longe de serem, no meu modo de entender, longe de serem atos que querem a ditadura. No meu modo de entender, é algo desleal essa colocação, porque não foi isso que eu vi na maior manifestação histórica que nós tivemos em Brasília. Não teve nenhuma, nem *impeachment*, nada, parecido! Eu conversei com várias pessoas lá, e, realmente, foi algo forte. E a gente tem que respeitar, tem que legitimar as pessoas que fazem manifestação, sejam elas grandes, Senador Marcos Rogério...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para fechar o Supremo, para fechar o Parlamento!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não! Aí me desculpa, meu querido, meu querido Humberto!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, pelo amor de Deus! V. Exa. vem dizer aqui que essas manifestações eram democráticas?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Meu querido Humberto, o senhor não esteve lá!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor não esteve... Talvez, o senhor tenha visto um segmento da mídia, que eu respeito, mas um segmento que pode ter feito um recorte.

Mas a gente não pode falar diferente do que é a verdade. Eu não vi nenhuma... Pode ter, sempre tem alguma exceção que levanta uma faixa que é antidemocrática, mas eu não vi. Eu vi milhões de pessoas. E, pela TV, eu vi também que aconteceram em outros Estados. E a gente tem que respeitar todo tipo de manifestação, seja de direita, seja de esquerda. Eu acho que todas são importantes. Inclusive, no dia 12, teve outra que a gente tem que legitimar também. É importante para a democracia! O movimento que foi suscitado – o Sr. Marconny, inclusive, disse que fez parte – é um movimento seriíssimo. O movimento Vem Pra Rua é um movimento que tem pautas importantes. Eu acho que o movimento é acima de pessoas.

Pessoas são suscetíveis a equívocos, e nós estamos aqui para buscar realmente a verdade, para saber onde é que o Sr. Marconny errou. E, se errou, tem que ser punido exemplarmente. Eu acho que isso faz parte.

Agora, tem o amplo direito de defesa e o contraditório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria lhe perguntar se o senhor teve nesse período... O senhor nasceu aqui em Brasília, não?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sua vida toda passou aqui por Brasília?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – A vida toda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Desde quando o senhor desenvolve esse trabalho de intermediação – que não ficou bem claro aí nas perguntas esse trabalho aí – desde quando o senhor faz isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu tenho essa empresa, salvo engano, desde 2013.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Desde 2013, a empresa...

Inclusive, Senadora Soraya, é algo que suscita um debate, que nessa Casa eu já vi ser levantado, que é o do *lobby*. É alguma coisa para legalizar o *lobby* ou não. Isso é um debate interessante para a gente travar, para a gente deixar as coisas mais claras, mais transparentes.

Então, em 2013, o senhor funda a empresa. O senhor pode repetir o nome da empresa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – M N R A de Faria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. A partir do momento em que o senhor funda, o senhor começa a desenvolver esse trabalho oficialmente?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Técnico-político.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Antes o senhor fazia esse trabalho de forma informal, sem empresa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, eu tinha uma outra empresa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual empresa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Chamava Apol.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Apol.

Qual a sua relação com... O senhor era sócio dessa empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Que outros sócios essa empresa tinha?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ela era uma Eireli, era só um sócio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Além do Governo Federal, porque o que me parece aqui houve de alguma forma pelo menos uma tentativa de se fazer algum tipo de intermediação, o senhor também atuou em outros Estados, seja para governos estaduais ou municipais ou só no Governo Federal?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu sempre trabalhei com o privado, Sr. Senador. Nunca trabalhei com... nunca assumi cargo público, nunca recebi dinheiro público, nunca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, mas essas intermediações que o senhor fez...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eram com empresas privadas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Empresas privadas.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Apenas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não teve nada...

Mas esses contatos políticos, o porquê? Qual a razão desses contatos políticos?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Quais contatos políticos?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esses contatos que o senhor falou aqui, que, de alguma forma, tem relação com alguns políticos, que o senhor... Por exemplo, o Senador da mensagem que o senhor não nos revelou ainda...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, eu não conheço. Salvo engano, o Senador Humberto Costa falou que foi o Ricardo Santana que falou sobre o Senador nas mensagens, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o senhor também fala sobre isso. É um diálogo do senhor com Ricardo Santana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ah, enfim... Eu não me recordo realmente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor não tem nenhum relacionamento...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... com nenhum Deputado, com nenhum Senador?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não conhece?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Conheço alguns, naturalmente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas não tem nenhum tipo de...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não tenho relação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E o Deputado Federal Ricardo Barros?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não conheço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não teve nenhuma reunião com ele? Com a Precisa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não conheço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual a sua relação com o ex-Ministro Mandetta?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu conheci o Ministro Mandetta na época do Vem Pra Rua, na época do *impeachment*, porque ele auxiliou o Vem Pra Rua de uma certa forma. E eu o conheci nessa época.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Depois o senhor manteve contato com ele?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quando ele foi Ministro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não. Eu estive uma vez, quando ele foi Ministro, com ele, mas apenas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esteve uma vez. O senhor foi tratar de que com ele?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Justamente do Instituto Evandro Chagas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Desse instituto que a gente viu aí...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que estava, que teve problemas graves aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em que data foi?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não me recordo, Sr. Senador, mas foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi antes de ele sair, obviamente?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É, foi antes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele saiu em maio.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É, foi antes. Eu acho que foi logo no começo do Governo, salvo engano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Em abril.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi em abril, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Foi em abril de 2020 que ele saiu.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Mas então o senhor esteve no Ministério da Saúde? O senhor tinha dito antes que nunca tinha estado ou é engano meu?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não. Não falei "nunca".

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas no período do Governo do Presidente Bolsonaro o senhor esteve mais de uma vez?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Estive essa única vez.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Esteve com o Mandetta, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma única vez, então.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – É, Mandetta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quando o Ministro era o Mandetta.

Deixe-me fazer outra...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Uma com o Mandetta e, salvo engano, eu estive também com... É Gabbardo, não é, que era o secretário-executivo na época?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E onde o senhor conheceu e encontrou Roberto Ferreira Dias?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu não... Eu não conheci Roberto Dias. Eu... Quem o conhecia era o Ricardo Santana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o Ricardo Santana o apresentou para o senhor.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim, eu estive com ele umas duas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então o senhor o conheceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É, estive com ele umas duas vezes, como falei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ótimo! Isso. Vamos no prumo. Vamos no prumo.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, conforme eu falei para o senhor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só para esclarecer, Senador Girão, para ajudar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – O senhor fez visita aqui no Senado a um Senador?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca veio aqui a nenhum gabinete?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não. Eu não sei realmente quem é esse Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, só uma pergunta: o senhor nunca veio aqui ao Senado visitar nenhum gabinete de Senador?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, eu já vim. Não vim nessa gestão desse Governo, eu não vim. Antigamente, na época...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas, nos últimos dois anos, o senhor veio aqui visitar algum gabinete?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Na época do *impeachment*, sim. Sim, tive várias reuniões. Inclusive...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nessa gestão atual, nos últimos dois anos...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Inclusive, tive reunião com a senhora, na época do *impeachment*; tive reunião com... Na época o Presidente era o Ministro Renan, e tivemos reunião com o Ministro Renan. Enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, certo. Eu digo neste atual Governo, do Presidente Bolsonaro, nos últimos dois anos especificamente...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, nunca vim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... o senhor visitou algum Senador aqui?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, nunca vim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Nem à Câmara dos Deputados...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... nestes últimos dois, três anos?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não. Não, não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nunca visitou nenhum gabinete na Câmara dos Deputados?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não. Não, senhora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Na época em que o senhor esteve aqui, em Governos anteriores, no Senado, em que o senhor veio tratar de *impeachment*, o senhor foi aos Senadores para tentar, de alguma forma, fazer o pleito pelo *impeachment*, é isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Com certeza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para se mobilizar nesse momento. Tá.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não só... Não só no Senado, como na Câmara também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como na Câmara também.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Representando o Vem Pra Rua, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Representando uma mesma ideia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como voluntário ou como...?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sempre como voluntário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como voluntário.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sempre como voluntário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Sr. Presidente Omar Aziz, eu queria reiterar ao senhor: eu acho que, com esse depoimento aqui... E, aliás, Senador Humberto Costa, a cada depoimento que a gente tem aqui, fica evidente, é um ponto de convergência que a gente precisa trazer o Ministro Wagner Rosário. É fundamental que esta CPI o traga. O senhor falou ontem, e eu lhe agradeço; o senhor ratifica sempre que vai trazer até o final. Eu acho que, semana que vem, como está prevista a última sessão de oitivas... O Ministro Wagner Rosário vai esclarecer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho, inclusive, Senador Girão, se o senhor me permite, que a gente poderia fazer: Ana Cristina Bolsonaro; Karina Kufa, que tem a ver com o depoimento de hoje; aí poderia vir junto o Danilo Trento, que poderia ser o terceiro depoimento; o Wagner do Rosário; e a gente concluiria com Elcio Franco.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está aí o roteiro de conclusão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a minha proposta de encaminhamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Concordo. Concordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Agora, Sr. Presidente, um detalhe importante: essa operação aqui que aconteceu no instituto, lá em Belém do Pará – porque também nós temos coisas para saber do Estado lá, de verbas federais que foram enviadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Estado do Pará e que a própria CGU, como aconteceu ali, como aconteceu nesse Instituto Evandro Chagas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Evandro Chagas, que é vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Olha que interessante: a CGU participou dessa operação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Participou! Polícia Federal e CGU.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não! Não pode, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Participou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A CGU participou?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Inclusive, na busca e apreensão, eles estiveram na minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não acredito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A CGU.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A CGU?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela só não mandou pra CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas espere aí, a CGU, do Wagner Rosário, participou dessa coisa?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Participou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teve acesso a tudo isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A todas essas informações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Omar, desde outubro de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois é. Então, o Wagner Rosário é um prevaricador. Tem que vir mesmo aqui, porque como é que ele sabia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desde outubro de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que o Roberto Dias estava operando dentro do ministério e não tomou providência? O Sr. Wagner Rosário tem que explicar não são as operações que ele fez, não, é a omissão dele em relação ao Governo Federal. Tem que vir, mas não tem que vir aqui pra jogar pra torcida, não. Ele vai jogar aqui no nosso campo. E o Wagner Rosário, que tinha acesso a essas mensagens...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desde 27 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... desde 27 de outubro, é um prevaricador.

Aliás, V. Exa. tem que colocar isso no relatório, porque a função de um servidor público em fazer a sua função não é favor, é obrigação. Agora, quando ele deixa de fazer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A dele, sobretudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A dele, sobretudo.

Então, como é que ele... Porque eu não sabia. Eu estou aqui e estou espantado, porque quem levantou isso não fui eu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, foi o Senador Girão – e muito bem levantou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele aqui, o Dr. Marconny, está dizendo: "Olha, não, eles estiveram na minha casa". Então, veja bem, a CGU esteve na casa do Dr. Marconny, juntamente com policiais, levaram farto material, mas não tomaram providência, não tomaram providência com o Roberto Dias. O Roberto Dias continuou lá negociando vacina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E os lobistas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pedindo propina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E os lobistas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí você acha mesmo... É porque eu não estou entendendo. O que ele fez no Amazonas, obrigação; o que ele fez nos outros Estados, obrigação. O que o Wagner Rosário, que é servidor público de carreira da Controladoria-Geral da União, não fez, prevaricou. E aí, Senador Renan, eu estou exigindo que o nome dele esteja dentro do relatório por ter prevaricado. A função dele é esta: é fiscalizar, é fazer operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, ainda dá tempo de chamar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós aplaudimos. Agora, na hora, ele tem que vir aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ainda dá tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Sr. Wagner Rosário vai ter que estar aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor já quer marcar o dia, deixar marcado?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Vou marcar hoje, pode deixar. Sabe por quê? Porque ele não vai aqui falar: "Olha eu fiz operação na Bahia, fiz operação no Amazonas". Está ótimo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está sugerindo que eu o coloque no relatório?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não estou sugerindo, não. Eu estou dizendo para o senhor que tem que estar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque exigindo nós temos que aprovar lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim. Então, vamos ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Exigir, porque é a realidade, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Senador Omar, Senador Renan, eu acho que isso vai aprovado. Eu não acredito que algum colega Senador vá votar contra isso, porque está tão, veja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É tão claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desde outubro, o Sr. Wagner Rosário sabia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa omissão é imperdoável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É lógico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque ele prepara, veja bem, uma operação. Está bom. Aí descobrimos quem são as pessoas envolvidas. Correto, Senadora Simone?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Descobre o Roberto Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe que um servidor que está na logística do Ministério da Saúde opera, porque ele teve acesso a essas mensagens...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, um, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e não toma providência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Um, não, Presidente. Pelo menos cinco servidores – cinco servidores

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí, a gente quer o quê? Vamos aplaudir o Wagner Rosário pela obrigação dele?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cinco servidores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí ele vai vir aqui: "Ah, eu fiz 99 operações". Faça 300.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, faça uma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça 300.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que não pediu a demissão do Roberto Ferreira Dias?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas faça uma contra esses que estão dentro do Ministério da Saúde.

Em plena pandemia, o Sr. Wagner Rosário se omitiu. Omisso! Omisso! Não cumpre o papel dele! Ele está lá para um cargo político.

Aliás, o Sr. Wagner Rosário, um dia antes da manifestação, no dia 6, ele, todo empolgado, não é? Um servidor de carreira, que está ali para uma função... Um servidor de... O Sr. Wagner Rosário, Senador Girão... Não é o senhor que quer ele aqui não. Todos nós queremos saber por que ele foi omisso...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu estou fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... em relação à pessoa que o nomeou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou fazendo esse pedido faz tempo, lembra, Sr. Presidente? E eu vou dizer por quê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobretudo, Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em rede nacional, ao vivo, ele faz uma defesa intransigente do Ministério da Saúde, do ex-Ministro Pazuello, contrariando pareceres da própria Controladoria da União, da Advocacia-Geral da União, assinada pelos seus técnicos. A todo momento, no contrato da Covaxin, a AGU atuou, pelo menos quando foi acionada, atuou contrária ao contrato da Covaxin, apontando uma série de irregularidades. O que faz o Sr. Wagner Rosário? Faz uma defesa intransigente do Ministro da Saúde e dos técnicos, à revelia e contrariando os seus próprios servidores. Então, ele tem no mínimo que explicar essa hierarquia. Quer dizer, como é que ele, como chefe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rapaz, ele é cara de pau!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... descredencia documentos assinados pelos seus subordinados?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu levei para ele uma denúncia, ele fez lá um arranjo, não apurou, se omitiu, me liga para dizer: Olha, não pode, não sei o quê...

Então, ele vai me explicar aqui que, se aquilo que eu denunciei não podia, por que ele não fez nada contra o Roberto Dias?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente Omar, e deixou... Sobretudo é nisso que a omissão é imperdoável, irremovível, porque ele deixou a arquitetura funcionar. Ele tinha essas informações pelo menos em setembro, ali, agosto, não é, Senador Randolfe? E ele deixou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desde o dia 27 de outubro. 27 de outubro de 2020!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Roberto Ferreira Dias só foi exonerado depois que nós instalamos a CPI!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Roberto Ferreira Dias e os outros!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Ele vai falar do Pará, do Amazonas. Ótimo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora, talvez ele não tenha ido adiante porque tinha Jair Renan, tinha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente não chama aqui servidor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... Ana Cristina Bolsonaro, tem citação dele ao lado de Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que tenha obrigação... Não. O servidor fazer a função dele é obrigação, não é favor. Então, ele não vai vir aqui para ser aplaudido pela obrigação de fiscalizar, de participar de operação; ele vai ter que vir explicar aqui por que o Roberto Dias... Qual foi o comunicado que ele falou de Precisa, porque o Roberto Dias foi posto para fora depois que esta CPI...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... denunciou o pedido, naquele shopping, de um real...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por dose de vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... por dose. De um dólar por dose de vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senão o Sr. Roberto Dias estaria lá até hoje. E a CGU já tinha conhecimento; o senhor diretor da CGU já tinha conhecimento. Então, é isso que nós vamos querer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, posso concluir? Para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, estamos de acordo. Eu acho importante esse depoimento. Agradeço por estar confirmando a vinda do Ministro Wagner Rosário, porque eu acredito que é uma peça-chave para tanto esclarecer a questão das negociações da Covaxin como também as 60... Não são 99, são 60 operações que ele precisa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Todos nós vamos perguntar aqui! Todos nós vamos perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tipo essa, Senador Girão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não! Se todas as outras operações, se todas as outras operações... Ei, se todas as outras operações foram cirúrgicas como essa, então, meu amigo, nós estamos perdidos, porque essa foi cirúrgica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, chegou no Governo, não toque, não fale. Chegou no Ministério da Saúde, é pelo favor. Se for cirúrgica, então, aí nós estamos nós estamos bem servidos. Aí, sim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Todos nós teremos muitas perguntas a fazer. Eu acho que vai ser um dia especial pra gente buscar toda a verdade, e não apenas uma parte da verdade. Eu não vou fazer prejulgamentos, dizer quem é o culpado, quem é o inocente antes do tempo, mas tenho perguntas a fazer. Agora, dando o amplo direito à defesa e ao contraditório, porque eu acho que isso é o respeito que as pessoas merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, V. Exa. vai suspender?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Uma outra pergunta ao depoente: V. Sa. solicitou a algum policial federal que verificasse se o telefone de Ricardo Santana estava interceptado?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Vou usar o direito constitucional de ficar calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, para não se autoincriminar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só mais uma pergunta, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se puder fazer um uma descrição rapidíssima, porque a legislação permite exatamente que, para efeito de qualquer pergunta por membro da Comissão, alguns detalhes possam eventualmente ser revelados para embasar essa pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. A pergunta mais direta é se ele conhece um policial federal chamado Mark.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Max?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mark: M-A-R-K.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece. Conhece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Conhece, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Ele não respondeu. "sim" ou "não"?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Ficarei... Usarei o direito de ficar calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá, então só pra nós declinarmos... informarmos aqui: o Sr. Marconny, em uma das mensagens, fala de um tal de Mark, policial federal. E ele pede pro policial Mark consultar se o telefone do Ricardo Santana está grampeado. É por isso que nas conversas entre Ricardo Santana e Marconny que o senhor trouxe aqui, Sr. Relator, ele cumprimenta o Santana, o Ricardo Santana, quando ele muda o número do celular.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, foi orientado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque tinha sido avisado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E depois agradeceu pelo Ricardo Santana ter feito isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente. Então, veja: só fazer uma correção, Sr. Marconny. O senhor não é um lobista qualquer, não. Para ter interferência junto a agente na Polícia Federal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como foi que... Só uma pergunta que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa coisa do lapso de memória acaba, de uma forma ou de outra, contagiando a gente. Como foi a introdução do depoente, em que ele falou que se fosse lobista era um lobista...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era um péssimo lobista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era um péssimo lobista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não parece. Ele tem contato com a ex-esposa do Presidente da República; tem contato com o filho do Presidente da República; tem contato com o outro filho do Presidente da República; interfere na nomeação do Instituto Evandro Chagas – o cara do Evandro Chagas é preso depois –; interfere na compra de máscaras; interfere na compra de *kit* covid; interfere na compra de testes de covid; está em todos os processos; interfere, Sr. Relator, Sr. Presidente, até na indicação da Defensoria Pública da União; tem relação com Karina Kufa, advogada relacionada à família Bolsonaro. Não seja modesto, Sr. Marconny.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acabou, de certa forma, expondo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem acesso... Tem contatos na Polícia Federal, para, inclusive, blindar outros lobistas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acabou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Algumas dessas ações obteve êxito, Sr. Relator... Senador Randolfe?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acabou, de certa forma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Senadora?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Algumas dessas tratativas obteve êxito?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Várias! Várias! Ele é uma pessoa de sucesso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual foi mesmo o Senador?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Era bom...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi mesmo o Senador, Simone?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por exemplo, vou citar uma: a do Evandro Chagas. Ele consegue mudar o Evandro Chagas e depois... Vou sempre lembrar: o Evandro Chagas é vinculado...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ao Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... à Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Ele consegue fazer a mudança e, depois, quando é deflagrada a operação, dia 27 de outubro – aquela operação sobre a qual o Wagner Rosário não contou para ninguém, que manteve segredo sobre a parte que envolvia o Governo Federal –, é identificado um esquema de propina de R$1,6 milhão. O cara tomou posse em maio no Instituto Evandro Chagas, foi preso em outubro... Maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro: em cinco meses, o cara participou de um esquema de propina de R$1,6 milhão. E sobre essa o Wagner Rosário não contou nada para ninguém, ficou escondidinho. Wagner Rosário tem que vir e tem que vir como investigado desta CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu só não entendi a história do péssimo lobista. Eu perdi essa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque ele mesmo falou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque o Sr. Marconny começou aqui se apresentando como... "Se eu sou um lobista, eu sou um péssimo lobista". Os fatos mostram que ele é um lobista de sucesso – pelo menos no Governo Bolsonaro, é de sucesso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu tenho que discordar dos dois. Ele pode não ser péssimo nem ótimo, mas é amador a ponto de nós todos, não só o Ministério Público, termos pego todos esses contratos fraudulentos e essas tentativas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas sabe por que pegou, Senadora Simone?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quer dizer, é um amadorismo aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas sabe por que pegou? Porque o celular dele foi apreendido. E, Senadora Simone e Senador Omar, sabem a quem a gente tem a agradecer? Ao Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse arquivo veio aqui para a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... devido a um requerimento do Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone, olha aqui, o primeiro pedido de exoneração do Sr. Roberto Dias foi no dia 28 de outubro de 2020. Foi pedido para ele ser exonerado, e não foi exonerado. Foi logo após a operação, logo após o conhecimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas sabe por que ele pediu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há um pedido feito aqui, sendo que o Ministério da Saúde me respondeu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Omar, mas sabe por que ele pediu nessa época? Inclusive está também nas conversas do Marconny! Ele pediu porque ele ia assumir um cargo na Anvisa, indicado pelo Governo Bolsonaro; só não assumiu o cargo na Anvisa, indicado pelo Governo Bolsonaro, porque deu treta, viu que não ia passar aqui no Senado, retificaram, e aí ele voltou para o Departamento de Logística. É por isso que ele ficou no Departamento de Logística. Então, ele pediu não foi porque foi descoberto nada. Ele estava seguro da operação e dos esquemas. Ele tinha confiança de que os esquemas iam dar certo todinhos. Ele ia dar um salto para cima, ele não pediu demissão para cair. Ele pediu demissão porque ele ia dar um salto na hierarquia, ia levar os esquemas de corrupção para outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou suspender por...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, antes... Só um esclarecimento antes? Eu acho que isso é importante e eu ia até questionar quando o Senador Humberto falou, mas o Senador Humberto quase chegou ao ponto.

Nós estamos falando muito do nome de um Senador. A pergunta é: o Ricardo disse que Bob falaria com o Senador. Ricardo Santana disse para o Marconny que um Senador resolveria a questão de um nó a ser desatado. Esse nó a ser desatado tem nome e sobrenome: Eduardo Macário, que era, então, o Secretário de Vigilância Sanitária.

Antes disso, esse servidor era um servidor de carreira e foi ele que abortou a aquisição. Talvez seja o caso de investigar e trazer ou pelo menos fazer uma consulta a esse Eduardo Macário se ele foi abordado pelo Roberto Dias, se ele foi abordado pelo Elcio Franco, se ele foi abordado por algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar, Deputado ou Senador, e se ele teve algum contato com o Marconny e também com o Ricardo Santana. É um servidor de carreira...

Eu só concluo, Sr. Presidente, pelo seguinte – eu ia abordar na linha do Senador Humberto: não vamos nos esquecer nunca de que nós estamos diante aí de uma reforma administrativa. Eu até acho... Questiono o tamanho do Estado e sou a favor de que haja reformas. Só não podemos esquecer que, nesse contrato da Covaxin e em todas essas denúncias, muito e grande parte do que foi desvendado, no mínimo R$200 milhões – US$45 milhões – não foram desviados para paraíso fiscal, porque um servidor humilde, de carreira, servidores públicos que honram o compromisso que fazem de servir a população, cuidando do dinheiro público, impediram que essas falcatruas, que esses contratos irregulares acontecessem. É o caso, provavelmente, desse Eduardo Macário, que, como disse, era, antes de ser secretário um servidor de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senadora Simone.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero falar seis, sete minutos e encerro o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Seis ou sete minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k., Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Bom, Presidente, só para reposicionar aqui: o Governo Federal já liberou 265 milhões de doses de vacina. Não tenho nenhuma pergunta a fazer ao depoente. Vacinadas: 214 milhões. Isso quer dizer que, pela população vacinal de 160 milhões de brasileiros, já tem 105 milhões de doses além da população vacinal. Isso aqui quer dizer que até o final do mês de outubro, início de novembro, teremos toda a população brasileira com duas doses aplicadas. Esse é o primeiro fato que eu quero deixar registrado.

O meu Estado recebeu já, até sexta-feira, 14,5 milhões de doses de vacina para uma população vacinal de 8,9 milhões gaúchas e gaúchos. Já tem 5,5 milhões de doses pra segunda dose. Esse é o fato.

Esta CPI fez declarações a respeito do relatório que apresentará as omissões do Governo Federal em relação à condução da pandemia no Brasil. Porém, não podemos esquecer que essa pandemia iniciou na Ásia, em seguida se espalhou pelo Hemisfério Norte, antes de chegar no Brasil. Portanto, não podemos negligenciar fatos e experiências de outros países. Nesse sentido, quero destacar o papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevante dos Estados Unidos, pois há fortes indícios de que esse país já era conhecedor dos estudos de ganho de função de uma série variantes do vírus Sars, Mers, até chegar ao SARS-CoV.

Esses estudos foram realizados em parceria entre os Estados Unidos e a China, mais precisamente o mesmo laboratório que está envolvido na identificação da pandemia causada pelo SARS-CoV-2. Tal laboratório em Wuhan foi financiado pelos Estados Unidos e os estudos geraram uma série de patentes, inclusive na produção de vacinas.

Uma investigação conduzida pela Organização Mundial de Saúde declarou que uma origem em laboratório para o SARS-CoV-2 era improvável, mas o debate acerca das origens do vírus ressurgiu após as ressalvas sobre a transparência das autoridades e órgãos chineses durante o processo investigativo e a publicação de documentos envolvendo a realização pesquisas com o coronavírus de morcegos no laboratório de Wuhan e a hospitalização de três funcionários do local antes dos primeiros casos terem sido detectados. Frente a esses fatos, membros da comunidade científica vêm pedindo que uma nova investigação com maior transparência seja conduzida para tentar determinar a verdadeira origem do SARS-CoV-2.

Nesse cenário de incertezas, meu gabinete está em contato direto com membros do Senado americano, que seguem investigando a origem desta pandemia e também as implicações econômicas e geopolíticas de todo o processo envolvido nessa pandemia. Americanos e o mundo inteiro seguem morrendo mesmo com a vacinação em massa de toda a população. Remédios caros são aprovados, mas mesmo assim, hoje, mais 1,8 mil mortos por SARS-CoV nos Estados Unidos. No Brasil o número de mortes pela covid está reduzindo, muito embora ainda tenhamos desafios pela frente, mas não podemos deixar de citar 20.108.477 cidadãos que se infectaram, mas foram recuperados graças ao trabalho dos profissionais de saúde do Brasil – claro que lamentamos as 587 mil mortes.

Em comparação com a Índia, que é um dos maiores centros de produção de remédios e indústria farmacêutica do mundo e grande exportador de vacina, assim mesmo o Brasil vacinou uma proporção bem maior que a sua população: no Brasil chegamos à marca de 214 mil doses aplicadas e temos cerca de 160 milhões de doses para a população vacinal. A Índia aplicou pouco mais da metade da sua população, 54%; é o segundo país em doses aplicadas. Primeiro é a China; segundo é a Índia; terceiro, Estados Unidos; e quarto é o Brasil. E o Brasil, Sr. Presidente, proporcionalmente está à frente da Índia e dos próprios Estados Unidos.

Nós temos algo que a CPI negligencia: os programas do Governo Federal e as parcerias com os países para combater o covid-19. Aqui somente se discute o que não foi feito ou fatos fictícios sobre negociações que não se concretizaram.

Trago informações de que a Índia aprovou uma nova vacina de covid que usa fitas circulares de DNA para preparar o sistema imunológico contra o vírus SARS-CoV-2. O ZyCoV-D, que é administrado na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pele sem uma injeção, demonstrou ser 67% protetor contra a covid-19 sintomática em ensaios clínicos e provavelmente começará a ser administrado na Índia no mês de setembro de 2021. Embora a eficácia ainda não seja particularmente alta em comparação com a de muitas outras vacinas de covid-19, o fato de ser uma vacina de DNA é significativo, dizem os pesquisadores. Em 02/09/2021. Fonte: *Nature*. E a Índia quer fazer parcerias com o Brasil para desenvolver novas vacinas e trazer alívio para os dois países em relação ao combate à covid-19.

Já a Pfizer e a BioNTech anunciaram no final de agosto, 26/08/2021, a assinatura de um acordo com a farmacêutica brasileira Eurofarma para a produção de vacina contra a covid-19. De acordo com o comunicado das empresas, as atividades de transferência técnica, desenvolvimento no local e instalação de equipamentos começarão imediatamente. A Eurofarma vai receber o produto de instalações dos Estados Unidos. A vacina será produzida no Brasil e distribuída em toda a América Latina. A expectativa é de que o laboratório brasileiro seja capaz de produzir 100 milhões de doses por ano (27/08/2021). Fonte: Agência Brasil.

Então, volto a perguntar: onde está a negligência do Brasil ou do Governo? Volto a perguntar: negligentes não seriam os que negam tratamento para a população? São negligentes os médicos que salvam vidas mediante a aplicação de tratamentos baratos, mas eficientes, que permitem reduzir a letalidade em diferentes cidades do Brasil, como eu já insistentemente tentei mostrar nesta CPI? Portanto, negligentes são os Senadores ou Senadoras que se negam a investigar abusos de governantes.

Presidente, além da intensa narrativa monotemática veiculada pela imprensa, houve dois meios para desacreditar o tratamento precoce na academia. Um, o uso de doses altas ou letais de aminoquilonas, hidroxicloroquina ou cloroquina em pacientes hospitalizados, como o caso do estudo de Manaus, com 12g de cloroquina, dose letal, e os ensaios multicêntricos internacionais do Recovery e também Coalizão, ao redor de 9,6g de hidroxicloroquina, dose tóxica, e também a escolha enviesada de dados, como no caso do hospital de veteranos nos Estados Unidos, ou da fabricação de dados, no caso da Universidade de Harvard, publicada na revista *The Lancet*.

Aqui estão fatos que eu estou mostrando – e vou mostrar muito mais detalhes – sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nesse caso, Harvard está certa ou está errada, Senador?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está certa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Harvard?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu já mostrei a própria revista, a retratação; mostro. Não está comigo aqui, mas posso deixar na CPI a retratação. E estes casos todos estão pedindo Manaus – Recovery e Coalizão, todos. Esses quatro estudos, Sr. Presidente, foram fundamentais pra que a OMS mudasse a sua orientação. Tem uma farta literatura de mais de 400 trabalhos hoje sobre hidroxicloroquina, sobre ivermectina e sobre Annita, sobre os tratamentos baratos, contrastando com medicamentos caríssimos.

Estou aqui não por mim – não sou médico, não sou especialista –, mas trago cientistas pra comentar esse fato. Essas pessoas estão inteiramente à disposição – já falei a V. Exa. – para um debate sobre esse tema, e infelizmente na CPI... Pedi à Globo, pedi à CNN, a vários meios de comunicação que ouvissem os dois lados. Eu não consigo fazer isso. Apenas uma narrativa de um lado que mostra essa situação. Então, aqui estão fatos que eu quero deixar registrados na CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, eu tenho uma curiosidade, uma pergunta que não quer calar sobre esse Policial Federal chamado Mark. Eu vou tentar mais uma vez insistir com o Sr. Marconny.

O Mark que o senhor conhece tem alguma relação com o Deputado Eduardo Bolsonaro? É amigo? O Deputado Eduardo Bolsonaro é escrivão. Teve alguma relação com ele? Ele o apresentou?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Usarei o direito constitucional de ficar calado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, só o intervalo, se V. Exa. vai dar um intervalo e depois na sequência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós voltamos aos trabalhos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, e quantos minutos? Só pra me programar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uns trinta, quarenta minutos, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Trinta minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos minutos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quarenta minutos.

Senador Luis Carlos Heinze... Depois, Senador Rogério Carvalho, Alessandro, Soraya e Izalci.

Está encerrada a sessão, aliás, está suspensa a sessão. Voltamos daqui a pouco. Desculpa.

(*Suspensa às 13 horas e 48 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 41 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reaberta a sessão, reaberto o depoimento do Sr. Marconny Faria.

Senador Rogério Carvalho. Em seguida, Senadores Marcos Rogério, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke e Izalci Lucas.

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Marconny Faria, com todo o respeito, claro, nossos seguidores já têm até um apelido, uma alcunha pra V. Sa. que eu não vou declarar aqui por uma questão de formalidade.

O senhor já foi à Esplanada dos Ministérios, em março de 2015, com a camisa Vem pra Rua, gritar: "Basta, corrupção! O gigante acordou". Eu queria que se mostrasse o vídeo por favor, pra gente ver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Vídeo de quem? Do depoente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Do depoente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Na época, era o início de uma campanha contra o Brasil, para levar ao *impeachment* de uma Presidente recém-eleita e sem qualquer crime. Estou falando isso, porque o senhor criminalizou a política para levar o Bolsonaro ao poder e, agora, age como um operador de um enorme esquema de corrupção do Governo Bolsonaro que levou milhares de brasileiros à morte.

Aliás, eu trouxe aqui algo que ganhei hoje. O senhor mais parece um bolo de rolo do que mesmo um personagem a depor, porque são muitos os rolos que envolvem V. Sa. em nome de um gigante que acordaria contra a corrupção, um gigante que defende os valores da família. O senhor disse aqui que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não conhecia e que não era da política, que não era ligado ao Bolsonaro, que não tem relação nenhuma com a família, tudo isso o senhor disse aqui.

Eu recupero essa passagem do Sr. Marconny, porque esse mesmo movimento continua a acontecer no Brasil, Presidente, como vimos nas últimas manifestações agora, de setembro, Randolfe Rodrigues. É nosso dever, enquanto cidadãos brasileiros, denunciar tamanha injustiça, o que vocês fizeram com o Brasil pra tirar uma Presidente eleita pelo voto sem ter cometido crime, pra se apossar do Brasil e produzir 587.847 mortos em nome de um pseudo ou de um moralismo falso de combate à corrupção, feito com corrupção, colocando o Presidente Lula na cadeia por 580 dias. E ontem o Léo Pinheiro escreve que foi obrigado pelo Ministro Moro a fazer aquela delação. Isso vocês produziram para o Brasil, vocês acordaram um monstro primitivo em parte da sociedade brasileira, vocês dividiram o Brasil, vocês destruíram parte da nossa indústria. Sabe pra quê? Pra organizar uma ação de assalto ao nosso País.

Esta CPI tem provado todos os passos, detalhes, operações desse grande esquema de corrupção do atual Governo com as vacinas, mas obviamente que, se for em qualquer outra frente, a gente vai ver que quase tudo tem intermediação, quase tudo tem um padrinho. Quando a gente olha para o passado, vê que, em alguns governos e em uma parte dos políticos que vocês questionavam, tinha isso de influência política; no Governo Temer, passou a ter mais isso; no Governo Bolsonaro, é o próprio Governo do Bolsonaro, o próprio, é praticamente 100% do Governo Bolsonaro.

O que vamos mostrar são os seus crimes, Sr. Marconny, contra o Brasil e contra o povo brasileiro, se valendo de uma amizade com a família Bolsonaro.

Marcos Rogério, vai vendo! Vai vendo, Brasil! Olhem os crimes aí.

O Sr. Marconny, no dia 10 de julho de 2020, numa conversa com o Sr. Ricardo Santana, confirma que trocou o celular. Seu argumento: menor chance de vacilo nessa reta final. Referia-se à questão do edital, combina a questão do edital dos *kits* de covid, dos testes... O senhor combina e direciona edital.

Olhe essa conversa entre o Ricardo e o Marconny no dia 19 de junho de 2020. Ricardo diz a Marconny: "Ele gostou da conversa, mas levantou um ponto baseado em experiências passadas que pode se repetir de novo, ter que praticar o menor preço do processo, ou seja, R$37". Marconny diz: "Vai dar certo, quando acordar, te chamo". Aqui, combinando o edital para a compra de testes de covid no Ministério da Saúde.

O senhor praticou tráfico de influência na República no caso envolvendo a Defensoria Geral da União. A prova na conversa entre o Sr. Marconny e a Sra. Ana Cristina Valle, ex-mulher do Bolsonaro, a ex-mulher do Presidente Bolsonaro, mãe do quarto filho, o Jair Renan... A conversa é do dia 26 de agosto de 2020. Marconny reencaminha a Cristina uma mensagem enviada ao Ministro do TCU Jorge Oliveira. Olhe o que estava escrito por Marconny ao Ministro Jorge Oliveira, do TCU: "Venho manisfestar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu apoio ao Dr. Leandro Cardoso de Magalhães para assumir o cargo de Defensor Público Geral Federal da Defensoria Pública da União. É um candidato alinhado com nossos valores técnicos e apoiador do Presidente Bolsonaro".

E este era o Governo que vinha para acabar com a política, para desaparelhar o Estado – para desaparelhar o Estado!

Mais um crime: recebe dinheiro para influenciar na troca da direção do Instituto Evandro Chagas, do Ministério da Saúde – um diálogo que poderia mostrar aqui, mas o Senador Randolfe Rodrigues já explorou isso muito bem.

Outro crime, já apontado pelo colega Randolfe, diz respeito ao recebimento ou pagamento de propina no âmbito da Operação Hospedeiro, no Pará.

Outro crime que o Randolfe apontou – vai vendo! –: Marconny Faria recebe informação privilegiada da Polícia Federal.

E isso porque o Governo Bolsonaro era o Governo que estava desaparelhando o Estado brasileiro, que estava dando uma conformação técnica à nova política. A nova política é exatamente a pior política que nós temos visto no nosso País: do desemprego, da fome, da miséria avançando, da falta de política industrial, da falta de política na área de educação, de corte de recursos na ciência e tecnologia, da corrupção, da compra de vacina, que não teve. Esse é o Governo que V. Sa. foi para a rua defender.

Por tudo isso, por tudo isso e um pouquinho mais, o senhor tentou assediar ministros para favorecer supostos apoiadores. Preste atenção a isto, Sr. Relator: o nosso inquirido de hoje tentou, em conversas com ministros – ministros diversos, inclusive do Judiciário –, favorecer amigos e criminalizar adversários. Nós temos as mensagens dessas tentativas, mas não vamos expor nomes, porque temos que investigar quem colaborou com isso, inclusive, com fotos, prestando contas, a mãe de Jair Renan, dessas conversas que você fez para poder incriminar alguém ou livrar a cara de alguém.

Por tudo isso, está evidente outro crime grave: o senhor atuou nesse forte esquema de corrupção do Bolsonaro repleto de comparsas, o que mostra a formação de uma quadrilha no coração da República.

O crime mais cruel que listo aqui é a interferência do senhor num processo de chamamento público para a contratação direta de 12 milhões de testes de covid-19, com a ajuda direta de Roberto Dias, para beneficiar a empresa Precisa Medicamentos, e a compra da vacina Covaxin, com todas as brechas ilegais existentes dentro do Ministério da Saúde. O resultado disso são quase 600 mil mortos.

Agora, vamos mostrar que todos esses crimes foram acobertados, teve a participação do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Apesar de o senhor negar qualquer conhecimento com ele ou a família – o senhor negou que conhecia membros da família de Bolsonaro e já se contradisse –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

eu provo, com esta mensagem, que o senhor enviou, enviada a Cristina Valle no dia 14 de setembro... De Cristina Valle para o senhor, no dia 14 de setembro de 2020, ela mostra a intimidade com a família Bolsonaro: "Bom dia, quando você puder, pode me ligar? Preciso de uma ajuda sua sobre o Renan. Beijo". Isso é uma mensagem da Cristina Valle, mãe do quarto filho do Presidente Bolsonaro.

Além da sua festa de aniversário, que foi camarote do Jair Renan no Mané Garrincha, e a sua operação para viabilizar o negócio do 04 no setor de eventos, de que o Brasil todo já sabe, também o senhor operou com o Presidente da República, Jair Bolsonaro. O senhor teve um encontro, na época do contrato dos testes de covid, com o próprio Bolsonaro. No dia 13 de julho de 2020, o Sr. Ricardo Santana lhe manda uma mensagem dizendo: "Meu amigo, bom dia. Viramos a noite trabalhando no projeto que será apresentado ao PR [PR é Presidente da República], só o farelo". Estavam esbagaçados, porque trabalharam a noite inteira. No dia 15 de junho, Marconny pergunta a Ricardo se vão encontrar o amigo dele no final do dia, e Ricardo responde: "Ele disse para tentarmos na quarta. Chegou agora há pouco do Presidente da República".

Aqui eu tenho uma pergunta para o senhor. Quem é esse amigo? É o Ricardo Barros? Pazzuello? Roberto Dias? Quem é?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Usarei o direito constitucional de ficar calado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

A sua relação direta com o Bolsonaro – essa foi indireta, Bolsonaro nesses crimes... Vamos lá. No dia 12 de maio de 2020, o senhor disse para a advogada do Presidente, Karina Kufa, que entregou a ele, o Bolsonaro, uma carta na porta do Alvorada: "Foi essa carta que entreguei ao Presidente em frente ao Alvorada".

Vou fazer outra pergunta. Já que sabemos que o senhor encontrava com o Presidente para resolver os negócios, qual o teor da carta?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ficarei em silêncio, Sr. Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Temos aqui, Sr. Presidente, mais uma constatação do envolvimento do Presidente da República com a maracutaia da Covaxin. O Sr. Ricardo Santana, que vimos aqui que é muito amigo de V. Sa., Sr. Marconny, esteve no voo particular para a Índia junto com o Max, da Precisa. Ricardo Santana lhe contou quem era esse braço direito... Porque temos também a informação de que tinha um braço direito do Palácio do Planalto, militar de alta patente, com ligação direta com Jair Bolsonaro. Ricardo lhe contou quem era esse braço direito do Bolsonaro no avião?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Desconheço, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esse membro foi nomeado ao alto escalão das Forças Armadas no dia do voo, Sr. Presidente. É muita coincidência, não é? Ele pega um voo para a Índia, fretado por uma empresa que estava negociando vacina, e o militar viaja junto nesse voo, e nesse dia um militar, não sei se é esse ou se é outro, recebe uma promoção. A CPI vai em breve ter esses dados e mostrar a verdade ao Brasil.

Eu queria finalizar, Sr. Presidente, dizendo que, infelizmente, nós estamos colhendo o resultado de uma farsa que se montou no Brasil em torno do combate à corrupção, o que na prática era só uma cortina de fumaça para que a gente vivesse esse bolo – Humberto, olhe aqui – de rolo. É o que nós estamos hoje vendo no Governo do Presidente Jair Bolsonaro: um bolo de rolo. Sabe o que significa isto: bolo de rolo? É só rolo de todos os tipos, em todas as frentes!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fora ser Patrimônio Imaterial de Pernambuco... Mas essa é a parte boa dele...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, este aqui é o que nós vamos levar para casa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É! Isso, isso!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas eu estou falando que bolo de rolo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A parte boa é que ele é Patrimônio Imaterial de Pernambuco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De Pernambuco!

Mas é bolo de rolo porque é muito bolo de tanto rolo, que chega a se embolar neste Governo, que era o Governo da moralidade e que hoje é o Governo da corrupção e da morte.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O próximo é o Senador Marcos Rogério, mas me permita, Senador Marcos Rogério, só fazer uma pergunta ao Sr. Marconny.

O senhor conhece o Dr. Antonio Carlos Alencar Carvalho, advogado?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não o conhece? Nunca teve contato, nunca teve nenhuma referência ou nenhuma aproximação com ele? (*Pausa.*)

Perfeito.

Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – O senhor o conhece ou não?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peça para falar ao microfone, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O advogado é vinculado à OAB do Distrito Federal. Não o conhece? Nunca esteve com ele? Nunca teve contato?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, não... Não que eu me lembre, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Posso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não! E me desculpe!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa.

Cumprimento o depoente, os seus patronos que o acompanham, as senhoras e os senhores.

Sr. Marconny Nunes Ribeiro, V. Sa. declinou a esta CPI que presta serviços a Parlamentares, apesar de ter dito que atuaria exclusivamente no setor privado. A sua explicação inicial a esta CPI sobre essa contradição não fez, respeitosamente, o menor sentido. Então, eu pergunto, para dar oportunidade de aclarar aqui eventuais dúvidas: qual é sua efetiva atuação no setor público? Porque prestar serviço a Parlamentares, inequivocamente, é um serviço prestado ao setor público, no caso o Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu só presto serviço para privados, Sr. Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas você disse, no início, aqui, que tinha um trabalho de consultoria com Parlamentares.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não é consultoria, é uma assessoria, uma espécie de assessoria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para Parlamentares?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, para empresas privadas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Sr. Marconny, veja: o senhor falou em Parlamentares aqui.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim, mas no ente, na parte do privado, nunca na parte pública. Nunca recebi dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor poderia descrever essa parte privada?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Senador Marcos!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como eu já falei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual seria esse serviço privado?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Esse serviço são pareceres técnicos, políticos, de fazer análise de viabilidade política, enfim de...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor falou que presta assessoria política, esse foi o termo inicial que eu ouvi aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Então, eu gostaria que V. Sa. acrescentasse, declinasse à Comissão, nos contextualizando sobre o que consiste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

esse trabalho, especialmente levando em conta a atuação junto a contratos a serem firmados com o Poder Executivo. Você teria condições de contextualizar isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Conforme eu já falei aqui no início – acho que o senhor não estava presente –, eu faço pareceres e análises de viabilidade política, técnico-política. Enfim, pelo fato de eu conhecer o cenário de Brasília e de ser de Brasília, então, eu tenho mais essa *expertise*...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos lá. Vamos nos aprofundar um pouquinho mais, então.

V. Sa. informou a esta CPI que sua empresa presta serviços desde 2013. E, agora, análise política, contexto, enfim... Quais serviços constam do portfólio da sua empresa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É isso que eu acabei de falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Faço análise política, técnico-política, de viabilidade política... Enfim, é isso. O estudo de viabilidade política e técnico-política.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você faz essa análise do ponto de vista teórico ou do ponto de vista prático, efetivo, no contato, na presença? Como é que funciona isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É teórico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas teórico?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É, na prática só o que está acontecendo no momento no País.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não tem contato com os Parlamentares?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com as assessorias dos Parlamentares?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não frequenta os gabinetes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor disse a esta CPI que não é lobista e que, se fosse, seria um mau lobista por não ter conseguido transformar seus relacionamentos na Capital Federal em contratos. Assim, pergunto de modo objetivo: há algum ativo da sua empresa que não seja na rede de relacionamentos? Tem outra atividade além dessa que você disse ter *expertise*?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só essa atividade?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi dito aqui que o Presidente Bolsonaro seria o pior Presidente do Brasil agora há pouco. Eu vou fazer uma abordagem sobre isso, Sr. Presidente, porque o depoente que comparece aqui, a exemplo de outros que já vieram aqui também, parece querer demonstrar um nível de relacionamento que não existe. É a primeira vez que eu vejo alguém falar que faz análise política e de cenários sem efetivamente estar dentro, conhecer como funciona, ter contatos. E olha que esta Casa é uma Casa... Embora no Brasil não se tenha regularizado, regulamentado ainda o *lobby*, as relações institucionais funcionam aqui o tempo todo, e ninguém aqui criminaliza as relações institucionais. Aliás, cumprem até um papel importante, porque, em muitos momentos, contribui com a formação de convicção sobre aquela matéria para aprovar ou para rejeitar. Quem ouve não é obrigado a se vincular à informação, ao conteúdo que alguém está trazendo. Agora, anunciar-se como alguém que seja um *expert* nesse tipo de consultoria sem ter o mínimo de conhecimento de como funciona, o mínimo de contato é algo que realmente extrapola qualquer limite de razoabilidade.

Mas vamos à frente.

Foi dito aqui que o Presidente Bolsonaro seria o pior Presidente do Brasil. Sério? Por quê? Seria porque não deixou entrar no Governo trambiqueiros, porque não permitiu negociata do Governo, porque não tinha companheiros operando nos ministérios, na Petrobras, nas autarquias, empresas públicas? Não tinha os paulos robertos costas, não tinha os cerverós, não tinha youssefs, não tinha joões vaccaris, renatos duques, baruscos? Não, no Governo do Presidente Bolsonaro não tinha – não tinha e não tem – essas figuras. Aí, na falta desses interlocutores, desses operadores e de alguns lobistas, fabricam; fabricam pseudos lobistas. Está mais...

E aqui, respeitosamente, não quero aqui parecer ofensivo ao depoente, mas V. Sa. está mais para vendedor de ilusão, alguém que promete o que não pode entregar. Diz que é consultor político, mas não tem contato com ninguém do Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí aqui tentam mostrar o sucesso da ação. Sério? Qual sucesso? No caso da venda de testes exposto aqui, logrou êxito? Conseguiu fazer com que a proposta avançasse? Não, não conseguiu. Repito: eu não estou defendendo o Sr. Marconny, porque ele me parece mais um falastrão, que tenta mostrar um nível de relacionamento e de contato e de influência que não tem. É verdade, a par das informações que existem – e num dado momento a CPI, numa reunião reservada, expôs essas informações –, ele conversa demais, fala demais! Tem coisas aqui que, se se revelassem nesta CPI hoje, teria mais constrangimento do que qualquer evidência criminal. É algo deprimente! O subterrâneo, o submundo... E, aí, não vou... Não esperem os senhores que eu vá mandar botar no telão ali qualquer coisa que... Não! Mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não quer mesmo, não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é o tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não quer colocar, não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu não vou fazer... Eu não vou aqui infringir uma regra de expor aquilo que é objeto de reserva, porque, se não fosse a reserva, não fosse o caráter sigiloso, já estariam todos lá. Mas nós tivemos um momento aqui, entre os membros da CPI, onde essas informações, essas conversas... Outras, pelo nível de porão... Era um *book* tão difícil que ninguém teve coragem de expor. Há relacionamentos, mas, repito, está mais para falastrão, para vendedor de ilusão do que para alguém que tivesse ou exercesse algum nível de influência nos postos de comando do Ministério da Saúde ou do Palácio do Planalto.

Mas, quanto à tentativa, vou repetir aqui o que eu já disse anteriormente: nenhum Governo está livre de tentativa de golpes, tentativa de corrupção. A diferença está naqueles que cedem à tentação, permitem que o malfeito aconteça ou que participem de alguma ação criminosa.

Agora, apontem concretamente onde houve uma fraude, um desvio, um pagamento de vantagem indevida, um esquema de corrupção no Ministério da Saúde, no Governo Federal. Não, não encontram. Não encontraram e não apresentaram aqui. Até aqui, narrativas. E muitas das narrativas até sofreram da minha parte censura, porque alguns quadros que conseguiram se aproximar de personagens da alta gestão federal, confesso, não deveriam ter nem sequer chegado perto, dado o nível dos personagens, cristianos da vida, dominguettis da vida. Não, não dá pra fazer aqui defesa, mas, repito, tentativa de golpe, tentativa de corromper alguém sempre acontece. Mas, até aqui, não conseguiram provar que tenha havido, neste Governo, corrupção.

Também disseram: "Tem gente que chega à CPI e perde a memória". Lamentavelmente a perda seletiva de memória tem acontecido aqui – tem acontecido. Esquece com quem falou, esquece sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que falou, sempre que a perda de memória é um elemento de defesa ou autoproteção. Todavia, aliás, essa perda de memória tem precedente na história recente do Brasil. Teve personagem no Brasil que se esqueceu de que era dono de sítio, teve personagem no Brasil que se esqueceu de que era dono de apartamento, se esqueceu de tanta coisa. Só quem não esquece é o povo brasileiro – só quem não esquece é o povo brasileiro.

Então, eu lamento que a CPI esteja, neste momento, aqui, mais uma vez, gastando tempo. E, nesse caso aqui do Sr. Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria, nem seria necessário o depoimento dele. Não sei quanto à prestabilidade das provas que há no processo aqui, mas há um conjunto de informações. É muita conversa, viu? É muita conversa! Vai dar trabalho é pra separar o que pode ser aproveitado no processo, se é que dá pra aproveitar, daquilo que é do foro íntimo de cada um, da conduta, do que presta, pra que presta, de quem interessa.

Eu gostaria que a gente pudesse avançar nas investigações ouvindo... Aqui não fala nada com nada, não sabe de nada, não viu nada. Esqueceu de tudo. Até agora, até agora, perda seletiva da memória.

E, veja, já disse aqui, em outras ocasiões, e repito: não tenho compromisso de proteger quem quer que seja, quem quer que seja! Se tiver uma evidência de prova contra quem for, não contem com a minha defesa. Mas não tentem fabricar, através de narrativas, acusações contra o Presidente da República. Podem não gostar do Presidente pela maneira como fala, podem não gostar pelas opiniões, pela preferência pessoal, mas acusar o Presidente ou o seu Governo daquilo que foi comum na história recente do Brasil, isso é forçação de barra, é ir longe demais!

Só narrativas. Procura uma prova, uma evidência de que tenha acontecido qualquer caso de corrupção... E olha que no Ministério da Saúde, num período de pandemia, onde bilhões e bilhões de reais estão sendo pagos por vacinas, por máscaras e por tantas outras... por equipamentos. No Governo Federal não! Tem nos Estados, nos Municípios, com operações da Polícia Federal que desnudam a podridão que aconteceu com a dinheirama para o enfrentamento à pandemia. Mas isso não é o foco desta CPI, infelizmente. Gostaria que fosse, gostaria que fosse.

Concluo, Sr. Presidente, apenas mais uma vez lamentando aqui a presença do Sr. Marconny, que pouco contribuiu. Espero que os próximos colegas... Fiz poucas perguntas, porque estou desde a manhã, ou aqui na sala da Comissão ou lá atrás na sala da Presidência, ou no meu gabinete, mas com o televisor ligado, ouvindo, e não se respondeu objetivamente nada do que foi perguntado e naquilo que era essencial para esta CPI. Mas com os documentos que estão à disposição da CPI, no tocante ao que fez ou deixou de fazer, já se tem o bastante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Só antes de passar para o próximo, que é o Senador Alessandro, só para constar: Sr. Marconny, o senhor conhece o Sr. Renan Bolsonaro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Seu amigo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não. Colega.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colega.

A Sra. Ana Cristina Bolsonaro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Roberto Ferreira Dias, Diretor do Dlog, o senhor chegou a conhecer?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Cheguei a conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele trabalha onde? Onde ele trabalhava quando o senhor o conheceu?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Na época, ele trabalhava no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No Ministério da Saúde. Como diretor de logística, não é?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Eram só para constar essas perguntas.

O Senador Alessandro Vieira é o próximo inscrito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Infelizmente, eu sou obrigado a fazer um pequeno preâmbulo aqui, para demandar os colegas e alertar aqueles que nos acompanham, que se nós formos ficar aqui numa discussão estéril para tentar descobrir se a corrupção é de esquerda ou é de direita, se a corrupção só existia e foi inventada no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo do PT, se a corrupção foi inventada pelo Bolsonaro, a gente não vai acabar nunca esse debate, porque é um debate falso. A corrupção existe por falha do sistema. Gente como o Sr. Marconny existe em Brasília desde a sua construção, atuando às sombras, fazendo essa interface entre poderosos e empresários que têm interesses em contratações, em verbas e tudo mais.

Eu não posso endossar essa narrativa que chega ao limite da infantilidade. O Brasil precisa de dar um passo adiante nisso e tratar como uma forma mais séria.

Segundo ponto, Sr. Presidente, o movimento Vem Pra Rua, que é um movimento sério – e aí você concorda ou não com a ideologia –, já divulgou uma nota oficial informando que o Sr. Marconny foi militante, não é líder, não tinha atuação nacional e que participou dos atos à época em que se defendia nas ruas o *impeachment* da Sra. Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, é importante destacar que esta CPI em nenhum momento fez generalização, apenas pediu pra constar. É importante destacar isso em respeito a qualquer tipo de movimento social, de que conotação seja.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Exatamente, sob pena de a gente partir pra criminalização de movimentos sociais...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... o que justamente os democratas não querem – os democratas verdadeiros.

Entrando no nosso assunto aqui, Sr. Marconny, muito claramente o senhor atua como lobista, lobista no mau sentido da palavra, porque fazer *lobby,* que é a defesa de uma ideia, de uma proposta, tem todo sentido, existe no mundo inteiro, é regulamentado. Este Congresso está muito atrasado na sua obrigação de regulamentar o *lobby*. Só que a sua atuação é subterrânea. Os documentos que estão aqui de posse da CPI e as suas próprias respostas evasivas somadas com as perguntas dos colegas apontam com clareza uma atuação cristalina, direta, buscando uma interface com a família do Presidente da República para, através dessa interface com a família do Presidente da República, ter um acesso privilegiado.

Temos exemplos vários. O senhor encaminha pra Sra. Ana Cristina uma mensagem referente a uma das operações que apurou desvios e fraudes; e ela se compromete com V. Sa. a entrar em contato com o Ministro Jorge. Vamos adivinhar quem é o Ministro Jorge. É difícil, não é? O Ministro Jorge... E ela dá retorno – o que é mais marcante –: "Falei com ele e ele garantiu que vai olhar com bons olhos". O mesmo Ministro Jorge é acionado, e V. Sa. se dá ao trabalho de escrever uma mensagem.

Eu lhe pergunto: o senhor conhece o Sr. Leonardo Cardoso de Magalhães?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor não conhece?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Estive com ele uma vez.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ah, então o senhor conhece.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Favoreça a inteligência das pessoas, pelo amor de Jesus Cristo!

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Estou corrigindo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Marconny...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Conhecer que eu estou perguntando não é no sentido bíblico de conhecer, não.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim. Eu conheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Alessandro, será que o senhor poderia perguntar pra ele se ele conhece o Sr. Flávio de Souza e se foi o Sr. Flávio de Souza que apresentou o Senador, pra ver se refresca a memória dele sobre quem é o Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Repetindo aqui em viva voz o que o Senador Rogério perguntou, Flávio de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A pergunta do Senador Rogério Carvalho.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor não conhece como não conhece o Leonardo ou não conhece não conhecendo mesmo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não. O Leonardo eu conheci.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ótimo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E o senhor procurou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já melhorou.

Sr. Marconny, vá nessa linha, vá nessa linha...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque é o seguinte: brincar com os membros desta CPI, Sr. Marconny, não será tolerável.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente Randolfe, o depoente já omitiu e mentiu demais. Já passou da hora de merecer uma pulseira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É algo que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, esta Presidência analisará, Senador Otto.

Então, só reiterando aqui, Sr. Marconny, até para terminamos bem esse depoimento, não insista em brincadeiras como essa, porque eu vou tratar como brincadeira, da forma como o senhor tratou agora a pergunta do Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Retomando aqui, Sr. Marconny, o senhor executou o seguinte serviço – eu vou chamar de serviço –: o senhor entrou em contato com uma pessoa que tem vinculações com poderosos, no caso específico a Cristina, apelidada Cristina Bolsonaro, ex-esposa e mãe de alguns dos filhos do Presidente da República, e demandou a ela pelo menos duas vezes: a primeira delas demandando algum tipo de atenção – abre aspas – "especial" para um caso de investigação de corrupção; a segunda delas pedindo interferência direta pra nomeação para um cargo público relevante, de uma pessoa que o senhor disse que apenas conhece.

O detalhamento vai ao nível de escolher se o pedido vai por *e-mail* ou vai por mensagem, que é mais pessoal; ele vai ao detalhe de tentar atacar os adversários, na corrida pela nomeação, dizendo que são de esquerda, como se ideologia fosse critério para preenchimento de vaga no serviço público – não é, não foi em governos passados, não pode ser.

Peço novamente que o senhor esclareça. Essa atuação sua é um exemplo do que o senhor chama de assessoria política?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Usarei o silêncio constitucional de ficar calado, Sr. Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Esse direito constitucional, como nós já falamos nos últimos depoimentos, precisa ser qualificado. O senhor não responde porque, ao responder...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o que peço a V. Exa.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, mas o Sr. Senador está tratando de uma coisa que está correndo em segredo de Justiça.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, eu estou lhe fazendo uma pergunta direta: qual é a natureza do seu trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Exatamente.

O que o Senador Alessandro está pedindo, para eu ser claro com o senhor, é que o senhor classifique, caracterize por que está usando o direito constitucional. Por quê? É por sigilo profissional? É pela não autoincriminação?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não autoincriminação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Então, o senhor qualifique. Quando o senhor usar o direito constitucional, qualifique.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – O senhor me disse, logo no início do seu depoimento, que iniciou essa relação com Jair Renan há mais ou menos dois anos, correto?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Coincidente com o início do Governo Bolsonaro?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Foi quando ele veio para Brasília.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quando ele veio para Brasília?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É, ele não morava aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Esse contato entre os dois acontece em que ambiente? Ele é um rapaz de vinte e poucos anos mais ou menos, e o senhor tem quase quarenta.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não lembro onde foi que a gente se conheceu. Lembro que foi um amigo em comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Um amigo em comum?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Amigos em comum.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A sua relação com a Cristina começa quando?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Quando ela veio para Brasília.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor tem uma noção temporal disso? Foi recente a vinda dela, me parece.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É, foi recente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quando o senhor marca um almoço com Jair Renan e Cristina no Chicago Prime, quem paga esse almoço?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – A conta foi dividida.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Conta dividida?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Essa Sra. Cristina, apelidada Cristina Bolsonaro, ex-esposa do Presidente, hoje reside numa mansão no Lago Sul. O senhor conhece a mansão?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, nunca fui lá.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Nunca foi lá, mas sabe que ela existe?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu fiquei sabendo pelo noticiário.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pelo noticiário.

O senhor se dispõe a ajudá-los em vários momentos: ajudar o Jair Renan a abrir uma empresa, ajudar Jair Renan a regularizar contratos, pede favores, mas o senhor, em nenhum momento, foi demandado para ajudar também nessa organização de – vamos chamar assim – mudança de endereço da família Bolsonaro, Jair e Cristina...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... Jair Renan e Cristina?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não.

Sr. Presidente, figuras como o Marconny só conseguem ter sucesso quando têm pontos de contato com o poder, e esses pontos de contato com o poder vão desdobrando o atendimento das demandas e a remuneração pelo atendimento das demandas.

Na investigação que corre em sigilo no Pará, existe já o demonstrativo de transferência de recursos para empresa de fachada com apelido, nominada com o apelido do cidadão que presta depoimento agora, registrada em nome do seu motorista e que seria, segundo a investigação, contraprestação por um serviço para indicação – justamente esse serviço que estamos descrevendo – de autoridades, ocupação de espaços públicos para obtenção futura de vantagem em negociatas.

Nesse momento, a CPI precisa decidir – e nós temos tempo suficiente para isso – se vai apurar efetivamente os desdobramentos dessa situação ou se vai parar por aí e vai pagar o preço político de parar por aí. Esse preço não vai ser meu.

Pende aí de avaliação e de votação o Requerimento 1.488, que é o requerimento de convocação da Sra. Cristina, para que ela preste esclarecimentos. É uma senhora que hoje reside em uma mansão acima das suas posses. Ela não tem renda para morar onde mora hoje. O rapaz, amigo do Sr. Marconny, Jair Renan, não tem renda para morar nessa residência.

Existem vários demonstrativos de contato constante com empresários e lobistas, como é o caso do Sr. Marconny, mas não é exclusivamente o caso do Sr. Marconny, registre-se, o que apresenta ou pelo menos demonstra indícios veementes de que esse grupo participa dessa tramoia, que, ao final de tudo, resulta em drenagem de recursos públicos. Então, peço a V.Exa. que avalie a possibilidade de, extrapauta, fazer a apreciação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o número?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É o Requerimento 1.488, de convocação da Sra. Cristina, Cristina Valle, apelidada Cristina Bolsonaro. Ou a gente investiga de verdade, porque a gente tem que acabar com essa fachada teórica que imagina que, por conta de decisões judiciais, a gente tem que esquecer as malas de dinheiro, as confissões e os milhões e que, por conta de alguma pendência aqui de orçamento, a gente não pode apurar o que é o maior estelionato que o Brasil já viu, que é alguém que se vendeu como combatente da corrupção e que, desde o nascedouro, estava enredado em esquemas como a rachadinha...

E aí, pra encerrar minha fala com cinco minutos de sobra, eu faço questão de citar um Senador que faz falta nesse ambiente, falecido justamente pela covid, que é o Senador Major Olimpio. Em um dos seus últimos discursos na tribuna, ele fez questão de registrar: "Rachadinha é coisa de ladrão. Rachadinha não pode ser considerada uma prática comum". É normal? É normal ter um cara como esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo negociata, botando empresa em nome de motorista, transferindo recursos sem justificativa? É normal? Não é normal no Brasil em que a gente quer viver. Então, vamos enfrentar a situação, votar os requerimentos adequados e dar passos adiante. O Brasil está aguardando essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu quero consultar o Plenário sobre o requerimento que o Senador Alessandro Vieira sugere, encaminha para a apreciação, de convocação da Sra. Ana Cristina Bolsonaro, Requerimento nº 1.488.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De convocação?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De convocação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir que seja pautado, Presidente, dentro do prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esta Presidência tem feito a apreciação anterior de requerimentos sem a necessidade de apresentação da pauta. Como se trata de um requerimento apenas, eu pergunto se alguém, além do Senador Marcos Rogério, diverge da apreciação. (*Pausa.*)

Não tendo, então submeto à apreciação o Requerimento 1.488, de convocação da Sra. Ana Cristina Bolsonaro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fica consignado, Sr. presidente, meu voto contra e a divergência quanto ao aspecto formal, de que não foi devidamente pautado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Registrada a manifestação de V. Exa. e o voto contrário de V. Exa.

A próxima inscrita é a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde aos colegas, àqueles que nos escutam, aos servidores e ao senhor depoente e seus patronos.

Sr. Marconny, o senhor poderia nos esclarecer o que significa concorrência política? Porque o senhor disse que o senhor trabalha na análise de concorrência política, concorrência técnica, o senhor é sondado para assessorar em relação a este aspecto. O que é concorrência política?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – A senhora pode fazer novamente pergunta aqui?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor disse que o senhor trabalha na análise técnica dos seus clientes pra empresas que vendem pro poder público e o senhor disse que o senhor faz uma análise de concorrência política. O que é concorrência política?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, não é concorrência política, é técnico-política. Eu faço uma análise de estudo de viabilidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o que é a análise de viabilidade política? A viabilidade técnica...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É um estudo... É um estudo político do momento que o País está vivendo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Para o empresário que vende insumos hospitalares, por exemplo, para que ele faça uma análise... O senhor passa pra ele uma análise política?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Exatamente. Técnico-política.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Técnico-política. O.k. Técnico: já descobrimos que existe o covid-19. Essa seria uma análise técnica, correto? Então, a população precisa de insumos, a população precisa de vacinas, precisa de máscaras, enfim, essa seria a parte técnica. Qual é a análise política?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Do momento que o País está vivendo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O momento que o País está vivendo, o senhor faz uma análise... O que o senhor disse para o seu cliente da Precisa na análise política, por favor?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como eu tenho cláusula de sigilo, eu não posso falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, o senhor não pode dizer. O senhor tem uma... O senhor tem cláusula...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – O senhor não disse que não tinha um contrato? Desculpe, mas V. Sa. não tinha dito que não tinha um contrato firmado com a Precisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – É. Não. Sim, eu nunca tive contrato firmado com a Precisa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor agora disse que tem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Como é que vai ter sigilo de confidencialidade de um contrato que não foi assinado?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Mas eu fui só sondado, eu não tive contrato.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas então não tem sigilo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então não tem sigilo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Houve uma incoerência do depoimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por que o advogado tem o direito de manter o sigilo, e é um direito legal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não é um direito de contrato. Como eu vou saber se o senhor tem firmado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Soraya, se V. Exa. me permite...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Conforme eu falei com a senhora...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor não tinha contrato com a Precisa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não, nunca tive. Eu fui apenas sondado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E essa operação toda em relação à Precisa? E a arquitetura ideal? E o diálogo com Ricardo Santana? E as conversas todas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Não recebeu nada?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor nunca recebeu nada?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Por tudo isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Nunca recebi nada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor encaminhou a arquitetura ideal lá pro Ministério da Saúde, pro Roberto Ferreira Dias. O senhor fez todo o trabalho da Precisa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Um advogado que tem inscrição na Ordem tem o direito legal de manter o sigilo, não é o caso do senhor. Como é que eu vou saber... O senhor tem que me mostrar a assinatura dessa cláusula de confidencialidade apartada do instrumento contratual, porque aí o senhor me mostra, e eu tenho certeza de que o senhor tem um contrato, mas o senhor não mostrou nem o contrato nem essa cláusula, em apartado, de confidencialidade. Como é que eu vou saber?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – O meu contrato com a Precisa não foi material, eu fui apenas sondado. Eu fiz só uma parte inicial.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então o contrato foi verbal, mas é um contrato, tá?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Tanto que essa licitação não prosperou. A nossa conversa foi em torno de 30 dias.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, 30 dias de conversa informal, não foi formalizada. Porém...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Tanto que o contrato nem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... se eu faço um negócio com o senhor agora, se eu me comprometo a vender o meu carro pro senhor, qualquer questão assim, nós formalizamos um contrato verbalmente. O senhor, então, tinha um contrato verbal com a Precisa, é isso? Porque eu posso ter um contrato escrito e um contrato verbal – pra quem respeita o fio do bigode, não sei se é o seu caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor tinha um contrato, então, de confidencialidade, o senhor acordou isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não tive um contrato formal porque a gente não tratou de nenhum tipo de valor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor ficou trabalhando um mês, fazendo uma análise política. Se eu quiser...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Por isso que eu só fui sondado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k. Algumas questões sobre o que eu ouvi hoje aqui ainda permanecem pavorosas. Marconny para Danilo Trento, da Precisa, que é sócio também da Primarcial Holding e Participações, sobre necessidade de desidratar – desidratar – a empresa concorrente chamada Bahiafarma. Temos isso.

Policial Federal Mark e essa informação privilegiada sobre a Operação Falso Negativo.

Muitas questões aqui.

Wanderson estava atrapalhando, Gisele era chamada de corja.

Eu gostaria que vocês colocassem a foto do depoente, por favor, em cima de um caminhão, aquela foto que eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Secretaria, por favor, pode colocar, requisitado pela Senadora? Temos aí? (*Pausa.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se o senhor... É que pra mim isso é muito emblemático. O senhor, em cima daquele caminhão, defendia quais bandeiras?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Moralidade, enfim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Moralidade. E o que mais?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – De valor de família.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pauta de família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da família? Da família tradicional?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A bandeira anticorrupção o senhor defendia?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Com certeza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor defendia liberalismo econômico? O senhor defendia a Lava Jato? O senhor defendia?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor é filiado a algum partido?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Senadora, eu fui...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senadora, ele era organizador, mais do que um mero militante, não é.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas eu vou falar pro senhor por que isso me impacta.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu fui filiado ao Patriota acho que por seis meses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Foi, não é mais, não é filiado a nenhum partido neste momento?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor desfiliou-se? O senhor se desfiliou?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Pedi desfiliação, sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pediu. O.k.

Mas o senhor se considera ideologicamente de direita, de esquerda? Não que eu... Gostaria de saber a sua pauta.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Centro-direita.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Centro-direita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, isso pra mim é emblemático, Senador Rogério Carvalho e demais Senadores, porque eu venho dos movimentos de rua, venho dos movimentos de rua. Passei, como advogada, a exercer uma cidadania responsável, ajuizando ações populares nas quais o Ministério Público se eximia de apurar as responsabilidades de gestores públicos e uma série de questões. E a bandeira que eu defendia era justamente essa que o senhor diz que defende.

Eu também me tornei uma liderança dos movimentos de rua, era do grupo Pátria Livre, lá de Campo Grande; Reaja Brasil, enfim, e fui eleita com esta pauta. E nós temos profissões como a minha, a de advogado, temos profissões de corretor de imóveis... Algumas profissões são marginalizadas, hostilizadas e generalizadas. Os políticos... Política pra mim não é profissão, é missão. Isso aqui não é pra ser uma profissão de uma pessoa, mas, mesmo assim, todos os políticos são generalizados, como todos os lobistas aqui no Brasil. E eu me sinto muito constrangida em estar misturada com essas pessoas que se dizem de direita. E vamos aqui fazer um parêntesis: a corrupção não tem ideologia nenhuma – tem corruptos de direita, de esquerda –, e tem gente que pensa que não existem corruptos de direita ou oportunistas que levantam uma bandeira, e a bandeira anticorrupção não é uma bandeira só da direita, é uma bandeira de qualquer cidadão.

Então, há muitos conceitos que são desconhecidos da população que hoje está se manifestando. Graças a Deus, a população brasileira está adquirindo uma certa maturidade, mas precisa de muita ainda.

O senhor tem redes sociais?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ou o senhor tirou suas redes sociais desde o início da CPI, desde quando seu nome foi aventado aqui?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu tive na época do *impeachment*, depois não tive mais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Então, o que eu peço hoje para a população brasileira é que não nos confunda. Nasceram aí certos nomes, como direita radical, direita oportunista, direita irracional, mas tem gente que é da direita racional, da direita séria e que, por conta desses oportunistas, dessas pessoas que se aproveitaram de uma bandeira que nem sabem o que é... Nem sabem o que é, e essas pessoas estão acabando com a direita brasileira, a direita séria. Parece que basta vestir verde e amarelo e você é anticorrupção, e não é isso que nós temos visto, infelizmente, infelizmente. É muito triste, é muito triste ver o senhor sentado aí...

Sinceramente, nos deixa sem palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ontem... Este documento aqui é o documento que o Sr. Marcos Tolentino leu no início de seu depoimento ontem. No final deste calhamaço que ele trouxe, ele diz o seguinte: "Palavra de Deus pra você: 'Não deixe que seus inimigos esgotem sua paciência, mas faça com que sua paciência esgote seus inimigos.'"

E aí eu vejo... O senhor é devoto de Nossa Senhora também, não é? Coitada de Nossa Senhora!

Eu vou terminar... É triste ver usarem o nome de Deus... Eu tenho vergonha! Não confundam isso com a direita, não nos misturem, não generalizem, pelo amor de Deus! Que a gente consiga ter uma discussão política um pouquinho mais profunda a cada dia.

E, aí, eu vejo que o nosso Presidente, como a gente nunca pode generalizar... Também fico ofendida quando generalizam dizendo que todos do Governo estão envolvidos em falcatrua, porque não é verdade. Tem muita gente séria no Governo e tem gente que não é séria, e nós temos que separar o joio do trigo. Tem gente que é técnica e tem gente que não é técnica, e os dias estão mostrando isso. Tem gente no Governo que nos envergonha e tem gente que nos orgulha.

E eu digo mais: o Presidente sempre foi bastante humilde no sentido de dizer que ele não sabia tudo, nunca soube, e precisava contratar pessoas técnicas. E eu sempre me recordo...

Pode tirar a imagem dele, fazendo favor.

Que essas imagens não se misturem, que saibam separar o joio do trigo.

Ele sempre disse que, se alguém não acertasse em algum nome, ele iria trocar, e trocou o Pazuello pelo Queiroga. Melhorou muito! É um médico ali, é uma pessoa consciente. E eu quero parabenizar aqui a PGR. A PGR foi contra a questão da medida provisória sobre fake news. Eu sou da área jurídica e acho que o Presidente deveria dar uma bronca, colocar de joelho ali no milho aquele que escreveu essa medida provisória e o fez passar por essa situação. Que pena que o Presidente passou por essa situação, mas não foi o Presidente que escreveu a medida provisória. Quem foi?

Nós tivemos aí a Lindôra pedindo a prisão do Roberto Jefferson. E as pessoas não estão lembrando disso.

Então, eu quero parabenizar as boas ações, as ações acertadas, e pedir para o Presidente prestar atenção, porque não foi ele que escreveu a medida provisória. Ele caiu, lógico... A gente estuda Direito durante anos, anos e anos, e aí a gente... O senhor deve imaginar, o senhor deve ter lido essa medida provisória e entendeu – o senhor não é bacharel em Direito? –; entendeu quando pode ser aceita, quando é constitucional uma medida provisória e quando não é. E aí nós temos a quinta medida provisória na história devolvida. Por quê? Porque os técnicos não agiram com a técnica que nós esperamos. E aí precisamos, mais uma vez, separar o joio do trigo. Então, que se separem os técnicos desse Governo, as pessoas sérias, das que não são; e que as pessoas que não são sérias e que não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicas, que sejam exoneradas. Que as pessoas sérias sejam mantidas, fiquem e ajudem o nosso País, mas, aquelas que não são sérias, nós precisamos descobrir agora, já. E aí o Ministro Queiroga, com razão, afastou servidores, afastou o Sr. Roberto Dias, afastou várias pessoas. Errou, ele mesmo já disse... Eu gostei muito daquela Sra. Francieli, aquela menina nós perdemos. Tomara que ela volte. Eu gostei muito dela, achei ela muito técnica, e nós precisamos de pessoas assim. Infelizmente ela parou de fazer um bom trabalho, não sei quem está fazendo hoje no lugar dela, mas ela se mostrou muito competente, muito responsável e séria.

Então, é disso que nós precisamos. Tem corrupção em tudo quanto é governo, é o mal do Brasil. É vergonhoso o que nós estamos passando. E, principalmente, que as pessoas comecem a analisar e a separar o joio do trigo. E que Deus nos dê sabedoria e muita paciência, muita paciência, porque eu vou repetir agora, para finalizar de novo, o pensamento de Deus ontem para o Sr. Marcos Tolentino. Era assim: "não deixe que seus inimigos esgotem sua paciência, mas faça que sua paciência esgote seus inimigos". Queria saber do Sr. Marcos Tolentino quem ele pensava que eram os inimigos dele naquele momento, ontem. Interessante isso.

Mas a minha paciência não vão esgotar, nem a minha vontade de fazer o que é certo, independentemente de qualquer coisa. Eu quero estar sempre, e sempre estarei, do lado correto. E não é difícil encontrar o lado correto, a gente sabe. Então, se o senhor não tinha... Como o Senador Marcos Rogério disse que foi um dia perdido, eu não acho, não. Cada vez que o senhor silencia, o senhor aponta onde está o teu problema. É por isso que eu fico preocupada com essa situação, porque na hora que o juiz tem que julgar, ele vai ter que escolher um lado, e aí ele não é imparcial. Ele tem que ser parcial para apurar e não levar questões para o subjetivismo. Mas ele tem que escolher um lado, e aí ele se torna... Ele apoia um lado, ele apoia uma parte, e aí ele é parcial.

Mas o senhor disse muito hoje, no seu silêncio – muito, muito, muito. E mais ainda: o senhor não correu desta CPI à toa. O senhor correu porque tem muita coisa aí para contar, mas a documentação que foi já colacionada conta muito. Tem questões aí que não foram abertas do sigilo.

E, por fim, Sr. Presidente, eu peço aqui para qualquer colega que seja membro desta CPI que faça o pedido de mudança deste Sr. Marconny Albernaz de interrogado, de apenas testemunha, para investigado e que se quebre o sigilo bancário dele.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Requerimento endereçado ao Sr. Relator, Senador Renan Calheiros.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se ele não sair preso no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O próximo é o Senador Izalci Lucas, mas há uma questão de ordem da Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho uma audiência agora com o Presidente Rodrigo Pacheco. Pediria um minuto mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vou fazer pergunta, Izalci.

É apenas porque eu acho muito importante a fala da Senadora Soraya e me veio à memória algo que eu acho que é relevante como contribuição para o relatório do Senador Renan. Obviamente, eu ouvi que nós estamos diante de um lobista, é verdade. E isso me remeteu, Sr. Presidente e Relator – ele foi citado, o Sr. Marconny, como facilitador, intermediário, aí discutiram se era um bom lobista ou um péssimo lobista, para mim é coisa de amador o que se tentou fazer, mas, de qualquer forma, Senador Humberto –, ao fato de que eu acho que o Senado, o Congresso e o País precisam regulamentar essa figura do *lobby*, até para que possamos fazer justiça. E aí eu invoco aqui a lembrança do saudoso, um dos maiores homens públicos da história deste País, que faleceu recentemente, que foi Vice-Presidente da República, Marco Maciel, que tem um projeto de 1990. Ele viveu e morreu tentando regulamentar a questão do *lobby*, até para fazer justiça com a sociedade civil organizada.

Nós queremos os *lobbies* legítimos dos servidores públicos que nos abordam, dos empresários, comerciantes, do agronegócio, dos ambientalistas, nós queremos os das feministas, de quem pensa diferente de nós e até tenta o retrocesso na base da lei. Por quê? Porque isto é a beleza da democracia: é você fazer insistentemente, querer atuar no processo decisório de país, defendendo seus interesses pessoais, mas jamais esses interesses de grupo quando visam atingir o interesse, o bem comum. Mas há o *lobby* ilegítimo, vergonhoso, antiético e imoral, corrupto, que é o *lobby* de atravessadores e intermediários que se aproveitam dos meandros do poder para poder se beneficiar à custa de superfaturamento, de corrupção, de contratos escusos, de contratos ilegítimos.

Desculpe, Izalci, estou indo para o final, mas fica, portanto, aqui, talvez, como uma sugestão para o relatório: vamos encarar de frente, até para valorizar os *lobbies* legítimos, como acabou de chegar aqui o pessoal dos Correios me abordando, para que a gente possa separar o joio do trigo e dizer: lobista ilegítimo que visa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dos servidores públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... à corrupção, que visa levar dinheiro à custa da dor, da saudade de muitos que ficaram, esses têm que estar na cadeia, mas eles não estão, porque nós não criminalizamos o *lobby* no Brasil, o *lobby* ilegítimo. Então, é apenas uma sugestão, Senador Renan.

Eu peço desculpa. Retiro aqui a minha inscrição. Desculpe, Senador Izalci, mas é que eu tenho que... Realmente, fui chamada pelo Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone. Eu acho que o depoimento de hoje, a contribuição de V. Exa. é uma importante sugestão ao Relator, ao relatório do Senador Renan Calheiros.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem sabe, resgatando o projeto e fazendo uma justa homenagem a quem morreu tentando avançar na regulamentação desse projeto, o Vice-Presidente da República Marco Maciel!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Senador Izalci, só uma... Senador Izalci, se V. Exa. me permite, é só uma rápida explicação. É que alguns estudantes dos cursos de Arquitetura do Brasil, daqui da UnB e da Universidade Federal do meu Amapá, estão questionando o termo "arquitetura ideal", mas o termo não foi cunhado por nós. Quero que se coloque lá que o termo "arquitetura ideal" é, inclusive, da mensagem encaminhada pelo Sr. Marconny para o Sr. Ricardo Santana, para alterar o processo licitatório que já tinha ocorrido no âmbito do Ministério da Saúde e burlar o processo que já tinha sido concluído e que teria tido como vitoriosa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o dia mesmo dessa mensagem?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A data da mensagem, pode baixar um pouco? Não, está em cima, está em cima.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Cinco de junho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cinco de junho de 2020.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, será que o senhor poderia rememorar com o nosso depoente se ele trabalhou em conjunto, quem foi o Senador com quem ele trabalhou em conjunto para indicar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A arquitetura ideal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, como é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Roberto Ferreira Dias.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, o Ricardo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ricardo Santana.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... para a Anvisa, José Ricardo Santana, porque ele iria para a Anvisa, acabou indo para a VTCLog, não foi isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E tem uma relação com o Flávio de Souza, com o Carlinhos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – É uma confusão aí meio complicada. Quem é este Senador a que o senhor se referiu? Ele trabalhou com o senhor para indicar o Ricardo Souza para a Presidência da Anvisa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu não conheço nenhum Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o senhor não fazia festa, não participava de festa?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor não conhece nenhum Senador?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Esse Senador que ele está falando eu não sei quem é.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas ele não disse que tinha um Senador, não foi ele que falou que tinha um Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ricardo Santana fala para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Foi o Ricardo Santana, eu nunca falei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E outra mensagem do Sr. Marconny também fala do Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o Ricardo Santana é esse Ricardo Santana...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, vai começar a Ordem do Dia, Presidente. Eu preciso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que trabalhou junto com esse Senador e ele trabalhou junto para indicá-lo para a Anvisa?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não lembra desse Senador, não conhece, não sabe quem é? (*Pausa.*)

Perfeito.

Então, só para esclarecer para todo estudante de arquitetura do País: a arquitetura ideal pinçada pelos operadores da Precisa e encaminhada pelo Sr. Marconny. Pode ser outro nome. O golpe ideal, a estrutura ideal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi exatamente como falou o depoente: pela área técnica da Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pela área técnica da Precisa. Pode ser o golpe ideal, a estrutura ideal, enfim, mas é o que está escrito aí. Nada a ver com o trabalho dos arquitetos que temos em todo o País, dos excelentes arquitetos, nada a ver com os cursos de arquitetura do País. É uma profissão honrada, não tem nada a ver com isso.

Senador Izalci Lucas, por gentileza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, como já estão praticamente se encerrando os trabalhos da CPI, eu vou começar minha fala por uma fala exatamente do José Ricardo Santana. O José Ricardo Santana, que era da Anvisa e estava no Ministério, diz assim: "Vou ser bem sincero. Há males que vêm para bem, isso não tem risco de dar certo mesmo. Aquele Ministério da Saúde está uma zona, mas uma zona sem precedentes".

Eu quero com isso, Presidente, dizer assim: desde o primeiro momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Quem fala isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – José Ricardo Santana.

Na prática, desde o primeiro momento, do início da CPI, eu venho falando assim: nós temos o orçamento da saúde, que se aproxima de 150 bilhões. Aqui no DF, chega-se próximo a 8 bilhões. Segundo o Tribunal de Contas, nós repassamos para o GDF, no período da pandemia, quase 3 bilhões. Então, é muito recurso, mas não há controle de nada. Eu disse aqui por diversas vezes, inclusive para vários ministros que aqui estiveram: por que o Ministério da Saúde não tem um sistema de informática? O Sistema Único de Saúde não tem controle de nada, só o financeiro: quanto mandou, o que fizeram, como fizeram? Não tem controle de nada. E aí, dentro... Resumindo, essa Operação Falso Negativo, Presidente, revelou apenas parte criminosa que foi instalada no GDF. E há evidências claríssimas, muito fortes, de que existia uma conexão direta entre o esquema criminoso implantado na Secretaria de Saúde do DF e o Ministério da Saúde.

Quando, então, Danilo Trento, da Precisa... Está aqui ó! É exatamente esse. Nem vou falar "arquiteto", porque, realmente, já foi corrigido.

Isso que foi agora exposto aqui, a forma ideal que a Precisa instalou aqui no DF e também no Ministério da Saúde, é exatamente o esquema que foi instalado aqui no Distrito Federal. No Ministério da Saúde, o Roberto Dias, que é o Bob, "avoca o processo que está na Dintec, pode alegar necessidade de revisão de atos" e tal. A Dintec, então, devolve sem manifestação, e ele decide.

Aqui, vou começar aqui: "Francisco Araújo Filho, sem qualquer justificativa concreta aportada aqui nos autos, determinou a reabertura do prazo de apresentação das propostas. Essa medida ocorreu apenas, porque a empresa de interesse do Francisco Araújo Filho não havia apresentado a proposta a tempo", ou seja, fora do prazo. A Precisa... Aliás, o sigilo que está aqui nos documentos acostados à CPI revelou que foi o próprio Francisco que encaminhou a proposta da Precisa para compor os autos da licitação. "Ao final, como previamente ajustado, a mencionada empresa foi declarada vencedora mesmo não tendo apresentado o menor preço", exatamente como está aqui no esquema. Avoca e coloca outra empresa, no caso aqui específico aquela que tem interesse, que é a Precisa. "Registre-se como relevante que Francisco já havia reaberto procedimento licitatório em duas outras oportunidades." Então, já era praxe isso acontecer.

E aí – é só para lembrar a quem está nos assistindo, porque isto aqui tem que ficar claro – desclassificou as duas primeiras, colocou a Precisa, que tinha o dobro do preço, na licitação que teve dispensa, e, na mesma semana, o Sesc fez a mesma licitação, um pregão eletrônico, e comprou a R$18, dez vezes menos do que a compra feita pelo GDF, através da empresa Luna Park, de R$180 a unidade. E o pior, como foi dito, é que foi entregue, depois, outro produto que, no mundo todo, já estava sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

recolhido, porque não tinha eficácia. Por isto a operação se chama Falso Negativo: milhares de pessoas fizeram o teste, que, realmente, deu negativo pela ineficácia do produto.

Então, é exatamente o que está aqui neste roteiro. Inclusive, posso até citar aqui alguns diálogos, para ficar mais claro ainda, primeiro lembrando que a Operação Falso Negativo está muito clara, revela claramente que Francisco Araújo Filho mantinha contato direto e diário com o Governador Ibaneis Rocha para dar cumprimento às determinações do chefe do Executivo, ou seja, o Governador sabia de tudo.

Olhem aqui alguns diálogos. Emanuel, que é do GDF, fala com Emanuela. A Emanuela é da Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Medrades.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente! Emanuel diz, aqui do GDF: "Emanuela da Precisa mandou um *e-mail* pedindo o projeto básico". E é o mesmo esquema aqui, olha, o esquema diz aqui no item 3: "O Bob determina a análise que deve ser feita nos termos do projeto básico e de acordo com a ordem das empresas apresentadas".

Logo na frente, no item 4, a área técnica do Dlog solicita dos seis primeiros classificados... Então, aqui, olha, no diálogo, Presidente e Relator, prosseguindo aqui, a Emanuela da Precisa... Aí o Dudu fala assim, que é do GDF: "Para, mentira". Aí o Emanuel do GDF: "Já mandei". O Emanuel: "Mas dá vontade de não mandar". Emanuel: "Porque ela não entregou...". O Emanuel: "Chefe, tem que fazer o Ofício 637. A Emanuela está questionando", mandando lá nos servidores. Aí o próprio servidor do GDF diz assim: "Mentira que Precisa mandou proposta. Morro, mas não vejo tudo". Coisas assim absurdas. E aí aparece aqui o Emanuel: "Chegaram mais três propostas". O Emanuel diz assim: "Pus as sete no processo e mandei para o Jorge". "Ótimo, sete", ou seja, sete propostas.

Senador Renan, tem empresas que até a conta do banco é a mesma. Empresas diferentes que fazem exatamente – exatamente – a mesma coisa. Então, foram sete empresas que apresentaram a proposta.

Aí o Emanuel diz assim – Emanuel do GDF: "Chefe se o Jorge já puder fazer o PAM, o perfil do SIS é o mesmo. Ou até dou a minha senha para ele fazer, mas é que daqui não conseguirei". Não conseguia fazer onde ele estava, mas daria a senha para colocarem. O Emanuel, então, diz: "Já fiz, beleza". O Dudu diz: "O Jorge já finalizou". Aí o Dudu fala: "E qual é o próximo passo?". Emanuel diz: "Escolher qual empresa e empenhar". Exatamente o que está aqui no roteiro: e empenhar. Dudu, então: "Escolhe. No caso da Precisa, não precisa empenhar, porque já tem o empenho".

As duas cancelaram. Aquelas que tinham ganhado, eles cancelaram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, o que a gente observa... E ainda diz lá para o Iohan, que está no processo: "Iohan consegue melhorar o processo e assinar?". "Sim consigo". Todos eles que fazem parte aqui.

Então, a empresa Precisa... Porque é o Danilo que escreveu isso. Quem mandou essa mensagem é Danilo Trento, que é da Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, que foi citado pelo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Que fez todo esquema.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o mesmo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, esse mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas eu digo assim: o que eu estou dizendo é que o *modus operandi* do Ministério da Saúde talvez tenha sido testado primeiro, de uma forma precisa, no GDF. E aí...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De uma forma o que, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hem?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De uma forma...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De uma forma precisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Precisa, precisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, o que eu quero dizer para os colegas? Nós temos agora a reforma administrativa. E, de fato, aqui no DF... Primeiro, criaram o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde, que já tem um rombo de R$400 milhões, que foi administrado também pelo seu Francisco, não é? Que é um rodízio das mesmas pessoas. Quem opera no DF é o mesmo que opera no Ministério da Saúde.

Então, eu quero dizer aos servidores públicos de um modo geral: nós temos que ter muito cuidado para fazer qualquer reforma administrativa, porque a gente detecta e detectou agora: se não fossem realmente os servidores... E o que a gente precisa é um plano de Estado, um plano de carreira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado; um projeto de Nação, um projeto de Estado, que não seja projeto de governo, porque o que a gente vê aqui, nos últimos anos, é projeto de governo: cada governo que entra acaba com tudo e começa tudo de novo. Então, o Sistema Único de Saúde, que é um sistema reconhecido no mundo todo... Imagina se tivesse controle!

Hoje, Senador Randolfe, a gente recebe centenas de pedidos de cirurgias. Não tem cirurgia em Brasília. Por quê? Porque o Iges tomou conta do Hospital de Base, que era uma referência nacional; o Hospital de Santa Maria também já não... Não tem medicamentos básicos. Nós tivemos aqui, primeiro, falta de atendimento na oncologia: as pessoas estão com câncer, morrendo e não conseguem atendimento. Cirurgia... Na área de ortopedia, Senador Rogério – que é médico –, Humberto também, cirurgia de ortopedia, o cara fica 120 dias internado por causa de um parafuso de R$3. Quanto custa isso? Em uma saúde como a nossa, que não tem controle de estoque de medicamento, você imagina o descontrole que ocorre aqui.

Mas a questão não é só isso; a questão é a população. A população do DF, de modo geral... E eu tenho agora feito várias reuniões presenciais. A gente percebe o descaso: as pessoas estão abandonadas, não conseguem consultas; a educação está um caos... Então, as pessoas estão perdendo a esperança. Brasília, que é a Capital, foi campeã agora na miséria. Brasília foi campeã em termos de pobreza. Aumentou a pobreza no DF. Talvez seja a unidade da Federação com maior índice de desemprego, principalmente entre os jovens. Então, tudo isso é descontrole, é gestão.

E o pior é que, quando foi indagado o Governador, ele disse: "Não, o problema da saúde é gestão", como outros também falaram. E a gente percebe claramente que o que falta, realmente, é gestão.

Mas eu gostaria, Senador Renan, que no relatório se desse uma ênfase bem grande com relação à questão do controle. Eu acho que essa questão do GovTech, de colocar o Sistema Único com controle total, informatizado... Porque é inadmissível uma pessoa sair de casa, pegar um ônibus, e ficar duas horas em um ônibus para marcar uma consulta, sendo que você pode apertar um botão aqui e, em dez segundos, marcar uma consulta por aplicativo. Precisamos fazer a digitalização, fazer convênio com as clínicas, com os prontuários, para ter o prontuário do paciente. Qualquer país hoje que tem um pouco mais... São Paulo, inclusive, já está bastante avançado. Quando o médico for atender o paciente e abrir o celular, tem que ter o prontuário todo do paciente. Então, falta... E é coisa simples. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia e Inovação. O mundo todo já está fazendo isso. Não tem sentido, com um orçamento de 150 bilhões, não ter esse controle. Aqui no GDF, adquiriram agora mais um sistema. O Iges adquiriu mais um sistema de informática, por R$100 milhões, que não tem controle de nada, não tem integração com nada, só para realmente ganhar mais dinheiro. Então, é lamentável.

Mas eu quero aqui, primeiro, solicitar do Relator que coloque uma ênfase maior na questão do controle, porque a questão da saúde hoje não tem controle nenhum, nem em nível federal, nem em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nível municipal e estadual. Eu sei que tem que ter a participação de Estados e Municípios, mas precisamos colocar na legislação, se for o caso, mudar a legislação, para que a gente possa exigir que, para receber os recursos do SUS, tenha no mínimo o controle. Os Estados e Municípios precisam realmente, até pra receber o ressarcimento do SUS, informatizar e realmente fazer a demanda para o ministério. Então, Senador Renan, esse é o pedido que faço, porque acho que, com o controle, a gente vai economizar, no mínimo, se informatizar, só informatizar, pelo menos 30%, 40% do custo que nós temos hoje.

Obrigado, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Levaremos em consideração a intervenção de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Izalci.

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Senadora Leila é a penúltima inscrita. O último inscrito de hoje será, em seguida, o Senador Jean Paul Prates.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento todas as Senadoras, os Senadores e quem nos acompanha hoje nesta oitiva.

Nós estamos chegando a seis horas, a praticamente seis horas, passamos de cinco horas. Tenho algumas perguntas que foram feitas, mas eu quero reforçar e quero o reforço das respostas.

Sr. Marconny Faria, esta CPI teve acesso à mensagem no WhatsApp que mostra o Diretor da Precisa Medicamentos Danilo Trento enviando mensagens ao senhor, contendo um passo a passo com instruções sobre como o Roberto Dias, o Bob, de acordo com as mensagens, deveria atuar dentro do Ministério da Saúde pra destravar o processo da compra de 12 milhões de *kits* de reagentes para exames da covid-19. Nas mensagens, o Trento detalha o processo que deveria ser feito a toque de caixa. E, segundo apurado, após receber as mensagens de Trento, V. Sa. as encaminhou para o Sr. José Ricardo Santana. Eu lhe pergunto: qual é a sua relação com o Sr. Danilo Trento? O senhor disse aqui que conhecia o Danilo Trento – eu estava aqui presente – como dono da Precisa, mas disse também que esteve com Francisco Maximiano. Afinal, quem o contratou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – O primeiro contato tive com o Danilo Trento.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

Qual foi a sua remuneração nessa negociação dos testes? O senhor ganharia alguma comissão em caso de sucesso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Em caso de sucesso, naturalmente.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – A sua relação... Qual era a sua relação com o Sr. Roberto Dias, o Bob?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não tinha nenhuma relação. Eu o conheci, mas não tinha nenhuma relação a não ser de ter conhecido.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu aproveito pra lhe perguntar: qual é a sua relação com o Sr. Francisco Maximiano, da Precisa Medicamentos?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nenhuma. Uma relação de...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Da Precisa, então, era o Danilo Trento?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – É. Uma relação de privados.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

O senhor já trabalhou em outras negociações junto ao Ministério da Saúde?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nenhuma? Essa foi a única?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nenhuma.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor já intermediou algum contrato assinado com o Ministério da Saúde ou de qualquer outra área do Governo Federal?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, nunca, nunca...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Nenhuma?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca recebi dinheiro público, nunca...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Suas relações sempre foram com a área privada?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Privadas. Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca assumi cargo público.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor participou do processo de licitação da Precisa junto ao GDF?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Esta CPI tem informações sobre a sua presença em reuniões realizadas na casa da Sra. Karina Kufa. Aliás, além disso, tivemos conhecimento de trocas e mensagens entre V. Sa. e a advogada que demonstram bastante proximidade, como já foi relatado aqui nesta oitiva. Sobre esse evento, eu lhe pergunto: quem, além do senhor e da anfitriã, esteve presente nesta reunião na casa da Sra. Karina Kufa? O senhor lembra?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como eu já falei aqui no início desta CPI...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por isso, estou reforçando.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – ... devia ter umas cinco ou seis pessoas.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E o senhor pode dizer quem eram essas pessoas?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu não lembro. Era amigo dela, não era nenhum conhecido meu.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Houve outros encontros entre o senhor e a Sra. Karina Kufa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Onde?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ah, em vários lugares. Ela é amiga.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O que foi tratado nesses encontros, fora os encontros de amizade? Porque aqui está claro para nós que o senhor teve relações comerciais com ela. Ela abriu muitos caminhos para o senhor, não? Ali dentro do Governo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Nunca tive relações comerciais com a Dra. Karina Kufa, só de amizade.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Alguma tratativa relacionada a contratos com o Ministério da Saúde ou qualquer outro órgão do Governo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, como eu disse anteriormente.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por que a Sra. Karina Kufa o apresentou ao Sr. José Ricardo Santana? Isso foi na noite, não é? Foi lá no encontro.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Desculpe. A pergunta, por favor, novamente?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por que a Sra. Karina Kufa o apresentou ao Sr. José Ricardo Santana?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não. Ela não me apresentou para o Ricardo José Santana. Eu conheci o Ricardo na casa dela, mas não foi ela que me apresentou.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não foi ela?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E quem foi?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – A gente estava conhecendo, estava conversando, uma conversa informal, e a gente se conheceu naturalmente. Foi uma coisa natural. Não foi ela que falou assim: "Esse aqui é o Ricardo". Foi natural.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

Então, por que o senhor pediu para a Sra. Karina Kufa para intervir no Instituto Evandro Chagas? E qual era o seu interesse nesse instituto?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como essa matéria está correndo em segredo de Justiça, eu vou usar o direito constitucional de ficar calado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E por que pediu a ajuda da Sra. Karina Kufa para intervir na escolha do Defensor Público-Geral da União?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu usarei também o direito de ficar calado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por que o mesmo pedido à Sra. Ana Cristina Valle, ex-mulher do Presidente Bolsonaro? E qual o seu interesse na Defensoria Pública da União?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sra. Senadora, eu ficarei calado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Afinal, o senhor foi contratado por alguém para interferir nesses órgãos?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Estava prestando algum serviço ao tentar intervir nesses locais?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – A imprensa noticiou a sua participação na criação da empresa Bolsonaro Jr Eventos e Mídia, de propriedade de um dos filhos do Presidente. Eu lhe pergunto: o senhor confirma essa informação?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Qual informação?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – De que o senhor teve participação na criação dessa empresa.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não. Não tive participação. Eu apresentei o Renan para um advogado, para o advogado tributarista, para ajudá-lo na abertura da empresa. Apenas isso.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E, por fim, para não estender muito, e vou voltar, de novo... Eu peço até desculpa, pela insistência, aos meus colegas aqui. Porque o senhor falou que... Poxa, o senhor vive de fazer consultoria política, avaliação política; tem uma empresa de consultoria política, não é?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Como pode uma pessoa como o senhor esquecer o nome de um Senador da República que está ajudando numa negociação em que o senhor participa? Porque está claro, nas mensagens que foram do WhatsApp, que foram colocadas aqui, que o senhor... Estava muito claro que o senhor tinha um acesso a algum Senador aqui. E como é que o senhor esquece o nome desse Senador da República, se ele está participando de uma negociação com o senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor não quer lembrar, não?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não lembro, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para complementar, Senadora Leila, rapidamente...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por favor, por favor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Porque eu já tinha até falado aqui que não vou fazer pergunta, mas, enfim... Afinal, quem é o seu cliente nesse imbróglio? Por que o senhor está sentado aí?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Estou sentado aqui por conta de uma acusação de uma licitação que não teve... Que não finalizou, por conta da Precisa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o senhor participou como dessa licitação? Como assessor de quem?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Eu, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é só por isso, Sr. Marconny. O seu sigilo telefônico revelou algo muito além disso. É só para lembrar para todos que estão nos assistindo, para ninguém pensar que o Sr. Marconny só está aqui por conta de um processo de licitação que não se realizou.

Sr. Marconny, o senhor mudou, o senhor alterou a direção do Instituto Evandro Chagas. Foi ação sua que fez alteração e resultou em uma operação da Polícia Federal que levou à prisão da pessoa indicada pelo senhor e à descoberta de um esquema de propina de R$1,6 milhão em cinco meses, no Instituto Evandro Chagas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E aí eu quero voltar à pergunta: para quem o senhor trabalha nesse processo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso e outras coisas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para quem o senhor trabalha?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como corre em segredo de Justiça, ficarei calado, Sr. Senador, com relação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rapaz, assim, dificulta demais, porque você está alegando um segredo de Justiça num processo que é o rabo abanando o cachorro. Isso aqui é muito mais importante. Esse processo... Você não pode dizer para quem você trabalhava? Para quem a sua empresa trabalha hoje? Também é incriminatório isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Todos os meus contratos têm, têm, têm...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Têm sigilo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – ... cláusula de sigilo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas nesse caso não havia nem contrato. Você trabalha, porque era muito...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não houve nem contrato...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu até imagino que haja muitos contratos destes em que é preferível não ter contrato mesmo, mas existe um contrato tácito. Você não sabe pra quem estava trabalhando, nessa história toda que o leva a estar aqui sentado na CPI?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Conforme eu falei...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sabe para quem está trabalhando, mas não pode dizer?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – ... a minha convocação foi por conta dos testes rápidos que envolviam a Precisa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Você não estava envolvido nisso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu já estou lhe dizendo mais uma vez...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estou lhe informando mais uma vez que não é somente por isso. Senão, fica a narrativa – aí esta é narrativa – aqui de alguns de que "não se concretizou"; se concretizou, sim. Teve nomeação para o Evandro Chagas que se concretizou, tem um monte de outras operações aqui que se concretizaram...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A arquitetura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem arquitetura, que não é... O golpe, para não ser ofensivo aos estudantes de Arquitetura.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É. Isso tudo é crime, isso tudo é crime, é crime, pronto.

Enfim, Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Vou finalizar aqui.

O Senador Alessandro perguntou ao senhor sobre as mensagens que o senhor trocou com a Sra. Ana Cristina e a Dra. Karina Kufa, se elas eram exemplos do seu trabalho, da viabilidade política do seu trabalho. O senhor respondeu que não responderia para não se autoincriminar. E eu pergunto para o senhor: o fato de o senhor descrever a sua atividade profissional é algo que pode incriminá-lo?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, por que o senhor não respondeu?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Porque tem terceiros, enfim...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Como?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Tem terceiros. Não vou falar de terceiros, posso falar só por mim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, fale pelo senhor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não. Está errado!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não, não!

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Marconny, eu vou ler para o senhor a decisão da Ministra Cármen Lúcia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A decisão judicial não é contra terceiros, é contra si.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Marconny, deixo isto aqui bem claro com o senhor: nós queremos que este depoimento termine bem. Tem uma limitação...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não existe ter cansaço também...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem uma limitação aqui do HC que foi concedido ao senhor para nós nesta CPI, mas essa limitação também é relativa. Eu quero reiterar aqui os termos da advertência feita há algum tempo pelo Senador Jean Paul Prates. O senhor pode utilizar do direito ao silêncio, mas, respondendo, o senhor não pode brincar com esta CPI. Esta CPI precisa que o senhor fale de terceiros, é por isso que o senhor está aqui sentado; senão, nós não o chamávamos. E eu queria deixar claro o trecho aqui do HC:

> Convocado que foi nesta condição, pode [...] [o senhor] se manter em silêncio se questionado sobre fatos e atos que possam conduzir a seu comprometimento criminal. Contudo [veja o que a Ministra fala para o senhor], como testemunha não pode eximir-se do dever de dizer a verdade, por exemplo. Pode silenciar-se afirmando o direito constitucional de não produzir provas contra si. Mas não pode, testemunha que seja, negar-se a dizer a verdade se questionado e se vier a optar por não silenciar, apenas afirmando, nesta situação, o seu direito de não se autoincriminar.

Então, não venha aqui falar que o senhor não pode falar sobre terceiros, porque o senhor deve falar sobre terceiros, o senhor tem que falar sobre terceiros.

Olhe, eu repito: nós não queremos levar para algum tipo de medida, não queremos, porque temos uma limitação – uma limitação. Alguns colegas aqui arguiram... E olhe: não me falta vontade, Sr. Marconny, não me falta vontade de pedir a sua detenção por falso testemunho. Não falta vontade! Mas eu queria pedir aos colegas que assim requisitam que expusessem claramente a contradição, onde ela ocorreu e onde ele extrapolou do direito constitucional que está assegurado no *habeas corpus* da Ministra Cármen Lúcia, para que não restem dúvidas. Os colegas que assim arguirem... Eu sei que alguns pediram para colocar pulseira, não sei que tipo de pulseira é, então... Colocar pulseira não é fundamento constitucional. Colocar somente a pulseira não é fundamento constitucional, mas outros são.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, Sr. Marconny, eu quero aqui adverti-lo em definitivo e pela última vez – e pela última vez: o seu direito não é absoluto e está relativizado nesse *habeas corpus*. Então, não existe isto de o senhor não falar sobre terceiros, o senhor tem que falar sobre terceiros, é para isso que o senhor está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço para a Senadora Leila fazer de novo a pergunta e aí o senhor escolhe... Se o senhor quiser consultar o advogado, consulte, mas repito: não aceito mais um abuso a esta Comissão Parlamentar de Inquérito!

Senadora Leila, refaça a pergunta, por gentileza.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Pois não, Sr. Presidente.

Eu perguntei sobre a pergunta feita anteriormente pelo Senador Alessandro em que ele fala sobre as trocas de mensagens entre o senhor e as Sras. Dra. Karina Kufa e Ana Cristina, se essas mensagens eram exemplo do seu trabalho de viabilidade política, e o senhor falou que não iria falar para não se autoincriminar. Eu pergunto, mais uma vez, ao senhor se o senhor descreve a sua atividade profissional como algo que pode incriminá-lo.

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Sra. Senadora, usarei o direito constitucional de ficar calado para não me autoincriminar.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Leila.

Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Vamos lá.

Senador Randolfe, eu estou aqui aguardando ainda, mas acho que já tivemos vários exemplos aqui de má vontade na colaboração com esta CPI, não é uma questão autoincriminatória, são coisas que se referem a fatos e a pessoas que não têm a ver necessariamente com incriminar o réu. Então, por mim – não sei como vocês vão lidar com isso –, eu daria voz de prisão, porque essa pessoa... Ontem nós comprovamos e mostramos ao Brasil que esse esquema está em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Jean, temos uma pequena limitação. Eu vou, mais uma vez, só declinar o decidir, ao final, no *habeas corpus* concedido pela Ministra Cármen Lúcia. Ela disse:

> Pelo exposto, defiro parcialmente a liminar requerida tão somente para assegurar ao paciente, ao ser inquirido pela Comissão [...], a) o direito de ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente [...]; b) de não ser obrigado a produzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

provas contra si mesmo, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder àquelas perguntas que possam incriminá-lo [...]

Necessitava – e aí acredito que esta Comissão tem que avaliar, em circunstância como esta – fazer ao ministro ou à ministra que concedeu o *habeas corpus* mais uma vez o embargo de declaração sobre a limitação disso. De fato, V. Exa. tem razão, mas nós não tivemos aqui a possibilidade de ter o intervalo e fazer embargo de declaração sobre esse termo da decisão de S. Exa. a Ministra Cármen Lúcia.

Como, em primeiro lugar, esta Comissão Parlamentar... A turma que quer fechar o STF e depois recorre a ele – eu acho que está sentada nesse banco de depoente – não é a turma desta Comissão Parlamentar de Inquérito, não pelo menos a maioria dos seus depoentes. A turma que está aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito respeita a Constituição, respeita as leis, respeita as decisões do Supremo Tribunal Federal, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis a esta Comissão. Esse nos impõe – esse que foi arguido, foi pedido, por aqueles que querem fechar –, em primeiro, sentir uma limitação. Nós não tivemos o tempo de fazer o devido embargo de declaração em relação a isso.

Então, queria, somente mais uma vez, advertir o Sr. Marconny: não abuse da paciência desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em respeito ao Supremo Tribunal Federal e à Ministra Cármen Lúcia e por não termos questionado, feito o embargo de declaração de até onde de fato iria, como fizemos anteriormente em relação ao Ministro Fux, nós nos sentimos aqui limitados, sob pena de, se nos exacerbarmos em nossas atribuições, ofendermos a Constituição e a Lei de Abuso de Autoridade, que é algo que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não deseja. Mas utilizo sua expressão desde o início desta Comissão para divertir o Sr. Marconny: não abuse da boa vontade dos membros desta CPI.

Senador Jean, pode continuar.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu, de fato, fico muito incomodado ao vê-lo sair daqui incólume, porque esses negócios ainda estão em vigor, esses negócios estão ocorrendo. Esses esquemas estão, à luz do dia, acontecendo. Ontem, tivemos outro depoimento que revelou muito claramente isso. E esse povo está provavelmente também escondendo provas, ajeitando situações, enfim.

Eu quero aproveitar essa ocasião para fazer também menção a uma fala que eu ouvi aqui mais cedo e que me obriga a fazer uma réplica. Parece que alguns Senadores vêm para esta CPI, baixam aqui, falam a mesma coisa e vão embora, não ouvem a CPI ou não assistem à CPI ou não enxergam, não veem o que a CPI está fazendo, Senador Humberto, porque vir aqui dizer que não tem crime, que não está acontecendo nada, que o Governo evitou alguma coisa... O Governo evitou alguma coisa? Quem evitou? Se evitou alguma coisa aqui, quem evitou foram dois servidores, que eu me lembre – três ou quatro servidores de carreira, esses que querem extinguir, prejudicar e ameaçar através da eliminação da estabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto à comparação – aí eu preciso ter a coragem e a firmeza de falar isto – com os fatos anteriores da Lava Jato e outros, dizer que o Presidente Lula – porque foi uma clara alusão a ele – esqueceu o sítio, esqueceu o apartamento... Esqueceu porque nunca teve mesmo, porque aquilo foi uma suposta contraprestação colocada em um processo iniciado – é bom que se lembre, Senador Randolfe – por uma delação que esse Paulo Roberto fez em véspera de eleição.

Vamos comparar os processos, eu vou chegar à CPI, para que a gente jamais compare uma coisa com a outra.

Nós aqui, senhor depoente, estamos começando a fase zero do processo. Aquele outro processo já começou na fase um, porque alguém foi lá e delatou, com a esperança de que a oposição ganhasse a eleição e ele se safasse. Aquele processo ia ser enfiado na gaveta, Senador Renan, se o resultado da eleição fosse outro. Mas lá no "fotochart" deu Dilma, e aí a turma teve que esticar o processo e transformar no que ele virou, um tsunâmi político, um tsunâmi contra a engenharia nacional, muito maior do que a necessidade absoluta – e eu nunca nego isso – de se combater a corrupção e eliminarem os pontos problemáticos que havia na Petrobras. Bastava conduzir uma operação dentro dos limites da lei, mas ela extrapolou – extrapolou e muito. Por isso não cabe comparação absolutamente nenhuma aqui.

A Justiça isenta, não contaminada pela onda política justicialista daquela época, persecutória, política, pela *lawfare*, amplamente provada, inocentou o Presidente Lula, um a um dos processos, e o tornou elegível e ele será Presidente da República, para júbilo e felicidade dos brasileiros e brasileiras, que precisam de emprego, renda e ajuda social.

Deixando a política de lado, mas ainda comparando, este processo é diferente, Senador Randolfe. Esta CPI está começando a colher as provas. O Senador Renan fará um relatório que, esse sim, servirá de base para processos criminais, cíveis, senhor depoente – criminais, cíveis –, crime de responsabilidade de Presidente da República. Polícia Federal vai começar agora... Porque, se não tivesse tido a CPI, Presidente Randolfe, provavelmente muitas coisas que apareceram aqui só apareceriam daqui a dois anos, três anos. Por isso que durante... Aproveite quem quer dizer que não tem nada aqui, aproveite mais uns meses, porque já não é assim, mas mesmo assim, aquelas operações de chegar na casa dos outros pra pegar prova, etc. etc., ainda vão ocorrer. Por isso que eu tenho essa preocupação de essa turma estar por aí.

Mas, enfim, é o processo – é um processo diferente, ele começa num estágio diferente, nós não começamos com o delator que abriu o verbo pra todo mundo e com outros delatores que foram delatando pra cima o tempo todo e dizendo: "Olha, entra na casa do fulano, que lá, na terceira gaveta do móvel da cama dele lá, tem um documento assim, assim". Aqui não: a CPI começou às cegas e foi ouvindo, foi tirando e foi extraindo dessas pessoas, mas ela não tem poderes de ir na casa de ninguém,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de, enfim, fazer essas diligências mais físicas. Mas elas ocorrerão, com base no relatório do Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sem dúvida.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então é pra deixar bem claro, fechando essa sessão de hoje, que isso aqui é a fase zero do processo, mas ela é extremamente importante, ela acelerou esse processo e ela mostra, sim, que o Presidente da República, Ministros, Secretários, família do Presidente estão enovelados aqui nesse processo. A diferença é que aqui o Senado agiu e o STF também tem agido por antecipação, mas os crimes existem sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer um rapidíssimo aparte a V. Exa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senador Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e dizer o seguinte: em função do que aqui se colocou e do que todo mundo presenciou nesse depoimento enfadonho, impreciso, mentiroso em alguns aspectos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Evasivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Evasivo.

Eu quero aceitar as várias sugestões que foram aqui indicadas ao Relator e, Sr. Presidente, dizer que eu passo a elevar a lista dos investigados desta Comissão Parlamentar de Inquérito e incluo nesta oportunidade o nome do Sr. Marconny Faria como um dos investigados.

Os depoimentos podem não ter agregado muito – alguns agregaram, sem dúvida –, mas, como diz o Senador Jean Paul, esta Comissão Parlamentar de Inquérito avançou nas investigações, no acesso a informações fundamentais e acabou desvendando muita coisa. As descobertas que vão sendo feitas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito podem ser resumidas na seguinte imagem: você puxa uma pena, e vem um galinheiro, um, dois galinheiros. Quer dizer, por isso tudo, o Sr. Marconny Faria passa a ser incluído na relação dos investigados.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Relator.

E, por fim, quero deixar aqui, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aproveitando, Senador Jean, se o senhor... Eu lhe considerarei o tempo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Só pra perguntar pro Sr. Marconny. O senhor disse e respondeu à Senadora Leila ainda há pouco que não possui, não possuiu nenhum tipo de negócio com a Dra. Karina Kufa. O senhor confirma?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor confirma?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Certo. Confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O que o senhor pode dizer da mensagem do dia 30 de agosto de 2020?

"Marconny, tudo bem? Aqui é Pedro Arthur, do escritório da Karina Kufa. Ela pediu para verificar com você a possibilidade de fazermos uma *call* hoje para tratar dos negócios. Às 11h, coisa rápida". O senhor confirma a *call*? O senhor tratou o que na *call*?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Usarei o direito constitucional de ficar calado pra não me autoincriminar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Marconny, nos ajude a ajudá-lo. Está difícil.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu tenho um conceito muito amplo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor acabou de dizer pra Senadora Leila que o senhor não possui. Eu lhe perguntei. O senhor voltou a dizer que não. Eu lhe mostro. O senhor usa o direito de ficar calado?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ou então esquece.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode prosseguir, Senador Jean.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É difícil. A gente fica na sinuca de bico, mas, enfim, é como o Senador Renan disse, é uma construção que não para aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor quer...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Infelizmente, não para aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vou lhe dar mais uma chance: o senhor quer se retratar da resposta que deu anteriormente a mim agora e à Senadora Leila sobre não ter negócio com a Karina Kufa?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, nunca tive negócio com a Dra. Karina Kufa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acabei de lhe... Vamos lá, vamos tentar resolver aqui a história.

Eu acabei de lhe mostrar uma mensagem sua com a Karina Kufa, ela falando de uma *call* de negócios, o senhor confirmando. O senhor pediu pra usar o direito constitucional ao silêncio. O senhor quer se retratar em relação à pergunta anterior da Senadora Leila e à minha? Estamos lhe dando uma chance.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por exemplo, dizer que se cala, mas não dizer que não tem negócio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deixe-me ajudar, mais uma vez, Senador Jean. Vou ajudar mais uma vez.

Um minuto pro senhor consultar o seu advogado...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Fica à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para o advogado expor para o senhor. Eu estou tentando ajudá-lo. O limite... Olhe, o *habeas corpus* nos impede... Deixa-me ser mais claro, Sr. Marconny. Sr. Marconny... Só um minuto, Excelência.

Deixa-me ser mais claro: o *habeas corpus* nos impede de levá-lo para a prisão por falso testemunho, está entendendo? Nos impede.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porém...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, porém ele diz que o senhor não pode abusar desse direito.

Então o senhor pode silenciar, silenciar o senhor pode...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sobre tudo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ...mas o senhor não pode responder e depois dizer que usa o direito ao silêncio.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Primeiro dizer que não tem negócio e depois dizer que não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então eu vou lhe dar um minuto para o senhor dialogar com o seu advogado, para ele orientá-lo. (*Pausa.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Temos um veredito?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Eu me retrato na parte do negócio, mas foi só uma sondagem também, não prosperou, e eu fico no direito constitucional de ficar calado para não me incriminar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Então, vamos lá: o senhor se retrata da resposta que inicialmente prestou à Senadora Leila e a este Senador e o senhor utiliza o direito ao silêncio. É isso?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estamos lhe ajudando, viu? Estamos lhe ajudando.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Portanto, está desfeita a afirmação de que não tinha negócios com Karina Kufa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, a afirmação que prevalece é que o senhor usa o direito constitucional ao silêncio, perfeito?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É isso? Podemos registrar?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Ahã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, à Secretaria e à Taquigrafia: ao depoente, perguntado se mantinha negócios com a Sra. Karina Kufa, ele respondeu que utilizará o direito constitucional de permanecer em silêncio.

Diga, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, e, finalmente, que sirvam para o Brasil esses casos como desmascaramento definitivo dos falsos justiceiros, daqueles a que eu me referi aqui. Depois até tentaram "memetizar" isso, distorcidamente, como falsos patriotas que falam em Pátria, em Deus, terminam suas tratativas escusas com "viva o Brasil!", "acima do Brasil, Deus" e tudo isso, se alcunham de cidadãos de bem, antipetistas normalmente – não gostam nem que o petista reclame do barulho da casa.

Enfim, não é à toa, Senador Randolfe, que nós tivemos o fracasso desses movimentos que tentaram ir para as ruas agora disfarçadamente, inclusive esse Vem Pra Rua, recentemente. Nós vamos ter manifestações, sim, contrárias ao Governo, grandes manifestações daqui para o final do ano, mas essa daí já se entendeu por que é que fracassou. Ninguém mais acredita nesses falsos heróis, nesses justiceiros, nessa turma que veste a camisa da CBF, se enrola na bandeira... E não tenho nada contra quem se enrola na bandeira, já me enrolei várias vezes na bandeira para assistir Copa do Mundo, quando morei fora, quando o time ia jogar, quando tinha time de universidade. Nenhum problema; pelo contrário, o maior orgulho. O problema são os falsos patriotas: se enrolam na bandeira, botam bandeirinha no carro, defendem essa turma e depois aparecem aqui sentados dizendo que esqueceram tudo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates.

Sr. Marconny, só para esclarecer ao senhor e aos seus advogados.

Constitui crime, conforme o art. 4° da Lei 1.579, fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu repito ao senhor que o senhor esteve muito próximo de isso ter sido decretado, e só não ocorreu porque nós não temos clareza da limitação do *habeas corpus* que foi concedido a V. Sa. Antes de concluir, só me permita uma última pergunta: o senhor disse que tem contatos com Parlamentares – contatos, contratos com Parlamentares. Tratou isso como negócios privados. O senhor disse que não encontrou com Parlamentares aqui no Senado ou em espaço público. Como eram esses contatos? Eram no seu escritório, na sua residência? Os Parlamentares foram ao seu escritório, foram à sua residência?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA (Para depor.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foram à sua residência? Se encontravam com o senhor na sua residência?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Não, no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No escritório. Na sua residência não?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Espere aí, só uma coisa, Presidente Randolfe. O senhor tem clientes – é que essa parte eu perdi aqui –, o senhor tem clientes Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem, ele declarou.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parlamentares que pagam honorários ao senhor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode informar quem são os Parlamentares?

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Como eu falei anteriormente, eu tenho cláusula de sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. Não prossiga. Não prossiga.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. Olha o terreno lodoso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não prossiga.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é por aí!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não pode arguir um contrato privado para não responder. Essa cláusula de confidencialidade é sua com eles. Não diz respeito...

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Então, conforme...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não está albergado pelo *habeas corpus*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCONNY NUNES RIBEIRO ALBERNAZ DE FARIA – Conforme o senhor mesmo me orientou, usarei o direito constitucional de ficar calado para não me autoincriminar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta oitiva desta Comissão Parlamentar de Inquérito, convocando as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o depoimento de amanhã às 10h, quando ouviremos aqui representantes da Prevent Senior.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. O senhor quer fazer, anunciar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, por favor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A pedido do Relator, Senador Renan, daqui a pouco sairemos daqui para uma reunião com o Dr. Miguel Reale Júnior, ex-Ministro da Justiça, e equipe de juristas, que apresentarão os fundamentos de estudos feitos para a conclusão do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Amanhã, estaremos, também às 17h, com a equipe da Dra. Deisy Ventura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na sexta-feira, Prerrogativas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na sexta-feira, com a equipe do Grupo Prerrogativas. Na segunda-feira, Ordem dos Advogados do Brasil.

Sr. Marconny, sinceramente, eu desejo ao senhor boa sorte. O senhor vai precisar.

Antes de concluir em definitivo, peço à Secretaria encaminhar para o Ministério Público Federal e do Distrito Federal o depoimento de hoje e a averiguação e investigação sobre o eventual crime de falso testemunho, conforme o art. 343 do Código de Processo Penal, cometido pelo Sr. Marconny Faria nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Declaro encerrada esta oitiva.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Jorginho Mello, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Izalci Lucas e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores não membros Fabiano Contarato, Zenaide Maia e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Eduardo Girão e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Pedro Benedito Batista Júnior**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Pedro Benedito Batista Júnior. Oitiva do Pedro Benedito Batista Júnior, Diretor Executivo da Prevent Senior, em atendimento ao requerimento 990/2021. **Resultado:** Não realizada em virtude da ausência do depoente. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1528 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), informações relacionados com o processo de sindicância nº 82.335/2021 em tramitação neste Conselho." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião era destinada ao depoimento do Sr. Pedro Benedito da Silva Júnior, em atendimento ao Requerimento nº 990, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. O depoente, através dos advogados, mandou um comunicado à CPI, com base no Código Penal, informando que deveria ter sido comunicado 48 horas antes, por isso não viria, mas, assim mesmo... Ele quer que se cumpram as 48 horas, mas, para solicitar ao Supremo para ficar calado, ele entrou... Ele foi lá no Supremo, o Sr. Pedro Benedito Batista Júnior, e conseguiu um *habeas corpus* com o Ministro Lewandowski, que concedeu, em parte, o *habeas corpus*. Ele já tinha conhecimento desse *habeas corpus* desde ontem, porque ele tinha que comparecer. Então, ele teria tempo suficiente para ter comparecido aqui.

Eu abro aqui para receber opiniões dos Senadores.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu acho que uma das coisas que tem pautado a posição da CPI é dar realmente o direito ao contraditório, não é? É óbvio que esse não comparecimento e o pedido ao Supremo são muito paradoxais, porque, afinal de contas, essas pessoas têm propalado que o trabalho desenvolvido por esta instituição é um trabalho preciso, científico e que o objetivo é ajudar a enfrentar a pandemia. Então, nada mais natural do que essas pessoas quererem vir aqui. Quantas instituições e pessoas estão nos procurando, querendo falar na CPI sobre ações que foram feitas, como é que os Estados atuaram, os Municípios, e nós... E eles tiveram a oportunidade de vir aqui para falar de todas as coisas boas que eles supõem que tenham feito.

Então, eu acho que a melhor coisa é que a gente realmente marque para a semana que vem a vinda desse pessoal, com o prazo que eles acham que é fundamental. É uma contradição que eles tenham tantas coisas boas feitas e peçam ao Supremo para ficar em silêncio aqui. Quer dizer, esse é um dos grandes paradoxos que a gente encontra nesta CPI: gente que ia para a rede social, escrevia coisa, dizia coisa e, em vez de vir aqui para sustentar o que disse, vai ao Supremo para ter o direito de não falar. Então... Mas vamos chamá-lo para que ele possa falar.

Então, a minha sugestão, Presidente, é que nós pudéssemos encaminhar a marcação da vinda do Sr. Pedro Batista ou de algum representante da Prevent Senior para semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa importante que eu queria colocar é que todos esses documentos que estão circulando aí na imprensa são públicos, nós não quebramos nenhum tipo de sigilo, não recebemos nada sigilosamente. Essas informações são do conhecimento de todo mundo, inclusive do próprio Prevent Senior.

Então, a minha sugestão seria essa. Isso foi baseado não meramente em declarações, embora existam declarações muito graves, muito contundentes de profissionais de saúde, mas o que está aqui foi objeto de material documental – 99% do que tem aqui é material documental. Na minha opinião, nós podemos fazer muito bem, tranquilamente, uma acareação entre o Sr. Pedro Benedito e o material que está aqui.

Agora, se o entendimento da CPI é que deve trazer médicos aqui, eu acho que também pode se fazer o pedido, o convite e tal. O fato é que há muitas denúncias de perseguição também – eu até compreendo –, mas, se for o entendimento da CPI que é bom que venham também os médicos, a gente pode chamar ou para uma audiência mais reservada ou para uma audiência inteiramente pública, para que eles possam também confirmar, pelo testemunho, o que já está aqui escrito com as provas.

Essa é a minha ideia, minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, depois o Senador Alessandro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa., Senador Omar Aziz.

Quero parabenizar o aniversariante do dia, meu estimado amigo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu também. Falei e me esqueci.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... jovem Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cumprimentos de todos nós ao nosso Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... espere aí, Randolfe – ao jovem Senador Renan Calheiros. Vida longa, saúde, paz e boa sorte na sua luta para preparar um relatório que seja, sem dúvida nenhuma, fidedigno a respeito da crise sanitária que se abateu sobre o País e todos esses crimes sanitários que aconteceram.

Sr. Presidente, eu quero respaldar aí a palavra do Senador Humberto Costa. Só lembrando, como ele disse, são notícias que já foram publicadas e, no caso da subnotificação, o Senador Humberto lembra que foi ainda denunciado pelo ex-ministro Mandetta. O Mandetta, naquela época, ainda lá atrás, no início de 2020, estava denunciando a subnotificação dos casos de covid-19 nessa entidade hospitalar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós temos aqui as informações corretas com as gravações, os zaps, as mensagens e outras tantas coisas que precisam ser realmente apuradas. E nós esperávamos que Dr. Pedro Batista Júnior pudesse estar aqui hoje para enfrentar essas denúncias todas, que, na minha opinião, são muito graves.

Portanto, era essa a colocação, sintonizada com o que o Humberto falou, o que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente. Parabenizo também o Sr. Relator pelo aniversário. Saúde para V. Exa.!

Primeiro, Presidente, fazer um registro oportuno e conectado com a nossa CPI. Hoje, em Aracaju, foi apresentada a denúncia por fraudes no Hospital de Campanha de Aracaju: corrupção, estelionato, falsificação de documento, fraude na licitação. A cópia de toda essa denúncia já vai ser, por determinação da Justiça, encaminhada a esta CPI, dando consequência àquilo que nós falamos aqui: a tentativa de fazer a apuração, sim, das fraudes, dos eventuais desvios de recursos em Estados e Municípios, respeitados os limites constitucionais já atribuídos e já registrados pelo Supremo Tribunal Federal.

No tocante à questão da Prevent Senior, Sr. Presidente, nós temos uma situação gravíssima; os dados, os *prints* de conversas, os áudios, os relatos de médicos são aterradores, uma coisa fora do normal, um desrespeito à vida, um descumprimento da obrigação ética e novamente uma clara conexão com uma estratégia de contaminação de rebanho da população. Utilizaram um hospital e um plano de saúde como campo de teste de estratégias estapafúrdias, enlouquecidas, que não tinham nenhum respaldo científico e tinham conexão direta com o gabinete da Presidência da República, sob o ponto de vista de divulgação desses dados falsos para validar teorias, para insistir, na cabeça das pessoas, que era possível fazer um tratamento preventivo precoce, que, segundo relatos, até hoje essa instituição promove. Até hoje, envia para as pessoas, independentemente de diagnóstico, esses medicamentos que comprovadamente não têm a utilidade que se alega.

Então, eu me somo ao pleito anterior dos colegas. É importante ter a oitiva desse cidadão aqui, ninguém pode estar acima da lei. Ele tem que sentar naquela cadeira ali, que hoje está vazia, e prestar esclarecimentos para a sociedade.

E faço mais um registro no sentido de que V. Exa. avalie a possibilidade de condução coercitiva. Ao impetrar o *habeas corpus* perante o Supremo, faltou o impetrante, o Dr. Pedro, e seu patrono, seu advogado, com a lealdade processual devida, porque perante o Supremo ele não alegou a questão de prazo para intimação: ele pediu o respeito ao direito da não autoincriminação. Então é muito claro o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo protelatório, escudado numa expectativa de que a CPI não tenha tempo para poder ouvir esse tipo de coisa. Tem tempo, precisa ouvir, e não podemos deixar passar essas coisas, não. Os crimes que essa turma cometeu são gravíssimos, são crimes contra a humanidade e precisam ser inteiramente investigados e responsabilizados, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, eu já tinha conversado com nosso Relator e Presidente Renan Calheiros e já o tinha parabenizado pela data de hoje, mas quero aqui publicamente externar o meu sincero feliz aniversário e principalmente que ele tenha muita saúde e sabedoria, para que a gente possa ter um relatório consistente, um relatório embasado em fatos e provas, para que a Nação brasileira saiba que o trabalho que fizemos durante esses meses servirá para que o Brasil não cometa os mesmos equívocos se infelizmente tivermos uma nova pandemia. Eu digo isso porque a gente não deseja isto pra ninguém, um mundo de cabeça pra baixo, o Brasil destoando das principais lideranças na condução da pandemia.

Então, Senador Renan, meus sinceros parabéns!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que Deus possa abençoá-lo muito.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, todas as homenagens e cumprimentos ao nosso aniversariante do dia, Senador Renan Calheiros, que, como muito bem disse o Senador Otto, rejuvenescido e com vigor maior do que todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito juntos e com a missão que considero... Quero fazer analogia ao que foi dito hoje pela Dra. Deisy Ventura: com uma missão civilizatória. Faço a analogia porque hoje, pela manhã, Dra. Deisy Ventura, responsável por um estudo produzido pela Universidade de São Paulo, com técnicos da Fundação Getulio Vargas, entre outros, que estabelece a linha do tempo e o fracasso da estratégia federal no combate à pandemia... E destaco o que foi dito hoje pela Dra. Deisy, que nos chama a atenção, Presidente Omar: ela denomina como fracasso civilizatório o que ocorreu aqui no Brasil.

Hoje à tarde, às 16h, assim como ontem nos reunimos no gabinete do Senador Renan com a equipe do Dr. Miguel Reale Júnior, um dos mais eminentes penalistas do País, senão o mais representativo penalista do País, e recebemos a contribuição – e é importante aqui destacar: contribuição *pro bono*, contribuição sem encargo financeiro nenhum a esta Comissão Parlamentar de Inquérito – dos estudos dos tipos penais daqueles que se omitiram no enfrentamento da pandemia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, da mesma forma, teremos essa reunião virtual com a equipe da Dra. Deisy Ventura, que apontará, que apresentará mais um subsídio que produziram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Às 16h, no gabinete de S. Exa. o Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senador Renan Calheiros.

Eu acredito que essa é uma das contribuições que se somam às outras, Senador Tasso, que já ocorreram. Ontem recebemos a do Dr. Miguel Reale; hoje, da Dra. Daisy Ventura e sua equipe; amanhã, do Grupo Prerrogativas; segunda-feira, da Ordem dos Advogados do Brasil. Vejam que essas contribuições todas são de segmentos distintos da sociedade, acima de qualquer conotação partidária ou conotação política, a partir da análise fria dos fatos, do que ocorreu no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A partir da análise fria dos fatos que ocorreram no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, até então, Senador Omar, nós imaginávamos que o único aspecto de crime de lesa-humanidade que tinha ocorrido era o que tinha acontecido na vossa cidade de Manaus. Esse já está caracterizado. Esse, inclusive, levará os responsáveis ao Tribunal Penal Internacional – dito não por nós, desta CPI; dito ontem pelo Dr. Miguel Reale e pela sua equipe, e será reafirmado hoje na exposição da Dra. Daisy Ventura. Até o caso Prevent Senior, que é o Senador Humberto quem traz a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, abalizado pelo nosso médico, Dr. Otto Alencar, até o caso da Prevent Senior, era só essa evidência que nós tínhamos. Com o caso da Prevent Sênior, os tipos, a extensão do crime de lesa-humanidade alcança outros agentes.

Por isso eu queria lembrar aqui, Senador Omar, para a reflexão da direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para a nossa reflexão, o que foi aqui apontado pelo Senador Alessandro Vieira. Veja, o depoente do dia de hoje, Sr. Pedro Benedito Batista Júnior, procurou ontem o Supremo Tribunal Federal para utilizar o direito constitucional ao silêncio para não se autoincriminar e teve concedida uma liminar pelo Supremo Tribunal Federal, da lavra do Ministro Ricardo Lewandowski. E o que acontece nesta manhã? Ele informa o não comparecimento. Omitiu essa informação do próprio Supremo Tribunal Federal no dia de ontem. Está caracterizado que foi uma ação protelatória. E mais: o Sr. Pedro Batista Júnior agiu, dessa forma, de má-fé não somente com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas com o próprio Supremo Tribunal Federal. É óbvio que não é ele que tem que dizer agora: "Estarei à disposição para comparecer amanhã, sexta-feira; estarei à disposição para comparecer segunda ou terça-feira". Não é ele que determina a data para ser ouvido. Ele não só sabia previamente a data em que seria ouvido que procurou o Supremo Tribunal Federal. Não alegou ao Supremo Tribunal Federal que não tinha sido notificado a tempo. Quando ele procura o Supremo Tribunal Federal, por óbvio, ele perde o argumento, o direito de argumentar sobre a petição ter sido intempestiva.

Então, é hipótese que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de fato, Sr. Presidente, tem que analisar a eventualidade de uma condução coercitiva do depoente de hoje. Tem que analisar, para ficar caracterizado se ele está de boa-fé com esta Comissão Parlamentar de Inquérito ou não. E, se ele vier a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparecer, para informar a esta CPI o momento... Pra esta CPI determinar, de imediato, o momento que deve ter o seu comparecimento. Mas o depoimento dos representantes da Prevent Senior... O depoimento do Sr. Pedro Batista me parece, à luz dos fatos novos que vieram à CPI, ser inevitável, ser indispensável, ser necessário e estende o rol daqueles que devem ser notificados sobre eventual crime, não somente sobre os crimes comuns tipificados no nosso Código Penal, mas também sobre o crime de lesa-humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje cedo, Senador Renan, Srs. Senadores, eu assisti a uma reportagem na GloboNews que detalha alguns fatos ocorridos dentro da Prevent Senior, dentro do hospital. E realmente é chocante aquilo, esse depoimento. E depois, entrevistada pela jornalista Julia Duailibi e pelo jornalista Octavio Guedes, a Dra. Deisy Ventura fez uma exposição equilibrada de fatos que ocorreram durante a pandemia e que foram colocados à luz da população brasileira por esta CPI.

Então, a contribuição ontem da equipe, de um grupo liderado pelo Dr. Reale Junior, hoje pesquisadores da USP, Senador Tasso – ao final da tarde também teremos uma reunião através de videoconferência –, que se aprofundaram bastante com os fatos que foram ocorrendo durante esses meses aqui que a CPI está funcionando. Então, são contribuições importantes pra que estejam no relatório final. E não é baseado em factoides, pelo contrário, são pesquisas feitas.

Eu não quero aqui, voltando ao caso da Prevent Senior... Acho, Senador Randolfe, que, na terça-feira, vamos ouvir a CGU. Na quarta-feira poderemos ouvir a Prevent Senior, mas seria importante também – e aí respeitando os profissionais de saúde, nessa área, pra não os expor, Senador Renan – que a gente tivesse pelo menos um que pudesse aqui testemunhar publicamente pra Nação brasileira o que ocorreu de verdade.

Nós temos aqui mensagens, gravações fortíssimas, mas é também esse... Talvez essa... Nós teríamos que conversar, Senador Humberto, pra ver se um deles se propõe a vir também à CPI. Esse é um caso.

Segundo, eu pedi hoje de manhã para o Leandro fazer um requerimento pedindo informações ao Conselho Regional de Medicina, porque um dos profissionais de saúde foi ameaçado e fez essa denúncia ao CRM e espero que o CRM de São Paulo possa contribuir, colaborar, mandando essas informações de como é que está o andamento da investigação que está sendo feita por eles. Eu peço a V. Exa...

Eu vou colocar em votação esse pedido de informações ao CRM de São Paulo.

Aqueles que... Em discussão esse requerimento. (*Pausa.*)

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. Eu queria que o senhor encaminhasse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar, por último, a palavra ao nosso Senador aniversariante, Senador Renan, e vou encerrar logo em seguida a reunião porque creio eu que esse é um fato que realmente chama a atenção da gente. E pra não prejulgar e não criar um prejuízo, creio eu que, nesse caso específico, Senador Randolfe, que o Sr. Pedro alega que foi comunicado em menos de 24 horas antes... Então, eu quero que vocês encaminhem hoje já para chamar, convidar a CGU para estar terça-feira, o Dr. Wagner Rosário; e o Sr. Pedro, que acho que é o presidente ou diretor da Prevent Senior – eu não sei qual é a função dele –, na quarta-feira, creio eu dia 22, é isso? Dia 21 é terça, dia 22 é quarta. O.k.?

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero, sinceramente, de coração, agradecer pelos cumprimentos. Quero dizer da satisfação que todos nós estamos tendo com os avanços da investigação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. O Brasil tem acompanhado, nós estamos cumprindo tarefas simultâneas em plena reta final dos nossos trabalhos de avançar na investigação, fazendo uma análise detalhada das informações e das investigações procedidas e ainda a proceder e desenhando o relatório final, que deverá ser apresentado, certamente, na próxima semana.

Eu queria dizer também que estou feliz com o andamento das reuniões que nós estamos tendo com esses grupos de juristas qualificados, diferenciados, fundamentais nesse debate. Isso possibilitou, dentre outras coisas, a antecipação desse debate para envolvermos, como fizemos em todos os momentos dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o envolvimento da sociedade. Nós aceitamos a participação da sociedade, das redes sociais. Eles colaboraram sempre nas checagens, nas informações, na edição de vídeos, na sugestão para perguntas, indagações, até mesmo nas críticas que democraticamente recebemos muito bem e aproveitamos as oportunidades delas para exatamente corrigirmos rumos do andamento dos trabalhos da própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Hoje, nós vamos ter a continuidade às 16h; amanhã, nós teremos a presença do pessoal do Grupo Prerrogativas, uma referência jurídica no País também; e, na segunda-feira, nós vamos receber para esse debate com relação, a partir do que se investigou dos tipos penais caracterizados...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Senador Renan, só para precisar: tanto o Prerrogativas como a ABJD estarão juntos nessa reunião. Só para... Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. Eu agradeço a informação.

Mas, como eu dizia, para que nós possamos fazê-lo, todos juntos, com esta Comissão sobretudo, que é a quem caberá a tarefa de fazê-lo, mas contando com a colaboração desses juristas, não só na antecipação do debate, mas na seleção dos tipos penais que serão utilizados. É evidente que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

teremos crimes comuns – são muitos os crimes comuns –, crime de responsabilidade e crime contra a humanidade, crime contra a vida e contra a humanidade. Mas nós vamos fazer isso com critério, com responsabilidade. Nós não vamos, Senador Tasso, incoerentemente, querer atribuir um número máximo de crimes apenas para penalizar as pessoas publicamente. Não. Nós queremos fazer, Presidente Omar, escolhas acertadas, para que esse relatório tenha uma consequência rápida na Procuradoria-Geral da República e também no Tribunal Penal Internacional.

Eu acho muito importante que nós tenhamos a certeza da vinda desse representante da Prevent Senior. As informações que nós temos recebido com relação à participação da Prevent Senior no enfrentamento da pandemia é uma coisa pavorosa sob todos aspectos – um dos casos, como lembrava hoje o Senador Otto Alencar, mais graves que vamos verificar aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. E nós não podemos, a essa altura do campeonato, arrefecer com relação à necessidade de punir exemplarmente essas pessoas.

Eu estou inteiramente à disposição. O Relator é produto do que esta Comissão pensa. Acho que nós deveremos fazer a escolha dos últimos nomes com critérios, para darmos as respostas que a sociedade cobra.

E eu, Presidente Omar, quero mais uma vez cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, pela coerência demonstrada em todos os momentos. Esse somatório de todos nós tem sido fundamental para que a Comissão Parlamentar de Inquérito cumpra o seu papel.

Senador Otto, esta Comissão é uma Comissão única, é uma espécie de CPI das CPIs, porque ela tratou de vidas. Ela virou uma espécie de santuário da defesa da vida, do enfrentamento do negacionismo e da irresponsabilidade de tratamento precoce com medicamentos ineficazes. E estimulou muitas pessoas, estimulou a participação popular, e inclusive levou o Governo à erosão da sua popularidade. Depois que a Comissão começou os seus trabalhos, o Governo não consegue se segurar num patamar inferior, cada pesquisa de opinião coloca o Governo abaixo na sua avaliação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E o obrigou a comprar vacina, que ele não queria comprar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E os obrigou a comprar vacina, ou seja, fez com que eles saíssem desses métodos anticientíficos, criminosos, que estavam sendo usados contra o povo brasileiro, e passassem a comprar vacina. Ele resistiu muito porque nunca acreditou na eficácia das vacinas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ainda nem se vacinou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda não se vacinou. No momento em que teve que comprá-las, ele preferiu os lobistas, os atravessadores, aquelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que poderiam proporcionar, na negociação, corrupção e propina, em detrimento das grandes farmacêuticas respeitadas no Brasil e internacionalmente.

Nós, agora, em São Paulo – e ontem eu falei aqui –, estamos tendo dificuldade com relação à segunda dose da vacinação. Por que isso aconteceu? Porque não houve planejamento, da mesma forma que não houve planejamento nenhum nem orientação nenhuma na liberação dos recursos do enfrentamento da pandemia aprovados pelo Congresso Nacional para os Estados e para os Municípios.

Ontem o Congresso Nacional teve que votar uma isenção de responsabilidade para os Municípios e Estados que não gastaram o percentual mínimo com saúde, quer dizer, tudo isso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Com educação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Com educação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com a educação.

Tudo isso como consequência da pandemia, da paralisação das atividades da educação e da falta de rumo e de orientação, porque o Presidente da República foi sempre um aliado do vírus. Ele imaginou loucamente que nós iríamos sair da pandemia, nós iríamos combater o vírus pela elevação do contágio da população.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Com imunidade de rebanho, do Deputado Osmar Terra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, era a imunidade de rebanho do Deputado Osmar Terra, do Ricardo Barros, do Onyx Lorenzoni...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e de tantos outros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ainda tem um agravante agora – o Humberto deve estar ligado nisso: é que nós temos milhões de brasileiros ainda que não tomaram a primeira dose ainda, e eles querem fazer o reforço de quem tomou as duas doses, dando a terceira dose. Na minha opinião, está errado. Tem que vacinar quem ainda não se vacinou, porque quem tomou duas doses tem já alguma imunidade e quem não tomou nenhuma não tem imunidade nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhuma.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, eu estou vendo que o Ministério da Saúde quer fazer essa proposta, que eu acho completamente equivocada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Equivocada. É mais um equívoco.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se estão faltando doses, vamos dar a primeira dose a quem não tomou ainda, porque quem tomou duas doses já tem a imunidade, já tem anticorpos neutralizantes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, é importante vacinar com a primeira dose, depois disso fazer o reforço da terceira dose.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja o que tudo isso proporcionou.

Então, o Governo Federal não liberou a segunda dose para vários Estados, principalmente para São Paulo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... certamente com conotação política.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E veja mais um agravante: hoje... E aqui eu queria pedir a V. Exa. e ao Presidente Omar que eu acredito que nós temos que aprovar, inclusive de imediato, um requerimento de informações ao Ministério da Saúde em razão do seguinte: saiu nota informativa, agora pela manhã, do Ministério da Saúde informando o seguinte: sobre a não necessidade de vacinação de criança e adolescentes. A nota diz que a primeira razão para a não necessidade... Inclusive, a nota volta atrás na posição anterior do Ministério da Saúde, porque o Ministério da Saúde anteriormente havia declarado sobre a necessidade também da imunização de crianças e adolescentes. Hoje, pela manhã, Senador Humberto, Senador Tasso, essa nota é retificada. Na retificação dessa nota, o primeiro argumento do Ministério da Saúde para se fazer é: "A Organização Mundial de Saúde não recomenda a imunização de criança e adolescente, com ou sem comorbidades". É o que diz a nota do Ministério da Saúde.

Numa rápida pesquisa no *site* da OMS – pesquisa agora – o que a OMS diz é que essa vacinação não é prioritária, por óbvio, porque a prioridade de vacinação é dos mais velhos, é dos adultos, ou seja, não é prioritário. Parece-me que há uma diferença gigantesca entre não ser prioritário e essa nota do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde que fala em não recomendar. A própria OMS fala que, em determinado momento, tendo as doses suficientes e para os Estados nacionais que têm doses, crianças e adolescentes também devem ser imunizados, por uma razão... Por óbvio. Os médicos aqui são o Senador Humberto e o Senador Otto, mas, por óbvio, crianças e adolescentes também são vetor de disseminação do vírus. E por isso devem ser... Se o Ministério da Saúde quer admitir o fracasso de que não tem doses para distribuir para todo mundo, é melhor assim dizê-lo, mas não emitir uma nota, com todo o respeito a eventuais cientistas que a tenham subscrito, com todo o respeito à Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid, não emitir uma nota dizendo que a OMS não recomenda a vacinação.

Então, Sr. Presidente, eu queria encaminhar aqui um requerimento a V. Exa. para que, no prazo de até 48 horas, o Ministério da Saúde declinasse o fundamento científico dessa nota informativa, que, entre outas coisas, subtrai, Senador Renan, a responsabilidade do Governo brasileiro na vacinação de crianças e adolescentes; subtrai essa responsabilidade. É importante sabermos: qual foi o lastro? Em que contexto de resolução da OMS eles se basearam? Porque há uma diferença gigantesca entre não recomendar e não ser prioritário. Em que contexto? E se a decisão do Ministério da Saúde é em nenhum momento fazer a vacinação de crianças e adolescentes. Então, é o requerimento que encaminho a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, veja bem, nós iremos fazer esse documento e virá lá com uma alternativa de resposta que convém, mas, veja bem, Senador, é muita ousadia nossa achar que eles mudaram de opinião em relação à vacinação, até porque mantêm nos seus quadros pessoas que propagaram o que aconteceu na Prevent Senior, pessoas que propagaram o que aconteceu na cidade de Manaus. A mentalidade está lá dentro ainda. A mentalidade não é da vacina, Senador Randolfe. Se fosse da vacina, essas pessoas que foram para lá para fazer aplicativo, TrateCov e fazer palestras e tal não estariam mais lá no ministério. E estão lá ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem que saber se eles recomendam para crianças e adolescentes a hidroxicloroquina. Pode ser. Pode ser que estejam recomendando isto: a cloroquina para crianças e adolescentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E veja, como diz o Presidente Omar, a contradição desse processo, Senador Humberto: não tem a segunda dose; quem vai suprir a segunda dose? Exatamente a Pfizer, que não foi sequer recebida pelo Governo nas primeiras tratativas; que, depois de insistir tanto, foi recebida pelo Secretário de Comunicação e pelo filho do Presidente da República, Vereador no Rio de Janeiro, Carlos – se não me engano – Carlos Bolsonaro. Quem vai suprir a segunda dose, Otto? Exatamente a Pfizer. Ora, se o Governo tem comprado a vacina na hora certa; se o Presidente da República tem sido responsável, nós teríamos comprado vacina da OMS, do Butantan e da Pfizer. Isso proporcionaria uma compra inicial de 170 milhões de doses. O Brasil poderia ter iniciado a vacinação ainda no ano que passou – ainda no ano que passou! Quer dizer, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente esta Comissão Parlamentar de Inquérito que impactou essa circunstância toda, devolveu o Brasil à civilidade, à ciência. Eu tenho, sinceramente, muito orgulho de ter participado, com companheiros tão caros e distintos, destes trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É muito importante que nós façamos uma cerimônia de encerramento. É muito importante que nós possamos, Senador Tasso, trazer um representante de cada Estado da Federação para que, nessa cerimônia rapidíssima, de meia hora, ainda antes da apresentação do relatório, nós possamos dar uma amostragem do Brasil profundo que verdadeiramente sofreu, como toda a sociedade sofreu, com a pandemia, que já nos proporcionou 588.640 mortes, levando o Brasil a esse morticínio, a esse patamar, e causando danos do ponto de vista econômico, social, coisas que também esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai colaborar no sentido de colocar alguns debates que são fundamentais.

Por exemplo, essa questão do *impeachment*. A lei do *impeachment* é da década de 1950. Quando o Brasil aprovou a lei do *impeachment*, nós não tínhamos uma Procuradoria-Geral da República com esses instrumentos e com a agilidade que nós temos hoje. Então, para suprir lacunas... Porque muitos artigos, Humberto, dessa lei de *impeachmen*t, foram revogados pela Constituição de 1988. Então, é muito importante fazer-se a atualização dessa lei, para deixar claro, absolutamente claro, o papel de cada um.

Eu recebi uma reclamação do Presidente da Câmara dos Deputados. O Presidente da Câmara dos Deputados precisa despachar os pedidos de *impeachment*. Ora, se ele for a favor, ele faz um despacho favorável; se ele for contra, ele faz um despacho contrário. Ele não pode é se omitir, deixar de despachar, porque desse despacho dele caberá recurso ao Plenário da Câmara dos Deputados.

Então, nós temos que suprir essas regras do ponto de vista da lei do *impeachment*, do funcionamento das Casas Legislativas, porque a Câmara trata de *impeachment* do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, e o Senado trata de *impeachment* também – é por isso que nós precisamos aprimorar a lei – de Ministros do Supremo Tribunal Federal e de Procurador-Geral da República.

Então, essa é uma oportunidade, Senador Otto, para que nós possamos fazer uma revisão na legislação de endemias, da pandemia, criar critérios para disparar procedimentos na medida em que você tenha atingido um determinado patamar de ocupação de leitos de UTI.

Tudo isso, tudo isso precisa ficar detalhado na legislação brasileira para que possa eventualmente ser cumprida em outra endemia, em outra pandemia que nós tivermos um dia – e eu espero que não, a exemplo do que disse o Presidente Omar – que enfrentar.

De modo que eu estou inteiramente à disposição, eu não vou mais viajar para o Estado até o encerramento dos nossos trabalhos para que possa ter uma dedicação diuturna à tarefa que... Claro, estou tendo muita dificuldade, mas estou inteiramente dedicado para que tenhamos um bom resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pede a palavra, e eu a concedo, o nobre Senador Jean Paul Prates.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, Relator...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não tem inscrição aqui. Se levantar o dedo, eu chamo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e demais membros, eu quero apenas fazer um comentário em relação a essa ausência de hoje, porque eu acho um pouco preocupante a reincidência de eventos desse tipo.

Eu entendo, Senador Humberto, que a Comissão e o Relator chegaram a um indicativo do dia 23 de setembro para a entrega do relatório e entendo, evidentemente, que isso é porque a sociedade, Senador Tasso, clama por ver imediatamente o que virá adiante, após a CPI: os procedimentos judiciais, policiais, institucionais...

Como eu disse ontem, fazendo um breve histórico comparativo com a própria Operação Lava Jato, aqui há uma diferença: nós estamos saindo da estaca zero e não da estaca um, não temos um delator inicial que diz onde estava tudo, como tudo acontecia, que depois queria se beneficiar e depois vai fazendo aquela construção toda que vira um tsunâmi político, não é? Aqui nós estamos começando do zero mesmo. A CPI começou praticamente às cegas, e ela vai fazendo o seu trabalho e vai desenovelando várias linhas de investigação diferentes, que vão, sim, resultar... Temei aquele que está pensando que, não vindo aqui, vai escapar, porque não vai. Daqui do relatório se gerarão várias linhas de investigação e linhas de acusação diretas com elementos e com provas que vão bater nos negócios e nas casas dessas pessoas.

Porém, porém... Inclusive, outra coisa que o Relator acabou de mencionar: recomendações ao Governo, ao Estado brasileiro quanto a autoridades que estão exercendo cargos agora e continuam – inclusive o Líder do Governo no Congresso, na Câmara, gente do ministério, enfim, pessoas que estão ainda continuando práticas que estão sendo colocadas aqui em suspeita –, contratos, fianças, procedimentos e, por fim, Relator, legislação mesmo.

Porém, estou vendo com muita preocupação, Presidente Otto, essa nova instrução ou hábito de se perderem dias aqui, porque, desde o momento em que se deu o indicativo de 23 de setembro, teve formigamento, teve dor pélvica, teve covid em cima da hora, e isso se soma a outros casos anteriores ao estabelecimento do prazo que eram: o Wizard, que estava nos Estados Unidos; o Maximiano, que estava na Índia e teve que cumprir quarentena; a outra "exausta" Medrades, que precisou de 24 horas, e durou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois dias o depoimento; esse Danilo Trento, que desapareceu. Então, eu vejo com preocupação esse derretimento dessas listas de potenciais convocados aqui principalmente diante do prazo que foi estabelecido. Portanto, gostaria aqui de que todos esclarecessem que esse prazo não é terminal e poderá ser adiado até o início de novembro, sim, de modo que seja possível o tempo necessário para ouvir todo mundo que tem que ser ouvido, inclusive gente que aparece no meio do depoimento dos outros e que abre novas linhas ou novas sublinhas de investigação.

Então, basicamente é pra evitar esse procedimento protelatório, essa chicana. Nesse caso aqui, por exemplo, convocou-se com 24 horas, é certo, mas a turma teve tempo de contratar advogado, ir ao Supremo, obter um *habeas corpus.* Pra tudo isso, teve tempo, só não teve tempo pra vir aqui.

E, por fim, Relator, atento para um fato muito grave desse pessoal da Prevent. Eles estão aqui numa nota pública, no *site*, veladamente ameaçando as pessoas que queiram contribuir com a CPI. Diz a nota: "A Prevent Senior vai pedir investigações ao Ministério Público que apurem as denúncias infundadas e anônimas levadas à CPI por um suposto grupo de médicos. Estranhamente, antes de as acusações serem levadas à Comissão do Senado, uma advogada que representa esse grupo de médicos insinuou que as denúncias não seriam encaminhadas se um acordo fosse celebrado. Devido à estranheza da abordagem, a Prevent Senior tomará as medidas judiciais cabíveis".

É grave. A pessoa não vem aqui e solta uma nota ameaçando as pessoas que estão contribuindo com a CPI.

Obrigado, Presidente.

Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Está inscrita aqui, pela ordem, a Senadora Zenaide e depois o Senador Fabiano Contarato.

Eu passo a palavra à Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores e todos que estão assistindo a nós.

Eu queria dizer aqui ao povo brasileiro que o Presidente continua, sim, meu amigo e Dr. Otto Alencar, cometendo ação e omissão. Ele está se omitindo. Nós sabemos que a variante Delta está no Brasil, em quase todos os Estados, e que já existem óbitos. Cadê a campanha educativa pra população se defender? Continuam se omitindo, gente! Quase dois anos de pandemia, e não tem uma campanha educativa pro povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois, parte dos médicos continua medicando, usando medicação sem eficácia terapêutica, porque o Governo também – o Ministério da Saúde – não mostrou pra população que esses medicamentos, mesmo com esse tempo todo que estão sendo investigados no mundo todo pela ciência, não têm eficácia. Mas, baseado nessa história de que o médico tem autonomia pra prescrever o que quiser, o Governo está fazendo ouvido de mercador e deixando as pessoas serem medicadas com ivermectina, com esse *kit* que continua – tudo isso dizendo que o médico pode prescrever o que quiser. Gente, o curso de Medicina é um curso de ciência que a gente faz pra botar em prática aquilo que a ciência já provou que funciona. Essa história de dizer que eu, Zenaide, aqui posso prescrever, como médica, o que eu quiser, mesmo de forma experimental, não é verdade, e as pessoas vão ter que responder por isso.

Mas quem continua fazendo essa omissão e essas ações? O Estado brasileiro, o Governo Federal, mesmo com esta CPI... Eu quero aqui parabenizar esses membros desta CPI, que eu não tenho dúvida que já salvou muitas vidas. Mas também, fora os crimes que a CPI já descobriu, que eles continuam cometendo, com contratos falsos... Porque eu digo que nunca vi tanta gente mentir. A maior concentração de mentiroso por metro quadrado é essa que vem, a grande maioria que vem depor aqui.

Então, omissão e ação para a população continuar morrendo. Nós precisamos cobrar. E a CPI, se não tem aberto esse leque... A gente atirou no que viu e pegou no que não viu, porque foi descobrindo os esquemas de corrupção passiva, ativa, que eu tenho certeza de que o nosso Relator, o nosso grande Senador Renan Calheiros... Parabéns, Renan!

Mas chamando atenção, é por isso que a Prevent Senior está usando a mesma coisa que o Presidente da República usa: intimidação. E aqui com certeza esse grupo não vai se intimidar. Lembrando aos brasileiros: esses medicamentos não têm eficácia terapêutica. Os amigos do Presidente passam 15 dias de quarentena em Cancún para ir para os Estados Unidos tomar as vacinas. E não é justo como quase 600 mil homens e mulheres deste País, que estão morrendo e sendo enganados.

Médico não pode prescrever o que quiser. Ei, gente, vocês estão falando aqui com uma médica! Não pode. Eu não posso usar as pessoas por outros interesses com laboratórios para... Sabido que não tem eficácia.

Então, obrigada, meu colega Otto Alencar, Renan Calheiros, todos que fazem esta CPI. Não tenho dúvidas de que esta CPI está prestando um serviço maravilhoso ao povo brasileiro. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quero agradecer à Senadora Zenaide Maia, concordar com as palavras. V. Exa. também é da área de saúde, médica, renomada e respeitada no seu Estado do Rio Grande do Norte, luta muito por essa área, sobretudo a área da medicina humanitária, de servir às pessoas. Portanto, a sua contribuição é muito grande para todos nós aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, até porque fala com o coração. E vejo à sua retaguarda a imagem de Nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhora, que a protege muito e tem que proteger também todos nós, inclusive o aniversariante de hoje, o Senador Renan Calheiros.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato. Senador Fabiano Contarato, com a palavra. (*Pausa.*)

Ele pede aqui a palavra. Não sei se ele... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está ausente? Não está presente?

Não tem nenhum outro Senador... Senador Tasso, V. Exa. quer falar alguma coisa? Não tem nenhum outro Senador que queira se manifestar.

Declaro encerrada a presente sessão, lamentando a ausência do Sr. Pedro Benedito Batista Júnior, até porque ele teria muito o que explicar aqui. Entra no Supremo Tribunal Federal buscando o direito de ficar em silêncio e quem tem razão não foge de aplicar e proclamar as suas razões, sobretudo na área de saúde, que é uma área muito sensível, que cuida da vida das pessoas.

Não há porque, nesse momento, alguém formado em Medicina, médico, se omitir e não falar a verdade, sobretudo, Senador Renan Calheiros, porque a ciência, a Medicina, exige integralidade, verdade, não pode haver nenhum outro caminho para um profissional da área de saúde a não ser a verdade diante do seu paciente, informando a ele e buscando os métodos mais eficientes para a cura da sua enfermidade.

Então, está encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Tasso Jereissati e Rogério Carvalho, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Jean Paul Prates e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Simone Tebet, Zenaide Maia e Jorge Kajuru. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Wagner de Campos Rosário**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Wagner de Campos Rosário. Oitiva do Wagner de Campos Rosário, Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), em atendimento ao requerimento 699/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Ministro Wagner de Campos Rosário, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão.

Solicito que o depoente seja conduzido à mesa.

6 (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, na hora em que o depoente estiver à mesa, eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria, também nessa ocasião, pedir a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. (*Pausa.*)

Primeiro, esclareço aos Senadores e ao Ministro que eu tinha pedido à Secretaria que comunicasse ao Ministro Wagner Rosário que nós iríamos atrasar e esperar o pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e depois nós começaríamos a reunião. Então, não é um atraso em que o Ministro ficou aguardando aqui, porque eu pedi que se avisasse com antecedência a ele, para que não ficasse aguardando.

Sr. Ministro, V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu quero aqui dizer que o Ministro não recorreu ao Supremo para estar nessa Comissão. Caso raro; praticamente quase todos aqueles que vieram aqui recorreram ao Supremo Tribunal Federal.

Então, eu parto do princípio de que o Ministro, naquilo que lhe for perguntado, responderá – até porque ele não procurou a Justiça para estar presente aqui.

O Senador Rogério Carvalho pediu uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, solicito a presente questão de ordem com fundamento no art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 1952, e no art. 412, inciso I, do Regimento Interno desta Casa.

Ontem o Brasil assistiu estarrecido ao vídeo postado nas redes sociais por Jair Renan Bolsonaro, filho 04 do Presidente Bolsonaro. O vídeo contém ameaça velada aos trabalhos e aos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. No vídeo, Jair Renan disse: "Bom dia, rapaziada. Então, com vocês aí, melhor jeito de acordar: tomando um suquinho, comendo um pão de queijo e visitando a loja de um grande amigo meu aqui: Júnior. Sabe o que o cara vende? Arma, brinquedo". Cumpre salientar que o mencionado estabelecimento comercial do amigo de Jair Renan vende não apenas armas de *airsoft*, mas também equipamentos letais.

Sobre o vídeo, Jair Renan escreveu sua ameaça: "Alô, CPI", ou seja, mostrando pelo menos umas 12 pistolas, armas automáticas. Ao agir dessa forma, ele quis, obviamente, intimidar esta CPI, que levou luz sobre a troca de favores existente entre Jair Renan e o lobista da Precisa Medicamentos, Marconny Faria.

A conduta de Jair Renan é inaceitável, pois numa República todos devem estar submetidos à lei, mesmo que sejam filhos do Presidente – esses devem dar exemplo, e não partir para ameaça, como ele fez à CPI, ou seja, tentando obstruir os trabalhos da CPI com ameaça aos seus membros.

O art. 4º da Lei 1.579, de 1952, que trata das CPIs, estabelece que:

> Art. 4º Constitui crime:
> I - Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

Ora, a conduta de Jair Renan Bolsonaro amolda-se com perfeição ao tipo penal. Por esse motivo, deve ele responder pela prática do grave crime praticado.

Jair também ofende o inciso I do art. 412 do Regimento Interno, que prevê que é irregular qualquer ato que coíba a participação plena dos Senadores nas atividades legislativas.

Diante dos fatos narrados, indago a V. Exa. quais medidas serão adotadas em face de Jair Renan Bolsonaro, que agiu para intimidar esta CPI, e sugiro encaminhamento de representação à Procuradoria-Geral da República, à Presidência do Senado, para que adotem as providências necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, ele tem 19 anos. Um garoto de 18 anos, se cometer um crime, vai responder por isso. O fato de ele ter 19 anos já o habilita. Ele já tem todas as faculdades e todas as responsabilidades criminais.

Portanto, nós precisamos... Na condição dele, de filho do Presidente, deve servir de exemplo para todos aqueles que cometem atos de intimidação das instituições democráticas. E me parece que este é um traço familiar: agredir a democracia, o Estado democrático de direito e as instituições democráticas. É uma ameaça velada à CPI, aos membros da CPI.

É importante dizer que eu também mandei para o Presidente do Senado a ameaça que sofremos por parte de algum dos seguidores do Presidente Bolsonaro que propôs e incitou a população a assassinar todos os membros do STF e a assassinar os membros do Partido dos Trabalhadores. E nós apresentamos essa denúncia, que foi feita em vídeo, ao Presidente do Senado.

Então é uma questão que não pode deixar de ser discutida por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pela gravidade, primeiro, por se tratar do filho do Presidente, que tem que servir de exemplo. Ele teria que dar o exemplo de respeito às instituições, de respeito à democracia e ao Estado democrático de direito, e não fazer ameaças veladas, apresentando armas em loja de amigo dele, seja lá de quem for, mostrando que é na bala que ele vai se livrar daquilo que ele tem a responder perante a Justiça pelos possíveis delitos ou crimes que ele tenha cometido e que esta Comissão identificou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para completar: temos imagens da ameaça ontem proferida pelo rapaz contra a Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos imagens, temos foto e temos o registro da empresa, da loja de armas de onde ele proferiu a ameaça aos membros da CPI.

Só uma rápida divergência. O Sr. Jair Renan, o rapaz aí, o moço aí, ele não tem foro privilegiado. Então, não é necessário encaminhar à Procuradoria-Geral da República, Sr. Presidente. Comissão Parlamentar de Inquérito tem poder de investigação própria de autoridades policiais.

Então, o encaminhamento que faço a V. Exa. é que o delegado de polícia ou a delegacia de polícia que estiver à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito ouça o Sr. Jair Renan pelo crime de ameaça. Não precisa mandar à PGR, é uma simples queixa-crime por ameaça, que deve ser feita na delegacia mais próxima, para que o rapaz aí responda. Ele, embora seja filho do Presidente da República, não tem foro privilegiado; ele não tem nenhum tipo de foro privilegiado. Então, a primeira delegacia de polícia tem que constar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos aí a imagem da ameaça perpetrada pelo rapaz contra os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu requeiro a V. Exa. que nós possamos ver as imagens. Eu acho que as imagens falam por si. É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse jovem aí é o... É o Jair?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o filho do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É esse rapaz?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse mesmo. É o filho do Presidente da República, que, inclusive, comparece, está presente nos diálogos do Marconny – o Sr. Relator sabe disso. Nos diálogos do Marconny. O Marconny, inclusive, confirmou aqui que tem uma relação próxima com ele. Talvez isso é que também o leve, talvez o pai dele, os membros da família dele a quererem ameaçar os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Ministro, é porque houve alguns fatos de ontem para hoje, e geralmente a gente debate sobre isso antes.

A gente tenta terminar a CPI, mas o pessoal do Governo não quer. Todo dia o Governo faz alguma coisa para a gente protelar a CPI.

Na semana passada, o Ministro Queiroga, do nada, disse que não ia vacinar jovens e adolescentes, que hoje estão em sala de aula, estão aglomerados em sala de aula. E a gente conhece o jovem, o adolescente: ele, por natureza, não é disciplinado – é uma coisa natural. Criança tem indisciplina, não sabe, não tem noção do perigo. E muitos desses, caso não sejam vacinados, amanhã ou depois começam a adquirir o vírus dentro da escola, levando pra dentro de casa, para o avô, para a mãe, para o pai, para o tio, para o irmão. Por isso, há necessidade também, Ministro Queiroga, de essas crianças serem vacinadas. Baseado numa *live*, o Ministro Queiroga disse que parava a vacina naquele momento de uma forma... E contestado por médicos, profissionais, por uma série de pessoas, contestado pela Anvisa, contestado por profissionais que estão no conselho, no Conaes. Então, uma série de coisas...

Aí dizem: "Quando é que termina a CPI?". Aí eu pergunto: quando o Governo parar de fazer tolice, porque eu não vou dizer mais que isso... Isso é tolice. Isso aí é uma tolice de um menino acha que pode tudo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, inclusive, ele postou na rede social dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No *story* do Instagram dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou chamar isso de tolice – tolice maior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tolice, mas é crime – viu, Presidente? –, crime de ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Eu sei.

Eu estou aqui dando uma de primeiro-ministro da Inglaterra, estou sendo xavequeiro, de uma forma mais brasileira do que inglesa: "Tu já se vacinou? Toma a AstraZeneca." E, aí, a pessoa cai na piadinha. Então, eu estou sendo aqui xavequeiro.

E aí, no nosso linguajar no Amazonas, o que o Ministro Queiroga fez ontem foi dar "cotoco". Ele já tinha dado um "cotoco" para os jovens na semana passada, porque não queria que se vacinassem. E, aí, de uma forma eufórica, de um profissional que foi Presidente do conselho de cardiologia do Brasil, ele faz aquela cena deprimente para o tamanho que ele é, para o tamanho que ele é.

Então, aí perguntam: "Quando é que vai terminar a CPI?". Eu não sei.

Então, eu vou primeiro passar o vídeo, a sugestão, depois eu vou passar para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem vídeo e foto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

Eu passo a palavra para o Senador Marcos Rogério já, já.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Embaixo está lá a advertência: "Alô, CPI".

Agora, temos uma outra imagem, Presidente, inclusive com foto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas esse negócio... Sabe quem que tem esse linguajar? É marginal. Marginal é que chama arma de fogo de brinquedo: "Olha o brinquedo aqui pra você". É um marginal. Não é um jovem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No Nordeste, é maloqueiro. Você sabe, não é, Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso significa dizer que é mais um filho do Presidente que não recebeu educação dele. Essa ameaça é uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

estapafúrdia contra uma instituição parlamentar que, com todas as dificuldades que o Brasil vê, está fazendo a sua parte, cumprindo o seu papel.

Isso é uma coisa absurda, absurda sob qualquer aspecto! E essas ameaças de um fedelho como esse não vão intimidar, de forma nenhuma, essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, além da filmagem, da postagem no *story* do Instagram do rapaz, tem foto. Eu queria só pedir para colocar a foto também. (*Pausa.*)

A foto está lá, olha, embaixo e o destaque lá: "Alô, CPI!", apontando pra arma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu hoje, antes de... Eu, hoje de manhã, conversei com o Presidente Rodrigo Pacheco. Ele pediu pra comunicar aos Srs. Senadores e Senadoras que acompanham a CPI que ele está 100% solidário à CPI, que esse tipo de absurdo não pode acontecer e que ele está... Como Presidente do Senado, ele irá tomar todas as providências cabíveis em relação a esse tipo de ameaça que a CPI recebe. Então, Senador Rogério Carvalho, o Presidente, quando liguei pela manhã, já se posicionou em relação a isso, já se colocou, se solidarizou com os membros da CPI que sofrem esse tipo de ameaça. Parece... Pode parecer brincadeira, mas não é brincadeira isso.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, nós nos reunimos na última quinta-feira. De lá pra cá, aconteceram muitos fatos e eu considero importantíssimo que esses fatos sejam rememorados ou pelo menos vistos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito como óbvios desdobramentos da apuração séria, isenta, independente que nós levamos a cabo nessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Já vimos esse vídeo com ameaça, que não é velada; é uma ameaça explícita do filho do Presidente da República. Eu peço à Izabelle pra que nós possamos informar rapidamente à Comissão Parlamentar de Inquérito aspectos da distribuição de cloroquina para crianças no Brasil, que é uma coisa também terrível no exato momento em que o Ministro Queiroga defende, a pedido do Presidente da República, a suspensão da vacinação de adolescentes sem comorbidade.

Por favor, rapidamente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, enquanto passa ali, eu queria só complementar a fala do Relator. O Presidente da República na ONU, hoje, além de fazer uma fala *fake* dizendo de realizações que são de outros governos e que ele quer assumir para si – porque ele faz tudo ao contrário –, ele defendeu o tratamento precoce outra vez na Conferência das Nações Unidas, reforçando a tarefa que o Queiroga cumpre, e a gente viu que, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

toda a proximidade com o Presidente, porque é preciso ter aquela característica para ser Ministro do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos chegar lá, nós vamos chegar lá!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E falou que o auxílio emergencial era de US$800. Deve ser em algum outro país, em...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Lamentavelmente, em mais um triste espetáculo, o Presidente mentiu – a palavra é essa mesmo –, mentiu do começo ao fim do seu discurso. Mentiu vergonhosamente! Parecia que ele estava falando de um outro país que não era esse velho Brasil com as contradições que todos nós conhecemos.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, pra quem achava que a CPI ia acabar em pizza, nós os vimos ontem degustando uma *pizza* na rua – na rua! Lá estava o representante da Nação brasileira, degustando uma *pizza*. Então, essa *pizza* não foi, para deixar bem claro, assada por nós da CPI. Não fomos nós quem fizemos essa *pizza.* Isso é uma *pizza* de outro país, a nossa não dará em pizza.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nós estamos esperando o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O nome do outro lá, não é?

Eu peço, na sequência – coisa absolutamente escabrosa –, que se exiba rapidamente o vídeo do Ministro Queiroga, ontem, em Nova York.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, essa é a pauta da CPI do dia de hoje?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estamos atualizando os assuntos da CPI agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque está parecendo o Jornal Nacional agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Poxa, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia pouca discrepância com relação à qualificação do Queiroga para comandar esse Ministério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, que a CPI está sendo instrumento de politicagem, todo mundo já sabe. Agora, fazer isso no expediente de trabalho da CPI, não, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora, comandá-lo contra a ciência, para pôr em prática, materializar as ordens do Presidente da República, repetindo aquele outro que dizia "um manda e o outro obedece"...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se o Relator e outros querem fazer comentários, vá lá para a tribuna da imprensa e faça lá, mas não use o espaço da CPI para fazer isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Calma, Senador Marcos. Temos o dia todo hoje. Temos o dia todo, temos o dia todo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas esse é...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu pedi pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Veja, nós temos um Ministro aqui que veio para prestar depoimento, aí a CPI começa a ser o palco do comentário geral da República. Isso não é investigação, Presidente. Isso não é investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, a primeira questão que foi trazida aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é a opinião individual de cada um, eu só estou chamando o feito à ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A primeira questão que foi trazida aqui é relativa diretamente à CPI, quando a CPI é ameaçada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sobre isso eu quero falar, Sr. Presidente. Peço a palavra a V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Depois de mim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem: ameaçada. E aí não somos nós que postamos esse vídeo, não, tá? Quem postou foi um jovem aí, que postou. Então, aí hoje já liguei para o Presidente, o Presidente se solidarizou – volto a repetir.

E a outra questão é que nós estamos numa pandemia, e o Ministro Queiroga faz a gente passar vergonha fora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI está fazendo isso faz tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passar vergonha?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso. Ou V. Exa. acha que não?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Senador, não faça isso, não! Tenha respeito aos Senadores.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ou V. Exa. acha que não?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Tenha respeito!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI está fazendo isso desde o começo!

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Tenha respeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A sabujice de Queiroga...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O Governo, que V. Exa. apoia praticou o crime continuado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Precisa, que teve duas...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... um Governo recheado de crimes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – As paixões políticas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A hidroxicloroquina é o seu Governo... A Precisa...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O Queiroga ontem praticou um crime...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Oposição fica aqui gritando o tempo todo que não quer investigar, que não quer aprofundar as investigações, a gastança desenfreada, a roubalheira nos Estados e Municípios!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o Governo que o senhor defende!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Hoje a CPI é com o Sr. Wagner Rosário aqui! Para falar da corrupção!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vocês não querem falar nisso, não querem falar, negam a ciência aqui dentro. Ninguém quer falar! Vamos fazer o quê?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos voltar para a CPI, Presidente. Por favor!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui o Ministro da CGU, vamos ouvir ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda falta um vídeo.

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda falta um vídeo, já que o Senador Marcos Rogério...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Agora começam a negar? Senador Renan, V. Exa....

(*Interrupção do som.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Onde é que está o caso? Só a narrativa. Não tem... Só a narrativa, Senador! Só narrativa.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O último vídeo, por favor. O último vídeo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O último vídeo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos lá, mais um vídeo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos botar o vídeo do Geddel lá. Vamos botar o vídeo do Geddel, do dinheiro que tinha lá no apartamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se for colocar vídeo aqui na próxima semana, Presidente, o senhor vai ficar com o tempo do Relator e o tempo do G7 para colocar vídeo, o tempo todo, que não tem nada a ver com a pauta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ouçamos! Ouçamos!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República, no exato dia em que acontece isso, ele faz um discurso como esse na ONU. Por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, isso não é trabalho de CPI. Presidente, isso não é sério! Isso não é sério, Presidente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor! Atualizando a investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa... O Relator, Sr. Presidente, desde o começo quer usar a CPI dentro de um campo de embate político. Não é investigação!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, parem o vídeo por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eleição de 2022.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o jogo eleitoral de 2022 que está em curso aqui.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pare com isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estão tumultuando! Não podem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tumultuando é V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que o Senador Rogério levantou aqui é algo que está dentro do escopo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, por favor, tenha paciência!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu acho que cada Senador tem o direito de se manifestar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exato!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E a gente tem que respeitar as manifestações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Caso contrário, vira bate-boca e obstrução...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nós temos um convocado.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, dispensem daqui para a frente os convocados e fiquem debatendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante que todos conheçam isso, porque isso é óbvio, o desdobramento da apuração da investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conclua o vídeo, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Investigação de quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que, se não tivesse este debate, já tínhamos concluído e já estaríamos ouvindo o Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, conclua o vídeo, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Depois eu passo a palavra a V. Exa. Só um minutinho, Senador Marcos Rogério. Por favor, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O vídeo, conclua por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu pediria que voltasse o vídeo, porque eu não consegui... Eu estou pedindo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Volte o vídeo para o início.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está vendo: é a isso que o Brasil está assistindo! A CPI se transformou nisso agora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está vendo, Brasil?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É reprise de telejornal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está vendo, Brasil, o desdobramento da investigação?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vem cá, o Brasil não assistiu a essa reportagem, não? É isso que o Relator está dizendo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa reportagem foi questionada?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe as pessoas ouvirem, rapaz, é um apelo que eu faço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está dizendo que a emissora não tem audiência, porque está repetindo aqui o que já passou lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Exato.

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o cúmulo do absurdo. Nunca vi isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Investigar não quer.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi no Governo Michel Temer – no Governo Michel Temer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No Governo Michel Temer do Senador Renan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui o Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E do Líder do Governo de V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, vou pedir pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E do Líder do Governo de V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pedi pela ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, por favor. Só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte: tudo isso tem relações com a CPI. Não é nada aqui... Nós não estamos trazendo uma coisa fora. Aqui esteve o Sr. Ricardo Barros, que fez aqui o seu *show* pessoal, saiu daqui com uma trupe ali, deu entrevista dizendo e tal. Isso aí que está acontecendo hoje nós debatemos aqui. Então, veja bem, se foi do governo A, B ou C, não interessa, o que interessa é que está sendo apurado. Se ele é culpado ou não, isso aí quem vai dizer é lá na frente a Justiça; não sou eu que vou dizer aqui, nem vou fazer essa coisa.

Então, até então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Vou pedir a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

Eu vou passar a palavra para o Senador Humberto, depois para o Senador Marcos Rogério, Senador Girão, e vou ouvir o Ministro Wagner Rosário.

Senador Humberto Costa, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria era transmitir aqui pra CPI essa informação que é muito importante, e isso está acontecendo hoje graças a esta CPI. Fomos nós que trouxemos de volta o debate sobre a Global, sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela situação em que ela ganhou uma licitação irregularmente, não cumpriu a entrega dos medicamentos, 14 pessoas morreram. O Governo na época, que tinha Ricardo Barros como ministro, pagou antecipadamente R$20 milhões, e esse Governo contratou a empresa Precisa, que é a mesma Global, para ser intermediária na compra da Covaxin. E hoje há essa operação acontecida no Ministério da Saúde. Veja como é o nome da operação: Pés de Barro – não sei se é de Pés de Barro ou Pés de Barros –, mas na verdade há uma operação em curso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pode ser no plural ou no singular.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É.

O Sr. Tiago Queiroz, que foi muito citado aqui, está sofrendo essa operação; o Sr. Davidson Tolentino... Tivemos ações em Alagoas, em Minas Gerais, em Pernambuco, em São Paulo, no Distrito Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Todos objetos da CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – As acusações: fraude à licitação, estelionato, falsidade ideológica, corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa, corrupção ativa. Essa é a empresa contratada pelo Governo Federal para intermediar a venda da Covaxin.

Eu acho que todos nós estamos de parabéns porque, se esta CPI não tivesse trazido à tona...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tinha essa operação. Não tinha essa operação hoje.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... essa questão, essa operação jamais teria sido realizada. Portanto, Sr. Presidente, era importante fazer aqui esse registro para que nós mostremos ao Brasil que as coisas já estão acontecendo em grande parte por conta do trabalho que foi realizado aqui. E mais: como nós temos a presença aqui do representante da CGU, ele vai ter até a oportunidade de falar sobre essa operação, se a CGU participou, de que maneira isso aconteceu.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou fazer uma fala sobre o assunto trazido pelo Senador Rogério Carvalho, mas, em relação a essa questão dos vídeos aqui, Presidente, essa é uma prática que ofende o devido processo. Veja V. Exa.: esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana nós estamos com o julgamento do caso do Amazonas. De repente seja o caso de eu trazer aqui os depoimentos dos Ministros do STJ para colocar na tela da CPI. Nós temos o caso lá do Pará, que é um caso escandaloso: rombo bilionário. Nós temos o caso de outros Estados. Santa Catarina, Senador Jorginho: milionário o esquema da compra de respiradores. Os nove Estados do Nordeste: rombo milionário na fraude escancarada com relação à compra de equipamentos. Eu não fico aqui toda semana colocando os vídeos da operação que ocorreu lá no Estado da Bahia. Aliás, eu estou apurando uma informação de lá, e talvez V. Exas. até repensem a convocação aqui de alguns personagens desse escândalo. Então, é assim... Isso é algo desonesto com a CPI, com o chamado devido processo.

Mas eu queria apenas fazer uma ponderação em relação a esse fato que o Senador Rogério trouxe envolvendo o Jair Renan. A confirmar essa ameaça, e caso de fato... Apresentou ali um vídeo mostrando armas, não se sabe se de brinquedo ou se armas verdadeiras, mas independente se seja uma ou seja outra, é algo absolutamente inapropriado. Agora, é caso de convocação à CPI esse fato? Não, não é. Seria caso de representação à autoridade competente para apurar no foro competente – e quanto a isso não tem nenhuma objeção da minha parte, embora na fala dele não vi nenhuma ameaça a quem quer que seja, apenas uma associação ali entre o que estava se falando aleatoriamente, uma imagem e um texto. Mas encaminhe para o foro apropriado para que se faça a apuração.

Eu sou contra, Sr. Presidente, e deixo claro isto aqui: não posso concordar com qualquer tipo de ameaça contra quem quer que seja – sejam membros da oposição, sejam membros do Governo, sejam Parlamentares, sejam cidadãos em geral. Não se pode permitir, num Estado de direito, qualquer ameaça. Aliás, já fui inclusive crítico aqui, no âmbito desta CPI, por ameaças que ocorreram aqui dentro desta CPI, quando o depoimento era tomado e o depoente sendo ameaçado no âmbito da própria CPI. Da mesma maneira que condeno o que acontece aqui e que está fora dos limites do processo, também não posso concordar com quem esteja fora daqui e queira se postar como alguém que tenha, dentro da liberdade de expressão, poderes para fazer qualquer tipo de ameaça, ainda que seja ameaça velada, não é?

Faço essa ponderação porque a gente tem que ter... Nós estamos já caminhando para o final da CPI, todo mundo aqui já se exaurindo nos seus esforços para buscar apuração, quem está na oposição dentro do campo que quer apurar, quem é da base do Governo apurando o que está na pauta, mas querendo avançar na apuração com relação a Estados e Municípios. Os ânimos vão ficando alterados. Mas nós não podemos cair nesse tipo de provocação enquanto CPI, enquanto CPI. Agora, quanto a encaminhar para a autoridade competente para que se promova a investigação – se houve ameaça, se não houve ameaça, se era arma, se era simulacro, se era arma verdadeira ou não, porque aí teria questões de apologia, é outra coisa –, essa é uma providência que a CPI pode tomar ou a própria Corregedoria da Casa. É uma outra situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não acho – e aí faço aqui essa ponderação – que seja o caso de se fazer convocação, meramente em razão desse tipo de situação. Daqui a pouco, vira moda – não é? –, porque está cheio de gente querendo fazer gracinha por aí e daqui a pouco...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a consideração, o encaminhamento que V. Exa. está propondo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu estou dizendo assim: não é o caso de convocação, mas é o caso de se tomarem providências e encaminhar à autoridade competente para investigar se houve ameaça ou não. É a ponderação que estou fazendo apenas, porque não posso concordar, ainda que seja velada a ameaça, venha de quem quer que seja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendi. Entendi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É apenas nesse aspecto, para que não haja, não se misturem as estações. O que a CPI deve fazer aqui é convocar alguém que tenha, em razão do assunto que nós estamos apurando, pertinência temática. Não vejo, nesse caso, pertinência para a convocação do Sr. Jair Renan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação ao vídeo, eu volto a repetir aos Senadores e às Sras. Senadoras que estão aqui que de manhã conversei com o Presidente do Senado, e ele, primeiro, se solidarizou com os membros da CPI, dizendo que era inaceitável, que era um absurdo esse tipo de comportamento – seja de quem for, seja de quem for –, que é uma ameaça velada, sim, e que ele iria tomar as providências como Presidente do Senado. A própria CPI pode tomar as suas providências, mas preferi que fosse o Presidente, porque esta CPI não é desta Comissão, a CPI é do Senado. Não é a Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando a covid, quem está investigando os problemas que tiveram na covid é o Senado Federal. Nós apenas estamos aqui indicados pelos nossos partidos, que têm representação dentro do Colegiado do Senado Federal. Então, não é uma coisa à parte, não é uma coisa à parte, é uma coisa do núcleo todo do Senado, dos 81 Senadores. Quando nós estamos aqui, nós estamos representando o Senado Federal, não é uma coisa que nós estamos fazendo numa residência particular de alguém, numa conversa. Não, isto aqui é uma investigação do Senado Federal. E o Presidente, por ofício... E disse isto claramente para mim, hoje de manhã, que é inaceitável, que é um absurdo, que é uma ameaça velada e que irá tomar as providências, dentro do que permite a lei em relação a isso. Então, em relação a essa questão, eu estou tranquilo.

Em relação a outros envolvimentos, Senador Marcos Rogério, não sou eu que vou aqui emitir opinião.

Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Omar Aziz.

A minha fala é muito curta no sentido de a gente, pela primeira vez, em quatro meses e meio, caminhando para o final da CPI, ter aqui a oportunidade de tangenciar, mesmo que de forma superficial, já que não deu para trazer outros agentes públicos, os bilhões de verbas federais enviados a Estados e Municípios e descobrir um pouco da verdade, com o requerimento meu, de minha autoria, para trazer aqui o Ministro Wagner Rosário, que, desde cedo, está aqui nesta Casa. Já estamos chegando ao meio-dia, começando atrasados, e eu espero que a gente possa deixar as narrativas de lado um pouco, deixar a pirotecnia e ir para a técnica. Tenho muitas perguntas a fazer, como os colegas aqui, para a gente tentar buscar toda a verdade sobre esse caso da Covaxin e dos Estados e Municípios.

Peço ao senhor que a gente possa começar isso, porque a Ordem do Dia começa às 16h, 16h! E esse transtorno... A população não espera da gente bate-boca, a população não espera da gente conflitos aqui; espera soluções. Chega de guerra! Chega de briga! Precisamos de pacificação. Então, o Ministro está aqui para dar os esclarecimentos, e a gente precisa oportunizar ao máximo aqui o tempo dele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O atraso foi comunicado ao Ministro com antecedência, como foi comunicado a todos os membros da CPI, que nós iniciaríamos os trabalhos após a fala do Excelentíssimo Senhor Presidente no Conselho da ONU. Foi isso o que aconteceu. Perguntei à Mesa, e o Ministro mesmo confirmou que ele foi avisado com antecedência, Senador Girão.

Por último, a Senadora Simone. Depois, passarei a palavra ao Ministro por 15 minutos.

Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de aproveitar esse episódio para deixar aqui registrada uma preocupação que eu tenho tido ao longo pelo menos deste último ano. A Comissão Parlamentar de Inquérito é uma Comissão do Senado Federal. Quando um ou mais Parlamentares desta Comissão se sente ameaçado, ameaçada está a instituição do Senado Federal. Portanto, é responsabilidade, sim, do Presidente do Senado, mas também de cada um de nós, defendê-la, ou defender-nos, afinal nós estamos aqui representando a soberania popular.

A ameaça a um Parlamentar, principalmente através das redes sociais, vindo de quem vier, é muito grave, e é mais grave ainda vindo do filho da autoridade máxima deste País. Não é trivial o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu. Nós não podemos considerar isso como algo normal, Sr. Presidente, e não é porque é o filho do Presidente, mas porque isso é recorrente, é pelo reflexo que isso tem na juventude do Brasil.

Desculpem-me, mas aqui eu falo como mãe preocupada com uma geração que está se formando neste momento e que está vendo os valores morais e éticos sendo relativizados dia a dia, seja no mundo real, seja no mundo virtual. Não é possível nós acharmos que mentiras podem se transformar em verdades ou que as verdades possam ser relativizadas. Não podem! Não é possível que nós achemos normal que um Senador da República ou um Ministro de Estado use de palavras chulas ou faça gestos obscenos para quem quer que seja. Nós somos homens públicos, e o público significa estar exposto e dar o bom exemplo.

Então, medidas como essa, atitudes do Ministro da Saúde, com gesto obsceno, palavras chulas, de baixo calão, seja do Presidente da República ou de qualquer um de nós, têm, sim, que ser recriminadas e têm que ser veementemente repudiadas por cada um de nós, doa a quem doer. Então, eu quero parabenizar V. Exa. por ter imediatamente acionado o Presidente da Casa.

Não estou aqui já colocando o carimbo de culpa em quem quer que seja. Eu quero apenas dizer mais uma vez: incitação ao ódio é crime, incitação à violência é crime! E mais do que isso: ninguém aqui está achando que essas pessoas vão agredir um Parlamentar ou vão ameaçar um Parlamentar; o problema é que, com esse exemplo sendo dirigido a 210, 215 milhões de brasileiros, estimula-se, instiga-se essa sociedade já radical hoje, pelo menos 10% dela, a também vir a público nos atacar.

Então, eu gostaria de parabenizar V. Exa. e dizer que, sim, é papel do Senado e da Comissão Parlamentar de Inquérito defender esta instituição e defender qualquer Senador ou Senadora da República, como é nossa obrigação defender as vítimas, infelizmente fatais, que hoje somam mais de 590 mil, bem como dar uma resposta e garantir o mínimo de justiça aos familiares de todos esses entes queridos que se foram.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu que agradeço, Senadora Simone. Nós tomaremos as providências e todos nós Senadores, isso aí não é só para quem é situação, oposição ou independente aqui. Qualquer Senador que for ameaçado dessa forma tem que se tomar providência, também sem prejulgar absolutamente ninguém, nem A nem B, mas tomando as medidas e cautelas que que cabem a todos nós.

Eu vou passar a palavra ao Ministro. Ministro, o senhor tem até 15 minutos para falar. Se não quiser, eu passo diretamente ao Relator, fica à sua disposição.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Vou utilizar, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, fique à vontade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Bom dia a todos aqui presentes, bom dia a todos os que nos acompanham!

Fui convocado para esta CPI por meio do Ofício 2.556, datado 16 de setembro de 2021, com base no Requerimento 699, de 10 de junho de 2021, do Senador Eduardo Girão, a quem agradeço o convite, Senador, para tratar de assuntos atinentes a investigações conjuntas da CGU com outros órgãos de defesa do Estado, visando a apurar caso de corrupção e fraude com uso de recursos públicos federais durante a pandemia.

Porém, todos aqui têm ciência que o motivo que levou a minha convocação não foi o previsto na documentação supracitada. Como bem salientou o Presidente desta CPI, no dia 15 de setembro de 2021, que assim se pronunciou, abre aspas:

> A CGU, do Wagner Rosário, participou dessa coisa. Teve acesso a tudo isso e a todas essas informações. Então, Wagner Rosário é um prevaricador, tem que vir aqui mesmo, porque, como ele sabia que o Roberto Dias estava operando dentro do ministério, e não tomou providência? O Wagner Rosário tem que explicar não as operações que ele fez; é a omissão dele em relação ao Governo Federal. Tem que vir, mas não tem que vir aqui para jogar para a torcida não. Ele vai jogar aqui é no nosso campo, e o Wagner Rosário, que tinha acesso a essas mensagens desde 27 de outubro, ele é um prevaricador [fecha aspas].

Então, essas foram as palavras e foram as justificativas apontadas pelo Presidente da CPI para a minha vinda à CPI, hoje.

Em primeiro lugar, Senador Omar Aziz, eu gostaria de dizer ao senhor que a CGU não é minha – ela é um órgão de Estado que presta serviços ao povo brasileiro –, assim como aqui não é o seu campo; aqui é o meu campo, aqui é o campo do seu Zé, da D. Maria e de qualquer brasileiro que, exercendo o seu direito a voto, escolhe os seus representantes.

Em segundo lugar, demonstrarei que muita coisa debatida no âmbito dessa CPI teve origem produzida em materiais da CGU, do Ministério Público e da Polícia Federal, respeitando o devido processo legal. Demonstrarei também que na CGU respeitamos uma coisa chamada compartimentação de informações, procedimento que, em virtude de sua especificidade, não é de conhecimento corrente de todos os operadores de direito, o que pode gerar incompreensões.

Fui acusado nesta Comissão, como já disse, no dia 15 de setembro de 2021, de maneira irresponsável, de prevaricação. O crime de prevaricação está previsto no art. 319 do Código Penal, e ele é assim especificado: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observando as falas na CPI, verifiquei que não foi apresentado, durante as manifestações de Senadores, qual ato de ofício, previsto em lei ou em normas infralegais, este Ministro de Estado deixou de praticar, nem mesmo a existência de algum interesse ou sentimento pessoal que justificasse essa omissão. Mas vamos lá: o que podemos depreender da fala de V. Exas. no dia 15 de setembro de 2021 é que, em 27 de outubro de 2020, por ocasião do cumprimento dos mandados de busca e apreensão na residência do Sr. Marconny Albernaz durante a Operação Hospedeiro, este Ministro de Estado havia tomado ciência de fatos envolvendo o servidor Roberto Dias, e nada tinha feito a respeito.

Bem, vamos à verdade dos fatos. Informo, de antemão, que não adentrarei detalhes acerca das investigações, ainda em andamento, face ao segredo de justiça ainda vigente, limitando minhas falas tão somente a dados já expostos por integrantes desta CPI ou mesmo pela mídia. Bem, em 2019, com base em denúncia recebida na Controladoria-Geral da União, a CGU iniciou investigações que visavam identificar favorecimento de empresa no âmbito de licitações do Instituto Evandro Chagas, localizado em Belém, no Estado do Pará. Em 6 de fevereiro de 2020...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Quando? Pode nos...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nós recebemos a denúncia em 2019.

Então, a partir de 2019, passamos a identificar ou investigar esse caso de favorecimento de empresa no âmbito do Instituto Evandro Chagas e, em 6 de fevereiro de 2020, a CGU, em conjunto com a Polícia Federal e com o Ministério Público Federal, deflagrou a Operação Parasita – essa operação, em 6 de fevereiro de 2020.

Fruto da análise dos materiais apreendidos nessa operação, verificamos a existência de um indivíduo de nome Marconny Albernaz, já conhecido nesta CPI, que havia recebido recursos dessa empresa alvo de investigação. A partir daí e com base em acontecimentos posteriores e em aprofundamentos das investigações, a CGU, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, com a devida autorização judicial, deflagraram a segunda fase da operação, chamada de Operação Hospedeiro. Nessa segunda fase, face aos fatos já relatados, incluímos o Sr. Marconny Albernaz como um dos alvos da busca e apreensão, tudo com a finalidade de tentar identificar o papel do mesmo no caso investigado. Tal mandado de busca e apreensão foi cumprido no dia 27 de outubro de 2020. Resumindo: começamos uma investigação em 2019; deflagramos a primeira fase da operação, também conhecida como Operação Parasita, em 6 de fevereiro de 2020, com foco em favorecimento de empresas no âmbito do instituto federal; a partir daí, detectamos pagamentos suspeitos da empresa favorecida nas licitações ao Sr. Marconny Albernaz, que não era um dos investigados inicialmente, e o incluímos na segunda fase da operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, nessa segunda fase, fruto da apreensão dos materiais e do celular do Sr. Marconny Albernaz, obtivemos informações, fora do escopo inicial da investigação, que apontaram para uma tentativa de um grupo ligado ao Sr. Marconny de interferir em uma compra a ser realizada no Ministério da Saúde, compra essa relativa à aquisição de 12 milhões de testes rápidos para covid, além de outras atuações suspeitas relacionadas à compra de material de saúde em outros entes governamentais.

Sobre a referida compra de testes rápidos no Ministério da Saúde, a equipe de investigação verificou que a compra havia sido cancelada, o que frustrou o interesse do grupo em concretizar a venda no ministério, além de criar maiores obstáculos para identificação de possíveis irregularidades. Vale ressaltar que essa compra não prosseguiu, dentre outros motivos, face à atuação de uma outra área da CGU, a área de auditoria da CGU, que olhou a documentação da contratação previamente e apontou inconsistências que contribuíram para o cancelamento da dispensa de licitação em andamento.

O relatório de análise sobre os fatos detectados na Operação Hospedeiro, mais especificamente sobre a análise de informações constante do celular do Sr. Marconny Albernaz, foi consubstanciado em uma nota técnica datada de 31 de março de 2021, que foi apartada dos autos da investigação por se tratar de assunto alheio ao bojo do inquérito, ou seja – e isto aqui é importante ressaltar –, quando realizamos um mandado de busca e apreensão, por óbvio, existe um período de análise do material apreendido, que se caracteriza por ser um trabalho intelectual de vinculação das informações coletadas com o processo investigativo como um todo. Esse trabalho, por óbvio, leva um tempo para ser concluído e, neste caso, durou cerca de cinco meses. Vale ressaltar também que, quando realizamos medidas de busca e apreensão, os materiais não ficam diretamente com a CGU, eles ficam de posse da autoridade policial, e, posteriormente, escalamos servidores, muitas das vezes diferentes daqueles que foram fazer a busca, para a realização efetiva da análise.

É importante lembrar que todos os fatos relatados até o presente momento foram tratados no âmbito das duas operações ocorridas lá no Estado do Pará. É importante ressaltar também, por óbvio, que este Ministro não participa e nem participou de mandados de busca e apreensão, nem da análise desses materiais, devido ao cargo que ocupa atualmente, e nem sequer teve acesso a essas informações, o que também é indiferente no caso em questão, como veremos à frente.

Pelo fato de a Operação Hospedeiro correr e ainda permanecer em segredo de justiça, a praxe da CGU é que os dados sejam mantidos única e exclusivamente com os servidores envolvidos diretamente na investigação. Assim sendo, todas essas informações foram mantidas em sigilo pela CGU tanto no Pará quanto na nossa área de investigação em Brasília. Esse princípio, conhecido como compartimentação de informações, é também adotado por diversos órgãos de investigação e de defesa do Estado.

Vale ressaltar ainda que os dados referentes à investigação em andamento nem sempre são compartilhados diretamente com as outras áreas da CGU sem que este compartilhamento seja debatido com os demais órgãos de defesa do Estado participantes da investigação ou mesmo com o juiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsável pelo caso, visto que tal compartilhamento pode colocar em risco o andamento dos trabalhos investigativos.

No final de junho, começaram a aparecer na mídia notícias sobre o envolvimento da Precisa Medicamentos em suspeitas de irregularidades no contrato da Covaxin. Devido a isso e graças à atenção dos servidores da CGU envolvidos na investigação, o MPF solicitou ao juízo da operação o compartilhamento das informações apartadas dos autos com o MPF do Distrito Federal. Então, como o trabalho estava andando no Pará e estava em sigilo, o procurador solicitou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quando foi, Ministro... Em que data foi que o senhor pediu o compartilhamento?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Quem pediu não fui eu, não, Doutor; quem pediu foi o Ministério Público Federal, que solicitou ao juízo da operação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, me explique essa questão aí que o senhor disse que houve o compartilhamento, que o senhor falou. Não estou dizendo que foi o senhor, não. Umas três linhas acima, o senhor falou que...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor pode especificar melhor a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Leia... Leia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O compartilhamento por parte do Ministério Público Federal, quando foi feito? Qual foi a data?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Os trabalhos estão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, os funcionários da CGU, a partir de...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A partir de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça esse favor.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – No final de junho, começamos a... começaram a aparecer na mídia notícias sobre o envolvimento da Precisa Medicamentos em suspeitas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Quando foi? Em 2020?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Em 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, só em junho de 2021? Tá bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Ah, o senhor sabia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá, o.k. Tá, o.k., então.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu vou fazer um apelo a V. Exa. aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, eu só estou perguntando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Permita a ele concluir, e depois faça as perguntas.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, eu estou perguntando se alguém sabia do envolvimento da Precisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu só estou perguntando... Não, eu só estou perguntando...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O contrato é de 25 de fevereiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São dados que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exas. vão ter a tarde toda para fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença, Senador Marcos Rogério. Dá licença!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não interrompa, não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu só pedi a data. Só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, avise ao Senador Marcos Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não fiz acusação nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que o Ministro tem o assessoramento dele.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não precisa ser o assessoramento do Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amigo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu só estou zelando pelo devido processo da CPI, não é do Ministro, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... enquanto eu estiver falando, V. Exa. não...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Ele é meu advogado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parece que V. Exas. fugiram à escola de procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos, já tem assessoramento o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí! O Ministro está indo tão bem! Ele está explicando. Eu só pedi a data, rapaz!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exato! Exato!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, vamos lá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não pedi isso!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, vamos deixar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque agora que eu soube que a CGU só teve conhecimento...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – É meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pela imprensa!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, exato. E eu estou, inclusive, advogando por ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só soube agora que a CGU teve conhecimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estou dizendo que o Senador Marcos Rogério não precisa advogar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. já tem quem faça isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou sabendo agora – dá licença – que a CGU em junho é que teve conhecimento, pela imprensa, da questão da Precisa. Só isso!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É isso aí. Não é isso?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – De irregularidade, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Se o senhor sabia antes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... só em junho de 2021.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Se o senhor sabia antes, ótimo, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu não sabia ainda não!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Ah, então, tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Ministro...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Os casos apareceram na imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Ministro...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... em final de junho de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei de nada, Ministro!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O que não significa, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei de nada!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Posso prosseguir?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro, me desculpe. Pela imprensa, sim, mas, pelo órgão de controle que o senhor preside, não.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso está nos autos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos deixar o Ministro terminar.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senadora, a senhora quer aguardar o término para a senhora se manifestar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos deixar o Ministro...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Então, vamos lá. A data está clara. A data de aparecimento disso na imprensa foi final de junho de 2021.

Devido a isso, e graças à atenção dos servidores da CGU envolvidos na investigação, em conversa com o Ministério Público Federal, o MPF solicitou ao juízo da operação, visto que a operação estava andando no Pará e que os dados foram apartados num documento separado por não estarem no bojo da investigação, o compartilhamento das informações dos autos com o Ministério Público Federal do Distrito Federal. Na decisão, datada de 8 de julho de 2021, o juiz também autorizou o compartilhamento dessas informações, mais especificamente aquelas relativas a Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria, com a própria CGU, para fins de utilização e procedimentos administrativos.

Tal decisão está aqui, Senador, caso o senhor queira. Em 8 de julho de 2021, é a primeira vez que o juiz autoriza as informações apartadas, que tratam sobre Precisa, para ser tratada no âmbito administrativo. Essa informação chegou à CGU e entrou no sistema da CGU em agosto tão somente.

Então, prosseguindo aqui a minha fala...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Por que demorou?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Ou seja, até 8 de julho de 2021, a CGU sequer possuía autorização para a utilização das informações produzidas acerca de Marconny Albernaz e Roberto Dias em processos administrativos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Vale aqui lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi a CGU... Só uma explicação, porque ele está falando, e eu estou só perguntando.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não estou aqui fazendo juízo de valor nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando foi que a CGU solicitou ao juiz o compartilhamento?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Não... O processo é criminal, doutor. Quem pede é o Ministério Público Federal, Senador; não é a CGU.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tudo bem, mas em que data foi pedido para compartilhar com a CGU?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não sei. Eu sei que a decisão foi em 8 de julho. Deve ter sido ali final de junho, início de julho. Essa data eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De 2021?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – De 2021.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De uma operação que aconteceu em setembro do ano passado. Está bom.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Em setembro de 2020.

O senhor tem que... Não sei se o senhor já participou de alguma investigação, mas você não passa um *scanner* na hora da busca e apreensão e saem os dados aparecendo, não. Tem que ter análise, tem que levar tempo.

Vamos lá.

Ou seja, até 8 de julho de...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Muito petulante, hein, Presidente?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... a CGU sequer possuía autorização para utilização das informações produzidas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... de Marconny Albernaz...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, por favor. Se a petulância do depoente for do tamanho da competência...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, eu não fui para o TCU. Não é por isso, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... nós estamos muito bem servidos, porque é muito petulante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... na forma de se dirigir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Pode continuar?

Então, vamos lá.

Ou seja, até 8 de julho de 2021, a CGU sequer possuía autorização para utilização das informações produzidas acerca de Marconny Albernaz e Roberto Dias em processos administrativos. Vale aqui lembrar que o servidor Roberto Dias havia sido exonerado em 30/06/2021, ou seja, cerca de dez dias antes da decisão judicial. Além disso, vale ressaltar que a suspeita de existência de irregularidades na compra de testes rápidos ainda necessita de aprofundamento das investigações, visto que o processo de dispensa de licitação foi cancelado em 19 de junho de 2020, após manifestação da CGU e da Secretária de Atenção Primária substituta do Ministério da Saúde.

Deixo aqui de dar mais detalhes ao assunto pelo fato de o caso estar em segredo de justiça.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a licitação em que houve a tentativa de interferência pelo grupo de que Marconny Albernaz fazia parte foi cancelada, não tendo sido desembolsado um único real dos cofres públicos. Ou seja, todo o material que a CPI recebeu por meio de compartilhamento de informações das Operações Parasita e Hospedeiro ou mesmo de notas técnicas apartadas é fruto de investigação da CGU, iniciada desde 19, a partir de denúncia recebida e compartilhada com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal.

Dessa maneira, fica claro e transparente que não existe prevaricação nem minha, nem de nenhum servidor da CGU. Tomamos todas as medidas possíveis, investigamos todos, independentemente de quem quer que seja. Não existe e nem existiu nenhuma medida legal pendente de ser adotada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ministro, o senhor podia só repetir a linha do tempo do compartilhamento, se V. Exa. me permite?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, compartilhamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A linha do tempo do compartilhamento: quando foi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, vamos fazer...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, só um minutinho. Menos, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Menos, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. V. Exa. não... Assim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Menos, menos. Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que o Senador Rogério está tão tenso hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa ele pedir esclarecimentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ouça o que V. Exa. está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Menos... Eu só estou perguntando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que o Senador Marcos Rogério está tão tenso hoje?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não vai ter o momento para perguntas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai, mas isso aí vai...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se vai ter o momento para perguntas, deixa concluir o raciocínio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e depois cada um faça a sua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... eu não estou agredindo o Ministro. Eu estou perguntando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não é agredir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... educadamente. E faz parte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é educado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... do enredo dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... você interromper alguém que está desenvolvendo uma linha de raciocínio, e você vai ter oportunidade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que o senhor está assim hoje, hein?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o nosso papel! Nós temos muita dúvida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas cada um vai ter...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que o senhor hoje está desse jeito?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque V. Exas. estão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que o senhor hoje está desse jeito hoje?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Queremos saber muita coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Conte para mim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem está... Quem me parece estar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você vê que eu, por exemplo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... são V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu hoje...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que o senhor está assim desse jeito?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu hoje...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu hoje faria autocrítica. Eu acho que você deveria absolver o Pazuello, porque ele era simples: um manda, outro obedece. O outro dá cotoco. Então, um é pior do que o outro, entendeu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cotoco... Cotoco quer dizer o que, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, veja, a CPI não está dando oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cotoco é mostrar o dedo médio...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, a CPI não está dando oportunidade para o depoente cumprir nem o prazo que ele tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o Senador Rogério permitir, o Ministro quer responder. Eu perguntei para ele o seguinte: o senhor pode fazer a linha do tempo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, então V. Exa. vai tirar o tempo dos que estão perguntando antes, depois?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, por que o senhor está assim hoje? Olhe nos meus olhos e diga: por que o senhor está desse jeito?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É por que regras são regras. Ou V. Exas. cumprem regras...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse procedimento ocorre todos os dias...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não é verdade.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tenso, instável...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós ouvimos aqui com paciência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... em estado psicologicamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... todos os dias, elogiamos quando é preciso elogiar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas. estão desesperados. Eu não sei o porquê...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora, quebrar a lógica do raciocínio do Ministro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas...

É uma tática, eu conheço a tática.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Enquanto o Marcos Rogério...

Eu queria...

Eu vou fazer uma checagem, Sr. Presidente, aqui para o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E não sou só eu que conheço não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A compra de testes rápidos foi revogada pelo Ministério da Saúde devido ao fato de o Diretor do SUS, do Ministério da Saúde, Eduardo Macário, sinalizar para os testes PCR, não em função... Não eram apropriados, o PCR-RT.

A CGU não interferiu no processo.

Eu queria só deixar isto claro: não foi a CGU que interferiu no processo, foi o funcionário que disse que aquele teste não tinha acurácia e, portanto, não deveria ser adquirido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, foi o único apelo que eu fiz até agora, deixe-o concluir e aí vamos para as perguntas. Só isso! Só isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ministro, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Posso seguir?

Obrigado.

Tomamos todas as medidas possíveis, investigamos todos, independente de quem quer que seja.

Não existe e não existiu nenhuma medida legal pendente de ser adotada. Até uma possível medida cautelar de afastamento do servidor, como aventado por alguns, só poderia ser realizada no âmbito do processo disciplinar pelo prazo de 60 dias, com a finalidade de não atrapalhar a investigação, fato este que estava impedido de ocorrer até 8 de julho de 2021, sem levar em consideração, com a devida vênia, que ainda hoje não temos indícios suficientes de autoria e materialidade que justifiquem a abertura de processo disciplinar sobre este ponto específico da investigação.

Inclusive, fruto das investigações já mencionadas, já abrimos um PAD, em 3 de dezembro de 2020, referente à primeira fase da operação e outro PAD sobre a segunda fase, Operação Hospedeiro, em 17 de maio de 2021, por já haver sobre estes dois servidores públicos indícios mínimos de autoria e materialidade que justificaram a abertura de processo.

Deixo claro aos integrantes desta CPI que quem compartilha informações protegidas por segredo de justiça é o juiz que as decretou, e não a CGU. Por isso essas informações chegaram ao conhecimento dessa CPI, após autorização judicial para tal, ocorrida em 14 de julho de 2021.

Caminhando para o fim da minha breve exposição, reafirmo o meu compromisso de atuar sempre em respeito às leis e à Constituição Federal, pois sei que a minha função não admite existência de desconfianças, pois estas não recaem somente sobre a minha pessoa e, sim, sobre uma instituição que conta com o reconhecimento da sociedade brasileira.

Encerro aqui a minha fala e me coloco à disposição de V. Exas. para as perguntas que se fizerem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

Senador Renan Calheiros, com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu vou me esforçar para fazer perguntas diretas, objetivas, claras e, na medida do possível, eu gostaria que o convidado pudesse respondê-las também com igual precisão. Isso será fundamental para que nós tenhamos uma produtividade boa, já que nós estamos 148 dias depois da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, muitas dúvidas remanescem e a presença do Ministro nesta oportunidade é importante e fundamental para todos nós. Quer dizer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, no momento em que nós temos a presença do Ministro-Chefe da CGU, nós somos tomados por muitas saudades, saudades de brasileiros com a dimensão do Ministro Jorge Hage, que, durante oito anos, chefiou a CGU, com desassombro, competência, coragem cívica e, sobretudo, senso de oportunidade. O legado do Jorge Hage – hoje vemos aqui claramente, nesses primeiros minutos da participação do Exmo. Sr. Ministro – deveria ser muito mais respeitado, precisaria, Senador Tasso Jereissati, ser muito mais respeitado.

Hoje, Sr. Presidente – já começo –, nós tivemos a vergonha... Nós verificamos, na prática, que a vergonha definitiva desconhece limites. Os vexames na ONU do Presidente da República vão desde vaias, puxadinhos, proibição de acesso por falta de vacinação, advertências públicas do Prefeito de Nova York e a negação universal das vacinas diante do Primeiro-Ministro do Reino Unido.

O discurso lamentavelmente pífio do Presidente na assembleia, Presidente Omar, mostra ao mundo a "república do cercadinho", uma vergonha para todos os brasileiros, a exumação da insignificância. Único líder do G20 não vacinado, Bolsonaro repetiu seu papel de figura rudimentar, anacrônica, transitória e propagadora de mentiras. O seu discurso foi uma mentira só do começo ao fim.

O Brasil perdeu a credibilidade internacional, e a corrupção negada por ele na ONU foi comprovada em várias oportunidades aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, como propinas. E, quando se fala em propina, fala-se na propina de US$1 por dose da Covaxin, imunizante, Ministro, superfaturado, nunca entregue, com pressões políticas inaceitáveis, pedidos de pagamento antecipado em paraísos fiscais, até com documento falso denunciado pela própria Bharat Biotech.

O próprio Bolsonaro, Senador Girão, que desprezou 170 milhões de doses da Pfizer e do Butantan, pediu ao Primeiro-Ministro indiano pela Covaxin. Isso deixa claramente as suas digitais. Diante de mais de 20 irregularidades reveladas por esta CPI, o Governo foi, ao final – não queria –, coagido a rescindir o contrato e, na contramão do mundo e da ciência, pregou para todo mundo o tratamento precoce, responsável por muitas mortes no Brasil.

Bolsonaro também mentiu sobre a participação de milhões na manifestação de 7 de setembro. Não foram mais do que 30 mil pessoas, e hoje nós sabemos a que custo. O golpista do cercadinho repetiu seu negacionismo e sua limitação cognitiva para todo o mundo. A frieza nas reações, após dez minutos de *fake news* sobre o Brasil, foi eloquente sobre a sua irrelevância.

Eu gostaria de pedir, por favor, para embasar as perguntas, Izabelle, que exiba o vídeo nº 1.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu... Presidente Tasso Jereissati, V. Exa. me permite? Eu vou começar fazendo algumas perguntas sobre o processo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analisa a regularidade do contrato da Precisa, a partir, obviamente, de uma entrevista que o Exmo. Sr. Ministro Wagner Rosário concedeu ao jornalista Lacombe.

Em primeiríssimo lugar, eu gostaria de saber se a CGU concluiu que não houve superfaturamento no preço do contrato. É a primeira pergunta.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Sim, a análise do relatório... Só esclarecer primeiro, Senador: superfaturamento é um ato que acontece após o pagamento e o desembolso financeiro acima do valor de mercado. Esse caso não teve a contratação efetivamente e por óbvio não houve pagamento. Então, assim, eu afirmo ao senhor que não houve superfaturamento no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é importante... Só para sintetizar e dar a ênfase necessária, a CGU concluiu que não houve superfaturamento no preço do contrato da Covaxin, não é isso?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, o senhor está... Com a devida vênia, o senhor está cometendo um... Superfaturamento ocorre após o pagamento. O senhor está falando de superfaturamento no preço. Se o senhor está considerando que o superfaturamento é pós-pagamento, não houve superfaturamento no contrato.

Em relação a um possível sobrepreço na contratação, que seria uma outra situação, nós também não identificamos, porque fizemos contato com a própria empresa, a Bharat Biotech, na Índia, fizemos verificações no *site* da própria empresa, e o preço com que a empresa vende esses produtos pra outros países está entre uma faixa de US$15 e US$19, mais ou menos, e nós havíamos fechado essa contratação, o Governo Federal, em US$15.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa., através da CGU, fez contatos com a Bharat Biotech, na Índia?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Quem fez foi a equipe técnica. Sim, fizemos. Inclusive, recebemos, fizemos trocas de comunicação com a Bharat Biotech, inclusive no momento em que precisávamos confirmar a veracidade de documentos que constavam do processo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na oportunidade, a Bharat Biotech reclamou da utilização de documentos falsos pela Precisa à CGU? Ou não?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, a gente... A situação relativa... Não houve nenhuma reclamação da Bharat Biotech.

O senhor quer que continue a resposta ou...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu gostaria que V. Exa. fosse preciso, que sintetizasse ao máximo.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não houve nenhuma reclamação da Bharat Biotech sobre o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais os preços, por favor, que foram utilizados como parâmetro para essa conclusão da CGU?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Bem, nós procuramos no *site* da própria empresa, lá existe uma informação, no *site,* de preços vendidos para hospitais particulares dentro da Índia e também para outros países.

Em relação aos dados entre 15 e 19, foi informação da própria empresa Bharat Biotech, e ela disse que ela não poderia passar o preço do país, para cada país, por questões de segredo de mercado, mas que todas elas estavam entre US$15 e US$19.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Relator, me permita só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu tenho a impressão de que o nobre Ministro usou uma palavra, "superfaturamento", para não dar uma resposta precisa. No momento em que ele diz "se não houve faturamento"...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não houve pagamento...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar.) – "Não houve faturamento, não houve superfaturamento". No entanto, ele não nega que havia uma negociação em andamento, com envolvimento de várias personagens do Governo, no sentido de haver uma venda com valor acima do que seria o normal. É isso, Sr. Ministro?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Sim, sim. O que nós temos... O ponto é o seguinte, o que eu estou perguntando é assim: a venda tem superfaturamento? Não tem superfaturamento, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Mas havia uma transação em negociação, em andamento, que foi interrompida graças às investigações, que levaria a um comissionamento de intermediários, aparentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Isso eu não posso afirmar porque nós temos... Vamos bater alguns pontos de informações que são importantes. A empresa não superou uma etapa. O contrato previa o pagamento desses imunizantes tão somente após a sua entrega. Então essa era uma cláusula contratual que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E por que pediu o adiantamento?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – O pedido de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a pergunta que não quer calar: por que pediu adiantamento antes da entrega, e para pagar em paraíso fiscal?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu vou chegar lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CGU concordou com isso?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Vamos lá: houve, então, a partir daí, na entrega da documentação, a entrega de *invoices*, certo? Isso ainda no período enquanto estava ainda na contratação, e essas *invoices* apresentaram problemas. A primeira *invoice* previa isso, foi identificado pelos controles do ministério. E, a partir daí, houve uma modificação nessas *invoices*.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Na segunda também, Ministro, constava pagamento antecipado.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Houve... Eu não falei, Senadora, foi da segunda.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Falou a primeira e a seguinte... Não, a primeira e a seguinte... Não.

Eu só estou ajudando, colaborando porque a segunda também...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A segunda está... Na terceira, não estava mais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não era erro nem equívoco, era a regra da *invoice*.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Deixa eu só te falar uma coisa pro senhor, era uma *proforma invoice*. A *proforma invoice* não gera obrigatoriedade de pagamento, nem se verifica no processo uma tramitação do processo pra pagamento na área de pagamento. Ela ficou justamente na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

área de importação e na área que era responsável por isso. Então, eu não posso dizer que essa *invoice* geraria obrigação de pagamento porque uma *proforma invoice* não gera essa obrigatoriedade.

O que nós estamos colocando aqui é que houve uma entrega de uma primeira *invoice*, se manteve na segunda e depois fomos pra terceira, onde existia... Na terceira isso foi corrigido e foi retirado das *invoices*. Então, os pagamentos, como eu digo, não ocorreram, e, mesmo assim, o contrato tinha uma previsão clara: os pagamentos só poderiam ocorrer após a entrega do imunizante. Essa era a maior garantia do contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Talvez fosse mais lógico se nós avançássemos de acordo com a ordem cronológica.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acabei de perguntar a V. Exa. quais os preços utilizados como parâmetro para essa conclusão da CGU.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, os preços utilizados como parâmetro foram as pesquisas no *site* e o contato diretamente com a empresa, visto que não existe uma outra forma de se obter esses preços, visto que a gente não tem ainda o preço de mercado e essas vacinas não são vendidas assim no mundo inteiro com *sites* de reconhecimento, como prevê a 14.124.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bom, muito bom.

V. Exa., por favor, poderia especificar quais as vacinas e quais os países que foram utilizados para essa análise, por favor?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Como eu disse, nós questionamos a empresa Bharat Biotech. Ela não passou os preços por países, por segredo comercial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como adequar isso ao fato de que a Covaxin não possuía autorização da Anvisa para importação e distribuição?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – E essa foi justamente das alterações legais que foram feitas, Senador. As alterações legais que foram feitas passaram a permitir a compra de vacinas que não possuíam autorização da Anvisa, mas possuíam autorização de outros dez, de outras dez agências sanitárias pelo mundo, previstas na 14.124. Era prevista a compra, mas não eram previstas, sem autorização da Anvisa, a importação e a vacinação. Então a compra era prevista, como assim foi feito com a Covaxin e assim foi feito com a Sputnik.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CGU concluiu, Presidente, que o contrato com a Precisa para compra de 20 milhões de doses teve como objetivo garantir a contratação emergencial de vacinas em um momento de escassez de oferta. Em função disso, eu queria fazer a seguinte pergunta: a Anvisa não havia autorizado a importação nem a distribuição, portanto, da vacina, da referida vacina. Como a CGU pôde considerar que um contrato desse preço e nessas circunstâncias, considerado como um contrato de risco, absolutamente de risco, e talvez, por conta do comportamento da própria CGU – não sei se o senhor sabia disso –, no dia 6 de março o Governo brasileiro, através do Ministério da Saúde, pediu, nas mesmas regras da negociação anterior, a compra de mais 50 milhões de doses da vacina Covaxin pela Precisa... Eu não sei se houve aqui uma... Eu só queria tirar a dúvida, porque eu ajudei a criar a CGU – não sei se V. Exa. sabe disso.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não sabia, não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sempre tivemos a CGU como um órgão absolutamente transparente e fundamental pra garantir essa transparência, que tinha avançado bastante no Brasil e lamentavelmente tem dado marcha à ré. Eu só queria saber: considerando como um contrato de risco, como é que a CGU se posicionou dessa forma especificamente?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Bem, Senador, o senhor acabou de entrar no ponto do que a lei criou: a lei criou a previsão de se realizar a compra sem autorização da Anvisa. Essa foi a grande mudança legal da 14.124, não é? E foi um anseio, pelo que me recordo, da sociedade como um todo, foi votado no Parlamento. Essa compra foi realizada com a principal garantia que um contrato pode trazer de segurança. Qual é? Só paga depois que recebe. Realmente houve uma manifestação da empresa junto com o ministério sobre 50 milhões de doses. Eu não me recordo ao certo agora qual era... o que ficou acertado, mas disse que, se fosse apresentada proposta, ia ser analisada. E lembrar que tudo isso ocorreu nos meses de fevereiro e março, que eram os meses em que nós tínhamos a maior deficiência de vacina no País e um aumento significativo no número de mortes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então o jurídico da CGU – é uma pergunta que nós queremos saber – identificou irregularidades na procuração utilizada pela Precisa como representante da empresa indiana Covaxin?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não. Quem faz a revisão jurídica dos processos é o jurídico do Ministério da Saúde. Nós, como...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que solicitou novos documentos, já que V. Exa. apresentou há pouco aqui?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, Excelência, só pra explicar: nós abrimos uma auditoria específica sobre esse contrato, e na análise da documentação existia uma procuração... E aí eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

faço uma correção: o Governo não contratou a Precisa; quem definiu que a Precisa seria a representante da empresa Bharat Biotech é a empresa Bharat Biotech, não é o Governo que contrata a representante. Então, o que aconteceu foi que, revisando o material e fazendo uma auditoria posteriormente, que foi aberta por determinação minha ao chefe da área, o diretor de saúde....

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor podia dizer em que data o senhor determinou essa auditoria?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu tenho essa data aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Determinei a ele no dia... Vou pegar a cronologia que eu tenho. Vinte e dois de junho de 2021.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Junho ou julho?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Junho, 22/06.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Junho, 22/06.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte e dois de junho.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor determina a auditoria.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a *invoice* que foi levada ao Presidente...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – As *invoices* chegaram ou 18 ou 22 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram em março?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, 20 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Sim, mas...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu vou colocar março e junho. Em março, segundo o Deputado Luis Miranda, ele comunica ao Presidente os problemas que estava tendo com a Precisa. E, segundo o Deputado Luis Miranda, ele se refere ao Deputado Ricardo Barros de novo – de novo, quer dizer, outra vez o Ricardo Barros envolvido numa situação. E a CPI, quando começa, nós já fazíamos as denúncias sobre a Covaxin. Quer dizer, o senhor só determina que seja aberta uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

apuração em junho, quando o Governo – e quando eu digo Governo, o Presidente – já tinha conhecimento, desde março, de possíveis irregularidades da empresa Precisa – de possíveis irregularidades, eu não estou dizendo que ela tinha ou não, eu estou falando aqui de possíveis irregularidades.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não são possíveis irregularidades. Existiam irregularidades, ela era sucessora da Global.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sim, mais de 20 irregularidades.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, existiam irregularidades – ponto um.

Ponto dois: existia irregularidade, e não é possível que a CGU não tenha tomado conhecimento do FIB Bank, que não era banco.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nós vamos chegar lá, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Só recapitulando, o jurídico da CGU identificou irregularidades na procuração utilizada pela Precisa como representante da empresa indiana Covaxin.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Só um ponto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim ou não?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim ou não?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... é que não foi o jurídico. Não, não, não foi o jurídico. Quem identificou foi a equipe de auditoria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que solicitou à Precisa novos documentos?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Porque, durante a auditoria, que eu determinei no dia 22 de junho de 2021, a equipe de auditoria iniciou a verificação dos documentos ou do processo como um todo. A determinação que eu dei foi que se tivesse foco nas irregularidades, ou melhor, na conformidade da contratação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante a análise, um dos servidores nossos identificou uma atipicidade num dos documentos, que era uma complementação da procuração inicial: porque todos os documentos emitidos pela Precisa até aquele momento eram em inglês, e esse documento apresentava cabeçalho e rodapé em inglês e texto principal, o miolo do texto, em português.

Como o servidor já havia trabalhado em outras situações com sobreposição de textos e tinha especialidade nisso, ele tirou a luminosidade do texto e verificou um indício muito grande de que aquele documento havia sido colado. E esse foi o motivo por que nós oficiamos a Bharat Biotech para a confirmação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... da autenticidade desse documento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em que data, por favor?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Tem que ver no relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, essa informação da data é importante se puder trazer.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Deve ter sido, Senadora, nos próximos... A gente oficiou a empresa... A gente pretendia terminar esse trabalho específico da conformidade em cerca de dez dias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas a partir de junho, então.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A partir do dia em que eu dei a entrevista. Eu dei uma entrevista acho que foi dia...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vinte e nove de julho.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Vinte e nove de junho... Eu pretendia terminar o trabalho... O trabalho já estava em andamento desde 22, só que tinha que receber documentação e tudo. A gente queria terminar em dez dias. E o que aconteceu?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. A única pergunta – eu não quero atrapalhar o Relator; é só para acompanhar o raciocínio – é a data...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não atrapalhará jamais!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Relator.

... é só a data em que a CGU solicitou ao auditor, enfim, ao perito, a análise do documento e que constatou a questão da luminosidade.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não. Quem fez isso foi o próprio auditor – a gente não pediu para o perito –, o auditor mesmo que estava no caso desse ponto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O próprio auditor. A data mais ou menos?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Olha, eu posso passar essa data mais precisa para a senhora, mas eu não lembro aqui. Deve ter sido até o dia 2 de julho, por aí.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sabe por que, Sr. Presidente, só porque... A informação é importante porque tudo que consta aqui – e eu tenho aqui não só a coletiva dada pelo Ministro, mas também a documentação –, na realidade, já tinha sido denunciado pela imprensa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente assim. Eu ajudei, inclusive, a jornalista, que estava a toda hora conversando, pedindo informações, e ela foi, assim, extremamente competente, da CBN, e ela apresentou por duas ou três reportagens exatamente esses mesmos documentos comprovando que o cabeçalho e a conclusão estavam em inglês; o recheio, em português; a questão da luminosidade; a falta de *scanner* no documento; a presença de *scanner* no outro. Então, assim, só para deixar muito claro, Ministro...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assim, é muito importante que o senhor diga exatamente as informações corretas e de onde elas saíram: isso saiu porque a imprensa denunciou antes; vocês tomaram conhecimento disso ou não. Isso é muito importante para a Comissão.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senadora, para ficar bem claro, quem me trouxe essa informação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, e esse assunto... Só um detalhe...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... foi um auditor da CGU. Se já tinha saído na imprensa ou não, eu não tenho esse conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a data, caso a senhora queira, a senhora pode oficiar, porque eu não faço parte...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, eu não preciso oficiar, V. Exa. está aqui e eu acredito que possa me informar até o final da reunião. Obrigada.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, Senadora, é só para ter a data exata, porque eu não estava na auditoria, era o auditor que estava.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas teve ter mensagem de WhatsApp agora, que poderia depois, no intervalo, trocar com um consultor.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Posso pedir, posso pedir.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço. Obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, retomando, para não perdermos a lógica, Ministro: a CGU concluiu que as novas procurações apresentadas eram falsas.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Sim. A primeira procuração não, mas a segunda era uma... Nós consideramos... Tenho que tomar cuidado para falar que ela é falsa, porque ela é uma empresa representante, nós ainda estamos em apuração para verificar quem fez esse ato, se foi a Precisa ou se foi outra, ainda não temos isso fechado. Quem nos encaminhou foi a Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu volto a perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero só fazer uma pergunta aqui, mas não é para o Sr. Ministro.

Qual foi o dia daquela coletiva que o Ministro Onyx e o Coronel Elcio deram? Vocês se lembram dessa data?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da data, exatamente, não. Eu só lembro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguém pode me informar qual foi o dia em que o Deputado Luis Miranda e o irmão dele fizeram depoimento aqui? É dessa data que eu preciso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não tenho aqui. Presidente, eu vou levantar daqui a pouquinho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos uma memória aí superpotente, que é a memória da Ana! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A coletiva foi no dia 23 de junho.

Só um minutinho. A coletiva foi no dia 23 de junho.

O Deputado Luis Miranda, então, deve ter estado aqui um dia antes, no dia 22 de junho. É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tem um detalhe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Isso aqui é importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... esse assunto foi tratado aqui desde a primeira reunião desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde a primeira reunião da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que nós tratamos do escândalo da Covaxin.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que dia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde a primeira!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Deputado Luis Miranda esteve antes. Depois é que o Onyx deu a coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. O Onyx deu a coletiva depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque... Deixe eu lhe dizer: antes de o Deputado Luis Miranda estar aqui, nós já tínhamos convocado o irmão dele. Veja bem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É pertinente a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nós já sabíamos. Aqui nós já tínhamos indícios fortes, e a CGU, até então, não tinha aberto nenhum procedimento. Essas datas são importantes para que se coloque claramente... Nós, quando convocamos...

Eu preciso saber do dia da convocação do irmão do Deputado Luis Miranda e também do servidor que esteve aqui e falou a verdade, que é um servidor... Não é do Ministério da Saúde, mas é um servidor... William.

Naquela época, nós já tínhamos indícios fortes sobre a questão da *invoice*, sobre a questão da Covaxin.

Eu quero essas datas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em 25 de junho esteve o irmão Miranda aqui, numa sexta-feira. Acho que foi a única sexta-feira em que nós ficamos até tarde, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei. Eu só quero saber o dia em que nós convocamos, porque, no dia 25, quando o Deputado esteve aqui, ele já tinha dado uma entrevista na televisão, antes de vir aqui, correto?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No dia 22 talvez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a coletiva do Coronel Elcio e do Onyx foi após o Deputado Luis Miranda falar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles foram lá mostrar as datas. Dia 18, dia 20, não sei o quê... Naquele momento, a CPI já estava investigando o contrato da Covaxin com o Ministério da Saúde, Bharat Biotech. Eu estou querendo colocar isso aqui para que todos saibam que, no dia em que a CGU abre o procedimento, a CPI já estava denunciando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vinte e três de junho esteve Elcio dando a coletiva junto com o Ônix.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CPI denunciou o assunto desde a primeira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desde o primeiro dia, da primeira reunião.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A coletiva foi em 23 de junho, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu que trouxe o assunto, modéstia à parte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós já sabíamos disso, tanto é que... Por isso que eu quero saber que dia que a CGU tomou providências, porque a CGU toma providência não é baseado em... Por exemplo, o Presidente poderia ter dito, chamado o Controlador-Geral da União e dito: "Olha, tem uma denúncia feita pelo Deputado Luis Miranda e eu queria que vocês dessem uma investigada nisso aqui". Poderia ter feito isso. Não fez. Mandou, segundo ele, o Ministro Pazuello, que passou mais um dia no ministério, que passou para o Coronel Elcio, que passou mais dois dias. Quer dizer, não houve investigação nenhuma. E nós já estávamos denunciando isso antes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Elcio, que havia pedido mais 50 milhões de doses.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando a CGU abre o procedimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 6 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já era de conhecimento do Brasil todo o que tinha havido com a Covaxin. Então, não é após o depoimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vinte e três de junho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é o depoimento, antes nós já tínhamos falado sobre isso.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Do depoimento eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero colocar as datas aqui para a gente deixar claro, sem criar aqui juízo de valor, por enquanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, uma outra informação. Enquanto V. Exa. perguntava, eu presenciei o advogado – e eu queria até saber o nome do advogado do Exmo. Sr. Ministro, por favor.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Felipe Dantas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Dr. Felipe Dantas orientava ostensivamente o Ministro. O advogado pode tudo. Aqui, evidentemente, nós acolhemos a participação de todos com a maior boa vontade possível, pode orientar, mas não na hora em que uma pergunta se faz, porque a orientação na hora em que a pergunta se faz significa que o advogado está respondendo à pergunta da Comissão Parlamentar de Inquérito, e não o Ministro. Isso deturpa os nossos trabalhos e deturpa o próprio depoimento do Ministro que, como eu disse no início, é muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu gostaria só de pedir a V. Exa. que, por favor, não deixasse mais que essa cena se repetisse, porque ela ocorre em detrimento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. FELIPE DANTAS DE ARAUJO (*Fora do microfone*.) – Posso responder, até para esclarecer essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não tem nada de resposta, eu estou constatando um fato.

O SR. FELIPE DANTAS DE ARAUJO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Senador, é um esclarecimento, porque a própria Senadora havia solicitado ao Ministro uma data, e o Ministro, prontamente, como está tudo filmado, o Ministro solicitou à equipe que providenciasse, por WhatsApp, a resposta da data. Então, é isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou só dizendo que isso fica muito feio para a CPI, em primeiro lugar, e para o Ministro também; fazer uma pergunta ao Ministro e V. Exa. responder. Não dá. Não é esse o propósito da Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE DANTAS DE ARAUJO (*Fora do microfone*.) – Não, Sr. Senador, só peço para esclarecer ao senhor que não respondi à pergunta, mas, logo em seguida, a orientação que nos foi dada foi de que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Então, retomando...

O SR. FELIPE DANTAS DE ARAUJO (*Fora do microfone*.) – Houve questões e eu estava prestando o aconselhamento jurídico ao Ministro nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, retomando, para não perdermos a lógica. Então, a CGU concluiu que as novas procurações apresentadas eram falsas, não é isso?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

A pergunta que vem na sequência: por que a CGU, então, mesmo tendo identificado irregularidade na procuração utilizada pela Precisa, uma preliminar, portanto um pressuposto, considerou o contrato regular? Por que não condenou, de pronto, a Precisa, em função da irregularidade constatada?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Porque ninguém pode ser condenado de pronto, no Direito brasileiro, Senador, porque nós temos uma coisa chamada devido processo legal. Toda vez que nós identificamos um problema, nós partimos para a investigação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está dizendo que, em função do devido processo legal, um ministério de controle, diante de uma falsificação de uma procuração...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – De controle e prevenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... constatada pela CGU...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – De controle e prevenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... manda prosseguir o processo? Isso é processo legal?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor... O senhor pode me trazer qual documento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é processo legal? Pelo amor de Deus!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor pode me trazer em qual documento nós determinamos o prosseguimento do processo? Porque o senhor acabou de afirmar que nós determinamos o prosseguimento do processo. Se o senhor trouxer aqui, agora, um documento da CGU que determine o prosseguimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não interrompeu, Ministro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na medida em que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não interrompeu, Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na medida em que estava presente...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador... Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e não interrompeu, o que fez então V. Exa.?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, Senador, só um ponto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Excelência, conhece omissão também, não é?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sequer a empresa venceu os obstáculos de importação. Sequer a empresa venceu os obstáculos de importação. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tinha até uma *invoice* para pagar, Ministro.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas o contrato precisava...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O pagamento já tinha... Pagamento adiantado.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não existe... Não existe *invoice* para pagar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pagamento adiantado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Contrato assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato foi assinado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O contrato foi assinado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como não? Tinha o empenho já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Contrato assinado e pedido de antecipação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Contrato empenhado. V. Exa. sabe o que é empenho? Empenho é previsão de pagamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem um contrato empenhado e tem um pedido de antecipação do pagamento.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Deixe eu... Empenho não é previsão de pagamento. Empenho é separação de dotação orçamentária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Separação. Então, teve separação de dotação orçamentária...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não era para comprar água, não! Era para comprar vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a CGU não percebeu nada sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A CGU...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como que separaram esse dinheiro? Como a CGU...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Como a CGU... Como a CGU não participou nada?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E de uma empresa que já tinha sido investigada pela CGU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, eu...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Como a CGU não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, eu sabia que o Governo Bolsonaro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... pela CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... significava retrocesso na transparência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sua instituição, sua Controladoria já tinha investigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas o que nós estamos vendo aqui, isso é uma coisa inacreditável. É inacreditável.

Eu queria perguntar a V. Exa. o seguinte: ainda que tenha aberto o processo administrativo de responsabilização contra a Precisa e a empresa indiana Covaxin para apurar as falsificações, por que, então, ainda que tenha aberto, por que considerou, por que V. Exa. considerou o contrato regular, tendo em vista que o vício de representação sequer dava prerrogativa à Precisa para representar a Covaxin, quando, aliás, lá adiante, a própria Covaxin, através da Bharat Biotech, constatou a falsificação? Então, diante de tudo isso, por que tornar o contrato regular? Meu Deus! Meu Deus!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mais uma vez eu digo ao senhor: o senhor pegue um documento onde a gente tenha colocado que o contrato era regular, e tudo bem; a gente assume. Se tiver algum documento!

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Mas, Ministro, com todo o respeito: o que o senhor fez para apurar o fato? Porque dentro do processo administrativo existem medidas cautelares. E outra coisa: nós não estamos falando do crime de falsificação; nós estamos falando do crime de uso de documento falso, previsto no art. 304. Eu queria saber o que...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... que efetivamente a CGU fez para apurar...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, o senhor sabe...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... essas irregularidades, já que se trata, em tese, de um crime de ação penal pública incondicionada?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Abrimos investigação preliminar sumária...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – No mesmo dia?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não. Já estávamos com ela aberta desde o dia...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Mas o contrato foi assinado e empenhado, e esse dinheiro empenhado impediu a utilização para outra finalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não impediu, não impediu a utilização para outra finalidade.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Impede. Impede.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu estou falando para o senhor que não impediu porque não impediu.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É a palavra do senhor contra a minha.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Se o senhor quiser verificar, nós temos uma MP específica para gastos de compra de vacina, existem recursos disponíveis lá ainda e não existia nenhuma outra compra que necessitou desse recurso. A única vinculação...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Só... Só complementando...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... é para a compra de vacina.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Por gentileza.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nós não temos esse problema.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Tá. Por favor. Então, só para complementar.

Perdão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Olha só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só ajuda.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Na hora em que surgiu esse escândalo todo em que foi a CPI que jogou luz, o Ministério da Saúde determinou o sigilo no contrato. Olha, um dos princípios que regem a administração pública é a publicidade de seus atos. Nós temos a lei de acesso à informação e o art. 37...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nós temos sigilo em vários contratos.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O Poder Judiciário é que quebrou esse sigilo. O que o senhor fez para impedir isso? O que a CGU fez para apurar essa violação feita pelo Ministério da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A CGU...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quando esse sigilo foi decretado, qual era a posição que a CGU?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Qual sigilo que foi decretado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O sigilo do contrato da Covaxin.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O sigilo da Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é a posição...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nós não tomamos nenhuma. Esse sigilo faz parte do processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não! Desse o Judiciário derrubou, o Judiciário derrubou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pelo amor de Deus, Ministro! Não diga isso, como advogado, Ministro!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A Pfizer está em sigilo, a Pfizer está em sigilo. A Pfizer está em sigilo! Não existe isso, Senador, e o senhor sabe disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É contrato público!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aliás, sigilos bastante extensos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ministro, é contrato público!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor sabe disso. O contrato da Pfizer está em transparência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tanto que o Judiciário derrubou.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O contrato da Pfizer está em transparência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está aberto!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não está.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está aberto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não está.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Precisou o Poder Judiciário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tanto é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O contrato da Pfizer está aberto e disponibilizado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Onde ele está aberto? Ele está em sigilo, Senador. O senhor está falando uma coisa completamente equivocada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O contrato da Pfizer está disponibilizado!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A regra vale para um e não vale para o outro. É assim.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Está completamente equivocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como o Judiciário derrubou o sigilo do contrato?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Decisão judicial se cumpre. Agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um mísero sigilo de 100 anos para encobrir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Um sigilo pequeno, só 100 anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dizendo nem que é da CGU, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só 100 anos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para encobrir atos e omissões de setores do Governo.

Olha, Ministro, eu quero dizer, com todo respeito a V. Exa...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que eu não fico bem no papel de estar surpreendendo aqui as suas contradições, mas estou fazendo isso por absoluto dever...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor, até agora, não demonstrou nenhuma contradição minha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... absoluto dever...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – É a sua opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como Relator desta Comissão.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente, o depoente tem que se comportar com respeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É a minha também, Ministro. E a minha opinião não é só igual à do Relator, mas também à do Senador Rogério Carvalho. O mínimo que V. Exa. tem que ter é respeito com os Parlamentares que estão aqui.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – E eu não tive respeito até agora?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E os Parlamentares respeitam?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – E o inverso não é também...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não! A resposta do Ministro está atravessada!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Abaixe o tom que terá o mesmo respeito desta Comissão!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos têm que ser tratados com respeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não levante o tom porque terá também o tom exagerado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho até, Senadora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, a gente tem que parar com essas agressividades aqui, por favor. O senhor precisa intervir! O senhor precisa intervir! Foi falado aqui que o Ministro, que está desde cedo aqui nesta Comissão, era petulante, mas... Ele foi acusado, semana passada aqui, de prevaricador! Isso é grave! Isso é grave! A gente precisa ouvir, dar oportunidade para ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu não estou... Veja bem... Eu vou ficar quieto?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Grave, Senador, é ele não ter feito nada!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas a gente precisa ouvir os argumentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É isso que é grave! Respeite a ciência...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A gente precisa ouvir os argumentos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, o Governo decreta 100 anos de... É que nem aquele livro *Cem Anos de Solidão*. Só que são 100 anos de segredo de Justiça. Tem *Cem Anos de Solidão*, que é um grande clássico mundial, e 100 anos de...

Em relação ao Pazuello, 100 anos de sigilo no julgamento, zero de posicionamento; 100 anos de contrato não sei de quê, zero de posicionamento. Quando você se omite, isso tem uma causa, e eu só estou aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está se esquecendo do sigilo do cartão de vacina do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou colocando para vocês, Senador Girão... Eu vi... O Ministro chegou aqui logo com quatro pedras em cima de mim, e eu aqui quieto estou, estou quieto e calado ouvindo para não misturar as coisas. No momento certo, lógico, eu vou me posicionar, mas, se a CPI não traz à baila a discussão da Covaxin e da Precisa, nós estaríamos aguardando até hoje um posicionamento da CGU contra o Governo Federal, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos já ouvi-lo falando dos Estados e Municípios, está bom? Já vamos ouvi-lo, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sobre esse assunto também! Eu estou esperando que ele possa falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Vamos ouvir. Estados e Municípios...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sobre a Covaxin também!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, nós...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a Covaxin não interessa para vocês.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Interessa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não interessa, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para nós, interessa tudo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Interessa nada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Interessa. O que não interessa para a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente pergunta, e vocês estão reclamando!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é investigar o que aconteceu com o dinheiro que foi para os Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, o Ministro, é o seguinte... O Ministro cumpriu o papel dele...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não interessa para a CPI; para nós interessa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero entender a motivação por que ele está aqui. É isso que eu estou querendo entender.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entenderá já. Entenderá já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A motivação por que ele está aqui hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que eu estou vendo aqui é o constrangimento de alguns...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que não querem fazer perguntas; querem apenas fazer comentários. São comentaristas gerais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa... Eu queria pedir para V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Quem mais faz comentário aqui é o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... acautelar a bancada governista.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente! Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu até agradeço a ponderação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O controle do microfone não está comigo, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... e a exigência feita pela nossa querida Senadora Simone. Nós deveremos ser muito comedidos na exigência de um tratamento respeitoso para os nossos pares aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Tudo isso nós toleramos. O que nós não toleramos é que alguém que represente a CGU eventualmente possa ser desrespeitoso com a CGU e com a função que exerce. Da nossa parte, nós seremos intransigentes com relação a isso.

Eu vou continuar mostrando algumas contradições.

V. Exa. referiu aqui à lei que possibilitou a avaliação da CGU com relação à aquisição da Covaxin. V. Exa. poderia citar o número da lei novamente?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – A lei o quê, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. fez uma citação de uma lei que possibilitou a avaliação da CGU com relação à regularidade dita pela CGU do contrato da Covaxin.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, eu não citei nenhuma lei que dava...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Não foi isso, não.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... isso, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos, a pergunta é para o depoente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não citou a lei?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não citei nenhuma lei que dê competência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, o Relator não está fazendo questionamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Citou e ainda disse que a lei teria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está dizendo que é contradição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que a lei teria acontecido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o Relator está perguntando para o depoente. V. Exa. está respondendo pelo depoente!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Faça o favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não estou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Restabeleça a ordem, por favor, Sr. Presidente, para que o Relator possa fazer o trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perguntas e respostas, Presidente. Vamos lá!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria só lembrar que a lei referida pelo Ministro entrou em vigor no dia 10/03/2021, enquanto que o contrato da Covaxin foi anunciado pelo ministério em 25/02, pelo Ministério da Saúde.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – É só o senhor se informar que tinha uma medida provisória vigente desde o dia 6 de fevereiro, a MP 1026, que deu origem à Lei 14.124. A MP faz lei desde a sua origem, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a medida provisória não tratava especificamente disso.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Tratava, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, quando o contrato foi anunciado, não havia, Senador Randolfe – e esse assunto lhe diz muito respeito –, não havia autorização da Anvisa a esse... Esse requisito não era dispensável pela própria CGU.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ministro, só para recuperar o que o Senador Renan está colocando: ele está se referindo à edição da medida provisória, em que não tinha credenciado a agência sanitária indiana...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Isso foi colocado pelo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. tem conhecimento disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pelo Deputado Ricardo Barros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, ela não autorizava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. acaba de cometer uma outra absurda contradição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem autoriza é o Deputado Ricardo Barros quando faz a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, quando fizemos essa lei, eu mesmo fiz emenda, inadver... sem conhecimento técnico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inadvertidamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. Depois que o Presidente da Anvisa, o Almirante Barra Torres, esteve aqui, nós nos quedamos à questão técnica, à questão científica. O porquê não da vacina indiana, ele explicou aqui para a gente. Ele disse: "Olha, a questão da vacina indiana é porque a gente não sabe qual é o laboratório em que eles estão produzindo. E essas vacinas podem chegar ao Brasil sem a qualidade necessária". Em relação... Aliás, ele falou sobre questão sanitária da Índia; o que ele falou sobre questão de laboratório foi da vacina russa.

Essas emendas foram feitas por nós, naquele momento, numa angústia de ter vacina. E não sabíamos, até então – veja bem, Ministro, que também o senhor não era obrigado a ter conhecimento sobre isso, porque não é sua área –, que, desde agosto do ano passado, a Pfizer estava insistindo para vender a vacina para o Brasil. E nós, em janeiro, em fevereiro, desesperados para facilitar a entrada da vacina.

Eu até fiz discursos iguais – e já fiz autocrítica, porque acho que faz parte do ser humano fazer autocrítica –, eu mesmo dizia: "Olha, se o Presidente Putin está se vacinando, por que eu não posso me vacinar?". Eu usava esse tipo de argumento, correto? Depois eu me quedei à ciência, ao que eu Presidente da Anvisa disse aqui para todos nós.

E volto a repetir: foi um dos depoimentos mais importantes que essa CPI teve até hoje, mais esclarecedores, duma forma que a gente vê uma pessoa exercer o cargo, mesmo que nomeado pelo Presidente, indicado, com altivez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com altivez e com independência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E altivez... Aí você vai ver realmente se o cara está ali para dizer: "Sim, senhor". Ou a pessoa está ali para dizer: "Não, isso aqui tem que prevalecer, porque governos passam, mas a minha história vai ficar aqui". E creio eu que a história de muitos servidores públicos nesse momento, sem aqui citar nomes, sai muito arranhada dessa pandemia.

E hoje uma das coisas mais tristes, mais lamentáveis, depois de assistir o que aconteceu na minha cidade, na cidade de Manaus, em que o TrateCov, o tratamento precoce foi utilizado com o povo do Amazonas como cobaia, ver o que é Prevent Senior fez com seus pacientes, é o Presidente ir ao órgão mais importante do mundo e para o mundo defender o tratamento precoce. Eu acho que pouco ou quase nada nós podemos fazer sobre isso, porque é inadmissível que o chefe de uma Nação de 220 milhões de brasileiros se contraponha à ciência mundial sem nunca ter passado perto de uma faculdade de Medicina, ouvindo "pitaqueiros", gabinetes paralelos e nos envergonhar perante o mundo – perante o mundo –, defendendo algo que nenhum cidadão no mundo defende. Mas o nosso Presidente nos dá de presente hoje, depois de quase 600 mil mortes, Senador Randolfe – quase 600 mil mortes –, baseado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em tratamento precoce, baseado em imunização de rebanho, ele faz um discurso nesse sentido. Aí, como diriam pessoas que eu conheço que têm muita, muita fé, Senador Girão, só Deus para mudar a cabeça de um ser humano que ainda fala em tratamento precoce, quando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o mundo fala em vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Continue, Senador Renan.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. ouviu o discurso do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, retomando, eu já...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, V. Exa. fez um comentário em relação à fala do...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... Presidente da República, me parece que não ouviu o discurso do Presidente. Não parece, porque V. Exa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, vamos retomar o eixo, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui, assim, V. Exa. ouve uma coisa e diz outra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Presidente defendeu a autonomia do médico para adotar as medidas que achar necessárias. V. Exa. parece que estava ouvindo outro Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu posso retomar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E outra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu posso retomar sem querer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pode, pode...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sem interromper o nosso querido amigo, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aí quando o Presidente interrompe para fazer um comentário que não tem nada a ver com os questionamentos, está tudo certo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o Presidente, eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o Presidente pode?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente, eu costumo interrompê-lo. A V. Exa. eu quero pedir vênia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por que é o Presidente pode?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A V. Exa. eu quero pedir vênia.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu, diferente do seu Presidente, governo para todos aqui. (*Risos.*)

E dou...

O Colegiado sempre tem razão, eu sou o que menos manda aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, estou observando, Presidente. O Brasil inteiro também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, só para retomar o eixo da condução que V. Exa. fazia, abriu a oportunidade para o Sr. Ministro Wagner do Rosário para que ele faça uma reposição da verdade na sua resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quando o Relator colocou o fato, aparentemente inconteste, de que a contratação da Covaxin teria sido noticiada pelo Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal antes da autorização legislativa, o senhor disse que não, que a MP já tratava do assunto, mas me parece que essa não é a verdade dos fatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mentiu. Infelizmente mentiu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Então, abriu essa possibilidade para que o senhor reponha a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é duro surpreender mentiras aqui. É duro, é uma tarefa hercúlea.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não, Sr. Relator, vamos possibilitar ao Ministro que ele se retifique.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É duro surpreender mentira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ministro, por favor.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Posso responder, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sou eu que estou interrompendo.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – O art. 2º da MP 1.026 dizia o seguinte: "Fica a administração pública direta e indireta autorizada a celebrar contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para a aquisição de vacinas [...] antes do registro sanitário [...]".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eles não leram a MP.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... ou de autorização temporária ...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a Covaxin não está na MP.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, deixa ele terminar de ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Estou lendo a lei, pessoal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode ler, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Termine de ler.

Leia de novo porque eles não leram a lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem está lendo é o Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu dizer, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas leia de novo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, Ministro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Leia.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, vamos lá: "Fica a administração pública direta e indireta autorizada a celebrar contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para a aquisição de vacinas [...] antes do registro sanitário ou da autorização temporária de uso emergencial". O que a lei vai tratar depois é que a Anvisa poderá ter um procedimento mais célere.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Caso essa autorização já seja autorizada... Era inicialmente com cinco e depois passou para dez com as emendas. A compra estava autorizada, o que não estava autorizado é um procedimento mais célere da Anvisa com base em autorizações emergenciais em outras agências sanitárias. É só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, justificando aqui que uma agência sanitária que não estava credenciada pelas autoridades brasileiras poderia autorizar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, é.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu não estou justificando, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a compra?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, eu não estou justificando, estou falando o que está escrito na lei.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... tornou regular a aquisição, como é que não está?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Justificativa, não tem outro espaço no vernáculo nacional.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Assim, a maneira como o senhor interpreta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem outro espaço, o nosso vernáculo...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A maneira como o senhor interpreta pode ser uma justificativa, o que eu estou lhe dizendo, para o senhor, única e exclusivamente, é a lei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não estou interpretando.

Eu que garanti inclusive, o Marcos estava interrompendo, o seu direito de falar.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, ótimo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para o senhor justificar aí...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Está justificado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que uma agência sanitária, que não estava credenciada no Brasil, pode ter chancela para o Governo brasileiro adquirir vacinas.

Ótimo, obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E era esse exatamente o apelo que a CPI fazia lá atrás.

É interessante como mudam as coisas. A CPI lá atrás...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não era lá atrás.

Essa MP antecede a CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... defendia exatamente isso, inclusive o Omar, que apresentou emenda, veio a MP e determinou.

E, agora, eles fazem o contrário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A MP antecede a CPI.

A MP antecede a CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o ápice do contraditório.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Marcos Rogério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não, nem comecei.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A frase não é do Heinze não, a frase foi da oposição na CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que é, Senador Rauli?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que é Senador Rauli? (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma variação de Heinze e cloroquina, aí deu Rauli. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu gostaria, Srs. Senadores, de retomar com o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu fiz algumas vezes a mesma pergunta, Presidente Tasso, Senadora Simone, Senador Randolfe, de que parâmetros a CGU teria utilizado de preço para declarar a operação regular. Até agora, eu estou fazendo novamente esta pergunta para tentar uma resposta objetiva do Exmo. Sr. Ministro: quais os parâmetros utilizados pela CGU?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Parâmetros utilizados pela CGU foram a verificação do preço no *site* da empresa e a comunicação direta com a empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veja o quanto isso é ridículo. Desculpe a expressão direta e a sinceridade dela.

Teria sido melhor que a CGU se abstivesse de opinar. O parâmetro que ela utilizou foi o *site* da Precisa. Para uma CGU, é uma coisa absolutamente ridícula, covarde utilizar, como parâmetro de preço exatamente da aquisição da vacina mais cara, superfaturada, cheia de irregularidade, de documentos falsificados, o *site* da empresa, quanto mais feitora de atos ilegais e corrupção no Ministério da Saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a garantia de um banco que também não é banco, é fictício, o FIB Bank, mas também muito próximo a Ricardo Barros, como é a Precisa, como é a Belcher, como é o Roberto Ferreira Dias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sabedora que a empresa já tinha falsificado procuração.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E diante da falsificação da procuração e de 20 outras irregularidades – 20 outras irregularidades.

Essa é, sem dúvida nenhuma, uma prestação de serviço muito nobre desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque esta Comissão, com a elucidação dessa espúria negociação que a CGU não viu, colocou corrupção no negacionismo do Bolsonaro. As pesquisas todas realizadas no Brasil demonstram exatamente isto: que foi essa negociação da Covaxin... O Bolsonaro depois vai até responsabilizar, quem sabe, a CGU por isso, porque deixou que essa negociação espúria evoluísse, acontecesse. Foi essa negociação que colocou corrupção no negacionismo. E hoje mais de 60% da população entende que uma das maiores dificuldades desse Governo é que é um governo corrupto, corrupto em várias negociações demonstradas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria retomar, Presidente.

Quantas auditorias a CGU realizou em contratos do Ministério da Saúde desde o início da pandemia?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O último número que eu tenho são 40 auditorias prévias à contratação.

Só complementando aqui, para o senhor tomar ciência, a Lei 14.124 fez a forma como os preços deveriam ser verificados no âmbito da pandemia, porque também a CGU, claro, sempre querendo evoluir, espera contribuições de uma maneira mais digna de se fazer a pesquisa de preço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas foi a lei que mandou consultar o *site* da empresa vendedora...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como parâmetro fundamental de preço?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu vou dar os pontos aqui se o senhor puder me indicar como a gente faria... Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se foi essa lei, pelo menos eu não a votei aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos garantir a palavra ao depoente.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Posso pelo menos falar a lei aqui?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, Ministro. O que é isso?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, vamos lá: portal de compras do Governo Federal, acho que é impossível chegar ao portal de compras do Governo Federal o preço da vacina; pesquisa publicada em mídia especializada. Se o senhor quiser procurar na mídia especializada e achar, a gente agradece aí a contribuição. Sítios da internet especializados em domínio amplo, contratações...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Contratações similares de entes públicos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, permita-me interromper.

Ministro...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... e pesquisa realizada com principais fornecedores.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ministro Wagner Rosário, eu vou lhe pedir um favor: eu compreendo, porque o senhor é um ser humano, o senhor pode estar irritado, o senhor pode estar chateado...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu não estou irritado, não, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas eu vou pedir que o senhor tenha compostura, o senhor está no Senado da República.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A sua fala, a todo instante, manifesta esse sentimento. E sentimento não deve ser norte de servidor público, deve ser razão.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Com certeza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor está fazendo sua exposição e merece total respeito.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Tenho certeza de que o Presidente, agora o interino, Senador Tasso Jereissati, ou o titular Omar Aziz, vão garantir esse respeito. Mas é exigível a recíproca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. O Relator está fazendo provocação o tempo todo. Ele está apenas respondendo. O que é isso?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Senador, acho que o senhor está colocando falta de respeito que eu não fiz! Inclusive, eu disse que aceito contribuições.

O ponto que eu estou lendo, na 14.124, é claro. Portal de compras do Governo Federal, não tem como você buscar esse preço. Pesquisa publicada em mídia especializada, não encontramos. Sítios da internet especializados em domínio amplo, não encontramos. Contratações similares de outros entes públicos, não existe. E a última, pesquisa realizada com os principais fornecedores. Ela é uma fornecedora... A Bharat Biotech que produz. Então, assim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nos principais...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, assim... Se o senhor... É o que eu falo: não tem outro. Nós temos uma única fornecedora que são eles. A Precisa era somente uma representante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senadora Soraya, nós estamos diante de uma coisa gravíssima: o Ministro-Chefe da CGU está dizendo que o parâmetro para que a CGU garantisse a regularidade e o encaminhamento da negociação estapafúrdia da Covaxin foi uma pesquisa no *site* da empresa, do preço.

Ora, esta Comissão Parlamentar de Inquérito negociou que o preço da venda era US$10. Foi elevado para 17, pela Precisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é verdade. Isso não é verdade. Isso não é verdade.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI nunca provou vacina de US$10 nessa transação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essa... Que nós já comprovamos aqui, já... Em referência de preço.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em respeito aos advogados públicos que V. Exa. temporariamente chefia, como Corregedor-Geral da União, permita-me apenas fazer uma consideração. Eu li cada página e cada linha do contrato da Covaxin. Eu não vi ali, em nenhum momento, a CGU fazendo defesa de preço. Então, eu gostaria que V. Exa. esclarecesse. Eu fiquei na dúvida agora. Aqui não é nem... Até no sentido de colaborar com V. Exa.. Em nenhum momento eu vi assessor jurídico, Advogado-Geral da União ou mesmo advogado público representando CGU nos autos do processo da Covaxin defendendo que o preço era US$15. Então, eu gostaria só que V. Exa. pudesse esclarecer a pergunta... A resposta que deu ao Relator. Isso é muito importante.

Em todo processo, por diversas vezes, a assessoria jurídica foi acionada, ora representando a AGU, ora mesmo os órgãos internos de controle, a própria diretoria de integridade, e em nenhum momento eles falam de preço, ao contrário. Eles até perguntam e questionam: "Cadê a justificativa do preço?". O que foi deliberadamente esquecido, escondido, escamoteado pelo diretor de logística, Sr. Roberto Dias, e mesmo contrariando a assessoria jurídica, mesmo contrariando a AGU, mesmo contrariando a assessoria que o seu órgão dava ou dá ao Ministério da Saúde, assinou o contrato. Então, apenas para repor e até no intuito de colaborar com V. Exa., eu gostaria desse esclarecimento, que é fundamental.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Senadora, eu acho que nós estamos tendo – e deixar bem claro aqui – uma confusão em relação aos pontos. Então, vamos lá. Uma coisa, e nesse processo a CGU não tem participação nenhuma, e a senhora está se referindo a ele, são as manifestações da jurídica do Ministério da Saúde no processo. A outra coisa, que é o que nós estamos conversando aqui, é a auditoria feita pela CGU. E a pergunta que me foi feita foi a seguinte: "Na auditoria a CGU detectou sobrepreço ou superfaturamento?". E eu disse: "Não". Com base nessas informações.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é verdade, Ministro. Nós temos nos autos um despacho da CGU.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Onde se – eu não sei se é Barbiere e depois teve um outro – questiona: "Item 'a', item 'b'". Eu não tenho tudo de cabeça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu tenho aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – "Justificativa do preço". Ele chega a dizer, Ministro, com todo respeito, chega a cobrar responsabilidade de servidor público por ter escondido as atas de reunião onde se discutiu o preço de US$10 da primeira reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso está nos autos, está registrado com timbre da CGU e assinatura. Então, como é que V. Exa. chega agora, na CPI, e já faz uma defesa do Governo? Afinal, o senhor é defensor público, defensor do Governo ou advogado público, que tem o compromisso de defender o patrimônio público, a transparência da gestão e combater crime de corrupção no Estado brasileiro?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu vou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E decreta um sigilo de cem anos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque V. Exa. está dizendo algo que a sua equipe sequer investigou ainda. V. Exa. está aqui para defender o Estado, e está fazendo uma defesa do Governo, sendo que na realidade V. Exa. pediu pra abrir uma auditoria, um inquérito preliminar, e esse inquérito preliminar e essa auditoria nem foram concluídos ainda. Então, como V. Exa. está concluindo algo que não foi realizado ainda e fazendo a defesa do Governo, e não do Estado?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, vamos... Vamos só esclarecer alguns...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria só que V. Exa. pudesse trazer as informações, sem fazer as conclusões a que o seu órgão ainda não chegou. Então, acho que isso é importante. Eu vou, na minha fala, apresentar tudo isso e mostrar que a Controladoria-Geral da União tem as mesmas dúvidas que esta Comissão, faz os mesmos questionamentos que esta Comissão e está investigando a mesma coisa que a CPI está investigando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Senadora!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Deixe-me só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Posso responder só um ponto?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Por favor.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu vou ler aqui – certo? – a conclusão do relatório, não sou eu falando não: "O preço da contratação da vacina Covaxin [escrita pelos auditores] encontra-se num nível inferior de preços praticados pela empresa em suas negociações a nível mundial...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pela empresa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... em que pese a ausência no processo"...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A referência é a empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que data, Ministro? Que data é a conclusão?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Podem deixar o depoente falar ou não? O tempo todo com esse espetáculo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Com a palavra o depoente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, com todo o respeito, eu tenho que me preparar, respirar, refletir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ouça o depoente responder. V. Exas. perguntam e os próprios respondem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador, por favor, o depoente.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – "O preço da contratação da Covaxin encontra-se num nível inferior de preços praticados pela empresa em suas negociações a nível mundial. Em que pese a ausência, no processo específico [2.500...], de pesquisas estimativas dos preços contratados ou de justificativas acerca da excepcionalidade da dispensa da estimativa realizada, conforme previsto no §2º do art. 6º da Lei 14.124". O que é que nós tratamos aqui diferente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Teve alguma comparação com as outras vacinas, mas foi considerada dentro do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o senhor não considerou isso relevante?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas esse é o seu critério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque o seu único parâmetro tinha que ser a empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A proposta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não podia comparar com o preço da Pfizer, com o preço da Janssen, com o preço da CoronaVac, com o preço da AstraZeneca?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O único parâmetro que o senhor estabelecia era a empresa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas esse parâmetro serve para determinar preço de vacina?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, vamos chamar o Senador Marcos para depor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é só serem razoáveis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos chamar o Senador Marcos para depor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ridículo sob qualquer aspecto. Ridículo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor acha razoável isso?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Acho completamente razoável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor acha razoável consultar só uma empresa e nem sequer comparar com as outras vacinas?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se fosse levar em consideração esse argumento, não teria contratado a Pfizer.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas isso aqui é a verificação do preço... É simples.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Gente, vamos chamar o Marcos para depor? Eu acho que o Marcos deveria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É exatamente essa contradição que o Senador Marcos Rogério está dizendo. São preços diferentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos lá, Marcos. Senta lá, vai depor no lugar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Há um superfaturamento de 70% com relação ao preço do Butantan, da CoronaVac e da Pfizer de que ele tinha conhecimento. Mas ele, ao invés de pesquisar as tratativas que o Governo estava fazendo, o próprio Governo, ele foi pesquisar os preços do *site* da Precisa. De quem, meu Deus? Da Precisa! E decreta um sigilo de cem anos na sequência. Pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Senador, mais uma vez o senhor está colocando na minha boca palavras que eu não disse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não foi da Precisa, foi da Bharat Biotech. Foi da Bharat Biotech, não foi da Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Presidente, retomar as perguntas, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... O depoente quer responder, Presidente.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mais uma vez, estão colocando na minha boca palavras que eu não disse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria retomar as perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, assegura...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Deixe-o terminar a sua resposta, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – O Senador Renan Calheiros, mais uma vez, coloca na minha boca palavras que eu não disse. A pesquisa foi realizada junto à Bharat Biotech e não junto à Precisa. E ele acabou de afirmar mais uma vez que nós fizemos pesquisa junto à Precisa. Não fizemos pesquisas junto à Precisa, fizemos pesquisas junto à Bharat Biotech, na Índia. Empresa que vende e que informou que, em nível mundial, vende as vacinas entre US$15 e US$19 – e não são US$17, como o senhor repete aqui, já repetiu diversas vezes –, são US$15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E a gente repete a pergunta: e o senhor não comparou com as outras vacinas?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós constatamos que o preço...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Fizemos a comparação, mas isso é indiferente para identificação de sobrepreço daquela vacina. Nós temos diferenças normais de vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso não era diferente.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nós temos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso deveria, pelo mesmo documento que o senhor falou aí, ser citado.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então não deveríamos comprar CoronaVac, porque a AstraZeneca custa entre US$3 e US$4, a CoronaVac custa US$10.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato, exato! A Pfizer também não.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, vamos comprar também. Porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas essa consideração deveria constar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, a CoronaVac ofereceu vacina agora a US$16.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador Randolfe, o senhor tem que ter critério na sua fala. A partir de US$3 ou US$4, qualquer preço a mais é absurdo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o *site* da empresa que estava vendendo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador, vamos dar ordem aqui. Há várias pessoas, para quem está nos ouvindo fica confuso, diante de quem está falando.

Relator, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu vou retomar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este que deveria ter sido, na verdade, o parecer. Eu havia perguntado e saímos da discussão: quantas auditorias a CGU realizou no âmbito do Ministério da Saúde? Foi essa a pergunta.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Foi em torno de 40 auditorias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que irregularidades, indícios foram encontrados em operações do Ministério da Saúde, especificamente?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Verificamos vários pontos de preocupação, mas todas as auditorias foram feitas previamente ao processo. Então, nós interrompemos todas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais os principais pontos de irregularidade, V. Exa...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Verificamos não necessariamente irregularidades, Senador. A gente verifica se existiam alguns pontos de risco que poderiam gerar irregularidades. Esse é o ponto, visto que a contratação não havia sido realizada ainda. Então, verificamos, por exemplo, compras de itens que já tinham licitação aberta, verificamos compras de itens que não tinham a estimativa correta dos quantitativos a serem comprados, ou que não existia ainda uma base de preço, ou que esse preço estava acima do valor de mercado. Então, todos esses riscos eram informados previamente ao ministério em não lembro se em 40 ou 42 processos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar.) – O fato de ela ter sido sucessora da Global foi verificado?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Olha, Senador, a gente... isso é um ponto de risco. Agora, eu não tenho como cortar qualquer empresa de uma licitação, visto que a gente não contratou. Ela foi indicada pela própria Bharat Biotech como representante. Então, o que nós temos que ter é um risco de atenção. Agora, essa empresa só não pode contratar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ministro, não é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é verdade. V. Sa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O documento da Bharat Biotech V. Exa. sabe que é falso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... não pode cortar, V. Sa. não pode cortar, da mesma forma que V. Sa. – V. Exa., melhor dizendo, desculpe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, que V. Exa. não pode tornar um contrato desse regular e ainda decretar sigilo na sequência. Pelo amor de Deus!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Senador... Senador, eu acho que é a décima vez que o senhor repete que eu disse que o documento era regular e o senhor não traz nenhum documento com a minha fala sobre isso. Eu não falei isso. É o senhor que está repetindo isso 24 horas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como, se o contrato prosseguiu e V. Exa....

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor já repetiu dez vezes, e isso não é verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... decretou o sigilo de cem anos?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Quem decretou o sigilo de cem anos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero retomar...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor está repetindo uma coisa que não tem ligação nenhuma com a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero retomar as perguntas.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor tem a obrigação de falar a verdade aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Calma. O senhor respeite esta Casa, por favor. Baixe a bola. Várias vezes o senhor já levantou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ô Presidente, Senador Tasso Jereissati...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – O senhor baixe a bola, senão vou tomar providências.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Tasso Jereissati, por favor. Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não vou dar a palavra. Não vou dar a palavra neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu sei que o senhor atua dessa forma, mas eu lhe peço o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não estou lhe dando a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A gente precisa ter serenidade.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Senador Girão, não estou lhe dando a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Serenidade. Acho que a acusação está atrapalhando.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Não estou lhe dando a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Se pedir a palavra com educação e dentro do Regimento, lhe passo a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Eu só estou querendo dizer que, já por várias vezes durante essa sessão, os nervos estão aflorando, está descambando pra algo que à sociedade não interessa, essa briga. Eu acho que as narrativas que estão sendo impostas aqui precisam ter o contraponto, e o Ministro está tentando mostrar o que está acontecendo, e eu tenho interesse de ouvir porque eu também tenho dúvidas, Senador Renan Calheiros, com relação a estas negociações da Covaxin. O requerimento pra chamar o Ministro aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem dúvida? Tire-as agora, diante da CGU. Tire-as.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro, eu vou tirar. Tenho perguntas nesse sentido, como eu também espero que o senhor faça perguntas sobre Estados e Municípios que desde o início da CPI o senhor não faz. Foram quatro meses e meio, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria e espero atenciosamente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador Girão, eu só gostaria de colocar, Senador Marcos Rogério, que cada um vai ter sua vez de falar e cada um pergunta o que quer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que quiser.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... contanto que seja pertinente a esta CPI, mas não se pode obrigar que o outro faça as perguntas que ele quer. Então, essa liberdade é fundamental dentro desta Casa.

Senador Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ministro, com todo respeito, a CGU recomendou a apuração de responsabilidade de algum agente público do Governo Federal que tenha atuado no enfrentamento, na política pública de enfrentamento da pandemia?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Não tenho essa informação de quantos servidores ainda (*Fora do microfone.*) em relação a esse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Atuou, recomendou a apuração de responsabilidade de algum agente público ligado ao Governo Federal?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu tenho que verificar. Nas nossas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta concreta. O senhor não sabe?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não sei. Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não sabe. Eu ia perguntar de quem, mas já que o senhor não sabe...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. *Fora do microfone*.) – Permita-me uma complementação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Permita-me uma complementação.

Sr. Presidente, eu queria aqui mais uma vez tocar na mesma tecla: como é que foram detectadas essas irregularidades e a CGU não toma uma providência diante do sigilo decretado pelo Ministério da Saúde de forma irregular? Tanto é que o próprio Poder Judiciário é que tirou esse sigilo, ele está violando um dos princípios que rege a administração pública.

Outro ponto de fundamental importância, além desse que o Senador Renan aventa sobre a busca do valor – um absurdo, efetivamente, isso –, mas como explicar, por exemplo, que a análise dos contratos da Pfizer demorou 330 dias e o desse, da Covaxin, foram 97? Que celeridade foi essa, diante de tamanha irregularidade? Essas perguntas, a população brasileira merece e esta CPI merece essas respostas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Retomando...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Senador Contarato, em relação ao sigilo, eu vou verificar. Eu não tenho conhecimento desses fatos que o juízo mandou determinar. Eu sei que vários contratos de vacina estavam em sigilo, e desse específico eu não tenho essa informação.

Em relação à diferença de preço, à diferença de tempo, e nós fizemos uma análise, nós tivemos uma MP 1.026, que flexibilizou as formas de contratação, que entrou em vigor, se não me engano, em 6 de janeiro de 2021.

Essa contratação da Pfizer – perdão! –, da Covaxin praticamente teve sua vigência já com essa nova norma em andamento. Então, realmente nós comparamos... Nós não tínhamos parâmetros de comparação sem a MP vigente. Então, nós comparamos essa celeridade com a contratação da Sputnik, que iniciou na mesma data, e elas seguiram mais ou menos parâmetros normais ou prazos iguais até a data de assinatura. O que faltou da Sputnik foi a apresentação de novas documentações, e aí ela não conseguiu assinar o contrato na data de 25 de fevereiro. Então, assim, é difícil comparar dois processos com normativos vigentes diferentes, mas nós tentamos fazer com um que já estava vigente.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito, Ministro.

Apenas só para complementar: é porque causa a mim estranheza quando você verifica irregularidades, utilização de documento falso, como crime de ação penal pública incondicionada, violando o princípio da legalidade, violando o princípio da publicidade, da moralidade pública. Porque não está em jogo só o valor, está em jogo o múnus público. É isso que a população tem. Foi violado aí, Ministro, com todo respeito, o principal bem jurídico, que é a vida humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – São 591.034 pessoas que perderam e mais de 20 milhões que foram contaminados e que estão com sequelas irreparáveis. Então, quando a CGU verifica indícios suficientes de comprovação, em tese, de um fato típico e antijurídico, é obrigação dela, de ofício, apurar essa irregularidade ou provocar quem teria legitimidade para fazê-lo, porque, do contrário, estaria ali violando essa quebra do princípio da impessoalidade, da moralidade, da legalidade e da eficiência da administração pública, expresso no art. 37. Só isso.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador Contarato, o senhor está coberto de razão. O único ponto que eu deixo aqui claro – e acho que é importante essas datas ficarem claras –: esse contrato foi assinado no dia 25 de fevereiro – certo? –, sem uma manifestação prévia da CGU. Ele foi assinado. Em junho, se não me engano, nós começamos a ter os primeiros... Não lembro a data, mas eu procurei na internet e vi lá que, pouquinho depois do meio de junho, foi quando começaram a sair reportagens sobre esse fato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não! Desde o primeiro dia da CPI!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, pode até ter sido, mas eu estou falando que eu tomei conhecimento pela imprensa a partir do dia 19, 20. Então, lá pelo dia 22, como eu falei, eu falei para o nosso Diretor Barbiere abrir os trabalhos, e nós identificamos durante esse trabalho, através de uma verificação desses problemas no documento, que não foi a Bharat Biotech que havia emitido esse documento. A empresa Precisa soltou uma nota dizendo que ela havia recebido esses documentos da Envixia, que era uma outra empresa. Então, assim, cabe a nós identificar quem realmente fez esse documento. E isso está em andamento. Nós estamos com uma investigação preliminar sumária.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Mas, Ministro, só me permita: são coisas diferentes. Quem fez a falsidade material é uma coisa; quem usou o documento é outra.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, sim, mas...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Já tem uma falsidade, em tese, na situação do crime previsto no art. 304, que é fazer uso de documento falso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E quando quem usa o documento é a única referência de preço?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Só lembrando que, no caso da administração pública...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem falsifica o documento é a única referência de preço. Esse é que foi o problema!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... quem a gente responsabiliza... Isso vai para a área penal e tem um inquérito policial aberto da pessoa física que fez isso. Para a pessoa jurídica, nós já temos um procedimento administrativo de responsabilização, fruto desse trabalho realizado contra a Precisa e contra a Bharat Biotech, contra as duas, porque a Bharat Biotech...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente Tasso, eu posso retomar por favor?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, só para verificar... Nós temos processos relacionados a isso aí, sim, de responsabilização da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acabei de fazer uma pergunta e, para que todos acompanhem, Senadora Simone Tebet... Perguntei se a CGU havia recomendado a apuração de responsabilidade de algum agente público do Governo que tenha atuado na política de enfrentamento à pandemia. O Ministro respondeu que não sabia exatamente e iria levantar. E eu perguntei: "O senhor está dizendo isso ou não sabe?". Aí ele disse: "Eu não sei". Eu ia perguntar de quem teria recomendado, mas, aí, a pergunta ficou completamente inviabilizada em função do fato de ele não saber.

Eu queria perguntar na sequência, Exmo. Sr. Ministro: a CGU enviou à Polícia Federal recomendações para a realização de investigações criminais em desfavor de alguma autoridade pública federal?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Olha, eu tenho que verificar também, mas nós temos aqui, nos números que eu tenho dos trabalhos investigativos que nós fizemos junto com a Polícia Federal, o número de servidores federais que sofreram mandados de busca e apreensão e já estão com os dados junto à Polícia para verificar se cabe alguma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi essa a pergunta, lamentavelmente, que eu fiz a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não foi essa a pergunta. Ele não pode me responder o que eu não perguntei, ora! Eu não perguntei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. nem ouviu a resposta dele para saber se é ou não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro que ouvi!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Quando nós trabalhamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, ele não deu a resposta.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Quando nós trabalhamos em parceria com os outros órgãos na investigação, não é necessário que eu encaminhe para a Polícia Federal os dados para ela abrir determinado processo ou passar para o Ministério Público porque o trabalho já é em conjunto. A CGU toca as medidas administrativas e a Polícia toca as medidas... Então, assim, como as nossas investigações...

Para os senhores terem uma noção: das 647 pessoas físicas que sofreram mandados de busca nas operações relacionadas à covid, 170 são agentes públicos e, caso a Polícia Federal, ao final do inquérito policial, chegue à conclusão de que essas pessoas cometeram algum crime ou de que há indícios desse crime, ela vai apresentar isso no seu relatório final, e o Ministério Público, a quem cabe a ação penal, vai entrar com a ação. Nesse caso, a gente, quando é servidor público, já toca as medidas administrativas, desde que o sigilo tenha caído e o juiz autorize a utilização em processos administrativos desses casos. Então, eu já posso dizer para o senhor que nós temos 170 agentes públicos envolvidos. Agora, essa pergunta do senhor, se já foi a ação ou não, depende da finalização do inquérito policial pelo delegado e da entrada da ação pelo Ministério Público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por isso, eu vou repetir a pergunta que fiz, para não deixar nenhuma dúvida sobre a resposta que nós estamos obtendo: a CGU enviou à Polícia Federal recomendações para a realização de investigações criminais em desfavor de alguma autoridade pública federal?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, encaminhar, não. Fizemos trabalhos conjuntos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo, está respondido. Eu ia perguntar de quem, mas não vou, porque não encaminhou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CGU elaborou algum relatório sobre a atuação de agentes públicos de relevo no combate à pandemia?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não me recordo. Acho que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como Eduardo Pazuello, Elcio Franco, Roberto Ferreira Dias...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não. A gente não audita pessoas, a gente audita fatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta que eu estou lhe fazendo, eu não...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor pode repetir a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CGU elaborou algum relatório sobre a atuação de agentes públicos de relevo no combate à pandemia, como Eduardo Pazuello, Ministro da Saúde; Coronel Elcio Franco, Secretário-Executivo; e Roberto Ferreira Dias, Diretor de Logística do ministério? É uma pergunta concreta, pontual.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Com certeza, não, porque a CGU não faz relatório sobre pessoas físicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com certeza não. Eu agradeço a ênfase.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas eu só gostaria que complementasse a resposta, Senador, para o senhor ficar sabendo que a CGU não realiza relatórios em relação a pessoas físicas, ela realiza unicamente relatórios em relação a políticas públicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei nada em relação a pessoas físicas.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, não fez agora e nunca fez na vida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei... Eu perguntei exatamente sobre agentes públicos.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – E agente público não é pessoa física não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei exatamente sobre o Ministro da Saúde, sobre o Secretário-Executivo do Ministério e sobre o diretor do Dlog. Não tem nada a ver com pessoa física.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas eles não são pessoas físicas não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, da pessoa física deles eu não quer nem saber. Se V. Exa. quer ou não quer é outra coisa, eu não quero nem saber. Eu quero saber é do papel horroroso que eles cumpriram à frente desses cargos que exerciam. É isso que que me compete perguntar a V. Exa. "Sim" ou "não"? "Sim" ou "não"?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Já falei para o senhor que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

Quais medidas de *compliance* e integridade a CGU adotou para prevenir a corrupção no âmbito do Governo Federal no enfrentamento à pandemia?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Primeiro ponto: nós iniciamos uma transparência efetiva contra todos os recursos repassados para Estados e Municípios, isso foi um primeiro ponto, colocando os recursos disponíveis no Portal da Transparência.

Criamos, em seguida, um canal de denúncia no Fala.BR, que é o nosso canal de manifestação específico de denúncias sobre casos de corrupção no âmbito da utilização de recursos públicos na pandemia, e lá recebemos milhares de denúncias que nos auxiliaram nas investigações. Fizemos uma força-tarefa de verificação, onde nós selecionamos todos os Municípios acima de 500 mil habitantes, mais todos os Estados, mais o próprio Ministério da Saúde, e mais alguns Municípios relevantes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O próprio Ministério da Saúde, é só...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou interrompendo, Presidente Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Sim, sim, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou só lembrando que ele falou que não houve nenhuma providência contra essas autoridades, contra esses representantes de cargos e contra agentes públicos do Governo Federal, não houve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu queria lhe fazer uma pergunta...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas eu posso terminar a resposta anterior?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, desde que responda o que eu estou perguntando. V. Exa., lamentavelmente...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor me perguntou as medidas, eu estou respondendo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei, e eu vou repetir para que não paire dúvida inclusive para o Exmo. Sr. advogado também. Quais as medidas de *compliance* e integridade a CGU adotou para prevenir a corrupção no âmbito do Governo Federal no enfrentamento à pandemia?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então vamos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No âmbito do Governo Federal no enfrentamento à pandemia...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Lembro ao senhor que o Governo Federal, quando ele distribui recursos para Estados e Municípios, a gente está agindo no âmbito do Governo Federal porque o recurso é federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu me considero com a resposta dada, porque...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... eu não perguntei exatamente sobre Municípios e Estados; eu vou perguntar agora.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Certo, vamos lá. Eu posso terminar a resposta, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. não está respondendo o que eu perguntei.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então vamos ver se agora a minha nova resposta atende.

Então, nós criamos um canal específico no Fala.BR de denúncias para a covid-19, recebemos 16.231 denúncias entre 2020 e 2021, que geraram 121 informes produzidos. Fizemos fiscalização prévia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 40 processos do Ministério da Saúde, que somaram R$12,4 bilhões e evitaram os gastos públicos de R$2,1 bilhões. Emitimos 144 recomendações mitigadoras de riscos na verificação dos contratos em andamento. Cruzamos, ainda, dados sobre o auxílio emergencial que permitiram aí que a gente economizasse, só no ano de 2020, R$7,1 bilhões de pagamentos indevidos e, agora, no ano de 2021, mais R$4 bilhões.

Eu acho que esses aqui são alguns dos pontos em que nós tocamos, fora os trabalhos investigativos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, isso não me parece...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... com nenhum modelo de *compliance* para avaliar ou para garantir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu já estou no fim das respostas, mas eu não deveria nem ouvi-las...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que o Ministério da Saúde...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque eu pergunto uma coisa e ele me responde outra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... cumprisse a sua função. Isso não é *compliance*, me permita a liberdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque não teve nenhuma consequência, nenhuma responsabilização, nenhum levantamento de irregularidade. Nada! Ou seja, são ações que não tiveram consequência, resultado nenhum.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É por isso que eu sempre faço uma pergunta mais adiante quando eu me convenço de que V. Exa. não está se esforçando para responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Só... Só... Só explicar para o senhor qual é a definição de integridade, porque, talvez, pela pergunta que o senhor está me fazendo, o senhor não tem a definição. Definição de integridade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não tenho a definição de V. Exa.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não. Eu não estou dando a minha, não. Eu estou dando a definição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A definição de V. Exa. deve ser completamente diferente da minha.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A definição de...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Tem de haver respeito ao depoente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não precisa ficar batendo boca com o depoente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Provocar, rapaz? Provocar, não!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... respeitar...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... de acordo com o que é previsto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Provocar, não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Por favor. É a segunda vez que o advogado se manifesta aqui de uma maneira indevida, falando em voz alta. Por favor, diga aos seus advogados que esse comportamento também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles estão sendo inconvenientes.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – É absolutamente inadequado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, faço um apelo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu vou já passar ao Senador Marcos Rogério.

O Presidente Omar Aziz está chegando, mas, mais uma vez, atitudes inadmissíveis estão sendo tomadas aqui. E acredito que o nosso Presidente, Senador Omar Aziz, que está chegando, vai tomar as medidas necessárias se isso voltar a acontecer.

Eu passo a palavra ao Senador Marcos Rogério enquanto o nosso Presidente Omar Aziz...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Presidente, o apelo que faço, que faria à Presidência de V. Exa.: agora, com o retorno do Senador Omar, já são 13h38, é que a gente fizesse um intervalo de 30 minutos para o almoço. Na sequência, a gente voltaria com a sequência dos questionamentos do Relator e dos demais Senadores. É o apelo que faço a V. Exa., para que a gente fizesse apenas um intervalo para o almoço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu esperaria, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer a última pergunta dessa primeira parte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu deixo concluir o Senador Renan, porque logo após é o Senador Girão, depois a Senadora Simone, o Senador Randolfe, o Senador Humberto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou sendo muito interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Confesso que eu tenho muita coisa para perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o Senador Jorginho Mello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As inscrições estão encerradas. Quem não se inscreveu não vai se inscrever mais. Aqui é ditadura.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem. Só uma questão de...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, é para registrar meu nome aí na inscrição, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Por uma questão de encaminhamento, Presidente, pela ordem. Vamos terminar antes do almoço as perguntas do Relator, Senador Renan Calheiros, e, logo após o almoço, a gente volta com os inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso que eu encaminhei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, eu não vou terminar agora, não. Eu tenho bastante coisa para perguntar. Porque eu acho, sinceramente, aquilo que eu coloquei no início: a presença do Exmo. Sr. Ministro aqui é muito importante. É uma oportunidade que nós temos para aclarar muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos suspender por 30 minutos e, na volta, o senhor conclui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho até melhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos suspender, está bom?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem sabe, Presidente, com a barriguinha cheia, os ânimos sejam serenados e o depoente, o Ministro, também passe a ter um pouquinho mais de respeito por esta Comissão. E nós teremos toda a deferência a ele enquanto Ministro de Estado. É o apelo que faço gentilmente a V. Exa., Ministro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos suspender, então.

Está suspensa por 30 minutos.

(*Suspensa às 13 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 40 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Está reaberta a sessão.

Senador Randolfe, só para lhe dizer sobre o Ed Gama...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei... Ele é do Ceará, Senador Girão?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, ele é alagoano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É alagoano o Ed Gama?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é muito injusto comigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele errou no número de cigarros, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele errou em tudo. Agora, ele está sendo injusto comigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E olhe que eu acho que o senhor ainda foi beneficiado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É? Eu acho que ele foi muito injusto com você também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não apoiado, Presidente. Eu aquiesço ao timbre da minha voz. É aquele mesmo, não tem diferença, não. Ele foi perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, não é uma questão de ordem. Se o senhor me permite e se o nobre Relator me permite, num trecho da inquirição do Sr. Relator, Ministro, o Sr. Relator perguntou: "Quais foram as pessoas físicas a que a CGU encaminhou ou compartilhou a investigação?". Perfeito? Foi essa a pergunta feita pelo Relator Renan Calheiros. V. Exa. – e me corrija se eu estiver errado – teria respondido o seguinte: "A CGU não investiga pessoas físicas", a que o Sr. Relator respondeu: "Não estamos falando de pessoas físicas, estamos falando de figuras públicas, de agentes públicos". Perfeito? Confere?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – O que eu entendi da pergunta dele é se nós fazemos relatórios sobre atos de pessoas físicas. Eu falei que não, fazemos relatórios sobre políticas, e, dentro desses relatórios, podem ser citadas pessoas que tomaram atos ou adotaram atos que não sejam previstos em lei ou que sejam irregulares e que, aí, sim, contra esses, ao término do relatório, pode ter uma outra área da CGU, que é a área de responsabilização, que não é a área de auditoria, que pode verificar se houve ou se não houve. Nesse caso, pode ocorrer crime? Pode ocorrer crime. Caso esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhos não estejam compartilhados com a Polícia – a gente trabalhando junto –, pode ser que se encaminhem.

Eu não tenho levantamento de quantos nós já encaminhamos e não passaram por mim. Não me lembro de ter encaminhado, na minha gestão, nenhum. Podem ter sido feitos pelos secretários. Ou não há necessidade de encaminhamento simplesmente porque esses trabalhos são conjuntos e os dados que estão na nossa mão também estão na mão da Polícia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o Ministro me permite, recuperando a pergunta do Relator Renan Calheiros. Sobre as figuras citadas, teve algum encaminhamento ou compartilhamento de informações da CGU para alguma autoridade?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Quais são as figuras citadas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos a elas: Roberto Ferreira Dias, em algum momento, teve?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Roberto Ferreira Dias está... Para a Polícia, só se for compartilhado. Eu não me lembro de ter encaminhado, mas ele responde a um processo na CGU.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desde quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A partir de quando?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Ah! Não sei a data.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é importante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, assim... Não teve informação ao Ministério Público?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – É só perguntar lá que a área de corregedoria responde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu estou perguntando para o senhor.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que o senhor não sabe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor é a CGU.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não sabe de um secretário contra quem se têm provas consistentes a partir do ano passado e que continua no ministério?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o senhor pode declinar o número do processo ou procedimento?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A gente pode fazer contato com a CGU.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem... A sua equipe está aqui...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma equipe diligente.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sem problema nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se puder informar aqui qual é o número do...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Claro, claro, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que foi feito.

Elcio Franco.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não me recordo de nenhum processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhum.

Eduardo Pazuello.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Também não me recordo de nenhum processo, mesmo porque Ministro de Estado não responde a processo disciplinar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas, assim, dados sobre procedimento impróprio em relação a ele. Não...?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – De que eu me recorde, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Marcelo Blanco.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – De que eu me recorde, também não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não? Nenhum desses?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – De que eu me recorde, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a CGU não tinha informação sobre algum desses?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, nenhuma informação, só as informações que estão nos trabalhos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essas pastas aqui servem?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Se o senhor quiser encaminhar, será um prazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não precisa encaminhar, porque estão com a CGU.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, ótimo! Então, está em andamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está em andamento desde outubro do ano passado. Essas pastas dizem respeito...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O que está em andamento desde outubro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A operação de que a CGU participou e que se chama Parasita.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Esses nomes que o senhor citou não estão nessa operação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Roberto Ferreira Dias? O senhor quer que...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O Roberto Dias, sim. Não, o senhor citou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Marcelo Blanco?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Pazuello, Marcelo Blanco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Marcelo Blanco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, eu posso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas quem era o Ministro de Estado quando o Roberto Ferreira Dias era...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ricardo Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o Diretor do Dlog?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas o que existe de ligação entre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual foi a declinação...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... o cara ser Ministro e alguém ser citado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é, qual foi o procedimento em relação a Roberto Ferreira Dias? Estava aqui.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, também está no nosso processo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Empresa Precisa?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O que é que tem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual foi o procedimento?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Da Precisa, nós detectamos o caso, detectamos uma tentativa de uma licitação que foi cancelada em 19/06, uma tentativa de movimentação numa aproximação com um dos servidores, e, a partir daí, isso foi apartado do processo, ficou em segredo na mão do juiz; em 8 de julho, ele tirou, e nós abrimos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a CGU tinha essa informação.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A CGU, sim; eu, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, espere aí... Ministro, não estou entendendo. A CGU tinha essa informação e o senhor, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe, Ministro... Ministro, eu quero lhe pedir desculpa por ter chamado o senhor de prevaricador, mas alguém prevaricou, então, porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem prevaricou, então?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... se a CGU tinha informação, e o senhor está dizendo que não tinha essa informação, o senhor tem obrigação, como Ministro da CGU, de dizer qual era o servidor da CGU que tinha essa informação relacionada ao Roberto Dias, que continuou no Ministério da Saúde. É isso, Ministro! A grande questão é esta: ter feito uma operação em outubro do ano passado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 27 de outubro do ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. E o Sr. Roberto Dias só ser exonerado após o Dominguetti dizer que ele pediu R$1... US$1 por vacina, seis, sete meses depois! Quando eu falo em prevaricação, eu me refiro especificamente a isso. Mas, já que o senhor não tem conhecimento, alguém prevaricou dentro da CGU. Se não foi o senhor, algum servidor foi. O senhor tem... Aqui o senhor prometeu dizer a verdade, o senhor jurou dizer a verdade. Agora o senhor vai ter que me dizer quem é que tinha a informação sobre o *modus operandi* do Sr. Roberto Dias dentro do Ministério da Saúde. Aí, sim, era obrigação da CGU ter tomado providência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, se o senhor me permite, tem "só" isto aqui de documentos. "Só" isto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – "Só" isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem mais. Tem mais!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Se não era o senhor, era alguém.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem uma, duas, três. Isso aqui...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Esses documentos são de que, Sr. Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estes documentos são de uma operação da CGU, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Ah, tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... realizada no dia 27 de outubro de 2020.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A operação que o senhor mesmo falou aqui...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que se chamava Parasita.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, se chama Hospedeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hospedeiro, decorrente da Operação Parasita.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. V. Exa. está certo.

Mas, veja, desde 27 de outubro! Nestas pastas aqui, nos diálogos do arquivo do WhatsApp do Sr. Marconny, tem os diálogos com Ricardo Santana, em que ele chama o Marconny de Bob e fala do procedimento de burla de um processo licitatório.

Inclusive, só para lembrar o senhor, entre os documentos que estavam, tinha um documento...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu queria lembrar ao senhor que esses documentos estão em segredo de Justiça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... de uma fraude licitatória.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Só queria lembrar ao senhor que esses documentos estão em segredo de Justiça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas isso que eu vou mostrar, inclusive, a CPI já afastou o segredo de Justiça. E Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes próprios de autoridades judiciais...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Tudo bem. Só estou informando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... art. 58, §3º da Constituição. V. Exa. tem conhecimento disso.

Inclusive, então, vamos só contar para V. Exa. qual é o documento que estava de posse da CPI... o documento – perdão – que estava de posse da CGU.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Da CGU, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da Controladoria-Geral da União. Documento esse que esta CPI, inclusive, sobre esse documento, afastou o sigilo.

Poderiam colocar aí qual era o documento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse documento, Sr. Ministro, estava de posse da CGU pelo menos desde outubro, quando ocorreu a segunda fase da Operação Hospedeiro. Veja, o documento é esse.

Pode baixar? Pode baixar? Pode baixar mais um pouco?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O documento é esse – é esse. O procedimento eu não vou nem chamar como o nome que está lá para não...

Lá em cima, por favor, na parte de cima. É a parte de cima.

O senhor não tinha conhecimento desse documento?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é um roteiro de como burlar processo licitatório.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não tinha conhecimento?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não tinha conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas foi um documento apreendido pela CGU, em 27 de outubro!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o "Bob" ali era o Roberto Ferreira Dias.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não... Só...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só era ver o diálogo. Em dois meses, essa moça aqui e a equipe da Polícia Federal daqui, que está na CPI, descobriu isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Veja o descaso. Isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso aqui estava disponibilizado... Isso estava disponibilizado desde outubro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um documento importante da investigação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Randolfe, com todo o respeito, o nome disso é muito importante para a população brasileira. Não tem por que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu não uso o nome...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Choca demais, mas é o nome que eles deram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é. Foi o nome que eles deram, com todo o respeito aos arquitetos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E isso a população brasileira tem que saber. Isso é muito sério!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aí, o Danilo Trento encaminha para o Marconny, chama de arquitetura ideal o golpe para burlar o processo licitatório. Aí, olha, vai passo a passo do golpe: Bob avoca o processo; Dinteg... E no final termina: empenha e contrata.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, eu queria fazer uma pergunta para o senhor: esses fatos aconteceram?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – E daí?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ministro...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, eu estou perguntando. Eu estou perguntando se foi evocado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e quem estava operando esses fatos, o Roberto Ferreira Dias?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu estou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não era dever seu comunicar ao Ministério da Saúde?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu estou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Comunicar ao Presidente da República...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu estou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para o afastamento dele?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu estou perguntando ao senhor se esses fatos aconteceram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Devolva a pergunta. Pergunte a ele o que aconteceu!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Este, não.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não aconteceu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Este daqui...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Vamos deixar claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E sabe por que não aconteceu?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Tudo que está escrito aí não aconteceu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E deixe-me dizer uma coisa...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Aconteceu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, eu é que o estou inquirindo; não é o inverso, não!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu só estou perguntando para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor respeite esta CPI! Eu é que o estou inquirindo, e não o inverso!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente... Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, só um minutinho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem que responder...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí... Não dá...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem que responder só...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não deixaram eu responder até agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor está dizendo... Não, o senhor fez uma pergunta, na realidade.

O senhor responda a ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor fez a inversão da inquirição. O senhor fez a inversão da inquirição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tomou... Qual foi a providência que o senhor tomou quando teve conhecimento sobre esse documento aí, que é para realizar uma licitação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aqui tem um agente criminoso que se chama Roberto Ferreira Dias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual a providência sobre esse agente criminoso desde outubro? Qual a autoridade do Governo brasileiro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... foi comunicada para afastar o Ministro da Saúde?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De quem é essa conversa aí, Presidente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De quem é essa conversa aí?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa conversa é de Marconny com Ricardo Santana, encaminhada por Danilo Trento, se referindo a Roberto Ferreira Dias, e quem está conectado com Roberto Ferreira Dias é Ricardo Santana.

Mais alguma pergunta, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é um dos mais importantes documentos da história do levantamento de corrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão fazendo acusação a uma pessoa que não participa da conversa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas como assim? E ele não investigava?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é o CGU.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão falando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa operação... É que o senhor não estava aqui, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão falando do Roberto, mas ele não está na conversa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem não está na conversa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou perguntando quem é que está nessa conversa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, a lista de inscritos, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa informação estava de posse da CGU desde 27 de outubro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou falando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Relator, se o senhor puder... Porque aí não vai dar tempo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desde 27 de outubro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por favor, Sr. Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desde 27 de outubro, estava essa informação. Qual foi o procedimento da CGU? Houve uma comunicação ao Ministro de Estado da Saúde? O Roberto Ferreira Dias foi afastado?

Essa não se concretizou... Eu vou lhe dizer por que não se concretizou, Ministro Wagner. Não se concretizou porque teve a Operação Falso Negativo aqui, feita pelo Ministério Público e pela Polícia Civil do Distrito Federal, uma operação local. E assustou os criminosos. Assustou nessa, não assustou nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras. E o senhor tem estas três pastas aqui de documentos das outras operações, que envolvem o Marconny, que envolvem Karina Kufa, que envolvem Ana Cristina Bolsonaro...

Em algum momento foi comunicado ao Ministério da Saúde? Foi comunicado a alguma autoridade do Governo brasileiro que essas pessoas estavam investidas em uma organização criminosa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já respondeu: não foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... fraudando o Ministério da Saúde?

Essa daqui não se concretizou, mas se concretizou depois com o *kit* covid, e o senhor tinha as informações. Essa daqui não se concretizou, mas se concretizou depois com compra de preservativo, e o senhor tinha as informações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Todas as informações estavam aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, por favor, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não fez nada...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem.

Eu acho que para garantir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Só um minutinho...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Para garantir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um minutinho, Senador Renan. O senhor volta depois.

Senador Girão, com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Posso fazer minhas perguntas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, pode. Agora ele vai saber responder todas. Vamos lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto. Muito bem. Muito bem. Eu lhe agradeço, porque parecia que a coisa não ia chegar em mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quinze minutos, Senador Girão, com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Sr. Ministro Wagner Rosário, Excelência, seja muito bem-vindo aqui nessa CPI.

Eu vou passar de forma muito direta, porque os 15 minutos vão ser o meu limite aqui. Eu sei que não vai ter tolerância. Então, vamos lá.

Qual o montante de recursos federais enviados pelo Governo Federal a Estados e Municípios para o enfrentamento da pandemia? O valor global? O senhor tem esse número?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Em torno de R$120 bilhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Cento e vinte...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Bilhões de reais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Bi! Bilhões de reais.

Segundo documentos enviados a esta CPI pela CGU acerca das pessoas físicas que foram alvo de operações especiais em parceria com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, 129 eram agentes públicos; e 51 pessoas jurídicas de natureza pública. Eu pergunto: nessas investigações, o senhor pode nos dizer se houve comprovadamente malversação de recurso público federal repassado para Estados e Municípios no contexto da pandemia?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, houve prejuízos ao Erário; houve malversação de recursos públicos. O valor total investigado, em todas essas 71 operações que nós fizemos, somou R$4,2 bilhões, o valor verificado. Nós temos, hoje, um prejuízo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só, Ministro, quantas operações? Não, só, espera aí...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Setenta e uma operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Setenta e uma operações. Quatro vírgula...?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Um total de R$4,2 bilhões de recursos envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – R$4,2 bilhões.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – R$4,2 bi, prejuízo potencial de R$250 milhões. Prejuízo efetivo e já mensurado, R$56,4 milhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor poderia declinar em quantos Estados e Municípios tiveram operações?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, eu não tenho esses dados aqui, mas foram, praticamente, em todos os Estados da Federação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – O que me chamou muita atenção foi o Pará. O Pará, Senador Izalci, é o campeão do montante envolvido, com R$1,6 bilhão.

Eu pergunto ao senhor, que crimes potencialmente foram cometidos que a operação da CGU conseguiu identificar lá no Pará?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Senador, os dados lá estão em segredo. Eu vou passar dados gerais, que nós verificamos nesses trabalhos.

Nós verificamos direcionamento de licitação, acerto prévio entre licitantes, sobrepreço e superfaturamento, empresas fantasmas vendendo produtos de saúde, inexecução contratual, ou seja, empresas contratadas que não entregavam o que foi contratado, empresas sem capacidade técnica operacional, irregularidades nos pagamentos dos contratos e adulteração de documentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Ministro Wagner, está incluído aí o DF também? É essa mesma situação aí?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Aqui engloba no geral, Senador, engloba no geral.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – No DF teve também, porque o Tribunal de Contas levantou essas mesmas colocações que V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – A CGU investigou a compra, com dispensa de licitação, de 300 ventiladores pulmonares no valor correspondente, Senador Marcos Rogério, a R$48,7 milhões num contrato firmado pelo Consórcio Nordeste com a empresa Hempcare Pharma Representações, empresa que comercializa produtos à base

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de maconha e sem nenhuma experiência em importação de itens hospitalares. Material este que até hoje não foi entregue e o recurso não foi recuperado.

Desde o início desta CPI, eu insisto para que a gente possa trazer aqui os responsáveis pelo Consórcio Nordeste, por essa empresa que deu o calote da maconha e esta CPI simplesmente vira as costas para essa demanda, que é uma demanda hoje da sociedade querer saber isso.

Mas quem não tem cão caça com gato. Já que não deixaram a gente trazer o Consórcio Nordeste aqui, eu queria, de uma forma superficial – porque eu sei que que o senhor não vai ter como se aprofundar; quem sabe numa reconvocação do senhor aqui? E eu acho que muitos colegas não vão ter a sorte minha de falar hoje, a oportunidade, por isso é que eu vou sugerir, Presidente, uma reconvocação do Ministro –, eu queria lhe perguntar: pelas conclusões da CGU sobre esse escândalo do Consórcio Nordeste, houve aplicação de verba federal nessa negociação?

A realização antecipada do vultoso pagamento por conta do Consórcio Nordeste, sem que sequer tivesse sido emitida a nota fiscal no primeiro momento, isso viola as leis, a lei de licitações e descumpre o termo de referência e projeto básico referente à dispensa de licitação, Sr. Ministro?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Bem, eu vou procurar passar aqui os dados pela informação que tive até contato, antes de vir para cá, com o Relator do caso no STJ, e o processo está em segredo de Justiça.

Então, o que eu tenho pra informar é que existiam, sim, verbas federais no trabalho realizado e isso é que chama a responsabilidade da CGU pra atuação. Houve um pagamento antecipado antes da vigência da Lei 14.065, mas todas as compras foram realizadas pelo Governo da Bahia. Eles tinham uma lei própria que autorizava esse pagamento antecipado. Nós não tínhamos uma lei federal, mas eles se utilizaram de uma lei estadual. Esses são os únicos fatos que eu posso colocar aqui sem entrar no sigilo do trabalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É muito importante essa informação, porque houve uma dúvida muito grande no começo desta CPI de que não existia verba federal. Está aí! E um dos requerimentos assinados por mim e mais 44 Senadores da República que deu origem a esta CPI e que é ignorado desde a primeira sessão é que a gente possa fazer o nosso trabalho investigando corrupção onde quer que ela esteja, seja no Governo Federal, seja em Estados e Municípios, mas essa parte de Estados e Municípios é um silêncio aqui dentro. Quem sabe, numa reconvocação, a gente possa aprofundar mais.

Sr. Ministro, não obstante a indevida realização antecipada desse vultoso pagamento para a Hempcare – repito, R$48,7 milhões –, o Consórcio Nordeste deixou de analisar a capacidade técnica e operacional dessa empresa. Além disso, não exigiu garantias de cobertura de danos ou prejuízos decorrentes da não entrega do produto. Só para lembrar, a Hempcare é uma companhia sem registro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregados, não possuindo sequer endereço comercial, mas apenas residencial em São Paulo. E eu fui lá pra ver essa marmota, como a gente diz no Ceará, e vi um prédio que é a sede da empresa lá.

Pergunto, Sr. Ministro, tais fatos não implicariam alto risco de inexecução contratual? Com essa inobservância no que há de mais básico no trato com o dinheiro público, a administração do Consórcio Nordeste não concorreu expressamente para o desvio do recurso público aplicado na negociação?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, eu vou manter... Como os dados estão em segredo de Justiça, não vou me manifestar sobre a culpa de alguém, mas, com os dados que o senhor trouxe, realmente nós temos problemas na verificação das empresas, da capacidade delas de cumprir o contrato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, existe esse problema na capacidade dessa empresa de cumprir o contrato, uma empresa supostamente de fachada.

Outra pergunta, Sr. Ministro, a Hempcare, ao não entregar os ventiladores, requereu que os respiradores fossem trocados para outros fornecidos por um fabricante nacional. Detalhe: era uma empresa da China e houve a sugestão de serem trocados por outros fornecedores, por fabricante nacional, mas não reconhecidos pela Anvisa – no caso a empresa Biogeoenergy, sediada em Araraquara, São Paulo. Essa empresa ainda se comprometeu a doar 30 ventiladores pulmonares para a Prefeitura de Araraquara, no total de R$4,2 milhões, mesmo só tendo capital, Senador Marcos Rogério, declarado de R$10 mil. Esses 30 aparelhos seriam uma espécie de, entre aspas, "propina" pelo fechamento do negócio com a empresa Hempcare, pois serviriam como substitutos de ventiladores adquiridos pela mencionada Prefeitura de Araraquara junto à empresa RY Top Brasil, e também não entregues.

O Secretário-Executivo Carlos Gabas, que a gente tentou trazer nesta CPI aqui e fomos voto vencido, e o Prefeito Edinho Silva – detalhe: o Prefeito Edinho Silva é ex-Presidente do PT de São Paulo, estava na lista do Janot na Lava Jato; e os dois, coincidentemente, Carlos Gabas e Edinho Silva, são ex-Ministros do Governo Dilma – teriam participado da negociata.

Eu pergunto: o que a CGU levantou, Ministro, nas investigações sobre essa troca de fornecedores feita pela Hempcare?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, nós levantamos muitas informações, todas estão dentro do processo e, infelizmente, todas estão em segredo de Justiça.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A Lei nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre medida de enfrentamento de emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus, determina a imediata disponibilização de contratações e aquisições em *link* específico, no *site* oficial da internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto, Sr. Ministro, sobre transparência. Nas suas investigações sobre essa negociação, a CGU identificou, no portal da transparência do Consórcio Nordeste, as informações referentes à execução do contrato na compra de 300 respiradores? E sobre os demais gastos referentes ao enfrentamento da covid-19, estavam disponíveis nesse *site* do Consórcio Nordeste?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não sei informar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mais uma pergunta, Presidente.

Para a efetivação da negociação com a Hempcare, o valor repassado ao Consórcio Nordeste pelos Estados-membros – são nove – foi no total de R$49.184 milhões, sendo que o total pago à Empresa Hempcare foi de R$48.748 milhões. Eu pergunto: há uma diferença aí, tem um *gap,* a CGU conseguiu rastrear para onde foi a diferença de R$436 mil? Tal diferença pode significar que há indícios de superfaturamento na compra desses ventiladores pulmonares?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Ainda estamos em investigação sobre esses fatos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Atualmente, a CGU já deflagrou 71 operações especiais em diversos Estados federativos. Nesse contexto, o Estado com mais operações é Pernambuco, com sete. Entretanto, o Ceará aparece em sexto lugar como unidade da Federação com o montante mais elevado de possíveis desvios, somando 158,5 milhões. Eu pergunto: quais fatores poderiam explicar esses dados? Nesse contexto, quais agentes e órgãos públicos se destacam nessas investigações estaduais e municipais?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Olha, Senador, pelo conhecimento que eu tenho dos 71, todos foram operações praticamente tocadas pela CGU, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Nós temos que 46% de todas as investigações de que nós estamos falando foram feitas a partir do momento em que nós instalamos uma verificação de transparência, em 278 Municípios, Estados e inclusive na União, verificando o que foi contratado, preços, características das empresas, verificação de pagamento adiantado, verificação se essa empresa tinha sido criada recentemente, se tinha funcionários. Então, 46% desses 71 trabalhos foram por essa maneira iniciados, os outros 54 foram através de demandas de outros órgãos, como Polícia Federal. Então, praticamente tudo foi investigação de órgãos de defesa do Estado da área federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Pra ajudar aqui, colaborar com o Senador Renan Calheiros.

Sobre as negociações do Ministério da Saúde pra aquisição da Covaxin envolvendo a empresa Precisa...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... o que a CGU apurou até o momento? Foi deixado de observar alguma norma legal? Etapas foram puladas? Garantias deixaram de ser exigidas, como aconteceu no Consórcio Nordeste, de que eu falei agora há pouco?

E, afinal de contas, pra encerrar dentro do prazo, essa Precisa, tão falada empresa Precisa, que já atua há muitos anos no Governo Federal – e é dito aqui, recorrente, de forma recorrente, que ela continua atuando –, pergunta que eu lhe faço, de forma direta, objetiva: quantas licitações a Precisa ganhou desde 2009, no Governo Federal atual?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Olha, eu tenho informação a partir do Governo Bolsonaro, que é 2019: zero reais. Ela não ganhou nenhum contrato na administração pública federal. Ela tem... Ela não ganhou nenhuma licitação. Ela tem um contrato que foi firmado em 2018, na compra de preservativos femininos, que é na casa de R$47 milhões, mas eram de licitações realizadas antes do Governo, que foi colocado em prática o contrato posteriormente.

Bem, em relação ao caso Covaxin, como o senhor trouxe aqui, assim que nós abrimos o nosso processo, a partir de que vimos aí, como eu já disse aqui, a partir do mês de junho, situações na mídia, nós dividimos nossos trabalhos em dois grandes campos: primeiro campo era uma auditoria pra verificação da legalidade, da conformidade do processo; e o segundo campo, uma investigação preliminar sumária, que teria por objetivo identificar possíveis casos de corrupção, como vinham sendo trazidos por algumas pessoas.

Bem, esse trabalho de conformidade era um trabalho mais célere, que a gente queria fechar o mais rápido possível, e ele, como está no próprio objetivo do trabalho, alimentaria a investigação preliminar sumária que ainda não foi finalizada.

Bem, durante a verificação da regularidade do processo, onde a gente não se manifesta se houve pagamento de propina, é o seguinte: análise do processo do processo e verificação. O problema nós vimos verificando, verificamos que não houve uma celeridade anormal no processo, verificamos a parte dos preços. Existiam suspeitas de superfaturamento, de sobrepreço. Então, como eu tentei explicar pela manhã, nós utilizamos as bases da lei pra tentar obter um preço porque o ministério não tinha documentado isso – então, esse era um problema que a gente apontou, o ministério instruiu mal o processo – e quando fomos fazer isso, fizemos, tomamos todas as medidas pra tentar buscar esse preço e obtivemos, por meio de solicitação à Bharat Biotech de informações de venda dela no mundo, a partir da verificação, inclusive nos *sites* da empresa. Fizemos um outro levantamento que pra mim não pode ser feito específico sobre essas vacinas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor só fez através dos *sites*, não é? Ou teve algum outro tipo de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Não, não. Nós oficiamos a Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – No *site* da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da empresa.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Da empresa Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desconsiderou as negociações com Pfizer, Covaxin, CoronaVac, Butantan...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Esse estudo, ele... Nós temos um estudo publicado da Unicef, onde há uma média de preços de compra de todas as vacinas no mundo. A média de preço é US$13,39 e a Covaxin estava a US$15, cerca de 12% acima da média, abaixo do quarto quartil, do terceiro e quarto quartis, que eram mais altos e, então, estava mais ou menos dentro do preço médio, se fôssemos levar essa consideração.

Mas temos que verificar que vacina é um item único, não é? Nós temos uma vacina da nossa AstraZeneca, que custa três dólares e alguma coisa; temos a CoronaVac, que custa 10,70; e temos outras com preços que variam. Então, assim, dentro da média do mundo, num estudo da Unicef que está aberto e está citado no relatório, o preço médio eram US$13,39, e a compra da Covaxin, que não se finalizou, foi a US$15.

Bem, prosseguindo aí, nós continuamos a verificação, dentro dos pontos que nós havíamos levantado e baseado muito no que estava sendo noticiado, e acabamos detectando uma situação que estava um pouco fora do radar das principais denúncias, que era justamente a existência de um documento, que era uma procuração – não uma procuração inicial, mas uma procuração feita posteriormente –, onde se especificavam os poderes dados à Precisa para representar a Bharat Biotech.

Quero deixar claro que nós tínhamos uma procuração inicial dando poderes à Precisa para representar a Bharat Biotech – essa aí, legal, com tradução juramentada –, só que a jurídica do ministério, quando verificou esse documento, achou que não estava muito claro que a Precisa poderia assinar contratos. Estava lá "iniciar tratativas, tanto no âmbito público quanto privado", então a jurídica colocou: "Olha, não está muito claro para mim que isso aqui pode dar poder à Precisa para assinar o contrato". E aí a Precisa apresenta uma segunda procuração, e essa segunda procuração é a que nós verificamos, durante auditoria, que apresentava atipicidades, como eu disse aqui, como textos em português e o cabeçalho e o rodapé em inglês.

A partir daí, iniciamos, no dia 12... Mais precisamente, como a Senadora Simone Tebet já havia aqui colocado, nós, no dia 12 de julho, perguntamos à Bharat Biotech sobre a autenticidade, porque tinha a assinatura da Bharat Biotech – era uma assinatura digital, mas era uma assinatura. A Bharat

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Biotech, no dia 15, disse que não tinha encontrado o documento nos seus processos e pediu prorrogação do prazo e, no dia 22/07, confirmou que esse documento não havia sido emitido por ela. Então, isso já nos levantou um alerta. Posteriormente a isso, a própria Precisa soltou uma nota dizendo que tinha recebido esse documento e que não foi ela que falsificou – por isso que nós tomamos muito cuidado de não dizer que a culpa da falsificação era da empresa –, e, então, a partir daí, abrimos um processo administrativo de responsabilização contra essas empresas, tanto contra ela quanto contra a Bharat Biotech.

Então, basicamente, o que nós temos agora confirmado, além de a investigação ainda estar em andamento, tanto pela investigação preliminar sumária, como das informações que acabaram de ser... que, na verdade, chegaram à CGU... Pelo que vi no sistema, a informação do juiz abrindo autorização para a CGU utilizar administrativamente essas informações da operação descoberta por nós – ele não havia autorizado a gente a utilizar administrativamente – no sistema só entrou em agosto, mas a autorização do juiz foi dia 8 de julho de 2021. Então, nós estamos ainda nas investigações verificando qualquer irregularidade existente que enseje os papéis da CGU: ou um servidor público envolvido ou a responsabilização de uma empresa. E nós já estamos com dois processos contra a Precisa e Bharat Biotech, com base na Lei 2.846, em andamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Sra. Presidente, eu queria encaminhar à Mesa apenas – eu já estou satisfeito com as respostas –, eu queria encaminhar um requerimento de reconvocação, para a gente votar extrapauta, do Ministro Wagner Rosário, porque muitos colegas aqui não vão ter a oportunidade de fazer perguntas hoje, pois daqui a pouco começa a Ordem do Dia.

Então, já que muitos outros assuntos a gente não pôde abordar, acho que o Relator também vai ter mais perguntas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... eu faço esse pedido de uma reconvocação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu apoio o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tanto é que a ordem do Presidente Omar Aziz é para que eu devolva a palavra para o Relator, o Senador Renan Calheiros, neste momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, eu queria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sra. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nessa devolução da palavra ao Relator, eu queria só lembrar que, num único contrato que o Ministério da Saúde firmou com a Covaxin, porque o contrato foi feito, o depósito feito seria de US$45 milhões, o que dá quase R$250 milhões. Isso representa mais do que tudo o que a CGU investigou lá fora, mas foi incapaz de detectar por parte dessa empresa, que já tinha a sua inidoneidade presente nas suas operações – no caso da Global, que é uma subsidiária da Precisa, com a venda de testes aqui no Distrito Federal, para o próprio Ministério da Saúde –, a tentativa de ganhar mais sobre o contrato dos preservativos femininos. Nada disso estava no radar da CGU, nada disso estava no radar do *compliance*, que são os procedimentos de conformidade, que foram ditos aqui, nada disso estava previsto ser analisado. E o Brasil, se não fosse esta CPI, teria perdido US$45 milhões numa única operação.

Agora uma outra pergunta que eu não consigo, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... não consigo compreender.

Como é que se compra uma vacina, 100 milhões de doses, por US$100 milhões, por US$10 a dose e, dois meses depois, a mesma vacina é adquirida por US$12 a unidade, que são os outros 100 milhões de doses? Tudo isso deveria passar pelo *compliance.* Isso dá R$1 bilhão a mais! Isso deveria passar pelo *compliance* da CGU, da Controladoria-Geral da União. Então, o que me impressiona é que as pessoas só têm olhos para alguns lugares, mas não olham para a realidade de um Governo que deixou 591.034 brasileiros morrerem...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... por conta da irresponsabilidade do Governo Federal.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, apenas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho. Eu vou perguntar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só em relação à ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu vou perguntar ao Sr. Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, mas, se ouve um lado, ouça o outro também, não é, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senão fica desigual.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador, é alguma questão de ordem, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Presidente, a questão de ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vou devolver a palavra... É que tem a ordem aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto, é a respeito da ordem dos trabalhos. O Relator vai retomar a inquirição. Na ordem de inscrição, eu havia permutado com a Senadora Simone Tebet.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como V. Exa. veio para a Comissão Parlamentar de Inquérito, eu estou permutando agora com o Senador Humberto Costa, ou seja, após a conclusão da inquirição do Relator, o Senador Humberto; em seguida, este Senador estará inscrito; em seguida, a Senadora Simone. É só para nós estabelecermos a ordem das inquirições seguintes, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Perfeitamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu acho que não é bem essa a ordem. Eu estou inscrito aí, Senadora. Eu quero que a senhora preserve a minha inscrição, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor está inscrito, sim. Nós dependemos agora da Ordem do Dia apenas. Então eu vou, rapidamente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... para que ninguém perca a oportunidade de falar, quanto mais Senadores falarem, melhor, eu vou devolver prontamente ao Sr. Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só a Oposição pode falar aqui, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, mas não está na ordem de inscrição. O Senador, o Sr. Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Senador Rogério também não estava.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Sr. Relator deu a palavra para o Senador Girão, foi algo que ele deu voluntariamente. Eu não posso dizer para o Relator se ele deve falar ou não, eu estou devolvendo a palavra dele como me foi determinado.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só estou registrando que há um cerceamento em relação aos Senadores que são da base do Governo. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só lembrar...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador, é a ordem da inscrição, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Senador Rogério estava inscrito, Presidente? Me responda.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem permitiu foi o Relator, quando eu lhe dei a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele pediu a palavra e a Presidência deu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. estava inscrito para estar falando toda hora...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se o Relator lhe permitir a palavra, um aparte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não é o Relator quem permite a palavra, é a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu não posso dizer nada; eu não posso dizer nada, ele permitiu naquele momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi, foi...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, se o senhor puder permitir para o Senador Marcos Rogério a palavra, aí fica a seu critério.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu vou retomar as perguntas, Senador Girão. Quero só lembrar para as pessoas que acompanharam o fio da meada e o raciocínio lógico que eu perguntei, comecei perguntando quantas auditorias a CGU tinha feito em contratos do Ministério da Saúde. Nenhuma, o depoente não lembrou. Eu perguntei...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Queira repetir, por favor, Senador; eu estava... Queira repetir, vamos só retornar aqui para que não haja dúvidas, Senador, por favor, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Assim, a gente tem que ter o compromisso de todos com a verdade, o compromisso de todos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu não ouvi.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O compromisso de todos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu não ouvi. Então, eu vou lhe pedir, Senador Renan Calheiros, que retome.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Colocar palavras na minha boca é difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que foi mesmo que o senhor perguntou, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estava apenas lembrando as perguntas que fiz ao depoente. Aí eu perguntei quantas auditorias a CGU tinha feito em contratos do Ministério da Saúde desde o início da pandemia; eu perguntei que irregularidades e indícios foram encontrados em operações do Ministério de Saúde do Governo Federal. Eu perguntei também se a CGU recomendou a apuração de responsabilidade de algum agente público do Governo Federal que tenha atuado no combate à pandemia da covid. Isso tudo já está respondido, eu não vou repetir.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que o depoente acabou de me alegar que não foi perguntado, que tais questões não foram perguntadas.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, foi perguntado, mas a resposta não foi essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei, algumas dessas perguntas eu fiz várias vezes...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nós falamos aqui que nós atuamos em 40 processos...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Apenas para...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nós atuamos em 40 processos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou perguntando mais, V. Exa...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, o senhor falou que eu respondi uma coisa que eu não respondi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não estou tratando, eu estou dizendo que eu não vou nem dizer a resposta, porque as respostas estão...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas o senhor disse, o senhor disse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As respostas estão documentadas.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas o senhor disse, o senhor disse.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ministro depoente, eu vou lhe dar a palavra logo em seguida. Devolvo a palavra ao senhor e depois o Ministro Wagner Rosário poderá rebater caso seja a sua vontade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Perguntei também, na sequência, se a CGU enviou à Polícia Federal recomendações para realização de investigações criminais em desfavor de alguma autoridade pública federal – ia perguntar de quem, e não pude, porque não havia a informação –; perguntei também se a CGU elaborou algum relatório sobre a atuação de agentes públicos de relevo no combate à pandemia, como Eduardo Pazuello, Elcio Franco e Roberto Ferreira Dias, e também a resposta já está armazenada nos acervos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu perguntei, na sequência: quais medidas de *compliance* e de integridade a CGU adotou para prevenir a corrupção no âmbito do Governo Federal? Também não tive informações precisas, para usar uma expressão em voga, da moda.

Como consequência disso tudo, eu queria perguntar, Exmo. Sr. Ministro: então, as operações e auditorias da CGU tiveram como alvo principal, como aqui foi colocado pelo querido Senador Girão, as Prefeituras e os Governos estaduais. É isso?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senhor depoente, Sr. Ministro...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Não, não é isso. Nós fizemos operações independente de onde aconteceu. Onde nós identificávamos risco de corrupção, a gente atuava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo. Ótimo.

Então, retomando, Presidente: o Ministério Público Federal no Pará – e isso aqui já foi perguntado também algumas vezes e é uma oportunidade até para que, se alguma resposta foi dada com equívoco, seja reparada, eu não estou fazendo essa avaliação –, o Ministério Público Federal no Pará compartilhou com a Comissão Parlamentar de Inquérito documentos que revelam que Francisco Emerson Maximiano, Danilo Trento, José Ricardo Santana, Marconny Albernaz e Roberto Ferreira Dias tramaram a burla do processo licitatório da compra de testes rápidos... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... de testes rápidos.

Sem interrupção.

Eu quero deixar ali concluir a conversa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Srs. Senadores, silêncio, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estava perguntando o seguinte, e quero repetir porque são coisas importantes: o Ministério Público Federal no Pará compartilhou com a CPI – Senadora Simone Tebet, é muito boa a sua volta a esta Comissão – documentos que revelam que Francisco Emerson Maximiano, Danilo Trento, José Ricardo Santana, Marconny Albernaz e Roberto Ferreira Dias tramaram, e há pouco o Senador Randolfe leu a arquitetura do crime que foi sugerida pelo Danilo Trento, a burla do processo licitatório da compra de testes rápidos de detecção da covid-19 em esquema similar, o *modus operandi* era o mesmíssimo, ao que havia sido conduzido pela Precisa Medicamentos aqui no Governo do Distrito Federal, Senador Izalci.

Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas, Senador Marcos Rogério. V. Exa. confirma, Ministro, que a CGU teve acesso a essa investigação?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nós não tivemos acesso, nós fizemos a investigação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, obrigado pela ênfase. Ao final e ao cabo, talvez isso seja ainda mais comprometedor.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CGU foi omissa no acompanhamento da destinação de *kits* para a testagem da covid-19, optando por focar suas operações nas ações de Estados e Municípios, para expor a imagem de Governadores da Oposição, como há pouco V. Exa. respondeu: que a prioridade foi exatamente as operações junto a Estados e a Municípios?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mais uma vez, Presidente, isso acabou de ser gravado aqui. Eu falei que a gente só tratava com os riscos apresentados e, de novo, é repetido alguma coisa que eu não falei. Isso tem sido... Constantemente vem acontecendo. Eu falo uma coisa e vem a fala com outra coisa que não foi dita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta: quais providências foram tomadas no âmbito da CGU para a responsabilização de agentes públicos envolvidos nesses casos? Nesse caso, exatamente nesse caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, vamos lá, novamente.

As operações Parasita e Hospedeiro, tocadas com a CGU, em parceria com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, acabaram chegando a informações que não estavam no escopo inicial das investigações. Praticamente foram feitas três notas técnicas apartadas dos autos, com novo processo junto ao Ministério Público Federal, que tratavam de situações ocorridas fora do Pará, em Brasília e também em outro Município.

Então, as conversas gravadas pegavam essas situações que estão sendo tratadas que permanecem em segredo e outras. O que nós fizemos? Inicialmente, o Procurador pediu ao juiz um compartilhamento de informações para o andamento em outras atividades. O juiz não concedeu e deu essa decisão somente em 8 de julho de 2021, chegando à CGU em agosto. Ou seja, os servidores que atuavam no caso não tinham alteração, não tinham autorização para compartilhar essas informações com ninguém, inclusive com a própria CGU, para adoção de medidas administrativas. Então, não há prevaricação nem dos colegas nem de ninguém, porque estavam cumprindo uma ordem judicial, e as investigações continuavam em andamento para aprofundamento. Essa é a situação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta, Ministro: a CGU recomendou, em algum momento, em alguma oportunidade, a demissão de Roberto Ferreira Dias, desde que ele começou a atuar no Ministério da Saúde?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não recomendamos, em nenhum momento, a demissão dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não recomendou, em nenhum momento.

Em quais outros procedimentos de auditoria Roberto Ferreira Dias é investigado pela CGU?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Acho que nós temos um PAD contra ele, não sei se já está aberto um PAD, não sei... Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Cinco investigações em andamento na Corregedoria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode precisar a data, já que V. Exa. colaborou com a resposta?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu posso encaminhar, não tenho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou falando com aquele senhor ali, que eu não sei quem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – É o Corregedor-Geral da União.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual foi a data?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se puder dizer em voz alta, seria bom...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 24 de junho de 2021.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 24 de junho de 2021, após...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São cinco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A mais antiga qual foi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A mais antiga é essa? Em 24 de junho de 2021, ou seja, após a Procuradoria da República do Distrito Federal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E após a CPI levantar o assunto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Junho ou julho?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mês seis? Mês seis?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mês seis, mês seis: 24 de junho de 2021.

Muito obrigado pela informação. Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Após a CPI levantar o assunto.

Eu peço para exibir o vídeo nº 1, por favor, Izabelle.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, é importante destacar: 22 de outubro de 2020, cinco dias antes da Operação Hospedeiro – cinco dias antes da Operação Hospedeiro. As informações da Operação Hospedeiro que chegaram à CGU só corroboram a notícia pública aí do dia 22 de outubro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito bom, Senador Randolfe.

Eu queria perguntar o seguinte: o vídeo reproduzido mostra sobejamente, Senador Marcos Rogério, que já era do conhecimento público que Roberto Ferreira Dias estava envolvido em irregularidades na compra de testes para covid-19 e que isso teria motivado a retirada de sua indicação para o cargo de Diretor da Anvisa. Ademais, veículos de imprensa informaram também que o ex-Ministro Pazuello havia solicitado a demissão de Dias ao Planalto, mas ela foi negada – vem a sequência. E trago aqui manchetes de alguns jornais, *Diário de Pernambuco*: "Pazuello tentou demitir Roberto Dias; Bolsonaro impediu por pressão política".

Que providências formais a CGU tomou quanto à necessidade de afastamento de Roberto Ferreira Dias?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – A gente não tem nenhuma informação de necessidade de afastamento do Roberto Dias. Se tivesse, a gente teria tomado as medias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, não tomou? É isso? Não tomou.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não, mas medidas em relação a quê?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, isso é uma pergunta. Estou perguntando: que providências...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A uma reportagem do *Diário do Nordeste*?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... formais foram encaminhadas pela CGU?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não... Não tem... Não chegou nenhum...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a resposta é: não tomou!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ministro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tomou!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas partir de qual medida deveria ser tomada alguma coisa? Vamos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se o senhor me permite... Só para eu entender.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Senador Randolfe, fique à vontade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – A CGU não tinha informações sobre a atuação criminosa de Roberto Ferreira Dias que implicasse o afastamento dele?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tinha?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não tinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhuma?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, a gente não tinha nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Servem essas aqui?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Essas... Quando é que a gente tomou ciência disso aí, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 27 de outubro de 2020.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, nós não tomamos ciência em 27 de outubro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hã?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Em 27 de outubro a gente fez a busca. Em 27 de outubro foi feita uma busca...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá bom, 5 de novembro.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Quando o celular... Não, não. Nós terminamos essa análise material em 31 de março de 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quer dizer, isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Em 31 de março de 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deixe-me ver se entendi: isso daqui a equipe da CPI analisou em dez dias, e ainda não analisou tudo. O senhor só concluiu esse trabalho todo em 31 de março. Mas vai que seja! Vai que seja.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, sim. Exatamente isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 31 de março. E aí? Pediu o afastamento de Roberto Ferreira Dias?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não pedimos, porque esses dados foram apartados, e foi pedida pelo Ministério Público ao juiz a utilização em outros procedimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor está acabando...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nós não tínhamos autorização...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está acabando de informar que o senhor tinha conhecimento...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e terminou a compilação em 31 de março.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, eu não falei que eu tinha conhecimento; eu falei que a CGU tinha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Claro que tinha! Era de conhecimento público.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A CGU tinha conhecimento. Não chegou ao seu conhecimento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como a CGU não teria? Conhecimento público!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o senhor tem conhecimento só de parte das coisas; de outras partes, o senhor não tem. É isso.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O que está em segredo de Justiça, existe uma compartimentação de informação. Então, nós temos uma definição que protege o órgão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a CGU, de conhecimento disso, não devia chegar ao Ministro da Saúde: "Ô, Ministro, esse homem aqui está roubando. Tire ele daí!"? Não devia?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Deixe-me só falar uma coisa para o senhor. Esse caso que o senhor está falando do roubo, ele foi cancelado dia 19/06.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é um caso de roubo. São vários! É uma organização criminosa.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, assim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma sequência. É uma sequência!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... o senhor está me falando que, em outubro, o senhor tem um roubo de uma licitação que foi cancelada em junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor é formado em Direito, o senhor é o Controlador-Geral da União...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu não consigo entender qual é a lógica que o senhor coloca.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o senhor é membro da CGU, o senhor conhece a legislação...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sou membro da CGU, eu sei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma sequência!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... conhece a Lei 8.666, conhece a Lei de Contratos...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Conheço todas!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... sabia que isso tudo que foi feito foi crime.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Qual foi o crime que ele cometeu, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, Presidente Soraya...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Relator... Sr. Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu posso citar aqui os dispositivos todos.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Vamos lá.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria fazer uma ponderação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem o art. 94 da Lei 8.666...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... tem a Lei 83...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... tráfico de influência...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu vou pedir para os Senadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... como o tempo está muito curto...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... tem corrupção ativa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador Randolfe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem outros Senadores inscritos para perguntar, Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... tem advocacia administrativa. Está bom esses ou não? Precisa de mais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Senador Randolfe...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu queria dizer...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Randolfe, eu compreendo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Deveríamos restabelecer a palavra ao Relator...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu compreendo o desespero e a necessidade de os Senadores falarem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... inquirirem, mas nós vamos retomar aqui pelo tempo correto de cada um. Se os senhores me permitem, eu vou devolver...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Porque senão fica muito desigual.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... para que tenhamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está desigual com todos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... para que sejamos pragmáticos aqui.

O Senador Girão já...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Está muito desigual.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... já atravessou um pedido de reconvocação do Ministro. Vai ser apreciado...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aqui está a maior bagunça. Nunca vi igual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador, eu vou devolver ao senhor. E agora o senhor... Por favor, eu vou pedir que não interrompam o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E o Relator prontamente vai poder eu acredito que vai poder dar a palavra aos outros Senadores, porque parece-me que o Ministro será reconvocado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, porque toda vez que dá a palavra para outro, isso é fura fila.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É o que está acontecendo com o senhor agora. Então, vamos todos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora, exatamente nesse momento...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vamos todos agora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Toda vez.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu vou entregar a palavra para o senhor e por fim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não tive oportunidade de fazer uma pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor já...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está sendo injusta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor já se manifestou várias vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ela está dizendo que furou a fila várias vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... chamando feito a ordem, só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por favor, gente. Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu havia perguntado... Toda vez eu tenho que rememorar a pergunta para que as pessoas acompanhem o raciocínio.

Eu havia perguntado que providências formais, Senador Girão, a CGU tomou quanto à necessidade de afastamento de Roberto Ferreira Dias.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Como não tínhamos identificado nenhuma necessidade de afastamento ainda, não tomamos nenhuma medida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tomou ou não tomou? Não tomou?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não tomamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tomou. Muito obrigado. Eu quero só a resposta.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou querendo mais.

Outra pergunta: a CGU teve participação na retirada da indicação de Roberto Dias à Anvisa?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, nenhuma participação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhuma?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como a CGU atuou especificamente nessa questão, nesse tema?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Qual questão?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A questão da indicação dele pra Anvisa. Não foi ouvida CGU pelo Governo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não. Eu não participei de nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem tomou conhecimento?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não tomei conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só isso que eu quero saber.

Em algum momento, V. Exa. soube os motivos que levaram o Governo Federal a manter, em exercício no Ministério da Saúde, uma pessoa suspeita, cuja indicação à Anvisa foi retirada pelo próprio Presidente da República? Olha, ele retira, não concorda e mantém no ministério? Em algum momento, V. Exa. soube das razões para que isso acontecesse?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, nunca tomei conhecimento das razões pra retirada dele da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Mas pelo menos V. Exa. confirma que foi o próprio Presidente da República quem optou por manter Roberto Ferreira Dias no Ministério da Saúde mesmo com todas as evidências de corrupção do antigo Diretor da Dlog?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não tenho informação do que levou o Presidente a fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se tivesse, evidentemente que ajudaria...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Óbvio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque o Presidente não o aceitou na Anvisa. Preferiu que ele continuasse praticando o que praticou no Ministério da Saúde. Então, a decisão de não levá-lo à Anvisa implicou a sua continuidade no cargo em que exercia desde que o Ricardo Barros, que emprestou até o nome à operação que se fez hoje, estava à frente do Ministério da Saúde. É isso que eu estou querendo dizer: é que a decisão do Presidente em não aceitar que ele fosse pra Anvisa implicou a sua continuidade na roubalheira à frente do Ministério e do Departamento de Logística. O Presidente também tem responsabilidade com isso. É por isso que eu perguntei a V. Exa.: sabe as razões para que essa decisão fosse tomada? Não sabe...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não sei, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe. Muito obrigado.

Por que a CGU não atuou prontamente para apurar as denúncias para abrir o processo administrativo de responsabilização da Precisa?

Permita-me voltar a um tema de que já tratamos bastante.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Dá para o senhor repetir a pergunta, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a CGU não atuou prontamente para apurar as denúncias e para abrir um processo administrativo de responsabilização da Precisa Medicamentos na questão específica da Covaxin?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A CGU não recebeu, pelo menos no que eu tenha ciência, não chegou pelo canal de denúncia, uma denúncia específica, nós verificamos as notícias na imprensa.

Assim que eu verifiquei, no dia 22 de junho, eu determinei a abertura de um procedimento e, depois, em seguida, de outro, da investigação. Fruto dessas investigações, desses trabalhos realizados, nós abrimos um processo administrativo de responsabilização contra a empresa.

Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A CGU agiu exatamente quando tomou ciência dos fatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso aqui já foi discutido demais, inclusive nós chegamos ao ponto de discutir o porquê de a CGU ter considerado essa operação como operação regular depois da falsificação da própria procuração da Bharat Biotech.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, mais uma vez, eu já falei acho que aqui pelo menos umas dez vezes, que eu não disse que a operação era regular, e o Senador Renan Calheiros, mais uma vez, repete uma coisa que eu não digo como se fosse verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que V. Exa. falou não vai ser retirado nem removido, já está armazenado aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por que foi necessária a atuação do Corregedor-Geral da União, Sr. Gilberto Júnior, para o início das investigações no contrato da Covaxin?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Porque simplesmente quem abre os processos, as investigações preliminares sumárias, é o Gilberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Corregedor-Geral da União normalmente ou o corregedor de cada ministério é que abre. Isso é uma praxe no Governo.

Eu dou a ordem para ele, ele fala... Ainda falou comigo: "Você quer assinar ou eu assino?". "Pode assinar você".

Simples.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, então, o senhor havia dado...

Está respondendo agora...

O senhor havia dado uma ordem para ele?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Exatamente, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, muito bem. Parabéns.

A CGU avalia a possibilidade de celebração de acordo de leniência com essas empresas do caso Covaxin?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Caso elas cumpram o previsto na lei, ou seja, colaborar com as investigações, se afastar completamente dos ilícitos, e a partir daí entrar num processo desse, a gente não escolhe a empresa que faz, ela cumpre os requisitos da lei, da Lei 2.846, cumprindo, ela tem direito a fechar um acordo de leniência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. avalia que há possibilidade de a empresa fechar um acordo de leniência?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Toda e qualquer empresa, quando ela gera...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, fiz uma pergunta concreta, pontual.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desculpa a ênfase, porque não adianta...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, mas estou respondendo pontualmente.

Cumprindo os requisitos da lei, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor respondeu que avalia a possibilidade, desde que se cumpram os pressupostos?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, eu não avalio porque quem propõe o acordo de leniência é a empresa, não sou eu. Então, ela tem que primeiro pedir o acordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor declarou há pouco.

Não declarou que avalia se ela cumpriu os pressupostos?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não falei que avalio. Falei que se ela pedir e cumprir os requisitos, ela tem direito.

Não sou eu quem define se ela tem direito ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é muito importante, essa resposta.

A CGU foi consultada sobre a celebração de outros contratos de vacina contra a covid?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Em alguns casos, sim; esse da Covaxin especificamente, não; outros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos e quais, por favor?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Ah, não tenho essas informações agora, temos que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor nunca tem a informação que a gente precisa, é uma coisa lamentável isso.

Isso é muito importante para essa investigação.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Só o senhor solicitar que a gente encaminha para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando nós concordamos com a sua convocação, nós concordamos, Senador Girão, eu até lhe confesso, porque nós tínhamos a certeza de que íamos acessar essas informações que são fundamentais pra que a gente possa concluir os nossos trabalhos. V. Exa. também está vendo a dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que a CGU... A CGU... Eu vou abreviar, Presidente. A CGU analisou as cláusulas da minuta do contrato da Pfizer, que eram chamadas de leoninas pelo ex-Ministro Pazuello? Cláusulas leoninas pelo ex-Ministro Pazuello...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – O senhor analisou as cláusulas do contrato da Pfizer?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Sim, analisamos. Analisamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Temos que verificar com a equipe. Eu não participei das reuniões prévias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também não sabe quando?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não sei. Foi previamente a se firmar o contrato. Eu posso passar os dados e quem participou das reuniões, com as datas de reuniões e tudo. Eu não estava lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, veja se V. Exa. se lembra de uma coisa que é mais fácil lembrar.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, qual foi a opinião da CGU em relação a esses aspectos?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A CGU se manifestou, pelo texto final que saiu, pela regularidade, pela aceitação devido às mudanças legais que haviam ocorrido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou seja, contra a posição pública defendida pelo Pazuello.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu não sou a favor da... Eu não sei quais são as declarações públicas do Pazuello. O que eu posso falar é que, dentro do contrato assinado, nós nos manifestamos e não vimos nenhum problema em relação às atribuições que cabem à CGU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, exatamente isso. O Pazuello dizia que não tinha comprado porque havia cláusulas leoninas.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mas, Ministro, o nosso parecer... Perdão, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei qual foi o parecer na oportunidade. Isso é importante pra gente.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O nosso parecer é em cima da lei, não em cima das declarações do Ministro Pazuello. Em cima da lei, estamos lá e nos manifestamos no contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso que eu perguntei. Eu perguntei qual foi a opinião da CGU com relação a esses aspectos. Eu não perguntei o que o senhor acha do Pazuello.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele respondeu. Ele falou que foi favorável à contratação com a Pfizer. Sim, foi favorável, contrariamente à opinião do Ministro Pazuello.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo, Presidente.

Que órgão deu o entendimento de que a legislação anterior... Que órgão foi que deu o entendimento de que a legislação anterior só permitia que as vacinas só poderiam ser compradas após a aprovação da Anvisa?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não entendi, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que órgão deu o entendimento de que a legislação anterior só permitia que as vacinas só pudessem ser compradas após a aprovação da Anvisa?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Desconheço. Não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem a informação?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CGU participou da elaboração da Medida Provisória 1.026...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, sim, participou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de 2021...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... editada para permitir a compra de vacinas antes do aval da Anvisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim, sim. A CGU participou desse grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que essa medida provisória não foi editada antes?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem conhecimento?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o dispositivo que permitia assunção pelo Governo Federal dos possíveis eventos adversos causados por vacina foi retirado da versão final da Medida Provisória 1.026?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Também não tenho conhecimento, Senador. Não participei dessas discussões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou invadindo esse assunto, porque esse assunto aqui é um assunto que deverá ser levado adiante pelo Senador Randolfe Rodrigues, que conhece sobejamente a matéria, detalhes por detalhes, como, aliás, todas as matérias que estão sendo discutidas e debatidas aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu lamento, na introdução que fiz, ter frustrado algumas respostas, mas peço vênia exatamente por isso.

Em julho de 2020, V. Exa. afirmou a Senadores que a decisão de aumentar a produção de cloroquina foi acertadíssima. Em que se fundamentava essa sua conclusão, Ministro?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – É uma medicação que foi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa pergunta é muito importante. Eu queria que todos prestassem atenção. Senador Randolfe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em julho de 2020, Senador Fernando Bezerra... Senador Fernando Bezerra. Em julho de 2020, o Ministro afirmou a Senadores que a decisão de aumentar a produção de cloroquina foi acertadíssima. Repetindo, em julho de 2020, o Ministro declarou a servidores... a Senadores, melhor dizendo, que a decisão de aumentar a produção de cloroquina, que é uma das coisas sobre o que esta CPI se debruça, foi acertadíssima. E hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi falado novamente pelo Presidente da República, na ONU, que falou do tratamento precoce e da eficácia do tratamento precoce brasileiro.

Eu perguntei ao Ministro: em que se fundamentava a conclusão do Ministro com relação à necessidade de elevar a produção de cloroquina?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Porque esse é um medicamento que parte da população vai querer tomar e se os médicos decidirem ministrar, está sob a liberdade de cada médico exercer sua profissão; e no momento onde não existe nenhum remédio com comprovação científica para utilização numa pandemia, os remédios que os médicos acham naquele momento que podem trazer os melhores resultados têm que estar disponíveis para serem fornecidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então V. Exa. defendeu os aplicativos que levavam à prescrição desse remédio? O TrateCov? O que se fez em Manaus e em outros Estados?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E hoje, inclusive, há denúncia de que a cloroquina foi dada para adolescentes?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Nem participei de reuniões de TrateCov. Então, assim, simplesmente dei a minha opinião aqui sobre o assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, pergunta: V. Exa. mantém sua opinião sobre o uso da cloroquina em pacientes com covid?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu não tenho... Eu não tenho que dar opinião sobre o uso... Quem ter que dar opinião...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando não é, não é... Qual é a sua opinião... Se mantém!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor pode me perguntar se eu tomaria. Mas minha opinião...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou perguntando se V. Exa. mantém. Só quero saber isso.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Mantenho minha opinião de que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. tomaria ou não, isso aí é problema seu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu mantenho a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mantém a sua opinião!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu mantenho a opinião de que o médico tem a total liberdade de prescrever qualquer coisa que ele ache que vai salvar o paciente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que a CGU retrocedeu na sua obrigação de ser indutora da transparência como forma de combate a fraudes e corrupção?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Dê-me um exemplo aí, Senador, porque a gente não retrocedeu não, a gente avançou. Se eu lhe der os números de avanço, são incríveis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como? Eu comecei fazendo as perguntas. Quantas operações, no Governo Federal, V. Exa. fez...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não. O senhor está falando de transparência. O senhor está falando de transparência ou de investigação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto à responsabilização, disse nenhuma, e agora vem dizer que avançou!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não. Só para o senhor ter ciência, eu recebi os dados, eu não estava lá, eu não falei que nenhuma não, eu falei que eu não tinha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Exa....

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – São 22 servidores investigados, federais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como... Ah, agora... Muito obrigado pela informação tardia, mas que chega.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Exa. avalia as diretrizes de classificação que estão dificultando o acesso de jornalistas, isso é muito importante, e de entidades de controle social às informações governamentais?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A nossa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E os sigilos, que V. Exa. foi pródigo em decretá-los?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor pode citar um? O senhor está falando que eu fui pródigo. Eu não tenho nenhum. Como é que eu vou responder a uma pergunta? Eu não decretei sigilo em nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Responda à pergunta.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Respondendo: eu não decretei um sigilo no Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Especifique, Sr. Relator, a qual sigilo que o senhor se refere? Ao sigilo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi exatamente a seguinte: como V. Exa. avalia as diretrizes de classificação? Porque houve um evidente retrocesso, dificultando o acesso de jornalistas e de entidades de controle social às informações governamentais.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não existe retrocesso nenhum nesse campo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não existe retrocesso nenhum?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não existe retrocesso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a CGU utilizou indevidamente a Lei de Acesso à Informação para negar acesso ao TCU das apurações preliminares sobre o contrato entre a Precisa e o Ministério da Saúde?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Desconheço isso. Mesmo porque o Tribunal de Contas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. desconhece tudo que...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Desconheço, porque o Tribunal de Contas da União não acessa dados com base na Lei de Acesso à Informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou citando um fato oficial.

Senador Rogério, estou perguntando ao Ministro por que a CGU utilizou indevidamente a Lei de Acesso à Informação para negar acesso ao Tribunal de Contas da União das apurações preliminares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o contrato entre a Precisa e a Covaxin e o Ministério da Saúde na aquisição da vacina. É uma pergunta concreta.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Dá pro senhor repetir a pergunta, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a terceira vez, mas faço, com muito prazer.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Desculpa, eu não entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a CGU utilizou indevidamente a Lei de Acesso à Informação para negar acesso ao Tribunal de Contas da União das apurações preliminares sobre o contrato entre Precisa Medicamentos e o Ministério da Saúde na aquisição da vacina Covaxin?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Olha, se eu entendi a pergunta do senhor, a CGU, no âmbito da sua apuração disciplinar, do seu poder disciplinar do Estado, não é fiscalizada pelo Tribunal de Contas. Então, não cabe ao tribunal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso que eu falei, eu falei: por que a CGU utilizou a Lei de Acesso à Informação pra negar o acesso...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Relator, só para a gente entender. A impressão que dá é que o TCU fez algum pedido, pediu algo pra CGU...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, essa é a informação do TCU.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O TCU pediu para a CGU ou oficiou.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor coloque oficialmente, então.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou perguntando.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor não sabe me explicar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só estou tentando aqui traduzir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou colocando e perguntando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Qual é o processo? Qual o pedido?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você não sabe de nada, sobretudo quando as perguntas...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu estou querendo responder, Senador. O senhor não sabe me dizer qual é o pedido. O senhor está...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou contando o caso da Covaxin e uma circunstância revelada pelo Tribunal de Contas da União.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Então, o senhor deve me mostrar quem revelou no Tribunal de Contas, por favor. Posso saber?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, por favor, não é isso que eu estou discutindo. Eu estou discutindo: por que a CGU utilizou a Lei de Acesso à Informação para ocultar as informações do contrato da Covaxin?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, eu não consigo responder porque a sua pergunta não dá dados para que a gente responda.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Relator, nós temos esse ofício da CGU negando, que não podia, com base na utilização da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso, eu estou perguntando: por que foi que a CGU fez isso?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Quem informou ao senhor isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que isso tem a ver com a pergunta que eu lhe faço?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor me perguntou, o senhor tem que saber de onde o senhor teve essa informação. Falou: "Foi o TCU".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está aqui para responder às perguntas que eu faço.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Estou pronto para responder. Mas o senhor tem que perguntar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, responda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor negou algum pedido do TCU, com base...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senadora, isso é complicado. Eu já neguei vários pedidos do TCU.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É uma pergunta. O senhor negou vários pedidos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Essa animosidade!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... com base... O que o Sr. Relator está dizendo é que houve algum pedido negado do TCU...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mais serenidade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... da Precisa Medicamentos...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu preciso olhar o caso. Senador, eu me coloco à disposição. Se me entregarem qual é o caso, eu entrego a informação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem que identificar qual foi o procedimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta sobre a mesma coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eles já negaram o pedido. É isso, que, de repente, houve alguma negativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta sobre a mesma coisa...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Estava fora de competência a atuação do tribunal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a partir das informações do Tribunal de Contas da União. Qual é o objetivo de omitir do TCU as conclusões das auditorias da CGU nessa específica investigação? Eu estou fazendo uma pergunta.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu desconheço isso. Eu só trago um ponto pro senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor desconhece também. O senhor desconhece.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Desconheço. Só vou dizer ao senhor o seguinte: quando estamos atuando no poder disciplinar do Estado, não cabe ao Tribunal de Contas ser órgão revisor, ele é Tribunal de Contas, previsto no art. 70 da Constituição Federal. Se houve alguma tentativa de fiscalizar a nossa atuação no poder disciplinar, pela ausência de competência pode ter sido negada. E isso não se baseia na Lei de Acesso à Informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então por que as investigações sobre o conluio para fraude na compra de testes rápidos de detecção de covid-19 foram escondidas da sociedade?

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Acho que essa pergunta o senhor tem que fazer pro juiz do caso que decretou o sigilo dos dados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, teria mais pertinência fazê-la...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A mim, eu cumpro... Eu, não, os servidores da CGU...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para o Ministro Chefe da CGU.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... cumprem o sigilo determinado pelo Poder Judiciário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, vou lhe contar uma coisa, com todo o respeito, Presidente: o depoimento que nós estamos vendo hoje aqui me lembra um personagem, Senadora Simone Tebet, saído da imaginação de um alagoano, o Fabiano, de *Vidas Secas,* do grande Graciliano.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Senador, pelo menos o respeito, não é? Eu estou aqui sentado, não vou ficar aqui ouvindo o Senador fazendo comparações em relação ao meu nome, não é? Pelo amor de Deus!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, peço a V. Exa....

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu queria que o Senador Renan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu posso dizer o que eu acho...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Quando eu abro a boca, eu sou advertido por estar faltando com o respeito. Agora ele quer fazer comparação, quer me colocar numa situação vexatória. O senhor tem que respeitar as pessoas que sentam aqui!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O senhor tem que respeitar!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu vou pedir, por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é papel do Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... respeita, rapaz.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por favor, pela... Por favor!

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – O Senador Alessandro Vieira me alertou sobre o respeito, eu estou aqui fazendo, mas não está tendo a contrapartida aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aqui o ofício dele negando... Passo às mãos de V. Exa. Negando ao Tribunal de Contas da União.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Deixa eu só...

Senhor... Por favor, termine a sua conclusão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu estou fazendo perguntas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pra que ler?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quer que leia em voz alta?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pra quê?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – "Sr. Ministro"...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pra que ler?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É pra isso mesmo? Deixa só eu ver quem é aqui. Vou tentar resumir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só a conclusão, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – "Portanto, à vista da natureza sigilosa dos procedimentos em curso, oponível até mesmo de instâncias superiores da CGU, não sendo expedidas opiniões conclusivas nos trabalhos em andamento, qualquer disponibilização de uma informação em um processo cuja decisão ainda não foi proferida pode frustrar a sua própria finalidade, levando a expectativas que poderão não se cumprir. Por fim, impende repetir que, ao término dos trabalhos em andamento, poderão ser concedidos os acessos, nos termos da legislação vigente. Tal acesso será assegurado a partir da edição da decisão ou do ato administrativo derradeiro."

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Exatamente (*Fora do microfone.*) o que eu disse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Que outras investigações, a exemplo dessa, foram ocultadas, de corrupção do Governo Federal? Foram ocultadas da população, da sociedade.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – A CGU jamais ocultou qualquer informação à população brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então não sabe citar outras, além dessa.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não, não, eu não estou citando. Estou falando que nós nunca ocultamos dados. É diferente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Exa., respeitosamente eu pergunto, se defende dos indícios de prevaricação que têm surgido contra V. Exa. sobre a tentativa de ocultar investigações sobre corrupção do Governo Federal na pandemia, como essa dos testes rápidos, que já eram realizadas há quase um ano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Sr. Relator...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, ele não esconde, ele não vê.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não viu também, não sabe.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Eu desconheço as acusações. Conheço somente uma, proferida pelo Presidente aqui da CPI, e, sobre ela, acho que eu já me manifestei. Se o senhor quiser que eu explique novamente, eu estou à disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, Presidente, eu vou encerrar, mas antes eu gostaria de dizer... Não estou fazendo nenhuma comparação com ninguém, mas há pouco eu estava fazendo um esforço aqui para lembrar o Fabiano, que é um personagem do livro *Vidas Secas*, do Graciliano Ramos. Dentro de casa, Fabiano grita, xinga, bate na mulher, nos filhos e até na cachorra Baleia, mas, diante do patrão, fala fino, obedece, é puro servilismo, e se borra de medo do soldado amarelo – aqui do capitão amarelo, depois do recuo que assinou. É assim, Sr. Presidente: para o desamparado, para o Estado, para o Município, ele ruge e rosna; para o poderoso, mia e abana a cauda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, isso não é honesto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou comparando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora há pouco, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora há pouco o Senador Renan falou aqui...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ofensa desnecessária!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É desse jeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ofensa desnecessária!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu faria até um apelo ao Senador Renan...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só peço ao Senador Renan... O Senador Renan tem uma tradição política nesta Casa, sempre foi elegante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone com a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... mas, à frente da relatoria, tem às vezes passado desse limite da elegância política...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone com a palavra!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu peço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço perdão, mas não consigo ser elegante com esse tipo de gente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Sras. e Srs. Senadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que bom, o Brasil está vendo!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro Wagner Rosário, o depoimento de V. Exa. – vou tratar apenas da Covaxin – só corrobora exatamente o que esta CPI já concluiu: que não só há algo de muito estranho no reino da Covaxin, mas há algo de irregular, de ilegal e de corrupto no contrato da Covaxin.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Presidente.

O depoimento do Ministro só corrobora que há algo não só de muito estranho, mas de irregular, ilegal e corrupto no contrato da Covaxin, porque, veja, ele respondeu por diversas vezes ao Relator no sentido de que a CGU só foi ouvida no contrato da Covaxin *a posteriori.* Eu gostaria muito que isso ficasse registrado, porque a própria nota técnica... E aí eu faço uma defesa da AGU no contrato da Covaxin – não estou falando dos testes. E me desculpe, Ministro, eu faço uma defesa veemente dos auditores, alguns são até advogados públicos, mas os auditores da CGU... Mas eu não faço uma defesa veemente de V. Exa. É que V. Exa. contrariou o tempo todo não só os seus auditores, mas contrariou também um documento assinado, um acordo firmado entre o Ministério da Saúde e a AGU no ano de 2020 e 2021, no sentido de que tudo o que se referisse a pandemia e aquisição de bens e de vacinas seria preliminarmente assistido e ouvido pela Controladoria-Geral, como órgão interno que é, não concomitantemente ou posteriormente, mas como órgão interno prévio, que é preventivo no combate à corrupção, preventivo para que o Governo não cometa irregularidades. Esse é o papel da AGU. E isso aconteceu na Pfizer.

Por que no contrato da Pfizer a CGU foi acionada e no contrato da Covaxin a CGU não foi acionada? E aí é que eu repito, eu faço a defesa dos auditores, porque, quando os auditores foram chamados, era tarde demais; quando os auditores foram chamados, já tinha um contrato assinado com quem não podia ser parte, para se fazer um pagamento em paraíso fiscal para uma empresa que não constava no contrato, com suspeita de superfaturamento, com procuração falsificada, com garantia que não era de banco, era uma garantia pessoal de um banco que não existe, para poder, inclusive, dar um calote, porque no Paraguai essa mesma estrutura foi montada, o Governo paraguaio pagou e até hoje não recebeu as vacinas. Qual é o nome da vacina? Covaxin.

Então, eu faço uma defesa intransigente da CGU nesse caso da Covaxin, mas não faço uma defesa intransigente em relação a V. Exa., porque, mesmo tramitando um inquérito prévio, V. Exa. vai a uma coletiva e faz uma defesa do Governo Federal. V. Exa. não é advogado público do Presidente da República, V. Exa. não é de advogado público do Ministério da Saúde. E a Corregedoria-Geral da União foi criada, e V. Exa. a representa neste momento, para ser um órgão interno de fiscalização e controle prévio, para evitar que o Presidente da República cometa crime de corrupção, para evitar que o Ministro da Saúde cometa crime de corrupção. E aí, nesse caso específico, comprova o conluio do secretário-executivo, do diretor de logística, de todos os que estavam no entorno: "Não vamos mandar para a assessoria jurídica, porque ela manda a gente justificar preço. Não vamos mandar para a AGU, porque ela vai cobrar ali a lisura do processo de acordo com a Lei 8.666. E, principalmente, não vamos mandar para a Controladoria, porque ela é que fiscaliza e controla as tentativas de corrupção no poder".

Só que aí é que está a questão: quando a CGU foi acionada, ela faz exatamente o papel que ela tinha que fazer, ela destrincha, por "a" mais "b", as irregularidades, e V. Exa. vai a uma coletiva –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

interessante! – um dia depois que um auditor elabora uma nota técnica, antes do resultado final do inquérito prévio, para poder, depois, desdizer tudo aquilo que disse. Ora, se eu já tenho uma auditoria terminada, onde se faz a defesa prévia de tudo, o que um inquérito está fazendo nesse processo? Como é que se levanta, em tão pouco tempo, um ato tão complexo como esse e se faz a defesa do Governo e do contrato? – coisa que nós ainda não conseguimos investigar.

Então, eu gostaria rapidamente de passar aqui para entenderem aonde eu quero chegar. Todo o contrato aconteceu à revelia dos advogados, em todos os sentidos, do Ministério da Saúde, porque precisavam esconder todas as irregularidades, Presidente, do contrato da Covaxin. Quando acabam todos os prazos para entrega das doses da vacina, em 6 de maio, dia 14 de maio a Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde é acionada: "Opa, não tem vacina, perdeu-se o prazo, o contrato está aí solto, tem denúncia da CPI, a CPI está investigando, nós precisamos dar uma resposta". E a Diretoria de Integridade trabalha direitinho, ela se reúne três vezes e aponta ali: C) necessidade de justificar no processo o preço negociado das doses, podendo apresentar a justificativa de preço – que é exigência da lei, isso é princípio da motivação, nenhuma medida provisória pode tirar, e não tirou, e esse contrato não tinha justificativa de preço. E não tinha justificativa de preço mesmo a AGU tendo alertado que precisava justificar o preço. Por isso é que eu aqui estou defendendo a CGU. A CGU, até esse momento, ela não aparece, Presidente, não é por omissão da CGU, é porque aqueles que precisavam esconder o que estava por trás do contato da Covaxin, não podiam mostrar esse contrato nem para os assessores jurídicos, muito menos para a CGU. Então, no dia 14 de maio, eles levantam isso.

Por favor, passe.

Olhem o que acontece: nesse momento, a Regina é acionada como fiscal e ela tem que dizer o seguinte, ela não tem saída, ela participou da diretoria: no dia 24, ela sugere rescisão e a aplicação de sanções administrativas. Quando vai ao dia 28 de junho, já acionada, aí a CGU entra no processo; até então ela talvez nem tivesse conhecimento desse contrato, acredito que não sabia. E olhe o que o seu auditor fala, olhe só: ele fala da necessidade de se criar, de se instaurar uma investigação prévia sumária. E olhe o que ele aponta: num primeiro momento, tentativa de realização de pagamento antecipado. Então, desdiz o que V. Exa. está dizendo. A princípio, há suspeita de tentativa de pagamento antecipado no contrato da Covaxin – o próximo, por favor – e cita as *invoices* que V. Exa. discute.

B) possível pagamento por meio de empresa não consignatária no contrato – é CGU dizendo, e V. Exa. contradiz o seu subordinado temporário nesse momento.

Descumprimento dos prazos contratuais.

Pode ir passando, Daiane, porque eu tenho pouco tempo.

Justificativa de preço. Ele começa a questionar o porquê desse preço de US$15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos passando, depois eu coloco à disposição de V. Exa.

Manifestação do Ministério Público sobre o inadimplemento da Bharat. Ali ela começa a levantar junto com o que a diretoria já tinha levantado – só para que V. Exa. possa se situar, isso é do dia 28 de junho – pelo Diretor de Responsabilização de Entes Privados, Marcelo Pontes Vianna.

Em seguida, por favor.

Feito isso, ainda, no dia 5 de... Aí, já no dia 5 de julho, a CGU envia esse ofício ao secretário-executivo, solicitando informações acerca da ausência de documentos subsidiando o preço. Aqui vem uma denúncia grave – aqui vem uma denúncia grave. A própria CGU mostra, com base numa denúncia apresentada por uma Deputada Federal, que a CGU... No contrato, no processo administrativo, Presidente, foram omitidas as atas de reunião, especialmente aquela primeira que falava de US$10. Ele chega e cita: primeira reunião, segunda reunião, terceira reunião ou memória de reunião.

Pode pular, porque todos já conhecem essa história.

Ele volta a falar da falta de justificativa e olha o que ele cita aqui: "Importante, não só isso, mas responsabilizar os agentes públicos que levaram à omissão". Não é possível! Alguém sumiu com esse documento e depois entregou. Alguém se omitiu em entregar esse documento. Alguém não entregou propositadamente. E esse auditor aponta isso, além de todos os outros pontos que já foram enunciados.

Passe, por favor.

Nesse período, vem do próprio Barbiere, que a assinou, uma nota técnica. Depois de quase um mês, ele vem com uma nota técnica. Essa nota técnica é usada por V. Exa. um dia depois, para a coletiva com o Ministro Queiroga. Interessante essa nota técnica. Olha o que fala no 2.3: "Cumpre ressaltar" que, durante o exercício de 2020/21, o Ministério da Saúde e a CGU pactuaram fluxo, Senador Otto, para que o órgão de controle interno realizasse análise prévia de eventuais riscos relacionados a todas as aquisições de combate à pandemia. Para a Pfizer, isso foi utilizado. Para a Pfizer, a CGU foi acionada preliminarmente. A CGU não foi acionada preliminarmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na Covaxin, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Escondeu!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Escondeu! Esconderam dos órgãos de controle, esconderam da AGU, esconderam dos assessores técnicos, esconderam do Tribunal de Contas e esconderam da CGU.

Eu estou fazendo uma defesa da CGU. Eu não faço a defesa do Ministro e eu vou dizer por quê.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor, não faça.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vou fazer e vou dizer por quê.

Aí vem aqui e ele fala o seguinte: "Olha nós analisamos, estamos analisando o processo com auditoria, que é a nota aqui, e com uma IPS, que é o inquérito". Ele vai, lá no final...

Pode passar porque eu já estou indo para o final, Dai, por favor?

Ele vem aqui e conclui. Aí é interessante como o Diretor de Auditoria de Políticas Sociais, rapidamente, resolve o mistério da Covaxin. Num primeiro momento, ele aponta uma série de irregularidades; depois, vem uma nota técnica, um dia antes da coletiva para o Ministro defender o Ministro Queiroga, para o Ministro defender o Governo Federal, e apresenta uma nota técnica dizendo: "Não, não tem nada disso. As memórias lá eram só meras indicações, o preço era isso mesmo". Cadê a justificativa de preço, Ministro? Como é que o auditor diz um negócio desse se está comprovado que a justificativa de preço, que o princípio da motivação, que é a característica essencial para dar validade a um contrato administrativo, ela não foi feita? Se nós estamos em plena CPI investigando irregularidades de um contrato superfaturado, um contrato de R$1,6 bilhão, com possibilidade de pagamento antecipado?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Encontrou no *site* da vendedora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou chegar lá. Eu vou chegar exatamente aonde está outra irregularidade apontada.

Poderia passar rápido, Dai?

Aqui está a coletiva de V. Exa. que fala – e realmente é verdade – que tinha um inquérito e uma auditoria analisando. A nota técnica fecha o caso da auditoria, a investigação continua...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone, deixar claro: inquérito tinha... Diz a partir de quando? Porque esse negócio foi muito tempo depois...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... muito tempo depois.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou chegar aqui. Olha aonde eu vou chegar. Vamos lá.

Os aspectos analisados são preço, quantidade, prazo, importação e a representação da Barath.

Mais um, por favor.

V. Exa. – eu não vou pôr o áudio –, o que faz aqui? Qual é o papel do Corregedor-Geral? É, quando apresentada uma suspeita, investigar até o final. É dinheiro público e não é trocado: R$1,6 bilhão estava em jogo – R$1,6 bilhão!

Com uma simples análise de uma nota técnica, V. Exa. vai, em rede nacional, defender o Governo e dizer o seguinte: "Não, com base em um documento lá, um material de propaganda da Precisa, eu comprovo que são US$10 e não US$15". E vai fazendo a defesa de um por um dos itens. Está aqui. O áudio está aqui. Eu não vou pôr agora, mas, se quiser, depois, eu passo para V. Exa., porque o meu tempo está curto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Devia colocar, devia colocar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Olha aqui, o valor é de US$10. Poderia ter sido resumido, e estaria aberta a negociação... Eu estou colocando aqui os valores para comprovar que era a vacina mais cara que o Brasil ia comprar.

Pode passar. Pode passar, Dai.

Também aí um outro áudio já falando das *invoices*. Eu não vou nem entrar nas *invoices* aqui, sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, eu queria ouvir das *invoices*.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu tenho um prazo muito curto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria ouvir das *invoices*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O Presidente fará o desconto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero ouvir das *invoices,* porque essa das *invoices* é interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rá-rá-rá. Ministro, não faça isso. Ministro, não faça isso! Eu estudei esse processo. Quem olhou e descobriu essas *invoices*, item por item, foi a minha assessoria. Eu, com uma série de ajudas, nós denunciamos isso aqui largamente. E comprovamos que, mais uma vez, está errado. A primeira *invoice* é original e verdadeira, por todas as razões, e a segunda e a terceira, falsas, Ministro. E mais: não são meras irregularidades. Vai passando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A terceira *invoice*, que o senhor diz que é verdadeira...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela é falsa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ela é falsa!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela é falsa, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que é verdadeira aí!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pode passar, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela é falsa!

O senhor sabe também que é falsa. O senhor já... Já conversamos sobre isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Já se convenceu sobre isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pode passar.

Eu não vou nem falar da Licença de Importação, porque isso é outra história também. Eu vou até pular essa nova fase, para não constranger aqui, e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não se preocupe com o tempo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas eu tenho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Isso é muito importante para a CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, vamos lá. Aqui, já indo para o final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa fala de V. Exa. é outra que precisa ser retificada. O documento original e oficial fala que a Precisa não é "a" representante; ela é "uma" representante, ela não é exclusiva. Então, ela não podia assinar o contrato. E aí, quando vão – e aí, sim, a única vez em que dão ouvidos à assessoria jurídica –, quando eles pedem uma procuração, Ministro... A Precisa, é verdade, falsifica, mas – olhe a gravidade –, de novo, não passaram pela assessoria jurídica. Eles pegam aquela procuração, sem firma reconhecida, sem cartório...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nem pelo *compliance* da CGU.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada. Podem ajudar.

E, simplesmente... E, simplesmente, continuam com o contrato.

E aí eu vou pedir aqui que V. Exa. faça uma retificação em nome do bom jornalismo brasileiro. Quem descobriu que as procurações eram falsas não foi a Controladoria-Geral da União. Antes disso – e eu participei, porque eu ajudei a jornalista nesse processo, estimulei que ela fizesse a terceira matéria para complementar –, antes disso, a CBN, a jornalista de nome Thaísa, por três reportagens, mais de uma semana ou dez dias antes, explicou – olha que interessante, Presidente...

Pode ir passando, Daiane, que eu já estourei o meu tempo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senadora, mais potente do que o *compliance* da CGU.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mais. Olhe aqui... Essa questão...

Sabe o que é isso aqui? Isso aqui é cópia, Ministro, da matéria da jornalista, publicada dez dias atrás ou não sei quantos dias atrás. A luminosidade quem descobriu foi a jornalista de nome Thaísa, da CBN. Quem descobriu que o recheio estava em português e o cabeçalho e a assinatura lá, a parte de baixo, em inglês foi a jornalista da CBN. Nenhum problema – muito pelo contrário – o consultor utilizar, mas nós não podemos dizer aqui que foi um trabalho da CGU. Não foi; ela foi posterior. Ela chegou depois.

E aí, se puder ir para a última... Já a última versão aqui, Dai – eu não quero aqui atrapalhar, obviamente... Prometo que amanhã eu nem veio à CPI, nem depois de amanhã. Eu me compadeço de não falar mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não faça isso, não! Não apoiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu queria só concluir... Só concluir, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: eu parabenizo o trabalho da CGU, mas não parabenizo o trabalho do Ministro. Ele não poderia vir a uma coletiva com o Ministro Queiroga fazer uma defesa intransigente de um contrato irregular, que está em processo de investigação pela própria Controladoria-Geral da União.

Esta omissão que foi apontada pelo Presidente Omar Aziz eu assino embaixo. Eu assino embaixo, porque eu lamento muito o papel que V. Exa. está fazendo ou o desserviço para o País, para com o dinheiro público. V. Exa. não é advogado do Presidente da República, V. Exa. não é advogado do Ministro da Saúde. V. Exa. não é nem advogado na estrutura da CGU. V. Exa. atua e tem que atuar como órgão preventivo de fiscalização e controle, de transparência de gestão, de combate à corrupção.

Então, está invertido, Presidente. Eu encerro dizendo isto: está invertido. Ao invés de estar, na cabeça da CGU, uma suspeita que foi denunciada, estava sendo denunciada pela CGU, eles resolvem fazer o processo de advogado de defesa. Não, a CGU não é advogado de defesa de ninguém. A CGU foi criada para ser um órgão de fiscalização e controle, para buscar indícios para só analisar e concluir quando tiver certeza. O inquérito não foi terminado.

Eu não vou aqui me delongar mais. Peço desculpas. Como eu disse, amanhã eu entro muda e saio calada e da mesma forma na quinta-feira; mas fica aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Essa é uma promessa que eu vou cumprir. Mas fica aqui só, assim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não apoiada e não aceita.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Relator lembrou aqui um grande escritor nordestino e um grande personagem conhecido por todos nós de nome Fabiano. Eu confesso que sentia muita dó da cadelinha de nome Baleia. Mas eu quero dizer, assim, que só esse episódio de hoje me lembrou um pouco que nós já tivemos um Procurador-Geral da República engavetador também, não é? E agora nós temos um Controlador-Geral da União que também passa pano, deixa as coisas acontecerem. Eu só fico imaginando o que vai fazer esse inquérito prévio aí e se realmente vai investigar e apurar quem são os servidores públicos omissos que esconderam o contrato da Covaxin, o tempo todo, de cada um de nós e da população brasileira.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO (Para depor.) – Bem, Senadora, com todo respeito à senhora, eu recomendo que a senhora lesse tudo de novo, porque a senhora falou uma série de inverdades aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não faça isso. O senhor pode dizer que eu falei inverdade, mas não me peça pra fazer...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Releia.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... algo, porque eu sou Senadora da República.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Na hora em que a senhora falou... A senhora me chamou de engavetador...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. pode dizer...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – ... me chamou do que quis. Agora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Ministro pode dizer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Ministro pode dizer que eu disse inverdades...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não permita isso, Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... mas ele não pode dizer que eu devo ler de novo todo o processo. Não é meu papel ler contrato da Covaxin.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas chamar o Ministro de engavetador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É o papel de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... também não é correto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E V. Exa. não fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Todo o clima está exaltado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pode chamar o Ministro de engavetador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não é um coordenador, isso é um moleque. Um moleque...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas é que ele está se comportando como um menino mimado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... um moleque, pau-mandado.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não me chame de menino mimado, eu não lhe agredi.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não se trata assim...

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A senhora está totalmente descontrolada, me atacando.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Espera aí, espera aí. Alto lá! Alto lá, Ministro. Chamando uma Senadora da República de descontrolada?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor está sendo machista.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Machista!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não seja machista aqui, não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Meu amigo, você está pensando que está onde?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não seja machista aqui não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É um moleque, rapaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não seja machista aqui, não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está pensando que está onde, rapaz?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Você é um moleque que não está aí por mérito, está por favor de Bolsonaro. Moleque, descarado.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – A senhora está me acusando de uma coisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora da República...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pau-mandado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, se ele continuar assim, peço que suspenda a sessão e que eu tenha direito à resposta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pau-mandado, descarado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma coisa é ele dizer que eu estou falando inverdades...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Moleque de recados.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... outra coisa é ele mandar eu ler...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A palavra está com a Senadora Simone.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero ver o senhor falar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é machismo explicito aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, não permita isso.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – É só o senhor faltar o respeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... desde a hora chegou aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, vou pedir o depoimento dele para ficar no cargo porque ele não tem mérito, está devendo favor ao Bolsonaro e não tem mérito nenhum, nem com essa lei. E é um homem omisso mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso, não foi para o Tribunal de Contas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Respeite a Senadora Simone Tebet, seu moleque.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso, não foi para o Tribunal de Contas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Moleque.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Moleque? Moleque?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Faltou com o respeito com esta Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Você é moleque.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Moleque?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Respeite a Senadora da República.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Moleque?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Respeite uma Senadora.

Respeite uma Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Você é um moleque de recados, moleque.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou suspender a sessão por cinco minutos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Respeite a Senadora da República.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Respeito merece respeito, não têm respeito.

O SR. WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO – Não vou responder ao senhor em respeito à sua idade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Moleque.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Respeite o Senador da República.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Machista!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Intervalo?

O cara vem aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, mas não precisa fazer isso, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe de mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não é por aí, Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

Presidente... Presidente, V. Exa. tem que ter o papel de presidir.

Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Ou V. Exa. controla os trabalhos desta CPI, Sr. Presidente, ou, então, fecha ela, Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço que...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eles criam uma quizumba, criam uma palhaçada, é um circo. É um circo. Está desde o começo provocando o Ministro, fazendo comparação com personagens, xingando.

É isso que...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Descontrolado, descontrolado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso que queriam desde o começo. É isso o que queriam desde o começo.

Lamentável.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu estava no gabinete trabalhando, mas estou acompanhando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Lamentável.

Quando perdem a razão, é assim que agem, infelizmente. (*Pausa.*)

Infelizmente, lamentável. O Brasil não merece isso. Não merece, não merece!

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Brasil não merece esse espetáculo circense.

O Brasil não merece, não merece, infelizmente.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ele está desrespeitando a Simone desde o começo, Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Desde o começo há desrespeito dos dois lados.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E aí sempre a gente é descontrolada aqui, só as mulheres são descontroladas.

Vocês não fazem *show* todo dia aqui dentro não, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não apoio nem um lado nem o outro.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Agora você é descontrolada, ele não vai destratar uma mulher aqui que falar mais uma vez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pode chamar...

Não pode chamar de engavetador, não pode chamar de personagem...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Menos, Menos, Marcos Rogério, menos. Vamos lá, nós dois. Tranquilos os dois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é essa a questão.

Infelizmente, infelizmente...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Infelizmente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Desde o começo estou aqui.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Também os homens são descontrolados nesta CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há homens que são mesmo.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim, muitos, muitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Infelizmente, infelizmente, mas não é assim que se conduz uma CPI.

(*Interrupção do som.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos suspender por dez minutos.

(*Suspensa às 16 horas e 26 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 28 minutos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Presidente, Relator. Acuse a gente disso. Acuse a gente. Chamar uma mulher... Agora, é o perfil do Presidente, Presidente e Relator. E do Presidente da República vai para os níveis abaixo. Do Presidente da República vai para os níveis abaixo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, Randolfe... Omar... Omar... Presidente Omar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Hoje foi... Só teve horrores, viu? É o filho do Presidente ameaçando a CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um machista na CPI. É um machista.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... é o CGU aqui desrespeitando Senadores, petulante, desrespeitando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o pior de tudo isso, Senador Rogério, é o machismo explícito, escancarado aqui na CPI.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso é da natureza deles.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É parte, é *sine qua non*. Eles têm alguma aversão às mulheres. Ficam tensos quando mulher inquire, quando mulher faz questionamento. Eles ficam tensos e se desequilibram.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite uma breve questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – ... pra gente tentar trazer esse debate para um centro produtivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que está muito evidente a postura desrespeitosa e ofensiva do Ministro Wagner Rosário, mas ele não vai resolver essa questão na gritaria. Ele vai resolver essa questão com a força e a imposição que a CPI tem.

Então, eu proponho a V. Exa. que coloque em votação requerimentos que ainda estão pendentes e faça o agendamento de figuras como a Sra. Ana Cristina Bolsonaro e o Sr. Jair Renan. Ou a gente mostra exatamente o que a gente veio fazer aqui, ou a estratégia vai ser essa de tentar desmoralizar o Senado – e não cabe. Então, eu peço que o senhor, com calma, avalie essa situação para que se possa colocar em votação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A postura dele aqui foi justamente descredibilizar a CPI. A postura foi essa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Complementarmente, Presidente, complementarmente ao requerimento verbal do Senador... ao requerimento oral do Senador Alessandro Vieira, também convocar o Sr. Márcio Teixeira, ex-Diretor do Instituto Evandro Chagas, e a reconvocação do Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Requeiro a V. Exa. que, junto aos requerimentos do Senador Alessandro, apresente estes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para V. Exa. me permitir uma comparação. Não sei se V. Exa. me permite. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou às ordens, Sr. Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou lembrar aqui os ex-Ministros que ocuparam a CGU: Torquato Jardim, alto nível; Fabiano Silveira, alto nível; Luiz Navarro; Carlos Higino; Valdir Simão; Jorge Hage; ex-Ministro e ex-Governador da Bahia Waldir Pires. Só para comparar com a figura que saiu daí agora, que não dá para amarrar a bota de um desses que eu falei aqui. É o suprassumo da falta de respeito à pessoa da Senadora Simone Tebet. Ele quis agredir, e à instituição também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu estou fazendo essa comparação para mostrar a qualidade desse Ministro que ocupa hoje a CGU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, eu acho que a gente não deve levar absolutamente... Já chegamos num nível aqui de estresse muito grande. Vamos sair do pessoal, levar para o institucional.

Eu queria aproveitar as falas do Senador Alessandro Vieira, Senador Randolfe, e também solicitar a confirmação do Sr. Danilo Trento. É muito importante a vinda dele a esta Comissão. É um nome que foi citado aqui, várias sessões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Apoiado, Senador. Apoiado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu acho fundamental que a gente possa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Apoiado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... ouvir o Sr. Danilo Trento, que o senhor inclusive já deu uma deixa de que ele deveria vir também. Só queria ratificar isso.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Apoiado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Apoiado, como sempre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A propósito, Sr. Presidente, parece que o Sr. Danilo Trento está pautado para quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que o único momento... Os momentos em que o Ministro perdeu o equilíbrio e passou para a agressão foi no início, que ele já veio com quatro pedras na mão em cima de mim, e depois, toda vez que questionado sobre o Governo Federal. Ele não tem resposta e a forma de ele responder era questionando, era peitando as pessoas, os Senadores, e agora o *grand finale* foi desrespeitando uma mulher. As mulheres para as quais nós abrimos espaço aqui, apesar de alguns não quererem, que muito têm contribuído para a CPI. A nossa solidariedade à Senadora Simone Tebet e às mulheres brasileiras, porque esse é o *modus operandi.* Não é ele, ele é um... Ele, eu diria para você, ele é um cidadão que como disse bem... Você vê que eu não vi, em todas as perguntas, todas as perguntas que o Senador Girão fez a ele foram de uma educação... (*Pausa.*)

A sessão não foi nem... Foi reaberta há muito tempo, rapaz. Estamos aqui discutindo o quê? Abobrinha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a forma como ele conduziu quando era questionado sobre alguma coisa que era... Veja bem, ele abre, ele abre somente dia 22 de junho, após a CPI já ter falado da Covaxin.

Depois, misteriosamente, eles conseguem... A Senadora Simone consegue mostrar o que realmente os membros que trabalham na Controladoria pensavam e o que o chefe a Controladoria, que serve a um senhor, colocou no depoimento. Ele fala na terceira *invoice,* que era verdadeira; nós provamos aqui o contrário.

E, depois, Senadora Simone, por isso a nossa solidariedade à senhora, quando o Senador Girão fez as perguntas para ele, sabe aquele pingue-pongue? O Senador Girão perguntava e ele respondia sem alterar a voz, pelo contrário, com uma educação. Quando o Senador Renan fez os questionamentos, na maioria das vezes, as respostas eram agressivas, "da onde você tirou isso?", não sei o quê, como se ele estivesse, às vezes, inquirindo o Senador, e não o Senador inquirindo a ele.

Por isso, eu peço ao Senador Renan Calheiros que o Sr. Wagner Rosário, a partir deste momento, ele, de testemunha, passe a ser investigado pela CPI e que conste no relatório da CPI aquilo que nós já temos nas nossas conclusões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que a Senadora Simone fez, o que nós temos de datas... As datas são muito importantes. Pode parecer que não, mas as datas são importantes. Em algumas coisas teve rápidas informações; outras, quando não era do interesse, a CGU não teve essas informações. Não ter informações sobre um servidor público que tinha um cargo importante no Ministério da Saúde, como o Sr. Roberto Ferreira Dias, é de outro mundo – de outro mundo. Se é prevaricação, se é omissão, eu acho que só podemos tirar essas conclusões a partir de ele, em vez de ser investigado, se tornar réu. Então, eu peço ao Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ser réu, não... Passe a ser investigado por esta CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu quero comunicar a todos que, na medida da orientação que recebo de V. Exa., eu elevo a condição do Sr. Wagner Rosário para investigado desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem mais nada a tratar, a sessão está encerrada. Já começamos a Ordem do Dia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amanhã, às 10h da manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Otto Alencar, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Fabiano Contarato, Leila Barros, Simone Tebet, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Jayme Campos, Carlos Portinho e Jorge Kajuru. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 54ª, 55ª e 56ª reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Pedro Benedito Batista Júnior**. **Finalidade:** Oitiva do senhor Pedro Benedito Batista Júnior. Oitiva do Pedro Benedito Batista Júnior, Diretor Executivo da Prevent Senior, em atendimento ao requerimento 990/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1536 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Corregedor-Geral da União, Gilberto Waller Júnior, informações sobre a investigação preliminar sumária que culminou com os Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) instaurados contra as empresas Precisa Medicamentos e Bharat Biotech." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1538 de 2021** que : "Requer ao Hospital Sancta Maggiore, da Rede Prevent Senior, a disponibilização do prontuário da Sra. Regina Hang." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1531 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Márcio Roberto Teixeira Nunes para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos n°s 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato da coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Pedro Benedito Batista Júnior, em atendimento ao Requerimento n° 990, de 2021, de autoria do Senador Humberto Costa, que neste momento faz uma questão de ordem ao Presidente.

Eu acato a questão de ordem do Senador Humberto Costa, na qual ele corretamente diz que, quando se estiver questionando qualquer uma das pessoas que estiverem aqui para serem ouvidas, outros Senadores não podem fazer apartes ao Relator. E eu espero, Sr. Relator, que a gente possa conduzir esse trabalho, já que ontem realmente o senhor se estendeu muito, porque muitos Senadores, todas as vezes em que o senhor estava falando, faziam intervenções.

Isso foi prolongando e alguns Senadores deixaram de falar. Então, a questão de ordem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E todos nós acabamos, na prática, prejudicando o nosso querido amigo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu peço aos Senadores e às Senadoras que a gente possa cumprir essa questão de ordem, corretamente feita pelo Senador Humberto Costa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não vamos votar requerimentos hoje. Iremos votar os requerimentos de convocação, novas convocações e de informações, só amanhã. Apenas um requerimento de informação, que eu peço... É aquele requerimento de informação que nós votaremos, só um requerimento. Os outros, nós vamos tratar disso amanhã – novas convocações e, conforme aqui o desenrolar do depoimento do Sr. Pedro Benedito Batista Júnior, também fazer novas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pegue a outra cadeira porque essa é baixa.

Pois não, Senador Otto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Entre os requerimentos de convocação estava prevista a convocação do Ministro da Saúde, mas ele está em quarentena, lamentavelmente, nos Estados Unidos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, a gente deseja que ele se restabeleça o mais rápido possível. Você, que infelizmente teve o covid, sabe que ela é uma doença muito... que a gente não sabe o que pode acontecer no dia seguinte.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ou em horas. Então, seria muita falta de respeito com o ser humano pensar em trazê-lo aqui – nem hoje, nem daqui a 14 dias. Vamos aguardar. Uma coisa é a quarentena que você faz sem adquirir, como muita gente teve que fazer vindo de outros países. Outra coisa é você fazer a quarentena com a doença, como é o caso do Ministro Marcelo Queiroga, que espera...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Veja V. Exa. que os negacionistas da hidroxicloroquina e da azitromicina estão todos lá nos Estados Unidos em quarentena. São dois infectados, e o papelão que o Presidente da República e os seus Ministros estão fazendo nos Estados Unidos. Até porque, Presidente, Sr. Senador Renan, Sr. Senador Humberto, os ministros que foram não discutiram absolutamente nada, nenhum tema a favor do Brasil, foi um passeio pra levar o coronavírus para os Estados Unidos. Por isso estão lá recolhidos, o que é uma situação vexatória, não é? É um vexame enorme que deu o Presidente da República nessa sua ida à ONU.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, duas coisas, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... com a aquiescência de V. Exa.

Eu queria dizer que, amanhã, por ocasião da especificação da pauta, desde já eu queria pedir preferência a V. Exa. para nós votarmos e definirmos a data da convocação do Sr. Luciano Hang. A presença desse senhor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é mais do que recomendável. E eu considero que, da mesma forma, Senador Otto Alencar, que nós não podemos encerrar os trabalhos desta Comissão sem ouvir o Ministro Queiroga...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas não dá mais, porque ele tem que passar 14 dias nos Estados Unidos em quarentena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas eu acho que 14 mais 14...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vai encerrar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é importante ouvi-lo, pelo absurdo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Senador Renan vai se enterrar antes de ele chegar aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele está lá, está confinado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele está confinado. Exportou o novo coronavírus para o Estados Unidos. Exportou!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu coloquei duas questões na ausência de V. Exa., rapidamente.

Uma, que nós não podemos encerrar – e olha que eu quero encerrar, eu já estava com o relatório pronto para apresentar nesta quinta-feira – antes de ouvir o Ministro Queiroga. E, da mesma forma, Presidente, que eu peço seu apoio para nós aprovarmos o requerimento amanhã, peço, portanto, preferência para trazermos aqui o empresário Luciano Hang, pelo papel que ele tem empreendido aí no bastidor desse enfrentamento à pandemia. Nem sempre no bastidor, mas diretamente também.

E há uma outra coisa, Presidente, por que eu peço a compreensão de V. Exa.

No final de semana, um grande jornal nacional publicou, Senador Otto, um artigo assinado pelo Sr. Wálter Maierovitch, que faz críticas ao Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito dizendo que eu não posso criticar a tramitação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados porque, quando eu fui Presidente do Senado, eu agi da mesma maneira. Não é verdade! Não é verdade. O Wálter Maierovitch me conhece – conhece até muito. Eu não fiz isso. Eu arquivei os pedidos de *impeachment* de ministro e recorri da minha própria decisão para o Plenário. Eu fiz a minha parte, eu não me omiti.

O que está havendo na Câmara dos Deputados é que o Presidente, por quem eu tenho grande respeito, infelizmente não despacha os pedidos de *impeachment*. Ele tem que despachar. Se ele for contrário, ele dá um parecer contrário, e aí o Plenário pode recorrer, os Líderes podem recorrer para uma votação nominal; da mesma forma se ele for favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Wálter Maierovitch tem muita raiva de mim, e eu o compreendo, porque, quando eu fui Ministro da Justiça, ele era o Secretário Nacional Antidrogas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Renan, mas tem vacina para raiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – (*Risos.*) Tem vacina para raiva. Tem vacina para raiva.

E eu não tive uma experiência muito boa, porque ele ganhava muito – ele tinha deixado a magistratura –, ocupou o cargo de Secretário Antidrogas como uma "boquinha", para receber mais, e não gostava de trabalhar. Eu cheguei, como Ministro, a dizer ao Presidente: "Olha, Presidente, esse aqui não dá para trabalhar comigo de jeito nenhum, porque ganha muito, trabalha pouco e não gosta de vir aqui".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento 1.536.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1536, DE 2021

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Corregedor-Geral da União, Gilberto Waller Júnior, informações sobre a investigação preliminar sumária que culminou com os Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) instaurados contra as empresas Precisa Medicamentos e Bharat Biotech.

Autoria: Senador Omar Aziz

Em votação o requerimento.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os outros requerimentos de convocação e de informações estão pautados para amanhã. Antes de a gente iniciar a reunião, a gente discute os outros requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aprendi uma coisa: entre amigos e familiares, nós não discutimos questões na frente de ninguém. Então, depois a gente conversa, Senador Renan; agora, não. (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – (*Risos.*) Está bem, Omar. **O SR. PRESIDENTE** (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

Tem uma decisão liminar do Ministro Ricardo Lewandowski, no Habeas Corpus nº 206.603, nos seguintes termos:

> Em face do exposto, concedo, em parte, a ordem de *habeas corpus* para que, não obstante a compulsoriedade de comparecimento do paciente à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Pandemia da Covid-19, na qualidade de testemunha, seja a ele assegurado: (i) o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que, a seu juízo, possam incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado permanecer silente ou faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrigados nesta cláusula;

Quero avisar ao Dr. Pedro que o nosso entendimento é muito subjetivo sobre isso. Nós temos um entendimento de que há questões mesmo que possam comprometê-lo, mas aquelas que a gente achar que não, nós pediremos que o senhor responda.

> (ii) o direito a ser assistido por advogado durante todo o depoimento; e (iii) o direito a ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão ou de processo [...].

Só não têm o inverso esses *habeas corpus*. Senador pode ser esculhambado que não tem problema nenhum, eu não posso mandar prendê-lo, como foi o caso de ontem. Uma mulher ser desrespeitada aqui e a gente não pode fazer nada, ser destratada. As mulheres hoje têm um papel importante na sociedade, principalmente as mulheres que estão na CPI. Elas têm tido um papel determinante nas nossas investigações, Senador Renan. O senhor sabe da contribuição que a Senadora Simone, a Senadora Soraya, a Senadora Leila, a Senadora Eliziane, e muitas vezes a Senadora Zenaide, que entra pelo vídeo. Então, aqui o nosso respeito às mulheres, em nome da Líder da Bancada Feminina, Senadora Simone Tebet, que tem dado uma contribuição importante para o País neste momento. E todas aquelas pessoas que têm dado essa contribuição, vez em quando, são desrespeitadas. A Senadora Simone nunca faltou com respeito com nenhuma pessoa que veio aqui ser ouvida; pelo contrário, ela é firme e traz fatos para mostrar quando ela está fazendo o questionamento. Ela não tira da cabeça dela os questionamentos que faz. Então, ontem tivemos a oportunidade de ser solidários a ela, e voltamos a ser solidários. Em nome da Senadora Simone, todas as mulheres brasileiras têm a nossa solidariedade, porque o que aconteceu aqui ontem – não nesta sala, foi na outra sala – se tornou corriqueiro dentro desse Governo, é uma coisa normal, uma coisa muito normal. A gente sabe muito bem que, quando o chefe faz, o subordinado também se acha com o direito de fazê-lo. Isso acontece em qualquer lugar. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre... O dono de uma loja, se chega às 6h da manhã, os seus funcionários chegam à 6h da manhã. Se ele chega às 10h, ninguém vai chegar às 6h, vai chegar às 10h. Se o dono da quitanda fala, o funcionário repete. E isso nós estamos vendo aí em parte, alguns membros do Governo terem esse mesmo tipo de comportamento em relação principalmente às mulheres. Então, a Senadora Simone continua firme aqui com a gente, altiva, como sempre, representando muito bem seu Estado do Mato Grosso e principalmente as mulheres brasileiras nesta CPI.

Eu vou perguntar a V. Sa.: promete...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, pela ordem, se permitir apenas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Como mulher, como cidadã, como mãe, para mim isso é página virada, mas, como Líder da Bancada Feminina, é preciso que esse episódio venha a público pelo menos no caráter educativo. E aqui eu não quero nem falar do episódio que aconteceu, da fala infeliz do Ministro – eu o chamei de controlador-geral da República e não de Corregedor-Geral da República, talvez esteja aí a razão do descontrole dele, foi nesse momento que ele reagiu –, mas para que eu possa fazer aqui um reconhecimento a esta Casa, o Senado Federal, pela solidariedade de praticamente todos os Senadores da República.

Ontem, em rede nacional, o Senado Federal se engrandeceu. Nós vimos os Senadores todos que estavam aqui fazendo a defesa da mulher brasileira, dizendo que, aqui não, esperem aí, aqui se respeita a mulher como uma igual, detentora de direitos e também de obrigações, nem mais, mas também não menos. E isso é importante, Sr. Presidente, porque estávamos em rede nacional. A classe política já é tão criminalizada por toda a sociedade que é importante reconhecer: foi espontâneo, foi automático, foi em coletivo. Começou pelo Senador Otto, passou pelo Senador Rogério, pelo Senador Renan, como Relator, e por V. Exa., que teve uma postura firme e decisiva como Presidente. Então, eu preciso, nas pessoas de todos que mencionei, de Jean Paul e de Randolfe, eu gostaria aqui de dizer que as mulheres brasileiras se encontram muito bem representadas nos seus Estados pelos Senadores da República.

Aí fica apenas, em caráter educativo, algo que é importante dizer. Há uma palavra específica, Senador Renan... Eu brinco assim: quando no embate político, podem nos chamar de feias, de gordas, de velhas, a gente sabe se defender disso tudo, mas é histórico que a mulher, quando resolveu sair de casa, ela foi, por quase um século – Humberto, médico, e Otto, também médico, podem lembrar disso –, quando se insurgiu contra o fato de que, para trabalhar fora, precisava de autorização expressa do marido, para poder casar precisava de autorização do pai, quando a mulher começou a buscar espaços de poder, ela começou a ser taxada de histérica, louca, descontrolada, e até pouco antes do século passado nos internavam em manicômios. Então, é importante dizer que essa palavra não vem à toa, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está no inconsciente daqueles que ainda acham que mulheres são menores, são inferiores. Então, essa palavra nos toca muito fortemente.

Não agridam a mulher de forma alguma, mas à mulher que está empoderada, à mulher que sai para o ambiente de trabalho, à servidora pública, à profissional liberal, à professora, à médica, à advogada, à Vereadora e à Senadora da República, a essas mulheres que são porta-vozes de outras mulheres, jamais digam que, quando elas elevam a sua voz, elas são histéricas ou descontroladas. Não. Elas exercem o seu papel com firmeza, com o dever que têm de defender todas as outras mulheres, muitas vezes oprimidas no Brasil.

Desculpem por este discurso, mas é que V. Exa. é o grande responsável por ele, porque V. Exa. é que nos deu voz e nos deu vez nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero aqui responder à Senadora.

Senadora Simone, eu convivo com a senhora há quase 7 anos aqui no Senado. Se tem uma coisa que a senhora não é, é descontrolada; pelo contrário, a senhora tem um equilíbrio fantástico. Debates enormes dentro do Senado Federal que já participamos e a senhora sempre manteve o equilíbrio, até porque tem uma história e uma formação. Esse equilíbrio não vem da sua presença no Senado, esse equilíbrio vem da sua formação jurídica, vem da sua formação como filha e vem da sua formação durante a vida.

E aqui a senhora contribui muito – muito mesmo! – na CPI. Não foi uma vez, nem duas vezes a sua grande contribuição que nos deu. E, se eu puder lhe dizer, repetiria mil vezes tudo que nós fizemos até agora, e queria contar sempre com a ajuda das Senadoras, que estão sempre presentes.

Ontem a Senadora Leila foi uma gigante aqui também. A gente não pode falar que foi unanimidade dos Senadores porque não foi, não é? Tiveram pessoas tirando, fazendo chacota quando a senhora foi agredida, de gente aqui gritando: "Isso é um circo, é um circo!". Veja bem, é um circo realmente chamar uma senhora, uma Senadora da República... Independentemente, a senhora podia ser... Qualquer profissão digna que a senhora tivesse, nunca poderia ser ofendida por ninguém. Nenhuma mulher merece ser ofendida dessa forma como a senhora foi. Mas tinha aqui, infelizmente... Não foi unanimidade a solidariedade da senhora, não foi. Eu não quero aqui citar nomes, pelo contrário, que se aproveitaram daquele momento, querendo aparecer, gritando, falando coisas. E a Senadora Leila, naquele momento, fez o papel dela, coisa que eu não estava vendo porque estava um tumulto tão grande aqui ao meu lado e eu não estava enxergando. Fui ver depois.

Mas passo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Não, Presidente, é só pra contribuir e também lembrar que a Senadora Simone Tebet tem uma postura aqui altamente equilibrada e de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

conhecimento jurídico inegável – sempre se colocou tecnicamente, não é? Eu acho que o tal do Wagner Rosário teve o momento mais infeliz da vida dele. Nós tivemos que realmente repudiar. Ele depois pediu desculpas, mas se portou naquela hora, naquele momento, como uma pessoa deseducada – ele sem nenhum conhecimento pra responder tecnicamente à Senadora Simone Tebet.

Mas é da Bahia, Presidente, a música que mais homenageia as mulheres, do meu conterrâneo Gilberto Gil. Não sei se V. Exa. já ouviu? Não sei se O Super-Homem, a Canção, V. Exa. já ouviu ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu queria que o senhor cantasse para a gente. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu já o vi aqui nesta sala, Senador Otto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Uma nota musical...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, eu vi aqui nesta sala, em uma audiência pública, V. Exa. tocar berimbau como poucos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É sério! É verdade!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, eu toco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, porque o Otto é compositor. Para quem não sabe, o Otto é uma pessoa que faz composições, é uma pessoa que...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Baiano que não joga capoeira no Terreiro de Jesus com Bimba não é baiano. Então, berimbau a gente toca, e atabaque. Mas a Simone deve conhecer a música Super-Homem, a Canção, de Gilberto Gil, de quem eu sou o maior fã e o considero talvez um dos maiores do Brasil e da Bahia ao lado de Caymmi e Caetano. Então, ele fez essa música, que eu acho uma pérola pra definir a força da mulher brasileira neste momento – não é? –, este momento de contemporaneidade que nós estamos vivendo e que tem a representação grande aqui no Senado Federal.

Era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cadê a Senadora Eliziane? Bota aqui para mim, por favor. Eu vou colocar, pela ordem, a Senadora Eliziane, que está querendo falar pelo Zoom.

Senadora Eliziane com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia, colegas (*Falha no áudio.*)...

Presidente Omar, eu entro aqui apenas pra trazer também a minha solidariedade à nossa Líder Simone Tebet. E eu não diria a minha indignação, mas a minha revolta – não é? –, porque o que a gente acompanhou ontem, Presidente, é algo inaceitável, é algo inadmissível!

Nós temos um estudo que mostra que as mulheres são duas vezes mais interrompidas dos que os homens nos debates. Então, chamar a mulher de descontrolada, a palavra "calma", "histérica"; são falas que durante gerações nós mulheres ouvimos no dia a dia. Uma fala misógina, uma fala machista, uma fala inaceitável.

Eu quero também deixar o meu registro, a minha solidariedade à Simone. Hoje a entrevista disse isso: o ataque do Ministro não foi só à Simone; foi a mais de 50% da população brasileira; foi a 12 Senadoras. Mas não é um grito, não é uma palavra, não é nada que vai nos fazer calar, que vai nos fazer recuar. Nós estamos aqui, mais firmes do que nunca, participando ativamente da CPI; participando ativamente, fazendo valer as nossas prerrogativas.

E, Presidente, ao senhor eu quero mais uma vez aqui reafirmar o meu respeito e lhe dizer que hoje nós temos direito a voz na CPI, hoje nós temos atitudes, ou melhor, participação mais ativa, com espaço de fala na CPI, graças à sua decisão, que, de forma preliminar, foi uma decisão individual. V. Exa., como Presidente, de forma imediata, sem titubear e sem consultar ninguém, assegurou o nosso direito de fala. Tanto que a sua atitude acabou trazendo aí uma certa inquietação de outros colegas, que depois tiveram que admitir a sua posição, porque é exatamente a posição correta, a posição de apoio às mulheres na igualdade. E, nos momentos mais importantes desta CPI, nós tivemos a presença feminina. Nós tivemos a atuação feminina, dentre elas a da nossa Líder Simone Tebet, que é uma mulher que orgulha a todos nós, que é a nossa grande Líder, uma pessoa que é referência internacional.

Então, Presidente Omar, parabéns ao senhor e muito obrigada. Eu digo muito obrigada porque, infelizmente, nem todos os líderes, nem todos os homens, nem todo mundo que está na condução tem a compreensão e a sensibilidade feminina que V. Exa. tem em relação às mulheres.

E parabéns, Simone! Vamos lá, firmes e fortes. A cada grito, a cada tentativa de recuo, a gente avança mais cinco, dez passos. Que Deus abençoe a todas nós!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Senador Girão, e depois eu vou ouvir o nosso depoente.

Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Paz e bem! Paz e bem, Senador Presidente Omar Aziz, Relator, depoente de hoje, todos os colegas.

Eu estava ouvindo atentamente as manifestações. Ontem foi mais um dia triste. Mais um dia em que, infelizmente, nós – quando eu digo nós, eu falo todos nós, me incluo também – não demos uma boa referência, um bom exemplo à população brasileira a partir desta CPI.

Eu gosto sempre de citar grandes pacifistas e humanistas para espelhar um pouco do aprendizado deles. Em momentos de turbulência, cada vez mais a gente precisa fazer isso. Mahatma Gandhi, para mim, além de um grande ser humano de luz, é um líder político em que, com todas as minhas limitações e imperfeições, eu procuro me espelhar. E ele dizia o seguinte: "No olho por olho e dente por dente, a humanidade vai acabar cega e sem dentes". O que a gente viu ontem, pelo menos... Respeito quem pensa diferente, mas acompanhei atentamente. Fui o primeiro a chegar à Comissão ontem, porque o requerimento do Ministro Wagner Rosário foi de minha autoria – e eu agradeço ao Presidente por tê-lo convocado, marcado a data, o que eu vinha cobrando há muito tempo –, mas o que eu vi ontem foi um espetáculo de agressividade, inclusive a partir de nós, Senadores, também. Ele foi provocado do início ao fim. É claro que um erro não justifica o outro. Ele se excedeu com a nossa colega, Senadora Simone Tebet, errou, mas a gente precisa compreender que nós precisamos aqui ter mais respeito com as pessoas que vêm depor, não ficar induzindo respostas, colocando palavras na boca das pessoas. Quantas vezes o Ministro Wagner Rosário, de forma firme, chegou para o Relator e disse: "olha, eu não falei isso". Repôs. Então, eu acho que isso o foi enervando, a chegar ao ponto de se contar a história, que eu acho que foi a gota d'água, que eu acho que entrou no lado pessoal – eu acho que a gente tem que respeitar, por mais que a gente tenha divergências –, a questão do Graciliano Ramos, aquela história, eu acho que pegou de uma forma, numa escalada de agressividades, depois de "engavetador-geral", depois de moleque, depois nós começamos a entrar num sistema que aí perdeu o controle completamente. A única coisa que a gente podia fazer naquele momento ali foi tentar orar um pouco, porque o clima estava muito pesado, e equilibrar. Mas aí a vaca já tinha ido pro brejo. Eu espero que a gente possa mudar o rumo.

Aí eu cito outro grande pacifista, que é o Chico Xavier, brasileiro. Ele diz o seguinte: embora a gente não possa voltar atrás e começar uma nova história, a gente pode, a partir deste momento, qualquer um, construir um novo fim. Que esta CPI possa largar um pouco as agressividades, hostilidades, o desrespeito, os abusos, e possa tratar as pessoas de forma respeitosa. A regra da boa convivência é o respeito.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Presidente Omar, agradeço pela oportunidade. Estou chegando um pouco atrasado, mas eu não poderia deixar, de maneira alguma, até para que eu pudesse dormir tranquilo e de acordo com minha consciência, de prestar minha inteira, radical, total solidariedade à minha querida amiga, Senadora Simone Tebet.

Conheço a Senadora Simone Tebet há muitos anos, antes até de entrar aqui no Senado, mas desde os seus primeiros passos aqui no Senado tive a oportunidade de conhecer uma das personalidades mais íntegras e corajosas que entraram e trabalharam aqui nesta Casa. Quando eu falo corajosa, não é coragem física, é coragem de se expor, mesmo que contra interesses mais diretos, políticos, eleitorais, dando supremacia a seus valores em relação a qualquer outro interesse.

Já vi a Senadora Simone, em determinados momentos, mesmo que pudesse vir a ser prejudicada do ponto de vista eleitoral naquele momento, colocando suas verdades e seus valores. Então, se tem alguém aqui que merece ser louvada por sua coragem e ética, é a Senadora Simone Tebet. E a agressão que nós vimos ontem – e já vimos aqui a manifestação de vários Senadores e Senadoras – não só atinge todas as mulheres, mas atinge esta Casa, porque se tentou, de uma maneira chula, de uma maneira ordinária, de uma maneira canalha até, atingir a imagem da nossa grande e inspiradora amiga Simone Tebet.

Por essa razão, eu queria dizer, Presidente Omar, que, dentre os males que nós levantamos aqui do Presidente da República, dos seus assessores, de seus asseclas e seus bajuladores, talvez o principal mal seja espalhar no Brasil, como referência que devia ser, em vez da dignidade, a boa educação, o comportamento, a compostura, ele está dando o exemplo e espalhando para o Brasil, primeiro através da sua assessoria mais próxima, a falta de educação, a grosseria, a hostilidade, a falta de civilidade no trato com as pessoas neste País, o que se reflete em todos os níveis da sociedade brasileira.

Portanto, Presidente, eu queria deixar registrado isso e queria lhe agradecer pela oportunidade de me expressar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui passar à Senadora Zenaide, que está pedindo a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor puder me inscrever também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E quero aqui, antes de passar para a Senadora Zenaide, dizer que a postura da Senadora Leila ontem foi importante. Para a Senadora Leila, aliás, isso aqui é fichinha, porque ela já teve muitos embates em quadra, embates que deram muito orgulho para todos nós brasileiros. Ontem você me orgulhou muito, Senadora Leila, a todos nós, enquanto nós estávamos aqui num debate que não foi provocado por nós. Desde o primeiro momento, desde a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira fala, eu fiquei quieto para não criar, já no início, Senador Girão, eu me contive bastante para não... Engoli aquilo para que não dissessem: "O Omar que vai acabar com esta reunião". Eu poderia, no primeiro momento, já ter reagido às palavras do ministro, porque ele já veio preparado para isso, para que depois pudesse fazer o discurso de que era um circo, que não sei o quê...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, Senador Girão, infelizmente, os grandes pacifistas do mundo morreram tragicamente – Gandhi e Lennon, por exemplo, tiveram mortes trágicas, infelizmente. E o que nós vimos aqui ontem ou foi um negócio muito bem armado, já preparado para afrontar todo mundo... Porque é uma prática, não é dele, isso é um...

O que ficou, Senador, foi uma coisa... O que mais machucou, e vai marcar para o resto da vida o cidadão que estava aqui ontem, foi a Senadora Simone ter separado o joio do trigo, ter separado os verdadeiros servidores da Controladoria-Geral da União, que fazem o seu trabalho, que muitas vezes chega à mão do chefe e o chefe faz de conta que não vê, dos que não conseguem fazer. Então, ela separou muito bem o cidadão que estava aqui sentado dos outros membros da CGU.

Não é a CGU, é um membro só, que, aliás, foi nomeado pelo Temer, se você não sabe. Não foi nomeado pelo Bolsonaro, já vinha do Temer. Então, quero deixar claro isto para aqueles que o estão defendendo: o Controlador-Geral da União não foi nomeado pelo Bolsonaro, foi nomeado pelo Presidente Michel Temer. Aliás, foi o único membro do Governo Temer, de primeiro escalão, que ficou. E a postura dele não é diferente da postura do Ministro Queiroga, que, afrontado, mostra o dedo do meio, que, no meu Estado, é chamado de cotoco. Não é diferente, não! Aquele cotoco que o Ministro deu, ele mostrou o dedo do meio... Lá tinha mulheres, tinha homens, podia até ter criança. Ele não olhou para mim e deu um cotoco; ele olhou para várias pessoas e deu o cotoco, e havia mulheres lá. E isso é uma prática corriqueira.

Eu digo: eles são pobres, do ponto de vista de achar que isso vai ficar melhor para o chefinho deles. Não vai ficar, não! Porque a história deles vai ficar aqui, esse momento. O Governo vai passar, mas essas pessoas vão ficar.

Ontem V. Exa. teve um comportamento equilibrado, como sempre. V. Exa. é uma pessoa que tem... Você sabe que eu tenho um carinho muito especial por você. Você comunga de uma questão elevada, espírita, que eu respeito muito, mas não foi o mesmo comportamento de outros colegas aqui. E não eram...

Se fosse eu a ser atacado, tudo bem, mas era uma Senadora. Não é um circo! Não pode ser um circo! Ninguém pode dizer a uma Senadora, a uma mulher... E não vou falar de uma Senadora, não, porque uma Senadora é forte. Há mulheres que não têm representatividade política, como tem a Senadora Simone, mas têm uma representatividade familiar maior do que a de muitas que têm cargos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletivos. Ela não pode ser chamada de desequilibrada porque se contrapõe a um homem. É muito fácil a gente dizer: "Tu tá doida, tu é louca, tu é isso, tu é aquilo". Vamos ser sinceros: nós evoluímos nesse pensamento, mas ainda há pessoas que governam este País, que estão no Governo, que involuíram em relação a isso. E não é só em relação a mulheres, não; é em relação a homossexuais, em relação à cor, em relação à religião.

Ontem nós assistimos ao Presidente. Nós atrasamos, Senador Girão, o início da sessão porque o Presidente do Brasil iria falar. Independentemente de discordarmos ou não dele, de concordarmos ou não com ele, era o nosso representante lá, o representante de todos nós. O que estava ali era a nossa bandeira, era o verde-amarelo, mas não o verde-amarelo que ele acha que é de propriedade dele. Eu sou patriota como ele é, mas não preciso estar vestindo verde-amarelo para dizer que sou patriota, que gosto do Brasil, o Renan também não precisa fazer isso.

Então, nós estávamos ali torcendo por ele, para que ele fizesse um papel que nos orgulhasse fora do Brasil. Infelizmente, ele preferiu não falar para a Nação brasileira, ele preferiu falar para os seus seguidores. E aí, Senador Girão, há um retrocesso. Nós já ouvimos vários ex-Presidentes na ONU; eu já vi o Collor na ONU, eu me lembro do Fernando Henrique na ONU, me lembro do Lula na ONU, me lembro da Dilma na ONU; e agora eu tenho a segunda... No ano passado, você sabe que a ONU não teve reunião presencial, foi via videoconferência...

E aí tirem as suas conclusões, porque eu já estou batendo na mesma tecla.

Senadora Zenaide, por favor. Depois o Senador Randolfe, e nós vamos começar a sessão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero já agradecer aqui de antemão ao Presidente Omar Aziz e dizer que ele nos orgulha, deu oportunidade às mulheres e sempre faz questão de nos ouvir.

E quero dizer aqui que a nossa Simone Tebet, nossa Líder, tem toda confiança da gente, foi escolhida pela gente pela experiência, pela serenidade. Infelizmente quem partiu para o ataque, quando viu que estava mentindo, porque a Simone tinha provas escritas cabais, foi o Ministro da Controladoria-Geral da União. Isso nos causou espanto. E está aí: agrediu a Simone – que eu concordo também, independentemente de Simone ser uma representação feminina que orgulha a todas nós – e agrediu todas as mulheres – se você discorda de algo que está errado, é você que é desequilibrado.

Mas eu queria aqui, Sr. Presidente, chamar a atenção para o discurso do Presidente ontem. Aos colegas conselheiros do Conselho Federal de Medicina: o Presidente terceirizou já a responsabilidade pela compra e o extensivo uso de medicamentos não aprovados cientificamente, sem efeitos efetivos. Ele já disse que o Conselho Federal de Medicina aprovou isso em nome de uma autonomia médica. Otto, colega médico, dificilmente esse Presidente não vai ser condenado, nem que seja por extermínio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de pessoas, porque ele continua com essa mesma opinião, mas ele já está terceirizando, Relator, ao Conselho Federal de Medicina – chamo atenção porque é o meu conselho, eu sou médica. Discordo plenamente, porque médico não tem autonomia para fazer o medicamento que quiser sem a ciência. O curso de Medicina é ciência. A gente estuda ciências. Senão, não tinha nem curso, porque todo mundo ia sair aleatoriamente medicando e matando as pessoas.

E quero dizer o seguinte: o Presidente já vai dividir a culpa da omissão e da ação de, em vez de comprar oxigênio, *kit* intubação, estar comprando *kit* de medicamentos sem eficácia terapêutica comprovada – e continua. Então, que o Conselho Federal de Medicina se prepare, porque ele vai terceirizar, sim; ele já deu a entender isso no discurso de ontem, nas entrelinhas: "...apoiado pelo nosso Conselho Federal de Medicina". Houve o uso de drogas sem eficácia terapêutica matando gente em Manaus, matando gente agora, como a gente viu, em hospitais no Rio de Janeiro – em São Paulo, aliás. E não tem como ele escapar disso, não tem, mas ele vai querer terceirizar uma parte, o que é típico dele.

Simone, nosso abraço, conte com a Bancada Feminina! Apesar de a gente estar em menor número, somos a segunda maior bancada, Omar. E virá mais uma aí, eu estou sabendo, pelo menos por um mês, no lugar do nosso Senador Confúcio. Que seja bem-vinda!

Obrigada, Omar! Obrigada a esta CPI! Não tenham dúvida de que quem está nesta CPI já salvou muitas vidas e já impediu que recursos públicos fossem usados em benefício próprio nesse esquema – e não tem como não ser provado que existia esse esquema.

É muito... Eu ouço as pessoas.

Outra coisa, para os Senadores que dizem que nós somos agressivos: pelo contrário, nós somos serenos, porque o que a gente vê aqui de pessoas que vêm mentir, que mentem diante de provas concretas e continuam insistindo em mentir... A gente está tendo é muita paciência com isso, a gente aqui não desrespeitou ninguém.

Agora, a nossa colega... Ontem o Presidente Omar Aziz foi desrespeitado e teve paciência, mas, quando Simone mostrou os papéis, ele perdeu o controle totalmente.

Então, parabéns Simone! Parabéns a essa equipe toda! Os membros desta CPI me orgulham muito, porque têm defendido muitas vidas. As pessoas estão descobrindo que seus familiares podiam não ter morrido se o Governo tivesse adotado a conduta correta. Houve extermínio, e é difícil provar o contrário, houve o extermínio das pessoas que morreram e que não deveriam ter morrido, eram mortes que poderiam ter sido evitadas.

Então, parabéns e obrigada, Presidente, por me dar esta oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigada, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe, Senador Contarato e Senadora Leila. Depois eu vou começar a sessão – por favor, tá?

Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente e Sr. Relator, o triste episódio de ontem, em primeiro lugar, nos mostra o quanto estamos falhando enquanto sociedade.

O triste episódio de ontem revela a formação de uma sociedade machista, patriarcal, preconceituosa. O ataque de ontem foi de um membro do primeiro escalão do Governo Federal, de um membro do primeiro escalão, de um Ministro de Estado, e não foi um ataque somente à Senadora Simone, foi um ataque a todas as mulheres brasileiras. Foi um ataque, Sr. Presidente e colegas, a um membro do Senado Federal.

É preciso destacar, primeiro, que o episódio triste de ontem nos revela o quanto temos que avançar enquanto sociedade, precisamos superar traços patriarcais e machistas. É importante destacar, Senador Otto: quantos machos questionaram o Ministro antes com a mesma firmeza e as mesmas palavras duras da Senadora Simone? Quantos machos fizeram o questionamento?

Por que o ataque? Por que o – abro aspas – "descontrolada" – fecho aspas – do Sr. Wagner do Rosário foi somente à primeira mulher que o questionou?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – "Totalmente descontrolada."

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que o – abro e fecho aspas – "totalmente descontrolada"? Foi só a primeira mulher que se descontrolou, foi a primeira mulher que o atacou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi só isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ...que o questionou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ...não foi só o "totalmente descontrolada": ele insinuou que a Senadora Simone era burra, mandou a Senadora Simone ler de novo. Foi pior ainda, Senador Randolfe: disse "leia de novo", chamando a Senadora Simone de burra. Não disse diretamente, mas insinuou quando pediu pra ela ler novamente. Então, o primeiro ataque foi esse, e o segundo foi esse de que V. Exa. está falando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E esse segundo aconteceu sabem por quê? Porque foi a primeira mulher que o questionou, foi a primeira mulher a questionar e se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar em uma posição... O que um macho autoritário, o que um machista não aceita é uma mulher diante dele em posição de firmeza, é uma mulher diante dele questionando. Esse é um traço...

O que se mostrou ontem foi um traço presente na sociedade, mas, lamentavelmente, reproduzido pelo Governo da República e por seus ministros. Não adianta vir com desculpinha depois no Twitter, porque desculpinha do Twitter não mascara o machismo intrínseco presente nas atitudes do Presidente da República e dos seus filhos.

E hoje pela manhã, Senador Renan, um deles – como o senhor já disse muito bem certa vez, parece que não deram educação pra eles em casa – reitera o ataque à Senadora Simone, reitera o machismo. Um deles reitera o machismo, reafirma... Qual seria o papel do Governo brasileiro, qual seria o papel de um governo da República? Era, primeiro, dar cabo ao que diz o art. 5º da Constituição: tratar os desiguais desigualmente na medida que se igualam. É isso que diz o princípio da igualdade jurídica do art. 5º da Constituição.

As mulheres nesta Casa estão sub-representadas. Há uma valorosa Bancada Feminina, mas ainda são sub-representadas proporcionalmente ao número de mulheres que temos na sociedade. E o que faz o Governo do nosso País? Em vez do apoio às ações afirmativas para a construção de uma sociedade de igualdade, em vez do respeito, nós vimos ontem um festival de falta de educação parecido com o que o Presidente...

O que nós vimos ontem, Presidente Omar e Senador Renan, foi a reprodução de Bolsonaro na ONU. O Bolsonaro da ONU tinha um bolsonarinho aqui, tinha um bolsonarinho aqui. A falta de educação, a vergonha que passamos na seara internacional teve uma reprodução aqui com o machismo intrínseco, Senador Girão, presente na sociedade brasileira, que deveria ser superado, inclusive por ações afirmativas do Governo da República. Nós vimos a reprodução aqui do machismo intrínseco!

Presidente e colegas, além do ataque ao nosso pacto civilizatório, que temos visto reiteradamente, que nos funda enquanto Nação, o que nós vimos ontem foi um ataque ao Senado da República e à instituição Senado Federal. Colegas Senadores, Senador Heinze, Senador Girão – não sei se o Senador Marcos Rogério está aqui –, colegas Senadores de todas as posições partidárias: diante do machismo, não se pode ter posição partidária. Tem algumas coisas na vida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem algumas coisas na vida, meu Presidente, que não têm dois lados. Diante do machismo, não tem dois lados, só tem um: é combater o machismo. Em relação à vida, não tem dois lados: é defender a vida e não defender a morte. Em relação à democracia, à liberdade, não tem dois lados, só tem um: é defender a democracia. Diante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

de um ataque a uma instituição que, com todas as suas vicissitudes, é melhor aberta e funcionando do que fechada, como já dizia Ulysses Guimarães, Senador Tasso, diante de um ataque a um membro desta instituição, como o ataque à Senadora Simone Tebet, não tem, para nós colegas Senadores, dois lados. Antes de falar qualquer coisa é se solidarizar com a Simone Tebet, é condenar o machista. Um dos espetáculos mais tristes, colegas Senadores, que eu vi ontem... E aqui eu quero realçar e destacar a Senadora Leila, a coragem de Leila Barros. Ela não é uma heroína só das quadras brasileiras, não. A coragem dela ontem. Uma das cenas mais tristes que eu vi ontem, e foi refutada e repelida por Leila, foi colega Senador, enquanto todos os demais reagiam em solidariedade a Simone, fazer coro com machista – fazer coro com machista! Ainda bem, despercebidos que nós estávamos, teve a valentia e a coragem de Leila Barros para vir aqui gritar um sonoro "não" ao machismo. Um sonoro "não" ao machismo!

Então, colegas Senadores, tem coisa que não tem dois lados. Quando ocorre o que aconteceu ontem, só tem um lado possível: a solidariedade, o repúdio, refutar o ataque. Diante do que aconteceu ontem, só tem um lado: a indignação, porque, se não se indignam quando um Senador da República ou uma Senadora da República – e principalmente uma Senadora da República! – é atacada, preferem o coro daqueles que querem fechar o Supremo Tribunal Federal, que querem fechar Parlamento, que querem fechar a democracia, que querem fechar as liberdades individuais, que querem fazer luz ao machismo.

O Brasil, Sr. Presidente, e meu colega Senador Renan Calheiros, Relator desta CPI, é muito melhor do que isso que está aí. Esse pesadelo que nós estamos vivendo vai acabar! Eu tenho certeza de que vai acabar. Esse país do machismo, dos ataques autoritários, esse país da falta de educação e da cultura da falta de educação, eu tenho muita fé e esperança que vai ser superado.

Um país que lamentavelmente... Um país, uma das dez economias do planeta. Um país que fundou as Nações Unidas, Senador Tasso. Nós somos, através de Oswaldo Aranha, fundadores das Nações Unidas. Talvez o Sr. Presidente da República não saiba por que ele foi o primeiro a discursar ontem, não. Mas é bom que ele saiba: ele foi o primeiro a discursar pela tradição da nossa diplomacia. O Brasil, através de Oswaldo Aranha, foi um dos primeiros signatários da Carta das Nações Unidas.

Aí a gente vê, em Nova York, um espetáculo deprimente. Conclui o espetáculo deprimente, no dia de ontem, com qual passagem, Senador Omar, Senador Renan? Com lamentavelmente... E eu quero aqui desejar pronta recuperação ao Ministro da Saúde. Mas, lamentavelmente, com ele sendo infectado por covid. Talvez a cena da pizza na calçada do restaurante já indicasse que isso fatalmente iria acontecer. Talvez, não seguir os protocolos sanitários de um país estrangeiro, e se utilizando das prerrogativas e dos privilégios diplomáticos, apontasse que isso iria acontecer.

Mas, Senador Renan, sabe o que foi mais grave que isso? Mais grave que isso foi uma apoiadora do Presidente comentar o seguinte: "Que ironia, Ministro. Seguiu todos os protocolos, vacinou com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coronavac, usa máscara o tempo inteiro e foi contaminado. O Presidente não se vacinou, não usa máscara, estava ao lado dele e não pegou". Eu não sei se o Presidente não foi vacinado, porque ele deu um sigilo de 200 anos, e não sei quantos anos para o cartão de vacina dele, 100 anos, não sei quantos. Então, não sei se ele foi vacinado ou não foi. Mas ela disse isso.

Agora, sabe o que é vergonhoso... E aí eu reitero: quero desejar pronto restabelecimento do Ministro Marcelo Queiroga, porque esta CPI não pode terminar sem ouvi-lo. Enquanto... Que o Marcelo Queiroga venha para cá, seja tratado – e não seja tratado com cloroquina, por favor, que utilize as recomendações da Medicina e da ciência –, se recupere, se recupere para estar aqui, bem, vibrante. O grave disto, Senador Humberto, é que o Ministro reproduziu esse comentário no Instagram dele, atacando vacina a esta altura do campeonato, Senador Tasso! Espetáculo triste e deplorável que vivemos na seara internacional, que não podia ter um fecho mais lamentável que esse.

Concluindo, Sr. Presidente, é só pedir para V. Exa., no momento mais adequado, colocar em apreciação o Requerimento 1.531, de convocação do Sr. Márcio Teixeira, ex-Diretor do Instituto Evandro Chagas, no Pará, e o de reconvocação do Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há vários requerimentos. Eu disse que, amanhã, nós votaremos os requerimentos. Então, há pedidos de requerimento do Senador Alessandro, de V. Exa., Senador Randolfe, e de outros Senadores. No início, eu falei que a gente vai votar requerimentos amanhã só.

Senador Contarato e Senadora Leila, por favor, para a gente começar, pois o nosso convidado já está há bastante tempo aqui.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, eu também quero fazer coro da solidariedade à querida Senadora Simone Tebet e a todas as mulheres brasileiras, mas eu quero também aqui, Sr. Presidente, falar que o que nós vimos aqui ontem é uma digital deste Governo Federal. Ele já chegou ao ponto de falar que ele tem cinco filhos, quatro homens, e que, na quinta, ele fraquejou, veio uma mulher. Esse é o nível do Presidente que nós temos. Ele chegou a afirmar que ele não contrataria homens e mulheres com o mesmo salário e que mulheres devem ganhar menos, porque engravidam. Sexista! Homofóbico! Chegou a afirmar que, se você tiver um vizinho *gay*, o seu apartamento desvaloriza. Afirmou também que o índio está cada vez mais parecido com a gente, está se humanizando e que não pode ficar retido numa reserva como se fosse um zoológico. Chegou a dizer – racista, racista! – que não correria o risco de ter uma nora negra, porque os filhos foram bem educados. Esse é o nível do Presidente que nós temos. E o que nós vimos aqui é uma reprodução deste Governo sexista, preconceituoso, misógino, homofóbico, racista, que tenho fé em Deus que vai passar e que nós voltaremos a ter um Brasil que luta por uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

premissa de respeito, de dignidade da pessoa humana, daquilo que foi compactuado na Declaração Universal de Direitos Humanos, daquilo que nós temos como premissa no nosso art. 5º da Constituição Federal de que todos somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, pessoa com deficiência ou idoso.

Nós não podemos perder a capacidade de indignar, e este Senado tem que dar uma resposta à altura, Senador Tasso. Nós não podemos admitir isso, porque levantar a voz para uma mulher como foi feito, sempre sendo subjugada, falar o que fala dos negros, dos índios, da população LGBT... Nós não podemos admitir isso! Não podemos perder a capacidade de indignação! E essa é uma voz que tem que ser de todos, inclusive dos Senadores governistas. Faço um apelo a esses Senadores governistas porque essa pauta, a pauta da igualdade, da inclusão, do Estado plural, que vai diminuir a desigualdade, é uma pauta que tem que ser de todos nós. Essa pauta não tem partido. Mas passou da hora de a população entender que a orientação sexual, a cor da pele, o sexo não define o caráter; o que define o caráter é o seu comportamento ético e moral, é seu comprometimento com a redução da desigualdade, é seu comprometimento com uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, inclusiva e plural.

Minha solidariedade à Senadora Simone Tebet, mas não só a ela, porque ela foi atingida diretamente, mas quem foi atingida na sua grande maioria e que não tem vez e voz aqui para falar e se defender foram todas as mulheres do Brasil, às quais eu quero aqui estender a minha solidariedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador. A cada dia que passa nós temos o maior respeito por V. Exa. V. Exa. realmente tem uma posição firme, e é muito bom tê-lo aqui como colega de Parlamento e principalmente participando tão ativamente na CPI com a gente aqui.

Senadora Leila, a nossa...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – É, tem uns memes, e até como lutadora de MMA eu apareci em meme. (*Risos.*)

Sr. Presidente, eu cumprimento o senhor; o Relator, Senador Renan; e a todos. E agradeço o apoio e o carinho de todos os colegas pelo episódio de ontem. Eu acho o seguinte, que uma imagem vale mais do que mil palavras, e ali e em outras situações... Eu já estive no meu gabinete... Inclusive nós tivemos um episódio assim, em que eu vim aqui e defendi uma situação, e novamente aconteceu ontem com a Simone. Eu estava no meu gabinete, e naquele momento, naquela ação... Porque eu acompanhei toda a oitiva e vi o comportamento, a arrogância. Claro que é o calor do jogo, não é? Nem todo mundo vai conseguir manter os seus ânimos, o controle, o autocontrole. Ele em alguns momentos se alterou com o Relator, com outros Senadores, mas com a Simone, com a Senadora Simone foi diferente. Foi diferente, e queiram as pessoas dizer que não foi, que nós exageramos nas nossas atitudes ontem, eu digo a essas pessoas que elas revejam como foi o comportamento e que elas coloquem a mão na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

consciência para ver como são tratadas as mulheres não só nesta Casa mas neste País. E nós não podemos mais tolerar isso.

Então eu não me arrependo do que fiz ontem – reitero mais uma vez –, faria novamente, mil vezes, não só pela Simone, por qualquer mulher que eu vir... Inclusive houve um episódio ontem aqui com uma servidora, assessora, que ninguém contou, mas uma pessoa que estava ao lado do Ministro, ela comentou alguma coisa, esse senhor virou para ela, e eu fui lá: "Vem cá, vai bater nela? Vai ficar de cara feia com ela?". Saiu correndo. Então não aceito mais esse tipo de comportamento com nenhuma mulher. Na minha frente não vai mais acontecer. Não é porque eu tenho 1,80m, porque eu fui atleta, não. É porque eu sou mulher e eu sofro todos os dias isso na pele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Também por causa disso. (*Risos.*)

Mas, Simone, quero dizer a você, só finalizando: você não tem só o meu respeito nem o da bancada, você tem o respeito do Senado Federal e deste País. Ontem você chegou a esta CPI preparada, e você empurrou o Ministro contra a parede. E, naquele momento, o descontrolado foi ele. Descontrolou-se, tumultuou, e isso foi uma estratégia. Quem é do esporte, e em todos nós aqui não existe mais nenhum inocente, sabe muito bem que aquilo foi uma estratégia; uma estratégia, um tiro que saiu pela culatra, porque você saiu mais grande, e essa CPI também saiu maior pela postura que nós tivemos ontem de não aceitarmos mais esse tipo de comportamento não só com relação a uma Senadora, mas com esta Casa. Nós não podemos mais aceitar o que anda acontecendo com certos grupos com relação a esta Casa, o desrespeito com esta Casa, com todos nós, Senadoras e Senadores! Nós estamos cumprindo o nosso papel. Entro todos os dias nesta Casa com sangue nos olhos para dar o meu melhor, e sei que muitos também têm essa mesma intenção, por isso é que eu não vou aceitar, seja mulher, uma Senadora, por quem eu tenho respeito, que é minha Líder de bancada e que tem o respeito de todos nós, seja um Senador. Nós estamos cumprindo o nosso papel e não podemos mais aceitar esse tipo de estratégia baixa – baixa! – que, muitas vezes, realmente, nos tira o controle, a sensatez. Prestemos atenção nessa estratégia baixa de muitos depoentes que estão chegando aqui a esta CPI.

Parabéns Simone!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, primeiro a minha solidariedade à Senadora Simone. Não concordo com a fala do Wagner, da forma com que ele atacou a Senadora.

Agora, uma colocação, Senadora Simone: desde a manhã esse moço vinha sendo atacado, várias vezes o Senador Renan o chamou de mentiroso. Eu ouvi isso aqui, está gravada essa posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi colocado aqui de os machistas não falarem. Nós não conseguimos falar: o Senador Jorginho Mello, o Senador Marcos Rogério e eu não conseguimos falar. Não sei, se foi armado ou não, não chegou a nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o sinônimo que V. Exa. recomendaria então?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou dizendo que o senhor falou isso. E o senhor também mentiu, Senador Renan. O senhor falou ontem que, nas manifestações de Sete de Setembro, não tinha mais que 30 mil pessoas, está gravado, o senhor falou isso, e é mentira sua.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é tão ridículo que não merece nenhuma resposta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não é ridículo não, não é ridículo, não. Só em Brasília tinha mais de 400 mil pessoas, Senador – eu não estava aqui –, e assim no Brasil inteiro. Então, V. Exa. não fale do que não viu.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Senador, por gentileza, respeite as mulheres. Por que ele só desabafou com a Senadora Simone? Por que ele não falou, por que ele não me chamou de descontrolado?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu já me desculpei com ela.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Não, o senhor está justificando a fala dele.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixe-me falar, por favor. Não, eu já falei, não estou falando desse aspecto, estou contextualizando.

A própria fala do Presidente, o.k.? O que eu vi ontem, ele falou aquilo que o Brasil gostaria de ouvir, e, no dia 7 de setembro, o Brasil todo foi às ruas, milhões de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É do Presidente Bolsonaro que o senhor está falando?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou o que o Brasil queria ouvir?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não. O que eu estou vendo é que ele falou as verdades do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E é um País diferente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá, está legal.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou aqui há 20 anos como Deputado e há dois anos e meio como Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E daí?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que eu estou vendo neste Governo eu não vi em governos anteriores. Cenas de corrupção explícitas – explícitas! – que aconteceram em vários governos passados não estou vendo nesse instante. Tudo que está se falando nesse instante aqui são narrativas de achar prova de corrupção. E o próprio tratamento. Esse moço ontem foi chamado de moleque, de vagabundo, e tantos adjetivos mais; foi falado aqui.

Bom, as pessoas podem não ter sangue de barata. Ele errou naquele instante. Agora, desde a manhã ele estava falando... o que ele estava falando e respondendo às indagações que estavam sendo feitas aqui.

Estão – esta CPI, Sr. Senador – assassinando reputações de cientistas – e vou falar esses nomes na sequência –, inclusive esta empresa que esta aqui hoje, por interesses outros. E vou falar isso daqui a pouco mais. Então, é uma questão importante que V. Exas. desqualificam cientistas, pesquisas, e não querem o debate.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exas... Calma lá, Senador. Cite nomes, porque...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O G7. O G7.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Então me diga uma coisa... Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele fez uma afirmação...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Afirmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quais são os interesses outros que o senhor está dizendo? O senhor acha que o diretor de uma empresa está aqui porque nós temos interesse de prejudicar ela por quais interesses?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou citar na hora que eu for falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por acaso fomos nós que...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou citar na hora que eu for falar. Interesses políticos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, olha, eu espero que todo mundo permita que o Senador Heinze fale...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou falar na hora certa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... rápido. Senão... Eu encerro a reunião às 16h, hein?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às 16h eu encerro. Falou, falou; não falou, não fala mais.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou com a palavra, Sra. Senadora. Posso falar? Eu não terminei de falar ainda.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não vai falar mais. O último é o Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Interesses políticos, lucro, arrogância e medo. Essa é a questão de um tratamento que V. Exas. não admitem. Palavra de um candidato a Prêmio Nobel da Paz, Dr. Zelenko. Fala dele. Candidato a Prêmio Nobel da Paz. Interesses políticos, interesses econômicos; lucro da *big pharma*, que aqui parece que vocês estão defendendo, desqualificando... Estou falando em...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – *Big pharma*? Nós estamos defendendo a *big pharma*?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor. Hoje, há interesse nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Essas aqui são palavras de uma entrevista do Dr. Zelenko.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o senhor está sendo irresponsável de falar uma coisa dos Senadores, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não sou irresponsável. Não sou irresponsável. Vou mostrar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está sendo. Como é que o senhor diz que eu estou defendendo a *big*... Eu não sei nem o que é *big pharma*...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom, mas o que está mostrando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pesquisa de Harvard, pesquisa de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, vem cá... Senadora Leila...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pesquisa de Manaus. Não querem debater. Ninguém quer debater a pesquisa de Manaus. Por que não debatem? Por que não debatem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não? Por que que, quando vocês falam, se pode falar, e a gente não pode falar? Por que cortou a palavra, Renan? Por que cortou a palavra? Você não quer me ouvir? Tem que ouvir o que você não quer ouvir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sinceramente, não gostaria...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ah, não gosta? Mas tem que ouvir.

Eu quero debater a pesquisa em Manaus. Ninguém quer debater. Não interessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Heinze, com todo o respeito que eu tenho pelo senhor... O senhor sabe que eu brinco muito com o senhor, a gente tem uma relação fora daqui muito boa, mas dizer que Senadores estão defendendo uma empresa aqui... Isso aí é demais, Senador. O senhor não tem... Não faça isso! Eu não sei nem quem é *big pharma*...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O interesse é geral. É geral.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É a indústria da *big pharma*. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, empresa boa é a Vitamedic.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Me apresente o diretor da *big pharma...*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vitamedic que é a empresa boa para alguns aqui. Vitamedic é que é a empresa boa para alguns aqui. Vitamedic.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor sabe, Senador Heinze... Quando o senhor fala isso, o senhor coloca todo mundo num mesmo balaio, e eu nunca, nós nunca...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E hoje criminalizam um tratamento de R$80, R$90.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem um moço, brasileiro, que descobriu, fez uma pesquisa com proxalutamida. Estão escrachando esse moço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Empresa boa para alguns é a Precisa, a Precisa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O mundo, o mundo, hoje, esta reverenciando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Empresa boa para alguns é a Precisa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui no Brasil estão fazendo isso. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir desse momento V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu passo a palavra para o depoente por 15 minutos.

Ele vai mostrar... Ele vai ter que utilizar PowerPoint pra fazer uma apresentação aqui, e depois eu passarei a palavra ao Relator.

Eu peço ao Senador Otto Alencar que possa me substituir aqui, porque eu tenho que ter uma reunião aqui do lado, por favor.

Com a palavra.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Obrigado.

Exmo. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz; ilustre Relator, Senador Renan Calheiros; ilustres Senadores e Senadoras da República, antes de mais nada agradeço a convocação e a oportunidade de acrescentar aqui informações que poderão auxiliá-los na condução deste processo tão importante. Este dia estava sendo muito aguardado por todos os médicos, funcionários, pacientes e, claro, familiares que fazem parte dessa estrutura de saúde, criada há 24 anos, chamada Prevent Senior.

Passamos por períodos difíceis durante a pandemia, longe de nossas famílias, cuidando de nossos pacientes, sem saber se por um lapso poderíamos contrair este vírus mortal e sucumbir ao leito de morte, como aconteceu com tantos em todo o mundo.

A Prevent Senior foi fundada em 1997 como o primeiro plano de saúde pensado para os idosos no Brasil que não podiam pagar pelos convênios tradicionais no mercado à época. Estabeleceu-se no mercado por oferecer preços justos e serviços de qualidade, com uma das melhores avaliações pelos usuários em pesquisas realizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente a Prevent Senior é um sistema de saúde com mais de 3 mil médicos, 12 mil funcionários e 550 mil beneficiários, grande parte deles em São Paulo. E recentemente a empresa começou as operações no Rio, Brasília, Porto Alegre e Curitiba.

Apesar de muitos não conhecerem a empresa, sua estrutura hospitalar e de ambulatórios e diagnósticos é vasta. Nós somos a maior rede hospitalar de São Paulo, da cidade de São Paulo, e mais dezenas de unidades ambulatoriais de diagnósticos e de tratamentos de referência. Somos *case* de sucesso e modelo de gestão em saúde e, anualmente, fazemos incursões e palestras para a Universidade de Harvard, bem como para a Universidade de Miami, e também já fomos uma das principais referências numa das principais conferências de saúde, o GENiE, que acontece em Copenhague.

Desde o início da pandemia da covid-19, caros Senadores, a Prevent Senior tomou diversas medidas de segurança ao enfrentamento. Além de campanhas constantes reforçando o isolamento social e medidas de higiene, a operadora implementou em pouquíssimo tempo serviços de telemedicina, para justamente proteger os pacientes e evitar deslocamentos desnecessários ao contato médico. Foram mais de 1,5 milhão de consultas desde março de 2020.

Também a operadora de saúde foi a pioneira em testagem em massa de seus beneficiários. Foram montados *drive-thrus* para justamente também proteger os seus pacientes na ida à coleta dos exames. E o principal objetivo, claro: contribuir com o isolamento social e evitar a proliferação dos vírus nos primeiros dias de sintoma. Foram mais de 490 mil testes realizados nas 550 mil vidas atendidas pela operadora.

É fundamental agora expormos fatos porque, desde o início da pandemia do covid-19, a Prevent Senior, que sempre trabalhou com transparência e ética, vem sofrendo acusações infundadas, incluindo as apresentadas aí anonimamente para a CPI.

Essa foi a primeira notícia apresentada em 19/03/2020, Senadores, e ela já inferia que a Prevent Senior cometia irregularidades em seus hospitais. Essa notícia levou a incursões da Vigilância Sanitária, que já são rotineiras em nosso sistema. Essas visitas apresentaram aí investigações de óbitos dos casos confirmados e suspeitos, sendo que o procedimento foi arquivado com o *status* de "satisfatório e sem necessidade de adequações".

Além disso, o Ministério Público de São Paulo também moveu ação e ratificou o entendimento da Vigilância Sanitária, destacando principalmente o uso adequado de EPIs por toda a operadora e seus hospitais. E não se comprovou que os representantes da operadora e dos hospitais agiram de forma dolosa. E, portanto, não havia justa causa para o oferecimento da denúncia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As notícias continuaram. Nesta notícia do dia 26/08/2021, todas aquelas informações que já haviam tentado imputar aos hospitais e à operadora foram colocadas novamente, e não foram feitas as incursões em todos os processos anteriores, que já haviam sido arquivados e investigados.

Todos os colaboradores suspeitos ou com teste positivo para a covid-19 eram imediatamente afastados pela Medicina do Trabalho, que seguiu protocolos rígidos desde o início da pandemia. Havia o afastamento inicial por pelo menos quatro dias, o acompanhamento e a internação, se fosse necessária, porque todos os nossos colaboradores também são beneficiários da operadora.

Foram gastos, Senadores, mais de R$80 milhões em equipamentos de proteção individual. Nós estamos falando de mais de 3,7 milhões máscaras descartáveis distribuídas para os 15 mil funcionários, além das 738 mil máscaras N-95.

Foi comprovado pelo Ministério Público do Trabalho o cumprimento de protocolos de prevenção à covid-19 e testagem em massa dos colaboradores por meio de teste RT-PCR, padrão ouro. Em relatório do dia 18/05/2020, o Ministério Público do Trabalho constatou não haver irregularidades e arquivou o caso.

E, recentemente, em notícia do dia 16/09, esta CPI recebe, então, documentos que levantam suspeita de que a Prevent Senior teria omitido mortes em um estudo sobre cloroquina. Esse documento observacional, caros Senadores, faz a descrição do acompanhamento médico de 636 pacientes – o texto está completo no documento que os senhores receberam – no período de 26/03/2020 a 04/04/2020. Avaliando uma linha temporal do dia 26/03 ao dia 04/04, quando o documento foi escrito, ocorreram somente dois óbitos. Mesmo assim, o noticiário tirou totalmente de contexto esse documento e colocou mortes que ocorreram após o dia 4, como se tivessem ocorrido entre o período de 26 a 4.

Poderia trocar para mim, por favor?

Próximo.

E essa matéria foi noticiada expondo dados sigilosos de pacientes e colocando pacientes...

Eu só gostaria que vocês prestassem atenção no sexto paciente, no quinto paciente do primeiro grupo, de cima pra baixo: MCO, 70 anos, sexo feminino. O.k.? Já vamos comentar sobre ele.

Essa é justamente a listagem de todos aqueles pacientes que eles relataram que não estavam constatados no estudo. Como os senhores podem perceber, todos os óbitos ocorreram após o dia 4, e por isso eles não estavam naquele relatório. Então, não há qualquer omissão. Tanto não há omissão que os números de notificação de covid na Vigilância Sanitária estão todos aí para os senhores poderem apreciar e poderem avaliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vermelho, está um caso de um familiar que relatou aí, na televisão, sobre um não seguimento de protocolos da Prevent. Eu vou... Todos os documentos também, inclusive os termos que a família assinou, estão de posse da empresa e também à disposição dos senhores com a solicitação da maneira adequada.

E aquela paciente a que eu dei atenção – MCO, 70 anos, feminino – eles colocaram como morta, mas a paciente está viva, Senadores, e ela passou em consulta agora no último dia 7 de setembro conosco. O.k.?

Então, esses fatos aconteceram por quê? Opa, só um momento. O casal George Joppert Netto e Andressa Hernandes Joppert, ex-médicos da Prevent, desligados em junho de 2020, manipularam dados de uma planilha interna, que era uma planilha de acompanhamento de pacientes, para tentar comprometer a operadora. Esses profissionais então, já desligados, passaram a acessar e editar o referido arquivo, culminando no compartilhamento da planilha com a advogada Bruna Morato, em 28 de agosto. Então, ali todos os círculos podem ser visualizados com bastante clareza: no dia 15 de abril de 2021, no dia 21 de abril de 2021 e no dia 28 de agosto de 2021, esses médicos, mesmo fora de todo o escopo de atenção, invadiram o sistema, acessaram esta planilha e, mesmo não tendo mais nenhuma responsabilidade em cima desse processo, adulteraram a planilha; e, no dia 28 de agosto, encaminharam, sem nenhuma autorização de familiares e dos pacientes que estavam presentes nessa planilha, o arquivo para a advogada Bruna Morato.

Senadores, tem a ata notarial. E todos esses dados, já confirmados, em sigilo podem ser apreciados pelos senhores e senhoras.

E aí seguiu-se, claro, mais uma infâmia: resgataram mensagens do dia 25 de março, editaram essas mensagens, assim como editaram a planilha, que foi falsificada, enquanto as mensagens originais não eram apresentadas, e mostrava idoneidade e, claro, lisura nos processos, como essa que havia sido alterada e mostrava exatamente que a empresa estava protegendo os seus pacientes, criando uma nova linha de atenção e, claro, fazendo com que esses pacientes que estavam com suspeita ou confirmados de covid fossem reavaliados por uma equipe própria, específica para cuidar do acompanhamento desses pacientes.

Também uma outra...

Se os senhores quiserem eu volto para ler para os senhores e senhoras.

Também foi apresentada essa mensagem, também adulterada, dizendo que o CID deveria ser modificado para qualquer outro, exceto o B34, que foi tirado de contexto. Ela foi tirada de contexto, pois, como os senhores podem avaliar, logo no começo da imagem disse: "Precisamos padronizar o CID B34.2". O CID é o código que justamente dá a identidade da doença de que o paciente está sendo tratado, e esse CID B34.2 é o relacionado à infecção por covid-19, então, para todos os pacientes com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspeita ou confirmação de covid-19, para que esses possam ser adequadamente contabilizados, independente do *status* do exame, pois estamos falando de um período em que ainda os exames estavam em carência no nosso País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Infelizmente, a exceção não desfaz a regra. Infelizmente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O.k.?

E aí a ANS instaurou o procedimento lá no começo, em meados, no meio e final de 2020, justamente devido a essas mensagens que já haviam sido publicadas anteriormente. E, com base nas matérias veiculadas na imprensa e demanda parlamentar, a análise dos documentos comprobatórios e esclarecimentos concluiu pela inexistência de infração. Ficou evidenciada a utilização de termo de consentimento livre e esclarecido, bem como a autonomia dos profissionais médicos, que indicavam o tratamento conforme sua convicção e mediante concordância expressa dos beneficiários, em estrita observância aos preceitos do Conselho Federal de Medicina.

Diante de todos os fatos apresentados, reitero que o dossiê entregue a esta Casa é uma peça de horror realmente, produzido a partir de dados furtados de pacientes, sem qualquer autorização expressa, o que configura crime que precisa ser investigado. Esses dados precisaram ser manipulados para deturpar a real conduta de mais de 3 mil médicos e, desta maneira, após furtados e adulterados, pudessem ser usados para atacar uma empresa idônea. O modelo de operação chama a atenção, pois os acusadores nunca levaram os dados à Justiça. Sempre tentaram ferir a imagem da Prevent Senior na imprensa com denúncias anônimas e, posteriormente, buscavam contatos com o nosso setor jurídico para firmar acordos.

Caros Senadores, não obstante o nosso *habeas corpus*, eu venho humildemente me aproveitar deste momento para me colocar à disposição de todos os senhores e senhoras para esclarecer quaisquer dúvidas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Dr. Pedro Batista. V. Exa. inclusive tem consciência de que, em qualquer colocação que não seja compatível com a verdade, V. Exa. vai responder por isso. É importante que se coloque porque o que se quer aqui, nesta CPI, é exatamente, dentro da ciência médica, a honestidade com o paciente, a integralidade com o paciente. V. Exa. é médico e sabe – eu também sou – que a única coisa, o maior crime que o médico pode fazer com o paciente é não ser honesto com ele no diagnóstico, no tratamento, na evolução, no acompanhamento, nas sequelas que pode trazer uma doença tão grave como essa.

Eu passo a palavra ao Relator, Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Otto Alencar.

Eu queria, a exemplo do que muitos fizeram, lamentar o ocorrido ontem aqui e mais uma vez expressar a minha solidariedade absoluta à Senadora Simone Tebet. O trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito incomoda verdadeiramente.

Essa é a nossa quase... Nós já fizemos aqui muitas reuniões, ouvimos muitas pessoas, com a mesma responsabilidade, com isenção, com independência.

Considero, Presidente Otto, que realmente é muito triste que nós, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, tenhamos que lançar luz sobre o tratamento que um plano de saúde dá a seus pacientes. É muito triste.

A transparência deveria ser a regra, Senadora Leila, o cotidiano. Para isso o cliente paga, e para isso também nós temos o rigor das regras, não é? A Agência Nacional de Saúde Suplementar deveria fazer essa fiscalização.

Para que todos tenham uma ideia, nós temos informações sobejas, comprovações de que, em determinado momento em que essas ordens eram disparadas, havia quem assegurasse que a ANS não chegaria à Prevent Senior. Isso mostra, lamentavelmente, coisas escabrosas que nós vamos ter que apurar.

Quando se têm indícios, quando se têm informações, quando há denúncias, o nosso papel é unicamente averiguar, apurar, ouvir as pessoas, ouvir um, dois, três, quatro. Desde logo, eu acho, Presidente Otto, que nós vamos ter que ouvir muito mais pessoas desse episódio da Prevent Senior, para que não reste nenhuma dúvida. A Prevent Senior é um plano de saúde com 25 anos, com uma grande prestação de serviço ao País. E é inacreditável que nós cheguemos a essa circunstância para investigar, mas não há outro caminho senão fazê-lo.

Eu peço, por favor, Izabelle, para colocar o vídeo nº 1.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Senador, eu agradeço a investigação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Porque é muito triste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bertolt Brecht disse o seguinte: que aquele que não conhece a verdade é simplesmente um ignorante, mas aquele que a conhece e diz que é mentira é um criminoso.

Sinceramente, nós não gostaríamos de ter nem V. Sa. nem a Prevent Senior nessa condição. Por isso o esforço que todos nós vamos fazer aqui neste interrogatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Olhe só como o Brecht é atual no Brasil que vivemos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, enquanto passam o vídeo, enquanto colocam o vídeo, eu recebi aqui a mensagem de um cliente chamado Adão Vasconcelos: "Também sou cliente deles. Em novembro passado, tive um mal-estar, fiz consulta *on-line*. A médica me pediu uns exames e, enquanto aguardava os resultados, fui piorando. Fui a uma consulta presencial e já saí de lá com o *kit* covid. Não tomei o medicamento. Meu filho ligou para um amigo médico dele, e ele disse: 'Seu pai está com sintomas de hiperglicemia'. Fiz um furo no dedo, e estava com 640 de glicemia. Voltamos lá, à mesma médica. Disse para ela o ocorrido. Aí, me testaram e entraram em pânico. Saí de lá depois de umas dez horas, até me estabilizar em cerca de 390".

Ou seja, todos os pacientes recebiam o *kit* covid da Prevent Senior, independente do que tinham. Isso aqui é uma denúncia que acabei de receber da Prevent Senior.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria só passar aos Srs. Senadores e Senadoras que, antes da chegada dos Senadores, o Senador Humberto Costa colocou aqui um requerimento para que, no curso da fala do Senador Renan Calheiros como Relator, ele não fosse interrompido. Foi aprovado isso e eu espero que não seja interrompido, para que ele possa colocar as perguntas. E todos têm oportunidade de se inscrever, de falar. E isso eu vou exigir que seja cumprido.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senador Rogério, realmente parece que nós estamos mergulhados num universo muito complexo.

Por favor, o vídeo nº 1.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República, como todos acabamos de ver, foi o principal promotor da hidroxicloroquina no Brasil, tomando pessoalmente várias medidas para aumentar a sua produção. Fez, como ele próprio lembrou, um pedido ao Primeiro-Ministro da Índia, como também a distribuição e o consumo no enfrentamento da pandemia. Ele disse que, tomando cloroquina no início dos sintomas – todos viram –, 100% de cura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prometendo, Senador Tasso, uma cura infalível, que configura verdadeiramente – já discutimos isso aqui –, inclusive um tipo penal, caracteriza um tipo penal, aliás reafirmado ontem na tribuna da ONU.

Eu queria, em função disso, fazer algumas perguntas: qual foi o impacto, Sr. Pedro Benedito Batista, dessa promoção feita pelo Presidente da República na decisão da Prevent Senior de patrocinar o uso da hidroxicloroquina para o enfrentamento da covid-19 no Brasil? Da ivermectina e da azitromicina também.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Obrigado pela pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu que agradeço.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Antes de mais nada, quem prescreve qualquer medicação é o próprio médico e, naquele momento, como todos recordam, houve, até devido a pronunciamentos não só da Presidência da República, mas de outras pessoas influentes também, uma série de pacientes exigindo a prescrição da medicação. E isso, quando veio diretamente ao encontro dos médicos que estavam na linha de frente tentando salvar a vida dos pacientes, tornou-se uma situação, como não havia respostas ainda, necessária para que, após feita a prescrição, houvesse medicação disponível.

E as medicações, como todos nós recordamos muito bem, foram extintas das farmácias naquele momento. E havia uma prescrição médica e nós começamos a receber uma série de pacientes exigindo que nós também tivéssemos a possibilidade de oferecer a medicação após a prescrição do médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Elas foram extintas?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Quando eu digo extintas, é que elas foram compradas das farmácias de maneira tão eloquente que as medicações não... Não tinham mais nas farmácias, todos lembravam disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, Senador... Senador, é um episódio existente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve um momento de...

Não diga isso, a gente já começa muito mal.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu lhe confirmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faltava, havia desabastecimento...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Isso, perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas chegava, chegava.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu presenciei isso em vários lugares.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, não há...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não fale isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não há qualquer problema, não há crime em a operadora, como o próprio... A própria ANS já declarou isso para todos os senhores, não há qualquer problema na operadora em fornecer a medicação após a prescrição do médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Veremos. Nós estamos aqui exatamente para elucidar tudo isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com calma, absolutamente com calma.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Claro, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Prevent Senior surgiu nos noticiários nacionais depois de divulgar um suposto sucesso no tratamento da covid-19 a partir desse tratamento com hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina também.

Eu queria, em função disso, perguntar algumas coisas.

O uso dessa medicação se deu no âmbito de ensaios médicos?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Esse primeiro estudo, caro Senador, foi observacional, ou seja, partindo da premissa do que estava havendo nas prescrições médicas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O primeiro...

Já, já respondeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro estudo foi observacional.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Prevent Senior pediu autorização e consentimento dos pacientes que receberam a hidroxicloroquina?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Quando foram feitos os estudos, sim, todos os pacientes receberam o Termo Livre e Esclarecido. Nós temos todos os termos que os senhores precisarem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, me responda pelo menos uma coisa.

Quais foram os responsáveis pela testagem em massa da hidroxicloroquina em pacientes com covid-19?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, não houve testagem em massa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – A aplicação da medicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Otto está...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Aplicação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aplicação da...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Os responsáveis pela receita, pelo receituário de que uma unidade de saúde pudesse aplicar hidroxicloroquina e azitromicina em massa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode dizer os nomes, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quem foi o autor?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não houve responsáveis, até porque há autonomia médica de cada um dos 3 mil médicos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha que nós temos provas de que houve.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E nós também temos, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos provas justamente do contrário, que não foi, em momento algum, incitada qualquer situação como essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há relatos de que vários pacientes receberam a cloroquina mesmo que pertencessem a grupos com contraindicação para o seu uso.

Quais foram os profissionais que avaliaram a conformidade da prescrição de cada pessoa?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, como acabei de lhe dizer, cada uma das prescrições foi feita pelo médico em conversa com seus pacientes.

Em casos específicos, como o citado pelo ilustre Senador, eu peço um requerimento para uma resposta em 72 horas para que possamos avaliar caso a caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nós vamos exibir.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Teremos a oportunidade.

A complexidade da investigação parlamentar é que todos aqui têm tempos iguais. Então, na medida em que eu estou fazendo perguntas, eu também estou preocupado em não esgotá-las. Muitos vão ter que perguntar também muitas coisas interessantes. E nós vamos, na medida do possível, exibir aqui essas provas, que começam efetivamente a chegar à Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Prevent Senior obteve autorização da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) para realizar a testagem da cloroquina?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, como eu lhe expliquei, a Conep foi acionada somente para trabalhos estruturados e que estão aprovados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi textual, pontual: ela obteve autorização para a cloroquina?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Ela fez uma observação, o.k.?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não entendi.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Este primeiro, segundo o estudo, foi feita uma observação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a resposta é não obteve? Não obteve?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Até porque não foram feitos testes com pacientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou educadamente perguntando: a Prevent Senior obteve autorização da Conep...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Deste documento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para realizar testagem da cloroquina? É concreta a pergunta.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, mas não houve testagem da cloroquina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Quando ele está falando de testagem, é o estudo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O estudo. O estudo.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, mas o estudo observacional...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O estudo observacional.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito, Senador.

Não há qualquer necessidade, uma vez que nós observamos o ato médico.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor está dizendo que não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve. Não é isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nós só observamos o ato médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve, só observou o ato médico. Não houve autorização...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não houve testagem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não houve autorização da Conep?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não houve autorização, pois não houve testagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não houve autorização da Conep.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve autorização nem a testagem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Dr. Pedro, um estudo clínico tem a fase pré-clínica e clínica. Então, tem que ser autorizado pela Conep.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O seu seguro de saúde, o seu hospital, não fez nem o estudo pré-clínico, nem o clínico, porque a Conep não autorizou. Então, o senhor fez a aplicação de uma medicação que não tinha autorização Conep.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi essa a pergunta. Por isso que eu queria só sim ou não.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito, Senador Renan. E tem que ficar evidenciado que não foi feita nenhuma aplicação de medicação dentro dessa observação induzida pela operadora dentro de estudos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já respondeu, eu já estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só não tinha autorização pra fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tinha autorização.

Quais foram os resultados observados no uso da cloroquina?

Por favor, Dr. Pedro.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nesta observação específica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No uso farto da cloroquina.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – No uso farto da cloroquina... Eu não posso falar somente da cloroquina, Senador, porque muito se fala...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu perguntei, primeiro, da cloroquina.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, não podemos usar somente a cloroquina pra falar que tem algum efeito, porque não foi somente a cloroquina utilizada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi mais o quê?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Tivemos anti-inflamatórios, tivemos corticoides, tivemos anticoagulantes, tivemos medicações, outras medicações sintomáticas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tivemos tudo isso, mas tinha uma base do tratamento precoce, que eram a ivermectina, a cloroquina e a azitromicina. Qual foi o uso na utilização desses medicamentos?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu posso apresentar para o senhor os dados referentes a tudo isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, tudo isso que nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas eu pedi pra ele fazer uma síntese.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Vamos lá, esses dados, Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com os vídeos aqui...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Esses dados, Senadores, são compostos pelas informações do Centro de Vigilância Epidemiológica da cidade de São Paulo, pela CCD e pela Secretaria do Estado de Saúde em pacientes acima de 90 anos. Eu estou falando dos beneficiários da Prevent Senior em comparação aos munícipes de São Paulo da mesma idade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só uma pergunta: esses resultados são consistentes...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com o conhecimento científico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Esses resultados são, a não ser que o Centro de Vigilância Epidemiológica, a CCD e a Secretaria de Estado de Saúde estejam equivocados, porque foram retirados de lá de dentro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Esses resultados foram retirados do Centro de Vigilância Epidemiológica, da CCD e da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo. Eu só vou reproduzi-los aqui, e tem todos os documentos depois para apreciação dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me perdoe, mas não é esse órgão que autoriza pesquisa, não é? É a secretaria municipal...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não. Caríssimo Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é que tem a ver esses órgãos com autorização?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Isso. Não. O caríssimo Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está dizendo que esses órgãos substituem a Conep?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não, não senhor. O senhor me perguntou dos resultados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E agora eu vou responder para o senhor os resultados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. Por favor. Só o resultado.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi quem lhe apontou os resultados.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Em pacientes acima de 90 anos, acima de 90 anos, a taxa de óbito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi isso que eu perguntei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nós estamos falando de vidas salvas, Senador. Tem muito valor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah! E tem muitas mortes também.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Tem muito valor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos demonstrar aqui.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Mas muito mais vidas salvas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, claro!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Acima de 90 anos, Senadores, a Prevent Senior teve uma taxa de óbito de 29%.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi isso que eu perguntei.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O Município de São Paulo teve uma taxa de 39%.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta concreta a V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Pedro, o senhor tem que responder o que ele perguntou, por favor. Não foi isso que ele perguntou.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, os resultados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não se referiu à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Esse não é um órgão regulador. Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo respeito, não foi isso que eu perguntei.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vá. Siga, Renan. O senhor, por favor, silencie, e ele vai seguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pessoas com maiores chances de sobrevivência à covid-19 foram selecionadas intencionalmente para receber o protocolo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, não houve qualquer seleção, era ato médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que motivo o estudo patrocinado pela Prevent Senior foi desacreditado pela comunidade científica e médica nacional e internacional?

Quando eu estiver fazendo pergunta... Como é o nome do doutor advogado?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Aristides.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dr. Aristides, quando eu fizer a pergunta, não responda pelo depoente, que é muito triste isso aqui. V. Exa. pode tudo aqui. Eu sei que a sua procuração tem uma extensa relação de poderes, nós os respeitamos todos. Só não pode responder pelo depoente. Viu, Presidente? Eu não permito que isso aconteça.

A pergunta: por que motivo o estudo patrocinado pela Prevent Senior foi desacreditado pela comunidade científica e médica nacional e internacional?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Porque nunca foi publicado, e não foi um estudo essa observação dos 630 pacientes. Por isso foi desacreditado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta que diz muito respeito. Qual a diferença de custo observada no suposto tratamento com a cloroquina e a abordagem consolidada e recomendada pelas sociedades científicas, como a Sociedade Brasileira de Infectologia? Qual a diferença de custo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não tenho essa informação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem essa informação?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer, então a aplicação, a testagem não objetivava reduzir custo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – De modo algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A administração da cloroquina foi utilizada como estratégia para não internar pacientes que precisavam de hospitalização?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – De modo algum, uma vez que a aplicação da medicação se dá pela equipe médica e sua autonomia de prescrever medicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os estudos da Prevent Senior foram utilizados para justificar tecnicamente a adoção de abordagens baseadas em custo reduzido?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, a partir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma nova maneira de repetir a pergunta anterior.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A partir de informações que podem ser fornecidas, podem ser feitas inúmeras avaliações, e isso pode trazer algum indício ou algum padrão de redução ou não de custo, mas eu não tenho essa informação para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conheceu o Dr. Anthony...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, foi meu paciente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Wong, falecido em janeiro deste ano?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, foi meu paciente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que pode nos dizer das manifestações dele em relação ao chamado tratamento precoce?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu posso dizer a respeito das minhas manifestações. Eu não comento manifestações de pacientes, muito menos de qualquer outra pessoa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por favor, diga-nos das suas manifestações.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sobre o que o senhor gostaria?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre o tratamento... Sim, a pergunta que eu fiz do Wong...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sobre o paciente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode falar da sua, por favor.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu não comento, eu não falo nenhum comentário sobre os meus pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não estou pedindo seus comentários sobre seus pacientes, Dr. Pedro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A pergunta do Sr. Relator...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Ah, perfeito, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... é sobre a sua opinião sobre o tratamento precoce.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei se o senhor conhece o Anthony Wong, o senhor disse que conhece, foi seu paciente. Eu perguntei o que pode dizer das manifestações dele, pois ele virou talvez o maior propagandista e impulsionador de *fake news*, sobre as manifestações dele com relação ao tratamento precoce; o senhor disse que só falava das suas manifestações...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu disse, gentilmente: por favor, fale sobre suas manifestações.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu tenho uma visão muito clara... Eu tenho uma visão muito clara, depois de todos esses meses passados do início da pandemia, de que a intervenção no paciente, o teste sendo realizado com mais eficácia, o isolamento do paciente e a utilização de tudo que hoje já é sabido podem, sim, amenizar a evolução da doença. E, claro, a autonomia do médico tem que ser preservada, para que ele possa, de certa maneira, indicar para cada um dos seus pacientes a melhor medida. Então, a minha observação em relação a qualquer situação de tratamento ou não precoce, Senador, é que não existe qualquer medicação milagrosa, como todos nós já sabemos, e que fica muito claro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem aquelas que o Presidente, há pouco, aludiu aí no vídeo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, como o senhor comentou, eu estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De 100% de eficácia? Não, eu estou ouvindo...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu nunca... O Presidente disse. Eu estou lhe dizendo que, na minha observação e na observação dos meus pacientes, eu utilizo tudo que lhes é cabido e, claro, dentro de uma antecipação de diagnóstico muito adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a sua manifestação, na verdade, contraria a manifestação do Presidente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, dentro dessa situação de 100%, qualquer manifestação deve ser contrariada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que o Dr. Anthony Wong, um dos principais divulgadores do *kit* covid, da cloroquina e membro do gabinete paralelo, foi internado no Hospital...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sancta Maggiore.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Sancta Maggiore, da Prevent, no dia 17 de novembro de 2020...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, confirmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... onde permaneceu até sua morte em 15 de janeiro de 2021?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, confirmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a causa da morte do Dr. Anthony?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu tenho proibição expressa da família de não comentar nenhum dado sobre meus pacientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele se internou por covid?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... uma informação pública. Ele morreu por complicações da covid?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, como acabei de lhe referir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é pública.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... eu não vou comentar... Eu não tenho autorização da minha família para comentar. A família tem o dado, a família pode apresentar para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele recebeu o *kit* covid?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu não vou comentar nada a respeito dos meus pacientes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – Mas, Dr. Pedro, ele se internou por covid-19? O internamento dele foi por isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senador, volto a repetir: eu não irei comentar nada a respeito de nenhum paciente para proteger...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Pode incriminá-lo.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... a memória e também as famílias. Elas merecem ser protegidas também, Senadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor teme poder ser incriminado, como lembrou o Senador Humberto?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Pelo contrário, Senador. As provas todas estão no prontuário, Senador. O senhor pode solicitar o prontuário com o sigilo adequado, para o senhor poder avaliar tudo, com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos fazer. Acho que já fizemos.

Que outros tratamentos o Dr. Wong recebeu?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, volto a repetir: não irei responder perguntas em que eu não tenho autorização das famílias dos pacientes para responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas eu estou fazendo perguntas do ponto de vista do hospital, do tratamento, da evolução, todos esses tratamentos...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Que dizem respeito ao...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos esses tratamentos tinham comprovação científica e autorização das autoridades sanitárias?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, não irei responder...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço pra exibir o vídeo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O áudio seguinte, por favor.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço pra interromper um minuto. Peço para interromper um minuto só para explicar: esse é um áudio em que o depoente, Dr. Pedro, fala ao telefone com o médico que denunciou a Prevent Senior; afirma que o Dr. Wong não morreu de covid e faz ameaças ao interlocutor. Esclareço que o nome do médico foi omitido com sinais sonoros, fizemos isso a pedido do próprio médico, por medo da perseguição da Prevent Senior, que, aliás, o áudio expressa um pouco.

Eu queria, por favor, Izabelle, que se repetisse o áudio.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que coisa!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Agradeço por ter exposto o vídeo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que não consta da declaração de óbito do Dr. Wong qualquer menção à covid como causa de sua morte?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Caro Senador, volto a lhe dizer que eu não tenho autorização da família para falar, e os senhores terão acesso para justamente comprovar...

E o áudio é excelente, o áudio é muito bom, porque, como foi dito, foram sete anos de um relacionamento, de parceria. Ele era meu sócio, por isso a intimidade no áudio. Ele havia entrado em prontuário de pacientes, ele havia subtraído dados e, até aí, já se configurava um crime. E ele estava sendo encaminhado para o CRM, como o foi, para investigação. Além disso, de subtrair o dado, ainda estava sendo exposto em um jornal, no sentido de que ele iria apresentar os dados, ou seja, além de cometer o crime de invadir o prontuário, ele ainda seria apreciado numa nova investigação por expor o dado de um paciente que ele não atendeu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas nós não estamos discutindo isso aqui não.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, mas é importantíssimo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos discutindo, nós estamos levantando é o que aconteceu no enfrentamento à pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, concordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não vamos tratar da sua relação societária com ninguém.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, mas não precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com ninguém.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A relação que precisa ser tratada, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem isso vai amenizar a força e a verdade de qualquer informação apresentada aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, é fundamental que tudo seja esclarecido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Sobre a relação judicial do senhor com seu sócio, não lhe cabe aqui falar.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, Senador Otto, é por isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que não consta da declaração de óbito do Dr. Wong qualquer menção à covid como causa de sua morte?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, os senhores terão acesso à documentação e os senhores poderão avaliar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor manifesta sua opinião aí no áudio.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Pois não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No áudio, o senhor inclusive refuta que foi covid.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, está tudo na documentação que os senhores terão para apreciação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós já temos. Inclusive, eu não vou apresentar agora, porque outros apresentarão, e nós ganharemos tempo.

É verdade que a Dra. Nise Yamaguchi participou de várias decisões clínicas sobre o tratamento do Dr. Anthony Wong, embora não fosse a médica assistente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A Dra. Nise era médica assistente do Dr. Anthony, sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Constam do prontuário discussões da equipe médica com a Dra. Nise?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Ela visitava o paciente como amiga da família e acompanhava o tratamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela participou da decisão de omitir a covid da declaração de óbito do Wong?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, volto a dizer: eu não irei comentar nenhuma informação de prontuário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pena que V. Sa. não aproveite a oportunidade para se defender de uma coisa óbvia...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, mas não há qualquer necessidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que acabou de ser exposta aqui...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, mas não há qualquer necessidade de defesa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor tem acesso aos prontuários e pode apresentá-los.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faremos isso.

O SR. ARISTIDES ZACARELLI (Para expor.) – Senador Renan, só pela ordem, por gentileza. Na verdade, ele não quer expor porque tem receio de cometer alguma infração. É só por isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. ARISTIDES ZACARELLI – Não, é só por isso, de comentar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas foi isso que o Senador Humberto disse e ele negou.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu não vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele negou que não era isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu não vou cometer nenhuma infração médica. Isso pode literalmente atuar contra mim, quando eu exponho dados de um paciente. Quem expôs o dado foi a CPI e não eu.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente, descumprindo uma regra que eu estabeleci... Eu estou deixando o Senador Otto, que é médico e que nos ajuda muito, contribui...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Claro, sem dúvida.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar.) – Mas o senhor pode me responder se o Sr. Wong era associado da Prevent Senior, se ele pagava prestação mensal?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – E ele estava no seu hospital.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Ele foi... Ele solicitou atendimento particular.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não, só quero saber, primeiro, o seguinte...

Ele foi particular?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Particular.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Tá bom.

Ele não tinha, o Sr. Wong, mesmo que a gente procure... Ele não tinha outro plano de saúde?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Desconhece.

Bem, ele pagou particular na Prevent Senior? Ele procurou a Prevent Senior pra pagar particular, é isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, ele nos procurou. Ele me ligou, pessoalmente, solicitando atendimento, porque ele não estava bem e ele foi...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Então ele era seu amigo, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Seu amigo, porque ele não era associado da Prevent Senior...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Era um colega, era um colega de profissão também.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Era um colega de profissão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, mas as pessoas estavam procurando a prestação de serviço em função de 100% de eficácia. O Presidente fazendo a propaganda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É, era disso que iam atrás.

A falsificação da declaração de óbito do Wong, um dos maiores defensores do tratamento precoce, por favor: fazia parte de uma estratégia da Prevent Senior para fortalecer a campanha de *fake news* promovida pelo Presidente da República para que as pessoas acreditassem que o *kit* covid e a cloroquina eram benéficos para os pacientes?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senador, eu volto a repetir que não irei responder nenhuma pergunta em relação ao paciente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, para que se exiba o vídeo nº 2.

Eu queria dizer a V. Sa. que nós temos muitas provas dos bastidores do que, na verdade, aconteceu.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A principal prova é o prontuário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

Exibam o vídeo 2, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas estava igualmente atrás da eficácia do tratamento.

Repete, por favor. Repete, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse empresário levou a senhora sua mãe para ser tratada na Prevent Senior. Eu queria fazer algumas perguntas em função disso.

V. Sa. confirma que a Sra. Regina Hang, mãe do empresário bolsonarista Luciano Hang, membro do gabinete paralelo, um dos investigados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e estimulador do tratamento precoce, embora morasse em Santa Catarina, foi internada e morreu no hospital da Prevent Senior em São Paulo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, ela foi internada a pedido do Sr. Luciano Hang...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Confirma?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Confirmado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a causa da morte da Sra. Regina Hang?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Assim como comentado anteriormente, Senador, os senhores têm total direito de acessar o prontuário, a pedido...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, porque nós acabamos de...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, e eu não irei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acabamos de ver um vídeo em que o empresário diz que não pôde tratar a mãe com os medicamentos do tratamento precoce, que, se tivesse tratado, ela não teria morrido.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando em função do que ele falou!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, mas eu não respondo a nada, sem autorização de familiares, sobre os meus pacientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a causa da morte da Sra. Regina? Ela morreu de covid?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Volto a lhe dizer: eu não dou nenhuma informação a respeito de meus pacientes sem autorização das famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela recebeu medicamentos do *kit* covid nos hospitais da Prevent ou antes disso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Volto a repetir, Senador: eu não responderei nenhuma pergunta em relação a pacientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que tratamento ela se submeteu durante sua internação?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Volto a repetir: não responderei perguntas em relação a pacientes, seja qualquer um dos pacientes, que venha por mensagens de WhatsApp ou que, então, seja exposto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não responde não só por isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não responderei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não só por isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque há uma farsa...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há uma farsa que esta Comissão provará que aconteceu. Por isso...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o senhor... O senhor tem acesso... O senhor pode pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tenho e vou comprovar.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É fundamental que o senhor avalie.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E vou comprovar.

Por que a covid não consta da declaração de óbito da Sra. Regina Hang?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Como o senhor mesmo disse, o senhor terá acesso aos documentos pra poder avaliar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque é uma farsa que será desmascarada aqui pela Comissão Parlamentar de Inquérito, infelizmente, porque um filho que utiliza dessa forma a sua mãe, trata com covid no hospital, com os medicamentos do tratamento precoce... E nós temos comprovação de que ele recomendou a médicos: "Olha, escondam que a minha mãe foi tratada com cloroquina para não desmerecer a eficácia do plano." Isso é uma coisa macabra, escabrosa, reprovável, repugnante sob qualquer aspecto.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu nunca imaginei, Senador Otto Alencar, que...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... isso pudesse acontecer! Nunca imaginei que isso pudesse acontecer!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Filho desalmado, não é? Porque ele mesmo disse que ela teve o covid, ela se internou no hospital...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele a levou pra ser tratada com cloroquina. Ela foi tratada no hospital com cloroquina. A Prevent Senior ocultou isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Internou com covid-19, com diagnóstico confirmado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fez o tratamento, temos comprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... e no atestado de óbito não consta. Não tem desonestidade maior que essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ele aparece no vídeo dizendo que a mãe morreu porque não foi tratada com tratamento precoce. E depois teria procurado pessoas – nós temos provas dessas conversas – pra dizer que ocultassem, fizessem o possível para não demonstrar, para não comprovar que ela foi tratada com a cloroquina, porque isso iria diminuir a eficácia do tratamento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Do discurso do Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do discurso, da narrativa negacionista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, Dr. Pedro, esta Comissão Parlamentar de Inquérito é pra botar luz nessas coisas. Desde o primeiro dia nós nos comprometemos a ser uma espécie de santuário aqui da defesa da ciência, da proteção da vida, do antinegacionismo. É uma pena que os símbolos dessas coisas envolvam tanta gente, até pessoas por quem nós tínhamos algum respeito – e a sociedade também. Eu sinceramente espero que não seja o caso de V. Sa.

Eu queria continuar.

Luciano Hang mentiu e disse publicamente que sua mãe não recebeu tratamento precoce antes de morrer da covid?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não posso responder isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O fato de ele ser membro do gabinete paralelo e ser, como a Prevent Senior, defensor do tratamento precoce ineficaz, hoje reconhecido mundialmente, poderia desmoralizar todos os envolvidos nessa divulgação de informações falsas?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu desconheço até o que é gabinete paralelo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Disso eu sei, só não desconhece a eficácia da cloroquina.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu já fiz o meu comentário inicial sobre o tratamento precoce, e o Senador Randolfe prestou bastante atenção. Se o senhor precisar, eu posso comentar novamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta: qual é a relação da Prevent Senior com a médica Maria Emília Gadelha Serra...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... entusiasta da ozonioterapia e disseminadora do movimento antivacina no Brasil...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...movimento que tem o Presidente da República como figura principal, considerando suas declarações absurdas tentando desqualificar e dificultar a aquisição de vacinas da Pfizer e da CoronaVac?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhuma relação, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. sabe que o Presidente estava se recusando a comprar vacinas? Em algum momento, V. Sa., com a relação que a Prevent tinha com o gabinete paralelo e até com o gabinete do ódio, em algumas circunstâncias, ajudou nessa orientação?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, a Prevent não tem qualquer relação com qualquer gabinete nem nunca teve, e isso é muito claro. Além disso, Senador, nós fomos incentivadores e promotores da vacinação quando assim ela começou. Eu fui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo 3, Izabelle, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pare um pouco porque eu quero explicar.

Esse vídeo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Tasso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, é isso que eu vou fazer.

Esse vídeo é de um representante que vende Prevent Senior dizendo que se faz o contrato e já se recebe o *kit* – isso é uma coisa também escabrosa –, faz o contrato e já recebe o *kit*.

Por favor Izabelle, repita aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu acho que não pode e nem deve haver espaço nem proteção nem leniência ou tolerância com quem faz da Medicina um campo de provas com cobaias humanas. É isso o que nós acabamos de ver. Ninguém pode, Senador Humberto, brincar com isso.

V. Sa. confirma que a Prevent Senior, como acabamos de ver, enviou *kits* aos seus beneficiários?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, fica muito claro que essa imagem, esse áudio que está sendo utilizado, nunca foi averiguado. Não foi averiguado quem era essa pessoa, porque eu desconheço esse tipo de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas disso aí nós temos a comprovação, o nome, tudo isso. Isso é uma prova que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está exibindo, depois da total identificação.

Confirma ou não confirma?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eram enviadas as medicações prescritas pelos médicos. Nunca houve *kit*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, variavam as prescrições, como eu disse para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro. Mas a pergunta é uma pergunta concreta: V. Sa. confirma que a Prevent enviou esses *kits* aos seus beneficiários?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O que foi enviado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou nem discutindo que produtos continham.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O que foi enviado foram medicações conforme a prescrição médica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram enviadas medicações conforme a prescrição médica. E a orientação de algum diretor?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – De modo algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhum? Nunca orientou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De modo algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos sobejas provas e vamos exibir aqui ao longo do depoimento.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Por favor, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Rádio Bandeirantes fez denúncia sobre os *kits* da covid da Prevent Senior. Na reportagem, é possível ouvir um áudio de familiares de pacientes e corretores de plano de saúde mostrando que, para novos clientes da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prevent, o *kit* covid era enviado diretamente para a casa dos pacientes. Como eu disse, nós temos um elenco de provas, e, a cada dia, chegam mais provas de que essa coisa infelizmente, Fabiano Contarato, lamentavelmente existiu.

Quem emitiu a prescrição em massa do *kit* covid aos pacientes da Prevent?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, como...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor falou que foi médico...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Como... Como...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem emitiu? Quem emitiu?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Como ficou muito claro pra todos, havia prescrição das medicações e, naquela primeira mensagem, que foi manipulada lá trás, justamente mostrava que existia um setor pra avaliar criteriosamente cada um dos pacientes. Existiam dois médicos responsáveis, e um deles era o Dr. Rafael Souza, que, sim, prescrevia as medicações após a avaliação de todos os prontuários. Volto a referir: fazia a ligação, avaliava os dados do paciente, o prontuário da consulta anterior, e, sendo assim, era feita a prescrição conforme a característica de cada um dos pacientes. De todos os pacientes que forem citados aqui os senhores têm pleno acesso aos prontuários pra poder comprovar cada uma das consultas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou, mesmo assim, fazer uma pergunta, acho que em parte já está comprometida em função de uma resposta dada anteriormente – em parte apenas. V. Sa. confirma que receitas médicas do *kit* covid foram padronizadas e utilizadas para todos os pacientes de forma indiscriminada?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Negativo, Senador. Não foram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A parte que foi respondida...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque alterava o...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Dependendo do paciente e da sua indicação terapêutica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dependendo do paciente tinha ou não a injeção de mais medicamentos, no melhor sentido.

Qual a função do Dr. Rafael Souza da Silva nesse processo de prescrição em massa?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O Dr. Rafael era um dos membros de uma área que reavaliava todos os prontuários e todos os pacientes e fazia as ligações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se puder repetir: era um dos membros...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Era um dos membros de uma área da empresa que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era a área? Qual era a área?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Era uma área médica. Era um setor médico da telemedicina de todos os...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas eu estou perguntando: ele era um dos membros e qual o papel do Rafael Souza da Silva nesse processo de prescrição...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O Rafael era o responsável por essa área e responsável pela telemedicina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi ele que assinou as prescrições?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, ele assinou grande parte das prescrições.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, certo.

A Prevent Senior ajudou a desenvolver os protocolos do chamado tratamento precoce, tão defendido pelo Presidente da República?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O Ministério da Saúde utilizou protocolos que foram utilizados pela Prevent Senior para anexar nas suas planilhas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não desenvolveu, não é? Utilizou.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, de modo algum. Não tivemos qualquer contato para desenvolvimento de qualquer protocolo junto ao Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a relação da Prevent Senior com as empresas farmacêuticas Vitamedic e Apsen, que produzem a ivermectina e a hidroxicloroquina, respectivamente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A relação que temos com todo o mercado, de compra de produtos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, tem relação de compra de produto. Isso é muito bom.

A Prevent Senior tem alguma participação no aumento de faturamento vertiginoso dessas duas empresas citadas?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu não avaliei o balanço dessas empresas. Então, não consigo lhe dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas a compra era significativa?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos o balanço, o faturamento, o incremento. Eu quero só saber um detalhe. Como V. Sa. acabou de dizer que tinha uma relação de vendedor para comprador, eu gostaria de saber – isso é importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito – se o montante, a compra tem alguma significação nessa evolução de lucros que essas empresas tiveram.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu não sei lhe dizer, porque eu sou um diretor executivo médico. Eu cuido da estruturação, realmente, da parte médica, como comentei, inclusive, em relação a atendimento de pacientes. Então, eu não sei lhe dizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, outra coisa, Dr. Pedro: a Vitamedic e a Apsen patrocinaram de alguma maneira estudos realizados pela Prevent Senior?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que não tem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o interesse comercial comum das parcerias da Prevent Senior com essas empresas?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Na verdade, o único interesse da Prevent Senior é salvar vidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero dar só uma informação. Em 2020, a Prevent Senior comprou 32 mil comprimidos de ivermectina da Vitamedic e, em 2021, foram quase 28 mil comprimidos até setembro. A operadora também comprou 1,2 milhão de comprimidos de hidroxicloroquina, sendo a metade desses comprimidos comprados diretamente na própria Apsen. Eu peço para exibir o vídeo 2, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para e repete aí, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Esse Paolo Zanotto é médico? É bom saber se esse cara está prescrevendo tratamento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paolo Zanotto... Vamos aproveitar o depoente para perguntar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outro nível. O gabinete paralelo é chamado aí de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Obrigado, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esse o grupo paralelo? Quem é Luciano, a quem o Dr. Zanotto se referiu, que visitou V. Sa.?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o Dr. Luciano é um médico. É bem importante frisar a data: a gente está falando que a OMS decretou a pandemia no dia 11 de março e, aí, nós estamos no dia 4 de abril, exatamente no dia em que nós tínhamos a compilação e a observação do que foi feito dos tratamentos dos pacientes, dos 630, pelos médicos da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O outro vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exército de Brancaleone e de almas elevadas...

Por favor, a imagem.

Exército de Brancaleone e de almas elevadas!

Por favor, a imagem. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É esse o exército?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas.

Por favor, Dr. Pedro, explique a relação da Prevent Senior com o Governo Federal e com o gabinete paralelo do Presidente da República.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhuma relação, Senador. Nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Prevent Senior com a médica Nise Yamaguchi?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A Dra. Nise Yamaguchi é uma médica que tratou pacientes que tinham o plano Prevent Senior.

E a Dra. Nise Yamaguchi, no começo da pandemia, como os senhores mesmos expuseram a data, no dia 04/04, procurou a minha pessoa justamente para entender o que estava acontecendo naquele momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Prevent Senior com o biólogo que estava...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... apareceu prescrevendo remédio aí... Não era médico...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É o virologista.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Virologista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, virologista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Virologista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paolo Zanotto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhuma relação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele falou que redigiu o protocolo da...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, eu não sei qual protocolo que ele redigiu, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, vamos perguntar pra ele...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor estava presente com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, presente na *live*. O senhor estava presente. Por que o senhor não disse isso na hora?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E os senhores viram que, em momento algum, eu não falei nenhuma palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, consentiu.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E quem falou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Calou, consentiu.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não. Senador, sabemos que esses vídeos são claros e tem a opinião do Sr. Paolo Zanotto. O Sr. Paolo Zanotto expôs claramente a opinião dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele disse...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Ele nunca participou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele referiu fatos, disse que...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Ele nunca...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Disse que o Luciano tinha o procurado e que eles eram almas elevadas fazendo o bem. E o senhor consentiu.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aquiescia com a cabeça.

Deixa eu fazer algumas perguntas.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Claro, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu essa aproximação com os membros do Governo e quando ela começou?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não houve qualquer aproximação com os membros do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foram os interlocutores por parte da Prevent nesse relacionamento com o Governo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, volto a repetir, não houve qualquer aproximação que gerasse qualquer tipo de permanência ou recorrência de contato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 18 de abril de 2020, o Presidente da República postou em suas redes sociais números de estudos da Prevent Senior com hidroxicloroquina antes mesmo do estudo ser oficializado e publicado pela Prevent Senior. Em função disso, eu queria, por favor, que exibisse aí a postagem. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Posso comentar?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... a mensagem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, nós vamos chegar lá.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Prevent Senior diz ter estabilizado situação, tem vagas de UTI, já deu alta para 400 pacientes que tiveram covid-19 e criou protocolo que reduziu de 14 para 7 dias tempo de uso de respiradores."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, queria que o senhor solicitasse ao Dr. Batista os pacientes que receberam alta? Esses 400 pacientes receberam alta de que forma? Por óbito?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Negativo, Senador. Eles receberam alta do hospital.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quero saber se esses pacientes receberam alta? Os 400 pacientes, como receberam alta? Foi por óbito?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu queria que mandasse os nomes dos pacientes...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e a forma como eles receberam alta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Senador Flávio Bolsonaro arremata dizendo assim: "SUS nunca a procurou para saber [a Prevent Senior] [para saber] qual foi o protocolo usado."

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ele apagou isso aí depois.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, depois, ele apagou. Não sei escondendo o quê, o que pretendia esconder. Não entendi.

E tem, na sequência, o Eduardo Bolsonaro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O problema é que o *print* é eterno.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... Eduardo Bolsonaro que diz o seguinte: "Dia ruim para quem torce pelo vírus. Parabéns à Prevent Senior. Isto é uma pesquisa séria feita com CIÊNCIA e não com politicagem".

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, eu vou perguntar agora.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Claro, claro.

O senhor poderia me repetir a data dessa postagem, por favor?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Dezoito de abril...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele apagou.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Dezoito de abril de 2020.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É 18 de abril.

Esse protocolo continua?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, são contemporâneas.

São contemporâneas todas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é do...

São contemporâneas.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta é do Presidente da República:

> Segundo o CEO Fernando Parrillo, a Prevent Senior reduziu de 14 para 7 dias [diz o Excelentíssimo Senhor Presidente da República], o tempo de uso de respiradores e divulgou hoje, às 1:40 da manhã, o complemento de um levantamento clínico feito:
> De um grupo de 636 pacientes acompanhados pelos médicos, 224 NÃO fizeram uso da HIDROXICLOROQUINA. Destes, 12 foram hospitalizados e 5 faleceram.
> Já dos 412 que optaram pelo medicamento, somente 8 foram internados [oito] e, além de não serem entubados, o número de óbitos foi ZERO [zero].
> O estudo completo será publicado em breve!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem passou para eles essas informações aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, aquele relatório da observação de todos os pacientes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, a pergunta não é essa. É quem passou...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Vou lhe responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... essas informações para o Presidente e para os seus filhos?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Vou lhe responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que o estudo não tinha sido...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eles citaram aí 636.

No dia 7 de abril, quase 11 dias anteriores a essa mensagem, uma série de jornalistas receberam esse compilado com as informações dos 636 pacientes e a mesma informação que os senhores têm hoje aqui, que os senhores têm inclusive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, mas nós temos tardiamente.

Aliás, criamos a CPI para ter...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A informação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senão o Brasil não as conheceria, como nós conhecemos.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

Senador Renan, a informação foi extraída do mesmo documento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem adiantou esses dados ao Presidente da República e aos filhos? – a pergunta é essa.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Qualquer um que teve acesso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi V. Sa. que fez isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Qualquer um...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o dono da empresa. É um dos donos da empresa.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é CEO Fernando Parrillo, senhor...?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É o proprietário da Prevent Senior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi ele quem passou os dados?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, volto a dizer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor é o quê, lá?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Diretor Executivo Médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tá.

Me diz uma coisa, me responde aqui, são números. Quantos pacientes a Prevent Senior tratou desde o início da pandemia até agora?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nós fazemos mais de 350 mil consultas por mês, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não interessa. Eu estou perguntando quantos pacientes de covid vocês trataram.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nós fizemos 495 mil testes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Meu amigo, eu quero saber quantos pacientes vocês trataram dentro da Prevent Senior.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quantos testes, quantas pessoas vocês têm, não. Quantas pessoas vocês trataram? Quantas pessoas foram hospitalizadas na Prevent Senior e vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trataram de covid? Olha, entrou aqui, está aqui, ficou dez dias, quinze dias, um dia, três dias. Quantos pacientes?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Cerca de 18 mil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dezoito mil. Desses, quantos óbitos?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não tenho a informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deveria ter. Sabia que vinha à CPI, tinha que ter. Está com graça aqui. Está com graça. Espere aí, só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos prontuários foram falsificados?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, não sabe.

Agora, eu vou lhe perguntar uma coisa: o senhor é médico?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor é médico. O senhor acredita no tratamento precoce?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Como eu expliquei anteriormente, Senador, o senhor não estava presente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não interessa se eu estava presente ou não. Estou lhe perguntando o seguinte: o senhor acredita no tratamento precoce?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu tenho hoje convicção de que o paciente, quando acompanhado desde os primeiros dias...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não perguntei isso.

Ou o senhor também não sabe o que é tratamento precoce? Tratamento precoce é aquele que a pessoa não tem nada... Até um aplicativo pra assassinar amazonenses foi criado baseado nesse seu estudo. Eu estou lhe perguntando se o senhor acredita em tratamento precoce.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Teve desdobramentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está aqui fazendo onda, fazendo não sei o que, "não posso responder". Aqui o senhor tem que responder. O senhor não vai responder? Tudo que o senhor não está respondendo o está incriminando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sr. Renan...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando o senhor disse que não pode dizer da paciente que é filha, da mãe do Sr. Luciano Hang, quando o senhor disse que não pode falar dos pais da cloroquina, porque tem as capitães, tem as mães, mas tem o pai dos pais que faleceu lá... Eu perguntei, há pouco, se ele era associado, porque, se ele não era associado... Eu estou mandando já procurar saber se ele tinha um outro plano de saúde. E quero saber se a mãe do Sr. Luciano Hang tinha outro plano de saúde, porque para ela ir pra Prevent Senior, sendo o Luciano Hang...

Senador Tasso, o senhor é um homem de posses, e todo o Brasil sabe. O senhor pegaria a sua mãe, colocaria no seu avião e a levaria para a lua se fosse pra salvar sua mãe. É ou não é verdade?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qualquer um de nós aqui com condições faríamos o mesmo. O Sr. Luciano Hang, que é um negacionista, como o senhor é – nada do ponto de vista, Senador Jorginho, empresarial dele –, como filho, com condições, tinha condições de alugar um foguete para a lua, para levar a mãe e salvá-la. Ele não levou a mãe dele para a Prevent Senior, que não é um dos melhores hospitais de São Paulo...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Desculpa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está longe de ser. Está longe de ser, porque eles apostam na quantidade de associados, não é na qualidade do atendimento. Entendendo que essas pessoas que eram intubadas e que são associadas depois sairiam da intubação e seriam pacientes crônicos, a própria Prevent Senior teria que cuidá-los até o final da vida. O entendimento nosso senhor doutor...

Eu lhe fiz uma pergunta e vou lhe perguntar: o senhor acredita no tratamento precoce? Eu não estou dizendo que o médico no ambiente hospitalar possa prescrever. Eu não estou entrando nesse detalhe. O senhor acredita no tratamento precoce?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O tratamento, sem o diagnóstico, Senador, não é o adequado para o paciente. O tratamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Precoce não é... Quando é diagnosticado, já não é mais precoce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Mas aí o senhor está dizendo preventivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – No preventivo, eu não acredito. Preventivo, eu não acredito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tratamento que o Governo... Com aquele negócio que o cara ligava lá: "Olha, estou sentindo dor de cabeça"; "Manda aí o *kit* covid" – está certo? –, sem saber o que a pessoa tinha, se ela era diabética, se ela tinha problemas cardíacos...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, a Prevent não fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, não é essa a informação que nós temos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente... Presidente, ele está mentindo. Sabe por quê, Presidente? Eu estou aqui com uma prescrição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou aqui com uma prescrição... Desculpe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E vários prontuários falsificados. Nós vamos demonstrar. Vários!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O senhor vem aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vários!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu estou até agora fora daqui, só vendo o senhor... Não posso responder isso. Não posso responder isso. O que o senhor vai responder?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – No dia 21 de março... Eu estou aqui com uma prescrição do dia 21 de março, de uma pessoa que estava com gripe e que recebeu o *kit* do tratamento precoce. No dia 21 de março deste ano, recebeu o *kit* de tratamento precoce sem diagnóstico. Portanto, o senhor está mentindo!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o senhor tem o prontuário dessa paciente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tenho a receita aviada pela Prevent Senior aqui! E o paciente foi quem me mandou. O senhor está mentindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador... Sr. Senador, eu peço respeito, antes de mais nada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou dizendo que o senhor está mentindo! O senhor está mentindo! E o senhor disse que não ia falar... Que o senhor ia falar a verdade aqui.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor está dizendo que não tem tratamento precoce. O senhor está mentindo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não está falando nem a verdade. Ele não está falando nada. Ele está aqui enrolando, enrolando, enrolando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. É o negacionista, é o negacionista...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Respeito aqui é falar a verdade! E o senhor não está falando a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É negacionismo. Negação, negacionismo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, deixa eu retomar as perguntas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só pela ordem. Só pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É de provocar muita indignação, Sr. Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Olha, existe uma ordem de *habeas corpus* para ele ser tratado com urbanidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – E alguém o está destratando? Por quê?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está sim. Está sim, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Chamá-lo de mentiroso? É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Poxa, Senador. Puxa vida! Ontem nós tivemos um episódio lamentável com a Senadora. Hoje...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que é?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Foi lamentável com a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah! O episódio que o Ministro da CGU fez com a Senadora! Ah, sim!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, sim. É isso aí. É isso que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque... O que eu não estou entendendo é o seguinte, eu, se fosse o proprietário, Senador Jorginho, da Prevent Senior, chegaria aqui e me orgulharia, ou o senhor ou um dos donos, me orgulharia muito de dizer: sim, tratei o Senador Omar Aziz de covid e foram aplicados os medicamentos tais, tais, tais, que ajudaram a salvá-lo.

A gente não pode saber de nada!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Ué! Eu estou perguntando: o senhor acredita no tratamento precoce? Aí o senhor... Não... É uma resposta "sim" ou "não". Porque a Prevent Senior foi utilizada como propaganda negacionista, amigo. Foi utilizada. E vocês nunca desmentiram!

Quando vocês viam isso... Por exemplo, quando você vê um Senador da República... o Presidente da República falar sobre o tratamento precoce, que a Prevent Senior tem um protocolo...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – A gente precisa olhar tudo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, amigo.

Quando se fala uma coisa do senhor, primeiro, se não for verdade, a primeira coisa que vocês tinham que ter feito naquele momento é ter desmentido. É ter dito: olha, espere aí, o Presidente está equivocado; nós não temos um protocolo. Nós não temos. Nós estamos atrás de cientificamente comprovar. Não! Para vocês era muito cômodo ter uma propaganda para a empresa vinda da maior autoridade do Brasil! Era uma propaganda que iria atrair novos pacientes, que dava uma encorpada na empresa... Porque quando você... Se lhe dizem que você está fazendo algo, se você não desmente, vira verdade. E vocês não desmentiram nem a nota do Presidente, essa do dia 20 de abril de 2020, em que ele fala no dono – vejam bem, é mais grave, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. E ele diz, no nome do dono, que eles tinham protocolo! Que a 1h40 da manhã... E não houve desmentido da Prevent Senior. Não houve desmentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente Omar...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teve? Vocês têm esse desmentido?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nós nunca deixamos essa história ir para frente, porque nós... Todas as reportagens...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí. Vocês publicaram uma nota?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Existiram reportagens em que nós falamos que não havia ainda definição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, posso retomar? Posso retomar?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Claro, Senador. Por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente... Presidente, só, por favor, uma correção aqui. Eu só queria fazer uma observação, já que muita gente falou aqui e eu não falei. Então, eu não estou quebrando protocolo nenhum.

O empresário Luciano Hang... Eu conheci a mãe dele. Ele a levava a todas as inaugurações das lojas que ele fazia. Então, não precisa dizer aqui que qualquer filho faz o que puder para salvar a sua mãe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É pior!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso que foi colocado aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que se disse aqui é pior, o que está...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Jorginho, Jorginho!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... levaria a qualquer lugar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Jorginho, você levaria sua mãe para a Prevent Senior?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... falou aqui.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não estou falando isso. Eu acho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, eu estou falando é isso!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu acho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele pediu para esconder...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... o Luciano não está aqui e não pode ser atacado assim, Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, ninguém está atacando, não. Pelo amor de Deus!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ele não está presente aqui para se defender. É um empresário sério, de Santa Catarina, que merece respeito. Eu não sei se ele vai vir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém está atacando, não; está considerando que ele é um desalmado...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, então, vamos respeitar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que manda esconder a *causa mortis* da mãe...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... até a memória...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para não virar eficácia de negacionismo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Acho que deveríamos convocá-lo, Sr. Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos respeitar a memória da mãe dele!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desalmado! Ele é que é um desalmado, filho desalmado!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-me retomar, Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É só uma pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, vamos deixar o Relator concluir o trabalho dele!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Omar, foi acertado que ninguém ia interromper...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor falou ainda há pouco que houve uma retificação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O pior é que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – De novo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Omar, Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E abro democraticamente espaço para os amigos todos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – ... a questão de ordem que eu fiz...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Senador Humberto fez isso. Tem que cumprir a questão de ordem dele.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Estou esperando a minha vez para falar! Que todos esperem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu me sinto honrado...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu estava aí cumprindo... Nem pergunta eu fiz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, vamos retomar.

O senhor é médico, não é, Sr. Pedro?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor é médico. O senhor não sabe que o mau remédio é pior do que a doença?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe, não é?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem adiantou esses dados ao Presidente da República?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Esses dados foram veiculados no dia 7 de abril, e muitos jornalistas tiveram acesso. Qualquer um deles pode ter passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que eles disseram que estavam publicando antes de os estudos saírem?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Porque, como...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estavam mentindo novamente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não... Como dito anteriormente, ele era um dado da observação dos acompanhamentos realizados pelos médicos, como eu falei no início da nossa conversa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas ele fez uma postagem antes da publicação. Ele próprio destacou isso.

Foi V. Sa., quero voltar a repetir, que fez isto: que adiantou os dados?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Caro Senador, o dado foi exposto no dia 7 de abril. Esse dado a que os senhores têm acesso hoje, com esses dados dos 636...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação, por favor, e qual é a relação também dos proprietários da Prevent Senior com a família Bolsonaro?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação de V. Sa. com a família Bolsonaro?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta específica, pontual, concreta: o Deputado Eduardo Bolsonaro intermediou essa divulgação antecipada dos dados da pesquisa?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Negativo, uma vez que a divulgação foi feita – desse documento – no dia 7 de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que ele disse que os estudos não tinham sido publicados? Pelo amor de Deus!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É um documento da observação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo amor de Deus!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... que foi feito no dia 7 de abril, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O lamentável é que da forma que isso está sendo investigado, coletivamente, de uma maneira parlamentar... As pessoas estão assistindo a tudo isso...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e estão ficando sem acreditar!

A Prevent Senior – outra pergunta – tem algum acordo de divulgação ou *marketing* com o Deputado Eduardo Bolsonaro?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Negativo, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, quanto ele recebeu por esse trabalho? Foram serviços extraordinários?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não há qualquer relação e nenhum padrão de negociação que possa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não recebeu nada...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nunca recebeu nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pela divulgação desse trabalho antecipadamente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda sobre o estudo divulgado pelo Presidente da República, em que os médicos Rafael Souza da Silva e Rodrigo Esper eram os responsáveis, perguntamos se os números foram alterados após o Twitter do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Negativo, porque os números são relacionados à observação dos pacientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só lembrar que, segundo um levantamento criterioso feito pelo Senador Humberto Costa, áudio encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito do Dr. Rodrigo Esper sugere alterar os números do estudo – veja que loucura...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É o número, o CAE, que é o número de registro, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque o Presidente da República – veja que coisa... Marcos Rogério não está aqui, "vá vendo, Brasil", senão eu repetiria. Alterar os números do estudo porque o Presidente da República mencionou os resultados antes da publicação pela empresa.

O Humberto vai colocar o áudio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coloca o áudio, por favor.

Isso é inacreditável!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o número relacionado é o número de identificação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é inacreditável! Isto é inacreditável.

Queria cumprimentar o Senador Humberto pela maneira como se debruçou...

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Meu Deus...

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ó!

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Mudar a trajetória da medicina nos próximos meses."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Didier Raoult, olha aí!

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ajustar! Ajustar os parafusos!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o senhor escutou todo o áudio. O senhor escutou todo o áudio. O áudio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer umas perguntas em função disso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que os dados foram conferidos e ajustados apenas depois da divulgação do Presidente da República?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, haveria perguntas respectivas àquele período temporal, uma vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah! Havia quais inconsistências nos dados?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não, inconsistência alguma, uma vez... O áudio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah... Então não precisariam ser alterados, se não houvesse. É uma preliminar óbvia.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Óbvia. Se não houvesse inconsistências, não precisaria ser alterado, é claro.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, ficou nítido no áudio que foi feita uma reavaliação, e em momento algum fala qualquer situação que possa criar qualquer constrangimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a resposta da Prevent Senior – eu queria perguntar agora de uma forma diferente – a tantas críticas ao seu estudo com a hidroxicloroquina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, a gente tem uma das melhores taxas de sobrevida do País e do mundo. Esses dados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei isso e até cumprimento V. Sa. por isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Esses dados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Renan.

O senhor não pode afirmar isso...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu posso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque tem pacientes aqui, Senador Humberto, a mãe do Sr. Luciano Hang e o Dr. Wong, que não está como morte por covid...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque falsificaram os prontuários.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, é lógico, aí você vai ter a melhor taxa do mundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já perguntei: quantos prontuários os senhores falsificaram?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, não há falsificação de prontuário alguma. Não há. Nunca. Isso aí é um documento médico que tem que ser apreciado por todos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então qual é a resposta da Prevent Senior às críticas?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A resposta da Prevent Senior às críticas é óbvia: todas são infundadas e precisam ser avaliadas criteriosamente. Quando eu digo criteriosamente é pegar os prontuários, avaliar corretamente. Essas mensagens, elas são nítidas de que criam uma lisura em tudo que foi falado, em tudo que foi reavaliado para que qualquer informação que fosse colocada viesse de maneira correta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa tinha ou tem ainda interesse em defender um tratamento para ficar aliado com o gabinete paralelo e agradar ao Presidente da República?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não existe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que nós vimos há pouco é que esses estudos serviriam para o mundo, que iam mudar a história da medicina no mundo, da ciência – é modesto; é modesto, inclusive.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone*.) – Como a vacina da pólio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, a vacina da pólio. E do câncer.

A empresa tinha algum interesse? Por quê? Que interesses são esses?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, como o senhor já viu a composição da carteira da Prevent Senior, nós só trabalhamos com pacientes crônicos, nós temos mais de 400 centenários na empresa. E a nossa preocupação a todo momento foi salvar a vida dos nossos beneficiários. Uma vez que houvesse mortes, a gente teria um colapso na empresa. Então a ideia e o foco central da empresa sempre foi salvar essas vidas dos pacientes que foram mais agredidos durante a pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer uma pergunta agora, já que eu não obtive a resposta da anterior: V. Sa., na qualidade de diretor executivo – não é isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Médico; diretor executivo médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Médico. Determinou que os médicos da rede da Prevent Senior fossem orientados a evitar que a declaração de óbito dos pacientes tivesse como causa a covid-19?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – De modo algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir essa mensagem aí, por favor. Veja que nós temos material e que, a cada coisa que está sendo colocada, nós estamos negando...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e apresentando a prova.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Posso... O senhor me permite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixa eu colocar. "Bom dia"...

Dá para ler, Omar, você está...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – "Bom dia. Precisamos padronizar o CID B34.2 para todos, para todos os pacientes (*Fora do microfone.*) com suspeita ou confirmação de covid-19 para que estes possam ser adequadamente contabilizados independente do status de exame ou da unidade. Reforce com os médicos do pronto atendimento [eu acho, PA] para preencher a solicitação corretamente e corrijam as solicitações incorretas. Após 14 dias do início, pacientes de enfermaria, apartamento, ou 21 dias, pacientes com passagem em UTI, leito híbrido, o CID deve ser modificado para qualquer outro, exceto B34.2, para que possamos identificar os pacientes que já não têm mais necessidade de isolamento".

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Início imediato".

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito. A mensagem é clara: todos os pacientes com suspeita ou confirmados de covid, na necessidade de isolamento, quando entravam no hospital, precisavam receber o B34.2, que é o CID de covid, e, após 14 dias – ou 21 dias, para quem estava em UTI –, se esses pacientes já tinham passado dessa data, o CID poderia já ser modificado, porque eles não representavam mais risco para a população do hospital, uma vez que já tinham...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor, como médico, é inacreditável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E inacreditável! Isso é inacreditável!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O que é inacreditável, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor realmente não tem condição de ser médico com a desonestidade que o senhor fez agora. Sinceramente! Sinceramente, modificar o código de uma doença é um crime. Infelizmente, o Conselho Federal de Medicina não pune o senhor.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o código, a mensagem é clara...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto, o que que foi, que eu não entendi? O que que foi, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Rejeito ouvir V. Sa. V. Sa. foi desonesto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Na verdade, Sr. Presidente, o que está acontecendo é que eles consideram que, depois de 14 dias, esse paciente não tem mais covid ou que, depois de 21 dias, ele não tem mais covid. Essas pessoas que morreram morreram de complicações de quê? De covid! Então, é covid!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É óbvia a falsificação que foi levantada aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É covid! É lógico que isso aí é uma fraude, é uma fraude...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma fraude...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é a fraude que mata...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É uma fraude!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o que mata são as consequências da covid, porque ela afeta o pulmão, cabeça...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na formação de V. Sa. falta honestidade e integralidade para ser médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta, uma pergunta, Presidente...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Por favor, respeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A manipulação das informações sobre a causa do óbito, a propósito, também são de responsabilidade sua ou são exclusivamente do Dr. Roberto Cunha?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – As informações são de responsabilidade de cada um dos médicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A responsabilidade é de quem preenche a certidão de óbito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo 6, por favor. Eu já vou me encaminhar pra terminar. Ainda bem.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixem eu só explicar, como pediu o Senador Tasso, o que é: matéria com vídeos de médicos que foram punidos por não receitarem os medicamentos do *kit* covid. Médicos que foram punidos por não receitarem os medicamentos do *kit* covid.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Izabelle, pode voltar para o início?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Volta, Izabelle, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a autonomia médica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Autonomia.

Bem, algumas perguntas sobre a autonomia médica exibida pela Prevent Senior. Em diversas mensagens em grupos de diretores e médicos da Prevent Senior, é citada a política da obediência e lealdade – obediência e lealdade.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor poderia exibir essa mensagem, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia explicar o que é essa política e qual é o seu objetivo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o senhor poderia exibir essa mensagem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou citando e perguntando o que que é essa mensagem.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Essa mensagem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É óbvio que se eu estou citando isso é porque eu tenho.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Essa mensagem fazia parte de uma sigla de um ex-diretor. E ela faz parte de uma mensagem que foi colocada em 2017, na gestão da outra diretoria – 2017. Como já foi expressado aqui anteriormente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem é esse diretor e essa sigla significa o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Essa sigla é uma sigla que ele utilizava, de lealdade e obediência, e ele tentava espalhar na empresa inteira – e ele saiu pra ir para a concorrente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, que impregnou a cultura da empresa, lamentavelmente...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não impregnou. De modo algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o que nós vemos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor pode dizer quem era esse diretor e o que significa essa sigla?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Claro! Chama-se Anderson Nascimento. Hoje ele é um dos diretores da Hapvida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não sei se... Ah, ele é diretor da Hapvida? É só curioso, Presidente, porque essa sigla é a mesma sigla... é uma sigla usada por uma das legiões do Reich alemão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, como eu disse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não é uma mera coincidência.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não é uma mera coincidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma das siglas usadas pelo Reich alemão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso impregnou a cultura...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, não vamos chegar a esse nível de fazer exemplos que são...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não estou...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não está dando exemplo...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Por favor. Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, eu que digo por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... está citando o *slogan*, o *slogan* da empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor acaba de dizer aqui: obediência e lealdade.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi o senhor que disse que é de um diretor.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Dois mil e dezessete.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi o senhor que disse que é de um diretor.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Dois mil e dezessete.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas que impregnou a cultura. Estamos vendo que impregnou a cultura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu não sei, mas o senhor está trazendo aqui para o depoimento uma outra empresa, a Hapvida. Já tem uma outra que deve ser investigada também, a Hapvida. Porque assim, eu só quero dizer... Quem perguntou sobre o que diz... Obediência e lealdade está descontextualizada.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está descontextualizada, pelo que foi colocado ali pelo Senador Renan.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor que diz que é o *slogan* – foram palavras suas –, que é a consígnia de um dos diretores.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não da empresa, não nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor não disse que ela consígnia de um dos diretores?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não nossa. Esse médico saiu da empresa em 2017. Inclusive...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixa eu lhe perguntar uma coisa sobre isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Prevent Senior usa essa política de, – aspas – "obediência e lealdade" para tolher a autonomia do médico?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – De modo algum. De modo algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta: quantos médicos da Prevent Senior foram demitidos ou constrangidos por não seguir as orientações da empresa quanto à administração do *kit* covid e dos demais medicamentos utilizados no tratamento precoce do Bolsonaro?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhum médico. Nenhum médico foi constrangido, uma vez que esses dados e essas imagens de anônimos estão tentando apenas usurpar o nome da empresa e sua idoneidade. Esses médicos foram excluídos da empresa por graves falhas éticas e morais, como invasão de prontuários e tratamento inadequado de pacientes, muitos deles com queixas em *compliance*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, e isso, tal qual os prontuários falsificados encobriam a *causa mortis*, essas...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhum prontuário falsificado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... essas informações tentam encobrir a demissão por perseguição, porque se recusaram...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – De modo algum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a prescrever o remédio.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – São 3 mil médicos na empresa. Se houvesse essa política, não seria meia dúzia de médicos que iria inquirir alguma situação contra a empresa. São 3 mil médicos honrados que salvaram muitas vidas e estão sendo desrespeitados por essas denúncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, Senador Randolfe, se nós formos consultar o dicionário da língua portuguesa, nós vamos constatar que prevenção é sinônimo de prudência – não é isso, Dr. Pedro? –, de diligência...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de previdência.

Depois dessas informações estarrecedoras que nós soubemos nos últimos dias e vimos hoje aqui, lamentavelmente, nós constatamos que essa Prevent Senior não é um plano de saúde, é um plano macabro de mortes...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Desculpa, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que tinha a ousadia e a pretensão de mudar a Medicina do mundo...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor está desrespeitando 2 mil, 3 mil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com um estudo que foi vazado por Eduardo Bolsonaro.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... médicos, 15 mil funcionários – 550 mil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um absurdo que isso aconteça, Presidente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... famílias o senhor está desrespeitando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou parar por aqui. Eu já estou farto dessas notícias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor, Dr. Pedro, deve ter uma comissão que examina...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Prontuário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... os óbitos.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pode declinar o nome dessa comissão?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu tenho uma comissão para cada um dos hospitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, então, o senhor decline para mim os nomes, por favor.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o senhor não tiver agora, eu queria que o senhor desse a comissão de todos os hospitais que trataram sobre covid, porque tinham por obrigação, essas comissões, verificar a *causa mortis* de cada paciente – de cada paciente. E eles devem ter isso. Essa comissão deve ter isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tecnicamente, é a Comissão de Revisão de Óbitos – certo? – que cada instituição hospitalar tem que ter.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, antes de mais nada, eu quero também aqui me somar a todos que repudiaram a agressão vil ontem perpetrada contra a Senadora Simone Tebet, que divulguei nas redes sociais e dei entrevistas também sobre esse assunto. Quero aqui externar a minha total solidariedade.

Dr. Pedro, seja bem-vindo. V. Sa. será tratado aqui com muito respeito, ainda que muitos de nós aqui estejamos profundamente indignados e eu diria até nauseabundos. Só vi situação semelhante nesta CPI quando aquele cidadão dono da Wizard dizia "morreram cinco... Rá, rá, rá", porque estavam fazendo afastamento social. Então, se algum de nós, aqui, se emocionar, V. Sa. releve.

O plano que V. Sa. representa tem hoje 550 mil vidas e teve um crescimento importante na pandemia: em 2019, teve um faturamento de 3,6 bi e um lucro líquido de 432 milhões; em 2020, faturou de 3,6 para 4,3 bi, e o lucro aumentou de 432 para 496. É uma empresa importante, a maior parte com pessoas idosas.

E, naturalmente que um plano com essa dimensão foi considerado pelo Governo um espaço importante pra tentar legitimar uma política. Talvez, V. Sa., como Diretor e médico, não tenha conhecimento, mas eu tenho convicção de que os patrões do senhor fizeram um acordo com o Governo. Naquela época, o Governo queria desmoralizar o Ministro Mandetta e todas as orientações que havia de isolamento social. Pra isso, ele precisava provar que esse tratamento que ele preconizava era bom, protegia, todo mundo podia ir para a rua e ninguém ia morrer. Infelizmente, o dono do seu hospital aceitou ser o instrumento pra tentar dar legitimidade a essa ação criminosa. E aí começa a se montar a rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela primeira vez, nós estamos vendo aqui a comprovação não só de que o gabinete paralelo existia, como o gabinete paralelo era operante. A Prevent Senior recebeu a consultoria da Dra. Nise Yamaguchi e do Dr. Zanotto, essa figura aí corajosa na rede social, que nas *lives* defendia isso. Quando nós pensamos aqui em trazê-lo para a CPI, sabe pra onde ele foi? Para o Canadá. Aliás, a gente está acostumado a ver aqui os valentões de internet. Quando chegam aqui, ao invés de defenderem aquilo que eles acham que é correto, eles pedem para o Supremo não obrigá-los a falarem. Eles dizem...

O senhor me perdoe, mas o senhor da mesma forma. Quando o senhor foi perguntado se tratamento precoce resolve o problema, o senhor vem com outras conversas, isolamento social, máscara, não sei o quê, mas o que aconteceu no ano passado é que boa parte dos negacionistas dizia que tudo isso era besteira, que o bom era tomar cloroquina, azitromicina, ivermectina e esses medicamentos todos.

Então, a Prevent Senior aceitou fazer essa pesquisa, uma pesquisa ilegal. Pesquisa observacional precisa de autorização do Conep. Vocês não tinham. Por isso, a Prevent Senior foi acionada pelo Ministério Público Federal, porque fez uma pesquisa, divulgou e estimulou o pensamento das pessoas de que era correto, e essa pesquisa não era autorizada. A pesquisa que foi autorizada, que era um estudo duplo-cego, foi autorizada pelo Conep no dia 11, e quatro dias depois foi suspensa por suspeitas de que tivesse havido fraude. Então, com todo o respeito, a pesquisa que V. Sa. apresenta aqui e a que começou não servem para nada na minha avaliação. Me desculpe, mas eu tenho que ser sincero.

Além do mais, a Prevent Senior não pesquisou só hidroxicloroquina, não pesquisou só azitromicina. Vou lhe dizer aqui o que vocês pesquisaram: pesquisaram hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina, colchicina, nitazoxanida, flutamida... Ontem saiu até na televisão: mulher que tomou esse remédio que não pode ser dado para mulher...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Meninas tomam, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bicalutamida, heparina inalatória e ozônio via retal, tudo isso foi pesquisado na Prevent Senior, nada disso com autorização. Até célula-tronco! O que eles fizeram? Eles têm uma autorização para um estudo de célula-tronco, para análise de recuperação de cartilagem do joelho; eles usaram isso como argumento para fazer pesquisa de célula-tronco para quem tem covid! E o Conselho Federal de Medicina serve para quê? Para que esses bolsonaristas do Conselho Federal de Medicina servem?

Eu estou indignado. Eu não consegui convencer a CPI a trazer aquele Presidente do Conselho Federal de Medicina, porque isso é uma demonstração de uma omissão criminosa! Esse é um criminoso, que permite que isso aconteça, que se faça isso com pacientes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, foram 700 pacientes pesquisados que tiveram a autorização, mas mais de 6 mil foram pesquisados sem que autorização houvesse. Até hoje a Prevent Senior dá cloroquina para quem chega lá, até hoje!

Então, vejam, já tem vacina, vai ver que está diminuindo o número de pessoas morrendo e adoecendo porque é a cloroquina. Será que é possível? Pode ser que seja isso aí.

Eu gostaria de ter de V. Sa. esse papel aí mostrando, comprovando que todo mundo aprovou a utilização desses medicamentos, que até para essa observação havia concordância. E queria também para esses outros 6 mil, que provem que as pessoas tinham consciência e que autorizaram a utilização desses medicamentos sem eficácia.

Eu queria ainda aqui dizer o seguinte... São tantas coisas, ainda bem que o Senador Renan pegou boa parte e mostrou aqui. A Prevent Senior foi uma das grandes consumidoras desses medicamentos ineficazes. Foram 3 milhões de medicamentos. O Senhor não sabe, mas foram 3 milhões de medicamentos comprados pela Prevent Senior. Dava para atender 500 mil pessoas. Quer dizer, eles fizeram uma previsão de que cada associado, beneficiário da Prevent Senior ganhasse um *kit* covid. E não é verdade que a Prevent Senior mandava depois de uma consulta, não é verdade. Me mostra aí, por favor, os pacotinhos prontinhos da Prevent Senior para mandar para a casa das pessoas, o chamado *kit* covid. Tem como mostrar aí? São vários, o *kit* covid é o que manda para as pessoas. Quando os senhores mandavam esse *kit* covid faziam eletrocardiograma para quem iria tomar cloroquina?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não, segundo o vendedor, assina o contrato e chega.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vocês faziam? Todos esses pacientes que tomaram cloroquina fizeram eletrocardiograma?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, os prontuários estão à disposição para os senhores poderem comprovar cada um dos casos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas isso é uma orientação geral.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, mas é importante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador, o Senador Otto...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Pedro... Senador Humberto, dó um momentinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Pedro, o Senador Humberto fez uma pergunta objetiva, e me parece que isso não fere nenhum protocolo, nenhum sigilo médico.

A pergunta objetiva é: existia recomendação de eletrocardiograma...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Para todos os clientes, não, uma vez que se precisa avaliar o quadro clínico...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, para todos os clientes, não.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Tem que se avaliar o quadro clínico de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Respondido, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador Otto perguntou à Dra. Nise Yamaguchi, consultora da Prevent Senior...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não é consultora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Quando a senhora passa hidroxicloroquina e cloroquina, a senhora manda fazer eletrocardiograma?" O que foi que ela respondeu? "Sim, é necessário."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É necessário, é importante, e V. Sa. está me dizendo aqui...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Que não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que muita gente recebeu esse *kit* covid e não tinha se submetido...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nós podemos recordar e remeter que a medicação... Ela é amplamente utilizada por outros profissionais, como dermatologistas e reumatologistas, e eles nunca solicitaram eletrocardiograma para prescrevê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – O senhor está falando uma coisa que não tem embasamento científico.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Sim, sim, tem. Tem embasamento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe que a arritmia é uma doença o quê? Do...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Do coração.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ela é dose-dependente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A arritmia?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É dose-dependente? O senhor sabe o que é dose-dependente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor... Claro que sei o que é dose-dependente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então diga o que é dose-dependente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O que é dose-dependente, doença dose-dependente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Dose-dependente é quando, dependendo da quantidade de medicação utilizada, pode dar alguma reação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – À proporção em que você toma a medicação que altera a arritmia...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ...ela vai se agravando até a parada cardíaca.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Com certeza.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, para dar hidroxicloroquina para um paciente, doutor, tem que fazer eletro ou, então, ecocardiograma.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Se o paciente tem histórico disso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso é um procedimento normal.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não há qualquer...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se o senhor manda para casa o *kit* covid e não faz o eletro, o senhor vai matar o paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não tem, não tem como deixar de reconhecer isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto, eu entendo o que o senhor está falando, mas não tem qualquer...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se o senhor manda para casa...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não existe qualquer protocolo no mundo no sentido de que, para o uso de hidroxicloroquina, tenha que se fazer eletro. É preciso avaliar o paciente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Me compense aí o tempo, Presidente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E agradeço...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eles inventaram, eles inventaram um negócio aqui e fizeram a maior festa: o *golden day*. O que é o *golden day*? É o seguinte: no protocolo deles, quando a pessoa aparece com sintoma de gripe, no segundo dia – chegou com sintoma de gripe, faz o teste para covid –, no segundo dia, já entram com a cloroquina e tal. Agora vejam que coisa: no segundo dia começa a tomar cloroquina, mas o resultado só sai no terceiro dia! Quer dizer, antes até de saber se a pessoa tem covid, já começa a tomar a cloroquina. Por quê? Porque dizem que, se tomar no segundo dia dos sintomas, o resultado da cloroquina é maior. Eu queria saber qual foi a pesquisa que provou isso aí. Foram feitas muitas internacionalmente, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não foi a pesquisa da Prevent?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – É, só se for essa aí.

Bom, a outra coisa importante é que a tal da obediência, lealdade, autonomia, essas coisas todas aqui estão contestadas.

Está cheio de zaps aqui. Por favor, bote o 22 aí. (*Pausa.*)

> Estamos aqui para trabalhar, não bater meta, então vamos fazer o que deve ser feito. Todos somos avaliados diariamente pelo nosso trabalho. Aqueles que insistirem em não preencher o perfil vão perder espaço na empresa. Obrigado e conto com a colaboração de vocês.

Outra mensagem: "Atenção, plantonistas, agilizem atendimento! Não deixem o tempo estourar!"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí um deles diz: "Concordo plenamente, mas ameaças deixam o clima meio antiético... De qualquer forma, vamos sim redobrar os esforços".

Ou seja, havia uma pressão...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... para que as pessoas...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ...essas mensagens são de 2017!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Onde está...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, elas estão omitidas, Senador. Eu tenho aqui as originais, que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero que V. Sa. me passe depois.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Por favor. Tá, elas são de 2017, elas não são desse momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quantos profissionais foram demitidos por se recusarem a aplicar esse tratamento precoce?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhum, nenhum. Nenhum profissional foi demitido desse modelo que o senhor relatou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Me mostre aí o 23. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É a mesma matéria que eu apresentei inicialmente, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

Onde diz que os trabalhadores eram obrigados...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Exato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... a atuar com covid e a aceitar a prescrição desses medicamentos que poderiam provocar doenças muito graves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A própria Vigilância Sanitária e a Anvisa confirmaram que isso era inverídico.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloca aí o 24 e o 25. (*Pausa.*)

Olha ali: "Não podemos perder o foco. Voltamos a ter rendimentos ruins. Não podemos perder o tônus". Peço imediatamente que imediatamente todos [os pacientes] os tutores de plantão conversem com suas equipes e salientem a importância do tratamento precoce. Isso é muito importante".

O outro: "Peço que mantenham o foco. O tratamento precoce que faz ganharmos o jogo e principalmente diminui o risco dos pacientes. Qualquer paciente com sintomas respiratórios devem ser orientado [...] [e deve haver a proposição do] tratamento". É isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Chegou lá, chegou lá, cloroquina neles.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Extremamente claro: a proposta do tratamento é feita entre o médico e o paciente. Não tem nenhuma incitação objetiva e imposição. É tudo pautado na decisão entre médico e paciente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Passe pra 26 e 27, por favor. (*Pausa.*)

Está lá: "Não esqueça de que o protocolo está em andamento. Vamos incluir".

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – São as mesmas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Pessoal, olhem o momento de entrar com hidroxicloroquina e azitromicina. Acreditem! Vai dar certo!!!!!"

Baixe aí.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor tem a data dessa, Senador, por favor?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa é no período da pandemia.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito, no momento em que as pessoas estavam...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é no período da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... desesperadas, em 31 de março 2020.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Olhe...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nós não tínhamos respostas, e as pessoas estavam desesperadas para sobreviver.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Olhe, essa conversa "quem prescreve é o médico"...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Está errado, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é conversa pra boi dormir. Ninguém pode prescrever veneno. Ninguém pode prescrever um medicamento que não tem utilidade.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Concordo com o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E tem mais: e esse conjunto de tratamentos aqui? Tudo bem, se V. Sa. me disser...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Código de Ética veda, viu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se V. Sa. me disser: "Olha, hidroxicloroquina, o CFM disse que há autonomia"... E isso aqui?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bomba de ozônio?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, todos os tratamentos... Qualquer tratamento que for definido entre médico e família com o propósito de salvar o paciente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nada disso!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... ele pode ser prescrito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ninguém pode passar veneno pra ninguém. Não tem...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não estamos falando de veneno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O médico não tem...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Concordo com o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O médico não tem esse direito.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Concordo plenamente com o senhor, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não tem esse direito de fazer...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Concordo com o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... esse tipo de coisa.

Só para terminar aqui.

Existem denúncias de que questões simples, como equipamentos de proteção individual, não eram recomendadas na Prevent Senior.

Está aqui.

Mostre aí: 32 e 33.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o senhor relatou o ganho da indústria farmacêutica. Eu acho que não tem indústria que mais ganhou com a Prevent Senior do que a indústria de EPIs: foram R$80 milhões gastos em EPIs. E a própria Vigilância Sanitária, Anvisa e a própria ANS, Ministério Público, confirmaram que os protocolos eram seguidos rigidamente.

Volto a dizer, o senhor...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso aí é mentira?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É mentira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Máscaras... "Precisaremos fazer uso consciente..."

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "... inclusive dos EPIs, para não ficarmos..."

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Exato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "... sem quando realmente for necessário."

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Adaptaremos as estratégias conforme os acontecimentos."

"O mais importante na prevenção é higiene das mãos."

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Evitar contato com os olhos."

"Uso das máscaras, somente indivíduos sintomáticos devem usar máscaras cirúrgicas."

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Cirúrgicas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Em todas as nossas unidades de atendimento são oferecidas máscaras...".

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "... para indivíduos sintomáticos."

"Profissionais das unidades de saúde no geral só devem utilizar a máscara quando realizarem atendimentos com proximidade menor do que um metro em pacientes considerados suspeitos."

Dentro de um hospital?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Peraí, peraí, peraí, só um minuto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Só um minuto, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador... Senador... Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Use, mas não use.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, antes de mais nada, vejam as datas e o que foi dito antes, as máscaras devem ser utilizadas e são determinados padrões de máscara.

A vigilância sanitária... Nós começamos treinamentos em 28 de fevereiro para a utilização de EPIs, e toda essa avaliação foi feita pelos órgãos de vigilância.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone*.) – A exigência de máscara é universal.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, e o senhor recorda que no começo da pandemia não era? O senhor recorda?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dentro do hospital, não.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dentro de um hospital, não.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Quando o senhor...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dentro de um hospital... Em qualquer hospital que trata doença infecciosa é obrigatória a utilização de máscaras.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, ali se está falando de uma orientação geral, porque a busca pela informação era se todo mundo que entrasse no hospital iria precisar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora bem recorda que, no começo da pandemia, não eram todos que entravam no hospital que precisavam utilizar máscara, isso era uma realidade. Depois passou a ser obrigatório para todos os brasileiros utilizarem máscara.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "O ascensorista e a equipe de transporte só devem utilizar a máscara quando...".

Cadê o restante aí?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, essas máscaras são N95, está sem o pedaço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "... quando transportar paciente suspeito de..."

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Foi omitido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "... covid sob EOT, já que o paciente não está possibilitado de uso de máscara nesse caso."

Recepcionistas, também.

É isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, está omitida a informação desse texto completo.

A informação original eu tenho e eu passo para o senhor também, porque está omitida a informação nesse texto.

E a informação completa, que foi omitida por quem lhe passou essa informação, ela mostra a idoneidade da empresa, assim como foi confirmado por Anvisa, por Ministério Público, pela Vigilância Sanitária e todos os órgãos responsáveis por manter o nosso hospital funcionando adequadamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu vou concluir. Já falei demais, e eu acho que o Relator demonstrou com mais precisão o que nós colocamos aqui, o que nos coloca diante de um quadro verdadeiramente escabroso, não é?

Ouvi atentamente as respostas de V. Sa., mas está claro que o trabalho que essa instituição fez foi o de tentar dar credibilidade a uma postura, a uma estratégia que levou o Brasil a viver essa crise sanitária, econômica, social e política, que nos conduziu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Humberto, e ali está dizendo que não é obrigatório o uso de máscara em UTI!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu já expliquei: está fora de contexto e eu tenho a mensagem completa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tem explicação para isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, é só ver a data e o contexto em que a mensagem está. Eu tenho toda a mensagem, completa, pra mostrar pra todos os senhores. E, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, doutor, só uma pergunta.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Em algum momento, em UTI, não é recomendado o uso de máscaras?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Como o senhor se recorda, Senador, anteriormente ninguém dos acompanhantes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Acompanhantes, Senador. Aí a gente está se referindo a acompanhantes, que, desde que nós nos conhecemos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me permita, Dr. Pedro.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está lá: "Não está recomendado o uso de máscaras em UTIs para todos os colaboradores".

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Indiscriminadamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colaboradores é quem trabalha pra Prevent Senior.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Também.

Lembra a data que eu pedi pra mostrar, que está omitida?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito. Mas, assim, independentemente da data – a data é 26 de fevereiro, eu concordo com V. Sa. –, a pergunta que faço é a seguinte: em algum momento, não é recomendado o uso de máscaras em unidade de terapia intensiva?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Hoje em dia, de modo algum – de modo algum!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas em algum tempo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Em algum tempo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Assim, me permita...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os médicos aqui são o Senador Humberto, o Senador Rogério e o Senador Otto, mas eu aprendi que, em UTI, sempre é recomendado o uso de máscaras.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas nesse caso especificamente...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a gente estava falando de uma doença...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dr. Pedro...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Embora não se tivesse a pacificação sobre o uso de máscaras, nós estamos falando de uma doença infecciosa.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

Lembramos de uma coisa muito clara: em qualquer hospital do País, se os senhores visitassem antes de fevereiro de 2020, veriam que não existia qualquer indicação de qualquer pessoa entrar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máscara ou de funcionários permanecerem com máscara. Se os senhores baixarem na vigilância sanitária de cada Estado, os senhores poderão comprovar isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – De forma nenhuma. Nós aqui nos acostumamos, porque a pandemia, quando chegou ao Brasil, já tinha estourado na China e já tinha estourado na Europa.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Sim, e aqui ainda era uma dúvida, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E tudo o que nós víamos o tempo inteiro é que ninguém dentro de um hospital, dentro de uma ambulância, carregando um paciente... Nós não estamos falando do cidadão comum no meio da rua. Nós estamos falando do profissional de saúde dentro de uma estrutura de saúde!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tinha que estar assim. Claro e obviamente, dentro de uma UTI...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E me permita, Dr. Pedro. Uma das imagens, em fevereiro de 2020, que viralizaram por todo o planeta era a dos profissionais de saúde da Itália com marcas no rosto em virtude da utilização, do uso de máscaras.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, não obstante a questão do *habeas corpus* e também pela sua reciprocidade e sua educação, eu queria agradecer pelo modelo como o senhor se portou a mim. E, para todas as perguntas de que o senhor precisar de resposta, eu faço questão de enviar, diante disso que o senhor apresentou.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k, eu agradeço, mas isso não diminui...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Com certeza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... a gravidade do que aconteceu na Prevent Senior.

Eu desejo que V. Sa. não tenha tido nada a ver, que isso seja produção lá dos proprietários desse hospital.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eles são pessoas idôneas, eu lhe garanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, infelizmente, esse foi um dos episódios mais tristes a que nós tivemos oportunidade de assistir aqui nesta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Otto Alencar e, depois, eu vou suspender por 30 minutos.

Aí, depois, em seguida, Senadora Eliziane Gama, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Randolfe, Senador Jorginho, Senador Marcos Rogério, Senador Eduardo Girão, Senador Alessandro, Rogério Carvalho, Soraya, Izalci, Fabiano Contarato e Zenaide.

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Pedro a respeito do conhecimento dele da doença, da covid-19.

O senhor sabe que 85% das pessoas acometidas pela doença cursam de forma assintomática, leve ou moderada. Os pacientes que procuram hospital já chegam no hospital com a forma grave da doença, que é a pneumonia virótica. A pneumonia virótica depende de internamento, em alguns casos de UTI, porque evolui para insuficiência renal às vezes. Pode evoluir também para uma septicemia por uma infecção bacteriana.

Então, o que eu pergunto ao senhor é: nesses casos graves, o senhor acha que hidroxicloroquina e azitromicina resolvem o problema?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Não resolvem, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas os dados que nós temos aqui, Dr. Pedro, mostram que muitos pacientes foram internados, inclusive com prontuário... Tem vários prontuários, uma compilação enorme de pacientes que já chegaram com a forma grave e eles receberam essa medicação: hidroxicloroquina e azitromicina.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor se recorda...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E o senhor sabe que azitromicina é um antibiótico para sinusite, rinite, inclusive para doenças gênito-urinárias, como gonorreia. Nunca foi um antibiótico de escolha para combater uma bactéria gram-negativa ou gram-positiva de hospital. Você tem que partir para ciprofloxacina, cefalosporina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses pacientes que internaram na forma grave, todos eles foram a óbito por aplicação inadequada da medicação que a Prevent Senior...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eles foram a óbito por causa da covid.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... se propôs a fazer nos hospitais.

Nós temos aqui, por exemplo, um dado que é um dado que chama atenção, e esse aqui V. Sa. não pode deixar de contestar. Por exemplo, foram internados em UTI, em forma grave, em hospital da Prevent Senior – são vários hospitais –, 5.653 pacientes, sendo que 1.487 foram a óbito. No Hospital Einstein, foram internados 2.225 pacientes e 154 foram a óbito. A mortalidade, no seu hospital, é de 39% dos pacientes que internaram em UTI, no Einstein é 11%.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor tem a idade dos pacientes?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor tem a idade de todos os pacientes?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olhe, ouça bem, eu falei antes que 85% dos pacientes cursam leve, assintomático ou moderado e V. Exa. confirmou.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor como...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso aí é para o jovem e para o idoso também.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não, não, não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não. Senador, Senador, não vamos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É. É. O senhor confirmou...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, somos médicos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas é claro que é. Agora...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Somos médicos e todos aqui estão cientes...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um instante, eu estou com a palavra. O senhor por favor, o senhor por favor...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ...que um paciente de 85 anos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. O senhor, por favor... Nem todos os pacientes que internam lá têm 85 anos.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim. Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tenho 74 anos e estou hígido aqui, forte.

Não são todos que chegam lá com 60 anos, 65, que têm problema de saúde.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí tem que pegar prontuário por prontuário.

Então, a alta taxa aqui de letalidade, de mortalidade...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi quatro vezes maior do que a do Hospital Einstein.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor tem a taxa de letalidade do Einstein para a mesma idade que a da Prevent?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – São pacientes que, no início... Quando a doença começou, o senhor sabe que as pessoas mais acometidas eram os idosos. É exatamente o negacionista que dizia isto, que os idosos deviam ficar em casa, que os jovens tinham que sair, terminavam contaminando... Então, isso aqui é irrespondível! A alta taxa...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não é, é totalmente respondível...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... é quatro vezes mais do que...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o senhor está colocando tudo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Um instante. Eu vou dar oportunidade para o senhor responder.

Então, essa situação significa o quê? Significa que, dentro de um ambiente hospitalar, e não tinha controle... Até porque quem fiscaliza o hospital é a própria empresa, é a própria empresa. Você não tem auditoria externa, não tem auditoria externa...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Tem vigilância sanitária constantemente no hospital.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, mas, dentro de ambiente hospitalar, não...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, o que aconteceu com isso? O paciente... Nós ouvimos vários colegas do senhor, pessoas honestas, corretas, sérias, de credibilidade... Não foram poucos os médicos, não. E eles falaram aqui: "Olhem, o paciente fica sete dias na UTI, dez dias na UTI. Vendo que não tem jeito, eles saem para a enfermaria para..." Para inaugurar uma coisa que o seu hospital inaugurou no Brasil, uma nova especialidade: a "paliatização"...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor nunca ouviu? O senhor jura que o senhor nunca ouviu falar de paliativismo?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É "paliatista". Ouvi muitos médicos dizendo, confirmando que tiravam da UTI, botavam na enfermaria e faziam a "paliatização". O seu hospital criou uma nova especialidade: "paliatistas". E que iam para a bomba de morfina para sedar, para não sentir dor, ou para o sucedâneo da morfina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, faça o favor...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... tipo Demerol ou Dolantina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça o favor para nós leigos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faça o favor para nós leigos da área de Medicina. O Senador Rogério, o Senador Humberto e o Sr. Pedro estão entendendo, mas a grande maioria que está aqui e...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que funciona esse...?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ao contrário de fazer o tratamento correto dentro da UTI – se precisar intubar, intubar com *kit* intubação; se precisar usar cortisona, prednisolona, dexametasona, anti-inflamatórios, usar; se precisar usar um anticoagulante, seja Clexane, heparina, qualquer um desses, tem que usar para não permitir a microtromboembolia dentro do pulmão do paciente; se precisar um antibiótico de terceira geração, de quarta geração, vai lá e usa cefalosporinas, ciprofloxacino –, o que acontecia? O paciente ficava sete dias: "Esse aqui não vai ter jeito, vai para a enfermaria e vai tomar paliativos". Por isso, chama-se "paliatização", com alguém que submeteu... Acredito que é um absurdo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se fosse uma eutanásia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É uma eutanásia! É uma violência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadores...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É uma violência...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadores...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu estou com a palavra. Eu a dou a V. Exa. daqui a pouco.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadores, existe uma sociedade que rege...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, se criou a figura do "paliatista", é uma nova especialidade macabra que se escolheu...

E outra coisa. Isso acontece, Senador Humberto – e todos sabem aqui –, com os olhos complacentes do Presidente do Conselho Federal de Medicina, que nunca tomou providências nesse sentido! E nós denunciamos várias vezes esses episódios contra a vida – a vida! – das pessoas, o que me comove, é doloroso saber... Por exemplo, está aqui, está aqui – não há como o senhor negar –, aqui está a ficha da mãe – não vou citar o nome – do Luciano. Ela internou com infecção por coronavírus – está aqui –, e na certidão de óbito não consta coronavírus. Consta...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor tem o prontuário completo?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tenho aqui!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O prontuário completo?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não precisa prontuário...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Precisa sim, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não precisa prontuário. Aqui está a ficha de internamento, e aqui está o atestado de óbito. Então, ela internou com coronavírus. Qual foi a doença primária com que ela internou no seu hospital?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu não vou comentar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A doença primária é covid-19. Agora, depois da doença primária...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a falsificação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... o paciente desenvolve outras complicações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falsificação, isso é um absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... desenvolve septicemia, como eu falei aqui...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... desenvolve insuficiência renal, tem a tromboembolia, a microtromboembolia.

Então, nesse atestado de óbito tinha que constar: doença primária, covid-19, secundado por diabetes *mellitus* – até diabetes *mellitus* eles botaram aqui –, septicemia, parada cardíaca, enfim. Olha, é uma manipulação da vida das pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, da vida.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É a falta de honestidade de que eu falo aqui, falta de... E não vou nem falar na receita, Senador Renan, de hidroxicloroquina, que se o médico quiser receitar, ele vai lá e receita, problema dele. Se ele é culpado por uma arritmia que leva a uma parada cardíaca, é problema dele. Se ele usa uma dose excessiva de uma medicação que possa lesar o fígado... Agora, o que eu quero dizer é a falta de honestidade nesses casos com os pacientes que pagam seguro de saúde. Então eu vejo e gostaria que se colocasse, que a Cynthia colocasse um vídeo aí. O vídeo da cestinha, Cynthia.

O vídeo da cestinha comprova que eram distribuídos para a casa das pessoas os pacotinhos da medicação sem a receita. É comprovado aí, está aqui comprovado. É o vídeo nº 2. Eu não vou nem me demorar muito, sabe por quê, Dr. Pedro? Porque isso me dói o coração, constrange muito.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu sou da área de saúde, e eu trabalhei num lugar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Bote no começo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Bote no começo aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está acompanhado da receita, doutor?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não está acompanhado, cadê a receita? Mostre a receita.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Receita invisível, fantasma? Não, coisa nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Duas situações são bem respondidas aí: uso de EPIs adequados...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ali tem uma cesta enorme sem nenhuma receita.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tinha que estar acoplada àquilo a receita médica. É claro que tinha que acoplar a receita médica.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, a receita está na mão do paciente, que foi entregue pelo médico.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não... Na mão do paciente? Sinceramente, o senhor dizer uma coisa dessa natureza... Olha, Dr. Pedro, isso me comove pelo seguinte: a medicina exige essa honestidade e além disso se trabalha – o senhor nunca trabalhou, mas eu trabalhei em hospital...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, eu trabalhei. Eu trabalhei muito, Senador. Por favor me respeite. Só isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu trabalhei no hospital...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele trabalhou num hospital, inclusive, no Estado do Amazonas, no Município de Tabatinga.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu trabalhei no hospital...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu trabalhei em Tabatinga.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hospital Militar de Tabatinga.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E trabalhei também no Programa Saúde da Família.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu trabalhei no hospital por 12 anos com Irmã Dulce. Olha, vou dizer uma coisa ao senhor: se o senhor tivesse trabalhado lá, o senhor não tinha esse coração aí de pedra, duro, que não fala a verdade, que omite...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Só peço respeito, Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu estou com a palavra. Que omite as coisas...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Só peço respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que não quer falar o que aconteceu no seu hospital, por falta de sensibilidade. Esse momento do mundo é o momento da razão, da ciência e da humanidade. Falta tudo no seu hospital.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Salvamos muitas vidas, muitas vidas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Falta tudo, e eu vou mostrar a ironia que vocês fazem agora para usar medicação que não tem eficácia nenhuma.

Bota o vídeo do zinco, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vou só encerrar, porque me constrange estar inquirindo um colega meu. Sinceramente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Me constrange também...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Às vezes até quando eu falo sobre...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Então não foram eles.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não foram eles.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aquele lá, não é o senhor que está ali não?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor ri, o senhor está rindo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou só perguntar ao senhor: o zinco é adequado para tratar a covid?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O zinco é um polivitamínico que, adequadamente utilizado, ele pode ajudar, sim, na...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E o senhor tem estudo dizendo que o zinco resolve o coronavírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu tenho todos os estudos aqui que mostram que ele pode ser utilizado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor está errado, completamente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, senhor, peço que o senhor...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O zinco é usado muito para diarreias profusas. E outra coisa: é essa a dosagem que o senhor dá do zinco? É essa a dosagem?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Essa dosagem é uma dosagem que foi prescrita principalmente, inclusive no Ministério da Saúde.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É essa a dosagem que o senhor dá?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Inclusive no Ministério da Saúde.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se o senhor der 220mg a um paciente de zinco, o senhor vai criar vários problemas.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor já tomou, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não tomei, não, mas eu conheço...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que o zinco para criança são 20mg e para o adulto 40.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E o senhor está dando 220!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se o senhor der 220mg de zinco nessa irresponsabilidade...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor dando risadinha de canto de boca...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu não estou dando.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... sem nenhuma condição, sem nenhum teste de que o zinco resolve a covid-19...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... isso é de uma irresponsabilidade científica, ninguém pode imaginar o que é isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto, tem trabalhos publicados.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque 220mg de zinco é uma superdose de zinco. Você pode dar para uma criança com diarreia profusa ou até para um adulto, para uma criança 20mg e para o adulto 40mg, isso é bê-á-bá de quem estudou Medicina. Eu não sei se ele é infectologista ou qual a especialidade dele, mas ele não conhece isso, e fica brincando, e dando risada para o Paolo Zanotto, que é um fanfarrão, um virologista que não entende absolutamente nada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Então, essa veemência – e eu lhe peço até desculpa e a todos os meus colegas – é porque eu sei que o paciente pagou para ter um atendimento inadequado, errado e até relapso por parte da figura jurídica, não é nem dos médicos, da figura jurídica chamada Prevent Senior e desse hospital, que é Sancta Maggiore de alguma coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria, em função do que nós acabamos de ver aqui e, consequentemente, da indignação do Senador Otto com o que aqui se verificou, dizer que, em função de tudo isso, eu gostaria de elevar o Sr. Pedro Benedito Batista Júnior à condição de investigado desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E quero comunicar que, adicionalmente, mandarei todas as informações colhidas aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito para a Procuradoria de Justiça do Estado de São Paulo, porque esses fatos aconteceram lá. Há um desejo, um propósito muito grande do Ministério Público do Estado de São Paulo em levantar essa circunstância, essa situação, e nós mandaremos, claro, para a Procuradoria-Geral da República e, adicionalmente, eu mandarei essas informações, esses documentos, para o Procurador do Estado de São Paulo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, o Conselho Federal de Medicina de São Paulo, que é diferente do Conselho Federal de Medicina, é quem tem a responsabilidade de iniciar o processo de investigação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só uma questão...

Eu não sou médico, mas sou historiador. Então, até em benefício da história, *in dubio pro historia*, as referências históricas têm que ser suscitadas, levantadas, pesquisadas.

"Obediência e lealdade": lema da SS, tropa de choque do *fürer*, do Terceiro Reich. Não sei em qual contexto ela está. Não sei em qual contexto ela está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senador, perfeito... O senhor pode pedir pra quem formulou isso, de acordo com a data, pra justamente responder a pergunta pro senhor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito.

No meu momento, eu lhe perguntarei sobre o destino do Sr. Anderson, se ele foi desligado da Prevent Senior pelo senhor, de onde veio essa "consígnia", por que ela é utilizada... É exatamente o contexto dessa "consígnia" que nós queremos saber, porque foi o senhor que falou que era uma "consígnia", uma palavra de ordem. E é a mesma palavra de ordem, Presidente, Sr. Relator, da SS nazista. É esse o comentário.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu agradeço imensamente a sua pontuação. Por isso é que foi essencial frisar a data em que isso foi colocado, em 2017, e foi abolido esse termo da empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Impregnou a cultura da...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Abolido, Senador Renan.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não... Dr. Pedro, qual foi o destino do...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Inclusive, tem uma ação gigantesca, milionária, impetrada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, espere aí: o Dr. Anderson, que utilizava... Qual foi o tratamento em relação a ele que a Prevent Senior adotou? Ele foi desligado, ele respondeu processo... Como ele se desligou?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Tem um processo em Justiça correndo contra o Dr. Anderson.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou encerrar a reunião...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Só um minuto, Senador.

Só corrigindo, Senador: justamente até em revelia ao desligamento, o Sr. Anderson é que entrou contra a Prevent, e agora nós estamos fazendo a briga.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só pela ordem, rapidamente, Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou suspender a reunião...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Antes de suspender. Rapidamente. Só porque eu fiquei curioso.

Eu vi os questionamentos do Senador Otto Alencar aqui e, muitas vezes que o Sr. Pedro tentou responder, não o deixaram responder. Eu vi, uma análise minha, mais uma vez, algumas colocações muito duras, até um pouco desrespeitosas, e eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vi, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu gostaria de ouvir, porque eu acho que a gente tem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desrespeito eu vi ontem, com a Senadora Simone.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... que ser justo aqui.

O Senador não é casta superior. O Senador é igual a todo mundo. Então, eu acho que a gente precisa, de alguma forma, dar o direito de ouvir, porque eu achei interessantes algumas perguntas. Então, eu quero saber, exatamente até pra formular as minhas perguntas aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Pedro, o senhor tem a palavra, se o senhor quiser falar.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador, pela referência.

Eu vou primeiro começar respondendo que, antes, a Prevent Senior tivesse aí na história a questão da criação do paliativismo.

O paliativismo é matéria antiga. O paliativismo é regido hoje pela Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria. Então, a desinformação não pode ser decidida...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas não pra paciente que precisa de UTI e você vai fazer o paliativo. Aí você está completamente errado.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, Senador, eu estou respondendo. Por favor. Por favor. O senhor está colocando isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Outra coisa, Presidente: já que o Senador Eduardo Girão patrulha a minha palavra, o que eu devo dizer ao Senador Eduardo Girão é que a recíproca não é verdadeira. Embora eu esteja rouco de ouvir V. Exa., não patrulho V. Exa.

Agora, eu quero dizer ao senhor que doente em UTI não se tira pra botar em enfermaria e fazer "paliatização".

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Absolutamente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso são provas. São os médicos que falaram.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Os médicos que conviviam com o senhor.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Os médicos que falaram isso pro senhor...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não foram poucos, foram vários médicos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir, porque, mais uma vez, se interrompe. Isso atrapalha o raciocínio, inclusive dos Senadores que querem entender. Eu peço isso, até porque...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Eu estou explicando...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu respondo a sua pergunta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Peço ao Senador Eduardo Girão...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu respondo a sua pergunta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que faça um cursinho rápido de medicina que ele entende mais fácil...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador....

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não tem problema.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Vamos lá.

Sempre lembrando que, como foi feito na apresentação inicial, todas as informações que o senhor obteve e que o senhor tem partem de um dossiê feito por criminosos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor considera os médicos criminosos?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Aqueles médicos que usurparam...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor considera os médicos criminosos?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Os médicos que deixaram...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim. Ouço. Os médicos que deixaram o hospital são criminosos?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Por favor, o senhor não está me deixando responder. Deixa eu falar para o senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode responder.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eles envergonham a classe médica, pois eles invadiram prontuários, cometeram crimes.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sugestão de convocá-los, viu, Sr. Presidente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Colocaram...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Esses médicos deveriam ser convocados.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, com certeza. Faço questão. Muito obrigado, Senador. É fundamental que esses médicos que ajudaram a escrever esse dossiê criminoso e, como o Senador mesmo disse, horroroso, que expõe uma empresa que salvou centenas de vidas e tem uma das taxas de óbito menores do mundo... Isto eu volto a lhe dizer: está sendo exposta, pois os pacientes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Em relação ao comentário que o senhor disse, Senador, da taxa de óbito das UTIs: sim, precisamos dividir por faixa etária. Isso muda tudo na doença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pois o senhor sabe, realmente, que pacientes acima de 60 anos têm uma taxa de óbito muito diferente dos abaixo de 60 anos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Dr. Pedro, eu perguntei no começo ao senhor exatamente isso. O senhor sabe que tanto jovem como idoso, 85%...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o senhor está usando um dado estatístico pra generalizar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não. São dados científicos.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E está tirando...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não pode... O senhor não pode querer...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, eu posso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor confirmou. Eu perguntei ao senhor e o senhor confirmou.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Depois o senhor voltou atrás.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, Senador. Eu não tenho nada de voltar atrás.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu deixei o senhor falar, agora me ouça. E, quando eu perguntei, foi exatamente por isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor, então, tentou criar um argumento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, criar um argumento, não. O senhor sabe disso. O senhor confirmou comigo e está constatado que 85% dos pacientes que têm a doença em curso são assintomáticos, leves ou moderados. Agora quatro vezes superior à taxa de letalidade do seu hospital para o Einstein é quatro a um, é muita coisa.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olhe bem, o senhor é registrado como investigado.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nós temos esses dados. Eu não posso...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Compare as idades, Senador. Vamos comparar a faixa etária: 80 anos, 70 anos, 90 anos. Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senador Heinze, eu estou discutindo aqui, por favor... Eu não... O senhor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Deixe ele falar, então. O senhor não deixa ele falar. O senhor conduz a conversa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor tem uma posição diferente da minha, eu respeito, respeito o senhor demais, mas deixa eu discutir com ele a questão aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas deixa ele falar também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Até porque ele é médico...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ele perguntou a faixa etária, e o senhor não quer dizer a faixa etária.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele já falou, Senador Heinze.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O que eu estou dizendo a ele e ele confirmou é isto: os pacientes que foram pro Hospital Einstein eram pacientes também idosos. Não tenho...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tenho do seu hospital.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas os do Hospital Einstein eram também idosos.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Pra não haver confusão e generalização e, claro, uma avaliação espúria que gera só mais e mais dúvidas, a única coisa que eu peço pro senhor: avalie a faixa etária e o senhor vai ver...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, avaliamos.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não, não avaliou, porque o senhor está falando dos dados gerais. O senhor falou em todos os pacientes que foram para a UTI do Einstein e todos os pacientes que foram para os nossos hospitais. Diante disso, a gente não pode fazer uma avaliação simplista querendo colocar a característica de cada paciente dentro de um padrão único.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olha, Dr. Pedro, eu jamais faria uma avaliação simplista...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... como as que o senhor fez aqui durante o dia.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Por favor, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O que o senhor fez eu jamais faria. Eu jamais assistiria àqueles vídeos a que o senhor assistiu...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, todos!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... inclusive, sobre a questão do zinco; o senhor sorria...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Paolo Zanotto falando em dar zinco para covid-19, como medicação de escolha, quando não tem ainda no mundo medicação de escolha. Não existe na farmácia o tamiflu do coronavírus ainda. Tem o da H1N1, e bota zinco como medicação de escolha!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, eu vou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E ainda diz: 'Vou dar 220mg". A dose máxima para um adulto é 40mg. Então, não adianta eu discutir, porque o senhor veio treinado para não responder a verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu acho que tem uma coisa muito grave que precisa ficar (*Fora do microfone.*) ... antes de a gente encerrar: o paciente entra com o diagnóstico de covid, e, depois que passa o período da infecção, muda-se o código, muda-se o CID. Isso é de uma gravidade...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, por favor, por favor! Isso é de uma gravidade... de uma gravidade sem precedentes!

A outra questão é que o paliativismo é importante, mas você não pode definir o tempo que um paciente vai ficar internado numa unidade de terapia intensiva. Quem define é a necessidade do paciente, e não a equipe sob a orientação da direção. A direção não pode dizer que o paciente só deve ficar dez dias na UTI e, a partir daí, ir para o acompanhamento do tratamento paliativo, porque aí é colocar os pacientes sem nenhuma chance de sobrevivência porque vai direto para o tratamento de encaminhamento para uma morte "confortável", como é dito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem questões aqui que só vai ser possível serem esclarecidas se o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo tomar a frente e avaliar 100% dos óbitos desta instituição e todas as mudanças que houve de código de diagnóstico da doença original que levou o paciente a se internar e ao óbito.

Portanto, nós estamos aqui diante de uma situação muito grave, sem contar, Sr. Relator, Sr. Presidente, que o que nós estamos vendo aqui é teste em seres humanos de terapias sem autorização. Tudo isso precisa ser aprofundado.

Por isso, eu acho que esta CPI precisa, além dessa oitiva, fazer outras oitivas no que diz respeito ao que aconteceu na Prevent Senior.

Desculpe, Humberto, a interrupção, mas essas questões... A gente não poderia ir para o intervalo sem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Deixe-me só fazer uma colocação aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... com relação ao zinco: o Dr. Zelenko, candidato ao Prêmio Nobel da Paz... A recomendação dele, Dr. Otto Alencar – o senhor, que é médico... Ele recomenda zinco e dá as razões. Depois, eu posso ler e passar a matéria a V. Exa. Dr. Zelenko, candidato a Prêmio Nobel da Paz. Então, aqui não estamos falando besteira, é coisa séria.

E saiu uma matéria agora... Só um minutinho aqui. Produto de zinco... Agora, matéria de ontem: produto de zinco oferece proteção superior contra covid-19. Está aqui a matéria. Passo aos médicos que estão aqui para vocês examinarem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, não é chute. É coisa séria que eu estou falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu só...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou falando sério, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, Senador Heinze. Eu sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, não desmereça um tratamento que está sendo utilizado e cientistas que estão falando nessa matéria.

Vou passar essa matéria para os senhores também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu não... Tecnicamente, eu não posso me aprofundar numa discussão científica. É por isso que eu ouço os cientistas.

Eu vou fazer, Sr. Pedro... Se o senhor não tiver essa resposta agora, o senhor vai ligar para a Prevent Senior, eu quero essa resposta ainda hoje aqui.

Houve um aumento da compra de ivermectina, entre 2020 e 2021, relativo a 2019, pela Prevent Senior?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Sim. E os senhores já têm comprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Espera aí.

Sr. Pedro...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor. O senhor não trata o paciente assim, não é? Se o paciente lhe pergunta a mesma coisa dez vezes, o senhor diz: "Não já te expliquei isso. Já falei isso. Você já tem isso"? O senhor vai explicar novamente para o paciente. Faça de conta que eu sou paciente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom?

Aí o paciente... Porque o paciente é chato, porque ele está doente e ele quer saber o que ele tem; por que ele tem, o que ele tem. E o senhor explica dez vezes.

Aumentou a compra de cloroquina. O senhor sabe dizer qual foi o percentual que aumentou?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Caro Presidente, não sei lhe dizer qual foi a porcentagem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sabe me informar.

E de ivermectina também não?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Houve aumento...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, isso começou no ano passado, entre março e abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É claro que começou no ano passado!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor não tem remdesivir que custa R$25 mil – R$25 mil! Vocês querem isso?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Tem vacina!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Cinco mil! Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você reclama... Eu estou só fazendo uma pergunta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Governo já liberou 277 milhões de doses de vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não interessa, Senador Heinze. Por favor!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já liberou. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Heinze, por favor!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está vacinando toda a população.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vai ter seu tempo pra falar. Só estou fazendo uma pergunta. O senhor vai falar todas essas coisas. O senhor fala todo dia isso. Todo mundo já sabe.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou falar sério. É coisa séria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou querendo saber aqui dos dados.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É coisa séria que os cientistas não querem discutir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, é sério.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É sério e não querem discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É sério e morreu muito gente. Morreram quase 600 mil pessoas no Brasil. É muito sério.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu só perguntar aqui. Eu não entendo cientificamente, como o senhor também não entende absolutamente nada disso. Nós dois somos totalmente tapados para nos aprofundarmos nessa discussão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, como eu não sou papagaio de pirata, eu quero ouvir.

Só um minutinho, Senador Otto. Eu vou lhe fazer uma pergunta também que eu queria que o senhor me respondesse.

Então, aumentou a quantidade de medicamentos; a Prevent comprou o tal *kit* covid, vamos supor. Todos esses... Agora, em relação ao que o Senador Otto falou é que me chamou a atenção, e aí eu quero fazer essa comparação.

Senador Otto, o senhor me disse que depois de intubar uma pessoa, sete dias depois, oito dia depois, quatorze, quais são os medicamentos que são usados que o senhor falou aí?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olha, um paciente numa unidade de tratamento intensivo com covid-19...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... portador da pneumonia virótica que obstrui 50% ou até mais do pulmão e começa a ter complicações, tipo insuficiência renal, que pode evoluir pra uma septicemia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor falou vários medicamentos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí o paciente é internado, primeira coisa; se for preciso intubar, intuba o paciente; e, depois de intubar o paciente, você usa: dexametasona ou prednisolona, que são corticoides; você usa um antibiótico de amplo espectro que possa evitar uma infecção bacteriana, tipo cefalosporina, ciprofloxacino, qualquer um desses novos antibióticos, e usa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor concorda com o Senador?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Concordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E, além disso, Omar, usa-se o anticoagulante, porque a covid-19 causa microtromboembolia no pulmão – são pequenos coágulos que, depois que ele se forma, obstrui o pulmão e impede o paciente de respirar. Foi isso que eu falei, entendeu?

Agora, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Isso aí me chega à pergunta agora, Senador. É o seguinte. É lógico que nós tivemos um número de intubados... O meu irmão foi intubado com problema no pulmão, e ele não conseguiu sobreviver. Os médicos tentaram de tudo para poder salvá-lo, mas não conseguiu, como quase 600 mil brasileiros não conseguiram. E muitos que conseguiram, desses milhões que foram infectados, mais de 20 milhões de infectados, muitos estão com sequelas para o resto da vida. Mas, então, vejam bem: se houve um aumento na compra de *kit* covid pela Prevent Senior, como também em outros hospitais aumentou, com certeza aumentou também bastante a compra, em 2020 e 2021, desses medicamentos que o Senador Otto falou. Isso é verdade?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Ventiladores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não; medicamentos para internação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – *Kit* intubação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minuto. Para eu não tomar nenhuma diligência mais inapropriada, eu pediria que, antes da sessão, o senhor me dissesse a quantidade que foi comprada desses medicamentos que o Senador Otto falou, para quando a pessoa está intubada e tem que usar, de 2019, para fazer um comparativo com 2020 e 2021. Porque, se eu for ver, com certeza absoluta, a quantidade de cloroquina que o senhor comprava em 2019 era muito pequena, muito pequena.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No meu Estado – o senhor sabe disso, trabalhou em Tabatinga – a cloroquina é utilizada... Isso aí é o quinino para nós. Isso os índios, os povos tradicionais da Amazônia já usam há muitos anos. Então, é uma coisa que não é nenhum segredo para nós que somos da Amazônia. Mas eu queria fazer esse comparativo porque eu tiraria uma dúvida, Senador Girão e Senador Luis Carlos Heinze: se a empresa utilizou esses medicamentos, utilizou em muito maior quantidade em 2020 e 2021 porque intubou mais pessoas – que foram a óbito, lógico.

Eu não sei... Longe de desrespeitar qualquer pessoa, mas a genitora do Sr. Hang, quando a afetou, deve ter usado esse tipo de medicamento, com certeza, algum medicamento desses: ou anticoagulante; ou para problema de infecção generalizada, pulmonar; antibiótico de quarta geração ou quinta geração – não sei o que hoje é prescrito... Então, isso nos daria aqui a certeza de que os pacientes que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internados e que tiveram que ser intubados tiveram o tratamento, da mesma forma, e proporcionalmente aumentada a compra desses medicamentos utilizados em intubação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, tem uma questão importante...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Só para colocar, Sr. Presidente... Tem uma colocação aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não estou fazendo juízo de valor, só estou...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, é uma ótima pergunta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tem uma questão importante que é o tempo de internação de um paciente que é intubado.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Geralmente, é mais de 15 dias, chega a 60 dias, 40 dias. O paciente não sai da intubação para ir para um lugar morrer; ele fica intubado até a morte.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, é preciso que a gente analise isso, entendeu, Otto?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senador, se me permite, agora eu faço a explicação tanto da relação do tratamento paliativo a que o senhor se referiu quanto da questão de intubação e todos os modelos.

O tratamento paliativo, como o próprio conceito de tratamento paliativo diz, é introduzido quando não há mais possibilidade de cura.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem define isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O próprio... A Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria. Isso aí está definido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem define isso lá na Prevent Senior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Família e equipe médica. Família e equipe médica em conjunto, em conjunto.

Vamos lá. Senador Otto, se o senhor não conhecia o paleativismo, é importante o senhor ter conhecimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – (*Fora do microfone.*) ... o paleativo para um paciente que tem expectativa de vida...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Exato.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... e o tira da UTI, doutor?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Presidente, eu posso...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sinceramente, sinceramente...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador... Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olha, não dá nem para discutir isso.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Otto, Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso é uma coisa insensível...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Deixe só eu lhe responder. Por favor, Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... da parte de V. Sa. O paciente tem chance de sobreviver, e ele é retirado da UTI e colocado em uma enfermaria...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhum paciente é retirado de UTI.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... e vai para a bomba de morfina?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, isso são palavras do senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. É o que os médicos todos disseram.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não. Isso são palavras do senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Estamos com prova. Vamos comprovar isso aí.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Isso são palavras do senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Isso vai ser comprovado, Dr. Pedro. Vai ser comprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Presidente, por favor. Em relação às medicações, Sr. Presidente, elas tiveram um aumento muito, mas muito maior. Foram mais de dez vezes o número de compras do que o que era utilizado no período anterior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Eu vou suspender por 30 minutos, Senador Otto.

Pois não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – (*Fora do microfone.*) ... a situação. As minhas convicções, que eu falo aqui, sobre a parte científica e médica são minhas. Eu não ando contestando as do Senador Heinze, nunca fiz isso, nem as do Senador Girão, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu contesto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não contesto, porque é uma coisa que se vai discutir e não se vai chegar a termo. Eu leio todas as revistas novas que surgem. Eu leio. Agora mesmo, recentemente, li uma matéria sobre coronavírus que me preocupou bastante – não sei se o senhor leu –, de que ela pode ser uma doença autoimune. Se for uma doença autoimune, vai ficar sequela para o resto da vida.

O que é uma doença autoimune, Presidente? É aquela em que os seus anticorpos combatem as células saudáveis do seu corpo, como são outras doenças – doença do colágeno e outras tantas. Eu li agora, recentemente, tem oito dias, um artigo da *Lancet*, definindo isso. Isso é de uma preocupação inimaginável.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Exato.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Dr. Pedro que é médico...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É por isso a preocupação é com as crianças, inclusive...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... que contraíram o vírus.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, essa é uma doença... Eu, por exemplo, tive covid e fiquei com a sequela da insônia, das dores articulares. Então, a ciência ainda não sabe tudo dessa doença. Imagine alguém dar zinco para curar...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Agradeço suas palavras, viu, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Agradeço suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não. Aí, o senhor imagine dar zinco para covid-19? Dar hidroxicloroquina, que é uma droga antiga...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É um Prêmio Nobel da Paz. Prêmio Nobel da Paz.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... uma droga...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Um Prêmio Nobel da Paz.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por favor. Eu não contesto...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Escute o Dr. Zelenko.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A hidroxicloroquina, que é uma droga antiga, para doença nova, que não foi feita...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor receitou, doutor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que não fez teste...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor receitou, doutor!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor receitou hidroxicloroquina.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Há, pelo menos, uns dez anos eu não dou uma receita!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor. Para um Senador nosso aqui, o senhor receitou.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – ... uns dez anos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor receitou para um colega nosso, Senador. O senhor receitou para um colega nosso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu posso explicar ao senhor? Posso explicar?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Explique, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou explicar. Eu dei uma entrevista, Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Para o Marcos do Val.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. Deixe-me explicar ao senhor. Numa rádio, me perguntaram o que era e como estão fazendo o tratamento. Eu disse que a hidroxicloroquina é descartável, e que a ivermectina, que é uma droga usada para *strongyloides stercoralis*, para vermes, tinha alguns, algumas pessoas que aplicavam a medicação.

Eu não dou uma receita, Dr. Heinze, há dez anos. Não receito para ninguém. Eu apenas estava explicando o que alguns infectologistas... Porque eu leio muito – não sei se é o caso de V. Exa. – a respeito do tema, mas eu não receito para ninguém, não. Tem mais de dez anos que eu estou aposentado. Eu sou cirurgião ortopedista. Tem 12 anos que eu fiz a minha última cirurgia. Eu não receito, não. Eu estava...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas o Marcos falou aqui, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na realidade, eu estava fazendo um comentário...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Marcos do Val falou aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, senhor. Eu estava fazendo um comentário com uma rádio, dizendo que só os infectologistas faziam isso.

Qual é o princípio da ivermectina? Diminuir a reprodução de vermes, da filária, de patógenos. Não é uma coisa que eu receitasse. Só que o senhor pegou e fez o contexto que quis. Eu não vou contestar. É a minha consciência que vale, como a de V. Exa. vale também. E acabou o problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou a Cacequi, vou conversar com povo de Cacequi.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bora lá, tchê!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa a sessão por 30 minutos e nós voltamos.

(*Suspensa às 14 horas e 17 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 41 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

Vou passar para a Senadora Eliziane Gama por 15 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Srs. colegas Senadores, cumprimento aqui o Dr. Pedro Benedito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Pedro Benedito, eu inicio perguntando para o senhor acerca da questão do que já foi inclusive muito colocado pelos nossos colegas acerca do ponto específico da denúncia que trata da possibilidade de um acordo entre a Prevent Senior e o Governo Federal. Eu queria mais uma vez ouvir do senhor: não houve nenhum acordo? Não houve nenhuma tratativa entre a equipe do Ministério da Saúde e a rede Prevent Senior?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senadora, reafirmo: não houve qualquer tipo de acordo entre Prevent Senior e Governo Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E como eram essas tratativas, por exemplo, do senhor com a Nise Yamaguchi, com o Paolo, que integravam ali o gabinete paralelo e também a Dra. Mayra? Porque, veja bem, nós temos aqui constando, inclusive, em uma das notas técnicas que foi apresentada pela Dra. Mayra, pelo Ministério da Saúde... Ela coloca, nessa nota informativa, aponta, por exemplo, a Prevent Senior como a referência, fundamentava a nota, na indicação, no protocolo, na orientação do uso, por exemplo, da hidroxicloroquina. Não houve nenhuma tratativa, por exemplo, para formatação dessa nota?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não houve. Eles simplesmente utilizaram um documento interno da Prevent, um documento que é utilizado para orientação médica, para incorporar à normativa do Ministério da Saúde, sem nenhuma anuência ou, então, participação nossa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês não sentaram, então, em nenhum momento para que houvesse de fato essa tratativa?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O único momento em que a Prevent Senior foi convidada para conversar com o Ministério da Saúde foi no momento em que eles convidaram diversos setores de hospitais, outras operadoras, e fizeram reuniões individuais com todos, ainda no começo da gestão Pazuello, muito tempo depois desses protocolos serem utilizados como referência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas dessa reunião, vocês tiveram reunião, então, nesse momento lá atrás, com o Pazuello e fizeram tratativas sobre a hidroxicloroquina?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhuma tratativa. O que ele pediu foi que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas vocês sentaram lá atrás?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhuma tratativa. O que foi solicitado foi que nós apresentássemos o que era e o que a Prevent Senior fazia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E vocês, então, fizeram essa exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Pedro, veja bem, o Presidente da República... O senhor colocou, inclusive, que há... Não sei se o senhor colocou agora, mas, na verdade, foi colocado que, por exemplo, havia uma disposição e, digamos assim, uma solicitação de alguns pacientes para o uso da cloroquina. Eles, em algum momento, solicitavam aos médicos?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, essa é uma solicitação constante até hoje de centenas e milhares de pacientes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas isso se deu mais, por exemplo, depois das orientações, das *lives*, das falas do Presidente da República? O senhor conseguiu, na verdade, sentir essa diferença?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, porque sempre teve uma constância.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Essa conversa, mais uma vez eu lhe pergunto, em relação ao Presidente da República: em algumas das *lives*, por exemplo, que vocês, inclusive, chegaram a fazer, o próprio Presidente da República divulgou nas suas redes sociais. Ele chegou a divulgar, por exemplo, fazer a divulgação do *link* – o Presidente da República chegou a divulgar esses *links* –, exatamente para ter acesso a essas várias *lives* que eram realizadas por alguns integrantes do gabinete paralelo, inclusive com alguns membros também da Prevent Senior.

Essas informações chegavam de que forma ao Presidente da República? Vocês mandavam para pessoas ligadas a ele ou mesmo o senhor mandava, na verdade, esses *links* diretamente ao próprio Presidente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, volto a repetir para a senhora, eu nunca fiz parte de qualquer gabinete paralelo e nós nunca participamos de nenhuma *live*, que eu me recorde, que foi aí explanada ou então patrocinada pelo Presidente da República.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas os *links* chegavam a isso.

O senhor tem conhecimento de que ele fazia a divulgação, não tem?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, a divulgação que ele fez, e vocês mesmo tiveram acesso aí, foi uma única mensagem que ele citou a empresa e lá no começo da pandemia, ainda no mês de abril de 2020.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – De lá para cá, Dr. Pedro, nós temos, por exemplo, os protocolos. A gente tem fases, na verdade, do enfrentamento da pandemia.

A gente tem lá o nascedouro da pandemia, que havia, inclusive, uma percepção da forma do tratamento dessa doença, depois nós fomos tendo vários protocolos e vários estudos em todo o mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Organização Mundial da Saúde e foi, na verdade, comunicado e informado a todo mundo acerca – eu diria – dessas novas investigações, desses novos estudos que foram feitos e, portanto, aí utilizados como protocolos.

Esse protocolo que vocês utilizavam, por exemplo, a partir do *kit* covid, hoje, como é que está o protocolo específico de vocês? Vocês continuam, na verdade, fazendo o indicativo lá do *kit* covid?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, obrigado pela pergunta. Ela é fundamental para ficarem certos pontos esclarecidos.

Volto a dizer, os médicos que indicam cada uma das medicações. Não há prescrição de *kit* covid, o.k.?

E os protocolos são base, inclusive como a senhora mesmo comentou, elas vão evoluindo ao longo do tempo, e baseados no que hoje tem-se muito claro da ciência. Cada um dos médicos tem total autonomia para prescrever as medicações que acharem pertinentes para o tratamento dos seus pacientes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Veja bem, mas existe uma diferença, doutor, entre a autonomia médica, e eu diria até um limitador da autonomia médica, quando você trata de vidas, quando você trata, na verdade, das pessoas, quer dizer, a autonomia médica não pode ser maior, por exemplo, do que o princípio da vida. A autonomia médica não pode ser maior do que a ciência, não é? Ela tem esse limitador.

É claro que todos os médicos do Brasil têm a sua autonomia, isso inclusive é defendido, mas, vamos lá, você tem um limite. Se eu não tenho uma comprovação científica, o médico não pode ter a autonomia de pegar e fazer a indicação de uma prescrição ou de coisa parecida sem necessariamente, de fato, ter uma substância, uma retaguarda do ponto de vista da ciência.

O senhor concorda, não é isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Concordo plenamente.

É justamente por esse motivo que, na insistência de algum paciente, se o médico se sente seguro para a prescrição de uma medicação, ele coloca um Termo Livre e Esclarecido para que o paciente também possa assinar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora veja, quando eu faço referência a essas medicações, eu estou fazendo referência lá atrás, lá no início, na verdade, da pandemia, de 2020, mas nós tivemos, por exemplo, mortes que foram tratadas na Prevent Senior, que é o caso, por exemplo, da D. Regina Hang e Dr. Anthony Wong, que são pessoas que tiveram a morte posteriormente e consta, por exemplo, na denúncia, que eles morreram com sintomas de covid, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o atestado de óbito não corresponde, por exemplo, a esse tipo, ou seja, não corresponde, de fato, a ter morrido pela covid.

E, por exemplo, as informações que nós temos, é que o Sr. Anthony Wong teria sido submetido a esse tratamento do *kit* covid.

E ainda há um elemento a mais. Eu queria que o senhor, inclusive, me esclarecesse especificamente sobre o caso dele. Por exemplo, na denúncia, consta que ele teria recebido 20 sessões da ozonioterapia, que é uma prática, inclusive, muito controversa, alguns não aconselham esse tipo de tratamento. O senhor tinha conhecimento disso? Chegou a ter alguma ação, digamos assim, de orientação ou de não orientação para utilização dessa prática?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, agradeço a pergunta, mas, como já respondi, eu não vou abrir dados e informações sobre pacientes que eu não tenho autorização das famílias pra relatar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Doutor, o senhor colocou uma coisa agora há pouco, quando o senhor falou que os médicos que teriam denunciado seriam médicos criminosos. E aí o senhor colocou o seguinte: "Olha, eles invadiram os prontuários dos pacientes". E aí me parece muito que o senhor quer criminalizar o mensageiro...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eles estão corretos em invadir prontuários?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... e deixar de lado a mensagem.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eles estão corretos, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Deixa de lado a mensagem, porque, se você tem acesso, se o prontuário na verdade mostra o diagnóstico que é compatível, por exemplo, ao caso de covid e não é tratado como covid, isso é algo muito sério.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, concordo com a senhora e é por isso que eu deixei bem claro que os documentos serão fornecidos para apreciação, e não com a montagem feita por esses criminosos que subtraíram os documentos de maneira espúria e manipularam os dados pra entregar pra vocês. O documento na íntegra a senhora tem todo o direito de avaliar e, aí sim, a senhora vai poder tirar suas conclusões.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Veja, a família da D. Regina e também a do Dr. Anthony procuraram a Prevent Senior? Chegaram a questionar, por exemplo, agora o real motivo, o real diagnóstico da morte dos dois?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nós temos ótima... Eu, como médico e como quem acompanhou os dois casos, tenho ótima relação com as famílias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim, mas eles procuraram o senhor pra saber se, de fato, o diagnóstico correspondia à realidade...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... e tentar até ver se essa denúncia, de fato, era uma denúncia que correspondia a uma realidade?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, eles conhecem a lisura da empresa e o nosso trabalho digno que é feito. Eles nunca...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas não questionaram sobre o diagnóstico?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nunca questionaram.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Hã?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nunca questionaram.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nunca questionaram o diagnóstico.

O senhor também tem o dado de que foram tratados aí algo em torno de 18 mil pessoas...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Internadas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... pela rede.

Hã?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Internadas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso, exatamente, 18 mil pessoas na Prevent Senior.

O senhor tem uma média, por exemplo, de aproximadamente quantos por cento desse percentual, do percentual desse volume de 18 mil pessoas internadas que vieram a óbito?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Como o Presidente da Comissão havia perguntado, eu peguei a informação agora. Foram cerca, ao todo na carteira, em torno de 4 mil pacientes que foram a óbito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Algo em torno de 20%, aproximadamente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Correto, Senadora, dos internados e não dos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Dos internados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, dos que vieram a óbito.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Dos internados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dos 18 mil internados.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Dos internados.

Se nós pegarmos todos os pacientes da carteira que se contaminaram com covid, deram o positivo e foram notificados na Vigilância Sanitária, com CID, com todas as situações pertinentes, nós estamos falando de cerca de 7%, com uma média de 68 anos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dos acompanhados e dos internados.

Dr. Pedro, há denúncia também de que os médicos sofreram assédio, que eram, por exemplo, impostos ali, tinham realmente que fazer a prescrição em relação ao uso do *kit* covid. Alguns inclusive disseram que alguns podem, inclusive, ter sido demitidos.

O senhor pode entregar à nossa CPI, à Comissão Parlamentar de Inquérito, por exemplo, os dados das pessoas, dos médicos que foram demitidos do início do ano passado até agora?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Com certeza, Senadora. Será assim bem esclarecedor para vocês. Com certeza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Esses dados podem ser aí levantados pela empresa e entregues em 48 a 72 horas para a senhora, justamente porque dentre esses médicos também está a lista, que já está nas mãos do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, dos médicos que invadiram prontuários e liberaram dados extremamente sigilosos de pacientes para montagem de um dossiê totalmente falso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só mais uma pergunta. O senhor é a favor da prática da ozonioterapia? Para tratamento da covid?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu nunca tive contato ou indiquei ozonioterapia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor não é a favor?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu nunca tive contato ou indiquei ozonioterapia, então, não tenho posicionamento, uma vez que eu não conheço a técnica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Hoje a rede continua fazendo a orientação acerca do uso da hidroxicloroquina?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu não vou relatar a autonomia médica, Senadora. Isso aí é decisão de cada um dos profissionais. Se a senhora perguntar: tem algum médico...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora, doutor, veja, os protocolos...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Tem algum médico...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Os protocolos...

Sim?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Desculpa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois não?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Tem algum médico que prescreve hidroxicloroquina e ivermectina, azitromicina, ciprofloxacina? Com certeza a senhora vai encontrar algum médico prescrevendo, porque é autonomia dele e ele tem o direito de fazer isso, se ele está garantindo a segurança do seu paciente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora, doutor, esse protocolo, o mundo inteiro, a Organização Mundial da Saúde, inclusive no próprio Brasil, pelo Ministério da Saúde, os conselhos na verdade, as associações, todas elas, no próprio *site* do Ministério da Saúde, há claro que não há efetividade em relação ao uso da hidroxicloroquina. Que ela não é, na verdade, indicada para esse tratamento. Então, não tem por que você ficar utilizando um medicamento sem haver uma eficácia comprovada. Isso aí é uma contraposição do que diz a ciência. Isso, na verdade, vai de encontro a todo um preceito que é estabelecido pela saúde e pela própria medicina.

Como eu disse, a autonomia médica não pode ultrapassar o limite da ciência. A ciência é exatamente aquele anteparo, aquele que segura: até aqui, daqui para lá não mais. Porque a gente sabe que a hidroxicloroquina inclusive... Eu não sou médica, mas é uma situação extremamente constatada e fato: a hidroxicloroquina tem um efeito colateral significativo na vida das pessoas! No que se refere, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

exemplo, à parte cardíaca então, isso é um fato. Dar essa medicação, constar essa medicação num protocolo é ir – não há dúvida nenhuma – na contramão daquilo que é estabelecido pela Organização Mundial da Saúde.

Por fim, eu quero finalizar aqui, Presidente e colegas Parlamentares. Nós estamos diante de uma das denúncias mais estarrecedoras que nós estamos acompanhando nos últimos meses, nos trabalhos da CPI. Eu lembro que o Presidente da República chegou a divulgar uma nota técnica *fake*, porque não foi produzida tecnicamente pelo Tribunal de Contas da União, dizendo que havia uma super notificação de casos de covid. Ou seja, havia menos pessoas que teriam vindo a óbito do que efetivamente os números que nós temos hoje... Exatamente hoje nós temos 591.034 pessoas que vieram a óbito.

O caso, Presidente Omar, da Prevent Senior vem mostrar exatamente o inverso. Nós poderemos estar diante de um cenário... E é muito fato isso para a gente, porque nós temos aqui dois casos já claros: o caso da Dra. Regina Hang e o caso do Dr. Anthony Wong.

Os dois podem possivelmente ter morrido, ter ido a óbito por conta da covid e estarem na lista da subnotificação, ou seja, os números que nós temos diante de nós, infelizmente, podem ser maiores ainda do que esses que hoje são contabilizados aí pelo consórcio nacional de imprensa. Essa é a situação que está diante de nós.

É preciso – não há dúvida – ter um aprofundamento. Utilização de cobaias humanas, utilização de uma forma muito criminosa aqui de mortes silenciosas, que não vieram, na verdade, ao conhecimento público, porque isso é fundamental até para aprimorar os estudos que estão sendo feitos aqui em todo o Brasil e até numa ajuda em relação aos estudos internacionais.

Presidente, ficam aqui o meu repúdio e, ao mesmo tempo, os meus cumprimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito pelo trabalho intenso, pelo aprofundamento da investigação.

Quero finalizar dizendo que a gente precisa ter acesso de forma imediata aos recursos humanos da rede Prevent Senior para saber, de fato, quais os médicos que foram demitidos e por que foram demitidos nesse espaço de tempo entre o que consta na denúncia até o presente momento.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. Obrigado, Senadora Eliziane.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Hoje vai dar para falar, Presidente. Muito obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senhor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Hoje, eu consegui falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor sempre fala comigo aqui, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Obrigado.

O Brasil, até ontem, tinha distribuído 287 milhões de vacinas. Nós temos 160 milhões como população vacinal. Se eu pegar de 12 anos a 18 anos, ou vamos arredondar para 20 anos, são, então, 180 milhões. E já temos hoje 287 milhões de doses distribuídas. Seguramente, até o fim do mês que vem, toda a população brasileira já terá recebido duas doses.

Sr. Presidente, o Brasil continua sendo o quarto país do mundo em doses aplicadas. E, se pegarmos os Estados Unidos, a proporção nossa é maior que a deles.

Agora, V. Exa. falou hoje que eu sou papagaio de pirata. Vou fazer uma colocação.

Estados Unidos, hoje, com 2 mil mortes hoje; o Brasil está com 520; e a Índia, com 324. Os casos novos hoje: Estados Unidos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos, o senhor disse que eu falei que o senhor era papagaio de pirata?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu disse que quem repetia os outros era papagaio de pirata. E nós dois somos, porque a gente não é médico!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom, mas eu estou falando de dados concretos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que eu sou papagaio de pirata da ciência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom. Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom? É isso. A diferença é essa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou falando na ciência.

Os Estados Unidos apresentaram hoje 135 mil novos casos; o Brasil, 32 mil; e a Índia, 30 mil novos casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O número de mortes: Estados Unidos hoje, 2.030; Brasil, 520; e Índia, 324.

Por que eu estou falando...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, eu vou falar o total.

Por que esses casos aqui? Porque a Índia e o Brasil adotam o tratamento precoce que o Dr. Pedro veio aqui defender e que vocês estão criminalizando. Aqui tem dados para vocês poderem examinar. Se pegarmos, então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Luis Carlos Heinze.

Não sairei em defesa dele...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque, há pouco, ele não... Eu perguntei sobre tratamento precoce, ele não defendeu, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Seria bom reiterar essa pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O senhor defende o tratamento precoce?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor defende o tratamento precoce?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, o que eu estou colocando aqui é o tratamento *off-label*, que os médicos recomendam. Pronto. E que grande parte foi utilizado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas o nome que seja: *off-label*, precoce...

Dr. Pedro, o senhor ainda defende isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Eu defendo a atenção ao paciente nos primeiros momentos de sintoma...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... e que essa atenção seja feita de uma maneira adequada...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... e o próprio médico decida...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos lá.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... junto com o paciente o que fazer.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos lá.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É isso que é defendido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem uma senhora chamada, e até é aniversário dela, Bic Müller. Ela falou agora que tu é liso que só uma coisa, viu, meu irmão? Tu é muito liso, viu, meu irmão? Tu tem uma resposta pra todas as perguntas.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você sai, parece... Rapaz, tu sabe aqueles peixes ensaboados? Lá na Amazônia a gente não come peixe liso, caboclo não come peixe liso, come peixe de escama. Você é um peixe liso, sabe? Você vai escapulindo... Meu amigo...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É que na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem que essa senhora falou. O nome dela, Randolfe, é Bic Müller. Ela disse bem assim: "Olha, esse senhor que está aí hoje é liso".

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rapaz, eu estou lhe fazendo uma pergunta... Ele está ali afirmando que o senhor defende o tratamento precoce. Olha a tua resposta, amigo!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu não posso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que eu coloquei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É peixe liso da Amazônia.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senador, Senador, depois de terem feito mais de 490 mil testes de PCR e testes rápidos pra identificar a doença no paciente e isolar, eu não posso falar que simplesmente a teoria de tratamento precoce é tão simples assim porque não é. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabemos disso. É um conjunto de fatores que determina, e não simplesmente dar um comprimido. Eu não defendo dar um comprimido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, isso a gente defende igual.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele está falando outra coisa, Senador...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, a minha frase...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A forma que eu coloquei é o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou garantir seu tempo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos ouvir a frase do Dr. Pedro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixe eu seguir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor, Dr. Pedro.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A minha frase é clara e ela segue todos os padrões, inclusive, estipulados pela OMS.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui a Resolução nº 8...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Pedro respondeu e eu acho que deixou em má situação o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Não, não é deixou em situação... Eu estou tranquilo com o que estou falando. Vamos escutar o Dr. Zelenko, candidato a Prêmio Nobel da Paz. Como seu protocolo de tratamento foi retratado pela mídia convencional como um regime de drogas perigosas e malsucedidas, Dr. Zelenko salvou vida de pacientes com seu protocolo Zelenko desde março de 2020... "Posso dar razões pelas quais há resistência, é muito simples. Se chama política" – fala do Dr. Zelenko – "lucro, arrogância e medo". Dr. Zelenko, candidato a Prêmio Nobel de Medicina. Foi ele que usou o que o Dr. Otto, que estava aqui, diz que não usam, o caso do zinco, ele adota esse tratamento, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui inclusive eu tenho uma colocação que eu quero deixar na CPI: poliamida incorporada em zinco oferece proteção superior contra o covid-19, redução de 99% das partículas do vírus causador da covid-19, pesquisa publicada em revista científica dos Estados Unidos. Está aqui. Vou colocar...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Sobre o zinco, deixe eu fazer um posicionamento, para ficar bem claro, porque no momento eu não havia conseguido dar resposta ao que o Senador Otto fez. O zinco, as 220mg comentadas pelo Dr. Otto, são 220mg, que pode ser feita a dosagem completa em até 12 dias. Correto, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas não foi isso que o...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, mas é que ele está citando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi isso que ele falou naquele vídeo, e o Senador Otto se referiu àquele vídeo. Não foi...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, os vídeos são montados conforme querem. Os vídeos são montados conforme querem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não diga isso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – V. Exa., Senador Renan... Vocês têm uma equipe montando vídeos, vocês passam os vídeos que vocês querem do jeito que vocês querem. Vocês pinçam frases e usam isso aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem cita números imprecisos, equivocados, muitas vezes...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quais são os números?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... errados, é V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quais são os números imprecisos? Me diga!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo o respeito...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Me diga qual é o número impreciso que eu falei. Me diga!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos os dias cita números parciais como se fossem totais...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual é parcial? Me diga aqui, tchê! Está aqui, por favor! Estão aqui os números, tchê!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tchê, o Brasil está acompanhando, tchê!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas está acompanhando... Aqui é coisa séria, eu não estou enrolando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Minha sugestão, Presidente, é de que, por comunicação enganosa em massa, o nosso Senador possa ser elencando no relatório da CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, eu estou falando coisa séria, eu não enrolo e não minto. Não tenho idade e estirpe para fazer isso, Senador Renan, não posso fazer isso. Os números são precisos. Estão aqui os números: não são imprecisos, são precisos. Está aqui: 287 milhões de vacina...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou sugerindo ao Relator...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui o número certo, correto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou sugerindo ao Relator, viu, Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estados Unidos: 125 mil casos. Está aqui, Estados Unidos. Hoje, Índia e Brasil, está aqui. Aqui, número de mortes hoje: Estados Unidos, quatro vezes o do Brasil. Eles não adotam o tratamento precoce, e nós adotamos. Está aqui a Índia e está aqui o Brasil. Pronto, não estou inventando número.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Heinze, eu quero sugerir ao Senador Renan Calheiros que inclua V. Exa. no relatório dele como um dos grandes propagadores de propaganda enganosa em massa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou fazendo propaganda enganosa de massa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... porque isso é uma desinformação a toda a sociedade brasileira.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou falando aqui, doutor... Você é médico...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fique tranquilo, Senador Rogério, que eu vou avaliar essa possibilidade com o Colegiado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – .... tem milhares de médicos hoje no Brasil, milhares de médicos que adotam o procedimento aqui.

Inclusive, volto aqui ao caso do Amapá. Peguei os dados do dia 19 de setembro: hoje o Amapá é o segundo Estado em letalidade do Brasil – o primeiro é Roraima e o segundo é o Amapá –: 1,61, semelhante à Índia, com 1,37, porque a Índia adota esse procedimento.

Nesse caso aqui, deixe-me fazer uma colocação. José Seripieri Junior, V. Exa. conhece, Dr. Pedro? Esse José Seripieri Junior criou a Quality. E aqui eu estou olhando: Ministro Barroso homologa a delação premiada de José Seripieri Junior, que era dono da Qualicorp – hoje parece que é outra empresa, Senador Girão, chamada Qsaúde. Esse rapaz era um vendedor de seguro. Na época do Governo Lula, lá atrás, ele enriqueceu, e hoje é uma megaempresa, o.k.? Foi em cima deste processo aqui: vendendo seguro e fazendo esquema dentro do governo, tanto que está aqui a delação premiada dele. Quem sabe esse caso, concorrente dessa empresa que está aqui, seja uma das razões, uma das explicações de nós estarmos tratando desse negócio aqui hoje. Aqui está um caso: delação premiada do José Seripieri Junior. Isso, sim, é um caso escabroso, certo? Depois tem mais detalhes sobre esse caso. Isso aqui, quem sabe, não interessa a outras pessoas também.

Agora, mais escabroso ainda, e vi o pessoal falando aqui em razão, ciência e humanidade... Senador Girão, na pesquisa de Harvard de que eu falei aqui – um escândalo, um vexame –, usaram doses tóxicas: 9,6 miligramas para os pacientes pesquisados. Quem paga essa pesquisa é uma empresa de uma atriz pornô.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Mia Khalifa? Essa é a da Mia Khalifa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom, está aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A atriz pornô é a Mia Khalifa? É essa?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A pesquisa Recovery: 9,6 miligramas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mia Khalifa de novo, Presidente?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A pesquisa Coalition, três pesquisas: 9,6 miligramas. É dose tóxica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos ter que convocar a Mia Khalifa aqui para confrontar com o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui eu não vejo ninguém...

Senador, dá licença, deixa eu falar! Deixa eu falar, Senador!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, é que eu quero insistir em convocar a Mia Khalifa para vir a esta CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, deixe eu falar! Escute o que eu estou falando! Escute o que eu estou falando, me respeite, por favor!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De novo a atriz pornô?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Me respeite, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu respeito os brasileiros, Senador!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou falando do seu caso, do seu Estado, que V. Exa. nega; falo do seu Estado, que V. Exa. nega. Os médicos do seu Estado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Renan, tem que incluí-lo no rol, viu?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode incluir, para mim não tem problema nenhum, eu falo a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem que incluir no rol, não tem jeito não!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu falo a verdade e desafio V. Exa. ou quem quiser a debater comigo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Senador Rogério está certo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Eu desafio qualquer um. Pronto!

Aqui a falta de honestidade é pegar uma pesquisa de Manaus que deu 12 miligramas, dose letal, para cinco pessoas com risco cardiológico. Aí, sim.

Ninguém quer debater esta pesquisa! Já questionei a Globo, CNN, a imprensa, esta CPI. Ninguém quer debater esta pesquisa com cientistas! Por que é que não querem debater?

Senador Girão, essas quatro pesquisas no mundo fizeram a OMS mudar o seu parecer, essas pesquisas. Com que interesse? Com que interesse? Quais as pesquisas que fizeram isso?

Isso é gravoso, é gravíssimo o que está se falando. A mídia, quando a gente fala nesse assunto, retira esse assunto do ar. A Globo, a CNN, a *Folha*, o *Estadão*: retiram! Facebook, Instagram, YouTube... Hoje está tudo marcado, tudo viciado, por ter interesses... Como dizia o falecido Brizola, há "interésses" nessa questão. É o que está ocorrendo neste instante aqui.

E aqui está o caso também do Seripieri... Não sei se alguém quer falar dele... Posso falar, estou falando, estou repetindo... Disse hoje que iria falar e estou falando do caso dele. É um concorrente da sua empresa, Dr. Pedro, entendeu? Esse é o caso. Quem sabe seja uma das razões de nós estarmos debatendo esse tema hoje, assassinando reputações, assassinando reputações em cima de gente séria fazendo tratamento.

Se esses números de que eu falo aqui, do Brasil e da Índia, por exemplo, e da China, que também adota o mesmo procedimento... As duas maiores nações populacionais do mundo adotam o procedimento.

Dr. Pedro, sabe-se que a maioria dos clientes da Prevent Senior são idosos. Qual é a taxa usual de mortalidade ou letalidade de seus clientes e qual foi o aumento de morte de seus clientes com covid-19? Se não houvesse nada feito para impedir o avanço da pandemia entre seus pacientes, essa taxa seria maior ou menor?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senador Heinze, como tentei colocar essas informações anteriormente, e já que o senhor refez a pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estas informações são todas relacionadas aos pacientes da nossa rede: acima de 90 anos, Prevent Senior: 29% de taxa de óbito, Município de São Paulo: 39%; entre 80 e 89 anos, Prevent Senior: 20% de taxa de óbito, Município de São Paulo: 34%; entre 70 e 79 anos, Prevent Senior: 10,9% de taxa de óbito, Município de São Paulo: 22%; entre 60 e 69 anos, Prevent Senior: 4,9% de taxa de óbito, São Paulo: 11,5%; e entre 50 e 59 anos, a Prevent Senior tem uma taxa de 1,8% de óbito, e a cidade de São Paulo, de 4,6%. Todos esses dados são de todos os pacientes que foram atendidos e notificados adequadamente na empresa.

Sobre a questão do CID, que foi comentado anteriormente e ficou bem claro na mensagem: o CID era mudado no sistema para tirar o paciente de isolamento e não no atestado de óbito ou, então, no atestado que ia para a vigilância sanitária, já notificando o paciente que estava, sim, com covid-19.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dá para expor dois vídeos que eu coloquei ali, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – De Senador não, não é, Senador Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Do Senador do Val, eu posso colocar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, do Senador... Você quer colocar do Senador Otto Alencar?

Não faça isso, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas eu queria que ele estivesse aqui. Não está aqui... Por que que eu não posso falar?

Aqui está a fala do Senador do Val falando dele. Aqui está a fala dele recomendando o tratamento numa rádio da Bahia. Eu gostaria que ele estivesse aqui pra colocar. Aí eu não posso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Heinze, o senhor, o senhor... A gente tem aqui uma coisa entre nós, um respeito entre os colegas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas eu respeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não é... Veja bem, o senhor, o senhor... Tudo que o senhor fala... Eu tenho o maior respeito pelo senhor, tenho carinho, tenho carinho pessoal, eu digo isso de verdade. Brinco muito com o senhor e tal, agora, expor um colega aqui... Eu acho que isso não vai levar o senhor a lugar nenhum, Senador Heinze, não vai levar a lugar nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só, eu recebo aqui... Estão dizendo que esse cidadão aí que o senhor está dizendo que foi indicado para o Prêmio Nobel... O Prêmio Nobel é sigiloso, ninguém sabe, e eu não falo nada sobre isso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas foi indicado, é uma sumidade, é um cientista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não acho que eu vá ganhar alguma coisa expondo um colega, entendeu? Não vou.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Vamos lá.

A sua empresa, Dr. Pedro, adotou a flutamida, antiandrogênico, primo da proxalutamida, medicamento que acabou de ser adotado oficialmente pela maior aliança global para o tratamento da covid-19, FLCCC, dos Estados Unidos, no protocolo de pacientes hospitalizados? Seria essa, mais uma vez, uma demonstração de papel de protagonista da Prevent Senior para salvar vidas do covid-19? Como foram os resultados? E o Dr. Flávio Cadegiani, pesquisador que encontrou os achados dos antiandrogênicos como tratamento promissor para covid-19, influenciou nessa decisão?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senador, existe um trabalho aprovado na Comissão Nacional de Ensino e Pesquisa, e os resultados ainda não estão divulgados.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu só queria fazer uma correção aqui, Sr. Presidente: o tal Zelenko, que o Heinze disse que foi indicado ao Nobel da Paz, nunca foi, é *fake news.* Quem falou isso foi William de Lucca, que acabou de mandar a informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mais uma, Senador Rogério? Mais uma? Recorde global!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que foi?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque é mais uma... O Senador Rogério está informando aqui sobre mais uma *fake news* dita nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Bom, eu só queria fazer uma pergunta, depois vou passar ao Senador Randolfe. Eu vou chamar a Senadora Soraya pra ficar aqui um pouquinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tinha um grupo de WhatsApp de que o Sr. Carlos Wizard participava?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Ele me colocou no grupo, e eu saí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas era um grupo de WhatsApp de que o senhor participava... O Sr. Carlos Wizard é um homem que se diz temente a Deus, mas não é. Veio querer vender livro aqui na CPI e ria das pessoas que morreram asfixiadas.

Esse grupo do Carlos Wizard é o gabinete paralelo de que o senhor participou. Esse grupo é o gabinete paralelo de que o senhor participou, esse grupo de WhatsApp.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, o dia em que o senhor saiu, eu não sei.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor saiu na mesma hora? Ele botou e tirou? Ou não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Participou, mas saiu.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu não aceitei participar e saí do grupo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Participava...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor saiu na mesma hora?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, Senador, eu saí do grupo, pois eu não aceitei participar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu também já saí de muitos grupos que foram formados.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Exato, porque o senhor não aceita participar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Senador Omar... Me permita só, Relator...

Dr. Pedro, o senhor pode esclarecer o motivo da sua não aceitação em participar desse grupo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Simplesmente porque eu não via nenhuma situação que fosse plausível pra ter um grupo desse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor pode esclarecer um pouco mais? O que o senhor disse que são situações não plausíveis, o objetivo do grupo, as ideias defendidas?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não sabia qual que... Quando tentaram me explicar qual era o motivo do grupo, eu não entendi, não tinha um objetivo próprio, e eu saí do grupo imediatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Afinal de contas, não tinha por que permanecer em algo cujo sentido eu não entendia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor pode apontar quem lhe colocou nesse grupo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu não me lembro. Como eu acabei de relatar, eu saí muito rápido.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E quem participava do grupo...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Exato. Eu não fiquei observando quem participava, porque, assim que o próprio Carlos Wizard me colocou, eu falei "desculpa, Carlos, eu não vou participar de grupo algum", e saí.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O próximo inscrito é o Senador Randolfe Rodrigues, por 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Relator, Dr. Pedro, meus cumprimentos a V. Sa.

Quero de antemão dizer aqui do que se trata... (*Pausa.*)

Obrigado, é só para V. Exa. garantir o tempo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De antemão, quero antecipar pra V. Sa. que o que se trata nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é, sobretudo, em respeito a todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os médicos do Brasil, à ciência acima de tudo, e não há nenhum tipo de generalização ao conjunto de médicos que trabalham na Prevent Senior.

Temos aqui uma denúncia que chega a esta CPI gravíssima, gravíssima, e que, sob pena de prevaricação – aquilo que o Sr. Controlador-Geral da União fez ontem, o nome daquilo é prevaricação –, sob pena daquilo, nós não poderíamos nos omitir e não investigar.

Então, eu queria iniciar, Dr. Pedro, perguntando a V. Sa. o seguinte. V. Sa., antes do intervalo, destacou – acho que respondendo ao Senador Otto – que é necessária a imunização, não é recomendável algum tipo de tratamento precoce para crianças e que inclusive as crianças são vulneráveis à covid. V. Sa. podia só destacar ou...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Não, na verdade, ele estava comentando sobre o zinco e ele relatou o uso do zinco em crianças. Eu disse que, assim como os adultos, as crianças também podem ser vulneráveis ao vírus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

É importante esse seu depoimento, porque inclusive contradiz fortemente, Sr. Relator, o que o Ministro da Saúde decidiu na semana passada. Por isso é que eu advogo que é importante ouvirmos o Ministro da Saúde. Na semana passada, o Ministro da Saúde suspendeu a vacinação de crianças e adolescentes. Essa informação sua é importante nesse sentido.

E qual é a opinião de V. Sa. sobre o uso de cloroquina ou de hidroxicloroquina para crianças?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu vejo que, apesar de as crianças serem vulneráveis, elas desenvolvem a doença com muito menos característica de intensidade, e eu sou contra o uso de hidroxicloroquina para crianças.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor tem conhecimento da nota técnica das orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da covid-19, uma orientação do Ministério da Saúde exarada em setembro deste ano?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – De setembro deste ano? Não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perdão, setembro do ano passado.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Se foi de setembro do ano passado, provavelmente eles devem ter usado alguma informação nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, de fato usaram. Na referência bibliográfica das orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico de covid-19 tem a indicação da Prevent Senior. E nas recomendações do Ministério da Saúde consta – chamo a atenção, Sr. Relator –: "Em crianças, dar sempre prioridade ao uso de hidroxicloroquina pelo risco de toxicidade de cloroquina". Eles utilizaram a referência da Prevent Senior e fizeram a recomendação pra aplicar hidroxicloroquina em crianças – em crianças! Essa nota é de setembro.

A convenção da OMS contrária à cloroquina, à hidroxicloroquina ou ao que seja, ao chamado tratamento precoce, se eu não me engano, é de julho ou de agosto... Maio, maio ou junho. A Prevent Senior teve conhecimento disso? Não refutou essa nota?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Na verdade, não tive conhecimento. E justamente é até interessante porque, como nós não tratamos, nós não temos volume de crianças vasto, isso a gente deixa a cargo, quando temos crianças para tratar, de pediatras e hospitais terceirizados. Então, nós não temos nenhuma orientação no nosso protocolo, Senador, para crianças.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tinha conhecimento de que anexo a essa recomendação constava o protocolo de manejo clínico da Prevent Senior?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim. E o protocolo tem descrito em cada uma das páginas uma informação importante que é justamente a autonomia do médico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, mas a autonomia do médico incluía passar hidroxicloroquina para crianças?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não tem nenhuma descrição de criança e o senhor sabe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, mas a nota do Ministério da Saúde está aqui...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Mas pode perceber que não utiliza como referência a Prevent Senior para crianças.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Randolfe, ele está falando de autonomia dos médicos. Nós temos informação aqui de que 425 médicos entraram com processos trabalhistas por conta de interferência na autonomia desses profissionais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa era outra pergunta a V. Sa. Eu faço da pergunta do Senador Rogério minha pergunta também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, desculpa, mas eu não tenho conhecimento desses procedimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor tem conhecimento de que há denúncias nesta Comissão de que a exatamente a autonomia médica...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... estava sendo infringida pela Prevent Senior e tinha informações para o uso do tratamento precoce, uso da hidroxicloroquina e tantos outros.

Eu só acho... Veja, tem a nota do Ministério da Saúde, aqui nessa nota, Senador Renan, Sra. Presidente, isso aqui é criminoso. Manda botar hidroxicloroquina na criançada. Isso é de 20 de setembro. Tem duas notas, essa nota aqui e a outra nota técnica, Nota Informativa 9, de 2020. Entre outros, alguns personagens que subscrevem: Elcio Franco, Mayra Pinheiro, conhecidos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, já prestaram depoimentos aqui sobre a gestão de Eduardo Pazuello. Veja, diante dessa gravidade, sendo utilizada ainda referência da Prevent Senior. Eu acreditava que, naquele tempo, seria de bom-tom a Prevent Senior refutar isso e desautorizar o Ministério da Saúde a continuar com essa nota técnica, com essa nota informativa, porque essa nota informativa vai para todos os brasileiros e brasileiras.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só perguntar objetivamente: V. Sa. não concorda com uso de hidroxicloroquina em crianças?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Como médico não concordo porque não vejo a menor necessidade de uso de hidroxicloroquina em crianças, e nosso protocolo nunca disse para usar em crianças.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Então, o depoimento de V. Sa. só mostra o crime do Governo brasileiro, só mostra a gravidade do crime cometido pelo Governo brasileiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Do gabinete paralelo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... através do gabinete paralelo, que é quem mandava de verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor em algum momento defendeu a imunidade de rebanho, Dr. Pedro, ou alguém da Prevent Senior?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – De modo algum. A imunidade de rebanho poderia acontecer, mas nós não sabemos quando ela pode acontecer e se aconteceria. O que nós sabemos é que pode ter uma evolução natural da doença, mas o que se mostrou no avanço natural da doença é que ela se mantinha grave, com ondas muito claras de gravidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem conhecimento de uma declaração sua, se não me engano, de junho ou julho do ano passado, em relação a isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Se o senhor puder apresentar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor, imediatamente.

Ana Cristina, por gentileza, coloque.

(*Procede-se exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me permita, Dr. Pedro...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... pedir só para repetir, porque eu acho que eu ouvi o senhor dizendo que as pessoas precisariam se contaminar, mas vamos só conferir, pode ter tido algum equívoco. Vamos voltar aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, até a forma de se dirigir as pessoas é "contaminado". Quem se contamina é objeto; se infecta.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Pedro, por gentileza.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Como o senhor mesmo observou, nós estávamos em junho, três meses que havia começado a pandemia no País...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me desculpe, Dr. Pedro, mas, em algum momento da pandemia, houve alguma recomendação baseada na ciência ou na medicina para as pessoas se infectarem – que o senhor inclusive falar em contaminar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A infecção é muito clara e a gente tinha somente uma onda naquele momento. Nós não tínhamos dados suficientes para falar se teríamos outras ondas e se isso seria prejudicial pra população.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso não seria defesa de imunidade de rebanho?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, fica nítido, até pela data que foi feito esse vídeo, que, posteriormente, eu não defendi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... essa característica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Bom, mas eu acho que fica patente que...

Me permita aqui, Sr. Relator, reiterar, retornar aqui ao vídeo do Sr. Luciano Hang apresentado aqui anteriormente, por favor.

Por favor, Ana Cristina.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor informou aqui que o senhor não pode falar sobre as circunstâncias da morte da genitora do Sr. Luciano, que foi paciente da Prevent Senior. O senhor já informou que não pode.

Eu só queria reiterar: ela foi tratada com o *kit* covid? Ela foi tratada com protocolo do tratamento precoce?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Volto a repetir, Senador: eu não vou informar dado algum de paciente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, mas...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O senhor pode requisitar que vai ser um...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me permita, me permita...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É necessário nós, por uma clara contradição aqui existente, apresentarmos essa informação aí. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse daí é da Prevent Senior – o timbre. Protocolo...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – LDE...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Protocolo covid-19. Mais acima: Regina Hang. Ou seja, ao contrário do que o Sr. Luciano Hang falou no vídeo, ela foi tratada com protocolo de *kit* covid.

Agora, me permite, só para concluir, Dr. Pedro...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode colocar somente o...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... documento final, o atestado de óbito da senhora em questão. (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É a comprovação da falsificação.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, ela tem notificação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, ela foi notificada?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Ela tem toda a notificação, os documentos estão todos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeitamente, porque, inclusive...

Mas por que na certidão de óbito não constou isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, existe um padrão temporal que precisa ser avaliado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode tirar a certidão.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E outra situação importante, a primeira página que o senhor mostrou, que faz parte de um prontuário médico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está lá escrito, covid-19.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Exato, covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é o que o senhor está imaginando, e se o senhor solicitar o prontuário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O covid-19 que está lá não é covid-19?

Tinha outra doença? De outra pandemia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o senhor pode solicitar o prontuário que nós faremos questão de mostrar para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas está aqui o prontuário, o prontuário confirma.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não pode... O senhor não pode fornecer o prontuário porque o prontuário é propriedade do paciente.

O senhor não pode.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós já temos...

Já tivemos acesso ao prontuário.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, o prontuário...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós já temos, não vamos solicitar.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, ele perguntou se ela usou hidroxicloroquina, eu estou falando, ela não usou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não, não.

Vamos lá. Voltemos.

O documento que nós apresentamos mostra lá.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ela não usou hidroxicloroquina?

Nós temos isso no prontuário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um documento da Prevent Senior, que está escrito lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Chegaremos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que está prescrito lá, protocolo covid-19. Está lá escrito.

Não me parece... Não me parece ter surgido outra pandemia, de 2019... de 2020 para cá, que não essa com esse nome.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, o senhor tem todo o prontuário completo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos o prontuário.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, agora...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Mas completo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, o prontuário que nós temos aqui é completo.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor tiver informação a mais...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É que não foi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... inclusive nós agradecemos se V. Sa. encaminhar à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Exatamente por isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não.

O que acontece, Senador, é que não foi solicitado.

Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O prontuário é este.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, essas informações que os senhores têm foram subtraídas da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, tudo bem.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Elas podem estar incompletas, por isso que eu estou lhe dizendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que isso tem a ver? Isso não tem nada a ver.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E adulteradas.

Não, tem tudo a ver, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu só queria, assim, é porque...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Compreende, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Pedro, o Sr. Luciano Hang gravou uma *live*, uma *live*. Gravou uma *live* informando que a sua genitora não tinha sido tratada com o *kit* covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Põe de novo, põe de novo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Gravou uma *live*.

E, assim, se o senhor me permitir, Dr. Pedro, nós temos o prontuário. Vamos ao prontuário aí da paciente, no que o prontuário diz. Vamos aí ao prontuário da paciente. Vamos ao detalhe do prontuário.

Por favor, pode baixar. (*Pausa.*)

Pode baixar.

Recebeu previamente azitromicina, hidroxicloroquina, prednisona, colchicina.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Isso é bem importante do prontuário, recebeu previamente, não está recebendo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Posteriormente ela recebe sim.

Posteriormente... Continue lendo, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Pedro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ela recebe posteriormente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tinha dito a esta CPI que ela não recebeu tratamento precoce, a mesma coisa que o Sr. Luciano Hang falou.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu informei que eu não ia comentar o tratamento de pacientes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está confirmando aqui, ao contrário do que o Sr. Luciano Hang falou, que ela previamente recebeu o tratamento precoce.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Fala em ozônio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito.

Mistura gasosa, oxigênio, ozônio. Não é ozonioterapia?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para expor. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela recebeu ozonioterapia?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, eu peço que vocês tenham todo o prontuário para vocês verem todo o ocorrido, é fundamental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Pedro, objetivamente, tem alguma informação a mais que isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, tem informação a mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não, os senhores não receberam o prontuário completo, tem informação a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Pedro, veja, tendo o segundo prontuário, eu acho que fica até mais complicado.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não, Senador Randolfe, por favor. Por favor.

Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, só para encaminhar efetivamente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu apresento oralmente requerimento pra que seja solicitada e apresentada a íntegra do prontuário médico dessa senhora.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nós notificamos, viu, Senador?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho. Se puder votar, a gente até vota.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode votar. Pode, inclusive, me interromper pra votar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Senador Alessandro Vieira está requerendo agora oralmente a apresentação do prontuário da Sra. Regina Hang. É isso. Do prontuário completo, porque nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... temos uma boa parte. Eu não sei se ele está completo ou não, mas eu tenho até o óbito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só pra informar aos senhores, eu vou pedir para os senhores tentarem ser rigorosos com o horário, porque a Ordem do Dia já começou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não estão abertas ainda as votações, nada disso, apenas oradores. Então, eu só gostaria de alertar para esse fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu já vou concluir, só tenho um último questionamento. Eu já vou concluir, Sra. Presidente, e agradecer também ao Dr. Pedro.

Mas a senhora aprovou o requerimento do Senador Alessandro, não é? (*Pausa.*)

Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Espere aí, só um minutinho.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeitamente.

Então, Dr. Pedro, só pra concluir, eu acho que pra mim está muito clara essa lamentável situação, e é o contrário do que o Sr. Luciano falou na *live*. É um negócio assim assustador. É assustador. É lamentável e assustador isso. Não há palavras pra descrever uma situação desse tipo.

Eu pergunto, por fim, Dr. Pedro: a sua empresa, a Prevent, ainda recomenda o tratamento precoce?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – A Prevent Senior não recomenda, e quem faz a utilização são os médicos. Dentro de alguns protocolos, pode ter alguma sinalização, só que sempre com autonomia médica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, então, hoje ainda tem receituário de tratamento precoce?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Se o senhor avaliar receituários prescritos pelos médicos, com certeza o senhor vai encontrar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não tem uma orientação?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem um diretor clínico?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O diretor clínico não acompanha as orientações da Organização Mundial da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Acompanha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem uma orientação geral em relação a isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Existe orientação, mas não existe proibição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não existe proibição de passar hidroxicloroquina hoje?

A posição oficial da Prevent Senior...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A posição oficial é a autonomia do médico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, só respeitando o tempo de fala, por favor.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É a autonomia do médico, Senador. Eu não posso proibir um médico de fazer nada desde que ele esteja buscando salvar a vida do paciente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas, assim, passar hidroxicloroquina nos dias de hoje, ozonioterapia, me desculpe, Dr. Pedro.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E assim, por fim, eu não vou nem colocar... A última mensagem temos aí? A última mensagem, a última, a última.

Com a permissão do Senador Alessandro, concluindo de fato...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Só pra registrar, Sra. Presidente, eu estou abrindo mão do meu prazo de inscrição. Não será viável. A gente tem que ajustar a condução da CPI, porque estamos perdendo tempo e perdendo a oportunidade de fazer um bom interrogatório.

No primeiro vídeo que foi passado, confirmada a autoria pelo Sr. Pedro, no dia 20 de junho de 2020, e que ele se refere como sendo isso uma atenuante pro fato de ele defender a imunidade de rebanho naquele momento, a expressão é: "É bom que as pessoas se contaminem". Naquele momento, de quatro mortos no mundo, um era brasileiro, e a gente tinha uma média acima de mil mortos por dia. Então, sua opinião tecnicamente já era, naquela época, injustificável.

Agradeço pelo tempo e abro mão da inscrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu sugiro que o senhor aguarde, Senador Alessandro. É possível, de repente, que consigamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por fim, só essa...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por favor, para concluir, Senador Randolfe. Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No dia 22 de maio de 2021, prescrição – é uma mensagem sua – do protocolo institucional: "A partir de hoje, as medicações covid não serão mais disparadas para as casas dos beneficiários, nem entregue nos prontos-socorros. Será necessária a entrega da receita (seja por SMS...)". E está lá em cima: prescrição institucional. Me parece que institucional se refere à Prevent Senior.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Esse é um grupo de médicos, e esse é um grupo que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Pedro, mas está lá: prescrição do protocolo institucional. A instituição... E embaixo o senhor está encaminhando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Prevent Senior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E embaixo o senhor está encaminhando esse documento aqui.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim. O senhor tem a data que está exposta lá?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está em cima a data.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Em 22 de maio. 22 de maio!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De 2021.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De 2021!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 22 de maio de 2021!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De 2021!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, está nítido que a autonomia do médico está preservada. O senhor está vendo isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe-me, eu...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Está nítido que a autonomia do médico está preservada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Para concluir, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Pedro, com todo respeito que eu quero manter por V. Sa., mas não somente eu, como o senhor, todos os Senadores aqui e todos os brasileiros estão vendo o que está escrito: prescrição do protocolo institucional.

Agradeço a V. Sa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Eu gostaria de fazer apenas uma pergunta para o senhor: o senhor é contra o tratamento precoce?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Na verdade eu...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Todo mundo perguntou se o senhor é a favor, eu gostaria de saber se o senhor é contra. É diferente a pergunta.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Dependendo de como ele é prescrito, sim, sou contra.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor é contra em que casos?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Em casos em que o paciente pode não ter necessidade ou em casos de algumas medicações que não devem ser prescritas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Para diagnóstico de covid, existe a necessidade desse tratamento precoce com cloroquina e azitromicina?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Hoje está muito mais claro que não.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, por que o senhor nega que foi utilizado esse tratamento na mãe do Sr. Luciano Hang?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não. Eu só disse que eu não irei comentar sobre os pacientes tratados. Eu não vou expor pacientes e tratamentos realizados em pacientes.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor nem nega e nem assume.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Estou mantendo a minha posição de não falar justamente pela proteção da paciente e da sua família.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mesmo depois de aberto aqui.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim. Mesmo depois de aberto. Eu não tenho autorização para falar sobre ele.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Eu quero aqui, Senador Randolfe, Senador Renan... Eu não costumo fazer críticas a Casas Legislativas, muito menos à Câmara dos Deputados. Eu sou uma pessoa que respeito muito o Regimento Interno dos Poderes. Mas hoje, a Câmara dos Deputados abriu um procedimento contra o Deputado Luis Miranda, sem esperar a CPI acabar, numa denúncia que até hoje o Presidente não disse que é verdade ou mentira. Veja bem a celeridade do Relator em colocar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, eu acho que tem pés de barros, pés de barros para agir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja a celeridade em querer punir o Deputado Luis Miranda. Não estou aqui defendendo o Deputado Luis Miranda, longe de mim! Eu estou falando sobre o procedimento. Esse mesmo procedimento a Câmara não está tendo em relação a pessoas mais poderosas. Aí é uma coisa.

Então, veja bem... Então, eu vou fazer um apelo aqui aos membros da Comissão que acolheram isso: esperem pelo menos a CPI, esperem o Presidente desmentir o Deputado Luis Miranda. O Presidente nunca desmentiu. E está provado por "a" mais "b", essa CPI tem provado, que a cada dia que passa tem Parlamentares envolvidos em situações muito mais graves.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual é a acusação, Sr. Presidente? A acusação qual é exatamente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei qual é a acusação, sinceramente. Eu não vi... O Deputado Luis Miranda deu uma entrevista... Então, cuidado com o que a senhora fala, Senadora. Cuidado, Randolfe, com o que você fala, porque se esse mal de Parlamentar falar... E pior, o acusado, a pessoa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o nome de Parlamentar é "parlar", aquele que fala.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. E a pessoa que ele disse que conversou não desmentiu a conversa, mas mesmo assim a Câmara está abrindo o procedimento. Então, aqui, ele fez o depoimento aqui nesta CPI.

Então, aqui ele fez o depoimento, aqui nesta CPI; no depoimento ele citou o Deputado Ricardo Barros... É o mesmo do Tolentino, é o mesmo da Pés de Barro, é o mesmo de muitas situações aí que são de conhecimento da própria Câmara – da própria Câmara –, dos próprios membros da Comissão de Ética, mas é muito mais fácil tentar escamotear a verdade e tentar fazer isso.

Eu estou dizendo que eu não estou defendendo o Deputado Luis Miranda, eu estou aqui dizendo que a Câmara foi muito ágil em relação ao Deputado Luis Miranda e muito lenta em relação a coisas muito mais graves que se fazem neste País: desrespeito à Constituição, desrespeito aos Poderes, desrespeito a uma série de leis que o Brasil tem, constitucionais. E se apressam em fazer isso. Então, eu espero que a Câmara possa ter a mesma agilidade quando a gente entregar o relatório ao Presidente Arthur Lira sobre o que esta CPI está apurando e o que virá no relatório desta CPI em relação principalmente aos investigados.

Senador amigo Jorginho Mello, do grande Estado de Santa Catarina.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Sr. Presidente, eu vou ser bem rápido. Quero propiciar... Vou dar um aparte para o nosso querido Senador Rogério.

Eu só queria fazer... Na esteira do que V. Exa. acabou de falar, eu queria fazer um apelo de forma muito respeitosa a todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras. Como o senhor disse, que tem que cuidar quando se dá uma entrevista, enfim... O que foi falado hoje aqui, exposto – a internação, o prontuário da Sra. Regina Hang –, isso não é algo que a gente deva permitir que aconteça. Uma senhora honrada, uma mulher que... Brusque está chorando pelo que está acontecendo aqui. A gente pode perguntar para o Sr. Pedro, fazer o que quiser com a empresa que ele preside, que ele dirige... Agora, a gente tem que cuidar, até em respeito à memória das pessoas que se foram, esses 591 mil que o Senador Renan ostenta ali... Ela não fez... O próprio Luciano disse – está aqui ele com a mãe dele aqui: ela não fez tratamento preventivo, ela fez tratamento precoce depois que foi diagnosticada a doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só queria pedir, por gentileza: vamos evitar expor pessoas honradas, decentes por causa de alguma disputa ou porque nós queremos tirar mais alguma coisa dele. Eu teria uma série de perguntas a fazer, e não vou fazer, até para propiciar a outros, porque vai começar a sessão agora, mas eu queria fazer este apelo: que a gente tivesse mais cuidado para expor o nome das pessoas, porque isso é muito caro. Lá em Brusque, tem gente chorando lá, as pessoas que cuidavam dela... E por aí afora.

Então, eu queria fazer esse apelo e dizer que, infelizmente, o meu Estado de Santa Catarina faz mais um escândalo de 4,7 milhões comprando máscaras que não servem para nada. Vai tudo para o lixo, porque foi comprado de uma empresa que não tem nem um funcionário. Infelizmente, tenho que falar sobre isso.

E quero agradecer a oportunidade e deixar o Rogério fazer uso da palavra pelo menos por cinco minutos, e cinco minutos para o nosso querido Girão. Cinco para cada um. Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, viu, Jorginho?

Presidente, eu queria ler algumas mensagens que eu recebi aqui.

"Senador, tem informações que conferem o que eu vi até agora na CPI. A minha vizinha ainda é funcionária da Prevent Senior, por isso não posso citar o nome dela. Ela disse que funcionários têm vasculhadas as suas redes sociais e, se tiver menção a partidos de esquerda, especialmente o PT, são demitidos. O *kit* era enviado para os internados ao ter alta. Não era só para a prevenção. Até sintonizar as TVs dos espaços hospitalares era proibido sintonizar nas emissoras que faziam crítica ao Presidente Bolsonaro."

Aí vem aqui mais outra: "Senador, eu estou disposto a ajudar. Eu também recebi *kit* covid pela Prevent Senior em São Paulo. Eles enviavam em casa e enviavam por SMS para dar um o.k. em um artigo que eles enviavam, mas qualquer médico por videochamada realmente prescrevia esse *kit,* tanto que chegava em uma sacola plástica".

Ou seja, nós estamos falando que o tempo todo a Prevent Senior... E é importante que quem está nos ouvindo possa entender: a Prevent Senior trabalha com pacotes tecnológicos, e eles definiram o *kit* covid como a forma de tratar todo e qualquer paciente com covid. Essa é a primeira questão, que é muito grave.

A segunda questão que me parece grave é o fato de ter um tempo de terapia intensiva a partir do qual, se o paciente não evoluía, eles o colocavam em tratamento paliativo. Portanto, é preciso saber qual o critério que essa instituição adotava para escolher quem continuaria sendo tratado e tendo atenção em terapia intensiva ou não. Isso é uma questão ética e um dilema ético muito grave, que não tem solução no Brasil porque a eutanásia não está regulamentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira questão muito grave que eu vi aqui, Sr. Presidente, é o fato de eles testarem tanto a questão do *kit* covid, como ozonioterapia, como células-tronco – células-tronco para tratamento de covid –, como, por exemplo, dar heparina por inalação. Ou seja, foram feitos vários testes em seres humanos, e isso é de uma gravidade muito grande, sem autorização do Conep, sem autorização das famílias, ou seja, fazendo testes terapêuticos em seres humanos. Isso é gravíssimo! A gente só viu isso em momentos que não é bom lembrar, durante a Segunda Guerra Mundial.

E a quarta questão que eu acho que é fundamental que a gente traga aqui para o conhecimento da população é que, depois que acabava o tempo de quarentena, ou seja, os dez dias, catorze dias, o diagnóstico do paciente, se sobrevivia, mudava o diagnóstico, se o paciente viesse a óbito, não era de covid, era de outra patologia ou de uma consequência decorrente do processo inflamatório agudo, não sendo notificado como covid. Portanto, o óbito, não sendo... Era notificado como covid, que a pessoa teve covid, mas não era notificado o óbito por conta da covid.

Então, essas questões fazem aqui a necessidade de a gente ter tudo isso no relatório. Porque veja, Sr. Relator, preste atenção nisso, veja a malícia – veja a malícia: o paciente chega, é detectado com covid; sobreviveu; mesmo depois, sobreviveu ao período da infecção – sobreviveu –, mas as consequências o levaram a óbito ainda no processo de tratamento, pelas complicações; e aí o atestado de óbito não dava como covid. É por isso que tem uma taxa baixa de mortalidade, porque ela era escondida, escamoteada com esse tipo de argumento. Então, aqui nós estamos diante de vários crimes que é preciso que a gente possa citar para o relatório.

Eu vou aqui, rapidamente, Sr. Presidente, sugerir que seja encaminhado ao Conselho Regional de Medicina. Vejam:

> É vedado ao médico:
> Art. 22. Deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal [...] sobre o procedimento a ser realizado [...].
> Art. 23. Tratar o ser humano sem civilidade [...].
> Art. 24. Deixar de garantir ao paciente o [...] direito de decidir livremente sobre sua pessoa [...].
> .....
> Art. 28. Desrespeitar o interesse e a integridade do paciente [...].
> .....
> Art. 31. Desrespeitar o direito do paciente ou de seu representante legal de decidir livremente sobre a execução de práticas diagnósticas ou terapêuticas [...].

Tem uma lista do que é vedado, e a Prevent Senior fez tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, com relação aqui... Os arts. 22, 23, 24, 28, 31, 34, 37, 40, 41, 50, 99, 100, 101, 103 e 104 do Código de Ética Médica eles estão infringindo.

Também nós estamos agora... Há os crimes previstos no Código Penal Brasileiro.

Ocultação de mortes decorrentes da covid: art. 269. O Código Penal determina a obrigação de o médico informar doenças de notificação obrigatória. No entanto, a Prevent Senior deixou de informar, como eu acabei de falar.

Homicídio doloso, com dolo eventual, combinado com o art. 18, inciso I, do Código Penal, ou seja, quando você decide sobre vida ou morte do paciente, na forma como foi feito.

Epidemia como resultado de morte. Resultado da morte, porque aqui foi proposto que os pacientes deveriam se contaminar.

Infração de medida sanitária preventiva: art. 268. No caso, a Prevent Senior, nesse crime, certamente exigiu que... Os médicos eram impedidos de usar máscaras com a finalidade de propagar a doença.

Perigo de contágio de moléstia grave: art. 131 do Código Penal. Ou seja, nós temos aqui...

Perigo para a vida ou saúde de outrem: art. 132.

Falsidade ideológica. A Prevent Senior também cometeu o crime de falsidade ideológica ao inserir em suas pesquisas declarações falsas com o fim de alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Diante dos crimes aqui apresentados, vou orientar, vou pedir ao Relator que inclua essa lista de atos delituosos, tanto em relação ao Código de Ética Médica quanto em relação ao Código de Processo Civil, a V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu fico aqui estarrecido, e eu tive... Eu passei muito mal ao ouvir todas as histórias que eu ouvi dessa empresa, que trabalha com pacotes, ou seja, a pessoa não pode passar mais de dez dias na terapia intensiva, porque vai aumentar o custo; tem que sair, tem que ir para cuidado paliativo, e isso significa, neste caso em particular, a morte. E isso é um crime contra a humanidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Tranquilo, Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é isso, né? A gente precisa ter relação aqui. Cada um está num processo de evolução. Todos nós erramos. Todos nós estamos aqui para aprendermos uns com os outros, e a gente precisa ter esse nível de cordialidade. Eu acho que é isso, minimamente, que a sociedade espera. Quando foi falado há pouco por um colega que o Parlamento é para *parlar*... Quando o próprio Presidente, Senador Omar Aziz, colocou aí "cuidado com o que se fala" – acho que se referiu aí à Senadora Soraya: "Cuidado com o que se fala". A gente não pode ter esse receio aqui, gente, pelo amor de Deus! A gente não pode ter esse receio aqui.

Nós somos colegas que temos visões divergentes em muitos assuntos, mas temos que ter um mínimo de respeito. Você querer intimidar um Senador da República, sugerir a inclusão dele no relatório de um trabalho que todos nós estamos fazendo juntos aqui, há quatro meses e meio, é algo estarrecedor! É um tribunal de inquisição mesmo! Não é coisa de teoria, não... É na prática! Espero que o Senador Renan Calheiros tenha essa sensibilidade de refletir sobre uma colocação dessa.

Nós já tivemos aqui outros colegas querendo levar outros para o Conselho de Ética, por opinião! A gente não pode fazer esse tipo... Cada um tem condição de dizer o que quer. É garantido pela Constituição.

O Senador Renan Calheiros falou que teve 30 mil manifestantes no dia 7 de setembro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu não falei isso, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está na nota taquigráfica. Está no vídeo. O senhor quer que eu coloque aqui? Se o senhor... Eu não queria colocar, mas eu tenho esse vídeo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu estou só lhe colocando que o senhor tem o direito de colocar a sua visão sobre isso. É sua visão sobre isso. Eu estive lá e vi uma multidão que nunca foi vista aqui em Brasília, nem no *impeachment* da Dilma!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, mas ontem o senhor falou... Lá em São Paulo foi mais de milhão!

Mas o importante não é o número. Eu defendo todo tipo de manifestação, seja pequena, seja grande, seja de esquerda, seja de direita. Eu acho isso saudável pra democracia. Não tem que julgar. Agora, eu acredito que a gente precisa ter o mínimo de respeito com os colegas; não querer enquadrar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

não querer intimidar colega nenhum. Poxa! Hoje nós estamos aqui contrários, divergindo em ideias, depois a gente estará em outras causas juntos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu estou falando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – (*Fora do microfone.*) ... me referindo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu o trato com tanta cordialidade...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu não estou falando do senhor. Eu não estou falando do senhor. Estou falando com relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo amor de Deus! Isso é uma coisa altamente injusta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, não. Eu acho que o senhor não estava prestando atenção. Eu estou falando de uma sugestão que foi feita ao senhor para enquadrar um colega aqui, colocar no relatório. Aí eu acho que é uma coisa que o senhor não vai nem considerar, porque é algo realmente que eu sei que... esse tipo de coisa não tem cabimento.

Mas vamos aqui à pergunta, porque eu acho que vão começar aí as votações. Vamos lá.

Sr. Pedro Benedito Batista Júnior e seu advogado, sejam muito bem-vindos aqui nesta Comissão.

Eu queria lhe perguntar o seguinte. A Prevent Senior sofreu um impacto forte quando começou a pandemia, tanto pelo desconhecimento quanto por atender, na maior parte, a idosos, pelo que eu pude estudar a respeito. O senhor poderia nos falar dos desafios enfrentados naquele momento específico em que ninguém sabia realmente para onde é que estava indo, essa pandemia era algo novo para todo mundo? A gente viu aqui que vários Governadores indicaram inclusive medicamentos, *kits.* Enfim, que ensinamentos o senhor e sua equipe extraíram dessa luta contra algo desconhecido?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Agradeço a pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito se falou hoje, de muito eu fui acusado, apesar de relatórios com mais de 21 processos de investigação de Vigilância Sanitária, Conselho Regional de Medicina, ANS, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, Agência Nacional de Saúde Suplementar, Ministério Público Estadual e Federal e por aí vai. Foram 21 denúncias, grande parte delas feitas de maneira anônima e que geraram todas as investigações, que foram arquivadas – 21 investigações de variados órgãos que nos regem, que nos coordenam e fazem toda essa avaliação foram arquivadas.

Isso, Senador Girão, simplesmente porque, antes de começar a pandemia no País, nós começamos a avaliar todo esse processo que estava acontecendo no mundo. Para nós treinarmos as equipes no dia 28 de fevereiro, que é o que está constatado nos autos da Vigilância Sanitária e nos autos já avaliados também pelo Ministério Público significa que a gente tinha, sim, uma previsibilidade do que poderia acontecer – e aconteceu.

Nós tínhamos um hospital extremamente preparado para receber esses pacientes, ao contrário do que foi dito aqui. E para quem não conhece a Prevent Senior, volto a reiterar: um dos hospitais mais modernos do País hoje é da operadora, que é o Sancta Maggiore Dubai, na Marginal Pinheiros, referência para os grandes hospitais do País, que vão nos procurar para saber o modelo de trabalho.

Então, todo esse trabalho que foi realizado trouxe segurança, trouxe capacidade de identificação dos pacientes que estavam sendo contaminados ao longo da cidade e proteção. No momento...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É isso que eu queria lhe perguntar. Eu queria lhe perguntar... O senhor terminou?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto. Eu queria lhe perguntar exatamente sobre a estratégia para se fazer frente ao número elevado de contaminados, sobretudo idosos. Quantos idosos – de forma objetiva, se o senhor puder me responder – foram mantidos em tratamento domiciliar? Quantos tratados em hospitais do grupo? Qual o tratamento foi oferecido? E quantos vieram a falecer?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sr. Senador, eu tenho que me referir à equipe médica, à equipe de enfermeiros, a equipe de fisioterapeutas e a todos os funcionários, porque sem eles esse trabalho não teria sido feito.

Foram mais de 55 mil pacientes positivos para covid, com média de idade de 68 anos; 18 mil deles foram internados; e cerca de 4 mil vieram a óbito. Então, estamos falando de um número de pacientes que teve variada ação, como eu disse anteriormente, conforme atuação específica de cada médico, uma vez que nós temos aí uma equipe composta por 3 mil profissionais de excelente atuação. Então, fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

muito, assim, díspar se eu disser para o senhor "foi só isso ou foi só aquilo". Foi um conjunto de fatores que ajudou no tratamento desses pacientes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E foi respeitada a autonomia médica com relação ao tratamento, é isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E a decisão das famílias; autonomia médica e decisão das famílias.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Decisão das famílias.

Era isso que eu queria sugerir, Sr. Presidente.

Alguns colegas já fizeram aqui e eu queria reiterar para o senhor: se puder trazer o Presidente do Conselho Federal de Medicina, porque eu acho que é uma peça chave pra que possa elucidar esse tema que já veio à CPI várias vezes, e volta e vem, que é tratamento precoce. Tem requerimento aprovado. É o Dr. Mauro. Se o senhor puder programar isso para a próxima semana, porque amanhã é o Dr. Danilo Trento, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ótimo. Vamos lá!

Quando iniciou a pandemia, que tratamento se tinha para a covid, em março do ano passado?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nenhum tratamento, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quando... Nesse mesmo momento do ano passado, qual foi a orientação que o senhor recebeu seja do Governo Federal, municipal ou estadual? Havia algum tipo de protocolo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não recebi orientação de qualquer governo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor recebeu algum *kit* covid do Ministério da Saúde?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não recebi qualquer prescrição ou qualquer protocolo vindo de qualquer governo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nada com relação ao laboratório farmacêutico do Exército?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não recebeu nada a sua companhia.

Nós temos informação de que uma ex-funcionária da rede Prevent Senior afirma que a estratégia da operadora de saúde era conduzir um estudo com hidroxicloroquina em pacientes com covid-19 para reduzir custos com internações e, ao mesmo tempo, dar visibilidade à empresa como referência no tratamento do vírus. Isso existiu? Porque isso aconteceu... Foi na mídia, foi uma matéria que saiu.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É uma matéria que saiu de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Mas foi anônima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ... com a intenção internacional de se tornar referência.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, foi uma declaração anônima que nenhum declarante, nenhum declarante, se apresentou, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Essa matéria, só pra entender aqui o que o Senador colocou aqui...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – É uma matéria anônima.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... foi contestada de alguma forma? Houve alguma ação da sua empresa contra a produtora dessa matéria? Teve isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Nós temos hoje um movimento de alguns processos que estão aí evoluindo e podem ser avaliados aí pontualmente, afinal de contas são muitos processos, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O departamento jurídico da sua empresa alega que as denúncias – isso nós também vimos em matérias – feitas no dossiê encaminhado à CPI foram baseadas em documentos e mensagens internas editados e fora de contexto. O que continham as referidas mensagens internas? Por que o senhor afirma que foram editadas. O senhor tem o original pra mostrar pra gente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Hoje temos uma ata notarial com todas as informações originais, que será fornecida aos senhores para que os senhores possam acariciar e avaliar cada uma das informações completas, sem cortes e sem edição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Alguns médicos que vieram aqui a esta CPI... Infelizmente, nesse dia muitos colegas saíram e não ficaram pra escutar o que esses médicos renomados, cientistas tinham a dizer... Foi dito que a hidroxicloroquina era comprovadamente ineficaz em todas as fases, inclusive na fase inicial – isso aí foi dito não pelos médicos que vieram, foram algumas outros que estiveram aqui. Eu pergunto para o senhor: é verdade isso? Essa afirmação do ponto de vista técnico está adequada?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A única situação que é muito clara, Senador, é que até hoje os estudos realizados – e ainda faltam estudos para ser feitos – comprova que a hidroxicloroquina não tem eficácia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Um dos colegas desta CPI, que respeitamos, costuma afirmar que não existe tratamento para viroses, só vacinas. É verdade? Quantos antivirais existem na realidade? Queria perguntar ao senhor, que é médico, não é isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Existem inúmeros antivirais; existem medicações que não são claramente antivirais, mas têm ação antiviral, com alteração celular ou, então, alteração do meio em que o vírus pode se reproduzir e também podem ser utilizadas de maneira... com certa eficácia, quando comprovada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pergunta que eu faço como leigo: a hidroxicloroquina produz arritmias? A ivermectina provoca cirrose ou insuficiência hepática?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Em doses elevadas, sim, pode causar, assim como a hidroxicloroquina pode evoluir com uma alteração do tempo QT no eletro quando o paciente tem alterações acima de 500 milissegundos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quantos casos de reações adversas graves, arritmias, cirroses ou óbitos por causa de algum desses 17 medicamentos – porque, no tratamento precoce, são cerca de 17 medicamentos – os senhores já tiveram lá na Prevent Senior?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senador, uma pergunta semelhante a essa foi feita também no relatório anterior e nós enviamos com dados estatísticos para apreciação de todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Já está na Comissão?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Já, já. Foi enviado num relatório de 80 páginas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Então, muito obrigado, Senador Omar Aziz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero alertar aqui que tem uma coisa que a minha mãe sempre dizia pra mim: cautela e caldo de galinha não faz mal a ninguém. Caldo de galinha também é um antiviral. Se você quiser tomar à vontade... Mas ele não faz mal, diferente de outros medicamentos que você pode tomar que têm efeitos colaterais muito fortes. Então, aqueles que estão atrás do antiviral tomem caldo de galinha. Cautela e caldo de galinha... Isso é antigo. Isso não faz mal a ninguém. Agora, com antivirais que foram utilizados aí tem que ter um pouco de cuidado. Por isso que muitas vezes aparece aqui... A discussão é importante, discussão entre cientistas; entre leigos, quando eu disse que a gente é papagaio de pirata, é porque a gente repete aquilo dos cientistas que a gente acredita.

Eu agora estava vendo aqui um vídeo de um senhor que não faz a barba, barbudo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Zelenko.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Zelenko, falando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E eu queria pedir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... falando um monte de asneira: "Olha, vacinar jovens não precisa, só acima de...". Quer dizer, um cabra desse solta um vídeo e é trazido aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, com vossa autorização...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei se dá para a gente...

Depois da Senadora Soraya... A senhora vai falar?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Vou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ouvir a Senadora Soraya, depois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, eu queria, com todo respeito à Senadora Soraya...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... passar esse vídeo, para a gente mostrar quem é o Zelenko.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E é necessário, Senadora Soraya e Presidente Omar, esse vídeo ser apresentado, porque foi dito aqui que o Zelenko era candidato ao Prêmio da Nobel da Paz, um *fake news*. E a gente vê: é um maluco desqualificado fazendo campanha contra a vacina, condenando, pedindo para as pessoas não se vacinarem. Então...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se conseguir me assegurar o tempo, o.k. pra mim. Não tem problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto, eu agradeço.

Então, se o Presidente permitir, eu acho que, inclusive, é didático para as pessoas, que ouviram um monte de *fake news* aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre tratamento precoce... Ressuscitaram até Mia Khalifa de novo aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, rapaz, a botaram de novo aqui pra querer ser convocada, parece-me.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não. Graças a Deus, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não morreu, porque, inclusive, tem colaborado bastante com a CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, de acordo com alguns Senadores, ela é citada toda hora.

Mas o fato é o seguinte: esse vídeo é esclarecedor para as pessoas saberem quem são algumas alguns dos – abro aspas – "cientistas" – fecho aspas – que são citados. É Didier Raoult, esse tal desse Zelenko. Então, quando ouvirem algum Senador falando disso, eu falo para os brasileiros: não deem trela, não deem trela. Tem algum tipo de conversa a que a gente não pode dar ouvido. Não podemos, com esta CPI, desinformar os brasileiros mais do que o Governo já fez. Então, vamos mostrar quem é Zelenko para os brasileiros.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, por favor, não ouçam nem o Zelenko, nem ouçam quem cita o Zelenko, pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não, não, mas espere aí, os discípulos de Zelenko estão cometendo um crime. Um cara desse dizer que não precisa de vacina... Doutor, o senhor acha que a vacina é importante?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza. Veja bem, o Girão sabe também que a vacina é importante. Um cara desse dizer que não precisa de vacina... Eu conheço duas pessoas no mundo que têm o mesmo pensamento: um que fez um discurso na ONU anteontem e esse agora que fala isso.

V. Exa., Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar boas-vindas ao depoente e ao seu patrono.

Em relação ao Dr. Anthony Wong, que foi tratado no hospital o qual o senhor representa, eu gostaria de saber... Nós temos aqui, no prontuário do dia 2 de dezembro de 2020... Este senhor já fazia uso, era um defensor desse tratamento precoce. E aí nós temos, Senador Randolfe Rodrigues, neste protocolo do dia 2 de dezembro de 2020, o seguinte: a conduta médica diz que foi mantido o protocolo – aí, senhores – institucional – com a palavra "institucional", a palavra que foi rechaçada aqui.

Então, foi mantido o protocolo institucional para covid, medicações de acordo com a orientação e validação da diretora médica especialista.

E a Sra. Nise Yamaguchi faz parte do teu quadro clínico?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Nunca fez parte do quadro clínico.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas ela se tornou a médica responsável na internação?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Na verdade, não. Existia um médico responsável, só que ela era uma médica indicada pela família que podia acompanhar o paciente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – E isso é muito comum em todo hospital, em qualquer centro médico que a família peça para que um médico também acompanhe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual outro médico que acompanhou o Sr. Anthony Wong? O senhor pode me dizer?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não posso dizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós temos aqui Sra. Maria Emilia Gadelha Serra. Confirma?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Se a senhora está falando, eu não posso confirmar, porque justamente, como disse anteriormente, o prontuário não está completo. Isso eu garanto para a senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom, mas as partes que nós temos aqui do prontuário dão informações.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Essas informações são negadas em páginas posteriores?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, as informações que a senhora tem foram obtidas de maneira espúria, por retirada de informações...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor nega... O senhor nega o que eu estou falando?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu não estou negando, eu estou falando que a senhora pode ter acesso à informação completa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu tenho acesso. São informações aqui, e com documentações do hospital.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor está me dizendo que o que eu tenho aqui foi fraudado.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Que a senhora pode ter acesso a mais informações.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está. Mas uma informação que foi dita no dia 2 de dezembro pode ser desdita posteriormente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu estou lhe dizendo é que a senhora pode ter mais informações que constam no prontuário, até o fim dele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom, é que eu estou sendo bem pragmática, está?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Claro. Eu sei, eu sei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria de saber... Quando o Sr. Anthony Wong foi internado, ele recebeu o diagnóstico de covid, certo? Tinha um exame. E ele faleceu no dia 15 de janeiro, certo? Às 17 horas... Por volta das 17 horas. Eu gostaria de saber por que foi feito um novo exame de covid neste dia? Um novo exame para diagnosticar?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, como dito anteriormente, eu não vou comentar, pois eu não tenho autorização das famílias para falar sobre os pacientes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor não comenta aqui na CPI, o senhor não comenta em lugar nenhum e o senhor não comenta nem mesmo...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu respeito...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... com os familiares e nem mesmo com o paciente?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu respeito, eu respeito o Código de Ética Médica...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu acho que ele não se comunicou sequer com o Sr. Luciano Hang, porque Luciano Hang não sabia que sua mãe havia sido tratada com esse *kit* covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não, mas há um registro no prontuário de que o médico se comunicou com ele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, é estranho. Eu não sei. O doutor não se comunica com ninguém, com a CPI não se comunica, não se comunica com os familiares, não se comunica com o paciente... Como dizem por aí, quem não se comunica se trumbica. Então, eu acho que o problema aí na comunicação é preocupante.

Eu gostaria... Tem aqui no prontuário que foi feito um novo exame de covid. Interessante que o Sr. Wong já tinha um PCR positivo no início e um negativo no dia 7 de janeiro. Está? Era esperado isso. Seria óbvio, está? Ele não iria positivar novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porém, foi feito um exame de PCR novamente, um exame de covid, e aí resulta no atestado de óbito. Ele dá entrada com covid, como foi o caso da mãe do empresário Luciano Hang, e, aí, quando sai, quando sai já com o atestado de óbito, já é uma outra *causa mortis*. A *causa mortis*, aqui no caso do Sr. Anthony Wong, foi de uma das médicas que o acompanhou, Dra. Fernanda. Então, essa Dra. Fernanda, eu acredito que nós temos... Ela também está no início aqui da internação dele, e seria importante ouvi-los. Por que um diagnóstico na entrada e por que um na saída, completamente diverso? Segundo disseram...

Eu não gosto de me colocar na seara que eu não tenho informação. O senhor aí e médico, especialista em cirurgia... Não é isso, doutor? O senhor tem especialidade em cirurgia?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu fiz a especialização em cirurgia e, junto com a especialização, eu também passei a trabalhar na operadora, e acabei não evoluindo e não continuando na carreira cirúrgica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor tem especialidade em cirurgia.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, dois anos na Beneficência Portuguesa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria que o senhor colocasse pra gente como é que funciona o sistema lá dentro da empresa, da instituição, o sistema chamado "acolhimento".

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Quanto ao acolhimento, existem dois processos muito claros. Primeiro, existe todo um módulo dos funcionários poderem trazer o paciente pra mais perto...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Aquele mais específico, em que os enfermeiros...

Só pra gente conseguir ser mais célere aqui: as denúncias que chegaram até nós são de que enfermeiros com desvio de função, logados com *logins* em páginas abertas do sistema, no nome de médicos, eles também faziam essa espécie de acolhimento. Como era tudo um *kit* já pré-preparado, Relator, espirrou... É isto que tem numa das mensagens: espirrou, covid. Eles já davam um *kit*. E dizem que nesse sistema, nesse procedimento chamado acolhimento, enfermeiros já diagnosticavam esses pacientes. É isso?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, existe um processo do Cremesp, movido em cima de uma notícia, uma denúncia anônima, e foi comprovado que não há essa prática na operadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – No áudio que veiculamos aqui, o vendedor do plano dizia: "assina o contrato e recebe o *kit*".

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Anônimo, Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agora, uma pergunta que não quer calar: a Agência Nacional de Saúde permite que planos de saúde e hospitais também vendam medicamentos ou o senhor distribuía gratuitamente para as pessoas?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Era distribuído gratuitamente quando o médico prescrevia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, então o senhor distribuía o *kit* covid gratuitamente.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Não. Distribuía medicações, como eu antecipei pra senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu nunca fui a um hospital e saí assim, a não ser que fosse com um remedinho ou outro... Amostra grátis, tá? E lá, na Prevent Senior, você chega, é rápido o atendimento, e você sai com o *kit* na mão. Eu só saio com a receita e gasto uma fortuna na farmácia.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas eu te digo: eu nunca vi ninguém sair com remédio de graça desse jeito, com tudo, o *kit* completo.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, com licença...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor tem... O senhor pode servir "à la vontê" assim?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Posso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A própria Agência Nacional de Saúde Suplementar permite que isso seja feito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então as farmácias aí deixaram de vender muita coisa, hein?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Uma das maiores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu não sei. Eu, se fosse do Conselho Federal de Farmácias, iria ficar bem chateada. Eu iria...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Uma das maiores...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Você imagina se todo hospital agora começa a dar remédio de graça, sabe, não cobra nem... Não está embutido não.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, uma das maiores discussões...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não está embutido.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, uma das maiores discussões que estão ocorrendo agora, neste momento, nos plenários, é justamente a liberação ou não dos quimioterápicos já fornecidos pelos próprios planos, e a Prevent já faz essa prática há muito tempo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Para levar para casa? Não é a medicação que se usa lá? Puxa, vocês estão bonzinhos, hein? Eu estou impressionada!

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Sim, nós somos... Nós somos eficientes, é diferente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, vocês são bonzinhos.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A senhora está convidada a comprovar toda a eficiência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vocês são bem legais. Eu acho assim... Não tem plano de saúde que seja assim tão benevolente. É impressionante! Você sai e o motoboy leva para você.

Mas, olha, Brasil – para terminar aqui –, atentai!

O atestado de óbito do Sr. Anthony Wong diz uma coisa... O que nós temos pode até não ser completo aqui na minha mão, mas nós recebemos muitos e muitos e muitos documentos provenientes da internação desses pacientes que estão aqui sendo objeto de discussão.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – A senhora também pode falar com as famílias.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agora, a pergunta que não quer calar é esta: por que dias após mais um exame de covid do Sr. Wong... Outra questão: vocês não informaram o Sr. Luciano Hang. Se eu fosse ele, entraria com uma ação contra vocês, porque ele, defendendo o *kit* covid, está com dor na consciência, está desesperado, se sentindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

mal, se sentindo culpado porque a sua mãe não usou o tratamento precoce e poderia estar viva. Ele está com essa guerra interna dentro dele, sendo que foi disponibilizado para a mãe dele. Então, se eu fosse o Luciano Hang, eu processaria vocês: "Porque vocês não me informaram e têm me deixado sem dormir, com sentimento de culpa, porque minha mãe não utilizou o tal do *kit*". Então, vocês davam para todo mundo e negaram para ela... Além de tudo, é muito pior, muito pior!

Então, a minha ideia é a seguinte, Sr. Presidente: que depois seja votado também para que possamos receber, se já não temos – é bom confrontar com a documentação que o Dr. Pedro nos diz –, o prontuário médico do Sr. Anthony Wong.

Outra questão: ouvir esses médicos que fizeram a denúncia.

E há mais. Eu sei que tem muita gente nos vendo agora. Essas pessoas que fizeram essa denúncia podem estar até sofrendo pressões, e eu digo que a melhor forma de você se proteger de qualquer intimidação é quando você torna isso público. A união faz a força.

Nós estamos falando aqui de vidas. Quantas pessoas hoje estão sofrendo por esta questão: eu deixei tomar esse tratamento precoce, só que a pessoa depois acabou achando que esse tratamento dava certo, ela não submeteu o seu parente ao tratamento correto, ao tratamento responsável. Porque esse *kit* que vocês distribuíam aí, mandavam o motoboy entregar etc., não poderia ter sido feito como uma receita de bolo, porque não pode ser ingerido por todas as pessoas.

Eu tomei ivermectina de forma inadvertida, me automediquei e tive problema de fígado, e problema sério. Então, tem gente que tem maior sensibilidade e não pode usar. Realmente, essas indicações muito acima do que as bulas recomendam... Enfim, há uma série de problemas.

Eu acredito que nós temos muitas respostas para dar para a sociedade brasileira e pedir para a sociedade que tenha uma visão bem fria, porque agora é hora de investigarmos e darmos as respostas sem paixões, porque a vida não tem partido; a vida não tem ideologia. E a responsabilidade dos senhores também não. E a minha também não.

Eu estou aqui e eu vou cumprir a minha missão, os outros gostando ou não. E aqui nós estamos atrás da verdade real, mas é verdade com letra maiúscula. O senhor está entendendo?

Então, eu acho que nós precisamos, sim, ouvir todas essas pessoas. Que tomem coragem. E que isso coíba qualquer tentativa de intimidação, para que a gente dê uma resposta para a sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, eu abro mão de qualquer comentário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Soraya.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Relator e depois a última inscrita, a Senadora Zenaide.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só uma pergunta rapidíssima.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Em 21 de fevereiro, houve a publicação de um Manifesto pela Vida assinado pelos médicos do tratamento precoce – 21 de fevereiro de 2021.

V. Sa. assinou esse manifesto?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Não me recordo se assinei. Se o senhor tiver o documento e puder apresentar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu mandarei o documento para a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Pedro.

A Senadora Zenaide, Dr. Pedro e Senador Renan, é a última inscrita deste depoimento.

Pois não, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Dr. Pedro, olhe, eu já ouvi muita coisa de depoentes nesta CPI, mas, pela primeira vez, eu vi um depoente culpando os pacientes porque eles que insistiram em tomar o medicamento sem eficácia terapêutica comprovada. Isso é inédito aqui, Presidente Randolfe e Relator.

Mas a pergunta que eu faço é a seguinte: o senhor disse que não fez estudos pré-clínicos nem clínicos, mas, quando o Presidente e os filhos botaram, na rede social, essa estatística de cura por essa medicação sem eficácia terapêutica comprovada, o senhor não desmentiu, certo?

Outra coisa: autonomia médica. O senhor ficou, o tempo todo, dizendo que era autonomia médica. Quer dizer que só... A pergunta é: quando falou de autonomia médica, aí o senhor disse o seguinte: o médico e o paciente. Eu digo o seguinte: eu sou médica – viu, Dr. Pedro? – da universidade. Eu duvido que o senhor, como Diretor Executivo, médico – não é o Diretor Administrativo –, o senhor não teve autonomia para dizer o que é que o corpo médico vai ter... como vai tratar os pacientes. Não existe isso, porque, se existir, nem estatística o senhor tem, porque, se cada um dos médicos dos seus hospitais resolver tratar uma doença do jeito que quiser... Não existe essa autonomia, Dr. Pedro. O senhor sabe. Autonomia médica não pode superar a ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, outra coisa, o senhor disse que não assediou os médicos, não demitiu médicos, não querendo obrigar a usar esse *kit,* que a gente sabe que não é... O senhor tem certeza que isso não tem efeito, eu não tenho dúvida disso, mas foram os médicos que invadiram os prontuários.

Quer dizer que, quando o senhor juntou, inclusive os médicos do PA, orientando que olhassem, que revisassem os prontuários para mudar o CID da doença, isso não era invasão de prontuário também?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senadora, a senhora está invertendo as ordens da informação.

Quando os médicos são orientados a acompanharem seus pacientes para tirá-los de um isolamento e, aí, poderem mudar o motivo da internação, administrativamente, isso está muito claro. Então, administrativamente, eles podem mudar o CID para tirar o paciente de um isolamento, e é o médico que está atendendo o paciente, e não o médico que não está atendendo o paciente, que invade o prontuário e altera dados do paciente e extrai esse dado para expor o médico, para expor o paciente e seus familiares. Isso é crime, e a senhora sabe.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, expor...

Quer dizer que os pacientes, por exemplo, eu queria dizer ao senhor...

O senhor sabe que ninguém muda o CID; as consequências vêm depois. E, quando esse paciente vem à óbito, você tem que botar... Porque, na verdade, Srs. Senadores e quem está nos assistindo, a última coisa, o paciente morre, todos eles, porque têm parada cardiorrespiratória irreversível, mas tem que dizer porquê.

Então, fica difícil, Dr. Pedro. E eu digo para o senhor o seguinte: o fato de o senhor ser médico e aceitar uma condição dessa, de mudar CID de pacientes, de insistir mesmo... Desde abril do ano passado que a ciência mostra que esse *kit* covid não tem eficácia terapêutica. Mesmo nos estudos que fizeram, a dosagem de hidroxicloroquina precisava ser desumana; os pacientes morreriam. A ivermectina não tem efeito nessas viroses.

E hoje eu não tenho dúvida, porque não foi só o hospital. Aqui em Natal, no Rio Grande do Norte, o Prefeito também adotou esse *kit* e entregava... Muitos pacientes chegavam para mim e não tinham prescrição médica.

Então, isso dói em saber que o povo ficou morrendo enquanto vocês ficavam arranjando uma desculpa em vez de fazer o que a ciência mandava, tentando medicar as pessoas com medicamento errado até pouco tempo, com medicamento sem eficácia terapêutica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não use a autonomia médica para justificar a morte de quase 600 mil brasileiros e os 140 mil órfãos, por favor.

Agora me diga por que é que... O senhor já me disse que eu inverti. Eu não inverti, não. Na hora que tinha interesse em mudar os prontuários, o senhor mesmo mostrou – mostraram aí o vídeo – que o senhor movimentou todo mundo para fazer essa revisão de prontuário.

Eu digo o seguinte: não subestime a inteligência do povo brasileiro, Dr. Pedro...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... porque a população não é...

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... não estou subestimando.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A população está entendendo.

E é cruel a gente ver –, eu, como médica, ver – colegas fazendo isso sem o menor respeito à vida das pessoas. Isso é muito triste, isso dói.

Obrigada, Senador.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, apresentei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Dr. Pedro.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – ... todas as investigações que foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não; V. Sa. pode continuar, por gentileza.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Obrigado, Presidente.

Apresentei aqui todas as investigações que foram feitas, justamente já rechaçando essas denúncias anônimas que ocorreram no passado e foram resgatadas atualmente.

Nós nos colocamos à disposição, Senadora, para apresentar todos os documentos que a senhora, como médica, como Senadora, precisa pra avaliar cada um dos pontos e poder ter plena convicção do que nós estamos falando aqui. É um compromisso nosso. E isso já foi passado desde o começo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volto a integrar pra senhora: lembre-se de que, infelizmente, nossa classe sofre com médicos que usurpam da sua funcionalidade pra extrapolar as suas ações, invadir a vida de pacientes e expô-la, como foi exposto nesse momento.

Então, só peço a todos vocês que não tomem essas verdades como verdades únicas. Esse dossiê que foi composto e foi apresentado aqui hoje, pelas provas, tem inúmeras fraudes que precisam ser avaliadas. É o que eu peço pra senhora e pra todos os seus colegas, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Olha, eu queria dizer ao senhor o seguinte: fica difícil, porque o senhor nega e, de repente, se mostra aí a imagem.

E mais um aviso: o senhor, como médico... Eu vi o senhor falando, defendendo a imunidade de rebanho aí. E o senhor querer dizer que o povo não viu, que esta CPI não viu? O senhor sabe, na Medicina, o que quer dizer ouvir vozes que não existiram ou ver pessoas ou imagens que não existiram. Por favor, não me peça para falar, porque esse é um diagnóstico grave, como o senhor sabe. O senhor diz uma coisa e aqui mostra a imagem do senhor conversando e muitas vezes rindo.

Se existe alguém que faltou ao respeito aqui com a vida da população, como foi falado... Em respeito ao senhor, a gente está respeitando, mas quem faltou com o respeito com a vida do povo brasileiro aqui foi o senhor, Dr. Pedro.

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Eu peço respeito, Senadora. Eu peço respeito, e a senhora pode muito bem avaliar.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Zenaide.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, eu poderia fazer só uma pergunta que ficou faltando para o Dr. Pedro?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Dr. Pedro, vocês falaram para o Sr. Luciano Hang qual era a medicação que estava sendo administrada na mãe dele?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR (Para depor.) – Senadora, como eu falei antes, eu não vou comentar sobre casos dos pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, assim, se o senhor não contou, alguém está mentindo. É o Luciano Hang que está mentindo?

O SR. PEDRO BENEDITO BATISTA JÚNIOR – Senadora, a senhora, como dito anteriormente, até pensou em convocar o Sr. Luciano Hang. É uma pergunta que pode ser feita para ele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, pode ser que o Sr. Luciano Hang esteja mentindo, Sr. Presidente. Imagina que coisa feia ele mentir que a mãe dele não foi submetida ou submeteram a mãe dele e não contaram pra ele. Isso é grave.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Soraya, as informações prestadas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito chato, eu não acredito. Eu conheço o Luciano Hang. Eu não acredito que ele esteja mentindo, não, sinceramente. Ele não iria fazer isso com a mãe. Sabe, de luto, fazer algo desse tipo é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Alguém está mentindo nessa história. Está muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Senadora Soraya. Inclusive, as informações aqui apresentadas nesta Comissão Parlamentar de Inquérito apontam uma clara contradição entre o que lamentavelmente – eu repito, lamentavelmente – foi dito pelo Sr. Luciano Hang e o que, de fato, aconteceu a partir das informações prestadas e que estão de posse desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradecendo a Senadora Soraya, antes de concluir, eu queria colocar em apreciação o Requerimento nº 1.531, de 2021, que convoca o Sr. Márcio Roberto Teixeira Nunes, ex-Diretor do Instituto Evandro Chagas, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, na qualidade de testemunha.

Agradecendo à Senadora Soraya, antes de concluir eu queria colocar em apreciação o Requerimento 1.531, de 2021, que convoca o Sr. Márcio Roberto Teixeira Nunes, ex-Diretor do Instituto Evandro Chagas, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito na qualidade de testemunha.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco também em apreciação a ratificação do requerimento, já apresentado aqui pelo Senador Alessandro Vieira, que solicita os dados do prontuário médico do paciente referido da Prevent Senior.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A sugestão é que se adicione o do Sr. Anthony Wong.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, exatamente, é sobre os dois casos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação as indicações de investigados indicados pelo Relator até a presente data.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação o mandado para ajuizamento de cautelares de busca e apreensão, já ocorrida na empresa Precisa.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 54ª, da 55ª e da 56ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Dr. Pedro Benedito Batista Júnior, quero agradecer a colaboração ao senhor e à sua assistência, a douta defesa que acompanhou o senhor. Desejo boa sorte e sucesso ao senhor.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convido-os para a próxima oitiva desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada amanhã, às 9 horas e 30 minutos, para recolhermos o depoimento do Sr. Danilo Berndt Trento.

Declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva Danilo Berndt Trento**. **Finalidade:** Oitiva do senhor Danilo Berndt Trento. Oitiva do Danilo Berndt Trento, em atendimento ao requerimento 985/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1537 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, mais informações sobre o processo de solicitação de exoneração do Senhor Roberto Ferreira Dias, tramitado no mês de outubro de 2020, e acesso a esta comissão ao Processo SEI da Presidência da República de número 00025.001219/2020-08." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1074 de 2021** que : "Requer a quebra e a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Gustavo Berndt Trento" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1540 de 2021** que : "Requer a convocação da Drª. Bruna Morato." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 1079 de 2021** que : "Transferências dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de DANILO BERNDT TRENTO" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 1539 de 2021** que : "Convite ao secretário de estado de saúde do Estado de São Paulo, Sr. Jean Gorinchteyn. Aprovado como convocação em 23/09/2021." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 1542 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Barão Turismo Eireli" **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 1543 de 2021** que : "Transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático de Raphael Barão Otero de Abreu." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 1506 de 2021** que : "Requer a realização de cerimônia em homenagem às vítimas da Covid19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da CPI da Pandemia

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos n°s 371 e 372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato da coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Danilo Trento, em atendimento aos Requerimentos n°s 985, de 2021, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e 1.117, de 2021, de autoria do Senador Renan Calheiros.

Solicito que o depoente seja conduzido à mesa. (*Pausa.*)

Há um requerimento aqui de autoria do Senador Alessandro Vieira.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1537, DE 2021

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, mais informações sobre o processo de solicitação de exoneração do Senhor Roberto Ferreira Dias, tramitado no mês de outubro de 2020, e acesso a esta comissão ao Processo SEI da Presidência da República de número 00025.001219/2020-08.

Autoria: Senador Omar Aziz

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de informação para a gente saber realmente por quê... Senador Renan, volto a insistir na mesma tecla da operação do dia 27 de outubro, que detecta a participação do Sr. Roberto Dias em outubro; setembro. Um mês depois, tentaram demiti-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Baseado nisso, mas não foi demitido, correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é de conhecimento; então, com certeza vai colocar mais adendo ao seu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida, Presidente, pode ficar absolutamente tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento de convocação de Bruna Morato, advogada da Prevent Senior, de autoria do Senador Humberto Costa.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 1540, DE 2021

Requer a convocação da Dra. Bruna Morato.

Autoria: Senador Humberto Costa

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A Sra. Bruna estará conosco aqui na próxima terça-feira, às 10h da manhã, para falar como advogada dos médicos da Prevent Senior.

Ela se dispôs a vir à CPI. Será um depoimento, com certeza absoluta, o da Dra. Bruna, esclarecedor para todos nós – esclarecedor! Até porque o que ficou muito claro ontem no depoimento do diretor da Prevent Senior é que ele transfere todas as responsabilidades à autonomia médica. Em momento algum ele disse que a direção era responsável por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer um apelo, rapidamente, a V. Exa.

Nós estamos, evidentemente, Senador Izalci, Senador Humberto, Senador Randolfe, Senador Omar e outros Srs. e Sras. Senadoras, nos encaminhando para a reta final da Comissão Parlamentar de Inquérito. E há um depoimento em que eu venho insistindo, considero muito importante, que é o depoimento do empresário Luciano Hang. Seria importante para esta relatoria que nós pudéssemos marcar.

Eu peço a V. Exa. que nos ajude, juntamente com a Comissão Parlamentar de Inquérito, nesse propósito. Eu considero que o depoimento dele é importante. Ele é um empresário importante no Brasil, membro destacado do gabinete paralelo. Nós temos conversas dele que são absurdas sob qualquer contexto. Então, seria muito importante que nós pudéssemos trazê-lo até o final dos nossos trabalhos. Se V. Exa. pudesse especificar um dia, eu ficaria muito grato e ficaria também muito grato à Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o requerimento do Relator para convocar o Sr. Luciano Hang.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Sr. Luciano Hang estará aqui na próxima quarta-feira, às 10h da manhã.

Por favor, comunique ao Sr. Luciano Hang que, na quarta-feira que vem, ele estará aqui para contribuir com a investigação da CPI. Ele, como patriota, um brasileiro que demonstra sê-lo, faz questão, nas suas redes sociais, e que participou ativamente nas discussões sobre tratamento precoce – a gente tem vários vídeos dele participando –, com certeza, ficará muito feliz em vir aqui à CPI contribuir com a investigação para que a gente possa ver o que aconteceu, porque estamos chegando a quase 600 mil mortes. É pessoa que participou ativamente dessas manifestações. Como patriota, e nós também o somos, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente não veste verde e amarelo, não anda de verde e amarelo, mas também somos patriotas. Eu tenho certeza de que ele vai colaborar muito, o Sr. Luciano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hang, empresário muito conhecido no Brasil. Tenho certeza de que, como brasileiro, como patriota que é, quer realmente que a gente possa investigar as vidas perdidas na covid – infelizmente, quase 600 mil vidas perdidas.

A Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Roberto Barroso, no Habeas Corpus nº 206.773, nos seguintes termos.

O senhor se faz acompanhar pela advogada? (*Pausa.*)

Só o nome da advogada, por favor.

A SRA. MARIA JOSÉ FERREIRA PESSOA – Maria José Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Maria José Pessoa.

E você?

O SR. VINICIUS LUIZ FERREIRA – Vinicius Luiz Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinicius Luiz.

> Diante do exposto, defiro a medida liminar, em parte. O que faço para que a Comissão Parlamentar de Inquérito conceda ao paciente o tratamento próprio à condição de investigado, assegurando-lhe o direito de não assinar termo de compromisso na qualidade de testemunha, bem assim para que o dispense de responder sobre fatos que impliquem autoincriminação e, ainda, para que não sejam adotadas quaisquer medidas restritivas de direitos ou privativas de liberdade, como consequência do uso da titularidade do privilégio contra a autoincriminação. Fica assegurado ao paciente [...] o direito de assistência por advogado e de, com esse, manter comunicação reservada durante o respectivo depoimento perante a referida Comissão Parlamentar [de Inquérito].

O depoente está desobrigado a firmar termo de compromisso, mas pode fazê-lo voluntariamente caso queira.

V. Sa. gostaria de prestar esse compromisso quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha? (*Pausa.*)

Responda, por favor?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero que, no nascimento do seu filho, tenha corrido tudo bem, porque era pro senhor vir aqui na semana passada, mas já tinha programado o nascimento. Eu espero que ele seja... Não sei se é homem ou mulher, mas que Deus possa abençoá-lo e que cresça com muita saúde!

Sr. Danilo Trento, o senhor tem 15 minutos caso queira falar. Senão, vou passar ao Relator pra começar a fazer...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu só queria fazer um registro e consignar o meu voto contrário à convocação do empresário Luciano Hang. Eu queria que ficasse consignado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois, não. Voto contrário do Senador Jorginho Mello na convocação do Sr. Luciano Hang.

O senhor pode fazer uso da palavra durante 15 minutos se assim desejar.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não irei utilizar o tempo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que o senhor falasse alto e no microfone, por favor.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan Calheiros, por favor, com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Já posso iniciar, Presidente?

Eu peço pra... Eu vou começar e vou tentar ser sucinto, Senador Humberto, hoje definitivamente, Senador Izalci.

Peço, primeiro, pra Izabelle começar exibindo um vídeo pra que nós lembremos por que é que todos nós estamos aqui trabalhando nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por favor, Izabelle.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Reinicie, por favor, porque não estava parecendo a imagem. Reinicie, por favor, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, eu, sinceramente, eu não tenho adjetivos para isso, porque 592.356 mortes no Brasil. E pessoas amigas, parentes nossos que se foram e a gente ter que ver de um representante maior da Nação esse comportamento. A gente tem que pedir desculpa ao povo brasileiro, porque eu acho que nós somos responsáveis por isso também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida, sem dúvida, meu Presidente. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito tentou, desde o início, Senador Girão, cumprir um papel.

Quando esteve aqui o Ministro Queiroga, depois nós tivemos de trazê-lo novamente, não sei se V. Exa. lembra, eu apresentei um cálculo mostrando para ele que iria faltar vacina. E, além do mais, nós não tínhamos ainda uma decisão, mas provavelmente nós vamos nos haver com a necessidade de comprar vacina e imunizar a população todos os anos, Senador Rogério. E o Presidente da República fez o que fez aí, desdenhou que não compraria vacina, que o dinheiro era dele, que estava sentado em cima de um cheque. E depois – é por isso que nós estamos aqui hoje – procurou, para comprar vacina, atravessadores, lobistas, de uma farmacêutica internacional que só vendeu vacina ao Brasil, não entregou, que vendeu vacina ao Paraguai, também não entregou, vendeu vacina às Ilhas Maurício, não sei se entregou, e ao Irã, não sei se entregou, mas quantias bem pequenas. Enquanto o Presidente da República, com essa arrogância que nós vimos aí, recusava atender as ofertas da Pfizer, as ofertas da Coronavac, do Butantã e até da OMS, com a Covax Facility, que ele poderia ter comprado naquela oportunidade a 50% da população, o equivalente, em vacinas, a 50% da população. E ele recusou, desdenhando das pessoas, imitando, Presidente Omar, como vimos, pessoas que estavam agonizando sem poder respirar, com falta de ar!

Sabe qual a consequência disso, diferentemente do que ele imaginou? Quando nós começamos esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ele ameaçou, desrespeitou, patrocinou nota contra o Presidente da Comissão, indiciou pessoas em investigações da Polícia Federal, foi a Alagoas, ofendeu o povo de Alagoas.

Ontem saiu mais uma pesquisa de opinião pública e a impopularidade dele, a desaprovação do Governo chegou a 69% – 69%! Por quê? Por causa dessa irresponsabilidade, dessa contradição, enquanto, Senador Girão, somente 22% da população apoiam a forma de ele governar. É isso que nós estamos vendo. Nesse espaço de tempo, ele já tentou fazer de tudo: motociata, foi a alguns lugares mais de uma vez, ofendeu todo mundo. Ainda há três dias, o seu filho mais novo ofendeu, ameaçou a Comissão Parlamentar de Inquérito numa loja de armas, mandando a CPI se cuidar. Um fedelho imberbe ousa fazer uma provocação dessa ordem. Quer dizer, essas coisas não podem continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil continua querendo vacina. Na semana que passou ele suspendeu as vacinas de adolescentes sem comorbidade. Esse Ministro Queiroga, que no passado queria tratar os adolescentes com cloroquina, é o mesmo que agora suspende. É aquele mesmo que agrediu as pessoas apontando o dedo de uma maneira desrespeitosa. Quer dizer, essas coisas não podem continuar.

Olha, Presidente Omar, eu falo todos os dias com as pessoas, sobretudo as do meu Estado. É inacreditável o patamar de respeito e consideração a que os alagoanos chegaram com relação à sua participação à frente aqui desta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fico agradecido, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque V. Exa. tem feito sua parte, tem cumprido o seu papel e tem levado esta Comissão Parlamentar de Inquérito a um índice... Depois de hoje, eu vou convocar mais uns três Luciano Hang...

Mas eu queria começar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Relator, continue nessa linha que tem mais umas duas semanas aí dentro; tem mais umas duas aí dentro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria começar a fazer as perguntas ao Sr. Danilo Trento, obrigado por sua presença.

Eu vou tentar fazer perguntas, como sempre, objetivas. Nem sempre eu consigo, mas vou me esforçar bastante, e gostaria de, igualmente, ter do Sr. Danilo Trento respostas também objetivas para que a gente, evidentemente, avance aqui nesse depoimento e nesse interrogatório.

Quais são suas empresas, seus ramos de atuação, e a relação delas com as empresas de Francisco Emerson Maximiano, por favor?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – A empresa Primarcial não tem relação com Francisco Emerson Maximiano. E, na Precisa, como diretor institucional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repetindo: a sua participação é na empresa Primarcial, apenas nela?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas nela formalmente, e essa empresa não tem ligação direta com Francisco Maximiano nem com suas empresas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor depoente não é o diretor de relações institucionais da Precisa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se puder responder à pergunta do Senador Randolfe...

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim. Sou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E a Primarcial, o senhor está dizendo que não tem nenhuma relação com Maximiano e com a Precisa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Não tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nem com a Precisa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com o devido respeito, queria exercer o direito a mim assegurado de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas já respondeu – não é? – que não tem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acho que primeiro ele respondeu que não tinha com o Maximiano...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Considerando os últimos depoimentos colhidos nesta Casa, eu vou pedir que V. Exa. mantenha um certo rigor para que a gente possa ter mais efetividade e participação dos colegas.

Agradeço o deferimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já há um requerimento, ontem aprovado, do Senador Humberto Costa. Eu vou pedir aos colegas... Muitas vezes uma interferência é uma contribuição. Isso é normal. Mas o Senador Renan Calheiros...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quais são, exatamente, suas funções na Precisa Medicamentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Eu atuo na Precisa Medicamentos como diretor institucional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretor institucional.

Qual é exatamente, Sr. Danilo Trento, a sua relação com Francisco Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Francisco Maximiano é o Presidente da companhia e meu amigo pessoal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é sócio, parceiro ou empregado de Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sou o diretor da Precisa Medicamentos, diretor institucional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretor institucional.

Mas é remunerado para tanto por Maximiano, pela Precisa, ou participa societariamente, ou através de uma outra empresa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com o devido respeito, irei exercer o direito a mim assegurado de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. O silêncio de V. Sa. neste momento é um silêncio que acaba, lamentavelmente, o incriminando, porque nós temos aqui, e eu não sei se nós poderíamos mostrar, um emaranhado de engrenagem, de arranjo, de utilização de empresas com composições societárias diferentes, com pessoas que se repetem e com passagem de dinheiro. Os movimentos financeiros, Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, chegam ao cúmulo, em várias oportunidades, de serem depositados numa empresa e, no mesmo dia, passar por cinco, seis, sete empresas, o mesmo valor ou valores parecidos, semelhantes. Isso aqui é um retrato do que nós estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não consigo enxergar direito. O senhor poderia explicar para a gente isso? Porque eu não consigo enxergar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, para facilitar o trabalho, eu peço a distribuição de cópia impressa, seria bastante razoável, para os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador pede para tirar uma cópia desses gráficos que nós vamos apresentando, na medida em que obtenhamos silêncio como resposta do depoente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Desde quando V. Sa. mantém relações negociais ou empregatícias com Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com o devido respeito, irei exercer o direito a mim assegurado e permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

Em que outras empresas de Maximiano V. Sa. atua?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com o devido respeito, irei exercer o direito a mim assegurado e permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria à Mesa: tem um gravador? Pra que ele não se canse, a gente grava uma vez e aí ele só coloca a gravação quando for responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é importante que todos saibam...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É só abreviar, que ele abrevie. Ele não precisa falar tudo isso: "É conforme não sei o quê, não sei o quê". Que ele diga: "Vou ficar em silêncio". E pronto. E que fique com o microfone perto. Ele vai estragar o microfone de tanto fazer assim. Fique perto porque o senhor vai ter que responder. Não precisa se afastar, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o problema é que tem respostas que efetivamente, Senador Jorginho... Muito obrigado. Presidente Omar, tem respostas que efetivamente não o incriminam, são públicas ou deveriam ser públicas.

Como V. Sa. é remunerado por Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Senador, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A informação de como é remunerado é uma informação pública. Quer dizer, nós não sabemos como a Covax, através da Bharat Biotech, remunera a Precisa. Já se fez até busca e apreensão para se acessar esse contrato e não se conhece sequer o contrato. Ora, numa transação negocial em que a Bharat Biotech acusou a Precisa – a Precisa, que foi dito aqui pelo Sr. Marconny que é de propriedade do Sr. Danilo Trento – de ter falsificado o documento. A parceira na negociação, a Bharat Biotech, acusou a Precisa de ter falsificado documentos. Eu estou perguntando, Senador Alessandro, qual é a remuneração, que é uma coisa que deve ser pública. Ele diz que não pode falar porque senão o incrimina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sua remuneração provém somente da Precisa Medicamentos nesse emaranhado de empresas aí?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, irei permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já trabalhou na Global Gestão em Saúde?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, irei permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Deixa, Senador Renan...

Sr. Danilo Trento, eu tenho uma informação: na história, dizem que o ex-Presidente Getúlio Vargas, já falecido, teria se matado. E a informação... O senhor participou desse evento com Getúlio Vargas, na morte dele?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

Então, eu vou entender que, em todas as vezes em que ele não responder, é um "sim", Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, como ele respondeu que não participou da morte do Getúlio Vargas, ele disse "não". Então, todas as vezes em que ele disser para os Senadores ou Senadoras que o questionarem que ele vai permanecer em silêncio, nós entenderemos na CPI como um "sim" e tiramos as nossas conclusões depois. O senhor está munido de um *habeas corpus* que lhe permite não se incriminar. Agora, dizer quanto o senhor ganha... Só se o senhor está sonegando e o senhor não quer dizer quanto ganha, mas não creio que o senhor sonegue, até porque não é sua... Eu peço ao senhor que dê uma contribuição, não fique repetitivo, não há... Tem questões aqui.

O Ministro Barroso é muito zeloso nas decisões que ele dá. Muito zeloso. E ele interpreta aqui, com o pedido – e, aliás, um pedido muito bem feito pelos seus advogados, têm que estar de parabéns –, que o senhor não está aqui como testemunha, mas já como investigado. Por isso a decisão de que o senhor possa permanecer calado naquilo que vá incriminá-lo. Mas tem questões aqui, Sr. Danilo, que não o incriminam, não é? Então, é bom o senhor falar.

Senador Renan, ele não participou da morte do Getúlio Vargas, que a história... E tem aí que sai da vida para entrar para a história. Um Presidente saiu da vida para entrar para a história. Tem outros que vão sair da vida, mas não vão entrar para a história. Então, ele não participou. Ele disse que não, não participou da morte do ex-Presidente Getúlio Vargas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a sua participação, então, afunilando o processo... Obrigado, Presidente. Qual é a sua relação com a 6m Participações Ltda.? Outra empresa do Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que foi citada aqui na primeira pergunta que nós lhe fizemos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Com todo respeito, irei permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que parcela do pagamento pelos 20 milhões de doses da Covaxin estava destinada à remuneração da Precisa Medicamentos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, o senhor pode repetir a pergunta, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que parcela do pagamento pelos 20 milhões de doses da Covaxin estava destinada à remuneração da Precisa Medicamentos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu como diretor institucional da Precisa Medicamentos, não participo das negociações, então não posso responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não participa das negociações?

Por que a Precisa Medicamentos enviou ao Ministério da Saúde as *invoices* de pagamento das doses da Covaxin em nome da Madison Biotech, empresa sediada em paraíso fiscal e ausente no termo contratual?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu, como diretor institucional, não participo das negociações, então não sei respondê-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não saberia dizer qual o papel da Madison Biotech na importação da Covaxin?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo respeito, irei permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando e como a Precisa Medicamentos chegou ao Ministério da Saúde para tratar da Covaxin, diretor de relações internacionais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, como eu não participei das negociações da Precisa junto à Covaxin, eu não posso lhe responder essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Marconny Faria... O senhor conhece o Marconny Faria?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim, conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele declarou aqui, em alto e bom som, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que o senhor é o verdadeiro dono, é o principal dono da Precisa. É verdade ou é mentira? O que o senhor fala sobe isso/

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu sou o diretor institucional da Precisa Medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) –

Então, é mentira dele.

Por que o preço da Covaxin é cerca de 50% mais alto do que das outras vacinas adquiridas pelo Ministério da Saúde, Como a da Pfizer que custou, no primeiro contrato, US$10 por vacina, no segundo contrato, US$12 por vacina e da Coronavac que custa US$10?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, o preço da vacina é estipulado pelo fabricante, a Bharat, e o menor preço que eles forneceram foi a US$15.

Eles vendem de US$15 a US$20, o melhor preço feito ao Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos registro de que o preço da vacina era de US$10 e que, surpreendentemente, esse preço evoluiu para US$15 por vacina. Nós temos documentação que comprova exatamente isso.

Quais foram as pessoas do Ministério da Saúde envolvidas na negociação da Covaxin?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu, como diretor institucional, não participei das negociações, então, não consigo lhe responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que pessoas do Governo Federal – como diretor de relações institucionais não é possível que V. Sa. não saiba disso –; que pessoas do Governo Federal a Precisa Medicamentos procurou para que Jair Bolsonaro enviasse telegrama ao Primeiro-Ministro da Índia, indicando sua preferência no momento em que se recusava a comprar vacinas da Pfizer, do Butantan, da OMS, indicando a preferência pela aquisição dessas 20 milhões de doses de vacina indiana da Covaxin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que pessoas do Governo Federal procuraram o Presidente da República para que ele pedisse isso ao Primeiro-Ministro da Índia?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, da Precisa, ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Precisa, ninguém, mas quem poderia ter procurado?

Quem mais teria interesse nessa negociação, a considerável prioritária, além do Presidente, que pediu ao Primeiro-Ministro para comprar?

Por favor, esteja à vontade, é muito importante que V. Sa. colabore com esse interrogatório. Nós estamos em meio a uma investigação e esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao contrário de outras, não nasceu para apurar malversações, mas, no curso da investigação, ela se deparou com um pântano malcheiroso de corrupção e, infelizmente, é por isso que nós estamos aqui pedindo, mais uma vez, encarecendo a V. Sa., para que V. Sa. colabore com esse depoimento para que a gente possa verdadeiramente avançar em algumas questões que ainda precisam ser esclarecidas.

Não foi a Precisa que levou ao Presidente o pedido para falar com o Primeiro-Ministro da Índia?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu, como diretor institucional, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, respondeu ainda de uma forma melhor.

Não foi vossa... Então, foi a Precisa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Acredito que não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredita que não.

O senhor imagina o quê? Quem poderia ter sido? O Líder do Governo, que é muito ligado à Precisa, na Câmara dos Deputados? Ele, em algum momento, facilitou nessa negociação? Porque alguém tem que levar essa proposta, não é?

Nós sabemos quem incluiu a possibilidade de comprar a vacina ao laboratório indiano, isso nós sabemos. Quem apresentou a proposta, quem aprovou, quem relatou, isso tudo nós sabemos, mas nós não sabemos quem levou a ideia ao Presidente para que ele telefonasse e mandasse uma mensagem ao Primeiro-Ministro da Índia. Não é possível que ele tenha adivinhado que poderia haver essa negociação. Alguém deve ter levado essa prioridade ao Presidente da República, porque, como todos viram, ele dizia que estava sentado no cheque de 20 bilhões e ia continuar, e que não ia comprar a vacina, porque vacina causava problemas imunológicos, nasceria barba em mulher, o homem afinava a voz, e ele não ia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprar vacina. De repente, ele, que havia recusado a Pfizer, Butantan e a OMS, resolve comprar da Índia.

Quem levou esse pedido para o Presidente da República? Por favor. Por favor, Danilo.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu não conheço quem levou e se levou. Eu, como diretor institucional, não levei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa Medicamentos atuou junto ao Ministério das Relações Exteriores para que facilitasse ou comunicasse seus interesses junto ao Governo indiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Acredito que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque, quando o Presidente da República mandou mensagem ao Primeiro-Ministro da Índia, a Precisa já estava na Índia – V. Sa. sabe disso. E depois foi tratada com tapete vermelho na Embaixada do Brasil na Índia, praticamente deu a tônica dos últimos dias de trabalho daquela Embaixada. Várias comitivas foram levadas à Índia – várias, várias, várias. Quantas vezes o senhor foi à Índia?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Acredito que duas vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Duas vezes.

Em que datas, V. Sa. lembra?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não sei precisar a data, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode listar quem o acompanhou nessas viagens?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não sei precisar todas as pessoas, posso citar algumas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cite algumas. Nós compreenderemos.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – O Francisco Emerson Maximiano me acompanhou; a Dra. Emanuela Medrades me acompanhou também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou citar alguns nomes só pra... Se, porventura, V. Sa. lembrar, eu perguntarei. Francisco Maximiano, já citado. Emanuela Medrades, já citada. Felipe Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Raphael Barão?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Elson de Barros?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Leonardo Ananda Gomes?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – José Ricardo Santana?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele esteve na Índia no período da negociação e já esteve depondo aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Elaine Giglioli?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ingor Raul Rodrigues?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Comigo não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Nós temos aqui a relação de todas as viagens – tá? – com registro de várias viagens de V. Sa.; evidentemente, mais do que duas viagens.

Qual é a sua relação com o Sr. Raphael Barão – Raphael Barão Otero de Abreu? E qual a participação dele especificamente na negociação da Covaxin?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – O Raphael Barão, ele é proprietário de uma agência de turismo que presta serviço para a companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A companhia pagou a essa agência de turismo mais de R$5 milhões. Será que nas viagens foram utilizados mais de R$5 milhões e por que a presença insistente do Raphael Barão nas negociações na própria Índia?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a empresa Barão Turismo foi a única empresa contratada para organizar e executar essa viagem à Índia para a Precisa Medicamentos ou tem outras empresas?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... considerando a postura do depoente, eu solicito que sejam colocados em pauta e aprovados requerimentos de autoria do próprio Relator de quebra de sigilo de nºs 1.074 e 1.079, que envolvem os irmãos Trento, para que se possa ter, assim, acesso completo à movimentação financeira deles, uma vez que ele, voluntariamente, não consegue discernir entre aqueles fatos que o comprometem criminalmente e aqueles fatos são corriqueiros de uma pessoa com atuação.

Então peço a vênia de botar em votação o 1.074 e 1.079.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu peço à Mesa que traga os requerimentos que eu vou colocar em votação.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Boa providência, Senador Alessandro.

A Barão Turismo presta algum outro serviço à Precisa Medicamentos além de fornecimento de passagens?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Senhor...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Relator, para que nós não percamos muito tempo, vamos, de imediato, votar a solicitação de V. Exa.

O 1.074 requer a quebra e a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Gustavo Berndt Trento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O de nº 1.079, transferências dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Danilo Berndt Trento, também do Senador Renan Calheiros.

Os Senadores que querem discutir se manifestem. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Foi quebrado o sigilo do Senador Renan Calheiros também? Eu entendi isso?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, ele que pediu a quebra.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, ele que pediu.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi quebrado o dele e do irmão dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O meu já está público há muito tempo, Senador Jorginho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Teremos boas informações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Senador Renan Calheiros, rapidamente, só para cumprimentar. Acho importante, acho muito importante essa quebra de sigilo, providência correta. Só queria corrigi-lo porque, com respeito, claro, com respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, V. Exa. está me interrompendo. V. Exa., que eu prezo tanto, por quem tenho tanto respeito e carinho...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, mas com respeito, é só....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... está me interrompendo. Eu estou em pleno interrogatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É só para dizer que essa CPI foi criada, sim, também para ver malversação de uso público, só isso. O senhor disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há pouco que não. Agora, o Governo Federal tem que ser investigado, e esse depoimento eu defendi desde o começo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... mas Estados e Municípios é que infelizmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... permita que eu continue.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não. Mas agora vamos seguir sem interrupções.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Perguntas concretas, pontuais. A Barão Turismo já recebeu valores de terceiros, no Brasil ou no exterior, em favor da Primarcial Holding, da Precisa Medicamentos ou de qualquer outra empresa do grupo do Sr. Francisco Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sobre a Primarcial, serviços prestados a ela foram pagos por ela. Sobre as outras empresas do Sr. Francisco Maximiano, como diretor institucional eu não posso lhe responder, não consigo, não é meu papel.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E sobre a Primarcial?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Serviços prestados por ele a ela, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Barão Turismo já repassou para terceiros, no Brasil ou no exterior, valores em favor da Primarcial Holding, da Precisa Medicamentos ou de qualquer outra empresa do grupo do Sr. Francisco Maximiano? Eu queria dizer que, na medida em que nós perguntamos, os advogados – claro, nós respeitamos o elenco de poderes colocado na procuração, temos o maior respeito – não podem responder no momento em que eu pergunto, porque senão ficam respondendo pelo depoente, aí não dá; o depoente cala e o advogado responde aí, paralelamente. Isso fica muito ruim para todos: para o advogado, para a CPI, para o depoente. Isso é horrível, terrível. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito está sendo transmitida, as pessoas estão acompanhando o que nós estamos fazendo aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Mas, para seguir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria repetir a pergunta: a Barão Turismo já repassou para terceiros, no Brasil ou no exterior, valores em favor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primarcial Holding, da Precisa Medicamentos ou de qualquer outra empresa do grupo do Sr. Francisco Maximiano? É uma pergunta pontual, concreta.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação com o amigo de Roberto Ferreira Dias.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando qual é a relação do senhor com José Ricardo Santana – relação; que conhece, nós já sabemos –, amigo de Roberto Ferreira Dias.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não tenho relação com o José Ricardo Santana.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Eu queria só que V. Exa. soubesse que nós... esta CPI levantou que José Ricardo Santana, que inclusive já esteve aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, viajou à Índia acompanhado da Sra. Emanuela Medrades, em 13/04/2021. Além desse fato, as mensagens de 23/05 a 03/07, cedidas pelo Ministério Público Federal à Comissão Parlamentar de Inquérito, demonstram que Ricardo Santana participou ativamente da tentativa de fraudar licitação do Ministério da Saúde destinada à compra de testes contra a covid-19, em associação, lamentavelmente, com Francisco Maximiano, com o depoente, com Marconny Albernaz e com Roberto Ferreira Dias. Eles até organizaram um passo a passo de como Roberto Dias deveria proceder à frente da Diretoria de Logística do Ministério da Saúde, a mais importante diretoria, para favorecer a Precisa num processo licitatório.

O senhor conhece essa arquitetura, já que o senhor é o diretor de relações institucionais e o Marconny disse que o senhor é proprietário da Precisa? O senhor conhece esse passo a passo que a Precisa chegou a chamar de "arquitetura ideal" para se obter a licitação?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com o devido respeito, irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas conhece ou não conhece, vai permanecer em silêncio...

Eu vou apresentá-los aí. Isso foi um levantamento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso foi uma mensagem mandada pelo Sr. Maximiano, que apresentava uma arquitetura...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Segundo o Marconny, foi por ele, pelo Danilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, pela Precisa, por ele.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela área técnica da Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele disse aqui que é a área técnica.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Precisa saber até que área técnica é essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem é que representa a área técnica da Precisa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, são diversos profissionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diversos profissionais.

Quando nós descobrimos, chamávamos de arquitetura, mas recebemos uma reação tão grande dos arquitetos, que eu quero até pedir desculpa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – "Golpe ideal" fica melhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Melhor chamarmos de golpe ideal.

Isso aqui, na história do levantamento da corrupção com dinheiro público, é, talvez, uma das maiores conquistas, porque é um ensinamento, Senador Girão, é um postulado, é um passo a passo de como se proceder na corrupção. Isso aí com relação à licitação dos testes. Ali explica passo a passo. Até o final mostra aí. No início.

Passa de novo, para que as pessoas leiam novamente.

"Essa é a arquitetura ideal para o processo de *kits* prosseguir".

Primeiro, "Dlog (Bob ou sucessor)". Porque o Bob estava para sair... Ou da oportunidade de ser demitido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é o Bob?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bob é o Roberto Ferreira Dias, o Diretor do Dlog, que é a mais importante delegacia, o departamento do ministério, que foi nomeado para o ministério pelo Ricardo Barros.

Dlog "solicita devolução de carga do processo que está na Dinteg (pode alegar a necessidade de revisão de atos)".

2. "Dinteg devolve sem manifestação".

3. "Dlog (Bob ou o sucessor) solicita à Saps que se manifeste, elaborando estudo técnico preliminar [...] para justificar a quantidade demandada, etc.".

4. "Saps devolve com um estudo técnico preliminar, justificando a quantidade demandada".

6. "A área técnica da Dlog solicita dos seis primeiros classificados pela Saps (última manifestação datada de 06/05), em até 02 (dois) dias úteis improrrogáveis e de caráter desclassificatório, a apresentação da amostra de cem testes e os documentos exigidos no PB para habilitação, dentre eles a [...] Declaração do Detentor de Regularização de Fornecedor, cujo registro não esteja sem seu nome, que autoriza a importação de mercadorias por terceiros.

7. "A Dlog analisa quem está devidamente habilitado e desclassifica as empresas que não atenderam a entrega da amostra e os documentos de habilitação, nos exatos termos do projeto básico".

8. "A Dlog realiza o julgamento e a desclassificação final dos concorrentes".

9. "Autoriza e ratifica e, por fim, adjudica o objeto das empresas classificadas e homologa o processo".

10. "Como a ordem que dispara como consequência, empenha e contrata".

Como o senhor se sentiu redigindo esse documento, que é histórico na história da investigação de malversações com o dinheiro público? O senhor acha que está dando uma contribuição?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Exmo. Sr. Senador, com todo respeito, irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É sempre fundamental lembrar que a Operação Falso Negativo, que teve a Precisa Medicamentos como um de seus alvos, também tinha a licitação para compra de testes contra covid-19 como objeto.

Que serviços José Ricardo Santana prestou à Precisa na licitação de testes rápidos da covid realizada pelo Ministério da Saúde?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo respeito, irei exercer o direito ao silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., no entanto, confirma que José Ricardo não viajou ainda para tratar da Covaxin?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu confirmo que o José Ricardo Santana não viajou comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, não viajou com V. Sa.

Qual sua relação com o Sr. Marconny Albernaz Faria?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes esteve com ele?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não sei precisar, Sr. Senador, mas poucas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais serviços ele prestou à Precisa Medicamentos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele falou aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – o Sr. Marconny –, que prestava serviços de análise de viabilidade técnica e política da venda de produtos da Precisa.

Que viabilidade técnica e política era essa prestação de serviço? V. Sa. poderia detalhar?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que Marconny Albernaz juntamente com José Ricardo Santana realizaram a aproximação de V. Sa. e de Maximiano com Roberto Ferreira Dias para que esse último beneficiasse a Precisa na licitação da compra de testes rápidos pelo Ministério da Saúde, como demonstrado há pouco? Confirma ou não confirma?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu gostaria de falar reservadamente com meus advogados, conforme o HC concedido.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Autorizado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eles vão se dirigir a uma sala aqui próxima e... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Suspendemos a sessão por cinco minutos até se concluir a consulta do depoente aos advogados.

(Suspensa às 11 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu havia feito uma pergunta, Sr. Presidente, ao depoente se ele confirma que Marconny Albernaz juntamente com José Santana realizaram a aproximação dele, depoente, e de Maximiano com Roberto Ferreira Dias, para que este último beneficiasse a Precisa Medicamentos na licitação da compra de testes rápidos de covid pelo Ministério da Saúde.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não confirmo, Sr. Senador, e, reiterando a última pergunta, o Marconny nunca prestou serviços à Precisa Medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Marconny nunca prestou serviços à Precisa Medicamentos? Essa é uma informação importante, porque ele, inclusive, quando esteve aqui, disse que V. Sa. era o dono da Precisa, era o principal dono, porque era quem havia colocado mais dinheiro societariamente. E ele nunca prestou serviços à Precisa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – O Sr. Marconny nunca foi contratado pela Precisa Medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah! Não foi contratado... Isso é outra coisa. Prestação de serviços, muitas vezes, se faz sem contrato. A pergunta não foi se foi contratado, foi se prestou serviço, e V. Sa. já havia respondido que nunca prestou serviço.

Qual é a sua relação com Roberto Ferreira Dias?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não tenho relação com Roberto Ferreira Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando V. Sa. conheceu Roberto Ferreira Dias? Eu perguntei, primeiro, qual é a relação, e o senhor disse que não tem relação. Perguntei: quando conheceu Roberto Ferreira Dias? É a segunda pergunta.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu fiz uma reunião oficial no Ministério da Saúde com o Dr. Roberto Ferreira Dias. Não sei precisar a data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe precisar a data, não é? Porque a CPI tem informações de que o senhor já conhecia Roberto Ferreira Dias desde 2020, quando ele, Ricardo Santana, Marconny e Maximiano participaram do processo da licitação – aquele exibido aqui – para a compra de testes rápidos de covid pelo Ministério da Saúde. Só para registro, gentilmente, eu queria colocar essa informação.

V. Sa. se encontrou com Roberto Ferreira Dias fora do ambiente do Ministério da Saúde?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Acredito que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredita que não.

Segundo as mensagens passadas pelo Ministério Público Federal do Pará, no dia 23/06, entre 20h59 e 23h15, Marconny diz a Danilo Trento que está em uma confraternização com Roberto Dias, com o Bob – chama de Bob – e Ricardo Santana. Danilo pergunta se terão agenda, encontro, ainda naquele dia. Marconny responde: "Avisa que o processo ainda não chegou na mão dele", Roberto Dias. E Danilo diz que seria ideal e bom que a agenda, o encontro fosse ainda naquela noite, pois o dia seguinte seria de alguma decisão – palavras do depoente. Marconny diz para o depoente, para Danilo, ir ao encontro deles na confraternização. Eles estavam comemorando, exatamente. E dá o endereço: "Passa no endereço da SQS 212, Bloco C, apartamento 607". Pelas mensagens, nós não temos a confirmação se V. Sa. foi ou não lá na confraternização. O senhor participou da confraternização?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, irei exercer o meu direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem apresentou Roberto Ferreira Dias a V. Sa.?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu mandei um *e-mail* oficial ao Ministério e marquei uma agenda. Ninguém me apresentou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mandou um *e-mail* oficial ao Ministério e marcou uma agenda.

A Precisa medicamentos manteve contatos privados com Roberto Ferreira Dias para tratar também da covid?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o meu direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem.

Como foi o contato com o Deputado Ricardo Barros para tratar da inclusão da Índia entre os países cuja aprovação da autoridade sanitária valeria no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não houve isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve contato, em nenhum momento, com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu, como diretor institucional da Precisa, para tratar de Covaxin, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas a emenda foi dele para incluir a Covaxin. Única. Como é que foi? Eu estou perguntando como é que foi esse contato da Precisa com ele.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Esse contato nunca existiu, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como é que ele adivinhou que a Precisa estava negociando com a Bharat Biotech a Covaxin? Alguém falou para ele que precisava de autorização legislativa, e ele colocou a emenda. Quem poderia, Sr. Danilo, ter falado isso para o Ricardo Barros?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, da parte da Precisa, ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa Medicamentos com o FIB Bank?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Pelo que eu apurei e vi, o FIB Bank foi o fiador do contrato da Covaxin.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O FIB Bank foi o fiador do contrato da Covaxin. Que contrato?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Junto ao Ministério da Saúde, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, junto ao Ministério da Saúde. E de outros contratos da Precisa também?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu, como diretor institucional, não é a minha função, então não consigo lhe responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em várias matérias que vieram a público, Marcos Tolentino – e depois nós confirmarmos aqui na sua presença na Comissão Parlamentar de Inquérito –, Marcos Tolentino é o verdadeiro dono do FIB Bank, sendo um dos sócios ocultos da empresa. Por ser amigo de Ricardo Barros, teria facilitado a emissão de carta fiança em favor da Precisa Medicamentos para satisfazer os interesses do Exmo. Sr. Deputado Ricardo Barros, Líder do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, na execução do contrato da Covaxin. No mesmo sentido caminharam várias matérias e o próprio depoimento do Marcos Tolentino aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quantas cartas fidejussórias o FIB Bank emitiu em favor da Precisa Medicamentos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, como diretor institucional da Precisa Medicamentos, não é meu papel a questão das cartas fianças.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Eu queria só comunicar aos Senadores desta Comissão Parlamentar de Inquérito – e todos já sabem – que nós temos exatamente a quantidade e a cópia dos contratos – de todos!

A outra carta fidejussória emitida pelo FIB Bank se refere à garantia de contratos de preservativos femininos com o Ministério da Saúde? Conhece essa carta de fiança, fidejussória, por ocasião do contrato de preservativos femininos com o Ministério da Saúde?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu sei que existe o contrato de preservativo feminino. A questão da carta fiança eu não sei lhe responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Por favor, Sr. Danilo, qual é a sua relação com o Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Pode repetir o nome, por favor, Sr. Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Roberto Pereira Ramos Júnior, Presidente do FIB Bank.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu o conheço apenas. Não tenho relação com ele. Sei quem é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor lembra como conheceu Roberto Pereira? Ele também já esteve aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não me lembro, mas o conheço há... Há muito tempo que eu não o vejo, mas o conheço há uns seis anos atrás aproximadamente. Não sei precisar a data exata.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por ocasião, exatamente... Eu perguntei se ele já o conhecia, e ele disse que se encontrou com V. Sa. mais ou menos uns quatro anos atrás.

Qual é a relação de Roberto Pereira com seu pai, o Sr. Arlindo Trento Júnior?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu acredito que nenhuma, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor acredita que nenhuma.

Qual é sua relação com o Sr. Wagner Potenza, ex-Presidente do FIB Bank?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu conheço o Sr. Wagner Potenza. Tenho uma relação de colega.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Eu queria dizer que uma das coisas encontradas nessas negociações malcheirosas é que o Wagner Potenza recebeu do FIB Bank 14 mil dos 350 mil pagos pela Precisa Medicamentos pela carta fiança, no mesmo dia em que esse valor foi pago pela Precisa. Os outros 336 mil restantes dos 350 foram destinados a Brasil Air Log, empresa de Marcos Tolentino.

Como a Precisa Medicamentos chegou ao FIB Bank?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi Marcos Tolentino quem apresentou o FIB Bank à Precisa Medicamentos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Marcos Tolentino e suas empresas, porque ele tem também várias empresas na mesma condição e a maioria de suas empresas com o mesmo *modus operandi* – por exemplo, um dos dois sócios proprietários do FIB Bank é um trabalhador rural de Alagoas, de Pão de Açúcar, que hoje mora na cidade de Carneiros, e não sabia que seu nome estava sendo utilizado para fazer o FIB Bank; ele está há quatro anos na Justiça tentando desfazer a sociedade que utilizou o seu nome –, esse é o *modus operandi* do Sr. Marcos Tolentino em praticamente todas as suas empresas, eu queria saber: Marcos Tolentino e suas empresas já prestaram algum serviço à Precisa Medicamentos ou às demais empresas do grupo do Francisco Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, como diretor institucional da empresa, não sou responsável pelas contratações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já foi seu advogado?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... no início do depoimento, ele declinou quais são as atividades dele como diretor institucional, para que a gente possa saber o que é efetivamente a prestação de serviços que ele faz?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

V. Sa. poderia, respondendo ao Relator e ao...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode agora declinar, Sr. Trento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que consistem as relações institucionais que V. Sa. exerce na Precisa? Quais são as atribuições, atividades?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Atividades institucionais junto aos órgãos institucionais e institucionalmente com empresas privadas de representar a empresa desta forma, Sr. Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, só para esclarecer mais ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – O senhor é o personagem da empresa que se relaciona com agentes públicos e privados? O senhor representa a empresa nesses relacionamentos, nesses acessos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Aos órgãos institucionais, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Então, o senhor nunca teve contatos, relacionamentos e atividades com agentes públicos, políticos, Parlamentares, para dar um exemplo?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu conheço vários Senadores, Deputados, autoridades, mas não em relação a negócios.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Marcos Tolentino se apresentou à Precisa Medicamentos como dono do FIB Bank, como fez com outros clientes e credores?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Para mim, como diretor institucional, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele já foi seu advogado em alguma questão?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio por não poder precisar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque ele declarou... Ele declarou aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que já havia sido seu advogado e também de Maximiano.

Qual é a relação da Precisa Medicamentos com o Marcos Tolentino?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação de V. Sa. com Marcos Tolentino?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – O Marcos Tolentino é uma pessoa que eu conheço há muitos anos e eu o considero como um amigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já trabalhou para Marcos Tolentino ou alguma de suas empresas? Por favor.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito irei exercer o direito e permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Essa sua função de relações institucionais, é isso na Precisa que o senhor faz? Esse é o seu trabalho lá?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é isso, hein? Qual é a função? O que é relações institucionais?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Representar a empresa a seus clientes, apresentá-la de forma institucional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, o senhor apresenta a empresa. Só isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o senhor é dono de uma outra empresa também?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – A Primarcial é uma outra empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faz o que a Primarcial? Ela faz o quê?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – A Primarcial é uma empresa de participação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Participação em quê?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Participação... Eu tenho que olhar o contrato social dela, das outras atividades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, o senhor é o dono da empresa e não sabe?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – É uma empresa de participação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Participação de quê? Sou eu que tenho que olhar? O senhor é dono da empresa e não sabe me informar que participação essa empresa tem? Participação de quê?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, o Sr. Danilo tem uma empresa de participação, mas não quer me dizer o porquê...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Várias empresas e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só quero saber uma aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tem uma relação espúria negocial entre as empresas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas assim mesmo ele é dono de uma empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que nós já mostramos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... mas é empregado de outra. Você é patrão numa e empregado na outra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E foi quem fez o maior aporte financeiro para a Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso que o Marconny disse que ele é o verdadeiro dono.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não entendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por essas coisas é que aumentou a percepção de que o Governo é um governo corrupto, porque as pessoas vêm aqui, uma negociação dessa, aberta, conhecida em detalhes, e eles se recusam a explicar! Sem transparência nenhuma! Foi essa gente, respeitosamente eu digo isto, que foi escolhida pelo Presidente da República para comprar vacina quando recusava comprar vacina à Pfizer, ao Butantan, à OMS. Ele preferiu esse tipo de negociação. É por isso que tem – e a pesquisa de ontem revela – aumentado a cada dia a percepção de que o Governo é um governo corrupto. E a dificuldade da...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Renan, não foi o Presidente que escolheu, foram os picaretas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu não dei a palavra...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... que tentaram vender.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não grite! Eu não dei a palavra ao Senador Jorginho. Ele não pode me interromper. Não grite! Ele não pode me interromper!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor não pode estar falando isso do Presidente! O senhor não tem envergadura para falar isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. não pode me interromper.

Presidente, ele não pode me interromper!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Que isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não pode me interromper.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu posso interromper! O senhor não está falando a verdade!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não pode me interromper! Eu não permito que o senhor me interrompa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quem é o senhor para não permitir?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vá defender o seu Presidente da República onde o senhor quiser! Aqui, na hora em que eu falo, não!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não foi ele que escolheu esses picaretas!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando eu acabar, V. Exa. pode falar, mas, durante o momento em que eu falo, não aceito interrupção, por favor!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não aceita, mas eu falo do mesmo jeito, aceitando ou não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não aceito!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)

(*Tumulto no recinto.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, por favor... Senador Jorginho, por favor, deixa eu dizer uma coisa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte: eu acho que esse é um jogo que não interessa a ninguém.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu acho que esse é um jogo que não interessa a ninguém. Eu peço para os Srs. Senadores terem muita cautela no que falam, porque é difícil... Eu fico aqui como Presidente e tento ser o mais democrata possível. Então... Mas acho que agora a gente tem que garantir a palavra ao Relator Renan Calheiros e todos vão ter o direito de falar. Eu hoje vou esperar aqui até terminarem todos de falar, de fazer questionamentos. Creio eu que o objetivo é o mesmo. Por isso que o Sr. Danilo Trento tem que contribuir um pouco mais. Ele... O senhor perguntou sobre...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... as viagens que ele fez e quem o acompanhou...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ontem, o Senador Humberto Costa encaminhou a V. Exa. um requerimento pedindo que o Relator ou qualquer outro Senador que estivesse com a palavra...

Eu aguardo V. Exa. terminar... Não, pode terminar. Não tem pressa, não. É até bom para acalmar os ânimos. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, então, ontem, o Senador Humberto Costa, de forma até muito correta, porque, quando alguém, um Senador, Relator, qualquer outro Senador está falando e é interrompido, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredito que é até uma maneira deseducada de se fazer as coisas, não pelo fato de agora. Então, o que eu peço a V. Exa., como ontem quando eu estava aí presidindo fiz isso, é que não permita mais. Inclusive, nada contra o Senador Jorginho Melo, até porque eu o respeito muito, como respeito a todos, mas é importante que não se seja interrompido para que não aconteça uma cena dessa natureza, porque as agressões verbais são totalmente inaceitáveis aqui dentro do Parlamento, do Senado Federal, com nomes que não cabem na biografia nem do Jorge nem na do Renan, na minha opinião.

Infelizmente, o Conselho de Ética já não funciona há muito tempo aqui no Senado Federal, e tem processo no Conselho de Ética que está aguardando que seja reunido para, a partir daí, apreciar essas ações que são antiéticas, que não devem ser procedidas.

Eu me policio muito com isso, inclusive aqui até em alguns momentos um colega ou outro já me dirigiu palavras dessa natureza, e eu reajo muito na hora, até porque não cabem aqui palavrões ou agressões. E isso é um sintoma de fraqueza e de falta de cultura e conhecimento dentro do Parlamento, que exige o conhecimento da lei, do Regimento Interno, do Regimento Comum.

Então, é importante que V. Exa. possa garantir que aquele que está com a palavra não seja interrompido em momento nenhum, seja o Jorge, seja o Senador Renan, quem quer que seja. É isso que eu quero colocar, até porque o Humberto fez muito correto ontem, encaminhou esse requerimento, que foi votado aqui e aprovado, para não ter interrupção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Concordo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só pra esclarecer, essa questão de ordem foi feita logo no início da sessão, numa interrupção feita pelo meu querido Vice-Presidente. O Senador Alessandro retomou a discussão de ontem sobre esse requerimento e eu acolhi a questão de ordem do Senador Alessandro.

Infelizmente... E, em nome da harmonia, em nome do carinho que eu tenho pelo Senador Renan e pelo Senador Jorginho, eu quero pedir uma coisa aqui encarecidamente a vocês dois, que são bastante maduros, creio eu que nós temos idades muito parecidas: eu acho que um pedido de desculpa recíproco entre o Senador Jorginho e o Senador Renan seria de bom grado para quem está nos vendo neste momento, pra mostrar a civilidade entre nós, apesar das nossas crenças políticas, da nossas defesas de pontos de vista às vezes diferentes, mas que prevaleça aqui a harmonia, a relação respeitosa entre nós todos. Faço esse apelo ao Senador Jorginho e faço esse apelo ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu posso retomar o interrogatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Permite-me, Sr. Presidente? É muito rapidamente, ainda nesse sentido, se me permitirem. Eu acho que este momento é um momento em que todos nós temos que refletir realmente. Acho que estamos aqui todos no mesmo propósito, cada um defendendo aquilo em que acredita, mas todos em busca da verdade, e que a gente não se esqueça – e eu estou muito impactada porque eu acabei de ler uma matéria nesse momento – de que o objetivo maior nosso é investigar o que aconteceu para podermos dar uma resposta às famílias daquele número que está ali, que é muito mais do que números: são pessoas, são crianças, jovens, adolescentes, pais e avós.

Nesse sentido, Sr. Presidente, não estou aqui nem pedindo um minuto de silêncio, mas apenas para que fique registrada a importância, de repente, de terminarmos, começarmos e terminarmos toda reunião da CPI pedindo às pessoas que não se vacinaram que o façam.

Mesmo na terra do Senador Jorginho, eu sei que ele é um grande defensor da vacinação, parece-me que a informação que eu recebi hoje é que faleceram três pessoas de uma mesma família, relativamente jovens, porque não tomaram vacinas – três irmãos na faixa de 40 e 50 anos de idade. O porquê eu não sei, se se recusaram a tomar vacina ou não foram procurados pelo sistema de saúde.

De qualquer forma, eu acho que esse é o momento que nós temos que refletir, saber que o objetivo maior é outro e que nós possamos sempre começar e terminar os trabalhos desta CPI pedindo, ou o Relator ou o Presidente da Comissão, por nós, àqueles que estão nos assistindo que convençam os seus familiares, amigos e parentes que se vacinem. É a única forma que nós temos de prevenir e acabar imediatamente com essa pandemia e todos nós podermos respirar aliviados.

Então, no mesmo sentido do Presidente Omar Aziz, eu faço esse pedido.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, Senadora Simone.

O papel desta Comissão Parlamentar de Inquérito é exatamente este: se transformar num instrumento parlamentar mesmo, mas em defesa da ciência, da vida, contra o negacionismo. E é isso que nós estamos fazendo aqui.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi ameaçada, foi intimidada, tem tentativas de obstrução dos seus trabalhos todos os dias. Nós estamos há quase 150 dias de funcionamento e, todos os dias, basta pegar a ata das reuniões, nós temos aqui um processo de obstrução que não acaba mais – não acaba mais. Quer dizer, o resultado é isso aqui.

Nós estamos aqui reunidos para apurar o que houve, por que o Presidente da República procurou negociar com esse tipo de empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, prossiga as perguntas, não fique fazendo discurso, Senador Renan.

Pergunta para o rapaz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Jorginho.

Senador Jorginho... Senador Jorginho, esta CPI não vai entrar para a história...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... com acusações mútuas.

E eu peço para a Taquigrafia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não acusei, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não acusei, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço para que seja retirado tudo aquilo que o Senador Jorginho falou e aquilo que o Senador Renan falou na discussão que tiveram entre os dois.

Esta CPI não é de ninguém. Esta CPI não é mais nossa, esta CPI é dos brasileiros que acreditam que a gente possa chegar e aquelas pessoas que cometeram algum tipo de crime sejam justiçados, que sejam eles indo para Justiça e a Justiça faça a justiça.

Não é aqui a opinião de A ou B que vai mudar a opinião.

Então, por favor.

Senador Renan, eu concedo a palavra a V. Exa. para continuar, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa., repetindo a pergunta anterior, já trabalhou para Marcos Tolentino ou alguma de suas empresas?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, com todo o respeito, irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. exerceu o direito ao silêncio.

V. Sa. confirma que o senhor seu pai era Diretor da Chocolates Pan, cuja massa falida foi comprada por Tolentino?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Confirmo que o meu pai já trabalhou no Chocolates Pan, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque o Roberto Pereira Ramos Júnior confirmou essa informação aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

V. Sa. mantém sociedade ou parceria com o seu pai, Sr. Arlindo, em algum negócio?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na conta... Uma outra informação: na conta... O senhor respondeu que não. Na conta da Primarcial, empresa de Danilo Trento, 852.575 foram transferidos para o Sr. Arlindo.

V. Sa. conhece Marcos Tolentino da Silva então? Desde quando?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Conheço o Marcos Tolentino...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde quando?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – ... há aproximadamente uns 15 anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. ou algum familiar seu é ou foi sócio de Marcos Tolentino?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só pra informar que, por meio da J.O.R.F. Empreendimentos e Participações, empresa da qual Tolentino é sócio e procurador também, como do FIB Bank, foi sócio de Ana Paula Trento, tia do Sr. Danilo Trento, da empresa Ameom Consultoria e Participações Ltda., de 17/05/2019 a 08/01/2020. Em 08/01/2020, saem Ameom, Ana Paula Trento e a J.O.R.F. Empreendimentos para ingressarem como sócios, respectivamente, Gustavo Trento e Bruno Trento, irmão do Sr. Danilo Trento. Isso demonstra que Marcos Tolentino e os Trento já possuem uma relação societária pelo menos desde 2019. E trago aqui o emaranhado de relações societárias dessas empresas, mais uma vez para comprovar o que nós estamos dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, está muito alto aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas o senhor está no telefone.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando a carta-fiança fidejussória – aí é a comprovação do que nós acabamos de dizer –, quando a carta-fiança fidejussória emitida pelo FIB Bank foi levada a conhecimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – O senhor pode repetir, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando foi emitida a carta fidejussória do FIB Bank para a Precisa no contrato Covaxin?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, por não precisar as datas, irei permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque o Roberto Pereira, o Presidente do banco, já referido aqui em algumas oportunidades, disse à Comissão Parlamentar de Inquérito que foi emitida em 13/03/2021, fato que foi confirmado aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Qual era o prazo contratual para que a Precisa Medicamentos apresentasse a garantia do contrato da Covaxin?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, como eu já disse algumas vezes, como diretor institucional da empresa eu não participo das negociações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo o contrato, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sr. Presidente Omar Aziz, a cláusula sétima era de dez dias após a assinatura do termo, o que resultaria no dia 7 de março, um domingo, e, portanto, o dia final seria de 8 de março, já no final do próprio contrato.

Como a Precisa fez com que o Ministério da Saúde aceitasse fora do prazo uma carta fiança, se o contrato da Covaxin previa como viáveis apenas as garantias nas modalidades de seguro garantia, fiança bancária, caução em dinheiro ou em título da dívida pública?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que o Ministério da Saúde consentiu isso junto à Precisa, a fiança apenas no final do contrato, a dois dias de terminar o contrato e ainda pelo FIB Bank?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu não participei das negociações junto ao Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que esteve em um jantar na residência do Sr. Marcos Tolentino, no Bairro Chácara Klabin, oportunidade em que estavam presentes Francisco Maximiano e o ex-Ministro Eduardo Pazuello?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não confirmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não confirma.

Qual era a finalidade desse encontro?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, pelo que eu sei, esse jantar nunca ocorreu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa com a empresa Century Comércio e Representação de Alimentos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu irei exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só pra que todos saibam, essa empresa disputou a licitação para venda de preservativos femininos no Ministério da Saúde. A Precisa tem algum tipo de negócio ou dívida com ela, com a Century?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, acredito que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acredita que não.

Fez algum pagamento a essa empresa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, irei exercer o direito ao silêncio. Não participei dessas negociações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bem.

Eu queria só comunicar aos Senadores e à Casa que o Pregão Eletrônico 81, de 2020, no dia 27/7, mas com vigência de 13/11/2020 a 13/11/2021, o qual foi homologado apenas em 28/8/2020, pelo Ministério da Saúde, resultou no contrato de 15,750 milhões para a Precisa. Dessa licitação participaram algumas empresas, dentre elas a Century Comércio e Representação e ambas pretendiam entregar produtos da Cupid Limited. O que chama a atenção é o fato de a Precisa remeter para essa empresa a importância de R$109.175,06.

Como a Precisa foi remunerada pela Cupid Limited nos contratos de fornecimento de preservativos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não participei dessa dos preservativos, Sr. Senador, das negociações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, essa metodologia poderia ser a mesma aplicada no contrato da Covaxin com a Madison, recebendo esses valores?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Desculpa, Sr. Senador, não entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei como a Precisa foi remunerada pela Cupid Limited nos contratos de fornecimento de preservativos do Ministério da Saúde. (*Pausa.*)

V. Sa. respondeu?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não participo de nenhuma parte negocial, então não consigo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei se a metodologia utilizada teria sido a mesma com a Madison.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa receberia os valores da Bharat Biotech ou da Madison Biotech? Os valores da remuneração por meio da liquidação de contratos de câmbio, como ocorreu com a Cupid.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, dentro da empresa, como diretor institucional, não é meu papel e eu não negocio pela empresa. Não sei lhe responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Precisa Medicamentos tem utilizado o artifício de lançar suas receitas nesse contrato, como ressarcimento por despesas de transporte ou despacho aduaneiro, pra que não se recolham os tributos devidos ao faturamento empresarial? Por que a Precisa tem feito isso? Confirma que faz isso com regularidade?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu não participo das tratativas negociais da empresa Precisa Medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com a família Bolsonaro?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estranho, porque, se isso incrimina o cidadão, incrimina o Presidente e sua família.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode repetir a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque isso evidentemente o incrimina. É a pergunta do Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Se perguntasse se ele era traficante, alguma coisa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, mas com o Presidente da República, os filhos... (*Risos*.)

Muito estranho isso. Muito estranho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que o senhor poderia reiterar a pergunta, Relator, para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual a relação de V. Sa., do depoente, com a família Bolsonaro?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, eu não tenho relação com a família Bolsonaro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele respondeu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Com ninguém? Com nenhum membro da família?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Não tenho relação com nenhum membro da família, apenas os conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Apenas o quê?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Apenas...?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Alguns publicamente, outros em eventos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é sócio da Primarcial Holding, não é?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E V. Sa. é o administrador da Primarcial Holding Participações Ltda., não é?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim, sou, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outras pessoas possuem procuração para representar a Primarcial junto a órgãos públicos, instituições financeiras ou qualquer outra entidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, sobre essa pergunta eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais poderes lhe foram atribuídos e por quê?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu irei permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Primarcial divide o endereço com a empresa de Francisco Maximiano, é o mesmo endereço, não é?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer ao direito do silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas isso não o incrimina. Isso não incrimina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, colaborando com V. Exa., refazendo a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Qual é o endereço da sua empresa, senhor depoente?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não tem endereço?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas...

Sr. Presidente, Senador Otto Alencar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu peço que já se comece a avaliar a hipótese de prisão do depoente, porque o *habeas corpus* que protege V. Sa. não lhe permite negar informações básicas. São meras qualificadoras.

Se o senhor quiser um novo intervalo pra conversar com os seus advogados, isso, sim, é seu direito, mas negar a informação do endereço da sua empresa... Não faz o menor sentido. Então, por favor, se aconselhe com os advogados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor quer fornecer... Quer a oportunidade de fornecer... Porque é uma coisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, eu acho que podemos encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – O senhor não saber onde o senhor trabalha é omitir uma informação primária, né? Então o senhor quer ter o direito de dar o endereço?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sim, quero.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então dê o endereço. (*Pausa.*)

Não, o senhor mesmo diz o endereço. O senhor que tem que dizer o endereço. O senhor que diz o endereço.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu quero exercer o direito de me reunir com meus advogados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Suspenda por cinco minutos, Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos parar de perder tempo e vamos prender, talvez, aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Olha, sinceramente, um depoente que não tem a capacidade de dar o endereço, a fragilidade moral dele é muito grande.

O senhor pode, Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, o depoente pediu cinco minutos com o advogado. Suspenda por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor quer conversar com os advogados?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, ele pediu isso.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim, quero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Vou lhe dar dez minutos para o senhor conversar com o advogado. O senhor pode ir a uma sala reservada e conversar com ele. (*Pausa.*)

Suspendendo a reunião por dez minutos e retornaremos logo após a volta do Sr. Danilo Trento para responder às perguntas formuladas pelo nobre Senador Renan Calheiros.

(*Suspensa às 11 horas e 55 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está reaberta a sessão.

Peço a presença do Sr. Danilo Trento. (*Pausa.*)

Sr. Danilo Trento, está reaberta a sessão. V. Sa. tome a sua posição para responder o que foi perguntado a respeito do endereço da sua empresa. (*Pausa.*)

... se esqueceu.

Pois não, o senhor tem a palavra para dar o endereço da sua empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, repetir a pergunta que fiz ao Sr. Danilo Trento.

A Primarcial divide o endereço com as empresas de Francisco Emerson Maximiano?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele vai dar o endereço.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E foi perguntado pelo Senador Alessandro qual é o endereço da Primarcial?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Em relação à Primarcial é Avenida Brigadeiro Faria Lima 3144.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Avenida Faria Lima 31...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – São Paulo?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – São Paulo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mesmo endereço das empresas de Maximiano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o mesmíssimo endereço. A empresa Primarcial e Participações Ltda., de Danilo Trento, e as empresas Primares Holding e Saúdebank Assessoria, empresas de Francisco Maximiano, declaram exatamente o mesmíssimo endereço: Avenida Brigadeiro Fernandes Lima 3144, escritório 31, Jardim Paulistano, São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. confirma que Gustavo Trento, seu irmão, entrou no quadro societário da Primarcial em 12 de setembro de 2017, com o aporte de R$98.300, na empresa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito e permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem conhecimento de que Francisco Maximiano entrou no quadro societário de uma outra empresa, a Primares Holding, um dia depois, em 13 de setembro de 2017?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não tenho conhecimento em relação ao Sr. Francisco Maximiano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem conhecimento de que ambas as empresas citadas anteriormente de nomes muito parecidos – Primarcial e Primares – foram compradas da mesma pessoa, do Sr. Cláudio Santos, um dia após a compra da outra? Comprou-se uma num dia, depois a compra da outra. A Primares e a Primarcial foram compradas da mesma pessoa, Sr. Cláudio Santos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito e permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor é o dono da Primares!

A SRA. MARIA JOSÉ FERREIRA PESSOA – Pela ordem, Sr. Senador. A palavra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Da minha parte, sem problema, Presidente.

A SRA. MARIA JOSÉ FERREIRA PESSOA – Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

A SRA. MARIA JOSÉ FERREIRA PESSOA (Para expor.) – Eu gostaria só de ressaltar os direitos do meu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só pediria que a senhora falasse um pouquinho mais alto, por favor.

A SRA. MARIA JOSÉ FERREIRA PESSOA – Eu gostaria só de ressaltar os direitos do meu cliente e lembrar a Lei 13.869, no seu art. 15, parágrafo único: "Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa...". Aqui no *caput* é "...em razão de função, ministério...", mas o parágrafo único fala: "Incorre na mesma pena quem prossegue com o interrogatório: I - de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixar registrado aqui que a gente consignou, o.k.? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Renan.

Doutora? O nome da senhora?

A SRA. MARIA JOSÉ FERREIRA PESSOA – Maria José.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Dra. Maria José, até o momento em que eu estou aqui, ninguém causou nenhum constrangimento ao Sr. Danilo. Foi dado o direito de ele sair, conversar... Então, não procede a invocação desse artigo, porque não houve nenhum constrangimento a ele. Ele é que não está respondendo às coisas e está negando, inclusive, o endereço de uma empresa. Então, não cabe, e eu não aceito que a senhora possa trazer isso aqui, porque não houve nenhum constrangimento nem por parte do Senador Renan e nem de minha parte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Absolutamente, eu tenho procurado fazer as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele foi tratado com todo o respeito, com toda a educação. Então, não procede isso. Não vou nem considerar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Vamos embora, vamos embora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu vou só repetir a pergunta anterior, Presidente Otto, Presidente Omar: V. Sa. tem conhecimento de que ambas as empresas Primares e Primarcial – com nomes parecidíssimos – foram compradas à mesma pessoa, Cláudio Santos, um dia após... Foi comprada uma em um dia e, após, a outra? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, eu irei exercer o direito e permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas duas empresas foram compradas conjuntamente?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, qual é a sua relação com o Cláudio Santos, que vendeu as empresas citadas?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito e permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez aporte no capital social da Primarcial quando entrou no quadro societário da Primarcial?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, essas informações são públicas, e a minha defesa irá protocolar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bem, eu queria só dizer que informações públicas da Junta Comercial do Estado de São Paulo mostram que Danilo fez um aporte de 900 mil quando entrou no quadro societário da Primarcial – R$900 mil.

De onde veio o recurso para o aporte da Primarcial, os R$900 mil?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito e permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a origem desse recurso? Essa informação deveria ser pública.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu irei permanecer no direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles eram sócios de alguma outra empresa do seu patrimônio mesmo, pessoa física?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o ramo de atuação da Primarcial e por que V. Sa. entrou nessa empresa no lugar do seu irmão, Gustavo, no dia 14 de fevereiro de 2020?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, me responda uma coisa: a Primarcial e a Primares eram empresas de prateleira?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Francisco Maximiano é o verdadeiro dono dessas duas empresas?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, como consta no contrato social, o dono da Primarcial sou eu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós perguntamos a origem do aporte de R$900 mil. Qual foi? Porque quem fez o aporte, na prática, é o dono. Então, quem foi que fez o aporte? Foi V. Sa. ou foi o Maximiano?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Primares/Primarcial e a SaúdeBank Assessoria, empresas também de Maximiano, funcionam também no mesmo endereço em que já funcionavam as outras?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, a Primarcial funciona na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3144.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No mesmo endereço onde funcionam a Primares e a SaúdeBank. O senhor não sabe que elas funcionam lá, no mesmo endereço?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Primarcial ou a Primares pagam despesas do grupo empresarial de Maximiano ou suas despesas pessoais?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, fazendo a pergunta de outra forma: a Primarcial é usada para adquirir imóveis ou outros bens para grupo empresarial de Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu queria, em contrapartida, dizer à Comissão Parlamentar de Inquérito que nós temos comprovações documentais de todas essas informações que nós estamos dando aqui e querendo conferi-las, apenas, com o depoente.

Qual é a relação da Primarcial Holding com a Berlin Meios de Pagamentos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Berlim não é aquela personagem de "La Casa de Papel"?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não sei. É?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa é a Berlin daqui, a Berlin da Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Essa Berlim não é aquela personagem de "La Casa de Papel"?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, essa é a Berlin que o Dr. Danilo conhece. Mas o assalto a banco só nisso tem similaridade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas é porque quando falam em FIB Bank, que não tem dinheiro, não tem propriedade, e aí fala em Berlim, eu faço essa ligação lá com a espanhola... Com a Espanha, aliás...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu gentilmente perguntei qual é a relação da Primarcial com a Berlin Meios de Pagamentos. (*Pausa.*)

V. Sa. disse que vai ficar calado em função do *habeas corpus*.

Quais serviços a Berlin presta para a Primarcial? – já que a Primarcial é de sua propriedade. Quais são os serviços que ela presta?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, com todo o respeito, eu irei exercer o direito do silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas pelo menos existe contrato entre as duas empresas?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os valores repassados pela Berlin à Primarcial, mais diretamente, servem também à empresa do Sr. Francisco Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para dizer que foram selecionados dois recebimentos de valores pela Primarcial da Berlin. Seguindo o dinheiro, a partir da análise bancária dos sigilos afastados pela CPI, identificou-se o seguinte fluxo – olhem aí –, onde se comprova, evidentemente, que a Berlin recebe valores da Primarcial.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É o contrário. (*Pausa.*)

É da Primacial para a Berlin.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Berlin recebe transferências da Primarcial, e a Primarcial faz transferências para a Berlin.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Primarcial faz transferências para a 6M Participações, que é uma das empresas do Francisco Maximiano, que faz transferências para a Primares. E as transferências chegam à Xis Internet, que é uma empresa de internet vinculada ao Sr. Francisco Maximiano.

A Xis Internet, é importante dizer, foi objeto de uma audiência... Sr. Relator e Sr. Presidente, a Xis Internet foi objeto de uma audiência que ocorreu, de um Senador da República, no BNDES, com o Sr. Francisco Maximiano, que, segundo informações, teve a participação ou a presença do Sr. Danilo Trento. É esse o fluxograma aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, no caso da Covaxin, Presidente Omar, um crime acaba puxando outro: você descobre uma conexão, e dali sai uma cadeia de cumplicidade; você acaba puxando uma pena, e vem um galinheiro.

Vejam aí, as datas são as mesmas; o dinheiro transita da conta de uma empresa no mesmo dia. Tudo ali: 28/01, 28/01, 29/01, 29/01.

Vamos à pergunta seguinte. Eu já estou caminhando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para chamar a atenção... Eu quero chamar a atenção de todos, porque chega a essa Xis Internet. Essa Xis Internet, Sr. Presidente, foi objeto de empréstimo ou, pelo menos, de tentativa de financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, segundo informações, com a intermediação de um Senador nesse encontro.

Os recursos vêm dessa Berlin, que faz transações com a Primarcial – o dinheiro vai e volta, em uma clara característica de lavagem de dinheiro –, e chega, por fim, a essa Xis Internet.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Desde março passado, o caso da Precisa acabou saindo da área sanitária, apesar de o Presidente ter escolhido a Precisa para intermediar a compra da vacina Covaxin, e passou a ser verdadeiramente um caso de polícia.

Eu queria só lembrar, Presidente Omar, que o sigilo bancário mostra que a Berlin recebeu R$4.735.500 no período analisado, mas transferiu R$5 milhões – ela recebeu R$4.735.500 e transferiu R$5.165.000 para a Primarcial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer algumas perguntas. A Berlin presta algum serviço à Primarcial e à empresa do grupo do Sr. Maximiano que não seja estabelecido em contrato? O que é esse serviço mesmo na prática?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, com todo respeito, irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Berlin já recebeu valores de terceiros no Brasil e no exterior em favor da Primarcial Holding, da Precisa Medicamentos ou de qualquer outra empresa do grupo do Sr. Francisco Maximiano?

A pergunta é: A Berlin já recebeu valores de terceiros no Brasil ou no exterior em favor da Primarcial, que é a empresa de V. Sa., da Precisa Medicamentos, que também foi dito aqui pelo Sr. Marconny que é de V. Sa., que V. Sa. é o principal proprietário, ou de qualquer outra empresa do grupo do Sr. Francisco Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem, por quê? Quando e como, por favor.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito do silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Berlin repassou para terceiros, no Brasil ou no exterior, valores em favor da Primarcial Holding, da Precisa Medicamentos ou de qualquer outra empresa do grupo do Sr. Francisco Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque também nós temos aqui as comprovações dos créditos e dos débitos.

Por que a Primarcial recebe tanto dinheiro da 6M Participações, que também pertence ao Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para que todos saibam, segundo a imagem relativa ao sigilo da Primarcial, a 6M transferiu R$15.927.950 para a Primarcial e recebeu R$11.707.000 dela. A análise bancária revela que, quando a conta da Primarcial ficava com saldo baixou ou mesmo negativo, era exatamente a 6M, empresa de Francisco Maximiano, que injetava dinheiro na Primarcial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sua relação com a empresa Correa da Costa Confecções Eireli e com a proprietária dessa empresa, a Sra. Patricia Farias Correa Da Costa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei utilizar o direito do silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Correa da Costa Confecções, uma pergunta então concreta, e sua proprietária Patricia Costa recebem e enviam valores para a Primarcial, que é sua empresa? A que título, a que pretexto, por que aquelas enviam recursos para a Primarcial?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito irei exercer o direito do silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eh, Presidente, eu vou me encaminhando para terminar, mas eu queria só lembrar que a empresa Correa da Costa Confecções enviou 1,250 milhão para a Primarcial e recebeu desta – enviou 1,250 milhão – 1,490 milhão. Por sua vez, a Sra. Patrícia Farias Correa Da Costa enviou 600 mil e recebeu 727 mil da Primarcial.

Qual é a relação comercial entre a Primarcial e a empresa L.P. de Oliveira Eireli, Imobiliária Ciriaco? – que é uma empresa sediada em Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Compreendo.

Por qual motivo a Primarcial recebeu, em março de 2020, 25 créditos, todos no mesmo dia, da L.P. de Oliveira Eireli? Por qual motivo? Todos no mesmo dia, 25 créditos da LP de Oliveira Eireli.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, o senhor tem quantas perguntas ainda para fazer?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já estou acabando já, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu queria que o senhor fizesse todas as perguntas, porque a resposta será a mesma. Então, é até para não o cansar, porque, em todas as vezes, ele tem que repetir a mesma coisa, e vai ficar cansativo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não pretendo cansá-lo, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é porque você pode... Veja bem, eu estou preocupado com o *habeas corpus*. No *habeas corpus* também, se nós cansarmos o depoente, nós podemos estar cometendo um crime. Então, eu não quero cometer um crime aqui, por favor. Nem aqui, nem em lugar nenhum. Então, se o senhor pudesse fazer todas as perguntas ao mesmo tempo, só para ele dar uma resposta... Senão o senhor vai fazer cinco e serão cinco respostas: "Sr. Senador, eu vou me reservar o direito de ficar calado". Então, isso aí virou... Eu pedi no início da reunião à Secretaria, que tem sido muito competente até hoje, e ela não me arranjou um gravador, que nós teríamos gravado, e ele só apertava ali: tic, tic – está certo?

Então, por favor, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Farei isso, Presidente.

Por qual motivo a Primarcial recebeu, em 20 de março, 25 créditos, todos no mesmo dia, da L.P. de Oliveira Eireli?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele nem segue a minha orientação mais... (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou me esforçando.

Só para informar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A CPI tem que acabar, Senador, porque tudo que eu falo agora... Eu estou lhe fazendo um apelo aqui, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou acabar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou acabar... A CPI vai acabar, porque eu dou uma orientação para V. Exa... E o senhor está se cansando também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou, mas eu já estou acabando, estou no final.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, vai que escapa uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Em 13/03, para que todos saibam, Senador Girão, querido, a Primarcial recebeu 25 créditos da L.P. de Oliveira, que totalizavam 861 mil. Depois disso, não recebeu mais nenhum valor dessa empresa.

Qual a relação de V. Sa. e da Primarcial com Lucas Pereira de Oliveira, proprietário da L. P. de Oliveira Eireli?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por qual motivo a Primarcial enviou valores para Lucas Pereira de Oliveira, pessoa física, então?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A Primarcial enviou... O senhor que é dono da Primarcial e... Enviou em 18/01 78 mil para uma empresa de joias em Curitiba. Esse pagamento é referente à compra de relógio ou joia, por favor?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo 3, e já estou terminando.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa Medicamentos e de seus proprietários com Flávio Bolsonaro?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – A Precisa Medicamentos não tem relação com o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por qual motivo o Sr. Flávio Bolsonaro – e ele, inclusive, disse aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – intermediou a aproximação de Francisco Maximiano com o Presidente do BNDES, Gustavo Montezano, com quem participou, inclusive, de uma reunião em videoconferência, em 5 de outubro de 2020, por favor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com a empresa XIS Internet, que aparece naquele fluxograma de recursos que o senhor apresentou ainda há pouco, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com a empresa XIS Internet Fibra... Quem é que representa essa empresa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu sou diretor institucional da Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor não sabe quem representa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O dinheiro da sua empresa chega à XIS Internet?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se o senhor não sabe quem representa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minuto, Senador Renan e Senador Randolfe.

Sr. Danilo Trento, o senhor esteve nessa reunião que foi feita em videoconferência?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, deixa eu explicar aqui para o senhor. Eu costumo acreditar no que as pessoas me falam, e não tenho por que duvidar da palavra do Senador Flávio Bolsonaro quando aqui, nesse dia, ele falou, inclusive, que era um projeto para a Amazônia, que era interessante para a minha região – eu sou da Amazônia –, que era de internet. Nós temos muita dificuldade; por isso, a participação dele naquele momento. E eu não vejo crime nenhum nisso; não há crime. O crime seria se houvesse superfaturamento, direcionamento ou coisa parecida.

Então, eu não estou vendo crime em vocês participarem de uma reunião com o BNDES, que é um dos... Uma das obrigações dele é financiar realmente, principalmente, regiões mais carentes para desenvolver tecnologia. E seria isso a reunião... Não foi uma reunião para se tirar proveito de alguma coisa, não. Então, é isso que o Senador Renan está perguntando, se houve essa reunião, sem fazer juízo de valor contra A ou contra B, deixar claro.

Então, o senhor participou dessa reunião? O senhor está dizendo que se cala, eu vou naquela de, toda vez que o senhor se calar, eu vou dizer que sim. Então ele estava participando também, viu, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É... O senhor participou dessa reunião? Pergunta seguinte, colocada pelo Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mesma resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Tá. A reunião tratava de que, evidentemente?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, irei permanecer em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então eu volto àquela primeira pergunta e encerro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, o senhor poderia perguntar se conhece a empresa XIS Internet?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor conhece a empresa XIS Internet? Fibra, XIS Internet Fibra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – XIS Internet Fibra.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim, conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeito. Então o senhor tem conhecimento dessa audiência no BNDES para financiamento à empresa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, eu conheço a empresa XIS Internet e sei que eles estavam prospectando recursos para expansão da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah! Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E quem estava?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem estava na reunião?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – A empresa XIS Internet Fibra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com quem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, quem estava representava a XIS Internet, por favor?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eles estavam prospectando. É uma empresa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eles quem?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – ... do Francisco Maximiano, a XIS Internet.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Não, perfeito. Eles quem? Quem estava na reunião, prospectando?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – A XIS faz várias internets através do Sr. Francisco. Eu sou diretor da Precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A pergunta não foi essa, mas não vou interromper mais o Relator, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu perguntei no início quem foi que levou ao conhecimento do Presidente a possibilidade da aquisição dos 20 milhões de doses da Índia, da Covaxin. Quem foi que disse ao Presidente que aquela negociação estava em curso? Porque a Precisa já estava na Índia, ocupando territorialmente a Embaixada da Índia, quando o Presidente ligou e mandou uma mensagem para o Primeiro-Ministro da Índia. Quem foi que levou essa informação ao Presidente?

Porque ao BNDES, ao Montezano, nós sabemos quem levou o Francisco, porque foi dito aqui pelo Senador Flávio. Foi por acaso o Senador Flávio que levou a Precisa para o Presidente, para o Presidente falar com o Primeiro-Ministro?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, a Precisa Medicamentos não tem relação nenhuma com o Senador Flávio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como é que o Presidente soube dessa negociação em curso? Foi o Ricardo Barros? Quem o instou a tomar a iniciativa de telefonar ao Primeiro-Ministro da Índia? Como é que foi? Ele não tem superpoderes. Como é que ele soube disso? É uma pergunta básica, elementar. Quem o motivou a ligar para o Primeiro-Ministro no momento em que recusava comprar vacina Pfizer, e o Butantan e a OMS, para comprar essa vacina Covaxin?

Senador Tasso, a Covaxin só foi vendida ao Irã – pouquíssimas doses, cento e vinte e poucas doses –, às Ilhas Maurício, ao Paraguai – e deu um escândalo lá, não se recebeu a vacina, quase caiu o governo – e ao Brasil. E ao Brasil. E depois, em maio, a Índia cancelou qualquer fornecimento da vacina para o mundo em função da necessidade local. Eu estou perguntando somente: quem motivou o Presidente a tomar essa iniciativa, a mandar uma mensagem e a telefonar para o Primeiro-Ministro da Índia? Porque para o Montezano nós sabemos, não é? Foi dito aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essa é a última pergunta. Eu não sei qual é a resposta que nós vamos obter, Presidente. Seja qual for, eu me considero satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Danilo Trento.

Sr. Danilo Trento, o senhor poderia descrever de novo sua relação com o Sr. Marconny Farias?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Eu conheço o Marconny.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o seu nível de conhecimento?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu apenas o conheço, não tenho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem intimidade?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tem nenhuma relação com ele, contatos, diálogos, negócios?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é o que dizem essas conversas aqui do Sr. Marconny Farias, Sr. Danilo. Tenho dois calhamaços aqui de conversas suas com ele – dois calhamaços de, pelo menos... E muito próximas as conversas, de junho a 04 de julho, e tem continuidade em agosto.

O senhor quer refazer a resposta?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim, eu irei permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O senhor poderia reiterar...

Sr. Relator e Sr. Presidente... Sr. Relator e Sr. Presidente...

O senhor poderia reiterar qual é a sua relação, se o senhor tem relação, conhece alguém da família do Presidente da República, da família Bolsonaro?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Já estive em eventos institucionais com o Senador Flávio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor...

Sr. Relator, eu acho que houve uma nova resposta aqui, que eu acho importante, da parte do Sr. Danilo.

O senhor poderia repetir? O senhor participou de eventos institucionais com o Senador Flávio. É isso?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – De eventos, eventos públicos, não institucionais, desculpa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eventos públicos com o Senador Flávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Senador Flávio Bolsonaro?

Importante essa informação, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Com o Deputado Eduardo Bolsonaro?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor conhece o Deputado Eduardo Bolsonaro?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu sei quem é o Deputado Bolsonaro, não o conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mais uma vez, Sr. Danilo, não é isso que dizem as suas conversas com o Sr. Marconny Farias. Veja, exatamente no dia 03 de junho de 2020, o Marconny diz para o senhor: "Estou com a Karina e o Eduardo Bolsonaro". Aí segue uma conversa, várias mensagens do Marconny, e aí o senhor responde a ele: "Eu não consigo sair daqui". No final, o senhor responde: "O Eduardo me conhece".

O senhor quer refazer a sua resposta?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não, Sr. Senador. Eu não conheço o Eduardo Bolsonaro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas é o senhor que está falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas o Eduardo pode ser o Eduardo Girão, pode ser outro Eduardo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, é o Eduardo Bolsonaro. É o contexto de uma conversa aqui. Veja, é uma conversa na qual está o Sr. Marconny... Eu vou só repetir o contexto. É uma conversa na qual está o Sr. Marconny com a Dra. Karina Kufa, na casa da Karina Kufa.

Para o senhor lembrar, para ser mais claro, isso aconteceu no dia 03 de junho do ano passado. O Marconny manda a seguinte mensagem para o senhor: "Estou aqui na casa da Karina Kufa com o Eduardo Bolsonaro, quero apresentá-los a você". O senhor responde... O Eduardo que está aqui é o Bolsonaro. Está aqui no WhatsApp de Marconny. O Marconny diz: "Quero apresentá-los a você". O senhor responde: "Eduardo me conhece".

O senhor pode falar sobre isso? O que conversavam? Quais eram os assuntos que Karina e Marconny conversavam? Quais eram os assuntos em comum dessas várias conversas suas com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marconny? Por que o Deputado Eduardo entrou na conversa? Como ele o conhece? O senhor não o chama de Deputado Eduardo, o senhor chama: "O Eduardo me conhece".

Pois não.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, como eu já disse, eu não conheço o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está negando o seu WhatsApp, a sua troca de mensagens?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, quantas conversas no WhatsApp e por quanto tempo há entre o Sr. Marconny e o Sr. Danilo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse primeiro calhamaço, vai de 29 de junho a 4 de julho pelo menos, mas tem um outro calhamaço aqui de conversas que eu acho que segue até julho, até depois de julho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o senhor o conhece só, e não tem relação de amizade, é muita conversa entre duas pessoas que não têm uma relação mais próxima. É por isso que o Senador Randolfe está questionando, porque, quando a gente tem uma relação próxima, a gente fala com as pessoas várias vezes por dia, durante dias. Quando a gente não tem, é: "Oi, tudo bem?", "Tudo bem" e acabou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, já houve um depoente aqui que disse, retificando a resposta, que era uma bravata. Foi uma bravata sua para o Marconny aqui? O senhor quis mostrar prestígio para o Marconny? Quis dizer para ele: "Não, conheço; o Eduardo me conhece". Foi uma bravata?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. É direito de V. Sa.

Marcos Tolentino, qual a sua relação com ele?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Conheço o Marcos Tolentino.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E tem negócios com ele também, não é?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu irei permanecer em silêncio, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Porque... O senhor podia falar alguma coisa sobre o caso, já conhecido nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, do apartamento de Campo Belo, localizado na Rua Édison, nº 640, apartamento 314, Crystal, cobertura, em Campo Belo, São Paulo, do qual o senhor era fiador do Sr. Francisco Maximiano, o senhor era locatário junto com Sr. Francisco Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei usar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Uma das pessoas autorizadas a entrar nesse apartamento, segundo a ação de despejo, era o Sr. Marcos Tolentino. O senhor sabe me dizer por que essa relação e por que existia essa intimidade? Quais as reuniões que ocorreram nesse apartamento de Campo Belo? Com quem V. Sa. encontrou? Em algum momento, V. Sa., nas reuniões do apartamento de Campo Belo, teve encontros com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu nunca tive encontros com o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E quem encontrava com o senhor nesse apartamento, além de Marcos Tolentino, no apartamento de que o senhor é locatário junto com Francisco Maximiano?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Qual a relação sua com o Marcos Tolentino na empresa Ameom Consultoria e Participações?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois bem, mas vamos então apresentar qual era a relação.

Gráfico nº 1, por gentileza.

Pode aproximar aí da Ameom? O Sr. Tolentino... Só aproxima aí a Ameom, que está no centro do gráfico da primeira árvore de relacionamentos que nós encontramos aqui. Estão com dificuldade? Pode colocar de novo?

Então, a Ameom Consultoria e Participações é uma empresa de que o Sr. Marcos Tolentino foi sócio, de 17 de maio de 2019 a 8 de janeiro de 2020. Depois, houve a transferência da sociedade para o senhor, Sr. Danilo Trento, e para o seu irmão, Gustavo Trento. Como se deu essa negociação e por que a transferência da participação societária para vocês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo respeito, irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode descrever algum detalhe de sua relação com Marcos Tolentino, que tem em um dos seus endereços a cidade de Curitiba?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor poderia me informar qual foi o objetivo da transferência de R$78 mil para joalheria Oliveiras, que fica localizada no Shopping Cidade, em Curitiba? Esse valor corresponde à aquisição de um relógio de luxo. O senhor sabe me dizer para quem foi dado de presente esse relógio?

Para lembrar um pouquinho ao senhor, antes de o senhor responder, vamos aí para o senhor lembrar qual é a joalheria Oliveiras.

Sr. Relator e Sr. Presidente, a joalheria Oliveiras fica na cidade de Curitiba. A empresa do Sr. Danilo Trento transferiu R$78 mil, ou seja, é um preço de relógio de luxo. Se não foi relógio, me diga. Parece que é um preço... Essa aí é a Joias e Relógios Oliveiras, fica na cidade de Curitiba, no Shopping Cidade, em Curitiba. Cadê o vídeo da Joias e Relógios?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está aí. É uma loja bem conceituada, inclusive, especialista em vender relógios da marca Rolex. O senhor poderia me dizer, Sr. Danilo, para quem foi esse relógio ou esses relógios que a sua empresa deu de presente?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa informação era importante, senhor. Sr. Danilo, dê uma olhada rapidinho aqui no Plenário. Vários outros sentaram nessa cadeira onde o senhor está e foram acudidos, socorridos de tudo quanto é jeito. Hoje, alguns Senadores que apoiam o Governo, inclusive, pediram a sua detenção.

Então, Sr. Danilo, na minha impressão, o senhor está abandonado pela Precisa, pelo Maximiano, pelo Sr. Ricardo Barros e por todos com quem o senhor teve relação. Pense bem, até o final desse depoimento. A melhor coisa que o senhor tem a fazer, com base nas informações que temos, é uma contribuição, uma colaboração, uma colaboração sua. Eu repito: o senhor está abandonado. Do Presidente da República, eu acho que o Arthur Lira ainda segura um pouco as pontas dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Segura o quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As pontas dele. Eu acho que o Arthur Lira segura um pouquinho, ainda, lá, o pedido de *impeachment.* Agora, o senhor... O senhor não vai ter, o senhor está abandonado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está abandonado. Então, peço que o senhor reflita.

Uma pergunta das mais importantes, para o senhor refletir até o final do depoimento – uma das perguntas das mais importantes –: para quem foi o Rolex ou os Rolex ou as joias que foram compradas na joalheria Oliveiras, no Shopping Cidade, em Curitiba? O senhor não precisa mais nem responder agora, tem até o final do depoimento para responder.

O senhor pode me informar qual a relação da Primarcial com a Barão Turismo e com a Elite?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – O Barão, da Barão Turismo, já prestou alguns serviços – emissão de passagens, hotéis – da agência dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Para a Primarcial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a Elite? Elite Participações?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu vou permanecer em silêncio. Não me recordo, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Mas eu queria lhe perguntar: por que as transferências entre janeiro de 2020 e dezembro de 2020 para a Barão Turismo são todas em valores redondos: ou é de 50 mil, ou é de 60 mil, ou é de 100 mil? As passagens davam certinho o valor?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, irei me reservar o direito ao silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Vamos aí ao primeiro gráfico da Barão Turismo.

Já que a Barão Turismo fazia transferências com a sua empresa, o senhor deveria ter conhecimento de que ela abriu uma *offshore* no dia 15 de fevereiro de 2021. Veja só, a Barão... Até janeiro de 2021, a Primarcial e a 6M participações transferiram para a Barão Turismo R$265.181,00. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia 19 de fevereiro de 2021, aliás, no dia 15 de fevereiro de 2021, Sr. Relator, foi constituída, a Barão Turismo abriu uma *offshore* nos Estados Unidos.

Sr. Presidente, sabe em qual Estado norte-americano foi aberta a *offshore*? No Estado de Wyoming. O que é que tem de similar, o que é que chama atenção no Estado de Wyoming? O Estado de Wyoming é um paraíso fiscal nos Estados Unidos. Então, abriram, no dia 15 de fevereiro de 2021, uma *offshore* no Estado de Wyoming, nos Estados Unidos.

Há algo incomum nesse período aí. No dia 25 de fevereiro, foi firmado – esta data é importante para esta CPI, Srs. Senadores: dia 25 de fevereiro –, foi quando foi firmado o contrato entre a Precisa Medicamentos e o Ministério da Saúde, dia 25 de fevereiro. A Primarcial, a 6M Participações, a BSF, essas três... Aliás, a 6M, a BSF e a Precisa, as três de Francisco Maximiano, somadas com a Primarcial, transferiram, só no mês de fevereiro, para a Barão Turismo, quase R$1 milhão – R$972 mil. Depois, vai haver outras transferências. Vejam que as transferências caem nos meses de março e abril. No mês de fevereiro de 2021 – no mês de fevereiro –, as três empresas do Francisco Maximiano, inclusive a Precisa, e a empresa do Sr. Danilo Trento, a Primarcial, transferem quase 1 milhão, maior que todas as transferências do ano anterior.

Vamos ao gráfico seguinte. O gráfico seguinte apontará essa discrepância que estamos apresentando aqui.

Vamos ao gráfico seguinte. O gráfico seguinte apontará essa discrepância que estamos apresentando aqui. No gráfico seguinte, vocês verão um salto que tem das transferências pra Barão Turismo, quando é aberta a *offshore,* no dia 15 de fevereiro de 2021, nos Estados Unidos, no Estado de Wyoming, que é um paraíso fiscal.

Repito: o que é que tem no mês de fevereiro, Sr. Presidente? O que é que tem...

Pode colocar o gráfico da evolução?

O que é que tem... Aqui está o que esta CPI encontrou: o registro da Barão Turismo como *offshore*. O registro da Barão Turismo como *offshore* no Estado de Wyoming, nos Estados Unidos.

Aí veja as transferências da Primarcial e do grupo econômico da Precisa para a Barão Turismo. As transferências seguem uma rotina.

Quando é que as transferências, Sr. Presidente, Sr. Relator, começam a aumentar? No mês de novembro. O que é que tem o mês de novembro? A primeira reunião. Aliás, no mês de dezembro. O que é que tem no mês de dezembro? São dias depois da primeira reunião entre a Precisa e o Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mês de fevereiro, vejam o salto. O que ocorreu de transferência, no mês de fevereiro, foi superior às transferências que ocorreram durante todo o ano de 2020. Mês de fevereiro, mês em que é assinado o contrato com a Precisa Medicamentos para a vacina Covaxin; mês em que é aberta a *offshore* em Wyoming, nos Estados Unidos.

Sr. Presidente, se isso não for elemento para o crime de evasão de divisas, nada mais é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tudo indica que a abertura, no dia 15 de fevereiro, da *offshore* era para os recursos das empresas do grupo, inclusive da empresa do Sr. Danilo, serem transferidos pelas *offshores* que estavam nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ou talvez aquele dinheiro que ia ser depositado, US$45 milhões, na *offshore* em Singapura também fosse transferido pra essa *offshore*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Barão Turismo é a lavadora de dinheiro. É a lavadora de dinheiro, e o salto das transferências, repito aos membros desta CPI, é no mês de fevereiro, mês da assinatura de contrato.

O mês de fevereiro é emblemático, Sr. Presidente. No mês de fevereiro, 15 de fevereiro, a *offshore* é aberta; 15 de fevereiro até o dia 25 de fevereiro: salto das transferências financeiras do grupo e da Primarcial para a Barão Turismo; 25 de fevereiro: a assinatura do contrato entre a Precisa e o Ministério da Saúde para a aquisição da vacina que nunca viria a chegar ao Brasil – da vacina Covaxin; 25 de fevereiro, Sr. Presidente, o que é que tem mais, às 17h30min? O chopinho do Vasto. O chopinho do Vasto, onde está lá o Ricardo Santana, que tem interlocução com o Marconny, que estava lá o Roberto Ferreira Dias, que estava lá o Sr. Blanco e que estava o Dominguetti. A essa altura da CPI, eu acho que o Dominguetti era o mais inocente de todos ali. O Dominguetti era o mais inocente de todos, era o que tinha o menor número de crimes ali cometidos. Aquele chopinho, Sr. Presidente, foi pra celebrar o contrato. Foi a celebração do contrato. E as transferências financeiras aqui me parece que deixam claro, que consolidam isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, o depoente está pedindo um intervalo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. O senhor pode... O senhor quer ir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se for, inclusive, um intervalo para os seus advogados o aconselharem a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o depoente pode aguardar a conclusão... (*Pausa.*)

Eu posso só concluir, então, Sr. Presidente? Eu não vou me estender mais, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Conclua, por favor, Senador Randolfe, porque não sou eu que estou determinando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Os gráficos seguintes, por gentileza, só para concluir.

Sr. Danilo, eu prometo não me estender, só lhe perguntar: qual a sua relação com a Elite? Qual a relação da sua empresa Primarcial com a Elite? (*Pausa.*)

A vossa empresa faz transferência de recursos para Elite Participações. A Elite Participações faz transferência de recursos também para... Sr. Presidente, a Elite Participações faz transferência de recursos para três padarias – três padarias. Carlinhos Padaria e Mercadinho: há uma transferência de R$9 milhões entre 21 de dezembro de 2019 a 15 de dezembro de 2020. DAX Padaria: tem outra transferência de R$1,329 milhão. Padaria e Mercadinho: faz transferência de R$0,5 milhão. Princesa...

O senhor... Eu sei que o senhor não vai me responder sobre a Elite, mas eu queria saber por que a Elite Participações, empresa com a qual a vossa empresa tem transferência de recursos, tem tanta obsessão por transferir dinheiro para padaria. Haja pão para ser produzido: R$9 milhões de dezembro de 2019 a dezembro de 2020 – R$9 milhões de transferência? Haja pão para ser feito por essas padarias.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é a Elite que passa R$9 milhões?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Primarcial. A Primarcial transfere para a Elite...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que é do Sr. Danilo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – A Elite transfere para a Primarcial. E a Elite faz transferência para essas quatro padarias.

Mas não é só padaria, Sr. Presidente.

O senhor poderia informar se tem algum contato ou conhece qual é a relação com a empresa WFQ – WFQ?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Eu irei permanecer em silêncio, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois bem, Sr. Presidente, só para concluir, a empresa WF...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu só vou concluir aqui, Sr. Presidente.

A empresa WFQ teve transferências de recursos da parte da Elite. Ela é uma empresa que teve transparência de R$860 mil por parte da Elite. A WFQ é uma empresa envolvida em criptolavagem e tráfico de drogas. Por que recursos vão para uma empresa que está sendo investigada pela Polícia Federal por criptolavagem e tráfico de drogas?

E, para encerrar de vez, Sr. Presidente – eu sei que o Sr. Danilo não irá responder –, há uma... Aí, sim, essa é uma narrativa aqui da CPI, de alguns colegas Senadores, de que a Precisa não concretizou nenhuma negociação com o Governo Jair Bolsonaro e com o Ministério da Saúde. Vai vendo, Brasil: é mentira! Concretizou. E concretizou em novembro, no mês de novembro, 15 de novembro de 2020: aquisição de preservativos, R$15 milhões. Adivinha, Sr. Presidente, qual era a instituição garantidora do contrato?

Bota aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo, Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Espera aí. FIB Bank?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – FIB Bank, o lorota *bank*. Como o senhor adivinhou? Teve dificuldade para isso?

Mas bote em cima. Eu acho que vamos concluir assim.

Mais uma vez o FIB Bank, mais uma vez o Geraldão, Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. E a CGU não sabe de nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De Murici.

Sr. Presidente, o cara de pau do Controlador-Geral da União veio aqui dizer na terça-feira que não sabia de nada. Esse contrato foi feito depois que a CGU já sabia dessas negociações todinhas com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roberto Ferreira Dias com a participação de Roberto Ferreira Dias. Tinha isso no arquivo lá. E aí eu não estou falando da CGU. Quem sabia disso era o Sr. Controlador-Geral da União e sabia que uma das instituições, além da Precisa, era uma instituição investigada, o FIB Bank. E está aí! O FIB Bank, em novembro de 2020, consegue, junto com a Precisa, desembolsar R$15 milhões do Ministério da Saúde, no meio da pandemia – R$15 milhões! – para a compra de preservativos.

Então, há a, abro aspas, "narrativa", fecho aspas, de que nunca nenhum negócio foi concretizado. Estão aí os documentos para informar.

Sr. Danilo, de fato, para concluir – o senhor vai almoçar agora –, pense, converse com a sua advogada... Eu acho que, inclusive, a assessoria jurídica da Precisa já o abandonou. Seus antigos amigos o abandonaram. Reflita, volte aqui... A melhor coisa que o senhor poderia fazer – se conselho servir – seria contribuir com as investigações que estão em curso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a sessão, darei o tempo para o Sr. Danilo Trento fazer a refeição, e voltamos logo em seguida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por quanto tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Uns 30 minutos.

Fique à vontade, Sr. Danilo.

(*Suspensa às 12 horas e 58 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 26 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando o depoimento do Sr. Danilo Trento, o próximo Senador inscrito é o Senador Humberto Costa.

O depoente está à sua disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Danilo Trento, seja bem-vindo aqui ao Congresso Nacional.

Sr. Danilo, eu gostaria de começar falando da movimentação financeira das suas empresas. O senhor é titular da Primarcial, e na movimentação da Primarcial, existem algumas operações que são um pouco difíceis de explicar. Não sei se o senhor vai dizer que não pode falar, que vai... Se disser, para mim está se comprometendo. Na verdade, está se comprometendo, porque, se a empresa é sua, o senhor é o dono, o senhor deve conhecer a atividade financeira da sua empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, entre os dias 1º de setembro de 2020 e 28 de fevereiro de 2021, a sua empresa recebeu da empresa 6M, que é do Max, Francisco Maximiano, um valor de R$16.155.302,00 que equivalia a 49% de todos os débitos na conta da empresa 6M no período, tudo fracionado: 392 transferências no intervalo de 123 dias úteis. Aí, quando é num período mesmo, de 1º de setembro de 2020 para 28 de fevereiro de 2021, aí é o contrário: é V. Sa. – V. Sa. não, a empresa de V. Sa. – que transfere R$15.522.150,00 de forma fracionada, em 48 transferências, no intervalo de 123 dias úteis. O senhor podia me explicar qual foi o serviço que a Marcial fez para a 6M e qual foi o serviço que a 6M fez pra Marcial de maneira que tivessem feito essas transferências uns para os outros?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, com todo o respeito, irei exercer do direito e permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom. Eu vou dizer ao senhor por que é que o senhor vai ficar em silêncio. Sabe por quê? No relatório do Coaf, analisando essa movimentação, ele diz o seguinte: artifício para burla da identificação da origem e/ou do destino dos responsáveis e/ou dos beneficiários dos recursos.

O Coaf identificou indícios de burla através de fracionamento de recursos, incompatibilidade entre o faturamento mensal das empresas e o volume transacionado, elevadas transações entre empresas aparentemente que não possuem vínculos entre suas atividades. É isso que eu perguntei. Eles trocam dinheiro de graça assim? Não tem um serviço, não tem nada? E aí o Coaf diz ainda o seguinte: que o banco Itaú, responsável pela conta da 6M, informou ao Coaf que já tinha convidado os representantes da empresa para comparecer à agência e justificar as movimentações feitas, e atualizar a capacidade financeira, mas eles não compareceram.

Então, V. Exa. não quer justificar o que isso representa, não é? Prefere ficar em silêncio. Já sei, não se preocupe de falar, não.

V. Sa. é diretor de relações institucionais da Precisa.

Lógico que é quem faz o relacionamento com instituições, autoridades públicas e empresariais, não é?

Eu pergunto ao senhor: o senhor tem muitos amigos Parlamentares?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Amigos, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o senhor... O senhor frequenta muito aqui, o Senado Federal, não frequenta? (*Pausa.*)

Lembre-se de que, a qualquer momento, nós podemos pedir a relação das entradas, para onde foi e quem autorizou a sua entrada no Senado Federal. Diga a verdade. O senhor vem muito aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está vendo, Relator? O senhor está ouvindo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu estou ouvindo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é importante. E não devia ser problema nenhum, porque, se ele é relações institucionais da Precisa, nada mais comum que ele conheça Senadores, Deputados, venha aqui, faça reunião, não é?

O senhor quer dizer para onde o senhor vai quando vem aqui; quais são os gabinetes que o senhor frequenta mais?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Quem abriu espaço – políticos que abriram espaço – para o senhor ter esse relacionamento no Ministério da Saúde?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Deputado Ricardo Barros chegou a dar aval para o senhor atuar lá no Ministério da Saúde?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu não tenho relação com o Deputado Ricardo Barros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor já foi a Las Vegas, nos Estados Unidos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quantas vezes?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Acredito que uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Uma? O senhor foi acompanhado de alguém?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor foi tratar de que assunto?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor foi acompanhado de algum Senador?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou dizer o que é que o senhor foi fazer lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Danilo, só para o senhor informar a esta Comissão: o silêncio em relação a essa viagem sua a Las Vegas é por conta de algum sigilo profissional seu ou o senhor tem receio de se autoincriminar?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, baseado no meu *habeas corpus*, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Na verdade, a minha avaliação e as informações que eu tenho são de que o Sr. Danilo Trento foi tratar de um assunto em que tem muita gente interessada nesse Governo, que é trazer a jogatina americana aqui para o Brasil; trazer cassino, trazer essa jogatina toda aqui para o Brasil, porque é uma forma boa de fazer lavagem de dinheiro, de sonegar imposto e de dar espaço para o crime organizado. A máfia americana de Las Vegas tomaria conta desse negócio grande, e as milícias que existem hoje continuariam tomando conta dos negócios pequenos, cobrando propina para alguém abrir, botar um espetinho para vender nas favelas e nos bairros pobres do Rio de Janeiro. Isso é o que estava acontecendo.

Agora, seria importante a gente saber quem foi esse Senador que foi com o senhor. É danado, é a segunda vez, na outra vez eu tive que perguntar: quem foi o Senador, quem foi o Senador que o Roberto Dias iria receber lá, que iria resolver o problema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual foi o Senador que se encontrou com o Marconny?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora é outra pergunta: quem foi o Senador que foi com o senhor?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Senador Humberto, o senhor vai ter que voltar a fita para eu poder entender. O senhor está apresentando mais uma denúncia? Agora eu estou perdida...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tentando...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estou perguntando, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, mas isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É importante porque...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para responder a V. Exa., o Senador Humberto perguntou para o Sr. Danilo se ele já tinha ido a Las Vegas. O Sr. Danilo confirmou. Quando o Senador Humberto pergunta com quem ele foi e qual foi o Senador que foi junto, ele utilizou o direito constitucional do silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu não posso fazer nada a não ser investigar, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Senador Humberto, quando foi essa viagem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Teria sido no final de 2019. Confere?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Senador, irei exercer o direito ao silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Humberto, eu sou a próxima. V. Exa. pode ter o tempo que quiser, inclusive o meu, porque eu só vou precisar de cinco minutos, mas eu gostaria... Esse assunto me interessa porque, essa data eu lembro porque fui a Relatora na CCJ que enterrou o projeto do jogo de azar no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estava presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E a gente foi...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu me lembro do *lobby* e me lembro dos Senadores que me cobraram, e não foi pouco e não foi pouca a pressão. Não vou obviamente aqui, de forma alguma, dizer como é que foi o processo, isso é passado, mas, depois disso também, no final de 2019, houve de novo uma pressão para ressuscitar o projeto. Por isso que me interessei e eu tenho, nesse particular... E o Senador Eduardo Girão sabe disso e ele também nos apoia ou eu o apoio nessa questão.

O que me chamou a atenção todo o tempo em que fui Relatora foi que o projeto que eu tinha que relatar parecia que tinha uma digital, ele tinha, parece-me, o jeito certo para atingir a pessoa certa. Não era um projeto que visava, num interesse público, a apresentar para todo mundo a possibilidade de se implantar os jogos de azar no Brasil, começa por aí; parecia que tinha que ter regras certas, tinha endereço. É isso que eu quero dizer, Senador Humberto. Seria lá no seu Pernambuco, por exemplo, tinha que ser na capital...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em Pernambuco, não bote isso lá não, pelo amor de Deus. Bote em outro lugar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... Em *resorts*, por exemplo, ou em Maceió. Em Campo Grande não teria porque não tem praia, mas era tudo muito bem orquestrado para vir talvez uma grande corporação internacional. Isso eu estranhei muito. Eu me lembro até dos Senadores que estavam no processo me ajudando. E agora V. Exa. falou em 2019, o que de novo me despertou que nessa data também eu fui cobrada em relação ao meu posicionamento sobre jogo de azar.

V. Exa. pode entrar no meu tempo sem problema nenhum, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – De Las Vegas, V. Sa. viajou para outros lugares da América e passou o *réveillon* juntamente com algum Senador? Tudo pago pelo senhor? Houve isso ou o meu passarinho é mentiroso?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, eu irei exercer meu direito ao silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem muito assunto aí para ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Senador Humberto, se V. Exa. permite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Danilo, o senhor começou respondendo ao Senador Humberto que já tinha ido a Las Vegas. O senhor confirmou ao Senador Humberto que foi uma vez a Las Vegas. O senhor pode pelo menos informar que dia, qual foi a data dessa viagem e qual foi a forma de deslocamento?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Eu não me recordo, Senador. Então, irei permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor recorda o mês? Uma viagem a Las Vegas ninguém esquece.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ninguém esquece um lugar horroroso daquele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é?

O mês o senhor lembra?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não, Sr. Senador, eu permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Mas, pelo menos, o senhor lembra se foi em jato fretado ou se foi em avião de carreira?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Eu fui de avião de carreira, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Avião de carreira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Fica mais fácil para a gente até rastrear para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sugiro que V. Exa. apresente requerimento verbal, oral mesmo, a esta CPI, para nós requisitarmos o deslocamento do Sr. Danilo Trento no ano de 2019.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E de quem o acompanhou, não é? Acho que é importante.

V. Sa. conhece o Sr. Silvio Barros, eleito Prefeito de Maringá?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não, Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas conhece o irmão dele, o Dr. Deputado Ricardo Barros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim, eu sei quem é o Deputado Ricardo Barros.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor chegou a dar um apoio material para a campanha do Sr. Silvio Barros num valor de R$2 milhões?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito eu irei exercer o direito e permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não teria havido um assalto contra alguém que estava conduzindo R$2 milhões para ajudar lá na campanha? O senhor ouviu alguma coisa sobre isso?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, muito boas essas questões que foram levantadas aqui.

Eu não sei se eu tenho nem mais muita coisa, porque eu acho que são essas coisas aqui que nós... Não, mas eu queria perguntar. V. Sa. foi para Índia – não é? –, naquela famosa delegação para negociar a Covaxin. V. Sa. tem... sabe onde está o contrato entre a Bharat Biotech e a Precisa para intermediação para a venda das vacinas?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor não sabe nem se existe?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por que é que a Precisa pagou R$1 milhão, em duas parcelas, para a Câmara de Comércio Índia Brasil, faltando poucos dias para a assinatura daquele contrato para a compra da Covaxin? O senhor sabe dizer por que foi?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito eu irei permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor sabe dizer se o Sr. Flávio Rocha, Almirante Flávio Rocha, fez parte de alguma delegação da Precisa – já que o senhor é o dono da Precisa – para a Índia, seja em voo de carreira, seja fretado?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou me dar por satisfeito, Senador Randolfe, porque temos muita coisa para investigar aí, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma pena que nós não tenhamos tanto tempo e nem tantos mecanismos para investigar. Eu até dei uma entrevista ontem, e saiu em alguns lugares como se eu estivesse querendo acabar com a CPI. Não é isso. É porque realmente nós temos uma limitação, não é? No passado, a CPI tinha muito mais poderes que os órgãos de fiscalização e controle.

Mas o que nós vamos entregar ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à PGR, ao Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, talvez até ao Tribunal Penal Internacional, vai dar muito trabalho para esse pessoal investigar, não é? Descobrir quem foi o Senador que foi para Las Vegas com o Sr. Trento; descobrir se ele pagou a passagem do Senador; descobrir se ele passou com esse Senador o *Reveillón* em Miami ou outro lugar pagando as contas desse Senador... Vai ter, eu acredito que o Ministério Público vai trabalhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe... Para quem foi o Rolex...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para quem foi esse Rolex aí... Que relógio caro, viu! Sinceramente... Que relógio caro!

Bom, então, eu falei aquilo por isso; não é porque eu ache que a CPI deveria acabar, "tem que acabar!". Não, nós temos dois problemas, um é esse: nós não temos tempo. E, do outro lado, esse Governo não quer que a gente acabe. Todo dia aparece um negócio, uma falcatrua, uma bandidagem. Como diz o Senador Jorginho, que ficou bravo hoje aqui: é uma "mentiragem", uma picaretagem, como ele diz. Mas aí eu, sinceramente, já me sinto perfeitamente atendido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

Sr. Danilo, só reiterando ao senhor, para o senhor deixar uma colaboração aqui nas investigações da CPI, se não der para dizer para quem foi o Rolex, pelo menos mais detalhes dessa viagem a Las Vegas. Até agora, nós só sabemos que o senhor não matou Getúlio Vargas. É a única informação que nós temos. Então, se o senhor puder contribuir com um... Tem duas perguntas simples: o Rolex, as joias, seja lá o que for que foi comprado, para quem foi o presente; e essa viagem a Las Vegas que o Senador Humberto levanta agora, que desperta o interesse de todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, visto que envolve um Senador, Senador Girão. Envolve um Senador, a gente tem que saber quem foi, quem foi com o senhor para Las Vegas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Inclusive, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A Senadora Simone...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é crime. Não é crime, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Por que que ele disse que vai se comprometer?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é crime, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Quando ele diz que vai se comprometer, na verdade, ele está comprometendo o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – ... com ele de boa vontade, de amizade. Não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é crime, não. Embora eu não ache de bom gosto ir para Las Vegas, mas... Enfim, não é crime.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Inclusive, a propósito desse caso de Las Vegas, eu tenho... A Senadora Simone lembrou aqui. Já conversei muito com o Senador Humberto, com o Senador Renan, sobre essa questão da jogatina, do risco que é para o País lavagem de dinheiro, porta aberta para a corrupção, e algo pior ainda, que é a destruição de valores e princípios da família, não é? Porque você começa e não termina. E junto com o jogo de azar, vem o quê? Tráfico de arma, tráfico de droga...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Milícia...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... prostituição infantojuvenil. Então, tudo de ruim, é o guarda-chuva de coisas ruins. Então, nós estamos checando com a assessoria aqui sobre essa viagem que o Dr. Danilo Trento confirmou. Foi muito importante ele ter confirmado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Concordo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nós estamos pegando aqui as informações. Daqui a pouco a gente pode ter novidades com relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Concordo com o senhor, Senador Girão.

Nós já sabemos um pouco mais, que, além de não ter matado o Getúlio Vargas, também o Dr. Danilo foi para Las Vegas. Resta a gente aprofundar essa informação, mas chegaremos lá.

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu me envolvi tanto com essa questão do jogo de azar que eu até cometi aqui um equívoco e vou corrigir: eu não fui Relatora, mas tivemos a capacidade...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A senhora era Presidente da CCJ.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, naquela época não, era membro, foi 2018; depois uma tentativa em 2019 de levar para Plenário, mesmo nós tendo dado parecer contrário e derrotado o projeto na CCJ. Mas eu me lembro que foi tanto o empenho nosso contra esse projeto que nós conseguimos derrotar o próprio relatório do Relator – eu não me lembro, confesso, quem é o autor desse projeto e não me lembro quem era o Relator, mas podemos verificar. Mas eu me lembro que foi insistente a tentativa de alguns conversarem comigo e me demoverem da ideia de falar na Comissão de Constituição e Justiça. Eu me lembro até disso, me chamou a atenção, Senador Humberto. Eu acho que, salvo engano, o autor do projeto é hoje... Acho que é o Senador Ciro Nogueira o autor desse projeto – o que não fala nada, o que não significa nada, apenas para lembrar. Eu estou tentando lembrar também o nome do Relator.

Mas, Sr. Presidente, eu vou ser breve. Já dei um pedaço do tempo meu para o Senador Humberto, porque na realidade, como eu disse, eu não ia falar – não falei ontem mesmo e não falaria hoje –, mas como eu recebi uma denúncia, eu gostaria de rapidamente entregar às mãos do Relator, não sem antes... Porque também no nosso grupo de alguns colegas eu recebi uma informação que me chamou a atenção, e aí vem apenas uma pergunta muito simples pro depoente, pro Sr. Danilo, que é representante, segundo ele, é um dos diretores da empresa.

A empresa encontra-se com seus bens bloqueados? Móveis ou imóveis?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sra. Senadora, eu irei exercer o direito de permanecer em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas isso é público. Não há nenhum problema em dizer, aliás, o não dizer é um problema sério pro senhor, o senhor não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está munido com *habeas corpus* pra ficar calado naquilo que não o incrimina e que é público, pelo contrário. Se não responder, V. Sa. está se incriminando, porque não é sobre V. Sa., é sobre a empresa.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sra. Senadora, eu posso consultar os meus advogados?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Sr. Danilo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É claro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu suspendo por três minutos para o senhor fazer a consulta aos seus advogados.

(*Suspensa às 14 horas e 48 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 49 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando, Senadora Simone, a senhora quer restabelecer a pergunta ao depoente?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Sim, e deixá-lo bem à vontade. O objetivo... Eu não estou mirando V. Sa., pode ficar tranquilo, eu estou mirando outra coisa, por isso que eu queria não comprometê-lo. É muito simples, nós temos informações, eu só gostaria que pudesse confirmar se há algum bloqueio de bens móveis ou imóveis, valores, mesmo em conta-corrente ou em aplicação, da empresa que V. Sa. representa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sra. Senadora, eu não tenho essa informação, então, ficarei em silêncio, porém, posso conseguir e pedir para os meus advogados...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não precisa, o fato de não ter a informação, eu agradeço a sinceridade, V. Sa. respondeu.

Sr. Presidente, chegou em nossas mãos uma informação e aí, com base nisso, eu gostaria de continuar com mais duas perguntas.

Se a Precisa, através de V. Sa. e de outros diretores, tentou comercializar com laboratórios privados a compra, a entrega de vacinas, de doses da vacina Covaxin?

Se chegou a tentar comercializar, a conversar, chegaram a ter algum tipo de contrato, assinaram algum contrato, receberam algum sinal para entregar doses *a posteriori*?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Senadora, toda essa parte de negociação não cabe a mim dentro da empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço, não quero, como disse, eu não venho aqui para comprometer V. Sa., então, eu vou parar as perguntas.

Apenas para deixar aqui registrado, Sr. Presidente, que no grupo dos Senadores, nós tivemos essa informação, mas o que me chamou à atenção não é nem o fato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É que a legislação não ampara.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente.

Não é nem o fato de que o Tribunal de Justiça de São Paulo teria determinado o bloqueio de bens da Precisa na tentativa... Pelo fato do laboratório médico ter feito uma ação, um contrato com a Precisa na compra de vacinas, comprado mais de sete mil doses de vacinas da Covaxin, teria pago um sinal de 10% do valor do contrato e não teria recebido. Essa é a informação que me passaram.

Então, consequentemente, me veio a seguinte pergunta: Como é que a Precisa, não havendo lei no Brasil...

É importante saber em que data, Senador Humberto, esse contrato foi feito, se estava tramitando, Senador Alessandro, no Congresso Nacional, a medida provisória que previa a comercialização de vacinas, se esse laboratório tinha o intuito de doar 100% do SUS ou não, porque, se fosse para doar 100% do SUS, nós temos uma medida provisória, mas, do contrário...

A data é fundamental para ver se a Precisa já estava contando com os ovos da galinha antes de a galinha botar esses ovos, por quê? Havia uma tentativa, importante lembrar ou relembrar, havia uma tentativa de alguns poucos, eu mesmo cheguei a duvidar se isso não seria bom, de permitir que laboratórios privados pudessem comprar vacinas no mundo para começar a vacinar, comercializar essas vacinas.

Fui convencida pelos médicos de que, naquele momento, não seria o ideal porque nós poderíamos estar prejudicando o SUS, as pessoas mais pobres poderiam ir para o final da fila, mas, naquele momento, foi muito grande a discussão.

Então, importante saber se, naquele momento, a Covaxin, por informações dadas por Parlamentares inclusive, contratou com laboratórios privados para poder já receber recursos antecipadamente, como parece que aconteceu, contando, repito, com os ovos da galinha antes de a galinha ter colocado.

Nós barramos, não foi aprovado e agora deu no que deu.

Então, eu deixo aqui em mãos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só corroborando com a informação de V. Exa., Sr. Relator, é importante ver a linha do tempo.

Em 30 de janeiro, a Precisa firma um contrato com a associação brasileira de vacinas privadas, um contrato antes de ocorrer qualquer iniciativa legislativa que amparasse.

Em fevereiro, nós aprovamos, aqui no Congresso Nacional, o projeto de lei que veio a se tornar a Lei 14.123, apresentada pelo Senador Rodrigo Pacheco, com a nossa relatoria, que abria uma possibilidade de vacinação para o setor privado, mas após conclusa toda a vacinação dos grupos prioritários.

Dias depois de ser sancionado pelo Presidente da República, quatro ou cinco dias depois, a Câmara dos Deputados apresenta um projeto de lei que é relatado pela Deputada Celina Leão, do Progressistas, mesmo partido do Deputado Ricardo Barros, que escancarava as portas para a vacinação privada. Quem é que fazia *lobby* por esse projeto de lei? O Sr. Carlos Wizard e o Sr. Luciano Hang, de quem o Relator Renan Calheiros hoje propôs a convocação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Publicamente. Publicamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fica apenas como uma contribuição, Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito boa. Muito boa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... verificar aí agora nos autos que devem estar chegando, se é que já não chegaram à CPI – eu não tenho o poder, eu não tenho essa informação, porque eu não sou membro –, a data em que esse contrato da Precisa foi firmado com esse laboratório e de outros e realmente uma cópia, de repente, do processo que se encontra na Justiça.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. perguntou exatamente o quê? Porque eu não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu perguntei o seguinte... Nós lembramos que houve uma grande discussão aqui no Congresso Nacional...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... se nós deveríamos abrir ou não para a iniciativa privada, mais do que justo, nós estávamos no desespero. E isso foi negado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E porque esse projeto correu num curtíssimo espaço de tempo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso. Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e foi aprovado na Câmara.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E aí a única coisa que nós aprovamos, fruto da lei do Presidente Pacheco, foi que só poderia ser adquirida para a doação integral, 100%, para o SUS. Só que, nesse meio do caminho, chegou em março, a Câmara tentou colocar, apresentar um projeto permitindo a comercialização pelos laboratórios privados. Nós chegamos a... Chegou às nossas mãos, no nosso grupo de WhatsApp inclusive, que o Tribunal de Justiça de São Paulo bloqueou bens imóveis, provavelmente também recursos em espécie, de contas da Precisa – e aí eu já não saberia dizer de quanto e qual foi o valor –, porque um laboratório médico teria entrado com uma ação contra a Precisa alegando que comprou 7 mil doses da Covaxin...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Pagou antecipado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... pagou 10% antecipado e, obviamente, não recebeu esses valores. Então, entrou com ação em caráter preliminar, e deve ter tido o bloqueio dos bens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que o depoente respondeu?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele disse que não participou do processo, mas é importante saber que data foi esse contrato, saber, no processo, qual é o laboratório...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foram laboratórios, sindicatos, associações de juízes...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e ver para que fins foi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... todos foram engambelados pela Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque aí podemos também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso aí demonstra mais uma vez o *modus operandi* da empresa que foi selecionada pelo Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas, mais do que isso, pela data verificar – como eu disse, ele contou antecipadamente com os ovos –, saber se nessa data estava tramitando também aqui um projeto de lei tentando legalizar esse contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É isso.

Bom, Sr. Presidente, eu tenho quatro minutos, eu vim aqui apresentar uma denúncia.

Primeiro, quero agradecer às auditoras, às mulheres auditoras da CGU, algumas delas me mandaram flores se solidarizando. Fica aqui o meu carinho a todos os servidores públicos federais, a quem eu respeito.

E eu recebi uma denúncia, Sr. Presidente, eu tenho que tirar aqui alguns detalhes, porque eu não posso expor nem a pessoa e nem o tempo que essa pessoa tem de casa na CGU, é um auditor de carreira ou uma auditora – não vou aqui inclusive falar o gênero, o sexo – que disse aqui algo que é muito importante e que pode servir principalmente, Senador Renan, como Relator, pra que a gente possa inclusive aperfeiçoar a legislação, a própria Constituição naquilo que V. Exa. implantou enquanto Ministro da Justiça. É pequeno. Eu vou resumir, é o resumo do resumo, não dará mais do que um minuto de fala. Eu vou ser precisa em relação à denúncia, para que eu possa ser justa também.

"Na sessão de ontem, o que ficou claro é que a CGU não atua, não processa nem investiga autoridades federais de escalão relevante na mesma proporção que o faz com autoridades estaduais e municipais que recebem recursos federais. Isso, na minha opinião, [estou resumindo aqui] é verdade e vem de longe, pois a estrutura administrativa legal da CGU abre essa brecha. [E aí ele explica por quê.] O Ministro da CGU assim como [Senador Randolfe] os demais cargos de comando da CGU, secretários e diretores, que são auditores, mas são elevados em cargo de comissão, não possuem qualquer garantia de permanência no cargo. Qualquer atuação que desagrade ao Executivo Federal implica, necessariamente, na exoneração do dirigente do cargo, da chefia, e ele volta a ser auditor de carreira. Acontece com os ministros e acontece com os diretores secretários.

[Pois bem, é o que ele aponta.]

É por isso também que os auditores da CGU [olhe a gravidade, Senador Humberto] concursados, mas sem cargo em comissão, são completamente restringidos nos seus direitos dentro do órgão, sendo impedidos inclusive de assinar relatórios que realizam. Todos os relatórios da CGU são assinados por servidores de cargo em comissão, DAS 4, 5 ou 6, ou seja, os servidores detentores de cargo em comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[O que ele diz aqui, já indo pro final.] Os dirigentes da CGU alegam que os relatórios são da instituição e que não podem ser assinados por quem realizou o trabalho, que são os auditores. [Mais ainda.] É absurdo, mas é assim que a CGU funciona. O motivo para isso também é simples [e aqui vem a denúncia]: se a instituição conceder poder para o auditor sem cargo comissionado assinar e emitir seus relatórios, muitas irregularidades sobre agentes federais de relevo iriam parar no relatório e os dirigentes da CGU seriam pressionados pelo Governo, muitas vezes sob ameaça de exoneração de seus cargos.

Qual é a solução que foi encontrada? [E ele disse, não é de agora.] A solução é simples, somente os dirigentes que já estão com cargos comissionados, secretários e diretores da CGU, emitem relatórios.".

E aqui eu faço um parêntese, Sr. Presidente, foi o que aconteceu e por isso que o Ministro ficou tão nervoso, porque eu mostrei para ele. Abriu-se uma auditoria numa situação tão complexa como esta e, em apenas dez dias, teve uma nota técnica com um resultado final. Eu acho que nós somos muito incompetentes. Desculpa, Senador Renan, V. Exa. é muito incompetente; eu sou muito incompetente; o Senador Randolfe é muito incompetente. Nós estamos há 150 dias tentando analisar a Covaxin. Em dez dias abriu-se uma auditoria, não sei quando, depois, em dez dias ou um pouco mais que isso, veio uma nota técnica assinada por quem? Não por um auditor só de carreira, um auditor de carreira que está num cargo em comissão, é um diretor que assina essa nota técnica, ainda que tenha um inquérito em andamento dentro da própria CGU.

Então, o que ele diz aqui é muito sério, porque os auditores, por exemplo, do Ministério da Previdência, os auditores da previdência, os auditores da Receita Federal, eles fazem auditoria e eles assinam. É óbvio que depois vai ter que passar por um crivo de uma instância superior, mas eles assinam porque foram eles que trabalharam, foram eles que investigaram. Não, eles apresentam um documento sem assinatura, esse documento vai pra mesa do chefe do diretor, ele faz o que quer com esse documento: "Opa, aqui pode pegar o Presidente, aqui pode pegar o ministro, aqui pode pegar o secretário executivo, aqui pode pegar o diretor de logística, deixa eu mudar...". Não estou dizendo que foi isso que aconteceu nesse caso, a denúncia é geral. Mas esta Casa é uma Casa que legisla, esta é uma Casa que tem que também, como órgão investigativo, fazer constar isso no relatório para que no futuro isso não aconteça. Se aconteceu agora, também teremos que ter a punição.

Mas isso é importante pra justamente mostrar a linha aonde eu queria chegar e infelizmente não pude chegar naquele fatídico dia, 48 horas atrás, onde alguém, um ministro, lamentavelmente, pede para uma Senadora da República ler tudo de novo, porque ela não deve ter entendido nada, porque, decerto, ela é burra, né? Tudo de novo, um contrato da Covaxin que ela leu mais de uma vez, de mais de mil páginas, em que ela ficou – só num final de semana, seis horas no sábado, quatro horas no domingo –, durante 15 dias lendo todos os dias do recesso o contrato da Covaxin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu deixo aqui para as observações, eu vou entregar da forma como eu recebi. Eu só tirei realmente aqui o tempo que esse auditor, essa auditora serviram, mas fica aqui a última frase dele: "É assim que funciona a CGU. Nenhum ministro na estrutura atual consegue fazer funcionar porque é um órgão federal de controle que, quando vai falar e processar autoridades estaduais e municipais, os auditores podem assinar. Quando fala de autoridades máximas do Executivo, não assina, manda pro chefe". Que controladoria é essa? Lamentavelmente o que está na Constituição, no art. 7.074 não está sendo cumprido. E nós temos, como também órgãos fiscalizadores que somos, ao receber essa denúncia – eu sei que é só uma denúncia –, que investigar, porque também é o nosso papel.

Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria rapidamente, em nome de todos que compõem esta Comissão, agradecer a contribuição de V. Exa. e dizer que não apenas para efeito do aprimoramento da legislação, mas também pelo fato de o CGU, do Ministro da CGU ser investigado desta Comissão Parlamentar de Inquérito por prevaricação, por omissão...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E pra que o Ministro se redima – não é? – com as Senadoras da República, com as mulheres.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu espero imensamente que ele tenha tido, durante todo esse tempo, a grandeza de nomear mulheres diretoras. Espero que tenha pelo menos uma mulher diretora na CGU...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida. Sem dúvida.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ...para que possa também fazer o seu dever e representar as mulheres brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Simone, foi por conta disso que a única resposta possível do Ministro à senhora foi o machismo descarado da parte dele.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E se me permitir, ele não disse que eu estava descontrolada, ele disse que eu estava totalmente descontrolada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quando não há resposta, resta a agressão. Foi o que aconteceu da parte do Ministro com a senhora.

O Senador Jorginho Mello não se encontra.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria me aprofundar um pouco mais nesse tema que é uma causa que há muitos anos... Antes de chegar aqui no Senado Federal, eu já conhecia os senhores pela televisão, colegas Senadores, por acompanhar o trabalho. É um assunto que me motivava bastante, porque eu percebi o que que está por trás da liberação, Senador Alessandro, dos jogos de azar, não é?

Tive a oportunidade de estudar em alguns países exatamente qual é a jogada – sem nenhum tipo aí de brincadeira com a palavra –, mas muito interessante essa sua confirmação, eu lhe agradeço.

Primeiro, seja muito bem-vindo, Sr. Danilo Trento. Eu tentei com os colegas aqui, o Presidente aceitou desde o início que o senhor viesse aqui porque é muito importante seu depoimento.

Nesses dois anos e meio que nós estamos aqui no Senado, a gente vê *lobbys* poderosos atuando aqui dentro, não é? E um dos *lobbys* mais fortes que existem e que está em curso neste momento, não nesta Casa – ainda –, mas pelas matérias de veículos de comunicação aqui do País, veículos tradicionais... O Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, diz que quer definir a votação – olha a coincidência! – da liberação da jogatina no Brasil através de cassinos *resorts*. São chamados agora de *resorts* integrados, olha os nomes bonitos que eles trazem, e ele quer definir a votação até o final deste ano, ainda no meio de uma pandemia que a gente vive.

Eu queria fazer umas perguntas ao senhor com base na sua confirmação sobre a ida a Las Vegas.

O senhor... Mais uma pergunta antes: o senhor trabalha... Exatamente, o que que o senhor faz pra retirar o seu sustento? Qual é a sua atividade? Só pra entender.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, com todo o respeito, eu irei exercer o silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas não dizer qual a atividade de trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Danilo, é uma pergunta sobre o seu ofício.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso não vai comprometê-lo de jeito nenhum.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não. (*Pausa.*)

Só pra suspender a contagem de tempo do Senador Girão, pra garantir o tempo dele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por favor. Por favor.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu tenho uma empresa, a Primarcial Holding, como já foi exposto aqui, e trabalho também como diretor da Precisa Medicamentos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – ... diretor-institucional.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço.

Uma dessas empresas, ou a Precisa Medicamentos ou a Primarcial, tem algum tipo de negócio de representação com a empresa americana Las Vegas Sands Corporation, que tem como presidente o Sheldon Adelson e que fica em Las Vegas?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, a Primarcial não, e acredito que a Precisa também não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor viajou pra Las Vegas, e a gente já teve a oportunidade aqui de visitar... É isso que quero lhe perguntar...

Lá é o grande coração dos jogos de azar, né? É uma cidade que vive isso. E grandes conglomerados estão lá, inclusive tentando entrar no Brasil. Eu lhe pergunto: essa sua ida a Las Vegas, qual foi exatamente o objetivo da viagem e quem o acompanhou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, irei exercer o direito do silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor foi com algum Parlamentar... Porque o senhor falou que conhece vários Parlamentares, né? O senhor foi com algum Parlamentar nessa viagem a Las Vegas?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu irei exercer o direito e permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Houve alguma relação de sua ida a Las Vegas, ou com políticos, de alguma forma acompanhando, pra tratar do projeto de lei que libera os *resorts* integrados no Brasil dessa indústria?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não?

Está acontecendo aqui, Sr. Presidente, uma grande coincidência, e, aí, eu queria confirmar. O nosso colega anteriormente falou aí da viagem a Las Vegas e está tendo uma coincidência de uma comitiva do Senado Federal embarcando também para Las Vegas mais ou menos nesse período – mais ou menos nesse período, eu estou com os dados aqui.

Eu só queria a confirmação até para facilitar o trabalho, Sr. Danilo: que dia foi que o senhor viajou para Las Vegas? Agora... Eu não sei se o senhor fez... O senhor fez mais de uma viagem para Las Vegas, não é isso?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Pois eu tenho que dar a informação; a verdade tem que ser entregue – tem que ser entregue.

Então, a gente está com os dados aqui. A própria Comissão... Eu já estava com o requerimento pronto, Senador Presidente Randolfe, para fazer o pedido aqui às companhias aéreas da viagem no começo do ano passado, de 2020, mas eu vim com milho e a Ana aqui, a equipe da assessoria veio com a pipoca, porque a informação já estava aqui na CPI, e eu não sabia. Eu estava querendo, porque eu fiquei intrigado com esse assunto, porque é uma causa que eu abraço antes de chegar aqui e que eu acho um grande risco para a vida dos brasileiros.

Eu quero fazer uma colocação para o senhor. O senhor viajou no dia 23 para Las Vegas. São as informações que a gente tem aqui. Eu vou lhe perguntar mais uma vez: algum Parlamentar ou alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares viajaram com o senhor aqui do Senado Federal? Ou se encontraram com o senhor lá em Las Vegas? É importante que o senhor diga essa informação pra gente.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com todo respeito, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, eu vou lhe passar aqui para as mãos... Eu vou lhe passar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por gentileza.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... apenas para retomar o que pela manhã falamos – e os advogados seguramente estão cientes disto: o direito ao silêncio conferido pelo Ministro Barroso não é absoluto; ele é diretamente vinculado à possibilidade, ao seu direito, ao exercício do direito de não se autoincriminar. Não é absoluto.

A pergunta que faz o Parlamentar, o Senador Eduardo Girão, *a priori* não tem conteúdo de possível autoincriminação. Ele pergunta se V. Sa. foi para Las Vegas acompanhado por Parlamentares. Então, essa reiterada tentativa de fugir das respostas difíceis, a não ser que o senhor, com a anuência dos seus advogados, entenda que essa parceria com o Parlamentares tem conteúdo de crime.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E aí vou lamentar muito, mas vai ser importante para a CPI saber disso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Danilo e sua douta defesa, eu vou esclarecer, reiterar aqui o que foi dito pelo Senador Alessandro Vieira, inclusive, se o senhor quiser mais uma vez, a gente pode suspender por dois minutos para o senhor consultar os advogados. Veja, a pergunta que está sendo feita é se o senhor foi para Las Vegas. O senhor já confirmou que foi para Las Vegas. A pergunta seguinte que foi feita é: quem foi junto com o senhor para Las Vegas? Quais Parlamentares participaram dessa viagem? Se esta informação lhe autoincriminar, lhe cabe o direito ao silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só dar uma dica...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se não lhe autoincriminar, não cabe o direito ao silêncio. Se lhe autoincriminar, leva à dedução dessa CPI que foi uma viagem com indícios de crime.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Uma viagem criminosa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, só a lógica cartesiana aqui para apresentar para análise sua e dos seus advogados. Se o senhor quiser, esta CPI...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só dar uma informação para ele refletir um pouco, Senador Presidente, só dar uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem as datas aí, não tem? Data...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Pois é.

O voo saiu de Guarulhos – o senhor estava nesse voo de Guarulhos – para os Estados Unidos, destino: Las Vegas, no dia 23 de janeiro do ano passado. Em 23, num voo, o senhor saiu. E o senhor voltou no dia 27 de janeiro, ou seja, quatro dias nos Estados Unidos, numa agenda de que a gente também tem informações aí pelo trabalho da imprensa brasileira, que conseguiu informações da agenda. E foi uma comitiva do Senado Federal, junto com a Embratur, inclusive com o atual Ministro do Turismo. O atual Ministro do Turismo estava porque era o Presidente da Embratur – hoje é o Ministro do Turismo.

Eu quero lhe fazer essa pergunta, e eu peço que o senhor... Isso não é se incriminar, porque o senhor pode fazer esse tipo de trabalho, de representação, de tentar aproximar corporações do Governo brasileiro... O fato é que nós temos em curso aqui legislação sendo votada a qualquer momento na Câmara sobre isso. Tem um grupo de trabalho formado lá para liberar. Essa é outra coincidência.

Por favor, senhor.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, com todo o respeito e baseado no meu *habeas corpus*, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso leva à dedução dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito de que esta viagem teve indícios de crime ou foi criminosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E isso você tem com direito à assessoria jurídica. É um caso raro de delação ou de confirmação de possível envolvimento com o crime, com assessoria jurídica para confissão. É importante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, a informação que a CPI já tem: uma viagem da qual o senhor participou com a presença do Ministro do Turismo do atual Governo. V. Sa. se utiliza do direito constitucional de silêncio por acreditar que ela o autoincrimina; se o autoincrimina, então, há indícios de crime nessa viagem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E essa informação, Presidente, olhe o detalhe: foi a Polícia Federal que passou essa documentação, aqui, no caso, para a CPI, do voo do Sr. Danilo Trento. Então, é uma informação com muita credibilidade.

E, coincidentemente, no mesmo período – eu vou passar às mãos agora do senhor –, existia uma requisição para essa comitiva do Senado.

Me diga o nome dos Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Uma requisição?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uma requisição.

E eu quero passar aqui para o senhor, porque foi paga, inclusive, com dinheiro do Senado Federal. Então, vou passar para o senhor. E tem matérias na imprensa sobre os Senadores que participaram dessa viagem.

Eu encerro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Viagem oficial. O Presidente do Senado era o Senador Davi Alcolumbre. Brasília, 4 de dezembro de 2019. A viagem foi autorizada no dia 17 de dezembro de 2019. Quem requisitou a viagem que ocorreria entre os dias 23 e 24 de janeiro de 2020 foi o Senador Flávio Bolsonaro.

Encaminho para o Relator a informação trazida a esta CPI pelo Senador Eduardo Girão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Autue-se, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Determino a autuação para a Secretaria e para o relatório do Senador Renan Calheiros.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero dizer que já terminei as minhas perguntas. Eu acho que aí é algo que tem começo, meio e fim. É essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria que chamou a atenção, da coluna do jornalista, que é muito tradicional, Leandro Mazzini. E o Antagonista trouxe, nessa comitiva, Senador Presidente Randolfe Rodrigues, outras informações também: que foi pago pelo Senado Federal em janeiro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Obrigado, Senador Girão. V. Exa. traz e resgata, na vossa inquirição, informação muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Próximo inscrito, Senador Luis Carlos Heinze.

V. Exa. tem 15 minutos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Sr. Relator, senhor depoente, apenas mais uma informação: o Brasil, até ontem, tinha distribuído 287 milhões de doses de vacina para uma população vacinal de 160 milhões. Isso quer dizer que já tem 127 milhões para a segunda dose, restando apenas 33 milhões para a segunda dose da população vacinal. Detalhe, Senador Girão: nós temos 18 milhões de jovens – estou arredondando, um pouco menos. Então, com 36 milhões de doses, se fossem duas doses, isso quer dizer que, até o fim de outubro, nós teremos toda a população vacinada.

Agora, Sr. Relator, colegas Parlamentares, sobre esses 18 milhões de jovens de 12 a 18 anos, no Brasil, eu me pergunto: qual o risco para a saúde desses jovens em se vacinarem sem o completo conhecimento de possíveis efeitos colaterais? Lembro que as vacinas estão sendo liberadas por registro emergencial. Nós temos visto muitos casos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, vou ter que cometer a deselegância de esclarecer ao Senador Heinze, se ele não tem esse esclarecimento, que a única vacina disponível para adolescentes no Brasil, da Pfizer, já tem o seu registro na Anvisa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem o registro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ela não é provisória.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já tem. Sr. Senador Heinze, a bem da verdade...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está falando, mas vamos restabelecer a verdade. A vacina da Pfizer já está sendo utilizada em todo o Planeta Terra – em todo o Planeta Terra! – para adolescentes. e já foi registrada aqui no Brasil pela Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode ter sido registrada, mas tem muitos problemas, o que a ciência está questionando no mundo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode citar onde?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou falando desse registro aqui. Vou citar oportunamente. Não tenho aqui, mas vou citar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não é oportunamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou citar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Heinze, me permita uma coisa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou falando aqui. Estou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. O senhor está falando, e eu vou interromper o senhor falando para dizer o seguinte: vacina é necessária para todos, inclusive para crianças e adolescentes. E não existe nenhum registro de qualquer uso prejudicial de vacinas, sobretudo para adolescentes.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Me permita, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esta CPI tem o dever moral de prestar essa informação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Vou esclarecer, para colaborar com o Senador Heinze, de uma fonte que eu tenho certeza que o Heinze vai levar em consideração, que é o Ministro Queiroga, que está com covid em Nova York: o próprio ministro reconhece que, num universo de mais de 3 milhões de adolescentes vacinados, 1,5 mil relataram algum efeito adverso – efeito adverso pode ser febre, dor no braço, qualquer coisa. Nenhuma morte, em 3,5 milhões. Então, numa conta rápida, eu acho que é 0,02%.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou trazer esse dado na próxima reunião.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Para poder a coisa ser séria, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Heinze, só um segundo. Inclusive, só para lembrar V. Exa. e esta Comissão Parlamentar de Inquérito: hoje mesmo o Governo anunciou que vai liberar as vacinas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Que vai liberar, eu sei. Já fiz a conta e deu 36 milhões de doses; as duas doses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como vai liberar? O Governo está estabelecendo incompreensivelmente um critério: o adolescente sem comorbidade só vai vacinar se na família 18 pessoas já tiverem pego o vírus. O que é que isso objetiva na prática, uma loucura dessas? É encobrir a falta de vacina...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o que foi denunciado quando o Queiroga esteve aqui; que essas vacinas não seriam suficientes. E muito mais se nós precisarmos dar mesmo a terceira dose e fazermos a vacinação anual, que é uma coisa que está posta aí em discussão na ordem do dia.

Pelo amor de Deus, nós temos um respeito muito grande por V. Exa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Então, eu vou lhe colocar os dados agora.

Eu já citei 287 milhões de doses distribuídas no Brasil para uma população vacinal de 160. Se eu utilizar 320, duas doses – mais 18, 36 –, estão faltando 33 para a primeira dose dos 160 milhões, e as 36; estão faltando 69 milhões de doses de vacina. E o Governo já comprou 632 milhões de doses de vacina. Ponto. Tem comprado vacina.

E vou lhe assegurar, vou lhe afirmar que, até o mês que vem... O meu Estado, Rio Grande do Sul, Senador Girão, recebeu 15,323 milhões de doses, para uma população vacinal de 9 milhões de gaúchos e gaúchas. Já recebeu 6,3 milhões para a segunda dose. Faltam apenas 2,6 milhões para terminarem no Rio Grande do Sul as duas doses, o que, na metade do mês que vem, termina. Ponto. Isso é o Rio Grande do Sul. E agora vamos também para a segunda dose.

Então, existe vacina suficiente. Só para lhe colocar esse ponto. E os fatos vão mostrar o que eu estou dizendo, que é real.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhor depoente... Em primeiro lugar, eu quero perguntar para o depoente qual é o histórico da empresa Precisa quanto ao fornecimento de suprimentos médicos e farmacológicos em processos de licitação para o Governo do Brasil. Em que ano começaram essas vendas e quando finalizaram seus fornecimentos? Pode responder?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, a Precisa é uma empresa de 20 anos de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas – se o senhor me permite, Senador Heinze – a pergunta do Senador foi: em que ano...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quando é que o senhor começou? E até que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... começou a comercializar com o Governo brasileiro?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está entregando este ano, ano passado, retrasado?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com o Governo brasileiro, em que ano começou a comercializar? Com o Ministério da Saúde, para ser exato.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que é essa a pergunta...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... é essa a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que o Senador quer.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, eu não me recordo com exatidão e prefiro me abster de responder e usar o direito ao silêncio.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Em 2019 e 2020, chegaram a efetivar algum fornecimento de material relativo ao combate ao covid-19?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Desculpa, Sr. Senador, pode repetir?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Em 2019 e 2020, chegaram a efetivar algum fornecimento de material relativo ao combate ao covid-19?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como a empresa Precisa está sanando suas dívidas relativas a processos anteriores não bem sucedidos e que exigiram da Precisa ressarcimento aos cofres públicos?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pois bem.

Ontem, ao citar o pesquisador Dr. Zelenko como potencial candidato ao Prêmio Nobel da Paz, fui ironizado e até ameaçado em cima de *fake news*. Informo que o meu Gabinete já fez contato com o citado pesquisador, e iremos providenciar as provas relativas aos fatos que aqui mencionei. E quem publicamente fez afirmações a meu respeito deverá ser devidamente responsabilizado pelos seus atos. Ontem aqui falaram: "Mais uma *fake news* do Heinze". Estou falando de casos concretos, que aconteceram.

Voltando ao tema das vacinas, o Brasil tem 211 milhões de brasileiros, 69% com a primeira dose e 39% com o esquema vacinal completo, 2.8 é a nossa letalidade e 531 a média de mortes nos últimos sete dias. Preste atenção, Senador Girão: os Estados Unidos, com 328 milhões de habitantes, 64% com a primeira dose e 55% com esquema vacinal completo, a letalidade é 1.6; 2.046 mortos nos últimos sete dias. Índia: 1,36 bilhão de habitantes, 44% com a primeira dose, 15% com esquema vacinal completo. Portanto, nós estamos à frente dos Estados Unidos e da Índia, em cima no sistema vacinal. Nigéria: 201 milhões de habitantes, 2.2% da primeira dose e 0,9% com esquema vacinal completo, a letalidade é 1.31. Qual é a diferença? Nigéria e Índia adotam oficialmente o tratamento chamado precoce com essas drogas que aqui são combatidas. Então, só para fazer uma menção à letalidade da Índia e da Nigéria contra os Estados Unidos e também contra o próprio Brasil. Novos casos confirmados nos últimos sete dias: Brasil, 35.647 casos; Estados Unidos, 134.098 casos; Índia, 30.871 casos; e Nigéria, 389 casos. Então, para mim, funciona o tratamento que aqui estão criminalizando.

Refletindo sobre os dados acima, vê-se que, embora o Brasil esteja sendo duramente criticado, ainda assim logrou êxito em vacinar maior percentual da sua população na primeira dose até do que o país mais rico, os Estados Unidos. O maior valor da letalidade parece refletir a fragilidade que temos no sistema de tratamentos hospitalares, uma vez que a letalidade é o valor percentual calculado de óbitos por número de contaminados. Porém, quando analisamos o número de mortes nos últimos sete dias, vê-se que os Estados Unidos apresentam 3.85 vezes maior número de mortes por covid-19 do que o Brasil. Estranhamente, os Estados Unidos apresentam 3.76 vezes maior número de novos casos em sete dias do que o Brasil. Ora, isso indica que a vacinação não necessariamente impede que a infecção ocorra. Portanto, há sim necessidade de considerarmos o uso de medicamentos para impedirmos a replicação viral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com todo o meu respeito, o Ministro Queiroga, que é um exemplo, embora vacinado com duas doses e sempre muito atento quanto ao uso de máscara, limpeza, evitando aglomerações, mesmo assim, está apresentando resultados positivos para infecção do vírus causador da covid-19. Mesmo assintomático, a medicina não conseguiu garantir que não seja extinta a carga viral...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Me preocupa muito a forma como o Senador Heinze passa as informações porque desinforma a população, e informação e saúde pública caminham juntas. A informação errada interfere no comportamento da população e a população se comporta de modo a aumentar o seu risco de infecção e de adoecimento.

Portanto, Senador, com todo respeito a V. Exa., é preciso que a gente tenha responsabilidade com informação que vai para toda a sociedade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu tenho, eu tenho, eu tenho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor pode estar aumentando o risco de morte!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – V. Exa. ontem me criticou sobre o Dr. Zelenko...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Me perdoe a interferência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – V. Exa. ontem me criticou sobre o Dr. Zelenko e estou mostrando a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério, nós já falamos de tudo. Todos os Senadores já advertiram o Senador Heinze. Não tem jeito, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não tem jeito, não, tem que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Constituição, lamentavelmente, no art. 52, garante a liberdade de manifestação. Pelo menos nesse caso... Aliás, felizmente. Nesse caso, infelizmente, a gente tem que ouvir.

Siga lá, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já ao analisar os dados da Índia e da Nigéria, podemos notar que os números indicam a positividade em relação ao uso de medicamentos preventivos profiláticos e de tratamentos em fase de replicação viral de que ambos os países fazem uso. Aqui estão os dados confirmados.

Voltando ao tema que ontem foi criticado, sobre o zinco – alguém criticou o zinco aqui como um dos componentes que podem atenuar o covid-19 –, falei ontem de alguns trabalhos. Reitero aqui nesta CPI que alguns membros precisam se atualizar antes de dizer que não há estudos científicos tampouco produtos patenteados para o combate a essa doença. Diferentes estudos vêm sendo feitos buscando amenizar os sintomas respiratórios das infecções virais e acelerar a recuperação dos pacientes. Especialmente nos idosos, o tema se torna mais urgente, pois o envelhecimento induz à desregulação do sistema imunológico, e, nesses casos, a nutrição tem grande influência na resposta imune dos idosos em que a deficiência de zinco vem se tornando mais evidente.

O zinco tem um papel crucial na imunidade de forma geral: atua na produção de timosina e timulina, no equilíbrio das células T, nas interleucinas e nas citocinas e parece estar envolvido também na diminuição da resposta à vacinação e funções prejudiciais de células imunes inatas. Durante quadros infecciosos, ocorrem alterações na homeostase hepática do zinco, podendo agravar o quadro de deficiência do mineral e, consequentemente, afetar as funções dependentes do zinco em praticamente todos os tecidos, em particular no sistema imunológico.

Além dos dados já bem estabelecidos na comunidade científica a respeito do zinco e a resposta imunológica, vários estudos foram conduzidos, demonstrando a capacidade do zinco intracelular de inibir a replicação de diferentes vírus, como é o caso do vírus influenza-3, do SARS (coronavírus) ou do SARS-CoV-4, vírus identificado em 2002 e causador do surto do SARS (síndrome respiratória aguda grave). Cito aqui que tenho a relação de seis estudos já publicados em que relacionam o zinco com a redução da replicação viral.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses estudos que relacionam o zinco...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estão aqui, vou citá-los.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... são contra a Covaxin?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não. Não são contra a vacina. Eu estou dizendo que ajuda. Não é contra a Covaxin, Senador. Não é contra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador... Pode gozar, Senador! Eu estou falando de um caso sério. O senhor está rindo da minha cara! Não, V. Exa. tem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem alguma coisa a ver com o depoente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Covaxin?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, eu estou falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o senhor está falando, estamos garantindo, homem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então está bom.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vá lá.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Cito a relação de seis estudos já publicados e que relacionam o zinco com a redução de replicação viral. Acho oportuno que a CPI chame médicos, cientistas que possam debater os mecanismos de atuação do zinco.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ufa! Vamos lá.

O próximo inscrito...

Só para lembrar para todo mundo, para todos que estão nos assistindo, a Nigéria não é referência de enfrentamento à covid durante esta pandemia – só para todos que estão nos assistindo terem isso claro, essa informação, viu, gente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria, por uma questão de esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Depois, o próximo é o Senador Alessandro.

Mas, para um esclarecimento, Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – É só pelo seguinte, Senador Alessandro: o Governo Federal distribuiu – aqui dados oficiais do próprio Ministério da Saúde – 154,3 milhões de vacinas: 75,9 milhões de doses da AstraZeneca/Oxford, 57,7 milhões da CoronaVac/Sinovac, 16,3 milhões da Pfizer/BioNTech e 4,7 milhões da Janssen, Johnson & Johnson. Então, esse dado é direto do *site* do Governo Federal. Portanto, a gente precisa tomar cuidado com as informações que repassamos em cadeia de televisão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui, Sr. Senador. Está aqui a relação. Fonte: Ministério da Saúde. Está aqui a fonte. O senhor pode olhar um minutinho aqui? Aqui está o valor, a quantia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadores.

Senador Alessandro Vieira, V. Exa. tem 15 minutos para retomar o depoimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Efetivamente, cabe gastar aqui 30 segundos, 40 segundos pra retomar o sentido lógico do que a gente está fazendo aqui. O Sr. Danilo Trento, como outros que já foram chamados aqui, foi convocado porque o nome dele surge nesse roteiro de negociações entre empresas suspeitas e o Governo Federal. Como eu já falei algumas vezes e faço questão de repetir, porque é importante que as pessoas compreendam, corrupção não tem ideologia e nem tem partido. E esse método de atuação não foi inventado agora, ele roda aqui em Brasília há muito tempo, uma conexão entre interessados e o Governo, através lobistas, que, de uma forma ou de outra – cada um tem a sua moeda –, encontram e conseguem alinhar interesses políticos.

Pergunto ao Sr. Danilo Trento: o senhor tem relação pessoal com algum Senador da República?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, irei permanecer em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Então, devo presumir que todas as relações que o senhor tem com Senadores da República são criminosas, podem levar o senhor e o Senador à cadeia. É isso?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, baseado e respaldado no meu HC, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe Rodrigues e, depois, claro, Senador Omar Aziz, Presidente, e Sr. Relator Renan Calheiros, é indispensável que se comunique ao Supremo Tribunal Federal o abuso no emprego do direito de defesa. Não foi isso que o Ministro Barroso decidiu; não foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nem o Ministro Barroso nem nenhum ministro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não. O Ministro Fux já esclareceu isso no passado, mas me parece que o esclarecimento não foi suficiente. Então, é importante que se faça esse esclarecimento. É uma contribuição que nós deixamos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, se V. Exa. me permite, eu determino à Secretaria que oficie de imediato ao Supremo Tribunal Federal o roteiro que tem ocorrido dos depoimentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e que o Supremo Tribunal Federal analise e explicite até onde vai a utilização do direito constitucional de silêncio, pelo já entendido pela Corte que o direito ao silêncio não é absoluto.

Retomo o tempo para inquirição de V. Exa., Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ainda com relação aos relacionamentos que permitiram a V. Sa. ter o acesso que V. Sa. notoriamente tem no Governo, eu pergunto qual é a sua relação com o Sr. Kassyo Santos Ramos.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Mais uma relação com indícios de crime.

Senador Randolfe Rodrigues, sempre tentando ser bastante prático e objetivo, e repetindo aquilo que eu já falei algumas vezes aqui, pela experiência no trabalho policial, esperar que alguém sente naquela cadeira e confesse crimes é muito remoto. Então, eu apresentei e peço que sejam incluídos extrapauta e votados os Requerimentos 1.542, 1.543, 1.544, 1.545, que dizem respeito à transferência de sigilos bancário, fiscal, telemático e telefônico do Sr. Raphael Barão Otero de Abreu, da empresa Barão Turismos Eireli, e também a convocação do Sr. Kassyo Santos Ramos e a quebra de seus sigilos. Fundamento isso pra que, depois, a defesa desavisadamente não tente levar a erro a Justiça, que esses nomes chegam através da análise dos RIFs (Relatórios de Inteligência Financeira) já disponíveis nesta CPI e que apontam uma transferência de recurso entre essas pessoas, com reflexos no contato com Parlamentares – infelizmente, inclusive, integrantes desta Casa.

Nós temos uma responsabilidade aqui nesta CPI de deixar claro que o nosso trabalho não é personalizado, não é direcionado. Nós precisamos ter muito claro, porque não brota, nessas figuras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lamentáveis que sentam aqui eventualmente, um poder divino de fazer abrir portas, conseguir nomeações, conseguir agendas especiais. Isso tem respaldo político, e infelizmente em alguns casos – não posso afirmar nesse ainda –, em alguns casos, mediante pagamento. Não é roteiro novo. O que tem de novo nessa história é a possibilidade de uma CPI fazer essa análise.

E também já foi apresentado, mas não numerado ainda, o requerimento, sugestão inclusive do colega Humberto, de que se informe, através dos registros de acesso, o ingresso do Sr. Danilo no Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado, quem autoriza e qual é o seu destino. Ou a gente faz um trabalho sério ou esquece.

E já encerro a minha fala, não usei nem cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro.

Peço para a Secretaria trazer os requerimentos. No curso ainda do depoimento, procuraremos fazer a apreciação dos requerimentos encaminhados por V. Exa.

Próximo inscrito, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, antes de mais nada eu quero reforçar aqui o risco de informações que podem ampliar a exposição da população e, portanto, maior número de infectados e maior número de mortos. A gente teve esses dias a notícia de três membros da família que morreram porque não tomaram a vacina, certo? Decorrente da desinformação. Em saúde pública a informação gera comportamento e o comportamento pode ser de maior ou de menor risco, e o risco neste caso pode levar à morte das pessoas.

Sr. Danilo Trento, o senhor conhece o ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Não, Sr. Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O ex-Secretário-Executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não, Sr. Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor esteve na reunião entre Precisa e o Ministério da Saúde no dia 3 de novembro de 2020, na qual foi tratada a oferta da vacina para o Ministério da Saúde?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu não participei de nenhuma negociação da Covaxin junto ao Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor participou de alguma reunião no Ministério da Saúde para negociar a venda da vacina para o ministério?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não, Sr. Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor tratou com algum diretor ou funcionário da Anvisa sobre a liberação da vacina?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não, Sr. Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja que o senhor está sob... O senhor está protegido por um *habeas corpus* e o senhor está falando espontaneamente. Isso pode, se não for verdade, ser ruim para V. Sa.

O senhor assinou algum contrato – já foi perguntado, mas eu queria reiterar – com o Sr. Marconny Albernaz?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E a Precisa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – A Precisa não assinou nenhum contrato com o Sr. Marconny.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor participou do jantar de apresentação, em São Paulo, com Ricardo Barros, Pazuello, o Maximiliano? V. Sa. participou desse jantar?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não participei do jantar e, pelo que eu sei, esse jantar nunca aconteceu, Sr. Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas foi noticiado, foram apresentadas fotos de um encontro de apresentação do ministro com o Ricardo Barros.

O senhor não tem informações?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não conheço o ex-Ministro Pazuello e nunca tive essa apresentação, Sr. Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Próximo Senador inscrito, Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Bem, Presidente, antes de entrar aqui nas minhas indagações, como eu não pude participar da CGU, daquele interrogatório da CGU, eu queria registrar, Presidente, que a CGU normalmente conclui os trabalhos de apuração depois de dez anos, oito anos, quando não tem mais jeito de recuperar os recursos desviados. Isso já faz algum tempo. Então, eu já pedi...

Como a CPI também tem essa prerrogativa e, talvez, essa incumbência também de apresentar soluções para melhorar a legislação, eu acho que caberia na CGU, tem que ver se é possível, também fazer uma sabatina aqui, viu, Senador Renan? Não sei se a gente vai poder, mas talvez mudar a legislação, porque, na prática, a CGU, nos últimos anos, a gente percebe, defende muito mais o Governo do que o Estado e a CGU tinha que ser realmente uma política de Estado e não de Governo. Então, é uma das recomendações que farei também ao Relator.

Bem, com relação ao que eu sempre defendi, a questão da digitalização e informatização do Sistema Único de Saúde, também é super urgente a necessidade disso.

Mas eu quero insistir um pouco ainda, eu sei que o depoente não tem colaborado muito com relação aos esclarecimentos, mas eu queria perguntar a V. Sa. Aqui no DF teve uma operação, Operação Falso Negativo. Como V. Sa. é o representante da Precisa e a Precisa esteve envolvida diretamente na Operação Falso Negativo, só pergunto se houve algum comentário, se ouviu algum comentário na empresa. Porque essa operação vazou, o próprio... Tem aqui mensagens trocadas, onde o Marconny Faria, que V. Sa. conhece, o Marconny...

Marconny Faria, conhece?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sim, conheço, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Sr. Marconny Faria soube, de forma antecipada, da Operação Falso Negativo, que foi deflagrada em 2 de julho pelo Ministério Público aqui do Distrito Federal. O Marconny Faria encaminhou uma mensagem às 5h11 ao Francisco Maximiano, o dono da Precisa, com a seguinte mensagem: "A Operação vazou". A ação da Polícia Federal tinha também o objetivo de investigar essas irregularidades aqui na Secretaria de Saúde, e a Precisa era alvo dessa operação também. O próprio Albernaz diz assim: "Já tinha visto, Max me avisou". Quer dizer, o Marconny tinha colocado, o próprio Francisco Maximiano já sabia, já tinha avisado para ele.

Como diretor, sócio ou representante, V. Sa. ouviu falar sobre isso, algum comentário sobre essa questão do vazamento dessa informação?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não, Sr. Senador. Apenas aqui pela CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, tem aqui, e foi mostrada aqui já pelo próprio Presidente, o Randolfe também apresentou, o Relator também – não é pergunta porque a mensagem é do telefone de V. Sa. – uma mensagem de zap que está no auto, está na CPI, aqui nos documentos, o diretor institucional, que é V. Sa., Danilo Trento, enviou então para o Marconny o passo a passo. Tem a mensagem do telefone de V. Sa. encaminhando para o Marconny todo o passo a passo de como fazer a operação funcionar no ministério. E, coincidência, aqui no DF era exatamente igual. Então, ele... Nem vou falar arquitetura também, porque os arquitetos estão chateados com todos nós aqui de falar que é uma arquitetura ideal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eles compreendem. Nós, inclusive, já atualizamos o termo aqui para "golpe ideal", como foi dito aqui pelo Senador Renan.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, tem toda essa estratégia que é, primeiro, avocar o processo. Tanto o Roberto Dias como aqui o Francisco, que era Secretário, fizeram a mesma coisa: avoca o processo pra ele e depois desclassifica as empresas e classifica aquelas do interesse deles. Então, tem todo esse esquema.

Em sequência, V. Sa. também sinaliza e indica que a estratégia estava acertada com a equipe interna do ministério, está nas mensagens. Está dito assim: "Isso tudo a toque de caixa, pois a fundamentação da desclassificação dos concorrentes que estão à frente já montamos e já está no time de dentro". Quer dizer, já estava tudo acertado. Coincidentemente, era do mesmo jeitinho com relação aqui ao Distrito Federal.

Eu perguntaria então: V. Sa. poderia detalhar um pouco mais quem é que fez essa estratégia, tomou conhecimento, porque a mensagem é de V. Sa. Se não foi V. Sa. que elaborou a estratégia, tem conhecimento de quem fez isso, esse roteiro, o passo a passo?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com o devido respeito, eu irei permanecer em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sabe quem foi o responsável, se é que não foi V. Sa., de inserir a Precisa na Operação Falso Negativo, nas vendas aqui no Distrito Federal? V. Sa. teve algum contato com alguém do DF? Participou da operação aqui no DF de venda dos testes para o DF?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu, como diretor institucional da companhia, não atuo em negociação nenhuma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas soube alguma coisa? Como diretor institucional, V. Sa. tomou conhecimento de que a Precisa entrou numa licitação aqui, inclusive fora do prazo, que o próprio secretário colocou fora do prazo, e a empresa ganhou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

licitação por um preço o dobro do primeiro colocado na prática e dez vezes a mais do que o mesmo produto que o Sesc comprou aqui a R$18? V. Sa. não tem conhecimento nenhum dessas propostas, dessa licitação que foi ganha, como diretor ou sócio institucional da empresa? Não sabe de nada disso aqui no DF?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, em relação ao Distrito Federal, o que eu sei é que foram entregues os testes ao Governo do Distrito Federal e a empresa não recebeu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas V. Sa. tem conhecimento também de que os testes entregues não foram exatamente do teste que estava no edital? Tem conhecimento disso? De que, inclusive, era um teste que estava sendo recolhido no mundo todo pela ineficácia? E o nome da operação é Falso Negativo, exatamente porque o produto não tinha eficácia nenhuma? V. Sa. tomou conhecimento disso?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu não sou técnico da companhia, mas, no meu conhecimento, o que eu sei é que os testes entregues tinham aprovação da Anvisa e de todos os órgãos necessários.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. não sabia, como diretor institucional, que naquele período da entrega já estava sendo recolhido no mundo todo? Que não tinha eficácia? Tomou conhecimento disso pelo menos ou nunca soube disso?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – O que eu sei é que os testes tinham toda a documentação e aprovação pela Anvisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa., como diretor institucional, tinha relação... Aliás, qual é o papel... V. Sa. não tinha o papel de também conversar com os clientes, com as pessoas, com os órgãos de Governo nas operações da empresa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sim, eu atuo como diretor institucional nesse sentido, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E V. Sa., como diretor institucional, em algum momento procurou, conversou com algum secretário aqui ou com algum funcionário da Secretaria de Saúde aqui no Distrito Federal?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. conhece, por acaso, o Sr. Ricardo Tavares Mendes?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu acredito que não, mas permanecerei em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Sr. Francisco Araújo, que era Secretário, só para eu saber, V. Sa. conhece? Já conheceu? Teve contato com ele?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não conheço o Sr. Francisco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Conheceu o Sr. Adeilson Loureiro Cavalcante, que foi, inclusive, do Ministério da Saúde? Conheceu ou conhece?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Não, não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Adeilson Loureiro não conhece? Foi Secretário Executivo do Ministério da Saúde, no período de Ricardo Barros, no período de Gilberto Occhi? Tem certeza de que nunca ouviu falar desse nome?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não o conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. tratou com relação a algum partido... Alguma relação com algum partido nessas operações com alguém representante de partido aqui no Brasil ou no Ministério da Saúde? Com alguém que é presidente de partido ou que tem comando de algum partido? Não?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei utilizar o meu direito ao silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quando V. Sa. diz que vai usar o silêncio é porque está com medo de comprometer a si mesmo ou não? Nesse caso específico de conhecer ou não alguém de algum partido... Porque nós sabemos que no Ministério da Saúde e no GDF quem cuida dessas operações está vinculado a algum partido político. E V. Sa., como diretor institucional, deve tomar conhecimento, deve ter conhecimento disso.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com o devido respeito, eu irei utilizar o meu direito e ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. conheceu o Sr. Eduardo Hage ou Jorge Antônio Chamon Júnior? Algum desses nomes é estranho? Já ouviu falar?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não os conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Sr. Emmanuel de Oliveira Carneiro?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu não me recordo. Então, eu prefiro ficar em silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Sra. Emanuela é que cuidava dessa questão da Precisa, da parte comercial de transações, que apresentava proposta e fazia as negociações? Era a Sra. Emanuela?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – A empresa tem todo um aparato técnico e a Dra. Emanuela é a diretora técnica da Precisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas V. Sa. sabe se ela que tratava com ex-secretários ou servidores aqui do Distrito Federal ou não? Tem conhecimento disso?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Existe todo um sistema de *compliance* na empresa, em que eu não posso lhe afirmar exatamente como funciona, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas o senhor como diretor, quase que o único... Eu acho que o sócio mesmo majoritário da empresa é a Global e o Max, Maximiano. E V. Exa... V. Sa. é o diretor institucional. Tem mais... Quais são as diretorias que tem a Precisa? Além da institucional?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, são diretorias técnicas, diretorias de compra, diretorias institucionais...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só pra... Quem é o diretor técnico? É a Emanuela? Tem como dizer pra gente quem era a diretoria da Precisa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei utilizar o meu direito e ficarei em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, Presidente, é só saber... O presidente quem era? Era o Max? O diretor presidente.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – O presidente da....

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Da Precisa.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – ...Precisa Medicamentos é o Sr. Francisco Maximiano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. é diretor institucional?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E o diretor de operações quem era? Não sabe? O diretor ou diretora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Hoje, com as mudanças da questão da pandemia, eu não sei precisar quem ocupa o cargo, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas antes da pandemia, quem era na época?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Nesse período não tenho exatidão, prefiro me abster e ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quanto tempo V. Sa. ficou como diretor institucional na Precisa? Quanto tempo?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Aproximadamente três anos, acredito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E não se lembra dos seus colegas diretores, quem era diretor nessa época agora? Isso não o compromete em nada, é só pra saber quem são os diretores, só isso, ou quem foi no período da pandemia, antes da pandemia.

Emanuela era diretora?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – A Dra. Emanuela é diretora técnica da Precisa Medicamentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E qual... Tem diretor financeiro também ou não?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu irei permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Sr. Marconny disse aqui que na realidade não chegou a assinar contrato com a Precisa, mas já prestava serviço há quase 30 dias. E a pessoa que o contratou verbalmente – porque também é evidente que ele teria participação – foi V. Sa.

V. Sa. poderia nos dizer como foi esse contato?

Quer um tempo pra conversar com o advogado alguma coisa?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. pode informar qual foi a conversa com o Marconny em termos de contratação? Foi prometido a ele o quê? Um ganho de participação? Como é que foi isso? Qual foi o entendimento de V. Sa. com ele? Porque ele disse aqui que tratou com V. Sa.

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele disse que a função dele era assessoramento político.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Marconny?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Marconny.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, mas quem contratou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele atuava.... Ele atuava...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pelos bastidores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todo mundo achava até que ele era... É formado em direito, mas não advoga. Ele não tem OAB. Na verdade, Sr. Danilo, pelo que se tem, a CPI tem, em relação às conversas que o senhor tem com ele e com outras pessoas que o Sr. Marconny tem, ele compromete muito o senhor e a sua empresa.

E eu quero alertá-lo de uma coisa: o Maximiano já está sozinho. O senhor também pode ficar sozinho. Não fique confiando em conversa... Não fique confiando, Sr. Danilo, em conversa de bêbado não. Conversa de bêbado tudo é fácil. Tudo acontece, o cara é homem, é valente... A vida é outra. A vida real é outra. O que o senhor está vivendo aqui, infelizmente, não é bom pro senhor. Ninguém aqui fica feliz com isso não. Longe de mim achar que eu estou feliz em estar fazendo isso.

Estou tendo uma função aqui em que eu tento manter uma cautela, um equilíbrio, pra que a gente possa fazer uma investigação, mas isso não vai parar aqui hoje. Daqui a 20, 30 minutos, o senhor vai terminar seu depoimento, e eu tenho certeza de que a pressão da sociedade, a pressão política será muito grande pra que se avance muito mais nas investigações que têm aqui.

Então, eu estou lhe falando isso porque realmente o senhor não contribuiu com absolutamente nada aqui. Nós estamos aqui fazendo pergunta desde a manhã... Por mim, esta reunião já teria sido encerrada, porque a sua contribuição aqui foi nenhuma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, isso aí...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Só, Sr. Presidente, pra não encerrar a reunião sem a possibilidade de apreciação dos requerimentos que foram apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. Eu irei, eu irei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deixe eu só concluir, Presidente... É porque ele estava quase...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... eu irei analisar os requerimentos, Senador Alessandro. Não se preocupe, que eu não vou encerrar a reunião. Eu só estou aqui fazendo um alerta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Agradeço a deferência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ao seu Danilo.

E, seu Danilo, as questões da Precisa, essas questões são muito sérias. Esse um milhão depositado no Consulado da Índia... Eu não sei como o Embaixador da Índia não se posicionou ainda. Não se posicionou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não interessa. Mas espere aí: a Embaixada da Índia é responsável por tudo que tem nome de Índia aqui. As relações comerciais com a Índia são grandes, mas veja bem...

Eu só estou colocando isso aqui pro senhor porque tem muitas denúncias chegando aqui do negócio da Precisa que eu não sei nem se são verdade. Por isso que eu nem falo, Senador Izalci.

Mas eu quero alertá-lo de que não entre na conversa de bêbado, que o senhor se dá mal. Aqui hoje o senhor poderia ter dado uma contribuição, não deu, nós estamos aqui feito besta aqui, pergunto, o senhor não responde, se cala...

A gente não vai fechar o Supremo nem vai pedir o *impeachment* de ministro do Supremo porque deu uma decisão, um *habeas corpus* pro senhor; pelo contrário: nós respeitamos as decisões judiciais e iremos respeitá-las sempre, mesmo não gostando.

Lógico que a gente não fica feliz em poder passar um dia aqui perguntando pro senhor e o senhor baseado num *habeas corpus*. É a lei, e a lei é pra ser respeitada, não é pra ser descumprida. E vindo de quem veio: veio do Ministro Barroso, que tem sido uma pessoa muito equilibrada no sentido de como tem tratado as situações em que é provocado, dentro do Supremo, em relação à CPI.

Então, quero aqui lhe dizer que não entre nessa conversa.

Olha, a Precisa teve, nos últimos dias, duas operações.

Se contaram para o senhor, dizendo que vão proteger alguém, não irão. A instituição é muito independente, muito independente! Ela atua provocada. O Ministério Público atua provocado. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem hora que chega o momento em que se vão anéis, mas têm que ficar os dedos. Deixe os anéis irem, mas que fiquem seus dedos.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu tive a impressão de que ele iria responder essa última pergunta, porque, quando o Marconny esteve aqui, ele deixou muito claro que quem o contratou foi exatamente o Danilo e que, na visão dele, ele era o dono da Precisa ou o sócio majoritário ou o sócio oculto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Sim, um sócio majoritário, não é?

Então, eu pergunto: como é que foi essa conversa de contratação do Marconny? O que foi prometido a ele, Sr. Danilo, para ele trabalhar nesse período, politicamente ou tecnicamente, que ele disse aqui, para fazer o *lobby* com relação a isso? Qual foi a conversa com o Marconny? O que V. Sa. prometeu para ele ou acertou com ele?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Sr. Senador, com devido respeito, irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, estou satisfeito. Satisfeito, assim... Não estou satisfeito com as respostas, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores colegas, Senador Renan, Senador Omar; obrigado pelo comparecimento do depoente.

Eu quero fazer algumas colocações aqui para o senhor, por gentileza.

O senhor conhece o Deputado Ricardo Barros?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO (Para depor.) – Eu sei quem é o Deputado Ricardo Barros.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Qual a relação com ele? Que o senhor tem com ele?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Eu não tenho relação com o Deputado Ricardo Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O senhor frequenta ou frequentava o Ministério da Saúde?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu já fui algumas vezes ao Ministério da Saúde.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Com qual objetivo o senhor ia lá?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, com o devido respeito, eu irei exercer o direito ao silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O senhor sabe quantas vezes o senhor esteve no Ministério da Saúde desde o início da pandemia?

O SR. DANILO BERNDT TRENTO – Sr. Senador, eu irei, com devido respeito, exercer o direito ao silêncio.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

Eu queria, Sr. Presidente, aqui, antes de mais nada, deixar claro que a ordem de *habeas corpus* tem uma limitação: reserva-se o direito de permanecer calado nos fatos que possam incriminar. Então, é óbvio...

Mas eu acho que seria prudente, ao término desse depoimento, remeter a íntegra dessa coleta de oitivas aqui para análise futura do Ministério Público, para ver se há adequação do tipo penal do 342, porque lá fala: fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade. Então, se ficar configurado um único fato em que ele tenha se omitido, valendo-se do direito constitucional a permanecer calado, quando o *habeas corpus* não lhe dá direito, impõe-se o crime e o indiciamento dele.

Mas aqui eu quero aproveitar esse tempo para fazer um alerta para a população brasileira, Presidente, porque esta CPI jogou luz em um fato sobre o qual me dói muito falar. Esta CPI jogou luz naquele que é o principal bem jurídico que é a vida humana e o respeito à integridade física e que vitimou quase 600 mil brasileiros, Sr. Danilo. Eu sei... Não tem nenhum comprometimento jurídico que se sobreponha a um comportamento ético. É isso que o senhor tem que avaliar. A palavra fala muito mais que documentos. Eu sou dessa época, eu trabalhei no interior, e isso era muito forte.

Só para o senhor ter ideia, eu vou alertar o senhor: esta CPI já provou que o Governo apostou na difusão de tratamento precoce: isso é crime de charlatanismo e está previsto no art. 283. Médicos prescrevendo, mesmo depois de se falar que não tinha nenhuma comprovação científica: isso é exercício irregular da Medicina. Apostou-se na chamada imunidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Art. 282 do Código Penal.

Apostou-se na chamada imunidade de rebanho: isso é crime de epidemia qualificada, previsto lá no art. 267, e é crime hediondo com pena até 30 anos de reclusão.

Já ficou sobejamente caracterizado, Sr. Danilo, que tinha um gabinete paralelo dentro da administração pública, e isso viola o princípio da legalidade, isso é crime de usurpação de função pública, previsto no art. 328 do Código Penal. Demorou-se a comprar vacinas da Pfizer: prevaricação do 319, mais uma vez.

O nosso Amazonas sofreu! As pessoas morreram por asfixia, Sr. Danilo! Será que a consciência do senhor não pesa nisso? As pessoas morreram, nossos irmãos, nossos colegas, nossas famílias, nossos pais, mães, filhos, sobrinhos morreram por asfixia. Asfixia é uma forma de homicídio qualificado previsto no art. 121, §2º, inciso III: "Se o homicídio é cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum...".

Esta CPI provou inúmeras irregularidades – o senhor tem responsabilidade nisso – no contrato da Covaxin. E quero alertar o senhor que o crime de corrupção passiva previsto no art. 317... Assim como os Senadores governistas vêm aqui e falam que tem que ter vantagem, eles não sabem o mínimo de Direito, porque esse é um crime formal. O que é crime formal? Que não necessita da obtenção da vantagem. Basta solicitar. Solicitou, consumado está o crime de corrupção passiva para quem é funcionário. E para quem não é? Corrupção ativa do 333.

Para a não utilização de máscara, que é comum com o Presidente da República, nós temos lá uma infração de medida sanitária preventiva, Senador Renan. É crime, no art. 268. Eu espero que a Anvisa determine ao Presidente cumprir a quarentena.

A fraude à licitação naqueles contratos...

Ontem, nós presenciamos aqui, Senador Renan... E me perdoem o desabafo, mas eu fui para casa estarrecido, sabem por quê? Admitir que os pacientes faziam uso de cloroquina sem eficácia nenhuma? Isso é homicídio! Isso é homicídio qualificado com recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima! Essas pessoas têm que ser responsabilizadas! E, sobre aquelas que não morreram, vai ser na lesão corporal leve, grave ou gravíssima do art. 129. Foi provada ontem aqui a não utilização de EPIs para propagar o vírus, daí a correlação com a epidemia qualificada. Está lá, no art. 267.

Ontem, eu fiquei horrorizado, e eu faço esse apelo ao senhor: se o senhor tiver o mínimo de bom senso... Eu, quando era delegado no interior, falava assim: "olha, eu não estou falando como delegado, eu estou falando como cidadão. Os filhos costumam olhar os pais como espelho para ser alguém na vida". Qual é a imagem que o Sr. Danilo Berndt Trento reflete para os filhos ou para as famílias? É a imagem de um homem que efetivamente cumpre com a lei? É a imagem de um homem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

efetivamente quer contribuir? Porque quem nada deve, nada teme. Esta CPI já tem provas suficientes de envolvimento que vão respingar no senhor. Então, o silêncio do senhor é um ônus para o senhor. Eu não tenho dúvida disso!

Ontem, quando eu vi aquela empresa aqui... Isso está lá na lei de crimes contra a economia popular, no art. 2º, inciso IX. Depois vem lá, omissão de notificação. Eles omitiam a notificação das mortes! Isso é crime, no art. 269!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – São muitos crimes!

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – São muitos! Está recheado. Falsificação de documento público, está lá no 297. Falsidade ideológica, omitir em documento público, declaração falsa, art. 299 do Código Penal, Senador Humberto. Código de Defesa do Consumidor, lá no art. 67, "promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva"! Eu quero que a população ouça isso! Platão falava que a sabedoria está na repetição. Nós temos que estar aqui repetindo diuturnamente. Enquanto Deus me der vida e saúde, eu vou estar repetindo todos esses crimes, para ver se, nem que por osmose, entra na cabeça de pessoas da qualidade do senhor, depoente. Pense nisso! O que pensar? O que pensar? Como que fica com consciência?

Nós já vimos aqui que temos o "engavetador-geral" da República, não é isso? Nós temos a CGU, que ficou dormindo eternamente em berço esplêndido, se omitiu. E o senhor, eu chego à triste conclusão que, se me fosse perguntado qual é o adjetivo para qualificar o senhor, sabe qual é o adjetivo que eu ia qualificar o senhor? O "lavador-geral" da República. O "lavador-geral". Sabe por quê? Porque a Primarcial Holding recebeu R$16 milhões e praticamente no mesmo dia devolveu os R$16 milhões.

Senador Renan, contra fatos não há argumentos. Esta CPI está mostrando para o Brasil que efetivamente a digital de muita gente está aqui, nas 592.357 vidas que se perderam, e naquelas mais de 20 milhões de sequeladas, que vão ficar com sequelas irreparáveis, irreversíveis.

E vem-se com um discurso de que "não, está tudo bem!".Olha, Senador Girão, me perdoe, mas quando eu vejo Senadores governistas aqui usando o espaço de um Senado da República para difundir *fake news*, isso é o que mais me assusta, porque é primordial você analisar a fonte.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Você não está se referindo a mim não, né?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Não, de forma alguma. Não, Girão.

Eu só estou querendo falar que todos os Senadores têm que ter a responsabilidade do ato que está aqui, porque, quando nós usamos essa tribuna aqui... Quando nós usamos essa tribuna aqui, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

temos que ter a responsabilidade, porque nós ocasionamos uma psicologia de multidão. As pessoas estão atentas, as famílias querem respostas.

Agora, falar que o Presidente da República não tem absolutamente nada a ver com isso... Eu provo para qualquer Senador governista que ele tem responsabilidade direta, porque quem é a pessoa jurídica de direito público externo que tem legitimidade ativa para celebrar contrato para aquisição de vacina é o Presidente da República, através dos seus ministérios. E, quando ele assim não o faz, quando assim ele recusa, Senador Girão, a omissão dele é relevante. Isso não sou eu que estou falando! É o legislador, desde 1940, no art. 13, §2º, alínea "a", quando diz: "A omissão é penalmente relevante quando o [...] [agente] tenha por lei obrigação de [...] proteção ou vigilância [e cuidado]".

E ele agiu não só... não é nem com culpa, porque o elemento subjetivo da conduta, que é culpa, que é a trilogia da culpa, é imprudência, negligência e imperícia: imprudência, a prática de um ato perigoso; negligência, a falta de atenção ou cautela; e a imperícia, um sufixo, de quem não tenha habilidade para isso. Eu digo mais: o Presidente é responsável a título de dolo! Porque o conceito de dolo previsto no art. 18, quando o Código Penal é claro: "Diz-se o crime [...] doloso, quando o agente quis o resultado" – dolo é intenção, mas ele continua, com a conjunção alternativa – "ou assumiu o risco de produzi-lo". O Presidente da República assumiu o risco de produzir esse agravamento das 592.357 famílias, que estão enlutadas. E ele tem que ser responsabilizado! E, se este País não for um país sério, que ele seja responsabilizado no Tribunal Penal Internacional.

E quem, de qualquer forma, Sr. Danilo, concorrer para esse crime deve responder pelo mesmo crime. Mais uma vez, não sou eu que estou inventando isso; foi o legislador penalista de 1940, no art. 29, quando adota a teoria unitária humanista: "Quem, de qualquer [...] [forma], concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade".

Eu lamento muito, enquanto ser humano, enquanto cidadão, enquanto pai, ver uma pessoa como o senhor sentada aqui na frente, porque eu aprendi com os meus pais e meus avós que, quando a gente nada deve, a verdade se protrai no tempo. Então, quando eu pergunto ao senhor: "Quantas vezes o senhor esteve no Ministério da Saúde e com qual objetivo?". O senhor fala: "Eu já estive lá algumas vezes". Eu pergunto: "Qual o objetivo?". "Vou me reservar ao direito de permanecer calado". Isso é um ônus que o senhor está carregando. A sua omissão aí vai ser substancial. Ela vai ser relevante. Na hora em que esta Comissão, com o Relator, estiver analisando cada fato para fazer a tipicidade, que é a adequação do comportamento à norma, o senhor vai ser responsabilizado, pode ter certeza. E tipo penal, de acordo com tudo que eu já falei até aqui, sem falar nos crimes praticados pela Lei de Improbidade, que é a Lei 1.079, de 1951; sem falar no crime de responsabilidade do art. 85, III, da Constituição Federal, quando um Presidente atenta contra os Poderes para fechar o Congresso, o Supremo. Isso é crime de responsabilidade, Senador Renan! E eu acho uma vergonha a Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados não ter aberto, recebido nenhum processo de *impeachment*. Como você explica isso para a população?

Sabem como eu explico? Eu explico naquilo que eu fui utilizado por 27 anos como delegado, agindo de forma contundente, com o rigor da lei, apenas para agir de forma contundente para coibir a prática de crimes praticados por pobres, negros e semianalfabetos, quando o crime de maior prejuízo são os crimes praticados por pessoas, Sr. Danilo, empresários, crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, crimes de peculato, concussão, descaminho, corrupção ativa e corrupção passiva. Mas por que o perfil socioeconômico das cadeias está lotado de pobre? Porque o Estado criminaliza a pobreza. E por que na hora em que nós temos a altivez, a Câmara dos Deputados ou o Senado, de impitimar esse Presidente, pois já está sobejamente provada a caracterização dos crimes por ele praticados, nós nos omitimos? Eu tenho vergonha quando qualquer pessoa me questiona, porque contra fatos não há argumentos. E eu quero muito que a população brasileira saiba que, de todos esses crimes que eu falei, a responsabilidade direta, por ação, por omissão, por dolo, impõe-se ao Presidente da República, aos ministros, aos diretores, aos presidentes das empresas, porque quem, de qualquer forma, concorre para o crime deve responder pelo mesmo crime.

Desculpe o desabafo, Sr. Presidente, mas faço questão de falar isso novamente para que a população saiba qual é a gravidade, qual a importância dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

E aqui eu quero publicamente parabenizar V. Exa., Senador Omar, pela paciência e também pela sobriedade, pela serenidade, pelo equilíbrio com que vem conduzindo os trabalhos, de forma justa, tranquila e serena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu que agradeço, Senador Contarato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

V. Exa. e o Senador Alessandro, com o conhecimento técnico, têm contribuído muito na CPI e, melhor do que qualquer um de nós aqui, sabem o que é um *habeas corpus* quando uma pessoa vem depor. E tanto o senhor como o Senador Alessandro colocaram muito bem para a população qual o pensamento. Vocês estão não dia a dia. Quando vocês chegaram aqui, vocês já estavam, no dia a dia, interrogando pessoas, conversando, ajudando, com certeza absoluta. Então, a experiência investigativa, tanto a sua como a do Senador Alessandro, está dando uma contribuição muito grande para essa CPI. Eu que agradeço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem, só para um esclarecimento, rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Rapidamente, dois esclarecimentos, a bem da verdade, para que não reste nenhum tipo de dúvida.

Mais cedo, ao falar da abertura pela Barão Turismo, que é uma das empresas de lavagem do Grupo Precisa, por onde tramitam também os recursos da empresa do Sr. Danilo Trento, eu destaquei que essa empresa abriu, em fevereiro, uma *offshore*, em Wyoming. Nesse momento, mais cedo, eu disse que Wyoming é um paraíso fiscal. Só fazendo a retificação, Wyoming, Estado dos Estados Unidos da América, não é um paraíso fiscal; é um Estado que tem uma legislação tributária mais flexível para abertura de empresas, tanto que a Barão Turismo foi aberta lá sem a necessidade da presença dos proprietários. Enfim, só reiterando, foi aberta a empresa num Estado norte-americano que tinha facilidades fiscais e facilidades tributárias, no mês de fevereiro, no mesmo mês de assinatura do contrato da Precisa, e exatamente nesse mês ocorre a maior transferência de recursos das empresas do Grupo Precisa e da empresa do Sr. Danilo Trento para a Barão Turismo.

Segundo esclarecimento. Nós dissemos aqui, anteriormente, que uma das empresas vinculadas à FIB Bank – que foi a principal beneficiária, uma empresa de prateleira, da transferência de recurso da FIB Bank – foi uma empresa de nome Itapemirim, que nada tem a ver com a Viação Itapemirim, do Espírito Santo, que é uma empresa séria, que inclusive abriu capital agora como empresa aérea e que é uma empresa tradicional – nada tem a ver. Essa Itapemirim é uma empresa de prateleira que tinha sede em São Paulo, foi transferida estranhamente para Ji-Paraná e, ao que tudo indica, mudou do ramo de empresa de, veja, videolocadora – algo meio *vintage*, algo meio *cringe,* não é? *a*lgo bem antiquado – para empresa de exportação e importação. Mas, destacando, nada tem a ver com a Viação Itapemirim.

São só esses dois esclarecimentos, para fazer justiça com o Estado americano de Wyoming e também com a Viação Itapemirim, para não haver confusão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Eu quero agradecer a presença do Sr. Danilo Trento, da Sra. advogada, do Sr. advogado, os senhores já estão dispensados. Obrigado pela presença aqui.

Nós temos alguns requerimentos para votar. Eu vou suspender a reunião por dois minutinhos e chamo os senhores aqui, por favor.

(*Suspensa às 16 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 26 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para encerrar, temos aqui requerimentos pra votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que seja convocado pra prestar informações em depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Secretário de Estado da Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn. Eu acho que é esse o nome, não é, Senador Eduardo Girão? Jean...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É...

Razão: a subnotificação no Estado de São Paulo foi muito grande, dita até pelo próprio diretor, ontem, que esteve aqui, em relação à Prevent Senior. Quem é responsável para recolher o número de óbitos e saber o número de óbitos é a Secretaria de Estado. Se a Prevent Senior, que admitiu ontem aqui que a pessoa entrava com a covid e, depois, quando ia a óbito colocava a razão da morte que não era covid, há subnotificação nesse caso. Então, o requerimento do Senador Eduardo Girão é baseado nisso. É para convocação do Secretário de Saúde do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso que eu entendi, Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Queria só rapidamente explicar, porque ficou essa dúvida, não é? A gente viu indícios ontem, Presidente, com relação a uma possível subnotificação. Então, é muito importante que seja esclarecido pra sociedade, até porque esse assunto gera uma confusão muito grande. Eu apresentei aqui há um mês também outros vídeos sobre supernotificação também. Então, essa confusão, como é que é? O que que está acontecendo? O que que tem por trás disso? Por isso que é importante, e eu peço aos colegas que se transfira de convite pra convocação na próxima semana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, só um instante. Quero só destacar também a importância do requerimento do Senador Alessandro em relação à Barão Turismo. Essa empresa, por todos os elementos que nós temos, pelo que nós vimos hoje no depoimento do Sr. Danilo Trento, é a empresa de lavagem de dinheiro da Barão Turismos... Perdão, de lavagem de dinheiro do grupo Precisa e da empresa do Sr. Danilo Trento. Mais que isso, eu quero só destacar: esta empresa abre um *offshore* no mês de fevereiro, quando é assinado o contrato da Precisa, e é a maior transferência de recursos do grupo Precisa, do Sr. Danilo Trento, para ela. Essa *offshore* é aberta em um Estado norte-americano que tem facilidades pra esse tipo de negociação. Então, todos os elementos estavam aí nesta empresa, o esquema de propina e os agentes que seriam beneficiados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação a convocação do Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, Jean Gorinchteyn, para que venha esclarecer a esta Comissão a subnotificação feita pela Prevent. E isso é até um conselho que nós temos que dar. Nós temos que analisar isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criteriosamente pra que a gente tenha os dados reais, não é? Tanto na sub como na super. Nós não estamos aqui dizendo... Mas, concretamente, o que nós temos é o depoimento ontem.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Girão.

Requerimento do Senador Alessandro Vieira, o 1.542, transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático relativo à empresa Barão Turismo Eireli.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O 1.543, transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático relativo a Raphael Barão Otero de Abreu.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Tem dois requerimentos a mais. Eu conversei com o Senador Alessandro e terça-feira que vem analisaremos esses dois documentos, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Agradeço a deferência de V. Exa. e reitero a importância desses requerimentos na medida em que o solicitado, o Sr. Kassyo, é apontado pelas mensagens que já estão de posse desta CPI como elo de contato entre Danilo Trento e Marconny Albernaz.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui tem o 1.506, do Senador Renan Calheiros, que trata da cerimônia em homenagem às vítimas da covid-19.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu encerro a sessão, convocando os senhores para terça-feira.

Senador Randolfe, se a advogada dos médicos da Prevent quiser vir acompanhada de algum médico, ela pode trazer o médico acompanhando. Era bom até que ela viesse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Seria de bom-tom a assessoria do Senador Humberto Costa entrar em contato com ela, inclusive reiterando isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para que traga, como convidado, é lógico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para ficar claro, então semana que vem teríamos na terça-feira a advogada dos denunciantes, dos médicos denunciantes da Prevent Senior; na quarta-feira, o Sr. Luciano Hang; na quinta-feira, o Sr. Márcio Nunes, ex-Diretor do Instituto Evandro Chagas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que o Estado de São Paulo é mais importante. A gente pode decidir isso depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Decidiremos depois. Agradeço a V. Exa.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar e Rogério Carvalho, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Soraya Thronicke, Eliziane Gama e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Leila Barros, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 57ª e 58ª reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Bruna Morato**. **Finalidade:** Oitiva da senhora Bruna Morato. Oitiva do Bruna Morato, em atendimento ao requerimento 1540/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1534 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Otávio Oscar Fakhoury para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1546 de 2021** que : "Compartilhamento informações Operação Pés de Barro" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1547 de 2021** que : "Requer, em caráter de urgência, a realização uma rigorosa investigação quanto a possíveis omissões do Conselho Federal de Medicina (CFM), do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) acerca das irregularidades cometidas pela Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda., CNPJ nº 00.461.479/0061-02" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 1550 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor CEO da Prevent Senior, Fernando Parrillo, informações sobre Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)de ensaios clínicos, estudos, pesquisas ou relatos de mundo real sobre tratamentos para a covid-19 realizados pela Prevent Senior." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 1551 de 2021** que : "Requer a criação de canal no âmbito desta CPI para receber denúncias de cidadãos a respeito da recomendação e execução de tratamento precoce no contexto da pandemia de Covid-19." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 1554 de 2021** que : "Requer a Prevent Senior que apresente, no prazo de 24 horas, os formulários FORMS (Google Forms) constantes de seu sistema com as informações sobre todos os pacientes que receberam a medicação do kit covid, entre março de 2020 e setembro de 2021." **Autoria:** Senador Randolfe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos n°s 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato da coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento da Sra. Bruna Morato, em atendimento ao Requerimento n° 1.540, de 2021, de autoria do Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, prezado Relator Senador Renan Calheiros, aproximamo-nos da fase final desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Defendemos, desde o início dos trabalhos, que a investigação imporia foco técnico, ausência de viés político e atuação dentro dos limites constitucionais. Não raras vezes, apelamos para que os excessos fossem evitados, para que o equilíbrio e o exercício do consenso, sempre que possível, afastassem posições de beligerância e confrontação, que desandam para radicalizações ideológicas. Rechaçamos a ideia de que esta Comissão tomasse unicamente o caminho da criminalização, mas que pudesse também apontar os aperfeiçoamentos necessários para qualificar o enfrentamento de futuras emergências de saúde.

Embora tenha amplos poderes de investigação, a CPI não pode se distanciar de seus preceitos constitucionais, fundamentação, vinculação a fato concreto e temporariedade da motivação, de tal modo que todos os seus atos sejam norteados por essas premissas, evitando, assim, o acobertamento de abusividades e ilegalidades sob o manto do ato político. A investigação existe para apuração e esclarecimento de fatos, o que poderá determinar juridicamente a instauração ou não de um processo. O relatório final não pode ter natureza de verdadeira sentença. Isenção e imparcialidade não podem ser meras figuras retóricas, a subordinação aos fatos se impõe por dever.

Nesse sentido, Sr. Presidente, considerando que alguns quesitos levantados no curso do processo investigativo devam ser devidamente enfrentados na elaboração do relatório final, em particular as imputações penais, julguei oportuno consultar a opinião jurídica do notável Professor Ives Gandra Martins, pluralizando o debate e trazendo novos pontos de vista para a necessária elucidação dos fatos e instrução dos atos por ocasião do relatório final.

Dentre esses quesitos, um primeiro diz respeito ao papel da União na adoção de medidas de enfrentamento à pandemia do covid-19 frente à decisão do Supremo Tribunal Federal em face do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 6.341, que reconheceu a competência própria de Estados e Municípios na realização de serviços de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto relevante é sobre a legitimidade da Comissão Parlamentar de Inquérito para promover a acusação do Presidente da República em face de supostos indícios de cometimento de crime comum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse relatório é de quem, Senador Fernando Bezerra?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, essa é uma consulta, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem pagou essa consulta?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É *pro bono,* Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Dr. Ives Gandra fez *pro bono?*

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – *Pro bono.* O Dr. Ives Gandra é um...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu conheço o Dr. Ives Gandra. É *pro bono...*

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu tive...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês fizeram uma consulta, mas ninguém pagou a consulta dele?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Claro que não, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá, é só para saber.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A consulta, inclusive, é apoiada por diversos outros juristas.

Eu estou terminando, vou só encerrar.

Também cabe analisar juridicamente a tentativa de imputar ao Presidente da República o crime de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos individuais e sociais nos termos da Lei 1.079, de 1950, que, em seu art. 7º, item 9, dispõe sobre "violar patentemente qualquer direito ou garantia individual", ou seja, uma norma aberta e de difícil aplicação concreta.

De igual forma, a pretensão de caracterizar o crime de charlatanismo ou de exercício ilegal da Medicina, sem que tenha havido elemento objetivo do tipo, mas mera expressão de opinião pessoal por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte do Presidente da República, será objeto da consulta, ainda se alguma atitude do Presidente pode ser considerada crime contra a humanidade, sujeita a julgamento pelo Tribunal Penal Internacional.

Também avaliará se a participação do Presidente da República em eventos públicos configura incidência do tipo disposto no art. 132 do Código Penal, "expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente", ou ainda se é possível caracterizar estelionato, corrupção passiva ou advocacia administrativa a partir do material probatório obtido por esta CPI.

Questionamos ainda sobre a prática de eventual ato de improbidade por parte do Presidente da República que tenha causado lesão ao patrimônio público e ensejado enriquecimento ilícito nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.

Outro quesito relevante é sobre a responsabilidade do Presidente da República com relação ao colapso na saúde ocorrida no Estado do Amazonas.

Por fim, Sr. Presidente, se houve negligência ou inoperância do Presidente da República em relação à aquisição da vacina da Pfizer ou se o tempo demandado pela negociação em razão das cláusulas leoninas impostas pela farmacêutica configurou apenas prudência em conformidade às exigências legais nacionais.

Creio que a opinião consultiva do Dr. Ives Gandra Martins poderá contribuir muito com os trabalhos da Comissão e mesmo na elaboração do seu relatório final, para que não enveredemos pelos caminhos duvidosos das preferências e dos juízos prévios em detrimento dos fatos, da legalidade e da Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por ter me oportunizado esta abertura...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... dando ciência da consulta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você sugere que a gente ouça o Ives Gandra? É isso?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não, não, senhor. Não estou sugerindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a gente podia botar o Dr. Reale de um lado e o Dr. Ives Gandra de outro para a gente ver quem é que cometeu crime neste País mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A gente podia completar com a Dra. Deisy Ventura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A ideia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deisy Ventura, Miguel Reale e Ives Gandra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A ideia, a ideia não é essa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, a Deisy... Convocar um monte de advogados aqui para a gente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – A ideia, a ideia não é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O debate é uma boa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque esse debate... É um debate, Senador Fernando Bezerra. Com todo o respeito...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, a ideia não é essa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que eu devo a qualquer jurista, a qualquer...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nosso entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... advogado, a qualquer bacharel em Direito, fatos são fatos! São quase 600 mil mortes! E esses fatos não têm juridicamente como você justificar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí tem responsáveis, sim! Tem responsáveis, tem pessoas que propagaram medicamento...

Senador Fernando Bezerra, tenho um carinho e um respeito pelo senhor, tenho respeito pelo... Eu nunca tive oportunidade de conversar com o douto...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Professor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Professor Ives Gandra. Agora, não achar que ninguém fez nada aqui... Aí, meu irmão, foi... Caiu do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, nós não estamos dizendo isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria fazer um...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Estamos trazendo uma opinião jurídica abalizada...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria fazer um...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para que seja motivo por parte desta Comissão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tinha pedido aqui pela ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós estamos nos aproximando do final dos trabalhos e o Sr. Relator terá a oportunidade de fazer o cotejamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sim, eu acho também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... de diversas opiniões e fazer as suas avaliações necessárias...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos uma questão, Senador... Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... em relação a esse tema.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Fernando Bezerra, é interessante que o relatório ou esta consultoria feita ou esse documento que foi produzido pelo Dr. Ives Gandra não fala, em nenhum momento, que o Presidente da República, o Senhor Jair Messias Bolsonaro, trabalhou incessantemente para ampliar o contágio. Trabalhou incessantemente para produzir na população brasileira, de forma natural, imunidade coletiva, a tal da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imunidade de rebanho, e expôs 216 milhões de brasileiros, ou tentou expor 216 milhões de brasileiros ao contágio. E isso, por si só, para o Chefe de Estado, é criminoso. Isso, por si só, já lhe dá a condição de responsabilidade, de crime de responsabilidade, porque a tarefa dele era conter, evitar que as pessoas se contagiassem. E ele estimulou.

Além disso, ele enganou a população brasileira quando fez propaganda de medicamentos sem eficácia para poder gerar a falsa sensação de proteção e cumprir aquilo que ele achava que era o caminho, que era expor a população ao contágio para adquirir imunidade de rebanho.

Portanto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... os crimes do Presidente Jair Messias Bolsonaro já estão marcados na história. Não há o que dizer. Ele cometeu crime de responsabilidade, ele cometeu crime contra a vida, ele praticou o extermínio da população brasileira.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente, de forma rápida...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pedi aqui pela ordem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Esse relatório, esse relatório ainda nem recebi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero só fazer umas comunicações aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu vou receber e nós iremos dar a devida divulgação. Inclusive, vou encaminhar para o Relator e para todos os membros desta Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, só uma linha aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador Humberto, Senador Randolfe, Senadora Eliziane. Pela ordem. Já tinham me pedido antes, Senadora Eliziane.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É muito rápido. Eu queria fazer só cinco comunicações rápidas. A primeira é que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo abriu a CPI da Prevent Senior no dia de ontem. Conseguiram as assinaturas e haverá uma investigação da Assembleia Legislativa de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Demorou, mas foi bom.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É. Segundo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Antes tarde do que nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Antes tarde do que nunca.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Segundo: nós recebemos aqui a atualização da nota técnica sobre o uso de cloroquina, hidroxicloroquina para o tratamento da Covid, que vem em nome da Dra. Margareth Dalcomo, foi elaborada por um grupo numeroso de cientistas e eu vou passar às mãos do nosso Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Recebi também aqui um estudo feito pelo Núcleo de Saúde da Confederação Nacional de Municípios, que faz projeções sobre o impacto do atraso na imunização dos brasileiros devido àquela demora na compra da Coronavac e da Pfizer. E a conclusão a que o estudo chega é de que a segunda onda da pandemia teria sido evitada no Brasil se essa aquisição tivesse sido feita. Vou passar também às mãos de V. Exa.

O terceiro comunicado é de um grupo de médicos autodenominados Médicos pela Democracia, que fizeram uma petição ao Conselho Federal de Medicina solicitando a revogação daquele Parecer 04, de 2020, que fala que os profissionais que utilizarem cloroquina, hidroxicloroquina para pacientes com covid-19 estariam isentos de serem apenados com as regras do Conselho de Ética. Então, eles pedem a revogação.

Por último, encaminho também uma carta da Frente pela Vida em que parabeniza o trabalho da CPI.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, preliminarmente, eu queria pedir a V. Exa., no momento oportuno, que colocasse em apreciação dois requerimentos de autoria deste Senador.

Primeiro, o Requerimento 1.534, de convocação do Sr. Otávio Fakhoury a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para completar a linha de investigações sobre as *fake news* que foram propagandeadas e que agravaram a pandemia na linha do que já foi inaugurado, apontado pelo Sr. Relator.

O segundo requerimento é o Requerimento nº 1.946, pedindo o compartilhamento dos dados da Operação Pés de Barros. Eu não sei se é "Pés de Barros" ou "Pés de Barro", mas acho que pode ser um ou pode ser o outro, não tem muita dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é o nome da operação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É Pés de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não é Pés de Barros?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não sei... Estou perguntando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É Pés de Barros o nome? (*Pausa.*)

Ah! Pés de Barros! Eu tenho dúvida aí sobre o... Mas, enfim, é um requerimento de compartilhamento dessa operação ocorrida pela Polícia Federal. "Pés de Barro" ou "Pés de Barros", eu acho que as duas denominações induzem a qual era o objetivo da Polícia Federal na condução.

Por fim, Sr. Presidente, tem algumas linhas de investigação que eu creio que nós temos que concluir nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, me permita.

Tem um requerimento – eu respeito e acato a posição da maioria dos colegas –, existe um requerimento de autoria de S. Exa. o Senador Alessandro Vieira de convocação do General Braga Netto. Eu quero aqui advir que esse requerimento não é por conta de o General Braga Netto ser Ministro da Defesa, esse requerimento é por conta de uma circunstância: ele ter conduzido a Casa Civil da Presidência da República no auge da condução da pandemia. Eu respeito a posição da maioria dos colegas que podem entender que não seria o caso, mas acredito que, em determinado momento, nós teríamos que discutir e eventualmente apreciar sobre esse requerimento. Além disso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe qual é uma dúvida que eu tenho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, uma dúvida que tenho é que duas pessoas que estiveram aqui falaram sobre aquela mudança da bula da cloroquina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O primeiro a falar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reunião em que estava presente o General Braga Netto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O primeiro a falar foi o ex-Ministro Mandetta e o segundo a falar foi um dos melhores depoimentos que nós tivemos aqui, isento, independente, técnico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Antonio Barra Torres.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que foi do Contra-Almirante Barra Torres. Técnico. Os dois... Inclusive o Contra-Almirante Barra Torres disse: "Eu fui deselegante com uma senhora; eu até perdi o prumo naquele momento, fui deselegante" e tal. E o Ministro Braga Netto, "não, não, não vamos mais discutir isso", pegou e rasgou. Segundo o Ministro Mandetta, não tinha em cima nenhum... Tinha lá um papel escrito, mudando a coisa.

Eu tinha muita curiosidade de saber quem foi que fez essa mudança, porque isso não caiu do céu, não chegou ali... Não, alguém levou para essa reunião, em que estava presente... Eu me lembro bem que o Ministro Mandetta disse "estavam presentes eu, o Ministro Braga Netto, estava presente o Contra-Almirante Barra Torres, a Sra. Nise Yamaguchi e tinha outro senhor sentado, que não sei o nome". O depoimento dele, eu me lembro... Foi o primeiro depoimento, e eu me lembro das palavras dele.

Eu tenho uma curiosidade que esta CPI ainda não conseguiu descobrir: quem elaborou aquela mudança de bula? Quem foi que elaborou aquela mudança na bula? Não foi o Presidente, com certeza não foi o Presidente Bolsonaro. Tecnicamente ele não conseguiria fazer isso, mas alguém que vem aconselhando o Presidente Bolsonaro o fez, levou para a reunião e pediu para a Anvisa fazer essa mudança. E aí foi que o Contra-Almirante Barra Torres...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por decreto.

Volto a repetir: ele se insurgiu – ele disse, não sou eu quem está dizendo, ele falou aqui –, de uma forma até áspera, em relação a isso, disse que não aceitava. E quando dessa insurgência do Contra-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Almirante Barra Torres foi que o Ministro Braga Netto, que naquele momento não era Ministro da Defesa, era o Ministro da Casa Civil que coordenava todas as ações da covid... Por isso a importância de ouvi-lo, e não se trata de misturar aqui Forças Armadas, Comandante em Chefe das Forças Armadas... Não, nós estamos aqui chamando um cidadão que estava num cargo civil – a Casa Civil é um cargo civil, correto? – e que, por determinação do Presidente da República, coordenou as primeiras ações, como deveria ser o comportamento em relação ao enfrentamento da pandemia da covid-19. Seria importante ouvi-lo.

Então, eu teria só essa curiosidade, sabe, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a nossa, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ...saber quem elaborou aquela bula.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a nossa, e é por isso que eu peço... Eu sei que nós não temos ainda a maioria necessária para aprovar um requerimento dessa natureza, mas eu peço a reflexão sobre esse requerimento que é de autoria do Senador Alessandro Vieira. Nada a ver com a condução dele no Ministério da Defesa, tudo a ver em relação à condução no enfrentamento da pandemia.

Por fim, Sr. Presidente, há dois depoimentos que eu também considero centrais nós termos antes da conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Um é um depoimento necessário para concluir a ponta solta da investigação sobre a VTCLog. A prioridade, no meu entender, é trazer o executivo da VTCLog, o Sr. Carlos Alberto Sá, eu acredito que ele teria muitas informações para trazer. Eu considero indispensável, se não for ele, que aqui venha alguém que feche as informações que nós temos sobre o caso VTCLog.

Por fim, Sr. Presidente, acho que o Senador Fernando Bezerra traz uma informação aqui, que é o parecer do jurista Ives Gandra. O Sr. Relator já recebeu um conjunto de contribuições, recebeu contribuição do escritório do Dr. Miguel Reale Júnior, do escritório e da equipe de pesquisadores da Dra. Deisy Ventura, do Grupo Prerrogativas e da Ordem dos Advogados do Brasil. Quem sabe não seria interessante, como o senhor disse, de repente, ouvirmos aqui o Dr. Miguel Reale e o Dr. Ives Gandra? Eu fiquei agora curioso para saber qual a argumentação do Dr. Ives Gandra em relação aos elementos de prova que nós temos aqui dos crimes cometidos pelo Senhor Presidente da República. Quem sabe não seria um depoimento importante? Fica essa sugestão.

Por fim, eu acredito... Estamos rogando pela recuperação breve do Ministro Marcelo Queiroga. Eu acho que o Ministro Marcelo Queiroga, Sr. Relator, tem uma chance enorme de não ser indiciado ao final desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Para isso, nós precisaríamos precisamente de duas coisas. Uma: a garantia dele de que todos os adolescentes e crianças deste País vão ter vacina no braço, garantia que ainda não teve – a última que se teve foi, inclusive, limitando a vacina para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

adolescentes. E a segunda garantia é a de que a programação de vacinação dos brasileiros já esteja contratada, tanto a terceira dose quanto a continuação da vacinação no ano que vem, como está sendo planejado em vários países do planeta. Essas duas informações... Na verdade, eu acho que o Ministro Marcelo deveria ser o maior interessado em vir aqui a esta CPI, mais do que nós propriamente. Então, eu rogo pela rápida recuperação, inclusive para que nós possamos ouvir isso dele no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, Sr. Presidente, são os requerimentos que apresento para ulterior, para um momento oportuno de deliberação que V. Exa. considerar, inclusive para pautarmos já o depoimento de quinta-feira, e as considerações de depoimentos que entendo necessários antes do término desta CPI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Eliziane. É até para esclarecer.

Ontem, eu li uma matéria – não vou citar aqui o *site*, nem o jornalista, até por uma questão de respeito, porque, muitas vezes, a pessoa escreve uma matéria induzida ao erro – de que eu estaria pressionando esse garoto, esse menino a encerrar a CPI. É um menino, não é? Achar que alguém – alguém – escreve isto: "O Senador Omar está pressionando o Senador Renan". O Senador Renan vai ser pressionado por mim ou por qualquer um de vocês aqui? Primeiro, isso é um sonho que ninguém tem aqui. Segundo ponto: a matéria escrita pelo jornalista diz que ele ouviu uma fonte. Essa fonte está sem água e parece peneira de brita. Sabem aquelas peneiras? Furada, fonte furada! Eu aconselho ao eminente redator dessa matéria que procure também se informar comigo da próxima vez, não só com as fontes que dão para ele. Então, eu quero dizer aqui publicamente que não dá para a gente pressionar este garotinho aqui, este menino que a gente pressiona: "Olhe, você tem que fazer isso. Senão, vou puxar sua orelha". Não dá! Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você continua pessimista!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan é um homem experimentado, é um homem que já presidiu este Senado várias vezes, é respeitado por todos nós pela trajetória política dele. Dificilmente, alguém iria pressioná-lo.

O que nós conversamos... E geralmente quem conversa sobre isso somos eu, o Senador Renan, como Relator, e o Senador Randolfe, que é o Vice-Presidente, que são responsáveis para que a gente coloque a CPI para funcionar. A gente tem falado que, se não houver nenhum fato, nós temos que encerrar. É normal! Chega um momento em que tem que encerrar as coisas. Não adianta a gente também procurar coisas quando não temos mais dados para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é um fato. E isso é discutido... Ontem mesmo, à noite, nós tivemos essa discussão. E disse ao Senador Renan: "Olha, eu vi uma matéria em que eu estou te pressionando." Não há possibilidade de alguém pressionar o Senador Renan. Talvez não esteja aqui no Senado; fora daqui, talvez sim, mas, aqui, sinceramente, não há como pressionar. Até porque o Senador Renan, como bom democrata, fala e ouve. E a gente sempre tem decidido em grupo, não temos tomado decisões isoladas, porque a CPI, se der certo, foi por todos os membros que participaram, independentemente de serem membros efetivos ou não; se ela der errado, todos nós também seremos responsáveis por isso. Então, não é uma coisa isolada de A ou de B. Não. Nem o Presidente tem essa autonomia e essa ditadura.

Senadora Eliziane, só para esclarecer isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o senhor colocou a frase: "se deu certo, se deu errado". Com toda certeza, deu muito certo, Presidente! Eu queria cumprimentá-lo. O trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, nos últimos tempos, foi fundamental para o Brasil. Quando a gente recebe, dia após dia, Senador Renan, uma nova denúncia, é a demonstração da credibilidade que o Brasil teve e tem nesta Comissão. O caso claro é o que nós estamos a acompanhar no dia de hoje, que, eu vejo, é apenas o início de uma série de denúncias, porque o que nós estamos acompanhando aqui hoje começa a ter desdobramento. Agora mesmo nós vimos aí o depoimento forte do jornalista Diogo colocando exatamente a situação em relação à Prevent Senior. E, dia após dia, a gente vê um novo familiar exatamente trazendo uma denúncia da possibilidade de um familiar seu ter sido usado como cobaia humana por essa empresa. Então, é algo realmente muito sério.

Queria parabenizar, Presidente Omar, V. Exa. e o Senador Renan.

E, com todo o respeito ao nosso querido Líder Fernando Bezerra, que tem por nós todo o respeito, se este Governo não cometeu crime, eu não sei então o que foi que aconteceu. Porque, veja bem: claramente negligência, claramente negacionismo. Nós recebemos aqui a Dra. Jurema, uma cientista com profundo conhecimento técnico, que mostrou não em ilações, mostrou com dados, com gráficos, com constatações claras que a gente poderia ter evitado, pelo menos, metade das mortes que nós temos hoje no Brasil se a gente tivesse feito o tratamento, o acompanhamento adequado, se tivéssemos, por exemplo, buscado a vacina, orientado contra a aglomeração. E o Presidente não somente aglomerava, ele não somente orientava; ele aglomerava, ele incentivava. E até hoje defende o tratamento precoce, como nós acompanhamos agora na ONU – e o mundo inteiro, estarrecido, Senador Renan.

Então, nós estamos diante de uma situação grave. E a CPI teve um papel preponderante nisso com o seu aprofundamento da investigação e envolvimento da população brasileira, trazendo uma denúncia após denúncia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, é claro, os pontos que o Senador Randolfe coloca são fundamentais, Presidente, só para finalizar. O Braga Netto é, ele foi e hoje está numa posição destacada no Exército, mas ele foi um funcionário, um servidor público, melhor dizendo, um agente público como qualquer outro. Ele estava no comando da política de enfrentamento da pandemia num dos momentos mais cruciais do Brasil. Então, não há dúvida nenhuma sobre a importância de ouvi-lo.

E a gente espera aqui que nós possamos, talvez, finalizar, porque eu acredito que nós já estamos aí na finalização dos trabalhos da CPI com este depoimento aqui na Comissão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Contarato, depois eu passo à depoente, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também quero parabenizar V. Exa. e todos os membros titulares e suplentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quero parabenizá-los, e eu confio plenamente na relatoria do Senador Renan.

E, aqui, ao Líder Bezerra eu quero fazer um esclarecimento sobre o que vem a ser Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, quando o Presidente se preocupa e se antecipa com um parecer, Senador Renan, isso é assunção de culpa. E ele só pode exercer o contraditório e a ampla defesa se ele viesse aqui e desse resposta à população brasileira. Aliás, ele deve muitas respostas à população brasileira, porque ele foi responsável diretamente pelo agravamento da pandemia. Não há dúvida com relação a isso. Por mais que Senadores governistas tentem falar ao contrário, contra fatos não há argumentos. Nós temos aqui uma responsabilização criminal com a digital do Presidente da República que tem que ser dada. Se ele tivesse o mínimo de hombridade e respeito das quase 600 mil pessoas que perderam a vida, ele estaria aqui nesta Comissão dando uma resposta, esclarecendo os fatos, trabalhando com transparência.

Aqui, nós tivemos – e hoje saiu no Estadão – que "o Brasil teve política de infecção em massa", diz juíza que atuou no Tribunal de Haia. Minha gente, o mundo sabe disso. Todos nós sabemos disso. Agora, o Líder Fernando Bezerra, com todo respeito ao colega, que não tem nem... Nem V. Exa. se convenceu do relatório que está sendo apresentado, uma vez que se antecipa uma presunção de culpa. Isso é reconhecimento de culpa. Isso tem que ser dito aqui, Senador Renan! Um Presidente está assumindo a culpa quando ele já produz um relatório para se defender. Se ele quisesse se defender, o caminho ético, de hombridade, de dignidade e de respeito com a população brasileira e com os 20 milhões de infectados seria ele estar sentado aqui respondendo a todas as perguntas, e não produzindo relatório, mandando e se antecipando. Nós não sabemos nem qual é o relatório do Senador Renan. Como ele se antecipa a isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tenho dúvida de que esse Governo agiu dolosamente por ação, por omissão, por prática de crimes comuns, por crimes de responsabilidade. E eu espero que, se o Procurador-Geral da República for um defensor da espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição da República Federativa do Brasil, esse Presidente seja denunciado, seja denunciado e condenado. É isso que tem que ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu apenas queria fazer algumas ponderações a par de todas as manifestações que estão acontecendo hoje.

Primeiro, fazendo um registro de que o Presidente da República não é e não pode ser investigado numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Quem defende essa tese, respeitosamente, não tem o respaldo constitucional. Aliás, este Parlamento já tentou aqui impor CPI para investigar ministro do Supremo Tribunal Federal, e, pela mesma lógica, também a CPI não prosperou, porque isso violaria princípios constitucionais e garantias constitucionais.

Obviamente que a CPI investiga atos, ações e omissões do Governo, mas a pessoa do Presidente da República não é investigada por CPI. Quem assim tenta induzir a opinião pública, o faz por desconhecimento ou por pura má-fé.

Com relação ao que o colega Senador Fernando Bezerra trouxe aqui agora há pouco – inclusive ele compartilhou, quando eu cheguei, a minuta do discurso que ele fez –, não vi nessa manifestação qualquer tipo de defesa prévia. Aqui se trata de uma consulta a um dos grandes juristas deste País. Não tem defesa, não cabe defesa. Aliás, o Relator, quando apresentar o seu relatório, apresentará o seu relatório com as razões que o acompanharão e dará oportunidade a cada um de nós de discutir esse relatório, inclusive com a possibilidade de apresentação de voto em separado. Não há nenhum impedimento aqui, cada um vai cumprir o seu papel.

Agora, eu nunca fui contra investigar as ações ou eventuais omissões do Governo Federal; pelo contrário, votei a favor de quase todos os requerimentos aqui de convocação. Agora, não vejo o mesmo esforço – e de muitos que alardeiam aqui acusações contra o Governo Federal – no sentido de investigar as falcatruas que aconteceram no âmbito dos Estados, dos Municípios. Foram 23 Estados da Federação com operações da Polícia Federal sobre suspeitas bilionárias de desvios de recursos, de roubalheira, de fraudes, crimes de corrupção passiva, corrupção ativa, organização criminosa, fraude a licitação. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é objeto de investigação aqui na CPI, embora seja objeto nos requerimentos que deram origem a esta CPI.

Mas por que não investigam? Por que esses que se mostram como os paladinos da persecução não defendem a investigação? Eu quero a investigação sem seletividade, que se investigue todos. Não tenho protegido especial. Quem sabe, até o final desta CPI, a gente não consiga aqui apurar o que aconteceu no Estado do Pará, escândalo bilionário, hospitais de campanha...

Aliás, a história dos hospitais de campanha é um caso que dá um capítulo à parte em qualquer investigação. No Rio de Janeiro deu cassação de Governador, e Governador que veio aqui querendo ainda sair como se fosse o paladino da ética – mais sujo do que pau de galinheiro!

Aí, lá no Pará, situação idêntica: duas operações da Polícia Federal, uma envolvendo suspeita de mais de R$1 bilhão! O que que a CPI fez em relação a isso? Nada.

Lá em Santa Catarina – o Senador Jorginho não está aqui –, o escândalo dos respiradores – coisa escandalosa! – comprados numa casa de massagem. Tem respirador comprado em casa de massagem, respirador comprado em loja de vinhos, respirador comprado em loja de maconha, de produtos à base de maconha.

Bem, e a gente vai achar que isso é normal? Em que país do mundo isso é normal? Então, assim, eu acho que a Oposição cumpre o seu papel, mas circula em torno de fatos, fala: "Ah, porque houve a tentativa disso, tentativa daquilo..." Quem já foi gestor – eu não fui gestor ainda – sabe que na administração pública ninguém está isento de ter, dentro do seu campo de atuação, tentativas disso ou daquilo. Agora, quais são os fatos? Quais são as evidências? O que houve de fato? Porque o resto é narrativa.

E, veja, eu não sou contra se investigar também a tentativa, porque em alguns casos a tentativa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... já classifica o crime em si.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Logo após a conclusão da fala do Senador, que a gente possa retomar os trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu compreendo, Sr. Presidente... A manhã todinha aqui a Oposição falou à vontade, e eu fiquei quieto ouvindo, mas eu compreendo que a minha fala incomoda alguns. É absolutamente compreensível em razão das circunstâncias que o Brasil todo já conhece.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E que fique registrado que incomoda muito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para não parecer que a CPI não quis trazer Governadores: primeiro, nós convocamos vários Governadores e, infelizmente... E a gente respeita as decisões do Supremo, como creio que V. Exa., como advogado, também respeita as decisões do Supremo. Infelizmente, nós não pudemos trazer os Governadores...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque foi proibido, correto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação ao Estado do Amazonas: o primeiro a ser convocado foi o Governador do Estado do Amazonas, e eu achei que ele deveria ter vindo, porque ele poderia explicar muitas coisas ao povo amazonense, mas conseguiu uma decisão do Supremo e aqui não esteve.

Mas, também, para aqueles que não estão informados, o STJ já tornou rés 15 pessoas no Estado do Amazonas – já são rés!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Então, em relação ao que o senhor falou, o STJ já está mais adiantado que a CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Graças a Deus! O STJ está adiantado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, só estou colocando aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a Polícia Federal está adiantada. O que a gente não consegue fazer aqui é a Polícia Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estou colocando aqui para que a gente não possa aqui achar "Ah, a CPI não quis investigar Governadores, não quis trazer Governadores". Nós queríamos trazer os Governadores, nós os convocamos inclusive.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Convocamos.

Agora, Presidente, apenas para pontuar aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o fato de convocar o Governador... (*Fora do microfone.*)

Cortou o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não fui eu que cortei, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, voltou.

O fato de não convocar os Governadores por impedimento em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal não nos tirou a competência para convocar aqui secretários de Estado. E nós convocamos: o secretário do Amazonas veio aqui; o do GDF, o ex, veio aqui. Nós poderíamos ter convocado, mas não convocamos secretários, ex-secretários, diretores, empresários, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Prefeitos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Prefeitos... Ainda que não se pudessem convocar Prefeitos também, porque poderia, pela mesma lógica da decisão que veio em relação aos Governadores, poderia vir em relação aos Prefeitos. Agora, ex-Prefeitos nós poderíamos convocar, e não convocamos. A CPI escolheu não fazer. Esse é um fato, e nós vamos ter que conviver com ele. É uma escolha política. Agora, o Brasil está acompanhando, obviamente, essas nuances da CPI.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A Dra. Bruna está há uma hora aguardando aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os requerimentos do Senador Randolfe: Requerimentos 1.534 e 1.546.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que requerimentos... Que requerimentos são esses, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um convoca o Sr. Otávio Oscar Fakhoury; e o outro pede informações, compartilhamento de informações obtidas na deflagração da Operação Pés de Barro da Polícia Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois requerimentos.

Eu vou fazer uma pergunta à senhora, Dra. Bruna: V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Sim, prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeita ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Se a senhora assim desejar, eu passarei a palavra para a senhora por 15 minutos; se não, passarei imediatamente ao Relator. A senhora deseja, por 15 minutos?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Desejo sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, fique à vontade.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Bom dia a todos!

Estão me ouvindo?

Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer pela oportunidade, a oportunidade de esclarecer inúmeros fatos que foram aqui trazidos. Agradeço aos Senadores, em especial ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator; agradeço especialmente aos meus clientes, que confiaram em mim, que acreditaram no meu trabalho; agradeço a influência e a importância das Senadoras aqui, que servem como inspiração, e de todas as mulheres que compõem a Comissão.

Para mim é muito importante estar aqui e me coloco à disposição de vocês para responder quaisquer questionamentos. Diferente de outras testemunhas, outras pessoas que vieram depor, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sento nesta cadeira sem *habeas corpus* e sem qualquer limitação a perguntas, eu estou à total disposição para responder os questionamentos que forem feitos.

Gostaria de abrir um espaço só para agradecer também à minha família.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Dra. Bruna, quantos clientes a senhora representa da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Doze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doze?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Doze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doze médicos?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Doze médicos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Gostaria de agradecer também à minha família, porque eu só tive a oportunidade de estar aqui hoje graças à participação de todos, em especial do meu marido, sócio e companheiro de vida, que neste momento está cuidando dos nossos dois filhos. Então acho importante registrar esse papel muito importante no apoio da nossa causa.

Gostaria de agradecer também ao meu amigo e advogado Dr. Roberto Piccelli, que veio me acompanhar e me orientar; agradecer a minha equipe, que também me ajudou muito na produção do dossiê – que disseram não existir, mas na verdade é um compilado de mais de 10 mil páginas de documentos –; e a toda a população que tem colaborado. Eu tenho recebido constantemente contatos de pacientes, famílias de pacientes, pessoas, médicos de outras instituições, médicos da Prevent Senior que vão muito além daqueles 12 que pediram para que eu estivesse aqui hoje, neste momento.

E por último e não menos importante, gostaria de agradecer também à própria Prevent Senior. Nos últimos dias ela vem me atacando e sendo um tanto quanto rude com relação às suas colocações, tanto nas redes sociais quanto em outros veículos de informação, e eu agradeço à Prevent Senior porque seria muito difícil explicar aqui a ideologia da empresa, mas fica muito claro, a partir do momento em que a gente analisa os ataques infundados que eles vêm fazendo à minha pessoa, demonstrar a constante política de opressão.

Então, o segundo ponto que eu gostaria de colocar, agora além dos agradecimentos, é que eu não vim aqui falar de política. Na verdade, eu vim falar de vida, eu vim falar sobre a verdade, independente de qualquer posição política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os limites do meu depoimento são pautados por aquelas informações que foram transferidas a mim e confiadas a mim pelos meus clientes, os quais eu vou proteger com sigilo enquanto eles precisarem, enquanto eles assim determinarem.

A Prevent Senior hoje, segundo informações da própria operadora, tem mais de 5 mil médicos e, dentre esses 5 mil médicos... Eu posso afirmar para vocês com a mais absoluta certeza que são excelentes profissionais, são médicos respeitáveis, pessoas extremamente cultas cuja missão é, de fato, salvar vidas, e é por esses médicos que eu estou aqui.

Eu não tenho nenhum problema pessoal contra a operadora de saúde, tampouco contra qualquer pessoa da direção. O meu problema é com relação aos fatos que me foram expostos enquanto advogada, fatos esses que me deixaram aterrorizada pra falar a verdade, e eu acho que são cabíveis de investigação.

Chegaram a me perguntar algumas vezes o que me traz aqui. Por óbvio, eu sou advogada, então, o que me traz aqui são os princípios e diretrizes constitucionais, que eu acho muito importante neste momento suscitar.

A Constituição Federal, em seu art. 3º, diz que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil constituir uma sociedade livre, justa e solidária. Então, em solidariedade às mais de 500 mil mortes, eu acho importante nós abordarmos e tratarmos desse assunto, é de total importância.

Os pontos principais que eu gostaria de colocar aqui – e me coloco à disposição de vocês para sobre eles responder – e que fundamentaram a denúncia, num primeiro momento, foram: a falta de autonomia médica; depois, a ocultação e manipulação de dados; a falta de informação e transparência com relação aos pacientes; e a falta de respeito com relação à vida das pessoas.

Estou à disposição para responder.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Quero agradecer a presença de V. Sa., Dra. Bruna Morato.

Nós já tínhamos estado conversando com V. Sa., com o colega médico, e, sem dúvida nenhuma, a sua contribuição será muito importante para a apuração dos fatos que levam ao comprometimento da vida, como V. Sa. acabou de falar.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – V. Sa.. está aqui para falar a respeito das pessoas que poderiam estar entre nós, convivendo conosco, pais, filhos, netos, avós, mas que, lamentavelmente, perderam a vida.

Portanto, eu passo a palavra ao Senador Renan Calheiros para que ele possa fazer as perguntas a V. Sa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a presença da Dra. Bruna Morato nesta Comissão Parlamentar de Inquérito nesta reta final, sem dúvida nenhuma, como falou o Senador Otto Alencar, é uma oportunidade a mais para que a gente possa esclarecer esse caso escabroso de testagem em humanos, pessoas que lamentavelmente se tornaram cobaias humanas, numa tentativa do Governo brasileiro de apresentar ao mundo uma experiência inédita de cura preventiva da covid-19.

Mais uma vez agradeço a V. Exa. por sua presença que nos honra muito.

Eu peço para apresentar alguns vídeos para que nós possamos nos situar e, a partir daí, tentarei fazer algumas perguntas objetivas para que a presença da Dra. Bruna nesta Comissão possa nos possibilitar o máximo de rendimento, Presidente Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Peço à Secretária da Mesa que possa atender ao que pede o Senador Renan Calheiros.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Dra. Bruna, quando a senhora foi procurada para tratar das denúncias contra a Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – É importante eu contextualizar uma questão para vocês...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ... entenderem melhor, até porque pouco se sabe a meu respeito. Eu tenho sido muito discreta durante todos esses anos, então eu percebo que vêm vinculando informações a meu respeito, nem todas elas verídicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalho há quase dez anos na área, eu atuo como advogada há quase dez anos. Comecei a atender médicos da Prevent Senior, de forma específica, em 2014, na condição de assessora jurídica, fazendo o consultivo de médicos que tinham dúvidas com relação à responsabilidade civil.

Em 2020, os relatos se transformaram em relatos pavorosos e, num primeiro momento, assim como para todos vocês aqui, eu acredito que as histórias pareciam um tanto quanto confusas e assustadoras, para não dizer perturbadoras. Então, foi a partir de 2020, março, que eu comecei a atender esses clientes que tinham dúvidas. Até então, não se falava em nenhuma questão política, mas as dúvidas eram com relação às diretrizes da direção executiva da empresa e da própria empresa em si.

Os fatos que eu trago aqui são relatos que me foram feitos pelos meus clientes, pessoas em quem eu confio, acredito em todos os relatos, até porque todos foram devidamente confirmados e fundamentados com vasto conjunto probatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora, respondendo ao Presidente Omar, disse que foram 12 médicos que inicialmente a procuraram. É isso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Perfeito, isso.

É importante que as pessoas compreendam como são esses 12 médicos. Na verdade, eles se conhecem, mas eles não sabem, nem todos, quem é quem. É uma situação muito interessante.

Num primeiro momento, eu atendia diretores da Prevent Senior. Em março de 2020, as dúvidas começaram a respeito da disponibilidade ou não de EPI. Então, as duas primeiras semanas que nós tivemos em março foram um momento muito conturbado, e as dúvidas que eu respondi foram a respeito da disponibilidade ou não dessas EPIs. Então, diretores clínicos questionavam a responsabilidade pela não disposição de determinados equipamentos e, dali para frente, outras dúvidas foram trazidas até mim, até que, em 2021, eles decidiram que a respeitosa Comissão Parlamentar de Inquérito averiguasse a situação.

É importante também prestar um esclarecimento a todos vocês. O Dr. Pedro Batista veio aqui e disse que eu tentei um suposto acordo com a empresa antes de trazer essa denúncia à Comissão Parlamentar de Inquérito. Na verdade, não foi um suposto acordo: foi efetivamente um pedido de acordo. Esse acordo não foi um acordo financeiro, o que é muito importante que se esclareça neste momento.

Esses médicos estavam sendo ameaçados e hostilizados pelas famílias e estavam muito preocupados com a diretriz da empresa. Em julho, eles pediram que eu me aproximasse do jurídico da empresa, o que eu fiz, afinal é o meu trabalho, pedindo para que a empresa tomasse três atitudes para que essas denúncias não fossem feitas às autoridades competentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira atitude requerida é que a empresa assumisse publicamente que o estudo não foi conclusivo, ou seja, não existiu em nenhum momento, no estudo, a comprovação da eficácia do tratamento que eles chamaram de preventivo – depois se transformou em tratamento precoce.

O segundo pedido que eu tinha para levar ao jurídico da Prevent Senior era que eles assumissem o protocolo institucional, porque os médicos não tinham autonomia. Na verdade, é importante esclarecer que, quando nós trouxemos aqui mensagens de 2014, 2015, 2016 e 2017 sobre o lema da empresa de lealdade e obediência, o que eu queria esclarecer e expor a todos vocês é que essa sempre foi a ideologia da empresa; e onde existe uma ideologia de lealdade e obediência, não existe autonomia. Então, os médicos eram, sim, orientados à prescrição do *kit*. E esse *kit* vinha num pacote fechado e lacrado, não existia autonomia com relação até à retirada de itens desse *kit*. Inclusive, é muito importante observar também que, quando o médico queria tirar algum *kit*, ainda que ele riscasse na receita, o paciente o recebia completo. Então, ele tinha a informação de que ele tinha de tomar aqueles medicamentos, e o médico tinha que riscar, porque a receita também já estava pronta – inclusive, ela vinha com um manual de instruções. Eu desconheço qualquer outra instituição médica – e olhem que eu atendo muitas instituições médicas – que tenha feito esse tipo de prática. Em nenhum momento, eu percebi ou conheci uma empresa em que *kits* eram entregues prontos aos pacientes em casa, chegavam com motoboy, ou que eles ficassem disponibilizados dentro do consultório. E foi por conta disso que a segunda solicitação foi esta: que a empresa assumisse publicamente esse protocolo, até porque é de conhecimento público, não é?

E o terceiro e último ponto, que aí, sim, está relacionado a mim, era com relação à responsabilidade diante de possíveis ações. Como esses médicos haviam sido ameaçados, eles tinham muito medo de responder a processos e ter que pagar por esses processos, seja de indenização por dano material, lucros cessantes, dano moral... E eles queriam que a empresa assumisse e fizesse um documento de compromisso de que, caso isso ocorresse, por ter sido um protocolo institucional, ou seja, sem autonomia, a empresa se responsabilizasse em arcar com aqueles custos.

Eram só esses os pedidos. Nunca existiu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora está colocando, só para dar a ênfase necessária, que não havia autonomia para os médicos.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que isso confrontava com aquele *slogan* da obediência e lealdade.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que era uma cultura ou ainda é uma cultura da Prevent Senior.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sempre foi. Na verdade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que, mesmo quando o médico ousava retirar algum remédio do *kit*, ele recebia o *kit* por inteiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Nesse caso, a autonomia era violentada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Completamente.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, porque, quando você tem um *kit* que vem lacrado, com instruções de uso, pré-prontas, eu não tenho condições de falar para o meu cliente que ele está exercendo a profissão de forma autônoma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Agora, a orientação que eu passo para vocês, então, com relação a esses 12 clientes.

Existem clientes que exercem a função de diretores clínicos. Diretor clínico tem uma preocupação que é a seguinte: "Dra. Bruna, eu na condição de diretor clínico, autoridade máxima daquela instituição hospitalar, como é que eu vou explicar para o meu subordinado, ou seja, toda a equipe clínica daquele hospital, que eles não têm autonomia para prescrever determinado remédio? Ou, pior, para pedir determinado exame?".

É importante destacar que, no segundo momento, ou seja, na segunda onda, não existia autorização para fazer determinados exames. Então, por exemplo, prescrevia-se cloroquina, hidroxicloroquina, na verdade, sem a realização do eletrocardiograma. Então, você não tinha como avaliar a questão do intervalo QT.

Existia a "dispensão" de um medicamento que se chama ivermectina, e você também não tinha como... O médico eu digo. Ele não tinha autonomia para retirar esse item.

Chegou a um ponto tão lamentável, na minha opinião, que esse *kit* era composto por oito itens. E aí os médicos, pelo menos na explicação que me deram, os plantonistas pegavam o *kit*, entregavam ao paciente e diziam ao paciente: "Olhe, eu preciso dar a você, porque, se eu não entregar a você esse *kit*, eu posso ser demitido; mas eu o oriento que, se você for tomar alguma coisa daqui, tome só as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

proteínas ou só as vitaminas". Porque os outros medicamentos, além de não terem eficácia, são muito perigosos para aquele público em específico.

Outra situação que é importante esclarecer é que a Prevent Senior é um plano em que a média, a faixa etária é de 68 anos. Então, os pacientes que utilizavam esses *kits* eram pacientes que já tinham muitas vezes comorbidades associadas, já faziam uso do que me ensinaram se chamar polifarmácia. Então, o conjunto de medicamentos, apesar de ser ineficaz, para aquela população se tornava letal, potencialmente letal.

A diferença entre a Prevent Senior e as outras operadoras de saúde é o público. Primeiro, o público é altamente vulnerável, porque o paciente idoso confia muito, ele vê o médico como autoridade máxima. E, a partir do momento em que ele confia no médico e ele recebe orientação do médico, ele deixa de fazer qualquer prejulgamento, porque, na visão dele, o médico quer o melhor. E eu defendo os médicos até o fim.

O Dr. Pedro Batista sentou nessa cadeira para dizer que ele dava autonomia aos médicos. Nunca deu. Tanto não dava que esses médicos eram sujeitos a cursos e aulas promovidos pelo Instituto Prevent Senior. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que os médicos não fizeram a denúncia diretamente?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Como assim?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretamente? Procuraram a senhora, exatamente na condição de advogada. Eles tiveram medo de fazê-las diretamente? Assumidamente? Ostensivamente?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Tem dois pontos nesse caso. A Prevent Senior tem uma política de coerção, que ficou bem evidente após a denúncia, na verdade; mais evidente ainda com o vazamento de alguns áudios. Todos os clientes que resistiam foram demitidos da operadora. Então, existiam aqueles que já tinham sido demitidos e que achavam aquela situação repugnante. Outros que ainda estavam na operadora ainda lutam pelo bem-estar dos pacientes. Então, quando eles me procuraram, eles pediram que eu nem os identificasse para o próprio jurídico da empresa, porque eles sabiam que, se fossem identificados, eles seriam demitidos. E volto a dizer: são bons médicos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Você lembra quantos foram demitidos? Você tem essa informação, Dra. Bruna?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – A Prevent Senior costuma fazer demissões em massa toda vez que algum médico ou alguma circunstância desagrada à instituição. Isso é muito comum. As últimas demissões infelizmente estiveram relacionadas à minha pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu entrei em contato com o jurídico em julho explicando que eu iria expor essas irregularidades caso não fosse feita uma retratação pública... E o fiz de forma muito transparente. Inclusive, disponibilizo para todos os senhores aqui presentes e senhoras aqui presentes todas as trocas de mensagem que eu tive com o jurídico da operadora, com o atual advogado do Dr. Pedro Batista Júnior, assim como todas as conversas que eu tive, seja por telefone ou seja em reunião, para que vocês compreendam a questão. Ali fica muito claro que nunca existiu desses médicos o objetivo de expor a empresa, justamente por tudo isso que nós estamos vivendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Repetindo: quais eram as principais preocupações, as principais denúncias dos médicos que procuraram a senhora?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Essas experiências que estavam acontecendo na operadora de saúde precisam acabar. A questão não é só o tratamento precoce. Na verdade, o tratamento precoce e a pesquisa ocorrida são a ponta do *iceberg*. A pesquisa à qual eu me referi – e ela inicia a denúncia – foi uma pesquisa de 12 dias. O que me preocupa e o que preocupou os médicos não foram esses 12 dias, apesar de todas as mortes que ocorreram, que, por sinal, eu gostaria de esclarecer. O Dr. Pedro Batista também fez uma informação, prestou uma informação um tanto quanto equivocada com relação aos nomes que foram divulgados. Eu disponibilizei a tabela com o nome dos participantes e fiz a verificação de cada um dos óbitos. As nove pessoas que estavam na tabela continuam falecidas. Então, eu gostaria que a Comissão Parlamentar de Inquérito investigasse, porque são pessoas que constam no cadastro nacional de óbitos. Eu achei muito interessante o fato de ele ter dito que a paciente foi até o plano de saúde, porque é uma situação um tanto quanto atípica, ela está no registro nacional de óbitos, a não ser que tenha havido uma confusão com relação à própria defesa do Dr. Pedro, que, ao invés de se preocupar em apresentar fatos e fundamentos pra tentar desestruturar a denúncia, tentou desqualificar os denunciantes. Uma medida comum de quem tem responsabilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, os principais fatos – foi a pergunta que eu fiz, doutora – que os médicos reclamaram a V. Exa.? Quais foram? Das denúncias?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ela falou uma coisa aqui que é importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – No início, eles reclamaram de falta de equipamento de proteção individual.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, eu posso citar em ordem cronológica, se for necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início de março, as duas primeiras semanas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ... as dúvidas que chegavam a mim eram com relação a não disponibilização de EPI. Inclusive, isso pode ser averiguado com notícias que se teve de pessoas, de funcionários que faleceram pela falta de EPI. Existe um caso emblemático, que é o falecimento de um enfermeiro que trabalhava na Prevent Senior, que já lidava com casos de covid, mas ele não podia usar o EPI.

Segundo as informações que me passavam, era, num primeiro momento, pra não desesperar, pra não preocupar os pacientes. Então, os pacientes chegavam à operadora de saúde, se eles vissem todos devidamente trajados e paramentados, isso causaria uma sensação de pânico, isso causaria uma sensação de assombro e isso não seria agradável. A hotelaria e a recepção da Prevent Senior sempre foram muito bem conceituadas. É um fato. De forma nenhuma, desqualifico essa qualidade da empresa. A Prevent Senior, em seus hospitais, recebe muito bem os seus pacientes. E essa recepção com pessoas paramentadas, naquelas duas semanas, foi desaconselhada, foi desaconselhada pela responsável pelo instituto de infectologia, na época, Dra. Carla Guerra, segundo informações que me passaram. Ela, infectologista responsável, adotou um protocolo e, nesse protocolo, ela dizia que não haveria máscara para todos os funcionários. Isso está registrado, isso também foi entregue a esta Comissão e está à disposição de vocês. Foi uma situação pontual. Duas semanas depois, eles resolveram todos esses problemas com relação ao uso de EPI. Eles disponibilizaram, de fato, R$80 milhões, segundo eles, pra utilização de EPI, mas o problema já não era mais o EPI, aí o problema se transformou na obrigatoriedade de utilização de um conjunto medicamentoso, que, segundo eles, foi determinado por ordens de cima. Essas ordens de cima, naquele momento, eu não sabia entender bem o que era. Então, me foi colocado o seguinte, já final de março, lá pro dia 24, 25 de março: "Dra. Bruna, a Prevent Senior vai começar um protocolo, um protocolo de manejo, utilizando um conjunto de medicamentos específicos". E quem fez esse questionamento foi um diretor clínico de outra unidade, e ele me disse o seguinte: "Eu não tenho como deixar de obrigar o médico do meu hospital a prescrever. Dizem que vai começar uma pesquisa, eu ainda não tenho certeza". Esse foi o relato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – "E eu gostaria de saber com a senhora qual a minha responsabilidade, enquanto diretor, de participar dessas informações."

Poucos dias depois, eu recebi o contato de um colega desse médico, por sinal, que já relatava uma circunstância um tanto quanto preocupante. Ele dizia o seguinte... Ele dizia: "O Dr. Pedro Batista tentou se aproximar do Ministério da Saúde por conta das críticas que haviam sido feitas pelo Ministro Henrique Mandetta com relação à proliferação do vírus dentro da empresa". E, nessa tentativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximação, ele buscou o apoio... Parece que tinha um médico que era primo ou sobrinho do Ministro Mandetta e que tentou uma aproximação. Essa aproximação não teria dado certo, de modo que ele tentou se aproximar, então, de supostos assessores que estariam orientando o Governo Federal. Esses assessores estariam alinhados com os interesses do Ministério da Economia. E me foram concedidos, assim, determinados detalhes pelos meus clientes que participaram dessa reunião. E, nessa reunião, foram esclarecidos todos esses dados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Isso. A informação que eu tive a partir dos meus clientes era a seguinte: que, por conta das constantes críticas que o Ministro Mandetta vinha fazendo com relação à operadora de saúde Prevent Senior, a direção executiva tinha que tomar uma atitude. Qual foi essa atitude? Num primeiro momento, se aproximar do Ministério da Saúde, através de um médico que era familiar ou vinculado ao Ministro Mandetta. O Ministro Mandetta não deu essa abertura, fazendo com que eles procurassem outras vias. Segundo informações, o Dr. Pedro foi informado de que existia um conjunto de médicos assessorando o Governo Federal e que esse conjunto de médicos estaria totalmente alinhado com os interesses do Ministério da Economia. Os interesses do ministério...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ministério da Economia?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era o gabinete paralelo, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora, a novidade é o Ministério da Economia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tinha conexão com o Ministério da Economia.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu posso esclarecer. Eu também tive essa mesma dúvida até porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É novo. É novo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é novíssimo.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Até porque...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O gabinete paralelo junto ao Ministério da Economia também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É. Eu não sei se estava junto, porque eu sinceramente não sou uma especialista política.

O que eles me explicaram foi o seguinte: existe um interesse do Ministério da Economia para que o País não pare, e, se nós entrarmos nesse sistema de *lockdown*, nós teríamos um abalo econômico muito grande, e, então, existia um plano pra que as pessoas pudessem sair às ruas sem medo. Como a pandemia estava fazendo com que existissem muitas repercussões a respeito do risco de você sair na rua – eu mesma fui uma dessas pessoas que fiquei em *lockdown*, fiquei muito preocupada –, eles desenvolveram uma estratégia. Qual era essa estratégia? Através do aconselhamento de médicos... Esses médicos eu posso citar também de forma nominal, porque me foi dada essa explicação: o Dr. Anthony Wong, toxicologista responsável por desenvolver um conjunto medicamentoso atóxico; a Dra. Nise Yamaguchi, especialista em imunologia, a qual deveria disseminar informações a respeito da resposta imunológica das pessoas; o virologista Paolo Zanotto, pra que ele falasse a respeito do vírus e tratasse a respeito dessa situação de forma mais abrangente, evocando notícias. E a Prevent Senior iria entrar pra colaborar com essas pessoas. É como se fosse uma troca, a qual nós chamamos na denúncia de pacto, porque assim me foi dito. Alguns médicos descreveram como aliança; outros médicos descreveram como pacto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas pessoas citadas eram expoentes do gabinete paralelo...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Então, nessa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O fato novo é a relação desse gabinete paralelo com o Ministério da Fazenda.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, o Ministério da Economia, que me foi dito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Economia, da Economia.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É.

Em nenhum momento, eu ouvi falar da pessoa do Ministro da Economia. Na verdade, o que eles falavam era de um alinhamento ideológico. A economia não podia parar, e o que eles tinham que fazer era isto: conceder esperança para que as pessoas saíssem às ruas. E essa esperança tinha um nome: hidroxicloroquina. Então, no primeiro momento, eles queriam que as pessoas tivessem coragem de sair de casa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro. Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Ela colocou...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Peço desculpa a V. Sa...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu já vou até, pegando o mesmo tema...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... que havia um plano do Ministério da Economia de fazer com que as pessoas pudessem ir à rua, livremente, e esse grupo, que nós chamamos aqui de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Gabinete paralelo.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar.) – ... gabinete paralelo, daria um suporte a esse plano do Ministério da Economia. Entendi bem isso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – A informação que me foi passada é a seguinte, eu posso repetir. Havia um interesse inicial, vinculado ao Governo Federal, de que o Brasil não parasse, o Brasil não podia parar. Eles estavam extremamente preocupados com a possibilidade de *lockdown*, como todos, acredito, toda a população no geral. Por conta disso, as informações que foram levadas aos médicos, em uma reunião promovida pela instituição, foi a seguinte: que existiria uma colaboração com relação à instituição Prevent Senior na produção de informações que convergissem com essa teoria, ou seja, de que é possível você ter ou você utilizar um determinado tratamento como proteção. No começo, se chamava tratamento preventivo e, depois, com o desenvolver dos estudos, entendeu-se que não era preventivo. Na verdade, é um tratamento precoce, porque não existe prevenção, mas a população, no geral, quando ela escuta a palavra "prevenção", se encoraja a sair na rua, porque ela acha que, se ela tomar esse conjunto de medicamentos, conforme o vídeo que nos foi mostrado, ela ficará imune de algum modo e ela tem coragem de sair. E, ao sair, ela se expõe ao vírus. Ainda que doentes, segundo informações que me foram passadas, as pessoas teriam a esperança de que não iriam falecer daquilo, e a esperança se chamava, naquele momento, hidroxicloroquina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer algumas perguntas...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para a gente ter o máximo de rendimento. Sua presença, como disse o Presidente Otto, é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para responder...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Nós perguntaremos essas coisas todas, e seria importante que a sua presença na medida do possível...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... precisasse um pouco, pra que a gente pudesse evoluir.

A senhora foi procurada por pacientes também da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Eu fui procurada por pacientes este ano. Depois da denúncia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Este ano?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, quando começaram...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por familiares? Conversou com pacientes?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Conversei com pacientes.

Na época, quando eu ouvi essas informações... E sou muito sincera em dizer: as informações que eu tinha a respeito da direção da Prevent Senior é que eles teriam uma certa... Com todo o respeito à instituição, mas que existiam pessoas com certa megalomania. Então, quando eu ouvi esse relato, ali no fim de março de 2020, eu não conferi a importância que eu deveria ter conferido. Eu achei que, na verdade, era um pouco de delírio daquelas pessoas, que não existia qualquer tipo de pacto ou assessoria ou que aquelas informações na verdade eram só para causar um impacto na equipe médica de que eles estariam fazendo algo grande, porque o que se falava é: "Vamos fazer algo muito grande".

Muito bem colocado o áudio do Dr. Rodrigo Esper, quando ele diz que sempre existiu a intenção de mudar o curso da Medicina, faz parte da ideologia da própria instituição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É Rodrigo Esper, só para...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Rodrigo Esper é o cardiologista, ele é Diretor do Instituto Prevent Senior. Então, para quem não conhece a instituição – e, aí, por ter atendido já mais de 30 médicos da instituição, eu posso esclarecer –: a rede Prevent Senior é uma operadora de saúde, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

das maiores operadoras de saúde do Brasil, e ela tem uma especialidade, que é o plano sênior. Ou seja, eles têm o objetivo de atingir aquela faixa etária. Eu admiro e respeito demais esse plano sob o ponto de vista da intenção que eles tiveram ao criar o plano. A ideologia, ela é muito bonita: levar atendimento de qualidade à população sênior, à população idosa. O que aconteceu durante a pandemia me mostra que algo fez com que eles se desvirtuassem daquele caminho inicial, foi algo um tanto quanto assustador. Quando me explicaram que essa relação era uma relação de interesse, eu não acreditei, porque eu achei que era um modo de a direção executiva, naquele primeiro momento, só chamar a atenção dos médicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Como era um tratamento novo, eu não poderia, naquele momento, criticar a escolha por esse tratamento, até porque eu conheço uma série de outros médicos, de outros bons médicos, que utilizavam...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. A senhora procurou pacientes que foram incluídos indevidamente na pesquisa não autorizada da Prevent?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não, esses pacientes me procuraram este ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conversou com nenhum?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu procurei validar aquela história. Então, à medida que os médicos iam me contando essas histórias, eu ia procurando informações para ver se aquilo era real mesmo ou se era uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – E aí eu encontrei, sim, inúmeros relatos, não só na internet, mas conversando com pessoas que tinham aquele plano de saúde, dizendo que aquelas informações eram verídicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento – é importante essa resposta, como, aliás, todas as respostas que V. Exa. tem dado –, em algum momento V. Exa. sofreu alguma ameaça ou intimidação depois que passou a divulgar para os clientes da Prevent Senior que a procuraram?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque é muito importante precisar exatamente se isso aconteceu, como aconteceu, porque isso é um dado gravíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim, eu sofri ameaça. É uma política um tanto quanto complicada. Eu não posso afirmar que as ameaças que eu recebi foram por conta da Prevent Senior ou de responsabilidade da Prevent Senior, até porque nunca ninguém se identificou ou nunca ninguém foi responsabilizado, mas existe uma relação que eu gostaria de expor a vocês, até porque eu gostaria que fosse devidamente investigada pelas autoridades e eu gostaria muito de saber por que os processos foram arquivados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, conte conosco.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Em abril, quando os médicos passaram a me procurar, a fazer relatos sobre a falta de autonomia e, principalmente, sobre a obrigatoriedade na prescrição de um medicamento que se chamava flutamida e de outros medicamentos, como etanercepte, metotrexato, e por aí vai, heparina inalatória, experiências que vinham ocorrendo na imprensa, uma das ideias – e, na minha visão, uma excelente ideia – era de divulgar essa informação para a imprensa, porque talvez, divulgando para a imprensa, a empresa Prevent Senior se sentisse pressionada a parar com esse tipo de experimento. Logo que foi publicada essa reportagem, o Ministério Público de São Paulo entrou com um pedido junto às autoridades competentes pra que isso fosse averiguado. Nesse pedido eles chamaram o jornalista responsável pela matéria a prestar esclarecimentos, e havia uma petição da Prevent Senior pedindo pra que esse jornalista quebrasse o sigilo de fonte e informasse quem eram as fontes dele. O jornalista obviamente não quebrou o sigilo de fonte e não informou.

Semanas depois o meu escritório foi invadido, e foi uma invasão um tanto quanto assustadora também porque, em uma sexta-feira, pessoas entraram no meu prédio com um equipamento eletrônico muito moderno pra o que eles foram fazer depois, duplicaram o IP de todas as câmeras de todos os andares do prédio em que eu tenho escritório e deixaram o sistema de segurança vulnerável por quatro dias. Então eles procuravam algo.

Não suficiente, eles romperam, essas pessoas que ainda não foram identificadas, eles cortaram o cano de um banheiro de um escritório vizinho, provocando um vazamento que inundou do oitavo ao terceiro andar – inclusive eu tenho os vídeos pra disponibilizar –, fazendo com que fosse necessário liberar a entrada de pessoas no prédio pra que fizessem os reparos devidos por conta desse vazamento.

Eu fiquei numa situação extremamente constrangedora com todas as pessoas do prédio, primeiro porque eu atuo no conselho do prédio e fiquei muito chateada com a situação e, segundo, porque eu tive que prestar esclarecimentos de se eu tinha ou não tinha relação com aquilo, se aquelas pessoas tinham entrado no meu escritório, até porque fizeram como se fosse um arrastão no prédio.

Tem se... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem lembrado aqui pelo Roberto: eles entraram na minha sala, eles levaram um iPad e um computador. Apesar de ter outras máquinas e outros computadores, escolheram esses porque tinham senha. Tem sido divulgado na imprensa que levaram provas, levaram o dossiê, roubaram o dossiê. Isso nunca aconteceu, essas provas nunca estiveram no meu escritório, mas geraram, sim, intimidação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso tudo aconteceu depois de a senhora...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Depois...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ter passado a divulgar para esses clientes?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Exatamente. Eu não posso afirmar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, também não...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ... qualquer relação com a empresa ou algo assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi essa a pergunta, mas depois...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Mas aconteceu, e desde então eu tenho me sentido, sim, ameaçada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora tem se sentido ameaçada.

Eu peço pra colocar o vídeo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o Relator me permite...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Tem um registro na Polícia Civil de São Paulo?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Tem, tem o registro, na verdade não só meu. A atitude que essa quadrilha teve no prédio foi uma atitude muito estranha. Então, eles começaram de sexta até segunda-feira; então, do horário que eu saio do prédio, que é sexta-feira às 18h, até às 9h da manhã de segunda-feira, eles entraram e saíram do prédio procurando algo. Entraram em várias salas, e eles não levavam nada, então... Parecia uma brincadeira. Quando outros condôminos e eu fomos registrar o boletim de ocorrência, a gente nem tinha tanto interesse assim, porque eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

levavam de uma sala... Pra vocês terem ideia, eles entraram numa sala e levaram uma pasta velha, aí pegavam essa pasta, deixavam numa outra sala de um outro condômino, não levavam nada, aí entravam em outra sala... E arrombamentos muito bem feitos, não ficavam...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O que foi que levaram seu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Levaram um iPad e um computador, mas nenhum dos dois tinha memória, eu acho que eles tentaram acessar, estava bloqueado ali por uma questão de memória, mas não tinha nenhuma informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Chegaremos lá.

Põe o vídeo, por favor, Izabelle.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – É importante também registrar que essas pessoas, quando replicaram os IPs dos andares, provavelmente se esqueceram de utilizar isso no sistema completo do prédio. Então, a recepção flagrou essas pessoas entrando, e, pela câmera da garagem, também dá pra ver essas pessoas saindo. São pessoas muito bem vestidas. É uma quadrilha muito organizada, que deve ter gastado muito pra replicar todos esses IPs pra não levar nada, porque dos computadores que eles levaram o valor era pequeno. Sem dúvida nenhuma, os danos que eles causaram com o vazamento foram muito maiores do que aquilo que eles conseguiram levar. E, das outras salas, a mesma metodologia: eles levaram computadores velhos sem qualquer valor, acredito eu que pra desestimular o registro do boletim de ocorrência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Então, na minha sala...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pede pra colocar o vídeo.

Se a senhora puder disponibilizar as provas do vazamento e, depois, das invasões, das ameaças, será...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já estão todas as provas aí?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... muito importante para esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim. Inclusive, eu já tinha entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito. Já tinha disponibilizado o boletim de ocorrência, o laudo, a perícia nas câmeras – já foi disponibilizado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. puder, inclusive, requerer à Polícia Civil de São Paulo o compartilhamento das investigações...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... eu acho que será de bom tom para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Vamos requisitar, sim, Senador Randolfe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O vídeo, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Presidente, Relator, enquanto o senhor encontra o vídeo, Dra. Bruna, nas imagens das pessoas que acessaram, que invadiram, na verdade, o seu prédio, é possível ter a identificação, por exemplo, o rosto dessas pessoas?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Sim. É possível identificar o rosto da pessoa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eram quantas pessoas? Você lembra?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A descrição do relatório policial, provavelmente, no dia em que foram replicar o IP, era de três rapazes. Um entra primeiro, muito bem vestido, muito bem trajado; e, depois, outros dois rapazes entram no prédio e se direcionam para o local onde fica a central de câmeras, a central de segurança. O que foi feito nos outros três dias a gente não sabe, porque não existe o registro interno de câmeras do prédio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O acesso deles ao prédio se deu de que forma? Eles se identificaram sendo de alguma empresa?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eles tentaram... O prédio tem duas portarias.

E, nesse momento, eu peço até um favor à imprensa: por favor, não divulguem o endereço do prédio, até pra não causar ainda mais constrangimento aos condôminos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas respondendo à sua pergunta, Senadora: o prédio tem duas entradas, ele tem uma entrada lateral ou a entrada por trás, que é pela garagem, no terceiro andar, eles tentaram entrar por aí, depois foram barrados; e acessaram pela recepção mesmo, que fica no térreo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Existe uma indicação no relatório policial de que possivelmente foi facilitado por algum funcionário, o que eu também não posso afirmar, mas há indícios no relatório. Esse funcionário já foi afastado, prestou esclarecimentos e o processo foi, até onde eu saiba, arquivado sem qualquer investigação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... passar o vídeo que pede o Senador Renan Calheiros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ainda, enquanto o vídeo não é exposto, Dra. Bruna...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... só pra eu entender: a investigação que foi feita pela Polícia Civil de São Paulo, da invasão no prédio, foi arquivada? É isso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim. As informações que eu tive... Eu, inclusive, pedi várias vezes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É porque não tem nenhuma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, porque acertamos para cada um falar no seu horário...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não. Tudo bem. É porque, enquanto o vídeo não é apresentado, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... para não interromper o Relator. Entendeu? Não é nada... Foi, inclusive, um requerimento do Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi uma questão de ordem que eu levantei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não. Tudo bem. É porque, como está em silêncio, eu aproveitei para perguntar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Bruna, só para organizar, nós vamos tratar por etapa, por tema...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pra que nós tenhamos um rendimento melhor. O seu depoimento está muito importante, interessante. V. Exa. está disponibilizando muitas informações, documentos, contando fatos, mas era importante a gente seguir pelos temas, com...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Tá?

Quais foram os medicamentos testados nos pacientes da Prevent Senior? Se puder responder simplificadamente...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Posso. Eu vou tentar responder de forma objetiva, apesar de ser um pouco difícil.

Quando eu fui informada que existiria uma pesquisa a ser realizada na Prevent Senior, uma pesquisa por conta do atendimento via telemedicina, eram dois medicamentos: o conjunto hidroxicloroquina e azitromicina. Depois que a pesquisa foi suspensa pelo Conep, eles passaram a acrescentar itens nesse *kit* de medicamentos. Então o primeiro item...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inicialmente eram dois medicamentos...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Inicialmente eram dois medicamentos: hidroxicloroquina e azitromicina. Depois, eles acrescentaram a ivermectina. Depois da ivermectina, eles acrescentaram a colchicina. Depois da colchicina, a prednisona. E dali pra frente, eles foram acrescentando até chegar a um conjunto de oito itens, incluindo vitaminas e suplementos proteicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Renan, só pra esclarecer: ela falou há pouco que se acrescentou também flutamida, que é uma medicação usada para o câncer de próstata, ou seja, não tinham nenhum conhecimento pra usar essa medicação, e eles começaram a usar, sem nenhum teste pré-clínico ou clínico pra usar flutamida...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Desculpa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... que é usada para o câncer de próstata.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O uso dessa medicação, como colocou o Senador Otto...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Desculpa interromper.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se deu no âmbito de ensaios clínicos? Houve ensaios clínicos pra isso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Veja, são questões diferentes. Eu acho muito importante eu esclarecer. Uma coisa era o *kit* covid, aquele *kit* que era entregue num saquinho de medicamentos como tratamento precoce ou preventivo, tá? Esse *kit* nunca foi composto pelo medicamento flutamida. A flutamida vinha sendo administrada para todos os pacientes que internavam na rede hospitalar por covid. Aí, era diferente, eram pacientes internados. Medicamentos como a flutamida ou o que eles chamavam de tratamento via nanopartículas feitos com enriquecimento, parece, de metotrexato também foram feitos a título de experimento ou de forma experimental. Medicamentos como etanercepte também foram utilizados e também heparina inalatória.

No caso desses quatro, eram para pacientes internados, aí é diferente do *kit*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. Eu peço pra colocar o vídeo, Izabelle, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse é o diretor da Prevent, não é?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É o diretor executivo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mesmo? Todos os pacientes?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, todos os pacientes. Essa foi... Foi o mesmo relato que eu ouvi de diretores, coordenadores. Todos os pacientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode deixar passar um pouco mais o vídeo.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É importante registrar a autonomia médica, né? Todos os pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Muito obrigado.

Quando era feito aos pacientes, como era esse pedido de consentimento? Havia esse pedido de consentimento?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Essa é uma questão divergente, e eu posso explicar o porquê. No primeiro momento, quando a gente tem um dos diretores da instituição, Dr. Felipe Cavalca, se eu não me engano, ele encaminha uma mensagem e diz que não era para que os médicos informassem nem os pacientes nem a família dos pacientes a respeito do tratamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, essa informação é muito importante, Senador Girão...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, só que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia um pedido de quem para não informar nem ao paciente nem aos familiares o risco do tratamento?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Um dos diretores da instituição, de nome... conhecido como Dr. Cavalca, encaminha uma mensagem aos grupos de WhatsApp, e, nesses grupos de WhatsApp, vai a seguinte informação: de que não era para informar nem o paciente nem as famílias do tratamento a ser realizado.

Deixa eu esclarecer para vocês uma outra questão também de forma bem objetiva. A rede Prevent Senior é uma operadora de saúde que detém hospitais próprios. Então, dentro desses hospitais é que ocorriam essas orientações. Cada um desses hospitais... ele era...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela é verticalizada.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Exatamente, ela é verticalizada. Então, você tem a rede Prevent Senior, que é a operadora de saúde, que é a proprietária dos hospitais, que é a rede Sancta Maggiore de hospitais; e, além desses hospitais, eles possuem um instituto, que se chama Instituto Prevent Senior.

O instituto validava o protocolo ou as pesquisas que seriam feitas. Passa-se a informação à direção executiva, e a direção executiva transmite essa informação aos diretores clínicos de cada uma das unidades hospitalares ou dos serviços de pronto atendimento. Eles recebem essas informações e passam para a equipe de coordenadores e plantonistas, e assim por diante. Toda a comunicação, nesse momento, era feita por WhatsApp, por grupos de WhatsApp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria... Ainda sobre a questão do pedido de consentimento...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Ah, certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse pedido de consentimento era específico e detalhava os riscos aos quais os pacientes poderiam estar submetidos?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Essa... Essa questão é complicada de responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, especificamente...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Porque, veja só, o paciente idoso é extremamente vulnerável. Então, para o senhor entender o que acontecia, o médico falava para o paciente idoso que tinha um tratamento bom que iria começar – esse paciente era o paciente da telemedicina. Eles falavam para o paciente: "Olha, você vai passar por um tratamento. É um tratamento muito eficaz, é um tratamento novo. Se você quiser participar desse tratamento, você precisa dar um o.k.". E eles davam esse o.k., mas eles são parte de uma população vulnerável. Eles não sabiam que seriam feitos de cobaia; eles sabiam que iriam receber um medicamento. São coisas diferentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o hospital não detalhava...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não detalhava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... os riscos a que o paciente estava submetido?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não detalhava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não detalhava.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Ainda que isso fizesse parte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos aqui pedidos de termos de responsabilidade, autorização de tratamento.

Isso era pedido a todos os pacientes ou não era pedido? Essa é a pergunta.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Aí que está, isso não era posto como um termo de autorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando os medicamentos eram retirados na unidade hospitalar, o discurso utilizado pelos médicos era o seguinte: "Olha, está aqui a prescrição do senhor." Quando ele chegava à farmácia – porque a farmácia disponibilizava; só depois de um tempo que passaram a ficar à disposição nos consultórios médicos –, no momento em que eles iam fazer a retirada do medicamento, era passada a seguinte informação: "Para retirar essa medicação, o senhor precisa assinar aqui."

Eles não tinham ciência de que o "assina aqui" era o termo de consentimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

É verdade que o termo de consentimento para o tratamento era genérico, ele não falava especificamente do tratamento precoce ou da hidroxicloroquina?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Era um termo genérico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era um termo absolutamente genérico?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Era um termo genérico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tratava disso, não é?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Tanto o disponível no hospital como aquele que era disponibilizado via mensagem de SMS em que o paciente dava um o.k. Muitos pacientes não liam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente, isso é muito importante.

Quem são os proprietários ou controladores da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Como? Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem são os proprietários ou controladores da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A Prevent Senior é uma operadora de saúde que foi constituída por dois irmãos, o Fernando Parrillo e o Dr. Eduardo Parrillo, médico geriatra. Eles são proprietários da rede Prevent Senior.

O Diretor Executivo é o Dr. Pedro Batista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. poderia nos dizer o que é o estudo LDE-MTX, que foi levado à frente sob a responsabilidade do Dr. Rodrigo Esper e que consta em alguns termos de consentimento ou de autorização?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Posso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já que não havia o consentimento.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Posso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Essa é uma pesquisa que foi denominada pesquisa de nanopartículas.

Esse era o nome utilizado, é um nome para causar impacto com relação à tecnologia estar imbuída nesse tipo de tratamento, e ele foi divulgado pelo Dr. Rodrigo Esper como sendo um tratamento revolucionário para covid em pacientes internados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que era o... Nessa entrevista, o Pedro Benedito coloca que era a primeira experiência de tratamento da covid que seria levada ao mundo com o patrocínio do Governo brasileiro.

Qual era o papel do Rodrigo Esper na Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O Dr. Rodrigo Esper e o Dr. Fernando Oikawa são diretores do Instituto Prevent Senior de Pesquisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existem relatos de que vários pacientes receberam a hidroxicloroquina mesmo que pertencessem a grupos com contraindicações para o seu uso.

Algum profissional avaliava, por favor, Dra. Bruna, a conformidade da prescrição de cada pessoa ou a indicação dos medicamentos era feita de maneira indiscriminada, genérica para todos?

Se puder precisar para a gente avançar aqui na...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Posso, posso.

Num primeiro momento, quando a gente analisa o histórico de conversas via WhatsApp, fica claro que existia uma intenção de controle, ou seja, a intenção era para que esses médicos, além de identificarem o quadro clínico desses pacientes, fizessem um acompanhamento mais completo, ou seja, que pudessem pedir o eletrocardiograma, para que pudessem pedir o exame de tomografia. Contudo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quantidade, a demanda era tamanha que, apesar de existir essa intenção, eles deixavam de aplicar ali, não sei por qual motivo, inclusive não existia a confirmação via PCR.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Quem foram os responsáveis pela testagem em massa da hidroxicloroquina?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade. Ela está trocando a máscara.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Como, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foram os responsáveis pela testagem em massa da hidroxicloroquina em pacientes com covid-19?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Os responsáveis eu acredito que não me cabe apontar, até porque cabe às autoridades investigar. A ordem, a determinação vem do Dr. Pedro Batista, na condição de Diretor Executivo, com protocolo assinado por uma série de médicos, o que inclusive eu disponibilizei para os senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a pergunta mais fácil...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Então, tinha como infectologista responsável a Dra. Carla Guerra, tinha o Dr. Rafael, que também é um dos diretores da instituição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ... enquanto médicos responsáveis por hospitais, e, dentro do Instituto Prevent Senior, os principais responsáveis eram o Dr. Rodrigo Esper e o Dr. Fernando Oikawa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não houve ensaio clínico, não houve nada.

A Prevent Senior obteve autorização da Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) para realizar pesquisa com hidroxicloroquina?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Segundo o artigo que foi publicado, a pesquisa teve início no dia 26 de março. Contudo, o pedido de autorização para que essa pesquisa acontecesse se deu no dia 4 de abril. Em poucos dias, eles apresentaram um estudo prévio com determinadas informações. Antes da suspensão desse estudo, então, eles tiveram menos de uma semana entre a efetiva autorização – porque uma coisa é o protocolo de pedido e outra é a efetiva autorização – até a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspensão do estudo. Inclusive um dos motivos da suspensão do estudo foi o fato de eles já terem os dados pré-prontos, eles entregaram em três dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Bruna, qual era então o objetivo de aplicar o chamado tratamento precoce em massa como experiência inédita no Brasil? Qual era o objetivo?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O objetivo, segundo me foi relatado, é que as pessoas tivessem a impressão de que existia um tratamento eficaz contra a covid-19, seja a título de prevenção mesmo, o que é, na minha visão, uma absurda acepção à questão das vacinas, a única medida preventiva que existe contra é a vacina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ... mas eles tinham a intenção de dizer que, se as pessoas ficassem doentes, elas teriam tratamento, desde que esse tratamento fosse feito. E esse tratamento recebeu o nome de tratamento precoce. Eles denominavam isso como *golden day.* Então, no segundo dia de sintomas, as pessoas tinham que receber o *kit*, tomar e supostamente estariam salvas de qualquer complicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A seu ver, Dra. Bruna, a administração da hidroxicloroquina foi utilizada também como estratégia para não internar pacientes que evidentemente precisavam de hospitalização?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não é nem uma questão interpretativa, é uma constatação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, esteja à vontade.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – As mensagens de texto encaminhadas e disponibilizadas à Comissão Parlamentar de Inquérito mostram que a Prevent Senior não tinha a quantidade de leitos necessários de UTI e que, por isso, orientava que fosse feito o tratamento precoce...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse dado é muito importante. Uma das causas é que a Prevent Senior não tinha a quantidade de leitos necessários para internamento das pessoas...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, a quantidade de leitos de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para os usuários do plano e da operadora.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A quantidade de leitos de enfermaria eu não sei dizer; o que eu posso dizer e afirmar, segundo mensagens que foram entregues, é que a operadora de saúde não teria condições de suportar essas internações na UTI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ela fez convênio com alguns outros hospitais?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Segundo informações que eu tive, sim. A Prevent Senior tem convênio com outros hospitais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Leforte é um deles?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A internação dos pacientes era feita em hospitais da rede.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O Hospital Leforte é um deles?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Não tenho essa informação, Senador. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E esse Hospital Santa Marcelina?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois eu estou tendo uma informação aqui de que o convênio era feito com... Eu não sei se é verdade ou não, por isso estou perguntando para a senhora. Mas que também esse protocolo era encaminhado a esses hospitais conveniados. Então, estão me falando aqui do Hospital Leforte e do Hospital Santa Marcelina.

Seria bom saber quantos pacientes da Prevent Senior, associados à Prevent Senior foram tratados nesses dois hospitais, ou se não foram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Levantaremos essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, segundo informação, o protocolo saía de lá já para esses outros hospitais, por essa questão aí de falta de leitos.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Segundo informações que acabaram de chegar dos clientes, o Leforte, sim, e o Santa Marcelina, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O Leforte, sim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim.

É importante destacar que os médicos estão acompanhando a oitiva e estão me orientando com relação às respostas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Santa Marcelina, não. Até peço desculpa em citar os hospitais. Eu não tenho conhecimento, estou querendo ser, aqui, justo. Eu só estou perguntando, não estou acusando ninguém, tá?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E se o tratamento era o mesmo a partir dos usuários. Era o mesmo! Então, a doutora está fazendo uma constatação de que uma das estratégias poderia ser para não internar pacientes que precisavam evidentemente de hospitalização.

Uma outra...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – A principal, a principal... Desculpe interrompê-lo, Senador. A principal estratégia na verdade era confirmar o projeto. Na verdade, era passar informações de que existia um tratamento e de que ele era eficaz. Essa era a finalidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Os estudos da Prevent Senior, Dra. Bruna, foram utilizados para tentar justificar tecnicamente a adoção de abordagens baseadas – a pergunta anterior – em custos reduzidos? "Sim" ou "não"?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Segundo a descrição dos médicos, sim, é muito mais barato você disponibilizar um conjunto de medicamentos aos pacientes do que fazer a internação desses pacientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O uso dessa medicação era uma maneira de aproximar a Prevent Senior do Governo Federal?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, é porque...

A SRA. PRESIDENTE (Bruna Mendes dos Santos Morato) – Na verdade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... essa última resposta dela foi tão impactante que a gente tem que digerir um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela poderia repetir? Porque, assim, tudo que a Dra. Bruna está falando aqui é estarrecedor, impactante! Essa última... Eu cheguei a ficar assim impactado, dá um pouco de náusea, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Tanto que você engasgou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É.

Seria necessário a Dra. Bruna reiterar o que ela disse, para ficar bem claro na resposta anterior.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Qual parte, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com relação aos estudos da Prevent, foram utilizados para justificar tecnicamente a adoção de abordagem baseada em redução de custo?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim. Era uma estratégia para redução de custos, uma vez que é muito mais barato para a operadora de saúde disponibilizar determinados medicamentos do que efetivamente fazer a internação daqueles pacientes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Meu Deus do céu!

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ... que usariam aquele conjunto de medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A informação que a gente tem é de que pelo telefone eles já mandavam o *kit* para casa.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim. A pesquisa que foi registrada...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E os vendedores do plano, do plano – nós também temos essas informações –, eles anunciavam, Senador Tasso, que no contrato já receberiam o *kit*, no contrato do plano já receberiam o *kit*.

Por favor, Dra. Bruna. O uso dessa medicação e da inédita experiência eram uma maneira de aproximar a Prevent Senior do Governo Federal para obtenção de benefícios?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Na verdade, pelas informações que me foram passadas, essa era uma consequência. A aproximação já havia sido feita quando ela se propôs a fornecer dados que fossem favoráveis ao tratamento preventivo ou tratamento precoce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é a relação hierárquica dos diretores clínicos da Prevent Senior com os médicos assistentes?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Desculpa, Senador, pode repetir a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como era a relação hierárquica dos diretores clínicos da Prevent Senior com os médicos assistentes?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Médicos assistentes que o senhor diz da instituição hospitalar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Ah, sim.

O diretor clínico é responsável por toda a equipe clínica. Abaixo dele se encontram os coordenadores; a Prevent Senior tem uma figura muito especial que se chama guardiões; e, abaixo dos guardiões, os médicos plantonistas. Há figuras como gerentes e etc., mas eles não têm tanta relevância. O que fica muito claro é: dentro da instituição hospitalar, o diretor clínico; abaixo do diretor clínico, a equipe de coordenação; abaixo da equipe de coordenação, o conjunto de guardiões; e, abaixo do conjunto de guardiões, os plantonistas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Então, a direção... As diretrizes clínicas da Prevent Senior são verticalizadas ou a terapêutica é definida pelo médico assistente? Ou vem de cima a orientação? É essa pergunta...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A orientação da Prevent Senior sempre vem de cima e ela sequer vem da instituição hospitalar. Ela vem da direção executiva da operadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela vem da direção executiva?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O protocolo é institucional, ele não é individualizado para cada unidade hospitalar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mais uma vez desfaz a miragem de que os médicos teriam autonomia, não é isso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, os médicos não têm autonomia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os médicos não têm autonomia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela fala em 2020, não é?, esse tratamento... Em janeiro deste ano – janeiro deste ano, Senador Humberto –, a Dra. Mayra, que continua no Ministério da Saúde, que tem o pensamento... Ela leva para Manaus, naquele momento trágico da cidade de Manaus e do meu Estado... Ela leva o TrateCov, que é isso aí que ela está dizendo aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é o ano passado, não. É este ano, é em janeiro deste ano. Veja bem, quantas vidas poderiam ter sido salvas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Mayra levou para o seu Estado o protocolo Prevent Senior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso aí. Ela levou para o Estado do Amazonas e usou em massa, porque a quantidade de pessoas atendidas num hospital é bem menor do que numa cidade ou num Estado. Ela usou em massa, na cidade de Manaus, esse tratamento precoce, uma cidade com mais de 2 milhões de habitantes. E hoje tem gente indo a óbito, Senador Renan – agora, hoje, amanhã – relacionado aos efeitos colaterais de cloroquina, ivermectina, vitamina D, tudo em excesso, propagando isso lá.

Mas, pasme o Brasil: essa pessoa que está dentro do Ministério da Saúde ainda continua no Ministério da Saúde. Então, por mais que a gente tenha denunciado aqui, Senador Renan, por mais que a CPI tenha provado, por mais que o Brasil saiba hoje, ainda a pessoa que defende isso continua recebendo o dinheiro do povo brasileiro para ter essa política de tirar a vida das pessoas; não é de salvar vidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela continua lá no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Continua no Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mandando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Manda, manda mais do que o Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem sabe até com outros TrateCovs.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o próprio Presidente da República ainda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, e ainda entra com uma ação, porque nós denunciamos aqui – a CPI denunciou – que ela encaminhou essa oferta para o Governo de Portugal, rapaz – paro o Governo de Portugal!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E para a OMS.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já não bastava isso no Brasil, ainda quer exportar morte para outros países.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Queiroga propôs à OMS o tratamento agora, há três, quatro meses! E nunca é demais lembrar que o Presidente da República repetiu na ONU a eficácia do tratamento, na semana que passou!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas o Ives Gandra não vê problema, não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vê problema... (*Risos.*)

Uma outra pergunta, Dra. Bruna...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E vamos agilizar.

As diretrizes clínicas são verticalizadas e definidas pelo médico assistente? Eu perguntei, e a senhora respondeu: "Não, é definida pela direção executiva sempre".

De que maneira a Prevent Senior pressionava os profissionais de saúde a cumprirem a indicação do tratamento precoce aos seus beneficiários?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Retomando o lema de lealdade e obediência, esses médicos eram conduzidos a participar de inúmeras palestras, que eles denominavam curso, em que eles recebiam informações, entre elas sobre a eficácia do tratamento precoce. Aí que entra a desassociação entre os responsáveis pelas informações que eu recebi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja, eu tive informações que me foram encaminhadas por responsáveis pela equipe, pessoas que diziam, de forma muito real e muito verdadeira, que aquelas informações, aqueles dados que eram passados nos cursos da operadora de saúde aos médicos que apontavam a efetividade do tratamento ou o sucesso do tratamento não eram reais. Esses médicos afirmavam que esses dados eram modulados, por isso a disponibilização dessas tabelas. Inclusive, também acho válido mostrar pra vocês e informar que todos os pacientes que nós nomeamos aqui e informamos que chegaram a óbito, de fato, faleceram. Essas informações também se encontram à disposição da CPI. O Dr. Pedro Batista falou sobre a alteração de dados e nunca existiu alteração de dados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. V. Exa. tem conhecimento de algum profissional que tenha sofrido represálias por não seguir o errôneo protocolo da Prevent Senior de indicar o tratamento precoce, de impor o tratamento precoce a todos os pacientes?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Inúmeros profissionais foram coagidos. Alguns foi chamada a atenção, e era um modo muito complicado porque eles eram repreendidos na frente dos colegas. Outros profissionais foram demitidos. E existia um castigo estipulado dentro da rede, que era a redução de plantões, ou seja, se você...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah!, o castigo, a consequência econômica era reduzir os plantões.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Redução de plantões. Se você não demonstrasse lealdade aos preceitos da empresa e obediência àqueles protocolos que lhe eram apresentados, você sofria punições.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguma denúncia de constrangimento ou restrição à autonomia médica foi oferecida ao Conselho Regional de Medicina ou ao Conselho Federal de Medicina?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Aí eu posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Levantar?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu posso levantar com absoluta certeza, até porque eu fui responsável por uma defesa em que nós colocamos isso no bojo da defesa, na condição de denúncia. Mas eu também devo informar o seguinte: esses médicos recebiam a informação de que o Conselho Federal de Medicina e de que o Cremesp, de São Paulo, ou seja o Conselho Regional de Medicina de São Paulo, teria relação com a empresa, de modo que eles tinham muito medo de levar essas denúncias ao Cremesp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. poderia explicar mais uma vez essa coisa absurda que é essa política obediência e lealdade da Prevent Senior e qual é o seu objetivo?

Essa empresa, pelo que nós estamos vendo aqui mais uma vez e pelo dia a dia, parece rasgar deliberadamente todo o Juramento de Hipócrates, inclusive seu maior mandamento, que é o de não causar o mal. Eu queria só lembrar que o próprio Código de Nurembergue, criado após os experimentos humanos na Segunda Guerra Mundial, é claro em dez itens. Os mais importantes são: experimentos só com consentimento; evitar o sofrimento; experimentos com risco de morte ou invalidez não são aceitos; eles precisam ser conduzidos por pessoas cientificamente altas. Nada disso foi respeitado nessa várzea medicinal que é, lamentavelmente, a Prevent Senior.

V. Exa. poderia explicar de novo esse absurdo que é a obediência e a lealdade, que é a prática, que é a cultura da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Posso, posso explicar novamente. Eu gostaria só de fazer um esclarecimento com base naquilo que eu acabei de dizer.

A informação de que existia certa homogeneidade com relação ao entendimento da rede, do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Regional de Medicina é uma informação que me foi transmitida pelos médicos e era a informação que os médicos recebiam. Eles, inclusive, pedem pra que essa situação seja devidamente averiguada, já que não existe qualquer prova a respeito disso. Mas era um medo que eles tinham...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ...e esse medo fez com que eles não tivessem coragem de fazer denúncia.

Em resposta à sua pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Conselho Federal de Medicina... Inclusive, o Presidente agrediu a CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agrediu e foi defensor desse tratamento, incompreensivelmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Pois é, mas me diga uma coisa: o Conselho Federal de Medicina... Quem é médico aqui podia até me explicar, ou a senhora, doutora, mesmo não sendo médica, mas que atua nessa área. Eles têm um departamento, eles têm um local pra fazer pesquisa pra poder defender depois as coisas? Baseado em que o Presidente do Conselho Federal de Medicina defende um medicamento sem nenhum tipo de pesquisa? Como é isso? Eu não entendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Na verdade, o Conselho Federal de Medicina, num primeiro momento, atuava de forma muito justa, na minha visão, porque eles atuavam em defesa da autonomia médica. Então, o que eu vi de manifestação é que eles acreditavam que o uso da hidroxicloroquina ou da azitromicina poderia ser feito porque haveria indícios de suposta eficácia, desde que fosse respeitada a autonomia médica, o que não foi respeitado dentro dessa instituição de saúde, que fez um *kit* pré-pronto, que vinha lacrado, que era entregue lacrado, em que existia uma bula como se fosse um manual.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Dra. Bruna.

Esses 12 médicos que a senhora defende chegaram a fazer alguma denúncia ao Conselho Regional de Medicina ou ao Conselho Federal de Medicina?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Esses médicos vêm fazendo denúncias insistentemente desde 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora poderia nos dar alguma coisa concreta? Não é denúncia... É escrever mesmo e dizer: "Olha, está acontecendo isso aqui assim, assim, assim". Fizeram isso junto ao Conselho Federal de Medicina?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Conforme eu expliquei, eles tinham uma grande preocupação em se identificar. Esses médicos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque essa autonomia... Foi baseada na autonomia médica que o Presidente Bolsonaro... Inclusive, eu protocolei um projeto e retirei meia hora depois...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque existia ali e não havia um debate. As pessoas diziam: "Omar, vamos debater." Retirei, mas ele usou isso contra mim várias vezes.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Entendi.

Cabe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As redes *fake* usaram muito contra mim... E esse Presidente do Conselho Federal de Medicina fez uma carta... Era o cara, o dono da verdade ali.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isto que eu quero saber: se o Conselho Federal de Medicina recebeu denúncia desses médicos que a senhora está acompanhando nesse processo.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, se ele recebeu, o papel dele era fazer o quê? Investigar.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Deixe eu fazer um esclarecimento que talvez seja necessário para quem não atua na área médica: os conselhos, tanto o Federal de Medicina como o Regional de Medicina, não aceitam denúncias anônimas, você precisa se identificar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é o caso!

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não, veja...

E esses médicos participavam de uma empresa cuja política era de coerção: "Eu não posso passar informações a respeito dessas denúncias específicas porque aí eu identificaria os meus clientes, que já estão sendo ameaçados."

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então essa postura desses médicos também não tem o apoio do CRM nem do Conselho Federal de Medicina. Não podem nem advogar, porque, já que eles não fizeram o papel, o dever deles...

Porque essas coisas, doutora, é o seguinte... Nós estamos ouvindo a senhora aqui... O que eu perguntei e pergunto: olha, teve algum outro problema? O senhor da Prevent Senior falou aqui que tinha tido problema, que o cara tinha sido sócio... Eu falei: isso não me interessa.

O fato é que a Prevent Senior usou um tratamento que não é comprovado cientificamente, mas existe um outro fato também: é que esses profissionais de saúde, mesmo pelo juramento que eles fazem, que fizeram quando receberam o diploma, eles também tinham o dever e a obrigação de fazer a denúncia ao Conselho Regional de Medicina e ao Conselho Federal de Medicina de que eles estavam sendo obrigados, dentro de uma unidade de saúde, a prescrever medicamentos que não estavam salvando ninguém – pelo contrário, estavam matando gente!

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sr. Presidente, é importante deixar muito claro: esses médicos são pessoas muito boas, que detêm a minha máxima confiança.

Eu entendi o que o senhor quis dizer. O que eu gostaria de esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou julgando, eu não estou fazendo nenhum juízo de valor deles não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Concordo, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou dizendo que eles, como médicos, eles têm uma instituição, eles têm alguém que os representa. No Estado, é o Conselho Regional de Medicina e, na área federal, o Conselho Federal de Medicina.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O senhor me permite uma analogia?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutora, deixa eu lhe dizer uma coisa: o seu depoimento está sendo excepcional pra todos nós aqui, mas a minha cautela em relação a essas coisas é o seguinte. Eu não estou aqui dizendo... Aconteceu tudo isso e mais alguma coisa dentro da Prevent Senior. O que eu estou lhe dizendo é que, se essa denúncia tivesse sido feita antes, vidas teriam sido poupadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sem dúvida.

Será que os próprios profissionais médicos, esses citados, não estavam impregnados pela cultura da obediência e da lealdade?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – É, eu gostaria de fazer uma analogia aqui muito importante: pessoas em situação de coação – e neste caso eu posso fazer uma analogia à violência doméstica por exemplo – têm extrema resistência a se identificar e fazer denúncia, justamente por conta da política de opressão. Se você trabalha numa empresa cujo lema é a lealdade, não existe qualquer possibilidade técnica de você fazer uma denúncia identificada, como é o caso dos Conselhos Federal e Regional de Medicina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas lealdade é ao juramento que eles prestaram...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Só um complemento... Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... não é à direção executiva da empresa.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Só um complemento: existe uma lei de proteção à testemunha e réu colaborador, que é a Lei 9.807...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Esses médicos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... de 1999, que prevê o acobertamento pelo próprio Estado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Eu peço para exibir o próximo vídeo...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu peço só licença para esclarecer antes que esses médicos... Volto a dizer: esses médicos sempre resistiram, eles sempre levaram essas informações, são pessoas idôneas.

Quando eles resistiam, lá em 2020, março, abril, junho e julho, eles eram condicionados a participar de cursos em que lhes era informado que aquela informação que eles tinham era equivocada.

Vou dar um exemplo muito claro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, quem deveria estar dando depoimento hoje seriam esses médicos, Presidente, e não advogada, porque me parece que está sendo arrastada para a CPI uma disputa trabalhista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é isso? Meu Deus!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E não é o caso. Testemunha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Disputa trabalhista?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Testemunha, testemunha...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não existe nenhuma denúncia trabalhista.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Testemunha... Veja, testemunha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Disputa trabalhista? O que nós temos aqui, o que temos aqui é o depoimento de uma chacina!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Testemunhas que poderiam colaborar com a CPI seriam estes médicos, e não a advogada dos médicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse é um dos depoimentos mais estarrecedores que tivemos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeitosamente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É um desvio de finalidade; é um desvio de finalidade do papel da CPI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, é um absurdo o que o Senador está falando, Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Olha só nível do governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Trata como disputa trabalhista a morte de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Rapaz...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A morte de pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Os fatos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, ela está aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que eu estou dizendo é que quem deveria estar sentado aqui dando depoimento eram os médicos, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tem essa...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador Marcos Rogério, eu defendo os meus clientes, e é por isso que eu estou sentada aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, aqui não tem espaço para defesa de cliente.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Esse é o meu papel, eu sou advogada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aqui o espaço é para defesa da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O meu papel de advogada é defender os meus clientes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, quem deveria estar aqui dando depoimento seriam os médicos. Se não vieram, não vieram por quê? Porque não têm o que dizer?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se não me engano...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Porque foram ameaçados e coagidos!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não existe!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, é PJ, não é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora nós temos a figura da testemunha por procuração. Nunca vi isso!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não existe a condição de testemunha por procuração.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho, por favor.

Os fatos relatados pela Dra. Bruna são fatos contundentes, fatos que aterrorizam qualquer cidadão de bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – E com provas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E com provas, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela é uma testemunha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Desses fatos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A testemunha não precisa praticar ato nenhum não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A testemunha? Não, não, não, Presidente, isso aí não é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A testemunha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há procuração para ser testemunha, Presidente.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador, eu gostaria que o senhor falasse comigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não passe a ideia de que V. Exa. está...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador, eu gostaria que o senhor direcionasse a pergunta a mim, eu vou responder ao seu questionamento.

Eu sou, sim, parte, e defendo os meus clientes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu não fiz questionamento à depoente.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O senhor fez uma afirmação, e uma afirmação equivocada, por isso eu gostaria de lhe corrigir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, eu não estou fazendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ouça ela, Senador Marcos, a Bruna quer responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que eu estou dizendo é que quem deveria estar aqui eram os médicos.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Os médicos serão mantidos em sigilo para proteção dessas pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Postura machista com a Bruna!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois é, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não, sexismo não, Randolfe, sexismo não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então ouça a advogada!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não vem com esse apelo baixo não!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou garantir... Eu vou garantir... Só um minutinho!

Eu vou garantir a palavra à Dra. Bruna. Acabou! Ela vai falar, ela está aqui como testemunha dos crimes cometidos dentro da Prevent Senior...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dos crimes cometidos dentro da Prevent Senior! Ela é testemunha dos crimes!

Vem cá...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marco Rogério... Senador Marco Rogério, se, supostamente, um Senador aqui cometeu um crime e foi contar para o senhor: "Olha, eu acabei de cometer isso, isso, isso." Daqui a um mês, dois meses, o senhor é chamado para depor e lá diz: "Olha, o Senador fulano de tal me disse que fez isso, isso e isso." O senhor não é uma testemunha?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, Sr. Presidente, espero que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não é uma testemunha?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – .Espero que, quando alguém for chamado às barras da lei, não use testemunha por tabela, não é, Presidente?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Presidente! Presidente! Presidente, com todo respeito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que eu estou dizendo aqui é que os médicos deveriam estar aqui, só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Presidente, com todo respeito, o Senador Marcos faltou à aula de Processo Penal. Eu vou explicar aqui para ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Senador...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Existe testemunha direta e existe testemunha indireta!

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A questão aqui é que nós temos uma mulher...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador, eu nunca lhe disse que V. Exa. faltou aula Direito Penal, de Direito Constitucional...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Existe testemunha direta e testemunha indireta!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Humberto...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Testemunha direta é aquela que sabe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A questão é a posição...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ...testemunha indireta é aquela que ouviu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só estou dizendo, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Senador Marcos não consegue admitir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que eu estou dizendo, Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Volte a palavra para o Relator, Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem deveria estar aqui eram os médicos, só isso!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Humberto! Senador Humberto, o senhor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A base do Governo vem com a antiga tática...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Calma, pessoal! Vamos deixar os nossos ânimos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Quando não têm defesa, tentam tumultuar! Essa é a tática da base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Dra. Bruna...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, a CPI... A oposição não tem...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está garantida a palavra para a Dra. Bruna.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador Marcos Rogério, eu gostaria de esclarecer algumas coisas sobre as quais o senhor demonstra bastante desconhecimento. No primeiro momento, o senhor desconhece as prerrogativas. Eu estou aqui porque eu tenho direito de estar aqui e estou aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Prerrogativa de advogada ou de testemunha?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Estou aqui para defender os interesses dos meus clientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, não dá pra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, tem que deixar claro se é advogada ou se é testemunha!

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Se o senhor desconhece a função social do advogado, o senhor não deveria estar aqui me inquirindo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha... Me desculpe, Presidente...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu estou aqui zelando pelos interesses dos meus clientes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me desculpe, Presidente...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ...e eu vou defender...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Testemunha por procuração: a primeira vez que eu vi!

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu vou defender os interesses dos meus clientes, e um dos interesses...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, está indo... Aí ficou claro, Presidente...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Um dos interesses...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...está aqui defendendo os interesses dos clientes!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Da vida!

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – E relatando a verdade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – E relatando a verdade!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E a CPI se prestando a esse papel!

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – E relatando a verdade, Senador. Se o senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E a CPI se prestando a esse papel!

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Se o senhor desconhece as prerrogativas, eu sinto muito, realmente eu sinto muito. Essa descompostura, essa deselegância que o senhor tem e outras pessoas têm na tentativa de desqualificar a denúncia só mostra que vocês não têm qualquer condição técnica pra tentar contestar os fatos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou me vitimizar, não, Presidente...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Os fatos são fatos concretos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não vou me vitimizar, não, mas V. Exa. ouviu que a advogada, que está aqui com uma procuração para ser testemunha no lugar de alguém, parece que veio aqui na condição de corregedora. Eu não estou desqualificando a advogada; pelo contrário, eu sempre defendi o papel de advogado nesta CPI, sempre. Eu não faria isso jamais contra V. Sa., contra seu patrono ou contra qualquer profissional do Direito, jamais.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O senhor tenta desqualificar a denúncia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, eu tenho aqui o tempo todo defendido, Sr. Presidente, a qualidade do depoimento. Depoimento por procuração de advogado? Olha, respeitosamente...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O meu depoimento está pautado em fatos e documentos comprobatórios. Eu vim aqui com um conjunto probatório que diz que o que eu estou dizendo tem fundamento, tem prova. Se não fosse assim, eu não estaria aqui sentada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espero que o Ministério Público não esteja adotando as práticas que nós estamos vendo na CPI neste dia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos lá, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora está com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta, e a depoente foi interrompida, lamentavelmente, sobre o que ela poderia enfatizar dessa cultura da obediência e da lealdade para adentrarmos a parte seguinte. Se V. Exa., Dra. Bruna, puder...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sintetizar as respostas, será melhor para todos.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Será melhor para todos, inclusive para o esclarecimento definitivo desse fato, que é uma repetição do clássico *O Médico e o Monstro*.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Perfeito.

A cultura de lealdade e obediência adotada pela rede está arraigada há anos. Então, os médicos da instituição devem ser leais às ordens que lhe são dadas e devem obedecer a essas ordens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Isso é a cultura organizacional da rede Prevent Senior.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Eu peço para exibir o vídeo.

Nós vamos fazer perguntas pontuais. Responda pontualmente, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Bruna, pontualmente: a senhora tem informação de que o Dr. Wong, divulgador do *kit* covid da hidroxicloroquina e membro destacado do governo paralelo, recebeu o chamado *kit* covid?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Tenho. Essa informação consta no prontuário do paciente Anthony Wong.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, a senhora acaba de enfatizar que tem as informações e que as informações constam no prontuário do paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Essas informações são reais. No depoimento do Dr. Pedro Batista, ele teria insinuado que o acesso a esses prontuários se deu por maneira espúria. Então, cumpre esclarecer que esses prontuários foram entregues pela própria Prevent Senior, em sua integralidade, ao Conselho Regional de Medicina, em um processo movido contra um médico que supostamente teria vazado informações, o que não é verdade, até porque essas informações nunca chegaram a conhecimento público. E consta no prontuário desse paciente, desde a evolução da enfermaria até dos médicos, da equipe de fisioterapia e nutrologia, que ele fez o uso dos medicamentos hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina e colchicina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, Sr. Presidente, eu quero requerer oralmente que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requeira o compartilhamento dos prontuários da Prevent Senior. Se já não foi aprovado pela CPI, é urgente que esses documentos estejam nesta Comissão Parlamentar de Inquérito nas próximas 72 horas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador Randolfe – desculpe interromper –, esses prontuários já foram disponibilizados pelo Cremesp à Comissão Parlamentar de Inquérito – informação que eu tive. Eles se encontram, em sua integralidade, à disposição de todos vocês pra avaliação, assim como das autoridades competentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só informar que, como desinformador do tratamento precoce, esse Dr. Anthony Wong foi quem teve o maior número de visualizações no Brasil, portanto ele deve ter cumprido um papel exponencial com relação a essa desinformação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – E foi tratado pela Nise Yamaguchi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi tratado pela Dra. Nise Yamaguchi, e ambos pertenciam ao gabinete paralelo. O Presidente da República defendia, falou com o Primeiro-Ministro da Índia para mandar os princípios ativos da hidroxicloroquina.

No dia em que ele fez isso, o então Ministro da Justiça Sergio Moro fez uma postagem cumprimentando e exaltando o Presidente da República pelo fato de ter falado com o Primeiro-Ministro, e isso colaborava verdadeiramente no tratamento dessas pessoas com covid-19. Depois, o Ministro da Justiça apagou – o ex-Ministro da Justiça – essa postagem das suas redes sociais, mas nós temos a comprovação delas aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Marcos do Val está pedindo uma questão de ordem já há bastante tempo.

Eu vou passar a palavra para o Senador Marcos do Val, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

É só uma questão de ordem bem rápida, porque é o seguinte... Ela, no início, falou aí que está representando 12 médicos e que tem 5 mil médicos ainda ativos na Prevent Senior. Fazendo um cálculo rápido, isso representa – esses 12 médicos – 0,25%. Eu acho que é uma porcentagem muito pequena para a gente achar que a exceção é a regra, porque não é possível que 5 mil médicos estariam em silêncio compactuando com tudo isso que está sendo dito. Eu acho que a gente precisa ter muito ponderamento, porque a gente tem uma questão da saúde, de vidas. Parece mais uma teoria da conspiração, as exceções...

E, como ela nunca trabalhou lá, como nunca foi funcionária, aí eu valido a fala do Senador Marcos Rogério na questão de como ela pode estar falando o que acontece se ela está se baseando no ouvir dizer.

E 0,25%, 12 médicos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, cadê a questão de ordem?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... num mundo de 5 mil médicos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente... Cadê a questão de ordem, Presidente?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É realmente uma porcentagem bem inexpressiva.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente. Aí não dá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a sua questão de ordem, Senador Marcos do Val?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Cadê a questão de ordem? Só para ele justificar aí a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é sua questão de ordem, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – A questão de ordem... (*Falha no áudio.*)

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu posso responder, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não responda, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não... Presidente, vamos seguir!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Presidente, porque é o seguinte: não pode atravessar a inscrição!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu mesma fui advertida aqui a não usar a palavra que não seja no meu horário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, ele também não vai usar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Omar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos seguir com o Relator, Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou ouvindo, Presidente Marcos do Val.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todo mundo faz uso da palavra aqui...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, a questão de ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... sem apresentar fundamento de questão de ordem e é aceito.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – A questão de ordem, no início...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso está sendo desonesto com o colega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, Senador. Seria desonesto comigo se ele admitisse a fala dele.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – A questão de ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Deixe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Por favor, alguém... Posso...?

Exatamente no momento em que ela falou que estaria representando 12 médicos e que ainda existiam 5 mil médicos ativos, nesse momento, eu pedi a questão de ordem, só que demorou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas a questão de ordem é para quê, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para deixar claro, a questão de ordem tem que arguir o art. 243 do Regimento Interno e dizer qual o objeto da ordem que foi ofendido. Não me parece que aconteceu isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa regra só vale para os que são ligados ao Governo, pelo jeito, aqui na CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todo mundo faz questão de ordem aqui, Sr. Presidente, e nunca apresenta esses argumentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... inquirir em relação à depoente, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o Senador Marcos do Val já fez o comentário dele. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi, já fez o comentário. Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Segue a dança. Vamos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido público, apresentar uma ponderação. Nós estamos na reta final desta Comissão Parlamentar de Inquérito. É muito importante que nós possamos aproveitar estes últimos minutos para avançarmos na investigação.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Este caso da Prevent Senior... Eu tenho muito tempo de vida pública, mas talvez este seja o caso mais escabroso com o qual eu me deparei ao longo desta minha vida pública.

E isso era um esforço brutal do Governo, do gabinete paralelo, da Prevent Senior. Hoje, a depoente falou do envolvimento do próprio Ministério da Economia.

Eu peço só para colocar esta postagem rapidamente e voltar à pergunta que fiz anteriormente.

Olhem aqui: no dia em que o Presidente da República fez o pedido ao Primeiro-Ministro da Índia, o então Ministro Sergio Moro fez uma postagem – não se sabe com que objetivo: "Importante iniciativa do Presidente Jair Bolsonaro, já que a Índia é a principal fornecedora de insumos para a indústria química".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O que nós acertamos? Aí ainda acham que alguém o pressiona.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, rapaz, eu não posso exibir essa postagem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode, pode, pode.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

Então, havia uma pressão muito grande – muito grande!

Eu peço para exibir o áudio. Por favor, o áudio nº 1. Já se exibiu? Por favor, Izabelle.

E pediria à depoente que, por favor, precisasse as respostas para nós agilizarmos esse procedimento, pelo menos com relação a mim.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Perfeito.

O questionamento que o senhor fez... Desculpe. O senhor apresenta o áudio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos tendo problemas. Eu vou passar adiante. (*Pausa.*)

Ainda com relação ao Dr. Wong...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... houve qualquer menção à covid-19 como causa de sua morte, Dra. Bruna?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É importante esclarecer, com relação ao Dr. Wong, de forma bem objetiva...

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não dá mais, por favor.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Respondendo, de forma objetiva, mas trazendo informações que talvez vocês desconheçam a respeito da Prevent Senior, informações essas objetivas e devidamente comprovadas.

O Dr. Anthony Wong ficou internado na unidade que se chama unidade Itaim, uma unidade não covid, normalmente para pacientes cardiológicos, o que significa que o Dr. Anthony Wong ficou internado com covid-19 numa UTI em que tinham outros pacientes com outras comorbidades – isso devidamente comprovado. O tempo inteiro... No relatório dele, desde a admissão dele no dia 17/11 até o óbito no dia 15/01, ele passou por tratamentos que envolvem medicamentos do chamado *kit* precoce, tratamento preventivo, desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, o próximo vídeo.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dra. Bruna, algum denunciante passou informações a V. Exa. sobre o óbito da Sra. Regina Hang?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu tive acesso ao prontuário da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora teve acesso ao prontuário?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu tive acesso ao prontuário integral da Regina Hang num processo no CRM devidamente registrado e entregue pela operadora de saúde. As

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações que eu trago referentes à internação e ao óbito tanto da Sra. Regina Hang quanto do Dr. Anthony Wong eu conheço em sua integralidade por ter já apresentado uma denúncia devidamente munida de procuração.

Foi uma defesa com relação ao médico que foi injustamente responsabilizado por vazar um prontuário que nunca foi vazado. Na verdade, essas informações foram encaminhadas diretamente à Comissão Parlamentar de Inquérito, tanto é verdade que esse processo tem data de abril, momento em que sequer qualquer um de vocês tinha essas informações. Essas informações vieram à tona após a entrega da minha denúncia no dia 31 de agosto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, ela recebeu medicamentos do *kit* covid nos hospitais da Prevent Senior ou antes disso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Segundo consta no prontuário da Sra. Regina Hang, ela fez uso do tratamento preventivo. Uma observação diferente do caso do prontuário do Dr. Anthony Wong...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela havia feito antes de chegar ao hospital? Se puder detalhar melhor...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim. Aqui, a prescrição é que ela recebeu previamente os medicamentos hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina e colchicina. Contudo, no prontuário dela não consta a autorização para o tratamento, diferente do caso do Dr. Anthony Wong. No caso do Dr. Anthony Wong, no prontuário, faz parte do prontuário, integra o prontuário o termo de autorização. No caso da Sra. Regina Hang, não. Então, eu não tenho como afirmar se a família tinha ou não conhecimento disso. Apesar de, por inúmeras passagens, a equipe relatar conversar com os familiares e passar essas informações, eu não tenho esse termo assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a senhora não sabe se o Sr. Luciano Hang sabia que sua mãe tinha recebido o *kit* covid?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu não sei informar, sinceramente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe informar.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Essa informação não consta no prontuário. Alguém da família informou ao médico, que preencheu. Praticamente em todos os dias de evolução...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se puder detalhar, o médico que preencheu o prontuário informou o quê? Que tinha falado com alguém da família? Foi isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É. Em todas as passagens do prontuário da Sra. Regina Hang, existe essa informação. Então, o que eles relatam é que, nos primeiros dias de sintoma, ela teria feito uso do que se chama tratamento precoce, esse conjunto de quatro medicamentos, explicação expressa assinada por vários médicos da instituição. Então, ela foi avaliada por aproximadamente 50 profissionais – precisamente quarenta e poucos profissionais – que atestaram e assinaram cada uma das evoluções, dizendo que ela fez uso desses medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a causa da morte da Sra. Regina Hang, registrada em sua declaração de óbito, portanto?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A causa do óbito da Sra. Regina é desassociada da informação. Ela morre de falência múltipla dos órgãos, segundo o atestado de óbito, decorrente de um choque hemorrágico. Contudo, a evolução do prontuário mostra que ela foi internada por covid, e, até o final, todas as doenças que ela teve decorrentes da internação estão relacionadas à covid-19, o que infringe a determinação do Ministério da Saúde em informar a ocorrência desse fato em documentos públicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero comunicar à Comissão Parlamentar de Inquérito e ao País que nós temos todos os documentos, declaração de óbito, prontuário, que já fazem parte do acervo probatório desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essa *causa mortis* corresponde à realidade que está na declaração de óbito?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A declaração de óbito e a certidão de óbito possuem a mesma informação, contudo, destoa da determinação do Ministério da Saúde a citação do motivo da internação, uma vez que essas doenças se deram em decorrência da internação por covid-19.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. sabe informar o porquê de o empresário Luciano Hang ter feito aquela postagem anteriormente exibida de que sua mãe não recebeu o tratamento precoce antes de morrer, infelizmente, de covid?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu não sei responder essa pergunta, Senador, me desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe responder.

V. Sa. saberia dizer se a omissão à covid-19 no atestado de óbito da Sra. Regina Hang foi um pedido de alguém aos empresários da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não tenho essa informação, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ouviu dizer, por favor?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não tenho essa informação.

O que eu ouvi dizer dos médicos, de forma geral, é que existia uma orientação de que, após 14 dias de internação ou após 14 dias de exames, se fizesse a alteração, conforme o próprio Presidente da operadora, o Sr. Fernando Parrillo, confirmou isso em entrevista concedida à *Folha* e conforme o próprio depoimento do Sr. Pedro Batista que veio até aqui e confirmou essa informação. Após 14 dias, era retirado "covid" das informações do prontuário do paciente, contrário à vontade dos médicos, tanto é verdade que a evolução da paciente mostra que eles faziam menção, mas essa informação foi suprimida da declaração de óbito e da consequente certidão de óbito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O médico que assinou o atestado de óbito da Sra. Regina Hang foi selecionado concretamente, especificamente para essa tarefa?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu desconheço essa informação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora também não sabe a informação.

Exiba o vídeo aí, por favor – o seguinte.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Prevent Senior enviou o *kit* covid aos seus beneficiários sem solicitação prévia e sem indicação médica?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Confirmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem emitiu a prescrição em massa do *kit* covid...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, só para esclarecimento, esse áudio foi de quem? O áudio apresentado foi de quem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um familiar de vítima, falando...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Dialogando com o médico. É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não, dialogando com o vendedor do plano...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do plano, que disse assim: "Na medida em que assina o contrato, recebe...".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Recebe um brinde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse vídeo já tinha sido exibido anteriormente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E qual foi a sua pergunta, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem emitiu a prescrição em massa do *kit* covid aos pacientes da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O protocolo institucional é assinado por uma série de médicos que eu já disponibilizei aqui.

Um dos responsáveis, que eu considero como mais importantes, é a Dra. Carla Guerra, infectologista responsável, e o Dr. Rodrigo Esper, diretor do instituto de pesquisa. Os demais médicos foram apontados como responsáveis pela produção do que eles chamam de manejo covid, mas as informações que eu tive a respeito desses médicos é que eles não participaram de forma tão efetiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vossa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Rafael, quem é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O Rafael é o diretor responsável pela supervisão dos atendimentos via telemedicina. E, segundo informações que rondam a mídia e que também já eram de conhecimento de inúmeros médicos da instituição, essa receita vinha pronta e era encaminhada aos pacientes por motoboy, junto com a medicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, quem emitiu a prescrição em massa foi o Dr. Rafael?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim, mas essa determinação vinha da diretoria executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. Então, V. Exa. confirma que as receitas médicas do *kit* foram padronizadas e utilizadas para todos os pacientes de forma indiscriminada?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim. Conforme os relatos médicos, sim, e dos pacientes também... Essas informações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que maneira a Prevent Senior ajudou a desenvolver os protocolos do chamado tratamento precoce, tão defendido pelo Presidente da República durante a pandemia e repetido agora na ONU?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – As informações que eu tive é que a Prevent Senior colaborou com a transferência de dados, ou seja, as pessoas responsáveis pela produção e desenvolvimento desse tratamento seriam aquelas três, conforme eu havia dito, que seriam os três pilares de assessoria governamental. São eles o Sr. Anthony Wong, na condição de toxicologista; a Dra. Nise Yamaguchi, imunologista; e o virologista Paolo Zanotto. A Prevent Senior teria colaborado com dados de pesquisa dizendo que aquela prescrição era eficaz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o próximo vídeo, os dois próximos vídeos, por favor.

Este é o Dr. Paolo Zanotto, que está ali.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse é o gabinete paralelo.

A senhora falou inicialmente... Mas continuem, por favor. É outro vídeo.

Novamente o Dr. Paolo Zanotto.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mais inteligente do mundo e muito engraçado.

Qual é a relação da Prevent Senior com o Governo Federal e com o gabinete paralelo, Dra. Bruna?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu desconheço uma relação direta entre eles. As informações que eu tenho é de que eles colaboraram de forma muito efetiva com relação à divulgação de informação sobre a eficácia do tratamento precoce.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixa eu perguntar de outra maneira. E qual a relação da Prevent Senior com a Dra. Nise Yamaguchi e com o biólogo Paolo Zanotto?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Segundo informações que eu tive, houve uma aproximação do Diretor-Executivo da operadora, Sr. Pedro Batista, dessas três pessoas: tanto do Dr. Anthony, que posteriormente veio a ser paciente dele; da Dra. Nise, que atuou de forma bem efetiva com relação a tudo que se falou a respeito de tratamento precoce, e que depois também atuou nos cuidados médicos do Dr. Anthony Wong; e a relação entre ele e o virologista Paolo Zanotto, que é importante destacar que não é médico, fica muito clara em todos os vídeos divulgados em rede social que já estão à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que foram exibidos aqui ultimamente.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. sabe afirmar se em 18 de abril de 2020, 18 de abril de 2020, o Presidente da República postou, em suas redes sociais e de seus filhos também, número do estudo da Prevent Senior com hidroxicloroquina, antes mesmo de o estudo ser oficialmente publicado?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim. Segundo informações dos médicos, essa mensagem foi transmitida do Sr. Pedro Batista Júnior, que era o Diretor-Executivo, ao Paolo Zanotto, e o Paolo Zanotto teria transmitido essas informações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aí essa publicação:

> – Segundo o Sr. Fernando Parrillo, a Prevent Senior reduziu de 14 para 7 dias o tempo de uso de respiradores e divulgou hoje, à 1:40 da manhã, o complemento de um levantamento clínico feito; [Não era verdade, ela não tinha divulgado ainda. Ele tinha tido acesso, não se sabe por quem.]
> – De um outro grupo de 636 pacientes acompanhados pelos médicos, 224 NÃO fizeram uso da hidroxicloroquina. Destes, 12 foram hospitalizados e 5 faleceram.
> – Já dos 412 que optaram pelo medicamento, somente 8 foram internados e, além de não serem entubados, o número de óbitos foi ZERO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, o senhor pode voltar só a primeira parte, ao primeiro parágrafo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A primeira parte, por favor, Izabelle.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O primeiro parágrafo: "Segundo o CEO Fernando Parrillo, a Prevent Senior reduziu de 14 para 7 dias o tempo de uso de respiradores".

Isso só confirma o que foi dito aqui – a senhora nos corrija, Dra. Bruna, mas só confirma –: que a lógica era a redução de custos, e a lógica, inclusive, combina com a lógica do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Prevent Senior com a família Bolsonaro? Saberia informar?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Respondendo aos dados que foram apresentados, as tabelas apresentadas pela equipe de pesquisa que teve acesso à informação desmentem essas informações publicadas. Na verdade, dos que não fizeram uso da hidroxicloroquina nós tivemos dois óbitos; dos que tiveram o uso da hidroxicloroquina, sete óbitos.

Outra informação relevante dentro da pergunta que o senhor fez: eu desconheço qualquer relação direta entre a família dos proprietários da rede Prevent Senior, que são o Sr. Fernando Parrillo e o Sr. Eduardo Parrillo, com a Presidência da República. Eu não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A outra publicação, por favor.

O Deputado Eduardo Bolsonaro fez também esta publicação: "A @xpinvestimentos fará interessante *live* hoje às 17h: Dr. Paolo Zanotto, Dra. Nise Yamaguchi, Dr. Pedro Batista (Prevent Senior), Dr. Fernando Parrillo (Prevent Senior). Acompanhe ao vivo via YouTube". "*Live* XP Novo Protocolo Prevent Senior contra a covid. Especialistas brasileiros compartilham as evoluções do novo protocolo Prevent Senior, que já tratou 250 pacientes".

O uso do tratamento precoce na Prevent Senior aproximou os proprietários da Prevent Senior do Presidente da República ou já havia essa proximidade?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu desconheço essa informação. O que fica claro, pelo que foi noticiado, é que, sem dúvida nenhuma, houve uma promoção. Antes dessa possível aproximação – e digo possível, porque ela precisa ser devidamente investigada; é totalmente atípico o fato de o Presidente da República citar uma instituição de saúde como tendo obtido sucesso em um ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro estudo –, o que fica claro no que foi publicado é que existia uma maior publicidade com relação às informações, informações essas inverídicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Ainda sobre o estudo divulgado pelo Presidente da República de que os médicos Rafael Souza da Silva e Rodrigo Esper eram os responsáveis, perguntamos se os números foram alterados após o tuíte do Presidente ou antes. Ou o Presidente os alterou?

Nós temos aqui um antecedente terrível de um documento de um servidor do Tribunal de Contas da União, que foi mandado pelo pai ao Presidente da República, e teria sido, na sequência, alterado. Há uma dúvida muito grande que nós estamos investigando: quem alterou, se foi o próprio Presidente.

Houve alteração prévia com relação a esses números da parte do Presidente ou da parte da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Existiu uma mensagem de texto encaminhada ao grupo de pesquisadores de autoria do Dr. Rodrigo Esper, em que ele pede que se faça um levantamento ou arredondamento de dados, considerando a citação do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Ele pede que se faça uma revisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, pede que faça uma revisão.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Ele pede que se faça uma revisão após o tuíte do Presidente. Inclusive, ele cita, nesse áudio, que foi citado pelo Presidente e que, por isso, os dados deveriam ser perfeitos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para reproduzir esse áudio 2, por favor.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aí, Senador Heinze: "Didier Raoult".

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que esses dados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é o moço?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ricardo Esper.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ricardo Esper.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Rodrigo Esper.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rodrigo Esper.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Qual era a função dele?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Ele é diretor do instituto de pesquisas da Prevent Senior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A referência dele era o Didier Raoult?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – E foi por conta dessa referência que os clientes pediram para que eles se retratassem, assim como Didier Raoult se retratou dizendo que a pesquisa que ele fez foi inconclusiva. Foi daí que nasceu o nosso interesse em pedir que a Prevent Senior fizesse o mesmo, pedido esse que foi recusado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ah! O Didier Raoult se retratou?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Sim!

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. poderia particularizar um pouco mais, detalhar um pouco mais essa retratação?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Posso, posso sim, Senador.

O Didier Raoult foi o responsável em divulgar uma das primeiras informações a respeito da eficácia do tratamento da hidroxicloroquina. Contudo, depois de o estudo ter sido desmerecido pelas entidades científicas internacionais, ele voltou atrás na pesquisa e disse que o estudo dele foi inconclusivo. Com base nessa informação, os médicos da Prevent Senior pediram para que eu fizesse a mesma solicitação à instituição, que se recusou. Por isso é que eu estou aqui nesse momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A senhora sabe dizer quem orientou os médicos da rede da Prevent Senior a evitar que a declaração de óbito dos pacientes tivesse como causa a covid-19?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sei. Segundo informações, foi a direção executiva da empresa que divulgou essas informações por intermédio dos diretores clínicos, que encaminhavam essas mensagens ao corpo de coordenadores, tutores e médicos plantonistas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dr. Roberto Cunha?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim, Roberto Cunha é diretor clínico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretor clínico.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, mas ele não foi o único.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi o único?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não foi o único.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Além dele, quem mais?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – As informações que eu tive são de que todos os diretores clínicos tiveram a ordem de encaminhar essa mensagem, cada um para a sua instituição.

Volto a dizer: a Rede Prevent Senior tem um conjunto de hospitais que são os Hospitais Sancta Maggiore. Existe a unidade Itaim, a unidade Mooca, a unidade Dubai, e por aí vai... Cada responsável por essa unidade é um diretor clínico que tinha que repercutir para a sua equipe a informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O próximo comunicado:

> Bom dia. Precisamos padronizar o CID B34.2 para todos os pacientes com suspeita ou confirmação de covid-19 para que estes possam ser adequadamente [adequadamente] contabilizados independente do *status* de exame e/ou da unidade. Reforcem com os médicos do PA...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Pronto atendimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pronto atendimento. Muito obrigado, Humberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> ... para preencher a solicitação corretamente, e corrijam as solicitações incorretas. Após 14 dias do início dos sintomas (pacientes de enfermaria/apto) ou 21 dias (pacientes com passagem em UTI/leito híbrido), o CID deve ser modificado para qualquer outro, exceto o B34.2, para que possamos identificar os pacientes que já não têm mais necessidade de isolamento.

E manda dar início imediatamente.

O Dr. Pedro Batista confirmou que o CID do paciente com covid-19 era alterado no prontuário depois que eles ficavam cerca de duas semanas internados na Prevent Senior? Por que isso seria feito?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Segundo as informações que eu tive, segundo nós podemos constatar nesses dois prontuários que foram entregues à Comissão Parlamentar de Inquérito, pra que houvesse uma falsa sensação de sucesso com relação ao tratamento preventivo dentro da operadora de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, pra ficar claro pra todos que estão assistindo, duas semanas após a internação, seja qual fosse a evolução do quadro...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Três de UTI... Três de UTI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é, depois de três dias de UTI...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Três semanas de UTI...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Depois de três semanas de UTI...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – ... ou 14 dias...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – ... seja qual fosse a evolução do quadro, inclusive que fosse a morte, o CID teria que ser alterado?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Sim, foi por isso que... Com todo respeito aos pacientes, eu gostaria de fazer um esclarecimento. Com relação à exposição desses dados, são de dois pacientes que, de forma excepcional, a imprensa divulgou desde a internação até o óbito desses pacientes, mas sempre de forma incorreta. No caso do Dr. Anthony Wong, foi vasta a quantidade de publicações referentes à internação, dizendo se tratar de hemorragia digestiva, e, ao óbito, dizendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se tratar de choque séptico. Na verdade, ele também teve choque séptico, mas foi pulmonar, em decorrência da covid-19, o que deveria ter sido devidamente colocado na sua declaração de óbito pra que constasse na certidão de óbito. A mesma coisa com relação à Sra. Regina. Ela dá entrada por covid, contudo, no período em que ela passa na internação, a doença evolui, como de outros pacientes com covid-19, mas essas informações não são retratadas na declaração de óbito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quantos casos, a senhora... Desculpe, Sr. Relator. Em quantos casos vocês têm ideia de que isso se repetiu?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu não tenho como estimar a quantidade de casos porque essas informações são divulgadas a todos os médicos. Considerando que existem 5 mil médicos na operadora de saúde, teria que ser feita, sem dúvida nenhuma, uma análise, por parte das autoridades competentes, dos prontuários médicos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pelo que a senhora está dizendo, então isso era uma prática recorrente? Era uma orientação?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Era uma prática recorrente, considerando a determinação da empresa de obediência e lealdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ah, portanto, os números de letalidade da Prevent Senior não são confiáveis ou foram fraudados?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Segundo informações dos médicos, esses números não condizem com a realidade porque existiam essas práticas administrativas que impediam que as autoridades tivessem conhecimento das informações corretas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o que o Senador Humberto falou aqui na semana passada: é uma fraude. O Senador Humberto muito bem denunciou: é uma fraude.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o que V. Exa. tem a dizer, mais uma vez, sobre a acusação feita pelo Dr. Pedro Batista de que seus clientes acessaram indevidamente e adulteraram a planilha dos resultados do estudo da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A estratégia do Dr. Pedro Batista é baseada na tentativa de desconstruir a denúncia, de desqualificar a denúncia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Então, ele tenta isso de forma desesperada porque ele não consegue contestar um fato. O fato é que nove pessoas faleceram durante o estudo. Esses nove atestados de óbito ficam à disposição porque são documentos públicos. Como ele não tem como contestar esse fato, ele tenta desqualificar a denúncia atribuindo crime ou culpa àqueles que tentaram fazer o que é certo, ou seja, dar notoriedade a um dado verdadeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Uma outra tolice que ele colocou aqui, uma outra acusação que ele tentou fazer e evidentemente não conseguiu se refere ao acesso de seus clientes aos prontuários dos pacientes mesmo após o desligamento da Prevent Senior. Isso é verdadeiro, Dra. Bruna?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Essa informação não é verdadeira. Os prontuários dos pacientes ficam disponíveis através de um sistema que se chama sistema TechSallus. É um sistema que administra os prontuários médicos, é o sistema adotado pela Prevent Senior. Esse sistema é um sistema de intranet, ou seja, pra que o médico consiga acessar, ele precisa estar logado no sistema e tem que estar dentro da operadora.

O que ocorre é o seguinte: no sistema de acolhimento, aquele que já foi descrito, em que o enfermeiro toma a posição de médico pra atender o paciente, esses enfermeiros tinham acesso ao *login* e à senha dos médicos e poderiam acessar essas informações. Contudo, no caso desses dois prontuários em específico, as informações a mim concedidas não foram feitas através dos meus clientes, mas sim através dos prontuários médicos entregues diretamente ao CRM pela própria operadora de saúde. Portanto, se alguém fraudou esses documentos, foi a própria operadora de saúde ao entregar ao Cremesp documentos aos quais eu tive acesso. Meus clientes não me passaram nenhum prontuário médico. Na verdade, eu peguei esses prontuários no sistema do Cremesp.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como pergunta final, eu gostaria de saber se é verdadeira a alegação do Dr. Pedro Batista de que as conversas de WhatsApp sobre o lema "obediência e lealdade" da Prevent Senior são de 2017, como ele aqui falou, e eram o lema de um específico diretor, de um determinado diretor. É verdadeira a alegação dele, Dra. Bruna?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É verdadeira a alegação dele, sim. Esse é o lema da empresa desde 2015. Lema esse que ele levou muito a sério e propagou entre todos os seus subordinados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sei.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É lema da empresa, sempre foi lema da empresa e até hoje ele é propagado e divulgado. É graças a esse lema que a empresa continua utilizando essa política de coerção. Então, quando eu trouxe esse lema "lealdade e obediência" para os dias atuais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é pra justificar que a falta de autonomia médica se encontra embasada na cultura organizacional. A cultura daquela empresa, que tem isso como lema há anos, fez com que, em 2020, os médicos não pudessem exercer a autonomia que lhes é devida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu me considero satisfeito.

A cada dia que passa nós nos deparamos com informações aterradoras dessa Prevent Senior, todas absolutamente macabras, como testemunha aqui a Dra. Bruna.

Muito obrigado.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu que agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeitamente, Sr. Relator.

O próximo inscrito será o Senador Humberto, mas permitam aqui a esta Presidência prestar um esclarecimento. Embora tenha sido apresentada aqui uma questão de ordem, embora o colega não tenha fundamentado a questão de ordem nos termos dos arts. 243 e 303 do Regimento Interno do Senado e também do Código de Processo Penal, eu tomo a liberdade, em nome desta Presidência, de fazer o devido esclarecimento. O Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, no art. 27, diz o seguinte: "As confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser utilizadas nos limites da necessidade da defesa, desde que autorizado aquele pelo constituinte".

Dra. Bruna, a senhora está autorizada pelos seus constituintes?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Eu estou autorizada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O Código de Processo Penal, no art. 207, diz que: "São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho."

Dra. Bruna, a senhora está aqui desobrigada pela sua parte interessada para dar testemunho nesta Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu represento os meus clientes. Eles, com razão, têm medo de se expor, e eu, na condição de advogada, faço esse papel. Desconhece a função do advogado aquele que diz que eu não posso estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Dra. Bruna.

Complementarmente, nesse sentido, já tem jurisprudência consagrada pelo Supremo Tribunal Federal, dizendo o seguinte:

> Advogado convocado para depor como testemunha em processo envolvendo cliente, liberação limitada, interesse social e da cidadania. Advogado convocado para prestar depoimento em audiência, como testemunha, em processo envolvendo cliente ou ex-cliente, nesse caso está liberado para o depoimento, desde que observado o estrito interesse da causa, tendo em mente que é ele, advogado, o melhor juiz de seus atos. Na consulta, verifica-se a supremacia do interesse social sobre o interesse particular [grifo nosso]. A supremacia do interesse social sobre o interesse particular. E, mesmo sendo o sigilo profissional preceito de ordem pública, caracteriza-se a presente consulta na exceção da lei e da resolução 17/2000 deste sodalício. Há responsabilidade do advogado pelo excesso que venha a cometer, conforme o previsto no art. 6º, parágrafo único, da citada resolução. Não há violação ética no caso de confirmar o advogado a autenticidade de sua assinatura e do seu depoimento, [como já fez a Dra. Bruna].

Que não restem dúvidas agora, a partir do amparado no Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, no Código de Processo Penal, na jurisprudência consagrada, na legitimidade do depoimento da Dra. Bruna a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. É o despacho desta Presidência às questões de ordem que, embora não fundamentadas, esta Presidência tinha o dever de esclarecer.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Muito bem, Sr. Presidente. Muito bem.

Eu queria primeiramente dizer que eu apresentei uma série de requerimentos de informações não para todos os casos, porque nós não tínhamos uma informação integral, mas para a maioria das operadoras de planos de saúde que adotaram o uso de medicamentos sem eficácia de forma indiscriminada. Àquelas noticiadas frequentemente, entre elas a Unimed Fortaleza, Hapvida, Unimed de Manaus, de Goiânia, nós fizemos essa solicitação – eu fiz.

Solicitei também aos Conselhos Regionais de Medicina respectivos, à ANS e ao Idec as devidas apurações. Aliás, o Idec fez uma apuração sobre o caso da Prevent Senior.

Esses documentos, Sr. Relator, estão de posse da CPI. Acho que V. Exa. poderia levá-los em consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós nos aprofundamos nesse caso porque houve uma denúncia concreta, e, ao que me consta, nesses outros casos, não houve a realização de experiências com seres humanos, como aconteceu com a Prevent Senior. Eu estou dizendo isso, porque algumas pessoas começaram a levantar um questionamento: "Será que isso não é briga de mercado, não é não sei o quê...". Não é. Absolutamente não é.

Agora, Sr. Relator, eu, de certa forma, não gosto de teoria da conspiração, mas eu montei uma teoria aqui que eu acho que é uma teoria totalmente lógica.

Veja, no dia 31 de março do ano passado, o Ministro Henrique Mandetta fez uma denúncia sobre a Prevent Senior, o Hospital Sancta Maggiore, dizendo que havia uma quantidade enorme de pessoas ali praticamente aglomeradas; que, de 136 pacientes, 79 tinham morrido. O Conselho Federal de Medicina nada fez. O Conselho Regional de Medicina de São Paulo nada fez. Dezesseis dias depois, o Ministro Mandetta foi demitido. No mesmo dia que o Ministro Mandetta foi demitido, o Conselho Federal de Medicina emitiu um parecer que autorizava o tratamento precoce.

Qual é a teoria que eu tenho na minha cabeça agora? O Governo Federal, o gabinete paralelo, o Conselho Federal de Medicina e a Prevent Senior atuaram em conjunto para permitir que essa situação acontecesse. O Conselho Federal de Medicina, nessa resolução, no final, diz:

> Diante da excepcionalidade da situação e durante o período declarado da pandemia, não cometerá infração ética o médico que utilizar a cloroquina ou hidroxicloroquina, nos termos acima expostos, em pacientes portadores da COVID-19.

Isso aqui já devia ter sido revogado há muito tempo, mas isso aqui foi publicado no dia da demissão do Ministro Mandetta, quando havia já uma articulação – e nós vimos aqui – para que o gabinete paralelo passasse a fazer uma consultoria à Prevent Senior.

Agora, o Conselho Federal de Medicina de todo jeito diz que se pode utilizar a cloroquina ou a hidroxicloroquina sem estar sujeito à infração ética. Só que, no caso da Prevent Senior: célula tronco está na resolução do CFM? Não está! Auto-hemoterapia está na resolução do CFM? Não está! Ivermectina está na resolução do CFM? Não está! Flutamida está? Não está! Nitazoxanida está? Não está! Azitromicina não está! Zinco não está! Proxalutamina não está! Na verdade, no caso da Prevent Senior, não foi uma experiência somente com cloroquina e hidroxicloroquina, foi até uma aplicação de ozônio retal. Vejam a gravidade do problema que há aqui em relação a essa questão das experiências que foram efetivamente realizadas!

É óbvio que os médicos têm receio. Esses planos de saúde atuam articuladamente. Quem sai de um plano de saúde tem dificuldade de trabalhar em outro porque eles se intercomunicam, eles criam uma lista de pessoas indesejadas. É por isso que esses profissionais não colocaram ali o seu nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu pergunto, Sr. Relator: o Conselho Regional de Medicina de São Paulo não teria que, de ofício... No dia em que o Ministro Mandetta fez a denúncia, ele já teria que ter investigado. Isso saiu na imprensa! Essas denúncias vêm desde o ano passado. Sabe sobre o que o Conselho de Medicina de São Paulo abriu investigação? Contra os médicos, foi contra eles que ele abriu!

Então, o argumento que foi colocado aqui pelo Senador Marcos Rogério é falso! Era obrigação do Conselho Regional de Medicina, de ofício, investigar – investigar – essa experiência macabra que foi feita nesse hospital da Prevent Senior, e ele não o fez. Então, não venham botar a culpa nos médicos que foram obrigados a fazer o que não queriam e sim em quem deveria fiscalizar e na própria empresa que adotou essas definições.

Vimos aqui já que o Presidente Bolsonaro comemorou essa pesquisa, vimos que houve mudanças importantes nos atestados... Isso é criminoso! É criminoso porque é falsidade ideológica! É criminoso porque isso, do ponto de vista da saúde pública, é criminoso! O planejamento para se enfrentar uma pandemia como essa depende de informação fidedigna. Se um hospital, se um plano de saúde, com a responsabilidade que esse tem, frauda o atestado de óbito, ele não está cumprindo o seu papel como unidade de saúde, como instituição de saúde; ele está jogando, como Bolsonaro, do lado do vírus, está jogando com o vírus.

E mais: para tentar vender uma ideia falsa de que estava morrendo menos gente na Prevent Senior... Certamente isso atrai cliente – não é verdade? – e também corrobora o grande compromisso que a Prevent Senior fez com o Presidente Bolsonaro. Isso aí é, como eles disseram, um acordo, uma aliança. Era para dar legitimidade a esse tratamento que não serve para a covid-19, dar legitimidade, fazer com que as pessoas que tinham que ir para o meio da rua saíssem; tomavam ali a sua cloroquina e achavam que estava tudo bem.

Outra coisa: mandar um *kit* covid como esse que o médico não tinha nem como abrir para dizer: "Olha, esse aqui o senhor toma, esse aqui o senhor não toma". Quando isso chega à casa da pessoa, vocês têm alguma dúvida de que as pessoas vão tomar tudo? Vão tomar tudo! Então, isso é criminoso demais! Isso é uma coisa inaceitável! Isso não pode ficar impune, porque nós haveremos, infelizmente, de viver, no futuro, situações semelhantes. Se isso ficar impune, pode acontecer novamente.

Outra coisa, no dia em que o Dr. Pedro estava aqui, eu perguntei: "Dr. Pedro, o senhor tem autorização dos pacientes que se submeteram a essa experiência?". Ele disse: "Está tudo aqui" – e tinha um monte de papel desse tamanho aqui. Ele entregou esse papel para a CPI? Foi entregue? Alguém recebeu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pergunto à Secretaria: os documentos que o Dr. Pedro trouxe no depoimento dele, ele transferiu para a Secretaria? Não foram entregues?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós tínhamos que saber se aquilo ali era uma autorização efetiva, como termo de consentimento livre esclarecido, ou se era uma autorização genérica que se faz toda vez que alguém é internado num hospital? Ele devia ter deixado. Ele disse que ia deixar, e não deixou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. pode querer verbalmente agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero requerer agora.

Ele tem que mostrar o termo de consentimento livre esclarecido de acordo com as regras do Conep para essa experiência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sem dúvida. Muito bem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso não foi apresentado, não foi exibido aqui para nós.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Humberto, se V. Exa. me permite, coloco em apreciação o requerimento verbal, oral feito pelo Senador Humberto Costa para que os documentos de termo de consentimento sejam fornecidos no prazo de 24 horas pela Prevent Senior a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Reitero: no prazo de 24 horas.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. pode continuar a inquirição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E mais grave: além de eles não terem entregado a nós aqui esses termos de consentimento, nós temos provas aqui de que não só eles não pegavam, como eles procuravam esconder do paciente, das pessoas. Quem assistiu aqui àquele documentário da GloboNews sobre as vacinas que mostra o protocolo para a pessoa ser um voluntário para o teste da vacina? Preenche vários documentos, autoriza, tem que saber o risco de fazer aquilo, é acompanhado permanentemente... Isso aí não tem nada, não tem nada. E ele chamou isso de observação, como se observação não precisasse de autorização do Conep. Não tinha autorização do Conep. Então, é uma situação realmente muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, essa que diz sobre a obrigatoriedade da prescrição. Está aqui: os tutores JP... Deixa eu botar os óculos aqui, porque é bem pequenininho. Diz assim:

> Boa noite, guardiões noturnos! [Parece uma estrutura meio militar, não é?] Reforcem com os plantonistas a importância do tratamento precoce para covid, prescrevam o protocolo. Como fazemos durante o dia, não deixem os plantonistas internarem.

Por quê? É por isto que o plano Prevent, como dizem aí, é mais barato: não pode internar. O paciente que precisa ser internado recebe um *kit* covid em vez de ser internado. E a gente sabe o quanto é caro uma internação por covid dentro de um hospital.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E como é barato o *kit*.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – E como é barato o *kit* covid, exatamente, Senador Renan. (*Risos.*)

Aí ele diz:

> Revejam se todos os pacientes têm critério pra internação. Muitas vezes, o especialista não está vendo o paciente. Bom plantão!

Aí um dos médicos, não sei qual deles, diz assim:

> Eu estou de plantão aqui no PS, fui orientado pelo chefe de plantão Rafael [deve ser o tal Rafael] a entrar em contato com você. Fui realocada do térreo para o primeiro andar no atendimento do PS-COVID. Rafael me orientou que a prescrição do *kit* covid é obrigatória, porém não me sinto confortável com esta prescrição. Gostaria de saber com você como proceder.

Resposta:

> Por favor, converse com a coordenação da sua unidade.

Isso é autonomia? Isso é autonomia para o médico escolher qual é o tratamento? Cadê o Conselho Federal de Medicina? O "conselho bolsonarista federal de medicina" onde está?

Infelizmente, Dra. Bruna, esse é o Brasil que nós temos. O depoimento de V. Sa. é devastador, é demolidor. V. Sa. está fazendo um bem para o Brasil e pra saúde pública deste País como poucas pessoas fizeram. V. Sa. e os médicos que a escolheram como patrona dessa causa. E eu tenho esperança, esperança e certeza, de que nós não vamos deixar isso impune.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só fazer duas perguntas a V. Sa., não vou nem contestá-la depois. A primeira é que diz respeito a essa questão dos equipamentos de proteção individual que o cidadão, Dr. Pedro, que esteve aqui, disse que não faltaram. Mas existe, entre aqueles documentos que a senhora nos passou, inclusive dizendo: "no elevador, não use; na UTI, não use; não sei onde, não use máscara". A coisa era um pouco assim.

E a outra: é verdade que pacientes, que médicos, que enfermeiros infectados foram obrigados a trabalhar nessa condição?

As duas perguntas que eu faço a V. Sa. Muito obrigado.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – As informações que me foram transmitidas é que sim, médicos e enfermeiros trabalharam infectados, assim como, no caso do Dr. Anthony Wong, volto a dizer: o que me choca não é só o fato de ele ter feito uso do tratamento preventivo e de ter sido cobaia para determinados tratamentos, mas o fato de ele ter sido admitido em uma unidade cardiológica em meio a outros tantos pacientes, colocando em risco a vida daquelas pessoas que faziam parte, que estavam com ele dentro de uma UTI, que não tinha isolamento para covid.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – De quem partiu a orientação para médicos e enfermeiros trabalharem infectados? A orientação, a determinação.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A orientação, na verdade, era diante, acredito eu, da escassez do corpo clínico. Os relatos que eu ouvi eram os seguintes: à medida que os médicos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Partiu do comando da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim, partiu da diretoria da Prevent Senior, inclusive os superiores hierárquicos tinham essas informações.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Requeiro, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como com supedâneo nos arts. 129 e 144, § 1º, I, da Constituição Federal de 1988, no art. 6º, V e VII, “c” e “d”, da Lei Complementar nº 75/1993, que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicitado à Procuradoria da República nos Estados de São Paulo e no Distrito Federal (PR/SP e PR/DF) e ao Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional em São Paulo e no Distrito Federal, em caráter de urgência, a realização uma rigorosa investigação quanto a possíveis omissões do Conselho Federal de Medicina (CFM), do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) acerca das irregularidades cometidas pela Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda.

Queria colocar esse requerimento em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em apreciação o requerimento proposto pelo Senador Rogério Carvalho.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito bem!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Baseado na sua fala, só temos a fazer isso.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos suspender?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Humberto, satisfeito? Concluso?

Então...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vamos suspender. Vamos suspender por meia hora porque ela tem que se alimentar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu não posso falar logo, não?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com a palavra do Presidente, eu não posso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tudo bem! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como dizia o senhor... Eu não vou utilizar essa máxima, não, porque vão utilizar de outra forma, deixa pra lá!

Nós, então, suspenderemos. Após a inquirição do Senador Humberto Costa, nós vamos suspender por 40 minutos o depoimento da Dra. Bruna. É o tempo para as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

almoçarem. Daqui a 45 minutos, às 14h15min, esta Comissão Parlamentar de Inquérito retoma os trabalhos.

(*Soa a campainha.*)

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 37 minutos.)

(*Suspensa às 13 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 54 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

Passo a palavra para a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator Senador Renan, colegas Senadores, Vice-Presidente Senador Randolfe Rodrigues...

Dra. Bruna, eu queria aqui inicialmente tirar com você aqui algumas dúvidas acerca de alguns pontos.

A gente viu na denúncia que o Brasil inteiro acompanhou a possibilidade de um acordo entre a rede Prevent e o Governo Federal, não é? Ou seja, lá atrás, a partir da denúncia da quantidade de mortes, eles buscam então alguns médicos – a Nise Yamaguchi, o Paolo, o Dr. Wong –, formam com eles ali uma mediação... Eu nem diria uma mediação: eles, na verdade, integravam ali o gabinete paralelo e passam a ter essa relação, mas a própria Dra. Nise passou a integrar a própria rede.

Você tem informação para nos passar de como isso se deu? Como se deram esses convites? Como se deu essa mediação? Como a direção chegou até eles? Como, de forma mais, digamos assim, prática... Você teria algum dado mais prático para dizer como se deu, de fato, esse encontro da rede para que eles passassem a integrar também a equipe da rede?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – A informação que eu tenho é a mesma que eu expliquei recentemente, mas posso repetir.

A Prevent Senior vinha sofrendo críticas muito duras do Ministério da Saúde e, por conta dessas críticas, ela tinha tentado uma aproximação com o Ministério da Saúde. Como não deu certo, já existia um grupo de assessores médicos próximos ao Governo que tinham informações, até então científicas, muito próximas aos interesses do Ministério da Economia, que eram com relação ao País não precisar aderir ao *lockdown*...

Segundo as informações que eu tive, a Prevent Senior entra pra corroborar essa possibilidade, ou seja, a possibilidade de as pessoas se exporem mais ao vírus cientes de que existe uma possível cura ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um possível tratamento que reduziria a letalidade e, então, elas teriam mais coragem. A expressão que eu ouvi dos médicos foi que aquilo seria uma pílula de esperança.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Prevent Senior, então, ia chancelar a defesa negacionista do Governo Federal.

Eu queria pedir aqui, se fosse possível, pro meu grande amigo Humberto, porque ele fica exatamente... Se V. Exa. pudesse se sentar só durante a minha participação, Senador Humberto... É que realmente V. Exa. fica bem na minha direção em relação à Dra. Bruna.

Muito obrigada, querido.

Então, a Prevent Senior viria como uma espécie de chancela para a ação negacionista do Governo Federal?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Exatamente, Senadora, as informações que eu tive são estas: de que ela iria validar, chancelar aquelas informações que haviam sido propagadas, fornecendo dados contundentes com a possibilidade de tratamento ou cura da covid-19.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dra. Bruna, o Ministro... Você fez uma referência, inclusive, ao gabinete paralelo, não apenas em relação ao Ministério da Saúde, mas também ao Ministério da Economia. Como era que se dava isso? Havia, por exemplo, membros integrantes do Ministério da Economia que faziam essas conversas também com a Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senadora, eu desconheço essa informação. A informação que chegou até mim foi a seguinte: que eram assessores que estavam alinhados com os interesses do Ministério da Economia. Em nenhum momento eu recebi nenhuma informação que descrevesse nome ou participação dessas pessoas. Era um alinhamento com relação aos interesses desse ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, você acredita que não havia apenas o gabinete paralelo em relação com o Ministério da Saúde, mas também com o Ministério da Economia.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – As informações que eu tive dão conta de que, naquele momento, o momento em que eu recebo essas informações, que é março, entre março e abril de 2020, o alinhamento dos assessores era justamente porque o Ministério da Saúde estava andando numa linha contrária aos interesses do Governo Federal e, aí, era necessário que o Governo Federal recebesse assessoria desses médicos, dessas pessoas que tinham esse tipo de alinhamento, mas eu não tenho como fornecer outros nomes porque eu realmente não recebi e não tenho essas informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dra. Bruna, após a saída do Mandetta nós tivemos o Teich, na sequência, que fez a substituição do Mandetta, e o Mandetta, exatamente no dia 31 de março, em uma das entrevistas que ele sempre dava – com frequência, quase que diariamente –, falando com a população brasileira, ele traz uma denúncia muito séria no momento, que era inclusive de possibilidade de intervenção no hospital lá da Prevent Senior, porque, das 120 mortes no Estado de São Paulo, 80 vieram diretamente de lá.

O que nós tivemos logo na sequência, no prazo exatamente de 48 horas aproximadamente? Nós tivemos uma mudança protocolar, no protocolo do Conselho Federal de Medicina, em relação a esse atendimento, mais especificamente em relação à autonomia médica. Você também tem alguma informação nesse sentido? Gostaria também de saber se, ao mesmo tempo, a rede Prevent Senior manteve contato com o Ministro posterior, que no caso foi o Teich; se havia, por exemplo, nesse exato momento aí, que foi precisamente no mês de março, no mês de abril, essa conversa também com o Ministro que o sucedeu.

Você tem alguma informação desse processo inteiro? Porque ele faz uma denúncia em relação à Prevent e, duas semanas depois, ele é demitido, não é? Você chega com o novo Ministro...

Você tem informação do que aconteceu precisamente nesse período?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A informação que eu tive é que, uma vez realizado esse pacto, ou aliança, entre esse conjunto de assessores que depois foram denominados por esta Comissão Parlamentar como sendo o gabinete paralelo, mas que, na época, eram apenas os assessores, é que após esse contato lhe foi transferida certa segurança. Então, a Prevent Senior tinha segurança de que ela não sofreria fiscalização do Ministério da Saúde ou de outros órgãos vinculados ao Ministério da Saúde. Inclusive, foi essa segurança que fez nascer neles o interesse de iniciar um protocolo experimental, cientes de que não seriam devidamente investigados ou averiguados pelo ministério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Houve duas médicas – meu assessor vai me dar aqui o nome delas – que assinaram o protocolo que a Secretária Mayra, por exemplo, chegou a expor de forma clara exatamente assim: "Olha, nós temos aqui a cloroquina, e a gente tem já uma grande experiência, por exemplo, na Prevent Senior."

Esses dois médicos que assinaram, você tem o conhecimento desses dois médicos? Eles integram esse grupo de 12 médicos que fazem parte das pessoas que você defende? Ou não?

Você tem conhecimento do nome dos dois?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu não tenho conhecimento desse documento. Se a senhora puder disponibilizar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu já lhe dou aqui; meu assessor vai me passar, mas já lhe passo os nomes.

Eu queria apenas saber se eles integram a sua equipe de 12 médicos e se depois eles chegaram, de fato, a fazer a denúncia. Queria saber se eles tinham conhecimento, porque assinavam aquele protocolo com o nível de impacto que ele teria, já que era uma pesquisa, por exemplo, que não tinha – não é? – um endosso, digamos assim, a autorização do Conep, que eram exatamente os médicos Dra. Daniella Cabral de Freitas, o Dr. Henrique Godoy e também o Dr. Sérgio Antônio Dias da Silveira.

Eles assinam a nota informativa que foi apresentada pelo Ministério da Saúde naquele momento, exatamente dando esse endosso em relação ao, digamos assim, acompanhamento, ao tratamento que a Prevent Senior fazia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá para explicar melhor isso para todos nós, Senadora Eliziane?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, naquele momento a Dra. Mayra apresenta uma nota informativa do Ministério da Saúde para toda a Nação brasileira fazendo exatamente recomendações em relação ao uso da hidroxicloroquina e cita, por exemplo, a rede Prevent Senior como se fosse um *case* de sucesso, como se fosse exatamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é a data disso, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... uma experiência de sucesso e, aí, exatamente nesse endosso... E eu pergunto: havia três médicos que assinaram essa nota informativa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora, qual é a data?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Já, já, lhe passo a data, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Havia três médicos da rede Prevent Senior que assinaram a nota informativa e, aí, ela passou, na verdade, a dizer algo como: "Olha, aqui eu tenho um caso de sucesso, e o restante dos hospitais de todo o Brasil também podem seguir essa mesma linha." E foram exatamente esses três médicos... Eu queria saber se eles integram esse grupo de 12.

E, Senador Randolfe Rodrigues, a data foi exatamente no dia 20 de maio de 2020 – consta aqui na nota informativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Senadora, eu respeito a sua pergunta, eu gostaria de esclarecer todas as dúvidas, mas o meu objetivo aqui é manter sigilo com relação à identidade dos meus clientes.

O que eu posso dizer a respeito desses nomes que a Senadora passou é que são, de fato, diretores da rede Prevent Senior, inclusive eles exercem atualmente função de direção. Conheço esses nomes, mas eu não posso identificar quaisquer dos meus clientes por pedido deles, eu tenho essa limitação. Se, depois do meu depoimento, eles se dispuserem a falar e autorizarem a identificação, é um direito deles.

Peço desculpas por não conseguir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sem problema.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ... esclarecer seu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que a senhora está dizendo é o seguinte: a Dra. Mayra, que continua lá no cargo, em maio do ano passado usa como exemplo esse protocolo assinado por esses três profissionais de saúde. Isso foi em maio de 2020, mas ela continuou com esse protocolo mesmo com a Organização Mundial de Saúde dizendo que não valia nada, mesmo com todo mundo falando que não valia nada. Ela persistiu nisso até criar um aplicativo e levar a Manaus em janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente... Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, esse é o grande problema do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde, Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para questão de ordem.) – É uma rápida questão de ordem, inclusive mantendo o tempo da Senadora Eliziane.

O que a Senadora Eliziane está trazendo, a resposta da Dra. Bruna e o que o senhor considera agora me impõem a necessidade de apresentar uma questão de ordem nos termos do art. 243 do Regimento Interno do Senado.

A questão de ordem é para o seguinte: esta Comissão Parlamentar de Inquérito já decidiu, pelo voto da maioria dos seus membros, pedir o afastamento das suas funções no Executivo da Dra. Mayra Pinheiro, que continua exercendo cargo em comissão no Ministério da Saúde. O depoimento de hoje só corrobora essa decisão desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa decisão desta CPI está sob a lavra de S. Exa. o Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, já com parecer do Procurador-Geral da República. Eu rogo à direção desta CPI, na qual me incluo, para buscarmos, em audiência, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

quanto antes, com o Ministro Ricardo Lewandowski, apresentar os fatos novos, que tornam inevitável a necessidade de afastamento da Sra. Mayra Pinheiro para o bem da condução das investigações.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, uma coisa que é bom a gente frisar, que é muito grave e da qual nós viemos tratando ao longo dos últimos tempos aqui nesta Comissão: o Ministério da Saúde... As notas que eles expuseram ao longo dos últimos meses, inclusive aquelas com orientação da hidroxicloroquina... Eles apresentam uma nova, mas eles não retiram a anterior do Ministério da Saúde. Então, se você entra no Ministério da Saúde e tem nota explicativa, por exemplo, lá do mês de maio do ano passado ou do mês de abril do ano passado... Você entra normalmente, e é como se estivesse em vigor, porque há a nova, mas eles simplesmente não retiram a anterior. Então, é um exercício terrível, porque acabam colocando uma informação de ineficácia, por exemplo, como científica de alguns medicamentos, e fica, na verdade, como se fosse verdadeira.

Eu vou aqui finalizar, é só mais uma pergunta, Dra. Bruna.

Eu queria só pedir que o Presidente me ressarcisse do meu tempo para eu fazer a minha finalização.

As entregas dos *kits*...

O Otto agora ficou bem na minha frente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Tá vendo? Você mandou eu sair...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu pedi gentilmente.

Otto, eu queria só... É porque realmente eu sou bem baixinha, gente.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu também!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É que eu fico bem... Eu e a Bruna somos duas baixinhas. Parece que eu olho para o rosto da Bruna... Mas já estou terminando.

Dra. Bruna, a entrega dos *kits* covid por exemplo: eles faziam entrega gratuita. Você tem informação se a rede teve algum outro tipo de iniciativa para outras doenças em outros tempos? Sabe, de repente, se fez entrega de medicamentos de forma gratuita aos seus associados?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu fiz essa mesma pergunta, Senadora, aos médicos. Eles... Pelo menos os médicos que responderam aos meus questionamentos disseram que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

desconhecem prática parecida dentro da empresa. Então, eu não tenho notícia de que a Prevent Senior tenha praticado esse tipo de ato antes. A única informação que eu tenho é de que durante a pandemia utilizou-se esse mecanismo de distribuição de *kits,* e isso nunca tinha acontecido na empresa antes, a não ser com tratamentos que foram requeridos judicialmente, isso sim.

Existe um histórico no Tribunal de Justiça de São Paulo cuja solicitação de pacientes é para recebimento de determinados medicamentos, determinados tratamentos, mas em nada se relaciona ao *kit* covid.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dra. Bruna, só mais uma pergunta – rapidamente, se você puder me responder, por conta do meu tempo.

Sobre os familiares do Dr. Wong, por exemplo, e da mãe da família Hang, que acabou vindo a óbito, mas não teve, por exemplo, no seu atestado de óbito a designação do caso de covid: essas famílias chegaram a procurar esses médicos ou até mesmo a procurá-la também, até para ter mais esclarecimento do aprofundamento dessas informações acerca do real... A gente sabe que realmente o diagnóstico era de covid porque estava lá no prontuário, mas de repente isso não constou, por exemplo, no atestado de óbito. Algum deles chegou a procurá-la?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não, nenhum deles me procurou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente Omar, eu quero aqui lhe dizer que hoje o depoimento que nós estamos acompanhando, da Dra. Bruna, sobre a rede Prevent Senior, para mim é um dos momentos em que a gente vê de maior... É dos momentos em que eu fico mais estarrecida com as informações que nós estamos aqui obtendo na CPI.

Ao longo dos últimos meses a gente fez aqui o aprofundamento da investigação acerca, por exemplo, da negligência, acerca do negacionismo e acerca da implantação da imunidade do rebanho no caso do Estado do Amazonas. E a gente percebe... E nós não erraremos ao falar, de forma muito clara, que o Governo tentou implantar a imunidade de rebanho, tentou implantar, por exemplo, a utilização de seres humanos como cobaias, seja de forma direta, como no caso do Amazonas, com a implantação e a distribuição em massa de hidroxicloroquina, quando o povo e quando a sociedade estavam precisando de oxigênio... Aí também com o TrateCov, e agora terceirizado através da Prevent Senior, com a utilização de cobaias humanas. Assim, não é exagero dizer que nos relembra o que a gente viveu e o que a gente acompanhou historicamente no caso dos experimentos, os mais macabros e bizarros, do nazismo, Presidente, nos campos de concentração. Isso para a gente é estarrecedor! A utilização de cobaias humanas... A gente vê os grandes protocolos internacionais dos quais o Brasil é signatário, dentre eles o de Nurembergue, e é claro: nós temos um verdadeiro arcabouço daquilo que não se pode fazer no que se refere, por exemplo, a tratamento utilizando humanos, uma aula no que se refere à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da ética médica! E o que a gente está vendo aqui, no caso da Prevent Senior, vai exatamente na contramão dessa história.

Aí eu vejo que esta Comissão tem um papel preponderante. Nós tivemos a casa da Bruna invadida, Presidente! Nós tivemos... Quando o Ministro Mandetta denuncia o caso da Prevent Senior, ele é demitido 16 dias depois! E, 48 horas após a sua demissão, nós temos o Conselho Federal de Medicina mudando o protocolo em relação à autonomia médica!

Parece-me uma verdadeira simbiose que junta o Governo Federal com algumas pessoas tanto da área empresarial como até mesmo de conselhos, tentando juntar forças para fazer valer e, em detrimento da vida das pessoas, assegurar o negacionismo e a negligência, infelizmente, do Governo Federal.

Eu quero simplesmente deixar aqui claro que o lucro, que a relação financeira... E aí a Bruna colocou isto para a gente muito claro: era mais fácil distribuir, por exemplo, medicamentos de hidroxicloroquina do que assegurar vagas de UTIs, com uma rede que tem o patrimônio de R$4 bilhões! Não é uma redezinha pequenininha, não é algo que não tem estrutura financeira pra se financiar. Tem de sobra! E, ao invés de assegurar vagas de UTIs, ela simplesmente fazia distribuição de hidroxicloroquina, uma medicação totalmente fora da eficácia científica, como foi apresentado pela Organização Mundial da Saúde. Ao invés de se resolver, infelizmente, se puniam aqueles que faziam essa denúncia.

Bruna, querida, você é uma jovem advogada, os meus cumprimentos a você, à sua ousadia, ao seu profissionalismo e à sua coragem de fazer valer não apenas o exercício da sua profissão, mas também a sua bravura como mulher, como mãe, que eu sei que você é. E a mãe se agiganta diante das situações, porque a vida para nós vale mais do que qualquer outra coisa.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Muito obrigada, Senadora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só uma rápida retificação: eu fiz citação do art. 203, eu queria dizer 403 do Regimento Interno, quando argui questão de ordem. Só para a precisão necessária...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... nas normas regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento a Dra. Bruna, bem como o seu patrono que a acompanha nesta sessão.

Na sua fala inicial, V. Sa. informou que veio a esta CPI sem buscar um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal e que responderia a todas as perguntas que lhe fossem feitas. Assim, diante do seu compromisso firmado de falar a verdade e da declaração inicial de que não se furtaria a colaborar com esta CPI, indago qual o nome dos médicos que V. Sa. representa?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Eu evoco o direito do Estatuto da Advocacia, que me concede o sigilo com relação aos meus clientes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Sa. está aqui na condição de testemunha ou de advogada?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu estou no exercício do meu ministério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! A pergunta é simples: V. Sa. está na condição de advogada ou na condição de testemunha?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu sou testemunha e tenho clientes na condição de advogada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, não há como um advogado patrocinar causa ou mesmo prestar assessoramento jurídico de clientes anônimos. Como é possível uma Comissão Parlamentar de Inquérito ouvir alguém que não informa quem representa? Como demonstrado pelo Senador Marcos do Val há pouco numa participação, a depoente diz representar 12 médicos em 5 mil, e não sabemos quem são esses médicos.

Veja, Sr. Presidente, que esta CPI da Pandemia já enfrentou situação similar a respeito da condição de um depoente que participava desta CPI. Eu me refiro ao depoimento do Sr. Túlio Silveira, que ocorreu no dia 18 de agosto de 2021, ocasião em que a Senadora Simone Tebet, que aqui está, questionou se o depoente estava na condição de advogado ou não. E vou ler aqui qual foi o questionamento dela pelas notas taquigráficas, acertadamente:

> Para contribuir, Senador Randolfe [que presidia naquele momento], há uma preliminar aqui que é saber qual é a condição com que o Dr. Túlio se apresenta nesta Comissão.
> [...] ele não está aqui na condição de advogado, e, para que isso fique resolvido, basta que o depoente, Dr. Túlio, apresente ou diga se apresentou no Ministério da Saúde a procuração dele, como advogado da Precisa, para poder, em nome dela, fazer todas as tratativas no contrato da Covaxin. Do contrário, Dr. Túlio, [...] V. Sa. não está aqui na função de testemunha como advogado, mas como um funcionário da Precisa [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se observa, Sr. Presidente, a Senadora Simone questionava a respeito da procuração, isto é, o vínculo de representação entre o Sr. Túlio e a Precisa.

Mas, no presente caso, estamos ouvindo uma testemunha que diz representar médicos, mas não indica quem são.

Então, eu insisto com V. Sa., Dra. Bruna Morato – e, na condição de advogado, meu respeito, mas eu insisto –: pode nos informar quem são os seus clientes? V. Sa. pode disponibilizar a esta CPI a procuração firmada com seus clientes?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador Marcos Rogério, com todo respeito, nos termos do art. 207 do Código de Processo Penal, eu, na condição de testemunha e advogada, preciso me limitar aos poderes a mim conferidos pelos meus clientes, e não me foi autorizada a informação a respeito da identidade desses clientes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, veja o papel que a CPI está prestando ao Brasil neste momento. Esse questionamento foi feito há pouco tempo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E repito...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E repito: acertadamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos que repor a verdade. V. Exa., por favor, se quiser interromper o tempo... Eu não vou deixar o Senador Marcos Rogério, na minha frente... No primeiro momento, eu fiquei quieta. Agora, de novo, retomando. Vamos repor a verdade aqui, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acabei de ler...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acabei de ler a transcrição...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. leu e agora eu vou dizer. V. Exa. leu e eu repito o que eu disse...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... há uma situação diferente aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Túlio era um suspeito, porque ele era um assessor técnico da Precisa, que tem, inclusive, ou que tinha, inclusive, na logo da Precisa assinado, encaminhado *e-mail* para o Governo, para o Ministério da Saúde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só peço que parem meu tempo, Sr. Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, sem dúvida, mas V. Exa., de novo... Eu tenho o direito aqui de me pronunciar no art. 14.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, eu citei V. Exa. diretamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço a V. Exa.

Havia uma suspeita em relação ao Dr. Túlio de que, independente de ser advogado, médico ou papa – com todo respeito ao Papa Francisco, a quem eu sou devota, inclusive –, independente da atividade dele, ele estava aqui como um possível suspeito de estar atuando de forma irregular – e depois eu acho até que ele foi indiciado ou está agora na função de acusado pelo Relator – de ter mandado um *e-mail* para o Ministério da Saúde, na função de assessor jurídico da Precisa. E provei, por documentos, que ele era um assessor jurídico. Então, independente de ser advogado ou não, havia uma suspeita, ele passou depois a ser acusado por esta Comissão.

A Dra. Bruna – e V. Exa. sabe muito bem –, pelo art. 5º da Constituição Federal, está aqui na função... Embora testemunha, ela é uma advogada. Em qualquer lugar em que ela estiver, num restaurante, no Senado Federal, em outro país do mundo ou mesmo aqui no Brasil, onde quer que ela se encontre, ela não pode se despir da roupa que tem como advogada. E, nesse aspecto, ela está protegida pela Constituição Federal; ou melhor, os seus clientes estão protegidos pelo sigilo profissional. Aliás, os próprios tribunais estendem esse sigilo profissional a todas as profissões, ao médico, ao dentista, ao advogado, a qualquer um.

Então, independentemente da pergunta que lhe faça ou que faça ao Dr. Túlio... Quando o Dr. Túlio foi perguntado por mim, era porque havia uma suspeita de que ele era aquele que participou de um contrato fraudulento de R$1,6 bilhão para a compra de vacinas inexistentes ou ineficazes, com pagamento antecipado de R$200 milhões em paraíso fiscal, pra lavagem de dinheiro, pra, num conluio à custa do dinheiro público e da dor de familiares que perderam os seus entes pra covid, compartilhar o lucro de uma vacina que não seria entregue pro Governo Federal. Então, fosse ele advogado, médico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentista, quem quer que seja, ministro de Estado, ele estava ali sendo, a princípio, interrogado, porque ele poderia sair dali na função de acusado, diferente da Dra. Bruna.

A Dra. Bruna é uma advogada. Como testemunha ou advogada – eu não sei qual foi a forma como esta Comissão, porque eu não sou membro, a chamou –, ela tem que ser tratada como tal. Se é como testemunha, ela está aqui pra dizer a verdade e não vai poder mentir nem omitir, salvo naquilo que ela tem sob proteção constitucional. E a Constituição protege não só a ela, mas aos seus clientes e, mais do que isso, a proíbe de se pronunciar, como eu também não insisti com o Dr. Túlio, eu não perguntei pra ele quais eram os seus clientes. Eu perguntei pra ele o vínculo que ele tinha com a Precisa, porque estava estampado num documento de que nós estávamos questionando, inclusive, a legalidade e a legitimidade. Diferentemente dessa relação privada, aqui nós estamos falando de dinheiro público, contrato público, e aí as relações do Direito são totalmente diferentes. Quando nós estamos falando de Direito Público, nós estamos falando de interesse coletivo, em que as regras são outras.

Então, Sr. Presidente, é pra deixar muito claro que a indagação que eu fiz para o Dr. Túlio não serve para o caso da Dra. Bruna.

E, mais ainda, em nenhum momento, eu pedi pra que o Dr. Túlio quebrasse o sigilo profissional dele com o seu cliente ou seus clientes.

Obrigada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, retomando a minha linha de interrogatório, a questão aqui era se ele estava na condição de testemunha ou de advogado simplesmente, porque o sigilo é em razão das informações prestadas pelo cliente e não em relação ao nome do cliente – isso não. Aqui não há cobertura de sigilo. Invocar o sigilo para ocultar quem o contratou?! Respeitosamente, o fato de ser advogado não dá o direito de vir a esta CPI e ocultar... É a figura da testemunha do desconhecido, testemunha por procuração do desconhecido. Quanto aos fatos alegados no confessionário de advocacia, aí há as garantias do Estatuto da Ordem, as garantias constitucionais que se aplicam ao caso, mas deixar de declinar o nome de quem contratou e dar depoimento alegando fatos colhidos nessa relação de advogado e cliente, respeitosamente, Sr. Presidente, é algo absolutamente estranho – algo absolutamente estranho! Então, eu, primeiro, quero lamentar esse fato. Aqui ora fala como advogada, ora fala como testemunha, mas testemunha de quê? Ouviu de quem?

Mas eu queria fazer mais alguns questionamentos a V. Sa.: V. Sa. conhece o Sr. Felipe Cavalca Silva, o Sr. Thales Ribas Apocalypse Nogueira, a Sra. Emmanuelle Pessoa Mendes Guarinon e a Sra. Fabia Marques Menezes?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Os nomes que o senhor citou são diretores clínicos de unidades. Eles, infelizmente, foram demitidos por uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu perguntei se V. Sa. conhece.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Se o senhor me der tempo pra responder, eu respondo seu questionamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é simples: conhece ou não conhece? E aí eu vou ter uma segunda pergunta.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O modo como eu formulo a resposta me diz respeito. Então, eu vou continuar formulando a resposta com a mesma educação que o senhor não está tendo ao fazer o questionamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não é uma questão de educação, é uma questão de objetividade. V. Sa...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Então, seguindo com a resposta, seguindo com a resposta, seguindo com a resposta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Conhece ou não conhece?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O senhor me perguntou se eu conheço. Eu sei quem são. Eles são diretores clínicos de unidades do hospital, da rede Prevent Senior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu lhe pergunto se representa essas pessoas, na condição de advogada? Representa-os juridicamente?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador Marcos Rogério, acho que o senhor ainda não entendeu que eu vou manter sigilo a respeito da identidade dos meus clientes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso, Sr. Presidente, não tem sentido! Eu só estou perguntando se representa ou não essas pessoas como advogada. Qual é o sigilo que protege isso? Eu não estou lhe pedindo pra declinar quais foram os fatos narrados por eles. Só estou perguntando se representa essas pessoas como advogada. Só isso!

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador, eu vou voltar pra uma questão técnica. Vamos voltar pra questão técnica.

Eu não irei identificar os meus clientes. Eu sou advogada, eu protejo os meus clientes. Eu estou aqui representando os meus clientes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, Presidente, não há mais o que perguntar, porque ela está aqui na condição de testemunha, por procuração, mas que não revela quem são seus clientes; não revela a quem representa.

Eu perguntei objetivamente sobre algumas pessoas e indaguei: representa-os juridicamente? Também não quis declinar.

O Sr. Pedro Benedito Batista Júnior, Sr. Presidente, diretor executivo da Prevent Senior, em depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no dia 22 de setembro, alegou que o Sr. George Joppert Netto e a Sra. Andressa Fernandes Joppert, após o desligamento da empresa, em junho de 2020, manipularam dados de uma planilha interna, que era a planilha de acompanhamento de pacientes, para tentar comprometer a operadora. A planilha está relacionada às denúncias de que a Prevent Senior utilizou medicamentos ineficazes no tratamento de pacientes com a covid-19 e alterou os registros médicos, para ocultar as mortes. De acordo com o diretor executivo, a planilha divulgada pelos médicos contém graves divergências em relação ao documento original. Além disso, os médicos George Joppert Netto e Andressa Fernandes Joppert supostamente acessaram a planilha depois do desligamento da empresa e transmitiram as informações para a advogada Bruna Morato, antes da divulgação dos dados pela imprensa.

Assim, para que não se crie por esta Comissão a inovadora figura de testemunha por procuração, requeiro a esta Comissão a convocação que estou apresentando – já estou apresentando – ao sistema da Comissão para que sejam ouvidos aqui os médicos George Joppert Netto e Andressa Fernandes Joppert e que, então, como testemunhas, falem diretamente a esta CPI, sem intermediários.

Sr. Presidente, eu penso que, a par de todas as informações que foram divulgadas aqui, é necessário que esta CPI se aprofunde nas investigações, mas olhando para os fatos, para as evidências, checando essas fontes. O depoimento que temos no dia de hoje, respeitosamente, é um depoimento que, para mim, carece dos elementos básicos: fala em nome de profissionais, mas não tem procuração, não pode declinar sequer o nome... Então, Sr. Presidente, o apelo que estou fazendo a esta CPI, e já o fiz anteriormente, é que nós ouçamos... É fácil saber quais foram os demitidos da Prevent Senior. Bom, no meio de 5 mil, o número aqui não é tão grande. Que se faça a convocação desses profissionais para se buscar a verdade. E, sob juramento, que possam vir a esta CPI para poder dizer os fatos – como aconteceram, em que circunstância –, porque qualquer coisa fora disso... Eu não quero aqui ser leviano em fazer afirmações de que a Dra. Bruna esteja falando algo que não procede. Ela teve contato com esses profissionais, mas não são os profissionais que estão aqui. Então, que esta CPI, na busca da verdade, possa fazer a convocação desses médicos para aqui estar. E aí vamos questionar, vamos indagar, porque, realmente, depoimento de testemunha por procuração... E olhe que nem por procuração, Senador Girão, porque não foi apresentada a procuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, depois pela ordem, após o encerramento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tem procuração! Sequer declina o nome de quem, em nome de quem está falando, por quem está falando. Lamento que a CPI esteja se prestando a esse papel.

Quanto a essa empresa, Sr. Presidente, vou deixar clara a minha posição. Não tenho nenhuma razão para defender nem essa nem outra empresa, porque, pelo que vi até agora, das notícias publicadas, me parece que algo muito estranho aconteceu por lá. Só não acho adequado tomar depoimento de quem não é testemunha de fatos. Gostaria de estar ouvindo aqui os profissionais médicos dentro do seu papel, como testemunhas de fato.

E, no mais, apenas reiterar que nós possamos avançar nas investigações, mas, repito, olhando para os fatos, para as evidências, para o que de fato aconteceu, seja nesse hospital... E, se cometeu crime, que a CPI os identifique, os enquadre e os encaminhe para autoridades competentes para o devido processamento. Assim como...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quer acrescentar? Eu posso ouvir a depoente, se quiser acrescentar alguma coisa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Vamos parar de constrangimento, Senador Marcos. O senhor passou hoje...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador, o Senador Marcos Rogério tenta constranger a depoente, a advogada, a Dra. Bruna...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O seu vexame hoje ultrapassa qualquer limite, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Quem deve estar com vergonha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele tenta constrangê-la a todo momento. Uma advogada que, aliás...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Começa pelo desconhecimento básico do que é uma testemunha indireta, Senador!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem deve estar com vergonha são V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pare de passar vergonha!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas. é que devem estar com vergonha! Trazem aqui para dar depoimento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos garantir a palavra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quem não foi testemunha dos fatos!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É muito evidente a figura da testemunha indireta, Senador!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos garantir a palavra ao Senador Marcos Rogério.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou propondo que se tragam aqui os médicos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. se esquece de que a Dra. Bruna é uma jovem advogada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou propondo que se tragam aqui os profissionais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... firme, determinada e não vai se submeter ao seu constrangimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é... A minha questão aqui não é o fato de ser advogado, não. Nesse aspecto, respeito absolutamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está tentando constrangê-la.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A questão aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ela está aqui na condição...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A questão aqui é de se é testemunha ou se não é testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ela está aqui na condição de testemunha e como advogada, e V. Exa. sabe disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Imagine se essa moda pega!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. está tentando constrangê-la! É simplesmente isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não é a minha fala que vai constranger quem quer que seja...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas, Dra. Bruna, eu lhe digo que V. Exa. é uma menina doce e dura!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque não estou acusando. Quem está, quem está...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E se mantenha assim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem está sugerindo constrangimento é a CPI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Parabéns a V. Exa.!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, é fundamental que o Senador Marcos Rogério conclua. No tempo dele, a fala é dele, e ele tem liberdade de falar o que ele pensa e o que ele quiser...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Liberdade, vírgula, porque ele está tentando constranger a nossa convidada. É só isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É, sim, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos Rogério, é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, toda vez que eu vou falar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-o concluir, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Toda vez que eu vou falar alguma coisa que vai contra as ideias motoras dos que tentam conduzir a CPI, é assim que agem. O Brasil está vendo faz tempo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Está mesmo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque o que eu estou perguntando aqui é o básico: representa alguém? Representa. Quem? Tem procuração? Não tem.

Quanto à informação que está resguardada pelo sigilo profissional, eu não pergunto; aliás, até já condenei prática aqui na CPI...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O tempo dele acabou, Presidente, e V. Exa. não está sendo rigoroso da mesma forma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exas. não têm nenhum tipo de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Acabou o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... constrangimento em me interromper. Aí, quando passam 30 segundos, já querem reclamar. É isso, é isso que acontece.

Então, Sr. Presidente, o único apelo que estou fazendo aqui é para que nós convoquemos médicos para prestarem depoimento, porque imaginem se a moda pega... Daqui a pouco, delegado de polícia, promotor de justiça está tomando depoimento de alguém que diz representar alguém, mas que não tem procuração.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor está controlando o tempo, Sr. Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus! É difícil! Aí é difícil!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Meu Deus do céu!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutora, eu vou já passar a palavra para a senhora. Talvez...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Me permita só um pela ordem, Sr. Presidente, muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Só porque as pessoas que nos acompanham podem ser confundidas pela, enfim, fala do nosso colega Marcos Rogério, que tem nosso respeito, mas claramente não nesse campo.

A testemunha indireta é amplamente reconhecida no Direito, é aquela testemunha que toma conhecimento de um fato por terceiros, é aceita no processo naturalmente. Então, todo esse teatro para tentar desvalorizar a mensagem, o mensageiro, no caso – desculpe –, a mensageira, porque não consegue atacar a mensagem, só comove convertidos. A intervenção pede discurso pela intervenção, mas só santo para ter paciência de ouvir despautério, equívocos jurídicos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Despautério é o que V. Exa. está falando. V. Exa. sempre interrompe quando eu estou falando.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – V. Exa. poderia tentar novamente o acesso à OAB, tornar-se advogado, demonstrar lá o conhecimento necessário...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador, V. Exa. está...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... para chegar aqui e confrontar a advogada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... nesta CPI na condição de delegado? Me desculpe, mas está errado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, não. Estou na condição de Senador e tentando ajudá-lo a passar menos vergonha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deveria respeitar seus colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... a passar menos vergonha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deveria respeitar seus colegas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O compromisso é com quem acompanha e está aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. confunde esta CPI com palanque pré-eleitoral.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E o senhor está fazendo o que aqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer uma pergunta aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, àqueles membros da imprensa e principalmente à senhora, Dra. Bruna.

Eu vi várias matérias de profissionais de saúde dizendo que eram obrigados a usar o tratamento precoce. Eu acho que vocês assistiram em televisões, ouviram em rádio, leram em jornais, e nós assistimos... Todos assistiram aqui ou não? Quem não assistiu diga que não assistiu. Bem...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assistimos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vi um médico, desses 5 mil, Senador Marcos Rogério, desmentir – nenhum. Talvez agora, depois que eu falei isso, eles possam desmentir. Mas o certo é que, se você trabalha numa rede como a Prevent Senior e é profissional de saúde lá, e estão dizendo que estão sendo obrigados, o certo era eles chegarem e: “Não, não, eu nunca fui obrigado a fazer isso”. Pelo contrário, as acusações que estão sendo feitas pelos médicos que não estão colocando o nome à vista de todos e pela Dra. Bruna não são, de forma nenhuma, desmentidas pelos profissionais de saúde que estão atuando nessas redes. Quem desmente, e em parte, são os proprietários da Prevent Senior. Até porque o depoente, por último, que esteve aqui confirmou – e foi chamada a atenção pelo Senador Otto Alencar – que o paciente entrava como covid, mas, se morria de outra coisa, no atestado de óbito ia outra doença e não covid. Foi dito por ele aqui.

Então, se tem 5 mil profissionais, como disse há pouco o Senador Marcos do Val e V. Exa. confirmou, nenhum desses 5 mil desmentiu as matérias que foram feitas jornalisticamente por várias emissoras, por vários meios de comunicação – nenhum. Pelo contrário, poderia muito bem um fazer uma nota dizendo: "Olha, isso não é verdade. Nunca eu fui obrigado a usar o tratamento precoce na Prevent Senior". Nenhum fez o desmentido. Então, cabe a nós tirarmos as conclusões: que o que existiu, de fato, é isso que a Dra. Bruna está relatando aqui pra nós, baseados no que ela está dizendo, volto a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repetir. E disse há pouco: ela, como testemunha, tem valor, sim, pra CPI. Não é... A CPI está ouvindo uma pessoa que tem informações. E aí não basta você participar da coisa. Se você tem informações e você quer contribuir com a Justiça pra se fazer justiça, o cidadão de bem vem e contribui. Várias informações, Senador Marcos Rogério, V. Exa. também recebe – eu sei –, muitas informações. Eu recebo várias informações de pessoas que eu nunca vi.

E aproveito até o momento pra que... Neste momento, eu recebi uma correspondência de um cidadão que mora em Cacequi pedindo pra que eu não citasse mais a cidade da forma como tenho citado. Eu quero dizer a esse companheiro – eu sei o nome dele, não vou dizer o nome –: meu amigo, meu irmão nasceu em Cacequi, eu morei em Cacequi, no Rio Grande do Sul. Tenho o maior carinho pela cidade de Cacequi. E, quando eu falo em Cacequi, é por causa do meu irmão Ismael, que já é falecido, tinha um ano a menos do que eu, faleceu num acidente de moto, ele nasceu em Cacequi. Os meus pais moraram em Cacequi. Então, a você que mora em Cacequi: de forma nenhuma, quando eu brinco aqui com o Senador Luis Carlos Heinze, é para diminuir a cidade; pelo contrário, é uma cidade belíssima, e eu espero que todo brasileiro tenha oportunidade de visitá-la um dia. Vou esclarecer isso.

E vou passar a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sou o próximo inscrito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, é necessário... Não faria parte da minha inquirição, mas, embora eu tenha, no uso da Presidência, no exercício da Presidência, feito esses esclarecimentos, nos termos do Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil e do Código de Processo Penal, mais uma vez, lamentavelmente, eu vou ter que tirar do meu tempo pra fazer este questionamento.

Dra. Bruna, o Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil diz o seguinte, no seu art. 27... Atentai, Brasil! Art. 27 do Código de Ética da OAB...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Vai vendo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo!

"As confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser utilizadas nos limites da necessidade da defesa, desde que autorizado aquele pelo constituinte".

Talvez não tenha ficado claro. Vamos lá: "desde que autorizado aquele pelo constituinte".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Bruna, a senhora está autorizada por seus constituintes?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Sim, Senador, eu estou autorizada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Aí o Código de Processo Penal, que rege esta Comissão Parlamentar de Inquérito – rege porque estamos num inquérito, conforme o art. 1º ao art. 20 do CPP –, diz o seguinte, art. 207: "São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se [salvo se], desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho".

Dra. Bruna, a senhora está desobrigada por sua parte para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu estou nesta Comissão como convidada, convite esse que eu agradeço. Meu objetivo é esclarecer tudo o que foi colocado na denúncia. E gostaria de esclarecer também ao Senador Marcos Rogério: Senador, o que sustenta a minha denúncia não são os meus clientes, mas as provas, o conjunto probatório e o nexo de causalidade que me traz até aqui. Então, o maior sustentáculo dessas denúncias foram os documentos apresentados a esta CPI, independente de quaisquer que sejam os meus clientes, isso pouco influi na documentação apresentada. A documentação apresentada é verídica, então as informações que eu trago na condição de testemunha indireta fazem com que eu sente nessa cadeira com muita tranquilidade e siga defendendo o sigilo a que meus clientes têm direito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, doutora.

Doutora, só uma pergunta da preliminar, que é necessária, que é o seguinte: o seu escritório foi invadido?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os seus pacientes, os seus clientes se sentem sob ameaça?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Todos os meus clientes estão sendo ameaçados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós estamos... Precisa de mais alguma coisa, Presidente e Senador Renan? A gente está falando de pessoas sob ameaça. Olha aqui o inquérito da Polícia Civil de São Paulo! Olha aqui! Olha aqui o inquérito, Senadora Simone, que está em curso lá. Invadiram o escritório dessa moça. Essa moça está aqui em ato de coragem! Deveria ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplaudida por nós! E isso... Sabe o que é patriotismo? Patriotismo é isso. Patriotismo é esse ato de coragem aqui. O escritório dessa moça foi invadido, ela está colocando aqui em risco a vida dela, está colocando em risco a família dela e os pacientes dela estão sob ameaça. Preciso falar mais alguma coisa pra nós legitimarmos esse depoimento?

Passando então às perguntas. Me permitam... Me desculpem pela preliminar, mas era necessária, lamentavelmente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fora as mensagens de WhatsApp, não é, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fora isso. Precisa de mais... Eu acho um absurdo ser questionado isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E a confissão do diretor semana passada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas vamos adiante.

Dra. Bruna, quantos pacientes fizeram parte do estudo da Prevent Senior? A senhora tem conhecimento? Tem informações sobre?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Tenho conhecimento. Existe uma diferença entre estudo e experiência. Então, no estudo que foi autorizado pelo Conep, existe o registro de 636 pacientes no artigo científico, mas, quando nós analisamos o requerimento ao Conep, eles fazem menção a 400 pacientes, eles selecionaram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quatrocentos? Então, o tal estudo teve 400 pessoas?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, de telemedicina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A senhora falou ainda há pouco que eles sentiam segurança, no Ministério da Saúde, de que não haveria nenhum tipo de fiscalização. A senhora poderia discorrer sobre isso e se houve em algum momento algum tipo de fiscalização, acompanhamento da Agência Nacional de Saúde?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Posso. Posso discorrer a respeito desse assunto. Agradeço, inclusive, pela pergunta.

A partir do momento em que a Prevent Senior se aproxima dos interesses do Governo Federal, os médicos têm a impressão de que não haverá fiscalização de qualquer órgão vinculado ao Ministério da Saúde. É isso que valida a possibilidade de não só entrega desses *kits* ou atitudes sem autorização do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comitê de Ética Médica, mas também de uma série de outras experiências que ocorreram dentro da instituição: a utilização de medicamentos e terapias sem a devida autorização, sem o consentimento dos pacientes. Então, a sensação que se tinha na instituição é que eles tinham autorização para fazer o que quisessem, como quisessem. E por isso que nós chegamos, a meu ver, a esse relato, que sem dúvida nenhuma é um dos mais tristes que eu já ouvi dos médicos.

Não existe nada mais degradante para um advogado do que escutar o relato de um médico que fala que quer o bem do seu paciente, que não tem a sua autonomia respeitada e que está impossibilitado de fazer aquilo que é a sua missão, que é salvar vidas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A senhora falou ainda há pouco, e nos chama muito a atenção – foi objeto da inquirição do Senador Renan e também foi objeto da inquirição da Senadora Eliziane –, sobre a conexão entre Prevent Senior, Ministério da Saúde e Ministério da Economia. A senhora poderia me dizer, assim, como isso se dava? Tinha uma relação da Prevent Senior... Tinha uma orientação do Ministério da Economia, dentro da máxima que, inclusive, o Governo propagandeava, de que o País não podia ou a economia não podia parar?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – As informações que eu tenho é que não existia uma orientação do Ministério da Economia, mas sim uma linha congruente entre o objetivo do Ministério da Economia e aquilo que era propagado por esses supostos assessores paralelos. Esses assessores paralelos médicos, esses, sim, passavam orientações e diretrizes à empresa, e a empresa respondia a essas diretrizes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esses assessores paralelos que V. Sa. fala é o chamado gabinete paralelo?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu conheci essa expressão com a CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu não a tinha ouvido com meus clientes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E quem seriam essas pessoas?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O Sr. Paolo Zanotto, o Dr. Anthony Wong, já falecido, e a Dra. Nise Yamaguchi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Encaixa-se também nesse contexto a Dra. Mayra Pinheiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A menção que eu tenho da Dra. Mayra Pinheiro foi depois que ela veio depor na CPI. Aí, sim, alguns médicos disseram que a conheciam e que ela teria uma certa relação com o depoente aqui, que era o Sr. Pedro Batista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, só para entender: a lógica de orientação era desses que nós aqui denominamos de gabinete paralelo; e a lógica era atendendo à premissa que vinha do Ministério da Economia de que não podia ter paralisação da economia; e, por isso, isso justificaria o tratamento precoce, é isso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim. A expressão que os médicos utilizavam era de que o tratamento precoce seria uma... uma válvula de liberdade a essas pessoas que não queriam se subordinar à necessidade de *lockdown*. Elas teriam uma esperança de que, se ficassem doentes, teriam a cura da doença, e por isso elas se expunham mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acredito que, a partir do depoimento da Dra. Bruna, é inevitável, pelo menos, o Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, se não o Ministro Paulo Guedes, estar presente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito na semana que vem – na semana que vem. Se não for o Ministro Paulo Guedes, o Secretário de Política Econômica, no mínimo, diante dos notórios acontecimentos e informações que a CPI já tem.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele já está convocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele já está convocado. Então...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Só falta marcar.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É só marcar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Diante das informações que a Comissão Parlamentar de Inquérito dispõe e com o depoimento da Dra. Bruna, eu acredito que se torna inevitável marcarmos pra semana que vem o depoimento do Secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, se não – se não – do próprio Ministro Paulo Guedes.

Foi dito ainda há pouco... Aliás, o Sr. Pedro Júnior disse aqui que as informações que são trazidas nessa denúncia foram informações manipuladas. Eu pergunto a V. Sa., sob o compromisso da verdade: alguma das informações que V. Sa. traz a esta Comissão Parlamentar de Inquérito são manipuladas de alguma forma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Nenhuma das informações foi manipulada. Eu me coloco à disposição pra entregar ou disponibilizar a vocês o *e-mail* encaminhado com a tabela, que poderá ser periciada. Eu fiz a verificação de forma unilateral, independente das informações a mim transferidas pelos meus clientes, dos óbitos para ver se eles realmente estavam dentro do cadastro nacional e verifiquei que de fato eles estão, assim como verifiquei todas as informações que me foram trazidas. Então, eu tenho segurança em dizer que não houve manipulação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Bruna.

Ana Cristina, por gentileza, coloque a mensagem de WhatsApp que nós recebemos dos grupos lá da Prevent Senior, a mensagem, se eu não me engano, do Dr. Pedro Júnior, para apresentar à Dra. Bruna. Essa é uma mensagem que diz o seguinte:

> Atenção
> Senhores infelizmente alguns de vocês não estão com o nível de comprometimento necessário para permanecer na empresa!
> Dei uma ORDEM na semana passada de não sair para rede externa NENHUM paciente Paliativo sem eu ser consultado!
> A partir de hoje não irei tolerar essas falhas!
> O lema da empresa é Lealdade e Obediência!

Nunca é demais lembrar, e aí eu não quero dourar a pílula porque aí eu não sou médico, mas sou historiador: essa é a mesma consigna da SS nazista.

Aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito foi dito pelo Sr. Pedro Júnior que essa consigna não era utilizada por ele, que essa consigna era do Dr. Anderson e eles não utilizavam. Nós estamos vendo aqui uma mensagem do próprio Dr. Pedro Júnior, encaminhada, se eu não me engano, em grupo de WhatsApp dos médicos da Prevent Senior.

"Lealdade e Obediência" era a consigna apresentada pelo Dr. Pedro Júnior, era a consigna da empresa?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sempre foi essa a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – "Lealdade e Obediência".

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ... a orientação da empresa. Isso sempre foi, isso não é de agora, isso não aconteceu em 2020 com a pandemia. Isso faz parte da cultura organizacional da empresa, esses são os princípios que norteiam a Prevent Senior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Randolfe Rodrigues, não sei se o senhor lembra de uma declaração do Senhor Presidente da República que falou que os fortes sobrevivem, os fracos morrem. Isso também me faz lembrar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Reich?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... a eugenia que foi praticada na Segunda Guerra Mundial, que tem conexão com esse lema, "Lealdade e Obediência".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Em um momento aqui do depoimento V. Sa. falou de conjunto de guardiões. O que são os guardiões, nessa estrutura de lealdade e obediência da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Um dos proprietários da empresa, Dr. Eduardo Parrillo, é médico, médico geriatra, um dos idealizadores, ele criou a figura dos guardiões. Os guardiões seriam médicos responsáveis pelos plantonistas, eles atuariam como guardiões desses plantonistas pra que lhes fosse concedida a retaguarda necessária. Então, é uma figura exclusiva, eu desconheço essa expressão em outra instituição de saúde, apesar de atuar há muitos anos com médicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Veja, Sr. Presidente, lealdade e obediência, guardiões... Vejam os termos que eram utilizados.

Pode colocar aí, Ana Cristina, a mensagem do Facebook, por gentileza.

A mensagem do Facebook.

Por gentileza, Dra. Bruna.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu gostaria de passar uma informação que é interessante – e aí eu faço uma solicitação aos médicos que me assistem –: a Prevent Senior tem uma política um tanto quanto diferente. Há descrição de que, nos anos de 2015, 2016 e 2017, a Prevent Senior, em alguns eventos, propagava um hino, que era o Hino dos Guardiões, em que esses médicos eram obrigados...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, tinha hino?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ... a cantar o hino com a mão no peito.

Eu gostaria que os médicos que agora me assistem, caso algum dos médicos tenha esse hino, eu gostaria muito de trazer a conhecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tinha hino?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tinha lealdade, obediência, nome de guardiões e hino?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – E tinha um hino que eles eram evocados a cantar com a mão no peito.

Observação importante também a ser feita é que os donos da instituição, o Sr. Fernando Parrillo e o Sr. Eduardo Parrillo, possuem uma banda de rock – uma banda de rock muito conhecida; inclusive, ela vem participando daquele evento Rock in Rio. Então, eles tocavam o hino e os médicos tinham que cantar esse mesmo hino com a mão no peito.

Infelizmente, eu não tive acesso à letra desse hino, mas peço encarecidamente que caso algum médico que esteja assistindo possa disponibilizar essa informação, eu acredito que seja muito importante para conhecimento da ideologia da empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com certeza.

E, aliás, o que é paradoxal é uma empresa ter ideologia, uma empresa que cuida da saúde e da vida das pessoas.

Essa notícia de Facebook chegou ao nosso conhecimento sob a alegação de que circula nos perfis de Facebook de apoio à empresa.

Não sei como funciona isso, mas diz aí a mensagem: "Quem realmente quer ajudar a Prevent tem que parar de falar no tal *kit* que recebeu, tomou, que a família recebeu, porque esse assunto pode vir a comprometer a Prevent Senior e piorar ainda mais a situação. Os medicamentos do tal *kit* não têm comprovação científica de combater a covid [inclusive o dono da Prevent tinha uma entrevista há três dias e destaca isso], os laboratórios que os fabricam já declaram que não servem para combater a covid. Reflitam sobre isso."

Esse alerta, após os fatos se tornarem públicos, circulou, Dra. Bruna?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Muito tem se circulado a respeito disso.

Volto a dizer, a Prevent Senior é uma rede que possui bons médicos, tanto é verdade que eles nunca se opuseram às informações que eu trouxe à Comissão.

As informações que nós trouxemos é porque esses bons médicos querem e precisam trabalhar, esses médicos têm amor pela profissão, amor por seus pacientes. É muito importante ressaltar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho nenhuma questão pessoal e nenhum objetivo pessoal contra a instituição. O que eu tenho aqui é o dever cívico de honrar com o princípio e objetivo maior que é a solidariedade. E aí faço um adendo até à minha vida pessoal: eu sou uma pessoa muito discreta, não sou de falar da minha vida pessoal, mas o meu pai era uma pessoa idosa, ele era militar, então, eu fui educada por pessoas idosas.

Quando eu venho até aqui, eu entendo que nem seja um ato de coragem, mas, sim, um dever cívico de comparecer aqui para prestar esclarecimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dra. Bruna, a senhora está dizendo para o Brasil o que é, de fato, patriotismo.

Só para concluir, Sr. Presidente, o meu tempo já esgotou.

Tinha um vídeo que eu também queria apresentar, mas vou passar para os demais colegas, que é o depoimento, inclusive, de um paciente, de alguém que teve como tratamento inicial, na Prevent Senior, o tratamento precoce. É um depoimento em vídeo, mas o tempo já esgotou, não vou abusar da boa vontade, mesmo porque teremos contribuições melhores na inquirição, como a do médico Dr. Otto Alencar.

Então, eu queria só lhe perguntar, me permita fazer três perguntas últimas para a senhora discorrer.

A primeira delas é o seguinte... Este aqui é o protocolo da Prevent Senior, no protocolo já foi demonstrado aqui para todos o uso da hidroxicloroquina como receituário inicial. Aqui tem uma espécie – o Dr. Otto depois pode esclarecer –, aqui tem uma espécie de fluxograma de atendimento. No fluxograma de atendimento, tem um quadrado aqui que diz: "repetir se tiver covid-19". Ou seja, pelo que está sendo dito aqui, pelo que eu entendi – a senhora me corrija se eu estiver errado – seria aplicar hidroxicloroquina no tratamento prévio e, depois do PCR, repetir, por covid-19, não suspender hidroxicloroquina e azitromicina. Eu queria que a senhora – vou passar inclusive para o Senador Dr. Otto –, que a senhora discorresse sobre isso.

O segundo aspecto é o seguinte. O Dr. Otto Alencar inclusive trouxe ao conhecimento ontem do Brasil que a Prevent havia recomendado tratamento paliativo para paciente que não estava em estado terminal. Veja, nada contra paliativista, nada contra essa área do conhecimento médico necessária para um fim de vida digno para as pessoas, mas a denúncia dá conta, a denúncia feita por um paciente, de que foi receitado para pessoas que não estavam em estado terminal. Eu queria que V. Sa. discorresse sobre isso.

Por fim também, que V. Sa. também discorresse sobre essa notícia que foi veiculada de que um neto disse que o avô, vítima de covid, veio a ser amarrado em hospital da Prevent Senior. Se a senhora tem conhecimento desse episódio e se aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, por último de fato, nós temos duas notas do Ministério da Saúde de setembro. Viu, Sr. Presidente, eu não estou falando de maio, de abril, em que poderia se alegar algum eventual desconhecimento sobre o tal tratamento precoce sem eficácia comprovada; nós estamos falando de setembro, uma nota técnica do Ministério da Saúde, o Ministério da Saúde de Mayra Pinheiro, o Ministério da Saúde de Elcio Franco, o Ministério da Saúde de Eduardo Pazuello...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o Ministério da Saúde do Presidente Bolsonaro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Ministério da Saúde do Presidente Bolsonaro!

Nós temos aqui duas notas técnicas que têm como referência bibliográfica a Prevent Senior e esta apresentação aqui da Prevent Senior. Eu faço então essas duas perguntas para a senhora: qual a conexão que tinha da Prevent Senior como referência para o tratamento por parte do Ministério da Saúde? E até quando o tal tratamento precoce foi utilizado pela Prevent Senior?

E, por fim, eu concluo...

Ah, inclusive esses dois documentos, nunca é demais destacar, Sr. Presidente: a Dra. Mayra Pinheiro é a primeira a assinar esses documentos com a referência bibliográfica, essa Mayra Pinheiro que continua no Ministério da Saúde! Eu rogo daqui ao Ministro Ricardo Lewandowski: atenda ao pedido desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Para o bem da investigação, é necessário o afastamento dessa senhora da função pública que ela ocupa.

Por fim, Presidente – e aí para ouvir as últimas considerações da Dra. Bruna –, nós estamos... Assim, esta CPI já apurou muitos escândalos, vários casos estarrecedores. Nenhum me tocou tanto quanto esse. Esse daqui é... Aí o escândalo tem o caráter do macabro, porque nós estamos assistindo a um escândalo macabro com sinais tristes de eugenia, enfim, de algo que revela o quanto é triste esta página da história brasileira que nós estamos vivendo.

A senhora, Dra. Bruna – o bom de hoje foi ver essa demonstração –, disse bem: não é coragem isso que a senhora está fazendo; isso é que é patriotismo.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Randolfe.

Com a palavra a Dra. Bruna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Em resposta aos questionamentos, o primeiro questionamento do Senador foi a respeito da continuidade da hidroxicloroquina após a internação do paciente. Essa informação corrobora com os prontuários médicos que foram entregues e disponibilizados a esta CPI através do Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

Fica muito claro, no prontuário do paciente Anthony Wong, que ele faz uso do tratamento precoce e ele é internado no dia 17/11 e utiliza o medicamento até o dia 25. Então, é claro para vocês que existia não só uma utilização desse medicamento para pacientes em casa, para que eles fizessem o uso desse suposto tratamento precoce, mas também depois da internação. Então, existem, em vários prontuários, a prescrição desse mesmo conjunto medicamentoso. Além dele, também a azitromicina, a ivermectina e a colchicina. Os pacientes recebiam reiteradamente esses tratamentos, mesmo depois da admissão no período da internação.

O seu segundo questionamento a respeito do tratamento paliativo. O tratamento paliativo é um tratamento que eu respeito muito. Existe a sociedade brasileira que regula esse tipo de tratamento.

Sem dúvida também, dentro da denúncia que eu escrevi, o mais grave, que eu identifico como sendo o mais grave, é a repercussão do tratamento paliativo. Existe um desvio de finalidade, e sobre esse desvio de finalidade eu recebi uma série de orientações. Peço desculpas caso eu troque algum termo médico. Como eu disse a vocês, eu sou advogada, eu relato aquelas informações, mas eu não tenho conhecimento técnico necessário para usar determinados termos. Mas eu posso transmitir a vocês o que eu entendi.

O que eu entendi é que o tratamento paliativo pode e deve ser utilizado para aquele paciente crônico, aquele paciente a que você não faz mais a indicação de uma...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O paciente terminal que não tem terapêutica mais que possa resolver a situação dele. E, pelo que a senhora apresentou até o momento, o tratamento paliativo era escolhido como uma questão econômica e pelo tempo de ocupação do leito de terapia intensiva. Então, o tratamento paliativo vinha como alternativa para redução de custos e muitos... Eu tenho relatos de pacientes que a família não deixou que entrassem em tratamento paliativo e estão vivos. Portanto, não eram pacientes terminais; era uma escolha feita pela direção para redução de custos.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – E aqui me cabe relatar o que foi dito pelos médicos e é algo que a sociedade precisa ter atenção. O tratamento precoce para o idoso é muito complicado. Então, imaginem a seguinte situação: o idoso se dirige até o hospital, numa unidade de pronto atendimento, dizendo que está com sintomas gripais. Sem que fosse feito o PCR, nem sempre era feito o eletrocardiograma ou a tomografia, e era entregue um pacote de medicamentos. A informação que esse idoso recebia era a seguinte: a síndrome respiratória aguda grave, que é a doença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decorrente da infecção pelo covid-19, é uma doença que tem o seu percurso, assim como toda doença de origem viral, e é natural que o senhor, ainda que tomando o medicamento, piore um pouco. Então, o senhor volte para casa, leve o *kit*, faça uso do *kit.* Volte para o hospital se necessário.

E, aí, entrando na questão do paliativo, esse paciente ia para casa e, à medida que ele ia piorando, piorando, piorando, ele tinha a sensação de que em algum momento ele iria melhorar, afinal ele estava sendo medicado. Ocorre que ele não melhorava. Muitas vezes esses pacientes eram levados de novo às unidades de pronto atendimento muito graves, com uma saturação muito baixa. E é onde entra o meu pavor a ouvir o relato. Eu ouvi relatos de médicos dizendo que pacientes que não eram crônicos, pacientes que estavam acometidos pela covid-19, com a síndrome respiratória aguda grave, passavam pelo pronto-socorro e, pela idade desses pacientes, pelas condições físicas desses pacientes, a família recebia a seguinte orientação, às vezes, no ambiente do pronto atendimento, do pronto-socorro, que era a seguinte: "Olha, o seu pai, ou a sua mãe, ou seu avô, ou a sua avó está, muito debilitado. Caso eu faça a intubação desse paciente, essa intubação é um procedimento invasivo, então você tem duas escolhas enquanto familiar: uma é optar pelo tratamento mais invasivo e outra que são as medidas de conforto". A essas medidas de conforto se dá nome de paliativo. E esse paciente, infelizmente, era conectado a uma bomba de morfina. Ele não recebia o tratamento adequado e ele evoluía a óbito. Eram três ambientes diferentes os ambientes de paliativo. Isso acontecia em: situações de pronto-socorro, onde o paciente não ficava por mais de 24 horas; em ambiente de enfermaria; e em ambiente de UTI.

Eu não sei afirmar exatamente o que aconteceu, porque eu não tenho condições técnicas de avaliar esses prontuários, mas eu acredito que, trazendo essa questão a conhecimento da sociedade, da Comissão Parlamentar de Inquérito, se faça a devida investigação desses fatos, porque é muito triste você ouvir que as pessoas eram selecionadas e encaminhadas a determinados tipos de tratamento, desviando a conduta de profissionais que são muito úteis e importantes. A especialidade do paliativista é tão importante quanto a da cardiologia, quanto a da neurologia ou qualquer outra especialidade médica. O triste é como esses tratamentos estavam sendo usados e difundidos. As famílias não tinham conhecimento de que o paliativo é você permitir ou você deixar que esse paciente evolua para óbito conectado a uma bomba de morfina ou a outro tratamento sem a possibilidade de reação. Esses pacientes eram viáveis, eram pacientes que, se tratados, poderiam sobreviver. Não tenho condições técnicas de avaliar cada caso, mas eu acho muito importante que a instituição disponibilize esses prontuários, disponibilize essas informações para que seja feita a devida análise.

Respondendo o terceiro questionamento do Senador, com relação ao paciente que foi amarrado, eu desconheço essa informação, Senador. Eu perguntei a alguns dos meus clientes se era uma prática comum, e eles disseram que, por razões de segurança, muitas vezes o paciente, quando fora de seu estado normal, principalmente o paciente idoso já acometido por doenças de Alzheimer ou parecidas, que não tinham noção ou percepção da realidade, eram mantidos nas camas, mas por uma questão de segurança. Então, eu não sei responder o que aconteceu a respeito desse caso em específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O quarto questionamento acredito que seja a respeito do tratamento precoce novamente. Volto a dizer: o tratamento precoce era um protocolo administrado nos primeiros dias de sintomas, que a Prevent Senior denominou de *golden day*, que era o segundo dia de sintomas. Não existia confirmação de PCR, não existia a obrigatoriedade com relação ao eletrocardiograma. Por mais que o protocolo de manejo determine essa obrigatoriedade, o fluxo de pacientes foi tão grande na segunda onda que se tornou impossível a realização de todos os exames.

Então, eles recebiam o *kit* de tratamento precoce e, de um modo muito estranho, ele se estendia, o período de internação, e era combinado com outras experiências. E assim denomino: "experiências" e não pesquisas porque sem a autorização do Conselho Nacional de Ética profissional, eu não tenho como nominar como sendo pesquisa científica, mas, sim, experimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

A senhora conhece o Sr. Daniel Meirelles?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Daniel Meirelles.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Diretor da Agência Nacional de Saúde, que regula. A senhora conhece?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, a Agência Nacional de Saúde não tomou providência nenhuma. É ela que regula esses planos. Eu acho que a pessoa mais importante a ser chamada agora seria...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Agência Nacional de Saúde Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Saúde Complementar. A Prevent Senior é saúde complementar, correto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Suplementar.

Veja bem, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – a Prevent Senior é saúde suplementar, não é isso?...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... tem regras a cumprir com a ANS. Esse Sr. Daniel Silveira é diretor. Agora, qual é a ligação da ANS com a Prevent Senior, que era quem tinha que fiscalizar? Por que não fiscalizou?

Então, eu creio que antes de chamar qualquer outra pessoa, era necessário nós trazermos a Agência Nacional, a ANS, aqui. Porque eu tenho informações de que aquilo ali é uma nomeação política. E não abre a boca, a ANS não se posiciona. Ninguém pergunta pela ANS!

Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Não, depois que eu fiz aquela primeira denúncia que eu recebi dos médicos e da Dra. Bruna, eles fizeram uma diligência lá na Prevent Senior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E informaram agora que também fizeram em outros planos de saúde que estariam...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas olha só.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas é importante que venha realmente... Com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, veja bem, fizeram porque a CPI os obrigou a fazerem, mas era função deles fazer antes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não era por causa da CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Assim como...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, a ANS faz o que, afinal de contas? Está ali para quê? Tem lá diretores, não sei o quê, pá pá pá... Está certo? Faz o que no Brasil a ANS, que permite que a Prevent Senior cometa esse crime contra a vida das pessoas?

Então, a ANS tem que vir aqui dar explicações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, e há muitos documentos e comentários – já alguns exibidos aqui, nesta própria Comissão Parlamentar de Inquérito – de que os diretores executivos da Prevent Senior, Senador Girão, quando sentiam alguma insatisfação de algum médico para pôr em prática o protocolo e aplicar o *kit* covid, eles diziam assim: "Olha, fica tranquilo que a ANS não chegará aqui, na Prevent Senior".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A segurança é muito grande...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Documentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de que não será investigada e nem punida.

Senador Otto Alencar, com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Heinze queria alguma coisa?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Para andar a fila, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah não, eu sou Presidente, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não tem problema, pode falar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu e Bolsonaro, a gente fala na hora que quer. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro eu quero agradecer a presença da Dra. Bruna Morato e destacar a coragem cívica de V. Sa. de estar presente aqui. Não é qualquer pessoa que tomaria essa decisão representando os médicos. Inclusive, nós estivemos com um ou dois médicos na nossa reunião, e eles lhe passaram esse direito de vir aqui como testemunha. Não vou discutir essa questão, mas eu acho que V. Exa. tem todo o direito de fazer esse depoimento tão importante pro Brasil hoje, sobretudo sendo advogada de terceiros.

Os terceiros, Dra. Bruna, Srs. Senadores e Senadoras, são os órfãos, são os netos, são as viúvas, são aqueles que perderam os seus entes queridos nesta pandemia. Nós pensávamos que ela estava restrita ao serviço público, ao Ministério da Saúde, mas, surpreendentemente, ela se estendeu a um hospital privado, a um seguro de saúde privado.

Está comprovada, Sr. Presidente, aquela convicção nossa e de vários Senadores e Senadoras de que o Governo estimulou a imunidade coletiva, de que o Governo e esses seguidores – no caso aí da Prevent Senior – usaram de forma desonesta, sem integridade, sem clareza, mas com má-fé, a proposta de usar um medicamento ineficaz – e, dessa cadeira aí, quando eu perguntei ao Dr. Pedro Batista Júnior se hidroxicloroquina e azitromicina resolveriam um caso de um paciente com pneumonia virótica, ele disse que não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas qual foi a desonestidade? Qual foi a forma de má-fé em si que eles usaram? Eles sabiam que essa é uma doença em que mais de 90% das pessoas cursam de forma assintomática, leve ou moderada. O que eles fizeram? "Vamos fazer hidroxicloroquina, que custa R$1 um comprimido, e azitromicina. Daqueles que ficarem curados" – e ficariam curados até bebendo água – "diremos que fomos nós que tratamos com hidroxicloroquina. E vamos apresentar um trabalho, vamos prestar serviço ao gabinete paralelo, vamos prestar serviço ao Presidente da República" – o grande receitador de medicamentos ineficazes no Brasil, hidroxicloroquina e azitromicina. "Vamos fazer isso, porque, tomando água ou tomando hidroxicloroquina, fica bom do mesmo jeito. Vamos curar 90%. Se o ambulatório atender cem pessoas, noventa vão sair bem. Nós vamos ter um ótimo resultado, uma casuística muito boa nesse sentido." Essa foi a grande desonestidade e má-fé de quem assim o fez nessa questão da pandemia de hoje.

Só que não se esperava que, entre os 20 milhões de pessoas que tiveram a doença, mais de 20 milhões, a letalidade fosse tão alta. Em 20 milhões, quase 600 mil mortes: é uma letalidade muito alta pra uma virose. Não teve virose no Brasil recentemente que tivesse uma letalidade tão alta como a que houve no caso da pandemia.

E, no hospital da Prevent Senior, de cada cem que chegaram graves e foram para a UTI, 39 foram a óbito. Eram idosos? Eram, mas, na maioria das vezes, na maioria dos casos, foram pacientes idosos que começaram a ter problema pelas comorbidades que existiam – contra 11% lá do Hospital Einstein.

Mas eu quero perguntar à Dra. Bruna o seguinte: existia alguma dificuldade para que os pacientes pudessem ter informações... Havia dificuldade para que os parentes, as famílias tivessem informações a respeito dos pacientes? Tinham dificuldade?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Sim, existe essa dificuldade.

Quando eu fui fazer o processo de checagem, Senador, pra verificar se aquelas denúncias condiziam com a realidade, eu aproveitei a oportunidade pra consultar o sistema do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim como o *site* de reclamação, o registro do *site* Reclame Aqui, assim como uma rede social em que os pacientes, de forma desesperada, pediam acesso aos prontuários médicos, a informações a respeito do óbito de seus familiares: o relato dos médicos converge com o relato dessas pessoas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

Exatamente, eu tenho aqui a declaração da filha de um usuário, de um segurado, que diz exatamente... Eu vou ler aqui...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... eu vou fazer um relato pra senhora:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A família está exausta, adoecida, fragilizada emocionalmente. O hospital da Mooca não atende ao telefone, e, se não fosse mais uma vez a família, para contratarmos um médico particular externo, não teríamos notícia [hospital da Mooca]. Quem vai arcar com essa despesa do médico? Quem vai acolher a família, que está exausta e que não confia mais no serviço que contratou? Peço, por gentileza, um olhar especial para o paciente, que está internado, está na UTI, está na unidade da Mooca. A família não tem mais forças para lidar com tamanho descaso. Aguardo o retorno.
> Conseguimos finalmente um leito [no hospital da Mooca, para esse paciente]. Infelizmente, enquanto isso, meu pai ficou no leito em observação na Unidade Butantã amarrado à cama porque não estava na UTI e, por isso, não podia receber sedação adequada.
> O senhor tem pai? [está se dirigindo ao médico] Tem mãe? Tem filhos? Peço, por um minuto, que se coloque na pele de uma familiar que está passando por isso. Um plano de saúde pago, religiosamente pago, pra quê? Em todas as intercorrências que passamos até agora com meu pai, se não fosse a família intervir, ele estaria morto, ele não teria mais vida.

Então, veja que até a dificuldade de comunicação com o hospital... Existia essa barreira que a Dra. Bruna acaba de confirmar.

E ela continua:

> Dr. Pedro Batista, eu precisei ir ontem, às 21h30 da noite, até o hospital para saber notícia do meu pai. É um descaso tão grande, que acaba sendo inacreditável! Chegando lá, ele estava com contenção dos braços, mesmo acordado, implorando para que retirassem um acesso que o estava incomodando. Ontem solicitei a um médico de plantão e à chefe da enfermagem da UTI que algumas cuidadoras do meu pai pudessem acompanhá-lo na UTI, visto que não confiamos mais no tratamento dado pela Prevent Senior.

Então, esse é um caso de prova, um caso que está confirmado. Inclusive, esse paciente nos deu o direito de dizer o seu nome, ele fez a declaração que nós vamos levar ao conhecimento do Brasil agora mostrando que a senhora está certa, está certa em vir aqui para estancar esse mal atendimento que aconteceu no ambiente de um hospital particular. Nós temos provas, são provas duras de colocar, mas temos autorização do paciente que sobreviveu a esse problema que aconteceu no hospital – outros talvez não tenham sobrevivido, tenham ido a óbito por uma questão de falta de compromisso com a vida.

Portanto, eu pediria para colocarem os vídeos 1 e 2, na sequência, só para que se possa assistir ao drama de um paciente que sobreviveu, o Sr. Tadeu Francisco Andrade. Aqui eu o louvo como brasileiro patriota, corajoso, por fazer esse depoimento e mostrar a situação que ocorreu no hospital da Prevent Senior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O seguinte por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Peço que coloquem agora o áudio. O áudio é de uma filha do Sr. Tadeu conversando com um dos médicos, e nós preservamos o nome do médico.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é um caso gravíssimo, porque o Sr. Tadeu... Inclusive, o prontuário... O próprio médico que conversava com a Marina disse o seguinte: "Ele está baixando a ureia, a creatinina, e está em condições melhores, vai fazer amanhã a hemodiálise..." Ele tinha saído da UTI para ir para uma unidade que eu não conhecia ainda em hospital, a chamada enfermaria leito híbrido – você tem UTI, semi-intensiva, enfermaria ou apartamento, mas não conhecia leito híbrido –, para que fosse feito o tratamento paliativo. Nada contra o paliativo nem contra os profissionais que trabalham nesse setor, absolutamente. Até fui mal interpretado na semana passada aqui quando falei... Mas, nesse caso, inclusive sem autorização da família – não tinha autorização da família... Está aqui: foi orientado a escalonar droga vasoativa, suspender antibiótico, parar com antibiótico, suspender hemodiálise, não coletar gasometria, enfim, não fazer exame laboratoriais, e deixar que ele fosse dirigido para o tratamento paliativo.

A família se insurgiu contra isso, não aceitou, e eu quero louvar as filhas do Sr. Tadeu – as duas filhas e o filho dele também –, que contrataram um médico particular que foi lá e disse: "Olha, ele tem condição de se recuperar." Ele se recuperou, está vivo hoje e deu esse depoimento para o Brasil mostrando que não se pode negligenciar tratamento envolvendo a vida das pessoas.

E, se o paciente está na UTI e melhora, ele vai pra uma semi-intensiva ou então fica na própria UTI, ele não pode sair de lá com sinais vitais, com condição de recuperação, e ser levado a um tratamento para ele ir a óbito, com medicações que estão aqui prescritas – vários medicamentos, como fentanil, seriam utilizados nesse paciente, ou midazolam, uma série de medicamentos que seriam administrados no Sr. Tadeu, que hoje não estaria entre nós.

Então, eu quero mostrar isso, porque, como aconteceu esse caso, está aqui a comprovação, nós omitimos inclusive o nome do médico... Até porque os profissionais de saúde devem ter trabalhado muito duramente e até contra a sua própria vontade nessa questão do *kit* covid-19, de encaminhar por motoboy para a casa das pessoas, como se o *kit* covid servisse pra todo tipo de paciente portador da doença, como se todos tivessem os mesmos sintomas, as mesmas manifestações clínicas. Se estivesse com pneumonia virótica, tomava; se estivesse com microtromboembolia, tomava, enfim, era uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

medicação única para pacientes com manifestações clínicas completamente diversas. Isso não pode ficar sem responsabilização criminal para quem é responsável por isso, que foi exatamente quem veio aqui, o Dr. Pedro Batista. Nós perguntamos a ele, ele não deu muitas respostas, omitiu, não falou aquilo que se passou na verdade nesse ambiente.

Portanto, Dra. Bruna Morato, parabéns à senhora pela sua coragem, pela sua vontade de esclarecer a verdade.

E deixo também o meu reconhecimento a todos os profissionais de saúde que, mesmo nessa condição adversa, de alguma forma, salvaram vidas, apesar da orientação da diretoria, como está mostrando aqui.

Nós temos vários elementos de prova, mensagens, *e-mails,* prontuários – não dá pra trazer aqui, tal o volume de provas que nós temos. O Relator, o Senador Renan Calheiros, também tem essas provas, e elas vão constar do seu relatório para aprovação e mostrar ao Brasil que não se pode negligenciar a vida. E, nesse caso, há relação da Prevent Senior com o gabinete das sombras, que é o gabinete paralelo, que foi presidido em alguns momentos pelo próprio Presidente da República, que não é médico, que é capitão reformado do Exército, por outros que também não eram médicos e por aqueles que estavam lá, como a Dra. Nise Yamaguchi, como o Paolo Zanotto, como o outro, o Anthony Wolf, parece uma coisa assim...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Wong.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Wong.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é, exato, que infelizmente veio a óbito e era um dos principais negacionistas e defensores do tratamento. Que sirva como exemplo, sirva como exemplo para saber que um médico, quando faz o juramento, a vida dele, pra salvar uma outra vida, a do seu paciente, a dele é menos importante do que aquela que ele está lutando pra salvar. Esse é o juramento, é o compromisso, é a verdade, é a dignidade, é a honra, é a integridade, é a honestidade para dizer ao paciente ou aos seus familiares exatamente aquilo que está acontecendo.

Portanto, parabéns. A senhora tem o nosso apoio e eu espero que a proteção... Inclusive, Sr. Presidente, não sei se é o caso de se dar uma proteção à Dra. Bruna para que ela não sofra essas ameaças, como sofreu, porque está falando a verdade aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Dra. Bruna quer falar. Eu passo a ela a palavra.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu agradeço a oportunidade de entrar no tema paliativo, então, pra trazer mais uma denúncia que me foi encaminhada há pouco por WhatsApp. Os médicos relatam que existe uma unidade que fica localizada na Vila Olímpia, Rua Casa do Ator. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prédio comercial que foi convertido em unidade hospitalar sem o devido alvará, para onde estão sendo encaminhados os pacientes de paliativo. Esse prédio comercial sequer tem em seus elevadores a possibilidade de comportar macas. Então, esses pacientes chegam a essa unidade, são colocados no elevador muitas vezes sentados e são encaminhados a leitos improvisados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual o endereço?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eles informaram que fica na Rua Casa do Ator – eles não especificaram o número – na unidade Vila Olímpia. Então, eu peço, por favor, às autoridades que averiguem o que está acontecendo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

O próximo é o Senador Girão, mas, antes, se o Senador Girão me permite, é só pra esclarecer um trecho do seu depoimento, Dra. Bruna. Num determinado momento, V. Sa. disse: "O Dr. Anthony Wong ficou internado na unidade que se chama unidade Itaim, uma unidade não covid, normalmente para pacientes cardiológicos, o que significa que o Dr. Anthony Wong ficou internado com covid-19 numa UTI em que tinham outros pacientes com outras comorbidades – isso devidamente comprovado". Esse é um trecho do seu depoimento na preliminar. Só pra esclarecer: o que a senhora aqui informa é que o Dr. Wong foi internado em uma unidade que não era covid estando ele com covid? É isso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Eu informo e afirmo: o Dr. Anthony Wong foi internado na unidade Itaim. Existem relatos ao longo do prontuário dele, que eu coloco à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito, em que se faz menção de que, apesar de ele estar acometido por covid-19, ele não ficou o tempo inteiro em isolamento. Inclusive, trago outra informação: a acompanhante dele, a esposa, se recusou a fazer o exame de PCR, ainda por insistência da equipe médica e da equipe de enfermagem, porque ela se recusava a ficar em situação de isolamento e circulou normalmente na unidade hospitalar. Esses relatos fazem parte...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que unidade é essa?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A unidade Itaim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E essa unidade é de pacientes...? De quais pacientes? De que tipo de pacientes?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – De pacientes cardiológicos e vasculares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pacientes vasculares e cardiológicos foram internados com pessoas com covid?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim. As unidades...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E circularam pela unidade?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É, exatamente. As unidades covid da Prevent Senior, segundo as informações que me foram encaminhadas, são: unidade Paraíso, unidade Pinheiros e unidade Mooca. A unidade Itaim não possui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A senhora tem os documentos disso aí?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Eu peço para isso depois ser autuado pela Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito. E, ao final, vamos colocar mais um requerimento de informações em relação a isso para a empresa.

Obrigado, Dra. Bruna.

Senador Eduardo Girão, V. Exa. com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

É importante a gente dar as boas-vindas também pra Dra. Bruna Morato, que está aqui nesta Comissão.

Eu vou fazer perguntas, antes queria apenas fazer aqui umas ponderações.

É a 59ª sessão desta CPI. E nós estamos pela terceira ou quarta vez aqui na Comissão de Direitos Humanos, que é uma sala diferente da maioria das atividades que a gente desenvolveu nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu tenho muita honra, muita alegria de voltar a esta Comissão, porque eu pude conhecer muitos colegas aqui antes de chegar ao Senado. Nunca me planejei para entrar na política, foi uma coisa que ocorreu de uma forma muito espontânea. E, nesta Comissão, como cidadão ativista, eu pude, Presidente, muitas vezes, levantar cartazes aqui, participar de audiências públicas altamente democráticas, de bandeiras que eu tive a oportunidade de abraçar e que abraço até hoje – e por isso estou aqui. Então, nada é impossível. As pessoas que estão nos assistindo e nos assistem também porque gostam de política... Isso é importante, eu fico esperançoso com isso. O brasileiro está tendo um sentimento de pertencimento à política, e isso me traz muito otimismo com o futuro que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

gente vai ter, porque a cobrança dos seus direitos, o exercício da cidadania nos seus posicionamentos é muito importante, sempre na base da cultura da paz, do respeito, mas a cobrança aos Parlamentares é muito importante. E eu digo a qualquer um que tente; se sentir o chamado, venha aqui representar o seu povo, o seu Estado.

Dra. Bruna, é impressionante a diferença de tratamento que a gente está vendo aqui. Eu repito: 59ª sessão. E eu participei de todas, 100%; fiz perguntas a todos aqui que estiveram sentados nessa cadeira em que a senhora está. E seria tão bom que fosse assim, tão bom: tratamento respeitoso, de uma forma serena, sem arbitrariedade, sem abuso de autoridade, sem agressividade. Que a gente pudesse ter aqui esse mesmo tratamento, onde a senhora pôde falar o tempo que quis em todas as respostas, em todas as perguntas que tiveram aqui, sem interferência, sem intimidação! Como seria bom que todos os convidados tivessem esse tratamento! Porque a sociedade está nos assistindo e está vendo a diferença com relação a isso. É uma questão até de princípio de justiça. A regra da boa convivência é o respeito. Infelizmente, Dra. Nise Yamaguchi não teve esse tratamento; foi tratada aqui praticamente como uma criminosa, uma pessoa que tem 40 anos salvando vidas. E tantos outros depoentes aqui foram desrespeitados.

Eu também confesso que vejo que, quando a narrativa do depoente que vem aqui, quando ele não reza da cartilha do que o Relator – respeitosamente aqui – quer colocar como os argumentos... Quando tem algum tipo de coincidência, quando confirma as narrativas, o tratamento é muito bom; quando discorda, quando contraria, aí começa o festival de horrores. Esse é outro indício.

Eu não entendi até agora: eu estou aqui sem entender como é que caiu de paraquedas o Ministro Sergio Moro nesta CPI hoje. O ex-Ministro da Justiça teve uma colocação ali que... Do nada, foi colocado um *print* dele, e eu fiquei sem entender. Eu acho que a gente não pode, de maneira nenhuma, misturar as estações. A gente tem que deixar a questão pessoal, os problemas que nós temos de ordem política em segundo plano. A gente não pode fazer esse tipo de coisa aqui absolutamente, até porque o Ministro Sergio Moro merece todo o respeito da Nação brasileira. Eu digo que eu sou inspirado a estar aqui, a entrar na política por causa do trabalho dele no combate à corrupção. Então, é um negócio que a gente não entende bem, o instrumento político que é feito nesta CPI. E a sociedade percebe isso claramente.

Com relação a essa contaminação, a essa manipulação, pra mim, particularmente, essa querela aí jurídica que existe da senhora, uma questão trabalhista com a empresa Prevent Senior, que veio aqui para a CPI, essa animosidade que eu percebo – posso estar equivocado, mas é o meu modo de entender, tem uma animosidade muito forte aí com relação a isso – me ratifica, me deixa mais claro que a gente tem que trazer aqui nesta CPI, Sr. Presidente, o Secretário de Saúde de São Paulo. O Secretário de Saúde de São Paulo – e foi aprovado semana passada – precisa vir aqui a esta CPI pra falar sobre essa questão de subnotificação, como no caso dos indícios citados aqui da Prevent Senior, inclusive pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhora, como também pelas supernotificações, que a gente recebe aos montes, de pessoas que teriam morrido por outras causas e que foi colocado no CID como covid, no atestado de óbito como covid.

O Presidente do Conselho Federal de Medicina, Senador Heinze, para tirar qualquer tipo de dúvida com relação a essa questão da autonomia médica, tudo que está sendo suscitado aqui, precisa vir! Ele precisa vir.

Eu acredito muito que o tempo é o senhor da razão, e essa questão nós vamos... Porque a ciência, os cientistas estão ainda, depois de tanto tempo, divididos com relação a essa questão de tratamento preventivo, imediato, precoce, o que seja. E nós já tivemos a oportunidade de ouvir, os que quiseram ouvir, médicos pró e contra.

Mas vamos às perguntas, porque o tempo urge.

Dra. Bruna, algum ex-contratado da Prevent Senior que a senhora representa... A senhora disse que vem sendo ameaçado. Eu lhe pergunto de que forma são essas ameaças e se foi feito registro de boletim de ocorrência. De forma objetiva, se a senhora puder.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Sim. Senador, respondendo ao seu comentário a respeito da abordagem a qual me foi concedida aqui, só a título de explicação, acredito eu que, pelo fato de eu ter me disposto a responder a todos os questionamentos, sem intermédio de nenhum *habeas corpus...* Eu estou aqui disposta a responder qualquer pergunta e falar a verdade. Então, acredito que os Senadores tenham compreendido isso e tenham respeitado a minha disposição em responder, diferente de outros depoentes que se recusaram a fazer determinadas... ou a dar determinadas informações. Então, eu atribuo a isso a forma gentil com a qual eu fui acolhida.

E em resposta ao seu questionamento...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, a senhora está justificando a agressividade com relação aos outros depoentes? É isso? Só pra entender.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não, na verdade, eu quis esclarecer e agradecer a forma como eu fui tratada. Esse foi o objetivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Porque eu entendi, pela sua colocação, que justificaria, porque os outros não teriam respondido. Aí eu acho que já é uma coisa que...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não, eu...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... beira a militância e não o que a gente está perguntando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não, eu simplesmente quis agradecer a disposição da Comissão Parlamentar em ouvir o que eu tenho a dizer.

Em resposta ao seu questionamento, sim, eu fui ameaçada, meu escritório foi invadido, o boletim de ocorrência foi registrado, a investigação foi aberta, inclusive uma investigação administrativa interna a respeito da invasão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas eu não perguntei isso, respeitosamente. Eu perguntei se algum ex-contratado da Prevent Senior, seus clientes, vem sendo ameaçado. De que forma? A senhora já disse que vem sendo ameaçado. De que forma? E teve boletim de ocorrência deles?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim. Clientes que eu representei, inclusive no CRM, foram de fato ameaçados. Existe boletim de ocorrência. As informações que eu tenho é que as investigações serão levadas, serão levadas ao DHPP e existe, sim, o registro dessas ocorrências.

Outros clientes e pessoas que eu conheço, que sequer integram a denúncia, também vêm sendo ameaçadas pela empresa. Posso citar, como exemplo, o caso de uma pessoa muito querida que, inclusive, não quis participar da denúncia e foi demitida pelo simples fato de ser minha amiga de Instagram, por ser minha amiga de Facebook. Ela foi demitida, ela foi humilhada, assim como outros médicos que tinham qualquer tipo de relação comigo que não profissional.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Diante da inconformidade com os procedimentos que a senhora disse aqui que eram impostos pela Prevent Senior, o que os seus clientes fizeram para resguardar a vida dos seus pacientes? Quais os resultados com essas providências?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Desculpe, eu não entendi a sua pergunta, Senador. Perdão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos lá.

Diante da inconformidade com os procedimentos que a Prevent Senior teria imposto, alguns procedimentos tirando a autonomia, no caso que a senhora citou, o que os seus clientes fizeram para resguardar a vida dos pacientes deles? Quais os resultados dessas providências?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu acredito, Senador, que a principal providência tenha sido me contratar para que eu pudesse expor a situação para que essas experiências cessassem e para que a verdade a respeito do tratamento precoce fosse colocada e desnudada em público, tanto é que a minha tentativa foi fazer uma abordagem mais amigável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante destacar a minha formação técnica. Eu não atuo no contencioso. Essa menção que o senhor faz a possíveis ações trabalhistas, na verdade, são duas em que o meu nome consta na procuração só como substituta. Eu não atuo na esfera processual e, quando atuo, é muito pouco, só em alguns casos específicos, eu sou mediadora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu sou especialista em mediação de conflitos de alta complexidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, só para entender, então, os seus clientes, quando receberam a imposição que a senhora diz da Prevent Senior, foram lhe contratar e continuaram adotando os procedimentos. É isso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não.

Os meus clientes me procuraram justamente por não concordarem com os procedimentos adotados, pedindo para que eu os denunciasse, num primeiro momento, à Presidência da empresa e, depois, à Comissão Parlamentar de Inquérito. Efetivamente, o que eles disseram ter feito – e eu acredito que realmente fizeram e efetivamente fizeram – na tentativa de salvar a vida desses diversos pacientes foi passar as orientações de forma correta, fugindo da obrigatoriedade do protocolo institucional. Ocorre que, à medida que eram identificados esses médicos que resistiam ao protocolo, eles eram indevidamente demitidos e lhes eram imputadas inúmeras faltas éticas que nunca foram devidamente comprovadas pela empresa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A senhora falou que os seus 12 clientes não fizeram qualquer notificação do que estaria acontecendo na Prevent Senior em relação ao tratamento precoce ou preventivo. A senhora acha que alguma dessas mortes se deve a essa situação?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Nenhum médico da Prevent Senior, desde os diretores clínicos até os que estão abaixo, os coordenadores, os plantonistas e os guardiões, tinha autonomia para alterar o protocolo institucional. O protocolo institucional vinha do Instituto Prevent Senior, tinha aderência da direção executiva. Então, nenhum dos meus clientes tinha a autonomia necessária para alterar o protocolo institucional.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, a senhora acha que, por causa desse protocolo, algumas mortes são devidas, ocorreram por causa disso. É isso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador, eu não tenho condições de responder. A denúncia é justamente para que tudo isso seja averiguado, para que tudo isso seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

investigado. Eu realmente gostaria que fosse investigado. Eu não tenho condições técnicas de fazer esse tipo de associação, gostaria que as autoridades o fizessem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

É a última pergunta, Sr. Presidente, só para a gente encerrar.

A senhora reportou aqui nesta CPI – eu anotei aqui – sobre os problemas no uso de EPI, mas, em relatório do dia 18 de maio do ano passado, 2020, o Ministério Público do Trabalho constatou não haver irregularidades e arquivou o caso. Como tem ou teve problemas com EPI se o próprio Ministério Público do Trabalho arquivou? Queria entender e saber sua posição com relação a isso.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu respondo ao seu questionamento, Senador. A questão é a seguinte: os problemas com EPI perduraram até a metade do mês de março; quando foi feita a averiguação pelo Ministério Público, esses problemas de fato já haviam sido sanados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Muito obrigado, Dra. Bruna.

Obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu que agradeço, Senador Eduardo Girão.

Senador Heinze, V. Exa. tem os 15 minutos para inquirir a depoente, a Dra. Bruna. V. Exa. fique à vontade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nossa depoente, Dra. Bruna, prazer.

Só fazer um questionamento, Dra. Bruna.

Em matéria divulgada no dia 22 de setembro, a senhora afirmou que um dos quatro médicos descredenciados da operadora Prevent Senior nessa mesma data era um seu cliente. Eu lhe pergunto: qual o nome desse médico? E ele teve contato com a senhora ou foi por meio de terceiros? E por que motivo a senhora acredita que esse médico tenha sido dispensado?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – O senhor me desculpe, eu não consegui ouvir o início da pergunta. Se o senhor puder repetir, por favor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Em matéria divulgada no dia 22 de setembro de 2021, a senhora afirmou que um dos quatro médicos descredenciados da operadora Prevent Senior nessa mesma data era seu cliente. Qual o nome desse médico? Ele teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contato com a senhora ou foi por meio de terceiros? E por qual motivo a senhora acredita que esse médico tenha sido dispensado?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador, eu mantive e ainda tenho um compromisso com meus clientes com relação à preservação das identidades. Então, por respeito a um pedido que eles fizeram, eu não vou citar nomes.

Esse cliente em específico, eu faço questão de citar as circunstâncias. Existe uma diferença. E acredito eu que há uma confusão por parte da imprensa em pensar que todos os médicos que eu já atendi ou que eu atendo da rede Prevent Senior estejam relacionados a essa denúncia, o que não é verdade. Esse médico em específico sofreu um processo. Como forma de retaliação, ele foi denunciado ao CRM. Isso não significa que ele é um dos integrantes da minha denúncia. O que eu disse, na época, ao jornalista que fez esse questionamento, que talvez tenha interpretado de forma um tanto quanto equivocada, é que eu já atuei de forma regular acompanhando clientes, médicos da Prevent Senior, seja em depoimentos ao DHPP, ao Ministério Público ou ao Cremesp. Eu apresentei defesas, devidamente constituída de procuração.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A senhora reconhece essa ata notarial aqui, onde os médicos Felipe Cavalca Silva e Fabia Marques Menezes declararam publicamente que em nenhum momento conheceram, tiveram contato, outorgaram procuração ou qualquer outra relação jurídica ou pessoal com a senhora?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu não conheço esse documento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu tenho essa ata notarial aqui, vou deixar na CPI, porque aqui aparece que foram mencionados os nomes desses dois médicos e que eles não têm contato com a senhora. Então, é uma ata notarial que eles mesmos prestaram. Está aqui a...

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Mas, de fato, se o senhor quer que eu esclareça essa questão, eu realmente não tenho esses dois médicos como clientes. Eu identifico essa necessidade que a Prevent Senior provavelmente impôs a essas pessoas de fazerem declarações públicas de que não são meus clientes, justamente uma prova da coerção exagerada da empresa.

Infelizmente, a Prevent Senior tem perseguido, entre os seus médicos, quem seria os meus clientes. Eu sinto muito por ter causado essa situação. Essas pessoas estão sendo perseguidas. Elas estão sendo questionadas em seus plantões. Aparecem pessoas da direção e falam: "Você conhece a Dra. Bruna? A Dra. Bruna já te ligou? A Dra. Bruna já entrou em contato?". Eu sinto muito que essas pessoas chegaram ao extremo de precisar fazer uma declaração pública de que não me conhecem. De fato, não são meus clientes. Eu nunca trabalhei com essas pessoas, mas eu sinto muito que eles estejam sendo pressionados a ponto de ter que tomar esse tipo de decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Senador Girão, o Brasil segue avançando a passos largos no seu plano nacional de imunização. Hoje atingiu a marca de 233 milhões de doses aplicadas, e esse fato, aliado ao fato de que médicos corajosos e dedicados atuam diariamente no combate à covid-19 nos mais diversos âmbitos e hospitais, logrando com isso a redução de números de novos casos de pessoas infectadas... Se comparados aos números da semana passada, que eram de 30 mil novos casos, hoje são 16.960 novos casos.

Hoje, os números revelam que, nos Estados Unidos da América do Norte, é cerca de sete vezes maior o número de novos casos confirmados de covid-19 do que no Brasil. Aqui são 16 mil e lá são 117 mil. Novos casos há nos Estados Unidos. Isso apesar de que no Brasil tenhamos tido verdadeiras aglomerações, como o movimento popular no dia 7 de setembro, onde milhões de pessoas saíram às ruas em atos cívicos e pró-democracia. Não foram os números aqui citados na CPI e, sim, o real. O Senador Renan falava em 30, 40 mil. São milhões. V. Exa. já falou nesse assunto e eu também repeti. E passado o prazo de 15 dias, podiam esperar o aumento de casos, mas isso não aconteceu. Os números e os fatos revelam essa realidade.

Da mesma forma, o número total de novos casos. Nos Estados Unidos, dois mil novos casos, duas mil novas mortes. Eu quero citar aqui o México, com 558; o Brasil, com 528; e a Índia, com 284. Qual é a relação que eu quero fazer, Senador Girão? É que nesses países... Os Estados Unidos não adotam o tratamento que nós estamos discutindo aqui nem esses países que falei, cidade do México especificamente, a Índia e o próprio Brasil.

E um outro fato importante que eu tenho aqui, da Universidade Federal de Viçosa: em junho, nós tínhamos 1.293 Municípios sem nenhum caso, nenhuma morte no Brasil. Em julho, a mesma universidade publica que são 1.750 casos sem nenhuma morte. E agora, em agosto, 2,5 mil casos de Municípios sem nenhuma morte. Então, são dados de um trabalho que vem sendo realizado pela competente Universidade Federal de Viçosa.

Eu pergunto à depoente: a senhora se autoproclama testemunha? Pergunto: testemunhou algum fato irregular?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Desculpa, Senador. O Senador falou...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A senhora se autoproclama testemunha no caso aqui? E se testemunhou algum fato irregular.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Desculpa, Senador, é que realmente está difícil de ouvir aqui atrás.

Então, vamos lá. O Senador me perguntou se eu sou testemunha de algum...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se se autoproclama testemunha e se testemunhou algum fato irregular no que a senhora está falando aqui na Prevent Senior, enfim, no que a senhora está colocando.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A declaração dos médicos, os relatos que eu ouvi me mostram de forma clara indícios de irregularidade, mas eu não tenho condições de julgar. O meu objetivo é o de denunciar. Quem irá julgar ou afirmar se houve ou não irregularidades e de dizer que são, de fato, irregularidades são as autoridades competentes. Eu sou advogada e desconheço a prática médica. O que eu ouvi são indícios de supostas irregularidades. E o meu pedido é que essas irregularidades sejam investigadas. Eu não tenho condições de afirmar que, de fato, elas ocorreram. Por mais que pareçam ter ocorrido, não tenho essa condição técnica.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Os médicos que a senhora diz representar eram contra os tratamentos adotados pela Prevent Senior, correto?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Os médicos que eu represento são contra a falta de autonomia. Num primeiro momento, no momento em que o mundo inteiro estava perplexo com a disseminação do novo vírus do covid-19, esses médicos acreditaram nas informações que lhes eram transmitidas, então eu posso afirmar que eles não eram contrários ao tratamento. Na verdade, eles acreditavam que ali pudesse existir uma possibilidade de tratamento. Eles se tornaram contrários ao tratamento precoce a partir do momento em que a Organização Mundial da Saúde falou a respeito da ineficácia desse tratamento. Eles não se viam mais na condição de estarem subordinados a determinadas ordens e sujeitos a obedecer à ordem de determinar um protocolo onde havia indícios de que aquele protocolo não era tão eficaz como se propagava. E, além de tudo, eles detinham a informação de que possivelmente esses dados haviam sido manipulados no momento em que foram transcritos no arquivo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Os médicos que a senhora diz representar eram contra o tratamento. E eles apresentaram alguma outra opção de tratamento mais eficiente?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Essa autonomia... Tinha um tratamento que a senhora disse que a empresa preconizava. Eles tinham outra opção?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – A Prevent Senior, conforme eu já expliquei, não concede esse tipo de autonomia ao médico. O médico tem as condutas as quais ele pode prescrever, mas ele é subordinado à instituição. Então, se a instituição não autoriza um tratamento mais tradicional, por exemplo, ou se ela não tem, em seu bojo, determinado tipo de medicamento ou determinada conduta e isso é fora do protocolo institucional, eu não vejo condições de esse médico exercer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

possibilidade de tratar de forma diferente, considerando a existência do protocolo, que é de conhecimento público e notório que era um protocolo institucional.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A senhora poderia informar a data em que recebeu o material desses médicos?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Posso. Posso informar as datas, sim.

Com relação ao EPI, eu recebi essas informações em março. Foram reverificadas no mês de junho de 2021 e eu recebi as primeiras informações em março 2020.

Com relação às informações de pesquisa, eu ouvi diversos relatos entre março e abril de 2020, informações que me foram confirmadas em agosto de 2021. Com relação aos experimentos da utilização de medicamentos como flutamida, etanercepte, metotrexato, que é o tratamento que eles denominam como nanopartículas, essas informações todas me foram passadas no ano passado e verificadas nesse ano, ano de 2020, momento em que eu consulto todos os órgãos e comitês pra ver se existia ou não autorização pra aquele protocolo pseudocientífico. E digo pseudocientífico porque o início do protocolo se deu sem a devida autorização. Então, ele fica por mim analisado como pseudocientífico por fugir dos parâmetros éticos e legais com os quais eu estou acostumada a lidar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A senhora tinha autorização dos pacientes e de seus familiares para divulgação de prontuários médicos que são sigilosos?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu não tenho autorização da família. O que diz o Código de Ética Médica é o seguinte: que cabe informação pública, ou seja, a quebra de sigilo médico, quando há interesse social na informação. No caso desses dois prontuários, em específico, a abordagem com relação aos casos é porque o Dr. Anthony Wong é uma pessoa publicamente conhecida, cuja internação e o óbito foram largamente noticiados pela imprensa. O fato de esses fatos não terem sido levados à imprensa de forma verídica faz com que haja um interesse social e o interesse social é causa legítima pra quebra do sigilo médico.

O mesmo acontece no caso da Sra. Regina Hang. Por conta dessa situação e da divulgação de informação, o que eu trago aqui é o prontuário em sua integralidade pra análise das informações que são verdadeiras.

O meu objetivo, de forma nenhuma, é expor essas pessoas, muito pelo contrário. Eu realmente sinto muito por tudo que essas pessoas passaram e por terem infelizmente falecido em decorrência de uma doença tão triste.

Mas o meu objetivo, pensando num bem social maior, é fazer com que as pessoas, os cinco milhões de pessoas que acessaram os vídeos do Dr. Anthony Wong e os mais de dois milhões de pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que assistiram ao vídeo do Sr. Luciano Hang saibam e tenham conhecimento da informação verídica. Aí está o interesse social na quebra do sigilo desses prontuários.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A senhora, na condição de advogada, não está atenta para o fato de que documentos recebidos são sigilosos, são sigilos e só poderão ser utilizados com autorização dos pacientes? Sigilosos.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Volto a dizer, Senador: esses documentos foram entregues e disponibilizados pela própria instituição, pela Prevent Senior, ao Conselho Regional de Medicina e disponibilizados a essa Comissão de Parlamentar de Inquérito.

Em nenhum momento eu, de forma irresponsável, entregaria ou faria qualquer conduta que fugisse à ética. Na verdade, eu fiz uma solicitação, eu informei que havia indícios de que aqueles pacientes não tinham uma evolução correta, de acordo com aquilo que existia na certidão de óbito. Uma observação também importante: a certidão de óbito é um documento público, de conhecimento de todos. Eu acessei a certidão de óbito desses pacientes e a certidão de óbito desses pacientes dizia algo diferente do que os médicos colocaram. Razão pela qual eu informei à CPI pra que a CPI solicitasse a íntegra desses prontuários. A CPI teve acesso aos prontuários de forma legítima, de forma legal. Não houve quebra de sigilo médico. Na verdade, o que houve foi o acesso ao direito daquelas informações que foram registradas no órgão competente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por qual motivo o dossiê foi apresentado à CPI logo após um advogado chamado Vitor Magnani desistir de uma suposta proposta de acordo de 3,5 milhões com a Prevent? E qual a relação com esse advogado?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu não tenho relação com o Dr. Vitor. Na verdade, o Dr. Vitor me contratou pra atuar num caso em específico, diante da minha formação. Conforme eu falei pra vocês, eu sou advogada, mas atuo principalmente no consultivo. Ele, ciente dos médicos que haviam me procurado e ciente do fato de que eu já tinha atendido mais de 30 médicos da instituição, foi informado de que eu teria conseguido contato com o jurídico da rede Prevent Senior. Como ele estava tendo dificuldade em acessar o jurídico da Prevent Senior e apresentar uma questão que é sinceramente muito complexa e até repugnante, a qual não me cabe aqui falar, ele pediu pra que eu tentasse intervir, e foi exatamente isso que eu fiz. O meu contato com ele foi agora no mês de setembro, e a minha contratação também. Inclusive, eu disponibilizo a esta Comissão o *e-mail* trocado e o momento em que ele me nomeia como advogada do caso de que, até então, ele era responsável, em que atuava como responsável.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A médica Dra. Ana Carolina Coelho é sua cliente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu fui constituída pela Dra. Ana Carolina pra atuar como consultora jurídica. Eu não atuo... Mais uma vez, eu não atuo de forma severa na esfera processual, no que a gente chama de contencioso. A Dra. Ana Carolina tinha tentado fazer um acordo no tangente à prática de pejotização praticada pela empresa. Essas informações foram levadas, eles tentaram alinhar, até por onde eu entendi, um direito dela, direito de ter o seu devido registro, uma vez que ela trabalhou na instituição em caráter exclusivo, era subordinada às ordens. Ela tinha o direito ao reconhecimento desse vínculo que, na verdade, por uma suposição ou uma invenção do próprio sistema, que se chama pejotização, foi utilizado e é utilizado em larga escala pela operadora de saúde. Esse é um direito que ela tem enquanto cidadã. Qualquer cidadão tem o direito de requerer, na esfera judicial, o reconhecimento do vínculo empregatício, e esse era o objetivo dela, por inúmeros motivos que eu posso aqui nomear. Os médicos da Prevent Senior muitas vezes não têm direito a auxílios, a afastamento pelo período de gestação, a férias, FGTS e inúmeros outros direitos trabalhistas consignados e determinados pela Consolidação das Leis do Trabalho. Então, esse foi o motivo da minha contratação. Ela teve um direito que foi violado e estava tentando resolver isso de forma amigável. E é o caminho que eu sinceramente recomendo também.

Eu não entendo que o litígio, que o embate seja a solução pra todos os problemas. Eu acredito e sigo acreditando que existem métodos de solução de conflitos muito mais adequados. Inclusive, eu também disponibilizei à Comissão Parlamentar de Inquérito a troca de mensagens com os advogados da operadora de saúde em que eu cito a importância de eles considerarem o que nós chamamos de advocacia colaborativa, procedimento pelo qual existe uma aproximação, existem métodos alternativos de resolver aquela questão que não no Judiciário.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. A última pergunta: a senhora tem alguma relação com o Sr. Guilherme Balza?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não. O Guilherme Balza é um repórter. Inclusive, é um repórter que tem trabalhado de forma muito ativa na investigação de todas essas denúncias. Essa é a minha relação com o Guilherme, é uma relação de admiração. Eu agradeço o trabalho que ele vem desenvolvendo na condição de repórter, em busca da verdade, em busca de pacientes, em busca de pessoas que foram supostamente vitimizadas por esse sistema que precisa ser averiguado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Muito obrigado, senhora depoente.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente, só porque a Dra. Bruna confirmou a questão da existência dos boletins de ocorrência e das ameaças.

Eu queria solicitar a V. Sa. o compartilhamento com esta Comissão com relação... Porque eu quero saber o que a polícia fez em relação a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Girão, a Dra. Bruna já disponibilizou para esta Comissão Parlamentar de Inquérito o boletim de ocorrência. De igual modo, no início do depoimento da Dra. Bruna, nós aprovamos extrapauta, de forma oral, requerimento de minha autoria, pedindo o compartilhamento de todas as informações desse inquérito que tramita no âmbito da Polícia Civil de São Paulo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor deu 24 horas também?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos dar... Determinemos então.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Só confirmar com a Secretaria: nós aprovamos no início, perfeito? Então, acrescente o pedido do Senador Girão de 24 horas para que essas informações sejam prestadas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os dois próximos inscritos são o Senador Rogério Carvalho e o Senador Alessandro Vieira.

Permita-me, Dra. Bruna, só lhe perguntar: existia um auto de infração da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo apontando irregularidades exatamente no atendimento de pessoas, de pacientes com covid-19 por parte dos hospitais da Prevent Senior. Segundo informações que temos, houve um pedido da Secretaria Municipal de São Paulo ao Estado de São Paulo de interdição dos hospitais, naquele momento, por conta da forma de atendimento. V. Sa. tem conhecimento disso? E tem conhecimento de qual foi o desdobramento? E, complementarmente, V. Sa. conhece o Dr. Nelson Wilians?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Em resposta aos seus questionamentos, eu tive a informação sim, eu acompanhei essa notícia na mídia, inclusive, me foi compartilhada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tive qualquer participação e desconheço o procedimento administrativo adotado. Então, eu não tenho condições de falar a respeito do desfecho.

Com relação ao Dr. Nelson Wilians, eu o conheço, eu conheço o trabalho do Dr. Nelson Wilians e conheço o que ele propaga em suas redes sociais, inclusive eu o acompanho. As informações que eu tenho a respeito dele são de que é um advogado com muito sucesso, um advogado que até então eu admiro, principalmente pelo trabalho que ele faz com relação a políticas de prevenção ao abuso. Inclusive, a esposa dele é membro de uma instituição a qual eu admiro também. Eu acompanho a jornada dos dois e admiro esses dois profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Sa.

Eu queria determinar à Secretaria – apresento mais um requerimento verbal – que requisitasse informações da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo sobre esse auto de infração do dia 18 de março de 2020. Complementarmente, também as informações à Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo sobre, a partir dessas informações, quais providências foram tomadas a partir do auto de infração das irregularidades apontadas nos hospitais da rede Prevent Senior em São Paulo.

Dê termo ao requerimento e coloque em apreciação.

Senador Rogério Carvalho. Em seguida, tem uma questão de ordem da Senadora Zenaide. É questão de ordem?

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos; queria cumprimentar a Dra. Bruna Morato.

Primeiro, eu creio que, a esta altura do depoimento da testemunha, há pouco que se questionar a respeito do que aconteceu na Prevent Senior à Dra. Bruna. Fica claro que o tratamento paliativo, pela fala da senhora e pelo que eu ouvi de um dos médicos, não era utilizado para pacientes em estado terminal; ele era utilizado como um método para reduzir custos operacionais da operadora Prevent Senior. Ou seja, o paciente, independentemente de ter ou não condições objetivas de se recuperar do processo inflamatório agudo causado pela covid-19, era colocado, independentemente de ter ou não – porque isso é uma loteria, neste caso você não sabe como cada organismo vai reagir... Você arbitrariamente colocar esses pacientes em tratamento paliativo é você decretar a morte indistintamente e praticar a eutanásia nestes pacientes.

Então, nós estamos falando de uma eutanásia não autorizada, nós estamos falando de uma eutanásia que é deliberadamente estabelecida pelo estabelecimento de saúde que tem como finalidade precípua manter a vida e dar as condições para que essa vida seja salva. Portanto, eles faziam o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

contrário. O Senador Otto Alencar mostrou o vídeo nº 1, que era o que eu queria mostrar, que prova isso.

Uma outra questão que me chama a atenção é o fato do quanto esta operadora, a Prevent Senior, adotou de forma acrítica e irrestrita o uso de um protocolo que fora criado em parceria com profissionais dessa instituição e membros que tinham vinculação com o Governo do Presidente Bolsonaro.

Então, aqui eu queria que passasse o vídeo nº 2 para a gente ver o que a gente... Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, a gente está vendo aí que o hospital, independentemente do caso, definia que todo paciente deveria fazer uso de um protocolo irrestrito, independentemente da condição clínica do paciente, independentemente do que o paciente tivesse de outras patologias agregadas – e a gente sabe que, em pacientes com uma idade média, em uma clientela com uma idade média de 68 anos, as comorbidades são várias; portanto, o risco de você prescrever medicamentos de forma indistinta pode causar dano maior do que benefício.

A outra questão que eu também recebi... A gente tem recebido vários tuítes de várias pessoas, e um é do Guilherme Balza. Olha o que ele escreveu: "O rosto de hoje é da Dona Sueli, que foi internada na Prevent Senior, em 27 de julho, com covid. No dia seguinte, recebeu flutamida, uma medicação indicada só para câncer de próstata e que a Prevent testou em massa, sem autorização, em pacientes com covid. Morreu em 3 de agosto". Está aqui o caso dela, e está aqui o tuíte que o Guilherme Balza apresentou.

Outro é o da Sra. Bruna: "O *kit* covid era entregue nas casas dos pacientes, sem autorização de quem quer que seja". É fato isso, não é? Então...

Eu vou mostrar outro tuíte. Nesse tuíte do Maycon Klier, veja o que ele escreveu: "O meu padrasto era conveniado da Prevent Senior. Quando se sentiu mal, foi ao hospital, e, mesmo antes de sair o resultado do PCR, o mesmo recebeu em casa o *kit* covid. Ele era cardíaco e paciente renal. Tomou o *kit* e morreu". Está aqui o tuíte de Maycon Klier, certo?

Então, são fatos que vão se repetindo – são fatos que vão se repetindo.

Outra questão que a gente vê é, primeiro, o tratamento paliativo; depois, o uso indistinto do protocolo independentemente da patologia, considerando pacientes que são pacientes com várias comorbidades, ou seja, aumenta-se o risco de morte desses pacientes. Tirar paciente de UTI após o prazo de 14 dias e alteração do CID da doença, o que já denunciei aqui, é algo muito grave!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ver o vídeo nº 3. O depoimento é de uma médica que não quis mostrar o rosto com medo de represálias e ameaças.

Por favor.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já é suficiente, já é suficiente.

Aqui estou mostrando relatos de pessoas que trabalhavam lá e que estão denunciando o fato de mudança do código do CID da doença que causou a morte, ou seja, o paciente entrava com covid e morria de outra patologia, mas a *causa mortis* é a causa que deu origem, ao adoecer, e que levou à morte. É assim que tem que ser o registro de óbito.

Portanto, havia subnotificação e modificação do diagnóstico para fazer o atestado de óbito. Isso também não precisa a senhora falar mais nada, porque isso está dito aqui e comprova o que a senhora já vinha dizendo e os documentos que a senhora apresentou.

Eu queria que... A outra questão são os experimentos em seres humanos, porque a senhora falou aqui que era comum que pacientes fossem tirados dos leitos de UTIs neste prazo, independentemente da situação clínica do paciente, que é o caso anterior, ou seja, o paciente saía também, independentemente disso, ia para o tratamento paliativo que a gente já falou lá na frente.

Agora, vamos ver aqui o vídeo nº 4, que trata de experimentos em seres humanos sendo feitos de cobaias. A reportagem da TV Globo teve acesso ao prontuário de um paciente que morreu em janeiro deste ano. Vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já é suficiente. Já é suficiente.

Eu só queria mostrar que, de fato, nós estamos diante de uma situação gravíssima, ou seja, uma instituição que tem como objetivo tratar pacientes, portanto adotar terapêuticas que tenham eficácia comprovada, que já tenham sido testadas em vários ensaios clínicos e não fazer teste terapêutico indistintamente e transformar seres humanos em cobaias. Isso a gente viu na Segunda Guerra Mundial, como uma triste memória que a humanidade carrega, e a gente está vendo aqui em pleno século XXI, em 2020, 2021 – esse caso é de 2021.

Eu queria agora mostrar outro vídeo que, de certa maneira, correlaciona o Governo do Brasil, o Governo do Presidente Bolsonaro, com essa organização, ou seja, está tudo muito casado: parte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, do seu gabinete paralelo, com a Prevent Senior. Há um acordo para que a Prevent Senior tivesse autorização para matar. A Prevent Senior, Sr. Presidente, tinha do Governo autorização para matar, porque, se pode colocar em cuidado ou em tratamento paliativo – na verdade, não é tratamento, é cuidado paliativo que se chama – o paciente, sem que este paciente esteja em estado terminal e, sim, num processo inflamatório que pode ser reversível, ele tem autorização para matar. Se ele retira o paciente do leito de UTI após 14 dias, ele tem autorização para matar. Se ele utiliza drogas não testadas em pacientes, ele tem autorização para matar. E essa autorização para matar foi concedida por alguém que pode conceder: o Governo do Presidente Bolsonaro.

Então, vamos ver aqui a autorização para matar, como foi construída do ponto de vista político. É o vídeo nº 5.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto, já é suficiente. O Dr. Pedro Batista Júnior, CEO da Prevent Senior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério, esta CPI tem que lhe agradecer. V. Exa. acabou de apresentar a melhor compilação da descrição criminal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente. Do Sr. Pedro Batista Júnior.

Mas ainda eu queria que fosse colocado, para concluir, vídeo nº 6, do 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É suficiente. Esse é o 3º Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina defendendo o tratamento precoce. Então, a gente vê que a Prevent Senior tinha proteção do Conselho Federal de Medicina, ela tinha proteção do Governo Federal, ela tinha proteção de vários órgãos e, portanto, tinha autorização para matar em nome do desenvolvimento de uma fórmula milagrosa para garantir, como foi dito aqui nesta CPI e no dia de hoje, que era preciso ter algo para apresentar à sociedade para que a sociedade pudesse voltar ao trabalho. Por isso, há necessidade de a gente trazer o Secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Economia, porque dali brota a base e o estímulo para essa teoria que levou centenas de milhares de brasileiros à morte, que foi a teoria da tal imunidade de rebanho.

Eu quero, Sr. Presidente, de forma a concluir, eu quero cumprimentar a Dra. Bruna Morato e agradecer a sua coragem e a daquele médico que esteve aqui, de que vamos preservar o nome, que trouxeram esse material para esta Comissão, porque isso revela e comprova o que a gente vinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo – quando eu falo "a gente", diversos membros da CPI vinham falando – ao longo desses quatro meses de trabalho. O que foi feito no Brasil, na condução da pandemia, foi uma ação criminosa de diversos atores; e de diversos atores do começo até os dias de hoje. E o que nós vimos da Prevent Senior é que ela recebeu do Governo autorização para matar. Então, muito obrigado pela sua coragem e por vir aqui prestar esse depoimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério.

Eu queria pedir desculpas ao Senador Alessandro e à Senadora Zenaide, porque eu cometi um equívoco na ordem aqui dos inscritos: tem antes a Senadora Zenaide Maia; em seguida, V. Exa. E terei prazer em ouvi-lo, assim como tenho o prazer de ouvir a Senadora Zenaide por 15 minutos.

Depois do Senador Alessandro, a Senadora Soraya conclui.

Senadora Zenaide, por gentileza.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero aqui já agradecer e parabenizar a Dra. Bruna Morato.

Eu vou fazer uma pergunta aqui à Dra. Bruna.

Dra. Bruna, esses 12 médicos que tiveram coragem de procurá-la para se defender, alguma vez esses médicos tiveram alguma reunião com Dr. Pedro Batista, Dra. Nise Yamaguchi, Dr. Paolo Zanotto – que não é médico, é biólogo –, Rodrigo Esper, Fernando Parrillo e Dr. Rafael, da telemedicina? Eles não viram... Porque, como falou o meu colega Rogério – eu sou médica também –, o que houve foi eutanásia, assassinato! Isso é muito grave.

E outra coisa: eu digo que, como foi falado aqui, os médicos poderiam ter denunciado antes. A coação e a intimidação desse Governo é muito grande. Os médicos devem ter presenciado a exoneração do Ministro Mandetta quando não concordou com o uso desses medicamentos de eficácia terapêutica... Não têm eficácia terapêutica.

E outra coisa que chama atenção: os médicos falaram com a senhora alguma vez que estranharam... Onde é que operadora de plano de saúde manda tratamento para casa? A gente aprovou um projeto do Senador Reguffe obrigando os planos de saúde a entregar os medicamentos orais de quimioterapia para as pessoas com câncer. O Governo Federal vetou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em um plano de saúde, se não for dentro do hospital, quando você sai medicado, você vai pra farmácia comprar – viu, Presidente Randolfe? Essa história mandar o medicamento pra casa, isso não existe, isso já tinha uma segunda intenção.

E outra coisa que chamou a atenção... Isso tudo se envolve com a pergunta dos médicos, porque eles devem ter ouvido tudo que saiu nos jornais sobre o Presidente que não cumpre com o seu papel... Porque a culpa é desse Presidente sim! Vocês que estão assistindo, esse Presidente resolveu fazer um gabinete paralelo na saúde porque ele queria uma imunidade de rebanho, matando as pessoas!

Eu estou perguntando... A pergunta, que é a única que eu vou fazer... Porque isso está muito esclarecedor. Você sabe o que é você perguntar a um familiar leigo que vai deixar seu pai se bota no paliativo ou intuba seu pai? Isso foi pra fazer uma economia, uma economia de UTI, porque esse plano de saúde não tinha leitos de UTI, quando eles próprios sabiam que o vírus passa no organismo do paciente de sete até catorze dias. E eles não queriam manter o paciente enquanto o vírus passava, que tinha que ficar na UTI? Deixar morrer? Gente, isso é um extermínio, isso é igual a um extermínio!

Agora, mais grave do que isso, Sr. Presidente e vocês que estão nos assistindo, é que a gente não sabia do envolvimento do Ministro da Economia. A gente já sabe que a política do Ministro da Economia não é gerar emprego e renda; é matar a grande maioria do povo de fome. Agora, se envolver com essa imunidade de rebanho, se aliar a uma operadora como essa Prevent Senior... Isso é tudo combinado, é claro que isso não foi gratuito! Um Presidente que fazia propaganda de cloroquina, de hidroxicloroquina... E sabe o que é que eu acho grave? Eles deram a falsa ilusão à grande maioria dos brasileiros de que, se tomassem ivermectina, cloroquina, ou não tinham a doença ou, se tivessem, não morreriam. Isso é imperdoável! Isso é você ter a maior autoridade do País que não defende a vida do seu povo! Eles defendem a morte!

Agora, a Dra. Bruna... Eu sempre disse isto aqui sobre autonomia médica: médico não tem autonomia pra prescrever o que a ciência não comprovou. Como é que se permite fazer pacientes de cobaia com o aval do Ministério da Saúde? Porque a Dra. Mayra fez isso em Manaus. O paciente precisava de oxigênio, de *kit* de intubação, eles matavam com cloroquina, com ivermectina, com colchicina e com corticoide – a gente sabe que o corticoide é um anti-inflamatório, mas jamais pode ser usado em determinado tempo dessa virose.

Então, quando diz assim: não tem causa pra isso... Eu ouço aqui alguns colegas dizerem: "Não, essa CPI não está cumprindo seu papel". Está sim, gente. Eu não tenho dúvida de que a gente aqui, agora com esse depoimento de Dra. Bruna, que a gente mostrou, e ela mostrou aqui o que estava acontecendo, e que esses 12 médicos... E eu quero tirar o chapéu, porque eu sei como esse Governo intimida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não sei como foi dito "deveria ter denunciado antes". Não é simples. Não é simples porque, veja, demitiram um Ministro da Saúde e outro Ministro da Saúde porque não concordavam com essa eutanásia, com esse extermínio coletivo.

E sabem o que é mais grave disso tudo? Ainda tinham a ousadia de querer mudar o CID, a *causa mortis*. Aí, gente, eu pergunto aqui ao povo brasileiro: quantas pessoas morreram por covid e a operadora do plano de saúde, a Prevent Senior... Fez isso e, talvez, outras operadoras, porque tinha o aval da maior autoridade do País, que se chama Presidente da República, que tem influência sobre a população.

Não tem como a gente... Não tem como esse Presidente e seus associados se livrarem duma denúncia de extermínio.

Mas eu queria dizer aqui, Dra. Bruna, que isso não pode continuar desse jeito. Mesmo que esta CPI termine, os órgãos, o Ministério Público, nós vamos ficar cobrando. São quase 600 mil óbitos, a grande maioria evitável se o Governo tivesse comprado a vacina no tempo, se tivesse feito as medidas protetivas e não só pensado em economia, no mercado. E mais: quando teve vacina não comprou porque não quis. Então, isso é indefensável!

Esta CPI mostrou à população que, enquanto o Governo Federal não queria comprar vacina da Pfizer, ao mesmo tempo negociava vacinas da Covaxin, que ninguém nem tinha disponível e muito menos... Não era nem aprovada pela Anvisa! E foi 1,6 bi empenhado sim, e, se esta Comissão não tivesse denunciado, esse dinheiro tinha ido para o ralo.

Então, nós vamos... Eu acho, como todos disseram, que a Dra. Bruna e os 12 médicos precisam de proteção, sim. Esse povo não tem limite, porque esse povo não respeita a vida. Esse povo chega ao absurdo – é de doer! – de chegar para um filho e dizer: "Se eu intubar, o seu pai morre e não sei o quê." Isso é a escolha de Sofia, gente? A eutanásia no Brasil não é nem permitida para pessoas com câncer em fase terminal, não existe essa lei.

Então, espero que todos esses que se aliaram a esse Presidente que luta pelo extermínio do povo brasileiro sejam punidos e, independentemente de terminar esta CPI, nós vamos estar aqui cobrando, Dra. Bruna.

E, à senhora, parabéns por cobrar! A senhora mostrou o que realmente a gente vinha dizendo aqui. Obrigada, a senhora está salvando vidas!

Mas responda aí a minha pergunta: alguma vez esses médicos aí se reuniram com seus médicos para falar sobre esse assunto?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Senadora, eu gostaria de agradecer o reconhecimento, o carinho e a atenção. Muito obrigada por suas palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez eu digo, não é um ato de coragem, é um dever. E é um apelo que eu faço a todas as vítimas desses tratamentos e um apelo que eu faço aos médicos: por favor, tenham coragem de dizer a verdade, vocês não serão responsabilizados; tenham coragem de explicar o que aconteceu, de dizer o que aconteceu, a sociedade precisa descobrir, as pessoas têm o direito de saber a verdade.

Muitas vezes, me procurar e pedir que eu dê frente a isso, que eu sirva de escudo para isso eu compreendo que seja uma necessidade, mas eu também preciso que vocês apareçam, eu preciso que essas famílias apareçam, que essas pessoas tenham coragem de explicar e de dizer o que aconteceu, para que essas investigações sejam de fato realizadas.

Senadora, muito obrigada pelas palavras.

Em resposta ao seu questionamento, a Prevent Senior promovia cursos por intermédio do que eles chamam Instituto Prevent Senior. Então, esses médicos eram submetidos a aulas, e nessas aulas lhes eram passadas informações. O Dr. Rodrigo Esper, o Dr. Fernando Oikawa, o Dr. Pedro, segundo informações que eu tive, eram inúmeras vezes palestrantes e apresentavam resultados, eles diziam que o tratamento era eficaz, que existiam dados. E esses médicos, muitas vezes, eram convencidos a... Não é só uma questão aqui de falta de autonomia.

Volto a dizer: existem bons médicos, médicos maravilhosos... E aí eu nem me limito à Prevent Senior, eu posso falar de outros médicos que eu conheço que orientaram que seus familiares, seu pai, sua mãe, seus filhos utilizassem hidroxicloroquina, convencidos de que isso era o melhor, de que isso faria bem a essas pessoas, porque cientistas haviam dito que existiam indícios de sucesso, indícios de que aquilo faria bem, indícios de que aquilo não faria mal. Essas pessoas acreditaram nesse discurso.

E é este o apelo que eu faço a esses cientistas, foi o mesmo apelo que eu fiz à Prevent Senior: é o momento de nós falarmos a verdade. Porque muitas vezes eu recebi, até de familiares meus, mensagens dizendo que, se eu estivesse doente ou um filho meu estivesse doente, utilizasse esses medicamentos. São pessoas que efetivamente acreditam na eficácia desses medicamentos, porque foram induzidas a isso por um conjunto de cientistas que desmentem a Organização Mundial de Saúde.

Voltando, de novo, ao seu questionamento, só para ser objetiva, então, existiram reuniões. Eu desconheço a informação de que a Dra. Nise Yamaguchi tenha participado dessas aulas. A informação que eu tenho é a de que os vídeos em que ela divulgava informações a respeito da imunologia, já que ela é uma imunologista até então consagrada, doutora naquilo que faz... Ela fazia com que os pacientes, com que os médicos, com que cientistas acreditassem no que ela dizia, e aquilo estava até então fundado na ciência. Então, é essa a informação que eu tenho a prestar. Se ela fez reuniões fechadas, eu não tenho condições de responder – posso até questionar para que eu posteriormente preste esses esclarecimentos. Sinceramente, neste momento, eu não sei responder, mas posso afirmar que esses médicos, sim, eram submetidos a esses cursos, e esses cursos eram como se fossem grandes reuniões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que um médico levantava e explicava como se dava o sucesso desse tratamento, qual era o manejo adequado... E eram desses cursos que saíam esses protocolos de manejo, os quais eu disponibilizei à Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só finalizando.

Isso só prova, Sr. Presidente, que o Presidente da República, que é a autoridade máxima deste País, fez essa influência sobre as pessoas; achou pouco e ainda criou esse gabinete paralelo para dizer isso. E sei que a maioria dos médicos ou uma grande parte dos médicos, como o próprio Presidente, influenciava a população. Teve isso aí.

Mas isso aqui... Dificilmente, esse povo, este Governo Federal vai se livrar do crime de extermínio, porque são muitas provas, Senador Randolfe. São muitas provas! Tudo que a gente começou a apurar aqui... E isso hoje me assustou. Foi indignante o que eu ouvi aqui! Chega a me dar uma dor o depoimento daquele que sobreviveu e que iam deixar morrer, ou seja, praticando eutanásia e ainda orientado pelo Ministério da Economia de que, em nome de um mercado financeiro, as pessoas tinham que morrer, o País não podia parar...

Entendo perfeitamente a situação desses médicos aqui, porque eles eram coagidos. E ainda mostravam dado científico. A gente vê isto aqui na CPI: gente querendo mostrar ainda que esses medicamentos têm eficácia.

Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, mais uma vez, Dra. Bruna, por esclarecer o povo brasileiro.

E esta CPI está fazendo o papel dela, mostrando que não era necessário morrer 600 mil pessoas – já está chegando lá – e a gente ter hoje quase 140 mil órfãos no Brasil da covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Agora, sim, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Dra. Bruna.

Primeiro, Sr. Presidente, aproveitando o meu tempo, é preciso sair da fala para a prática. Eu apresentei um requerimento – está numerado sob nº 1.551 – para que a CPI disponibilize um canal de denúncia para esse tanto de gente que está entrando em contato nos nossos perfis pessoais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentando fatos concretos, todos eles correspondentes a essa situação que a Dra. Bruna relatou aqui. Isso já está acontecendo, mas é preciso operacionalizar bem. Pode ser um *e-mail*, pode ser um canal de WhatsApp, mas que viabilize essa situação. Peço que seja reconhecido e votado extrapauta: é o Requerimento 1.551.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O requerimento já foi apreciado? O requerimento já foi apreciado? (*Pausa.*)

Não? Qual o requerimento, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Nº 1.551.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Coloco em apreciação o Requerimento nº 1.551, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que cria um canal de relação direta com denúncias e esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu determino à Secretaria que tome as providências necessárias e imediatas para fazer uso, dar cabo da determinação, agora, dessa decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito, a partir do requerimento de autoria do Senador Alessandro Vieira. Requeiro, inclusive, que providencie junto ao Prodasen qualquer meio que seja necessário para que, ainda esta semana, sendo o caso, esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa instalar, anunciar este canal de denúncias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

Eu reponho o tempo de V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Dra. Bruna, ao longo da nossa fala aqui, da nossa sessão quase que interminável – e parabéns pela paciência –, a gente tocou muito brevemente no que me parece ser o centro do problema de empresas como a Prevent Senior, porque a prática da Prevent Senior, ainda que em graus diversos, ocorreu em outras operadoras, que é a questão econômica, é o custo do tratamento. Eu passei pela covid, fiquei 13 dias internado, eu sei o custo que isso tem. Para a empresa, é muito mais barato, muito mais simples fazer o encaminhamento de um *kit* qualquer ou depois encaminhar para tratamentos paliativos. Então, eu pergunto se V. Sa. tem a informação, através de seus clientes, de que era essa a orientação, era uma orientação de base econômica travestida de ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Existia uma orientação expressa, nos grupos de mensagem de WhatsApp, para entregar o *kit* como medida de contenção de internações, ou seja, "entregue o *kit* e não interne o paciente". É uma ordem expressa. A informação que lhes foi concedida, quando questionada a direção da empresa, é que, tanto na internação quanto no tratamento precoce, os medicamentos seriam disponibilizados; a diferença é que, no caso da internação, você teria que ter uma equipe clínica, um corpo clínico para recepcionar esse paciente, além das despesas hospitalares da utilização daquele leito em específico, seja de enfermaria ou de UTI. Então, dentro das informações que me foram transmitidas, eu acredito que há indícios para que se averigue essa possibilidade, ou seja, a possibilidade de utilização do *kit* precoce para fins econômicos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Da mesma forma, se eu não estiver enganado, a senhora relatou um determinado intervalo para internação em UTI – seriam 14 dias – e, após esse período, a saída para paliativos. Isso é informação? Isso consta em algum lugar?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu gostaria que essa informação fosse averiguada.

Essa informação não consta na denúncia. Foi uma informação que eu recebi posterior à denúncia. E o relato foi o seguinte: de que pacientes internados em determinadas unidades de terapia intensiva cuja internação tivesse mais de 10 ou 14 dias, a esses pacientes o procedimento indicado era a redução da oxigenação, ou seja, eles iam reduzindo o nível dos respiradores. Eu não considero isso como sendo um tratamento paliativo; isso foge das práticas paliativas. E, sinceramente, acredito que esses pacientes nem tinham condições de serem encaminhados à enfermaria, a esse leito híbrido. É importante que esses prontuários sejam disponibilizados para que seja feita uma devida avaliação. Esses pacientes, segundo informações dos médicos, evoluíam para óbito na própria UTI. Então, você tinha uma liberação de leitos. A expressão que eu ouvi ser muitas vezes utilizada é "óbito também é alta".

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Senador Alessandro, se me permite...

V. Sa. tem a localização desses prontuários?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – A localização desses prontuários... Certamente estão nos sistemas da rede Prevent Senior. Existe um sistema utilizado, como eu expliquei para o Senador, é o sistema Tech Sallus, ele detém todos os prontuários médicos desses pacientes. E existem também, porque eu acho muito importante fazer o comparativo... Existem os prontuários manuais, que são aqueles preenchidos pela equipe de enfermagem, pela equipe de fisioterapia, pela equipe de nutrologia. Eles devem ser comparados, ao meu ver, desde os internos até aqueles que ficam registrados em papel, que são os manuscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. pretende requisitar essas informações da Prevent Senior?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu acho que talvez seja oportuno requisitar a cópia da apuração que está em andamento no Ministério Público de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – ... que já deve estar aprofundando isso.

Especificamente, ao receber esta informação, Dra. Bruna, de que existiria uma recomendação expressa ou tácita para redução no oxigênio de pacientes, o informante apontou especificamente algo concreto nesse sentido, ou seja, "eu recebi um WhatsApp", "eu recebi uma ordem verbal"? Como é que isso aconteceu?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Isso foi a mim relatado via WhatsApp por um médico da operadora. Eu tomei o cuidado de fazer verificação, eu pedi que ele enviasse foto do crachá para que eu pudesse verificar que, de fato, ele é médico da operadora. A explicação que ele concedeu – e pediu para que eu não afirmasse, mas que eu pedisse, sim, a investigação a respeito do caso concreto – é que existia uma diretora, da qual ele não mencionou o nome, que, a partir de um determinado tempo de internação, orientava essa prática e que ele por algumas vezes assistiu a essa prática ocorrer dentro da operadora. Eu não tenho condições de dizer quais seriam as provas concretas, porque esses pacientes, se internados em UTI, a partir do momento em que existe uma parada cardiorrespiratória com a redução da ventilação, a prova efetiva, a meu ver, é testemunhal, porque no prontuário médico será lançado como parada cardiorrespiratória.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O informante disse que presenciou esse acontecimento?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O informante disse que presenciou esse acontecimento por duas vezes. Mas registrou que outros colegas também faziam o mesmo relato e pediu que eu averiguasse a situação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito. É de uma gravidade absurda, né? A gente está falando de homicídio abertamente, não é? Vamos apurar, vamos aprofundar nisso.

Eu não vou prolongar mais, Sr. Presidente. Apenas reiterar: parabéns pela conduta. O depoimento é claro, ele é retilíneo, é muito objetivo, ele apresenta caminhos de prova e é uma prestação de serviço para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns pelo trabalho, boa sorte na carreira e, a qualquer tempo em que se sinta ameaçada em sua segurança, o Senado da República tem obrigação com a senhora.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu agradeço. E eu gostaria de aproveitar este espaço pra requerer realmente... Eu me preocupo muito com relação à minha exposição. A imprensa, no geral, tem tentado procurar informações a meu respeito. Eu sempre fui uma pessoa muito discreta e eu nunca trabalhei nem com esse sistema de *site,* captação de clientes. Eu trabalho única e exclusivamente por indicação, com uma base sólida de clientes que fazem essa indicação. Eu tenho grande preocupação com o que vai acontecer com a minha vida depois do dia de hoje. Então, se possível fazer essa solicitação, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De imediato, Dra. Bruna.

Eu quero requisitar à Secretaria Comissão Parlamentar de Inquérito que oficie, ainda hoje, à Polícia Federal o pedido desta Comissão Parlamentar de Inquérito pra que seja assegurada a devida segurança à Dra. Bruna Morato. Então, determino à Secretaria que seja oficiado de imediato. E assim como de imediato, para que não incorra em situações iguais às situações anteriores, que a Polícia Federal possa se manifestar, o quanto antes, sobre a providência tomada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, reitero os termos da requisição à Polícia Federal: um, a determinação de segurança para o acompanhamento da Dra. Bruna Morato, a pedido dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Complementarmente, em quanto tempo terá o despacho a essa requisição para que, se não ocorra o cumprimento dessa disposição, a CPI, através da Polícia Legislativa, possa tomar a providência que seja devida.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... Presidente, restituo o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

A última inscrita, então, do dia de hoje, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas, quem está assistindo, Dra. Bruna, seu colega advogado que a acompanha, não tenho perguntas.

Para falar a verdade, estou aqui estarrecida e mais estarrecida eu fico quando eu vejo que há pessoas que não têm ainda, por mais que tenham escutado o dia inteiro tudo o que a Dra. Bruna nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocou aqui, há pessoas que, por preferências ideológicas, preferências políticas, apenas com a oitiva de hoje, sem ter acesso a documentos, sem analisar friamente e absolutamente nada, falam contra, xingam, vociferam nas redes sociais, porque estão vendo, tomam isso aqui como uma disputa política. Isso aqui não é uma disputa política.

E, por mais que as pessoas tenham acompanhado, dias a fio, depoimentos e mais depoimentos na CPI, elas não fazem ideia de toda a documentação que já foi carreada. É um número imenso, algo que muitas pessoas jamais imaginariam. Só quem está aqui dentro desta CPI tem acesso. E olha que muitos não tiveram acesso, outros Senadores nem sequer pediram acesso. Senadores que são membros vêm com seus discursos prontos e não analisaram nenhum documento que foi disponibilizado pra esta CPI. Pra essas pessoas, sim, isso aqui é apenas um momento de fazer discurso, de subir num palanque, enquanto nós estamos perdendo vidas.

Analisar, porque isso aqui está apenas começando, isso aqui é o início, é a formação de um inquérito, é uma Comissão temporária de inquérito que vai produzir um relatório... E este relatório será enviado para as autoridades competentes, as autoridades judiciais, que vão tocar pra frente. Então, aqui não vai ser feito nenhum julgamento, nem nada dessa espécie. Nós só estamos apurando fatos – fatos –, e não somos nós os julgadores.

As pessoas que estão acompanhando não fazem ideia do que nós temos de provas documentais. E esses documentos falam, sim, e muito. Vamos analisar depoimentos com documentos e podemos, sim, ter essas provas testemunhais, porque certas coisas praticadas lá na Prevent Senior não foram publicizadas. É óbvio, tudo era por debaixo dos panos. Pra quem entende, um pingo é letra.

Então, a coragem, Dra. Bruna... Eu vi a forma como vocês chegaram aqui, o medo, mas fazer o certo é tão simples, é tão óbvio.

Nós brasileiros temos agora que nos unir, nos unir pelas vidas de brasileiros em um espírito de união, porque nunca enfrentamos coisa parecida. Já enfrentamos casos chocantes de corrupção que fizeram com que os brasileiros se levantassem, ficassem chocados, fossem para as ruas, resolvessem mudar seus votos, decidissem renovar, e ainda não foi o bastante. Mas a diferença deste momento é que a gente já sabe que a corrupção custa vidas, mas não como homicídios, assim, não fazendo dessa forma, fazendo cobaias humanas, fazendo testes em seres humanos. Deliberadamente. E tudo está sendo colocado às claras. E tem gente que não quer ver. Aquele que ignora fica na ala dos ignorantes, não sabe o que fala; mas aquele que não ignora, finge que não vê, esse é um criminoso.

E coragem, Dra. Bruna, e ter personalidade, acima de qualquer coisa, é coisa de gente grande. Não é qualidade de gente pequena. Acredite que o que a senhora trouxe hoje... Nós não estamos aqui fazendo julgamento. Tudo que a senhora disse tem que ser cotejado com uma documentação farta que já foi colocada aqui nesta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que as pessoas saibam que tudo que foi dito aqui hoje e o que tem sido dito não se resume apenas a um depoimento. Então, para esclarecer à sociedade brasileira, nós estamos aqui cumprindo um dever de fiscalizar – fiscalizar – absolutamente tudo. Nós temos esse dever perante a sociedade brasileira.

E quero aqui colocar também para esses médicos e todos os médicos que possam estar sofrendo qualquer tipo de coação que deem publicidade a isso, que registrem boletins de ocorrência. Por quê? Porque, quanto mais publicidade, maior a segurança da pessoa. É muito importante que todos saibam que, se acontecer de cair uma unha de um médico, de uma pessoa que dedou, a gente já tem pelo menos uma pista. Então, é muito importante que todos tenham a coragem, que o Conselho Federal de Medicina tome providências sérias e que traga uma resposta pra sociedade brasileira.

Era Ernest Hemingway que dizia que a coragem é uma bênção que vem sob pressão. Vem sob pressão mesmo. A gente nem sabe que tem essa coragem, mas, quando você vê pessoas morrendo, vidas sendo ceifadas, pessoas que poderiam estar conosco, recursos públicos do nosso suor sendo desviados para propina, aí está a grande diferença.

O brasileiro se acostumou tanto, tanto com corrupção! Só que, nesse momento, tem algo a mais, tem algo mais grave ainda, que é o descaso deliberado.

Então, que as pessoas analisem tudo isso com bastante frieza e aguardem a exibição de documentos, porque eu acredito que o relatório trará esses documentos, os documentos principais que foram levantados, e espero que esses médicos possam nos trazer depoimentos aqui que possam enriquecer toda essa investigação e, com isso, possam colaborar, acima de tudo, com a vida. O nosso compromisso tem que ser com o nosso bem maior, e, nessa hora, não tem direita, não tem esquerda, não tem centro, não tem centrão, não tem nada disso. É inadmissível que pessoas escutem uma frase solta e saiam fazendo julgamentos, porque as pessoas se sentem muito corajosas aqui atrás, não é, mas elas chegam a um ponto de a gente se chocar com a falta de humanidade, com a falta de respeito à vida. E aí eu pergunto: e se fosse com elas? E se fosse com um parente próximo delas?

Então, é para lhe dizer: tenha coragem, não hesite em nenhum momento. Que essas pessoas, todas essas que precisam denunciar, que façam essas denúncias nesse canal que será aberto pela CPI. Nós não podemos deixar essa situação chegar a esse nível e muito menos banalizar, banalizar tamanha maldade. Os brasileiros precisam se unir e se levantar contra tudo isso que está acontecendo. É muito triste ver a que ponto nós todos chegamos.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Tudo de bom para vocês, obrigada pela contribuição.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Muito obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke, pela vossa inquirição.

Eu pergunto se o Senador Fabiano Contarato está *online.* (*Pausa.*)

Não?

O Senador Fabiano está *online*? (*Pausa.*)

Não.

Então, com a inquirição da Senadora Soraya, nós estamos concluindo o depoimento da Dra. Bruna Morato.

Antes, Dra. Bruna, V. Sa. poderia só explicar para nós desta Comissão Parlamentar de Inquérito o que é o Forms, do que se trata – esse formulário – no âmbito da Prevent Senior?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – Posso Senador, posso esclarecer sim. A Prevent Senior utilizava um sistema de questionário; era literalmente um compilado de prontuários de pacientes de covid que ficavam guardados, anexados num sistema, e esse sistema se chamava Forms. Ele era feito através do Google, ele era alimentado por informações que os médicos colocavam e não colocavam nos prontuários. Era para controle dos pacientes com covid, era específico para covid.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, todos os pacientes com covid necessariamente deveriam ser registrados nesse formulário?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – No Forms, no Forms.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No Forms.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – As informações que eu tive são essas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu quero apresentar... Apresento o requerimento oral a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para que a Prevent Senior, também no prazo de 24 horas, forneça todas as informações sobre os formulários Forms, que é o formulário do sistema Prevent Senior, designados aos pacientes com covid entre março de 2020 e setembro de 2021.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Considero aprovado.

Sra. Senadora, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Senhor Presidente, foi nos dito que aquela reportagem era correspondente a um prazo muito exíguo, em que morreram apenas nove pessoas. O senhor está requerendo... Esse documento traz, Dra. Bruna, os quatrocentos e tantos dias de trabalho dentro da Prevent Senior em relação à pandemia?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO (Para depor.) – As informações que eu tenho são de que eles teriam excluído esse sistema Forms, que eles não o estavam mais usando, porque era um conglomerado de informações delicadas da empresa. Atualmente, ele não vinha sendo mais utilizado, mas eu acredito que seja possível fazer uma verificação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O que a Senadora está perguntando – me permita, Senadora Soraya – é se, nesses formulários, se encontram todas as informações sobre o procedimento em relação a cada um dos pacientes que eram atendidos em decorrência da pandemia.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Esse período da reportagem foi de 12 dias? Foi isso?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – O período da pesquisa à qual eu fiz menção no início da denúncia é um período de 12 dias.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, a eventual pesquisa se encontraria registrada nesse formulário, perfeito?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Eu acredito que, nessa época, eles ainda não utilizassem o Forms. Eles passaram a utilizar o Forms...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E qual seria o documento que possibilitaria o acesso às informações?

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – ... pouco tempo depois.

Os prontuários médicos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os prontuários médicos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, quando surgiu a primeira reportagem, ela fazia uma análise de apenas 12 dias, correto, Doutora? Me corrija se eu estiver errada. E, nesses 12 dias, foram apenas nove mortes. O que nós queremos saber é de todo o período, desde o início da pandemia até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, é por isso que estabelecemos na requisição...

Dra. Bruna, por gentileza.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – É só uma informação. Na verdade, em 12 dias, ocorreram vários óbitos, foram nove óbitos de pacientes que eram acompanhados pela teletriagem. Os pacientes do PS, os pacientes internados em UTI e outros pacientes faleciam na instituição. O número de mortes, nesse período, é muito maior do que o que eu transmiti de informação. Na verdade, essa informação se limita àquela pesquisa da telemedicina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, mas, nesse requerimento, nós, então, abarcamos todo o período de março de 2020 até setembro, ou seja, todas as informações deverão, assim, ser fornecidas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas, se essa documentação foi excluída, foi deletada, como seria a forma... Porque os prontuários não podem ser destruídos, certo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. BRUNA MENDES DOS SANTOS MORATO – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E qual seria a outra forma?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É por isso que nós já aprovamos, ainda há pouco, anteriormente a esse requerimento, também um requerimento para que os prontuários sejam fornecidos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, nós temos dois requerimentos aprovados neste sentido: o primeiro, requisitando todos os prontuários do período de março de 2020 até setembro de 2021; e, agora, solicitando, requisitando, requerendo da Prevent Senior todos os formulários Forms, que era o formulário de registro de pacientes com covid, de março de 2020 a setembro de 2021. Em ambos, eu determino que seja estabelecido o prazo de 24 horas, devido à exiguidade de tempo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que a Prevent Senior forneça essas informações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Perfeitamente? Secretaria, entendido?

Então, de imediato, nós aguardaremos da Prevent Senior que essas informações sejam prestadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Bruna, eu queria... O depoimento de V. Sa. – eu não tenho dúvida – é o mais impactante que eu já ouvi não nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas que eu já ouvi na vida. O depoimento de V. Sa. é fortíssimo – é fortíssimo!

Eu reitero... Aliás, a última fala de V. Sa., o último testemunho seu de que ouviu de médicos que óbito também é alta realça as trevas, realça a tristeza das trevas, mostra o quão macabra é essa situação que vem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Que Deus tenha, de fato, piedade e misericórdia e que Deus proteja a senhora. Não somente a vontade divina a proteja, como também esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem o dever político, moral e institucional de protegê-la. Eu quero reiterar a determinação para que a Polícia Federal seja comunicada no dia de hoje e, comunicada no dia de hoje das providências necessárias, que se manifeste junto a esta CPI para, de imediato, dar proteção à Dra. Bruna, pela gravidade do depoimento que ela prestou no dia de hoje a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Algumas frases, várias, foram ditas aqui, uma de Émile-Auguste sobre coragem, que diz o seguinte, Dra. Bruna: "Todas as virtudes são coragem, eis porque a palavra covarde é a maior de todas as injúrias". A coragem sustenta todas as demais virtudes, é a maior das virtudes. Obrigado pela sua, apresentada hoje a todos os brasileiros.

Nada mais havendo a tratar... Ou melhor, antes submeto à apreciação as Atas da 57ª e 58ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos. Declaro encerrada esta reunião e convoco as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o depoimento do Sr. Luciano Hang, a partir das 10h de amanhã.

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Jean Paul Prates, Eliziane Gama, Roberto Rocha, Leila Barros e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Luciano Hang**. **Finalidade:** Oitiva do senhor Luciano Hang. Oitiva do Luciano Hang, em atendimento ao requerimento 1033/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1558 de 2021** que : "Requer o compartilhamento de informações, pelo MP-SC e pelo CNMP, sobre inquéritos ou investigações contra o empresário Luciano Hang, em razão da prática de recomendar o uso de medicações ineficazes contra Covid-19 e/ou de distribuir tais medicações e/ou de propagar informações falsas a respeito da pandemia de Covid-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato da coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Luciano Hang, em atendimento ao Requerimento 1.033, de autoria do Senador Renan Calheiros.

Solicito que o depoente seja conduzido à mesa. (*Pausa.*)

Eu vejo aqui o Senador Roberto Rocha com a mão levantada.

Senador Roberto Rocha, quer falar alguma coisa? (*Pausa.*)

Veja aí o Senador Roberto Rocha, que está com a mão levantada, por favor.

Passo a palavra ao Senador Roberto Rocha. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Roberto Rocha. (*Pausa.*)

O.k. É porque ele estava com a mão levantada aqui no computador. (*Pausa.*)

Cadê o Sr. Luciano Hang?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está onde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está no banheiro? Ah, tá. (*Pausa.*)

Questão de ordem do Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero pedir pela ordem.

Eu ontem fui mobilizado pela Academia Nacional de Cuidados Paliativos, diante do debate que se travou, desde a semana passada, aqui na CPI, sobre o caso da Prevent Senior e eu gostaria de pedir a V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... pra ler aqui, resumidamente, o posicionamento da Academia Nacional de Cuidados Paliativos, das seccionais do Rio de Janeiro e São Paulo e da Sociedade Mineira de Tanatologia e Cuidados Paliativos, que vêm procurar respeitosamente esclarecer e desfazer equívocos a respeito da abordagem de cuidados paliativos.

Primeiramente, frisam que o Cuidado Paliativo não é um tratamento que deve ser considerado apenas quando o paciente se encontra moribundo e exaurido pelo uso de medidas invasivas prolongadas em um leito de terapia intensiva; tampouco é indicado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador...

Eu vou pedir aos Senadores e assessores, principalmente, que possam permitir que o Senador Humberto Costa fale pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então: o Cuidado Paliativo não é um tratamento considerado apenas quando o paciente se encontra moribundo e exaurido pelo uso de medidas invasivas prolongadas em um leito de UTI e tampouco deve ser indicado com o intuito de economizar gastos, ou de abreviar a vida dos pacientes. Jamais deve ser um tratamento imposto pela equipe médica, sem consentimento do paciente e/ou de seus familiares. Esses argumentos são exatamente o oposto do que propõe o Cuidado Paliativo.

A abordagem de Cuidados Paliativos é mundialmente uma especialidade consagrada na literatura médica. É uma estratégia fundamental realizada por equipe multiprofissional, dedicada a esgotar os recursos existentes com o objetivo de cuidar do sofrimento do paciente e de sua família, frente a uma situação de saúde complexa visando a preservação da dignidade humana.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cuidados paliativos – abre aspas – "são uma abordagem que melhora a qualidade de vida de pacientes e seus familiares que enfrentam doenças que ameaçam a vida, isso feito por meio da prevenção e alívio do sofrimento, com identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e de outros problemas físicos, psíquicos, sociofamiliares e espirituais".

A OMS ainda destaca que os cuidados paliativos buscam fornecer alívio para a dor e outros sintomas estressantes, por meio de medicamentos e abordagens não farmacológicas. Reafirmar a vida e entender a morte como um processo natural em condições de doença irreversível. Integrar os aspectos psicológicos, sociais e espirituais ao aspecto clínico de cuidado do paciente. Elaborar plano de cuidados alinhados aos desejos e valores do paciente, favorecendo o exercício da sua autonomia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito importante aqui: não acelerar o processo de morte, prática proibida em nosso meio, conhecida como eutanásia; tampouco retardá-lo de forma artificial e com sofrimento, prática chamada de distanásia.

Oferecer um sistema de apoio para ajudar a família a lidar com a doença do paciente no próprio ambiente doméstico. Oferecer sistema de suporte para ajudar os pacientes a viverem o mais ativamente possível até sua morte. Usar uma abordagem interdisciplinar para acessar necessidades clínicas e psicossociais dos pacientes e suas famílias, incluindo aconselhamento e suporte ao luto.

Os cuidados paliativos podem ser oferecidos junto com as medidas que tratam a doença, como a quimioterapia e a radioterapia, no caso do câncer, e devem ser realizados em todos os ambientes, desde a residência até as UTIs.

O paciente é avaliado de forma ampla nas dimensões física, psicológica, social e existencial, bem como seus valores pessoais, e a partir daí são propostas intervenções baseadas na ciência, para aquela pessoa específica.

No Brasil existem 191 serviços especializados. Seriam necessários mais de dois mil. Essa prática é reconhecida pela Associação Médica Brasileira, que concede o título de área de atuação a profissionais habilitados desde 2011. Apesar de todos os avanços, no Brasil inteiro pacientes ainda enfrentam a falta de assistência nos cuidados paliativos e o uso inadequado do termo é um desserviço ao nosso sistema de saúde, a seus profissionais e usuários.

Dia 9 de outubro é o Dia Mundial de Cuidados Paliativos e faz parte inclusive do calendário do Ministério da Saúde. Neste ano de 2021, o tema é: "Não deixe ninguém para trás – Equidade no acesso aos Cuidados Paliativos".

Os cuidados paliativos constam da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas. Os princípios do SUS refletem a necessidade da integralidade da atenção. Isso é muito importante. Dessa forma, deixar de oferecer tratamento adequado a alguém não é correto.

Portanto, se alguém deixou de oferecer UTI ou qualquer tratamento indicado a um paciente que tivesse indicação clara, isso deve ser averiguado. O problema grave é associar essas práticas delituosas com cuidados paliativos. O emprego desse termo por quem faz a má prática médica é outro grande erro, pois fere a honra de milhares de profissionais que exercem bem a profissão e cuidam do sofrimento do outro.

Estou concluindo.

Por isso, eles solicitam à CPI, a todos os brasileiros e brasileiras que considerem os cuidados paliativos uma especialidade que cuida do sofrimento de pacientes e familiares que convivem com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doenças graves. Portanto, neste momento, milhares de pacientes estão sendo atendidos por paliativistas em todo o Brasil; mães e filhos têm as dores de seus familiares aliviadas. Famílias são atendidas por psicólogos. Pessoas com falta de ar por um câncer avançado têm seu sintoma aliviado. Portanto, essa é uma contribuição importante para a dignidade das pessoas ser preservada.

Assina a Academia Nacional de Cuidados Paliativos, assinam as suas seccionais do Rio de Janeiro e de São Paulo e a Sociedade Mineira de Tanatologia e Cuidados Paliativos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, em decorrência do depoimento de ontem da Dra. Bruna Morato, acredito que temos dois requerimentos que teríamos, no momento mais oportuno que V. Exa. considerar, que apreciar. O primeiro é de convocação do Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, inclusive dito e citado por V. Exa. ontem. O segundo requerimento, que já está sobre a mesa, é de convocação do Secretário Nacional de Política Econômica, Sr. Sachsida, ou do Ministro Paulo Guedes, conforme a conveniência desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Obviamente, no momento oportuno que V. Exa. assim quiser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre a questão da Agência Nacional de Saúde Suplementar, ontem eu até sugeri pra gente ouvir o que houve, e essa nota que o Senador Humberto Costa leu agora vem reforçar essa questão da saúde suplementar em relação a tratamentos paliativos, inclusive o pós-covid, do qual muitas pessoas saem com sequelas gravíssimas que precisam ter cuidado o resto da vida. Em relação ao Ministério da Economia, eu sempre fui muito relutante pra que a gente não envolvesse a questão econômica, que o Brasil já passa por uma dificuldade muito grande, dentro da CPI. Então, é uma questão que nós temos que discutir, Senador Randolfe, até porque ontem a Dra. Bruna fez um depoimento muito contundente, mas, em relação à questão da economia, é aquilo que eu venho defendendo sempre: a questão econômica nós temos que preservar – passamos por dificuldade, dólar aumentando, bolsa caindo e uma série de coisas acontecendo no mundo que afeta a credibilidade brasileira em relação a trazer novos investimentos. Então, a gente discute essa questão do ponto de vista técnico para o Brasil, neste momento. Em relação à agência nacional, não há divergência.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, eu queria inicialmente cumprimentar V. Exa. por essa decisão e por esse encaminhamento em face da solicitação do Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez V. Exa. demonstra equilíbrio, sensatez para a condução dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ontem, Sr. Presidente, eu falava do documento, de um parecer que teria encomendado ao Professor Ives Gandra Martins, e com alegria recebi esse parecer na manhã de hoje. Esse parecer é subscrito pelo Professor Ives Gandra; é subscrito pela Professora Samantha Ribeiro Marques, que é Professora Titular do Programa de Doutorado e Mestrado em Direito da Universidade Nove de Julho; pelo Professor Adilson Abreu Dallari, que é Professor Titular de Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da PUC de São Paulo; e também pelo Professor Dircêo Torrecillas Ramos, que é graduado pela PUC de São Paulo, Mestre, Doutor e Livre-Docente pela USP.

Desse parecer, se V. Exa. me permitir, eu gostaria de fazer a entrega ao Senador Renan Calheiros. É evidente que o Senador pode ter a sua posição, pode ter a sua visão dos fatos que foram aqui investigados nesta CPI, mas nós trazemos isso como uma contribuição para que possa ser feita uma avaliação serena, sem prejulgamentos e à luz da Constituição, à luz do Direito, para que o relatório possa expressar, de fato, o que nós desejamos no sentido de encontrar respostas para todos os problemas que foram advindos do enfrentamento da pandemia, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nesta Comissão será recebido, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não. Eu lhe agradeço pela atenção.

Apenas para fazer um breve comentário, foram dez quesitos que nós pedimos ao Professor Ives Gandra Martins para serem analisados. E nós disponibilizaremos para toda a imprensa essa avaliação que foi feita por esses quatro professores, doutores, muito renomados e que eu tenho absoluta certeza de que serão levados em consideração quando da confecção do relatório final.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza, toda contribuição é válida neste momento.

O Senador Renan vai receber em mãos do Senador Fernando Bezerra.

Sr. Luciano Hang, V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. BENO BRANDÃO (Para expor.) – Sr. Presidente, nós entendemos que, inclusive, o Relator, quando da 51ª sessão desta CPI, colocou o Sr. Luciano Hang como investigado, declarou que ele estava aqui como investigado. Então, nessa qualidade ele comparece aqui, e a orientação da defesa dele é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele não tem que assinar esse documento, porque esse documento é destinado – com todo o respeito, Senador – à testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós respeitamos a lei aqui. Se o Sr. Luciano Hang não quiser responder alguma pergunta que possa comprometê-lo, é lógico que ele tem o direito de se calar; agora, relacionada a outras questões, nós já temos pareceres dados pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao comportamento do depoente, seja ele investigado, seja ele testemunha, o.k.?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Meus cumprimentos à douta defesa, ao Sr. Luciano Hang.

À douta defesa assiste razão ao passo que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por decisão do Relator, avalizada e abalizada pelo Plenário, incluiu o Sr. Luciano Hang na condição de investigado, ele não tem, nos termos do Código de Processo Penal, a obrigatoriedade do compromisso nos termos do art. 202.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nesse caso específico...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, Presidente, ele pode mentir tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Senadora mente; por que ele não pode mentir?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, foi o Senador Flávio que falou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, é só para ficar claro isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi só uma provocação, mas a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Eu acho que... Vamos começar os trabalhos. É que se criou uma expectativa...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos começar bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos começar bem pra gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane Gama, nós saberemos o momento certo e V. Exa. principalmente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Inclusive, seria bom até ele entregar a chavinha, Presidente, da algema que ele divulgou nas redes sociais.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está bem, não vamos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra...

O Sr. Luciano Hang, como investigado na CPI, tem, por lei, o direito de se calar naquilo que o comprometa. Correto? Tudo aquilo que for comprometê-lo... Não precisa nem de *habeas corpus* pra isso, porque a gente tem que seguir essa regra. E não é diferente o comportamento dele dos outros depoentes que estiveram aqui, não será diferente.

Passo a palavra ao depoente por 15 minutos.

Sr. Luciano Hang.

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Bom dia a todos os brasileiros e a todos os presentes.

Antes de começar, eu gostaria de ser solidário às famílias das vítimas da covid-19, da qual eu faço parte. Eu perdi muitos amigos queridos e também a minha mãe para essa terrível doença. Por isso, sei o quanto é dolorosa cada perda. Aos profissionais da saúde quero fazer um agradecimento pelo árduo trabalho e, principalmente, pela dedicação em salvar vidas.

Meu nome foi mencionado nesta CPI diversas vezes, muitas delas de forma desrespeitosa. Eu não pedi *habeas corpus* – é muito importante – embora os meus advogados dissessem pra pedir. E venho aqui de coração aberto esclarecer qualquer questão, porque nada devo, não fiz nada de errado e a CPI não tem prova alguma contra mim.

Afirmo que disponho de todo o tempo do mundo para ouvi-los e gostaria de ter também todo o tempo para responder com tranquilidade a cada questionamento que me fizerem. Lembrem-se: gentileza gera gentileza, respeito gera respeito. Podemos fazer hoje aqui a melhor sessão da CPI da Covid.

Hoje estou aqui sozinho, mas com Deus e milhões de brasileiros ao meu lado, do lado da verdade.

Antes de ir aos fatos, quero falar um pouco de mim e da minha história. Nasci em uma cidade pobre, nasci em uma família pobre, em Brusque, uma pequena cidade do interior de Santa Catarina. Meus pais, Luis e Regina, eram operários e trabalhavam na Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, por mais de 40 anos, até eu conseguir dar uma vida melhor a eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho dislexia, um transtorno que dificulta o aprendizado. Sofri muito na infância para aprender a ler e escrever, me alfabetizei com muita dificuldade. Somente aos 12 anos, depois de muito insistir em treinar a leitura em revistas e gibis, consegui ler.

Me lembro como se fosse hoje de que meus avós moravam em uma casa tomada por cupins. Meu maior medo era que meus pais não tivessem uma casa segura para viver na velhice. Foi isso que me motivou a trabalhar desde cedo. Graças a Deus, eu consegui realizar o sonho de dar uma vida digna a quem eu mais honrei nessa vida: meu pai e minha mãe.

Imaginem o quanto é duro para mim ver a morte da minha mãe sendo usada politicamente de forma tão vil, baixa e desrespeitosa. Por isso, não aceito qualquer desrespeito à memória da minha mãe. Tenho a consciência tranquila de que, como filho, sempre fiz o melhor por ela.

Eu comecei a trabalhar ainda criança, vendendo bolachas na escola. Meu primeiro emprego, com carteira assinada, foi como operário na mesma fábrica em que os meus pais trabalharam e que, anos depois, eu tive a honra de comprar.

Comecei debaixo indo trabalhar com os sapatos furados, mas sempre acreditei no impossível. Sou um vendedor, um simples e puro comerciante. Um comerciante. Não sou um empreendedor, um empresário; sou um comerciante, um vendedor.

Em 1986, com apenas 23 anos de idade, tive a coragem de largar a estabilidade de meu emprego para construir um grande sonho: Havan. Comecei pequeno, com pouco dinheiro, apenas um colaborador e uma loja de 35 metros quadrados, vendendo um produto: tecidos. Como a grande maioria de nosso povo, eu não tive uma vida fácil, trabalhei muito, dias e noites, debaixo de sol e chuva, de segunda a segunda, para construir a empresa e tudo que temos hoje. Não foi de graça. Fomos investindo e crescendo, ano após ano, até a Havan se tornar o que é hoje.

Agora convido todos a assistirem a um breve vídeo, para entender um pouco mais da Havan, da força e da energia da nossa equipe, porque as pessoas precisam entender o porquê que nós estamos crescendo, investindo no nosso País. Nós trabalhamos muito o nosso colaborador: humildade, simplicidade, comprometimento. Eu gostaria que passasse.

O SR. BENO BRANDÃO (*Fora do microfone*.) – Vou pedir para o Presidente.

Sr. Presidente. Sr. Presidente, podemos expor um vídeo que foi apresentado? É um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só tem um fato aqui, Sr. Luciano Hang, que eu quero aqui, antes de passar a palavra aos Senadores que vão inquirir... Esta CPI, eu pessoalmente e muitos Senadores aqui nunca usaram o nome da sua genitora politicamente. A primeira pessoa a falar que, se tivesse dado os medicamentos, o tratamento precoce, ela poderia ter se salvado foi o senhor, que falou sobre ela em rede social. Não foi esta CPI que trouxe isso aqui. O senhor tem que se lembrar que quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

falou isso foi o senhor, para não confundir quem está nos vendo agora, achando que nós usamos o nome da sua mãe.

Eu também já perdi minha mãe, já perdi meu pai, perdi um irmão dez anos mais novo, nessa Covid, em janeiro deste ano, em Manaus, e eu não fui para redes sociais dizer que isso ou aquilo. O senhor é que trouxe o debate falando... Suas palavras são muito claras dizendo o seguinte: "Se a minha mãe tivesse usado o tratamento precoce, talvez ela tivesse sido salva". Foi o senhor que disse.

O SR. LUCIANO HANG – Isso vai ser... A gente vai discutir aí na frente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Não. Só estou dizendo que não fomos nós que trouxemos a sua genitora para esse debate. Longe de nós desrespeitá-lo nesse sentido. Eu não aceito isso comigo, por que vou aceitar com os outros? Longe isso!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Só para deixar... Porque passa como se nós tivéssemos usado...

O SR. LUCIANO HANG – Eu poderia continuar o meu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só para acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor já vai continuar. Só um minutinho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só para acrescentar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, dentro do tempo dele, Presidente, vamos tentar concluir para ir pras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele, inclusive, tinha me pedido, antes de falar, que usaria mais o pouco tempo, e eu o deixai usar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, pra contribuir.

No prontuário consta que...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele vai discutir no momento certo, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que a mãe dele tomou hidroxicloroquina e azitromicina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, vamos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só pra contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na hora certa, Presidente, serão questionados...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos por parte, vamos por parte.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu só quis esclarecer essa questão.

Por favor. (*Pausa.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente, com todo o respeito, isso é propaganda da empresa do depoente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O que isso tem a ver com o mérito da CPI?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente, com todo o respeito, isso é propaganda da empresa. Ele está usando o *marketing* da empresa.

O princípio é da impessoalidade!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um desrespeito à memória dos mortos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos focar no objeto da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Com a palavra. O senhor...

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Tenho a certeza de que essa história de sucesso não foi construída da noite para o dia e, sim, ao longo de 35 anos de muito trabalho, ao lado de uma grande equipe, enfrentando adversidades e burocracias de todo tamanho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para empreender no Brasil é preciso ser um verdadeiro herói.

Até o final do ano a Havan terá 168 megalojas em 20 Estados brasileiros, com o faturamento aproximado de 14 bilhões, e um lucro líquido de 1,3 bilhão. Só de impostos e benefícios este ano serão pagos 3 bilhões.

Somos reconhecidos como uma das maiores e melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Geramos 22 mil empregos diretos e 120 mil empregos indiretos. Tenho muito orgulho em dizer que não demitimos ninguém por causa da pandemia. Nenhum colaborador da Havan foi demitido. Começamos com 20 mil lá na pandemia e estamos com 22 mil colaboradores agora. Nós aumentamos o número de colaboradores. Eu me sinto responsável por cada um dos meus 22 mil colaboradores e por suas famílias. Por isso, minha prioridade desde o início foi manter os empregos.

Sempre defendi que era necessário cuidar da saúde sem se descuidar da economia; afinal, uma hora a conta chega e quem paga sempre são os mais pobres. Enquanto uns diziam pra cuidar da saúde e a economia viria depois, eu lutava para que a indústria e o comércio ficassem abertos, mantendo os empregos e o sustento dos brasileiros. Eu já passei por dificuldades na vida e sei o quanto é difícil faltar dinheiro para o pão de cada dia.

Como todos sabem, estamos diante de uma das maiores pandemias da história da humanidade. Passados dois anos, ainda estamos todos aprendendo.

Ao contrário do que tentam me imputar, eu não sou negacionista, nunca neguei ou duvidei da doença, tanto que as minhas ações pró-saúde não ficaram só no discurso. Eu mandei 200 cilindros de oxigênio para Manaus, no valor de R$1 milhão, respiradores, máscaras, camas, utensílios, auxiliamos na reforma de UTIs e destinamos mais de R$5 milhões em doações para a área de saúde.

Eu não sou e nunca fui contra a vacina, tanto que disponibilizei todos os nossos estacionamentos das nossas megalojas espalhadas pelo Brasil como pontos de vacinação. Além disso, juntamente com outros empresários fizemos campanha para que a iniciativa privada pudesse comprar para doar e ajudar o País a acelerar o processo de imunização. Fomos apoiados por quase meio milhão de brasileiros em um abaixo-assinado nessa causa.

Este foi o meu crime: tentar ajudar o meu País?

Eu gostaria de entender, senhoras e senhores, o que um empresário que emprega 22 mil pessoas, que nunca vendeu ou comprou do serviço público, que nada tem a ver com hospitais ou respiradores está fazendo sentado aqui nesta cadeira.

Hoje sou vítima de um conjunto de narrativas única e exclusivamente por eu não ter medo de falar a verdade, me expor e mostrar o meu apoio. Sou acusado sem provas e perseguido apenas por dar a minha opinião. Aliás, no Brasil, este crime de opinião não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lamentável ver o meu nome estampado nas manchetes de forma tão irresponsável e constatar que premissas do bem, do bom jornalismo, como imparcialidade e apuração, ficaram apenas nos livros e na teoria. Parte da grande imprensa faz comigo aquilo que tanto condena e que diz lutar contra: *fake news*.

Eu quero afirmar aqui nesta Casa do povo, com a consciência tranquila e com a serenidade de quem tem a verdade a seu lado, que não conheço, não faço e nunca fiz parte de nenhum gabinete paralelo. Nunca financiei nenhum esquema de *fake news* e não sou negacionista. Sou apenas um brasileiro que sonha viver num País melhor, que deu a cara a tapa e que está apanhando por isso. Comigo é tudo olho no olho. Todas as minhas posições e opiniões foram postadas em minhas redes sociais. Estão lá, públicas, para quem quiser ver.

Por mais de 30 anos, a Havan foi uma empresa conhecida de um dono desconhecido. Há cinco anos, eu tive que aparecer para desmentir uma onda de *fake news* em que diziam que a Havan era de políticos ou de filhos de políticos. Vocês não imaginam o quanto a imagem da empresa estava sendo prejudicada por isso.

Em 2018, cansado de ver tanto descaso com o nosso País...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Luciano...

O SR. LUCIANO HANG – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Filho de quem? De qual político que disseram que era dono?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não, na época, diziam que a Havan era dos filhos do Lula, da filha da Dilma. E, na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quem falava isso?

O SR. LUCIANO HANG – O povo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o povo não ia inventar uma história desta.

O SR. LUCIANO HANG – Sim, se informe, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi a Deputada Zambelli. O nome é este: Deputada Zambelli.

O SR. LUCIANO HANG – Também. Não, é... Também. É isso, Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bolsonarista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Até a Deputada caiu em *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. LUCIANO HANG – Em 2018...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ela não caiu em *fake news*, não; ela...

(*Interrupção do som.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... criou *fake news*! (*Fora do microfone.*)

É diferente.

O SR. LUCIANO HANG – Em 2018, cansado de ver tanto descaso com o nosso País, resolvi ser um ativista político. Fui aconselhado por todos da minha família: empresário não deve se manifestar e nem se meter em política. Mas a política é a base de tudo. Não vamos mudar o País sentados no sofá da casa.

Entrei nas redes sociais para ter uma voz e acabei me tornando uma voz de milhões de brasileiros. Eu ando nas ruas por todo o Brasil e escuto as pessoas. E, através das minhas redes sociais, falo o que está entalado na garganta da maioria dos brasileiros.

Quero falar aos meus seguidores, aos milhões de brasileiros que me acompanham diariamente. Eu não me arrependo de ter dado a cara a tapa. Eu estou com vocês.

Vou continuar usando minhas redes sociais para postar conteúdos motivacionais de empreendedorismo e também de política. Como qualquer outro brasileiro, resguardado pela nossa Constituição e nossa democracia, tenho direito à opinião e não abro mão da minha liberdade de expressão.

Peço aos empresários, comerciantes, homens e mulheres de bem deste País que nunca se deixem amedrontar. Como disse Martin Luther King, o que mais me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons.

Por fim, quero compartilhar com vocês o que minha esposa, Andrea, me disse quando eu estava saindo de casa: "Eles podem maltratá-lo, atacar sua honra e tentar destruir sua reputação. A verdade está com você. Então, mostre quem você é e tudo que você fez pelo Brasil e pelos brasileiros. Não saia de lá como um covarde, coisa que você nunca foi".

E é assim vou encarar minha participação nesta CPI, pronto para responder qualquer pergunta, com muito respeito, de cabeça erguida e peito aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos os brasileiros.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Por favor, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É uma questão de ordem. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Olhe só, Sr. Presidente. Esta CPI está sendo veiculada em rede nacional e por outras emissoras. Esta TV é uma TV estatal. Eu pediria... A questão de ordem é: o vídeo que foi veiculado é uma propaganda da empresa do depoente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não é propaganda...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Então, que seja retirado dos registros...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pela ordem... Questão de ordem, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... porque não pode ficar registrada uma empresa, uma propaganda privada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Questão de ordem. Questão de ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Inclusive, ele está usando máscaras propagando a própria empresa. Então, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos deixar claro aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Questão de ordem, sem censura.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O princípio é o da impessoalidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem está aqui é o Sr. Luciano Hang, não é a loja dele, não é a Havan, tá?

Se houve um lapso da Presidência em permitir que esse vídeo... Se esse vídeo fosse... É porque eu não quero começar as coisas num debate histérico aqui: pode, não pode e tal. Então, eu vou ter a paciência necessária para que a gente conduza esses trabalhos.

E alguns pontos levantados aqui... Não é a loja, não. A loja, os funcionários da loja não têm nada a ver com quem está sentado aqui ao meu lado. Aqui é um senhor que faz propaganda, que vai e que já começou aqui a colocar o seu ponto de vista. E não é para se acovardar, porque aqui ninguém vai fazer mal a ninguém. Não precisa, ninguém vai se acovardar aqui. Aqui, o que nós queremos é extrair a verdade do Sr. Luciano Hang, não é da loja de que ele é proprietário, não é do funcionário da loja; nada tem a ver.

Então, para a gente não começar um debate que teria... Se eu, então, dissesse "não passo o vídeo", aí começariam: "passa", "não passa". Nós iríamos perder meia hora com isso. Já passou.

Agora, vamos ao Relator, Senador Renan Calheiros, com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença do empresário Luciano Hang e dizer, Sr. Presidente, que nesta Comissão Parlamentar de Inquérito nós temos ouvido e mostrado ao País alguns personagens. E essa, Senador Girão, é a qualificação mesmo mais apropriada, que é a síntese dessas macabras figuras que flagelam a Nação indistintamente.

Trata-se de figuras corriqueiras na sabujice ao poder, em busca de ganhos fáceis através de fanfarras mortais. Em todas as eras do nosso País houve a figura do bobo da corte, independentemente de trajes usados ao longo dos tempos. São úteis para bajular o rei, os poderosos do camarim e criar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, cortinas de fumaça para desviar a atenção dos dramáticos e reais problemas da Nação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Relator, o senhor está chamando o depoente de bobo da corte antes de começar a ouvi-lo, é isso?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, já começou a ofensa antes de começar.

Já começaram as ofensas?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Que cinismo, Relator! Que cinismo!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Tenha seriedade, pelo menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou querendo dizer que hoje eu não vou aceitar nenhuma provocação.

Eu vou cumprir a minha parte; a minha parte como Relator...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Só respeito, mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, com a palavra, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E vou, Presidente, na medida do possível...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos terão o direito de falar no horário certo. É só se inscrever.

Por favor, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pedir a V. Exa. que garanta a minha palavra.

Eu não vou, de forma nenhuma, exigir que a minha palavra seja garantida no momento em que está havendo intervenção, porque eu, sinceramente, nessa reta final desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu não quero e não vou colaborar para a elevação da temperatura aqui.

Nós temos que ter respeito...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... à memória dos brasileiros.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Questão de ordem, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso fundamentalmente que nos mantêm aqui e colocamos esta placa sobre a mesa da Comissão Parlamentar de Inquérito para que ninguém, absolutamente, se esqueça disso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Pela ordem.) – Presidente... Questão de ordem, por favor, Presidente. Eu tinha pedido antes, e o senhor não me deu.

Eu queria só, em três segundos, falar: só pedir que V. Exa., na qualidade de Presidente dessa Comissão, garanta o mínimo de respeito ao depoente – mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em momento algum ele falou do... Ele está lendo um texto aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, Presidente. Não está lendo um texto. Ele está se referindo ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós ouvimos o texto do Sr. Hang.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor está...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Sr. Hang falou da CPI, falou que não era pra estar sentado aqui e tal. Nós ouvimos calados, ninguém questionou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas não ofendeu pessoalmente ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está ofendendo o depoente, chamando de bobo da corte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor o chamou de bobo da corte?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma ofensa que o Senador está fazendo ao depoente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah! (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se houve essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Colocando a carapuça, quando eu falei regra geral...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah, deixa de ser cínico!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente. Vamos seguir! Vamos seguir, porque é o seguinte...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, vamos seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ser chamado de bobo não é tão grave quanto outros chamamentos que o Brasil conhece bem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos lá, Presidente. Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, diante de quase 600 mil vidas ceifadas, muitos bufões circulam escarnecendo das perdas das famílias brasileiras. São entidades, Sr. Presidente – são entidades –, que sequer merecem o título de seres humanos, uma vez que se despiram de valores humanitários, iluministas ou da fraternidade em troca de numerários. São movidos unicamente pela ganância e, em nome da avareza desumana, advogam lamentavelmente o indefensável.

No flagelo atual, defendem a imunidade coletiva, a imunidade natural, a imunidade de rebanho inexistente. No flagelo atual, Sr. Presidente, repetindo, defendem imunidade coletiva, imunidade natural, imunidade de rebanho inexistente; cloroquina, ivermectina e outras toxinas inservíveis contra covid-19 e disseminadas mentirosamente. Passaram a defender a vacina – prestem bem atenção nisso – quando enxergavam a possibilidade de propina e lucro fácil, como aconteceu por ocasião da autorização dada pela Câmara dos Deputados para que empresários privados comprassem vacina à Precisa, autorização essa que foi, em boa hora, barrada pelo Senado Federal. O truque mágico com capa e cartola e ainda, Sr. Presidente, muitos coelhos ocultos.

E aqui uma alusão ao depoente: eu desejo sinceramente que a presença do Sr. Hang nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, como disse o Presidente Omar Aziz, seja uma oportunidade para que a gente possa esclarecer esses fatos. Se for necessário, responsabilizar; se for óbvio também, torná-lo isento absolutamente de tudo o que se diz. Esse é o nosso compromisso com a isenção, com a verdade, com uma elucidação independente. É tudo o que nós queremos construir e colaborar.

Bons tempos, Sr. Presidente Omar, em que as cidades – eu sou de uma cidade do interior – se iluminavam com um simples anúncio de que o circo chegou! Um ambiente de fantasia e magia se espalhava pelo ar. As atrações do momento transformaram a marmelada em trapaça, a magia em fraude e o entretenimento em picadeiro de morticínio. De toda a ilusão que o circo continha, nos restou o trágico globo da morte e 595.520 vidas perdidas. Fomos invadidos por malabaristas da milícia, marionetes do crime, saltimbancos transgressores e anões institucionais. Sempre ensaiam espetáculos antidemocráticos, mas vão se convertendo de golpistas em domadores de pulgas liliputianos. Com essa charanga desafinada, uma trupe desqualificada, o Brasil está na lona, sem pão e apenas com um circo mambembe e palhaços maltrapilhos.

Valho-me, Sr. Presidente, do ensinamento do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen sobre os riscos da atividade circense. Ele dizia que o trapezista morre quando pensa que sabe voar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De modo que nós estamos apenas aqui para aprofundar essa investigação.

E me permita, Sr. Presidente: eu quero combinar um procedimento. Eu vou dividir o interrogatório em três partes. Eu vou começar fazendo perguntas ao depoente e gostaria, na medida do possível – são perguntas diretas, concretas, pontuais –, que ele respondesse "sim" ou "não". Em seguida, eu vou para uma outra etapa, que é uma etapa de acareação do interrogado com o que ele próprio falou em oportunidade diferente. E eu vou para uma terceira etapa, sobre as quais nós temos aqui documentos, evidências, informações, vídeos, áudios; tudo, absolutamente tudo. Não é para confrontar, mas é para tentar obter a verdade desse depoimento, que é tudo o que nós queremos aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

Ontem, eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, ontem eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ontem... Precedente aqui é regra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem por quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Não, porque o Relator está criando uma regra nova. Porque ontem, inclusive, em um questionamento objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que regra nova?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a regra nova?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em um questionamento objetivo, eu questionei, e a resposta seria "sim" ou "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque o Senador Renan Calheiros gosta de explicar direitinho para as pessoas entenderem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos, todos, todos negaram; negaram essa possibilidade. Pois o Relator, agora, quer invocar pra si aquilo que, ontem, a CPI negou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente... Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Simplesmente isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... com o devido acatamento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Talvez...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com o devido acatamento de respeito, para contraditar o "pela ordem" ou a questão de ordem de S. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente não se prende ao questionamento, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... do Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem liberdade para falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Cada um dos colegas Senadores e, sobretudo, o Relator – sobretudo o Relator –, que tem, inclusive, prerrogativa de tempo para inquirir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pergunta como quiser, gente. Pelo amor de Deus!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... é tradição, desta e de quaisquer outras Comissões Parlamentares de Inquérito, determina qual é a dinâmica que ele vai dar ao depoimento. Isso é óbvio! Não precisa nem explicar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou dizendo por educação, por gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive, o Relator, eu acho inclusive que em um ato de educação, apresenta qual vai ser a dinâmica pra inquirir. Isso é óbvio do procedimento de inquirição. O procedimento...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Só não pode impor a resposta, Senador. Mais nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para não surpreender o depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um espetáculo maravilhoso! "Bora"!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, estamos bem. Vamos indo, vamos indo, vamos indo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator e Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Relator... Vamos lá, Relator!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... me permitam...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Omar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator e Sr. Presidente...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Omar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor depoente... Primeiro: o senhor depoente aqui está na condição de investigado.

Como tal, como já foi dito, inclusive, pela própria defesa, ele não tem a obrigação de responder se assim o quiser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Além disso, o depoente não tem, inclusive, nem a obrigação de comparecer. É facultado o comparecimento dele pela condição que ele está de investigado. Nem a obrigação de comparecer ele teria no depoimento de hoje. Se o depoente não quiser responder, se o depoente eventualmente achar que não tem que continuar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me desculpa, Senador, mas até agora nenhum depoente conseguiu uma liminar na Justiça para não vir depor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é colocado... Ele vir, ele é obrigado, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque ele não está na condição de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, nos termos do Código de Processo Penal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, mesmo investigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... ele não está na condição de testemunha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, ele teria que conseguir uma decisão lá na Justiça...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos lá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não aqui agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A sessão está indo bem.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, vamos começar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos lá. Vamos lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Bora", Presidente. "Bora".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele está aqui não é fazendo favor para mim, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É porque a base do Governo está querendo tumultuar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está aqui porque foi convocado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, vamos começar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, perfeito, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos começar, Presidente.

Agora, eu queria fazer só...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só estou esclarecendo os termos do Código de Processo Penal...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vice-Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para a condição do depoente, nos termos do CPP.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vice-Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O que deve servir para o depoente servirá para todos, nos termos do CPP.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria fazer aqui um comentário ao Vice-Presidente, o Senador Randolfe Rodrigues, e ao Presidente... Viu, Presidente? Presidente, uma questão importante que eu queria levantar é que eu estava sentindo a ausência do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Me deu vontade de vir para o circo hoje, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Que bom, quem bom que você veio, porque...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Com todo respeito aos palhaços.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... pelo visto...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Com todo respeito aos palhaços.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... pelo visto nós vamos ver...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Palhaço leva alegria, a CPI está dando tristeza.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente: o senhor está me parecendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, vamos lá, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que é a própria bombacha do palhaço.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, quem...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Renan...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Devolve a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É bom começar, Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A própria roupa do palhaço.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Devolve a palavra ao Relator.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Foi colocada uma questão de ordem pelo Senador Humberto de não haver intervenção.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, é importante que a gente comece...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Devolve a palavra ao Relator.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, vamos começar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Corta o microfone, Presidente, de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem pessoas dizendo aqui mesmo: "Olha, fazendo propaganda...". Propaganda dá pra rir e pra chorar. Dependendo muito do depoimento, às vezes você na propaganda vai perder muito mais do que quando entrou aqui. Tá certo? Propaganda de loja dá pra rir e dá pra chorar. Não achem que... Aqueles que são açodados em fazer análise: "Olha, deu tempo para fazer propaganda da loja...", a propaganda, para quem está me vendo e está açodado nos seus depoimentos ou nas suas análises, tanto dá pra rir como dá pra chorar.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, pela ordem, porque eu fui atingido.

Eu coloquei um comentário no *chat* de que isso é propaganda. E é propaganda! Eu, Senador Jean Paul, coloquei e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, V. Exa. foi muito açodado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... não estou sendo açodado, não. Me desculpe, mas não estou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu entendo que é uma estratégia de defesa dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está sendo açodado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou explicar. Se me der oportunidade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Matéria vencida.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... vou explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem sido muito açodado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É uma propaganda, é um vídeo institucional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você coloca no...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um vídeo institucional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque sabe o que é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não admito que diga que eu sou açodado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu não estou açodado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou afirmando para V. Exa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É uma propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que V. Exa. está sendo açodado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não estou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É lógico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Daqui a pouco, conforme o depoimento...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou lhe estranhando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... as pessoas vão saber...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já começa o depoimento colocando a propaganda da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de que estão comprando ou não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... do depoente? O que é isso?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos seguir. Vamos seguir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos seguir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ainda diz que eu estou açodado? Não é açodamento nenhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... está bem, Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É propaganda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos seguir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E propaganda ruim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não vai dar para ouvir, Presidente, desse jeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Gente aglomerada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vai chegar a Ordem do Dia, e o Luciano não deu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão querendo gastar tempo para não dar tempo ao depoente, é isso?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... o depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A estratégia eu acho que é esta: é gastar o tempo para não dar tempo ao depoente. Só pode.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tá bom. Vamos lá.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos deixar ele responder, senão não vai dar o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não retiro o que eu falo, não. Eu não retiro o que eu falo, não. Dependendo do comportamento do empresário aqui, o cara sai muito bem ou sai muito chamuscado. E as pessoas vão saber com quem convivem, está certo?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não estou lhe pedindo para retirar nada, apenas contrapondo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não retiro nada que eu disse.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não pedi para retirar, apenas estou fazendo um contraponto para me defender.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se eu puder agora ver o Relator fazer as perguntas, aí eu vou ficar muito feliz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Queremos o senhor feliz, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu tentarei fazer, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Bora"!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou tentando ouvi-lo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado. Então, peço que V. Exa., por favor, me garanta a palavra.

O senhor tem conta no exterior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Senador, conforme, eu falei aqui, afirmo que disponho de todo o tempo do mundo para ouvi-los e gostaria também de ter todo o tempo do mundo para responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele só fez uma pergunta para o senhor, Sr. Luciano.

O SR. LUCIANO HANG – Não, irmão Omar, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem conta no exterior?

O SR. LUCIANO HANG – Agora, essa é a do sim ou não, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não interessa. Tem ou não tem?

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se o senhor tem, sabe por que ele está lhe perguntando?

O SR. LUCIANO HANG – Todas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a gente tem indícios de que V. Exa. usa suas contas no exterior para financiar *fake news*!

O SR. LUCIANO HANG – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É disso que nós temos indícios.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso que ele está lhe perguntando.

O SR. LUCIANO HANG – Omar, eu tenho tudo, eu estou tranquilo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Omar, não, é Senador!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Omar, não, é Senador Omar!

O SR. LUCIANO HANG – Senador, Senador, Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – "Senador Omar, V. Exa...".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, chame todo mundo aqui de S. Exa., V. Exa.... Isso incomoda muito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não tem problema, não.

O SR. LUCIANO HANG – É, eu tenho todo o tempo do mundo para responder a todas as perguntas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta...

O SR. LUCIANO HANG – ... de uma maneira lógica para que quem esteja nos vendo atrás das câmeras tenha a tranquilidade de estar recebendo a informação correta. Então, faça a pergunta, e eu a respondo; faça a pergunta, e eu a respondo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor tem conta no exterior?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Temos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem conta no exterior?

O SR. LUCIANO HANG – Temos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem alguma empresa *offshore*, no exterior, em paraíso fiscal?

O SR. LUCIANO HANG – Temos!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode dizer quantas?

O SR. LUCIANO HANG – Olha, nós temos contas no exterior, nós temos *offshore*, no exterior...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas? Quantas?

O SR. LUCIANO HANG – Devem ser umas duas ou três declaradas na Receita Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. LUCIANO HANG – Todas estão declaradas e auditadas – todas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem empresas *offshore*, em paraísos fiscais?

O SR. LUCIANO HANG – Tem, tem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas são, por favor?

O SR. LUCIANO HANG – Não, assim... Todas as nossas empresas estão declaradas em paraísos fiscais. Nós somos um importador desde 1993...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei se estão declaradas. Eu perguntei se o senhor tem apenas.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, mas, se o senhor quiser fazer uma pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E estou perguntando respeitosamente.

O SR. LUCIANO HANG – E vai receber as respostas respeitosamente, dentro da legalidade, para que não fique, para a população que está nos vendo, nenhuma dúvida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

O SR. LUCIANO HANG – Veja bem, eu não posso sair daqui, como disse o Senador Omar, chamuscado. Não vou sair. Todas as perguntas serão respondidas de uma maneira tranquila, calma. Eu estou muito tranquilo com tudo a que eu vou responder. Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, responda.

O SR. LUCIANO HANG – A Havan é uma empresa de 35 anos. A partir de 1993, com a abertura – do Collor – da economia, nós passamos a importar produtos, temos empresas, sim, no exterior. Como nós importamos, há um *hedge* natural; ou seja, se você compra produtos importados com moeda em dólar, é segurança você ter contas no exterior com moeda em dólar para que, se houver uma oscilação muito grande do dólar, você fique "hedgeado". Então, todas as nossas contas que nós temos no exterior são da empresa e estão devidamente registradas e certíssimas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO HANG – Nenhuma delas, que estão registradas... Não temos nada a esconder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria lembrar o Relator que eu estou fazendo algumas perguntas concretas e que eu fico satisfeito apenas com a resposta. Na medida em que nós tenhamos respostas precisas, como as perguntas que eu estou tentando fazer, nós vamos ter um rendimento maior para o que a Comissão Parlamentar de Inquérito quer saber, e eventualmente para o que o depoente pode dizer em seu favor. Essa é uma oportunidade que se apresenta para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Senador Renan, tenha a certeza, como você falou, no seu discurso inicial, de que o que é importante para esta CPI é que hoje nós possamos ter a melhor reunião da CPI, dentro da tranquilidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. LUCIANO HANG – E que a gente possa responder e, como falou bem o senhor, com bom senso, ao final da nossa reunião, o senhor tenha a tranquilidade de dizer: "Sr. Luciano, você está certo" ou "Não, Luciano, você está errado".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente Omar Aziz!

O SR. LUCIANO HANG – Mas nós precisamos realmente levar esse nível de reunião.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Presidente, questão de ordem, por favor. Que o senhor consiga garantir a condução objetiva para que não tenha a repetição daquele acúmulo de pessoas para o final, e teremos a Ordem do Dia. Quem conduz...

O SR. LUCIANO HANG – Doutor...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu não perguntei nada ao senhor, por favor. Pode ficar tranquilo.

Eu peço apenas que se mantenha a condução da audiência, certo? Perguntas e respostas.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Senador Renan, eu queria que V. Exa., quando perguntasse, interrompesse logo a pessoa se ele ficar enrolando muito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou mais uma vez...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não pode determinar o que o depoente responde, Presidente. Pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem pela ordem. O Senador Renan Calheiros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente. É com relação à condução...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se ficar enrolando, vai interromper.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É em relação à condução...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se ficar enrolando, eu vou interromper.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É em relação à condução da tomada do depoimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Art. 212 do Código de Processo Penal. As perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. ontem... Eu não sei se esse código que o senhor está dizendo existe, porque ontem, Senador...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Código de Processo Penal, pelo amor de Deus.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o senhor não conhece o Código de Processo Penal, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pode me auxiliar, Senador Alessandro?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o art. 212...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem o senhor deu uma aula aqui jurídica. Eu não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu vou agradecer a colaboração.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Art. 212, Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Agora, é muito importante garantir o andamento da sessão, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... se aplica ao depoimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não me assegura a palavra e passa a outro, Sr. Presidente. Eu vou ouvi-lo e, na sequência, V. Exa. me ouve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, Presidente, retomando.

O depoente, ao ser perguntando se tem conta no exterior, respondeu que sim, tem pelo menos três contas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Começou bem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ao ser perguntado se tem empresa *offshore* fora do Brasil, em paraíso fiscal, ele disse que sim. Eu estou perguntando quantas empresas *offshore* V. Sa. tem.

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Olha, eu acho que são três empresas *offshore*. Todas... Eu acho que eu vou inverter a pergunta, Renan. Todas as que nós temos estão registradas no nosso balanço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já recebeu algum benefício fiscal de algum Governo, Federal, municipal ou estadual?

O SR. LUCIANO HANG – Nós não costumamos ir para nenhuma cidade e exigir nenhum incentivo fiscal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi essa a pergunta. O senhor já recebeu algum benefício fiscal?

O SR. LUCIANO HANG – ... que não esteja dentro da legislação daquele Município.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já recebeu algum benefício fiscal de Governo estadual, Federal ou Governo municipal?

O SR. LUCIANO HANG – Renan, nós temos 20 Estados. Senador, nós temos 20 Estados. Nós temos 164 lojas. Tem Estados que possam dar isenção de alvará, tem outros que possam dar isenções que estão dentro das normas de cada Município, até porque tem uma lei de responsabilidade fiscal e tudo tem que ser aprovado pelas câmaras...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Disso tudo nós sabemos. A pergunta unicamente é: o senhor recebeu algum benefício fiscal da União, do Estado?

O SR. LUCIANO HANG – Recebi. Normal, normal!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. Sim, é só essa pergunta...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – É legal, transparente.

O SR. LUCIANO HANG – É legal, transparente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor, em algum momento, teve algum aporte, financiamento, empréstimo de banco oficial, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste?

O SR. LUCIANO HANG – Muito importante! Muito importante!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando sim ou não.

O SR. LUCIANO HANG – Sim, não, não... Mas eu tenho que responder. É *fake news*: "A Havan foi financiada com o BNDES". Hoje, aqui é um dia bom pra eu responder isso. Nos últimos anos, principalmente quando o PT esteve no poder, jamais peguei um empréstimo do BNDES. Aí as pessoas: "Não, mas tem cinquenta e poucas notificações lá de que você pegou dinheiro do BNDES". Eu compro máquinas do Finame. Quem tem um financiamento é empresa nacional que se financia do BNDES pra vender uma máquina pra nós. A única coisa que nós compramos, com que ajudamos o BNDES foi, na cidade de Franca, compramos um terreno no valor de R$16 milhões que eles financiaram uma empresa lá, quebrou a empresa, eu passei na cidade, gostei do terreno e fui ao BNDES comprar o terreno, ou seja, livrei o BNDES do abacaxi. Então, não tenho nada do BNDES.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a pergunta que eu fiz pra que todos entendam que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu lhe aponto vários do BNDES. O senhor também tem vontade de adquirir esses terrenos? Todo mundo que quebrou e que queira vender o terreno, para o senhor assumir a dívida, o senhor quer?

O SR. LUCIANO HANG – Olha, tem coisas que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque o senhor aqui disse agora que o senhor passou em Franca, lá viu um terreno e assumiu a dívida pra não dar prejuízo. Tem vários aí...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele falou que gostou do terreno...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Eu gostei do terreno...

Não, não, não, doutor... Senador, passei em Franca... De novo, de novo, para deixar bem claro...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De novo, de novo, porque não entendeu. De novo, porque não entendeu. Vamos lá.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A palavra está com o Relator, a palavra está com o Relator!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está com o depoente a palavra. Está com o depoente a palavra!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De novo.

O SR. LUCIANO HANG – Posso responder, pessoal?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, não tem pergunta para o senhor.

O SR. LUCIANO HANG – Pessoal, ah, não, não respondi ainda, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, ele entendeu...

O SR. LUCIANO HANG – Réplica e tréplica.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – Passei em Franca, gostei do terreno para fazer uma loja e comprei o terreno.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso daqui não é debate político, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. É que, em todo o Brasil, de quem tiver algum terreno que está devendo, porque quebrou, ele está comprando.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, não é isso, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Omar, Omar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso não é debate político, é um depoimento. Por favor, vamos seguir o ritual. Vamos seguir o ritual.

O SR. LUCIANO HANG – Calma, pessoal, calma, paz!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan... Senador Renan...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele só quer esclarecer, só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero... Eu quero mais uma vez... Eu quero mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Menos, Senador Marcos Rogério, menos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Menos, Omar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor provocou o depoente, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você que provocou, estava indo bem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está se saindo bem; não está precisando do auxílio de vocês. Menos, menos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas ele não precisa mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero... Eu quero saber...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está se saindo bem, não precisa do auxílio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu quero saber objetivamente: o senhor... Em algum momento, o senhor teve algum aporte, financiamento, empréstimo, crédito de bancos oficiais, BNDES, Banco do Brasil? Sim ou não.

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não é sim ou não, Senador. Veja bem, nessa pandemia agora, como eu tenho que me tratar, não é? Nessa pandemia agora, para todo mundo faltou dinheiro lá no mês de março, abril, maio do ano passado. E bancos estatais chegaram a oferecer dinheiro pra mim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

como ofereceram pra todas as pessoas. Chegou a um certo momento, você achava que ia ficar meses fechado, todo mundo que pôde foi pra pegar dinheiro de algum banco.

Eu peguei do Bradesco, peguei do Itaú, peguei do Santander. Me ofereceram, como é normal de outros bancos, eu disse: "'Nananinanão', eu não vou pegar dinheiro de nenhum banco estatal", sob pena de lá na frente dizerem: "Olha só, está sendo financiado com dinheiro público. Foi pra isso que ele apoiou o Presidente". Graças a Deus, não peguei um centavo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está dizendo que nunca fez nenhum financiamento com recurso do BNDES – é isso? – a juro subsidiado?

O SR. LUCIANO HANG – Renan...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou fazendo uma pergunta, Presidente.

O SR. LUCIANO HANG – Renan... Renan... Senador... Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero que ele responda à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan... Senador Renan...

O SR. LUCIANO HANG – Senador, você sabe pra que existe o BNDES?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou perguntando isso.

O SR. LUCIANO HANG – É pra financiar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É ele que tem que responder. Não é óbvio?

O SR. LUCIANO HANG – Pra financiar empresas brasileiras, pra gerar emprego, pra ajudar os brasileiros. A Havan tem 35 anos de história. Eu estou falando que, durante o Governo do PT, não peguei um empréstimo do BNDES.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E no atual Governo?

O SR. LUCIANO HANG – Comprei máquinas através do Finame. Máquinas baratinhas: R$40 milhões, R$50 milhões. Uma empresa que fatura 1,2 bilhão por ano; fatura 14 milhões por ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E, neste Governo, o senhor recebeu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Luciano Hang, o senhor está aqui para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Renan. Deixa eu colocar ordem aqui.

Eu vou... O senhor consegue... O senhor consegue se manifestar bem. O senhor tem uma – até porque é comerciante, é vendedor – boa lábia. Só que a sua lábia não vai levar o senhor a lugar nenhum aqui, não. Só um minutinho.

Seus advogados que o senhor contratou, que estão aqui... A testemunha tem que se manifestar... Não permite que a testemunha se manifeste sobre suas opiniões pessoais. Ele não pode. Eu estou sendo aqui... Eu estou sendo aqui bastante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem como investigado. Muito menos como investigado. O senhor vira e mexe quer fazer propaganda. É pra isso aí. Então, eu queria...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Eu não posso sair daqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua narrativa...

Não, o senhor não vai sair...

O SR. LUCIANO HANG – ... sempre esclarecer a verdade e somente a verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não está falando a verdade, o senhor está contando uma narrativa.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas essa é uma opinião sua, Presidente. Que isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu tenho uma questão de ordem muito importante. Veja só, Presidente: isso é um depoimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos Rogério, ele tem dois advogados que estão o auxiliando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente... Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. Mas aqui, Presidente, outros Senadores...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Marcos Rogério, eu pedi uma questão de ordem, eu queria o respeito de V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, eu quero uma questão de ordem, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – ... porque eu estou falando. Quando um fala, o outro escuta. Então, pediria a V. Exa. que me desse essa oportunidade de falar para ser escutado por todos.

Nós estamos diante de um depoimento. Nós estamos dentro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, um órgão formal do Senado da República. Aqui o depoente tem um jeito de se comportar, e nós não podemos admitir que o comportamento dele seja como se ele estivesse fazendo um comício ou como se ele estivesse aqui participando de um debate político, defendendo suas teses políticas, sejam elas quais forem. Ele tem que aqui se ater às perguntas feitas pelo Relator e pelos Srs. Parlamentares que aqui se encontram.

Então, eu peço a V. Exa., ao Presidente e a todos os colegas que a gente se conduza à altura do que é esta Casa, o Senado da República. Por favor, vamos nos dar o respeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Sr. Presidente, da mesma forma que se exige do depoente que se atenha aos fatos, que se exija também de quem está inquirindo que se atenha aos fatos, porque perguntas absolutamente desconexas, sem conexão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que isso...?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com os fatos, aí querem respostas objetivas. Isso não é possível nem aqui e em nenhum lugar do mundo, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, que se atente para o art. 212 do Código de Processo Penal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora você vai limitar o Parlamentar de fazer pergunta aqui?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Então, não limite o depoente de dar esclarecimentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Chega!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é que vai agora...? Está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É simples, Presidente. Cada Parlamentar, Presidente, tem a prerrogativa de fazer o questionamento que quiser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, vamos lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas não pode limitar o depoente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu quero retomar o...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente Omar, V. Exa. tem que presidir com autoridade, autoridade de Presidente. Não está... Está deixando ocorrer a situação de forma em que todo mundo converse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor deve ter mais autoridade do que eu para dizer e para me pedir autoridade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, eu estou dizendo para ter autoridade – para ter autoridade!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não está tendo autoridade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria só comunicar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Está, vamos lá! Vamos lá!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... à CPI e a V. Exa. que eu vou continuar fazendo as perguntas, e peço que o depoente aproveite a oportunidade e especificamente responda, porque, ao não responder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente quer ter...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu vou pedir para os assessores e tal...

Agora, é muito fácil cobrar, rapaz! É uma beleza cobrar todo mundo. Inicia a sessão, ao Senador Renan eu passo a palavra, o Senador Renan faz um discurso, não é? Aí começa a confusão. Depois ele começa a fazer pergunta, o cidadão aqui que está ao meu lado direito começa a contar história – historinha, você está me entendendo? É o único cara que era pobre, que nasceu pobre e não sei o quê... Todo mundo aqui tem uma história para contar. O Brasil tem uma história para contar. Infelizmente, muitas mães, muitos filhos, muitos pais que morreram não tinham a sua condição financeira pra dar um atendimento digno, nem ficavam propagando medicamento que matava, infelizmente. Porque eu, na sua condição, Sr. Hang, que fica aqui cantando de bom galo, fica aqui dando um palcozinho, e alguns aqui pegando corda, eu, se tivesse a sua condição, ia levar minha mãe à Lua, não era à Prevent Senior, não. E não venha aqui dar uma de mais honesto, porque o senhor não é mais honesto do que ninguém aqui, nem mais trabalhador do que nenhum brasileiro. Não é... O senhor gera emprego, mas o senhor ganha dinheiro – ganha dinheiro! Agora, quando foi acusado, lá atrás, de ser sócio da Dilma, do Lula, dos filhos da Dilma e do Lula, depois – não é? – coloca lá na frente a Estátua da Liberdade. Esse é o patriota que tem a Estátua da Liberdade lá na frente da sua loja...

O SR. LUCIANO HANG – Foi antes, doutor. Foi antes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é o patriota que está aqui!

O SR. LUCIANO HANG – A Estátua...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é o patriota que está aqui!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É um símbolo de liberdade, Presidente!

O SR. LUCIANO HANG – A Estátua...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que coloca lá a Estátua da Liberdade!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É o símbolo da liberdade, Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – A Estátua...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo... Vai vendo...

O SR. LUCIANO HANG – É de 1994...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Liberdade? Liberdade para denegrir os outros?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Liberdade para mentir!

O SR. LUCIANO HANG – Liberdade...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos ter calma....

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não vai terminar bem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E os palhaços vieram aqui hoje!

O SR. LUCIANO HANG – Liberdade...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é a CPI. Essa é a atuação da CPI para quem gera emprego neste País.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, o depoente não pode fazer determinadas manifestações...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isto aqui não é ditadura, não, rapaz! Tem lei.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele só pode...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele tem advogado... Presidente, por favor! O advogado está desrespeitando o Parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Existe Código Penal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Advogado não é poste!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não me desrespeite!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Questão de ordem, Presidente!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor está me desrespeitando! Eu não aceito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, está defendendo o seu cliente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor está se descontrolando!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Imponha ordem, Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Solicito a V. Exa. que, se ele não me respeitar, que ele seja retirado do Plenário.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está defendendo o cliente dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso que eles querem. É isso que eles querem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Se retire, se retire mesmo. Se retire.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Peço que retire esse advogado!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O advogado não pode desrespeitar o Senador, é fato, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu peço que retire o advogado do Plenário!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele está defendendo o cliente dele.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Faça isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está defendendo o cliente dele das suas ofensas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu peço que seja retirado o advogado do Plenário por desrespeito ao Parlamentar!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu peço que não seja, Sr. Presidente. Não cerceie a defesa do depoente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. O advogado não veio pra cá pra ser poste, não, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não estou recebendo! Estou aqui na minha condição, eu sou Senador da República...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele cumpre o papel dele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu também, somos iguais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e não aceito esse tipo de desacato aqui dentro da Comissão Parlamentar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor ofendeu o advogado primeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem, nos termos do art. 43.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu peço que seja retirado o advogado!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor ofende o advogado e ainda quer retirá-lo da sala...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou pedir... Vou ouvir... Só um minutinho, Senador Rogério. Senador, só um minutinho...

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para questão de ordem.) – Presidente, questão de ordem, nos termos do art. 403 do Regimento Interno da Casa, combinado com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os termos dos arts. 213 e 214 do Código de Processo Penal. Na verdade, quando eu pedi a questão de ordem, era pra um tema, para a condução do depoimento. Acredito que agora tem uma decisão a ser tomada a partir da situação apresentada pelo Senador Rogério Carvalho.

A primeira questão de ordem diz sobre o procedimento do depoimento. Dizem os artigos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério... Senador Rogério...

Diz...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vamos ouvir o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós estamos no âmbito de um inquérito, é por isso que nós somos uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A douta defesa do Sr. Luciano Hang sabe muito bem que o que rege o inquérito são os termos do Código de Processo Penal, notadamente do art. 1º ao art. 20, e, subsidiariamente, o que dispõe do procedimento de testemunhas e de investigados na eventual ação penal. Nesse sentido, diz a leitura, a inteligência do art. 213 do Código Processo Penal: "O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais [grifo nosso], salvo quando inseparáveis da narrativa do fato".

Então, para a boa condução deste depoimento e para chegarmos ao bom termo desse depoimento, para o melhor de todos que estão nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive para o depoente, o primeiro encaminhamento que faço a V. Exa. é que advirta o nosso depoente – e obviamente a douta defesa tem conhecimento disso – dos termos do art. 213.

Apreciações pessoais, como a propaganda da loja no começo, não podem ser aceitas. As opiniões, as respostas têm que se ater aos fatos que são aqui apresentados por quem está inquirindo, seja o Relator, sejam os demais Senadores.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O art. 214, combinado com o 213, diz que "antes de iniciado o depoimento, as partes poderão contraditar a testemunha ou arguir circunstâncias ou defeitos, que a tornem suspeita de parcialidade, ou de indigna de fé. O juiz fará consignar a contradita ou arguição e a resposta da testemunha, mas só excluirá a testemunha ou não lhe deferirá compromisso nos casos previstos no art. 207 e 208" do Código de Processo Penal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Questão de ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para nós termos uma boa condução deste depoimento, todos nós aqui juramos lealdade à Constituição e às leis. As leis que regem esta Comissão Parlamentar de Inquérito são o Regimento do Senado e o Código de Processo Penal. Então, para nós termos um bom termo aqui, da parte de quem vai inquirir, tenha o compromisso de não se ater a questões pessoais, a questões individuais, se ater somente aos fatos, inclusive a inquirição direcionada aos fatos, que leve à condução dos fatos.

E ao senhor depoente também cabe a conduta de não se ater... de não ser agressivo para com os que estão inquirindo, as Sras. e Srs. Senadores, e também se ater à resposta definitiva dos fatos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para contraditar, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Questão de ordem, Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para contraditar, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É a terceira que eu peço a V. Exa., eu queria que o senhor me desse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, é essa a questão de ordem que ofereço a V. Exa., nos termos do Regimento Interno da Casa no que rege a Comissão Parlamentar de Inquérito e do Código de Processo Penal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para contraditar, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... a parte final...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para contraditar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, eu pediria ao senhor, é a terceira vez que eu peço ao senhor a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas espera aí, só um minutinho. Contraditar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O quê?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio, depois...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para questão de ordem.) – Só seguindo na linha do Senador Randolfe, porque passa desapercebida a parte final do art. 213: "salvo quando inseparáveis da narrativa do fato". Então, quando o Relator pergunta ao depoente se ele possui conta no exterior, não é "sim" ou "não". Ele tem que falar "sim" ou "não" e explicar por que, porque senão a narrativa que fica é que ele possui uma conta ilegal lá fora. Então é óbvio que ele precisa explicar e a resposta não é binária. É só essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

Os advogados não podem se manifestar do jeito que estão se manifestando. Eu ainda vou perguntar a V. Exa. qual é a atitude que a Mesa vai tomar.

Só um minutinho. Eu estou ouvindo... Eu entendi V. Exa.

V. Exa., Senador Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para contraditar.) – Sr. Presidente, é na mesma direção, porque o comando geral sustentado pelo Senador Randolfe está correto, o 213 diz exatamente isso, mas a exceção é exatamente, a juízo do depoente e da sua defesa, se tem ou não conexão. Veja o que está escrito: "salvo quando inseparáveis da narrativa do fato". Não há como você...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não tem pertinência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... dissociar uma questão que questiona sobre conta no exterior dos argumentos que o depoente está apresentando. Então o comando geral está correto, mas o próprio artigo já traz a exceção.

O SR. BENO BRANDÃO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão... Não vou dar a palavra pra você, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Senador, com todo respeito, o senhor está citando artigo referente à testemunha.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Ele não está na qualidade de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou dar a palavra pro senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente, e por favor, eu só queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vou dar a palavra; pro senhor não vou dar, não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ainda discutir com o Senador Rogério pra decisão em relação a V. Sa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Sa. não pode chegar aqui...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e desrespeitar um Senador da República.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Gente, eu quero saber em que o depoente de hoje é melhor ou pior do que qualquer um outro, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu sou testemunha de que não houve desrespeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso não se admite. O tratamento tem que ser igual.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O advogado tem que respeitar esta Casa...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... assim como todos os demais respeitaram os Parlamentares desta Casa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente! Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero pedir a V. Exa., com toda a cautela, o seguinte: o Senador Renan está fazendo perguntas de conta no exterior, temos que voltar pra CPI, pro objetivo da CPI, pra que não dê essa celeuma, essa encrenca de não poder responder... Vamos acalmar o jogo. Ontem... Ontem teve um depoimento aqui da advogada Bruna em que ela falou tranquilamente, vamos copiar ontem, por favor. Senão não vai terminar bem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero que V. Exa., com a sua condução de autoridade, de habilidade que o senhor tem, possa fazer isso. Vamos acalmar o ânimo agora aqui. Vamos acalmar, vamos prosseguir, e que ele responda. Não têm nada a ver as perguntas que estão sendo feitas até agora com a CPI – de forma muito respeitosa. Se teve dinheiro do BNDES, não sei o que, nós temos que falar da CPI. É essa a minha posição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Retomando, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ainda não tenho... Eu não tenho ainda esse poder de coibir um Senador de perguntar o que ele quer. Eu ainda não consegui esse poder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que tem tudo a ver...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas na sua hora. Foi combinado, o próprio Senador Humberto pediu, cada um na sua hora. Vamos ter calma, gente, por amor de Deus!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Jorginho, nós estamos investigando o financiamento de *fake news*.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos lá, vamos lá!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nós estamos fazendo CPI da Pandemia, não é de *fake news,* Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – *Fake news* na pandemia, Senador. *Fake news* na pandemia, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já mudou de CPI. Agora é a CPI da *fake news*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – *Fake news* na pandemia, Senador, que mata pessoas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu solicito a V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... tira a vida de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... pela forma desrespeitosa como o advogado se dirigiu à minha pessoa, Senador, eleito, representante do Estado de Sergipe com muita honra, de forma desrespeitosa, o meu pedido a V. Exa. é que ele...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... deixe o substituto dele e que ele saia da sessão, por uma questão de respeito a esta Casa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, eu estou aqui... O advogado foi ofendido pelo Senador. O advogado foi ofendido pelo Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não ofendi ninguém. Ele que me ofendeu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pare de se vitimar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu disse que o depoente tem que estar aqui na condição de depoente. E ele não pode fazer manifestações fora daquilo que for consultado, que for perguntado. Ele está num depoimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso daqui não é um palanque político, isso daqui não é um debate eleitoral, isso daqui é uma comissão parlamentar de inquérito e eu, dentro das minhas prerrogativas e com a seriedade que esta Casa precisa ter, estou pedindo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – V. Exa. não está com a palavra. V. Exa. não está com a palavra. A palavra está comigo.

O senhor é Senador?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele é um cidadão, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor é Senador? Não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor não é superior a advogado, a cidadão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. Aqui, aqui, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pare de ofender. Pare de ofender e de coagir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso. É isso que ele quer. Olha!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor me respeite!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Calma. O senhor está com afronésia; o senhor está com afronésia. Olha só, respeite o depoente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – V. Exa. não intimida a mim. O senhor me respeite.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pode gritar à vontade, porque o senhor também não me intimida. Pode gritar à vontade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não. Não estou aqui para intimidar ninguém, mas também ninguém me intimida.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Respeite o trabalho do advogado. Respeite o depoente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O que está acontecendo aqui é que V. Sa., V. Sa., quando um Parlamentar... O senhor está me provocando. V. Sa. não me provoca. Eu falo... V. Sa. está me provocando.

Presidente, Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O depoente está provocando.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O Senador precisa tomar uma água.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso é desacato, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o depoente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está pedindo calma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Aqui não é o senhor que define...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, um encaminhamento. Um encaminhamento rápido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é o senhor que define como um Senador vai se manifestar. Eu quero dizer que V. Exa., V. Sa. não está num palanque nem comandando suas empresas para definir como o senhor... Vai definir como as pessoas vão se manifestar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quem é o senhor?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu sou Senador da República e exijo que esta Casa cumpra o seu Regimento. E solicito que o advogado seja retirado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, a título de encaminhamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... desta sessão, por desrespeito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Suspenda. Suspenda...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, rapidamente, a título de encaminhamento, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... para tomar uma medida sobre o advogado do depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem começou isso tudo, quem começou isso tudo, quem começou tudo isso, esse clima, não fui eu. Eu tentei aqui iniciar, e sou criticado por colegas que estão aqui, para que não houvesse o clima que está aqui agora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não deixei passar aquele vídeo para fazer propaganda. É para não criar o clima que está agora, porque eu... A gente percebe, quando está aqui na Mesa dirigindo, o que pode acontecer. Qualquer fato que fosse negado ao cidadão aqui iria criar esse problema todo, os advogados iriam intervir e tal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Só um minutinho, Senador Renan. Só um minutinho. Eu vou pedir só duas coisas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, o que tumultua são os microfones abertos lá. V. Exa. tem que desligar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que tumultua são palavras, Senador...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que tumultua são palavras, Senador Renan. São palavras desnecessárias no momento errado.

O que tumultua são palavras desnecessárias no momento desnecessário. O que tumultua é querer ser açodado nas coisas. Se as coisas andarem corretamente e se colocarem as palavras corretamente, não há tumulto. É o momento de muita cautela, porque nós sabíamos muito bem que isso aqui ia acontecer, mas quem começa a não ter cautela... Vão acontecer desdobramentos. É normal. É normal

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Permita-me discordar de novo. Está acontecendo exatamente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é questão de parabéns, não!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente porque o Presidente deixou acontecer!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é questão de parabéns, não. É questão de cautela mesmo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ao contrário, ao contrário, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Veio para cá para fazer propaganda e provocar os Senadores. Está conseguindo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor me permite fazer um encaminhamento, Sr. Presidente?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está conseguindo, porque foi deixado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, o senhor me permite...?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi por isso, Senador? Foi por causa da propaganda que está acontecendo isto aqui?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, porque ele percebeu que tem liberdade para botar o que quiser aqui, falar o que quiser aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, V. Exa. tem...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Do jeito que quiser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está com uma visão muito míope sobre isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, me desculpe, me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito míope.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos ver para onde vai, vamos ver onde vai parar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... tem que prender. Senão, não resolve...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Presidente, peça um tempo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, a título de encaminhamento, o senhor permite?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou ficar quieto, só acompanhar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só quero dar um encaminhamento.

Eu queria pedir ao Sr. Hang que essas placas que ele tem aí entregasse ao pessoal da segurança, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essas placas? É? Isso aí não é para ficar aí, não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu não quero! Porque eu não quero!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso, Presidente!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Olhe aí! Olhe aí! Vamos deixar. Deixe rolar aí a propaganda...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A CPI não está aqui para bater palma para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente! Muito bem!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Daqui a pouco, ele sobe na mesa aí e faz uma dancinha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Respeite esta Comissão Parlamentar de Inquérito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ditadura, Presidente! Ditadura, Presidente! A CPI...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Daqui a pouco, ele faz uma dancinha, e o Presidente vai bater palma!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – De ditadura eles entendem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Rasguem esses papeis...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora, vamos para o Relator. Vamos, Relator!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você quer que eu fale sem ele me dar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte: só quero que um advogado fique. O senhor pode sair, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não, Presidente!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só fica um!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só fica um, dois não. Fica um!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu tinha lhe pedido, Presidente, um encaminhamento. Eu tinha pedido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um fica, outro sai!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu quero ouvir o posicionamento da OAB agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma aí! Não adianta reclamar, que vai fazer do jeito que eu quero!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito, Presidente!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Essa regra da lei... Haja lei...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um sai, outro fica. O senhor pode ficar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, essa regra não foi aplicada para os demais...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... autoridade de um Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O Senador ofende, o advogado é expulso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, essa regra não foi aplicada...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é porque é advogado, não, Flávio! Porque é advogado está acima do bem e do mal?!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não, não está, não. Nem abaixo, Presidente...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, essa regra nunca foi usada aqui, Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. LUCIANO HANG – Chame o VAR! Chame o VAR! Chame o VAR! Chame o VAR! Foi gravado, volte o vídeo! Chame o VAR! Chame o VAR! Bote o vídeo...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, a título de encaminhamento, eu peço que o senhor me dê...

O SR. LUCIANO HANG – Não podemos aceitar. Democracia, democracia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu tenho uma ideia para sugerir aqui para o senhor...

O SR. LUCIANO HANG – Liberdade de expressão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor permite, Sr. Presidente?

O SR. LUCIANO HANG – Bote o VAR aí, volte o vídeo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, corte o microfone do depoente, não é hora de ele falar!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem direito a acompanhamento de um advogado – um advogado, pessoal.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não há limitação?!

O SR. LUCIANO HANG – Volte o vídeo, ele não fez nada! Nada!

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou suspender por cinco minutos, até o advogado se retirar.

(Suspensa às 12 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, como todo inquérito, está sujeita à mitigação dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

O advogado pode, na forma do Estatuto da Ordem, pedir a palavra pela ordem para, mediante intervenção sumária, esclarecer equívoco ou dúvida surgida. São decisões do Supremo Tribunal Federal que têm garantido o acompanhamento de um advogado nos depoimentos.

Esta Presidência, por liberalidade, tem permitido a presença ao lado do depoente de mais de um advogado, diferentemente do que ocorre em outras CPIs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso foi-me pedido outras vezes e eu permiti que mais de um advogado pudesse ficar ao lado do depoente. Geralmente as decisões do Supremo...

Amigo, coloque a máscara aqui.

Eu tenho permitido isso e não é a primeira vez.

Conversei com os Senadores quando eu pedi para, no calor da discussão, o advogado...

Eu vou passar a palavra ao advogado.

O SR. BENO BRANDÃO (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o advogado.

O SR. BENO BRANDÃO (Para expor.) – Sr. Presidente, eu me dirijo especialmente ao Senador Rogério Carvalho e peço desculpas, Senador. Eu creio que tenha havido um mal-entendido. Jamais houve intenção desta defesa em ofendê-lo, absolutamente. Em razão disso, eu peço uma reconsideração, Sr. Presidente, pro senhor, da minha retirada da sessão. Eu pretendo continuar na defesa do Sr. Luciano e, mais uma vez, eu peço desculpas. Não foi a intenção absoluta, de forma alguma, de ofendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

Eu tinha tomado essa decisão. Os senhores, que são advogados do Sr. Luciano Hang... No calor da discussão, o Senador Rogério Carvalho se sentiu ofendido. V. Exa. está pedindo desculpas a ele, mas eu não ouvirei mais nenhum Senador, eu mesmo tomarei a decisão se, de fato, acontecer esse fato novamente. Aí não adianta nem questionar a minha decisão.

Eu vou aceitar as desculpas que V. Exa. está fazendo ao Senador Rogério. É uma coisa que... Fazer autocritica faz parte do ser humano, mas peço encarecidamente... Já tomei essas decisões antes, já teve nota de OAB, já teve nota da AGU, já teve nota de várias pessoas, mas aqui eu vou tentar, de todas as formas, que nenhum Senador seja desrespeitado por ninguém, nem por advogado nem pelo depoente.

Então eu peço encarecidamente que a gente possa, a partir de agora, levar o depoimento na mais tranquilidade possível. É importante a presença do Sr. Luciano Hang para que ele esclareça algumas coisas pra gente.

E eu peço ao senhor, Sr. Luciano Hang, que tem feito narrativa nas suas respostas, que o senhor possa ser mais objetivo nas suas respostas. O senhor está aqui como investigado, tem o direito de ficar calado na hora que quiser. Só que, quando o senhor vai responder, muitas vezes, essa resposta se alonga bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou iniciar novamente, vou passar a palavra ao Senador Renan, mas antes passo ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu quero pedir a V. Exa. que... O paciente ou depoente tem o direito de ter sua defesa, mas eu peço que a defesa ou os assistentes do paciente, os advogados, se dirijam ao seu paciente, que não se dirijam e não interfiram no momento em que o Parlamentar estiver com a palavra. Uma questão fundamental pra que este Parlamento funcione é que, quando um Parlamentar está se manifestando, não haja interrupção de nenhuma forma ao longo da fala do Parlamentar. E espero que isso não volte a acontecer, espero que o paciente se dirija... que o advogado, o assistente, se dirija exclusivamente ao seu paciente e, mais, quando for demandado – quando for demandado –, que essa é a regra que deve ser cumprida neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está explicado, senhores advogados? Está bem entendido?

O SR. BENO BRANDÃO – Parabenizo a condução do trabalho por V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, está entendido?

O SR. BENO BRANDÃO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quando demandado pelo cliente é que V. Sa. pode se manifestar ou numa questão de ordem baseada no Código...

O SR. BENO BRANDÃO (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

Permita-se, Senador Renan, só uma palavra, que eu vou ter que sair.

Eu quero cumprimentar V. Exa., na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Comissão.

É a primeira vez que estou aqui nesta CPI. Quero cumprimentar o Relator, cumprimentar, claro, o nosso Luciano Hang, e quero dizer o seguinte: eu gostaria muito de fazer alguns questionamentos aqui. Até, neste primeiro momento, quero cumprimentar o desfecho desse mal-entendido que houve e cumprimentar as partes envolvidas. É bom para o Senado, é bom para o Brasil esse tipo de atitude. Isso engrandece os homens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero tentar descontrair aqui, dizendo o seguinte: eu até pedi para alguns companheiros titulares da CPI, já que eu não sou nem titular, nem suplente, Senador Renan, que, na sua fala, pudessem me citar. E me citar até de forma, se fosse o caso, ofensiva, pra que eu pudesse ter o direito do art. 14. (*Risos.*)

Como eu não consigo e, toda vez que eu tento falar aqui nesta Comissão, eu não consigo, porque começa a Ordem do Dia às 16h...

Eu, enfim, vou assistir, como tenho feito, e, como a maioria dos brasileiros, remotamente.

Bom trabalho a vocês.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, voltando às perguntas, eu havia perguntado ao depoente se ele, em alguma oportunidade, havia recebido financiamento público da União, de Estado, de Municípios ou de bancos oficiais, e não tive clareza da resposta, Sr. Presidente.

Aqui nós vamos fazer as perguntas com absoluto respeito e civilidade, eu vou agradecer, pedir por favor, mas eu queria, Sr. Presidente, no melhor sentido da palavra "exigir", pedir para que o depoente também responda com a mesma precisão, sob pena de nós não avançarmos no nosso depoimento.

Muito obrigado, Senador Roberto.

Então, eu queria saber algumas coisas que ficaram perdidas aí no embate e na discussão.

O senhor recebeu algum benefício fiscal de Estado, União e Municípios?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Ela é muito vaga a pergunta, Senador. Por isso que eu não consigo responder de que forma o senhor fala. Por exemplo: uma empresa de 35 anos dizer... O senhor está me perguntando se eu algum dia recebi, nesses 35 anos? Quando? Qual é a base de prazo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não estou perguntando, com todo o respeito, Sr. Luciano Hang, se a empresa tem quantos anos. Não é essa a pergunta. Eu estou perguntando se o senhor, através de suas empresas, recebeu, em algum momento, subsídio de governo estadual, federal ou municipal. É "sim" ou "não"! É "sim" ou "não". Nós não estamos aqui num jogo de esconde-esconde.

O SR. LUCIANO HANG – Mas me dá a data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. sabe que nós estamos aqui numa Comissão Parlamentar de Inquérito e que a sua presença se tornou necessária para se esclarecerem determinados pontos. Então...

O SR. LUCIANO HANG – Senador, durante a pandemia?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se V. Sa. se circunscrever ao que nós perguntamos, é evidente que será melhor.

O SR. LUCIANO HANG – É, mas eu preciso de uma data. Nos 35 anos? Na pandemia? É difícil de dizer.

De novo: a Havan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De novo: em algum momento, a Havan teve subsídio da União, de Estados e de Municípios?

A Havan tem 35 anos. Em algum momento desses 35 anos ela recebeu? Em que momento?

É uma pergunta!

O SR. LUCIANO HANG – É... Ela recebe aquilo que todas as outras empresas recebem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, recebeu, sim? É essa a resposta?

O SR. LUCIANO HANG – Pode ter recebido, pode ter recebido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu que estou perguntando a V. Exa.; não vamos inverter o papel.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo respeito, eu conversei cordialmente há pouco aqui com V. Sa.

O SR. LUCIANO HANG – É difícil responder uma resposta tão ampla.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cordialmente conversamos, trocamos opiniões. Mas eu aqui não posso deixar de perguntar as coisas para as quais eu estou comprometido como Relator.

O SR. LUCIANO HANG – Senador, então não me lembro, porque como é que eu posso responder uma pergunta tão ampla – se eu já recebi alguma coisa de União, Estados, Municípios – se nós temos 164 lojas espalhadas por 20 Estados brasileiros? Às vezes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor não quer responder. Recebeu em algum momento subsídio?

O SR. LUCIANO HANG – Não quero... Não é que eu não quero responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, responda, por favor.

O SR. LUCIANO HANG – É que ela é muito... Uma empresa de 35 anos, com 164 lojas espalhadas pelo Brasil todo, eu posso ganhar às vezes a possibilidade de um alvará, de um IPTU e assim por diante. Então, depende de cada cidade. Eu não tenho uma empresa só. Eu tenho muitas empresas. Então, a pergunta está muito vaga. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor não vai responder?

O SR. LUCIANO HANG – Não, da forma que a pergunta está sendo feita... Arranja uma coisa específica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, é porque... O senhor tem que ser preciso, peremptório.

O SR. LUCIANO HANG – Mas mais preciso do que eu estou sendo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem que responder: "Essa pergunta eu não vou responder; essa eu respondo". É assim. Nós fizemos isso com todos os depoentes que estiveram aqui e vamos fazer com V. Exa.

O SR. LUCIANO HANG – O.k., mas eu só vou responder aquilo que é verdadeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos aqui para bater palma para doido, não. Nós estamos aqui para fazer perguntas. Pesam acusações...

O SR. LUCIANO HANG – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e nós vamos perguntar, até para V. Sa. esclarecer. É uma oportunidade que V. Sa. está tendo.

O SR. LUCIANO HANG – Faça a pergunta específica. Se você...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor, em algum momento, recebeu subsídio da União, de Estados ou de Municípios?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Eu devo receber em alguma coisa. Isso que eu devo receber, isso que eu estou falando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, ótimo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

O SR. LUCIANO HANG – Se eu tenho 164 lojas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento, o senhor teve aporte, financiamento, operação de crédito firmada com bancos oficiais – BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal?

O SR. LUCIANO HANG – Nesses 35 anos, claro que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro que sim...

O SR. LUCIANO HANG – Eu sou cliente do Banco do Brasil, eu devo ser cliente da Caixa Econômica Federal... Eu sou cliente do BNDES através dos FINAMEs para comprar as máquinas. É normal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento, o senhor operou com criptomoeda, com bitcoin ou com outras?

O SR. LUCIANO HANG – Nem sei o que é isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não operou?

O SR. LUCIANO HANG – Não, zero. Eu não conheço o que é bitcoin.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Entre 1993 e 2014, o BNDES diretamente fez 57 operações com...

O SR. LUCIANO HANG – Todas elas... É aquilo que eu expliquei, olha só...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Eu só estou dizendo que fez. Eu não estou lhe acusando de nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não estamos tratando de irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou lhe acusando de nada.

O SR. LUCIANO HANG – Mas, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou dizendo que fez 57 operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Aí é o seguinte, olha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até 2014, foram 57 operações.

O SR. LUCIANO HANG – ... 57 operações, na maioria delas, comprar equipamentos e máquinas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Luciano...

O SR. LUCIANO HANG – ... e o terreno que eu comprei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ninguém perguntou "foi para comprar o quê".

O SR. LUCIANO HANG – Quero deixar bem claro que assim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós perguntamos se houve a operação.

O SR. LUCIANO HANG – Não quero que haja *fake news* depois. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu só estou dizendo... Eu estou afirmando que o BNDES mandou um documento agora dizendo que o senhor fez 57 operações no valor de R$27 milhões.

O SR. LUCIANO HANG – É, R$27 milhões é quanto a Havan fatura num dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E fique tranquilo que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor fatura quanto num dia?

O SR. LUCIANO HANG – R$30 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por dia?

O SR. LUCIANO HANG – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí vai buscar dinheiro no BNDES subsidiado pelo povo brasileiro?

O SR. LUCIANO HANG – Não. Não é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá bom...

O SR. LUCIANO HANG – Aí é que está, olha só a narrativa, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – Sim, senhor.

Se uma empresa... Se uma empresa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pega dinheiro subsidiado do BNDES – tá certo?...

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, é o dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... faturando 30 milhões por dia!

O SR. LUCIANO HANG – Não, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma beleza!

O SR. LUCIANO HANG – Não, olha a narrativa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí, o cara de uma quitanda, o cara que tem um negócio não tem acesso a esse crédito subsidiado com o dinheiro do povo brasileiro!

O SR. LUCIANO HANG – Senador, Senador, Finame...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ocupa o lugar do pequeno comerciante...

O SR. LUCIANO HANG – Senador, Senador, Senador, a verdade tem que prevalecer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não querem respostas, eles já têm as narrativas.

O SR. LUCIANO HANG – A verdade tem que prevalecer. Eu quero deixar bem claro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – Não, o senhor... Não vai passar isso, não. A verdade tem que prevalecer.

Quando você compra, por Finame, uma máquina... Olha só, 57 vezes... Nós temos 164 lojas, nós temos quase 5 mil, 6 mil caixas. De repente, vem uma empresa que quer vender uma máquina da ponta do caixa, e ela tem Finame, eu compro dela. Quem ganha o dinheiro é a fábrica que me vende e aí, automaticamente, ela ganha o dinheiro, passa o empréstimo para mim, e eu fico, lá no BNDES, como sendo o devedor, mas foi ela que recebeu. O Finame serve para fomentar a indústria nacional.

Então, não é a Havan que está pegando financiamento. Deixo isso bem claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim... Não vai ficar nenhuma pergunta sem resposta. Ponto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para esclarecer: a Dona Maria, lá do São José, bairro de Manaus, numa área de Manaus, não consegue R$1 mil de crédito para comprar uma máquina de costura para ela fazer... Uma pessoa no Brasil que fatura 30 milhões por dia recorre...

O SR. LUCIANO HANG – Não, Senador, o senhor está falando errado! Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor me dá licença? Dá licença...

O SR. LUCIANO HANG – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, só um minutinho, só um minutinho...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, só um minutinho, só um minutinho... Deixe-me só explicar aqui. Não vai passar por bonzinho aqui, não! Não vai passar por bonzinho. Primeiro, é o seguinte..

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não pode mentir! Agora, é o seguinte... Deixe-me lhe dizer... Sabe o que ele faz? Ele tem condições de comprar diretamente essa máquina da empresa, certo? Mas ele pega o financiamento.

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Usa o artifício...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para pegar o financiamento subsidiado...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Mentira!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não é mentira.

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – É mentira!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é, não. Não é mentira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Eu quero deixar bem claro que o financiamento Finame é feito para a empresa nacional vender para o cliente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós sabemos disso, nós sabemos disso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso que ele está discutindo, não.

O SR. LUCIANO HANG – Ô, Renan... Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estou dizendo que você, que fatura 30 milhões por ano, consegue o Finame. Agora, o pobre coitado que quer comprar uma máquina de costura não consegue.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Consegue, sim, consegue, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa é a diferença.

O SR. LUCIANO HANG – Isso é discurso, isso é discurso, é discurso, é discurso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – No Governo Bolsonaro, consegue.

O SR. LUCIANO HANG – É discurso, é discurso político.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos seguir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu vou te mostrar, daqui a pouco, o que é discurso político.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Vai ameaçar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai ameaçar a testemunha agora, Omar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor... O senhor impulsionou, promoveu algum *site* para possibilitar, como consequência, a monetização dele? Por favor, sim ou não?

O SR. LUCIANO HANG – Não, vamos lá. Qual é a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor... O senhor impulsionou, promoveu, bancou algum *site* para possibilitar, na movimentação, na consequência, a monetização desse *site*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Olha, a Havan investe por ano, uns R$250 milhões em propaganda, e, quando você compra uma propaganda do Google, ele tem a possibilidade de botar a propaganda onde ele quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah! O senhor... O senhor está dando a resposta que "sim" à pergunta que eu fiz?

O SR. LUCIANO HANG – Pode ser que sim, porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom, eu estou satisfeito.

O senhor conhece a Deputada Carla Zambelli?

O SR. LUCIANO HANG – Conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É sua amiga?

O SR. LUCIANO HANG – É conhecida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conhece-a desde quando, por favor?

O SR. LUCIANO HANG – Olha, eu acho que depois da posse do Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor é sócio de familiares da ex-Presidente Dilma Rousseff?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, ponham aí o vídeo, por favor. (*Pausa.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De que data é esse vídeo, Presidente?

Presidente, qual é a pertinência desse vídeo com o que nós estamos investigando na CPI? Não, Presidente... Qual a pertinência que tem? O Relator está trazendo um fato aqui para a CPI, para exposição em rede nacional...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Deixa o pessoal assistir!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual pertinência tem esse vídeo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Nenhuma pertinência.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O Humberto Costa até falou sobre isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com o depoimento do empresário aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está fazendo propaganda da loja.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a pertinência, Presidente? Só isso. Qual a pertinência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Deixa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Simples!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O pessoal não está ouvindo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual a data desse vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente permitiu fazer propaganda da loja. Está fazendo propaganda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para repetir o vídeo, por favor. (*Fora do microfone.*)

Peço para repetir o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não; é simples, Presidente: isso é para o Brasil ver a seriedade desta CPI. É isso que o Brasil está assistindo aqui. Palco de absurdos! Fatos que não têm nada a ver com a CPI sendo reproduzidos aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A intenção é destruir empregos, é isso? Destruir a empresa? É atacar a empresa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acho que pelo jeito aqui, a campanha é contra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Aqui era o CPF, não era o CNPJ, Presidente. Quem estava aqui era o Luciano Hang, não era a Havan. Agora é a Havan que está aqui?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se quer convocar aqui a Deputada por alguma relação com a pandemia...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador Renan. Eu acho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixa... Está acabando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está acabando?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil. É isso aí! Essa é a CPI da Pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma denúncia da Deputada Carla Zambelli, que há pouco estava aqui – era outra? É que eu não conheço. Ela, fazendo uma insinuação de que os investimentos da Havan são absurdos, inexplicáveis – é o que o vídeo contém – e acusando o Sr. Luciano Hang de ser sócio de parentes da ex-Presidente Dilma Rousseff.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – E a covid está onde?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde é que está o tema da covid aí?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A covid está onde?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos tratando da *fake news* no enfrentamento à covid.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O senhor está se embasando em *fake news*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde é que está? Simples.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No enfrentamento da covid. E a Deputada é uma das pessoas que está sendo investigada por *fake news*, inclusive nessa condição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas é a CPI de pandemia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah é? A Deputada está sendo investigada na CPI, é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, ela é sua amiga? Ela é sua amiga?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, olha a afirmação que foi feita agora há pouco. Não dá para...

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Senador, nessa época ela nem me conhecia, tanto é que ela caiu numa *fake news*.

É normal para qualquer um de nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela caiu na *fake news*? Caiu?

O SR. LUCIANO HANG – É uma *fake news*.

Qualquer um de nós recebe vídeos e acaba, lamentavelmente, acreditando naquele vídeo como uma verdade. E aí colocou esse vídeo... E foi por isso, e foi por isso que eu me apresentei naquele ano de 2017 como dono da Havan. Durante 30 anos, ninguém nem sabia quem era o dono da Havan, porque eu nunca tive interesse em aparecer. Eu tive que aparecer por esse tipo de informação. Só por isso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, então, foi a Deputada – isso é importante que esta Comissão saiba – que o obrigou, circunstancialmente, a assumir que é dono da Havan?

O SR. LUCIANO HANG – Não, era o Brasil todo falando que era, que era...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela que postou o vídeo! Foi em Uberaba, mostrou as cenas.

O SR. LUCIANO HANG – Isso é Valparaíso, em Goiás.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço...

Então, é outra mentira dela.

Então, eu peço pra exibir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Mas não é contada por ele, Relator, a mentira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., há dois dias, ironizou os Senadores desta Comissão Parlamentar de Inquérito e até disse ter comprado algemas para seu próprio uso, caso saia daqui preso, provavelmente por mentir sob juramento ou desacatar os membros da própria Comissão. Há pouco, o senhor chamou alguns aí de mentirosos. Eu queria, em função disso, perguntar o seguinte: V. Sa. acha que o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as causas de quase 600 mil mortes, é uma brincadeira?

O SR. LUCIANO HANG – Não, Senador, mas também temos que ter senso de humor, não é? Eu tenho comentado que nós brasileiros estamos com um elástico muito esticado; nós precisamos ter bom humor. Daqui a pouco, não vai ter mais nem programa de humor. Está todo mundo tão, tão, tão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso responde. A postagem que V. Sa. fez foi para resguardar o senso de humor?

O SR. LUCIANO HANG – Sempre. Eu posto... Se o senhor vir meus vídeos, eu tento me comunicar através, muitas vezes... Estou já vestido assim; uns me chamam de papagaio, louro e tal, mas é uma forma de eu me comunicar, é uma forma de eu me comunicar com o povo. Então, não quis, de forma nenhuma, afrontar esta Casa, os seus Senadores e qualquer um de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho, Senador.

Sr. Luciano Hang, o senhor me desculpa, mas essa sua resposta é muito esfarrapada. Nós estamos tratando de quase 600 mil vidas, inclusive a do meu irmão, que se foi com essa covid, e da sua genitora. E o senhor vai fazer uma brincadeira dessa nessa hora? Nós estamos aqui tentando achar... Nós não estamos aqui fazendo prejulgamento de ninguém, muito menos contra o senhor. O senhor vem aqui e diz que é uma brincadeira em cima de 600 mil vidas perdidas?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Eu não falei "brincadeira"...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.... O senhor disse aqui: "Não, olha, quem me conhece e tal...".

O SR. LUCIANO HANG – Não, não... Eu fiz um vídeo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para resguardar o senso de humor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Resguardar o senso...

O SR. LUCIANO HANG – Eu fiz um vídeo na minha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor só fale quando eu lhe permitir. O senhor tem falado, eu não tenho lhe interrompido. Eu ouço o senhor. Depois o senhor fala.

Sr. Luciano, nós estamos aqui há cinco meses, avançamos bastante... E tenho certeza absoluta de que a sua dor não é diferente da dor de quase 600 mil pessoas que se foram, de parentes, pai, mãe, crianças que estão órfãs hoje – crianças órfãs, que não têm oportunidade e estão aí a Deus dará. O senhor acha que tem condições de a gente brincar com isso? Olha, eu... Várias pessoas me perguntaram, vários jornalistas me perguntaram sobre aquela questão de o senhor mostrar uma algema ali e tal, e eu disse: "Olha, eu não creio que ele vá fazer isso lá na CPI. Caso ele leve, eu vou pedir a chave aos Senadores, pra me entregarem, e ele vai ficar com a algema na mão lá sem a chave". Mas não creio que o senhor venha trazer uma resposta dessa. Isso é um desrespeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – À memória das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não à CPI... Não, não é aos Senadores; nós já estamos acostumados, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu falei "à memória".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos nós já estamos acostumados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Memória das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a qualquer pessoa desrespeitar na rede social, falar o que não sabe.

Mas o senhor, um empresário, que teve, infelizmente... E digo esse "infelizmente" não é da boca pra fora, não, porque eu sei o que é a dor de perder uma mãe, perder um pai, perder um irmão, numa pandemia dessa. O senhor não pode, de forma nenhuma, dizer que era uma forma para alegrar ou para brincar. Por favor! Por favor, respeite pelo menos a dor. Se o senhor não respeita a sua dor, respeite a dor dos outros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, coloque o vídeo 2.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. nunca negou seu apoio incondicional ao Presidente da República. Como veremos ao longo desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoimento, a partir dos documentos e informações acessadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, V. Sa. foi um dos principais cabos eleitorais do Presidente Jair Bolsonaro. Houve caso em que V. Sa. intimidou seus milhares de funcionários com ameaças de demissão em massa caso Bolsonaro não fosse eleito Presidente da República do Brasil. Há acusações de que financiou a disseminação de informações falsas pelo "gabinete do ódio" do Governo Federal. Participou de aglomerações em apoio ao Presidente da República e de discussões com os demais membros do gabinete paralelo – nós temos, como eu disse, um farto material probante aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito –, além de defender abertamente o tratamento precoce com hidroxicloroquina e ivermectina.

Em função de tudo isso, eu queria fazer algumas perguntas.

De onde vem essa submissão que leva um cidadão a mentir, infelizmente, sobre a morte da própria mãe para não prejudicar a estratégia desumana do Presidente da República de promover uso de medicamentos ineficazes, que tem prejudicado e enganado os brasileiros, ao estimular que se exponham a uma doença que já vitimou quase 600 mil pessoas no País?

O SR. LUCIANO HANG – Senador Renan Calheiros, já acabou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acabei.

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – O.k.

Todas as narrativas colocadas aqui pelo senhor não se sustentam. Vocês não têm nenhuma prova do que estão falando. Nenhuma prova! Vamos começar com... Vou explicar, posso explicar, não é? Em 2018, 5 de janeiro, aviso para a população brasileira que eu serei ativista político. Só fui arranjar um candidato para apoiar dia 17 de agosto de 2018. São vários meses aí; são seis, sete meses.

Procurei, durante esses meses, um candidato para apoiar. E, depois que entrei na campanha, nunca imaginava que eu iria me tornar uma pessoa tão conhecida como me tornei nessas eleições. Nunca! Nunca esteve no meu... Mas apoiei as eleições. E depois eu fui a favor da reforma da previdência, como também sou a favor da reforma administrativa, tributária, de várias; eu quero reduzir o tamanho – gostaria, não é? – reduzir o tamanho do Estado e a burocracia. Tá?

É... Eu não sei se está reformado o porquê de eu ter entrado nisso. Não foi... Não... Eu não... Eu era... Até então, Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com todo o respeito, eu não perguntei sobre isso. Eu até gostaria, eu tenho um especial desejo de conversar com V. Sa. em qualquer oportunidade...

O SR. LUCIANO HANG – Está bom. Sobre funcionários? Então tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para ver de que forma participou...

O SR. LUCIANO HANG – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como participou e qual foi a estratégia.

O SR. LUCIANO HANG – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sou um curioso da vida nacional.

O SR. LUCIANO HANG – Funcionários, jamais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei, porque na resposta anterior o senhor disse que fez aquela brincadeira e fez a postagem para resguardar o senso de humor. Eu queria saber por que V. Sa. fez isso...

O SR. LUCIANO HANG – Funcionários, Senador, jamais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com relação à CPI, no sepultamento da sua mãe...

O SR. LUCIANO HANG – Já vou chegar lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para ocultar a ineficácia do tratamento precoce.

O SR. LUCIANO HANG – Vou chegar lá.

Funcionários, jamais! Nós temos 22 mil colaboradores. Veja bem, imagina se eu vou tratar meus funcionários... Pergunta para os 22 mil... Aliás, nós temos o prêmio da Great Place to Work de melhor empresa para se trabalhar no Brasil! Nós ganhamos o coração. Jamais eu iria forçar meu funcionário a votar em alguém, não é? Então, tá. Número um, funcionário: nunca aconteceu.

Financiamento. Uma semana antes das eleições de 2014, saiu na *Folha de S.Paulo* – que já perderam em duas instâncias, tá? – como impulsionamento do WhatsApp...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sr. Presidente, pela ordem aqui.

O SR. LUCIANO HANG – Jamais sabia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Tem um Deputado aqui que está falando mal da CPI atrás de mim, atrapalhando a oitiva do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Quem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Quem é?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Este senhor que está aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o nome dele?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu não sei. Eu não sei nem que é essa pessoa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Deputado Federal.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Então, mas ele está ofendendo a CPI aqui no meu ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amigo, amigo...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu não estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amigo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Então, por gentileza... Então, o senhor fala isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a segunda vez que isso acontece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputado, eu só pediria para V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a segunda vez. Eu tomei providências na última vez, Sr. Presidente. Eu estava na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Deputado, eu pediria para V. Exa... O senhor tem todo o direito de estar aqui com a gente como Deputado Federal. Eu só peço respeito. Os trabalhos...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Ele está filmando, fazendo *live, stories* e falando mal, Sr. Presidente, aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não pode, ouviu, Deputado?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – E está me atrapalhando a oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está falando mal da CPI?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sim.

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) – Não concordei com o assunto, e não sou obrigado (*Fora do microfone.*) a concordar. Eu não falei mal.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Então, o senhor se retire.

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) – Eu não falei mal. O senhor está...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) – Eu tenho o direito de ficar aqui, eu sou Parlamentar federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amigo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse episódio tem precedente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Deputado, o senhor tem todo o direito de estar aqui, mas eu não iria lá à Câmara Federal, numa CPI ou numa Comissão, emitir minha opinião e fazer "livezinha". Eu peço a V. Exa. que... O senhor pode permanecer aí. Só não quero que o senhor utilize esse tipo de artifício no nosso trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só peço para o Deputado se identificar.

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) – Deputado Daniel Freitas, de Santa Catarina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está identificado com o bóton dele.

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) – Devidamente identificado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Deputado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para V. Exa...

O SR. LUCIANO HANG – Continuando aqui... Posso continuar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero o seguinte: se o Deputado não concordar com o nosso ritmo e as questões aqui que nós levamos à CPI, de não ter... gravar negócio de... Você não vê nenhum Senador aqui fazendo *live*. Nenhum Senador aqui faz, porque nós proibimos isso aqui. Isso é proibido aqui. Já aconteceu de um Deputado, inclusive do meu partido, vir aqui, e o Senador Randolfe ter feito a coisa correta, ter colocado ele para fora daqui. Então, peço que V. Exa. se coloque aí, e a gente... Deixe o nosso trabalho continuar, por favor.

O SR. LUCIANO HANG – Obrigado, Senador.

De novo, não é? Então, funcionário, já está respondido.

Impulsionamento de WhatsApp...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A pergunta, só para o senhor lembrar, é: por que essa submissão que leva V. Sa. a ocultar a *causa mortis* da sua mãe...

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Vamos chegar lá, vamos chegar lá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para não demonstrar a ineficácia do tratamento precoce...

O SR. LUCIANO HANG – Impulsionamento de WhatsApp...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com medicamentos ineficazes?

O SR. LUCIANO HANG – ... a *Folha de S.Paulo* jamais conseguiu provar. Ganhamos já na primeira instância. Disseram que tinha um papelzinho lá, uma folha de guardanapo, dizendo que tinham recebido uma informação. Então... Então, impulsionamento de celular, zero; funcionário, zero.

E agora vamos falar da minha mãe. Vamos falar da minha mãe.

Eu vi, na semana passada, aqui na CPI, quando falaram da minha mãe. Falar da mãe da gente é uma coisa muito importante, porque é a pessoa que mais toca a vida da gente. E aí eu tenho aqui em mãos... Eu acho que vocês Senadores foram induzidos ao erro. Foram induzidos ao erro. Esse vídeo em que eu falei foi após a minha mãe... Então, eu avisei que a minha mãe tinha pegado covid, que ela foi para o Prevent Senior – foi uma escolha minha, baseado nos amigos médicos que eu tinha – e ela acabou falecendo. E eu fiz esse vídeo aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não falou isso, não; me desculpe.

O SR. LUCIANO HANG – Calma!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor falou o contrário.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não! Espera aí. Espera aí. Espera aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós acabamos de...

O SR. LUCIANO HANG – Não, mas vocês têm que ver... Veja bem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixa o depoente responder a pergunta! Por favor.

O SR. LUCIANO HANG – Veja bem: vocês têm que ver todos os vídeos que constam na minha rede social. Se você pega um vídeo aqui, um vídeo aqui, ou simplesmente corta um pedaço no meio, as pessoas não sabem da verdade. Então, vamos lá.

O que eu falei nesse vídeo... Eu disse que eu lamentava que eu não tinha feito o tratamento preventivo com a minha mãe. Tratamento preventivo é antes de a pessoa adquirir o vírus. Então, eu faço tratamento preventivo, ainda, e fiz durante toda a pandemia. Eu tomava os meus remédios para blindar a célula, para melhorar o meu corpo através de vitaminas... Então, para blindar a minha mãe... Ela era cardíaca, insuficiência renal, ela tinha diabetes altíssima, tinha... Um ano atrás, ela tinha ficado um mês na UTI intubada já. Então, nós não fazíamos tratamento preventivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Antes de ela adquirir o covid, ela esteve intubada?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Um ano antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. LUCIANO HANG – Um ano antes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas lá na Prevent?

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi onde?

O SR. LUCIANO HANG – Na minha cidade, na minha cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em qual hospital que ela ficou?

O SR. LUCIANO HANG – Hospital Azambuja. Mas ela... A pressão dela foi 26 por 22, e ela ficou, um ano antes... Então, ela tinha problemas, ela era uma senhora com muitas comorbidades.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso, o senhor falou que ela não usou...

O SR. LUCIANO HANG – Não, preventivo. O preventivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... cloroquina e hidroxicloroquina.

O SR. LUCIANO HANG – Não, o preventivo. Espere aí, vamos lá. Aí no dia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois eu vou colocar de novo o vídeo e apresentar outros documentos que temos aqui.

O SR. LUCIANO HANG – Não, está tudo certinho. Vamos lá que nós vamos ver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já lhe falei que nós temos muitos documentos comprobatórios.

O SR. LUCIANO HANG – É, não, vocês têm narrativas. Vocês não têm uma prova.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Comprobatórios.

O SR. LUCIANO HANG – Narrativas é uma coisa, fatos são outras. É... Vamos lá. Aí, dia 28, eu estava passeando com ela... Dia 27, que era um domingo, de dezembro, e ela disse: "Luciano eu estou com frio". Ela era uma mulher que tinha sempre muito calor, eu achei estranho porque ela estava com frio. E aí, na segunda-feira dia 28, nós levamos ela pra fazer o teste de covid, e apresentou positivo. Embora que na casa dela tinha duas cuidadoras, que ficavam todas as noites cuidando da minha mãe, nem a minha mãe nem as cuidadoras viram que ela já estava há algum tempo com covid. Quando nós vimos, ela já estava quase com 90% do pulmão tomado. Tratamos ela, ali em casa ainda, com cloroquina, ivermectina, azitromicina, vitaminas e tudo, tratamos com ela... Que aí é o tratamento inicial, embora que já tinha passado cinco ou seis dias que ela já estava com a doença, e levamos... E, quando aumentou o problema dela, no dia 31 de dezembro, quando todo mundo já estava aí festejando já o último dia do ano, eu trago ela...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está dizendo que, respeitosamente, a senhora sua mãe estava com covid, é isso?

O SR. LUCIANO HANG – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, sim, por favor. Informação totalmente nova. Totalmente nova.

O SR. LUCIANO HANG – E trouxemos ela no dia 31, ela foi, ela entrou no...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual foi a informação nova?

O SR. LUCIANO HANG – ... Prevent Senior no dia 1º.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele disse que a mãe já estava com covid (*Fora do microfone.*)

que foi o que ele negou nos vídeos.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não neguei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Vamos... Eu estou querendo lhe ouvir...

O SR. LUCIANO HANG – Não neguei, você pegou um vídeo errado. Você pegou o pós, o pós que eu fiz, que eu disse: "Eu lamento, eu estou em dúvida"... Eu falei assim: "Eu estou em dúvida que eu deveria ter feito o tratamento preventivo".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, que "a minha mãe não foi tratada por covid", não foi "em dúvida".

O SR. LUCIANO HANG – São duas coisas. Tratamento preventivo é uma coisa e o inicial é outra. Beleza? Então, nós temos dois tipos de tratamento, preventivo e inicial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça, não faça...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Luciano...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para um filho, isso é uma coisa desamada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Luciano...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Claro que não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é opinião de vocês, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Luciano, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Respeite pelo menos a memória da mãe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tripudiem em cima da dor de ninguém, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos respeitando e exigindo a verdade.

O SR. LUCIANO HANG – Mas é a verdade absoluta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se ele teve o senso de humor é que talvez não seja...

O SR. LUCIANO HANG – Senador, eu estou respeitando você, você tem que me respeitar. Esta aqui é a Casa do povo, é a Casa de Ruy Barbosa, eu sou um cidadão normal, um brasileiro, comerciante, vendedor, vocês são Senadores e têm que respeitar quem vem aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, é por isso que eu estou perguntando...

O SR. LUCIANO HANG – Veja bem, não está havendo... De novo, olha só.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... querendo que o senhor responda de maneira sucinta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – O senhor não deixa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Sr. Luciano. Só um minutinho, Sr. Luciano. Só um minutinho, Senador Renan. Eu queria que o senhor desse as datas primeiro, só porque eu tenho dificuldade de perceber...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Vamos lá. A minha mãe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não, o senhor me dá as datas e locais. O senhor descobre que a sua genitora estava com covid no dia 28, é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o dia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – É... Opa, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho muita dificuldade de aprendizado.

O SR. LUCIANO HANG – Vamos lá. Eu sou disléxico, também tenho problema com...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também, eu sou também. Eu tenho muita dificuldade...

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Dia 27, domingo... É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sei.

O SR. LUCIANO HANG – Eu noto que ela está com febre, um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

O SR. LUCIANO HANG – Pessoas idosas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Sr. Luciano...

O SR. LUCIANO HANG – Pessoas idosas, é difícil detectar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Luciano, só um minutinho. O senhor descobre que ela contraiu o vírus?

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Não, não. Eu só descubro que ela tem o vírus no dia 28.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dia 28. O.k. O senhor a leva imediatamente... Ela morava onde, Sr. Luciano?

O SR. LUCIANO HANG – Morava em casa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Onde? Em qual local, Sr. Luciano?

O SR. LUCIANO HANG – Em Brusque, perto da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Brusque.

E o senhor a leva ao hospital imediatamente, assim que o senhor descobre?

O SR. LUCIANO HANG – Nós fizemos o teste e começamos a fazer um tratamento em casa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma, Senador Renan. É isso que eu quero saber...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – ... dia 28.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, ele começa a fazer tratamento precoce na sua genitora na casa dele, com o *kit* covid...

O SR. LUCIANO HANG – Com assistência médica. Com assistência médica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho... Pois é.

O SR. LUCIANO HANG – Com assistência médica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse médico, sabendo que sua mãe tem essas comorbidades todas...

Só um minutinho, Senador, por favor. É porque eu tenho dificuldades, o senhor está me entendendo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ô, Presidente... Ô, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Marcos Rogério. A minha dificuldade é muito grande.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quero saber o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É tomar o depoimento. Não é fazer comentários...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Espere aí... Só um minutinho.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... investigação na certidão de óbito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador, calma. Senador, calma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, nós estamos calmos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só não dá para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu só não estou entendendo isto: é que o Senador Renan fez a pergunta, ele respondeu, e eu não entendi. Agora, como eu sou membro da CPI, eu preciso entender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu só quero saber o seguinte: dia 28, a sua genitora é detectada com covid. O senhor chama um médico em Brusque, na sua residência, na residência da senhora sua mãe...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – E a medicamos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – E a medicaram com o *kit* covid. É isso?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não. Medicamos com todos os remédios possíveis e impossíveis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Quais são? O senhor sabe me dizer?

O SR. LUCIANO HANG – Todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quais?

O SR. LUCIANO HANG – Tenho que trazer as receitas aqui para vocês, mas tudo o que foi possível fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom. Bom, eu não sei... Eu não conheci...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas agora vai questionar o médico, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – É isso? Vai criminalizar o ato médico?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só quero saber se ela tomou cloroquina. Se tomou cloroquina, azitromicina...

O SR. LUCIANO HANG – Cloroquina, ivermectina, vitamina C...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai criminalizar o ato médico? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom, tá bom. Bom, agora... Agora eu pergunto para qualquer especialista no mundo todo, está certo? Essa é uma pergunta que não é para o senhor, porque o senhor não pode me responder, porque tecnicamente o senhor entende zero de saúde, de ciência na área de saúde – zero! O senhor é um zero à esquerda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Por isso que eu peguei um médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor é um bom comerciante.

O SR. LUCIANO HANG – Peguei um médico para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, em relação à saúde e à prescrição de saúde, o senhor não entende nada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Agora, agora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Entende esta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Não. Nós não entendemos também. O senhor é que entende bem de defender esse tipo de coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, pelo jeito, quem entende é a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, o Sr. Luciano Hang vai a um médico e esse médico prescreve esses medicamentos todos que ele disse. Bem, o Sr. Luciano Hang disse, aqui na CPI, que a mãe dele foi a óbito por causa das comorbidades, não é? Qualquer imbecil, não é? Não precisa ser muito inteligente... Em janeiro deste ano, quando a senhor sua genitora... Sabe que quem tem problemas cardíacos, quem tem problema de diabetes não pode ter prescritos esses medicamentos. Isso aqui já foi explicado cem vezes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É conversa? É?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é conversa, Presidente. Ouça o médico. Ouça o médico.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Agora, agora, agora palpiteiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O advogado ali sabe mais que do que o médico... E o comerciante sabe mais?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora palpiteiro vai dar uma de médico aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Chegaremos lá. Chegaremos lá. Nós estamos evoluindo muito bem.

O SR. LUCIANO HANG – Tenho estudos científicos do tratamento precoce. (*Fora do microfone.*)

Eu tenho isso aqui tudo. Inclusive, Prêmio Nobel aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ah, nós chegaremos lá. Ótimo! Nós vamos autuar esse estudo. V. Sa. poderia entregá-lo à Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu vou renovar...

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Ao final, nós vamos entregar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu vou renovar o apelo para que a gente tenha a condução da sessão. O horário está avançando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Mas a gente precisa saber se o medicamento...

O SR. LUCIANO HANG – Eu tenho todo o tempo do mundo. Estou tranquilo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor me permite um brevíssimo comentário, Sr. Relator, Sr. Presidente? Não considero, embora respeite a opinião, relevante a opinião do Sr. Luciano Hang com relação a medicamentos. Me chama mais a atenção, e ainda não foi devidamente explorado, o fato de ele informar que gasta 250 milhões com propaganda e que faz propaganda utilizando o serviço do Google Ads. O que faltou perguntar para ele é se ele faz a seleção dos *sites* que receberão o recurso, porque essa faculdade é garantida para qualquer um que faça anúncio. E isso explica...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É automático.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, infelizmente... Seria bem interessante se aprendesse a fazer as coisas, não é?

Cabe fazer a seleção e excluir discurso de ódio, desinformação... Isso está dentro da liberalidade. Então, a pergunta a se fazer é essa!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quem fala o que é *fake news*?

O SR. LUCIANO HANG – Posso responder?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não precisa responder, porque a resposta já está implícita! Na hora que ele diz que faz, ele incluiu todas as possibilidades...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, eu acho que é uma pergunta pertinente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu sei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só querem afirmar, só afirmações!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Talvez fosse necessária a resposta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro que é, mas já está implícita.

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Só complementando, a mãe entra no Prevent Senior no dia 1º, fica lá até dia 3 de fevereiro. E lá também... Nós levamos para lá para fazer tudo o que era possível e impossível por ela, como qualquer ser humano faria para sua mãe!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, o senhor está dizendo que a senhora sua mãe foi acometida de covid-19?

O SR. LUCIANO HANG – Sim, claro. Sempre falei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, e que...

O SR. LUCIANO HANG – E está nas redes sociais. Está nas redes sociais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que foi tratada, e que foi tratada... Tem outras coisas nas redes sociais. E que foi tratada com os medicamentos ineficazes do tratamento precoce.

O SR. LUCIANO HANG – Todos os medicamentos que dão... O CFM (Conselho Federal de Medicina) dá ao médico a autonomia para ele prescrever o que ele quer. É simples! É liberdade!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

O SR. LUCIANO HANG – Cada um aqui tem a sua religião, cada um tem o seu partido. Até o Randolfe eu vi que ele é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos nós temos...

O SR. LUCIANO HANG – ... flamenguista, embora more lá em cima...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos nós temos liberdade para tudo e...

O SR. LUCIANO HANG – Cada um torce pelo partido que quer, dá o que quer... Se eu soubesse que tinha uma tribo indígena lá na Amazônia que curasse a minha mãe, eu a levava para lá! Isso é coisa nossa, de cada ser humano, levar a sua mãe para salvar em qualquer lugar! Isso é liberdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que é que o senhor ocultou e mentiu sobre o fato?

O SR. LUCIANO HANG – Nada! Onde, doutor?!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por favor, exibam o vídeo. Por favor...

O SR. LUCIANO HANG – Então, escute. Está aí!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

O SR. LUCIANO HANG – É preventivo, não é precoce! Vocês estão atrapalhados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor, o senhor já respondeu.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, o senhor está dizendo que fez e que ela contraiu a covid, diferentemente do que o prontuário disse e esta Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para disponibilizar para a Comissão as investigações sobre o prontuário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E paira ainda uma pergunta que eu vou lhe fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se foi com o conhecimento de V. Sa. que essas respostas foram distorcidas no prontuário, porque há uma informação no próprio prontuário de que os médicos e diretores da Prevent Senior falaram com a família. Foi com V. Sa. que eles falaram?

O SR. LUCIANO HANG – Olhe, você tem que perguntar para todos os médicos. Cuidado para não pegar o médico e o advogado errados para perguntar!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não estou...

O SR. LUCIANO HANG – Vocês vão escutar o que vocês querem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando para V. Sa. Foi com V. Sa. que eles conversaram?

O SR. LUCIANO HANG – Eu estava lá durante todo o período que a minha mãe esteve no hospital.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. LUCIANO HANG – Volto a frisar, tudo legalmente certo, sem nada errado.

Eu acho, Senador, que vocês foram levados ao erro. Ontem esteve aqui a advogada, mas vocês têm que escutar sempre o outro lado. Aliás, na minha vida, eu faço o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

No prontuário da sua mãe... Por favor, escute o outro lado.

No prontuário da sua mãe, no hospital da Prevent Senior, em vários pontos, é informado que ela recebeu cloroquina antes de ser internada.

O SR. LUCIANO HANG – Recebeu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas o depoimento é de que ela não foi tratada preventivamente com os remédios ineficazes do tratamento.

O SR. LUCIANO HANG – Eu vou desenhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem deu essa informação à equipe do hospital?

Quem deu essa informação à equipe do hospital para que lançassem isso no prontuário?

O SR. LUCIANO HANG – Aqui eu vou desenhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preventivo é uma coisa e inicial é outra. São duas coisas diferentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi isso o que eu perguntei. Não estou querendo saber a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Luciano Hang... Sr. Luciano Hang... Sr. Luciano Hang... Sr. Luciano Hang... Sr. Luciano Hang, faz favor, o senhor não precisa desenhar.

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Mas não estão entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, calma, Sr. Luciano. Calma, Sr. Luciano. Calma, o senhor, veja bem... Sr. Luciano... Sr. Luciano...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – São coisas diferentes. Não está sabendo o que é preventivo e o que é precoce. São duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom.

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Preventivo é antes de ter o vírus, depois que descobrir o vírus vira o precoce, inicial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, bom.

Então...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – ... o inicial e o precoce.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só recapitulando, V. Sa... Só recapitulando, V. Sa. confirma que ela recebeu esses medicamentos do *kit* covid como tratamento preventivo?

O SR. LUCIANO HANG – A partir do dia 28, chamamos o médico e ela começou a ser...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A receber esse tratamento.

Quem administrou os medicamentos para ela? Do tratamento preventivo?

O SR. LUCIANO HANG – Não, preventivo ela não teve.

Ela teve o precoce, ela teve o inicial, mas como nós achamos que ela pegou a doença nos dias 22 e 23, quando nós fomos medicar a minha mãe, ela já estava no dia 28 e ela já estava com o pulmão já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

todo quase tomado, tanto é que quando ela adentrou ao hospital Prevent Senior, ela estava com 95% do pulmão tomado.

Olha só, a doença, para pessoas mais velhas, ela não aparece, ela é como se fosse uma diabete...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A discussão...

O SR. LUCIANO HANG – Então, vai muito devagar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Luciano, a discussão, infelizmente, não é essa.

O SR. LUCIANO HANG – É essa, claro que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estamos diante de um caso de fraude, se o senhor estava certo, então, do óbito no prontuário...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente... Presidente, rápido, só para ajudar.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O senhor está completamente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos diante de um caso de fraude e o prontuário diz que com a participação de V. Sa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só para ajudar, por favor, pela ordem.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, não podemos aceitar narrativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, me responda o seguinte...

O SR. LUCIANO HANG – Fatos, fatos, fatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, me responda... Fatos... Me responda o seguinte, o senhor confirma que ela recebeu esses medicamentos no tratamento precoce?

O SR. LUCIANO HANG – Opa, agora melhorou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. LUCIANO HANG – Agora melhorou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Confirma?

O SR. LUCIANO HANG – No dia 28, ela começou um tratamento inicial – dia 28.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor confirma?

O SR. LUCIANO HANG – Não era preventivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem administrou os medicamentos?

O SR. LUCIANO HANG – Na minha casa, através de médicos que foram chamados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem administrou os medicamentos?

O SR. LUCIANO HANG – Na minha casa, através do... Médicos, médicos deram para ela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ela fez algum exame antes de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pode dizer quem foi o médico que prescreveu isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, ontem a advogada veio aqui e nós tentamos descobrir quem eram os médicos, a CPI não quis saber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, Marcos Rogério, deixe-o responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-o responder, rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, você virou advogado dele também, senta aqui do lado, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só estou... Eu só estou observando os pesos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor, eu só perguntei. Se ele não quiser responder, não responde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é obrigado a responder, eu só perguntei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só isso.

Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu falei: "O senhor poderia dizer o nome do médico?". Se ele disser "não", acabou. Foi o papo.

Agora, antes de ele responder, o senhor já está respondendo por ele, Senador. Por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. É só para mostrar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A outra coisa, Presidente, os advogados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A regra de um dia não vale pro outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só perguntei, eu não obriguei.

O SR. LUCIANO HANG – Eu gostaria de não expor aqui o nome dos médicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os advogados podem tudo, a procuração estabelece amplos poderes, só não podem – e eu queria preveni-los –, quando eu fizer uma pergunta, responder pelo depoente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, estou só fazendo isso com gentileza, educadamente. Não pode, porque o interrogatório é do Sr. Luciano Hang, não é do advogado. O advogado pode pedir pra conversar com ele, orientar em algumas circunstâncias do depoimento, mas não pode responder – não pode responder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, rapidamente, se o Relator me permite... Rápido, pra ajudar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não permito. Eu, sinceramente, gosto muito do Senador Girão, mas eu não permito porque interrompe aqui. Eu não posso permitir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-o concluir. Todos vão falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos vão falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma questão de ordem, Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, é apenas pra ajudar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quem a senhora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tendo em vista que muitos colegas aqui, no dia em que os médicos vieram explicar a diferença de preventivo pra precoce, foram embora, não assistiram...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, Senador! Por favor!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu acho que a gente tem que deixar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ...o depoente falar exatamente o que é que significa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou vendo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uma coisa é preventivo, o outro é precoce.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou vendo aqui a boa vontade. A boa vontade...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A gente precisa ter o equilíbrio. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A boa vontade de algumas pessoas ainda irem contra a ciência. É só isso que eu vejo, pelo amor de Deus!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual ciência, Presidente?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, Sr. Presidente. O senhor não quer debater aqui. Ciência que o senhor e ninguém quer debater.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Falou o Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero trazer o caso de Manaus, por que que não debatem? Nunca quiseram. Nunca quiserem debater. Ali está o "x" da questão. Por que não debatem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... mostrar depois pesquisas, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, faça isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faça isso, que o senhor ajudará bastante na minha convicção.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está aqui! Está aqui! Olha aqui! Olha aqui, Renan! Olha aqui, tchê!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quem...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Olha aqui! Está aqui!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Que é isso?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Depois não diga "inservíveis".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa é aquela senhora?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o Didier Raoult.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não neguem a ciência! Não neguem a ciência!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Começou o Senador Heinze. Vamos lá, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Com quem morava a senhora sua mãe na família? Era com V. Sa.? Na mesma casa?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não, morava numa casa semelhante. Tinha duas cuidadoras, tinha duas enfermeiras cuidando dela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como é possível que V. Sa., tão engajado na causa da cloroquina, com vídeos, com a defesa da política, da utilização, não soubesse que sua mãe recebeu o medicamento antes de ser internada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Não, claro que eu sabia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabia, não é?

O SR. LUCIANO HANG – Claro!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor aqui está dizendo que sabia.

O SR. LUCIANO HANG – Claro. Veja bem, ó, de novo você está falando de duas coisas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabia?

O SR. LUCIANO HANG – A minha mãe não fez tratamento preventivo, a minha mãe fez tratamento inicial. São duas coisas diferentes. Claro que sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o senhor, um homem bilionário, pelo que o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senador Renan... Qual foi o dia que o senhor internou a sua mãe, Sr. Luciano?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Dia 31, à noite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Trinta e um. O senhor descobre que ela está com covid dia 28; dia 31, o senhor interna?

O SR. LUCIANO HANG – Isso. Ela já tinha... Quando nós pegamos, foi muito rápido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Somente isso satisfaz. Somente isso satisfaz.

O SR. LUCIANO HANG – Não pode ficar dúvida, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Somente isso satisfaz.

O senhor – respeitosamente eu pergunto – escolheu enviar sua mãe para receber assistência pela Prevent Senior? Foi o senhor que escolheu? Por quê?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Dia 31 de dezembro, o Brasil parado pelas festas de passagem de ano, pergunto pra alguns médicos, amigos meus, em que hospital levaria minha mãe, e muitos deles disseram: "Luciano, se fosse a minha mãe, eu levaria na Prevent Senior". E peguei e levei no melhor hospital que as pessoas me deram. Poderia ter levado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, então o senhor escolheu porque recebeu uma recomendação de levar ao melhor hospital, que tinha o tratamento mais eficaz, que iria revolucionar a medicina do mundo e que era um produto de exportação brasileiro que seria levado ao mundo pra revolucionar.

O SR. LUCIANO HANG – Por incrível que pareça, Senador, nesse mesmo hospital eu peguei covid, minha esposa pegou covid, nós dois fomos tratados, tem um advogado amigo nosso que foi pra lá entubado, entubado, e foi salvo. Traga essas pessoas pra cá! Traga o meu advogado pra cá!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há uma outra pergunta sobre isso.

O SR. LUCIANO HANG – Eu tenho a foto dele aqui, andando entubado, saindo de Blumenau, indo pra Prevent Senior, e saiu curado, como outras milhares e milhares de pessoas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta...

O SR. LUCIANO HANG – Nós estamos olhando aqui as pessoas que morreram...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... clínico e o tratamento da sua mãe... (*Fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – Não, não tinha respondido não. Não pode. (*Fora do microfone.*)

Estou com tempo, pessoal, estou com tempo.

Fico aqui até uma hora da manhã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. discutiu o quadro clínico e o tratamento da senhora sua mãe com os proprietários da Prevent Senior ou com o Diretor-Executivo e médico da empresa, Dr. Pedro Batista Júnior?

O SR. LUCIANO HANG – Quando cheguei lá, disse: façam tudo pela minha mãe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com quem? Com os proprietários ou com o Diretor Pedro?

O SR. LUCIANO HANG – Com os médicos, com as pessoas plantonistas, com o Pedro também... "Faça tudo que for possível e impossível pela minha mãe", como qualquer um aqui faria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabe informar se a senhora sua mãe foi submetida a tratamentos experimentais com heparina inalatória, com ozonioterapia e com metotrexato?

O SR. LUCIANO HANG – Não, veja bem... A...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabe? É uma pergunta. O senhor sabe ou não?

É uma pergunta! Eu estou fazendo uma pergunta!

O SR. LUCIANO HANG – O.k, e eu vou fazer a resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. LUCIANO HANG – Todos os tratamentos, todos os remédios que foram tomados, claro que não, porque fazia parte da coisa, mas a ozonoterapia que o senhor está falando foi autorizada por mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Heparina inalatória e...

O SR. LUCIANO HANG – Não, acho que isso aí eu não sei se foi feito. É que eu fui atrás do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Responda-me, eu estou querendo saber algumas coisas...

O SR. LUCIANO HANG – Do ozônio foi feita! Do ozônio foi feita!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso foi informado, desses tratamentos todos? Não estou falando só do ozônio. Todos. Isso foi informado previamente a V. Sa.?

O SR. LUCIANO HANG – Ofereceram-me o tratamento de ozonoterapia e eu aceitei. E eu tenho todo o direito pra isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, os outros tratamentos também o senhor aceitou? A ozonoterapia o senhor aceitou. E os outros que foram feitos?

O SR. LUCIANO HANG – Eu coloquei na mão dos médicos a autorização pra fazer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é essa a pergunta, com todo o respeito...

O SR. LUCIANO HANG – É a resposta! Tudo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor aceitou, foi informado sobre os tratamentos?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Acabou de falar que autorizou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que são tratamentos...

O SR. LUCIANO HANG – Autorizei, autorizei a Prevent Senior a fazer tudo que estivesse disponível pra salvar a minha mãe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

Então, o senhor autorizou e foi avisado previamente dos tratamentos. É isso?

O SR. LUCIANO HANG – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim?

O SR. LUCIANO HANG – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez algum direcionamento ou pedido aos médicos que assistiram sua mãe durante a internação?

O SR. LUCIANO HANG – De novo... Pode fazer a pergunta novamente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez algum direcionamento ou pedido aos médicos que assistiram a senhora sua mãe durante a internação?

O SR. LUCIANO HANG – Não. Simplesmente pra fazer tudo que fosse possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não fez nenhum pedido... Então o senhor não pediu especificamente nenhum desses tratamentos referidos acima?

O SR. LUCIANO HANG – Se eu levo uma pessoa pro hospital, acredito no hospital, deixo a minha mãe pra que eles façam o melhor por ela. Simplesmente isso.

A autonomia médica dá liberdade pra que o médico prescreva o que ele acha necessário.

Isso está no Conselho Federal de Medicina. E eu também acho que deveria ser chamado aqui o Presidente do Conselho Federal de Medicina para explicar para todo brasileiro que ele tem essa liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Luciano Hang, cuidado com o seu ego. O seu voluntarismo levou à morte muitas pessoas. A sua aproximação do poder lhe inflou o ego. Vai devagar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Luciano. O senhor não aconselhe o que a CPI tem que chamar aqui ou não. O senhor se limite às respostas ao que o Senador Renan está lhe fazendo. Por favor, a sua opinião...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou fazendo respeitosamente. E quero que responda respeitosamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua opinião o senhor leve para as suas redes sociais e para dentro das suas lojas.

E vou lhe dizer uma coisa, Sr. Luciano, eu estou tendo toda paciência para que o senhor não crie aqui um teatro, alguma coisa, que é o que o senhor gosta de fazer; mas os meus limites estão em cima do que é permitido aqui.

O senhor dê a sua opinião a hora que quiser, mas não aqui. O que ele está lhe perguntando o senhor responde. O senhor está fazendo aí análises e tal... Eu acho que, se o senhor tivesse usado esse seu voluntarismo para salvar vidas, o senhor teria ajudado a salvar muitas vidas. O seu voluntarismo... Só um minutinho, depois o senhor fala. O seu voluntarismo matou pessoas. Seu voluntarismo, o seu ego com a proximidade do poder, deixou o senhor nessa situação, até porque eu estava vendo umas fotos antigas... Se o senhor quiser colocar... Antes da eleição de 2018, antes de aparecer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... esse patriotismo da boca para fora, o senhor se vestia com outras roupas. Depois, como o senhor preencheu o seu ego, o senhor passou a se vestir de verde e amarelo.

Então, veja bem, o senhor faz parte do que nós estamos vivendo no Brasil. Agora, o seu voluntarismo, volto a repetir, volto a repetir... E creio que o senhor fez de tudo para salvar a sua mãe; não creio que seja o contrário, não. Acho que o senhor está equivocado... Acho não, tenho certeza de que o senhor está equivocado em cima de tratamento precoce e preventivo, tá certo?

Mostra aqui as fotos do Sr. Luciano Hang antes de se aproximar do poder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mostra aqui, por favor, antes de ele se aproximar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Isso é assassinato de reputação, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não; não é assassinar reputação, não. É não querer fazer disso aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É não fazer disso aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor está cometendo um crime.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É não fazer isso aqui... Achar que vai...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Só um minutinho. Eu não preciso vestir, Senador Flávio Bolsonaro, verde e amarelo para dizer que eu sou patriota, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o que tem a ver isso com a CPI, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma, Senador. Eu estou falando com o Senador Flávio Bolsonaro.

Olha aí: esse é o desconhecido, está vendo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá. Esse é o desconhecido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai vendo, Brasil. Aí o Sr. Luciano Hang aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Essa é a CPI da Pandemia. Vai vendo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É isso aí. Tá vendo?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Cada um se veste como quer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E depois, com o ego inflado, não querendo fazer autocrítica, ainda mantém tratamento precoce.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – ... estava falando aí ou não?

O mais bonito da nossa vida é que a gente vai melhorando ela, não é? A gente vai fazendo escolhas. Então, tem pessoas que usavam vermelho, não é? Eu não gostava nunca de vermelho. Nem a cueca eu uso vermelha, então eu uso verde e amarelo. Mas isso é minha opção. Se antes eu tinha outra roupa, agora tenho outra. Agora, só para complementar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas quem está discutindo isso aqui?

O SR. LUCIANO HANG – Só para complementar, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acabou de botar ali as fotos.

O SR. LUCIANO HANG – Só para complementar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que você não está assistindo à CPI, Relator.

O SR. LUCIANO HANG – Só para complementar, viu, Marcos Rogério?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou querendo fazer uma pergunta.

O SR. LUCIANO HANG – Senador, Senador, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou querendo fazer uma pergunta.

O SR. LUCIANO HANG – O Senador Omar Aziz falou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Responda a pergunta, por favor.

O SR. LUCIANO HANG – ... que eu não ajudei nessa pandemia. Para cidade dele, eu mandei 200 cilindros de oxigênio. Para a cidade dele! (*Palmas.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil!

O SR. LUCIANO HANG – Enquanto alguns vinham assim: "Eu estou com a minha mão amarrada, porque não posso mandar cilindros", mandei 200 cilindros em 24 horas, que custaram R$1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O Governo Federal do Bolsonaro não mandou.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mandou e fez chegar! E fez chegar rápido!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Flávio, você está aplaudindo? Aplauda, Flávio! Você deveria aplaudir o Ministro da Saúde, que não mandou um!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O seu Prefeito é que não fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Luciano Hang, as acusações que, lamentavelmente, pesam...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho... Ele fez uma referência à cidade de Manaus... O senhor sabe a razão de ter faltado oxigênio? Foi por causa do tratamento precoce, viu, Sr. Luciano Hang?

Deixa eu lhe dizer uma coisa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi pela incompetência do Governo do Estado do Amazonas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que devia estar preso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Devia, é verdade. Tudinho que você quiser. Está bom.

Agora, deixa eu falar e ouça, por favor.

Sr. Luciano Hang, tem três coisas na vida que o senhor não compra na prateleira, não é? O que eu aprendi foi o seguinte: burrice não tem cura, inteligência não tem para comprar na prateleira, mas tem uma coisa que o senhor não vai comprar que é dignidade. Com o seu dinheiro todo, o senhor não tem dignidade para chegar aqui a esta CPI e admitir que você induziu pessoas à morte.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso é crime, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não vai comprar dignidade!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não faça isso, Presidente! Não faça isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não tem dinheiro para comprar dignidade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso é crime, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está sendo indigno aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa é a sua opinião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está bom, vá lá, vá lá que seja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço que o depoente se volte às respostas das perguntas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Indigna é esta CPI que engana os brasileiros todo dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vai fazendo graça para ver...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço ao depoente que se volte às respostas das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Dignidade não se compra, Humberto!

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

A sua presença aqui é uma presença como qualquer outra. Nós já fizemos aqui... Já tomamos aqui muitos depoimentos. O senhor está aqui na condição de interrogado, e eu quero que V. Sa. se circunscreva a esse papel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É... Sem palavras, sem palavras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As acusações que pesam... As denúncias que pesam em evidências...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Oi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Governo não permitiu que um avião pousasse na Venezuela para salvar amazonenses! O Governo que você apoia não permitiu... Você não venha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem salvou a população do seu Estado foi o Governo Federal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah... Está bom, está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se estivessem esperando pelo Governo do seu Estado, estavam morrendo até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está legal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quem está vacinando todo o Amazonas é o Governo Federal!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Negou o apoio de um avião americano...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não permitiu que fossem buscar oxigênio na Venezuela, rapaz!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Negou o apoio e o recebimento de um avião americano para transporte do oxigênio!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Mais de 600 milhões de doses distribuídas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mandou carta expressamente negando o apoio!

O SR. LUCIANO HANG – Pessoal, pessoal... Estão me informando aqui que, lamentavelmente, estão cortando a minha fala, e as pessoas lá...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu recebi aqui também...

O SR. LUCIANO HANG – Espere aí... Vamos lá...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu também recebi aqui, Presidente.

O SR. LUCIANO HANG – As pessoas estão mandando mensagens do Brasil... Aliás, está aberto agora ou não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está, está...

O SR. LUCIANO HANG – As pessoas estão mandando mensagens de que, quando eu estou falando, eles estão cortando o microfone. Assim não vale! Eles entram com as narrativas deles...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque V. Sa. precisa se portar como um interrogado.

O SR. LUCIANO HANG – ... eu vou dar a minha resposta, e eles cortam o microfone?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é um interrogado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Que democracia é essa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. é um interrogado.

O SR. LUCIANO HANG – Que democracia... Interrogado tem direito de responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem que se portar como interrogado.

O SR. LUCIANO HANG – Não, mas eu, como interrogado, tenho direito de responder.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Você não é ditador, Relator!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é um interrogatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – É uma inquisição.

O SR. LUCIANO HANG – Não, mas eu tenho...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quando a fala não agrada...

O SR. LUCIANO HANG – As pessoas que estão me vendo lá precisam escutar a minha resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria que os advogados soubessem e informassem ao cliente deles que está sendo interrogado aqui que isso é um interrogatório, na forma do processo judicial.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Fala que é interrogatório, não é inquisição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes judiciais para esclarecer os fatos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem, tem!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a melhor orientação que os senhores advogados, com todo respeito, me permitam dizer, poderiam dar é que ele, o interrogado, aproveitasse esta oportunidade para esclarecer os fatos, inclusive para nós da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu vou voltar...

O SR. LUCIANO HANG – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz só uma colocação. Eu vou voltar a fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A palavra dele será cortada... Quando ele está respondendo, eu não corto a palavra dele. Agora, quando ele se mete na pergunta ou no que o outro Senador está falando, sim, é cortada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, quando ele estava falando sobre a questão do advogado que estava lá em São Paulo, V. Exa. cortou o microfone dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Como V. Sa. recebeu a informação de que...

Como V. Sa. recebeu a informação de que a covid-19...

Como V. Sa. recebeu a informação – eu estou repetido para que V. Sa. entenda – de que a covid-19 não constou da declaração de óbito da senhora sua mãe?

O SR. LUCIANO HANG – Olha, eu vi agora na...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei... A pergunta é a seguinte. Não é "olha, olha, olha".

O SR. LUCIANO HANG – Agora eu vou responder, espere aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Sa. recebeu a informação? E peço aos advogados de novo que, por favor...

O SR. LUCIANO HANG – Não, não. Essa eu vou responder. Não me cortem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou perguntando a V. Exa. V. Exa. não pode responder. Não pode responder.

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não me cortem. Fiquei sabendo através da CPI que tanto o atestado de óbito quanto o prontuário da minha mãe foi pego...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é essa pergunta. Eu estou perguntando, senhor advogado...

O SR. LUCIANO HANG – ...e lá no atestado de óbito não constava covid. Eu sou leigo. Eu não sei se as pessoas... O que tem que botar no atestado de óbito. Quando a minha mãe morreu, nós fomos até um departamento para conseguir transportá-la para Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero saber como é que ele recebeu a informação.

O SR. LUCIANO HANG – Aí fiquei sabendo aqui na CPI que não estava com o nome lá certinho, aí procurei o Prevent Senior. E acho que vocês foram levados a erro. Os Senadores foram levados a erro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Imagina V. Sa.

O SR. LUCIANO HANG – Calma. Que talvez eu tivesse falado para não colocar como covid. Olha só que loucura, imagina eu chamar o médico e dizer "olha, não coloquem covid, porque eu tinha falado que ela estava o tempo todo no hospital com covid", para diminuir o número de notificação de covid. Uma coisa de louco, uma coisa fantasiosa, mas ontem nós tivemos acesso, na comissão de controle de infecção hospitalar. Eu acho até, Senador Renan Calheiros, vocês foram levados ao erro quando trouxeram...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Imagine V. Sa. com relação à senhora sua mãe.

O SR. LUCIANO HANG – Olha só, não, calma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se nós fomos levados ao erro, imagine V. Sa.

O SR. LUCIANO HANG – Calma! Não, mas Senador Renan Calheiros, trouxeram partes do que foi dado de medicamento e trouxeram o atestado de óbito, e disseram: "mas então, não foi notificado". Aqui está, na comissão de controle de infecção hospitalar. Vou deixar na mão de vocês, encaminhado, onde ela adentrou no hospital no dia 1º de janeiro, saiu no dia 3 de fevereiro. A entrada mostra covid. Covid!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa é uma segunda certidão.

O SR. LUCIANO HANG – E a saída, covid. Ou seja, foi sim notificada a morte da minha mãe como covid, e quero entregar isso em primeira mão aqui para o Senado, porque de repente vocês não tinham esse conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós já soubemos, pelo próprio diretor, que haveria uma segunda declaração de óbito e que tinha sido... Nós soubemos no depoimento dele e temos acesso às duas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano, o senhor tem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entendeu? Temos acesso às duas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor tem o atestado de óbito?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Aqui, não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque esse documento que V. Sa. traz conflita com a informação que a CPI tem, tanto do prontuário quanto do atestado de óbito. Então, eu pergunto a V. Sa.: V. Sa. tem o atestado de óbito, o prontuário?

O SR. LUCIANO HANG – Aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – Não tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Então, deixa eu voltar a fazer algumas perguntas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pode encaminhar à CPI?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Nós havíamos perguntado, porque o prontuário faz um registro à mão, lateral, de que as pessoas da família foram informadas sobre a *causa mortis*. Aí eu perguntei – estou só lembrando pra gente não perder o raciocínio –, aí eu perguntei a V. Sa.: foi V. Sa. que falou com os médicos, com os diretores, com alguém da Prevent Senior?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor disse que não.

O SR. LUCIANO HANG – Não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor falou que não, que não foi o senhor que falou sobre a *causa mortis*, sobre a...

E, agora, eu estou perguntando, em função da primeira resposta: como V. Sa. recebeu a informação de que a covid – porque, há pouco, o senhor confessou aqui que não confessa no vídeo –, que a covid não consta da *causa mortis* da senhora sua mãe no prontuário e na certidão de óbito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Achei estranho não estar na certidão, no óbito, mas eu, sinceramente, sou leigo, se vai o quê? Cheio de doenças, são cinco doenças lá colocadas, e não estava o pós-covid, mas aqui eles me provaram que foi colocado. Segundo eles...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é posterior...

O SR. LUCIANO HANG – Não, no mesmo dia, mesmo dia, mesmo dia, dia 3, dia 3, está aqui, no mesmo dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor pode deixar esse documento?

Presidente Randolfe, V. Exa. pode pedir a cópia, agora, deste documento para a gente?

O SR. LUCIANO HANG – Segundo eles...

Segundo eles...

Por favor, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. LUCIANO HANG – Segundo eles, quem preencheu o atestado de óbito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano, Sr. Luciano...

O SR. LUCIANO HANG – ... foi o plantonista. No dia seguinte, existe uma comissão de controle de infecção hospitalar. Essa comissão de controle de infecção hospitalar viu o erro do plantonista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi a alteração que fizeram, nós já chegamos a isso; foi feita uma posterior alteração.

O SR. LUCIANO HANG – E aí informaram...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E aí eu perguntei ao Dr. Pedro se eram dois os prontuários, e ele ficou embaraçado, sem saber o que fazer.

O SR. LUCIANO HANG – Isso aqui não é prontuário, não é prontuário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senhor...

Eu queria pedir ao Sr. Luciano e à sua defesa se podem fornecer cópia desse documento para a Secretaria da CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém falou com V. Sa.?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Determino à Secretaria da CPI que providencie cópias e disponibilize às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, e devolva o original ao Sr. Luciano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alguém falou, em algum momento, com V. Sa. sobre a decisão de fazer um novo documento e não lançar no documento verdadeiro, o anterior, a *causa mortis* da senhora sua mãe?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não falou?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito com a resposta.

Eu queria só exibir o prontuário que foi levantado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, e peço para a Comissão Parlamentar de Inquérito disponibilizar, por favor, a declaração de óbito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Determino, de igual forma, à Secretaria que disponibilize documentos requeridos pelo Relator.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, expor os dados de uma pessoa falecida? Respeite a mãe pelo menos do depoente. Trazer a público a certidão de óbito?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso aí é a verdadeira declaração...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quero ver se uma pessoa faria isso com a mãe do Paulo Gustavo aqui; com a do Sr. Luciano Hang, o senhor não faz, o senhor faz! Uma anarquia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Está aí a verdadeira declaração de óbito, porque, depois, nós perguntamos isso ao Diretor Pedro, que não soube explicar, porque a explicação... Eles fizeram isso não só com a mãe do Sr. Luciano; eles fizeram isso com muitas pessoas, para ocultar a *causa mortis*, e isso influenciar no resultado do experimento com humanos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Que prova o senhor tem para falar um negócio desse?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Senador, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta....

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – No mesmo dia 3, quando a minha mãe morreu, está esse documento onde foi colocado "covid", ou seja, pode ter acontecido um erro do plantonista que colocou aquelas doenças, mas, quando foi fazer o documento que vai pra Secretaria do Estado, foi federal, federal, foi colocado "covid". Então, não vejo o interesse do hospital de mentir sobre a morte da minha mãe, não vejo! Qual era o motivo, se eu disse que ela estava no hospital e estava com o covid, e depois voltar... Aí depois eu faço uma *live* explicando que a minha mãe morreu de covid, que eu lamentava que nela não tinha sido feito o tratamento preventivo – preventivo é antes de ela ficar doente. Mas, sim, depois, na nossa casa, ela fez o tratamento precoce inicial e deve ter continuado com todos os tratamentos na Prevent Senior. Da onde? Eu e minha esposa também estivemos lá, também estivemos com covid e tomamos todos os medicamentos apresentados pela Prevent Senior. Então, eu não vejo problema nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta em função da pergunta anterior: V. Sa. também se submeteu àqueles tratamentos adicionais que foram feitos na senhora sua mãe – todos?

O SR. LUCIANO HANG – Tudo que... Veja bem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ozonioterapia e os demais?

O SR. LUCIANO HANG – Veja bem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando porque fiz a pergunta anterior.

O SR. LUCIANO HANG – Vamos lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor disse que se submeteu a todos os tratamentos.

O SR. LUCIANO HANG – Fiz o tratamento preventivo – faço ainda hoje, faço o preventivo –, fiz o precoce e me disponibilizei a assinar todos os documentos pra que tudo o que a Prevent Senior queria fazer comigo pudesse fazer. Eu quero me salvar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E fez? E fez?

O SR. LUCIANO HANG – Eu vou culpar que eu não tenho metralhadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é: fez? Fez?

O SR. LUCIANO HANG – Fez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, então está bom.

As empresas de V. Sa. não atuam no ramo de saúde...

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas suas redes sociais estão repletas de manifestações contra as medidas não farmacológicas de manejo da covid-19...

O SR. LUCIANO HANG – Direito e autonomia de opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando. Por favor, chegaremos lá.

... desconfiança contra vacina e a favor do chamado tratamento preventivo e tratamento precoce.

Eu peço pra exibir, por favor, o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, o vídeo seguinte – esse aqui já foi exibido.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algumas perguntas sobre isso: o senhor não acha que essa manifestação de alguma forma é criminosa?

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

O SR. LUCIANO HANG – Espera um pouquinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. faz esse ataque tão veemente contra as medidas não farmacológicas de contenção da covid-19?

O SR. LUCIANO HANG – Senador, eu nunca vi tanta idiotice como fizeram nessa pandemia: reduziram o horário de atendimento das lojas, a cidade que parava ficava duas horas aberta; reduziram o horário de ônibus; pararam de funcionar nos domingos e feriados – fizeram ao contrário. Não tem lógica o que fez o gestor público neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, quero dizer um negócio pra vocês: na minha cidade, onde eu moro, que foi uma das cidades que menos fechou no Brasil, o número de mortes por habitantes é de 2 mil, 2.011; a letalidade é de 1.1. Nós trabalhamos lá em Brusque direto, direto, direto. Paramos 15 dias lá em 2020, e nem por isso aumentou o número de mortes.

Agora, o que eu notei, cidades...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não aumentou?

O SR. LUCIANO HANG – Não, em Brusque não.

O que eu notei é que Prefeitos e Governadores usaram politicamente o vírus. Lamentável. Eu vi as cidades que mais fecharam, eu olhei ontem: 4 mil mortes por 1 milhão, onde na minha cidade é 2 mil. E o Estado de São Paulo, por exemplo, aumentou a média das mortes no Brasil. Tem Estados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que...

O SR. LUCIANO HANG – Eu só quero falar, complementando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando e eu estou querendo a resposta.

O SR. LUCIANO HANG – Eu quero mandar um abraço aqui e um parabéns para o Governador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Sr. Hang...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor é interrogado, o senhor tem que se portar nessa condição de interrogado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Não, Sr. Hang, o senhor não vai mandar um abraço, o senhor não vai mandar beijinho para ninguém. O senhor vai responder às perguntas aqui.

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Renan, prossiga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que os ataques que V. Sa. fez às medidas não farmacológicas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Não, eu fiz um ataque às medidas feitas por alguns Prefeitos que eram fora de lógica: parar as empresas. Eu sempre falei que tínhamos que cuidar da saúde, mas sem se descuidar da economia. Eu tinha a certeza que nós íamos pagar essa conta. Estamos pagando agora: está faltando produto, aumentou o preço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a pergunta específica, pontual: as medidas de desaceleração da covid-19 atrapalharam os seus negócios, os negócios de V. Sa.?

O SR. LUCIANO HANG – Não, graças a Deus, a Havan é uma das empresas que não pode reclamar da situação. Nós temos condições...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas a pergunta é: atrapalharam ou não?

O SR. LUCIANO HANG – O que eu sempre pensei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Randolfe...

O SR. LUCIANO HANG – ... é nas empresas que fecham e não retornam mais, que perdem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou querendo saber apenas das respostas que eu...

O SR. LUCIANO HANG – Qual é a pergunta, Senador? Qual é a pergunta, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos lá. Vamos tentar de novo.

Senador Renan, faça a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As medidas de desaceleração da covid-19 atrapalharam os seus negócios, as suas empresas? Sim ou não?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

V. Sa. confirma que passou a vender em suas lojas alguns itens da cesta básica?

O SR. LUCIANO HANG – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para driblar a legislação na tentativa de serem classificados como atividades essenciais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e poderem ficar abertas quando os decretos locais impediam o funcionamento do comércio?

O SR. LUCIANO HANG – Ó, isso aqui é a coisa mais fácil de eu responder, não é? É por isso que eu digo: quem tem a verdade... Eu estou aqui tão tranquilo que eu me sinto em casa, parece que eu já vivi no Senado a vida toda, mas vou dizer pra vocês...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano...

O SR. LUCIANO HANG – Aqui a Havan, eu quero explicar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Não, Sr. Luciano...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Cadastro nacional...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Sr. Luciano. Só um minuto, por gentileza.

Vamos lá. O Relator ia fazer perguntas, e ele tem o dever de tratar o senhor com respeito – e assim ele se comportará.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas não está se comportando, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. responderá sem adjetivar, sem fazer propaganda, sem mandar abraço, sem nada, só respondendo. V. Exa. pode, inclusive... V. Sa. pode, inclusive, argumentar, mas adjetivar, não. Peço à douta defesa que oriente o seu paciente nesse sentido.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor pode dizer ao Relator?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou começar novamente: Sr. Relator, faça a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Pontualmente, V. Sa. confirma...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que passou a vender em suas lojas alguns itens da cesta básica...

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para driblar a legislação?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano, pode responder.

O SR. LUCIANO HANG – A primeira, sim; a segunda, não. Eu vou explicar o porquê.

A Havan tem no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (Cnae), desde a sua fundação, que pode vender alimentos. Aliás, nós vendemos: nós somos o maior vendedor de chocolate do Brasil. Nós vendemos 50...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não é essa a pergunta é...

O SR. LUCIANO HANG – Mas é o que eu falo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque esse movimento e essa manobra que V. Sa. fez...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... permitem que os seus locais, as suas lojas fiquem abertos, enquanto outros...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, vamos garantir...

O SR. LUCIANO HANG – E não driblei. Eu poderia fazer isso porque eu tenho o Cnae de supermercado. Então, eu posso vender, eu posso vender arroz, feijão e tudo, em todas as prefeituras. E nós temos o Cnae (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas), que eu posso vender alimentação. Eu não driblei. Eu vendi? Vendi, mas não driblei. Eu não fiz nada errado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, ao fazer isso, com todo o respeito... Ao fazer isso, V. Sa. se colocou em condição diferenciada com relação aos seus concorrentes.

O SR. LUCIANO HANG – Eu vendi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seus concorrentes fechavam e V. Sa., a pretexto de vender arroz e feijão, abria. Isso é correto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas está na atividade dele...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma medida de mercado correta, defensável?

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu só estou querendo saber...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, Luciano. Luciano, Sr. Luciano, só um minutinho. Sr. Relator... Colegas, vamos deixar o Relator ir conduzindo?

Temos aqui, olha, 15 colegas inscritos. Acho, inclusive, que não teremos tempo para ouvir todos, por conta da iminência da Ordem do Dia. É desejo desta Presidência... Nós temos 15 colegas inscritos. A palavra ainda está com o Relator. Inclusive, acredito que nós não teremos a possibilidade de todos os colegas inquirirem no dia de hoje, em decorrência da imposição do início da Ordem do Dia. Vamos garantir ao Relator? Vamos à perfeita condução dos trabalhos, nos termos do que rege o Regimento da Casa, o Código de Processo Penal? O Relator fará a pergunta, o Sr. Luciano Hang responde. Se o Relator não se encontrar satisfeito com a pergunta, ele assim se manifestará, e a gente há de dar bom curso ao depoimento.

Então, a palavra está com o Relator. Em seguida, passaremos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A difusão na crença da hidroxicloroquina ajudou os negócios de V. Sa. de alguma maneira?

O SR. LUCIANO HANG – Renan, por favor... Desculpa, Senador. Novamente, como é que foi?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou repetir. Eu hoje tenho toda a paciência do mundo. A difusão da crença da hidroxicloroquina ajudou os negócios de V. Sa. de alguma maneira?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não, de forma nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. criticou a eficácia da CoronaVac lançando dúvidas sobre a adequação dessa vacina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Olha, eu acho que, na época, lá atrás, eu, como fui insistentemente falando sobre o preventivo e precoce, a vacina apareceu só agora, este ano de 2021. Então, eu nunca fui contra a vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo 3, por favor.

O SR. LUCIANO HANG – Vamos lá.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah... Olha aí. Olha aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fez os dois. Fez os dois.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algumas perguntas, Presidente, em função do vídeo: V. Sa. considera correta essa sua atitude? Sim ou não?

O SR. LUCIANO HANG – Sim, eu estou passando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim ou não?

O SR. LUCIANO HANG – Sim, eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Eu estava vivo porque eu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, considera correta.

Não lhe parece que V. Sa., com declarações desse tipo, está estimulando a população a se automedicar com medicamentos ineficazes, já que a maioria das pessoas não têm acesso a médicos com a mesma facilidade que V. Sa. tem?

O SR. LUCIANO HANG – Não, porque a maioria desses remédios precisa de prescrição médica, então pras pessoas tomarem isso ali eles vão precisar do médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor sabe que não foi isso que aconteceu na Prevent Senior, que eles não davam autonomia aos médicos e tiravam os médicos e reduziam os plantões quando os médicos recusavam. O senhor sabe disso?

O SR. LUCIANO HANG – Não. Eu acho que cada médico tem autonomia de dar o que dá; alguns dão, outros não, cada um tem autonomia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas em algum momento o senhor foi informado do que estava acontecendo na Prevent Senior?

O SR. LUCIANO HANG – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, é sim ou não. Eu estou...

O SR. LUCIANO HANG – ... eu autorizei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... respeitosamente...

O SR. LUCIANO HANG – Autorizei o hospital a fazer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou mais perguntando sobre autorização, estou perguntando de que os médicos que se rebelavam, eles eram afastados e tinham os plantões diminuídos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Doze, de cinco mil. Doze médicos de cinco mil.

O SR. LUCIANO HANG – Não posso responder pela Prevent Senior, mas eu tenho toda a confiança neles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Eu peço pra exibir o vídeo 4, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aí, olha aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que o Ricardo também estava em Manaus.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Estado estava em Manaus com o tratamento de humanos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor sabia que ele comprou o medicamento e distribuiu pra Prefeitura de Brusque?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, não sabia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Isso agrava a situação dele, né? A situação do Ricardo, não estou falando da situação ainda do Hang.

Eu queria saber, Presidente, algumas questões em função disso.

Sr. Luciano Hang, qual é o seu envolvimento com o lançamento do aplicativo TratCov?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Olha... É... Para começar, se eu tenho uma rede social, eu vou entrevistar pessoas que possam ajudar, que eu acho que possam ajudar a população. Nesse dia, como eu estava aqui por causa da minha mãe, eu fiz a entrevista com a Dra. Helen e com a Dra. Luciana Cruz, que falavam do entendimento delas sobre a doença. Então, de uma maneira muito simples, é como se eu fosse um entrevistador. E eles apresentavam os argumentos para salvar vidas. Aliás, esse grupo que esteve aqui, inclusive, o Ricardo Zimmermann e o Francisco Cardoso, dois infectologistas fantásticos – fantásticos – a quem eu sempre ligo, para eles, para saber, fazem parte desse grupo de médicos com a Dra. Helen, a Luciana Cruz, em prol de salvar vidas. Então, na verdade, foi uma entrevista com eles explicando, na posição delas como médicas, o que deveria ser feito para o tratamento de covid no começo de janeiro deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano, mas só para, assim, retomar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor confirma que teve...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Só para retomar uma pergunta do Sr. Relator, se o Sr. Relator me permite. A pergunta do Sr. Relator foi: o senhor teve alguma participação e, se teve, qual foi, na elaboração do chamado TratCov?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Zero.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhuma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma outra pergunta, consequência da resposta: V. Sa. confirma que teve acesso ao aplicativo TratCov antes mesmo do seu lançamento?

O SR. LUCIANO HANG – Não. Zero, zero. Eu só fiquei sabendo do TratCov através delas, como elas explicaram aí das pessoas que estavam por trás disso, que era uma pontuação, de que chegaria a conclusões rápidas de se a pessoa estava ou não com covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor soube através delas?

O SR. LUCIANO HANG – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que elas levaram ao conhecimento de V. Sa. o TratCov?

O SR. LUCIANO HANG – Porque eu fiz uma entrevista. E essa entrevista foi no hotel em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa entrevista, de quando é, Sr. Luciano?

O SR. LUCIANO HANG – É essa entrevista aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas de quando é? Qual é a data?

O SR. LUCIANO HANG – De 9 de janeiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Nove de janeiro.

O SR. LUCIANO HANG – De 9 de janeiro, 9 de janeiro. Estava em São Paulo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Enquanto o pessoal estava morrendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Morrendo lá no Amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Só assim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o senhor estava fazendo essa entrevista e propagando isso para o País.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para atualizar a CPI, o TratCov...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E o TratCov está no vídeo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O TratCov foi lançado em Manaus no dia 13 de janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O que ele fala no vídeo é o que está no TratCov.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apesar de... Apesar de vossa... Eu queria, respeitosamente, colocar isto: os seus advogados devem dizer que, apesar de V. Sa. não ter requerido no Supremo Tribunal Federal alguns benefícios, algumas garantias nesse depoimento, o senhor não deve se autoincriminar.

O SR. LUCIANO HANG – Mas eu estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eles devem lhe advertir permanentemente sobre isso...

O SR. LUCIANO HANG – Para isso. Senador, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não pode se autoincriminar...

O SR. LUCIANO HANG – Não. Eu vou falar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tenha cuidado...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor é que está incriminando ele.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não. Renan... Senador, desculpe... Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só uma questão, uma questão muito relevante, Sr. Relator: é que eu queria pedir, administrativamente, que V. Exa. providenciasse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Questão de ordem ao Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – Quero pedir ao senhor que solicite à Polícia Legislativa do Senado Federal que faça um rastreamento de todas as contas em redes sociais que interagiram com os membros, titulares e suplentes, desta CPI no dia de hoje. Faço este pedido porque, claramente, houve um ataque sistemático de robôs às nossas redes, xingando, ofendendo e agredindo Senadores da República. Uma ação orquestrada exatamente no dia do depoimento do Sr. Hang. Faço esse requerimento a V. Exa. para que essas providências sejam adotadas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Providência recebida.

Quero determinar à Secretaria que chame aqui o Chefe da Polícia Legislativa do Senado para darmos a ordem para o encaminhamento da providência requerida aqui pelo Senador Rogério Carvalho.

Senador Renan, prossiga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quais são as suas relações, Sr. Luciano Hang, com a Missão Manaus, de médicos que levaram tratamento precoce para a população amazonense?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Nada, nada, nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não tem relação?

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apesar de ter feito a entrevista com as médicas...

O SR. LUCIANO HANG – Não, as pessoas que foram para Manaus... Não sei se as duas que estavam aqui... Acho que foi o Ricardo... Não sei se o Francisco foi...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – A Helen foi...

O SR. LUCIANO HANG – A Helen foi e tal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Helen...

O SR. LUCIANO HANG – Mas eles são médicos, eu sou comerciante. Eles foram para lá fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta: em algum momento, de alguma maneira, houve alguma espécie de patrocínio por parte de V. Sa. a esta missão?

O SR. LUCIANO HANG – Não, nenhuma... Só doei 200 cilindros de oxigênio para Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, o senhor mandou...

O SR. LUCIANO HANG – Os 200 cilindros de oxigênio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... 200 cilindros de...

O SR. LUCIANO HANG – ... para Manaus.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a data em que esses cilindros chegaram?

O SR. LUCIANO HANG – Ah, quando eu saí do hospital, recebi o pedido, que estava faltando oxigênio lá, e pedi para comprar 200 cilindros. Em 24 horas, em 48 horas, os cilindros estavam em Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor lembra a data?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Depois dessa data aí, porque... Manaus foi depois, eu acho, a crise de Manaus, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O colapso foi a partir de 10 de janeiro – 10, 11 de janeiro...

O SR. LUCIANO HANG – É, foi depois disso. Foi depois disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a sua relação com a família Bolsonaro?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – É... De amizade, assim... Vez em quando, se vê; não é de frequentar a casa, nada...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, posso...

O SR. LUCIANO HANG – Comecei a conhecer depois...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu fui citado, quero falar, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não foi ofensivo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Flávio, se V. Exa. me permite, veja: não houve citação nos termos do art. 14...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Mas é a indução de que alguma coisa de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não foi algo direcionado a V. Exa. Vamos garantir...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah, não? A família Bolsonaro? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, ele citou...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele fez a pergunta se tem algum tipo de relação da família Bolsonaro com ele. Primeiro, os termos do art. 14 é se houve alguma fala ofensiva. Não me parece que ocorreu nenhum tipo de fala ofensiva nesses termos. Vamos prosseguir...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sr. Presidente, eu sou Senador, estou aqui presente. Ele faz uma pergunta em alusão a meu nome, e eu não posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas ele não citou o seu nome.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está inscrito...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Se ele está num depoimento e está sendo perguntando sobre coisas erradas que ele possa ter feito, e ele pergunta sobre a família Bolsonaro, subentende-se que há suspeita do Relator de que há algo de errado entre família Bolsonaro e Luciano Hang...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Então, é óbvio que eu tenho que falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador, deixe-me... Os termos claros do art. 14: se há uma manifestação ofensiva ao Senador. Ao Senador! A V. Exa... Não houve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah, não houve?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A V. Exa.? Não houve...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Eu não sou Bolsonaro agora?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não... O senhor é a família?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A família Bolsonaro engloba Presidente da República...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor é a família?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... Senador Flávio Bolsonaro, Vereador Carlos Bolsonaro e...

(*Interrupção do som.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – ... Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor não é a família. O senhor é um membro da família.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah, então...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os termos do art. 14 dizem: manifestação ofensiva ao Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ah, é? Eu não sou da família?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, mas só para entender, Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Prossiga...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ser amigo do Luciano... Ser amigo da família seria ofensivo? É isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Vou fazer uma ofensa à família Calheiros daqui a pouco. Se eu falar família Calheiros, eu não estou falando de Renan Calheiros? É isso? É, correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas dizer que é amigo da família Bolsonaro não se subtende que é ofensa. Não é isso? Ou é ofensa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu acho que nós estamos num patamar desta investigação... E esse tipo de provocação devia ser...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Garantida a inquirição por parte de V. Exa., Senador Renan. Pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo matérias publicadas nos jornais – acho que V. Sa. deve ter acompanhado –, o Deputado Eduardo Bolsonaro passou o contato de V. Sa., Luciano Hang, para Allan dos Santos, dono do Portal Terça Livre, investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela disseminação de *fake news*. Quatro meses depois... Quatro meses depois, Allan dos Santos afirmou que Hang havia concordado em patrocinar o seu programa.

Eu peço para exibir o vídeo nº 5. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos o vídeo aí? (*Pausa.*)

Uma foto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A foto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A foto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Essa é uma das fotos que constam das investigações e que verdadeiramente comprovam, estabelecem indícios, evidências do que eu acabo de afirmar.

Eu queria fazer algumas perguntas como decorrência disso.

Qual a sua efetiva relação com o Deputado Eduardo Bolsonaro?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Eu queria dizer que isso aí não prova nada, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

Eu estou só querendo fazer uma pergunta...

O SR. LUCIANO HANG – Nada não, prova nada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Aqui é uma mensagem entre o Eduardo Bolsonaro e Allan dos Santos, conversando, o Allan dos Santos, querendo um patrocínio da Havan. E vocês imaginem quantas pessoas pedem patrocínio ou pedem ajuda para a Havan. São milhares diariamente – milhares!

Então, conversaram, o Allan... Inclusive, na semana passada, quando saiu no Jornal Nacional, o Allan disse o seguinte: "Se alguém encontrar um centavo do Hang na minha conta, eu visto a camisa do PT". E eu falei: "Se alguém encontrar... E se a Globo voltar atrás no que ela falou, eu volto a colocar no Jornal Nacional a propaganda da Havan". Ou seja, isto aqui é tudo ilação, é mentira, isso é narrativa, não existe. Nós não patrocinamos o programa do Allan dos Santos, quer dizer, pode ter conversado, pode ter falado comigo, mas não aconteceu.

Como é que funciona a Havan? As pessoas pedem para mim o patrocínio. Eu converso com todo mundo e passo para o meu departamento de *marketing*.

E eu quero mostrar aqui agora... Como é que funciona na Havan? O Kajuru, esses tempos atrás, falou aqui no programa, quando da primeira vez em que eu estive mencionado aqui, que ele "Pô, mas quem é esse Hang? Gang? Ele cresceu a Havan durante esse Governo do Bolsonaro", como se ele não me conhecesse.

Eu quero mostrar para o Brasil aqui uma correspondência do Sr. Kajuru pedindo patrocínio para a Havan aqui no dia 3 de setembro de 2019.

Olha só a cara de pau!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. LUCIANO HANG – Ligou para mim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO HANG – ... pediu patrocínio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... isso efetivamente não tem nada a ver com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador...

O SR. LUCIANO HANG – Pode ter, pode ter.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E o Eduardo Bolsonaro tem a ver?

O SR. LUCIANO HANG – Ligou para mim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tá, tá... Deixa só... Eu quero acabar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano...

O SR. LUCIANO HANG – Ligou para mim, pediu patrocínio. O meu departamento...

(*Interrupção do som.*)

O SR. LUCIANO HANG – ... de *marketing* não deu patrocínio para o programa dele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano, só um minuto.

Está sem o microfone porque eu cortei, e eu vou dizer por quê.

O senhor pode inclusive repelir a informação que o Senador Kajuru prestou. O senhor não pode é faltar com respeito com o Senador da República. O senhor não pode...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque qual é o crime que tem dele pedir um patrocínio?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, a questão não é essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Kajuru é uma das referências desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A questão central é a seguinte: o senhor não pode denominar, atacar, ofender qualquer Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não pode, não pode.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor chamou de cara de pau um Senador da República.

Eu peço a V. Sa. que o senhor retire os termos. E peço à...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... à douta defesa que o oriente a retirar os termos nos quais se referiu a um Senador da República.

Repito, V. Sa. pode aqui, inclusive, refutar o que algum Senador falou; o senhor não pode é agredir, não pode nominar, não pode atacar um membro do Senado da República. Então, eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedir somente a retirada dos termos ofensivos ao Senador Jorge Kajuru, o qual foi objeto da palavra do depoente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O restante, o senhor pode continuar.

O SR. LUCIANO HANG – Vamos por partes, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, pra mim, não! É para o Senado e para o Senador Kajuru.

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Como é que funciona na Havan? Então, o Kajuru pediu patrocínio. Falou comigo! Falou comigo: "Luciano, me arranje patrocínio". Passei pro departamento de *marketing*, o departamento de *marketing* não liberou a propaganda, e não existiu nada. Eu quero dizer o seguinte: as pessoas, é normal pedirem coisas pra mim. Passo para cada departamento, e o departamento, vendo se é interessante ou não para a empresa, vai fazer ou não a propaganda. Só isso que eu queria falar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós encontramos, na Comissão Parlamentar de Inquérito, inúmeros dados sobre impulsionamento nas redes sociais. O senhor disse aqui há pouco... e admitiu gastar mais de 250 milhões com propaganda, fazendo uso do Google. E o Senador Alessandro Vieira fez uma pergunta, como consequência, que eu acho muito importante que ela seja refeita aqui: o senhor fez algum tipo de seleção dos *sites* que receberam recurso em algum momento?

O SR. LUCIANO HANG – Olha, boa pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Poderia mandar uma cópia dessas seleções?

O SR. LUCIANO HANG – Veja bem... Muito bom. Nós podemos, sim, selecionar alguns dos que nós não colocamos, não é? E é claro que eu não vou botar naqueles veículos que nos agridem normalmente, principalmente *sites* de extrema esquerda, não é? De extrema esquerda, nós não vamos patrocinar esse tipo de *site.* De resto, posso mandar pra vocês aí, com toda certeza.

Quem escolhe... Em iniciativa privada, quem escolhe o cliente somos nós. Quem escolhe o fornecedor somos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só lembrar que a relação do Sr. Luciano Hang com *fake news* vem sendo investigada pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que acompanha uma investigação e que tem, com relação às *fake news* no enfrentamento à pandemia, um diferenciado capítulo.

Em maio do ano passado, o Ministro Alexandre de Moraes determinou a quebra do sigilo fiscal e bancário do empresário e ordenou uma ação de busca na casa de Hang e na sede da Havan. Em julho, Hang foi silenciado nas redes sociais e teve suas contas suspensas por ordem judicial, acusado de fazer parte de um esquema virtual de insultos, ameaças e notícias falsas contra o Supremo Tribunal Federal, montado pela chamada milícia digital.

Esta CPI teve acesso a conversas e interceptações envolvendo o empresário e sua participação no financiamento de *sites* de desinformação, que ficam evidentes, que restam comprovados...

V. Sa. está sendo investigado nessa específica investigação do Supremo Tribunal Federal?

O SR. LUCIANO HANG – Estou, mas não tenho nada com esse inquérito. Jamais produzi, jamais financiei *fake news*. Jamais!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que impulsionou postagens suas com o então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro, tática utilizada para tentar administrar melhor, utilizar melhor a legislação eleitoral?

O SR. LUCIANO HANG – Jamais. A única vez...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor nunca postou?

O SR. LUCIANO HANG – Espere aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso que eu estou perguntando.

O SR. LUCIANO HANG – A partir do dia 17 de agosto de 2018, eu impulsionei uma... Eu dei o apoio para o Presidente dia 17 de agosto de 2018. Inadvertidamente – eu não sabia – patrocinei uma... E que o Alckmin, a coligação tirou fora do ar. Então, daquele momento... Daquele momento, nós não... Cuidamos muito. Pegamos as empresas de *tech* para que cuidassem para que a gente não incorresse em nenhum erro eleitoral. Ou seja, eu continuava fazendo o motivacional e todos os nossos vídeos da empresa, impulsionava, e a parte que eu fazia de política eu não impulsionava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, a gente tirou a conta do Google que era da Havan, voltou para a minha conta, para que não ocorresse nenhum crime. Não é isso? Estou aqui... Nós cuidamos muito disso, pra não acontecer, ou seja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só lembrar um fato sobre isso: que uma matéria do *El País*, durante a campanha eleitoral – só para lembrar –, ela retrata, quando Hang postou mensagem de apoio ao candidato Jair Bolsonaro, que foi paga para ser impulsionada pelo Facebook, em desrespeito à legislação eleitoral, que estabelece que apenas os próprios candidatos, partidos e suas coligações podem comprar propaganda eleitoral nas redes. É por isso que eu perguntei.

O senhor confirma que fez postagem?

O SR. LUCIANO HANG – Foi essa, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fez uma postagem...

O SR. LUCIANO HANG – ... a primeira... Mas escuta: eu fiz a postagem, fui advertido pelo TSE, tiramos essa postagem do ar e pagamos a multa por isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

O SR. LUCIANO HANG – Ou seja, nós não... Inadvertidamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós vamos fazer uma outra pergunta sobre isso.

O SR. LUCIANO HANG – Eu não sabia que não poderia impulsionar algo político no dia 17 de agosto. A eleição era em outubro. Eu não sabia. Sinceramente, do fundo do meu coração, Senador, não sabia.

Pagamos o preço por isso, pagamos à Justiça, e, dali para diante, nós cuidamos com todo zelo para que nada fosse feito errado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu, então, queria fazer uma outra pergunta, Presidente Omar, para o depoente.

Qual foi a sua participação nesse esquema de disparos em massa de mensagens em benefício de candidatos, de políticos?

O SR. LUCIANO HANG – Zero, Senador. Zero. Inclusive, nós ganhamos a ação do jornal *Folha de S.Paulo*, que fez uma *fake news* contra nós e quase derrubou as eleições, dizendo que nós tínhamos impulsionado o WhatsApp, coisa que, na época, quando fizeram a entrevista comigo, eu disse "eu nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sei o que que é isso". Eu sou chamado de "véio" da Havan porque realmente há certas coisas que eu não sei.

Então, o cara me pega, sabendo que era mentira, mesmo assim fizeram a *fake news*, e até hoje não provaram. E já foram condenados na primeira instância.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Então, o senhor é chamado de "véio" da Havan porque o senhor não sabe de nada, é isso?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não, é que a gente vai ficando "véio" e vai...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Quanto mais velho...

O SR. LUCIANO HANG – ... a tecnologia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não! Não; quanto mais velho o cara, mais experiente ele fica.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não. É de tecnologia que ele falou.

O SR. LUCIANO HANG – Na tecnologia, não, né? Porque realmente eu nem sabia que existia o impulsionamento do WhatsApp e fui pego de surpresa nesse negócio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza, pode até o senhor não saber, mas quem manipula isso, quem está por trás disso... Foi por isso a primeira pergunta do Senador Renan, sobre *offshore*. Aliás, me mandaram uma aqui que ele tem uma nas Ilhas Virgens, do Caribe.

O SR. LUCIANO HANG – Ah, tem!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele confirmou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele confirmou. Ele confirmou.

O SR. LUCIANO HANG – Temos, temos, temos, temos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque essas... Os indícios são de que essas *offshores* fora do Brasil é que impulsionavam, faziam o pagamento, inclusive pagamentos altíssimos à Alemanha, sabia?

O SR. LUCIANO HANG – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou aqui dizendo para o senhor que são pagamentos altíssimos. O Brasil gastou milhões de reais para impulsionar – o Governo brasileiro, eu estou falando da Secretaria de Comunicação do Brasil –, milhões para impulsionar na Alemanha, dizendo que era para fazer propaganda de turismo no Brasil em plena pandemia. Só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja bem, quando o Senador Renan fez a primeira pergunta, Sr. Hang, é para que a gente... Um inquérito vai movido de indícios. E a gente vai perguntando.

O SR. LUCIANO HANG – Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá certo?

É que a desconfiança é muito grande de que o senhor tenha financiado *fake news*, inclusive essa questão do tratamento precoce, tratamento preventivo, como quer que o senhor chame. Para nós, é tudo contra a ciência, e a gente não defende isso. E a gente vai combater isso contra o senhor, contra qualquer pessoa. Por isso que o Senador Renan fez essa pergunta.

O SR. LUCIANO HANG – Senador, até quero agradecer as perguntas, para que deixemos bem claro: todos os negócios são lícitos, são declarados...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nós não entramos nessa discussão.

O SR. LUCIANO HANG – E que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo amor de Deus!

O SR. LUCIANO HANG – ... até ficou interessante nesse inquérito da *fake news*: nós até hoje não tivemos ainda acesso ao processo. Estamos andando às escuras, nossos advogados não estão tendo acesso. Do meu lado, como eu estou aqui hoje, fico tranquilo porque a verdade está do nosso lado. Nada melhor do que isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Tá.

V. Sa. confirma que está sendo processado pelo Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina por intimidar seus funcionários com ameaça de fechamento de lojas e consequente demissão em massa caso o Presidente Bolsonaro não fosse eleito Presidente da República?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Olha, eu realmente sou processado pelo Ministério Público, mas jamais vou intimidar... É só fazer uma pesquisa com os meus 22 mil colaboradores, que são as pessoas que vão contar que isso tudo é mentira, até porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para disponibilizar a foto aí, por favor.

O SR. LUCIANO HANG – A foto não fala nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou dizendo que fala. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou perguntando se o senhor confirma que está sendo investigado por esse fato.

O SR. LUCIANO HANG – Confirmo e sou inocente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Confirma e é inocente. Isso é uma boa informação.

O Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina ajuizou ação civil pública cobrando R$25 milhões em indenizações contra a rede Havan acusada de intimidar funcionários a votar no então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro. Segundo a procuradoria, o empresário Luciano Hang, dono da Havan, teria declarado diversas vezes que fecharia milhares de postos de trabalho caso Bolsonaro perdesse a eleição.

Eu peço para exibir o vídeo 6, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é terrível!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Luciano Hang, o senhor acredita no que o senhor está falando aí?

O SR. LUCIANO HANG – Com toda a certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, rapaz...

O SR. LUCIANO HANG – Por isso que eu estou vestido assim. Com toda a certeza... É o meu direito de expressão. Cada um tem um time para torcer...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Parabéns, Luciano!

O SR. LUCIANO HANG – Ahn?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Parabéns!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O outro vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Se isso não é ameaça, eu não sei o que é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Coração grande demais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O outro vídeo, por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – E milhões de brasileiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O outro vídeo, por favor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Milhões!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O outro vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repita, por favor... Repita, por favor, porque eu não ouvi.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Isso aí foi quando? Em 06/08/2021. O senhor, numa festa...

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Motociata, em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E muita gente morrendo ainda, não é, Sr. Luciano?

O SR. LUCIANO HANG – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor ali brincando, não é? Que coisa boa, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Brincando depois de tudo o que aconteceu...

O SR. LUCIANO HANG – Tem gente que vai para a praia, tem gente que vai para o hotel, tem gente que vai viajar... Eu tenho visto cada vídeo daqueles "fiquem em casa", não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, e o senhor já falou aqui que é para manter o seu senso de humor.

O SR. LUCIANO HANG – É. Ô, Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer algumas perguntas sobre isso, Sr. Luciano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor perguntou que houve um pedido de indenização de 25 milhões para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu comuniquei esse fato e mostrei o vídeo que ensejou a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pagou?

O SR. LUCIANO HANG – Não, nós estamos recorrendo, porque nós não fizemos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o senhor recorreu?

O SR. LUCIANO HANG – Claro! Imagina... Nós somos inocentes!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas acabamos de ver o vídeo aí... E diz que nunca faz ameaça... Acabamos de ver!

O SR. LUCIANO HANG – Não, mas escuta...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não há ameaça nenhuma, isso é lógico.

O SR. LUCIANO HANG – Não, Renan... Senador, é o seguinte: nessa semana... O pessoal está nos escutando aí? Nessa semana, dei uma entrevista para Leda Nagle. Nós fizemos 20, 25 lojas por ano. Em 2023, eu vou tirar o pé, a mesma coisa... Só que agora eu estou avisando antes. Eu vou esperar o que vai acontecer nas eleições, porque para que eu vou acelerar, se eu não acredito no que vai acontecer? Confiança e esperança é tudo para o empreendedor. Sem confiança e esperança, o dólar sobe...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor está reconhecendo que o Bolsonaro vai perder, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode fazer tudo isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor já está jogando a toalha?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Presidente Bolsonaro vai perder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os seus advogados deverão... V. Sa. pode fazer tudo isso. O que não pode fazer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Luciano, o senhor já está jogando a toalha?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é, em processo eleitoral, ameaçar demitir os servidores.

O SR. LUCIANO HANG – Não ameacei, Senador. Não ameacei. Contei a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O vídeo que nós...

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coloca a frase final do vídeo, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, só para dar um sentido útil ao vídeo da motociata.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O Tribunal de Contas soltou um relatório. Aquela brincadeira custa mais de R$1 milhão. Os passeios do Presidente da República, três passeios apenas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quanto movimenta na cidade?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mais de R$ 1 milhão, só para deixar registrado. Virou evento turístico, o passeio do Presidente? É o Presidente que menos trabalha na história da República, o Bolsonaro. O que menos trabalha!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não tenha inveja, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Gasta o dinheiro público para passeio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Organiza uma lá no seu Estado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E vem fazer esse teatro aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coloca a parte final do vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Eu tenho 1,5 mil venezuelanos trabalhando comigo – 1,5 mil venezuelanos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Ninguém lhe perguntou isso.

Sr. Luciano, o senhor é um empresário bem-sucedido. O senhor começou com uma loja, como o senhor disse aqui. O senhor tem aberto quantas lojas por ano, mais ou menos? O senhor sabe me informar?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Depende do ano, vai até 20, 25.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte, vinte e cinco. Este ano, o senhor abriu quantas?

O SR. LUCIANO HANG – Dezesseis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O ano passado?

O SR. LUCIANO HANG – Doze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte e oito. E o ano retrasado?

O SR. LUCIANO HANG – Talvez 20, 25.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte, vinte e cinco. Quer dizer, para o senhor está bem a economia? A economia está indo bem?

O SR. LUCIANO HANG – Eu, às vezes, não dependo muito da economia no nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, sem as suas brincadeiras. Eu estou fazendo uma pergunta séria para um empresário, até para me...

O SR. LUCIANO HANG – Crescemos nesses 35 anos, em qualquer época da história.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em qualquer época, seja Governo de direita, de esquerda, o senhor cresceu bem. Eu não quero aqui entrar aqui na questão ideológica, está bom? Eu só estou...

O SR. LUCIANO HANG – Começamos com uma loja e temos 164, nós acreditamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor tem 164 lojas. Pelos números que o senhor está dando, o senhor...

O SR. LUCIANO HANG – E 2015 e 2016 foram os piores anos da nossa história.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em 2015 e 2016. E agora nós estamos numa economia boa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Agora nós estamos com a pandemia e estamos trabalhando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu estou lhe fazendo uma... A economia para o senhor está bem? Para o senhor estar festejando ali?

O SR. LUCIANO HANG – Olha, vou dizer para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com 15 milhões de desempregados, com pessoas passando fome...

O SR. LUCIANO HANG – Eu não estava festejando, eu estava indo à motociata, Senador. Foi na motociata.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Estava ameaçando...

Algumas perguntas, por favor.

V. Sa. participou de reuniões com o Senhor Presidente da República para tratar da pandemia e de sua condução?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Jamais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca participou?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. financia manifestações favoráveis ao Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. financiou ou patrocinou, de alguma maneira, atos ocorridos no último dia 7 de setembro, com pautas antidemocráticas?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. LUCIANO HANG – Isso é da vacina.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria saber algumas questões que são importantíssimas pra esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Qual é o seu relacionamento com a empresa Belcher Farmacêutica do Brasil, que tentou...

O SR. LUCIANO HANG – Senador, só questão de ordem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... deixe eu só lhe dar um fato – que tentou intermediar a venda de vacina da farmacêutica chinesa CanSino ao Ministério da Saúde? Qual é a sua relação?

O SR. LUCIANO HANG – Não, Senador, eu acho que veio vídeo errado, primeiro, porque o senhor disse que tinha um vídeo que mostrava o meu patrocínio para o dia 7 de setembro, e não apareceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu fiz uma pergunta... Não, não, não, eu fiz uma pergunta...

O SR. LUCIANO HANG – Faça a sua pergunta.

Não tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. disse que não tinha patrocinado.

O SR. LUCIANO HANG – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou exatamente perguntando qual o seu relacionamento com a Belcher, que vendeu para o Governo brasileiro a CanSino...

O SR. LUCIANO HANG – Nenhum, nenhum, nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ao Ministério da Saúde e que foi desautorizada pela farmacêutica que produziu o medicamento?

O SR. LUCIANO HANG – Nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhum.

V. Exa. tem conhecimento de que a Belcher, assim como a Precisa Medicamentos, foi o alvo da Operação Falso Negativo, da Polícia Federal, deflagrada por conta das fraudes em contratos com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal?

O SR. LUCIANO HANG – Fiquei sabendo através da CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ficou sabendo através da CPI.

Qual é a sua relação, por favor, com Emanuel Ramalho Catori, que é investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito e aparece nesse vídeo que foi exibido aqui com V. Sa. e com o Sr. Carlos Wizard?

O SR. LUCIANO HANG – Eu o conheci nessa *live*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor o conheceu nessa *live*. Não tem nenhuma relação?

O SR. LUCIANO HANG – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. aproximou a Belcher do Ministério da Saúde e de outras instâncias do Governo Federal?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não aproximou?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua participação no processo de importação e no pedido da autorização de uso no Brasil do imunizante da CanSino?

O SR. LUCIANO HANG – Nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Renan.

Ele fez ali um apelo ao Presidente pra comprar vacina. O senhor chegava a falar pessoalmente com o Presidente pra comprar vacina?

O SR. LUCIANO HANG – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o senhor tem uma liberdade com o Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor chegou a sugerir que ele fizesse alteração na lei por decreto.

O SR. LUCIANO HANG – Senador, eu vou dizer para você...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor fez um apelo ali, não fez?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, tanto é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vi, o senhor fez um apelo: "Presidente...".

O SR. LUCIANO HANG – ... que eu uso as minhas redes sociais pra falar com o Presidente. Quem não viu aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Ah, o Presidente governa pelas redes sociais.

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não, não, não, não, eu vou explicar pra vocês. Quem não viu aqui...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ele ganhou as eleições pelas redes sociais; ele ganhou as eleições pelas redes sociais!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – ... um vídeo... Olha aqui, deixa eu explicar... Deixa eu explicar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só perguntei a ele se ele teve a oportunidade, já que ele fez um apelo ao Presidente para comprar vacina...

O SR. LUCIANO HANG – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ele tem uma relação, a gente vê...

O SR. LUCIANO HANG – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem uma boa relação com o Presidente. Por mais de uma vez, o senhor aparece do lado dele, por isso.

O SR. LUCIANO HANG – Poucas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Está bom. Poucas vezes. O senhor tem alguma relação e poderia ter ligado: "Presidente, olha, nós temos aqui um grupo de empresário, nós queremos comprar". O senhor chegou a falar isso pra ele?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não falou. Está bom.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente...

O SR. LUCIANO HANG – Senador Renan, só queria falar o seguinte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – No vídeo parece mais uma crítica à Anvisa, que demora, não autoriza, não é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, mas ele fez...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sim. Mas no contexto, por causa da burocracia da Anvisa. A crítica dele foi à Anvisa.

O SR. LUCIANO HANG – É tão transparente a minha posição nessa *live*, que eu malho o pau na Anvisa, que eu digo da burocracia. Eu me envolvi na política pra reduzir a burocracia. Pra mim, uma loja, já é um trabalho; coitadinho do pequeno, mais ainda. E, nesse caso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. sabe que o Ricardo Barros, que tem, inclusive, parentesco com acionistas da Belcher e que é de Maringá, também falou mal da Anvisa nessa mesma circunstância?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não. Mas, Senador, é o seguinte...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As motivações são as mesmas ou a sua é diferente?

O SR. LUCIANO HANG – Eu tive contato com o cara responsável – eu falei aqui da vacina, da Sputnik – que estava desde janeiro tentando a importação, aliás, a produção da Sputnik no Brasil, com laboratório, tudo pronto, e nada vai. E eu reclamei aqui: "Poxa, a gente está precisando de vacina". Aqui, nessa data aí, apareceu a segunda onda do covid. O maior desejo de qualquer brasileiro naquele momento era ser vacinado. Então, eu tentei colocar a minha voz pra conseguirmos vacina de qualquer jeito, porque o sonho de consumo de todo brasileiro naquele momento era a vacina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Sr. Hang, nem o Senador Renan ou nenhum Senador aqui está reclamando de o senhor querer vacina; pelo contrário, é isso que nós queremos juntos. Nós só estamos perguntando ao senhor se o senhor fez esse apelo ao Presidente Bolsonaro.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não fez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não fez.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas era a ele que o senhor tinha que fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque é elogiável...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É elogiável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a transformação de V. Exa., que saiu da condição de negacionista, que defendia o tratamento precoce...

O SR. LUCIANO HANG – Nunca fui negacionista, jamais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não defendeu o tratamento precoce e preventivo?

O SR. LUCIANO HANG – Sempre acreditei na doença, nos remédios pra doença e na vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E evoluiu para a venda de vacinas. E havia uma dúvida, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito quer desfazer, sobre a sua participação por ocasião da negociação da CanSino, que era uma empresa de Maringá, que também falou mal da – por favor – Anvisa, que foi desautorizada, da mesma forma, pela farmacêutica que produziu a vacina e que foi levada ao Ministério da Saúde pelo Sr. Ricardo Barros e por outra pessoa.

A propósito: o senhor conhece Alan Eccel? E qual a sua relação com ele?

O SR. LUCIANO HANG – Alan Eccel é o meu sobrinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o seu sobrinho. Qual é a sua relação com ele? Negocial?

O SR. LUCIANO HANG – Ele presta serviço de importação pra Havan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele presta serviço de importação para...

O SR. LUCIANO HANG – Havan. Havan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a Havan. Eu não sei se V. Sa. sabia, ele esteve presente na reunião do dia 15 de abril, no Ministério da Saúde, acompanhando o Sr. Ricardo Barros para negociação da Belcher.

O SR. LUCIANO HANG – Olha, eu vou... Desculpa. Eu vou provar para o senhor que isso não é verdade. Pega as fotos que nós temos aqui da reunião no Ministério da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou perguntando sobre isso.

O SR. LUCIANO HANG – Ele não esteve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou perguntando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Ele não esteve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não esteve?

O SR. LUCIANO HANG – Não esteve. Por isso que é bom a gente falar. Eu estou com as fotos aqui de toda a reunião.

O Alan, que é meu sobrinho, foi um voluntário pra conseguir vacina em qualquer parte do mundo, pra que a gente pudesse comprar e doar 50% para o SUS e os outros 50% para os nossos colaboradores. Então, aqui eu tenho foto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta. Ele estava presente na reunião? Sim ou não?

O SR. LUCIANO HANG – Nenhum... Não estava. Não estava. Mas eu tenho foto, o que é melhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque...

O SR. LUCIANO HANG – Uma coisa é dizer que não, mas mostrar a foto é melhor ainda!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque esclarece...

É importante isto: V. Sa. tem negócios com o Sr. Wizard?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

É uma boa pessoa, uma pessoa de Deus. Ótima pessoa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque tem alguns registros de postagens, de conversa, de fotografias...

O SR. LUCIANO HANG – Estive com ele, claro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre a questão da Belcher, Emanuel Catori afirmou que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Relator, V. Exa. podia somente perguntar ao senhor depoente se, em algum momento, ele questionou o número de mortes pela pandemia no País?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa... A pergunta do Senador Randolfe eu ancoro aqui neste interrogatório: em algum momento V. Sa. questionou o número de mortes pela covid no Brasil?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Olha, é claro que todos nós estamos consternados com os números de morte, mas nós temos que sempre olhar o País e a população que nós temos *versus* os outros países. É claro que o Brasil, que é o sexto país com maior população no mundo, tem o nono número de mortes por 1 milhão. Veja bem, não é? Então, quando se coloca: "Ah, morreram muitos" – 800 ontem, no caso, de brasileiros tristemente –, nos Estados Unidos morreram 2 mil, não é?". Então, nós temos sempre que analisar o tamanho do País com os outros países. Então, tanto era que eu estava preocupado, Randolfe, que eu tentei ir atrás das vacinas. Por quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito.

O SR. LUCIANO HANG – Uma empresa como a Havan, que fatura 1,1 bilhão, se gastar 50 milhões, 100 milhões de vacina, pra nós... Tínhamos que fazer!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Sr. Luciano, a pergunta foi se em algum momento o senhor questionou o número de mortos pela pandemia no País. Uma postagem sua de 5 de junho de 2020...

O SR. LUCIANO HANG – Não, eu acho que é muito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Teve uma postagem sua de 5 de junho de 2020 em que V. Sa. divulga uma *live* utilizando dados de um portal de registro civil, dizendo o seguinte: "Querem um Brasil liquidado economicamente, um Brasil quebrado e as pessoas afetadas psicologicamente" – questionando o número de mortos ali e as medidas.

É só para contradizer, porque o senhor, em determinado momento, disse que nunca foi negacionista. Acredito que isso aqui...

O SR. LUCIANO HANG – Eu posso explicar essa *live* para o senhor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – Essa *live* é o seguinte. Existe... O que nós vimos todas as noites na televisão: o número de mortes. Quando você chega a um sábado, a um domingo ou a um feriado, o número de mortes diminui. E esse número de mortes vai aparecer lá na terça-feira.

O que eu quis falar sobre essa *live* aqui: se nós pegássemos o cartório de registro de mortes, você vai diagnosticar o dia que realmente a pessoa morreu. Naquele momento, quando eu fiz isso, eu queria dizer o seguinte: vamos ver outra forma, pra ver se a curva de mortes está diminuindo ou está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentando. Pra quê? Pra que a gente possa novamente ligar a chave da economia. Era somente pra isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Relator, eu queria que uma pergunta que o senhor fizesse... O dono da Havan é alvo da Receita por sonegação de 2,5 milhões...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O que isso tem a ver com CPI e covid?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O crime é semelhante ao que levou o empresário a ser condenado na segunda instância em 2003: "Mantida a condenação de diretor da Havan, sétima turma, também por sonegação".

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Ó, Rogério, posso responder para você? Senador... Desculpe-me: Senador, 2,5 milhões é café pequeno para a Havan, não é?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Por que não paga? (*Risos.*)

O SR. LUCIANO HANG – Porque não devo – porque não devo!

Senador, é o seguinte. Uma empresa como a nossa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo mesmo motivo que acessou o financiamento...

O SR. LUCIANO HANG – Uma empresa como a nossa tem disputas em qualquer órgão. Se eu devo ou pago...

O senhor sabe o que nós ganhamos neste último um ano? Um bilhão de volta de impostos, um bilhão. Aliás, semana passada, ganhei mais 100 milhões; no ano passado, ganhei mais 800 milhões. E eu faço isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – ... atrás de dinheiro?

O SR. LUCIANO HANG – Eu faço... Eu não estou precisando de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sr. Luciano Hang...

O SR. LUCIANO HANG – Senador, só para comentar, quando eu ganho, eu até mando pra a imprensa pra ver se vai sair alguma coisa. Não sai nada. Agora, quando eu perco 2,5 milhões, que não é nada, que a gente discutiu e perdeu, a gente vai lá e paga. É assim que funciona. Tem que parar com esse mi-mi-mi de que o empresário é sonegador, que eu sou sonegador. O que é certo é certo, quem é errado é errado. Simplesmente assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Voltando às perguntas, Sr. Luciano Hang, Emanuel Catori afirmou que V. Sa. e o Wizard tentaram adquirir também doses da CoronaVac para imunização de colaboradores. V. Sa. confirma essa informação?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Quando nós começamos a fazer o trabalho para comprar vacinas, nós compraríamos qualquer tipo de vacina que tivesse no mundo. Inclusive, fiz uma *live*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, confirma a informação?

O SR. LUCIANO HANG – Confirmo que nós queríamos comprar vacina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Uma outra pergunta... Uma outra pergunta: de quem V. Sa. e o Wizard tentaram comprar mais doses da CoronaVac? Do Instituto Butantã ou de alguma outra empresa que estava tentando atravessar a venda?

O SR. LUCIANO HANG – Olha só, muito boa. Nós viemos para Brasília com 500 mil assinaturas, andamos aí na Câmara dos Deputados, Senadores, querendo mudar a lei para que a gente pudesse comprar, 50% doava e 50% dava para o SUS. Nós, naquele momento, qualquer vacina era importante. Só que nós fomos ao Ministério da Saúde fazer uma visita lá, perguntando o que nós queríamos, se iria prejudicar a vacinação do Governo. Naquele momento, diziam que já tinham comprado 560 milhões de doses de vacina. E nós não queríamos comprar dos mesmos fornecedores para não atrapalhar a vacinação do SUS. Nós iríamos atrás de outros fornecedores, qualquer fornecedor pelo mundo, para que a gente pudesse "urgenciar", aumentar a velocidade da fila do SUS, porque, se eu tiro pessoas para vacinar, essa fila aqui vai andar muito mais rápido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta: essa empresa que foi procurada era a World Brands, que negociou com o Ministério da Saúde a venda da CoronaVac pelo triplo do preço antes pago?

O SR. LUCIANO HANG – Senador, nós nem sabíamos de empresa nenhuma. Como o senhor viu ali, nós fizemos a *live* com a Belcher e compraríamos qualquer vacina que aparecesse. Atrás eu também lutei pela Sputnik, que também queria ela para os brasileiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Sa. participou ou não participou...

O SR. LUCIANO HANG – Não participei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da chegada da World Brands ao Ministério da Saúde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Nunca ouvi falar. Nunca ouvi falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir a foto, por favor, e depois a foto do... (*Pausa.*)

Eu peço para exibir duas fotos. Em seguida, passarei às perguntas. (*Pausa.*)

(*Procede-se à exibição de fotos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Qual é a sua relação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A pergunta... Ao centro é o Marcos Tolentino?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Marcos Tolentino, que veio aqui à CPI?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o empresário e advogado Marcos Tolentino, dono do FIB Bank, empresa que emitiu uma garantia fajuta para a Precisa Medicamentos nos contratos da Covaxin?

O SR. LUCIANO HANG – A primeira vez que eu o vi foi nessa entrevista em que estava eu, Ratinho, Magno Malta e mais um pastor. Foi a primeira vez que eu o vi e nunca mais o vi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

V. Sa. conhece também o Deputado Ricardo Barros...

O SR. LUCIANO HANG – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Líder do Governo na Câmara dos Deputados?

O SR. LUCIANO HANG – Tenho duas lojas na cidade dele, lá em Maringá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, tem duas lojas em Maringá.

O senhor sabe que o Marcos Tolentino é muito próximo dele?

O SR. LUCIANO HANG – Não sabia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabia.

Qual é a sua relação com Ricardo Barros?

O SR. LUCIANO HANG – Como com qualquer um daqui. Normal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – São amigos.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não. Zero. Zero. Como amigo? O que é amigo pro senhor? Tomar cerveja na sua casa, ir pra praia, andar de barco ou ver de vez em quando?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que conhece ele lá da cidade.

O SR. LUCIANO HANG – Não, mas não é amigo, é diferente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O Presidente Bolsonaro é seu amigo?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Também não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. O Bolsonaro não é seu amigo?

O SR. LUCIANO HANG – Olha, é meu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu só estou lhe perguntando: o Presidente Bolsonaro é seu amigo?

O SR. LUCIANO HANG – O Bolsonaro é tão amigo quanto o filho dele que está aí na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Flávio é seu amigo?

O SR. LUCIANO HANG – Bolsonaro é tão meu amigo como o Jorginho Mello, que está aqui, Bolsonaro é meu amigo como qualquer outro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E como o Ricardo Barros?

O SR. LUCIANO HANG – Olha... É igual porque também é tão pouco que eu vejo ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É igual, é igual. Está bom. É só pra saber.

O SR. LUCIANO HANG – Pessoal, veja bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o senhor é que está respondendo. Só estou perguntando...

O SR. LUCIANO HANG – Eu não tenho relação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só estou perguntando, espere aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Não, mas... Olha aqui, ó... Pergunta assim: algum dia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou perguntando: o Presidente Bolsonaro é seu amigo?

O SR. LUCIANO HANG – Algum dia eu fui na casa do Ricardo Barros? Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sei, não sei.

O SR. LUCIANO HANG – Não. Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sei, não sei.

O SR. LUCIANO HANG – Não. Algum dia o Ricardo Barros foi na minha casa? Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sei, não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – O senhor esteve com ele hoje?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso que nós estamos aqui pra saber.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – O senhor esteve com ele hoje, às 6h15 da manhã?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Estive com ele hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ricardo Barros?

O SR. LUCIANO HANG – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, rapaz... Seis e quinze da manhã?

O SR. LUCIANO HANG – Não só com ele... Não só... Não, espera aí, espera aí, espera aí. Eu acordei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Foi se orientar antes de vir à CPI.

O SR. LUCIANO HANG – Pessoal, eu acordei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seis e quinze da manhã...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Acordei 6h30...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, foi 6h15 a reunião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito cedo, 6h15 da manhã.

O SR. LUCIANO HANG – O Jorginho estava comigo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seis e meia, Jorginho?

O SR. LUCIANO HANG – É, está aí, pra não me deixar mentir sozinho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pra não deixar ele... deixar o senhor mentir sozinho.

O SR. LUCIANO HANG – É...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi o que o senhor disse, espera aí. Então os dois vão mentir aqui.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – V. Exa. está me chamando de mentiroso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele disse: "pra não deixar eu mentir sozinho aqui".

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah...

O SR. LUCIANO HANG – Olha só, a expressão de brincadeira, não é? Ô Jorginho, nós acordamos cedo, tomamos café, estivemos juntos. Como também aparece um monte de gente pra me cumprimentar – um monte de gente pra me cumprimentar – em todos os lugares, vocês viram aqui, apareceram várias pessoas pra me cumprimentar. Foi lá só pra me cumprimentar, desejar boa sorte, como recebi milhares e milhares de brasileiros mandando mensagem pra mim, me dando... "Luciano, firme, vai..." Eu acho até, viu, Senador... Não foi um ataque de robôs, foi um ataque de brasileiros mesmo que de repente pode ter acontecido.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Vamos voltar pro depoimento, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. já teve a oportunidade de levar pleitos do setor empresarial ao Presidente da República?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Tudo é claro, claro. Jamais nós vamos pedir alguma coisa pro Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca levou pleito do setor empresarial?

O SR. LUCIANO HANG – Vamos baixar os juros, vamos baixar o dólar, vamos baixar os impostos, vamos reduzir a burocracia – pra todo mundo, o que eu quero pedir pra todo mundo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante a pandemia fez isso algumas vezes?

O SR. LUCIANO HANG – Pra baixar o quê?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Levar pleitos ao Presidente da República.

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque aqui nós temos a informação de que um grupo de empresários liderado por Luciano Hang levou ao Presidente da República apoio a médicos conselheiros de Bolsonaro.

Os médicos conselheiros do Presidente Bolsonaro, pelo que essa Comissão Parlamentar de Inquérito acessou, eram os médicos que compunham o gabinete paralelo, que tinha mais influência no enfrentamento da pandemia do que o próprio Ministério da Saúde, que foi colocado à margem em várias oportunidades.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Sr. Presidente, está errado consultar médico? É só para eu entender. Está errado consultar médico, ou não? Só para eu entender.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em pelo menos uma ocasião, o grupo Empresários em Ação, liderado por Luciano Hang, aparece associado a palestras da médica Nise Yamaguchi, uma expoente do Governo paralelo, e do virologista Paulo Zanotto, ambos integrantes do Médicos pela Vida e na mira desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi em uma *live* que eles, entre outros participantes do Governo paralelo, defenderam a cloroquina e o chamado tratamento precoce para covid, contrariando as evidências científicas existentes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deputada Bia Kicis, é o maior prazer tê-la aqui com a gente. Só não é permitido fazer *live*, brincar com a CPI. Já basta aqui, hoje, o que nós estamos assistindo aqui. Eu pediria só para a senhora não fazer nenhuma *live* nem nada. Já pedi a um Deputado aqui carinhosamente. E peço à senhora – tenho o maior respeito pela senhora – a mesma coisa. Por favor.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seja bem-vinda aqui.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço que qualquer Deputado...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu não tinha conhecimento dessa vedação. Já está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senhora?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu não tinha conhecimento da vedação. Já está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado. Obrigado, senhora.

Eu só peço, eu peço a qualquer pessoa... Nós aqui da CPI não fazemos. E a gente permite, é lógico, qualquer Deputado é muito bem-vindo aqui... Só não permitimos isso.

Obrigado, Deputada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir a postagem, por favor.

"Hoje estou em Brasília (DF) com vários empresários e o presidente @jairmessiasbolsonaro em uma visita ao gabinete de crise [é o sinônimo] do combate [ao enfrentamento] ao coronavírus. Fiquei impressionado, uma gestão inteligente e integrada. A sensação é de confiança e otimismo. Completo..."

Como o senhor se sentia, participando desse movimento, desse gabinete de enfrentamento à crise?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a data dessa postagem, Luciano Hang?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Acho que é... Legal. A data ali é abril, abril, 29 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De...

O SR. LUCIANO HANG – Abril. A cada vídeo e cada foto que aparece aqui eu fico mais tranquilo, porque a verdade tem que prevalecer. Aqui, se vocês notarem, atrás há outros meus amigos, lá. Está lá o Flávio Rocha e mais três amigos nossos, amigos do Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, quais eram as preocupações...

O SR. LUCIANO HANG – Viemos visitar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais eram as impressões levadas ao Presidente da República?

O SR. LUCIANO HANG – Veja bem, nessa, nessa reunião, zero sobre a doença. Zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. LUCIANO HANG – Viemos visitar o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O senhor está mentindo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. É.

O SR. LUCIANO HANG – Não. Como? Não. Não. Vou explicar, eu vou explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor fala: fiquei impressionado, e tal. Não é questão de...

O SR. LUCIANO HANG – Vou explicar, vou explicar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está demais.

O SR. LUCIANO HANG – Não. Vou explicar. Isso aqui é o seguinte: é no Palácio do Planalto, aonde tem um local onde é monitorada toda a pandemia. E aí, depois...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que é o gabinete paralelo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não é, Senador.

O SR. LUCIANO HANG – Não. Mas...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O senhor desconhece. Precisa conhecer.

O SR. LUCIANO HANG – Hei, escuta, tem que conhecer. Escute aqui, ó...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – O trabalho é sério.

O SR. LUCIANO HANG – No Palácio do Planalto, existe uma grande sala, lá, com todo mundo trabalhando, pegando, captando dados de todo o País para resolver o problema. Eu acho... Nem sei se o Presidente foi lá ou alguém... Alguém do Palácio levou-nos para visitar esse local. Eu até pediria para o Senador para lhe dizer como é que é... Está ali o nome que eu falei, ali, ó... "Fiquei impressionado com a gestão inteligente integrada." É realmente um local monitorado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Luciano, responda à pergunta, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Está respondido, Senador.

O SR. LUCIANO HANG – Mas está respondido! Está respondido! Fomos visitar o Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não. A pergunta exatamente foi o seguinte: quais eram as preocupações que os empresários liderados por V. Sa. levaram ao Senhor Presidente da República?

O SR. LUCIANO HANG – Aqui não tinha nada da covid, aqui fomos fazer uma visita pro Presidente para pedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais eram as preocupações?

O SR. LUCIANO HANG – As preocupações eram com o País, com a economia, para que o País pudesse sair da crise, voltar a crescer, geração de empregos... Essa era a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra pergunta em função disso...

O SR. LUCIANO HANG – E aí passamos por este lugar aqui para visitar depois o lugar que é monitorado... Está todo mundo lá... Eu acho que está à disposição pública para ser visto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunta sobre isso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pega em tempo real o que acontece no Brasil inteiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunta sobre isso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Pega em tempo real o que acontece no Brasil inteiro, tomam-se decisões...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Carlos Wizard colocou V. Sa. em contato com o grupo independente que aconselhava o Senhor Presidente da República?

O SR. LUCIANO HANG – Não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

O SR. LUCIANO HANG – Nunca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com a Dra. Nise Yamaguchi?

O SR. LUCIANO HANG – Eu a vi uma única vez, uma única vez. Eu estava em São Paulo com a minha mãe... E aí eu a vi nesta vez, uma única vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela tratou também da senhora sua mãe?

O SR. LUCIANO HANG – Não tratou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

Qual é a sua relação com o Paolo Zanotto?

O SR. LUCIANO HANG – Nem o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E V. Sa. conheceu o Dr. Anthony Wong?

O SR. LUCIANO HANG – O Anthony... Também não o conheço, embora tenha colocado nas minhas redes sociais vídeos dele, porque eu gostava do que ele falava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação com ele?

O SR. LUCIANO HANG – Zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é sua relação com o Deputado Osmar Terra?

O SR. LUCIANO HANG – Osmar Terra... Mora no Rio Grande do Sul, vou fazer uma loja na cidade dele. Eu não o conheço também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A relação é porque o senhor vai construir uma loja na cidade dele?

O SR. LUCIANO HANG – Não, eu estou... Nós estamos montando 50 lojas no Rio Grande do Sul, coincidentemente, na cidade dele, vai ter uma loja.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir, por favor, o vídeo nº 8.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, em depoimento do servidor do Tribunal de Contas da União, ficou levantada a hipótese, a possibilidade de haver tido uma falsificação nesse documento que foi usado pelo Presidente da República e atribuído ao Tribunal de Contas da União, que teria declarado que o número de mortes por covid seria menor que o divulgado, no que foi prontamente desmentido pelo próprio Tribunal de Contas. E o Presidente, na sequência, teve que se retratar.

Essa postura de tentar tirar a credibilidade dos números de mortes foi repetida por vários membros do Governo e do gabinete paralelo.

A pergunta...

E V. Sa. foi uma dessas pessoas que defendeu essa tese, em vários momentos, da supernotificação, em suas redes sociais, em vários momentos.

Eu queria, em função de tudo isso, perguntar: V. Sa. acredita ou em algum momento realmente acreditou que morreram menos de 595.520 brasileiros?

O SR. LUCIANO HANG – Olha, eu gostaria de ver a postagem aonde eu falei que eu não acreditava, jamais fiz isso.

Agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem um vídeo, o senhor conversando com o Osmar Terra.

O SR. LUCIANO HANG – Não, olha só, era a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que não era amigo do Osmar Terra, mas se aconselha com o Osmar Terra.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, não, não.

Senador, é diferente a forma de calcular o dia que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – Agora eu tenho que explicar.

Vamos lá, vamos lá, vamos lá.

O meu vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – O senhor realmente acreditou que morreram menos brasileiros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Jamais, jamais, jamais.

O que eu fiz com o Osmar Terra era metodologia para saber o dia que a pessoa morreu, porque como... Como empresário, eu quero saber o dia porque... Se você só ver a televisão, vai, de repente, achar que um dia vai subindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Luciano, Sr. Luciano, Sr. Luciano.

O SR. LUCIANO HANG – E eu posso pegar, aqui é um exemplo.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Sr. Luciano, por favor.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... muito menos o Deputado Osmar Terra, que é um fanfarrão, que veio aqui e dizia que ia morrer 800 pessoas, 1.000 pessoas, que vai estar indiciado na CPI, vocês têm capacidade para falar sobre isso. Nem o senhor nem ele.

O senhor é um propagador de *fake news* no Brasil. O senhor induziu as pessoas, por questões econômicas, à morte.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peraí, peraí, num dá para ver o fanfarrão aqui falar o que quer para os ouvidos dos bolsonaristas não, rapaz. Não!

Peraí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É fanfarrão.

O Osmar Terra é fanfarrão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Enganou o teu pai, enganou o teu pai.

Ele enganou o teu pai, ele disse para o teu pai que iam morrer 800 pessoas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – ... não enganou ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Enganou sim, enganou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Enganou o Bolsonaro.

O Bolsonaro foi enganado pelo Deputado Osmar Terra, que ia para lá fazer onda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem?

Ah!!!

(*Interrupção do som.*)

O SR. LUCIANO HANG – Por favor, por favor, posso falar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, corta mesmo, Presidente, passa para o Relator.

A fala é com o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente.

Sr. Luciano Hang...

Não, Sr. Luciano Hang...

Eu não vou responder...

Sr. Luciano Hang, o senhor realmente acredita que morreram menos brasileiros do que esses que estão nas estatísticas?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não, acredito nos números, acredito nos números.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o senhor protestou tanto isso?

O SR. LUCIANO HANG – Ah, eu só queria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o senhor contestou tanto isso?

O SR. LUCIANO HANG – A *live* que eu fiz, eu pedia mais transparência para saber o dia que a pessoa morreu, se a curva estava subindo ou se a curva estava descendo. Somente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa, o Imperial College – Imperial College – falava que iriam morrer, no ano passado, no Brasil, 1,5 milhão de pessoas. Voltaram atrás um vez, voltaram...

E a última vez falaram, 1,5...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o senhor propagou tudo isso?

O SR. LUCIANO HANG – Não!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que o senhor tem a dizer a essas quase 600 mil famílias e vítimas e familiares?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que que ele ganhou com isso?

O SR. LUCIANO HANG – Narrativas... Não é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que que ele ganhou com isso, Senador Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI estava criando narrativa.

O SR. LUCIANO HANG – Narrativas! Narrativas!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Peço para botar o vídeo, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ao invés de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ponha o vídeo, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ainda tem gente que segue isso aqui. Isso é monstruoso, rapaz! Isso é monstruoso!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O que é que o senhor tem a dizer às vítimas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você age monstruosamente, rapaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – A matemática é pura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que é que o senhor tem a dizer às vítimas? O que é que o senhor tem a dizer às vítimas? (*Fora do microfone.*)

O que é que o senhor tem a dizer aos familiares dessas vítimas?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quer fazer comentário... Corta o microfone do Senador.

(*Interrupção do som.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quinhentos e noventa e cinco mil quinhentas e vinte. O que o senhor tem a dizer aos familiares dessas vítimas?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque aconteceu... Porque aconteceu com V. Exa. exatamente o contrário: a certidão de óbito de sua mãe foi falsificada para não constar dos números. O senhor é uma grande vítima disso. O que é que o senhor tem a dizer?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Quantas vacinas o senhor...

O SR. LUCIANO HANG – Senador... Senador, contra a matemática...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da mãe.

O SR. LUCIANO HANG – Senador, por favor. Senador, matemática pura e simples: são duas formas de calcular e eu pedia pra que a gente visse. Se a curva do número de mortos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, porque o depoente está extrapolando. Primeiro que ele não é sanitarista, ele não é epidemiologista.

O SR. LUCIANO HANG – Eu sou um brasileiro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O fato de ser brasileiro, como nós todos somos, não lhe dá o direito de...

O SR. LUCIANO HANG – Queremos ajudar o Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... falar o que não sabe e passar a ideia de que está falando uma verdade.

O SR. LUCIANO HANG – Respeito, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor.

O SR. LUCIANO HANG – Respeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor.

O SR. LUCIANO HANG – Eu estava falando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, a palavra está comigo. A palavra está comigo.

Presidente, a palavra está comigo!

O senhor me respeite! O senhor me respeite.

O senhor está me provocando? O senhor está me provocando? O senhor está me provocando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro que sim!

O senhor quer provocar? É isso que o senhor quer?

Então o senhor me respeite, porque o senhor aqui é depoente!

O senhor aqui está na condição de depoente sabe por quê? Porque o senhor, junto com o gabinete paralelo, produziu...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Para de constranger o...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... 600 mil mortes no Brasil!

O senhor está debochando não é de mim; o senhor está provocando não é a mim; o senhor está provocando 600 mil brasileiros que morreram!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Nós trabalhamos pra fazer perguntas. Quem está provocando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor não tem esse direito de debochar de 600 mil vidas perdidas! O senhor não tem esse direito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Para com a narrativa falsa...

(*Tumulto no recinto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor está provocando, o senhor está debochando de 600 mil vidas perdidas!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não está não. Não está não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor está...

(*Interrupção do som.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria agradecer e dizer a quem está nos assistindo que hoje foi um dia muito importante pra Comissão Parlamentar de Inquérito, porque nós contestamos o depoente – e era nossa obrigação fazê-lo, como Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito – com documentos oficiais, inclusive com a declaração de óbito da própria Prevent Senior, que expôs uma falsificação e uma mentira...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Não foi falsificação. Foi uma correção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e, durante muito tempo, e durante muito tempo, durante muito tempo, nós expusemos o depoente a uma acareação com suas próprias postagens, e ele, repetidas vezes, foi desmentido.

Então, eu queria dizer que hoje é um dia importante e que, lamentavelmente, a presença do Depu...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pois não, Senador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O meu é rapidinho.

Não dá pra gente pedir ao depoente pra voltar amanhã? Porque não vai dar pra nós fazermos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nem almoçou ainda, Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria pedir, eu queria pedir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, não...

Senador Humberto, se V. Exa. vai ter oportunidade, todos aqui têm que ter oportunidade de perguntar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso. Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ele vai ficar até de madrugada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ficarei aqui...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Voltar amanhã, não é, Luciano?

O SR. LUCIANO HANG – Isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou ter um compromisso 15 pras 5. Se até 15 pras 5 não for aberta a Ordem do Dia, eu passarei a Presidência ao meu querido amigo, pra arranjar aqui confusão, Randolfe, mas nós iremos ouvir todos os Senadores possíveis aqui: Senador Humberto, depois Senadora Eliziane, Senador Luis Carlos Heinze – que não é de Cacique; é de outro Município –; Senador Marcos Rogério, Senador Eduardo Girão, o Senador de Santa Catarina Jorginho Mello e Senador do Amapá Randolfe.

Eu acho que você não vai falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só pra ficar claro, nós só podemos ouvir, nos termos do Regimento, até o início da Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, Sr. Presidente, eu quero fazer um pedido, uma solicitação ao senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, Presidente, solicitar que possa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... para que seja ouvido amanhã para questão de isonomia.

Eu passei vários dias...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Presidência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... dias trabalhando para fazer perguntas aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Presidência deliberará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu gostaria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Presidência deliberará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nem que a gente trabalhe sexta, sábado ou domingo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, mas, Presidente, ele não vai ter tratamento diferente dos demais? Porque nenhum ficou para o dia seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei se vocês vão trabalhar sexta...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Existe um rito da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... sábado e domingo, mas com certeza...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Começou a Ordem do Dia, acaba o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não vai ser para ouvir esse cidadão.

Senador Humberto Costa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A estratégia está clara, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claríssima.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Os comentaristas gerais da República aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Deixa eu falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença, a palavra está com o Senador Humberto Costa.

Senador Humberto Costa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Lembrando que depois a gente precisa de um intervalo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem não pode somos nós.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... para o pessoal lanchar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Não, eu só vou falar agora porque eu cheguei aqui cedo e me inscrevi, viu?

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores... Sr. Presidente, eu confesso que, de manhã, quando houve aquela confusão, eu fiquei com muita dúvida se nós deveríamos ter trazido o Sr. Luciano Hang para esta sessão – aliás, eu quero lhe dar boas-vindas ao Senado Federal –, mas, depois que o Senador Renan concluiu, eu acho que valeu a pena, sim.

Por que eu achava que ele não devia vir? Porque nós já temos material suficiente para indicar todos os ilícitos cometidos, com todo respeito, pelo Sr. Luciano Hang. Temos vídeos, temos áudios, temos ele falando... Mas foi bom que ele viesse, sabe por quê? Porque ele confirmou tudo. Ele é um investigado confesso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com licença, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não confirmou, não.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É um investigado confesso.

E ele confirmou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, Senador Humberto.

Vamos, só para garantir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele confirmou tudo.

Diferentemente de outros que vieram aqui, o senhor tem um mérito: o senhor não afinou, não. Houve vários aqui que vieram e afinaram: "Não, eu não disse, eu não...". O senhor afirmou, confirmou; o senhor é réu confesso. É réu confesso, confirmou tudo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Deixa eu falar, meu amigo, por favor. Eu não interrompo ninguém.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, não interrompa. Não interrompa! Não pense que por que é filho do Presidente vai mandar aqui, não. Fique quieto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O tempo foi acima...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Silêncio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Girão, calma. Calma a V. Exa., Senador Girão. Está suspenso... Está suspenso... Eu coloquei porque suspendi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, como eu disse, ele é um investigado confesso. Ele confessou tudo, confirmou tudo. Defendeu o que ele defende. Defendeu que é contra o isolamento social. Não tem um vídeo dele em que ele esteja usando máscara em nenhum momento. Ele fez carreata no Paraná para não fechar o comércio. Ele fez carreata em Bauru para não fechar o comércio. Em Belém – mostra aí, por favor, a figura 7 –, em Belém, ele fez uma inauguração da loja Havan que reuniu milhares de pessoas, Senador Rogério. No dia da inauguração, 10 de outubro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Humberto, só um minutinho. Agora, não é com os Senadores, agora é com a Secretaria. Algum problema aí na Secretaria?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Veja meu tempo, pare aí meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu o retomarei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algum problema na Secretaria? Temos algum problema? O Senador pediu para apresentar o vídeo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa inauguração aí...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está tudo certo aí?

Por favor, retomado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é um vídeo, não; é uma foto mesmo.

Essa inauguração aí foi no dia 10 de outubro, em plena pandemia, em Belém.

A média móvel de morte de casos em Belém nesse dia estava em queda: 223 casos por dia, Senador Randolfe. Mas, 18 dias depois, a média móvel foi para 400 casos por dia. Foi uma explosão, por quê? Porque o Sr. Luciano Hang, com todo o respeito, resolveu fazer uma inauguração, fazendo uma aglomeração como essa. A verdade dos fatos é essa.

E, no tempo inteiro, ele foi um dos maiores disseminadores de uma teoria criminosa adotada pelo Presidente Bolsonaro: a de que a melhor forma de superar a pandemia era fazer a imunidade coletiva pela transmissão, todo mundo adoecer para que todo mundo ficasse imune e a doença fosse... Disso tem prova, tem prova, tem discurso do Presidente, tem decreto, tem projeto que ele mandou... Disso tem prova!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Senador, tem mais de 300 milhões de doses – 300 milhões!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora, o Presidente Bolsonaro e também o Sr. Luciano Hang, que está rindo aí... Porque eles acham que não vai dar em nada, eles acham que esta CPI aqui é uma brincadeirinha... Vai dar, vai dar, vai ter que responder no Ministério Público, vai ter que responder... Sabe por que crimes o senhor vai ter que responder? Por exemplo: esse primeiro que diz respeito ao fato de que o senhor foi um incentivador da quebra do isolamento social. O senhor é acusado de ser um criminoso contumaz nessa pandemia.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Qual é o artigo do Código?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Primeiro, perigo para a vida ou a saúde de outrem.

"Art. 132 - Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente: Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor vai ser processado por infração de medida preventiva, medida sanitária preventiva.

"Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa".

Vá ficando preocupado. Eu também, se fosse Bolsonaro, ficava preocupado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Fique não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele, naquele período do 7 de setembro, ficou dois dias sem dormir. Saiu no jornal, mas não sei se é verdade. Depois desta CPI, ele vai ter que comprar uma caixinha completa de Rivotril, porque ele vai responder, porque esta CPI aqui vai dizer quais foram os crimes que foram cometidos por ele e que o senhor, lamentavelmente, com todo respeito, ajudou a cometer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Só para comunicar que ele não está ficando sem sono, não, tá?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor pare de me interromper! Tenha respeito!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Não está sem sono, não!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Depois, o senhor também confirmou os crimes...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minutinho, mais uma vez, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Marque meu tempo, por favor. Pare meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu peço para parar o tempo do Senador Humberto.

Colegas, nós vamos tentar chegar aos 15 que estão aqui inscritos, mas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se me interrompem...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Olha para a frente. Fica olhando para trás...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Flávio, por gentileza...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Peça para os que estão olhando para trás apontando para mim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria pedir aos colegas que, se todos colaborarem, fica mais fácil. Eu vou procurar aqui ser rigoroso no cumprimento dos 15 minutos para garantir que o máximo de colegas possa fazer a inquirição. Repito, por força do Regimento, ao se iniciar a Ordem do Dia, nós encerraremos a sessão.

Então, eu vou garantir, vou retomar, mas quanto mais interrupções ocorrerem mais tempo nós vamos perder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Posso seguir?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode retomar, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Outra coisa, ele confirmou aqui que defendeu medicamentos sem eficácia, tratamento precoce, tratamento preventivo. Aliás, eu queria perguntar ao senhor: o senhor pegou a covid foi lá no Prevent Senior, pelo que eu entendi do que o senhor falou, foi? Sim ou não?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Eu peguei em janeiro, agora não posso dizer onde peguei. Imagine, não sei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não sabe. Está bom. Entendi.

Defendeu isso. Pelo que a gente viu aí, ele ajudou a também disseminar *fake news*, apoiando aquele Allan dos Santos. O senhor patrocinou médicos e eventos em apoio ao tratamento precoce? Sim ou não?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Na verdade, todas essas coisas que o senhor fez, enganou muita gente, a defesa de remédios ineficazes... Eu pergunto ao senhor: por que é que a covid está em queda? É por causa de cloroquina, azitromicina? Ou é por que o Brasil está vacinando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Bolsonaro comprou a vacina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Que Bolsonaro, rapaz! Se dependesse de Bolsonaro, não tinha um vacinado no Brasil! O povo está sendo vacinado porque o povo pressionou. O Brasil está vacinando porque esta CPI aqui denunciou!

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Foi o PT que comprou a vacina?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Me respeite! Aguarde a sua vez. A verdade é essa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Segure o tempo do Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A verdade é essa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Segure o tempo do Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A verdade é essa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minuto, Senador Humberto. Paralise o tempo. Podemos retomar? Pode voltar a contar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A covid está em queda é por causa da vacina. Não é por causa de cloroquina nenhuma, não. O senhor disseminou, com todo o respeito, uma mentira, junto com outras pessoas que lhe influenciaram.

O SR. LUCIANO HANG – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Brasil, Sr. Luciano Hang, se tivesse seguido a média mundial de ações para o enfrentamento à covid-19, nós teríamos tido 400 mil vidas a menos que estariam perdidas. Isso é um estudo que foi feito....

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – *Fake news*!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – *Fake news* o quê! Um estudo que foi feito. O senhor não estava presente no dia aqui, mas aqui o cientista falou, mostrou que poderiam ter sido evitadas 400 mil mortes. O senhor confirmou aqui que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disseminador de *fake news*. Eu pergunto: eu estava aqui no dia do Sete de Setembro e o senhor disse que não ajudou em nada, não é?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E o que é que os caminhões da Havan estavam fazendo no meio daquela carreata de caminhões?

O SR. LUCIANO HANG – Os caminhões não são da Havan, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não são da Havan?

O SR. LUCIANO HANG – São terceirizados. São terceirizados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – São terceirizados?

O SR. LUCIANO HANG – São terceirizados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E eles foram todos por vontade própria?

O SR. LUCIANO HANG – São terceirizados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E o senhor não influenciou em nada? Mas o senhor envolveu a imagem da sua empresa com aqueles atos quando deixou o caminhão ir?

O SR. LUCIANO HANG – Senador, o senhor esteve dia Sete de Setembro aqui?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estava. Eu vi os caminhões chegando.

O SR. LUCIANO HANG – O senhor tem a certeza que os casos estão caindo agora da covid? Estão caindo os casos de covid?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estão caindo.

O SR. LUCIANO HANG – O.k. O senhor está me dizendo que eu fui responsável por essa minha inauguração em ter aumentado os casos lá no Pará.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. LUCIANO HANG – E aí eu vou dizer um negócio para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Diga.

O SR. LUCIANO HANG – Os casos caíram depois do dia Sete de Setembro, onde houve a maior manifestação da história do Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Depois que boa parte estava vacinada.

O SR. LUCIANO HANG – Ou seja, todo mundo foi para a rua e caiu, caiu o número de infectados. Eu fui o responsável!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Depois que boa parte foi vacinada! Me devolva a palavra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO HANG – Eu fui o responsável!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vemos a coerência, é a defesa da aglomeração!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a defesa da aglomeração! A defesa da aglomeração.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu preciso da palavra. V. Sa. falou ali, dia 9 de janeiro. O senhor disse que mandou R$1 milhão para oxigênio lá em Manaus. A julgar pelo seu patrimônio, o senhor poderia ter mandado muito mais. Mas no dia 9, sabe o que o senhor estava fazendo? Estava fazendo *live* com essa doutora aí que o senhor falou, para defender tratamento precoce, que matou centenas de pessoas lá na cidade de Manaus. Então, foi bom o senhor ter vindo aqui, porque o senhor confirmou tudo. O senhor confirmou tudo!

E mais: tem coisa que o senhor não confirmou, mas tem gente investigando. Não pense o senhor que a gente está falando coisa aqui sem ter documento, não. Tem um inquérito ali no Supremo Tribunal Federal que está investigando a formação de uma organização criminosa que envolve, inclusive, gente da política no meio; uma organização criminosa, porque querem destruir o Estado democrático de direito, porque querem destruir o Supremo, porque ameaçaram o Congresso Nacional. A verdade é essa. Se o Presidente não segurou o que ele alardeou, se ele só fez bravata, é outra história, é outra história!

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor sabe qual é a pena pela legislação nova de defesa do Estado democrático de direito? Abolição violenta do Estado democrático de direito: penas de quatro a oito anos – quatro a oito anos! Se aqueles caminhõezinhos ali não estavam com a sua autorização, tudo bem, embora eu ache que eu, se fosse dono, não deixava botar, aleijar a logomarca da minha empresa para uma coisa com a qual eu não concordasse. E, se isso for confirmado, quatro a oito anos. Quatro a oito anos! Não é pouco tempo, não é?

Mas, na verdade, V. Exa. é apenas uma pessoa que se envolveu equivocadamente num projeto político equivocado; é parte de uma engrenagem, essa organização criminosa que o Supremo está desvendando, que o Supremo vai desvendar, e a gente vai saber quem é que está por trás de cada coisa.

V. Sa. aqui confirmou, embora meio reticente, tráfico de influência em relação a essa vacina chinesa. Mas tem coisas que o senhor não confessou, mas que a gente sabe. Por exemplo, sabe o que é que o senhor queria com aquele projeto de lei? Era vacinar; era que quem tivesse dinheiro pudesse vacinar os empregados, para trabalharem, as suas famílias, e o Congresso Nacional não deixou. O Congresso Nacional não deixou! A verdade é essa, o senhor queria vacinar os seus empregados, para trabalharem, vacinar a sua família e, depois... E os idosos? Quem ia vacinar, com esse Governo incompetente? O projeto era para isso, Sr. Luciano Hang.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com todo o respeito, quantas pessoas morreram por conta de coisas como essa?

Tem mais: o senhor agora está defendendo vacina. Me bota aí, por favor, essa figura 1. O senhor falou contra a vacina. O senhor tentou... O senhor tentou desmoralizar a CoronaVac. Olha lá: "Não podemos seguir acreditando que somente a vacina é a solução".

Bote a figura 2. Bote a figura 2. Bote a figura 2!

A gente brigando por vacina... Olhe, desmoralizando a CoronaVac. Se não fosse a CoronaVac... Se não fosse a CoronaVac, nós não tínhamos vacinado quase ninguém até bem recentemente.

Bote lá, meu filho, o negócio da CoronaVac, ele dizendo... Ele dizendo aí... Olhe aí: "Será que vai ter 50% de desconto também? CoronaVac tem eficácia...".

Isso é prova, Relator. Isso é prova! Ele está pensando que vai sair daqui bonitinho. Não! Tudo isso é prova. E a gente vai botar isso no relatório. O senhor vai ter que responder! O senhor vai ter que responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero concluir as minhas palavras dizendo apenas mais o seguinte... Falei sobre a organização criminosa, abolição violenta do Estado, falei de tudo isso, que o senhor é sócio dessas mortes, mas eu quero terminar a minha fala dizendo o seguinte: V. Sa. é a expressão do que é o Brasil hoje; é a cara das forças políticas que estão governando este País. V. Sa. é sócio de 595.520 mortes que foram, na verdade, provocadas pela omissão deste Governo, pela adoção de uma estratégia criminosa, um crime doloso: imunidade de rebanho por transmissão do vírus – é isso! E o Presidente vai ter que responder por isso.

Os senhores, o Governo e os seus apoiadores mergulharam o Brasil na maior tragédia que este País já teve. Uma tragédia...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Não foi a Dilma?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Que Dilma? Que Dilma? Com Dilma nunca ia acontecer um negócio desse.

A tragédia... É uma tragédia sanitária, olhe aí: 595 mil mortes! É uma tragédia econômica: um país que não cresce, com a inflação aumentando, principalmente para quem é pobre, o desemprego aumentando, a desigualdade crescendo, a pobreza crescendo cada vez mais e a fome voltando! Não sei se o senhor viu, na foto de um jornal, um bocado de carcaça de osso e umas pessoas querendo levar aquilo ali, que antigamente compravam para dar para os cachorros, e hoje as pessoas compram para fazer sopa e comer o resto da carne.

É isto que este Governo e esse projeto causaram ao nosso País: uma tragédia sanitária, econômica, social e política, porque este Governo o tempo inteiro ameaça a liberdade, ameaça a democracia, ameaça o Estado de direito. É isso que é este Governo.

E o senhor – talvez não fosse a sua intenção – é parte disso. Por isso que o senhor não vai sair impune.

Por último, é o Governo que gerou a maior crise ambiental que este País já teve. Uma vergonha – uma vergonha – no mundo! Uma crise energética, apagão, coisa que a gente pensava que nunca ia mais acontecer, por quê? Porque esse Presidente não governa. Ele terceirizou o Governo, ele entregou para a mão de todo mundo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui eu falo o que eu quiser. O senhor não vai empatar, não.

É inflação, é falta de democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero dizer ao senhor, com todo o meu respeito, que acho que o senhor é uma pessoa que contribui realmente para o desenvolvimento do Brasil, mas está muito enganado de estar apoiando este Governo aí, entendeu? E, com toda certeza, o senhor vai ter que pagar um pedacinho dessa conta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Conclua, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com toda certeza.

Eu tenho certeza de que o Senador Renan não vai se esquecer do senhor, não vai se esquecer de tudo isso que o senhor fez, que a gente viu e que o senhor confirmou.

Mas eu quero parabenizá-lo porque, pelo menos, o senhor não afinou. Tem um bocado de valentão aí na internet que esculhamba com todo mundo, mas, quando chega aqui, é "sim, senhor", é "sim, senhor", é "não sei o quê", "mas eu não disse isso". A cara dele está ali dizendo no vídeo, e ele diz "não sou eu", "aquilo ali é como se não fosse eu". Então...

Sinceramente, era isso. Eu não tenho pergunta a fazer ao senhor, não, viu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano, só um minutinho. O senhor quer fazer alguma consideração?

O SR. LUCIANO HANG – Quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, Sr. Luciano...

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Senador, fico muito triste de o senhor não fazer pergunta pra mim e ficar dez minutos de narrativas, (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*)... Como é que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Não, Sr. Luciano... Sr. Luciano...

O SR. LUCIANO HANG – Narrativas. Tire a palavra "mentiras". Só de narrativas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Eu achava que o senhor ia fazer pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano... Sr. Luciano...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Corte a palavra dele, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, ontem uma advogada que estava aí esculhambou comigo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Chamou de mentiroso? Ela o chamou de mentiroso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Eu não estou reclamando, não!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Se o senhor quiser, eu ponho de volta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não estou reclamando, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Então, assim, vamos ter um mínimo respeito aos fatos, aos acontecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu determino à Secretaria a retirada do termo ofensivo ao Senador da República, conforme os termos regimentais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O de ontem também, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se ocorreu, sim. Peço que a Secretaria verifique, Senador Marcos Rogério.

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Luciano, dentro dos termos...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – O.k. Eu esperaria...

Alô? Oi... Está ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu esperava...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está liberado.

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Oi? Alô?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Está com o microfone cortado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está liberado?

O SR. LUCIANO HANG – Alô? Oi?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora está.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está liberado.

O SR. LUCIANO HANG – Eu esperava perguntas inteligentes e não falsas narrativas. Foi muito triste, muito triste. Desculpa, mas, como Senador da República, o senhor devia ter perguntas inteligentes para que a gente pudesse esclarecer pra todo o Brasil alguma coisa sobre a covid, sobre a pandemia, mas não fazer um discurso político.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor devia aproveitar e pedir desculpa para o Brasil, viu? Por tudo que o senhor fez juntamente com o Presidente Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

O próximo inscrito... A próxima inscrita, perdão, é a Senadora Eliziane Gama.

V. Exa... O depoente está à sua disposição por 15 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Luciano, o senhor fez campanha para distribuição do *kit* covid?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Campanha para distribuição de *kit* covid?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. LUCIANO HANG – Não, eu faço aquilo que os médicos pregam: o tratamento precoce e o preventivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Não, mas eu quero saber: o senhor não fez campanha? Mas o senhor fez reuniões na cidade de Brusque com empresários para arrecadar recursos para compra do *kit* covid e distribuir.

O SR. LUCIANO HANG – Olha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor vai negar isso aqui também?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não, de forma nenhuma!

Nós... A pedido de algumas cidades pelo Brasil – Porto Seguro, Porto Feliz, São Paulo –, nós fomos visitar cidades que usaram os protocolos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero que o senhor seja sucinto, porque eu não tenho 10% do tempo do Relator. Então, seja rápido, por favor.

O SR. LUCIANO HANG – O.k.

Nós fomos para as cidades juntamente com pessoas da minha cidade para ver o que estava sendo feito nessas cidades que deu certo. Brusque, de novo, talvez seja a cidade acima de 100 mil pessoas com menor letalidade...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor fez pedido de arrecadação para a compra do *kit* covid.

O SR. LUCIANO HANG – Eu acho que o tratamento feito na cidade deu certo. Inclusive, Brusque é uma cidade que tem um ônibus itinerante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, por favor! Não, não, não! O senhor não vai retirar o meu tempo. Responda: o senhor fez ou não fez arrecadação para comprar o *kit* covid e distribuir?

O SR. LUCIANO HANG – Fiz, está na rede social. Fiz e doamos o dinheiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Uma política pública.

O SR. LUCIANO HANG – Nós arrecadamos dinheiro, damos para o hospital para comprar remédios.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Como política pública?

O SR. LUCIANO HANG – Como?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Como política pública?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Não, não. Prefeitura é uma coisa... Nós damos para o hospital.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Por que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele já confirmou, Senadora Eliziane, que fez.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Humberto, só um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele já confirmou. Ele já respondeu a sua pergunta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Humberto, só dois segundinhos...

Então, veja bem, ao comprar e fazer arrecadação e distribuição de *kit* covid, V. Exa. está... V. Sa. está fazendo, na verdade, uma ação de política pública contrária à determinação do Supremo Tribunal Federal – que V. Exa... eu acho que o senhor deve ter conhecimento sobre isso – de que nenhuma política pública na área da saúde pode acontecer sem um amparo científico. Tem decisão hoje proferida pela Suprema Corte brasileira nesse sentido. No momento em que o senhor se reúne na sua cidade com vários empresários, faz a arrecadação para compra de um medicamento que não tem eficácia comprovada e faz a distribuição, o senhor está indo ao contrário daquilo que é determinado na legislação brasileira. E está aqui a fotografia muito clara, para o Brasil inteiro ver. Contra a legislação brasileira, que é proibindo esse tipo de prática. É uma prática, Sr. Luciano, que pode resultar na vida das pessoas. O senhor sabe disso, não é?

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O seu microfone, por favor...

O SR. LUCIANO HANG – Nós compramos... Senadora, doamos dinheiro para o hospital, compramos máscara, compramos teste de covid...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não estou falando máscara...

O SR. LUCIANO HANG – ... nós doamos o dinheiro para o hospital...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... ao contrário, é importante a máscara.

O SR. LUCIANO HANG – ... o hospital comprou os remédios e fez dele o melhor possível. Volto a frisar: Brusque está de parabéns, é uma cidade que tem menos letalidade no nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Luciano, meu tempo de fato é pequeno. Eu pergunto aqui ao senhor: o *Correio Braziliense* divulgou no dia... em junho de 2020, que a Abin fez, na verdade, um documento, produziu um documento, e esse documento advertia, por exemplo, o Presidente da República acerca das relações com o senhor.

Eu pediria que não fosse interrompido por outra pessoa para que o senhor pudesse... Pediria ao Presidente que me desse pelo menos mais um minuto a mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não posso proibir eles de entrarem aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É porque fica, sabe... Desligado.

A Abin, o documento que foi produzido pela Abin em junho de 2020 alerta ao Planalto e, portanto, ao Presidente da República em relação à proximidade pública com o senhor. Nesse documento, Sr. Luciano, eles apontam alguns crimes, como, por exemplo, agiotagem, contrabando, evasão de divisas e sonegação. O senhor tem conhecimento desse documento?

O SR. LUCIANO HANG – A senhora está atrasada, Senadora. Já foi desmentido pela própria Abin...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu não estou atrasada, não, Sr. Luciano.

Sr. Luciano, deixe-me falar aqui uma coisa para o senhor: não pense o senhor que o senhor vai desqualificar aqui a mim, como o senhor tem tentado fazer aqui, porque o senhor não vai conseguir. Deixe-me lhe dizer uma coisa: isso aqui está publicado, e foi feito um documento. O documento foi feito, e foi apresentada, na verdade, a possibilidade desses crimes.

O SR. LUCIANO HANG – A Justiça reconheceu a falsidade do documento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A documentação foi distribuída pela imprensa.

O SR. LUCIANO HANG – Tudo falso. Foi, falso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca conversou com o Presidente da República sobre isso?

O SR. LUCIANO HANG – Nós já ganhamos, e, inclusive, o UOL já fez o direito de resposta. Eu vou mandar para a senhora. E agora estamos ganhando da *Folha de S.Paulo.* Vai ter que publicar o nosso direito de resposta. Por isso que, quando se fala de *fake news*, tem que cuidar da onde sai. Nem sempre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É verdade, inclusive o senhor é...

O SR. LUCIANO HANG – ... as pessoas que estão do lado do Governo fabricam *fake news.*

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É verdade.

O SR. LUCIANO HANG – O outro lado também fabrica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A sua orientação é muito importante, Sr. Luciano, porque o senhor... é exatamente a razão de o senhor estar aqui. O senhor é um propagador de *fake news*, é um fato.

O SR. LUCIANO HANG – Não é verdade. Não é verdade, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Inclusive, quando o senhor faz os vídeos aqui... A gente falou do TrateCov, e o que consta no TrateCov é o que o senhor divulgou em vários vídeos criminosos apresentados...

O SR. LUCIANO HANG – Não, não... Eu fiz uma entrevista...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... nas redes sociais no Brasil inteiro.

O SR. LUCIANO HANG – Eu fiz uma entrevista com a doutora, que falava...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Luciano, o senhor...

O SR. LUCIANO HANG – Nem... Esse Trate...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Espera aí. Eu abro a palavra e o senhor fala, está bom? Veja bem... O senhor...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – Esse TrateCov...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não...

O SR. LUCIANO HANG (*Fora do microfone*.) – ... não entrou em funcionamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Luciano... Não, não entrou... Mas por quê? O senhor está defendendo o TrateCov também?

O SR. LUCIANO HANG – Eu nem sei o que é.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor não sabe, mas está dizendo que nem entrou em funcionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não entrou.

O SR. LUCIANO HANG – Não entrou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então o senhor tem mais informações, amplas informações...

O SR. LUCIANO HANG – Não, está no...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... diante de um cenário que o senhor mesmo disse que não conhece. Veja, o senhor é propagador de uma medicação sem eficácia comprovada. O senhor vai para as redes sociais e o senhor, como um formador de opinião, pelo grande número de pessoas que lhe seguem nas redes sociais, o senhor comete um crime. E é por isso que o senhor está aqui nesta Comissão.

Falando, por exemplo, de cloroquina...

Eu queria que o senhor me ouvisse, queria que o senhor me olhasse, por favor.

Sr. Luciano, falando sobre cloroquina, o senhor disse que o senhor mesmo fez tratamento precoce, não é isso?

O SR. LUCIANO HANG – Fiz o precoce.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E também o senhor faz preventivo – o senhor faz aí uma divisão, uma conceituação do que é uma coisa ou outra. O senhor fez os dois, ao que me parece.

O SR. LUCIANO HANG – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mesmo assim, o senhor contraiu a doença.

O SR. LUCIANO HANG – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu lhe pergunto o seguinte, a sua defesa é: você tem que tomar cloroquina, entre outras medicações, para você não contrair a doença, é isso?

O SR. LUCIANO HANG – Não, é para fortalecer a célula.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E portanto não contrair a doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – É o que está acontecendo agora, Senadora: as pessoas também estão tomando vacina e também estão ficando doentes; e, quando ficam doentes, mesmo com a vacina, precisam de tratamento, não é isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A vacina tem um percentual de eficácia, e isso é muito claro na comprovação científica que é apresentada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor está dizendo que a cloroquina tem o mesmo efeito da vacina?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não, de forma nenhuma. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor disse que a cloroquina fortalece a célula. A vacina também... é esse o papel?

O SR. LUCIANO HANG – Não, o que eu estou dizendo é que agora, com a vacinação, as pessoas também estão pegando a doença, como é muito visto aí, e precisam se tratar, normalmente, como qualquer outra coisa.

Eu acho que, quando você fica doente, você vai tomar tudo aquilo que você acha que possa resolver o seu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – O senhor tomou a vacina?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não tomei vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E nem vai tomar vacina?

O SR. LUCIANO HANG – Vou mostrar para vocês, me passa aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não; não precisa, não.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, eu mostro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Basta o senhor dizer.

O SR. LUCIANO HANG – Não, mas eu vou dizer por que eu não tomei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Deixa eu fazer outra pergunta.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não, não, eu quero responder essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não. Eu decido ou não se o senhor fala aqui. A pergunta quem está fazendo aqui sou eu.

Sr. Luciano, veja...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um negacionista mesmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É, total.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero, Senadora Eliziane...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas acabou de perguntar!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor não tomou a vacina, basta o senhor falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero, Senadora Eliziane, que o Ministério Público Estadual do Estado de Santa Catarina e o Ministério Público lá em Brusque e todos os cidadãos em Brusque que tomaram esse medicamento prescrito pelo seu Luciano Hang, que tiveram...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Que não entende nada de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que tiveram efeitos colaterais entrem com processo contra ele. Todos os efeitos colaterais, a responsabilidade é do verde e amarelo aqui, está certo? Se o Ministério Público Estadual de Santa Catarina atuar em defesa do povo, tem que agir contra esse cidadão. Não é esperar o relatório da CPI, não, porque o Ministério Público de São Paulo entrou – tardiamente, mas entrou. Não dá para esperar, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Luciano, o senhor esteve internado lá na rede Prevent Senior, não é? Na sua internação na Prevent Senior, o senhor foi submetido ao tratamento de ozonioterapia?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Senadora, eu queria responder que eu não tomei vacina porque eu tenho um índice de anticorpos altíssimo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu já estou na segunda pergunta.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor tem tanto índice que o senhor contraiu a doença e ficou internado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente respondeu a mesma coisa para o Primeiro-Ministro da Inglaterra. Foi a mesma desculpa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor contraiu a doença e ficou internado dez dias, não é isso?

O SR. LUCIANO HANG – Fiquei dez...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – É. Eu tenho neutralizante natural.

Senadora, qual é a pergunta?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor contraiu a doença e ficou internado dez dias. Lá também o senhor foi submetido ao tratamento de ozonioterapia?

O SR. LUCIANO HANG – Todo o tratamento que o Prevent Senior colocou para mim eu fiz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A sua mãe também passou pelo mesmo tratamento?

O SR. LUCIANO HANG – A minha mãe fez todo o tratamento que o Prevent Senior queria fazer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Inclusive o da ozonioterapia. O senhor tem mais ou menos o período de quanto tempo depois?

O SR. LUCIANO HANG – A ozonioterapia foi feita conforme o Cofen, que é o Conselho Federal de Enfermagem, onde uma enfermeira foi fazer a aplicação dentro da norma da lei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor sabe que esse é um acompanhamento que, primeiramente, para ele poder ter o acompanhamento, para ele poder ser autorizado, você precisa ter autorização do Conep, coisa que, na verdade, não existiu.

O SR. LUCIANO HANG – Nós temos... Essa operação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Prevent Senior trabalhou à revelia disso.

O SR. LUCIANO HANG – ... a médica não pode fazer. A médica não pode fazer. O Conselho Federal de Medicina não deixa o médico fazer, deixa a enfermeira fazer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não. O Conselho Federal de Medicina tem restrições claras e transparentes acerca da ozonioterapia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Por isso que o médico...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... pela sua ineficácia e pela repercussão que isso pode dar...

O SR. LUCIANO HANG – Por isso que o médico não pode fazer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... na vida do paciente.

E, Sr. Luciano, veja, o senhor falou aqui que fez o seu tratamento e o tratamento de sua mãe no hospital da rede Prevent Senior por considerar a melhor do Brasil. Não é isso?

O SR. LUCIANO HANG – O Senador Omar estava falando, e eu não entendi.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor disse que fez o seu tratamento e o tratamento de sua mãe na Prevent Senior porque considerava, e considerou, a rede melhor do Brasil nesse atendimento, não é isso?

O SR. LUCIANO HANG – Não. Eu fiz o tratamento da minha mãe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor falou.

O SR. LUCIANO HANG – ... porque foi indicação de médicos amigos meus.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E você entendeu que ele era o melhor hospital que tinha e o melhor hospital do Brasil nesse atendimento.

O SR. LUCIANO HANG – Fizeram pela minha mãe o que foi possível.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Veja, o senhor sabe que lá atrás, no mês de março, mais precisamente, do ano passado, o Ministro Mandetta, inclusive, chegou a pedir a intervenção porque, das 120 mortes em São Paulo, 80 eram exatamente do hospital da Prevent Senior. O senhor teve esse conhecimento?

O SR. LUCIANO HANG – O Mandetta também falou que era para as pessoas ficarem em casa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas aqui foi fato, constatação. Aqui não tem, não tem opinião.

O SR. LUCIANO HANG – ... e só irem para o hospital quando tivessem falta de ar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não. Isso aqui não é uma questão de opinião. É um fato, uma constatação clara. De 120 mortes, 80 foram nesse hospital.

O SR. LUCIANO HANG – Quer dizer, há pessoas que nem sempre acertam em tudo o que fazem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E o senhor pegou exatamente esse hospital para o senhor cuidar da sua própria saúde e da família.

O SR. LUCIANO HANG – Cada um segue aquelas pessoas em quem acredita.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Luciano... Sr. Presidente...

Sr. Luciano, eu quero dizer para o senhor que está muito claro – e eu me junto às palavras do Humberto – que o senhor vem a esta Comissão para confirmar o que todos nós, na verdade, já sabemos. O senhor é um claro propagador de *fake news*. O senhor faz, através das suas redes sociais, a apresentação, por exemplo, de prescrição médica sem um mínimo conhecimento dessa área. O senhor dá até a dosagem. Isso, de fato, é muito sério. Isso, de fato, é muito grave. E de uma medicação que a Organização Mundial da Saúde e pesquisas no mundo inteiro já mostraram sem a eficácia comprovada. Somado a isso, claramente a sua pressão em relação aos seus funcionários está ali na apresentação. Quando o senhor coloca isso, que, se, de repente, não seguirem um alinhamento político seu, eles poderão sofrer situações realmente drásticas, isso é pressão, isso é inaceitável. Isso, de fato, é inadmissível.

E, por fim, o senhor fez uma campanha junto com Wizard, claramente, acerca da vacinação. O senhor não se vacina, nega a sua eficiência, mas, ao mesmo tempo, quer comprar a vacina para o setor privado, deixando de lado as pessoas mais vulneráveis. Vejam, o senhor é uma contradição em pessoa, porque o senhor faz uma defesa para uma situação e, para outra, o senhor muda a depender do retorno financeiro. Isso está claro.

Não há dúvida, de fato, que as suas empresas contribuem em relação a emprego no Brasil, mas também não há dúvida nenhuma, está muito transparente aqui a sua posição na propagação de *fake news*, infelizmente – Sr. Luciano, não é exagero dizer –, para as mortes que nós estamos acompanhando hoje no Brasil. Porque nós recebemos aqui uma grande cientista, aliás, grandes cientistas que mostraram que, pelo menos, metade dessas mortes poderiam ser evitadas se a ação negacionista desse Governo não fosse implantada, como foi hoje, financiada e acompanhada por pessoas, infelizmente, como o senhor, que poderiam estar contribuindo para o Brasil, mas que, infelizmente, não contribuíram.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. LUCIANO HANG – Senadora, nós temos uma cidade. A Havan tem 22 mil colaboradores. Lamentavelmente, morreram dez colaboradores durante este período todo – de covid –, e morreram, lamentavelmente, vinte pessoas de morte natural. O mundo passa hoje... Tem mais de 25 países em que morreram mais de 2 mil pessoas por habitante. Se a Havan fosse uma cidade, estariam morrendo 400 pessoas por habitante, um... Praticamente, cinco vezes menos, ou seja, nós acreditamos, sim, em vacina, nós acreditamos em tratamento, nós acreditamos em trabalho, nós acreditamos que as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam acordar de manhã cedo, ter o seu trabalho, para ter a economia, para trazer o seu sustento para casa. Foi por isso que eu lutei esse tempo todo. Estou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Acredita tanto em vacina que não se vacina, não é?

O SR. LUCIANO HANG – Veja bem! De novo, aí... Eu tenho médicos, eu tenho advogados, eu preciso escutar o meu médico. Ele disse: "Luciano, eu nunca vi alguém com um índice tão alto de imunidade. Você só vai se vacinar quando a sua imunidade baixar". Talvez pelo fato de eu andar muito na rua, de estar exposto, pegar sol...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ser atlético.

O SR. LUCIANO HANG – O dia 7 foi um exemplo bom, não é? No dia 7, muita gente na rua e queda nos números de infectados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A cobertura vacinal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, duas questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Primeiro, o seguinte... Só para repor a verdade. Primeiro, o seguinte: a vacina é necessária para todos os brasileiros. Não façam como o Sr. Hang. Se vacinem! Isso nós temos que dizer a todos os brasileiros. E não acredito que tenha tido algum médico, em sã consciência, que tenha dado algum conselho idiota como este!

O SR. LUCIANO HANG – Eu tenho meu médico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em primeiro lugar, isso.

Em segundo lugar, o seguinte: não é verdade que houve, após manifestações, a queda do número. Ao contrário, os dados dão conta do aumento do número de infectados após as manifestações terem ocorrido. Nada contra em relação às manifestações, mas é só para repor a verdade.

Em terceiro, em relação ao que foi apresentado aqui por V. Exa., Senador Omar, eu requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicite informações ao Ministério Público de Santa Catarina se ocorreu algum tipo de procedimento nos termos que V. Exa. aqui propôs em relação à distribuição de *kit* covid. E, se não tem algum procedimento, complementarmente, que essas informações sejam requisitadas, se teve alguma providência por parte do Conselho Nacional do Ministério Público, em controle ao Ministério Público de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu espero que o Ministério de Santa Catarina tenha feito alguma coisa. Senão, o Conselho Nacional do Ministério Público tem que agir e agir imediatamente.

Requerimento do Senador Randolfe.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, contra o voto do Senador Flávio...

Uai, vocês não querem saber?!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria saber o que o Governador fez lá com os 33 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Governador, por mim, pode ser cassado amanhã, se quiser.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria saber disso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos lá, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou manifestar também o meu voto contra, Presidente.

Parece que a CPI está num movimento claramente antiempresas e antiempresários. Não é a primeira vez que isso acontece no âmbito desta CPI. Eu quero lamentar profundamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(*Suspensa às 16 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 15 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

Eu vou passar ao Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro, vou fazer a colocação de que o Brasil já quase tem 300 milhões de doses distribuídas e os números também são positivos quando a gente pega que o Brasil é o quarto País, no mundo, Sr. Luciano Hang, em doses aplicadas. Se eu fizer a proporção, nós temos mais doses aplicadas que a Índia e mais doses aplicadas que o próprio Estados Unidos, seria o segundo país, em proporção, da população.

E, nesses números também, nós temos aqui, nos Estados Unidos, no dia de ontem, 2.050 mortes; no México, 542; na Índia, 283; e, no Brasil, 572. Nós temos três vezes e meia menos mortes do que nos Estados Unidos por usarmos as vacinas e também esse tratamento que aqui está sendo tão demonizado.

Da mesma forma, os Estados Unidos apresentaram hoje – os Estados Unidos – 117 mil novos casos; o Brasil, 19 mil novos casos. Isso quer dizer que os Estados Unidos, mesmo tendo a população que tem, não adotando o tratamento, tem 6,9 vezes mais infectados que no Brasil. E o número de mortes também nos Estados Unidos... Nós falamos das mortes no Brasil, eu lamento as 595 mil mortes aqui, Senador Jorginho, mas, nos Estados Unidos, morreram 692 mil pessoas.

Senador Renan, V. Exa. disse aqui hoje, nesta CPI, que cloroquina, ivermectina e outras toxinas são inservíveis contra a covid-19 e foram disseminadas mentirosamente. Pois bem, quero, neste momento, contribuir com a CPI e com o Sr. Relator. Nós temos aqui um estudo. Esse estudo publicado na revista cardiovascular de medicina, nos Estados Unidos, no dia 3 de novembro – 3 de novembro –, que diz totalmente o contrário: 10.429 pacientes. Esse é o estudo que vou passar às mãos do Relator para mostrar. Assim como esse, nós temos dezenas de estudos com cloroquina, com ivermectina e outros produtos que fazem parte.

A Pfizer... Nós estamos tratando aqui de vacina e também de tratamento precoce, esse tratamento. Vou citar aqui que a Pfizer informou, na segunda-feira 27 de setembro, que iniciou um grande estudo testando seu medicamento antiviral, ora experimental, para prevenção da infecção contra a covid-19. Essa medicação, que a Pfizer está testando, tem a mesma função, com outro medicamento, naqueles que foram expostos ao vírus. O estudo está em estágio intermediário e avançado, testaram o medicamento Pfizer. No ensaio, projetaram para bloquear a atividade de uma enzima-chave necessária para o coronavírus se multiplicar, será administrado junto com uma dose baixa de ritonavir, um medicamento mais antigo, amplamente usado em tratamentos combinados para infecção do HIV. Então, a Pfizer também tem vacina e também está fazendo esse tratamento.

Então, essa é minha colocação, com relação a esses dados importantes, que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Heinze.

Vou passar a palavra ao Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, vou continuar, Sr. Presidente.

Eu queria me solidarizar, já falei, com as vítimas, 595 mil vítimas, mas, também, com os 20,383 milhões de brasileiros que se salvaram com vacina e também com tratamento.

E quero falar também uma colocação, Sr. Presidente, que essa questão, essa questão específica, Deputado Flávio, da cloroquina ser criminalizada, um estudo da Lancet, eu já mostrei aqui nesta CPI, Harvard Lancet, houve a retratação, Recovery, Coalition e também o estudo Jama. Esses quatro estudos fizeram com que a OMS mudasse a sua orientação. Na The Lancet, já houve uma retratação. Estou cobrando desta CPI e de quem quer que seja...

O Senador Renan fez uma inquirição sobre um caso da morte da mãe do depoente. Eu queria que houvesse esse mesmo debate em cima desta pesquisa. Três pesquisas, Sr. Presidente, usaram doses letais; uma letal e três doses tóxicas que usaram com pacientes. Se fosse no estágio inicial, teríamos um resultado; já, em estado terminal, o resultado é outro. Essas pesquisas no mundo fizeram essa modificação. Isso, sim, é monstruoso.

Um colega Parlamentar falou que uma cientista falou sobre o número de mortes que poderiam ter sido evitadas. A cientista, Senador Girão, é a médica Jurema Werneck, que aqui esteve; médica sem registro, Senador Marcos Rogério – sem registro –, então não é cientista. Ela veio aqui e fez uma afirmação de que poderiam ter evitado 400 mil mortes. Se esse tratamento não fosse demonizado como está sendo demonizado, se nós pudéssemos usar o tratamento normal sem entrar no Ministério Público...

Nós estamos hoje assassinando a reputação de cientistas, divulgando notas e *fake news* em cima de casos expressivos. Nós temos pesquisadores brasileiros hoje... Estou falando aqui em Ricardo Zimerman. Esse moço apresentou agora, na segunda-feira, quando houve um debate lá em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa, pra criminalizar um tratamento com proxalutamida – criminalizar... O Dr. Cadegiani, Flávio, aqui de Brasília, é um craque, é um cientista. Esse moço está descobrindo um medicamento. E, no Conep – no Conep –, divulgaram dados falsos a respeito do assunto, falando das mortes das testemunhas e não das mortes das pessoas que foram tratadas. Esse moço hoje tem produto registrado na Índia, na China, na África já está registrado e está registrando esse produto nos Estados Unidos e também na Europa; aqui no Brasil criminalizam.

Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Proxalutamida para pacientes intubados. É um segundo tratamento, mas, se fala sobre esse assunto aqui, criminalizam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É extremamente importante que nós não criminalizemos médicos, cientistas, não interessa que sejam de esquerda ou de direita, mas que façam aquilo que tem que ser feito para a nossa população. Esses são casos concretos.

Além dessa solicitação, eu quero... Afinal, para desviar recursos dos cofres públicos, na Copa do Mundo não se faziam hospitais.

Também presto a minha solidariedade às vítimas da fome, da miséria, do desemprego, da falta de oportunidades. Os brasileiros infelizmente sabem bem: a fome também mata; a falta de empregos e de oportunidades também traz sofrimento.

Em 2018, faleceram 1,206 milhão de brasileiros; em 2019, tivemos 1,274 milhão de óbitos no País. Os cartórios registraram 1,465 milhão de óbitos... Ninguém vai discordar aqui que é uma pena, que é lamentável que empresários como Luciano Hang sejam tão perseguidos porque têm posição, Luciano; e, nesta CPI aqui, infelizmente, é questão político-eleitoral.

Eu disse na primeira sessão e digo hoje: candidatos do PT, PSDB, PDT, PMDB e todos os pês contra um candidato, que se chama Jair Bolsonaro. Quem tem lado... Se você é a favor dele e ele é a favor da cloroquina, você é contra a cloroquina; infelizmente não poderia acontecer isso, mas está acontecendo. Além de toda a calúnia e difamação contra quem gera emprego e ajuda a colocar comida na mesa das famílias, ainda tem todo um aparato estatal feito, parece, para impedir o desenvolvimento, atrapalhar a abertura de novos negócios e a criação de oportunidade de trabalho.

Apesar de ser de Santa Catarina, Luciano, ao lado do Rio Grande do Sul, a Havan levou mais de 30 anos pra poder se instalar no meu Estado do Rio Grande do Sul. A mesma vanguarda do atraso que retardou em três décadas a chegada da Havan ao meu Estado é responsável, de muitas outras formas, com a sua ideologia vermelha de causar desemprego, fome e sofrimento. Dezenas de milhares de empregos deixaram de ser gerados graças à ação de quem comandou este Pais por quase 16 anos, e não apenas no caso da Havan, é claro, mas de tantos outros mais.

Essa mesma turma que fez o Rio Grande do Sul perder uma fábrica da Ford, com seu sindicalismo partidário, fez com que o nosso Estado, um dos mais endividados do Brasil, entregasse uma planta de celulose. O pessoal tinha área comprada na região de Cacequi, Senador Omar Aziz. Lá tem florestas plantadas. A empresa sueco-finlandesa vendeu, teve que ir pro Uruguai. Há sete anos, inaugurou uma fábrica de celulose no Uruguai, e poderia ser naquele canto pobre do Rio Grande do Sul. Não foi, justamente por esses entraves.

Mas a verdade é que os empresários brasileiros, a maioria micro e pequenos, trabalham de sol a sol, arriscam a pele, fazendo diversas funções ao mesmo tempo, e empregam milhões de brasileiros e alimentam milhões de famílias. Todos esses homens e mulheres que ousam empreender no Brasil sofreram em 2020, quando alguns Prefeitos e Governadores resolveram fechar tudo de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irresponsável, sem um plano de contingência para o desemprego e para a quebradeira de empresas que o "fecha tudo" demagógico causaria.

O Presidente Jair Bolsonaro foi a voz praticamente isolada na defesa do funcionamento responsável das atividades econômicas, e ainda o Governo Federal despejou quase R$900 bilhões para Estados, Municípios e saúde lidarem com a crise que eles mesmos ajudaram a criar.

Quando pequenos empresários se viram obrigados a demitir e a fechar as portas, foram poucos os grandes que ousaram se unir ao Presidente, aos trabalhadores e aos pais e mães de família que defenderam a liberdade de trabalhar, de levar comida para dentro da casa e sobreviver. E, aos poucos, os grandes empresários que ousaram dizer que o desemprego e a fome também causam sofrimento e também matam hoje estão sendo perseguidos de todas as formas.

Senador Renan Calheiros, vamos respeitar os trabalhadores do Brasil e respeitar o setor produtivo. Chega de teatro, chega de dissimulação, chega de perseguição. Vamos proteger o País da saúde e da economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Sr. Luciano Hang.

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Então, pra mim, eu agradeço aí a posição do nosso nobre Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que que ele falou?

O SR. LUCIANO HANG – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que ele disse?

O SR. LUCIANO HANG – Só falou verdades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, me responda uma frase a que o senhor prestou atenção.

O SR. LUCIANO HANG – Todas. Ele falou sobre cloroquina, falou sobre os medicamentos, falou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não... Não seja evasivo. Não queira ser mais inteligente...

O SR. LUCIANO HANG – Calma...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Tem mais gente pra falar, tem mais Senador...

O SR. LUCIANO HANG – Agradeceu os trabalhos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pode ser rico, agora não tem burro aqui, não.

Ainda agora, quando o Senador Humberto Costa falou, o senhor foi deselegante com o Senador Humberto Costa e o discurso dele...

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... mas, quando aos seus ouvidos se fala em ganhar dinheiro, em negacionismo, aí o senhor é uma beleza...

O SR. LUCIANO HANG – Trabalhando, não é, Senador? Ganhar dinheiro trabalhando muito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, aqui tem uma matéria, agora, do G1, que diz que uma servidora, uma funcionária sua, já sabia, desde abril, que, no atestado de óbito, não constava... Não constava, no atestado de óbito da mãe do empresário, que ela tinha falecido de covid. O senhor disse aqui que não sabia disso...

O SR. LUCIANO HANG – Não. Sabia. Liguei pro Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. O senhor disse aqui que não tinha... Que o senhor não mandou trocar o atestado de óbito da sua mãe. O senhor... É negacionismo até nisso.

O SR. LUCIANO HANG – Senador, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. LUCIANO HANG – Quando eu perguntei para o Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. LUCIANO HANG – "Pedro, no atestado de óbito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, deixa eu lhe dizer uma coisa.

O SR. LUCIANO HANG – ... está marcado"...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse...

O SR. LUCIANO HANG – Ele disse: "É normal".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. É normal? É normal?

O SR. LUCIANO HANG – Está gravado, Senador. Está gravado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fui atrás agora, para ver quando vi a coisa, e está aqui no certificado certinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua secretária de nome – eu vou dar o nome dela aqui... A sua secretária... O nome dela é o seguinte: o nome dela é Liliane Bento. Ela conversou com o jornalista em abril...

O SR. LUCIANO HANG – Não conheço essa secretária. Não conheço essa secretária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não conhece? Então tá bom.

O SR. LUCIANO HANG – Olha, não é minha secretária. Minha secretária se chama Simone.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Tá bom.

O SR. LUCIANO HANG – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não sabe quem é Liliane Bento?

O SR. LUCIANO HANG – ... não acredite em tudo que aparece na imprensa. Nem sempre eles falam a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, eu prefiro acreditar no que está escrito aqui do que no que o senhor está falando agora.

O SR. LUCIANO HANG – Tem que tomar cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para quem nega a *causa mortis* da própria mãe, não dá para acreditar em mais nada.

O SR. LUCIANO HANG – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom? Porque a minha mãe, quando faleceu, fui atrás de saber do que ela tinha falecido.

O SR. LUCIANO HANG – Meu Deus, o senhor acha que eu não fui saber?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fui atrás.

O SR. LUCIANO HANG – Já sabia que era covid, não é? Está marcado nas minhas redes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Tá certo. Mas não consta na estatística que o senhor e o Deputado Osmar Terra, lá atrás, antes do falecimento da sua genitora, falavam em supernotificação e não subnotificação, por isso que tem...

O SR. LUCIANO HANG – Não, é a data das mortes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só nesse sentido...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só perguntar para o Sr. Luciano Hang: qual era o nome da médica da sua mãe?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – A palavra está com quem, Presidente? Só para eu entender aqui.

O SR. LUCIANO HANG – Olha, era tanta gente. Imagina, o conhecimento que a gente tem de todas as pessoas trataram a minha mãe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não lembra o nome da médica da sua mãe?

O SR. LUCIANO HANG – Está no prontuário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Maria Emilia Gadelha Serra.

O SR. LUCIANO HANG – Ela está no prontuário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, prontuário...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela levou um abaixo-assinado ao Presidente da República contra vacinas, dizendo que as vacinas eram produtos experimentais. Talvez tenha sido ela que tenha aconselhado o senhor a não se vacinar.

O SR. LUCIANO HANG – Eu não sei, Senador. Não sei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, isso aí ela fez.

O SR. LUCIANO HANG – Não, o.k. Tá bom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso ela fez.

O SR. LUCIANO HANG – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E ela – o senhor confirmou agora – foi a médica da sua mãe. Eu não sei se foi ela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Uma das...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que o aconselhou a não se vacinar.

O SR. LUCIANO HANG – Uma das médicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, só para registrar, Sr. Presidente: essa Dra. Maria Emilia encaminhou um abaixo-assinado ao Presidente da República falando que vacinas são experimentais.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Ué, não são?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou com a palavra, Presidente?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, Sr. Senador Marcos Rogério, rapidamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só para pedir para o Presidente Omar Aziz para que a gente não tenha dois pesos e duas medidas. Muitas sessões aqui... Nós estamos hoje na 60ª sessão. Depois que começou a Ordem do Dia, se continuou aqui sem problema nenhum. Eu só queria que hoje tivéssemos o mesmo tratamento com relação a isso, porque tem muitos colegas para falar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O parâmetro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... e o trabalho é muito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O parâmetro é o momento da deliberação. Tendo o momento de deliberação lá...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento o empresário Luciano Hang, que comparece a essa sessão da CPI e que, como já declinou no início, não se socorreu de nenhum remédio constitucional, nenhum *habeas corpus* para aqui comparecer. Veio e, ainda que na condição de investigado por esta CPI, porque assim determinou aqui o comando da CPI, não se negou a responder nenhuma pergunta. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que vimos aqui hoje é algo triste e lamentável. Aliás, algo que vem acontecendo aqui reiteradamente. Não é a primeira vez que acontece isso.

O senhor vendeu respiradores para o Consórcio Nordeste, recebeu antecipado e não entregou alguma coisa?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor vendeu testes de covid para o Ministério da Saúde e isso, de alguma maneira, gerou prejuízo ao Ministério da Saúde?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deu propina para alguém?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor participou de algum negócio com o Governo nesta pandemia?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom... Senador Girão, Senador Jorginho, eu estou fazendo esses questionamentos aqui porque eu procuro observar a linha de argumentação, a linha de questionamento que acontece no âmbito desta CPI.

Veja, V. Sa. está aí, e, no começo do depoimento, alguém foi buscar no histórico da sua empresa para afirmar que, de 1993 a 2014, o BNDES teria feito 57 operações com a empresa de V. Sa.

Senador Jorginho, o maior dos absurdos que eu já vi foi alguém invocar essa informação num ambiente de CPI que investiga covid. Trata-se de uma clara perseguição política, uma espécie sabe de quê? Tem nome: revanche, tentando criminalizar a ação empresarial por causa das manifestações públicas do empresário. A CPI sequer poderia estar requisitando informações que fogem ao escopo do requerimento aprovado pelo Senado, que define o objeto de investigação da CPI.

Agora, vai vendo, Brasil, vai vendo! Estão fazendo uma devassa na empresa do Sr. Luciano Hang enquanto se negam a investigar empresas que cometeram crimes durante a pandemia envolvendo os Governos do Consórcio Nordeste. Lá são nove os Estados, inclusive um governado pelo filho do Relator desta CPI.

Mas não foi só lá que aconteceram problemas, não! Nós tivemos operações da Polícia Federal em pelo menos 23 Estados da Federação, investigando falcatruas e crimes como: corrupção ativa, corrupção passiva, organização criminosa, fraude à licitação de toda sorte. Mas esses crimes a CPI não quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigar. Esses fatos que geraram bilhões de prejuízos aos Estados e Municípios e, sobretudo, custaram a vida de pessoas lá do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, do Sudeste... Não, isso não querem investigar. Essas informações não foram ou até agora não estão sendo relevantes para a CPI. Isso é uma barbaridade, Senador Heinze! Isso é algo absurdo, desfaçatez, ridículo!

Vimos hoje uma CPI que mudou de objeto. Agora, Deputada Bia, é a CPI do BNDES. Vai vendo! Mas eu gostei, Luciano. Gostei muito, sabe por quê? Porque vai dar a oportunidade...

Nós temos que pedir para o Presidente Pacheco para aumentar o escopo da CPI, porque nós vamos apresentar um requerimento para investigar, levantar as empresas que foram financiadas pelo BNDES. É verdade! Para quantos e quais países foram enviados bilhões de reais do nosso BNDES, dinheiro do povo brasileiro, nos últimos 20 anos? Só para trazer aqui à memória, refrescar a memória dos que fingem não saber, só nos Governos Lula e Dilma foram mais de US$10 bilhões desviados do Brasil para financiar obras e projetos em países governados pela esquerda mundo afora. Talvez seja realmente o caso da CPI aprofundar nas investigações em relação ao que fez o BNDES. Foram mais de R$50 bilhões desviados daqui para lá, dinheiro que faltou, Senador Flávio Bolsonaro, para estruturar a rede de saúde Brasil afora.

O número de leitos de UTIs no Brasil caiu nos últimos dez anos. Despencou, apesar do acréscimo da população. Sabe em que momento voltou a crescer? No Governo do Presidente Bolsonaro e, lamentavelmente, nesse cenário de pandemia. O que faltou de respiradores lá para os Estados do Consórcio Nordeste, porque meteram a mão, levaram o dinheiro e não entregaram os respiradores... Sabe quem é que foi lá entregar os respiradores para os Estados do Nordeste? O Ministério da Saúde do Governo do Presidente Bolsonaro. Mas faltou dinheiro, porque o BNDES financiou obra lá fora. Qual o tamanho do rombo? Só para se ter uma ideia, só Cuba – vai vendo, Brasil! – e Venezuela devem ao Brasil, devem ao BNDES, 3,5 bilhões, e não pagam. O BNDES, nos Governos Lula e Dilma, financiou ditaduras lá fora, mas hoje aqui queriam fazer uma devassa na vida do empresário para saber se ele pegou ou não financiamentos do BNDES. Ele já disse que não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Marcos Rogério, o Tesouro Nacional está pagando o BNDES. O Tesouro Nacional está pagando o BNDES.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O povo brasileiro!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Cuba não pagou e o Tesouro está pagando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não aceito que vocês interfiram no pronunciamento do Senador Marcos Rogério. Eu estou preocupado com vocês dois. Estou muito preocupado com vocês dois. Estou muito preocupado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Talvez o Presidente queira que o Luciano contrate a advogada que veio aqui ontem para estar no lugar dos dois patronos, que são da maior qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu não falei nada!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta CPI é a CPI das narrativas. Aqui parece que não são investigadores, são iguais àqueles comentaristas. Não vou ofender o futebol, porque tem bons comentaristas. O depoente vem e aí está cheio de comentaristas. A ciência que vale é a ciência dos arautos da CPI.

A ciência agora virou uma questão de unanimidade. Não tem divergência, contraditório não cabe. Aquilo que sempre foi um dos pilares da ciência hoje, aqui nessa CPI, não vale. Mas vamos lá, vamos lá!

Então, Sr. Presidente, eu queria aqui reiterar que seria importante nós avançarmos com as investigações sobre o BNDES. Veja, o Relator não fez perguntas ao depoente, porque o que parece... Tem muita gente que fica aqui: "Mas está perguntando o quê?" Não! O Relator – e é uma técnica, é uma técnica –, ele elabora uma narrativa completa, incluindo acusações graves. Ao final, em cima da premissa que ele mesmo criou, faz uma pergunta genérica, como que buscando uma confirmação de todas as ideias que ele mesmo preconcebeu e elaborou. Isso não é interrogatório! Isso não é interrogatório, é inquisição! É como se perguntasse para um suspeito não se ele praticou determinada conduta, mas, sim, por que ele praticou a conduta, como se já tivesse a verdade. Essa é a técnica aqui, o tempo todo.

Uma CPI que deveria investigar o caminho dos bilhões gastos na pandemia se envereda para investigar também fatos relacionados à causa da morte de uma paciente; detalhe, mãe de um empresário que apoia, que gosta do Brasil e que apoia o Presidente da República. E detalhe, publicam documentos sigilosos, porque – não se enganem – prontuários médicos são cobertos pelo sigilo profissional. Compartilhar os prontuários médicos, como diligência técnica de uma CPI, está certo, está o.k.; agora, publicar é crime.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Atestado de óbito não é sigiloso, não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Publicar é crime, e aqui foram publicados vários documentos, detalhes, como o dia em que apresentou sintomas, onde estava, onde morava, para que hospital foi levada, qual o nome da médica. Vai vendo, Brasil! Esta é a Comissão que diz respeitar a memória das pessoas. E aí pega aqui a mãe de um empresário de sucesso neste País e faz dela o que fizeram hoje; aliás, não hoje: fizeram hoje, fizeram ontem e fizeram outros dias também. Há Senador preocupado com quanto o empresário gasta com propaganda, se faz a seleção dos *sites* que receberão recurso. Em que CPI nós estamos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI se equivocou – aliás, nunca conseguiram entender nada disso, porque, no dia em que vieram aqui especialistas, fugiram –, se equivocou, vou usar um termo bem leve, com a definição de tratamento preventivo e tratamento precoce; no açodamento, cometeram gafe. Eu... Aliás, aliás, eles adotaram aqui a tática do negacionismo. Eles acusam os outros de negacionistas, mas são negacionistas, porque aqui defendem a teoria do nada.

Não tem medicamentos prescritos, não há um protocolo da Anvisa recomendando medicamento "a" ou "b" para o tratamento da covid, então não dê nada. É a recomendação implícita do "vá pra casa" ou "fique em casa" e só vá procurar socorro médico se faltar ar. Essa é a realidade. Eu não sou médico, eu não defendo a administração de medicamento "a", de medicamento "b". Agora, se o médico disser que é pra tomar chá de boldo, que resolve, ele é autoridade diante do paciente pra recomendar o que fazer.

Eles aqui dizem respeitar a ciência, mas a ciência deles, porque questionaram o que a pessoa, profissional de saúde, recomendou para a mãe do depoente. Queriam até expor o nome da profissional. Vai vendo, Brasil! Dizem respeitar, mas respeito passou longe. Eu respeito a divergência, respeito os que pensam diferente de mim, mas também gostaria de ser respeitado pelo que penso e gostaria que pessoas que pensam diferente também fossem respeitadas.

Aí criaram aqui uma outra *fake news:* a *fake news* da ocultação. Meu Deus do céu, a que ponto chegaram! O nível de bestialidade é tão grande que querem acusar o empresário de tentar ocultar a *causa mortis* da mãe. Em que país estamos?

Sabe, Senador Girão, na sanha vingadora perdem o senso de humanidade, perdem o senso de amor ao próximo, perdem o senso de compadecimento, porque dizem estar aqui preocupados com as vítimas, mas não estão, fazem palanque em cima dos caixões. É isso que fazem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Conclua, Senador, por gentileza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu ainda estou, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Concluiu o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou concluir, porque tem outros que querem falar.

Eu queria apenas, Luciano... Eu penso que, no meio de uma pandemia como essa, todos nós acertamos e todos nós erramos. Governos acertaram, Governos erraram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles falam aqui do tratamento precoce ou do preventivo, confundem os dois, mas esquecem que Governadores deles inclusive distribuíram esses *kits,* esses medicamentos – disso não falam –, mas eu nunca levantei a voz aqui para acusar esses governantes por terem feito isso, porque, naquele momento, foi a luta pela salvação de vidas, e usaram as armas e as ferramentas que tinham. Mas querem criminalizar apenas um endereço,...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Mais uma vez, cumprimento o nosso depoente e que continue acreditando no Brasil e investindo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... gerando emprego e renda para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fui advertido do início da Ordem do Dia, mas vou garantir, como última inscrição no dia de hoje, a palavra do Senador Eduardo Girão, improrrogavelmente pelos 15 minutos.

O SR. LUCIANO HANG – Eu só...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se V. Sa. permitir, Senador...

O SR. LUCIANO HANG – Eu só queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pra poder garantir para o Senador.

O SR. LUCIANO HANG – ... ao Senador Marcos Rogério as palavras. E tenho certeza de que lá, lá atrás daquelas câmeras, o Brasil está vendo a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Luciano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, vou garantir para V. Exa. e, em seguida, terei que, por força da Ordem do Dia, encerrar a sessão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Girão com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado pela oportunidade.

Eu queria dizer...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pelo menos um registro, Sr. Presidente, para mim, até em consideração por ser de Santa Catarina. Não precisa dar toda a palavra, mas pelo menos um registro eu gostaria de fazer.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se V. Exa...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Eu queria dizer que eu estou há pouco tempo aqui no Senado Federal, nunca planejei na minha vida estar aqui, e é uma honra, uma alegria muito grande servir e aprender com todos os colegas – todos os colegas desta Casa –, mas eu fico muito triste: a que ponto o Senado chegou, Senador Jorginho? Como a gente se apequenou ao longo dessas 60 sessões aqui do Senado Federal, nesta CPI da Pandemia, que podia fazer um trabalho técnico – e nós sempre lutamos por isso, Senador Marcos do Val –, deixando projetos de poder de lado, avaliando, investigando o Governo Federal, Estados e Municípios de forma equilibrada? O que eu ouço nas ruas... Eu faço questão de andar, olhar nos olhos dos cearenses, de ir às feiras, aos mercados, cada vez mais... A quantidade de mensagem que eu recebi aqui hoje de pessoas dizendo ao ponto: "Olha, eu já desisti, eu assisto ainda a essa CPI porque é um programa humorístico ou então pra ver um MMA, pra ver Senador brigar com Senador", Deputada Bia Kicis. É algo triste pra realidade a que nós chegamos aqui.

Eu quero dar as boas-vindas pro empreendedor Luciano Hang. Me admira muito a sua coragem de vir aqui, e eu acho que foi unanimidade entre oposição, situação, independentes, o que o senhor falou de forma humilde, sem um pingo de soberba... Muitos pensam que Senadores significam aí, estão numa casta superior, melhores do que os outros, se arvoram desse título que é uma honra, é uma missão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida servir. Daqui a pouco... Hoje nós estamos Senadores, daqui a pouco a gente continua a nossa trajetória, porque o povo que nos colocou aqui... Não somos melhores nem piores do que ninguém.

Mas o senhor deu uma demonstração aqui – lhe conheci hoje – de um empreendedor gerador de emprego, uma pessoa comprometida com o bem do Brasil. Pode ter errado em alguma colocação na ânsia de ajudar as pessoas no momento de sombra que a gente viveu. Quem não tentou conversar com médicos? Vários colegas, Deputados e Senadores, fizeram *live* – *e*u, inclusive – pra saber, porque vacina é fundamental. Claro! Claro! Sempre achei vacina fundamental, a questão do álcool em gel nas mãos, distanciamento físico, mas por que não, com recomendação médica, o tratamento preventivo ou precoce? Que preconceito é esse? Desde que Medicina é Medicina, sempre isso ocorreu. Um não anula o outro. São as armas, nós estamos numa guerra, todas as armas precisam ser usadas. O que eu vejo aqui é uma passagem interessante: não há nada oculto que não seja revelado. Hoje a gente está vendo muita coisa que estava embaixo do tapete sair, graças à sua ousadia no bem de colocar certas verdades que estavam entaladas na garganta do povo brasileiro.

Eu queria fazer umas perguntas aqui para o senhor rapidamente, porque eu vi, respeito a quem pensa diferente, mas eu vi uma perseguição aqui. Claramente isso ficou marcado. Ontem, inclusive, até o Ministro Moro colocaram aqui dentro. A Lava Jato, que é um patrimônio imaterial do povo brasileiro, foi colocada aqui dentro, por uma questão de política. A gente tem que deixar as desavenças pessoais, projeto de poder, pra ir atrás realmente do que a gente precisa ir. É aquela história do vilão virando mocinho e do mocinho virando vilão. Olha a inversão de valores que a gente está tendo, mas é importante que tudo isso esteja acontecendo.

Sr. Luciano Hang, eu já presenciei aqui, nesta Comissão, dois meses, três meses atrás, dizendo o seguinte, uma frase um pouco chocante, que dizia o seguinte: que os empresários brasileiros – e essa cultura tem que ser mudada, não é? –, que só podem ganhar fortuna se for de forma ilícita, diferente dos Estados Unidos, da Europa, em que eles são é incentivados, recebem premiações nesse sentido. Eu lhe pergunto assim, de forma muito objetiva: o senhor, dentro da sua atividade, a remuneração de seus funcionários deve ter um salário fixo, deve ter prioridades, deve ter produtividade. Quanto é que o senhor gasta em folha de pagamento nesses 22 mil funcionários?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Cem milhões por mês. Cem milhões por mês.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe pergunto... Cem milhões por mês. Qual é a média salarial? Desculpe eu lhe perguntar sobre... mais ou menos.

O SR. LUCIANO HANG – É, pois é... Divide por 22 mil, vai dar 4,5, por aí.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quatro e meio... Eu peço para colocar o vídeo. Por favor, o vídeo para a gente assistir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Senador Randolfe se puder parar – esse vídeo, depois eu vou disponibilizar para a CPI –, por causa da questão do tempo apenas, porque eu vou passar uma parte do meu tempo para o Senador Jorginho...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu fui informado de que ainda não está tendo votação, então ainda dá tempo de V. Exa. continuar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, perfeito. Ótimo, ótimo.

Esse vídeo, depois eu vou disponibilizar na CPI e nas redes sociais pra quem quiser assistir, porque tem outros dados interessantes. Mas o fato é que a média salarial... E não é fácil ser empresário nesse País: a burocracia, o travamento, a perseguição pela ideologia! Ele tem direito, ele é um cidadão. Eu até discordo do Presidente Bolsonaro de muitas coisas, respeitosamente. Uma delas foi uma ameaça que nós tivemos semana passada aqui com arma de fogo – e a CPI tem que ter uma resposta sobre isso. Mas... Na condução da pandemia também tenho muitas reservas. Agora, ele tem o direito de se aliar ideologicamente, de forma liberal, conservadora, com qualquer um. Por que tem que ser cassado, tem que ser perseguido, tem que ter um assassinato de reputação? Quantas famílias sobrevivem dessa empresa? Quantas famílias ainda vão crescer graças à coragem desse empreendedor brasileiro? É de R$4,5 mil a média, mais ou menos, do salário. Você viu aqui o Consórcio Nordeste, não é? Dá vergonha. Dá vergonha, mas o que está oculto precisa ser revelado, a podridão saindo.

O Carlos Gabas continua lá, Senador Jorginho. Você acha que ele saiu? Depois de tudo que nós demonstramos aqui, ele continua recebendo essa grana, continua à frente desse Consórcio Nordeste, que eu não aguento mais; as pessoas me perguntam nas ruas: "O que é que vocês vão fazer? Cadê as instituições?".

Nós vamos lutar até o último dia, mesmo sabendo que o relatório já está pronto – aliás, antes do início da pandemia; é o meu modo de entender, respeito quem pensa diferente, mas, pelas entrevistas dadas até pelo Relator de quem é o culpado, quem é o inocente... Eu acho que isso tira a credibilidade do trabalho que está sendo feito aqui.

Eu queria também fazer uma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor é um dos grandes empreendedores do País. Até 2018, era filiado ao MDB, e, depois, tornou-se um dos grandes apoiadores do Presidente da República. O que o levou a se desligar do MDB? O senhor é filiado a algum outro partido político?

O SR. LUCIANO HANG – Não, não sou filiado. Não sou filiado a nenhum partido político. Não queria ser um ativista com um partido, por isso eu me desfiliei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Após a passagem da sua mãe para o mundo espiritual e considerando os últimos fatos desta CPI envolvendo a Prevent Senior, o senhor foi procurado por alguma investigação do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo ou pelo Conselho Federal de Medicina? Inclusive, eu defendo que venha a esta CPI, porque este assunto é nebuloso: tratamento, e seria a pessoa mais apropriada, a autoridade máxima do País, poderia vir aqui falar, porque é médico. A pergunta que eu lhe faço: o senhor foi procurado?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não houve investigação, nada com relação a isso?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor autorizou a divulgação ou o uso do prontuário da senhora sua mãe?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como o senhor se sente, Sr. Luciano Hang, como o senhor se sente vendo...

O SR. LUCIANO HANG – Eu me sinto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... perdendo, não é?...

O SR. LUCIANO HANG – Eu me sinto violado, né?, na minha pessoa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... com o nome dela sendo especulado aqui? Eu sei porque a minha mãe também partiu, em 2005. Eu me solidarizo com o senhor.

Como foi o impacto da pandemia no seu negócio? Quais medidas adotadas pelo Governo auxiliaram a sua empresa durante esse período?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Fomos impactados, sim, durante, principalmente, os primeiros meses do ano passado, mas a Medida Provisória 936, que deu assistência às empresas para que elas pudessem deixar os seus colaboradores em casa para não demitirem ninguém, foi de suma importância para o mercado de trabalho brasileiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Na sua visão de mundo, nas suas relações interpessoais, na sua experiência, quais medidas o senhor sugeriria, a partir de agora, no enfrentamento da pandemia?

O SR. LUCIANO HANG – Eu acho que nós temos que parar de brigar, de esticar o elástico. Nós precisamos focar na harmonia, na paz, na união, principalmente para as pessoas mais humildes. Lá fora tem pessoas querendo trabalhar. Então, nós precisamos nos unir, o Congresso, os três Poderes, em prol de um país melhor, que é o país do emprego.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu vi, numa das respostas que o senhor deu para algum dos colegas aqui, que a politização no País tem atrapalhado muito. E é muito bom ouvir, o diálogo. Nos intervalos, eu vi o senhor conversando com um Senador, com outro aqui, de diversas posições políticas – inclusive, que foram duros com o senhor –, mas eu achei bacana essa atitude do diálogo, de buscar a compreensão.

Encaminhando-me para o final, eu digo para o senhor que o Estado do Ceará, o meu Estado, em que eu tive a honra, a bênção de nascer e de servir aqui, com todas as minhas limitações e imperfeições, que são muitas, eu sei, está de portas abertas para receber uma empresa sua. E não apenas por gerar emprego, gerar esperança para as pessoas – o que eu puder fazer, no limite das minhas forças, eu vou, para ajudar –, mas também nos próprios clubes, porque eu sei que o senhor é investidor do futebol brasileiro, que é uma paixão de muitos aqui. E dois clubes nossos – um está em terceiro, que é o Fortaleza, o outro, em décimo primeiro, que é o Ceará – são clubes que têm excelentes gestões. E, se o senhor for investir no Nordeste, por favor, veja...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Excelência, conclua, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Girão.

O SR. LUCIANO HANG – Obrigado, Eduardo Girão, pelas palavras.

O Eduardo Girão me viu abraçado com muitas das pessoas aqui hoje. Não importa qualquer partido político... Eu acho que nós podemos ser divergentes nas opiniões, mas não precisamos ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inimigos pessoais. Eu acho que o Brasil precisa se unir, união para que, pensando nos mais pobres, possamos crescer neste País.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Hang.

Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu sou o último orador, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, ainda não temos anúncio do início das votações... A Ordem do Dia já iniciou. Tendo início de votação, eu tenho que encerrar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como ainda não tem votação, eu estou no limite da tolerância, inclusive para conceder a V. Exa...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Eu quero, aproveitando, simplificando tudo que queria fazer aqui hoje, começar como faço sempre, saudando o Murilo Varasquim e o Beno Brandão, os dois advogados, cumprimentá-los pelo desempenho, pelo calor da emoção que tivemos aqui. Então, os senhores, que representam a Ordem dos Advogados do Brasil, sejam muito bem-vindos aqui, no Senado Federal.

Cumprimentar o empresário Luciano Hang.

Cumprimentar o Fábio também, que está lá fora, e o Vadinho, meus queridos amigos lá de Santa Catarina.

Eu lamento, lamento, Luciano, que o senhor esteja sentado na mesma posição em que sentou Witzel, em que sentou Cabo Dominguetti, e tantos outros golpistas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Trento. Trento. Danilo Trento também, da...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Trento.

E tantos outros golpistas que tentaram saquear o Brasil, num momento de pandemia, num momento de tristeza. Eles não têm o mínimo de consideração – aquela gana por dinheiro, por recursos... Gente que não tinha um pinto para dar água veio aqui, tentou fazer junto ao Governo venda de R$1,6 bilhão. Isso é uma vergonha! Infelizmente! O Brasil se envergonha disso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lamento o senhor estar sentado nesta mesma cadeira, o senhor que emprega 22 mil pessoas. Eu conheço a sua empresa, eu conheço a sua luta, eu conheço o seu caráter, eu conheço o seu entusiasmo. Para mim, o senhor não precisava vir dizer nada aqui.

Lamento pela D. Regina. Sei o tanto que o senhor a amava, ela que se foi.

Infelizmente, aqui se faz, muitas vezes, palanque eleitoral. Palanque é o ano que vem! Ano que vem é que o povo brasileiro vai decidir o que vai fazer.

Quando se fala em BNDES, o BNDES não serve mais para mandar dinheiro para essa quadrilha que se organizou no Brasil. O BNDES... Quando se fala em Finame, é o interesse da empresa que vende o equipamento, não é o interesse do empresário que comprou, é que tem linha de crédito disponibilizada para as empresas crescerem.

O senhor disse aqui – e ninguém mais disse aqui a não ser o senhor – que gastou R$1 milhão com Manaus, com oxigênio. Isso é coisa de brasileiro, isso é coisa de quem quer ajudar.

O senhor disse aqui que multa se discute. É isso mesmo. Ninguém é dono da verdade. A gente não pode se entregar nunca; a gente tem que ter coragem de enfrentar.

Então, eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar esse empresário que orgulha Santa Catarina e orgulha o Brasil. Não preciso fazer média com o senhor, não preciso lhe puxar o saco aqui.

Quero pedir desculpas pelos atropelos, pelas contrariedades hoje acontecidas. Agora começou a amainar – o senhor viu –, começou o Plenário. Infelizmente, a gente poderia aqui estar fazendo um debate ainda maior, mas eu quero lhe dizer que o senhor é um empresário que não pode ser massacrado, não pode ser hostilizado; o senhor tem que ser aplaudido.

Saiba que o senhor veio hoje aqui e sai maior do que chegou. Não tenha dúvida disso – não tenha dúvida disso!

Quero agradecer e cumprimentar, então, o senhor e desejar muito boa sorte. Continue sendo esse brasileiro entusiasta, esse brasileiro vibrante, que não se entrega, que acredita no Brasil, que acredita no trabalho. O senhor não é de oligarquia. O senhor construiu a sua vida sozinho. Então, por isso, eu quero cumprimentá-lo, desejar muito boa sorte; abraçá-lo por causa da D. Regina, porque ela se foi, mas a alma dela, o espírito dela, não tenha dúvida, vai continuar o iluminando, para que o senhor prossiga nessa jornada de defesa do meu Estado de Santa Catarina, do Brasil e dos brasileiros.

Valeu!

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jorginho.

Sr. Luciano...

O SR. LUCIANO HANG – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por gentileza, Sr. Luciano.

O SR. LUCIANO HANG – Não, só queria agradecer ao Senador Jorginho e, na minha última palavra, dizer o seguinte: quero homenagear a todas as mulheres desse Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Luciano, só um minuto, se V. Sa. me permite.

Só um minuto, já iniciamos a Ordem do Dia, já estamos na leitura de relatórios e vamos ter votação daqui a pouco.

Eu sou o próximo, seria o próximo a inquirir. Vou abdicar, inclusive, de todo o meu tempo, mas eu queria só aqui prestar um esclarecimento, reiterar uma pergunta que foi feita anteriormente pelo Sr. Relator em relação à presença sua em reuniões de gabinete de crise em relação à pandemia.

V. Sa. havia dito que não participou de nenhuma reunião, em nenhum momento, com o Presidente da República sobre eventual gabinete de crise para tratar qualquer assunto da pandemia, correto?

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – Aquela foto que colocaram para mim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. LUCIANO HANG – ... foi uma visita que eu fiz ao Palácio, inclusive está nas minhas redes sociais. Fui visitar o Presidente com outros empresários que não têm nada a ver e, aí, depois, nós fomos visitar esse local...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO HANG – ... o gabinete de crise. É o gabinete de crise, é isso? Onde estão todos os mapeamentos dos resultados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Mas, então, era uma reunião para tratar da pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO HANG – Não. Nós fomos lá levando o nosso apoio, porque nós precisávamos que o Presidente, que o Brasil andasse para frente, precisando de emprego, que a economia andasse. Foi essa a intuição nossa naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas não foi uma reunião para tratar...

Só para ser bem claro: o senhor participou de alguma reunião, em algum momento, com o Presidente da República ou com a equipe do Presidente da República para tratar da pandemia?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não?

O SR. LUCIANO HANG – Não. Para falar de economia, falar de desenvolvimento, falar de emprego, falar de união, falar de harmonia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nada para tratar de covid?

O SR. LUCIANO HANG – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me permita, só para, assim – eu acho –, concluir o depoimento, porque me parece que o vídeo diz diferente, Sr. Luciano.

O SR. LUCIANO HANG – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vejamos lá. Vamos ao vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito. Só para concluir, porque me parece que é tratado sobre a pandemia aí. Vamos mais adiante.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode até interromper o vídeo aí. O vídeo vai mais adiante e entra em maiores detalhes. Me parece que era para apresentação do gabinete de crise em relação à covid. O senhor me permita...

O SR. LUCIANO HANG – Não, Senador, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para apresentar a V. Sa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. *Fora do microfone*.) – Isso foi uma visita, Presidente.

O SR. LUCIANO HANG – Olha, falei a verdade e somente a verdade. Pode ver todos os empresários que estão aí. Fomos visitar esse local lá, onde se monitora todo o combate à covid no Brasil. Quer dizer, isso não é gabinete paralelo, nada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito, mas não foi isso. É porque o senhor tinha dito ao Relator que não se tratava nada de covid. Eu acho que o vídeo mostra que sim.

O SR. LUCIANO HANG – Não, mas eu fui visitar... Não, não, não. De novo, não é?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Presidente, não é...

O SR. LUCIANO HANG – Isso mostra que nós fomos visitar um local.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ) – Tratar de covid é dar informações, fazer... Ele foi conhecer um local.

O SR. LUCIANO HANG – É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito. Mas só contradisse a fala inicial.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, o senhor me permite uma única pergunta bem pragmática.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bem pragmática, para nós podermos, de fato, encerrar, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não vou nem fazer nenhum complemento.

O SR. LUCIANO HANG – Então, a resposta é não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Eu gostaria de saber, Sr. Luciano Hang, se o senhor já tomou alguma medida judicial em relação à questão do atestado de óbito da sua mãe, Sra. Regina, estar diferente do prontuário médico. Em nome da verdade que nós devemos saber...

O SR. LUCIANO HANG (Para depor.) – O.k. Segundo meus advogados, nós vamos tomar uma medida judicial com aqueles que mostraram aquilo que não podia ser mostrado. Agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, espere aí, vamos lá. A verdade real nós buscamos: a sua mãe faleceu com SARS-CoV-2, lá, covid. Então, o atestado de óbito dela deve conter esta informação objetivamente, o.k.? Com o Sr. Anthony Wong aconteceu a mesma coisa dentro da Prevent Senior. Em nome da verdade – em nome da verdade real –, nós precisamos ter, num documento que é público...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só gostaria de saber se vocês já tomaram uma atitude ou vão tomar, porque considero de extrema necessidade para que tenhamos as...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Sr. Luciano, o senhor pode responder, assim, objetivamente à Senadora.

O SR. LUCIANO HANG – Não, vou, vou... Senadora, segundo meus advogados, para nós, isso aqui já é o importante. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não. A pergunta é: vocês vão tomar alguma informação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não... Assim foi respondido, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu não entendi. Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora, foi respondido pelo Sr. Luciano que, para a defesa, o que já foi apresentado, segundo a defesa, é importante, confronta com o prontuário, com o atestado de óbito, mas, enfim, eu não vou estender mais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não entendi como respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria agradecer ao Sr. Luciano Hang, desejar boa sorte a ele; agradecer à douta defesa aqui presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 59ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Convoco as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o próximo depoimento amanhã, a partir das 9h30min.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Eliziane Gama e Jorge Kajuru. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Otávio Oscar Fakhoury**. **Finalidade:** Oitiva do senhor Otávio Oscar Fakhoury. Oitiva do Otávio Oscar Fakhoury, em atendimento ao requerimento 1534/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1559 de 2021** que: "Requer seja convocado o Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, Diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1556 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. George Joppert Netto e da Sra. Andressa Fernandes Joppert." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1560 de 2021** que : "Convoca Walter Correa de Souza Neto, ex-médico da Prevent Senior, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 1561 de 2021** que : "Convida Tadeu Frederico Andrade, Beneficiário da Prevent Senior, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o tratamento médico para covid-19 utilizado pela Prevent Senior" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

Eu quero aqui comunicar aos membros da CPI que a semana que vem será a última semana que nós ouviremos depoentes.

Nós iremos ouvir, na terça-feira, o Sr. Carlos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alberto Sá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Alberto Sá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É executivo da VTCLog.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É executivo, proprietário da VTCLog.

A VTCLog foi uma empresa que veio aqui, nós conseguimos descobrir que sacaram muito dinheiro e nós temos que fechar isso, saber para onde esse dinheiro foi direcionado. Então, não tem muita dificuldade em saber qual é a razão de ele vir aqui.

Na quarta-feira, a minha proposta é que nós ouçamos um dos médicos que atuaram dentro da Prevent Senior. Um daqueles 12 médicos. O Senador Humberto e o Senador Randolfe pediram pra fazer uma reunião comigo, na hora do intervalo. Nós faremos a reunião.

E, na quinta-feira, a minha proposta seria ouvir a Agência Nacional de Saúde Suplementar. E nós encerraríamos na quinta.

A semana que vem, dia 12, é feriado. O Senador Renan Calheiros teria tempo suficiente para elaborar o seu relatório, e nós votaríamos o relatório do Senador Renan. No dia 19, terça-feira, seria apresentado e, no dia 20, quarta-feira, seria lido o relatório e votado o relatório.

Esse é o nosso cronograma de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Orientação de fim dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... encerramento de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só se houver um fato muito grave, relevante, do ponto de vista novo, não daquilo que a gente vem tratando – sobre tratamento precoce, imunização de rebanho, vacina –, um fato extrapauta que até hoje não foi tratado aqui, nós, sim, abriríamos exceções para ouvir. Caso contrário, Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cumprimento-o pelo calendário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... entre quinta-feira da semana que vem até o dia 15, 16, quando o senhor deve apresentar já...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É tempo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... disponibilizar aos Senadores o seu relatório, nós... No dia 19 o senhor leria o seu relatório final, e dia 20 nós votaríamos o relatório, o.k., Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Acertadíssimo, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Solicito que o depoente seja conduzido à mesa. (*Pausa.*)

Senador Contarato, eu darei a palavra assim que o depoente estiver aqui sentado à mesa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu também, Presidente, gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... de falar pela ordem rapidamente depois. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Dias Toffoli no Habeas Corpus 207.124, nos seguintes termos:

> [...] defiro parcialmente o pedido de liminar para lhe assegurar o direito constitucional ao silêncio, incluído o privilégio contra a autoincriminação – excluída a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício de tais prerrogativas –, bem como o direito de ser assistido por seus advogados e de comunicar-se com eles durante sua inquirição, garantindo-se a esses todas as prerrogativas previstas na Lei nº 8.906/94.
> Em razão de o paciente estar sob investigação, já tendo sido determinada a quebra de sigilo bancário, fiscal – nos termos do requerimento [...] aprovado pela CPI em tela –, ressalto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

ele não poderá ser obrigado a assinar termo ou firmar compromisso na condição de testemunha em relação aos respectivos fatos.

A cópia dessa decisão serve igualmente como salvo-conduto. (*Pausa.*)

Sr. Otávio Fackoury, V. Sa. está munido de uma liminar em que o senhor não precisa prestar juramento, mas quero aqui dizer aos seus advogados e advogada que eles poderão, na hora em que pedido pelo senhor, serem consultados, só não poderão responder em nome do senhor. Nós temos adotado essa regra.

Bem, vejo aqui hoje o Senador Marcos Rogério. Aquela trupe toda... Eu não sei quem é mais rico: se é o senhor ou o cara da Havan. Eu acho que é o velho da Havan, senão eles estariam aqui todos para proteger... (*Risos.*)

Não tem ninguém aqui. São 10h30... Só V. Exa., Senador Marcos Rogério.

Senador Marcos do Val, V. Exa. é uma pessoa isenta aqui.

V. Exa., não... Eu o estou até elogiando, Senador Marcos Rogério, não faça isso. Agora, é um elogio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Coerência...

Não vi aquela... Ontem era o seguinte, era uma trupe de bolsonaristas atrás. Eles o estão abandonando. Mesmo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Principalmente o Senador Flávio Bolsonaro, que não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mesmo, Sr. Otávio Fackoury, o senhor defendendo o Presidente Bolsonaro, a tropa de choque dele não está presente para defendê-lo. Não está aqui ninguém. Ontem, não. Ontem, pelo amor de Deus!

Isso aí é o seguinte...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Estava parecendo comissão mista, ontem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O liso eles deixam abandonado; o cara que tem dinheiro, eles vêm aqui todos aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Estava uma CPI mista ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às 6h15 da manhã, tinha Parlamentar na porta do hotel do cara para vocês terem uma ideia. Se fosse para receber um eleitor, diria que estava dormindo, mas, como era para ir lá bajular o Sr. Hang, estavam todos lá no hotel. E aí era uma festa: fotos e mais fotos, e tal...

Mas o Sr. Hang, Senador Renan, por mais que queira fazer aqui as estrepolias que ele está acostumado a fazer, tenha certeza de que nós estaremos muito atentos ao Ministério Público Estadual de Santa Catarina, principalmente na cidade de Brusque. Todas aquelas pessoas que foram vítimas da covid e que hoje têm sequelas, na cidade de Brusque, podem entrar com uma ação contra o Sr. Hang, porque foi ele que induziu a população de Brusque a tomar medicamento não comprovado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, mesmo com a festa, com o sorriso, com ofensas que fez ao Senador Contarato, que constarão dentro do relatório, constarão dentro do relatório... Aí o senhor vai ver o sorriso, a alegria, a pirotecnia... A Justiça tomará conta porque nós Senadores e a população brasileira, que é contra negacionismo e que é a favor da ciência, estará atenta para que isso aconteça.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, eu queria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, um rápido pela ordem após...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em primeiríssimo lugar, cumprimentá-lo pelo calendário de encerramento dos nossos trabalhos. A data que V. Exa. marcou é oportuna. Nós temos um prazo de funcionamento até 4 de novembro, mas desde o início, Senador Humberto, nós dissemos do compromisso desta Comissão Parlamentar de Inquérito de antecipar esse prazo na medida do possível. Nós já ouvimos muitos acusados, e não há outra maneira, nós temos que ouvi-los, mesmo.

Haveria o dia em que nós teríamos que ouvir o Luciano Hang. O Brasil sabe que não é fácil você interrogar, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, um papagaio que não quer falar, mas o depoimento dele foi um depoimento que confirmou muitas das acusações, por exemplo, com relação à Prevent Senior. Ele cinicamente veio dizer aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito que o que houve foi um erro da Prevent Senior. O que houve foi um erro da Prevent Senior. O que houve, Senador Marcos Rogério, ele disse que foi um erro da Prevent Senior. Erro da Prevent Senior é um eufemismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele usou para chamar a falsificação, porque eu disse, na oportunidade, que o pior de tudo isso é que tem uma anotação na certidão de óbito da senhora sua mãe de que pessoas da família haviam sido informadas de que a covid não teria sido a *causa mortis*. E como ele constatou que a única pessoa da família era ele, que tratava com os médicos e com a Prevent Senior, é óbvio que ele sabia, o que depois ficou comprovado pelo noticiário de alguns órgãos de comunicação, e todos nós vimos isso.

Então, é o seguinte: nós já ouvimos muita gente. Todos os depoentes ligados ao Governo tiveram a mesma tática. Eles procuraram negar o negacionismo – desde o primeiro –, o Luciano Hang não vai ser o único. E nós pedimos apenas que ele fizesse um depoimento preciso, que ele em nenhum momento fez. Eu cheguei a perguntar: "o senhor tem conta no exterior? Quantas contas no exterior o senhor tem?" Ele ficava: "sim, mas... Não é bem assim, mas... Sim, mas...". Eu até reclamei publicamente nas vezes em que isso acabou acontecendo. Mas fique certo, Presidente Omar, que nós temos elementos probantes, um elenco comprobatório imenso, imenso, da participação criminosa do Sr. Luciano Hang em vários momentos dessa pandemia, patrocinando, defendendo, postando, financiando a política equivocada de enfrentamento do Presidente da República, que acabou transformando o nosso País em um morticínio com quase 600 mil vítimas e milhões de sequelados. Seja como for, colaborando ou não, ele constará, Presidente, do relatório, será indiciado por vários crimes, e vai ter que se haver com esses crimes, respondendo por eles até o final da sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tenham, meus companheiros da Comissão Parlamentar de Inquérito, absolutamente nenhuma dúvida de que isso vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa, e depois Senador Contarato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é só para registrar duas coisas: a primeira é que a empresa Global sofreu, está sofrendo, agora pela manhã, uma ação de busca e apreensão executada pela Polícia Federal, por conta de todas as denúncias que havia e que nós, aqui, reforçamos, de atos de corrupção vinculados à compra de medicamentos de alto custo e por lavagem de dinheiro.

É a Global que é a dona da Precisa, que também, há poucos dias, sofreu uma operação de busca e apreensão pela Polícia Federal, simultânea a uma que nós, aqui, pela CPI, realizamos. Então, é mais um exemplo de que a CPI cumpriu um papel, a pressão da opinião pública e a vigilância da imprensa cumpriram um papel.

Segundo, eu queria registrar aqui: ontem eu falei sobre aquela cena dantesca de pessoas procurando no lixo de um supermercado por ossos que foram rejeitados pelo supermercado, pra se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentarem, e eu não registrei que tinha sido o jornal *Extra*, do Rio de Janeiro. Quero fazer essa referência e dizer que, hoje, o jornal *Folha de S.Paulo* também faz uma matéria semelhante, que é aterrorizante.

E, hoje, o jornal *O Globo*, numa matéria publicada, nos dá uma informação de que, ao investigarem o WhatsApp do Presidente da República, na última semana, constataram coisas absurdas. Além de ele defender o Pinochet, essas coisas, anteontem, à noite, o Presidente Bolsonaro usou o aplicativo pra espalhar *fake news* e desincentivar a vacinação.

Vejam o que ele escreveu: "Jovens morrendo com a Pfizer". Naquela hora, ele compartilhou um vídeo com os dizeres: "Riscos. Precisam investigar. Jovens morrendo de parada cardíaca (sic)".

No vídeo, também há uma inscrição: "Bolsonaro tem razão".

O material reproduz uma fala da comentarista Cristina Graeml – não sei, acho que é assim que pronuncia. Mas V. Exa. bote o nome, lá no seu relatório, do programa Os Pingos nos Is, da Rádio Jovem Pan –, na qual ela cita cinco casos de adolescentes que faleceram recentemente, lançando dúvidas sobre a aplicação de doses da Pfizer. Duas das mortes citadas, no entanto, eram de adolescentes que sequer haviam sido vacinados.

O texto foi disparado por Bolsonaro, justamente no dia em que o Governo voltou atrás e decidiu liberar a imunização de adolescentes, desaconselhada pelo Ministério da Saúde na semana anterior.

Veja a desinformação e o efeito que ela provoca para os nossos jovens. É a demonstração, inclusive, de que toda aquela encenação do Presidente, com o ex-Presidente Michel Temer, é apenas pra enganar a população. O velho Bolsonaro está de volta, divulgando *fake news*.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, as dependências desta Comissão Parlamentar de Inquérito são dependências do Congresso Nacional. Sendo assim, é óbvio que é facultativo e são bem recebidos todos os Parlamentares, sejam daqui do Senado, sejam da Câmara dos Deputados, que queiram comparecer aqui para acompanhar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Entretanto, Sr. Presidente, nós já tivemos alguns episódios – inclusive, em um eu fui obrigado a tomar uma medida mais drástica – em que colegas Parlamentares, sobretudo da Câmara dos Deputados, têm vindo aqui desrespeitar a Comissão Parlamentar de Inquérito e filmar, fazer os seus registros. Sr. Presidente, isso não tem sido permitido nesta Comissão sequer para os colegas Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros dela, sequer para os Srs. Senadores membros dela. Então, eu sei que V. Exa. teve algumas situações nesse sentido no dia de ontem, mas eu queria pedir que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Deputados e Deputadas que estavam aqui, quando eu solicitei, respeitaram a decisão aqui da...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... da CPI e pararam de fazer vídeos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu só queria deixar bem claro... Eu acho que era importante essa Presidência deixar bem claro e não tolerar esse tipo de procedimento. Até agora nós não aceitamos que esta Comissão Parlamentar de Inquérito fosse desrespeitada, e isso, inclusive, é o que assegura a credibilidade que esta CPI tem da parte de mais de 60% dos brasileiros, segundo a pesquisa de opinião. Agora, na reta final, ao concluir os trabalhos, é importante essa postura não só ser mantida, como, me permita dizer, ser severa; não aceitar qualquer tipo de desrespeito.

Essa advertência é bom ficar clara logo na abertura dos trabalhos para que nenhum aventureiro ouse atravessar o rubicão. É bom que esta CPI diga que não há volta após o rubicão. E se... Para não argumentarem depois, não irem depois reclamar com seus líderes partidários, não irem reclamar com o Presidente da Câmara dos Deputados que foram desrespeitados. Que fique clara esta advertência aqui sobre o procedimento: vir, comparecer, acompanhar é direito de qualquer Congressista; desrespeito não pode ser tolerado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Bom, primeiro, em relação a essa questão das gravações, eu acho que é correto se advertir que não faça, mas isso que foi dito aqui não é verdade. V. Exa. foi vítima, inclusive, disso; de gravação de assessores de colegas Senadores. Eu também fui. Eu também... Aconteceu isso aqui comigo poucos dias atrás; de assessor de Senador vir, gravar... Vir em uma situação de... preparado para fazer esse tipo de jogo, de joguete. Então, eu acho que a regra deve ser aplicada para todos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor me permite, Senador Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque realmente expõe os colegas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... eu quero só concordar com o senhor. Inclusive, quem quer que seja.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu, inclusive, fiz aqui a relação sobre colegas Parlamentares devido a episódios desse tipo – quem quer que seja.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O que aconteceu, inclusive, com assessores de Senadores: foram afastados imediatamente, demitidos das assessorias e responsabilizados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, a última que fez isso não foi, não. Mas eu não vou pedir a demissão dela, não. Apenas acho que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, já foi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não; a última, a da semana passada, não foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas eu queria... Mas eu acho que está correto, e tem que ter cuidado. A TV transmite tudo aqui. Aqui não tem nada secreto, é aberto.

Agora, com relação, Sr. Presidente, a... Eu acho que a CPI tem o seu papel e, quando vem aqui o depoente, é a oportunidade que nós temos para fazer questionamentos, questioná-los, aprofundar nas investigações. Agora, não acho que seja honesto, no dia seguinte, virem aqui personagens e começarem a fazer um rodízio de acusações contra quem não está presente para se defender.

Isso é covarde, isso não é honesto.

Ontem, o empresário Luciano, da Havan, um grande empresário do Brasil, gerador de emprego e de oportunidade para o Brasil inteiro, inclusive lá no meu Estado de Rondônia, esteve aqui e falou com todos, respondeu a todos. Se agradou ou não agradou, isso aí é de cada um, não é? Porque tem gente que quer perguntar e colher a resposta que lhe agrada. Mas o papel de quem pergunta é perguntar e o de quem responde é responder, na medida do seu conhecimento. Ninguém tem que dar respostas para agradar João ou Pedro. Tem que falar a verdade. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí... Narrativas é um negócio que está virando moda no Brasil. Você cria um cenário, um contexto, cria uma ideia, no final, arma uma arapuca de perguntas genéricas para alguém responder, para tentar confirmar aquilo que se construiu. Isso está acontecendo muito aqui.

Então, eu respeito a opinião de todos aqui, mas não posso aceitar que isso seja algo honesto, sobretudo com pessoas que trabalham pelo Brasil – e pelo Brasil inteiro. Eu respeito o empresário Luciano Hang, acho que ele esteve aqui ontem e foi uma oportunidade de a CPI ouvi-lo, mas fazer hoje aqui um desfile de acusações, a meu ver, infundadas contra ele não acho adequado. Sustentaram aqui um monte de coisas, até de questões que não têm nada a ver com pandemia: financiamento lá de 2003, 1993, algo absolutamente fora de contexto.

Outro aspecto, Sr. Presidente, de que eu queria falar: foi mencionado, agora há pouco, que a Polícia Federal está fazendo uma operação. É verdade, eu recebi aqui a notícia dessa operação. A manchete é: "Global é investigada por contrato da Petrobras no governo Dilma". Vamos ler a matéria, porque pareceu aqui outra coisa, não é? Vamos lá!

> A suspeita é de que a empresa tenha pagado propina para conseguir o acordo de R$550 milhões para fornecer medicamento à estatal. O [Ministério Público Federal] e a Polícia Federal investigam se a Global Gestão em Saúde, alvo de operações desta quinta-feira [...], repassou propina a operadores do MDB para conseguir um contrato para fornecer medicamentos a funcionários da Petrobras. Em acordo de delação premiada, assinado em 2019, os advogados Luiz Carlos D'Afonseca e seu filho Gabriel Claro apontaram um esquema de lavagem de dinheiro com a utilização de laranjas e empresas de fachada.

A matéria está no *site* O Antagonista. Estou dando a fonte aqui para quem quiser ler a matéria completa – está lá. É apenas para dizer que a operação está acontecendo, envolve contratos e suspeitas – suspeita – de pagamento de vantagem indevida de propina nos Governos da Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, Senadora Eliziane; depois, Senador Rogério Carvalho.

Eu vou só ouvir o Senador Contarato, após ele se posicionar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Na verdade, Presidente, é só para reforçar aqui o que os colegas colocaram sobre a presença de outros Parlamentares na Comissão, mas lembrando o seguinte: não é uma questão só de gravar. O que acontece é que, às vezes... Até porque, aqui, esta sessão tem absolutamente uma audiência gigante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem dezenas de televisões cobrindo. A questão é que eles estão gravando e ainda falando, questionando... Você se desconcentra.

Ontem mesmo, na sessão, os Parlamentares estavam assessorando os Senadores e, inclusive, falando alto... Você se desconcentra, você discute na mesa, você questiona, ou melhor, eles discutem na mesa, questionam aqui, fazem perguntas paralelas para que o Senador retransmita, quer dizer, fica uma coisa, de fato, de tumultuar. Eu acho que da mesma forma aqui, um Senador, se tem uma Comissão funcionando na Câmara, deve ter o devido respeito: acompanhe, participe, mas não nesse nível, porque acaba realmente trazendo prejuízo.

E foi o que aconteceu ontem – não apenas ontem, mas já aconteceu em vários outros momentos, tanto que o Senador Randolfe, numa situação, teve que pedir o apoio da segurança para poder pedir realmente que... Convidou um dos Parlamentares a se retirar, de fato, do ambiente.

Então, que isso realmente fique registrado, Presidente, que não se repita mais em outras audiências.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não para rebater, mas ontem, as vezes que a Mesa foi questionada sobre esse comportamento, eu pedi aos Parlamentares que respeitassem as decisões nossas aqui. A Deputada Bia Kicis estava aqui, ela respeitou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Bia Kicis respeitou. A Bia Kicis, de fato... A Bia Kicis, eu queria fazer este registro, realmente teve um comportamento... Sentou, participou normalmente da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas eu pedi e eu não vi, sinceramente... É lógico que eu não vou estar atrás aqui também de saber quem está postando. Eu não tenho como fazer. A gente pede. É muito bem-vindo qualquer Deputado Federal aqui a esta Casa, sempre foi. Aliás, eles participam de qualquer sessão e são respeitados aqui por nós. O que a gente pede a eles é que tenham a compreensão de que nós também temos algumas regras aqui. Como a Casa é nossa, é uma Casa em que a gente respeita as regras.

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada eu quero cumprimentar e agradecer V. Exa. pela atitude que adotou no dia de ontem, quando esta Casa, que não é uma Casa qualquer – nós estamos falando de uma instituição republicana, nós estamos falando do Senado da República, 200 anos de história, aproximadamente. E, quando se agride esta Casa, a gente está agredindo – a gente, não! –, quem agride esta Casa está agredindo a democracia brasileira. Infelizmente, existe no Brasil hoje uma confraria, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coalizão antidemocrática que desrespeita as instituições, que desrespeita a democracia, que desrespeita o Estado democrático de direito. E ontem nós tivemos aqui um representante desse campo, patrocinador desse campo, que patrocina movimentos antidemocráticos, que patrocina o caos, que quer transformar este País num país com regime autoritário, sem suas prestigiosas, humanas – com seus defeitos, mas prestigiosas – e relevantes instituições republicanas, que são o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, a Justiça, o Executivo. Então, quando se agride um Parlamentar, quando se agride um membro desta Casa, é bom lembrar que não se está agredindo o Parlamentar; está se agredindo a instituição, está se agredindo a democracia, as instituições democráticas.

Eu queria fazer esse registro, porque nunca é demais a gente lembrar isso. E a gente tem perdido, inclusive, colegas nossos têm perdido o senso de responsabilidade com a democracia, com as instituições democráticas e o Estado democrático de direito. E isso é muito ruim, quando um membro do Parlamento negligencia a defesa do Parlamento que o honra e que é honrado por estar aqui, pelo seu povo, e fica na defesa de determinados personagens circenses, que vêm aqui para nos desrespeitar e desrespeitar a República brasileira, a democracia brasileira. Se tem divergência e quer outro modelo de governo, vá pra disputa eleitoral, vá fazer palanque eleitoral fora das instituições democráticas que estão no seu pleno funcionamento, como Senado da República.

Então, ficam aqui o meu desabafo e os meus agradecimentos a V. Exa. pela postura firme que adotou no dia de ontem.

Espero, Sr. Presidente – aqui nós temos três advogados acompanhando o seu cliente –, que essa relação seja respeitosa, que eles atendam ao paciente, que não interfiram, por exemplo, quando um Parlamentar estiver falando, que foi o que aconteceu ontem. Enquanto eu falava, o advogado me provocava e se dirigia a mim com desrespeito, com dedo em riste. Ele não estava botando o dedo em riste diante de um Parlamentar; ele estava desrespeitando o Parlamento, ele estava desrespeitando a institucionalidade democrática, porque ele e o chefe dele, no dia de ontem, vieram aqui pra achincalhar, avacalhar o que é a democracia e as instituições democráticas brasileiras. Tenho certeza que, no dia de hoje, não viveremos isso aqui, pelo nível dos advogados que aqui se encontram e pela compreensão da importância da democracia e das instituições democráticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade. E, mais uma vez, eu quero agradecer a V. Exa. pela firmeza, pela hombridade e pela compreensão do que significa esta Casa, o cargo que V. Exa. ocupa e o cargo que cada Senador aqui ocupa, e a representatividade que isso tem no Estado democrático de direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Sr. Otávio Fakhoury.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Parece que tem uma questão de ordem do Senador Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Contarato falará depois dele.

Antes do Senador Renan, eu passarei a palavra ao nobre Senador Contarato, que tem a minha solidariedade irrestrita, e espero que também tenha solidariedade, independentemente de cores partidárias aqui, não é? Até porque ontem eu não estava presente à mesa, mas quero parabenizá-lo, Senador Randolfe, porque, se teve uma covardia de alguém ausente aqui, foi feita pelo Sr. Luciano Hang, quando citou o nome do Senador Kajuru, e eu não vi. Os Senadores aqui todos riram, aplaudiram e tal, não é? Era uma verdadeira festa, era uma festa. É isso que eles queriam. Só que o relatório vai ser uma festa, mas não vai ser a festa que vocês querem não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Sr. Otávio Fakhoury.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só em relação a isso: reagi como reagi em relação à agressão ao Senador Kajuru como em qualquer outro Senador. Não pode ser aceito que nenhum depoente falte com respeito com qualquer membro do Senado Federal. Reagi como deveria agir, como agiria se fosse com o Senador Marcos Rogério, com o Senador Flávio Bolsonaro, com qualquer Senador de qualquer posição política.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Quinze minutos.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (*Fora do microfone*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Liga aí, por favor.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Bom dia, S. Exas., Presidente, Senador Omar Aziz, Relator, Senador Renan Calheiros, Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, aos digníssimos servidores desta Casa, aos jornalistas aqui presentes e, sobretudo, ao povo brasileiro que nos acompanha pela TV Senado.

Em primeiro lugar, quero dizer que recebi com tranquilidade a convocação para depor nesta CPI. Afirmarei aos Srs. Senadores, à imprensa e a todo o Brasil, o que meus amigos e ex-colegas de mercado financeiro já sabem: minha conduta sempre foi e continuará sendo pautada pela transparência, pela legalidade e pela moralidade.

Antes de entrar no assunto em si e passar à verdade dos fatos frente a tantas lendas veiculadas a meu respeito, quero falar sobre a minha história e a minha origem, que, assim como boa parte da população brasileira, é de imigrantes que vieram ao Brasil sem nada, com uma mão na frente e outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

atrás, em busca de uma vida melhor, com vontade de trabalhar, com garra, propósito, honestidade, ética e retidão, a fim de formar uma família e um futuro mais digno para ela.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, só um minutinho, pela ordem.

Não seria mais justo a gente escutar o Senador Contarato, porque acho que a ofensa é algo grave, a gente poderia escutá-lo primeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Deixa ele terminar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tinha decidido, até porque foi a pedido dele, viu, Senador?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ah, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado, obrigado.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Continuando.

E assim foi com a minha família, que me passou esses valores... que passou esses valores de geração em geração.

Um dos meus bisavós, pelo lado materno, foi Salem Arahaune, que acabou virando na imigração Salem Carone, por má percepção fonética de quem o registrou.

No Brasil, Salem Carone, mascate de origem da cidade de Zahle, no Líbano, teve como sócios aqui no Brasil, na rua 25 de Março, o Conde Francesco Matarazzo e o Sr. Geremia Lunardelli. Mais tarde, cada um seguiria seus negócios, cada um deles com muito sucesso, dando grandes contribuições ao nosso País. O Conde Matarazzo com o seu império de tijolos e cerâmicas, Geremia Lunardelli com suas fazendas de cafeicultura, e, meu bisavô, no mercado têxtil, na indústria têxtil em São Paulo.

Meu outro bisavô, do lado paterno, era o Comendador Elias Zarzur, que chegou ao Brasil no início do século XX. A filha dele, minha avó, foi a Comendadora Violeta Zarzur Fakhoury, que fez parte da Sociedade Beneficente de Senhoras, entidade com 14 mulheres, que fundou o prestigiado Hospital Sírio-Libanês, o qual certamente muitos dos senhores já utilizaram para se tratar e creio também fazem seus *check-ups*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No sangue da minha família corre o sangue da filantropia, principalmente na área de saúde. Isso mostra que respeito a minha família... o respeito que a minha família e eu temos pela preservação e conservação de um legado pela saúde e pela vida.

Inclusive, quando os senhores caminham pelo Hospital Sírio-Libanês, há placas com o nome da minha família no hospital, sendo uma delas de doação de todo um andar, o andar da pediatria, o 12º andar, em nome de minha irmã, Maria Eugênia Fakhoury, que faleceu precocemente, aos 12 anos de idade, vítima de câncer.

Voltando ao meu lado profissional, não segui no comércio nem no ramo da construção civil. Fui para o outro lado, o setor financeiro, que também teve início com meus antepassados. Segui os caminhos do meu pai, Oscar Fakhoury, homem honrado, infelizmente falecido precocemente há cinco anos.

Reconheço que tive uma educação que considero privilegiada, pois cursei o primeiro e o segundo graus numa escola americana, em São Paulo, fundada por missionários cristãos batistas, tendo sido alfabetizado tanto em inglês quanto em português. Foram 13 anos de convívio diário com a cultura americana, que incluiu padrões éticos e morais da linha protestante.

Cursei Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e, antes de formado, fui atraído para o universo dos números, das ações, dos investimentos.

Em 1993, como estagiário, comecei a atuar numa das maiores e mais prestigiadas instituições financeiras do mundo, o Chase Manhattan, que hoje faz parte do conglomerado J.P. Morgan – um estágio rotativo, em que passei por todas as áreas do banco, tendo sido depois alocado para a área de câmbio.

Comecei a lograr êxito, pois tudo que faço realizo com muito afinco, dedicação, estudo e técnica, e minha carreira deslanchou.

Em 1995, eu me formei e, na sequência, comecei a trabalhar no Citibank, em São Paulo, tendo ocupado cargos na área de captação de investimentos e, em seguida, na área de câmbio, como operador *trader* de moedas naquela época.

Nesse período, presenciei inúmeros eventos financeiros, crises, por assim dizer: a crise tequila, a crise cambial mexicana, em 1994; a crise cambial asiática dos tigres asiáticos, em 1997; a crise da dívida russa, em 1998, a moratória; a desvalorização do real, em 1999; e também a desvalorização argentina, a quebra do *corralito,* na Argentina, no ano 2000.

Para um *trader* jovem, em início de carreira – eu tinha 24, 25 anos –, essa sequência de experiências me credenciou para uma promoção internacional, o sonho de todos os meus colegas de mercado financeiro, na época, a oportunidade de trabalhar em Wall Street. Abracei-a com todo o afinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, no final de 2000, fui transferido para o Citytbank, em Nova York, para trabalhar na mesa internacional de moedas, sendo *market maker*, precificador de operações de renda fixa e câmbio, para clientes e investidores estrangeiros no Brasil.

Nesse período, pude perceber o enorme interesse que estrangeiros tinham em investir no Brasil, devido ao enorme potencial do nosso País.

Em 2003, em Nova York mesmo, fui convidado a trabalhar na gigante corretora americana e banco de investimentos Merrill Lynch, onde ocupei cargos de chefia e, entre outras coisas, pude direcionar muitos investimentos para o Brasil, auxiliando no crescimento da economia e na geração de empregos aqui.

Depois de desempenhar, ali nos Estados Unidos, um trabalho de excelência, o banco me designou para reestruturar as operações de renda fixa no Brasil – era o ano de 2005. Eu tive a opção de receber um Green Card e permanecer nos Estados Unidos. Minha opção foi voltar para o Brasil e voltar a trabalhar aqui, porque aqui é a minha pátria.

Assumi a tarefa certo de que poderia contribuir com o nosso País e auxiliar o setor produtivo a gerar riqueza e emprego para o nosso povo.

Como consegui, juntamente com o meu time, dobrar a meta, não demorou muito para ser convidado por outra instituição financeira, a Lehman Brothers. Porém, a história da Lehman Brothers muitos de vocês já sabem: a Lehman Brothers foi o banco que quebrou no ano de 2008, naquele estouro da imensa bolha imobiliária norte-americana. Foi uma surpresa geral, e isso ocorreu seis meses após a minha chegada. Foi aí que resolvi dar um tempo e sair do mercado – eu tinha que entender o que estava acontecendo –, não antes de recolocar toda a minha equipe no mercado de trabalho.

Então, eu trabalhei, conseguimos uma proposta de emprego pra equipe toda, mudamos pra outro banco, pra que todas as pessoas que eu tinha trazido pra trabalhar comigo pudessem ter empregos, porque ali mantinha dispensado todo mundo. Porque quem trabalha comigo sabe, quem trabalhou comigo sabe o quanto sou fiel a quem está do meu lado. Não deixo nunca ninguém na mão. Depois de todos os recolocados, então me retirei por um sabático.

Nesse sabático, estudei muito, li vários analistas e pensadores financeiros e li outras obras de outros autores. Sou muito curioso e estudioso, gosto de conhecer todas as versões de um mesmo assunto.

Voltei ao trabalho um ano depois, como investidor independente, gerindo meus próprios fundos auferidos durante o meu período em Nova York, ao mesmo tempo em que ajudava meu pai e sua imobiliária até o falecimento dele, em 2016. A partir daí, assumi integralmente os negócios, para tentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levar adiante a missão da minha família de contribuir com a sociedade paulistana, com o Estado de São Paulo e com a nossa Pátria, que é o Brasil.

Nessa época, comecei a enxergar com mais clareza o que havia de errado na esfera política, saúde, educação, infraestrutura, entre outros setores com muita corrupção. Não poderia ficar quieto, ser egoísta e viver no meu mundinho? Viver numa ilha? Não. Somos uma sociedade. Um tem de dar a mão ao outro, nas coisas boas, na ética, na correção, na honestidade... Aí, sim, verdadeiramente, não só nas palavras.

Então, resolvi agir mais diretamente, pelo bem dos meus filhos, pelo bem da minha família, pelo bem das pessoas e pelo bem do Brasil e dos brasileiros.

Essa consciência sempre marcou a minha atuação, minha e da minha, e me serviu de inspiração em tudo que fiz. Foi o exemplo dos meus avós e dos meus pais que me inspirou a me envolver mais diretamente com a defesa da liberdade no nosso País e contribuir com cidadãos e movimentos que acreditam num País melhor, mais livre e com mais dignidade a todos.

Fui às ruas contra os escândalos de corrupção e me envolvi nas manifestações pelo *impeachment* e em tantas outras iniciativas políticas, econômicas e também no campo das ideias, sempre buscando contribuir para a construção de uma sociedade mais plural e verdadeiramente democrática.

Por vezes, fui alvo de campanhas difamatórias. Fui acusado injustamente e caluniado como propagador de *fake news*, sem jamais ter produzido uma única notícia falsa. Aliás, eu não produzo notícia, eu não sou jornalista; eu sou um cidadão com opinião.

Também fui injustamente acusado de financiador de discurso de ódio, sem jamais ter pago por qualquer matéria ou notícia, tudo porque eu ousei acreditar na liberdade de expressão e defender que os conservadores e os cristãos merecem um espaço no debate público; que os conservadores e os cristãos devem ter voz na mídia e espaço para defender suas ideias, suas opiniões e suas perspectivas.

Sou um defensor inveterado da liberdade de expressão. Numa democracia, a verdade não pode ser imposta pela força; numa democracia, a verdade deve resultar do confronto de várias ideias e pontos de vista existentes. Disso depende não apenas a democracia; disso dependem também a ciência, o bem comum e a prosperidade do nosso País.

Recentemente fui convidado a assumir a Presidência do diretório do PTB no Estado de São Paulo. Aceitei o desafio. Estamos fazendo grandes e profundas mudanças. Os senhores devem estar acompanhando na mídia.

Desde terça-feira, quando meu nome foi citado para vir aqui, não paro de receber mensagens – lindas mensagens –, centenas, até milhares, e quero aproveitar pra agradecer, do fundo do meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coração, cada uma dessas mensagens, a cada um de vocês que me escreveram. Que Deus abençoe vocês e as suas famílias.

Como os senhores podem ver, tenho uma vida estável, uma família linda, amigos que me querem bem, um nome respeitado e que prezo demais. Enfim, tudo que uma pessoa pode desejar. Então, por que resolvi ter essa – entre aspas – "dor de cabeça" de tentar fazer mais pelo Brasil? Por que resolvi me expor e me sujeitar às calúnias e aos ataques daqueles que ignoram tudo que eu e minha família fizemos por amor pelo nosso País? Minha mãe sempre me disse: "Para que isso, meu filho?". Mas eu não poderia me furtar, como cidadão patriota. Este é o meu País. É o País que me acolheu, que acolheu meus antepassados... É o País onde eu nasci. É o País que desejo ver se desenvolver. Cansei de ouvir: "País do futuro". Quero que seja o País do presente. É o País de todos nós.

Todos temos a obrigação de trabalhar para o bem-estar do nosso Brasil, de todos nós. Estamos na mesma aeronave, não podemos desejar de forma alguma o mal do comandante, pois, senão, o avião cai com todos nós juntos. Resolvi arregaçar as mangas e lutar pelo nosso País com todos os riscos envolvidos nesse processo.

A despeito de todo o prejuízo que tive em todos os sentidos, aqui é o meu País, este é o meu povo, e o bom filho não foge à luta.

Por fim, estou aqui para esclarecer tudo que precisar ser esclarecido, com compromisso pessoal inabalável com a verdade, com a liberdade e com o amor à Pátria.

Muito obrigado.

Aliás, eu queria ler só mais um... Eu vou aproveitar só para ler também parte de uma decisão proferida por...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está sob sigilo?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não. Esta não. Esta aqui é uma decisão pública.

É uma decisão proferida por um Professor de Direito que hoje é Ministro do Supremo Tribunal Federal. Na decisão, ele escreve:

> Tanto a liberdade de expressão quanto a participação política em uma democracia representativa somente se fortalecem em um ambiente de total visibilidade e possibilidade de exposição crítica de diversas opiniões sobre os governantes, que nem sempre serão estadistas iluminados, como lembrava o Justice Holmes [Justice Holmes da Suprema Corte americana], ao afirmar, com seu conhecido pragmatismo, a necessidade do exercício da política de desconfiança (*politics of distrust*) na formação do pensamento individual e na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autodeterminação democrática para o livre exercício dos direitos de sufrágio e oposição, além da necessária fiscalização dos órgãos governamentais.

Essa decisão foi proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós concordamos com ela. Não sei se o senhor concorda...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, porque quem estava pedindo pra prender, pra fechar o Supremo, não éramos nós não! Então, essas palavras do Ministro Alexandre nós assinamos embaixo – acho que a grande maioria, não posso falar por todos –, mas não é o pensamento das *fake news* brasileiras.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Aliás, era o Presidente do PTB, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É...

Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Bom dia a todas e todos.

Sr. Presidente, inicialmente, quero parabenizar V. Exa. pela forma da cronologia e do cronograma do término desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que em muito tem contribuído para o Estado democrático de direito.

Eu quero pedir perdão aos colegas, mas a minha fala é um tanto quanto carregada de emoção, e eu não poderia deixar de fazer este registro aqui.

Eu pediria, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Contarato, eu peço a V. Exa. que assuma a Presidência e faça a fala daqui da Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Senhoras e senhores, colegas, muitas pessoas quando eu tomei posse como Senador da República me perguntavam se esta Casa me respeitava, se os meus colegas me respeitavam, e eu nunca titubeei, eu sempre falei: todos têm um respeito, um carinho, admiração e deferência por mim, como devem ter por qualquer pessoa.

Mas eu queria falar para o depoente – eu não posso perder esta oportunidade –, porque, Sr. Otávio, dinheiro não compra dignidade, dinheiro não compra caráter, cursos não compram humildade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compaixão, caridade. Dinheiro? Eu sempre pergunto qual o tipo de imagem que eu vou deixar para os meus filhos, qual o tipo de pai que eu vou deixar para os meus filhos. Eu amo a Mariana, que Deus me deu, Deus nos deu, a mim e ao meu esposo, com muito orgulho. E não pense que para mim é fácil falar isso aqui, me expor; não é fácil. Hoje eu sei muito bem o que é o local de fala. Mas que tipo de imagem eu deixo para os meus filhos? Que tipo de imagem, enquanto pai – o senhor é pai? O senhor é casado? –, o senhor deixa pros seus filhos?

O senhor vem aqui a esta Comissão e fala que pauta sua vida observando os princípios da legalidade e da moralidade – aliás, isso é uma premissa do art. 37 –, e eu queria que a Secretaria exibisse duas manifestações do senhor. Por gentileza.

A primeira...

Antes, por favor... (*Pausa.*)

Eu vou ler aqui então, por gentileza.

O senhor tuitou o seguinte: "Recebi com naturalidade e tranquilidade a convocação para depor na CPI da covid na próxima quinta-feira [..]. Reafirmarei aos Senadores o que amigos e ex-colegas de mercado financeiro já sabem: que minha conduta sempre foi e continuará sendo pautada pela transparência, legalidade e moralidade" – fala essa que o senhor hoje reproduziu aqui *ipsis litteris*.

E aí o senhor pegou um Twitter meu que, por um erro de grafia, de rede social, o senhor fala isso. E aí é o que mais me admira, porque o senhor não é um adolescente – o senhor não é um adolescente –, o senhor é casado, o senhor tem filhos. A sua família não é melhor do que a minha. E o senhor diz o seguinte: "O delegado, homossexual assumido, talvez estivesse pensando no perfume de alguma pessoa ali daquele plenário...".

Exiba, exiba, por favor: "O delegado, homossexual assumido, talvez estivesse pensando no perfume de alguma pessoa ali daquele plenário... Quem seria o "perfumado" que lhe cativou?".

Eu, sinceramente, Sr. Presidente... E me perdoe, Senador Omar, mas eu não consigo entender o que leva um ser humano que tem maioridade – e a maioridade é de 18 anos –, o que leva o senhor...? O senhor tem filhos! Qual imagem enquanto pai, enquanto esposo, enquanto cidadão o senhor vai passar para os seus filhos? É essa? Isso é obedecer ao princípio da legalidade? Porque o Supremo Tribunal Federal, tardiamente, o mesmo Supremo que o senhor defende para extinguir, criminalizou a homofobia, equiparando-a ao crime de racismo, aliás um dos poucos crimes que são considerados inafiançáveis e imprescritíveis. O senhor está obedecendo ao princípio da moralidade? Qual o conceito de moralidade do senhor? Qual o conceito de legalidade? Qual a imagem que o senhor vai deixar para os seus filhos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pode ter todo o dinheiro do mundo... Eu tenho minha vida modesta e com muito orgulho, cuidando da minha família, com orgulho, com meu esposo e com os meus dois filhos – Gabriel, de sete anos, e Mariana, que fez dois –, mas eu quero que eles tenham a certeza de que eu lutei e vou continuar lutando para reduzir essa desigualdade que há no Brasil. Porque, se o senhor obedecesse ao princípio da legalidade, o senhor saberia que no art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal está expresso que um dos princípios, que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de descriminação – toda e qualquer forma de discriminação!

O senhor não é um adolescente, então eu não poderia deixar de me pronunciar.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Senador Contarato...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Por gentileza.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Desculpa o desabafo, mas lamentável ler isso. Lamentável.

E digo para o senhor que está aí à frente, que disse que tinha orgulho de ser brasileiro: eu falo que eu tenho vergonha de ter você como brasileiro depois disso daí.

Senador Contarato, meus sentimentos e conte comigo sempre na luta contra pessoas que agem com esse princípio baixo e vergonhoso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Obrigado.

E desculpa mais uma vez estar aqui, Sr. Presidente Omar; perdão. E obrigado pela oportunidade de estar falando, Senador Renan. Eu só queria falar para vocês que é muito difícil a gente ter...

E eu queria que o depoente prestasse um pouco de atenção, por gentileza, porque eu tenho todo o respeito ao senhor, porque aprendi pelos meus pais – que era um motorista de ônibus, e minha mãe, semianalfabeta – que a gente tem que respeitar as pessoas. Eu aprendi, Sr. Otávio, que a orientação sexual não define o caráter, que a cor da pele não define o caráter, que o poder aquisitivo não define o caráter. Eu aprendi isso. E eu fico muito triste, sabe por quê? Porque o senhor é o típico ser humano que passa uma imagem... E eu fico me colocando no lugar dos seus filhos; isso vai ficar registrado aqui no Senado Federal *ad infinitum.* E o senhor não sabe como é difícil para mim expor a mim, a minha família e meus filhos aqui num momento tão delicado como esse, mas é necessário isso para que outros não sofram o que eu estou sofrendo, porque, se o senhor faz isso comigo, como Senador da República, imagine num Brasil que mais mata a população LGBTQIA+. Então o mínimo que o senhor deveria fazer era pedir desculpas não só a mim, mas a toda a população LGBTQIA+; a toda a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como Martin Luther King teve um sonho, eu também tenho um sonho. Eu sonho com um dia em que eu não vou ser julgado por minha orientação sexual. Eu sonho com um dia em que meus filhos não serão julgados por serem negros. Eu sonho com um dia em que minha irmã não vai ser julgada por ser mulher e que o meu pai não será o julgado por ser idoso. Esse dia ainda não chegou, porque o senhor é o típico da pessoa que retrata muito bem esse Presidente da República, que fala na família, na família tradicional, mas a minha família não é pior do que a sua, porque a mesma certidão de casamento que o senhor tem eu também tenho; que fala na Pátria, que fala na legalidade, que fala na moralidade, mas o senhor é o principal violador dessa legalidade e moralidade; que fala em Deus acima de todos. Deus está no meio de nós.

Então, eu fico assim... Eu não poderia deixar de fazer esse registro e de requerer à Presidência que seja remetida cópia dessas postagens, cópias dessas postagens, Sr. Senador Omar, à Polícia Legislativa para que apure o crime de homofobia praticado por esse depoente aqui, na certeza de que nada... Não vai ser a responsabilidade penal, não vai ser responsabilidade civil, não vai ser nenhuma responsabilidade administrativa que vai tirar a dor que o senhor me causa, que o senhor me ocasionou. O senhor nunca me viu, o senhor nunca conheceu minha família, o senhor não conhece meus filhos, mas nada lhe dá direito de fazer o que o senhor fez, porque essa dor é incomensurável. Não tem dinheiro que pague isso.

Mas eu espero... Eu estou expondo mais uma vez minha família, meus filhos, meu esposo para que outros não passem pelo que eu passei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador, o senhor me permite?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Senador Contarato, só pra dizer que o senhor não está sozinho. Nós Senadores estamos com você nessa luta.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (*Fora do microfone*.) – Senador Contarato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, Sr. Otávio, por gentileza. (*Pausa.*)

Sr. Otávio Fakhoury, a palavra está com V. Sa.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Queria me dirigir a todos e ao Senador Contarato.

Senador, realmente o meu comentário foi infeliz. Foi um comentário em tom de brincadeira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu acho que, quanto mais tentar explicar, é pior.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... porém, é uma brincadeira de mau gosto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, eu acho que, quanto mais tentar explicar a situação, é pior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não. Vamos garantir. Vamos garantir ao depoente.

Por favor, Sr. Fakhoury.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Pois não.

Eu respeito a sua família como eu respeito a minha, tenho amigos de todos os lados de preferências e orientações. Portanto, declaro que o meu comentário não teve a intenção de lhe ofender e eu sei que... Se o ofendi, e o ofendi profundamente, lhe peço desculpas, me retrato deste comentário infeliz, porque eu não sou uma pessoa que discrimina nem raça, nem cor, nem orientação sexual. Então... Eu havia até me esquecido, e o senhor trouxe pra cá. Eu não vejo problema nenhum em me retratar. Eu não sou uma pessoa que insiste no erro. Ninguém é perfeito, mas uma das condições de uma pessoa cristã é reconhecer um erro e pedir perdão. Se o comentário... Foi um comentário que eu entendo como isso possa ter lhe ofendido profundamente, e me retrato aqui diante de todos.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O senhor deve pedir perdão não só a mim, não só ao Parlamentar, mas a toda a população.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – E a todos que se sentiram ofendidos, a todos que se sentiram ofendidos com este comentário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Determino à Secretaria que autue o depoimento, que registre o depoimento do Senador Fabiano Contarato e comunique ao Ministério Público Federal pela ocorrência de eventual crime de homofobia por parte do depoente contra Senador da República.

Sr. Relator, a palavra está com V. Exa. para inquirição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu quero, em primeiríssimo lugar, apresentar a minha solidariedade ao Senador Fabiano Contarato e à sua família e, por extensão, apresentar também a minha solidariedade a todas as famílias e a todas as pessoas evidentemente atingidas pelas postagens. Essa prática não pode continuar no Brasil, ela verdadeiramente ofende a todos. E, quando isso ocorre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

nesse Governo, com patrocínio desse Governo, com pessoas ligadas ao Governo, é mais uma demonstração da implantação de métodos que foram utilizados na Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial, e agora são trazidos e impulsionados aqui no nosso País.

Eu gostaria de começar a fazer as perguntas. Quero dizer ao Sr. Otávio Fakhoury que a sua presença aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito se justifica exatamente porque, na coleta das informações do elenco probante, nós precisávamos ouvi-lo para, evidentemente, tirar ou não algumas dúvidas que continuam na própria investigação. E, como hábito, nós temos marcado esses depoimentos para também igualmente oferecer o espaço para que o eventual acusado, investigado possa se defender, trazer suas razões, como há pouco acabamos de ver o próprio pedido de desculpa. O senhor teve, nessa pandemia, participação intensa nas relações e financiamento de *sites* disseminadores de desinformação, e por isso, inclusive, o motivo da sua convocação.

Eu começo perguntando, como o mesmo colocou inicialmente: o senhor é um empresário; qual é o ramo de atuação de suas empresas?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Meu ramo é imobiliário. O principal ramo é imobiliário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ramo imobiliário.

Eu peço para, inicialmente, exibir o vídeo nº 1, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em função do que vimos, eu pergunto: qual é a sua posição sobre a vacinação contra a covid-19?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Minha posição sobre a vacinação... Primeiro vou responder sobre minha posição sobre vacinas em geral com a simples citação de que todos os meus filhos são vacinados normalmente com as vacinas que se dão quando crianças, durante a fase da infância.

Minha posição em relação a vacinas é que elas têm que ser adquiridas e oferecidas pelo Governo, porém elas ainda hoje se encontram em estágio experimental, segundo as informações do FDA americano e também da Anvisa, apesar de a Anvisa ter dispensado a Fase III para que ela fosse aplicada – ela ainda está em Fase III de testes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a minha posição é que elas não devem ser obrigatórias e devem... Para a minha família e pessoalmente, eu aguardo o término dos testes para que elas sejam... para que eu possa decidir, então, se imunizo a minha família ou não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor se vacinou?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nem vai?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Por enquanto, não. Eu estou... Em janeiro eu tive contágio com covid.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Eu não sei por que eu não estou surpreso com isso. Pode continuar.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O meu médico, ao fazer o exame de sangue e me identificar como imunizado, com alto IgG, ele me deu opção: "Você não precisa se vacinar se não quiser. Fica com a tua opção. Espera as vacinas testadas".

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A todos os brasileiros: não façam como o Sr. Fakhoury, vacinem-se! É importante a CPI sempre lembrar isso a todos os brasileiros.

Prossiga, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu pediria que as respostas do Sr. Otávio Fakhoury, na medida do possível, claro, fossem mais sintéticas em relação às perguntas que nós estamos fazendo, porque o vídeo expõe uma qualificação da vacina. Em nenhum momento o vídeo veiculou que as vacinas estavam submetidas a testes, em estudo, em que oportunidade isso aconteceu e tudo mais.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Isso foi um recorte, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A colocação que V. Sa. fez... E por isso eu quero perguntar: com base em que V. Sa. afirma que a CoronaVac "não presta" – aspas –, "não presta, não serve, é um lixo de vacina e só causa mais doença"? Essas foram suas colocações. Com base em quê?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Com base em informações colocadas na imprensa naquele momento: a Europa não estava aceitando a CoronaVac, e o número de internações de pessoas que tinham sido vacinadas com CoronaVac estava subindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E daí a conclusão de que a vacina não presta, é um lixo vacinal?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É uma conclusão pessoal baseada na minha liberdade de opinião. Eu não queria... Eu não sou médico e não sou jornalista para que aquela minha opinião fosse usada por alguém para... Direito de opinar, de ter uma participação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas isso é um desdém com relação à eficácia da vacina, é um descredenciamento da vacina.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, isso é uma opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a defesa óbvia que é embutida nesse seu argumento lamentável é a da não vacinação, que era a campanha que o Presidente da República – e eu tive a oportunidade de exibir o vídeo há pouco – fazia. As postagens eram em função disso.

Qual é o objetivo de V. Sa. ao se aliar ao Presidente da República para difamar as vacinas aplicadas no Brasil? Qual é o objetivo verdadeiro para se aliar ao Presidente da República e desqualificar as vacinas aplicadas no Brasil?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, eu não tenho nenhuma aliança com o Presidente da República para... Eu nem tenho contato pessoal com ele. É a minha opinião. Depois, inclusive, com as novas notícias, eu continuo favorável a que se aguarde o fim dos testes. Estão saindo notícias hoje de mais contaminação, de mais mortes de pessoas já vacinadas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E novamente mentirosas.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, foi divulgado no *site*...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A própria imprensa as desqualificou novamente.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – No *site* do SUS, 17,5 mil mortes foram anunciadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só comunicar a todos...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, eu só sou favorável que não seja obrigatório e que seja dado o conhecimento a todo mundo a que está sendo oferecida a vacina que existe uma fase de teste, que alguns efeitos colaterais ainda não são sabidos – não se sabe, tem muita incerteza. Para mim e para a minha família – que é o meu direito, dentro da minha casa –, dado que existe incerteza, existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

testes, existem reações adversas que ainda não são sabidas, que se aguarde o final do nível III de testagem para decisão. É uma simples decisão a favor da liberdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu quero cumprimentar a sua evolução.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Otávio, só para esclarecer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cumprimentar sua evolução, a exemplo do que aconteceu com o Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Veja, só para assim deixar... O que o Sr. Relator está procurando saber é exatamente o seguinte... A sua opinião pessoal, a liberdade de expressão sua é assegurada.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós queremos saber por que o senhor dissemina essa opinião contra as vacinas.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Porque, num país livre, você tem direito de disseminar a sua opinião. Eu não sou jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mesmo opinião que prejudique... Então, o senhor admite...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não tenho intenção de prejudicar ninguém, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colegas advogados, só um minutinho, só um minutinho.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – A fala...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só pedir à...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... douta advogada aqui....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senhor colega...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que não pode resolver pelo depoente, tá?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senhores colegas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A procuração possibilita muita coisa, mas não pode responder. Se a senhora quiser pedir para conversar com ele, orientar, nós suspenderemos sem problema.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu entendo que tem quem não concorde com a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Otávio, só um minutinho. Vamos combinar o seguinte: o Relator pergunta, o senhor responde; o Relator comenta, o senhor fica em silêncio; o senhor fala, o Relator fala depois.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aí fica bacana, fica 100% a condução. Então, vamos organizar aqui.

Senhores advogados, senhora advogada, pode ter alguém que tenha tanto respeito às prerrogativas da advocacia neste Congresso Nacional quanto esta Presidência; mais que esta Presidência, não tem. Temos profundo respeito à Ordem dos Advogados do Brasil, às suas prerrogativas. Mas, como V. Exas. sabem muito bem, cabe ao depoente responder. A V. Exas... Se for necessário V. Exas. requisitarem um tempo para conversarem com o paciente lá ao fundo, conversar ao lado, basta me sinalizar que eu concederei. Mas vamos combinar assim: o Relator pergunta, o depoente responde, tá? O depoente conclui, o Relator indaga novamente, o.k.?

Então, quero pedir para nós termos um bom termo ao curso do depoimento, perfeito?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Retomando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Retomando.

Peço só que fique registrado o que assim entendi: o senhor depoente compreende que emitir publicamente a opinião dele em redes sociais contra a vacina é um direito constitucional dele. É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que fique registrado esse termo do depoimento do Sr. Otávio Fakhoury.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Emitir publicamente qualquer opinião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive contra a vacina? Essa é a sua opinião?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Inclusive contra a não obrigatoriedade da vacina e ainda não... À falta de qualidade de uma vacina, que era a minha opinião, tanto que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... a CoronaVac já está na terceira dose.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sua posição estará muito bem registrada nos autos.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – E não é crime, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, quem aponta que é crime ou não, Sr. Otávio, só para a gente... Só para o senhor ficar no seu lugar, quem aponta o que é crime ou não é o relatório final que está aqui com o Relator, está bom? Aí, no final, a gente sabe. É para isso que V. Sa. contratou uma banca de advogados, é para isso que eles vão trabalhar. Mas aí... Essa prerrogativa de dizer o que é crime ou não é crime não é sua.

Sr. Relator, continue.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E nem do Relator, não é, Presidente? É da lei... É da lei e da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. Apontar indiciamento... Aliás, é da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Relator aponta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. De dizer... Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Relator aponta os indiciamentos, a Comissão aprova ou não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator pode...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Marcos Rogério vai ter oportunidade de falar. Ele está inscrito? Ele está inscrito?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está preocupado com a minha ordem de inscrição, Senador Renan? Estou inscrito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque V. Exa. fica interrompendo, em detrimento do funcionamento, do melhor resultado da Comissão.

Eu faço até um apelo. Por favor, deixe eu fazer o interrogatório?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro! V. Exa. tem todo o tempo do mundo para fazer o interrogatório.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, vamos garantir, Senador Marcos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por favor.

Só para informar a todos, além do vídeo que nós exibimos aqui – primeiro, do Presidente da República, depois, do depoente –, o Sr. Otávio Fakhoury fez diversas postagens em redes sociais contra a vacina – contra a vacina!

No ano passado, em 16/10/2021, faz postagens criticando a vacina e afirmando que não vai ser cobaia. Até recentemente, em 16/9/21, posta sobre a eficácia da vacina e compartilha notícia sobre internação de vacinados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só um minutinho. Também não pode ser antes de a gente anunciar o vídeo, por favor.

Em 23/9, mostra foto de Queiroga, o Ministro da Saúde, com covid, mesmo vacinado, e defende o tratamento precoce, a exemplo do que fez o seu mito na Organização das Nações Unidas.

Em 25/9/2021, faz postagens questionando a eficácia da vacina.

Em 28/9/2021, em seu Telegram, compartilha notícias antivacina e volta a falar de Queiroga, que se vacinou, teve covid, e que já esteve aqui em várias oportunidades, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu gostaria só de lembrar a V. Sa. que V. Sa. é um dos investigados do inquérito do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, portanto, tudo o que aqui V. Exa. disser estará sendo ou não utilizado na investigação também do Supremo Tribunal Federal. Eu perguntei por que V. Sa. afirmou que a vacina CoronaVac não presta, não serve, é um lixo de vacina e só causa mais doença? V. Sa. respondeu que é em função da liberdade de expressão, do direito que tem. Não é, não é. V. Sa. pode dizer que não vai se vacinar, é liberdade de expressão, mas não pode desqualificar uma vacina que está sendo utilizada em vários países do mundo, porque isso, quando acontece, acontece exatamente na contramão da eficácia dessas vacinas como saída para os brasileiros nessa pandemia terrível, que acabou transformando o nosso País num morticínio, onde quase 600 mil pessoas, apesar do desdém e do desrespeito do Presidente da República, perderam suas vidas.

Eu queria, depois da exibição dessas imagens, pedir, por favor, a exibição do vídeo nº 2.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero... V. Sa. aparece nesse vídeo, como todos acabaram de ver, tirando a máscara. E seu nome aparece nos créditos ao final. Além do desestímulo ao uso de máscaras, o vídeo traz outros pontos da pauta negacionista do Presidente da República, defendida nesta campanha com a participação de V. Sa., como a crítica ao distanciamento social e estímulo ao tratamento precoce com medicamentos ineficazes.

Eu, há pouco, perguntei que outros motivos teria V. Sa. para colaborar com o Presidente da República na sua equivocada campanha negacionista. V. Sa. também não respondeu precisamente. Em função disso, eu quero perguntar mais objetivamente: qual foi sua participação na produção desse material?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Desse vídeo? Bom, eu poderia responder a essa e a outras perguntas também que o senhor fez?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já fiz e estou só repetindo porque não foram respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Podia começar por essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, começa por essa, depois eu voltarei a perguntar as outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Aí me permita acrescentar: qual a sua opinião sobre o uso de máscaras?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Vamos lá.

Primeiro, a participação nesse vídeo: eu apenas forneci um clipe para as pessoas que organizaram.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Forneci um clipe de imagem minha, que foi usado na edição do vídeo, apenas; eu não participei da confecção do vídeo.

Segunda coisa, o senhor perguntou sobre...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A sua opinião sobre o uso de máscaras.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, tinha uma outra pergunta antes do Relator, que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas vamos por essa primeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos por essa primeiro: sua opinião sobre o uso de máscara.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu apenas registrei que as anteriores não foram respondidas. Estou fazendo mais concretamente.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu respondo... Eu não tive a chance. O senhor pode...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu vou fazendo...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... paulatinamente.

Qual foi o seu objetivo ao estimular as pessoas a não usar máscara, como pergunta o Senador Randolfe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Não, a pergunta da vacina primeiro. A da máscara?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É... Por que... Qual foi o seu objetivo ao estimular as pessoas a não usar máscara?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Durante muito tempo, eu e algumas pessoas usamos máscara, e pessoas pegaram a doença usando a máscara do mesmo jeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí seu objetivo foi por causa disso? Estimulou...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Outra coisa: no *e-mail* do Dr. Fauci, a maior sumidade americana, ele revelou que as máscaras não têm essa eficiência. Elas são eficientes para quem está com covid; para os outros, elas não têm eficiência de proteger do vírus.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deixa eu entender claramente...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A sua opinião é contra o uso de máscara.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Minha opinião, para mim, é que elas não têm a eficiência de que se fala.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A máscara não tem eficiência...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – A minha opinião, a minha opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e por isso o seu estímulo é para as pessoas não usarem.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não. Não estimulo ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você não participou do vídeo?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Mas é a minha opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeito. O senhor acha que esse vídeo disseminado nas redes sociais não é estímulo a não usar máscara?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Não, senhor. Desculpa, Senador, perdão. Senador, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor acha que não é?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor grava, monta um clipe, lança um clipe – inclusive, muito bem produzido – nas redes sociais, dissemina por todo o País, patrocina, divulga. O senhor é contra o uso de máscaras, é um clipe contra o uso de máscaras. O senhor acredita que isso não tem nenhum efeito para as pessoas?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – As pessoas assistem e formam a conclusão que elas querem formar. O senhor não pode, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor, então, está...

Só quero saber uma coisa aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não está... Ele não pode nada, está querendo saber.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está aqui admitindo que patrocinou uma campanha negacionista? É isso?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, eu não patrocinei; eu forneci um vídeo meu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. O senhor está admitindo aqui que disseminou?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Participou... Participou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que participou e disseminou. É isso?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não. Participei onde eu dei a minha opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. O senhor acabou de falar aqui nesse instante que o senhor cedeu imagens, que...

Esse vídeo esteve nas suas redes?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nas minhas redes, não. Não sei... Acho que não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor ajudou... Não, mas nós temos aqui o material que é das suas redes.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Se tiver...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Então, o senhor participou da produção desse vídeo...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O que o senhor quer dizer com produção?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... esse vídeo foi editado por V. Sa...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não. Por mim, não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... esse vídeo tem a participação de V. Sa., esse vídeo foi disseminado nas suas redes e patrocinado para todos os brasileiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, o propagou.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e é um vídeo contra o uso de máscaras. E o senhor tem uma posição contra o uso de máscaras.

O senhor acredita que isso não teve nenhum efeito sobre as pessoas?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Cada um pode usar o que... Se a pessoa se sente protegida com máscara, pode usar. É a opinião de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A sua é que é contra?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – A minha opinião é...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É qual?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... de que ela não protege porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E isso o levou a participar do vídeo também. É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ótimo. Não, ótimo, Sr. Relator. Tudo isso fará parte do depoimento de S. Sa.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu sempre...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu agradeço sua sinceridade.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É liberdade de opinião, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, perfeito.

Isso não é liberdade de opinião. Só me permita aqui divergir. Isso não é liberdade de opinião. Quando a sua decisão, a sua opinião compromete a saúde de todos, isso não é liberdade de opinião. Isso é crime.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E olha o resultado dessa campanha, desse estímulo: quase 600 mil mortes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Liberdade de opinião é eu torcer pelo Flamengo, o Senador Tasso ali torcer pelo Ceará. Liberdade de opinião é alguém ser de esquerda, outro ser de direita. Isso é liberdade de opinião. Quando a sua posição, a sua opinião compromete a vida de todos, isso não é liberdade de opinião, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quem, de alguma forma, participou dessas campanhas de aglomeração, de não usar máscara, de não vacinar, de deixar que o vírus caminhasse livremente, levasse o contágio da população, se submetesse a um tratamento precoce, não à vacina... Quem, de alguma forma, participou disso tem responsabilidade com o agravamento do número de mortes da covid no Brasil – da covid no Brasil.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero fazer...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer novas perguntas sobre o vídeo ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Um esclarecimento sobre o tratamento precoce que o senhor perguntou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, Sr. Otávio.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É para não me esquecer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Otávio, anote, porque aí o senhor não esquece. O senhor anote aí que o senhor não esquece. Vamos deixar o Relator prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei, já respondido, qual foi o seu objetivo ao estimular as pessoas a não usar máscara, a não respeitar o *lockdown...* Qual foi o objetivo? É uma pergunta concreta, pontual sobre...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu defendia o *lockdown* vertical, não horizontal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, eu não ouvi...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Um *lockdown* diferente, em que não ficasse a economia comprometida e todo mundo em casa. Um *lockdown* calculado, onde você...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor pode descrever o que é o *lockdown* vertical?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – É aquele onde você isola as parcelas que têm mais risco, como as pessoas idosas, comorbidades, que são os mais propensos, os que têm mais propensão, para que você não pare a economia e não produza o que está sendo, o que está ocorrendo hoje, que é o que produziu o que está acontecendo hoje na economia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa opinião é sua ou foi fundamentada...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, é minha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É do vídeo, eu estou perguntando sobre o vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – A minha opinião é que o formato do *lockdown* poderia ter sido diferente, mas é uma opinião minha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Foi expresso no vídeo.

E uma outra pergunta ainda sobre o vídeo, qual foi o seu objetivo ao estimular as pessoas? Eu já perguntei a não usar máscara, a não respeitar o *lockdown*, já respondidas. E ao usar os medicamentos ineficazes do tratamento precoce defendido pelo Presidente da República?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Era isso que eu queria lhe falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, por favor, está na hora.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nesse eu vou citar fatos, é mais do que opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Na minha casa, na minha família, teve 14 pessoas com covid – família e círculo próximo – e 14 pessoas que não foram hospitalizadas devido aos remédios que são falados aí. Não perdi ninguém, criança, adulto, idoso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quais são os remédios?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Esses que são falados, esses todos falados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas quais são os remédios que compõem o *kit* do tratamento precoce?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas quais são?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Ivermectina, azitromicina, cloroquina, o zinco...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já que V. Sa. está afirmando aqui a eficácia deles.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, estou afirmando dentro do meu âmbito, que é a minha residência – a minha residência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é só isso, fez um vídeo.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador, eu tenho o direito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Propagou, fez um vídeo, propagou.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... de fazer a afirmação sobre o que eu vi na minha residência. Eu vi que funcionou, funcionou para mim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor advoga, inclusive publicamente, que a cloroquina...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Reconheço publicamente que funcionou na minha casa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos lá, cloroquina...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... e as pessoas tinham que ter o direito de escolher, de ser oferecido, de pelo menos saber.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Quais são...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Quando... quando... Vou lhe contar: quando aconteceu a contaminação na minha casa, eu liguei para o médico e falei: "Eu não sei se funciona não, mas o senhor permite que eu tome?" "Tudo bem, permito, os efeitos colaterais são baixos." Ele permitiu, deu as receitas, porque eu pedi. Como o efeito colateral é baixo, assim, não tem mortes por cloroquina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Algum membro de sua família é cardíaco?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quais são os remédios?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Meus filhos já tomam remédio de piolho, que é a ivermectina, então, já não tinha problema para eles.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eles tomaram cloroquina?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Tomaram o que foi necessário e ninguém ficou com a doença. Tudo com receita médica, acompanhamento e este, no âmbito próximo a mim, foi de eficácia total.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda sobre o vídeo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para... Ao bom serviço desta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Isso não é para convencer os outros, é para dar a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ao bom serviço desta Comissão Parlamentar de Inquérito que, neste momento, está sendo ouvida por milhares de brasileiros, por milhões de brasileiros, eu reitero: não ouçam o Sr. Otávio Fakhoury.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Realmente, eu não sou médico, não me ouçam, ouçam o médico.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Sr. Fakhoury, eu não vou permitir isso.

Não tem assento científico para o tratamento de cloroquina, para o tratamento por conta desse *kit* do tal dos remédios aqui que foram informados pelo Sr. Fakhoury. A única forma até hoje comprovada pela ciência são as medidas de uso de máscaras e a vacinação.

Eu considero necessário... O Sr. Fakhoury tem... O Sr. Fakhoury não é obrigado a criar provas contra ele, como reza a Constituição; se ele está fazendo, enfim, deixemos, mas é dever desta Comissão Parlamentar de Inquérito informar a todos os brasileiros o que a ciência assenta, o que está comprovado pela ciência, o que a ciência assenta como verídico.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Posso fazer um pedido ao senhor, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, assim, se for para desinformar, não.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não é para desinformar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor já prestou a sua informação em relação a isso.

Prossiga, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber ainda sobre o vídeo, a propagação do vídeo e o impulsionamento do vídeo, o que se pretendia com tudo isso. Eu gostaria de saber, depois da defesa enfática do depoente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com relação aos medicamentos ineficazes, comprovados pela ciência, se o depoente teve alguma informação sobre o que aconteceu na Prevent Senior, inclusive com relação ao não respeito à autonomia dos médicos. Teve conhecimento?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, não teve conhecimento.

Então, vamos pra pergunta seguinte. Mesmo depois de ser investigado no inquérito do Supremo Tribunal Federal, V. Sa. continua participando de vídeos e fazendo postagens em redes sociais contra vacinas, contra medidas não farmacológicas e a favor do tratamento precoce com cloroquina e outros medicamentos citados por V.Sa., medicamentos ineficazes. Em função... É verdade o que eu acabo de afirmar? Continua?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O senhor mostrou aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, então, continua. "Mostramos aí" foi a resposta.

Considerando...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Mas não é nesta forma que o senhor falou, não é advogando, como médico ou como... É dando a minha opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu nem falei disso com relação a... Perguntei se era isto...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu me manifesto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se V. Sa. continua fazendo as mesmas coisas.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu me manifesto nas redes sociais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... porque o Presidente da República fez postagens...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... expressando a minha opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República fez postagens recentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador ...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, na semana passada, na ONU, o Presidente da República repetiu a defesa do tratamento precoce, como faz V. Exa.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O senhor sabe que eu não tenho contato pessoal com o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não sei.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – A Polícia Federal já sabe, já pegou meus telefones...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, mas eu não sei.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... e já deve ter compartilhado com os senhores. Eu não tenho nem o celular dele. Então, o que eu falo não depende dele e o que ele fala não depende de mim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, para defender o que o Presidente imagina, defende, veicula, precisa ter contato pessoal?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não defendo porque o Presidente veicula, eu apenas relato que, na minha casa, funcionou e que, se o médico disser que o risco é baixo, experimente. Se funcionar pra você, ótimo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só comunicar a V. Sa. que, considerando que o uso de máscara e o distanciamento são, na maioria dos Municípios, medidas sanitárias preventivas, o seu descumprimento configura o crime do art. 268 do Código Penal. Portanto, o seu depoimento aqui não pode autoincriminar V. Exa., e V. Exa., como colocou aqui... V. Sa., como colocou aqui o Senador Randolfe Rodrigues, está fazendo questão de se colocar nessa condição. Não é por tentativa nossa nem imposição nossa. Eu quero que fique absolutamente claro.

E aí pergunto em seguida: qual é a sua relação com o Presidente da República?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não tenho relação pessoal com o Presidente da República. Eu sou um apoiador e não tenho relação pessoal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um apoiador e não tem relação pessoal.

V. Sa. participou da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não. Da campanha eleitoral dele, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não participou.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Da campanha, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez doações à campanha do Jair Bolsonaro?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Fiz uma doação ao PSL do Estado de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fez uma doação ao PFL do Estado de São Paulo.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – PSL do Estado de São Paulo, registrada devidamente no TSE.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só o partido, porque são muitas siglas, a gente...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Partido Social Liberal, Diretório Estadual de São Paulo

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Partido Social Liberal, Diretório de São Paulo.

Na campanha do Presidente da República?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Setembro de 2018.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Setembro de 2018.

V. Sa. confirma que custeou materiais de divulgação da campanha do Presidente da República?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Vou lhe explicar. Grupos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sinceramente, não quero... Estou perguntando...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu preciso explicar inteiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Confirma ou não confirma?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, então, não. O senhor, por gentileza, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, Sr. Otávio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho... Só um minutinho, Sr. Otávio, só um minutinho.

Sr. Relator, queira refazer a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que custeou materiais de divulgação da campanha do Presidente da República?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Otávio.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... eu vou explicar se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Porque, na verdade, o senhor sabe, eu teria o HC para nem responder sobre isso, mas eu vou responder, que eu falei que eu não vim aqui para ficar calado.

Durante a campanha, materiais de divulgação da campanha... Uma campanha que foi feita pelas pessoas, o Presidente estava acamado com uma facada. As pessoas, por livre e espontânea vontade, imprimiam o seu material, saíam nas ruas... Todo mundo viu, sabe, todo mundo viu. Este valor que foi relatado no inquérito foi um valor que eu fiz de ajuda para grupos, nada tem a ver com a campanha, que estavam imprimindo o próprio material. Grupos em Estados do Nordeste que estavam imprimindo o próprio material para distribuir na rua, como o Brasil inteiro fez, não... camisetas, *bottons*, etc. e tal. Eles eram grupos grandes, quatro Estados, se eu não me engano. E eles me pediram se eu podia ajudá-los e assim eu fiz. Cada um imprimiu seu material, ninguém deles, nenhum deles é ligado à campanha. Perguntaram por que eu não avisei. Não tinha nada a ver com a campanha. Nunca foi solicitada, por ninguém da campanha, ajuda para nenhum material.

Então, foi uma opção minha de ajudar grupos independentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, vamos tentar enquadrar na pergunta.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O que já foi declarado inclusive pelo próprio ministro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que custeou materiais de divulgação da campanha do Presidente Bolsonaro?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, da forma como eu respondi é que eu confirmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, confirma...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Da forma como eu respondi. Eu ajudei grupos que imprimiram cada um seu material.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, eu estou satisfeito.

Uma pergunta, em função do que foi respondido...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Veja, Senador, eu declarei todas as minhas ajudas de campanha, todas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era isso que eu...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Todas foram declaradas. Todas as ajudas para campanhas políticas foram declaradas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Especificamente, esses valores...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Qualquer campanha política...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses valores referidos agora por V. Sa. foram declarados?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não foram para campanha política, por isso que não foram declarados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, esses valores não foram declarados?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Esses não foram para nenhuma campanha política.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou só, para explicar a todos que estão...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Por isso que não estão declarados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou só, para explicar a todos que estão acompanhando. Esse depoimento é um depoimento que tem rendido bastante, em função das perguntas e da vontade manifesta do depoente de responder a elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo material colhido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Otávio Fakhoury bancou material de divulgação da campanha do Bolsonaro na campanha à Presidência, em 2018, mas sem declarar à Justiça Eleitoral.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Negativo, Senador. Desculpa lhe interromper.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-me falar, por favor. O senhor vai ter o tempo todo para falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, Sr. Relator.

O SR. ANTONIO MANSSUR (*Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pela ordem, a douta defesa.

O SR. ANTONIO MANSSUR (Para expor.) – Foi feita uma afirmação, ele tem o direito de responder.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, ao microfone. Ao microfone.

O SR. ANTONIO MANSSUR – Foi feita uma firmação pelo eminente Senador, o depoente tem o direito de responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu vou perguntar!

O SR. ANTONIO MANSSUR – Senão, fica só a sua afirmação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu vou perguntar...

O SR. ANTONIO MANSSUR – ... e ele fica sem o direito de se defender.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou dando uma informação, não estou perguntando agora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Excelência, só um minuto, só um minuto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou dando uma informação, não estou perguntando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO MANSSUR – Mas essas são conclusões que o senhor está tirando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Excelência, o.k. Já foi acatada sua questão de ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não. As conclusões, eu as farei com a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator...

O SR. ANTONIO MANSSUR – O senhor tem que fazer as conclusões, *data venia*, no seu relatório...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Excelência...

O SR. ANTONIO MANSSUR – ... e não aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou lastreando a pergunta e estou dando alguns fatos que a CPI sabe.

O SR. ANTONIO MANSSUR – Mas o senhor está tirando conclusão!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não estou tirando conclusão!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não, não...

O SR. ANTONIO MANSSUR – Está tirando conclusão!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não estou tirando conclusão!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO MANSSUR – Desculpe, Senador. Nós viemos aqui com todo o respeito. O senhor está tirando conclusão de todas as respostas dele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está suspensa a sessão.

O SR. ANTONIO MANSSUR – O senhor faz comentários a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está suspensa, está suspensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Suspensa às 12 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 15 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reaberta a sessão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, eu vou conceder, Senadora Eliziane.

Retomada a sessão, eu vou ouvir em uma rápida questão de ordem a Senadora Eliziane e o Senador Marcos Rogério. Em seguida, vamos organizar os trabalhos e retomar.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pelo bem do País e pelo objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é exatamente investigar todas as ações do Governo Federal e seus auxiliares em relação ao enfrentamento da pandemia, o depoimento de hoje... O depoente de hoje vem para esta CPI exatamente para atender a uma das nossas linhas de investigação, a investigação de *fake news*. Portanto, Presidente, eu queria passar a V. Exa.: a cada fala apresentada pelo depoente, que V. Exa. tivesse o dever de ofício e, em nome da vida do povo brasileiro, fizesse a devida advertência de que é uma *fake news* exatamente para não passar a informação de que o que ele está colocando seja verdade, porque não é.

Esta CPI tem um nível de audiência muito grande no Brasil inteiro – as TVs estão transmitindo –, e a população não pode receber uma informação dele como se fosse verdade, porque não é. É mentira! Aliás, uma mentira criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, queria parabenizar V. Exa. e pedir que V. Exa. fizesse, a cada fala dele, uma advertência, exatamente contradizendo, porque essa contradita é fundamental para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, perfeitamente, Senadora Eliziane. Temos procurado fazer isso, temos procurado fazer isso e o faremos toda vez que estiver sendo emitida... Embora queira o senhor depoente, eventualmente, se autoincriminar, mas quando não seja informação baseada no que rezam os melhores preceitos da Organização Mundial de Saúde e da ciência, nós faremos a devida advertência. Agradeço a V. Exa.

Eu quero pedir só, rapidamente, para o Senador Marcos Rogério e para o Senador Eduardo Girão, para nós podermos retomar o depoimento, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o apelo que faço é que... Assim, eu penso que, se a CPI não tem interesse em ouvir aquilo que o depoente vem falar aqui e se aquilo que ele vem falar aqui e sustentar é fruto da sua compreensão, da sua opinião, que em boa parte diverge da minha, muito do que foi dito aqui, mas, dentro da liberdade de expressão e de manifestação do pensamento que cada um tem, ele tem o direito de fazer. Se a CPI não quer ouvir aqui dentro desses limites e tiver que o tempo todo ficar fazendo comentários ou censurando, aí eu penso o seguinte: não compensa convocar alguém que tenha essa opinião e é publicada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu repito a V. Exa.: eu não sou obrigado a concordar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos, esta CPI convocará todos que ela entender que é necessário convocar.

Senador Eduardo Girão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, nesse caso assiste razão à defesa do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Eduardo Girão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que se recomende, então, que fique em silêncio, que aí não perde o tempo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Eu queria reconhecer que o senhor sempre tem muita serenidade, mas eu acredito que, às vezes, a gente tem que ter cuidado pra não passar do ponto. Ninguém é dono da verdade – ninguém é dono da verdade –, eu também discordo de muitas coisas que foram faladas aqui pelo depoente, mas nós tivemos audiência aqui pra ouvir cientistas contra e cientistas a favor de tratamento preventivo, imediato, precoce ou o que se possa chamar, e uma parte dos Senadores, infelizmente, não quis ouvir um lado. Então, acho que esta CPI perdeu a moral para dizer o que é que é e o que é que não é, até porque nós não somos médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só fazer esse posicionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Senador Girão, a sua opinião...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é a CPI: é a ciência que diz.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A sua opinião....

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual ciência?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Cientistas estão divergindo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A sua opinião é a mesma sobre o uso de máscaras?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Não, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, por isso, quando o depoente fala que é contra o uso de máscaras, eu tenho o dever político, institucional e moral de advertir os brasileiros para não seguirem o depoente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, mas não foi o que o senhor fez: ele falou sobre questão de tratamento também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, fiz isso para tratamento precoce, uso de máscaras e outras...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O remédio, essa coisa, com autorização médica. Aí é diferente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós refutaremos qualquer *fake news* aqui.

Senador Paulo Rocha, só um minutinho. Aliás, Senador Paulo Rocha, pode... Se for bem breve, para a gente poder retomar o depoimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Bem breve.

Eu não faço parte aqui da CPI, mas a acompanho – é muito forte. Eu quero falar como Líder da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma satisfação nossa receber V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu vou, Senador Girão... Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colegas, tem um Senador na tribuna.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu vou pela intervenção da Senadora Thronicke. O advogado, um senhor experiente, mas aqui também tem Senador, e nós estamos aqui com responsabilidade. Você acha que o Relator foi escolhido aí pelos belos olhos dele? Porque é um Senador comprometido, experiente, etc.

Então, num depoimento, num depoimento...

A SRA. MILENA RAMOS CÂMARA – Não, colega, por gentileza, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu peço vênia a V. Exa. que os advogados se dirijam aos seus parceiros...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, nós vamos organizar o procedimento já, já.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Caso contrário, Sr. Presidente...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O depoimento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... a gente precisa fazer uma consulta à OAB sobre o comportamento dos advogados na CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Um depoimento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estão extrapolando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Viu, viu? E eu estou falando mais a quem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Após o Senador Paulo Rocha nós vamos organizar o procedimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... a quem está nos ouvindo para dizer o seguinte, Senador Girão, mas aqui, em nenhum momento a CPI perdeu moral aqui por esta ou aquela intervenção aqui, por esta ou por aquela posição de cada um. Isso é enfraquecer a CPI. Quando perdeu o seu moral aqui?

O que, no caso da reação do advogado, quem conhece, quem participa de investigação, quando o Senador, para querer abstrair – claro que tem contradição e tem posição clara, pública, do depoente em relação à defesa e ao combate... Então, quando ele faz o processo de investigação e o advogado percebe que ele entrou em contradição, e pega isso, aí o advogado chia...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... chia, e ri tentando zombar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Paulo, nós vamos organizar o procedimento. Obrigado, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso que a investigação não pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A CPI não pode se submeter à tática dos advogados, que interrompem na hora para tumultuar, etc.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Antes de devolver a Presidência...

O SR. ANTONIO MANSSUR (*Fora do microfone.*) – O senhor me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não concedo.

Antes de devolver a Presidência para o seu titular...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O advogado está pedido a palavra pela ordem e o senhor não concede.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor está...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou organizar os trabalhos primeiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, o advogado está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO MANSSUR (*Fora do microfone.*) – Isso é cerceamento de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu posso organizar os trabalhos antes?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO MANSSUR (*Fora do microfone.*) – Nós vamos precisar de um representante da Ordem aqui na CPI...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou devolver a Presidência ao seu titular...

O SR. ANTONIO MANSSUR (*Fora do microfone.*) – ... para garantir as prerrogativas do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode me ouvir?

O SR. ANTONIO MANSSUR (*Fora do microfone.*) – Já estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos organizar os procedimentos, que são os seguintes.

A douta defesa, quando necessitar de alguma questão de ordem, nos termos do Código de Processo Penal, nos termos do Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, preceitue e encaminhe para a Mesa. Não necessitará fazer uso do microfone, basta me avisar ou avisar ao Presidente e o Presidente concederá a questão de ordem sem interromper seja o depoente, seja o Sr. Relator.

O senhor depoente, quando o Relator estiver inquirindo, ouve. Quando o Relator terminar de inquirir, seja qual for inquirição, terá o tempo para responder. Se nós encaminharmos assim, chegaremos a bom termo até o final do trabalho.

Estamos combinados?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Devolvo a Presidência ao seu titular.

O SR. ANTONIO MANSSUR – O senhor me dá a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O titular agora assumirá a condução...

(*Interrupção do som.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – O senhor acha que aqui não tem opinião, não?

O SR. ANTONIO MANSSUR (*Fora do microfone*.) – Tem opinião. O senhor vai bater na mesa? O senhor vai bater na mesa?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, tem que retirar o advogado. Infelizmente, não dá. Não vai dar pra trabalhar desse jeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, tem que tirar advogado, tem que tirar todo mundo, acabar com isso, porque vai dar aonde? É assim que funciona?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Você não respeita nem o mandato que você tem, rapaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Isso aqui é prerrogativa do Congresso Nacional!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se enxergue, Humberto. Se enxergue.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está na hora, Marcos Rogério, de você passar a respeitar o Parlamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fecha a matraca.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, vá... Você não respeita ninguém, rapaz.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Você está desrespeitando o Parlamento, rapaz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você não respeita ninguém, rapaz. Se enxergue.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Você não respeita o Parlamento. Você não honra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu respeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, você não honra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem não se respeita são...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... os votos que o povo do Estado de Rondônia lhe deu. Você não honra as suas prerrogativas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, vá se olhar no espelho!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se você não honra as suas prerrogativas, isso é problema seu! Não é um problema da Casa, respeite a Casa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, a intenção de tumultuar está sendo atendida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu respeito, quem não respeita o povo brasileiro são esses que estão aqui fazendo desta CPI um circo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Você não está respeitando o povo que o elegeu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A tática governista atuando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desde o início, se tem um palhaço nesta CPI é o senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem não respeita o povo, o povo conhece bem – bem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A tática governista funcionando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... por nome, codinome e outras coisas mais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... criar tumulto na CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se é um circo, desde o início parece que o senhor é um palhaço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... aliado com as defesas dos depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço aos Senadores e Senadoras: a CPI não é retórica. Ontem já tivemos muitas retóricas aqui. O que vale para a CPI é o que vai estar no relatório final. As retóricas feitas aqui, os berros, os xingamentos e intervenções, isso aí é pra quem quer aparecer lá fora. Aqui, o que vai valer – essa retórica não tem valor nenhum – são as respostas às perguntas. Os comentários são naturais, somos políticos, a gente comenta mesmo. Além de nós, tem muitos comentaristas, tem comentarista no Twitter, tem comentarista no Instagram, todo mundo comenta, a CPI... Só que não é retórica. Aqui são fatos que estão sendo apurados – fatos.

Então, eu conversei, antes de iniciar a reunião, com os três, com os dois eminentes advogados e a eminente advogada do Sr. Otávio Fakhoury, e disse a eles. Eu falei: "Olha", e fui muito claro em relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

a isso, "na hora que o cliente quiser pedir uma opinião dos senhores, ele fica à vontade, sem problema nenhum. Não vou aceitar interferência, responder por ele"... E é o natural.

Então, qualquer retórica, senhores, que se fale aqui de qualquer membro dessa CPI ou do Colegiado ou do depoente, isso serve mais pra lá, mas aqui, internamente, para quem vai fazer o relatório, que são pessoas que estão empenhadas em fazer esse relatório...

Nós, quando trouxemos o Sr. Fakhoury aqui, foi porque nós tínhamos muitos indícios já do comportamento dele. Agora, eu, Senador Renan, quero dizer aqui aos Srs. Senadores e Senadoras: eu não concordo com o que ele fala, o que ele diz, com a prática dele, eu não concordo. Agora, ele está pelo menos tendo coragem de admitir que faz esses erros aí. São, no nosso ponto de vista, crimes que estão sendo praticados, mas ele não veio aqui... Não fugiu. Não como outros, como vieram aqui... “Não. Você não entendeu isso não”. Porque nós tivemos um ministro aqui que disse ao Presidente: “Um manda e outro obedece”; e ele disse: “Não, isso aí não foi assim, pá-pá-pá”. Isso nós tivemos aqui.

Então, eu não concordo com o senhor em nada do que o senhor faz, não concordo com o senhor sobre máscara, essas coisas – tudinho. Eu combato isso e combato firmemente. Agora, uma coisa eu não posso tirar dele: ele não está se negando. Ele poderia ficar calado em todas as respostas, aqui ele está dizendo: “Sim, defendi isso. É um direito que eu tenho”. Não é. Ele entende dessa forma. A Justiça pode entender de outra forma, conforme o relatório. Como disse bem o Senador Randolfe, olha, haverá, sim, indiciamento, e a Justiça é que vai definir lá na frente.

Aqueles que acham que vêm pra CPI e fazem disto aqui um palco pra se autopromover ou acham que estão saindo bem, que saem estourando champanhe em gabinete de Senadores aí, estão equivocados. Nós iremos procurar...

Desde o primeiro momento que nós começamos esta CPI, nós não estamos atrás de vingança não; nós estamos atrás de justiça. E, se houve avanço na vacinação, se há diminuição de caso, se há diminuição de óbito, se deve muito, Senador Girão, ao nosso trabalho, inclusive ao seu aqui nesta CPI. Por isso que ela não vai ser desrespeitada nem por mim, nem por um desses membros, muito menos por quem vem aqui ser ouvido.

Então, eu vou passar a palavra ao Senador Renan pra continuar, por favor.

E eu peço aos eminentes advogados que a gente possa conduzir isso na maior civilidade possível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, cumprimento também o Senador Randolfe.

Acho muito importante que essas providências tenham sido tomadas, porque, como nós dissemos no início, Sr. Otávio Fakhoury, esse depoimento é muito importante pra que a gente possa eliminar dúvidas. Eu há pouco lembrava: há uma acusação. A CPI já, há alguns dias, teve acesso ao acervo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação que foi compartilhado com ela do próprio inquérito do Supremo Tribunal Federal de informações da Polícia Federal. Então, a sua presença aqui, eu queria mais uma vez lembrar, é uma oportunidade pra desfazer tudo isso, de maneira respeitosa. Em nenhum momento, eu vou desrespeitá-lo – em nenhum momento. Pelo contrário. Há pouco eu soube que tem até pessoas da sua família com quem eu tenho um relacionamento direto, e tenho por ele uma admiração muito grande. Não tem nada de pessoal aqui. Eu estou querendo apenas fazer algumas perguntas e fiz um apelo. Se o senhor puder responder às perguntas, será melhor. Se o senhor tiver alguma coisa a acrescentar, não tem problema. O que tem que ficar claro é que acrescentou não respondendo à pergunta, é um comentário adicional, porque a pergunta se responde objetivamente.

Eu havia perguntado... Só pra as pessoas que estão acompanhando e os Senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Girão: eu disputei a indicação aqui, quer dizer, a minha indicação foi do Presidente da Comissão, Senador Omar Aziz, para ser o Relator. Havia uma disputa com V. Exa., que eu respeitei em todos os momentos, quer dizer, o grupo majoritário preponderou. No meu discurso de posse, eu disse aqui que esta CPI, do primeiro ao último dia, seria um santuário em defesa da vida, em defesa da ciência e contra o negacionismo. Portanto, até o último dia – e o Presidente Omar acabou de anunciar o calendário aí da reta final –, ela vai fazer isso, porque a maioria da Comissão quer que ela faça isso, respeitosamente – respeitosamente! Eu vou fazer a minha parte com isenção e com independência... Agora, eu vou perguntar tudo o que precisar ser perguntado.

Eu perguntei se o depoente confirma que custeou materiais de divulgação da campanha do Presidente. Ele respondeu e depois adicionou... Tá bom, estou satisfeito.

Aí eu lembrei, porque é minha obrigação lembrar, que a CPI teve acesso a algumas informações. Como eu vou fazer algumas perguntas, eu vou dizer essas informações que nós acessamos.

O Sr. Fakhoury foi acusado de ter bancado material de divulgação – quando ele for falar, ele terá oportunidade pra se defender – de campanha de Bolsonaro na campanha eleitoral à Presidência da República em 2018, mas sem declarar à Justiça Eleitoral. A Polícia Federal encontrou, no computador do Sr. Otávio Fakhoury, notas fiscais emitidas por duas gráficas do Nordeste relativas à campanha eleitoral – no computador dele. Segundo os documentos, foram impressos 560 mil itens de propaganda eleitoral para Bolsonaro, como panfletos e adesivos com a foto do candidato e a proposta de campanha para a Presidência da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente: qual a relação disso com a CPI da Pandemia? Campanha do Presidente Bolsonaro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele está sendo acusado de financiar a campanha de *fake*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Campanha do Presidente Bolsonaro, CPI da Pandemia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI tem como objeto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu lembrei há pouco: V. Exa. está inscrito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, uma questão de ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu fiz uma questão de ordem...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a relação é a investigação, Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – A investigação da campanha eleitoral?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, calma! É pra mostrar a ligação desde o primeiro momento do Sr. Otávio com os pensamentos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, e vou fazer a pergunta em função disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, Presidente, tem mais de 50 milhões de brasileiros que votaram no Presidente. Vão chamar todos aqui na CPI? Não é o caminho!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas nem todos fizeram isso, não é? Nem todos fizeram isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, convenhamos: o foco aqui tem que ser a pandemia. Questões eleitorais, que se investiguem no foro próprio!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria perguntar, em função de tudo o que aqui foi colocado: V. Sa...

Sim ou não, não preciso saber mais. Se V. Sa. quiser colocar, por favor, não sou contra, aceito. Isso é uma oportunidade para V. Sa. se defender.

V. Sa. financia manifestações favoráveis ao Presidente da República?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Com licença, quantos minutos eu tenho pra resposta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que precisar, Otávio. Aqui não tem essa limitação.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Primeiro, eu quero dizer que eu não vim aqui pra faltar com o respeito com ninguém, com nenhum dos Srs. Senadores, até porque acho que um dia... Quem sabe um dia muitas pessoas possam estar aqui, quem sabe um dia eu esteja aqui como colega de vocês...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, sem dúvida.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não penso nisso, mas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até eu torço pra que isso aconteça.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Porque eu acho que esta é uma Casa onde se debate. Até o Senador Randolfe levantou... Eu até ia sugerir pra ele um dia, pra os Srs. Senadores... Sinto falta das audiências públicas. Acho que esse assunto das vacinas e dos medicamentos podia ser objeto de uma audiência pública aqui do Senado, pra se debater e continuar se debatendo tudo isso, porque as notícias estão saindo. Toda semana sai notícia, tem estudo saindo toda semana. Então, é a sugestão que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, só um minutinho... Você não vai dizer à gente o que que nós vamos fazer...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Temos uma comissão temporária que trata disso todas as segundas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não é isso não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem não acompanha não sabe. Discutimos sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sinceramente, nós não estamos aqui investigando... Nós estamos investigando crimes cometidos na pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E é isso aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exatamente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Sr. Fakhoury, deixa eu lhe dizer uma coisa: o senhor propaga aquilo que milhões de pessoas no mundo discordam. O senhor propaga aquilo que os cientistas que estudam... A sua formação passa longe da área de ciência, mas longe! E o senhor vai lá dar aula sobre isso. Então não é, não é... Aqui não é o fórum não. CPI não vai debater isso não. CPI está investigando; investigando comportamento do Governo Federal, comportamento do Estado do Amazonas, que está no escopo dos Estados e Municípios em relação à pandemia, porque nós chegamos a 600 mil mortes. E V. Sa., que acredita naquilo que eu não acredito, mas isso aí é um caso que a Justiça vai resolver...

Agora, responder negócio de que tem que debater, debater... A essa altura do momento que nós estamos debatendo aqui tem pessoas pesquisando! Pesquisando, não é? Não somos nós que vamos dizer – nem você, nem eu, nem ninguém aqui. Eu acredito na ciência. Eu acredito nisso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Continuando, Presidente.

Então, em função de tudo isso, eu perguntei ao depoente – queria refazer a pergunta e garantir o tempo que for necessário pra responder –: V. Sa. financia, continua financiando manifestações favoráveis a Jair Bolsonaro?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Pois não. Vou responder. Primeiro respondendo à última pergunta do senhor, antes dessa, que eu não respondi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que é essa, minha última pergunta é essa.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Bom, em relação à situação da campanha, vou só deixar claro: essa questão foi analisada no Inquérito 4.828, de posse da Polícia Federal. O inquérito foi arquivado. Eu já fiz uma resposta anterior. Então, nesse momento, se perguntado de novo, eu não vou responder mais.

Próxima, a pergunta do Sr. Senador sobre manifestações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde... Em 2014, 2015, eu ingressei como membro do movimento Vem pra Rua e ajudei nas vaquinhas de caminhão "Fora Dilma".

Todas as manifestações do "Fora Dilma" foram democráticas, nunca teve nenhuma ocorrência policial. As famílias foram com filhos, pais...

Depois, em outros movimentos de que eu participei como apoiador, como colaborador nas vaquinhas: manifestações pró-*impeachment*, manifestações diversas vezes das pautas em que eu acredito, todas elas na Avenida Paulista, daquelas que o senhor vê no fim de semana, sem nenhuma ocorrência policial. Então, uma manifestação em que não tem ocorrência, em que não tem crime, é uma manifestação democrática.

Durante a campanha, participei voluntariamente da campanha. Em 2019, nós ajudamos, sim, grupos que foram na Paulista para apoiar a reforma da previdência e o Governo Bolsonaro e outras pautas que, naquele momento, estavam sendo discutidas.

No inquérito que já foi divulgado, tem inclusive uma entrevista minha com a Vera Magalhães, onde isso é detalhadamente explicado. Manifestações democráticas, em que eu explico detalhadamente a minha participação. Ela faz parte do inquérito, dos documentos que foram colocados a público.

E eu sempre apoiei manifestações em que a democracia reinou, manifestações sem nenhuma ocorrência. Recentemente, não tenho apoiado. As últimas três ou quatro, este ano, não tenho apoiado. Apoiei em 2019.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi exatamente essa: o senhor continua? O senhor está respondendo, e eu estou aceitando.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não continuo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não continua.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não continuo. Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As últimas foram em dois mil e...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É... Em 2020 elas cessaram, certo? Em 2020 foi a entrevista que eu dei pra Vera Magalhães, em que eu afirmei que iria ajudar caminhões na Paulista. Nada a ver com Brasília. Aquelas manifestações de Brasília foram apuradas pela Polícia Federal e obviamente que o resultado já saiu lá e eu não tenho nada a ver com elas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. deve só lembrar... Eu não estou comentando, eu estou só lembrando que eu mostrei, no início do interrogatório, postagens bem recentes.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não. Eu estou respondendo para o senhor em relação à manifestação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está. Então...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Se o senhor me permitir, eu volto às postagens também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que V. Sa....

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Com licença: poderia terminar? Só um pouquinho. Em relação às manifestações. Eu estou explicando.

Em 2020, dei uma entrevista pra Vera Magalhães – depois um grupo de WhatsApp aqui vazou –, em que eu expliquei que colaboraria para as manifestações na Paulista em 15 de março. Elas foram suspensas. O próprio Presidente da República pediu para suspendê-las, porque a pandemia se iniciou. Então, aquela manifestação não ocorreu. Desde então, eu não fiz mais nenhuma colaboração.

Inclusive, nessa última de 7 de setembro, também não tive participação colaborativa em termos de manifestação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – E bem lembrando também: o inquérito que apurou essas manifestações foi o inquérito dos atos antidemocráticos, que foi... Em relação a esses e em verificações, foi arquivado em relação a mim. Então...

Eu só dei um esclarecimento, não precisaria dar. Eu estaria amparado pelo HC, mas eu quero deixar claro, já que está todo mundo assistindo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É importante dizer, Sr. Presidente, que esse inquérito foi arquivado, mas foi aberto um outro, que é de organização digital criminosa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele sabe disso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas acho que V. Exa. vai abordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele sabe disso. Claro!

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Em relação a esse inquérito, Senador, eu fiz uma petição ao Ministro Alexandre de Moraes, quando foi aberto o novo inquérito, e me coloquei imediatamente à disposição, logo no momento seguinte. Tinha lá um questionamento sobre uma investigação relativa a um negócio comercial meu, era especificamente esse o questionamento. Então, apenas isso. O relatório da polícia e o arquivamento se deram em relação a todos os outros atos investigados.

Em relação a isso, eu me prontifiquei ao Ministro Alexandre de Moraes, que respondeu à decisão, pedindo que eu aguardasse a Polícia Federal me chamar para a oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, o senhor me permita, assim, só pra informar aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque eu acho que é um papel também desta CPI não permitir a disseminação de *fake news.* Ao contrário do que foi informado aqui pelo depoente, anteriormente, as vacinas Pfizer e AstraZeneca já têm registro definitivo na Anvisa. Só para ficar muito claro e para as pessoas saberem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não falei que não... Perdão, Senador, só para... Eu não disse que ela não tinha registro; eu falei que foi suspensa a necessidade do estágio 3, teste. A Anvisa suspendeu a necessidade, para que ela pudesse ser ministrada. Isso saiu em março.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E isso não tem nada a ver com as perguntas que eu fiz. Eu fiz pergunta por que é que ele falou que não presta, é um lixo. Eu perguntei foi isso, objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Assim, só para deixar claro, todas as vacinas passaram pela terceira fase. Só para deixar claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria retomar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque é necessário... Assim, o depoente tem o direito de criar provas contra si, mas nós temos o dever de informar a todos os brasileiros a verdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Claro.

Eu vou fazer algumas perguntas em função de um fato, que vou citar aqui, levantado pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou eu vou fazer algumas perguntas em função de um fato, que vou citar aqui, levantado pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito... Por isso que eu fiz a pergunta anterior: o senhor não financia manifestações favoráveis ao Presidente mais – ele já respondeu. Eu perguntei e não tive a resposta: V. Sa. recebe em troca alguma coisa desses financiamentos? Não tive a resposta ainda.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Não, o senhor não me perguntou. Eu vou responder: não recebo nada em troca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não recebe nada.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nada, absolutamente nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tudo bem, eu não estou contestando.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, perdão. Com todo respeito, Senador, ao senhor: o senhor não havia me perguntado essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, aproveito a oportunidade para fazê-la. Este espaço está 100% garantido a V. Sa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É assim que nasce uma narrativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a V. Sa., para que V. Sa. se defenda e esclareça.

Eu queria repetir: não temos absolutamente nada contra V. Sa.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu sei que é difícil acreditar, mas agora que os senhores já têm Polícia Federal... Já tive duas buscas e apreensões na minha casa, inclusive com esposa grávida, filho pequeno, minha mãe... Houve uma busca e apreensão na casa dela, onde eu já não morava há 20 anos. E, naquela época, estava no início da pandemia, a gente não sabia o risco, o tamanho do risco que podia ser; ela estava em isolamento, porque ela tem comorbidade, é uma senhora de idade. E, mesmo assim, com tudo que já foi extraído em relação a minha privacidade, naquele momento que a polícia foi na minha casa, eu entreguei meu celular com a senha – não sei se os senhores têm conhecimento disso. O meu advogado aqui me proibiu e falou: "Não, você não precisa dar senha". "Não, eu vou dar senha".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu posso retomar as perguntas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – "Eu vou dar a senha porque não tem nada... Não tem nada da minha vida ali, nessas conversas, que eu precise esconder."

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu posso retomar as perguntas, Presidente?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Estou só deixando claro para os senhores, para toda a Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria comunicar...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, nunca recebi nada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria comunicar – e temos algumas perguntas sobre o fato que estou comunicando, para esclarecer...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Comissão Parlamentar de Inquérito localizou uma renegociação no valor do aluguel do imóvel pertencente ao senhor para Petrobras, com o aditivo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço aos advogados para ouvirem, por favor, porque depois eu não precisarei mais repetir as perguntas.

O aditivo firmado em 07/05/2019 reajustou o valor da locação de R$30 mil, na Petrobras, para R$110 mil – R$110 mil – de 01/09/2017 a 31/12/2018. E, posteriormente, essa locação passaria a ser de R$150 mil – R$150 mil. E todos os valores – todos os valores – da locação foram reajustados com datas retroativas. E essa diferença deveria ser paga em 20 dias, de acordo com o contrato. Apesar de um pedido de despejo que havia – apesar de um pedido de despejo que havia – em 27/12/2017, os pagamentos de aluguel continuaram.

Em função desse fato, eu queria fazer algumas perguntas.

Qual a justificativa para 400% de reajuste em um aluguel depois de uma ordem de despejo?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, novamente: eu sei que esse assunto não está no escopo da CPI...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... mas, como eu disse, eu vim aqui para responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele está no escopo da CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, você responda ou não responda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei se...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Você já está... sabe? Você está com essa "raimundagem" para cima daqui. Responde "sim" ou "não", e vamos ser... A elegância tem limites aqui. Então, responda, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A fala dele, Presidente, o.k., foi inoportuna, mas a minha não é. Está fora realmente do escopo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Então, não responde! Não responde!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Assim como as eleições do ano de 18.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele sabe que tem o direito de ficar calado. Só não venha justificar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já que você não quer que ele justifique, você também não tem esse direito. Tá bom? Tá bom?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse aspecto, o Presidente está correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá o.k.? Responde. Ele tem o direito: "vou ficar calado, não vou responder" etc. Agora, não vem com lambe-lambe, lenga-lenga para cima de idiota aqui, não. Ninguém é leso aqui, não, rapaz. Você é um negacionista! Você induziu à morte de brasileiros! Acaba com esse negócio! Sim ou não? Não quer responder, não responde. Agora, não vem choramingar! Não choraminga!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu era a parte *light* na Presidência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual a justificativa para os 400% de reajuste de um aluguel depois de ordem judicial de despejo?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Para poder responder a essa pergunta, eu preciso relatar a transação comercial inteira. Os senhores têm interesse em ouvir? Eu tenho que relatar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, é uma transação comercial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei a V. Exa. o seguinte: V. Exa... V. Sa. continua a financiar manifestações favoráveis ao Presidente da República? Para mostrar que tem tudo a ver... V. Sa. respondeu: "não, não mais".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, eu posso lhe dar um conselho? De amigo aqui... Até porque vai ficar aqui justificando toda a vida, o passivo todo da vida dele, e isso aí não me interessa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem a mim nem a ninguém. Agora, se tem alguma coisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem a ver com a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem, é passar para a próxima pergunta, porque, senão, ele vai aqui usar o... Olha aí, já é 1h da tarde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Por que o reajuste de 400% no contrato com a Petrobras? Eu quero saber para saber se seria uma forma indireta de remunerar. É por isso que eu fiz a pergunta anterior: se V. Sa. continuava patrocinando manifestações. É por isso que eu estou perguntando, porque eu preciso saber! Eu não quero prejulgar ninguém, mas eu preciso saber!

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Para responder sua pergunta... Não sei se o senhor sabe que essa transação é inteira judicializada, toda ela está em juízo. A transação da Petrobras, a minha relação com a Petrobras foi judicializada desde 2017. Então, deixando claro, não existiria como, administrativamente, eu ter algum benefício que seja numa transação que está sob ordem judicial, sob

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

crivo da Justiça. Então, isso é uma coisa que dá para deixar claro de início. Agora, para explicar detalhes... Sou uma pessoa de negócios, sou um homem de negócios, trabalho com isso, esse é meu trabalho. Ou eu... Se eu puder explicar a transação inteira, os senhores vão entender. Ou, então, eu trouxe um relatório, posso entregar, o mesmo relatório que já está no inquérito. E a gente... E eu não respondo e vocês podem olhar no Tribunal de Justiça.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É... Não tem nada de ilegal, a operação está inteiramente judicializada, toda ela é pública, todos os pagamentos, todos os contrato de locação, comercial, estão todos em juízo. São três ações dentro do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas tem algumas perguntas que remanescem, que precisam ser feitas.

Esses 400% na locação, de aumento, têm alguma relação com a doação de V. Sa. para a campanha eleitoral?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nenhuma relação, jamais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pronto, responda! É somente isso!

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Zero relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem relação?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Zero.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Zero relação.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Zero relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o Sr. Eduardo Bolsonaro?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu tenho uma... Posso dizer que eu nunca frequentei a casa dele. Então, eu posso dizer que eu tenho uma proximidade não amistosa com ele. Eu frequento... Amigo pessoal é aquele que você frequenta a casa. Não, eu nunca frequentei a casa dele, mas tenho uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem uma relação não amistosa?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Contato pessoal, porém, não de amigo, de frequentar a casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contato pessoal, porém, não de amigo.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É que o amigo que a gente define é aquele mais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, eu quero fazer algumas perguntas.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Diferente do Sr. Hang, que ontem disse que não era amigo da família...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não... A única pessoa que eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... mas hoje o Presidente posta uma foto com ele. Então, parece que só o Presidente que quer ser amigo dele. Ele não quer, não.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O Eduardo...

Só para responder, o Eduardo Bolsonaro, eu passei a conhecê-lo quando eu ingressei no PSL como tesoureiro, interinamente, por três ou quatro meses, em 2019.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está ótimo.

V. Sa. – portanto, a pergunta – repassou recurso financeiro ao Instituto Conservador-Liberal?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, senhor. Sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabe que esse instituto foi fundado pelo Deputado Eduardo Bolsonaro?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repassou. Quanto?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu fiz um contrato, tenho um contrato de doação específica para realização do Cpac. O contrato é de R$200 mil de doação para realização da conferência Cpac.

Está aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto foi o valor?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Foram dois pagamentos de R$65 mil, um de R$35 mil e ainda falta mais um de R$35 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta também que não pode deixar de ser feita: isso tem alguma relação com o financiamento da campanha de 2018?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – De jeito nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo.

V. Sa. já discutiu com ele acerca de material de propaganda a ser divulgado em rede social?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – De montar rede social com ele? Não, com ele não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Qual é o papel... Qual é o papel de Eduardo Bolsonaro na produção de disseminação de conteúdos da pauta bolsonarista e de *fake news* em rede sociais?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não... Para mim, ele nunca passou nenhum conteúdo: "Olha, preciso que você divulgue isso aqui". Então, eu não vejo papel nele na relação dele comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tinha planos, segundo a apuração da Comissão Parlamentar de Inquérito e documentos desta CPI, de comprar rádios com Eduardo Bolsonaro para implementar um projeto de direita.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas negociações contaram com órgãos públicos?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, vamos lá.

Eu tenho... sempre tive um sonho. Eu sei que... De entrar e participar do ramo de comunicação, porque comunicação, rádio, televisão, é onde você se comunica e expressa a sua posição, suas ideias.

Acho que o espaço hoje para rádio e televisão tem... é muito mais concentrado num viés editorial. E eu entendo, gostaria de participar num outro viés editorial, tenho esse sonho, porém, esse sonho não foi realizado. As ideias e planos que eu tinha não foram postos em prática.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Porém, naquele momento, eu pedi ao Eduardo que me indicasse donos de rádio para que eu pudesse ir diretamente procurar e fazer uma negociação, o que não aconteceu. Ele apenas fez uma indicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tudo bem, mas não foi essa a pergunta que eu fiz. Isso já está comprovado, eu até citei aqui.

Eu perguntei se essas negociações e esse sonho...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não envolvem dinheiro público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é dinheiro público; é órgão público.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Também não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor recorreu a algum órgão público?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu lembro que eu comentei, numa conversa, que a gente poderia ir ao BNDES porque tinha linhas para isso, mas isso nunca aconteceu, nunca comuniquei com ninguém lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, não só o DPS. É que há registros de que, em mensagem trocada com Eduardo, V. Sa. falou em conversar com a Secom sobre o assunto, que é um órgão público.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É, mas não teve a conversa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto...

Sim, mas está nas suas mensagens.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Onde é que entra a covid nesta conversa aí, Presidente?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Você pode ter uma conversa assim: "Você acha que deve ir à Secom ou não?", "O que é que você acha?". Só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. transferiu, em 03/11/2020, R$40 mil para Fabrizio Fasano Jr., apresentador do Programa Coliseum, da Rede Brasil de Televisão?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Uma ajuda direta para uma pessoa, um contrato que eu tinha com ele, de uma pessoa privada para outra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tinha um contrato? Pode apresentar à Comissão Parlamentar de Inquérito cópia deste contrato?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não está aqui, mas eu consigo disponibilizar o contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu consigo disponibilizar, sim. Não está aqui comigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabe que a emissora é de propriedade do Sr. Marcos Tolentino?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Mas o meu contrato era com o Fabrizio, não com a emissora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Fabrizio é o apresentador do programa. Eu estou falando: o dono da RedeTV é o Marcos Tolentino. O senhor sabe que é dele?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rede Brasil. Rede de televisão, Rede Brasil.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não conheço. Eu não conheço. Não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah.

Mas o senhor sabe que ele foi o fiador do contrato da Covaxin e de outros contratos do Ministério da Saúde?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Marcos Tolentino, dono do FIB Bank?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não o conhece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, em função de tudo isso, apresentar um quadro para que a Comissão Parlamentar de Inquérito tenha informações para algumas perguntas que eu vou fazer na sequência. Isso aqui é um quadro levantado pela investigação e que aponta vários aportes financeiros e as ligações efetivas do depoente, do Sr. Otávio Fakhoury, com algumas personalidades.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (*Fora do microfone*.) – Nem consigo enxergar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí tem Marcos Tolentino, Eduardo Bolsonaro, Helcio, Coronel Elcio, que esteve aqui também, Bruno de Almeida, João Paulo Gomes Vieira, Fabrizio Fasano e outros tantos. As informações bancárias de V. Sa. apontam para uma série de depósitos vultosos na conta de empresas ligadas à comunicação e à disseminação de *fake news* na pandemia e também investigadas por isso. Eu vou lhe mencionar o nome de várias empresas e o valor transferido.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu peço que, se for possível, V. Sa. explique o motivo dos pagamentos – se for possível, claro.

Paytech Intermediação Ltda., um depósito de R$987,5 mil, em novembro de 2020 e abril de 2021 – portanto, em plena pandemia.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador, esse depósito foi para uma *startup*, nada a ver nem com pandemia. Uma *startup*, um negócio privativo também entre duas redes privadas, uma *startup* que não é ligada nem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual foi o depósito?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Novecentos...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Foram dois, três depósitos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De 987,5 mil...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Uma *startup* de tecnologia. Não tem nada a ver com isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia... Entre novembro/20 e abril/21.

João Paulo Gomes Vieira, 140 mil, entre março e junho de 2021.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Um contrato privado de compra de participação na empresa dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nada a ver com a pandemia?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nada a ver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem essa nem a...?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nada a ver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Centro de Estudos da Liberdade, 500 mil, entre março e junho de 2021.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Quinhentos mil?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É 50 mil, melhor dizendo. Desculpe a imprecisão. É 50 mil.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Uma colaboração para um CNPJ, uma entidade. Também não é de mídia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são as informações que o senhor tem dessa entidade?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nada a ver. Também não tem a ver com pandemia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Mas qual é a entidade?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – É uma entidade... Centro de Estudos da Liberdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Centro de Estudos da Liberdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que era importante ele aprofundar sobre isso.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, é importante dizer que eu faço... Uma das coisas que eu expliquei, quando eu entrei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual é o centro de estudos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Liberdade.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... é que eu sou uma pessoa que faz doações de filantropia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aquela liberdade que nós verificamos em 7 de outubro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se fosse o contrário, eu iria me preocupar, mas se é da liberdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aquela liberdade que nós verificamos em 7 de outubro. Em 7 de setembro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aquela lá incomodou muita gente mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – E você no helicóptero... Você lá passeando. (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, defendendo a liberdade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sempre, sempre...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só vamos retomar. Eu acho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Centro de Estudos da Liberdade? Por favor.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é a imagem, a impressão? O que é que o senhor entende dessa entidade, por que...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Uma entidade criada para divulgar e traçar os preceitos da liberdade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode pesquisar essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estamos levantando.

Ministério Evangélico Comunidade Rhema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Essa é a igreja de que minha mãe faz parte. Doação para entidade religiosa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E para Bonnie Starr Lawrence?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Uma missionária que pertence a essa igreja, uma americana.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela... O senhor sabe que ela é negacionista e pregadora antivacina?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi por causa disso?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, nem sei disso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Igreja Internacional do Calvário?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Uma igreja em São Paulo de que eu faço parte, que eu frequento. Doações para entidades religiosas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu posso acrescentar, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eduardo Porcello Goulart...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eduardo Goulart?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perdão; Leandro. Leandro Goulart. Leandro Porcello Goulart.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, pode, sim.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não estou lembrado. Quem é Leandro Goulart?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Não está nesse?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Não está. Não estou lembrado. O que é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não lembra? Mas foi sua empresa que fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Que Leandro Goulart?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A sua empresa não é EPCP Participações Imobiliárias?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – EPCP, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Epof?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Em nem lembro quem é Leandro Goulart.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A sua empresa de participações imobiliárias é Epof?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, mas eu não lembro quem é Leandro Goulart. A minha empresa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Epof Participações Imobiliárias.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor lembra das movimentações de sua empresa?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – São muitas, porque são muitas ligadas à imobiliária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas movimentações grandes o senhor lembra?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Leandro Goulart? Qual o valor, por favor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Leandro Goulart.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não lembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não lembra?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Que valor, Senador, por gentileza? Eu não me recordo dessa movimentação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, primeiro eu gostaria de saber se o senhor lembra...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não me recordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... da transferência da sua empresa de participações imobiliárias para Leandro Goulart.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não me recordo, não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não? Tudo bem. Ele transferiu... Eu acho estranho o senhor não se lembrar de uma transferência de R$24 milhões.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Ah, perdão! Isso eu recebi. Perdão, não foi a transferência. Eu recebi da venda de um apartamento no Rio de Janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a venda de um apartamento?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Venda de um imóvel registrado em cartório, que eu recebi; eu não transferi, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Esse apartamento fica onde?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Ficava, que eu já vendi. No Rio de Janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito. Ficava onde?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – No Rio de Janeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas em qual endereço?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Vieira Souto, 582.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vieira Souto, 52. O valor do imóvel era esse de R$24 milhões?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Exatamente esse, exatamente esse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Foi uma venda de um imóvel. Transação devidamente registrada no cartório de notas e registro de imóveis.

Senador, posso explicar uma coisa para o senhor, por gentileza?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Em toda minha vida, o senhor pode procurar, o senhor vai só encontrar transações lícitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não lembrava, agora eu lembrei. O Leandro foi o comprador do imóvel que a minha imobiliária vendeu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que ficava na Avenida Vieira Souto?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Ficava na Vieira Souto, nº 582.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o valor foi esse de 24 milhões?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Exatamente esse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Foram pagos todos os impostos. E o dinheiro é usado em investimentos imobiliários, inclusive na montagem de um *coworking* que eu estou montando em São Paulo – que é meu principal investimento hoje –, um *coworking* de mídia para influenciadores, jornalistas independentes ou para quem quer que queira alugar, não importa se é de direita, de esquerda ou de centro. Eu tenho um espaço hoje, em São Paulo, para, com três estúdios...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, eu não ouvi direito, desculpe. V. Sa. está montando...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Estou montando um *coworking* em São Paulo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode descrever um pouco mais sobre isso?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Um *coworking*, que é um espaço de escritórios, que tem estúdios e tem espaço de escritório para qualquer pessoa que quiser. É uma locação com serviços.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse imóvel?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, em outro imóvel meu, da minha carteira de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. confirma que é Vice-Presidente do Instituto Força Brasil?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E que o Presidente é o Coronel Helcio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Helcio Bruno de Almeida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que aqui esteve...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e é também um dos investigados desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O instituto também é investigado na CPI no inquérito por disseminação de *fake news* na pandemia. Eu queria fazer algumas perguntas em função disso.

Como o Instituto Força Brasil é financiado, Vice-Presidente?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O Instituto Força Brasil... O Helcio já o tinha de forma informal. Eu... No ano passado, ele me procurou para que... Queria formalizar o instituto e me apresentou os estatutos. Eu combinei, prometi fazer um aporte no instituto para custear, custear o instituto por um período até que ele estivesse operando e estivesse com a captação, estivesse com os membros para que ele pudesse andar por conta própria. Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a pergunta é exatamente...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O custeio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei como o Instituto Força Brasil é financiado, Vice-Presidente?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O custeio desse instituto foi uma colaboração minha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor custeou?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O instituto recebe recursos públicos?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Que eu saiba, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É... Estou com o estatuto aqui até...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO MANSSUR – Pergunte se ele quer o estatuto.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O estatuto ele já deve ter, porque...

O senhor gostaria do estatuto do instituto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu peço que entregue, por favor, à Secretaria da Mesa desta Comissão. Nós já temos, porque, quando o Coronel Helcio Bruno esteve aqui, ele já o entregou à Comissão Parlamentar de Inquérito, mas recebemos com muito prazer.

Qual é a estrutura de comando do Instituto Força Brasil?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O Instituto Força Brasil, a executiva, os executivos que o comandam ficam em Brasília. Eu tinha uma posição institucional em São Paulo, então, eu não participava da gestão de nada ou do dia a dia do instituto. Como eu fico em São Paulo... Ele apenas apresentou a pauta, os objetivos que estão no estatuto, e eu, em concordância com eles, fiz a... Ingressei como Vice-Presidente institucional, que é não executivo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continua...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, mas nós estamos deliberando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor continua, mesmo sabendo que o Presidente...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... quis vender vacina, à qual o senhor é contra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contra!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor continua Vice-Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Levou os representantes da Davati...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não entendi, não entendi. Veja bem: o Presidente desta instituição tentou vender vacina da Davati, tentou ganhar uma ponta lá, está bom? O senhor é Vice-Presidente e aqui disse que não se vacinou, que os seus filhos não se vacinaram, que a sua família não se vacinou, mas o senhor continua com o cara que quis vender vacina?! Vice-Presidente do cara.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o Coronel Helcio confessou aqui...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu vou responder...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que iria sair do instituto.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, nós estamos discutindo isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele disse que não queria mais saber...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, foi...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estão lembrados?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, deixe-me esclarecer...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pediu perdão e tudo... Não, perdão ele não pediu, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas isso faz tempo!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... mas fez autocrítica...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas faz tempo isso! Já deu tempo suficiente até para criar um novo instituto, se quiserem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas foi quem levou os representantes para o ministério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Imagine para sair!

Veja bem: porque aí há uma incompatibilidade, desincompatibilidade de pensamento, não é compatível. Por quê? Se o Coronel... Porque é coronel também, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coronel Helcio Bruno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Helcio Bruno, Presidente do Instituto Força Brasil, e o senhor como Vice-Presidente. Ele quer vender vacina e utiliza as relações que tinha ali, porque foi a facilidade maior do mundo. O cara entrou lá, foi, aconteceu, entrou reverendo, entrou não sei quem... Era uma gama de gente querendo vender 400 milhões de vacinas. O senhor soube disso, é Vice-Presidente desse instituto, o senhor teria que ter dito: "Ó, meu amigo, é o seguinte: ou ficas tu ou fico eu. Nós dois, não dá mais para... A gente discorda".

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Posso responder sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Está dando *tilt* no relacionamento."

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu posso responder sobre isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não, eu só estou perguntando: "O senhor continua lá?". O senhor já me respondeu que continua.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Mas, não, eu respondi para o senhor... Eu quero responder: nós tivemos uma reunião, onde estava sendo deliberado se vai trocar a diretoria toda, se vão entrar pessoas novas e se vai ser extinto. Isso está... Isso que o Helcio lhe prometeu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o senhor acha que ele...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... está em andamento. Está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ele foi vender vacina. O senhor acho isso legal?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não tenho... Só para deixar claro: eu não participava da gestão, e não tem nenhum ato de gestão meu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o senhor é Vice-Presidente do instituto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que continua sendo Vice-Presidente dele?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nenhum ato de gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer algumas perguntas, em função disso.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Estamos tendo a discussão sobre o que fazer com o instituto: se continua, se sai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Sr. Relator, seria bom perguntar ao senhor depoente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... se ele acha que a vacina da Davati é a boa. Ele não acha boa a da Pfizer, a da AstraZeneca e a da CoronaVac. Quem sabe ele pode achar que a da Davati é boa?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que o senhor acha da vacina da Davati? – cujo Presidente do Instituto Força Brasil levou os representantes ao Ministério da Saúde e denunciaram depois, aqui nesta Comissão, que o Governo, através do Diretor da Dlog... Como é o nome, só para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Roberto Ferreira Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Roberto Ferreira Dias, havia pedido R$1 de propina por dose.

Ele lamentou tudo isso, tentou explicar por que levou essas pessoas para negociar, não explicou. Quer dizer, a presença de V. Sa. nessa diretoria – eu não estou querendo, evidentemente, saber disso exatamente – expõe todos os que participam da diretoria, porque a audiência estava pedida pelo Coronel Helcio, que é o Presidente, e V. Sa. é o Vice-Presidente.

Eu peço para botar esse vídeo aí, rapidamente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só para lembrar o que nós perguntamos a ele.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Respeitosamente, qual é a sua relação, Sr. Otávio Fakhoury, com o Coronel Helcio Bruno de Almeida, Presidente do Instituto Força Brasil? Isso é importante para a investigação.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – O Coronel Helcio Bruno então... O Coronel Helcio Bruno de Almeida é um amigo pessoal, que eu já conhecia antes. No Instituto Força Brasil, eu assumi uma função institucional, sem poderes deliberativos, apenas como filantropo que ajudou na iniciação do instituto, e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor patrocinava e o senhor fez que...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... e eu ajudei no custeio para alugar um escritório, para começar a contratar advogados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, já respondeu.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Isso é o custeio. Não tive ato de gestão no instituto.

Em relação à Davati, a essa história toda que eu soube depois... Eu só vim a saber da reunião com a Davati depois que ela aconteceu, até porque eu não fico em Brasília, fico em São Paulo, tenho outra vida, uma vida empresarial, uma vida de trabalho e de outros negócios... Vim a saber depois que ela aconteceu, tanto que não fui citado por nenhum dos depoentes aqui. Eu não conheço nenhuma dessas pessoas que estão envolvidas nessa transação. Não fui citado por nenhum deles. Então, a única colaboração que eu posso dar é dizer exatamente isso que eu estou falando. Não sei mais nada a esse respeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Por que o Instituto Força Brasil, então, fazia tantas publicações que criticavam o isolamento social, o uso de máscaras e as vacinas contra a covid?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – São atos de gestão de quem geria o instituto aqui em Brasília.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ato de gestão...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... das pessoas responsáveis pelo instituto, da gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Das pessoas responsáveis pelo instituto, inclusive do Vice-Presidente.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, eu acabei de dizer para o senhor que eu não tinha ato deliberativo, minha posição era consultiva, figurativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até o custeio quem doava era V. Sa.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, exatamente. Senador, ontem mesmo o senhor mencionou que não tem problema nenhum pedir patrocínio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu pedi patrocínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o gráfico aí, por favor.

Essas aqui são publicações do Instituto Força Brasil, Senador Girão. (*Pausa.*)

Por favor, publicações do Instituto Força Brasil; publicações do Instituto Força Brasil.

Está bom, eu queria fazer algumas perguntas em função disso.

Quem era o responsável por essas publicações, Sr. Otávio Fakhoury?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não sei exatamente quem era a pessoa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe.

Quem definia o conteúdo dessas publicações?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Também não sei, eu fico em São Paulo, Senador. Em relação à opinião minha, eu não quero dar minha opinião a respeito do mérito das postagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já deu, já falou sobre isso.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Em relação a quem opera as redes, eu não sei mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor não sabe quem opera as redes, quem definia o conteúdo nem quem era o responsável pelas publicações.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor é Vice-Presidente, quem pagava o custeio e não sabia nada disso.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador, eu fiz uma colaboração para o Cpac e também não sei quem fez a postagem do Cpac, quem ligou. Eu colaborei pela pauta e pelo objetivo que me foi apresentado. Eu colaborei com o Cpac... Não sei quem colocou na rede social do Cpac uma chamada, quem fez o *e-mail*, quem abaixou a cortina. Com todo respeito, Senador, eu sou um filantropo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O senhor, os senhores, quando recebem doações de campanha também, o doador não vai dizer para o senhor o que o senhor faz com o dinheiro; o senhor decide, a sua coordenação de campanha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas isso é público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, pois é, mas não é o doador que decide. Então, no meu caso é a mesma coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso tudo é público. Eu estou perguntando exatamente sobre coisas do instituto que não são públicas. O meu papel aqui, me desculpe, o meu papel é perguntar.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – E eu respondi com todo respeito ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu vou perguntar... Por que, então, o *site* do Instituto Força Brasil – por que, então, o *site* do Instituto Força Brasil – e suas contas nas redes sociais foram tiradas do ar após a vinda do Coronel Helcio Bruno a esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Mais uma vez, Senador, eu não sei dizer por quê.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou querendo que V. Sa. responda mais do que o que está respondendo. Eu estou satisfeito.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Está certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação de V. Sa. com o ex-Secretário-Executivo Elcio Franco, Coronel Elcio Franco, do Ministério da Saúde?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não o conhece.

V. Sa., ultimamente, financiou alguma atividade do Instituto Força Brasil?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, eu tenho feito apenas as colaborações programadas, que eu tinha programado na combinação inicial e, ultimamente, elas foram cessadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a última?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Foi antes da... A última... Se eu não me engano, exatamente, deve fazer uns dois meses. Eu não tenho exata a data, mas foram cessadas.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, eu queria pedir permissão a V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Sr. Fakhoury, aqui autodenominado Faka... Repare o que ele diz a respeito de minha pessoa: "O fato de o Senador Rogério Carvalho ser médico e saber de tudo isso só torna mais grave ainda o teor de ilicitude e imoralidade de sua conduta, tanto em respeito à mim quanto em respeito à todos que legitimamente questionam as vacinas".

Eu queria aproveitar essa oportunidade, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, e dizer aqui para todos os brasileiros e brasileiras que nos assistem que eu sou médico, formado pela quinta melhor universidade federal do Brasil, que é a Universidade Federal de Sergipe, mestre, doutor, especialista pela segunda melhor universidade do Brasil, que é a Unicamp. Fui médico fiscal do Conselho Regional do Estado de São Paulo, sou professor da Universidade Federal de Sergipe e sou médico sanitarista. Tudo que a gente tem ouvido sobre vacinas, sobre ser contra as restrições impostas e a criação de um tal de isolamento vertical, que era só uma forma de romper o isolamento social porque este grupo de empresários, de médicos, como Osmar Terra e outros, do gabinete paralelo queriam que os trabalhadores fossem ao trabalho de qualquer forma – certo, Sr. Relator? –, e isso produziu o Presidente que disse que era uma gripezinha, o Presidente que disse que não era coveiro, o Presidente que disse que era contra vacina, o Presidente que estimulou o uso de medicamentos ineficazes comprovadamente, o Presidente que fez propaganda de medicamentos, o Presidente que enganou o povo brasileiro e que levou a quase 600 mil mortos no Brasil.

Eu quero dizer que esta CPI tem que ter um compromisso com a verdade, tem que ter um compromisso com a ciência, com o que é produzido pela academia. E, portanto, Sr. Relator, nós estamos diante aqui de um caso que precisa ser bem registrado. Nós estamos diante de uma pessoa que patrocinou, que difundiu e que defendeu que a população fosse exposta ao vírus, exposta a um risco, exposta a um grau de letalidade estabelecido do vírus e, portanto, pessoas que foram conduzidas ao risco de morte e à morte.

Porque, veja, em saúde pública – é importante que todos os brasileiros saibam –, a informação que é veiculada se transforma em comportamento, e as pessoas podem ter um comportamento de maior ou menor risco. Quando o Presidente da República diz que é para aglomerar, diz que é uma gripezinha, se coloca contra o isolamento social, se coloca contra a vacina, não compra a vacina, questiona a qualidade das vacinas, e pessoas financiam esse tipo de prática, estão estimulando um comportamento de risco na sociedade e colocando a vida de milhões de brasileiros em risco.

Portanto, Sr. Relator, eu queria aqui deixar claro que aqui estão todas as manifestações dele contra a minha posição, a posição de quem defende a vida e que tem como lema a defesa da vida, patrocinada e feita pelo – vou deixar com V. Sa., que é o Relator – inquirido do dia de hoje, que tem que responder pelas suas manifestações públicas, que, com certeza, interferiram – interferiram – no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamento da sociedade e levaram milhares de pessoas a se exporem e irem à morte por conseguinte.

Muito obrigado pelo tempo de V. Sa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Minha solidariedade.

Vou me encaminhando para a reta final do interrogatório.

Eu havia perguntado ao depoente se o depoente financia o Instituto Força Brasil. Eu já obtive algumas perguntas com relação ao financiamento inicial, ao custeio. Perguntei se continua financiando o Instituto Força Brasil.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – E eu disse que não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Disse que não. Eu peço para mostrar aí o quadro de aportes do instituto. (*Pausa.*)

Não. Não é esse quadro, por favor. Não é esse quadro, por favor. (*Pausa.*)

Não é esse quadro, por favor. É este quadro aqui. (*Pausa.*)

Infelizmente, eu lamento a imprecisão novamente aí da...

É este quadro aqui que eu queria passar ao conhecimento de todos, que tem a relação dos últimos aportes feitos pelo Sr. Otávio Fakhoury ao Instituto Força Brasil. Eu perguntei há pouco, e ele disse que não continua. O último aporte, de R$80 mil, é de junho de 2021 – R$80 mil, junho de 2021.

Em função disso, eu queria fazer também algumas perguntas.

Junho de 2021, ou seja, continua. Junho de 2021.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não. Eu falei que eu tinha encerrado isso durante o período da... Acho que um pouco antes de ele vir aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos aqui...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Junho a... Faz três meses, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... um quadro com o detalhamento. O financiamento do instituto continua.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – De junho para outubro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer algumas perguntas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, eu acho que esse questionamento seu é importante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse questionamento do Sr. Relator me parece...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Olha aqui o quadro afinal, afinal veiculado aqui pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse seu questionamento é muito importante, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O último ali somando R$55.279 com R$25 mil, no mês de junho de 2021: R$80.279,24. Portanto, continua.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Então, nesse sentido, Sr. Relator, só perguntando: o senhor continuou financiando o Instituto Força Brasil até junho deste ano? Suspendeu em junho, é isso?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Se eu não me engano, suspendi em junho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor suspendeu em junho o financiamento. Só para registrar: após o início dos trabalhos desta...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu declarei em junho ou julho mais ou menos, não foi exatamente ligado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Para registro, Sr. Presidente e Sr. Relator: após o início dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e após o depoimento do Coronel Helcio Bruno, Presidente do Instituto Força Brasil nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nesta Comissão, como havíamos colocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como registro complementar, pra dizer que a CPI tem papel fundamental no esclarecimento de fatos de que a sociedade não tinha conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Portanto, eu queria saber, vice-presidente, por que o Instituto Força Brasil, que não tem oficialmente nenhuma atuação no campo da saúde, foi responsável por levar a Davati ao Ministério da Saúde, compartilhando agenda obtida para o instituto no ministério.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Primeiro, só para completar – eu vou responder sua pergunta, Senador –, primeiro, para completar, a interrupção da colaboração foi justamente porque nós decidimos, como foi mencionado aqui até pelo Helcio, pelo Coronel Helcio, suspender as atividades. E ele tinha colocado aqui que ele pensava em sair do instituto. Então, foi concomitantemente a esse período, se eu não me engano.

De novo...

Agora a sua pergunta: eu não tenho conhecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Instituto Força Brasil não tinha nenhuma relação com o campo da saúde.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Novamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que marcou audiência...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não tenho conhecimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...no ministério e por que, no dia da audiência, levou os representantes da Davati...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não... Eu não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...Dominguetti e Cristiano?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não sei dizer porque eu não tenho conhecimento disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não tem conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas essa é só uma questão que V. Exa. pode, no trabalho, tentar mostrar a associação desse instituto com as *fake news...* Por fazer *fake news* no período da pandemia, esse instituto pode ter um prestígio muito grande junto ao Ministério da Saúde, não é, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como o instituto conseguiu, portanto – aceitando a ponderação do Senador Rogério –, como o instituto conseguiu agenda com Elcio Franco?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não sei responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor também não sabe responder.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que o instituto teria a oferecer aos SUS, especialmente durante a pandemia?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu entendo que o senhor deva fazer essa perguntas... A resposta... Eu não participei, eu não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tudo bem, só é dizer que não sabe, que não teve conhecimento, não participou.

O SR. ANTONIO MANSSUR – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem. Estou com a palavra? (*Fora do microfone.*)

Ao Sr. Relator, eminente Senador Renan: o cliente, o depoente, já afirmou várias vezes que não tem nenhum ato de gestão, ele é vice-presidente figurativo em razão do que ele prestou de auxílio financeiro a esse instituto. Ele não tem atos de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k., o.k., está feita a questão de ordem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é demais ele responder que não tem?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já foi feita a questão de ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou querendo que ele responda mais do que isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora, eu queria aqui deixar claro que o Senador Relator tem total liberdade, na condição de Senador no exercício pleno das suas prerrogativas parlamentares, de fazer o questionamento que lhe aprouver. Portanto, fica claro, está definido.

Por favor, com a palavra o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É só dizer "não sei", "não participei, só para lembrar ao Sr. Relator".

O senhor sabe qual seria o motivo que o representante do instituto iria tratar nessa reunião com Elcio Franco, que acabou levando a Davati?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Não sei, não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não tenho conhecimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nada de mais nisso! Estamos fazendo uma conversa aqui absolutamente respeitosa, e longe de mim a tentativa de prejulgar, de incriminar o Otávio, nada, absolutamente.

Como a Davati chegou ao Instituto Força Brasil?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Também não tenho conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem conhecimento.

O senhor não sabe que pessoas apresentaram a empresa americana ao instituto, ao representante, ao Dr. Elcio?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Também não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Que tipo de acordo ou acerto – é provável que também não saiba, mas eu devo perguntar – o Força Brasil firmou com a Davati...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Também não sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...pra que encaminhasse aos seus representantes? Também não conhece?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não tenho conhecimento de nenhum acerto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas vezes os representantes do Instituto Força Brasil – também gostaria de saber, se for possível – estiveram no Ministério da Saúde?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu só sei pela informação que eu vi, assistindo aqui ao depoimento dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Segundo o depoimento dele, uma vez.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Eu peço pra colocar o vídeo. Já estou praticamente encerrando, tá?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, sobre isso: o que é o Awake Brasil?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu vou explicar para o senhor: são dois perfis administrados por pessoas, terceiros, que são responsáveis pelas suas próprias postagens. O Awake e o... São dois que o senhor mencionou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São dois.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Verdade dos Fatos e Awake. Inclusive os detentores já vieram a público. O patrocínio a que eu me referi aí é que o instituto serviu como *host* para os *sites*, se não me engano, no servidor deles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Mas pelo que me foi informado, não houve colaboração financeira do instituto com as pessoas responsáveis por esses perfis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, por favor: quem criou o Awake?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – As pessoas já vieram a público, se eu não me engano. Eu não sei se... Eu preciso lembrar, mas foi divulgado na internet. Eu não tenho exatamente o nome, mas está em público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. O senhor sabe como é financiado?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é – se tem ou não tem, se o senhor sabe – a relação do Instituto Força Brasil com o Awake?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Até onde eu sei, a relação é essa que eu acabei de explicar para o senhor: eles foram... o instituto serviu de *host* – hospedeiro – para os portais, para os perfis, digamos assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Por favor, qual é a relação do Instituto Força Brasil com o *site* Terça Livre?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não sei de nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sabe se tem relação?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Que eu saiba, não tem relação, mas não tenho certeza para dizer. Até onde eu sei, não tenho relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então não sabe se tem relação. Mas V. Sa. confirma que financia também, faz doações ao Terça Livre?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca fez?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O que eu posso ter feito com o Terça Livre é uma assinatura daquela revista mensal, que é assinante, que é R$5 ou R$10 ou R$20 por mês, e já talvez tenha colaborado com algum *superchat* de R$50 a R$100 durante... Mas eu não sou colaborador financeiro do Terça Livre.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a relação de V. Sa. com o *site* Crítica Nacional?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O *site* Crítica Nacional é de propriedade do jornalista Paulo Eneas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Propriedade do...? Desculpa...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O *site...* O portal Crítica Nacional, de propriedade do jornalista Paulo Eneas, é um portal com que eu já colaborei no passado, durante algum tempo, e já não colaboro mais faz um bom tempo também. Ele já tem financiamento próprio. No começo eu ajudei, e hoje ele tem financiamento próprio, já tem as suas fontes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, muito obrigado.

V. Sa. confirma que o Instituto Força Brasil dá apoio ao *site* Verdade dos Fatos?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O que eu confirmo é que até onde eu sei, era permitido que ele colocasse o seu portal no servidor. Foi informado a mim que não há apoio financeiro. É o que me foi informado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, Presidente, e agradeço a presença do depoente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem, antes de V. Exa. suspender para o almoço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Também se tivesse não teria problema, porque seria um ato lícito.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues. Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Otávio, na preliminar, o senhor disse que tem família, que tem filhos, que tem esposa.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor sabe que eu também tenho, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor sabe que eu também tenho filhos. Dois. Gabriel e Thaís.

O senhor saiba que eu também sou avô, tenho um neto chamado Antônio Gabriel.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não sabia disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois bem. Eu estou lhe comunicando agora. Porque o respeito que o senhor pede à sua família, eu acho que o senhor deveria ter aos outros Senadores e à família dos outros Senadores.

O senhor é autor não só de ataque... Dos ataques. Eu não vou falar aqui como o Senador Fabiano Contarato fala, porque não é o meu lugar de fala, mas o senhor é autor de ataques... Por favor, dá para colocar aí?

O senhor é autor desse tipo de ataques a mim, veja lá. Temos aí? Temos aí?

Então, não é o meu lugar de fala, Sr. Otávio, mas o senhor começou aqui falando de família. O senhor tem que começar a aprender a respeitar a família dos outros também. Esse é um dos ataques. Vamos ao outro, que o outro é melhor. Ou o outro é pior.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse é um dos ataques que o senhor reproduz. O outro ataque, Senador Humberto, é o seguinte: "Gazela? Você está falando de Randolfe?" Twitter seu, postado em 23 de janeiro deste ano, Senador Renan.

Então, só para lhe dizer uma coisa, repito, não é o meu lugar de fala, não é meu lugar de fala, mas... O senhor pode me atacar como quiser, como Senador da República, à vontade, é seu direito de expressão, de opinião; agora, como o senhor começou esse depoimento pedindo respeito à família, o senhor deveria respeitar a família dos outros do mesmo jeito. O senhor devia aprender a respeitar os outros.

Esse tipo de ataque aí, esse tipo de ataque aí, isso daí não é ataque político não.

Sr. Presidente, eu requeiro que sejam incorporados aos autos, além da queixa aqui prestada pelo Senador Fabiano Contarato, esses ataques, direcionados pelo Sr. Otávio Fakhoury, para eventual representação ao Ministério Público.

Eu desejo muito que o respeito que o senhor pediu à sua família, o senhor tenha pela família dos outros também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Nós temos aqui várias questões que poderíamos citar, mas, por exemplo, causar epidemia mediante propagação de germes patógenos, infração de medida sanitária preventiva, vários crimes em que nós poderíamos ter aqui enquadrado o senhor Fakhoury, mas essa é uma questão para o Relator, no momento oportuno. Eu também quero deixar aqui as dez mensagens ofensivas do Sr. Fakhoury em relação à minha pessoa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Pode pedir para ver se tem contra mim também?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E também vamos pedir para que todos aqui... Na verdade, nós estamos diante de uma pessoa que...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Faz um pacote só...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... porque ele deve ter botado mensagem contra todo mundo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou suspender por 45 minutos, Sr. Presidente, a reunião.

Agora são 13h35min, voltaremos às 14h25 – 14h30, para ser mais exato. Às 14h30 a gente retorna aos trabalhos.

Obrigado.

(*Suspensa às 13 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 40 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando a oitiva do Sr. Otávio Fakhoury, peço para a Secretaria conduzir o depoente para nós retomarmos a inquirição. (*Pausa.*)

O depoente está ao toalete. Vamos aguardar um instante até o seu retorno para nós retomarmos o depoimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Designo, na ausência do Relator Renan Calheiros, até a sua chegada... Designo, provisoriamente, *ad hoc* o Senador Humberto Costa como Relator temporário dessa Comissão Parlamentar de Inquérito até o retorno do Sr. Senador Renan Calheiros, Relator dessa CPI.

V. Exa., inclusive na qualidade de Relator *ad hoc* por enquanto, tem a palavra por 15 minutos para inquirir o depoente.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Otávio Fakhoury, seja bem-vindo ao Senado Federal.

Eu queria começar dizendo que, se todos os depoentes que aqui vieram agissem como o Sr. Otávio Fakhoury, nós já teríamos apurado tudo que precisamos apurar, porque, apesar de ele ter recebido um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, ele aqui defendeu tudo que ele fez, todas as suas ideias, como uma espécie de mártir do bolsonarismo. Só que, na verdade, ele confessou uma série de crimes. Vai diminuir muito o nosso trabalho. Isso é a minha visão.

Mas eu elogio a firmeza de V. Sa., diferentemente de outros que aqui estiveram que ficaram negando tudo.

Bom, e por que eu estou dizendo isso? Porque V. Sa. é investigado por várias razões, não é? Por exemplo, é investigado, no Supremo Tribunal Federal, no inquérito dos atos com pautas antidemocráticas; naquela organização digital criminosa, não é? Teve recentemente a sua conta no Twitter suspensa em razão de uma decisão judicial do STF no inquérito das *fake news*, embora V. Sa. continue ativamente publicando nas redes sociais. E aqui foram dados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Parece um desocupado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É.

Foram dados vários exemplos.

Bom, eu tinha algumas perguntas para fazer e vou tentar fazê-las. Eu vou tentar fazê-las aqui.

Bom, primeiro já ficou claro que ele financia *sites*, plataformas, influenciadores digitais... Ele já declinou que faz, não é?

Ele disse realmente que já financiou uma vez o Terça Livre, do Allan dos Santos, com R$90, esse financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu pergunto: quando o senhor faz esse financiamento se restringe às contas que o senhor tem aqui no Brasil? Ou o senhor tem lá fora, tem empresas *offshore* em paraísos fiscais? Sim ou não?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Apesar de entender que não faz parte do âmbito da CPI, no meu entendimento, vou responder sua pergunta. Como eu expliquei no começo da minha fala aqui, eu morei em Nova York, trabalhei lá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, o senhor tem empresa lá?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Trabalhei por seis anos lá. Eu auferi renda no exterior.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – E com essa renda eu constituí empresa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Declarada...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É só porque eu só tenho 15 minutos.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não... Mas eu vou dar a resposta inteira.

Constituída...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu vou ter que pedir mais tempo para o Presidente.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não... Constituída dentro da legislação do país onde está, com declaração ao Banco Central e ao Imposto de Renda.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tá. Meu tempo ali está contado errado, viu, Presidente? Eu não falei cinco minutos ainda, não.

Então, o senhor tem, não é?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu perguntei isso e tem a ver, porque muito do financiamento de *fake news* vem de empresas *offshore* lá de fora.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não das minhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vêm do exterior. Não estou dizendo que é o seu caso, mas estou dizendo que eu tinha que perguntar por essa razão.

Essas empresas são todas declaradas no Imposto de Renda, não é?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Todas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Todas. Muito bem.

Qual é a sua relação pessoal e empresarial com Steve Bannon?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não conheço Steve Bannon.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Steve Bannon, aquele ideólogo...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, eu o conheço pelas redes sociais...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... da extrema-direita americana...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... mas não o conheço como pessoa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que pegou uma propina na construção daquele muro entre os Estados Unidos e o México.

Não conhece...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não o conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... essa figura, não?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nunca estive com ele e não o conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tá.

Por que a empresa Retour Ativos está em liquidação?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Perdão?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A empresa Retour Ativos pertence a V. Sa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não estou recordando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não estou me recordando de qual o senhor está falando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, sem problema.

Eu acho que já ficou claro, e V. Sa. aqui falou muito bem, inclusive, daquelas empresas que são vinculadas.... Empresas, não; os *sites* que o IFB hospeda. Primeiro, é muito estranho. E eu daria um conselho a V. Sa., que na verdade já financia ou já financiou o Instituto Força Brasil, é vice-presidente, e todas as matérias que foram mostradas aqui de negacionismo, de ataques à vacina, V. Sa. disse que não tinha conhecimento.

Eu faço uma sugestão, talvez o advogado de V. Sa. devesse fazer também, que uma pessoa não pode assumir a responsabilidade de ser vice-presidente de uma instituição, financiar essa instituição e poder ser acusada dos crimes que o Instituto Força Brasil cometeu e continua cometendo, inclusive, naquela tentativa de vender por preço superfaturado, pagando propina, vacinas que na verdade não existiam.

O senhor conhece os integrantes do gabinete do ódio Filipe Martins e os demais?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não. Eu desconheço a existência de um gabinete do ódio. Pra mim isso é um meme, é uma piada. Mas o senhor perguntou do Filipe Martins, conheço o Filipe Martins.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É seu... O senhor o conhece?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Conheço ele antes da... Antes da...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só para retificar o depoente, gabinete do ódio é inclusive como ele se autointitula, segundo o inquérito da *fake news* que está compartilhado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que ninguém é obrigado a concordar com a designação, naturalmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito, mas é como eles se autointitulam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é uma denominação que foi dada aqui. Está no inquérito definitivo a partir das interceptações telefônicas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, veja o meu tempo aí, Presidente.

O gabinete do ódio, então, o senhor não conhece.

Mas o senhor conhece o Sr. Paulo Eneas, não é?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele mora num apartamento da propriedade do senhor?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Ele... ele... Sim, ele é inquilino do apartamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele paga ao senhor um aluguel?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele paga um aluguel ao senhor, não é uma coisa graciosa, não é?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não. Tem um pagamento, uma compensação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor sabe que ele é o dono do chamado Crítica Nacional.

Inclusive, no seu depoimento na Polícia Federal, o senhor disse que já financiou o Crítica Nacional, mas que, agora, o senhor faz parte do grupo de aconselhamento editorial do Crítica Nacional.

Vou dar uns exemplos aqui do que faz o Crítica Nacional. Por exemplo: "Estudo mostra que máscaras oferecem pouca proteção contra o vírus chinês"; "Vírus chinês, uma falácia do espantalho, a pseudoquestão da vacinação obrigatória"; "Tratamento precoce versus vacinação, o medo induzido venceu a racionalidade"; "Vacina contra a covid pode afetar fertilidade masculina, segundo o estudo da Universidade de Miami"; "Instituto Força Brasil responde à matéria da *Época*...".

E por aí vai...

Veja, o senhor é do conselho... da comissão de aconselhamento disso aqui.

O senhor não tem conhecimento nem responsabilidade por nada disso aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, responsabilidade não, porque o conselho...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem concordância?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Se eu estou ciente, eu posso dar minha opinião dentro do conselho.

Eu, recentemente, nem tenho dado opinião mais, porque eu tenho estado ocupado.

Apesar do Senador Aziz ter falado que eu sou um desocupado, eu refuto essa declaração...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu sei, mas eu quero...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu preciso repor aqui algumas coisas da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – ... fale para ele, não fale em meu nome não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... verdade aqui, não é?

Primeiro, essa questão das vacinas, o senhor aqui também emitiu informações que não correspondem à realidade.

As quatro vacinas que hoje são administradas no Brasil, todas elas tiveram a terceira fase feita no próprio Brasil. Então, V. Sa. está propagando uma ideia que...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, o que eu li é que foi dispensada a terceira fase, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... não corresponde à realidade.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Foi dispensada a terceira fase.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, foi dispensada para aquelas que viriam.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Era Covaxin, era a Sputnik, mas todas as outras tiveram a fase III aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – A terceira fase, nos Estados Unidos, vai terminar em 2023 só, de todas elas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Assim, para V. Sa. saber.

Outra coisa, diferentemente do que V. Sa. pensa, sabe, por exemplo, a matéria que saiu hoje no jornal *O Globo:* "... 94% das internações no Hospital Raul Gazzola, no Rio de Janeiro, hoje, são de pessoas que não se vacinaram".

"Que não se vacinaram", 94% de quem se internou lá. É mais um dado para complementar essa informação de que a vacina realmente protege, ela tem resultado.

O senhor também está aí respondendo a um inquérito por querer fechar o Supremo Tribunal Federal, por querer retirar de lá os Ministros.

Eu tenho aqui, por exemplo, uma conversa entre o senhor e o ex-Deputado Roberto Jefferson:

> Parece que o Governo ia editar uma MP. Essa MP deveria ser editada pelo Presidente para que ele pudesse, na sequência, convocar o plebiscito.
> [Mas] Eu entendo que é uma coisa bem difícil a cassação dos ministros. Seria essa outra proposta que você mencionou que também tem suas dificuldades, que precisa ter apoio das Forças Armadas para que possa ir adiante e... não sei como.
> Que nesse grupo, a gente tá discutindo uma saída plebiscitária. Seria uma proposta de um plebiscito para dissolver a alta instância do Judiciário, né....

Então, V. Sa. está sendo investigado por estar atentando contra o Estado democrático de direito no nosso País. Isso é muito grave. Eu agrego a isso o fato de que V. Sa. defendeu a imunidade de rebanho. A tese da imunidade de rebanho, que é tese científica.

"Por sinal, funcionou pra mim e pra minha família toda. O tratamento precoce funcionou muito bem. Todos se curaram sem vacina. Portanto, vá procurar a fronteira do Brasil com o México e pare de espalhar mentiras". Isso foi dirigido a mim. Não vou nem levar isso aí em consideração. "A maioria das pessoas é imune ao vírus da covid".

Então, é aquilo que eu falei: o Dr. Fakhoury aqui confessou diversos crimes, Presidente. Agora, o senhor sabe o que acontece, Presidente? É que, talvez estimulados pelo Presidente Bolsonaro, eles acham que vão ficar impunes – vão ficar impunes. Todos eles acham que vão ficar impunes.

Eu queria lembrar ao nobre depoente que o Deputado Daniel Silveira, que tinha imunidade parlamentar, que usou o seu mesmo argumento de defesa da liberdade de expressão, está preso – está preso –, vai ser cassado... A própria Câmara dos Deputados autorizou a prisão dele. O Sr. Roberto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jefferson, que é presidente do partido do qual o senhor faz parte, está preso, por atentar contra a liberdade e a democracia no Brasil. Dizem que o Vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro está em pânico, porque pode ser preso – o filho do Presidente. Dizem por aí que ele pode ser preso.

Então, todos os que vêm aqui deveriam ser alertados. E eu vou alertá-lo pra o que é que pode acontecer, já que o senhor quer ser um mártir do bolsonarismo, não é?

O senhor foi um dos que mais foi acusado de ter cometido crimes durante a pandemia, além de ter assacado contra a honra de muita gente. O senhor se apresentou sem máscara, sem distanciamento social, apareceu naquele videoclipe ali tirando a máscara para dizer que era o machão, não sei o quê, que não é atingido pela doença...

O Código Penal, no seu art. 132, diz o seguinte, quando se tratar de crime de perigo para a vida ou para a saúde de outrem: "Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto ou eminente: Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave". Quando o senhor não usa máscara ou manda as pessoas não usarem máscaras, o senhor está cometendo uma infração de medida sanitária preventiva, art. 268: "Infringir determinação do poder público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa".

Quando V. Sa. propaga o uso de medicamentos sem eficácia contra a covid-19, o senhor incorre, por exemplo, no crime de epidemia, art. 267. Eu estou parecendo até o Fabiano Contarato aqui:

> Art.267: Causar epidemia, mediante a propagação de germes patogênicos: Pena - reclusão, de dez a quinze anos. [Dez a quinze anos].
> §1º - Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dobro. [Com certeza, muita gente morreu porque foi nessa conversa mole de usar esses medicamentos]
> [...] No caso de culpa, a pena é de detenção, de um a dois anos, ou, se resulta morte, de dois a quatro anos.

Publicidade enganosa, sair dizendo: "Ai, tome cloroquina, tome não sei o quê, que é bom. Eu fiquei bom. Eu não me vacinei, tomei cloroquina, minha família toda adoeceu e eu estou vivo aqui, eles também".

Crime de publicidade enganosa. Código de Defesa do Consumidor, arts. 67, 68 e 69:

> Art. 67. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva: Pena - Detenção de três meses a um ano e multa.
> Art. 68. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança - Pena: detenção de seis meses a dois anos [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o senhor financia *sites*, canais e manifestos que propagam *fake news* sobre a pandemia, como o uso do tratamento precoce, o senhor se torna participante de diversos crimes. Perigo para a vida ou saúde de outrem, crimes de epidemia, crime de publicidade enganosa, tudo isso terá que responder.

O senhor é um dos alvos dessa investigação do inquérito do STF que investiga *fake news* e uma campanha de difamação contra o Congresso Nacional e o STF. Sabe onde é que o senhor vai ser enquadrado? Na nova Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, dentre os quais tem como crime a tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito. Penas de quatro a oito anos – quatro a oito anos! Além do fato de que V. Sa. está enquadrado lá no processo do Supremo como integrante de uma organização digital criminosa, e isso pode levar a uma reclusão de três a oito anos.

Eu sei que as redes sociais bolsonaristas o devem estar botando lá no céu: "O nosso mártir! O nosso mártir!", está lá no céu. Mas o senhor tem que se lembrar de que o senhor vai ter que responder a isso, a tudo isso. E o senhor está pensando que aquele Relator que estava aqui de manhã vai aliviar pro senhor? Vai não. E quando isso bater lá no Supremo, Ministério Público, em todos os lugares, lá na ONU – que nós vamos lá –, em todos os lugares, vai sobrar pro senhor alguma coisa.

Então, embora eu elogie aqui a sua coragem, o seu compromisso ideológico com essa maluquice que é esse bolsonarismo no nosso País, V. Sa. está se arriscando bastante.

Foi excelente o seu depoimento, porque V. Sa. confirmou tudo aqui que nós queríamos saber e confirmar.

Eu só lamento que V. Sa. venha fazendo parte, faça parte de um projeto que V. Sa. podia pelo menos avaliar. Eu vejo que V. Sa. é uma pessoa preparada, inteligente, um empresário de sucesso e está associado a um projeto que está destruindo o Brasil e que nos colocou numa tragédia sanitária com 596 mil pessoas mortas! O que hoje no Brasil nós estamos vendo é desemprego, é inflação para o pobre, é fome, é gente correndo atrás de osso jogado fora por supermercado! É este o Governo que o senhor ajudou a construir e apoia! Um Governo onde, no País, nós temos mais de 13% de pessoas desempregadas, um Governo que atenta contra a liberdade, contra a democracia, que só comprou vacina para poder atender à população brasileira porque o povo pressionou e esta CPI cobrou!

Então, mais do que uma inquirição, eu quero lhe fazer um aconselhamento, diferentemente do que V. Sa. faz ao Instituto Força Brasil e ao Crítica Nacional: faça uma autocrítica, faça uma autocrítica, negue, quando for à Justiça, boa parte disso que o senhor aqui confirmou, porque, senão, o senhor vai ser condenado. E talvez, apesar de rico, poderoso, termine acontecendo com o senhor o que aconteceu com o Deputado Daniel Silveira: cadeia!

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor... Pois não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É meu direito!

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu gostaria de...

O SR. ANTONIO MANSSUR – Sr. Presidente, pela ordem? (*Pausa.*)

É seu direito, eminente Senador. Acontece que, com a devida vênia, o senhor acusou e condenou ao mesmo tempo por todos os dispositivos legais da legislação brasileira! Ele vai responder no foro apropriado, que é a Justiça...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E o senhor...

O SR. ANTONIO MANSSUR (Para expor.) – Que é a Justiça, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele vai! E eu tenho certeza de que a Justiça...

O SR. ANTONIO MANSSUR – Sim. Agora, o senhor acusou e condenou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não vou discutir com o senhor não.

O SR. ANTONIO MANSSUR – Não, nem eu quero discutir com o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não vou discutir com o senhor, não.

O SR. ANTONIO MANSSUR – É que o senhor acusou e condenou!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor não é o depoente. O senhor aconselha... O senhor devia ter dado a ele o conselho para ele negar tudo isso...

O SR. ANTONIO MANSSUR – Eu dou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Era isso que o senhor devia fazer...

O SR. ANTONIO MANSSUR – Eu dou os conselhos que a minha profissão e a minha consciência determinam...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem. Então, também não se meta na minha!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO MANSSUR – Não, eu não estou me metendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, doutor... Doutor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, não dá isso, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Isso aí é uma questão que o senhor vai discutir na Justiça, não aqui.

O SR. ANTONIO MANSSUR – É na Justiça, claro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não aqui...

O SR. ANTONIO MANSSUR – Agora, não é aqui que acusam e condenam...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Otávio Fakhoury.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Eu só vou deixar claro, Senador, que a Procuradoria-Geral da República já se manifestou sobre o meu Twitter, sobre os meus comentários.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Não houve nenhum inquérito?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Mas é o inquérito das *fake news*, que é o que analisa as postagens...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor responde também na CPI das Fake News...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Com licença. Senador, por gentileza, posso continuar?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Pode, claro.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, o parecer foi favorável. Eu só não posso mostrá-lo aqui, porque ele é em caráter sigiloso, mas, se o senhor solicitar ao Ministro Alexandre, tenho certeza de que ele lhe concederá o acesso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor sabe informar a quantos inquéritos o senhor responde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Que eu saiba, só este 4.781 e talvez um novo que eu ainda não vi... Uma citação a mim neste 4.874...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o inquérito dos atos antidemocráticos.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Esse foi arquivado, esse foi arquivado com relação à minha pessoa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É. O 4.828 foi arquivado.

Então, primeiro, eu considero o problema da pandemia um problema mundial. Eu não consigo imputar a diferença de culpabilidade ao Governo daqui em comparação com qualquer Governo do mundo.

Em relação ao número de vacinados, o Brasil é um dos primeiros, é um dos primeiros – quatro ou cinco – em número de vacinados. A vacina chegou, as vacinas chegaram ao Brasil, e eu acho que o Governo fez o certo em trazê-las, porque tem que oferecer à população – já falei isso anteriormente. Eu não sou contra a existência, a aplicação e o oferecimento de vacinas. Então, essas vacinas foram trazidas no momento em que foi possível trazer – acho que foi em janeiro que chegaram. A primeira vacina oferecida no mundo foi em dezembro ou em novembro, dezembro, em Londres. Então, demorar um mês ou dois pra chegar aqui não é demorar muito, perto do tempo que levaria pra chegar.

Então, eu não vejo, a minha opinião... Aliás, eu estou sendo julgado aqui pelas minhas opiniões, essa é a minha maneira de enxergar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, o senhor está sendo ouvido aqui...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu estou sendo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... porque o senhor difundiu ideias falsas que comprometem o enfrentamento à pandemia da covid-19.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em relação ao Senador Fabiano Contarato, também foi sua opinião?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Foi uma brincadeira de mau gosto, e eu já pedi e me retratei com ele. Eu me retratei com ele e, se necessário, eu presto mais esclarecimentos a ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E as outras agressões aos outros Senadores?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Excelência, eu só preciso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Seria bom retirar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E as agressões aos outros Senadores?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Ah, Senador... Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As agressões ao Presidente desta CPI?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, o pedido de desculpas, Senadora, meu, ele envolveria a retirada de uma mensagem que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As agressões ao Presidente da CPI?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Tudo retirado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu não ouvi...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, eu preciso continuar agora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não, eu não ouvi. Eu não ouvi.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, Senador, gostaria de continuar a minha resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas eu não ouvi. Aí eu estou perguntando o seguinte: em relação à agressão ao Presidente da CPI...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... em relação à agressão ao Vice-Presidente desta CPI, em relação à agressão aos outros Senadores, qual a manifestação de V. Sa.?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Que agressão aos outros Senadores? Perdão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A minha eu mostrei aqui antes do intervalo; ao Presidente da CPI, ele tem aí em mãos.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador, eu vou continuar respondendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas eu quero que o senhor responda antes.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Em relação ao Senador Omar Aziz, eu já me coloquei aqui: eu não o conhecia.

Então, eu vou continuar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor colocou o quê?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Já coloquei pra ele: eu não o conhecia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, não o conhecia.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não o conhecia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, não o conhecendo o senhor o ofendeu?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora que o senhor o conhece, o senhor não o ofende mais.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, eu apenas disse que eu não o conhecia. Só isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu fico feliz com sua valentia.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, é apenas que eu não o conhecia.

Eu gostaria de continuar respondendo.

Eu acho que eu não sou o único... Se eu ofendi alguém, eu acho que eu não sou o único que ofende. As ofensas, hoje, elas têm de todos os lados. Existe a Justiça, e eu já me senti ofendido uma vez pelo Senador Humberto Costa, e fui à Justiça. Então...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perdeu, não é?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, está em segunda instância.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, sim, mas perdeu na primeira instância.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Normal, normal. É em segunda instância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a outras pessoas, eu já cheguei... Eu já consegui reverter decisões em segunda instância. Então... Inclusive de um Deputado que me ofendeu também no Twitter e foi condenado em segunda instância. Mas isso é uma questão privada, e o senhor tem todo o direito, Senador Randolfe, se o senhor se sentir ofendido de ir à Justiça; questão de calúnia, injúria e difamação, todo o direito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós vamos fazer muito melhor do que ir para a Justiça.

Eu peço, Sr. Presidente, o compartilhamento do que foi denunciado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito por linguagem de ódio ao inquérito de *fake news* que consta no Supremo Tribunal Federal sob a lavra do Ministro Alexandre de Moraes, tanto a denúncia feita aqui pelo Senador Fabiano Contarato, quanto as agressões a todos os Senadores. Que junte-se, antes do relatório final, aos autos de inquérito de *fake news* sob a lavra do Ministro Alexandre de Moraes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será feito isso, Senador.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Só terminando.

Em relação ao Senador Contarato, eu gostaria de declarar que eu não possuo nenhum preconceito com relação a opção sexual. Tenho hoje como amigo no PTB, São Paulo, o Secretário-Geral, que é meu amigo pessoal, que é o Deputado Douglas Garcia...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, quem é o próximo inscrito? – por favor, Presidente.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Quero deixar claro isso para todos vocês.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Eu. (*Pausa.*)

Sou eu, Presidente? (*Pausa.*)

Sr. Presidente, senhores colegas Parlamentares...

Sr. Otávio, eu vou começar pelas suas últimas colocações aqui em relação a processos e ameaças. O senhor faz muita referência, por exemplo, à liberdade de expressão, mas também o senhor costuma, nas redes sociais, por exemplo, não apenas ameaçar, mas entrar com vários processos em relação a internautas. O senhor não acha isso contraditório não?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Isso não faz parte do inquérito, mas os processos que eu entrei foram...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, fazem parte do inquérito, porque eu estou tratando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... de ação penal privada, elas não fazem parte desses aqui... São ações privadas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, veja bem, eu estou tratando... O senhor propaga nas suas redes sociais *fake news* referentes à pandemia. O senhor, na verdade, as suas redes sociais são infestadas de manifestações negacionistas, não é? E aí, portanto, a gente está tratando exatamente nesse sentido. E a gente percebe claramente, fazendo um levantamento das suas redes sociais, que o senhor não admite, por exemplo, em várias das situações, ser contraditado. O senhor ameaça logo que vai entrar na Justiça ou até mesmo entra com processo na Justiça.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Somente com calúnia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, nem sempre por calúnia, não é?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Calúnia e difamação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vários internautas aqui, na verdade, são ameaçados cotidianamente nas redes sociais pelo senhor em relação a posicionamentos...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Com licença, só uma colocação. Você declarar que tem intenção de ir à Justiça é direito de todo cidadão. Quem se sente ofendido tem direito de ir à Justiça. Se eu declaro que tenho... Isso não é uma ameaça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, o senhor tem direito, inclusive, de entrar com processo, absolutamente. Eu estou colocando é exatamente a sua contradição, porque o senhor sempre argui a sua liberdade de expressão.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu entendo, eu entendo, Senadores, que os senhores tenham interesse em me intimidar. Eu não vim aqui para intimidar os senhores...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, eu não estou lhe intimidando.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... não vim aqui para criar caso, vim aqui para responder às perguntas. Eu tinha *habeas corpus* para não falar nada, e eu estou falando, entendeu?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, mas aqui ninguém está lhe intimidando; ao contrário, Sr. Otávio. O senhor, nas redes sociais, na verdade, é uma pessoa extremamente brava. As colocações que o senhor coloca, que o senhor posta nas redes sociais são colocações até muito ofensivas, então o senhor parte para cima. Aqui o senhor está meio... Não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais... Ainda muito arrogante, mas está mais diferente do que o senhor é nas redes sociais. E isso, na verdade, precisa ser registrado.

Eu pergunto ao senhor: a sua opinião, por exemplo, sobre a vacina CoronaVac, especificamente, que o senhor criticou bastante, continua, mesmo depois das fases por que a vacina passou e da aprovação pela Organização Mundial da Saúde?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu preciso avaliar. Eu não sei, preciso ler as novas informações. As últimas que eu tive, elas são negativas em relação à CoronaVac.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor hoje então continua contrário às vacinas?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Até ontem, pelas informações que eu recebi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Porque as suas postagens...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não às vacinas; eu sou contrário a eu aplicar na minha família uma vacina que ainda não está devidamente testada até o fim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Os seus filhos ainda...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – À obrigação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não precisa dizer a idade – eu tenho muita preocupação em relação aos familiares –, mas os seus filhos são ainda menores, têm menos de 18 anos?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Todos, todos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E o senhor pretende não vaciná-los?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu pretendo aguardar o término dos testes para decidir. Eles são muito pequenos. Tem os pequenos, que estão numa faixa de menor risco; todos eles tão na faixa de menor risco. Então, eu pretendo aguardar o final dos testes.

Eu tenho amigos, por exemplo, que estão com medo de tomar a vacina da Pfizer por causa dos casos de miocardite que aconteceram nos Estados Unidos. Não estou dizendo que deve ou não deve, estou dizendo que são questionamentos que se fazem, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você tem comparativamente esses percentuais, Otávio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu tenho os dados do....

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Quando você pega o percentual de eficácia comparativamente a esses casos... Porque, aliás, toda a pesquisa científica mostra claramente a sua eficácia, o seu percentual de eficácia.

Então, na verdade eu não vou nem dar muito espaço para você e fazer esses questionamentos porque você fez uma postagem que é muito criminosa. Você faz uma postagem, por exemplo, de uma pesquisa feita pelo Poder360 que fala... Aliás, admoestando as pessoas que mesmo após vacinadas, sobretudo os idosos, porque a eficácia em idosos naturalmente é menor do que em pessoas mais jovens... E aí você coloca os casos como se fossem de forma geral. E o que você tem aqui, por exemplo, na pesquisa do Poder360? Ela fala que a quantidade de mortes, no volume de pessoas que ela pesquisou, 98% dessas mortes aconteceram exatamente em pessoas idosas, ou seja, você se vacina, mas você precisa continuar usando a máscara, você precisa garantir minimamente um certo isolamento para você ter naturalmente menos chance de contrair de fato essa doença. Mas você faz na verdade uma confusão para a sociedade brasileira, Otávio.

Eu vi no início aqui da sua exposição que você é uma pessoa ainda muito jovem, a gente percebe que financeiramente uma pessoa bem-sucedida, que estudou em grandes escolas, você tem conhecimento do Brasil e fora do Brasil e você não usa isso para o bem do Brasil, Otávio. Eu quero dizer aqui uma coisa para você: que todos nós aqui somos vítimas do "gabinete do ódio". O "gabinete do ódio" foi criado para destruir a reputação das pessoas, destruir a vida da gente, como se a gente na verdade fosse as pessoas da vala comum. E você na verdade não apenas dissemina a informação mentirosa, *fakes* que a gente está colocando aqui. Eu tenho dezenas aqui para ler pra você se você na verdade quiser me contraditar.

E além disso, a gente percebe, pelas informações que nós recebemos aqui do Relator, apresentadas aqui, você financia também.

Eu te pergunto: você tem informação? Você sabe que o *site* da Força Brasil está fora do ar? Por que está fora do ar?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É, eu já tinha respondido essa pergunta, mas eu desconheço a existência de um "gabinete do ódio" da forma que vocês, que os senhores estão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Otávio, pelo amor de Deus, não subestime a nossa capacidade de raciocínio.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu gostaria de ter a palavra, por gentileza, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, eu lhe dou a palavra, mas nem tanto, porque o meu tempo realmente é muito pouco. Mas pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – A senhora fez muitas colocações, e eu gostaria de responder essas colocações.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Deixa eu finalizar, então, os meus questionamentos, e aí depois você faz... Faça as anotaçõezinhas aí e você me responde.

Eu te pergunto a tua opinião sobre a rede Prevent Senior. Você divulgou nas redes sociais agora... Agora, já, recentemente, depois de toda a denúncia apresentada – cobaias humanas; algumas famílias inclusive estão ganhando na Justiça ressarcimento porque foram enganadas. Essas famílias tiveram seus familiares morrendo lá, e era de covid, e não tiveram na verdade a informação, o que é seríssimo. Alguém pode dizer: "É, sim, mas morreu". Morreu, mas se ele morreu sem saber que era de covid, como se deu esse velório? Imagine as pessoas que podem ter ido na verdade para esse velório e ter sido contaminadas. E eu queria saber de você se você continua com a mesma opinião que você divulgou aqui nas redes sociais, fazendo toda uma defesa do trabalho da Prevent Senior e declarando a importância, por exemplo, desse tratamento que foi adotado pela Prevent Senior. Sua opinião não mudou?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Minha opinião...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora tem certeza disso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Está aqui. A gente só acredita, Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que ele respondesse sobre isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... depois que a gente lê, porque eu lhe digo assim, com honestidade: a gente vê algumas coisas que você fica estarrecida. A pessoa questionar, por exemplo, o uso de máscara! Me desculpe, isso é criminoso, Otávio. Isso de fato é criminoso, não é?

A sua opinião sobre a Prevent Senior continua a mesma?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Posso responder inteira a pergunta?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, me responda...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu gostaria de não responder "sim" ou "não".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu não posso te dar tanto tempo, porque senão eu não termino de questionar.

Então, vá anotando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria a sua posição sobre a Prevent Senior. Se você continua, na verdade, com a sua mesma posição acerca da Prevent Senior.

E quero finalizar porque, na verdade, o nosso tempo, de fato, é muito pequeno. Eu queria me solidarizar aqui com as pessoas que acabaram sendo vítimas, na verdade, dessas *fake news* que são apresentadas e estão aí expostas ainda nas redes sociais.

Outra coisa: você pediu aqui perdão para os Parlamentares, para os Senadores que o senhor ofendeu. Não apenas peça desculpas, não; vá lá no seu Twitter e retira isso, porque isso é terrível, isso é avassalador, isso tem a ver com a vida dos seus familiares. As pessoas entram lá na internet e vão ver, na verdade, você fazendo esse tipo de propagação. Como eu disse, nós temos hoje toda uma legislação em torno disso. E a legislação é clara, inclusive com prisão.

Aliás, você está coberto de razão quando você diz que você poderia ficar calado aqui. O Supremo Tribunal Federal, que você tanto critica e que você tanto abomina, este Supremo Tribunal Federal lhe assegurou o direito de ficar calado e até de não ser preso. Talvez, se não fosse o Supremo, você até poderia ser preso hoje aqui nesta CPI. O Supremo que você, na verdade, rejeita e que você, na verdade, critica.

Eu quero te dizer, Otávio, você é um jovem e você, como eu disse, é uma pessoa financeiramente bem aquinhoada. E você falou inclusive o nome de Jesus, que é a favor da vida. Jesus era tolerante. Em nome de tudo isso, eu quero te dizer: não some para o "gabinete do ódio" neste País. Neste Brasil, infelizmente, hoje as redes sociais são um terreno onde as pessoas entram ameaçando a vida das pessoas.

Veja, eu tenho aqui as publicações de pessoas que são associadas inclusive ao "gabinete do ódio", e são posições avassaladoras. Elas ameaçam de morte as pessoas, elas questionam as pessoas. Liberdade de expressão não pode ser guarida para a apologia ao crime; liberdade de expressão não pode ser guarida para a violação de direitos fundamentais, como está assegurado na nossa Constituição Federal. Nós levamos décadas para chegar de fato ao que a gente chegou hoje no Brasil. Agora existe, de fato, uma grande diferença: a minha liberdade de expressão acaba quando eu coloco em xeque, quando eu coloco em dúvida a segurança do outro. Eu não tenho, na verdade, essa liberdade assegurada, quando eu coloco em xeque o questionamento e a vida dessas pessoas.

Então, eu queria que você me respondesse. Quero aproveitar esses quatro minutinhos ainda para você me responder e eu poder aproveitar melhor meus 15 minutos.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Mas eu posso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois não, Otávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu vou responder, primeiramente, sobre a suposta existência de um "gabinete do ódio". Gostaria de narrar como essa estória – com o "e", não história – toda começou, como que começou a invenção em relação a mim. Eu posso dizer fatos em relação a mim.

Em 2019, eu estava reunido com um grupo de pessoas para discutir política. Esta reunião foi... O grupo que nós montamos, no WhatsApp, que combinou essa reunião foi vazado para um jornalista, o Felipe Moura Brasil, que escreveu um artigo dizendo que existia uma estrutura de comando, todo mundo se falava, e se recebiam ordens de alguém do Planalto para difundir calúnia e difamação em relação às pessoas, e que eu seria um financiador de tudo isso.

Isso virou matéria, essa matéria virou uma CPI, e essa CPI foi compartilhada com o Supremo Tribunal e virou um inquérito. Esse inquérito foi aberto, sofri duas buscas e apreensões; meu celular, eu dei inclusive com a senha, Senador, porque eu realmente tinha certeza de que não tinha cometido nenhum ilícito. Ninguém me pagou, ninguém me mandou, ninguém me deu ordem, e eu não dei ordem pra ninguém nem paguei ninguém pra difundir nenhum tipo de informação. Então, meu telefone foi levado, e a Polícia já concluiu isso. A Procuradora-Geral da República concluiu isso, tanto que pediu em parecer a devolução da minha conta e o arquivamento do artigo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim, Otávio, mas só pra eu entender uma coisa: você está dizendo que você não integra o gabinete do ódio...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Estou dizendo que eu desconheço a existência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... ou você está justificando que não existe gabinete do ódio?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu estou dizendo que, até onde eu enxergo, eu não vi isso, primeiro. E, se existe, eu não faço parte. Eu não vi a existência disso, eu não vi ninguém pagando pessoas pra fazer a difamação de outras.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, você não pode ser vítima... Isso você pode dizer: que talvez você não seja vítima, porque você não sabe o que é a dor de ser vítima do gabinete do ódio.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não sou juiz. Eu não sou juiz pra dizer se existe ou não. Eu estou dizendo que eu não vi, com as pessoas com quem eu conversei, indícios disso. Na minha maneira de ver... E eu nunca... Do meu lado já ficou provado, pelas coisas que eu demonstrei, pela quebra de sigilo e tudo mais.

Eu sei que existia isso. Na época do Governo do PT isto existia: existiam MAVs, 2 mil pessoas numa sala recebendo ordens – isso foi relatado, inclusive acho que pelo Gilberto Carvalho ou pelo Rui Falcão, não sei quem foi que relatou isso numa entrevista –, pagamento de dinheiro da Secom a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

blogues, tinha lá uma lista... Quer dizer, mas também nunca foi criminalizado dessa forma. Isso é só uma parte.

Então, em relação a isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E me responda – eu só tenho um minuto –: sobre a Prevent, a sua opinião continua? A Prevent Senior.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Em relação à Prevent... Eu conheço pessoas que foram tratadas na Prevent que foram bem tratadas e foram salvas. Tem pessoas que eu conheço, uma pessoa ou outra, que não sobreviveu, uma pessoa com muitas comorbidades, mas a grande maioria das pessoas que eu conheço e se trata na Prevent é satisfeita com o trabalho. Só isso, essa é a única opinião que eu tenho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Quando você fala de ataque covarde à Prevent Senior, o que você quer dizer com isso?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É porque eu acho que você fazer acusações sem a pessoa se defender... É isso. Esse é o meu entendimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ataque a quem? Se defender como? As pessoas morreram!

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É o meu entendimento, é a minha opinião, Senadora. Eu entendo que a minha opinião desagrada aos senhores, eu entendo que alguns se sintam ofendidos. Eu não vim aqui para afrontar os senhores, mas também não vou me furtar a dizer que, neste momento, o que nós estamos discutindo aqui é a liberdade de a pessoa ter opinião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não é liberdade não, é ação criminosa. Há uma diferença grande.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou dizer uma coisa: liberdade de opinião não é subjetiva, amigo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só pra finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... ela está na Constituição. A Constituição te dá o livre arbítrio de falar, mas não é bem assim. Você não pode fazer apologia a crime, você não pode fazer apologia a uma série de coisas.

Você fez apologia a algo que está comprovado cientificamente que não ajuda a salvar vidas. Que você está aqui falando que concorda com isso... Tudo bem, nisso aí você vai responder a processo, mas você chegar aqui e dizer que tem desconhecimento do "gabinete do ódio" e que os outros é que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, Sr. Otávio... Deixe-me dizer uma coisa pra você. Eu sou cristão também. Eu sou filho de palestino e de uma italiana e sou cristão, como o senhor disse que era – não sei se é. Mas procure na minha rede social se tem um tuíte meu ofendendo uma pessoa. Procure! Você vai ver, o seu cristianismo não é o meu; o seu é só ódio. O senhor é... O senhor tem ódio. O senhor tem ódio no coração, porque o senhor não procura saber se a pessoa é aquilo, o que é que aconteceu, está certo?

Então, essa sua posição... Mesmo que o senhor seja, como disse o Senador Humberto, um mártir para o bolsonarismo, para nós... O senhor está sendo aqui investigado por esta Comissão, iremos fazer o relatório. Mas para a gente ser um cristão de verdade, praticar o cristianismo, não basta você ajudar a igreja, ajudar um pastor, uma pastora; não é só isso. O senhor tem que praticar isso com amor. E um dos ensinamentos Jesus é o que ele fala, ensinou a qualquer cristão: atire a primeira pedra quem não errou, quem não cometeu algum deslize.

Então, você fala da boca pra fora, mas no seu íntimo o senhor é uma pessoa que tem ódio no coração. Tire esse teu ódio! Vai ser melhor pra você. Você perde muito tempo expelindo ódio pelas redes sociais, e isso aí não é bom. Você pode contribuir com o Brasil, com seu trabalho, pode contribuir com instituições, pode fazer o que o senhor quiser. Isso é um direito seu, o dinheiro é seu, faça o que o senhor quiser. Agora, pratique o bem. Se o senhor não concorda com a vacina...

E aí eu vou ao querido advogado, que tem uma experiência – segundo um ministro outro dia disse: "Olha, as pessoas com cabeça branca têm uma experiência...". O senhor se vacinou?

O SR. ANTONIO MANSSUR (Para depor. *Fora do microfone*.) – Vacinei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor se vacinou. Um homem experiente. Não é nenhum leigo. Um homem formado, que tem uma vida toda de trabalho, está vacinado. Está do lado dele, mas está vacinado.

Então, aqueles que se vacinaram, Sr. Otávio... O senhor disse: "Não, é bom, se vacine". Se o senhor não quer se vacinar, isso é um problema seu. Agora, o senhor propagar isso para a sociedade brasileira, para as pessoas que acreditam no Presidente da República... Porque o seu discurso não é diferente do discurso do Presidente Bolsonaro. O senhor pode até dizer que não tem relações, que não conhece, mas é a mesma coisa, é o mesmo discurso.

Então, o que o Senador Randolfe falou aqui é que o relatório... Lógico que vai constar. E eu disse ainda há pouco, eu disse: "Olha, pelo menos esse aqui está aqui falando que falou isso mesmo". Pior: eu vi aqui ministros, vi aqui ministro de Estado, que serve a esse Governo, falar coisa e dizer: "Não, não foi bem assim. Escreveram errado, retira".

Então, veja bem, essas coisas... Por pior que seja a mensagem que o senhor está passando, que nós acreditamos que é uma mensagem ruim – eu tenho o direito de divergir das mensagens que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor passa –, eu estou lhe dizendo: tire o seu ódio. O senhor prega o ódio, e quem é cristão não prega o ódio, prega amor. Não há uma postagem sua... O seu Instagram não é contra mim só não ou contra o Randolfe ou contra Contarato ou contra a minha família que o senhor posta, sem conhecer. O senhor sabia que eu e minha família não somos réus em lugar nenhum, nunca fomos denunciados, coisa que o senhor já foi? O senhor é réu, eu não sou. O senhor é réu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem... Os processos não começam aqui não, no Supremo. Tem vários aqui que me mandaram.

Tem uma história. Então, veja bem, o cidadão... A gente não joga pedra nos outros para não receber pedra de volta. Mas eu quero lhe dizer uma coisa, Sr. Fakhoury, pare de ser odiento na rede social e transmita amor, porque isso vai fazer bem para o seu espírito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Presidente, eu quero finalizar dizendo aqui o seguinte...

Eu queria pedir a V. Exa. que V. Exa. me assegurasse só mais um minuto, considerando aí o tempo.

Aqui, o Faka, que é o nome que ele usa nas redes sociais, questiona, por exemplo, a vacina. Ele diz o seguinte: "Olha, a cloroquina atrapalha a venda de vacinas". Então, assim, o senhor critica vacina, mas, ao mesmo tempo que o senhor critica a vacina, nós estamos aqui investigando o seu envolvimento, através do instituto, na compra de vacinas em relação ao Dominguetti. Lá, aquela possível compra lá, que a gente conseguiu obstruir – não é? –, de 400 milhões de doses, R$1 por vacina.

E quero também dizer para o senhor, finalizando aqui a minha fala, em nome do que o Presidente Omar coloca, que o senhor é uma pessoa que é bem financeiramente. Se o senhor, na verdade, ou alguém de sua família contrair o vírus, com certeza o senhor vai ser tratado e cuidado no melhor hospital do Brasil. O senhor talvez tenha aí acesso à UTI aérea para ser transportado de forma imediata para o melhor hospital do Brasil e fazer o atendimento e o tratamento à altura, com grandes médicos no Brasil. Mas a sua realidade, como a realidade nossa aqui dos Senadores, é a realidade da minoria absoluta da população brasileira. A maioria não tem acesso ao sistema de saúde. E a saúde pública ainda é muito defasada.

Quando o senhor usa as suas redes sociais para questionar, por exemplo, o uso da máscara e fazer o incentivo à aglomeração, o senhor, por tabela, está mandando o pessoal se contaminar mesmo! Quando o senhor coloca... E o senhor chegou a postar, por exemplo, aqui, a questão da imunidade de rebanho, que o senhor estaria numa situação mais ou menos parecida, porque também teve o vírus. A imunidade de rebanho mata as pessoas. Como o próprio nome já diz, é desumano. A imunidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rebanho que não mata é aquela que as pessoas alcançam de forma rápida pela vacina. Pela contração... Contraindo a doença, é empurrar as pessoas para a morte.

E te dizer, Otávio, que, quando alguém chegou para Jesus e perguntou para ele qual era o maior de todos os mandamentos, ele disse: "Olha, o maior de todos os mandamentos é o amor. Ama a Deus acima de todas as coisas e o teu próximo como a ti mesmo". A essência do cristianismo é o amor. A principal mensagem do evangelho de Cristo é o amor, não é o ódio. Se você defende o cristianismo, meu irmão, defenda o amor e se aparte, por favor, desse gabinete do ódio, porque você está contribuindo para a destruição da reputação de várias pessoas no Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Só para colocar. Eu concordo com muitas das coisas que a senhora falou em relação ao amor, em relação a ajudar o próximo. Eu posso não ter falado isso de forma muito clara aqui para os senhores, mas o que eu já efetivei na minha vida e as pessoas a quem eu já pude ajudar nunca querendo nada em troca... Essas pessoas conhecem e sabem que não existe, da minha parte, outro desejo a não ser ajudar o próximo.

Minhas opiniões são divergentes das dos senhores. Não sou médico. Não pretendo que as pessoas me obedeçam, me sigam por ter capacidade, porém eu sou um cidadão com opinião. Na minha casa, Senadora, todo mundo... Do mais alto ao mais baixo, eu cuidei de todo mundo que eu pude. Faço, como a senhora falou... Tenho o dom da caridade, igual...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, use o dom da caridade para orientar as pessoas para o bem, para o certo: para usar máscara, para evitar aglomeração.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai querer mudar a opinião dos outros agora?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Assim, inclusive...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O que o senhor faz...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Inclusive, não vou sair daqui com ódio de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... não é liberdade expressão, Sr. Otávio; o que o senhor faz é uma ação criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Senador Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

O Senador Luis Carlos Heinze não vai falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deixa ele falar, então, Presidente. Se ele quer falar, pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vai falar?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou falar. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem certeza?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Apareceu o primeiro bolsonarista.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, vamos embora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje... Se fosse ontem, estava cheio. (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, nós estamos aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou, desde de manhã, aqui esperando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Menos, Presidente. Menos, Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores...

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar você, Otávio, pela sua postura, pelo que você está fazendo. Você faz parte de uma legião de mais de 50 milhões de brasileiros que foram às ruas para dizer que não concordavam com o que acontecia no nosso País.

A questão da corrupção acabou da forma que se via.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor. O que tem aqui são narrativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso Geddel e tantos outros, o dinheiro saía direto; Petrobras, fundos de pensão, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Federal, tudo que tinha – tudo que tinha... São bilhões, bilhões de reais e bilhões de dólares. Então, isso a gente não está ouvindo mais.

Um Governo sério, Governo compenetrado. Quando eu vejo colega aqui falar negativamente, eu quero apenas dar uma colocação: em 2019, 644 mil novos empregos; com toda a crise que o mundo inteiro passou em 2020, nós tivemos 142 mil novos empregos; em 2021, já acumulados até agora 2,2 milhões de empregos, e prevendo também o crescimento. O próprio crescimento do PIB... PIB negativo... PIB não. O crescimento da inflação no tempo da Dilma, negativo; já no tempo do Michel, positivo; e, com o Bolsonaro, da mesma forma. Então, esse é o Governo, Otávio, que a gente apoia com muito orgulho, porque estamos de cabeça erguida.

E não vemos gabinete do ódio aos milhões de brasileiros que foram as ruas em todo País, quando diziam que era para derrubar Supremo, nada. Estavam lá as pessoas cantando o Hino Nacional, cantando hinos de Igreja, Senador Girão. Foi isto que a gente viu no Brasil inteiro: pessoas pacíficas. Onde diziam lá que teria metralhadora, com arma, pessoal atirando, não tinha ninguém. Foi tudo pacífico. Isso foi no Brasil inteiro, de norte a sul.

E chegando hoje próximo ao número de 295 milhões de doses de vacinas distribuídas em todo o Brasil; esse é o ponto positivo. Nós teremos, deveremos ter, até o fim do mês de outubro, praticamente toda a população vacinal vacinada com duas doses de vacina – 320 milhões de doses. E teremos também, Senador Jorginho Mello, a vacinação dos jovens de 12 a 18 anos. Seguramente, até o final de outubro, princípio de novembro, também os jovens – que vão ser 36 milhões de doses, Senador Girão – estarão vacinados também.

Então, não se está negando a ciência. Esse é um trabalho do atual Governo, que, até esse instante, já gastou mais de R$15 bilhões com as doses de vacina. Ninguém nega a vacina. Queremos as vacinas, sim; queremos tratamento, sim. É isso que nós fizemos, é o que o Governo está fazendo até esse instante.

O Governo Bolsonaro liberou, no ano passado, para as prefeituras do Brasil inteiro, para os Governos estaduais do Brasil inteiro, para os hospitais filantrópicos do Brasil inteiro, o Pronampe das micro e pequenas empresas, o auxílio emergencial pra 67 milhões de brasileiros, quase R$300 bilhões. Isso fez com que a economia não recrudescesse tanto. A queda do PIB, no ano passado era para ser 10% negativo – foi 4%. Por que foi 4%? Pelas ações do Governo, que fez com que o Brasil ficasse diferente.

O Brasil superou, nesta quinta-feira, 20.404.701 pessoas recuperadas. É um dado positivo. Eu lamento, sim, as 595 mil mortes. Lamentamos as mortes, não aplaudimos as mortes, como tem alguém... No dia em que chegamos a 500 mil mortes, pessoas foram às ruas para comemorar 500 mil mortes. Eu não vou, lamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, dessas pessoas, eu quero agradecer aos médicos, aos enfermeiros, aos fisioterapeutas, aos psicólogos, aos bioquímicos, a todas e todos aqueles que, de uma certa forma, fizeram a sua parte no combate a essa pandemia.

E o Brasil, com 212 milhões de habitantes, tem 6,9 vezes menos casos de infectados do que os Estados Unidos da América do Norte. Grande exemplo para todo o mundo. Com 21,4 milhões de casos ativos de covid, o Brasil tem praticamente a metade dos casos ativos dos Estados Unidos, que hoje apontam 43 milhões de casos ativos. Já a Índia está com 333 milhões de pessoas infectadas. É assim que se faz uma divulgação séria, comparando dados reais e estatísticos sem o viés político.

Infelizmente, Sr. Otávio, V. Sa. está vendo aqui as eleições de 2022, que, desde o início desta CPI, já tinham um destino: PDT com candidato, PT com candidato, PSDB com candidato, PMDB com candidato, todos, todos contra quem? Contra um candidato que é o que nós apoiamos: Jair Messias Bolsonaro.

Assim é que se faz uma divulgação séria. Não é gerando pânico na população – porque males podem ser resolvidos –, fazendo com que uma boa parte pense que estamos em meio do caos e que a população esteja desamparada. O Ministério da Saúde tem exercido papel relevante na condução de programas de enfrentamento da covid-19. Estamos agindo com consciência, salvando muito mais pacientes do que uma boa parte dos países ditos de primeiro mundo. Ninguém quer negar nada.

Senador Girão, V. Exa. viu, nesta CPI, que nós tivemos dois cientistas: Francisco Cardoso, de São Paulo, e Ricardo Zimerman, do Rio Grande do Sul. O que os colegas de CPI fizeram? Se ausentaram, não queriam ouvir. Agora, as pessoas que aqui trouxeram, a Dra. Luana e a Dra. Natalia Pasternak e a outra doutora, Jurema, não trataram nenhum paciente. Agora, são vistas como autoridades, excelências. Ontem, foram citados, inclusive, aqui cientistas. Cientistas são aqueles que estão fazendo o que nós estamos dizendo aqui. A Medicina ainda não domina o completo entendimento dessa doença e tampouco possui manual de procedimentos que seja mundialmente condensado, mas aqui reitero a necessidade de respeito aos princípios de atribuição dos médicos que estão salvando vidas no Brasil e no mundo. A sua liberdade de reposicionar medicamentos, assumindo as devidas responsabilidades, é uma premissa que deve ser considerada.

Nesse sentido, trago aqui a nota de esclarecimento do Conselho Federal de Medicina que veio à público no último dia 28 de setembro. Nessa nota de esclarecimento, fica claro, Senador Girão, por parte do Conselho Federal de Medicina, que a edição do Parecer 4, de 2020, não guarda relação de sincronia e concordância ou qualquer outra ação medida do Ministério da Saúde.

Além disso, tal manifestação não visa à recomendação do uso de qualquer tipo de medicamento contra a covid-19. O foco do parecer é a autonomia do médico e do paciente, delegando a ambos, em comum acordo, baseado em suas prerrogativas constitucionais, a decisão sobre qual tratamento deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser realizado, sejam aqueles que se negam a adotar quaisquer medicamentos, sejam aqueles que vislumbram a possibilidade de ganhos com o uso de medicamentos reposicionados. Esse é o conteúdo da nota de esclarecimento do Conselho Federal de Medicina.

Vejo aqui falarem dos negacionistas. Pesquisas sérias... Ontem citei uma de um pesquisador que foi destratado aqui e detratado no mundo inteiro: Didier Raoult. Mostrei o trabalho que ele fez com hidroxicloroquina, deixei aqui, estava aqui na CPI, fiz menção ontem, trabalho sério de pesquisa publicada numa revista médica nos Estados Unidos.

No entanto, como falam aqui em gabinete do ódio, o que eu estou vendo é que se negam a fazer o que a Índia está fazendo, o que a China está fazendo, o que vários países africanos estão fazendo e que aqui, no Brasil, muitos, milhares de médicos de norte a sul estão fazendo. Isso nós estamos vendo.

Pesquisa, citei ontem e refiz aqui de novo. Imagine... O Dr. Cadegiani, o Ricardo Zimerman, que enfrentou, nesta semana, parece-me que uma inquisição lá no meu Estado do Rio Grande do Sul. Eles o demitiram do Hospital da Brigada Militar porque ele fez pesquisa, salvando vidas, com um medicamento que é comemorado no mundo inteiro – no mundo inteiro –, registrado na China, registrado na Índia, tem registro na África do Sul, e, inclusive agora, nos Estados Unidos. E aqui, criminosamente – criminosamente... O senhor, que é advogado, criminosamente, nós temos aqui o quê? O Conep divulgando informações falsas – falsas!

Sim, Sr. Senador, a pesquisa de Manaus. Desafio V. Exa., que é médico, ou os outros médicos desta CPI ou quem quiser: debatam, façam a inquisição com eles ou o que fizeram ontem com o dono da Havan, que esteve aqui ontem questionado por duas horas, Jorginho Mello, de como é que foi a questão da mãe dele, um martírio em cima do caso da mãe dele. Por que não debatem com exaustão, Senador Girão, o caso de Manaus, que matou 22 pessoas com dose letal? Ninguém quer saber disso, uma dose letal. E quatro outras pesquisas no mundo, Recovery, Coalition e o caso da *The Lancet*... A *The Lancet* já citei aqui.

Fui via de meme, questão de meme, por quê? Porque eu citei, senhor depoente, uma empresa de uma atriz pornô financiando uma pesquisa em Harvard, 17 países...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – De novo isso?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... 672 hospitais, 93 mil pacientes. Pesquisa fraudulenta e destratada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bota um gravador aí.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aí eu não posso falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sobre a presença da Mia Khalifa, todos nós estamos aqui advogando há muito tempo. (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Respeito, Sr. Senador! Respeite! Eu nunca falei Mia Khalifa, eu falei de uma atriz pornô. Agora, digam vocês... Digam vocês...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador, vamos manter o foco.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Surgisphere é o nome da empresa – Surgisphere.

Agora eu pergunto, Sr. Senador: que interesse teria essa empresa em financiar uma pesquisa bilionária, publicar na maior revista médica do mundo, que se retratou, a *The Lancet*? Quem teria interesse? Seguramente a *big pharma* ou alguém que não tem interesse em medicamentos reposicionados, baratos, tratamentos baratíssimos. Aqui foi levantado, nesta Comissão, que nós que defendemos esse tratamento, Girão, estaríamos por trás de um... Ivermectina, cloroquina, azitromicina, Anitta e outros medicamentos... Que comissão? Agora quem defende o remdesivir, de R$17 mil, outros medicamentos de R$4 mil, R$5 mil, R$10 mil, que só riquíssimos podem pagar... Seguramente alguém tem que explicar que interesse tem.

No mercado das vacinas, que deve ser próximo de dezenas de bilhões de dólares, o próprio caso que nós temos, o caso Fauci nos Estados Unidos – vocês vão ouvir sobre esse caso Fauci e a repercussão que se dará em cima de interesses... Como dizia o finado Leonel Brizola, da minha cidade de São Borja: "Os interesses em cima dessas questões". Isso é o que existe hoje, mas, infelizmente, a CPI não quer verificar.

Aqui falam em assassinato de reputações. O que aconteceu na *Folha de S.Paulo*, criminosa... Até hoje estou esperando o direito de resposta. "Senador bolsonarista fazendo *lobby.*" Que *lobby* eu fiz? Daqui desta CPI, vazaram informações – vazaram. Até hoje, eu não soube quem foi que vazou. Vazou daqui. Que interesse teria? Infelizmente, é isso que nós estamos vendo.

Então, senhor, prazer em tê-lo conhecido. Vamos seguir na luta. O Brasil é diferente graças ao trabalho que a gente fez para que o Brasil fosse diferente. Faço isso por convicção.

E, quando falam que o Brasil não tem jeito, não tem rumo, hoje a iniciativa privada acredita: 74 leilões, Senador Jorginho Mello, nos Estados brasileiros; já tem mais de 80 bilhões sendo investidos em obras de norte a sul do Brasil, em ferrovias, rodovias, hidrovias, portos, aeroportos, enfim, e pontes. Isso está acontecendo. E, seguramente, até o ano que vem, mais de R$200 bilhões serão investidos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um Governo sério, que tem foco, que tem direção e não tem corrupção dos "geddeis" da vida, daqueles milhões que existiam nas malas. Vocês não ouvem mais falar disso.

Esta CPI faz narrativa tentando achar a descoberta de 20 milhões de doses, porque não foi comprada uma dose, não foi pago R$1. Aqui ficam meses discutindo esse assunto. Então, esse é o caso concreto. É importante a sociedade brasileira ter que ouvir, mas infelizmente alguns meios de comunicação se negam a reconhecer que isso existe e que esse é o Brasil que nós estamos querendo, que esse é o Brasil que eu sonho para os meus filhos, para os meus netos, para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Heinze.

Sr. Otávio, o senhor só tem 50 segundos. O senhor quer falar?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Não tem problema. É suficiente.

Agradeço ao Senador Heinze pelas colocações. Prazer em conhecê-lo também.

Só deixando clara novamente a minha posição contra a obrigatoriedade da vacina. Eu entendo que ser contra a obrigatoriedade não coloca a vida de ninguém em risco. Quem se sente em risco vai lá, toma a vacina e se imuniza. E quem não quiser tomar... Quem toma, em tese, estaria protegido daquele que não toma. Então, essa é a minha forma de entender.

E outra coisa que eu queria deixar claro: eu acabei de verificar novamente e eu não sou réu em nenhum processo criminal, não consto como réu em nenhum processo criminal.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sr. Otávio.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sra. Presidente, só uma preliminar. É importante lembrar do caso do Geddel, que foi no Governo Michel Temer, que, se eu não me engano, foi quem fez aquela cartinha para o Presidente. É importante também dizer que talvez os escândalos tenham mudado de nome, agora é: rachadinha, Precisa Medicamentos, VTCLog... Mudou de nome, Senador Humberto, mudou de nome. Davati...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – VTCLog veio de vários governos. VTCLog começou no governo do PT, vários governos. Não é de agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No Governo Temer, realmente, no Governo Temer. Foi bom o senhor...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, antes o Governo Temer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com o Ministro Ricardo Barros.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor, foi muito antes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Começou com o Ministro Ricardo Barros, no Governo Temer.

Mas, enfim, está agora no Governo... Inclusive, ela virá aqui, na terça-feira. Seria bom sua inquirição, Senador.

Sr. Otávio, V. Sa. admite, reconhece ter financiado, ter apoiado, ter aposto valores financeiros para *sites* e para o Instituto Força Brasil?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Acredito que eu já tenha respondido a essa pergunta, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não. O senhor poderia responder para mim?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu acredito que eu já respondi. Eu lhe pediria a gentileza, se possível, de remeter às notas taquigráficas que respondem a essa pergunta. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. O senhor respondeu que sim, inclusive, não foi? Inclusive, é o mesmo depoimento que o senhor presta no inquérito na Polícia Federal, em que diz o seguinte, que: "Indagado se já financiou ou apoiou canais de difusão de informação, respondeu que é apoiador do canal portal de notícias denominado Crítica Nacional; Indagado que tipo de apoio é prestado, respondeu que no início, por volta de 2015/2016, apoiou com valores financeiros", o Crítica Nacional, entre outros canais. Obrigado pela resposta.

V. Sa. conhece, conheceu, teve conhecimento do chamado projeto do Governo Federal que foi utilizado em Manaus, denominado TrateCov, do Ministério Saúde?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não tive conhecimento. Talvez tenha visto na imprensa, mas não tenho nenhum conhecimento específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não teve?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor, em nenhum momento, se inspirou nesse projeto para tentar, através de sua filantropia, apoiar algo similar?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não conheço o projeto, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor tentou desenvolver algo parecido? O TrateCov era o seguinte, era um programa, um APP – vou explicar pra V. Sa. –, era um APP que foi lançado no ápice da segunda onda da pandemia, lá em Manaus, no dia 03 de janeiro, para ser preciso, em que automaticamente as pessoas descreviam sintomas e, conforme os sintomas que descreviam, tinham uma receita automática de hidroxicloroquina, ivermectina e outras coisas mais. V. Sa. tentou desenvolver algo similar?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não tentei, mas nos foi trazido, uma época, um grupo que queria ajuda pra lançar esse aplicativo, um aplicativo de consultas em geral...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor fez uma *live* sobre isso.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, eu falei isso na *live*...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ana Cristina, coloca isso aí na *live*... Coloca a *live* aí para nós. Coloque aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está bom. Gostei da parte: "O Randolfe Rodrigues vai entrar no Supremo". Achei muito particular essa parte. Meus cumprimentos à minha equipe que é responsável por impedir que o genocídio se amplie neste País.

Obrigado pela parte que me toca em relação a esse aspecto.

De quem foi a ideia desse projeto, Sr. Otávio?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Esse projeto foi trazido e não deslanchou. Foi trazido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele não foi adiante, não é?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nem sei de quem foi a ideia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vocês têm autorização...? O senhor tem autorização para fazer esse tipo de iniciativa de receitar medicamentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não. Ele apenas foi discutido e não foi adiante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A pergunta foi objetiva: vocês têm autorização para fazer esse tipo de iniciativa?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Quem trouxe o projeto, supostamente, teria. Apenas fui consultado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Supostamente, quem foi, então? Pode declinar o nome?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não sei, foi uma discussão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não sabe o nome de quem falou para o senhor?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Houve uma discussão aqui, em Brasília, com o pessoal da Força Brasil daqui. Eu estava em São Paulo, eles me perguntaram: "O que você acha desse projeto?". Eu falei: "Eu acho que, se você conseguir colocar o médico em contato com o paciente...". Hoje, é tudo feito *online*, no meio de uma pandemia, você tem aulas *online*, você...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor sabe quem trouxe?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não sei, não me recordo. Nem sei...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Houve algum contato com o Ministério da Saúde? Com a Dra. Mayra Pinheiro? Sobre isso?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não. Não houve nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse aplicativo...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Que eu saiba, não houve nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... é muito parecido... Tem alguma relação com o TrateCov?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não conheço nem o TrateCov. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas é muito parecido, não é? É similar.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Essa é a descrição que me deram, e eu achei interessante, porque facilita a proximidade do paciente com o médico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, mas, só para ficar claro, o senhor não tem autorização para implementar um aplicativo dessa natureza?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu nem pedi autorização, porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor... O Instituto Força Brasil tem? (*Pausa.*)

Obrigado. V. Sa. já...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Supostamente, quem veio ao instituto é quem teria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O instituto não faz...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos às páginas do Instituto Força Brasil. Coloque aí, Ana Cristina.

O senhor confirma a relação sua com o Instituto Força Brasil? V. Sa. é o Vice-Presidente do instituto, perfeito?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. é o Vice-Presidente do instituto. Certo?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, eu não ouvi.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. é o Vice-Presidente do instituto.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O instituto financia e apoia esses *sites*: o Verdade dos Fatos... Vamos ao outro: o Crítica Nacional e Awake Giants Brasil. V. Sa. tem conhecimento do conteúdo desses *sites*, obviamente, apoiados pelo Instituto Força Brasil?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eventualmente, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. concorda com o conteúdo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É uma questão de opinião. Já concordei, já discordei. É questão da minha opinião...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O Paulo Eneas? O senhor tem relação? Do Crítica Nacional?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Já foi respondido sobre o Paulo Eneas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que o senhor tem relação com ele. Perfeitamente.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Já respondi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor já respondeu que tem relação com o Sr. Paulo Eneas. É, inclusive, um dos *sites* que é apoiado por V. Sa., apoiado pelo Instituto Força Brasil. E eu deduzo que V. Sa. deve concordar com...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, eu já discordei muito também das coisas aí... Já concordei, já discordei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... esta opinião do Sr. Paulo Eneas. Por gentileza, Ana Cristina, coloque aí. (*Pausa.*)

A opinião do Paulo Eneas, que, inclusive, foi a opinião patrocinada pelo Instituto Força Brasil, que é do Crítica Nacional...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Só para constar, o que me consta: não há repasses do Força Brasil para o Crítica Nacional. E eu já encerrei minha colaboração com o Crítica Nacional em termos de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E pelo que consta...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... há muito tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o senhor colaborou e contribuiu financeiramente com o Instituto Força Brasil até junho.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Suspendeu a contribuição quando esta Comissão Parlamentar de Inquérito instaurou o inquérito, iniciou...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a investigação, pegou o Instituto Força Brasil...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e após o depoimento aqui do Sr. Helcio Bruno.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só pelo que consta também.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não, negativo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, só...

A SRA. MILENA RAMOS CÂMARA – Não, Senador. Não, não... Não houve...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Negativo, negativo, negativo, negativo! Foi antes, muito antes de acontecer a oitiva do... Nossa!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas foi após a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ela foi instalada no dia 27 de abril.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu nem lembro. Está bom...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Vamos lá ao...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – É circunstancial, isso não é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... Sr. Paulo Eneas, ao Sr. Paulo Eneas.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu tinha um compromisso financeiro, de montante, e ele foi cumprido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos à postagem do Sr. Paulo Eneas. Encontramos ou não encontramos? Não temos, não é?

A postagem do Sr. Paulo Eneas então, do Crítica Nacional, é esta: "Ah, mas o povo quer vacina. Claro que quer! Na Alemanha dos anos trinta uma parte do povo também queria se ver livre dos judeus". Essa é alguma das...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A propósito, essa postagem do Sr. Paulo Eneas, do Crítica Nacional, financiado pelo Instituto Força Brasil, que até junho foi financiado pelo Sr. Otávio Fakhoury foi apagada depois. Acho que até esse tipo de postagem...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Essa conta é a conta pessoal dele, não é a do Critíca Nacional. Só para constar. É a conta pessoal dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Até... Mas é esse tipo de gente que está financiado pelo Instituto Força Brasil, é esse tipo de gente, é isso daí. Esse tipo de gente, esse tipo de declaração que Arendt, Sr. Fakhoury, chamava de banalidade do mal, na célebre obra dela sobre o julgamento de Eichmann, em Jerusalém – chamava de banalidade do mal.

Qual a opinião de V. Sa. sobre a imunidade de rebanho?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – A opinião que eu dei sobre a imunidade de rebanho é que, no meu rebanho, ela funcionou, no meu rebanho, na minha família. As pessoas próximas a mim, todo mundo se imunizou e não contraiu; ou, se contraiu, ficou nos estágios iniciais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, a sua opinião é favorável...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Para mim. Para mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para as pessoas do seu entorno...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o senhor advoga pela imunidade de rebanho.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não sou médico, eu não posso advogar nada como técnico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu não sei por que não me surpreendo com isso...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador, eu sou um cidadão com opinião, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu sei que o senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E essa opinião sua recomenda que não seja usada pelas pessoas.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, nunca pedi que usassem a minha opinião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, mas vamos ver...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nunca falei: "Sigam o mestre". Eu não sou mestre nisso, mas eu tenho opinião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... as opiniões do Instituto Força Brasil sobre... A sua opinião aqui, olhe aí.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim. Funciona para mim, foi o que eu falei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – "A tese da imunidade de rebanho...", isso é na sua rede social. O senhor tem quantos seguidores no seu Twitter? (*Pausa.*)

O senhor tem quantos seguidores no seu Twitter?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não sei, tenho que ver. Está mexendo, todo dia. Cento e trinta e alguma coisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mais de 100 mil pessoas, e o senhor diz que a sua teoria é para seu rebanho. Pois bem, na sua conta social, que tem o acesso de mais de 100 mil pessoas, o senhor diz: "A tese da imunidade de rebanho, que é tese científica [Senador Humberto, que é tese científica!] por sinal, funcionou pra mim. E pra minha família toda, o tratamento precoce funcionou muito bem. Todos se curaram, sem vacina. Portanto vá procurar a fronteira do Brasil com o México e pare de espalhar mentiras!". Inclusive, Senador Humberto, veja essa resposta ao senhor. É resposta ao senhor.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, ele já colocou essa mensagem aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é em resposta ao senhor.

Então, isso aí é na sua rede social para mais de 100 mil pessoas. Mas eu não sei por que eu não me espanto. Para alguém que defende que o mundo é comandado pelo globalismo comunista, eu não acho que tenha que se espantar em relação a isso.

A outra postagem que estava no Instituto Força Brasil é o seguinte: "Maioria das pessoas é imune ao vírus da covid-19".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou, ainda na resposta ao Senador Renan sobre a venda de um terreno – e, inclusive, eu inquiri o senhor –, que tinha um outro local que o senhor estava preparando e providenciando para ser um *coworking.*

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – *Coworking.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor podia descrever isso?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – *Coworking* é um espaço de escritório para ser locado para quem quiser usar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Isso é um *coworking.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a ideia para o senhor alocar era para quê?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Para que seja usado para quem tem interesse de usar, um espaço para auferir renda, para... É um negócio comercial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O que funcionaria? O que é que teria nesse *coworking*?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Teria espaço para redatores, jornalistas independentes, influenciadores, Senadores, Deputados, quem quiser, é modo de dizer, é para quem quer contratar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o senhor quer fazer a gente acreditar que o senhor iria montar essa infraestrutura e não seria para essas teses que o Senador defende?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador, o senhor está convidado a conhecer e formar o seu próprio julgamento. Eu sou um homem de negócios também, apesar de o senhor talvez não querer acreditar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, eu sei. Eu sei, inclusive, dos seus negócios, tenho aqui os fluxogramas deles.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Bão tem problema. Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que o senhor é um homem de negócios eu não tenho dúvida alguma; que o senhor é homem de negócios, eu não tenho nenhum tipo de dúvida.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Inclusive, uma vida de negócios inteiramente lícita; se o senhor olhou, o senhor já sabe também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, tem um tal de um terreno de Petrobras que vai ser objeto de um inquérito também a ser investigado, porque não está esclarecido, mas este não é o mérito final do vosso depoimento.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O senhor sabia, Senador, que a Petrobras me deve dinheiro? A Petrobras me deve dinheiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas tem transferências aqui que não estão devidamente explicadas...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu trabalho...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... tem transferência para o exterior que não está explicada. Mas eu queria só perguntar, só concluir...

A SRA. MILENA RAMOS CÂMARA – Senador, pela ordem, por favor, deixe o meu cliente falar só um minuto. Ele precisa só terminar de explicar, por gentileza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu não me espanto, eu não me espanto com vossa opinião.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só um minuto, gente. Veja, veja...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não, não. O Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente, exatamente.

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu queria só falar aqui aos advogados da defesa, só colocar à defesa o seguinte: a CPI tem um rito, ela tem um regimento interno. E, no rito, o Senador, cada Senador tem tempo de até 15 minutos para usar esse tempo de fala. Então, ele permite, ou não, ao inquirido falar; é uma decisão do Parlamentar, e o Parlamentar está no tempo dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, eu pediria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO MANSSUR (*Fora do microfone*.) – A senhora tem toda razão, mas cada pergunta exige uma resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, veja bem, veja bem: ele está no tempo dele, o tempo dele está assegurado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, mas calma. Ele está no tempo dele, ele vai usar o tempo dele que é necessário e depois ele faculta, ou não, a palavra ao depoente, está bom? Então, após a fala dele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não, é um rito que tem na CPI. O Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito não tem tempo, ele tem todo o tempo, na verdade, ilimitado de fala, que foi o que ocorreu, mas, neste exato momento o Senador Randolfe Rodrigues está dentro do prazo regimental dele que é estabelecido, e esta Presidência assegura ao Senador Randolfe o tempo dele de fala.

Com a palavra, Senador Randolfe Rodrigues. Vou aqui ajustar o seu tempo em mais três minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, para concluir, é importante, depois do que inquirimos ao Sr. Otávio Fakhoury e da opinião dele, que ficou expressa aqui sobre os diferentes motivos aqui expressos e a posição que ele aqui admitiu de financiar *sites* como o Força Brasil, o Instituto Força Brasil, acho que essa é uma importante contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por conseguinte, a partir do Instituto Força Brasil, ter o financiamento de Crítica Nacional e de outros *sites* que fizeram, que propagandearam tudo o que nós vimos no dia de hoje nesse depoimento nesta Comissão Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Inquérito contra o uso de máscaras, a favor da imunidade de rebanho, a favor do tratamento precoce e contra as vacinas. Então, tudo isso foi dito e está assentado no depoimento de V. Sa., por isso é que eu não tenho mais perguntas.

Só eu quero utilizar, Sr. Presidente, o minuto que me resta, os minutos que me restam para, em primeiro lugar, prestar um esclarecimento que os brasileiros precisam ouvir, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Acabamos de receber uma comunicação da Anvisa – Anvisa. Sr. Fakhoury, a Anvisa é a agência reguladora de todas as vacinas do País, que autoriza as vacinas neste País. Posição que acabou de nos ser encaminhada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária: "Todas as vacinas usadas no Brasil passaram pelas Fases de teste I, II e III". Então, a vacina é segura. É a posição da autoridade do Estado brasileiro que cuida disso. "As vacinas autorizadas pela Anvisa [que também foram autorizadas pela Organização Mundial de Saúde e pelo FDA, que é a agência sanitária norte-americana] forneceram [segundo todos, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, segundo a Organização Mundial de Saúde, segundo o FDA] informações de eficácia e segurança para o seu uso a partir dos ensaios da Fase I, da Fase II e da Fase III."

Sr. Presidente, o que nós vimos aqui no dia de hoje...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Randolfe, só para o senhor saber...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... a Câmara de Vereadores de São Paulo acabou de criar a CPI para investigar a Prevent Senior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, assim como parece que a Assembleia Legislativa de São Paulo também. As informações serão compartilhadas também por essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, o que nós vimos hoje...

O seu depoimento Sr. Fakhoury, foi útil pra esta CPI, tão útil que, antes mesmo do relatório final, parte do que ocorreu no dia de hoje deverá ser compartilhado com o Ministério Público Federal e com o inquérito de *fake news* que está sob a condução do Ministro Alexandre de Moraes. As suas informações aqui, que o senhor reconhece, serão muito úteis.

Mas me permita – aqui é uma emissão de opinião e nem a douta defesa nem o senhor também vão restringir a minha opinião –, o senhor, ontem e hoje, o senhor é o retrato do triste espetáculo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós vemos no Brasil: um espetáculo de propagandeamento de *fake news*, um espetáculo de intolerância, de discurso de ódio.

Já foi dito aqui pela Senadora Eliziane o que é ser cristão. Eu também sou católico, vim das pastorais sociais com muito orgulho, vim das Comunidades Eclesiais de Base. Acho que falta uma leitura do Evangelho segundo Jesus Cristo, do que diz lá, porque sabe, já foi dito aqui, de todos os fundamentos dessa parte do Evangelho, de todo o Antigo e o Novo Testamento, sabe qual foi a grande mensagem do Cristo? Foi a verdade e o amor. Olhe, deixa eu lhe dizer: nenhuma dessas postagens suas transmite isso. Quando o senhor agride as pessoas, quando o senhor usa suas redes sociais para fazer campanha por imunidade de rebanho, quando o senhor faz campanha contra a vacina, não tem nada a ver com os ensinamentos cristãos. Aliás, tudo isso incorre em crime. E acredite, o senhor vai responder por eles. De todos os tipos penais que aqui foram preceituados, tem também o crime de epidemia, e esse crime de epidemia tem – os senhores advogados sabem muito bem – uma pena bem superior aos anteriores que foram aqui aplicados.

Eu quero, no fundo... Numa das postagens suas, o senhor disse o seguinte: "Eu gostaria de dizer para o senhor tudo que eu penso". Eu estive aqui e eu ouvi tudo que o senhor pensa, e eu lamento. Fiquei horrorizado com tudo. O senhor tem liberdade de opinião pra dizer o que quer, tem liberdade de expressão. A Constituição lhe assegura. Mas durante uma crise sanitária, quando as pessoas estão morrendo, advogar por imunidade de rebanho, financiar isso, propalar isso, me permita: isso não é liberdade de opinião. Isso é crime, está tipificado no Código Penal, e acredite, o senhor responderá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma questão de comunicação urgente: eu recebi aqui uma informação de que o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo... Escute essa, Senador Randolfe Rodrigues: o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo está a portas fechadas, manipulando as denúncias que foram arquivadas. Acho que merece busca e apreensão antes que mudem tudo; ou seja, o Conselho Regional de Medicina arquivou várias denúncias e, neste momento, eles estão fechados, alterando os arquivamentos que fizeram. Acho que caberia um requerimento de busca e apreensão, pra que a gente pudesse ter essa documentação da Prevent Senior que está sob a guarda do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, eu me equivoquei. É o Senador Marcos Rogério na sua frente, mas vocês aí se entendam aí, porque vocês são adultos.

Mas, antes disso, Sr. Otávio com a palavra.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Só pra deixar claro... Perdão, Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não tem problema. Ele ouve depois, se ele puder.

Eu não sou médico, eu não sou advogado, eu não sou nem cientista, sou apenas um cidadão com opinião. Eu estou impressionado com quanto incomodo isto causa pra alguns, um cidadão ter opinião. Realmente, isso me impressiona e me incomoda, porque, na democracia, a liberdade de expressão é um fundamento da democracia. Se cada pessoa que chegar aqui tiver que responder como criminoso só pelas opiniões, pela divergência...

Quando eu falei, imagina, fiz uma sugestão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já fiz uma diferenciação pro senhor do que é opinião e do que é crime.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Com licença... Posso terminar, Senador, por gentileza – por gentileza?

Quando eu até sugeri aqui de haver uma audiência pública, não é que eu queria participar – eu não me sinto nem qualificado pra participar –, eu queria assistir. Eu queria ver um debate comprido, longo, extenso entre todo mundo, até pra ajudar. Eu não vi isso aqui. Eu vi isso um dia acontecer de chegarem alguns médicos cientistas aqui e algumas pessoas levantaram e irem embora da CPI.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu acho que o depoente não vai dizer o que a CPI tem que fazer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você quer responder ao Senador, você responde, agora...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Então, eu vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pôr uma opinião sobre o trabalho aqui da CPI...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não falei da CPI, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu ouvido não é penico para estar ouvindo a tua opinião.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu falei...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, dê-me licença pra esclarecer o depoente sobre a diferença entre liberdade de opinião e difamação de outras pessoas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os advogados...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e espalhar discurso de ódio...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, volta...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e espalhar epidemia.

O senhor sabia, depoente, que há casos no Tribunal Penal Internacional associando diretamente discurso de ódio como componente do crime de genocídio?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, vamos seguir a ordem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o que se faz aqui. Não é a sua opinião individual numa conta pequena; é uma conta coletiva financiada, é espalhar discurso de ódio, disparar falsa informação, para provocar genocídio. Então, é só pra alertar o depoente que ele pode estar incorrendo... Esta CPI vai entrar no Tribunal Penal Internacional, e o senhor será arrolado dentro desse pleito. Não é liberdade de expressão; é uma atitude explicitamente para espalhar um determinado comportamento que é genocida. Então, só pra deixar esse alerta. Não venha com essa história de liberdade de expressão, não é isso que está se falando aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe disso. Longe disso, até porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Longe disso.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Desvio de dinheiro da saúde pública, não estou acusando ninguém... (*Fora do microfone.*) Desvio de dinheiro na saúde pública também é genocídio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza é.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – E essas coisas aconteceram em governos passados e ninguém está acusando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E neste!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, mas está sendo investigado e punido. Não cabe a você fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser investigado e punido, não tenha dúvida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, o próximo inscrito por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria fazer um registro aqui e manifestar solidariedade ao Senador Contarato. Eu não concordo com nenhum tipo de adjetivação ou preconceito de quem quer que seja. Agora, muitos falam o que julgo absolutamente errado, inclusive aqui dentro desta CPI.

Se tem um lugar que é campo de maus tratos e de ódio, é este território aqui da CPI – lamentável! Aqui, quando o depoente não tem uma fala alinhada com o Relator ou com o comando da CPI, sai de baixo, sai de baixo! Gabinete do ódio: é este aqui, este é o gabinete do ódio! Falam aqui de *fake news*, de espalhar isso ou aquilo... Aqui dentro desta CPI fazem isso o tempo todo!

Olha aqui: Senador Heinze... Não está aqui agora, mas ele é vítima de *fake news* de colegas aqui. Quer ver um exemplo? O Senador, toda vez que vai falar aqui, faz piadinha com essa coisa de Mia Khalifa, dizendo que o Senador Heinze falou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre quem, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mia Khalifa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Essa coisa"?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estou dizendo que fazem piadinha com o Senador Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está ironizando, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor falou "essa coisa", e eu não entendi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – *Fake news!*

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou querendo dizer pra V. Exa. que aquilo que tentam impingir aos outros é o que se pratica aqui dentro, aqui dentro da CPI. Se quiser pegar as gravações aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quase todas as vezes falam... Vou repetir: atribuem a ele que teria feito menção a Mia Khalifa. Isso é *fake news*! E isso se repete aqui aos montes. Não vou ficar expondo o Senador não. Quem está nos acompanhando, pesquise aí, dê um Google. Vai ver quem faz.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, afinal, quem é a atriz pornô então?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele nunca disse isso!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas ele diz o tempo todo que tem uma atriz pornô por trás...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas ele não disse... Quem está afirmando o nome dessa atriz está espalhando *fake news*, não foi o Senador Heinze que fez. E, aí, criticam alguém que espalha *fake news*, e eu acho que é crime...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, apenas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, Senador, a gente está só curioso pra ver quem é, só isso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O quê?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A gente quer saber quem é essa atriz que é tão mencionada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, vocês querem saber quem é a atriz pornô?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Toda vida é a mesma menção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Estão querendo conhecer a atriz pornô? É isso?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, queremos saber, porque ela está financiando pesquisas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, vocês querem conhecer a atriz pornô!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A gente tem essa curiosidade...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, esse interesse aí eu não tenho não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Temos essa curiosidade. E aí, quando se procura, se acha o nome dela. É simples, simples assim! (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja bem, Presidente, eu só estou dizendo que aqui dentro está cheio de gente que faz isso, inclusive com colegas.

Agora, o Relator, que lamentavelmente não está aqui agora, não quer investigar o que aconteceu nos Estados, nos Municípios e no Consórcio Nordeste, o que fizeram com os bilhões de reais encaminhados pelo Governo Federal para o combate à pandemia. E, segundo a Polícia Federal, houve desvios, superfaturamento, corrupção ativa, corrupção passiva, organização criminosa. A lista de crimes é imensa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Opa, só um pouquinho... O Consórcio Nordeste é acusado pela Polícia Federal? Diga aí, só pra esclarecer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, você está muito preocupado com o Consórcio do Nordeste, Senador Jean Paul?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou, muito, claro. Nosso Estado faz parte.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou dizer pra V. Sa.: lá no Estado da Bahia, teu Governador... Teve uma operação da Polícia Civil lá pra dar uma camuflada. Aí, mandaram demitir o Sr. Bruno Dauster.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sabe onde que o Governador botou o Bruno Dauster depois da demissão?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mandaram demitir? A polícia mandou demitir? Não. O Governador demitiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sabe onde foi que o Governador botou? Está nos conselhos lá do Estado, ganhando ainda...

Aliás, Presidente, eu reiterei o pedido para que ele seja convocado aqui, no âmbito desta CPI. Esse é o método...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bruno Dauster.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bruno?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ex-OS, operador do Consórcio Nordeste na compra dos respiradores. Foi demitido no...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele não é operador do Consórcio Nordeste.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi demitido no faz de conta... Foi demitido no faz de conta, está nos conselhos lá do Governo da Bahia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, eu só queria esclarecer que esses crimes todos listados aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos lá.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... não estão sendo investigados junto ao Consórcio Nordeste.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos lá.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só pra não cair nessa generalização aí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A turma... A turma está preocupada, mas não querem investigar.

Mas aí veja... Agora, o dinheiro privado eles querem investigar. Dinheiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje questionaram o depoente, Dr. Otávio Fakhoury, sobre o dinheiro que ele doou pra igreja, o dinheiro que ele doou pra missionários. Aí, sim, o Relator está preocupado. O dinheiro que é desviado na roubalheira Brasil afora? Não, isso aí não tem que investigar. Mas o que o depoente fez com o dinheiro privado dele, pra igreja, pra obra missionária? Ah, não, isso aí é muito importante pra CPI. Vai vendo, Brasil!

Quando eu digo que isso aqui é um espetáculo lamentável, é por causa de coisas como essa. Eu não concordo com tudo que o Otávio fala. E, certamente que, se ele conhecer as minhas opiniões gerais, vai ter muita coisa com que ele não concorda comigo. Mas daí a CPI se dar ao trabalho de fazer o que está fazendo aqui? Respeitosamente, não é esse o papel da CPI.

Mais do que isso: criticam o Governo do Presidente Bolsonaro na pandemia. Chamam de negacionista, omisso. Olha, tem muita gente que é negacionista por aí, viu? Muita gente que é negacionista. Mas não é negacionista sobre pandemia não; é sobre outras coisas também. E, aí, o que a gente tem que ter em mente, Senador Girão, é que o primeiro que reconheceu a pandemia como um problema grave foi justamente o Governo Federal, em 3 de fevereiro de 2020. Foi o primeiro documento público que saiu: uma portaria declarando emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência do novo coronavírus.

Sabe o que aconteceu naquela época? Teve Governador aí que saiu bravo em canais de televisão. "Não, isso é uma gripezinha, é um negócio que está lá na China, não vai chegar ao Brasil não". Por quê? Porque estava interessado em brincar o Carnaval. Mas não foi só Governador que fez isso não. Teve Governador, teve outros atores que fizeram isso. E aí está tudo certo. Ninguém fica repetindo o vídeo aqui todo dia, à exaustão, pra cansar a audiência da TV Senado.

Disseram que o Governo Federal, o Presidente Bolsonaro, é contra a vacina. Vai vendo! *Fake news*. A vacina chega aos Estados e Municípios por quê? Porque Dilma mandou comprar? Porque Lula mandou comprar? Não. Chega lá porque o Governo Federal comprou, pagou e está entregando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi o Temer que o aconselhou. Isso eu sei. Eu sei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Continue espalhando *fake news*, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Isso eu sei. Foi o ex-Presidente Temer que fez a nota e o aconselhou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, eles querem mostrar... Esta CPI quer provar que quem está cuidando da pandemia é o Lula. Esse é o cenário. O tempo todo: não, não, Bolsonaro não quer vacina, Bolsonaro... Vem cá: a vacina que está chegando lá na ponta, quem comprou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Qual o medo do Lula, heim?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi o Barack Obama, lá nos Estados Unidos, que mandou para cá? Não!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está com muito medo do Lula. O Lula não está aqui. Não tem Lula aqui. O problema é Bolsonaro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Não. Foi o Presidente Bolsonaro que mandou comprar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Presidente Lula não é presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi o Governo Federal que comprou.

Aí, o pessoal lá do Consórcio do Nordeste... Vocês não gostam que fale do Consórcio do Nordeste, não sei por que, Senador Girão. Não sei se é porque comprou aqueles respiradores lá da loja de maconha, pagou adiantado e não recebeu... Talvez seja isso.

Mas veja bem: o Consórcio do Nordeste anunciou compra de vacina russa! Quanto de vacina chegou para as pessoas, dessa compra milagrosa deles? Se os Estados estivessem contando com a vacina comprada por eles, até hoje não tinha ninguém com vacina no braço.

Então, *fake news...*

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A vacina não foi autorizada pela Anvisa, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – *Fake news*, *fake news* é o que mais se pratica aqui dentro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Anvisa não autorizou a vacina russa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, *fake news* é isso!

Mas eu queria agora, Presidente, pedir que rode um vídeo que eu apresentei. Todo mundo gosta muito de vídeo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem, ontem, ontem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ontem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Não é comercial não. Pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem certeza?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é da Havan. Não é do velhinho da Havan. Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se for comercial de Rondônia...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ontem, quase brigaram com o Presidente aqui por causa da propaganda. Vá... Cuidado que é propaganda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É. Ontem... Hoje não é comercial. Mas pode ser também, pode ser entendido.

Mas eu quero mostrar, porque liberdade de opinião é um negócio interessante. Vamos ver.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, obviamente, obviamente que eu não concordo com nenhuma dessas falas, como não concordo com outras falas. Mas isso aí é liberdade de expressão? Chamar o Presidente da República de genocida, sabendo o que significa o termo genocida, é liberdade de expressão?

A nossa Constituição, Sr. Presidente, prevê a liberdade de expressão como um direito fundamental, tamanha a sua relevância para o cidadão, anotando, no art. 5º, inciso IV, que – abre aspas – "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato" – fecha aspas.

Além disso, demonstrando que o direito à liberdade de expressão é um valor decorrente do próprio regime democrático, é importante registrar que, no pós-guerra, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, estabeleceu, em seu art. 19, que – abre aspas – "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independente de fronteiras", fecha aspa. Isso representa uma garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes político-ideológicas presentes na sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A liberdade de expressão funciona como um termômetro do Estado democrático. Quando a liberdade de expressão começa a ser cerceada, a tendência é que se torne um Estado autoritário.

Interessante que acusam o Governo Bolsonaro de autoritário, mas são muitos os integrantes desta CPI que tentam, de todo modo, cercear os cidadãos deste País de exprimirem seus pensamentos e ideologias.

Não falo aqui, senhoras e senhores, da prática de crimes como racismo, homofobia, crimes contra honra, nada disso; isso é crime e deve ser punido com todos os rigores da lei. Falo aqui de pessoas que estão sendo acusadas simplesmente por emitirem, por meio de vídeos, as suas convicções.

Vivemos em uma democracia, e somente regimes autoritários cerceiam a liberdade de expressão e o direito à opinião, quando têm o objetivo de suprimir a possibilidade da existência de mais de uma corrente de pensamento na sociedade.

Eu queria fazer aqui algumas perguntas ao convidado, mas eu não vou fazer. Eu não vou fazer pergunta. Não vou fazer pergunta, porque o que você pensa está publicado. Agora, se tivesse alguma acusação contra você de ter praticado algum crime, ato de corrupção – tentou vender, vendeu, pagou vantagem indevida para esse ou para aquele –, mas que não está publicado, eu até perguntaria. Mas o que está publicado o Brasil já conhece. E, se há crime, que se apure, identifique, enquadre e puna. É o devido o processo legal. Então, eu não quero fazer perguntas.

A liberdade, em geral, deve ser pensada como um direito amplo. Não existe meia liberdade. Eu vou repetir: não existe meia liberdade.

Veja, o ex-Presidente da República falou uma asneira. E aí? Eu vou cercear a liberdade dele? O Presidente atual também fala coisas com as quais eu não concordo, asneira. Eu vou cercear a liberdade dele? Senadores, colegas, eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O tempo, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quantas vezes eu posso também falar algo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Acabou o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas tem gente preocupada com o meu tempo já?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Acabou há um tempão, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou olhando o relógio na minha frente.

Veja, todos nós, dentro das nossas liberdades, em um dado momento, podemos falar algo que depois podemos refletir, mudar de opinião ou não, manter a opinião. Liberdade de expressão. Agora, não existe, repito, não existe meia liberdade. Ou você é livre ou não é. Eventuais excessos – eventuais excessos – já encontram no ordenamento jurídico respaldo para serem punidos. Simplesmente isso, excesso pune-se na forma da lei, mas eu não posso... Veja, mostrei ali. Eu vou mostrar depois, nas outras sessões; em todas eu vou repetir esse videozinho aí pra martelar na cabeça das pessoas.

Obrigado, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem, primeiro, porque o Senador Marcos Rogério insiste em apresentar vídeos sem data e sem a totalidade dele, de forma editada, a passar uma ideia que não corresponde à intenção da pessoa que se manifestou. Dois...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A contraditar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... uma coisa é liberdade de expressão, a outra coisa é estimular, é levar as pessoas a terem um comportamento que coloca em risco a sua vida e a vida de outros. No caso do Presidente da República, as suas manifestações colocaram a vida de milhões de brasileiros em risco. E a gente tem 596.163 mortes, e isso por conta de uma postura e de falas que ele moldou, um jeito e um comportamento de risco, risco sanitário que levou à morte de quase seis centenas de milhares de mortos.

Da mesma forma, Sr. Presidente, e eu não vou falar, eu só queria dizer nessa questão de ordem que o depoente de hoje também contribuiu para que houvesse 596.163 mortes, porque ele – ele – não fez, ele não exerceu liberdade de expressão, ele formou a opinião que gerou comportamento de risco de morte nas pessoas. E isso é crime, e o senhor irá responder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para contraditar, Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, questão de ordem. Com todo o respeito ao amigo, que já falou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu quero mostrar o vídeo de novo, porque o vídeo está com as datas. Houve um *fake news.* Acabou de sair um *fake news* aqui, quentinho. Disseram que não tem data; o vídeo está com data, Presidente. Coloca de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo o vídeo para que todos vejam que tem as datas. Ontem, o Relator pediu para colocar um vídeo da Deputada Carla Zambelli quando ela não era Deputada Federal, para poder fazer o quê? Para expor. Não, mas aí, se é oposição, G7, está tudo certo, pode; aí, quando o Marcos Rogério, que é governista, põe... Ainda mais quando mostra o Lula, aí não pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você não é governista, Senador. V. Exa. não é negacionista.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, avião não espera.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Negacionista... Negacionista eu não sou e nem o Governo é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. consegue tirar água de pedra, porque o senhor... Nada disso que é propagado aqui V. Exa. concorda, porque você já me disse: "Olha, sou a favor de usar máscara, sou a favor da vacina." Está certo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor é contra essa questão de imunização de rebanho, o senhor já disse. Então, V. Exa., como outros Senadores aqui, mesmo da base do Governo, não propagam isso. É uma diferença muito grande. V. Exa. tem razão quando diz "olha, liberdade de expressão". Aliás, para quem viveu os momentos em que nós não tínhamos essa liberdade toda sabe qual é a diferença do que vivemos hoje. Mas liberdade de expressão é uma coisa, libertinagem na sua expressão é outra totalmente diferente. E eu creio, sinceramente... Eu concordo, uma pessoa pode falar o que quiser. Agora, fala e responde pelos seus atos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Fala e responde pelos seus atos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, eu não sou obrigado a concordar e a ter que ouvir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aí eu acho que o vídeo já foi passado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas só para corrigir. Só para corrigir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, o Senador Jorginho não irá falar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, só para corrigir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, já começou a sessão. Daqui a pouco tem a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para corrigir, que em todo o vídeo... Eu vou publicar o vídeo depois nas redes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele tem a data de quando foi exibido. E, quanto à edição, eu coloquei aquilo que eu queria demonstrar para a CPI.

O Senador Renan colocou hoje um vídeo aqui que, se fosse colocar a íntegra de todos, nós ficaríamos aqui até a semana que vem assistindo vídeos. Então, quem mais pratica edição é justamente o Relator.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Agora é tu, Jorginho?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento 1.559, de 2021, do Senador Randolfe.

Requer seja convocado o Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Sr. Paulo Roberto estará semana que vem aqui, da Agência Nacional de Saúde, para poder explicar quais foram os procedimentos que a ANS tomou.

Eu irei ouvir o Senador Jorginho, tem o Senador Girão, tem o Senador Rogério, que já saiu, tem a Senadora Soraya e... Mas já começou a sessão.

V. Exa., Senador Jorginho, irá falar?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro que vou, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Estou com a palavra? (*Pausa.*)

Senta, Senador Marcos Rogério. Sossega!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero cumprimentar e desejar que seja muito bem-vindo – já está aqui há tempo, não é? – o Otávio Fakhoury. Seja muito bem-vindo na Casa Revisora, na Casa que é o Senado Federal.

Quero cumprimentar a Dra. Milena Ramos Câmara, advogada; quero cumprimentar o João Vinícius Manssur, advogado; e cumprimentar o Dr. Antonio Manssur. Sejam muito bem-vindos os senhores, que representam a Ordem dos Advogados do Brasil, que é um sustentáculo da democracia – eu não tenho dúvida disso.

Quero, Sr. Presidente, antes de fazer algum comentário sobre a oitiva de hoje... Alguns jornais, alguns meios de comunicação estão dizendo que o nosso empresário Luciano Hang teve muitos holofotes aqui para a sua próxima candidatura.

Eu quero dizer o seguinte: que foi um dos melhores depoimentos que esta CPI teve a oportunidade de colher. Pela simplicidade dele, conversando com todos, todos os Senadores, independentemente de partido; um homem que fala a verdade, um homem que tem esperança no Brasil; esse Brasil que nós amamos, esse Brasil por que todos nós somos apaixonados. Ele, até pelas suas vestes, anima! Ele é uma figura extraordinária, que Santa Catarina conhece e, ontem, o Brasil aprendeu a conhecer um pouquinho melhor.

Quero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, sem querer tirar a oportunidade de os outros Senadores indagarem... É porque demoraram muito as outras inquirições e começamos a Ordem do Dia, mas eu quero dizer, eu quero fazer algumas perguntas muito objetivas ao empresário Otávio Fakhoury.

O senhor pediu ao Relator Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que restabelecesse o sigilo do chamado inquérito dos atos antidemocráticos, que quebrou os seus sigilos bancário, telefônico, telemático, desde abril de 2020. Seus dados estavam sendo vazados pra quem? O senhor tem mais ou menos noção disso?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Eu me lembro de que esse pedido foi feito em função do vazamento, alguns dias antes, da totalidade do Inquérito 4.828, por motivo processual, não é? Houve um vazamento, a divulgação para a imprensa de um inquérito que era sigiloso. Isso foi divulgado alguns dias antes. Dias depois, o Ministro Alexandre Moraes tirou do sigilo o Inquérito 4.828 inteiro. Esse pedido foi... Tem até o motivo do jurídico, não é? Com licença, que eu vou... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está cochichando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, eu estou... É apenas para responder...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está consultando os seus advogados.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Como foi uma pergunta técnica, eu tive que consultar o advogado sobre o motivo técnico daquele pedido. Para levantar o sigilo foi o pedido dele.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O senhor foi vítima de *fake news* num acordo de ação de ressarcimento por danos morais. O *site* Diário do Centro do Mundo teve que excluir matéria que atacava a sua família. O senhor pode falar um pouco sobre esse episódio?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, sim, Senador.

Foi uma matéria que acusou uma pessoa já falecida, que é meu pai, de um crime que ele não cometeu. Inclusive, foi um processo judicial, foi uma situação toda judicializada, e a matéria pintou isso como se fosse uma coisa criminosa. Foi feito um acordo porque... O outro lado propôs um acordo, e eu aceitei, para a retirada da matéria. Provavelmente teria sido condenado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O senhor, em entrevista na CNN, em 04/06/2020, disse que nunca impulsionou mensagens que atacam o STF e que não tem conhecimento das técnicas necessárias para realizar tais ações. O senhor confirma isso?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, sim. Nunca fiz impulsionamento de mensagem nenhuma.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria, Sr. Presidente, até pra permitir que a Senadora Soraya possa e o Senador Jean Paul... Eu queria deixar registrado que eu tentei e pedi muito – V. Exa. deve se lembrar – para que não fosse chamado aqui o Brasil Paralelo. Eu quero deixar registrado que é um *site* que presta um grande serviço ao Brasil, é uma plataforma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não.

Foi por isso que foi quebrado o sigilo com antecedência, e daí eu pedi a V. Exa. e, inclusive, ao Senador Renan que não fizessem isso, porque ele fazia um trabalho e faz um trabalho de construção de documentários da melhor qualidade para o Brasil. Então, eu queria deixar registrado aqui que, nessa convocação, com um dos maiores financiadores da plataforma Brasil Paralelo, que está aqui, é preciso restabelecer a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil Paralelo é financiado por seus mais de 250 mil assinantes. A receita da empresa vem daí, não de dinheiro público. Isso é mais uma narrativa para prejudicar os veículos de comunicação independentes, que têm sido atacados sistematicamente. Então, todos os depoimentos, a liberdade, a opinião, a expressão... Cada um pode falar absolutamente o que quiser e tem que arcar com a sua responsabilidade.

Então, a CPI nesta tarde conclui mais um dia de trabalho questionando pessoas que têm opinião. Eu posso não concordar com todas as opiniões dele e nem ele com a minha, mas tem os meios próprios e instâncias próprias que vão julgar. Nós não podemos julgar, porque a liberdade é uma das coisas mais sagradas do ser humano.

Por isso eu agradeço. E muito obrigado pela fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pode não concordar com as opiniões dele e ele pode não concordar com as suas, só que há uma diferença entre o senhor e ele: o senhor não concorda, o senhor não o agride; ele, quando não concorda, ele o agride, denigre a sua imagem, fala mal da sua família sem saber por onde o que está falando.

Mas eu quero aqui comunicar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não vou dar direito de resposta, não. Deixe-me só dizer aqui.

A CPI vai acabar, Senador Jorginho. Eu creio que nas próximas duas semanas nós teremos relatório já para votar, semana que vem serão as últimas audiências que nós teremos aqui. Mas a CPI da Fake News, que foi suspensa, voltará, mas voltará com muitos dados que nós temos dentro da CPI da Covid que serão compartilhados com a CPI das Fake News. Para a CPI da Covid, mas a CPI das Fake News volta e volta com muito subsídio, até porque os documentos que eles tinham na CPI eram muito poucos em relação ao que nós temos hoje, que foi compartilhado.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero desejar as boas-vindas para o Sr. Otávio Fakhoury, à sua equipe de advogados, em nome de todos... Eu cumprimento o Desembargador – ex-Desembargador, é isso? – Antonio Manssur, de São Paulo.

O senhor é muito jovem, né, Sr. Otávio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu preciso do requerimento. Só um minutinho, Girão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um tantinho, só um tantinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Deixa a gente ir ali resolver...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É só garantir para o Senador Girão... Olha, Senador Girão, estou querendo garantir sua palavra, viu? Logo depois do Senador Girão, a gente apresenta, eu e o Senador Humberto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só lembrando, Senador Randolfe, que a Ordem do Dia está para iniciar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Sr. Otávio Fakhoury, o senhor aparenta uma pessoa nova. Quantos anos o senhor tem? Desculpe.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Quarenta e oito anos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quarenta e oito anos.

Eu acho que este dia, na sua vida, é um dia realmente muito marcante, inesquecível no aspecto de aprendizado, não é? Tem uma máxima que coloca o seguinte: é a lei da semeadura, a lei de causa e efeito. Tudo que você planta você colhe. Hoje a gente viu aqui, a gente teve a oportunidade de ver exatamente aqui o retorno de algumas situações que ocorreram a partir de publicações do senhor com relação a colegas aqui, com quem eu me solidarizo, inclusive – com eles, com o Contarato, com o próprio Randolfe –, porque eu acho que a gente pode divergir frontalmente das ideias, e eu tenho muitas visões diferentes dos meus colegas aqui, mas a gente não tem o direito absolutamente de desrespeitar. E o senhor foi... Pelo menos aqui, nesta Comissão, demonstrou humildade em pedir desculpas, em pedir perdão. Isso realmente é algo que a gente precisa valorizar.

Que as pessoas que estão nos assistindo, que, em muitos momentos, estão ali só fazendo um Twitter, fazendo uma publicação, que elas se preocupem com a repercussão do que estão fazendo! É muito importante, porque tudo o que a gente planta volta! Isso é muito importante para a cultura da paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPI – eu já deixei isto claro, muitas vezes –, para mim, também tem sido um aprendizado fantástico. Só tenho que agradecer a oportunidade de estar aqui combatendo o bom combate. Não é fácil, muitas vezes, mas...

A gente está hoje falando sobre *fake news*. Olhem que coisa interessante: *fake news*! E justamente o documento que deu origem, o requerimento que deu origem a esta CPI... Nele consta uma *fake news*. O Senador Jorginho acabou de falar com relação à nota pública do Brasil Paralelo, que, muito mais do que curso, muito mais do que plataforma, tem documentários fantásticos a apresentar à população brasileira. É algo para que a gente tem que tirar o... Eu até discordo de algumas ideias – até discordo de algumas ideias –, mas é muito bem produzido e contribui com a democracia o trabalho do Brasil Paralelo, que foi... Nesse requerimento que trouxe o senhor aqui, foi dito que o senhor era um dos maiores financiadores do Brasil Paralelo. Eu tenho a nota do Brasil Paralelo e quero fazer uma pergunta direta para o senhor: qual a sua ligação com o Brasil Paralelo? O senhor financiou o Brasil Paralelo? Qual o seu objetivo?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Eu não tenho nenhuma ligação de investidor com o Brasil Paralelo, eu sou assinante do Brasil Paralelo apenas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – E, retificando, tem mais uma informação incorreta no requerimento do Senador Randolfe, onde ele fala que eu sou principal financiador do Terça Livre. Também isso é incorreto. Eu já relatei aqui que o que eu tive com o Terça Livre, o que eu posso ter tido são aqueles *superchats* de R$50, R$100.

E tem uma situação, que foi até mencionada na imprensa, de uma conversa onde existiu um pedido de ajuda do Allan dos Santos, pediu ajuda para fazer uma tradução juramentada, que foi lá... Se eu não me engano... E isso foi pego nos dados dele. Estou tentando lembrar se foi R$5 mil ou R$6 mil ou R$7 mil para uma despesa de tradução juramentada. Isso de 2018...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Mas não tem colaboração minha – se tivesse, eu não veria como problemática, mas não tem – e, de financiador ou de investidor no Terça Livre, também não tem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Na nota oficial do Brasil Paralelo, que eu quero encaminhar à Presidente agora desta Comissão, Senadora Eliziane Gama – é importante que a CPI tenha essa nota oficial, liberdade de posicionamento –, foi colocado que essa empresa... Eu fiquei até curioso, eu fiquei até curioso! Minha esposa é assinante, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sou, mas estou pensando seriamente em entrar, porque é uma perseguição implacável que a gente vê aqui de ideias conservadoras.

Isso não é a primeira vez que a gente está vendo aqui. Esta CPI mesmo já citou jornalistas aqui, jornalistas tradicionais, numa tentativa de intimidação. Os tribunais superiores nossos também desmonetizando canais. É uma loucura o que está acontecendo aqui com relação à liberdade de expressão, e a gente tem obrigação moral de denunciar isso, com muito respeito, mas temos a obrigação, porque, se a gente não fizer isso agora, nossos filhos e netos daqui a pouco estarão em maus lençóis.

E foi dito que Brasil... Olha só, em agosto deste ano, aqui nesta CPI, que fez campanha – abre aspas –, dito na CPI que: "Brasil Paralelo fez campanha contra máscara e contra vacina e era uma aliada do vírus". Isso é uma covardia sem precedentes!

Eu discordo do senhor com algumas falas sobre máscara, por exemplo. Discordo frontalmente, mas acredito que nós estamos aqui para buscar toda a verdade. E eu vou lhe perguntar sobre alguns assuntos.

É importante saber o seguinte: o senhor é Presidente do Diretório Regional de São Paulo do PTB?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, sim. Estadual.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor é candidato a algum cargo eletivo? Ou já foi filiado a algum outro partido? Eu queria só entender um pouco esse viés.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, então, eu sou Presidente do... Perdão. Pronto, está aí.. Está ligado. Obrigado.

Eu assumi a Presidência do PTB estadual, algo como dois meses atrás. Em 2019, eu participei por quatro ou cinco meses da executiva estadual do PSL, na época que estava sob comando do Eduardo Bolsonaro, o Deputado Eduardo Bolsonaro.

E, não, eu não sou candidato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nunca fui, nunca tive cargo público também, nunca recebi dinheiro público em nenhum sentido, e não sou candidato, pelo menos até onde eu consigo vislumbrar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu sou só um cidadão com opinião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por que o senhor acha que o senhor está aqui nesta CPI no dia de hoje?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Olha, Senador, eu vou dizer para o senhor: realmente, eu sinto que é muito clara e evidente uma perseguição ao ponto de vista, ao campo de ideias conservador. Inclusive, a manifestação do Procurador Augusto Aras, quando analisou os mesmos tuítes que foram colocados aqui, disse que ainda que sejam manifestações ásperas – ou possam ser... não sei nem qual o adjetivo que ele usou –, que não tinham... que não constituíam um crime. Então, esse parecer existe. Então, eu entendo... A forma que eu entendo é que estão criminalizando a opinião no Brasil. Entendo dessa forma e entendo que o campo para se discutirem ofensas realmente, como os Senadores falaram, é a Justiça, no campo penal privado ou no campo cível indenizatório.

Não sou uma pessoa que insiste no erro: se eu fiz uma brincadeira de mau gosto ou uma postagem com uma piada de mau gosto, eu retiro e me retrato. Insisto em dizer também que eu não tenho discriminação de raça, cor e opção sexual. Tenho... Inclusive, no diretório de que o senhor está falando, no diretório do PTB em São Paulo, o meu Secretário-Geral é o Deputado Douglas Garcia, que também é um Deputado de opção sexual diferente da minha, e somos grandes amigos.

Então, é só para deixar claro, para não misturar as coisas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Eu queria dizer que não é a primeira vez que, por causa de ideias, existe uma caçada aqui. Repito: discordo de algumas posições do senhor de forma frontal, mas, como diz a biógrafa de Voltaire, grande escritor, filósofo iluminista... Ela diz o seguinte: "Posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las.". Evelyn Beatrice Hall – direito de expressão. Essa é uma palavra que está mobilizando o País. No dia 7 de setembro, eu fui para as ruas, e eu vi colegas dizerem que eram atos antidemocráticos, pautas antidemocráticas... É brincadeira! O que eu vi não foi isso, só se eu fui para outro canto do planeta, porque eu estive aqui em Brasília, não subi em palanque, discordo de algumas posições do Governo, mas fui pela liberdade de expressão, e ouvi muita gente dessa forma nas ruas.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Foi assim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Meu pai mora em São Paulo e não conseguiu chegar à Paulista, porque as ruas ali estavam, como nunca, cheias de gente. Foi a maior manifestação que nós tivemos no País.

Eu quero só dizer para o senhor que o senhor cometeu um equívoco. Talvez o senhor não esteja acompanhando o trabalho que a gente faz aqui no Senado em várias comissões, e a verdade precisa ser restabelecida. Quando o senhor fala que nós precisamos fazer debates sobre alguns temas que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

colocados aqui, nós fizemos sim! Dois meses antes de esta CPI ser instalada, eu presidi – requerimento meu, aprovado por todos os colegas Senadores – uma sessão de debates temáticos sobre tratamento profilático. Chamamos acho que cinco médicos e cientistas de um lado, contra o tratamento, e cinco a favor, e foi um debate de alto nível. Quem quiser assistir, que vá para a TV Senado, buscar no YouTube isso, que vai ver um debate em que não teve agressão nenhuma, diferentemente do que a gente vê aqui; não teve desrespeito nenhum, diferentemente do que a gente vê aqui. Pelo contrário, lá não foi dito absolutamente nada que faz mal isso, que faz mal aquilo, foi uma coisa técnica.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E é muito importante isso. Eu acho que o tempo é o senhor da razão e vai mostrar exatamente isso. Sou a favor de vacinas, quero deixar claro isso, é importante que a população que está nos assistindo se vacine; sou a favor do uso de máscaras, do distanciamento físico, do álcool em gel nas mãos, e – com recomendação médica, porque a autonomia médica tem que ser respeitada – dos tratamentos preventivo, imediato, precoces, como queiram chamar. Sou contra a automedicação. Acho que uma coisa não anula a outra, muito pelo contrário.

Para me encaminhar para o final, eu queria dizer que, em junho de 2020, o senhor entrou com o pedido de *habeas corpus* na Corte para tentar impedir a realização de busca e apreensão no âmbito da operação *fake news*. Por qual motivo o senhor entrou com esse *habeas corpus*? Eu sei que já foi suscitado isso aqui, mas eu queria a ratificação disso. E o senhor acredita que essa decisão da Corte representa alguma perseguição ao senhor? Eu queria entender com relação a isso.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Senador, eu me recordo de que esse pedido de *habeas corpus* foi após a realização da busca e apreensão, então não foi para impedir, ela já tinha ocorrido. Foi um *habeas corpus* onde eu pedi acesso aos autos, pedi o desbloqueio da minha rede social, porque tinha sido ordenado o bloqueio, se eu não me engano.

E o que mais a gente pediu? Acesso aos autos. Foi a operação no âmbito do inquérito das *fake news*, que realizou a busca e apreensão na minha residência, e o conjunto probatório que tinha ali naquela decisão do juiz até foram postagens minhas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Nós estamos... Estou com um minuto para concluir e vou concluir dentro do tempo, só querendo lembrar para o senhor que esse dia, como eu falei, muito importante... Todos nós aprendemos todo dia alguma coisa, mas quero dizer que, se o senhor tem ideia de, porventura, entrar na política para defender os seus ideais, não se sinta intimidado. Aprenda que o respeito é a regra da boa convivência, mas vá firme. Vá firme, porque quanto mais gente entrar, nova, na política para defender o que acredita, eu acho que isso é ótimo para o nosso País, vai contribuir muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há dois mil anos, os cristãos eram jogados nas arenas para as feras. Hoje o massacre vem moral, o massacre vem na perseguição desses ideais, de todos os cantos, que a gente está vendo no Brasil. Mas Deus é mais, e a gente vai conseguir triunfar, porque o bem e a verdade vão prevalecer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador Girão.

Vejam, gente, são 17h, a Ordem do Dia já começou. Nós temos em plenário... Porque a gente tem vários inscritos, mas em plenário nós temos a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Jean Paul. Eu pediria aos senhores que a gente pudesse, se for possível, para a gente poder ouvir os dois, reduzir um pouco aí os 15 minutos. Pode ser, Senadora Soraya e Senador Jean Paul?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, vamos estabelecer dez minutos? Oito minutos, porque senão a gente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vou tentar ser o mais ágil possível.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E tem alguns projetos importantes, inclusive da nossa pauta, Senadora Soraya, para serem votados nesse momento no Plenário do Senado.

Senadora Soraya Thronicke.

A pauta é referente ao combate à violência contra a mulher, às estatísticas em relação ao registro desses casos de violência. É um avanço, inclusive, que nós teremos no País.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sra. Presidente, eu até acabei de pedir, comentar com o Presidente Omar Aziz para que votem um procedimento aqui nesta CPI para que, depois das 16h, do início da Ordem do Dia, os oradores inscritos, os remanescentes tenham um tempo menor para falar, mas que a gente consiga falar. Então, eu vou tentar ser o mais célere possível.

Senhor depoente, Otávio Fakhoury, quero cumprimentá-lo; quero cumprimentar os seus patronos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, como o Senador Girão comentou há pouco, em um país democrático, como é o nosso caso, todos nós temos liberdade de expressão, mas Parlamentares ainda têm a imunidade parlamentar. Pois bem. Isso significa, então, que eu posso te xingar à vontade? Isso significa que eu posso mentir à vontade sobre você? Sobre você, sobre o senhor, sobre qualquer pessoa? Isso significa que eu posso assassinar a reputação alheia nas redes sociais? Que eu posso ameaçar a vida de alguém, a vida de sua família? Que eu posso tomar a sua propriedade? Que eu posso atacar as instituições em nome da liberdade de expressão?

Eu tenho a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar, mas eu não tenho, doutores, eu não tenho, senhor depoente e brasileiros que estão nos ouvindo, um salvo-conduto nas minhas mãos para eu cometer crime. A minha liberdade de expressão eu posso usá-la, mas eu vou responder se eu ultrapassar os limites e os crimes que estão tipificados na nossa legislação. E vou responder sozinha. Não pense...

Gostaria que o senhor prestasse atenção, senhor depoente, por favor. Já sou a penúltima a falar. Eu sei que o senhor está cansado, mas não pense que alguém vai lá te salvar, não pense. O senhor está vendo Parlamentares que estão preso... O Presidente do seu partido está lá sozinho. Mas isso não significa também que o senhor tenha o direito de, num grupo, passar esse tipo de informação aqui para o Sr. Roberto Jefferson. O senhor diz o seguinte: "Nesse grupo, a gente está discutindo uma saída plebiscitária. Seria uma proposta de um plebiscito para dissolver a alta instância do Judiciário – não é? –, o STJ e o STF, e criar uma nova corte constitucional". Isso aqui é muito sério, as pessoas não têm ideia da seriedade disso. Infelizmente, no Brasil, gasta-se muito com educação, mas entrega-se pouco, e aí nós criamos muitos analfabetos funcionais. E é muito difícil fazer com que as pessoas compreendam a gravidade disso aqui. Então, tudo ficou muito banalizado, e aí a gente não consegue fazer com que as pessoas entendam a gravidade disso.

E apoiadores do Presidente Bolsonaro que fazem esse tipo de coisa não ajudam; fingem que ajudam, uns acreditam que ajudam, fazem o maior auê nas redes sociais, só que essas pessoas atrapalham o Presidente. Pessoas que fazem esse tipo de coisa atrapalham o Governo e atrapalham todos os brasileiros.

E nós todos fomos eleitos, juntamente com o Presidente Bolsonaro, empunhando as bandeiras anticorrupção, conservadorismo, economia liberal, Estado mínimo. Aí eu vou fazer um parêntese para me solidarizar com o Senador Fabiano Contarato, porque, quando nós defendemos o Estado mínimo, a menor intervenção possível do Estado, com quem as pessoas dormem, o que as pessoas fazem entre quatro paredes não interessa ao Estado, e isso virou discussão política. Essa história vive na boca aí de pessoas que tratam de política; pensadores, formadores de opinião falando de opção sexual o tempo inteiro. Isso não é questão de Estado, isso não tem que estar na boca de político. Quer fazer suas brincadeiras? Quer conversar com seus amigos? Quer tirar um sarro? O problema é teu. Entre quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paredes, você pode falar, mas, nas redes sociais? Ainda mais uma pessoa que se diz política, porque também quem é gestor de partido, quem está atuando, fazendo uma atividade partidária é político, sim, tem que tomar cuidado, a responsabilidade é muito maior.

E hoje o que nós vemos dessas pessoas que empunharam conosco as bandeiras é tudo menos um cartaz, uma postagem sobre combate à corrupção, sobre liberdade econômica. A gente não vê isso. O que a gente vê... E eu olhei as redes sociais de V. Sa. e vi que só são críticas, críticas e críticas. Não vi nenhuma solução. O senhor não traz uma solução para os problemas. O senhor quer aparecer? Traga algo que construa, não que destrua, aí sim. Faça algo que seja digno de elogio – elogio –, traga uma solução para os nossos problemas.

Eu fico extremamente chateada – já vou terminar, Senador Jean Paul – ao perceber que sequer a bandeira anticorrupção é levantada. A gente não vê mais isso, a gente só vê xingamento. E é por causa desses pseudoconservadores, pseudodireitistas, como o senhor, que é um deles, que hoje a verdadeira direita, a direita racional deste País está sendo descreditada por completo e, por consequência, muitas vezes, hostilizada. Eu não suporto ser misturada com esse tipo de pseudoconservador, pseudodireitista, que nem sabe o que é conservadorismo.

Então, é triste, é triste, e aí a gente vê que hoje... O pessoal brinca que a esquerda, que seria a oposição, nem nos ataca mais, porque está tão ridículo que nós estamos... A direita se autodestrói. Eu acho que o senhor é um infiltrado, viu? Eu estou achando que o senhor deve ser... O senhor e pessoas do tipo só podem ser infiltrados, porque só nos destroem!

Então, vá repensar tudo isso. Esse tipo de diálogo aqui para destruir as instituições... O conservadorismo é para conservar as instituições. E aí o senhor me vem aqui... Então, para mim, o senhor é um infiltrado, e todo o pessoal que faz como o senhor... São todos infiltrados! Não quero me misturar com essa laia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Meus cumprimentos, Senadora Soraya. Acredito que agora a senhora falou sobre o que é opinião.

Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Senador Jean Paul é o último inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Eu queria justamente adotar uma sistemática um pouco diferente aqui, já que tenho pouco tempo.

Ao senhor inquirido, obrigado por estar conosco.

Queria que o senhor pudesse anotar aí ao lado as perguntas e respondesse só ao final, porque aí a gente consegue otimizar aqui, ou, se preferir, se for breve, podemos trocar aqui palavras rapidamente.

Presidente e demais que nos assistem, eu tenho tido sempre a preocupação de participar aqui, e uma das questões que eu gosto muito de clarear é essa questão entre empresários, governos, empresários militantes, governos etc.

E eu queria começar perguntando: o senhor se considera um político ou um empresário hoje?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY (Para depor.) – Eu me considero um empresário e recentemente ingressei na gestão partidária, ainda não sou político.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O senhor é presidente do PTB de São Paulo, não é? Eu acho isso bacana. Eu também já estive nesse limbo, digamos assim, de estar empresariando alguma coisa, vir para a política... Quando vim para o Senado, eu me desliguei completamente dos negócios, mas não culpo ninguém que tenha seus negócios... Enfim, eu só acho que há regras lá e há regras cá.

E o perigo nosso é quando pessoas entram na política ou participam da política, direta ou indiretamente, e passam a crucificar, digamos assim, as entidades que tomam conta da política, por exemplo o Supremo Tribunal Federal ou o Tribunal Superior Eleitoral, enfim, o Ministério Público, outros tais. E por que eu estou tocando nesse assunto? Porque eu queria entender o que era o Instituto – era ou é, não sei –, o tal Instituto Força Brasil. Assim, qual é o princípio que ele defenderia, até na linha do que o Presidente Omar colocou no início? Eu entendo até criar um instituto para contribuir com a sociedade, com princípios conservadores – a Senadora Soraya se referiu agora que gostaria de se excluir desses mais oportunistas –, mas princípios conservadores reais, tudo bem.

O senhor poderia me dizer, assim: qual era o espírito desse instituto? Ele foi criado para quê?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O instituto, conforme está no estatuto que a gente entregou aqui, Senador, foi criado com – deixa eu pegar... Identificar, aperfeiçoar, fortalecer e projetar lideranças que promovam, de forma ética e legal, a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, a justiça, a defesa do fortalecimento dos direitos humanos e fundamentais, em especial os de cidadania, fortalecimento do Brasil como País soberano e ator global relevante; promover estudos e análises sobre os principais problemas brasileiros; propor respostas; contribuir com ações públicas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Entendemos aqui que é um instituto...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ...defesa da preservação do meio ambiente. Valores e princípios.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Busca o bem do Brasil, enfim, na forma do que os associados acreditam que seria o que é bom. Perfeitamente legítimo.

O que eu não consigo entender é como é que se dá essa virada para tratar de vacinas. Por que o instituto... O instituto se mete na questão das vacinas, a um certo ponto. Tem um certo momento em que ele aparece já com esse... E aí nós vemos aqui as o Reverendo Amilton, todo esse pessoal, o Helcio Bruno, Davati e tal... Em que momento vocês resolveram participar desse processo efetivamente, se o instituto era apenas um instituto de pessoas jurídicas ou físicas? E a segunda coisa: quem financia o instituto? Vocês mesmos, pessoas físicas?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim, o instituto...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só pessoas físicas, não tem empresa envolvida?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nesse momento o instituto está...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está dormente.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Exatamente. Atualmente ele está...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O próprio *site* está fora do ar, está dormente, perdeu um pouco a vontade de tocá-lo, não é?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O instituto todo está sendo reavaliado entre a executiva...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro, também... Mas em que momento cometeram esse talvez erro de trajetória, de se meter nessa história da vacina e por quê? Já que o senhor mesmo acreditava na vacina? O senhor acreditava na vacina desde o início? De alguma forma queria trazer vacinas pro Brasil?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu não tenho ciência exatamente do porquê... Eu sei que eu não participava das reuniões de executiva do instituto. Eu ingressei como filantropo, pra ajudar, por causa da pauta daqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais da parte conceitual.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Exatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É estranho porque nessa sua...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – O grupo de Brasília, que já esteve aqui...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essa sua postagem de 8 de janeiro:

> Alguém avisa o calça colada que eu estou imunizado contra a covid-19 e, portanto, não tomarei a sua 'vachina'. A infecção no meu caso não apresentou sintomas, a não ser [o senhor tinha acabado de ser acometido pelo covid, provavelmente, e estava com imunidade alta] por um grau leve de dor de garganta, três dias. Pessoas como eu não precisam e não devem tomar vacinas.

Aí o senhor apresentava um comprovante aqui qualquer de imunidade.

O senhor não considera isso negativo em relação às pessoas que a gente deveria estar vacinando nessa época?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Foi simplesmente a minha opinião. Naquele momento o Doria estava dizendo que ele ia obrigar as pessoas a tomar. Então, novamente, eu reforço minha posição contra a obrigatoriedade. Ele estava dizendo, em público, que seria obrigatório. Que iria ser obrigatório, que todo mundo ia ser obrigatoriamente vacinado.

Eu, ao identificar, por exame de antígeno, que eu estava imune, eu já estaria imune, eu optei então... Eu coloquei lá que eu não iria usar a vacina.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor vive de quê? Assim, qual é a receita... O senhor trabalha em quê? Sua empresa é o quê?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – A empresa é imobiliária. Já falei isso antes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Você tinha um negócio. Você disse que queria falar isso sobre... Um pouquinho o negócio da BR, BR Distribuidora? O senhor tem um prédio, na Barra Funda, que alugou para a BR, há quantos anos? 1990?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Isso é Antigo. Exatamente. Isso aí já foi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um contrato antigo.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Exatamente. Isso foi inclusive já...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Teve uma questão do reajuste, etc.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Sim. já foi... Inclusive já tem um relatório sobre isso. Tudo processo judicializado. Já foi... Já pedi a oitiva na Polícia Federal.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – E a operação é inteiramente lícita. É uma briga comercial. E estou à disposição da polícia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, perfeitamente. Não há problema.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não tem nenhuma ligação...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O que saiu é que havia um reajuste muito grande, enfim, depois houve uma ação de despejo. Não tem nenhum problema.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Eu sou credor da Petrobras. Foi uma briga comercial. Tinha outra pessoa, um outro inquilino, um outro inquilino disputando o imóvel e...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Certo.

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – ... estou pagando o preço de mercado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso não tem nada a ver com a sua militância...

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Nada a ver.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A sua mudança, enfim, de espectro político.

O senhor tem relação com o Presidente... O ex-Presidente Michel Temer?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não, não tenho nenhuma relação com o ex-Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor o conhece? Família? Nada?

O SR. OTÁVIO OSCAR FAKHOURY – Não... Eu tenho, assim... Já fui apresentado, as famílias se conhecem. A família dos meus avós conhece a família dele. Sou da colônia libanesa em São Paulo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente. Sim. É uma comunidade excelente. Não é nada absolutamente contra, pelo contrário. Saúdo a comunidade libanesa e síria de São Paulo, inclusive como Presidente da Frente de Países Árabes aqui.

Eu queria encerrar, Sr. Presidente, dizendo que justamente o Sr. Fakhoury está aqui porque há uma conexão entre esse instituto e a questão das vacinas, que é a investigação da CPI. Então, não há dúvidas, absolutamente, sobre a sua necessidade de estar aqui e de esclarecer. Mas a gente sai daqui também com um alerta sobre essa questão da militância empresarial de qualquer lado. Há regras para se atuar na política, e não são as mesmas regras da CVM, ou do Cade, ou do mundo empresarial. E a gente tem que se debruçar mais sobre isso, porque agora, com a questão do financiamento público e o financiamento pessoal, pessoas físicas, toda essa questão das *fake news...* Não são só as *fake news*, é o financiamento também de campanhas, às vezes de difamação de pessoas políticas, tem a ver com o financiamento, porque o financiamento de uma campanha e a construção da imagem do político, ou a destruição do mesmo, não se dá só no período pré-eleitoral, ela pode ser feita, Senador Randolfe, sistematicamente, ao longo de anos. Pode começar agora para a eleição do ano que vem. E elas são financiadas, sim, porque as redes sociais todas exigem pagamento para ter mais movimentação. Ninguém é orgânico a esse ponto.

Então, esse processo em que o senhor se envolveu, provavelmente se envolveu nisso achando: "bom, isso não tem regra ainda, vamos entrar e vamos ver o que é que dá". Mas isso a gente vai precisar trabalhar, aqui nesta Casa, como resultado desta CPI e da CPI das *Fake News*. E não tem nada a ver com questão de liberdade de expressão não, porque rola dinheiro e rola dinheiro grande. E é um dinheiro que a gente não está acostumado a rastrear.

Por fim, eu queria só encerrar dando aqui um testemunho, aqui, do próprio voto do Ministro Celso de Mello sobre esse debate sobre liberdade de expressão. É o caso Ellwanger. Não sei se já ouviram falar desse caso. É um caso de um sujeito, no Rio Grande do Sul, que promovia nazismo, exterminação dos judeus, enfim. Um caso bem radical, bem grave. Mas importa o texto.

> O direito à livre expressão do pensamento, contudo, não se reveste de caráter absoluto, pois sofre limitações de natureza ética e de caráter jurídico. Os abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento, quando praticados, legitimarão, sempre *a posteriori*, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> reação estatal, expondo aqueles que os praticarem a sanções jurídicas, de índole penal e de caráter civil.
> [...] publicações que extravasam, abusiva e criminosamente, os limites da indagação científica e da pesquisa histórica, degradando-se ao nível primário do insulto, da ofensa e, sobretudo, do estímulo à intolerância e ao ódio público [...] não merecem a dignidade da proteção constitucional que assegura a liberdade de manifestação do pensamento, pois o direito à livre expressão não pode compreender, em seu âmbito de tutela, exteriorizações revestidas de ilicitude penal.

É isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, apenas para deixar registrado que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jean.

Senador Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... toda vez que há comparação com nazismo, é algo que ofende muito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, Senador, é apenas o caso Ellwanger que é isso. Eu peguei o texto, as aspas do Ministro Celso de Mello, para falar sobre o direito de liberdade de expressão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A questão do nazismo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, mas, quando a gente coloca dentro desse contexto...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A comparação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é algo absolutamente... Apenas...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O caso se refere ao nazismo, apenas isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas registrar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A comparação foi feita pelo Ministro Celso de Mello.

Prosseguindo, coloco...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, mas foi mas foi reproduzida no âmbito dessa CPI, absolutamente inadequado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Coloco em apreciação os Requerimentos nºs...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem nada de inadequado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... 1.556, de autoria do Senador Marcos Rogério; 1.560, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues; 1.561, de autoria do mesmo Senador, para apreciação do Plenário.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Havendo número regimental...

Sr. Otávio Fakhoury, douta defesa, V. Sas. estão dispensados.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 60ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada na próxima terça-feira, dia 5 de outubro, para ouvir o representante da empresa VTCLog.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia cinco de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Rogério Carvalho, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Nelsinho Trad, Jean Paul Prates e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Tasso Jereissati, Fabiano Contarato, Leila Barros e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Raimundo Nonato Brasil**. **Finalidade:** Oitiva do senhor Raimundo Nonato Brasil. Oitiva do Raimundo Nonato Brasil, em atendimento ao requerimento 1149/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1562 de 2021** que : "Requer que sejam encaminhadas a esta CPI, no prazo de 48 horas, pelo Senhor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, relatório detalhado das queixas, denúncias e demais reclamações feitas pelos usuários de todos os Planos de Saúde à Ouvidoria ou a outro órgão da ANS, no período compreendido entre 01/01/2020 até o presente momento." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1563 de 2021** que : "Solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Marcelo Queiroga, a respeito do Plano Nacional de Imunização para 2022; do programa de acompanhamento epidemiológico; informações sobre equipe técnica responsável pelo acompanhamento do contexto da pandemia e pela formação de políticas públicas; dados da atual composição da câmara técnica em imunização; indicação do estoque e planejamento de vacinas relativos ao final de 2021; indicação das medidas para esclarecer população acerca da vacinação e informações sobre a justificativa para a descontinuar uso da Coronavac em 2022." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1564 de 2021** que : "Solicita ao Tribunal de Contas da União informações a respeito de quais foram os motivos jurídicos e fáticos para a não realização de licitação relativamente aos contratos firmados entre a VTCLog e o Ministério da Saúde, conforme identificado." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 1565 de 2021** que : "Requer sejam solicitadas as informações que especifica à Prefeitura Municipal de Aracaju e ao Ministério Público do Estado de Sergipe." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 1566 de 2021** que : "Requer que sejam encaminhados, pela empresa Voetur Turismo e Representações Ltda., em até 24 (vinte e quatro)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas, os destinos de todas as viagens do Sr. Roberto Ferreira Dias contratadas mediante a intermediação das empresas do grupo VoeTur, incluindo bilhetes das passagens aéreas e notas-fiscais das respectivas vendas realizadas." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Raimundo Nonato Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 1.149, de autoria dos Senadores Humberto Costa e Alessandro Vieira com o apoiamento da Senadora Eliziane.

Eu vou pedir para que o depoente possa ser encaminhado à mesa. (*Pausa.*)

A Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Dias Toffoli no *Habeas Corpus* 207.338, nos seguintes termos:

> [...] defiro parcialmente o pedido de liminar para assegurar ao paciente o direito constitucional ao silêncio, incluído o privilégio contra a autoincriminação, para não responder, querendo, a perguntas potencialmente incriminatórias a ele direcionadas, bem como o direito de ser assistido por seus advogados e de comunicar-se com eles durante sua inquirição, garantindo-se a esses todas as prerrogativas previstas na Lei nº 8.906/94.
>
> Ressalvo, igualmente, a impossibilidade de o paciente ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício de tais prerrogativas. Considerando, ainda, a quebra de sigilo fiscal, bancário, telefônico e telemático do paciente, ressalto que ele não poderá ser obrigado a assinar termo ou firmar compromisso na condição de testemunha em relação aos fatos relacionados a esse evento.
> A cópia desta decisão serve igualmente como salvo-conduto.

V. Exa. não precisa responder, Sr. Raimundo, mas, assim mesmo irei fazer a pergunta. É um direito seu não responder.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Com todo respeito, Sr. Presidente, eu vou prestar o compromisso de falar a verdade, nos limites da decisão do STF para este caso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

O senhor tem 15 minutos para falar. Se não desejar, eu passo direto ao Relator.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Bom dia a todos e a todas presentes nesta CPI.

Eu quero saudar o Exmo. Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; quero saudar o Exmo. Sr. Relator, Senador Renan Calheiros; também quero saudar o Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; e saudar a todas Senadoras e a todos Senadores desta Casa, em especial, os aqui presentes e que tanto trabalham nesta Comissão Parlamentar.

Numa saudação especial, quero mencionar todos funcionários e colaboradores da VTCLog, incansáveis cidadãos que, assim como eu, vivemos dois anos mais difíceis e desafiadores de nossas vidas: os anos de 2020 e 2021. Deixo a vocês aqui meu agradecimento muito especial.

Meu nome é Raimundo Nonato Brasil, tenho 62 anos e sou empresário, nascido em Barra do Corda, no interior do Estado do Maranhão.

Não irei detalhar aqui minha origem humilde e o sofrimento que passei na vida, sei que a minha história é igual à de tantos outros brasileiros com quem tenho o prazer de conviver diariamente na nossa empresa. Por outro lado, não posso deixar de mencionar o orgulho de ter vindo da roça para Brasília com apenas 14 anos. Deus me deu oportunidade de começar como *office boy* na antiga Viação Aérea Rio-Grandense, onde trabalhei 12 anos de minha vida. Com o trabalho árduo, cheguei à função de agente de carga internacional e ali aprendi tudo que podia sobre transporte de cargas e descobri minha vocação tanto pela aviação quanto pela logística.

Peço desculpas às senhoras e aos senhores se eu não tenho preparo para falar bem ou com a desenvoltura de tantos doutores e pessoas públicas que estiveram sentados nesta cadeira. Sou homem simples e confesso: minha lida diária é estar, com muita alegria, ao lado dos meus colaboradores, dentro do nosso centro de distribuição, recebendo, armazenando, gerindo e expedindo medicamentos e vacina para o nosso imenso País.

Srs. Senadores, estou aqui para esclarecer, com a minha humilde palavra, aos senhores, pessoas a quem respeito muito, tudo que estiver ao meu alcance, sobre a nossa empresa, ajudar com as minhas palavras no que for possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os contratos firmados entre a VTCLog e o poder público, Senador Presidente, encontram-se sob o controle das autoridades internas, dos órgãos públicos que nos contrataram, assim como dos tribunais de contas, Ministério Público e Controladoria-Geral da União. Jamais deixamos de prestar contas a toda a estrutura fiscalizadora do poder público.

Mas, Senadoras e Senadores, peço licença para falar aos senhores que tenham uma certeza, depois do que passamos nos últimos três meses de exposição na mídia, nada e nem ninguém jamais vai retirar da nossa empresa o registro histórico de ser peça fundamental na distribuição de todos os insumos e medicamentos do Sistema Único de Saúde durante o combate à pandemia. Só do dia 18 de janeiro até hoje, distribuímos mais de 300 milhões de vacinas da covid. No CD do SUS, em Guarulhos, encontram-se aproximadamente 15 milhões de doses de vacinas da covid para serem distribuídas essa semana.

Informo, com orgulho, que todas as vacinas, insumos, medicamentos e EPIs, do Sistema Único de Saúde foram distribuídos pela nossa empresa VTCLog. Todas as vacinas do Programa Nacional de Imunizações foram por nós transportadas. Só este ano, até outubro, distribuímos mais de 300 milhões de doses da covid-19 e estamos preparando para entregar mais de 300 milhões de doses da vacina da covid até o final do ano, para imunizar todos os cidadãos brasileiros.

Somos uma empresa de verdade, que produz benefícios reais ao País e que tanto custo e colaboradores de verdade... Somos mais de mil colaboradores diretos e mais de mil colaboradores indiretos.

Senadoras e Senadores, a empresa que os senhores estão trazendo para depor hoje é a VTCLog, que é parte de um grupo de ajudei a formar e que trabalha há mais de três décadas na área de turismo, logística, mobilidade e agronegócio. Foi com trabalho árduo e capital próprio que a empresa VTCLog se tornou a maior operadora logística da cadeia de frios da América Latina.

A VTCLog não nasceu na pandemia e foi por conta de sua experiência e capacidade operacional e respeito ao mercado que ela foi capaz de suportar o aumento da demanda de recebimento e distribuição de milhares de EPIs, álcool em gel, máscaras e aventais, respiradores, cilindros e usinas de oxigênio. Nossos colaboradores arregaçaram as mangas, nossos caminhões saíram para todo o Brasil trabalhando 24 horas por dia, sete dias por semana, 24 horas, desde março até os dias atuais. Não paramos. Nossa empresa não parou um dia, do início da pandemia até agora.

Queria prestar aqui uma homenagem à Força Aérea Brasileira, que disponibilizou vários aviões para a empresa transportar os insumos para a Região Norte.

Reforço que nosso compromisso é com a vida e por isso é que a nossa empresa dedicou todos os seus esforços ao longo dos anos, investiu capital humano, muita tecnologia e se tornou um dos maiores nomes da logística de fármacos do País, sempre agindo com retidão, respeito, transparência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade. Quanto à lisura de nossos atos, cabe destacar que eventuais processos junto ao Tribunal de Contas sempre foram devidamente respondidos a essa Corte, que nunca nos aplicou qualquer penalidade.

A VTCLog está horando seus compromissos e levando a vacina até o braço de todos os brasileiros. Já transportamos, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, mais de 300 milhões de doses da vacina da covid. Nossa empresa se disponibilizou em todos os momentos, em todos os instantes, a vir aqui prestar todos os esclarecimentos necessários, inclusive trazendo documentos. Estou aqui respeitosamente à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores, com toda a minha humildade e com o compromisso de, dentro dos meus limites físico e de conhecimento, responder a tudo que puder.

Meu muito obrigado por nos permitir estar aqui com os senhores. Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar ao Senador Renan Calheiros, que irá começar a fazer os questionamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Sras. Senadoras e Srs. Senadores, chegamos à semana final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Não efetivamente dos trabalhos, mas dos depoimentos. Nós encerraremos com três depoimentos que faremos, que receberemos durante a semana: hoje o depoimento de um representante da VTCLog; amanhã o depoimento do Presidente da ANS e na sexta-feira o depoimento dos médicos e de algumas vítimas do escabroso teste humano que era um projeto de governo que objetivava revolucionar a medicina no mundo, feito pela Prevent Senior e exposto ao conhecimento detalhado dos brasileiros por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu aproveito a oportunidade, portanto, para iniciarmos, verdadeiramente, do ponto de vista desta relatoria, o depoimento de hoje, agradecendo desde logo a presença do Sr. Raimundo Nonato, que é sócio da empresa VTCLog.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, eu ontem, assistindo à TV e lendo, saiu que dois americanos, um libanês e naturalizado americano, ganharam o Prêmio Nobel de Medicina. Pensei que o pessoal que estava concorrendo do Brasil, que prescreveu cloroquina, induziu o povo a tomar cloroquina... Nenhum deles foi citado sequer. Pensei que alguém ia, porque uma pessoa que descobre essa fórmula mágica de salvar pessoas em plena pandemia, com certeza não ganharia só o Prêmio Nobel de Medicina, iria ganhar muito mais coisa. Então, está comprovado que, em plena pandemia, não há nenhuma solução mágica para imunizar a não ser a vacina. A vacina está ainda como a grande salvação da população mundial e principalmente da população brasileira para imunização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Relator, se me permite... V. Exa. está encerrando o relatório, e eu tenho um voto complementar. Até quando V. Exa. está recebendo as contribuições?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O Presidente Omar Aziz anunciou hoje o calendário: a partir do dia 15, eu estarei com o relatório pronto, do meu ponto de vista, e conversarei individualmente com cada um dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito para recolher encaminhamentos e para discutir os encaminhamentos existentes – a partir do dia 15.

No dia 19, nós vamos fazer a leitura do relatório aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito e teremos, às 9h, antes da leitura, uma cerimônia de encerramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, que acontecerá no Auditório Petrônio Portela. Nós sairemos de lá e viremos para a Comissão exatamente para começarmos a ler o relatório.

Alguém deverá apresentar pedido de vista, propostas de voto em separado, o Presidente vai estudar um prazo provavelmente para conceder vista, e aí marcaremos provavelmente para o dia 20, o dia seguinte, a discussão e a votação do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É especificamente do DF, porque eu fiz um complemento só para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todo Senador que quiser contribuir vai ter espaço para conversar com o Relator.

Além disso, nós iremos fazer também aqui no Senado Federal – uma proposta feita pelo Senador Renan Calheiros e acolhida por todos nós – um Memorial, em que ficará registrada, infelizmente, a perda de mais de 600 mil vidas que essa pandemia já nos trouxe.

Tenho certeza absoluta de que isso que foi proposto pelo Relator não é só uma homenagem, que já seria o mínimo que nós poderíamos fazer por essas vítimas da covid, mas, sim, para que, futuramente, Congressistas que estejam aqui... Se, porventura – e a gente espera que isso não aconteça –, tivermos uma nova pandemia, que sirva de exemplo para que os encaminhamentos, a direção tenha que ser a direção do lado certo e não do lado que nós vimos acontecer e que chegamos a essa quantidade de vítimas. Então, isso é para ficar na história do Senado Federal não para nós que somos membros aqui dizermos que nós somos melhores que ninguém, mas, sim, para que futuramente – espero que nunca mais isso aconteça no Brasil e nem no mundo – uma nova pandemia seja gerenciada de forma diferente da que foi gerenciada dessa vez, em que a gente – volto a repetir – perdeu amigos, parentes, conhecidos, personalidades, e que deixou o lar de muitos brasileiros enlutado. Isso não tem volta, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofrimento dessas pessoas não tem volta. Mas é possível a gente se preparar futuramente para que quem estiver no Governo de plantão não tome decisões equivocadas, decisões erradas que se voltem contra a ciência e causem o que causaram no Brasil.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Passamos ao interrogatório. Sr. Raimundo Nonato, V. Sa. é sócio minoritário da VTCLog, correto?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Correto, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para que todos saibam, nós pretendíamos ouvir hoje aqui o Sr. Carlos Alberto de Sá, que, em função de doença, não pôde aqui estar, e nós chamamos, por deliberação majoritária desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Raimundo Nonato Brasil.

Que funções específicas V. Sa. desempenha no cotidiano da VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Excelência, eu sou sócio minoritário da VTCLog. Eu trabalho no chão de fábrica da empresa, no CD do SUS, em Guarulhos, no Rio de Janeiro, Brasília e Recife. Eu sou um homem do chão de fábrica, do dia a dia da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em outras palavras, qual é a sua participação funcional e administrativa e quais são as funções administrativas também dos demais sócios da empresa, do Carlos Alberto de Sá, da Teresa Cristina Reis de Sá e do senhor?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu fico no dia a dia da empresa. O Sr. Carlos Alberto e a D. Teresa já estão afastados há alguns anos do dia a dia da empresa, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os proprietários se envolvem diretamente nas negociações com órgãos públicos?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, Sr. Relator, não se envolvem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é que faz as tratativas com órgãos públicos, em nome da empresa?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Quem faz as tratativas, em nome da empresa, é a nossa área jurídica e a nossa Diretoria Executiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretoria Executiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem é, por favor, Sr. Raimundo Nonato, que exerce o cargo de diretor-executivo hoje na VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – A Sra. Andreia Lima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Sra. Andreia Lima.

V. Sa. confirma – essa informação é importante – que foi condenado por corrupção ativa, por pagar propinas, entre 2004 e 2009, a dois servidores da extinta Central Nacional de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (Cenadi)?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, a nossa empresa, a VTC, não foi condenada. Isso ainda está na Justiça para ser julgado, Sr. Relator. Recursos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com recurso, não é? Nós tivemos, em abril de 2019, uma sentença do Juiz Marcos Molinari, da Justiça Federal do Rio de Janeiro, que condenou os três sócios. Isso está hoje em grau de recurso, não é isso?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A VTCLog integra o Grupo Voetur? Qual setor hoje tem mais peso no faturamento da Voetur, o de turismo ou o de logística?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, eu respondo pela VTC; das outras empresas do grupo eu não sou sócio. Então, eu diria que eu não sei responder, só sei responder na parte da VTCLog, da qual eu sou sócio. As outras não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não tem, por exemplo, informações sobre os contratos do grupo Voetur com o poder público, por exemplo? Os contratos que se fizeram em nome da empresa? É isso?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Excelência, eu não tenho conhecimento desse fato e gostaria de meu direito constitucional... Peço licença para o senhor, o meu direito constitucional de ficar em silêncio. Eu não sei todos os contratos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Segundo o portal da transparência, há vários contratos da Voetur Turismo e Representações Ltda. com o Governo Federal, mas, entre os de maior valor, apenas o Contrato nº 4, de 2019, do Ministério da Economia, foi celebrado na gestão do Sr. Jair Bolsonaro. Dos vigentes, no atual Governo, e de maior valor, nós temos aqui uma lista com os 12 primeiros que estão listados: um contrato, por pregão eletrônico, com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de R$131 milhões – são doze contratos –; um contrato com o Comando do Exército, de 42 milhões; um contrato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o Ministério da Educação, de 34 milhões; um contrato com o Instituto Nacional de Seguro Social, de 20 milhões; um contrato com a Fundação Nacional de Saúde, de 19 milhões; um contrato com a Fundação Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de 14 milhões; Agência Nacional de Mineração, 10 milhões; Fundação Universidade de Brasília, 10 milhões; Comando da Aeronáutica, 9,8 milhões; Comando do Exército, 9,6 milhões; Ministério da Saúde, 8,1 milhões; Controladoria-Geral da União, unidades com vínculo direto, 8 milhões.

Quais foram os contratos que a VTCLog firmou com o Ministério da Saúde? O senhor sabe?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, Excelência, por favor, qual o período que o senhor... É porque são longos anos e se o senhor puder... Se o senhor, com todo respeito, toda consideração...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que nós temos aqui uma relação dos contratos firmados da empresa com órgãos públicos, especialmente com o Ministério da Saúde. Eu listei aqui apenas os principais contratos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É da VTCLog ou da Voetur?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É da VTCLog.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a Voetur tem contratos também?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quem é o responsável pela Voetur? O senhor sabe, Sr. Raimundo Nonato Brasil?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Quem é o responsável pela Voetur?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É. O senhor sabe me dizer?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, eu não sei dizer para o senhor, Excelência. Eu respondo pela VTCLog.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, nós temos contratos de 97 milhões, de 80 milhões, de 80 milhões, de 80 milhões, de 60 milhões, de 30 milhões, de 5 milhões, de 63 milhões. Eram essas as informações que nós estávamos querendo confirmar com V. Sa.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Pois não, Sr. Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E temos uma relação também dos contratos da VTCLog firmados com o poder público sem licitação no Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São muitos os contratos firmados sem licitação. Nós temos contrato de 80 milhões sem licitação; de 1,785 milhão; de 80 milhões novamente, fechados sem licitação; outro de 80 milhões, fechado sem licitação; outro de 1,785 milhão, sem licitação; outro de R$60 milhões e outro de R$30 milhões. São os principais.

Quais eram os objetivos...

Quais eram os objetivos desses contratos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esses contratos aí todos são sem licitação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos sem licitação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esses que estão aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses aí. Todos sem licitação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em 2017, quem era o Ministro da Saúde?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E em 2018?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A partir de 2017, o comando do Ministério da Saúde passou para o controle do Partido Progressista, com o advento do Governo de Michel Temer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Continuou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Primeiro, o Ministro foi o Deputado Ricardo Barros e depois continuou com indicações do Ministro Ricardo Barros, do Deputado Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque tem ali, olhe, 160, 240, 300, 330 milhões sem licitação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem licitação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São muitos contratos. Para alguns teve pregão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outros, licitação. Esses aqui são sem licitação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem nós termos pandemia, sem ter nada assim extra para... Até porque agora, se tivesse um contrato sem licitação neste momento, para transportar vacina, medicamento, respiradores, era até justificável dentro do Tribunal de Contas da União. Você comparecer e: "Olha, nós estamos num momento"... Mas eu não me recordo de a gente ter algum tipo de problema em 2017 e 2018 para que quase R$400 milhões fossem dispensados de licitação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, o único problema eram os contratos que o Ministro Ricardo Barros fazia e o produto que não era entregue, como foi o caso da Global. Era o único, era a única situação... Inclusive, eu acho que o trabalho da VTCLog foi reduzido, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ricardo Barros e Roberto Ferreira Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ricardo Barros... Na verdade, é uma sequência na Dlog. Há o Ricardo Barros e há dois antecessores na Dlog que são vinculados ao grupo do Deputado Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria pedir ao Leandro... Leandro, faça um requerimento ao Tribunal de Contas da União, pegue o número desses contratos que foram dispensados de licitação para que a gente possa saber qual foi a justificativa que o ministro à época deu para dispensar essa licitação, porque é estranho.

E a gente está falando isso aqui porque você, como gestor, quando existe um fato extra, um momento: "Olha, houve uma calamidade e nós tivemos que dispensar licitação porque era uma coisa urgente, urgentíssima", como é o caso da própria pandemia. Mas, nesse caso específico, eu não estou lembrado, em 2017 e 2018, Senador Renan, Senador Randolfe, Senador Humberto, se houve alguma coisa que justificasse quase 400 milhões – olha só, nós estamos falando em quase R$400 milhões de dispensa de licitação, com certeza absoluta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem, em 2018.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, 2017 e 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses valores são... Agora, se você...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sim.

É pegar o número dos contratos e a gente fazer um requerimento para que fosse informado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito por que o Ministro ordenou a dispensa de licitação nesses contratos, que fato que determinou isso.

Às vezes, cai uma ponte e você tem que repor, refazer essa ponte, Senador Renan. É lógico, você não tem como esperar para fazer uma licitação que demora alguns meses e tal, aí você até dispensa, mas com a justificativa ou do Tribunal de Contas do Estado ou do Tribunal de Contas da União para que possa ser feito isso numa urgência.

Nesse caso específico, eu não me recordo, Sr. Raimundo Brasil, de que, nesses dois anos, nós tivemos algum problema no Brasil – se eu estiver errado, me corrijam, por favor, a gente nunca está certo em tudo – que justificasse a dispensa de licitação feita pelo então Ministro da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, a pergunta que eu fiz e que, em seguida, o Presidente Omar completou: quais eram os objetos desses contratos, dessas contratações diretas que estão...

Sr. Raimundo Nonato...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Relator, isso era para transporte de todos os insumos do Ministério da Saúde, e esses contratos, Sr. Relator, foram objeto de... Em primeiro lugar, na época, a instituição tentou contratar os Correios nesse primeiro aditivo, se eu não me engano, de 2017. Estou sendo bem simples porque não dá para acompanhar a minha memória.

O Ministério da Saúde tentou contratar os Correios, uma entidade recorreu ao Tribunal de Contas da União, e, após essa intervenção do Tribunal de Contas da União, o Ministério da Saúde fez uma ampla pesquisa com várias empresas, com vários atores participantes, e, modéstia à parte, nós conseguimos continuar prestando o nosso serviço no Ministério da Saúde.

Todos esses contratos, senhores, Sr. Relator, Excelência, todos têm a devida documentação legal passando pela corte de contas, o Tribunal de Contas e a Cojur, do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E há, ainda, uma informação mais grave, Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras: é que o Ricardo Barros extinguiu o cargo do Ministério da Saúde, Senador Humberto Costa, que fazia exatamente o transporte, a logística e, no seu lugar, contratou, sem licitação, a VTCLog. Ainda há esse antecedente, que é um antecedente, assim, discutível sob qualquer aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda sobre as contratações diretas, por que os objetos desses contratos não puderam ser feitos mediante processos licitatórios – por favor –, que é a regra, que é a legislação?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, a decisão de extinguir a Cenadi foi uma decisão do Governo Federal. Isso teve consultoria junto ao IBGE, junto à Empresa de Planejamento e Logística. Então, foi feito um estudo complexo até o Governo decidir levar a central para Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, Sr. Raimundo. O Senador Renan Calheiros não perguntou a justificativa de se ter extinguido a Cenadi. Isso daí não... O empresário não tem nada a ver. Isso aí foi uma decisão do Ministro, questionável até hoje...

O que o Senador Renan quer saber do senhor ou de alguém que possa lhe ajudar é por que foi dispensada a licitação. É isso. A questão não é a extinção da Cenadi ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque, nesse processo licitatório, não se seguiu a Lei de Licitações, as regras.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Relator, eu não sei se V. Exa. ou eu tenho a informação correta. Na verdade, houve uma licitação, ganhou uma outra empresa, que foi desclassificada para que a VTCLog assumisse. Essa é a informação que eu tenho. Não sei se V. Exa. confirma ou se o depoente confirma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Quem foi desclassificada?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A empresa que ficou em primeiro lugar. Nem sei qual foi a empresa, nem sei quais foram os critérios da desclassificação, mas a informação que eu tenho é essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Nós chegaremos lá.

Consta que a VTCLog foi a segunda colocada na licitação ocorrida em 2018, mas a primeira colocada foi inabilitada. O Senador Humberto ajuda nas perguntas. Eu tinha feito a pergunta de por que não se seguiu o procedimento licitatório e eu queria encadear com uma outra pergunta: por que foi inabilitada? Qual foi a razão da inabilitação da primeira colocada?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Relator, eu não sei responder, porque é interno da administração pública; participaram mais de 15 empresas. Mais de 15 empresas participaram desse certame, dessa licitação. Teve mais de 15 concorrentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa que ganhou foi desclassificada devido a alegações de que o seu balanço patrimonial não atendia às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exigências editalícias, bem como não possuía condições de cumprir o item 11, a qualificação técnica exatamente das empresas, de acordo com o termo de referência.

Quais foram, por favor, Sr. Raimundo Nonato, os agentes públicos do ministério que participaram das negociações dessas contratações diretas?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, Excelência, ninguém participou, ente público nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, os agentes públicos. Com quem eram as tratativas a respeito desse contrato no Ministério da Saúde? Quem participou por parte do ministério, representando o ministério? Quais agentes públicos?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, Excelência, com todo respeito, nenhum agente público. Não participei com nenhum agente público, a empresa não participou. Nenhum agente público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os servidores do Ministério da Saúde? Todos participaram... (*Pausa.*)

Pela VTCLog, então, quem assinou os documentos que levaram à contratação com o Ministério da Saúde?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu creio que fui eu, Raimundo Nonato Brasil, quem assinou. Eu acho que fui eu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi V. Sa.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram os principais fatores que definiram os preços do contrato sem licitação, por parte da VTCLog? Valor de mercado, algumas especificidades do objeto, riscos... O senhor pode dar alguma informação?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, Excelência, com todo o respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Em tudo era feita pesquisa de preço, os Correios concorrendo, então era muito amplo, todo mundo participando. Nenhuma ingerência da nossa empresa, da nossa parte; não temos com qualquer órgão da administração pública, com qualquer pessoa, com qualquer gestor público. Garanto para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve algum embaraço nessas negociações? Alguma dificuldade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Nunca houve negociações, senhor, com todo respeito, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, nas negociações para contratação. A contratação tem um edital, tem as regras, tem o processo licitatório...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Todo mundo participa, audiência pública com os...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso que eu estou perguntando. Houve alguma dificuldade no encaminhamento dessas propostas, teve algum embaraço essa tratativa, esse encaminhamento?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, é um tema, com todo respeito, Excelência, muito complexo, que eu gostaria de encaminhar para o senhor, minha área jurídica, da nossa empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... para constar do seu relatório. Com toda humildade, é uma área muito complexa, com todo respeito ao senhor, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Sem problema.

Sobre o contrato atualmente vigente, o Contrato 59/2018, com o Ministério da Saúde, vigente, questionamos: qual é precisamente o objeto desse contrato? Contrato 59, que continua vigente no Ministério da Saúde.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, pode consultar.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Excelência, esse contrato é um contrato multimodal. Ele envolve não só transporte, como ele envolve armazenagem, separação, distribuição, então é um contrato multi... Vamos dizer, é um contrato de logística, não é um contrato só de transporte, então, é um contrato altamente complexo.

O Ministério da Saúde tem um centro de distribuição em Guarulhos, onde são guardados todos os insumos estratégicos, insumos críticos. É muito complexo, não é um contrato simples, um contrato de transporte. É um contrato de armazenagem, distribuição, de toda a logística do Sistema Único de Saúde, Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu falei há pouco que consta que a VTCLog foi a segunda colocada no processo, na licitação ocorrida em 2018, mas a primeira colocada foi inabilitada, o que permitiu a adjudicação da VTCLog – já expus, inclusive, alguns dados. Eu queria saber, em função disso, qual é o valor pago por esse contrato em cada ano de sua vigência.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, dentro da minha simplicidade, no início, esse contrato, se não me falha a memória, era de 97 milhões anuais. Com o advento da pandemia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... nós começamos a operar, Sr. Relator, 24 horas por dia, 7 dias por semana, distribuindo insumos críticos, EPIs, respiradores, máscaras e vacina para todo o Território nacional, Sr. Relator. Peço desculpa pela minha modéstia, pela minha...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, sem dúvida. Não se preocupe.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... simplicidade. Eu estou tendo... Eu estou sendo... Desculpa... Perdão, Excelência, eu estou sendo o mais...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... dentro das minhas limitações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós agradecemos muito a sua presença. Já tive a oportunidade de fazer isso no início, mas era importante que nós pudéssemos administrar a sua presença para tentar obter algumas informações, quer dizer, a pergunta que eu fiz é: neste Contrato 59, de 2018, vigente, quanto... Qual é o valor pago pelo Ministério da Saúde, a cada ano, pela vigência desse contrato? (*Pausa.*)

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Noventa e sete milhões anuais, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, é um contrato que permite o pagamento de 97 milhões e um centavo anuais – anuais. Quantos anos já temos de... 2018, 2019, 2020, 2021. Quase R$400 milhões... Esse contrato já possibilitou à VTCLog, desde a sua vigência, o recebimento de quase R$400 milhões. Apenas esse Contrato 59, assinado em 2018, que continua vigente, pelo qual a VTCLog – por esse contrato – recebe 97 milhões e um centavo por ano.

Quais os critérios de remuneração à VTCLog previstos nesse contrato? O que é que possibilita? Qual é o critério de remuneração que garante esses 97 milhões e um centavo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo o respeito, com toda consideração, Excelência, são vários fatores: ele tem o transporte, ele tem a distribuição, ele tem a armazenagem. Ele é muito complexo, é logística. Não é um item só, são vários itens que compõem essa planilha de R$97 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu perguntei qual é o critério? O que é que afere condições, critérios para que a VTCLog receba por ano, desse contrato vigente, 97 milhões e um centavo? O que é que possibilita essa remuneração?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, por favor, com toda a humildade, esse nosso contrato com a instituição Ministério da Saúde é sob demanda. Se tiver demanda, a gente, a empresa fatura; se não tiver demanda... Todo serviço prestado para a instituição é sob demanda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Renan, V. Exa. me permite aqui uma contribuição?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – V. Exa. acabou de falar que de 2018 para cá: R$400 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, ficou em torno disso, é um contrato que permite...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – A minha pergunta ao depoente é: nós podemos até entender que haja uma demanda elevada no momento de pandemia, mas, em 2018, qual era a demanda elevada para um faturamento de R$96 milhões em logística?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Senador, esse contrato começou em novembro ou dezembro de 2018. Então, em 2018, o faturamento desse contrato eu creio que foi insignificante.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E em 2019?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Aí, em 2019, eu não sei informar para o senhor quanto que foi.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ou seja, esses R$400 milhões foram apenas em 2020 e 2021?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, foi ao longo... Foi 2019...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... 2020, e até agora, no ambiente da pandemia, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então... Mas, se V. Sa. diz que, em 2018, em dezembro, não houve faturamento...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Foi.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Em 2019, foi um faturamento, então, da ordem de noventa e tantos milhões.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E não havia pandemia! Para que se tenha 400 milhões de faturamento, significa dizer que R$300 milhões foram no período da pandemia.

O que nós gostaríamos de poder entender é o que estabelece esse volume de faturamento quase que constante nesse contrato da VTCLog. É isso que nós queríamos compreender.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador, com todo respeito, Excelência, isso é da parte operacional da minha empresa. Eu sou sócio, então, eu não tenho condições de responder. Com todo respeito à Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Eduardo Braga, com mil desculpas, mas nós temos adotado, já de três reuniões para cá, o procedimento de deixarmos o Relator concluir o seu trabalho, sem interrupções, para que todos possam ter a possibilidade de usar a palavra.

Com todo o respeito, reconhecendo a importância do questionamento de V. Exa., eu devolvo a palavra ao Relator, para que ele continue a sua inquirição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quais aditivos foram feitos, no âmbito desse contrato para abarcar a demanda de transporte causada pela pandemia?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque esse contrato foi de 2018, ele não previa pandemia. Então, quais aditivos foram feitos para abarcar essa demanda? Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Relator, Excelência, teve um aditivo de 80... Se eu não me engano, acho que de 80 milhões, que é 25%, pelo motivo da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Teve um aditivo de 80 milhões...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É, pelo aumento da demanda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pelo aumento da demanda.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Foi. E foi a própria instituição Ministério da Saúde, em virtude da pandemia. A empresa apenas acatou uma solicitação da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Em que ano foi isso?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Eu acho que neste ano, Sr. Senador, acho que agora, em 2021, com o advento do começo da distribuição da vacina da covid, no dia 18 de janeiro deste ano.

E, Sr. Relator, agora, com a vacina da Pfizer, já distribuímos 100 milhões da vacina da Pfizer, até agora, e digo para os senhores: tivemos que investir mais de 30 milhões, e, até agora, não recebemos por esse serviço prestado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse aditivo foi suspenso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Sim, é isso mesmo que eu queria perguntar. Oitenta milhões é o que eles pediram, não é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, exatamente.

Esse aditivo foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – De quanto é o segundo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – O segundo, Sr. Relator, com todo respeito, Excelência, o segundo não foi bem um... Não foi aditivo. Isso daqui foi uma discussão entre nossa empresa e o Ministério da Saúde sobre o *picking*, a separação das cargas. Essa separação de carga, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator, é um assunto complexo que envolve, como se diz, caixa primária, caixa secundária e caixa terciária. Para dar um exemplo aqui para os senhores, bem simples, nesta sala: por exemplo, se a gente tiver dez cadeiras para mandar para um determinado local, se a gente juntar essas dez cadeiras e formar uma embalagem, aí, é um item – é um item. Se você fosse cobrar pelo contrato, cada cadeira seria considerada um item. Então, nós juntamos várias caixas dentro de uma caixa e formamos um volume. Então, em vez de cobrar por item, nós cobramos, Sr. Relator, Sr. Presidente, Excelência, por volume.

Se o senhor permitir, Sr. Relator, a gente gostaria de ilustrar. Não tem o nome da nossa empresa, não tem nada, só para os senhores, se for possível, para a gente entender melhor essa dinâmica do *picking*, da separação. Sr. Presidente e Sr. Relator, se pudesse, só para as pessoas entenderem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Propaganda?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Não é nada de... Não é publicidade...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Não, não é propaganda da empresa, não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... institucional, nada disso?

É de quanto tempo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Um minuto.

Pode apresentar.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu sou uma pessoa simples, não estou aqui para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também não é nosso propósito.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Algumas coisas, Senador Eduardo, são interessantes de se observar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O escopo desse contrato assinado em 2018, cujo aditivo só para a pandemia foi de R$80 milhões e que foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União, permite a manutenção – permite a manutenção – da VTCLog como empresa transportadora dos produtos do Ministério da Saúde.

Eu queria saber exatamente o que fundamenta essa manutenção. O que é que essa manutenção significa como objeto do contrato? Manutenção. É uma coisa específica, estranha, porque, na prática, seria necessário realizar uma nova licitação para cobrir a ampliação da demanda de qualquer contrato. Você vai ter uma ampliação de demanda, em um contrato de R$80 milhões, faz-se uma licitação, e não uma ampliação para manutenção da empresa no contrato com um aditivo de R$80 milhões. Essa manutenção significa mesmo o que – contida lá no objeto do contrato?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Relator, com todo o respeito, Excelência, eu acho que é manipulação, que é o *picking*. Veja bem, eu não sei. Aqui eu estou... minha humilde contribuição. Eu acho que aqui... Eu estou tentando contribuir para entender e dar a minha humilde resposta. Eu acho que é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Manipulação também. Seria garantida a... Seria mais grave ainda. Seria garantida... O contrato assinado em 18 permite "a manipulação da VTCLog". É mais grave ainda do que a manutenção.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, Sr. Relator...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O que ele está querendo dizer é a manipulação do medicamento.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É isso. Eu não... Não é manutenção, é manipulação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Aquilo que ele mostrou aqui no vídeo.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É, Sr. Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O que é estranho é o aditivo de 1.800%.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, 1.800% sem licitação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E depois de o Ricardo Barros ter acabado com o departamento do ministério que fazia essa tarefa, exatamente para permitir a contratação da VTCLog.

Algumas outras perguntas sobre isso: por que a VTCLog está pedindo a revisão do pagamento dos serviços prestados no âmbito do Contrato 59?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E tem um pedido de revisão posterior. Por que essa revisão? Por que o pedido?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo o respeito, Excelência, nosso contrato é muito complexo. Nós começamos uma operação em 2018 com 150 funcionários; hoje nós temos 450 colaboradores diretos, dentro do nosso CD em Guarulhos, prestando serviço ao Sistema Único de Saúde. É muito complexa a operação, trabalhamos sete dias por semana...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é uma evolução desproporcional. Essa elevação de mais duzentos e poucos funcionários não implica 1.800% de reajuste no contrato, e ainda pedindo uma nova revisão.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo o respeito, Excelência, olha, só pra atender a demanda da Pfizer, que o ministério não me pagou um centavo até hoje, nós tivemos que investir mais de R$30 milhões; nós tivemos que comprar *ultrafreezers* pra armazenar as vacinas da covid, -70, -90; nós tivemos que preparar a embalagem, porque, no mundo inteiro, não tinha essa embalagem; nós tivemos que nos preparar em três, quatro meses pra receber a vacina da Pfizer; nós tivemos que nos reinventar, Sr. Relator. Eu gostaria, com todo o respeito, com toda a consideração, que os senhores pudessem conhecer o nosso centro de distribuição em Guarulhos pra ver a tecnologia, pra ver a complexidade operacional.

Então, Sr. Relator, com todo o respeito, Excelência, não teve esse aumento de 1.800%. Eu afirmo para o senhor com minha palavra de honra, de homem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O Ministério da Saúde tem mostrado resistência em aumentar os pagamentos à VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, o senhor... Eu não entendi, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde tem demonstrado resistência em aumentar, em fazer a revisão dos pagamentos à VTCLog?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, é muito complicado você lidar com a administração pública. Eles estão sempre lhe demandando, demandando, demandando. E, na hora de o ministério... É muito complexo, é muito complexo lidar, é muito complexo lidar com a gestão pública.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É o dinheiro público. Depoente, isso é dinheiro público. Dinheiro público mal usado mata.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A nossa preocupação é sobre o aspecto do dinheiro público, da utilização, da execução do gasto com relação ao dinheiro público.

Eu estou tentando ser também, da minha parte, muito respeitoso com V. Sa.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu sei disso. Eu sei disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se por acaso eu exagerar, por favor... E agradeço um comportamento igual de V. Sa. Nós estamos aqui precisando obter algumas informações e, por isso, lhe pergunto e, por isso, também a insistência com relação a essas coisas que nós precisamos acessar.

A VTCLog chegou a judicializar essa questão?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, não judicializamos até agora, mas nós vamos judicializar. É um direito nosso líquido e certo, vamos procurar nossos direitos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em pronunciamento à imprensa, a VTCLog tem argumentado que tem ficado no prejuízo por conta da negativa de aumento dos pagamentos pelo Ministério da Saúde. Como então a empresa tem conseguido operar em face desses supostos prejuízos?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo o respeito, Excelência, em primeiro lugar, eu trabalho pra República Federativa do Brasil, a gente tem um respeito pelo nosso País. Eu digo pro senhor que nossa empresa... Vivemos num país capitalista, nossa empresa tem que ter resultado. É isso que eu tenho a falar pro senhor. Eu não posso... Qualquer empresa, se não tiver resultado, ela não sobrevive no nosso País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, uma pergunta em função disso, Sr. Raimundo: na visão da VTCLog, os critérios de remuneração pelo transporte de produtos da saúde estabelecidos pelo edital da licitação e pelo Contrato 59, eles não são adequados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo o respeito, Excelência, essa matéria é muito complexa. Eu gostaria de me reservar ao direito, Sr. Relator, Excelência, ao direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, e nós respeitaremos, é claro, com muita satisfação, é porque algumas perguntas – eu repito – precisam ser feitas.

Se não são adequados, Presidente Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma pergunta ao depoente: veja, na verdade, ele tem um *habeas corpus* para não se manifestar sobre temas que possam incriminá-lo, está certo? Mas me parece que ele tem utilizado esse benefício no sentido de que ele não dispõe de informações para transmitir aqui ao Relator. Então, seria importante – não sei como o Relator encara – que nós pudéssemos ter oficialmente essas informações, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, num curtíssimo espaço de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É óbvio que nós não podemos obrigá-lo a... Então, seria interessante, inclusive, que V. Sa., quando se tratar de algum fato que não o incrimine, mas não seja do seu conhecimento, que V. Sa. diga: "Eu vou transmitir oficialmente à CPI o dado, o número de que eu não disponho aqui nesse momento". É só uma sugestão, porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque isso tem uma lógica, Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Raimundo, eu perguntei: os critérios de remuneração pelos produtos da saúde estabelecidos no próprio edital de licitação não são adequados? Por que eu perguntei isso? Porque o senhor tinha dito que, claro, a empresa – e eu concordo – tem que preservar a sua margem de lucro na prestação de serviço, mas, como nós estamos preocupados apenas com a questão da execução do gasto público, que precisa ter transparência, aí eu perguntei: se não são adequados, não deveria haver uma nova licitação que permitisse às outras empresas que apresentassem seus preços de acordo com as novas regras de remuneração pelo setor público?

Porque qual é o grande problema, Senador Izalci? É que a empresa, claro, tem que ter lucro pela manutenção do serviço e diz que os preços não são adequados, pede a revisão, diz até que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

judicializar na medida em que essa revisão não aconteça. Não seria o caso de, em função de não ter preços adequados, se abrir para uma licitação para que novas empresas apresentem propostas de prestação de serviço? Isso era o comportamento que se deveria ter...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, como eu fui citado, posso falar só um segundo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sem problema, aqui é um interrogatório coletivo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Renan, com todo o... Eu não vim aqui para defender ninguém, eu sou muito técnico.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seja breve!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O grande problema que eu vejo, Senador Renan, é que, primeiro, essas informações que V. Exa. pediu foram entregues à CPI detalhadas, estão nos documentos da CPI. E posso dizer a V. Exa.: quando houve dúvidas com relação a saque de recurso, qual foi a pessoa que foi convocada? O *office boy*. Agora está-se tratando de contrato e licitação, qual foi a pessoa convocada? Um diretor operacional que não conhece essa área financeira e administrativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não. Nós convocamos o proprietário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A pessoa que foi convocada, que foi aprovado o requerimento, que conhece a Sra. Andreia, é que poderia responder a tudo isso sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, essa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só estou dizendo isso porque, como eu acompanhei e tive o cuidado, inclusive, de conversar com o Senador Randolfe, o Senador Alessandro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não estou apresentando nada complexo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... para que ele conhecesse as questões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... basta fazer um raciocínio lógico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não quero fazer a defesa. Só estou explicando...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Certo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que, como ele é diretor operacional, a questão financeira não tem...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós entendemos perfeitamente, Senador. V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É porque, ao final e ao cabo, Presidente Omar... Presidente Humberto, a VTCLog, o que é que acontece na prática, em função de tudo isso que nós fizemos? Ela defende a manutenção do Contrato 59, de 2018, vigente, mas com regras e critérios remuneratórios novos e vai judicializar. E por que, ao invés de fazerem isso, não abrem o processo licitatório para outras empresas apresentarem propostas, que é o que a lei manda que se faça? Porque, ao final, é seguinte: a VTCLog defende a manutenção do contrato – na prática, é isso –, mas com regras e critérios remuneratórios novos. Isso é legal? A lei diz isso? Não diz. Não diz. É isso, na prática, que caracteriza mais uma distorção, em função dessa prestação de serviço.

O ex-Diretor de Logística do Ministério da Saúde, Sr. Roberto Ferreira Dias, aprovou reajuste da ordem de 18% no valor a ser pago à VTCLog, no âmbito do Contrato 59, contrariando, inclusive, pareceres jurídicos dos órgãos técnicos da pasta. O Roberto Ferreira Dias contrariou os pareceres jurídicos dos órgãos da pasta, do Ministério da Saúde, e fez esse contrato aditivo.

Quais foram os argumentos apresentados a Dias para que ele ordenasse o pagamento a mais à VTCLog, já que os pareceres jurídicos do ministério eram contra? Que argumento foi? Por que que ele fez isso, se os pareceres eram contrários? Essa é pergunta que eu estou fazendo. Qual foi o argumento a mais?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Relator, com todo o respeito, com toda a consideração, eu vou ler a nota técnica da área técnica do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [parênteses] Segundo esses dados, se fôssemos pagar pelo método previsto no contrato (WMS), [que é o gerenciamento de armazém, é o sistema que gerencia o armazém], o valor total devido à empresa atualizado até 01/01/2021 [...] [seria] de R$57,729 milhões [...]

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas esse não é um parecer jurídico. É um parecer do departamento ligado ao Roberto Ferreira Dias.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi a proposta da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Proposta da empresa...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Posso terminar de ler, Sr. Relator, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode, claro, sem problema.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – "A contra-proposta da contratada, por sua vez, representa "meio-termo" entre esses dois métodos, correspondendo a R$18.983.096,10 [...]"

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Que foi essa que o Dr. Roberto Dias respaldou e passou a ser o aditivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

Por que os órgãos técnicos do ministério, jurídicos, rejeitaram os argumentos da VTCLog, esses argumentos?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo o respeito, eu não posso falar pela instituição lá, os órgãos técnicos, a Conjur. Eu só posso falar pela minha empresa e pela minha pessoa, dentro das minhas limitações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

Então, por que o convencimento dele sem o respaldo dos órgãos jurídicos? Isso é o quê? Significou o quê? Quais foram as... o que aconteceu pra que ele evoluísse para contrariar a recomendação jurídica dos órgãos do ministério?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, Excelência, com todo o respeito, a Conjur do Ministério da Saúde aprovou. A Conjur do Ministério da Saúde aprovou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá, mas eu estou lembrando que existem vários pareceres na tramitação do aditivo que foram contrariados por órgãos jurídicos do ministério.

Quantas reuniões a VTCLog realizou com Roberto Dias?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, eu não sei precisar, mas as poucas vezes que nós estivemos com o Sr. Roberto Dias no Ministério da Saúde foram pra reunião com pauta, com... Como é que se diz? Tudo legal, as poucas vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todas as conversas com o Roberto Ferreira Dias...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, foram conversas republi...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta: foram no Ministério da Saúde? Ou tiveram conversas fora do Ministério da Saúde? É uma pergunta pontual.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, conversa dentro do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tiveram nenhuma conversa fora?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Com todo o respeito, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A VTCLog buscou alguma autoridade que pudesse atuar de maneira legítima ou republicana na intermediação desse impasse com o Ministério da Saúde?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, Sr. Relator. Excelência, nunca procuramos qualquer ente público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A VTCLog ofereceu alguma vantagem ao Roberto Ferreira Dias pra que ordenasse a assinatura do aditivo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, Sr. Relator, nunca oferecemos nenhuma vantagem pro Sr. Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque nós levantamos, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e temos comprovações de que a VTCLog pagou compromisso do Roberto Ferreira Dias. E comprovamos isso aqui com... Então, sabemos que ela pagou compromisso do Roberto Ferreira Dias. Eu estou perguntando se, para que ele assinasse esse aditivo, se convencesse, houve também pagamento igual a esse que nós já comprovamos aqui.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, nunca existiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca houve pagamento?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Afirmo para o senhor, dou a minha palavra com toda a modéstia, Excelência. Palavra de homem: nunca existiu pagamento para o Sr. Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois das revelações desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as irregularidades do caso VTCLog, o Tribunal de Contas suspendeu o aditivo com sobrepreço de 18%. A VTCLog vai se manter no contrato mesmo com esse revés?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, Excelência, é uma decisão liminar, o TCU oficializou à nossa empresa, e nós vamos responder para a área lá, para o tribunal de contas. Não tem nenhuma... nenhum dentro do nosso direito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou seja, a VTCLog quer se manter no contrato.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Se quero... Dentro do possível, se puder, quero continuar mantendo, prestando o serviço que a gente presta, que eu acho que é com excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esta a distorção: quer se manter no contrato, quer continuar prestando o serviço, quer revisar o preço e não quer que o ministério faça a licitação das demandas que foram incorporadas do volume que foi agregado ao...

A lei manda que a licitação se faça para que esses preços que não estão servindo à VTCLog, que, portanto, pleiteia a sua revisão, possam ser suportados por outra empresa, na medida em que qualquer outra empresa queira participar do processo licitatório.

Eu peço pra exibir a imagem nº 1, por favor.

Isso aqui foram fotos do motoboy Ivanildo, que nós tivemos a satisfação de ouvir aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, fazendo saques e fazendo pagamento na agência da Caixa Econômica Federal, no aeroporto, que é onde há a maioria da movimentação das contas da VTCLog.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagens das agências bancárias, obtidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, mostram que boletos de Roberto Ferreira Dias – boletos – foram pagos pelo motoboy Ivanildo, funcionário da VTCLog.

Por que a VTCLog pagou boletos em nome de Roberto Ferreira Dias, Sr. Raimundo Nonato?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo respeito, o boleto do Sr. Roberto Ferreira Dias... Ele é cliente de outra empresa do grupo, a Voetur Turismo, não é a VTCLog. A VTCLog não pagou o boleto, Excelência, do Sr. Dias. A VTCLog não pagou o boleto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi a VTCLog, foi a Voetur que pagou.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – O Sr. Roberto é cliente como qualquer outro. A empresa de turismo do grupo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É cliente. Ele deve ter comprado algum serviço, alguma passagem, algum... O processo é o inverso, ele teve pago um compromisso dele pela empresa. É diferente. Na prática, ele recebeu, não é? Ele não pagou, ele recebeu, porque ele teve pago um compromisso dele, um boleto. O que ele fez então pra receber esse dinheiro da Voetur ou da VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Com todo o respeito, Excelência, o Sr. Dias é cliente da empresa Voetur Turismo, que é uma empresa que vende passagens e presta serviços a diversos órgãos da administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Relator, sugiro uma pergunta, que V. Exa. possa fazê-la.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode fazê-la diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Mas o Ivanildo que foi o motoboy é funcionário da VTCLog ou não?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não é funcionário? O Ivanildo não é funcionário da VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, o Sr. Ivanildo é funcionário do Grupo Voetur.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas o saque, o dinheiro que ele tirou no banco era da VTCLog. O cheque que foi sacado naquele dia era da VTCLog. No entanto, o pagamento que se fez em nome de Roberto Ferreira Dias, quer dizer, é o contrário do que V. Sa. – estou dizendo isso com todo o respeito – está dizendo, porque, se ele é cliente da Voetur, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveria pagar compromissos à Voetur e não receber dinheiro da Voetur mediante o pagamento de boleto. Isso é óbvio. Isso é óbvio. É uma coisa, um raciocínio cristalino, elementar, quer dizer, a pergunta que nós estamos fazendo não deixa dúvida.

E eu perguntei: por que a Voetur ou a VTCLog pagou boletos em nome de Roberto Dias?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Relator Renan, se V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Raimundo Nonato, o senhor responde pela VTCLog e pela Voetur?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Não. Só respondo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor só responde pela VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... pela VTCLog. A Voetur, eu não respondo por ela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o que é a Voetur?

A VTCLog não é a empresa que sucedeu a Voetur?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador, nós somos um grupo. Tem a empresa de turismo, Voetur Turismo, da qual eu não faço parte.

Eu só cuido da VTCLog, que até alguns anos atrás se chamava Voetur Cargas e aí, como tinha uma confusão envolvendo os nomes da empresa, resolvemos, por uma questão de marketing interno, transformar em VTCLog, mas o CNPJ é o mesmo, o objetivo social...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, então, ambas são do mesmo grupo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – São do mesmo grupo, mas eu não sou sócio da Voetur Turismo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o cheque sacado, de dinheiro, que proporcionou dinheiro com o qual foram pagos os boletos, era da VTCLog, não era da Voetur. Era cheque da VTCLog, na agência bancária do aeroporto.

Um dado, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 24 de junho de 2021, o Ministério da Saúde pagou à VTCLog R$62.402.839 e, nessa mesma data, foram pagos boletos para o Sr. Roberto Ferreira Dias no valor de R$13.550.

Esse pagamento foi feito em retribuição ao fato dele ter assinado o Contrato 59, o aditivo?

Uma pergunta concreta que talvez V. Sa. pudesse nos ajudar, porque nós estamos com as provas na mão, com o pagamento da empresa de boleto do Roberto Ferreira Dias. Foi ele quem negociou todos os contratos com a VTCLog, porque ele foi, durante esse tempo todo, Diretor de Logística do Ministério da Saúde.

Nós temos prova dele recebendo o dinheiro através do pagamento pela VTCLog de boletos dele e comprovamos também saques milionários que eram feitos em dinheiro, em dinheiro. Eram pagos alguns boletos, inclusive os do Roberto Ferreira Dias, e o que sobrava era levado para a Sra. Zenaide na empresa, conforme nos falou aqui o motoboy.

Quer dizer, o que nós queremos saber é o destino desse dinheiro. É o destino desse dinheiro, porque nós já temos todas as provas, o contrato já foi até suspenso, mas nós precisamos saber... Esse dinheiro que era sacado, que nós comprovamos, nós já temos as provas do Roberto Ferreira Dias. Nós precisamos saber o restante desse dinheiro para quem ia.

Por que é que tinha que sacar em dinheiro todos os meses? Duas, três vezes? Valores esses que foram demonstrados aqui.

Esses pagamentos ao Roberto Ferreira Dias eram em retribuição à participação dele no contrato?

É óbvio que V. Sa.... Nós tentamos trazer o Sr. Carlos Sá, mas V. Sa. pode nos ajudar.

O propósito da Comissão Parlamentar de Inquérito não é um propósito pessoal. A gente não está aqui contra ninguém, absolutamente.

A gente quer saber, esse dinheiro que foi sacado, ele foi sacado para quem? Nós já provamos que foi sacado, levantamos os valores, o motoboy que sacou confirmou, disse que o restante do dinheiro que sobrava entregava à Sra. Zenaide. Esse dinheiro era para quem? Era para quem?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, só para colaborar com o Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... se possível.

Eu acho que, até para a gente descartar qualquer tipo de outros argumentos, outras justificativas, por que a CPI não encaminha um pedido – fica a título de sugestão – já que o depoente, Sr. Raimundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nonato, falou que o Sr. Roberto Dias é cliente da Voetur, se, nesse período suscitado pelo Senador Renan Calheiros, houve...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é cliente, mas ele não pagou; ele recebeu, meu querido amigo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Entendi. Mas o argumento foi dele nisso. É só para ver se a gente descarta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não é argumento. Isso não justifica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É para ver se, de alguma forma, se mostra se houve pagamento, se ele usou passagem aérea, se ele comprou algum pacote de turismo naquele período, porque aí já descarta esse tipo de situação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se ele tivesse comprado passagem aérea, ele teria que pagar à Voetur e à VTCLog. Ele recebeu; é o contrário. Olha, se eu uso uma passagem da Voetur, eu vou pagar. "O Sr. Renan está devendo dez passagens para Maceió, para São Paulo". Eu tenho que pagar. Na hora em que aparece eu recebendo, há uma coisa errada nisso aí. Ao invés de pagar, eu ainda recebi? Entendeu? É essa aqui que é uma coisa...

Isso já está tudo comprovado. Então, a única coisa que nós queremos saber é pra quem ia, qual era o destino final desse dinheiro que era sacado em dinheiro no banco – duas, três vezes, saques altíssimos – e que, segundo o motoboy, o que sobrava do pagamento dos boletos – tinha muitos boletos, inclusive do Roberto Ferreira Dias –, o que sobrava do pagamento desses boletos eram levados para Zenaide, Sra. Zenaide.

Qual era o destino final desse dinheiro?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a única que a gente quer saber. A gente não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor me permite uma pergunta adicional?

Qual o CNPJ da Voetur Cargas e da VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Voetur Cargas e VTCLog, o CNPJ é o mesmo, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o mesmo CNPJ?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É o mesmo CNPJ.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode, assim, só responder? Então, o CNPJ da Voetur Cargas é o mesmo CNPJ da VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Da VTCLog. É o mesmo, é a mesma empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a mesma empresa?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Voetur Turismo é que é outra empresa. É uma empresa de turismo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – A Voetur turismo é que outra empresa.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – É outra empresa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o CNPJ da Voetur Turismo é diferente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É diferente?

O senhor pode responder à pergunta do Relator: para onde esse recurso, para quem ele era destinado?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, por favor, com todo...

Sr. Relator, quando eu fiquei sabendo do ocorrido, no dia em que vocês veicularam o vídeo, fui averiguar o fato. Fui informado pela Diretoria que o Sr. Dias é cliente da Voetur Turismo e comprou algumas passagens aéreas e realizou pagamentos via depósitos bancários e em dinheiro. Os boletos pagos em dinheiro, o financeiro encaminhou para o banco, para que os boletos fossem liquidados. Tais fatos ocorreram, foram esclarecidos, e os documentos já entregues a esta douta Comissão. Sempre fizemos questão de esclarecer todos os fatos. Comprovantes de que outros clientes pagam em dinheiro direto nos próprios pontos de venda da nossa empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou discutindo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Raimundo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O problema é que ele recebeu, ele não pagou. Ele recebeu, quer dizer, o dinheiro, que pagou em dinheiro, foi o dinheiro da Zenaide, da sobra do motoboy? Quer dizer, isso não tem explicação, Sr. Raimundo, porque ele recebeu; ele não pagou dívida, ele recebeu!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Relator, eu fui advertido aqui pelo Secretário da Comissão de que o depoente não pode fazer a leitura de documentos ou textos, ele pode consultar, ele pode ouvir, mas ele não pode fazer a leitura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho até que pode, na medida em que seja uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, na minha opinião também, mas a gente tem que seguir aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... lógica. Não pode é ler um documento desse.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Só um minutinho.

Eu queria entender, pra ver se todos nós entendemos aqui. O que V. Sa. está dizendo é que o Sr. Roberto Dias pagou em dinheiro, em algum lugar, à Voetur, e a Sra. Zenaide pegou esse dinheiro do senhor...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e mandou depositar no banco, foi isso?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (*Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas na conta dele de novo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pagando o boleto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – O boleto...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É essa a explicação?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É isso a explicação. Aliás, o Sr. Roberto Dias deve pra nossa empresa, pra empresa Voetur Turismo, de que eu não sou sócio, ele foi protestado, ele deve acho que mais de R$30 mil. Ele já foi protestado ano passado por problema de pagamento...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora V. Sa. me perdoe, viu? As pessoas que fazem parte desse Governo têm uma verdadeira aversão a banco, a transição, transação eletrônica. Se isso for verdade, é tudo feito na base do dinheiro, compra casa na base do dinheiro, aluga casa na base do dinheiro, é tudo assim, na base do dinheiro? Quer dizer, o banco é o colchão. Realmente é difícil a gente poder entender, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sobre isso, já que... Por que a VTCLog ordenava que seus colaboradores sacassem dinheiro? Grandes quantidades, em vez de realizar seus pagamentos por meio de transferências eletrônicas, que são mais seguras, todos sabem, usuais, rastreáveis e rápidas.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Relator, com todo respeito, toda consideração, Excelência, nossa empresa é uma empresa familiar. A gente faz um cheque, vai pro aeroporto, ou no banco, pra pagar despesa da empresa, despesa dos sócios e despesa do nosso agronegócio, e não é... o cheque não é para ser sacado e levado pra empresa, jamais, Sr. Relator, com todo respeito, com toda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas nós comprovamos isso aqui, que o que sobrava era entregue à Zenaide, e geralmente sobrava porque os volumes sacados eram enormes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Senador Renan, Senador Humberto, Sr. Raimundo, só para ficar bem claro: o Sr. Ivanildo é *office boy* da...?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Ele é *office boy* da, da... da VTCLog e trabalha pro grupo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele é *office boy* da VTCLog.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como *office boy* da VTCLog, ele foi até uma agência bancária fazer a retirada de dinheiro em espécie?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, senhor, ele, o Sr. Ivanildo vai pro banco, paga todas as contas da...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, nessa circunstância que o Relator está perguntando, nesse momento aí, ele foi ao banco retirar dinheiro em espécie, certo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Ele não... Com todo respeito, Excelência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... o Sr. Ivanildo não ia para o banco para tirar dinheiro em espécie. O Sr. Ivanildo iria pro banco pra fazer pagamentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeito, Sr. Raimundo, mas veja, também com todo respeito.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... nós temos aqui o saque em espécie, e V. Sa. inclusive acabou de admitir. O que eu estou querendo, o que eu estou perguntando é o seguinte, vamos lá novamente.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Ivanildo é *office boy* da VTCLog.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nessa circunstância com o Sr. Roberto Ferreira Dias, ele retirou o dinheiro em espécie e fez pagamento de boleto do Sr. Roberto Ferreira Dias.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Com todo o respeito, Excelência, Sr. Senador Randolfe, isso não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O que ele diz, Senador, é que, nesse dia, o Ivanildo levou um dinheiro em espécie que havia sido pago pelo Sr. Roberto Ferreira Dias em espécie à Voetur e que ele, com esse dinheiro em espécie, foi pagar o boleto do Sr. Roberto Ferreira Dias, foi isso que eu entendi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas me diga uma coisa, Sr. Raimundo, é porque está difícil realmente compreender – a gente está tentando fazer um exercício aqui grande, mas está difícil –, me diga só uma coisa: ele pagou o boleto do Roberto Ferreira Dias que era um boleto para a Voetur, sendo ele *office boy* da VTCLog, é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador, o Sr. Ivanildo é *motoboy* do grupo Voetur.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Voetur ou VTCLog?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Voetur ou VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Desculpa, é do grupo; o grupo inclui Voetur.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É, mas o cheque que ele sacou na oportunidade era da Voetur, isso já foi comprovado pela CPI.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Ele não pagou com cheque, senhor, com todo o respeito, Excelência, Sr. Relator, ele não pagou com...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele pagou em dinheiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele sacou naquele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele sacou e pagou em dinheiro, mas é isso que ele está dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sacou e pagou, sacou e pagou! Nós comprovamos...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não estou dizendo, Sr. Senador, com todo o respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós comprovamos isso aqui na CPI.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... com toda... Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria... Quem fazia os saques para a VTCLog?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Quais os valores?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eles eram todos feitos pelos motoboys, os saques? Quem fazia os saques?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Relator, com todo o respeito, com toda a consideração, Excelência, não eram saques; era o dinheiro para pagar despesa do nosso grupo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós já comprovamos isso aqui. Eu peço para se exibir aqui, por favor, a relação do dinheiro sacado pela VTCLog na agência da Caixa Econômica, no aeroporto...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Naquele dia?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, em todos os dias. Nesse dia, nós já comprovamos que foi feito um saque e, naquele dia, com o dinheiro do saque, em espécie, foi pago o boleto do Roberto Ferreira Dias, naquele dia!

Olha aqui, isso tudo são saques feitos pela VTCLog nessa agência do aeroporto. Quando chega neste ano, no final – pode passar aí, por favor, subir –, quando chega neste ano, no final, aí começa: 05/01/2021, 150; 05/01/2021, 350; 08/01, 350; 25/02, 100; 05/03, 144; 01/04, 250; 07/04, 150; 23/04, 100; 28/04, 100; 29/04, 200; 07/05, 193; 18/05, 200; 24/05, 200; 27/05, 200; 07/06, 350; 01/07, 350. Isso aqui tudo já foi comprovado.

A única pergunta que remanesce, que, humildemente também e igualmente, nós gostaríamos de fazer é: para quem ia esse dinheiro, para quem ia esse dinheiro sacado em espécie? É só isso, é só isso! Porque a parte do Roberto Ferreira Dias já está comprovada, a materialidade do aditivo também já está comprovada em função da suspensão do Tribunal de Contas da União.

Esse dinheiro, essa dinheirama ia para quem? Qual era o destino final? É só isso, é só isso, não tem nada de pessoal nisso aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual foi a soma final?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Relator, por favor, eu gostaria de falar pro senhor que toda essa documentação já foi entregue nesta CPI. A nossa empresa é uma empresa privada. Nossa empresa é uma empresa familiar. Esse dinheiro não foi sacado pra levar pra empresa, isso daí foi pra pagar as despesas das empresas, dos sócios, do nosso negócio no dia a dia, empresa familiar. Esse dinheiro não foi sacado pra levar pra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Empresa familiar que só com um contrato, nos últimos anos, recebeu 400 milhões do Ministério da Saúde, de um único contrato.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor há de convir, Sr. Raimundo Nonato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Noventa e sete milhões por ano – e um centavo. Noventa e sete milhões e um centavo por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor há de convir, Sr. Raimundo Nonato, que é uma empresa familiar muito acima da média das empresas familiares brasileiras.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Qual é a previsão este ano de faturamento da VTCLog no Ministério da Saúde? Qual é a previsão de faturamento? Você sabe, André? A senhora sabe?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Eu não sei porque...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a previsão de faturamento?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É porque é sob demanda, senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou falando previsão, eu não estou dizendo quanto é.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (*Fora do microfone*.) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria saber só a previsão este ano.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor. *Fora do microfone*.) – A previsão deste ano é em torno de uns 100, 120 milhões, em virtude do aumento da demanda...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Do aumento da demanda do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, e em 2018 foram 90 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Noventa e sete só do Contrato 59 – noventa e sete e um centavo.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só do Contrato 59 com o Ministério da Saúde.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ...eu gostaria de explicar a estrutura, porque o senhor me perguntou o valor do faturamento, e aí...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer outras perguntas. Permita-me, Presidente Omar, mandar colocar o vídeo aí que comprova o que nós acabamos de dizer. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Está vendo? O saque foi da conta da VTCLog.

Presidente, eu peço aos advogados... Eles podem muita coisa, se quiserem pedir pra interromper, pra orientar o depoente, não há problema nenhum, nós estamos aqui pra respeitar a ordem de *habeas corpus* e tudo mais... Nós não temos, evidentemente, interesse nenhum... A gente só quer saber o destino final do dinheiro, é somente isso. Esta CPI vai encerrar os trabalhos na próxima semana, nós gostaríamos de amarrar as pontas dessa questão, há uma evidência com relação a tudo isso, mas nós precisamos das informações. São essas informações que nós queremos.

O senhor confirma que a Zenaide era quem ordenava os saques que os funcionários faziam? O senhor confirma que era Zenaide coordenava os saques, como disse aqui o motoboy?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sim, a Sra. Zenaide.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Após receber o valor em dinheiro trazido pelo Sr. Ivanildo, quem determinava à Sra. Zenaide a forma de utilizá-lo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – A própria Sra. Zenaide, que é a nossa tesoureira da empresa, do grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Ela tinha autonomia para utilizar em qualquer direção o dinheiro? (*Pausa.*)

Alguém mais participava dessa orientação para ela, para a Zenaide?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, todos os recursos a gente já encaminhou aqui para esta douta Comissão, esta CPI, e não tem essa de – o senhor desculpe a minha maneira de eu me expressar – levar dinheiro para a empresa. Só levávamos quando sobrava o dinheiro dos pagamentos normais do sócio, do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas ele já declarou isso aqui, que o que sobrava do saque ele levava e entregava pessoalmente à Zenaide. Ele já disse.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo respeito: nós temos mais de 400 caminhões espalhados pelo Brasil, muitos locais, tem as retiradas dos próprios sócios... Então, a gente não... A nossa tesouraria não ficava guardando dinheiro. O dinheiro era primeiro para pagar todas as contas e ter um fundo fixo na empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele declarou aqui que, na maioria das vezes, sobrava dinheiro. Pagava os boletos e sobrava o dinheiro.

A Zenaide...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Perdão, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor. Por favor.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... Bem, é... Quando sobrava dinheiro, muitas vezes o motoboy ia a outro banco pagar conta, mas o restante das contas do grupo, dos sócios, do nosso agronegócio... Então, quando o restante... Era o que levava para a empresa, mas era saque de dinheiro para levar para a tesouraria. Era fundo de caixa, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A Sra. Zenaide é parente dos sócios? Tem algum parentesco?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Até onde eu sei, não. Não é parente de ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até onde sabe...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Ela não é parente. Ela é do Piauí, e meu sócio é de Minas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

Dos proprietários, quem tratava diretamente com a Sra. Zenaide?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Olha, dentro da empresa, muito pouco, que eu viajo muito, sou eu e a senhora... a CEO da empresa, a Sra. Andreia, que fica no dia a dia da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era o senhor que tratava sobre as quantias sacadas?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu diria para o senhor que eu não, porque eu viajo muito. Eu estou sempre em São Paulo, no Rio, no Tocantins, no Maranhão, em Manaus... Eu fico muito pouco em Brasília, Sr. Senador. Eu não... Eu fico... Eu sou uma pessoa que viaja muito, eu cuido do dia a dia.

Nós temos muitos caminhões espalhados pelo Brasil. Então, eu fico um final de semana na minha casa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Existe algum registro das ordens de saque feitas ao motoboy Ivanildo e à Sra. Zenaide?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, tudo documentado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existe algum registro interno da empresa?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... e disponibilizado para esta Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, porque nós tínhamos uma informação e por isso estou perguntando...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – A CGU já nos solicitou, e vamos entregar para a CGU, para os órgãos e aqui para esta CPI. Vamos fazer tudo, Sr. Relator, de acordo com... Como deve ser feito, o correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

A VTCLog entregou à Comissão Parlamentar de Inquérito um laudo de perícia técnica em que procura demonstrar o destino de alguns dos saques suspeitos, a partir de janeiro de 2021, detectados pela investigação. Talvez seja a isso que V. Sa. está se referindo.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que nem todos os saques foram objeto da análise do perito pela VTCLog, do perito contratado? Ele tentou justificar apenas alguns, não justificou todos.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo o respeito, foi apresentado o que a CPI levantou e estamos encaminhando o restante dos dados para os senhores aqui desta Comissão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só mostrar aí, por favor, Izabelle...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... os questionamentos feitos por esta Comissão, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Conforme essa listagem acima, os saques altos, de altíssimos valores, foram os seguintes. São esses aí. E a VTCLog justifica boa parte da destinação dos saques à distribuição de lucros aos sócios. Por que os sócios não recebias esses valores por meio de transferência eletrônica? A maior parte da justificativa era: em função da distribuição de lucro.

Por que isso não se fazia, Senador Izalci, por transferência eletrônica, que é o normal de qualquer empresa. O senhor é contador e sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Posso falar alguma coisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Izalci, claro. Sempre ajuda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... como contador?

Eu vou tentar explicar: quando o Sr. Ivanildo esteve aqui eu fiz a pergunta: Sr. Ivanildo, em algum momento, V. Sa. sacou algum recurso e levou para alguém fora da empresa? Ele disse que não, o que era uma informação importante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entregou à Zenaide.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Zenaide, que é a tesoureira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. Disse a mim: "O que sobrava eu entregava à Zenaide".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O que ele disse também: que alguns boletos, o que é comum, fora do vencimento ou alguma questão no boleto que não era possível, aquele boleto, o valor referente àquele boleto era devolvido. Agora, no relatório que foi entregue, e eu li o relatório, todos os cheques sacados têm a destinação. A Zenaide, que é a tesoureira do grupo, preparava então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela não é mais tesoureira?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não sei. Nem a conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Você falou era.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nem a conheço. Estou dizendo que ela é a tesoureira. É a informação que foi dada aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O que é que se faz? Preparam-se vários boletos: do sócio, da empresa, de várias empresas, soma-se o valor. Se deu lá 452 mil, faz um cheque, pega todos os boletos, vai ao banco e paga. Se estiver tudo o.k. com os boletos, morreu o assunto. Se um boleto dá problema, pega o recurso e devolve para a tesoureira Zenaide. Estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando como contador, como eu conheço. Agora, ali nesses boletos, tem coisa privada, que é do sócio, tem coisa que é da VTCLog, tem da Voetur, porque é um grupo só. Então, isso foi o que eu entendi dos relatórios que li, que foram entregues aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas o problema não é... A Zenaide chamava o motoboy, fazia um cheque...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mandava os boletos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mandava pagar alguns boletos de compromissos da Voetur e da VTCLog.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E do sócio, inclusive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E do sócio, inclusive. Tudo bem! Isso aí é uma operação normal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, o problema é que o Sr. Roberto Dias não era sócio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O problema é que o Roberto Dias recebeu. Ela pagou um boleto do Roberto Dias. E isso não está na lógica nem da própria argumentação da empresa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu posso, em cima do que eu recebi dos relatórios que V. Exa., que estão à disposição da CPI...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como ele acabou de ler.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Como ele não é financeiro, qual é o objetivo realmente do Relator: é saber a verdade ou não? Porque se fosse exatamente o que aconteceu, a CPI deveria ter chamado – e foi aprovado o requerimento, não sei de quem é o requerimento – a CEO da empresa, que pode explicar cada detalhe.

Então, não seria eu que vou responder, mas poderia aproveitar que ela está aqui... Pergunte para ela como aconteceu a questão do Roberto Dias. Ela vai poder explicar tecnicamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele acabou de ler um documento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não... Ela está aqui, ela pode explicar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não explica...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Assim como o Senador Omar perguntou para ela qual foi o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não se explica que ele recebeu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É só perguntar para ela!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa pagava os compromissos das empresas e dos funcionários e dos proprietários...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Renan, tire a conclusão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e pagou o do Roberto. Como é que se explica isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Renan, tire a conclusão depois que ela falar! É porque eu sou contador, eu entendi; agora V. Exa. não entendeu...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A minha referência...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu não quero fazer defesa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é V. Exa. aqui, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não estou fazendo defesa de ninguém, não.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Viu, Presidente? Eu respondi porque ele perguntou só. Não quero... Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Izalci Lucas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... tem uma questão que não há como explicar: uma empresa presta serviço para o Governo Federal, e um funcionário que gerencia o contrato tem um boleto seu pago pela empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia em que recebe 62 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, por favor. Deixe-me só concluir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É a conclusão de V. Exa. Pergunte para a CEO que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não tem o que perguntar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para explicar, pelo menos!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não tem explicação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá bom, então.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, eu estou com a palavra, Sr. Senador Marcos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. é o Presidente, tem sempre a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, eu estou com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou devolver a palavra ao Sr. Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está fazendo um comentário aí; eu estou pedindo para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou fazendo um comentário para esclarecer à opinião pública brasileira...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, eu quero ter um contraponto.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Se V. Exa. me permitir exercer a função de Presidente da CPI, eu fico muito grato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois não, o senhor se levanta e pede pela ordem, que aí eu vou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A palavra está comigo.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto. A palavra está com ele. Eu vou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu preciso autorizar. Eu não autorizo.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... V. Exa. me permite exercer a função para a qual o Presidente da Comissão me delegou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, Presidente. Na sequência eu solicito, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É preciso que o Brasil inteiro saiba que essa empresa é contratada do Ministério da Saúde para... E que substituiu um setor inteiro que era do Ministério da Saúde. O setor de logística não era terceirizado; foi terceirizado para essa empresa através de um contrato na era do Sr. Ricardo Barros, então Ministro da Saúde.

O Sr. Roberto Dias, que é o Diretor de Logística do Ministério da Saúde, recebe um pagamento – um pagamento – de um boleto seu dessa empresa que presta serviço para o Ministério da Saúde. Não tem explicação. Não há explicação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, esclarecendo a opinião pública...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tira uma conclusão que V. Exa. não sabe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu não estou tirando conclusão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está tirando, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso não é conclusão. Por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senhoras e senhores, por favor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. tira uma conclusão que não é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria só deixar uma coisa... Tem coisas que não são conclusões...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... são fatos. E contra fatos não adianta a gente querer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... fazer ou argumentar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com a palavra o Sr. Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, apenas... Apenas para dizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Retomando o depoimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente... Espere aí!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou passar a palavra para V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vou passar a palavra para V. Exa. depois que o Relator...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente! V. Exa. acabou de fazer um comentário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não! Você pediu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... absolutamente inapropriado para a condição de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Na sua opinião, Sr. Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, na opinião de todos aqueles que acompanham a função de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, na sua opinião. É a sua opinião.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa empresa é muito importante...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, Senador Renan Calheiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... essa empresa é muito poderosa...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor! Por favor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... já esteve...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero retomar o interrogatório, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a isso que o Brasil está assistindo. Esse é o estilo da CPI. Muito bem. Este é o estilo da CPI: o Presidente assume, fala o que quer, dirige os trabalhos, dá opinião, dá pitaco, e aí os Senadores não podem falar...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Renan...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... não podem contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com a palavra o Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A VTCLog...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... tiram as próprias conclusões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A VTCLog justifica...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso, infelizmente. Lamentável! Lamentável!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só uma questão de ordem, art. 203 do Regimento Interno.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A VTCLog...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma rápida questão de ordem, Presidente.

Vamos fazer um pacto aqui entre nós e garantir que o Relator conclua a inquirição. Eu mesmo me comprometo a não interrompê-lo mais. Eu acho que todos nós podemos assumir esse compromisso agora.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tenho que dar a questão de ordem do Senador Marcos Rogério, porque ele me pediu, assim que o Relator concluir a fala dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Mas só para nós concluirmos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Presidente não pode fazer o que acabou de fazer, Presidente. Só isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A VTCLog, Sr. Raimundo Nonato, justifica boa parte da destinação dos saques à distribuição de lucros aos sócios. Por que os sócios não recebiam esses valores por meio de transferência eletrônica e tinham que sacar o dinheiro?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Relator, com todo o respeito, Excelência, esses recursos eram utilizados para a gente pagar despesas de cada sócio, do nosso agronegócio, das nossas atividades que a gente tem do grupo, independentemente do dia a dia de Brasília – dos sócios, não da empresa, dos sócios: meu, da D. Teresa e do Sr. Carlos Alberto de Sá –, retirada dos sócios para pagamento de outras atividades dos sócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Esse dinheiro foi entregue aos sócios em espécie?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim. Pois não, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Eu queria só lembrar que o Ivanildo disse à CPI que só levava para a empresa os saldos ou sobra dos valores sacados.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, isso mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sempre enfatizou que não carregava valores de altos montantes de dinheiro como os que foram repassados como distribuição de lucro para os sócios.

Por que a sócia Teresa Cristina sempre recebe menos lucro do que os outros sócios embora ela tenha uma participação na empresa de 32% e V. Sa. tem apenas de 15%, por exemplo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Presidente, a Sra. Teresa Cristina está afastada do dia a dia da empresa. Então, ela não participa do dia a dia, e parte das contas da Sra. Teresa... O Sr. Carlos Alberto, nosso sócio majoritário, ex-esposo da D. Teresa, é quem paga as contas. É esse o motivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento, houve... Os registros contábeis demonstram que houve uma tentativa da VTCLog de justificar esses saques manipulando a destinação dos recursos sacados. Isso é verdade?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, isso não procede, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não procede.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não procede. Com todo o respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a empresa responsável pela auditoria externa da VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Hoje nós temos um perito, o Sr. Bertoldo... Bertoldes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O perito é o senhor...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Bertoldes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bertoldo.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Bertolo. É o Sr. Bertolo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Bertoldes.

V. Sa. espontaneamente... V. Sa. permitiria espontaneamente que integrantes da equipe que assessora esta Comissão Parlamentar de Inquérito tenham acesso a todos os documentos...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e respectivo sistema de armazenamento de informações contábeis e registros auxiliares para que possamos confirmar as conclusões do parecer técnico?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Nós vamos entregar a esta douta Comissão, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, espontaneamente, permitiria que a perícia se dirigisse à empresa para levantar essas informações?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, nós trazemos até os senhores. A empresa vai disponibilizar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Raimundo, me desculpe. É porque a pergunta do Relator não é essa.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A pergunta do Relator é se a empresa faculta que uma perícia da CPI possa comparecer à empresa para fazer uma auditoria na documentação.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não. Então, que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não permite.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No parecer técnico endereçado à Comissão Parlamentar de Inquérito, consta que Roberto Ferreira Dias é devedor de 37.656,34. E, destes, 20 mil encontram-se protestados. O Sr. Roberto continua inadimplente?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que se referem essas dívidas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, Excelência, eu creio que essas dívidas devem ser de compra de passagens aéreas do Sr. Dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deve ser, não. Eu estou perguntando...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Compra de passagem aérea?

Ele deu alguma explicação para o calote?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Ele não deu. Inclusive, ele foi protestado pelo... E vamos judicializar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Há informações...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Há quanto tempo essa dívida existe?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há quanto tempo essa dívida existe? Há quanto tempo foi feito o protesto?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Aí eu não sei. Aí é de uma empresa do grupo...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não sabe. Não sabe, Sr. Presidente... Não sabe.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Com todo o respeito, mas posso trazer para os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não sabe. Prestem atenção: não sabe!

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu vou acionar o nosso jurídico, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele tem uma dívida que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, ele é diretor operacional, Presidente. Ele não mexe com a parte financeira do contrato, ele não conhece isso.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor é advogado de defesa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, mas eu conheço... Eu não quero... Eu não posso aceitar é que, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, o senhor é advogado de defesa?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, não é... Eu sou contador, sou perito, sou profissional. Não pode... Quando um perito assina um balanço... Quando V. Exa. faz uma receita médica, V. Exa. assume a responsabilidade da receita. Quando um contador, um auditor, um perito assina o documento, ele assume a responsabilidade. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Izalci, eu só fiz uma pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acabei de perguntar quem é o perito. Ele disse: Bertoldo, Bertoldes...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele respondeu...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos em frente!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Há informações de que supostos fornecedores... Há informações de que supostos fornecedores recebiam os valores sacados. V. Sa. poderia, então, listar quais seriam esses fornecedores e como geralmente eles recebiam esses dinheiros?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Senhor... Com todo o respeito, Excelência, não entendi a sua pergunta, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há informações de que supostos fornecedores recebiam os valores sacados. V. Sa. poderia, então, listar quais seriam esses fornecedores que recebiam dinheiros sacados em espécie? Como é que eles recebiam esse dinheiro, de que forma? Eles iam lá na Zenaide, entravam na sala, ela estava lá com o dinheiro da sobra e pagava para eles? Era assim? Ou como é que era esse funcionamento?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo o respeito, esse recurso ficava na Tesouraria, com a Sra. Zenaide, não era... Ela é que administrava, não era entregue para ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela é que administrava e pagava os fornecedores.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – E o destino, senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses beneficiários dos pagamentos são todos de Brasília?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, a nossa empresa atua em nível nacional. Então, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A VTCLog paga os fornecedores de fora de Brasília também com saques ou faz transferências para eles?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, eu não... Excelência, minha parte é lá do financeiro. Eu não tenho como, com toda a modéstia, com todo o respeito, responder ao senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque são situações diferentes. De acordo com as informações, a VTCLog paga os fornecedores de fora de Brasília com transferência e paga os de Brasília com saques. Por que essa mudança de paradigma, de condução, de encaminhamento? É essa a pergunta.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, com todo o respeito, o nosso trabalho, a nossa empresa é muito complexa. Então, muitas vezes, são contas de outros Estados, contas da fazenda, contas de sacar o dinheiro e depositar imediatamente na conta, senhor. Isso... Acho que não tem nada de ilegal nisso, com todo o respeito, com toda a consideração pelo senhor. Não tem nada de ilegal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também os funcionários... Por que os funcionários não eram pagos via transferência bancária, como todas as empresas fazem? Alguns funcionários que recebiam em espécie...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Senhor... Perdão, senhor... Os funcionários do nosso agronegócio, da nossa fazenda e outros funcionários solicitavam também receber em dinheiro. Está o.k.?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, com todo o respeito, o senhor acha que essa prática de sacar e pagar o funcionário em dinheiro é compatível com uma grande empresa que tem contratos, que tem um contrato que permite receber 97 milhões por ano do Ministério da Saúde? É compatível sacar para pagar funcionários em dinheiro em pleno século XXI? É uma prática totalmente em desuso. O senhor acha compatível isso, Sr. Raimundo Nonato?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, a empresa é familiar, uma empresa bem tradicional, bem familiar. Então, vamos tentar modernizar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era recebido recibo dos beneficiários dos pagamentos realizados? Era recebido recibo dos pagamentos dos beneficiários em espécie?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Ah, sim. Qualquer beneficiário tem lá o seu documento, e nós vamos encaminhar para esta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em caso positivo – e aproveitando a presença da Dra. Andreia –, esta Comissão Parlamentar de Inquérito pede, então, os comprovantes desses recibos.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não, nós vamos mandar para o Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esses recibos eram entregues a quem na VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – À Sra. Zenaide.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Então, a VTCLog vai nos disponibilizar esses comprovantes, para a Comissão.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim. Vamos colaborar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

Qual é a relação de V. Sa. ou da VTCLog com o Deputado Ricardo Barros? – que, quando era Ministro da Saúde, extinguiu o órgão de transporte da pasta e posteriormente realizou a contratação da VTCLog. Qual era... Nós já sabemos, já temos comprovação com Roberto Ferreira Dias. Qual era a relação de V. Sa. ou da VTCLog com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, por favor, eu só queria dizer para o senhor, com relação aos documentos contábeis periciados, que nós vamos entregar até a próxima segunda-feira para o senhor. Está o.k.?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está ótimo.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – E, com relação ao Deputado Ricardo Barros, não temos nenhuma relação, nunca tivemos. Não conheço o Sr. Ricardo Barros. Nunca tivemos nenhum contato com o Sr. Barros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da VTCLog de seus proprietários com o Sr. Flavio Loureiro Alves de Souza?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Relator, não conheço o Sr. Flavio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Loureiro Alves de Souza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não conheço, Sr. Relator. Não é do meu conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E com a Sra. Lorena Furtado Alves de Souza?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Também desconheço, Sr. Relator. Não conheço, com toda... Excelência, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor nunca ouviu falar da empresa FIB Bank?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, nunca ouvi falar – nunca ouvi falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da VTCLog e de seus proprietários com Sr. Antonio Rueda?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Também desconheço. Não sei quem é o Sr. Antonio Rueda. Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eduardo Figueiredo Lira?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Nunca ouvi falar, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – 5M Participações?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Também não, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Espaço Laser, daqui de Brasília?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não conheço, Senador. Nunca ouvi falar, Sr. Relator. Excelência, nunca ouvi falar dessas empresas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque essas empresas têm canal direto com as mesmas empresas que têm proximidade com a VTCLog.

V. Sa. e suas empresas têm ou tiveram relação comercial com as empresas Fênix Cobrança e Assessoria Financeira Ltda.?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Desconheço, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Resende Cobrança e Assessoria Financeira Ltda.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não conheço, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E Invest Factoring Fomento Mercantil Ltda.?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Também não conheço, Sr. Presidente. Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Primarcial?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Também não, senhor... Perdão, Senador, Excelência. Desculpa... Estou meio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fique à vontade, Sr. Raimundo Nonato. Fique totalmente à vontade para continuar como quiser.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – O.k. Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Sr. Helder Zebral?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Quem, Sr. Relator? Perdão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Helder Zebral.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não. Nunca ouvi falar, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca ouviu falar.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não. Nunca ouvi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. e suas empresas têm relação comercial com o Sr. Helder Zebral...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Também não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e as empresas deste?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não. Não conheço o senhor e nem as empresas dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A empresa Macrosoft – exatamente como pronunciei – Informática Ltda. presta serviço à empresa de V. Sa.?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, presta serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde quando esses serviços são prestados?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É a empresa da nossa Diretora e do marido da nossa diretora, Dra. Andreia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Desde quando esses serviços são prestados, por favor, Sr. Raimundo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Há muitos anos. A Dra. Andreia trabalha com a gente acho que há mais de dez anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existe contrato firmado entre a empresa de V. Sa. e a Macrosoft?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, contrato formal – formal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Sra. Andreia da Silva Lima ainda trabalha na empresa, não é?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Trabalha. É a nossa diretora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei. Já a cumprimentei pela presença.

E ainda trabalha na empresa?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Trabalha na empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o vínculo, portanto, da Sra. Andreia com a VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Ela é a nossa diretora... Advogada, diretora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela tem contrato de trabalho?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Tem. Tem contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem contrato de trabalho.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É só jurídico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma pergunta que não pode calar: como a Sra. Andreia Silva Lima é remunerada?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Ela recebe o pró-labore dela por mês na pessoa desta empresa, da empresa do esposo dela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela recebe também dos valores oriundos daqueles saques?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, a Sra. Andreia recebe... Não realiza saques em bancos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Presidente, eu, por ora, estou satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Sr. Relator, Senador Renan Calheiros.

Antes de passar para o próximo inscrito, que é o Senador Humberto Costa... O Senador Humberto Costa, depois seria o inscrito e, em seguida, ouviremos o Senador Otto Alencar pelo sistema remoto e aí prosseguiremos com o Senador Eduardo Braga, o Senador Eduardo Girão, o Senador Marcos Rogério, o Senador Luis Carlos Heinze e o Senador Jorginho Mello. Assim, concluiremos os titulares e seguiremos depois com os Senadores Rogério Carvalho e Alessandro Vieira.

Antes de passar para o Senador Humberto Costa por 15 minutos, eu coloco em apreciação o Requerimento nº 1.562, de autoria do Senador Rogério Carvalho, que pede informações à Agência Nacional de Saúde Suplementar, ao Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, sobre o relatório detalhado das queixas, denúncias e demais reclamações feitas pelos usuários de todos os planos de saúde, ouvidorias e outros órgãos da ANS no período compreendido entre 1º de janeiro de 2020 até o presente momento. Pela urgência do depoimento do Sr. Paulo Roberto Rebello na data de amanhã, esta CPI determina o prazo de até 24h para essas informações serem prestadas.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

Aprovado.

O SR. WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA – Eminente Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria pedir à Secretaria... Existe um requerimento de autoria do Senador Alessandro Vieira com uma inquirição, com vários questionamentos encaminhados a S. Exa. o Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga. Eu queria...

E há um outro requerimento também com informações requisitadas ao Sr. Ministro de Estado da Economia.

Eu solicito à Secretaria que encaminhe esses requerimentos à Mesa para posterior apreciação.

Peço também à assessoria do Senador Alessandro Vieira que colabore para chegar esse requerimento aqui.

Questão de ordem, se eu não me engano.

Só um minuto, Excelência. (*Pausa.*)

Perfeito.

Só peço, então, à Secretaria que me traga os números dos requerimentos do Senador Alessandro para apreciação.

Perfeito, já se encontram aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O Requerimento 1.564, de S. Exa. o Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz, requer, com fundamento no art. 58, §3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei 1.579, de 1952, ao Tribunal de Contas da União informações a respeito de quais foram os motivos jurídicos e fáticos para a não realização de licitação, dispensa e inexigibilidade, inclusive relativamente aos contratos firmados entre VTCLog e Ministério da Saúde abaixo identificados.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 1.563, de autoria de S. Exa. Senador Alessandro Vieira, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito que seja submetido à deliberação do Plenário um requerimento com as seguintes inquirições a S. Exa. o Ministro de Estado da Saúde: detalhamento do plano nacional de imunização a ser executado no ano de 2022; detalhamento do programa de acompanhamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

epidemiológico, em substituição ao EpiCoV; apontamento dos membros da equipe técnica responsável pelo acompanhamento do contexto da pandemia e pela formulação de políticas públicas; descrição da atual composição da Câmara Técnica em Imunização; indicação do estoque e planejamento de vacinas relativos ao final de 2021, considerando-se a aplicação de terceira dose e a vacinação de adolescentes; indicação das medidas que estão sendo tomadas para esclarecer as dúvidas da população acerca da vacinação; justificativa para a descontinuidade do uso da CoronaVac em 2022, tal qual foi anunciado.

Determino à Secretaria o prazo de 48 horas para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito receba a resposta a esta inquirição, através do Requerimento nº 1.563, do Senador Alessandro Vieira, ao Sr. Ministro de Estado da Saúde.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento com as inquirições ao Sr. Ministro de Estado da Saúde.

Nós temos uma questão de ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito.

Vou devolver para o Sr. Presidente, mas o senhor depoente pede um intervalo em decorrência da necessidade do almoço. São 12h36.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Nós suspenderemos a sessão até as 13h30. Às 13h30 nós retornaremos.

Está suspensa a inquirição do Sr. Raimundo Nonato Brasil até as 13h30. Retomaremos à inquirição com o questionamento do Senador Humberto Costa.

(Suspensa às 12 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando, então, o depoimento do Sr. Raimundo Nonato Brasil, o próximo a inquirir é o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Raimundo Brasil – seja bem-vindo aqui ao Congresso Nacional –, nós temos muitas coisas para perguntar. Eu vou perguntar algumas coisas, mas vou fazer uma reflexão sobre outras.

O ideal era que quem tivesse vindo aqui falar pudesse falar pela VTCLog, pela Voetur também; tivesse conhecimento das relações institucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha primeira pergunta é: quem faz as relações institucionais da VTCLog?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Humberto, se V. Exa. me permite, está acompanhando o Sr. Raimundo Nonato a Dra. Andreia, que é, salvo melhor juízo – o senhor me corrija –, a CEO da VTCLog. Eu acho que algumas perguntas, inclusive, podem ser compartilhadas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, eu tentei, de manhã, um entendimento com o Presidente, naquela hora em que eu estava na Presidência, exatamente para que alguma coisa a gente pudesse perguntar a ela.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que para o melhor andamento... O Código de Processo Penal possibilita isso. Para o melhor andamento, inclusive, da inquirição e do inquérito, se eventualmente quiser prestar algum esclarecimento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, a primeira coisa que eu queria saber...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esta Presidência facultará... Eu vou recuperar o tempo de V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Tá.

A primeira coisa que eu quero saber é quem é a pessoa responsável pelas relações institucionais da VTCLog, quem se relaciona com o Governo, quem se relaciona com outras instituições.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Senador, boa tarde.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Boa tarde.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Excelência, na nossa empresa não existe esse cargo de relações governamentais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Qual foi a empresa que ficou em primeiro lugar na licitação que definiu aquele contrato de 485 milhões, relativos a toda a parte de logística, de armazenamento, transporte e de distribuição de insumos da saúde?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador, não me recordo, estou sendo... Com todo respeito, nós ficamos em segundo lugar. Primeiro lugar, isso já tem alguns anos, eu não lembro o nome da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Dra. Andreia lembra? Já estava na VTCLog?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Sim, Sr. Senador, já estava na VTCLog.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem foi a primeira?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Foi a empresa HS Empreendimentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – HS. Ela não recorreu dessa decisão de ter sido desclassificada?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, não só ela, mas várias outras empresas recorreram da decisão de habilitação da Voetur, inclusive no Tribunal de Contas da União.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Bom, nós tivemos aí em 2021, em fevereiro, o primeiro aditivo, o primeiro termo aditivo; o desejo da VTCLog é que esse aditivo fosse na faixa de 57 milhões. Estou correto? Cinquenta e sete milhões?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência. Posso explicar? O senhor está fazendo uma pergunta?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, o primeiro aditivo ao Contrato 59 foi um aditivo em meados de março, com relação aos 25% permitidos por lei em virtude de aumento de demanda, tá?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Entendi.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Esse a que o senhor se refere...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o segundo.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... o segundo aditivo, a gente não solicitou um aditivo para 57 milhões. Isso não foi um aditivo. Este era uma prestação de serviço do nosso serviço de armazenagem; dentro do serviço de armazenagem havia um item chamado "manipulação".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, sim.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – De medicamentos, não é? Só para ser mais clara aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mais rápida também, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – O.k. Só para esclarecer. Então, esse aditivo... Esse aditivo não, esse contrato teve desde o início um subdimensionamento por parte do Ministério da Saúde no tocante a esse item. Logo do primeiro faturamento em 2019, a VTCLog foi chamada em virtude desse subdimensionamento. Ficamos quase três anos nesse impasse com o ministério. Em meados de maio de 2021, esse impasse foi resolvido junto com a área técnica do ministério.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual era a proposta da VTCLog?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – A proposta da VTCLog é que não se cobrasse a manipulação por item, como estava no contrato, e sim, por volume expedido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso daria esse valor de 57 milhões?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, senhor. Daria 18 milhões. Cinquenta e sete milhões era o valor pela cláusula original do contrato. E a proposta da VTCLog foi de 18.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E foi exatamente... Esses 18 milhões eram um meio-termo entre o que queria o jurídico do ministério, que era 1 milhão, e a conta pela cláusula que o contrato tinha anteriormente, então ficou em 18 milhões depois que o doutor, o Sr. Roberto Dias, o Departamento de Logística propôs esse meio-termo, é isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência, em nenhum momento este 1 milhão foi determinado, nem pela área técnica nem pela Conjur do ministério.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas isso saiu em todas... saiu na Rede Globo, saiu numa série de outros órgãos de imprensa. O próprio Tribunal de Contas da União, no dia 9 de setembro, suspendeu esse contrato, exigindo aí... esse aditivo, exigindo várias informações complementares. Mas o que V. Sa. está dizendo é que não chegou a haver esse disparate de um ministério aceitar pagar 1 milhão e a empresa demandar 57, não houve isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Isso não houve, Excelência. Com todo o respeito, a mídia realmente, quando ela trouxe à tona esses aditivos, infelizmente a empresa não teve, naquele momento, a oportunidade de esclarecer. Mas não há essa discrepância de 1 milhão pra 18 milhões.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É a senhora que faz esse relacionamento institucional da empresa?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Neste contrato fui eu que fiz o relacionamento institucional desde o início da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora conhece o Deputado Ricardo Barros?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não conhece? Nunca viu?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu vi o Deputado Ricardo Barros apenas num evento em São Paulo, que tinha outras autoridades, mas eu não o conheço pessoalmente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Deputado Luis Miranda disse, numa entrevista a *Crusoé*, que havia um esquema de desvio de dinheiro no contrato do Ministério da Saúde com a VTCLog e que teria havido interferência política para que o contrato com a empresa não fosse rescindido. A entrevista, a reportagem – eu não estou acusando ninguém aqui – falava em alguns nomes que eu queria que a senhora dissesse se conhece ou não.

Arthur Lira?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ciro Nogueira?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Flávio Bolsonaro?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Roberto Dias a senhora conhece, não é?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Há inclusive informação de que a senhora tem centenas de telefonemas dados a ele. De que se tratavam tantas conversas?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Senador, Excelência, logo no início da pandemia, eu, juntamente com o Sr. Raimundo Nonato Brasil, nos mudamos praticamente pra São Paulo, pro nosso centro de distribuição, e assumimos, junto aos nossos funcionários, um trabalho árduo de combate à pandemia. Naquela época, os funcionários do Ministério da Saúde, praticamente todos em *home office*,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o ponto de contato sempre foi, desde o início da pandemia, o Sr. Roberto Ferreira Dias. Esse é o motivo de tantas ligações, porque a gente trabalhava 24 horas. Inicialmente começou aquele desespero com os EPIs, depois vieram respiradores, por fim os oxigênios e, no início deste ano, as vacinas. Então eu reconheço todas essas ligações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Bom, outra questão que realmente demonstra uma criatividade, com todo o respeito aos advogados da empresa, mas uma criatividade muito grande. Nós aqui vimos claramente que tanto o Sr. Ivanildo, que esteve aqui, quanto a Sra. Zenaide Reis mobilizaram muito dinheiro, algo em torno de R$9 milhões, os dois juntos.

É muito estranho, porque uma empresa com uma dimensão dessas, que tem só no Ministério da Saúde um faturamento de R$100 milhões por ano, ter um quantitativo de recursos desses pagos em dinheiro vivo, inclusive com uma justificativa muito estranha... Veja a justificativa... Se eu estou errado, a senhora me corrija. A justificativa que foi dada pela empresa para aqueles recursos lá do Roberto Dias é a seguinte: o Roberto Dias devia, pegou o dinheiro em espécie, foi na Voetur – que é uma empresa do grupo, mas foi lá na Voetur –, entregou os R$13 mil, mas, em vez de a própria empresa dar um recibo a ele, pelo que eu entendi, ela pegou esse dinheiro vivo e pagou o boleto do Sr. Roberto Dias na Caixa Econômica, acho que aquela agência da Caixa Econômica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sacou e pagou.

É essa justificativa, eu entendi que foi isso, porque eu não consegui entender ainda por que é que ele recebeu esse dinheiro.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Posso esclarecer?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode. Desde que seja rápida.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, desculpa... Não...

O Sr. Roberto Dias, em nenhum momento, recebeu dinheiro da VTCLog pra pagamento de suas contas.

O Sr. Roberto Dias é cliente da Voetur Turismo. Consta do relatório entregue a esta CPI que ele realizou alguns depósitos, pra pagar alguns bilhetes de passagens aéreas, e outros ele pagou em dinheiro ao nosso financeiro. O nosso financeiro, quando o *boy* foi para o banco, pegou o dinheiro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pediu pra que quitasse aquele boleto da Voetur Turismo. O boleto é da Voetur Turismo. Só que ele pagou em dinheiro. Foi isso que aconteceu.

E, pra entrar no nosso banco, tem que pagar, pra que eu possa dar baixa naquele boleto contabilmente. É isso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dra. Andreia, perdoe-me, mas essa é uma história muito difícil de a gente acreditar, viu? Sinceramente...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Senador, eu, com todo o respeito, eu...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu também: com todo o respeito.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... respeito a sua opinião, mas este é o fato ocorrido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

A senhora conhece o... Aliás, o Dr. Raimundo conhece o Ivanildo e a Sra. Zenaide?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Conheço. São funcionários do nosso grupo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Conhece, né?

O senhor sabe quem é que elabora essa lista que a D. Zenaide manda, entrega a ele pra ele ir pro banco fazer os pagamentos? Quem é que elabora?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Quem elabora essa lista é o nosso financeiro, o nosso pessoal...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É a contabilidade da empresa.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É a contabilidade da empresa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O senhor conhece o Sr. Alexandre Lages Cavalcante, não?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, senhor, Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A senhora conhece?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Explique-me por que é que a VTCLog contratou como consultor o General Roberto Severo Ramos. Ele é alguma autoridade nessa área de logística ou não?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – O Sr. Severo Ramos é um oficial da reserva do Exército e ele presta serviço, como consultor, de segurança na nossa empresa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Consultor de segurança.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Da área de segurança. Gestão de risco e segurança. Ele é o consultor. O consultor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é na área de logística; é na área de segurança.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Área de segurança e risco, Sr. Senador, é a mesma... São os trabalhos de você preparar rota dos caminhões, pra evitar assalto, pra evitar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Ele foi Secretário Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República durante o Governo Temer, depois teve um cargo no Ministério da Saúde e depois foi pra VTCLog, tratar lá da segurança.

Eu pergunto: esses depósitos feitos pelo Sr. Ivanildo eram identificados?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Com todos os comprovantes, Sr. Senador – Excelência –, e serão disponibilizados para esta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vão ser disponibilizados para nós aqui.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... para esta CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Nos vamos saber quem foi...

O.k.

Eu pergunto à senhora: qual é a relação entre a Voetur e o PSL, Partido Social Liberal?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Nenhuma relação, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É porque aqui eu tenho informação de que o PSL recebeu mais de R$1 milhão da Voetur, não sei se por um serviço que o partido prestou, se foi doação. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, o senhor pode me referenciar de qual empresa: VTCLog, Voetur Turismo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Voetur, Voetur.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – É porque nós temos Voetur Turismo, nós temos Voetur Eventos, nós temos um grupo de empresas que pode ser que prestem serviços ao PSL. Então, eu gostaria só que o senhor pudesse esclarecer a sua pergunta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não. Infelizmente eu não tenho essa informação. Vou pedir que a nossa assessoria tente identificar porque, na verdade, quem recebeu foi o PSL, quem recebeu esse recurso.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não. O PSL receber esse recurso eu já digo para o senhor que isso não existiu. Agora, se tem alguma relação com o PSL, pode ser que alguma empresa do grupo preste serviço ao PSL. Se o senhor puder me esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Qual é a data, Senador Humberto?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Eu tenho aqui 2018.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Campanha presidencial?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É uma matéria publicada na revista *Crusoé*, no dia 12/09, mostra que o PSL, partido que elegeu o Senhor Jair Bolsonaro Presidente, já recebeu mais de R$1 milhão da Voetur, uma empresa da mesma família, que é proprietária da VTCLog, de acordo com dados do TSE. Deve ter sido contribuição de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi contribuição de campanha?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Nem podia, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Posso responder, Excelência?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque uma empresa não podia contribuir.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, excelência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – O que eu posso afirmar com total certeza é que o PSL tinha, sim, contrato com a Voetur Turismo, eu me recordo, mas ele faz pagamentos à Voetur Turismo, não a Voetur Turismo faz pagamento ao PSL. Isso eu posso afirmar ao senhor aqui e posso apresentar a esta Comissão o contrato da Voetur Turismo com o PSL.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual era o tipo de serviço que a Voetur prestava ao PSL? Era passagens aéreas, essas coisas?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Agenciamento de passagens aéreas. Eu posso juntar o contrato a esta Comissão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bem.

Bom, o que eu acho importante deste depoimento que nós tivemos hoje é que, realmente – me perdoe, com todo o respeito, Sr. Raimundo, D. Andreia –, é muito difícil acreditar nessa história. Na verdade, a CPI vai terminar o seu trabalho, mas tudo isso vai ser encaminhado para o Ministério Público. E o Ministério Público vai ter que fazer um trabalho para identificar esses recursos que foram movimentados em espécie, saber quem efetivamente recebeu, que listas eram essas. Nós não vamos ter tempo de fazer isso. E eu não posso, jamais, aceitar a ideia de que uma empresa que está fazendo – e aí vamos reconhecer, salvo alguns pequenos problemas, mas está fazendo – bem o trabalho da logística da vacinação, que essa empresa não tenha uma governança que tornasse absolutamente desnecessário ficar mandando o Sr. Ivanildo no banco para tirar dinheiro para pagar... Para dar dinheiro para o sócio pagar a ração da fazenda. Não há – não há – como caber na cabeça de ninguém uma ideia como essa. O que vem na nossa cabeça? Dinheiro retirado para, de alguma forma, beneficiar ou políticos, ou funcionários, ou quem quer que seja que possa, de alguma maneira, ter ajudado a VTCLog. A minha expectativa é que o Ministério Público nos dê essas respostas, não é?

E creio que isso vai ser dado, porque nós aqui, sem tantos instrumentos, sem tanta condição de investigar como a Polícia Federal tem, como o Ministério Público tem, como o próprio Tribunal de Contas tem... Vai ter que nos dar uma resposta.

Obviamente que V. Sa. defende o interesse da empresa de que V. Sa. é proprietário; V. Sa., que é CEO ou uma pessoa que representa a empresa, também tem o seu papel a cumprir, mas o povo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro quer saber se esse contrato tem efetivamente irregularidades, se isso foi resultado do uso de algum tipo de tráfico de influência. É inegável que essa empresa teve um processo de crescimento significativo durante o Governo Michel Temer, que se aprofundou agora no Governo do Presidente Bolsonaro. E, pode ter certeza, do mesmo jeito que a Precisa já levou, em menos de um mês, três operações de busca e apreensão, sendo duas determinadas pela própria Justiça, com certeza nós vamos ter resposta para saber se realmente, como V. Sa. está dizendo, a empresa não cometeu nenhuma irregularidade. Eu, sinceramente, desejo que ela não tenha cometido e que ela faça bem o seu trabalho, mas quero lhe dizer: é muito difícil a gente acreditar nessa história toda que foi contada aqui.

Muito obrigado.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Muito obrigada, Sr. Senador. Respeito as suas colocações, mas ressalto que eu estou aqui com a verdade, sempre no intuito de contribuir com esta nobre Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto. (*Pausa.*)

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Raimundo, eu vou fazer questionamentos ao senhor, mas, da mesma forma, até para adotarmos essa dinâmica...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... dos trabalhos, farei alguns questionamentos e inquirições à Dra. Andreia. Na condição dela de executiva da VTCLog...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... eu creio que ela poderá colaborar porque algumas informações, inclusive, dizem respeito... Eu acho que ela estará mais habilitada para responder.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, Sr. Raimundo, iniciando a lhe perguntar, o senhor mora no Lago Norte, aqui em Brasília?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sim, moro no Lago Norte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Há quanto tempo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Há mais de dez anos, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem o hábito de receber agentes públicos e políticos na sua residência?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, senhor. Na minha residência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não recebeu, no dia 20 de junho do ano passado, o Ministro Eduardo Pazuello e o seu Secretário-Executivo Elcio Franco em um jantar?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador Randolfe, eu viajo muito. Eu fico um final de semana em Brasília por mês, eu estou sempre viajando – São Paulo, Rio, Manaus, Recife, Tocantins, onde fica a nossa propriedade. Eu fico muito pouco tempo na minha residência, Sr. Senador, com todo o respeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá, mas nessa data especificamente é que eu lhe pergunto: o senhor não recebeu em um jantar...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu garanto para o senhor. Nunca...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o Sr. Eduardo Pazuello, que tinha acabado de tomar posse no Ministério da Saúde, junto com o Secretário-Executivo, o Sr. Elcio Franco?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não... Não recebi e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não recebeu?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Com toda a verdade, não recebi nenhuma autoridade na minha residência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A empresa... A sua empresa...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... ela costuma... A VTCLog costuma promover jantares?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – A nossa empresa, Sr. Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Jantares, oferecer vinhos...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Excelência, não... Nossa empresa é de logística. A gente fica dentro da nossa empresa trabalhando 24 horas por dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque... Eu lhe pergunto isso, Sr. Raimundo...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... porque o senhor tem, no dia 12 de abril de 2021, no dia 12 de maio de 2021, o senhor tem transferência para um... Tem a transferência de valores para um dono de um restaurante aqui de Brasília, localizado na 411.

Tem uma transferência de R$12,1 mil, no dia 12 de abril de 2021, e tem uma transferência de R$2,8 mil, no dia 12 de maio de 2021, da VTCLog.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – A VTCLog... Senador aí eu não sei responder, porque é da nossa empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi pra um jantar?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu informo pro senhor que eu fico muito pouco tempo em Brasília, eu estou sempre viajando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – A Andreia sabe responder? Foi um jantar? Pra quem foi pago esse jantar? Quem foram os convivas desse jantar?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Senador Randolfe, o senhor pode repetir? Foi uma transferência da VTCLog?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Foram duas transferências da VTCLog, uma de R$12,1 mil, outra de R$2,8 mil. A primeira, dia 12 de abril, a segunda, dia 12 de maio, para o dono de um restaurante que é localizado na 411 Sul. Ou foi pra pagar o restaurante ou foi pra um jantar na residência do Sr. Raimundo, do Sr. Sá, da sua?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sr. Senador, eu não. Desconheço. Eu posso verificar já com nosso financeiro e volto a informar pra vocês o motivo, mas eu não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Porque, Sr. Presidente, é uma coincidência. Esse restaurante recebeu repasses para jantares da VTCLog, dois repasses pra jantares no dia 12 de abril de 2021, um outro repasse para jantar no dia 12 de maio de 2021. E a coincidência, Presidente: esse mesmo restaurante recebeu um repasse de 7,5 mil de jantares promovidos pela Primarcial. Presidente, de quem é a Primarcial? Lembra? Danilo Trento. E recebeu também R$51.211 em 14 transferências entre 27 de julho de 2020 e 19 de abril de 2021 da 6M Participações. De quem é a 6M Participações? Francisco Maximiano. E tudo foi para jantares – jantares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinhos. Chama a curiosidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito quem eram os convivas desses agradáveis jantares. Somado tudo, dá R$70 mil de transferência pra jantares.

Mas prossigamos, então, Sr. Raimundo.

O senhor já disse que não conhece... O senhor conhece o Sr. Elcio Franco, o ex-Ministro Pazuello?

O Sr. Elcio Fraco, o Ministro Pazuello, o senhor conhece os dois?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Eu conheci o Sr. Pazuello como Ministro da Saúde. Ele esteve umas duas ou três vezes no CD do SUS institucionalmente. Não conheço, nunca estive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na sua casa para jantar nunca?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Nunca, Sr. Senador. Com todo o respeito, nunca recebi o Sr. Pazuello na minha residência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nessa sua casa no Lago Norte, o senhor disse que o senhor não costuma realizar jantares, encontros...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sou uma pessoa muito simples, Senador. Eu não tenho essa sofisticação, perdão, de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tratou da negociação para mudar os termos do contrato da VTCLog com o Ministério da Saúde?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador, eu não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não participou?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não participei. Tudo é dentro de uma instituição, eu não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor esteve em algum momento com o Sr. Roberto Ferreira Dias? Tratou de negociação de contrato?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não. Eu estive com o Sr. Roberto, no Ministério da Saúde, institucionalmente e dentro do CD de Guarulhos quando ele visitou o CD. Nunca estive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem uma irmã chamada Maria José Brasil?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É, Maria José, minha irmã, trabalhou muitos anos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela trabalhou com o Ministro Eduardo Pazuello em algum momento?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu não sei. Se ela trabalhou, foi muito pouco tempo, uns dois, três meses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas ela trabalhou no Governo Federal, no Governo de Michel Temer, em 2016?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Trabalhou. Minha irmã trabalhou muito anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na Presidência da República?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Na Presidência da República, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor teve alguma participação na indicação? Que serviço o senhor sabe que sua irmã prestava?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – A minha irmã foi funcionária antiga do serviço público. Minha irmã tem 66 anos, está aposentada já, está até fora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor conhece o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não vai ter problema aqui, mas, quando chegar em casa, com a sua irmã vai.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Ela é brava...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor está falando a idade, e não é bom falar a idade de mulher nenhuma. (*Risos.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A sua irmã era secretária da Presidenta Dilma, a sua irmã era secretária da Presidenta Dilma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu estou dizendo que nós estamos falando aqui da idade, porque ele falou a idade dela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E trabalhou também no Governo do Presidente Michel Temer.

Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, conhece... O senhor conheceu o Sr. Tiago Queiroz, que foi Dlog? O senhor conheceu também o Sr. Davidson Tolentino, que não tinha nada a ver com o Sr. Marcos Tolentino, mas esses dois foram os DLOGs que antecederam o Sr. Roberto Ferreira Dias?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Não, senhor, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não os conheceu?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, desconheço, nunca estive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas eles eram titulares da Dlog, na época em que foi firmado o contrato, na gestão de Ricardo Barros.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu nunca estive com esses senhores, afirmo para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Sua empresa tem um hangar de táxi aéreo, perfeito?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Nós hoje não temos; nós tivemos alguns anos atrás...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas tem umas aeronaves; tem aeronave Cessna PT-OMB e um helicóptero PHSB...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, não temos helicóptero, não temos helicóptero!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas têm um Citation, um jatinho?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É, nós temos um jatinho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode dizer quem o senhor convidou ou a empresa convidou para fazer voos nesse jatinho? Em algum momento, o Deputado Ricardo Barros voou nesse jatinho, o Sr. Roberto Ferreira Dias voou, o Deputado Arthur Lira?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Primeiro, a nossa aeronave, nós temos um King, um Seneca pra mim ir pra fazenda...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E tem um Citation também.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – O Citation a gente comprou há muito pouco tempo e nós não podemos transportar pessoas privadas; é para uso exclusivo de pessoas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor nunca transportou alguma dessas autoridades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Nunca, nenhuma autoridade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nem o Sr. Roberto Ferreira Dias?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Porque é extremamente proibido você transportar agentes públicos, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O senhor tinha informado aqui que o senhor não é sócio da Voetur.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu sou sócio da VTCLog; da Voetur Turismo não sou sócio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas o senhor já fui sócio da Voetur.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Nunca fui, só da Voetur Turismo; perdão, da VTCLog. Da Voetur Turismo eu nunca fiz parte; da Voetur Cargas, sim, que hoje é a VTCLog.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Raimundo, deixa eu reiterar a pergunta: o senhor nunca foi sócio da Voetur Turismo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não; não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor consta como sócio da Voetur Turismo em 2009, inclusive objeto de uma matéria veiculada no jornal *Gazeta Mercantil*, que fala de uma investigação sobre a Voetur Turismo, e nós temos um registro em sociedade sua na Voetur Turismo...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, senhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... na Voetur Holding...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Na Voetur Holding, eu acho que também não; eu acho que só na VTCLog.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas nós temos aqui um registro seu como sócio.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Ah, na Holding, sim. Então, deixa... Isso é um detalhe societário, Sr. Senador, que é muito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De que o senhor não recorda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, deixa eu reparar a pergunta, fazer de novo. O senhor foi sócio da Voetur Holding?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, perfeito.

Então, tendo sido sócio da Voetur Holding, algumas informações sobre o movimento, mesmo o senhor já tendo sido sócio, o senhor deve ter para prestar aqui para nós, certo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Muito pouco. Se eu lembrar, Senador... São muitos anos, é muito complexo, não dá pra mim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeito. Nós já voltaremos a esse tema.

Eu queria, então, aproveitar a Andreia. Andreia, foi perguntado aqui pelo Senador Humberto Costa sobre as ligações que você travou com o Sr. Roberto Ferreira Dias. Foram 129 ligações suas para o Sr. Roberto Ferreira Dias e seis ligações do Sr. Roberto Ferreira Dias para você, certo? Dá um total de 135 ligações. Você podia me dizer do que se tratavam essas ligações, Andreia, por gentileza?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Sr. Senador, durante... desde o início da pandemia, em março de 2020, eu passei a assumir juntamente com o Sr. Raimundo Nonato a questão operacional, porque foi uma verdadeira batalha de guerra. O Sr. Roberto Ferreira Dias, na qualidade de Diretor do Departamento de Logística, era o nosso contato direto para tratativa das pautas de distribuição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto. Então, todas as negociações, todos os telefonemas foram pra cuidar dos negócios entre a VTCLog e o senhor... e o Ministério da Saúde, certo?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E V. Sa. poderia me informar por que a preferência de conversar com ele no sábado e no domingo? Porque eu vejo que todas as suas ligações no mês de abril foram na sexta, no sábado; todas as ligações no mês de maio foram no domingo... no sábado e no domingo; todas as ligações no mês de maio foram no sábado e no domingo; quase todas as ligações no mês de junho foram no sábado e no domingo. Por que conversar sempre... se era de trabalho, por que sempre conversar ao sábado e ao domingo? Junho também, sábado e domingo; fevereiro, sábado e domingo. Por que essa preferência por sábado e domingo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sr. Senador, eu não tive acesso a essa relação das ligações, mas, conforme eu coloquei aqui, as minhas ligações com o seu Roberto Dias eram diuturnamente, 24 horas, não tinha sábado, não tinha domingo, não tinha feriado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não... É exatamente... Desculpe, Dra. Andreia, mas é exatamente o inverso. A senhora não liga diuturnamente, a senhora liga sempre aos finais de semana, ao sábado e domingo.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sr. Senador, eu te afirmo, eu não tive acesso a esse número, a essa lista aí, mas eu afirmo para o senhor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a senhora lembra das ligações, dos telefonemas?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu fiz todas essas ligações, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu não nego nenhuma das ligações. O que eu estou dizendo é: para os finais... se foi final de semana, se foi feriado, se foi sábado e domingo, não importa; a distribuição dos EPIs, dos respiradores, dos oxigênios e, desde janeiro até agora, pra distribuição da vacina da covid, o meu contato com o Ministério da Saúde continua sendo todos os dias, não tem sábado, não tem domingo. Eu não posso lhe dizer por que que não tem as ligações aí que eu fiz durante a semana. Isso eu não posso lhe afirmar, mas eu lhe afirmo que eu também conversava com o Sr. Roberto Dias durante a semana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prefeito. Bom, o que chama a atenção, assim... Tanto as ligações dele, é que se trata de um funcionário público, Presidente. Em tese, os contatos com o funcionário público, prioritariamente seriam no expediente do serviço, não é? Chamou a atenção as ligações teriam sido travadas no final de semana, no sábado e no domingo.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sr. Senador, posso só completar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – É importante ressaltar que as pautas de distribuição tanto das vacinas quanto dos respiradores, muitas vezes... O que que é a pauta, só pra esclarecer? São os pedidos do Ministério da Saúde para os nossos 27 Estados. Esses pedidos, eles caem no nosso sistema operacional geralmente na sexta-feira, e a gente tem que fazer tudo em 48 horas. Esse era o motivo dessas ligações em finais de semana, porque tinham que se controlar os Estados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu lhe agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse fluxograma aqui é tudo que o Senador Renan questionou a V. Sa. e ao Sr. Raimundo Nonato na preliminar. À esquerda, nós temos o Ministério da Saúde e as transferências de recursos do Ministério da Saúde para as contas da VTCLog na Caixa Econômica Federal. No meio, lá naquela "motozinha", é o nosso querido Ivanildo, que é o motoboy da VTCLog, fazendo os saques, e aí, além dos saques, fazendo o pagamento dos boletos do Sr. Roberto Ferreira Dias.

Veja, nós temos ali, de transferência, as transferências do Ministério da Saúde, datadas do dia 24 de junho de 2021. No dia 24 de junho de 2021, teve o pagamento do Ministério da Saúde para a VTCLog de R$62 milhões, em quatro vezes. No mesmo... Dois dias antes, no dia 22 de junho, houve um pagamento de R$3 milhões de reais, em duas vezes. Perfeito? Confere?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Desculpe, Senador, o senhor pode repetir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Repetindo: à esquerda, vamos lá, pagamento do Ministério da Saúde para a VTCLog. Então, teve dois pagamentos: um pagamento de R$3 milhões, em duas vezes, no dia 22 de junho; um outro pagamento, de R$62 milhões, em quatro vezes, no dia 24 de junho. Correto? Perfeito. À direita, onde está lá o "Xisinho" da Caixa Econômica Federal, são as retiradas na Caixa Econômica Federal, os saques na boca do caixa efetuados pelo Sr. Ivanildo, o nosso motoboy que já esteve nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e vocês, inclusive, agora informaram que era o motoboy da empresa.

Aqui são as retiradas. Já foi dito pelo Senador Renan, e eu só estou apresentando aí didaticamente através de um fluxograma. Nós temos aí uma retirada, dia 5 de janeiro de 2021, que é uma retirada de R$150 mil; em 22 de fevereiro, de R$100 mil, tem as retiradas na boca do caixa. E, na última coluna, o pagamento dos boletos do Roberto Ferreira Dias. Perfeito?

A explicação que vocês deram, ainda há pouco, é que esses boletos – que o *office boy* da VTCLog efetuou pagamento do Sr. Roberto Ferreira Dias – eram boletos da Voetur. Correto?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Voetur Turismo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da Voetur Turismo. Então vamos tentar entender aqui.

O Ministério da Saúde pagava, o Sr. Ivanildo retirava na boca de caixa, e com o dinheiro retirado na boca do caixa o Sr. Ivanildo pagava os boletos do Sr. Roberto Ferreira Dias. É isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Sr. Senador. Posso explicar, Sr. Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois bem, é só porque o tempo está no final e se pudesse ser rapidinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Está bom, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Posso explicar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Bom, primeiramente os pagamentos realizados no Ministério da Saúde à VTCLog são todos os pagamentos referidos a efetiva prestação de serviço. Está aqui: de efetiva prestação de serviço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu não estou questionando isso. Vamos à próxima...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Mas isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A retirada na boca do caixa e a transferência e o pagamento dos boletos do Roberto Ferreira Dias.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – O Sr. Roberto... A VTCLog não pagou boleto do Sr. Roberto Ferreira Dias. O Sr. Roberto Ferreira Dias adquiriu passagens aéreas da Voetur Turismo. O financeiro do grupo é único. Esse dinheiro foi recebido pelo meu financeiro. E o nosso motoboy foi pagar o boleto da Voetur Turismo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, isso, nós temos o documento do banco.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Mas o boleto é da Voetur Turismo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O motoboy pagando. O motoboy pagando.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Ele está pagando com o dinheiro que o Sr. Roberto Dias pagou. O Sr. Roberto Dias pagou em dinheiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A senhora podia só explicar uma coisa, Andreia?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – ... Uma coisa que me chamou a atenção: são quais empresas?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Quantas empresas são?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Nós temos hoje a Voetur Turismo, a VIP Service Locadora, responsável pela mobilidade do TáxiGov, que vocês devem conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alô.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Nós temos a VTCLog, a Voetur Eventos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, a senhora diz que o financeiro é um só para todas as empresas?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente. É centralizado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um só para a Voetur, para a Voetur Turismo, para a Voetur não sei o quê...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para voar, não sei o quê e tal e VTCLog. É isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, esse financeiro – e a senhora, que administra tudo isso – sabe... O que nos chama a atenção é a quantidade de dinheiro sacado em espécie.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Por que este hábito de sacar tanto dinheiro em espécie?

Quase R$5 milhões.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Sr. Senador, com todo o respeito, o que ocorre? A empresa é uma empresa familiar de 36 anos, com uma gestão totalmente familiar. Os sócios se utilizam também do departamento financeiro interno da empresa para pagamento das suas contas pessoais. E então isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O contrato da empresa com o Ministério da Saúde é desde quando?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Nós temos contrato com o Ministério da Saúde, Excelência, eu posso falar desde a época que eu entrei no grupo, que foi em 2003.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Dois mil e...?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Dois mil e três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... três, como Voetur. E, como VTCLog Distribuidora, desde quando?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Como VTCLog já foi em 2018 – 2017, 2018.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Final da gestão Ricardo Barros e início da gestão de Gilberto Occhi, certo?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desse período pra cá, em nenhum momento o Ministério da Saúde fez algum tipo de advertência pra senhora e disse: "Olha, vocês têm que profissionalizar esse procedimento. Não pode ter saque na boca do caixa, não pode funcionar desse jeito. Nós temos que ter..."? Em nenhum momento, teve algum tipo de advertência do Ministério da Saúde nesse sentido?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, essa metodologia faz parte de decisões internas da empresa. O Ministério da Saúde não pode interferir na minha gestão administrativa e financeira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não pode mas... Perfeitamente.

Mas, veja, a senhora há de convir... É a senhora que está falando que é uma empresa familiar que não é muito profissionalizada nesse aspecto.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E com isso faz dinheiro... Faz saque de dinheiro na boca do caixa.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa questão não é por mim, é pela senhora e inclusive pelo Sr. Raimundo Nonato. Eu acho estranho, em tempos atuais, uma manutenção de um contrato desse volume, desse tamanho e sem...

Aí, Senador Omar, cadê o Controlador-Geral da União que não vê isso? Cadê a Controladoria da União que não acompanha isso? Que não vê se a questão é essa? Se é uma simples precariedade de uma empresa familiar, por que não tem um acompanhamento e um rigor de fiscalização?

Por fim, sobre esse aspecto aqui, veja, o que me chama a atenção, Dra. Andreia e Sr. Raimundo, é que dois dos pagamentos dos boletos do Sr. Roberto Ferreira Dias, no dia 22 de junho e no dia 24 de junho, ocorrem, Senador Renan, na mesma data em que o Ministério da Saúde faz a transferência dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos para a VTCLog. Então, o Ministério da Saúde vai transferir esses recursos nessas datas, 22 e 24, o recurso é transferido pra agência da Caixa Econômica, é retirado o dinheiro no caixa da Caixa Econômica, é retirado na boca do caixa do banco e, na mesma data, é feito o pagamento dos boletos para o Sr. Roberto Ferreira Dias. Essa coincidência de datas chama muito a atenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por fim, foi perguntado pelo Senador Renan aqui, Dra. Andreia, à senhora: qual o seu vínculo com a VTCLog?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu iniciei minha carreira como advogada da VTC...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. A senhora tem vínculo funcional com a VTCLog?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, eu recebo na qualidade de pessoa jurídica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Através de qual empresa?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu tenho uma empresa junto com o meu marido, chamada Macrosoft.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então... Porque isso aí é uma novidade pra nós. Nós não sabíamos que... Nós pensávamos que a senhora era remunerada diretamente pela VTCLog. Então, a senhora é remunerada... A senhora é executiva da empresa...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... mas a senhora é remunerada por uma terceira empresa?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pela Macrosoft.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Onde é o endereço da Macrosoft?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, o endereço da Macrosoft fica no endereço do contador do meu esposo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, não tem endereço?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Tem. Eu não sei o endereço aqui porque fica na contabilidade do meu esposo. O meu esposo que cuida das contas dessa empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o endereço da empresa que a VTCLog paga, de que a senhora é executiva...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... fica no endereço da empresa de contabilidade. A empresa mesmo não tem endereço?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente, Excelência. É uma empresa de tecnologia de que fazemos parte eu e o meu marido e que tem toda a prestação de contas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tanto a senhora quanto o Sr. Raimundo sabem me informar sobre as transferências bancárias da VTCLog para uma empresa chamada PGTO Participações e Cobranças?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Desconheço, Sr. Senador.

PGTO? Desconheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – PGTO.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Posso esclarecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É quase a abreviatura de pagamento.

Mas foram quatro...

Eu queria saber como a senhora não sabe porque, veja, são quatro transferências de R$166.923 de 16 de janeiro de 2020 a 19 de março de 2021, totalizando R$667 mil.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, eu posso levantar juntamente com o nosso financeiro e verificar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas é uma transferência, Dra. Andreia, uma transferência nesse valor, quase R$1 milhão, e a senhora não lembra?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa situação, Senador Randolfe...

E aqui explicar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... gerente financeira que é a responsável pelo departamento de cobrança.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Dra. Andreia, com a devida vênia, a permissão e acatamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a senhora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... de respeito à senhora e ao Sr. Raimundo Nonato, veja só, tem várias perguntas que nós fizemos ao Sr. Raimundo Nonato e o Sr. Raimundo Nonato não soube responder. Nós facultamos, inclusive, para a senhora responder agora.

A senhora é executiva da empresa, aí a senhora terceiriza para um outro ainda a resposta?

Veja, uma empresa que teve uma transferência de quase R$1 milhão, R$667 mil, não era razoável ter informações sobre essa transferência?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sr. Senador, com todo o respeito, volto a dizer, eu sou a Diretora Executiva, mas eu não controlo todas as finanças da empresa.

Eu vou checar com o meu departamento financeiro a que se refere esse pagamento e informo a esta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dra. Andreia, a empresa de V. Sa. é uma empresa grande ou uma empresa pequena?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – É uma empresa grande, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E é uma empresa grande, uma empresa familiar grande?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – É uma empresa familiar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que faz saque de dinheiro na boca do caixa?

Que a senhora não conseguiu, assim, tenta justificar esse saque na boca do caixa, mas que a senhora não sabe me explicar por que ocorreram, há um ano, quatro transferências de R$600 mil?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sr. Senador, eu não conheço essa empresa, vou checar com o meu financeiro e posso responder em breve aqui para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, perfeitamente.

Porque, Presidente Omar e Sr. Relator, essa empresa, a PGTO Participações, abriu uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está na moda *offshore*, não é? Está na moda *offshore*, eu acho que o Ministro Paulo Guedes conhece bastante *offshore*, principalmente o Ministro Paulo Guedes, que conhece *offshore*, então, vamos trazer, Senador Humberto, uma *offshore* aqui para a estória.

Essa empresa, PGTO, que recebeu R$600 mil da VTCLog, abriu uma *offshore* na cidade do Panamá, uma *offshore* chamada Davroy Investimentos. Desde 11 de abril, abriu essa *offshore*, em 2011, e é sócia, e tem sociedade nessa *offshore*, desde 2014.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, essa empresa PJ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – PGTO Participações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – PGTO, ela faz o quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma empresa de cobrança, é isso que me chama mais a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – PGTO é pagamento, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pagamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma empresa de cobrança, é isso que chama a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ela está...

Ela faz cobrança e a VTCLog manda...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Transferiu mais de R$600 mil para ela.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – R$600 mil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – R$600 mil, ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu aqui...

Deixa eu agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E eu perguntei sobre essa empresa ao depoente e ele não sabia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só uma informação, Senador Renan, adivinha qual foi a outra empresa que fez transferência também para a PGTO? Adivinha?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto, adivinha?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Danilo Trento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bateu na trave, tem uma outra chance.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O sócio do Trento, Francisco Maximiano, 6M Participações também faz transferências para a PGTO, que tem uma *offshore* no Panamá, na cidade do Panamá. Pode ser coincidência, mas a gente aprende em Brasília que jabuti não sobe em árvore; ou é enchente ou é mão de gente, não é? Pode ser somente coincidência.

Por fim, só pra concluir, Dra. Andreia, porque meu tempo de fato já se esgotou... Dra. Andreia, assim, não há dúvida de que o relatório final dessa CPI, o relatório do Senador Renan vai apontar essas improbidades todas que estamos aqui apontando.

E eu queria completar. Veja: V. Sa. fala da ausência de relação com o Sr. Roberto Ferreira Dias, mas o conjunto da história, Dra. Andreia, com todo acatamento e respeito, Sr. Raimundo, com todo acatamento e respeito, mas o conjunto da história é muito difícil de explicar. Nós tivemos, na data do dia 23 de março de 2021, um parecer técnico da Conjur do Ministério da Saúde pedindo uma série de retificações no segundo termo aditivo do contrato da VTCLog, um conjunto de retificações. Esse conjunto de recomendações da Conjur simplesmente foi ignorado pelo Sr. Roberto Ferreira Dias. O Sr. Roberto Ferreira Dias assinou uma nota técnica sozinho, sem os fiscais do contrato, e ignorou todas as recomendações do setor jurídico do Ministério da Saúde.

Antes de ser assinado o segundo o termo aditivo, a Coordenação-Geral de Material e Patrimônio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde apontou uma série de pendências. Essas pendências que ocorreram foram de novo ignoradas pelo Sr. Roberto Ferreira Dias. Aí, em seguida, houve uma sub-rogação dessa secretaria para a Dlog. A outra secretaria não se responsabilizou por esse termo de sub-rogação e, em seguida, a Conjur achou estranha essa sub-rogação. Tudo isso efetuado pelo Sr. Roberto Ferreira Dias em benefício da VTCLog.

E, para concluir, Sr. Presidente, chama a atenção – último gráfico, por gentileza, Ana Cristina – chama a atenção esse dado aqui final; chama muito a atenção, Sras. e Srs. membros desta Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar de Inquérito. Aqui está o total de contratos da VTCLog. Isso aqui é antes de Ricardo Barros no Ministério da Saúde; a segunda coluna é depois de Ricardo Barros no Ministério da Saúde. Antes de Ricardo Barros no Ministério da Saúde, R$205 mil; depois, R$461.795. Dobrou!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Milhões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Olha só, vai vendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Milhões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Milhões: R$205 milhões para R$461 milhões, depois de Ricardo Barros, em um período bem menor.

E adivinhem, colegas Senadores, qual era o argumento do Deputado Ricardo Barros para transferir o controle da distribuição do Ministério da Saúde da Central Nacional de Armazenagem e Distribuição para a VTCLog? Qual foi o argumento Ricardo Barros? Diminuir custos. Rapaz, diminuiu pra danar, viu? Diminuiu pra danar.

Então, Sr. Presidente, Sra. Andreia, eu quero agradecer...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sr. Senador, eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a vossa contribuição e a contribuição do Sr. Raimundo Nonato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sr. Senador, eu posso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... mas acho que tem muitas explicações que essa Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... necessariamente vai ter que encaminhar para o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E olha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Concluí, Sr. Presidente.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Esse garoto é bom, hein? E olha que ele está baleado aí, com um braço. Imagine se ele estivesse com os dois braços, hein? Com um braço ele já dá esse sufoco todo; imagine com dois.

Antes de a senhora responder ao Senador Randolfe, a VTCLog é fiel depositária de medicamentos ou insumos ou coisas que o Ministério da Saúde compra?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Sim, nós somos operador logístico. Nós armazenamos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, não; a senhora é operadora logística.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora... Tem muita coisa comprada que vai para os depósitos da VTCLog, é isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A quantidade de medicamentos, produtos ou qualquer outra coisa cuja validade vence, a senhora tem o percentual disso pra nos informar?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, eu não tenho o percentual aqui neste momento, mas eu posso informar que... Inclusive é uma obrigação contratual que nós informemos ao Ministério da Saúde mensalmente o estoque crítico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora avisa com antecedência? Como é que é feito?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, mensalmente nós temos que enviar o estoque crítico. O que é o estoque crítico?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu tenho uma informação de que o desperdício, a perda de material comprado é muito grande – é muito grande – e que vocês têm que incinerar uma quantidade bastante... Quanto é que vocês estão gastando pra incinerar esses produtos?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, eu só gostaria de voltar e responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, me responda por favor à pergunta: quanto é que vocês estão gastando pra incinerar esses produtos?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – O valor pra incinerar os produtos é um valor elevado sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto? Não... Responde pra mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu não tenho, Excelência, não tenho o valor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Valores elevados.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu não tenho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque a VTCLog... Pra entendimento de todos nós, a VTCLog é o seguinte: ela chuta, corre, faz o gol e volta pra comemorar. Veja bem, ela tem um contrato em que ela transporta, ela é fiel depositária desses... É responsável para comunicar ao Ministério da Saúde se o medicamento está vencendo com uma antecedência. E ainda, quando esse medicamento vence, ela incinera. Ela recebe por tudo isso.

Então, eu quero comunicar à senhora, doutora, e ao Sr. Raimundo que essas informações passadas pelo Senador Randolfe... Nós temos limitações nas nossas investigações, temos muitas limitações. Inclusive em relação à VTCLog, tivemos dificuldade de quebra de sigilo, tivemos dificuldade de uma série de coisas para que se pudesse avançar nas investigações. Mas não tenha dúvida de que isso terá desdobramentos dentro do Ministério Público Federal, e não é na PGR, não, é nos órgãos aqui embaixo, e que nós Senadores estaremos cobrando diuturnamente o trabalho que foi feito.

Nós avançamos, mas nós vamos querer saber... E nós não temos como chegar a isso, mas tenho certeza de que uma apuração muito mais rigorosa do Ministério Público, da Polícia Federal, dos órgãos competentes, nós saberemos quem sacou esse dinheiro, pra quem foi; esse dinheiro que foi depositado para a PGTO, essa questão principal que o povo brasileiro não sabe. Mas é uma quantidade enorme de material comprado com o dinheiro da população brasileira que tem que ser incinerada porque não é distribuída. São medicamentos que poderiam estar salvando vida, e eles são incinerados.

Quando eu faço a pergunta, doutora, "quanto é que vocês estão gastando de incineração?", e a senhora vira pra mim, "é um dinheiro muito alto", esse dinheiro está sendo queimado, e esse dinheiro que está sendo queimado com produtos que podiam estar salvando vida nos quase 6 mil Municípios do Brasil, ele está sendo queimado porque não é distribuído, Senador, ou é comprado em quantidade não necessária para se gastar.

Então, hoje nós estamos vivendo... E eu não posso aqui falar de outros, eu estou falando porque nós estamos investigando isso, não posso falar aqui, mas o que nós estamos vendo hoje é um desperdício de recursos públicos enorme que mata pessoas na não distribuição. E a responsabilidade, aí eu não vou dizer que a responsabilidade é da empresa, porque quem tem que dizer pra onde vai distribuir esses medicamentos que são comprados não é a empresa. A empresa recebe lá um documento e ela encaminha. Se ela está cumprindo o papel dela de dizer: "Olha, nós temos aqui dipirona, e ela vai vencer daqui a uma semana, e nós temos aqui 10 milhões de dipirona. Se não entregar essa dipirona", estou dando um exemplo aqui, "vou ter que incinerar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então essa questão, Senador Humberto, a Comissão de Saúde do Senado Federal... Após terminar a CPI, é importante a Comissão de Saúde ir à fundo pra saber o desperdício que nós estamos tendo, sem aqui apontar dedos, mas apontando os responsáveis verdadeiros. Sem dizer que é o ministro, é o secretário, não. Apontar pra saber quem faz esse planejamento de compra, por que que compra em tanta quantidade, se hoje você pode ter atas em que você vai pedindo do fornecedor conforme a necessidade – e não pagar mensalmente uma fortuna para quem é fiel depositário desses medicamentos que depois não são distribuídos por falta de planejamento e ainda são incinerados e também são pagos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paga para incinerar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você paga pro depósito, você paga pra distribuir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a segunda despesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ...e você paga pra incinerar medicamentos que já foram pagos para o fornecedor.

E há lei que rege as licitações. Pode fazer ata. Você vai ter uma ata de 1 milhão, mas você vai pegando conforme a necessidade, para que não tenha esse desperdício. Então, nós precisamos ter uma informação. E eu espero essa informação até segunda-feira. Eu não vou encerrar essa CPI antes de ter essa informação.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero a informação de quanto está sendo incinerado. Nos últimos dois anos, o que foi incinerado, a quantidade que foi e quanto se gastou.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu preciso imediatamente disso.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, senhor. Sem nenhum problema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só uma informação adicional em função do assunto que V. Exa. estava tratando: agora veja como é que a banda toca, Senador Humberto, no Ministério da Saúde. Agora o Tribunal Contas da União acaba de cancelar a compra que geraria um gasto adicional de 160 milhões, Senador Eduardo Girão, de imunoglobulina a preço muito mais caro. Com a participação de quem? Com a orientação de quem? Com o benefício de quem? Do Deputado Ricardo Barros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria inclusive...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sempre ele, ou seja, a banda continua a tocar no ministério.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...fazer aqui uma consideração. Na verdade, no passado, antes de o Sr. Ricardo Barros assumir o Ministério da Saúde, essa imunoglobulina era produzida pela Hemobrás e Fiocruz a um preço bastante abaixo do que o Sr. Ricardo Barros adquiriu numa licitação e que passou a ser, então, fornecida privadamente, quer dizer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aliás, ele é acusado de ter beneficiado a empresa e de ter feito o que fez pra VTCLog.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele só não levou a Hemobrás pra Curitiba, lá pra sei lá, pra Tecpar, porque lá em Pernambuco criou-se uma mobilização monstruosa pra impedir que levasse a empresa e a produção de hemoderivados pra lá. E depois a gente ficou sabendo que uma das empresas que está no meio desse negócio é uma empresa chamada Blau.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Blau, que é uma das empresas investigadas por essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas foi ele que inventou esse negócio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O próximo é o Senador Eduardo Braga...

O Senador Girão fez uma permuta com o Senador Marcos Rogério. Vai falar primeiro o Senador Marcos Rogério, depois falará o Senador Eduardo Girão.

Senador Marcos Rogério com a palavra, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Raimundo Nonato Brasil, advogados que o acompanham...

Sr. Presidente, o grupo capitaneado pelo empresário Carlos Alberto de Sá e o Sr. Raimundo Nonato Brasil, fundado na década de 90, é composto por várias empresas e tem histórico com os últimos, pelo menos, três ou quatro governos, e não só com o Governo Federal – e não apenas com o Governo Federal. Esse grupo é composto pela Voetur Turismo e Representações Ltda., VTCLog Operadora Logística Ltda., Voetur Táxi Aéreo Ltda. e Vip Service Club Locadora e Serviços Ltda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo informações colhidas no Portal da Transparência, as empresas do grupo possuem longa lista de contratos com o Governo Federal, desde 2007, em especial com o Ministério da Saúde, tendo prestado serviços também para o atual Governo, o Governo do Presidente Bolsonaro.

Mas, além do atual Governo, prestou serviços para os Governos Lula, Dilma, Temer e ao atual Governo, algo que todos devem estar percebendo desde o início, mas que pouco se evidencia. Tenta-se colocar uma narrativa de que parece que essa empresa foi descoberta no Governo do Presidente Bolsonaro. Foi o Governo Bolsonaro que descobriu, que trouxe, que colocou, é aqui, é agora. Mas quem está um pouco mais atento percebe que o histórico de relação com o Governo é longo, e essa relação com os governos acontece por sua especialidade no ramo que atua ou em razão dos contatos que tem.

Eu não faço juízo de valor, mas nenhuma empresa passa por tantos governos, como essa empresa está passando, sem ter ou uma situação ou outra situação: ou por sua especialidade ou por seu nível de contato.

Repito: Governos Lula, Dilma, Temer e, dando sequência, ao atual Governo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Fernando Henrique também. Passou também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes? Fernando Henrique também?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo!

Bom... Aqui, quem acompanha a CPI tem a impressão, repito, que essa empresa foi escolhida pelo atual Governo, vou repetir. Mas, como salientado aqui pelo Senador Humberto, desde Fernando Henrique – desde Fernando Henrique!

Agora, se tem alguma irregularidade, alguma ilegalidade, seja com relação a essa empresa, seja com relação a outra empresa, qual tem sido a minha posição, no âmbito desta CPI? Que se apure, que se identifiquem os infratores, que os enquadre na forma da lei e os puna na forma da lei. Não tem outro caminho! Seja com essa empresa, ou alguma dessas empresas, ou outra que preste serviço ao Governo, o papel de quem apura a conduta, de quem investiga é apurar as evidências, é apurar os fatos, identificando conduta vedada que enquadre os infratores e os puna, na forma da lei.

Narrativa não é prova nem aqui nem em nenhum outro lugar. Nós estamos cheios de narrativas o tempo todo. Porém, o método utilizado nesta CPI desde o começo, não hoje apenas, não... O método utilizado nesta CPI para inquirir as testemunhas é aquele que primeiro acusa, fundamenta a narrativa acusatória e depois faz uma pergunta genérica, exige-se do depoente uma resposta com "sim" ou "não" e, quando ele tenta articular uma resposta, diz: "Não, não foi isso que eu perguntei, não me interessa";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já parte para uma próxima narrativa também acusatória. Ou seja, se tem uma coisa que não interessa nesta CPI, na linha da condução do interrogatório, é a busca dos fatos, das evidências e da verdade. Isso não interessa aqui. O que interessa, repito, é a narrativa. E a narrativa não tem compromisso em extrair de quem está depondo a visão dele, seja como testemunha ou como partícipe de alguma coisa, caso seja ele investigado. Não, não interessa isso. O que interessa é todo o preâmbulo que é feito, a narrativa acusatória que é construída para, ao final, perguntar: "sim" ou "não"? O que vem não interessa, o que interessa é o que veio antes: a pré-condenação.

E veja que não estou aqui a defender essa empresa ou outra do grupo econômico. Não é meu papel fazer a defesa de ninguém aqui. Apenas faço a defesa do Governo naquilo que acredito.

Agora, o Relator fez aqui... Eu fiz questão de trazer e vou suscitar... Eu podia suscitar outros aspectos aqui sobre o histórico dessa empresa; não vou fazer. Mas o Relator questionou e deu ênfase a um aspecto aqui: que essa empresa foi contratada sem licitação. Estão aqui as notas taquigráficas. "Não, sem licitação, e tal... Esses contatos aí, todos sem licitação." Aí, vem uma resposta, e ele: "Todos sem licitação" – e ênfase em "sem licitação". Claro que o caminho correto é o caminho da licitação, é o do certame licitatório. Para algumas contratações, em razão da especialidade, a lei cria lá as janelas de alternativa a uma contratação com dispensa de licitação, pelo caráter da especialidade, exclusividade, enfim... Não quero entrar nesse mérito. Mas essa empresa foi contratada, inclusive, Senador Roberto Rocha, pelo Senado Federal sem licitação. Esta mesma empresa do grupo econômico, a Voetur, foi contratada pelo Senado Federal sem licitação. E eu estava dando uma observada aqui... Na época, as notícias que se tinha eram de que vendia passagens para o Senado Federal com tarifa cinco vezes mais cara, Senador Girão, do que a praticada no mercado. Na época, alguns Senadores questionaram, reclamaram... Em 2013 – em 2013 –, ela foi escolhida num processo de contratação emergencial, portanto, sem licitação – matéria de *O Globo* trazendo aqui...

Aí teve um Senador do PT que ficou indignado; o Senador Walter Pinheiro, do PT. Ficou brabo porque foi comprar uma passagem para Miami, e o preço da passagem era simplesmente cinco, seis vezes mais caro do que uma passagem normal. Ele diz aqui que: viagem oficial a Miami contratada pelo Senado Federal com dispensa de licitação, em agosto de 2013, ao custo de mais de R$20 mil, e que, em rápida pesquisa no *site* da companhia aérea, encontrou as mesmas passagens por cerca de R$4 mil. Outro Senador irresignado, na época, indignado com a situação foi o Senador Requião, que também denunciou a mesma situação: uma passagem oferecida pelo Senado ao custo de 17 mil para viagem oficial ao México; e a esposa dele comprou para ir do lado dele, na poltrona do lado, por R$4 mil.

Eu não estou aqui querendo fazer acusações contra quem quer que seja, apenas estou narrando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. precisa dizer quem é que resolveu esse problema...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e exigiu que se pagasse o preço de mercado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas estou dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e mudou o critério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas estou dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi preciso levar a situação para o foro próprio para causar... Depois do constrangimento, tentar mudar a situação. Mas isso perdurou por muito tempo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Já acabou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hoje, felizmente, não é assim que acontece, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi mudado, inclusive, neste ano.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o histórico – o histórico – mostra uma prática que começou... Eu só estou citando isso aqui para mostrar a incoerência. O Relator cobra aqui: "não, foi contratada sem licitação". Ela foi contratada pelo Senado sem licitação e diante dessa situação. E, diante da gritaria dos Senadores na época, houve a mudança desse formado, o que foi absolutamente correto.

Então, eu queria, Sr. Presidente, dizer que o que se deve buscar numa investigação como esta são justamente as evidências. Eu vi repetirem várias vezes aqui no painel: "não, porque a empresa fez 'isso'; porque a empresa fez 'aquilo'; pagou para 'fulano', pagou para 'ciclano'...". Eu não... Como julgador integrante da CPI... É porque nós também aqui... Parte dos documentos que a CPI tem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É interessante... Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu, quando cheguei aqui, em 2015, já não era dessa forma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... já era da forma que é hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu não participei... Eu não lembro nem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quer dizer, essa empresa já cometia atos não republicanos desde essa época e continua no Governo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era isso que eu ia perguntar: é a mesma empresa, a Voetur?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a mesma empresa, pois é. E continua no Governo do Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a primeira geração da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quer dizer, desde 2013, já era uma empresa que cometia atos não republicanos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... como V. Exa. está narrando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor me permite aqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, oito anos depois...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ela continua atuando como se nada tivesse acontecido?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, o que eu estou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para colaborar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou entendendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para colaborar com V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria entender.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para corroborar com V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Brasil está vendo como são as narrativas. Eu estou falando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é narrativa! Espere aí...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não tem nada de narrativa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí, a turma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí... Mas que narrativa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A turma das narrativas entra em campo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas como narrativa? É sua a narrativa!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para fazer o que estão fazendo agora. Vai lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É sua narrativa, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – "Bora" lá. Vamos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, os depoentes querem responder sobre isso, se não me engano. Estão fazendo sinal aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria saber... Até porque ele está colocando o Senado como se... Por exemplo, eu que estou Presidente neste Senado, cheguei aqui em 2015. Nessa época, já era o mesmo método de hoje: a gente compra direto da empresa para que não tenha superpreço nem nada. O senhor sabe disso, porque, da mesma forma que o senhor compra a passagem para ir para Porto Velho, eu compro para Manaus – é a mesma forma. Os preços variam como variam para qualquer cidadão brasileiro. Não tem intermediário na compra das nossas passagens, correto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hoje, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, sim. Não, desde quando eu cheguei aqui, não tinha.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Importante esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa eu esclarecer aqui. Como tinha intermediário nessa época, o preço colocava-se a bel-prazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, Presidente, a empresa foi contratada... O ponto que eu estou levantando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não vai...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É errado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está tentando criar narrativas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É errado. Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., de novo, está dentro da linha das narrativas. Esta CPI, desde o começo, tem um time aqui...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Marcos Rogério, você deu um tiro no pé e agora está querendo voltar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A palavra "narrativa" nunca foi tão utilizada quanto por Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O depoente quer responder sobre isso aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tudo que o outro fala é narrativa, tudo que ele fala não é narrativa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fiquem tranquilos. Fiquem tranquilos. Eu sei que V. Exas. estão num esforço grande...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – As palavras não voltam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sei que V. Exas. estão num esforço grande para tentar desviar o foco, mas fiquem tranquilos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – "Bora" mais uma vez, Marcos: narrativa... (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque o Brasil sabe exatamente o que está acontecendo. (*Risos.*)

Essa empresa... Vou dar um intervalo para V. Exas. rirem um pouquinho mais – inclusive, o Senador Humberto Costa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas é engraçado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Querem rir um pouquinho mais? Podem rir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Marcos Rogério, a depoente quer responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Riam um pouco mais.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ela queria falar alguma coisa ali sobre a...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A questão é que o mesmo que cobrou aqui licitação para contratação da empresa no Governo Federal foi o que contratou sem licitação, à época, essa empresa para vender passagem para o Senado Federal. É isso.

Com relação a qualquer tipo de ilicitude, eu vou repetir...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem foi? Fale o nome.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Presidente Renan. Foi na gestão do Presidente Renan.

Veja V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Renan, esclareça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é covardia. Isso é covardia. O Senado, na minha época, era a instituição mais transparente do Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é o que os seus colegas estão falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O quê? Nós devolvemos, pela primeira vez na história, em função da transparência, R$600 milhões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é isso que eu estou falando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E eu botei o dedo nessa ferida e resolvi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só estou dizendo que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fui eu que resolvi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só estou dizendo que a empresa foi contratada por um método que V. Exa. hoje condena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. está dizendo que a empresa já praticava fraude lá atrás.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, V. Exa. que a contratou assim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente não contrata nada. O Presidente do Senado não contrata nada. Eu impus a prática que regularizou o problema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só estou dizendo que houve uma incoerência no que foi praticado lá atrás e no que se cobra agora. Agora, para mim, se houve erro lá atrás e se houve erro agora, apure-se, identifiquem-se os responsáveis e puna-os. Agora, com base em fatos, em evidências e não em narrativas, porque isso não se sustenta em nenhum processo.

Onde é que estão as provas até agora, Presidente? Onde estão as provas? Só se estiverem nos inquéritos que estão sigilosos lá e que nós não temos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acabei de perguntar para a doutora: "Doutora, e a quantidade de medicamentos que vocês estão incinerando?". Ela disse: "É muito grande, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastando muito com incineração". O senhor acha isso uma prática boa para o Brasil? Vencendo o remédio, ter que incinerar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas é isso que nós estamos apurando aqui?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que não é isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas, se V. Exa. quiser fazer uma outra CPI para apurar a incineração de medicamentos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas isso é uma decorrência natural da CPI, pelo amor de Deus!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... é uma outra CPI, assim como aquela do BNDES que V. Exa. sugeriu quando o Luciano Hang esteve aqui, que eu estou ávido por fazer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Gente, está difícil entender o Marcos hoje, viu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para apurar a extensão dos contratos do BNDES com recursos que foram para investimentos fora do Brasil. Estou à disposição.

Mas eu queria agradecer V. Exa. pela oportunidade de fazer essas ponderações. (*Pausa.*)

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Posso só fazer um registro aqui, Senador Marcos Rogério, sobre a fala do Senador? Com muito respeito ao que foi aqui relatado, realmente eu desconheço que a Voetur Turismo tenha sido contratada sem licitação no Senado.

Com relação às argumentações de que as passagens eram cinco vezes mais caras, quatro vezes mais caras, essas argumentações foram todas rechaçadas e comprovadas pela empresa. O que ocorria à época? As passagens dos Senadores eram pedidas com uma certa... O Senador comprava as passagens da esposa dele com uma certa antecedência. Por isso, ele conseguia um preço menor, porque, como todos aqui sabem, o preço das passagens é variável. Então, quando a Voetur emitia a passagem do Senador, muitas vezes, aquela tarifa já não estava mais disponível. A Voetur é uma agenciadora, ela não tem como prever o preço da passagem aérea que é dado pela companhia aérea. É só esse esclarecimento que eu gostaria de trazer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze; depois, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, sendo a VTCLog uma empresa de armazenamento e logística de vacinas, eu hoje quero apresentar alguns dados relativos à vacinação no Brasil para o combate da covid-19.

As doses distribuídas aos Estados: Fiocruz/AstraZeneca, 110 milhões de doses; Butantan, 98 milhões de doses; Pfizer, 88 milhões de doses; e Janssen, 4,8 milhões de doses; total, 301 milhões de doses distribuídas. Exceto pela marca Janssen, fica evidente que o Brasil optou por distribuir, de modo equivalente, a aquisição de três marcas de vacinas disponíveis no mercado e devidamente registradas na Anvisa, fato este que não aconteceu em diversos países que optaram por dar preferência por certas marcas de modo majoritário.

Com esse total de 301 milhões de doses distribuídas e 241 milhões de doses aplicadas, o Brasil é o país que mais tem envidado esforços para vacinar a sua população, estando hoje em quarto lugar no *ranking* dos países que mais vacinaram e, se se fizer a comparação com os Estados Unidos e também com a Índia, na proporção de doses distribuídas e aplicadas com relação à população, seguramente nós temos a segunda maior aplicação depois da China. Em certos Estados, inclusive, iniciou-se a aplicação de doses de reforço, da terceira dose, 1,233 milhão de doses já como a terceira dose. Com uma média de 1,499 milhão doses aplicadas por dia, nos últimos sete dias, o Brasil deverá atingir a primeira, a segunda dose, e única, de 70% da população vacinável no dia 8 de outubro, quinta-feira – dados e projeções obtidos pelo Ministério da Saúde.

Os percentuais de letalidade: Rio de Janeiro, 5,15; São Paulo, 3,43; Amazonas, 3,22; Pernambuco, 3,18; Maranhão, 2,85; Pará, 2,81; Goiás, 2,71; Alagoas, 2,61; Paraná, 2,59; Ceará, 2,58; Mato Grosso, 2,57; Mato Grosso do Sul, 2,56; Minas Gerais, 2,55; Rondônia, 2,46; Rio Grande do Sul, 2,42; Piauí, 2,19; Bahia, 2,18; Sergipe, 2,16; Espírito Santo, 2,14; Distrito Federal, 2,11; Paraíba, 2,11; Acre, 2,09; Rio Grande do Norte, 1,99; Tocantins, 1,69; Santa Catarina, 1,62; Amapá, 1,61; e Roraima cruzou o Amapá com 1,59.

Ao verificarmos a letalidade de óbitos dividida pelo número de casos confirmados, verificamos que 21 Estados da Federação apresentam letalidade menor do que a média do Brasil, 2,8. Somente seis Estados estão com letalidade superior à média. O que isso significa? Significa que o Governo Federal está fazendo um trabalho no combate ao covid-19 e que há, sim, diferença entre Estados e Municípios, onde certos Estados ainda têm a oportunidade de melhorias no combate a essa doença. Mas essa CPI se nega a investigar, Senador Girão, os verdadeiros motivos pelos quais temos tantas diferenças entre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados, embora a Polícia Federal receba dezenas de denúncias e esteja trabalhando com afinco junto com o Ministério Público Federal para investigar todos os casos de desvios de recursos públicos.

Em mais uma etapa de entregas pelo Brasil, na celebração dos mil dias de Governo, o Presidente Bolsonaro e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, astronauta Marcos Pontes, realizaram nessa quinta-feira, dia 30, em Belo Horizonte, o lançamento da pedra fundamental do Centro Nacional de Vacinas, MCTI e Universidade Federal de Minas Gerais. O Centro de Nacional de Vacinas de Minas Gerais dominará todas as etapas de desenvolvimento de produtos, incluindo pesquisas, testes com pacientes, até a criação de protótipos.

O centro contará com 50 milhões oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O recurso viabilizará a construção e aquisição de equipamentos da infraestrutura que servirá de *hub* para o desenvolvimento de projetos de inovação nas áreas de vacinas, de *kits* de diagnóstico e de fármacos, com o foco na transferência tecnológica para empresas e instituições que atuam no mercado da saúde.

A parceria prevê ainda, além do investimento de cerca de 50 milhões pelo Governo Federal e do MCTI, mais 30 milhões do Governo do Estado de Minas Gerais para criação desse polo nacional que ampliará as capacidades de desenvolvimento das vacinas nacionais, se somando ao que nós temos hoje na Fiocruz e também no Butantan. A ideia é que o Centro de Vacinas possa se sustentar ao longo do prazo por meio de parcerias com a iniciativa privada e com o ecossistema que existe hoje no parque tecnológico.

O Ministro Marcos Pontes anunciou também em Belo Horizonte a entrega do primeiro lote de teste de detecção do covid-19 100% brasileiro, baseado no método conhecido como Elisa. O *kit* sorológico apoiado pela RedeVírus MCTI foi finalizado em agosto e protocolado na Anvisa. O projeto é ampliar a capacidade de diagnóstico do coronavírus no País.

Ainda em relação ao desenvolvimento de vacina no Brasil, o projeto de vacina desenvolvido na Bahia, a vacina RNA MCTI Cimatec HDT, do Senai Cimatec, ligado à Federação das Indústrias da Bahia, já se encontra em Fase II de ensaios clínicos. Tenho a informação de que hoje o pesquisador

Tenho a informação de que hoje o pesquisador Dr. Steve, de Seattle, está juntamente com o Dr. Badaró, infectologista, e a Dra. Bruna, a quem eu quero saudar, toda a equipe, a equipe do Senai Cimatec, da Federação das Indústrias da Bahia, a equipe que está trabalhando pra essa vacina. Vacina brasileira, a primeira vacina brasileira, que será produzida com a parceria dessa universidade de Seattle com o Senai Cimatec, da Bahia. Parabéns ao nosso Antonio Ricardo Alvarez Alban, que é o Presidente da Federação das Indústrias da Bahia. Este infectologista, o Dr. Badaró, e a Dra. Bruna, em nome de toda a equipe dos cientistas brasileiros, Senador Girão, que estão se esmerando pra que nós tenhamos vacinas nossas, brasileiras. Essa é a primeira de um rol de 15 vacinas que cientistas brasileiros, dentro das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades, estão criando. Esse grupo da Bahia: para realizar a terceira fase de ensaios clínicos e visitar possíveis fabricantes. Ou seja, o Brasil segue investindo em vacinas e novas opções com segurança e acompanhamento devido dos ministérios. A verdade é uma só: mais dia, menos dia se revelará toda em toda a sua plenitude.

E uma colocação também que eu já citei na semana passada e vou repetir porque isto é muito importante. A Universidade Federal de Lavras fez um estudo, na semana ou alguns dias atrás, de que no mês de agosto nós tivemos já em torno de 2,7 mil Municípios com zero casos de covid. No mês de julho, eram 1,7 mil; e no mês de junho eram 1,5 mil, Senador Roberto Rocha. Isso é importante pra ver como estão avançando o combate da vacinação e os tratamentos que são executados hoje no Brasil, que dão esses resultados positivos, que é o que nós temos que comemorar.

Ao depoente, uma pergunta ao depoente. Afinal de contas, o terceiro termo de aditivo, alteração qualitativa para incluir armazenagem de vacina em temperaturas ultrafrias, foi assinado, embora conste no processo minuta dele? Processo 0020852372 foi assinado, Sr. Depoente?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Senador, com todo o respeito, Excelência, não foi assinado esse contrato. Até o presente momento, já recebemos e distribuímos quase 100 milhões das vacinas da Pfizer, sem receber.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O reajuste contratual cogitado de até 50% foi efetivado?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, Sr. Senador, com todo o respeito. Só foi de 25% do contrato.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Roberto Rocha, eu tenho um tempo ainda. Se eu puder passar para o Senador Roberto Rocha...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou passar diretamente pro Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se puder ser para o Senador Roberto Rocha, que insistentemente tem me pedido espaço e não consegue...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois não, você tem os três minutos que...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... o Senador Girão passaria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – O senhor está dando cinco para ele... (*Risos.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Para interpelar.) – Obrigado, eu não vou ocupar mais do que esse tempo, Presidente. É apenas para poder fazer aqui um breve registro.

Eu pedi a palavra, sem poder esperar, porque vou apresentar, daqui a pouco, o nosso relatório da reforma tributária, que é algo fundamental para o Senado e para o Brasil. Mas eu não posso deixar aqui, hoje, de cumprimentar e registrar o conhecimento que eu tenho, o testemunho que eu tenho do empresário Raimundo Brasil. E eu falo isso com muita legitimidade, porque eu sou maranhense e ele também o é. A fazenda dele lá no Maranhão fica do lado da fazenda da minha família, do lado. Então, eu o conheço bem e eu conheço alguma coisa da vida dele, como ele conhece da minha vida. Nós estamos sempre juntos lá no Maranhão. Então, eu dou testemunho de ser um empresário que ajuda muito a promover o desenvolvimento.

Eu faço algumas perguntas bem objetivas. Antes, porém, eu queria dizer que eu ouvi, quando eu cheguei, o Senador Randolfe falar sobre um jato. V. Sa., Raimundo, tem um jato nos Estados Unidos da empresa. Há quantos anos esse jato está parado lá nos Estados Unidos – está lá, parado ou não, nos Estados Unidos?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Há uns cinco anos, Sr. Senador. Excelência, cinco anos.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Muito bem. Eu queria perguntar qual o tamanho hoje da empresa de V. Sa. no mercado.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – A nossa empresa, em número de funcionários, a gente tem mais de mil funcionários diretos; e indiretos, aproximadamente, 700 a 800. Então, aproximadamente, 1,8 mil pais de família dependem do nosso trabalho, são nossos parceiros no dia a dia. Sr. Senador, atuamos a nível nacional, nós temos sede em Brasília e quatro filiais. Nós somos uma...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – ... em todos os Municípios do Brasil. Durante a pandemia, nós prestamos serviço levando respiradores, EPIs, todos os equipamentos do Ministério da saúde.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Muito bem, Brasil.

Só por causa do meu tempo, eu queria dizer o seguinte, eu ouvi, Senador Randolfe, e eu falo aqui com muita alegria...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O tempo de V. Exa. já...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O tempo de V. Exa. já esgotou.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Não. Está lá.

Eu quero falar, Senador Randolfe, com muita tranquilidade – até interrompi, peço desculpas, na hora em que V. Exa. estava falando, quando estava falado da Sra. Maria José –, que eu conheci a irmã do empresário Brasil numa audiência com a Presidenta Dilma. Ela era a secretária da Dilma, da Presidenta Dilma. De tal modo que eu não percebo assim nenhum tipo de partidarismo nessa questão aqui.

Dou esse testemunho para poder terminar com mais uma pergunta ao Brasil: além de vacina pra essa pandemia, que é a maior guerra sanitária, a maior crise sanitária do Planeta, que o Brasil, um país continental, tem que enfrentar, quais as outras vacinas e remédios a sua empresa fornece ao povo brasileiro?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador, nós armazenamos e distribuímos todos insumos críticos do Sistema Único de Saúde. A vacina da covid é só uma vacina, tem a vacina influenza, tem as outras campanhas. Só este ano, nós já transportamos mais de mais de 700 milhões, só este ano. Só neste ano de 2021, a nossa empresa já distribuiu pra toda população brasileira mais de 700 milhões de doses de vacina. O.k., Sr. Senador? Nós sabemos o que fazemos – nós sabemos o que fazemos!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente eventual desta sessão, Senador Rogério Carvalho.

Sejam muito bem-vindos, Sr. Raimundo Nonato Brasil e Sra. Andreia, que eu vejo ali muitas vezes se coçando pra falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço até autorização do Presidente para que alguma eventual pergunta que o Sr. Raimundo Nonato, que parece que é da área operacional, não souber que a Sra. Andreia possa fazer essas respostas, porque eu tenho algumas aqui.

Antes, porém, eu não posso deixar de comentar, Senador Marcos Rogério. A pesquisa XP é tão falada aqui nesta Comissão, é pesquisa XP pra lá, é pesquisa XP pra cá, mas, quinta-feira da semana passada, ela mostrou aí os índices preocupantes de confiança da sociedade acerca das instituições do Brasil.

Até que ponto a gente está colaborando para esse tipo de descrédito que a gente vê estarrecedor, crescendo no âmago do povo brasileiro?

Olha só os números: 86% não confiam em partidos políticos; 82% não confiam na Câmara dos Deputados – olha o Parlamento brasileiro –; 76%, recorde, 76% não confiam no Senado Federal.

Subiu o índice de rejeição do Senado e a gente fica se perguntando o porquê. Muitos fatores e um deles, que a gente viu ter uma audiência muito grande esta CPI aqui no começo, na minha opinião, respeito quem pensa diferente, mas justamente por não querer rastrear indícios gravíssimos de corrupção, como a gente viu no Petrolão, como a gente viu no Mensalão, esta CPI não quis rastrear, a agressividade que a gente viu aqui em várias sessões, o desrespeito, os abusos, fazem esta Casa se apequenar nesse sentido.

Agora tem uma notícia boa, Senador Marcos Rogério, eu já disse aqui que quem não tem cão caça com gato. E, o Rio Grande do Norte, o Estado do Rio Grande do Norte, a Câmara dos Deputados do Rio Grande do Norte, a Assembleia Legislativa, perdão, mesmo, mesmo tendo verba federal no Consórcio Nordeste, que era obrigação nossa estar aqui investigando, ela abriu lá a CPI e adivinha quem vai amanhã? Adivinha quem vai amanhã?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Carlos Gabas, o Diretor-Executivo do Consórcio Nordeste.

Mas, espera aí, não terminei, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tinha que suspender a sessão da...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não terminei não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Transmitir aqui na TV Senado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Adivinha quem foi que pediu um *habeas corpus* amanhã?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não.

Vai vendo!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é, um pedido de *habeas corpus* do Diretor-Executivo do Consórcio Nordeste que, depois de todas as denúncias que nós fizemos aqui, não foram poucas, continua Diretor-Executivo do Consórcio Nordeste, recebendo um salário aí de quase R$20 mil por mês e é por essas e outras que a gente está tendo essa situação se agravando a cada dia.

Eu irei entrar com um relatório independente aqui nesta Comissão, já estou fazendo com a equipe. Quero anunciar oficialmente que nós vamos, com base em tudo que nós recebemos aqui, o que a gente pôde apurar, entregar um relatório independente para ser votado, com voto separado, enfim, tentar de alguma forma deixar isso registrado na história do Senado Federal, as nossas impressões com base em fatos e não em narrativas.

Sr. Raimundo Nonato, eu queria lhe perguntar o seguinte: a VTCLog e o Ministério da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Girão, eu vou tirar o "narrativas", porque o monopólio do uso pertence somente ao Senador Marcos Rogério, mas continue V. Exa. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A VTCLog e o Ministério da Saúde têm um contrato para centralização logística de medicamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, sobre avaliação da CPI, não tem na pesquisa?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Olha, avaliação da CPI... Quem sai dessa bolha aqui e vai para as ruas contactar com as pessoas, é terrível.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não está na...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, na pesquisa, não estava, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A da pesquisa eu li aqui os índices que eu recebi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E como é que eles são?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu pude analisar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E como é que eles são?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da CPI como é que está a avaliação?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela oscilou muito, ela caiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela caiu em relação aos outros...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De quanto é a aprovação, Senador Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não sei. Eu não sei a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, está bom. Mas a gente tem os dados aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não seria 60%?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque o que nós destacamos foi isso, Senador Girão. Enquanto as instituições estão desacreditadas na sociedade, com avaliação lá embaixo, esta Comissão Parlamentar de Inquérito é com certeza uma instituição parlamentar muito bem avaliada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas olha que coincidência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O mais importante você não falou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Olha que coincidência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Virou instituição...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, e olha que coincidência: aqui a CPI é no Senado, não é? CPI é no Senado. O Senado caiu nesse período.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa... Eu estou dizendo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu acho que o Senado tinha que levantar nesse período se fosse boa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Enquanto cai, essa CPI tem uma avaliação e um índice de aprovação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, era para ser pior?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sempre maior do que 50%...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Era para ser pior?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... 60%, bateu 70%...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu só peço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... enquanto a avaliação da Câmara e do Senado caem. Isso é que é o surpreendente. O fator de elogio, que poderia ter sido dado com humildade por V. Exa. e recebido com humildade também por todos nós, era esse...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... era que, enquanto as instituições caem, a CPI se avoluma em função do trabalho que, de certa forma, ela está conseguindo fazer com o apoio da sociedade. Isso nunca se viu no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Renan, eu gostaria de concordar com o senhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não é isso que a gente sente nas ruas, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... mas, justamente porque a gente não vê aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Girão, só um minuto. É que o depoente está pedindo para ir ao toalete.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro. Eu peço só a reposição do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim. Eu não só vou suspender, garantindo o tempo a V. Exa., como farei mais: irei recuperar o tempo para sua inquirição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Raimundo Nonato, por gentileza.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente, só pra fazer uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Presidente é o senhor, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Eu creio que o Senador Girão não tem esse número aí. Mas, se o senhor pegar todas as instituições, de um modo geral, todas elas estão mal avaliadas pela população. É porque o senhor colocou aí Câmara, Senado... O senhor se esqueceu de avaliar o Executivo, o senhor se esqueceu de falar da avaliação do Judiciário, mas, principalmente, de uma instituição muito respeitada por todos nós brasileiros – muito respeitada por todos nós –, em que pontualmente você vê falhas – e em qualquer lugar tem –, mas cuja avaliação também caiu. E o senhor não tem aí, porque acho que, quando o senhor redigiu, você só colocou essas coisas, mas a XP também mostra uma queda em relação às Forças Armadas.

Pegue os números da XP e o senhor vai ver que todas as instituições, de um modo geral, seja Senado, Câmara, Executivo, Judiciário... E infelizmente... E eu digo isso infelizmente porque, se tem alguém que pode nos proteger de qualquer ação de inimigos do Brasil, são as Forças Armadas. Elas também perdem por esse momento que nós estamos vivendo. Não é bom pra nós; lógico, não é bom;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é bom para o Senado, para a Câmara, para ninguém. Mas também, se o senhor for analisar – eu vi lá a pesquisa –, ela também mostra esse retrato de que sempre o Exército Brasileiro teve uma avaliação muito positiva perante a sociedade brasileira, o senhor sabe disso?

E eu espero que isso seja só um momento, não é? Porque acho que nós temos que preservar as nossas instituições. Elas, mal ou bem, são fator importante pra democracia brasileira, fator importantíssimo, porque você pode perguntar para um cidadão que é um democrata: "O que você acha da atuação do Senado?". "Ah, não presta, ninguém vale nada." "O senhor quer fechar o Senado?" "Não, não, não pode fechar o Senado." Porque as avaliações são feitas pontualmente, em cima do momento. Mas esse reflexo que o senhor coloca é preocupante pra todos nós, não tenha dúvida. Ninguém gosta de ver uma avaliação dessa, independente de momento ou não.

Mas essa pesquisa que o senhor analisou aí, que o senhor está colocando, V. Exa., se for analisar todas as instituições, há, sim, um descrédito muito grande por parte da população brasileira...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Inclusive, Senador Omar Aziz...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – ... em relação a tudo e a todos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – A tudo e a todos, porque o País, neste momento em que é de nossa responsabilidade... A energia aumentando, as pessoas vão comprar ovos ou uma conserva, estão o mesmo preço, valor de R$16, R$17. O gás no meu Estado, R$120; no interior, R$130, R$140. Não há quem possa ficar satisfeito, Senador, não há como ficar satisfeito porque nós vivemos um momento difícil – e aqui sem estar julgando ninguém, eu estou falando para o senhor de um modo geral, do macro que nós estamos vivendo. E quando o senhor diz: "Olha, as instituições estão desgastadas", é verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu falei exatamente isso.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não é por causa da CPI ou por causa da...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Alguns caíram mais, outros menos.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Mas todos caíram. Ninguém...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Todos caíram, é um descrédito da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – É um descrédito geral. Então veja bem, na análise de qualquer instituição, há um descrédito da população.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E aí a gente tem que fazer a parte que nos cabe, não é? A parte que nos cabe, nós estamos aqui no Senado Federal para tentar melhorar essa imagem. Como é que a gente melhora isso? Fazendo o nosso papel, cumprindo o nosso dever constitucional, recebendo as demandas da sociedade e dando encaminhamento, tendo equilíbrio, justiça, e é isso que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou retomar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... é o sonho que a gente gostaria de realizar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou retomar, Senador Girão, seu tempo. Seu tempo foi paralisado em oito minutos, vou retomar em dez minutos para V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente. Então vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só, a bem da verdade, vou esclarecer os números. A bem da verdade, só pra esclarecer os números da pesquisa da XP: a rejeição... a aprovação do Governo Bolsonaro está em 25%, a aprovação do Congresso Nacional está em 14%, a aprovação do Supremo Tribunal Federal está em 27%, a aprovação desta Comissão Parlamentar de Inquérito está em 59%. São esses os números da pesquisa XP.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, vai vendo, Brasil.

Vou devolver para o...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está bem.

Esses são os números.

Devolvendo então...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – A VTCLog, Sr. Raimundo Nonato, e o Ministério da Saúde têm um contrato para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centralização logística de medicamentos. A pergunta que eu faço, bem direta, pro senhor é a seguinte: qual o papel do ex-Ministro Ricardo Barros na celebração desse contrato? Qual o papel do ex-Ministro Ricardo Barros?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu não estou ouvindo o senhor. Acho que tem que ligar o...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O microfone, por gentileza, Sr. Raimundo.

Repuseram o tempo do Senador Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Repuseram. Repuseram.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Senador Girão, Excelência, com todo o respeito, não temos nenhuma ligação com o Sr. Ricardo Barros.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Na celebração desse contrato não teve nenhuma participação dele?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quando a VTCLog ganhou a licitação desse contrato, o senhor sabe dizer quais empresas participaram desse certame licitatório?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Dezoito empresas, Sr. Senador. Dezoito empresas participaram.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Dezoito empresas.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Desde quando a VTCLog mantém relações comerciais com o Ministério da Saúde? Eu quero ratificar essa pergunta.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi falado em vários governos aqui, mas eu queria que o senhor expusesse aí, ao longo da trajetória da empresa no Ministério da Saúde, em quais governos ela atuou.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Nós trabalhamos, inicialmente – faz muitos anos –, um período no Governo do Presidente Collor. Depois, ficamos... perdemos a licitação. Aí voltamos, se eu não me engano, no Governo do Presidente Fernando Henrique e, eu acho que durante uns dois ou três anos, ficamos fora da década de 90 e voltamos em 98, se eu não me engano, e estamos até hoje prestando serviço, sob um processo licitatório, amplo, geral, irrestrito, competindo com todas as empresas do Brasil inteiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor é um dos fundadores da empresa?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sou fundador da empresa, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Nós temos informações de que a VTCLog firmou contrato de prestação de serviço de transporte entre 2010 e 2015. Vejamos bem, no Governo do PT, a VTCLog já tinha relacionamento comercial com o Governo Federal. E mais, em 2015, no Governo Dilma – infelizmente de triste memória, que lançou o Brasil numa crise sem precedentes –, o Ministério da Saúde passou o serviço de logística integrada para os Correios, por dispensa de licitação.

Eu lembro que os Correios estão sendo – nós estamos aqui em debate, em pleno debate – privatizados. Existe essa intenção da privatização dos Correios, depois de terem sido literalmente sucateados nesses governos anteriores. O que eu pergunto ao senhor... O valor dessa dispensa de licitação: R$152.737.000 por ano. Eu pergunto se houve também a dispensa de licitação e o contrato celebrado com os Correios. Como que a VTCLog prosseguiu prestando serviço ao Ministério da Saúde? O que é que ocorreu? O senhor ou a Sra. Andreia, eu gostaria de ouvir.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador, eu posso passar a palavra pra Dra. Andreia?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pode.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Excelência, nosso contrato inicialmente foi firmado em 2010 e se encerrou em dezembro de 2015. Nessa ocasião o Ministério da Saúde decidiu contratar, como o senhor bem colocou, V. Exa. colocou, os Correios por dispensa de licitação. Não foi possível, por uma suspensão do Tribunal de Contas da União.

Considerando que em 2015 se encerrava o contrato e trata-se de serviço contínuo de prestação de serviço para a saúde, o Ministério da Saúde promoveu uma prorrogação excepcional do contrato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

com a VTCLog. Quando chegou em dezembro 2016, novamente o Ministério da Saúde decidiu contratar os Correios sem licitação.

Ele chegou a assinar o contrato e previu um período de transição até fevereiro. Então, de dezembro de 2016 até fevereiro de 2017, seria feita a transição da VTCLog para os Correios. Então, foi feito um emergencial. Eles cotaram com várias empresas, pra ficar nesse emergencial aí, de 60 dias.

Ocorre que, quando chegou em fevereiro, novamente o Tribunal de Contas passou a analisar a licitude dessa contratação direta, e, aí, o Ministério da Saúde se viu compelido a abrir um novo emergencial, porque não havia uma licitação em andamento, considerando que ele iria contratar direto por dispensa. E aí abriu-se um processo emergencial para a contratação da empresa de transporte.

Nessa época, a gente só prestava transporte. Nós não éramos ainda uma operadora logística integrada.

E aí ele abriu esse emergencial e ficou, durante o ano de 2017, aguardando um posicionamento do Tribunal de Contas. Por isso os emergenciais. Mas todos os emergenciais foram precedidos de cotação pra todo o mercado, tá?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Perfeito. (*Pausa.*)

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Isso.

E esses, inclusive, Excelência, são os contratos que o Relator dispôs ali, no início.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Então, não foram contratos sem licitação. Foram contratações emergenciais, devido à necessidade de o Ministério esperar uma decisão do Tribunal de Contas pra contratar os Correios por dispensa. Foi isso que ocorreu, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

A senhora tem formação jurídica também, né?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A gente vê que a sua linguagem é bem específica.

Está desde a fundação da empresa, não?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu estou na empresa desde 2003.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Desde 2013...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Desde 2003.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Desde 2003. Conhece bem a realidade.

Eu quero fazer uma pergunta pra vocês dois: nós podemos dizer que, em 2015, no Governo da Presidente Dilma, a Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos, a Cenadi, seria extinta, para que os Correios assumissem tal serviço? Posso afirmar isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Pode afirmar, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, olha...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E é bom lembrar que os Correios são uma empresa pública. Tem uma pequena diferença.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É interessante, viu, Senador Marcos Rogério? Então, a gente está vendo aqui, realmente, essa palavra, "narrativa", sendo confirmadíssima aqui, porque discute contratos que abarcam governos passados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não é? A gente está vendo aqui.

Nesse caso, prioritariamente, do próprio PT, fugindo do escopo da CPI. Olha só a situação que a gente está vendo aqui.

Eu quero fazer mais uma pergunta pra senhora – pros senhores: segundo noticiado, o referido contrato seria a base para o pagamento de vantagens indevidas a lideranças políticas do Partido Progressistas. Qual a sua ligação, a ligação da empresa de vocês, com o PP? O que o senhor tem a dizer sobre essa hipótese levantada pela imprensa brasileira?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, a VTCLog não tem nenhuma relação com o PP ou com qualquer outro partido político.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Eu queria perguntar se o senhor ou a sua empresa orientou o Sr. Ivanildo, que esteve aqui nesta CPI, sobre o depoimento dele. Foi o senhor ou a empresa que contratou advogado e o orientou a solicitar um *habeas corpus* ao STF?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, Excelência. Foi a empresa que deu esse apoio jurídico ao nosso funcionário Ivanildo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, por que que o Sr. Ivanildo, motoboy da empresa de vocês, mudou de ideia e resolveu depor? Vocês participaram dessa decisão dele?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência. O que aconteceu com o Sr. Ivanildo? Em virtude de ser uma pessoa extremamente humilde, ele estava numa situação..., com a mídia indo na casa dele, e ele nos pediu que, se pudesse vir falar, ele gostaria de vir. Foi isso que aconteceu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Nós tivemos informações de que a senhora, Sra. Andreia Lima, esteve neste Plenário no último dia 30 de setembro, quinta-feira passada, com o objetivo de tentar adiar – e a senhora pode confirmar ou não – ou cancelar esta oitiva que está correndo agora.

O senhor, Sr. Raimundo Donato, tem algum conhecimento dessa ação da Sra. Andreia Lima? Qual o temor da VTCLog em prestar esse depoimento?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Senador, com todo o respeito, Excelência, o objetivo da Dra. Andreia não foi esse. O objetivo da Dra. Andreia era que substituíssem o meu sócio, o Sr. Carlos Alberto de Sá, que não está bem de saúde. Que viesse ou eu ou a Dra. Andreia no lugar do Sr. Carlos Alberto, que se encontra com problema de saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Está bem. Então, a empresa não teria nenhum temor em vir aqui prestar esse esclarecimento?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não. Jamais, Sr. Senador. Nós somos uma empresa que presta serviço, empresa do Governo Federal. É uma empresa que... Estamos aqui como cidadãos, como prestadores, como pessoas sérias.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – O meu tempo está terminando, e eu queria só perguntar uma coisa: quantos funcionários o grupo de vocês emprega hoje, só para ter uma noção?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Nós empregamos hoje mil funcionários diretos e mil indiretos.

Eu gostaria, Excelência, só de reforçar que, desde o primeiro momento em que a VTClog teve seu nome citado nas investigações desta respeitada Comissão Parlamentar de Inquérito, eu, pessoalmente, na qualidade de Diretora Executiva, me disponibilizei para apresentar todos os esclarecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Nós tivemos aqui, na semana passada, me encaminhando para o final, Senador Randolfe Rodrigues, um empreendedor que gera 22 mil empregos. Eu acho que precisa ser investigado o que tiver que investigar, tem que investigar. Agora, eu acho interessante são as incoerências que a gente vê aqui. Eu estou há apenas dois anos e meio no Senado Federal, pouco mais que isso, e já vi diversos pronunciamentos daquela tribuna do Senado, que fica a 50m daqui, dizendo o seguinte: que a Lava Jato quebrou empreiteiras, que deixou milhares de pessoas desempregadas, com a mídia que teve em cima, com as operações que foram feitas pela Força Tarefa. E a gente não vê essa mesma coerência agora. Com empresas, como a gente viu aqui, como a Havan, na semana passada, e outras tantas que tiveram um assassinato de reputação claro, a gente não vê essa preocupação. São dois pesos e duas medidas. Quando há poderosos envolvidos, aí, já não se fala mais comigo, mas a Lava Jato puniu empresários e puniu políticos poderosos, e a gente viu. Espero que isso, de alguma forma, seja resgatado no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

O próximo é o Senador Rogério Carvalho.

Dra. Andreia, só, assim, reiterando os termos da pergunta do Senador Girão, acho que, em 2015/2016, ainda no Governo da Presidente Dilma, pelo que V. Sa. respondeu, havia a hipótese de suspensão do contrato da Cenadi para os Correios. Era isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Na realidade, Excelência, o que eu sei – porque isso já era uma decisão do Ministério da Saúde –: o Ministério da Saúde fez um estudo técnico para implantar a logística integrada, que é o que ocorre hoje.

O que aconteceu é: a Cenadi seria extinta já em 2015, só que a contratação se daria direta para os Correios. A decisão de extinção da Cenadi se deu já em 2015 com base em estudos técnicos referente... Também com relação aos custos, há um parecer, uma nota técnica do próprio Ministério da Saúde, de que a Cenadi custava, à época, em torno de 171 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, no Governo da Presidente Dilma, seria para contratar os Correios?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No Governo do Presidente Michel Temer, com o Deputado Ricardo Barros, passou para a contratação da VTCLog?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, senhor. Nesse período que o senhor colocou, foi feito um processo licitatório; essa licitação teve audiência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas houve uma mudança de decisão, ou seja, ao invés de terem sido contratados os Correios, passou a ser contratada a VTCLog, é isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, a mudança... Não foi uma mudança de decisão. O Tribunal de Contas da União declarou que a contratação direta dos Correios para o serviço de logística, mesmo ele sendo uma empresa pública, não poderia ser por dispensa de licitação. Aí, nesse momento, foi aberto o processo licitatório, onde inclusive os Correios participaram.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E perderam o processo licitatório para a VTCLog?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Perderam o processo licitatório para a VTCLog, assim como as outras 18 empresas que participaram.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para ficar clara a linha do tempo: em 2015, então, o Governo da Presidente Dilma entendeu que deveria substituir os trabalhos da Cenadi; em 2015 ainda, se admitiu a possibilidade de contratação dos Correios; em 2016 e 2017, na gestão do Governo Michel Temer, sob a égide do Ministro Ricardo Barros no Ministério da Saúde, resolveu ser feito um processo licitatório; e, nesse processo licitatório, saiu vitoriosa a VTCLog. Está certa a cronologia?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, só fazendo uma correção aí. Quando o nosso contrato venceu, em 2015, a intenção já era de se contratarem os Correios. Em 2016, a intenção permaneceu, e foi assinado um contrato com os Correios para dispensa. Esse contrato só não seguiu por determinação do Tribunal de Contas da União. Somente após isso, já em 2017, é que foram abertas as audiências públicas para o processo licitatório. Quero deixar bem clara essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A senhora tem esse acórdão do TCU?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Tenho, é o acórdão... Eu não tenho... Eu vou levantar o número desse acórdão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu agradeço V. Sa.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, eu só gostaria de complementar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... que esse estudo do Ministério da Saúde traz os custos elevados que tinham com a Central Nacional de Distribuição, a Cenadi: era em torno de 171 milhões por ano com a Cenadi. Além disso, veio a questão do avanço da tecnologia. Esses estudos são públicos e estão dentro do processo do Ministério da Saúde junto ao Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério Carvalho.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Só um minutinho, Excelência. Só completando, o número do acórdão é 707/2017, do Plenário do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De qual data?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Vou pegar a data...

Eu estou só com o número do acórdão. O acórdão não tem a data, mas é o Acórdão 707/2017.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, eu queria chamar atenção para os riscos que o Brasil corre e que nós todos corremos com iniciativas do tipo da que nós estamos vendo de alguns Prefeitos, alguns gestores, de abolir ou começar a abolir o uso de máscaras obrigatório. Os países que fizeram isso voltaram a ter novos casos e aumentaram o número de casos de covid e nós precisamos ficar atentos a essa possibilidade.

A outra questão para a qual eu quero chamar a atenção é para o ano de 2022. Nós não temos – e aqui o Senador Alessandro fez um requerimento que já foi aprovado – nenhuma informação sobre o quantitativo de doses contratadas para garantir, se necessário for, a imunização de toda a população brasileira. O alerta dado hoje pela Organização Mundial de Saúde é um alerta que nos coloca em vigília. Há possibilidade de nós termos uma nova pandemia de coronavírus, de covid-19, por uma mutação não abrangida pelos imunizantes disponíveis.

Portanto, nós precisamos ter um diálogo, e é preciso que o Ministério da Saúde possa se manifestar a respeito disso, que a gente tenha algo parecido com um centro de controle de doenças no Brasil, algo que possa estar acompanhando essa questão. E, acima de tudo, que desta vez o Governo não aposte na imunidade naturalmente adquirida, que foi a aposta do Presidente Bolsonaro, que apostou na ampliação do contágio e que levou milhões de brasileiros a contrair a doença, levou milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de brasileiros a tomarem medicamentos sem eficácia, acreditando que com isso estariam protegidos e que se expuseram; que criou uma comunicação com a sociedade que criou, em decorrência disso, que promoveu em decorrência disso um comportamento de risco da população, de exposição, de negligência em relação à gravidade da doença, que contraíram o vírus, adoeceram e muitos foram a óbito. Então, que a gente possa ter aprendido com isso.

E esta CPI cumpriu este papel de revelar para o Brasil a forma dolosa com que o Presidente da República conduziu a pandemia no sentido de ampliar o contágio da população para que a população adquirisse imunidade naturalmente. A gente sabe que imunidade coletiva ou imunidade de rebanho deve ser adquirida por outros caminhos quando se trata de doença com letalidade alta, como é o caso da covid-19, tem que ser através de programas de vacinação. E, se não tem vacina, nós temos que adotar medidas que possam diminuir o contágio. O Presidente fez tudo ao contrário.

Eu queria aqui, Sr. Raimundo Nonato... A sensação que eu tenho... Ouvindo o senhor falar, me lembrou muito de um personagem, com todo respeito, do Auto da Compadecida, o Chicó, que não sabe muito bem, conta uma história e não sabe muito bem se é verdade ou o que é, mas só sabe que foi daquele jeito. Mas isso me traz alguma apreensão, porque, veja, nós estamos diante de V. Sa., porque um funcionário do Ministério da Saúde responsável por um contrato com a empresa de que o senhor é acionista recebeu ou teve um pagamento efetuado pela empresa, um pagamento de R$47 mil. E a dívida que esse funcionário tinha com a empresa, segundo vocês, seria uma dívida de R$30 mil – eu não entendo, foi o que foi dito aqui –, trinta e poucos mil reais; sim, foi isso que foi dito aqui. Se precisar, a gente pede pra rever os áudios. E eu não entendo por que é que não houve o encontro de contas dessa dívida, e aí poderia ele, não a empresa, mas ele pagar R$17 mil, R$15 mil, se fosse 33, se fosse 40 a dívida, fazer o encontro de contas, e ele pagar, mas o que nós estamos vendo aqui é que ele recebeu um pagamento de boleto de sua propriedade, ou seja, um boleto seu de uma despesa sua feita pela empresa VTCLog.

Aqui, quando perguntamos ao senhor, V. Sa. responde, sem falar nos saques vultosos em dinheiro vivo, cujo destino a gente não sabe, para onde foi... E, quando perguntamos ao senhor, V. Sa. responde: "Não sei, não sei!". Não sabe pra onde foi, o que foi que aconteceu. Um motoboy que é funcionário de uma empresa, mas faz serviço pra outra, mas as duas têm o mesmo dono, e o senhor, apesar dos documentos, nega ser sócio de uma delas. Que confusão, não é? Quer dizer, a Voetur virou VTCLog, e ele é só sócio da VTCLog, mas a Voetur foi e virou VTCLog. Tem alguma coisa que está acontecendo que nós não conseguimos ainda detectar. Espero que, com os trabalhos do Ministério Público e, depois, da Polícia Federal, da investigação continuada, essas questões possam ser esclarecidas.

A sua empresa tem um contrato aditado com o valor 18 vezes maior do que foi estabelecido pelos técnicos do Ministério da Saúde, e o senhor segue dizendo que é uma empresa humilde, que não tem controle de nada. Vou ser mais objetivo com o senhor: existe a suspeita de que a sua empresa pagava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

propina para algumas figuras do alto escalão do Governo Bolsonaro. Essa suspeita pesa sobre a empresa, e essa suspeita pesa sobre a empresa, de forma muito objetiva e muito clara, porque uma pessoa que gerenciava o contrato, o responsável pela área do contrato recebeu pagamento de contas pessoais feito pela empresa.

Então, aqui nós não estamos querendo que os 2 mil empregos sejam dizimados; nós não estamos querendo que a empresa, que imagino que V. Sa. e o seu sócio tenham construído com muito suor, com muita – certo? –, seja dizimada. O que a gente quer é saber se a empresa de V. Sa. sofreu... E também eu não posso questionar os mecanismos pelos quais vossa empresa ou a empresa de V. Sa. ganhou o contrato. Pode, creio eu, que tenha sido da forma mais legal e tenha sido de forma adequada. Agora, me parece, e o que nós estamos querendo esclarecer é: esta empresa de que V. Sa. é acionista, ela... foi em algum momento – em algum momento – solicitado dela contribuições não devidas por algum membro de algum governo? Veja, V. Sa. pode dizer que não, mas é importante a gente saber, porque uma hora isso vai vir à tona, se isso aconteceu, porque nada hoje é muito sigiloso, nada hoje é muito fácil ser preservado por muito tempo.

Então, eu deixo aqui... Eu não vou... não estou acusando V. Sa., eu estou apenas questionando se, mesmo tendo tudo acontecido de forma correta, houve tentativa de retirar da empresa alguma vantagem porque a empresa prestava serviço pra um órgão de governo?

Deixo essa pergunta e queria que V. Sa. rapidamente respondesse.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Senador, com todo o respeito, peço desculpa ao senhor se eu não sou muito bom pra me expressar. Diria ao senhor, posso afirmar em meu nome que a nossa empresa nunca pagou pra agente público nenhum, de nenhum governo do nosso País, da nossa República.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas veja, o senhor falou que Roberto Dias deu calote na sua empresa, mas o senhor nos informou sobre um débito dele, informou sobre um débito dele com vocês, só que não sabe quanto tempo tem essa dívida, nem quando houve um protesto. O boleto pago por vocês para Roberto Dias foi no valor de R$47 mil. Se ele teoricamente devia alguma coisa, não eram vocês que tinham que ter pago o boleto dele, era ele que tinha que ter pago o que faltava. Então, diante de um dado objetivo, fica difícil acreditar que não tenha havido da parte, das partes, algum tipo de combinação de troca de favores e vantagens entre a empresa e quem controlava o contrato.

Outra coisa é a situação da PGTO, revelada pelo Randolfe Rodrigues. O pagamento abriu... a PGTO abriu uma *offshore* no Panamá, um modo operacional generalizado no Governo Bolsonaro. E a VTCLog fez quatro transferências de mais de R$100 mil, totalizando mais de R$600 mil. Essa mesma empresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebe depósitos também do Maximiano da Precisa. E V. Sa. quer dizer o quê? Que não sabe, que não conhece?

Olha só, é apenas na ficção que nós podemos achar engraçado o nosso personagem Chicó, do Auto da Compadecida. Na vida real, nós não podemos – só para concluir – achar engraçado que uma empresa como a VTCLog faça depósitos em *offshore,* na mesma *offshore* em que a Precisa fez depósitos – certo? –, em valores que não são os R$47 mil. Porque o Governo Bolsonaro estabeleceu uma política muito macabra no combate à pandemia, às vezes a gente não dá o devido – mas esta CPI tem dado – valor à questão dos recursos e à forma como os recursos têm sido gerenciados pelo Governo.

Eu deixo aqui uma pergunta pro senhor: essas *offshores* que, me parece, são um mecanismo através do qual o Governo Bolsonaro tenta receber ou mandar recursos para endereços e decorrentes de negócios que não são negócios, eu diria, dentro da legalidade, essa *offshore* existe ou não existe sob o controle da VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Senador, Excelência, eu não tenho empresa *offshore* no exterior.

Eu posso passar para a advogada?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A pergunta é para o senhor.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Porque eu queria saber o seguinte: o senhor não tem?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não tenho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Até porque o senhor não é o dono de 100% da VTCLog.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Claro, claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A pergunta é: a VTCLog depositou ou não depositou dinheiro em *offshore*?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu afirmo pro senhor, Sr. Senador, com todo o respeito, que não depositamos dinheiro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k. Eu fico aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Sr. Presidente...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, deixe eu...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Tudo bem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, eu já fiz as perguntas que eu gostaria.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência, mas eu gostaria de pedir licença para o senhor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, por favor.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... porque eu tenho a explicação completa. Eu quero completar. O senhor está dizendo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não, eu já perguntei.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Presidente, será que o senhor pode intervir?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho.

Vamos só permitir que o Senador Rogério conclua e aí, depois, a Presidência...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu, da minha parte, me dou por satisfeito. Ele disse que a VTCLog não depositou dinheiro em *offshore.* A pergunta foi objetiva: ele disse "não". Então, não carece de nenhum outro tipo de explicação. Então...

Mas eu queria pedir a V. Exa. que esta CPI possa fazer a investigação – certo? –, no sentido de trazer à tona, a partir dos documentos que já estão disponíveis, e nós vamos procurar, se isso aconteceu ou não. Não cabe mais explicação diante da resposta do inquirido, que é quem tem aqui que se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu gostaria de falar antes de começar a Ordem do Dia. Se V. Exa. pudesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Garantirei, assegurarei a V. Exa.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos assegurar ao máximo de Sras. e Srs. Senadores que estão presentes no dia de hoje.

Então, por favor, Senador Alessandro.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, eu gostaria... Eu preciso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não. Se puder ser bem breve.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não. Eu vou ser breve, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço, só porque nós temos vários na...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Tudo bem. É porque é bem importante, é muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – O senhor trouxe, Excelência, Senador Randolfe, a questão... E aqui eu já busquei junto ao meu financeiro, não preciso nem de prazo pra juntar isso, isso vai ser juntado exatamente agora a esta Comissão. Eu vou esclarecer o que houve: levantamos que os oito pagamentos suscitados por V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Quatro não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Tá. Quatro pagamentos suscitados por V. Exa. foram cheques exatamente nas datas que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foram quatro, oito...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não. Foram quatro: 16/01, 20/01, 19/02 e 19/03 de 2020, exatamente no valor que o senhor mencionou esses pagamentos foram feitos, sim, a uma empresa de móveis aqui do Lago Sul de Brasília, a Artefacto, e ela possivelmente repassou esses cheques. Esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamentos foram em cheque, eu tenho toda a documentação dos cheques nominais à Artefacto, e aí o que ela fez com esse cheque já não é de nossa responsabilidade. Então, fica aqui registrado que não houve pagamento à PGTO.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fica registrado, mas me permita... Eu não quero tomar o tempo do próximo a inquirir, que é o Senador Alessandro. Fica registrado por V. Sa. o direito que a empresa, que V. Sa. e o depoente têm, mas não fica esclarecido, porque o nome da empresa é PGTO.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E essa empresa... Só um minutinho, Andreia, por gentileza.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Tudo bem. Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E essa empresa, a PGTO, no mesmo período, criou uma *offshore.* E tem uma segunda circunstância que é: essa mesma empresa teve depósito também das empresas vinculadas ao grupo Precisa, do Sr. Francisco Maximiano. É esta questão que esta Comissão Parlamentar de Inquérito trouxe. A PGTO me parece que não é essa empresa que V. Sa. está trazendo aí os dados.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, Excelência. O que ocorreu? Esses cheques, porque batem exatamente os valores e as datas, os cheques foram nominais a esta empresa. Esta empresa recebeu em cheque.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No sigilo da empresa está PGTO, mas tudo bem. Passamos ao Senador Alessandro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, só pra eu concluir antes de o senhor passar para o Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu acho que nem tudo que é dito aqui, mesmo que pareça uma resposta convincente, a gente pode achar que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, a gente precisa tomar muito cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por toda a história da VTCLog, por tudo que foi questionado, paira...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não podemos...

Por várias questões, primeiro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente... Ordem do Dia, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... se alguém está devendo e recebe ao invés de pagar o que deve, depois uma empresa que deposita paga em cheque, esse cheque vai parar numa *offshore*, na mesma *offshore* que recebeu dinheiro de uma outra empresa que tem relação com os mesmos atores, Sr. Presidente, é muita coincidência que precisamos averiguar com lupa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Rogério Carvalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem, só registrando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos só garantir para o Senador Alessandro...

Andreia, só um minutinho. Vamos garantir para o Senador Alessandro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É só registrando, dez segundos. Menos de dez segundos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Será.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – É rápido. É porque a gente falou aqui sobre a pesquisa XP. Pra restabelecer a verdade, a atuação desta CPI não foi analisada na última pesquisa da XP.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perdão. Foi na penúltima, com 59% de aprovação – permaneceu o percentual. Faz três meses, aliás, faz um mês da penúltima pesquisa. Acredito que não caiu tanto, Senador Girão.

Senador Alessandro Vieira, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Presidente. Só registrando que a pesquisa XP não é mais chamada de pesquisa XP, porque os investidores da XP não gostam dos resultados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente. Obrigada. A pesquisa XP não existe mais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ela não é mais chamada de XP, ela é XP só para fins de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Então, só também para retificar ao Senador Girão, a Pesquisa XP não existe mais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É mais ou menos como esse negócio de passar dinheiro para uma empresa e a outra receber.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mesma coisa.

Senador Alessandro, prossiga, V. Exa. tem 15 minutos garantidos por esta Presidência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Agradeço.

Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, pedir que se coloque em pauta, extrapauta, Sr. Presidente, o Requerimento nº 1.565. É um requerimento pedindo informações referentes à cidade de Aracaju, Sergipe, onde nós temos vários fatos que estão em investigação referentes à covid e esse, particularmente, pede informações sobre...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prontamente, Sr. Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... quando o servidor transferia recursos para a sua própria conta pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prontamente, Senador Alessandro.

Coloco em apreciação o Requerimento 1.565, de autoria de S. Exa. o Senador Alessandro Vieira.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dra. Andreia, boa tarde.

A senhora é responsável pela gestão da VTCLog, correto?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Desde quando?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Da VTCLog, desde 2017.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – De 2017.

A senhora sabe explicar por que, segundo o Coaf, a VTCLog tem uma movimentação suspeita de cerca de 117 milhões, só nos últimos dois anos?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, honestamente, essa movimentação é uma movimentação lícita.

Eu não tive acesso a esse relatório do Coaf e o que eu posso dizer é que todos – teve a quebra de sigilo da empresa – os créditos, o dinheiro creditado na conta da VTCLog é de origem lícita, assim como tudo que é pago. Isso é o que eu posso provar para o senhor. Essa movimentação em dois anos, possivelmente, são as movimentações bancárias da empresa e que não têm nada de ilicitude.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Nós temos dezenas, centenas de saques em dinheiro. Essa é uma prática que a senhora, como gestora, recomenda para a empresa?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, a empresa é uma empresa familiar, os sócios também se utilizam do departamento financeiro da empresa para que o departamento possa gerir os pagamentos das despesas particulares desse sócio e dos demais negócios. É uma prática da empresa, Excelência. Não há crime nisso, e nós fizemos um relatório...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É uma prática da empresa fazer saques em dinheiro e pagamentos em espécie?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, os pagamentos, Excelência, não são sacados. O cheque é emitido... Existe o seguinte: o meu departamento financeiro vê que, naquela data, tem as contas do Sr. Raimundo para pagar, as contas do Sr. Carlos Alberto, o fundo fixo de caixa para a empresa; ela faz um cheque, o nosso portador vai até ao banco. O que compete pagar no próprio banco fica no próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

banco e, quando há necessidade de compor um fundo fixo de caixa, volta-se com esse dinheiro. É exatamente essa a prática que é realizada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Foi dessa mesma forma que foi feito o pagamento de boletos do Sr. Roberto Dias?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência. O pagamento do Sr. Roberto Dias não foi feito pela empresa VTCLog. O Sr. Roberto Dias é cliente da Voetur Turismo. Ele fez alguns pagamentos em crédito na conta da Voetur Turismo – isso pode ser verificado pelo relatório entregue a esta Comissão Parlamentar de Inquérito – e fez alguns outros pagamentos em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Permita-me, Andreia.

O que foi? Ele estava pagando o quê?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Passagens aéreas. Ele adquiriu algumas passagens aéreas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para onde?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, não posso dizer para onde o Sr. Roberto Dias viaja.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Só para tentar... Só para tentar esclarecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque, Senador Alessandro, chama a atenção, são quase R$80 mil.

Permita-me, a senhora não pode prestar informações se não estiver sob investigação.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sob investigação, me parece que sim.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, eu posso informar aqui... Pedir à Voetur Turismo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Façamos o seguinte...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... que informe a esta Comissão os bilhetes utilizados pelo Sr. Roberto Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Apresento requerimento para que, em 24 horas, a empresa Voetur Turismo descreva os destinos das viagens do Sr. Roberto Ferreira Dias.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A senhora tem 24 horas para prestar as informações.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, senhor, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, prossiga.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Só para recompor aqui a linha de raciocínio, a senhora está dizendo, então, que Roberto Dias fez pagamentos para Voetur no valor aproximado de R$80 mil e que, depois, a Voetur fez pagamentos de contas em nome do Roberto Dias, é isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Não, senhor, Sr. Senador.

O que a Voetur Turismo me informou, porque eu não sou diretora dessa empresa... Quando a gente ficou sabendo do fato, eu fui me informar. O Sr. Roberto Dias é um cliente da Voetur Turismo e ele tem uma conta corrente para a compra de passagens aéreas. Eu não posso aqui dizer o destino, porque eu não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Nem me interessa.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... não tenho esse conhecimento.

E o que o financeiro me informou é que ele fez depósitos na conta para pagamento de alguns boletos em depósito em conta e outros ele pagou em dinheiro. E me informou ainda que ele é devedor e que ele está, inclusive, protestado. Eu posso juntar também... Tudo o que eu estou falando aqui vai ser comprovado em 24 horas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito, Dra. Andreia.

O que eu estou tentando entender é essa atividade da empresa Voetur de pagamento de boletos mediante depósito do cliente. Isso é uma atividade típica dessa empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, alguns clientes optam, sim, pelo pagamento em dinheiro. Eles levam o dinheiro à empresa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, perfeito. A empresa paga... O cidadão quer contratar um serviço e paga para a empresa.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Isso. Isso. Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Até aí, o cidadão comum está acompanhando.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A parte em que a empresa paga para o cliente é a parte que o cidadão comum não está entendendo.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Mas a empresa não paga para o cliente. O meu financeiro recebeu em dinheiro o boleto. Só que a Voetur Turismo precisa fazer...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Os boletos eram da própria Voetur?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Da Voetur Turismo. Ele emite uma passagem, emitia o boleto para ele pagar dessas passagens, o.k.? Aí ele pagou em dinheiro. Eu preciso dar baixa financeiramente e contabilmente. Então, com esse dinheiro, eu pago o boleto no banco para que a minha contabilidade possa fazer a conciliação bancária.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não parece ser a forma mais eficiente, a senhora concorda comigo, não é?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, mas essa é a forma que é executada, é a verdade, e isso vai ser trazido aqui, conforme o Senador Randolfe pediu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Qual era a sua remuneração ou qual é a sua remuneração na função de CEO da VTCLog?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, a minha remuneração hoje é em torno de R$45 mil.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A senhora recebe sua remuneração através da Macrosoft, é isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, senhor, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Como se dá essa relação? Porque a Macrosoft não tem nenhum tipo de serviço no seu escopo que seja vinculado à VTCLog.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, o meu esposo tem uma empresa de tecnologia, que também presta, às vezes, alguns serviços à VTCLog, e é uma relação entre a VTCLog e a empresa, e eu recebo a minha remuneração mensalmente por essa empresa. E fica aqui aberto para que eu comprove os depósitos mensalmente na minha conta.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu vou solicitar as notas fiscais de prestação de serviço, porque, veja, quando uma empresa paga para outra, não pode ser para remunerar salário de dirigente.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A senhora está reconhecendo aí, no mínimo, uma situação de sonegação – no mínimo.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência. Isso é um acordo realizado entre uma empresa, a Macrosoft, da qual eu sou sócia...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito, mas é porque relações entre empresas... No Brasil, o que existe no Direito, que infelizmente aqui em Brasília é pouco comum, não comporta esse tipo de relação. Eu não posso contratar a Dona Maria e remunerar a empresa X para que a empresa X passe o salário para a Dona Maria.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Andreia, qual é a atividade...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência... Excelência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Juridicamente, não faz sentido.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, é sabido aqui que as relações... É permitida a terceirização inclusive hoje da atividade fim das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Andreia...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sem sombra de dúvida...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não há nenhum motivo de sonegação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... mas não é o caso da Macrosoft. A Macrosoft não tem essa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Andreia, só nos responda: qual é a atividade econômica da Macrosoft?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – A atividade econômica da Macrosoft, da qual eu também sou sócia?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, pode falar.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – É uma empresa de assessoria e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tratamento de dados, provedores de serviços...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... aplicação e serviço de hospedagem na internet?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. pode dizer qual é a relação com a condição de a senhora ser CEO executiva da VTCLog?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, deixa eu te esclarecer. Eu estou no grupo há quase 20 anos. Quando foi me feita uma proposta de trabalho na modalidade de pessoa jurídica, eu já tinha essa empresa, e a empresa aceitou me pagar por meio dessa empresa. Não há nenhum ato ilegal nisso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Dra. Andreia, para usar a sua expressão, "deixa eu te esclarecer".

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Isso é um acordo privado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Para usar esta expressão da senhora, "deixa eu te esclarecer", juridicamente, isso é inválido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Totalmente inválido.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu espero que a Receita Federal possa tomar as providências adequadas. Solicito que, se a senhora tiver condições, apresente os contratos, se existe um contrato entre a senhora e a Macrosoft...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... e as notas fiscais, porque daí a senhora vai estar também confessando uma falsidade...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... porque o serviço não é prestado por uma empresa a outra. Vocês vivem parece que no mundo da lua, onde tudo pode. Não pode, doutora! Não pode! Mas vamos adiante porque é mais relevante.

Quando fechou o Contrato 59/2018, o famoso Contrato 59, a senhora recebeu algum tipo de comissionamento?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Desculpa, Excelência, o senhor pode repetir, por favor?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quando fechou o Contrato 59, de 2018, a senhora recebeu algum tipo de comissionamento?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Condicionamento? Não entendi...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Comissionamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Comissionamento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Comissionamento, comissão.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência, jamais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A sua remuneração é linear, mês a mês?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim. Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sabe dizer se alguém recebeu comissionamento por essa contratação?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Nunca.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E ninguém é remunerado via comissionamento na empresa?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não. Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A senhora assinava pela Voetur desde 2004, confere isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim. Eu estou lá desde 2003 para o grupo, eu assino inclusive por outras empresas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Continuou assinando depois de 2017 ou em 2017 a senhora se concentrou na VTCLog?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente, Excelência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A partir de 2017, a senhora se concentra na VTCLog e deixa de assinar pela Voetur?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, alguns atos eu ainda pratico por outras empresas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Foi a senhora que autorizou essa forma de relacionamento financeiro com o Sr. Roberto Dias?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, não há relacionamento financeiro com o Sr. Roberto Dias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quando eu lhe pago alguma coisa, a senhora me devolve alguma coisa, existe um relacionamento, doutora. Eu estou perguntando...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não estou dizendo que é ilícito. Eu estou...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... perguntando se a senhora é que autorizou essa relação.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência, o Sr. Roberto Dias é cliente da Voetur Turismo, ele comprou uma passagem e fez um pagamento. Foi isso que aconteceu. Eu não tenho que autorizar isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Em dinheiro? Todo esse procedimento...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Ele fez pagamentos em dinheiro e depósito bancário.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pagamentos em dinheiro, depósito bancário. O cidadão que esteve aqui falando dos depósitos não disse que levava dinheiro para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer pagamento, ele disse que fazia saque de cheques da Voetur ou da VTCLog. Então, nós temos um caso em que chegou o dinheiro do cliente lá para a empresa, a empresa guardou numa gaveta, achou melhor fazer um cheque para que o motobói descontasse, para pagar o boleto daquele mesmo cliente.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência. Em vários casos... Eu não vou me recordar aqui se o Sr. Ivanildo pôde explicar dessa forma, mas, em vários casos, ele sai do financeiro da empresa com o boleto e com o dinheiro para pagamento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ele, infelizmente, não relatou nenhuma situação como essa, ele sempre relatou a ordem de pagamentos e o cheque que seria descontado, eventualmente mais de um cheque.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, eu não me recordo, mas eu posso verificar. Pelo que eu me recordo, ele esclareceu, sim, que alguns pagamentos de boletos, ele já levava o dinheiro para pagar. Podemos depois pedir para rever o depoimento dele, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sem dúvida.

E, por fim, a senhora sabe apontar mais algum outro cliente que tenha essa mesma prática do Sr. Roberto Dias...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, Excelência...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... de fazer entrega de parcelas em dinheiro...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Temos, eu tenho...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... e aí a empresa fazer pagamento em cheque?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim. Eu tenho alguns casos sim, eu não sei de cabeça aqui, mas o meu financeiro disse que tem outras pessoas que têm essa prática.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Esta CPI tem interesse em conhecer essas pessoas. A senhora poderia apresentar uma relação?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu vejo com o meu financeiro, Excelência, eu vejo se isso é possível porque vai expor... Resguardando o sigilo dessas pessoas, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito, resguardando o sigilo, então, Sr. Presidente, para que a gente tenha conhecimento dessa forma de relacionamento.

Agradeço pelo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Essa informação pode ser prestada em quanto tempo, Dra. Andreia?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Segunda-feira, Excelência. Eu preciso realmente ver com meu departamento financeiro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Da VTCLog ou da Voetur?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – O departamento financeiro é centralizado; tanto da VTCLog quanto das demais empresas é um departamento único, Excelência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quem é o responsável por esse departamento?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – É a Sra. Zenaide de Sá Reis.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Muito obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É que eu estou impressionado aqui com isso. Eu já queria interromper, sem querer interromper...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência... Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas eu queria apenas fazer uma pergunta à doutora aí.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu só queria aproveitar...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, doutora, só um minutinho. Estou falando.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Desculpe.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Eu estou com uma confusão aqui: a senhora é gerente duma empresa através de uma pessoa física ou é uma pessoa jurídica que presta serviços? Rapidamente, é uma resposta "sim" ou "não". A senhora tem um documento da empresa que a senhora administra para a sua pessoa física, para assumir as responsabilidades de gerente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Eu tenho alguns documentos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – No seu nome?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Tenho.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A empresa lhe dando a gerência da empresa? Pessoa física?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – O senhor está dizendo a VTCLog?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu não entendi.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem outros CNPJs, mas isso eu vou perguntar na minha vez de tempo.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu sou procuradora da empresa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Procuradora da empresa. O.k. Só para esclarecer.

Obrigado, Presidente. Desculpe.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, eu só queria pedir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Soraya Thronicke; em seguida, o Senador Izalci.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência... Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Soraya é a última.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Presidente, eu só queria esclarecer também, porque o senhor colocou alguns pagamentos num restaurante aqui na Asa Sul, e o nosso financeiro também já conseguiu nos responder.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Dra. Andreia, eu vou receber as suas... Só para... Bom, vamos lá.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, é coisa rápida, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Realmente foi o restaurante A Mano, aqui na Asa Sul, em virtude de um jantar que foi encomendado para a família, no aniversário do filho do Sr. Carlos Alberto; e, na outra ocasião, foi aniversário da filha do Sr. Carlos Alberto. Só gostaria de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foram dois jantares.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Foram dois jantares.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Nós vamos trazer aos autos o comprovante de depósito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhor depoente, quero cumprimentá-lo, cumprimentar os seus patronos.

Gostaria de saber primeiramente, Sr. Raimundo, se o senhor disponibilizou para esta CPI cópia do contrato social da VTCLog.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sim, eu creio que sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k., porque eu pedi para a Secretaria cópia do contrato social da VTCLog. Se vocês puderem me disponibilizar uma cópia, por favor.

Eu gostaria de saber qual é o percentual do senhor na empresa.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Quinze por cento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor tem 15%.

Quando a empresa foi fundada?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – No início dos anos 90, 91...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Quem são os demais sócios, Sr. Raimundo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – São o Sr. Carlos Alberto de Sá e a Sra. Teresa Cristina Reis de Sá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E Teresa Cristina. O.k.

Eles têm uma participação idêntica no restante das cotas?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não. Se eu não me engano... Eu sou o sócio minoritário. O Sr. Carlos Alberto eu acho que tem 50%; eu, 15%; e a D. Teresa, se eu não me engano, 25%.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O senhor conheceu os seus sócios quando?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu conheci meu sócio no final da década de 70.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor é fundador da empresa?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Da empresa. É. Eu trabalhava na Varig e ele trabalhava na TAM.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O senhor disse que o senhor é um homem de chão de fábrica, não é? Eu pude ouvir isso pela manhã.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Como é feita a sua remuneração na empresa?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Minha remuneração?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu sou sócio da empresa, eu tenho um pró-labore e uma retirada a que eu tenho direito como sócio da empresa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor recebe dividendos?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não, senhora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor recebe dividendos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu recebo dividendos. Eu tenho uma remuneração variável e recebo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Seriam em torno, então, de 15% dos lucros da empresa?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Seriam 15% dos lucros da empresa, fora o meu pró-labore, a que eu tenho direito, porque eu é que conduzo, sou eu que trabalho no dia a dia...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu sou o sócio trabalhador da empresa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor recebe um pró-labore, e, depois, eles dividem aí os dividendos. É isso?

O senhor pode declinar qual é a sua renda média?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Se eu posso o quê?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Declinar. Se o senhor pode nos passar qual é a sua renda...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu não... Eu não gostaria, Sra. Senadora, com todo respeito, Excelência...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só o pró-labore, então.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu não... Eu não gostaria de...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O pró-labore não?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, não. Eu acho que... Por favor, se puder... Segurança...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O senhor... Quais são as empresas do grupo, Sr. Raimundo? Do grupo VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Pois não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quais são as empresas do grupo VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – O grupo Voetur. São várias empresas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Voetur é uma...

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – VTCLog é uma, Voetur Turismo é outra, e são muitas... Vip Locadora, Voetur Eventos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E o senhor é sócio de qual das empresas do grupo?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu sou sócio da VTCLog, do Viaja Brasil, e eu acho que... Não sei se tem outras empresas... E sou sócio do...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

E da Voetur? Qual é a sua relação com a Voetur?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – A Voetur Turismo é dos meus sócios, o Sr. Carlos Alberto e Sra. Teresa Cristina.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E o senhor, o senhor, exatamente?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Eu não sou sócio da Voetur Turismo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nunca foi?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Nunca fui. Nunca fui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pois é.

Sr. Presidente, o Contrato nº 59, de 2018, foi assinado pela Voetur... O contrato inicial foi assinado pela Voetur, e quem representava a Voetur era exatamente o Sr. Raimundo Nonato.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sra. Senadora, perdão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, eu não entendi, porque o aditivo, Sr. Presidente...

Vamos lá: em 2018, o Contrato nº 59/2018 foi assinado entre a União e a Voetur, representada pelo Sr. Raimundo Nonato Brasil, que nos disse que nada tem a ver com a Voetur e que nunca foi sócio da Voetur.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Só um minutinho, doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nós temos, agora, em 2021, o aditivo assinado pela VTCLog, representante... Aditivo desse Contrato 59/18! Aí, é uma outra parte que vem, que é a VTCLog. Quem representa a VTCLog nesse contrato? O Sr. Raimundo Nonato Brasil. Endereço da VTCLog e da Voetur? O mesmo endereço, no Aeroporto Internacional de Brasília.

Eu estou confusa, confesso para o senhor.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Posso explicar, Excelência? A senhora me dá licença, só para esclarecer, porque eu acho que o Sr. Raimundo não conseguiu?

Quando ele fala que ele não é sócio da Voetur, é sócio da Voetur Turismo. A Voetur Cargas é a mesma empresa que é a VTCLog. A Voetur Cargas e a VTCLog é o mesmo CNPJ. Foi uma mudança tão somente do nome social e da razão social da empresa, tá? Quando ele fala que ele não é sócio, ele não é sócio da Voetur Turismo. Este contrato...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, vamos lá: no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, está apenas VTCLog, o nome do estabelecimento, o nome fantasia. O nome empresarial: VTC Operadora Logística Ltda.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Que antigamente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não existe esse nome Voetur Logística.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, antigamente... Eu posso juntar aqui a alteração contratual...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria, sinceramente, doutora, que ele, que é o proprietário da empresa, conseguisse me responder. Com todo o respeito.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, é questão societária, é simplesmente isso. O nome da empresa era Voetur Cargas e Encomendas Ltda. Em um determinado momento, por uma decisão estratégica de *marketing*, a empresa passou a ser chamada VTC Operadora Logística. A Voetur Cargas, que assinou o Contrato 59 em 2018, é a mesma empresa que continua até hoje com contrato no Ministério da Saúde. Eu acabei de passar aqui para a assessoria o da VTCLog e eu posso juntar a alteração contratual que alterou o nome de Voetur Cargas para VTCLog.

Muito obrigada, Excelência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – E o Sr. Raimundo não é sócio dessa empresa? É isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Ele é sócio da empresa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, ele é sócio. Tem quantos por cento? Desculpe.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Tem 15%.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, 15%.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – É que tem Voetur Turismo, Voetur Viagens, Voetur Cargas. É uma confusão de Voetur.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Isso. Nós somos um grupo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É confuso mesmo.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Obrigada, Excelência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – É confuso, mas eu acho que quem deveria responder é o Sr. Raimundo Nonato, porque...

Agora, eu sugiro, Sr. Presidente, se ainda não foi feito, a quebra de sigilo bancário justamente para a gente conseguir compreender essa situação, se ainda não foi feito, porque nos causa espécie o Sr. Raimundo não conseguir responder à maioria dos questionamentos, considerando, inclusive, a boa vontade do senhor, a humildade do senhor como depoente aqui, mas, infelizmente, nós temos que ouvir os advogados respondendo por ele, sendo que ele foi o depoente designado.

E o que também nos causa espécie é que, na verdade, foi chamado o Sr. Carlos Alberto, e também teve problemas de saúde.

É isso, Sr. Raimundo? O Sr. Carlos Alberto, seu sócio, qual é o problema de saúde que ele tem?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Eu gostaria de declinar. Ele tem um problema de saúde, ele ficou um ano fazendo quimioterapia, terminou há pouco tempo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E a esposa dele foi convocada? Porque o senhor seria a última pessoa, no caso, a ter que falar.

Então, a Sra. Teresa foi convocada, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só dois esclarecimentos a V. Exa. O primeiro esclarecimento é o seguinte: dos sigilos das pessoas físicas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa VTCLog foi suspenso, a quebra, por decisão de S. Exa. o Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal. O sigilo da empresa VTCLog está à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A ordem das convocações foi: o Sr. Carlos de Sá. Pela impossibilidade, a partir de atestado médico que ele encaminhou a esta CPI, nós optamos pela convocação do Sr. Raimundo Nonato Brasil, que é sócio da empresa e do conglomerado junto com o Sr. Carlos Alberto de Sá. A Sra. Andreia, que está aqui por liberalidade desta Comissão – também aquiescemos que ela responda às perguntas –, ela é executiva da empresa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas, aí, eu sugiro que esta CPI possa insistir, inclusive, na oitiva da Sra. Teresa. Não sei se o estado de saúde do Sr. Carlos Alberto... Não é por problema do Sr. Carlos Alberto, mas é porque alguns depoentes abusaram do direito de uso de atestado médico.

Então, acaba que nós ficamos um tanto quanto em dúvida, Sr. Raimundo, em relação a atestados médicos apresentados.

Então, seria importante ouvir. E concordo que, da pessoa natural de cada um, não tenha havido quebra de sigilo, mas, em relação à remuneração e ao pró-labore dos sócios, eu gostaria de ter acesso se for possível, Sr. Presidente.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Nós vamos informar, Sra. Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E também a alteração contratual.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, tudo isso vamos informar a esta Comissão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu estou satisfeita.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sra. Senadora, respeitamos a sua posição.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

O próximo é o Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um esclarecimento que esta Comissão presta à polêmica levantada sobre a pesquisa XP: a última pesquisa XP é do fim de agosto deste ano; nessa pesquisa XP, como nós informamos aqui no Plenário, a aprovação desta Comissão Parlamentar de Inquérito é de 59%. Desde então, não existiu mais pesquisa XP. Houve uma mudança de metodologia e dos responsáveis por essas pesquisas. A última pesquisa que aponta a popularidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a aprovação e a desaprovação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, é essa pesquisa do final de agosto deste ano – repetindo –, com 59% de aprovação para o funcionamento desta CPI, para a atuação desta CPI.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, quero registrar aqui que a primeira vez que se falou em controle no Ministério da Saúde aqui foi na primeira audiência, onde questionei isso. Então, quando V. Exas. que são membros titulares da Comissão dizem que vão pedir agora o controle de estoque, o controle de incineração... Foi exatamente o que eu disse aqui na primeira audiência: que, no Ministério da Saúde, nas secretarias de saúde não tem controle de nada. Aqui em Brasília, sequer tem controle de estoque de medicamento. Então, não há controle de nada.

Mas quero, ao mesmo tempo, dizer que... pedir desculpa, pelo menos em meu nome e em nome de alguns Senadores, pela forma como V. Sa., Sr. Raimundo, está sendo tratado.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Obrigado, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Um Senador chamá-lo de Chicó é no mínimo um desrespeito muito grande.

Durante toda esta CPI... Não sou membro titular, mas fiz questão de participar, porque uma das atribuições do Senador é fiscalizar e proporcionar mudança na legislação. Eu fiz questão de fazer isso, mas quero ressaltar que nas duas últimas participei muito pouco, porque o assunto era médico, era CID, e não é minha especialidade. Então, para não dizer coisas que não devem ser ditas, eu não participei ativamente, porque eu não vou discutir qual é o CID da doença tal ou tal. Mas eu, como um Senador auditor, contador... E conheço as empresas, o que é ser empresário neste País, o que é gerar emprego, o que é não receber faturas. Eu acho que eu, como contador, entendi...

Não sou advogado de ninguém, como foi dito aqui, na Presidência, pelo Senador Rogério Carvalho. Não sou advogado, mas eu não posso admitir que a CPI chame aqui um motoboy e queira que ele responda quais são os fornecedores que estão sendo pagos no boleto. Ele não tem essa atribuição. A única coisa que ele disse, e que é verdade, e que todos deveriam levar em consideração... Alguém perguntou a ele: "Nesses anos todos em que você trabalha, quando você foi ao banco, você foi a outro lugar entregar o dinheiro para alguém, para alguma autoridade?". Ele disse "não". O resto não cabia a ele responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero registrar que depois a fala do Senador Rogério Carvalho saiu em O Antagonista: "Izalci advoga para a empresa". Não sou advogado da empresa e quero dizer que não conhecia a Sra. Andreia, mas, no primeiro dia em que ela se prontificou a esclarecer os fatos, a primeira coisa que eu fiz foi ligar pro Senador Randolfe, Senador Alessandro, pra que ela pudesse entregar os esclarecimentos, inclusive junto à CPI. Quando o motoboy esteve aqui e disse que sacou determinados valores, a Sra. Andreia também se prontificou a entregar cheque por cheque.

E me lembro claramente de que – eu sou contador, entendo disso –, quando o motoboy vai a um banco e a tesoureira separa um monte de boleto para pagar, e aí isso é uma distribuição de lucro... Óbvio, o cara que é dono da empresa e tem que pagar... Eu duvido que alguém que mexe com fazenda... Eu ia perguntar isto pro Relator: se os pagamentos lá no final de semana ou no final do mês para as pessoas que trabalham na roça ele transfere esses recursos pra conta bancária desses trabalhadores. Provavelmente – o que é normal –, ele saca e faz o pagamento em dinheiro na fazenda, nas chácaras. É assim que funciona.

Quando você tem um boleto que, às vezes, o código de barra não aceita o pagamento, é comum você então pagar em outro banco ou levar o dinheiro de volta pro tesoureiro. É isso que aconteceu. E é comum também, quando você vai pagar um boleto que está vencido ou venceu naquele dia e o banco já não recebe mais, você no dia seguinte tentar pagar no próprio fornecedor pra não pagar juro e multa. Você vai e paga em dinheiro ou paga em cheque, alguma coisa assim.

Então, eu quero dizer que eu fico muito triste. Eu quero aqui pedir desculpa também a todos os motoboys deste País pela forma como foi tratado aqui o motoboy Ivanildo, que depois tentaram corrigir. Mas não podemos... Eu disse: convocar o Dr. Raimundo Brasil, sócio da empresa, que disse que é de chão de fábrica, é parte operacional... E aí querem que ele diga qual é o aditivo que foi feito, por que reajustou, qual é a cláusula. Ele não sabe. Cada um tem sua função nas empresas. O diretor financeiro cuida do financeiro e pode responder se tiver alguma dúvida.

Por isso que eu acho que esta CPI deveria, como aprovou o requerimento... A primeira pessoa da VTCLog que deveria estar aqui falando foi exatamente quem pediu pra vir aqui, a Sra. Andreia. Eu não intermediei pra ela não vir. Muito pelo contrário, ela queria vir, como O Antagonista disse que eu... Agora corrigiu. Mas eu jamais pediria pra alguém não vir e tal, muito pelo contrário. Então, se ela viesse aqui, explicasse tudo que aconteceu... Hoje parabenizo a Presidência! Não sei quem estava aí no momento e que permitiu que ela pudesse falar. Ela poderia ter falado no início da CPI. Aí sim, se tiver alguma dúvida, chame pra esclarecer as dúvidas. Então, eu quero aqui parabenizar quem autorizou. E ela se prontificou, tanto o Dr. Brasil quanto ela, a entregar qualquer documento.

Então, não cabe às pessoas provar a sua inocência; cabe a quem acusa provar – e não com narrativas, ficar aí simulando coisas. Ficou claro, o pagamento do cheque foi da empresa, tem que ir atrás da empresa; não é de quem pagou. Se você comprou os móveis, pagou com cheque nominal, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a empresa fez com o dinheiro não é obrigação da empresa saber. Se a CPI quiser, vai lá na empresa de móveis e verifica, na conta dela, para onde é que foi esse dinheiro.

Então, eu fico, assim... Lógico, nem tenho obrigação; está aqui o Senador Contarato, que é policial, é delegado, e o Alessandro também, que conduz muito bem, de uma forma incisiva, para perguntar, mas não podemos admitir, aqui, se tratarem as pessoas, como foi tratado aqui hoje. E eu peço desculpa, Sr. Brasil, em nome do Rogério – acho que ele estava... –, do Senador Rogério, que não deveria ter feito o que foi feito aqui, hoje, de chamá-lo de uma figura que acho até interessante, quero fazer essa homenagem aqui à Ariano Suassuna, porque é uma bela peça de teatro, mas chamá-lo de Chicó é uma ofensa às pessoas mais humildes. Nem todo mundo tem a capacidade de argumento que V. Exa. tem, Presidente, que fala tão bem, como o Senador Rogério Carvalho fala; nem todo mundo tem esse dom de falar, como eu também não sou bom para falar. Então, eu quero aqui pedir desculpa e dizer que, desde o primeiro momento em que recebi as informações, eu me senti na obrigação de fazer com que a CPI pudesse, de fato, receber esses documentos.

Então, parabenizo a CPI pelo fato. Lógico, fico triste, quando também falam... Eu não tive relacionamento com o Carlinhos, que é o dono da empresa, mas sei que é um empresário antigo na cidade e é amigo de muitos amigos meus. Eu tive... Teve um funcionário da VTCLog que era vizinho de minha mãe que fez uma reunião lá, me lembro, na campanha, com os funcionários. Ninguém mais do que eu defende empresa aqui, porque quem gera imposto, quem gera emprego neste País são as empresas; pequenos, médios, pequenas empresas, grandes empresas.

Então, o meu, aqui, pedido de desculpa, em nome dessa CPI, pela forma como foi tratado o senhor aqui. Eu tenho certeza... E lamento, porque sei da saúde, da doença com que está há muitos anos; está afastado da empresa há anos, ele e a esposa dele. Então, não tem que chamar ninguém; tem que chamar quem sabe para dar as informações. Se tiver dúvida, chame a outra pessoa ou peça informações, mas não simplesmente acusar as pessoas.

Então, Presidente, fico satisfeito, mas quero aqui dizer: estou fazendo um voto complementar de toda a atuação relacionada ao meu Estado, Distrito Federal, porque é uma situação caótica. Inclusive, quando se fala aqui em paraíso fiscal, nós temos aqui o Presidente do BRB também, que está nessa lista e foi o único que não disse, não declarou realmente à Receita Federal, sobre o que eu também quero explicação. Então, vou apresentar o voto em separado e algumas sugestões, como sempre disse aqui: falta de controle, falta de GovTech, de botar a tecnologia; se tem controle, algum controle de estoque hoje, se deve à empresa, porque o Governo não tem, o Ministério da Saúde não tem; ele apenas repassa os recursos, mas não sabe o que está acontecendo na ponta, não tem controle de nada. Então, no meu relatório complementar, eu vou também sugerir algumas mudanças na legislação para melhorar o controle da saúde no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Recomendo a V. Exa., inclusive, encaminhar para o Sr. Relator, porque eu acho que, de bom grato, será recebido por ele e pelo conjunto da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero pedir a compreensão dos colegas. Acabei de ser advertido sobre o início da Ordem do Dia, onde será votada, inclusive, uma matéria de interesse desta CPI. Para não prejudicar nenhum colega, eu vou garantir cinco minutos. Eu vou pedir só a compreensão, será mais nada do que cinco minutos, para os colegas Fabiano Contarato, Leila Barros e Jean Paul Prates, pra nós podermos concluir, porque realmente estou sendo cobrado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, estou sendo cobrado para o encerramento dessa oitiva.

Só um esclarecimento, inclusive, ao Senador Izalci. Da parte da Presidência dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, tão logo recebemos as notícias, as informações sobre o estado de saúde do Sr. Carlinhos Sá, o Sr. Carlos Sá, de imediato dispensamos a necessidade de sua convocação. Esta Presidência, no exercício, inclusive, da Presidência, facultou à Sra. Andreia Lima auxiliar e responder, inclusive, numa excepcionalidade que esta Presidência está realizando, assegurou à Sra. Andreia Lima responder às perguntas que por acaso o Sr. Raimundo Nonato Brasil não soubesse. Da parte da Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sempre buscamos tratar todos os depoentes aqui com a mesma urbanidade, garantindo e assegurando, inclusive, as prerrogativas dos advogados. Aliás, pode ter ocorrido no decorrer da CPI o inverso, abuso dos advogados pra Presidência, mas nunca da Presidência para com os advogados. Nós sempre temos nos colocado... Não é o caso de hoje, muito ao contrário, não é? Quero agradecer o comportamento que... o procedimento, a atuação dentro das prerrogativas e dentro do respeito mútuo que a banca de advogados tem tido com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Excelência, eu gostaria de agradecer, em nome do Sr. Raimundo, da empresa e dos demais sócios essa oportunidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

Então, pela ordem, vamos lá... Senador Tasso... Senadora Zenaide... Vamos lá, a gente vai precisar de cinco minutos de cada; senão, eu vou ser expulso desta Presidência aqui por conta da determinação da Ordem do Dia. Então, Senadora Zenaide, cinco minutos; em seguida, Senador Fabiano; Senador Jean Paul; Senadora Leila.

Senadora Zenaide, por gentileza.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu quero aqui cumprimentar o Sr. Presidente e fazer só uma pergunta ao Sr. Raimundo Nonato Brasil. Como deixou claro aqui que era sócio minoritário e que sua função era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente operacional, por que, então, o senhor assinou os dois aditivos de um contrato, do contrato da VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sra. Senadora, eu sou representante legal da empresa, eu sou sócio da empresa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – E assinei com a autorização do nosso jurídico, e eu é que estou no dia a dia da empresa, Sra. Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, então, o que eu queria mostrar, Sr. Presidente, é que ele se mostrou assim que era minoritário, que não tinha condições de responder, mas, na hora que se falou nos dois aditivos de contrato, ele não só assinou como defendeu, dizendo que era o contrato que foi ampliado porque esse contrato é... (*Falha no áudio.*) Mas tudo bem. Agora, eu queria perguntar: esse contrato de distribuição contempla armazenamento também. Como é feito o controle de data de vencimento e insumos? É feito pela empresa ou pelos senhores ou pelo Ministério da Saúde? E, quando se identifica a iminência de vencimento, o que é feito? Acelera a distribuição para evitar a perda daqueles insumos, que a gente está vendo milhões de reais, inclusive de vacinas tetravalentes que faltam no Brasil todo, ou vencimento...

E os senhores também providenciam a incineração.

Quanto desse custo que foi dito aqui pelo Sr. Raimundo Nonato, que era uma média de 80 milhões que a empresa recebia, ano, quanto desses 80 milhões o Ministério da Saúde pagou por incineração desses medicamentos?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sra. Senadora, eu não... Depois a gente... Eu posso passar aqui para a douta Comissão. Eu não tenho isso em mãos, mas não é muito recurso, não. Não é recurso de grande monta. A nossa empresa vai passar, e vamos trazer para a Comissão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Mas a Diretora Executiva, a Sra. Andreia, disse que era um valor considerável para incinerar esses produtos.

Então, eram essas duas perguntas.

Primeiro, quero dizer que eu acho que a gente não desrespeitou o Sr. Raimundo Nonato. Apenas ele se mostrou, mas depois se provou que ele é que assinava contratos. E ele defendeu com muita veemência os aditivos dos contratos. Então, não era uma pessoa que não soubesse responder.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E, segundo, que a gente precisa saber, porque a mesma que é responsável pelo armazenamento, distribuição, recebe para incinerar.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado. Muitíssimo obrigado, Senadora Zenaide...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sr. Senador, eu posso responder a ela?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... inclusive pela sua participação em todas inquirições e depoimentos na CPI.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu posso...?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Andreia, se puder ser rapidamente...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – É rapidamente, é só para comunicar a S. Exa. a Senadora Zenaide que, pelo contrato, a VTCLog informa ao Ministério da Saúde, da data de vencer, a cada oito meses. Então, assim, para cada medicamento que está pra vencer daqui a oito meses, o Ministério é informado. E o ministério informa isso aos programas de saúde que têm que fazer essa distribuição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o comparecimento de ambos aqui.

Antes, Sr. Presidente, eu queria aqui informar uma notícia que saiu hoje no G1, no *O Globo*, que médicos do Hospital das Forças Armadas eram orientados a prescrever *kit* covid em receitas pré-assinadas por outros médicos. Esses médicos não concordavam com o tratamento precoce. É o mesmo comportamento, o mesmo *modus operandi* da Prevent Senior. Eu acho que a isso a CPI também podia ficar atenta, ao que está acontecendo nos hospitais das Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu vou ser bem objetivo com o senhor.

O Sr. Ivanildo, Sr. Raimundo, ele informou à CPI que entregou um *pen drive* no Ministério da Saúde em determinada ocasião. O senhor ou a Sra. Andreia tem conhecimento do que havia nesse *pen drive*?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sr. Senador, nesse *pen drive* são as faturas que todo mês a gente envia. O conjunto é muito grande, não dá pra você mandar por *e-mail.* Aí o motoboy leva pra instituição, lá pro Ministério da Saúde esse *pen drive*. Esse *pen drive* é para as faturas eletrônicas correspondentes ao mês de faturamento. É só isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Hã-hã.

E quantos motoristas faziam saques e pagamentos em nome da empresa?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Só um, motoboy.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Só ele, não é?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Só ele, só o Sr. Ivanildo.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

Eu queria saber: o senhor, Sr. Raimundo, recebe ou recebia pagamentos em espécie da VTCLog?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, recebia pagamentos...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Sim. Esses pagamentos eram declarados ao Imposto de Renda?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, declarados no Imposto de Renda. Está... O senhor pode...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Por que os fornecedores eram pagos diretamente na boca do caixa e não por meio de transferência bancária?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador, com todo o respeito, eu tenho que ver com a minha tesouraria, eu tenho que ver... Eu queria que o senhor me permitisse, pra gente... E vamos dar todos os extratos...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Era comum que a empresa enviasse arquivos fisicamente ao invés de utilizar meios virtuais, que inclusive representam redução de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custos logísticos. Levava arquivos diretamente ao ministério? Como é que é? Eles levavam esse arquivo fisicamente e não pelo sistema virtual?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sr. Senador, vou pedir pra Dra. Andreia, ela é melhor na dicção.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Excelência, o que acontece? Isso também já vai estar comprovado aqui à CPI. A gente tem a obrigação de mandar, sim, o documento eletrônico das faturas pra pagamento, ocorre que, pelo tamanho, isso é um problema de tecnologia do próprio Ministério da Saúde, eles pedem que... Como a gente manda, mesmo que seja por OneDrive, via nuvem, eles não conseguem baixar. Então, eles solicitam que a gente leve por meio de um *pen drive*. Quando chega lá, ele baixa no computador e baixa as faturas. É exatamente isso. Nós temos todos os comprovantes de entrega das faturas assinado pelo servidor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Os senhores têm dados referentes à economia – dados referentes à economia – para os cofres públicos por meio de contratação da VTCLog no lugar dos Correios?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, o que eu posso afirmar: o contrato dos Correios inicialmente já previa um valor de 152 milhões enquanto a VTCLog ganhou a licitação por 97 milhões por ano – isso daí por ano. Então, só nesse valor a gente já vê um acréscimo. E o que eu posso garantir é que a logística integrada foi muito benéfica para o Ministério da Saúde, porque, conforme dito aqui, inclusive pelo Senador Izalci, até corroborado com relação aos controles, hoje, por meio da VTCLog, o ministério tem todo o controle de estoque, da quantidade de pedidos, dos vencimentos dos medicamentos. O desperdício diminuiu drasticamente de quando a logística não era integrada, porque a Cenadi era composta por umas oito, dez unidades, então era descentralizada essa gestão. É o que eu posso afirmar para o senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu quero aqui fazer uma defesa intransigente dos Correios, uma empresa pública que presta um serviço de qualidade não somente aqui, mas atinge a toda a população brasileira. Então, os Correios aqui terão em mim um ferrenho defensor.

Eu só não fiquei aqui... Só pra concluir, Sr. Presidente. A senhora pode esclarecer, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, só para conhecimento inclusive...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Fabiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Fabiano, perdão, meu querido amigo.

Só inclusive a título de contribuição com sua informação, essa decisão do Ministério da Saúde que foi recomendada pelo Tribunal de Contas da União, depois foi revertido esse acórdão do TCU em decisão do Supremo Tribunal Federal permitindo que os Correios pudessem ser contratados diretamente. Só para a informação de todos.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É verdade que ocorreu um acórdão no Tribunal de Contas da União para que não ocorresse a contratação dos Correios para execução direta do serviço de logística, mas também é verdade que, logo após, ocorreu uma decisão do Supremo Tribunal Federal revertendo e suspendendo o acórdão do Tribunal de Contas da União.

Vou repor o tempo de V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito esse esclarecimento, Sr. Presidente.

Agora, Sra. Andreia, por gentileza, eu não consegui entender, se a senhora pudesse fazer a gentileza de esclarecer...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Claro.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... a maneira que a VTCLog remunera a senhora, porque eu não entendi. A senhora é contratada pela VTCLog, mas recebe pela empresa do seu esposo que a senhora também é sócia, é isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Isso, eu tenho uma pessoa jurídica, já tinha essa empresa aberta, e, para eu não ter que abrir uma outra empresa para receber a minha remuneração, eu recebo através dessa empresa.

É um acordo privado entre eu e a VTCLog, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – No que pese eu respeitar essa posição de V. Sa., eu entendo que, pelo princípio da transparência e da moralidade, principalmente com essas empresas, isso é uma conduta totalmente reprovável, com todo o respeito.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência, é um acordo privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É uma opinião da senhora. Eu só estou manifestando a minha, porque não faz sentido para mim a senhora ser contratada pela VTCLog e receber por uma empresa que é do marido da senhora.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu sou sócia do meu esposo, Excelência.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu sei, eu sei disso, mas não misturem as empresas e tratem o dinheiro público com responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço, Senador Fabiano Contarato.

Senador Jean Prates e, para concluirmos, em seguida, Senadora Leila Barros.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Vou ser rápido e direto aqui porque quero fazer uma finalização a respeito disso.

Aos depoentes gostaria de perguntar o seguinte, especialmente à Sra. Andreia, afinal, depois da confusão toda, perguntas e respostas aqui, ficou... Me ficou a seguinte pergunta: Quem manda nessas empresas? Quem manda nessas empresas?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Posso responder, Excelência?

Excelência, a empresa é composta por três sócios: o Sr. Raimundo Nonato Brasil, a Sra. Teresa Cristina e o Sr. Carlos Alberto de Sá.

Eu, na qualidade de Diretora-Executiva, nós temos também um departamento jurídico que tem o responsável pelo jurídico, um responsável...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não.

É só uma coisa, até aí é para baixo, mas, assim...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, eu quero dizer para o senhor...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... quando chega lá todos os dias para tomar uma decisão sobre um contrato: Vamos ou não assinar esse contrato? Vamos ou não abrir uma nova linha de negócios, etc.?

Quem manda? Quem dá a palavra sobre isso? Como é que vocês deliberam isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A senhora, por exemplo, não vota.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência, eu sou...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Você é uma Ltda., não é?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Oi?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Você é uma empresa Ltda.?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, mas eu...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A maior parte delas são Ltda.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, elas... Ela é uma empresa Ltda...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Manda quem tem a maioria do capital, não é isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, Excelência.

Eu gostaria de explicar.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu sou... Eu tenho procuração da empresa, então, eu trago os negócios, analiso os negócios e os sócios, em conjunto comigo, a gente decide.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deliberam e decidem.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O sócio Raimundo é minoritário com 15%, portanto, quem manda na empresa é o sócio Carlos Alberto.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Em que pese o Sr. Raimundo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É Carlos Alberto? É, Carlos Alberto, é isso?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele é o majoritário?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – É, o majoritário.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A pessoa que não pode vir aqui?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, o Sr. Carlos Alberto, conforme foi colocado, teve um problema.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, entendi, mas é a mesma pessoa. É a pessoa que não pode vir aqui?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

A senhora também tem representação ou gere a empresa Voetur Turismo?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Não, Excelência.

Eu, como era do departamento jurídico, tenho ainda procuração e atuo em alguns processos da Voetur Turismo, mas a gestão eu só faço da VTCLog.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, a senhora não tem nenhum ato de gestão assinado, enfim, não tem nada como gestora da Voetur Turismo?

Porque eu tenho aqui, eu só estou colocando isso porque achei... Chegou aqui um contrato de 2019, assinado com a Funasa, do Rio Grande do Norte...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... pela senhora.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – É porque, Excelência...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela Voetur Turismo, uma empresa para vender passagem.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim, eu, como advogada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A senhora assina por esta empresa também?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sim.

O que acontece? Eu, como advogada da empresa, também era responsável pela área de licitação e assinatura de contratos, então, eu tenho procuração até hoje.

Esse contrato, possivelmente, é oriundo de atas de registro de preço da Voetur Turismo e tem vários assinados por mim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Registro de preços?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Exatamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A procuração também dada em 2017 para assinar em nome dos dois sócios.

O interessante é que na procuração só aparecem os sócios Carlos Alberto e Teresa Cristina.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – É que o Sr. Carlos Alberto... O Sr. Raimundo Nonato é sócio apenas da VTCLog, não é sócio da Voetur Turismo. Esse contrato que o senhor menciona...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Certo.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... é da Voetur Turismo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, exatamente. Então, a senhora atua lá também como procuradora.

A senhora é procuradora de mais alguma dessas empresas?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sou, da...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – VTCLog Distribuidora, Voetur Táxi Aéreo, Vip Service Locadora... Não sei mais o que tem aqui: Voetur Lanches, videolocadora... O que mais vocês têm?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu sou procuradora, Excelência, de todas as empresas do grupo. Eu tenho procuração...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quantas empresas são, só para ter uma ideia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, são muitas, mas eu vou te falar as empresas ativas hoje.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mais de dez ou menos de dez?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Tem umas dez empresas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Quantas têm sócios diversos? Fora Carlos Alberto e Teresa, cada uma delas tem sócios diversos...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – É, hoje...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... nas suas linhas de negócio?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... o Sr. Raimundo Nonato; na Turismo, tem o Sr. Humberto Cançado; e, nas demais empresas, é o Sr. Carlos Alberto e a Sra. Teresa Cristina.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Certo.

Presidente, só para pontuar aqui mais uma vez, sempre me cabe um pouco esse papel aqui no final: dá para ver aí, não só nesse caso, em todos esses aí que a gente viu – Prevent Senior, Precisa, especialmente –, que é um mundo de esquisitices e um *thriller* de frankensteins corporativos, contratos fantasmagóricos. Tem contrato aqui que é assinado por uma empresa com CNPJ da outra. Enfim, dá para ter uma ideia do que seria o Brasil com a saúde pública em mãos privadas – esse é o ponto que eu quero fazer –, mãos privadas, "voucherizadas", com a defesa aí da privatização do SUS, que alguns fazem. Isso daria outro *thriller*. Só imaginar isto: *kits* de medicamento fajuto, teses impostas a médicos e enfermeiros, assédio moral, ameaças de desligamento e o principal, às aspas, "óbito também é alta". Exemplo de como seria o serviço público sem a estabilidade e as carreiras de Estado. E aí estamos falando aqui da reforma administrativa, demissibilidade por perseguição política, retaliações por não cumprimento de ordens equivocadas e mesmo criminosas, compactuação com atos de improbidade e corrupção.

Aliás, esse Governo, em geral, nos permite ver vários exemplos de como funcionaria um país submetido a preços internacionais de combustíveis, a partir da venda das refinarias, da paridade internacional de preços em dólar; e como vai funcionar um país dependente de oligopólios postais, logísticos, privados, até para distribuição de medicamentos e órgãos para transplante, provas do Enem, livros didáticos, comercialização de e para regiões remotas, que ninguém quer ir para atender – esse é o caso da VTCLog combinado com a venda dos Correios; um país engessado no seu uso competitivo sustentável de fontes de energia para favorecer grupos ineficientes e concentrar privilégios na mão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucos empresários subsidiados – é o caso da privatização da Eletrobras, que está sendo proposta agora, e dos jabutis térmicos, que o Senado, infelizmente, por dois votos a mais, aprovou aqui, mas que nós não vamos deixar passar na segunda edição da MP da crise energética; um país no qual os gestores públicos da política monetária usam informação privilegiada e pautam sua atuação de acordo com o interesse dos seus patrões e ex ou futuros patrões do mercado, a chamada porta giratória.

Enfim, esse é o laboratório ultraneoliberal que o Governo Bolsonaro, desgraçadamente, nos propicia e cujo o ápice essa CPI revela ao Brasil: negacionismo longevo insistente, práticas mengelianas em clínicas e planos privados, charlatanismo explícito em diretrizes públicas, corrupção da negociação de vacinas, manipulação de indicadores e registros públicos, além da inépcia reiterada e deliberada em todos os atos de gestão do combate da pandemia.

Então, antes de instruir com esse relatório as investigações que serão decorrentes dessa CPI – o Sr. Relator vai fazer –, nós precisamos urgentemente aprender agora, a tempo de evitar outros atos legislativos impensados, como aquele malfadado projeto das vacinas privadas, que vão dar margem a mais experiências e mais laboratórios indesejados para o Brasil e para os brasileiros.

Essa é a mensagem que eu queria deixar aqui. O Governo agora virou um "pato manco". Os americanos, na política, no estudo de ciência política lá, chamam de "*lame duck*". Esse "pato manco" não tem legitimidade nem moral pra tocar nenhuma reforma de qualquer espécie. Se não terminar em *impeachment* e cadeia esse Governo, que ao menos termine quieto e que responda devidamente a todos os processos que vão ser gerados aqui e em geral.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jean Paul Prates.

A nossa última inscrita, com muita honra para essa Comissão Parlamentar de Inquérito, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a minha fala é fruto do trabalho da Senadora Eliziane e da sua assessoria e da Consultoria do Senado, que hoje se reuniram com a minha assessoria e, enfim, prepararam um compilado aqui para que eu pudesse representar não só a Senadora Eliziane, mas também a Bancada Feminina aqui no Senado Federal.

E antes de fazer qualquer pergunta, eu acho fundamental apresentar um breve histórico sobre o que traz a empresa, a VTCLog, para o centro das investigações dessa CPI. É importante lembrar que até 2018, por 22 anos, a Central Nacional de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos, a Cenadi,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgão público vinculado ao Ministério da Saúde, foi responsável pelo armazenamento, controle e distribuição dos insumos da pasta. Em 2018, por decisão do então Ministro da Saúde, o Ricardo Barros, atual Líder do Governo na Câmara dos Deputados, sob a justificativa de que haveria vantagem financeira para o ministério, a Cenadi foi extinta e foi realizado um processo licitatório que termina com a contratação da empresa VTCLog.

O grande problema nesse caso, que merece absoluta atenção do Relator e das autoridades judiciais desse País, é que desde o processo licitatório há indícios claros de ilegalidades praticadas. Primeiramente, chama a atenção o fato de que a VTCLog, que acabou sendo a vencedora da disputa, ficou em segundo lugar com uma diferença do preço de apenas um centavo para a segunda empresa, a HS Investimentos e Participações Ltda. – EPP, cuja oferta foi de 97 milhões anuais por um contrato de cinco anos, o que, por si só, levanta a suspeita de conluio entre as duas empresas. Porém, pra piorar, a primeira empresa, que acabou desclassificada devido a inconformidade previsível no seu balanço patrimonial, levou a VTCLog a sair vencedora, com a oferta de 97 milhões e um centavo por ano de contrato.

Ainda sobre as dúvidas em torno da licitação, chama a atenção na proposta da VTCLog o fato de que nos preços de armazenagem fria e congelada, cujo insumo principal é energia elétrica, o preço praticado tabelado e uniforme, a empresa mergulhou os preços. Por exemplo, o preço máximo admitido no edital para armazenagem de carga fria era de R$268, e a proposta da empresa foi de 180.

Para a carga fria negativa, o preço máximo do edital era de R$181,67, e a proposta da VTCLog foi de R$80, menos da metade do custo máximo.

Em contrapartida, no quesito manipulação de item para atendimento, o chamado *picking*, justamente o ponto que gera controvérsia é o segundo aditivo aprovado pelo Sr. Roberto Dias, que, aliás, foi objeto da apresentação de um vídeo pelo depoente em que ele próprio já admite que a empresa vai judicializar a oferta da VTCLog, que foi exatamente o preço máximo admitido no edital, que é de R$6,43 pelo *picking*.

Aliás, chama a atenção o preço máximo admitido no edital para o *picking*, pois aparenta ser demasiado. Só pra ilustrar, vale registrar que o *picking* compõe o custo de um dos serviços mais utilizados por todos nessa pandemia, que são os aplicativos de entrega como o iFood, por exemplo, que remunera o trabalho do entregador que tem que descer da sua moto ou bicicleta e procurar ou pedir o item demandado, seja numa lanchonete ou num supermercado. O custo atual, vejam, gira em torno R$1 por *picking*, ou seja, R$6,43 para buscar itens no mesmo armazém, logisticamente preparado para a busca, parece demais, não é?

Ainda sobre os problemas do edital, chama a atenção também a forma inadequada com que foi tratada a definição dos itens para o *picking*. Ficou aberto e impreciso de tal forma que, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionamento da empresa junto ao Ministério da Saúde, que gerou tal aditivo de 18,9 milhões, assinado pelo Roberto Dias, na visão do Ministério a dívida é de 1 milhão e na visão da VTCLog a dívida é de 58 milhões. E eu repito: o depoente já disse que a empresa vai judicializar.

Aparentemente parece um *modus operandi* junto ao poder público que passa por editais, digamos, estranhamente confusos, apresentação de propostas inexequíveis, a expectativa de termos aditivos e até a judicialização para a compensação do lucro da empresa. Tanto é assim que em 2019 o Ministério Público Federal abriu inquérito para apurar possíveis irregularidades do Pregão Eletrônico nº 10, de 2019, proposto pela Fundação Oswaldo Cruz, do qual restou vencedora a VTCLog, à época... O Ministério pediu a anulação do pregão devido à fórmula de cálculo para apresentação dos lances ser bastante obscura e por haver aparente inexequibilidade da proposta apresentada pela empresa declarada vencedora, bem como possível concerto entre licitantes que participaram do referido certame para direcionamento na contratação. A sentença declarou a anulação do Pregão nº 10 e determinou a realização de um novo certame licitatório.

Por fim, para que essa engrenagem funcione, usualmente é preciso a participação de alguns agentes públicos, seja por negligência, por omissão seja por negligência, por omissão, ou seja até por cumplicidade no esquema.

Novamente, vale ressaltar que, no ano de 2017, o Ministério Público apresentou uma denúncia contra a Voetur, que todos já citaram aqui, a empresa do mesmo grupo que a VTCLog, por pagamento de propina, entre fevereiro de 2004 e outubro de 2009, de cerca de R$565 mil a dois servidores da Cenadi. E, em 2019, os sócios da empresa Raimundo Nonato Brasil, Carlos de Sá e Teresa Reis de Sá foram condenados por corrupção ativa, e, nessa sentença, de abril de 2019, a Justiça Federal do Rio de Janeiro condenou os três sócios a três anos e quatro meses de prisão, com pagamento de 16 dias/multa. A pena foi convertida no pagamento de cem salários mínimos e prestação de serviços comunitários.

Em maio de 2019, no entanto, as penas, Sr. Presidente, foram extintas, porque a Justiça considerou que os crimes foram cometidos há mais de uma década. Por isso, foram prescritos.

Agora, nesse contrato com o Ministério da Saúde, há pelo menos um envolvimento evidente da VTCLog com o Sr. Roberto Dias, que até boletos pessoais teve pagos pela empresa, que, neste momento, a CEO Andreia já negou, sem falar das cerca de 135 ligações existentes – e que todos nós aqui desta Comissão sabemos – entre a Sra. Andreia Lima e o Sr. Roberto Dias, justamente no período em que foi assinado o aditivo de 18,9 milhões, relativo à controvérsia em torno do *picking*. Lembrando a todos que os técnicos do Ministério da Saúde compreendem a dívida em torno de 1 milhão, a VTCLog pediu quase 58 milhões, e o Sr. Roberto Dias, que achou que fez um bom negócio para o País, aceitou um acordo de 18,9 milhões.

E toda essa discrepância foi viabilizada por meio de uma redação confusa do edital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Felizmente, graças ao trabalho responsável e comprometido da Senadora Eliziane Gama e do Senador Alessandro, no dia 9 de setembro de 2021, o Ministro Benjamin Zymler, Relator do processo, decretou medida cautelar de suspensão dos efeitos jurídicos do segundo termo aditivo ao Contrato 59, de 2018, firmado com a empresa VTC Operadora Logística Ltda., para que o Ministério da Saúde abstenha-se de realizar qualquer pagamento referente ao serviço de manipulação de itens para atendimento, o *picking*, até que o tribunal...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Concluindo, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... sim – delibere sobre o mérito da matéria.

Segundo o Relator, a área técnica do TCU aponta que os argumentos que embasaram a celebração do segundo termo aditivo são frágeis e que há elementos nos autos que constituem um conjunto de indícios que apontam que a celebração do segundo termo aditivo podem, em tese, ter configurado tentativa de perpetração de fraude contratual danosa ao Erário. Ou seja: mais uma vez, depois de forçar o Governo a comprar vacinas, depois de esclarecer o País sobre a ineficácia do tratamento precoce, depois de evitar a compra irregular das vacinas Covaxin e Bharat Biotech e da confidência da CanSino, a CPI também está evitando o pagamento desse suspeito aditivo, até que seja esclarecido todo o procedimento.

E, em relação a isso, eu pergunto ao depoente: Sr. Raimundo, neste depoimento, o senhor informou que a empresa pode judiciar a questão do *picking*.

E, em relação a isso, eu pergunto ao depoente: Sr. Raimundo, neste depoimento, o senhor informou que a empresa pode judicializar a questão do picking. O senhor confirma essa informação? Por que vão judicializar?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL (Para depor.) – Sim, Sra. Senadora. Com todo o respeito, é um direito da nossa empresa. Nenhuma empresa consegue sobreviver, trabalhar de graça para quem quer que seja.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor assinou tanto o Contrato 59 quanto os Aditivos 1 e 2 de 2021, representando a VTCLog.

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sim, Sra. Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Quem foi o responsável pela elaboração das planilhas para participar do Pregão Eletrônico 42, de 2017?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – A nossa área técnica da nossa empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Quem comanda essa área técnica?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É uma equipe de funcionários nossos em Brasília.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É uma equipe? Ninguém comanda essa área técnica?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – É o Sr. Samuel, é o rapaz que comanda a nossa área técnica, Sra. Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – A má redação do edital de convocação foi questionada pela empresa à época do pregão eletrônico?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Aliás, esse contrato do Ministério foi questionado por mais de 30 empresas, teve várias audiências públicas. Esse contrato ficou eu acho que um ano, mais de um ano no mercado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, por qual motivo a empresa só levantou a questão quanto à divergência métrica e esses questionamentos durante a execução do contrato?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não. Sra. Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Então, por que prosseguiu? Se vocês questionaram, por que prosseguiram?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sra. Senadora, com todo o respeito, quem questionou a gente foi a própria instituição Ministério da Saúde. Não fomos nós que questionamos o Ministério. Nós só cobramos o que é devido para a nossa empresa.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor acredita, então, que o edital do Pregão 42, de 2017, do Ministério da Saúde, que foi complexo, nebuloso e de má redação, tenha proporcionado terreno fértil para a redação do termo aditivo de 2021?

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Não, senhora. Eu não posso, a gente não pode falar isso. Não posso.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Confirma que a intenção do segundo aditivo é a de alterar o método de contagem dos itens manipulados, o que motivou as glosas a que o Ministério da Saúde da vem procedendo no Contrato de nº 59?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAIMUNDO NONATO BRASIL – Sra. Senadora, posso pedir para a Dra. Andreia explicar para a senhora?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sim. Pois não.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Senadora, boa tarde.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Boa tarde.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, gostaria de esclarecer. O que acontece? No momento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Andreia e Senadora Leila. Realmente, já estão começando a votar temas na Ordem do Dia. Se puderem ser breves...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em uma palavra.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – É só para informar que quem subdimensionou o item manipulação, essa prestação de serviço, foi o próprio Ministério da Saúde. A área técnica reconheceu esse subdimensionamento e reconheceu que a proposta da empresa era mais vantajosa para a administração pública. Em virtude de não termos recebido o valor do aditivo até hoje, a empresa vai fazer valer o valor que está em contrato e vai judicializar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Andreia.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Só uma última...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Leila, para concluir.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Só a última pergunta: a VTCLog apresentou o preço máximo para a operação do *picking*, que foi R$6,43. É exatamente nesse objeto que pousa a controvérsia que tem gerado as glosas. Visavam gerar futuros termos aditivos totalmente contrários ao princípio da economicidade? E qual foi a ação da empresa nesse sentido?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Excelência, foi questionado não só pela VTCLog, mas por diversos outros participantes qual era o volume de itens manipulados por pedido. E o que acontece? O Ministério da Saúde mesmo informou que esse número era variável. Então, nesse item,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a gente não tinha a informação de qual número de itens, eu não poderia formular o meu custo exato. Por isso eu mantive o valor que o Ministério da Saúde trouxe no edital. Informo que outros concorrentes chegaram a cobrar por esse item R$54.

Muito obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O Apêndice 1 do termo de referência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – ... na p. 92, traz uma listagem de produtos que denomina itens que poderão ser armazenados. Porém, as unidades medidas, empregadas são as mais desagregadas possíveis. Por exemplo, a unidade de medida para dipirona sódica é um comprimido, ainda que nenhum fabricante forneça comprimidos individualmente.

Por qual razão a empresa não questionou, à época, essa impraticável unidade de medida, já que é excessivamente desagregada, porque a dipirona sódica...?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Excelência, eu gostaria até de explicar essa questão da dipirona.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se puder ser breve, Andreia...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – O.k. Nós não cobramos por comprimido. Existe um sistema que, quando entra o pedido do ministério, converte o número de comprimidos pelo fator de embalagem. O item se refere é ao número de embalagens.

Infelizmente, Senadora, a senhora não pôde ver no início o vídeo que nós passamos, mas...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Não; eu acompanhei, sim, do meu gabinete, tá?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Ah, então tá.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu estava no Senado desde o início.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Então... Esse vídeo é bem esclarecedor. Não há cobrança pela dipirona nem pelo comprimido.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Só em termos de informação sobre a quebra, eu quero dizer os valores pagos à Macrosoft pela VTCLog: chegam a mais ou menos R$1.150.238,87.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (*Fora do microfone*.) – É a remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Com alguns repasses, 28/12, de 144 mil, um pouquinho a mais do que a Sra. Andreia tinha comunicado a nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senadora Leila.

Dra. Andreia, só para nós... Dra. Andreia e Sr. Raimundo, só como última pergunta mesmo: tem 4,8 mil respiradores que não foram entregues pelo Governo Federal aos Estados e Municípios. V. Sas. têm notícia para nos dar sobre esses respiradores?

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA (Para expor.) – Excelência, todos os pedidos de respiradores foram entregues. Eu tenho acompanhado essa questão na mídia, que alegam que não tem o comprovante, mas eu afirmo para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... que, dos 18 mil respiradores...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu só queria informar que, no dia de hoje, saiu um parecer da Controladoria-Geral da União apontando a ausência da comprovação de entrega desses respiradores.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Todos esses comprovantes se encontram de posse do ministério, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu posso garantir para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estou lhe informando que tem um parecer, hoje, da CGU apontando isso, a ausência da entrega...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu lhe agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e a ausência desses 4,8 mil respiradores, que devem estar fazendo muita falta para as pessoas que estão se infectando pela covid ou estão internadas.

Sra... Dra. Andreia...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Sr. Senador... Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Eu posso, inclusive, juntar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O quanto antes, agradeço.

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... os 18 mil comprovantes, de todos os respiradores entregues...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O quanto antes...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – ... a todos os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O quanto antes, agradeço a V. Sa., mas – repito –, conforme a CGU, essa informação não está batendo, e tem 4,8 mil respiradores ausentes de Estados e Municípios.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sr. Presidente...

A SRA. ANDREIA DA SILVA LIMA – Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – Em nome da Senadora Eliziane e da Bancada Feminina, eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço... Nós agradecemos a participação...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu me inscrevi no último momento aí. Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... sempre atuante nesta Comissão Parlamentar de Inquérito de V. Exa. e da Bancada Feminina, que muito nos honra, Senadora Leila.

Eu queria agradecer ao Sr. Raimundo Nonato Brasil, à Dra. Andreia, à douta defesa pelo acompanhamento aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 61ª Reunião. Solicito a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam... (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Convido para o próximo depoimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a iniciar-se amanhã, às 10h, do Sr. Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Declaro encerrada a presente sessão.

(*Soa a campainha.*)

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Otto Alencar, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho (ANS)**. **Finalidade:** Oitiva do senhor Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, Diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Oitiva do Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, Diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, em atendimento ao requerimento 1559/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1567 de 2021** que : "Solicita informações ao Exmo. Sr. Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia, para atendimento no prazo de até 48 horas." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1568 de 2021** que : "Solicita informações, aos Laboratórios Pfizer e Janssen; Instituto Butantan; e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para atendimento no prazo de até 48 horas, sobre tratativas do Governo Federal para fornecimento, no ano de 2022, de vacinas/imunizantes contra a Covid-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1569 de 2021** que : "Solicita informações, para atendimento no prazo de até 10 dias, à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, a respeito de procedimento eventualmente instaurado em face da operadora de planos de saúde Unimed Manaus Sociedade Cooperativa Médica Ltda, por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado "tratamento precoce" para a Covid19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos n°s 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato da coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

Antes de iniciar a reunião, eu quero aqui registrar que vamos receber agora o parecer da lavra do Dr. Alvaro de Azevedo Gonzaga relativo à consulta realizada ao Grupo Prerrogativas e Associação Brasileira de Juristas pela Democracia sobre o enfrentamento da pandemia e a questão indígena.

Eu peço que possa nos entregar... (*Pausa.*)

Pois não! Pode entregar para a gente.

Já foi entregue ao Senador Renan? (*Pausa.*)

Tá! Eu quero... (*Pausa.*)

O Alvaro de Azevedo Gonzaga que é o coordenador. E quero também agradecer o relatório que será discutido com o Relator, feito por esta Comissão, de uma importância muito grande. Estamos aqui recebendo um exemplar do *Decolonialismo Indígena*, é isso? Muito obrigado, tá Álvaro? Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, é muito importante a participação do Alvaro, que, inclusive, nos deu a honra de participar de alguns debates, onde nós discutimos a caracterização, os diferentes tipos penais que poderão ou não ser utilizados, e participou dessa coisa que consagra, a partir desta Comissão Parlamentar de Inquérito, um procedimento, que é abrir essa discussão com a sociedade e com os juristas de modo a envolvê-los nessas decisões, que são fundamentais para a CPI e para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, em atendimento ao Requerimento 1.559, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que está com a tipoia no braço, mas consegue falar normalmente, sem problema nenhum. Tipoia não tem atrapalhado em nada a fala do Senador Randolfe.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Parece que aumentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aumentou. Inclusive, quando você – disso aí já se fez um estudo –, quando você perde algumas movimentações, geralmente você consegue dar uma... Olha aí... Chegou atrasado como sempre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estou baleado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está baleado, mas para falar não está baleado. (*Risos.*)

Quero chamar aqui o Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer pela sua compreensão e a compreensão também do nosso nobre Relator, Senador Renan Calheiros, para que eu possa fazer uma breve manifestação, tendo em vista a chegada do Sr. Paulo Roberto como depoente no dia de hoje.

Na realidade, eu queria destacar aqui a qualificação do Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, Diretor-Presidente e Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras da Agência Nacional de Saúde Suplementar, cuja trajetória e experiência profissional e de gestão fundamentam a sua habilidade para mediar conflitos e dirigir, neste momento sensível, a ANS.

Tendo exercido cargos no Ministério das Cidades de 2012 até 2015, inicialmente como Gerente de Projetos, depois como Assessor Especial do Ministro e finalmente como substituto na Chefia de Gabinete do Ministro, o Sr. Paulo Roberto passou a ser Assessor Especial do Ministério da Integração Nacional, onde exerceu o cargo até o ano de 2016, quando assumiu o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde. Permaneceu nesse cargo até 2018, quando teve sua indicação aprovada para Diretor de Gestão e, posteriormente, para o cargo de Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras até a presente data.

Aliás, atualmente, o Sr. Paulo Roberto é o único Diretor titular acumulando funções e tendo outras três diretorias ocupadas por substitutos, o que certamente tem imposto dificuldades para o fluxo de trabalho da agência e a tomada de decisões.

Apesar desse contexto, saliento que, durante a pandemia, a ANS colaborou de forma efetiva na resposta brasileira ao coronavírus, adotando medidas como a previsão de cobertura de exames para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detecção da covid-19, a viabilização da telessaúde, a alteração dos prazos de atendimento priorizando os casos de covid-19, a prorrogação dos prazos de obrigações das operadoras, dentre outras iniciativas.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de atualizar as informações sobre o Programa Nacional de Imunizações contra a covid-19, que continua em ritmo acelerado no Brasil, resultando numa evidente melhora geral do cenário epidemiológico brasileiro. Como nos aproximamos da fase final dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, é importante registrar que já contabilizamos mais de 148 milhões de pessoas vacinadas com ao menos uma dose, o que representa mais de 92% da população vacinável. Se considerarmos os 30 maiores países do mundo, o Brasil ocupa o sétimo lugar no *ranking* mundial de pessoas vacinadas com pelo menos uma dose, à frente de países como Alemanha, Estados Unidos, México, Índia e Rússia. Além disso, são mais de 95 milhões de brasileiros com esquema vacinal completo, isto é, duas doses ou dose única já recebida, o que equivale a mais de 56% da população adulta brasileira. Nesse caso, ainda com base nos dados dos 30 maiores países do mundo, o Brasil ocupa o décimo lugar no *ranking* mundial no número de pessoas com esquema vacinal completo. No total, são mais de 243 milhões de doses aplicadas em todo o Brasil e 301 milhões de doses distribuídas aos Estados, números que colocam o Brasil em quarto lugar no *ranking* mundial de vacinação em números absolutos.

Com o avanço da campanha de vacinação, a média de óbitos por covid-19 vem reduzindo, assim como o número de novos casos, e a maioria dos Estados brasileiros já registra taxa de ocupação em leitos de covid-19 clínicos de UTI inferior a 50%. Esse índice, Sr. Presidente, é considerado normal.

Portanto, deixo aqui esses registros iniciais, tendo em vista que terei que me ausentar durante o período do depoimento.

E agradeço a sua compreensão e permissão para que eu pudesse fazer essas palavras iniciais, saudando aqui o Dr. Paulo Roberto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, o senhor sabe do nosso cronograma: amanhã, vamos terminar as audiências; e, no dia 19, nós iremos ler o relatório aqui – o Senador Renan Calheiros – e daremos aí...

Vai ter vista, e a gente vai debater, no dia 20, para aprovar o relatório.

V. Exa. sempre participando aqui, dando a sua contribuição, e o respeito que temos pelo senhor é inegável. Então, foi um prazer que V. Exa. tenha se colocado. Sei das suas outras tarefas, mas sempre há disposição da CPI de ouvi-lo aqui, para sua contribuição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. me permite? É só um minuto, aproveitando inclusive a presença de S. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí que eu vou pensar. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aproveitando a presença de S. Exa., o Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra, ainda ontem esta Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou um requerimento ao Sr. Ministro de Estado da Saúde. Esse requerimento... Eu queria inclusive aqui destacar: um dos critérios, uma das questões deste requerimento era sobre a vacância que tinha, até a data de ontem, na direção do Programa Nacional de Imunizações, vacância essa que foi suprida hoje.

Esse é um bom encaminhamento, é um bom termo, inclusive para não ser, eventualmente, necessária a presença do Sr. Ministro de Estado da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Explique, pra quem está te ouvindo, o que é o PNI, que é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o Programa Nacional de Imunizações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o Programa Nacional de Imunizações, que não tinha quem estava coorde... Não tinha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

Ainda ontem, a Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou um requerimento questionando a vacância no PNI, e hoje, pela manhã, ocorreu a efetivação do titular do Programa Nacional de Imunizações.

Esse é um bom termo, é um bom encaminhamento da parte do Sr. Ministro de Estado da Saúde, inclusive para não ser necessário um eventual novo comparecimento de S. Exa. a esta Comissão.

Tem duas questões, Senador Fernando Bezerra, para as quais rogamos o apoio de V. Exa., que é necessária uma resposta urgente da parte do Ministério da Saúde. A primeira: sobre a programação de vacinação de crianças e adolescentes. Qual o planejamento por parte do Ministério da Saúde? Quando pretende iniciar? Enfim... A segunda: qual a programação de vacinação para o ano que vem? Quantas doses já estão contratadas das diferentes farmacêuticas – Pfizer, Janssen, do Instituto Butantan, da Fiocruz – e de quaisquer outras ainda que venham e quais são os procedimentos?

Para nós não incorrermos nos erros que esta CPI inclusive apontou entre 2020 e 2021, essas informações eu creio que seriam de bom tom serem encaminhadas pelo Sr. Ministro de Estado da Saúde para esta Comissão, para inclusive contribuir e colaborar com o relatório final do Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço, inclusive, sua atenção junto ao Sr. Ministro da Saúde, destacando a decisão de hoje, que, embora tarde, mas a decisão já tomada de, finalmente, definir a designação de quem responde pelo Programa Nacional de Imunizações.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Essas informações... (*Falha no áudio.*)

... por ofício?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foram encaminhadas por requerimento ontem aprovado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Duas preocupações nossas: uma era a questão do PNI... A questão dos jovens e adolescentes, isso já foi revisto, mas tem uma outra questão, que eu não sei se o Senador Randolfe falou, que eu estava aqui conversando com o Relator, que é a questão do planejamento da vacina pro ano que vem. Está certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Destaquei. Destaquei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, os valores estabelecidos no Orçamento são bem aquém daquilo que nós vamos precisar pra comprar vacina. Os valores são em torno de 7 bilhões, parece, no Orçamento, e nós já... Eu acho que o Brasil já gastou bem mais do que isso na compra de vacina.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vinte e quatro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte e quatro. Então, quer dizer...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vinte e quatro bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... praticamente três vezes e meio o que vamos precisar pro ano que vem.

Então, são duas questões: uma, nós estamos solicitando ao Ministro que nos informe qual é o planejamento que o Governo brasileiro tem, se já está em tratativas para a compra de vacina – nós estamos agora no mês de outubro e até agora não foi anunciado absolutamente nada sobre essa questão –; e a outra preocupação que muita gente nos pergunta é em relação ao orçamento destinado à compra de vacinas, que é um valor bastante aquém do que nós gastamos em 2021. São duas questões com que V. Exa. poderia contribuir para que o Ministro pudesse nos responder o mais rápido possível para que a gente não... Isso foi... Para não chamá-lo aqui novamente, nós pedimos essas informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Irei diligenciar para que os requerimentos de informação sejam respondidos prontamente antes da elaboração do relatório final do digníssimo Relator, Senador Renan Calheiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só uma questão complementar. Temos dois requerimentos...

Sr. Presidente, só uma questão complementar: temos dois requerimentos com pedidos de informações, um da lavra de S. Exa. o Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Renan Calheiros, e outro de minha autoria, requisitando o conjunto de informações da mesma forma que foi encaminhado ontem ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, desta feita ao Sr. Ministro de Estado da Economia, Ministro Paulo Guedes. Eu queria que V. Exa., no momento mais oportuno, colocasse para apreciação esses requerimentos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Alessandro tinha feito alguns questionamentos ao Ministério da Economia parece-me...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Presidente, em momento anterior, mas podem ser complementados agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu sugiro, eu recomendo, Sr. Presidente, se o senhor permitir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que dá para o Senador Renan, o Senador Alessandro e o Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... exatamente, juntar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... juntar e a gente faz um relatório só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... juntar os requerimentos de autoria do Senador Alessandro, do Senador Renan e o nosso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Faremos isso, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para encaminharmos ainda hoje para o Sr. Ministro de Estado da Economia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k.!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Otto, quero parabenizá-lo, pois a sua digníssima esposa ontem fez aniversário. Todos nós o queremos bem, e isso é extensivo à sua família. Então, quero dizer a você que você é um homem de sorte. Eu não diria a mesma coisa para ela, porque para te aturar... (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente Omar Aziz, não é a primeira vez que V. Exa. joga areia no meu currículo, nem vai ser a última! Nem vai ser a última! (*Risos.*) (*Pausa.*)

Sr. Presidente, eu estava ouvindo aí e vi as ponderações e as informações solicitadas ao Ministro da Saúde, Ministro Queiroga. É importante que o ministério, este ano, possa fazer uma projeção sobre as vacinas do ano que vem. Nós vamos conviver, no ano que vem, sem dúvida nenhuma, com já o novo normal, que é a máscara, e também com a doença, embora os números sejam bem... E estão em ordem decrescente, mas é importante que o provisionamento de recursos seja para todas as atividades, inclusive para a ajuda... Porque nós vamos ter, ano que vem, doentes em hospitais, vamos ter ainda hospitais de campanha, a necessidade de vacinação, continuar a vacinação, porque, até agora, ainda a ciência não tem a certeza da duração da imunidade. Hoje se fala de uma duração de seis a oito meses. Então, se a duração da imunidade dada pelas vacinas é de seis a oito meses, é claro que em janeiro do próximo ano estaremos com a necessidade de vacinação e de reforço da vacinação para a doença, como acontece com outras viroses, no caso da H1N1, da gripe, todas essas viroses que acontecem.

Então, R$7 bilhões para o próximo ano, que é o número que está sendo previsto, me parece insuficiente pro atendimento, compra e atividade de imunização de outras viroses também que precisam ser controladas. Está tendo recrudescimento e podemos voltar ainda a ter casos de recrudescimento de doenças que estão controlados e com o silêncio epidemiológico já há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa preocupação, inclusive, Senador Otto, V. Exa. que é médico e conhece o ambiente hospitalar, da questão do número de sequelas que os brasileiros têm hoje, que ultrapassa milhões de brasileiros sequelados; sequelas, do ponto de vista, na cabeça, coração, rim, trombose e pulmão e nós não estamos... o SUS hoje não é preparado pra dar uma assistência de recuperação dessas pessoas. Uma coisa Senador Renan, é que nós temos que manter essa expectativa. Por isso da importância principalmente da presença hoje do Presidente da Anvisa pra que a gente fale dessa questão importantíssima do pós-covid. E o próprio Governo, junto com os Estados, secretarias estaduais e municipais... É necessário os Municípios brasileiros estarem dotados pra acolher essas pessoas. A vida de muita gente que infelizmente contraiu a covid não será mais a mesma daqui pra frente. Daqueles que foram a óbito, a gente chora a morte deles; daqueles que sobreviveram, muitos deles hoje têm sequelas irreversíveis, mas que precisam de um atendimento diferenciado no Sistema Único de Saúde, que provou que é um grande programa que nós temos no Brasil na área de saúde, que é o SUS, mas hoje os Estados e os Municípios não estão preparados para ter fisioterapeutas na área pulmonar, não estão preparados pra questão cerebral ou questão de muitas, muitas sequelas de milhões de brasileiros. Nós não podemos esquecer, de forma nenhuma, que esses brasileiros se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infectaram e, conforme os números, ultrapassam 20 milhões, e aqueles que, graças a Deus, sobreviveram, muitos passando...

Ontem eu vi uma matéria num blogue em que uma pessoa ficou 190 dias internada e a conta foi R$2,1 milhões para ele. Quer dizer, ele não vai pagar isso nunca. Não é? Não vai pagar isso nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, a proposta sobre a qual já conversamos, inclusive com o Senador Otto também, é proposta desta Comissão Parlamentar de Inquérito responsabilizar o Estado com um encaminhamento que seja responsável do ponto de vista fiscal e exequível nessa circunstância, Senador Fernando Bezerra, que nós estamos vivendo. Mesmo porque algumas dessas providências que nós estaremos encaminhando já foram adotadas no âmbito de alguns Estados da Federação, cuja renda familiar não permita sobrevivência até completarem 21 anos de idade e incluir a covid na relação das doenças que possam ensejar a partir de uma perícia – portanto, absolutamente responsável – a aposentadoria por invalidez. Isso do ponto de vista da Previdência Social também é algo absolutamente exequível. Nós vamos trazer essa proposta para submetê-la à discussão deste Colegiado.

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu encaminhei para V. Exa., Senador Renan, o projeto que já foi aprovado aqui, no Senado, e na Câmara, que é o projeto que eu relatei aqui, no Senado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, que é muito bom, mas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele estabelece indenização e recursos para os órfãos da covid, um valor até completarem 21 anos para ajuda na formação, na escola, e também para os que perderam os seus entes queridos. Já foi aprovado, o Presidente Bolsonaro vetou, o Congresso derrubou o veto. Eu mandei a cópia do projeto, não sei se V. Exa. recebeu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mandou, mandou. É que os projetos são complementares.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim, mas esse projeto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu utilizarei a ideia...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nesse projeto, nós derrubarmos o veto aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, eu sei. Eu queria cumprimentá-lo mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi, inclusive, um projeto importante que surgiu na Câmara dos Deputados – me passou agora o nome da Deputada que foi autora, uma Deputada do Rio Grande do Sul, me parece. Ele veio para aqui, eu relatei, aprovamos aqui, o Presidente vetou, e nós derrubamos o veto. Então, já é uma lei para ser cumprida pelo Governo Federal, de indenização, de custeio dos órfãos até completarem a idade de 21 anos, para a escola... Tem estipulado um valor por cada pessoa, cada uma dessas pessoas que foram vítimas da covid-19, sobretudo as pessoas, os órfãos que precisam desse apoio para completar sua escolaridade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E outra situação, Senador Otto e Senador Renan, Srs. Senadores, é a planta de produção da vacina tanto do Butantan como da Fiocruz. É necessário que o Congresso contribua com isso. Eu acho que se cada Parlamentar – 513 Deputados, 81 Senadores – retirar R$500 mil das emendas impositivas da área de saúde e alocar esses recursos para a Fiocruz e para o Butantan, para que seja duplicada a planta de produção... Porque nós tivemos este problema: o Butantan não produziu mais vacina, porque não tinha capacidade, e a Fiocruz também. Só que, para que a gente se prepare para qualquer outro tipo de problema futuramente, nós não podemos esperar acontecer e não estar preparados. O Brasil não estava preparado para isso, o mundo não estava preparado, mas, se nós temos um exemplo hoje de que a gente pode tirar proveito, esse exemplo foi naquilo que a nossa capacidade foi ao limite, e a gente não conseguir dar vazão para atender à população. Então, a duplicação da planta de produção do Butantan e a duplicação da planta de produção da Fiocruz são importantes, mesmo que – tomara Deus – a gente nunca precise usar, mas, se um dia nós precisarmos, nós as teremos prontas para funcionar em poucos dias, adaptando e trazendo equipamentos naquele momento, porque hoje há um estudo aí se aprofundando bastante de que nós vamos ter nosso IFA pra produzir vacina.

Então... Mas é possível produzir milhões e milhões de vacinas se nós tivermos plantas ampliadas, tanto do Butantan como da Fiocruz, pra que a gente possa produzir essa quantidade toda de vacina.

Eu acho que é o esforço que todos nós temos que dar, nesse momento, e essa contribuição. Por isso que eu faço um apelo a V. Exa., como Líder do Governo, às Lideranças partidárias. Isso não vai ser para o Brasil, não é para um Município ou outro; é pro o Brasil todo. E o esforço, nós temos que fazer uma homenagem tanto ao Butantan como à Fiocruz, pelo esforço que tiveram aquelas pessoas pra salvar vidas brasileiras.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, se V. Exa. me permitir, fazer mais uma breve intervenção.

Eu acho que o debate que nós estamos travando aqui deveria ocupar um capítulo importante do relatório do Senador Renan Calheiros, porque nós estamos tratando de dois tipos de despesas: a despesa que é de difícil previsão e, portanto, se caracteriza como uma despesa emergencial única e não recorrente. Seria para compra de vacina, seria pra eventuais investimentos nas plantas da Fiocruz e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Butantan... Seria importante que o relatório pudesse se debruçar sobre quais as despesas que são inerentes como desdobramento ou como consequência da pandemia.

E é evidente que, aí, o Ministério da Economia se coloca à disposição para identificar a fonte de financiamento e de custeio dessas despesas que não são recorrentes, porque nós aprovamos aqui a PEC emergencial, e a PEC emergencial já tem os instrumentos de cobrir despesas não previsíveis, que, portanto, não podem ser abrigadas dentro do teto orçamentário, que já está muito curto, mas o peso do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito pode indicar, como fonte extraordinária de custeio dessas despesas inadiáveis, emergenciais e que são importantes para a saúde pública dos brasileiros, que elas possam ser categorizadas, como foi, por exemplo, o auxílio emergencial. E

Então, tem um elenco de despesas que esta CPI, pelo peso da sua legitimidade, da sua autoridade, pode sim negociar com o Governo Federal, para que se dê uma resposta concreta a essas questões que estão, assim, aqui sendo relatadas.

É evidente que para outras despesas, que impliquem ampliação da despesa previdenciária, é preciso um pouco mais de atenção, porque há que se ter a sustentabilidade dessas despesas previdenciárias, e elas não são imprevisíveis. Elas vão ser recorrentes ano após ano.

Então, eu acho que tem aí um espaço, Senador Renan Calheiros, para um amplo diálogo com o Governo Federal, no sentido de que o relatório possa cuidar dos desdobramentos e dos efeitos da pandemia, no sentido de que o Congresso Nacional, através do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, possa sinalizar para a proteção da saúde dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado? (*Pausa.*)

A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

V. Exa. tem 15 minutos, se assim desejar, se não, passarei logo ao Senador Renan Calheiros, que iniciará os questionamentos.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Eu gostaria de utilizar os 15 minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Senador Otto, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Prezadas Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, inicialmente cumprimento o Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão, o Senador Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente, e o Senador Renan Calheiros, Relator, e, por meio deles, cumprimento a todos os Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como todos os presentes e todos os que estão nos assistindo neste dia.

Compreendo que esse lugar de fala, que me é oferecido por esta CPI, é uma oportunidade de oferecer à sociedade brasileira esclarecimentos pertinentes e muito necessários a atual conjuntura quanto às atribuições, competências e limites legais de atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e quanto à sua condução técnica no enfrentamento da pandemia.

Assim, na qualidade de agente público e a serviço da Nação, considerando o princípio da transparência que deve pautar a gestão pública, eu me coloco ao dispor dos Srs. Senadores e Senadoras para oferecer todos os esclarecimentos ao meu alcance, ciente de que esta CPI, assim como eu, atua, hoje, em uma função essencial para a sociedade brasileira.

Antes de tudo, eu gostaria de me solidarizar não apenas em caráter pessoal, mas, sobretudo, em nome da ANS, de todo o seu corpo diretivo e de servidores, aqui representado pela Ana Cristina, especialista em regulação, Gerente-Geral de Regulação Assistencial, e com todas as famílias brasileiras que vêm perseverando, há mais de um ano e meio, no enfrentamento da covid, com todos os profissionais de saúde do País que travam diariamente uma verdadeira batalha para salvar vidas e com todos aqueles que direta e indiretamente têm sido afetados pela pandemia.

Estamos aqui diante de um evento catastrófico para a humanidade que mudou o curso da história planetária, estabelecendo duras provas de todas as Nações, em especial para o Brasil. Lamentamos profundamente as quase 600 mil mortes acontecidas e o sofrimento das famílias que atravessam luto e que também nos atinge, já que, na ANS, dois servidores faleceram e muitos perderam familiares, outros foram hospitalizados e vários estão em tratamento, sofrendo os impactos dessa doença nova, altamente desafiadora e sobre qual a ciência ainda não obteve pleno conhecimento e consenso.

Reforçamos a necessidade de nos mantermos como cidadãos ativos nesse combate, não perdendo o foco, pois ainda estamos em momento pandêmico, em curva decrescente felizmente, mas ainda necessitando de nossa ação conjunta no respeito às normas sanitárias, na manutenção do cuidado individual e coletivo e no reforço às medidas de vacinação, que comprovadamente salvam vidas, pois esses ainda são os principais recursos de que dispomos nessa luta global contra a covid.

Senhoras e senhores, estive nesta Casa no último dia 7 de julho deste ano, quando fui sabatinado e aprovado pelo Plenário para o exercício do cargo de Diretor-Presidente da ANS, uma instituição com o propósito muito firme de contribuir para as ações de saúde do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquela oportunidade, me coloquei totalmente à disposição dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras para sempre estar nesta Casa Legislativa contribuindo com sua missão institucional e prestando as devidas contas sobre as ações que são de responsabilidade da ANS.

Assim, reforço que, para mim, estar aqui hoje é mais um dever necessário. Na verdade, na medida em que esta CPI trouxe denúncias novas extremamente graves e que exigem toda a atenção, reflexão e ações resolutas dentro dos devidos parâmetros legais, ela contribui para o aprimoramento de todas as instituições brasileiras.

Para a ANS não é diferente. Posso afirmar, em nome do nosso corpo técnico de excelência reconhecida e que atualmente inclui três diretores que são servidores públicos de carreira, que a ANS está fazendo tudo que lhe cabe nas ações regulatórias, respeitando as competências dos demais órgãos, conforme as atribuições legais que lhe são conferidas.

Como já disse anteriormente, nós da ANS temos trabalhado incansavelmente para garantir assistência aos beneficiários de plano de saúde no Brasil. Estamos empenhados em atuar para entregar cada vez mais e melhores serviços à sociedade, alinhados a diretrizes legais. Para tanto, ao mesmo tempo em que buscamos o máximo rigor técnico nas nossas ações cotidianas, também reorientamos as nossas ações regulatórias para a adoção de medidas efetivas para o combate à covid, com vista à manutenção do equilíbrio do setor.

Estamos cientes da responsabilidade que é regular a saúde suplementar, um desafio proporcional às dimensões do setor, que comporta mais de 48 milhões de beneficiários em planos de assistência médica, 28 milhões de beneficiários em planos exclusivamente odontológicos, mais de 900 operadoras ativas e com beneficiários, e que realiza por ano cerca de 1,5 bilhão de procedimentos entre consultas, exames, terapias e cirurgias.

A ANS foi criada em janeiro de 2000 pela Lei 9.961, tratando-se de uma agência de Estado brasileiro com competência para regular, normatizar, controlar e fiscalizar as atividades que garantam a assistência suplementar à saúde no País. Assim sendo, a partir de 2000, passou-se à ANS a competência para regular aspectos da Lei 9.656/98, bem como para fiscalizar o seu cumprimento, controlando e regulando o setor de saúde suplementar.

No cumprimento de sua missão institucional, a ANS é balizada pelas previsões legais que determinam claramente o seu escopo de atuação, não podendo exorbitá-lo. Assim sendo, a agência tem competência para regular os planos de saúde e administradoras de benefícios. Contudo, essa competência não se estende à regulação de prestadores de serviço, como hospitais, clínicas especializadas, laboratórios e profissionais de saúde.

Dessa forma, a ANS não tem competência, nem regulatória e nem fiscalizatória, para intervir, autorizar, suspender pesquisas, medicamentos ou tratamentos. Essa clara delimitação que mantém a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sanidade do ambiente institucional não refreia a atuação da agência, ao contrário. É de suma importância essa delimitação para que possamos compreender os limites legais da atuação da ANS, bem como para evitar que... No âmbito de suas competências, a agência está atenta, diligente, e vem adotando todas as medidas cabíveis para o enfrentamento da pandemia e de suas consequências.

Vale destacar também que, desde a sua criação, a ANS se mantém cumprindo sua missão institucional e, no cumprimento dessa missão, foi responsável pela edição de 95 resoluções de Diretoria Colegiada, 470 resoluções normativas, além da edição de outras normas, como súmulas e instruções normativas.

Os instrumentos normativos editados pela ANS tratam de aspectos que vão da regulação econômica financeira das operadoras ao estabelecimento do rol de procedimentos de cobertura obrigatória, disciplinando, de forma ampla, as relações travadas no setor suplementar de saúde.

Se à Lei 9.656 coube trazer a estrutura geral da saúde suplementar brasileira e estabelecer o marco regulatório, coube à ANS regular o setor a partir dessas diretrizes e garantir o cumprimento da lei.

Além de toda atuação da ANS, desde a sua criação, no sentido do cumprimento da sua missão institucional, nos últimos 17 meses, a reorientação da ação regulatória da agência para o enfrentamento da pandemia nos levou a adotar medidas de grande relevância e impacto para a garantia da assistência e manutenção do equilíbrio do setor, inclusive com atualizações extraordinárias do rol de procedimentos e eventos em saúde para contemplar procedimentos relacionados ao diagnóstico e tratamento da covid.

Dentre as medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia, temos: em 13 de março de 2020, Senador Presidente Otto, a ANS incluiu o rol de procedimentos de cobertura obrigatória de forma extraordinária, que é exatamente o teste RT-PCR, que é o teste padrão; em maio de 2020, foram incluídos mais seis exames que auxiliam no diagnóstico e tratamento do novo coronavírus na lista de coberturas obrigatórias do plano de saúde.

E essas incorporações buscaram ampliar as possibilidades de diagnóstico e tratamento do covid, especialmente em pacientes graves, com quadro de suspeitos ou confirmados, estando alinhadas às diretrizes e protocolos do Ministério da Saúde para manejo da doença. Dessa forma, auxiliam no diagnóstico diferencial e no acompanhamento de situações clínicas que podem representar grandes gravidades, como, por exemplo, a presença de um quadro trombótico ou de uma infecção bacteriana causada pelo vírus.

Em complemento, em agosto de 2020, a ANS incorporou o exame sorológico SARS, covid, pesquisa de anticorpos IgG ou anticorpos totais, e passou a ser de cobertura obrigatória, uma vez indicada pelo médico assistente do beneficiário. Cabe lembrar que a cobertura de tratamento aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes com suspeitas ou confirmação de infecção por covid foram mantidas e garantidas pela ANS, assegurando aos beneficiários de plano, de acordo com a segmentação do plano contratado, por meio de diversos procedimentos, como consulta pública... consulta médica – desculpa – em todas as especialidades reconhecidas pelo CFM em consultórios, ambulatórios e serviços de pronto atendimento, internação em leitos comuns e de UTI em número ilimitado de dias, reeducação e reabilitação respiratória em número ilimitado de sessões, dentre outros diversos procedimentos, tratamentos necessários ao manejo das diferentes condições clínicas que cada paciente possa apresentar.

Sobre esse ponto é importante sinalizar que, além da inclusão desses procedimentos, a ANS atuou na fiscalização quanto à cobertura desses procedimentos pelas operadoras. Para... No dia 23... 25 de março, para organizar o sistema de modo a concentrarem-se os esforços no enfrentamento da pandemia, em seu momento de maior incerteza quanto à capacidade do sistema de responder à demanda por serviços de saúde urgentes, reduzindo a sobrecarga das unidades de saúde, e evitar a exposição desnecessária de beneficiários ao risco de contaminação, a ANS decidiu ainda em março de 2020 prorrogar em caráter excepcional os prazos máximos de atendimento para realização de consultas, exames, terapias e cirurgias que não fossem urgentes, definidos pela Resolução 259. A medida foi excepcional e foi revogada em 09/06.

No dia 07/04, foram criados procedimentos especiais no âmbito da notificação de intermediação preliminar para o acompanhamento das demandas relacionadas à cobertura para exames e procedimentos inerentes à covid; ainda em abril, a flexibilização de normas prudenciais e postergação do início das exigências das provisões técnicas; no dia 28 de abril, concessão de outros incentivos regulatórios e operatórios em situações regulares junto à ANS, mediante contrapartidas a serem cumpridas pelas empresas, como assinatura de termos de compromisso para a proteção dos beneficiários e da rede prestadora de serviço de saúde.

A ANS, atenta aos dados e informações do setor, foi irredutível no sentido de que não havia um cenário que justificasse, sem que houvesse contrapartidas claras em prol dos beneficiários. Sendo assim, concedeu incentivos regulatórios apenas para as empresas que se comprometeram à adoção de medidas voltadas à proteção dos beneficiários e ao cumprimento de obrigações firmadas junto aos prestadores de serviços.

Ainda em abril, houve a criação do Painel Covid, um relatório diário sobre o tema a partir das reclamações feitas pelos beneficiários perante a agência, favorecendo o acompanhamento da atuação das operadoras na pandemia, possibilitando à ANS uma fiscalização mais incisiva sobre os agentes regulados, no que tange ao descumprimento das normas estabelecidas pela agência e a desassistência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – Qual foi a data que vocês abriram?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Trinta do quatro de dois mil e vinte.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – De 2020?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – De 2020.

No dia 06/05, a orientação para a realização de atendimentos a distância pelas operadoras e prestadores de serviços bem como viabilização da implementação da telessaúde na saúde suplementar, respeitando-se as regras estabelecidas pelos respectivos conselhos profissionais de saúde e pelo Ministério da Saúde.

No dia... Em maio, a elaboração do Boletim Covid da Saúde Suplementar, com informações assistenciais, econômicas, financeiras e das reclamações dos consumidores. Essa ação regulatória foi reconhecida e recebeu o Prêmio FGV de melhores práticas em regulação, dada a relevância da estratégia para monitoramento durante a crise ocasionada pela pandemia do coronavírus.

Em agosto de 2020, houve a suspensão do pagamento das parcelas relativas aos reajustes por faixa etária e o reajuste financeiro dos meses de setembro e dezembro. Neste ponto, reitero que, em 2021, como reflexo do contexto da pandemia na utilização de serviços da saúde, o teto de reajuste dos planos individuais foi, inclusive, negativo, ou seja, no aniversário dos contratos das operadoras, são obrigadas a reduzir os preços dos planos de saúde.

O cenário de incerteza e de ausência de informações exigiu da ANS a adoção de uma estratégia de ação capaz de gerar informação qualificada e em tempo hábil para a tomada de decisão que permitisse a análise adequada de pleitos por medidas regulatórias de grande impacto estrutural do setor, com vistas à sustentabilidade da saúde suplementar e à proteção dos direitos dos consumidores durante e no pós-crise. Com essa estratégia, a ANS transformou um cenário de incerteza em previsibilidade e segurança para a tomada de decisões, com impactos positivos para a sociedade e a garantia aos direitos dos consumidores.

Além da adoção de medidas para o enfrentamento da pandemia, a ANS atua na regulação, controle e fiscalização do setor suplementar de saúde por meio de diversos instrumentos, valendo destacar alguns. Nesse sentido, a ANS possui programas voltados para aprimoramento da qualidade assistencial na saúde suplementar, como o Programa de Certificação de Boas Práticas em Saúde e ações de... e Projeto Parto Adequado.

Contudo, há que se registrar que os fatos trazidos nesta CPI, como disse, são de extrema gravidade. A ANS vem focando a sua ação para contribuir com o combate à pandemia, todos imbuídos pelo propósito de salvar vidas, com um olhar atento para a regulação, e sinceramente fomos surpreendidos com essas novas denúncias, que apontam indícios de infração contra pacientes atendidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em hospitais próprios da Prevent Senior, que está devidamente autorizada para funcionar e sobre a qual a ANS até agora não tinha qualquer indício de descumprimento de sua função social, como apontado aqui.

Cabe aqui pontuar que o processo regulatório da ANS, seguindo as diretrizes fixadas pelas leis aprovadas ao longo dos últimos 21 anos de existência da agência, caminhava para uma regulação técnica de refinamento, calcada na livre iniciativa, na liberdade econômica, na redução dos mecanismos burocráticos, na responsividade e na premissa da boa-fé.

Quanto aos fatos abordados nesta CPI, já estamos atuando firmemente nas diligências necessárias para a sua apuração no que cabe à ANS, buscando parcerias e compartilhamento de informações com outras instituições fiscalizatórias. Solicitamos, inclusive, informações a esta CPI para que possamos ter a busca da verdade com a profundidade de dados e provas e, a partir dela, além das medidas punitivas e cautelares cabíveis, estudaremos ações de controle de eventos dessa natureza que sejam de responsabilidade das autoridades policiais, mas que também mereçam atenção regulatória por parte da agência.

Nesse ponto, quero reforçar o nosso canal de atendimento de denúncias – desculpe –, 0800-701-9656, e aproveitar para fazer um pedido aos consumidores, beneficiários, médicos e demais prestadores que nos assistem: se porventura alguns dos senhores estiverem passando por situações semelhantes, utilizem o nosso canal de denúncia para que possamos detectar essas questões adequadamente e adotar as medidas cabíveis, sempre com base em documentos e evidências que suportem a atuação regulatória nos processos administrativos em que temos o dever constitucional de respeitar o contraditório e a ampla defesa com a tomada de decisões baseadas em provas constantes nos autos do processo.

No que se refere aos fatos em apuração por esta Comissão, destaco que a ANS, assim que soube das notícias dessa denúncia pela CPI em 16/09/2021, realizou em 17/09 uma diligência na operadora Prevent Senior, na qual fomos solicitar esclarecimentos a respeito das denúncias sobre o cerceamento do exercício da atividade médica aos prestadores vinculados e sobre a assinatura sem os devidos esclarecimentos de termo de consentimentos pelos beneficiários atendidos na rede própria para prescrição do chamado *kit* covid.

Em prosseguimento, no curso das apurações relacionadas à denúncia contra a Prevent Senior, foram verificados elementos que contradizem a versão inicial apresentada pela operadora. Desta forma, foram constatados indícios de infração para conduta de deixar de comunicar aos beneficiários as informações estabelecidas em lei ou pela ANS, tipificada no art. 74 da Resolução 124, em virtude do que a ANS lavrou um auto de infração na tarde do dia 27/09, estando, portanto, a operadora na figura de investigada perante a agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dessas medidas, encontram-se em fase de apuração denúncias em face da Prevent Senior sobre cerceamento da atividade médica aos prestadores vinculados à rede própria da operadora, bem como foram instaurados procedimentos para avaliação de conduta disposta no art. 30 da RN 124, que se refere a incorrer em práticas irregulares ou nocivas à política de saúde pública.

Cabe ainda informar que a Diretoria Colegiada na ANS convocou o Presidente da empresa para comparecimento na agência no dia 30/09, na qualidade de investigado, para que expusesse as suas considerações sobre os fatos trazidos nessa CPI. Também requisitamos uma série de informações, inclusive a listagem dos profissionais demitidos para que a ANS possa fazer uma busca ativa e apurar as informações.

Além disso, foi instaurado um processo administrativo para identificação de anormalidades assistenciais e, nos últimos dias 4 e 5 de outubro, servidores da ANS da área assistencial em conjunto com a fiscalização realizaram uma visita técnica assistencial na operadora. A visita técnica assistencial é uma medida administrativa prevista em normativo e consistente em ação em campo, realizada nas instalações da operadora com o objetivo de trazer diagnóstico em relação aos planos ofertados, à assistência e à qualidade dos serviços prestados direta ou indiretamente pelas operadoras. Trata-se de mais uma ação instaurada pela ANS em face da operadora, visando colher informações que possibilitem a análise técnica, subsidiando as decisões sobre eventuais medidas que possam ser tomadas pela agência. E, após a avaliação dos fatos, há pontos sensíveis e indícios de falhas operacionais.

Então, dessa feita, Presidente Otto, a operadora será notificada acerca da indicação da instauração de um regime especial de direção técnica, a qual possui um rito específico que será devidamente observado pelos técnicos da ANS. Tal regime especial tem propósito: um acompanhamento mais próximo da ANS, não sendo seu objetivo final a retirada da operadora do mercado, mas garantir a manutenção da qualidade assistencial aos beneficiários.

Importante reiterar, Senador Humberto, que a ANS teve conhecimento das graves acusações contidas no dossiê contra a Prevent Senior pela CPI do covid, e tais situações nunca foram denunciadas diretamente à agência, não aparecendo nos monitoramentos feitos periodicamente pela ANS. Então, no momento, a ANS está conduzindo as apurações de forma rigorosa e bastante cuidadosa, pois temos também que preservar a continuidade da assistência dos beneficiários que estão na operadora. Todas as informações levantadas estão sendo analisadas para que a agência tenha os subsídios necessários para adoção das medidas adequadas.

Também nesse sentido cabe aqui uma palavra de tranquilidade aos mais de 540 mil beneficiários da Prevent Senior quanto à continuidade e à garantia da prestação de serviço da saúde suplementar contratados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao agir com o necessário rigor, a ANS também levará em conta o interesse coletivo e o necessário equilíbrio da garantia dos beneficiários. E desde já se coloca ao dispor dos mesmos, para *e-mail* de seus canais de atendimento, para esclarecer suas dúvidas e apoiá-los sempre que necessário.

Nesse sentido, como em toda a sua ação, a ANS pautará a sua ação na construção de uma relação dialógica com toda a sociedade. A ANS tem construído uma política regulatória com foco na transparência das informações. Durante esse período de pandemia, a ANS transmitiu todas as reuniões da diretoria colegiada. A agência realizou diversas reuniões com o setor e todas as entidades representativas que atuam na saúde suplementar – todas virtuais, gravadas e permitindo a ampla participação de atores que, até então, não tinham participação tão ativa em razão da distância. A ANS tem aumentado ainda mais a transparência de seus atos para que toda a sociedade possa acompanhar a evolução do impacto da covid-19 no setor de saúde suplementar.

A ANS, enquanto ente regulado, também está atenta aos desdobramentos futuros do momento pelo qual passamos, Senador Renan. Então, dessa forma, estamos à disposição das instituições, na construção de alternativas voltadas ao resultado em saúde, bem como no desenvolvimento de ações que aprimorem o uso de ferramentas que sirvam para maior integração e qualidade nas ações de saúde do País.

Por fim, reiteramos que estamos à inteira disposição desta Comissão para prestar todos os esclarecimentos necessários. E deixo o nosso agradecimento pela oportunidade que esta CPI nos traz e que nos trouxe ao revelar todas essas denúncias, bem como reiteramos a solicitação de envio de documentos e informações que possam contribuir com a nossa atividade regulatória e fiscalizatória em face da operadora de planos em questão, nos termos da competência prevista na Lei Federal 9.961, de 2000.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, Sr. Paulo Roberto.

Eu passo a palavra, pela ordem, ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Pela ordem.

É porque eu não consegui pegar, mas eu entendi que a agência decidiu implementar uma direção técnica na Prevent Senior. É isso?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Isso, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Obrigado e parabéns! – ainda que atrasados, mas parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Senador Otto e Sr. Relator, se me permitem...

Dr. Paulo, essa direção técnica é a partir de já? A decisão da ANS para a direção técnica é a partir de já? A partir dos próximos dias?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Sim. Vamos só concluir – tem um relatório preliminar, tem um processo, um rito interno, dentro da agência – e vamos dar início à direção técnica, ou seja, enviando um diretor técnico pra estar acompanhando diariamente os fluxos e os processos dentro da operadora em questão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Renan Calheiros com a palavra, para fazer perguntas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu quero cumprimentar o Presidente, o Senador Otto Alencar, cumprimentar as Senadoras, cumprimentar os Senadores, e trazer duas informações rapidamente.

A primeira é que ontem o Senado Federal – e quero agradecer, em nome de todos que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a gentileza, a maneira como o Presidente do Senado Federal encaminhou a tramitação do projeto de resolução –, por unanimidade, aprovou a criação do Memorial em Homenagem às Vítimas da Covid-19. É um monumento em homenagem às vítimas da pandemia, uma necessária homenagem do Senado Federal às famílias e aos brasileiros atingidos pela tragédia que se abateu sobre o nosso povo. É um panteão, já que o Senado, como todos sabem, é a Casa da Federação onde lápides dos Estados representarão um legado de tudo que o Senado investigou, apurou, averiguou e, consequentemente, um legado que deixará para a história. Será, Sr. Presidente, uma espécie de túmulo da cidadania representar os brasileiros que tombaram e hoje repousam simbolicamente aos pés da Casa do povo brasileiro que é o Congresso Nacional.

Mais uma vez, muito obrigado ao Presidente.

Eu queria também rapidamente comunicar que nós estamos elevando à condição de investigados desta Comissão Parlamentar de Inquérito, os Srs. Marcos Tolentino da Silva, Danilo Trento, Otávio Fakhoury e Allan Lopes dos Santos. A lista de investigados já chega a 36.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos, Presidente Otto, nessa reta final, simultaneamente cumprindo tarefas variadas, aprofundando ainda a investigação, recebendo informações. Hoje mesmo vamos aprovar requerimentos de informação ao Ministro da Economia. Ontem o Presidente Omar aprovou requerimento do Senador Alessandro ao Ministro da Saúde. Nós estamos desenhando o relatório final, que, a partir do dia 15, será discutido individualmente com cada um dos Srs. e das Sras. Senadoras desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite, é só um minuto, Sr. Presidente, é porque eu acho que é uma notícia relevante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que é objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O jornalista Guilherme Amado, do jornal Metrópoles, noticiou, nesta manhã, que a VTCLog, objeto de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, da qual um dos seus sócios inclusive prestou depoimento, no dia de ontem, aqui à CPI, possui uma *offshore* nas Ilhas Virgens Britânicas, em nome do Sr. Carlos Alberto Sá e da Sra. Teresa Cristina Reis Sá, sócios também.

Ocorre, Sr. Relator e Sr. Presidente, que ontem, perguntado inclusive por mim e pelo senhor, Sr. Relator, nesta CPI, o depoente e a Dra. Andreia, que estava presente, negaram a existência de *offshore* em nome dessa empresa ou dos sócios dessa empresa. Então, claramente ocorreu ontem uma mentira em um depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Diante disso, Sr. Relator, eu requeiro a V. Exa., para deliberação no momento mais oportuno... Eu creio que os senhores sócios da VTCLog devem ser elevados à condição de investigados desta Comissão Parlamentar de Inquérito pelas notórias razões, inclusive por esse grave e flagrante depoimento, omissão ou mentira, melhor dizendo, prestada à CPI, ofendendo o art. 202 do Código de Processo Penal.

Desculpe-me, Sr. Relator, mas era um requerimento a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, é uma informação muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante.

Senador Renan, eu quero dizer que estou muito feliz, porque eu acabei de receber a visita aqui da Prefeita de Cacequi, que é do MDB. Ela está aqui, veio acompanhada de quatro Vereadores, a Prefeita Ana Paula, e trouxe pra mim... Eu sempre falei aqui que eu morei em Cacequi. E ela trouxe hoje a prova: uma foto do meu pai lá em Cacequi. Eu fico muito feliz, muito agradecido, Prefeita. Nosso carinho ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo gaúcho e, principalmente, à população de Cacequi. É uma cidade acolhedora em que eu tive o prazer de morar na minha infância, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu quero com muita honra agradecer, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, a presença da Prefeita de Cacequi e dos Vereadores e dizer que nós assinamos embaixo nas homenagens que a Prefeita e os Vereadores prestam aos pais do nosso querido Presidente Senador Omar Aziz, que tem feito aqui um testemunho do tempo em que morou em Cacequi e está cumprindo perante o Brasil um importantíssimo papel à frente dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu agradeço ao Sr. Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, Diretor-Presidente da ANS. Muito obrigado por sua presença. Desde logo eu quero cumprimentá-lo pelas providências tomadas e pela humildade de reconhecer perante essa Comissão Parlamentar de Inquérito que foi através do aprofundamento dos nossos trabalhos que o País e a própria ANS passaram a ter acesso a determinadas informações.

Eu queria saber algumas coisas. Se por acaso V. Sa. já as respondeu de uma forma ou de outra na introdução, por favor releve e repita novamente, porque nós precisamos dar a ênfase necessária em função da relevância que significa sua presença aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

De maneira geral, como foi o atendimento aos beneficiários de planos de saúde durante a pandemia?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Senador Renan, houve um número expressivo de reclamações, contabilizando a partir de janeiro de 2020 a setembro de 2021, num montante de 280 mil reclamações. Todavia, essas reclamações foram solucionadas e sanadas através de uma mediação que é feita junto a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quantas reclamações?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Ao todo, 284 mil reclamações, de janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Duzentas e oitenta e quatro mil reclamações.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – De toda e qualquer reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor sabe discriminar o plano, qual é... Dez mil de um, vinte mil de outro, o senhor tem essa discriminação?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Tenho aqui. Tenho a relação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Tem a gradação?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Só que não é só sobre covid, tem toda e qualquer reclamação. Eu estou pegando durante essa questão, o período de pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. Mas é importante, porque é um retrato de corpo inteiro daquele momento ali também.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Isso. E essas reclamações foram solucionadas e sanadas pelas operadoras no percentual de 91%, ou seja, de todas essas reclamações que foram feitas, a cada dez, nove foram resolvidas. E quando a gente restringe para a questão da covid em si, há um aumento, é um pouco maior: em torno de 93% dessas questões foram sanadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então a ANS percebeu alterações na quantidade dessas queixas durante a pandemia?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Desculpe, Senador, não entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Durante a pandemia, essas queixas que estão sendo citadas de maneira geral tiveram uma alteração substancial?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Houve em algumas situações específicas um aumento, a exemplo do período do teste sorológico, que nós não havíamos incorporado ainda, aí havia uma reclamação maior. Ou seja, há uma certa sazonalidade, mas, em regra, em média, ela permanece como...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que a ANS fez para garantir o atendimento de qualidade aos pacientes, que é o papel da agência?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador, existe uma norma específica, uma resolução que estabelece o prazo pra que haja esse atendimento dentro de um determinado período. Por exemplo, os testes de covid têm que ser utilizados, têm que ser prestados de imediato, utilizados com emergência, urgência e emergência, e são atendidos.

Então, há essa resolução que eles precisam atender e cumprir dentro de um prazo. Uma vez não o fazendo, aplica-se multa a essas operadoras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os indicadores de qualidade das operadoras, eles sofreram algumas alterações nesse período da pandemia?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Essa informação eu não tenho para lhe dar, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Nós vamos passar agora à fase do que foi citado por V. Sa. dos testes de covid.

O primeiro caso de covid-19 no Brasil foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020, mas a ANS exigiu que as operadoras de planos de saúde oferecessem testes para detecção da doença, RT-PCR e sorologia, apenas em agosto; em agosto de 2020. São dados que nos foram passados pelo Idec, e eu queria, em função disso, Diretor-Presidente, fazer algumas perguntas.

Por que a ANS demorou tanto pra exigir das operadoras a cobertura de um teste fundamental para o manejo da covid, como o RT-PCR?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Excelência, essa informação do Idec não é verdadeira. Na verdade, no dia 19 de março, ou seja, poucos dias após a decretação da pandemia, a Agência incorporou, de forma extraordinária, o teste do RT-PCR, que é o teste considerado padrão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – ... para que todas as operadoras tivessem a obrigação de prestar esse tipo de teste a seus beneficiários. Então, essa informação não é verdadeira.

Agora, com relação ao teste sorológico que, em razão da qualidade durante esse período – a agência vinha acompanhando e fazendo estudos –, ele só foi incorporado no mês de junho de 2020, e, mesmo assim, só incorporamos o IgG e os anticorpos totais, não incorporamos o IgM. Ou seja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É exatamente a pergunta seguinte que eu ia fazer: por que a ANS ainda não exige das operadoras de planos de saúde a cobertura de exames de sorologia para anticorpos neutralizantes contra a covid? Era a pergunta seguinte. Já passou a exigir?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Já passou, ele tem obrigação. As operadoras têm por obrigação prestar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu sei, mas por que não exigiu inicialmente, desculpa a pergunta?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Na verdade havia uma baixa qualidade nesses testes e somente após vários estudos e vários aprimoramentos desses testes é que a gente conseguiu incorporá-los, porque até então não havia essa reconhecida qualidade desses testes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os planos de saúde tiveram seus reajustes suspensos em 2020, e a ANS autorizou a diluição do aumento de preços nas mensalidades em 12 parcelas, a partir de janeiro de 2021. Eu queria perguntar, em função disso: quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas a ANS está tomando para que as famílias não tenham aumentos abruptos nas mensalidades de planos de saúde relativos ao exercício de 2021?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Excelência, tanto é que neste ano houve um reajuste negativo; primeira vez na história. Em razão exatamente da fórmula que existe para cálculo desses reajustes, primeira vez em que houve um reajuste negativo na saúde suplementar, em que as operadoras, na data dos contratos dos seus beneficiários, precisam dar esse reajuste negativo para os contratos individuais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Então, a ANS fez um estudo ou relatório sobre os impactos desses reajustes de continuidade dos beneficiários nos planos de saúde, no contexto da crise econômica? Houve isso?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Houve, há um estudo. Essa redução é reflexo da sinistralidade reduzida do ano de 2020, que acabou influenciando nessa redução do reajuste no ano posterior, tanto que 2019... Embora tenha sido um reajuste positivo em 2020, é reflexo da sinistralidade do ano anterior, 2019 no caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E esse ajuste efetuado, ele tem provocado a desfiliação de famílias dos planos de saúde? De que forma isso impactou?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Renan, desde junho de 2016 o número de beneficiários só vem crescendo dentro da saúde suplementar. Durante a pandemia houve aumento na assistência médica de 1,5 milhão de beneficiários e, para planos exclusivamente odontológicos, houve um aumento de 2,5 milhões de beneficiários, ou seja, é exatamente o contrário: as pessoas estão procurando a contratação de planos de saúde exatamente pela garantia que a saúde suplementar e as operadoras dão aos beneficiários que estão assistidos por essa saúde suplementar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas há uma crítica à ANS, e me permita tentar dissolvê-la esclarecendo-a. Por que a ANS permitiu reajustes de mensalidades sem concessões de março até agosto de 2020, o que teve como consequência que pessoas e empresas perdessem seus planos de saúde exatamente no momento mais crítico da pandemia e da própria economia?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Na verdade, existe um cálculo específico, e a fórmula foi aplicada, ou seja, esse aumento, ou essa cobrança do reajuste em 2020, é decorrente da utilização da sinistralidade da utilização do plano no ano de 2019. Então, a agência preza pela segurança dos contratos, pela previsibilidade e pela segurança jurídica e, em razão disso, nós mantivemos essa aplicação do reajuste. Todavia, em agosto de 2020, houve a suspensão do repasse desses reajustes exatamente para segurar um pouco a situação econômica que a gente estava vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Pedro Benedito Batista Júnior, que esteve aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e fez um depoimento importante em função das contradições que a Prevent Senior vivia e do material farto que nós dispomos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito... Porque o propósito dele era absurdo sob qualquer aspecto, já que a pretensão era fazer uma pesquisa, um teste com humanos idosos, sem autorização, transformando-os em cobaias, para apresentar ao mundo como o resultado de um estudo do Governo Federal, tanto que o Presidente da República anunciou os dados do estudo mentirosamente, sem que os dados fossem revelados. Depois, esta Comissão Parlamentar de Inquérito constatou que a Prevent Senior teve que adaptar e, por isso, fraudou documentos, certidões de óbito e diagnósticos, teve que fraudar os dados para adequar os dados da Prevent Senior aos dados que foram publicados pelo Presidente da República e por sua família. Mas ele declarou que não havia qualquer problema na operadora em fornecer medicação após a prescrição do médico e tentou enaltecer a questão da autonomia do médico, quando nós comprovamos também que a autonomia foi desrespeitada em muitos aspectos, comprovadamente, porque os médicos que se recusavam a prescrever os medicamentos sem eficácia do tratamento precoce eram punidos, tinham reduzido imediatamente o número de plantões e eram afastados consequentemente.

Foram muitos, inclusive os que denunciaram esses fatos comprovados à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria fazer algumas perguntas genéricas para a gente mais adiante entrar nessa questão propriamente dita.

V. Sa. saberia dizer se a adoção de conduta sem comprovação científica, como a prescrição do chamado tratamento precoce, foi frequente na rede de saúde suplementar?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Excelência, só esclarecer: na verdade, é importante essa pergunta, porque, na verdade, não cabe à Agência Nacional de Saúde Suplementar qualquer interferência com relação à receita desses medicamentos, à prescrição desses medicamentos, porque, sim, cabe à autonomia médica. E aí, sim, cabe ao CFM e ao CRM fiscalizarem esse tipo de conduta. Então, da parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar, não tem qualquer tipo de competência para tanto.

Agora, como V. Exa. mencionou, uma vez havendo, por parte da operadora, qualquer tipo de pressão para que ele receite esse ou aquele medicamento, aí, sim, cabe a intervenção da agência – tanto é que nós já o fizemos. Após relatos aqui desta CPI, já foi aberto e autuada a operadora, tanto é que encontra-se na condição de investigada e tem dois autos de infrações lavrados contra a operadora exatamente em razão dessa conduta que V. Exa. acaba de narrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A ANS recebeu reclamações relacionadas ao uso do tratamento precoce pelos serviços de saúde privados? Em que magnitude e em que quantidade essas coisas existiram?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Sim. Desse quantitativo que eu apresentei a V. Exa. e que o Presidente Omar perguntou, das duzentas e poucas mil reclamações, nós fizemos um levantamento relacionado à covid, às reclamações da covid: foram 14 mil aproximadamente reclamações. E, em razão do requerimento que foi aprovado ontem pelo Senador Rogério Carvalho, nós levantamos essas informações e iremos protocolar aqui às 5h da tarde, que é o prazo, em que encontram-se 38 reclamações específicas relacionadas ao *kit* covid. E as nossas respostas são nesse sentido que eu acabei de informar a V. Exa., no sentido de que não compete à agência qualquer tipo de interferência na prescrição do médico em razão da sua autonomia, cabendo, sim, ao Conselho Federal de Medicina e aos Conselhos Regionais de Medicina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dr. Paulo Roberto, a ANS acompanha a administração de tratamentos experimentais no âmbito da saúde suplementar, como nós comprovamos aqui a existência, na própria Prevent Senior, da ozonioterapia, por exemplo, sem consentimento dos pacientes e dos familiares?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Na legislação, na 9.656, há expressamente a proibição de qualquer tratamento experimental, ou seja, não há possibilidade de acontecer na saúde suplementar. E a agência, baseada nas denúncias que foram apresentadas aqui por esta CPI, esteve lá no último dia 4 e 5 de outubro fazendo uma visita técnica. E, em razão disso, de indícios que a gente precisa levantar e apurar melhor, é que estamos encaminhando pela decretação da direção técnica na operadora para que o diretor técnico possa acompanhar *pari passu* os fluxos e os processos que estão sendo aplicados dentro da operadora, mas é preciso investigar, é preciso apurar. E é isso que nós estamos fazendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Izabelle, eu corri aqui... (*Pausa.*)

Não, não pulei. Eu queria passar os dois vídeos, um depois do outro.

Por favor, o vídeo 1 e o vídeo 2. O vídeo 1 é um depoimento do Sr. Pedro Batista Benedito Júnior, falando que a ANS declarou que não há qualquer problema – o Benedito falando. E o vídeo nº 2 é ele falando sobre mudança de CID depois de 14 dias de covid e que a ANS concluiu pela inexistência de infração. Eu queria botar esses dois depoimentos para ouvi-lo, na sequência, sobre esses fatos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse é o vídeo 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O vídeo 2, por favor, Izabelle.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais providências a ANS...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, isso é uma fraude de notificação de uma doença de notificação compulsória. Toda doença infectocontagiosa é de notificação compulsória, ainda mais no meio de uma pandemia. E substituir o CID é algo muito grave, está escondendo a *causa mortis* dos pacientes que foram a óbito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. Muito obrigado pelo adendo, Senador Rogério.

Eu queria saber, Diretor-Presidente, quais as providências, efetivamente, a ANS tomou para investigar, mais uma vez, as denúncias contra a Prevent Senior.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Renan, no tocante ao primeiro vídeo, é aquilo que eu falei para V. Exa. com relação ao *kit* covid, ou seja, de fato, não há por parte da agência qualquer competência ou qualquer problema...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – ... em que haja a prescrição, desde que o médico... Respeitando a autonomia médica.

No tocante a essa questão do CID que foi apresentado e de que nós tivemos conhecimento através da CPI, de fato, concordo com o Senador Rogério. É um fato grave de que a agência não tinha conhecimento, não teve conhecimento e que estamos apurando agora.

Sobre aquela informação que o Sr. Pedro mencionou ali, tratando-se de uma decisão da agência em razão de uma situação específica, ela se refere a uma coisa completamente diferente dessa questão da transferência de paciente. E, aí, eu posso fornecer ao senhor qual foi o encaminhamento da agência naquele caso específico, que nada tem a ver com relação à alteração de CID, à transferência de paciente, à cobaia ou à coisa parecida, ou seja, a agência jamais se manifestou sobre esses pontos que ele narrou e que estão sendo desnudados através desta CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se puder encaminhar à Comissão Parlamentar de Inquérito, é um documento, sem dúvida nenhuma, muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que, permita-me, nada foi feito pela Agência Nacional de Saúde quando, em março de 2020, a Prevent ocupava o noticiário ao divulgar dados de óbito de idosos por covid à revelia da vigilância epidemiológica do SUS, por exemplo?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Excelência, essa é outra informação que, na verdade, antes mesmo daquela situação em que o Ministro Mandetta narrou, se não me falha a memória, no dia 30... A agência esteve, sim, na operadora no dia 23, ou seja, data antes desse pronunciamento, em que exatamente fazíamos uma visita para levantar e verificar a questão dos leitos, uma vez que não caberia, não é competência da agência a questão das mortes narradas e, sim, dos outros órgãos, a exemplo da própria vigilância sanitária que esteve presente, a Anvisa, se não me falha a memória, e o próprio Ministério Público. Então, da nossa análise, houve o encerramento e o arquivamento dessa visita em razão da falta de competência legal para que a gente pudesse se manifestar sobre os fatos narrados na época, mas a agência, sim, esteve lá, esteve averiguando, esteve apurando, mas não foi encontrada nenhuma infração de conduta em razão da agência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretor-Presidente, há uma outra dúvida que eu queria aproveitar sua oportunidade aqui para a gente tentar dirimir: por que a ANS, então, pronunciou-se afirmando que não encontrou irregularidade na Prevent Senior?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Mas a agência em nenhum momento afirmou que não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É aquele fato anterior, de que ela respondeu sobre uma coisa... É isso?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Isso. A gente nunca se manifestou que não havia irregularidade, tanto é que ela foi... Foi lavrado o auto de infração contra ela, estamos fazendo e apurando essas informações e essas denúncias que esta CPI nos apresentou. Então, em nenhum momento, houve, por parte da agência, qualquer tipo de manifestação de que não há qualquer irregularidade na operadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não houve, não é?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Da nossa, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque isso veiculado através de um jornal de grande circulação nacional na época, e eu ia até perguntar...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Na verdade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, houve isso? Em que se baseiam essas conclusões da ANS com relação à própria Prevent Senior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – São questões pontuais, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Na verdade, é... Aquilo que ele mencionou, aquela cópia que V. Exa. passou no vídeo, foi uma reclamação específica em que houve o arquivamento, mas longe de ser referente a esses fatos narrados aqui na CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito, está respondido.

As denúncias sobre a violação da autonomia médica e das prescrições inadequadas do tratamento precoce foram apresentadas à ANS?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Essas estão sendo investigadas pela agência. Tem casos específicos, já foram abertos, são quatro processos contra a Prevent Senior. No último dia 8 de setembro, foi aberto e está sendo apurado, mas antes disso não, só relacionado ao *kit* covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, esses procedimentos estão sendo encaminhados, não há conclusões ainda.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Já tem dois autos lavrados contra a operadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, já tem dois autos?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dava para especificá-los, Diretor-Presidente?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Na verdade, são questões relacionadas a exatamente isso, ou seja, nós conseguimos coletar, conseguimos contato nas visitas ou na visita que nós fizemos no último dia 17/09... Nós solicitamos da operadora tanto informações dos beneficiários que tinham sido atendidos durante este período da pandemia, bem como os médicos que fizeram os atendimentos desses pacientes. Além disso, nós solicitamos os 42 médicos que foram demitidos durante a pandemia e nós, através de ligações para esses médicos, conseguimos a informação de que havia, sim, uma orientação da operadora para que fosse receitado esse *kit* covid. Inclusive, dois desses médicos são aqueles dois que estavam num programa jornalístico relatando essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, sobre essas questões, a ANS, Diretor-Presidente, encaminhou as denúncias que entendia não serem da sua competência a outros órgãos de investigação ou de integridade?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não, nós não fizemos essa... Até porque, dependendo da situação... Naquele caso, no primeiro momento que V. Exa. mencionou, em março, já havia outras investigações, a exemplo do próprio Ministério Público e Vigilância Sanitária do Município e do Estado de São Paulo. Então, eles já estavam adotando as medidas e as providências cabíveis, não competindo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas V. Sa. há de convir que esta é uma atribuição da ANS: as medidas encaminhadas, as queixas, as denúncias que não são de sua competência encaminhar a outros órgãos de investigação ou de integridade. Não o fez por quê? Porque já estavam paralelamente sendo investigadas?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Isso, nesse caso específico, sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A ANS tem algum cálculo de letalidade na saúde suplementar?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Excelência, tem essa informação, mas, assim, não são informações fidedignas, uma vez que há uma... A informação que se passa para a agência através de um sistema Tiss... Há uma decisão judicial do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro em que eles obtiveram uma decisão favorável em que a agência não tem por obrigação... Na verdade, os prestadores e as operadoras não têm por obrigação informar esses dados. Então, há uma certa desconfiança nas informações que são passadas para a agência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, especificamente, não há, assim, como quantificar o desempenho da Prevent Senior e compará-lo, mesmo sem revelar?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Eu tenho essa informação, só que eu não posso dizer ao senhor com garantia de que essas informações são fidedignas, porque há uma autodeclaração por parte da operadora. Então, não tem como eu afirmar ao senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, assim, nós vamos tentar observar um outro ângulo. V. Sa. poderia, por exemplo, informar número, estatística das reclamações e queixas dos beneficiários da Prevent Senior?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Sim, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – A operadora Prevent Senior está, na classificação, na 29ª classificação das operadoras... Só assistenciais médicas são 736 operadoras. Ela está entre a 29ª colocação com relação ao número de reclamações.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Reclamações e queixas.

Diante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem quantas operadoras no Brasil?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – São 730...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São 730.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – ... assistência de operadoras...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quantos associados tem...? Associados que eu digo... Quantos brasileiros têm plano hoje?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Quarenta e oito milhões e quatrocentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São 25% praticamente da população brasileira...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que trabalham na saúde suplementar. Então, o trabalho de vocês deve ser um trabalho muito amplo e com uma estrutura muito grande para trabalhar em cima disso, para ter essas informações diuturnamente.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – São servidores dedicados. Precisaríamos de mais, claro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um exemplo: se eu fizesse uma reclamação hoje de uma operadora, se um cidadão faz uma reclamação de uma operadora – aliás, temos que fazer reclamação da operadora aqui do Senado –, me explique quanto tempo demora para a pessoa ter uma resposta da ANS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Presidente, essa pergunta é pertinente e muito boa em razão da... Há um sistema em que o beneficiário reclamante faz uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é que nem você ligar para uma operadora telefônica, em que você fica horas ali e não consegue falar, em que um passa pro outro...? Não é, não, não é?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não, lá é... Há um sistema... Uma vez reclamando, há um sistema que já passa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que a gente não consegue... Veja bem, um negócio simples... A gente viu agora, quando esse Instagram e WhatsApp saíram do ar, o desespero das pessoas, não é? Teve um Parlamentar no Rio de Janeiro que foi trabalhar nesse dia, porque ele não tinha o que fazer na internet, ele trabalhou. Então, às vezes, tem que sair do ar para o cara trabalhar. Tem um Parlamentar no Rio de Janeiro que vive nessa... Falando mal da vida de todo mundo. Ele não olha para a vida dele, mas fala mal da de todo mundo. Nesse dia que não teve, Senador Randolfe, WhatsApp, Instagram, Facebook, ele trabalhou como Parlamentar.

Eu estou lhe fazendo essa pergunta, porque o consumidor... Por exemplo, você tem dados de denúncias feitas aos PROCONs no Brasil de operadoras?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – A gente tem um programa junto com a... É o Programa Parceiros da Cidadania, e a gente tem essas informações. Eu não vou poder... Eu posso depois lhe apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque o nosso objetivo aqui, vamos deixar claro, para quem está nos vendo... E tem muita gente aflita no Brasil, Senador Randolfe, Senador Renan. Nós não estamos atrás de... A CPI não tem interesse de quebrar nenhuma operadora. Nós queremos que ela funcione e funcione bem, diferente de outras investigações em que o dono era rico, fez um acordo com a Justiça, pagou lá uma multa, saiu e vive muito bem, enquanto os trabalhadores daquelas empresas estão desempregados hoje, passando necessidade. Porque ali foi uma inversão: em vez de punir quem fez a falcatrua, não; se puniu a empresa. A empresa nós queremos que ela continue funcionando, até porque a Prevent Senior... A sua vinda aqui hoje é muito mais pela Prevent Senior, não quer dizer que a gente não vá perguntar sobre outros planos, mas ela tem, nos consta, mais de 550 mil pessoas associadas ou dependentes do plano de uma faixa etária em que realmente qualquer outro plano cobra um pouco mais caro. Eles têm uma média, não é barato, mas também não é como outro plano cobraria numa idade acima de 60 anos. A nossa... A sua vinda aqui... E isto que é a cobrança do Senador Renan, vamos deixar claro: é que as pessoas responsáveis sejam punidas, não a operadora. Porque nós não queremos que mais de 550 mil pessoas que dependem desse plano, principalmente pós-covid, em que nós vamos precisar muito de tratamento de problemas pulmonares, de outros problemas que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

doença infelizmente trouxe aos brasileiros, essas pessoas fiquem desassistidas, sem ter um rumo. Então, nós temos esse cuidado, a CPI está tendo; a CPI não está aqui na intenção de quebrar, arrebentar empresa, não é a nossa intenção e, sim, de os CPFs das pessoas responsáveis serem realmente punidos pela empresa. Afastar, intervir, fazer algo; não fechar. Isso não! Deixar isso muito claro aqui, que há, sim, pessoas dependendo desse plano e pagam com muita dificuldade, mas dependem praticamente diariamente da assistência dessas operadoras. Longe de nós querer que elas sejam prejudicadas! As pessoas responsáveis...

Porque, quando esteve aqui o Diretor da Prevent Senior, que o Senador Renan falou, teve uma nota numa madrugada, 1h40 – eu me lembro bem do horário –, do Presidente Bolsonaro dizendo: "Olhe, acabamos de descobrir, vamos ganhar o Prêmio Nobel de Medicina". Não ganharam, viu? Mas está ali... Tem...

O senhor conhece a Dra. Mayra?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não conhece.

Ela nunca procurou o senhor para falar de TrateCov?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é? Pois é. Eles inventaram até um aplicativo... E o maior propagador disso... Não é preciso investigar para saber quem propagava esse tipo de medicação não comprovada cientificamente. Não é preciso fazer uma investigação. Qualquer menino, uma criança entra hoje no YouTube, sei lá, Instagram, e vai ter lá um monte de negacionista falando, dizendo que isso salva, que isso não sei o que e tal. Então, é isso. Nós estamos procurando é essa razão.

Por isso sua presença aqui é muito importante, por causa do amanhã. Qual vai ser o papel da Agência Nacional de Saúde "suplementar" em relação a isso? Qual vai ser o posicionamento da agência nacional?

O senhor tem mandato, o senhor não precisa, não depende de baixar a cabeça pra ninguém. O senhor vai terminar o seu mandato e o senhor vai... Se for continuar ou não, mas termina um dia. É por isso que as agências reguladoras têm mandato.

E o que nos espanta é que ela está também acéfala, né? Só tem um; os outros não foram nomeados ainda, não foram indicados... Não sei a razão, mas passa aqui pelo Senado, parece, isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Passa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, até hoje não vieram.

E, num momento em que nós estamos precisando de fiscalização, a Agência Nacional de Saúde "suplementar" está acéfala. Foi o que me foi informado, e o senhor pode me informar melhor: que só tem o Presidente e não tem mais ninguém, Senador Jorginho, num momento em que a gente precisa muito da ajuda de todos para que os planos possam funcionar, e funcionar bem.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E há informação que nós levantamos, Diretor-Presidente, de que há relatos entre pessoas que conversavam, no âmbito da Prevent Senior, de que não tivessem preocupação com relação à fiscalização da ANS, porque a ANS não iria, de forma nenhuma, à Prevent Senior, quer dizer, como a querer garantir àquelas pessoas que estavam cometendo crimes óbvios que, do ponto de vista da ANS, nada lhes aconteceria.

Em função dessas questões e em função do que o Presidente Omar colocou, o foco desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Otto, é exatamente proteger a vida, defender a ciência, enfrentar o antinegacionismo e, do ponto de vista dos planos de saúde, das operadoras, garantir o direito do usuário, do consumidor. Esse é o nosso foco principal. E defender também a sua integridade e a sua vida. Esse é o foco desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu queria fazer algumas perguntas em função disso.

Diante das denúncias recebidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as violações da autonomia médica e da integridade física dos pacientes, que providências a ANS está tomando para garantir os direitos dos beneficiários de planos de saúde?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Renan...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se puder repeti-las – eu, no início, disse: Olha, Diretor-Presidente, se precisar perguntar novamente, para garantir a ênfase necessária... E na sequência nós vamos chegar na direção técnica que há pouco V. Sa. anunciou.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Sem problema.

As reclamações que nós recebemos...

Primeiro, eu queria só fazer um parêntese na pergunta – como eu elogiei a pergunta – do Presidente Omar: hoje, a denúncia, uma vez feita através do 0800 ou através de um formulário, há um sistema que automaticamente passa para a operadora, para que ela tenha um prazo de cinco dias para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

responder, se for uma questão assistencial, ou dez dias, se não for assistencial. Ou seja: não há como qualquer interferência humana com relação a qualquer tipo de procedimento ou reclamação perante qualquer que seja operadora. Então, nesse ponto... Nesse ponto aí, já complementando um apontamento do Senador Presidente Omar, que a agência não fala... Eu não posso falar em nome de terceiros com relação a essa alegação que foi dita de que a agência não estaria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, nós levantamos isso.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – ... não teria como fazer, porque, uma vez a gente tomando conhecimento, todas as medidas foram adotadas, tanto que, com a denúncia no dia 16, nós protocolamos aqui um requerimento, pedimos a cópia dessas... Estive, inclusive, com o Senador Humberto Costa, conversando com ele sobre essa situação. Então, a agência tem... Estamos na mesma página, no sentido de ter a preocupação com o beneficiário, obviamente olhando o setor como um todo, olhando uma floresta. Não dá pra gente simplesmente olhar uma questão em detrimento da outra, porque uma coisa acaba puxando a outra. As operadoras e os prestadores e os beneficiários têm que estar na sintonia e no equilíbrio.

Então, a agência vem, sim, se preocupando e se preocupa com os beneficiários e tem atuado sempre em qualquer denúncia apresentada pra ela; a gente tem ativamente e efusivamente investigado e apurado e punido quando necessário.

E só, se me permite uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu pedi pra listar as providências que a ANS está tomando para garantir o direito dos beneficiários dos planos de saúde.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Nessa questão, nós fizemos, no dia 17, com relação... Tem os processos em si, esses 38 que eu já mencionei; as 14 mil reclamações com relação a isso que a gente faz... O nível e o percentual de resolutividade dessas reclamações são altos, 92% ou 91%, dependendo da situação. E, nesses casos específicos mencionados aqui por essa CPI, nós fizemos duas visitas técnicas; estamos fazendo diligências; já tem auto de infração lavrado – dois deles já foram lavrados; e, como mencionei na minha fala, foi aberto o processo para o envio da decretação, no caso da direção técnica, para que a agência possa estar diariamente na operadora, acompanhando os fluxos e, obviamente, pedindo e mandando informações pra agência, caso haja alguma coisa que prejudique ou que ameace a qualidade da prestação de serviço aos beneficiários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Então, V. Sa. já colocou aqui, mas eu queria novamente colocar a pergunta, pra que, inclusive, V. Sa. possa anunciar, pelo impacto, pelo que significa a providência, o encaminhamento e a decisão: a ANS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pretende decretar o regime de direção técnica na Prevent, para facilitar a saída de atuais clientes – que desejarem, obviamente – pra outros planos ou o retorno a seus planos anteriores sem carência, garantindo as mesmas condições de cobertura e preço?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Renan, eu vi, inclusive, essa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – É, não. Na verdade, houve lá... Eu sei o motivo da pergunta obviamente; eu li ontem uma matéria veiculada, que, por sinal, desconhecia um pouco o contexto e a regulação como um todo, mas em nenhum momento há essa pretensão. Quando eu mencionei, tanto no meu discurso inicial... Muito pelo contrário: o que a agência pretende é, de fato, manter os seus beneficiários na operadora e que as denúncias que foram levantadas e que foram apontadas aqui pela CPI...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, isso é o que a agência pretende, mas o beneficiário que quiser se desligar ou retornar ao seu plano anterior...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Hoje já existe a possibilidade de ele fazer isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas isso terá que ser garantido pela agência.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Mas já é garantido, já está regulamentado, já tem uma resolução específica, que é exatamente a portabilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, perfeito. Perfeito.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Ele pode fazer isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E isso não tem a ver com a direção técnica?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não, não tem nada a ver.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E do que é que consiste a direção técnica? Qual é a abrangência dela? É um dado importante.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – A direção técnica é um regime especial, ao contrário do que foi feito na Susep e no Banco Central. Na verdade, a essência é a mesma, mas a lógica é que nós... O Diretor Técnico não tem poder de gestão, mas ele acompanha e pode ficar solicitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

várias informações à operadora, pra ver como é que está o seu fluxo de trabalho, se há alguma situação que o aponte delicada, aí a gente vai e intervém de forma mais dura, mais específica.

Mas, neste caso, está longe de isso acontecer. Os beneficiários podem ficar tranquilos: a assistência está sendo prestada por parte da operadora, e a gente está acompanhando.

Senador, se me permite só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – O Senador Presidente Omar fez uma menção com relação a eu ser o único diretor, de fato, sabatinado na agência, mas a a Lei Geral das Agências possibilitou que houvesse uma designação de uma lista tríplice pra situações como essas em que não havia diretor sabatinado: que pudessem ser indicados servidores da casa, servidores das próprias agências pra comporem o quórum, não havendo, portanto, vacância. Então, hoje nós temos três servidores da agência com mais de 15 anos de casa, que inclusive estão aqui – só um que não pôde estar presente.

Mas hoje, na agência, embora tenha um único diretor sabatinado, todos os processos e todas as análises dos processos são decididas e votadas por esses diretores, juntamente com o Diretor-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – Só por uma coisa temporal.

Os jornais de São Paulo, blogues, denúncias contra a Prevent Senior, Dr. Paulo Roberto, eram de conhecimento desde março deste ano. Desde março deste ano já se denunciava – jornais, blogues. Aqui mesmo eu tenho a denúncia de um paciente que divulgou isso nos jornais, no blogue, que foi atendido lá por uma pessoa que não era médica, que recebeu o *kit*. V. Sa. deve ter, dentro da sua estrutura, uma assessoria de imprensa muito boa, e nunca tomou conhecimento disso desde março, em que já vinham ocorrendo esses casos todos? Quer dizer, eu acho que, sinceramente, não me convence que só depois da CPI é que V. Sa. tomou conhecimento disso. Absolutamente, não me convence, porque jornais e blogues já denunciavam a Prevent Senior desde março de 2020. Então, essa é uma questão que certamente o senhor vai ter que explicar direito, porque não dá pra se convencer.

Eu tenho aqui várias denúncias nesse sentido. E nós tomamos conhecimento, a imprensa divulgava... Como é que senhor só veio tomar conhecimento só pela Comissão Parlamentar de Inquérito? É claro que a Comissão levou e colocou às claras todas essas evidências de mau atendimento, de atitudes que foram tomadas dentro do hospital, o que levou inclusive a óbito das pessoas, mas eu queria perguntar: só depois da CPI, sinceramente, o senhor tomou conhecimento?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Senador Otto, é só pra fazer uma... Como mencionei, fazendo uma divisão com relação aos fatos narrados aqui na CPI que envolvem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a questão das cobaias, que foi mencionada, a questão da alteração do CID e uma outra infração com relação a essa mudança, a transferência de paciente: então, essa informação, de fato, foi trazida aqui, e nós só tomamos conhecimentos através desta CPI. Isso não quer dizer que nós não estivéssemos atuando, apurando e levantando essas informações. Essa que o senhor menciona, a nossa assessoria, sim, levantou as informações; foi aberto o processo, sim, contra a operadora; foi dado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Foi aberto quando?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Em abril. Foi exatamente em razão disso. Só o que que acontece... Na verdade, da denúncia que foi feita lá trás, o que que acontece? Nós solicitamos informações da operadora, e o que que eles fizeram? Eles apresentaram declarações dos médicos e também dos pacientes, informando, primeiro, que eles concordavam em receber esses medicamentos, e os médicos, todos eles, informavam, no caso, que tinham autonomia e tinham liberdade pra prescrever. Por isso é que foi arquivado esse processo especificamente, que é o que o Sr. Pedro menciona e relata ali.

Isso não quer dizer que a gente não tenha pego depois esse insumo de lá para abrir um outro processo em razão de outras denúncias. E, no dia 8 de setembro, antes do conhecimento desta CPI, nós fizemos a abertura de um processo. Tanto é, que desencadeou, no dia 17, uma vistoria na própria operadora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu continuo sem me convencer do fato, até porque uma das atribuições da Agência Nacional de Saúde é fiscalizar onde tem a denúncia. Então, a agência não mandou absolutamente nenhum dos seus funcionários, muito menos V. Sa., ao hospital para verificar denúncias. Então, houve uma omissão, sim, nessa questão. Só depois que veio a CPI é que a agência tomou conhecimento, até porque nós temos convicção de que existia um acobertamento no Ministério da Saúde e também na Agência Nacional de Saúde, pra que os testes fossem feitos de forma errada, equivocada, sem nenhuma autorização pra fazê-lo.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Otto, obviamente, eu respeito a sua fala, mas o fato é que eu posso depois juntar essa documentação aqui pra V. Exa. pra demonstrar isso que eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Você manda as providências, não é?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Sim, demonstrando aquilo que a gente está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Desculpe-me aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não, por favor, Otto. Muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Objetivamente, eu queria saber o seguinte... Mais uma vez: quais são as consequências possíveis, no âmbito da Agência Nacional de Saúde, para a conduta da Prevent Senior e de seus diretores? O que V. Sa. pretende fazer pra punir os responsáveis e, consequentemente, pra proteger os usuários da Prevent Senior?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Senador Renan, a decretação da direção técnica é um primeiro passo desse processo, ou seja, um processo em que o diretor vai estar levantando as informações e, como consequência final disso, na verdade, pode haver... Uma vez encontrando problemas assistenciais que possam ser solucionados, existe um programa, o Prass, em que a operadora precisa demonstrar que houve o conserto, vamos dizer assim, do atendimento que estava sendo prestado. E, no fim da linha, pode haver, inclusive, a liquidação da operadora.

Isso não quer dizer que esteja perto de acontecer, muito pelo contrário. A agência vem monitorando e a operadora não está nem de longe numa situação como essa. Como o senhor, V. Exa., está perguntando qual seria o último passo, o que que a agência poderia fazer numa situação como essa, caso demonstre a má prestação de serviço assistencial por parte da operadora – repito que não é o caso –, pode haver a liquidação extrajudicial da operadora e o cancelamento do seu registro junto à Agência Nacional de Saúde "suplementar".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

E então, na linha do que o Senador Otto perguntou, o que a agência, então, poderia ter feito melhor pra evitar os danos que a Prevent Senior causou? Onde é que falhou esse encaminhamento? O que é que poderia a ANS ter feito melhor pra impedir o resultado, pra desfazer a pretensão desses malucos?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Renan, de fato, a gente trabalha baseado na demanda, ou seja, nas reclamações que nós recebemos é que nós atuamos. Nesse caso específico, a reclamação... Uma vez que nós tivemos conhecimento dela, de uma denúncia, nós atuamos e solicitamos informações da operadora. Com relação a esse caso da CPI, até então não há nenhuma denúncia de nenhum prestador perante a agência. Então, nesses fatos que esta CPI narra, nós não tivemos conhecimento, então não tinha como fazer qualquer atitude regulatória para que a gente pudesse analisar. E repito: questões relacionadas à transferência de paciente, questão da alteração de CID – que é gravíssimo –, isso não compete à Agência Nacional de Saúde "suplementar".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, Diretor-Presidente, na sua opinião, qual seria a diferença entre a prática da Prevent Senior, que agiu de forma criminosa, demonstrada em vários aspectos por essa Comissão Parlamentar de Inquérito e pela imprensa nacional, que paralelamente tem aprofundado a investigação e colaborado muito com esse propósito da Comissão Parlamentar de Inquérito, o que diferencia essa prática, comprovada, criminosa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Prevent Senior e as outras operadoras? Onde é que está a diferença aí desses encaminhamentos, no seu ponto de vista?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Veja, a gente está levantando, dessas informações que foram prestadas, a gente ainda está levantando para apurar. Eu não tenho essa informação agora para lhe passar. De fato, a gente está concluindo ainda a análise dessas documentações que nós recebemos ao longo dessa semana. E, posteriormente, caso o senhor tenha oportunidade, eu apresento, mas hoje, de fato, eu não tenho essa conclusão ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que providências a ANS está tomando com relação às outras denúncias?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Todas elas estão sendo apuradas também, em outras operadoras... Desde quando nós tomamos conhecimento, nós estamos apurando, inclusive tem auto lavrado para outras operadoras também, relacionados à questão de a operadora estar recomendando que determinados médicos receitem esse *kit* covid ou falta de consentimento por parte dos beneficiários.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra questão que é importante que seja levantada aqui, e eu já estou me encaminhando para o final da minha participação no interrogatório: esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem dados que indicam a morte de mais de 20 mil pessoas por covid-19 em UPAs no Brasil, devido à falta de leitos para internação. Por que efetivamente a ANS emitiu posição contrária ao uso público de leitos hospitalares privados durante a pandemia?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Renan, na verdade, na mesma linha do que eu tinha falado antes, esse senhor que elaborou essas perguntas não tinha conhecimento dos fatos: a agência jamais fez qualquer pronunciamento nesse sentido. O que a agência fez foi... Nós trabalhamos numa diretoria colegiada, e um único diretor havia feito esse encaminhamento, mas o que nós fizemos é aquilo que já estabelece a própria Constituição: o poder público pode requisitar, sim, os leitos da iniciativa privada, e a orientação da diretoria colegiada, a orientação majoritária, foi no sentido de que houvesse uma pactuação entre as partes, pra que não houvesse qualquer tipo de problema relacionado à saúde suplementar também, porque aí você ia desorganizar. Já tinha um problema na saúde pública, e desorganizar a saúde suplementar...

A orientação nossa foi no sentido de que houvesse uma pactuação. Jamais houve qualquer orientação da diretoria colegiada, no sentido desse encaminhamento que esse senhor escreveu ontem e do voto do diretor, à época, da agência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E V. Sa. não entende que essa ponderação impactou no agravamento do número de mortes de usuários em UPAs? Porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na medida em que dificulta a utilização desses leitos, impacta o número de mortes. Não é essa a sua avaliação?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Veja, Senador Renan, eu sinceramente acho, hoje, olhando a situação em que a gente está hoje, olhando para o retrato para trás, em que era a situação bem mais complexa do que a que a gente vivia, de fato, havia uma situação de incerteza, várias foram as medidas adotadas pela saúde suplementar no sentido de ajudar a saúde pública, ou seja, inclusive construindo hospitais de campanha. E a pactuação existiu, tem vários casos. Por exemplo, em Santos, havia um hospital fechado e que foi disponibilizado; no próprio Rio de Janeiro. Então, assim, trabalhar de uma forma ou julgar de uma forma abstrata, para mim, eu acho que fica bem complicado, levantando essa informação que esse senhor fez e que V. Exa. acabou de me perguntar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas eu, do ponto de vista desta Comissão, recomendo a V. Sa. que, por favor, peça para fazer uma revisão, porque essa informação, em sendo verdadeira, é gravíssima com relação ao encaminhamento de providências pela ANS.

Uma outra pergunta que eu queria fazer era a seguinte: por que a sabatina de V. Sa. no Senado, em julho de 2021, que, consequentemente, aprovou o nome de V. Sa. para a Agência Nacional de Saúde – tire-nos uma dúvida –, foi antecedida pela retirada de sua indicação pelo Presidente da República, Bolsonaro?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Renan, com todo respeito, eu confesso que eu não sei qual foi o motivo, então eu não tenho como lhe responder a essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas confirma o fato, não é?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Sim, sim, o nome foi... Tanto foi que, na verdade, na véspera da minha... Meu nome havia sido indicado desde dezembro do ano passado e, na véspera, no dia 12, se não me falha a memória, dia 12 de julho, houve a retirada do meu nome, mas, na data seguinte, no dia seguinte, houve novamente a manutenção da mensagem, a sabatina foi realizada e meu nome confirmado no Plenário desta Casa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então eu vou fazer a pergunta por um outro ângulo.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o papel do Ricardo Barros nisso, do Líder do Governo na Câmara dos Deputados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Nesse caso específico eu desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. Você conhece o Ricardo Barros?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Conheço, conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor foi chefe de gabinete dele?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Fui chefe de gabinete dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele teve participação na sua indicação para a ANS?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não, não teve nenhuma participação na minha indicação para a ANS.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – V. Sa. foi chefe de gabinete?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Fui chefe de gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Mas não é possível.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Mas eu trabalhei, Senador, Presidente Otto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Mas veja, a minha indicação à época partiu do Ministro Gilberto Occhi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Aí, sinceramente, você me dizer uma coisa dessas, você está achando que nós somos aqui o quê, inocentes, para não achar que...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... sendo chefe de gabinete do Ricardo Barros, ele não teve interferência na sua indicação? Está faltando com a verdade.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não, Senador, desculpa. Eu acho que eu estou aqui falando com a mais pura verdade, e a indicação do meu nome partiu do ministro à época, o Ministro Gilberto Occhi; foi ele que fez minha indicação, até porque o Ministro Ricardo Barros havia saído do Ministério da Saúde para disputar a eleição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – O Gilberto não era Ministro.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Era sim, ele foi; ele foi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual foi o papel, então, dos progressistas ou do centrão na sua indicação? Teve papel?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Na verdade, houve indicação do Gilberto Occhi e foi o encaminhamento do Presidente da República à época...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, Sr. Relator, é fato o que o Dr. Paulo Roberto está falando, mas não custa lembrar que o Sr. Gilberto Occhi sucedeu o Ministro, o Deputado Ricardo Barros no âmbito do Ministério da Saúde, por indicação do próprio Deputado Ricardo Barros e por indicação do mesmo consórcio envolvendo o Partido Progressista, envolvendo os progressistas. E é notória a relação do Gilberto Occhi, do ex-Ministro Gilberto Occhi, com o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que continuou no ministério até a exoneração do Roberto Ferreira Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Depois da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aliás, nunca é demais lembrar: na gestão do Ministro Ricardo Barros, começa a mudança da estrutura do setor de logística do Ministério da Saúde. É superada, é rescindida a estruturação da logística pela Cenadi, e é feito processo licitatório para ser vitoriosa do processo licitatório a VTCLog.

É a partir da gestão do Ministro Ricardo Barros... Aliás, isso é confirmado na gestão do Ministro Occhi, mas é a partir da gestão do Ministro Ricardo Barros que é extinta a Hemobrás e passa a ter contratos diretos para fornecimento de sangue. É a partir da gestão do Ministro Ricardo Barros que ocorre uma influência do Partido Progressistas em várias áreas do Governo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não foi extinta não, pelo amor de Deus! Não acabe com a Hemobrás, não! Ele não conseguiu não, Pernambuco não deixou não. Ele queria levar para o Paraná...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele trabalhou para isso, ele trabalhou para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele queria levar para o Paraná, mas a gente não deixou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ontem o Tribunal de Contas suspendeu a aquisição de...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Imunoglobulinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... imunoglobulinas, que eram produzidas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele deixou de comprar lá...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como falou o Senador Randolfe...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... porque era barato!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pela Hemobrás. Só nessa aquisição, havia uma diferença, um superfaturamento, de R$160 milhões, conduzida ainda, sob a interferência do Líder do Governo, Ricardo Barros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E nunca é demais – só para completar o circuito –, nunca é demais lembrar que para a DLog, que antes era CLog, do Ministério da Saúde, os três indicados a partir de Ricardo Barros, inclusive o último, o Sr. Roberto Ferreira Dias, são objeto de buscas e apreensões da Polícia Federal ou de investigações, seja desta Comissão Parlamentar de Inquérito, seja de outras operações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Nunca é demais lembrar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Antes de encerrar, eu queria, Presidente, só pra fazer justiça, dizer que, quando eu utilizei as informações do Idec, eu fiz questão de dizer, porque eu já tive oportunidade de ser Ministro da Justiça e de desenvolver, no âmbito do Ministério da Justiça, a efetiva defesa do consumidor, com a implantação do Código de Defesa do Consumidor, e a referência que nós tínhamos na sociedade era, e é, o Idec, uma instituição absolutamente respeitada pela sociedade brasileira. Portanto, eu queria aqui, de pronto, diferentemente do que foi colocado pelo depoente, dizer que eu conheço o Idec, acredito na verdade das suas informações, e as suas informações foram, sim, importantes para que eu pudesse fazer aqui algumas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Quero passar a palavra, pela inscrição, ao Senador Humberto Costa para que ele possa formular as perguntas que lhe competem. Antes disso, porém, eu queria dizer que V. Sa. está sendo muito ingrato com Ricardo Barros.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Dr. Paulo Roberto, seja bem-vindo ao Senado Federal mais uma vez, já que o senhor já teve oportunidade de ser sabatinado aqui.

Veja, Dr. Paulo, na verdade, quando se discute a questão de um sistema de regulação para o mercado, nós estamos levando em consideração que o mercado não é perfeito para produzir alocações naturais de serviços, enfim, e, portanto, há necessidade de enfrentamento a essas falhas de mercado. Entre elas, e no caso do nosso sistema de saúde suplementar, uma das mais importantes é a chamada assimetria de informação. Eu, como um cliente que desconheço como funcionam as coisas, preciso da intermediação de alguém, que no caso é a agência, que me ajude a tomar a minha decisão de escolher tal ou qual plano, de fazer tal ou qual ação. E, nesse sentido, a agência tem então um papel que é de defender o usuário, que é de regular o mercado e de fazer com que ele funcione bem. E ele funcionar bem implica, antes de qualquer coisa, funcionar com qualidade, garantindo às pessoas, aos usuários que o seu direito seja efetivamente preservado. Para isso é preciso que a agência seja autônoma e, ao mesmo tempo, que ela exista.

Esse Governo, como em todas as áreas, não valoriza a assistência à saúde suplementar. Por quê? Primeiro, porque não valoriza a própria agência. Nós hoje temos V. Sa., que foi sabatinado aqui e é o único diretor efetivo, os outros são substitutos, são pessoas competentes, preparadas, muitos deles são funcionários da agência, mas o Governo... Por que o Governo não os efetiva? Ou por que o Governo não manda outros? Uma parte a gente sabe, é a briga política da turma do centrão com a turma da base de Bolsonaro para poder indicar as pessoas; e a outra razão é que esse Governo quer esvaziar a ANS. Não é por acaso que o Consu, que é o Conselho de Saúde Suplementar, que já devia ter sido extinto e foi reativado por Michel Temer, continua funcionando, formado pelo Ministro da Saúde, da Justiça e o Ministro da Economia, que é quem? Paulo Guedes, o Ministro que pega o dinheiro dele e bota lá fora em *offshore* porque não acredita que o Brasil seja um país que mereça credibilidade do investidor. E sabe o que eles querem fazer? Revisar decisões da ANS; é uma das questões que está em jogo nesse Consu.

Então, para mim o desejo deste Governo, como em tudo, é fazer com que as coisas não funcionem, que o direito das pessoas não seja respeitado. Aí o que eles defendem? Subsegmentação. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é? Hoje você tem o plano hospitalar, você tem o plano ambulatorial e você tem o plano odontológico. Eles querem subdividir ainda mais, isso é ideia de Paulo Guedes, essa maravilha que a gente tem como Ministro da Fazenda. Eles querem interferir no rol de procedimentos, ou seja, naquilo que as empresas são obrigadas a garantir. Eles querem discutir temas como esse negócio de "voucherização" do SUS. Um absurdo querer que o Governo dê R$100, R$200 de um *voucher* para as pessoas, ao invés de terem o SUS, irem para o setor privado. Este é o Governo que a gente tem aqui no nosso País.

Bom, mas eu quero começar aqui fazendo, primeiro, uma pequena exibição aqui do que aconteceu com o sistema suplementar nesse período. Bem rápido, porque eu quero fazer minhas perguntas ao Dr. Paulo Roberto.

Primeiro, nesse período de 2000 e 2021, ao invés de haver diminuição do número de pessoas que estão no sistema suplementar, houve aumento. Veja ali no total, aquela lista verde cresceu. Ele já disse isso. Cresceu o plano... O plano individual ou familiar ficou mais ou menos mantido; o coletivo por adesão ficou mais ou menos mantido – e esse foi o mais prejudicado, porque depende de ter emprego formal, de ter carteira assinada –; cresceu o coletivo empresarial, e, no final, o crescimento foi significativo.

Pode passar.

Nesse período, a quantidade, a taxa de sinistralidade, quer dizer, o uso do plano de saúde, aquilo que efetivamente as pessoas procuraram para serem atendidas caiu. Em 2019, foi 83%; em 2020, foi 73%. Por quê? Todo mundo tinha medida: "Para que eu vou danar de fazer uma cirurgia, uma consulta de coração, para pegar covid no hospital ou no consultório?". Suspenderam-se as cirurgias eletivas. Então, eles tiveram uma queda da sinistralidade gigantesca, o que permitiu – passe o próximo – que o setor suplementar tivesse o maior lucro da sua história. Está vendo ali? Um foi em 2007, ainda no Governo do Presidente Lula, R$6 bilhões de lucro e agora foi o triplo disso aí. Portanto, o sistema está estável, está garantido, é provável que, neste ano, nós tenhamos uma sinistralidade maior, porque muita gente deixou para fazer os seus tratamentos, que estavam retidos lá, agora, mas o sistema tem uma boa saúde econômico-financeira.

Eu estou dizendo isso porque tem gente – e isso vale também para a Prevent Senior, a gente vai ver isso aqui –, tem gente que está engolindo uma conversa mole de dizer que a CPI está funcionando como uma Lava Jato, que vai acabar com a Prevent Senior. Não. Ninguém quer acabar com a Prevent Senior e nem é fácil acabar – nem é fácil acabar!

Hoje, pela legislação, que é uma boa legislação – a que há no Brasil é melhor do que a americana, é melhor do que a de outros países –, cada plano desses tem que ter uma reserva para ser usada em situações de desequilíbrio financeiro e até mesmo, eu acho que essa é uma primeira questão que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria levantar, poderia ser autorizada a usar para pagar indenizações de pessoas que foram prejudicadas pela ação do próprio plano de saúde.

Então, além do mais, você tem a intervenção que a ANS faz. A primeira é a intervenção técnica, que é para mudar procedimentos, é para mudar a forma de organização e estruturação – e eu novamente parabenizo a ANS, embora muito tardiamente, demorou muito, era para ter feito isso muito antes, mas isso vai permitir que se organize aquilo ali, acabe com aquela bagunça que está acontecendo ali. E existe a direção fiscal, quando o problema é um problema de ordem econômico-financeira.

A Prevent Senior não tem problema de ordem econômico-financeira. Ela lucrou, do ano passado para cá, mais de R$400 milhões. Então, ninguém venha dizer que o que a gente está fazendo aqui vai prejudicar os usuários da Prevent Senior. Não. Pelo contrário, o que nós estamos fazendo aqui é lutar para que o usuário da Prevent Senior tenha um tratamento digno, ele não seja cobaia, ele não seja simplesmente alguém de quem eles querem, no final do mês, receber uma contraprestação.

Então, essa é uma questão importante, relevante, que V. Exa. já abordou. Então, não existe essa preocupação, nem há como nós fazermos.

Agora, o que é que tem que se pensar? E aí vai a pergunta para V. Sa. V. Sa. se eximiu mais de uma vez nesse depoimento dizendo o seguinte: "Não, a ANS não tem responsabilidade com a parte da prestação do serviço – o hospital, o laboratório –; ela tem com o plano de saúde".

Mas venha cá, as maiores operadoras do Brasil hoje funcionam com o que se chama de verticalização. O que é? Ela vende o plano, mas o hospital é dela, o laboratório é dela, tudo é dela. Lógico, isso é uma coisa que tem o seu aspecto positivo, você pode racionalizar custo, você pode aplicar uma atenção integral, não é uma coisa ruim não, mas é também com o objetivo de reduzir custo, e ela termina sendo uma coisa só. Então, a ANS não pode, como V. Sa. disse aí, ficar dizendo que "não, não é responsabilidade nossa, isso aí é o Conselho de Medicina, é não sei o quê...".

É responsabilidade da ANS, e a ANS já deveria ou fazer uma proposta de mudança na lei ou tomar uma resolução dizendo o seguinte, que em toda a rede que é vertical, como a Prevent Senior, a ANS é responsável pela fiscalização, seja do próprio plano de saúde, seja dos hospitais, seja das instituições verticalizadas que compõem aquele plano de saúde.

Então, essa é uma pergunta que eu faço a V. Sa.: o que é que V. Sas. vão fazer em termos de fiscalização desses planos verticalizados? Porque tem isso a que eu me referi.

Por outro lado, só o senhor, me perdoe a ironia, mas só o senhor e a diretoria da ANS que não estavam sabendo do assunto Prevent Senior no Brasil. O Ministro Mandetta falou em abril do ano passado. A imprensa divulgou direto: em abril – em abril – a Globo News fez uma matéria sobre a Prevent Senior. A Deputada Jandira Feghali, do Rio de Janeiro, apresentou uma denúncia à ANS, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denúncia, ela não deu uma entrevista no jornal e alguém olhou o jornal e foi ver. Ela deu, ela fez uma denúncia à ANS para que a ANS investigasse isso que ela denunciou desde março. O que a gente agora reforçou ela denunciou desde março. Era gente recebendo o *kit* covid em casa, era *kit* covid e outros tratamentos dentro da Prevent Senior, era o termo de consentimento feito de forma irregular. A própria ANS recebeu termos de consentimento para as pessoas se submeterem àquela pesquisa escabrosa que foi feita lá, cheios de imperfeições, incompletos, e a ANS não tomou uma atitude.

A ANS é responsável pela oferta da condição... pela oferta do serviço que é prestado ao usuário. Então, ela falhou sim, e não é crime reconhecer que ela falhou.

Você veja, a ANS não conversa com a Anvisa.

A Anvisa, desde muito cedo, disse que esses medicamentos não tinham eficácia contra a covid-19. Desde muito cedo, ela se manifestou sobre isso. A partir de maio do ano passado, quem prescreveu cloroquina e esse negócio todo prescreveu por uma razão de acreditar, mas sem nenhuma base científica para fazer. Por isso que é diferente a situação da Prevent Senior da de outros planos de saúde. Tem outros... Tem outros que lá no comércio distribuíram, fizeram um negócio... Mas, depois que está comprovado que não serve...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Deixaram de fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Mas não cometeram os crimes que a Prevent Senior cometeu.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A paliação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente, e é por isso que a Prevent Senior está aqui na roda e outros não estão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Embora... Eu quero, inclusive, perguntar a V. Sa. se V. Sa. acompanhou qual é o cenário de hoje, porque outras operadoras... Teve momentos em que elas distribuíram, mandaram *kit* covid também, tudo isso baseado na responsabilidade principal do Conselho Federal de Medicina.

Eu estou doente! É capaz de eu ter um enfarte daqui para acabar esta CPI, porque eu não tive a oportunidade de botar aí o Presidente do CFM, porque foram eles os responsáveis por venderem esta ideia falsa de que era um problema de autonomia médica. Não é problema de autonomia médica! O médico tem autonomia para escolher entre dois, três, quatro, dez medicamentos que estão indicados para o caso, mas ele não pode ter autonomia para prescrever veneno, ele não tem autonomia para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prescrever o que não serve para uma determinada doença, uma coisa para que não tem comprovação científica.

Então, eu queria também que V. Sa. respondesse a isto: o que está fazendo em relação... Foram vários hospitais, vários planos de saúde que prescreveram. Quero saber se a ANS está fiscalizando para que não continuem a prescrever, não é?

E, do pedido que foi feito pela Deputada Jandira Feghali, terminou saindo uma avaliação da ANS de que não havia nada de mais ali, que estava dentro da autonomia do médico, que não estava comprovado nada daquilo que estava colocado.

A Globo News... A Globo News, em abril, publicou uma matéria denunciando aquilo que a gente denunciou aqui: médicos que estavam trabalhando infectados lá na Prevent Senior. Isso não é assunto para a ANS? É! Qual é o paciente que vai ser atendido por um médico infectado? É o paciente da Prevent Senior. Então, também foi omissa a ANS nesse aspecto aí.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Para reduzir custos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – ... criminosamente, na maldade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tem muita coisa.

Então, Dr. Paulo, eu tenho muito apreço pelo senhor, muita atenção, mas essa sua conversa de que a ANS só soube do problema porque foi denunciado aqui na CPI... Vamos colocar diferente: a ANS resolveu fazer alguma coisa para valer depois que saiu na CPI.

Outra coisa que eu quero registrar: eu fiquei muito feliz de ouvir que vai ter uma diretoria técnica lá na Prevent Senior, mas eu posso dizer, sem medo de errar, que é por conta da CPI, porque a CPI botou aquele cidadão sentadinho ali para ele confirmar as coisas que foram denunciadas para nós aqui, não é verdade? Então, eu vou terminar aqui, que eu já falei demais. Mas já foi falado aqui de testagem, já foi falado aqui de várias coisas.

Eu só queria corrigir uma pequena questão: é que essa questão da portabilidade, ou seja, a possibilidade de a pessoa sair de um plano pra outro, isso pode acontecer, obviamente, a qualquer momento. Você leva parte da carência, daquilo que você cobriu e tal. Agora, se chegasse a um ponto de a empresa falir – não é? –, aí a gente tem um processo que é uma portabilidade integral, até mesmo sem carência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Precisa ser garantida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas será, porque a lei garante...

Eu queria somente terminar aqui a minha fala de hoje dizendo o seguinte: o Governo é ruim em tudo. Esse é um Governo... o ruim em tudo, em tudo, em todas as áreas! A gente pensa que não, é a vigilância sanitária... É em tudo! Até aqui, na questão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É... Na questão... Olhe, deixa eu lhe dizer: em dezembro de 2019, saiu um diretor da ANS, até hoje não botaram; em maio de 2020, saiu outro, até hoje não botaram; em setembro de 2020, saiu outro, até hoje não botaram; em agosto de 2021, saiu outro, até hoje não botaram! Eu não sei se é porque Bolsonaro não tem tempo, porque diz que, dia de sexta-feira, dá cinco horas da tarde, ele não é mais Presidente da República, vai pra casa dormir, cochilar, fazer não sei o quê, ficar dentro daquele WhatsApp inventando mentira pra cima dos outros... Não sei se tem alguma coisa a ver com isso, mas ele não indica! Não indica, e nós temos que mudar a legislação de agência em duas coisas: uma, se o diretor não presta, o Senado, que pode tirar um Ministro do Supremo, deveria ter o direito de tirar esse diretor, não é verdade? Essa é uma coisa que a lei tem que ver. E a outra coisa é o seguinte: se o Presidente da República não indica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em relação a todas as agências reguladoras.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Todas!

Se o Presidente da República não indica, alguém tem que indicar. Nós temos que resolver isso. Não pode ficar... porque o diretor substituto, por mais competente que ele seja, ele sabe que está ali limitado na sua autonomia. Ele não vai virar cavalo do cão. Ele não vai virar cavalo do cão pra fazer o que o...

Vou concluir, vou concluir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei...

Ele não vai virar cavalo do cão pra querer fazer o que o Presidente não quer. E eu não tenho dúvida de que essas omissões têm a ver com isso aí também. "Eu sou provisório; eu vou ficar aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

criando problema com o Governo? Eu posso virar um efetivo." Então, a realidade é essa. Então, eu sei que eu já extrapolei muito o meu tempo, mas se V. Sa. puder...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode seguir, Senador Humberto. Pode seguir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... responder àquelas indagações que eu lhe fiz... Eu, inclusive, sou chato, repreendendo os outros lá pra não falar muito, mas é que esse assunto de hoje é muito importante, porque esse é o homem que pode resolver o problema. É ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse tema aqui, o Sr. Rogério e o Senador Otto têm prerrogativa em concessão de tempo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, era mais ou menos isso que eu queria colocar para o senhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Para complementar...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Só para dizer, Sr. Paulo, que o pessoal da turma da Havan não tem ninguém aqui hoje, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Não é, não, não, não! Não é, não! É que eles gostam do pessoal da Havan. Veja bem, se fosse o dono da Havan estava lotado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Só para...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar.) – Com o Fakhoury, foi um pouco menos; você, ninguém. Tu estás só! (*Risos.*)

Está só. Deixa que a gente...

Eu recebi agora uma solicitação de que tem algumas pessoas idosas que saíram do plano da Prevent Senior, e eles, se forem para outro plano de saúde, têm que ter a carência. O que é que a Agência Nacional de Saúde Suplementar pode fazer sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Senador Omar, na verdade, ele tem, sim, o direito de migrar e passar para outro plano.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sem carência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Sem carência. Tem uma... Inclusive, ele pode entrar no *site*...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Repita aí, porque tem muita gente ouvindo agora e que quer saber disso.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Tem no próprio *site* – se me permite, Senador Humberto. Tem no próprio *site* o Guia de Planos, em que a pessoa pode colocar e fazer uma pesquisa lá de quais são as operadoras que teriam aquelas características que o...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas específico da Prevent Senior, eu estou falando...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Então...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Fora do microfone*.) – ... que é esse problema.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Ele pode olhar, colocar quais são as características do plano para onde ele quer portar. Uma vez feito isso, é emitido um protocolo; e desse protocolo a operadora tem que fazer essa portabilidade. Se não fizer, em dez dias ela é obrigada a receber esse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Dr. Paulo, esse esclarecimento é muito importante, porque nós temos sido muito questionados, e isso é uma das circunstâncias, inclusive, desse caso da Prevent Senior.

Então, essa transferência... Os atuais clientes da Prevent Senior, se desejarem, podem fazer, podem transpor para outros planos sem a carência, sem... com todos os direitos?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Podem, sim, Senador Randolfe. Podem fazer. E é isso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A ANS tem como acompanhar e facilitar isso para aqueles que queiram?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Tem. No próprio *site* você consegue fazer isso. E, caso tenha algum problema, aí novamente eu indico o próprio telefone 0800-701-9656 para que eles possam fazer essas ligações. Ou, enfim, tem vários outros canais: ouvidoria, tem o SAC, tem *e-mails* dos diretores...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar.) – Faz um favor: repete o telefone novamente, devagar, para que o pessoal que está vendo possa saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – É o 0800-701-9656.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Agora, esse tipo de propaganda a gente pode fazer, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive, Sr. Presidente – Srs. Presidentes aqui –, requisitar para a TV Senado, na retomada – se puder, fazer isso tecnicamente agora –, na retomada do depoimento, colocar abaixo, nos *letters*, o número do telefone...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... da Agência Nacional de Saúde para aqueles que sejam da Prevent Senior que queiram fazer, sem a carência devida, a transferência de plano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – Pois não, Senador Randolfe. Eu determino que assim o faça.

Agora, eu queria, só para concluir rápido, complementando as colocações corretas e justas feitas pelo Senador Humberto Costa, só perguntar a V. Sa.: o senhor foi Diretor de Gestão em 2018 da agência... Quem o indicou?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Sim, essa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quem o indicou?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Essa indicação foi essa que mencionei a V. Exa., que é o Ministro Gilberto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, eu estou perguntando quem indicou.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Foi o Ministro Gilberto, enquanto Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Em 2019, quem indicou o senhor para Diretor de Normas e Habilitação dos Produtos?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Aí é um rodízio interno. Uma vez que o Diretor lá da agência, na verdade, o Leandro Fonseca, assumiu a titularidade como Diretor-Presidente, e eu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, o senhor está desde 2018 ocupando cargos na Agência Nacional de Saúde?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Desde setembro de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – E agora, em julho, Diretor-Presidente.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, o senhor não tem nenhuma... Nessas indicações, nenhuma teve o aval do Deputado Federal Ricardo Barros?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas ele é o Líder do Partido Progressista. Como é que o senhor não teve...?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador, eu me comprometi a dizer a verdade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor não está falando a verdade.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – ... então assim estou fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas o senhor não está falando a verdade. Lamentavelmente, você não está falando a verdade, absolutamente falando a verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Paulo, só completando...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Aliás, nessa cadeira aí parece que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se não teve do Deputado Ricardo Barros...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... quem senta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – ... teve de alguma outra liderança do Partido Progressista?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Senador Randolfe, eu trabalhei com... Na verdade, eu trabalhei no Ministério das Cidades na época que era o Deputado Aguinaldo, que era, na verdade, é Deputado pelo PP. Depois, ele saiu; entrou o Ministro Gilberto Occhi; e fui trabalhando com ele tanto no Ministério das Cidades como no Ministério da Integração. E, depois, pelo trabalho que eu vinha desenvolvendo – obviamente, minha formação: sou advogado, trabalho no serviço público desde 2003, enfim, então tenho todo um trabalho, um perfil técnico –, eles me indicaram, na verdade, nessa linha, para eu permanecer lá na chefia de gabinete do Ministério da Saúde. Quando ele saiu, abriu essa oportunidade, porque eu já era o ponto focal no Ministério da Saúde e na Agência Nacional de Saúde Suplementar. Então, todas as demandas relacionadas à saúde suplementar, no Ministério da Saúde, durante esse período, eu que conduzia e, enfim, fazia essa intermediação com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agência. Daí o encaminhamento natural para que eu venha a ser indicado pelo Ministro Gilberto Occhi para a diretoria da agência. Isso em 2018.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas, Dr. Paulo, o ano passado – o Humberto lembrou bem –, o Mandetta levantou a questão... Não foi isso mesmo – o Mandetta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... da Prevent Senior. Esse ano, foram vários jornais de circulação nacional, vários blogues. Várias denúncias foram encaminhadas ao senhor. E o senhor chega aqui e diz que só tomou decisões depois da Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso não é verdade. É claro que o senhor estava atendendo a determinações, como o Ministério da Saúde atendeu, à determinação do Presidente da República pra deixar que o teste criminosamente feito na Prevent Senior com pessoas que não tinham conhecimento que estavam tomando a medicação... Porque qualquer pesquisa que se faça, clínica, você tem que informar àquela pessoa que está sendo utilizada, e ela tem que autorizar, o uso da medicação. Então, foi feita a medicação e não, de maneira nenhuma, em nenhum momento, a Agência Nacional de Saúde tomou conhecimento disso, uma coisa totalmente divulgada.

Eu tenho aqui um áudio, acho que dá pra recuperar, de um...

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Esse áudio foi mandado lá pra Agência Nacional de Saúde.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quer dizer, muitas denúncias foram feitas e o senhor não tomou nenhuma providência. Então, lamentavelmente, eu tenho que nominar o senhor de Paulo Roberto, o Lento, porque não tomou decisões.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dr. Paulo Roberto, só uma coisa: muita gente aqui está ligando preocupado, falando da portabilidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A portabilidade é uma coisa que, se o plano fosse acabar ou se a pessoa quiser...

O que eu quero perguntar ao senhor é o seguinte: essa direção técnica é pra valer? O senhor vai botar gente lá pra valer, pra sanear a prática assistencial errada da Prevent Senior e garantir que as pessoas continuem na Prevent Senior sendo atendidas dignamente? Essa é a resposta que o Brasil quer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Dr. Paulo Roberto...

Senador Humberto, se V. Exa. me permite, Sr. Presidente...

Dr. Paulo Roberto, complementando o questionamento aqui feito pelo Senador Humberto, veja: primeiramente, tem uma informação que também nos chega de que o plano da Prevent Senior é razoavelmente barato. Tem uma dificuldade de transição para outros... tem uma dificuldade, inclusive, de transição e de carência para outros planos que são mais caros. Então me parece que a solução adequada e ideal é a que o senhor, inclusive, anunciou, sem embargo obviamente da portabilidade, da transição sem a carência devida, que é um direito para quem assim o quiser e para quem quiser ficar mais à vontade. Mas aqueles clientes da Prevent Senior que quiserem continuar no plano de saúde o que gostariam de ouvir de V. Exa. neste momento é no sentido do que o Senador Humberto coloca: a intervenção técnica ocorrerá quando? Quando iniciará? E, a partir dessa intervenção técnica, o senhor assegura aos usuários do plano de saúde a tranquilidade necessária de que as práticas denunciadas até agora não terão continuidade? E assim, então, objetivamente: quando essa intervenção técnica deve ser inaugurada no âmbito da Prevent Senior?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Senador Randolfe, na verdade estamos só concluindo uma nota técnica preliminar, para que a gente possa encaminhar o ofício para a Prevent Senior; e, logo em seguida, o diretor técnico irá ser nomeado e irá, de fato, estar na operadora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor acredita que isso ocorrerá nesta semana ou semana próxima?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – No máximo, 15 dias, Senador. No máximo, 15 dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Vou passar a palavra aqui ao Relator, o Senador Renan Calheiros, porque ele recebe a informação que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É importante.

Há pouco eu citei aqui o Idec, e o Paulo Roberto acabou citando o Idec e, de uma forma ou de outra, desmereceu as informações. O Idec pede pra que...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor. *Fora do microfone*.) – Eu não citei o Idec...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, citou que as informações são mentirosas, que quem ajudou...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não, não. Na verdade, quem mandou, quem falou essas perguntas foi o *Estadão*, não foi o Idec. É por isso que eu perguntei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas eu fiz questão de dizer que...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – O senhor fez menção a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... estava utilizando os dados do Idec.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não, não, mas essas perguntas não vieram do Idec.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E V. Sa. se referiu.

Mas me permita ler a resposta do Idec.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Pois não, claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "O Sr. Paulo Roberto Rebello não esclareceu adequadamente a pergunta sobre a inclusão de testes diagnósticos no rol de procedimentos obrigatórios da ANS. Os testes que foram, de fato, incluídos e apenas tardiamente, após muita pressão da sociedade, foram os testes sorológicos. A inclusão dos testes sorológicos no rol de cobertura obrigatória ocorreu somente em agosto de 2020. Um levantamento feito em 2020 pela Repórter Brasil mostra que tão somente 7% dos testes feitos no Brasil foram cobertos pelas operadoras de planos de saúde. Por que a agência demorou tanto para fazer essa exigência às empresas? E porque o fez de forma tão restrita?" – ela deixou essa pergunta.

A segunda, é o seguinte: "O reajuste foi negativo [citado aqui no depoimento] apenas para os planos individuais, que formam menos de 30% do mercado. Os demais planos, com destaque às diferentes modalidades de planos coletivos, seguiram recebendo reajustes elevados no geral, a despeito da grave crise econômica e sanitária e da demanda por serviços de saúde não associados à covid-19 ter caído. Por que a ANS insistiu na recomposição dos reajustes em 2021?".

E uma outra pergunta: "O que a agência pretende fazer para equalizar os reajustes dos planos coletivos com o teto máximo de reajuste aprovado para os planos individuais?".

Na verdade, são três perguntas que eu gostaria, Presidente Otto, de deixá-las aqui para serem respondidas pelo depoente, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com a palavra o Sr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Eu respondo primeiro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, responda primeiro ao Senador Humberto.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Tem a do Senador Humberto. Eu não sei se... Permita-me, Senador Humberto.

Com relação a essas questões do Idec, eu, em nenhum momento, citei, Senador Renan, citei o Idec, de fato. Foi no jornal Estadão ontem em que saíram essas perguntas. É uma pessoa da USP que formulou essas perguntas.

A agência, desde março, incorporou, de forma extraordinária, o teste padrão, o teste ouro considerado, o RT-PCR, ou seja, as operadoras têm, desde aquela época, obrigação de... Uma vez sendo requisitados pelo paciente, pelo beneficiário, obviamente atendendo a alguns requisitos, elas precisam pagar e arcar com esses testes. O teste sorológico, de fato, veio só em agosto, conforme eu relatei a V. Exa., porque havia uma dúvida e havia uma incerteza no tocante à qualidade dos testes que eram apresentados, que eram comercializados no País. Não só eu que o digo; todas as sociedades médicas falavam também, colocavam em crédito esses testes. Por isso, somente em agosto, é que, após a conclusão e novos testes no mercado, a agência incorporou esses testes.

Com relação ao reajuste, de fato, são os planos individuais que sofreram esses reajustes. Nos coletivos, há uma livre negociação com a empresa contratante, com as operadoras de plano. A agência regula, mas, de fato, essa questão do acordo do percentual que vai ser reajustado é livre iniciativa entre as partes. Então, a agência não tem interferência nesse tipo de reajuste nesses planos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Satisfeito, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Está suspensa a sessão por 40 minutos.

Retornamos depois para as perguntas do Senador Randolfe Rodrigues.

(Suspensa às 13 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 22 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria pedir, excepcionalmente, uns cinco minutos antes de começar minha inquirição – e eu acredito que nós teremos esse tempo disponibilizado –, porque eu considero importante o Dr. Paulo Roberto Vanderlei explicar para muitos dos usuários do plano de saúde da Prevent Senior e para muitos que estão angustiados com as circunstâncias da própria empresa, para que fique o mais claro possível, qual seria, qual será o procedimento da ANS em relação à Prevent Senior. E, em especial, Dr. Paulo Roberto, que o senhor pudesse explicar qual é a diferença entre portabilidade, portabilidade especial – que me parece que é um regime que pode ser possível a partir da intervenção na Prevent Senior – e alienação de carteira. Corroborando esses questionamentos iniciais, que o senhor também pudesse explicar a partir de quando – se o senhor já tiver essa informação, por óbvio – deverá ser inaugurada a intervenção técnica na empresa. Eu acho que essas informações são necessárias, sobretudo para tranquilizar os usuários do plano de saúde que desejarem fazer a portabilidade ou para que tenham a segurança devida para continuarem no plano de saúde a partir da intervenção técnica.

Perfeito.

Complementarmente, Sr. Presidente, recebemos uma informação ainda há pouco de que, no curso de um julgamento, uma magistrada no Rio de Janeiro teria feito insinuações agressivas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Qualquer pessoa do povo tem a liberdade de opinião, de expressão, de se manifestar como quiser em relação às suas lideranças políticas, em relação aos seus governantes, em relação aos seus magistrados, em relação a quem quer que seja. Uma magistrada no exercício da magistratura, presidindo um julgamento, não pode. Isso fere frontalmente a Lei Orgânica da Magistratura.

Segundo a notícia, o que foi noticiado por diversos portais, pelo jornal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela falou isso num julgamento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No curso de um julgamento, Sr. Presidente. No curso de um julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas juiz pode expressar sua posição no curso de um julgamento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fere flagrantemente a Lei Orgânica da Magistratura. Não pode um magistrado expressar opinião política em nenhuma circunstância, preferência partidária em nenhuma circunstância, quanto mais no curso do exercício da magistratura, em um julgamento – um julgamento, inclusive, quanto a uma criança que foi vítima de uma ação miliciana. Eu acho que a senhora magistrada retornaria mais à sociedade a remuneração – que não é uma remuneração baixa – que ela recebe como servidora pública se ela desse conta de enfrentar as milícias do Rio, de julgar com a severidade devida os mandantes de assassinato de criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá no Rio, ao contrário de utilizar uma audiência no curso de um julgamento, no exercício da magistratura, para exprimir posição política.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu queria requerer a V. Exa. que a direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito solicitasse informações à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assim como, sem embargo, eventual representação à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e ao Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço à Mesa que peça as informações à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e que a Advocacia geral do Senado Federal entre com uma representação contra a magistrada no Conselho Nacional de Justiça.

E nós vamos acompanhar bem de perto essa ação, porque é o mesmo discurso que nós estamos vendo aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o mesmo. É ato contínuo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o mesmo discurso. É ato contínuo, quer dizer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, me permita.

O que nós percebemos, Sr. Relator e Sr. Presidente? Ao se aproximar do relatório final do Relator, do Senador Renan Calheiros, percebendo que teremos pelo menos 50 indiciados, se não mais, se não menos, nesse relatório, e percebendo a gravidade dos crimes, o que tem ocorrido dentro desta CPI e fora desta CPI? As falanges que participaram desses crimes tentam descredibilizar esta CPI, desacreditar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, enxovalhar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, desmoralizar esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, a manifestação dessa magistrada no Rio de Janeiro não é um ato à toa, Sr. Presidente, Sr. Relator; não é um ato à toa! É um ato combinado de uma ação orquestrada, organizada por falanges – falanges, falanges! – cúmplices dos crimes que foram cometidos nesta pandemia, porque a única instituição que está funcionando e funcionou neste Brasil para apurar os crimes desta pandemia foi esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Se não fosse esta Comissão Parlamentar de Inquérito, teria sido dado um golpe de R$1,6 bilhão nos cofres públicos. Se não fosse esta Comissão Parlamentar de Inquérito, hoje o Dr. Paulo Roberto Rebello não estaria aqui anunciando a intervenção técnica da Prevent Senior a partir dos crimes gravíssimos que ela cometeu. Se não fosse esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Brasil ainda estava com 200 mil vacinados por dia e não com 1,4 milhão, como está atualmente. Agora que se aproxima o relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito, as falanges cúmplices dos crimes tentam de toda forma, como última raia, como último mecanismo que resta, desacreditar, desmoralizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, esta CPI não pode permitir! Não pode ser aceitável. Assim como tivemos a firmeza necessária de expulsar até Parlamentares que tentaram tumultuar esta CPI aqui no curso da Comissão Parlamentar, não podemos aceitar que tentem enxovalhar ou tumultuar o trabalho final.

Portanto, Sr. Presidente, reitero a requisição à direção desta Comissão Parlamentar de Inquérito: 1) pedido de informações à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro sobre a alegada magistrada; 2) representação a essa Corregedoria; 3) representação ao Conselho Nacional de Justiça.

E que a senhora magistrada procure começar a trabalhar, a cumprir o serviço. Tem muito grupo miliciano lá no Rio de Janeiro para ela apurar os crimes e botar na cadeia, ao invés de fazer de suas sessões, isto, sim, o verdadeiro circo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu diria, Presidente, a V. Exa. e ao Senador Randolfe Rodrigues que eu acho que é deplorável que uma juíza se esconda por trás de uma toga exatamente para ofender esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, contra todo tipo de ameaça e provocação, levou adiante o seu propósito de investigar o enfrentamento da pandemia no Brasil, de passar a limpo essa questão, objetivando preservar vidas e enfrentar esse negacionismo.

Aliás, Presidente, sobre isso, eu queria trazer uma grande notícia, Senador Randolfe. Hoje, na verdade, é um dia histórico, principalmente para os países pobres. É uma das notícias mais importantes no mundo todo hoje: a OMS, Senador Humberto, depois de uma rica discussão, aprovou a primeira vacina contra a malária. Péssima notícia da ciência e da Medicina para os negacionistas que trabalham contra a OMS e contra o conhecimento, boa notícia para os países pobres e para o Brasil, que agora pode se ver livre da pregação da cloroquina, inúmeras vezes recomendada contra a covid pelo próprio Presidente da República e por seus ministros desqualificados, de modo que meus cumprimentos, em nome da CPI, à OMS pela descoberta da vacina contra a malária.

E eu queria dizer, Presidente, que eu vou pessoalmente acompanhar a tramitação dessa denúncia que a CPI vai fazer junto ao Conselho Nacional de Justiça. Nós precisamos, exemplarmente, punir essa juíza, essa magistrada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E reitero, Sr. Relator e Sr. Presidente: ela pode emitir a opinião que quiser, não se trata disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estão me passando o nome...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela não pode é, no exercício da magistratura, fazer proselitismo e propaganda de posição política. Isso fere a Lei Orgânica da Magistratura, fere a toga que ela está vestindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será que ela também é a favor de fechar o STF?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É provável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É provável, porque não é assim... Esse negócio de dizer que pode falar o que quer não é bem assim, não. Seja quem quer que seja, não pode.

O nome da juíza é Elizabeth Machado Louro. Eu peço à Secretaria da Mesa para que tome as providências necessárias em relação aos pedidos feitos pelo Senador Randolfe sobre a Juíza Elizabeth Louro, que está lá julgando o caso de um animal que matou uma criança. Entendeu? Ela quer comparar o ambiente animalesco que tem lá, de miliciano, com alguém que está investigando mortes de pessoas, com a passividade de muitas outras aí, principalmente de negacionistas que fizeram das suas redes sociais um verdadeiro Carnaval para fazer com que se indicassem remédios que comprovadamente não têm efeito nenhum. Por isso, a presença aqui do Diretor-Presidente Paulo Roberto, da Agência Nacional de Saúde.

Senador Randolfe, por 15 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, antes mesmo de começar, acho que seria necessário, não contando meu tempo, que o Sr. Paulo Roberto Rebello esclarecesse para todos que estão nos assistindo estas três questões, Senador Humberto: diferença de portabilidade, portabilidade especial, alienação de carteira e o prazo para intervenção técnica. É só isso o pedido, antes mesmo de iniciar a minha inquirição...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Senador Randolfe, agradeço o questionamento.

Ao contrário do que eu tinha falado anteriormente com relação ao prazo, a partir do dia 14 de outubro, nós estaremos enviando, encaminhando um diretor técnico para estar acompanhando os trabalhos dentro da operadora Prevent Senior. E no que consistiria esse trabalho? Na verdade, esse diretor, essa pessoa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A partir de quando, Dr. Paulo?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Dia 14 de outubro.

Tinham dado um prazo de 15 dias, mas aí estamos antecipando, na hora do...

Então, esse diretor técnico vai para a operadora, ele não vai gerir a operadora – não é isso –, ele vai estar lá na operadora solicitando informações, corrigindo fluxo, estabelecendo metas junto com a operadora e acompanhando esses indícios de irregularidades que foram apontados pela CPI e reportando todas essas informações à Agência Nacional de Saúde Suplementar. Então, a partir do dia 14, ele vai estar lá na operadora fazendo esse trabalho e reportando esse trabalho à Agência Nacional de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à portabilidade, embora tenha sido mencionado junto com a questão da direção técnica, são coisas completamente distintas. Na verdade, a portabilidade é a possibilidade do beneficiário de migrar, de mudar de operadora, ou seja, ele pode entrar no sistema – aquele que eu já mencionei, o www.gov.br/ans –, pegar na guia de planos, atender alguns requisitos que são estabelecidos lá e solicitar essa portabilidade. Então, toda e qualquer pessoa pode fazer isso. Isso não quer dizer que seja o caso. Nós não estamos estimulando nem estamos motivando as pessoas a fazerem isso, até porque, no último dia 1º de outubro, nós soltamos um aviso, soltamos uma informação de que a operadora continua prestando serviço aos seus beneficiários, não há qualquer problema relacionado ao atendimento desses pacientes. E é dessa forma que se dá a portabilidade.

A portabilidade especial, diferente da portabilidade, é um procedimento quando há já um processo mais avançado numa direção fiscal – não é direção técnica – em que há situação grave de anormalidade administrativa ou econômico-financeira da operadora. A agência possibilita essa portabilidade especial para esses beneficiários diante de uma situação grave de uma operadora – o que, repito, não é o caso que a gente está tratando aqui.

A alienação da carteira também é uma autorização que a agência dá para que a operadora que já está prestes a sair do mercado possa ofertar para que alguma outra operadora que tenha interesse naqueles beneficiários daquela operadora possa adquirir essa carteira.

Então, são essas as distinções que V. Exa. me pediu. Tem também, Senador Randolfe, todas essas explicações no nosso *site* da agência e também, caso queira, em alguma dúvida, pode entrar em contato com a agência que a gente vai esclarecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Paulo Roberto.

Só para começar a contar, já está dentro do meu tempo, Sr. Presidente? (*Pausa.*)

Então, iniciando de fato agora a inquirição, Presidente Humberto Costa, Presidente eventual desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu queria pedir o apoio aí da Ana Cristina para colocar...

Dr. Paulo, a Agência Nacional de Saúde foi criada pela Lei 9.961, de 2020 – vamos colocando aí a apresentação –, de 2000, perdão. Foi criada pela Lei 9.961, de 2000. Como o senhor muito bem sabe, a finalidade institucional da ANS é promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais. E tem este conjunto de atribuições aí que estão nas competências da ANS: a fiscalização, o exercício do controle e avaliação concernentes à garantia de acesso, a articulação com os órgãos de defesa do consumidor... Bom, isso é do conhecimento de V. Exa., é do conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A Agência Nacional de Saúde complementar é uma das conquistas para regular o mercado de saúde privada.

Veja, anteriormente, entretanto, anteriormente... Não, por favor. Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um conjunto de notícias que foram veiculadas desde o ano passado sobre o caso Prevent Senior. São de datas diferentes, mas são notícias que vêm desde junho para cá: "Prevent Senior fez estudo com cloroquina sem autorização, segundo o Conselho Nacional de Saúde"; "Prevent Senior ocultou mortes em estudo sobre cloroquina"... "Mensagens mostram que a Hapvida pressionava médicos a receitarem *kit* covid"; "Ao menos quatro unidades da rede Unimed distribuíram *kit* covid...".

Então, tem algumas notícias mais recentes e tem algumas notícias aí mais antigas, ao que me parece, com diferentes operadoras de planos de saúde. Notadamente, a Prevent Senior e a Hapvida claramente ferindo, usurpando, exacerbando de suas atribuições e – obviamente, dentro da competência da Agência Nacional de Saúde – a fiscalização sobre esses planos de saúde.

Pode prosseguir.

Pode prosseguir.

Eu queria trazer, mostrar pro senhor... Tenho um vídeo de um seminário, que me parece que é de junho do ano passado, que foi sediado, salvo melhor juízo, pela Agência Nacional de Saúde. Nesse seminário, há a participação do Sr. Pedro Júnior, que já depôs nesta Comissão Parlamentar de Inquérito como um dos convidados. Salvo melhor juízo, esse seminário foi promovido pela ANS. Esse seminário é de junho de 2020, junho ou julho de 2020, após o início da pandemia e após as primeiras notícias que têm a ver com a Prevent Senior.

Vamos ao vídeo do seminário.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse seminário... Eu queria que o senhor confirmasse se esse seminário foi promovido, mediado pela Agência Nacional de Saúde e se, de fato, nesse seminário, a ANS recebeu a Prevent Senior como um dos exemplos positivos na pandemia.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Sim, Senador. Esse seminário foi feito pela Agência Nacional de Saúde "suplementar", no dia 30 de junho de 2020, em que nós convidamos quatro operadoras, tanto a Prevent Senior quanto a Copass Saúde, a Saúde BRB e a Unimed São Carlos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O título do seminário era este: "Exemplos positivos no combate à pandemia"?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Eu não tenho o título, mas eu posso, depois, lhe fornecer – eu vou tentar levantar isso aqui agora. Mas, de fato, tinha uma situação específica, que era sobre a gestão dos pacientes crônicos durante a pandemia da covid, ou seja, são situações em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as operadoras, em razão da impossibilidade de sair de casa, como é que elas estavam, essas operadoras estavam se virando para conseguir chegar aos pacientes crônicos para poder dar o tratamento.

Então, o foco foi voltado a isso. Não foi voltado a *kit* covid, não foi voltado a nada relacionado a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Dr. Paulo Roberto, a ANS tinha a avaliação que a Prevent de alguma forma era algum exemplo positivo naquele instante, naquela circunstância?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Naquele instante sim, porque eles conseguiram, eles faziam a busca ativa desse paciente, eles estavam vacinando todos os beneficiários da gripe, estavam fazendo o telessaúde quando ainda estávamos num processo inicial... Ou seja: nós entendemos que aquelas iniciativas eram iniciativas válidas, diante daquele contexto que nós estávamos vivendo da pandemia, em que as pessoas estavam ficando em casa e havia a necessidade de se manter o cuidado desses pacientes crônicos.

Então, em razão disso, nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse período, entre maio, junho e julho, a ANS registrou, recebeu denúncias sobre irregularidades, sobre ofensa à autonomia médica, que é tão propalada aqui, por parte da Prevent Senior?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não, nessa data não; 30 de junho, julho, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse período? Junho, julho, agosto?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois, Dr. Paulo, é que nós temos aqui... Veja, nós temos esse documento aqui, que se refere... Veja, esse é um documento da Agência Nacional de Saúde em resposta a uma denunciante, a uma médica que ofertava, a um profissional de saúde, melhor dizendo, que fazia denúncia contra a operadora. Isso é a resposta da ANS a uma eventual denúncia.

Diz essa resposta, que está datada... Salvo melhor juízo, está datada de junho, e diz essa resposta... Na verdade, nessa resposta há um pedido de um conjunto de informações, para que a denúncia seja ofertada, seja encaminhada.

Na sequência, a denunciante, da qual nós estamos preservando a identidade, responde o seguinte: "Prossiga". A denunciante: "Não, por favor". A denunciante: "Temos não?" (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não temos aí?"

Na sequência, veja, a denunciante responde primeiro no anterior. A ANS pede um conjunto de informações, as informações: se havia imposição por parte da operadora; se os beneficiários que receberam o denominado *kit* covid composto por todos ou alguns dos seguintes medicamentos, cloroquina e hidroxicloroquina; se mesmo assinando os beneficiados foram devidamente informados...

Aí, o que faz a denunciante? Vamos colocar lá.

A denunciante... O denunciante responde, dizendo o seguinte: "Boa noite, gostaria de agradecer o contato e me desculpar por não ter conseguido atender ao senhor. Infelizmente, havia sim uma imposição por parte da operadora [...], para que os profissionais de saúde prescrevessem determinados medicamentos [...] aos pacientes com covid-19, restringindo [– restringindo, grifo nosso –] a autonomia médica, conforme mensagens abaixo dos grupos de WhatsApp".

Aí, vamos às mensagens... Vamos lá: primeira mensagem...

Só um minutinho, Ana. Volte aí.

Primeira mensagem... Essa primeira mensagem é da Diretora Daniella Cabral, em 19 de março de 2020, para "prescrever para todos pacientes internados".

Pode prosseguir.

Veja, a mensagem que tem no grupo de WhatsApp da Prevent Senior...

Pode descer, pode descer... Diz aí: "Importante: nesse minuto, iniciaremos um protocolo para pacientes internados para tratamento do covid! Quem tiver paciente internado, favor prescrever para todos os casos no momento da internação: sulfato de hidroxicloroquina [...] via oral [...] associado a azitromicina [...]". Veja o que diz: "prescrever para todos".

Mas prossegue, tem mais mensagens.

Pode descer, Ana. Pode descer.

Tem essa outra mensagem, que é de 23 de março de 2020.

Pode descer.

Nessa outra mensagem, é dito o seguinte: "Recado 1: Todos os pacientes encaminhados pela Teletriagem deverão realizar tomografia de tórax, protocolo covid-19 (já dispomos desse pedido em sistema). O pedido do exame estará em sistema, uma vez que o médico da Teletriagem já o solicitou".

Pode prosseguir? Tem mais... Tem uma que chama muito minha atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta outra aqui: "Todos os pacientes com sintomas gripais e/ou sinais tomográficos sugestivos de pneumonia pelo covid-19 deverão receber o esquema com hidroxicloroquina".

Pode prosseguir...

Tem uma outra mandando um gráfico, mas tem, mais adiante, uma mensagem que eu considero muito mais grave.

Veja, tem uma mensagem do Dr. Fernando, um dos diretores da Prevent, pedindo para os tutores, chefes de plantão, cobrarem da equipe a prescrição e inclusão na pesquisa. E aí é mostrado e apresentado o gráfico.

Tem essa outra mensagem com os gráficos...

Mais adiante... Tem 11 de junho... Tem uma mensagem do dia 2 de maio. Essa é do dia 11 de junho, mas...

Pode baixar?

Enfim, todo esse material... Uma das mensagens me chama muita atenção... Uma das mensagens me chama muita atenção...

Veja, tem uma mensagem aqui de uma doutora, orientando prescrever cloroquina pra quem espirrar – pra quem espirrar. É da Dra. Paola, orientando prescrever... Não sei se a Ana vai conseguir encontrar aí, mas, olha aqui: orientando prescrever cloroquina pra quem espirrar.

Essa aqui... Volte mais um pouco essa.

Volte mais um pouco! Volte, por favor.

Essa mensagem aqui também... (*Pausa.*)

Plantonista, veja aqui, veja esta mensagem: "Em 2 de maio de 2020, estava como 'tutora', e uma plantonista [pode descer] não prescreveu hidroxicloroquina para uma paciente com alteração eletrocardiográfica, que contraindicaria o uso desta medicação (aumento do intervalo QT). O Diretor, Dr. Guilherme Garlipp, enviou mensagem para eu ir verificar o caso, passar para o 'Esper ver se autorizava o uso'".

Senador Humberto...

Vejamos aí a mensagem... Mais acima.

Vejamos a mensagem:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ramon vai te falar de um caso que passei pra ele. A menina falou com a Hemodinâmica, vou pedir para ela anotar.
Blz. Quem discutiu? Você sabe? Consegue mandar a foto do ECG, por favor?
Vou falar com o Esper. Vejo se ele autoriza.
O.k. Na verdade, não se autoriza, mas qual a opinião dele?

Aí, mais adiante.

Pode baixar?

Sei que, enfim... Mais adiante, a opinião era... Mais adiante.

"Então, foi o Dr. André, cardiologista. Quem falou que o intervalo era 520 foi o André. Acho melhor não iniciar. Estou esperando a resposta do BIP da Hemodinâmica. Na Hemodinâmica, eles falaram que o intervalo era 465, limite superior para mulher".

Enfim, no final das mensagens, mesmo com essas advertências, é recomendado que se aplique a hidroxicloroquina.

Não sei se consegue localizar aí, mas eu tenho aqui, posso encaminhar pro senhor, uma das mensagens diz o seguinte... Uma mensagem da Dra. Paola está aqui, orientando: "Prescreva cloroquina pra quem espirrar. Espirrou, dá cloroquina nele". Uma das mensagens é desse nível.

Dr. Paulo, esse dossiê todo chegou em junho à Agência Nacional de Saúde.

Aqui, volte, volte, volte aí...

Essa é, particularmente... Mensagem da Dra. Paola, orientando a prescrever cloroquina para quem espirrar.

Abaixe lá. Vamos ver.

Não entendi pq no fluxograma não está mais a cloroquina
O que? [Risos.]
Está
É para continuar passando ou não?
Simmmmm
Super
Espirrou
Toma [Espirrou, toma. Risos embaixo.]
Os resultados estão ótimos
Bora prescrever

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Humberto, "bora prescrever", "espirrou", "toma".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Isso aí é grave.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Gravíssimo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – "Espirrou", "toma", risos, "os resultados estão ótimos", "bora prescrever".

Dr. Paulo, isto aqui... Primeiramente, isso aí é uma queixa de uma médica. Claramente aqui tem um dossiê robusto, indicando que a Prevent estava, ao contrário do alegado, ofendendo a autonomia médica, que me parece que é, aí, sim, a atribuição da Agência Nacional de Saúde complementar claramente fiscalizar.

V. Exa. não tinha conhecimento desse dossiê? Não chegou ao conhecimento? A ANS não tomou nenhuma providência diante deste gravíssimo caso?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Exmo. Sr. Randolfe, de fato, essas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – "Espirrou" e "toma" é demais, não é?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – ... dessas informações que V. Exa. traz nós tomamos conhecimento no dia 4 de outubro, às 23h40 da noite.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpa, Dr. Paulo, eu não ouvi. O senhor poderia repetir?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Dessas informações que o senhor mostra agora a agência só tomou conhecimento no último dia 4 de outubro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quatro de outubro agora?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Este encaminhamento foi feito pela denunciante em abril de 2020 à ANS.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Pois eu queria, se possível, que ela me...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perdão, perdão. Abril de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Pois eu queria que ela me... Enfim, se eu puder entrar em contato com ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, nós encaminharemos ao senhor.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o registro que tem.

A denunciante nos informa que prestou esse dossiê completo à Agência Nacional de Saúde em abril deste ano, de 2021...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Tá...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... com esse procedimento, que, assim... É muito alegado – e talvez por isso estejam faltando alguns colegas Senadores aqui –, porque muito se argumenta, Senador Renan e Senador Humberto, a autonomia médica. Isso aí foi uma grave ofensa à autonomia médica, uma grave... Uma grave e escancarada ofensa à autonomia médica. Nós encaminharemos, Dr. Paulo, todas essas denúncias, mas, reitero, essas denúncias foram feitas à Agência Nacional de Saúde, segundo a informação que recebemos, pelo denunciante – que preserva sua identidade, obviamente –, em abril deste ano.

Só pra concluir, Sr. Presidente, algumas perguntas complementares.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem dados que indicam a morte de pelo menos 20 mil pessoas por covid em unidade de pronto-atendimento no Brasil, devido à falta... à ausência de leitos para internação. Por que a Agência Nacional de Saúde emitiu posição contrária ao uso público de leitos hospitalares durante a pandemia?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Randolfe, na verdade, houve um mal-entendido, eu acho, do questionamento. A agência trabalha numa diretoria colegiada, ou seja, na maioria dos votos é que prevalece o entendimento da agência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é que compõe o colegiado?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – São cinco diretores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – À época desse questionamento, um único diretor que fez essa manifestação e divulgou, sem que ainda tivesse sido aprovado pela diretoria colegiada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A ANS não tomou, então, posição pública sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – A agência tomou a decisão pública, e a decisão da agência foi no sentido de que houvesse uma pactuação, tanto do público como do privado, para que não houvesse a desorganização do sistema, nem do público nem do privado. Repetindo que, na verdade, a própria Lei 8.080, que é a do SUS, já estabelece, e a própria Constituição, a possibilidade de haver uma intervenção por parte do serviço público de requerer leitos da iniciativa privada. Isso não foi feito, mas o que é que nós... A nossa manifestação foi no sentido de poder haver essa pactuação, para que não houvesse a desorganização do sistema, lembrando que, naquela época, estava tendo falta de leitos e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Permita-me lhe perguntar: a agência, em algum momento, tomou deliberação sobre obrigação ou desobrigação de testes de covid por parte dos planos de saúde?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Nenhuma vez. Desde o começo, a agência já havia se manifestado, tanto na incorporação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dos testes de covid.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – ... do teste RT-PCR, que é o teste ouro, o teste padrão. No dia 19 de março, ou seja, bem no início da pandemia, nós já havíamos essa incorporação e obrigávamos as operadoras, todas elas, a que fornecessem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Paulo, uma penúltima pergunta antes de concluir: nós vimos, durante o curso da pandemia, lamentável e dramaticamente, reajuste dos valores dos planos de saúde. A ANS não poderia ter cumprido um papel de maior regulação, de sustar esses reajustes no curso da pandemia, da concessão desses reajustes ou de regular essas concessões de reajustes durante o curso da pandemia?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Randolfe, no ano de 2020, em agosto, houve a suspensão do reajuste. Nos últimos quatro meses do ano, a agência fez essa suspensão dos planos individuais...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é. E os coletivos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Os coletivos... Na verdade, a suspensão foi tanto do individual quanto do coletivo. A suspensão foi tanto do individual quanto do coletivo. A questão do individual a que o Senador Renan se refere é a questão do reajuste, que, aí sim, só contempla o individual. Mas nós o fizemos em 2020 e, no ano seguinte, nós fizemos a recomposição parcelada em 12 meses, para exatamente diluir essa pressão em cima dos beneficiários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. é advogado?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Sou advogado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Antes da função que o senhor ocupa na ANS, o senhor ocupou... ocupava ou ocupou alguma função privada, em alguma instituição privada?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Eu advoguei em um escritório de advocacia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em escritório de advocacia. Nunca advogou para planos de saúde, para...?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Nunca advoguei para planos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu cumprimento V. Sa., V. Exa., por isso. Eu o cumprimento porque isso não é regra em muitos...

E eu acho que é algo, Senador Humberto, em que nós deveríamos ter maior rigor. Em várias das agências reguladoras, lamentavelmente, personagens vêm do privado para assumir uma função pública de regular o privado.

Eu cumprimento V. Sa. por isso.

E me permita, para concluir, ainda no que diz respeito a V. Sa... Veja...

Vamos ao último gráfico?

No que diz respeito a V. Sa., V. Sa. já disse aqui que o Deputado Ricardo Barros não tem relação com V. Sa... V. Exa. está aqui sob juramento, então, eu tenho, em princípio... Em princípio, é nosso dever acreditar no que V. Exa. aqui diz, e eu quero dar esse crédito. V. Exa. diz que não tem nenhum tipo de relação com o Deputado Ricardo Barros na sua eventual nomeação. E isso não se refere a V. Exa., mas se refere a uma outra circunstância. Veja, é de conhecimento de todos que o Partido Progressistas, desde 2018, Senador Renan, tem o controle da máquina da saúde pública no Brasil – a partir do Deputado Ricardo Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chama a atenção isto, veja: são as contribuições financeiras, as doações do setor privado, sobretudo o setor de planos de saúde, ao Partido Progressistas. Essas contribuições aumentaram sobretudo em 2020. E uma das instituições e empresas que contribuem financeiramente com o Partido Progressistas é a Hapvida. É um dos planos de saúde... Entre as contribuições, tem contribuições de plano de saúde; e uma delas é da Hapvida. Me parece – obrigado, Ana – que aí tem uma relação nada republicana entre este partido político e a apropriação do público como se privado fosse, que foi feito por esse partido político no setor da saúde nos últimos dois, três anos, o que foi identificado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu repito: não temos nenhum elemento em relação a isso, mas é importante destacar que, nesse período que o Partido Progressistas recebeu essas doações de planos privados de saúde, o tesoureiro do Partido Progressistas quem era, Senador Renan? Quem era o tesoureiro, Senador Humberto? Quem era o tesoureiro do Partido Progressistas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era o próprio! Como V. Exa. conseguiu adivinhar? Acho que não é muito difícil, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Todos os caminhos, Sr. Presidente, levam a Ricardo Barros. É um negócio danado. Todos os caminhos, quando a gente caminha, levam até o Ricardo Barros.

Repito: não tem a ver com V. Exa. Eu queria, inclusive, o cumprimentar pela decisão acertada e abalizada da Agência Nacional de Saúde complementar, repito – e concordo com o Senador Humberto – , embora possa parecer tarde; mas decisão acertada. E tem uma poesia que diz que, se não dá para mudar o começo, que se mude o final. Foi uma decisão acertada e abalizada da intervenção técnica no Ministério da Saúde.

As denúncias vou mais uma vez encaminhar a V. Exa. e à ANS.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Eu queria, antes de passar a palavra para o Senador Heinze, fazer aqui um pequeno registro.

Hoje pela manhã nós recebemos o Dr. Alvaro de Azevedo Gonzaga, que nos trouxe um livro para oferecer aqui aos integrantes da CPI que faz parte de um conjunto de livros. Chama-se Leituras Críticas Importam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos recebendo, agora à tarde, a presença da Dra. Juliana Souza, que é advogada, escritora, militante da área de direitos humanos e da luta antirracista. Ela é a primeira colunista negra do Consultor Jurídico (Conjur), que é o maior portal jurídico do País. E ela veio também oferecer aqui aos integrantes da CPI o seu livro que se chama *Torrente Ancestral, vidas negras importam?*. E também conversou conosco sobre a possibilidade de o Relator, o Vice-Presidente, o próprio Presidente e eu também recebermos aí, para uma reunião, uma comissão de pessoas negras que gostariam de trazer algumas informações sobre os efeitos da pandemia sobre a população negra no nosso País. Então, depois ela vai entregar a cada um dos Senadores um exemplar do seu livro. E nós vamos tentar combinar essa reunião talvez para amanhã, de modo que haja uma colaboração para o relatório.

Mas eu passo imediatamente a palavra ao Senador Heinze; depois, a palavra com o Senador Rogério Carvalho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadores e Senadoras, primeiro quero cumprimentar o Dr. Paulo Roberto Rebello, Diretor Geral da ANS, pelo trabalho que V. Exa. e sua equipe estão fazendo.

Estamos aqui discutindo medidas de combate à pandemia e fatos que podem estar relacionados à omissão no combate à pandemia. Tenho mostrado o avanço da vacinação e o controle da doença no Brasil. Trago aqui, mais uma vez, números de Municípios. Isso é um trabalho pelo qual eu quero cumprimentar a Universidade Federal de Viçosa, através do pesquisador Wesley Cota e seguramente da sua equipe, que foi levantado pelo r7.com. O número de Municípios que não registraram mortes por covid-19 cresceu 48% em agosto: passou de 1.678, em julho, para 2,5 mil, no mês passado e agosto, patamar que o País não atingia desde dezembro de 2020. A quantidade equivale a 44,88% dos 5.570 Municípios brasileiros. Os dados foram levantados pelo r7.com e compilados pelo pesquisador Wesley Cota, que eu já cumprimentei, a ele e seguramente à sua equipe, da Universidade Federal de Viçosa, com base nas estatísticas do Ministério da Saúde.

Portanto, podemos verificar que a vacinação, aliada aos tratamentos dos médicos, que lutam arduamente para salvar vidas, tem sido eficaz na redução de mortes nesses últimos meses no Brasil. E, por isso, eu quero cumprimentar, em nome do meu conterrâneo Ivo Tomé, da minha cidade natal de Candelária, médico hoje em Santa Catarina, ele e milhares de médicos que têm abnegadamente trabalhado essas questões do Brasil inteiro, junto com enfermeiros, enfermeiras, fisioterapeutas, psicólogos, laboratoristas, bioquímicos. Enfim, essa grande família é responsável por 20.488.785 vidas salvas. E quero lamentar, sim, os 598 mil mortos no Brasil.

Dr. Paulo Roberto, considerando que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é o órgão responsável por normatização, controle, regulação e fiscalização das atividades relativas à assistência privada à saúde, pergunto: quantos estabelecimentos foram fiscalizados em 2018 e quantos foram fiscalizados em 2020?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Senador, eu confesso que eu não tenho essa informação agora, mas posso disponibilizar para esta CPI e para o senhor amanhã, que eu confesso que eu não tenho essa informação agora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Mas o número aumentou bastante: V. Exa., que trabalha lá, pode ver que seguramente aumentou muito a fiscalização realizada pela ANS.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Eh, eu não tenho essa informação, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom. Obrigado.

Há quantos anos a ANS trabalha fiscalizando a Prevent Senior? E o senhor encontrou ou a ANS encontrou problemas no decorrer desse período?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Excelência, foram apontadas algumas questões ao longo desse período de pandemia, de 2020, de março de 2020, quando teve uma primeira fiscalização da agência lá, e mais seis reclamações ao longo de janeiro até setembro de 2021, além dessas questões que foram apresentadas pela CPI e que estamos também apurando e investigando.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Que tipos de reclamatórias a ANS mais recebe por parte dos cidadãos consumidores?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – O maior número de reclamação é negativa de cobertura.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Negativa de?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Cobertura.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Aquilo que deveria ter sido prestado ao beneficiário, mas não é feito. Aí há uma reclamação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É verdade que a operadora de planos de saúde Qualicorp desrespeitou, em 2020, a regra da agência reguladora sobre a correção da mudança de faixa etária, tendo apresentado uma variação nos contratos que chegou a 180%? Esse aumento foi tratado junto à ANS?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Excelência, com relação à questão de administradores de benefício, há uma relação entre contratante e operadora, e a administradora de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefícios faz essa intermediação. Eu precisaria levantar se houve esse percentual de 180%, porque eu também não tenho aqui essa informação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isso é informação de um jornal. Por isso é que eu estou colocando aqui. Está bem? É do r7.com. Muito obrigado.

Enquanto isso, a Prefeitura do Rio de Janeiro planeja permitir, sem medidas restritivas e exigência de distanciamento social, as festas de Réveillon e de Carnaval de 2022, desde que haja um melhor controle da pandemia nos próximos meses. Infelizmente, o Estado do Rio de Janeiro é um dos que apresentam o maior índice de letalidade do País, 5,15 do Rio de Janeiro *versus* 2,8 do Brasil; Roraima, em torno de 1,59; e Amapá, 1,61.

Na cidade do Rio de Janeiro, os decretos publicados estabelecem a obrigatoriedade da vacinação contra covid-19 para acesso a diversos tipos de estabelecimentos e serviços. O comprovante será necessário para locais de uso coletivo, incluindo academias, estádios, ginásios esportivos, cinemas, teatros, museus, galerias e exposições de arte, além de convenções e conferências.

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, a vacinação também será obrigatória para a realização de cirurgias eletivas nas redes públicas e privadas, inclusão e manutenção no Programa Cartão Família Carioca. A comprovação poderá ser feita pela certificação digital da plataforma Conecte SUS ou com a apresentação do comprovante ou caderneta de vacinação físicos. Segundo a prefeitura, a quantidade de doses registradas exigidas deverá estar de acordo com o calendário vacinal da capital fluminense.

Eu questiono: como serão conduzidos os turistas estrangeiros que deverão visitar o Rio de Janeiro durante os festejos do final de ano e no Carnaval? Receberão o mesmo tratamento que os brasileiros? Os seus passaportes vacinais serão cobrados na entrada do País? Essa é a minha indagação.

Identificada pela primeira vez, no final de 2020, na Índia, a variante Delta do novo coronavírus já havia chegado, em julho de 2021, a todos os países e, em pouco tempo, segundo a OMS, também deveria se tornar globalmente dominante. Apenas o surgimento de uma mutação mais competitiva poderia impedir que a nova cepa continuasse a se espalhar, na avaliação da entidade. A chegada da Delta foi acompanhada pelo aumento nos casos de infecção em boa parte dos países da Europa, da Ásia e nos Estados Unidos, mesmo com a vacinação em estágio avançado nesses locais. No Brasil, embora os primeiros registros da variante tenham ocorrido há cerca de quatro meses, os dados continuam indicando um arrefecimento da pandemia, com menos casos, internações e mortes.

Uma das explicações para o fato de a Delta não ter causado no Brasil o mesmo estrago que causou nos Estados Unidos, por exemplo, pode estar em outra variante que predominou no País, a Gama, surgida também no final de 2020, mas no Amazonas. A hipótese foi ventilada pelo próprio Ministro da Saúde durante audiência no Congresso: "As pessoas que tiveram contato com a variante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gama desenvolvem anticorpos que, de certa maneira, podem proteger contra a Delta. Isso é apenas uma teoria que carece ainda de uma base científica sólida, mas pode ser uma explicação", disse o nosso Ministro.

Portanto, a continuidade da vacinação em nossa população aliada aos cuidados de vigilância sanitária de nossas fronteiras são importantes mecanismos de combate aos novos surtos dessa pandemia. Carecemos de maiores estudos sobre o efeito de infecções do covid-19 no sistema imunológico e como pode proteger contra variantes desse vírus. A autonomia médica e o respeito por nossos cidadãos devem ser preservados. Imposições de medidas ou liberação de atividades devem ser cuidadosamente planejados.

E a última pergunta ao depoente: a ANS planeja alterações nas suas atividades em 2021, frente aos questionamentos desta CPI?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Heinze, de fato, em razão das denúncias que foram trazidas pela CPI, a agência, sim, tem atuado. Realizou inspeções e vistorias na operadora em questão, a Prevent Senior, e estamos levantando todas as documentações ou todas as informações para, caso haja a confirmação e obviamente respeitando o devido processo legal, aplicar a punição que o caso requer. Então a agência vem, sim, atuando, vem, sim, levantando as informações, e inclusive foi decretado hoje – na verdade, a partir do dia 14 – que vai ter um diretor técnico para acompanhar o funcionamento da operadora, e passando informações para a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, só para fazer um registro, quero deixar um abraço para Gileno Júnior, um espírita lá do interior de Sergipe que nos manda mensagem. Um abraço a ele e obrigado pelas orações dele e da sua família em nosso favor!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Heinze.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho; em seguida, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Presidente Humberto Costa; Sr. Paulo Roberto Rebello; Senador Renan Calheiros, Relator desta Comissão; em primeiro lugar, estamos aqui diante de um momento da CPI em que ela se aproxima do seu final, e é uma CPI que tem um objeto muito claro, que é avaliar o modo como se conduziu o Governo Federal e os entes federados e os agentes públicos de uma maneira geral no combate à pandemia e na proteção à vida dos brasileiros e das brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegamos a esse momento tendo que fazer uma reflexão sobre o que a pandemia mostrou ao mundo e mostrou a nós todos, brasileiros.

Primeiro mostrou o quão importante é, ou são, os Estados, os Estados nacionais; o quão importante é o planejamento dos Estados nacionais; o quão importante é você ter Estados nacionais fortes, que planejam. Se fizermos uma análise comparativa entre os Estados nacionais fortes e os Estados nacionais fortes que planejam, nós vamos ver que os Estados nacionais fortes que planejam tiveram um desempenho muito superior no combate à pandemia e na perda de vidas. É o caso da China, que perdeu muito menos vidas do que os Estados Unidos, dois Estados nacionais fortes.

Nos Estados Unidos ainda tivemos um fator, porque, apesar de ser um Estado nacional forte, tivemos ali um Presidente que negou o tamanho da crise sanitária; negou a importância de organismos multilaterais de importância global e universal, como a Organização Mundial da Saúde; negligenciou todas as informações acadêmicas, científicas que, num curto espaço de tempo, fomos aprendendo e que o mundo foi aprendendo com a pandemia – ele negou –, mas negou por um motivo, eu diria, cruel, um motivo torpe, que foi proteger, como disse o Caetano Veloso numa recente canção, os tronchos. Não sei se vocês já viram a música do Caetano Veloso, a nova música do Caetano Veloso, em que ele fala dos tronchos. Eu vou aqui... Não vou botar a música, mas só para dizer exatamente o título da música de Caetano Veloso: Anjos Tronchos é o nome da música de Caetano Veloso. Para proteger os anjos tronchos, que são os bilionários com menos de 30 anos, com 30 anos, com 40 anos, por isso que ele chama de anjos, tronchos, que pensam fora de qualquer referência ético-moral que garanta a prioridade na defesa da vida, mas acima de tudo a acumulação de dinheiro, o Governo de um Estado forte, como os Estados Unidos, fez a opção pela negação contra a ciência, e isso custou milhares de vidas, 700 mil vidas para o povo americano.

O Brasil, assim como os Estados Unidos e outros países, também sentiu o drama de ter uma indústria desmontada, de não ter capacidade de produzir o básico, não ter capacidade de produzir equipamento de proteção social, não ter capacidade de produzir resposta rápida para as demandas assistenciais, como equipamentos, certo? E todos, inclusive o Estado mais rico do mundo, ficaram na dependência de um Estado nacional forte, que planeja: a China, que tem a indústria do mundo.

Esta pandemia mostrou a vulnerabilidade do mundo e, principalmente, a vulnerabilidade de um país como o Brasil, que tem uma parte dos políticos e daqueles que fazem política no Brasil que fazem de tudo para tornar o nosso Estado fraco, o nosso Estado incapaz de planejar o dia seguinte, o nosso Estado incapaz de planejar daqui a cinco anos, daqui a dez anos, daqui a vinte anos. Esse é o retrato que essa pandemia revelou num momento ainda pior, com um governo que negava ciência, um governo que adotou o discurso dos anjos tronchos, que adotou o discurso daqueles bilionários que não queriam parar sua máquina de produzir dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse Governo, com alguns empresários, com seu gabinete paralelo, com o seu *staff*, foi mais realista do que o rei: colocou em desenvolvimento e implementou no Brasil uma política não de combate à pandemia, mas de expansão do contágio para produzir imunidade coletiva, adquirida naturalmente por infecção de brasileiros e brasileiras. Essa foi a estratégia adotada pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro, pela qual ele deve ser responsabilizado.

E fez isso ainda enganando brasileiros e brasileiras com o uso de medicamentos sabidamente ineficazes – sabidamente ineficazes! –, para gerar a sensação de proteção e pra que mais brasileiros se infectassem, adoecessem, mesmo ele sabendo da taxa de letalidade desta doença. De que adiantava comprar equipamento? Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde, de que adiantavam todos os esforços se todos os esforços eram insuficientes para atender a todos ao mesmo tempo porque o Governo estimulava que as pessoas se infectassem, criando a ideia de que o povo estaria protegido com o uso de cloroquina, ivermectina e vários outros agentes inócuos na prevenção e no tratamento da covid-19? E nós temos 598.871 mortos!

A pandemia ensinou pra gente uma série de coisas, mas eu queria deixar aqui, Sr. Paulo Roberto Rebello Filho, e pra esta CPI: a ANS, eu diria parte da diretoria da ANS – eu não vou ser leviano de acusar a todos, mas uma parte – foi conivente com esse discurso que era o discurso de que tinha que deixar as pessoas se contagiarem pra garantir a imunidade de rebanho e fecharam os olhos para questões relevantes. Então, nós não podemos aqui nem acusar, mas também não podemos deixar sob suspeição. E, pra isso, a CPI precisa apontar no seu relatório que se aprofunde no comportamento de diretores ou de dirigentes da ANS, durante a pandemia, na relação da agência com os planos, com as seguradoras, com as operadoras, como são chamadas.

Mas eu queria também aqui dizer, Sr. Relator, e gostaria muito da sua atenção muito viva neste momento, que o Senador Humberto Costa, na sua fala, trouxe um elemento central do debate que fazemos hoje, que é a mistura entre operadora de plano de saúde e produtor de serviço de saúde. Essa mistura, do ponto de vista econômico, do ponto de vista da viabilidade do negócio plano de saúde privado, pode ser uma equação economicamente mais viável, mas coloca em risco o maior patrimônio que cada um de nós temos. E essa pandemia... É o caso da Prevent Senior e de outras operadoras precisam ser investigadas – precisam ser investigadas –, é o que fizeram ao longo desta pandemia. Como? Se eu tenho aqui os hospitais que vão demandar, a partir da necessidade do doente, uma terapia, tempo de internação em UTI, medicamentos de alto custo, medicamentos de intubação, medicamentos para sedação, medicamentos para tratar o processo infeccioso, às vezes hemodiálise e tantas outras tecnologias que poderiam ser utilizadas, se isso tivesse sido utilizado ao máximo, considerando que foi uma utilização máxima das unidades de terapia intensiva, Sr. Relator, não seria o ano de maior lucro das operadoras de planos e seguros de saúde da sua história. E, se olharmos detidamente, o maior lucro foi para as operadoras verticalizadas, as verticalizadas, que controlam o espaço de produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a sinistralidade, ou seja, o evento indesejado, que é o adoecer, ele passa a ser... E o custo desse adoecer passa a ser mitigado no atendimento, em detrimento do prolongamento da vida ou até mesmo de salvar vidas.

Então, esta Comissão... E esse entendimento precisa estar nesse relatório para ser apontado como um problema não para os operadores, não para o mercado, mas para garantir a preservação da vida e para garantir ao contratante de um plano que a sinistralidade que acontecer com ele não será mitigada pelo interesse da operadora junto ao hospital, junto à unidade assistencial, que, ao que parece, é o que aconteceu na Prevent Senior e deve ter acontecido em outras operadoras que têm funcionamento verticalizado.

Isso é muito grave, muito grave. Não é mais grave, obviamente, para concluir, do que mudar o código da *causa mortis* de uma doença, que é grave demais, mas isso é muito grave. É tão grave quanto o paliativismo – não o cuidado paliativo, mas o paliativismo – como forma de colocar a pessoa que poderia ter uma chance de sobrevivência, como veremos amanhã, numa condição de ausência terapêutica total da doença, mas sem sofrimento, o que é tão grave, e talvez porque pode ser a causa de todas as outras questões, quanto o fato de fazer testes em seres humanos da forma como foram feitos na Prevent Senior.

Agora, concluindo, fica aqui o alerta: a verticalização precisa ser escaneada. É preciso analisar a verticalização do ponto de vista do interesse da vida, do interesse do contratante, do usuário do plano, porque essa verticalização – Senador Humberto Costa, concordando com o que V. Exa. colocou e sendo um pouco mais duro ainda –, ela está no âmago da mitigação do custo. Com isso, há perda de vidas, há paliativização de pacientes que poderiam ter expectativa de vida. Tudo isso precisa ser investigado.

Então, eu queria trazer para o banco dos réus aquilo que todo mundo comemora: a verticalização. E, se tiver que continuar tendo verticalização por uma questão de economicidade, mas é preciso ter algum grau de separação e algum grau de controle entre uma coisa e outra, porque se eu controlo aqui e, quanto menos sinistralidade, quanto menos custo, mais a operadora ganha e, se eu controlo quem produz o custo a partir da necessidade do usuário, eu vou interferir ou vai se interferir na hora de atender a necessidade do cidadão e da cidadã e isso pode custar vidas. Vidas importam e nós estamos revelando aqui coisas muito sérias para o Brasil inteiro.

Por isso, Senador Renan, concluo dizendo, não são 598 mil, 599 mil, dados estatísticos sobre qualquer coisa, são sobre vidas, seres humanos que deixaram de estar no nosso convívio por um conjunto de erros cometidos, mas o maior erro de todos, a ausência de um Estado forte que planeja e de um dirigente que tenha amor e que assuma a defesa da vida como prioridade, que é o caso deste Presidente que o Brasil elegeu.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Agora, com a palavra, o Senador Marcos Rogério, e, em seguida, o Senador Eduardo Girão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, senhor depoente, Dr. Paulo Roberto Vanderlei Filho, cumprimento também a advogada que o acompanha, senhoras e senhores, eu estou acompanhando o debate de hoje e, pela manhã, tive que ficar um pouco ausente dos trabalhos daqui da CPI em razão de uma agenda partidária. Hoje nós tivemos as convenções do Democratas e do PSL, que decidiram, agora há pouco, por uma fusão partidária. Portanto, estive ausente, ainda que conectado, acompanhando a tomada de depoimentos aqui na CPI, mas não estive presencialmente, e vi que toda tomada de depoimento aqui cingiu-se à questão da Prevent Senior, os planos de saúde, bem como a relação do Diretor com o Deputado Federal Ricardo Barros e a sua possível indicação ao cargo que V. Sa. ocupa.

E vi que alguém já suscitou isso, até questionou a V. Sa., mas eu queria apenas, para não perder a linha do tempo... V. Sa. foi indicado pelo Governo e, posteriormente, teve o nome retirado, a recomendação foi retirada pelo Presidente da República. E aí, por escolha do Senado Federal – por escolha do Senado Federal –, V. Sa. foi sabatinado e aprovado.

Forçaram o Presidente a reconsiderar a indicação do seu nome. Eu não sei quais foram as razões que fizeram com que o Presidente retirasse a sua indicação naquele momento, mas toda a narrativa – e essa palavra tem peso aqui nesta CPI – é construída a partir de uma premissa falsa; aliás, a considerar o que V. Sa. disse agora há pouco, duas. Primeiro, quem escolheu colocar V. Sa. lá foi o Senado Federal. O Presidente que o indicou retirou a sua indicação. Foi o Senado da República que decidiu peitar o Presidente da República e manter a sua indicação. Ou eu estou faltando com a verdade? Ou não foi isso que aconteceu? Os fatos estão aí, mas aqui a narrativa é sempre tentando desconstruir a verdade e impor uma narrativa, como se fosse verdade.

Outro fato, além desse aspecto: V. Sa. disse aqui...

Primeira narrativa desfeita: quem escolheu colocar V. Sa. onde está hoje foi o Senado, a Comissão que o aprovou, a despeito da retirada da mensagem presidencial.

Dois: disseram que V. Sa. foi indicado pelo ex-Ministro Deputado Ricardo Barros. V. Sa. disse que não é verdade e teria declinado o nome de quem teria feito a sua indicação. Foi o Ministro Occhi. Foi isso que V. Sa. disse? (*Pausa.*)

O.k.

Então, a considerar o que V. Sa. disse, a segunda narrativa cai por terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, V. Sa. tem algum parentesco com algum agente público que já teve assento neste Senado Federal? V. Sa. tem algum parentesco com um ex-Senador da República?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Tenho, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual é o nome dele?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Lindbergh Farias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Lindbergh Farias?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De qual partido?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Ele é do PT.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Do PT.

Veja, toda a narrativa sendo construída aqui nesta CPI... Eu ouvi a manhã toda. Mesmo de longe, atento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou fazendo os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas é uma questão de ordem, porque o que tem a ver o ex-Senador Lindbergh Farias...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu não estou assegurando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O que o senhor está querendo insinuar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Embora o Senador Rogério seja uma pessoa por quem, particularmente, eu tenha distinção...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – V. Sa. não está sendo leal ao fazer a sua manifestação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ele não considera...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... como sempre – como sempre!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele é um Senador superior, ele se diz sempre assim: superior.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é uma questão de ser superior, é uma questão de respeito!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Às vezes, tem aqui alguém do povo, e ele diz: "Olha, Senador, Senador...".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É uma questão de respeito!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí, agora, ele faz isso com relação aos Senadores também.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – V. Sa. desrespeita as pessoas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, ele faz isso com relação aos Senadores também.

Veja, as narrativas, as narrativas... Eu só estou querendo mostrar para o Brasil – vai vendo! – as narrativas, como elas nascem, como elas se desenvolvem e como elas morrem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma pergunta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A primeira narrativa... A primeira narrativa é de que o indicado foi indicado pelo Governo...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Marcos Rogério, só uma pergunta a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu não sou o interrogado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A primeira narrativa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A primeira narrativa...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para uma questão de ordem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil! Esta é a CPI. Eles não suportam sequer o questionamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esses são os desesperados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para uma questão de ordem, para uma questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe questão de ordem no meio do interrogatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para uma questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – No meio do discurso, cabe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe questão de ordem no meio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No meio do discurso, cabe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... de uma fala de um Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A qualquer momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa não é a praxe, essa não é a regra...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu darei a V. Exa. a questão de ordem, assim que ele concluir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Liberem o microfone...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está liberado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Além de interromper indevidamente, agora cortam o microfone também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só uma pergunta direta ao Dr. Paulo Roberto Rebello...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o estilo.

Mas eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem alguma relação política com o Senador Lindbergh Farias, seu primo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, veja, veja...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele fez indicação sua para algum cargo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, veja, veja... Vai vendo, Brasil!

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Nunca, nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o senhor pode responder?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil!

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Nenhuma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ouça-o! Vai vendo, ouça-o!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Atentai bem, Brasil!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vou refazer a pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vou ressuscitar Mão Santa aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem alguma relação política com o Sr. Lindbergh Farias?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Nenhuma, nenhuma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele o indicou para o cargo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe isso...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deixe de ser mentiroso, Marcos Rogério!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe isso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deixe de ser mentiroso, Marcos Rogério!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe isso!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deixe de fazer palhaçada!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe isso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se isto aqui é um circo, tu és o maior palhaço!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe isso, Brasil!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Faz palhaçada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe isso, Brasil!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está de palhaçada... Há cinco meses fazendo palhaçada!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe isso, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olhe isso, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo! Vai vendo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cinco meses fazendo palhaçada! Tenta, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo, Brasil! Esses são os Senadores que tomam depoimento, esses são os Senadores que constroem narrativas...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vem aqui proteger Ricardo Barros! Só protege bandido, cara!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esses são os que escolhem aqui a quem acusar...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe, por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só vem para cá proteger bandido! Só vem proteger bandido!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Escolhem aqui a quem atacar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só vem proteger bandido aqui!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É assim que tratam!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só vem proteger bandido aqui!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fiquem tranquilos, Senadores! Os ataques de V. Exas. não me atingem, não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe, deixe ele concluir a palavra dele...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Cada um mede o outro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fazendo narrativa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... pela sua própria régua.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, a sua régua...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não tenho problema com isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Depois eu lhe darei a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, a sua régua...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tenho problema com isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem assessores seus que indicam a sua régua...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tenho problema com isso, fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe, me ajude aqui, por favor. Vamos deixá-lo concluir a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Eu vou... Eu espero que, com o tempo, depois que passar este ambiente todo, as pessoas tenham a grandeza de fazer o quanto... De analisar e refletir o quanto de besteiras fizeram, em relação, inclusive, ao convívio internamente.

Eu estou falando aqui, Presidente... Estou atacando aqui narrativas, desde o começo. E não estou fazendo acusações! Vejam! Quem, quem, quem sentiu o golpe aqui, está se vitimizando e saindo na defensiva não sou eu! Eu fiz alguma acusação ao depoente de que quem o indicou foi o Lindbergh Farias? Não, eu não fiz isso. E por que que não fiz? Porque não sou irresponsável, mas só o fato de eu citar o nome de um personagem, a militância saiu aos gritos para sustentar a narrativa. Vai vendo, Brasil! Vai vendo!

Eu só citei, porque fizeram aqui... E eu não estou defendendo. Vejam bem: não tenho por que defender Deputado A, Deputado B. Não faço isso, nunca fiz, nem no dia em que veio aqui, ele é maior de idade, é Deputado por vários mandatos, já foi ministro, já foi... Tem o CPF dele, tem o microfone para usar.

Agora, o que eu tenho observado aqui... E isso... Eu quero fazer isso aqui... Até eu espero que no futuro o que está acontecendo nesta CPI não seja precedente invertido, porque é isso que estão construindo aqui. Não faço defesa de A ou de B. Quem deve arque com o que deve, pague suas contas. Se cometeu erro, se cometeu crime, arque com eles, mas não acho adequado uma CPI ser utilizada politicamente para fazer o que está sendo feito, no âmbito desta CPI, com colegas Parlamentares.

Nunca fiz aqui acusações contra colega nenhum que seja acusado de coisa "a" ou de coisa "b". Nunca fiz! Nunca fiz aqui dentro! Nunca fiz! Na política, bato, encaro; tem narrativas, tem fatos, apresento, contradito; sem problema, é do jogo. Agora, não faço isso, mas só trouxe este elemento aqui para mostrar como são construídas as narrativas e como elas são desmontadas.

O depoente, repito, foi indicado; teve a indicação retirada pelo Governo; o Senado escolheu bancar e aprovar o seu nome. E não estou dizendo que o Senado errou, também não! Não estou dizendo que o Senado errou, estou apenas reposicionando os fatos, apenas isso. Aí eu trouxe um elemento, uma informação, porque disseram: "É indicado do Deputado". V. Sa. disse: "Não, não é". Aí eu perguntei: "Vem cá, que ofensa tem? V. Exa. se sente ofendido em responder que é primo do ex-Senador Lindbergh Farias?". "Não." Então, eu não entendi, mas isso não me dá o direito de dizer aqui, nesta CPI, que V. Sa. foi indicado pelo Lindbergh Farias.

Agora, eu tenho, eu tenho... E aí não estou fazendo isto aqui nem em relação à questão propriamente de CPI – isso é algo que eu vou analisar melhor –, mas eu tenho, com relação à gestão de V. Exa., uma contrariedade. E aí eu queria lhe dar a oportunidade para esclarecer a mim, a esta CPI e ao País o porquê que a agência não permitiu que os planos ficassem responsáveis ou cobrissem ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recompensassem o Governo pelas vacinas administradas a quem tem plano de saúde. Esse é um ponto que para mim precisa ser esclarecido.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Houve uma manifestação, a princípio, do Ministro da Saúde em que houve essa solicitação para a agência, e a agência respondeu ontem – inclusive, saiu hoje no *Valor Econômico*; acredito que seja por isso que V. Exa. está fazendo essa pergunta. E nós colocamos algumas situações que precisavam ser sanadas, porque há uma dificuldade de comprar vacina, há uma questão ou algumas outras questões. Primeiro, que o plano nacional de imunização é referência e sempre vacinou toda a população brasileira. E, mais recentemente, o próprio Ministro da Saúde já informou que a responsabilidade pela vacinação seria, única e exclusivamente, do SUS. Então, junto com a manifestação do Ministro da Saúde, o Ministro Marcelo Queiroga, e essa manifestação da agência, que colocou algumas questões pontuais de dificuldade da aquisição, é que a gente respondeu dizendo que, hoje, não teria condições de haver essa aquisição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, eu estou fazendo esse questionamento, porque, no caso dos pacientes em geral que são cobertos por planos de saúde, quando acontece um acidente ou uma emergência e ele é levado para um hospital do SUS, após o procedimento, toda a despesa relativa àquele paciente tratado na estrutura do SUS é encaminhada, e o plano de saúde tem que fazer a devida compensação pelo atendimento desse paciente. Agora, nesse caso, o que houve pela agência foi: a agência negou a incorporação de vacina no rol de procedimentos de plano de saúde. Isso implica, tem um impacto... Pelo levantamento que minha assessoria fez, nós temos aí em média 48 milhões de beneficiários que teriam alcançado essa vacinação. Se nós colocarmos a média de US$10 por dose de vacina, nós teríamos aí algo em torno de quase R$500 milhões. Então, a indagação que fica é: por que não houve essa incorporação e se isso vai acontecer e em que momento?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Veja, a agência está aberta à discussão; não tem problema nenhum de conversar, de dialogar. Isso já foi feito em algumas oportunidades com o Ministro Marcelo Queiroga. Obviamente, tem situações que precisam ser superadas, aspectos legais que precisam ser superados também. E a agência está sempre à disposição para estar dialogando, seja agora ou mais na frente. Então, da nossa parte, não tem problema nenhum de estar conversando com o Ministro Queiroga sobre essa questão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., porque eu estou considerando apenas uma dose e são duas – dependendo da vacina, são duas doses. Nós teríamos o dobro desse valor. Eu acho que é algo que a agência precisa enfrentar e que, num momento como este, não cabe aos brasileiros ter que arcar com essa fatura.

Em relação ao Prevent Senior, V. Sa. já respondeu aqui, mas eu queria reforçar e lhe dar mais uma oportunidade: qual foi a ação efetiva da agência em relação a essa instituição?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – A agência vem fiscalizando a operadora desde março, onde teve a primeira fiscalização. Foram vários processos abertos; na verdade, são seis especificamente sobre a operadora. E, mais recentemente, em razão das questões apresentadas aqui pela CPI, a agência abriu outras três frentes de fiscalização e apuração, tendo, inclusive, na data de ontem, concluído mais uma visita técnica na operadora. E estamos encaminhando para fazer uma direção técnica na operadora para que possa ser designado um diretor técnico para estar acompanhando os fluxos e os processos da operadora, ou seja, esse diretor técnico vai ficar passando informação para agência, enfim, diariamente, para que a gente possa estar acompanhando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essas operações, essas fiscalizações não aconteceram, então, apenas neste momento?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não. Ela já, desde março... Já houve uma primeira fiscalização em março de 2020, exatamente em razão daquela situação. Antes de o Ministro Mandetta ter feito aquele pronunciamento, a agência já esteve lá, sete dias antes, fazendo inspeção na operadora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é o papel da instituição.

Desejo sucesso, que cumpra a missão de servir ao País no posto que V. Sa. ocupa.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Humberto Costa, Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Rogério Carvalho, o Senador Randolfe Rodrigues pediu primeiro. Eu passo logo, imediatamente, a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode passar para S. Exa. o Senador Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Vejam, um seguidor aqui mandou um questionamento que eu jamais gostaria de fazer, mas, pela forma desrespeitosa como o meu colega, no desejo de defender o indefensável – 698.871 mortes –, faz ilações, eu deixo uma pergunta pra ele. O que Lindbergh tem a ver com você? Nada. E o que tem o seu assessor, que foi pego com drogas, com você? Nada. Então, por favor... Não, eu queria só concluir, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, porque é preciso que a gente tenha um mínimo de respeito ao usar a palavra e ao tentar fazer ilações indevidas, incorretas, para defender suas teses indefensáveis. Então, eu poderia aqui fazer a mesma pergunta: o que tem a ver com você um assessor seu pego com drogas? Tem alguma coisa a ver?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Um minuto, só um minuto, Senador Marcos Rogério.

Vou conceder, primeiro, a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode conceder. Eu acho que o art. 14 tem precedência, Sr. Presidente, porque, na verdade, o meu...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Embora eu não tenha sido citado nominalmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque eu queria fazer só uma pergunta complementar ao Sr. Paulo Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas eu queria fazer só um esclarecimento aqui, pelo seguinte. Como V. Exa. foi obrigado a passar boa parte do dia num evento – até o parabenizo –, não teve a oportunidade de acompanhar um pouco como foi o debate aqui. Ninguém aqui fez um paredão contra o Dr. Paulo Roberto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ao contrário!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... por conta da relação dele...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pelo contrário. Eu estava acompanhando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... com o Deputado Ricardo Barros. Aqui foi perguntado – eu acho que o Senador Renan ou alguém perguntou –, e ele simplesmente disse que não tinha nada, e acabou. Então, talvez V. Exa. tenha ficado com a impressão de que aqui houve um tiroteio, uma discussão sobre isso aí.

Eu vou lhe dar os cinco minutos para... Agora, peço só o seguinte: nós ainda temos alguns companheiros e companheiras inscritos aqui para falar. Não vamos ficar remoendo essa discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, eu vou ser...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu lhe darei, com toda a...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou ser rápido.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O seu direito de resposta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para explicação pessoal.) – Eu não vou devolver o gesto do meu colega na mesma medida, porque eu nunca fui condenado por nada.

Quanto à questão de ter assessor, todos nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E ninguém monitora o que um assessor ou outro faz ou deixa de fazer. O que se leva em consideração, no momento da nomeação, é a ficha de cada um, é a ficha criminal, os antecedentes, esses aspectos. Isso tudo foi checado. Aliás, pela relação dessa pessoa no meu Estado, porque eu conheço relativamente bem o vínculo familiar dele, jamais poderia esperar algo dessa natureza por parte dele. E não estou aqui fazendo acusação, porque a investigação está em curso.

Agora, a minha obrigação, enquanto gestor público, enquanto Parlamentar, enquanto homem público, era de fazer o que eu fiz: no primeiro momento, o exonerei, não protegi, como muitos fazem quando têm acusados – aí vão lá e protegem. Eu não protegi. E não estou prejulgando, porque é o processo que vai ter que apurar se tem culpa, se não tem. Pode ser que, lá na frente, digam até que não tem nada. É a apuração que vai ter que determinar. O meu papel era agir imediatamente: assim o fiz. Não tem tolerância com corrupção ou com qualquer envolvimento com o crime, da minha parte. Agora, cabe à Polícia Federal fazer o papel dela.

Então, eu não quero aqui fazer, usar o mesmo método para, ao falar desse assunto, atacar um colega. Não faço isso, não fiz e não vou fazer. O Brasil conhece cada um de nós, os nossos Estados conhecem cada um de nós. E eu quero continuar nesta CPI discutindo ideias, visões. E a oposição tem suas posições. Ela ataca o Governo; eu, naquilo que acredito, defendo. Cada um tem o seu papel. Agora, no plano pessoal, eu procuro ser respeitoso.

Agora, obviamente que o ambiente de CPI é ambiente de embate. Nunca desconheci esse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa. Não quero entrar aqui em nenhum tipo de agressividade com quem quer que seja.

Apenas a pergunta que fiz ao Dr. Paulo foi uma pergunta... A par de tudo que aconteceu hoje de manhã... E não só hoje, essa questão aqui não é de hoje, não. Esse bate-bola acusatório já vem há bastante tempo. Então, apenas apresentei os fatos e fiz a pergunta pra mostrar: "Olhe, então, você...". Eu vou dizer agora que foi o Lindbergh que indicou? Não, eu não tenho o direito de fazer isso. O fato de V. Exa. ter vínculo familiar com A ou com B não determina que essa pessoa tenha um indicado. Foi apenas para desfazer mais uma narrativa, apenas isso.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, agora uma questão, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É uma questão de ordem ou vai entrar nesse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma questão de ordem, porque eu tenho uma pergunta suplementar, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pergunte aí. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas, assim, é bem breve. Eu acho que é necessário ser feito...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não vai tratar desse assunto aí não, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, mas acho que é só uma questão que tem que ser colocada no devido lugar, Sr. Presidente.

Veja, quando o Sr. Relator pergunta, porque tem uma... Eu gosto... Assim... Eu acho que as palavras têm que ter o seu significado e o seu significante. Às vezes, é utilizada a estratégia de: xingue-os do que você é, faça, acuse-os daquilo que você faz. E aí, nesse contexto, é que, por exemplo, a palavra narrativa se encaixa. Porque vejam. Quando o Sr. Relator questiona o Dr. Paulo Roberto se ele teve indicação do Deputado Ricardo Barros, é por um fato concreto. Quem era o Ministro da Saúde em 2018, nomeado pelo Governo do Presidente Michel Temer? Ricardo Barros. Quem foi o sucessor dele? Gilberto Occhi, sucessor de Ricardo Barros, indicado pelo mesmo partido, pelo Progressistas, que o Dr. Paulo Roberto, inclusive, aqui nesta CPI, disse que teve a participação do Sr. Gilberto Occhi, que é do Progressistas, indicado por Ricardo Barros. São de conhecimento as relações do Deputado Ricardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barros com o Ministério da Saúde, são de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso é o escopo, isso todo mundo sabe, todos que estão nos assistindo sabem.

Agora, pelo amor de Deus, o que tem a ver a condição do Dr. Paulo Roberto ser primo do ex-Senador Lindbergh Farias, que nem aqui mais está conosco?! E não se trata nem de defender Lindbergh. Ninguém tem procuração aqui para defender ou estar defendendo o Lindbergh. É porque... Vejam como é uma tentativa de tumultuar, como é uma tentativa de tumulto claro. O Senador Lindbergh nem aqui no Senado está mais conosco, tem uma relação de parentesco... E o Senador Lindbergh era oposição ao Governo de Michel Temer e, por consequência, ao partido Progressistas, ou seja, qual a relação que tem? Então, só pra...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe, qual é a sua questão de ordem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já concluo em relação a isso.

A questão de ordem apresentada é para a gente entender o sentido de narrativa em que se fala: xingue-os do que você é, acuse-os daquilo que você faz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso é questão de ordem, Presidente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – A pergunta que eu faço ao Sr. Paulo Roberto – agora a pergunta complementar que tem a ver com o objeto da investigação – é: Dr. Paulo, em algum momento após vossa nomeação, o senhor veio a se reunir com os operadores da operadora de saúde Hapvida? O senhor teve algum encontro após a sua indicação, a sua nomeação?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Institucionalmente, sim. Eles já tiveram... Já tivemos alguns...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Logo após a sua nomeação?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não. Assim, não vou lembrar, mas institucionalmente tive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Institucionalmente depois?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Compreendo V. Exa., mas é que é importante trazer aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, a importante informação que foi veiculada hoje de manhã pelo jornalista André Spigariol – foi noticiada hoje de manhã – que traz... Eu já tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reportado aqui na minha exposição, mas veja: o Partido Progressistas... Ou melhor: os acionistas da Hapvida realizaram seis contribuições financeiras no mês de... no ano de 2020: em abril de 2020, julho de 2020, em dezembro de 2020... Obrigado. Em dezembro de 2020... Realizaram seis contribuições financeiras ao Partido Progressistas, que o tesoureiro – aí sim, tem a ver com essa investigação... Trata-se de uma contribuição da Hapvida, dos acionistas da Hapvida, de uma operadora de plano de saúde, seis contribuições financeiras ao Partido Progressistas, que tinha como tesoureiro o Deputado Ricardo Barros. Seis contribuições, no total de R$300 mil, sendo R$100 mil antes do dia 8 de dezembro... antes do dia 14 de dezembro, e R$200 mil em seguida. Isso tem relação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe, essa informação já foi passada aqui, inclusive com exibição de um gráfico, e o depoente também já se manifestou, dizendo que não tem nenhuma relação com essa eventual contribuição de quem quer que tenha feito. Agradeço a V. Exa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Presidente, só um minuto. Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma coisa: eu vou dar a palavra ao Relator, mas eu quero só dizer que estamos aqui com duas pessoas no remoto já bravas comigo aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, é um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou lhe dar um segundinho aí, e depois deixe eles falarem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria rapidamente trazer a V. Exa., a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, em função dos fatos verificados na investigação, na apuração, eu queria elevar – e comunico a V. Exa. – à condição de investigado desta Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro, que é Presidente do Conselho Federal de Medicina, pelo apoio ao negacionismo, pela maneira como deu suporte à prescrição de remédios ineficazes e os defendeu publicamente e pela omissão diante de fatos evidentemente criminosos. Eu queria, portanto, como consequência, elevá-lo à condição de investigado, de mais um investigado desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um minuto, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, apenas pra fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Marcos Rogério, eu vou lhe dar a palavra, mas primeiro eu preciso fazer uma votação aqui, se V. Exa. me permite, para eu não esquecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. podia aproveitar e colocar em apreciação o Requerimento 1.567, de questionamentos ao...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já está aqui nesta relação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os requerimentos do Senador Randolfe Rodrigues: 1.567, solicita informações ao Sr. Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia, para atendimento no prazo de até 48 horas; 1.568, solicita informações aos laboratórios Pfizer e Janssen, Instituto Butantan, Fundação Oswaldo Cruz, para atendimento no prazo de até 48 horas, sobre tratativas do Governo Federal para fornecimento, no ano de 2022, de vacinas imunizantes contra a covid-19.

E o requerimento de nossa autoria, Senador Humberto Costa, 1.569, que solicita informações, para atendimento no prazo de até dez dias, à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, a respeito de procedimento eventualmente instaurado em face da operadora de planos de saúde Unimed Manaus Sociedade Médica Ltda., por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado tratamento precoce para covid.

Em votação.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

Eu repito o apelo para que seja breve, porque o senador Girão está aqui incontrolável no Zoom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero ouvir o Senador Girão com o maior prazer, porque é um grande quadro desta CPI, mas eu queria apenas manifestar aqui, Sr. Presidente, minha discordância da decisão anunciada pelo Relator,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros, de colocar na condição de investigado o Presidente do Conselho Federal de Medicina.

O que o Presidente do Conselho Federal de Medicina fez e vem defendendo abertamente é justamente a autonomia do médico no trato com o paciente. Aliás, ele não cumpre mais do que obrigação, porque isso está no Código de Ética Médica. Ao fazer esse encaminhamento, colocando-o no rol de investigados desta Comissão, é como se assim o enquadrasse todos os médicos brasileiros que atuam dentro da sua liberdade, aqueles que defendem um protocolo e aqueles que defendem outro protocolo dentro desse campo de liberdade.

Eu queria apenas manifestar a minha discordância dessa condição de investigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não quero me manifestar sobre a decisão do Relator, que é dele, mas eu quero me manifestar sobre a colocação de V. Exa.: ninguém está fazendo julgamento aqui dos médicos brasileiros. Aliás, há muitos que se colocam contra, uma grande quantidade se coloca contra ....

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A minha discordância é só em relação ao fato de enquadrá-lo por defender a prerrogativa médica.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Bom, eu o coloquei como investigado por três motivos que eu, me permita, Presidente, aqui rapidamente repetir.

O primeiro: pelo papel exercido por ele enquanto Presidente do Conselho Federal de Medicina no apoio ao negacionismo, no suporte à utilização de medicamentos ineficazes, que o fez publicamente mais de uma vez, e também pela omissão diante de fatos criminosos, como os que nós verificamos na Prevent Senior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Comissão nem ouviu o Presidente do Conselho Federal de Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, mas ele está na condição de investigado, ainda não é de indiciado não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas a Comissão não quis nem ouvi-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é uma prerrogativa do Relator. Ele o colocou como investigado, ele vai apresentar a esta Casa se ele deve ser indiciado ou não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas nós vamos ouvi-lo ainda, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E não somos nós aqui da Comissão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas nós vamos ouvi-lo ainda?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não, não vamos ouvi-lo não; não vamos ouvi-lo não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Nós já ouvimos tanto esse cara...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, com a palavra agora o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muitíssimo obrigado, Presidente eventual desta sessão, Senador Humberto Costa; Senador Renan Calheiros...

Eu estava ouvindo agora aí a manifestação indignada Senador Marcos Rogério e eu quero me somar a ele. Eu não estou presente com vocês agora porque eu estou aqui fisicamente no Rio Grande do Norte, e já eu explico por quê, mas realmente eu considero um absurdo.

Tem uma frase que o grande pacifista Martin Luther King, humanista americano, coloca, que é a seguinte: uma injustiça em algum lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar.

O que a gente está vendo aí, colocar como investigado o Presidente do Conselho Federal de Medicina, é uma injustiça tremenda! Eu acho que isso apequena mais ainda esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque sequer ouviu, sequer se deu ao trabalho de ouvir, e há um requerimento meu... E eu digo aqui também indignado: o requerimento que eu fiz há muitos meses para que ele fosse ouvido, para que a gente pudesse dar o direito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E eu também, viu? O senhor e eu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor apresentou um, e eu apresentei também um.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito, perfeito! Olha que bacana: mesmo a gente tendo algumas visões diferentes dentro dessa pandemia, mas seria o útil ao agradável: a gente iria ouvir e tirar nossas próprias conclusões. Mas a CPI nem isso quis fazer; já vai colocar o Presidente do Conselho Federal de Medicina na condição de investigado, diretamente, ou seja, sem dar o direito à ampla defesa e ao contraditório a ele, o direito de expor os seus estudos, toda a situação. Então, realmente, mostra uma perseguição implacável, covarde eu diria até, com o Presidente do Conselho Federal de Medicina, que, aí sim, representa milhares e milhares de médicos no Brasil. Mas o bem, a verdade e a justiça vão prevalecer, não é? Isso aí é uma questão de tempo, o tempo é o senhor da razão.

E eu falo daqui com os senhores, dando já boas-vindas para o Dr. Paulo Roberto – já tenho as perguntas para ele aqui –, mas eu quero explicar por que que eu estou aqui, por que que eu vim, neste dia de CPI, aqui pro Rio Grande do Norte, aqui pra Natal. É porque aqui a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte – não estou falando com vocês diretamente – fez o que a CPI aí não quis fazer, que é investigar o Consórcio Nordeste. Parabéns! Parabéns ao povo do Rio Grande do Norte, aos potiguares.

Eu fui recebido aqui – cheguei hoje e já estou voltando daqui a pouco pra Brasília – pelo Senador Styvenson Valentim, nosso colega, e imediatamente já fizemos um contato com o presidente dessa comissão da covid aqui, que, diferentemente do que a gente vê aí – eu já tinha acompanhado algumas sessões –, trabalha na paz, sem abuso, sem agressividade, sem desrespeito.

Para você ter uma ideia: hoje, dia esperadíssimo, era para ouvir – adivinhem quem – o Diretor Executivo do Consórcio Nordeste, o ex-Ministro Carlos Gabas. O povo brasileiro que está nos assistindo não tem ideia do que aconteceu aqui. Ele chegou, sentou na cadeira com *habeas corpus,* começou a sessão, uma expectativa enorme... A Casa do Povo, as pessoas aqui, gente do povo aqui, a imprensa, eu e o Senador Styvenson representando, mesmo que informalmente, o Senado Federal, que quer respostas, e, simplesmente, o Sr. Carlos Gabas ficou calado. Não respondeu nada! Nem onde trabalha, absolutamente nada, nem perguntas que não o incriminariam em absolutamente nada. Ele não cedeu aos apelos dos Deputados que pagaram a passagem dele, a assembleia, o povo potiguar pagou, porque aqui o prejuízo foi de R$5 milhões nesse – que foi dito pelo próprio Presidente da Comissão – trambique que aconteceu, em que meu Estado também foi lesado e vários outros Estados do Nordeste, e foi embora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sessão está continuando, porque os Deputados estão fazendo as perguntas, mesmo sem a presença do Sr. Carlos Gabas, pra que fique registrado na história.

Então, mais um dia em que a gente tem o Consórcio Nordeste nessa situação, mas nós vamos fazer a CPMI pra investigar isso, Câmara e Senado, e nós vamos descobrir o que é que está por trás.

Sr. Paulo Roberto, eu queria mais uma vez lhe dar as boas-vindas e dizer que, particularmente, quem acompanha o nosso mandato sabe que eu discordo de indicações políticas para cargos como o que o senhor está. Acho que deveria ser um processo diferente, um concurso público na área técnica, porque, na hora em que você indica, você já começa a dever alguém. Essa é a grande... Não estou dizendo que é o seu caso, mas é uma coisa natural do ser humano. Na hora em que você indica, você fica devendo um favor à pessoa que o indicou. Então, isso já começa equivocado, no meu modo de entender. Estou apoiando projetos legislativos pra que a gente mude esse processo de escolha dentro da Agência Nacional de Saúde e de outras agências reguladoras.

Eu queria perguntar para o senhor o seguinte: os eventos ocorridos logo no começo da pandemia que envolveram no caso o Hospital Sancta Maggiore, em São Paulo, da Prevent Senior, foram amplamente divulgados. Que tipo de investigação a ANS adotou pra esclarecer os fatos? A quais conclusões chegou? Que medidas corretivas adotou? Entre um depoimento e outro e perguntas dos colegas, eu vi que o senhor respondeu, mas eu queria ratificar essa pergunta, porque eu queria compreender melhor.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Obrigado, Senador Girão, pela pergunta.

A agência, antes mesmo daquela situação que tinha sido veiculada pelo Ministro Mandetta, à época, esteve no Hospital Sancta Maggiore, no dia 23 – se não me falha a memória – de março, em que fez uma visita técnica, só que o foco da visita foi relacionado à questão dos leitos.

Não cabe, não compete à agência estar fazendo apurações. Aquelas que foram narradas, relacionadas à morte de pacientes, aí, sim, caberia a outros órgãos, que fizeram suas investigações, e aí a gente precisa apurar desses órgãos quais foram as conclusões. Da nossa parte, foi concluída essa visita e foi arquivado o processo, uma vez que não foi encontrada nenhuma questão em que coubesse qualquer conduta infrativa por parte da operadora, no que tange à competência da Agência Nacional de Saúde "suplementar".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

O caso Prevent Senior, Sr. Paulo Roberto, tomou realmente, indiscutivelmente, uma envergadura muito grande com a divulgação dos fatos. Temos um auto de infração lavrado no mês de setembro agora, no mês passado. O senhor não acha que demorou muito tempo para que esse caso viesse ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento público? Não há uma certa lentidão na Agência Nacional de Saúde, uma certa leniência com os planos de saúde do Brasil?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Girão, agradeço a pergunta.

Já pontuamos aqui, mas eu acho que não me fiz claro. Na verdade, desde o começo, das primeiras denúncias que foram realizadas, a agência vem tomando suas precauções, vem abrindo os processos sancionadores. Trouxe o número aqui: de janeiro a setembro de 2021 – de janeiro de 2020 a setembro de 2021 –, foram abertas 248 mil reclamações. Dessas reclamações, teve questões que foram sanadas... Quase 92% dessas reclamações foram sanadas.

Obviamente, focando essa questão do *kit* covid, foram seis processos abertos contra operadora, e em razão de novas denúncias abertas e informadas pela CPI é que a agência fez outras visitas técnicas, abrimos outros processos, e esses processos estão sendo apurados. De dois deles já foram lavrados autos de infração.

Dias 4 e 5, nós fizemos uma visita lá na operadora, que ocasionou a decretação de uma direção técnica que vai acontecer a partir do dia 14 de outubro, demonstrando, da nossa parte, que a agência vem, sim, tomando as devidas precauções, tomando todas as ações e medidas necessárias para apurar qualquer tipo de infração por essa ou qualquer outra operadora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Presidente, só para ter uma noção do tempo, quantos minutos me restam, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quatro minutos e quarenta segundos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quatro minutos e quarenta. Tá.

Eu tenho várias perguntas, mas deixe-me fazer esta pergunta aqui para o senhor: a questão envolvendo a Prevent Senior trouxe à tona pontos que serão alvo de discussão na sociedade brasileira, tais como a falta de transparência no mercado de saúde, a vulnerabilidade dos cidadãos perante as consultas médicas e os planos de saúde, além do deficiente controle das práticas das operadoras da área de saúde. Pergunto: o que a ANS está fazendo para mitigar esse crônico quadro? Por favor, descreva ações práticas, auditáveis, materiais, senão ficamos em discursos burocráticos que nos levam a nada. Se o senhor puder ser objetivo, porque eu ainda tenho mais um questionamentozinho a fazer.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador, a agência vem, cada vez mais, trabalhando e ampliando a transparência, seja pelos painéis dinâmicos em que há uma divulgação das informações e dos dados que nós estamos transformando em informações, para exatamente dar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência para o beneficiário, o consumidor. Não por isso, a agência, o setor de saúde suplementar tem um índice de aprovação de 80%, em recente pesquisa feita pelo – se não me falha a memória – Instituto de Saúde Suplementar.

Então, a agência vem ampliando cada vez mais essas medidas, vem ampliando o empoderamento do consumidor, a exemplo da portabilidade, agora, que foi ampliada para todo e qualquer tipo de contrato.

Então, de forma rápida, direta, como V. Exa. solicitou, daria essas duas questões, mas, caso o senhor queira, eu posso preparar um material e lhe informar posteriormente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu agradeço, Dr. Paulo Roberto.

Ontem, no Senado Federal, Sr. Presidente, foi aprovada a construção do memorial em homenagem às vítimas da covid-19 no Brasil. Nós lamentamos muito cada perda, já que toda vida é importantíssima.

No Nordeste, que faz parte dessa triste realidade – aqui estou falando com vocês do Nordeste –, quantas mortes ocorreram pela corrupção? Porque foram R$120 bilhões, segundo o Ministro Wagner Rosário, da CGU, enviados para enfrentar essa pandemia, de verbas federais para Estados e Municípios.

O caso do Consórcio Nordeste – e eu estou aqui por isso hoje –, só um caso são R$48,7 milhões na compra de respiradores superfaturados que nunca chegaram.

Quantos nordestinos morreram esperando esses respiradores do Consórcio Nordeste?

O que poderia ser feito com R$48 milhões para salvar vidas?

Esta CPI, infelizmente, está chegando ao final amanhã nos depoimentos e não enveredou por esse caminho do rastreio da corrupção.

Então, eu queria manifestar aqui o meu repúdio a isso e dizer que essa tragédia humana de quase 600 mil vidas se deve também muito a esse tipo de atitude como a gente está vendo aqui no Consórcio Nordeste, e os culpados, os responsáveis devem ser punidos. É isso que a sociedade quer de forma pacífica, de forma respeitosa, mas firme dos Senadores da República do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero aqui aproveitar a minha condição de Presidente para defender a CPI, mas é da minha obrigação dizer que a última afirmação de V. Exa. não corresponde bem à realidade.

O rastreio da corrupção esta CPI está fazendo, estão aí os exemplos da Covaxin, da Precisa, da Davati, várias coisas, e V. Exa. inclusive participou aqui de interrogatórios e tal. Então, só para fazer esse pequeno contraponto.

Com a palavra, o Senador Fabiano Contarato, o primeiro não membro inscrito; depois dele, a Senadora Zenaide Maia, que é a última inscrita.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar V. Exa., presidindo esta tão conceituada Comissão Parlamentar de Inquérito, que já prestou um grande serviço à população brasileira e está prestando.

Agradeço ao comparecimento do depoente, e à minha abordagem aqui, naquilo que for possível, o senhor tentar ser o mais objetivo possível, eu agradeço.

A ANS possui um posicionamento oficial sobre o chamado tratamento precoce ou preventivo?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Senador, de fato, a gente já se manifestou que não compete à agência interferir na questão da prescrição do médico, ou seja, há uma autonomia do médico.

A atuação da agência só seria caso houvesse a comprovação de que a operadora estaria pressionando o médico para fazer, receitar ou prescrever aquele tipo de medicamento ou o medicamento que foi entregue ao beneficiário e não tenha sido devidamente avisado. Aí, sim, caberia...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

O senhor sabe a diferença entre um cientista e um médico?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Desculpa, Senador, eu não ouvi.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Qual a diferença entre um cientista e um médico?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Se eu sei a diferença?

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – É.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não saberia lhe responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – O médico não pode fazer, utilizar o paciente como cobaia.

Ciência se faz em laboratório, ciência se utiliza de estudos, de pesquisas, publiciza isso nos locais credenciados.

Então, a Agência Nacional de Saúde tem que se posicionar, sim, porque nós estamos em um momento de pandemia em que está sendo violado o principal bem jurídico de quase 600 mil pessoas que morreram, mas é necessário que nós passemos a defender a ciência. Nós estamos com um comportamento em que nós estamos refutando, desprezando a ciência, contrário à vacina, contrário ao distanciamento social, contrário à utilização de álcool em gel e máscara, e difundindo a utilização sem nenhuma comprovação científica. Isso é criminoso! Eu não consigo entender!

Então, a pergunta aqui é muito objetiva: o posicionamento da Agência Nacional de Saúde sobre o tratamento precoce! Eu queria ouvir do senhor simplesmente uma coisa: a Agência Nacional da Saúde defende a ciência. Qualquer medicação que não for comprovada cientificamente é repudiada, porque isso é o mundo que está falando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Que deixa registrado... Por isso que eu fiz questão de abrir com essa pergunta, porque eu quero que fique consignado aqui, Senador Humberto, qual é o posicionamento da Agência Nacional de Saúde, porque a questão é muito óbvia.

Nós estamos num momento em que você está repudiando um comportamento negacionista e que nós estamos difundindo a chamada imunidade de rebanho! Ora, você me perdoe, mas eu sou professor de Direito Penal há 22 anos. Difundir imunidade de rebanho e tratamento precoce é crime de epidemia qualificada com pena de 20 a 30 anos! É crime hediondo! Tem a digital do Presidente nessas mortes! Tem a digital dos ministros, de quem quer que seja no agravamento, Senador Humberto, dessa pandemia!

Então, com todo respeito, eu queria que o senhor tivesse a altivez de responder a esta pergunta. Daria até outra oportunidade ao senhor: qual é o posicionamento da Agência Nacional sobre tratamento precoce preventivo?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Excelência, o que eu estou mencionando é que, na verdade, eu não estou me manifestando se sou contra ou a favor; estou dizendo que a Agência Nacional de Saúde Suplementar não tem competência para se manifestar sobre essas questões.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Qual é a opinião do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Cabe ao Conselho Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Qual é a opinião do senhor?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Eu sou a favor da ciência...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Ah... Por favor...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Eu sou a favor da ciência, mas é o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Regional de Medicina.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito, mas a fala do senhor e a fala da gente aqui... E aí eu quero chamar a atenção, Senador Humberto, de colegas Senadores, quando ficam reforçando essa tese negacionista, porque nós estamos tendo um compromisso aqui social com a ciência. Nós estamos passando isso para o País todo. Então, o senhor tem que ter a responsabilidade. Se o senhor está à frente de uma Agência Nacional de Saúde, e a Agência Nacional de Saúde tem que sempre – sempre! –, incondicionalmente... O Governo passa, mas o Estado brasileiro, as instituições permanecem e têm que estar defendendo a ciência, na proteção do principal bem jurídico que é a vida humana e respeito à integridade física e à saúde.

Não é a toa que o abre-alas do Código Penal começa com o crime de homicídio, porque o principal bem jurídico que tem que ser protegido pelo Estado brasileiro é a vida humana, é a saúde pública, é a integridade física. Isso não sou eu que estou falando, está no art. 6º e no art. 196 da Constituição Federal, quando diz que a saúde pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

Por isso que se impõe a responsabilidade do Presidente da República: porque ele negou a ciência no braço da população brasileira. E a relevância desta CPI foi fazer com que o Governo Federal começasse a vacinar a população. Foi essa a importância. Mas, nessas mortes que estão aí – dentre elas tem uma cunhada minha de 44 anos –, tem mortes evitáveis. Qual é o valor dessas vidas?

Então, eu pediria que o senhor tivesse um mínimo de responsabilidade quando falar que a Agência Nacional de Saúde tem que defender sempre – independentemente de Governo, independentemente de quem qualquer que seja – a ciência.

Há alguma orientação oficial sobre esse protocolo em relação aos planos de saúde?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – A manifestação da agência é neste sentido, de que cabe a prescrição médica... É o médico que vai dar essa... A autonomia é dele, e não compete à agência estar se manifestando.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Por favor... O médico não pode fazer... usar o paciente de cobaia. Médico só tem que utilizar a medicação com comprovação científica. O médico não pode falar "olha, tem vacina mas você deixa de ser vacinado e toma azitromicina, hidroxicloroquina e ivermectina". Tenhamos responsabilidade! Nós estamos... Parece que nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na época medieval. Nós estamos retrocedendo, nós estamos questionando se a Terra é plana, nós estamos questionando o insumo de uma vacina que nós sempre tomamos. Eu tenho 55 anos, sempre tomei vacina. Nunca questionei se o insumo veio da China ou de quem quer que seja, mas agora, por uma questão ideológica, não de nós Senadores, mas do próprio Presidente da República, que quer ter esse comportamento preconceituoso. Não podemos compactuar com isso.

Outro questionamento que eu faço é: a Agência Nacional de Saúde informou que instaurou um processo de apuração em 08/09/2021 sobre as denúncias da Prevent Senior. A pergunta é: este foi o primeiro processo instaurado contra uma empresa sobre condutas indevidas praticadas durante a pandemia?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Não. Não, não. A gente...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Tiveram outros processos contra a Prevent Senior?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Contra a Prevent Senior tiveram outros seis processos e, depois, posteriormente à data de 08/09, foram abertos mais quatro processos.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

A ANS tomou providências em relação a outros planos de saúde que supostamente tenham adotado a propagação do tratamento precoce, como a Hapvida e a Unimed, por exemplo?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador, com relação ao tratamento precoce em si, eu volto a repetir, na verdade a agência não tem se manifestado... Tem se manifestado no sentido de que cabe a competência... não é competência da agência, é prescrição do próprio médico. Há, inclusive, uma questão legal do Conselho Federal de Medicina, mas foi aberto, sim, com relação àquelas duas outras infrações que eu mencionei...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu quero só entender. Vocês concluíram que a Prevent Senior não tinha responsabilidade. O senhor pode descrever brevemente como foi realizada a instrução desse processo de apuração? Eu sou delegado de polícia. Você coleta provas de natureza objetiva, que são provas técnicas, e provas de natureza subjetiva, que são depoimentos. Por vocês fazerem essa coleta de informação, instaurar um processo e depois não atribuir responsabilidade, eu queria que o senhor passasse para mim e para a população brasileira...

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Claro...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – ... qual foi o convencimento que levou vocês a ter o livre convencimento de não atribuição de responsabilidade da Prevent Senior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

quando o que nós ouvimos aqui, o que foi coletado por esta CPI, o relato que já temos é de um comportamento extremamente grave, e a CPI no seu relatório final deve jogar luz sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador, essa decisão que V. Exa. menciona é um processo de abril de 2021, da Deputada Jandira Feghali, que ela fez a informação, e a pergunta, a forma como ela nos apresentou é que estaria havendo coação por parte da operadora e também não estava havendo a comunicação aos beneficiários. O que que nós fizemos? Solicitamos essas informações, pedimos à operadora que nos apresentasse esses documentos. Eles apresentaram termos de consentimento – houve uma amostra que foi apresentada em número volumoso de termos de consentimento –, bem como manifestações dos próprios médicos informando que não havia qualquer tipo de coação. Em razão disso, a agência entendeu que não havia qualquer infração nesse caso específico. Isso não quer dizer que foram abertos outros processos, tanto é que foram lavrados outros dois...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Isso é muito grave! Eu respeito a decisão de vocês, mas isso é muito grave, porque, se tem uma denúncia, você tem que esmiuçar, você tem que exaurir toda e qualquer possibilidade, porque um dos princípios que regem a administração pública é a eficiência. Então, mais uma vez, não sou eu que estou falando. O art. 37 da Constituição Federal textualmente diz o seguinte: são princípios que regem a administração pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Então, se há uma denúncia, você tem que esmiuçar o teor daquela denúncia e buscar toda e qualquer forma de apuração.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Princípios esses...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Eu queria saber quais foram essas informações que vocês colheram para não atribuir essa responsabilidade à Prevent Senior. O que convenceu? Qual foi... Simplesmente um ofício expedido e médicos falando que não foram coagidos foi o suficiente? Porque essa instauração foi pró-forma, foi só para dizer que se instaurou; ela não exauriu. Porque, se você buscasse efetivamente todos os relatos que foram veiculados, publicizados pelos meios de comunicação social, a conclusão seria outra – eu não tenho dúvida de que seria outra –, e não essa que o senhor está aqui falando neste momento.

A ANS identificou outras operadoras de planos de saúde com características semelhantes às da Prevent Senior no Brasil?

Eu quero falar aqui... Sr. Presidente, ontem, durante um depoimento, eu recebi uma... O que foi publicizado – e aí eu vou te falar quem foi –, a notícia... O jornalista foi até o Gabriel Luiz. Ele relata aqui – fato muito grave – que os hospitais... médicos dos hospitais das Forças Armadas estavam sendo pressionados para fazer... orientados a prescrever o *kit* covid em receitas pré-assinadas – olha só, Senador Humberto, o senhor é médico – em receitas pré-assinadas para dar o tratamento do covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, não me venha falar "ah, não é competência da Agência Nacional de Saúde não atribuir isso...", mas o que a Agência Nacional de Saúde está provocando para que as autoridades também apurem isso?

Então, eu queria saber do senhor se realmente a ANS identificou outras operadoras de planos de saúde que tiveram o mesmo comportamento da Prevent Senior, como agora está veiculado, com o Hospital das Forças Armadas, como bem relatou esse jornalista Gabriel, que eu citei, que foi no G1 do Distrito Federal. O senhor pode me explicar isso?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Claro. É bom até, Excelência, trazer a questão de um hospital que não tem a ver com plano de saúde. Aí caberia, sim, ao CFM e ao CRM daqui para investigar e apurar esse tipo de situação.

Então, primeiro que a agência, sim, olha e observa todos os princípios constitucionais que V. Exa. já mencionou. É um corpo técnico gabaritado, altamente envolvido com o trabalho, apurando todo e qualquer... exaurindo todo e qualquer tipo de denúncias que são formuladas. E, nesse caso específico, foi isso que nós fizemos. A denúncia não especificava quais eram ou quem foram as pessoas ou os nomes dos médicos que tenham sido coagidos pela operadora bem como dos pacientes. Então, diante de uma situação como essa, nós solicitamos que fosse encaminhado um número expressivo de... tanto de termos de consentimento quanto dos nomes dos médicos. Eles nos passaram, e entendemos, naquele momento, que aquele processo estaria arquivado. Isso não quer dizer que a gente deixou de investigar. Fizemos isso. Fizemos uma visita técnica lá na operadora, pegamos uma amostra maior e detectamos, sim, que havia médicos – médicos esses que, inclusive, já haviam sido demitidos – que informaram e relataram à agência que havia, sim, esse tipo de coação. Em razão disso, a agência lavrou dois autos de infração contra a operadora, e o processo continua. Estamos apurando e esperando outras informações...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – A ANS dispõe de um canal para recebimento de denúncias de irregularidades cometidas por operadoras de planos de saúde, correto?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Sim, existe.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Houve denúncias sobre fornecimento de tratamento precoce por parte de outras operadoras?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Sim, foram 38 denúncias que nós recebemos.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Tratamentos médicos experimentais também?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Tratamentos experimentais não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Não.

Quantas denúncias foram recebidas que o senhor falou? Trinta e oito?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Trinta e oito, especificamente sobre...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Com relação à Prevent Senior?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Seis.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Seis.

Isso que eu não consigo entender, porque um fato de tamanha gravidade, como foi relatado – e eu falo aqui agora um pouco da minha experiência como delegado –, a gente sabe que... O delegado de polícia apura um fato que ele pode ouvir falar num programa de TV, ou no rádio, ou num meio de comunicação, porque ele tem obrigação, porque está em jogo aí a incolumidade pública. Nós temos aí os chamados crimes de ação penal pública incondicionada, independe de condição, porque quem foi atingido foi toda sociedade. Nós temos um agravamento da pandemia em que, infelizmente, 598.871 brasileiros perderam suas vidas e mais de 20 milhões foram contaminados.

E eu não posso deixar de fazer minha crítica de que a Agência Nacional de Saúde, com todo respeito, poderia ser muito mais proativa, muito mais eficiente para tentar mitigar os danos dessa pandemia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e desculpa por ter me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Contarato.

Eu queria só lembrar um fato aqui, porque o Dr. Paulo Roberto tem, o tempo inteiro, se apegado a essa tese de que não era responsabilidade da ANS se meter nesse assunto da distribuição dos medicamentos, mas eu queria lembrar a ele, primeiro, uma coisa curiosa. O Senador Randolfe e o Senador Fabiano Contarato lembram muito bem quando a Senadora Ana Amélia, depois de uma grande luta, conseguiu aprovar aqui, no Senado Federal, a obrigação de os planos de saúde fornecerem medicamentos ambulatoriais para neoplasia. Aqui nós tivemos também um projeto do Senador Reguffe, que nós aprovamos e foi vetado pelo Presidente da República, mais ou menos no mesmo sentido. O da Senadora Ana Amélia terminou vigorando. E a regulamentação que foi feita desse projeto foi uma dificuldade de aprovar, porque os planos de saúde não querem distribuir medicamentos ambulatorialmente para as pessoas levarem para casa. Curiosamente, no meio da pandemia, eles compraram medicamentos de uso ambulatorial, e não precisava nem ir lá pedir; eles mandavam para a casa das pessoas. E a legislação diz que esses medicamentos têm que ter registro na Anvisa e indicação de bula. Isso é uma lei que diz respeito à área regulatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dr. Paulo, me desculpe, mas V. Sa. não pode se omitir desse fato. Na pior das hipóteses, V. Sa. teria que saber: "Estão entregando aqui o medicamento cloroquina com a indicação de aplicar para covid; e mais um bocado: o ozônio, a azitromicina, não sei o quê". É lógico que era da responsabilidade da ANS, pelo menos nessa distribuição de medicamentos ambulatorialmente, ver se isso aí tinha registro na Anvisa, se tinha indicação na bula. Sem isso, V. Sa. teria que dizer ao hospital, a quem quer...: "Não pode, não pode, vocês estão transgredindo a lei!". Então, era a isso que eu queria chamar atenção.

Peço que V. Sa. consulte a legislação que foi aprovada pelo Congresso, a regulamentação que foi feita sobre ela, até porque ainda tem gente aí dando cloroquina, esse negócio todo aí. O senhor... Ainda há tempo de parar um pouco essa questão.

Mas eu já falei demais aqui e vou dar a palavra à Senadora...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Senador Humberto, só para concluir aqui.

Eu requereria à CPI que, com relação a essa denúncia de os hospitais das Forças Armadas estarem sendo obrigados a utilizar o *kit* covid, fosse remetido ao Ministério Público Federal, pra apuração.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos, vamos remeter, sim.

Então, eu vou conceder a palavra à Senadora Zenaide Maia, a última inscrita no dia de hoje.

Vou pedir ao Senador Randolfe que assuma por cinco minutos aqui, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e todos os que estão assistindo, eu queria dizer o seguinte.

A gente fica ouvindo aí, povo brasileiro, que as decisões desta CPI são políticas. E são políticas mesmo, porque as decisões tomadas pelo Presidente da República em não comprar vacina a tempo, em estimular o uso de medicação sem eficácia terapêutica, de incentivar a imunidade de rebanho, foram uma decisão política da Presidência da República, sim! E essa decisão de não comprar vacina a tempo, essa decisão de não seguir a ciência, essa decisão de usar o dinheiro público pra comprar medicamento sem eficácia terapêutica ao invés de comprar a vacina da Pfizer, inclusive de continuar negociando com a vacina Covaxin, que não era aprovada ainda pela Anvisa e que não existia, e que mesmo assim o Ministério da Saúde empenhou R$1,6 bilhão na compra dessas vacinas, quando a CPI denunciou, voltaram atrás. Essas decisões, Presidente Randolfe, são políticas. Então, essa história de vir aqui dizer: "A CPI não vai politizar". Ora, quem matou quase 600 mil pessoas neste País foram decisões políticas, sim, da Presidência da República, junto com o Ministério da Saúde, junto com esses órgãos todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria dizer ao povo brasileiro que não tem essa história de que aqui não é político, não? As decisões que fizeram chegar a quase 600 mil óbitos neste País quem tomou foi uma decisão política pelo Presidente da República junto... E criou até gabinete paralelo.

E, desta CPI, eu sinto o maior orgulho! Eu não sou nem membro, mas todo dia, praticamente, sou eu que falo por último, mas não abro mão de falar.

Em nome dessa autonomia médica, Sr. Paulo... Eu sou médica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: não existe essa autonomia médica de prescrever medicamentos que a ciência não provou. Isso é fazer os pacientes de cobaias.

Agora, eu queria fazer uma pergunta aqui ao senhor. O senhor não estranhou que operadoras de planos de saúde estivessem distribuindo medicamentos? Quando foi que plano de saúde distribuiu medicamento no nível ambulatorial? Esse *kit* covid, esse *kit* que matou muita gente, esse *kit* que fez o povo brasileiro... Hidroxicloroquina, ivermectina, azitromicina mataram muita gente de morte evitável. Esta CPI está provando isso, e esse povo vai ter que responder, gente.

Eu não tenho dúvida, nem nunca tive, de que, se o Governo tivesse assumido a ciência, comprado as vacinas a tempo, estimulado as condutas não medicamentosas... Você imagine o plano da imunidade de rebanho... Quantas campanhas publicitárias o Ministério da Saúde fez, com quase dois anos de pandemia, pra dizer às pessoas como se defender disso? Não, ele mandava tomar cloroquina, hidroxicloroquina... E o pior não eram os efeitos colaterais desses medicamentos, não, era a falsa impressão que os brasileiros tinham, porque o Presidente da República mandava, porque os médicos do gabinete paralelo mandavam, de que, se tomassem esses medicamentos, não teriam a doença, a covid-19, e, se a tivessem, seria fraca.

Agora eu digo ao senhor: acho que o cidadão brasileiro espera que a Agência de Saúde Suplementar fique do lado do povo e não dos planos.

E tem uma coisa que me chamou a atenção aqui, sobre um seminário que o Senador Randolfe falou que vocês fizeram. É comum a Agência Nacional de Saúde Suplementar reunir operadoras de saúde para parabenizar por condutas, essa ou aquela? Porque, na verdade, a conduta não era mais do que a obrigação deles. Pode responder?

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – Senadora, obrigado pela pergunta.

A agência sempre faz encontros com a operadora, com os beneficiários, com o setor regulado como um todo. Nesse caso específico, na verdade, foi uma questão relacionada à gestão dos pacientes crônicos durante a pandemia. Foram quatro outras operadoras que... Na verdade, ao todo, foram quatro operadoras que apresentaram seus casos de sucesso em razão daquela situação que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

estávamos vivendo, em razão da dificuldade de as pessoas saírem, se deslocarem em razão da pandemia. Então, foram apresentadas questões, e a agência, na verdade, fez esse encontro e parabenizou de fato... Havia situações exitosas. Agora, repito, não foi, em nenhum momento, tratado sobre *kit* covid, tratamento precoce. Foi tão somente essa busca ativa com relação aos pacientes pra que os pacientes crônicos não ficassem desassistidos. Então, foi esse o foco dessa reunião que nós tivemos no dia 30 de junho.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A ANS não teve nenhuma curiosidade, não chamou a atenção o fato de os planos de saúde estarem distribuindo *kits*? Não tiveram denúncias de *kit* covid?

Como eu falei, aqui não é simples. A gente sabe aqui, por exemplo, que a gente aprovou o medicamento oral para o câncer, a entrega domiciliar, e o Presidente da República vetou. Em nenhuma hora soube disso? Como o Senador Humberto falou, que é médico também, isso chamaria a atenção, porque eu acho que a Agência Nacional de Saúde Suplementar tem o dever também de preservar isso aí. Por exemplo, chamar o plano de saúde e saber por que estava prescrevendo medicamento... Todo dia, a grande mídia mostrava que estavam prescrevendo medicamentos, ali uma prescrição, mas para a maioria já ia o *kit* – o *kit*. Eu não estou falando nem da questão de eles mudarem o código internacional da doença no caso dos óbitos, que aquilo aí é imoral, não é só ilegal. E o fato de a Prevent Senior fazer um familiar optar, pra economizar, deixar o paciente na enfermaria fazendo paliativo e não fazer uma conduta como botar na UTI – que só podia ser pra economizar, como foi mostrado aqui por alguns médicos, que mostraram, que denunciaram, e que a gente vai... Acho que a gente espera que, com essas denúncias, a Agência Nacional de Saúde Suplementar tenha esse olhar diferenciado. Ela foi criada pra defender a população, não foi pras operadoras. Por exemplo, as operadoras tiveram lucros, grandes lucros no meio da pandemia, porque elas deixaram de fazer... O pessoal não procurava e também elas suspenderam o atendimento normal. Então é uma coisa que a gente deveria ver, mas ela teve aumento do mesmo jeito. Eu lembro que na sabatina do senhor eu estava presente e perguntei o que era que ia ser feito com isso.

Então o plano de saúde distribuindo o *kit* já era para ter acendido a luz amarela do senhor porque não é o normal do plano de saúde gastar um dinheiro a mais, tinha que desconfiar que ele estava fazendo aquilo pra economizar, não internando o paciente na UTI. Isso é eutanásia. Isso é eutanásia de paciente sem estar em fase terminal, gente. Isso é muito grave.

Por isso que eu quero a gratidão do povo brasileiro de ter aberto essa CPI. Essa CPI provou que, como uma medida política, o Presidente da República resolveu que as pessoas tinham que morrer, tinham que ter a tal imunidade de rebanho. E a Agência Nacional de Saúde Suplementar, acho que deveria ter investigado. Tem que a gente olhar isso, não pode se limitar só àquilo que está no papel, não, já era pra desconfiar, porque quando disse que estava distribuindo *kit,* eu, como médica, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconfiei, eu tenho plano de saúde e nunca ouvi falar nisso, que me dessem o remédio, que eu saísse da consulta com o medicamento. Não é o papel do plano de saúde e nem eles vão querer isso. Então era isso.

Estranhei essas reuniões – sinceramente, eu achei que era uma coisa mais burocrática –, mas essa reunião principalmente pra parabenizar pelo feito da Prevent Senior.

E, Sr. Presidente Randolfe, estamos perto de terminar os trabalhos, mas isso vai continuar, e não tem como a sociedade brasileira não ter visto que a maioria dos seus familiares poderia não ter ido a óbito, morreu de morte evitável, e eles sabem quem foram os culpados. Nós temos 135 mil órfãos da covid nesse País. Fora os 600 mil, a que se vai chegar.

Agora eu queria terminar dizendo ao povo brasileiro: usem as máscaras, se vacinem, não deixem de fazer isso, nem que seja o seu Presidente da República que lhe peça isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós é que agradecemos, Senadora Zenaide. Tenha certeza de que, no que depender dos membros dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, da direção dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI não terminará quando ela acabar. Teremos as consequências da Comissão Parlamentar de Inquérito e teremos uma agenda pra encaminhar as consequências dessa CPI para todos os órgãos que forem responsáveis.

Algumas dessas consequências, Senador Humberto – e eu quero mais uma vez lhe cumprimentar, Dr. Paulo Roberto – nós ouvimos hoje da Agência Nacional de Saúde, que é a intervenção técnica na Prevent Senior, medida mais do que adequada, embora não no tempo certo, como já foi dito aqui, mas uma medida necessária. Como já foi dito também, se, às vezes, não se muda o começo, pode-se mudar o final.

Dr. Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Senador Presidente, na verdade era só para lhe dar uma resposta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO (Para depor.) – ... com relação ao *webinar* que foi feito: “Cuidados em saúde durante a pandemia: experiências na saúde suplementar”; foi esse o título daquela reunião do dia 30 de junho sobre o qual V. Exa. perguntou e eu fiquei de lhe dar uma resposta.

E, se me permite, só mais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – Embora o Senador Rogério não esteja aqui, mas ele fez menção à Diretoria Colegiada em que ele, de alguma forma, questionou a questão do corpo técnico da agência, mas eu queria só ratificar e demonstrar a confiança do corpo técnico que nós temos. É composto por servidores altamente qualificados e que têm desempenhado um trabalho sério e está empenhado em fiscalizar, fazer cumprir todas as normas que regem o setor de saúde suplementar.

Então, a agência, desde o começo da pandemia, tem se debruçado diuturnamente nos problemas que acontecem, e não são fáceis. É um setor complexo, o ex-Ministro Humberto conhece bem o setor da saúde suplementar, é um setor com vários atores, cada um com seu interesse divergente, então é só essa palavra que eu queria fazer.

E a última, porque está... Aquela questão que V. Exa. mencionou com relação àqueles whatsapps, na verdade foi protocolado ontem na agência, a gente não tinha conhecimento dessas informações que V. Exa. passou aqui. Recebemos no dia 4, na verdade, às 23h37, e aí eu queria reiterar no caso que, se possível, essa CPI puder disponibilizar o dossiê que foi apresentado pela advogada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De imediato.

O SR. PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO – ... e que foi feito, já foi solicitado pela agência para que a gente possa dar andamento aos processos que já estão abertos.

Agradeço a V. Exa. e agradeço à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria determinar à Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito as informações que temos em relação a essa denúncia que já foi disponibilizada para a CPI, e encaminhar, de pronto, para a Agência Nacional de Saúde complementar.

Peço também à minha assessoria, peço o apoio de Ana Cristina para que também o conjunto das informações que aqui trouxemos, dos *prints* de WhatsApp, do dossiê e do protocolo da denúncia, seja encaminhado, ainda hoje, se possível, o quanto antes, para a Agência Nacional de Saúde complementar. Assim o faremos.

Dr. Paulo Roberto, quero agradecer a V. Exa., assim como agradecer a todos do corpo técnico da Agência Nacional de Saúde complementar que acompanharam toda a sua oitiva no dia de hoje, e também à sua douta defesa.

Havendo número regimental, coloco em votação as indicações de investigados formuladas pelo Relator. Na verdade, esta deliberação submeteremos amanhã e será encaminhada pelo Presidente Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em apreciação a Ata da 62ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convocando para a próxima – e pelo menos por enquanto, Senador Humberto, até algum fato novo vir a acontecer, então, por enquanto – última oitiva desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que será realizada amanhã, com a presença do Sr. Tadeu Frederico Andrade, ex-paciente da Prevent Senior, e do Dr. Walter Correa de Souza Neto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência e convoco todos para amanhã, às 10h da manhã.

(*Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 64ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Paulo Rocha, Nelsinho Trad e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru e Fabiano Contarato. Deixa de comparecer o Senador Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva - Tadeu Frederico de Andrade e Walter Correa de Souza Neto**. **Finalidade:** Depoimento de Tadeu Frederico de Andrade, beneficiário da Prevent Senior, e de Walter Correa de Souza Neto, médico. Oitiva do Tadeu Frederico de Andrade, em atendimento ao requerimento 1561/2021; do Walter Correa de Souza Neto, em atendimento ao requerimento 1560/2021. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1570 de 2021** que: "Requer, ao Ministro de Estado da Saúde, senhor Marcelo Queiroga, que esclareça, no prazo impreterível de 24 (vinte e quatro) horas as informações que especifica." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1571 de 2021** que: "Requerimento à PCDF e à PF de cópia de Boletim de Ocorrência registrado por Mayra Pinheiro." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1530 de 2021** que: "Requer seja convocação o ministro da Saúde, Exmo. Sr. Marcelo Queiroga, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 1575 de 2021** que: "Requer seja convidado para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito o deputado estadual Kelps Lima, presidente da CPI da Covid 19 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 1576 de 2021** que: "Requer à Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid 19 da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte informações e documentos relativos aos trabalhos conduzidos." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 1577 de 2021** que: "Requer ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações e documentos relativos à auditoria requerida pela presente Comissão a respeito das chamadas “motociatas de Bolsonaro”." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus. A presente reunião destina-se ao depoimento dos Srs. Walter Correa de Souza Neto e Tadeu Frederico de Andrade, em atendimento aos Requerimentos nºs 1.560 e 1.561, ambos de autoria do Senador Humberto Costa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Solicito que os depoentes sejam conduzidos à mesa.

Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, queria pedir atenção de V. Exas. e dos colegas membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Veja, Sr. Presidente, esta CPI tomou a decisão de encaminhar a S. Exa. o Sr. Ministro de Estado da Saúde uma série de questionamentos de autoria, da lavra do Senador Alessandro Vieira, para que inclusive se tornasse desnecessária a vinda do Sr. Ministro de Estado da Saúde a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Senador Alessandro encaminhou o requerimento que esta CPI aprovou, pedindo as seguintes informações do Sr. Ministro de Estado da Saúde, são elas: o detalhamento do Plano Nacional de Imunizações; o detalhamento do programa de acompanhamento epidemiológico; o apontamento dos membros da equipe técnica responsável pelo acompanhamento do contexto da pandemia; a descrição da atual situação de imunização; e a programação da imunização para o ano que vem. São questionamentos, Sr. Presidente, simples que ainda não chegaram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, embora esta Comissão Parlamentar de Inquérito tenha determinado o prazo de 48 horas – aguardar os senhores depoentes –, embora esta CPI tenha estimado o prazo de 48 horas para a chegada dessas informações. Senhor Presidente, Sr. Relator e colegas membros desta CPI, já se completaram 48 horas, e o Sr. Ministro de Estado da Saúde não respondeu a esses questionamentos!

Corrobora um segundo fato, Sr. Presidente, estava prevista para hoje – para hoje –, agora às 9h, uma reunião da Conitec, que é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia do Sistema Único de Saúde, para finalmente emitir um parecer técnico sobre o que todo o planeta Terra já sabe: da ineficácia do uso de cloroquina. E o que é que ocorre? O Senhor Presidente da República se irrita com o Ministro Marcelo Queiroga e determina, lá do Palácio do Planalto, a retirada, na pauta da Conitec, desse tema, inclusive subvertendo a equipe técnica, designada pelo próprio Ministro Marcelo Queiroga. Aliás, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho dúvida de quanto tempo o Sr. Marcelo Queiroga ainda ficará no Ministério da Saúde, porque ele está cada vez mais se "pazuellando", está cada vez mais parecido com o Pazuello.

E aí tem uma outra circunstância e consequência, Sr. Presidente, Sr. Relator, daqui para duas semanas, acabando esta CPI, o Senhor Presidente da República simplesmente decide... Eu acho que não está bom, mas tem aquela máxima: o que é ruim, às vezes, piora. Eu não duvido de o Presidente da República, daqui a duas, três semanas, terminada a CPI, demitir o Sr. Marcelo Queiroga e botar o Pazuello de volta lá, ou – quem sabe? – ainda Mayra Pinheiro – ou ainda Mayra Pinheiro. A intervenção, o negacionismo continua ocorrendo.

Então, diante disso, Sr. Presidente, eu venho requerer a V. Exa. dois encaminhamentos. O primeiro, a apreciação de um requerimento à Conitec para que, no prazo de 48 horas, sejam prestadas as seguintes informações: relação de todos os processos e consultas públicas no âmbito da Conitec, encaminhamento de toda a documentação dos referidos processos e procedimentos, pauta das reuniões agendadas e realizadas.

Corroborado isso, Sr. Presidente, eu queria rogar a V. Exa., meu colega Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao Senador Renan e aos colegas da CPI que não descartemos a vinda ainda do Sr. Marcelo Queiroga a esta CPI – não vamos descartar! Ainda tem duas semanas para terminar. Tem uma semana que estaria para os ajustes finais do Relator. Ainda teria, então, um tempo... Tempo hábil existe, mas eu queria pedir, apelar aqui para que não descartemos, porque nós não podemos terminar esta CPI sem a Conitec dar uma posição clara sobre a ineficácia de cloroquina. Nós não podemos terminar esta Comissão Parlamentar de Inquérito com uma briga de interesses entre Mayra Pinheiro e Marcelo Queiroga no âmbito do Ministério da Saúde e sem nenhuma resposta sobre a vacinação de brasileiros no ano que vem – nenhuma resposta! Enquanto a ciência toda, o planeta se prepara para a vacinação, não tem nenhuma resposta... Nós não podemos terminar esta CPI sem uma resposta sobre a vacinação de adolescentes e crianças. Então, é o primeiro pedido que faço a V. Exa.

E um segundo pedido, Sr. Presidente... Aliás, na verdade, é uma comunicação que faço rapidamente ao senhor e ao Sr. Relator.

Eu queria pedir que colocassem a foto acima.

Esse senhor da foto que está aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator, esse senhor da foto que está apresentada para nós é o Sr. Márcio Antônio. Ele foi pai... Ele é pai de uma das vítimas da pandemia. Essa cena correu o planeta. Esse daí foi um dos atos realizados pela ONG Rio da Paz na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Amanhã, quando, lamentavelmente, pelo que a estatística indica, o Brasil pode vir a completar 600 mil mortos pela pandemia, a ONG Rio da Paz estará na praia de Copacabana levantando 600 lenços brancos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Relator, Sr. Presidente, acabei de receber um comunicado da ONG Rio da Paz, da coordenação da ONG, de que eles estarão aqui, Sr. Relator. No dia 19, para entregar para esta Comissão Parlamentar de Inquérito os 600 lenços brancos que eles erguerão amanhã na praia de Copacabana.

Eu queria requerer também a V. Exa., Sr. Presidente, que nós convidássemos... O Sr. Márcio Antônio se tornou um símbolo, um símbolo contra o negacionismo. No dia em que essas cruzes foram colocadas, fundamentalistas derrubaram as cruzes. Ele colocou uma cruz atrás de outra. Ele se tornou um símbolo dos brasileiros que se resignam e resistem tanto ao negacionismo do Governo quanto insistem em sobreviver diante da pandemia.

Eu acho que esse taxista, o Sr. Márcio Antônio, que deve ser uma das pessoas a serem... É a ele que nós dirigimos o trabalho desses quase cinco meses de Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu queria só fazer este registro do ato amanhã da ONG Rio da Paz, e comunicar, Sr. Relator, a presença da ONG do Sr. Márcio Antônio na apresentação do relatório final no dia 19.

E, por fim, reitero, Sr. Presidente, que nós não descartemos a possibilidade de esta CPI ainda concluir... desta CPI, antes de concluir, ouvir o Sr. Marcelo Queiroga. Há uma necessidade, há uma emergência diante desses notórios fatos, desses notórios acontecimentos. Existe uma crise no âmbito do Ministério da Saúde enquanto brasileiros ainda morrem, enquanto a pandemia ainda assola as famílias brasileiras. São os termos que faço do requerimento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto; depois o Senador Alessandro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ilustres depoentes, primeiro eu queria aqui registrar a correspondência que recebi da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) em que ela nos lembra aqui de que foi, a partir de uma iniciativa sua, da Abrasco, que a Ministra Rosa Weber reavaliou ou avaliou o posicionamento da Procuradoria-Geral da República quanto à relevância do uso das máscaras faciais como medida para a prevenção da covid-19.

Todos se lembram de que a Vice-Procuradora, a Sra. Lindora Araújo, apresentou um posicionamento, numa das ações movidas contra o Presidente da República pelo não uso de máscaras, de que não havia comprovação científica de que as máscaras protegessem. A Abrasco contestou essa decisão, e agora a Ministra Rosa Weber, com muita propriedade, determinou que a PGR fizesse um outro parecer levando em consideração aspectos científicos, pesquisas já realizadas, enfim. Queria fazer esse registro.

Segundo, quero reforçar aqui a preocupação do Senador Randolfe Rodrigues. Esta matéria que saiu hoje na CBN é muito preocupante: de que o Presidente da República teria pressionado o Ministério da Saúde para retirar de pauta da reunião de hoje da Conitec o parecer emitido por um eminente infectologista de São Paulo, solicitado pela própria Conitec, acerca da utilização da cloroquina ou não;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que teria o próprio Presidente interferido diretamente para que essa decisão não fosse tomada hoje. Há uma informação de que realmente foi retirado de pauta, mas há uma contestação entre os integrantes da própria Conitec. E, sem dúvida, a demanda do Senador Randolfe é muito justa.

E o outro aspecto da matéria que saiu é de que o que está em jogo hoje no ministério é uma disputa política, que, inclusive, foi parar numa delegacia de polícia. Veja que Governo está administrando o nosso País!

Parece que o Chefe de Gabinete do Sr. Queiroga teria, de alguma forma, cobrado um posicionamento da Sra. Mayra Pinheiro, que, segundo ele, juntamente com o Ministro Onyx Lorenzoni, estaria fazendo uma conspiração para derrubar o Ministro Marcelo Queiroga, e aí a Dra. Mayra teria registrado um boletim de ocorrência no dia 25 de setembro numa delegacia de polícia – posteriormente isso foi para a Polícia Federal –, dizendo que estava sofrendo ameaças, enfim.

Então, é como disse o Senador Randolfe, parafraseando o ditado utilizado pelo próprio Presidente da República: não há nada que esteja tão ruim que não possa piorar. O Brasil ardendo em meio a essa pandemia – realmente nós estamos aí muito perto de chegar a 600 mil mortes –, e o Ministério da Saúde envolvido numa disputa intestina de poder, onde, inclusive, o tema cloroquina deve ser uma questão muito importante.

É lamentável, realmente é muito triste um país como o Brasil, que já ocupou espaços tão importantes no cenário internacional, se ver hoje administrado por um Governo de uma incompetência, de uma descompostura, de uma absoluta e total... É difícil encontrar aí o substantivo e os adjetivos para qualificar o que é esse Governo Bolsonaro.

E, por último, eu queria fazer um registro e sugiro a todos os integrantes dessa Comissão que leiam o Editorial da *Folha de S.Paulo* de hoje, que analisa o papel do Conselho Federal de Medicina em todos esses episódios relativos à pandemia, em particular em relação à Prevent Senior, em que há uma crítica muito contundente, mas ao mesmo tempo muito bem feita em relação à postura que o nosso órgão de regulamentação profissional adotou.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, depois o Senador Tasso, que está me pedindo a palavra pela via remota.

Senador Alessandro.

Depois passarei ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma muito objetiva, quero pedir a inclusão extrapauta e votação do Requerimento 1.570, que, na linha do que o Senador Randolfe adianta, mas de uma forma um pouco mais objetiva, pede que a Conitec, no prazo de 24 horas, encaminhe pra essa Comissão o parecer que seria votado, uma vez que ele já está redigido e pronto pra análise – então a gente, em 24 horas, precisa receber esse documento – e que aponte as razões pelas quais ocorreu o adiamento da discussão, diante das notícias de interferência política direta do próprio Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Subscrevo e apoio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador Alessandro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Eu peço que seja imediatamente encaminhado ao Ministério da Saúde, à pessoa, ao órgão competente....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Conitec.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Conitec, para que possa nos dar essa resposta imediatamente.

E além disso, se alguém tiver a informação que também é noticiada, um BO que a Dra. Mayra teria feito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nesse sentido, há requerimento também que faço para que seja requisitado à Polícia Civil do Distrito Federal cópia do boletim de ocorrência apresentado pela Sra. Mayra Pinheiro contra o Sr. João Lopes de Araújo Júnior, Chefe de Gabinete do Ministério da Saúde. Não temos nada a ver se tiver alguma relação privada. Tem tudo a ver se ocorreu no âmbito do Ministério da Saúde e no âmbito de conflitos internos do Ministério da Saúde que prejudicam o combate à pandemia no País.

É o requerimento que faço a V. Exa.

É o requerimento que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço que a Polícia Legislativa entre em contato com o Secretário de Segurança do Distrito Federal, para que ele possa no prazo mais rápido nos informar. E, se for um negócio sigiloso, ficará sob sigilo na Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação, o requerimento do Senador Randolfe.

Em discussão. (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Humberto, eu vou passar, primeiro, a palavra ao Senador Tasso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, tá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente...

Presidente...

Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós estamos lhe ouvindo, Senador Tasso, estamos lhe ouvindo!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador Relator, Senador Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu queria, aqui, juntar-me ao Senador Randolfe, em relação à vinda do Ministro Queiroga. Eu quero lembrar as discussões iniciais que levaram à criação dessa CPI, que tinha como objetivo primordial – veja bem, primordial – a inibição dos atos do Governo Federal, principalmente do Presidente da República, do Ministro da Saúde, o então Ministro Pazuello, que, de uma forma explícita e clara, atrapalhavam a condução de uma política de combate ao covid, de maneira até criminosa. E nós precisávamos parar aquele ritmo com que vinham aqueles administradores, aqueles gestores públicos.

Nós aqui, inclusive, chegamos nessa CPI a nos rejubilar pela troca do ministro e por termos parado e interrompido sucessivos erros; não digo nem erros involuntários, mas erros propositais que vinham sendo feitos no ministério, e tivemos o início de um processo de vacinação conduzido com algum sucesso. No entanto, nós retrocedemos, Sr. Presidente – nós retrocedemos! O novo Ministro da Saúde que veio a esta CPI, de uma maneira humilde, dizer que respeitava a ciência, que era um médico e que iria respeitar a ciência, iria concentrar-se na ciência e na vacinação, um homem bem-educado, passou por uma transformação radical. E, nos últimos dias, nos últimos 15 dias, além dessa transformação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passou a prejudicar, de uma maneira concreta, o processo de combate à covid: negou a necessidade, negou até a vacinação de adolescentes, que foi consagrada no mundo inteiro, que já a utiliza; atrapalhou, criou confusão, criou insegurança no meio das pessoas, das mães, dos pais, dos adolescentes; em seguida, faz aquele papelão na ONU.

Agora, nós tivemos essa notícia de hoje de manhã, de que ele, pressionado provavelmente pelo Presidente da República, ou não, na ânsia de agradar ao Presidente da República, simplesmente retira da Conitec o processo que claramente condena o uso inadequado da hidroxicloroquina etc., etc.

Então, nós voltamos ao passado, nós estamos num processo de atrapalhar novamente, via Ministro da Saúde e via equipe do Ministério da Saúde, o bom andamento do combate à covid.

O Presidente Omar sabe que eu me pronuncio pouco e, agora, por circunstâncias, não estou podendo estar aí presente, mas eu acho fundamental – até como pedagógico e como função de serviço público desta CPI, inibidora – que o Ministro venha a se colocar diante desta CPI para que possa ouvir de todos nós o que pode acontecer se ele continuar nessa toada.

Muito obrigado, Presidente Omar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, acabou de chegar informalmente a esta CPI o relatório que acabou de ser requisitado oficialmente pelo Senador Alessandro.

Eu quero chamar atenção ao seguinte aspecto do relatório que deveria ser votado hoje, Relator Renan Calheiros, pela Conitec.

Sobre cloroquina e hidroxicloroquina, o que diz a Conitec e que deveria ser deliberado hoje neste relatório? "Recomendamos não utilizar [reiterar]...".

> Recomendamos não utilizar hidroxicloroquina, cloroquina, isolado ou em associação com azitromicina, em pacientes com suspeita ou diagnóstico de covid-19, em tratamento ambulatorial. Recomendação forte. Certeza da evidência moderada ou ainda de não ter evidência.

Fazem considerações gerais e, mais adiante, sobre ivermectina: "Sugerimos não utilizar ivermectina em pacientes com suspeita ou diagnóstico de covid-19 em tratamento ambulatorial".

Sr. Relator, isso seria votado agora pela Conitec. O Senhor Presidente da República se reuniu anteontem com o Sr. Pazuello... Olhe lá! Como é que se diz, Senador Humberto? "Vai vendo, Brasil!". O Senhor Presidente da República se reuniu anteontem com o Sr. Pazuello e com o General Ramos – se reuniu ontem – e mandou a ordem para o Marcelo Queiroga, para o Sr. Ministro Marcelo Queiroga: "Tira da pauta, não vote".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, é uma intervenção... Senador Humberto, V. Exa. foi Ministro da Saúde... Eu não tenho conhecimento de uma intervenção tão absurda em uma decisão técnica do âmbito do Sistema Único de Saúde, do âmbito do Ministério da Saúde, quanto essa.

Então, reitero, Sr. Relator e Sr. Presidente, se ainda não tem requerimento de convocação do Sr. Marcelo Queiroga, votemos hoje. Eu até aceito nós debatermos a conveniência de o ouvirmos na semana que vem, o que eu julgo inevitável a essa altura – o que eu julgo inevitável a essa altura. Mas eu creio que não podemos terminar esta Comissão, diante desses notórios e graves acontecimentos... A CPI vai acabar daqui a duas semanas, Sr. Relator, e o povo brasileiro vai ficar à mercê novamente. Quando esta CPI começou, o Governo dizia que era a cloroquina que funcionava e não a vacina. Com a CPI, eles ficaram na pressão, ficaram contra a parede e tiveram que colocar a vacinação na pauta do dia. Agora, simplesmente estão querendo voltar ao *status* anterior, nós teremos um novo ano e a eficácia das vacinas tem duração. Precisamos de programação de vacinação. Ou a gente toma essa providência ou, no ano que vem, vai ter programação nacional de imunização com cloroquina, em vez de programação nacional de imunização com vacina. Então, reitero o pedido a V. Exas. da necessidade de o Sr. Queiroga vir aqui.

Isto é um acinte! Isto é um acinte! Isto é um descalabro, é um desrespeito, na véspera de completarmos 600 mil vítimas da pandemia, ter uma interferência desse tipo. A cloroquina coloriu a bandeira deste Governo. O Governo, Sr. Relator... O Senhor Presidente da República interveio porque consideraria que essa resolução aqui que nós acabamos de ler seria uma derrota. Olhe qual é a bandeira do Governo Bolsonaro: é cloroquina! É a cloroquina! Isso nós vimos no começo da CPI e estamos vendo agora.

Então, considero inevitável a vinda do Sr. Queiroga aqui a esta CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E uma outra coisa, Senador Randolfe – permita-me, Presidente, porque eu acho que é importante colocar –, é que a Sra. Mayra Pinheiro é uma das investigadas desta Comissão Parlamentar de Inquérito em função dos crimes praticados por ela – os documentos, depoimentos, indícios, todos são nessa direção. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito solicitou do Judiciário a sua exoneração, e isso, lamentavelmente, não ocorreu. Esse pedido, essa requisição que ela hoje faz à polícia é uma demonstração sobeja de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito estava certa ao requerer ao Judiciário essa providência. Nós temos a obrigação de sugerir a sua punição exemplarmente, mas a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), Senador Humberto, tem preocupação com a incolumidade física dela.

Mas eu estou citando esses fatos para que o Brasil vá vendo o nível de degradação em que nós estamos no Governo. Hoje, Senador Omar – vou concluir, é só pra trazer uma informação –, o Ministro Wagner Rosário, que esteve aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, declarou, alto e bom som,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a CGU e a Polícia Federal investigam um esquema de venda de emendas parlamentares em que Deputados e Senadores destinariam dinheiro público do Orçamento a prefeituras em troca de propina, de percentual. Olha...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Uma irresponsabilidade: fala de Deputados e Senadores, mas não dá os nomes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas ele precisará dar os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Tem que dar agora, porque, senão, passa como se fosse todo mundo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na medida em que ele não faz isso, ele compromete a instituição e o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ele compromete o Congresso Nacional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e o nosso papel aqui.

O Ministro disse ainda não ter dúvida de que há corrupção na compra de tratores pelo Governo via orçamento secreto, RP 9, e que enviou para apuração da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da República e da Corregedoria o relatório de auditoria da CGU que detectou 142 milhões em sobrepreço, em licitações, em convênios do Ministério do Desenvolvimento Regional, pasta comandada por Rogério Marinho – não é Deputado, é ex-Deputado e quer ser candidato ao Senado pelo Rio Grande do Norte. Esse é um caso inaceitável, essas emendas RP 9, de privatização do dinheiro público. O Tribunal de Contas da União não pode sequer fiscalizá-las, elas são secretas.

Do ponto de vista de Alagoas, eu, que tenho uma relação muito próxima, republicana, com todos os Prefeitos do meu Estado, independentemente da condição partidária de cada um, tenho muita preocupação com os Prefeitos, porque eles estão sendo envolvidos numa trapaça e numa negociata e infelizmente poderão – e eu estarei aqui para demonstrar o contrário – ser responsabilizados por isso.

Nós estamos vendo quase que todos os dias uma festança de entrega de trator superfaturado, tem caso de superfaturamento em até 300%, 400%, 500%. Os Prefeitos, infelizmente – de Alagoas, me refiro aos Prefeitos de Alagoas –, não podem aceitar essa relação espúria seja com quem for porque o resultado disso nós já sabemos. Isso vai acabar comprometendo esses Prefeitos, e eles não são o melhor exemplo de improbidade, mas, segundo a CGU e a Polícia Federal, esses Parlamentares que estão sendo citados são, e que aparecem todos os dias no noticiário e nas redes sociais fazendo doação de tratores superfaturados, são.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho – e o Presidente Omar tem toda razão – que essas coisas precisam ser investigadas e elas demonstram, denotam a degradação moral que nós estamos vivendo no submundo desse Governo, diferentemente do que foi prometido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pra informar que a reunião da Conitec está ocorrendo agora e se confirmou o que falávamos: foi retirada da pauta essa decisão que iria ocorrer nessa manhã por parte da Conitec e, segundo as informações que recebemos, está tendo uma forte discussão lá sobre isso. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Avisa ao Ministro que já vazou a decisão do relator, o que a Conitec ia aprovar hoje.

Então já vazou, Ministro Queiroga. Nós já sabemos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O que era, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Retirar de pauta hoje...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retiraram.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o relatório da Conitec...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – O relatório ia ser contra o tratamento precoce?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já, o Senador Randolfe já leu o trecho, eu tenho aqui também, acabei de receber, o Senador Otto e outros Senadores.

E deixou claro o Senador Renan que ele tem uma relação republicana com todos os Prefeitos de Alagoas, à exceção do Governador, ele não tem essa relação. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente... Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Alagoas, Presidente Omar, é o Estado que mais investe no Brasil, de acordo com a receita.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, vamos iniciar, Sr. Presidente, eu acho que os convidados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Renan, eu estou dizendo, como você disse dos Prefeitos, que esqueceu de dizer do Governador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, os convidados estão aí esperando já há uma hora pra começar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas esse assunto é sério.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está mudando o tema aí da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, Senador, eu sei. Eu sei. (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Vamos lá, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Gilmar Mendes, no Habeas Corpus nº 207.510, nos seguintes termos:

> Concedo parcialmente a ordem de *habeas corpus*, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia assegure ao paciente Walter Correa de Souza Neto:
> (i) o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo ou ofender o sigilo médico, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade ou omiti-la relativamente a todos os demais questionamentos não abrigados nesta cláusula;
> (ii) o direito a ser assistido por advogado ou advogada durante todo o depoimento; e
> (iii) o direito a ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, a que, de resto, fazem jus todos depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados.
> Serve esta decisão como salvo-conduto.

Primeiramente, pergunto ao Sr. Walter Neto: V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e o que lhe for perguntado?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Agora, ao Sr. Tadeu Frederico de Andrade: V. Exa... V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e o que lhe for perguntado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sas. estão sujeitos ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenham conhecimento na qualidade de testemunhas, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu passo, primeiro, a palavra, por 15 minutos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, só para ordenamento dos trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Humberto. Eu não vou poder lhe dar a palavra, porque há pouco eu fui chamado à atenção pelo Senador Otto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não, não, eu quero só... É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de uma forma que não me agradou. Só um minutinho! Até porque eu sou muito democrático aqui e, a esta altura do campeonato, não estou aqui para ser chamado à atenção...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... parecendo que eu não sei que os pacientes que estão aqui, as pessoas que vão ser ouvidas, estão esperando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É uma questão de ordem. Eu quero saber como vai ser o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o artigo da questão de ordem, Sr. Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu quero saber como vai ser o procedimento. Eles vão falar, a gente vai ouvir e depois o outro fala? Como é que é? É só isso que eu quero saber.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai falar... Primeiro, o Sr. Walter vai falar por 15 minutos; depois, eu passo a palavra ao Sr. Tadeu. Após eles falarem, eu passo a palavra ao Senador Renan, que deve ter preparado perguntas para um e para outro.

Eu pediria que V. Exa., quando fizesse as perguntas, intercalasse um e outro. Está bom? Se não fizer isso, eu vou lhe tirar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nunca esteve... Nunca foi... Nunca esteve tão indicada a cingulectomia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É para mim! Está bom!

Em votação o requerimento do Senador Alessandro Vieira que convoca o Ministro da Saúde para vir, em marca a ser datada por mim. Eu irei dizer qual o dia em que nós vamos ouvi-lo, está certo?

Em votação o requerimento do Senador Alessandro Vieira.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a convocação do Ministro, que, além daquilo que vocês falaram, vocês se esquecem de um detalhe. No dia, infelizmente – porque ninguém deseja para ninguém, principalmente quem é cristão –, no dia em que ele foi acometido de covid, ele repostou uma mensagem nas redes sociais dele de uma pessoa dizendo: "É, mas o senhor não está vacinado? Tomou as duas vacinas e pegou assim mesmo covid?". Ministro Queiroga, a gente não esqueceu, não, que o senhor repostou isso. E, se o senhor passou 15 dias nos Estados Unidos e já está aqui no Brasil, é porque o senhor teve a oportunidade de tomar a vacina. Por isso é que o senhor está vivo. Infelizmente, quase 600 mil pessoas morreram no Brasil, Sr. Ministro Queiroga, foi por causa do tratamento precoce, que hoje a Conitec não está discutindo.

Sabe, Sr. Ministro? V. Exa. esteve aqui, e o seu discurso foi o seguinte: "Olha, não quero me posicionar agora, neste momento, porque eu faço parte...". "Ministro Queiroga, o senhor é a favor da cloroquina?" "Não posso me posicionar." O tempo todo! Hoje, depois desses cinco meses, porque ele esteve aqui cinco meses atrás...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – É apenas um comentário. Quando da vinda do Ministro Queiroga aqui, eu inclusive me manifestei no sentido de que o foro adequado para que houvesse a definição do protocolo era exatamente a Conitec. E, quando a Conitec está, finalmente, depois de mais de um ano e quatro meses, pronta pra definir esse protocolo, de uma forma absolutamente inexplicável, opaca, se retira de pauta o relatório que definiria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o protocolo. Portanto, apoio a vinda, a convocação do Ministro Queiroga e também o requerimento que pede a cópia do relatório produzido pela Conitec, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sei se V. Exa. recebeu no grupo, mas está aí... O Senador Otto acabou de postar. Não foi, Senador, o senhor colocou?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, eu é que encaminhei, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Coloquei também, Excelência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. colocou?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Coloquei, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei o que é isso, deixe que depois eu digo... (*Risos.*)

Dr. Walter, por favor, por 15 minutos.

Eu passo para o Dr. Walter... O senhor tem até 15 minutos, mas fique à vontade. Depois, o Sr. Tadeu, está bom?

Dr. Walter, por favor.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – A princípio a gente não preparou nenhum discurso importante ou apresentação. É uma fala inicial, mas eu gostaria primeiro de agradecer aos Senadores e Senadoras a oportunidade de esclarecer um pouco mais essa história e me apresentar, dizer quem eu sou e contar minha história na Prevent Senior.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu sou médico há quase nove anos. Antes disso passei um pequeno período no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e quase dez anos na Polícia Civil de Minas Gerais, sou médico há quase nove anos. Na Prevent Senior eu fiquei por quase oito anos e conheci bastante da operação da empresa. Trabalhei todo esse tempo no pronto-atendimento, no pronto-socorro, que era referido, até pelos próprios donos, como o coração da empresa, parte importante da operação da empresa.

Então, estou aqui para tentar esclarecer e responder as dúvidas dos Senadores e Senadoras sobre o que realmente ocorreu e também em solidariedade às famílias das quase 600 mil vítimas, que acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm o direito de saber de coisas que influenciaram as pessoas com informações erradas, que induziram as pessoas a erro e contribuíram para essas quase 600 mil mortes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já concluiu, doutor?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, passo a palavra ao Dr. Tadeu Frederico de Andrade, que é advogado. Foi ele que fez o primeiro contato conosco, lá de São Paulo, e deu uma contribuição muito grande.

O senhor tem aí, Dr. Frederico, o tempo de 15 minutos se o senhor quiser fazer a sua explanação, inclusive aquele detalhamento todo que o senhor encaminhou aqui pra Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Muito obrigado, Senador.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu quero aqui, primeiramente, manifestar meu respeito aos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. E, como cidadão, eu tenho acompanhado diversas sessões dessa CPI, pois o assunto covid passou a ser de meu especial interesse a partir do momento em que eu sobrevivi a esse traiçoeiro vírus.

Bom, eu fiquei 120 dias internado. Eu fui intubado duas vezes; tive pneumonia bacteriana; fiz diversas hemodiálises; fiz traqueostomia; tive arritmia cardíaca; e tive diversas outras intercorrências. No entanto, hoje estou aqui vivo e com saúde. Eu acho que eu sou um sobrevivente, graças a Deus, graças a vários profissionais da saúde que estão na linha de frente – são profissionais heroicos – e, principalmente, graças à minha família. A minha família lutou contra essa poderosa corporação chamada Prevent Senior. Eles lutaram para que eu não viesse a óbito. Eles, minha família, não aceitaram a imposição dos chamados cuidados paliativos, que era a prática utilizada pela Prevent Senior para eliminar pacientes de alto custo.

A primeira vez em que eu ouvi o termo cuidados paliativos foi nessa CPI e foi na fala do senhor, Senador Otto Alencar, ao inquirir o Dr. Pedro Benedito Batista Júnior, o Diretor Médico da Prevent Senior. A partir desse dia, fui incentivado pelo senhor a dar publicidade e a denunciar o que aconteceu comigo e com a minha família. Sou uma testemunha viva da política criminosa dessa corporação e de seus dirigentes.

Quero aqui ressalvar o profissionalismo de vários profissionais da saúde dentro da Prevent Senior, desde do auxiliar de enfermagem, enfermeiros, enfermeiras, médicos, médicos de UTI, fisioterapeutas, que são verdadeiros heróis. No entanto, me parece que a Diretoria e um seleto grupo de outros médicos têm uma política diferente e de imposição pra esses verdadeiros médicos que lutam pelas vidas dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes. São esses os verdadeiros médicos que, quando terminaram suas faculdades, fizeram o juramento de cumprir a verdadeira missão, que a de o médico apoiar a vida do seu paciente.

Bom, eu não tenho nenhuma procuração formal pra falar em nome das centenas ou talvez milhares de vítimas fatais e também de suas famílias, mas eu acredito que eu tenha uma procuração moral, uma procuração cívica para falar em nome de muitas vítimas que agora não têm mais voz. Eu tive uma maravilhosa chance por ter sobrevivido. Por isso eu não posso me omitir. Eu tenho que denunciar os gravíssimos fatos que eu e minha família vivenciamos, assim como inúmeras outras famílias que são invisíveis, não apareceram. É em nome dessas vítimas fatais e de seus familiares que venho aqui expor os acontecimentos que ocorreram dentro da Prevent Senior. Espero com isso ajudar V. Exas. e as demais autoridades a responsabilizarem e punirem exemplarmente todos os responsáveis por esse terror. Expresso meus maiores sentimentos às vítimas fatais e seus familiares.

Prometo que farei tudo que estiver a meu alcance para fazer justiça. Informo que minha denúncia já está no Ministério Público do Estado de São Paulo. Agradeço imensamente a oportunidade única de poder expulsar de dentro de mim um sentimento angustiante que eu tenho quase todo dia de quase ter morrido desnecessariamente. Não se pode permitir que o lucro se sobreponha à ética médica, à moral ou à vida. Por fim, espero que todos nós honremos todas as vítimas desse drama macabro, pois morreram sem que lhes fosse dada qualquer chance de defesa.

Espero que Deus ilumine esta sessão.

Estou à disposição de V. Exas. para maiores esclarecimentos.

Grato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Agradeço a V. Sa., Dr. Tadeu Andrade. O seu depoimento é realmente emocionante. Desde que nós conversamos por telefone e o senhor mandou o vídeo, sensibilizou a todos nós, porque o senhor esteve próximo da morte e foi recuperado pela ação da sua família, pela coragem das suas filhas Marina e Maíra, que tomaram a decisão de não aceitar que o senhor fosse para o tratamento paliativo.

Vou passar a palavra para o Relator, o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Senador Otto Alencar, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Humberto Costa, Senador Rogério Carvalho, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu quero, antes de qualquer coisa, agradecer as honrosas presenças do Dr. Walter Correa de Souza Neto, ex-médico da Prevent Senior e um grande brasileiro, que tem cumprido um papel insubstituível nessa circunstância que nós vivemos no Brasil, e quero, igualmente, agradecer a presença também honrosa do Sr. Tadeu Frederico de Andrade, paciente vítima da Prevent Senior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nós estamos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, há exatos 163 dias – 163 dias –, em defesa da vida, em defesa da ciência, do conhecimento e da luz; 163 dias contra a morte, as crenças negacionistas, a ignorância e as trevas! Infelizmente, pelos erros no enfrentamento da pandemia, estamos muito perto de 600 mil mortes, um dos piores percentuais de letalidade no mundo, uma triste necrópole, vítimas indefesas da estupidez do Governo Federal.

Esta CPI, que hoje ouve os dois últimos depoentes – há uma possibilidade de ouvirmos mais um depoente –, totalizando 56, mesmo trabalhando na adversidade, cumpriu seu papel. Ela já deu certo. Evitamos a corrupção na aquisição de vacinas, forçamos a aceleração da vacinação, tirando o Governo da abulia mortal, e soterramos, Presidente Otto, o negacionismo medieval.

Em 27 de abril, o dia em que nós começamos aqui os nossos trabalhos, apenas 6,6% dos brasileiros tinham a imunização completa. Hoje, 163 dias depois, 45,25% da população brasileira estão com as duas doses da vacina. Óbvio que cai, como consequência disso, o número de infectados, de óbitos, de internações, e cai também a gravidade dos casos.

Muitos tentaram rebaixar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, rebaixar o debate. Este debate aqui nunca foi político; sempre se deu, Senador Humberto, em torno da defesa de valores civilizatórios, opondo opções elementares entre o bem e o mal. Nessa reta final, Senador Rogério, nos deparamos com esses experimentos macabros e de triste memória nazista com seres humanos que foram transformados em cobaias, expostos a tratamentos paliativos e muita coisa mais que esta Comissão Parlamentar de Inquérito apurou. Eu queria, antes de começar, dizer o seguinte: que, no que depender deste Relator e desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eles pagarão muito caro por seus crimes; eles e todos os agentes públicos que contribuíram por ação, omissão, desídia e incompetência.

Eu faço as primeiras perguntas e queria propor ao Presidente Otto para fazer duas, três, quatro perguntas, na sequência, a um, e depois faríamos o mesmo com o outro. Assim, nós daríamos mais dinamismo ao próprio depoimento e interrogatório.

Quero agradecer também a presença das advogadas, que colaboram também em todos os momentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e participam fundamentalmente do debate com relação à caracterização de circunstâncias e de situações, e até da eventual utilização dos tipos penais pelo Relator e pelo próprio relatório.

Eu queria começar perguntando ao Sr. Tadeu Frederico de Andrade: há quanto tempo V. Sa. é beneficiário da Prevent Senior?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Senador, eu sou associado há oito anos, aproximadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor é associado há oito anos. Notou alguma mudança para a abordagem atual dos pacientes com relação ao tempo em que V. Sa. entrou?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Bom, sim, com relação à pandemia. Eu anteriormente fazia pouco uso da Prevent Senior, da rede hospitalar e rede médica; apenas fazia alguns exames esporádicos. E, quando eu fui no final do ano passado, realmente precisei utilizar, eu tive um contato por telemedicina, e isso nunca tinha ocorrido antes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma diferença...

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... visível, claramente.

V. Sa. sentiu segurança, tranquilidade ou serenidade nos médicos que o atendiam ao longo desse tempo? Teve alguma mudança mais...

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não, veja bem...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mais brusca, radical, ou a qualidade foi sempre a mesma?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não, eu acredito que foi igual, Senador. Eu... O contato que eu tive com os médicos sempre foi esporádico, médicos de consulta, eventualmente algum laboratório em que eu fiz exames, mas eu tive o primeiro contato, durante o período da pandemia, através de uma médica, por telemedicina, quando eu estava com os primeiros sintomas do covid, ou seja, febre e dor no corpo. Isso foi no dia 24 de dezembro, os primeiros sintomas. No dia 25, eu, em contato com o aplicativo que a Prevent Senior tinha disponibilizado, da teleconsulta, eu fiz uma consulta com essa médica, que durou menos de dez minutos, na qual eu relatei que estava com febre e cor no corpo. Ela disse, então, que mandaria algum medicamento para a minha residência, que, quando eu recebi, verifiquei que era hidroxicloroquina, ivermectina e todo aquele chamado *kit* covid. Foi enviado por um motoboy. Comecei a tomar – não tinha o que contestar; eu estava sendo orientado por uma médica. Comecei a tomar, e o tratamento duraria cinco dias. Acontece que eu não melhorei, eu piorei. Quando... Nesse meio tempo, Senador, eu fui fazer o exame de PCR, o qual saiu praticamente – o resultado – quase que no final desse período de cinco dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Ou seja, eu comecei a ser medicado por uma teleconsulta, sem saber o que eu tinha. Eu tive o resultado positivo, já estava terminando esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

tratamento de cinco dias; e eu estava piorando. Foi quando, no dia 30 de dezembro, à noite, eu tive que ir para um pronto-socorro da Prevent Senior e fiz lá novamente um exame de PCR, de que saiu o resultado na hora, confirmou o meu... Deu positivo, e também foi confirmado que eu estava com pneumonia bacteriana, só que avançada já.

Eu acredito, Senador, que, com um atendimento pronto, imediato, no primeiro dia – eu não sou médico, o doutor aqui pode confirmar –, talvez a minha pneumonia tivesse sido combatida mais eficientemente.

Bom, eu fui imediatamente internado e intubado. Esse período de UTI durou praticamente, mais ou menos, uns 30 dias, quando uma das minhas filhas recebe um telefonema da Dra. Daniella de Aguiar Moreira da Silva, informando, comunicando que eu passaria a ter os cuidados paliativos, ou seja, eu sairia da UTI, iria para um chamado leito híbrido e lá teria, segundo as palavras da Dra. Daniella, maior dignidade e conforto, e meu óbito ocorreria em poucos dias. Eu seria... Seria ministrada em mim uma bomba de morfina, e todos os meus equipamentos de sobrevivência na UTI seriam desligados. Inclusive, se eu tivesse alguma parada cardíaca, teria recomendação para não haver reanimação.

Bom, felizmente, minha filha não concordou por telefone. Isso se deu por volta do meio-dia, esse telefonema. Acontece que, às 14h54min, essa mesma Dra. Daniella, insere, no meu prontuário, o início dos tratamentos paliativos, dos cuidados paliativos, sem autorização da família, e diz que... Recomenda que se desligue, não se faça mais hemodiálise, não se ministrem mais antibióticos, enfim, também não faça a manobra de ressuscitação e que ministre a bomba de morfina. E, ao final, ela diz o seguinte, nesse prontuário que está nas mãos da CPI já... Inclusive, está nas mãos do Ministério Público também, lá de São Paulo. Ela escreve: "Em contato com a filha Mayra, a mesma entendeu e concorda". Isso é mentira, minha família não concordou.

Bom, no mesmo dia, no final da tarde, minha família consegue uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A família não concordou nem houve a autorização expressa?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não houve. Foi por telefone, inclusive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento... Uma pergunta só para...

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento, o senhor percebeu que os médicos, para esses procedimentos e prescrições, estavam cumprindo ordem ou estavam receitando o que eles queriam com liberdade, com autonomia?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Bom, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a sua percepção?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – A minha percepção só se deu antes da minha internação, porque depois eu estava intubado e na UTI, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sei.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Mas eu estranhei esse protocolo, esse procedimento de enviar remédio para casa. Eu nunca vi isso. Normalmente, se faz o seguinte: o médico prescreve, talvez até por telemedicina, que está regulamentada, você pega a receita, vai à farmácia, adquire o remédio e começa a fazer o tratamento. Só que isso se dá normalmente após um diagnóstico, um diagnóstico que normalmente é feito através de alguns testes; no caso, foi via aparelho celular.

Bom, nessa... Voltando, Senador, se me permite continuar o relato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Nesse mesmo dia, por volta das 16h30, minhas duas filhas e uma irmã minha estiveram presencialmente numa reunião com a Dra. Bianca, Dra. Bianca de Carvalho Perri, que se identifica como sendo médica paliativista da Prevent Senior...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – ... e também com o Dr. Fábio da UTI, de que não sei o sobrenome, e Dr. Gustavo dos Santos, não sei também qual é o papel dele nessa estrutura. Mas, nessa reunião, eles convencem, tentam convencer a minha família de que, pelo prontuário na mão, eu tinha marcapasso, que eu tinha sérias comorbidades arteriais e que, enfim, eu tinha uma idade muito avançada. Só que esse prontuário não era meu, era de uma senhora de 75 anos. Eu não tenho marcapasso, a única coisa que eu tenho hoje é pressão alta, sempre tive pressão alta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Tadeu, só para confirmar, o nome da doutora era Dra. Daniella Cabral?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Daniella de Aguiar Moreira da Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Essa Daniella Cabral eu não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os outros médicos quais eram?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Dra. Bianca de Carvalho Perri, que me parece é superiora da Dra. Daniella. Ela parece que, pelo que eu apurei, é coordenadora dos cuidados paliativos lá dentro da Prevent Senior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – E também esteve nessa reunião o Dr. Fábio, que era da UTI, e o Dr. Gustavo dos Santos.

Bom, e finalizando, minha família não concorda nessa reunião com o início dos cuidados paliativos, se insurge, ameaça ir à Justiça para buscar uma liminar para impedir que eu saia da UTI e ameaça procurar a mídia.

Nesse momento, a Prevent recua e cancela o início do tratamento paliativo, ou seja, eu, em poucos dias, estaria... Eu estaria vindo a óbito e hoje eu estou aqui.

Eu vim de São Paulo para Brasília sozinho, sem nenhum acompanhante.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Teria sido assassinado.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – A sua família também contratou um médico particular.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Ah, perfeito, muito obrigado, Senador Otto Alencar.

A minha família, desconfiando da estrutura da Prevent Senior, contratou um médico particular para fazer a fiscalização dos procedimentos internos, porque, mesmo eu estando na UTI e não tendo iniciado os cuidados paliativos, eu não ter ido ao leito híbrido, a minha família não confiava mais na estrutura. E esse médico foi um verdadeiro fiscal dos procedimentos. Acho que eu estou vivo também por causa dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos dias o senhor ficou na UTI?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Além disso, a filha dele, Marina, num áudio que nós temos, questiona o Dr. Gustavo, dizendo que não aceitava. Aí o Dr. Gustavo, no áudio, diz: "Olhe, realmente, é preciso fazer a diálise que estão suspendendo, até porque o Dr. Tadeu teve queda da creatinina, diminuiu, diminuiu a ureia, ele está se recuperando", ou seja, na verdade...

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Eu estava melhorando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Estava melhorando, mas, mesmo melhorando, a indicação era uma indicação absurda, para acabar com a vida dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só algumas informações...

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... para a gente precisar aqui. Quando foi o dia da internação? Onde é que o senhor foi internado?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Está o.k. A minha internação se deu no dia 30 para 31, foi na madrugada do dia 31 e foi na unidade, em São Paulo, da Brigadeiro Luís Antônio. De lá, eu fui transferido para a unidade Pinheiros, onde eu fiquei na UTI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, foi transferido para ir... Quantos dias passou na UTI?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Até esse telefonema, aproximadamente uns 30 dias ou um pouco menos. Só que o total da minha internação se deu... Foi de 120 dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que dia exatamente a equipe médica informou a V. Sa. que o senhor sairia da UTI, mesmo sem ter melhorado?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Ah, eu acredito que foi no dia 28 ou 29 de janeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dia 28 ou 29.

Quais foram os argumentos que eles usaram para o senhor...

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Os argumentos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou para os familiares?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Para os meus familiares. O argumento de que meu caso não tinha mais solução, que eu estava com os rins comprometidos, com os pulmões comprometidos e que, eventualmente, eu seria um... Se sobrevivesse, seria um paciente com problemas renais crônicos e problemas respiratórios também. No entanto, nos últimos exames que eu fiz, meus pulmões estão ótimos, meus rins estão ótimos. Além disso, o argumento foi de que – este é um argumento da teoria ou do conceito dos cuidados paliativos – seria mais confortável para o paciente e mais digno para o paciente morrer, vir a óbito com a bomba de morfina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o que os familiares disseram nessa...

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – É graças aos meus familiares que eu estou aqui, Senador. Eles, como eu lhe disse, ameaçaram procurar a Justiça, uma liminar, e a mídia. Eu acho que foi nesse momento que... Nessa reunião, esses três profissionais, esses três médicos recuaram, mas aí entrou em cena também o médico particular para fiscalizar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não houve, consequentemente, os cuidados paliativos?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Otto, dava para V. Exa. me explicar um pouco esses cuidados paliativos? O que significam para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Renan, essa é uma atividade conhecida, praticada no Brasil e no mundo. Até tem hospitais que trabalham quase que exclusivamente em cuidados paliativos, com profissionais corretos, competentes, mas para aqueles pacientes que não têm mais nenhum tratamento curativo, ou seja, a Medicina chega a um ponto que diz: olha, não reage mais à medicação, não há como ter nenhum outro tipo de tratamento que possa recuperar a vida; então, vai para o tratamento paliativo, para ter...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... uma condição...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Otto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Geralmente pacientes com doenças crônicas degenerativas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Geralmente pacientes já com câncer terminal, com problemas que não têm nenhuma condição de que a ciência e a Medicina possam recuperar a vida. Mas isso é feito por um grupo que nós chamamos de biopsicossocial, não é só por um médico; tem que ser o psicólogo, o médico, um conjunto de pessoas que vão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Escolha da família...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Da família, mostrando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... do paciente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não é uma coisa simplória como quiseram fazer com ele, entendeu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – E não por telefone, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – E nem por telefone.

Então, esse conjunto de profissionais da área biopsicossocial procura a família, conversa, pede os exames do paciente, mostra que não tem mais nenhuma condição de reação a nenhum tipo de medicamento, e, nesse caso aí, convencida a família, se estabelece o tratamento paliativo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria fazer só um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós estamos tratando, neste caso, Sr. Tadeu... O senhor teve uma doença inflamatória aguda. O senhor não era portador de uma doença crônica degenerativa terminal. Da doença inflamatória aguda, com tratamento, é possível a reversão, e o senhor é testemunha viva de que, com 120 dias, o senhor teve uma recuperação, porque não estava em processo degenerativo, não era um processo degenerativo terminal; o senhor estava diante de consequências de uma doença inflamatória aguda, que produziu lesões temporárias, insuficiência renal temporária, e reversíveis. Portanto, jamais – jamais – poderia ser proposto tratamento paliativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe o que me chama atenção, Senador Otto Alencar? Eles praticaram, Dr. Walter Correa, o paliativismo – não foi cuidado paliativo, foi paliativismo –, que é uma forma de militância e de atuação como regra institucional para eliminar doentes que poderiam ficar mais tempo internados e gerar um maior custo.

Então, quando a gente fala que plano de saúde vertical precisa ter alguma regulação entre a operadora e os estabelecimentos hospitalares... O estabelecimento hospitalar de propriedade da operadora pode se utilizar da atuação terapêutica para reduzir o custo e consequentemente melhorar o ganho da operadora, que é a grande dona do serviço, no caso específico da Prevent Senior, que é o que está em tela aqui neste momento. Portanto, eu queria dar essa contribuição aqui.

Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A contribuição do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... Senador Rogério Carvalho é bem pertinente e eu concordo plenamente.

Um minutinho só.

E o caso do Dr. Tadeu Andrade é um caso que define exatamente esse momento que se está vivendo no Brasil, em que a Ciência e a Medicina têm que atuar nesses casos – como o Rogério falou, que é um caso de processo inflamatório agudo do pulmão, com uma pneumonia virótica, pneumonia que evoluiu pra bacteriana. Que o paciente seja cuidado até ele ter a condição de recuperação; não poderia, de maneira nenhuma, encaminhar pra paliação.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vi que V. Exa. estava, quando ouviu o depoimento do Tadeu, com os olhos lacrimejando de emoção. Eu vi que V. Exa. estava assim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, o depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – E emocionou a todos nós realmente. Não dá para não se emocionar com alguém que se recuperou do corredor da morte, sinceramente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, o depoimento do Sr. Tadeu aqui é devastador pra nós – devastador. Todos os elementos aqui... Eu só lembro, ouvindo o Sr. Tadeu, o Dr. Tadeu, o depoimento da Dra. Bruna aqui, quando ela relata o que era dito pela equipe, por alguns. Eu não vou... Porque isso não é Medicina. Medicina, Senador Otto, é o que o senhor faz, o que o Senador Humberto faz, o Senador Rogério faz, o que o Dr. Walter faz – isso que é Medicina. O que fizeram com o Dr. Tadeu não é Medicina. Não é esse o juramento que um médico tem que assumir. E eu só lembro o depoimento da Dra. Bruna aqui nesta CPI, quando ela relatava que algo dito entre a direção da Prevent era: "Óbito também é alta". O depoimento da Dra. Bruna, dramaticamente, devastadoramente, encaixa com o depoimento do Dr. Tadeu.

Não há, Sr. Relator – não há – possibilidade... Estamos assistindo, com o depoimento do Dr. Tadeu, a uma das páginas mais tristes da história nacional. Não tem como esse pessoal passar impune. Não há.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Senador Randolfe, Presidente, eu queria que se fizesse uma correção. Viu, Humberto? É só uma correção, porque está aparecendo na TV Senado o Dr. Tadeu como advogado, na verdade ele é paciente aqui. Só pra fazer essa correção à TV Senado.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Vim aqui como uma vítima.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma vítima, não como advogado.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – A minha profissão aqui não diz respeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não é o relevante.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Humberto, alguma contribuição?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só refazer aquela minha questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não se preocupe, não, porque eu estou atento – eu estou atento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... para que V. Exa. possa fazer todas as perguntas e...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu estou atendo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... a lista depois.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Humberto, eu estou atento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Eu vou avançar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa., inclusive, é o primeiro da lista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou avançar.

V. Sa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou passar pra você.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – V. Sa. acredita ou teve informação ou ouviu dizer que a Prevent Senior submeteu outros pacientes que tinham condições de sobreviver da covid-19 a esse procedimento de cessar os esforços de cura da doença? – o que configura uma prática de mistanásia. Ouviu falar ou...?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Sim. Senador, pelo menos um caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Uma das minhas filhas relatou que fez amizade com uma pessoa, uma mulher que estava acompanhando a avó dela num quarto, num leito de UTI próximo ao meu, e elas se encontraram várias vezes. E, pelo que a gente sabe, essa senhora foi para cuidados paliativos e veio a óbito. Então, eu não posso generalizar, mas esse caso minha filha testemunhou. Uma parente dessa senhora relatou isso pra minha filha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Então, eu não fui o único. Aliás...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – ... acredito que tenham sido muitos mais, os idos aos cuidados paliativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. levou as denúncias das violações e crimes praticados contra sua saúde pela Prevent Senior a órgãos públicos de apuração?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram as providências, por favor?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Recentemente, eu fiz essa mesma denúncia ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do Estado de São Paulo.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Está no MP.

Eu, antes de vir pra cá, uns dois dias atrás, entrei em contato com a Secretaria Executiva do MP de São Paulo, e me informaram que a documentação que eu enviei, que a minha denúncia já está com força-tarefa dos promotores. Lá em São Paulo, formaram uma força-tarefa de cinco ou oito promotores que iniciaram as investigações, junto até com o DHPP. Me parece que ontem até o Dr. Pedro Benedito Batista Junior foi depor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. Então essas foram as providências encaminhadas.

Essas informações, esses documentos que sustentam a denúncia já foram entregues a esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Parcialmente, alguns, sim. Até o primeiro encaminhamento foi pro gabinete do Senador Otto Alencar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, que passou para esta Comissão.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Isso, e depois...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se eventualmente tiver algum complemento, por favor, nos remeta.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Sim.

Senador, o meu prontuário, só da primeira unidade, da unidade Pinheiros, são três pastas enormes, eu calculo que tenha perto de mil páginas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Então, eu preciso fazer uma triagem – inclusive até pra colaborar também com o Ministério Público, não é? – do que é pertinente e não, do que interessa ou não, porque existe muito... O prontuário tem muita coisa do dia a dia, não é?

Eu quero fazer uma... ressalvar uma coisa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – No meu prontuário, eu fui... foi ministrada flutamida pra mim, sem autorização da minha família. E flutamida, eu descobri, depois que eu tive alta, que é um remédio pra...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – É uma medicação usada para o câncer de próstata.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Uma medicação que não tinha nenhum...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhum sentido.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Experimental.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... não é, Walter? – nenhum estudo nesse sentido. Então é usado pro câncer de próstata, e se fez esse teste com ele, usando a flutamida...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Prescrição criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Quer dizer, fizeram todo tipo de teste sem nenhum estudo clínico respeitoso, correto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Dr. Tadeu aqui reforça todas as denúncias contra a Prevent Senior: teste terapêutico, paliativismo, tratamento precoce...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Uso inadequado de medicamentos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... uso inadequado de medicamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Medicamentos ineficazes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo, tudo, tudo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Para interpelar.) – A ozonioterapia também foi feita com o senhor?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ozonioterapia, não.

Porque eles fizeram em muitos sem também o...

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... conhecimento ou o consentimento dos pacientes ou das famílias.

V. Sa. ou familiares receberam alguma ameaça depois das denúncias contra a Prevent Senior?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não receberam.

V. Sa. continua como beneficiário da Prevent Senior?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Continuo. Inclusive, continuo utilizando porque eu estou em acompanhamento, faço exames e consultas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

A Prevent Senior permitiu acesso regular de V. Sa. ou familiares ao seu prontuário médico relativo à internação pela covid-19 na instituição?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Sim, depois de muita insistência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo. Foi trabalhoso?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – É, foi trabalhoso. Na realidade, me parece que são três prontuários, um de cada unidade: um prontuário da unidade de Pinheiros; um da unidade do Brooklin, onde eu fui fazer... fiquei um tempo lá fazendo... É uma clínica de recuperação. E, depois, na unidade Mooca, porque eu tive... eu estava para ter alta, já no terceiro mês, e eu tive uma arritmia, fui intubado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente e fui para a UTI da unidade Mooca. Então, o que eu tenho em mãos hoje é só a primeira fase.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Certo.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Da unidade de Pinheiros.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor teve arritmia depois de que teve alta?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não, não, eu estava para ter alta num sábado. Numa quinta-feira, eu tive uma arritmia durante a madrugada e fui novamente intubado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois é, Senador Renan, Humberto também, que é médico, a arritmia é uma doença do coração que é chamada doença dose-dependente. Se o senhor usou muita hidroxicloroquina, o senhor pode ter, inclusive, problemas depois do uso da medicação. Um dos casos é esse, que pode levar, inclusive, à fibrilação e depois à parada cardíaca.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, se me permite só para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Não, é porque o depoente disse que já entregaram os prontuários médicos para esta CPI. Eu gostaria de obter uma cópia para poder analisar e conseguir aqui formar um juízo de convencimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A Secretaria... Passe as informações que tem à doutora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o que eu obtive foi apenas isso, apenas um...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – A Secretaria vai passar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k. Eu agradeço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Perfeito.

Eu queria fazer uma última pergunta: algum representante da Prevent Senior entrou em contato com V. Sa. depois do término do seu tratamento para lhe fazer algum tipo de pressão ou recomendação ou proposta relacionada às denúncias que viriam na sequência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Espero que, a partir de hoje, também não o façam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não o façam.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Apesar de que devem... estão sabendo, isso é público, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – O caso está no Ministério Público, então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E queríamos, mais uma vez, colocar à disposição de V. Sa. esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Muito obrigado!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que lhe será solidária em todos os momentos em que houver necessidade. A sua presença nesta Comissão é muito importante e emblemática sob todos os aspectos. Nós não poderíamos, verdadeiramente, terminar os nossos trabalhos sem termos esse depoimento histórico, significativo e que revela um momento dificílimo, macabro desse enfrentamento à pandemia no Brasil.

Senador Otto, se tiver alguma pergunta ou se o Sr. Tadeu tiver algo a enfatizar, eu iria passar agora para fazer algumas perguntas ao Dr. Walter.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, Senador Renan. V. Exa. fique à vontade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Tá.

Em primeiro lugar, muito obrigado ao Dr. Walter Correa de Souza Neto, ex-médico da Prevent Senior. Sua presença aqui é, igualmente, uma presença muito importante, emblemática sob qualquer aspecto, simbólica também e verdadeiramente concluirá todos os diagnósticos que nós temos comprovados com relação a essa questão macabra da Prevent Senior.

Eu peço para exibir o vídeo n° 1 por favor, Izabelle.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Como médico, Dr. Walter Correa de Souza Neto, qual é a sua avaliação sobre o tratamento precoce e sobre a campanha promovida, que acabamos de ver, pelo Presidente da República para defendê-lo? Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – A minha avaliação é seguir as evidências científicas, e, até o momento, não há nenhuma evidência científica disso. Muito pelo contrário: os estudos até agora só sugerem que todas essas drogas não funcionam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como médico também, o senhor acha que declarações como essas que acabamos de ver causam impacto sobre a condução dos pacientes com covid-19 nos hospitais, a exemplo do que aconteceu na Prevent?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu acho que podem induzir as pessoas ao erro, não é? É uma desinformação que pode fazer com que as pessoas deixem de tomar outras medidas; acreditando que há um tratamento inicial eficaz ou tratamento precoce eficaz, podem deixar de se proteger talvez, evitar vacina e outras condições que podem às vezes acabar levando a pessoa a óbito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum dos pacientes com sintoma de covid eventualmente atendidos por V. Sa. exigiu, solicitou ou pediu, no início evidentemente, a prescrição da cloroquina? Isso era uma coisa frequente?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Mais no início da pandemia, sim, as pessoas vinham com muita esperança, mas, com o tempo, isso foi ficando cada vez menos comum, essa exigência da prescrição. Mas às vezes acontecia de um paciente ficar agressivo e querer a medicação de qualquer forma porque... Na Prevent não acontecia tanto porque a determinação era entregar o *kit* pra todo mundo, mas, em outros hospitais em que eu trabalhava e em que isso não acontecia e eu não fazia esse tipo de prescrição, às vezes acontecia de um paciente ou outro brigar porque queria a prescrição da medicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era o cargo que V. Sa. ocupava na Prevent Senior?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu era médico plantonista do pronto-socorro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. atuava como médico assistente ou V. Sa. tinha alguma posição de direção na Prevent Senior? Não, não é?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Se eu tinha alguma atividade de direção, é o que o senhor está perguntando?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, fazia assistência ou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Além da emergência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... além da emergência?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, só o pronto atendimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só o pronto atendimento.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – E esporadicamente fiz, talvez, um ou outro plantão em enfermaria, mas a maior parte do tempo em pronto atendimento, pronto-socorro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

V. Sa. tinha vínculo empregatício formal com a Prevent Senior?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Era uma PJ...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era uma PJ.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – ... recebia através de uma PJ, de uma pessoa jurídica, um CNPJ só para poder receber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando essa relação foi encerrada, Dr. Walter?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Essa relação foi encerrada no final de fevereiro desse ano.

O senhor gostaria de saber os motivos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá, não é?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Tudo bem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

V. Sa. atuava nos ambulatórios ou nos serviços de internação da Prevent Senior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Ambulatórios não, mas em serviços de internação... Eu internava pacientes que geralmente vinham pelo pronto atendimento; chegavam ao pronto-socorro; então, se fosse indicado, sim, internava os pacientes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

V. Sa. poderia detalhar o rompimento dessas relações profissionais com a Prevent Senior?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Bom, eu fiquei muito tempo na Prevent Senior. Eu fiquei quase oito anos, eu acho. Isso às vezes pode causar uma certa estranheza, que alguém que estava talvez não de acordo com muita coisa que via lá ter passado tanto tempo, mas alguns julgam que pra médico conseguir trabalho é muito fácil, que: "Não, vai sair e vai conseguir outro trabalho"... Isso acho que não é uma realidade. Acho que quem é médico sabe do que a gente está falando. Então, mesmo com uma inadequação grande com a política da empresa, eu acabei passando todo esse tempo lá. Em alguns momentos, consegui trabalhar em outros locais, mas nunca consegui ficar totalmente independente da empresa. Ainda me mantive lá por muito tempo. Tentei... Até me mantendo como plantonista do pronto-socorro era uma coisa que me tirava a responsabilidade de certas outras coisas. Quanto mais você sobe na hierarquia da empresa, maior a sua responsabilidade, maior o envolvimento com a política da empresa, que era uma política com que, na maioria das vezes, eu não concordava. Como plantonista do pronto-socorro a possibilidade de atuar com menor comprometimento da ética médica, digamos assim, era melhor. Eu acreditava que era melhor naquele momento.

E o que acabou... Assim, além dessa inadequação crônica que eu tinha com a Prevent Senior por um modelo que era basicamente voltado para os custos e não, muitas vezes, para o bem-estar e o que o paciente precisava...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Então, eu acho que isso era uma coisa que talvez já me deixasse um pouco estigmatizado dentro da empresa com relação a isso.

A Prevent Senior foi... Algumas condições, como o caso do Sr. Tadeu, que contou aqui agora, não são exclusivas da pandemia. São coisas que acontecem na Prevent de forma crônica e que estão inseridas na cultura da empresa. A Prevent Senior, até há pouco tempo, acho que usava no comercial deles que eles são especialistas em pessoas, mas eu sempre via a Prevent especialista em números. Mas não querendo aqui dizer também que a Prevent não faça algum atendimento... Claro, isso é óbvio. É um convênio e vai ter pacientes satisfeitos. Essas coisas vão acontecer lá, mas há um...

E nem que existam profissionais dentro da Prevent que não trabalhem duro. Toda a equipe de saúde, desde auxiliares de enfermagem, enfermeiros, fisioterapeutas, são pessoas que trabalham duro dentro da Prevent e que vão ter pouco envolvimento com qualquer dessas irregularidades que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos denunciando aqui, até mesmo os médicos. Mas existe um pequeno número de médicos, muitas vezes envolvidos na direção, que têm uma cultura que é imposta e que acaba até induzindo outros médicos ao erro, levando a coisas como aconteceu com o Sr. Tadeu.

Então, acho que eu já tinha uma inadequação com isso lá. Teria até alguns exemplos de casos para contar, de coisas de... Acho que pela limitação, pela imposição de não ter autonomia médica, de não poder pedir um determinado exame. Pacientes evoluíam com gravidade, e às vezes você tinha que negociar com quem era seu superior para poder fazer determinada coisa e aquilo não era autorizado e, às vezes, o paciente evoluía com gravidade ou ao óbito. Então, isso era uma política antiga da empresa.

Então, já essa inadequação, acho que me pesou para eu acabar podendo ser demitido. E, no último ano, com a pandemia, eu acabei, em algum momento, me recusando a prescrever o *kit* covid e fui repreendido por isso. Também instituíram, começaram um modelo que já vinha sendo aplicado em outras unidades, que eles chamam de acolhimento, mas que é um modelo que talvez até possa ser aplicado em outras instituições, desde que seja feito da forma correta, mas, definitivamente, não era feito da forma correta na Prevent, era bastante irregular. E a minha rejeição a esse modelo também. Tive algumas reclamações e, por causa disso, algumas indisposições com equipe de enfermagem ou administrativa. Acho que isso, todos esses fatores se somaram e acabaram culminando na minha... Até por perceber tudo isso, também eu já estava conseguindo, finalmente, outro lugar para trabalhar. Eu já estava planejando pedir demissão. Não sei se isso interferiu também. Perceberam tudo isso, já tinha essa questão da minha rejeição ao modelo, e acho que isso foi o que culminou com a minha demissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que difere – e, na verdade, esta Comissão já verificou, Senador Humberto – o caso da Prevent Senior dos demais é que havia um projeto megalômano de fazer um tratamento no Brasil que seria vendido ao mundo para revolucionar durante muito tempo a medicina mundial, com o óbvio estímulo do Governo Federal e até mesmo, como aqui foi colocado por um depoente, eu não lembro quem foi, do próprio Ministério da Fazenda. O Presidente da República chegou a fazer postagens de resultados desses estudos, da sua eficácia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Não desmentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não desmentido. E depois nós verificamos, Senador Otto, na própria investigação, que a Prevent Senior teve que adaptar os números do estudo aos números que foram postados anteriormente pelo Presidente da República, o que ensejou, sem dúvida, todo tipo de falsificação de documento, de informação e de cumplicidade da Prevent Senior com o Presidente da República e com o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E há aí o caso de pessoas com muito dinheiro compactuarem com isso, compactuarem com esse tipo de procedimento em que, após 14 dias: "Não, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa não faleceu de covid, faleceu de outra coisa". Nós temos... O depoimento feito aqui estarreceu a nós e ao Brasil. E voltamos a repetir aqui: o interesse da CPI não é extinguir a Prevent Senior – pelo contrário – mas pegar os responsáveis por isso, porque numa madrugada, à 1h40 da manhã, a maior autoridade do Brasil postou nas suas redes sociais dizendo: "Olha, temos aí um resultado que vai mudar...". E aí você vai juntando as peças, são aquelas que vieram depor aqui, aquele gabinete paralelo. O gabinete paralelo utilizou a Prevent Senior para fazer esse tipo de teste, e quando não deu o resultado que eles queriam, o que eles fizeram? Eles foram retirando a causa do óbito para outro tipo de doença, para que ficasse acomodado ao discurso do gabinete paralelo. Era isso. Simples.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Simples assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Simples assim, um manda e o outro obedece.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o outro obedece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É simples.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a Prevent Senior, ao prescrever a cloroquina e ao mandar para os beneficiários... Aí a postagem do Presidente da República referida há pouco por mim. É uma coisa escabrosa. Escabrosa. Aliás, o Presidente da República nunca negou esses fatos. Esses fatos foram – e há pouco nós exibimos também – repetidos na ONU, friamente, friamente. Esses fatos, infelizmente, colaboraram para agravar esse morticínio que já levou quase 600 mil vidas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Essa data, Senador Renan, 18 de abril de 2020. O senhor era médico nessa época lá?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 18 de abril, nessa época que era o início da grande pandemia no Brasil, não faleceu ninguém lá de covid?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é verdade?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Com certeza não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele coloca aqui, veja bem: "Já dos 412 que optaram pelo medicamento, somente 8 foram internados e, além de não serem entubados, o número de óbitos foi ZERO" – e botam o "zero" em letras maiúsculas. Isso é mentira?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou perguntando se essa postagem de zero é mentira, que foi feita.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, claro que continuaram existindo os óbitos, intubações, internações. A nossa percepção como médico lá era de que isso não acontecia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja aí: o Presidente posta isso porque alguém, aquele pessoal que o rodeia...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – O gabinete paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O gabinete paralelo, aquele pessoal que se veste de verde e amarelo. Você vê, muita gente criticou a vinda do Sr. Luciano Hang. A vinda do Sr. Luciano Hang foi para mostrar para o Brasil de quem o Presidente se cerca, quem é que dá opinião sobre como ele deve se comportar. Então, é isso que mostra. Monta-se um gabinete paralelo para dar essa informação para o Presidente, e o Presidente vai e posta isso nas suas redes sociais, que milhões de brasileiros veem. E aí o Presidente está postando: "Olha, pessoal, quem tomou o *kit* covid não foi intubado e aí o número de óbitos foi zero; mas os outros pacientes, não. Quem não usou a cloroquina..." – que também está em propaganda, em letra maiúscula. Aí perguntam para a gente: como é que vai ser o comportamento da CPI, do relatório, em relação ao Presidente da República? Não precisa dizer muita coisa.

Você vê duas coisas aí que chamam a atenção de quem lê. A "cloroquina", em letras maiúsculas – e isso é para fazer a propaganda do remédio, correto? –, ela salva. Então, "12 foram hospitalizados e 5 faleceram". Isso quer dizer: quase 50% das pessoas que não utilizaram esse remédio faleceram, segundo a postagem do Presidente. Já quem usou não foi intubado e não faleceu. Mentira.

Eu queria... Doutor... E eu repito, isso é uma inverdade muito grande.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, com certeza. Isso não aconteceu lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em verdade (*Fora do microfone.*) é uma *fake news*. Aliás, Izabelle, de todas as *fake news* essa talvez seja a maior, pelo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A mais comprometedora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – ... pelas vidas que comprometeu – que comprometeu.

Então, a partir disso aí, tudo se explicava. Não havia um diagnóstico claro, como o Senador Otto já colocou aqui várias vezes; não havia vacina, estava havendo pesquisa e experimento; e um Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

da República faz uma declaração irresponsável dessa ordem? Quer dizer, é óbvio que, a partir daí, começou – e eu vi isso no Nordeste – a corrida pela cloroquina, pela ivermectina; as farmácias ficaram desabastecidas, compravam o estoque, e aquilo, Senadora Soraya, rapidamente era esvaziado novamente... Uma loucura!

Eu queria só saber, em função de tudo isso que aqui foi colocado, Dr. Walter: quando foi exatamente que a Prevent Senior – o senhor lembre, se for possível – definiu que iria adotar a hidroxicloroquina como tratamento, como rotina dos seus tratamentos?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Eu não me lembro exatamente se foi no final de março do ano passado ou começo de abril, mas eles instituíram um protocolo institucional, e daí iniciou a determinação para que a gente prescrevesse essa medicação. E, não lembro se foi exatamente ou um pouco depois, os *kits* com a medicação começaram a ser disponibilizados, colocados em consultório...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – A pergunta é: era obrigatório?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Sim, era obrigatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fazia...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Havia autonomia do médico?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, definitivamente não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não havia autonomia do médico.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Essa é uma questão... Essa questão da autonomia médica é uma questão relativamente antiga na Prevent. Essa é uma coisa que não surgiu só com a pandemia. Como já ficou claro aqui, a questão de como funcionava a hierarquia rígida na Prevent, que era um ambiente hostil, com a questão de lealdade e obediência, que de fato era um termo que, como foi citado aqui, já tinha algum tempo que não era utilizado, mas essa cultura permaneceu. Até porque eles pararam de usar esse termo porque houve alguns processos que eles tomaram por causa disso, por estarem usando isso.

E era curioso, assim... A hierarquia era muito rígida, então, a autonomia na Prevent, desde sempre... Eu fui bombeiro militar por quatro meses, experimentei o militarismo, fui policial civil por dez anos. Não havia nessas instituições, mesmo numa instituição militar, uma hierarquia tão rígida quanto acontecia na Prevent, que era, às vezes, muitas vezes, uma hierarquia que era baseada às vezes até em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

assédio moral. Então, você se voltar contra qualquer orientação do seu superior significaria represálias importantes, talvez perder o seu trabalho. Então, era... A gente vivia num ambiente assim em que todas as pessoas ficavam muito receosas de contrariar qualquer orientação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha o hino. (*Fora do microfone.*) Também cantavam o hino.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Ah, houve um hino também. Existia... Os chefes de plantão basicamente se chamavam, durante um tempo, durante um bom tempo, como guardiões. E esses chefes de plantão tinham reuniões, que às vezes eram mensais, e tinham esse hino pra poder cantar e... Eu participei uma única vez. Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor sabe a letra do hino?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Não. Não sei.

Eu participei uma única vez de uma reunião dessas e, sim, a gente teve que ficar de pé, com a mão no peito, cantando o Hino dos Guardiões. Foi uma coisa meio constrangedora de fato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Prática nazista absolutamente.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É, não sei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-me fazer algumas perguntas.

Como foi esse comunicado aos médicos da obrigatoriedade?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Desculpa, desculpa, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como foi esse comunicado aos médicos da obrigatoriedade?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Inicialmente, essa pressão não se fez tão necessária, mas era uma coisa também em que, se algum protocolo institucional fosse publicado, considerando todo esse ambiente, isso adquiria automaticamente um caráter de determinação. Você não precisava de alguém dizer: "Olha, você vai... ". Ninguém chegou dizendo: "Você vai...". Inicialmente, ninguém chegou e disse: "Você vai, vocês vão prescrever ou serão demitidos agora". Não, mas todo mundo sabia que isso era velado e existiam as conversas.

Depois de um tempo, os médicos começaram a ter mais resistência e começou a haver uma cobrança maior de se prescrever isso. Às vezes, alguns colegas conversavam com os especialistas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ligavam pra um infecto: "Poxa, o que eu faço? Vou prescrever isso mesmo? Não vale a pena?". O relato de alguns era de que o infecto dizia: "Olha, não tem mesmo muita evidência, mas você gosta do seu trabalho?". "Gosto." "Então, continua prescrevendo, evita problema." Então, assim...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chantagem, ameaça, pressão, assédio.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Era uma...

Eu, por muito tempo, prescrevi essas medicações na Prevent Senior, porque sabia da determinação. Eu trabalhava já em outros locais e cheguei a prescrever hidroxicloroquina, fora da Prevent Senior, pra uma única paciente, bem no começo, porque ela insistiu bastante na prescrição da medicação e ainda não tinha essa recomendação contrária, ainda havia uma esperança. Eu também queria que funcionasse naquele momento, mas, ainda assim, a gente sabia que não tinha evidência, que a melhor política, naquele momento, era evitar. Então, essa... Eu não fazia isso fora da Prevent, mas, na Prevent, eu chegava a fazer e dizia e avisava sempre os pacientes de que não havia evidência, que aquele era um protocolo institucional, que, muitas vezes... Especialmente, quanto mais o tempo foi passando e mais a evidência foi se consolidando, a recomendação, muitas vezes, era pra não... Todas as vezes, era pra não utilizar a medicação. Muitas vezes: "Utiliza só as vitaminas". Porque vinham as vitaminas junto com o *kit*. Essa era a orientação que eu fazia. E essa orientação foi ficando cada vez mais explícita à medida que o tempo foi passando e ficou óbvio que isso não funcionava.

No começo, existia ainda uma esperança. Assim, a gente... Essa coisa que foi citada de que os pacientes... "Ninguém vai a óbito, ninguém intuba." Isso já era muito claro, a gente sabia que era fraude. A gente... Além de o estudo ser muito ruim, quando foi publicado em abril, no meio de abril, me parece, era consenso entre os próprios médicos de que isso foi um estudo muito ruim. Eles estão dizendo que os pacientes estão... na mídia, que não houve ninguém intubado, mas, não, eu internava pacientes que haviam tomado o *kit*, acompanhava esses pacientes depois pelo prontuário durante a internação e via esses pacientes internarem, irem a óbito, e acontecia a mesma coisa. Então, a gente sabia que não era.

E eles fizeram uma política de reforço disso – às vezes, chamavam – que induzia os médicos ao erro, um pouco. Chamavam os médicos pra reuniões, faziam reuniões *online*, em que eles afirmavam que eles estavam fazendo outros estudos e que iam comprovar, que aquele primeiro estudo seria corrigido e que a gente podia confiar que realmente eles estavam tendo muitos bons resultados. A expectativa é... A gente sabe que não está tendo todo esse benefício, isso é óbvio, mas certas coisas você não consegue perceber com o olho clínico, você precisa de um estudo maior, com critérios melhor definidos, pra você, às vezes, perceber um benefício marginal, como, por exemplo, o caso do corticoide, que acabou se consolidando como uma droga que ajuda no tratamento da covid. Ele não é a cura, mas a redução de mortalidade fica em torno de 20%. Você não vai perceber isso muito no olho clínico, um estudo confirmou isso e a gente passou a adotar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a hidroxicloroquina, no momento, apesar de a gente ver, óbvio, que o resultado não era brilhante, ainda existia uma esperança de, de repente, talvez algum estudo maior confirmar algum benefício marginal e que justifique o uso dessa medicação, mas isso nunca foi demostrado, muito pelo contrário, com o tempo isso só foi confirmando cada vez mais que isso não funcionava, então...

E eles continuaram, às vezes, fazendo essa política de evangelização, de continuar prescrevendo a medicação e, às vezes, induziam até os médicos ao erro também.

Isso até... Eu cheguei a participar de uma dessas reuniões inclusive, cheguei a ir para essa... Para uma... Houve uma convocação: "Olha, quem quiser visitar...". A Prevent, na megalomania dela, chamava essa instituição de pentágono: "Vocês vão visitar o pentágono para conhecer os estudos" – pentágono – "que vão ser feitos".

Eu cheguei até a visitar numa dessas vezes e, quando a gente chegou lá, foram apresentados... Já tinha acontecido esse estudo, que a gente sabia: "Bom, esse estudo é um estudo ruim, isso não funciona". Mas eles... Como a impressão dos médicos depois do estudo ficou muito ruim, acho que eles queriam reforçar isso, então, foi apresentado: "Não, nós estamos tendo resultados brilhantes, o NNT disso, o número necessário para tratar, é muito melhor do que estatinas e nós estamos... Vocês vão ver, a gente vai revolucionar a medicina. Esse estudo foi ruim, mas nós vamos publicar um estudo muito bom".

Isso induzia os médicos a... Você é apresentado por toda uma estrutura, que estava sendo feita uma pesquisa séria, isso, às vezes, induzia o médico ao erro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que coisa!

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Inclusive, nessa visita, se me permite citar um caso pessoal, que a Prevent já tem me acusado até de ter prescrito hidroxicloroquina para os meus pais – eu acho que é uma coisa que eu gostaria de deixar bem claro.

Nessa visita, inclusive, quem nos recebeu uma vez foi o Dr. Fernando Oikawa. Ele foi muito simpático, explicou e contou aquilo tudo, inclusive disse que eles estavam fazendo uso profilático, sem ser tratamento precoce, uso profilático, usavam a hidroxicloroquina para prevenir a doença.

Meus pais, meu pai especialmente, estava insistindo: "É, não tem hidroxicloroquina, pega um *kit* pra mim, pelo amor de Deus". Meu pai era beneficiário da Prevent Senior e estava em Minas Gerais. Então, o Fernando Oikawa, muito solícito, se propôs: "Olha, se vocês precisarem inclusive, quiserem a medicação para vocês, porque está em falta, a gente fornece a medicação para vocês, para vocês fazerem uma profilaxia da doença e tal".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu até, na época, pela insistência do meu pai, pedi a ele até, mandei mensagem: "Não, você pode...". Estive lá, a gente conversou no pentágono, porque até existia uma certa esperança naquele momento de que poderia ter algum benefício.

Ele não chegou até a... Ele chegou até a mandar a medicação depois, mas, antes que ele enviasse a medicação, eu cheguei a pegar um *kit* mesmo, a retirar um *kit* no pronto atendimento para o meu pai, para a minha mãe, que eu iria enviar para eles, mas aquilo nunca chegou a ser enviado.

Então, eu tenho até mensagens de WhatsApp com o meu pai no dia em que eu pego a medicação, em que eu falo: "Olha, a medicação está aqui". Mas faço uma extensa... Deixo à disposição dos Senadores as mensagens se quiserem, em que eu faço uma extensa exposição, que eu não recomendo o uso, que eu acho que não vale a pena, que não tem evidência científica.

Se vocês quiserem, posso até ler a mensagem ou disponibilizar a mensagem para os senhores, para V. Exas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Posso explicar bem esse caso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Inclusive o meu pai, quando vem a ter... Quando eu venho a ter covid, primeiro, porque eu tive, eu fui o primeiro da minha família a ter covid, eu tive covid em outubro, novembro. É óbvio que eu não usei a medicação e acho que fica bem claro, é até delicado ter que expor isso, ter que expor o grupo da minha família para explicar as conversas que a gente está tendo pelas acusações caluniosas da Prevent Senior, mas eu coloco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Walter...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – ... que eu cheguei... Estava preocupado... Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nessa época...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Estou me alongando até para poder me defender de uma difamação que estão tentando fazer comigo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não, isso aí... Isso de que o senhor fala do seu pai foi em que época?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Ah, foi em maio, mas eu posso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Maio de que ano?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Maio de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, mas eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não tem que explicar isso, porque, naquela época, ainda não tinha nenhuma organização... A Organização Mundial de Saúde ainda não tinha se posicionado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A decisão da OMS foi em junho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em junho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, aí no final de maio.

Vejam só. Eu vou colocar aqui para vocês... Eu quero só interrompê-los, doutor e Sr. Tadeu, e peço licença aos meus companheiros, Senadora e Senadores... Esta senhora aí que vocês estão vendo é a Jennifer Pereira. Ela me manda um *e-mail* lá de Manaus, da minha cidade. Ela diz:

> Senador
> Não sei se de fato o Sr. vai ler esse e-mail
> Serei breve
> Estive dias 14 e 15 de janeiro acordada.

Foi na época em que faltou oxigênio na minha cidade, que, em vez de levarem oxigênio, eles levaram esses medicamentos de que o senhor está falando hoje aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Levaram o TrateCov.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

> Meu pai minha mãe meu esposo estavam doentes gravemente de covid.
> Eu e meu irmão praticamente trabalhando para [...] [salvar] o SPA do são Raimundo funcionar [o São Raimundo é um bairro muito antigo na cidade de Manaus e tem um SPA].
> Eu carreguei cilindros em meu carro para ajudar
> Minha mãe parou 3 vezes, sem oxigênio e foi ressuscitada.
> Ela viveu. Todos os da minha família [..] sobreviveram. Mas foram os dias mais difíceis de vossas vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Vimos pessoas morrendo como bichos sem ar. Foi horrível.
> Obrigada pela CPI,
> Gostaria de sugerir que um dia, fossem homenageadas pessoas que como meu irmão Erick Lima de Araújo, que não tem cargo público ou obrigação, salvaram vidas, nós piores dias que Manaus viveu nessa pandemia. Para mim ele é um herói [para mim também, Jennifer].
> Sou Policial, [...] [sou] advogada, [...] [e] professora.
> Mando fotos, para que se registe alguns momentos que jamais serão esquecidos.

É por isso esta CPI.

Essa senhora é a Jennifer, uma professora e policial. Ela carregou... E conseguiu salvar algumas vidas. Muitas não foram salvas por... Inclusive o meu irmão! Ele não conseguiu se salvar. Eu espero que isso nunca mais aconteça no Brasil, principalmente no meu Estado.

Então, eu, ouvindo vocês... É lógico que quem perdeu gente querida se emociona...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem como...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador, é muita crueldade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque foi muita, muita negligência em relação às pessoas que nós perdemos. Se o seu depoimento e o depoimento do Tadeu terminassem agora, nós estaríamos mostrando para o Brasil como foi a forma com que nós tratamos pessoas. Quando eu digo nós, é porque nós também temos responsabilidade, apesar de não estar lá na frente. E esta CPI não vai servir só para agora, ela tem que servir para muitos e muitos anos na frente, para ver...

Que a gente não cometa esses erros, que profissionais de saúde possam se aconselhar antes de tomar decisões equivocadas e tirar a vida de pessoas! Isso daí aconteceu na minha cidade, Manaus. Agora, eu quero dizer que, se isso salvasse, se o tratamento precoce salvasse, não precisaria de oxigênio. Tem prova maior de que isso não presta! Tem prova maior, para qualquer profissional de saúde, de que isso não funciona! Se funcionasse, não ia precisar de oxigênio.

Como, um ano antes, o Presidente postou que ninguém foi intubado? Ninguém foi intubado? Foi isso que pregaram para o Brasil? Imunização de rebanho? Tratamento precoce? E nós pedimos ao Supremo. E até hoje a Dra. Mayra, que foi levar a morte em vez de levar a vida, no meu Estado, ainda continua no cargo! Mandando! E deve ter opinado, deve ter fofocado para o Presidente que hoje ia se discutir se tem validade ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E me desculpe a Coni... Como é o nome do órgão? A Conitec. Depois de um ano e meio vocês ainda não decidiram isso? Serve para quê, esse órgão, dentro do Ministério da Saúde? Para quê?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mudou de nome, é Conivente. Mudou o nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mudou o nome.

Não, esse desabafo que eu faço... Não é você, doutor, que deve ter ajudado a salvar vidas, e eu parabenizo você, que é um sobrevivente. Você veio de lá e voltou para nós, e eu fico feliz por você. Eu te digo, a CPI não foi para fazer palanque, não foi política, foi para mostrar o que nós estamos assistindo hoje.

Eu peço desculpa ao Senador Renan, mas eu não poderia deixar de ler esse *e-mail* de uma conterrânea minha que passou esse momento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sem dúvida. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e a gente se solidariza com ela, e agradece a ela e ao irmão o esforço que os dois tiveram para salvar vidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu queria, só recapitulando... Parabéns, Presidente, pela intervenção. Só recapitulando, eu queria lembrar que começou paulatinamente a haver a resistência dos médicos, não é isso?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Sim.

Foi uma resistência progressiva. Inicialmente não havia muita resistência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve discussões com outros médicos, colegas, na Prevent, sobre as imposições da prescrição do *kit* covid?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Se outros colegas comentavam sobre as imposições?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se comentavam, se houve discussões, conversas.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, sim. Isso era, isso era uma coisa que a gente, às vezes, comentava entre a gente. Muitas vezes, depois, no final, já não queria mais prescrever.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Mas eu acho que é interessante falar um pouco de autonomia, até antes de chegar nesse ponto, mas falar sobre a autonomia anterior da empresa, que sempre fez parte da história da empresa.

Eu tenho histórias para contar, por exemplo, de antes, muito antes, de eu atender um paciente no pronto atendimento, ver uma paciente, por exemplo, que tinha... É um caso que acabou me marcando um pouco, a paciente tinha o mesmo nome da minha filha, eu acabo me lembrando desse caso já tem um tempo. Mas, como esse caso, tem vários outros. Uma paciente que chegou com uma dor de garganta, já tinha passado várias vezes no pronto atendimento, e eu queria pedir uma tomografia de cervical da paciente. Era muito difícil, às vezes, de você conseguir esse tipo de exame, tive que discutir com o que eles chamavam de guardião, que era o chefe do plantão, não foi autorizado e sugeriu-se um exame que eu achei que não tinha indicação no momento, uma endoscopia. E a paciente acabou depois indo e voltando algumas vezes ao PS, fez aquela endoscopia. No final das contas, a paciente tinha um abscesso retrofaríngeo, que poderia ser ter sido diagnosticado com a tomografia, e essa paciente evoluiu pra um choque séptico e acabou falecendo. Então, coisas como essa de falta de autonomia, às vezes, impedia que você exercesse boa Medicina. Então, isso não é só da pandemia. E na pandemia isso se intensifica com essas questões de não prescrever...

É interessante que, no começo da pandemia, a Prevent veio aqui e falou de investimento em EPI, não é? É um caso exemplar, eu acho, pra mostrar a falta de autonomia. Bem no começo da pandemia, é verdade que, assim, acho que a maioria das operadoras de saúde estava um pouco subestimando. Ninguém estava preparado pra isso, essa é uma realidade, acho que não tem como a gente colocar, mas acho que ninguém chegou a fazer o que a Prevent chegou no começo que foi a ponto de proibir a gente usar máscara lá dentro. Tá. Não tem EPI, não tem... A Prevent depois realmente investiu pesado em EPI, a gente... Não vou mentir aqui e dizer que faltou EPI depois. Não. Tinha EPI de sobra. Estava tudo muito adequado lá, de fato, depois na Prevent. Mas o que aconteceu no início, por exemplo, houve um caso que eu tive, é exemplar. Já tinha estourado um surto de covid numa das unidades. Eu cheguei pra trabalhar na unidade e já estavam alguns colegas já indo pra intubação, eu fiquei com medo da doença. Falei: "Vou pegar uma máscara". Coloquei uma máscara N95 e fui trabalhar com a máscara N95 no consultório. A coordenadora entrou no consultório e falou: "Ó, você precisa tirar a máscara". Aí eu falei: "Pô, mas como eu vou tirar a máscara? Pra mim é proteção. Eu não posso ficar sem máscara". "Não, você precisa tirar máscara." Eu falei: "Mas já estou com a máscara, já peguei." "Não, não. Não pode. Não pode, porque vai assustar os pacientes." Então, assim, a falta de autonomia é tanta que você não tem autonomia pra proteger a sua própria vida.

Então, o que vale é manter a engrenagem da empresa girando. Se aquilo ali atrapalhar de alguma forma o jogo, a sua vida pouco importa. Então, eu tive que tirar a máscara e continuar trabalhando sem máscara. E é curioso até, só pra dar nome aqui, que quem me fez essa imposição de tirar essa máscara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi a mesma Dra. Paola que apareceu ontem numa mensagem aqui dizendo que era obrigatório: "Espirrou, tomou", o *kit*. E o colega... E o colega...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah! Aquilo é chocante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – É a mesma do: "Espirrou, tomou"?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – É a mesma do: "Espirrou, tomou".

E é interessante até dizer como que é a política da Prevent. O colega que teve essa mensagem compartilhada de alguma forma foi demitido ontem pela Prevent, enquanto a Paola continua trabalhando. E esse colega foi demitido. A Prevent tem uma política de, às vezes, punir quem é bom médico e promover quem faz a coisa errada. Quem veste a camisa da empresa e faz a coisa errada, independente de... Não tem ética médica, ele está ali como um cão de guarda da empresa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Tem comissão de ética médica nesses hospitais?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Tem, mas acho que claramente viciada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Algum caso foi avaliado pela comissão de ética médica nesses hospitais?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Que eu saiba não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Essas comissões não fizeram, não tomaram nenhuma iniciativa?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Que eu saiba não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Todo hospital é obrigado a ter uma comissão de ética médica, que é de responsabilidade do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Veja, isso é muito grave, porque o que eles estão falando aqui é de prática profissional, é tolher a liberdade do exercício profissional, é induzir à prática errada. Tudo isso teria que ter passado pela comissão de ética médica, sob supervisão do Conselho Regional de Medicina. O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo prevaricou.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Se o senhor me permite, a minha impressão, inclusive sobre a questão de fiscalização, o senhor citou entidades reguladoras que deveriam estar atentas pra isso, às vezes, eu tenho a impressão de que essas entidades... A Prevent não existiria se não fosse pela falha dessas entidades. Se essas entidades tivessem uma fiscalização eficaz, com certeza a Prevent não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

teria prosperado. Eram muitas irregularidades que aconteciam ali. Então, eu não sei se essa falha foi deliberada ou não, mas, que de fato falharam na fiscalização, falharam. Isso é muito claro.

E, só pra concluir a questão de autonomia com relação ao *kit*, se for interessante, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Dr. Walter, só me informe mais sobre essa médica que determinava, recomendava ou sugeria que não se usassem máscaras. Como que era?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Era uma médica que estava na...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a doutora...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Dra. Paola.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É a mesma do: "Espirrou, tomou"?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, a mesma do: "Espirrou, tomou". Ela estava na condição de coordenadora. Naquele momento, a ordem da instituição era que os médicos não podiam usar máscara, ela cumpriu a ordem da instituição. Eu falei: esse era o prêmio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que período foi esse?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Isso foi no começo da pandemia, quando estava começando. Mas já havia tido um surto numa outra unidade e já tinha colegas intubados naquele momento. Então, a gente ficou com medo, a gente queria se proteger. Mas não, não importava, sua proteção não importa, o que importa é seguir a cartilha da empresa. Inclusive, foi um período pequeno, de fato, me parece que foram somente duas semanas, mas foi suficiente para morrerem alguns profissionais de saúde. Teve um técnico de enfermagem que morreu nesse período, que eu sei. Não sei de outros casos que talvez tenha tido. Mas, de fato, esse período dessa proibição acabou tendo consequências também.

Ainda pra seguir na questão da autonomia, no final do ano já apareceu alguma coisa sobre algum médico que denunciou algum outro convênio sobre falta de autonomia e eles chegaram a publicar no grupo: "Olha, gente, aqui não, aqui vocês têm autonomia, vocês podem ficar sem prescrever". Como a política era meio que tudo que estava no grupo você podia acreditar: "Opa, agora eu posso parar de prescrever". Eu fui pra um plantão, falei: "Pô, agora eu não preciso prescrever pra mais ninguém". Aí eu não prescrevi pra nenhum paciente naquele dia. Isso foi num sábado ou domingo e o meu próximo plantão era numa quarta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui chamado, convidado a chegar uma hora mais cedo porque o diretor da unidade queria conversar comigo. O diretor, naquela ocasião, era o mesmo Dr. Fernando Oikawa que foi na reunião do pentágono apresentar a hidroxicloroquina. Ele me chamou, foi até... Fez a mesma apresentação que ele tinha feito lá em maio, mas isso em dezembro já, em dezembro ou novembro fez a mesma apresentação já do *kit*, que naquela época já incorporava outras medicações além daquelas iniciais. E foi muito claro: "Olha, tem que prescrever". Não houve, assim: "Olha, vou te demitir se você não prescrever", não. "Mas olha, você tem que prescrever". E, dentro dessa cultura da empresa, eu vou questionar o quê? Foi dito que eu tinha que prescrever: "Você precisa voltar a prescrever". Tudo bem, então eu vou voltar a prescrever.

E eu realmente voltei a prescrever, mas eu passava a orientar os pacientes e era uma orientação, inclusive, que eu fazia pra ser o mais enfático possível, que acaba caindo no caso dos meus pais, eu sempre dizia: "Olha, não usa, usa só as vitaminas. Nem eu quando tive, nem para os meus pais eu passei, por que o senhor deveria usar? Então, não faça uso dessa medicação. Use as vitaminas, isso, às vezes, pode representar um risco maior para o senhor do que uma ajuda". E depois a coisa ficou muito massificada.

Eu cheguei a falar da questão do acolhimento, que era um modelo que, como eu disse, tem até funcionando em algumas outras coisas redes. Parece que pode ser bem aplicado e funcionar, mas eu conheço o modelo da Prevent e esse eu posso dizer que é absolutamente inadequado, talvez, em alguns momentos, até criminoso. Porque você vai ter uma coisa que induza o médico: você tem três, quatro consultórios funcionando ao mesmo tempo; nesses consultórios, você tem enfermeiros sentados atendendo como se fossem médicos; esses enfermeiros estão logados no sistema de prontuários com *login* e senha do médico; esses enfermeiros digitam toda a anamnese como se fossem o médico. Na teoria, o médico poderia supervisionar, o médico fica sem um consultório, ele só vai girando nesses consultórios, supervisionando o trabalho dos enfermeiros. Na teoria, o médico poderia sentar e atender o paciente, só que a imposição da empresa por uma agilidade, assim, que, às vezes, não era possível, induzia os médicos, às vezes, a simplesmente deixar o atendimento a cargo do enfermeiro e ficar rodando os consultórios simplesmente pra assinar e carimbar. Alguns colegas chegavam ao absurdo de nessa prescrição fazer carimbos extras e deixar os carimbos com os enfermeiros para que eles já fossem assinando e carimbando as coisas por eles ali.

Então, assim, era uma coisa que... E depois esse modelo acabou sendo adotado, no final da pandemia, que foi um modelo que eu rejeitei e que acho que foi um dos motivos, a gota d'água talvez, que tenha culminado na minha demissão, de que virou uma produção em série a distribuição de *kits.* Os pacientes que estavam nesse modelo de acolhimento... O paciente só ia passando pelos enfermeiros, que já estavam com o *kit* pronto e entregando. Não havia mais uma avaliação adequada do paciente. Era uma coisa de... Chegou com sintoma gripal, toma o *kit* e vai embora. Era uma coisa nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Vamos dar consequência a esse debate sobre a questão da autonomia.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na verdade, pelo que nós estamos vendo aqui, na Prevent Senior, as lições do Hipócrates foram substituídas pelas lições do Dr. Mengele, numa prática macabra, nazista, com rituais, com hinos sendo entoados em defesa da obediência e da lealdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive com a consigna da SS, "lealdade e obediência", não é?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – "Lealdade e obediência", é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É inacreditável que nós pudéssemos chegar no Brasil nesse patamar.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – "Lealdade e obediência".

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive com a consigna da SS, "lealdade e obediência".

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Mas, assim, é importante ressaltar até para... Isso já não era usado há algum tempo, até porque eles começaram a receber processos com isso, porque ficava muito evidente a questão da subordinação com isso, e eles tomaram um pouco mais de cuidado. Essas coisas começaram a ficar veladas. Mas a política de coação persistiu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o próximo vídeo, Senador Randolfe, por favor.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – E até gostaria de dizer: a política de coação da Prevent persiste até depois que você deixa a empresa. Eu tentei denunciar algumas irregularidades e fui ameaçado. Eles persistem até agora procurando um alvo de quem são os supostos, os médicos denunciantes, querendo colocar um alvo nas nossas costas. Colocam nas redes sociais deles: "Desafiamos os médicos a aparecerem". Eles têm uma política de coação, de intimidação constante. Eles não sabem atuar de outra forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum paciente, recuando um pouquinho... Algum paciente resistiu ao uso do *kit* covid?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não... Como a gente era obrigado a dar, e depois isso estava considerado, alguns pacientes, às vezes, recusavam, mas, como eu tinha que entregar, eu falava: "Não, o senhor leva, o senhor usa só as vitaminas, depois o senhor deixa essas medicações lá".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo 2, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algumas perguntas – muitas já foram respondidas –, só para garantir a ênfase necessária para o próprio depoimento e para o avanço da...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Renan, como médico, não havia prescrição de heparina, ou seja, de anticoagulante, de corticoide para os pacientes que chegavam no hospital?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Se havia isso no pronto-atendimento?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, os pacientes que chegavam no hospital...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Pacientes que eram internados, sim. Sim, esse tipo de medicação... Mas é porque essas medicações geralmente não são instituídas ambulatorialmente; na maioria das vezes, só para os pacientes internados. Então... Mas, sim, isso era feito também para os pacientes que seriam internados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Na sua opinião, na sua avaliação: a Prevent Senior não respeitava as escolhas e indicações dos médicos?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Não, nunca respeitou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso já foi dito, respondido. É só pra...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, com relação à hierarquia dos diretores clínicos da Prevent Senior com os médicos assistentes, como é que era?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite. Pra ficar bem claro: existia autonomia médica na Prevent Senior?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, não, não, absolutamente não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não existia, absolutamente.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Tanto é que eu tive até que tirar a máscara para me expor ao risco, eu não tinha o direito nem de me proteger. Acho que isso é o cúmulo da falta de autonomia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dr. Walter, de que maneira a Prevent Senior pressionava – por favor, novamente – os profissionais de saúde a cumprirem a indicação de tratamento precoce aos seus beneficiários?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – De que maneira?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que maneira.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Então, toda essa questão da cobrança, de saber os números... Vinha uma hierarquia de cima pra baixo, eles tinham a contagem dos *kits* que eram feitos, então eles sabiam. Eu fui pego nessa: num dia que eu deixei de prescrever, eles perceberam. Então, se alguém saísse da linha, essa pessoa seria cobrada: "Olha, você tem que prescrever, você tem que prescrever!" Então, as pessoas tinham que prescrever.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além de V. Sa., muitos foram demitidos?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Demitidos, eu acho que não. Mas por que não? Quem é que se atrevia a não prescrever? Então, assim, foram poucos que se atreveram a não prescrever, então foram poucos demitidos. As pessoas faziam a mesma conduta que eu: você orientava expressamente o paciente a não tomar, mas entregava o *kit.*

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Se não prescrevia, rua?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não prescrevia, rua? Demissão?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – É, basicamente, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar.) – Alguma denúncia de constrangimento ou de restrições à autonomia médica foi oferecida ao Conselho Regional de Medicina ou ao CFM?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – A questão é que essa denúncia não pode ser anônima. Essa questão, por exemplo, do modelo do acolhimento, eu acredito... Isso foi colocado aos poucos em algumas outras unidades. Conhecendo isso, na época eu já achei um absurdo. A unidade em que eu trabalhava não tinha. Todo mundo tinha medo de esse modelo chegar à nossa unidade, os médicos ficavam apavorados com aquilo. Eu tentei fazer uma denúncia ao Cremesp na época, mas as denúncias não podem ser anônimas, e a gente tinha muito medo. Existia uma coisa entre os médicos de que denúncias contra a Prevent não prosperam. Então, a gente tinha muito cuidado pra falar qualquer coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Dar materialidade pra essas coisas é muito difícil. Eu lamento muito pelo que aconteceu com o Sr. Tadeu, mas fico extremamente feliz por um caso como o dele vir à tona, porque isso dá materialidade pra tudo o que eu estou dizendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – ... e corrobora todas essas histórias, porque, como é que você vai provar algum caso que aconteceu lá? Eu posso até citar alguns casos que eu passei no PS, mas que dificilmente vão ter materialidade e que são muito parecidos com o caso do Sr. Tadeu. Então, assim, essas denúncias... A gente tinha medo disso, de não conseguir provar e também de sofrer retaliações pesadas, como eu estou sofrendo por ter feito essas denúncias. Estão implicando a minha família, estão... A Prevent não admite, mas ela continua atacando. Ela tem... A mesma política que ela tem com os médicos dela lá dentro ela está continuando aqui fora, e com uma aparente certeza de impunidade. Então, quem é que iria querer fazer essa denúncia? Era difícil.

Eu tentei fazer essa denúncia indiretamente: procurei um colega que conhecia alguém que era importante dentro do Cremesp, pedi a ele, expliquei o caso, se ele poderia conversar, se a gente poderia tentar fazer essa denúncia em *off*. A resposta foi: "Olha, essa denúncia não vai perseverar no CRM. É melhor você procurar o sindicato dos médicos e tentar alguma coisa com o sindicato dos médicos".

Então, assim, era difícil de alguém ter coragem ou até... Você pode... O que acontece? É a fonte de renda. As pessoas estão julgando também que é muito fácil arrumar um emprego como médico, e não é. O colega que foi demitido ontem por estar envolvido de alguma forma, até sem querer, nisso, porque a mensagem do "espirrou, tomou" dele apareceu, foi demitido sumariamente. Então, quem é que ia se arriscar? É um emprego. Você às vezes vai dizer que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quer dizer que o médico demitido ontem foi por conta da exposição da mensagem?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Sim, foi por causa da exposição da mensagem.

E a médica que obriga ele a prescrever, a médica que me mandou tirar a máscara é premiada pela Prevent Senior e sobe cada vez mais de cargo lá dentro. Essa é a política da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual foi o médico que foi demitido ontem?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Então, é um colega... Eu não gostaria de citar o nome dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o áudio, por favor.

Eu vou avançar para o final, Senador Otto, Senador Humberto.

O áudio nº 1 foi publicado pela imprensa e também já veiculado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu peço a Izabelle para exibi-lo novamente, rapidamente, Izabelle.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai fazer falta: "Bota o vídeo, Izabelle".

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Meu Deus!

Algum outro, Dr. Walter, representante da Prevent Senior ligou em outra oportunidade para fazer ameaças implícitas, veladas ou algo parecido?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Não, foi só essa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E, Dr. Walter, corroborando com a pergunta...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Anthony Wong...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No prontuário, está claro que as razões...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, essa questão do prontuário é um caso interessante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi covid?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, não tem.... Não tem como questionar, é covid. Não tem outra... Não tem dúvida. Dez entre dez médicos que avaliarem aquele prontuário: "Morreu de covid", não tem outro jeito. Isso está muito claro.

É interessante... Ouvir isso é extremamente desagradável. E queria... O Pedro tentou minimizar essas ameaças aqui, tentou dizer que era: "Ah, nós somos sócios". Não, nós temos uma pessoa jurídica pra receber da Prevent Senior, porque é uma exigência da Prevent Senior que você tenha uma pessoa jurídica. Infelizmente, tive essa pessoa jurídica com ele, e nós recebíamos juntos por essa PJ. Então, não era uma empresa, nós não temos negócio juntos, nós nunca fomos amigos.

E que a gente tivesse um negócio, que a gente fosse amigo, isso é uma ameaça, independentemente disso, e é uma tentativa de intimidação, uma tentativa de me silenciar: "Você fica quieto, vai lá e não fala com a imprensa, fala que isso é mentira". E eles continuam fazendo isso até hoje, eles continuam tentando me pegar para me silenciar de qualquer forma, eles continuam com a mesma política.

E ele cumpre parte das ameaças que ele faz. Esse áudio é um pouco mais longo. Esse áudio tem 20 minutos, na verdade. Esse, talvez, seja um dos pontos principais – esse áudio está à disposição –, mas tem ameaças muito claras. E ele já cumpriu parte dessas ameaças. Ele fala que vai acabar com a minha carreira profissional. Inclusive, estava espalhando na Prevent, para colocar medo nos outros médicos, que, se alguém tentasse fazer como eu, perderia o CRM, porque eu ia perder o meu CRM.

Ele falou de denunciação caluniosa, mas ele fez uma denunciação caluniosa contra mim no Cremesp, dizendo que eu acessei o prontuário do Anthony Wong, que eu teria divulgado informações do Anthony Wong depois dessa reportagem de que a gente participou para a Globo News. Ele levou ao Cremesp um processo dizendo que eu acessei e violei o prontuário. No entanto, depois que foi feita a revisão de quem acessou o prontuário do Anthony Wong, o meu acesso não consta entre os médicos que acessaram. E ele diz que, em ligação, eu teria admitido que acessei o prontuário do Anthony Wong, que é essa ligação que os senhores estão ouvindo. Ela tem até outros trechos a mais, mas, em nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

momento, eu falo que acessei o prontuário do Anthony Wong. Então, ele mente, dizendo que eu assumi que acessei o prontuário do Anthony Wong, e o relatório da própria TI da empresa não mostra nenhum acesso meu ao prontuário. É surpreendente que essa denunciação caluniosa tenha sido aceita pelo Cremesp. Eu tive que me defender. E, quando eu tive, de fato, acesso ao prontuário, na íntegra, do Anthony Wong? Porque esses prontuários foram anexados ao processo do Cremesp e, aí, sim, eu pude ler o prontuário na íntegra e ver detalhes que eu não havia percebido.

E outra coisa: quando a gente chegou para fazer a reportagem, eu sabia que tinha fraude, porque isso era uma coisa notória que rolava dentro da Prevent. Eu não imaginava que teriam fraudado a declaração de óbito. Quando o repórter fala: "Não, olha, mas tem uma declaração de óbito fraudada do Anthony Wong e da Regina Hang", eu falei: "Ô, não acredito". Ele me mostrou e estava lá. Então, assim, aquilo foi uma novidade para mim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fraudavam declaração de óbito?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É. As duas declarações de óbito, nesses casos, estavam fraudadas. Sim, não constava covid. Eu acho que o interesse nesse caso... Acho que, no caso do Anthony Wong, por exemplo, fica muito clara a tentativa de sustentar a desinformação. Anthony Wong foi um grande, um grande...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Propagandista.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – ... um grande difusor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O maior, foi o maior.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – ... de teorias antivacinas, era um difusor do tratamento precoce; no começo da pandemia, disse que o vírus não se espalharia por calor... Ele errou todas as previsões e, mesmo assim, foi idolatrado. Segundo alguns meios de comunicação, talvez seja um dos maiores difusores de desinformação. Acho que seria muito ruim para toda essa narrativa que as pessoas soubessem que o Dr. Anthony Wong morreu de covid, tendo feito o tratamento precoce não só uma, mas duas vezes, o que não faz sentido nenhum também até para quem acredita em tratamento precoce, mas tudo bem. Então, assim, isso era uma coisa que sustentava essa narrativa. Então, eu acho que teria uma tentativa de ocultar isso. É curioso porque as teorias que circulam na internet são justamente o contrário: que ele foi morto porque foi silenciado pela Big Pharma, que quer esconder... Ele queria nos salvar... Na verdade, a conspiração é exatamente o oposto. Ele morreu de covid, e as pessoas tentaram esconder para sustentar uma coisa que não funciona.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para que todos lembrem, o Dr. Anthony Wong era médico toxicologista e um grande defensor do chamado tratamento precoce. Ele faleceu na Prevent Senior e foi tratado, inclusive, pela Dra. Nise Yamaguchi.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Ela é relatada no prontuário dele como médica responsável pelo paciente, em algumas vezes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu não sabia disso. Eu fui saber quando eu tive acesso ao prontuário no Cremesp.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente quando teve acesso lá.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A causa da morte do Sr. Wong foi a covid-19, mas a Prevent Senior, a exemplo do que fez com muita gente, alterou, fraudou a causa do falecimento no prontuário, e inclusive testou nele diversos tratamentos não autorizados.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Essa questão dos tratamentos não autorizados... A experiência que eu tive foi muito de conversar. Como eu disse, eu fiz enfermaria poucas vezes, mas às vezes eu percebia nos colegas uma... Eu tinha muita curiosidade, para ser franco, se esses tratamentos funcionavam ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não era uma coisa de que era uma questão política, que eu era contra ou não. Eu tinha esperança, realmente, de que algumas dessas coisas funcionassem. Eu perguntava muito para os colegas: "e aí, qual é a experiência que vocês estão tendo, o que vocês estão vendo?" E, conversando com colegas de enfermaria, muitas vezes, eu via muita insatisfação deles com essa questão de diretoria vir e instituir tratamentos estranhos, que eles percebiam, às vezes... Eles acreditavam que estavam piorando os pacientes. E essas coisas eram feitas muito sem coordenação. Às vezes, eu internava algum paciente e continuava acompanhando o prontuário, e eu via que naquele paciente foram instalados dois ou três protocolos experimentais ao mesmo tempo. Eu acho que fica difícil até de você avaliar, se algum desses tivesse sucesso, o que foi que teve sucesso. Você está fazendo tudo ao mesmo tempo. Essas coisas me chamavam muito a atenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, as decisões sobre a condução do caso, só para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Mais uma vez, era falta de autonomia, até mesmo para os pacientes que estavam internados também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas era, nesse caso específico, da Dra. Nise Yamaguchi.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Ah, no caso do Anthony Wong?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Consta do prontuário.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Ela não atendia muitas vezes... Eu não atendi o Dr. Anthony Wong. Eu não... Como tentaram me acusar de invadir o prontuário do Anthony Wong...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, isso já está totalmente esclarecido.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Aliás, inclusive, mesmo que eu tivesse acessado o prontuário do Anthony Wong, a minha senha dá acesso, dá direito a fazer esse tipo de coisa, porque, quando você trabalha em uma instituição, você tem acesso a todos os prontuários que estão ali. Você pode entrar... Às vezes você está discutindo um caso com um colega: "olha, tem um paciente que recebeu esse ou aquele tratamento, entra para você ver". E a gente discutia. Então, mesmo que eu tivesse acessado, não havia nenhuma irregularidade.

Então, eu não o atendi, eu não sabia detalhes, eu sabia o que circulava entre os colegas: que o Anthony Wong havia morrido de covid. Agora, quando eu tenho acesso ao prontuário na íntegra, no Cremesp, poxa, ali tem muito detalhe, e eu vi essa questão que a Nise Yamaguchi é referida várias vezes como a médica responsável pelo paciente. Mas ela não parecia ser uma médica que fazia parte, por exemplo, do quadro da Prevent Senior. Apesar de a gente ver essas coisas que sugerem um relacionamento estreito entre ela e a direção da Prevent em elaboração de protocolos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, sem dúvida nenhuma, ela era responsável, uma das responsáveis pela condução das condutas na Prevent.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Isso. Nesse caso específico do Wong, eu posso dizer porque eu vi isso no prontuário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. Só para quem não está lembrado, ela é uma das investigadas desta Comissão Parlamentar de Inquérito e destacada participante do governo paralelo, que atuou em todos os momentos da pandemia, em substituição ao Ministério da Saúde; despachava com o Presidente da República, estabelecia prioridades para as políticas públicas, para a execução orçamentária dessas políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço para exibir... Já estou bem no final, Presidente. Eu peço para exibir o vídeo nº 5. (*Pausa.*)

É importante destacar que a Izabelle tem mantido a qualidade na apresentação dos vídeos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um cinismo... Cinismo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. Luciano Hang veio a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e admitiu que sua mãe fez uso do chamado tratamento precoce – apesar dessa gravação – antes de morrer de covid, ou seja, desfez as deslavadas mentiras que produziu para não retirar a eficácia do tratamento precoce, que seria levado para o mundo como uma produção brasileira nas redes sociais.

Nesta CPI, ele tentou se justificar alegando que havia negado publicamente o tratamento preventivo da mãe e não o tratamento precoce – tentou fazer uma diferenciação com essas duas conduções e encaminhamentos –, ou seja, tentou justificar sua tentativa de enganar seus seguidores com essa tecnicalidade, Senador Otto. Poderia ter dito "fez o tratamento precoce, mas não o preventivo", mas preferiu omitir para ludibriar, para confundir as pessoas, para defender o indefensável, bem ao estilo da cartilha negacionista, da prática do Presidente da República, da prática do Governo Federal e do próprio gabinete paralelo.

Eu queria perguntar, em função disso: V. Sa. tem informações sobre a razão de a covid não constar no atestado de óbito de Luciano Hang, da mãe de Luciano Hang?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Honestamente, eu não entendo, porque ele declarou publicamente que ela faleceu de covid. Eu não sei realmente qual foi a razão de não colocarem, de não constar isso na declaração de óbito dela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não sabe quem foi o responsável por omitir essa informação no atestado de óbito?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu tive acesso aos prontuários e até vi, mas não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas intui por que essa adulteração foi feita, não é? O senhor já imagina.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É... Talvez essa questão de reduzir números e... Eles chegaram aqui e apresentaram números, dizendo "ah, nós temos, por faixa etária, mortalidade menor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que o Einstein", mas, se você muda o CID e altera as declarações de óbito, fica muito fácil fazer isso, né?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E consta também, Senador Otto, que a Sra. Regina Hang, mãe do empresário e apoiador do Presidente da República Luciano Hang, faleceu em uma unidade da Prevent Senior. E, da mesma forma que aconteceu com o Anthony Wong, ela recebeu tratamento precoce e outros tratamentos experimentais, diferentemente da mentira que foi posta nas redes sociais pelo Sr. Luciano Hang.

Nós já falamos do estudo do Presidente, já conversamos um pouco sobre isso; sobre a questão da manipulação de números também, nós temos documentos efetivos; e eu vou passar à última parte verdadeiramente.

Peço para reproduzir o áudio nº 2, Izabelle.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Precisamos almoçar, viu, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas estou acabando mesmo.

Até porque este é o último dia, né? Eu preciso dividir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eita, não se esqueça do Queiroga!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... isonomicamente esse tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não se esqueça do Queiroga, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, perdão! Perdão.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o áudio nº 2. É o médico Rodrigo Esper. Por favor.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que os dados...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Didier Raoult. Didier Raoult.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Didier Raoult.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não fale, não, senão ele vem aqui...O Heinze... Não lembrem esse nome...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é Didier Raoult? Quem é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – É de quem o Heinze fala todo dia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele ganhou o Prêmio Nobel?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele ganhou o Prêmio Navalha Enferrujada. É um prêmio de uma universidade britânica para aqueles que difundem falsos conhecimentos científicos. Chama-se Navalha Enferrujada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E ele tem um parceiro bom, um tal de Zelenko.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a Mia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, a Mia Khalifa é financiadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Ah é? A financiadora da...

Eu queria saber, Dr. Walter, por que os dados foram conferidos apenas depois da divulgação irresponsável do Presidente da República. (*Pausa.*)

Por que os dados foram conferidos, na Prevent Senior, apenas depois da publicação irresponsável do Presidente da República?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Olha, como eu não participei diretamente dessa pesquisa... Eu sabia, desde o início, que não era uma pesquisa confiável, não é? Isso ficou muito óbvio pelo que foi divulgado, mas eu não sei muitos detalhes disso. Como tenho outros colegas envolvidos nessa denúncia, quem sabe mais disso são os outros dois colegas que até participaram da entrevista. E, ao contrário das acusações, eu posso garantir pro senhor que eles não manipularam nada, que não houve nenhuma irregularidade naquilo. E até, inclusive, um argumento que usaram: "Ah, mas uma paciente estava viva", que foi exibido aqui... Eu não sei exatamente o que foi, mas parece que foi um erro de digitação quando aquilo foi divulgado ou que mudaram alguma coluna. Mas, não, acho que citaram nove óbitos, o contrário do que havia sido citado no estudo. E, de todos esses nove óbitos, tem o registro do óbito; desses nove óbitos, tem a declaração de óbito. Esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes realmente, de fato, faleceram, e não há aquela justificativa que a Prevent tentou fazer aqui: "Os pacientes estão vivos". Não, isso foi um erro, parece, na divulgação. E, quando reviram, ali está realmente, está certinho. São nove pacientes e não tem nenhuma paciente que está viva, como mostraram aqui, não. Isso não aconteceu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, inicialmente, Sr. Presidente.

E, mais uma vez, eu quero cumprimentar tanto o Dr. Tadeu quanto o Dr. Walter pela coragem dos dois, pela maneira patriótica com que materializaram seus compromissos na defesa da vida, da ciência, contra o negacionismo e contra essa prática nazista e criminosa que nós verificamos e comprovamos na Prevent Senior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Otto com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Eu apenas vou fazer algumas perguntas de confirmação com o Dr. Walter, aqui ressaltando a posição corajosa de V. Sa., meu colega Walter, por não se submeter a essas determinações, não se dobrar a um igual para contrariar aquilo que aprendeu na universidade, na sua formação correta, ética.

Eu venho acompanhando há muito tempo já e ia perguntar só uma coisa. Quando nós estivemos numa reunião bem atrás, foi no gabinete do Senador Omar, o Renan estava presente, o senhor falou, e foi comprovado agora com esse depoimento do Dr. Tadeu Andrade, depoimento, inclusive, muito verdadeiro, sobre a questão de paliar pacientes. Eu lembro que o senhor conversou comigo que essa atitude virou quase que uma prática diante das posições de diretores que encaminhavam os pacientes para fazer o tratamento paliativo, e que eles tinham condição de sobrevivência se continuassem as ações, as atitudes dentro de uma unidade de tratamento intensivo ou semi-intensiva, utilizando os recursos naturais para a recuperação. Então, essa prática existiu com outros pacientes?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Se existiu essa prática às vezes como aconteceu com o Sr. Tadeu? É isso que o senhor está perguntando?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É, se acontecia com outros pacientes.

Como você falou aquele dia conosco, existiu também essa prática com outros pacientes, além do Tadeu?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Olha, essa é uma questão muito delicada e é difícil de a gente tocar nela, às vezes por não ter muita materialidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda bem que aparecem casos de um sobrevivente como o Sr. Tadeu, que pode comprovar essa coisa, mas isso, dentro da Prevent, é uma coisa meio cultural. Acho que é claro, que fique bem claro, assim, que a Prevent não é Auschwitz: não vão levar todo mundo que vai entrar ali e eles vão paliar, mas, às vezes, pela gerência de recursos, que é extremamente rígida e com essa hierarquia rígida, isso muitas vezes induz o médico ao erro.

Então, o médico, às vezes, que está julgando que um paciente não é viável, muitas vezes ele, na verdade, poderia ser viável. Então... E é um erro que às vezes a gente vê acontecer com uma certa frequência dentro da Prevent, nem sempre intencional, mas que essa cultura provoca isso.

Não estou dizendo também que não deva haver gestão de recursos. E isso pode ser até louvável em diversos contextos: se você consegue gerir melhores os recursos, você atende um número maior de pacientes, entrega um serviço a um custo menor, isso é louvável, mas isso, na Prevent, muitas vezes passava do ponto.

Muitas vezes, no pronto atendimento, quando você estava internando um paciente, você já era pressionado por aquele médico que era o guardião, o chefe do plantão: "E aí, você já paliou esse paciente? Você já...". "Não, mas eu acho que ele é..." "Não, eu não acho que ele é viável, você não vai pedir UTI, é enfermaria porque nós já vamos paliar, conversa com a família, conversa com a família e já coloca ele no paliativo."

Então, assim, você era pressionado para fazer esse tipo de coisa, porque essa era uma forma de gerir os recursos.

Eu tenho um exemplo pessoal para citar. Eu prefiro falar dos meus exemplos nesse momento, até para não incorrer em nada do "ouvi dizer" ou colocar coisas que possam ser questionadas, mas, a minha experiência.

Por exemplo, eu estava uma vez com uma senhora que tinha quase 90 anos. Ela estava numa condição mais grave, mas ela tinha um estado geral que era bom. Ela precisava fazer um procedimento relativamente simples, era uma infecção urinária, estava numa sepse de foco urinário, ela tinha uma hipotensão refratária a volume, precisava passar um acesso central para iniciar uma droga vasoativa. Ela era muito idosa e realmente os exames dela não estavam muito bons; dependendo do ponto de vista, você podia olhar e achar que talvez ela tivesse realmente um mau prognóstico pela idade, pelas... E ela não tinha muitas comorbidades, não, mas, pela idade e por como se apresentava o quadro metabólico dela naquele momento, então, eu peço internação dessa paciente. E a minha intenção inicialmente era pedir UTI para que fossem feitas essas medidas. Mas, quando ela vai para observação com os guardiões, esses colegas acabam julgando... Não estou fazendo aqui... Os colegas não eram pessoas malvadas que estavam lá para poder paliar todos os pacientes que chegavam, mas eles estavam com uma observação lotada, numa medicina de guerra, onde o que importa é mais a gestão de recursos e não o paciente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

onde a cultura da empresa tem uma leniência muito grande com esse tipo de coisa... "Se você paliar, você paliou, já estava na hora, já era idoso." E eles queriam paliar essa paciente. E aí o familiar voltou e conversa comigo: "Olhe, estão querendo paliar essa paciente... Estão querendo paliar minha mãe. O que eu faço? O que eu faço?". Então, eu falei: "Olhe, não aceite, diz que a senhora quer que faça tudo, volta lá e fala que a senhora quer que faça tudo, não aceita, fala que quer que faça todo o procedimento". E ela voltou, conversou com esses colegas, e eles acabaram realmente passando o acesso central, começaram com uma droga vasoativa e antibiótico. Essa paciente respondeu superbem, teve alta três dias depois. Se a paciente não volta e não conversa comigo, ela quase teria o destino que quase o Sr. Tadeu também quase teve, ela teria o destino que quase o Sr. Tadeu teve também... Então, assim... E essas coisas eram relativamente comum, essas pressões.

Então, de novo, eu não quero ser aqui: "Ah, tem que... Você não pode gerir recurso". Isso é um absurdo. Existem iniciativas internacionais, tipo Choosing Wisely, que escolhe os procedimentos que são inúteis ou que representam iatrogenia, que você não deve fazer, gestão melhor de recursos, mas isso não é gestão de recursos, isso é colocar o dinheiro acima de qualquer coisa. E essa pressão vem de cima. E essas pessoas... Alguns médicos, às vezes, são famosos dentro da empresa por adotarem essas práticas. E esses médicos, muitas vezes, são premiados, eles acabam, às vezes, subindo na hierarquia da empresa, porque eles fazem o que for preciso – eles fazem o que for preciso – para a engrenagem continuar girando. Então, esses médicos são os cães de guarda, os guardiões realmente da empresa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Otto, verdadeira casa da morte!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

Eu perguntei isso, até porque... O termo que eu usei, Senador Rogério, foi de uma eutanásia disfarçada: maquiava para, de alguma forma, ficar livre do paciente.

Uma coisa que eu pergunto é o seguinte. A empresa não tinha estrutura, ou seja, não tinha capacidade instalada em termos de UTI e semi-UTI ou semi-intensiva para suportar a quantidade, a demanda dos pacientes, mas tinha condição de estender isso para outros locais. Foi feita alguma coisa? A Prevent Senior tomou alguma atitude para montar como se montou em algum...? O setor público montou hospital de campanha. Ela tomou alguma atitude para ampliar a quantidade de leitos de UTI para atender esse pessoal, as pessoas?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu não posso responder isso com muito detalhe para o senhor. Eu era um plantonista de pronto-socorro. A impressão que eu posso dizer para o senhor é se, às vezes, os pacientes demoravam a sair do pronto-socorro por falta de vagas ou não. Eu não...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, eu estou perguntando se eles abriram alguma nova unidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Ah, sim. Durante a pandemia, especialmente durante a segunda onda agora, foram abertas outras unidades – coisa que eu soube pela imprensa – que parecem que estavam relacionadas a irregularidades, que acabaram fazendo parte dessas denúncias também, mas eles abriram, sim, outras unidades. Parece que fizeram convênio com alguns outros hospitais para poder atender esses outros pacientes, a demanda maior que houve, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Teve um hospital até, inclusive, que parece que foi destinado aos pacientes paliativos... Uma coisa curiosa e que me parece meio macabra é que foram instituídos paliativistas no pronto atendimento. Já tinha especialistas em cuidados paliativos para já instalar... Acho que mais para dar uma legitimidade maior à instituição dos cuidados paliativos já ali no pronto-socorro. Eu acredito que mesmo sendo especialistas... E não é a minha área de atuação – eu não sou paliativista, eu trabalhava como médico generalista, eu tenho uma outra especialidade que eu não exercia na Prevent Senior –, mas, assim, me parece que você colocar um paliativista no pronto atendimento é uma coisa que, dentro desse contexto que nós estamos conversando, provavelmente vai levar a decisões precipitadas ou pressões para... É meio macabro, na minha visão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eles praticavam paliativismo.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É. Acho que sim, como o senhor disse.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quando esteve aqui o Dr. Pedro Batista Junior, ele omitiu, ele não teve a capacidade de falar a verdade, ele chegou ao ponto – não sei, eu não concordo e nós não concordamos – de dizer que o paciente que chegava com diagnóstico de covid-19 se internava, sim; depois que ele era internado, ele passava a ter complicações, pneumonia bacteriana, insuficiência renal, e, no atestado de óbito, eles mudavam e não colocavam que a causa primordial pelo internamento, causa primária, foi covid. Ele achava que isso era normal. E por isso eles fizeram a modificação de vários atestados de óbito, que é o caso inclusive do seu Anthony Wood, não é?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Wong.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Wong, que se internou. O caso também da própria senhora mãe do Sr. Luciano Hang foi alterado. E eu tive acesso a esse atestado de óbito e realmente eles tiraram isso como uma forma de ocultar a verdadeira causa que levou o paciente ao internamento. Complicou porque a forma grave, você sabe, Walter... Logo, logo a pneumonia virótica ocupa o pulmão, com microtromboembolia, e depois as complicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto era uma prática constante lá: modificar atestado de óbito, para ocultar que o doente não foi a óbito e não teve a covid-19, para atender esse tratamento que o Presidente da República pediu à Prevent Senior para fazer?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu não sei se isso era uma prática comum ou não, porque eu era um médico do pronto atendimento. Eu prescrevi atestados de óbito poucas vezes, e às vezes até, assim, não era uma coisa habitual para mim. Eu não trabalhava muito também em internações, então eu não consigo responder a essas perguntas do senhor com certeza. Eu sei também do que foi exibido aqui. Tem outros médicos participando da denúncia que podem dar essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor, o senhor perdeu algum paciente por covid?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, mas eu geralmente internava esses pacientes, aí eu observava esses pacientes depois de internados, continuava acompanhando o prontuário, esses pacientes estavam na enfermaria... Sim, aí alguns pacientes foram a óbito. Mas como esses pacientes passaram por mim no PS, esses pacientes seguiam o curso deles dentro do hospital, e eu via que foram a óbito. Mas não era eu que fazia declaração de óbito deles.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Dr. Walter, essa terminologia nova da Prevent Senior, enfermaria híbrida, ela era a enfermaria destinada aos pacientes que iam pra tratamento paliativo? Ou pra...?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu não sei dizer isso para o senhor. Como eu disse, eu trabalhei talvez duas vezes na enfermaria, durante a pandemia, e...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nessa enfermaria?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, não. Não presenciei leito híbrido, não. Não, não, não... Isso eu não tenho, infelizmente, como informar ao senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está bom.

Agradeço ao colega e passo a falar com o meu já amigo Tadeu Frederico de Andrade. Nós fizemos a nossa primeira *live* já tem algum tempo, mais de 15 dias quando nós conversamos; depois veio o seu vídeo, trocamos já algumas mensagens. E eu tenho aqui, como ele falou aí, a cronologia de todos os fatos que aconteceram desde o dia 24 de dezembro de 2020 até o dia em que ele teve alta, depois da luta dele e da sua família, que foi no dia 30 de abril de 2021, após a internação – 120 dias de internação. Ele teve alta depois. Dia 30 de julho, ele foi pra sua residência fazer tratamento de fisioterapia e de recuperação. Conheço todo o prontuário dele, o que ele passou, a medicação que ele usou e também a tentativa que foi feita por aquelas pessoas responsáveis, inclusive ele citou o nome da Dra. Daniela, que era aquela quem determinava as pessoas iam ou não pra paliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero agradecer a você a sua coragem, Tadeu. Você é um brasileiro, uma pessoa que teve essa iniciativa própria de chegar e dizer: "Olha, está tudo errado, não pode continuar assim". As coisas num hospital, seja ele público ou privado, acima de tudo têm que ter o compromisso com a vida e não o compromisso com a morte. Portanto, eu conheço tudo da sua história. Nós conversamos sobre todos os assuntos. Você aí discorreu da forma correta.

Eu apenas quero dizer de um elemento fundamental na sociedade e na vida: a família. A sua família salvou sua vida. As suas filhas Marina e Maíra e seu filho também, que teve que atuar e contratar um médico particular, salvaram a sua vida. Então foi importante, fundamental e decisiva a presença da sua família. Hoje você está recuperado, você não tem nenhuma sequela, veio sozinho, está andando, está hígido. Colocaram ele como idoso; ele não é idoso, ele tem 65 anos. Ele é um jovem recuperado pra vida, que lutou, labutou e venceu a covid-19.

Portanto, eu não tenho nenhuma pergunta a te fazer mais, Tadeu. Quero apenas agradecer a sua presença aqui. Você deu testemunho para o Brasil de uma forma emocionante, que emocionou a todos nós, o próprio Senador Randolfe, a mim mesmo, que trabalhei tantos anos em hospitais, salvei tantas vidas e lutei tanto pela vida. O seu exemplo é um exemplo que fica, talvez o mais simbólico, da luta pela vida nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, onde estamos ali com 599.414 pessoas que foram a óbito e não tiveram a mesma oportunidade que lhe deu a Ciência, a Medicina, pela pressão da sua família para que você estivesse aqui conosco. Portanto, é só te agradecer. Muito obrigado.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Eu é que agradeço, Senador. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto. Eu vou suspender a sessão.

Os próximos inscritos são: Senador Humberto, Senador Randolfe, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Marcos Rogério, Senador Rogério Carvalho, Senador Alessandro Vieira, Senadora Zenaide e Senador Fabiano Contarato.

Eu vou suspender a sessão, é 1h30, até 2h10, por 40 minutos, aí vocês podem se alimentar.

Muito obrigado. Daqui a pouco a gente retorna.

(*Suspensa às 13 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 59 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estamos aguardando a volta do almoço do Sr. Walter e do Sr. Tadeu pra reiniciarmos.

Quero aqui falar ao Colegiado desta Comissão que está mantida a data em que o Senador Renan Calheiros irá apresentar aqui o relatório, dia 19; dia 20, nós iremos votar o relatório. A única mudança que está havendo é que dia 18, segunda-feira, nós ouviremos aqui o Ministro da Saúde, o Sr. Marcelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queiroga. Dia 18, eu quero que a Mesa comunique ao Sr. Marcelo Queiroga que nós teremos o prazer de recebê-lo aqui e ouvi-lo novamente. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eu estou aguardando, está reaberta a sessão, mas eu estou aguardando os nossos depoentes.

Senador Renan, o senhor tem alguma boa notícia pra dar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como não? O senhor ganhou na Justiça hoje. Como não é uma boa notícia? (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, mas essa não é boa notícia. (*Risos.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Essa é excelente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ganhou muito dinheiro fazendo palestra aquele rapaz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito dinheiro! Muito dinheiro e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Muito dinheiro difamando os outros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Só vou reabrir a sessão...

Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só 30 segundos, antes do Senador Humberto. É só para informar que acaba de ser noticiado que cientistas que subscrevem o relatório da Conitec ameaçam retirar assinaturas se este relatório for desvirtuado por interferência do Presidente da República ou por interferência do Sr. Marcelo Queiroga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, Sr. Presidente, ainda bem que o senhor designou a data da vinda do Ministro Marcelo Queiroga, aqui, para o próximo dia 18. Ele terá muita coisa para explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, aqui, repetindo: dia 18 deste mês, segunda-feira, nós vamos ouvir o Ministro Marcelo Queiroga; dia 19, o Senador Renan Calheiros irá ler o relatório – com certeza haverá pedido de vista coletiva –; e, no dia 20, nós iremos votar o relatório do Senador Renan Calheiros.

Eu vou passar a palavra ao Senador Humberto Costa por 15 minutos.

Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Dr. Tadeu Frederico, Dr. Walter Correa, Dra. Bruna Morato e Dra. Pamela, sejam bem-vindos aqui, ao Congresso Nacional.

Eu, primeiro, quero, assim como todo mundo, ressaltar aqui a minha admiração, o meu respeito pela postura de ambos de trazerem ao País, de trazerem à luz a verdade desses fatos tão graves que nós estamos vivendo. Isso é muito importante não somente para que nós possamos ter a devida reparação, o conhecimento das pessoas, mas, acima de tudo, para que, no futuro, coisas assim não voltem a acontecer. Eu quero parabenizar a ambos pela coragem, pela determinação.

Segundo, eu queria fazer duas observações, porque esta CPI está sendo acompanhada pelo Brasil inteiro e a gente aqui tem que ter muita precisão nas coisas que a gente fala, que a gente diz.

No dia em que o Sr. Hang esteve aqui, eu tive a oportunidade de ler um documento da associação nacional dos profissionais da área de cuidados paliativos, em que ficava muito claro que essa área dos cuidados paliativos, ou o paliativismo, é, na verdade, uma especialidade médica e multiprofissional, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, que trata as pessoas de uma forma global, em todos os aspectos, e que obviamente são utilizados em pacientes terminais, mas são principalmente utilizados para melhorar a qualidade de vida de qualquer paciente que tenha uma doença grave. O que aconteceu lá no Prevent Senior com o Dr. Tadeu não foi orientação de cuidado paliativo, foi a omissão de prestar a ele uma terapêutica que se aplicava a ele – e, na prática, ficou provado isso aí. Eu estou dizendo isso para que a população não fique pensando que quem trabalha com cuidado paliativo é para a morte, é para não sei o quê. Não! O cuidado paliativo é uma coisa profissional, e a gente precisa ter o cuidado quando falar sobre isso.

Segunda coisa, verticalização de planos de saúde. Veja, a verticalização em si, que é o quê? É o plano de saúde ter a sua própria rede hospitalar, ambulatorial e/ou de exames. Isso não é, em si, um problema. Isso pode permitir uma racionalização de custos, isso pode permitir uma atenção integral. Por exemplo, pode permitir cuidados de atenção primária, pode permitir cuidados de prevenção. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema não é a rede ser verticalizada ou não, até porque onde não há verticalização também há o mesmo tipo de problema de vetar exames. Por exemplo, quem é associado a um plano de saúde quantas vezes já não foi fazer um exame e ficou esperando dias para que o plano de saúde o aprovasse ou, para ser internado, teve que esperar dias ou horas para ter uma autorização para ser internado?

O problema da verticalização é que tem que ter uma regulamentação específica. A ANS tem que fazer a regulamentação e a fiscalização. Ontem o Dr. Paulo Roberto disse "não, eu não posso fazer" – sobre os hospitais –, mas, numa rede verticalizada, ele tem que fazer, senão acontece o que o Dr. Walter Correa falou: é usado somente pra reduzir custos, pra negar tratamento, exame, etc., etc. Então, nós não podemos nos apressar e dizer "vamos acabar"... Nós vamos sentar, vamos discutir uma regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um exemplo simples. Nosso querido Tadeu, que está aqui, ele informou que pagava pelo plano algo em torno de quinhentos e poucos reais, não é isso?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor. *Fora do microfone*.) – É, R$700 por oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Setecentos reais por oito anos. V. Exa. já foi Ministro da Saúde... Hoje não sei quanto é que custa... Mas quanto custa uma UTI hoje, por dia?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Ministério da Saúde estava pagando, acho, R$2,6 mil. Agora, na pandemia, na pandemia. Acho que era isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Dois mil e seiscentos, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa verticalização causa isso. Se uma pessoa paga R$700 por mês e vai passar 15 ou 20 dias numa UTI, vai custar R$50 mil ou R$60 mil, só a UTI – usando para o cálculo esse valor de dois mil e poucos reais. Então, é custo/benefício, a verticalização dá nisso que V. Exa. está dizendo: a pessoa não vai querer manter o paciente durante muito tempo no seu hospital pagando um plano de R$700 por mês.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Por isso é que estou dizendo: na verdade, tem que ter uma regulamentação. Não estou sendo contra a verticalização, entendam, acho que ela pode ser uma boa saída...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu também acho!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...se ela for bem regulada, não isso que a Prevent Senior fez. Mas existem planos de saúde regulados e que têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verticalização que funcionam razoavelmente bem, a gente tem que reconhecer isso. Agora, pra isso, tem que ter o quê? Uma ANS atuante, tem que ter uma lei que ajude a fiscalizar. Isso está faltando.

Mas, Sr. Presidente, eu queria começar falando com o Dr. Tadeu. O depoimento dele emociona a todos. Eu tenho certeza de que o Ministro da Saúde deve ter visto o seu depoimento em algum momento. Ele estava lá em Nova York isolado porque foi levar covid para os Estados Unidos, mas eu acredito que ele deve ter visto.

Eu pergunto ao senhor se o Ministro Queiroga ligou para o senhor em algum momento pra lhe ouvir, pra saber o que é que o senhor tinha vivido. Ele ligou alguma vez para o senhor?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Não, não teve esse contato não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ninguém do Ministério da Saúde?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não, não, ninguém ligou, nem da Prevent Senior.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ninguém procurou o senhor, não é?

Agora, sabe onde é que estava hoje o Dr. Queiroga, Ministro da Saúde? Estava numa reunião com o Conselho Federal de Medicina, o mesmo Conselho Federal de Medicina que permitiu que todos esses absurdos acontecessem lá, talvez pra beijar a mão do Presidente do Conselho Federal de Medicina – ele deve estar precisando de apoio, porque parece que a Dra. Mayra está querendo passar a rasteira nele; e ele deve ter ido lá pedir esse apoio. Aliás, pelo que V. Sa. viveu, não era o Ministro da Saúde que deveria lhe telefonar, era o Presidente da República, pra lhe prestar solidariedade, pra dizer que esse crime que cometeram contra o senhor não vai ficar impune. Mas o Presidente da República... Esse é que não fez mesmo.

Bom, mas vamos seguir aqui.

Eu quero perguntar ao senhor... O senhor disse que teve um médico que, graças a Deus, a sua família teve a lucidez de convocar para que ele pudesse opinar. Esse profissional chegou a perceber e a dizer ao senhor ou à sua família – ao senhor não, porque o senhor estava inconsciente – que ele teria notado que havia alguma política interna na Prevent Senior no sentido de tirar o senhor o mais rapidamente possível pra evitar gastos e aí aplicar isso que eles chamavam de leito híbrido? Ele chegou a comentar isso?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não, Senador. O comentário que foi feito pra minha família foi de que ele entendia, do ponto de vista técnico e médico, que eu não era o caso de ser removido da UTI e ser destinado para o leito híbrido e ter os cuidados paliativos. Ele afirmou isso, que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

meu caso não era para tanto. Era pra permanecer na UTI; e depois sair da UTI para uma semi-UTI; e depois quarto. Foi o que aconteceu, inclusive.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Durante o período em que o senhor esteve lá, o senhor sabe se o senhor fez parte desse grupo de pacientes que compuseram esse experimento macabro realizado pela Prevent Senior? O senhor sabe se o senhor fez parte desse estudo?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – É, eu... No meu prontuário, me ministraram flutamida sem o conhecimento da minha família – e muito menos eu, que estava sedado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso aí é muito importante, quer dizer, o Dr. Tadeu foi submetido a um tratamento experimental, parte dessa pesquisa. Não foi dito a ele, nem à sua família, e ele usou, foi usado nele a flutamida.

O senhor ou alguém da sua família assinou algum termo de consentimento para que o senhor fizesse parte dessa pesquisa?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não, em nenhum momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não houve isso?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não, não houve.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Veja a gravidade, Presidente. Nós estamos hoje confirmando tudo que foi dito por várias pessoas que fizeram denúncias aqui, não é?

Mas só usaram no senhor a flutamida. Esse tratamento de ozônio não foi utilizado?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não, ozônio não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

A outra... Bom, então a outra pergunta que eu ia fazer é saber se o senhor tinha conhecimento se a pesquisa teria sido autorizada pela Conep, mas, na medida em que não disseram nem que o senhor estava sendo pesquisado, essa minha pergunta se torna completamente desnecessária, não é?

Agora eu vou passar a perguntar, rapidamente, ao Dr. Walter Correa de Souza Neto.

Dr. Walter, eu queria perguntar sobre essas receitas. O senhor disse que, em alguns casos, as enfermeiras estavam atendendo no computador e ali tinha a receita. O que a gente observa, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

menos do que chegou até aqui, é que eram receitas padronizadas: têm a assinatura de um médico, na maior parte delas, um tal de Dr. Rafael não sei do quê, mas aquela prescrição, a quantidade de comprimidos, os miligramas adotados, os horários para tomar os remédios eram padronizados ou eram individualizados?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Era padronizado no protocolo institucional.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é grave também, Relator. Ninguém pode tratar um ser humano sem procurar exatamente a sua individualização, os seus antecedentes, se ele tem alguma comorbidade, se aquela dose é adequada para uma pessoa mais gorda ou mais magra, mais jovem ou mais velha. Então, na verdade, era uma produção em série de receitas médicas. Isso é grave. Tudo isso era coisa para ser vista pelo Cremesp lá de São Paulo.

E por que a concentração das receitas estava na mão desse Dr. Rafael, por que ele era o principal?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não sei. Essas receitas, parece, que vieram no nome dele, acho que vinham da telemedicina. Então, acho que era uma coisa que já estava pronta. Não sei. Realmente, eu só sei que essas receitas no nome dele não saíam do pronto atendimento onde eu trabalhava. A impressão que eu tenho, pelo que foi apurado até agora e que eu vi, é que essas receitas vinham da telemedicina.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E o senhor acha que todas essas pessoas que receberam esse *kit* covid foram, de fato, atendidas, nem que fosse pela chamada telemedicina?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, não sei dizer isso para o senhor. Não sei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não sabe dizer, não é? Essa é uma coisa muito importante pra nós sabermos.

O senhor teve conhecimento, nessas três datas aqui, que eu acho que são importantes, veja: em abril de 2020, a Conep suspendeu a autorização para o estudo clínico com hidroxicloroquina e azitromicina pela Prevent Senior. O senhor sabe disso, não é?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em junho de 2020, o *New England Journal of Medicine* divulgou resultados de pesquisa que não indicou eficácia nesse tratamento. Isso foi de conhecimento dentro do hospital?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Acho que sim. É como eu tinha dito antes: os estudos começaram a mostrar que não havia benefício, estudos maiores, com metodologia melhor, e isso foi ficando cada vez mais consolidado. Então, acho que é um somatório de evidências, não é? As evidências vão se acumulando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No mês de julho, o FDA, dos Estados Unidos, revogou também uma autorização provisória de uso da hidroxicloroquina para tratamento da covid-19. O senhor teve conhecimento disso? E lá no hospital tiveram conhecimento disso?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Acho que sim, porque eram coisas públicas, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E, finalmente, a OMS, nesse mesmo período, cancelou, em definitivo, todos os estudos que ela tinha autorizado com hidroxicloroquina para a covid. Disso aí todo mundo, no mundo inteiro, teve conhecimento.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora, diante disso aí, houve alguma mudança por parte da direção em termos de procedimento, ou os médicos questionaram, ou o senhor questionou a continuidade desse protocolo?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, como eu havia dito, a resistência à prescrição foi crescendo com o tempo. À medida que as evidências se acumulavam, mostrando que não havia benefício, essa resistência foi aumentando. E aconteceu o que eu contei comigo, eu fui coagido a voltar a prescrever quando eu parei de prescrever.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora, sobre esse termo de consentimento. Eu sei que o senhor trabalhava no pronto-atendimento.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o senhor tinha conhecimento dessa pesquisa pelo fato de que os Whatsapps que havia, e tal...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, sim, sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aí eu lhe pergunto: o senhor chegou a ver algum desses termos de consentimento livre e esclarecido de pacientes que toparam participar da pesquisa? Porque, quando veio aqui, o Dr. Pedro Batista trouxe lá um bocado de papel, dizendo que era termo de consentimento, disse que ia deixar e não deixou aqui. Mas o senhor chegou a ver algum desses termos de consentimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim. Tinha um termo eletrônico, também, que enviavam pelo celular. Eu diria que na primeira onda, com menos pacientes, isso foi bastante comum. E a maioria dos pacientes eu acredito que assinavam, sim, o termo de consentimento, na primeira onda.

Na segunda onda, que as pessoas perderam o medo de ir ao PS, que os PSs estavam muito cheios, isso acabou sendo meio que deixado de lado – na segunda onda. Mas na primeira onda acredito que talvez a maioria dos pacientes tenha assinado esse termo. A gente era orientado que eles estavam fazendo um estudo com todos esses pacientes, que isso era uma pesquisa científica e que todos aqueles pacientes que assinavam o termo estava fazendo parte desse estudo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E esse termo era absolutamente claro em termos do que é que ia ser administrado, quais as possíveis consequências, quais os eventuais efeitos colaterais, ou o senhor não viu, ou não lembra, ou enfim?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu não me lembro bem. Eu só acho que o termo parece que se referia exclusivamente à hidroxicloroquina. As outras medicações que foram adicionadas depois eu não tenho certeza se o termo tratava delas também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito. Agradeço. Muito importante essa sua contribuição.

Pois bem, eu não tenho muito mais perguntas a fazer. Eu até acho que a vinda do senhor hoje seria um tanto desnecessária. Na verdade, eu gostaria muito que quem estivesse sentado aí hoje fosse o Presidente do CFM. Esse precisava sentar aqui nesta CPI para explicar a omissão dele, do Conselho Federal de Medicina, de alguns conselhos estaduais, com coisas como essas que aconteceram. Porque isso aqui é impossível que ele não soubesse. É impossível que ele não soubesse! Eu sei, o Senador Randolfe sabe, o Brasil inteiro sabe e ele não sabia? E ele não tomar nenhuma atitude, baseado inclusive na ideia de que o médico tem que ter autonomia. Nessa Prevent Senior não tinha autonomia. Autonomia significa o quê? Opção. Eu faço ou não faço. O senhor não tinha autonomia. O senhor só tinha autonomia para prescrever o que eles queriam...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e não para dizer "não" ao que eles queriam. Então, ele é que precisava ter vindo aqui. O Senador Renan já fez uma homenagem a ele, o colocou como investigado por esta CPI. E eu creio que nós temos elementos para indiciá-lo por omissão nesse processo da pandemia. Mas eu quero crer que a vinda do senhor valeu a pena, a do senhor e a do Dr. Tadeu.

Eu queria fazer mais uma pergunta: habitualmente, a Prevent Senior fornecia medicamento para uso doméstico, em casa? A pessoa vai lá, faz uma consulta e ele dava o remédio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Pelo menos no PS eu nunca vi isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente. Nem lá e nem em canto nenhum.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só com essa história de cloroquina é que eles começaram...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É, até onde eu sei, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui – eu estava dizendo ontem – a Senadora Ana Amélia aprovou um projeto para medicamento de uso ambulatorial para câncer. Deu trabalho, porque os planos de saúde não queriam atender. Depois, o Senador Reguffe aprovou um projeto aqui com um teor parecido. O Presidente vetou – a gente não conseguiu derrubar o veto –, porque os planos de saúde não queriam dar o medicamento ambulatorial. E, nesse caso da cloroquina, vários deles fizeram questão de mandar o remédio à casa da pessoa – à casa da pessoa! Veja que diferença, não é?

Bom, e por último mesmo, eu quero terminar dizendo só o seguinte: da minha preocupação, Presidente. Nós não vamos poder ter esta CPI eternamente, não é? Vamos ter que terminar. Acho que o encaminhamento que foi dado é perfeito: vamos ouvir o Ministro da Saúde, se é que ele ainda vai estar como Ministro da Saúde até o dia 18. Eu tenho lá minhas dúvidas. Ele e o Paulo Guedes estão com a chapa esquentando muito rapidamente, não sei. Mas eu concordo.

Agora, nós temos que sentar para discutir um pouco como será o pós-CPI, porque a CPI tornou-se uma pedra no sapato dos negacionistas, daqueles que são contra as vacinas, daqueles que quiseram empurrar a cloroquina para o Brasil todo. A gente vai terminar, e nós vamos precisar fazer com que o Senado Federal, por meio das Comissões Permanentes, continue fiscalizando as consequências de todo esse trabalho que nós realizamos aqui.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Humberto.

Senador Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Walter, para discorrermos mais uma vez, o senhor poderia descrever o que significava a consígnia "lealdade e obediência" e como ela era utilizada no âmbito da Prevent?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Ah, eu acho que era sobre essa questão de uma lealdade canina, né? De não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela era utilizada com frequência?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Era... Era, como eu disse para o senhor, até uma certa época. Depois isso acabou sumindo, depois de um tempo, mas aquela... A cultura da... O ambiente hostil permaneceu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O princípio... Mesmo ela parando de ser utilizada, o princípio continuou a ser utilizado?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Ah, sim, sim... E ela sumiu eu acho que por causa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor trabalhou quanto tempo na Prevent?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Oito anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Oito anos. Durante esses oito anos, quantas vezes o senhor viu a consígnia, viu a utilização?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Era falado muito nas reuniões... Do que eu presenciava, era muito nas reuniões mensais do pronto-atendimento, que alguns brincavam que era a reunião "desmotivacional", mas era uma reunião que tinha, às vezes, mensal do PS.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Lealdade e obediência, colegas Senadores. De onde é que eu lembro isso? De onde eu lembro? Ana Cristina...?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Seria da SS?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, está aí! Eu lembro daí. Diziam os membros da SS: "Eu juro: eu serei leal e obediente para o líder do império alemão e do povo, Adolf Hitler, para obedecer a lei incondicionalmente e cumprir meus deveres oficiais, com a ajuda de Deus!". É daí.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E tem Deus no meio também, é? Tem Deus no meio?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Também. Aliás, a consígnia também da campanha do Partido Nazista era...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O nazismo tinha muito essa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... Alemanha acima de tudo, Deus acima de todos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Outro lema bem peculiar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era da campanha de 1933 do Partido Nazista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Interessante, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Walter, tinha um hino também?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Desculpa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Existia um hino também?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Ah, sim. Houve um hino durante um tempo também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era um hino dos guardiões? Era isso?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Podia V. Sa. descrever como era utilizado esse hino?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Então, ele era tocado, às vezes, em reunião de guardiões. Eu ouvi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem eram os guardiões?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eram os chefes do plantão no PS, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que tinham que cumprir os princípios de lealdade e obediência?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eram coordenadores em outras... Às vezes, em ambulatórios também tinha alguns guardiões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Era *rock*? Era *rock*?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos ver, Sr. Presidente, se é esse.

Por gentileza, Ana Cristina.

Vamos ver se é esse.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode parar.

Como é que era... Quais eram os momentos em que era entoado o hino, Dr. Walter?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Nas reuniões normalmente dos guardiões, mas eu participei de uma única reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – E, nessa reunião, a gente teve que ficar de pé e colocar a mão no peito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colocar a mão no peito...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – ... e cantar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... cumprir lealdade e obediência...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e cantar esse hino?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Walter, a Dra. Paola Werneck é autora desta mensagem...

Por favor, Ana Cristina.

Ela é autora dessa mensagem que trouxemos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito:

Não entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pq no fluxograma não está mais a cloroquina
O que?
[Risos]
Está
É p continuar passando ou não?
Simmmmm
Super
Espirrou
Toma
[Risos]
Os resultados estão ótimos
Bora prescrever

O senhor podia descrever qual era a posição da Dra. Paola Werneck na estrutura da Prevent? Na estrutura... Nessa estrutura militar?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu acho que ela começou como plantonista e depois guardiã.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela era guardiã?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Acho que depois, nessa condição, ela já estava como coordenadora, que seria um passo acima nessa hierarquia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá.

Ela chegou a ser guardiã?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, ela era uma das que cumpriu os princípios de lealdade e obediência, cantava o hino, entoava?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Acho que sim, por um período. Eu não sei se ela entrou antes ou depois disso, não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será, Senador Randolfe, que, se essas pessoas tivessem conversado com a ema que fugiu da cloroquina, elas não tinham entendido? Porque a gente está aqui há meses falando e ainda tem gente falando a mesma coisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A ema foi mais inteligente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem aquela música "A ema gemeu no tronco do jurema", não é? Tem um negócio assim? Com a ema... Eu acho que a gente não consegue passar isso para as pessoas, mas a ema, quando foi oferecida a cloroquina, deu um pique. Eu não tenho mais esses piques, mas a ema, se tivesse conversado com os dirigentes da Prevent Senior e dito: "Olha, tentaram me dar lá, num local fechado, aonde o todo-poderoso quis me dar uma cloroquina, mas eu fugi, eu vim aqui alertar", eu acho que hoje nós teríamos um resultado melhor do que... O que se falou... Não é possível... A Organização Mundial de Saúde, vários órgãos internacionais, cientistas falando e uma senhora dessa dizendo assim: "Sim, super, espirrou, toma". Pelo amor de Deus!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O Dr. Guilherme Garlipp... É Dr. Guilherme Garlipp?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele tem qual função na estrutura? Nesta estrutura organizacional quase *manu militari*?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não sei atualmente, acho que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas nessa época, qual era?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Acho que foi diretor durante um tempo.

É, mas eu não sei, acho que, pelo que me informou, diretor do pentágono.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu pergunto isso porque é do Sr. Guilherme Garlipp essa mensagem aqui:

> Queridos, bom dia! Como já orientamos, não solicitem mais H1N1 junto ao pedido de covid. Não há mais *kits* disponíveis para coleta dos dois exames. A solicitação para *swab* deve ser feita somente nos casos de sinais de alerta ou que vão internar. Por favor, sejam rigorosos!!!!

Swab, o senhor pode só descrever para os leigos, para todos nós que não conhecemos que tipo é o teste *swab* e quando é que ele é recomendado?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É o cotonete, o cotonete no nariz para poder...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

E ele é o mais eficaz?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É, mas acho que ali está falando de H1N1, não é, para gripe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode, então, relatar o contexto dessa mensagem da parte dele?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu acho que... Porque, no começo mais da pandemia, foi solicitado muito... Às vezes, fazia um painel viral também porque não tinha muito teste para detectar o covid, então, muitos exames eram feitos por exclusão. Você fazia um exame para detectar outros vírus e excluía os outros vírus pelo menos. À medida que os testes de covid ficaram mais disponíveis, os outros exames foram sendo mais abandonados, porque fazia mais sentido fazer realmente o teste de covid.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Esses aí estão se referindo ao H1N1, e não ao teste de covid?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – De H1N1, e não o teste de covid.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E não aos testes de covid?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Passou a ter uma espécie de economia de testagem da parte da Prevent?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, isso não. Inclusive teve bastante teste depois de um certo tempo, acho que testagem não foi, definitivamente, não foi problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Tinha muito teste.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Dr. Fernando Oikawa...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual a função dele na estrutura?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Diretor também, não sei de que exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele é diretor da Prevent?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É, ele foi diretor do Instituto Prevent Senior, parece, e chegou a ser diretor da unidade Jardim Paulista onde eu trabalhei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Parece-me que é dele essa mensagem aqui:

> Iremos iniciar o protocolo de hidroxicloroquina mais azitromicina pra uma gama de pacientes ambulatoriais que preencherem critério. Todos os casos que foram suspeitos de covid [...], portanto, aqueles obrigatoriamente com tomografia sugestiva, atendidos nos prontos atendimentos, que forem liberados para residência, devemos enviar o nome completo e a matrícula para o Dr. Fernando Oikawa que está na teletriagem pra avaliar se o paciente preenche critérios pra entrar no programa de medicação. Obs.: por favor, não informar o paciente ou familiar sobre a medicação e nem sobre o programa.

Eu pergunto, Dr. Walter, para o senhor, e me permita também, Tadeu, lhe perguntar. Esse procedimento, Dr. Walter, perguntando ao senhor...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Que é para informar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era comum não informar...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – O paciente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o paciente ou o familiar?

E pergunto, subsidiariamente, ao Dr. Tadeu: foi exatamente isso que ocorreu com o senhor?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Quer responder primeiro? Fique à vontade.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Senador, o Dr. Fernando Oikawa, pelo que me consta, acabou sendo Diretor da unidade Pinheiros onde eu estava internado e intubado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, ele era Diretor da unidade em que o senhor estava intubado?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – É, logo no início, porque ele tinha acabado de ir para essa unidade. Os meus familiares, as minhas filhas tentaram, falaram com ele, inclusive, trocaram mensagens, tiveram uma certa dificuldade para saber da minha situação. E ele alegava: "Estou aqui apenas há dez dias, estou aqui apenas há dez dias". Então, eu tenho conhecimento desse nome através das minhas filhas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a mensagem confirma, então, confere perfeitamente com o seu depoimento.

Dr. Walter, esse procedimento, esse tipo de orientação do Dr. Oikawa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Essa mensagem é de 25 de março de 2020, não é? Ela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Olhe, isso... Não foi... Se isso durou, foi por pouco tempo. Realmente, não tem como muito não... Não sei se está se referindo à enfermaria, mas não tem muito no PS como você prescrever a medicação sem informar o paciente. Então, eu posso dizer da minha experiência. Na minha experiência, eu sempre informava o paciente, eu não tinha como não informar o paciente. Na minha experiência, não. Não sei se isso foi bem no começo e durou pouco tempo... Eu não tenho certeza de afirmar o contexto desta mensagem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Mas ele tinha uma função de direção?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Tinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Dr. Tadeu, o senhor informou aqui que... Não sei se eu entendi claramente, mas a flutamida chegou a ser prescrita para o senhor?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Sim. Quando eu tive alta, depois dos 120 dias, minhas filhas conseguiram algum prontuário, pelo menos o prontuário da primeira unidade, a de Pinheiros. E, vasculhando esse prontuário – são três volumes grandes, deve dar quase mil folhas –, minha filha achou uma prescrição dessa medicação. E, posteriormente, nós viemos a descobrir, até pela CPI, que era uma medicação que não era adequada para o covid, para o tratamento do covid. Então, sim, eu fui medicado com esse medicamento sem autorização ou sem informação ou sem explicação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado, Dr. Tadeu.

Senador Humberto, colegas Senadores, esta mensagem aí é de 8 de fevereiro de 2021, ou seja, não bastava o *kit* covid, aí encontraram a flutamida para também incorporar. Esta mensagem diz o seguinte:

> Boa noite amigos
> O termos fizemos hj
> Mas vamos ajustar a logística de aplicação a partir de amanhã.
> Peço atenção de todos pois os medicamentos já estão disponíveis em todas as unidades
> A Flutamida deve ser prescrita para todos os pacientes (exceto os que possuem insuficiência hepática)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, como se não bastasse o *kit* covid aí, resolveram incluir... A partir de 2021, ampliou o experimento: incluiu a flutamida dentre os remédios sem eficácia comprovada no *kit*.

Dr. Walter, o senhor chegou a fazer uma reclamação junto à Agência Nacional de Saúde? Perfeito?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, não, senhor. Eu não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Quer dizer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor recebeu uma comunicação da ANS?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não. Eu recebi uma comunicação da ANS tem dois ou três dias. Aliás, eu gostaria de fazer um parêntese sobre isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu achei surreal. O Presidente da ANS citou que dois dos médicos que falaram, inclusive estavam na reportagem, assim... Como é que ele espera que alguém vá falar se a coisa não é anônima? Ele ainda cita os médicos que falaram ali...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu também considerei isso surreal e inaceitável.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu acho que nenhum médico vai responder positivamente para aquele questionário. Eu vou ficar surpreso se tiver mais alguém além de mim, ou mais um, que respondeu, porque é óbvio que ninguém vai responder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O questionário foi... O questionário que ele mandou para o senhor foi, que a ANS encaminhou para o senhor foi este?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Eu concordo com o senhor que o papel da Agência Nacional de Saúde Complementar deveria ser fiscalizar, recolher em anonimato o seu depoimento. O ato seu e do Sr. Tadeu aqui é de enorme coragem. Essa coragem deveria ser exaltada e protegida. Essa exposição é uma exposição indevida e me parece que acaba cumprindo só um objetivo, acaba cumprindo só um objetivo: aumentar o esquema de intimidação contra aqueles que querem denunciar esta prática.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu entendo dessa forma também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos... Nós temos um vídeo, nós temos um vídeo do Netinho, conhecido baterista da banda Os Incríveis, que, em uma *live*, relata como foi tratado na Prevent Senior.

Ana Cristina, vamos aí ao vídeo.

Foi uma *live* aos usuários do Marcelo Brum.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode parar por aí.

"Deu negativo, toma logo cloroquina", Presidente. Uma diz: "Espirrou, toma". O outro diz o seguinte: "Deu negativo o teste, mas toma logo cloroquina", e bota no final ainda flutamida, para completar o *kit*.

Sr. Presidente, ao que nós estamos assistindo, para completar, concluir esta Comissão Parlamentar de Inquérito... E o testemunho de hoje, do Sr. Tadeu e do Sr. Walter Correa de Souza, só completa uma engrenagem que nós descobrimos, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa engrenagem tinha a Prevent como laboratório, como laboratório de testes para comprovar isso, o laboratório de testes para essas propagandas. O Presidente Jair Messias Bolsonaro falando dos testes da Prevent Senior e como modelo... Vamos aos outros: o Deputado Eduardo Bolsonaro, o nosso colega Senador...

Pode passar. Mais adiante.

O Presidente da República, mais uma vez, fazendo a campanha.

Essa o senhor conhece, Senador Omar, essa aí o senhor conhece muito bem... Também fazendo campanha da Prevent a Deputada Carla Zambelli. Na verdade, esses daí... A Deputada Bia Kicis já esteve inclusive acompanhando aqui esta CPI, fazendo propaganda do Sr. Pedro Júnior.

Na verdade, Sr. Presidente...

Obrigado, pode tirar.

Na verdade, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Espera aí. Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não. Volte ao último.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Veja aí o que o Eduardo Bolsonaro posta e quem está lá embaixo, os nomes, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A @xpinvestimentos [...] [realiza] *live* hoje às 17:00h:
- Dr. Paolo Zanotto
- Dra. Nise Yamaguchi
- Dr. Pedro Batista Jr (Prevent Senior) [conhecido nosso]
- Dr. Fernando Parrillo (Prevent Senior)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Cinco de abril.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cinco de abril de 2020.

Então... Obrigado. Ao que nós assistimos hoje...

Eu queria, primeiro, Tadeu e Dr. Walter, cumprimentar a coragem de vocês. Muito tem se dito nesta CPI... Tem um termo, tem uma figura de linguagem da literatura que tem sido muito usada nesta CPI, tem sido repetida por colegas. O nome da figura de linguagem se chama narrativa. A descrição da figura de linguagem diz que é uma exposição de fatos, a narração que pode ser de um conto ou pode ser de uma história. Nós vimos de fato aqui uma narrativa, a narrativa de uma triste história. A narrativa que a nós assistimos hoje não é conto, é verdade, é real, é a narrativa de um senhor que foi salvo pela sua família e que está aqui conosco graças à coragem da sua filha, graças à coragem dos seus familiares. A narrativa que nós estamos vendo hoje é uma demonstração corajosa de patriotismo. Patriotismo não é tentar ofender o manto verde e amarelo, não; patriotismo é ter coragem de se expor em rede nacional, de enfrentar poderosos poderes, como fez o Sr. Walter Correa de Souza; de vir aqui e expor o drama que viveu, como fez o Sr. Tadeu Frederico. Patriotismo é aqui, e nós estamos aqui diante de dois patriotas de verdade.

Esta CPI, Sr. Presidente, entre outras coisas, atualizou o conceito de patriotismo. Amar o Brasil significa alertar os brasileiros da carnificina que estava em curso que esta CPI descobriu. Alertar o Brasil significa colocar a família em risco, como o Walter está colocando, colocar até sua carreira em risco, sob as ameaças que o Walter está recebendo. Patriotismo significa ter a coragem que Tadeu está tendo aqui para com todos nós de relatar a sua vida, de dizer: "Sobrevivi, mesmo que uns não quisessem; resisti; existi, mesmo que alguns quisessem me condenar à morte". É isso que é patriotismo, Sr. Presidente – é isso que é patriotismo. E é por isso...

Sr. Presidente, eu já falei algumas vezes e quero repetir aqui mais uma vez. Tem coisa na vida que não tem dois lados, Sr. Presidente. Ser de direita, ser de esquerda, são dois lados na política; ter posições diferentes, torcer pra um time ou pro outro são dois lados. Defender a vida não pode ter dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

lados. Defender valores fundamentais consagrados na Constituição, como da saúde pública? Não existem dois lados em relação a isso.

Walter, Tadeu, o Brasil tem um pleito de gratidão a vocês. Com o depoimento de vocês, nós descobrimos um esquema. Não tem outro termo pro juramento de lealdade e obediência, pro hino *manu militari* pra esses procedimentos, não tem como não se chamar essa prática de nazista, com todas as letras da palavra, com cada palavra da frase, porque movimentos totalitários não aconteceram somente uma vez na história, nem deixarão de ocorrer. E é por isso que é importante lembrar a história, pra que não ocorram mais, pra que os erros e os crimes cometidos hoje – e esse é papel também histórico e fundamental desta Comissão Parlamentar de Inquérito – fiquem na memória das gerações presentes e sobretudo fiquem na história pras gerações futuras pra que nunca mais aconteça, pra que nunca mais volte a ocorrer e atormentar os brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Presidente... Muito bem, Senador Randolfe. O posicionamento da maioria aqui dos membros da CPI. Não posso falar por todos, mas V. Exa. expressa o nosso sentimento nessa fala.

Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos, do grande Estado de Mato Grosso, que nos dá a honra da sua presença aqui. Seja bem-vindo, Senador Jayme.

Eu vou passar a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Sr. Senadores, nossos depoentes – o Tadeu e também o Walter – e Senador Jayme, tem um dado da Universidade de Lavras que saiu publicado hoje. No mês de setembro agora, 3.274 cidades brasileiras com zero caso de covid, Senador Marcos Rogério, tem uma sequência – junho, julho e agosto – e está crescendo em função do que está sendo feito.

Também deixar um relato aqui... Foi falado com relação aos jovens vacinados. O Governo Federal já liberou 9,713 milhões de doses pra jovens. Se entendermos que são 18 milhões de jovens, a metade praticamente já está vacinada com essas doses.

Estamos chegando já no final dessas oitivas da CPI e teremos em breve a votação do relatório final. Pois bem, esta foi uma CPI com momentos de muitas indagações, onde assuntos técnicos infelizmente foram tratados com viés político, e, em diversos momentos, a dignidade de depoentes foi colocada em xeque. Peço desculpas, em nome do Senado Federal, às pessoas e profissionais que porventura se sentiram humilhados ou ofendidos. Peço desculpas também ao povo brasileiro, que, por diversas vezes, assistiu a cenas que não deveriam ter acontecido nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos médicos que aqui foram indagados, agradeço a coragem e a persistência dessa categoria no combate da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Heinze, o senhor está pedindo desculpa pelo Senado Federal?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pela minha parte, faço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Senado Federal tem que pedir desculpa pelas quase 600 mil mortes, Senador. Por isso que nós estamos pedindo desculpa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou chegar lá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é pedir desculpa para quem propagou coisa que... Houve deslizes aqui? Houve...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não houve...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... mas eu peço desculpa em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, como Presidente desta Comissão, aos brasileiros e brasileiras que perderam parentes, perderam o marido, perder a mulher, perderam o filho, filhos que ficaram órfãos por causa desse tratamento precoce que nunca funcionou no Brasil. Eu vou lhe repor o tempo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Funcionou, Sr. Presidente, e V. Exa. nunca quis debater o que eu quero debater: trazer o debate das pesquisas criminosas que fizeram neste País e fora deste País. Esta Comissão e a ciência não quiseram debater. Trazer cientistas... Infelizmente, não quiseram.

Posso pedir, sim, desculpa, porque sou um Senador da República.

Em relação aos médicos que aqui foram indagados, agradeço a coragem, a persistência dessa categoria no combate à pandemia. Ainda temos muitas perguntas técnicas sobre essa doença, pois o conhecimento a respeito dela ainda está em construção no mundo.

No dia de ontem tivemos lamentável decisão de incluir o Presidente do Conselho Federal de Medicina como investigado nesta CPI. Pergunto: investigado por qual motivo? Como resposta, o próprio representante desse importante conselho profissional emitiu uma nota de esclarecimento aos brasileiros que aqui eu faço questão de ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] sobre a decisão do relator da CPI da Pandemia, senador Renan Calheiros, de incluir meu nome [falando em nome do Presidente] no rol dos investigados para aquela Comissão Parlamentar de Inquérito venho manifestar publicamente que:
> 1. Esta decisão não causa surpresa, diante da narrativa falaciosa adotada pela CPI ao longo de sua existência, transformando a Comissão num palco midiático para embates políticos e ideológicos;
> 2. Desde o início desses trabalhos, me coloquei à [inteira] disposição dessa CPI para, em depoimento, esclarecer todas as dúvidas dos parlamentares. No entanto, os parlamentares escolheram ignorar o apelo da maior entidade médica do País.
> 3. Com isso, os membros da CPI deixaram clara sua opção de dar palanque àqueles que mantém um discurso alinhado com determinada visão, distante da realidade enfrentada pelos médicos na linha de frente contra a covid-19, e não dar voz ao Conselho Federal de Medicina (CFM) como representante daqueles que têm dado o máximo na luta contra essa doença, às vezes com o sacrifício de sua própria saúde ou vida;
> 4. Diante disso, eu – assim como o CFM – mantenho firme minhas convicções em favor da autonomia do médico e do paciente, princípio milenar hipocrático que é pilar da prática da medicina, o qual deve ser defendido – hoje e sempre – sob qualquer circunstância;
> Independentemente do rótulo a mim atribuído, permaneço à disposição do meu País e da medicina, entendendo que não há nada mais libertador do que a ética, a justiça e a verdade.
> Assinado, Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro.

Questionamentos ao Dr. Walter.

Dr. Walter, o senhor foi médico responsável pelo tratamento do Sr. Anthony Wong e também da Sra. Regina Hang?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não.

Se não era o médico responsável, com autorização de quem acessou e divulgou os seus prontuários?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu não acessei. Como eu disse para o senhor, foi uma denunciação caluniosa no Cremesp e lá, sim, foi fornecido todo o prontuário, e somente ali eu consegui ver os prontuários na íntegra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Está sendo investigado pelo Cremesp?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Está, sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, sim, senhor. Fui denunciado lá sem nenhuma prova.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem o motivo dessa denúncia?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – O motivo é que, nessa conversa com o Pedro, eu cito o nome do Anthony Wong, e Pedro inferiu ali que eu teria divulgado os prontuários, alguma coisa nesse sentido. Porém, quando eles levantaram todos os dados de quem havia acessado o prontuário dele, o meu nome não aparece. E Pedro também afirma que eu teria dito a ele que eu acessei, sim, o prontuário, mas, na gravação, consta que não, eu não disse isso ao Pedro. Isso foi durante essa ligação de ameaça. Então, as duas afirmações que são colocadas no Cremesp não colocam nenhum acesso meu ao prontuário do Anthony Wong. E, ainda que tivesse acessado, acessar o prontuário não constitui nenhuma irregularidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor foi diagnosticado com covid-19?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, senhor, em outubro ou novembro, eu acho, do ano passado. Outubro... outubro... Final de outubro, eu acho, do ano passado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Na época, qual era a sua opinião sobre a prescrição de cloroquina?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Na época, a minha opinião era a mesma que sempre foi. Naquele momento, já em outubro, era de que não haveria benefício, tanto é que eu não fiz uso da medicação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas o senhor receitou cloroquina para a sua mãe?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, senhor. Como eu havia informado, em maio, depois da visita ao que eles chamavam de "pentágono", foi feita aquela coisa toda da esperança na medicação, que eles fariam novo estudo e tal. Eu cheguei até a conversar com o Dr. Fernando Oikawa, pedi a ele algumas... Porque eles estavam fazendo um uso profilático, na verdade, da hidroxicloroquina, mas eu acabei pegando, na verdade, por insistência do meu pai, pedindo, na época, o *kit* covid, acabei retirando no PS, mas acabei não enviando isso para meu pai ou para minha mãe. Isso foi em maio. Meu pai e minha mãe tiveram covid em novembro e dezembro respectivamente, eu acho, e inclusive tenho mensagens orientando meu pai a não usar, porque naquele momento, inclusive, com a exposição da família...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, acho interessante falar isto: uma das ameaças que Pedro cumpriu é a de que iria expor minha família, e ela realmente está exposta. Ele se negou a falar dos prontuários que estavam, de fato, fraudados e está imputando fraude em prontuários que não têm nenhuma irregularidade, que são os dos meus pais. Ele expôs os meus pais, mas se negou a falar de pacientes que tinham irregularidades.

Mas, não, inclusive meus pais tiveram covid em novembro e em dezembro respectivamente, eles não fizeram exame na Prevent Senior, não tomaram *kit* covid, não tomaram hidroxicloroquina, até porque, quando eu estava doente, cheguei até a revisar um pouco da literatura – não sou pesquisador, não sou cientista, mas sou médico –, procurei as melhores evidências, e os estudos naquele momento mostravam um aumento de mortalidade com hidroxicloroquina. Então, eu não usei, não usei nos meus pais e também não prescrevia pra ninguém. Quer dizer, orientava quando era obrigado a prescrever, mas orientava... Inclusive, era um exemplo que era forte para os pacientes: "Os meus pais não usaram. Então, se eu não prescrevi isso para os meus pais, acho que o senhor também deveria ficar só com as vitaminas." Era alguma coisa nesse sentido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor disse que foi ameaçado.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual foi a ameaça?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Então, ali não está descrita uma ameaça de que alguém vai me matar ou coisa do tipo, mas acho que o teor da ameaça é bem claro: "Você está expondo..." A gravação, eu não consegui pegar toda a gravação, mas no começo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Podemos colocar depois a gravação de novo. Acho que o Senador Heinze não ouviu.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – "Você está expondo sua filha, sua família...". Seria interessante o senhor saber que Pedro não conhece minha esposa, não conhece minha filha, não há nenhum outro contexto em que Pedro pudesse se referir à minha filha ou à minha família a não ser que fosse num contexto de ameaça ou intimidação. Ele não queria... Era uma tentativa de me silenciar realmente com aquela... Acho que ficou bem claro, pelo que o senhor ouviu, que ele queria que não fosse à reportagem. Minha esposa, inclusive, estava do lado na hora, ficou apavorada, queria deixar até a cidade por medo de acontecer alguma coisa. A gente ficou com medo de sair na rua, de levar minha filha pra escola.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E o senhor demorou dois meses para poder lavrar a ocorrência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Porque eu fiquei com muito medo. Eu estava, inclusive, pensando no que ia fazer, tentando decidir qual era a melhor... Se a gente ia deixar isso pra lá, se a gente ia esquecer, o que a gente ia fazer. Só que ele cumpriu uma parte da ameaça que era tentar destruir a minha vida profissional, com essa denunciação caluniosa no Cremesp, e a gente entendeu que ele não ia parar, então a gente precisava se defender, e aí eu fiz o boletim de ocorrência por ameaça.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E essa ameaça veio numa ligação? Como é que foi? O senhor tem prova?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, senhor, foi numa ligação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem o áudio, Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi gravado isso aí?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi apresentado aqui o áudio.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – ... que está à disposição.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O áudio está aqui nos autos da Comissão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor foi sócio do Pedro Batista? Por quanto tempo?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Na verdade, era uma PJ só para receber, não era bem uma empresa. Mas eu volto a dizer que, independente de a gente ter uma PJ para receber, a gente não... Acho que isso não invalida a ameaça. Inclusive, o Pedro foi diretor dessa PJ, estava lá no papel como diretor, como sócio-diretor, como sócio-administrador, e acabou não pagando os impostos dessa PJ, porque, depois dessa ameaça, eu constituí advogado para poder descobrir o que estava acontecendo, porque recentemente tinha recebido um inquérito na fazendária. E Pedro já tinha deixado um rombo de R$1,7 milhão nessa PJ, mesmo depois de ter recolhido o imposto do meu salário.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Qual a sua relação com a médica Ana Carolina Coelho e com o advogado Vitor Magnani?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Ela era a coordenadora do PS na época em que eu trabalhei na unidade do Paraíso. E o Vitor é esposo dela.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

E a sua relação com Anderson Nascimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É meu primo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Teu primo...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Meu primo de 2º grau; primo do meu pai.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Então é meu primo, sim; meu primo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Tadeu, o senhor ficou internado na UTI... O senhor esteve internado na UTI?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor foi acompanhado também por médico particular fora da Prevent? Qual é a opinião dele?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Bom, o médico particular que a minha família contratou foi em decorrência da tentativa da Prevent Senior em me tirar da UTI e passar para o leito híbrido, onde eu ia ter os cuidados paliativos e viria a óbito. Nesse momento, a minha família contratou esse médico particular, o qual teve um papel fundamental para a minha sobrevivência, porque ele quase que foi um fiscalizador dos procedimentos internos dentro da Prevent Senior. E, na opinião dele, não havia nenhuma base médica ou técnica para que eu saísse da UTI e fosse para o leito híbrido, para os cuidados paliativos. Dessa forma, eu permaneci na UTI, porque ele estava fiscalizando internamente a instituição, indiretamente fiscalizando, e eu acho que resolveram, no meu caso, falar: "Bom, esse caso, vamos deixar ele de lado e vamos ver o que acontece". O que aconteceu? Hoje eu estou aqui vivo e saudável.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então o senhor foi tratado e está bem, correto?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Correto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E esse tratamento foi feito na Prevent mesmo?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Graças ao médico particular que interveio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se o senhor não estava satisfeito com o atendimento da Prevent Senior, por qual motivo o senhor ainda é beneficiário dela?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não, eu sempre estive satisfeito com o meu plano de saúde, Prevent Senior. Nesses oito anos que eu fui... Sou, inclusive, associado e ainda estou utilizando, porque eu faço consultas, faço exames de acompanhamento e eu acho que é um bom plano.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – O que não é bom é a política da diretoria nesse caso específico da pandemia. Eu não tenho queixas contra a estrutura do plano. Minha queixa é em relação à política que foi imposta nessa pandemia, essa política – desculpe, Senador –, essa política criminosa de que eu quase fui vítima fatal.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O senhor faz algum tratamento atualmente para alguma doença?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Bom, eu faço tratamento contra pressão alta há dez anos. Continuo fazendo. Apenas esse medicamento eu estou tomando, uma drágea por dia, só.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Sr. Presidente, colegas Senadores, apenas para fazer uma colocação, assim lamentamos as 599 mil vidas perdidas no Brasil, mas eu quero só citar aqui que os Estados Unidos hoje têm 707 mil mortes. Nos Estados Unidos está hoje 3,7 vezes maior o número de mortes do que no Brasil, o número de mortes do dia – Brasil, 462; Estados Unidos, 1.730. Esse é um número importante. E também os Estados Unidos apresentam 101.500 novos casos, seis vezes maior que o Brasil, que está com 16 mil novos casos. Só esse relato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar os depoentes que comparecem a esta sessão da CPI, Dr. Walter Correa de Souza Neto, e cumprimentar, de modo especial, o Sr. Tadeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Frederico de Andrade e render homenagens por o senhor estar aqui hoje, tendo vencido essa doença tão cruel, esse vírus tão cruel que vitimou tantos brasileiros e brasileiras.

Com relação ao Dr. Walter Correa, eu tenho alguns questionamentos a fazer, primeiro, registrando que compreendo que comparecer a uma Comissão Parlamentar de Inquérito é uma experiência desagradável, mas eu agradeço, de maneira muito especial, a sua vinda a esta CPI, porque o conjunto de Senadores aqui, presentes ou remotamente, terá a oportunidade de ouvir uma verdadeira testemunha – uma verdadeira testemunha –, e não uma testemunha por procuração, o que neste caso, a meu juízo, é absolutamente incabível.

Inicialmente gostaria de indagar a V. Sa. a razão de ter ingressado com *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal requerendo que a sua oitiva nesta CPI fosse em sessão reservada, fechada ou não televisionada para preservar a sua identidade, sendo que o seu *habeas corpus* foi apresentado ontem, dia 6, e, no domingo passado, dia 3, o senhor participou de programa de televisão de abrangência nacional. O senhor pode explicar esta situação: por que pediu que a sessão da CPI fosse reservada, fechada e não televisionada?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Foi orientação dos advogados também. E eu acredito que a exposição aqui é muito maior do que numa entrevista bem curta, não é? Então, foi orientação jurídica.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então foi uma estratégia da defesa? Não foi escolha sua?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não. Não da defesa, não é? Eu não estou aqui como acusado, eu acho. Mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas o senhor está dizendo que foram os advogados que o orientaram?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Foi uma estratégia do jurídico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não foi escolha sua...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... pedir para a sessão ser secreta?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu... Eu preferiria, para ser franco, para evitar mais exposição. Inclusive, quando a gente falou ao Fantástico, era uma estratégia, talvez, de evitar exposição maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos em frente.

Esta CPI ainda não sabe quem são os 12 médicos denunciantes. O senhor é um dos 12 médicos que fizeram o dossiê, e eu peço, por gentileza, que informe a esta Comissão o nome dos demais médicos.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, senhor. As minhas informações, que estão ali, contribuíram, sim, para o dossiê. Mas honestamente eu não sei quem são todos os denunciantes. É uma política que foi feita denúncia... Um tem medo do outro, de não saber o que está acontecendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente!

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu realmente não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, me permita interromper, questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Trata-se de sigilo. É uma denúncia anônima. Esse senhor, Walter Neto, está sendo ameaçado. É um nível de constrangimento indevido, inaceitável. Tanto se falou em respeitar testemunhas, e esse nível de constrangimento.

Esse senhor, Walter Correa de Souza Neto, está sob ameaça, ameaça a ele e à sua família, e aqui ainda se exige, um colega Senador, que se exponham os demais? Um pouco de piedade. Piedade!

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS (Para expor.) – Excelência, em complementação ao Senador Randolfe, de fato nós pedimos no *habeas corpus* aqui não só o direito à proteção de imagem, mas também aqui a proteção em relação a uma oitiva digna. E para ter dignidade, precisa ter preservação para que ele não indique outras pessoas e coloque-as em risco, assim como ele está, por ameaças.

Então, eu gostaria, por gentileza, que as perguntas dirigidas a ele não o colocassem numa situação na qual ele tem que ficar exigindo o direito ao silêncio se não há necessidade disso. Ele veio para contribuir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, o *habeas corpus* tem dois pontos e não implica em nada disso que V. Sas. mencionaram: não se incriminar e sigilo médico. Não é nenhum caso, nem outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria ir avante, e depois pedindo que reponha meu tempo. Não vou polemizar com nenhum colega aqui, não, Sr. Presidente. Eu hoje estou... Todo mundo está falando, eu estou ouvindo tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. exa. hoje tem a presença de três colegas seus: Dr. Tadeu, que é o paciente, e as doutoras advogadas, como V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, cumprindo muito bem a tarefa como advogados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Estão aqui, pessoas que estão acompanhando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Mas vou à frente, Sr. Presidente, para questionar: o senhor pode esclarecer para esta CPI quais as provas que foram entregues para a advogada? Prontuários médicos, informações internas, gravações, vídeos...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como foram obtidas essas provas?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Acho que é o que consta no dossiê. Eu não saberia listar tudo para o senhor, mas é o que está...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas foi V. Sa. que entregou?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, não. Eu não. Não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o senhor participou? O senhor disse agora há pouco.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, mas não todas. Algumas mensagens, talvez.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor entregou?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Prontuários?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Prontuários, não. Prontuários, não. Eu não tive acesso a nenhum prontuário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não teve?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, o prontuário vem depois, no Cremesp.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E lá o senhor teve acesso?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Esse prontuário foi requisitado pela CPI depois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o senhor teve acesso a ele?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu tive acesso porque, óbvio, ele estava no processo do qual eu constava. Aí, sim, eu tive acesso a ele, porque foi fornecido pela própria Prevent Senior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. afirmou a esta CPI que prescreveu cloroquina do *kit* covid porque uma paciente insistiu.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Gostaria de ouvir de V. Sa. qual a diferença entre prescrever porque a paciente insistiu ou prescrever em razão de orientação da direção clínica do hospital.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Primeiro, que isso foi muito cedo. Foi bem no começo da pandemia, quando a dúvida ainda era maior, mas depois de um tempo, nem exigindo eu prescrevi mais. Tanto é que foi a única vez que prescrevi fora da Prevent. Depois disso, alguns pacientes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Prescreveu para os seus familiares também.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, como eu expliquei para o senhor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Prescreveu ou não prescreveu. É simples.

Agora, como médico, o senhor acha correto prescrever determinado medicamento porque o paciente pediu? O senhor alega denunciar uma fraude...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas, para ficar bem com o paciente, abre mão da sua autonomia médica? Não acha isso contraditório?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, não, senhor! Eu não... Nesse caso, especificamente, em que a paciente pediu, eu não perdi minha autonomia. Se eu quisesse, eu poderia ter dito "não", como outros me pediram e eu disse "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, se o senhor quiser, eu vou repetir o vídeo do que o senhor falou agora há pouco: o senhor disse que só prescreveu porque ela insistiu.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, mas, ao mesmo tempo, eu podia escolher ou não, e eu escolhi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor escolheu prescrever?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Naquele caso, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas o senhor disse que não acreditava no protocolo, mesmo naquele momento.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Naquele momento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só o fez porque ela insistiu.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Depois.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não.

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS (Para expor.) – Excelência, ele vai poder responder a pergunta?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não... Sr. Presidente...

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – Não, Excelência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir que a advogada só se manifeste quando for questionada.

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – É que, assim... Ele está respondendo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe.

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – ... e o senhor está interrompendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Doutora, me desculpe...

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – Ou ele bem responde ou não, doutor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Presidente está ao telefone enquanto acontece tudo aqui dentro da CPI. Eu vou aguardar o Presidente terminar a ligação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A advogada, Sr. Presidente, interrompeu o meu interrogatório para... Aliás, algo que, dias atrás, rendeu a maior confusão aqui, inclusive com uma colega sua que estava aqui dentro. Eu não trato advogado com qualquer tipo de menoscabo, sempre tratei com absoluto respeito e fidalguia...

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – Aqui também, com certeza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas não cabe a intervenção do advogado nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutora, deixe-me dizer. O que nós praticamos aqui é o seguinte: se o seu cliente por acaso tiver alguma dúvida na resposta, ele pode lhe consultar.

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Não, mas não foi isso, não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é só... Eu estava ao telefone aqui, porque eu estava conversando com um jornalista que estava indignado com um negócio que aconteceu aqui há pouco, mas isso é outra coisa, não é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é nada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não estou censurando V. Exa., não, Presidente. Apenas chamei a atenção para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu queria só pedir que toda... Aqui, na decisão do Ministro Gilmar Mendes, é muito claro que ele estará acompanhado de advogado ou advogada. E o que nós temos usado é o seguinte: quando o Dr. Walter, por acaso, achar que pode prejudicá-lo nos processos movidos contra ele, ele pode consultar a senhora, e a senhora pode falar o que ele...

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Só que ele não está conseguindo responder. Ele está respondendo e está sendo interrompido o tempo todo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É isso, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – É isso. Ele está falando e...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Pela ordem. Na verdade, a gente presencia aqui lastimável, vergonhoso esforço por parte do colega Marcos Rogério para desqualificar a testemunha. Não bastasse o sofrimento das pessoas que acompanham a CPI, não bastasse o óbvio absurdo praticado por uma empresa, o esforço do colega por desqualificar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

testemunha. Então, de fato, é importante que se tenha uma mediação para que se possa ter perguntas e respostas de forma dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou só...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou deixando...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, com a sua permissão, eu ia aduzir a mesma coisa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja V. Exa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aqui está... Senador Marcos Rogério, um instante só. Um instante só.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja V. Exa. que eu estou tendo toda a paciência do mundo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A linha de raciocínio do Senador Marcos Rogério é tentar inverter a lógica e chamar este doutor aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja V. Exa. que eu estou permitindo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de o verdadeiro vilão?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... todas as manifestações, mesmo durante o meu tempo, que V. Exa. vai recuperar daqui a pouco...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O fraudador é a testemunha?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... mas os acusadores não perdem a oportunidade para intervir nas minhas falas; todas elas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem está atacando aqui é o senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Brasil está acompanhando atentamente, sabe das posições de todos nós, mas aqui está claro quem faz o jogo da acusação, insistentemente, dentro desta CPI. Eu estou apenas indagando e tenho muitas perguntas ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só... Só...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a V. Exa. que reponha o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou repor o seu tempo, mas quero comunicar a V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. quer me comunicar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, comunicar ou lembrá-lo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... melhor dizendo. Lembrá-lo – "comunicar" é uma forma com que eu converso com você, Marco. É que, quando a doutora esteve aqui falando em nome dos médicos, V. Exa. foi um dos que disse: "Por que é que os médicos não estão aqui?".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, por isso, eu o cumprimentei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, V. Exa. questionou a advogada, naquele momento, no depoimento. Nós estamos trazendo uma pessoa aqui que está se expondo e é, por isso, que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estamos trazendo duas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estamos trazendo uma vítima...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e estamos trazendo um médico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um médico que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E um médico que está sob exposição e sob ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todo o seu tempo será reposto, Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A gente está falando de uma testemunha sob ameaça.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A tese do Senador Marcos Rogério é de que ele veio aqui para aparecer e acusar um plano sério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ô, Senador...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tirar proveito de quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, mas só quero saber até onde vai isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com todo o respeito... Com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, está garantida a palavra a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem está querendo aparecer é quem não é desta CPI e está vindo aqui pra fazer...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qualquer Senador é bem-vindo aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sou Líder, tenho todo o direito de estar aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todos são bem-vindos, mas não para atacar os colegas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não é atacar. Eu quero saber até aonde vai chegar essa linha aí.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nem para censurar os colegas. Nem para censurar, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. quer fazer a censura prévia, Senador Jean Paul? Vou dar oportunidade pra V. Exa. fazê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A questão é a sua condução de tentar inverter o ônus da prova...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, o problema agora é a minha condução?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... pegar a testemunha e transformá-la em vilão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Brasil está vendo. O Brasil está vendo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Garanta o andamento, Presidente, para o Brasil ver, mas ver com brevidade. Garanta o andamento, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Eu agradeço a V. Exa.

O senhor trabalhou... Sr. Dr. Tadeu, V. Sa. trabalhou mais de oito anos na Prevent Senior. Imagino que tenha tido a oportunidade de fazer amigos e criar relacionamentos com os colegas de trabalho. Assim, pergunto: apesar de ter dito a esta CPI que não eram amigos, qual era o seu grau de relacionamento com o Sr. Pedro Benedito Batista Junior, Diretor-Executivo da Prevent Senior?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Tínhamos uma PJ e um relacionamento de chefe e subordinado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor revelou a esta CPI que foi sócio do Sr. Pedro Benedito Junior, Diretor-Executivo da Prevent Senior para receber como PJ, mas não declinou o nome da empresa. É a PW Medical Serviços Médicos Ltda.? V. Sa. pode explicar a esta CPI, de modo mais claro, qual o objetivo dessa sociedade entre denunciante e denunciado?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É uma sociedade pra receber proventos da Prevent Senior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Eu vou pedir pra mostrar o vídeo que está preparado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, V. Sa. alega que veio a público para denunciar uma fraude. O senhor esclareceu ao Relator que o seu vínculo com a Prevent Senior era de PJ e que era sócio do Diretor-Executivo da Prevent Senior. Contudo, o senhor é sócio de outras duas empresas além da PW Medical, a Ômega UTI e Enfermaria Clínica e a WP Nutromed Serviços Ltda. Eu tenho aqui, inclusive, os documentos com relação a essa condição societária, sendo que somente a Ômega UTI e Enfermaria tem 93 sócios.

O objetivo de se associar a empresas é burlar a legislação trabalhista e tributária? Qual era o objetivo?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, mas essa Ômega UTI, eu não sei que empresa... Talvez seja quando eu fiz um plantão, há um ano, mais ou menos... Acho que era pra receber de um hospital.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E aí teve que virar sócio da empresa?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Essa é uma prática comum nesse meio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso seria...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – ... um jeito de receber...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para evitar questões tributárias ou trabalhistas? É isso?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas qual era o objetivo?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É uma exigência do mercado, os hospitais todos exigem isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, eu estou surpreso...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... só para lhe comunicar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... isso não seria fraude?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... médicos recebem por PJ.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente.

Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Médicos recebem por PJ.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Relação funcional, não, relação funcional, não.

Quem dos...

V. Sa. já disse que não quer declinar aqui os demais médicos, e eu vou respeitar a opinião de V. Sa. em relação a isso, mas o que V. Sa. acabou de dizer aqui, e o vídeo mostrou agora há pouco, que estaria denunciando fraude.

Agora, você diz estar indo contra uma suposta fraude médica, mas não se incomoda ou parece não se incomodar com a fraude tributária. Isso não compromete a sua integridade?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Existe uma fraude tributária.

O Pedro Batista, nas sociedades que têm comigo, recolheu os impostos meus e, na condição de chefe, eu perdi totalmente o acesso a essa PJ que eu tinha e ainda me gerou um prejuízo e um inquérito criminal na delegacia fazendária de R$1,7 milhão, em que a gente fez um acordo com ele, que ele vai fazer. Essa é uma fraude.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, V. Sa. está afirmando a esta Comissão que houve uma fraude tributária e que V. Sa. foi beneficiário?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Vítima, vítima. Fui vítima. Eu acabei de dizer para o senhor...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Senador Marcos Rogério está invertendo tudo. Agora, terceirizado é culpado da terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele está falando ao contrário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa...

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS (Para expor.) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelência, pela ordem, ele não vai mais responder...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – ... porque o senhor está sendo desrespeitoso.

Ele não veio aqui praticando crime nenhum, ele veio aqui na condição de testemunha e querer imputar a ele um risco de fraude a ele já é demais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – Não vai responder mais as perguntas do Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Excelência, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora a advogada está tolhendo o exercício do Senador da República.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, colega Senador.

Vou... O tempo está... Eu acrescentei cinco minutos ao Senador Marcos Rogério e, no curso dos cinco minutos, está paralisado em três minutos e cinquenta e quatro segundos.

Só um esclarecimento prévio para que também realmente não prevaleçam narrativas.

O que o depoente falou foi exatamente o inverso. Ele denunciou uma fraude, ele fez a denúncia de uma fraude, uma fraude em que ele foi vítima.

Diante disso, eu queria... Vou devolver a palavra ao Senador Marcos Rogério, mas antes de repor a ordem aos trabalhos, pergunto à advogada, à assistência, à advogada do Dr. Walter se pede um minuto para se consultar com o paciente para nós retomarmos.

É necessário?

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS (Para expor.) – Excelência, o Walter veio aqui para responder a todas as perguntas de todos os Senadores.

E ele acabou de explicar aqui que foi vítima porque recolhido do salário dele um imposto devido e que o Sr. Pedro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – Não, escuta.

Senador, V. Exa. entendeu...

É uma política...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – São duas situações...

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – Não. Eu posso continuar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro.

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – Só pra explicar para que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

A SRA. PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS – Então, ele acabou de explicar que é uma política dos hospitais não ter funcionários contratados, para isso eles exigem que se abra uma PJ para recebimento de salário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha, Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Doutora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, vamos lá.

Vamos em frente, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixa eu só explicar uma coisa, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu quero continuar com os meus questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Marcos Rogério, só uma explicação técnica.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Congele o tempo do Senador Marcos Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É só uma explicação técnica.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A reforma trabalhista aprovada...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O seu tempo está garantido, Senador Marcos, fique tranquilo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A reforma trabalhista, aprovada no Governo Temer, permitiu que fosse contratado pessoal por PJ. Então, ocorre a pejotização dos trabalhadores da saúde, principalmente médicos. Então, para quem não sabe, a maioria dos médicos que trabalham em hospitais privados no Brasil, hoje, não tem... Não são celetistas, são pejotizados. Então, isso é uma regra que foi instituída a partir da reforma...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado pelo esclarecimento, Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... trabalhista do Governo Temer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só peço que reponha o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor, retomem o tempo em três minutos e dez segundos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como o Senador está para terminar a inquirição... Para terminar a inquirição... Aí, se for necessário...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Nós vamos, então... Vamos continuar. Tem três minutos para conclusão da inquirição do Senador Marcos Rogério. Por gentileza, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Vamos lá.

Foi falado nesta CPI sobre o lema da Prevent Senior de "lealdade e obediência". Quem adotou esse lema na empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Ah, não tenho certeza de quem adotou esse lema na empresa, mas já tem algum tempo. A informação que eu tenho...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Teria sido o Sr. Anderson Nascimento?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – A informação que eu tenho é que veio do Dr. Eduardo Parrillo, da banda de *rock*...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Teria sido o – estou lhe perguntando – Dr. Anderson?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não foi ele?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não foi ele?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – A informação que eu tenho é que teria sido do Dr. Eduardo, eu acho, com a banda...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. trabalhou junto com o Sr. Anderson na Prevent Senior?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não junto com ele, mas na época em que ele estava lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, na mesma época.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Ele ficou lá por 11 anos.

Tem algum vínculo familiar com o Sr. Anderson Nascimento?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim, é meu primo de segundo grau. Meu primo. Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele é seu primo de segundo grau?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu faço essas indagações porque, conforme o LinkedIn do executivo Anderson Nascimento, ao tempo do afastamento de V. Sa. da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prevent Senior e das denúncias, ele era Vice-Presidente da empresa Qsaúde, que também atua no ramo de plano de saúde e, posteriormente, passou a ser executivo da rede própria do Hapvida, outra operadora de plano de saúde.

Por isso, eu lhe pergunto: há alguma rivalidade comercial por trás dessas denúncias?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não, senhor. Eu gostaria só... É interessante a pergunta do senhor. Eu entendo assim... Só espero que o senhor... Francamente, se o senhor estiver tentando esclarecer, eu vou ter o maior prazer de esclarecer isso, mas eu só espero não ser uma tentativa de desqualificação. Eu acho que isso é, dentro do que eu estou tentando revelar, acho que é bastante... Não sei. É desconfortável, mas... É como a tentativa do outro, mas acho que isso precisa ficar esclarecido para não que se criem teorias da conspiração a respeito disso.

Ele, sim, era meu primo, mas não tem nenhuma relação... Inclusive, na ligação do Pedro me ameaçando, ele supõe que o meu primo tem alguma coisa a ver com isso. Eu estava bastante tempo isolado do meu primo até aquele momento, devia ter falado com ele uma ou duas vezes ao telefone, quando essa ameaça do Pedro aconteceu. Não há nenhum conflito de interesses em tudo isso que estava acontecendo. E, algum tempo depois, quando eu voltei a falar com ele, foi quando ele estava na Qsaúde, porque eu fiquei com medo da ameaça do Pedro, e ele conhecia. Eu perguntei a ele se eu deveria levar aquilo a sério ou não. Ele falou que era realmente preocupante, que não era para preocupar até com os outros... Foi a única vez que eu conversei com ele depois...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Hoje, o senhor trabalha onde?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Hoje, eu trabalho... Hoje, eu preferia não revelar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas como...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – ... meus locais de trabalho por uma questão de exposição. Eu acho que isso não tem relação com o que está acontecendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu concluo a minha fala, agradecendo ao Dr. Tadeu Frederico de Andrade... A esta CPI. E repito: a vinda de V. Sa. aqui é importante. E tem perguntas aqui da oposição, da base. O que se busca aqui é a verdade, não é tentar desqualificar V. Sa. A verdade tem que ser observada de vários ângulos. Mas eu cumprimento V. Sa. por vir aqui. Testemunha é quem esteve diante dos fatos. E mais uma vez aproveito para render minhas homenagens ao Sr. Tadeu por ter vencido a covid-19 e estar aqui neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo é o Senador Girão. A Presidência tem tido uma tolerância até agora. Eu vou pedir a compreensão dos colegas pela iminência... para podermos garantir a fala de todos os colegas, as colegas e os colegas, as Sras. e os Srs. Senadores, mas ao mesmo tempo para cumprirmos o mandamento de concluirmos ao início da sessão.

Só uma pergunta que eu faço à Secretaria: a Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... não está inscrita pela Bancada Feminina?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, mas eu vou depois do Senador Alessandro Vieira, porque...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, a senhora vai na suplência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... eu estou aguardando um documento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, eu acredito que a sessão tenha sido cancelada. Somente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Melhor será.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá? A sessão do Congresso Nacional foi mantida, mas a sessão do Senado Federal foi cancelada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É. Tem o mesmo limitador em relação à sessão do Congresso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Aí eu gostaria de poder falar mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. Vamos tentar garantir ao máximo. Então, vamos... Eu vou pedir desculpas ao Senador Girão, mas vou ter que cumprir, pedir os 15. Então, 15 minutos para S. Exa. Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Gratidão, Senador, Presidente desta sessão, Randolfe Rodrigues. O senhor sabe que eu sou muito disciplinado com relação a isso, tenho cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sei disso. Eu sou testemunha disso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pronto. Então, eu vou cumprimentar tanto o Sr. Walter Correa como o Sr. Tadeu. Sejam muito bem-vindos a essa Comissão.

Eu queria antes fazer um relato, Sr. Presidente. É a última, pelo menos até agora...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. É a penúltima. O Marcelo Queiroga vem aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É. Vai vir pela terceira vez o Ministro da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vai vir aqui.

Eu espero exatamente... É esse pedido que eu queria fazer, público, depois do que eu pude constatar ontem, em Natal, onde eu fui pessoalmente, ao Rio Grande do Norte. Eu acho que não tem mais como essa Comissão, Senador Marcos Rogério, evitar, ignorar de trazer aqui pelo menos uma, pelo menos uma pessoa responsável por esse escândalo, por esse calote do Consórcio Nordeste.

O que eu presenciei ontem é estarrecedor! Inclusive, quero parabenizar o Presidente da comissão lá, aliás, a cúpula da comissão, que de uma forma muito respeitosa, de uma forma sempre sem cometer nenhum tipo de abuso, e de uma fidedigna técnica, tem feito um trabalho há dois meses. E ontem foi um dos dias mais esperados, porque o Sr. Carlos Gabas, Diretor Executivo do Consórcio Nordeste, esteve lá na Assembleia Legislativa, convocado – dinheiro pago, diárias pagas pelo povo potiguar –, e com *habeas corpus* embaixo do braço, não respondeu a nenhum questionamento. E como a gente viu aqui, em vários casos, como o próprio Carlos Wizard, o Sr. Maximiano, tantos outros que passaram por aquelas cadeiras ali, onde estão hoje o Sr. Walter e o Sr. Tadeu, foi dito aqui, por colegas que estavam conduzindo, que o silêncio era comprometedor, que o silêncio dizia muito e que presumia a culpa.

Olha só, quero ver se vale agora pro que aconteceu ontem no Consórcio Nordeste. Quem quiser assistir a esse vídeo, está lá no YouTube da TV Assembleia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico até me questionando, sabe, Senador Marcos Rogério, um ex-Ministro de Estado, passar por uma situação dessa – eu até cheguei a ver em filmes que estão aí nas plataformas que ele era realmente da cozinha do Palácio do Planalto em Governos anteriores –, passar por uma situação dessa. Eu jamais ataco pessoas. E eu confesso que fiquei constrangido e acho que o Presidente da Comissão acertou em ter liberado ele. Perguntou se ele queria ficar pra ouvir as perguntas ou ia embora. Eu acho que a gente tem que ter um respeito ao ser humano e ao... Porque a verdade vai prevalecer, a justiça vai prevalecer, mas ontem ficou muito evidente... Todas as perguntas foram feitas, eu levei inclusive perguntas.

E eu queria pedir que a assessoria passasse um vídeo, um breve resumo sobre esse caso que esta CPI não quer investigar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, pela ordem.

Esse assunto não está na pauta da CPI, portanto não tem que ficar sendo exposto aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O vídeo da Carla Zambelli tinha a ver com a CPI?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, eu peço...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tinha a ver com o depoimento da pessoa que estava aqui, que estava falando da loja do cara.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – São dois minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A filha da Dilma, não sei quem, isso aqui não tem nada a ver.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso aconteceu lá. Está na televisão. Quem quiser assista à TV Assembleia do Rio Grande do Norte. Não tem absolutamente nada a ver com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Assegure, Presidente, o direito do Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Consórcio Nordeste está sendo investigado por esta CPI?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Peço para congelar o tempo do Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deveria.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não. Mas está sendo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deveria.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Jean, eu vou responder...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se não está...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Jean, eu vou responder.

Colegas, pra ficar congelado o tempo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é uma publicidade aí de Deputado Estadual.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas está no objeto da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Congele o tempo do Senador Girão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Qual a relevância disso?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Falar ele pode falar, agora, botar o filme?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jean, cada colega Senador, por mais que nós concordemos ou não, tem o tempo disponibilizado para utilizar como quiser.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, eu não estou protestando contra a fala do colega, estou protestando contra um vídeo que não tem nada a ver, que não é objeto da análise da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deveria fiscalizar os outros vídeos também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colega Marcos Rogério, se V. Exa. me permite ordenar os trabalhos, que é a minha atribuição.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Haverá um tempo pra réplica sobre essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Terá o tempo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque senão...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O tempo vai ser garantido a V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, mas eu não quero usar o meu tempo pra réplica de consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Garantirei o tempo. Garantirei o tempo, Senador Jean – garantirei o tempo.

Mas, veja – garantirei o tempo –, nós vamos garantir o tempo de todos no tempo certo para cada colega Senador se pronunciar. Tem colegas Senadores que têm se pronunciado aqui, eu tenho divergido radicalmente, mas é... Tem colegas Senadores aqui que propagam até remédios sem eficácia comprovada, mas a Constituição, no art. 52, garante e assegura a igualdade inclusive de atuação de cada um de nós. Então, é meu dever fazer a garantia da palavra, mesmo não concordando, mas é meu dever fazer a garantia e, em seguida, assegurarei o tempo ao Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Inclusive, Sr. Presidente, eu gostaria muito de ouvir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos lá. Retome o tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a réplica do Senador Jean Paul Prates, porque ninguém tem defendido o Consórcio Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomado o tempo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nem o próprio Gabas não se defende.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomado o tempo do Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Esse que vai falar é o Presidente da CPI da Covid, que está fazendo um trabalho que esta aqui não quis fazer. Por favor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Farei a réplica em Plenário, pra não pegar meu tempo daqui, porque eu não vou perder meu tempo aqui contestando uma coisa que não está sob investigação.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um requerimento, em que eu já dei entrada, está sob os cuidados da assessoria, que é muito zelosa, aqui desta CPI, pra que a gente possa trazer – já que teremos uma sessão com o Ministro Queiroga, que vai vir a terceira vez aqui, saindo do *front* do Ministério da Saúde pra vir passar o dia – eu queria justamente pedir a convocação do senhor... convocação não, convite do Sr. Kelps Lima, que é o Presidente da CPI da Covid lá do Rio Grande do Norte.

Queria fazer esse pedido...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Presidente da CPI que já deu o veredito! Já deu o veredito!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quero subscrever o pedido do Senador Girão, Sr. Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esse é o Presidente que já deu o veredito no vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senador Jean Paul...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele não terminou de investigar, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estarei no Plenário com o senhor daqui a pouco, eu estarei no Plenário com o senhor. O senhor vai defender o Consórcio Nordeste? É bom que alguém defenda, eu fico feliz – eu fico feliz. O Carlos Gabas não quis se defender e aqui ele foi blindado, ele foi blindado nesta Comissão. Tem voto, tem voto aqui negando a participação dele nesta Comissão. Mas está aí o caso. Você tem dúvida de que a verdade vai aparecer, Senador Marcos Rogério? Eu confio nas instituições.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não tenho nenhuma dúvida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu não tenho nenhuma dúvida de que a verdade vai aparecer. E é coisa escabrosa, é gente poderosa.

Agora, eu queria também fazer um pedido à CPI, é outro requerimento que está sob os cuidados da nossa assessoria aqui, que é o seguinte: é pra que exista um compartilhamento de informações e documentos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Da Assembleia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que avançou, conseguiu fazer audiências lá, conseguiu fazer convocações, com esta CPI que se negou a investigar esse caso que o povo brasileiro quer saber.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu também quero subscrever esse requerimento do Senador Girão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns aos dois!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu vou aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que o papel da Assembleia Legislativa está sendo este: investigar. Parabéns à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte independentemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de quem quer que seja, a todas as assembleias que conseguiram abrir... Espero que não seja igual à do meu Estado, em que o Relator não fez nada contra ninguém, não achou nada, e ainda foi aqui aplaudido, virou não sei o que e tal, mas deixa lá...

Vamos lá. Eu espero que a Assembleia do Rio Grande do Norte cumpra o papel dela e que o relatório final, aprovado pelo colegiado, seja disponibilizado pra CPI. Será importante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente, é pedir pra encaminhar o que eles já têm compartilhado, que é importante para nós da CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Já tem muito documento lá, Sr. Presidente.

Eu queria também dar os parabéns aqui a esta CPI, mas infelizmente eu não tenho como dar os parabéns, porque um requerimento meu, assinado por 45 Senadores, foi desrespeitado do começo ao fim nesta CPI, com relação a esse assunto. Não custava nada investigar o Governo Federal, como a gente está fazendo, mas também os R$120 bilhões de verbas federais enviados pra Estados e Municípios.

Nós estamos terminando, mas parece que na semana que vem nós vamos ter o Ministro Queiroga. E eu lhe faço um pedido pra trazer pelo menos um do Consórcio Nordeste, só um – tem uns dez nomes que a gente pediu por aí –, pelo menos um. Carlos Gabas não adianta, porque ele não vai falar, já não quis falar, mas, quem sabe, a gente possa trazer outras personalidades aqui pra explicar ao povo do Nordeste... Aliás, ao povo do Brasil, porque tem verba do contribuinte brasileiro.

Eu queria me encaminhar aqui, rapidamente, Presidente, pra fazer algumas perguntas, mas eu tinha mais assuntos pra falar, sobre o CFM também, Conselho Federal de Medicina. O Dr. Mauro tem que ser ouvido aqui, ele não pode ser colocado como investigado, não acho isso coerente, não acho isso justo. Ele precisa ser ouvido nesta Comissão. Tem requerimento meu e do Senador Humberto Costa pra isso.

Eu queria também fazer essa ponderação, assim como uma relativa ao Secretário de Saúde de São Paulo, que nós aprovamos aqui há duas semanas, justamente sobre Prevent Senior, pra tentar entender sobre as subnotificações – há indícios de que ocorreram lá –, assim como sobre as supernotificações, porque a gente recebe também dezenas de denúncias aqui. Então, esta CPI também não quis olhar isso, não quis olhar isso durante todas essas sessões. Só para dizer: foram 64 sessões ao longo desses meses, 66 depoimentos, mas nenhum, nenhum do Consórcio Nordeste, nenhum dos que a gente tem cobrado insistentemente aqui.

Mas eu queria fazer perguntas no tempo que me resta – vou ser disciplinado – ao Sr. Tadeu Frederico de Andrade.

O senhor tem alguma ação judicial contra a Prevent Senior? O que o senhor pleiteia nessa ação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Senador, não tenho nenhuma ação contra a Prevent Senior, mas isso não quer dizer que no futuro eu não possa me ver no direito de acionar, sim. Eu pretendo, neste primeiro momento, focar o aspecto da ação penal pública criminal, pra que os responsáveis dessa diretoria aí e demais médicos que compactuaram com esses cuidados paliativos, que podem ter gerado as mortes de centenas ou talvez milhares de pessoas, que isso seja apurado, concluído pelo Ministério Público de São Paulo. E, paralelamente ou após essa conclusão desse processo penal, eu me vejo no direito de, sim, entrar com uma ação reparatória por danos morais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Eu queria perguntar para o senhor também o seguinte: fora o uso do *kit* covid, o senhor foi submetido a alguma terapêutica pra tratamento da covid-19, como, por exemplo, a ozonioterapia?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Ozonioterapia, não, Senador; apenas o *kit* covid, que foi ministrado na primeira semana, antes de eu ter piorado e ter sido internado. E lá, nesse período de internação, flutamida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Por favor – meu tempo está indo para o espaço –, Sr. Walter Correa, suas divergências judiciais com a Prevent Senior influenciaram as denúncias nesta CPI?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Eu não tenho nenhuma divergência judicial com a Prevent Senior.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor não tem nenhuma pendência? Não entrou ainda?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não. Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pretende entrar?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não sei ainda. Não sei ainda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por qual razão o senhor...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não sei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Caso o senhor entre, qual é a razão que seria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Não sei ainda, mas, por enquanto, não; não tenho nenhuma ação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Eu agradeço.

Dentro do tempo, termino o meu questionamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Havia incluído mais um minuto, se V. Exa. quisesse utilizar, em reposição ao tempo que eventualmente tivesse sido interrompido.

Só um esclarecimento, Senador Girão. Essa Comissão Parlamentar de Inquérito, desde a terça-feira, aprovou um requerimento de informações a S. Exa. o Ministro de Estado da Saúde, pedindo 48 horas para que ele respondesse.

A CPI deliberou nessa manhã – V. Exa. eu creio que estava em viagem e deslocamento do Rio Grande do Norte para cá e não pôde estar presente na primeira parte dos trabalhos, então, só para comunicar –, essa CPI deliberou pela manhã a convocação do Sr. Ministro de Estado da Saúde por dois motivos. Primeiro, porque ele não respondeu. E as informações eram simples: programação de imunização de brasileiros, programação e vacinação de crianças e adolescentes... Eram informações simples. Para completar, hoje pela manhã, tivemos a informação de que uma reunião da Conitec, um tema que deveria ter sido deliberado, que já tinha um parecer, que se trata da cloroquina, deixou de ser realizada por intervenção do próprio Ministro da Saúde e da Presidência da República.

É por essas notórias razões que a CPI entendeu que é necessário, sim, S. Exa. estar aqui pela terceira vez.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tem uma ideia de data, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dia 18 de outubro, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Dia 18 de outubro, está bom. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pela ordem, Senador Humberto; em seguida, Senador Rogério; em seguida, Senador Alessandro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só para pedir a V. Exa. que, quando possível, coloque em votação um pedido que eu fiz aqui, um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. tem o número do requerimento?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não sei o número. É para pedir ao Tribunal de Contas aquele processo que trata das motociatas, que eu fiz à CPI, e a CPI fez ao TCU. Gostaria de ter cópia do processo na forma em que ele está.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador.

Em apreciação o Requerimento 1.577, de autoria do Senador Humberto Costa, que requer cópia integral do Processo nº 019.215/2021-5 do Tribunal de Contas da União.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, o senhor pode colocar em votação os requerimentos de que eu fiz o pedido aqui, para a vinda do Presidente da CPI da Covid do Rio Grande do Norte e para o compartilhamento de dados com esta CPI, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Eu peço a V. Exa. só para me informar o número do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Requerimentos 1.575 e 1.576.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a apreciação dos Requerimentos 1.575 e 1.576, de autoria de S. Exa. o Senador Eduardo Girão, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Próximo inscrito, Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, antes de mais nada, nós devemos muita gratidão e respeito aos dois que hoje aqui estão, porque nós passamos a ter aqui uma guerra de posições, natural do debate político, que pode, por vezes, confundir quem nos assiste, quem assiste à TV Senado, quem assiste a outros canais de televisão que têm transmitido as atividades da CPI.

Então, o que nós temos hoje, aqui, é a materialização de tudo que a CPI combateu ao longo desses cinco meses. Tudo que nós combatemos está aqui materializado. Nós combatemos, inicialmente, a ideia de que as pessoas deveriam ficar expostas ao contágio para adquirirem, naturalmente, imunidade e assim termos a imunidade coletiva, imunidade de rebanho.

Esta CPI provou em outras oitivas, ouvindo outras pessoas e com o trabalho dos Senadores e Senadoras – provou – que o Presidente Jair Messias Bolsonaro virou um fator de risco para o povo brasileiro. Ele estimulou as pessoas a se contaminarem, a se infectarem, melhor dizendo. Então, ele trabalhou como estratégia de combate à pandemia a expansão do contágio, na busca da imunidade coletiva, imunidade de rebanho, e ele o fez aglomerando, dizendo que era uma gripezinha, interferindo na atuação de Prefeitos e Governadores que tentaram adotar medidas restritivas, vetando o uso de máscaras. Ele o fez com ele próprio promovendo aglomerações, ele tratou de promover a ampliação do contágio. Junto com ele, vários assessores dele, diretos, ministros, secretários, Ministro da Economia, Secretário de Política do Tesouro, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, do Ministério da Economia, vários assessores fizeram isso também.

E, também por trás de tudo isso, tinha ainda uma ideia que era produzir o que chamam de narrativa – uma narrativa de que tinha que contaminar todo mundo, infectar todo mundo, para que as pessoas pudessem ter proteção o mais rápido possível, para evitar a perda de emprego e a paralisia da economia. E aí construíram a ideia falsa, baseada em estudos falsos, de que existia um tratamento precoce e de que existia um tratamento que podia combater o vírus e tratar a doença, as duas coisas. E isso gerou um comportamento de risco na sociedade.

Em saúde pública, comunicação vira comportamento, e o comportamento pode ser de maior ou de menor risco. Se a comunicação é feita corretamente, com dados e com informações baseados na ciência, nós vamos ter um comportamento de menor risco. A população vai se expor menos.

E o que nós vimos foi o Presidente da República e todo seu *staff* e os seus agora... Eu não vou mostrar o vídeo do The Intercept, porque envolve um Senador da República. Eu tenho certeza de que esse Senador da República – eu não vou falar o nome dele – estava na melhor da sua boa vontade de, naquele momento, encontrar, ajudar a ter uma solução para reduzir o sofrimento de quem tinha covid ou o pânico que o mundo vivia e que o Brasil vivia em relação à pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o Sr. Carlos Wizard fala literalmente do comitê científico de apoio ao Presidente da República. Portanto, além dos seus assessores diretos, além dele próprio, Presidente da República, havia o que nós chamamos de gabinete paralelo. O Carlos Wizard, nesse vídeo, confirma, diz que existia um gabinete paralelo.

Esse comportamento de risco que o Presidente estimulou gerou o que alguns pesquisadores, Sr. Tadeu, chamaram de efeito Bolsonaro. O que é o efeito Bolsonaro? Onde mais pessoas apoiavam ou acreditavam no Presidente Jair Messias Bolsonaro, mais pessoas se infectavam e mais pessoas morriam. Presidente que negou a vacina, Presidente que deixou de vacinar milhares de brasileiros antes de iniciar a segunda onda, porque negligenciou a vacina e falou isso publicamente, questionou a eficácia da vacina – ele, o seu comitê científico, ou comitê paralelo, os seus principais assessores. Toda essa desgraceira que o Brasil viveu, toda essa crueldade estava sob o comando do homem eleito pelos brasileiros para conduzir a nossa Nação. O homem que, acima de tudo, deveria proteger a vida, mas expôs os brasileiros a um comportamento de risco, gerou um comportamento de risco e colocou em risco a vida de milhões de brasileiros. Então, é impensável que esse Presidente não figure num relatório desta CPI como praticante de crime contra a humanidade. É impensável!

Mas, depois disso, no meio do caminho, na falta de vacinas, aparece a tentativa de compra de vacinas superfaturadas ou de contratos em que ficaram caracterizadas as... Ou em que se caracterizou a corrupção na tentativa de compras de vacinas que esta CPI interrompeu.

Depois, nós conseguimos, a muito custo, fazer o debate com a sociedade e tornar claro que esse tratamento precoce era ineficaz. Então, a CPI cumpriu um papel muito importante e relevante para redefinir o comportamento da sociedade. Quando esta CPI começou, eram cinquenta e poucos por cento que acreditavam na vacina; depois, passou para 75%; e hoje 96% da população brasileira quer se vacinar. Então, tudo isso foi acontecendo.

Mas a história do senhor, Sr. Tadeu, é uma história que só não sensibiliza quem não tem alma, quem não tem empatia, quem não tem amor, quem não tem respeito pela vida. E nós vimos o que já era de conhecimento nosso. E por isso a nossa gratidão e a gratidão eterna do povo brasileiro a vocês, que tiveram a coragem de vir aqui e falar. Primeiro, a advogada que veio. No dia em que a advogada veio, o Sr. Tadeu liberou o vídeo dele. Mas, quando você veio – a advogada – todo mundo questionava: "Não, mas é a advogada, não é... É alguém segundo, é alguém que está falando por alguém".

E você hoje, Walter, vem aqui e confirma. Mas a sua fala poderia ter algum questionamento, como foi tentado aqui, de que tinha alguma divergência interna dentro da Prevent Senior e que poderia ser algum revanchismo da sua parte. Claro que não! Claro que não! Claro que não! Você aqui foi... De forma direta, de forma clara, você colocou o que aconteceu: você falou da proibição do uso de equipamento de proteção individual. Você aqui falou da prescrição irrestrita do *kit* covid, independente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que as pessoas tinham. Você aqui falou das interrupções de internação em UTI, colocando em cuidados paliativos ou em tratamento paliativo pacientes.

Você aqui falou que quem se beneficia, na hierarquia da instituição, são aqueles profissionais que estão preocupados com o manejo econômico dentro do hospital pra aumentar a renda da operadora do plano de saúde. Por isso, essa verticalização precisa ser mais bem observada, mais bem regulada, tem que ter mais transparência entre quem opera um plano de saúde, quem vende um plano de saúde e a prestação de serviços.

Você aqui falou dos testes terapêuticos que ocorreram na Prevent Senior, mas tudo que você falou poderia ficar na versão ou numa narrativa de um profissional, e viria outro profissional e contaria outra narrativa. Mas nós temos aqui a prova viva – a prova viva – do que aconteceu: o Dr. Tadeu, que aqui não é advogado, aqui é um ex-paciente que não morreu pelo amor das suas filhas, não morreu porque o senhor tinha o respeito das suas filhas. E eu tenho certeza de que, ao longo da sua existência, o senhor sempre as respeitou, cuidou delas. Elas não queriam perder o pai. E elas insistiram, lutaram e garantiram que o senhor estivesse vivo, porque, se fosse pela lógica da organização do plano, o senhor seria mais um óbito não de covid, mas de insuficiência respiratória aguda, de insuficiência renal, de qualquer coisa, menos de covid, porque eles diziam que tinham taxa de mortalidade por covid lá embaixo, eles eram um caso de sucesso. Mas o que a gente viu aqui hoje foi a materialidade. Queriam botar o senhor no cuidado paliativo pra reduzir o custo – olha a crueldade! –, fazendo tratamento precoce...

Medicina não é espaço ideológico. Tem coisas que não devem ser objeto, não podem ser ideologizadas. A Medicina é uma profissão pra salvar vidas. A Medicina é um lugar pra ser exercido por pessoas que têm amor à vida. E a gente não tem visto isso nessa Prevent Senior.

Então, aqui hoje a gente consegue fechar 99,999% dos trabalhos da CPI, dando materialidade a tudo que foi dito aqui: o desrespeito à vida, a criação de um comportamento de risco na população – vou concluir, Sr. Presidente –, o tratamento precoce como uma ferramenta que enganou e engambelou milhares de brasileiros e um plano de saúde que tinha produzido o tal do protocolo junto com esse comitê científico ou comitê paralelo, Presidente Randolfe Rodrigues, que o Carlos Wizard, no vídeo do The Intercept hoje, revelado pelo The Intercept, mostra claramente a ligação do Governo com a Prevent Senior, com alguns empresários – com alguns empresários – que devem estar na lista de investigados porque cometeram crimes contra a humanidade, crimes contra a vida, crimes sanitários.

Então, Sr. Tadeu, que Deus lhe dê muitos anos de vida e que o senhor, quando chegar em casa, abrace as suas filhas e dê todo o amor do mundo que o senhor puder a elas, porque foi o amor delas que salvou a vida do senhor, porque, se deixasse nas mãos destes que compõem essa mentalidade do Governo Bolsonaro, o senhor estaria morto, assim como morreram centenas de milhares de brasileiros por causa desta visão, que este segmento que se diz não corrupto, que se diz tudo, mas que não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dignidade e não tem respeito, nem amor pela vida e não está nesta vida e nessa atividade pública para defender o bem maior de uma Nação, de um povo, que é a vida de seus cidadãos e das suas cidadãs.

Muito obrigado a vocês dois! Vocês coroam o trabalho desta CPI, e a sua sobrevivência nos permite caracterizar todos os crimes que cometeram e que foram perpetrados contra o povo brasileiro e contra a vida dos brasileiros.

Muito obrigado pela presença de vocês! Que Deus os abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Rogério.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, fazer um registro muito breve. Eu me somo à preocupação do Senador Eduardo Girão, eu realmente acho que seria muito importante conduzir as investigações referentes aos 300 respiradores no valor de R$48,7 milhões, que foram comprados e nunca foram entregues pelo Consórcio Nordeste, mas não posso deixar de registrar que a CGU apontou que 4,8 mil respiradores adquiridos pelo Ministério da Saúde não têm comprovação de entrega, o que soma um valor superior a R$273 milhões. Como eu tenho sempre apontado, corrupção não tem cor, não tem partido, não tem ideologia, corrupção é comportamento que, quando não fiscalizado, acontece. Esse é o primeiro registro.

Segundo, cumprimentar o Dr. Walter, o Dr. Tadeu, que estão prestando um serviço importante para a sociedade brasileira. A gente sabe que isso gera um risco pessoal e um desgaste, parabéns pela coragem por enfrentar esse risco. O exemplo de vocês vem incentivando uma série de brasileiros, e são centenas de mensagens, Sr. Presidente, que estão chegando, e eu vou citar apenas uma. Um neto que relata a situação da sua avó que adoeceu com covid no final de maio, que foi atendida na Prevent Senior e não foi internada, que retornou no dia 8 de junho e, por muita insistência da família, foi internada e permaneceu internada até o dia 14, que teve alta, que voltou a passar mal no mesmo dia e que retornou no 15 de junho e, ao chegar no 15 de junho, já recebeu, junto com a sua família, o veredito de quadro irreversível, e foi encaminhada para o tratamento paliativo, que já foi descrito aqui várias vezes.

Esse é o ponto em que eu faço questão de transcrever literalmente o que diz aqui o cidadão que entrou em contato: "A minha avó foi levada lúcida a uma área de enfermaria e foi sedada com bomba de morfina. Em pouco tempo, desligaram os aparelhos de monitoramento de sinais vitais, e a alimentação foi cortada. Agora, eu tenho ciência de que praticaram homicídio triplamente qualificado contra minha avó".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gravidade dessa narrativa impressiona – impressiona. É absolutamente fora de qualquer previsão racional de gente normal que você coloque a questão financeira acima da vida, mas aparentemente foi o que aconteceu não apenas com essa operadora, ainda que, nessa operadora, nós tenhamos um quadro mais grave.

Eu vou fazer apenas uma pergunta, Sr. Presidente, ao Dr. Walter. Em seu depoimento, a Dra. Bruna relatou situações de orientação expressa por redução de oxigênio para pacientes internados em UTI. Eu pergunto se o senhor teve, em algum momento, contato com essa situação, com essa orientação, presenciou ou ouviu falar desse tipo de conduta por parte da direção da Prevent Senior.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Não, eu trabalhava só no pronto atendimento. Então, não tive contato com isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – E nunca ouviu falar também desse tipo de conduta?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Aí já é mais complicado dizer isso para o senhor... Sim, a gente ouviu falar. A minha preocupação é me complicar, mas, sim, ouvi. Sim, a gente ouvia essas histórias lá, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pronto. É só para esclarecimento. Apesar do festival de ignorância que eventualmente nós temos aqui, existe esta testemunha que é a testemunha do ouvir falar, é a testemunha indireta. Isso é absolutamente previsto no Direito, não tem nada de novo, nem o senhor está cometendo nenhuma irregularidade. O senhor está apenas informando que ouviu falar desse tipo de conduta, que vai nesta linha de preservação de recursos, aumento de lucro e homicídio. É inacreditável! Quando você tem uma pandemia, em que se está chegando a 600 mil mortes, são milhões de brasileiros doentes e, provavelmente, com sequelas por conta dessa doença, você saber que uma empresa que deveria receber para preservar a saúde das pessoas adota condutas que atacam a saúde e conduzem à morte é uma coisa que supera os limites brasileiros de absurdo, que são bem elásticos – são bem elásticos!

Então, apenas registrar, Sr. Presidente, a nossa comoção com esta situação, o quanto impressiona, o quanto impacta e o quanto exige de nós todos responsabilidade no relatório, mas não só no relatório, na nossa atividade legislativa. preciso regular muito bem a atuação das operadoras verticalizadas. Não se trata de atacar um modelo de negócios, mas ele precisa ser melhor fiscalizado. Ontem, ouvimos aqui o Presidente da ANS, um indicado político, dentro de um esquema político de ocupação de cargos na saúde por conta de um grupo hoje membro de um partido do centrão, que tem sua atuação espalhada por governos de esquerda e de direita, porque essa turma não tem distinção nem preconceito, o foco é o dinheiro. A gente tem que ter uma atuação mais incisiva nesse sentido, regular melhor esse mercado e garantir de uma forma efetiva o direito do cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

Devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Alessandro, inclusive com um saldo de tempo para os demais colegas. A Mesa agradece a V. Exa.

E só suscitar que V. Exa. toca num ponto que é indispensável constar no relatório final: a regulação deste modelo de negócios verticalizados de planos de saúde. Eu acho que essa é uma das revelações das investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Agradeço a V. Exa. por isso.

O próximo inscrito seria... É a Senadora Soraya, mas me parece que ela permutou com o Senador Jean. Perfeito? Então, Senador Jean Paul Prates. V. Exa. com a palavra. Senadora Soraya, e, depois, concluiremos com o Senador Fabiano Contarato.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Perfeitamente, Presidente.

Eu queria, rapidamente, com o depoente Dr. Walter, primeiro, cumprimentá-los, evidentemente, pela presença aqui entre nós, por essa sessão de depoimentos de fato emocionante e entristecedora para todos nós. Mas, para não trazer mais delongas, até porque quero fazer uma outra colocação aqui sobre a verticalização desse negócio de plano de saúde, queria me concentrar rapidamente nessa questão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que a Prevent Senior encampou, provavelmente sem as devidas cautelas, na terapêutica do covid-19, ao aplicar esses medicamentos que nunca apresentaram resultados científicos.

Os beneficiários, pacientes, familiares, como todos devem imaginar, Presidente, estavam sob a circunstância do chamado estado de necessidade no Direito. E a validade daquele termo que se assina, de responsabilidade, não está apenas na sua assinatura. É preciso que estejam presentes ali a vontade incontroversa do paciente, a liberdade quanto à opção do tratamento, e a consciência acerca de todos os benefícios maléficos e riscos do tratamento, como das implicações de não se submeter ao tratamento.

A pergunta é: quais as orientações que a empresa dava aos médicos e outros profissionais para coleta desses termos TCLE (Termo de Compromisso Livre e Esclarecido)? Como eram colhidos esses TCLEs? Havia esclarecimento de que eles poderiam desistir a qualquer momento? Havia esclarecimento sobre os riscos envolvidos? Porque, aparentemente, para quem é mais incauto a respeito da questão médica e de um plano de saúde desse, esse termo parece uma espécie de desresponsabilização, tipo: olha, assina isso aqui e eu faço o que eu bem entender, o que eu achar, com a minha liberdade médica, e, se a pessoa vier a óbito ou tiver algum problema, você assinou aquilo, eu estou livre da responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que vocês explicassem um pouco isso, tanto como médico quanto como paciente. Mas principalmente, Dr. Walter, iniciando aí, como é isso? Como é que funciona esse termo? Como é que funcionava lá, especificamente?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – É... Eu não sei muito bem sobre o aspecto legal disso, mas... Ou a validade. Mas era uma coisa que a gente era orientado a entregar para o paciente. E o paciente preenchia e assinava. Na maioria das vezes, era um protocolo eletrônico. O paciente recebia um SMS no celular, ele clicava, abria uma página, ele confirmava, e aí esse termo estava assinado. Era uma coisa que era feita dessa forma, na maioria das vezes. Tinha papel também, mas, na maioria das vezes...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dr. Tadeu, a sua versão, como paciente. Chegou para a sua família e era um negócio... Ali no calor da decisão, pessoas morrendo, a confusão... Imagino o inferno de um lugar desse, mesmo não sendo um hospital público, que é bem pior. E aí a decisão da sua família ou a sua sobre a sua própria... Sobre a responsabilidade daqueles que estavam tratando de si.

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor.) – Sinceramente, Senador, eu não fui a fundo em relação a esse documento específico. Acredito que sim, porque me parece que é uma prática do plano ou de outros planos também, para que alguém se responsabilize, no caso, a família.

Mas, como o senhor bem ressaltou, é um momento de estado de necessidade. Se, eventualmente, minha família assinou, eu acredito que foi sem pensar. Então... Mas eu não posso afirmar... Mas eu, quando chegar a São Paulo, vou verificar.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O ponto é este: é difícil a pessoa ter plena consciência numa hora dessas. E é por isso que o termo não deve... Aqui o ponto não é se assina ou não assina, o ponto é que a Justiça, Senador Contarato, depois, não deverá levar em conta esses documentos, porque são documentos feitos simplesmente na pressão de uma situação de vida e morte. Eles não devem sobrepujar o resto que eu mencionei aqui, que é a consciência de que "olha, vou lhe dar esse remédio, ele tem esse e esse risco. É assim, assim, assim. Eu vou lhe dar esse tratamento. Eu vou lhe dar esse cuidado. Eu vou dispensar de tratar dessa forma", enfim.

Em primeiro lugar, o Senador Randolfe não está aqui, mas ele projetou um vídeo, e, na hora, eu comecei a passar mal um pouco aqui, porque é uma espécie de um hino satânico. Eu queria fazer uma digressão rápida aqui, Senador Contarato, sobre essa questão. Vocês talvez não saibam por que o meu nome é francês, por que o meu nome é Jean Paul. Minha mãe fugiu dos nazistas, saiu de Paris... Ela nasceu em Paris e, aos oito anos de idade, ela saiu pela mão da mãe, Jeanne Marie, as duas a pé, de Paris, avisadas pela irmã da minha avó, que era da Resistência Francesa, e disse: "Olha, vocês são uma mãe e uma filha sozinhas, vocês têm que ir embora daqui, porque os nazistas estão entrando em Paris".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E elas saíram a pé de lá. Então, elas foram pra Portugal, onde o pai da minha mãe, que não era casado com minha avó, as acolheu e, obviamente, cuidou delas, enfim... A história podia ser bem mais triste do que isso, mas de fato esse é um trauma que muitos imigrantes, inclusive brasileiros, carregam certamente; dos dois lados inclusive, porque há imigrantes alemães que nunca toparam o nazismo e que vieram pra cá. Não são só os nazistas que fugiram pra cá, há muito mais alemães que vieram pra cá e se estabeleceram justamente por não concordar com esse regime.

Eu já disse duas ou três vezes aqui, e por uma vez tentaram distorcer as minhas palavras, que eu tenho nojo, asco, repugnância verdadeira pelos falsos patriotas. Como a fala do Senador Randolfe foi exatamente a respeito disso, eu faço minhas as palavras dele a respeito de falsos patriotas e a respeito de patriotismo.

Patriotas são vocês, que não precisam se enrolar em bandeira, nem ser usuário de camisa da CBF. Poderiam até ser, não há problema nenhum nisso, mas patriotas se medem pelas atitudes que vocês tiveram. E quero parabenizá-los também por fugirem do nazismo, principalmente o Dr. Walter. Como a minha mãe, Walter, você fugiu a pé dessa seita. Aquele hino ali me deu engulhos. Ainda bem que não tinha as imagens, porque as imagens deveriam ser terríveis, pessoas fazendo saudação... Eu não quero imaginar o que seja isso. Apesar de eu não ter nascido na época, eu sei exatamente o que a minha mãe passou e contava, de ter que ser criada fora do seu país, nunca mais ter voltado, só depois de mais velha, e ter que sair a pé com medo de um regime nazista, que fazia experiência com pessoas, que usava eugenia e preconizava que achava que tinha o direito de dispor sobre a vida e a morte das pessoas, porque eram superiores.

E o que mais me espanta – Senador Randolfe, obrigado por voltar, eu estava fazendo referência à reprodução do vídeo e à sua fala e fiz minhas as suas palavras em homenagem à minha mãe principalmente e à minha avó – é que vejo gente por um lado defendendo o direito de defender o nazismo – vi agora recentemente um jornalista fazendo isso na televisão. E o que mais me causa arrepio é que talvez essas pessoas... Eu vi, o Sr. Tadeu agora na situação de fraqueza que um consumidor ou paciente tem diante de estruturas como esta: quase foi assassinado, Senador Randolfe, por esse plano de saúde e acabou aqui quase elogiando o plano, dizendo que trata-se de uma estrutura... Elogia a estrutura do plano Prevent Senior, ainda depende dela – o senhor disse: "Ainda dependo dela, ainda preciso dessa estrutura". Talvez, se o senhor migrar agora pra outro plano, não tenha condição de fazer a migração, por isso está elogiando o plano. Ou seja, essas pessoas nazistas estão operando agora, neste momento, *as we speak*, neste momento. Eles estão lá fazendo sabe-se lá o quê? Talvez com menos veemência, com menos virulência, mas estão lá essas mentes doentias, nazistas estão neste momento operando um plano que nós não conseguimos ainda – claro, porque temos prerrogativas limitadas aqui – estagnar, exterminar, pra usar um verbo bem cabível neste caso, exterminar esse tipo de plano com esse tipo de gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso me preocupa porque isso é urgente. Essa lorota de conversinha de Consórcio Nordeste sem prova nenhuma, sem nada, um Presidente que abre uma sessão da CPI e já diz o veredito... Aqui não aconteceu isso, eu não vi, em momento nenhum, o Presidente Randolfe e o Presidente Omar Abdel Aziz, imigrante também, darem vereditos antes, dizerem: "Tenho provas e houve roubo, tenho isso e houve aquilo", e cadê? Então, isso não é... Urgente é estagnar esse tipo de coisa aqui.

E aí quero fazer uma colocação rapidamente, aí um pouco do ponto de vista técnico. Nós vimos aqui relatos alarmantes que colocam em dúvida nosso sistema de saúde suplementar. Essas histórias escabrosas que nós ouvimos hoje podem ser apenas a ponta de um *iceberg*, com um grande contingente de afetados por práticas médicas antiéticas e políticas empresariais agressivas que tratam a saúde do cliente, do cidadão como um obstáculo para a manutenção das suas receitas.

Eu entendo particularmente que há dois aspectos essenciais a serem aclarados aqui, Senador Randolfe, do ponto de vista técnico, de regulação desse setor. Um é a verticalização. A estruturação de um sistema de saúde verticalizado, com operadoras congregando todas as etapas do atendimento médico, permitiu o acobertamento de práticas criminosas que ameaçaram a vida de pelo menos um brasileiro que está aqui, o Sr. Tadeu, mas provavelmente de milhares de pessoas em igualdade de condições.

Quando cuidados paliativos são usados pra reduzir gastos, claramente estamos diante de uma inversão de prioridades. A verticalização, de fato, gera economia, mas também diminui etapas pra que os envolvidos constatem equívocos ou impropriedades. Todas as etapas do atendimento médico ficam sob uma única fiscalização e de uma única responsabilidade que pode omitir falhas e, no caso presente, crimes.

É evidente a omissão da agência reguladora responsável, a ANS, que não cumpriu seu dever de fiscalizar. Como tenho dito aqui reiteradamente neste Senado, o enfraquecimento e o aparelhamento das agências reguladoras compõem um cenário de sabotagem do Estado brasileiro, com um prejuízo imenso para os cidadãos. E essa é uma atividade que é diferente de petróleo, energia: aqui é vida, diretamente.

Portanto, é preciso, nesse primeiro ponto, averiguar, apurar responsabilidades, punir quem não cumpriu o seu papel e, se for o caso, Senador Randolfe, proceder às alterações legislativas necessárias, Senadora Soraya. Cabe a nós legislar, aprender e legislar.

O segundo aspecto – e aí é bem sensível, eu sei, mas tenho que entrar nele – é o Conselho Federal de Medicina. Esse é outro envolvido numa trágica ocorrência, como essa e essas, que passou de uma instituição representativa de classe para um balcão governista que empenhou a saúde do povo pra satisfazer a ideologia governante, Senador Contarato. Está mais do que provado que o argumento da suposta autonomia do médico não existe, é uma quimera. Em alguns casos, como o relatado hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claramente o profissional médico era coagido a receitar medicamentos sem eficácia, desprovidos de qualquer suporte de quem devia protegê-los. O depoente, Dr. Walter, nos apresenta que a autonomia médica já era uma questão dentro da Prevent Senior antes da pandemia, e o contexto de uma pandemia somente intensificou essa gestão de recursos baseada no dinheiro e não na vida. Em outros casos, como já relatado antes, profissionais receitaram medicamentos sem eficácia embasados em fundamentações pífias e sem amparo técnico de protocolos assentados em estudos científicos. Ressalte-se que até hoje, com mais de ano e meio de pandemia, não houve, por parte do CFM, uma condenação inequívoca do uso de vermífugos e outros medicamentos inadequados para o tratamento da covid-19. A omissão do conselho e dos conselhos regionais, porque alguns entraram nessa campanha também, inclusive o nosso, do Rio Grande do Norte, terá consequências duradouras. Viola-se a confiança que naturalmente deveria existir entre paciente e médico. Como o paciente pode confiar ao se descobrir, por meio desta CPI, que tantos profissionais arriscaram vidas, mas, em alguns casos, condenaram à morte familiares e pessoas queridas por interesses econômicos ou simples subserviência à ideologia do Presidente da República?

Portanto, cabe a este Senado Federal, a partir dos escombros desse desastre humanitário, fortalecer as instâncias de controle pra assegurar que essa ignomínia, ou todas essas ignomínias que ouvimos aqui, hoje e antes, não se repitam.

Presidente, muito obrigado. Eu vou me reservar àquela réplica sobre o Consórcio Nordeste para um outro momento no Plenário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Teria V. Exa. esse direito.

Eu queria só reiterar o que foi dito por V. Exa. Acho que o Brasil todo que está assistindo a esta CPI no dia de hoje teve, nestes dois cidadãos aqui, exemplos do que é ser patriota. É muito mais do que usar uma camisa ou levantar falsamente a bandeira: é ter coragem pra defender o seu País. Eu os cumprimento.

Senadora Soraya, a palavra está com V. Exa. Depois, Senador Fabiano e, por último, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se o Senador Jean Paul quiser uma parte do meu tempo, eu concedo, justamente para essa réplica. Não me importo, não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, mas eu acho que S. Exa. disse que vai fazê-lo no Plenário daqui a pouco.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A palavra está com V. Exa., Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Imagina.

Sr. Presidente, quero saudar os depoentes de hoje, Sr. Tadeu Frederico de Andrade e Dr. Walter; a Dra. Bruna... A doutora? Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... Dra. Priscila. Sejam bem-vindos.

Eu gostaria de começar a minha fala com um texto, com a letra de uma música. Gostaria que o Brasil ouvisse. Atentai, Brasil! A letra é a seguinte, Jean Paul:

Nascemos para trilhar
Um caminho a desbravar
Nascemos para viver
De lutas até morrer

E juntos nós estaremos
E juntos nós venceremos
Com espadas e com canhões

Nós somos os guardiões
Nós somos os guardiões
Nós somos os guardiões
Nós somos os guardiões

O meu lema é teu escudo
Tanto faz na luz ou no escuro
E você como eu

De nunca dizer adeus
E juntos nós estaremos
E juntos nós venceremos
Com espadas e com canhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos os guardiões
Nós somos os guardiões
Nós somos os guardiões
Nós somos os guardiões.

Eu desconheço a autoria dessa música ou desse poema, mas o senhor conhece a autoria, Dr. Walter?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO (Para depor.) – Eu não tenho certeza, mas acredito que seja da banda de rock dos donos da Prevent Senior, não é? Acredito que a composição... Então, eles cantavam, mas acredito que a composição seja deles, não sei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Brasil, essa é a letra do hino. Este é o hino. Eu sou péssima para cantar, não me atreveria jamais, porque aí, Dr. Tadeu, o senhor ia morrer de tristeza de me ouvir cantar, tamanha minha capacidade de desafinar. Mas essa é a letra do hino.

Então, isso nos impressiona. Eu, neta de alemães, meu avô... Perdão, meu avô é alemão, de Berlim. Vieram no começo do século, mas sempre foram completamente contra o regime nazista, sempre foram contra. Alemães. Então, o que o Senador Jean Paul colocou aqui a nossa família sempre acompanhou durante o período nazista, porque eles chegaram aqui antes de 1920, mas sempre acompanharam, é óbvio. Então, isso dói muito. A gente sabe a situação que viveram. Só que o momento que nós estamos passando vai ficar na história. Josef Mengele teria inveja de certos cientistas que nos envergonham. E a gente nunca pode generalizar.

Eu quero aqui agradecer a presença dos senhores.

Quero também fazer uma pergunta pro Dr. Walter primeiramente: anamnese, Dr. Walter, é um ato privativo de médico?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Acredito que sim, mas eu talvez... Não saberia dizer legalmente se seria ou não, mas eu acredito que sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Dentro de uma rotina hospitalar, quem é que faz a anamnese ali no atendimento do dia a dia? É o enfermeiro ou é o médico?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Se não for naquele modelo que eu disse, sim, o médico, não é? Mas, se for no modelo do acolhimento, a anamnese é feita pelo enfermeiro, que vai, depois, só passar o caso para o médico, e o médico vai dar sequência no atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E aí é acolhimento, Brasil.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Mas eu acredito, sim, que outras... Não, não tenho certeza. Eu prefiro não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De repente, um fisioterapeuta, um dentista pode fazer, mas o médico... O enfermeiro, ele assessora, não é?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – É, mas eles fazem uma anamnese, talvez, também, mas eu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Prévia, não é?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – A questão é que, nesse caso, eles estão logados ali com *login* e senha do médico, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que nós temos aqui em termos de documentação é muito sério. É importante que o Brasil compreenda... Às vezes, muitas pessoas acompanham somente uma parte do depoimento – graças a Deus, os brasileiros trabalham, não é? Muita gente trabalha, então, às vezes, acompanha apenas uma parte – e não conseguem entender o contexto das nossas falas, das nossas perguntas. Mas fora deste momento aqui a que as pessoas têm acesso, dessa cobertura ao vivo que estamos tendo, existe todo um trabalho por trás pra ancorar este momento aqui.

A documentação que esta CPI tem é muito farta. Por trás de muitas perguntas que nós fazemos, nós temos aqui documentos e mais documentos comprovando. É óbvio que, em 15 minutos, nós não podemos falar tudo. Muitas documentações estão sob sigilo, e a gente sabe que este momento aqui está aberto para todas as pessoas. Então, quando nós fazemos certas indagações ou certas afirmações, é bom que as pessoas saibam que nós sabemos muito mais. Nós temos uma informação privilegiada que as pessoas aí fora não têm.

Então, às vezes, certas críticas vêm de uma forma que parece que a pessoa sabe mais do que a gente sabe aqui. É impossível, não é? É impossível! Nós estamos estudando toda essa documentação e fazendo o cotejo dos depoimentos com os documentos para termos certeza ou não, para buscarmos nos aprofundar em certo tema, enfim, uma série de coisas. Hoje o discurso político está muito raso, e as pessoas afirmam com tamanha categoria, sabe? Mas não sabem o que nós temos em mãos. E o que nós temos em mãos é muito sério, é muito sério.

Então, nós temos aqui, dentre muitos documentos, ameaças em grupos de WhatsApp, ameaças a médicos, questões... Aqui, olha só, tem uma pessoa que diz: "Acredito que todos [um líder lá da Prevent] neste grupo, ao realizarem entrevista, foram apresentados ao conceito de lealdade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

obediência e sua importância na empresa. É inadmissível que acusem o guardião [guardião, do hino lá que vocês acabaram de escutar] de 'ameaçar' [entre aspas] por cobrar que sua equipe trabalhe adequadamente e, mais ainda, sugerir falta de ética por isso". O trabalhar adequadamente é atender um paciente a cada 12 minutos, é uma das questões, ou deixar o seu nome logado no sistema para que outras pessoas tenham acesso e trabalhem no sistema com o seu *login*.

Até mesmo aqui a gente pode verificar, da acusação que foi feita ao Dr. Walter sobre ter entrado no sistema, na documentação, no prontuário médico, perdão, do Dr. Anthony Wong e da mãe do Sr. Luciano Hang, que foi ele que acessou. Mas aí nós temos uma documentação que nos prova o seguinte: que.... (*Pausa.*)

Estou tentando achar aqui, é muita coisa. Quantas pessoas tiveram acesso a esse documento? Cento e tantas... 122 médicos.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Cento e vinte e três, eu acho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Cento e vinte três médicos tiveram acesso à documentação, ao prontuário médico do Dr. Anthony Wong.

Não 123 médicos, mas 123 funcionários, entre médicos...

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Cento e vinte três profissionais de saúde que o atenderam.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Profissionais, isso.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E na Sra. Regina, quantos?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Acho que 44. Eu acho, não me lembro bem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, todas essas pessoas tiveram acesso.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor é que está sendo acusado. Vai vendo, Brasil, vai vendo. Vai vendo!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo, vai vendo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E aí, nós temos algumas questões. O tempo não permite, mas eu separei aqui.

Acolhimento, que a gente já sabe. O acolhimento é quando os enfermeiros fazem a triagem, fazem a anamnese e aí já entregam o *kit* covid, enfim.

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Isso me parece que funciona em outras operadoras de uma forma diferente. Eu já ouvi algumas pessoas falarem que funciona bem, eu não tenho certeza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Seria aquela questão de apenas aferir a sua temperatura, medir pressão, aquela parte preliminar?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Isso seria a triagem, né? Seria uma triagem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Seria uma triagem. Não é um acolhimento, não é?

O SR. WALTER CORREA DE SOUZA NETO – Eu não conheço o outro modelo, de fato, mas só posso dizer que lá era de uma forma que me parece bastante regular.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Olhe só, olhe só aqui. Orientações dadas em grupos de Whatsapp da Prevent Senior: "Tanto os enfermeiros quanto os médicos têm acesso às mesmas filas para o atendimento. Por isso, não existe a necessidade de ficar trocando o login do *fast track* entre enfermeiros e médicos para seu atendimento".

E aí vamos lá. Outras: "Durante a troca de plantão médico, verifique se a anamnese está sendo feita no Tech do médico que acabou de entrar, e não do médico que saiu da unidade".

Olhe a confusão. Onde que está... Onde é que a gente vai ter aí a responsabilidade civil do médico? Sendo que você também coloca o teu nome ali e fica disponível de uma forma impressionante. Isso é o tipo de coisa que não pode acontecer, e isso deve estar acontecendo em outros lugares também.

Olhe só: aqui está Dr. Rafael Souza, diretor da Prevent: "Pessoal, bom dia. Eu e Dra. Carla Guerra alinhamos agora com a Juliana, farmacêutica, que a partir das 13h de hoje cada consultório do PS deverá conter 15 *kits* de tratamento com hidroxicloroquina mais azitromicina. O médico irá entregar diretamente para o paciente, facilitando assim a dispensação. O médico deverá imprimir a receita em duas vias...". Enfim, era a receita do bolo.

Mais ainda: "Bom dia. Por favor NÃO INFORMAR o PACIENTE ou o FAMILIAR [Dr. Tadeu] sobre a medicação e nem sobre o programa".

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE – Não informar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não informar, 25 de março de 2020. Está aqui, dentro de um grupo:

> Iremos iniciar o protocolo de HIDROXICLOROQUINA+AZITROMICINA pra uma gama de pacientes ambulatoriais que preencherem critério.
> Todos os casos que forem suspeitos [suspeitos, não confirmados] de COVID-19, portanto aqueles obrigatoriamente com tomografia sugestiva [sugestiva] atendidos nos Pronto Atendimentos, que forem liberados para residência [liberados para residência], devemos enviar o nome completo e a matrícula pro Dr. Fernando Oikawa que está na teletriagem pra avaliar se o paciente preenche critérios pra entrar no programa da medicação.
> OBS: Por favor, NÃO INFORMAR O PACIENTE ou FAMILIAR, sobre a medicação e nem sobre o programa.
> Qualquer dúvida, estou à disposição.

Então, nós temos aqui uma gama infinita – infinita – de documentos que nos deixaram absolutamente estarrecidos.

Algo que eu queria deixar aqui, por fim, é que eu questionei o Sr. Luciano Hang se ele havia pedido a retificação do atestado de óbito de sua mãe, e aí a resposta que me foi dada foi a seguinte: não é necessário porque o documento que nós descobrimos internamente no hospital diz que, sim, ela morreu de covid, e isso foi informado, como uma doença de notificação compulsória, aos... ao Ministério da Saúde, enfim.

Bom, porém, nós não temos acesso, nós brasileiros, todos os brasileiros não temos acesso a esses documentos internos dos hospitais. O documento a que nós temos acesso, o documento que tem fé pública é o atestado de óbito. Então, não exime da obrigação – é uma obrigação! – de retificação do atestado de óbito dessas pessoas. E o mais interessante: se, pelo jeito, a Prevent Senior reconheceu internamente que Anthony Wong e Regina Hang faleceram de covid, eles mesmos deveriam fazer a retificação, porque o médico da unidade hospitalar é que assina um atestado de óbito. Então, eles mesmos deveriam fazer, porque nós temos um documento público falso. Então, não faz sentido simplesmente deixar esse documento nessa situação.

Eu gostaria aqui de agradecer a coragem de V. Exas. de se colocarem aqui à disposição do Brasil e à disposição da verdade, com "v" maiúsculo – "Verdade" –, porque até a verdade ficou banalizada ultimamente, em nome de Jesus. Em nome de Jesus, a verdade foi banalizada neste País.

Então, isso dói profundamente, e eu não vou me deixar doer. Graças a Deus, Deus não levou nenhum parente meu – peço mais um minutinho, Presidente, para eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não levou, mas eu não esperaria levar para me indignar com o que certas pessoas estão fazendo: cobaias! Fazendo seres humanos de cobaias!

O senhor teve sorte. Muitos não tiveram. E aqueles que não tiveram sorte... Eu quero aqui lembrar do nosso saudoso Major Olimpio, do nosso saudoso Senador Arolde, Senador Maranhão; a Luciana, esposa do meu assessor Marcos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... que deixou um bebê – o Matheus vai ser criado sem a mãe, o Gabriel perdeu a mãe –; Luiz Maurício Mendonça de Faria, amigo meu de adolescência, irmão da minha comadre Giuliana Mendonça de Faria. Essa dor nós vamos levar e vamos carregar, mas é impressionante como a gente vê pessoas que não perderam ninguém ou pessoas que perderam, sim, mas são frias...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Perderam a mãe.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... chegam a fazer piada. Então, não são só aquelas pessoas que perderam seus entes queridos, não. É impressionante a situação de banalização do mal que nós estamos vivendo.

Então, vocês que não se deixaram abalar nem tiveram medo de enfrentar... E a melhor maneira de enfrentar é dar publicidade. Aí vocês estão mais protegidos. Tenham certeza disso. Se cair uma unha do Dr. Walter, nós temos pelo menos um indício de quem pode ser.

E que os demais médicos também tomem essa coragem. Isso não está acontecendo somente na Prevent Senior, não... Vocês podem ter certeza de que tem muita gente aí abusando de uma forma impressionante. Muitos médicos começaram a adquirir fama, fazer *lives* e cobrar uma fortuna por dia de atendimento. E aí a coisa andou, no Brasil, em todo o nosso País, de uma forma impressionante. Então, hoje a gente até vê pessoas mais cautelosas, por quê? Nós aqui defendemos, sim, a autonomia médica, o que nós não podemos defender é algo assim, essa receita de bolo.

Sr. Tadeu, ainda bem que o senhor, como outros, está vivo para contar essa história pra todos nós. Obrigada pela sua coragem.

Doutor, Dra. Bruna, Dra. Priscila, muito obrigada.

Parabéns, Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Creio que será o nosso último ou penúltimo dia de depoimentos, mas saibam todos vocês que o que nós temos de documentação aqui é muito maior do que o que foi revelado nessas inúmeras horas de depoimentos – é muito maior. E eu tenho certeza de que, a partir daqui, a bola será passada para o Ministério Público... O Ministério Público, já estou até preocupada, viu? Porque, depois dessa PEC 5... Ninguém também está ligando pra essa PEC 5, de 2021, diminuindo a autonomia do Ministério Público, que é outra coisa com que ninguém se preocupa mais, infelizmente, mas isso me preocupa. De repente, vão cortar a autonomia do Ministério Público pra processar as pessoas que forem indiciadas no relatório final desta CPI.

Enfim, é terrível o momento que estamos vivendo. Que Deus nos abençoe profundamente, porque nós precisamos! Se Deus é brasileiro, tem que colocar o olho aqui sobre todos nós, porque está na hora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

Às vezes, nem sempre os últimos são os primeiros. Nós temos o Senador Fabiano Contarato e a Senadora Zenaide.

Eu fui advertido do início da Ordem do Dia, mas não posso deixar de concluir o depoimento de hoje do Dr. Tadeu e do Dr. Walter sem ouvir V. Exas.

Peço que possam usar, se possível, até menos que os 15 minutos. Obviamente, esta Presidência fará tudo pra garantir a palavra de V. Exas.

Meu querido amigo que muito já orgulhou esta Comissão Parlamentar de Inquérito em um histórico desabafo, depoimento e desagravo à luta contra a intolerância neste País, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Saiba da admiração e do respeito por V. Exa. Eu o considero um brilhante Parlamentar, um amigo querido que muito dignifica este Senado Federal. Assim como eu vejo aqui a Senadora Soraya, o meu querido Jean Paul...

Quero agradecer o comparecimento do Sr. Tadeu e do Sr. Walter.

Esses dias, eu ouvi, Sr. Presidente, um jornalista que soube muito bem definir a função de um Parlamentar. Ele disse que a função de um Parlamentar é usar a palavra pra explicar o Brasil ao Brasil. Essa é a função do Parlamentar, essa é a função que nós temos que ter, daí a imperiosa responsabilidade dos nossos atos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu vejo um Senador utilizando o seu tempo para falar ao Brasil da utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica, essa é uma responsabilidade, porque nós temos que defender a ciência, jamais essa medicação sem nenhuma comprovação científica.

Então, explicar o Brasil ao Brasil, eu vou tentar, humildemente tentar fazer algumas colocações.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem três objetivos. Ela é assinada por um terço dos seus membros de Senadores, tem um fato determinado e tem um prazo certo. Isso está previsto no art. 58, §3º, da Constituição Federal.

A CPI já deu uma contribuição muito grande para a população brasileira. Se não fosse a Comissão Parlamentar de Inquérito, o Governo Federal não teria corrido para vacinar a população e mais pessoas teriam pago com a própria vida. Se não fosse a Comissão Parlamentar de Inquérito, nós teríamos a efetivação de contratos bilionários. A CPI tem um papel. A CPI jogou luz na função do Senado, a população começou a conhecer quem são os Senadores que representam, que fazem esse Brasil um Brasil melhor, quem são os Senadores que estão efetivamente defendendo a ciência, defendendo aquilo que é o principal bem jurídico, que é a vida humana. A CPI tem esse valor.

Só que imaginava-se que a Comissão Parlamentar de Inquérito fosse apenas buscar a omissão do Governo Federal, dos seus secretários e ministros.

Fatos: o Presidente apostou no tratamento precoce. Crime de charlatanismo.

Fato: o Presidente apostou na imunidade de rebanho. Isso é crime de pandemia qualificada, isso é crime hediondo.

Fatos: foi provado aqui que os Ministros da Saúde não tinham autonomia no Ministério da Saúde, tinha um gabinete paralelo. Não existe gabinete paralelo na estrutura do Estado democrático de direito. Crime de usurpação de função pública.

Fato: a CPI provou que o Governo Federal recusou 101 ofertas da Pfizer. Prevaricação, crime, 319.

Fato: a CPI também provou que os nossos irmãos em Manaus morreram por falta de oxigênio. Isso não se faz.

A CPI está provando irregularidades no contrato da Covaxin, corrupção passiva, que nem precisa... Quando eu vejo Senadores falando aqui que precisa da obtenção da vantagem, não sabem nem a diferença de um crime formal para um crime material. Basta solicitar, já está consumado o crime. É um fato, e contra esses fatos não há argumentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI provou, e provou de forma contundente, que o Presidente não faz uso de máscara, é contra o distanciamento social, é contra a utilização de álcool em gel. Isso é crime de infração administrativa previsto no Código Penal.

É preciso explicar através da palavra, mostrar o Brasil ao Brasil, porque o principal bem jurídico, e isso eu aprendi no banco da faculdade, é a vida humana, é o respeito à integridade física e à saúde, e é necessário que a população entenda a responsabilidade do Governo Federal no agravamento da pandemia, porque nós já estamos chegando a 600 mil pessoas que perderam suas vidas. E quanto vale uma vida humana?! São 20 milhões com sequelas irreparáveis!

A vida humana não é uma pauta de ideologia de esquerda ou de direita, a vida humana não é uma pauta de Governo ou de oposição. A vida humana é uma garantia constitucional. Isso não sou eu que estou falando, são os arts. 6º e 196 da Constituição Federal – está expresso quando diz que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado. Isso é um fato, isso é um fato incontestável que nós devemos estar aqui falando diuturnamente.

Mas, agora, a CPI jogou luz para um fato que eu jamais poderia imaginar que eu iria presenciar. Um hospital chegar ao ponto de determinar prazo de permanência em UTI e, depois, deixar esses pacientes à própria sorte com tratamento paliativo?! Isso é crime de homicídio qualificado com recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima – está lá no art. 121, §2º, do Código Penal –, que é crime hediondo! E, para quem sobreviveu, como o senhor que está aqui, isso é um crime de homicídio qualificado por esse recurso que torna impossível a defesa da vítima na forma tentada, porque não se consumou por circunstâncias alheias à vontade deles! É necessário – e eu faço um apelo – que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, efetivamente, atribua responsabilidade não só do Presidente da República, mas de quem, de qualquer forma, tenha concorrido para a prática de todos esses crimes.

Eu jamais poderia imaginar que você ia dar entrada no hospital com o CID, código internacional da doença, da covid e que depois seria alterado isso! Isso é crime de falsificação em documento público. E quem usou o documento é uso de documento falso! Nós não podemos permitir isso. É preciso explicar isso ao Brasil. O Brasil tem o direito de saber isso!

E volto a falar: isso não é uma pauta de um partido A, B ou C, essa é a pauta de quem luta para preservar o principal bem jurídico, que é a vida humana e o respeito à integridade física e à saúde. Não é à toa que, quando abrem alas do Código Penal, ele começa nos crimes contra a vida, porque o principal bem jurídico é a vida. Ele não começou com os crimes contra o patrimônio, mas foi com os crimes contra a vida: homicídio, induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, infanticídio e aborto.

Mas é preciso que esta CPI dê uma resposta e que nós tenhamos o comprometimento de também... Eu espero que o Procurador-Geral da República tenha como bíblia a Constituição da República Federativa do Brasil, que ele saiba que ele é o guardião da espinha dorsal do Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democrático de direito, que é a Constituição da República Federativa do Brasil. Eu queria muito que a Procuradoria-Geral da República tivesse uma atuação mais contundente durante esta pandemia, porque é uma instituição de extrema importância para combater toda e qualquer forma de conduta ilícita, ilegal.

E eu quero aqui fazer esta minha explanação neste sentido hoje: buscar, Sr. Presidente, agradecer aos senhores que aqui tiveram a coragem... Porque eu costumo falar que ser cidadão não é apenas viver em sociedade, mas é transformar a sociedade. O que eu, o que nós, o que vocês estão fazendo para transformar a nossa sociedade numa sociedade mais justa, fraterna, igualitária, inclusiva e plural? É isso! É necessário que a gente faça essa autoanálise, essa percepção, é necessário que nós... O senhor fez um juramento quando fez um curso de Medicina. Nós temos uma responsabilidade, os Senadores têm uma responsabilidade aqui, nesta Casa.

Então, eu espero efetivamente que esta Comissão Parlamentar de Inquérito individualize a conduta de cada pessoa, de quem de qualquer forma tenha concorrido para esse agravamento da pandemia.

E volto a falar: quando eu atribuo a responsabilidade do Presidente da República, é porque quem detém a pessoa jurídica de direito público externo, que tem legitimidade para celebrar contrato na aquisição de vacinas e insumos é o Estado brasileiro, através do Presidente e dos seus ministros. E quando ele se omite, o Código Penal é claro quando diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha, por lei, a obrigação de proteção, vigilância e cuidado, e essa é a obrigação do Estado brasileiro: preservar a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde. E se o Presidente opta por não adquirir vacina, ele está dando causa ao nexo causal entre a conduta e o resultado, entre a inação dele e o resultado. Impõe-se a condenação, impõe-se a responsabilidade!

E digo mais, a ação dele é dolosa, porque o conceito de dolo do Brasil está expresso no art. 18: diz-se o crime "doloso, quando o agente quis o resultado". Foi adotada aí a teoria da vontade. Dolo é intenção. Mas o legislador foi sábio. Desde 1940, Senador Jean Paul, ele usa uma conjunção alternativa "ou": "ou assumiu o risco" de produzir o resultado. O Presidente é responsável por ação e por omissão. E por dolo. Seja dolo direto, seja dolo indireto. E quem, de qualquer forma, tenha concorrido por isso, deve ser responsabilizado. Isso não sou eu que estou falando, é o Código Penal, quando trata do concurso de pessoas ou codelinquência, ou concurso de agentes, expresso no art. 29: "Quem, de qualquer [...] [forma], concorre para o crime incide nas [mesmas] penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade".

Essa CPI já deu uma resposta muito positiva à população brasileira. Eu tenho muito orgulho de estar nessa legislatura com colegas como o Senador Randolfe, como o Senador Jean Paul, a Senadora Soraya, a Senadora Zenaide, tantos Senadores que estão aqui na defesa intransigente do verdadeiro Estado democrático de direito, porque, como teve grande repercussão aquela minha fala, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Randolfe, aquela fala, se eu me omitisse aqui, a minha omissão seria um ato de covardia porque, no meu local de fala, eu estaria negando vez e voz a tantas famílias que sofrem o que eu sofri.

A omissão dos senhores seria um ato de covardia, talvez não com a sanção penal ou jurídica; mas pior do que uma sanção penal é uma sanção moral, essa sanção moral que a gente se cobra: eu poderia ter feito, agido, para impedir que 599.414 brasileiros e brasileiras pagassem com a própria vida.

Eu queria entender se essas pessoas têm efetivamente consciência do mal que fizeram ao País. É só isso que eu queria entender.

Finalizo com uma frase de um poeta de que eu gosto muito, que é Thiago de Mello, que ele diz o seguinte, que nós não temos caminho novo, o que temos de novo é o jeito de caminhar. E é esse jeito novo de caminhar com que eu quero sempre estar aqui, dentro do Senado, implementando, junto com os meus pares, para construir aquele Brasil que eu sonho: igualitário, justo, fraterno, inclusivo e plural.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cumprimento e agradeço V. Exa., Senador Contarato, inclusive pelos momentos que V. Exa. tem proporcionado a essa CPI. Essa CPI se tornou não somente um grito de basta aos crimes da pandemia; através de V. Exa. se tornou também um grito de basta à intolerância.

Para concluirmos o depoimento de hoje, é com enorme satisfação que eu ouço essa assídua – vamos tratar assim, como assídua – membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Querida Senadora Zenaide, é com enorme satisfação, enorme honra que todos nós lhe ouvimos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Randolfe, o que nós assistimos hoje do Sr. Tadeu e do Dr. Walter é muito perturbador.

Por isso que eu já queria propor aos senhores da CPI que se criasse uma espécie de observatório parlamentar para acompanhar as providências que serão tomadas pelas autoridades com relação aos que foram indiciados, tiveram proposto o indiciamento por esta CPI, porque o que a gente ouviu hoje, sem falar de tudo que já foi dito... Este é um Governo que queria mesmo era matar as pessoas. No Congresso, nós precisamos continuar observando, dando continuidade a essas investigações e punindo os responsáveis, Sr. Presidente Randolfe.

Eu queria dizer aqui que algo me chamou a atenção: eu sei que a Prevent Senior queria ter lucro além de (*Falha no áudio.*) ... mas eu me pergunto – é só uma pergunta, gente – será que... a gente sabe que eles tinham, o Diretor-Executivo da Prevent tinha uma ligação direta com o gabinete paralelo, com a Dra. Nise Yamaguchi. O Governo Federal ousou ao ponto de financiar, de entregar esse volume de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidroxicloroquina para a Prevent Senior quando viu que ela era uma grande aliada. E nós sabemos que eles compraram e fabricaram, em laboratórios, a hidroxicloroquina, que leva anos se a gente fosse usar na indicação correta. É uma pergunta que não quer calar, porque eu sei que visaram (*Falha no áudio.*) ... mas esse fanatismo, esse fanatismo, como o Randolfe e o Senador Jean Paul mostraram, a gente sabe esse tipo de comportamento... Infelizmente, a gente ainda vê Parlamentares que tem esse mesmo fanatismo em defesa de algo indefensável. É um Governo e seus apoiadores que não defendem a vida.

Agora, como o Dr. Walter mostrou e como o nosso Dr. Tadeu Frederico mostrou pra população brasileira, não só pra gente, a fragilidade com que os pacientes que chegavam com o covid eram tratados... Vocês sabem que o que a ciência mais prega hoje é que o genoma é a gente tentar descobrir medicamentos específicos para cada pessoa. Como é que um médico, e o Dr. Tadeu sendo meu colega, sou médica da universidade, alguém pode padronizar, botar num saquinho o medicamento numa consulta *online,* por telefone*,* padronizar (*Falha no áudio.*) ... Randolfe, que eles não faziam mais a prescrição, porque, como eu sou médica, muitos anos de serviço público, muita gente ligava pra mim pra perguntar.

Então, esta CPI veio salvar a vida. Esses Parlamentares que tiveram a coragem de se unir... E vamos descobrir a ação e a omissão deste Governo, que repente a gente descobre que é muito mais grave do que a gente pensava.

Que essas mais de quase 600 mil – que eu acho que hoje completa o óbito –, hoje nós temos certeza, como sempre desconfiamos aqui, que foi por ações e omissões de um Governo que se uniu com um grupo pra defender a morte, contra a ciência e para dificultar a compra de vacinas e ainda descobrimos – e isso dói bastante – que não comprou vacina porque queria negociar uma vacina que não estava autorizado pela Anvisa, não existiam essas vacinas e ele se empenhou, ainda empenhou um 1,6 bilhão. Quando eu vejo...

Eu não vou perguntar nada a esse senhor. Eu quero aqui agradecer e pedir desculpa aos senhores se alguém os ofendeu aqui como a gente vê, com fanatismo. Esse fanatismo, Dr. Walter, que o senhor viu lá na Prevent Senior, o senhor vê aqui também. Graças a Deus, de muito poucos. Como fazem isso? Você vê um Senador Randolfe, um Senador Contarato, todos esses, nós também, que eu sou a última a falar sempre... Eu agradeço ao Senador Randolfe porque mesmo já estando lá ele me dá esse direito. Nós estamos... o povo brasileiro tem que ser grato aos senhores. Os senhores são tão cristãos que eu queria fazer uma pergunta aqui: o senhor já processou a Prevent Senior? Não. Presidente Randolfe, esses homens preocupados em dar a visibilidade ao povo brasileiro nessa CPI, mostrando uma maneira de se defenderem de um Governo que não tem nenhum respeito pela vida... Não é só a vida humana, está aí o nosso meio ambiente que também não está sendo respeitado.

E dizer a vocês que o Brasil é grato, não só por essa CPI, que me orgulha muito ver o Congresso Nacional... Por isso que eu acho que a gente aqui deve, Senador Randolfe, criar tipo um observatório pra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente acompanhar de perto, porque muitos brasileiros e brasileiras vão descobrir, como o Sr. Tadeu, que teve uma família que foi lá e que tinha condições... Eu queria parabenizar – viu, Sr. Tadeu? – por não confiar e contratar um médico amigo seu, porque foi de uma providência... Mas o senhor tinha condições de ter uma família. Quantas pessoas idosas não tiveram esse direito?

O SR. TADEU FREDERICO DE ANDRADE (Para depor. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Entregar um *kit* para qualquer paciente, independente de doenças que ele tivesse, comorbidades... Isso é estranho, eu sempre achei. Por que os planos de saúde, as operadoras de saúde iam doar medicamentos? Por isso que eu o interroguei, achei interessante o fanatismo da Prevent Senior, que também tinha uma comunicação direta com o gabinete paralelo ao Ministério da Saúde... Esse medicamento... e a gente sabe que até hoje uma das grandes preocupações do Governo é justificar o recurso que ele gastou com hidroxicloroquina. É tanto que hoje ele mandou tirar da Conitec, que estava em falta, essa questão de legalizar ou não o uso da hidroxicloroquina.

Então, Sr. Presidente, estou agradecendo aos colegas e às colegas a oportunidade que nos deram, porque a gente não era membro, mas vocês nos incluíram e nos abraçaram, e nós temos que agradecer a esses dois homens e a essas duas mulheres advogadas que estão defendendo.

Acreditem, vocês estão salvando muitas vidas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Zenaide, nós que lhe agradecemos.

Eu, de imediato, aquiesço e recebo, em nome da Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a proposta sugerida por V. Exa. e convido todos os colegas integrantes desta CPI e que desta CPI participaram, como V. Exa., Senadora Soraya, Senadora Zenaide, Senador Jean Paul Prates, para integrarem o observatório parlamentar de acompanhamento das consequências do relatório desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Creio que o observatório terá muito trabalho, porque, há cerca de dez minutos, como naqueles vilões que terminam a primeira parte de uma série e deixam uma deixa para a próxima temporada, o Presidente Bolsonaro, apesar de mais de 6 mil brasileiros mortos na faixa etária entre zero e vinte anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabou de declarar publicamente, com aquela empáfia que lhe é característica, aquela forma revoltada com o mundo de ser: "Por que vacina para zero a vinte anos? Isto é um negócio". E chamou de hipocrisia a defesa da vacina para jovens abaixo de 20 anos.

Parece que esta CPI realmente atrapalhou o real negócio que estava por trás, e ele agora quer cessar de vacinar as pessoas mais uma vez. Então, nós temos muito trabalho pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os negócios foram atrapalhados, mas a impunidade não prevalecerá.

Eu queria determinar à Secretaria da CPI que recolha, em todos os portais onde foi noticiado, que recolha a notícia trazida a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no dia de hoje, pelo Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O *site* Metrópoles, com certeza, está com ele agora lá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E seja despachado para o Sr. Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito para também constar no relatório final.

Eu queria aqui aquiescer a proposta da Senadora Zenaide, de instituição do observatório parlamentar, e convidar as colegas Senadoras e os colegas Senadores que desta CPI participaram para integrar este observatório, a partir da aprovação do relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E eu queria aproveitar para comunicar a todas e a todos o calendário final desta CPI.

A partir da data de amanhã, o Relator Renan Calheiros estará à disposição das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores e irá S. Exa. procurar cada um dos membros desta CPI, cada um dos colegas que contribuíram com esta CPI, como é o seu caso, Senador Jean Paul Prates, para receber sugestões para os termos do relatório final.

No próximo dia 18, ouviremos aqui o Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga. No dia 19, nós iniciaremos a leitura do relatório final do Senador Renan Calheiros. Antes disso... E é bom que se faça aqui um esclarecimento, a partir de informações distorcidas que têm sido veiculadas: não terá *show* de encerramento, não terá festa de encerramento desta Comissão Parlamentar de Inquérito; terá, sim, a pedido da associação das vítimas da pandemia – hoje corroborado com as homenagens que serão feitas, a partir de amanhã, pela ONG Rio de Paz, em decorrência de mais de 600 mil mortos –, uma homenagem, que não é desta CPI, é do Senado brasileiro, às vítimas, aos familiares das vítimas, àqueles que sofreram, mas que estão vivos para testemunhar, como mártires, como Tadeu. "Mártires", Tadeu. "Mártir" vem do grego. Testemunha. Essa é a origem da palavra "mártir". Mártir significa aquele que testemunhou, aquele que viveu. É assim que nós vivemos neste depoimento de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em homenagem a esses mártires, tantos brasileiros e brasileiras, faremos uma sessão solene para que eles falem, não para que nós falemos; para que eles falem, como Tadeu falou hoje.

No mesmo dia 19, o Sr. Relator Renan Calheiros iniciará a leitura do relatório.

O Sr. Presidente, a Presidência desta CPI, concederá 24 horas de vista, e o relatório já estará disponível para todas e todos já a partir do dia 18, com os termos e textos finais. Após as 24 horas de vista, no dia 20 nós votaremos o relatório.

Com a ajuda de Deus, o relatório sendo aprovado, a Comissão Parlamentar de Inquérito passará a funcionar como observatório parlamentar para encaminhar as consequências do relatório.

Nesse sentido, já determinamos à Secretaria desta Comissão Parlamentar de Inquérito que sejam requeridas as seguintes agendas: dia 21 de outubro, ao Procurador-Geral da República, para a entrega do eventual relatório final, se aprovado; dia 26 de outubro, para entrega à Procuradoria da República, no Distrito Federal; no dia 26 de outubro, ainda, se eventualmente constar no relatório final crime de responsabilidade contra autoridades, a entrega ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; dias 27 e 28 de outubro, a entrega e o compartilhamento das informações à força-tarefa do Ministério Público do Estado de São Paulo e à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, sobretudo em decorrência das graves revelações envolvendo a operadora Prevent Senior.

Eu queria, por fim, havendo número regimental, colocar em votação as indicações de investigados formuladas pelo Sr. Relator até a presente data.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Coloco em votação a Ata da 63ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Querido Walter Correa Neto, querido Tadeu Frederico, Dra. Priscila, Dra. Bruna, que já prestou enorme contribuição, com valorosa coragem, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito: as palavras, meus queridos, têm significado. No dia de hoje, acho que nós realçamos o verdadeiro significado de algumas dessas, Senador Jean.

A palavra "pátria" vem do latim "patris", "pater". Talvez alguns não se atenham, mas "pátria", na origem, na Roma Antiga, tinha a ver com a terra que pertence aos nossos antepassados. A palavra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"pátria" tem uma relação íntima que vai além do símbolo, além do pavilhão verde e amarelo, além do hino.

A palavra pátria tem relação direta com uma outra palavra, uma outra palavra grega chamada empatia. Empatia significa a junção de um prefixo e de uma palavra: o prefixo "em" à palavra *pathos*. Significa estar dentro do sentimento do outro. Empatia, desde os gregos, é concebida como a capacidade de sentir o que a outra pessoa sente. As duas palavras têm correlação, uma de origem latina; outra de origem grega. Ser patriota, Senador Jean, V. Exa. definiu muito bem aqui. Ser patriota não é só balançar a flâmula; ser patriota é ter amor e empatia para com os seus compatriotas. É por isso que nós chamamos aqueles que convivem conosco sob a mesma pátria de compatriotas. Um patriota compartilha e ama o outro patriota, e sente o sofrimento do outro.

Esta CPI investigou porque, lamentavelmente, dramaticamente, tristemente, no dia de amanhã nós teremos 600 mil compatriotas que não estão convivendo mais conosco. Graças ao Deus Pai, alguns estarão como testemunhos, como mártires – como diz também o significado da palavra –, como Tadeu, que aqui prestou um depoimento corajoso. Tadeu e Walter, nós temos que pedir, em primeiro lugar, desculpas a vocês, assim como um dos maiores patriotas que, por amor a todos, disse, afixado numa cruz: "perdoa, porque não sabe o que fazem". Eu peço que vocês perdoem àqueles que se excederam eventualmente no dia de hoje e talvez não tenham tido a empatia e não tenham visto o que nós vimos em vocês. Nós vimos coragem! E, já também, no dizer do poeta, a coragem é a maior de todas virtudes; a covardia é o maior de todos os defeitos e a coragem é sempre a maior de todas virtudes. Vimos a coragem de um médico que não titubeou em colocar em risco a sua própria vida, a sua carreira, a sua família e prestou um testemunho histórico aos brasileiros. Vimos a coragem de um brasileiro que foi salvo pelas suas filhas, foi salvo por sua família! Assistimos aqui à coragem de mulheres bravas como a Bruna, como a Priscila aqui, que mostraram firmeza como advogadas, e, em suas pessoas, eu quero saudar a advocacia brasileira. Vocês, no dia de hoje, todos vocês mostraram que tem um outro País, diferente desse da tragédia: tem um outro País que nós podemos constituir com os nossos compatriotas; tem um outro País da empatia; tem um outro País cujo símbolo maior é o respeito ao outro. Isso, sim, é que é o verdadeiro significado de amor à pátria!

Tadeu e Walter, muito obrigado a vocês, e à Dra. Bruna e Dra. Priscila. (*Palmas.*)

Nada mais a havendo a tratar, declaro encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 65ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e um minuto do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Humberto Costa e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Marcos Rogério e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1578 de 2021** que : "Requer que seja convocado o Doutor Carlos Carvalho para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 1579 de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvir relato de familiares e vítimas da COVID -19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1580 de 2021** que: "Convocação Carlos Eduardo Menezes de Rezende, representante da ANS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 1581 de 2021** que: "Convocação Nelson Mussolini, representante do CNS." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 1582 de 2021** que: "Convocação Helton da Silva Chaves, representante do Conasems." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 1583 de 2021** que: "Convocação Luiz Claudio Lemos Correa, representante do CONASS" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 65ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

Coloco em votação a Ata da 64ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Os membros da Comissão desejam se manifestar em alguma coisa? (*Pausa.*)

Então, vamos à pauta.

Há uma discussão...

Temos o requerimento do Senador Randolfe, Requerimento nº 1.578, Requerimento nº 1.579, Requerimento 1.580, Requerimento 1.581, Requerimento 1.582 e Requerimento 1.583.

O Requerimento 1.578 convoca o Dr. Carlos Carvalho, que e o coordenador do protocolo do SUS para a covid.

O Requerimento 1.579 é para audiência, com o objetivo de ouvir relato de familiares de vítimas da covid.

Item 1 e item 2 em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados.

Item 3: convocação do representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar Carlos Eduardo Menezes de Rezende.

É isso, Senador Randolfe? (*Pausa.*)

Tem que ligar seu som, Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está ligado aqui. Está me ouvindo? O senhor me ouve?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nelson Mussolini, do Conselho Nacional de Saúde; Elton da Silva Chaves, representante do Conasems; e Luis Cláudio Lemos Correia, Presidente do Conass. Correto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Randolfe acha que a gente não deve levar o Dr. Carlos Carvalho. O Dr. Carlos Carvalho teve uma conversa, primeiramente, com o Senador Randolfe e o Senador Humberto no domingo passado. E eu conversei com ele. O que eu conversei com ele, depois, numa entrevista, ele disse totalmente diferente.

Pergunto ao Senador Humberto e ao Senador Randolfe: ele vai apresentar o relatório que apresentaria na reunião da Conitec?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, o colega Humberto pode completar, porque nós tivemos um contato com o Dr. Carlos Carvalho no sábado. Agora, a impressão que tenho é que o relatório que ele iria apresentar, no dizer do Dr. Carlos Carvalho, como ele está ainda em reserva, não apresentará. É diante disso, Sr. Presidente, colegas Senadores, que, complementarmente, nós apresentamos esse requerimento de convocação dos membros da Conitec que participaram da dita reunião onde foi retirada de pauta a votação do protocolo do enfrentamento da pandemia.

Por isso, nós encaminhamos os requerimentos de convocação do representante da ANS, do representante do Conasems, do representante do Conass e do representante do Conselho Nacional de Saúde que, na Conitec, participaram dessa reunião. Não estou dizendo que, propriamente, nós vamos convocar todos eles, mesmo porque V. Exa. já decidiu que nós teremos apenas uma oitiva na segunda-feira a partir das 9h da manhã. Eu encaminhei para apreciação esses requerimentos para a direção da Comissão Parlamentar de Inquérito posteriormente decidir, desses membros da Conitec, quais deles ou qual deles pode ser mais oportuno para o rumo para o qual estão sendo conduzidas as investigações, em substituição ao Dr. Carlos Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, em votação o item 3, o item 4, o item 5 e o item 6...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sem embargo de mais alguma consideração do Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação os requerimentos: item 3, item 4, item 5 e item 6.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

Eu peço ao Senador Randolfe que abra um *link* agora para termos uma reunião, eu e os companheiros que estão aqui, um *link* nosso, para a gente discutir quem a gente vai levar, porque nós temos que fazer esse convite hoje, essa convocação hoje.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria só perguntar uma coisa, Presidente Omar: o Dr. Carlos, de todo jeito, está convocado ou não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está convocado. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está convocado, mas, aí, eu tenho algumas ponderações para levar o Dr. Carlos Carvalho e o Senador Randolfe tem outras ponderações para não levar o Carlos Carvalho e levar outros, por isso eu estou pedindo para, agora, a gente encerrar esta reunião e fazer uma reunião entre nós, que já estamos aqui.

Você pode ver o *link*, Randolfe? Crie aí, Randolfe, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estou criando neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E já envio para os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem mais nada a tratar, a reunião está encerrada.

Um abraço.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 66ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Marcos Rogério e Humberto Costa, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Leila Barros, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Tasso Jereissati, Otto Alencar e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 64ª e 65ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência Pública destinada a ouvir o depoimento de vítimas diretas e indiretas atingidas pela Covid-19, em atendimento ao Requerimento nº 1579/2021-CPIPANDEMIA. **Participantes:** Mayra Pires Lima; Giovanna Gomes Mendes da Silva; Katia Shirlene Castilho dos Santos; Rosane Maria dos Santos Brandão; Arquivaldo Bites Leão Leite; Antônio Carlos Alves de Sá Costa; e Márcio Antonio do Nascimento Silva. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1584 de 2021** que : "Requer ao Ministério da Saúde, para atendimento no prazo de vinte e quatro horas, informações sobre doses de vacinas contra o coronavírus eventualmente estocadas nas redes de distribuição (aeroportos, galpões, etc.) do Ministério." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos n°s 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais ou municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para ouvir o depoimento de vítimas direta e indiretamente atingidas pela covid-19, em atendimento ao requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da ouvidoria.

Estão presentes, e eu quero convidá-los: Mayra Pires Lima, enfermeira em Manaus que perdeu a irmã por conta da crise da falta de oxigênio em Manaus – deixou quatro filhos –; Giovanna Gomes Mendes da Silva, órfã da covid, jovem de 19 anos que perdeu a mãe e terá a guarda da irmã, de 10, sendo a nova chefe da família. (*Pausa.*)

Sra. Mayra... É você?

Venha cá, Mayra. (*Pausa.*)

Giovanna Gomes Mendes da Silva. (*Pausa.*)

Katia Shirlene Castilho do Santos. (*Pausa.*)

Arquivaldo Leão Leite. (*Pausa.*)

Troque com o Sr. Arquivaldo, por favor. Coloque-o lá na ponta, por favor, porque ele tem dificuldade de locomoção.

Sente-se ali, Sr. Arquivaldo, por favor.

Rosane Maria dos Santos Brandão. (*Pausa.*)

Cadê a Sra. Rosane? É você? (*Pausa.*)

Sente-se aí por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Márcio Antonio Silva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Márcio Antonio, ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Márcio Antonio do Nascimento Silva.

Cadê o Márcio?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aqui o Márcio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia.

Antonio Carlos Alves de Sá Costa, fundador da ONG Rio de Paz.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Antonio Carlos está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cadê o Antonio Carlos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Sente-se aí, amigo, por favor.

Eu vou aqui...

A Mayra é da minha cidade, é enfermeira em Manaus. Ela perdeu a irmã por conta da crise de falta de oxigênio de Manaus, que deixou quatro filhos.

A Giovanna Gomes Mendes da Silva, órfã da covid, jovem de dezenove anos, perdeu a mãe e terá a guarda da irmã de dez anos, sendo a nova chefe da família.

Você é de onde, Giovanna?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é de São Luís do Maranhão.

Katia Shirlene Castilho dos Santos, órfã da covid, perdeu pai e mãe. Acompanhou a mãe em sua internação na Prevent Senior, em São Paulo, e o tratamento recebido pelo kit covid.

Katia Shirlene, você é de São Paulo?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS (Para expor.) – Eu estou representando São Paulo, mas sou de João Pessoa. Meus pais moravam em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arquivaldo Leão Leite, vítima da covid, em tratamento, com graves sequelas. O senhor é de onde, Sr. Arquivaldo?

O SR. ARQUIVALDO BITES LEÃO LEITE (Para expor.) – Trindade, Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor é de Goiás.

Rosane Maria dos Santos Brandão, viúva da covid, perdeu o marido, professor da Universidade Federal de Pelotas.

A SRA. ROSANE MARIA DOS SANTOS BRANDÃO (Para expor.) – Sou eu.

O meu marido era servidor da Universidade Federal de Pelotas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a senhora é gaúcha?

A SRA. ROSANE MARIA DOS SANTOS BRANDÃO – Sou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dê um abraço no povo de Cacequi.

A SRA. ROSANE MARIA DOS SANTOS BRANDÃO – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Márcio Antonio do Nascimento Silva, vítima indireta da covid, perdeu o filho. Ele é uma pessoa que é conhecida no Brasil. O Márcio, apesar da maldade de alguns, sem respeitar o sofrimento do próximo... Pessoas que abrem a boca para falar em Deus e família não tiveram a consideração de ver o Márcio homenageando o filho dele morto pela covid. Márcio, seja bem-vindo aqui juntamente com todos!

Vocês representam hoje aqui para nós, para mim, para o Presidente desta CPI, para o Vice-Presidente, para o Relator, para o Senador Humberto... Para todos os Senadores e Senadoras da CPI, vocês estão aqui representando aquilo que todos nós perdemos: amigos, familiares, perdemos pessoas conhecidas, perdemos boa parte da esperança de muitos brasileiros que infelizmente se levaram nessa covid.

E recebo o Antonio Carlos Alves de Sá Costa, fundador da ONG Rio de Paz, que é muito conhecida por todos nós, pelos brasileiros. Prazer tê-lo aqui.

O que nós definimos aqui é que nós vamos abrir para cada um fazer o depoimento e deixar muito à vontade. Seriam dez minutos, mas quem quiser se estender pode – se quiser falar menos, fale menos –, não depende da gente. Vocês fiquem muito à vontade. Vocês estão aqui como...

É o que disse o Humberto, o Renan e Randolfe: esta audiência hoje é a causa por que nós estamos fazendo a CPI, é por pessoas como vocês, que tiveram a infelicidade de perder alguém – e nós todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perdemos, de uma forma ou de outra, e perdemos muito. É por isto que esta CPI existe: por pessoas como vocês. O meu Estado sofreu muito com isso. Só nós sabemos o que a gente passou por lá.

Mayra, você quer ser a primeira a falar?

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Bom dia.

O senhor que sabe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou deixar vocês à vontade. Veja bem, não é fácil chegar aqui. Então, eu quero pegar...

Primeiro, eu vou fazer o seguinte: o Antonio Carlos é o fundador da ONG Rio. Vou abrir para ele primeiro. Ele é uma pessoa já experiente.

Eu só queria que o senhor colocasse a máscara. Aqui não é permitido ficar sem máscara.

O SR. ANTONIO CARLOS ALVES DE SÁ COSTA – Eu estava bebendo água.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bem. Obrigado.

Eu vou passar para a pessoa... Depois, vocês vão ficando mais à vontade, vou passar a palavra para todos.

Pode ser assim, Randolfe? (*Pausa.*)

Pode ser assim, Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, querido Antonio Carlos, com a palavra. Fique à vontade, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS ALVES DE SÁ COSTA (Para expor.) – Gostaria de expressar a nossa gratidão pelo convite que nos foi feito, pela oportunidade dada à sociedade civil de expressar a sua indignação e dor.

Há um segmento da sociedade civil que não está de braços cruzados, inerte, assistindo passivamente a essa tragédia. Nós temos subido e descido morro, levando cesta básica para os despossuídos.

Em razão das sandices do Governo Federal, tivemos que ir às ruas a fim de pedir para aquele que ocupa o mais alto posto da República que trate a população com respeito, com dignidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dois últimos anos foram os mais difíceis da história da nossa geração, sem a mínima dúvida. Testemunhamos fatos humilhantes para a nossa democracia e devastadores para o coração de quem tem apreço pela nossa gente. Vimos o espectro da fome voltar a rondar os lares dos despossuídos. Vimos o nosso povo disputar resto de carne de açougue para ter do que se alimentar. Vimos milhões de desempregados sem perspectiva de voltar ao mercado de trabalho, passando, assim, a depender da misericórdia incerta da sociedade e do Poder Público para sobreviver. Vimos a classe trabalhadora impedir a nossa economia de entrar em colapso completo, mas não sem entrar em ônibus, vans e trens superlotados, expondo-se, assim, ao risco de contágio e morte.

Vimos o colapso da saúde mental de milhões de famílias, fruto das dívidas acumuladas, da perda do padrão financeiro, da instabilidade política, do terror face ao risco de contaminação e falecimento de ente querido. Vimos milhares de lares enterrarem os seus mortos. Houve avôs e avós, pais e mães, tios e tias, filhos e filhas, irmãos e irmãs que presenciaram os que mais amavam perecerem por desinformação e falta de vacina, oxigênio e atendimento médico.

Perdoe-me fazer um desabafo ridículo para nossa democracia – ridículo! Incompetência, descaso e irresponsabilidade fizeram com que o Brasil se tornasse o segundo país do mundo em números absolutos de mortos pela pandemia e o sétimo em números absolutos de mortos. Há um lado luminoso nessa catástrofe. Nossa imprensa e movimentos sociais não deram trégua à classe governante, cobrando vacina, pão, ar e respeito. Milhares de brasileiros subiram morro, expondo-se ao risco de contaminação, para levar cesta básica ao necessitado. Nossos caixas de supermercado e atendentes de farmácia impediram a interrupção do suprimento de comida e medicamento. O que falar dos nossos médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde? Como não pensarmos que adoeceram e morreram por anelar e cumprir sua vocação com coragem e excelência.

Agora, uma pergunta: o que esperar daquele que ocupa o mais alto posto da República num cenário assustador e angustiante como esse, no qual tantos doaram suas vidas para que o pior não acontecesse? O que vimos foi a antítese de tudo o que se esperava de um Presidente da República. Jamais o vimos derramar lágrima de compaixão ou expressar profundo pesar pelo povo brasileiro. Não soubemos de favela que ele tenha visitado ou hospital para o qual tenha se dirigido, a fim de comunicar ânimo aos nossos profissionais de saúde. Nenhuma palavra de direção ou encorajamento às milhões de famílias aturdidas com a crise múltipla que se estabeleceu no nosso País. Para a nossa perplexidade e revolta, o vimos apoiar manifestações públicas antidemocráticas que fomentaram aglomeração, xingar jornalista, chamar o povo de maricas, fazer deboche com os que agonizavam pela falta de ar, andar de *jet ski*, jogar futebol, comer pastel em boteco, insuflar golpe militar, prescrever remédio sem eficácia comprovada, combater o uso de máscara, menosprezar o distanciamento social, trivializar o poder letal do vírus. Me perdoe mais uma vez o desabafo. Ridículo! Ridículo! Ninguém aceitaria isso em nenhuma nação livre e desenvolvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em suma, em dias de fome, doença, morte, luto, em vez de cuidar do povo que o elegeu, se dedicou tão somente a defender seu mandato e garantir sua reeleição. O que declaro resulta de ódio pelo Presidente? Não! Somente faço questão de ressaltar sua impressionante falta de empatia, a fim de que nunca mais sejamos governados da mesma maneira por quem quer que seja. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente entende sua indignação, até porque todos nós temos essa indignação.

Eu só quero aqui... Vou passar para o Vice-Presidente, depois passo para o Relator.

Senador Humberto, se quiser se posicionar em relação ao que falou...

Vai ser assim o nosso... Não vão ser perguntas e respostas, só se tiver alguma coisa pontual; é mais o depoimento de vocês, a gente quer saber da história de cada um, porque cada uma das mais de 600 mil vítimas tem uma história, uma história diferente, infelizmente com um final sempre muito triste, não há final feliz nessa história. Não é uma novela em que as coisas acontecem no enredo e, lá no final, os casais ficam felizes, as pessoas sobrevivem. Aqui não, aqui é a realidade, aqui é a vida, é o que nos foi posto.

Infelizmente, muito disso poderia ter sido evitado se realmente nós tivéssemos tido... E, quando digo "nós", é porque nós somos do Brasil, nós somos brasileiros, nós defendemos uma única bandeira, nós não dividimos o País de forma nenhuma. O que nos permitiria hoje estar aqui... Qualquer vítima é vítima, seja uma, dez, cem mil, seiscentas mil, um milhão. São vítimas. O que nós estamos querendo aqui, com esse relatório de vocês que viveram o dia a dia, como eu vivi com meu irmão o dia a dia, é que, se porventura houver novamente um caso deste que nós estamos vivendo no Brasil, o governante de plantão, seja quem for, possa agir de forma diferente.

E V. Exa. colocou coisa de que até eu havia me esquecido. Falei aqui para o Renan: "Renan, até pastel o cabra comia sem máscara para mostrar que é um super-homem". Não tem super-homem, era o cara que incentivava... E, aí, dizer que não vê crime aí... Eu não sei mais o que é crime! Incentivar... Até comer pastel na feira com caldo de cana! Legal, e o povo morrendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Eu acho que nós poderíamos dar sequência aos testemunhos. Acho que iniciamos muito bem com a forte intervenção do Antônio Carlos, que representa uma das ONGs que está auxiliando na organização dessa atividade. Acho que podemos dar sequência, ouvir cada um dos testemunhos e, em seguida, nós faríamos algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

questionamento, alguma inquirição ou intervenção a partir das falas. Acho que poderíamos ouvir os demais testemunhos dos representantes aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fui informado de que vocês mesmos decidiram quem vai falar na sequência. Isso é verdade?

Leandro, você conversou com todos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, está aqui... Eu vou perguntar pra vocês se está bom.

A Mayra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Comece do Norte para o Sul!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o Norte sempre em primeiro lugar. (*Risos.*)

O Norte sempre em primeiro lugar, principalmente o Amazonas sempre em primeiro lugar, mas, como ela não é uma pessoa... Com certeza ela atende e conversa, mas vir aqui pra falar, não tem a facilidade que ele teve, nem todos têm. É normal isso.

Mas, Mayra, por você ser do Amazonas, você fala a hora em que você quiser aqui, tá, Mayra? (*Risos.*)

Aos outros eu imponho.

Você quer falar agora ou quer falar depois?

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Posso falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então tá, Mayra, a palavra está contigo.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de, inicialmente, agradecer o convite.

Eu tive que me reorganizar inteiramente para estar aqui. Como o Senador falou, a minha irmã deixou quatro crianças, entre elas um casal de gêmeos, que fizeram, no dia 8 de outubro, um ano.

Eu sou enfermeira, servidora do Estado do Amazonas, sou formada pela Universidade Federal, tenho 38 anos e trabalho hoje numa maternidade estadual.

Como eu falei numa reunião com as vítimas, eu não sou acostumada com a morte. Aliás, nenhum de nós... Apesar de as pessoas acharem que os profissionais de saúde são frios, a gente não é. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes se controla para que a gente consiga ter realmente uma boa conduta diante de situações difíceis.

Mas eu queria resumidamente se é que isso é possível... Na pandemia, todos sabem a história do Amazonas. O meu Estado é um Estado imenso, como o Senador conhece. As dificuldades que a gente tem no atendimento dos nossos pacientes... Eu trabalhei, por dez anos, com saúde indígena e muitas vezes eu tinha que tirar do próprio bolso para atender os meus pacientes.

Infelizmente, a pandemia começou no ano de 2020 e, durante todo o ano de 2020, os profissionais de saúde tiveram que arcar com seus EPIs. Hoje eu agradeço aos meus amigos de faculdade, amigos enfermeiros, colegas que não são da área da saúde, porque muitos dos EPIs que eu usei eles compraram para mim e compraram para outros colegas também, porque nós não tínhamos nem esta máscara. Eu comprei muitas máscaras, comprei, doei, muitas vezes atendi pacientes grávidas, agonizando, sem máscara, porque a gente não consegue ver uma gestante... Eu trabalho, eu sou enfermeira obstetra. Então, a gente ver uma gestante agonizando, sem respirar, e os seus bebês em sofrimento fetal, em sofrimento respiratório, é algo que a gente não consegue aguentar. No Amazonas, nós tivemos... Não desmerecendo os outros Estados, mas foi uma situação bastante difícil.

Quando eu me formei, há quinze anos, na Universidade Federal do Amazonas, eu tinha um grande sonho de ajudar as grandes calamidades, conhecer outros países que precisam de ajuda e talvez atender pacientes em situações de guerra. Hoje eu falo que eu vivi uma guerra, porque atendi pacientes muitas vezes sem proteção nenhuma, assim como os meus colegas da maternidade.

Nós tivemos muitos óbitos, infelizmente perdemos ótimos médicos obstetras, perdemos colegas para depressão, para suicídio; e isso falo de todas as categorias. Na enfermagem, nós tivemos 82 óbitos – isso registrado, fora os que ficaram sequelados, que ficaram com depressão, que realmente tiveram a saúde mental debilitada. Até hoje, eu faço terapia. Eu peguei covid duas vezes, cuidei da minha irmã internada em um dos hospitais de Manaus. Eu estava no 14º dia de tratamento e mal conseguia respirar, mas eu tive que levá-la para o hospital porque ela também não conseguia respirar.

Então, nós tivemos várias situações no Amazonas que poderiam ter sido resolvidas com um pouco de bom senso e um pouco de humanidade por parte dos gestores, principalmente porque vários conselhos de saúde, não somente da enfermagem, não somente da medicina, tentaram orientar os gestores quanto à necessidade de alguns EPIs, quanto à necessidade de profissionais capacitados.

Hoje eu vejo que a minha irmã não sobreviveu não somente por culpa de uma pessoa, mas por causa de uma rede de culpabilidade que precisa realmente ser identificada, precisa ser resolvida essa situação.

Ano passado, nós tivemos muitos casos de óbitos de colegas, tivemos grávidas... Uma situação: onde eu trabalho, nós tivemos seis óbitos de gestantes em uma semana. E a gente sabe que, quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestante falece, muitas vezes os bebês vão junto, porque muitas vezes a gente não consegue resolver a situação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mayra, você trabalha em que maternidade?

A SRA. MAYRA PIRES LIMA (Para expor.) – Na Maternidade Balbina Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na Balbina Mestrinho. Você já trabalhou na Dona Lindu?

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Não, porque, quando eu fui lotada depois do concurso, eu escolhi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inclusive, lá morreram parturientes porque foi dada cloroquina para aspirarem, está certo?

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – É, eu ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí deve estar constando no relatório do Senador Renan. Essas pessoas não vão ficar impunes.

Balbina Mestrinho é a maternidade mais antiga do Estado do Amazonas.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem esse nome porque era a genitora do já falecido Senador e Governador Gilberto Mestrinho. Fica lá na Praça 14. Eu tive oportunidade, como Governador, de ampliar aquela maternidade.

Eu sei da sua importância, Mayra, nesse processo todo, até porque você disse uma coisa que me enche de orgulho: ela foi uma enfermeira que trabalhou com os indígenas e ela sabe muito bem o que é trabalhar com os indígenas na nossa Região Amazônica.

É em seu nome, Mayra, e em nome de todos nós que estamos aqui hoje, Dia do Médico...

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós queremos fazer essa homenagem a esses milhares e milhares de profissionais da área de saúde. Muitos perderam a vida – você está fazendo o relato – por falta de proteção, por falta de uma estrutura mínima para poder trabalhar, por uma doença que, quando começa, ninguém conhece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nossas homenagens a esses heróis, a esses brasileiros – verdadeiramente brasileiros – que se expuseram, como você, que se expôs, contraiu o vírus duas vezes, perdeu uma irmã e hoje tem uma responsabilidade muito grande, que é cuidar de seus sobrinhos.

Tenha certeza de que esse depoimento que você faz aqui... Eu a interrompi só para perguntar onde você trabalhava e dar esse relato de que, no meu Estado, até para aspirar, deram cloroquina a parturientes, o que infelizmente não curava ninguém, levava a óbito.

Continue, Mayra.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Como o Senador falou, eu trabalho na Maternidade Balbina Mestrinho, que é a mais antiga. É uma maternidade de alto risco, que trabalha com gestantes que têm risco maior de óbito.

Quanto à situação que o senhor relatou, da cloroquina, eu não posso falar porque não trabalho lá, mas ouvi realmente um relato – não tenho como dizer que aconteceu –, eu vi na mídia.

O que eu queria falar com relação ao ano de 2020 é sobre a situação dos meus colegas. Infelizmente, a categoria de enfermagem... Hoje vocês sabem que é a maior categoria do nosso País. Nós temos hoje, no Brasil, uma quantidade de enfermeiros e técnicos de enfermagem que muitas vezes a população não conhece. Nós temos hoje, registrados no Conselho Federal de Enfermagem, 2,5 milhões de profissionais. Desses 2,5 milhões, nós temos 2 milhões de técnicos e auxiliares de enfermagem.

E a gente via nas redes sociais: "Os nossos heróis da pandemia!" A gente fez uma campanha: nós não queremos parabéns, nós queremos valorização. Infelizmente nós não tivemos a oportunidade de ver essa valorização na prática, não tivemos a resposta dos nossos representantes com o PL 2.564, que infelizmente não foi aprovado. Isso nos deixou bastante decepcionados, porque a gente não precisa de tapinha nas costas, a gente precisa de valorização, a gente precisa evitar que os nossos colegas morram. Muitas vezes a gente vai atender os pacientes e nós tiramos do nosso próprio bolso pra cuidar deles, pra evitar que eles morram, como eu fiz muitas vezes. Eu me expus muitas vezes atendendo gestantes porque eu não aguentava vê-las agonizando e imaginar os seus bebês desesperados dentro das suas barrigas. Então, isso nos revolta imensamente, porque falar que nós somos heróis é muito fácil, agora, mostrar através de atos, é muito difícil.

Então, que a gente possa, através dessa minha indignação que realmente representa a voz de 2,5 milhões de colegas... Que realmente os nossos representantes voltem a pensar no PL, porque trabalhar mais de 30 horas, 40 horas por semana, é desumano, e muitas vezes nós somos acusados de tratar mal quem atendemos. Nós não tratamos mal, é que muitas vezes a gente não dorme, a gente sai de um emprego e vai pra outro emprego. Então, enquanto vocês estão... Enquanto a maioria da população está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

dormindo, nós estamos salvando vidas, assim como os nossos colegas médicos e todas as outras categorias.

E também eu queria falar um pouco sobre a história da minha irmã. Eu comecei a apresentar sintomas dia 30 de dezembro de 2020. Na verdade, eu sempre fiz, por orientação médica, vitaminas pra que a minha imunidade se restabelecesse. Então, eu tive apenas dor muscular, dor nas costas, não tive... Minha saturação sempre ficou acima de 95%, minha respiração sempre ficou no nível normal. Somente tinha dores nas costas, mas não eram dores nas costas simples, era como se vários animais estivessem pisando nas minhas costas, e isso é bem difícil.

Logo em seguida, quando eu adquiri o covid, todas as pessoas da minha casa pegaram covid, inclusive os gêmeos, que tinham dois meses de idade. A minha irmã, no dia 12 de janeiro, começou a apresentar os sintomas. Ela tinha dores nas costas, um pouco de tosse. Dia 15 de janeiro ela não aguentou, ela pediu socorro. Ela estava no isolamento. Eu criei um quarto de isolamento na minha casa, porque saía um e entrava outro, saía um e entrava outro. Enquanto toda a minha família em Manaus estava contaminada, a minha mãe e a minha irmã mais velha, no interior, também estavam bem graves – graças a Deus ela não teve agravamento.

Eu tive que levar a minha irmã pra onde eu trabalhava porque não tinha lugar pra ela respirar, não tinha lugar onde tivesse oxigênio. Ela ficou a noite inteira no oxigênio, melhorou a saturação, mas, quando eu tirei o oxigênio, ela foi pra 88% de saturação. Eu tive que levá-la para o hospital, e todas as portas se fecharam. A única que tinha... O único hospital que atendeu a minha irmã foi um hospital pronto-socorro de referência da Zona Leste de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que dia foi isso?

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Foi dia 16 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vejam bem, dia 16 de janeiro. É importante esse depoimento pra que a gente fique lincando. Em relação ao PL que você falou, eu declarei publicamente – gravei um vídeo que veio aqui, e vários de nós – meu voto a favor. Inclusive, no relatório final, o Senador Randolfe está falando sobre a necessidade de votar esse PL e também fazer o plano dos médicos, porque não são só vocês. No relatório do Senador Renan, eu acho que está constando isso – a senhora depois vai ver.

Dia 7 de janeiro, e ela está falando do dia 16. Nós estamos falando de dez dias praticamente depois. No dia 7 de janeiro o Governo Federal foi informado de que iria faltar oxigênio na cidade de Manaus. Então, nós estamos falando do dia 16. Você se lembra de que o Ministro veio aqui e disse "não, só faltou em um ou dois dias" – lembra disso? Então, ela está dando depoimento sobre a irmã dela – ela, como enfermeira, trabalhando numa unidade de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é verdade o que foi dito no depoimento do Ministro Pazuello aqui, quando... No dia 16, nove dias depois de comunicado, de conversado... O Secretário, na época, falou aqui na CPI para o Renan Calheiros que o Governo foi comunicado. Ela está falando em nove dias depois. Nove dias depois, se tivesse havido boa vontade dos dirigentes maiores – e aí eu estou falando de todos os dirigentes – para alugar um avião para ir pegar ali do lado, na Venezuela, oxigênio, a sua irmã não teria sofrido, como outros amazonenses não teriam. Nós não precisaríamos sair. Era mais perto a gente pegar oxigênio na Venezuela do que lá no Rio Grande do Sul. De Manaus a Caracas são duas horas de voo, uma hora e pouco ali na fronteira. Era só o Ministério das Relações Exteriores, Senador Renan, ter permitido que aviões da FAB... Se ele tivesse feito uma ligação para o Ministro da Venezuela, permitindo que voos fretados pudessem buscar oxigênio, nós teríamos evitado a morte de muitos amazonenses que morreram sem ar – sem ar!

Então, o seu depoimento corrobora aquilo que a gente sabia. Você está fazendo um depoimento de quem estava ali, de quem estava ali dentro. Então, nove dias depois, ainda não tinha oxigênio na cidade de Manaus.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Eu queria só falar do que eu... Assim, o senhor falou sobre a questão do oxigênio, não é? A minha irmã não morreu especificamente por causa do oxigênio. Na situação clínica em que ela estava, se ela continuasse na enfermaria clínica, com o oxigênio a 100% como ela estava... Porque eu a monitorava, eu monitorava os sinais vitais dela, verificava a glicemia, a saturação, todos os dados, e o oxigênio já não dava mais resultado. Ela precisava... Em cinco dias de sintomas, na fase inflamatória da doença, ela precisava de UTI, e, infelizmente, a UTI demorou dez dias enquanto ela estava no hospital. O oxigênio, infelizmente... Felizmente, nós tivemos, como vocês viram na mídia, doações de artistas. Eu vi, através da mídia local, a chegada de oxigênio através das Forças Armadas, mas não era o suficiente, porque a cidade inteira estava doente. A cidade de Manaus virou um deserto. As únicas pessoas que andavam em Manaus eram os profissionais de saúde, a polícia e os serviços essenciais. É que, se a população toda adoece, você pode mandar uma grande quantidade de oxigênio que você não vai resolver. Se a paciente está com uma lesão já muito grave, o oxigênio não vai resolver. A minha irmã ficou cinco dias com oxigênio a 100% no reservatório, mas ela não passava de 85% de saturação. Então, o oxigênio, naquela situação dela, não ia resolver. Infelizmente, demoraram os leitos de UTI, porque ela foi para uma UTI... Ela se internou no hospital no dia 16 e foi para a UTI no dia 22 de janeiro. Durante essa semana inteira, ela chegou à saturação de 55%, porque o oxigênio acabou e nós tivemos que comprar, a família se juntou e compramos o oxigênio. Todo o oxigênio mandado pelo Governo Federal e por todas as pessoas que foram benfeitoras não foi suficiente, porque era uma grande quantidade, mas, infelizmente, o número de doentes era bem maior do que a quantidade enviada.

O que é que aconteceu? A minha irmã faleceu no dia 10 de fevereiro com 100% do pulmão comprometido, e a minha irmã entrou no hospital saturando 95% em ar ambiente. Todos os dias, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

víamos dez pessoas morrerem na nossa frente, agonizando. Elas entravam e morriam por causa de várias situações. Eu não culpo os médicos, não culpo os meus colegas, porque eles não tinham com o que trabalhar.

Muitas vezes, eu assumi a assistência de saúde da minha irmã porque nós tínhamos cinco técnicos de enfermagem para cuidar de 80 pacientes graves, e, enquanto eles estavam cuidando de um, outro tinha parada cardíaca do lado. Então, eu falei com a enfermeira, com a gerente de enfermagem e com a diretora do hospital que eu assumiria a assistência da minha irmã. Eu a monitorei. Durante três dias, eu avisei aos médicos que ela estava agravando, e, muitas vezes, eles não tinham o que fazer, porque não tinha leito. Mas ela agravou. A diurese dela diminuiu, ela edemaciou. Eu dava banho nela no leito, eu fazia todos os cuidados com ela.

A crise não é somente especificamente do oxigênio, mas de todo um conjunto de situações que fizeram com que ela agravasse, porque ela tomava todos os cuidados. Ela não saía de casa. A única pessoa que saía de casa era eu, e eu me protegia. Só que, infelizmente, no mês de janeiro, por incrível que pareça, acho que 99% das pessoas se contaminaram, não sei por quê, talvez porque acabaram o isolamento antes do tempo, não é? Não sei qual foi a situação, o que aconteceu, e o gestor do Estado fez isso.

Mas, enfim, a situação da minha irmã se agravou por causa disso. Ela agravou, foram feitos todos os tratamentos, toda a equipe médica fez o tratamento, e ela faleceu no dia 10 de fevereiro, às 12h50. Dois dias antes, os filhos dela, os gêmeos, fizeram quatro meses de idade. E ela faleceu, deixando os dois órfãos, assim como tantas outras crianças em Manaus ficaram órfãs, desamparadas. Graças a Deus, eu ganho razoavelmente bem, ainda que não ganhe bem como deveria, mas e as pessoas que não têm renda? E as crianças que muitas vezes não têm o que comer?

Graças a Deus, nós temos ONGs que ajudam essas crianças em Manaus, no Amazonas. Só em Manaus nós temos mais de 80 órfãos do covid; só da minha família, são quatro, são quatro crianças. E o que estão fazendo? O que estão fazendo para olhar essas crianças? Como vai ser o futuro delas sem os pais, se elas não têm muitas vezes perspectiva? Os meus sobrinhos têm a nós. E as crianças que não têm família? O que se está pensando em fazer de política pública para resolver isso e dar um futuro para essas crianças?

Lá teve caso, na ONG que ajudo, em que a menina perdeu o pai, a mãe, a avó, todo mundo. Ela ficou sozinha com outras crianças menores. Será que a gente conhece essa história? Será que a gente realmente se preocupa com isso? Sinceramente, eu estou aqui mais preocupada com o futuro das crianças do que realmente por qualquer outro motivo.

Hoje, sim, apesar de toda a minha situação financeira, que não é muito boa, mas que também não é tão ruim... Muitas vezes os bebês receberam doações. É difícil! Antes de eu adotar os bebês, eu tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um filho e, agora, cuido de quatro crianças. Então, imaginem a mudança na minha vida total, não é? Hoje eu estou de licença por adoção, mas eu volto a trabalhar. E como é que vou cuidar deles se muitas vezes não tem esse amparo por parte do Governo?

Eu queria finalizar falando um pouco sobre essa interrogação, na verdade questionar todos vocês, Senadores, vocês, em quem nós votamos, todos vocês, que são nossos representantes, sobre o que se está fazendo por essas crianças, por essas famílias, porque é muito triste vê-los, muitas vezes, sem o que comer.

Todas as coisas dos bebês que eu adotei, tudo que eu não uso mais com eles eu doo para outras crianças, para que a gente possa tentar ajudar minimamente, mas isso é 1% do que poderia ser feito por eles.

Com relação a tudo isso, fica aqui o meu desabafo, porque a minha irmã não volta, não volta mesmo. Até hoje eu não consegui nem viver o meu luto, porque, dois meses depois, eu perdi outro irmão. Então, assim, a minha mãe, que tinha cinco filhos, hoje tem três. Então, ela não conseguiu viver... A minha mãe vive em processo de depressão; eu faço terapia há dois anos, porque a minha irmã era uma pessoa especial na nossa família e ela tinha realmente uma alegria que não tem como substituir.

Eu espero que o meu relato, que é pouco diante de tudo o que se viveu no Brasil inteiro, possa realmente tocar o coração das pessoas que podem fazer alguma coisa. O que eu posso fazer é relatar a história dela, relatar realmente a situação que eu vivo como profissional de saúde. Estou sequelada, tenho problemas de respiração porque peguei covid, tive 30% do meu pulmão comprometido, trabalhei, cuidei da minha irmã com falta de ar, doente; mesmo assim eu tive que cuidar dela, porque não tinha condições de outra pessoa cuidar. Se todas as pessoas da minha casa estavam doentes, quem ia cuidar dela? Minha irmã foi para o hospital se arrastando, e, muitas vezes, as pessoas não sabem disso porque não conhecem a realidade do outro.

Desde já eu agradeço. Desculpem a emoção, mas é porque é bem difícil falar dela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem um caso aqui, grave, que ela relatou e que não está no nosso relatório – eu estava conversando com o Senador Renan. Falo da minha surpresa, porque eu não tinha conhecimento – a senhora é que está me trazendo esse conhecimento –, de terem internado uma paciente com covid em uma maternidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho. Porque eu entendi que a senhora levou ela para a maternidade, e lá ela foi tratada pela senhora. A senhora dava banho nela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Não, ela foi tratada por mim no hospital onde ela estava internada, no hospital...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, eu entendi que a senhora... Ela não foi pra maternidade?

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque, na maternidade, tinha aquela questão da preocupação com as parturientes.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Não, foi no Platão Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá bom.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Foi lá onde ela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só porque, senão, nós também teríamos mais um adendo aqui...

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque isso seria uma coisa que não pode acontecer, não podia acontecer. Tinha especificamente uma das unidades...

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – De referência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de referência, que era o Dona Lindu, e tinha o Hospital Delphina Aziz, que era um hospital de referência. E, quando ela fala isso, que não tinha leito no mês de janeiro – e ela coloca, lógico, com toda a cautela necessária, apesar da indignação e do sofrimento dela –, fala uma coisa verdadeira: se criou inclusive, lá em Manaus principalmente, e no interior, em alguns Municípios, uma relação de pessoas para poder... Tinha que ter inscrição para ir para a UTI. Por isso é que demorou muito no caso dela. Foi um absurdo o que aconteceu!

E esse relato que ela fala de falta de EPI para profissionais de saúde é gravíssimo. Quer dizer, essas pessoas normalmente teriam que se contaminar, como ela se contaminou.

Então, eu entendi e falei até para o Senador: mas, se foi internada numa maternidade, é um crime maior ainda que foi cometido.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Não. Os bebês nasceram na Balbina, mas, quando ela contraiu covid, ela estava com quatro meses pós-parto. Ela foi internada no dia 16 de janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já no outro hospital, não na maternidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Isso. É porque ela já tinha tido bebê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E as duas crianças tiveram covid também, os gêmeos?

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Também, as duas. Só que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estão bem, graças a Deus.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Só que os bebês têm sintomas leves, não é? Eles tiveram coriza, tiveram febre baixa, aí eu consultei com o pediatra, fiz exames, e está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Felizmente estão bem. Graças a Deus.

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – É. Então, assim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a senhora... A senhora é forte.

Nós estamos fazendo um projeto aqui para amparar essas crianças órfãs. Terá isso aqui. Eu acho que ninguém, nenhum Senador, nenhum Deputado vai se negar a votar isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E com isso a gente espera não resolver o problema, mas amenizar o sofrimento. Já tem o sofrimento da perda e ainda tem... Por mais que a senhora tenha um salário, uma coisa é cuidar de uma criança, a outra é ter que cuidar de cinco agora. É uma responsabilidade que a senhora não esperava acontecer do dia para a noite.

E eu quero aqui lhe dizer que, por mais que não pareça, nós nos focamos para fazer justiça. Não é para se vingar de ninguém, porque a vingança não trará ninguém de volta, mas a justiça permitirá que não se faça novamente essa maldade que foi feita com muitas pessoas. Da mesma forma que a senhora perdeu dois irmãos, eu perdi um irmão meu em janeiro deste ano.

E o que aconteceu em Manaus foi o seguinte: dia 26 de dezembro de 2020 – e ela sabe disso, porque ela mora lá –, o Governador decretou *lockdown*. Daí começou. Muitos dos que você está indiciando, na internet e tal, que era um absurdo; manifestação, foram para a porta do Governador... E o Governador recua. O Eduardo Bolsonaro: "É, tem que ir para cima! Tem que acontecer...". E está lá em Dubai agora. Dudu Bolsonaro. Duduzinho Bolsonaro está em Dubai tirando foto com o dinheiro do povo brasileiro lá, não é? E acha que é melhor, mais honesto do que os outros brasileiros. Acha que é mais patriota. Está lá tirando foto. Eu vi uma foto dele aqui, ele de xeique, não é? É o verdadeiro xeique Dudu Bolsonaro. Esse xeique Dudu Bolsonaro escreveu lá, botou lá... O xeique Dudu Bolsonaro disse: "Não, lá no Amazonas, o povo fez o Governador recuar". O Governador recuou, mas aconteceu esse relato que ela está dando aqui, em janeiro de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente... Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mayra, a sua irmã deixou quatro órfãos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sim, quatro crianças. Os gêmeos...

A SRA. MAYRA PIRES LIMA (Para expor.) – A minha irmã deixou (*Fora do microfone*.) quatro filhos: uma de quinze anos, uma de nove e dois de um ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O seu irmão também deixou filhos?

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Não. Assim... Não, acho que não. É porque, assim, eu não tinha muito contato com ele, não é? Mas ele não deixou, não. Ele faleceu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Omar Aziz falou há pouco que é pensamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito responsabilizar os agentes públicos e agentes privados, mas responsabilizar também o Estado, claro. E nós pretendemos criar uma pensão para os órfãos, até completarem 21 anos de idade, de um salário mínimo, para aqueles cujas rendas recomendam o pagamento dessa pensão. E estamos também pensando em incluir a covid na relação daquelas doenças que ensejarão a aposentadoria, quando a perícia médica atestar, por invalidez.

Eu queria aproveitar a oportunidade da presença de vocês pra que a gente pudesse também discutir um pouco essas questões.

O que é que a senhora acha dessas propostas que a Comissão Parlamentar de Inquérito está pensando em levar adiante?

A SRA. MAYRA PIRES LIMA – Seriam essenciais, Senador, porque claro que um salário mínimo não vai resolver muita coisa, mas já ajuda bastante, porque o gasto com crianças é bem alto, imagine com gêmeos.

Mas, assim, é algo que realmente vai ajudar principalmente as famílias mais carentes dos Estados que são realmente mais pobres. Em Manaus, nós temos muitas famílias na ONG que ajuda os bebês. São cadastradas mais de 70 crianças. A grande maioria dessas crianças tem um nível socioeconômico muito baixo, famílias venezuelanas que não têm... Muitas vezes, os pais não têm renda; são autônomos, mas não têm a renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com certeza, essa renda que está sendo propiciada, que será propiciada pra eles vai ajudar bastante, principalmente na questão da saúde deles. A gente não tem... Hoje a maioria da população não tem condições de ter um atendimento médico. Muitas crianças que tiveram suas mães falecidas por covid... Algumas ficaram sequeladas, foram situações graves, ficaram sem oxigênio por algum tempo, e oxigênio em bebês causa realmente lesões muitas vezes irreversíveis.

Então, muitas crianças podem ter sequelas e precisam desse amparo, dessa ajuda, dessa ajuda do SUS, o acompanhamento, talvez programas sociais ou programas de saúde do Governo que possam atendê-las especificamente. E isso vai com certeza ajudar, porque, se você for, por exemplo, a Manaus, nós temos poucos neuropediatras. Algumas crianças que têm realmente deficiência de oxigênio durante o parto podem ter lesões cerebrais. Então, nós temos poucos profissionais pra atender. Então, às vezes ficam mais de dois anos na fila do Sisreg, e aí a criança muitas vezes fica sequelada, fica debilitada, porque não tem esse amparo do SUS por deficiência. No nosso Estado, no Amazonas, a deficiência de algumas especialidades médica é muito grande; não é como a Região Sudeste ou outras regiões.

Então, assim, além da questão da pensão, eu proponho também essa elaboração de planos realmente de atendimento dentro do SUS pra essas crianças, porque a gente vê... Assim, os meus sobrinhos, a gente consegue fazer um atendimento com eles, mas as pessoas que não têm, não sabem como encaminhar essas crianças? Muitas vezes, os médicos lá fazem realmente tudo que podem, mas são médicos que atendem 20 a 30 crianças num período de tempo em que deveria atender 10. Então, a gente precisa realmente pensar no futuro delas não somente na questão social, mas também na questão de saúde delas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, Mayra concluiu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado, viu, Mayra.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, à luz do que Mayra inclusive sugeriu aqui, eu queria sugerir ao senhor, nessa fase de preparação do relatório e de discussão – cheguei inclusive a oficiar nesse sentido –, que, ao relatório final, nós poderíamos, Sr. Relator, primeiro, requisitar à Presidência do Senado a apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei 2.564, de 2020, que estabelece o piso salarial dos profissionais de enfermagem, projeto esse de autoria do meu colega Senador Fabiano Contarato.

Além disso, tem um projeto – e aí aqui faço homenagem a todos os médicos deste País – recentemente protocolado que institui diretrizes básicas para organização da carreira dos profissionais médicos. Como foi dito aqui pela Mayra, foram os dois que mais sofreram com a pandemia: profissionais de enfermagem – técnicos e enfermeiros – e os médicos, que sacrificaram a vida, salvando outras vidas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em muitos casos. Então, esse é um segundo projeto que também sugiro e encaminho a V. Exa. à apreciação.

E há um terceiro projeto que institui a Política Nacional de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Eu acredito que esse é um dos legados dessa pandemia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria só sugerir que nós pudéssemos ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dar sequência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... todas as pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. tem razão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e, no final, os Senadores se manifestariam. Eu acho que esse é o momento e o local da fala dessas pessoas. Elas estão todas querendo falar para o Brasil sobre o que viveram e o que esperam...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O encaminhamento de V. Exa. é acatado por esta Presidência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós daremos sequência agora para ouvirmos todos os parentes de vítimas e vítimas – como é o caso do Arquivaldo aqui – da pandemia e, na sequência, nós abriremos para os Senadores.

Me parece só que, antes, tem uma questão de ordem do Senador Fabiano Contarato. Perfeito?

Então, Senador Fabiano, no sistema remoto, V. Exa. com a palavra para uma questão de ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – . Sr. Presidente, eu serei breve porque eu também concordo com o Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas quero reforçar aqui a aprovação do PL 2.564. Nesta semana, eu pessoalmente conversei com o Presidente do Senado, falando para ele da importância de aprovarmos esse projeto. É uma demanda da categoria. Esses profissionais estão pagando com a própria vida. Os pais estão deixando os filhos sem qualquer tipo de assistência, pagando aí para protegerem a nossa vida.

Se nós fizermos uma reforma tributária justa e solidária, nós vamos ter a União arrecadando 63,5 bilhões por ano, 85,2 bilhões aos Estados e, 56,3 bilhões... Esses profissionais não querem só ser chamados de heróis, eles querem efetivamente que seja aprovado.

E eu também tenho um projeto de lei, que é o 2.372, Senador Renan, que determina um prazo máximo de três dias para a distribuição das vacinas, porque, pelo *site*, já há oito dias o Governo não distribui as vacinas e está acumulando 25,5 milhões de doses, ou seja, nós poderíamos estar salvando mais vidas.

Então, é para a aprovação desse PL 2.564 e inserção no relatório do PL, de minha autoria, 2.372.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não quero tomar o tempo e aqui rendo minhas homenagens, deixando um recado a todos os enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiros: nós estamos na luta intransigente na defesa da aprovação, o mais rápido possível, do PL 2.564. Eu tive a garantia do Presidente Rodrigo Pacheco de que esse projeto será pautado no espaço de tempo o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria só aproveitar a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

Senador, por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para dizer que, da parte do Relator, tanto a sugestão de V. Exa. quanto a sugestão do Senador Fabiano Contarato já estão devidamente incluídas na proposta de relatório, de parecer. Essa proposta será submetida a uma conversa, em primeiro lugar, com o G7, que, como todos sabem, é um grupo heterogêneo – nós não pensamos igualmente sobre as mesmas coisas –, é evidente que há diferenças. Nós tivemos que administrar, nos últimos dias, o vazamento de uma das minutas do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por um lado, isso é muito ruim – vazamento é sempre muito ruim. Por outro lado, eu acho que isso ensejará o debate, a antecipação do debate sobre cada tema conflitante da Comissão, para que as pessoas definitivamente saibam, a partir dos argumentos de cada um, o que é evidentemente que cada um defende: a inclusão, a retirada. Democracia se faz dessa forma. E, no processo parlamentar, até mesmo na investigação parlamentar, tudo caminha mais facilmente pela maioria. Não há como substituir a maioria. Eu queria mais uma vez afirmar que esse é o meu compromisso e esse também é o meu propósito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Relator Renan.

No sentido que foi colocado aqui pelo Senador Fabiano Contarato, existe... Sobre eventual quantidade de doses de vacinas que estão retidas, tem um requerimento de autoria deste Senador que pede que, em 24 horas, o Ministério da Saúde informe sobre 25 milhões de doses de vacinas que estão retidas e ainda não foram distribuídas. Se os colegas Senadores me permitem, eu queria submeter esse requerimento à apreciação dos Srs. Senadores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Então, aprovado o requerimento para que, em 24 horas, o Ministério da Saúde informe sobre a quantidade de doses de vacinas que se encontram represadas.

Dando sequência e já devolvendo a Presidência para o seu titular, e aqui acatando o encaminhamento do Senador Humberto, para nós deixarmos fluir e ouvir os representantes das vítimas, a próxima é a Giovanna Gomes Mendes da Silva. Giovanna é órfã da covid, Giovanna tem dezenove anos, perdeu a mãe e terá a guarda da irmã de dez anos, sendo ela a nova chefe de família.

Giovanna, a palavra está contigo.

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA (Para expor.) – Bom dia. Muito obrigada pela oportunidade de estarmos aqui falando um pouquinho da nossa história.

A minha mãe era transplantada e, até o dia em que ela conseguiu o rim, a gente tinha passado por uma tempestade. A gente passou muito tempo com esse sofrimento, não só ela, porque ela estando doente, toda família sofria, eu, meu pai, minha irmã e ela. Então, quando a gente pensava que teria uma vida normal, porque fazer hemodiálise, ter uma vida com alguém que faz hemodiálise não é normal, não é natural, veio essa outra tempestade que a gente não esperava, que é o covid.

A minha mãe, por ser transplantada, tinha chance de ter o agravamento da doença, assim como teve. Ela ficou dois dias em oxigênio e depois foi intubada. Inclusive, quando ela estava com oxigênio, eu não sei se o nome é esse, máscara concentradora, mas é uma máscara que eles usam acho que na enfermaria, que se chama, que ela tem um saco aqui assim, não é como uma outra, só o cateter, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

caso. E essa máscara... Ela passou uma noite com essa máscara furada, esse saco que ficava embaixo. Então, acho que isso, com certeza, deve ter agravado o quadro de saúde dela, tanto que esse detalhe quem percebeu fui eu que estava lá, estava acompanhando o meu pai, e ela estava no mesmo hospital que o meu pai. Então, de vez em quando, eu ia olhá-la, de vez em quando, eu ia olhá-lo, e notei que ela estava com essa máscara furada. Trocaram, mas de qualquer forma o quadro dela acabou se agravando. Então, ela passou oito dias intubada, até que veio a óbito.

O meu pai, no período em que ela estava internada, também esteve internado e se recuperou da covid. Ele tinha uma doença preexistente de que ia começar o tratamento, que era o câncer. Então, quando ele saiu do tratamento da covid, de que ele tinha se recuperado, ele um dia depois foi internado de novo, porque o câncer dele tinha se generalizado por todo o corpo. Não tinha mais como continuar o tratamento, nem começar; o que antes dava não dava mais, bem rapidamente.

Então, dois dias depois do falecimento da minha mãe, meu pai foi internado. E a gente não teve nem tempo de sofrer pela minha mãe, não é? Porque eu... Por exemplo, minha mãe tinha falecido há dois dias, e já tive que estar com meu pai no hospital, não tive nem oportunidade de chorar nem nada do tipo, porque eu não podia ficar chorando na frente do meu pai, não é? Eu tinha que passar que estava tudo bem, tinha que mostrar força, não é? Então, ele passou acho que foram 13 dias internado e veio a óbito também. Foi uma diferença de 14 dias do meu pai e da minha mãe. Quando meus pais faleceram, a gente não perdeu só os pais, a gente perdeu uma vida, não é? Uma vida de alegria... Eu costumo dizer que a gente vive uma vida de alegria com momentos de tristeza, uma vida normal, sempre tem alguma coisa assim, mas hoje a gente vive uma vida triste, com uma ou outra coisa que deixa a gente alegre. Então, eu penso dessa forma.

A minha mãe era minha mãe, mãe da Juliana, minha irmã de 11 anos, mas ela era mãe de muitas outras crianças, não é? Porque minha mãe era articuladora de uma rede que é a Rede Amiga da Criança e do adolescente, essa rede que tem várias organizações não governamentais que cuidam do direito das crianças, lutam pelos direitos. Então, ela, por muito tempo, foi uma pessoa que lutou por esses direitos, mudou muitas histórias. Então, acho que foi uma perda que extrapolou o convívio familiar, não foi só dentro da minha casa, na minha família. Por ser uma pessoa importante socialmente, foi uma perda que extrapolou realmente; menos uma mente nesse sentido.

Eu, meus pais e a minha irmã, nós éramos muito unidos, muito mesmo. Quem conhece sabe que, onde nós estávamos, a gente estava junto. Então, quando meus pais faleceram, a gente perdeu as pessoas que a gente mais amava. E eu, tipo, vi que eu precisava da minha irmã e ela precisava de mim. Eu me apoiei nela e ela se apoiou em mim. Então, desculpa... (*Pausa.*)

A partir daí, eu pensei que eu não poderia mais ficar sem ela, assim como, pra ela, ela não poderia ficar sem mim. Então, a gente... Eu decidi que eu precisava mesmo ficar com a guarda dela, porque eu queria ter garantia de que eu passaria, de que ela estaria comigo o tempo todo, e ela também queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

estar comigo o tempo todo. Então, foi bem natural mesmo pra mim. Eu assumi esse desafio por amor mesmo. E é isso.

Hoje a gente tem mais de 600 mil vítimas, não é? Mais de 120 mil órfãos. Então, o Governo tem responsabilidade por essas vidas.

Assim que tudo aconteceu, eu senti dois impactos. Eu e minha irmã, a gente teve um impacto emocional a princípio e, depois, impacto financeiro – impacto emocional porque, diante do contexto, diante do que aconteceu, a gente não estava bem psicologicamente, assim como a gente não está até hoje.

Então, a gente tem esse impacto e o impacto financeiro, porque a gente tinha os dois esteios da nossa vida, os dois pilares, as pessoas que cuidavam da gente, que sustentavam e faziam tudo, a gente não tinha essa responsabilidade. A gente passou a não ter e também a não ter quem nos ajudasse com isso. A gente teve pessoas próximas, familiares e amigos da minha mãe, que, com o pouco que tinham, começaram a ajudar a gente. E a gente está aqui agora, né?, vivendo, continuamos vivendo, mas a gente sentiu muito essa falta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Peço desculpas ao Senador Humberto, mas a gente tem algumas curiosidades, Giovanna.

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Você tem 19 anos?

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA (Para expor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você é solteira?

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Morava com seus pais?

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E você estudava só?

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Estudava, só estudava.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não trabalhava?

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você perdeu seu pai e sua mãe num espaço de 14 dias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ficou só você e sua irmã de dez anos?

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou pedindo desculpas, Senador Humberto, porque, assim como você, Giovanna, nós temos muitos brasileiros e brasileiras dessa forma...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e isso nos deixa muito constrangidos. Ninguém vai conseguir trazer seu pai nem a sua mãe de volta. Mas nós temos umas obrigações. A obrigação é não permitir que você fique ao léu. Eu não sei como é que você está vivendo hoje, deve ter tio, tias, parentes...

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Avós...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que estão ajudando você, mas a tua responsabilidade, com 19 anos, de dar educação e criar uma irmã de dez... Você ainda nem amadureceu pra ser mãe e já se torna uma mãe porque a vida lhe impôs isso.

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma coisa que realmente nos deixa bastante comovidos, e indignados com tudo que aconteceu. Por isso que eu peço desculpas ao Senador, até pra ela dizer para o Brasil que está vendo agora que você é uma jovem de 19 anos que vivia só pra estudar, porque seu pai e sua mãe garantiam o seu sustento e da sua irmã, e hoje isso mudou no estalar de dedos.

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A tua vida mudou, como as vidas de muitos brasileiros mudaram por causa dessa questão.

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixe-me só fazer uma pergunta ao Relator, Sr. Presidente. Ele me pediu que eu apresentasse algumas contribuições ao relatório – ouvindo aqui mais uma história dolorosa como essa –, ele pediu que apresentássemos algumas propostas. Eu apresentei uma sobre órfãos da covid. Eu pergunto ao Senador Renan Calheiros... Pergunto ao Senador Renan Calheiros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Estou ouvindo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, mas, quando a gente ouve, a gente olha, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não. São sensos diferentes, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Desculpe-me, está bom, está bom. Eu costumo olhar com quem eu falo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu estava olhando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ah, está bom, está bom. Eu queria saber se foram acolhidas as propostas que V. Exa. me solicitou sobre órfãos da covid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Na proposta que estou fazendo ao G7 e à Comissão Parlamentar de Inquérito, as propostas de V. Exa. foram acolhidas na inteireza delas.

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA (Para expor.) – Continuando. Então, hoje a gente tem esses mais de 600 mil mortos pela covid, essas mais de 120 mil crianças e adolescentes órfãos por conta da covid. Inclusive, essa ajuda de custo que o senhor mencionou é de extrema importância, mesmo porque eu e minha irmã, a gente sentiu isso diretamente, assim como está sentindo até agora. Inclusive, eu tenho uma dúvida sobre isso, porque a minha mãe faleceu de covid e meu pai faleceu com uma sequela da covid. Ele tinha um câncer que ainda poderia ter um tratamento; ele pegou a covid; e o câncer dele se generalizou a ponto de não ter mais tratamento; e depois ele faleceu de câncer. Então, isso daí vai contemplar a gente, por exemplo, eu e minha irmã? A pergunta era essa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Vai contemplar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Se vai contemplar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não; eu estava dizendo bem assim: o pai dela morreu em consequência da covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso que eu estou dizendo pra eles, está entendendo?

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Ah, tá. Então, contempla, não é? Porque era uma dúvida que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando você fez o depoimento, eu falei para o Randolfe: "Randolfe, o pai dela faleceu em consequência da covid".

A SRA. GIOVANNA GOMES MENDES DA SILVA – Sim. E, além disso, também o apoio psicológico. Hoje eu e minha irmã temos psicólogo e psicopedagogo porque alguém se propôs a fazer gratuitamente, um amigo, mas a gente não teria se não fosse isso. Então, também é importante essa ajuda psicológica.

E é isso. Como até a Constituição diz que crianças e adolescentes são prioridades absolutas no que diz respeito a políticas públicas, então, essas políticas que vocês já citaram são o mínimo mesmo e são importantes.

É isso. Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós que agradecemos, Giovanna. Nós que agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Katia, você.

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Katia é da Região Sudeste, São Paulo, perdeu pai e mãe por covid. Acompanhou a mãe em sua internação da Prevent Senior. E o tratamento recebido: *kit* covid.

Eu só estou falando isso pra quem está ouvindo saber quem é você.

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS (Para expor.) – Sim.

Eu moro em João Pessoa atualmente, mas os meus pais eram de São Paulo e eu sou de São Paulo capital também.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer e parabenizar a todos vocês pelo trabalho que vocês estão fazendo na CPI; e agradecer também a oportunidade – primeiramente, a Deus, e a todos vocês – de estarmos aqui contando um pouco da nossa história. Eu tenho certeza que essa história não é só minha, não é só de cada um que está aqui, mas nós estamos representando esses mais de 600 mil mortos. E eu queria dizer o quanto significa pra mim estar aqui hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Eu não... Depois que aconteceu esse problema com os meus pais, eu não perdia um dia de CPI. Eu resolvi acompanhar tudo, eu queria saber o que estava acontecendo. Eu não conseguia... Eu fiquei muito impactada com a situação e fiz do meu luto uma luta: eu prometi pra mim mesma que eu não ia me calar, que eu ia seguir até o fim. E, pra minha surpresa, hoje eu estou aqui representando essas vítimas.

Quando eu perdi os meus pais, eu me via como se eu estivesse num buraco. Eu me sentia só, vazia. Num lugar vazio, eu gritava, e era como se ninguém estivesse me ouvindo. E, depois que vocês criaram essa CPI, isso me aliviou bastante, porque a gente conseguiu descobrir quantas coisas aconteceram no nosso País. A gente sabe que, através desta CPI, a gente conseguiu ver quantas coisas poderiam ser evitadas, quantas mortes poderiam ser evitadas, quantas tragédias poderiam ter sido evitadas.

Eu vou contar um pouco... Faltou, na verdade, o trabalho do Governo, que deveria ser mais sério, de tratar com mais seriedade toda essa pandemia por que nós passamos e estamos passando ainda aqui no Brasil.

Eu vou contar um pouco da minha história com os meus pais. Já fazia um ano que eu não via meus pais, por conta da pandemia. A gente sabe que foi uma coisa que fez com todo mundo isso, afastou todo mundo, porque não podíamos ter contato. E, aí, faltando uma semana para o meu pai poder ser vacinar, porque não tinha vacina ainda, ele acabou contraindo o vírus. No dia 18 de março de 2021, a gente teve que levá-lo para o hospital público, e ele foi internado.

A última vez que eu vi meu pai foi quando a minha irmã, que estava acompanhando ele na internação, fez um vídeo para mim, e ele falou comigo ainda. A gente ainda estava achando que ele ia sair dali. E ficamos esperando por isso. Só que a minha mãe também contraiu o vírus. Infelizmente, ela também estava contaminada. Ela tinha o plano de saúde da Prevent Senior. Meu pai não tinha, mas ela tinha. Ela era associada já há 15 anos da Prevent Senior, e a gente tinha muita confiança nesse plano. Ela passou por alguns tratamentos de câncer, porque ela teve dois cânceres, mas ela conseguiu superar. Já fazia um ano que ela tinha tido alta.

E aí a minha irmã – eu ainda não tinha chegado, eu só cheguei no dia 19 – fez a chamada de vídeo com a Prevent Senior, aquela telemedicina. Não fizeram nenhum exame com ela, e acabaram mandando o *kit* covid para ela. A gente recebeu esse *kit* covid, começamos a medicá-la, mesmo sabendo – porque a gente tinha algumas dúvidas sobre todos esses remédios – que não era eficaz, mas como você vai falar para uma idosa de 71 anos que confia no convênio que aquele remédio que o médico mandou para ela, para cuidar dela, na cabeça dela, esse remédio não estaria fazendo nada? Nós começamos a dar o remédio para ela. Nesses dias eu já estava em São Paulo, já estava em 19 de março. Uma coisa para que a gente tem que chamar bastante a atenção é que eu estou falando de 2021. Nós não estamos falando de março de 2020, porque em março de 2020 ainda tinha muita dúvida – março,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abril – com relação a como a gente iria combater essa pandemia, mas nós estamos falando de 2021. Então, nesse *kit* vinha hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina, colchicina, vitamina C com zinco, vitamina D e suplementos alimentares.

Começamos a fazer o tratamento e o meu pai continuava internado no hospital. Só que no dia 21 a gente percebeu que a saturação dela estava oscilando muito, chegando até a 88. Ficamos bastante preocupadas. Comuniquei às minhas irmãs, e a gente a levou, no domingo, ao hospital, nesse dia 21, à Prevent Senior que ficava na unidade da Mooca. Estava bem lotado o hospital, nós chegamos a ficar ali por volta de três horas para ser atendidos. O médico só fez aquele... Examinou normalmente, tirou a saturação dela. Lá no hospital, como estava oscilando, apresentou uma saturação de 94. O médico, para nossa surpresa, não fez nenhuma tomografia, não fez nenhum exame mais profundo para saber como é que estava a situação dela. Inclusive, a minha irmã falou que gostaria que pedissem uma tomografia. Ele falou que o hospital da unidade da Mooca não estava separado só para atendimento covid, ele estava atendendo várias pessoas, e que a máquina de tomografia ali seria complicado usar, porque tinha outras pessoas lá dentro que não estavam com covid. Aquilo a gente já achou bastante estranho, mas aí ele falou: "Olhe, se vocês quiserem esperar, vocês podem esperar, mas vai demorar por volta de umas três horas até conseguir higienizar tudo lá e tal". E a minha mãe já estava há três horas na espera. Ele falou: "Olhe, resolvemos não fazer a tomografia". Na verdade, ele não quis fazer, a gente que questionou. E a gente foi embora para casa. Isso já era quase meia-noite.

Quando eu cheguei a casa, a minha mãe... Oscilou de novo a saturação dela. Inclusive, o médico tinha falado que não poderia fazer nada, porque o protocolo do hospital era que, abaixo de 90 a saturação, eles teriam que fazer algum procedimento mais profundo. E aí a gente chegou a casa, oscilando de novo a saturação dela. Inclusive, eu liguei novamente para a telemedicina, para ver como que eu poderia agir naquele momento, mas a médica que atendeu, inclusive, não foi muito receptiva e acabou falando que teria que voltar para o hospital. Eu falei: "Não tem como a gente voltar, porque eu acabei de voltar do hospital agora". Minha mãe já estava muito cansada, a gente resolveu deixá-la descansando um pouco.

E tomamos a decisão de levar minha mãe logo cedo para o hospital novamente, na segunda-feira. E aí a gente a colocou no carro; depois, a gente a levou para o hospital. Estava muito baixa... Ela chegou a sair de casa com oxigênio já – de dentro de casa, a gente providenciou oxigênio, porque o meu pai tinha enfisema pulmonar, então, nós tínhamos esse oxigênio em casa. E nós a levamos até a unidade, de novo, da Prevent Senior na Mooca. Aí, sim, tiraram a saturação dela, estava baixa, fizeram os exames e viram que o pulmão dela estava 50% comprometido. Só que não tinha vaga no hospital. Nós ficamos aguardando, e a mãe conseguiu a transferência para a unidade de Pinheiros, o Sancta Maggiore, às 3h da manhã. Só que, nesse mesmo dia, segunda-feira, 22 de março, antes mesmo de a gente levar minha mãe para o hospital, a minha irmã recebeu uma ligação do hospital em que meu pai estava internado. Ela foi lá, e, infelizmente, a gente recebeu a notícia de que o meu pai havia falecido. Nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

conseguimos nem viver o luto direito, porque a minha mãe já estava no hospital. Eu fiquei com a minha mãe, eu não acompanhei o sepultamento do meu pai. Ele acabou... Eu fiquei com a minha mãe no hospital, e a minha irmã providenciou todos os procedimentos para o sepultamento.

E, assim, pra gente... Pra piorar mais ainda – não é? –, naquele dia em que o meu pai faleceu, chegou a quase 4 mil mortos: foi o pico da segunda onda da pandemia. E a minha irmã teve que ir na funerária, com o carro da funerária – infelizmente ela passou por todos esses problemas –, porque, quando ela chegou lá no necrotério, não estavam encontrando o corpo do meu pai; eram muitos corpos, naquele necrotério, dentro dum saco preto. E o rapaz que estava lá, que era o responsável, pediu a ajuda dela ainda, pra ela procurar o corpo do meu pai; e ela saiu procurando o nome dele, ficou procurando, e via que tinha sacos maiores e menores. Para quem não sabe, quem morre de covid é enterrado nu, dentro de um saco, sem direito a despedida nenhuma. Ela ainda teve que pegar esse corpo do meu pai, e o rapaz... Era tanto corpo, que ele falou: "Olha, eu preciso da sua ajuda". E ela teve que colocar o corpo do meu pai dentro do caixão. E a gente... Eles foram ainda até o cemitério. Chegando lá, o rapaz da funerária falou que, se não se importassem, ele teria que deixar o corpo do meu pai no chão, na terra, porque ele tinha muitos corpos ainda pra procurar e buscar. Só conseguimos fazer uma oração rápida de despedida do homem que ensinou a gente a ser as mulheres que somos hoje – não teve nem uma despedida digna. E eu tenho certeza de que isso não aconteceu só com o meu pai, isso aconteceu com muitos brasileiros – muitos brasileiros.

Voltando à situação da minha mãe, a gente continuou, eu revezei com as minhas irmãs lá, cuidando da minha mãe. Ela passou sete dias na enfermaria do hospital, eles deixavam a gente acompanhar. O hospital estava muito cheio, a gente teve muitas dificuldades, a máscara dela escapava a toda hora, a do oxigênio; o oxigênio dela estava já nos 15 litros – o oxigênio dela –; a saturação dela não melhorava. E ela pedia pra mim: "Filha, eu quero... Eu estou com sede, eu quero água". E a enfermeira dizia que eu não podia nem tirar a máscara pra dar água pra ela, porque ela estava tomando a água espessa – que era espessada com um material que eles colocam pra deixar ela mais grossinha, pra não engasgar. E aí a enfermeira falou que a situação dela estava bem complicada, e eu peguei uma gaze e molhei a boca dela pra aliviar um pouco a sede dela.

Por isso é que eu falo que, quando a gente vê um Presidente da República imitando uma pessoa com falta de ar, isso, pra nós, é muito doloroso. Se ele tivesse ideia do mal que ele faz pra Nação, além de todo o mal que ele já fez, ele não faria isso.

A minha mãe piorou. Teve uma noite em que ela foi pronada, ela já estava saturando em 77; eu cheguei a falar com os médicos, falei pra ele que eu queria, eu achava que o estado dela estava muito complicado, que ela teria que ir... Se ela não precisava ir para a UTI. Ele falou: "Não, a hora que precisar, pode ficar tranquila que a gente leva".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu já comecei a desconfiar, pela situação, porque estava faltando leito na UTI. E aí demoraram mais dois dias, conseguiram levar a minha mãe para a UTI. Inclusive fizeram uso do medicamento flutamida para ela, mesmo sem o nosso consentimento – a gente não autorizou. E ali ela passou mais 26 dias na UTI. Ela passou por vários procedimentos e, infelizmente, no dia 26 de abril deste ano, ela nos deixou também.

Nós perdemos o nosso pai, a nossa mãe, os amores da nossa vida e isso me fez... A dor é grande, mas a vontade de justiça é maior, por isso que eu estou aqui hoje. Eu estou aqui hoje para representar essas várias famílias que passaram pela dor que passamos e é por isso que eu fico tão emocionada de estar aqui.

Aqui, este lugar, representa pra mim uma vitória, porque eu sei que a justiça vai acontecer, todos vocês vão conseguir fazer a justiça com cada um, porque não são só números, são pessoas, são vidas, são sonhos, são histórias que foram encerradas por negligências, por tantas negligências, e nós queremos justiça. O sangue dessas mais de 600 mil vítimas escorre nas mãos de cada um que subestimou esse vírus. A vacina é a única solução para vencermos.

Aproveito e faço um apelo. Se você ainda não tomou a vacina, tome a vacina, por favor, aproveite essa oportunidade. Meus pais não tiveram essa oportunidade e poderiam estar aqui conosco. Ainda hoje, por favor, tomem a vacina.

Eu peço desculpas pela emoção, mas é porque é muito difícil a gente ver tanta coisa que aconteceu neste País, mas eu tenho certeza de que a justiça será feita.

Eu agradeço a oportunidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Katia.

Acho que a gente vai precisar de... Vamos precisar de bastante... As vozes de vocês, eu acho, trazem para esta CPI a dimensão da nossa responsabilidade, em nome de quem e por quem nós estamos aqui.

Compartilhamos todos nós a tua emoção, Katia – compartilhamos todos nós.

Dando sequência, queremos ouvir agora uma vítima da pandemia, o Sr. Arquivaldo Bites Leão Leite, que está em tratamento pelas graves sequelas da pandemia.

Sr. Arquivaldo, a palavra é com o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARQUIVALDO BITES LEÃO LEITE (Para expor.) – Olá, Sr. Presidente, Senador Randolfe; Sr. Relator, Senador Renan Calheiros; demais Senadores, companheiros da associação Vida e Justiça, de apoio e defesa das vítimas da covid.

Estou aqui representando a Região Centro-Oeste não com satisfação, mas com muita responsabilidade, porque essa associação... A partir do momento em que... A partir do momento em que nós passamos a participar dessa associação, a gente sentiu também outra força. Então, agradeço muito aos membros, aos dirigentes da associação Vida e Justiça por tudo que têm feito e ainda farão para as vítimas e parentes de pessoas vitimadas por essa covid.

Sr. Presidente, me permita fazer um breve relato. Procurarei ser breve.

Meu nome é Arquivaldo Bites. Sou de uma família numerosa. Nós somos 20 irmãos. Eu tenho 12 filhos, 12 tios também e centenas de primos. Desde o início dessa pandemia, toda a nossa família, nós nos reunimos pelo sistema de internet todos os domingos, às 15h, sempre procurando conscientizar uns aos outros da importância do isolamento social, do uso de máscara, isso já logo no início da pandemia.

No decorrer de todo esse período, ainda no ano passado, nós fomos, em vários momentos, hostilizados por setores da sociedade que eram levados pela liderança presidencial, dizendo que, se a gente queria isolamento, então a gente fosse dar alimento para as famílias pobres. E, realmente, nós fizemos campanhas solidárias de alimentação, de arrecadação de alimentos para as pessoas.

Procuramos sempre observar as normas de isolamento, de uso de máscara, mas, lamentavelmente, essa pandemia, aos poucos, foi chegando à nossa família. Ainda no mês de julho do ano passado, um primo nosso, primo primeiro, médico, que já era aposentado pelo antigo Inamps, que é o Ministério da Saúde hoje, trabalhava ainda. E nós falamos para ele: "Breno, pare de trabalhar". Ele disse: "Não. O Brasil nunca precisou de mim tanto como agora". E continuou trabalhando. Passados alguns dias, ele, que tinha 76 anos, foi infectado e veio a falecer. Logo em seguida, tivemos outro primo, primo primeiro, o Milton, que também foi infectado e veio a falecer. Com esses dois falecimentos, a nossa preocupação aumentou ainda mais. E aí passou um tempo sem a gente ter vítimas na família, mas sempre com vítimas que eram amigos. E, a cada amigo, a cada parente que a gente perde, é um sofrimento na nossa família.

Neste ano, perdemos um tio que trabalhava nas lides rurais. Foi à cidade fazer umas comprar lá e voltou. Três dias depois começou a passar mal; aí foi para o hospital. Em oito dias, estava falecido; nós não tivemos a oportunidade, assim como os outros também, de vê-lo, nem sequer de acompanhar o enterro. Depois, este ano, nós fizemos campanha por vacina, e essa vacina nunca vinha, até que, no dia 30 de... Até foi no dia 30... No dia 18 de março, o nosso irmão caçula veio a ser infectado e, no dia 30 de março, o nosso irmão caçula, de 20 irmãos, veio a falecer. O primeiro, trocando totalmente a ordem. Não que nós quiséssemos que os mais velhos falecessem, nós não queríamos que nenhum falecesse,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas ele veio a falecer. E, depois, mais seguidamente, dois sobrinhos vieram a falecer – são seis membros.

Nesse período... E nós fizemos campanha pela internet – porque, nesse período, a gente não estava saindo de casa – para a vacina já e também pelo auxílio para as pessoas necessitadas – viemos sempre nessa luta.

Quero fazer um registro: o início desta CPI, para nós, foi um momento muito importante, porque essa CPI passou a dar outra visão também para nos apoiar na luta lá, no interior de Goiás, para a questão da conscientização em relação à questão da prevenção, da vacina e tudo o mais. E isso fazendo, fizemos...

Mas quero dizer para vocês que a morte do nosso irmão caçula foi um marco, um marco que nós inclusive passamos a deixar de lado para participar das atividades de rua. Inclusive, o meu irmão Arquidones Bites, Professor Arquidones Bites, e eu também, usávamos no nosso carro a faixa "Bolsonaro genocida! Fora Bolsonaro genocida!" E ele chegou a ser preso por perseguição da Polícia Militar, por essa posição de "Bolsonaro genocida".

Hoje, a gente... Nós fomos vítimas da polícia, e hoje está confirmado, está em tudo... A imprensa, todo mundo determina, coloca que esse Presidente da República efetivamente provocou um genocídio premeditado ao atrasar as vacinas, ao fazer campanha contra o distanciamento e contra todos os procedimentos orientados pela medicina. Daí a importância que, inclusive, nós passamos a inserir nessa associação, como forma de organizar as pessoas que sofreram – vítimas.

Quero dizer que no mês de julho faz exatamente – 18 de julho – três meses que eu fui acometido pelo coronavírus. Esses últimos 90 dias têm sido muito difíceis para mim. Nos primeiros dias, com a saturação chegando a 85, 86, a gente... Tinha dia em que a gente... À noite a gente pensava: "não vou amanhecer o dia". É essa a sensação que a gente sente, Senador Humberto, à noite, quando o tempo vai esfriando um pouco mais e a gente vai sentindo a falta de ar.

No 18º dia em que eu estava em tratamento, eu sofri um derrame facial, auditivo, ocular e que também prejudicou um pouco parte do meu corpo, e a partir desse dia eu não consigo mais andar sozinho. Eu não estou usando um andador por teimosia, mas eu sinto... Eu começo a andar e me desequilibro. Isso por quê? Porque é uma questão, me parece... Não sei, Dr. Humberto, se é labirintite, mas com o ataque ao ouvido perdi esta audição, não estou ouvindo do ouvido direito, e com isso a gente perde o equilíbrio. A força a gente mantém um pouco apesar do cansaço.

E aí, neste momento... Meu tempo de dez minutos já se foi; me permita, Omar Aziz, mais um momentinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu gostaria de dizer aos membros, e fico feliz – eu sempre procuro acompanhar, mas a gente não consegue ouvir tudo –, mas para trazer alguns pedidos de esta CPI garantir a memória das vítimas e da forma como foi cuidada ou não cuidada a pandemia no Brasil nesse ano passado e neste ano. É fundamental que a gente garanta a memória do que nós estamos passando, de março do ano passado até os dias de hoje, e ainda vamos continuar passando, para que nunca mais, no Brasil, se repita o que está acontecendo agora. Precisa de...

É fundamental os Srs. Senadores e o Congresso Nacional constituírem leis para efetivamente estabelecer normas preventivas sanitárias para que se garanta que nunca mais um Presidente da República vá à rua sem máscara e incentive, enquanto a comunidade científica determina outro procedimento. Então, eu tenho... Porque existe a legislação atual, que serve para todo cidadão, mas infelizmente o Presidente da República tem feito todas essas provocações, essas ilegalidades, esses crimes, e ainda não tem uma forma, ou melhor, se tem eu não conheço, e se tem não tem sido colocada em prática, para punir, para evitar que esse cidadão Presidente da República continue fazendo o que está fazendo. Eu não sei por quê, porque eu tenho comigo – eu não sou advogado, eu sou servidor público da área de Comunicação Social, sou jornalista –, eu sei que a lei é feita para todos cumprirem, mas, aqui no Brasil, o Presidente da República faz questão de não cumprir a lei, e infelizmente a própria legislação me parece que ainda não tem uma forma de evitar esse abuso de autoridade. Pra mim é o cúmulo do abuso de autoridade o que esse Presidente da República tem feito.

Então, é garantir a memória, constituir leis que efetivamente empoderem qualquer fiscal da vigilância sanitária a barrar um cidadão comum, um Vereador, um Prefeito, um Governador, um Deputado, um Senador e até o Presidente da República, como também um Ministro do Supremo. Então, se acontecer isso, pra mim essa vinda minha aqui hoje valerá a pena. Já está valendo, por tudo que esta Comissão já tem feito, porque sinceramente, se não fosse esta Comissão, eu acho que nós ainda estaríamos chorando muito mais outras mortes.

Quero registrar: no dia 19, quando eu estive conversando com o médico conversando, ele falou assim: "Sr. Arquivaldo, o senhor tomou as vacinas?", porque eu contei pra ele da morte do meu irmão e que ele não tinha tomado as vacinas. Eu falei: "Eu tomei, doutor. Eu tomei a primeira dose tal dia e a segunda dose tem 15 dias". Ele falou: "E você sabe por que nós estamos aqui conversando dessa forma? Porque você tomou a vacina. Se você não tivesse tomado a vacina, possivelmente nós não estaríamos conversando nesse dia".

Então, eu digo: eu estou aqui, Srs. Senadores, todos vocês, Sr. Presidente Omar Aziz, eu estou aqui hoje porque eu tive a oportunidade de tomar vacina a tempo. O meu irmão caçula não teve essa oportunidade, como 603 mil pessoas – dessas, quantas mortes também não poderiam ter sido evitadas?

Bem, com essas palavras, eu gostaria de finalizar e simplesmente agradecer ou fundamentalmente agradecer a oportunidade de estar usando este momento para fazer este pedido, Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan e todos os demais Senadores: que a gente lute para um Brasil diferente desse que nós estamos vivendo, um Brasil em que efetivamente a lei sirva para todos, um Brasil onde uma pessoa não venha a ser infectada num momento desse por irresponsabilidade. E um detalhe que eu esqueci, rapidamente: quando a gente fazia campanha, eram as pessoas fazendo chacota em cima da gente. Quantas vezes a gente foi ironizado, porque a gente lutava pelo uso da máscara e chamava pela vacina e tudo mais? Que isso nunca mais aconteça no nosso Brasil.

Muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado ao senhor.

Faz praticamente dois anos que o primeiro caso da covid apareceu no mundo, na China, acho que já dois anos atrás. E, por incrível que pareça – o senhor falou uma coisa aí –, até hoje nós não temos um protocolo do SUS para tratamento de covid porque o Ministro da Saúde e a Conitec ainda não votaram um trabalho, um estudo de protocolo para o Sistema Único de Saúde, para o Sistema Único de Saúde adquirir esses tipos de medicamentos para tratamento de Covid. Então, até hoje, infelizmente, não há absolutamente nenhum protocolo para tratamento de covid no Brasil. O que tem e que é propagado... Nós sabemos muito bem o que aconteceu com centenas de milhares de pessoas por estarem acreditando naquilo que o Governo Federal prega.

Vou ouvir a Sra. Rosane Maria dos Santos Brandão.

A SRA. ROSANE MARIA DOS SANTOS BRANDÃO (Para expor.) – Boa tarde!

Eu sou Rosane Maria dos Santos Brandão, sou do Estado do Rio Grande do Sul, cidade de Pelotas.

Meu esposo, João Alberto dos Santos Pedroso, conhecido como Bola, foi mais uma vítima da covid. Eu costumo dizer que ele foi assassinado. Os primeiros sintomas, o Bola teve no dia 11 de abril; foi hospitalizado no dia 16, e esse foi o último dia em que eu vi o meu companheiro de 21 anos de vida juntos. Ele morreu no dia 26 de abril.

Bola era de Santiago, uma cidade do Rio Grande do Sul também, um sujeito simpático, sorridente e alegre, com muitos amigos, muito amado por todos. Era servidor, técnico-administrativo da Universidade Federal de Pelotas, e deixa saudades.

Eu não vou precisar dizer para vocês aqui que ouviram todos os depoimentos que me antecederam o quanto muda a vida da gente, o quanto a gente sofre, enfim... Eu acho que você já conseguiram entender isso com os sobreviventes que estão aqui à volta.

O Bola teve a vida abreviada por uma política genocida. Nós esperamos por uma vacina que chegou tardiamente e a conta-gotas para toda a população. Senhores, tem várias maneiras de o Estado matar o seu povo, e a falta de política pública é uma dessas. A vacina não chegou para o Bola e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegou para milhares de vítimas. Saúde pública depende de decisões políticas e de ações políticas. Vocês escutaram aqui as vozes de mais de 600 mil mortos, e 490 mortes eram evitáveis, não fosse essa política de extermínio do povo brasileiro.

Nós não estamos nos lamentando, não estamos indignados com o ciclo natural da vida. Nós sabemos que as pessoas nascem e nós sabemos que as pessoas morrem, mas nós estamos falando daqueles que deveriam estar entre nós neste momento não fossem as escolhas deste Governo.

Se manifestam aqui, através de nós, esposas, esposos, todas as vozes; se manifestam as pessoas que perderam os seus amores, vítimas do negacionismo, da incompetência, da ignorância, da maldade das *fake news,* que levaram o nosso País ao caos.

A Associação Vida e Justiça entregou a esta Casa um documento denunciando e apontando caminhos: denuncia a negligência e as fragilidades sociais e econômicas da maioria dessas vítimas e cobra urgência nessas demandas. A associação é a nossa voz.

O Senador Renan... Acredito que foi o Senador Renan e também o Senador Omar Aziz que falaram um pouco em relação às políticas que o Senado pretende implantar. Eu peço que vocês deem uma atenção especial a uma das propostas em relação a isso, que é a proposta de constituição de uma comissão nacional com civis, mais ou menos nos moldes da Comissão da Verdade, que se instituiu anteriormente no Brasil em razão da ditadura civil e militar que assolou o nosso País em determinada época.

Nós sabemos que não se substituem pessoas, e são milhares de órfãos. E esta CPI tem um papel fundamental. Então, Srs. e Sras. Senadores, vocês precisam de coragem. Não entrem para a história ombreando com os fascistas e com os canalhas, coloquem um ponto final nesse genocídio. As nossas esperanças estão na nossa Casa, nesta Casa. Honrem os nossos mortos, diferentemente do que fez o Presidente da República. Garantam memória, garantam verdade, garantam reparação. Entreguem o relatório final fiel às barbaridades e atrocidades que vocês ouviram aqui, o desprezo pela ciência, a negligência e o descaso.

Cada um de nós, e vocês ouviram, tem uma história diferente pra contar. E nós queremos contar essa história, porque a gente não elabora o luto no silêncio do esquecimento, nós precisamos falar e nós precisamos ser escutados.

Eu vejo aqui placas com o número de mortos nesta CPI. E vejo como nós vamos ter dificuldade de tratar desse assunto quando eu vejo também pessoas que comemoram os sobreviventes nesta CPI, como se a gente pudesse, no holocausto, ficar feliz com aqueles que não morreram e esquecer aqueles que foram mortos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me despedir aqui me solidarizando com todas as vítimas, do País todo. Quero dizer, aos que ficaram, que vai restar um caminho difícil, penoso, doloroso. Mas eu escutei aqui meus colegas que me antecederam e que junto comigo lutam por vida e por justiça. Vocês têm minha reverência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua indignação é a indignação de todos nós, e tenha certeza de que o que nós estamos procurando, desde o primeiro momento, não é nos vingarmos, porque isso não vai resolver a vida das pessoas, mas fazer justiça, fazer justiça naquilo que acreditamos que sirva de exemplo pra futuras gerações, para que quem quer que esteja no poder de plantão saiba que uma vez, no Brasil, teve uma pandemia que levou a vida de milhares de brasileiros e que pessoas foram responsabilizadas por isso porque foram omissas, não cumpriram seu papel diante da pandemia e foram penalizadas. Isso pode servir de exemplo, e é isso que nós estamos procurando.

Eu vou ouvir agora, por último, o Sr. Márcio Antonio do Nascimento Silva.

Antes disso, Márcio, eu só queria dar aqui uma explicação para quem está nos vendo. Ontem saiu uma matéria, num jornal de grande circulação, que atribuía ao Presidente ter me ligado para tratar do que estava imputado de indiciamento do Presidente. Eu não tive o prazer de receber uma ligação do Presidente. Se tivesse me ligado, todos saberiam pela minha boca.

Uma pessoa de má intenção, má índole, informou a essa jornalista isso. Ela, depois, conversou comigo e me explicou, pediu desculpa por não ter me ouvido. Lógico que eu a desculpei – equívocos e erros todos nós cometemos –, mas reitero que eu não tive o prazer de receber um telefonema do Presidente pra tratar nem desse assunto e nem de outro assunto. Aliás, eu nunca falei com o Presidente pelo telefone. A única vez que eu encontrei o Presidente foi no início do mandato dele, quando eu, acompanhado da Bancada do Estado do Amazonas, estivemos no gabinete dele pra tratar sobre Zona Franca. Então, ele nunca me ligou pra pedir nada, e eu muito menos liguei pra pedir alguma coisa, nem a ele e nem a quem o cerca, nunca pedi absolutamente nada. Tentaram, dessa forma, fazer com que eu me indispusesse com os colegas Senadores, insinuando que eu estou fazendo um joguinho aqui. Eu não faço jogo, não faço jogo, eu faço as coisas pela frente – pela frente.

Então, eu quero só esclarecer: o equívoco foi desfeito, e eu espero que não ocorra de novo. Se alguém um dia, em *off*, de má índole ou de má-fé, fizer uma informação pra qualquer jornalista que seja, é só me ouvir, porque, se falei, falei; se não falei, não falei. Como sempre, fui muito transparente e muito verdadeiro em todas as minhas ações.

O que eu não faço é apontar o dedo pras pessoas. Já apontaram o dedo pra mim, já apontaram o dedo pro Renan, já apontaram o dedo pra muitas pessoas aqui. A gente sempre tem que ter cautela, e eu vou manter essa cautela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há aqui briga de egos. A CPI, ou ela dá certo pra todos ou não dá certo pra ninguém. O que está em jogo não é o meu ego nem o ego do Renan, não é o ego de nenhum Senador ou Senadora; o que está em jogo é justiça para as mais de 600 mil vítimas da covid e também para pessoas que sofrem com sequelas, como o Sr. Arquivaldo, que está aqui hoje, que não terá mais – infelizmente, Sr. Arquivaldo – a qualidade de vida que tinha antes – a sua vida ficou muito pior do que era, o senhor sabe disso, é uma infelicidade muito grande. Isso tudo foi decorrente da má gestão.

Então, nós iremos, sim, pedir a punição, Senador Randolfe, de quem quer que seja... E isso, só pra esclarecer... Pra mim esse é um ponto passado, mas, como algumas pessoas me perguntaram "o Presidente ligou?", digo: não, o Presidente não me ligou, nenhum assessor do Presidente me ligou, nenhuma liderança política do Governo me ligou pra tratar nem sobre a CPI e muito menos de outro assunto. Então, é só pra esclarecer isso, pra que não fiquem dúvidas sobre o comportamento que tive aqui desde o primeiro dia da CPI e desde a primeira entrevista. Desde a primeira entrevista, eu sempre disse que não estou atrás de me vingar de ninguém.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A CPI não está atrás de vingança. Está atrás de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De justiça.

E mais: talvez ninguém tenha sido tão agredido por pessoas conhecidas aí, que nós conhecemos – não vou citar nomes porque não vale a pena –, desde o primeiro dia da instalação, como eu, como Presidente; o Senador Randolfe, como Vice-Presidente; e o Senador Renan, como o Relator da CPI. Não dá pra mensurar se um foi mais ou menos, todos fomos bastante agredidos, mas nem por isso nós vamos levar isso para a CPI. Nós temos outras formas para que se faça justiça também quanto a essas mentiras assacadas, inverdades assacadas contra a gente, tentando nos desmerecer, usando a CPI, dizendo que era um circo. Bom, circo não é, porque no circo tem alegria, ao circo você vai pra se divertir e, aqui, o depoimento de vocês, de todos vocês... O comportamento do Márcio dignifica o trabalho desta CPI e mostra que não tem como a gente rir de nenhum depoimento de vocês.

Então, todos aqueles Senadores e pessoas na internet que vociferavam que isto era um circo, olhem aqui os palhaços! Só que esses palhaços estão chorando, esses palhaços estão comovidos, indignados com a perda que tiveram. Esses palhaços estão aqui hoje, num circo de horrores que não foi feito por nós, mas por pessoas que tem nome, sobrenome, por pessoas que serão indiciadas e pagarão pelos crimes que cometeram. Independentemente das divergências que possamos ter, o objetivo é um só: fazer justiça por vocês, por mim, pelo Randolfe, pelo Renan, pelo Humberto, por todos nós, justiça pra que não ocorra de novo.

Então, aquele que escreveu, aquele que falou que isso era um circo, preste atenção à Mayra e veja se ela tem cara de palhaça; preste atenção à Giovanna e veja se essa moça tem cara de palhaça;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preste atenção à Katia e veja se essa senhora tem cara de palhaça; veja o Arquivaldo, sobrevivente da covid. Aqueles que chamam a CPI de circo, vejam se o Arquivaldo tem cara de palhaço; vejam se a Rosane, que nos deu a honra de estar aqui vindo lá do Rio Grande do Sul, de perto da cidade que eu tanto amo, que é Cacequi, tem cara de palhaça. Vejam agora os negacionistas, aqueles que não enxergam a verdade, vejam...

E eu passo a palavra com muita honra pra você, Márcio. Você representa todos nós na sua atitude como pai, como cidadão, como brasileiro que ama o País e veste verde e amarelo, mas veste verde e amarelo dentro do coração, não é da boca pra fora. Você nos representa, Márcio, você é a pessoa que está aqui representando todas essas 600 mil vidas porque você fez uma coisa de que todos nós temos que nos orgulhar. Ainda existem brasileiros de verdade, existe o Márcio, e o Márcio não tem cara de palhaço, ele não está num circo, ele está aqui pra pedir justiça pelo filho.

A palavra está contigo, Márcio.

O SR. MÁRCIO ANTONIO DO NASCIMENTO SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado, Srs. Senadores. Agradeço a V. Exas.

Aquele dia foi um dia muito... Mudou tudo, eu acho. Eu hoje talvez entenda que mudou até para o País. O meu filho, sabe? O nome dele é Hugo Dutra do Nascimento Silva, um filho muito amado, muito companheiro, um jovem de 25 anos que trabalhava em três empregos. Ele era professor de dança de salão, ele era DJ também nessa área e trabalhava na área de informática. Então, muitas vezes, eu tive que esperá-lo acabar um baile e pegá-lo às 2 horas da manhã, esperar lá e deixar ele no trabalho dele às 4 horas. Até uma menina do trabalho dele um dia me falou: "Cara, quantas vezes eu cheguei e encontrei o Hugo dormindo lá, porque às 5 horas ele já tinha que estar e às vezes ele estava trabalhando até as 2 horas?"

Então, o que eu quero falar é mais de amor, humanidade, sabe? Indignação, mas principalmente de amor, porque aquele meu ato, aquele dia na praia, de recolocar aquelas cruzes – estava sozinho – tinha muita indignação, mas eu quero deixar bem claro pra todos que não tinha nenhum sentimento de ódio nem de raiva. Pelo contrário: é um sentimento de muito amor, entendeu?

Eu vou falar do ato primeiro. Naquele dia eu não participava do ato, eu estava saindo da covid, estava muito fraco, e o médico falou: "Márcio, vai na praia tomar um pouco de vitamina D pra você se recuperar um pouco". E eu até não tinha tanta força pra ir, minha esposa tinha que me levar, me ajudar. Aí resolvi ir com ela. Fomos. Quando eu vi o ato da ONG Rio de Paz – eu vi de longe –, eu vi umas cruzes e eu me lembrei: "Caramba, já completamos 100 mil vítimas!" Quando eu vi aquele ato, eu fiquei um pouco consternado, assim: "Caramba..." Lembrei a coisa do meu filho. E, quando eu cheguei perto, eu senti uma felicidade, falei: "Caramba, alguém está fazendo uma homenagem às vítimas!" Fiquei superfeliz, mas, quando eu cheguei perto, eu vi um grupo... E quero enfatizar bastante: tinha mais ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos umas 60 pessoas, mas tinha um grupo de cinco ou seis pessoas hostilizando muito, hostilizando e falando um montão de besteira. E era uma coisa até irracional, porque ali era uma homenagem às vítimas, parecia que aquelas pessoas eram inimigas do que estavam acontecendo.

E eu já tinha – eu quero relatar –, eu já tinha tido antes um problema muito grave – pra mim é grave, porque, toda vez que eu tenho esse sentimento de raiva ou ódio, pra mim é muito grave. Eu, a três dias de ter enterrado o meu filho... É um desabafo, tá? Não estou querendo acusar ninguém, mas, três dias depois de enterrar meu filho – foi um sábado ou um domingo; eu não guardo a data porque não quero guardar essa data –, eu ouvi aquela fatídica frase: "E daí?" Eu não sei, eu não posso...

Eu não procurei ler, não procurei falar nada, mas, com toda a repercussão, eu escutei lá no meu coração: "E daí que seu filho morreu?". Isso me gerou muita raiva, muito ódio. Isso me fez muito mal. Eu já tinha tido alguns embates, porque, com três dias do meu filho morto, teve um pronunciamento, e aquela confusão, e as pessoas gritando. Eu sou do Rio de Janeiro, eu moro em Copacabana, e uma pessoa estava com um megafone gritando: "E daí? E daí? E daí?", alto. Eu desci, porque eu me senti muito ofendido com aquilo. Quando eu cheguei lá, eu descobri quem era e pedi para a pessoa parar, e a pessoa não parou. Então, foram criando feridas, sentimentos que me fizeram muito mal durante um tempo.

Isso foi uma semana antes de eu ir à praia. Eu fui, eu acho, num domingo. Ali eu tive um ato de desespero, perdi a razão, porque eu não aceitei aquilo, sabe? Fui contido pelas pessoas da rua. Mas eu estava com muitos sentimentos, era muita dor, era muita dor, era muita tristeza. Não dava, não dava! Eu falei para o cara: "Meu filho morreu, cara, e você vai ficar gritando 'e daí?'". Se o cara grita "mito", eu aceito isso, eu aceito a diversidade, eu aceito qualquer coisa, sabe? Eu não estou aqui para acusar. Mas gritar "e daí"? Entendeu? Então, realmente aquele dia eu me desesperei e eu refleti durante a semana.

E, por acaso, foi Deus que fez eu andar na praia aquele dia. Quando eu vi aquele ato dele, eu não entendi. O cara começou a derrubar as cruzes. Eu ainda pensei... A minha esposa estava do meu lado, ela estava preocupada, porque a gente sabe da questão também da violência, da truculência dessas pessoas. Eu sou uma pessoa simples, eu não faço mal a ninguém. Quando eu vi aquela cena, eu fiquei pensando: "Não estou acreditando no que eu estou vendo, não estou acreditando. Isso aí é muito irracional, muita maluquice". O meu ato ali foi um ato de resistência, até por já estar acostumado a esses atos, porque eu sou quilombola, eu venho de origem quilombola. Então, eu já estou acostumado a sentir isso e passar, sabe? Mas só que eu pensei naquela hora: "Caramba, ele vai tirar". Eu olhei em volta e vi que ninguém se mexia, ninguém fazia nada. Aí eu olhei para o pessoal da ONG e eles não podiam fazer nada. Eu falei: "Sabe de uma coisa? Eu vou fazer uma coisa: ele vai tirar e eu vou colocar. Ele pode ficar o dia todo tirando, chutando, e eu vou colocar de volta". Mas, no momento em que eu raciocinei, não tinha realmente... Porque eu estava sentindo... Eu falei: "Será que esse cara não sente que está pisando na cova do meu filho, que está chutando?". É uma falta de respeito muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passou aquilo. Não esperava que desse essa repercussão toda, aconteceu. Mas não parou daí. O problema é que não parou daí.

O meu filho faleceu no dia 20 de abril de 2020. Ainda não tinha 10 mil vítimas. Eu entendo que os médicos fizeram tudo, fizeram tudo pelo meu filho. Acho que eu estou falando um pouco fora. Os médicos fizeram tudo que podiam pelo meu filho. Naquele momento, o tipo de medicação não importava, porque eles não sabiam de nada. Nós mesmos não sabíamos. Então, naquele momento, eu agradeço tudo que aqueles médicos fizeram. Hoje eu não aceito que continuem com essa... Não vou falar "maluquice", porque isso não é maluquice. Falando "maluquice", a gente está colaborando com uma desculpa. É irracionalidade. Eu só posso pensar assim.

O meu filho, o Hugo, começou a passar mal numa sexta-feira. Ele teve um resfriado. Foi em março de 2020, final de março. Ele falou: "Pai, eu estou gripado". A pandemia estava bem no começo, não tínhamos nenhuma informação. Quando chegou no domingo, ele foi ao médico. Ele morava com a mãe dele, mas estava sempre com ele. Ele foi ao médico, e, quando chegou, eu falei: "Hugo, olhe só. Eu estou vendo aqui que a informação que nós temos é que, quando sentir falta de ar, a gente corre para o hospital". Ele falou: "Não, pai, até já fui medicado, mas eu estou piorando". Aí eu falei: "Então...". Aí eu fui lá vê-lo. Aí, como já tinha a coisa da covid, eu falei assim para a mãe dele... E a mãe dele, ao mesmo tempo, ficou também doente. Eu falei: "Olhe, é melhor vocês se isolarem, não ficarem perto de ninguém". Porque meu filho mora do lado com mais três crianças, tinha tido uma chicungunha em anos anteriores e estava bem fraco. E o meu filho ficou totalmente paralisado em 2019 por causa da chicungunha – graças a Deus, hoje já se recuperou. Então, eu falei isso.

Só que ele piorou. Na quarta-feira, ele falou: "Pai, eu estou começando a sentir falta de ar". Corri para a casa dele, fomos para a UPA. E a falta de ar foi aumentando, porque o progresso da doença dele foi muito grande. Quando chegamos à UPA, teve um procedimento normal, fomos muito bem atendidos. Ele já estava com muita falta de ar e fez os exames. O que eu pensei? Como eu moro em Copacabana, pensei... E a gente estava muito tempo lá. Eu falei: "Hugo, enquanto esperamos os exames, vamos à minha casa que eu vou te dar uma sopa, vou te dar alguma coisa". E fizemos isso. Só que ele, consciente, falou: "Pai...". Chegamos a casa: "Pai, vou ficar aqui no carro". Eu falei: "Mas, Hugo, você precisa descansar". "Não, vou ficar no carro, porque eu não quero contaminar, eu posso estar com covid." A gente pensou... "Não quero contaminar ninguém." E ele já estava com muita falta de ar nesse momento. Eu subi para a minha casa, falei com a minha esposa. Ela falou: "Não, ele vai subir, a gente vai isolar a sala, e vamos botá-lo deitado". Fizemos uma cama para ele na sala, isolamos. Como a minha esposa também trabalha na área da saúde, ela já estava, nós estávamos com todos os protocolos em casa. Aí eu forrei, voltei lá e falei com ele. Só que o que aconteceu? Eu moro no primeiro andar, e ele resolveu subir de escada. Nesse momento em que ele subiu de escada, ele quase desmaiou lá em cima! Então, deitou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É por isso que é muito... As pessoas têm que ter noção do que falam, têm que ter noção do que falam! A última vez do meu filho vivo na minha casa, eu fiquei olhando para ele e olhando a respiração dele, olhando o oxímetro. Ele ficava descansando, fiz uma sopa, ele não queria comer, fiz... Esperando para levar de volta para a UPA. Aí eu ficava olhando a respiração dele, olhando, olhando e pedindo... "Não, vai melhorar, vai melhorar."

Aí até que nós fomos para a UPA, nós fomos para a UPA. Voltamos, os exames já estavam quase prontos, mas o que aconteceu? Mais pessoas chegaram, os médicos eram... Então, levou mais duas ou três horas ali, com ele já com falta de ar... Ele: "Pai, eu tenho que ir para outro lugar". Eu já estava pensando de arrumar alguma maneira de levá-lo para outro lugar. Até que foi atendido, 1h30 da manhã, o Hugo foi para o oxigênio, mas, antes disso, o que você falou e que me comoveu muito é que... Lá na UPA, eu sentei aqui, ele sentou ali – tenho até uma foto, eu tirei uma foto com ele –, ele não aguentava mais andar, porque a falta de ar era tanta que tirou toda a força dele. Eu o botei na cadeira de rodas... Foi a última vez em que estive com meu filho assim, fazendo alguma coisa por ele, porque, depois, eu não tive chance de, como pai, estar ali do lado dele. Eu o levei na cadeira, ele com muita falta de ar, não aguentava mais andar... Aí ele chegou... E o que aconteceu? Demos sorte ainda que vagou uma cama com oxigênio, porque não tinha tanto... E eu ainda fiquei pensando: "Poxa, se agora ainda está no começo..." Eu ainda fiquei pensando: "Imagine depois, vai ser mais difícil".

Então, aquele momento em que eu o levei lá, com falta de ar, em que ele não aguentava mais andar, foi o último momento que eu tive com o meu filho. Eu não posso aceitar que alguém faça uma brincadeira com isso, eu não posso aceitar. Eu não posso aceitar que alguém – sabe? –, que as pessoas façam, que a pessoa faça aí, mas não posso, eu não posso entender como outros pais, outras pessoas acham que isso é normal. Meu Deus, isso não é normal, não! Isso não é normal, não! Não é normal, entendeu? Há muito sofrimento... Eu fico pensando nas pessoas de Manaus, assim... Porque depois o sofrimento continua pra gente, porque não é só meu filho, não estou falando do meu filho, não estou falando só dele, estou falando de tudo que a gente vivencia.

Então, continuou, meu filho foi pra lá. Aí, ele mandou a última... Mandou uma mensagem pra mim: "Pai, estou melhor". No outro dia, ele mandou a mensagem: "Pai, me tira daqui. Eu estou muito mal, pai". Aí, eu falei pra minha esposa: "Não, eu tenho que ir lá tirar ele de lá, fazer alguma coisa". E ela falou: "Não, ele está na sala vermelha, você não vai conseguir". Eu, não, falei: "Vou". Aí fui, conversei com a assistente social, e fiz uma coisa que hoje eu sei que eu não deveria ter feito, mas um pai desesperado não mede consequências: eu fui até a sala vermelha, quando deram uma bobeira eu fui até a sala vermelha, abri a porta e fiquei fazendo sinal pra ele: "Hugo, Hugo, seu pai está aqui, cara! Fique bem, seu pai está aqui".

Porque o meu filho anterior teve a chicungunha, ficou com mielite, e eu fiquei dois meses no hospital com ele, tratando, limpando, porque ele não mexia daqui pra baixo, entendeu? E eu... Mas, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

Hugo, eu fiquei fazendo sinal pra ele: "Hugo, seu pai está aqui, seu pai está aqui". E ele fez um sinal assim, até que ele olhou e fez um sinal assim pra mim. Eu queria que ele soubesse que o pai dele estava ali do lado dele, acompanhando ele, entendeu? Eu estava perto... (*Pausa.*)

Aí ele fez o sinal pra mim, e depois eu fiquei um pouco feliz porque ele falou: "Pai, eu não estou conseguindo respirar com a máscara, traz um canudo pra mim", e eu levei o canudo pra ele. Aí é que eu fui na rua, comprei, vi, levei o canudo, sabe? E aí levei as coisas, eu entreguei tudo lá e, quando eu estou chegando em casa, ele mandou uma mensagem, a última mensagem do meu filho pra mim: "Pai, eu acho que eu não vou conseguir". (*Pausa.*)

Eu mandei, eu mandei três mensagens pra ele: "Filho, você vai conseguir, cara, você é forte!". Eu falei: "Pensa, faz assim...". Porque eu tive um período muito difícil com meu filho no hospital: ele teve uma mielite transversa e foi paralisando, paralisando e ficou praticamente sem mexer os braços, as pernas, e com muita dor. Teve um dia que eu botei... É o meu filho mais velho, eu já estou falando do caso dele... Teve um dia, com esse meu filho mais velho, que eu coloquei um terço no peito dele e falei: "Filho, pensa só nos seus três filhos, que a gente vai passar por esta noite". E eu ficava a noite toda ali, era difícil, mas eu estava ali – eu estava ali! –, eu estava conseguindo cuidar do meu filho, entendeu? Eu botava o oxigênio dele, voltava e botava o oxigênio dele, e consegui cuidar do meu filho, e meu filho saiu de lá, sabe? Meu filho saiu de lá, e o Hugo eu não consegui, sabe? Assim, é muito duro, é muito triste, não dá...

O sentimento que eu fico não é só pela dor da morte: é por tudo que veio depois, por cada deboche, cada sorriso, cada ironia, sabe? Assim, no meu coração... Isso é um desabafo, mas para meu o coração foi muito difícil, eu não conseguia entender isso. Por isso – por isso! – é que esta CPI foi tão importante pra mim, porque alguém apareceu e falou assim: "Pô, não me deu, e daí?". Alguém apareceu e falou assim: "Vou fazer alguma coisa por você" – não importa se é partido, eu não quero saber. Isto aqui não é circo, não; nisto aqui a gente está falando de vida – a gente está falando de vida –, de pessoas que morreram, sabe? Não é circo. Quem fala que é circo é porque não se importa com as pessoas que morreram. Então, eles são os verdadeiros palhaços, não somos nós, entendeu? Quem fala que isto aqui é circo são os verdadeiros palhaços... Desculpe falar assim, mas não dá.

Aí, a última mensagem que ele mandou pra mim foi isto: "Pai, eu não vou conseguir". Eu mandei mensagem, e ele viu as minhas três mensagens. Aí na sexta-feira, dia 3, que era dia santo, a médica me chamou, e eu ainda fui todo contente, pensando: "Poxa, acho que ele melhorou e transferiram ele pra sala amarela". Ela falou: "Seu Márcio, desculpa, mas seu filho vai ter que ser intubado". Ela tinha falado: "Nós fizemos de tudo, o seu filho vai ter que ser intubado e vai ser transferido para o Hospital Ronaldo Gazolla" – que era referência. Quando ela falou isso, eu já não escutei mais nada, o meu mundo caiu, só consegui ligar pra minha esposa e falei: "Me ajuda porque eu não tenho mais condições de nada". Porque ali eu já fiquei muito preocupado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele foi para o Hospital Ronaldo Gazolla, ficou lá 15 dias e foi muito bem cuidado. Eu tenho que muito agradecer a toda equipe, a todas aquelas pessoas que estavam lá. Eu fiquei no hospital algumas vezes, eu vi a guerra que é no hospital, a luta que é.

O dia em que o meu filho chegou, chegaram mais ou menos umas 30 ambulâncias. Então, eu fiquei de meio-dia, só fui ter alguma notícia, às 6h30, mas totalmente compreensível, totalmente compreensível, porque tinha muita gente precisando de ajuda e realmente não tinha... Não tinha muita notícia pra dar ou o que falar e tudo bem, são outros fatos que acontecem. Então, eu participei, dentro do hospital, da luta que os médicos têm, todas as pessoas têm com aquelas pessoas.

Quando eu comecei a ouvir pessoas falarem que iriam invadir o hospital. Eu falei... Eu não acreditei. Eu falei: "Não, o que é isso? Eu não estou acreditando nisso". Resolvi conferir. Então, é outro fato que, assim... Eu estou falando as coisas que foram me incomodando e eu falei: "Se chegar lá ao Ronaldo Gazolla pode ser quem for. Eu, como pai, não vou deixar entrar, vai ter que me matar ou vai ter que passar por cima de mim". Porque eu via a luta daqueles médicos lá, chega um, chega outro, tem que tratar desse, tem que tratar daquele, não tem tanta gente, um fica doente... Eu vi essa luta. Eu vi essa luta diretamente lá dentro, várias vezes. Então, eu não aceitei e tudo foi se passando.

Aconteceu aquele ato, aí eu pensei assim: "Poxa, eu tenho que contar a minha história, não vou deixar que as pessoas contem a minha história – contem a minha história". E falei porque eu não esperava dar essa repercussão toda e não esperava que fosse tão simbólico, esse ato fosse tão simbólico, mas as coisas continuaram, as coisas continuaram, sabe? E quando...

Eu acho que um verdadeiro líder, sabe... Um verdadeiro líder quer o melhor das pessoas, do seu povo, não o pior, e eu fui sofrendo... Teve um certo momento que parecia que meu filho era o culpado de ter morrido, o meu filho virou o marginal porque morreu de covid. Eu virei, sabe, alguma coisa ruim.

Naquele dia da praia, eles começaram a me agredir não pelas palavras, pelas palavras, porque me chamaram de comunista, de petista, de não sei o que, tal, tal e eu nem sabia o que... Sinceramente, eu nunca estudei o comunismo a fundo para saber que é comunismo, não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Nem eles sabem...

O SR. MÁRCIO ANTONIO DO NASCIMENTO SILVA – É, nem eles sabem, o problema é esse. Mas é o que acontece, mas a ação de ofender apenas por ofender.

E, quando descobriram que era apenas um pai que estava triste por causa do seu filho, foi um constrangimento geral, porque quando eu saí já não tinha mais nenhum deles, entendeu? Mas tudo bem, isso aí... E foi passando, mas, depois, o que me fez, assim também, ficar muito feliz com a CPI foi essa questão de eu me sentir aliviado, como a minha companheira Katia aqui falou, me senti aliviado porque tinham instituições fazendo alguma coisa por a gente, porque não dá, não dá pra entender. Um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pai que perdeu um filho, um cidadão comum, certas atitudes, não tem como entender e eu quero entender.

Eu acompanho a CPI. Eu trabalho na parte da manhã, aí vou para casa almoçar, acompanho bastante e, depois, quando às vezes não trabalho na parte da tarde, eu acompanho. Eu acompanho bastante, vejo um trabalho interessante.

Eu concordo com a minha amiga Rosane, que falou... Não sei se foi ela que falou. Mas as vidas salvas... O que é isso? Sabe, eu acho que aqui, como o Senador falou, nós não estamos querendo vingança. Eu não quero nada disso! Eu, sinceramente, quero entender o que se passa na cabeça desses seres humanos irracionais. Eu quero entender isso, porque pessoas que me conheciam, amigos – eu pensava que eram amigos – que conheciam meu filho desde que ele nasceu estão com atitudes totalmente irracionais. Sabe?

O que eu daria, meu Deus, na minha vida? O que eu daria na minha vida? Eu daria a minha vida para o meu filho ter chance de ter se vacinado. Não tinha perspectiva de vacina ainda. Sabe, não tinha ainda máscara. Aí é outra reclamação que eu faço, porque, até hoje, eu não recebi do Ministério da Saúde uma informação correta. Sabe? Eu tive que ter minhas informações através da imprensa, através de pessoas. Meu Deus, o que é isso? O Ministério da Saúde... Eu não sei... Sabe, não me deram informação. Eles tinham que me dizer: "Você tem que usar máscara, você tem que se vacinar". Não é esse o protocolo? Não é isso que a ciência manda? Por que eles não falam? Entendeu?

Agora, outro caso também muito assim... É que dói muito, dói muito! Sabe, eu tenho que falar. Não dá para ver um Ministro da Saúde... Desculpe, Excelência! Mas não dá para vê-lo dando risinho de deboche. Não dá para ver deboche, porque nós perdemos! Eu perdi um filho, não só o filho. Minha irmã morreu no mesmo dia em que sua mãe... Minha irmã morreu no mesmo dia da mãe dela, no dia 26 de abril de 2021. Um ano depois do meu filho, ela não tinha se vacinado ainda, tendo vacina. E aí a gente descobre que as vacinas não chegaram... Olhe a importância da CPI! Não chegaram por causa disso. Mas, talvez, a maior importância que eu vejo da CPI são as vidas que foram salvas depois ela começou. Por isso eu não vejo isto aqui como um circo, como uma palhaçada, porque tiveram que fazer alguma coisa, tiveram que agir. Entendeu?

Então, não só... Sabe, assim, é como eu disse para a Katia: eu quero sair daqui só para curtir meu luto. Meu Deus do céu, eu precisava deste desabafo! Eu quero sair daqui só para curtir meu luto. Não dá para entender... Eu quero entender... Eu quero que alguém me faça entender... Não é o fato de não usar máscara! Por que lutar contra a máscara, que salva vidas? Por quê? Eu quero entender! Eu quero entender o porquê. Por que lutar contra a máscara? Por que lutar contra a vacina?

Sabe, eu daria tudo para que meu filho tivesse tido essa chance. Ele não era um número! Ele era uma pessoa, um menino maravilhoso, como outros, como outras! Eu não quero que ninguém se coloque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no meu lugar, porque é muito triste, é muito duro! Eu não quero isso. Eu só quero que essas pessoas com esses atos irracionais pensem que este garoto aqui não tem culpa de nada, não! Nem eu, como pai dele, tenho culpa de nada, não! Eu daria tudo para que ele tivesse sido vacinado! Eu daria tudo para que a gente tivesse um protocolo! Eu daria tudo para ter orientação! Sabe? Eu daria tudo para ter orientação, e nós não tivemos. Nós não tivemos!

Então, eu, como pai, como pessoa... Sabe, não é questão... Não é questão... Assim, eu quero entender o porquê, só o porquê. Sabe, quando a Katia falou... Quando eu fui... Quando eu tive a notícia, que o médico me deu muito consternado até, e eu tive que reconhecer meu filho... O último momento que eu tive com o meu filho, em que eu fui reconhecê-lo, ele estava dentro de um saco – ele estava dentro de um saco. Eu tive que orar bastante, pedir a Deus para conseguir ir lá e reconhecer o meu filho, porque, como pai, era a última coisa que eu tinha que fazer por ele. Eu não pude dar um abraço no meu filho, eu não pude dar o último beijo. Eu cheguei a levar uma roupa para vesti-lo. Não consegui fazer nenhum ato simbólico, nenhum dos atos simbólicos. Eu tive que ficar parado três horas na porta do cemitério, ou quatro, olhando um carro, sabendo que o meu filho estava ali dentro, para ser enterrado.

Então, a minha dor não é mi-mi-mi. Não é! Não é!. Dói para caramba mesmo – dói, dói. Então, não aceito que ninguém aceite isso como normal. Não é normal – não é normal! Não é! Sabe, não é normal! Essa dor não é mi-mi-mi, a de todas as pessoas – de todas –, não é minha só, não; é de todas as pessoas que perderam, de todas as pessoas que perderam pessoas tão queridas, porque todas são queridas. Não importa que meu filho tenha 25 anos, isso não é relevante; não importa que a mãe dela tenha 80; são vidas, são pessoas que a gente ama, como todos aqui amam.

Então, eu espero que, quando esse relatório chegar na mão das pessoas a quem tem que chegar, que eles escutem o que nós falamos, o que todas essas pessoas falaram, porque nós aqui não somos políticos, não somos nada; nós somos pessoas que vivenciaram e sofreram com isso. Então, eu teria vontade, mas, sabe, é meio difícil – é meio difícil... Eu acho que nós merecíamos um pedido de desculpa – nós merecíamos um pedido de desculpa – da maior autoridade do País, porque não é questão política, se é de um partido, se é de outro; nós estamos falando de vidas de pessoas. Em cada depoimento aqui, eu acho que, em cada depoimento, um sentiu o depoimento do outro e acrescentou o que o outro tinha para falar, entendeu? Então, a nossa dor não é mi-mi-mi, nós não somos palhaços. É real, sabe? A minha irmã poderia estar vacinada.

Então, pelo trabalho que foi feito aqui, Sr. Senadores, eu tenho um grande agradecimento. Para mim, não importa de qual partido cada Senador é. Isso, para mim, não tem importância. O que tem importância, como o Senador Omar Aziz diz, é que o Hugo não volta mais, mas eu tenho o Thiago, eu tenho o Lucas, eu tenho quatro netinhos. Inclusive, eu fiquei quase mais de um ano sem poder chegar perto deles, entendeu? Então, eu estou aqui, claro, por eles e por outras pessoas que gostariam de ter chance de falar tudo isso, e não tiveram, sabe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu quero deixar bem claro – bem claro –: o meu sentimento não é um sentimento de raiva nem de ódio, porque é esse sentimento que eu combato. As últimas palavras que o meu filho deixou para mim foram estas aqui: "amor e paz". Quando eu tive esse sentimento e eu vi as palavras que ele deixou para mim, eu falei: não, não é isso; não é isso que eu estou combatendo. A gente combate realmente o ódio com amor.

Eu não quero – sinceramente, eu não – quero um país que dê arma para os meus filhos, para os meus netos. Não quero, não quero, não quero! Eu quero um país que dê livros, que dê educação, sabe? Eu quero que os senhores, que nos representam – nos representam, né... Aqui é nossa Casa. A gente tem que entender que aqui é nossa Casa, que a gente tem que confiar no trabalho de vocês, que a gente tem que fiscalizar, sabe? A gente tem que cobrar, mas também tem que elogiar, sabe? Colocaram às vezes por muito tempo na minha cabeça que política não servia para nada. Mentira; serve para tudo. A nossa vida é uma política, porque aqui está a causa, mas a consequência chega lá nas seis horas, sete horas que meu filho levou para ter um respirador. A causa está aqui. Então, eu tenho um grande agradecimento por todo esse trabalho.

Talvez eu tenha esquecido algumas coisas, mas eu acho que o relato principal é o da dor que nós sentimos em relação a isso, sabe? Eu aceito... Eu aceito com muito bom grado qualquer erro humano, mas eu não aceito que se seja desumano para errar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Valeu, caboclo.

Tem algumas pessoas que querem falar: remotamente, a Senadora Simone... Quem é o primeiro aqui inscrito para falar?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu peço a palavra também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

Depois, eu vou passar para a Senadora Simone; aí, Senador Randolfe, Senador Rogério, e o Senador Renan conclui, o.k.?

Senador Humberto; depois, Senadora Simone.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para a gente estipular um prazo de dez minutos, por favor, está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No máximo. Eu quero ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No máximo dez minutos. É porque eu acho que o depoimento dessas pessoas é muito forte; pouco ou quase nada nós podemos dizer neste momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Eu quero só dizer que eu acho que hoje foi o dia mais importante desta CPI. E eu e outros aqui lutamos muito para que isso acontecesse, porque todo dia a gente via essa placa que Randolfe e que Renan colocavam aqui mostrando quantas pessoas tinham perdido a vida aqui no nosso País. E a gente, por mais que se esforce para transformar cada número desses numa pessoa, eu acho que hoje e naquele dia também em que tivemos a Prevent Senior aqui, aliás, a advogada da Prevent Senior, e, depois, quando nós tivemos o médico da Prevent Senior e aquele paciente que contou a sua saga de vida, mas principalmente hoje, esses números tiveram face, rosto, história. E aí a gente consegue efetivamente empatizar com as pessoas, com tudo isso que aconteceu.

Eu, graças a Deus, não tive nenhuma pessoa da minha família que morreu. Tive alguns amigos, mas não tive nenhuma pessoa da minha vida que morreu, da minha família. E ouvindo vocês aqui, ouvindo Giovanna, ouvindo Mayra, ouvindo todos é que a gente sente o tamanho dessa dor, o que fica para depois.

É um momento também importante para a gente homenagear os profissionais de saúde, o que todos eles aqui fizeram questão de ressaltar, especialmente hoje, que é o Dia do Médico. Apesar de existirem alguns médicos que assumiram uma posição negacionista, a grande maioria estava na frente de batalha, e muitos morreram. O Brasil foi um dos países onde mais morreram profissionais de saúde. Essas pessoas cumpriram um papel muito importante. E ouvir da boca de vocês esse testemunho reforça para nós essa importância.

A outra coisa muito importante aqui e de que a gente tem a noção: quando a gente vai no meio da rua, alguns criticam, mas a maior parte das pessoas reconhecem a CPI como de uma importância histórica, e talvez nenhum de nós que estamos aqui participando tenha dimensão. O papel histórico que esta CPI, que cada um de nós desempenhou e está desempenhando neste momento é algo de que a gente só consegue ter dimensão quando ouve essas histórias. Uma CPI que canalizou toda a atenção da população brasileira, todas as insatisfações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero só dizer: nesta CPI, neste instrumento de investigação que atuou até agora, os Senadores que estão aqui não têm, Senador Randolfe, não têm, Senador Renan, não têm, Senador Rogério, nenhum dos que estão aqui, Senador Aziz, não têm o direito de, por qualquer razão que seja, deixar de dar ao Brasil uma resposta, uma resposta clara, unificada. Nós não podemos nos transformar numa fogueira de vaidades neste final de um trabalho tão bonito, tão importante e que vai ficar pra história deste País. Precisamos ter a clareza da importância da expectativa que o povo brasileiro tem em relação a esta CPI. Nada pode justificar que nós não busquemos, o tempo inteiro, construir algo que seja justo, que seja contundente e que seja fruto de um trabalho coletivo.

Não quero falar mais nada – não quero! Quero só fazer uma pergunta à Dra. Rosane. Mas, se cada um de nós tiver essa dimensão, se cada um de nós colocar o sentimento da população brasileira acima de qualquer coisa, não será qualquer coisa menor que vai impedir de essa resposta acontecer. Todos sabem do que eu estou falando aqui. Todos já cometeram erros, todos já cometeram acertos. Quem errou tem que reconhecer o erro, tem que se desculpar, se for necessário, pelo erro e quem considera que houve erro tem que ter a grandeza também de esquecer os problemas e construir o caminho daqui para frente.

O dia 26 de outubro de 2021 será um dia histórico para o Brasil – será um dia histórico para o Brasil –, em que nós vamos apresentar um relatório que dê uma resposta ao Márcio, que dê uma resposta à Katia. Que eles possam dizer: "Eu não vou ter mais minha mãe de volta, meu filho de volta, mas eu tenho justiça; eu tenho justiça, eu lutei por justiça, eu honrei o meu pai e a minha mãe, o meu irmão", quem quer que seja.

A pergunta que eu lhe faço, Dra. Rosane, porque vi a sua firmeza, a sua força, é: como a senhora, diante desse sofrimento tão grande, tem conseguido não chorar, não trazer essa... Como é possível fazer esse depoimento aqui com tanta força, sem chorar? Enfim...

Agradeço a todos.

A SRA. ROSANE MARIA DOS SANTOS BRANDÃO – Posso responder agora?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode sim. Faço meu o apelo... Rogo igualmente, como o apelo feito aqui pelo Senador Humberto, ao peso da emoção que nós todos estamos sentindo, impactados pelos depoimentos de todas e de todos vocês... Dona Rosane, pode responder ao Senador Humberto.

A SRA. ROSANE MARIA DOS SANTOS BRANDÃO (Para expor.) – Senador Humberto, todas as pessoas que perderam suas vítimas estão sofrendo e, de uma maneira ou de outra, elas se expressam.

Pouco tempo atrás, eu vi uma entrevista com uma ex-Presidenta deste País, e era uma entrevista antiga, mas a repórter perguntou à Presidenta – à época, ela era Presidenta, e tinha sido torturada na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

ditadura militar – se ela chorava na tortura. E a Presidenta disse que ela não chorava na tortura, que na tortura não se devia chorar e que era assim que ela conseguia lidar com isso. Eu achei... Não é uma coisa que a gente possa fazer, mas eu me achei bastante parecida em relação a isso. Quando tu estás sendo torturado, é óbvio que tu sofres e que dá vontade de chorar, mas algumas pessoas conseguem lidar de uma maneira diferente. Isso não significa que é mais ou menos sofrimento, mas são as diferentes maneiras de as pessoas lidarem com isso.

Eu, de certa maneira, tenho orgulho de ser assim, até porque quem falou isso é uma mulher forte, que já esteve aqui algumas vezes conversando com vocês. Então, é a maneira que eu consigo ser.

Não sei se eu consegui lhe responder.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro, por favor.

O Márcio pede permissão a todos...

Antes de passar a palavra ao Senador Rogério Carvalho, a Rio de Paz fez um belo ato na frente do Congresso Nacional no amanhecer do dia de hoje, trazendo da praia de Copacabana os 600 lenços que lá foram colocados. Tanto o Antonio Carlos quanto o Márcio pediram para fazer a entrega, formalmente, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, desses lenços.

Márcio, pode se aproximar.

O SR. MÁRCIO ANTONIO DO NASCIMENTO SILVA (Para expor.) – E deixar bem enfatizado que esses lenços brancos representam o nosso amor pelas pessoas que se foram e por todos os familiares. Foi um ato muito bonito, muito comovente. E para saberem que nós não estamos aqui, como todos disseram, através de ódio; estamos para combater o ódio, mas com amor, sabe? Eu não tenho nenhum tipo de raiva, de coisa... Não! Eu só quero, realmente, só quero entender o porquê disso tudo.

Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor. (*Pausa.*)

Humberto, Rogério, venham para cá.

O SR. MÁRCIO ANTONIO DO NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone*.) – Um agradecimento muito grande a todos os Senadores, porque eu acho que vou sair daqui e vou poder curtir meu luto em paz. Até agora eu não curti.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pode falar aqui perto. Pode falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO ANTONIO DO NASCIMENTO SILVA – Eu acho que eu saio daqui hoje apenas para curtir meu luto em paz, sem condenar ninguém, sem culpar ninguém, apenas... Eu quero só continuar meu luto, sofrer pelo meu filho, como eu vi no depoimento de outros, da Katia. E é isso, sabe? Então, eu quero um país para os meus netos. Eu estou aqui pelos meus netos também. Eu quero um país de paz, não quero... A gente não precisa ter ódio, diferenças, nada. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Aqui está a Casa das diferenças por que as pessoas têm que lutar. Lá fora... Aqui eles impedem que a gente se mate lá fora por ideologias diferentes ou por coisas diferentes. Então, nós precisamos muito de vocês. Eu vejo, às vezes, dizerem: "Os Senadores brigam". Eu falo: eles têm que fazer isso aqui. Saiu daqui, acabou. Para que não aconteça lá fora, para que a gente não se mate lá fora. Por isso que é muito importante esta Casa. Nós temos que enfatizar. A população tem que saber que esta Casa é para ser cobrada, mas também para ser elogiada quando faz um bom serviço para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Márcio. (*Pausa.*)

A Comissão Parlamentar de Inquérito recebe esses lenços que foram fixados na praia de Copacabana, e hoje vieram para Brasília, foram colocados na frente do Congresso Nacional e, agora, entregues à CPI, Márcio e Antonio Carlos, com uma responsabilidade enorme. Esses lenços simbolizam... Esses lenços, e este, em especial – esses lenços e este, em especial –, simbolizam a responsabilidade, Senador Humberto, Senador Rogério, Senador Renan, que nós temos para com as famílias brasileiras, que nós temos para com vocês, como o Humberto muito bem falou. Hoje, esse número daqui deixou de ser número; foi mostrada a cara, foi mostrada a empatia e o sentimento.

Ouço, com muito prazer, o Senador Rogério Carvalho.

Desculpe-me, Senador Rogério, é porque ele tem... Desculpa, eu cometi... A Senadora Simone está no remoto. A Rosana...

Só um minutinho, Senadora Simone. A Rosane, por gentileza.

A SRA. ROSANE MARIA DOS SANTOS BRANDÃO – Queria pedir a palavra um instantinho e entregar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não. Pois não. Pois não. Por favor, venha até aqui. (*Pausa.*)

Só um instantinho. Vamos receber aqui da Rosane... Também, em seguida, eu passarei à Senadora Simone...

Ajudem aí o Ariovaldo, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora sim. É com muita satisfação que eu ouço a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estamos, alto e claro, Senadora. Pode prosseguir.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, eu peço desculpa pela emoção. Aliás, eu acho que não tem quem esteja assistindo a esse momento da CPI que não esteja profundamente emocionado. Em nome de todos aqueles, das vítimas e dos parentes de vítimas da covid-19, a minha solidariedade, o meu carinho. Quero dizer a vocês que eu ouvi atentamente cada um dos depoimentos, Mayra, Katia, Arquivaldo, Rosane, Márcio, todos.

Mas eu gostaria aqui de lembrar de dois momentos dessa reunião de hoje, Sr. Presidente: me impactou muito o que Rosane falou e, depois, Márcio. Rosane disse que não conseguia entender por que, enquanto nós tínhamos uma placa de mais de 600 mil vítimas perdidas pra covid-19, tinha alguns poucos que preferiam celebrar a vida daqueles que, de alguma forma, conseguiram se recuperar. E a fala do Márcio quando disse que a única coisa que queria, a princípio, foi isso que eu entendi, era um pedido desculpa do Presidente da República.

Quando ambos falaram sobre isso, como é que... Principalmente Rosane em relação a essa placa, eu me lembrei... Não quero aqui comparar as tragédias, já quero afirmar isso, mas eu me lembrei que, depois da Segunda Guerra Mundial, quando a humanidade ainda estava sufocada pela fumaça dos bombardeios e tomou conhecimento da extensão dos crimes cometidos, bárbaros, pelo regime nazista, um poeta, um filósofo alemão, exilado, Theodor Adorno, perguntou como é que ainda poderíamos escrever poesia depois de Auschwitz.

Eu repito: não quero comparar. Mas a pergunta que faço é exatamente essa, Sr. presidente: como é que podemos continuar escrevendo poesia? Não no sentido literal, mas no sentido do que o filósofo quis dizer, como é que podemos continuar vivendo as nossas vidas da forma como vivemos, fazer política da forma que fizemos até agora, depois de tudo, dessa tragédia sanitária, humanitária que vivemos. É importante, é muito importante lembrar que, se não fizermos nada, não poderemos viver a nossa vida como vivemos, continuar trabalhando, ou mesmo sorrir nos momentos de alegria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora não comparando os dois momentos, é preciso lembrar que a política não pode ser mais a mesma, porque os que mais sofreram, as principais vítimas foram aquelas dos mais necessitados, especialmente aqueles subalimentados que vivem em condições desumanas nas favelas, as pessoas que serviram de cobaias. Repito, nós presenciamos isso, Sr. Presidente: cobaias de experimentos pseudocientíficos que nada tinham de cientistas, simplesmente por uma mentalidade tacanha de mundo ou por um culto exagerado ao dinheiro, ou por um negacionismo que nós não conseguimos entender. Hoje nós só estamos vivos, Sr. Presidente – eu, você e cada um de nós –, porque nós não servimos de cobaias, porque pra nós não faltou oxigênio, porque nós temos, de alguma forma, um bom plano de saúde ou pudemos, de alguma forma, nos cuidar mais do que as pessoas que têm uma situação menos favorecida.

Então, Sr. Presidente, o que eu quero dizer com isso é que, sim, é o momento de chorar, é o momento de termos de luto, é o momento de honrar a memória dessas pessoas, mas esse é o momento mais do que apropriado – eu falo por mim e sei que falo por cada uma das Sras. e Srs. Senadores – pra assumirmos um solene compromisso com esses familiares, de que todas as culpas serão apuradas e todas as penas cabíveis serão aplicadas a quem tenha feito por merecê-las: do Presidente da República ao mais simples funcionário servidor. A quem quer que seja, profissional da saúde ou não – e aqui eu rendo todas as minhas homenagens a todos os profissionais da saúde, parabenizando os médicos por este momento –, aos negacionistas, àqueles que resolveram colocar o dinheiro à frente dos interesses mais humanos, aos governantes, especialmente ao Presidente da República, não poderá faltar a tipificação dos crimes cabíveis para que eles possam, na Justiça, depois de denunciados pelo Ministério Público, responder por tanta dor, por tanta lágrima.

Nas minhas palavras finais, Sr. Presidente, aqui mais uma vez homenageando e agradecendo a todos, eu gostaria de dizer que aqui não cabe e não caberá jamais, pelo menos nesta CPI, por mim e pelos colegas do G7, um minuto de silêncio. A nossa homenagem a tantas vidas que se perderam nesse deserto de omissão é um grito e que esse grito se espalhe no ar. É um grito estridente para que se abram os tímpanos dos negacionistas, daqueles que negam a ciência para que nós possamos dar um pouco de humanidade, Márcio. O Presidente da República não lhe pedirá desculpa, infelizmente, porque ele não tem empatia, ele não teve a menor condição de conduzir o País no momento mais necessário, no momento mais trágico, porque ele não teve o sentimento. Aquilo que nós não temos no coração nós não temos condições de dar. Ele não pôde fazer por vocês; nós podemos, no mínimo, garantir a vocês e ao País a justiça.

Obrigada, Sr. Presidente. Parabéns e desculpa pela emoção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu que agradeço, Senadora Simone. A emoção é de todos nós que estamos acompanhando esta Comissão, de todos nós que estamos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Soraya se inscreveu, mas antes ouvirei o Senador Rogério Carvalho. Em seguida, a Senadora Soraya.

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero me solidarizar com todas as famílias que aqui estiveram hoje, que representam 603 mil brasileiros e brasileiras que morreram.

Quando eu comecei a minha vida como estudante, eu participava da Direção Nacional dos Estudantes de Medicina e a gente criou o Movimento em Defesa da Vida. E o que nós tínhamos em mente é que o discurso... Inclusive, a gente fez um evento em 1992, e a imagem desse evento era um ovo, um ovo suturado. Um ovo suturado, porque a gente já percebia, naquele tempo, que tinha muita gente que falava em defesa da vida, mas, na verdade, usava a vida contra... Usava o discurso de defesa da vida contra a vida. Então, o ovo suturado representava aqueles que sufocavam a vida e aqueles que queriam garantir que a vida pudesse ter seu tempo de maturação. Então, a ambiguidade que a gente viveu.

Nesse período de pandemia, Rosane e todos, eu sinto dizer pra todos vocês que o Governo não foi só negacionista, o Governo não agiu por inépcia ou foi inepto, foi incompetente ou foi negligente; ele agiu de forma intencional para ampliar o contágio. Ele agiu de forma intencional para que as pessoas se infectassem pra rapidamente produzir imunidade coletiva ou a imunidade de rebanho. Então, isso é muito mais grave, isso é muito mais cruel. Isso é tenebroso, isso é macabro, isso não tem palavras pra descrever. Eles expuseram 216 milhões de brasileiros ao risco de contrair uma doença que todos sabiam que era grave e letal.

Imagine alguém que bebe e dirige bêbado. Ele até pode não ter intenção de matar, mas ele sabe que, ao dirigir bêbado, ele não tem controle sobre aquela arma que ele está conduzindo e ele pode matar.

Mas, no caso do Brasil, o que aconteceu é que foi continuado: eles aglomeraram, o Presidente aglomerou; o Presidente disse que era uma gripezinha; o Presidente proibiu o uso de máscaras; o Presidente negou a vacina; o Presidente inventou o *kit* covid pra poder passar a falsa sensação de que as pessoas estavam protegidas, mesmo sabendo que esse *kit* covid não tinha eficácia. E isso eu não posso ver como algo de incompetência; foi uma condução deliberada. Portanto, ele cometeu um crime doloso e um crime contra a humanidade. Ele criou um comportamento de risco nas pessoas, ele estimulou... E, veja, esse comportamento de risco daqueles que acreditavam nele colocava em risco a vida dos que acreditavam e dos que não acreditavam. Ele colocou em risco a vida de milhões de brasileiros. Então, o que a gente... Eu nem sei, diante de tanto sofrimento, diante dessa situação toda, a gente só espera agora que esse relatório possa produzir os efeitos e que os efeitos sejam fazer um pouco de justiça, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que isso não volte a se repetir no Brasil. A gente já viu isso acontecer noutros tempos na humanidade. Que isso não volte a acontecer aqui, que a gente aprenda com isso, à custa de muita dor, de muito sofrimento. É muito grave o que aconteceu no Brasil. A CPI revelou tudo isso. A CPI consegue mostrar tudo isso, mas espero que a sociedade brasileira tenha também consciência do que aconteceu. Acho que vocês hoje aqui ajudam a dar materialidade e a mostrar para o Brasil o que de fato aconteceu.

Em um momento como este, a gente não tem muito a dizer, a não ser se solidarizar, e sofrer junto, e lutar para que isso não volte a acontecer, e fazer com que este relatório possa, de fato, de fato, produzir os efeitos que toda a sociedade brasileira e que todas as vítimas e não vítimas que tenham algum sentimento de empatia, de amor, de solidariedade, de compreensão do valor maior e da maior riqueza que a gente tem, que é a vida, e que aqueles que defendem a vida possam se somar para que isso não volte a acontecer no nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho. O sentimento seu é o de todos nós aqui.

A Senadora Soraya... Também o nobre Relator pediu a palavra antes. Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Posso prosseguir?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Então, Senadora Soraya Thronicke, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, servidores, eu quero aqui começar agradecendo e parabenizando a presença da Mayra Pires Lima, da Giovanna Gomes Mendes da Silva, da Katia Shirlene Castilho dos Santos, da Rosane Maria dos Santos Brandão, do Sr. Arquivaldo Bites Leão Leite, do Sr. Antonio Carlos Alves de Sá, do Sr. Márcio Antonio do Nascimento Silva.

Eu acho que foi aquela senhora do Rio Grande do Sul que disse que foi questionada acerca força de não conseguir chorar. Eu confesso às vezes que também fico tão indignada e tão entristecida que eu não consigo chorar, e não tenho conseguido chorar nos últimos tempos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas hoje eu chorei. Hoje eu chorei, e não foi pouco. Eu estou com a voz embargada aqui e principalmente imaginando a dor. Nós podemos, com o depoimento de cada um hoje, imaginar um milésimo da dor que essas pessoas sentem pela questão da saudade, por não poderem mais ter os seus entes queridos, daqueles que ficaram órfãos, daqueles que não têm mais o pai e a mãe ao lado, a Giovanna, que teve que assumir a irmã. São histórias comoventes, e não são nem o mínimo das histórias que nós temos no Brasil.

E hoje eu quero lembrar aqui e de longe mandar o meu abraço para o Marcos, que é meu assessor, que perdeu a Luciana – eu já falei isso tantas vezes –, perdeu a sua esposa, que teve bebê numa segunda-feira e faleceu na outra segunda-feira. Quando a Luciana foi internada, aí em Brasília, poucos dias depois, foi liberada a vacina para as grávidas e puérperas, e a Luciana não teve tempo de ser vacinada. Ontem, foi aniversário do Marcos, e ele passou o primeiro aniversário sem a esposa dele.

E isso não é a gente fazer cena, isso aqui não é um momento da CPI, um momento apelativo, não. Isso é o momento de a gente trazer a face dos números que nós contabilizamos. Nós precisamos entender que são números e que, por mais que a pandemia tenha enfraquecido, ela ainda existe. A CPI vai acabar, mas a pandemia não acabou.

Nós aqui estamos dando os parabéns para os médicos, e a enfermeira de Manaus disse que não quer só os parabéns, que não quer ser reconhecida como heroína ou como os heróis da saúde. "Nós queremos reconhecimento", ela disse. Daqui, da minha parte, tem todo o reconhecimento. Eu sou favorável ao piso salarial dos enfermeiros.

E digo mais: quando agradecem a nomes aqui, essas pessoas não têm que nos agradecer pelo nosso trabalho, nós estamos cumprindo a nossa obrigação. E não foi fulano nem beltrano que comprou as vacinas. Não temos que personificar, nós não podemos dar personalidade à administração pública, esse é um dos princípios da administração pública, porque quem comprou a vacina foi o dinheiro do suor de cada brasileiro e não uma pessoa!

Nós estamos todos aqui unidos em nome da vida, sem bandeira ideológica e sem bandeira partidária, porque a vida das pessoas... Esses dias, riram de mim, porque eu coloquei no Twitter a seguinte e singela frase, curta: "Vidas acima de tudo". E dei boa noite. E aí acharam que era uma frase clichê e deram risada da minha frase, como dão risada da morte das pessoas. E aí a gente tem que lembrar os outros de que a gente precisa desenhar e explicar o óbvio. E o que me dói é ver pessoas... Até entendo que alguém que não perdeu ninguém na sua família fazer esse tipo de comentário ou fazer gracinha, gracejo, chacota da vida alheia, mas o duro é ver pessoas que perderam, sim, parentes e que continuam na mesma seara, continuam fazendo o mesmo tipo de chacota, o mesmo tipo de... Eu chego a perder, inclusive, a palavra. Não quero ser grosseira, porque há também o mi-mi-mi daqueles que não respeitam a vida. Quando a gente fala qualquer palavra, eles vêm com toda força para se chatear quando a carapuça lhes serviu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, o que eu quero aqui é lembrar, voltar a repetir aqui: a CPI vai acabar, porém a pandemia não acabou. E nós estaremos aqui firmes, ao lado de vocês, abertos para receber qualquer relato que houver, porque não é só a Prevent Senior, não.

E aqui vai o meu abraço à grande maioria dos profissionais de saúde, aos médicos, na pessoa do Dr. Paulo Tonini, da Dra. Ludmila, do Dr. Fabrício. Eu quero parabenizar aqueles que respeitam a vida acima de tudo, aqueles que não fizeram os brasileiros de cobaia, aqueles que realmente se emocionaram no dia a dia, aqueles médicos que foram pra casa desesperados porque não tinham uma dipirona sequer.

E nós, que passamos pelo covid com bons planos de saúde, não tínhamos condições... Quem passou bem mal sabe disso, sabe como é que é... Aí eu ficava imaginando como é que estavam as pessoas na fila do SUS. Eu estava me sentindo mal num hospital privado, muito bem tratada, em desespero, mas pensando naquelas pessoas. E aí nós precisamos rever: nós gastamos muito com a saúde, mas não entregamos a saúde que os brasileiros merecem. O SUS é muito bonito no papel, mas nós políticos frequentamos o SUS? Aí é que está a pergunta.

Então, quero daqui – amanhã estarei aí em Brasília, mas daqui do Mato Grosso do Sul – me solidarizar com todas as famílias deste País e pedir pra que as pessoas se vacinem. Eu tenho uma irmã lá nos Estados Unidos que se nega a tomar a vacina, não deu a vacina pros filhos, e não há cristo que faça ela entender a necessidade disso; e nós sofremos aqui, sofremos com medo – hoje tivemos o Secretário de Estado americano, o Powell, que faleceu em consequência do covid.

E eu peço encarecidamente ao Ministro Queiroga e ao Ministério da Saúde que nos tragam os números corretos. Quantas pessoas estão morrendo ainda por covid ou por consequências do covid, mas foram vacinadas com a primeira, com a segunda, com a terceira dose? Nós queremos saber e ter, nas nossas mãos, todos os dados necessários para que construamos as políticas públicas pra que esse tipo de coisa não ocorra mais. Queremos ter um Ministério da Saúde equipado e que nos traga dados fidedignos, nos quais nós possamos confiar, porque hoje, inclusive, nós temos que aguardar os dados do consórcio da imprensa. Dou todos os louros para o consórcio da imprensa, mas nós queremos saber dos dados oficiais. Queremos saber se as pessoas que estão falecendo de covid, que entram com covid num hospital e vão a óbito... Como é que estão os seus atestados de óbito? Não foi somente na Prevent Senior que isso aconteceu: isso aconteceu em todo o nosso País, e nós precisamos estar atentos a isso.

Quero avisar agora, por fim, ao Relator desta CPI que amanhã irei entregar a S. Exa. o relatório parcial da documentação que a minha equipe apurou em relação às denúncias do meu Estado. Entregarei em suas mãos essa parte que me coube, de analisar a destinação dos recursos públicos para Estados e Municípios. Cada Senador deve fazer a sua parte, e a minha lição de casa foi feita.

Muito obrigada, e saibam todos vocês que estaremos aqui sempre abertos para ouvi-los.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

Senador Renan, antes temos ainda a Senadora Zenaide, que também nos pediu a palavra. Em seguida, passo para V. Exa.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Sr. Presidente, colega Relator.

É difícil, acho que o País hoje chorou, porque hoje nós estamos, a CPI, mostrando a prova viva do que a gente vem dizendo na CPI: que a maioria das mortes poderia ter sido evitada. Isso é impossível não doer em cada um dos seres humanos.

Prestei atenção a cada um dos nossos convidados que estão aqui, que estão sofrendo na pele as consequências de uma política errada, de uma decisão política de um Presidente que resolveu optar pela morte e não pela vida do seu povo. Não adianta dizer outra coisa: optou por não seguir a ciência, não preparar as pessoas para enfrentar a pandemia antes do advento das vacinas e, ainda por cima, adiou a compra de vacinas mesmo sabendo que isso resultaria em mais de 600 mil óbitos de homens, mulheres, jovens e crianças deste País.

O Sr. Antonio Carlos, da ONG Rio de Paz, disse sobre as atitude do Presidente frente à pandemia o que a gente vem mostrando aqui nesta CPI.

Eu fiquei emocionada ao saber que vocês, mesmo sofrendo, encontraram na CPI a verdade, o porquê do que aconteceu, porque ninguém de vocês entendia por que um País que era a décima economia do mundo – agora já é a décima segunda – deixava morrer o seu povo mesmo sabendo o que deveria ter sido feito.

Essa conduta política da Presidência da República era intencional, gente, não é porque ele não tinha conhecimento da gravidade; sabia que ia matar o seu povo com essa história de imunidade de rebanho e não comprando vacina.

Isso ainda doeu mais, porque eu acredito que todos nós... Eu não perdi ninguém da minha família, mas amigas próximas, enfermeiras companheiras que trabalharam 30 anos comigo – a gente passava a noite tentando deixar um paciente vivo pra ele poder se despedir do seu ente querido, pacientes com neoplasia e em fase terminal, a gente fazia de tudo. Ver que o povo brasileiro foi usado como cobaia, que o povo brasileiro não teve direito, que calaram... Não foi como os representantes do Governo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

vieram aí e optaram por se calar: a maioria foi calada para sempre por uma decisão política do Presidente da República – aí arranjou quem compactuasse com um ato criminoso desse, gente!

A enfermeira Mayra Lima. Muito bem, Mayra, enfermagem. Eu sou médica e sei que a força de trabalho, mais de 70% de qualquer serviço de saúde, é da enfermagem. E digo o seguinte: o Senado Federal – eu sou até a Relatora desse projeto do Senador Contarato –, a exemplo de todos que você presenciou aqui, a gente está a favor desse pleito, desse PL 2.564. É hora de a gente defender aqueles que, mesmo arriscando a vida deles próprios e de suas famílias, resolveram optar por tentar salvar a vida do povo.

E me dirijo ao povo da Amazônia, porque o Governo, não se contentando em deixar faltar oxigênio e o atendimento necessário a esse povo do Amazonas... A gente descobre que uma percentagem foi usada como cobaia. Inclusive, a Unesco terminou de denunciar que tem 200 óbitos no Amazonas porque foi usado um medicamento que é para câncer de próstata. Eles ficaram fazendo homens e mulheres do Estado do Amazonas e do Brasil todo... Não foi só lá essa questão.

Arquivaldo Bites, da associação Vida e Justiça, representa aqui o sobrevivente com sequelas. Ele chama atenção para a necessidade de a gente investir no SUS para cuidar desse povo que, além de perder seus entes queridos... Os que sobreviveram estão sequelados, sem falar na quantidade de crianças órfãs. Está aí quem está cuidando, como a enfermeira Mayra, dos seus sobrinhos. Outros perderam pai e mãe. E saber que a CPI mostrou... Isso é como se você estivesse esperando, se tivessem assassinado uma pessoa da sua família, que o culpado fosse julgado. É isso que o povo brasileiro que perdeu seus entes queridos... E a maioria, como a gente sabe, morreu de morte evitável, por uma decisão intencional política do Presidente da República de deixar a população morrer. É uma decisão política, gente, e por isso a importância de ter esse olhar diferenciado.

Então, é por isso que o Senado Federal está aqui nesta luta com esta CPI. Acreditem vocês que estão aqui presentes, Mayra, Giovanna, Katia, Rosane, Arquivaldo, Antonio Carlos e Márcio: nós vamos ficar atentos e vamos, sim, acompanhar o julgamento. Que eles paguem pelo que fizeram! Ninguém pode deixar uma população à deriva em uma pandemia. Ninguém, ninguém está acima da lei! E esse Presidente não pense... Dizem que é por ignorância. Não o é, Presidente Randolfe! A morte dos 600 mil brasileiros, em sua grande maioria, foi intencional. E ainda se continua com isso mesmo!

E o que mais doeu também – é impossível não se emocionar – é saber que, no meio, também tinha um interesse financeiro. A gente foi... A esta CPI o Brasil deve demais, porque ela está dando a vocês uma satisfação, mostrando que seus entes queridos poderiam estar vivos, mostrando que eles poderiam não ter tido a doença nem estar sequelados e mostrando que ainda tinha um sistema dentro do Ministério da Saúde para ganhar dinheiro com vacinas, comprando vacinas que não tinham nem a autorização da Anvisa e que não existiam nem existem até hoje! E não venham dizer que não tinham,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não! Empenharam R$1,6 bilhão nessas vacinas. E a gente sabe que, no serviço público, quando se empenha, é porque já compraram, como se diz.

Mas, para finalizar, quero dizer o seguinte: contem com esta Comissão, contem com o Senado! Eu me lembrei hoje de Oswaldo Cruz quando tentou erradicar, Relator Renan e Presidente Randolfe, a varíola. Quando todos estavam com aquelas dificuldades, ele dizia assim: "Não podemos esmorecer para não desmerecer".

Eu quero dizer a vocês que estão aqui, representando os mais de 600 mil óbitos deste País, que nós não vamos esmorecer. O Senado Federal, esta CPI não vai esmorecer, que é para não desmerecer o povo brasileiro. Nós não vamos esmorecer.

E digo sempre, continuar: a gente ainda tem chance de salvar. Não acreditem no Presidente: se vacinem, gente.

Eu quero pedir licença, Randolfe, já que o Governo não faz uma propaganda de como o povo se defender: vacinem-se. E eu sou a favor do passaporte; você tem o direito de não se vacinar, mas você não tem o direito de contaminar as outras pessoas. Usem a máscara, se defendam, porque a gente está com 50% de vacinados – menos ainda –, mas a gente sabe que, para ter uma imunidade, é preciso, no mínimo, de 70% a 75%.

Então, povo brasileiro, se defendam, porque, se vocês dependerem do Presidente da República, nós vamos ter outros milhares de brasileiros e brasileiras que vão morrer de morte evitável.

Quero parabenizar aqui os membros da CPI e dizer que é um grande serviço que está prestando à população brasileira.

Meus sentimentos a todos aqueles que morreram da covid, sem oxigênio, sem *kit* de intubação, porque o Governo decidiu, intencionalmente, que eles deviam morrer mesmo. Isso, com certeza, o Senado Federal não vai deixar impune.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Eu que agradeço, Senadora Zenaide.

Vou passar para o Relator, mas só, rapidamente, uma pergunta à Katia, que eu achei, com o impacto e a emoção do seu depoimento, que acabou passando sem ser percebido. Você disse que o seu pai foi atendido, numa segunda fase, com profilatomida. Em qual hospital foi?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS (Para expor.) – Ele foi no Hospital Itaquera... No Hospital Planalto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No hospital...

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em São Paulo?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi atendido na UTI com profilatomida?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – Não, não, ele ficou na UTI, mas não foi... Eu acho que o senhor entendeu errado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá. Perfeito.

Teve alguém que foi atendido, algum parente seu que foi atendido com... Que chegou a...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Participado do estudo?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS (Para expor.) – A minha mãe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – ... que, na verdade, passou pela Prevent Senior.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E ela chegou a receber profilatomida?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – *Kit* covid?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – Foi flutamida – flutamida. Ela recebeu flutamida e o *kit* covid.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. E isso na fase de internação?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na Prevent?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – Na Prevent Senior foi a flutamida na fase de internação, e o *kit* covid eles enviaram pelo motoboy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Era essa a informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Tão logo assinaram o contrato?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – Sim. Quando a gente fez a telemedicina, a chamada, a consulta, eles já enviaram.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Você podia só descrever para o Relator – que eu acho que isso é importante para o trabalho do Relator – como foi o procedimento? Você a internou, e aí ela recebia lá o *kit* covid?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS (Para expor.) – Não. Na verdade, quando nós ligamos para a Prevent Senior, para fazer a chamada, a telemedicina, eles já... Nós já estávamos com o exame, já comprovando que a minha mãe estava com covid, e aí eles mandaram pelo motoboy um *kit* covid. Tinha, em média, uns oito remédios, mais ou menos.

Essa receita era uma receita padrão, onde só um médico, que eu até vi aparecendo aqui nesta CPI, o Dr. Rafael... Mas ela não passou com esse médico; eles só mudavam o nome do paciente na receita e mandavam o *kit*. Esse *kit* era hidroxicloroquina, azitromicina, colchicina, tinha também ivermectina, todos que a gente sabe que são ineficazes – não é? – para o tratamento da covid. E aí...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alguém chegou a advertir (*Fora do microfone.*) você, em relação ao tratamento da sua mãe, que esse remédio, a flutamida...

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... é altamente prejudicial, principalmente para mulheres?

A SRA. KATIA SHIRLENE CASTILHO DOS SANTOS – Sim. O que é que acontece, Senador? Como eu havia dito, a minha mãe teve problemas, já tinha tido câncer no fígado. Ela teve metástase no fígado. E, quando a minha irmã foi internar a minha mãe, o médico mandou chamá-la lá no setor em que ficam os enfermeiros, falou no telefone – não sei qual foi o médico, eu não lembro –, e perguntou para ela... Falou que eles estavam fazendo um teste com os pacientes com um remédio que chamava flutamida. Até aí a gente nem conhecia esse remédio; depois é que a gente foi tomar conhecimento, não é? E ela perguntou quais seriam os efeitos colaterais desse remédio. E ele falou que a única contraindicação seria para pessoas que tinham problemas hepáticos. E aí a minha irmã relatou que a minha mãe, então, não poderia tomar – não autorizou – porque ela tinha tido... Ela tirou, na verdade, 35% do fígado na época dessa metástase. E aí o médico concordou, pelo telefone, mas, infelizmente, como nós estávamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhando a minha mãe, nós observamos que eles estavam dando a flutamida. Aí nós questionamos, e depois provavelmente eles não deram mais, mas eles deram, chegaram a dar, sim, a flutamida para ela. Inclusive, ela não tomava comprimido, não podia tomar comprimido por conta da falta de ar. Todos os remédios dela tinham que ser macerados. E a gente sempre perguntava também porque ela tinha problema de alergia, a minha mãe. Foi dado flutamida sem o nosso consentimento, infelizmente. Eu só não posso afirmar quantas vezes foram dadas, mas que foi dado, foi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Katia. Essas informações acho que serão muito importantes para o trabalho de conclusão do relatório que o Senador Renan Calheiros está fazendo.

E a palavra está com o senhor, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Randolfe Rodrigues, em primeiro lugar, eu quero agradecer aos representantes de vítimas pelas presenças nesta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Hoje não é dia de falar, alguns já disseram – o Humberto, o Rogério, o Omar, o Randolfe –, e eu concordo com eles. Hoje é dia, sobretudo, de ouvir os representantes dessas 603.324 vidas, pessoas que morreram, que perderam suas vidas. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito constatou que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas.

Nesses depoimentos impactantes, um deles nos ensinou, quando nos falou que nosso luto não se elabora no silêncio – nosso luto não se elabora no silêncio – e que se faça um relatório que expresse o que aconteceu no Brasil e aqui na investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria dizer à Rosane Maria dos Santos Brandão que nós faremos exatamente como você nos recomenda e nos ensina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.

Eu queria, antes de nós concluirmos esta impactante para todos nós audiência de hoje... Acho que ficou visível, Katia, Márcio, Rosane, Giovanna, acho que ficou visível, Arquivaldo e Mayra, o tamanho do impacto que todos nós membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito tivemos com os seus depoimentos.

Como já foi dito aqui pelo Senador Humberto, o dia de hoje ficará marcado porque este número aqui – este número aqui –, que, desde o começo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Renan, no dia 27 de abril deste ano – já temos mais de 160 dias de trabalho... Todo dia, desde o dia 27 de abril, nós vínhamos com dor ter que modificar a placa, ter que colocar, que aumentar este número.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente estava aumentando o número, a gente só fazia contagem do número, que lamentavelmente hoje nem por parte do Governo brasileiro é número confiável. Nós temos que agradecer ao Consórcio de Veículos de Imprensa por estar trazendo essa realidade para todos nós brasileiros, para todas as brasileiras.

E hoje, ao fim desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós vimos os números se transformarem no que são: em dor, sofrimento. Nós vimos os números se transformarem em pessoas. Nós vimos aqui não só parentes que perderam o amor de sua vida; nós vimos aqui não somente a tua dor, Katia, que muito nos mobilizou; nós não sentimos aqui somente o Hugo presente conosco, Márcio; nós sentimos a força da Rosane, a coragem da Mayra, o depoimento dessa jovem que é obrigada a se tornar adulta antes do tempo por força das circunstâncias e que também muito nos impacta. Nós vimos vocês e também vimos aqui o depoimento do Sr. Arquivaldo. Vimos que não é somente aqueles que foram, não é somente a dor dos familiares; são também aqueles que estão sequelados, aqueles que estão sofrendo.

Hoje nós tivemos um retrato do tamanho da tragédia e tivemos também uma demonstração de por que esta CPI entrou na casa de todos os brasileiros, de por que, Senador Humberto, Senador Renan, ao longo desses mais de 120 dias, desses quase 150 dias, nós fomos tão acompanhados. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito se tornou, Márcio – e eu agradeço muito pelo que você falou para nós no dia de hoje –, desde que foi instalada... Ela não trará o Hugo de volta, mas ela se tornou a última esperança para que vocês e outras 600 mil famílias tenham um pouco de consolo no coração. E o consolo no coração é feito, sobretudo, por atos concretos. Não se trata de vingança – já foi dito aqui –, mas se trata de terem justiça aqueles que padeceram, aqueles que sofreram. Não se trata somente de iniciativas que esta Casa tem que aprovar, como foi cobrado pela Mayra – temos que votar o projeto da carreira dos médicos, temos que votar o PL do piso salarial da enfermagem –; trata-se de fazer tudo o que for possível para que ninguém esqueça o tamanho dessa tragédia que ainda está em curso, menor, sob controle, mas que ainda está em curso, para que ninguém esqueça, para que nunca mais aconteça.

Os vírus caminham com a humanidade desde antes de a humanidade existir. Nós e os que virão depois de nós conviveremos com o vírus depois, inclusive, de nossa existência. Com experiências trágicas, nós temos que sobretudo aprender; com maus exemplos, nós temos que sobretudo aprender para que eles não se repitam, para que eles não voltem a acontecer.

Parece-me que o texto final do relatório do Senador Renan Calheiros tem uma frase de muito impacto, Senador Renan, que eu acho que representa o que todos nós estamos fazendo: não esqueceremos... Não esqueceremos por hoje, pelo amanhã, para sempre.

E eu queria aqui também agradecer muito à ONG Rio de Paz pela simbologia que atraiu a atenção do Márcio, simbologia que resultou em um outro símbolo. Antonio, vocês iniciaram colocando cruzes em Copacabana – cruzes em Copacabana. O primeiro símbolo era a cruz. O símbolo hoje, para todo o Brasil, é o Márcio retomando as cruzes e colocando-as de volta – colocando as cruzes de volta –, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram retiradas pela insensatez, pela intolerância e pelo ódio. Os símbolos têm um significado importante para a humanidade. O símbolo não traz ninguém de volta, mas o símbolo consola. É por isso que todo ano, em um determinado horário, no dia 6 de maio, no dia da rendição da Alemanha nazista, os judeus, em Israel, todos param naquele momento para fazer um minuto de silêncio. Trará os cem milhões de judeus vítimas da tragédia do holocausto de volta? Não trará. Mas é um símbolo, para que não esqueçam. É por isso que os símbolos estão presentes em todos os cantos desse planeta. É por isso que, nos dias 6 e 8 de agosto, dias em que foram lançadas as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, os japoneses também param e é tocado um sino, várias badaladas, para que não esqueçam. É por isso que os símbolos têm significado na nossa vida.

Esse símbolo tem um significado enorme nas nossas vidas. Esse símbolo não pertence ao Presidente da República ou a seus apoiadores, esse símbolo pertence a todos nós brasileiros! Esse símbolo pertence ao Márcio, pertence à Katia, à Rosane, à Giovanna, ao Arquivaldo, à Mayra e a todos que vocês estão aqui representando. Esse símbolo, junto com o lenço branco, é o retrato da dor de compatriotas nossos.

Pergunta-se o que é compatriota. Eu já falei aqui. Compatriota tem relação, talvez, com uma outra... Compatriota é uma palavra, uma expressão latina. Pátria é aquela terra de nossos ancestrais, é assim que se define no latim. Pátria tem... Pátria é feita pelos compatriotas. Um compatriota só é compatriota de outro se o seu compatriota sente empatia por si. E empatia é uma palavra de origem grega que significa se sentir no sofrimento de todos.

Eu fico muito feliz porque aqui, quando eu via as suas lágrimas, Márcio, quando eu via as lágrimas e a força do depoimento da Katia, quando eu via a força do depoimento da Giovanna, aqui, eu olhei para os meus companheiros e, como diz a poesia do Drummond, estavam taciturnos, estavam em lágrimas, estavam em prantos não somente os colegas aqui desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas também muitos dos servidores desta Casa. Isso é o que é ser compatriota, ter empatia para com o outro. É sentir na pele a dor do outro, é sentir que o Hugo, que foi perdido pelo Márcio, o filho do Márcio, poderia ser filho de cada um de nós. É se colocar no lugar. Porque o pai e a mãe da Katia poderiam ser os pais de cada um, o pai e a mãe de cada um de nós. É porque os pais da Giovanna poderiam ser até um de nós. É isso que é empatia.

Senador Humberto, Senador Renan, tem algumas coisas que a vida e a história não nos dão o direito. Nós não temos o direito de não aprovar um relatório contundente e forte. A história deste País, a vida do Hugo, de todos os familiares que estão aqui presentes e das outras 600 mil vítimas clamam sobre nós essa responsabilidade. Não nos cabem, neste momento, divisões artificiais; não, em especial, a este campo majoritário, a este grupo que trouxe a CPI até aqui, que aprofundou investigações, que desvendou esquemas de corrupção, que desnudou o negacionismo, que apontou as responsabilidades sobre remédios que não tinham eficácia, que recuperou a necessidade da vacina. Quando esta CPI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começou, nós tínhamos 200 mil brasileiros vacinados por dia; hoje, nós temos mais de 1,4 milhão. E não foi por conta do Senhor Presidente da República; foi por conta da pressão desta CPI.

A responsabilidade, Humberto e Renan, para conosco é histórica. Ela pesa sobre os nossos ombros. Não caberão divisões. A história – a história, a história –, ela é implacável. A história tem a porta de entrada da honra, tem a porta de entrada da vergonha. A nós cabe uma responsabilidade enorme: dizer que, em algum momento, quando todas as instituições falharam, houve uma instituição que atuou. E essa responsabilidade recai sobre mim, sobre Renan, sobre Humberto, sobre o Presidente Omar, sobre todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas, sobretudo, sobre esse núcleo dirigente que trouxe as investigações até aqui e que apurou as responsabilidades.

Eu posso dizer para todos vocês: o relatório desta CPI vai ser aprovado e será contundente. Ele tem que estar à altura da memória desses mais de 600 mil; ele tem que estar à altura dos sofrimentos, como o do Arquivaldo; ele tem que estar à altura dos brasileiros; ele tem que estar à altura de nosso País.

Por falar em símbolos, e, aí, para concluir, o Relator Renan nos chama a atenção, por sugestão desta CPI e acatado pelo Presidente Rodrigo Pacheco, para o fato de que este Senado irá inaugurar, nas dependências do espelho d'água à frente do Congresso Nacional, onde hoje, Antonio Carlos, vocês colocaram os lenços, um memorial para que nós nunca esqueçamos. É um memorial que, na verdade, deveria ser de responsabilidade do próprio Poder Executivo, mas é um memorial que é o mínimo a ser feito para lembrar. Como eu disse, a vida cotidiana também é feita de símbolos.

Eu queria pedir para a Secretaria da Mesa fazer a apresentação do memorial ao som de uma música que talvez retrate muito bem isso, uma música de Ivan Lins, que foi autorizada pelo autor ser apresentada aqui. Em seguida à apresentação do memorial, nós teremos uma outra homenagem que foi feita agora, às pressas, em especial, a vocês que estão aqui e que representam todas as vítimas da pandemia neste País.

Vamos, primeiro, ao memorial.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E para, de fato, concluirmos, nós fizemos agora, em homenagem a vocês que aqui estão, em homenagem a todas as vítimas da pandemia no País, essa outra versão. Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dito isso, eu queria agradecer mesmo, do fundo do coração, ao Márcio, à Katia, à Rosane, à Giovanna, ao Arquivaldo, à Mayra. Perdoem por tudo! Que Deus possa consolar e acalentar o coração de vocês pra todo sempre!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 64ª e da 65ª Reuniões. Dispenso suas leituras. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada na próxima terça, 19 de outubro, a partir das 10h, para ouvirmos o Sr. Elton da Silva Chaves.

Declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 67ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Soraya Thronicke e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Plínio Valério e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva - Elton da Silva Chaves**. **Finalidade:** Depoimento de Elton da Silva Chaves, Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde junto à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – Conitec. Oitiva do Elton da Silva Chaves, Representante do CONASEMS junto ao CONITEC, em atendimento ao requerimento 1582/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 67ª Reunião da Comissão, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade.

A reunião destina-se ao depoimento de Elton da Silva Chaves, representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde junto à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde, em atendimento ao requerimento de Randolfe Rodrigues.

Peço para o nosso depoente ser encaminhado à Mesa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem, por favor.

Presidente, quero primeiro agradecer; como não membro da Comissão, agradecer a V. Exa. e a todos os membros pela participação que tive, mas gostaria de entregar ao Relator um complemento de voto relacionado aqui às ações do GDF.

Então, Senador Renan, já protocolei e vou entregar oficialmente a V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Eu queria cumprimentar o Senador Renan Calheiros por ter admitido as contribuições que nós fizemos em relação às mulheres.

Nós tivemos um encaminhamento de um capítulo designado às mulheres e, nesse capítulo, nós fazemos exatamente um levantamento da situação das mulheres na pandemia no Brasil, da quantidade de mulheres, inclusive, que vieram a óbito, muitas delas grávidas e algumas delas deixando realmente aí milhares de crianças órfãs no Brasil. Nós temos novos órfãos no Brasil fruto da pandemia; são números realmente preocupantes que requerem do Congresso Nacional uma resposta em relação a essas crianças e adolescentes.

E, dentre esses encaminhamentos, nós pedimos, por exemplo – e aí, destacando, inclusive, a atuação feminina aqui na CPI, quero cumprimentar o Presidente Omar, que, de forma imediata, naquele momento até de forma unilateral pelo respeito que ele tem às mulheres, deu o direito à voz às mulheres aqui nesta Comissão –, nós, então, fizemos alguns dos encaminhamentos que o Senador Renan admite no relatório. Eu vou destacar apenas alguns, entre os quais aqui o projeto de resolução, Senador Renan, que já está tramitando na Casa e que estabelece que, em sendo montada uma Comissão pelos Líderes do Senado Federal e nenhuma mulher tendo sido indicada, então a Bancada Feminina indicará uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher. Não queremos um direito a mais: queremos simplesmente a garantia de que a mulher participará das Comissões.

A outra é um projeto de lei criando, na verdade, o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs pela Covid-19, que é o Facovid – e aí destacando que, inclusive, o Maranhão foi o primeiro Estado brasileiro a adotar essa ajuda emergencial, pelo Governador Flávio Dino –, e, em nível nacional, nós indicamos a fonte no projeto de lei que é destinada através de um percentual das casas lotéricas, não é?

E a segunda proposta que eu queria destacar dentre as várias que nós apresentamos, a última que eu quero destacar aqui nesta minha fala, é exatamente a alteração na Lei de Registros Públicos que o Dr. Márcio Thadeu, Promotor de Justiça da área da infância e da juventude, estabeleceu no Estado do Maranhão, em que, no falecimento, tanto do homem quanto da mulher, haverá o registro se eles deixam órfãos, ou seja, crianças menores de 17 anos. Isso facilita, Senador Renan, o encaminhamento dessas informações à rede municipal de criança e adolescente, pra que elas, na verdade, possam ser contempladas e amparadas nesses programas.

Além dos vários outros que nós faremos o destaque aí no dia da discussão do relatório que será lido por V. Exa. amanhã.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, ontem talvez um dos depoimentos mais chocantes, que eu digo, que mais penalizou aqui a todos os Senadores que estavam presentes – e principalmente ao jovem que traduz e ficou emocionado – foi o depoimento da jovem Giovanna, do Maranhão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de 19 anos. Uma menina que perdeu o pai e a mãe pra covid, que tem uma irmã de 10 anos e que se torna prematuramente mãe – mãe e irmã. A vida a colocou numa situação dessa, e o depoimento dela ontem nos chocou.

Assim olhando para aquela jovem, a gente olha para várias outras jovens também que tiveram esse destino. E foi muito, muito emocionante aquele depoimento da sua conterrânea, a Giovanna. E acho que ela representa essas crianças que você disse agora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de uma forma bastante clara, sem subterfúgios, porque querem colocar narrativas de que não, de que está tudo bem. Uma pena. Uma pena que algumas pessoas ainda defendem tratamentos que não servem absolutamente para nada, e pessoas que defendem um governo que é responsável por tudo isso não estiveram aqui ontem para ver ao vivo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoimento dessa menina. Foi um depoimento com que todos nós aqui, sem exceção, ficamos muito consternados, e dizer que a gente torce muito para que a adolescência dela não se torne a maturidade apressada que nós não queremos do jovem, e que ela possa ter um final feliz com a irmã, e que ela possa fazer dessa tarefa que ela vai ter de ser mãe e irmã um exemplo para todos os brasileiros e brasileiras, para que nós não permitamos mais que tantos órfãos que deixaram essa covid... Nós não podemos punir quem são os responsáveis. E são muitos os responsáveis. Inclusive pessoas que claramente, de forma bem descarada, eu diria, promoveram aglomerações, desrespeitaram a ciência, vendo, e não se comovem com um relato feito por essa jovem. Não se comovem. Parece que não aconteceu nada.

Então, aqui para deixar claro, eu estava tendo uma conversa agora com o Senador Tasso – nós teremos hoje uma reunião na sua casa, Senador Tasso –, deixar claro que o relatório desta CPI será para pedir a punição dos verdadeiros responsáveis por esse morticínio que aconteceu no Brasil. Não adianta tapar o sol com a peneira, não adianta vir com narrativas, não adianta fazer com que as pessoas pensem que alguém é melhor do que o outro aqui não.

Ontem, eu vi o xeique Duduzinho Bolsonaro lá, travestido de xeique árabe, enquanto, Duduzinho Bolsonaro, milhões de brasileiros estão passando fome. Esse tipo de acinte. Você deveria ser exemplo, mais do que ninguém! Duduzinho Bolsonaro, o xeique do Brasil, deveria ser exemplo para os brasileiros num momento de tanta tristeza, de tanto sofrimento, de tantas mortes, de pessoas passando fome. A pandemia, Senador Humberto, está diminuindo, mas tem uma pandemia que já está sendo vivenciada nos bairros, nos becos, nas ruas, nas cidades brasileiras, que é a pandemia da fome e da miséria. E nós não temos o direito, nenhum Parlamentar tem o direito de publicar fotos em que estão numa boa enquanto esses brasileiros estão passando necessidade, Senador Randolfe. É uma falta de respeito!

Isso vem de berço, essa falta de respeito. E nós não vamos nos permitir não punir, não é? Agora, a *fake news* é o xeique fazendo propaganda de Dubai.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O xeique, o xeique Duduzinho fazendo propaganda de Dubai, não é? Deveria ir para um bairro, uma cidade, pra ver as pessoas passando fome, não ir pra Dubai.

Sr. Elton...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só para... Só um dado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou... Eu vou ouvir aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço a palavra para questão de ordem, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só lembrando, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem baseado em que artigo, Senador Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Baseado no art. 403...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que que diz o 403?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e 150 do Regimento do Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não conheço esse artigo. V. Exa. pode me dizer qual é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está no Senado há bem mais tempo que eu e certamente que não pode se esquivar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas V. Exa. é advogado, formado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Presidente. V. Exa., como Presidente... Não, mas, se V. Exa. quer que eu leia, eu vou ler os artigos para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já chegaram os assessores, seus advogados aí já lhe deram. Então, pode ler, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. quer que eu leia os artigos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu queria que o senhor citasse para mim, sem ler.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já que eu estou há mais tempo e não conheço o artigo; V. Exa. conhece, não precisa ler. Não leia, fale.

V. Exa. disse: "Olhe, você está há mais tempo, deve conhecer". Eu não conheço o artigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não? Mas V. Exa. não conhece muita coisa, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu conheço, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não conhece muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade. Agora, não leia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas os artigos do Regimento do Senado Federal, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, não leia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que tratam da organização dos trabalhos das Comissões, rito e funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E é sobre isso que eu quero fazer a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com essas preliminares, obviamente, intempestivas que V. Exa. faz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está defendendo Duduzinho Bolsonaro, o xeique?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente. Ele não precisa de defesa não porque ele é...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ora, mas ele já se defende na rede social dele...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – Veja, ele não precisa de defesa porque ele é Deputado Federal, tem investidura como Deputado Federal.

Eu acho que nós, esta Comissão poderia estar prestando um trabalho muito melhor, e eu tenho mais preocupações com aquilo que esta Comissão não está fazendo, que é investigar a roubalheira que aconteceu no âmbito dos Estados e dos Municípios. Aí, fica fazendo essa retórica, esses discursos políticos aqui de enfrentamento a A ou B. Acho que isso não é o papel desta CPI. E talvez vai chegar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia aqui em que Senadores da República serão constrangidos em Comissões Parlamentares de Inquérito da Câmara dos Deputados, assim como tem acontecido aqui no Senado Federal.

Mas não é essa a questão de ordem que quero fazer a V. Exa., é sobre a ordem dos trabalhos nos próximos dias, para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito estabeleça os procedimentos para a liberação do respectivo relatório final, Sr. Presidente. Essa é a questão de ordem que quero fazer a V. Exa. Indiscutivelmente, o momento da votação do relatório final é o ponto alto de uma CPI, quando temos o coroamento de todo um longo e exaustivo trabalho.

Entretanto, esse evento deve ser organizado de forma tal que permita que todos os seus membros conheçam as regras a serem aplicadas e acordem com a forma de sua utilização. Para isso, devem estar claramente definidos os procedimentos a serem adotados, e isso inclui definições sobre o tempo de leitura do relatório oferecido pelo Relator e dos votos em separado eventualmente apresentados, bem como os limites para o recebimento e votação dos destaques para a votação em separado de partes do relatório, na forma do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, é preciso que fiquem muito claros os procedimentos a serem adotados no que toca ao quórum e às modalidades de votação, observado o disposto nos arts. 109 e 292 do Regimento.

Sabemos que o Regimento Interno do Senado Federal é silente quanto à leitura do voto em separado, mas, como bem ressaltou o Vice-Presidente desta Comissão, enquanto participava da CCJ e discutia-se sobre a possibilidade de leitura de voto em separado na apreciação da proposição de reforma trabalhista, em 21/6/2016, não se pode subverter o direito do Parlamentar de fazer a leitura de seu voto em separado. Eu vou poupá-los da leitura dos argumentos apresentados por ele, mas faço juntar à Mesa na sequência.

Ainda na Comissão Especial de Impeachment de 2016, concedeu-se o direito de ler o voto em separado após a leitura do relatório, após questionamento aventado pela então Senadora Vanessa Grazziotin na reunião de 2 de agosto de 2016.

Saliente-se também que nos últimos anos tivemos quatro casos de apresentação de votos em separado em CPIs.

Então, Sr. Presidente, em resumo, eu vou fazer chegar à Mesa a manifestação integral para V. Exa. poder, posteriormente, até deliberar sobre isso, mas o apelo que faço é que sejam esclarecidos ao Plenário os procedimentos quanto à leitura do voto do relatório do Senador Renan Calheiros e o que vai acontecer na sequência e em que condições.

Penso até – e aí é uma ponderação que faço a V. Exa. – que, caso V. Exa. entenda assim, de fazer uma reunião de trabalho com os membros da CPI para tratar desses detalhes que nos conduzirão a um ambiente de maior acerto quanto à apresentação do voto do Relator, dos votos, das manifestações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voto em separado, destaques, emendas, todos esses aspectos. É o apelo que faço a V. Exa. considerando os termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu irei responder a sua questão de ordem antes de finalizar a sessão, e tenho certeza de que amanhã, antes da leitura do relatório...

Eu vou pedir para o pessoal ali nos ajudar aqui nos trabalhos. Obrigado.

Eu vou pedir... Aliás, antes de a gente iniciar a sessão, todos esses questionamentos feitos por V. Sa. serão expostos, até porque é amanhã a leitura do relatório do Senador Renan, e não será votado depois de amanhã. Nós demos um prazo até o dia 26 para que todos os Senadores analisassem com mais tempo, até porque são mil e poucas páginas; seria praticamente impossível a gente ler hoje – estava marcado para ler o relatório – e votar no dia seguinte. Não cabia, e poderia haver um questionamento sobre cercear o conhecimento do relatório por parte dos membros.

Eu recebi o relatório hoje de manhã quando cheguei ao meu gabinete. Eu mandei a minha assessoria dar uma olhada no relatório e mais tarde vou sentar para detalhar e ter conhecimento do relatório. Porque eu não tinha conhecimento do relatório. O que eu tinha conhecimento era aquilo de que todos tinham conhecimento, que saiu publicado em algum lugar – então, agora é que eu tenho –, do relatório do Senador Renan. E tenho um trabalho feito pelo Senador Alessandro também, que compartilhou com todos nós.

Mas eu acho que nós teremos, sim, que ter um regramento, de como é que nós vamos fazer, estabelecido o que diz aqui o Regimento do Senado Federal, o que a assessoria e a Secretaria vão me orientar a fazer, e eu darei a resposta a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse caso – se V. Exa. me permite, Presidente – o Regimento acaba não disciplinando o formato. O que nós temos aqui são os precedentes das Comissões que já aconteceram no âmbito do Senado Federal.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu irei pedir que, se os senhores pudessem fazer o trabalho, os senhores e as senhoras que estão na Secretaria, que nos trouxessem outros precedentes, como foi o comportamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não deu nulidade, está certo? Não houve nulidade dos trabalhos. Tudo aquilo que democraticamente nós possamos discutir e chegarmos a um consenso de votação... E aí, volto a repetir: é um trabalho que foi feito aí durante esses seis meses – não é? –, que nós vamos tomar conhecimento e discutir. É lógico que a divergência aqui é natural, a divergência é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natural, e a gente vai fazer o possível pra democratizar ao máximo a votação do relatório. A leitura, não: a leitura será feita pelo Senador Renan, aí ele... Não creio que vão ser lidas as 1,2 mil páginas, senão nós vamos ter que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não, não, encaminhamentos e diagnósticos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? Vai fazer encaminhamento e diagnóstico.

Como nós temos acesso a todo o relatório, se a gente quiser pontuar algumas coisas – não é? –, a gente vai poder. Eu mandei focar logo no Estado do Amazonas: eu quero saber o que é que está no Estado do Amazonas, e já de antemão vou dar umas sugestões ao Relator em relação ao Amazonas, que é o meu Estado. Tem que haver... Houve uma CPI lá, essa CPI não indiciou o Governador, e depois o Governador se torna réu aqui, Senador Marcos Rogério. Nós temos que saber por que o Relator não indiciou o Governador, correto? Por que a omissão do Relator nisso, Senador Renan? Porque, se a Justiça o torna réu depois e lá trás o cara fez uma investigação e não indiciou... Eu já disse por quê? Cabe à CPI não deixar barato isso também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, se me permitir só um aparte, porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja, eu estou lhe dizendo um exemplo lá do Amazonas, e tem outras coisas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria dizer, mais uma vez...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Não, é só para ponderar. O Prefeito de Cuiabá foi afastado hoje de manhã, e houve a determinação de bloqueio de R$16 milhões relativos a suspeitas de desvio de recursos da covid-19.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu só queria dizer o seguinte: que o relatório é produto do que pensa a maioria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, só o senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, deixe-me... Eu estou com a palavra, o senhor me deu a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é produto do que pensa a maioria. No caso específico do Amazonas, eu já disse aqui e queria repetir: eu não proporei... Uma coisa é a minha proposta, que é minha, que é o que eu defendo. Outra coisa é a decisão da Comissão, que é completamente diferente. Eu, com relação ao Amazonas, não proporei nada diferentemente do que V. Exa. encaminhar. Eu estou aguardando que V. Exa. encaminhe, para que eu diga o limite da minha proposta. Não é o que a Comissão vai adotar. A Comissão depois vai votar sobre cada encaminhamento. Mas, da minha parte, Presidente Omar, da minha parte eu estou completamente aberto à colaboração e à materialização de todas as orientações dos companheiros.

Esse relatório é longo nessa proposta inicial porque nós acolhemos tudo de todo mundo, por isso é que ele é longo, ele perde muito poder de síntese. Mas, como essa investigação é uma investigação complexa, multitemática, com muitos personagens envolvidos, paciência! Não era o detalhe do tamanho que iria significar a profundidade do trabalho.

Mas saiba V. Exa. que o meu propósito é o mesmo, é o de sempre. Eu quero colaborar e eu não quero colocar nada nesse relatório que não signifique o pensamento da maioria da CPI.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vamos...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, pela ordem. Apenas para...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já tinha aqui o Senador Randolfe, o Senador Tasso e o Senador...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu queria propor – o Senador Renan, amanhã, vai ter todo o tempo e a oportunidade para falar sobre o seu relatório – que nós agora déssemos continuidade às nossas oitivas de hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Perfeito, Tasso. Já vai dar meio-dia, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só em relação à questão de ordem do Senador Marcos Rogério, a direção desta Comissão vai tomar a melhor decisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o encaminhamento. É verdade o que disse S. Exa., que não existe regimentação, não existe estabelecimento sobre o procedimento a seguir; existe, no âmbito das Comissões, procedimentos distintos. Como foi dito pelo Senador, existem procedimentos onde foram amparados a leitura e a apresentação do voto em separado e existem outros procedimentos onde não foram amparados.

Eu acredito que, sobretudo, nós devemos nos orientar, para a decisão sobre isso, na jurisprudência, por assim dizer, do que existe das Comissões Parlamentares de Inquérito. Como as Comissões Parlamentares de Inquérito aqui devem ter se comportado anteriormente, acho que, no âmbito disso, deve ser a baliza para os nossos procedimentos de leitura e apreciação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para informação, eu queria saber quando é que nós vamos receber cópia do relatório do Senador Renan, esse que foi entregue à imprensa? Eu queria saber, porque não recebi absolutamente nada até agora. Eu queria saber se é amanhã, quando é que nós vamos receber, para dar uma olhada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Até foi dito que foi distribuído aos gabinetes, eu recebi essa informação, mas o meu gabinete não recebeu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – O Presidente marcou a leitura do parecer para amanhã, quarta-feira. Então, eu farei a leitura amanhã, oportunidade em que todos conhecerão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque a leitura precede da publicação, e tem que ter o prazo da publicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Será publicado amanhã. A leitura...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas amanhã... Então, não pode ser lido amanhã.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós não vamos votar amanhã?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, mas... Não. A leitura...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo amor de Deus! Você está invertendo aí completamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A leitura...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria a cópia do relatório para eu acompanhar, para eu ler, pedir para o meu pessoal me orientar. É só isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O senhor já orientou que até o final da sessão vai apontar o rito para apreciação e leitura. Então, todas essas questões serão respondidas... Em deferência ao depoente, para a gente poder começar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu irei conversar com o especialista em CPI, meu Vice-Presidente Randolfe, que já participou de quantas CPIs, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – De umas três.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Umas três. Umas três, e é novo, hein! Imagine ele com a idade do Renan, de quantas vai participar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Essa é a primeira e não quero repeti-la.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Estou dizendo que quando ele chegar à sua idade, de quantas ele irá participar?

Senador Jorginho, isto fica a cargo do Relator: repassar a cópia do seu relatório. Como ele disse, ele vai ler amanhã, e nós teremos uma semana para analisar e votar.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas a gente pode ter uma cópia para ir acompanhando a leitura dele?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que sim, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque o regimento, Presidente... É porque o regimento prevê a publicação da pauta, Sr. Presidente, e do relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Trata-se de uma proposta, uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eu vou já decidir, Senador, e lhe falo já.

Deixe-me ouvir aqui o senhor, que já está nos aguardando aqui, o Sr. Elton. Eu o estou chamando de senhor... O senhor é médico?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (*Fora do microfone*.) – Farmacêutico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Farmacêutico.

Então, meu amigo, é o seguinte, eu vou pedir aqui para você fazer o juramento. V. Sa. dá sua palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir desse momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Dr. Elton, a sua presença aqui é porque nós aprovamos a convocação de um dos membros da Conitec, para que o senhor possa aqui nos esclarecer, depois de tanto tempo, a gente não ter o protocolo ainda da covid. É esse o grande questionamento de todos nós e de todos os brasileiros. E quais são... Eu vou lhe passar a palavra, se V. Exa. assim quiser, por 15 minutos. Logo em seguida, passarei ao Senador Renan Calheiros, que irá fazer, e aos Senadores aqui. A questão maior é essa, mas V. Exa. tem um espaço aí de 15 minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Bom dia. Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator e demais Senadores.

Sou Elton Chaves, Elton da Silva Chaves, farmacêutico, assessor técnico do Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), membro da Conitec (Comissão Nacional para Incorporação de Tecnologias de Saúde no SUS) e representante do Conasems nesta Comissão. Estou aqui à disposição para as perguntas, para colaborar com os senhores nesse momento. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Tá, vou fazer.

Sr. Elton... Sr. Elton da Silva Chaves, o senhor é representante do "cosemes" no... do Conasems na... O senhor esteve presente na última reunião?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia quórum suficiente para a realização da reunião da Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Sim, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De quem foi a iniciativa para retirar da pauta o que haveria de ser apreciado naquela oportunidade?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – A retirada de pauta foi solicitada pelo Dr. Carlos Carvalho, coordenador do grupo elaborador do relatório técnico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No seu entendimento, houve alguma interferência política para que isso acontecesse? Qual foi a motivação dele? Foi apenas técnica, política ou as duas juntas?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – O Dr. Carlos Carvalho relatou no plenário. A motivação foi pela publicação de novos estudos e a necessidade, ao entender dele, do grupo elaborador, de incluir no relatório técnico esses novos estudos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Há quanto tempo o senhor está no Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Desde 2012 eu represento o Conasems enquanto membro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde 2012.

O senhor em alguma oportunidade viu, diante de uma decisão da magnitude desta, alguém pedir pauta exatamente meses depois da espera da decisão do Conitec, assim surpreendentemente? Mesmo alegando motivo técnico, isso já aconteceu antes ou foi a primeira vez?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Sim, Senador. Já aconteceram momentos de retirada de pauta por solicitação do grupo elaborador ou do próprio demandante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram, já que o senhor é representante do Conasems, os maiores problemas enfrentados pelos Municípios no enfrentamento da pandemia?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senador, foram diversos. Como... A pandemia trouxe muita complexidade para o dia a dia da gestão, então prover cuidados de uma forma intempestiva, desde o início da pandemia, num momento em que se desconhecia muito em como tratar, cuidar e lidar com essa doença nova para o mundo... Essas, inicialmente, foram as principais dificuldades para os gestores organizarem os seus serviços e orientarem os seus profissionais para as melhores práticas, mas, obviamente, ao iniciar e estabelecer-se a pandemia no Brasil, os secretários, obviamente... Com o volume de casos, isso inicialmente foi difícil para as secretarias em termos de ter estrutura, equipamentos, insumos para atender aquele volume de casos. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Conasems concordou com o adiamento?

Qual foi a sua posição como representante do Conasems?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senador, nós nos surpreendemos com a manifestação do Dr. Carlos Carvalho, então, por isso, nós solicitamos justificativas plausíveis para o pedido de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Por que a surpresa?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Porque a matéria estava na pauta, e tínhamos recebido o documento técnico.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quanto tempo antes receberam a informação de retirada?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não, a retirada de pauta nós recebemos a informação no momento, no dia 7, no momento da... que seria discutida a pauta das diretrizes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E V. Sa. não concordou com o adiamento? Ficou surpreso. Em que grau, em que profundidade, por favor?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Nós, no Conasems, acho que todos os profissionais, estávamos ansiosos na expectativa de já analisar esse documento. É uma expectativa dos gestores e das gestoras municipais de saúde ter uma orientação técnica para que a gente possa organizar os serviços e orientar os profissionais na ponta. Então, por isso a nossa surpresa e, naquele momento, a nossa manifestação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é exatamente... O senhor já viu o documento, o parecer. Qual é exatamente o escopo desse relatório sobre as diretrizes brasileiras para tratamento e medicamentos ambulatoriais do paciente com covid-19, por favor, Sr. Elton?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Sr. Senador, as diretrizes trazem, assim como toda diretriz terapêutica, informações sobre os tratamentos a serem utilizados. No caso dessa diretriz, especificamente, no âmbito ambulatorial naquela fase inicial da doença.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E quais são os medicamentos?

Sr. Relator...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Elton, quais são os medicamentos do tratamento na fase inicial da doença que estão nas diretrizes?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Sr. Senador Rogério Carvalho, em relação ao documento especificamente que a gente... que vai ser analisado, eu tenho sigilo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – As diretrizes que foram emanadas do ministério... Quais são os medicamentos que estão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... postos nas diretrizes?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – As diretrizes que estão sob avaliação no momento, essas a gente ainda vai analisar no plenário. Eu não posso falar do documento pelo decreto da Conitec e por ter assinado um termo de sigilo e confidencialidade com este documento, em relação à diretriz que será avaliada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor é Secretário Municipal de Saúde e sabe que o Ministério da Saúde editou uma diretriz para todos os Municípios, para o Brasil inteiro. Quais são os medicamentos? É isso que eu estou lhe perguntando.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – O senhor está se referindo, Senador, às orientações técnicas que o ministério publicou e disseminou?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Orientações técnicas, ao meu entender, é uma diretriz, certo? Se eu oriento tecnicamente, eu estou dando uma diretriz técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É quase eufemismo dizer orientações e diretrizes, mas pode ser as orientações técnicas.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Sr. Senador, essas orientações técnicas elaboradas pelo Ministério da Saúde que trouxeram medicamentos como cloroquina e hidroxicloroquina para serem utilizadas no âmbito da covid, esse documento foi elaborado pelo ministério, nós não tivemos participação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Em nenhum momento foi apreciado pela Conitec?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – A própria legislação e o decreto da Conitec, as orientações técnicas não são sujeitas à submissão pela Conitec, mas uma diretriz terapêutica ou um protocolo clínico...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas em algum momento o Ministério da Saúde chegou a consultar a Conitec: "Nós vamos emitir esta recomendação de medicamentos para tratamento de determinada enfermidade"? Em algum momento, nestes quase dois anos de pandemia, chegou a ter essa consulta do Ministério de Saúde à Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Então, o Ministério da Saúde emitiu essa orientação técnica sem uma consulta ao órgão técnico que deveria fazer a orientação sobre isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não necessariamente teria que fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, algumas... V. Sa. não detalhou ainda bem – desculpe colocar isso – o porquê da sua surpresa com o adiamento. Isso aí, a gente precisa fazer um diagnóstico e dizer "eu me surpreendi por isso": porque isso nunca tinha sido feito; foi exatamente na hora da reunião... Essa diretriz é uma diretriz esperada há muito tempo. O próprio Ministro da Saúde teve aqui nesta Comissão em duas oportunidades e se isentou de responder a algumas perguntas exatamente porque ia participar dessa decisão na Conitec. Era importante que nós elevássemos o grau da sua contribuição a esse trabalho que nós estamos desenvolvendo aqui. Não tenha dúvida V. Sa. de que ele será muito importante para o melhor direcionamento dos nossos trabalhos e para que nós tenhamos a verdade sobre o que aconteceu nesse adiamento, se há influência política, se há influência administrativa, se foi o Ministro, se foi alguém do Governo, o que é que se comenta no conselho – essas coisas são fundamentais. E a sua presença aqui objetiva exatamente esclarecer essas questões. E nós não gostaríamos de frustrar esta Comissão com a presença de V. Exa., que é sempre muito agradável, mas era importante colocá-la no contexto dos avanços que nós precisamos ter.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, o senhor sabe que o Sr. Carlos, o Dr. Carlos Carvalho publicou o documento "Diretrizes Brasileiras III para o Tratamento da Covid-19 em Pacientes com Covid-19 na Área Hospitalar". Eu não vi se isso foi encaminhado a todos os hospitais públicos. Isso foi aprovado na Conitec, e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, pode perguntar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Isso foi aprovado pela Conitec, mas, pelo visto, não foi distribuído nem divulgado que esse tratamento não tinha evidência e eficácia comprovada. Não foi informado isso a todos os hospitais, porque a gente viu que hospitais, até hoje, e vários estabelecimentos, até hoje, utilizam no tratamento de pacientes graves esse *kit* covid, que, conforme vocês disseram na Conitec, não tinha evidência científica. Por que motivo?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Acho que cabem alguns esclarecimentos do fluxo do processo, quando esses documentos são elaborados e são enviados para os membros do Plenário.

Os grupos elaboradores... A Conitec tem parceiros: os Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde, hospitais de referência, institutos. Esses, esses... Essas instituições de excelência, que têm esses pesquisadores, é que, com a demanda da Secretaria Executiva da Conitec, que é no Ministério da Saúde, no Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, para incorporação de tecnologia em saúde, o Dgitis, na Sctie, elaboram esses documentos. Esses documentos, nesse processo administrativo, são preparados, e são trazidos esses relatórios para os membros do plenário, os 13 membros do plenário. De posse desses documentos é que nós analisamos aquele relatório. Nós não participamos da elaboração do relatório. De posse do relatório, nós analisamos, discutimos nas plenárias e fazemos as deliberações.

Então, portanto, essas... A publicação desses documentos fora do ambiente do plenário se dá no momento após a primeira deliberação inicial. Aí esse relatório vai para consulta pública para ser submetido à participação de outros profissionais, de outros técnicos que queiram se manifestar em relação aos achados desses relatórios. Agora diretrizes oficiais publicadas conforme o que manda o Regimento nós não tivemos até o momento.

Não sei se eu consegui responder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Ah, a do Senador Renan Calheiros.

Senador, sim, causou surpresa. Nós, sim, estamos ansiosos para que já tenhamos uma matéria definitiva sobre esse tema. Quando nos foi apresentada a intenção, a demanda do Ministro da Saúde, em maio deste ano, na 5ª Reunião Extraordinária da Conitec, em que iríamos nos debruçar sobre as diretrizes do tratamento da covid... Foi-nos informado pela Presidente da Conitec essa demanda do Ministro da Saúde e que seriam entregues em capítulos os documentos, para nós decidirmos. Então, obviamente, isso leva um tempo, o tempo necessário para os grupos elaboradores enviarem esses dossiês, esses relatórios, para serem submetidos às análises. E, de maio pra cá, essas diretrizes, a cada reunião ordinária, fora essa extraordinária da Conitec, foram submetidas em capítulos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso pedir aqui a sequência das reuniões para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claro, fique à vontade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Um comentário enquanto ele procura: é prevaricação sequenciada, porque o que nós estamos diante é de uma prevaricação da Conitec diante de uma situação tão grave que é o País estar vivendo uma pandemia e não ter uma diretriz técnica de como tratar paciente ambulatorial num ambiente hospitalar, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Foi por causa disso que V. Sa. não concordou com o adiamento? Vamos fazer uma conversa mais direta, mais coloquial, pra gente avançar aí.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Tranquilo, Senador.

Então, essa sequência... Do que nos foi informado: as demandas têm uma exigência de conformidade; produtos que tenham o registro na indicação terapêutica. Dos produtos que tinham registro na indicação terapêutica para covid e que vieram na sequência, tivemos as vacinas, quando registradas, submetidas para serem avaliadas pelo plenário e com decisão em 10 de junho, na Reunião 98, tanto da Fiocruz quanto da Pfizer; tivemos o registro e avaliação com recomendação final – também na reunião 98, e aí veio, na sequência do que foi apresentado, do que teve documento registrado, tecnologias registradas – do casirivimabe mais imdevimabe para pacientes de alto risco infectados pelo SARS-CoV, que nós também avaliamos e deliberamos na Reunião 98 – os membros do plenário recebemos esses dossiês –; a oxigenação extracorpórea, avaliada e também deliberada na Reunião 98, em 10 de junho.

O primeiro capítulo, das diretrizes para tratamento da covid, também teve deliberação na Reunião 98, em 10 de junho, que foram as diretrizes para tratamento hospitalar da paciente com covid – e aí relacionado ao uso de oxigênio, intubação orotraqueal e ventilação mecânica. Também na Reunião 98, o capítulo 2, em relação ao tratamento medicamentoso hospitalar, já ali naquele âmbito de atenção de nível assistencial, no nível hospitalar, já foram sinalizados muitos medicamentos que não tinham recomendações de uso em nível hospitalar.

O remdesivir, para tratamento de pacientes com covid hospitalizados com pneumonia e necessidade de suplementação de oxigênio, na Reunião 100, em 5 de junho. O banlanivimabe e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

etesevimabe para pacientes adultos de alto risco de infecção por SARS-CoV, também na Reunião 6, em agosto, perdão.

E os capítulos 3 e 4 nos foram entregues para avaliar nessa reunião, para decisão final, onde nós já decidimos em relação a tratamento hospitalar da paciente de covid no controle da dor, sedação e *delirium* em pacientes sob ventilação mecânica invasiva e também pacientes em hemodinâmica e medicamentos vasoativos. Essa inicial, que seria para o tratamento medicamentoso ambulatorial do paciente covid, seria na 102. Como já mencionado, nós queríamos já deliberar sobre essa matéria. Não precisava ter... No nosso entendimento, tinha que ser analisado por todo apelo e necessidade de harmonizar as orientações para os profissionais na ponta, uma vez que a ponta não espera, uma vez que a ponta está atendendo e precisa... Os secretários e secretárias municipais de saúde precisam de segurança de uma diretriz terapêutica baseada nas melhores evidências, e por isso a nossa insatisfação, a nossa surpresa de uma matéria importante para a sociedade naquele momento, em que pese o grupo elaborador ter solicitado para a colocação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O grupo... Quem solicitou o adiamento?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – O coordenador do grupo elaborador, Dr. Carlos Carvalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá.

Voltando um pouco a essa questão, que é importante pormenorizar, o adiamento foi pedido em que momento? Na própria reunião?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senador, no dia... A reunião foi nos dias 6 e 7. Cumprimos a pauta do dia 6, e não foi informado, em nenhum momento, que teria retirado de pauta para o dia 7. Iniciamos a reunião do dia 7 com o coordenador do grupo elaborador e alguns membros do grupo elaborador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A reunião já tinha iniciado?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – No dia 7, já tinha iniciado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, a reunião se iniciou no dia 6.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Dias 6 e 7...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – São dois dias de reuniões. Então, você tem a distribuição de pautas nos dias 6 e 7. A pauta das diretrizes para tratamento da covid estava no dia 7, no segundo dia de reunião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, foi retirado da pauta no curso da reunião.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – No curso da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Por isso a nossa surpresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por isso a surpresa, porque nunca tinha havido isso anteriormente.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Já havia tido casos... Não é comum, é muito raro, mas já havia tido casos de retirada, solicitação de retirada de pauta de temas em outros momentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro estava presente na reunião?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não, Senador, não estava presente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento o senhor foi informado do posicionamento do Ministro, de qual era o desejo do Ministro?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não, Senador, não fui informado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Teve uma nota do Ministério da Saúde sobre...?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Eu tive o conhecimento dessa questão no plenário pela manifestação de um outro membro, porque eu estava reunido, estava em plena reunião, concentrado, na reunião do dia 7, e um membro do plenário manifestou que tinha tido uma nota do ministério antes mesmo da manifestação do Dr. Carlos Carvalho em solicitar a retirada de pauta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o que diz a nota essencialmente?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Eu não tive... Eu confesso, Senador, que eu não vi a nota nem depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A nota antecedeu a manifestação do Dr. Carlos?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – De acordo com o membro... O Dr. Nelson Mussolini, membro da Conitec – está gravada a reunião – manifestou exatamente isto: que ela antecipou a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, só para entender... A reunião estava com pauta definida para dois dias: tinha pauta definida no primeiro dia, do dia 6, e tinha pauta definida no segundo dia, do dia 7. Vocês são surpreendidos no dia 7 com a retirada de pauta de um dos temas que seriam centrais no debate e vocês tiveram informação de uma nota do Ministério da Saúde que antecedeu inclusive a proposição do Relator. É isso?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Nós tivemos a manifestação durante a reunião dessa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – ... dessa nota.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De minha parte, eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.

Senadora Eliziane. (*Pausa.*)

Senadora Eliziane, a palavra está com V. Exa. (*Pausa.*)

A senhora é a segunda inscrita.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perdão, eu...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Segunda inscrita para inquirir o depoente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. tem 15 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Na verdade, eu queria...

Alguém pode permutar comigo? Quem é o próximo inscrito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Eu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. pode trocar comigo, Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, perfeitamente.

Senador Humberto; na sequência, Senadora Eliziane.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – A Conitec é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias ao Sistema Único de Saúde. O papel dela é assessorar o Governo nas decisões sobre incorporação, exclusão ou alteração de tecnologias utilizadas pelo SUS na área da saúde. O segundo é promover o acesso e o uso racional de tecnologias seguras e eficientes através de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT). A Conitec, por exemplo, define o acesso universal, que é regulado mediante esse protocolo; determina a incorporação, a exclusão ou alteração de tecnologias, bem como a constituição ou alteração desses protocolos, sendo competência do Ministério da Saúde assessorado pela Conitec.

A Conitec, portanto, é um órgão de assessoramento; ela não tem um poder de decisão que obrigue o Sistema Único de Saúde a adotar uma de suas posições, não é? Ela tem como base para sua avaliação a existência de evidências científicas e também a avaliação econômica. Por exemplo, digamos que um determinado medicamento está sendo lançado no mercado e ele é utilizado para um determinado problema de saúde para o qual já existem outros medicamentos. Então, quando o ministério vai decidir se incorpora à distribuição gratuita de medicamentos aquele novo medicamento, ele submete à Conitec, que vai analisar, vai dizer se esse medicamento é mais eficaz ou não do que o outro que existia, vai analisar o custo benefício disso aí, para, então, definir se isso será incorporado ou não à lista dos medicamentos do SUS. Então, ela tem um papel muito importante, que muitas vezes se complica pelo fato de que ações judiciais que são feitas terminam por o juiz não levar em consideração o posicionamento da Conitec. Isso tem um papel de onerar muito o Ministério da Saúde. Então, isso é o que normalmente acontece, não é?

Nesse caso especificamente, a minha avaliação é que o Ministro Marcelo Queiroga, por covardia técnica, por não ter coragem política, por tentar agradar o Presidente da República, mandou para avaliação da Conitec uma questão que já está resolvida pela ciência desde o ano passado: cloroquina, hidroxicloroquina, esses medicamentos. Há um consenso científico mundial de que esses medicamentos podem ser bons para várias coisas, mas não para a covid-19. Então, o que ele fez? Por não ter a coragem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica e política necessária para dizer aqui, no dia que ele veio, que esses medicamentos não têm essa utilidade, ele jogou, ele terceirizou para a Conitec essa decisão. E poderá ou não cumpri-la. Poderá ou não cumpri-la, porque a Conitec cumpre um papel de assessoramento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – No sentido que o Senador Humberto está colocando, tem prazo, tempo, a Conitec estabeleceu um teto para deliberar sobre isso? Porque veja, o Senador Humberto, com a experiência que tem, de já ter sido Ministro da Saúde, faz um relato muito preciso do papel da Conitec, que é a instância técnica. Essa instância técnica, no meu sentir – já estamos com quase dois anos de pandemia –, já deveria ter tomado uma deliberação sobre os protocolos em relação à covid, que V. Sa. muito bem descreveu aqui que ainda não tem. Qual o prazo que a Conitec está se dando para tomar essa deliberação, para apreciar o protocolo apresentado pelo Dr. Carlos Carvalho?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou repor seu tempo, viu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, sem problema.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Sr. Presidente Senador Randolfe e Senador Humberto, eu queria primeiro, Senador Humberto, registrar que a Conitec é uma conquista do SUS, um grande avanço, e de fato tem esse... Um serviço, uma prestação de serviço social importante, e assegura, sim, recomendações de incorporação ou exclusão ou alteração de tratamentos, medicamentos e produtos, ou de protocolos e diretrizes, baseadas sempre nas melhores evidências. Isso é premissa, é diretriz da Conitec, e até hoje, esses relevantes trabalhos têm sido feitos, e continuarão sendo feitos, sem fugir disso.

Os prazos legais, Sr. Presidente, da Conitec para qualquer demanda têm um prazo regimental de 180 dias. Obviamente, em matérias que são importantes e que exigem o tempo oportuno, o tempo efetivo, isso também é considerado. Agora, tem um rito. Você tem a primeira deliberação, a deliberação inicial. Precisa, legalmente, por lei, ser submetida à consulta pública, para participação da sociedade em geral, toda a população, mas também os médicos, também os farmacêuticos e os demais profissionais de saúde, e qualquer instituição também que queira se manifestar sobre aquele documento, para depois voltar para uma deliberação final. Então, isso acontece a cada processo de reunião. Você sai de uma deliberação, na próxima você tem um tempo... Às vezes já tem tempos reduzidos de consulta pública por 15 dias; voltou dessa consulta pública, na próxima reunião ela já é colocada para a gente decidir, fazer a deliberação final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos aguardando a próxima reunião da Conitec. Já fomos convocados para a próxima reunião extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quando será?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Agora, na quinta-feira, dia... Que dia é quinta? Depois de amanhã, não é? Quinta-feira é dia 21, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E não seria possível nessa já deliberar sobre o...

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Já. Já está... Foi convocada já com a pauta, já em pauta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já está em pauta o protocolo?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Já está publicada a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que o senhor imagina como resultado provável com a relação existente hoje na Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senador, nossa... Em relação à manifestação do nosso posicionamento do relatório, por exigência, vou fazê-la no plenário. Pela confidencialidade que eu tenho enquanto membro da Conitec, tenho que fazê-la lá no plenário. Nós vamos nos manifestar no plenário.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom, mas V. Sa. falou que o protocolo que trata do tratamento hospitalar para a covid já foi objeto de aprovação dentro da Conitec. Eu lhe pergunto: em algum momento, há qualquer referência à indicação de utilização dos seguintes medicamentos: cloroquina e hidroxicloroquina? Só "sim" ou "não", pra gente ganhar tempo.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Não há recomendação no protocolo, na diretriz.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ivermectina.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Também não há, não sugere, não recomenda a indicação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nitazoxanida.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Tenho que me recordar... Tenho que me recordar se ele estava no tratamento hospitalar, Senador, mas não tem recomendação do que foi publicado e que já está no *site* da Conitec.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se V. Sa., até o final da reunião, quiser fazer uma pesquisa e nos dizer, também ajuda.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – É.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Proxalutamida.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Também não há recomendação em nível hospitalar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Colchicina.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Também não há recomendação em nível hospitalar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Flutamida.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Neste momento, não me recordo se estava avaliada na diretriz hospitalar, mas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ozonioterapia.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Também não há recomendação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Heparina inalatória.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Inalatória, também não há recomendação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bicalutamida

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Também não me recordo de recomendação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Etanercepte.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Etanercepte, não estou me recordando no momento do etanercepte também, não.

Mas todo tratamento de suporte para o paciente com covid no leito hospitalar, seja no leito clínico ou em nível de UTI, para ventilação mecânica e invasiva, todos os medicamentos, vasoativos, sedativos, analgésicos, bloqueadores neuromusculares e de suporte à vida que já estão sendo utilizados, independentemente da covid, para as UTIs, estes estão recomendados nas diretrizes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica evidente que boa parte desses medicamentos não tem respaldo, por exemplo, pela Conitec para o uso contra a covid-19, e a grande maioria desses medicamentos aqui foi utilizada pela chamada Prevent Senior nos seus experimentos com segurados do plano de saúde e nos seus hospitais, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Senador Humberto, faltou uma. Em algum momento teve alguma deliberação da Conitec sobre "fosfolatomida", seja em tratamento precoce, seja em alguma área da covid?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Fosfo...?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Proxalutamida.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Proxalutamida. Perdão.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Já foi avaliado isso? Já houve uma diretriz com relação a esse medicamento?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Especificamente desse medicamento não, uma pauta em relação a esse medicamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque há informações, Senador Humberto. Só uma informação a mais. Há informações, e o relatório, a proposta que fiz de relatório trata exatamente disto: de estudos macabros em pelo menos dois Estados brasileiros investigados no âmbito da própria Procuradoria-Geral da República, por denúncia da Conep, de que esse medicamento – recomendado também pelo Presidente da República, que em pelo menos três oportunidades apareceu na imprensa e nas redes sociais fazendo a propaganda dele; é um documento – igualmente causa muito dano à saúde. E a Comissão, apesar do pouco tempo que tem, fez questão de acessar o andamento da investigação, as razões do Ministério Público Federal, da Conep, com relação aos estudos, à divergência na quantidade de pessoas autorizadas, à divergência no número de mortes – inicialmente, eram 148; depois eles alegaram 178; depois, 200 mortes com esse estudo. E esse índice de letalidade e de mortalidade acaba ultrapassando todos os patamares previsíveis a que nós temos acesso, de modo que esse tratamento igualmente precisa ser responsabilizado e ter esses diferentes aspectos esclarecidos para que esta Comissão possa acessar esses dados e encaminhar providências.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não tenha dúvida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para ficar claro, Senador Humberto, em algum momento, em nenhum momento a Conitec apreciou nada em relação à proxalutamida? Em nenhum momento, sobre tratamento precoce?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Eu agrego a pergunta para esses outros medicamentos que eu listei aqui. Houve algum pedido para que a Conitec avaliasse esses medicamentos?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Especificamente esses medicamentos não. As pautas relacionadas à covid foram aquelas que eu listei.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito bem, muito bem!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho que a contribuição do depoente é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito importante!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Fica evidente que tratamentos têm sido utilizados em vários momentos e em vários lugares sem que haja respaldo técnico-científico para isso, não é?

Esse tema que o Senador Renan abordou agora da proxalutamida infelizmente nós não temos tempo para enveredar por isso, mas eu vi a sugestão de V. Exa., Presidente, de nós termos uma frente parlamentar para acompanhamento dos resultados da CPI ou uma comissão de acompanhamento. Eu acho que nós temos a obrigação de acompanhar investigações que tratem desse caso.

Exatamente em Manaus, no Hospital "Símel' – "Simel", não sei –, essa experiência foi feita. Foram 200 mortes. A própria Conep, que é Comissão Nacional de Ética em Pesquisa científica no Brasil, se manifestou contrariamente a essa experiência científica, e ela foi reproduzida sob orientação do mesmo médico no Hospital da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, também com mortes.

Então, esse é um tema...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Com estímulo, patrocínio e recomendação do medicamento pelo Presidente da República.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu me sinto satisfeito. A minha interpretação é de que o Sr. Ministro da Saúde, quando encaminhou esse pedido à Conitec, para analisar o uso da cloroquina, da hidroxicloroquina, sem retirar a resolução anterior, que fazia, que permitia essa prescrição no Sistema Único de Saúde, ele ganhou tempo, ele queria apenas ganhar tempo, terceirizar a sua responsabilidade.

Eu acredito que, nessa próxima reunião, a Conitec irá se manifestar, dizendo que, para o ambiente ambulatorial, também a cloroquina não tem utilidade, nem para prevenir, nem para tratar precocemente. Resta saber se o Sr. Marcelo Queiroga, diante desse parecer, que eu acredito que vai ser emitido, vai continuar permitindo que, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pessoas continuem a prescrever esse medicamento.

Eu agradeço a V. Sa., agradeço ao Presidente. Acho que foi bastante esclarecedor o posicionamento de V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa., Senador Humberto.

De fato, se mostra já muito produtivo o depoimento do Dr. Elton.

Sr. Relator, no caso da proxalutamida, eu acho que isto seria interessante, eu acho que V. Exa. já deve ter tomado esta providência: indicar, no relatório final, as devidas responsabilizações, embora o tempo não tenha permitido a esta Comissão Parlamentar de Inquérito o aprofundamento. Eu creio que tem uma providência que V. Exa. deve ter tomado; se não, eu queria sugerir a V. Exa. o compartilhamento da denúncia feita pelo Conselho Nacional de Saúde, em relação à proxalutamida, que é, inclusive a partir dessa denúncia, que passou a ter a reação da própria comunidade internacional.

Como disso muito bem o Senador Humberto, a Comissão vai concluir, mas nós teremos, posterior à Comissão, o observatório de acompanhamento das conclusões da Comissão. E este é um tema que, embora o tempo atual não tenha permitido, com certeza nós vamos ter que acompanhar mais amiúde, a partir do que foi indicado no relatório de V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, sem absolutamente nenhuma dúvida, daremos prioridade absoluta ao encaminhamento sugerido por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.

A Senadora Eliziane é a próxima inscrita.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, Dr. Elton, eu queria iniciar com o senhor, para que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tivesse bastante clareza acerca dos procedimentos – não é? – dessas reuniões. Vocês, na verdade, são três integrantes, basicamente isso, não é? As reuniões são agendadas através de colegiado? Vocês fazem um colegiado para decidir, por exemplo, a pauta da reunião seguinte, ou ela é tomada de forma deliberativa pelo coordenador da Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Obrigado, Senadora.

As reuniões, as pautas da Conitec... A Conitec é demandada. Então, o demandante pode ser um demandante interno, o Ministério da Saúde, ou um demandante externo, a indústria, a própria indústria, algum fabricante de medicamento ou uma sociedade médica, ou o próprio Conass e Conasems, representando as Secretarias de Estados e Municípios. Essas demandas entram numa agenda, e conforme essa agenda é colocada, das demandas, a reunião ordinária da Conitec acontece sempre na primeira quarta-feira e quinta-feira do mês. Então, todo mês nós temos essas reuniões ordinárias da Conitec para deliberar sobre, analisar as demandas que estão sendo trazidas pelos demandantes internos e externos de tecnologias para serem incorporadas ao Sistema Único de Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas elas podem ser também – e acontecem – reuniões em caráter extraordinário?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – A depender da pauta, de como está a agenda, da pauta de demandas ou da urgência de uma pauta a ser demandada – no caso, é prerrogativa do próprio Ministro da Saúde, que pode deliberar sobre essa priorização –, sim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Certo.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – ... ela pode acontecer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Essa reunião que está agendada agora para o dia 5, ela é uma reunião ordinária ou ela está sendo demandada?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Extraordinária.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ela é extraordinária. Quem é o demandante dela?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – O próprio Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E consta na pauta a avaliação do relatório em relação ao *kit* covid?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Consta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Das diretrizes para tratamento ambulatorial.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso. Nesse período agora, Dr. Elton, da pandemia, vocês tiveram um aumento maior de reuniões extraordinárias ou vocês mantiveram o ritmo histórico?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Mantivemos as ordinárias, tivemos a quinta extraordinária em maio, exatamente para iniciar as demandas que vieram relacionadas à covid.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor integra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, só para contribuir no questionamento. A última vez que o Ministro Queiroga esteve aqui foi em que data, por favor? Porque ele respondeu várias vezes aqui: "Ah, não posso me posicionar enquanto a Conitec...". Ele está me falando que a última reunião foi em maio. Vocês sabem me informar qual foi a última vez que o Ministro Queiroga esteve presente aqui? (*Pausa.*)

Na segunda vez ele veio fazer um depoimento. Pode ver a data, por favor? Depois eu questiono.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tá.

Dr. Elton, então eu só queria entender o seguinte. O senhor está há quanto tempo integrando? O senhor representa... O senhor está pelo Conasems, não é isso?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Isso, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Há quanto tempo o senhor integra o Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Agosto de 2012.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nove anos, não é?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então pronto. Desse período para cá, o senhor teve períodos que não são o período que a gente está vivenciando hoje, que é um período atípico, o período da pandemia. Comparativamente nesses nove anos – é isso que eu quero entender –, houve uma intensidade maior de reuniões extraordinárias agora no período da pandemia ou o ritmo foi semelhante aos anos anteriores?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – O ritmo... Tivemos as ordinárias. Desde quando a Conitec foi criada, nós tivemos cinco extraordinárias, uma dessas extraordinárias foi essa reunião de maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, num período de pandemia, em que os estudos técnicos precisariam ser aprofundados, nós tivemos apenas uma reunião extraordinária. É isso?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

E essa reunião extraordinária foi demandada pelo Ministério da Saúde? Essa, excepcionalmente. Só até a título de informação, porque eu não consegui checar, essas demandas, na verdade, que vêm, elas também vêm da iniciativa privada? Por exemplo, redes de hospitais, de pesquisas ou coisa parecida, hospitais – da área privada que eu estou querendo dizer – também procuram o Conitec ou não?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Os demandantes em geral são sociedades médicas e científicas, hospitais... Podem ser, sim, também, hospitais privados, desde que cumpram o dossiê. A indústria privada também demanda, faz demandas para a incorporação de tecnologias ou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Prevent Senior, por exemplo, chegou a procurar a Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Ao que nos consta, não teve... Aí é a Secretaria Executiva da Conitec que pode responder, mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor não tem conhecimento?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Formalmente, na pauta, não veio nada relacionado ao demandante Prevent Senior.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dr. Elton, outra coisa: vocês sentem *lobby,* por exemplo, vocês sentem pressão de empresas? E aí eu falo especificamente das fabricantes da área dos medicamentos do *kit* covid, ivermectina, hidroxicloroquina, enfim. Vocês sentem em algum momento, por exemplo, que há *lobby* deles em relação à Conitec, em relação aos membros da Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senadora, no Conasems, como membro independente e autônomo, nós não recebemos pressões e *lobby* algum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Veja, no ano...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senadora Eliziane! O que que houve, Senador Jorginho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quebrou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi uma rasteira de bolsonarista no senhor, não, né?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Melhoras, Senador!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Jorginho, foi de moto ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É trabalho, é trabalho. Porque essas pernadas aí a gente conhece. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Senadora Eliziane, desculpa.

Dia 8 de junho foi a última vez... O senhor está dizendo que foi em maio a última reunião da Conitec.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Em maio. Isso.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Não. Em maio nós tivemos... Todo mês nós temos reunião da Conitec.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Em maio tivemos, por demanda do Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ministro participa dessas reuniões da Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não, não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém representa o Ministro nessas reuniões?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – As secretarias. São sete secretarias do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque é o seguinte: ele veio aqui em junho, dia 8 de junho, e aqui, todas as vezes em que perguntado sobre o tratamento precoce, sobre medicamento, ele ia pela tangente e dava aquele "migué", que a gente fala, aqui, para a CPI, aquele "migué", dizendo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Olha, eu não posso me posicionar, porque eu sou a maior autoridade dentro da Conitec e qualquer posicionamento meu aqui pode induzir a decisão da Conitec". E a gente perguntava: "Mas como médico o senhor prescreve?". "Não, eu não posso me posicionar". "Mas se o senhor...". "Não, eu não posso me posicionar". Ele passou o tempo todo aqui já dando sinais claros de que adotaria a política criminosa em relação à utilização de... Agora, vocês, membros da Conitec, o senhor representando o conselho nacional dos Municípios, o senhor nunca cobrou isso? Ninguém nunca cobrou lá na Conitec essa questão? Porque é muito simples você chegar aqui e "olha, fizemos cinco reuniões, dez reuniões... Não, não, não avaliamos isso...". Sim, mas e a posição do senhor, como representante do conselho nacional dos secretários municipais de saúde? Qual foi a sua posição? O senhor cobrou isso quantas vezes e em que reuniões? Porque não dá para chegar aqui, Senador Humberto, e parecer que não é de responsabilidade dele; é sua responsabilidade, é responsabilidade de todos os membros da Conitec. E, aliás, hoje o Carlos Carvalho não está aqui, o Dr. Carlos Carvalho, porque ele foi a uma rede de televisão, na GloboNews, ele deu uma entrevista e ficou ali também tangenciando... Vinha com essa mesma conversa. Nós queremos objetividade.

Ninguém da Conitec cobrava isso do ministro ou do representante do ministro? "Peraí, lá eu sou representante do conselho nacional do Secretário de Saúde".

Sabe aonde acontece, Senador Humberto... O senhor sabe e a Senadora Eliziane... Sabe aonde acontecem as mortes? Não é no País, não é no Estado, é nos Municípios.

O senhor é o principal responsável pela política dentro dos Municípios. O senhor está ali representando os Municípios, porque quando a gente fala país, República, Estado... Não, a ação é nos Municípios. A ação é nos Municípios. Na atenção básica de saúde, que necessitava, que gritava, que pedia um protocolo para salvar vidas.

É isso, Senadora Eliziane, não dá aqui para o senhor chegar aqui e dizer: "Na última reunião, nós fizemos cinco reuniões". Sim, objetivamente, o único problema que o Brasil tinha, Sr. Elton, era a morte de pessoas por coronavírus e os senhores não cobravam isso?

É só para lhe ajudar, Senadora Eliziane. Ajudar não, colaborar, porque, sabe o que é? As pessoas que são responsáveis, uma dessas pessoas responsáveis é o senhor, juntamente com todos da Conitec.

Tanto é que eu pedi ao Senador Renan, e depois eu até recuei, porque uma coisa inexplicável, Senador, ele veio aqui em junho, julho, agosto, setembro, outubro, há quatro meses esteve presente aqui o Ministro da Saúde e até hoje a gente não vê nenhum representante, nem dos Municípios brasileiros, nem dos Municípios brasileiros, cobrar um protocolo do Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, em cima do que V. Exa. está colocando, eu queria fazer uma pergunta ao senhor, Dr. Elton, exatamente sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor se posicionou contra a retirada da pauta, não é? E aí, portanto, é uma das razões inclusive do senhor estar aqui conosco hoje, exatamente para a gente poder entender isso.

O senhor se posiciona contra. A decisão é em colegiado, por exemplo, para você retirar da pauta você faz uma votação, não é isso? E a maioria, portanto, foi favorável à retirada de pauta. Confere?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – No momento em que foi solicitada pelo Dr. Carlos Carvalho, foi informado e a maioria acatou sim...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O que foi informado?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Foi informado que o Dr. Carlos Carvalho solicitou a retirada de pauta pela necessidade de incluir novos estudos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Pois é, mas isso é que...

O senhor como representante...

Vai ter estudo todo dia. Hoje tem, amanhã tem, toda hora está tendo estudo no mundo todo e aí... Isso é um pretexto para se protelar, vocês não perceberam isso não?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Nós cobramos isso na reunião, Sr. Senador, exatamente a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

Senadora Eliziane, sabe o que que é? É que nem a gente querer protelar a CPI: "Olha, aconteceu um caso não sei aonde". E vai, você está me entendendo? Para não chegar a conclusão nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – É exatamente em cima da questão do demandante, Dr. Elton.

Vocês, como integrantes da Conitec, não podem ser esses demandantes? Solicitar, por exemplo, que uma determinada pauta possa ser colocada na ordem do dia?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Permita, Senadora....

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois não.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – É importante esclarecer isso.

A demanda... A Conitec assessora. No âmbito da CIT, Sr. Presidente, o Conasems tem cobrado, sim, o ministério. Tem cobrado e se manifestado principalmente que nós precisamos ter diretrizes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Conasems defende e se pauta pra que os secretários tenham segurança em orientações baseadas em evidências, na ciência. E por esse motivo que, em toda tripartite, que é acompanhada dos dirigentes do Conasems, o nosso Presidente e a diretoria têm se manifestado seja em qualquer tecnologia ou qualquer orientação de prática pra que a gente tenha, sim, a decisão das melhores práticas.

Em relação à demanda da Conitec, eu acho que é importante... Isto é importante esclarecer: um tema que a Conitec exige registro, e o registro exige um dossiê que comprove a eficácia e a segurança, então a tecnologia tem que ter registro ativo com a indicação terapêutica. A demanda pra ter conformidade tem que apresentar evidências. Até o momento do início deste ano, não havia tecnologia registrada pra que nós pudéssemos demandar a Conitec. Agora, cobrávamos, sim, a necessidade de ter essas recomendações e essas diretrizes. O Conasems por duas vezes demandou algo consistente pra incorporação de tecnologias durante a pandemia. Neste momento de maio, o que foi nos foi passado é que assim que tivessem tecnologias seguras e eficazes que pudessem ser avaliadas, no momento em que fossem apresentadas, seriam avaliadas.

Foi essa a informação do Ministério da Saúde nessa reunião em maio, onde iniciaram os registros destes primeiros: da própria vacina, que antes ainda era um registro que não era definitivo, da Fiocruz e da AstraZeneca; depois desses medicamentos de anticorpos monoclonais; do próprio Ecmo. No momento em que isso foi chegando, essa demanda pelo próprio Ministério da Saúde foi sendo demandada, mas no próprio plenário nós sempre manifestamos a necessidade urgente de nos debruçarmos. Nós precisamos da segurança pra ponta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dr. Elton...

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É porque meu tempo é bem pequeno, mas, assim, suas informações são muito importantes.

Eu só pediria ao Presidente que V. Exa. pudesse me dar mais alguns minutos, Presidente, porque V. Exa., de forma muito construtiva, fez uma intervenção importante na minha fala, e eu peço a benevolência de alguns minutos.

Em 2021, na reunião da Conitec, por exemplo, quando fez o banimento para uso hospitalar, foi por unanimidade naquele momento aquela decisão?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Foi por unanimidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Foi por unanimidade. E aí inclusive ela vai ali ao encontro do que, na verdade, vinham defendendo as mulheres científicas, as entidades científicas, através da rede brasileira de mulheres científicas, que fez vários levantamentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive essa defesa de forma de fato muito clara da necessidade desse banimento por conta da ineficácia dessas medicações.

Mas eu quero lhe fazer uma pergunta, Dr. Elton, e eu queria que o senhor fosse, assim, de forma clara porque esta é a grande pergunta. Veja, a Conitec hoje tem treze membros, dos treze membros nós temos sete deles que são diretamente ligados, apesar de serem técnicos, ao Ministério da Saúde. A gente pode dizer que a Conitec hoje não tem intervenção política do Governo Federal nas suas decisões técnicas, nas posições tomadas, nas pautas deliberadas, nas agendas que são realizadas?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senadora, eu não posso responder pelos outros membros da Conitec. Eu respondo pela entidade que eu represento. Nós temos autonomia e independência. Quanto aos membros do Ministério da Saúde, o próprio... Esses membros precisam manifestar se sofrem interferências. Eu, pelo Conasems...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor não percebe, o senhor não sente a interferência do Governo Federal...

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Dentro do Plenário...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... politicamente falando?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Dentro do Plenário, nós... Como é um órgão de assessoramento e de análise técnica, que tem critérios objetivos, baseados em evidências, nós nos deparamos em analisar os relatórios e esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, a Senadora quer saber o seguinte: e a questão que foi debatida, que durante mais de um ano está sendo debatida, cloroquina e ivermectina? Qual foi o momento em que vocês se debruçaram para debater isso tecnicamente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A pergunta é: a Conitec...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora quer entrar nisso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Isso!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A pergunta é: a Conitec... Dr. Elton, rapidamente...

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Tudo bem!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – A pergunta é: a Conitec pode agir de ofício ou só quando ela é provocada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – O processo ativo, Senador, de demandas internas é feito pelas subcomissões, no caso de atualização da Rename, se tivesse uma demanda para atualizar a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, ou pela Subcomissão de Atualização dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, que é do próprio ministério – essas são diretamente do ministério. O membro não demanda. O membro da Conitec, regimentalmente, não demanda. Nós analisamos, temos autonomia e independência técnica para analisar o que vem. Agora as demandas vêm da sociedade em geral, por qualquer instituição que apresente os documentos de conformidade de demanda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando uma coisa é pública e notória, é necessária essa demanda da população? A cloroquina e a ivermectina, esse tratamento precoce, doutor, era público e notório. Eu não creio que nunca passou pela consciência de vocês todos, um dia, chegar ali e dizer: "Pessoal, nós temos que ver este negócio aqui, isto aqui. Está todo mundo falando que está matando pessoas". Aliás, a CPI vem falando há seis meses sobre isso. Não é possível que em uma pandemia... A passividade de vocês da Conitec me espanta, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Com toda a certeza, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espanta...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Com toda certeza!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... a sua passividade e a passividade desses membros, independentemente de ser representante de um lugar ou não. Uma voz tinha que ter sido levantada ali! Não é possível que todo mundo... "Aliás, não... Então, nós temos... Olha, quando chegar aqui uma demanda da população, nós vamos analisar." A demanda era feita diariamente pela imprensa, por nós, por médicos, por cientistas, por artigos feitos em revistas internacionais, pela Organização Mundial da Saúde. Vocês ficaram esperando o que para debater isso? A minha pergunta é: o que vocês estavam esperando para debater esses medicamentos que mataram pessoas no Brasil?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Sr. Presidente, acho que é importante deixar uma coisa muito enfática, para dizer: se esses medicamentos não têm registro de indicação terapêutica, eles não têm nem que ser debatidos! Não são recomendados. Tem que apresentar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o Ministro dizia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vai brincar com essa sua resposta lá dentro da Conitec, aqui não! Preste atenção!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Veja só, Elton...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Preste atenção, Elton!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou lhe dizer aqui uma coisa. Você não debate, mas está vendo que está sendo propagada uma medicação que não tem nenhum efeito científico no paciente, que leva a ter... Os pacientes têm uma série de problemas após tomarem esses medicamentos.

Mesmo assim, não seria obrigação de vocês estar debatendo isso? Dizer: "Espere aí, nós queremos um estudo imediato sobre isso". Porque vocês também... Sabem o que que é? Vocês da Conitec são os pilatos: lavaram as mãos. "Ah como não tem nada do que nós estamos dizendo, não vamos discutir isso". Só para o esclarecimento da sociedade, para o esclarecimento do protocolo do Ministério da Saúde, era necessário estar escrito isso, e isso não está escrito em lugar nenhum. Diz que não pode, mas também não proíbe. Correto? Não pode, mas não proíbe. Aí, joga pra aquela velha ladainha, narrativa: "Não, a autonomia médica, não sei o quê". É isso que... Os assassinos que induziram o povo brasileiro a tomar o medicamento estão jogando agora para a autonomia médica. Ninguém está discutindo autonomia médica, nós estamos discutindo a eficácia do medicamento. É isso que nós estamos discutindo.

E vocês dizerem aqui que não tem nada... Essa sua resposta é uma resposta – você está me entendendo? – de quem não quer assumir responsabilidade, Elton. O senhor tem que assumir a responsabilidade. A sua responsabilidade ali era ter pedido – não só você, mas todos que são membros da Conitec – pra debater esse assunto e ter um protocolo feito pelo Ministério da Saúde proibindo a utilização disso, da forma como foi feito, a granel. Os medicamentos ivermectina, cloroquina foram jogados a granel nos Estados e Municípios pra que as pessoas tomassem e... "Deixa pra lá. Como aqui a gente não proíbe, mas também não..."

Então, eu estou lhe fazendo essa pergunta por quê? Porque a mesma pergunta eu fiz ao Ministro da Saúde e ele respondeu que estava esperando uma posição de vocês. É por isso, Senadora, que eu estou perguntando. A pergunta que eu fiz sobre cloroquina e ivermectina – correto? – foi a que eu fiz para o Ministro: "Ministro, o senhor prescreveria cloroquina e ivermectina?". "Não vou me posicionar porque eu estou esperando uma posição da Conitec". Então, a sua resposta é graciosa no meu ponto de vista, porque o Ministro disse o contrário, que vocês é que tinham que dar essa decisão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu quero finalizar aqui dizendo para o senhor, Dr. Elton, que, por mais que o senhor não queira responder, mas pra mim está muito clara a intervenção política do Governo na Conitec, porque, veja, você tem lá o Conasems, você tem lá o Conselho Federal de Medicina, você tem lá o Conselho Nacional de Saúde, você tem lá a Agência Nacional de Saúde, você tem a Anvisa, você tem o Conass e você tem sete membros das secretarias do Ministério da Saúde. Ora, se o Governo não intervém, com todo o respeito ao senhor, os senhores são omissos, porque ou o Governo, que tem maioria, intervém e manda na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conitec, porque pra mim isso está claro, ou simplesmente não há uma ação proativa desses órgãos, que são muito importantes para o Brasil, porque vocês podem pedir o agendamento.

Nós recebemos aqui na CPI o quê? O Ministro que diz assim: "Olha, eu não decido porque a Conitec não decide, porque a Conitec não tem resultado". Ora, a Conitec não tem resultado porque o Governo tem maioria lá, tem sete membros de secretarias do Ministério da Saúde, e os demais órgãos, que são extremamente qualificados e respeitados no Brasil, não agiram.

O que que nós temos? Um período de pandemia. No período de pandemia não houve nenhuma alteração nas reuniões da Conitec, o órgão técnico-científico. E nós temos sete ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal dizendo sabe o quê? Que Ministério da Saúde deve ocorrer sem respaldo científico. Ora, se eu tenho uma decisão do Supremo que me diz que o Ministério da Saúde não pode agir sem respaldo científico e o respaldo científico que é a Conitec não faz nada... Meu Deus do céu! É o cenário que nós temos: mais de 603 mil mortes no Brasil. Esse é o cenário que está diante de nós, e nós temos o quê? Um Presidente da República, um Ministério da Saúde que não tem resposta da Conitec e procura, Presidente Omar Aziz, a Prevent Senior para respaldar uma nota informativa tratando da hidroxicloroquina, ou seja, a Conitec, que deveria dar resposta técnica, não dá, porque não faz reunião, não altera, o calendário é o mesmo dos últimos anos num período de pandemia, e aí ele procura a Prevent Senior que nem procurou a Conitec! A Conitec, como você mesmo diz, pode ouvir a iniciativa privada também, hospitais também! O hospital que não procura a Conitec é o hospital que respalda o Ministério da Saúde em relação à distribuição do *kit* covid. Vejam o cenário que está diante de nós! É um cenário triste, é um cenário deprimente.

E a gente finaliza esta CPI, no nosso último dia de audiência pública, ouvindo o órgão que deveria dar todo o respaldo técnico ao longo dos últimos meses de pandemia no Brasil. A Conitec deveria estar debruçada, reunindo-se semanalmente, não uma vez só no mês. A gente não teve reuniões durante as semanas, durante mês nenhum... Uma reunião extraordinária apenas durante o período de pandemia! É lamentável! É lamentável!

E eu concluo com uma convicção, Presidente Omar, Dr. Elton e todos os demais colegas, há intervenção política na Conitec claramente, há intervenção política do Ministério da Saúde na Conitec claramente, porque, se não houvesse, talvez nós não teríamos a quantidade de mortos que a gente tem hoje no Brasil; se não houvesse, a avaliação científica estaria sendo colocada como prioridade; e o que o Supremo Tribunal Federal decidiu, nenhuma política pública sem respaldo científico estaria hoje em voga, estaria hoje na atualidade. E nem seria necessária, de fato, decisão do Supremo, porque o Ministério da Saúde poderia estar trabalhando de forma responsável, o que infelizmente não ocorreu.

Muito obrigada, Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Elton, primeiramente, na minha avaliação, o seu depoimento aqui já cumpriu o efeito. O fundamental que nós gostaríamos de saber V. Sa. já esclareceu na preliminar, nas primeiras inquirições a mim e ao Senador Renan e na resposta sobre deliberações dos chamados medicamentos que não têm eficácia nenhuma em relação ao enfrentamento da covid.

Eu queria somente aprofundar alguns aspectos e até ser um pouco repetitivo sobre as deliberações da Conitec, partindo do pressuposto de que V. Sa. inclusive disse: a Conitec... Aliás, que invenção maravilhosa é o Sistema Único de Saúde, advindo da Constituição de 1988, o maior sistema de saúde pública do planeta!

O Sistema Único de Saúde, Senador Humberto, do Brasil, é uma inovação tão importante da Constituição de 1988 que ele resiste até a Jair Bolsonaro, para ver como o SUS é bom, não é? Até ao Governo Bolsonaro ele conseguiu resistir, conseguiu sobreviver.

Nós temos um plano nacional de imunizações, nós temos uma tradição de imunização que vem de gerações de brasileiros. Inclusive, antes da própria ditadura militar, nós já inauguramos uma tradição de imunização no País; tivemos campanhas de imunização aqui no Brasil nos anos 70. Erradicamos a poliomielite a partir do Brasil, paralisia infantil a partir do Brasil, a partir de campanha de vacinação. É por isso, é sobretudo por isso, que nós temos hoje 70% de brasileiros vacinados com pelo menos a primeira dose, porque nós temos uma grande inovação no Brasil, um sistema de imunizações, um Programa Nacional de Imunizações que não tem igual no mundo. Os Estados Unidos tiveram que dar o jeito dele agora. Então, isso tudo são conquistas, como a Conitec, como ter um órgão técnico é uma conquista – e, me permita, um órgão técnico que está sendo desvalorizado pelo atual Governo e pelo atual Ministério da Saúde.

Eu até tinha expectativa diferente na gestão do Ministro Marcelo Queiroga, que cada vez mais não se concretizou. Eu vejo que o Ministro Queiroga parece... Cada vez mais ele se "pazuella", cada vez mais fica parecido com o antecessor. E isso é lamentável. Para mim, um aspecto nesse sentido é a Conitec não ter sido consultada, não estar funcionando mais periodicamente, sobretudo no ambiente de pandemia.

Nesse sentido, Dr. Elton, eu queria pedir aí para a Ana Cristina colocar a notícia, salvo engano, do ano passado, maio ou junho do ano passado, do *site* do Ministério da Saúde.

Pode nos baixar a manchete? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aí.

"Ministério da Saúde apresenta novo protocolo para uso da cloroquina", Senador Humberto. Isso aí foi no início da gestão do Ministro Eduardo Pazuello.

Eu começo perguntando para o senhor: teve alguma consulta... O Ministério da Saúde colocou isso com destaque, inclusive, no seu *site*. Anunciou, fez propaganda, fez campanha disso. Em algum momento, a Conitec foi consultada sobre isso?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em nenhum momento, houve consulta?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Em nenhum momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, muito importante a posição de V. Sa.

Nós temos o vídeo aí? Eu queria, Ana Cristina, com a sua permissão, Dr. Elton, só para tirar um trecho da reunião da Conitec... Inclusive, com a sua permissão, reproduzindo a sua fala para, a partir dela, lhe fazer alguns questionamentos.

Temos aí? Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Elton, o senhor... O que me chama a atenção... V. Sa. foi um dos membros da Conitec que se insurgiu contra a retirada de pauta. Inclusive, chamou a nossa atenção aqui para um aspecto: a reunião começou no dia 6 e teve continuidade no dia 7. Ou seja, desde o dia 6, V. Sa. e os membros da Conitec estavam informados da apreciação dos protocolos de enfrentamento da pandemia. V. Sa. fala pertinentemente, na sua exposição, o seguinte: na questão covid, não se pode esperar. Nós concordamos plenamente com V. Sa.

Eu lhe pergunto primeiro o seguinte: nós também não já estamos esperando... A Conitec não já está esperando muito? Nós já temos dois anos, praticamente, vamos chegar a dois anos de pandemia. Essa polêmica de tratamento precoce tem infernizado a vida de todos os brasileiros. O Ministério da Saúde, e muito bem disse o Presidente Omar ainda há pouco, se escudou na Conitec para se omitir da sua responsabilidade. O Ministro Queiroga se comportou assim aqui, quando veio prestar depoimento. A Conitec, por ser um órgão técnico, não está... Concordo com V. Sa. que não poderia mais esperar, e por isso que chama muito a nossa atenção a retirada de pauta. A Conitec, como órgão técnico, não está esperando muito, em decorrência já de dois anos de pandemia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senador Randolfe, eu acho que, mais uma vez, cabe esclarecer alguns pontos, até para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – ... para a gente colocar. A Conitec, como é um órgão de assessoramento, e pela Lei nº 12.401, que alterou a Lei nº 8.080... Pela Lei nº 8.080, e seu decreto de regimento, ela age sob demanda e, por conformidade, tem que ter registro e evidência. Na covid, estudos conclusivos só vieram aparecer agora em 2021, com mais... Tivemos os principais... OMS, IDSA, estudos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas V. Sa. há de convir que sobre.... V. Sa. é farmacêutico; então, é profissional da saúde.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. há de convir que, sobre a ineficácia dos medicamentos, inclusive apontados aqui pelo Senador Humberto, tem um consenso da Organização Mundial de Saúde pelo menos desde julho ou agosto do ano passado, correto?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Correto. Correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, sobre esse tema específico.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Sobre esse tema específico, diante do que foi colocado, das evidências de todo o cuidado relacionado à covid, não especificamente em cada fase, não tinha medicamento registrado pra indicação. Então, não tem indicação de outro medicamento pra atuar contra a covid.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas me permita, Dr. Elton. Veja, o que vocês estão a deliberar agora, que ainda não deliberaram...

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa., acredito, até pelo compromisso de sigilo, não poderá confirmar se é esse o protocolo ou não a ser apreciado, mas esse protocolo é um trabalho muito esmiuçado e muito detalhado conduzido pelo Dr. Carlos Carvalho, por outros especialistas e por outros médicos. Esta recomendação aqui trata de diretrizes brasileiras pra tratamento medicamentoso ambulatorial do paciente com covid. Nós estamos no mês de outubro de 2021. Eu lhe pergunto se uma deliberação sobre isso não deveria já ter ocorrido pelo menos desde o segundo semestre do ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Já deveria.

Sempre nós prezamos, Senador... Todo e qualquer tema relacionado a uma emergência de saúde pública tem que ser analisado o mais breve possível. Não tivemos demanda. Enquanto regimental da Conitec, nós não tivemos demandas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem deveria demandar seria o Ministério da Saúde?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E não se teve demanda?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Até a 5ª Reunião Extraordinária, não tivemos demandas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me permita uma opinião mais de cunho particular. E aí quero lhe perguntar como profissional de saúde. O senhor é farmacêutico, então, talvez seja até tão gabaritado ou tão habilitado quanto um médico para emitir opinião sobre isso. E V. Sa., além de ser farmacêutico – vossa profissão é farmacêutico –, salvo engano, foi Secretário Municipal de Saúde.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Já trabalhei na gestão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E coordena a área técnica do Conasems. Perfeito?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me permita, então, emitir, perguntar de V. Sa. a sua opinião pessoal – é a sua opinião pessoal – sobre alguns medicamentos e a eficácia desses medicamentos em relação à covid.

Azitromicina.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Para a covid não tem indicação e nem evidências que comprovem essa indicação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cloroquina.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Também não tem evidências e nem recomendação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ivermectina.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Sem evidências comprovadas e sem, até o momento, publicada alguma recomendação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Hidroxicloroquina.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Também sem evidências para a covid, sem recomendação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu acho que...

Eu agradeço a V. Sa. pelas respostas, porque mostram o que é evidente.

Na verdade, nós estávamos na dúvida, Dr. Elton, aqui sobre o vosso... Ainda ontem chegamos a arguir se haveria a possibilidade do vosso depoimento, se haveria necessidade ou se não seria o caso de dispensar. Eu acredito que o depoimento de V. Sa. foi muito importante aqui por todas as razões, pelo que informou do estranho fato do adiamento da deliberação por parte da Conitec e pela emissão agora de sua opinião pessoal.

Alguns têm dito que o jogo de hoje foi pra cumprir tabela. Se foi um jogo pra cumprir tabela, então, cumpriu bem. Entendeu? O time terminou bem a disputa do campeonato, cumpriu... O seu Fortaleza, Senador Girão... Se fosse o seu Fortaleza, então, estaria cumprindo com chave de ouro a conclusão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, o Náutico do meu querido Senador Humberto ou o nosso Flamengo.

Então, cumpriu bem, porque V. Sa. claramente respondeu de uma insatisfação no âmbito da Conitec da alteração da definição. Acho que V. Sa. deixa claro o incômodo que existe em não ter ainda a deliberação sobre isso, que era uma deliberação que, no meu entender, deveria ter ocorrido pelo menos desde agosto, diretrizes sobre o tratamento medicamentoso. E coloca a necessidade de apelar... Eu sei que é meio difícil fazer apelo ao Presidente da República, mas pelo menos para que ele não se meta na área técnica, não trate a cloroquina, a hidroxicloroquina, isso daí como questão política, porque não é política; é uma questão técnica. Não sou eu que vou definir isso, não é o Senador Humberto, muito menos é o Presidente da República. São vocês, que, acho, deveriam ter sido consultados há mais tempo.

V. Sa. deixa claro aqui que a Conitec, as atribuições da Conitec, ela atua sob demanda. E o Ministério da Saúde receitou, preceituou, encaminhou, mandou cloroquina, distribuiu, fez até TrateCov – até TrateCov! –, que tinha dosagens para serem aplicadas de ivermectina e de hidroxicloroquina acima do que estava receituado, preceituado na bula. Em nenhum momento – em nenhum momento! –, houve uma consulta à instância técnica constituída no Ministério da Saúde desde a fundação do SUS, em 1988, e que sempre foi respeitada ao longo de Governos distintos, diferentes – ao longo de Governos distintos, diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o depoimento de V. Sa., se foi para cumprir tabela, cumpriu muito bem. Eu quero agradecer. E eu rogo... A decisão está prevista para quinta-feira?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Deliberação inicial prevista para quinta-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria sugerir, iremos sugerir também ao Relator, Senador Humberto, mas eu acho que o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito... Assim... Eu sou totalmente contrário a qualquer tipo de intervenção em órgãos técnicos – e não se trata de uma intervenção –, mas deve ter uma recomendação para que a Conitec se manifeste num prazo urgente. Eu espero que não precise nem da apreciação do relatório; que essa deliberação ocorra na quinta-feira. Eu rogo a Deus e peço a vocês que também tomem essa deliberação na quinta-feira, apesar dos caprichos do Presidente da República e da subserviência... É claro que o Sr. Ministro da Saúde deve hierarquia ao Presidente da República, ele deve hierarquia como Ministro de Estado. O jaleco dele e o comprometimento e o juramento de Hipócrates que ele fez... Ontem foi Dia do Médico, e o papel do médico não deve obediência nem ao Presidente da República nem a ninguém, a não ser à lealdade à ciência e ao compromisso que ele fez originalmente. Eu espero sinceramente que essa deliberação ocorra na quinta-feira.

Muitíssimo obrigado, Dr. Elton.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe, a preocupação que V. Exa. manifesta neste momento é muito pertinente. Sugiro que V. Exa. indique ao Relator, entre as recomendações, que a Conitec possa ter um funcionamento que leve em consideração determinadas emergências sanitárias no País, como esta. Eu concordo plenamente que a Conitec não poderia, durante todo esse período, ter atuado somente quando provocada, no momento em que havia um amplo debate nacional sobre tudo isso. Então, nós vamos ter uma posição da Conitec a ser ofertada ao Ministério da Saúde praticamente no final da pandemia – todos nós esperamos que estejamos no final da pandemia.

A outra coisa também é que a Anvisa também tem essa responsabilidade, não é? Então, eu sugiro a V. Exa. que faça essa sugestão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Façamos juntos!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria solicitar à nossa Secretaria, solicitar à Ana Cristina que as nossas assessorias... possamos encaminhar, em conjunto, ao Sr. Relator essa sugestão de recomendação à Conitec.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu vou ler a lista de inscritos: o Senador Carlos Heinze, Luis Carlos Heinze, que não quer falar agora; o Senador Girão, que será o próximo a utilizar da palavra; depois, o Senador Marcos Rogério, concluindo o grupo de efetivos; depois, o Senador Rogério Carvalho, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Soraya Thronicke entre os suplentes; e, entre não membros, nós temos aqui a demanda do Senador Izalci Lucas e de Fabiano Contarato.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, com a palavra...

Pois não, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele trocou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa.?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Senador Rogério Carvalho, em permuta com o Senador Girão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Eu tinha pedido para colocar um vídeo. Passei para o Ilano; não sei se ele passou para vocês.

Queria colocar esse vídeo só para a gente lembrar de algumas pérolas deploráveis.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom, Sr. Presidente, essas imagens, elas dizem tudo o que deve constar, ou grande parte daquilo que deve constar no nosso relatório a ser apresentado no dia de amanhã: o total e absoluto desprezo do Presidente da República pela vida, a falta de empatia, de solidariedade, a forma jocosa como ele lida e até de forma que ridiculariza o sofrimento das pessoas que agonizavam no leito de morte por falta principalmente de medidas que evitassem a explosão da pandemia, porque a gente só chega a uma situação de superlotação se a gente tiver excesso de casos e muitos casos ao mesmo tempo, e isso evidencia uma política ou a ausência de uma política. No caso do Presidente Bolsonaro, uma política: ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendeu uma política de expansão do contágio, e essa expansão do contágio com o objetivo claro de atingir a imunidade coletiva, ou o que eles chamaram de imunidade de rebanho. Setenta por cento da população teria que adquirir a doença, ter a covid para ter essa imunidade coletiva. E, para isso, ele fez e utilizou-se do poder que ele tinha: utilizou-se, como Presidente da República, dos seus auxiliares extragoverno, ou seja, auxiliares externos, como o Sr. Carlos Wizard, como o Sr. Luciano Hang, como tantos outros, o Paolo Zanotto, Luciano Alves, o Weintraub; utilizou-se de seus auxiliares de governo, como o Braga Netto, que foi o chefe do combate à pandemia no Brasil, do Pazuello, Ministro, da Mayra Pinheiro, do Wajngarten; de tantos outros que, em diversas frentes, proporcionaram e propugnaram a divulgação de formas como a pandemia poderia se expandir para atingir o objetivo deles, que era o máximo de pessoas serem contaminadas ao mesmo tempo; o Osmar Terra, que passou por aqui e que defendeu isso abertamente.

E a gente viu isso sendo defendido aqui o tempo todo, durante toda a CPI. A CPI foi uma demonstração do que o Governo defendeu: a expansão do contágio para garantir a imunidade coletiva, negando a vacina porque ele achava que tinha que ser pelo contágio, e não pela imunização em massa. Por isso que ele aglomerou, por isso que ele proibiu o uso de máscaras, por isso que ele proibiu restrições, por isso que ele não fez plano nacional de imunização, foi o STF que o obrigou, e tantas coisas que aconteceram que mostram claramente que o Presidente teve uma postura não de conivência, mas ativa – ativa! É como uma pessoa que resolve beber, se embriaga, pega no volante e sai dirigindo. Essa pessoa sabe que não tem controle e essa pessoa sabe o risco em que ele está colocando a sua vida e a vida dos outros.

O Presidente da República colocou a vida em risco daqueles que acreditavam nele e colocou em risco a vida daqueles que não acreditavam nele, porque estavam submetidos a um comportamento de risco coletivo, e esse comportamento de risco coletivo, ou seja, de morte, levou, segundo dados comparativos, a mais de 400 mil óbitos evitáveis. São 400 mil pessoas que poderiam estar entre nós.

Então nunca é demais a gente repetir porque pode ser que hoje tenha alguém pela primeira vez vendo esta CPI e sabendo o que de fato aconteceu e por que o Brasil viveu essa tragédia, sabendo por que é que nós vivemos superlotação. E por isso que Manaus virou aquele caos. Manaus não virou um caos porque Manaus é uma cidade especial. Manaus virou um caos porque o Osmar Terra, o Eduardo Bolsonaro, a Carla Zambelli foram lá para desmobilizar o *lockdown*. E, depois que desmobilizaram o *lockdown,* que a população se revoltou contra o *lockdown,* a Mayra Pinheiro foi com o TrateCov para fazer tratamento precoce, para testar um *kit* sem eficácia em seres humanos e numa cidade inteira. Isso é crime! Isso é criminoso! Isso é abominável!

Da mesma forma que a gente viu o gabinete paralelo se comunicando com a Prevent Senior – nós vimos vídeos aqui do gabinete paralelo se comunicando com a Prevent Senior –, e uma instituição respaldando aquela instituição informal, que era o grupo científico, como eles se autodenominaram –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certo? –, que estava ali respaldando e pegando respaldo da Prevent Senior, e vice-versa. E a Prevent Senior se sentindo absolutamente inimputável, se sentindo absolutamente livre de qualquer responsabilidade. E aí faz testes em seres humanos; dá entrada em paciente com covid, e os pacientes morrem e têm atestados de óbito que não são... não têm como *causa mortis* a covid; faz paliativismo – não é cuidado paliativo; paliativismo é diferente –, ou seja, coloca as pessoas em cuidado paliativo, quando as pessoas poderiam ter perspectiva de vida; assassina pessoas e difunde o tratamento precoce de forma irrestrita para quem tinha e para quem não tinha a doença. Então, tudo isso é o cenário que a gente viu.

Além disso, nós vimos, neste período, todo o trabalho feito para desmerecer as vacinas. O Presidente chegou a falar que, se tomasse a vacina, ia virar jacaré; podia virar outra coisa – ainda por cima, numa visão misógina, sexista –, tentando insinuar determinadas coisas ao tomar a vacina. Uma coisa... Uma coisa inacreditável, fora de qualquer liturgia exigida para o exercício da função de Presidente da República.

E a gente viu que essa saga contra a vacina perdurou até o início de 2021. Essa vacina só saiu por uma disputa política com o Estado de São Paulo como adversário político, senão não sairia. E nós testamos aqui quatro imunizantes pelo menos, e esses quatro imunizantes, com certeza, reservariam lotes, seus primeiros lotes, para abastecer o mercado brasileiro. E nós poderíamos ter tido uma campanha de vacinação que não fosse a conta-gotas, que fosse volumosa, porque nós temos 37 mil pontos de vacinação no Brasil. E poderíamos ter muito mais. E poderíamos ter chegado ao meio do ano com mais de 50% da população vacinada. E poderíamos, mesmo com toda a tragédia protagonizada pelo Bolsonaro, como grande agente promotor, promovedor, expansor da pandemia e de um comportamento de risco de morte, nós poderíamos, mesmo assim, Senador Humberto Costa, ter salvado centenas de milhares de brasileiros.

Mas hoje nós estamos aqui com a Conitec. E eu quero dizer para o Dr. Elton – não sei se o senhor sabe, Dr. Elton – que, em 2007/2008, nós fizemos a lei do SUS de Sergipe. A lei do SUS de Sergipe foi a primeira lei que criou a Comissão de Incorporação Tecnológica no SUS/Sergipe. E foi em Sergipe que nós criamos o CAP (Contrato de Ação Pública), que depois virou Coap (Contrato Organizativo da Ação Pública), do qual nasce a Conitec. Isso nasceu em Sergipe. Eu era o Secretário à época. A finalidade era incorporar tecnologia; incorporar tecnologias para garantir que aquilo fizesse parte da Carteira Nacional de Saúde, do SUS, ou para compor o que eu chamei na minha tese do doutorado de padrão de integralidade. Foi para isso que nós fizemos a Conitec.

E, neste caso em particular, diante de uma pandemia mundial provocada por um agente etiológico viral com alto grau de transmissibilidade, portanto um vírus leve, de fácil transporte e letal, não é concebível, não é admissível que a gente chegue ao fim quase do segundo ano atravessando uma pandemia sem um parecer definitivo da Conitec.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu não estou responsabilizando V. Sa., mas, de alguma forma, alguém prevaricou. Alguém prevaricou, e é preciso apontar, Sr. Presidente, neste relatório, ainda que nos 45 do segundo tempo, de quem era a responsabilidade de demandar da Conitec a inclusão na pauta para discutir a incorporação de uma tecnologia para uma determinada finalidade terapêutica ou diagnóstica – neste caso, terapêutica – para uma doença pandêmica; pandêmica, letal. Quem prevaricou?

Nossa equipe neste momento vai pesquisar, e nós vamos propor ao Relator que insira mais um investigado: aquele que prevaricou ao não pautar, por determinação seja do Ministro, seja do Presidente da República, porque, se não constar como investigado, se não constar, não vamos saber de onde partiu a ordem para não pautar tema da mais alta relevância na pauta da Conitec.

E aí, Sr. Presidente Senador Humberto Costa, o senhor como um ex-Ministro que foi responsável por uma das coisas mais importantes no SUS, o Samu, o Brasil Sorridente, o Farmácia Popular, que foi importante por algo que ninguém fala, os pactos pela vida e pela saúde – lembra-se disso? –, que foram a base da construção do Coap, que veio na sequência; que foram a base da 1.401, que veio na sequência; que foram a base inclusive da Conitec, porque foi a partir do pacto que nós nos inspiramos em Sergipe, e depois essa inspiração virou uma inspiração nacional – foi na gestão de V. Exa. como Ministro –, eu fico aqui pensando como é pra um ex-Ministro, com as responsabilidades que o senhor teve, ver tanta negligência, ou melhor, tanto dolo na inação. É uma inação dolosa – porque tem a ação dolosa, mas, neste caso, é uma inação dolosa –, é doloso, é criminoso não ter uma terapêutica definida pelo órgão que coordena a saúde pública brasileira para lidar com a maior pandemia que a gente teve na história.

Vamos encerrar a CPI. Espero em Deus que a Delta não se propague, que o povo brasileiro mantenha o comportamento do uso de máscaras, porque mesmo vacinados podemos ter transmissão do vírus. Ainda que a gente não adoeça de forma grave ou moderada e que diminua a mortalidade e muito, em quase 100%, ainda que a gente tenha tudo isso, a gente pode viver uma nova onda. Espero em Deus que isso não aconteça, que a gente passe por tudo isso.

Mas vamos passar sem uma definição, sendo vítima, Sr. Presidente, de mais uma, neste caso, inação dolosa, que significa dizer não agir para o bem do povo brasileiro, para que o povo brasileiro pudesse consumir um medicamento, porque fazia parte, como dizem alguns, de uma narrativa criada fora do Brasil. Como disse o Caetano Veloso, eu vou repetir: uma narrativa fora do Brasil criada por "anjos tronchos" – "anjos tronchos" –, bilionários, trilionários, que não queriam perder seu dinheiro na bolsa por causa da pandemia. Criaram essa narrativa de que havia uma droga mágica, foi incorporada aqui, e isso virou uma narrativa que não podia ser contrariada e produz inação – produz inação. E essa inação é dolosa porque levou milhares de brasileiros a terem um comportamento de risco e milhares de brasileiros à morte, infelizmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço... Agradeço a V. Exa. pela tolerância desse um minuto e meio, Sr. Presidente, mas eu não podia deixar de fazer esse desabafo, nesta que será a última sessão com depoente.

E eu agradeço a V. Exa., mas já peço daqui à minha equipe, que está no gabinete, e à equipe da assessoria do nosso partido, Presidente, que possam identificar, para que a gente possa apontar o responsável por prevaricação de não pautar, para que ele possa, na hora em que for prestar contas à Justiça, dizer de quem partiu a ordem e por que ele se submeteu a essa ordem, que representa uma inação dolosa e que representou milhares de vidas perdidas no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho. Eu endosso inteiramente as preocupações de V. Exa.

Sem dúvida, vamos sugerir ao Relator que aqueles que deram caso a essa situação estapafúrdia... No final da pandemia, nós ainda não temos uma orientação do Ministério da Saúde sobre como lidar com esses medicamentos.

Mas eu vou dar sequência aqui aos oradores.

O próximo inscrito...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, só nos resta, neste momento, muita indignação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com toda a certeza! Parabéns!

Vamos dar sequência aqui.

Nós vamos ouvir o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Eu só peço ao senhor a mesma tolerância que nós tivemos com o colega Rogério Carvalho. É legítimo o desabafo dele. Só acho que não foi um minuto e meio, foram uns cinco minutos pelo menos aí de tolerância. (*Risos.*)

Eu lhe peço esse tratamento, que, eu sei, o senhor vai conceder.

Mas nós estamos chegando à 67ª sessão desta CPI da Pandemia. Eu só tenho que agradecer. Agradeço primeiramente a Deus a oportunidade de estar aqui aprendendo na minha primeira CPI e tendo a oportunidade de colaborar, com todas as minhas limitações e imperfeições, que são muitas. Mas, graças às orações de milhares, talvez de milhões de brasileiros, para que a gente possa combater o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bom combate aqui – em um ambiente muitas vezes tóxico, insalubre pelo ódio que permeou esta CPI em muitas sessões, com falta de razão e emoção exacerbada, misturada com política eleitoreira, antecipando o calendário do ano que vem –, eu procurei fazer um trabalho nesse período de forma muito equilibrada e independente, e é assim que vai ser o meu relatório, que eu vou apresentar para os colegas na semana que vem.

Eu queria dizer também: seja muito bem-vindo, Sr. Elton, a esta sessão aqui. Vou lhe fazer algumas perguntas.

Mas este aqui é o retrato do final desta CPI, um retrato melancólico: esvaziada a sessão, completamente esvaziada a sessão. O povo brasileiro percebeu a manipulação explícita, muitas vezes se fazendo palanque em cima de caixões. Isso não é correto. Todas as famílias merecem a nossa extrema solidariedade. Toda dor deve ser acolhida, porque foi uma tragédia humana, uma provação global sem precedentes na história. Mas a gente viu, infelizmente, se perder a mão na condução desta CPI, com decisões esdrúxulas, com tratamento diferenciado pra quem confirma narrativa, sim, porque não houve o outro lado. Hoje é um exemplo disso. O senhor está aqui, merece ser bem recebido, mas não foi visto o outro lado, o contraditório, mais uma vez. Não é a primeira vez que isto acontece: chegar ao ponto de colocar como investigado... E pelo relatório vazado pela segunda vez, uma vergonha, um relatório vazado pela segunda vez, de que nem os Senadores desta Comissão tomaram conhecimento. A imprensa tomou, todo mundo tomou, os Senadores que estão aqui trabalhando, se dedicando, não tomaram. Pra você ver o nível a que a gente chegou de CPI parcial. O relatório colocou lá o Dr. Mauro Ribeiro, Presidente do Conselho Federal de Medicina, como sugestão de indiciado.

O cara... O nosso querido Senador, Presidente desta sessão, tem um requerimento aprovado – e eu também, dois requerimentos aprovados – pra ele vir, pra ele dar o contraditório. Mas não, não querem o contraditório, querem empurrar goela abaixo do povo brasileiro uma narrativa. E aí perdeu, se perdeu, porque o povo vê, as pessoas de boa vontade percebem isso. E isso eu acredito que descredibilizou esta CPI, que poderia ter feito um grande trabalho. No meu relatório eu vou apontar equívocos do Governo Federal sim, mas vou apontar coisa de que esta CPI fugiu, de forma covarde, que são os bilhões de reais de verbas federais desviados nessa pandemia – e documento é o que não faltou.

E eu quero começar – antes de fazer as perguntas para o senhor – soltando aqui uma nota de repúdio. Quatro Senadores assinaram essa nota de repúdio, que eu vou distribuir para a imprensa brasileira, porque, Sr. Presidente, foram dois requerimentos que deram origem a esta CPI: um de autoria do colega Senador Randolfe Rodrigues e outro meu, assinado por mais Senadores, 45 Senadores. Ambos visavam investigar o Governo Federal – o meu também –, mas apenas o meu visava também investigar as verbas federais enviadas pra Estados e Municípios. E assim não ocorreu, só um requerimento foi analisado aqui, foi aprofundado aqui.

Então eu vou ler um trecho dessa nota de repúdio:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A simples verificação das atividades desenvolvidas pela CPI, ao longo dos seus mais de cinco meses de atividades, mostram que os objetivos almejados [...] [no meu requerimento] não foram considerados [olha que desrespeito!] ou alvo de qualquer ação concreta.
Em que pese a importância da apuração de eventuais ações ou omissões do Governo Federal no âmbito da tragédia da covid-19, essas não poderiam ter sido os únicos propósitos [...] [desta] CPI [...]. Com efeito, por conta dessa visão deliberadamente míope do grupo majoritário de Senadores [...] [que compõem aqui esta Comissão], deixou-se de investigar os bilhões de reais de verbas federais repassados a Estados e Municípios. [...] E o que dizer [Senador Marcos Rogério] da omissão [nossa, aqui] sobre os R$48,7 milhões referentes à contratação com dispensa de licitação e com pagamento antecipado pelos Estados consorciados do [...] Nordeste [o tal do Consórcio Nordeste] de 300 respiradores em face da empresa Hempcare [...] (que comercializa produtos à base [da droga] da maconha), aparelhos esses jamais [foram] entregues [até hoje] e os valores nunca devolvidos ao povo nordestino [Eu venho denunciando isso aqui há mais de um ano – não é coisa de CPI, não –, há mais de um ano!].
Como não lembrar da compra pelo Governo do Amazonas de [...] respiradores junto a uma adega de vinho [?] [...].
Tivemos ainda o caso da compra e não entrega de 200 respiradores fantasmas por 33 milhões pelo Governo de Santa Catarina. [Sabe onde é que é esse dinheiro foi parar? Povo brasileiro, sabe onde é que esse dinheiro foi parar? Em casa de massagem! Esta CPI virou as costas para esses escândalos de corrupção].
Tão chocantes quanto as [...] transações espúrias já citadas até aqui, temos a [...] [operação] que originou o Falso Negativo [da Polícia Federal, aqui em Brasília], no Distrito Federal, onde uma loja de brinquedos foi escolhida para fornecer 90 mil testes por R$16,2 milhões.
Ademais, a presente CPI ignorou por completo as mais de 69 operações deflagradas pela [...] (CGU) em Estados e Municípios no montante de R$4 bilhões, prejuízo efetivo [...] [aí de milhares de reais] [...]. Se omitiu também em relação a mais de 100 operações [...] da Polícia Federal em 26 Estados brasileiros, cujas cifras [...] [representam] R$3,2 bilhões. [Aí vêm: peculato, corrupção passiva, prevaricação, contratação direta ilegal, e uma série de crimes aqui. Esta CPI, repito, correu, se acovardou, se apequenou].
[...] [Além disso] se caracterizou esta [...] [Comissão Parlamentar de Inquérito] por ter "dois pesos e duas medidas" no que se refere à diferença de tratamento dada aos depoentes, sejam oposicionistas ou favoráveis a políticas governamentais. Para aqueles que [...] [colaboram, que confirmam] as narrativas do G7, o tratamento cordial, gentil e polido; já para aqueles que ousavam enfrentar o grupo majoritário, os depoimentos nos remetiam àqueles tomados nas [...] deploráveis delegacias de polícia, como se criminosos fossem. [Isso enojou o povo brasileiro – isso enojou o povo brasileiro!].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, fica claro que a presente CPI pecou por não atender aos fins propostos em sua origem e por não recepcionar em sua completude os requerimentos apresentados por mim.

Eu quero ver se dou um encaminhamento final, Sr. Presidente, ao Requerimento nº 1.585, que está sobre a mesa e requer a apresentação de pedido judicial para o afastamento de Carlos Gabas do cargo de Secretário-Executivo do Consórcio do Nordeste.

Eu fiz a fundamentação aqui com base em documentos que foram compartilhados pela CPI do Rio Grande do Norte – e vale os parabéns para o Deputado Kelps –, que lá investigou e já tem dados, confissões, tem muita coisa. Eu fiz o embasamento e peço uma atitude até desta CPI antes de se fechar a luz; que faça pelo menos um gesto para que a gente apresente pelo menos... Já que não trouxe o Carlos Gabas aqui – blindaram, talvez por ser poderoso; em outros governos, ele foi Ministro –, já que não quiseram trazê-lo e outros atores importantes desse escândalo, que a gente possa pelo menos pedir o afastamento dele, porque, nesse período inteiro, ele ainda está à frente.

A pergunta que eu faço, Sr. Elton, ao senhor, é a seguinte: o senhor é graduado no Pará, tem mestrado no Ceará e doutorado em Brasília; é membro do conselho nacional, do Conasems, e representante deste conselho na Conitec. Como o senhor chegou ao Conasems? Quem o indicou? Se o senhor puder, de uma forma muito objetiva, responder, eu lhe agradeço.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Te envio o envio do meu currículo para a base de currículo do Conasems.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não teve nenhuma indicação?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Sem indicação política. Fui chamado pelo currículo e entrevista no Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E quem o indicou à Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – O meu dirigente, a minha diretoria, que faz a indicação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual o nome da pessoa?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Na atual gestão, o Presidente Wilames.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O Presidente Wilames.

O senhor foi ou é filiado a algum partido político?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor tinha ou tem algum posicionamento ideológico em relação ao Governo Federal?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nós temos informação que o Dr. Carlos Carvalho, coordenador do grupo de estudos sobre o uso de medicamentos e tratamento de covid, teria ficado estupefato com o vazamento deste relatório. É interessante essa questão do vazamento, porque esta CPI também... Aqui também houve vazamento de documentos sigilosos pra imprensa, o que demandou adoção de medidas até pelo Presidente aqui desta Comissão. E, no dia que estava prevista a reunião da Conitec, esta CPI aqui parecia uma *live*, ou seja, tudo que ocorria nessa tal dessa reunião da Conitec era trazido pra este Plenário.

Quem o senhor acha que vazou toda esta questão de pauta e do relatório? E pra quem?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não faço ideia, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nós tivemos diversos fármacos reposicionados no mundo e que foram ou estão sendo utilizados no enfrentamento à covid; também o discurso da ocorrência de milhões de mortes pelo uso desses referidos fármacos. Imagino que o Conasems tenha especialistas e estudos tratando desta questão.

A Conitec e o Conasems têm uma estatística confiável e auditável sobre a *causa mortis* decorrente do uso desses fármacos? Ou seja, quantos morreram por covid-19? Quantos morreram em decorrência de comorbidades? Quantos morreram pela medicação inadequada? Pela falta de respiradores? E por aí vai... Vocês têm?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Conasems é um colegiado de secretários e secretárias municipais de saúde, Senador. Nós não temos pesquisas científicas. Cabe ao Ministério da Saúde fazer esses registros.

Conasems fez levantamentos de gestão e nos atos da Diretoria, oficializou o ministério quando coube.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Girão, peço a V. Exa. que...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... Encaminhe pro final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... conclua.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor não é médico, é farmacêutico, não é isso? Então, o senhor não tratou ninguém com relação à covid. O senhor reconhece que há evidências científicas contrárias – falou aqui – mas também muitas favoráveis para o chamado tratamento preventivo, precoce, imediato – como queiram chamar – para o tratamento da covid. Ou só existem evidências contrárias? Podemos afirmar com certeza absoluta que nenhuma dessas 17 drogas tem eficácia contra a covid? Quais são os estudos contrários às 14 outras? Porque só se fala aqui de hidroxicloroquina e de ivermectina. Quais os estudos contrários às outras, já que a OMS, a própria OMS, sobre ivermectina, o estudo não é ainda inconclusivo?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senador, no momento em que a comunidade científica se posicionar com os estudos conclusivos que comprovem uma indicação, o.k.. Até o momento, a comunidade científica não teve posicionamento. Pelo menos eu desconheço.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Até o momento, a comunidade...

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Que indique esses tratamentos. Desconheço evidências...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor reconhece que tem médicos, cientistas, no Brasil e no exterior, que defendem esse tipo de tratamento. O senhor reconhece isso?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não tenho conhecimento dos estudos que estão sendo colocados por esses no exterior, recomendando. O que foi avaliado pela comunidade científica e que tem posicionamento, que cumpriram as diretrizes metodológicas publicadas nos países...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Só para encerrar, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já lhe dei cinco minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu acredito que demonizar medicamentos com base em critérios tão inadequados, como a gente está vendo aqui, e inoportunos, e perseguir médicos e pessoas, sobretudo por motivações políticas e eleitoreiras, é condenar a sagrada e milenar autonomia médica e do paciente, prevista na legislação brasileira e internacional nos códigos de ética médicos. É engessar a medicina, em plena pandemia de uma doença nova, retirando o direito da população de tentar salvar suas vidas com esses 17 medicamentos. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impedir arbitrariamente o trabalho dos médicos que, arriscando suas vidas e de seus familiares, suas carreiras e suas reputações, para evitar mortes, merecem, sim, ser aplaudidos nesse trabalho que não é fácil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só para informação do Presidente, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará, ex-presidentes de conselhos, inclusive o Dr. Ivan Moura Fé, foi signatário de um documento que circulou nacionalmente se contrapondo ao uso de medicamentos sem eficácia científica. Dr. Ivan Moura Fé é cearense, foi Presidente do Conselho Federal de Medicina, e junto com outros presidentes de conselhos...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E também teve algumas posturas contraditórias. Eu não entro na questão pessoal, mas...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não gostaria de abrir esse debate aqui neste momento.

Eu quero convidar aqui o Senador Randolfe, que vai conduzir o restante desta sessão. Prometo que eu ainda volto, Senador Randolfe, pra dividir com V. Exa. essa função.

Mas o próximo orador é o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só coloque minha ordem aí, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sras. e Srs. Senadores, quero cumprimentar o Dr. Elton da Silva Chaves, bem como a advogada que o acompanha a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Considerando todo o conjunto de perguntas que foram feitas ao convidado, eu farei apenas dois questionamentos muito objetivos.

Qual a opinião de V. Sa. sobre a prescrição de medicamentos dentro do protocolo *off label*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Minha opinião sobre prescrição... Essa... Não cabe... A prescrição de medicamentos *off label* cabe exatamente em relação à autonomia do profissional médico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, ele está dentro da atribuição dele? V. Sa. reconhece isso?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Isso está previsto dentro do regramento da própria Anvisa e das autarquias profissionais de medicina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

V. Sa. chegou aqui e disse que é farmacêutico.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Exato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Portanto, não é um assunto estranho a V. Sa.

Eu vou repetir a pergunta: a opinião de V. Sa. sobre a prescrição de medicamentos dentro do protocolo *off label* em sentido amplo.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Está dentro da autonomia do profissional médico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Ontem foi comemorado o Dia do Médico. Então, eu gostaria de indagar a V. Sa. quanto à autonomia do médico, de que V. Sa. acabou de falar agora, para prescrever esses medicamentos. Qual o ponto de vista de V. Sa. sobre essa autonomia do médico para prescrever, inclusive, medicamentos dentro do protocolo *off label*?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senador, acho que, sobre a autonomia médica, cabe às autarquias que são os conselhos que acompanham o código de ética da profissão médica. Eu, enquanto farmacêutico, não tenho, em relação à prática e ao acompanhamento médico e paciente, a autonomia legal pra discordar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. está aqui porque faz parte da Conitec.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Portanto, V. Sa. tem que ter opinião; senão, não teria como estar na Conitec. Ou V. Sa. reconhece protocolos ou não reconhece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dizer aqui que isso está dentro da atribuição dele, mas que V. Sa. desconhece o deslegitima pra estar na Conitec. Lá é um lugar que é um órgão consultivo e que emite opinião técnica.

Eu não estou fazendo nenhuma pergunta aqui capciosa, não. Estou fazendo perguntas objetivas dentro do que nós estamos tratando aqui.

Dentro dessa autonomia médica, como V. Sa. avalia o papel do médico na prescrição de medicamento que não tenha registro com aquela finalidade, que está dentro do protocolo *off label*?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Senador, o protocolo, por lei, no Sistema Único de Saúde, precisa ser avaliado, relacionado, correlacionado com as suas evidências técnico-científicas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como é que é?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – O protocolo clínico e diretriz terapêutica no SUS...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O médico só pode receitar...

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – O protocolo clínico e diretriz terapêutica, no SUS, na Lei 8.080, publicados pelo Ministério da Saúde, por lei, passam pela avaliação da Conitec.

A prescrição *off label* não é um protocolo do SUS. A prescrição *off label* é um ato médico dentro da prerrogativa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está dentro da prerrogativa dele?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Prerrogativa do médico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. reconhece isso?

O.k. Era simples, era isso. Eu não vou fazer mais perguntas a V. Sa. porque já foram feitas muitas perguntas aqui e não quero me alongar nesse tema.

Estamos concluindo hoje a fase de tomada de depoimentos nesta CPI. Foram seis meses de trabalhos intensos, muitos embates e, a meu sentir, o emprego de tempo com questões absolutamente inconclusivas. De qualquer forma, temos sido surpreendidos a cada dia com notícias de conclusão do relatório com mais e mais imputações de crimes, inclusive com referência ao Presidente da República, que não pode ser investigado no âmbito de uma comissão parlamentar de inquérito. Mas sobre isso pretendo me pronunciar no momento oportuno. Por ora, Senador Girão, quero lamentar mais uma vez que esta CPI não considerou a necessidade de uma investigação mais profunda em relação ao emprego dos recursos públicos destinados ao enfrentamento da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se estávamos querendo realmente descobrir por que o Brasil teve mais mortes e se teria sido possível ou não reduzir esse número, teríamos que ter investigado a gestão dos recursos, se houve ou não eficiência no emprego dos bilhões de reais que foram destinados para prevenir, ou seja evitar contaminações, e também para tratar os pacientes da covid-19. Não foram poucos os pacientes que morreram por falta de UTI em Estados e Municípios para os quais foram destinados equipamentos e recursos para alocação de leitos de UTIs. Muitos morreram por falta de um respirador – por falta de um respirador! –, quando um grande volume de recursos foi destinado para a compra de respiradores. Quantas mortes poderiam ter sido evitadas? A CPI, infelizmente, não se aprofundou na investigação dessa realidade vivida em todo o País.

O Senador Girão mencionou aqui há pouco um caso emblemático, o caso do Consórcio Nordeste: compra milionária, sem licitação, com direcionamento, pagamento antecipado, sem entrega de equipamentos e conluio para distribuição do propinoduto. Tem até delação premiada. E o que me intriga, Senador Girão, é que nenhum... Veja, há Governador envolvido nisso, secretários, dirigentes, e há Governadores que estão prevaricando, porque há aqueles outros Governadores que têm conhecimento dos fatos e não tomaram nenhuma iniciativa pelo menos para dizer assim: "Olha, eu quero sair fora desse Consórcio Nordeste, porque eu não compactuo com práticas não republicanas, com práticas de corrupção". Então, quem não tomou iniciativa sabendo do que aconteceu é cúmplice, é partícipe.

Pois bem, esta CPI focou na condenação do uso de alguns medicamentos, no caso a cloroquina, a hidroxicloroquina, a ivermectina, enquanto sabemos que dezenas de fármacos foram administrados aos pacientes em todo o Brasil, todos também sem previsão de eficácia em bula. E vou repetir aqui o que disse antes: não recomendo medicamento A ou B; isso está dentro da prerrogativa do médico, dizer o que o paciente tem que fazer, tem que adotar. E nisso está a confiança, que é um elemento central na relação entre médico e paciente. Autonomia do médico, confiança do paciente, e os pais da ciência estão tentando acabar com essa relação, colocando doutores contra doutores. Isso não faz bem à medicina, isso não faz bem a quem cuida daqueles que mais precisam.

Uma investigação superficial e seletiva, que elege temas simplesmente com o foco de atingir a imagem do Presidente, que expressou opinião pessoal, dele, sobre um medicamento ou outro. Esse foi o foco da CPI. Agora, teve Presidente, no passado, aqui, que o maior exemplo dele é o da roubalheira que aconteceu no Brasil. E aí está tudo certo; ninguém fala nisso. O maior exemplo dele era de ser apaixonado por algumas coisas que... Não, mas aí está tudo certo.

Bom, na prática, contudo, o que prevaleceu sempre aqui, no País, e que o Presidente defende, e que nós defendemos, é a autonomia do médico. O que todos nós devemos defender, especialmente em um momento de crise, quando ninguém sabia, e ainda não sabe, o que, com precisão científica, pode ou não ser eficaz para a cura da doença. Mais do que nunca há que prevalecer a defesa das prerrogativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do médico: o que defende um tipo de procedimento, um tipo de fármaco, o que defende outro diferente, todos os médicos.

Tivemos também muitas mortes pela política do "fique em casa". Mas isso não foi investigado no âmbito desta CPI. Será que esses gestores tomaram essas medidas com a intenção de matar alguém? Por que o contrário aqui é alardeado: "Não, esses médicos que prescreveram, esses médicos que receitaram são cúmplices de morte". Outros vão além para dizer que são homicidas.

Os pontos do relatório que têm sido vazados, que a imprensa já conhece, Senador Girão, e que nós, que estamos nesta CPI não conhecemos, demonstram conclusões absurdas, como é o caso de considerar o Presidente como autor de genocídio. A própria imprensa nacional, a imprensa nacional está repercutindo hoje esse absurdo, mas que, infelizmente, está na linha das falas do Relator, que já comparou esta CPI com o Tribunal do Nuremberg. Não é novidade, portanto, que se fale em genocídio, já que foi em Nuremberg que, pela primeira vez, foi citada a palavra genocídio.

O uso de expressões fortes sem lastro algum em prova e despidas de qualquer razoabilidade é o que tem marcado o trabalho que se anuncia como conclusão desta CPI, o que lamentamos, lamentamos profundamente.

Então, Sr. Presidente, minha fala hoje, na conclusão dos trabalhos de investigação, é para fazer esses registros, ressaltando finalmente que, apesar de toda essa conclusão negativa dos trabalhos da CPI, o que de positivo o Brasil pôde assistir foi a demonstração de probidade do Governo na aplicação dos recursos. Não se demonstrou um indício sequer de corrupção. O que muito se falou aqui em maior escândalo de corrupção do Governo Bolsonaro não envolveu o pagamento de um real – nem um real.

Tudo isso serve para demonstrar para todo o País que temos um Governo Federal sério, que não desvia recursos, um Governo onde o sistema de controle interno funciona mesmo diante das tentativas externas de aproveitamento da crise para ganhar dinheiro – e houve, sim, tentativas externas de aproveitar o momento para ganhar dinheiro, mas não prosperaram. O que isso... Frustraram os planos destes e frustraram também as narrativas acusatórias de outros, inclusive aqui.

No mais, Sr. Presidente, eu quero usar desse tempo que me resta para fazer um registro de agradecimento: agradecer a V. Exa., Presidente desta CPI, e a todos os demais colegas Senadores e Senadoras, assim como a todos os servidores do Senado Federal que atuaram juntamente conosco nesta CPI, àqueles que atuaram como parte desta Casa, como membros do Parlamento, como servidores, como consultores, à imprensa, que acompanhou e acompanha diariamente, mas um agradecimento muito especial ao povo brasileiro, que demonstrou o grande interesse em acompanhar os trabalhos desta Casa, o Senado Federal.

Esperamos que amanhã tenhamos uma sessão tranquila, assim como nos próximos dias, quando estaremos nos debruçando na análise do relatório final – e aí, com o voto apresentado pelo Relator e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com as manifestações de votos apresentadas por colegas Senadores, inclusive por mim, que pretendo apresentar aqui um voto em separado.

Quero agradecer àqueles que nos acompanharam atentamente ao longo desses mais de seis meses aqui, na esperança de que possamos concluir os trabalhos, cada um com suas visões. Aqui ninguém muda ninguém, ninguém converte ninguém aqui dentro, mas cada um dentro das suas visões, das suas compreensões do que aconteceu, porque o trabalho desta CPI certamente não se encerra com o relatório final. O trabalho de Senadores e Senadoras, se sérios, terão continuidade na sequência, para dar respostas efetivas ao povo brasileiro, que anseia por essas respostas – sobre o que foi apurado aqui, mas, também e sobretudo, pelo que não foi apurado no âmbito desta CPI, a que quem está lá fora assiste indignado, querendo essas respostas.

Hoje mesmo, um Prefeito de uma importante capital do Brasil foi afastado pelo Tribunal de Justiça por suspeita de desvios de recursos da covid-19, e houve ainda a determinação de penhora, de bloqueio de valores e bens na ordem de R$16 milhões, em razão desses supostos desvios.

No mais, Sr. Presidente, quero apenas agradecer a essa Presidência e aos colegas aqui por esse período de embates, debates, visões, mas que acho que é importante para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, Dr. Elton, depoente, apenas primeiro um esclarecimento de ontem sobre o que foi colocado aqui sobre as vacinas.

A Dra. Rosana do Ministério da Saúde me fala que "temos, no estoque [ontem, não é?], 12.659.198 doses para serem enviadas aos Estados. Ocorre que 8.992.598 são de CoronaVac [escute, Senador Girão! Preste atenção!], as quais não estão sendo utilizadas, conforme o Plano Nacional de Vacinação, como reforço ou adicional, apenas como esquema vacinal primário. A C.Covid enviou ofício a todos os Estados, desde o dia 8 de agosto, questionando a necessidade de pessoal que ainda precisa do esquema primário. Apenas 18% dos Estados responderam. Essas doses foram envidadas ainda na sexta-feira". Então, é para dizer que falaram aqui em 25 milhões, mas o fato é este aqui: 12 milhões de doses que estão lá. "Temos ainda 8,242 milhões de doses que deverão ser avaliadas pelo controle de qualidade. Assim, temos apenas aptas para serem distribuídas 3,6 milhões". Então, esse é o resumo de ontem que eu recebi do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma que nós estamos encerrando esta CPI, vou mais uma vez ressaltar aqui aos médicos: ontem foi o Dia do Médico, eu não me manifestei, mas quero cumprimentar a todos os médicos brasileiros que salvaram, Senador Girão, Senador Marcos Rogério, 20.813.408 vidas – salvas – e, sim, lamentar as 603 mil mortes que ontem foram... Os relatórios que eu vi, parte, aqui... Mas quero cumprimentar esses médicos que enfrentaram esse processo.

E, na pessoa de um conterrâneo que esteve aqui fazendo depoimento, Ricardo Zimerman, eu quero citar o assassinato de reputação. Centenas de médicos, hoje, estão sofrendo esse assassinato de reputação por terem posição. O depoente aqui disse que não conhece estudos. Eu vou apresentar oportunamente centenas de estudos – centenas, Senador Marcos Rogério – com ivermectina e também com hidroxicloroquina, positivos, no mundo inteiro. Deveria ser do conhecimento da Conitec, não sei, mas só estou falando desse assunto aqui.

No mais, o Brasil, hoje, é o quarto País do mundo em doses aplicadas. Se eu pegar, fizer a comparação população vacinada e população existente, o Brasil perde para a China apenas, mas ganha da Índia, que é o segundo, e ganha dos Estados Unidos, que são o terceiro. O Brasil é o quarto. Então, esse é um número importante também para nós relacionarmos aqui.

O Brasil apresenta, hoje, os casos... Os Estados Unidos, 84.930 novos infectados – 8,6 vezes mais do que o Brasil... O Brasil está na oitava posição no mundo, e os Estados Unidos são o primeiro país do mundo.

Da mesma forma, quero lamentar as mortes, sim, mas nos Estados Unidos morreram 726 mil norte-americanos, e no Brasil 603. Lamentamos que isso aconteça.

E as novas mortes, para mostrar que as vacinações, Senador Marcos Rogério, Senador Girão, e os tratamentos que existiram foram fundamentais, nos Estados Unidos está cinco vezes maior o número de mortes do que no Brasil: 1.660 ontem contra 321 do Brasil.

Dentre os diversos fatos, trago aqui que os resultados da vacinação contra o covid-19 continuam provando que o Brasil vivencia a maior campanha de sua história. A média móvel de óbitos por covid no País registrou, nessa segunda-feira, uma queda de 87,3% em comparação com o pico da pandemia, com tendência de queda desde junho. O boletim desses casos e óbitos mostra que o Brasil registra a menor média móvel de mortes por covid-19 do ano: 371,5.

No dia em que o Brasil registrou a maior média móvel de óbitos pela doença, em 19 de abril deste ano, o índice correspondia a uma média de 3 mil. A queda também está sendo observada nas notificações de novos casos de covid-19.

Boletim divulgado pelo Ministério da Saúde aponta que o País registrou, nessa segunda-feira, a menor média móvel de novos casos do ano de 2021: 12,3 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, o cenário mais arrefecido da pandemia se deve a ampla campanha de vacinação.

Nós temos um SUS forte com mais de 38 mil salas de vacinação capazes de vacinar mais de 2 milhões de brasileiros e um Governo extremamente preocupado com a vida e com os brasileiros. Por isso, adquiriu mais de 550 milhões de doses de vacina covid-19, investiu bilhões com habilitação de leitos de UTI e vacinou mais de 90% da população brasileira com a primeira dose.

Vacina é uma das saídas para acabarmos com o caráter pandêmico da doença. Como reflexos da vacinação, o mês de setembro foi o mês que registrou o menor número de óbitos de covid-19 no ano. Nós tivemos aqui 58% dos Municípios brasileiros com zero óbito no mês de setembro.

No início do mês de outubro, o Ministério da Saúde apresentou o planejamento da campanha de vacinação do covid-19 para 2022. Com tratativas avançadas para a aquisição de novas doses de vacina, o Governo Federal vai disponibilizar à população brasileira mais de 354 milhões de doses de vacina para 2022.

E, nesse caso aqui, Senador Girão, vamos fazer menção às vacinas de cérebros brasileiros. A primeira mais adiantada, Senador Marcos Rogério, é a da Universidade Federal de Minas Gerais, do Senai Cimatec da Bahia, que junto com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia está já na Fase II e Fase III das pesquisas clínicas. Portanto, em dois, três, quatro meses vamos ter já a aprovação também daquela vacina, que é extremamente importante para nós e assim como outras 14 vacinas de cientistas brasileiros dentro das nossas universidades: USP - São Paulo, Federal do Rio de Janeiro e Federal de Minas Gerais também estão em estado bem adiantado.

Nós já temos assegurados mais de 300 milhões de doses para vacinar a nossa população. Será uma vacinação um pouco diferente do que aconteceu em 2021, porque não será mais a vacinação primária, mas o mais importante é termos doses de vacinas para todos, e teremos um SUS. O SUS é a grande ferramenta para enfrentar os problemas da saúde pública e, por isso, trabalhamos todos os dias para fortalecê-lo ainda mais. Poucos países têm a força que nós temos, destaca o nosso Ministro da Saúde.

Até o momento mais de 550 milhões de doses de vacina da covid-19 foram encomendadas pelo Governo Federal, 310 milhões já foram distribuídos aos entes federativos. Dessas, 251 milhões foram aplicadas, 151 milhões de brasileiros com a primeira dose e 108 milhões com o esquema vacinal completo.

Os números da campanha de vacinação mostram que 94% do público-alvo foram vacinados com a primeira dose e 68% estão com a vacinação completa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale destacar também que mais de 3,5 milhões de brasileiros já tomaram doses adicionais de reforço. Dentro desse cenário, temos a segurança de que estamos no caminho certo, mas não podemos deixar de apoiar os médicos para a manutenção de sua autonomia em receitar os tratamentos que eles, baseados em seu conhecimento e por formação, julgarem ser os mais pertinentes. É o caso a caso dentro do diagnóstico de seus pacientes.

Senador Marcos Rogério, V. Exa. citou aqui o *off-label*, que é apoiado pelo Conselho Federal de Medicina, o órgão máximo dos médicos brasileiros.

Portanto, ao invés de ficarmos aqui tentando imputar culpa a quem segue lutando pra salvar vidas, devemos estar discutindo os meios de apoiar o SUS, os médicos e a população.

Senhor depoente, desde quando o senhor atua no Conasems e qual a sua experiência antes?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Estou no Conasems desde agosto de 2012. Sou farmacêutico, mestre em Ciências Farmacêuticas e doutor em Saúde Coletiva, como já mencionado pelo Senador Eduardo Girão. Trabalhei nas secretarias municipais enquanto farmacêutico, enquanto gerente de unidade, enquanto diretor de hospital, em diversos espaços da gestão. Trabalhei também em farmácias comunitárias. Antes de chegar ao Conasems estava trabalhando na Célula de Assistência Farmacêutica enquanto responsável técnico pela Central de Abastecimento Farmacêutico no Município de Fortaleza, Ceará. Estou há nove anos no Conasems.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor participa das reuniões da Conitec desde quando?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Desde agosto de 2012.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É comum ocorrer mudança nas pautas das reuniões da Conitec?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não é comum.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Na gravação da reunião fica claro que o senhor não teve um posicionamento contrário à mudança de pauta, mas pediu que ficasse claro o motivo do adiamento. É certo isso?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Certo. Nós pedimos justificativas, obviamente sentimos a surpresa e o incômodo de retirada, pelo nosso desejo de ser analisado, mas, uma vez solicitada pelo Dr. Carlos Carvalho, nós compreendemos a solicitação do pedido de inclusão de novos estudos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor não era o único representante do Conasems nessa reunião da Conitec em que se discutiu o tema. A Sra. Maria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristina Sette de Lima, segundo suplente do conselho, também fez falas. Segundo ela: "O plenário da Conitec [segundo ela disse] vem trabalhando nas diretrizes com esse grupo, o qual a gente elogiou muito o trabalho. Então, se quem coordena o grupo pediu reserva de pauta do ponto de vista do Conasems, isto está plenamente acatado. Temos certeza de que isto será justificado na próxima apresentação". O senhor não fez nenhum comentário após ela; então, este foi o posicionamento do conselho?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O senhor era contrário ao adiamento. Por qual motivo não expressou sua opinião no momento da reunião e permitiu o seguimento da reunião?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Por favor, Senador, não escutei a pergunta.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor era contrário ao adiamento. Por qual motivo não expressou a sua opinião no momento da reunião e permitiu o seguimento da reunião?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Eu expressei, sim, o meu posicionamento no plenário, manifestando o meu incômodo da retirada de pauta. Eu queria... Estávamos aguardando a análise do documento, mas, de fato, o Dr. Carlos Carvalho fez o seu trabalho e solicitou.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi voto vencido.

O senhor poderia citar em quais os estudos o senhor se baseou para ter posicionamento sobre esse assunto?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Estudos sobre o posicionamento em relação ao assunto da retirada de pauta ou em relação às diretrizes?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Às diretrizes.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – A gente ainda não deliberou sobre isso, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor considera que a Conitec e a equipe que realizou o parecer sobre o tratamento da covid-19 utilizaram os critérios adequados de avaliação desse tratamento?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Por favor, se eu considero...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor considera...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Desculpe, Senador!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... que a Conitec e a equipe que realizou o parecer sobre o tratamento da covid-19 utilizaram os critérios adequados de avaliação desse tratamento?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – O grupo elaborador do relatório, como já vinha trabalhando em outros documentos e diretrizes, considero que tem adotado os critérios e as diretrizes que a Conitec recomenda.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Será que ele passaria por uma auditoria independente?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Aí acho que cabe à Secretaria da Conitec, no Ministério da Saúde, responder.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor conhece algum estudo que tenha demonstrado um comportamento positivo em relação a algum medicamento para o tratamento da covid-19 que custe menos de R$1,5 mil?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Se eu conheço estudos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Algum tratamento positivo...

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Medicamento, até o momento em que teve... Medicamentos registrados recentemente, que foram inclusive avaliados na Conitec, têm demonstrado eficácia; porém, o caso único registrado que nós avaliamos, que foi o casirivimab mais imdevimab para paciente de alto risco infectado por SARS-CoV, em condições da realidade brasileira, não teve recomendação na perspectiva da dimensão da efetividade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E o custo? Quanto é esse medicamento?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não me recordo dos valores, mas também a relação de custo e efetividade naquele relatório foi demonstrada. Não me recordo, mas era bastante considerável, alto, se fosse correlacionar com as vacinas, por exemplo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor não considera que posicionamentos políticos e ideológicos públicos e amplamente divulgados, anteriores a março de 2021, dos seguintes convidados para a elaboração das diretrizes, Alexandre Naime Barbosa, Alexandre Prehn Zavascki, Clovis Arns da Cunha, Flávia Ribeiro Machado, Hélio Penna Guimarães, José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luiz Gomes do Amaral, Luciano Cesar Pontes de Azevedo, Maicon Falavigna, Mirian de Freitas Dal Ben Corradi, Ricardo Heinzelmann, Rubens Belfort Junior, Sergio Cimerman, Suzana Lobo, Verônica Colpani e Viviane Cordeiro Veiga, não configuram visíveis conflitos de interesse e podem prejudicar a isenção necessária para elaborar as diretrizes?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Esses nomes todos que o senhor está relatando são parte do grupo elaborador?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Até hoje eu desconheço os posicionamentos deles. O que nos cabe é analisar o relatório, baseado nas evidências e diretrizes da Conitec.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eles não tornam o parecer da Conitec sobre o tratamento farmacológico da covid-19 um tanto questionável, já que eles tinham posições contrárias e ideológicas antes da pandemia em 2021?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não me cabe responder pelos posicionamentos desses profissionais. Eles têm... A Conitec, dentro do seu Regimento, tem as exigências dos profissionais técnico-científicas que vão participar da elaboração do relatório.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se nenhum membro do plenário, no momento em que o coordenador ofertou realizar a apresentação e esquecer o adiamento, solicitou que ele apresentasse ou sugeriu isso, então, podemos dizer que houve concordância em relação ao adiamento?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Ao final da reunião, pelo fato de ter sido adiado, no geral, pela Presidência da Conitec, foi colocado pra aguardar o retorno do coordenador do grupo elaborador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Nós estamos assistindo aqui, nessa triste pandemia, a um incessante debate, muito polarizado, sobre o uso de fármacos no combate a esse vírus terrível. Pergunto: quando não há unanimidade nos cientistas, quem a sociedade a sociedade deve seguir, aos políticos ou aos jornalistas? – se a ciência está em dúvida.

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Não há recomendação, da perspectiva legal, pra saúde pública se não for baseada dentro dos critérios técnico-científicos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado, senhor depoente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, apenas para encerrar, quero cumprimentar V. Exa., os demais colegas, Senadoras, Senadores, por esses meses de convivência, de embates que tivemos aqui. Temos a nossa posição e vamos com ela até o fim. Entendemos que estamos certos nesse procedimento, e o povo brasileiro saberá julgar. E na hora certa essas questões virão em cima de fatos sérios.

Citei aqui o processo de vacinação do Governo brasileiro, que é ímpar no mundo. Jornais internacionais, que lidam com a economia, fizeram menções favoráveis ao sistema vacinal do Brasil. Os próprios tratamentos, tão combatidos aqui, a gente faz também... Esse debate veio à tona e, seguramente, teremos um desfecho.

O Senador Marcos Rogério, Senador Girão e eu já sabíamos o relatório do Senador Renan, isso no primeiro dia da CPI. Era óbvio, nós conhecíamos o relatório. Diferente, poucas coisas agregaram, mas o.k...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Antes de começar...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ...pelas entrevistas que foram dadas. Antes de começar a CPI.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas o.k., isso faz parte, não é? A história julgará os fatos que nós temos aqui. Falávamos no caso, e não consegui ir aos Estados Unidos, onde está a origem do problema, em cima do caso de Wuhan, na China. Para esse fato ainda nós teríamos mais tempo, eu não consegui em função do recesso americano. Eles tiveram lá um mês de recesso. V. Exa. inclusive queria ir junto conosco, Renan. Ali está o X da questão. Esse caso de Wuhan na China, com recursos norte-americanos, chineses, da *big pharma*, enfim. Muitos tiveram interesse nessa questão, mas a história vai contar esses fatos.

Portanto, obrigado a todos e até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Heinze.

Antes de passar ao próximo inscrito, à próxima inscrita... Eu queria pedir permissão ao nosso depoente... Eu estou esticando um pouco – não fizemos intervalo para o almoço, peço para o depoente aguentar, estamos todos resistindo aqui –, porque, pelo número de inscritos, eu creio que nós já estaremos, daqui a pouco, concluindo os depoimentos. (*Pausa.*)

Perfeito, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, então, anteriormente... Só pra confirmar se a Senadora Thronicke ou algum outro Sr. Senador ou Sra. Senadora pelo sistema remoto...

V. Sa. tem conhecimento: a coordenação do grupo de trabalho, desse grupo de trabalho com os cientistas e médicos, indicados ainda há pouco pelo Senador Heinze, a indicação desse grupo de trabalho é coordenada pelo Dr. Carlos Carvalho, perfeito?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES (Para depor.) – Perfeito. Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Este grupo de trabalho indicado pelo Dr. Carlos Carvalho... O convite para o Dr. Carlos Carvalho organizar esse estudo e submetê-lo à Conitec foi do Sr. Ministro de Estado da Saúde, perfeito?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Foi feito pelo Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi feito pelo Ministério da Saúde.

E foi dada ao Dr. Carlos Carvalho autonomia para montar este grupo com os nomes indicados aí pelo Senador Heinze, perfeito?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Eu acho que a Secretaria Executiva da Conitec é que faz essa organização e faz essa determinação. Não sei responder quem ou como é feito o processo de quem ele chama ou quem eles deixam chamar. Para a gente já vem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Mas a coordenação do grupo que é feita pelo Dr. Carlos Carvalho foi a convite do Ministério da Saúde?

O SR. ELTON DA SILVA CHAVES – Do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Senador Marcos Rogério, eu já vou concluir. V. Exa. pediu a palavra?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quantos ainda tem inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não... Nós tínhamos somente a Senadora Soraya, no sistema remoto, mas me parece que a conexão de S. Exa. concluiu, e, não tendo mais nenhum inscrito, nós iríamos encerrar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k., Presidente, perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, senhores, eu queria, de pronto, agradecer a todos os colegas Senadores pelo acompanhamento, pela convivência. Amanhã entraremos na fase final e definitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito com a leitura do relatório do Senador Renan Calheiros; em seguida, inauguraremos o necessário debate; e, após, a votação.

Quero, Dr. Elton lhe agradecer. Como havíamos dito, eu e o Senador Humberto, anteriormente, pensamos em marcar o depoimento de V. Sa., e muitos falavam que seria cumprimento de tabela. Se foi, V. Sa. a cumpriu muito bem aqui com as informações que prestou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e a todas e todos Sras. e Srs. Senadores que acompanharam e participaram desta CPI.

Eu queria, de pronto, Senador Humberto, também agradecer não somente a convivência. Iniciamos esta Comissão Parlamentar de Inquérito dia 27 de abril deste ano e estamos no dia 9 de outubro. Foram praticamente seis meses de depoimentos, 150 a 160 dias de depoimentos no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu estou convencido de que foi cumprida uma missão, um trabalho fundamental para o País. Independentemente do resultado do relatório amanhã a ser apresentado pelo Senador Renan Calheiros, esta CPI já entrou para a história. Nenhuma outra Comissão Parlamentar de Inquérito foi tão acompanhada pela sociedade brasileira, pelas redes sociais, pela imprensa, enfim, nenhuma outra Comissão Parlamentar de Inquérito de que eu tenha notícia, aliás, de que a história deste Parlamento tenha notícia. E isso se deu, em especial, porque esta é uma CPI que faz parte da vida de cada uma das pessoas. O tema a ser averiguado por esta CPI é a dramática crise sanitária que todos nós brasileiros estamos enfrentando.

Que a bondade divina e que a história sejam justas com todos nós e com o trabalho que foi executado aqui ao longo dos últimos seis meses. Que o relatório final esteja, sobretudo, à altura da força daqueles depoimentos que nós vimos no dia de ontem. Ontem foi o dia mais impactante, mais forte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ontem nós demos rosto, alma, corpo para, lamentavelmente, esses 603.521 brasileiros, compatriotas nossos que perderam a vida. É em nome deles que deve ser destinado o trabalho final desta CPI. É em nome deles que nós esperamos e acreditamos que esteja à altura todo o serviço que nós aqui prestamos. Tenho total consciência do papel que cumprimos.

E eu queria aqui, sobretudo, agradecer e saudar, Senador Humberto, ao tempo em que compartilhamos juntos, a aliança política que foi formada, que alguns convencionaram chamar G7. É muito mais que isso; é um grupo de pelo menos 15 Senadores, membros efetivos e membros suplentes dessa CPI, mas também é um grupo de 15 Senadores com não membros dessa CPI, que participaram de todos os depoimentos aqui, que inquiriram, que contribuíram e possibilitaram momentos que foram além das atribuições da CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero destacar aqui também a declaração contra o ódio, pela solidariedade e pelo amor que foi feita aqui na CPI a partir do protagonismo do colega Senador Fabiano Contarato, quando aqui prontamente repeliu o preconceito, o ódio; e para isso esta CPI também serviu.

A CPI serviu para ampliar a vacinação dos brasileiros. Quando começamos, nós tínhamos 200 mil brasileiros sendo vacinados por dia. Hoje temos mais de 1,2 milhão sendo vacinado por dia. Quando a CPI começou, nós tínhamos pouco menos de 5% dos brasileiros vacinados; hoje já temos 70% dos brasileiros vacinados com a primeira dose. E não coube a outro esta responsabilidade que não à pressão que esta Comissão Parlamentar de Inquérito exerceu.

Esta Comissão foi instalada quando todas as outras instituições lamentavelmente se omitiram, quando muitas das instituições do Estado de direito se omitiram, para apurar o descaso do Governo brasileiro em relação ao enfrentamento da pandemia.

Esta Comissão pretendia inicialmente averiguar, investigar ações e omissões do Governo no enfrentamento da pandemia; descobriu mais que isso, avançou mais que isso.

E, por tudo isso, por tudo que representou ao longo desses dias e por deixar claro sobretudo para os brasileiros inequivocamente que para algumas coisas na vida não tem dois lados... Não há das dois lados quando está em jogo a vida dos brasileiros; só tem um lado, é o lado da vida. Não tem dois lados quando está em jogo a saúde dos brasileiros; só há um lado, é o lado da defesa da saúde, conquista essa de que V. Exa., Senador Humberto, participou como Ministro da Saúde, que foi consagrada pelo texto constitucional de 1988 e que provou ser eficaz para nós, a partir dessa conquista do Sistema Único de Saúde, por nós estarmos dando a volta por cima no enfrentamento da pandemia.

Quero concluir esta última oitiva desta Comissão Parlamentar de Inquérito, por fim, Senador Humberto, neste momento, fazendo uma justa homenagem a vários brasileiros heróis que enfrentaram essa pandemia – a esta CPI coube apenas a investigação –: aos médicos, aos enfermeiros, aos trabalhadores da saúde, que se expuseram com a vida. O Brasil, lamentavelmente, foi o país do globo que mais matou profissionais da saúde na pandemia. A esses profissionais – e a eles também se destinam os resultados desta Comissão Parlamentar de Inquérito – vai aqui o nosso sincero agradecimento e, em nome de todos os brasileiros, vai aqui a nossa homenagem.

A esses 603.521 mártires – já disse aqui, mártir, na definição do grego, é ser testemunha –, a essas 603.521 testemunhas, é em nome delas que nós temos que encerrar e concluir os nossos trabalhos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em nome desses 603 mil e em nome dos outros 20 milhões, muitos deles, lamentavelmente, sequelados pela pandemia.

Que amanhã, na apreciação do relatório final da CPI, ele esteja à altura dos brasileiros, em homenagem aos mortos, em homenagem àqueles que foram acometidos, e sobretudo esteja à altura do Brasil. Que Deus nos proteja nessa missão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a última oitiva da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.

Convoco as Sras. Senadoras e os Srs, Senadores para, amanhã, a leitura do relatório final do Senador Renan Calheiros, a partir das 10h da manhã.

(*Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 68ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Paulo Rocha, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Soraya Thronicke, e ainda do Senador não membro Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Apresentação do Relatório Final**. **Finalidade:** Apresentação do Relatório Final de lavra do Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Foi apresentado o Relatório Final e concedida vista coletiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia, Srs. Senadores; bom dia, Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais ou municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à apresentação do relatório final pelo Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*)

Ontem o Senador Marcos Rogério me fez uma questão de ordem. Na reunião anterior foi apresentada uma questão de ordem pelo Senador Marcos Rogério a respeito dos procedimentos a serem adotados na apresentação e apreciação do relatório final. Solicitou esclarecimento sobre: o tempo destinado à leitura de votos em separado; o procedimento relativo a eventuais requerimentos de destaque para votação em separado; e o quórum e modalidade da votação.

O quórum é a maioria simples, e a votação também será por maioria simples, a partir da votação do relatório. Esse será o quórum da votação.

Na data de hoje será exclusivamente lido o relatório do Senador Renan Calheiros. Os possíveis destaques serão lidos na terça-feira, dia 26...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, V. Exa. perguntou isso. Eu estou respondendo a sua questão de ordem. (*Pausa.*)

V. Exa. falou em destaques, eu estou dizendo em substitutivo ou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque voto em separado e destaque são coisas diferentes, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim. O voto em separado é um novo, um outro relatório paralelo.

Destaques, não vai haver destaques. Em relação ao relatório do Senador Renan, não há destaques a serem votados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ou concorda 100% com o relatório e vota a favor ou discorda e vota contra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não pode aperfeiçoar com destaque aditivo ou supressivo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Não há precedente na CPI sobre isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Segundo a informação que eu tenho da Secretaria. Não se utiliza esse artifício em CPIs.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É. É um relatório, Sr. Presidente, como outro qualquer. É uma decisão que empobrece o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação... Veja bem...

Segundo a informação que eu tenho, não há precedentes de destaques. Então, é essa a questão que eu estou lhe respondendo. Não há precedentes, em CPIs, de destaque. Não existe isso dentro do Regimento da CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A previsão que eu fundamentei foi o 312 do Regimento, Sr. Presidente, porque, no caso do voto em separado, ele é apresentado como manifestação de voto, mas só vai ser apreciado caso o voto do Relator seja rejeitado; não sendo rejeitado, você não acrescenta nada com a manifestação de voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A única hipótese seria a apresentação dos destaques, com base no 312.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, para colaborar com a discussão, conforme o levantamento feito pela Secretaria da Mesa, não existem precedentes de aplicação da técnica de destaques em relatórios de CPI. Trata-se de um relatório resultado de uma investigação feita e conduzida, na sua redação, pelo Relator. Aquele que discorda do relatório rejeita e tenta votar e aprovar um relatório paralelo ou separado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas pra... No caso do *impeachment* da Presidente Dilma, a Constituição Federal dava um comando explícito sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a inelegibilidade. Houve um destaque, inclusive capitaneado pelo Relator que está aqui, na época o Presidente, em que houve uma separação, garantindo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Já estamos tratamos do *impeachment* do Bolsonaro?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a ela naquele momento – garantindo a ela naquele momento – a manutenção do *status* de elegibilidade. Então, eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na questão da Presidente Dilma, era um projeto de resolução, Senador Marcos Rogério, não foi um destaque.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, ali houve uma mudança...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em algo que a Constituição previa. Eu estou dizendo... O que eu quero dizer com isso, Presidente, é que num relatório como esse...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... obviamente que se a CPI quiser fazer, não é a falta de um precedente formal que vai impedir. Não há impedimento em relação a isso. É uma matéria, é um relatório, conforme o 312.

Mas, eu posso... Se V. Exa. mantém essa decisão, me caberia apenas recorrer da decisão de V. Exa., conforme o 405, ao Plenário do Senado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, só pra contribuir.

Eu queria dar uma contribuição do ponto de vista do mérito, porque é o seguinte: não se trata de uma proposição legislativa, portanto não cabem complementos e melhorias. Isso é uma investigação, é o relatório de uma investigação. E não cabe destaque por conta disto: por ser o relatório de uma investigação. Não tem como você mitigar aquilo que foi encontrado ou como você melhorar um dado de realidade. Portanto, não cabe destaque.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só uma questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Está se discutindo aqui um voto em separado ou destaque.

Eu queria perguntar a V. Exa. e ao Relator com relação ao complemento de voto que foi apresentado – eu apresentei –, um complemento específico com relação ao GDF: qual será o procedimento?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No que se refere às sugestões de V. Exa., eu já assumi o público compromisso, que irei reafirmar aqui, de registrar o recebimento deste documento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas é o que me compete...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E fará parte, então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... fazer, na forma...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... do que é estabelecido como competência do Senado Federal.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu já garanti a V. Exa. que farei o registro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Tem uma questão de ordem do Senador Eduardo Braga, que me pediu; tem uma questão de ordem da Senadora Soraya, que já me pediu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu também tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu também, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, questão de ordem aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Primeiro, eu vou passar a questão de ordem ao Senador Eduardo Braga.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, apenas para que fique claro que nós estamos tratando aqui de duas questões distintas.

Destaques para a alteração por supressão não se podem fazer e não há precedente. Agora, apresentação de voto em separado, apresentação de adendos, isso é regimental e se devem apresentar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Investigação, não. Foi isso que ele falou.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não... Me permita.

Caso contrário, quem não concorda com o trecho do relatório será obrigado, portanto, a rejeitar todo o relatório?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, por enquanto, não é relatório, pessoal, pelo amor de Deus! É a proposta do Relator. Isso vai ser discutido em minúcias, terá um detalhado aprofundamento de discussão e, ao final e ao cabo, será votado. Até lá, eu elogiei esses prazos – Senador Alessandro, viu? –, eu elogiei esses prazos porque serão dias acrescidos a um debate insubstituível.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quer dizer que a Comissão vai tolher a oportunidade de o Senador apresentar adendos?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não, não pode é formalmente apreciar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Hã?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não, não pode...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, mas nós podemos apresentar os adendos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Claro! Claro!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É isso o que eu estou dizendo, porque...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E como é que o Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... por exemplo, no caso do Amazonas, Senador Renan, é inadmissível que, num Estado em que aconteceu tudo o que aconteceu e que é fato determinante desta CPI, nós não tenhamos indiciados os culpados!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas esse não é o produto final. É isso exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim, portanto, nós precisamos poder apresentar adendos para que V. Exa. possa avançar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, é claro! E minha disposição continua essa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então... Então, é preciso ficar claro que destaques é uma coisa e apresentação de adendos é outra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São questões diferentes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, isso não está no Regimento, Senador Eduardo, mas, se ele tiver que ser votado, o efeito é de destaque. Não tem outro enquadramento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É que o Regimento...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque senão fica só sugestão, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso, não. É que o Regimento estabelece, Senador Eduardo.... Presidente Omar, este prazo... Definitivamente, pessoal, este prazo, depois da vista, que será provavelmente concedida pelo Presidente Omar Aziz, será utilizado para o aperfeiçoamento, para as mudanças e para os ajustes no relatório. A boa vontade do Relator é total. Se, ao final e ao cabo, eu não atender as pretensões, eu não vou querer que a pessoa aprove, porque ele não estará atendido. E aí, não aprovando, rejeitando o relatório, faz-se um voto vencido. O Presidente designa alguém, que faz um voto vencido. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente... Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – As sugestões... As sugestões que serão encaminhadas ao Relator podem acrescentar, podem ser incorporadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Questão de ordem para organizarmos os trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador... Senador Vice-Presidente, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, senhores colegas, no dia de ontem S. Exa. o Senador Marcos Rogério apresentou uma questão de ordem a esta Comissão sobre os procedimentos, a condução dos trabalhos. Coube a mim, por designação de S. Exa. o Presidente Omar Aziz, junto com a Secretaria da Comissão, elaborar resposta à questão de ordem apresentada por S. Exa. sobre a condução dos trabalhos.

Eu peço a atenção dos colegas. Nós iremos responder à questão de ordem de S. Exa. o Senador Marcos Rogério e, em seguida, obviamente, se S. Exa. não se encontrar satisfeito, poderá recorrer ao Plenário para deliberação. Então, conforme a questão de ordem ontem apresentada pelo Senador Marcos Rogério, se solicita esclarecimento sobre o seguinte: tempo destinado à leitura dos votos em separado; procedimento relativo a eventuais requerimentos de destaque para votação em separado, se cabível for, do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal; e o quórum e modalidade de votação, conforme pressupõem os arts. 109 e 292 do referido Regimento.

Desta forma, a decisão desta Comissão Parlamentar de Inquérito é a seguinte: primeiro, hoje será feita exclusivamente a leitura do relatório do Senador Renan Calheiros. Embora, na forma regimental do Regimento do Senado, não se trate da votação, da apresentação de votos em separado em Comissões Parlamentares de Inquérito, de modo que a definição a esse respeito caberá obviamente à Presidência desta Comissão, ao Senador Omar Aziz, e adotando os procedimentos já ocorridos em Comissões Parlamentares de Inquérito, nós estabeleceremos a possibilidade da apresentação e do tempo devido à apresentação dos votos em separado.

Então, tradicionalmente nas CPIs, a conferência de tempo para que os Parlamentares, após a leitura, se assim desejarem, dos votos em separado, os quais, em verdade, constituem propostas alternativas de relatório, é estabelecida pela Mesa Diretora da Comissão. Nas CPIs referenciadas na questão de ordem de S. Exa. o Senador Marcos Rogério, o tempo para leitura do único voto separado que havia sido apresentado tomou aproximadamente 15 minutos, tendo em vista que a expectativa de apresentação de diversos votos em separado, com fundamento no art. 89, inciso I, combinado com o art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, e para auferir celeridade processual e razoabilidade e proporcionalidade ao tempo, a Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito franqueará 15 minutos com mais 5 minutos de tolerância para que cada Senador membro realize a leitura dos seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votos em separado na próxima terça-feira, sessão que será aberta – na próxima terça-feira –, com a apresentação dos votos em separado protocolados na Secretaria desta Comissão.

Em relação aos requerimentos de destaque, verifica-se que inexiste previsão regimental a esse respeito no âmbito das CPIs – são objetos de normas próprias do Regimento, da Lei 1.579, de 1952, e do Código de Processo Penal. Para além disso, não há qualquer precedente de requerimentos de destaque em toda a história de Comissões Parlamentares de Inquérito no Senado Federal, razão pela qual se demonstra temerário que a Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito inove nos trâmites que vêm sendo aplicados.

Por outro lado, nas CPIs é comum que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores proponham modificações no relatório durante as discussões, as quais podem ser eventualmente acatadas pelo Relator, incorporadas ao relatório e votadas na data da votação do próprio relatório, que, repito, ocorrerá na próxima terça-feira, dia 27 de outubro.

Portanto, por absoluta ausência de norma regimental específica, bem como tendo em vista os procedimentos relacionados às outras Comissões Parlamentares de Inquérito que já existiram, tanto no âmbito do Senado Federal, quanto no âmbito das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, quanto no âmbito da Câmara dos Deputados, nas quais não houve destaque, não há respaldo para o requerimento de destaque no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sobre a dúvida em relação ao quórum e processo de votação, a Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito informa que adotará votação nominal e ostensiva na apreciação do relatório final. Portanto, na terça-feira, após a apresentação dos votos em separado, após ser encerrada a discussão, a votação do relatório será feita de forma ostensiva e nominal pelas Sras. e Srs. Senadores membros desta CPI.

Diante do exposto, a Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito defere parcialmente a questão de ordem de S. Exa. o Senador Marcos Rogério.

Esclarecemos os procedimentos aplicáveis ainda: a Presidência desde já – a Presidência desde já – concederá vista coletiva ao relatório final, publicado na página principal da Comissão até a próxima terça-feira; no dia 26, será iniciada a discussão, e os Senadores terão 15 minutos, com a tolerância devida da Presidência, para realizarem a leitura de seus votos em separado se assim desejarem; os votos em separado serão integralmente publicados no *site* da Comissão Parlamentar de Inquérito; os Senadores inscritos terão o prazo de 15 minutos para a discussão do relatório, em linha com o tempo que vem sendo fixado nesta Comissão para manifestação dos Senadores durante as oitivas e a inquirição dos depoentes; repetindo, o relatório será votado pelo processo nominal e ostensivo.

Seguem, inclusive, a resposta à questão de ordem todos os precedentes de Comissões Parlamentares de Inquérito ocorridas anteriormente sobre os temas que aqui foram suscitados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, conforme determinação de V. Exa., é esta a deliberação da Presidência da Comissão à questão de ordem apresentada pelo Senador Marcos Rogério, que fica deferida parcialmente, nos termos que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Marcos Rogério já recorreu da decisão dessa questão de ordem ao Colegiado aqui da CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... antes de V. Exa. submeter ao Plenário e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Eu não vou submeter isso agora, até porque isso não acontecer hoje. Hoje o que vai acontecer é a leitura do relatório do Senador Renan. Após a leitura do Senador Renan, eu irei encerrar a sessão convocando os Srs. Senadores e Sras. Senadoras: "A partir de agora está concedida vista coletiva já, em cima do relatório do Senador Renan...".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu queria fazer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas pra ficar claro que toda a discussão ficará, portanto, para terça-feira – o início das discussões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E os adendos serão apresentados na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Adendos, relatórios substitutivos ou qualquer outra coisa que cria nós teremos aqui na semana que vem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente, eu queria fazer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... uma ponderação a V. Exa., em relação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... à resposta à minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, primeiro, manifesto a minha discordância em se determinar para a próxima semana...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, não é novidade o senhor discordar de mim, mas vamos lá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Fique tranquilo, Presidente, é natural discordar. E, nesse caso, é quase que um imperativo.

Veja V. Exa., eu quero, primeiro, registrar que gostaria de apresentar o voto em separado no dia de hoje.

Segundo, em relação ao tempo, Sr. Presidente, para a leitura do voto em separado. O precedente invocado aqui pra dizer que foi lá e não durou 15 minutos, a Presidência naquele momento não delimitou o tempo para a apresentação do voto em separado. Poderia ter durado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos, se V. Exa. me permite...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Poderia ter durado 30, 40...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a Presidência está concedendo quinze mais cinco.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quinze mais cinco.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, mas o tempo de discussão aqui é de 15 minutos. O tempo para a inquirição aqui foi de 15 minutos, com tolerância chegando a 20 aqui o tempo todo. Agora, para apresentar um voto em separado com um consolidado, com os fundamentos, atribuir, Sr. Presidente, de 15 até 20 minutos é algo que não é razoável e chega a ser, respeitosamente, ofensivo com os colegas Senadores da República – ofensivo. Independente das posições aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não entendi. Quem que está sendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou dizendo que atribuir o tempo limite de 20 minutos para apresentação do voto em separado, considerando que o tempo todo nós tivemos aqui 15 minutos, com tolerância da Presidência passando até de 20 pra alguns, alguns chegando a 30 para inquirir ou fazer discurso, aí pra apresentar um voto em separado com fundamentos, com posições, atribuir o limite de 20 minutos, pra mim, é uma decisão que, além de desproporcional, é desrespeitosa com o trabalho de cada colega aqui, independentemente da posição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é a sua sugestão de tempo, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estou perguntando para o senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, veja, eu penso que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que é desrespeitoso. Qual é o tempo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Uma hora. Assim, o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Senador Marcos Rogério, eu escolhi foi o Renan como Relator, não foi V. Exa., não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, isso aí já está claro para o Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Espera aí. Eu escolhi foi ele. Eu indiquei o Renan como Relator, não foi V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E talvez tenha errado nisso. (*Risos.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, não, não... O momento não é de chocarrice, não, Presidente. O momento é sério....

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Há irresignação legítima para que seja votada a questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou apenas fazendo aqui uma ponderação, Sr. Presidente, porque o trabalho deste Senado Federal não começou nem termina nesta CPI da covid-19. Não começou agora e não termina agora. Mas esse fato é um fato sobre o qual eu quero deixar aqui meu protesto, meu lamento: isso é desrespeitoso com os colegas Parlamentares, isso é desrespeitoso com alguém que produziu um voto em separado e que queria apresentá-lo. Eu não vou apresentar aqui as mais de 200 páginas que fiz de voto em separado. É um resumo. Mas resumir a 20 minutos, repito, não é algo minimamente respeitoso com os colegas. Peço que V. Exa. reflita apenas sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pessoal, veja bem, o relatório do Senador Renan tem 1.178 páginas.

O senhor vai levar quantos minutos, mais ou menos, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eu vou ler em 20, 25 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan vai usar em torno de 30 minutos para ler e fazer... Até porque a leitura...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só vai ler a parte dispositiva, então.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode distribuir o seu substitutivo para a gente analisar com antecedência, V. Exa. pontuar e dar tempo. Mas V. Exa. sabe que eu nunca fui de cercear a palavra de ninguém aqui, sempre fui muito benevolente. Eu creio que V. Exa. terá tempo suficiente para expor a sua...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu acho que essa discussão é uma discussão, Senador Marcos Rogério, que... Nenhum de nós aqui quer cercear a posição de um Senador ou do Colegiado de Senadores. Então, fique tranquilo que todos nós iremos ouvi-los, e ouvir não só V. Exa., porque a informação que eu tenho é que tem outros companheiros... O Senador Girão, o Senador Jorginho...

O Senador Jorginho também tem um voto em separado? (*Pausa.*)

O Senador Heinze tem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor. Até segunda-feira, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Então, veja bem, nós vamos chegar a um acordo e votaremos isso na sessão que vem, no tempo necessário, vamos conversar... Eu acho que agora eu tenho que passar a palavra ao Relator, ele lê o relatório...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Outra questão de ordem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não apresentei questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor a fez ainda agora!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, eu não estava fazendo questão de ordem, eu estava apenas me manifestando em relação à decisão. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para questão de ordem.) – A questão de ordem que apresento, Sr. Presidente, é na forma do disposto nos arts. 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, e com base no que estabelecem os seus arts. 148 e 151, em combinação com os arts. 2º, 5º, incisos XXXVII, LIV, L, *caput*, enfim, da Constituição Federal.

A questão de ordem, Sr. Presidente, é para que seja declarada a impossibilidade de um relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito concluir sobre cometimento, em tese...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou conseguindo ouvi-lo, porque tem muito burburinho. Eu peço aos senhores, porque essa é uma questão séria de que se está tratando aqui. Aí, depois, as pessoas... A gente toma decisões... Eu peço que todo mundo preste atenção nessa questão de ordem do Senador Marcos Rogério, por favor.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. Peço que reponha meu tempo.

A questão de ordem é para que seja declarada a impossibilidade de o relatório final desta Comissão concluir sobre cometimento, em tese, de ilícito penal, *in officio* ou *propter officium,* pelo Presidente da República e que seja declarada a impossibilidade de propor o seu indiciamento.

É sabido que o Presidente da República exerce um conjunto muito diversificado de funções, quais sejam: a de chefe de Estado, a de chefe de Governo, a de chefe da administração pública e também a de agente político.

Nesse sentido, decidiu o Constituinte originário atribuir ao Chefe do Poder Executivo Federal um conjunto de prerrogativas de índole processual, a fim de assegurar o livre exercício do mandato a ele conferido pela porção majoritária do povo brasileiro, consubstanciadas precipuamente no art. 86 da Constituição Federal, quais sejam: o julgamento, nos crimes comuns, perante o Supremo Tribunal Federal; a necessidade de autorização da acusação pelo voto de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados; a imunidade à prisão, nas infrações comuns, até a aprovação de sentença penal condenatória e, por fim, mas não menos importante, a imunidade quanto à responsabilização por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Assim, nota-se que, por conta do exercício do cargo, a situação do Presidente da República é *sui generis*, sendo diversa da situação de qualquer outra autoridade constituída. O Supremo Tribunal Federal recentemente, em decisão dirigida a esta CPI, assentou, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 848, conforme consta da ementa da decisão monocrática da ilustre Relatora Ministra Rosa Weber, referendada por unanimidade pelo Pleno do STF no dia 28 de junho passado, que o Chefe do Poder Executivo da União é titular de prerrogativas institucionais assecuratórias de sua autonomia e independência perante os demais Poderes.

Além da imunidade formal, prevista no art. 86, §3º, da Constituição, e da irresponsabilidade penal temporária, conforme o §4º do mesmo art. 86, a Constituição Federal isenta-o da obrigatoriedade de depor ou prestar esclarecimentos perante as Casas Legislativas da União e suas Comissões, como emerge da dicção do art. 50, *caput* e §2º, e art. 58, §2º, inciso III, da Constituição Federal.

Ora, em face dos princípios do juiz natural, do devido processo legal, da reserva de jurisdição e também da separação de Poderes, em combinação com o entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal, se este Colegiado não tem competência sequer para ouvir o Presidente da República e investigá-lo pela prática de eventual infração penal, obviamente não pode indiciá-lo, ou seja, não pode imputar a ele a prática de infração. Logo, afrontar tal entendimento implica a nulidade absoluta de todo e qualquer ato processual praticado por este Colegiado com o objetivo de imputar responsabilidade penal e indiciar o Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a questão que coloco a V. Exa. é no sentido de que declare, desde já, a impossibilidade de qualquer conclusão no relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o cometimento, em tese, de ilícito penal, *in officio* ou *propter officium,* pelo Chefe do Executivo Federal e a impossibilidade de esta CPI propor o indiciamento do Presidente da República.

É a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para responder questão de ordem.) – Só um minutinho. Eu vou responder a questão de ordem dele.

Senador Marcos Rogério, cabe principalmente ao Parlamento a fiscalização dos atos do Poder Executivo, em especial do Chefe do Poder Executivo. Trata-se de poder-dever, ligado umbilicalmente ao princípio republicano e ao fundamento constitucional de independência e harmonia entre os Poderes.

O entendimento majoritário é no sentido de que a CPI não poderia convocar o Presidente da República para prestar depoimento, tendo em vista, em especial, o dispositivo do art. 58, §2º, III, da Constituição. Contudo, isso não significa que as condutas do Presidente não possam ser depuradas pela CPI – como foi depurado – e, ao final dos trabalhos, a investigação resulte em seu indiciamento. Quem comete crime tem que ser indiciado e investigado.

Para além disso, é incumbência do Senado Federal julgar eventual cometimento de crime de responsabilidade por parte do Chefe do Executivo, de modo que seria um contrassenso que este mesmo Senado não pudesse investigar a conduta do Presidente no âmbito das CPIs.

Embora o Presidente não tenha prestado depoimento ao Colegiado, as imputações que lhe são feitas resultam do vasto arcabouço de documentos recebidos pela Comissão, dos depoimentos colhidos, bem como do acervo de declarações públicas, gravações e postagens em redes sociais colhidas ao longo desses meses.

Nenhum cidadão está acima da lei, e isso vale inclusive para o Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Diante do exposto, eu indefiro a sua questão de ordem.

Infelizmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ela está indeferida, e o Presidente vai ser investigado, sim, porque tem provas muito grandes, como a conduta dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esta CPI foi feita principalmente para analisar a omissão, principalmente do Chefe do Poder Executivo do nosso País; a vergonha que o País passa diante das suas declarações e dos seus posicionamentos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A roubalheira dos Estados, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa... Daqui a pouco vou lhe responder.

Pergunte para a Senadora Soraya se ela não fez o dever de casa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aí a separação de Poderes está correta?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só vale para os Governadores e não vale para o Presidente da República.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, vamos obedecer à ordem dos trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu o ouvi. A sua questão de ordem está indeferida. O Presidente cometeu muitos crimes e vai pagar por eles.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Muito bem. Prossiga, Presidente. Prossiga.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o método "tratoraço".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Problema seu.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tenha a maioria aqui, e aí você aprova o que você quiser. Se não tem, fique quieto.

Está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isto está claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, V. Exa. já falou. Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Questão de ordem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Um minuto. Um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Soraya, dê uma aula para os caras que falam dos Estados, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, Presidente Omar, V. Exa. tem que ser o Professor da Escolinha...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, considerando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... Escolinha do Professor Raimundo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deve ser.

Vai mandar Senador dar aula em Senador aqui, Omar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Professor eu sei quem é.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Longe de mim dar aula...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai mandar Senador dar aula aqui, Omar?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De forma nenhuma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tenha respeito!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, considerando os encaminhamentos do Vice-Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu vou ser...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Omar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... extremamente breve para que possamos começar a ouvir a leitura do relatório final desta CPI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu... Não pretendo, de forma alguma, apresentar nenhum relatório substitutivo, nada desse tipo, mas apenas um relatório complementar que diz respeito ao meu Estado, o Estado de Mato Grosso do Sul.

Esta CPI, como todos sabem, recebeu uma documentação farta em relação aos ofícios que foram encaminhados a todas as unidades da Federação do nosso País.

O meu relatório é apenas isso aqui. Essas 20 resmas de papel dizem respeito apenas e tão somente a pouco mais de 10% do que foi recebido de documentação apenas – apenas! – sobre o Estado de Mato Grosso do Sul. Eu recebi 29 processos de 11 órgãos diferentes, que totalizaram, Sr. Presidente, 88.804 páginas de documentos, que foram analisados digitalmente – nada foi impresso. Isso aqui apenas diz respeito... Seriam necessárias 18 caixas dessas, para demonstrar o volume de documentação que nós analisamos apenas em relação ao Mato Grosso do Sul, que recebeu, dos R$5 bilhões... Perdão, R$509,1 bilhões foi o que o Congresso Nacional e o Governo Federal enviou para os Estados e Municípios, e o Mato Grosso do Sul diz respeito apenas a R$481.777.525,51 – apenas.

Então, a documentação é farta. Realmente o meu gabinete fez o dever de casa e irá entregar oportunamente ao Relator o relatório referente ao Estado de Mato Grosso do Sul. Acredito que os outros Senadores também devam fazer o mesmo. Na minha opinião, deveríamos ter 27 capítulos adicionais ao objetivo, ao escopo inicial desta CPI. A análise foi permitida pra mim, que sequer sou membro desta CPI, portanto houve uma flexibilidade, uma disponibilidade por parte de V. Exa.

E digo aqui, para terminar, que este trabalho de fiscalização não termina aqui com o fim da CPI. É obrigação, sim, como bem disse V. Exa., obrigação do Parlamentar não apenas legislar, mas também fiscalizar. A fiscalização continua. Os documentos recebidos por esta CPI continuam à disposição dos Parlamentares, portanto a fiscalização e a possibilidade de se tomarem medidas de requerimento ou pedidos de indiciamento, pedidos de apuração pelos órgãos competentes não terminam aqui.

Então, eu vou continuar acompanhando e entregarei para V. Exa. oportunamente, mas irei continuar acompanhando todo esse trabalho, porque a CPI acabou, mas a pandemia ainda não acabou, e, principalmente, a prestação de contas desse volume absurdo de recursos federais que foram para Estados e Municípios não acabou; sequer começou.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo, Senador Girão e Senador Fernando Bezerra e vou passar a palavra ao Senador...

Senador Eduardo primeiro; depois, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É porque eu falei Eduardo e Girão... Desculpa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fiz questão, Senador Renan, de escrever para ser sucinto.

A CPI da covid, em seus seis meses de atuação, fez um trabalho importante de revelar para o Brasil como as ações e omissões dos governos contribuíram para agravar a pandemia, que já tirou a vida de mais de 600 mil brasileiros, mas é inaceitável que o relatório final não peça a punição de nenhum dos responsáveis pelo caos vivido no Estado do Amazonas. Nosso Estado foi transformado em um verdadeiro campo de testes, com experimentos com remédios ineficazes, falta de oxigênio, de leitos de internação e até de covas para enterrar os nossos conterrâneos. Nenhum – nenhum – Estado sofreu tanto quanto o Amazonas. Não há nenhuma dúvida de que houve uma série de crimes e de criminosos que precisam ser punidos. Por isso, o Amazonas continua se sentindo injustiçado. Como Senador, vou continuar a trabalhar dia e noite para que a justiça seja feita e esse crime contra a humanidade cometido contra os amazonenses não fique impune. Não vou admitir essa impunidade.

Por isso, estou humildemente apresentando um adendo ao voto de V. Exa., Sr. Relator, exigindo que os responsáveis pelo caos no Amazonas, incluindo S. Exa. o Governador Wilson Lima, sejam punidos pelos seus crimes.

Era a declaração que eu queria fazer da minha posição, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Cumprimento V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, tudo que se relacionar ao Estado do Amazonas em que a gente puder contribuir ao Senador Renan Calheiros, ao relatório, é importante, desde tudo que aconteceu no nosso Estado... Inclusive, ele faz parte do escopo, como faz parte do escopo o adendo feito pelo Senador Girão.

E agora a Senadora Soraya dá uma grande contribuição, porque ela, mesmo não sendo membro da CPI, foi investigar o Estado do Mato Grosso do Sul. Que bom! Parabéns, Senadora! Acho que todos os Senadores de cada Estado poderiam fazer o mesmo.

E uma questão que nós fizemos questão de discutir há pouco, eu e o Senador Eduardo, foi em relação a saber como é que chegou o TrateCov lá, a presença do Eduardo Pazuello, quem do Governo participou disso. É importante a gente aprofundar essas investigações, para que não paire dúvida – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o mesmo sentido com que o Senador Randolfe fez, que colocou a falta de oxigênio no Estado do Amazonas sendo do escopo principal.

Assim como, Senador Girão, mesmo a gente não podendo ouvir os Governadores... Inclusive, o primeiro Governador a ser ouvido aqui – e não veio porque não quis – era o Governador do Amazonas. Ninguém pode dizer que eu não quis. Eu convoquei, e foi o primeiro Governador que seria ouvido aqui. Infelizmente, a Ministra Rosa Weber deixou para ele escolher se queria vir ou não: ele decidiu não vir, e eu não tinha como obrigá-lo a estar aqui. Em relação aos outros Governadores, é de conhecimento deste Plenário que não foram convocados porque era impossível, porque o Supremo decidiu – foi o Colegiado do Supremo que decidiu – que não cabia à CPI convocar esses Governadores. Mas isso não impedia a nós Senadores de fazer investigação e de dar contribuição para o Senador Renan, como a Senadora Soraya acaba de fazer em relação ao seu Estado, o Estado de Mato Grosso, e como acaba de fazer o Senador Eduardo Braga, que também terá a minha colaboração em relação a isso, pra que a gente possa fortalecer, Senador Renan Calheiros, não retirando, mas colocando algumas coisas que a gente acha útil pra investigação.

Então, nesse sentido, eu passo a palavra ao Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para questão de ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não é nenhum tipo de novidade para ninguém a minha visão. Com todo o respeito, eu sei que aqui muitos se dedicaram nesta CPI, a minha primeira CPI, mas, para mim, respeitando quem pensa diferente, ela se transformou num instrumento de perseguição política por projeto de poder.

Tem uma frase de um grande pacifista que, em momentos turvos como este, de cegueira, de ódio... Tem o Martin Luther King que disse o seguinte: "A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo lugar".

É por isso que eu faço esta questão de ordem aqui como um dever, mesmo sabendo que é difícil ela ser aceita pela cúpula desta CPI, mas eu tenho esta obrigação.

Sr. Presidente, formulo esta questão de ordem com base no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, combinado com o art. 148, *caput*, §2º, e o art. 153, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, além dos arts. 3º e 6º da Lei nº 1.579, de 1952, e também do art. 6º, inciso V, do Código de Processo Penal.

Na proposta de relatório final desta CPI divulgada pelo Senador Renan Calheiros, que, inclusive, foi vazada aí por vários veículos de imprensa e que hoje nós estamos recebendo aqui, consta da lista de indiciados mais de uma dezena de personalidades, entre eles, o Presidente Mauro Ribeiro – Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Conselho Federal de Medicina – e até Deputados Federais, como, por exemplo, a Deputada Carla Zambelli.

O questionamento que faço a V. Exa. pela justiça tem fundamento no art. 5º, inciso LV, da Carta Magna, o qual prevê que: "Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Esclareço que, em nenhum momento, durante esta CPI, foi formulado qualquer convite ou convocação, e, se foram, esses não foram chamados a depor, para que esses indiciados pudessem se manifestar acerca de questionamentos dos membros desta Comissão, de modo que o seu direito constitucional à ampla defesa foi violado. Inclusive, esta Comissão detém poderes para intimar quaisquer autoridades, como disposto no *caput* do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal.

Cabe ainda mencionar que, em reprodução aos arts. 3º e 6º da Lei 1.579, de 1952, o art. 148, §2º, do nosso Regimento Interno aqui do Senado também prevê que: "Os indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação processual penal, aplicando-se, no que couber, a mesma legislação, na inquirição de testemunhas e autoridades".

Além disso, no *caput* do art. 153 do mesmo Regimento, está disposto: "Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal".

A seu turno, o Código de Processo Penal deixa claro, por meio do seu art. 6º, inciso V, que os investigados têm, sim, o direito subjetivo de serem ouvidos pela autoridade investigadora:

> Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:
>
> .....
>
> V - ouvir o indiciado, com observância, no que for aplicável, do disposto no Capítulo III do Título Vll, deste Livro, devendo o respectivo termo ser assinado por duas testemunhas que lhe tenham ouvido a leitura;

Portanto, Sr. Presidente, segundo o dispositivo acima, ouvir o indiciado é ato obrigatório da autoridade durante a investigação. Assim, reitero que, em nenhum momento, foi concedida audiência a muitos dos que ora indicados estão para defenderem-se dos crimes que ora lhe estão sendo imputados, suprimindo sua garantia constitucional.

Diante do exposto, indago a V. Exa. sobre a nulidade do indiciamento daqueles que sequer foram ouvidos, visto que existem flagrantes vícios de matéria e forma no ato ora proposto pelo Senador Renan Calheiros, Relator desta Comissão.

Ora, por coincidência, Sr. Presidente, recentemente eu tive acesso a um exemplar de uma publicação do Senado Federal, daqui da Casa, de autoria do próprio Senador Renan Calheiros, cujo título

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é *Democracia Digital*, de 2018. Nele há trechos que cabem ser ressaltados e que se aplicam perfeitamente a esta questão de ordem que ora apresento, bem como se chocam frontalmente à conduta do eminente Relator durante sua condução na CPI.

Abro aspas: "É preciso cautela com as divulgações prematuras das investigações para evitar que processos sejam instruídos pela mídia" – fecho aspas. Nesse contexto, o se Renan cita o filósofo humanista Paul Ricoeur. Abre aspas: "Ao mesmo tempo, e sempre sob pressão da mídia, perde a Justiça e o espaço protegido, priva-se ela do distanciamento dos fatos no tempo e da reserva de suas iniciativas profissionais". Continua o filósofo francês... Para encerrar, Sr. Presidente. Abro aspas: "A deliberação política torna-se supérflua devido ao massacre publicitário com pretensões de justiceiro".

Em uma última passagem, o Relator desta Comissão cita dois trechos do Professor Rubens Casara do que chamou de *Processo Penal do Espetáculo*. Abre aspas: "No processo penal voltado para o espetáculo, não há espaço para garantir direitos fundamentais – fecho aspas. Rubens ainda declina: "A consequência mais gritante desse fenômeno passa a ser a vulnerabilidade a que fica sujeito o vilão escolhido para o espetáculo".

Daí eu pergunto a V. Exa.: até onde os direitos e garantias de investigados, testemunhas e advogados foram violados durante todos esses meses de trabalho em nome da pirotecnia política que caracterizou esta CPI?

Fica a reflexão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para responder questão de ordem.) – Senador Girão, a Comissão adotou relativamente a algumas pessoas um trâmite específico quanto à indicação da condição de investigado. O Relator propõe a classificação do investigado, e esse foi referendado aqui por este Plenário. Então, essas pessoas estavam sendo investigadas referendadas por este Colegiado. Não houve, evidentemente, tempo para ouvir todo mundo. Impossível nós ouvirmos todas as pessoas para tomar depoimento.

A aprovação do requerimento de convocação, decisão, pauta, por esta Presidência, tudo foi feito com a maior transparência na possibilidade que esta Presidência tinha.

A gente, como Comissão Parlamentar de Inquérito, não segue a dinâmica dos inquéritos policiais. No caso da CPI, são investigados fatos múltiplos, e há acervo documental amplo, inclusive quando houve o *lockdown* em Manaus, que essas pessoas se alvoroçaram para criticar e jogar a população contra, não sei... E depois aconteceu a falta de oxigênio e a morte de muitas pessoas. Então, decorrente também desse tipo de atitude de *fake news*, de bravatas dentro da internet, causadas por esses incitadores do crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É nesse sentido que o Senador Renan indicia. Indiciamento não é condenação. Eles nem se tornaram réus.

Eu sou acusado de um monte de coisas, Senador Girão; eu não sou réu em ação nenhuma. Pode procurar, procure aí, ache uma ação em que eu seja réu. E eu sou atacado diuturnamente, mas eu não vim aqui para me vingar desse pessoal, não; eu vim aqui para fazer justiça. Tem gente que quer que enforque. Não, não há enforcamento. Por isso que ontem, quando nós fomos à reunião, eu... E aí a testemunha tinha dez Senadores na sala. Eu disse ao Senador Renan: "O que o senhor colocar, eu voto a favor, discordando, mas voto a favor, porque eu não vou quebrar a unidade do grupo". Discordar é uma coisa; votar contra é outra coisa. Eu disse: "Pode manter tudo, que eu voto a favor". O Tasso é testemunha disso.

Agora, o bom senso sempre prevaleceu. Por isso, Senador Girão, eu, infelizmente, tenho que negar o seu pedido, a sua questão de ordem em relação a esse pedido, para que sejam retirados esses nomes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente. Eu consultei V. Exa. antes do início desta sessão para que me fosse oportunizada a fala, no sentido de fazer uma manifestação em nome da Liderança do Governo. E disse a V. Exa. que poderia utilizar de aproximadamente 20 minutos. Fiz essa mesma consulta ao Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocar em votação, para que haja a anuência de todos, porque isso foi discutido ontem, e é justificável o seu pedido.

Em votação o pedido do Senador Fernando Bezerra, para que, em nome do Governo, possa se posicionar dentro desta CPI.

Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade, para que não digam que a gente está cerceando a defesa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, isso é um direito até de Líder. Ele não é Líder?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o direito de o Líder falar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, Senador Líder Fernando Bezerra, o senhor...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Agradeço – agradeço!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por 20 minutos o senhor tem a palavra, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Senadores.

Inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Fernando Bezerra. Aí, imediatamente, a palavra será dada ao Senador Renan Calheiros, para a leitura do relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Muito obrigado.

Inicialmente, expressamos nossa gratidão e reconhecimento a todos aqueles que vêm trabalhando e contribuindo para os esforços de enfrentamento à pandemia. Também manifestamos nosso profundo pesar pelas vidas que se foram e condolências àqueles que perderam seus entes queridos.

Encerrados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia da Covid-19, reconhecemos que toda e qualquer investigação é importante, em especial para contribuir no apontamento de dificuldades, para que no futuro elas não voltem a ocorrer, e isso inclui a contribuição para que:

- Ainda que num cenário de imprevisibilidade que marcou boa parte da pandemia, tenhamos a possibilidade de respostas mais rápidas na tomada de decisões;

- Um maior engajamento dos diversos setores e grupos de interesses relevantes, inclusive do ponto de vista federativo;

- A ampliação das medidas não farmacológicas de contenção da pandemia, bem como a melhoria de estratégias coordenadas de testagem da população, rastreamento e isolamento de casos;

- Mesmo que tenham funcionado, e isso fica claro com o simples dado de que não houve qualquer desembolso, o permanente aprimoramento de mecanismos de *compliance* no setor público, para evitar que oportunistas e aproveitadores atentem contra o patrimônio e o interesse público, além de mecanismos mais rigorosos que atestem a idoneidade de representantes, documentos e ofertas de vacinas e insumos recebidas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- O aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência e fiscalização de recursos públicos, para maior garantia da devida aplicação dos recursos federais destinados aos demais entes federativos, especialmente os montantes extraordinários, inibindo desvios e corrupção nas unidades federativas, algo que, mesmo com tantas evidências e operações da Polícia Federal e ações do Ministério Público, a Comissão, lamentavelmente, passou ao largo;

- A modernização do nosso marco legal, especialmente as normas sobre contratação de imunizantes e insumos, num contexto de insuficiência de oferta frente à demanda global, evitando a submissão do País a imposições abusivas e lesivas à Nação.

No entanto, os excessos de toda ordem e sobretudo as radicalizações e a ideologização que prestigiam a criminalização frustram a oportunidade de ampliar no relatório final os aperfeiçoamentos necessários para qualificar o enfrentamento do Estado brasileiro em caso de futuras emergências de saúde, como aqui experimentamos nesse período.

Um ato político não pode ensejar a criminalização de um Presidente da República de um país com mais de 200 milhões de habitantes. O Direito não pode ser utilizado como instrumento de política. Nesse sentido, ou se faz um relatório final técnico ou se elabora uma opinião comprometida politicamente. Não há como mesclar as duas coisas, ou seja, aparência de tecnicidade em um relatório ideológico. Impõe-se foco técnico, ausência de viés político e atuação dentro dos limites constitucionais na análise de todo o material probatório à disposição da CPI.

A presunção jurídica para a criminalização decorre da existência no mundo fático de um ato sobre o qual não pairem dúvidas quanto a sua existência jurídica e que esse seja diretamente imputável à pessoa do Presidente da República, praticado no exercício das suas funções de forma dolosa durante o seu mandato, o que absolutamente não ocorreu.

Norteado por essas premissas, em particular quanto às imputações contra o Presidente da República, resulta evidente, tanto no ordenamento jurídico interno como no âmbito internacional, que qualquer tentativa de imputar responsabilidade ao Presidente da República extrapola a interpretação sistemática dos princípios constitucionais e a legislação penal. Por maior esforço hermenêutico que se almeja realizar, não há elementos jurídicos que sustentem a criminalização do Presidente da República.

Cabe ressaltar que o papel da União na adoção de medidas de enfrentamento à pandemia da covid-19 passou a ser supletivo no planejamento e promoção das políticas públicas de defesa contra a calamidade, em face de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, referendando a competência de Estados e Municípios, com reflexos evidentes no plano legislativo e administrativo e também nos direitos fundamentais dos cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A tentativa de imputar o crime de responsabilidade contra o livre exercício dos direitos políticos, individuais e sociais se resume numa coletânea de matérias jornalísticas, muitas delas com claro viés ideológico, não em atos administrativos, decisões ou determinações oficiais.

A pretensão de caracterizar o crime de charlatanismo em razão das falas do Presidente não se sustenta, pois não houve nenhuma promessa de cura ou de uma solução infalível e tais manifestações se inserem integralmente na proteção constitucional da liberdade de expressão do pensamento. Em nenhuma ocasião em que houve participação do Presidente da República em eventos públicos, se mostra possível identificar o elemento dolo em sua conduta nem o viés de promover reuniões com o objetivo principal de causar o contágio da população.

O colapso na saúde ocorrida no Estado do Amazonas, mais especificamente em sua capital, Manaus, mostrou-se um episódio de força maior em face de uma cepa mais forte e contagiosa, que resultou numa acentuada demanda por oxigênio pela rede hospitalar e pela população. O sistema de saúde já estava estruturalmente debilitado, além de persistirem as já conhecidas dificuldades de logística na região.

A responsabilidade jurídica contratual para o fornecimento do oxigênio no Amazonas era exclusivamente da White Martins, que sequer foi ouvida por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Não houve qualquer omissão do Governo Federal no que diz respeito à crise de desabastecimento de oxigênio em Manaus.

Equipes do Ministério da Saúde e o próprio Ministro estiveram *in loco* para discutir a crise e propor soluções. O Comando Militar da Amazônia foi mobilizado para auxiliar na logística do transporte de oxigênio. Remessas de oxigênio foram enviadas e foi garantido o transporte seguro de pacientes para outras localidades.

Sequer se pode falar em demora ou omissão do Presidente da República em relação à aquisição da vacina da Pfizer. A história de negociação do contrato de compra e venda entre o Ministério da Saúde e a farmacêutica americana foi longa, por vezes difícil, mas nunca uma história de não negociação.

A exigência de cláusulas contratuais que afetavam a soberania brasileira inviabilizava juridicamente a imediata contratação, dado que as condições propostas pelo fornecedor eram totalmente incompatíveis com a legislação que disciplina as licitações e contratações públicas.

Neste ponto, lembramos editorial do jornal *New York Times* do dia 24 de abril de 2021, informando que a Pfizer buscou isenção de responsabilidade, demandou que governos empenhassem ativos nacionais, incluindo suas reservas bancárias, prédios de embaixadas e bases militares como garantia contra processos, condições que, na opinião do editorial, foram compreensivelmente recusadas por diversos países, o que reduziu o ritmo dos acordos e a exclusão de vários deles do processo de aquisição de vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As considerações acima, integrantes do parecer *pro bono* exarado pelo Professor Ives Gandra Martins, pela Professora Samantha Ribeiro Meyer, pelo Professor Adilson Abreu Dallari e pelo Professor Dircêo Torrecillas Ramos, professores de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, pretendiam unicamente contribuir com a elucidação dos fatos e a devida instrução dos autos, porém foram desconsideradas pelo Relator.

A investigação existe para apuração e esclarecimento de fatos, o que poderá determinar juridicamente a instauração ou não de um processo. O relatório final não pode ter natureza de verdadeira sentença. A subordinação aos fatos se impõe por dever. Os indícios apurados durante a investigação para o esclarecimento de fatos poderão determinar juridicamente a instauração ou não de um processo, cabendo às autoridades competentes os desdobramentos dos trabalhos da CPI. O juízo não sobressai das preferências do julgador em detrimento dos fatos nem se rende aos abusos movidos pelo mero capricho ou satisfação pessoal, como vimos em muitas sessões da CPI. Isenção e imparcialidade não podem ser meras figuras retóricas.

Repudiamos as conclusões fundamentadas em provas testemunhais hauridas em depoimentos em que se exigiam respostas do tipo "sim" ou "não" para perguntas complexas que partiam de premissas controversas, cujas respostas inegavelmente mereciam contextualização, ou mesmo em depoimentos que desabaram pelos caminhos do constrangimento e da vexação, que atacaram a honra, a dignidade e a história pessoal e profissional dos depoentes, em flagrante negligência aos direitos constitucionais que tanto prezamos.

A resposta governamental, as principais decisões, estruturas e fatores subjacentes que contribuíram para a extensão do impacto da pandemia precisam, sim, ser avaliadas, mas nunca com fundamento em premissas frágeis e juridicamente questionáveis, atropelando as garantias constitucionais, com evidente excesso de discricionariedade e desrespeito ao devido processo.

Nesse sentido, solicitamos ao Ministro da Saúde que enviasse notas informativas do Ministério da Saúde acerca do objeto investigado na CPI da Pandemia. A maioria das informações é de conhecimento público, já divulgadas pelos canais de comunicação e transparência do órgão. Os dados nelas contidos, objeto de análise e deliberação da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, são de conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito em resposta a inúmeros requerimentos aprovados. E eu vou entregar ao final, Sr. Relator, toda a coletânea das informações prestadas pelo Ministério da Saúde.

Trata-se de material imprescindível para o esclarecimento dos fatos, contendo informações oficiais e fidedignas relativas às ações do Ministério da Saúde que precisam ser consideradas no relatório final como parte fundamental do acervo probatório, razão pela qual entregamos cópias das mesmas ao Relator, reiterando seu conteúdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, incontáveis foram as medidas de enfrentamento adotadas pelo Governo Federal em resposta à situação de emergência, visando salvaguardar os serviços públicos essenciais em favor de todo o conjunto da população, tanto no contexto da resposta contínua à pandemia como também para a recuperação do País frente aos impactos causados pela covid-19.

Nesse sentido, foi fundamental o papel do Congresso Nacional no aperfeiçoamento legislativo para viabilizar a implementação dessas medidas de enfrentamento, bem como em razão das inúmeras iniciativas dos Congressistas, que, com o apoio do Governo Federal puderam ser efetivamente implementadas em resposta à situação de emergência em saúde.

O programa nacional de imunização contra a covid-19 continua em ritmo acelerado no Brasil, o que tem resultado numa melhora geral no cenário epidemiológico brasileiro. Já contabilizamos mais de 151 milhões de pessoas vacinadas com ao menos uma dose. Estamos à frente de países como os Estados Unidos, que são produtores de imunizantes contra a covid-19, além de estarmos à frente da Alemanha, México, Índia, África do Sul e Rússia. São quase 111 milhões de brasileiros completamente vacinados, isto é, com duas doses ou dose única já recebidas. No total, são mais de 262 milhões de doses aplicadas em todo o Brasil, e 320 milhões de doses distribuídas aos Estados.

Para o ano de 2022, o Governo Federal vai disponibilizar à população brasileira mais de 354 milhões de imunizantes, com um investimento estimado em R$11 bilhões.

O Brasil hoje tem mais de 21 milhões de pessoas recuperadas da doença, sendo estatisticamente um dos países que mais cura no mundo.

Ao longo da pandemia, os repasses do Governo Federal somaram aproximadamente R$600 bilhões investidos em ações previstas no programa federativo de enfrentamento ao coronavírus, dentre as quais: o Auxílio Financeiro Emergencial, um benefício pago diretamente às pessoas em situação de vulnerabilidade num montante de R$382 bilhões; o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, com R$51 bilhões investidos; o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Pronampe, no montante de R$28 bilhões; e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, com mais R$20 bilhões.

A atuação direta do Governo Federal resultou em comida na mesa em mais de 68 milhões de lares, e a preservação de milhões de empregos e empresas, em especial de micro e pequeno porte. Infelizmente, a apuração de desvios na aplicação de parte desses recursos federais repassados para Estados e Municípios, ainda que tenha recebido o apoio de 43 Senadores desta Casa, não recebeu a devida atenção do grupo majoritário da CPI, que parece ter se distanciado desse objeto da investigação.

O conjunto de iniciativas do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, seja de enfrentamento à covid-19, seja de manutenção da saúde da economia, dos empregos e do nível da atividade diante dos impactos trazidos pela pandemia, permitiu combater a crise sanitária em todas as suas faces. Os reflexos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já são observados na economia. Os últimos números divulgados pelo Caged apontam que o Brasil abriu 372.265 vagas de emprego com carteira assinada em agosto, no oitavo mês consecutivo de saldo positivo. No acumulado até agosto, o saldo na criação de empregos formais é positivo em 2,2 milhões de vagas, crescimento observado em todos os setores e nas cinco regiões brasileiras.

Além disso, o desempenho recente dos indicadores econômicos de atividade tem mantido as previsões de crescimento do PIB para este ano próximas dos 5%. Enfim, trata-se de um conjunto de ações para permitir o retorno seguro dos brasileiros ao trabalho no menor prazo possível.

A experiência aponta que as repercussões da pandemia foram diferentes em diferentes momentos: alguns países que se saíram melhor do que outros nos primeiros meses da pandemia tiveram subsequentemente mais mortes e vice-versa.

Ante o exposto, manifestamos a nossa discordância quanto às conclusões do relatório final e rechaçamos, em particular, as tentativas de criminalização do Presidente da República, contra quem não há comprovação de recebimento de qualquer vantagem indevida ou de autoria e materialidade de crimes.

O papel constitucional da Comissão Parlamentar de Inquérito é próprio do regime democrático que vivemos. Entretanto, a despeito da relevância de seu papel histórico, a CPI da Pandemia falhou em exercer seu mister constitucional, pois, no lugar de cumprir sua finalidade, a CPI se transformou numa empreitada para perseguir, sem legitimidade e sem fundamentos fáticos e jurídicos, o Presidente da República e seus principais colaboradores.

Embora tenham amplos poderes de investigação, autonomia e uma natureza jurídico-política, as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem se distanciar de seus preceitos constitucionais fundamentais e devem assegurar o contraditório e a ampla defesa, princípios inalienáveis do Estado democrático de direito, de tal modo que todos os seus atos sejam norteados por essas premissas, evitando assim o acobertamento de abusividades e ilegalidades sob o manto de ato político, na esteira da perigosa máxima de que os fins justificam os meios.

Sr. Presidente, para encerrar, o relatório final, enfim, perdeu a oportunidade de considerar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Concedo mais um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado. Já estou na conclusão.

O relatório final, enfim, perdeu a oportunidade de considerar os resultados positivos alcançados pelo Brasil no enfrentamento da pandemia. Ainda que tais ações possam ser aperfeiçoadas, a partir das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lições cruciais aprendidas nesse período único de nossa história, poderíamos melhor nos preparar, enquanto Nação, para lidar com os desafios futuros.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa., Senador Fernando Bezerra, e agradeço, inclusive, o compartilhamento das informações do Ministério da Saúde, que, Sr. Relator, pelo menos chegam agora, porque, durante toda a Comissão Parlamentar de Inquérito, o Ministério da Saúde negligenciou o compartilhamento de informações com esta CPI, mesmo sendo requisitadas várias vezes. Pelo menos, no final, as informações chegam.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Antes de passar para o Sr. Relator, quero só fazer aqui um rápido registro: desde março de 2020, o Portal e-Cidadania recebeu centenas de ideias legislativas relacionadas à CPI e mobilizadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. São centenas de ideias legislativas relacionadas ao drama da pandemia que todos nós brasileiros e brasileiras vivemos. Essas ideias legislativas vão ser encaminhadas ao Sr. Relator também.

Quero só agradecer a todos os internautas, a todos que acompanharam o Portal e-Cidadania e que apresentaram propostas como as do tipo reforço escolar para alunos com lacunas educacionais após a pandemia da covid; Centro Integrado de Serviço de Saúde e Assistência Social para as Vítimas da Covid; capacitação regulamentar dos centros de convivência e cooperativas para tratamento pós-covid; ensino sobre a história e os cuidados durante uma pandemia; perdão dos contratos do Fies com contratos vigentes de 2010 a 2020, tendo em vista a pandemia; inclusão da disciplina Noções Básicas de Microbiologia e Higiene no ensino básico; criação de um sistema de rádio e TV nas escolas públicas do Brasil; adaptação das universidades federais ao ensino a distância; regulamentação do ensino remoto como terceira modalidade de ensino.

Então, passamos ao Sr. Relator as contribuições que vieram do Portal e-Cidadania como sugestões legislativas. Como a leitura do relatório ocorrerá no dia de hoje, então haverá tempo até para ser apensada, incorporada alguma dessas sugestões ao relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os demais... Os senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, as Sras. e Srs. Senadores receberão também da Secretaria da CPI essas sugestões legislativas que foram encaminhadas neste momento ao Sr. Relator.

Diante disso, agora, finalmente, passo a palavra ao Sr. Relator, o Senador Renan Calheiros, para proceder à leitura do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, a CPI da Pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Relator, a palavra está com V. Exa. pelo tempo que for necessário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu tentarei ser sucinto o máximo possível, fazendo uma síntese deste relatório, que, como todos sabem, foi feito a muitas mãos e chega a quase 1,2 mil páginas.

No dia 27 de abril de 2021, quando a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia foi instalada, o Brasil contabilizava 14.369.423 casos de covid. Desses, 391.936 pessoas foram a óbito. O coeficiente de letalidade era de 2,73%, superior, portanto, à média nacional, que era de 2,1%. Naquela data, tínhamos 1.832 óbitos por milhão de habitantes, o que colocava o Brasil em 14º lugar do mundo nesse quesito.

Na data em que esta proposta de relatório... E continua, para que todos saibam, sendo apenas uma proposta de relatório, apesar do esforço que todos nós fizemos ontem, convidados pelo Senador Tasso Jereissati para conversar um pouco sobre os diferentes aspectos contidos nessa proposta, eu queria começar falando dos avanços que nós verificamos. Graças aos esforços de todos e à condução do Senador Tasso Jereissati, nós procedemos, de antemão, a algumas alterações.

Retiramos o crime de homicídio e nos rendemos aos argumentos técnicos e indiscutíveis do Senador Alessandro Vieira. Eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que a posição do Alessandro, tecnicamente defensável, é a posição deste Relator e desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós estamos retirando o crime de homicídio.

Retomarei a leitura.

Na oportunidade, nós sugerimos a caracterização da forma qualificada do crime de epidemia com resultado morte, art. 267, que pode se dar – foi a discussão que se verificou, muito boa por sinal – de forma culposa como também de forma dolosa, e retiramos o crime de genocídio contra indígenas. Havia, evidentemente, que dúvidas com relação à caracterização da conduta e à conceituação do próprio crime, e, em seu lugar, a Comissão decidiu que nós indiciaríamos o Senhor Presidente da República por mais um crime contra a humanidade, desta vez contra indígenas. E retiramos também, em comum acordo, o nome do Pastor Silas Malafaia da relação daqueles cujos indiciamentos serão propostos pela Comissão Parlamentar de Inquérito para a continuidade da investigação no Poder Judiciário e na Procuradoria-Geral da República.

Na data em que esta proposta de relatório foi elaborada, menos de seis meses depois, os números estão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, completamente mudados. A quantidade de casos confirmados cresceu 50,6%, chegando a 21.644.464. O número de óbitos cresceu proporcionalmente ainda mais, com 53,9% de aumento, alcançando 603.521 óbitos no total. O número de óbitos por milhão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de habitantes também subiu: foram 53,9% de acréscimo no período, fazendo o número saltar para 2.819 óbitos por milhão de habitantes. E a posição relativa do País, que era a 14ª no mundo, subiu para a vergonhosa e indesejável 7ª colocação.

Esses dados mostram a relevância estratégica da CPI da Pandemia, que buscou identificar as responsabilidades e apontar falhas no enfrentamento à pandemia, que, no caso do Brasil, saltam aos olhos mais desatentos, tamanha a magnitude dos números a demonstrar o descontrole da doença em nosso Território.

Após seis meses de intensos trabalhos, esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia colheu elementos de prova que demonstraram sobejamente que o Governo Federal foi omisso e optou por agir de forma não técnica e desidiosa no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, expondo deliberadamente a população a risco concreto de infecção em massa. Comprovaram-se a existência de um gabinete paralelo, a intenção de imunizar a população por meio da contaminação natural, a priorização de um tratamento precoce sem amparo científico de eficácia, o desestímulo ao uso de medidas não farmacológicas. Paralelamente, houve deliberado atraso na aquisição de imunizantes, em evidente descaso com a vida das pessoas. Com esse comportamento, o Governo Federal, que tinha o dever legal de agir, assentiu na morte de brasileiras e brasileiros.

Identificou-se que o gabinete paralelo era composto por médicos, políticos e empresários. O grupo, que não tinha investidura formal em cargos públicos, prestava orientações ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República sobre o modo como a pandemia da covid-19 deveria ser enfrentada e participava de decisões sobre políticas públicas, sem que fossem observadas as orientações técnicas do Ministério da Saúde. O fato de não integrarem os quadros da administração pública, além de atrapalhar o planejamento e a execução dos trabalhos de combate à covid-19, servia para ocultá-los e dificultava sua responsabilização pelos atos praticados.

A CPI também pôde concluir que um dos principais objetivos do gabinete paralelo era o aconselhamento do Presidente da República para que fosse atingida a imunidade de rebanho pela contaminação natural no Brasil. Essa estratégia levou o Presidente Jair Bolsonaro, por um lado, a resistir obstinadamente à implementação de medidas não farmacológicas, tais como o uso de máscara e o distanciamento social e, sobretudo, a não conferir celeridade na compra de imunizantes, mas, em sentido oposto, a dar ênfase à cura via medicamentos, por meio do chamado "tratamento precoce".

Visando ao atingimento da imunidade de rebanho pela contaminação, Senador Rogério Carvalho, o Governo Federal, em particular o Presidente Jair Messias Bolsonaro, com o uso da máquina pública, de maneira frequente e reiterada, estimulou a população brasileira a seguir normalmente com sua rotina, sem alertar para as cautelas necessárias, apesar de toda a informação disponível apontando o alto risco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa estratégia. A ênfase do Governo foi em proteger e preservar a economia, bem como em incentivar a manutenção das atividades comerciais, inclusive, com propaganda oficial apregoando que o Brasil não poderia parar.

Outra bandeira do Governo Federal, durante a mais grave crise sanitária que assolou o País, Senador Fernando Bezerra, com a chegada da covid-19, foi a defesa incondicional e reiterada do uso da cloroquina e da hidroxicloroquina, bem como de outros fármacos, como a ivermectina e a azitromicina, mesmo após estudos científicos, a OMS e outras autoridades sanitárias em todo o mundo demonstrarem a ineficácia desse tratamento. Tal defesa permaneceu, inclusive, no decorrer de 2021, quando o mundo já abandonara tal tratamento desde meados de 2020, até mesmo na recente exposição do Presidente na Assembleia Geral das Nações Unidas. Atuando assim, a opção levada a cabo sobretudo pelo Chefe do Executivo federal contribuiu para a aterradora tragédia na qual centenas de milhares de brasileiros foram sacrificados e outras dezenas de milhões foram contaminados, muitos ainda sequelados.

Especialistas internacionais concordam sobre o fracasso e a incapacidade do Presidente brasileiro em lidar com a pandemia. Com efeito, a insistência no tratamento precoce em detrimento da vacinação aponta para o Presidente da República como o principal responsável pelos erros de Governo cometidos durante a pandemia da covid-19, já que foi corretamente informado e orientado pelo Ministério da Saúde, e mesmo assim agiu em contrariedade à orientação técnica, desprezando qualquer alerta que se contrapusesse a suas ideias sem fundamento científico, ou simplesmente demitindo os técnicos responsáveis por esses alertas.

A veiculação de notícias falsas, as conhecidas *fake news*, contribuíram para que o objetivo negacionista fosse alcançado. Nesse ponto, a Comissão Parlamentar de Inquérito apurou que não apenas houve omissão dos órgãos oficiais de comunicação, no combate aos boatos e à desinformação, como também existiu forte atuação da cúpula do Governo, em especial do Presidente da República, no fomento à disseminação de *fake news,* que, pelo que observou esta Comissão Parlamentar de Inquérito, também mata e matou no Brasil muitas pessoas, cujas mortes poderiam ter sido evitadas.

As notícias falsas relacionadas ao novo coronavírus envolveram diversos tópicos, como a origem do vírus, com ataques xenófobos à China; a oposição infundada ao isolamento social; a divulgação de que o Supremo Tribunal Federal teria proibido o Governo Federal de atuar no combate à pandemia; o incentivo ao tratamento precoce; a desinformação sobre o número de mortes pela covid-19; a contestação sobre a eficácia do uso de máscaras; e, por fim, a propaganda antivacina.

As consequências dessas ações, como todos acompanharam – e esta Comissão Parlamentar de Inquérito verificou muito mais –, foram trágicas. A propagação das notícias falsas gerou um clima de desconfiança na população, incentivou as pessoas a agirem com leviana normalidade, fato que gerou uma exposição perigosa e desnecessária ao novo coronavírus e, consequentemente, contribuiu para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perda de vidas adicionais durante a pandemia. A falsa sensação de segurança desencadeada por informações inverídicas contribuiu, Senador Randolfe Rodrigues, decisivamente para o aumento do número de infectados e mortes.

Além disso, Senador Humberto Costa, não se verificou articulação do Governo Federal com Estados, Distrito Federal e Municípios para planejamento de ações de aquisição de insumos estratégicos e para elaboração dos planos tático-operacionais. Não foram minimizados riscos de desabastecimento, de perda de produtos por expiração de prazo de validade, de aquisição de materiais desnecessários ou em quantidades superiores às necessárias. Ao contrário, o Governo Federal editou inúmeras normas relacionadas à covid-19 em 2020 que apontaram para uma estratégia de propagação do vírus conduzida de forma sistemática pelo Executivo federal, seguidas, Srs. Senadores, por tentativas de resistência dos demais Poderes e entes federativos.

O caso mais emblemático de interferência do poder central talvez tenha sido a edição da Medida Provisória 926, que buscou alterar a Lei 13.979, de 2020. Por meio dessa medida provisória, buscou-se atribuir ao Presidente da República a competência para dispor sobre os serviços públicos e atividades essenciais por meio de decreto, numa tentativa de redistribuição de poderes de polícia sanitária... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Colegas Senadores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu me permitirei fazer a leitura tão logo tenhamos restaurado o silêncio aqui na sala.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Eu queria pedir atenção do Plenário para garantir a exposição do relatório do Senador Renan Calheiros. O momento mais importante desta Comissão Parlamentar de Inquérito é a entrega do trabalho final. Então, eu peço gentilmente às Sras. e aos Srs. Senadores a atenção devida, ao mesmo tempo peço para aqueles que estão acompanhando a atenção devida para a conclusão da leitura do relatório.

Garantido, Sr. Relator. Pode prosseguir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Repetindo, o caso mais emblemático de interferência do poder central talvez tenha sido a edição da Medida Provisória 926, que buscou alterar a Lei 13.979, de 2020. Por meio dessa medida provisória, buscou-se atribuir ao Presidente da República a responsabilidade, a competência para dispor sobre os serviços públicos e atividades essenciais por meio de decreto, numa tentativa de redistribuição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderes de polícia sanitária em prol da União. A tentativa, todavia, não logrou êxito, pois o Supremo Tribunal Federal concedeu liminar assegurando a competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e Municípios para a tomada de providências normativas e administrativas.

Ademais, houve, Srs. Senadores, enfraquecimento da função de comunicação com o público em geral, com o embaçamento da transparência e o fim das entrevistas coletivas de imprensa diárias, previstas no próprio Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus, que serviram de canal de mensagens esclarecedoras e informativas. A disseminação de informações oportunas, precisas e acessíveis ao público é determinante, é insubstituível para a gestão da crise.

A ausência de uma política nacional de testagem impediu o adequado monitoramento da evolução da doença na sociedade com as consequências daí decorrentes. A falta de planos tático-operacionais demonstra a inexistência de um planejamento do Ministério da Saúde minimamente detalhado para o combate à pandemia. Até meados de maio de 2021, o País não contava com uma estratégia bem delineada para a realização de testes de detecção e triagem da covid-19.

O TCU reconheceu a inoperância, a inefetividade e a falta de planejamento do Governo Federal na área da saúde pública no que se refere ao combate à covid-19.

Para agravar o quadro, Senador Randolfe Rodrigues, sobejaram evidências significativas de que o Governo Federal desestimulou a população a adotar medidas não farmacológicas para evitar a infecção pelo vírus. O Presidente da República repetidamente incentivou a população a não seguir a política de distanciamento social; opôs-se de maneira reiterada ao uso de máscaras; convocou, promoveu e participou de aglomerações; e procurou desqualificar as vacinas contra a covid-19. Essa estratégia, na verdade, atrelada à ideia de que o contágio natural induziria a imunidade coletiva, visava exclusivamente à retomada das atividades econômicas.

As consequências dessa estratégia macabra foram mensuradas pela ciência. Se as medidas não farmacológicas tivessem sido aplicadas de forma sistemática no País, poderiam ter reduzido os níveis de transmissão da covid-19 em cerca de 40%, o que significa que 120 mil vidas poderiam ter sido salvas até o final de março de 2021.

A mais grave omissão do Governo Federal foi o atraso deliberado na compra de vacinas. Realizadas as oitivas de investigados e testemunhas que atuaram em cargos estratégicos do Governo Federal ou que colaboravam paralelamente com o Presidente Bolsonaro, de representantes das desenvolvedoras de imunizantes, bem como de especialistas na área de saúde, foi possível, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, concluir que a aquisição de imunizantes deveria ter figurado como a principal providência no processo de prevenção à disseminação do novo coronavírus e, consequentemente, de proteção à saúde das pessoas, mas, infelizmente, essa medida, e tantas outras, foi negligenciada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dada a curva exponencial de infecções pelo novo coronavírus, o ritmo de vacinação, é, portanto, fator importante para combater a pandemia e minimizar novas ondas. O atraso na compra e obtenção de vacinas pelo Governo Federal e a imposição de escassez à sociedade, com várias interrupções na vacinação, conforme observado por todo o ano de 2021, foi fator que contribuiu, Senador Girão, infelizmente, decisivamente para o alto índice de novos casos e de mortalidade no País, assim como facilitou o alastramento de novas variantes.

As apurações feitas pela Comissão revelaram que, durante a gestão do ex-Ministro da Saúde, General Eduardo Pazuello, e do ex-Secretário-Executivo do Ministério, Coronel Elcio Franco, foram feitas as primeiras ofertas de aquisição preferencial de vacinas, com destaques para o imunizante CoronaVac, da empresa Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan, e o da Pfizer. Não obstante, as tratativas e as conclusões das negociações do Governo Federal sofreram injustificável e intencional atraso, o que impactou diretamente na compra das vacinas e no cronograma de imunização da população. As provas desses episódios que estamos descrevendo aqui, Senador Tasso Jereissati, foram veiculadas, repetidas, ao longo de toda a investigação.

O Brasil poderia ter sido o primeiro país do mundo a começar a vacinação – ouvimos isso do representante do Butantan –, junto com o Reino Unido.

Apurou-se que, no início do desenvolvimento das vacinas, o Governo Federal centralizou sua atenção na vacina AstraZeneca, em vez de ampliar suas opções para outros imunizantes, como a CoronaVac, que tinha o Butantan como parceiro, a Pfizer, que tinha uma estrutura promissora para a produção de grande quantitativo de vacinas, a Janssen, que detinha a tecnologia de dose única, entre outros. Demais disso, os trabalhos desta CPI revelaram que a aquisição de imunizantes não foi uma prioridade. De fato, verificou-se demora na conclusão dos contratos de compra de imunizante, falta de iniciativa do Governo Federal em ajustar a legislação para permitir a aquisição e o uso das vacinas. Essa atuação negligente apenas reforça que se priorizou a cura via medicamentos, pelo tratamento precoce, e não a prevenção pela imunização, e optou-se pela exposição da população ao vírus para que fosse atingida mais rapidamente a imunidade natural, a imunidade coletiva, a imunidade de rebanho.

As consequências dessa estratégia também foram avaliadas pela ciência. Três estudos estimaram que 12.663 pessoas com 60 anos ou mais de idade não teriam falecido nos meses de março, abril e maio de 2021 caso o Ministério da Saúde tivesse contratado, em agosto de 2020, os 70 milhões de doses da vacina Pfizer.

Restou claro, nas sucessivas comunicações diplomáticas a que teve acesso esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o erro de estratégia cometido pela gestão de Pazuello e de Ernesto Araújo – falta de prioridade dada para a vacinação e a aposta em medicamentos como cloroquina e hidroxicloroquina –, o que contrasta com a postura quase desesperada em 2021 da nova gestão Queiroga e Carlos Alberto França, dada a segunda onda e o aumento de casos e mortes, em busca de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas e insumos para produção de vacinas, assim como o pedido de aumento da cobertura populacional na Covax Facility.

Todos sabem que o Governo, quando a OMS ofereceu a possibilidade de comprar, através do consórcio Covax Facility, imunizantes para o equivalente a 50% da população brasileira, na reta final, o Governo brasileiro optou pela compra de 10% desses imunizantes. Quando aqui esteve o Ministro da Saúde, nós revelamos e perguntamos o porquê, e ele não respondeu. Quando de um telefonema e de uma mensagem mandada à OMS pedindo para estender esse percentual de imunizante, ele aproveitou a oportunidade – agora, já recentemente – e ainda teve a cara de pau de oferecer à OMS um produto brasileiro de cura da vacina, exatamente o tratamento precoce, que estava sendo levado a efeito em alguns laboratórios com humanos, como, inclusive, pela Prevent Senior.

Restou claro, nas sucessivas comunicações diplomáticas a que teve acesso a CPI, o erro de estratégia cometido pela gestão Pazuello e Ernesto Araújo. O erro de estratégia custou caro ao País, conforme estudo do Ipea recebido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O Brasil, Senador Eduardo Braga, registrou, em 2020, em proporção de sua população total, mais mortes por covid-19 do que 89,3% dos demais 178 países, com dados compilados pela Organização Mundial de Saúde. Quando a comparação é ajustada, Senador Otto Alencar, a distribuição populacional por faixa etária e sexo com cada país, o resultado brasileiro, Senador Humberto, se torna pior – infelizmente, pior – que os de 94,9% dos mesmos 178 países.

O caso específico do Estado do Amazonas mereceu especial atenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Diante das provas colhidas, foi possível observar que, na primeira onda da pandemia, os sistemas de saúde do Amazonas evidenciaram dificuldades de resposta à covid-19, os leitos de UTI alcançaram a quase totalidade de ocupação e houve um descaso comprovado, com a participação de autoridades estaduais, inclusive com a participação também do sistema funerário daquele Estado.

Além disso, apurou-se que, passadas as festividades de Natal de 2020, já era possível antever uma segunda onda do novo coronavírus. No entanto, o Ministério da Saúde somente enviou uma equipe ao Estado no início de janeiro de 2021, quando houve nova duplicação de internações.

Ademais, não foram encontradas evidências da adoção de medidas para abrandar o previsível colapso do sistema de saúde local, mesmo tendo havido solicitação do Secretário de Saúde do próprio Amazonas ao Ministério da Saúde no dia 30 de dezembro, solicitando o envio da Força Nacional do SUS, para aumento no monitoramento e orientação técnica.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito se debruçou sobre a investigação desse assunto e concluirá pelo indiciamento de muitos desses investigados. O Governo Federal tinha ciência da alta probabilidade de colapso do sistema de saúde amazonense, inclusive com carência de insumos necessários ao funcionamento das atividades hospitalares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Surpreende, todavia, Srs. Senadores, que a pasta da Saúde tenha optado por adotar orientações de intervenção precoce para covid-19 para lidar com o então caos sanitário, a despeito da inexistência de lastro científico que justificasse a sua adoção como política pública prioritária.

Essas ações e omissões revelaram que, a um só tempo, o povo amazonense foi deixado à própria sorte e serviu de cobaia para experimentos desumanos.

Outra descoberta da Comissão Parlamentar de Inquérito foi a existência de diversas irregularidades e crimes envolvendo a aquisição de vacinas, o que, Senador Omar Aziz, descortinou um esquema de corrupção nunca visto dentro do Ministério da Saúde. Para além da criminosa negligência quanto à proteção da vida e da saúde dos brasileiros, havia interesses escusos permeando as ações de autoridades federais durante a pandemia.

O processo de compra da vacina Covaxin foi o primeiro que chamou a atenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito, pois apresentou, Srs. Senadores, vários vícios, mas, curiosamente, foi marcado pela celeridade exigida pelo então Secretário Executivo Elcio Franco, tanto nas tratativas, como na conclusão, feitas com uma empresa intermediária, a Precisa Comercialização de Medicamentos, o que contrastou com o desinteresse e a falta de urgência na contratação das vacinas da Pfizer, Moderna, Janssen e CoronaVac, mais baratas e com procedimentos de segurança e eficácia mais transparentes. Ou seja, na prática e em português claro, o Governo optou por comprar vacina a atravessadores sem controle rígido de *compliance*, enquanto as empresas farmacêuticas renomadas no Brasil e internacionalmente que tinham rígidos filtros de *compliance* era colocadas de lado para favorecer a negociação com esses atravessadores e aproveitadores.

A primeira denúncia de irregularidade relacionada à Covaxin foi feita por um funcionário de carreira do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Miranda, e por seu irmão, Luis Miranda. Eles informaram que Luis Ricardo vinha sofrendo pressão atípica dos seus superiores imediatos, Roberto Ferreira Dias e Alex Lial Marinho, para liberar uma licença de importação de parte do imunizante Covaxin, numa operação, que não estava contida no contrato, de adiantamento de US$45 milhões.

Os vícios identificados no processo chamaram a atenção, sobretudo por se tratar de uma contratação pública que totalizava exatamente R$1,614 bilhão.

Entre algumas falhas graves, verificou-se ausência de estimativa de preços ou de justificativa para a sua dispensa; conclusão do termo de referência (TR) e elaboração do estudo técnico preliminar após a assinatura do contrato; publicação de ratificação de dispensa de licitação sem que o TR houvesse sido concluído, sem ato formal de reconhecimento e ratificação, e antes do parecer jurídico; documentos de habilitação do laboratório Bharat Biotech com indícios de adulteração e juntada posterior à assinatura do contrato das traduções juramentadas; entre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O preço contratado de US$15 por dose da vacina também chamou a atenção. Isso porque, no final de agosto de 2020, o Embaixador brasileiro mencionou que a Covaxin era uma vacina que custaria US$1,34 a dose e, no início de janeiro de 2021, no mês anterior à assinatura do contrato, Senador Omar, a relações públicas da empresa Bharat afirmou que a dose da Covaxin custaria menos do que "uma garrafa de água". Mais tarde, em reunião entre o Ministério da Saúde e a Precisa Medicamentos, mencionou-se o preço de US$10 por dose de vacina.

Outro ponto que se mostrou incompatível com um contrato bilionário de vacinas foi a quantidade de erros existentes na *invoice* – espécie de nota fiscal – entregue ao Ministério da Saúde para a concretização da importação do imunizante. Esse documento apresentava diversos erros: quantidade de vacinas, pagamento 100% adiantado, pagamento do frete e seguro pelo Ministério, pagamento a empresa *offshore* em paraíso fiscal totalmente estranha ao contrato, erro no IFSC. Essas irregularidades foram levadas ao conhecimento do Presidente da República pelo Deputado Luis Miranda, mas o Presidente da República, mesmo apontando o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Ricardo Barros, como responsável pelas irregularidades, prometeu acionar a polícia, e não acionou; prometeu acionar o Ministério da Saúde, e não acionou.

Com o avanço dos trabalhos da CPI ainda foi possível revelar que a Precisa falsificou documentos que instruíram o processo de aquisição das vacinas, entregando documentos falsos montados a partir de documentos verdadeiros, com erros de ortografia, de conteúdo e combinação de trechos entre português e inglês. A própria Bharat negou ter elaborado tais documentos.

Somente a isso...

A empresa intermediária entregou, somando a isso, ao Ministério da Saúde documentos traduzidos, erroneamente de forma proposital, do inglês para o português, a fim de ampliar os limites da representação que lhe foi conferida pela própria desenvolvedora indiana de vacinas.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é no mínimo curioso que o Ministério tenha fechado um contrato bilionário com a Precisa. Essa empresa já havia cometido irregularidades na contratação de testes IgG e IgM com o Governo do Distrito Federal. Ademais, uma sócia quotista, a empresa Global Gestão em Saúde S.A, já havia dado um calote no Ministério da Saúde de quase R$20 milhões poucos anos antes, envolvendo medicamentos de alto custo nessa negociata, nessa transação que contou também com a participação do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Ricardo Barros, na época ainda ocupando a cadeira do Ministério da Saúde.

O esquema Precisa-Covaxin apresenta as mesmas características do esquema global: benefício a uma empresa intermediária – que tem a Global em seu quadro societário –, uso de documentos falsos no processo de compra, tentativa de recebimento de pagamento antecipado, *invoice* com informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

erradas, conflito com as regas regulatórias da Anvisa, e, novamente, o nome de Ricardo Barros, conforme informou o Deputado Luis Miranda na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Modelo análogo de intermediação foi observado, ainda, na relação entre a empresa Belcher Medicamentos e o Ministério da Saúde quanto ao imunizante da CanSino. Entre o pedido inicial de audiência ao Ministro Marcelo Queiroga em 12 de maio de 2021 e a expedição do documento de intenção de compra de 60 milhões de doses pelo Ministério da Saúde, em 4 de junho do mesmo ano, decorreram apenas 23 dias, o que destoa, Senador Omar, do passo lento nas negociações das vacinas da Pfizer e do Butantan. Tanto no caso Covaxin quanto no caso CanSino, as aquisições só foram formalmente canceladas após os laboratórios descredenciarem as intermediárias por inidoneidade e depois de os fatos terem sido denunciados aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. A CPI evitou a corrupção na compra de R$6 bilhões na vacina da CanSino e de R$1,6 bilhão na Covaxin.

Nunca é demais lembrar – e me permita fazê-lo, Senador Tasso –, que, no dia 6 de março, já com o contrato para a aquisição da Covaxin da Bharat Biotech com a Precisa vencidos em suas etapas iniciais, depois das várias tentativas de fraude dos documentos, o Governo brasileiro pediu, através do Ministro da Saúde e do Secretário-Executivo a quem caberia toda a tratativa de aquisição de vacina, um contrato adicional com a Precisa Bharat Biotech de mais 50 milhões de doses de vacina pelas mesmas condições.

Os indícios apontam que Roberto Ferreira Dias, então Diretor de Logística do Ministério da Saúde, teria pedido propina para facilitar a negociação de vacinas oferecidas por um mercado secundário cheio de atravessadores: Luiz Paulo Dominguetti, Cristiano Carvalho, Rafael Alves, José Odilon, Marcelo Blanco, empresa Davati, Reverendo Amilton de Paula, entre tantos outros que estiveram aqui depondo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Entre outras possíveis irregularidades, Senador Omar Aziz, cometidas pelo então Diretor de Logística, Roberto Ferreira Dias, com indícios de um esquema de corrupção, também estaria a autorização de pagamento que teria contrariado parecer da área técnica do Ministério da Saúde e gerado benefício financeiro irregular à empresa VTCLog. Pelos métodos propostos pelos técnicos, o reajuste devido seria de R$1 milhão. Roberto Dias, no entanto, ao final, fez uma contraproposta – um "meio termo" – e aceitou pagar R$18,9 milhões a mais do que o valor originalmente contratado.

Cabe indagar de que forma seria possível considerar vantajosa para a administração, sob qualquer aspecto, a aceitação de um "meio termo" que resultaria em alterações dos termos originais do contrato, para atender ao pleito apresentado pela empresa contratada, sem a devida análise técnica capaz de fornecer qualquer embasamento para a alteração cogitada.

Ao analisar os documentos do processo licitatório que resultou no contrato com a VTCLog, a CPI identificou a presença de uma série de indícios que demonstram a possível ocorrência do chamado "jogo de planilha", artifício utilizado para possibilitar que um licitante vença o certame de maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparentemente legal e, posteriormente, ao longo da execução contratual, passe a manipular preços unitários com o intuito de aumentar demasiadamente o valor do contrato, mediante termos aditivos, em prejuízo ao Erário. Não se pode descartar corrupção para funcionários permitirem tal jogo, e isso se verificou aqui.

Mais tarde, Srs. Senadores, por meio da quebra de sigilo bancário, identificaram-se saques de vultosas quantias em dinheiro feitas por empregado da VTCLog, supostamente para pagamento de boletos e fornecedores, sem nenhuma explicação que justifique não se utilizar o sistema de pagamentos eletrônico amplamente disponível no Brasil. O uso desse artifício aponta para a tentativa de ocultar a destinação do dinheiro, que, provavelmente, serviu para o pagamento de propina. Verificou-se, ainda na investigação, também que boletos do Sr. Roberto Ferreira Dias foram pagos pela VTCLog com dinheiro proveniente desses saques nos bancos, o que constitui sério indício de corrupção nas transações entre o Ministério da Saúde...

As informações recebidas pela CPI sobre o impacto da pandemia nos povos indígenas também são preocupantes. Denúncias sobre a ocorrência de crimes contra a humanidade, já colocados aqui, praticados contra povos indígenas começaram a surgir ainda em 2019, e fatos trazidos à CPI durante a pandemia constituem indícios fortes de que esses crimes estejam, de fato, em curso. Especialistas em saúde, demógrafos e renomados juristas trazem dados que respaldam verdadeiramente essa imputação.

Não é segredo que o Governo Federal praticou atos deliberadamente voltados contra os direitos dos indígenas. Somou, à retórica anti-indigenista que o Presidente da República já difundia desde os tempos de seus mandatos como Deputado Federal, a promessa feita por ele de não demarcar mais terras indígenas durante seu Governo. Empossado, Senador Fernando Bezerra, atuou para erodir as garantias constitucionais e legais que protegem os indígenas, além de instigar invasores, num assédio constante. Quando a pandemia chegou, o vírus foi mais uma arma, a mais mortífera, nessa campanha que já estava em curso.

A imprensa esta semana lembrou que, ainda como Deputado Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República fez repetidamente declarações de que os brasileiros historicamente foram incompetentes na dizimação dos indígenas e que esta obra teria que ser refeita para ser completada.

O Governo se recusou a fornecer insumos vitais, como a água, e usou a pouca assistência oferecida como álibi para tentar esconder as omissões deliberadas no seu dever de proteger. Sempre que foi instado, mesmo judicialmente, a criar planos robustos de proteção, manteve uma atitude ambígua e recalcitrante.

Mesmo a prioridade dada aos indígenas na vacinação foi parcial, depois de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que mandou fazê-lo, abrangendo apenas os aldeados, que são metade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

total da população indígena no Brasil. Quando o Supremo Tribunal Federal determinou a vacinação abrangente, o Governo resistiu. As campanhas oficiais de vacinação contrastam com a ofensiva extraoficial que o Presidente Bolsonaro instiga contra as vacinas, criando boatos que seus apoiadores replicam nas redes sociais e fazem chegar até as populações indígenas.

Em relação ao orçamento – e esta também é uma questão muito importante, Senador Fernando Bezerra, que tratamos na Comissão Parlamentar de Inquérito –, o Governo Federal realizou despesas para o enfrentamento da pandemia de covid-19, em 2020, no montante de R$540 bilhões, de um total de R$635 bilhões, autorizados nos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Pouco mais da metade das despesas realizadas, 55% ou R$295,2 bilhões, foram destinados ao auxílio emergencial. Estados, Distrito Federal e Municípios receberam, por meio de diferentes programas de apoio às suas ações, pelo menos R$111,3 bilhões, 21%, Senador Omar, do total realizado. Desse total, R$33,1 bilhões foram transferidos pelo Ministério da Saúde.

O Governo Federal havia divulgado que tinha transferido R$420 bilhões. Chegar a esse valor propalado somente seria possível se fossem computados, Senador Humberto, que foi Ministro da Saúde, recursos obrigatórios já transferidos ordinariamente todos os anos, por conta de dispositivos constitucionais e legais, como o Fundo de Participação de Estados e Distrito Federal e Municípios. Assim, informações incompletas, como em outros campos, e também neste campo, Senador Tasso, do orçamento, tentam sugerir um esforço maior do que o esforço realmente ocorrido.

De todas as ações que foram realizadas em 2020, ressaltamos o papel preponderante do Congresso Nacional na definição de programas de grande relevância para o País, destinados sobretudo ao combate aos efeitos sociais e econômicos da pandemia. A maioria das ações realizadas por meio dos orçamentos da União é fruto da aprovação célere de projetos de lei de iniciativa de Parlamentares comprometidos com o apoio à população brasileira, que se viu por muitas vezes desamparada, sem o devido atendimento médico necessário à sua pronta recuperação ou com dificuldades em função da necessidade do cumprimento do distanciamento social.

O Governo Federal destinou recursos para a aquisição de cloroquina, ou insumos para fabricá-la, e as despesas se multiplicaram 17 vezes entre 2019, quando ainda não havia covid no mundo, e 2020, ano em que se iniciou a pandemia. Ademais, 96% dessas despesas ocorreram em dezembro, quando já se sabia da ineficácia do medicamento para o tratamento da doença.

Ao final, ainda foi revelada a macabra atuação da Prevent Senior, operadora de saúde que agiu em parceria com o Governo Federal para falsear dados e documentos para promover o uso do chamado *kit* covid, composto por medicamentos sem eficácia contra a covid-19. O Governo recebia as informações e o Presidente as divulgava como verdade científica. A verdade é que testes clínicos foram conduzidos sem autorização dos comitês de ética em pesquisa, transformando os segurados do plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em verdadeiras cobaias humanas. Ademais, *kits* com medicamentos foram enviados sem avaliação dos pacientes e de seus riscos, médicos foram perseguidos por se recusarem a prescrever tratamentos ineficazes, mortes por covid-19 foram ocultadas para ocultar a ineficácia do tratamento, declarações de óbito foram fraudadas para reduzir a morbimortalidade nos hospitais da empresa.

As conclusões desta CPI apoiaram-se nas provas produzidas ao longo dos últimos meses, em especial nas oitivas tomadas e nos documentos recebidos. Todo esse acervo probatório permitiu o indiciamento de agentes políticos e servidores públicos, que tinham o poder de definir ou influenciar a tomada de decisões relacionadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, bem como particulares que tiveram envolvimento com práticas delituosas. Não obstante, a Comissão Parlamentar de Inquérito ainda propôs vários encaminhamentos para que os órgãos competentes deem prosseguimento às investigações e alcancem novas responsabilizações, na esfera civil, criminal e administrativa.

O conteúdo do relatório e de todos os documentos relevantes da investigação deverá ser compartilhado com as autoridades responsáveis pela persecução criminal, quer em primeiro grau, quer no âmbito dos tribunais para pessoas com foro por prerrogativa de função. Além disso, haja vista a caracterização de crimes contra a humanidade, os documentos também serão remetidos ao Tribunal Penal Internacional, tendo em vista a inação, a incapacidade jurídica das autoridades brasileiras na apuração e punição desses crimes.

Além do indiciamento dos responsáveis e da punição das condutas ilícitas, Senador Humberto Costa, a Comissão Parlamentar de Inquérito propõe, como parte de uma pauta, Senador Omar Aziz, positiva, uma série de medidas legislativas para aperfeiçoar o ordenamento jurídico, a fim de evitar que, no futuro, equívocos semelhantes sejam cometidos em situações críticas, como a que o País vivenciou com a pandemia de covid-19. Assim, são apresentados projetos para garantir que a ciência seja o fundamento de qualquer política governamental de saúde, para tipificar novos crimes, para organizar e preencher lacunas no processo relacionado a crimes de responsabilidade, para coibir a propagação de desinformação, para facilitar a responsabilização do Estado pelos danos causados às vítimas e suas famílias, órgãos da pandemia, e para garantir a efetividade das medidas recomendadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por fim, Senador Omar Aziz, aprovamos projeto de resolução relatado por V. Exa., que preside esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com o apoio do Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco, que gentilmente, em todos os momentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, colaborou para que esse trabalho efetivamente se aprofundasse. Eu estive com ele em algumas oportunidades – e o Presidente desta Comissão em outras tantas oportunidades –, e ele, depois das dificuldades manifestadas pelo próprio Governo com relação à criação, com relação à instalação, que não queria sob hipótese nenhuma, depois com relação à minha indicação como Relator desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão Parlamentar de Inquérito, também judicializada, o Presidente do Senado Federal colaborou para que, em todos os momentos, a apuração verdadeiramente evoluísse. E esse memorial em homenagem às vítimas – aprovado, repito, em resolução –, nas dependências do Senado Federal, que é a Casa responsável por revelar à população brasileira fatos que jamais teriam vindo à luz sem o trabalho da CPI da Pandemia, é para que nunca nos esqueçamos do que aconteceu neste País e dos inocentes que pagaram com sua vida pela conduta irresponsável do Governo Federal na condução da pandemia. Nós nunca esqueceremos.

Permita-me, Presidente, uma síntese, Sras. e Srs. Senadores, descritiva, parte deste relatório e as sugestões deste Relator para indiciamentos.

Esta CPI consagrou enormes avanços institucionais, políticos, humanitários, sanitários e, sobretudo, civilizatórios. É uma CPI, Presidente Omar, que está sendo presidida por V. Exa., histórica, exemplar, com muitos legados para a sociedade. As demais instituições precisam assimilar o contexto e as recomendações emanadas desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A história não perdoa os omissos e condenará os covardes.

Quando iniciamos em 27 de abril, apenas 6,6% da sociedade estavam completamente imunizados; hoje, Presidente Omar, 177 dias depois, estamos com cerca de 50% da população com as duas doses, já avançando no reforço, na terceira dose. A Comissão obrigou o Governo a abandonar a inação e o negacionismo para correr atrás de vacinas, que, lá atrás, recusou, boicotou, desdenhou da sua eficácia. São vidas preservadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, ainda que tenhamos uma das maiores letalidades do mundo pela incúria do Governo Federal. Este é o nosso maior legado: vidas. A queda de infecções, mortes e hospitalizações é consequência direta da imunização, oposta, só para lembrar, à imunidade de rebanho, à imunidade natural, à imunidade coletiva colocada em todos os momentos pelo Presidente da República e repetida recentemente na Assembleia Geral da ONU.

A Comissão foi responsável por atalhar a corrupção em vários contratos: da Covaxin, de 1,614 bilhão, com mais de 24 irregularidades; a CanSino negociou 60 milhões de doses a US$17 cada; além do escabroso caso da VTCLog.

A CPI também – é bom que se frise – potencializou a indignação das ruas contra a política atual. Mesmo diante do risco da infecção, muitos brasileiros saíram às ruas para protestar contra uma administração que fracassou em todos os quadrantes da administração pública.

A CPI fez ainda – e isto é muito importante como legado – a ligação do Legislativo e o Judiciário na barreira contra projetos totalitários, que exalavam fascismo.

Esta Comissão inaugurou uma modalidade híbrida da investigação do Parlamento, reconectando-o à sociedade. Abrimos à participação popular na checagem, na apuração, nas perguntas. E devo dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as informações recebidas, majoritariamente, eram sérias, das redes sociais, qualificadas e procedentes.

A CPI teve índices superlativos de aderência popular. As pesquisas de vários institutos aferiram a receptividade social desta Comissão Parlamentar de Inquérito tanto no acompanhamento quanto na aprovação dos trabalhos.

Inauguramos nesta CPI uma inédita rede do bem em defesa da vida, com a sociedade colaborando com linhas de investigação, sugestões. E, de maneira totalmente espontânea, sem perfis falsos, sem robôs, sem nenhuma manipulação, a CPI concentrou a atenção nacional por quase seis meses, e os percentuais de aprovação, como todos sabem, superaram 78%, índice histórico em qualquer instituição parlamentar de qualquer país do mundo. Essa é uma responsabilidade que honramos e que será cobrada das demais instituições.

A CPI, Presidente Omar, já estou encerrando, em nenhum momento foi contaminada pelo debate presidencial. A natureza da investigação é natural: mescla poderes judiciais com elementos políticos, mas o vetor da CPI, Senador Alessandro, sempre foi técnico, e V. Exa. foi sempre aqui um parâmetro e uma referência para todos nós.

De maneira inédita, tivemos transmissões integrais dos maiores veículos de informação do País e espaços também superlativos nos noticiários de TVs, rádios, jornais, internet.

Também foi a Comissão campeã em demanda judiciais, superando em muito as anteriores. Foram muitos HCs e mandados, e, como sempre, agimos dentro da legalidade o tempo todo. A CPI foi a que mais armazenou dados e documentos, superando, em muito, todas as comissões parlamentares de inquérito anteriores. Mais, Senador Rogério, de 75 mil documentos, entre sigilosos e ostensivos, que iremos compartilhar com as outras instituições que seguirão investigando, Senadora Soraya, as malversações e outros crimes. São mais de 9,4 terabytes de dados.

Fomos pioneiros na reclassificação de documentos. No início da CPI, Senador Tasso, todos os documentos, em função de requerimentos que recebíamos do Governo, vinham classificados como sigilosos, e, pela primeira vez na história, esta Comissão Parlamentar de Inquérito reclassificou esses sigilos para alargar a investigação, de modo a que a própria investigação se fizesse à luz do dia, com acompanhamento de todos, iluminando, sobretudo, o que havia de nefasto nessa roubalheira e nessa corrupção. Em um Governo que abomina a transparência, reclassificamos documentos que nos chegaram com a chancela de sigilo e aqueles que não tinham a proteção legal tornamos públicos para permitir exatamente o controle social.

Muito rapidamente a CPI enterrou o discurso sobre tratamentos ineficazes trazidos anomalamente ao Brasil, como cloroquina, ivermectina e outros venenos inúteis. A CPI foi a única Comissão Parlamentar de Inquérito no mundo a funcionar e a eviscerar as mazelas do Chefe de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nação. Esta CPI é a primeira a comprovar as digitais de um presidente da república na morte de milhões de cidadãos.

A CPI da Pandemia é a primeira a conseguir judicialmente um inédito mandado de busca e apreensão, apesar da discussão acadêmica sobre essa possibilidade. A busca e apreensão na Precisa Medicamentos foi relevante para vários pontos da investigação. A CPI resgatou a credibilidade do Parlamento para investigar, atribuição constitucional severamente prejudicada pelas ilegalidades e transgressões da Lava Jato.

A CPI nasceu para investigar malversação de recursos públicos. Esta CPI, repito, não nasceu para investigar malversação de recursos públicos, embora tenha comprovado isso, mas é a primeira que foi criada com vetor humanitário. A CPI foi responsável por expor ao País e ao mundo experimentos macabros com seres humanos. Um patrocinado pelo poder público, em Manaus, e outros dois privados, mas incensados pelo Presidente da República e seus filhos, a Prevent Senior e o caso da...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... proxalutamida, que matou mais de 200 pessoas, também com estímulo do Presidente da República, que fez várias postagens, e dos seus filhos.

Esse trabalho coletivo silenciou, Srs. Senadores, um coro demoníaco, vindo de uma catedral da morte, sediada pelo Governo Federal. Geraram uma necrópole aterradora, marcada pelo desprezo à vida, o escárnio com a dor das mais de 600 mil famílias, insensibilidade e a indiferença humanitária, categorias que resvalam na insanidade, na psicopatia, e marcam comportamentos primitivos do ogro e dos bárbaros.

"Abaixo o conhecimento, viva a morte!", as piadas... "Abaixo o conhecimento, viva a morte!" era o que urravam os franquistas na tomada da Universidade de Salamanca, símbolo máximo do saber, da ciência e da civilidade.

Pela trágica condução no enfrentamento da pandemia, assessorado pelos piores ministros da nossa história, seja do gabinete clandestino e paralelo, seja do oficial, chegamos a uma das maiores letalidades do Planeta, resultado funesto, sepulcral, derivado da soma de muitos erros e práticas mortais que conjugaram heresias científicas fatais, como a imunidade de rebanho, remédios ineficazes, boicote irracional e deliberado às vacinas e experimentos de triste memória nazista com seres humanos. Nunca, exceto em regimes autoritários e sanguinários...

Isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, se traduz mais assustadoramente nas mortes, mas também na fome, no desemprego, na volta da inflação e na indigência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que testemunhamos foi uma tropa de jagunços institucionais de instintos primitivos em estado anímico de matar. Foi tudo muito lamentável. Por isso, a obrigação de todos nós e a cobrança diuturna da sociedade brasileira no sentido de que essas investigações tenham continuidade e efetividade na Procuradoria-Geral da República e no Supremo Tribunal Federal, pelo menos com relação às autoridades com foro especial.

Eu queria mais uma vez agradecer a todos, mais uma vez agradecer ao Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ao Senador Tasso Jereissati, ao Senador Otto Alencar, ao Senador Rogério Carvalho, à Senadora Eliziane, ao Senador Humberto Costa, ao Senador Eduardo Braga, ao Senador Alessandro Vieira, ao Senador Eduardo Girão, ao Senador Fernando Bezerra, ao Senador Heinze e a outros Senadores que não estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O Senador Randolfe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Senador Randolfe eu geralmente deixo para depois porque eu considero que o Randolfe foi o principal responsável por essa investigação, que é histórica, que será histórica, não apenas na história deste Parlamento, mas na história...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Relator, pode me conceder um minuto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quero destacar também que foi pela iniciativa do Senador Jorge Kajuru e do Senador Alessandro, que, tendo buscado a decisão do Supremo Tribunal Federal, veio a autorização para que fosse instalada a CPI. Portanto, eu quero dizer que parabenizo o Senador Alessandro e o Senador Jorge Kajuru, meu estimado amigo, que também lutou por isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, concluiu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas um agradecimento final.

Sem dúvida nenhuma, não fosse a iniciativa do Senador Alessandro Vieira e do Senador Jorge Kajuru – o Senador Otto Alencar nos lembra muito bem –, nós não teríamos tido essa investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero mais uma vez elogiar o trabalho do Senador Alessandro Vieira, mais uma vez dizer que foi sempre uma referência para todos nós em todos os momentos desta Comissão Parlamentar de Inquérito e ontem, na reunião que fizemos na casa do Senador Tasso Jereissati, foi uma voz fundamental para que nós chegássemos a esse eventual, temporário e circunstancial entendimento.

Eu quero cumprimentar o Randolfe, que foi o primeiro subscritor, quero dizer da honra, da satisfação de ter colaborado não só com a minha assinatura, mas para pegar algumas assinaturas de companheiros, e dizer que, não só com relação a esta iniciativa que estamos concluindo, mas sobretudo com relação a qualquer outra iniciativa legislativa, conte sempre com o meu respeito, com a minha admiração e conte também com a minha dedicação e entusiasmo.

Eu quero agradecer, em nome de todos nós, ao Senador Omar Aziz. Esse grupo é um grupo heterogêneo, nós temos formações políticas diferentes e até partidariamente integramos legendas diferentes, mas em todos os momentos nós procuramos conciliar em função de um objetivo comum, o que, aliás, Senador Alessandro, refazemos nesta reta final. Mais uma vez, meus agradecimentos.

E acho que a existência desse grupo hegemônico numa Comissão Parlamentar de 11 vai ensejar não do ponto de vista pragmático de eleições, ou de fusões, ou de federações, mas qualquer coisa, daqui pra frente, neste Parlamento nacional, sobretudo neste Senado Federal, passará necessariamente também pela influência desse grupo que se formou no funcionamento e na apuração da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu peço, mais uma vez, desculpa a todos. Se, em alguns momentos desta Comissão, nós nos excedemos, relevem, porque isso é um erro. Só a experiência demonstra que nós também podemos errar. E nunca é fácil fazer uma investigação coletiva. A investigação coletiva é diferente da investigação individual, de uma autoridade policial, que sozinha decide sobre os encaminhamentos e as diretrizes da própria investigação e conclui da forma que entende concluir. Numa investigação coletiva parlamentar, tudo precisa ser aprovado e conduzido pela maioria. Então, é evidente que isso dificulta mais, coloca mais obstáculos no nosso caminho, mas saibam todos vocês que eu me esforcei para dar, sem dúvida nenhuma, o melhor de mim. Relevem pelos eventuais excessos que tenha cometido.

Mais uma vez, muito obrigado, e eu peço a atenção de todos para que nós possamos aprovar este relatório. E quero dizer que, até o dia 26, eu estarei à disposição para aperfeiçoá-lo, corrigi-lo, ajustá-lo a tudo que for demandado pelos nossos companheiros e pelas nossas companheiras.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou testemunha porque participei de todas as reuniões – muitas delas, em grupos grandes; outras, eu, Renan e Randolfe –, e sempre falamos da responsabilidade que tínhamos em fazer esse trabalho.

Tivemos aqui o auxílio de servidores, de pessoas que ficaram até de madrugada trabalhando, que serão devidamente homenageados por mim no último dia da sessão, não tenham dúvidas, porque, sem vocês, também nós não iríamos a muito lugar. Pessoas estranhas a mim, estranhas a todos nós vieram com o intuito de colaborar pra que pudéssemos fazer esse relatório.

As mulheres foram espetaculares aqui. Tem algumas que não estão aqui. Está aqui a Eliziane, a Soraya, a Senadora Zenaide, que, mesmo remotamente, nos deu muito apoio...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Simone...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... a guerreira da Senadora Leila, forte, sempre batalhadora, a Simone Tebet, por todo um trabalho aqui. E, mesmo na contradição, nós chegamos...

Eu mesmo disse: "Olha, eu vou à casa do Senador Tasso, mas não me permito pedir para o Senador Renan retirar nada". Quando eu o indiquei Relator, é porque eu confiava no relatório dele. Podia discordar, mas votaria com ele. Correto? Podia discordar de qualquer tipificação. Podia dizer: "Discordo, mas vou votar com V. Exa.", porque é isso que se faz num grupo. Os acertos e erros são de todo o grupo.

Mas, Senador Renan, eu perguntei ao senhor logo no início quanto tempo o senhor demoraria para ler seu relatório, e o senhor me falou: em torno de 20 a 25 minutos. Foram 26 minutos! Então, o pessoal, quando vier na semana que vem pedir destaque... Foram 26 minutos, no meu relógio. Não tem problema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu me entristeço, eu me entristeço agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu me entristeço muito por uma razão. Eu me entristeço porque agora eu estava vendo uma matéria – me mandaram um negócio aqui em que eu não quero crer – segundo a qual o Presidente, quando leu o relatório, ou foi avisado do relatório, deu gargalhada.

O Presidente deu gargalhada da falta de ar, o Presidente deu gargalhada quando mandou a mãe comprar vacina. Presidente, a gente tem respeito pelo cargo de V. Exa., V. Exa. é a maior autoridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deste País. V. Exa. tenha certeza de que nós não vamos permitir que nenhum cidadão, seja a autoridade que for, ache que pode engavetar esse relatório.

Esse relatório, a partir de agora, passa a ser debatido no Brasil, nas universidades, nas faculdades, vai servir de tese para muitos mestrados. A partir de agora, ele passa a ser o relatório não da CPI, mas o relatório das vítimas da covid, dos mais de 600 mil brasileiros, dos sequelados. Esse relatório do Senador Renan... Ele fez o máximo com o auxílio de todos, todos, sem exceção – não vou citar nomes porque seria uma injustiça minha esquecer um nome.

Presidente, o País precisa de afeto – de afeto –, e as imputações que estão sendo feitas contra a sua administração e contra a sua pessoa são imputações muito sérias. Rir neste momento... Não creio que seja uma risada de alívio; pelo contrário, a sua risada é de temor, porque a justiça vem, vem pelos homens e vem pela justiça divina.

Os trabalhos de hoje estão encerrados.

Convoco V. Exa. para, na terça-feira, dia 26, ler o relatório final.

Que Deus possa nos abençoar.

(*Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 69ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Humberto Costa, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Soraya Thronicke e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Leila Barros, Simone Tebet, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 66ª, 67ª, 68ª e 69ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Discussão e Deliberação do Relatório Final. ITEM 1 - Relatório que: "Relatório Final com correções de erros materiais. Versão encaminhada em 20.10, às 17h30, substituída." Autoria: Sen. Renan Calheiros. Resultado: Aprovado o Relatório Final apresentado pelo Senador Renan Calheiros, com as sugestões que foram apresentadas durante a sua discussão, que passa a constituir o Parecer nº 1/2021-CPIPANDEMIA. ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1586 de 2021 que : "Requer o envio do presente requerimento ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, relator do inquérito 4.781, para que tome ciência da reiterada e flagrante conduta potencialmente criminosa do Sr. Presidente da República, em especial dos termos da declaração do Sr. Presidente da República no dia 21 de outubro do corrente ano, em grave prejuízo à garantia da ordem pública, contexto em que abundam provas de materialidade e indícios bastantes de autoria, determinando-se a retirada do conteúdo do ar e adotando-se as demais providências que entender pertinentes." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. Vota contrário o senador Jorginho Mello. ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 1587 de 2021 que: "Requer a transferência de sigilos, a suspensão de acesso a redes sociais e a retratação do Presidente da República quanto às suas recentes declarações sobre a Covid-19 e HIV." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. Vota contrário o senador Jorginho Mello. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 69ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal...

Eu quero aqui dizer que participei das 69 reuniões que teve aqui. Nas 69 reuniões, eu estive presente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você também e o Senador...

Nós fizemos 69 reuniões e eu estive presente em todas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais ou municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à discussão e à deliberação do relatório final.

Registro que já foi concedida vista desde o dia 20 de outubro até a presente data, nos termos do art. 132 do Regimento Interno.

Senador Randolfe, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, requeiro de V. Exa., nos termos regimentais, que submeta à apreciação do Plenário o Requerimento nº 1.586, de 2021, de autoria de S. Exa. o Senador Alessandro Vieira, e o Requerimento 1.587, de 2021, de autoria deste Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Requerimento 1.586, do Senador Alessandro Vieira, requer o envio do presente requerimento ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, Relator do Inquérito 4.781, para que tome ciência da reiterada e flagrante conduta potencialmente criminosa do Senhor Presidente da República, em especial dos termos da declaração do Senhor Presidente da República, no dia 21 de outubro do corrente ano, em grave prejuízo à garantia da ordem pública, contexto em que abundam provas de materialidade e indícios bastantes de autoria, determinando-se a retirada do conteúdo do ar e adotando-se as demais providências que entender pertinentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento do Senador Alessandro Vieira em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Peça para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado, aprovado. Está aprovado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Está aprovado, mas, Sr. Presidente, eu queria uma cópia do outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu não conheço o teor do outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento 1.587. Passe a cópia para o Senador Eduardo Braga, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O voto contrário, Sr. Presidente, o senhor registre aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do Senador Randolfe Rodrigues, requer a transferência de sigilos, a suspensão de acesso a redes sociais e a retratação do Presidente da República quanto à sua recente declaração sobre a covid-19 e HIV.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Jorginho contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Jorginho é contra?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Contra os dois.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os dois requerimentos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É, o primeiro, votei contra – quero que V. Exa. consigne – e esse também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Jorginho é contra. Ele acha que as palavras do Presidente são corretas.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu não pedi comentário, Presidente. Eu só votei contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu só estou dizendo que o senhor é contra, e eu acho que quando a gente vota contra é porque está contra o requerimento. É só isso, Senador Jorginho; não estou falando mais nada. Eu só acho, Senador Randolfe, que nós estamos votando, neste colegiado, Senador Eduardo Braga, Senador Jorginho, mas quem tinha que tomar essa providência também era o Congresso Nacional. Isso é muito grave, o que foi colocado pelo Presidente da República. Acho que o Congresso tinha que se posicionar em relação a isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Nós podemos, Sr. Presidente, fazer uma recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito para a Presidência do Congresso, para que tome providências nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que nós precisamos fazer isso, Senador Alessandro. Sabe por quê? O Presidente é uma instituição, a Presidência é uma instituição; a Presidência não é um cargo de boteco em que você fala o que quer tomando cerveja o comendo churrasquinho. Presidente da República que se reporta ao povo brasileiro baseado num estudo que não tem cabimento nenhum e fala uma coisa dessa, quando nós estamos implorando para a população se vacinar... Veja bem...

E tem gente ainda que disse para mim, Senador Randolfe, Senador Renan: "Será que a PGR vai engavetar? Será que isso vai andar?". Os fatos são maiores do que qualquer argumento que possa se escrever. São provas que foram dadas à população brasileira. Se você quiser, tem 50, 60 milhões de brasileiros como testemunhas dessas provas que estão no relatório.

E uma outra coisa, Senador Randolfe, Senador Renan Calheiros, deixar claro: não existe acordo para indiciamento. Os indiciamentos que foram feitos pela CPI, todos, sem exceção, foram discutidos e, após serem discutidos e de se ter fatos concretos, eles foram feitos. Então, não é um acordo – tira fulano, coloca sicrano. Todos os indiciamentos aqui, dos pedidos que os Senadores fizeram, não é acordo; é fato, porque, senão, pode parecer: "Ah, não, olha, vamos proteger fulano e tirar sicrano". Não é isso. Esse comportamento da Presidência não houve durante todas as sessões, não houve, de forma nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Renan Calheiros sabe muito bem disso, que não há acordo para tirar nomes ou colocar nomes. Os fatos são maiores, e a gente colocou indiciamento do Presidente da República a servidor ou a empresário, foi porque tinha fatos concretos; não é por causa de acordo: "Olha, vamos tirar o Deputado tal e vamos colocar o outro Deputado". Não existiu isso.

Não existe isso, vamos deixar clara essa situação. Em relação... "Ah, um acordo; o senhor aceita um acordo?". Não é isso, não existe acordo para isso. O fato é maior do que qualquer acordo que possa ser feito. Então, o relatório do Senador Renan Calheiros, por sinal bastante robusto, com provas concretas, nós iremos votar daqui a pouco.

Eu passo à leitura de voto em separado do Senador Alessandro Vieira, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Eduardo Braga e Luis Carlos Heinze.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para registro, eu não tenho voto em separado. Eu apresentei uma contribuição, que foi absorvida pelo relatório do Senador Renan, e estou contemplado nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan, depois, faz o acréscimo de voto. Primeiro, nós vamos ouvir os senhores...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Mas, Sr. Presidente, por uma questão até de justiça, tendo o Senador Renan acatado em completo o adendo apresentado por nós, inclusive com o indiciamento do Governador e do secretário estadual, eu posso retirar o meu voto em separado, que, na realidade, acata todo o relatório de V. Exa. e apenas aditava a questão do indiciamento. Se V. Exa. acata, eu retiro o voto em separado, e isso trará economia processual ao processo.

Apenas fazendo um registro, Sr. Presidente, esta CPI, ao longo de todo o seu trabalho, em tempo e momento algum tratou-se de comportamento eleitoral. E essa questão do Amazonas, o Brasil inteiro testemunhou os fatos horrendos, horrorosos que aconteceram no nosso Estado: pessoas morrendo à porta dos hospitais por falta de oxigênio, morrendo dentro dos hospitais com falta de oxigênio. E, durante todo o trabalho desta CPI, ficou fartamente comprovado isso. Portanto, quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Relator, cumprimentar todos os Senadores e dizer que esse trabalho técnico não poderia deixar de fazer justiça aos amazonenses.

Portanto, assim sendo, eu retiro o meu voto em separado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan acolhe, então, a questão de ordem do Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O encaminhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o encaminhamento do Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Deixa só ver...

O Senador Eduardo Braga inclui no relatório, e o Senador Renan Calheiros acolhe o pedido do Senador Eduardo Braga. Só para deixar claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, voto em separado, temos do Senador Marcos Rogério, Senador Eduardo Girão e Luis Carlos Heinze. É isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quinze mais cinco, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. É.

Questão de ordem, Senador...

Só um minutinho, que o Senador Izalci já tinha pedido antes, Senador Girão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, também quero registrar que, mesmo não sendo membro, participei ativamente da CPI, fiz um complemento de voto, e o Senador Renan recebeu esse aditivo, vamos dizer assim, ao voto.

Só para informação, tecnicamente, V. Exa. sabe que o *modus operandi* do ministério é exatamente o do DF, só que aqui o que aconteceu? Lá, chegou a assinar o contrato e tal; aqui, não. Aqui a coisa avançou mais.

É só para saber esse voto complementar como que é, se foi acatado, se entra no voto. Como é que é, só para tecnicamente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu faço no relatório um registro do...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... do complemento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... dos argumentos que V. Exa. remeteu a esta relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Renan depois vai...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou apresentar as alterações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... apresentar as alterações que foram feitas, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu queria ressaltar aqui... Já que o Senador Renan Calheiros se inclinou aí a acatar a solicitação do adendo do Senador Eduardo Braga pra indiciar o Governador do Amazonas, eu queria dizer que entreguei, na sexta-feira, no gabinete do Senador Renan Calheiros, um adendo também falando duma parte importante do meu relatório, que eu vou ler daqui a pouco. E, por questão de coerência, Senador Jorginho, por questão de isonomia e justiça, que se inclua também, Senador Renan Calheiros – é o pedido que eu lhe faço, já que vai acolher o indiciamento do Governador do Amazonas –, que se inclua também de outros Governadores, como o caso escandaloso do Pará, que envolve R$1,2 bilhão de verbas federais na saúde. É uma questão de ser coerente. Então, eu queria sugerir também o indiciamento do Sr. Carlos Gabas, que eu estou registrando publicamente, mas já entreguei para o senhor o adendo mostrando documentos, mostrando tudo, pedindo o indiciamento dele; o caso do Governador de Santa Catarina, onde os respiradores foram parar numa casa de massagem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso aí já é defesa de voto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só um minutinho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso aí é defesa do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só por respeito. Só por respeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só o deixe... É questão de ordem do Senador Girão. Está mantida a palavra de V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço, Senador Omar Aziz, porque é uma questão de justiça, se a gente quer obedecer a um rito.

O Governador do Amazonas, entre alguns problemas que eu também coloco no meu relatório, teve loja de vinho vendendo respiradores, e nós tivemos em Santa Catarina casa de massagem recebendo dinheiro de respiradores que nunca chegaram. Nós tivemos aqui no Distrito Federal loja de brinquedo vendendo testes. Também deve ser incluído o Governador do Distrito Federal, por uma questão de coerência, e o Governador da Bahia, Rui Costa, que comprou os respiradores do Consórcio Nordeste numa empresa que vende produtos ligados à maconha.

Então, tudo isso é robusto, é de conhecimento público, e eu queria pedir, por questão de coerência, de justiça, que se incluísse também no relatório. Já que vai incluir um, temos que incluir todos. Eu quero saudar inclusive o Senador Eduardo Braga, que pediu que fosse incluído o Governador do Amazonas, mas os outros também não podem ficar de fora, porque aí são dois pesos e duas medidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Contarato, depois Senadora Eliziane.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Pela ordem.) – Serei breve, Sr. Presidente. Eu só queria fazer mais um apelo ao Senador Renan Calheiros.

Senador Renan, eu pediria a V. Exa... Eu entendo...

Eu vou pedir só um minuto, Sr. Presidente, porque eu pediria só...

Sr. Senador Renan, eu entendo que V. Exa. entendeu que o genocídio de povos indígenas estaria alcançado talvez pelo princípio da consunção pelo Artigo 7º do Estatuto de Roma, só que eu queria falar que o crime de genocídio de indígenas é um grupo específico, e existe a possibilidade de você ter dois crimes: um crime contra a humanidade e o genocídio de povos indígenas. Nós temos inúmeros documentos que comprovam a omissão do Governo Federal. Ele só implementou medidas pra proteger os povos indígenas depois da ADPF 709, quando essa determinação de proteção aos povos originários está prevista no art. 232.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu faço mais um apelo. Eu sei que V. Exa. já fez isso, mas, aqui na CPI, vigora o princípio do *in dubio pro societate*: na dúvida, eu tenho que proteger a sociedade. Deixe o Ministério Público... Se o Ministério Público entender que deve, o crime contra a humanidade absorve o genocídio de povos indígenas, e perfeitamente eu estarei aqui, como bom defensor da democracia, atendendo, mas, nesse contexto, eu faço um último apelo: coloque, no relatório de V. Exa., o genocídio dos povos indígenas, porque mais de 1,2 mil indígenas perderam a vida.

Antes da pandemia – eu quero deixar aqui esse depoimento, Senador Omar –, eu estive visitando os guaranis kaiowás, em Mato Grosso do Sul. Eles estão sendo dizimados. É uma política anti-indigenista o que o Governo Federal tem feito. E, com a covid, ele só agravou e tem a digital na morte desses povos, desses nossos irmãos, desses nossos irmãos povos indígenas. Eu faço esse apelo pra introduzir o genocídio, lá no Art. 6º do Estatuto de Roma, como genocídio de povos indígenas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Relator. Na hora da minha discussão, farei o destaque, Relator, mas já lhe agradeço por ter aceitado as várias contribuições que nós fizemos em relação ao seu relatório.

Quero também fazer aqui, Senador Renan, mais uma solicitação. Eu apresentei um requerimento para o Plenário do Senado Federal, que é um voto de aplauso à mídia e aos profissionais da comunicação, sobretudo ao consórcio nacional de imprensa, que teve um papel fundamental no Brasil em relação à comunicação.

Foi essa informação, foi essa comunicação que pautou, que deu uma referência para várias políticas restritivas em relação à locomoção, o que foi fundamental pra redução da quantidade de mortes, muito embora a gente saiba que esse número poderia ter sido bem menor se a ação do Governo Federal fosse diferente. O trabalho da mídia foi fundamental nesse sentido.

O nosso requerimento é para o Plenário do Senado Federal, mas eu pediria a V. Exa. que pudesse consignar ainda no relatório de V. Exa., porque julgo um voto muito importante de aplauso à mídia nacional.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu vou passar a palavra pra leitura do seu voto em separado e discussão por quinze minutos, com a tolerância de cinco minutos pra esta Presidência.

Eu passo a palavra ao Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, o senhor está preparado já ou quer falar depois? Porque aí eu passaria para o Senador Eduardo Girão logo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser, Girão? Pode ser V. Exa.?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pode ser, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vou passar para o Senador Eduardo, porque o Senador Marcos Rogério estava ainda... Ele acabou de chegar. Então, eu vou passar para o Senador Eduardo Girão; depois, Senador Marcos Rogério e Senador Luis Carlos Heinze. São os três votos em separado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, são quinze minutos com mais cinco de tolerância?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cinco.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para voto em separado.) – Perfeito.

Sr. Presidente, eu queria, primeiramente, começar esta sessão, a última sessão nossa, depois de exaustivos quase seis meses de trabalho. E não é fácil desenvolver o trabalho no clima de fla-flu que a gente vive aqui, em que você tem que ser ou contra o Governo ou a favor pra muita gente.

Você não pode ter, no julgamento das pessoas, um caminho do meio, um caminho do equilíbrio, e eu procurei me esforçar, com todas as limitações e imperfeições, justamente para trilhar esse caminho da imparcialidade, esse caminho da independência.

Inclusive, eu queria começar... O senhor, na última sessão, Sr. Presidente, disse que tentou trazer Governadores e tudo, que essa CPI cumpriu o seu papel; me permita discordar. Acredito que essa CPI deixou a desejar com relação a... Já que o STF, que mandou esta CPI abrir, este Senado abrir esta CPI, ele deveria... nós deveríamos pelo menos ter alternativas, chamar secretários de saúde aqui, chamar empresas que fraudaram, durante esse período de pandemia. Documentos nós temos muitos, mas faltou vontade, faltou coragem para essa CPI fazer o seu trabalho.

Então, eu vou ler aqui. A partir da conclusão, são 77 páginas, e eu vou ler aqui apenas a conclusão, que são oito páginas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, a única coisa que esta CPI não teve, por parte da grande maioria, foi se acovardar diante dos fatos, apesar de toda a massificação de robôs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para destruir reputação, para jogar *fake news*, nós não arredamos o pé, um minuto, de investigar. O senhor pode ter razão em relação a alguns pontos que não foi possível, e foi porque a CPI não quis. A única coisa que nós não fomos nesta CPI... E eu falo isso por mim, falo pelo Senador Randolfe, pelo Senador Renan, que foram os três dirigentes, e falo também pelas mulheres, que foram corajosas. A Leila foi uma gigante aqui, a Eliziane, a Simone, a Zenaide, o Senador Humberto, o Senador Izalci, o Senador Eduardo, o Senador Otto, o Senador Alessandro, o Senador Marcos Rogério, o Senador Fernando Bezerra, cada um com os seus posicionamentos – cada um com os seus posicionamentos –, mas covardia, não. Cada um teve os seus posicionamentos, a gente discorda dos posicionamentos, mas daí dizer que a gente se acovardou, eu acho que é uma palavra que não cabe na minha história, não cabe na história de outros companheiros que tem aqui, que eu conheço, que essa covardia não existiu. Nós tivemos seis meses de trabalho, alguns concordam, outros discordam, mas é um debate; o debate sempre tem discordância.

Mas eu pediria para retirar a palavra covardia, porque nós não somos covardes. Eu nunca fui covarde. Já passei por muitos problemas na minha vida, todos nós já passamos, muitos brasileiros passaram, mas a covardia não fez parte da direção desta Mesa. Houve discordâncias, normal, divergências, mas covardia, não. Pode ter certeza disso, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, se não foi covardia, foi uma omissão flagrante. E eu vou lhe dar a prova aqui. Só eu entrei com 106 requerimentos nesta Comissão, durante seis meses. Cinquenta deles sequer foram analisados, foram votados, ou seja, houve um engavetamento aqui, quando eu tentava, junto com outros colegas, investigar a corrupção. Então, esse é um ponto que eu quero deixar muito claro aqui, perante a sociedade brasileira.

Eu peço que reponha meu tempo, Sr. Presidente, por gentileza, que reponha meu tempo, porque foi consumido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, é a última sessão. Eu já fui paciente todos esses seis meses; não é hoje...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Te agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que V. Exa. não terá o direito de se expressar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, em conformidade com os marcos legais, constituiu-se numa excelente oportunidade para realizar-se a radiografia do combate ao covid-19 bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como da estrutura da saúde pública do País visando a enfrentamentos similares no futuro. Decorridos 175 dias, infelizmente, o que se viu foi o uso do Senado Federal para fins menos nobres, com a explícita tentativa de parte...

Só um minuto aqui.

Não está na ordem aqui, Roberto. (*Pausa.*)

... de parte da Comissão, numa postura politiqueira de tentar antecipar o calendário eleitoral de 2022. E variados são os fatores que nos permitem concluir dessa forma.

A CPI, já nos atos de sua instalação, elegeu um Relator com flagrante conflito de interesses, pois seu filho é Governador de um Estado da Federação envolvido nas investigações sobre o Consórcio Nordeste. Foram feitas inúmeras solicitações para que o Relator se declarasse impedido, mas infelizmente estas foram ignoradas, fato que deu origem à impetração até de mandado de segurança, este indeferido pelo Supremo Tribunal Federal.

Em seguida, não houve discussão e aprovação de um plano de trabalho, ficando a organização das atividades da Comissão sem previsibilidade e à mercê das decisões do Relator ou do G7, tornando a CPI, por consequência, parcial e omissa para com todos os fatos determinados nos requerimentos geradores da Comissão.

A simples verificação das atividades desenvolvidas pela CPI ao longo desses 175 dias mostra que o fato determinado do requerimento apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues foi atendido, e o fato determinado pelo requerimento deste Senador que vos fala, Eduardo Girão, foi intencionalmente esquecido. Desta forma, fica claro que a CPI não atendeu aos objetivos propostos, por não considerar os requerimentos apresentados e formalmente apensados por ordem do Presidente do Senado Federal, fato este que descaracteriza o relatório final apresentado pelo Relator.

E, ainda, no bojo dos trabalhos diários, verificou-se constante afronta aos princípios constitucionais de ampla defesa e do contraditório... e do contraditório com... (*Pausa.*)

... com o qual inquirições francamente agressivas, importando as técnicas interrogatórias das antigas delegacias de polícia, de triste memória, negando aos depoentes os princípios básicos insculpidos no direito pátrio.

A quebra indiscriminada de sigilos, sem que a pessoa estivesse sequer na condição de investigada, constituiu-se numa prática comum da Comissão, num flagrante desrespeito aos direitos individuais, cláusula pétrea de nossa Constituição.

Da mesma forma, pudemos constatar uma flagrante perseguição aos profissionais de imprensa que, só por serem conservadores, foram acuados, atormentados, na tentativa de terem suas vozes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caladas. Jornalistas e meios de comunicação com grandes serviços prestados à Nação, como Alexandre Garcia, por exemplo, e o Brasil Paralelo, foram aqui citados de forma desrespeitosa, tendo sido criadas verdadeiras ilações sobre a atuação deles nas suas redes, com o intuito de sustentar a narrativa do grupo majoritário da Comissão.

Porém, mais triste e preocupante foi o silêncio de autoridades judiciárias, Parlamentares e parte da mídia, permitindo que tal fato ocorresse, aprovando a teoria popular de que "os fins justificam os meios", esquecendo-se de um outro brocardo popular que diz que "pau que bate em Chico também bate em Francisco", ou seja, aqueles que fazem ouvidos moucos às quebras dos direitos individuais e às restrições da liberdade de expressão poderão, um dia, sofrer do mesmo procedimento.

Dessa forma, como resultado da CPI, temos a triste constatação de que os médicos sofreram o mais cruel ataque à sua autonomia e os cientistas estão divididos, acuados por uma infeliz politização do tratamento precoce em nome de interesses eleitorais.

Esse quadro foi agravado pela insana postura de alguns políticos e de uma boa parte dos jornalistas que, numa absoluta falta de percepção para entender a sensibilidade do momento vivido, numa crise sanitária jamais vista e com um vírus cujas nuances ainda são totalmente desconhecidas, se lançaram na desastrosa aventura de querer saber mais do que os médicos, contribuindo para a divisão da classe a ponto de atrapalhar o atendimento à sociedade num momento extremamente difícil.

A CPI chega ao fim trazendo a necessidade de aprofundar as investigações quanto à aquisição da vacina Covaxin e ao caso Davati, devendo indiciar todos os envolvidos na tentativa de fraudar o Erário valendo-se do expediente desprezível da corrupção.

Nesse diapasão, a CPI mostrou a necessidade de imediata avaliação das regras de *compliance* adotadas na administração pública federal, para reduzir a atuação de pessoas físicas e jurídicas despreparadas e sem ligação com o tema em negociação, como ocorreu com a Davati, Instituto Força Brasil, entre outros.

Tentou-se, sem êxito, caracterizar a ocorrência de retardo na aquisição de vacinas, construindo-se uma narrativa de que a existência de um gabinete paralelo mais a adoção do negacionismo seriam os motores da questionável atuação do Governo na pandemia.

Entretanto, a CPI não considerou que os produtores de vacina não tinham a autorização da Anvisa, assim como omitiu que, poucos dias após a aprovação da Anvisa, o Governo as adquiriu.

Ressalto, no entanto, que o Governo Federal agiu, sim, com lentidão para propor ao Congresso Nacional medidas legais que permitissem, com segurança jurídica, a assinatura dos contratos.

Além disso, a decisão do STF quanto às responsabilidades na definição das ações no combate à pandemia, deixando aos Estados e Municípios tal responsabilidade, mostra a falácia de se acusar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente um ente da estrutura federativa como responsável pelos problemas. Somente interesses eleitorais explicam a criação e sustentação desta narrativa.

Na busca de caracterizar um gabinete paralelo no Governo, a CPI deixou de lado a prerrogativa do Presidente da República de se aconselhar com diferentes instituições e entidades. Portanto, não faz sentido quando se considera, por exemplo, que o Ministro das Relações Exteriores é parte de um gabinete paralelo.

Na verdade, o Chanceler faz parte do círculo mais próximo do poder, conforme estrutura legal em vigor, como um servidor do Estado sendo, portanto, de elevada confiança de qualquer elemento que ocupe a Presidência da República.

No entanto, deve-se registrar que a visão estreita do ex-Chanceler Ernesto Araújo quanto à política externa brasileira contribuiu, sim, para o acirramento dos conflitos e a perda da eficácia nas negociações internacionais.

Historicamente, nossa política externa é pragmática e de consenso, procurando a relação pacífica com todas as nações, sem alinhamentos indesejáveis, considerando que governos são temporários e Estados são permanentes.

Mas, ao desviar-se dos objetivos, a CPI deixou de aprofundar a questão da postura em relação à China, a excessiva aproximação com os EUA, a negociação com a Índia e a atuação do Brasil nos fóruns internacionais que tratavam da sensível questão de produção e aquisição de vacinas.

E, neste contexto, cumpre destacar que a postura do Presidente da República poderia ser no sentido de assumir mais plenamente a coordenação das ações, ser mais sensível às perdas doloridas do povo brasileiro, solidarizando-se com os familiares – faltou compaixão. Poderia também dar o exemplo ao incentivar e usar a máscara em público, além de evitar aglomerações e declarações infelizes sobre a vacina.

É bem verdade que a antecipação do pleito eleitoral, marcadamente pelas lamentáveis e desastradas posturas do Governador de São Paulo, contribuiu para as escolhas do Presidente, mas, mesmo neste contexto, foi negativa e condenável a sua atuação.

Era o momento de um discurso de união para a Nação, conclamando todos os brasileiros para o combate ao vírus devastador que ainda assola a nossa sociedade. Era o momento de estar à frente das ações, sem delegar a este ou aquele ministro e dedicar toda a sua atuação ao combate ao vírus.

No entanto, essa postura não foi exclusiva do Presidente da República. Na crise do Amazonas, pudemos confirmar a omissão das autoridades, a endêmica corrupção no sistema de saúde, as históricas deficiências na gestão da saúde do Estado e a falta de coordenação entre os Governos nas diferentes esferas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A triste crise do Estado do Amazonas revela, no seu âmago, a necessidade de se aperfeiçoar a gestão dos recursos federais disponibilizados aos Estados e Municípios.

E, neste ponto, está o maior equívoco desta Comissão, que entrega à Nação um relatório parcial, incoerente e voltado para o desgaste apenas de um ente federado, com vistas ao pleito eleitoral, sem investigar os desvios ocorridos em Estados e Municípios.

Como ignorar, gente, os desvios do Consórcio Nordeste? Como ignorar a aquisição de respiradores de uma empresa que produz derivados da maconha, bem como da casa de vinhos, brinquedos e que o dinheiro foi parar em casa de massagem?

Assim, com base nos documentos acostados ao longo deste relatório, ficam evidenciadas as irregularidades/fraudes que estão associadas ao contrato firmado pelo Consórcio Nordeste e a empresa HempCare Pharma, na compra de 300 ventiladores pulmonares, que custaram ao Erário o montante superfaturado correspondente a R$48 milhões, pagos antecipadamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Girão. (*Pausa.*)

E aí, pessoal, algum problema aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas para controle, a prorrogação de tempo do Senador Girão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, isso que eu ia pedir à Mesa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... só para poder marcar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Girão já falou por quinze minutos. Ele tem mais cinco minutos. Eu queria que fosse avisado ao Senador, quando ele completasse os quinze minutos, que ele tem mais cinco minutos de tolerância, mas aí eu vi que vocês estavam com problema aí. Precisam da minha ajuda ou não? (*Pausa.*)

Sem problema, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Posso falar? Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero que... O senhor tem mais cinco minutos, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Perfeito. Vou ficar dentro dos cinco minutos.

... os R$48,7 milhões pagos antecipadamente, com uso de recursos oriundos da União, mas que nunca foram entregues pela empresa contratada.

Ressalte-se que tal fato durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia não é apenas um ato covarde de corrupção, mas também de vil assassinato.

Coerente com a acima exposto, responsabilizar um único ente por mortes e desacertos ocorrido não é justo. As investigações em curso mostram os desvios de bilhões de reais que poderiam ter salvado, sim, inúmeras vidas.

O Governo Federal não gere sozinho o sistema de saúde brasileiro, mas em conjunto com Estados e Municípios. Como pode, então, sozinho ser responsabilizado? Por que somente investigar a esfera federal? Esta Comissão não foi criada para isso apenas. Numa pandemia sem precedentes em toda a história mundial, como dizer que somente um ente se equivocou?

Na verdade, o que vimos ao longo de 175 dias de funcionamento da CPI foi muita injustiça cometida e isto é contraditório com a compaixão que se fala aqui todos os dias, já que o ódio aprisiona e cega, não combina com humanidade. De fato, a população quer justiça, sim, mas não quer justiceiros.

Assim, quero dizer que essa é a minha primeira experiência como membro de uma CPI e que depois de participar de todas as sessões, sou grato à Deus e a todos vocês por poder ter aprendido muito aqui.

Quero dizer que, mesmo com uma pandemia como essa, de proporção mundial e que trouxe tanta dor e sofrimento na vida de tanta gente – fica meu sentimento de solidariedade –, sabemos que tudo está sob as leis divinas, sob o controle das leis divinas, que são perfeitamente justas e infinitamente amorosas.

Importante lembrar que uma provação planetária como essa deveria servir para a humanidade como uma oportunidade de melhoria coletiva, avançando na solidariedade e no respeito à vida.

Eu concluo, Sr. Presidente, fazendo aqui a exposição do meu voto, porque eu estou pedindo... A minha tese também é pelo aprofundamento das investigações pela Procuradoria-Geral da República da possibilidade de ocorrência de crime de prevaricação pela Mesa Diretora desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tudo conforme previsto no art. 319 do Código Penal Brasileiro.

Eu posso asseverar que, ao fazer esse voto em separado, continuo com a paz perante a minha consciência e perante Jesus, por estar fazendo a minha parte, apontando as verdadeiras causas que trouxeram tanta dor e sofrimento ao povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do voto do Relator e adoção integral deste voto em separado como parecer da CPI da Pandemia.

2. Conclusão de que não foram encontradas quaisquer evidências concretas na materialidade sobre atos e omissões ilegais praticadas por autoridades e servidores da administração pública federal no enfrentamento à pandemia.

3. Verificação de que esta CPI não foi capaz de investigar as esferas estaduais e municipais onde havia efetivamente fortes indícios de corrupção e desvio do dinheiro público federal, notadamente no âmbito do Consórcio Nordeste.

4. Portanto, em nome da transparência e da aplicação da melhor justiça, requeiro o indiciamento do Sr. Carlos Gabas, por estar incurso nos seguintes ilícitos: 1. organização criminosa; 2. improbidade administrativa; fraude em licitação; corrupção passiva.

E, nos últimos 30 segundos...

5. Requeiro ainda o aprofundamento das investigações, no mínimo por organização criminosa, sobre o papel desempenhado nas negociações da Precisa com o Governo Federal dos seguintes atores: Marcos Tolentino, Francisco Maximiano, Danilo Trento, Roberto Pereira Ramos e Túlio Silveira.

6. Da mesma forma, requeiro o aprofundamento das investigações, no mínimo por organização criminosa, sobre o papel desempenhado nas negociações da Davati com o Governo Federal dos seguintes atores: Luiz Paulo Dominguetti Pereira, Cristiano Carvalho, Roberto Dias, Regina Célia Dias Oliveira, Coronel Marcelo Blanco e Reverendo Amilton de Paula.

7. Pelas razões de fato e de direito acima expostas, advogo e requeiro a tese pelo aprofundamento das investigações pela PGR da possibilidade da ocorrência do crime de prevaricação pela Mesa Diretora, pelos motivos que aqui coloquei de não deliberar sobre requerimentos que foram arquivados, engavetados nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Apenas para entender o procedimento. Ao término da leitura do voto em separado, nós poderemos contraditar? Ou teremos que esperar a discussão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos aguardar, Senador, porque...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k., o.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ao final, quando o Senador Renan ler, eu vou colocar em votação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas haverá um momento de discussão em que a gente vai poder responder certas colocações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A discussão já está aberta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A discussão está aberta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aberta porque essa questão é a seguinte...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, há uma ordem de inscrição para discussão?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso, isso.

Vou passar para o Senador Marcos Rogério.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O.k.

Então, depois é a ordem de inscrição da discussão?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, depois do Luis Carlos Heinze e do Senador Renan, nós vamos votar o relatório. Aprovado o relatório, os outros votos separados não têm mais...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, só pedindo... Antes disso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas antes disso, haverá lista de discussão?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... haverá a discussão. É isso que eu queria colocar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não. Depois dos votos em separado vem a discussão, que é para a gente poder votar. Não se pode discutir aquilo que já foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos fazer o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos deixar claro. Serão lidos os votos em separado... Eram cinco. O Senador Eduardo Braga retirou o seu voto em separado. O Senador Alessandro Vieira retirou o seu voto em separado. Tem o voto em separado do Senador Girão, do Senador Marcos Rogério e do Senador Luis Carlos Heinze. Após isso, nós iremos abrir a discussão depois que o Senador Renan ler os adendos que ele está colocando. Aí eu abro a discussão e votamos logo após. Correto? Por isso é que nós não vamos contestar aqui na hora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito. A economia processual.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, a inscrição já está aberta ali, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

Após a leitura de todos os votos em separado e do Relator, nós iremos abrir a discussão.

Senador Marcos Rogério, por favor, por quinze minutos, com mais cinco de tolerância, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, passo a apresentar o meu voto em separado, que tem cerca de 230 páginas. Obviamente não farei a leitura integral, apenas de um sucinto do voto.

Inicialmente, cabe destacar que a saúde pública é matéria sujeita a um intricado modelo de repartição de competências delineado na Constituição Federal e também na legislação infraconstitucional. Nesse modelo, os entes federados compartilham determinadas corresponsabilidades, desfrutando, não obstante, de autonomia para atuar nas respectivas esferas de competência.

Por esse motivo é necessário sublinhar, em caráter preliminar, que o Brasil, como República Federativa, atribui a cada ente da Federação um arcabouço de competências e responsabilidades, nos termos dos arts. 1º e 18 da Magna Carta, de modo a constituir uma impropriedade jurídica buscar atribuir a um único e determinado agente político, seja ele o Presidente da República, um Ministro de Estado, um Governador ou um Prefeito, a inteira responsabilidade pelos erros e acertos adotados na formulação e implementação das políticas públicas de saúde de todo o País, o que abrange, muito especialmente, uma pandemia como a do novo coronavírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este foi o primeiro grande equívoco visto nesta Comissão: negar a existência de um Sistema Único de Saúde descentralizado e com direção única em cada esfera de Governo, ou seja, em todos os Estados, no Distrito Federal e nos Municípios há um núcleo específico de saúde pública com gestão própria e que integra o todo.

Esta CPI, por ignorância ou má-fé, vendeu ao País informações que passam a impressão de que o Governo Federal é o único responsável pela condução do serviço de saúde, negando a descentralização, a existência de uma rede regionalizada e hierarquizada, como determina a Constituição. Mas isso certamente não passou ao largo da visão da Nação, pois cada brasileiro sabe como a saúde funciona em sua própria cidade, inclusive como funcionou e está funcionando durante esta pandemia, sabendo identificar o que seja uma unidade de saúde do Governo Federal, estadual, distrital ou municipal.

Todo cidadão brasileiro sabe que não passa de expediente político, e bem rasteiro, atribuir ao Presidente da República a responsabilidade por todo o serviço de saúde nacional. Pior ainda é quando se busca atribuir ao Presidente da República o crime de causar a pandemia.

Como visto, para o Relator, não foi o vírus, seja qual for a sua origem, mas o Presidente da República o causador da pandemia, seguindo a tipificação penal que foi apresentada, para ficar apenas em um dos muitos absurdos e atecnias jurídicas.

É estabelecendo essas premissas fundamentais que passo a enfocar, adiante, as medidas de enfrentamento à pandemia.

Medidas preventivas e preparatórias no enfrentamento da pandemia.

Nesse primeiro tópico, que trata das medidas preventivas e preparatórias do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, é preciso destacar que o Governo Federal pretendeu, logo no começo, liderar um plano nacional de enfrentamento da crise sanitária, conforme previu a Lei Federal 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Citada lei estabelecia conceitos e protocolos relativos a isolamento, quarentena, tratamento, uso de medidas não farmacológicas, estudo e investigação epidemiológica, restrições excepcionais e temporárias de circulação por rodovias, portos, aeroportos, etc.

No art. 6º-B, estavam previstas medidas coordenadas, entre o Ministério da Saúde e todos os gestores locais, as quais, todo o País sabe, foram objeto de contestação perante o Supremo Tribunal Federal.

Na decisão do STF sobre a ADPF 672, foi assegurado aos Governos estaduais, distrital e municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência plena para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da covid-19, tais como a imposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de distanciamento social, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais, circulação de pessoas, entre outras.

Como o sentido e a abrangência dessa decisão do Supremo costumam ser negados, passo a ler trecho do acórdão produzido na ADPF 672, Plenário do Supremo Tribunal Federal, no qual se verifica que a Corte também se referiu à descentralização político-administrativa dos serviços de saúde.

Leio trecho da decisão do Supremo:

> Em relação à saúde e assistência pública, a Constituição Federal consagra a existência de competência administrativa comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 23, II e IX, da CF), bem como prevê competência concorrente entre União e Estados/Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, da CF), permitindo aos Municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, desde que haja interesse local (art. 30, II, da CF); e prescrevendo ainda a descentralização político-administrativa do Sistema de Saúde (art. 198, CF, e art. 7º da Lei 8.080/1990), com a consequente descentralização da execução de serviços, inclusive no que diz respeito às atividades de vigilância sanitária e epidemiológica (art. 6º, I, da Lei 8.080/1990).

E se destacar da decisão do Supremo as expressões “competência administrativa comum” e “descentralização político-administrativa do sistema de saúde”, envolvendo União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o que temos, então, é que, na Constituição Federal, na Lei do SUS e nas decisões do Supremo, a competência para o enfrentamento da pandemia é comum, com descentralização político-administrativa envolvendo União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mas, aqui, nesta CPI, a responsabilidade tem sido imputada exclusivamente ao Governo Federal e, mais especificamente, ao Presidente da República, como causador da pandemia. Afinal, a locução verbal contida no principal tipo penal imputado ao Presidente é justamente "causar", ou seja, "dar causa à".

Apesar disso, o teor da decisão do STF é suficiente para afastar a tese que defende responsabilizar o Governo Federal por suposta ausência de adoção de medidas preventivas para o combate à pandemia do novo coronavírus, já que a competência nessa matéria, conforme o entendimento da Suprema Corte, é concorrente entre todos os entes federados.

Como visto, ao longo dos trabalhos desta CPI, restou claro que se pretendia confirmar uma narrativa política, buscando atribuir ao Presidente da República a total responsabilidade desse grave problema de saúde pública, sem, em nenhum momento, considerar a atuação dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos no enfrentamento da pandemia.

O País inteiro viu a multiplicidade e a disparidade de medidas entre os agentes públicos estaduais e municipais, impondo-se realidades totalmente distintas, e não apenas em relação a medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sanitárias, mas também a farmacológicas e de protocolos de tratamento. Não é razoável que, agora, se pretenda somar tudo e atribuir responsabilidade a um único agente.

Apesar de óbvio, público, notório e incontroverso, também vale ser destacado que a eclosão da pandemia do novo coronavírus foi um evento inesperado, nenhum país do mundo tinha – e ainda não tem – um manual de como lidar com essa situação. Ainda assim, o relatório principal aponta o Presidente como causador da pandemia. Falta razoabilidade.

Em reforço à constatação de que não se tinha qualquer espécie de roteiro para enfrentar a pandemia, é válido registrar que a própria Organização Mundial da Saúde entrou em contradição ou teve que rever posicionamentos sobre protocolos de prevenção e tratamento da doença. O próprio reconhecimento da pandemia somente em 11 de março de 2020 se mostrou uma falha da OMS. Não estou atribuindo culpa aos dirigentes da organização; apenas estou demonstrando ausência de assertividade em todas as esferas de identificação e enfrentamento da pandemia. Não somos máquinas, e as máquinas também erram.

Enquanto a OMS reconheceu a pandemia somente em 11 de março de 2020, o Governo brasileiro, já no dia 6 de fevereiro de 2020, tinha uma norma legal prevendo um completo conjunto de medidas de enfrentamento da pandemia, demonstrando, aliás, uma boa sintonia com o Congresso Nacional na adoção de normas para declaração e enfrentamento do flagelo que só estava começando.

Também antes de a OMS reconhecer que havia uma pandemia, o Brasil já tinha pronto o seu Plano de Contingência Nacional para a Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, cuja primeira versão foi disponibilizada no início de fevereiro de 2020.

No que toca ao papel do Governo Federal, no sentido de adquirir e distribuir equipamentos de proteção individual a Estados e Municípios, na perspectiva de prevenção e proteção dos profissionais da saúde que se encontram na linha de frente do combate contra o coronavírus, meu voto principal traz, em detalhes, todos os quantitativos distribuídos, demonstrando efetivo emprego de somas bilionárias para o combate à pandemia, em suporte a todos os entes subnacionais.

Em relação especificamente à saúde indígena, cabe destacar que o Ministério da Saúde garantiu assistência aos quase 800 mil indígenas brasileiros que vivem em aproximadamente 6 mil aldeias de todo o Brasil. Por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o Ministério da Saúde reforçou o atendimento, mesmo antes do decreto de pandemia feito pela OMS, e foram disponibilizados mais de R$103 milhões em ações específicas para o enfrentamento da covid-19 entre os índios brasileiros. Trago, na versão completa do meu voto, toda a listagem de investimentos do Governo Federal para a proteção das populações indígenas durante a pandemia.

Em relação ao atendimento geral da população, houve substanciais investimentos do Governo Federal para o fornecimento de leitos em unidades de tratamento intensivo (UTIs), ventiladores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pulmonares, *kits* de intubação e testes para os Estados e Municípios de todo o País. Em relação a leitos de UTIs, somente em 2020, foram publicadas 19.517 habilitações e, em 2021, mais 23.907 habilitações, com um valor total custeado pelo Governo Federal de leitos de UTIs no montante de R$10,950 bilhões, isso sem considerar que, nos últimos 15 anos, nós tivemos uma redução do número de leitos de UTIs Brasil afora. Leitos de suporte ventilatório pulmonar: 1.918 habilitações, em 2020; 4.305 autorizações em 2021; R$379,3 milhões investidos pelo Governo Federal. Ventiladores pulmonares: 17.888, sendo 10.109 ventiladores de UTI e 7.779 ventiladores de transporte, sendo que, do total combinado, 8.912 foram destinados, pelo Governo Federal, a Estados, e aos Municípios, 8.976. Testes de covid-19: foram adquiridos 40.504.836, a um valor total de R$1.360.721.959, distribuídos aos Estados e Municípios. A lista é enorme e trago o detalhamento de todas as ações investimentos no voto em separado, protocolado nesta Comissão.

No que tange a repasses, fundo a fundo, para apoio do Governo Federal a Estados e Municípios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... exclusivamente, em relação à covid-19...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acrescento mais cinco minutos para a conclusão de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... em 2020, foram repassados R$32 bilhões aos Estados e Municípios; em 2021, mais R$5 bilhões – isso apenas especificamente para a covid-19, sem falar nos bilhões de reais que foram repassados aos Estados e Municípios e que também deram suporte ao enfrentamento da pandemia.

A despeito de o Supremo Tribunal Federal ter decidido não assegurar ao Governo Federal autoridade de, no enfrentamento da pandemia, tomar decisões que vinculassem Estados e Municípios e de ter dado plena autonomia aos entes subnacionais, a União destinou recursos para todo o País, tanto para fortalecimento do caixa desses entes como também para viabilizar recursos financeiros para o combate ao coronavírus.

Além disso, o Governo Federal socorreu diretamente os mais afetados pela pandemia, tanto pessoas físicas que se encontravam desamparadas ou sem emprego – especialmente diante de políticas de *lockdown* implementadas sem considerar o aspecto econômico, além da razoabilidade, adequação e extensão da medida – como também promoveu medidas de liquidez financeira para empresas. Sem contar os atos normativos editados pela União e os milhões de insumos repassados aos demais entes da Federação, como forma de viabilizar medidas preventivas quanto à propagação da covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conclui-se, até aqui, portanto, que o Governo Federal adotou todas as medidas de sua competência e responsabilidade, não podendo ser acusado de omissão no combate à pandemia. E quanto às medidas de ponta no enfrentamento da doença, preventivas ou curativas, a responsabilidade recai sobre Estados, Distrito Federal e Municípios, entes subnacionais autônomos para a adoção de políticas de saúde dentro de suas próprias competências, o que ocorreu sem qualquer ingerência do Governo Federal, mesmo quanto às medidas não farmacológicas.

Não tendo havido exame minucioso – se possível fosse fazê-lo – da conduta específica e objetiva de cada gestor local, é totalmente fora de razoabilidade se buscar impingir, a esmo, a responsabilidade por eventuais falhas a uma única figura, o Presidente da República, ou mesmo aos agentes federais, que não detinham o poder de fazer ou deixar de fazer, isto é, de gerir as políticas de saúde em cada um dos 26 Estados, do Distrito Federal e dos 5.570 Municípios.

Fica ainda mais fora de qualquer razoabilidade quando a pretensão desta CPI é atribuição da responsabilidade pelas mortes em decorrência da pandemia da covid-19, o que chega a ser um despautério diante das mais comezinhas regras de responsabilização criminal.

Feitas estas considerações gerais, que são suficientes para demonstrar o cumprimento do dever constitucional e legal da União no enfrentamento da pandemia, passo a abordar, também, de forma bem resumida, os principais assuntos discutidos durante os trabalhos desta Comissão.

Tratamento imediato.

Referente ao tratamento imediato, em resumo, há inúmeros medicamentos sendo testados para o tratamento da covid-19 e, apesar de não haver resultados conclusivos sobre a eficácia de determinadas drogas, como a hidroxicloroquina e a azitromicina, a utilização dessas substâncias deve ser avaliada caso a caso, à luz da autonomia médica.

Não obstante, uma verdadeira cruzada foi promovida contra a autonomia médica por uma parte dos membros desta CPI e também em outros âmbitos, o que levou o Conselho Federal de Medicina a publicar uma “moção de repúdio em defesa do médico”.

Quanto ao uso desse ou daquele medicamento para enfrentamento da pandemia, tanto na rede pública quanto na privada respeitou-se sempre a autonomia do médico, que não tinha – e ainda não tem – opção alguma de medicamento com previsão contida em bula de eficácia contra a covid-19. Assim, se a prescrição foi de cloroquina ou de qualquer outro fármaco, tal se deu dentro da avaliação feita pelo médico de cada paciente, dentro de sua realidade, não sendo o caso de esta CPI, de forma genérica e abstrata, produzir qualquer conclusão em sentido contrário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Conclua, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O mínimo que poderia ter havido, tivesse o grupo majoritário da CPI se interessado por investigação verdadeira, com o devido rigor técnico, seria a produção de prova pericial, a partir de casos singulares, quiçá alcançando alguma evidência específica. Ou seja, somente a produção de dados concretos, dentro de parâmetros científicos, poderia permitir se chegar a uma eventual declaração de erro nessa ou naquela prescrição. Nada disso há no conjunto apurado por esta CPI.

Sr. Presidente, o meu voto, mesmo no sucinto, tem ainda algumas páginas, mas como o tempo foi limitado nos 15 minutos com tolerância de mais 5, eu quero apenas lamentar que não possa apresentar aqui o conjunto dos argumentos nesse sucinto, mas não vou aqui ser indelicado com os colegas Senadores. Na discussão, apresentarei a sequência do meu voto.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

Só para comunicar a V. Exa. o procedimento, nós abrimos esta reunião na última quarta-feira, com a apresentação do relatório por parte do Senador Renan Calheiros. O procedimento na sequência é a apresentação dos votos em separado, com 15 minutos para cada um dos Srs. Senadores que inscreveram voto em separado, com a tolerância de 5. Na sequência, nós abriremos para a discussão.

Por óbvio que, no processo de discussão, não se abrirá a concessão nem para o Relator nem para os que apresentaram voto em separado, porque os 15 minutos na discussão são para os demais Senadores que não tiveram nem voto em separado, nem obviamente são relatores. Só para esclarecer o procedimento, que já foi anunciado desde a última quarta-feira por esta Presidência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu queria apenas ponderar a V. Exa. que o voto em separado é manifestação de voto. A discussão é outro debate. Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, assim como o voto do Relator é a manifestação de voto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, vamos retomar a ordem dos trabalhos, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu gostaria de consignar essa ponderação porque, mesmo na manifestação de voto, considerando tudo que aconteceu na CPI, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resumir a 15 ou 20 minutos é um desprestígio ao trabalho de quem se dedicou à CPI para produzir uma manifestação de voto em separado. Penso até que é um precedente ruim para as próximas CPIs, para os próximos processos de impedimento que esta Casa, que este Parlamento terá.

Mas eu gostaria de fazer este apelo ao Presidente: que nos permitisse, na discussão, usar do nosso tempo, porque aqui é manifestação de voto, que foi limitada nos 15 ou 20 minutos, para que a gente, nesses próximos quinze da discussão, pudesse, inclusive, dar sequência ao resumo que fizemos. Isso é absolutamente injusto com os colegas Senadores, nesse dia que finaliza o trabalho da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, esta Presidência deliberou o roteiro de encerramento com base na experiência de outras Comissões Parlamentares de Inquérito. O roteiro foi anunciado por esta Presidência na abertura dos trabalhos, na última quarta-feira, inclusive no rito que lhe informamos. E eu quero voltar a reiterar o rito: o Relator apresenta o seu voto; em seguida, se abre para os votos separados – quinze minutos mais cinco para apresentação dos votos separados –; em seguida, há o complemento de voto por parte do Relator; em seguida, se abre para a discussão, por 15 minutos, para aquelas Sras. e Srs. Senadores que não se manifestaram.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por fim, cada membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito – cada membro efetivo, que votar – terá até um minuto para fazer a sua proclamação de voto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Este é o roteiro definido por esta Presidência, em conjunto com o Senador Omar Aziz.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Salvo melhor juízo, quem não estiver satisfeito com o roteiro aqui apontado, que recorra ao Plenário.

Pela ordem ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a questão de ordem é para que V. Exa. possa esclarecer o seguinte: existe ali uma lista de inscritos para discorrer sobre, debater o tema, como sempre foi, quinze minutos. O que eu pergunto é o seguinte: o Senador Marcos Rogério, que fez o questionamento, ele poderia usar antes da hora esses quinze minutos? Ele podia dispor dos quinze minutos, já que ele está inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o Senador Marcos Rogério já utilizou esse tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, estou falando do extra dele, porque ele está inscrito ali para debater. Ele pode fazer agora ou depois?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Senador Otto. O Senador Marcos Rogério tem o mesmo direito que tem o Senador Renan.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então vai ser pela ordem de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Senador Marcos Rogério tem o mesmo direito do Senador Renan. Senador Renan não participará da discussão, porque ele é o Relator.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Humberto, você não me entendeu. É porque tem uma lista de inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O cara pode dizer: "Não, eu não vou querer falar na hora que estou inscrito...".

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colegas, só para a Presidência responder: o Senador Marcos Rogério tem a mesma prerrogativa do Senador Renan na apresentação do voto separado. O Senador Renan não participará da discussão, porque ele é o Relator. Os Srs. Senadores Eduardo Girão, Marcos Rogério e Luis Carlos Heinze, que apresentaram o voto separado, terão esse tempo agora que foi delimitado. Essa é a decisão da Presidência. Se, ao final da discussão, alguém não acatar a decisão da Presidência, encaminha, em questão de ordem, para o Plenário, e o Presidente, ao qual eu vou devolver a Presidência desses trabalhos, fará o devido encaminhamento. Só para esclarecimento, antes de devolver a Presidência ao seu titular.

Os inscritos são: agora vai para a apresentação do voto da parte de S. Exa., o Senador Luiz Carlos Heinze. Em seguida, os inscritos são: Senador Humberto Costa, Senador Eduardo Braga; Senador Otto Alencar, Senadora Eliziane Gama, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Jorginho Mello, Senador Tasso Jereissati. Os suplentes: Senador Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke. Até agora inscritos, não membros: Izalci Lucas e Fabiano Contarato.

O Senador Fernando Bezerra se inscreveu, por favor encaminhou para... Vou devolver a Presidência ao seu titular para passar à questão de ordem de V. Exa., Senador Tasso Jereissati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente Omar Aziz e Vice-Presidente Randolfe, só pra situar: na sessão anterior nós decidimos essa questão de ordem. O rito já foi aprovado, teve recurso, e o recurso foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Deixe-me só explicar aqui ao Senador Marcos Rogério.

Não foi à toa que falaram o Senador Girão, o Senador Marcos Rogério e o Senador Luis Carlos Heinze, porque são os votos em separado que vocês estão lendo. A discussão será posterior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas, então, eu terei os 15 minutos pra discutir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, o senhor vai falar o que o senhor quiser nos seus 15 minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, tá! Era isso que eu estava questionando, Presidente. Obrigado. Agradeço a V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Respeito, Presidente, a sua decisão, mas eu, sinceramente, não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espera aí, dá licença! Está escrito aqui que, depois do Senador Renan Calheiros, é o Senador Humberto Costa. O senhor vai discutir o quê?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo!

O Senador Eduardo Braga vai discutir o quê?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar, vai discutir o quê?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – O relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Eliziane, vai discutir o quê? O relatório. Senador Randolfe vai discutir o quê? Senador Jorginho Mello...

Qualquer Senador pode, depois, discutir o que quiser...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... pode pedir a palavra. Eu não posso é cercear a palavra das pessoas aqui!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque, caso o voto dele seja rejeitado, terá que ser discutido o voto em separado, um deles.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não tem direito de falar novamente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas para tentar ajudar na organização.

Na sessão anterior, nós apresentamos, através da apresentação do Senador Randolfe, um rito. Esse rito foi aprovado. Se eu não estiver enganado, nosso Senador Marcos Rogério recorreu. O recurso dele foi derrotado. Então, é uma situação vencida. Na hipótese de rejeição do relatório do Senador Renan, aí sim, teremos discussão sobre votos substitutivos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O entendimento da Mesa... Desculpe, Senador Alessandro. O relatório do Senador Renan Calheiros não foi debatido por ninguém aqui, correto? Ninguém aqui debateu. Ele leu o relatório, eu dei vista coletiva, e ficamos de debater. Tem o direito, qualquer Senador membro do Colegiado, de debater o relatório, de dizer que não concorda com isso ou que concorda com aquilo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Eu me curvo à decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá certo? O voto em separado também será debatido...

Eu estou ouvindo aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Caso o dele seja rejeitado. É isso mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está entendendo? Eu não posso aqui cercear o Senador de debater o relatório do Senador Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não posso. O voto em separado é uma coisa, o debate sobre a votação do relatório é outra. Eu não vou aqui cercear, não. Todo Senador que quiser se posicionar, a favor ou contra...

Por exemplo, eu ouvi aqui o relatório e discordo, mas é um direito... Na hora... Se eu quiser falar depois, eu falo.

Então, Senador Luis Carlos Heinze, que não é de Cacequi – vamos deixar claro!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para voto em separado.) – Bora, tchê!

Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, iniciando, quero que este nosso relatório seja incorporado ao relatório do Senador Renan para que seja encaminhado à Procuradoria-Geral da República e também ao Ministério Público Federal.

Chegamos ao crepúsculo de mais uma caminhada que nos deveria honrar perante nossos concidadãos. Longe dessa conquista, o que conseguimos foi, dia após dia, menoscabar o conceito que esta Casa Alta deveria buscar e manter.

Eu aqui, mesmo em minoria e muitas vezes sendo ironizado, mantive a coerência e o posicionamento de buscar a verdade. Em nenhum momento eu defendi o que estava errado ou afrontasse os princípios da legalidade, honestidade e dignidade humana. Lamento pelas mortes e danos que a pandemia impôs ao povo brasileiro, mas esse mesmo povo esperava desta CPI algo diferente do que testemunhou. A começar pela origem da covid-19, nesta CPI nada se falou. O dossiê norte-americano claramente indica que a origem desse vírus é duvidosa e pode ter aspectos de bioterrorismo, mas aqui tudo foi silenciado.

Na semana passada, foi divulgado que a EcoHealth Alliance, em agosto deste ano, apresentou um relatório sobre suas pesquisas em 2018/2019 – o relatório estava dois anos atrasado. Este é apenas o período de dois anos de pandemia e intenso debate sobre as origens do vírus. Nenhuma razão foi dada. O Sr. Daszak não respondeu à nossa pergunta. O relatório tardio descreve experimentos, previamente aprovados pelo NIH, para testar se a infecciosidade dos vírus geneticamente manipulados em camundongos com células semelhantes às do sistema respiratório humano. As manipulações tornaram os vírus mais letais para os ratos. Embora o Dr. Fauci, frente à agência americana de saúde, continue a insistir que isso não se encaixava na definição de pesquisa de "ganho de função" e não poderia ser levado à pandemia, mas certamente ele deveria ter atendido os próprios requisitos do Governo norte-americano para uma supervisão mais rigorosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas continuam surgindo perguntas sem resposta sobre o Sr. Daszak e o Instituto de Virologia de Wuhan, na China. Ele estava no centro do debate público sobre as origens do vírus, o único americano nomeado para a comissão mista da Organização Mundial de Saúde e China, o Sr. Daszak deve responder a essas perguntas para o Congresso americano. Suas doações eram fundos federais, e é inteiramente apropriado que o Congresso insista em responsabilidade e transparência. Ele também pode ajudar o mundo inteiro a entender o que realmente aconteceu em Wuhan.

É nosso dever buscar transparência e responsabilidades também. E esta CPI reiteradas vezes se negou a buscar a verdade sobre as origens dessa pandemia para assim tentarmos barrá-la em nosso País.

O Governo brasileiro buscou alternativas tanto por meio de vacinas quanto por meio de tratamentos. Prova disso é que hoje nós temos distribuídas 320 milhões de doses e aplicadas 270 milhões de doses. E o meu Estado, Rio Grande do Sul, já chegou, Senador Girão, a 18,5 milhões de doses, duas doses para cada população vacinal.

Aqui todos sabem que não é tarefa fácil, mas, mesmo assim, o Governo não se furtou em buscar alternativas. O Ministro Marcos Pontes e o Presidente do BNDES liberaram agora R$30 milhões para as quatro vacinas, ligadas à Federal de Minas Gerais, à Federal do Rio de Janeiro, à USP em Ribeirão Preto e também ao Senai Cimatec, da Bahia, que têm protocolos submetidos à Anvisa para a realização de ensaios clínicos em humanos.

É uma grande mudança de paradigma o Brasil passar de importador a produtor e exportador de tecnologia de vacina, iniciativa que faz parte de uma estratégia do Ministério da Ciência e Tecnologia para tornar o Brasil autônomo na fabricação de imunizantes nacionais e dominar as fases de desenvolvimento de tecnologia, produção de insumos farmacêuticos, envasamento e distribuição. Esse recurso do BNDES é mais uma parte, além do que o Ministério já tinha distribuído.

Mas, ao contrário, esta CPI preferiu escutar depoentes para tentar criar uma narrativa que não se sustenta. Um exemplo foi o depoimento do Sr. Dimas Covas, quando se fala aqui especificamente sobre a questão de que o Brasil poderia ter comprado, Senador Bezerra, 100 milhões de doses ainda em dezembro do ano passado. O Sr. Dimas Covas, quando o Senador Marcos Rogério fez a sua apresentação aqui, disse textualmente, em um vídeo que foi mostrado aqui, ao então Governador Doria: "Nós só teremos vacina a partir do dia 15 de janeiro", disse ele ao Governador que o questionava. Isso está gravado nesta CPI. Então, por isso, eu falo que o Sr. Dimas Covas fez parte de uma narrativa em que se revelou claramente que, mesmo que quisesse e tivesse os devidos registros, o Instituto Butantan não teria condições de produzir e entregar vacinas em dezembro de 2020 ou janeiro de 2021.

Hoje também sabemos que a Pfizer – aqui se falou em meios, tratativas, negociações, telefonemas, reuniões – vendeu vacina, Senador Girão, sob a promessa de remessas ainda em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro ou, no mais tardar, no primeiro trimestre de 2021, mas, ao estudar sobre as suas entregas, verifiquei, na Europa, no Chile, na Austrália e em vários países, que os atrasos e interrupções nas entregas continuam até hoje. Mas a CPI pouco se importou com isso.

Então, tanto no caso da Pfizer como no caso do Butantan, eu tenho farta munição e esclarecimentos que estão no nosso relatório.

Esta mesma Comissão optou por negligenciar a existência de mais de 15 mil médicos que continuam no *front* dos hospitais lutando bravamente, de norte a sul do Brasil, para salvar vidas. Até este momento lograram êxito em recuperar mais de 21 milhões de vidas, eles e outros milhares, entre os 21,7 milhões de cidadãos que adoeceram. E como fizeram para atingir esse objetivo? Obviamente lançaram mão do uso de medicamentos. E todas essas pessoas estavam hospitalizadas? Havia atendimento ambulatorial? Ora, por óbvio que esses médicos estão espalhados pelo Brasil inteiro receitando remédios sob sua responsabilidade.

Nesse sentido, quero aqui manifestar publicamente o meu apoio ao Conselho Federal de Medicina, que, sem conflitos de interesse, tem defendido a autonomia médica e os médicos com a bravura de verdadeiros heróis nacionais. Estes médicos estudaram e continuam estudando. Esta CPI, ao contrário, virou suas costas e preferiu negligenciar – e apresento, no meu relatório – 137 estudos, com média de 63% de melhoras obtidas com o tratamento de ivermectina. Também se negaram a analisar os mais de 284 estudos presentes na literatura médica de melhoras obtidas com o tratamento com hidroxicloroquina na fase de replicação viral e em tratamento ambulatorial. Ao contrário, escolheram valorizar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – V. Exa. continua batendo nessa tecla, Senador, mas isso aí não bate com a cabeça de ninguém, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O senhor pode falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Depois da declaração do Presidente, da vacina que dá aids, vem isso aí?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ainda vem isso aí? Não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero que reponha o meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vou lhe repor o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E eu quero que respeitem. Eu falo em nome de cientistas, não de charlatões.

O que estou fazendo, isto aqui, está no meu relatório: as 284 pesquisas com hidroxicloroquina no mundo e 137 com ivermectina; estão as pesquisas, que seguramente o Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República irão se debruçar nos trabalhos apresentados. Não são factoides, não são narrativas.

Ao contrário, escolheram valorizar um estudo que propositalmente aplicou doses letais de cloroquina em pacientes gravemente enfermos, criando o caos em Manaus. Estes são os acusadores: negacionistas, e que sabiam onde queriam chegar ao aplicar doses letais de cloroquina em pacientes vulneráveis. A verdade pode tardar, mas jamais vai falhar!

Sinceramente, fico triste em ver que a CPI, esse instrumento constitucional tão valioso, a ponto de se equiparar a um procedimento judicial, terminou por aportar a um triste *finale*, com evidentes abusos.

A nossa visão, nesta redoma, confinados nesta sala e neste Senado, é uma. A observação exterior, dos que nos acompanham, é outra.

Como Senador, preciso dar explicações sobre os meus atos. Por isso, confesso que preferia estar comemorando uma investigação que tivesse sido conduzida com elevado espírito público, buscando evidenciar aquilo para que fora proposta, sobretudo os desvios, Senador Girão, de recursos federais encaminhados aos Estados. Já se disse que o assassino ceifa a vida de uma pessoa; o corrupto ocasiona a morte de centenas, milhares de cidadãos.

A CPI passou ao largo de seu o objetivo, transmudando-se em tribunal de condenação prévia. Mais grave ainda: a condenação a partir de narrativas.

Os quadros dos artistas são inimitáveis. Assim também os escritores com suas obras. Considero desse nível o artigo de J. R. Guzzo, que recebi de meus eleitores e que se ajusta ao meu inconformismo, tantas foram minhas tentativas para advertir o equivocado rumo que estava sendo imprimido à nossa investigação.

Gostaria de celebrar de uma forma diferente, mas participei deste momento histórico nebuloso. É justo que meus coestaduanos gaúchos saibam exatamente como me sinto. Minha passagem por esta CPI não pode ser confundida com o que foi produzido, pois que me contraponho às suas conclusões.

Eu não saberia traduzir tão bem o que ocorreu, senão valendo-me dos especialistas na redação, como é o caso do referido jornalista, de quem colho as seguintes passagens:

> A "CPI da Covid" não está chegando realmente ao seu fim – está acabando, isto sim, com as marcas mais deprimentes de uma agonia. Essa aberração, uma das mais alucinantes que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Congresso Nacional produziu em toda a sua história, já estava destruída por uma metástase terminal antes mesmo de começar. Foi armada para falsificar fatos, condenar inimigos políticos e fraudar as próximas eleições presidenciais, com uma tentativa grosseira de derrubar o presidente da República e evitar a sua candidatura em 2022; nunca teve [...] a mínima intenção de apurar honestamente [...] [nenhum] erro no combate à Covid. Ao longo dos seis meses em que esteve viva, foi um trem fantasma que levou o país a patamares de baixeza nunca atingidos antes numa disputa política. Jamais apurou coisa nenhuma. Ocultou crimes. Comportou-se nos interrogatórios como uma delegacia policial de ditadura; ofendeu, perseguiu e pisoteou nos direitos das testemunhas como cidadãos e como seres humanos. Mentiu a partir do primeiro dia, e não parou [de mentir] até o último [dia]. Entregou-se de corpo e alma ao falso testemunho e a provas que não convencem um aluno de curso primário. Não investigou coisa nenhuma – só acusou, como se os interrogados fossem criminosos e já estivessem condenados antes [mesmo] de abrirem a boca. Inventou, e jogou em cima do governo, crimes que não existem na lei brasileira. Não teve um único momento de luz. Era natural, nessas condições, que acabasse como acabou: num funeral de terceira categoria, com seus donos se comendo entre si e uma lista de acusações oficiais integralmente miserável na sua qualidade e na sua consistência.

Colegas Senadoras e Senadores, reconheço que é um retrato forte, mas nós participamos desse espetáculo. O mínimo que nos cabe é reconhecer que o Senado Federal, essa instituição tão relevante, não poderia apresentar ao público cenas tão degradantes como aquelas ocorridas na CPI.

Foi-me feita repetidas vezes esta pergunta singela: "Como a CPI tem poderes judiciais, o senhor, Senador da República, considera que é possível, em uma sala do juízo, termos audiências como as que assistimos na CPI? É admissível que os juízes tratem assim suas testemunhas, os investigados, os advogados?".

Também é meu dever chamar a atenção da imprensa. Sua grande maioria foi gritantemente parcial, descarregando, todos os dias e durante o dia todo, uma visão sectária. Quem diz isso é aquele conhecido jornalista na mesma matéria:

> O que sobrou de mais chocante no caso, na verdade, foi o comportamento que a mídia considerada de elite, a começar pelo julgamento que ela faz de si própria, teve diante de todo esse desastre. A imprensa brasileira [na sua grande maioria], a partir do primeiro minuto, renunciou à sua função profissional de levar ao público informações objetivas sobre os fatos ligados à investigação – e de fazer suas análises com um mínimo de lógica e respeito às realidades. Em vez disso, atirou-se a uma militância política aberta, agressiva e sem freios em favor do relator e do presidente da comissão, mais os seus ajudantes de ordem – como se, no seu conjunto, fosse uma espécie de jornal oficial dos donos da CPI [...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Heinze, me desculpa, mas eu não estou ouvindo direito. Dá para falar um pouquinho mais alto?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

> Em vez disso, atirou-se a uma militância política, aberta, agressiva e sem freios em favor do relator e do presidente da comissão, mais os seus ajudantes de ordem – como se, no seu conjunto, fosse uma espécie de jornal oficial dos donos da CPI e do condomínio de partidos políticos interessados na sua exploração. Todo o tipo de ilegalidade, ou de simples estupidez, cometido pelos [...] [seus acusados] foi aceito sem um mínimo de olhar crítico – ou a mera verificação dos fatos – por parte da mídia. Testemunhas foram humilhadas na frente dos jornalistas sem se ouvir um pio. Insultos grosseiros foram tratados como [se fossem] perguntas legítimas. Publicou-se com a maior seriedade do mundo que um dos crimes cometidos pelo presidente da República foi ter permitido ou incentivado a distribuição de "kits" com cloroquina – um tratamento absolutamente legal e publicamente reconhecido como válido pelo Conselho Federal de Medicina. [Como assim?] Como assim, "crime", se milhares de médicos em todo o Brasil receitaram cloroquina para os seus pacientes, e se o [...] [Conselho Federal de Medicina] atestou que cabe aos profissionais aplicarem as terapias que julgarem mais acertadas, como em toda e qualquer doença? [...]

Sobre este assunto, a cloroquina, lutamos durante meses para que especialistas fossem ouvidos. Havia uma cantilena única, dirigida, engenhada pela CPI para atribuir culpa ao Presidente da República.

Quando finalmente dois médicos, Dr. Francisco Cardoso e Ricardo Zimerman, altamente conhecedores da matéria, iam ser ouvidos, Senador Girão, o Relator, Senador Renan Calheiros, abandonou a Comissão e se recusou a fazer qualquer pergunta. Ausentaram-se o Vice-Presidente e membros conhecidos como o grupo do G7, ou seja, os confessos adversários do Governo. Que validade jurídica pode-se emprestar a semelhante descalabro? Pode haver manifestação mais gritante da parcialidade da investigação? Tivessem permanecido, teriam ouvido dos depoentes a afirmação, que é minha também: ninguém é contra a vacina. Não se pode confundir prevenção com tratamento. A vacina e os fármacos são complementares.

Diversos Senadores, inclusive, confessaram ter usado a cloroquina.

Houve muita incoerência, muita pressão, muita interrupção dos depoimentos quando os depoimentos que eram ouvidos destoavam das concepções facciosas prevalentes na CPI.

Quando a Dra. Nise Yamaguchi foi ouvida, a CPI da Covid desprezou advertências que seguidamente recebeu do Supremo Tribunal Federal sobre o tratamento que deveria deferir aos seus depoentes: "Em seu interrogatório, o indiciado terá que ser tratado sem agressividade, truculência ou deboche, por quem o interroga diante da imprensa e sob holofotes, já que a exorbitância da função de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interrogar está coibida pelo art. 5º, III, da Constituição Federal, que prevê que 'ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante'."

De minha parte, apesar de tudo, posso dizer que procurei dar o máximo de mim para buscar salvar vidas.

Quanto ao uso de medicamentos, reproduzo a questão formulada por quem entende do assunto, como consta nos *Anais* da CPI, em suas oitivas.

Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves: "Pra quem afirma que a terapia é comprovadamente ineficaz, que nos mostrem, por favor, quais estudos onde o grupo placebo ficou melhor do que o grupo tratado com alguma dessas drogas". E tratou centenas de pacientes. Fala do Dr. Francisco Cardoso.

Dr. Ricardo Zimerman: "E, sem dúvida, quando a gente está com um inimigo desses, a gente tem que entrar com todas as armas na mão. Por isso é que a gente usa medidas que são complementares. Ninguém é a favor da medicação e contra a vacina. V. Exa. quer entrar com uma arma só na guerra? Eu [...] [prefiro] entrar com as duas! Então, na verdade, as medidas são complementares".

Aos compatriotas gaúchos e brasileiros, eu afirmo incisivamente que segui a lição de Paulo de Tarso: combati o bom combate e guardei a fé.

Muito obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um minutinho.

O senhor chamou aqui o Senador Renan Calheiros e seus ajudantes de ordem. Quem são os ajudantes de ordem aqui, Senador Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse: "O Senador Renan Calheiros e seus ajudantes de ordem".

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O grupo G7 da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, são ajudantes de ordem do Senador Renan?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, senhor.

Tem um objetivo apenas, Sr. Presidente, e V. Exa. sabe bem o que eu estou dizendo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Essa via totalmente política desta Comissão. Desde o início até o fim, só tinha um objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Lamento muito, mas se faz necessário apresentar neste instante requerimento a V. Exa., ao Relator, pelo indiciamento do Senador Luis Carlos Heinze, pelos mesmos tipos penais que foram atribuídos a outros Parlamentares Federais que da mesma forma, reiteradamente, disseminam notícias falsas que impactam na vida.

Eu sou Senador pelo Estado de Sergipe, com muito orgulho, me criei no Estado de Sergipe, cheguei lá com 8 anos de idade, mas sou gaúcho de nascimento. O Senador Luis Carlos Heinze é um homem respeitado no Estado do Rio Grande do Sul. O que ele fala repercute na vida das pessoas.

Esta Comissão, a ciência, os livros, a imprensa, todos já apresentaram um volume imenso de informações que mostra que esses dados que o Senador repete aqui são falsos. Mas, infelizmente, o eleitor do Heinze, lá no interior do Rio Grande do Sul, vai entender que é verdadeiro, porque ele está abrindo a internet e está vendo o Senador Heinze repetindo todos os dias, sem nenhuma reprimenda.

Esta CPI teve a coragem de pedir o indiciamento do Presidente da República, do Líder do Governo. Não pode fechar os olhos com relação ao comportamento do seu colega Parlamentar, Senador da República, que repete reiteradamente a mentira como forma de desinformar o cidadão.

Peço deferimento, Sr. Relator.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A mentira é o que a OMS fez. Factoides. O caso da pesquisa de Harvard que foi, que foi...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, por favor, com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, pela maneira como, apesar das advertências, o Senador Heinze reincidiu aqui todos os dias, apresentando estudos falsos, logo negados pela ciência, e pela maneira como incitou ao crime em todos os momentos, eu queria, nesta última sessão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... dar um presente a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. será o 81º indiciado desta Comissão Parlamentar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, Presidente, apenas, apenas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Renan, vou rebatê-lo, vou rebatê-lo porque eu falei 284 pesquisas e ninguém rebateu. Onde é que o senhor pesquisa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mostrem as de vocês. Estou mostrando as minhas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – São pesquisas! Podem fazer o que bem entenderem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma ponderação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem, Senador Fernando Bezerra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Considerando o artigo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra. Um minutinho. Ele pediu a palavra primeiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma ponderação. Eu entendo, eu entendo a manifestação do Senador Alessandro. Queria, respeitosamente, apelar ao Senador Renan Calheiros. Acho que o Senador Luis Carlos Heinze, ao longo de todo trabalho da CPI, fixou uma posição, procurou trazer elementos para justificar e legitimar a sua posição. É evidente que se pode discordar e se pode criticar, mas não se pode deixar de dar o mérito ao Senador Luis Carlos Heinze pela dedicação com que ele se houve aqui nesta CPI, procurando elementos, argumentos, para poder defender a sua posição, como o mandato parlamentar lhe confere.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que nós estamos nos aproximando do final. Uma atitude dessa parece ser uma coisa precipitada, uma decisão acalorada, e eu apelo a V. Exa., que soube conduzir os trabalhos desta CPI nos momentos mais tensos e mais críticos. Eu acho que... Uma reflexão, uma nova reflexão sobre essa manifestação, para que a gente pudesse desconsiderar a sugestão do Senador Alessandro Vieira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu queria fazer, de igual modo, um apelo a V. Exa. e ao conjunto dos Senadores e Senadoras desta Comissão Parlamentar de Inquérito – é um apelo combinado com um pedido de providências ao final: que, se for prevalecer o pedido inicial de inclusão, se submeta a voto, porque foi um requerimento apresentado agora há pouco. Mas o apelo é para que nós, todos nós, concordando ou discordando com a fala do Parlamentar, atentemos para o que diz o art. 53 da Constituição Federal.

Não acho, Sr. Presidente, que seja o caminho. Nós estamos encerrando os trabalhos da CPI no dia de hoje. Os Senadores e as Senadoras continuarão neste Senado Federal convivendo, e esta Casa relativizar uma garantia constitucional assegurada aos Parlamentares não é o melhor caminho, não é o melhor exemplo – mesmo discordando, mesmo aqueles que discordam da fala do Senador. Mas eu faço um apelo ao bom senso e à razoabilidade, considerando o que dispõe o art. 53 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não colocarei em votação no Colegiado, porque isso é uma decisão que o Relator acolhe ou não. Porque, se eu abrir esse precedente, também terei que abrir precedente para todos que pedirem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, ele fez um requerimento na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, só um minutinho.

Senão, V. Exa. pode requerer indiciar o Zezinho que serve o café aqui para gente, e aí vai ter que votar. Então, todos terão o mesmo direito de fazê-lo. Se eu abrir esse precedente... Essa é uma decisão exclusiva do Relator: o Relator acolhe ou não, como acolheu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qualquer requerimento é deliberado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dá licença –, como acolheu antecipadamente outras sugestões dadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A questão é que qualquer requerimento deve ser deliberado. Esse é o devido processo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não. Isso não é requerimento. É pedido de...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, ele apresentou um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Apenas para esclarecer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu já acolhi o encaminhamento sugerido pelo Senador Alessandro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu lamento que a Constituição esteja sendo violentada neste momento, Sr. Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso é um absurdo! Isso é um absurdo!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é mais um abuso de autoridade...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – O Senador Renan devia incluir, então, o nome dele também como a 80ª autoridade...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é mais um abuso de autoridade cometido por esta CPI.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... porque o senhor tentou construir uma narrativa desde o primeiro dia. Se o senhor está dizendo que ele construiu uma narrativa lá de trás, o senhor também construiu para condenar o Presidente Bolsonaro. Então, o senhor tinha que ser indiciado também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, o Governador que falou com criminoso, que se comunicou com criminoso está no relatório apontado como indiciado? Carlos Gabas, o chefe do "Quadrilhão", está?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, aí já é discussão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Essa discussão se dará no momento da discussão, me parece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aí já é discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, vamos aguardar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Espero que o Brasil veja até o final, para ver se quem conversou e tem diálogos interceptados com criminoso famoso no Brasil vai estar no relatório final. Quero ver.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, Senador Girão e Senadores, a questão de eu colocar em votação: eu também estou abrindo um precedente para todas as sugestões que forem dadas daqui para a frente – eu tenho que votá-las.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a inclusão de um Senador, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas veja bem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De um Senador colega desta CPI, membro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Calma, isso aí...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Já tem outros. Já tem outros incluídos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Além das imunidades que ele tem, garantidas na Constituição, ainda há uma que é o fato de ele ser membro desta CPI – membro desta CPI!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Reiterou a todo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Membro desta CPI!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estudei, não "reiterou". E mostro as provas. Mostro as provas, Renan! Mostre as tuas, que eu mostro as minhas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mostro os 284 trabalhos que eu estou mostrando aqui na CPI. Mostro os 130...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mostre. Eu tenho as provas. Eu estou mostrando para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, Sr. Presidente. Eu lhe peço assim... Eu faço um apelo ao senhor, ao Senador Renan Calheiros, ao Senador Randolfe Rodrigues. Eu sei que os nervos estão aflorados aqui há seis meses, mas é um momento de desfecho – é um momento de desfecho. Eu acredito que uma medida radical como esta passa um claro recibo de revanchismo, de perseguição.

E vou além: quem tem moral aqui para falar como arauto da ciência se, no dia em que vieram médicos fazer o contraponto, se retiraram, não pisaram aqui nesta CPI?! Está na história desta CPI!

Então, é uma covardia! E me desculpem, vou pedir para incluir essa palavra. Não se faz isso! Já estão colocando Parlamentares com crimes que não estão nem inscritos aí ou de que existe previsão no Código Penal. Estão colocando Parlamentares por crime de opinião! Deputados Federais. Onde é que nós vamos parar colocando agora um colega que tem convicção, que trouxe pesquisas, que participou de quase todas as sessões, porque ele veio aqui hoje à sessão fazer um voto em separado que bateu forte?! Eu acho que a gente precisa... Não pode dar essa, essa... Aí é um final totalmente melancólico...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, logo que possível, pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... dentro desta CPI.

Eu quero fazer esse apelo, Presidente, para que a gente não se desmoralize assim – todos nós – aqui neste processo. Por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Eu tenho sempre uma conduta: o uso de adjetivos deve ser bastante bem avaliado. Então, se alguém, pessoalmente, se acha sem moral para alguma coisa, é problema desse alguém. Eu sei o que estou fazendo, não estou aqui para brincadeira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor estava aqui, Senador Alessandro?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Esta situação...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor estava aqui no dia em que os médicos vieram?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Acompanhei *online*. O senhor bem sabe, foi numa sexta-feira, eu não estava aqui na cidade de Brasília.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, pois o senhor devia ter feito perguntas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... também. O senhor não é dono da ciência!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não, ninguém é dono...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor não é dono da ciência!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Girão, por favor, vamos tentar ser minimamente adultos na sala!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos, vamos tentar!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O Senador Luis Carlos Heinze foi alertado várias vezes. Eu já representei o Senador no Conselho de Ética, mas veja que estamos em andamento numa sessão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora, a CPI...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Por favor, Senador Marcos Rogério. Daqui a pouco, o senhor faz o seu *show*.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A CPI agora...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Aguarde só um instante!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Alertar Senador?! É censor de Senador?!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Apresentamos um requerimento, uma sugestão ao Sr. Relator. O Sr. Relator fez o acatamento. Após a apresentação do último voto em separado, terá a leitura do voto final, definitivo do Senador Renan, e teremos a etapa de discussão. E esse assunto será objeto de discussão. E, como bem disseram V. Exas., Senador Marcos Rogério, Senador Girão, eu não sou dono da verdade. Eu não sou dono da verdade. Não é essa a minha pretensão. A minha pretensão é ter um parâmetro só para que se saiba que quem dissemina notícias falsas no tocante à saúde pública ataca a saúde dos brasileiros! Esse é o centro do que estamos fazendo aqui no tocante ao Presidente da República! E a regra que vale lá vale cá!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E é o senhor que sabe o que é notícia falsa?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sabe o que é Colegiado? O senhor conhece o que é Parlamento?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E é o senhor que sabe o que é notícia falsa?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O Parlamento decide por maioria. É uma democracia ainda o Brasil! Se o senhor não sabe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Democracia, mas ninguém é dono da verdade...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Em democracia, se decide pelo voto! Ora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É o senhor que diz o que é notícia falsa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esperem aí... Srs. Senadores, por favor. Nós teremos ainda... Aqui tem 10, 14, 18 Senadores e Senadoras inscritas. Se a gente colocar 15 minutos para cada um, nós teremos aí um debate longo, em que todos terão oportunidade de se posicionar. Agora, eu vou ouvir o Senador Renan. Após ouvi-lo, eu abro para a discussão. Depois da discussão, eu vou votar os relatórios, o relatório do Senador Renan. Então, deixem-me dizer. Eu quero aqui fazer uma proposta aos Senadores e Senadoras que vou colocar em votação. São 15 minutos para cada Senador na discussão, para Senador ou Senadora. Eu quero propor para a gente reduzir pelo número de Senadores inscritos aqui. Está bom dez minutos?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Gente, aguenta-se ouvir tanta coisa aqui e vamos reduzir para 10? Não, 15 minutos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, 15 mais cinco era o voto em separado, Senador.

A discussão será 15 minutos ou 10, conforme...

(*Intervenções fora do microfone.*)

Está bom, vamos lá. Esse não é um debate que vai...

Vou comunicar ao Presidente...

V. Exa., Senador, conversou com o Senador Rodrigo Pacheco ontem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Conversamos e informamos da possibilidade de se estender a reunião para além do horário regimental da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu pedi a ele que não abrisse a Ordem do Dia enquanto a gente não terminasse a votação desse relatório, para nós terminarmos hoje. Então, pelo visto, nós vamos ter aí um longo dia aqui.

Vou passar a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, conforme compromisso que assumimos por ocasião da leitura do nosso relatório aqui na última reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu queria comunicar que todos os acréscimos sugeridos, compatíveis com a investigação, com as provas, com os indícios, foram acolhidos pelo Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para facilitar a exposição, eu quero começar exatamente pela alteração com relação à proposta legislativa.

Nós fizemos um acréscimo, porque a criação do memorial já foi aprovada, já é uma resolução do Senado Federal. Esse é um acréscimo. E nós recebemos uma proposta legislativa que dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes contra a administração da Justiça do Tribunal Penal Internacional, institui normas processuais específicas, dispõe sobre a cooperação com o Tribunal Penal Internacional e dá outras providências. Essa proposta acolhida foi do Senador Randolfe Rodrigues, e nós elencamos agora, ao final, "regulamenta o crime de genocídio na legislação brasileira". É uma proposta que vai, evidentemente, tramitar.

Com relação aos indiciados, eu queria dizer que vários Senadores tiveram aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, atuação de destaque e muito contribuíram para os indiciamentos que constam deste relatório. Nós agradecemos, mais uma vez, a todos, titulares, suplentes, integrantes da Bancada Feminina e outros que participaram igualmente e não eram sequer integrantes da própria Comissão Parlamentar de Inquérito.

Cumpre destacar também a importância do trabalho dos órgãos técnicos do Senado Federal, Senador Omar, em especial da Consultoria Legislativa, da Consultoria de Orçamentos, da Advocacia-Geral, da Diretoria-Geral, da assessoria dos gabinetes dos Relatores, dos Senadores também. Registramos, ainda, o empenho e dedicação dos servidores da Polícia Federal, do Tribunal de Contas da União, da Receita Federal e do Banco Central nas investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito e na produção deste relatório. Eu queria repetir: este relatório é um relatório feito a várias mãos, e acho que principalmente por isso a grande repercussão que ele teve nacionalmente e até internacionalmente.

Nós agradecemos ainda, Senador Omar Aziz, as contribuições valiosas dos juristas Miguel Reale Júnior, Sylvia Steiner, Helena Regina Lobo da Costa, Alexandre Wunderlich, do Grupo Prerrogativas, coordenado pelo jurista Marco Aurélio de Carvalho, dos pesquisadores da USP, coordenados pela Professora Deisy de Freitas Lima Ventura, e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em face de todo o exposto, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, dados os limites da própria investigação parlamentar, a sua competência e os elementos probatórios colhidos, sugere os seguintes indiciamentos, que inclui tanto crimes quanto ilícitos civis e administrativos, todos baseados na existência de indício suficiente de autoria e materialidade, conforme se pode verificar pelas provas documentais.

Neste momento, será apresentado o resumo dos crimes praticados pelos indiciados, esclarecendo que a descrição de condutas típicas individualizadas e a respectiva subjunção aos tipos penais já foram feitas nos itens 13.3 a 13.25.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Me permita sugerir só os nomes, eu não vou citar os indiciamentos mais uma vez. Tão logo se aprove o relatório, nós vamos disponibilizá-lo na Comissão Parlamentar de Inquérito e nas redes sociais.

- Primeiro indiciado: Jair Messias Bolsonaro;

- Segundo: Eduardo Pazuello;

- Marcelo Antônio Queiroga Lopes, Ministro da Saúde;

- Onyx Dornelles Lorenzoni, ex-Ministro da Cidadania e atual Ministro-Chefe da Secretaria da Presidência da República;

- Ernesto Henrique Fraga Araújo, ex-Ministro das Relações Exteriores;

- Wagner de Campos Rosário, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da República;

- Antônio Elcio Franco Filho, ex-Secretário-Executivo do Ministério da Saúde;

- Mayra Isabel Correia Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;

- Roberto Ferreira Dias, ex-Diretor de Logística do Ministério da Saúde;

- Cristiano Alberto Carvalho, representante da Davati no Brasil;

- Luiz Paulo Dominguetti Pereira, representante da Davati no Brasil;

- Rafael Francisco Carmo Alves, intermediador nas tratativas da Davati;

- José Odilon Torres da Silveira Júnior, intermediador nas tratativas da Davati;

- Marcelo Blanco da Costa, ex-Assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde e intermediador nas tratativas da Davati;

- Emanuela Batista de Souza Medrades, Diretora-Executiva e responsável técnica farmacêutica da empresa Precisa;

- Túlio Silveira, consultor jurídico da empresa;

- Airton Antonio Soligo, ex-Assessor Especial do Ministério da Saúde;

- Francisco Emerson Maximiano, sócio, dono da empresa Precisa;

- Danilo Trento, sócio da empresa Primarcial Holding e Participações;

- Marcos Tolentino da Silva, advogado e sócio oculto do FIB Bank;

- Ricardo José Magalhães Barros, Deputado Federal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Flávio Bolsonaro, Senador da República;

- Eduardo Bolsonaro, Deputado Federal;

- Bia Kicis, Deputada Federal;

- Carla Zambelli, Deputada Federal;

- Carlos Bolsonaro, Vereador da cidade do Rio de Janeiro;

- Osmar Gasparini Terra, Deputado Federal;

- Fabio Wajngarten, ex-Chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) do Governo Federal;

- Nise Yamaguchi, médica participante do gabinete paralelo, com presença também nos estudos e nos experimentos da Prevent Senior;

- Arthur Weintraub, ex-Assessor da Presidência da República e participante do gabinete paralelo;

- Carlos Wizard Martins, empresário e também participante ativo do governo paralelo;

- Paolo Marinho de Andrade Zanotto, biólogo e participante do gabinete paralelo;

- Antônio Jordão de Oliveira Neto, biólogo, participante do governo paralelo e representante da entidade Médicos pela Vida;

- Luciano Dias Azevedo, médico e participante do gabinete paralelo;

- Mauro Luiz de Brito Ribeiro, Presidente do Conselho Federal de Medicina;

- Walter Souza Braga Netto, Ministro da Defesa, ex-Ministro-Chefe da Casa Civil e ex-coordenador do Comitê da Pandemia;

- Allan Lopes dos Santos, blogueiro suspeito de disseminar *fake news*;

- Paulo de Oliveira Eneas, editor do *site* bolsonarista Crítica Nacional, suspeito de disseminar *fake news*;

- Luciano Hang, empresário suspeito de disseminar *fake news*;

- Otávio Oscar Fakhoury, empresário suspeito de disseminar *fake news*;

- Bernardo Küster, Diretor do jornal Brasil Sem Medo, suspeito de disseminar *fake news*;

- Oswaldo Eustáquio, blogueiro suspeito de disseminar *fake news* e incitação ao crime;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Richards Pozzer, artista gráfico suspeito de disseminar *fake news*;

- Leandro Ruschel, jornalista suspeito de disseminar *fake news*;

- Carlos Jordy, Deputado Federal, incitação ao crime;

- Filipe Martins, Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Presidente da República, incitação ao crime;

- Tercio Arnaud Tomaz, Assessor Especial da Presidência da República, incitação ao crime;

- Roberto Goidanich, ex-Presidente da Funag, incitação ao crime, art. 286 do Código Penal;

- Roberto Jefferson, ex-Deputado Federal, suspeito de disseminar *fake news*;

- Helcio Bruno de Almeida, Presidente do Instituto Força Brasil, incitação ao crime;

- Raimundo Nonato Brasil, sócio da empresa VTCLog;

- Andreia da Silva Lima, Diretora-Executiva da empresa VTCLog;

- Carlos Alberto de Sá, sócio da empresa VTCLog;

- Teresa Cristina Reis de Sá, sócia da empresa VTCLog;

- José Ricardo Santana, ex-Secretário da Anvisa, formação de organização criminosa;

- Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria, lobista, art. 2º, *caput,* formação de organização criminosa;

- Daniella de Aguiar Moreira da Silva, médica da Prevent Senior, art. 121, *caput*, combinado com os arts. 13, §2º, alínea "b", e 14, todos do Código Penal;

- Pedro Benedito Batista Júnior, Diretor-Executivo da Prevent Senior, arts. 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem), 269 (omissão de notificação de doença) e 299, *caput* (falsidade ideológica), todos do Código Penal; e art. 7º, "k" (crime contra a humanidade), do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);

- Paola Werneck, médica da Prevent Senior, art. 132 (perigo para a vida ou saúde de outrem) do Código Penal;

- Carla Guerra, médica da Prevent Senior, art. 132 e art. 7º, k (crime contra a humanidade);

- Rodrigo Esper, médico da Prevent Senior;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Fernando Oikawa, médico da Prevent Senior, (perigo para a vida ou saúde de outrem) do Código Penal; e art. 7º (crime contra a humanidade) do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);

- Daniel Garrido Baena, médico da Prevent Senior, art. 299, *caput* (falsidade ideológica), do Código Penal;

- João Paulo F. Barros, médico da Prevent Senior, art. 299, *caput* (falsidade ideológica), do Código Penal;

- Fernanda de Oliveira Igarashi, médica também da Prevent Senior, art. 299, *caput* (falsidade ideológica), do Código Penal;

- Fernando Parrillo, dono da Prevent Senior, art. 132;

- Eduardo Parrillo, também dono da Prevent Senior, arts. 132, 269 e 299;

- Flávio Cadegiani, médico que fez estudo com proxalutamida, art. 7º, "k" (crime contra a humanidade), do Tratado de Roma (Decreto 4.388, de 2002);

- Wilson Miranda Lima, Governador do Estado do Amazonas, arts. 267, 319;

- Marcellus José Barroso Campêlo, Secretário Estadual de Saúde do Estado do Amazonas;

- Heitor Freire de Abreu, ex-Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República e ex-Coordenador do Centro de Coordenação das Operações do Comitê de Crise da Covid, art. 267 do Código Penal;

- Marcelo Bento Pires, Assessor do Ministério da Saúde, art. 321 do Código Penal;

- Alex Lial Marinho, ex-Coordenador de Logística do Ministério da Saúde;

- Thiago Fernandes da Costa, Assessor Técnico do Ministério da Saúde;

- Regina Célia Oliveira, Fiscal de Contrato no Ministério da Saúde;

- Hélio Angotti Neto, Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde;

- José Alves Filho, dono do Grupo José Alves, do qual faz parte a Vitamedic, art. 267;

- Amilton Gomes de Paula (Reverendo Amilton), representante da Senah, art. 332, *caput,* do Código Penal;

- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda.;

- VTCLog Logística;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- O 81º, Senador Heinze.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria só destacar que, em meio aos acréscimos sugeridos, nós acolhemos, com muita satisfação, melhorias promovidas ao relatório inicialmente posto aqui, naquela leitura que fiz.

Primeiro, um novo capítulo sobre política externa do Governo Federal na pandemia, geopolítica; segundo, aprofundamento do capítulo sobre a crise no Amazonas; melhorias no capítulo sobre a população negra; medidas para aumentar a transparência do Governo Federal; registro da *live* do Presidente em que associa a vacina e a AIDS; consequente proposta de afastamento do Presidente, seu banimento das redes sociais mediante ação a ser proposta pela Advocacia do Senado Federal, já anunciada aqui tanto pelo Senador Randolfe quanto pelo Senador Alessandro Vieira; pedido de investigação pelo Tribunal de Contas da União da ação da Conitec sobre a hidroxicloroquina, solicitando a anulação da reunião e realização de outra reunião com bases científicas e com prazo definido; definição do encaminhamento de documentos sigilosos às autoridades competentes – isso aqui é um outro avanço, um outro legado desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque sempre todas as Comissões se deparavam e gastavam muita energia com essa discussão de sigilo, se poderia mandar o sigilo ou se só o Presidente do Senado poderia fazê-lo a partir dos sigilos compartilhados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e nós deixamos, com relação a isso, também um legado, uma decisão que será utilizada pelas próximas Comissões Parlamentares de Inquérito –; indiciamento de outras 13 pessoas por crimes praticados durante a pandemia, já citadas detalhadamente nos indiciamentos que acabo de ler.

Eu queria, para encerrar, Presidente, só lembrar alguns avanços, já que eu falei em legado desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que foram tomados antes mesmo da conclusão dos nossos trabalhos.

O Tribunal de Contas da União abriu a questão do caso do auditor, com quebra de sigilos relacionados ao caso do auditor.

No caso Covaxin, o Tribunal de Contas pediu cópia dos documentos da contratação da vacina indiana Covaxin, inclusive das quebras de sigilo.

Da CGU, diante do que foi revelado na CPI, auditores defenderam, no curso da investigação preliminar sumária, solicitar cópia de documentos, ouvir Senadores que prestaram depoimentos na Comissão e analisar a fraude de documentos destrinchada na Comissão Parlamentar de Inquérito.

VTCLog, investigação preliminar sumária foi aberta para apurar suposto pagamento de despesa de Roberto Dias por subsidiária da VTCLog.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Providência do Ministério Público Federal, o TCU abriu investigação e cancelou o aditivo do contrato da VTCLog, uma providência concreta.

Caso Covaxin, a CPI compartilhou depoimentos relacionados ao caso para instrução de procedimento criminal em curso na Procuradoria da República do Distrito Federal.

Mercado paralelo de vacina, a Procuradoria no Distrito Federal pediu documentos da CPI para instruir procedimento aberto.

Sobre a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), amigo de Roberto Ferreira Dias, a Corregedoria da Anvisa apura a conduta do ex-Secretário da agência José Ricardo Santana e de outro servidor da Anvisa, a partir de história investigada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Amigo de Roberto Ferreira Dias demitido do Ministério da Saúde por suspeita de propina, Santana foi citado como participante do jantar de negociação de vacinas inexistentes.

Caso Covaxin, prevaricação do Presidente da República. A PGR pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito para investigar prevaricação do Presidente da República a partir de denúncia desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a atuação da CPI de convocar representantes da Prevent Senior para explicar denúncias de manipulação em pesquisas com paciente de tratamento indiscriminado com doses ineficazes, levou a ANS a agir e pedir o compartilhamento de documentos.

Conselho Regional de Medicina de São Paulo, sindicância do caso Prevent Senior solicitou informações, provas e depoimento do médico Pedro Benedito Batista Junior, Diretor da Prevent Senior, que prestou depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 22.

Polícia Federal abriu, como consequência da CPI, investigação sobre a Precisa.

Polícia Federal abriu inquérito para investigar o Presidente da República por crime de prevaricação.

Nós também recebemos a cópia de uma análise, pelo Tribunal de Contas da União, das motociatas realizadas pelo Presidente da República em plena pandemia.

Inquérito do MP de São Paulo, da Prevent Senior.

CPI da Alesp, Prevent Senior.

Derrubada de contas de fake news em redes sociais variadas de muitos citados aqui, hoje inclusive, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, e reconhecimento mundial do relatório como o primeiro documento que sistematizou e apurou crimes, erros e omissões do Governo, no caso brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer também aos internautas que, mais uma vez, tiveram uma participação ativa e destacada nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, especialmente aos cerca de 150 integrantes do grupo Camarote da CPI, voluntários que contribuíram com esta Comissão Parlamentar de Inquérito na checagem de números, na exposição das contradições postas aqui pelo Governo Federal nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, na formulação de perguntas.

Eu me recordo que, na primeira vez em que esteve aqui o Pazuello, eu abri para os internautas colaborarem com a formulação de perguntas e, em uma hora, nós já tínhamos recebido mais de 6 mil perguntas formuladas. Isso é uma contribuição inestimável que, mais uma vez, eu queria agradecer.

Era isso, Sr. Presidente, por ora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.

Feita a complementação de voto ao relatório do Senador Renan Calheiros, nós daremos sequência à discussão.

Quero informar a todos os colegas a dinâmica que esta Presidência adotará.

Cada colega Senador, seja ele membro efetivo, membro suplente ou não membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, terá até 15 minutos, improrrogáveis por parte desta Presidência, para a sua intervenção. Conclusa a discussão, nós passaremos à votação do relatório. A votação será pelo sistema nominal e ostensivo e cada colega Senador membro efetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito terá até um minuto para proclamar o seu voto em relação ao relatório do Senador Renan Calheiros.

Dando sequência, então, o primeiro Senador inscrito para discussão é o Senador Humberto Costa.

V. Exa. tem 15 minutos para debater.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quero iniciar aqui as minhas palavras fazendo as minhas homenagens a todos os mortos por essa pandemia, às suas famílias, e registrar aqui um número que tem que ficar para a história.

Ali nós temos 605.884 e vários estudos científicos feitos sobre a pandemia no Brasil dizem que, desses 605.884, 450 mil poderiam estar vivos não fosse a incompetência, a negligência e a omissão deste Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero me congratular com o Presidente desta Comissão, Omar Aziz, que deu uma condução firme e democrática a esse trabalho, com o nosso Vice-Presidente, Randolfe Rodrigues, não só por ter sido o primeiro signatário do pedido desta CPI, mas por ter dado uma contribuição muito efetiva, e saudar aqui o nosso Relator, Renan Calheiros. Tive a oportunidade de, na primeira reunião do G6 – naquela época eram seis –, indicar, sugerir o nome de V. Exa. como Relator e não me arrependo, me sinto orgulhoso pelo trabalho que V. Exa. fez.

Quero saudar todas as nossas companheiras que aqui participaram – Simone Tebet, Eliziane, Zenaide, Soraya, Leila –, todos os demais companheiros, suplentes e titulares; saudar todos os servidores e as servidoras que nos ajudaram aqui, nessa tarefa tão difícil; e também saudar os internautas, diversos grupos que participaram, os Tesoureiros do Jair e vários outros. Eu quero agradecer também.

E quero dizer, Sr. Presidente, que esse relatório coroa um esforço. Essa CPI foi fundamental para a história do nosso País. Ela foi capaz de catalisar a atenção e a insatisfação da população brasileira, que se encontravam dispersas. Ela trouxe luzes sobre os fatos acontecidos em toda a pandemia e conseguiu provar uma tese central que diz que há estratégia escolhida pelo Governo Bolsonaro para superar a pandemia e o coronavírus foi a adoção da busca da imunidade coletiva pela transmissão da doença. E nós conseguimos provar isso, que representa um crime com dolo eventual. E, por isso, o Senhor Presidente da República e alguns dos seus auxiliares estão enquadrados no crime de epidemia com resultado morte, com penas que vão de 15 a 30 anos de prisão. Eu espero que a justiça seja feita e eles possam pagar por esses crimes.

Na verdade, esse Governo, o tempo inteiro, ficou preocupado tão somente com a questão da economia por conta do desejo de reeleição do Presidente da República. Sabotou as medidas preventivas de Estados e Municípios; subestimou a gravidade da doença; negou-se a estimular a testagem; demorou a implantar leitos de UTIs; e, na sua rede de hospitais do Rio de Janeiro, metade dos leitos ficaram fechados durante o processo da pandemia, quando poderiam ter ajudado no enfrentamento da crise. Negou aos profissionais de saúde equipamentos de proteção individual e, ao lado disso, propagou a utilização de medicamentos sem qualquer eficácia, para dar à população uma falsa segurança que permitisse que ela quebrasse o confinamento. Ao mesmo tempo, propiciou a empresas inescrupulosas lucros astronômicos, fortalecidos por relações promíscuas com maus profissionais e más instituições de saúde, planos de saúde que tiveram lucros astronômicos por passarem mais de um ano sem prestar os serviços comuns que deveriam ser prestados aos seus servidores e outras que resolveram, além disso, fazer experiências pseudocientíficas sem autorização de pessoas e de famílias.

Quero aqui falar com orgulho que sou médico. Eu me orgulho dos médicos brasileiros que estiveram na linha de frente para salvar tantas e tantas vidas e a eles faço uma homenagem, mas quero dizer também, Sr. Presidente, que me envergonho de ter como Presidente do meu Conselho Federal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medicina, que deveria regulamentar a atividade profissional médica e defender os médicos, um negacionista bolsonarista, que trocou interesses políticos pelos interesses da saúde da população. E quero parabenizá-lo por tê-lo indiciado, Senador Renan Calheiros.

Quero dizer que o Governo se caracterizou pela desinformação – e aí, meus parabéns à mídia tradicional, que o tempo inteiro propagou a verdade e enfrentou os disseminadores de notícias falsas, que foram desde a ideologização, debatendo a origem do vírus, se a vacina era chinesa ou não, contra as máscaras, até essa última aparição grotesca e criminosa do Presidente da República, associando o uso de vacinas à transmissão da Aids.

Medicamentos ineficazes foram defendidos, vacinas foram demonizadas. Nas relações internacionais, brigamos desnecessariamente com o maior fornecedor de insumos para este País na área da saúde, que foi exatamente a China. E, na área da vacinação, há luz no fim do túnel para a superação da doença, como está provado agora pela diminuição dos casos e mortes. O Governo renegou vacinas de qualidade, reconhecidas, regulamentadas, ofertadas a tempo, e que poderiam ter evitado 150 mil mortes se tivessem chegado a tempo, ainda em dezembro, para que começássemos a vacinar.

Porém a pressão do povo brasileiro e desta CPI obrigaram o Governo a ir atrás de vacinas. Mas qual foi a opção do Governo? Foi comprar a Pfizer? Foi comprar a CoronaVac e a Moderna? Não. Foi atrás de empresas inidôneas, como a Precisa, a Global, que já havia aplicado um golpe no Ministério da Saúde e que queria antecipadamente receber dinheiro por uma vacina que não tinha registro no Brasil e que até hoje não foi entregue ao Paraguai, que comprou esta mesma vacina, a Covaxin. Um Governo que demonstrou a sua falta de transparência, a sua incompetência, a sua bagunça, quando permitiu que verdadeiros estelionatários pudessem chegar até o Vice-Ministro para oferecer uma vacina inexistente e ainda cobrar propina aos pseudovendedores dessa vacina.

A CPI ajudou muito: impediu que R$1,6 bilhão, que iriam pagar a Covaxin, não fossem pagos porque o contrato foi suspenso; impediu o golpe que queriam dar com a vacina CanSino, porque aqui denunciamos o esquema que estava por trás disso. Um governo que demorou a aplicar o auxílio emergencial, que o Congresso teve que tomar essa posição, e agora 22 milhões de brasileiros estão no limbo, sem o auxílio emergencial, e o povo tendo que brigar em cima de um caminhão de lixo para pegar os restos do que aqueles que ainda podem comer hoje o fazem. Uma pandemia que atingiu desigualmente negros, mulheres, indígenas, populações quilombolas, e nós assim o denunciamos.

Fico triste porque não conseguimos aqui indiciar algumas figuras que mereceriam muito. E eu quero citar duas só. O Sr. Paulo Guedes. Paulo Guedes é a cara do que há de pior na elite brasileira: um cidadão insensível que, enquanto o povo está pegando o osso na frente dos supermercados, ele está, a cada dia que se passa, acumulando mais dinheiro numa *offshore*, no exterior. E o seu chefe de políticas econômicas, o Sr. Sachsida. Mas eu entendo. Eu entendo que não foi possível. Nós tínhamos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construir um consenso possível. Mas certamente se a lei dos homens não vier a castigar essas duas figuras desse Governo, a de Deus certamente os castigará no momento certo.

Sr. Presidente, coisas há por fazer. Precisamos cobrar desse Governo a vacinação das crianças de 5 a 11 anos. Coisas que essa CPI vai fazer. Deveremos aprovar a proposta do nosso companheiro Randolfe para criação da frente observatório, que não pode dar um segundo de trégua àqueles que têm obrigação de pegar esse relatório e dar seguimento abrindo processos, aprofundando investigações. Essa CPI é um exemplo para o mundo. E eu, que já tive oportunidade de ser muita coisa, Deputado Federal, Deputado Estadual, Vereador, Senador, Ministro da Saúde, Secretário Municipal, Secretário Estadual, quero dizer que um dos maiores orgulhos que eu tenho na minha vida foi ter participado dessa Comissão Parlamentar de Inquérito e contribuído para que nós fizéssemos esse trabalho que fizemos.

O mundo está alerta. Talvez pela primeira vez um país, numa investigação, que não é num período de guerra nem de disputas étnicas, nem em meio a atos de terrorismo, julga, avalia um Chefe de Estado como alguém que cometeu crimes contra a humanidade, que atacou a democracia, que deu tratamento vil às populações indígenas. Nós não vamos parar aqui; nós vamos à PGR, nós vamos ao Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ao Tribunal Penal Internacional de Haia e, acima de tudo, nós não vamos esquecer nem abandonar as vítimas da covid-19. Estaremos juntos, como Parlamentares, na defesa disso.

Quero concluir, Sr. Presidente, que nós aqui demos também uma lição de política. Aquilo que nós não conseguimos fazer nas conversas entre partidos, com os movimentos sociais, essa CPI conseguiu fazer: formar uma grande frente política; não eleitoral.

Pessoas de partidos tão díspares, tão distantes aqui se uniram com um objetivo: dizer ao Brasil o que aconteceu durante essa quadra histórica que nós vivemos dentro da pandemia. E fizemos muito bem: aqui a divisão não foi de direita contra esquerda, contra centro, ainda que cada um de nós tenha a sua posição e defenda com a maior clareza possível. Aqui se travou um embate entre a civilização e a barbárie. E esse embate a civilização ganhou! Ganhou, porque eu tenho certeza que criminosos semelhantes a esses que estão aí listados, no futuro, pensarão muitas vezes antes de assumirem suas posições negacionistas, seus equívocos e sua insensibilidade.

Por último, eu quero ironicamente aqui relembrar o dia em que estava aqui o Sr. Pazuello, um dos maiores criminosos que esteve nessa pandemia. Eu perguntei a ele: "Qual é a sua sensação agora, depois de ter saído do Governo?". E ele disse: "O dever cumprido". Certamente ele não cumpriu o dever dele; ainda hoje deve dormir mal. Mas nós aqui – eu posso dizer com todo o orgulho e com toda a certeza – cumprimos o nosso dever com o Brasil.

Parabéns a todos que fizeram esta CPI!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto. Meus cumprimentos a V. Exa., que cumpriu também o tempo devido, dentro dos 15 minutos do seu pronunciamento.

Dando sequência, o próximo orador inscrito é o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Presidente Randolfo Bittencourt, eu quero iniciar cumprimentando V. Exa. como o primeiro signatário do requerimento que deu origem a esta CPI.

Quero cumprimentar também o Senador Omar Aziz, Senador do meu Estado, o Estado do Amazonas, que conduziu esta CPI durante seis meses.

Quero cumprimentar o meu colega, amigo e correligionário de tantos anos, de tantas jornadas, Renan Calheiros, que teve a espinhosa missão de relatar uma das mais desafiadoras CPIs da história republicana brasileira.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que participaram da CPI, não apenas os membros titulares e suplentes, mas também aqueles que, por opção, decidiram se engajar nessa luta pela vida, porque aqui nós lutamos pela vida, o tempo todo pela vida.

Quero dizer que esta CPI é diferente de todas porque ela trata de um fato continuado. A CPI da covid-19 não encerrou a covid-19. A covid-19, lamentavelmente, ainda está aí, contaminando pessoas, e ainda está aí provocando internações, e, lamentavelmente, ainda provocando óbitos no País e no mundo, mas a diferença, Senador Renan, Senador Randolfe, colegas Senadores, é que agora o Brasil tem vacina. O Brasil não tinha vacina quando esta CPI começou.

O Brasil, quando esta CPI começou, patinava, patinava por uma decisão de negar ao povo brasileiro uma alternativa de vacina. Nós vivíamos, Senador Tasso, na luta para entender por que o cronograma do Butantan não era cumprido, por que o cronograma da Fiocruz não era cumprido, por que o contrato da Pfizer não era assinado, por que a Janssen não era comprada, por que nós não avançávamos na contratação de vacinas, que nós sabíamos que eram eficientes. E aí, senhoras e senhores, foi preciso o Senado da República... E aqui eu quero destacar o papel do Presidente Rodrigo Pacheco, que, juntamente com o Senador Randolfe e com uma modesta contribuição do Senador que lhes fala, construímos um projeto de lei, aprovamos o projeto de lei, demos legitimidade para a assinatura dos contratos, e esta CPI fez com que a pressão da opinião pública viabilizasse a contratação finalmente das vacinas que realmente salvariam vidas. E, hoje, Senador Renan, no dia em que V. Exa. entrega o seu relatório, o Brasil alcança índices de vacinação entre os melhores países do mundo. Se nada mais esta CPI tivesse alcançado, isso já seria o grande legado desta CPI!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas esta CPI foi além! Esta CPI enfrentou também a questão dos protocolos. Por quê? Porque, lá atrás, nos idos de março de 2020 ou de abril de 2020, quando não se dominava um protocolo cientificamente testado e comprovado, era até admissível que se pudesse testar qualquer tipo de droga, mas, a partir do momento em que a ciência encontrou o caminho, encontrou a vacina, encontrou o tratamento que salvava vidas com segurança, não valia mais a pena seguir por esse descaminho ou por essa teimosia. O órgão que deveria aprovar um protocolo clínico para o tratamento da covid-19, a Conitec... A gente acaba a CPI, e eles não conseguem acabar essa discussão infindável sobre um protocolo!

Nós apresentamos um relatório de uma CPI que traz respostas. E aí, Sr. Presidente, me permita colocar. Esta CPI nasceu do sofrimento do povo brasileiro, da revolta contra o negacionismo, a omissão e a irresponsabilidade na condução do combate à pandemia, mas o que impulsionou, de fato, a instalação desta Comissão foi o horror diante das cenas de famílias em desespero no Amazonas atrás de cilindros de oxigênio; foi a desumanidade das mortes por asfixia que invadiram as redes sociais e ganharam as manchetes no Brasil e no mundo.

No início do ano, o Amazonas viveu o subsolo do inferno. A variante P1, muito mais contagiosa que a anterior, fez o número de casos explodir. O colapso do sistema de saúde marcou o mês de janeiro mais triste da história do meu Amazonas; o meu querido Amazonas com filas de carros funerários nos cemitérios de Manaus e instalação de câmaras frigoríferas na porta dos hospitais para abrigar os corpos. A covid já havia tirado a vida de mais de 5,2 mil amazonenses no ano de 2020, mas, só nos primeiros 30 dias de 2021, 2.522 amazonenses, que não tiveram o direito mínimo de lutar pela vida, morreram por falta de leitos nas UTIs, por falta de ambulâncias, de médicos, de remédio, de respiradores, por falta de insumos mais básicos, de tudo e de todos: o oxigênio. Uma tragédia que transformou Manaus no centro mundial da pandemia, como, de fato, foi o fato determinado desta CPI.

A crise de oxigênio e o colapso da saúde no Amazonas merecem atenção máxima, e mereceu – aqui quero agradecer – por parte do nosso Relator, acatando os nossos adendos e as nossas sugestões e, por parte do Presidente Omar Aziz a grandeza de entender que nós, nesta instância da Câmara Alta do Legislativo brasileiro, podemos fazer justiça. Justiça a quem? A um povo que não tem acesso aos microfones, que não tem acesso à grande mídia nacional e que, lamentavelmente, sofreu e teve de chorar os seus mortos de forma silenciosa.

Indignação é pouco para o tamanho da dor que o povo brasileiro sofreu. Trata-se, na verdade, de uma questão de justiça. O que houve no Amazonas, lamentavelmente, não se trata de questão eleitoral, de questão partidária; trata-se de um crime contra a saúde pública do nosso Estado. Um crime e uma série de crimes. E os criminosos não poderiam deixar de ser punidos, porque nós não estamos falando aqui apenas da compra de ventiladores em loja de vinho. Não! Nós estamos falando da não compra de oxigênio, nós estamos falando da não abertura dos leitos de UTI, nós estamos falando do fechamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipado do único hospital de campanha, e nós estamos falando, diferentemente do que disse o colega Senador Eduardo Girão, do fato determinado desta CPI. Esse é o fato determinado da CPI; é isso que nos diferencia dos outros Estados. E é por isso, e tão somente por isso, que o Relator tinha as condições para poder fazer justiça ao povo do Amazonas. E, tão somente por isso, nós pudemos fazer justiça ao povo do Amazonas.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a V. Exa. e reconhecer o papel republicano do Presidente Omar para que nós pudéssemos chegar a bom termo.

Não há desculpas ou explicações plausíveis para o que aconteceu no Amazonas. Da mesma forma que não há explicações plausíveis para o atraso da vacinação, para a teimosia da distribuição de medicamentos sem base científica – não há explicações plausíveis pra isso.

Há dados e indícios de sobra sinalizando o agravamento da pandemia e o eminente colapso do sistema de saúde e até mesmo do sistema funerário, no caso do meu Estado. No caso do Brasil, graças a Deus, isto não aconteceu, mas, no caso do Amazonas, até o sistema funerário colapsou. Os amazonenses não tiveram direito de serem sepultados em covas; foram sepultados em valas.

Portanto, eu quero aqui dizer que chego ao cabo desta CPI acreditando que estamos com acertos e erros, porque ninguém é perfeito. Chego ao cabo dela deixando um saldo positivo de ações, deixando um legado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que cumpriu o seu dever e esperando que os órgãos de controle, que os órgãos de comando façam a sua parte.

Quero aqui dizer que a criação do observatório para o acompanhamento permanente das consequências daquilo que estamos implementando neste relatório na CPI é uma sugestão, Senador Randolfe, muito pertinente para a nossa CPI. Buscamos aqui fazer o mínimo de justiça ao povo brasileiro e ao povo amazonense; dar uma resposta a um país enlutado – 605.884 mortes –, a um país que tem 2,5% da população mundial e representa 25% das mortes no mundo da covid-19 – tem algo de errado nisso, e nós mostramos o que está errado nisso –; dar uma resposta também às famílias e, especialmente, a todos os brasileiros que estão enlutados e aos brasileiros que estão sequelados. Porque eu não posso encerrar a minha fala sem dizer que pranteamos os nossos queridos e amados parentes e amigos que perdemos, mas que nós temos milhões de sequelados de que precisamos cuidar, cuidar pelo SUS, cuidar pelas políticas públicas, para que esses homens e mulheres brasileiros possam se recuperar. Eu mesmo tive covid e eu mesmo sei o que são as consequências de um pós-covid.

Nosso respeito e nossa solidariedade, mais uma vez, a todos que perderam seus entes queridos Brasil afora.

E eu quero, Sr. Presidente, por fim, dizer que é lamentável que fosse necessário fazer uma CPI dessa grandeza e desse tamanho para que nós pudéssemos fazer justiça a tantos brasileiros. Buscamos aqui fazer, portanto, como eu disse, o mínimo de justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso respeito e a nossa solidariedade, mais uma vez, a todos que perderam seus entes queridos Brasil afora e a todos aqueles que estão sequelados e que precisam de políticas públicas para que possam se restabelecer e tocar a vida para frente.

Muito obrigado, e que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Que deus nos abençoe.

Eu queria só, antes de passar para o próximo inscrito, destacar – e faço isso a partir, inclusive, da citação feita pelo Senador Eduardo Braga – que o Sr. Relator Renan Calheiros incluiu no relatório uma recomendação ao caso da apreciação sobre os protocolos de enfrentamento da pandemia pela Conitec. Diz, na p. 1.130 do relatório, o Senador Renan Calheiros:

> Assim, em vista do possível desvio de finalidade e inobservância dos princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência, deverá ser oficiado o Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição, para que realize fiscalização na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), com o objetivo de verificar a atuação dessa Comissão e a indevida influência política, no caso das "Diretrizes Brasileiras para Tratamento Medicamentoso Ambulatorial do Paciente com Covid-19".
> Devem ser investigados se os atos dos membros da Conitec, incluindo o adiamento da deliberação e a votação realizada, foram devidamente motivados e seguiram as disposições da Lei, punindo-se os responsáveis por eventuais desvios. Dada a urgência na resolução dessa situação, para a proteção da saúde da população, recomenda-se que o TCU determine a anulação da reunião realizada em 21 de outubro de 2021, maculada pelo desvio de finalidade, e estabeleça prazo para a Conitec reanalisar a questão à luz do melhor conhecimento científico.

Quero cumprimentar o Senador Renan Calheiros pela inclusão desse dispositivo no voto apartado e complementar que ora apresentou.

Dando sequência, o próximo orador inscrito é o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, agradeço a V. Exas. e queria iniciar fazendo uma saudação especial ao Presidente Omar Aziz, que trabalhou intensamente em todas as sessões, comandando a Comissão Parlamentar de Inquérito, ao Relator Renan Calheiros e ao Vice-Presidente Randolfe Rodrigues. Em nome dos três, eu quero saudar todos os Senadores, mas quero fazer um destaque especial à participação das Senadoras: aqui está a Senadora Eliziane Gama; a Senadora Simone Tebet, Zenaide Maia, Senadora Leila Barros também participaram; Senadora Soraya. Todas elas deram uma contribuição muito grande, efetiva aqui, nas nossas sessões em que nós tivemos a oportunidade de ouvir e também inquirir os depoentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu quero fazer uma retrospectiva.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito surgiu de um requerimento ainda em fevereiro, de 28 Senadores – fui signatário na época –, e tivemos um tempo de espera muito grande. Para iniciarmos, teve a iniciativa, sem dúvida nenhuma louvável, do Senador Alessandro Vieira e do Senador Jorge Kajuru, que foram ao Supremo Tribunal Federal, que determinou a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito. E, mais experiente e mais idoso deste Colegiado, tive a oportunidade de abrir a primeira sessão, com a eleição do Senador Omar Aziz e do Senador Renan Calheiros.

V. Exa., muito criativo, no nosso grupo, no grupo interno onde nós discutimos várias vezes as questões do andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, V. Exa. colocou "filhos de Otto e Tasso". Eu quero agradecer a todos aqueles que se consideraram meus filhos e de Tasso, porque me ouviram permanentemente, com a minha experiência e com a experiência de Tasso, inclusive ontem à noite, quando tivemos uma reunião muito longa, que terminou à uma hora da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A atuação de V. Exas. ontem à noite fez jus ao nome que foi designado ao grupo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu agradeço, Presidente.

Pois é, foi uma discussão para se encontrar solução. Claro que, num Colegiado com pensamentos diferentes de Senadores e Senadoras, sempre aconteceram divergências, mas elas sempre foram discutidas e a conclusão foi pelo bem do andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, a primeira oitiva, o primeiro depoente que aqui esteve foi o ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, demitido pelo Presidente da República porque queria fazer ciência. Assim aconteceu com o ex-Ministro Nelson, que queria fazer ciência e não aceitou a imposição. O Presidente da República demitiu dois profissionais médicos capazes, conhecedores da sua atividade médica, e nomeou o então General Eduardo Pazuello. E aí o Ministério da Saúde, que deveria ser o principal ministério do Governo atual, pela relevância de cuidar da vida das pessoas, passou a ser um ministério comandado por um ministro que veio aqui depor... E, naquela cadeira que está ali vazia, ele sentou, e eu perguntei ao Ministro Pazuello se ele sabia alguma coisa da área de saúde e também da doença que ele estava tratando. E ele foi honesto e falou: "Eu não entendo". Até me chamou de Dr. Otto. "Eu não entendo, Dr. Otto" – até porque ele teve uma lipotímia, e nós cuidamos dele ali no cafezinho. "Eu não entendo e também não quero falar para não agredir a medicina, não agredir a ciência". Pelo menos nisso ele foi honesto, mas o desempenho dele foi muito aquém das necessidades do povo brasileiro.

E aquela frase, aquela frase de submissão – quando o Presidente o aborda e ele diz: "É simples assim: um manda e o outro obedece" – definiu o que foi a sua passagem lamentável pelo Ministério da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos aqui também uma oitiva, um depoimento do Dr. Antonio Barras Torres, da Anvisa. Esse talvez tenha sido o depoimento mais correto, mais alinhado com o que estava acontecendo no Brasil. Ele foi textual e disse da ineficácia desse tratamento que até hoje alguns relatam aqui, e há pouco foi relatado como se fosse música de cantochão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, música de cantochão é a música monofônica, de uma nota só, que persiste por cinco, seis horas consecutivas, feita pelos monges geraldinos nas suas orações, sem acompanhamento. Foi o que se viu aqui hoje. Um dos Senadores que apresentaram seus relatórios me lembrou muito isto, que era da Idade Média: a música de cantochão, que absolutamente deixou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Can-to-chão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode ver aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por favor, vá à internet e V. Exa. vai ver que eu estou definindo exatamente: música monofônica, de uma nota só, a que ninguém consegue assistir e que também – dita por esses monges geraldinos – nunca evangelizou ninguém porque não convence. É o que foi visto aqui em dois relatórios lidos, sempre no mesmo tom, na mesma substância repetitiva, ineficiente e anticientífica.

Portanto, nós tivemos que trabalhar muito, sob pressão inclusive. Coragem tivemos nós, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, de enfrentar um governo que, a todo tempo, a todo momento, usou a máquina pública na tentativa de nos intimidar. Não faltou coragem, decisão, e tivemos a condição de fazer aqui, neste Colegiado, um trabalho que certamente ficará marcado para o povo brasileiro.

Nas oitivas, inclusive, ficou claro e marcado que todos os elementos, os homens, os agentes do Governo, estavam todos eles treinados para não falar a verdade, para brigar com a verdade; todos eles, de cargos de confiança, sentaram àquela cadeira e faltaram com a verdade. Formou-se, praticamente, uma corporação de mentirosos dentro do Governo Federal, que vinham aqui para negar a verdade do que estava acontecendo e dos fatos ocorridos no Ministério da Saúde, tanto que muitos foram demitidos; demitidos e substituídos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, um governo que tem competência, Sr. Presidente, não pode, por exemplo, em dois anos e nove meses, substituir vinte ministros. Só na saúde foram quatro; na educação, mais quatro. Isso mostra a confusão e a fragilidade do Governo.

Tivemos oportunidade – agora quero colocar isso com muita clareza – de ouvir o depoimento da Capitã Cloroquina, que continua num cargo de confiança até hoje, negando absolutamente a ciência e a atualização daquilo que deve ser feito para evitar que a doença possa se propagar, que é exclusivamente a vacinação. A vacinação fez cair o número de casos, mas nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar, através do nosso observatório, de lutar, até porque muitas interrogações são feitas sobre a doença, sobretudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, sobre a duração da imunidade.

O Orçamento de 2022 precisa ter recursos suficientes para a compra de vacinas e de insumos porque nós vamos conviver com a doença ainda no próximo ano e, quem sabe, se não tiver um tratamento adequado, ela continuará por mais tempo, afetando a vida do nosso povo.

Eu queria me dirigir agora a um caso específico: o depoimento da Dra. Nise Yamaguchi. As nossas perguntas à Dra. Nise Yamaguchi – e eu fiz isso com muita correção; o tempo inteiro em que fiz as perguntas, a tratei como doutora, senhora e V. Sa. –, o debate foi sobre a ciência, foi sobre o conhecimento da doença. Eu me detive a estudar profundamente, a conversar com os infectologistas do meu Estado, a ler todos os prospectos, artigos que saíam, para entender como era a doença. Portanto, naquele momento, não tive absolutamente nenhuma intenção de provocar ou de tratá-la de forma que não fosse a correta. Mas uma Comissão Parlamentar de Inquérito exige que aquele que está fazendo as perguntas, inquirindo, possa perguntar para extrair a verdade dos fatos. E a verdade dos fatos foi que, na verdade, não existia nenhum conhecimento da Dra. Nise sobre a doença naquele momento – depois ela pode até ter estudado, mas as perguntas foram todas direcionadas para entender como ela estava orientando, no gabinete paralelo, aqueles que estavam determinando as ações no Ministério da Saúde, sobretudo o Ministro Pazuello e o próprio Presidente da República.

Na verdade, quando eu vi o relatório do Senador Renan Calheiros, cabe dizer a V. Exa. que um dos crimes notificados no seu relatório, além de outros, um deles cabe perfeitamente, que é o crime de charlatanismo. E, quando se define charlatanismo ou charlatão, para se fazer ao pé da letra, a tradução disso é: mercador de drogas, de elixir, que propaga esse medicamento sem nenhuma formação na área de saúde, enganando o público. E devo dizer, Senador Renan, que, na história do Brasil e talvez da humanidade, eu nunca vi uma produção tão grande de charlatões ou charlatães – cabe de uma forma ou de outra o plural –, como aconteceu agora, capitaneada, liderada pelo próprio Presidente da República, quando ele pega a caixa de hidroxicloroquina e receita, irresponsavelmente, para o Brasil. Nada pode ser comparado a isso, porque ele tem seguidores que usaram essa medicação ineficaz e que pode provocar parada cardíaca naqueles pacientes portadores de arritmia, uma doença do coração que é,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, dose-dependente, ou seja, quanto mais se toma a medicação ineficaz, mais a arritmia vai avançando para parada cardíaca.

Esse foi um momento que todos nós aqui combatemos, e lutamos para que não acontecesse, mas, infelizmente, persiste até hoje. E, persistindo até hoje, culminou no maior crime contra o povo brasileiro, que foi a declaração à larga que foi feita pelo Presidente no dia 21 de outubro, quando ele coloca que a vacina ou as vacinas que estão sendo dadas ao povo brasileiro – a Coronavac, que eu tomei, tive a doença e ela me salvou a vida, a Pfizer, ou a Moderna, ou a AstraZeneca, qualquer uma delas que está sendo utilizada – podem causar aids, que é uma doença causada por um vírus completamente diferente, chamado HIV, e que não tem nenhuma relação com o vírus causador da covid-19, que é o coronavírus do grupo beta.

Portanto, foi uma mentira, foi uma falta de sinceridade, de verdade para a população brasileira assistir àquele momento muito ruim do Presidente da República. Os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira já encaminharam um processo para o Supremo Tribunal Federal, e o Ministro Luís Barroso já encaminhou imediatamente para a Procuradoria-Geral da República.

Sr. Presidente, esse debate a respeito do caso do Amazonas e de Manaus, e há pouco falou o Líder do MDB, o Senador Eduardo Braga, nós temos todo o conhecimento de que, em junho deste ano, provocado o Supremo Tribunal Federal, a Ministra Rosa Weber, que honra o Supremo Tribunal Federal, deu uma decisão de que os Governadores não poderiam, de acordo com a lei, ser chamados. Por isso, quando o Governador do Estado do Amazonas entrou com um pedido no Supremo Tribunal, houve um despacho da Ministra Rosa Weber de que ele poderia ter o direito de vir ou não, se ele quisesse, e não veio.

Mas, diante do fato acontecido em Manaus, e isso comove muito a nossa alma, a alma do povo brasileiro, solidário ao povo de Manaus, do Amazonas, eu devo dizer também da minha preocupação e prestar solidariedade em nome do Senador Omar Aziz, que sofreu muito com isso – foi muito doloroso para ele, muito doloroso para o Senador Plínio Valério e para o Senador Eduardo Braga –, mas aquela decisão impediu que o Governador Wilson Lima estivesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. pode prosseguir. É que já está concluso o seu tempo, mas acrescento um minuto para a sua conclusão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, peço uma tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que ele viesse aqui, mas, diante do fato grave... E foi na capital do Estado do Amazonas onde se verificou a maior letalidade da doença – até onde nós tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento, de 410 mil infectados, 16 mil foram à óbito, uma cidade desapareceu no Amazonas imediatamente. Esse é um caso que não poderia deixar de constar no relatório do Senador Renan Calheiros.

Toda a nossa discussão foi a respeito da legalidade ou não, mas é um fato grave e foi ele determinante para que esta CPI pudesse abrir os seus trabalhos.

E, como o Presidente me chama e me aciona para que eu possa concluir, assim eu o faço, Presidente, prestando a minha homenagem aos órfãos, às viúvas, aos netos que perderam os seus avós, a 70% dos 605 mil óbitos que ali estão – 70% têm mais de 60 anos, a grande maioria aposentados, que perderam as suas aposentadorias, que deixaram de ser os provedores das suas famílias, sobretudo economicamente mais fracas, de menor poder aquisitivo, num momento de carestia, de inflação alta – e também a todos aqueles que, como parentes dessas pessoas, choram pelos mortos da covid-19. É muito doloroso, é muito ruim para todos nós sabermos que, se essa vacina fosse aplicada, como poderia ser, em dezembro do ano passado – da Pfizer ou da CoronaVac –, nós teríamos metade dos mortos que estão aí contabilizados, 605 mil. Seria muito menos, como ficou comprovado aqui.

Eu faço essa homenagem e quero fazer, Sr. Presidente, em nome de um brasileiro que tomou a iniciativa de vir aqui para denunciar o crime que aconteceu na Prevent Senior, no hospital da Prevent Senior em São Paulo. Quero fazer uma homenagem, em nome dele, a todos aqueles que se insurgiram para não receber medicamento ineficaz do TrateCov, o Sr. Tadeu Frederico Andrade. Em nome dele, eu quero saudar todos os brasileiros. Tadeu Frederico, você é um brasileiro herói, que não aceitou o tratamento paliativo quando você poderia sobreviver, como sobreviveu. Portanto, essa homenagem que eu faço.

E devo dizer que, na minha longa vida pública de 35 anos, seis meses foram os momentos mais duros, mais tensos e mais difíceis da minha vida, até porque contraí a doença; fiquei em minha residência, não precisei de hospitalização, porque a ciência venceu a doença. E ela é vencida pela vacinação, não pelo tratamento ineficaz que o Presidente da República, de forma criminosa, divulgou pelo Brasil inteiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Otto Alencar, cumprimento V. Exa.

Acredito que a decisão de dar ao nosso grupo o nome de "filhos de Otto e de Tasso" foi mais do que acertado. É inspirador. E V. Exa. e o Senador Tasso fizeram mais do que jus a isso, não somente ontem à noite, mas no decorrer dos conselhos que V. Exas. nos deram no curso desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência, próxima inscrita, Senadora Eliziane Gama, pela Bancada Feminina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. colegas Senadores, hoje, sem sombra de dúvidas, é um dia histórico para o Brasil, para o Parlamento brasileiro, para o Congresso Nacional.

Quando esta CPI iniciou lá atrás, já com mais de 300 mil mortos no Brasil e com uma cobertura vacinal baixíssima, havia aquele sentimento muito forte voltado para as ações negacionistas do Governo Federal. Aliás, o objeto da CPI foi um objeto voltado exatamente para isso, para o enfrentamento da pandemia, para as políticas do Governo Federal, o recorte lá no Estado do Amazonas.

E, antes, eu queria trazer os meus cumprimentos aqui ao Senador Randolfe Rodrigues, que foi autor, na verdade, desta proposição; a todos os demais Senadores; ao Senador Renan Calheiros, que é um grande Parlamentar e fez um extraordinário relatório, conseguiu, na verdade, compilar, unificar, não deixando nenhuma brecha, eu diria assim, Senador, em relação ao seu relatório; ao Presidente Omar, que conduziu com muita maestria os trabalhos desta Comissão; cumprimentar também o Senador Otto e o Senador Tasso, já que, no nosso grupo de WhatsApp, nós somos os "filhos do Otto e do Tasso". E os dois, com muita sabedoria, com a experiência que têm, conduziram os momentos às vezes de um pouco de tensão, natural pela complexidade do tema e por sermos seres humanos, Parlamentares; portanto, às vezes, aqui e acolá vinha uma certa divergência, mas eles, com a experiência, com tranquilidade e com calma, conduziram com total maestria esses momentos realmente da CPI. Mais uma vez, o nosso reconhecimento e a nossa admiração aos dois.

Também trazer os meus cumprimentos ao Senador Alessandro Vieira e ao Senador Kajuru, que foram os Senadores que impetraram ação no Supremo Tribunal Federal. O Senador Kajuru não pôde participar ativamente desta Comissão por não ser membro, mas fica aqui o nosso registro de reconhecimento.

E queria deixar, Senador Renan, um reconhecimento ao Presidente do nosso partido Cidadania, o ex-Senador, na verdade, Roberto Freire, que iniciou essa ideia dessa ação no Supremo Tribunal Federal para que a CPI fosse aberta. Então, eu queria deixar aqui registrado ao Presidente Roberto Freire, que é Presidente do Cidadania no Brasil... Eu, pessoalmente, acompanhei a luta dele, o empenho e toda a dedicação para que nós tivéssemos a instalação desta Comissão aqui nesta Casa.

Como eu falava, na verdade, quando iniciamos os trabalhos na Comissão, iniciamos vendo exatamente toda ação negacionista do Governo Federal, vendo ali, na verdade, a omissão do Governo diante de milhares de pessoas morrendo – já com mais de 300 mil mortos no Brasil e com uma cobertura vacinal de fato muito baixa.

Conforme os depoimentos que nós fomos recebendo nesta Comissão, conforme as quebras de sigilos que nós fomos obtendo, nós chegamos a outro ponto tão grave quanto o negacionismo, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

quando o Governo ou o Presidente da República, mais precisamente, estimulava a aglomeração, banalizava, por exemplo, o uso da máscara e falava que se tratava de uma gripezinha ou coisa parecida, ele naturalmente ali estava estimulando mais pessoas a contraírem o vírus, numa tese – eu diria – mortal e diabólica que é a tese da imunidade de rebanho pela contaminação. A imunidade rebanho que nós temos hoje, que começamos a ter no Brasil pela vacinação, é a de que todos nós precisamos; agora, pela contaminação deliberada, é simplesmente colocar diante da morte pessoas que poderiam ter direito, na verdade, à vida, como diz a nossa Constituição.

Com o passar, nós nos debruçamos diante de uma... Nós nos deparamos, na verdade, com aquilo que já prevíamos de algo terrível e avassalador em qualquer momento da história, mas sobretudo num período de mortes, de pandemia, que foi o caso da corrupção dentro do Ministério da Saúde envolvendo servidores de carreira, agentes políticos, empresas, uma situação devastadora em que ficou notabilizada a terrível proposta de US$1 por vacina. Quanto vale uma vida? Um dólar? O Dominguetti, em apresentação aqui bilionária de possibilidade de contrato... E aí, Renan, alguém do Governo diz: "Olha, o Governo não fez contrato, só fez contrato com a Precisa e depois suspendeu". Com a Precisa fez e empenhou R$1,6 bilhão! Colocando lá com a Davati, poderia ter feito outro contrato multibilionário que foi interrompido pela ação da CPI. As coisas mais escabrosas! Nada contra as pessoas em si, porque todos nós merecemos o respeito necessário, mas propostas vindas da forma mais absurda possível, porque jamais alguém buscaria refúgio ao socorro. E alguém se apresenta para o Governo com apresentação de propostas terríveis, e o Governo aceita, leva adiante. É interrompida pelo trabalho que é feito por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. E chegamos depois na outra situação terrível e avassaladora que foi de fato a utilização de cobaias humanas, mais precisamente ali pela Prevent Senior.

Os depoimentos que nós recebemos aqui nesta CPI foram avassaladores, da advogada e depois dos pacientes, arrancando choro, a emoção do Brasil inteiro, até mesmo do intérprete de libras aqui nesta Casa. Ou seja, de fato, durante os 183 dias de trabalho desta Comissão, nós fomos evoluindo para os mais diferentes crimes, infelizmente, que nós fomos encontrando ao longo de fato desta CPI.

Mas quero, Presidente, fazer aqui alguns destaques.

Primeiramente, eu queria cumprimentar o Supremo Tribunal Federal, porque teve um papel importante nesta pandemia, ao dizer que nenhuma política pública poderia ocorrer no Brasil sem o respaldo científico, decisão importante para o Brasil. Isso fez com que outras ações fossem prosseguidas, amparadas nessa decisão do Supremo Tribunal Federal. A definição clara da responsabilidade compartilhada do Governo Federal com os Estados, assegurando autonomia aos Estados para que medidas fossem adotadas em relação à locomoção, como por exemplo *lockdown*... Meu Estado, o Estado do Maranhão, foi o primeiro Estado brasileiro a adotar o *lockdown*. E eu quero aqui trazer os meus cumprimentos ao Governador do Maranhão, Flávio Dino, porque foi o Estado brasileiro que teve a menor quantidade de mortos por habitantes no Brasil, fruto de, entre tantas outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões, conversa com o povo, porque ele reunia com a imprensa e falava com a população semanalmente, coisa que o Presidente da República não fez.

Eu queria também trazer aqui os meus cumprimentos à imprensa brasileira, porque, quando o Ministério da Saúde deixou de divulgar os dados diários da quantidade de mortos e contaminados, a imprensa se uniu em um consórcio nacional e divulgou diariamente, Senador Randolfe Rodrigues, os dados. Isso foi fundamental para que balizasse as ações dos Estados brasileiros. O trabalho da imprensa que derrubou *fake news*, que mostrava para o Brasil o que era fato e o que era *fake.* Os meus cumprimentos às jornalistas especialmente, elas que foram agredidas de forma muito terrível inclusive pelo Presidente da República, em vários outros momentos.

E eu quero, Presidente, finalizar aqui a minha participação nesta fala, nesses minutos que ainda tenho, e trazer os meus cumprimentos às bravas mulheres. Nós apresentamos algumas contribuições ao relatório, e o Senador Renan Calheiros designou 47 páginas do seu relatório para as contribuições que nós fizemos – e, mais uma vez, o meu profundo reconhecimento e agradecimento, Senador Renan. E lá está presente o que aconteceu em relação às mulheres brasileiras, às mulheres grávidas que morreram, às mulheres negras que, no mercado de trabalho, foram as mais atingidas. Aquilo que lá atrás se pensava, o vírus é – entre aspas – "democrático, atinge a todos", atingiu mais a população pobre, porque era a população pobre que pegava lá o ônibus coletivo e estava mais susceptível, por exemplo, à aglomeração. A mulher negra, a mulher grávida, às vezes, tinham que pegar o ônibus coletivo e, portanto, ficavam mais suscetíveis ao vírus.

Tudo isso nós colocamos no relatório e pedimos o fortalecimento do SUS para o acompanhamento a essas mulheres, porque tem o dia seguinte. Pedimos a Deus que não tenhamos uma nova onda do vírus no Brasil e no mundo inteiro, mas infelizmente nós temos os sequelados e precisamos dar a eles esse atendimento, e o SUS é fundamental, de fato, pra isso.

E, nas contribuições que nós fizemos, o Senador Renan admitiu a instituição do Facovid, o fundo especial para os órfãos da covid. Hoje nós temos 12 mil crianças de até 6 anos de idade que estão órfãs no Brasil. A instituição desse fundo é fundamental para atender essas crianças. O Maranhão foi o primeiro Estado brasileiro a ter o Facovid, a ter um fundo especial pra esse atendimento, e atende hoje essas crianças, com R$500.

O Maranhão, através do Ministério Público, com o Promotor Márcio Thadeu, fez uma alteração em relação ao registro público: o homem ou a mulher que morrer tem lá o registro, no atestado de óbito, se deixou menor de idade, para que esse menor seja encaminhado à rede municipal da assistência social. Também propusemos, e o Relator admitiu, o projeto de lei alterando a Lei de Registros Públicos, pra que essa informação possa estar consignada, o que é fundamental para o atendimento às nossas crianças. Investir em criança e adolescente é investir no futuro do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no primeiro dia desta CPI, foi protagonizado aqui algo que eu espero que não mais se repita nesta Casa, Senador Tasso: as mulheres sem direito a voto aqui nesta Comissão. Nós viemos aqui e pedimos, na verdade, o direito a voz, porque não tínhamos direito a voto. E o Senador Omar Aziz, de forma imediata, de ofício, sem reunir Colegiado, sem falar com ninguém, mas vendo a importância da participação feminina, designou a presença das mulheres na CPI como pessoas com direito a voz. E nós tivemos colegas aqui que se manifestaram de forma dura contra nossa participação feminina. Tivemos que falar firme, infelizmente numa rotina que nem sempre vai pra televisão, porque, às vezes, não é filmado, não é divulgado, como teve audiência, de fato, esta Comissão. Mas nós, com a resistência da Bancada Feminina... Os meus cumprimentos à querida Leila, à Simone, à Kátia Abreu, à Zenaide Maia, à Soraya, que está aqui conosco.

Naquele momento nós colocávamos que não era uma questão de oposição ou de Governo. Nós temos uma integrante da base do Governo, mas a Soraya, independentemente da questão política, teve a responsabilidade de uma mulher pública no Brasil, fez a crítica quando necessária, fez os elogios quando necessários – a postura de uma mulher íntegra. E receba, Soraya querida, os meus cumprimentos e o meu reconhecimento, porque a sua postura foi para além de um partido, a sua postura foi para além de um lado político partidário. Essa é a postura da mulher pública e também de um homem público.

E quero dizer aqui, meus colegas, que esta CPI, que hoje se finaliza com a votação desse relatório, esgarçou, colocou à tona, escancarou a negligência deste Governo, o negacionismo deste Governo, a ação criminosa em relação a não buscar vacinas, a deixar as vacinas como último plano da vida, a tentar implantar a imunidade de rebanho!

Ela escancarou a omissão do Governo que, em vez de mandar para o Amazonas oxigênio, mandou 120 mil comprimidos de hidroxicloroquina, uma medicação sem eficácia comprovada! Esta CPI esgarçou o preconceito em relação às mulheres brasileiras, porque isso foi colocado aqui nesta Comissão, não por fala, mas por atitudes e também por fala de alguns colegas. Daqui saiu o encaminhamento para que nenhuma outra Comissão no Senado Federal funcione sem a presença de uma mulher. Isso é um marco, a CPI faz história no Brasil, ou seja, nós temos, para a partir de agora, um novo momento no Parlamento brasileiro!

Nós temos, para a partir de agora, um novo momento no Brasil para entender que a ciência é a prioridade, para entender que a ciência deve estar em primeiro plano e não uma suposição, não uma ilação, não uma mentira, não uma *fake news*, porque o Brasil, sobretudo, merece respeito, Presidente. Finalizando em 30 segundos, o Brasil merece respeito, e esse respeito foi apresentado aqui com a posição que foi feita por cada um desses membros, inclusive com a nossa contribuição de forma muito clara e de forma muito direta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns às mulheres brasileiras! Parabéns, Presidente Omar Aziz! O meu profundo agradecimento ao senhor pelo reconhecimento e pela valorização das mulheres brasileiras!

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Parabéns às mulheres brasileiras, representadas, nessa primeira fala, por V. Exa., Senadora Eliziane. De fato, esse foi um dos traços desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Cumprimento V. Exa.

Por permuta com este Senador, com muita honra, concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós todos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... somos filhos de Tasso e de Otto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, V. Exa. me dá dez segundos?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – É só para deixar meus cumprimentos aos internautas do Brasil, que o Renan citou várias vezes. Os internautas foram fundamentais. Eu falava, agora há pouco, com William de Lucca, sobre o quanto ele contribuiu trazendo informações, checando imediatamente, contribuindo aqui nas oitivas. Parabéns a todos os internautas no Brasil pela contribuição a esta CPI!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reitero os termos de V. Exa., Senadora Eliziane.

Senador Tasso Jereissati, com muita honra, concedo-lhe a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Senador Randolfe, presidindo esta sessão; Senador Renan, Relator desta Comissão; Sras. Senadoras e Srs. Senadores; eu gostaria de fazer também aqui, primeiro, um pequeno retrospecto para ressaltar a importância desta CPI, mas é evidente que eu não posso iniciar este pequeno retrospecto sem ser repetitivo aqui, sem fazer a nossa reverência ao trabalho efetuado pelo Presidente desta Casa, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz, pelo Relator, o Senador Renan Calheiros, e pelo Vice-Presidente, o Senador Randolfe Rodrigues.

Sem dúvida nenhuma, por esta CPI e por este momento que nós estamos vivendo, devemos muito a vocês três pela enorme dedicação quando colocaram praticamente todo o seu tempo dedicados a investigar, a trazer a verdade e a fazer com que esta CPI realmente tivesse consequências. Ao nosso querido Randolfe por dar o roteiro desde o início até o último momento desta CPI, sendo um estudioso dedicado e tomando todas as iniciativas necessárias para que, em nenhum momento, diante do tempo, diante das cobranças, esta CPI viesse a cair no marasmo. O Senador Renan, pelo trabalho, pela dedicação, pelo relatório e também pela sua grande capacidade de, diante de argumentos, ouvir, ceder, compreender e não, com a enorme autoridade que tinha, ser simplesmente o dono da palavra final, o que fez com que a democracia prevalecesse e os bons termos prevalecem nesta CPI. E ao nosso Presidente Omar pela liderança, principalmente aqui dentro da nossa Comissão, no Plenário, com sua grande energia, seu espírito público, controlando uma Comissão tão difícil, em momentos tão difíceis, com depoentes importantes e depoentes difíceis de serem controlados, fazendo com que toda sua força e sua pressão fossem para que verdade viesse à tona.

Randolfe foi o primeiro signatário desta CPI, mas não posso também, Randolfe, nós não podemos deixar de nos lembrar que, entre as assinaturas colhidas e a instalação da CPI, houve um enorme momento de angústia. De angústia porque o Governo continuava, de uma maneira cada vez mais progressiva e mais intensa, se negando a entender a gravidade da pandemia, do vírus e fazendo com que o número de óbitos e de casos viesse crescendo de uma maneira progressiva. E, não fosse também a iniciativa dos Senadores Alessandro e Kajuru, que foram ao Supremo Tribunal Federal, talvez esta CPI nunca tivesse acontecido. Portanto, é importante lembrar o papel deles dois.

Havia no início, quando esta pandemia começou, no mundo inteiro e aqui no Brasil, enorme insegurança. E essa insegurança... Nos primeiros momentos, não havia vacina, não se tinha conhecimento de tratamento. Houve uma primeira conclusão mundial de que só havia uma arma naquele momento contra o crescimento e o espalhamento da pandemia: uma era o distanciamento social – era a única arma que se tinha –; e a segunda, que posteriormente ficou comprovada, era a máscara. No entanto, o Governo brasileiro, de uma maneira estranha, de uma maneira agressiva, recusou-se a aceitar o distanciamento social, recusou-se a aceitar a ideia de uso de máscara pela população, fazendo com que a gravidade da pandemia fosse se aprofundando a cada dia que passava.

Houve momentos – não é, Renan? – em que nós não entendíamos por que o Governo insistia em negar aquilo que o mundo todo já estava fazendo, distanciamento, uso de máscaras, já que se discutiam alguns tratamentos, mas não se conhecia e não tinha vacina. Até nós chegarmos à conclusão de que aquilo vinha de um grupo de pessoas e chegarmos à conclusão do que nós apelidamos aqui de governo paralelo, de conselho paralelo, que isso vinha de uma teoria defendida por esse grupo de que era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor que os brasileiros se infectassem rapidamente, o mais rápido possível, o maior número possível, pra que a economia pudesse voltar a funcionar normalmente e o Governo não tivesse nenhum prejuízo do ponto de vista eleitoral pela queda da economia. Esse pensamento, essa teoria foi cada vez mais ficando clara pra todos nós, principalmente aqui nesta CPI, e nós começamos a perceber o tamanho da gravidade e da monstruosidade dessas ideias que vinham do núcleo mais duro do Governo.

Em seguida, nós tivemos a questão da vacina. Começou o mundo inteiro fazendo pesquisas e a grande solução, a mágica que todos esperávamos aconteceu: descobriu-se, criou-se três, quatro, várias vacinas no mundo, inclusive aqui no Brasil, que poderiam nos ajudar a conter o avanço da pandemia e das mortes. No entanto, mais uma vez, de uma maneira estranha, até macabra às vezes, o Governo se nega a reconhecer a vacina como a saída para que nós pudéssemos evitar a catástrofe que estava acontecendo. Milhares de mortes por dia aconteciam neste País, e o Governo negava, além de já ter negado o distanciamento social, a máscara, agora negava a vacina.

O caso Pfizer acho que é o caso mais exemplar. Quando a Pfizer, insistentemente, de uma maneira quase que obstinada, tenta vender a vacina ao Brasil, o Governo se nega sequer a responder às colocações feitas pela Pfizer, ao mesmo tempo em que tentava também desmoralizar e descredibilizar a vacina do Butantan, a qual é chamada de CoronaVac.

Veio esta CPI, e aí nós conseguimos um grande intento. O grande intento foi aquele Governo que vinha numa marcha criminosa e galopante... As instituições brasileiras, através desta CPI, criaram um contraponto poderoso a esses males que o Governo vinha impondo ao Brasil. O Governo não estava mais sozinho, fazendo o que queria, fazendo todos os males, todos os negacionismos, estimulando até aglomerações.

Apareceu a CPI. E esta CPI... Eu posso dizer hoje com toda a tranquilidade – e já foi dito aqui, com certeza todos nós nos orgulhamos de pertencer a esta CPI – que esta CPI segurou, controlou aquilo que o Governo vinha fazendo sem nenhum tipo de escrúpulo e sem nenhum tipo de contraponto. Nós fomos o contraponto, e deste contraponto poderoso é que nós conseguimos fazer com que, mesmo contra a vontade do Governo, mesmo contra as ideias do Governo, hoje nós tenhamos uma vacinação que é referência no mundo inteiro. E hoje quase 50%, se não me engano mais de 50% dos brasileiros, 52% dos brasileiros estão totalmente imunizados. E se alguém estranhar que eu estou dizendo que é contra os princípios do Governo, não precisava eu me explicar nem argumentar: há dois, três dias, o Presidente veio à televisão e falou novamente que não acreditava na vacina, inclusive espalhando uma criminosa notícia falsa.

Afora isso, dois dias atrás, três dias atrás, quando da votação da Conitec, que é uma instituição essencial para que o brasileiro, principalmente o brasileiro do SUS, tenha o tratamento adequado, se negou fazer a última votação, se negou à última votação para o protocolo do tratamento no SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Senador Renan, Senador Randolfe, Senador Rogério, eu gostaria de colocar um ponto que me parece também muito grave: a ausência da Anvisa numa votação como essa. A Anvisa, que poderia desempatar, não estar presente nesta votação me parece um ponto muito grave, porque ou foi deliberado, no sentido de ter uma votação com ganhos, com interesses políticos sórdidos, ou foi de uma negligência absolutamente imperdoável.

E o que nos abre... Apesar de todos esses sucessos, de todas essas vantagens, de todos esses ganhos que a CPI desvendou e conseguiu, nos abre um alerta de que a coisa continua, que o problema continua, não mais com a intensidade que vinha, porque a CPI foi um contraponto vigoroso, forte, mas continua, quando o Presidente, através da televisão, dos meios sociais faz uma declaração como fez e quando a Anvisa não participa de uma reunião da Conitec, o que mostra que continua agindo ainda em relação à covid de maneira, além de equivocada, às vezes até criminosa.

Então, eu queria dar esse depoimento aqui, mais uma vez elogiando a todos, elogiando também a iniciativa do Presidente Omar, que muda a história das CPIs, das Comissões deste Senado, com a presença obrigatória das mulheres, que tiveram um papel importantíssimo aqui, às vezes em embates duríssimos, sendo as mais valentes aqui dentro, com certeza, e fazendo com que, de hoje por diante, o papel das mulheres e a presença das mulheres seja não só uma coisa opcional, mas obrigatória, mudando um pouco o curso da história das CPIs e das Comissões do Senado Federal.

Então aqui meus parabéns à Eliziane; à Soraya; à Leila, que está ali; à Zenaide; à Simone; à Kátia, enfim, a todas as Senadoras que nos deram uma contribuição fundamental...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Soraya eu já falei. Soraya, enfim a todas que deram essa contribuição fundamental.

Essa é a minha palavra, mais uma vez agradecendo à dedicação de todos vocês. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós que temos que agradecer, Senador Tasso. V. Exa. já era, como nosso decano, fonte de inspiração para todos nós. E me permita dizer o quanto aprendi, o quanto amadureci nesses dias com sua convivência e sob sua liderança.

Próximo inscrito: Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Muito bem.

Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro quero cumprimentar também a participação de todas as mulheres, as mulheres guerreiras que estiveram na CPI. Agora, daqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a frente, terá uma obrigatoriedade para que elas participem. Uma decisão inteligente, importante, que eu quero cumprimentar.

Quero me solidarizar com as 605 mil vítimas de todo o Brasil, pessoas que perderam a sua vida. Pessoas... Eu tive um primo, Alcides Campana, que perdeu a sua vida por causa do covid, e tantos outros amigos, pessoas queridas. Tenho certeza de que todos nós sentimos muito.

Essa CPI iniciou dia 27/04, faz seis meses amanhã – seis meses. Ela teve sempre, no meu modo de entender... E eu ouvi atentamente aqui todos os Senadores e Senadoras. Eu escutei aqui, todo o período, atentamente e gostaria de dizer que ela sempre teve o foco político – essa CPI sempre teve um foco político. Criaram uma narrativa, um enredo para responsabilizar o Presidente Bolsonaro – esse Presidente, que rompeu com a corrupção no Brasil. Ele interrompeu um histórico de muitos anos de corrupção.

Enquanto a CPI funcionava... Eu nunca vi uma CPI funcionar numa pandemia, numa guerra; essa nossa funcionou. Enquanto o Presidente disponibilizou mais de 600 bilhões para o combate à pandemia no ano de 2020/2021, aqui era tratado como genocida. Nós somos um dos países que mais vacinou em todo o mundo – foi o Brasil. Enquanto teoria de conspiração para arranhar a imagem do Presidente, do Governo... Não se fez nenhum negócio, não se gastou nenhum tostão com negócios que tentaram fazer com o Governo.

Infelizmente, a CPI não moveu um músculo para seguir o caminho da corrupção e do dinheiro. Teve a inclusão do Amazonas porque o Senador Eduardo Braga se posicionou, senão... Passaram ao largo todos os outros indiciamentos que poderiam ter sido colocados. Então, quero deixar registrado isto: Amazonas, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Consórcio do Nordeste, isso não foi correto, essa não dedicação, porque o dinheiro público federal, estadual ou municipal é o mesmo dinheiro, e nós precisamos zelar pelo dinheiro público.

Os tratamentos aqui, quando as pessoas que aqui vieram... Vieram muitos picaretas, mas também vieram pessoas para dar informação técnica, informação importante. Os que interessavam, se tratou bem; nos que não interessavam, se meteu a bota, obrigando... Principalmente o Relator, quando a pessoa não falava o que ele queria, ele ficava possesso, ele inquiria para dizer o que ele queria que fosse dito.

Eu espero que a PGR arquive; avalie, veja que não tem crime, principalmente contra o Presidente da República – não tem evidência, não tem crime –, e arquive esse processo todo.

A valorização do SUS: ficou muito claro aqui que nós precisamos, cada vez mais, valorizar o SUS, porque o SUS demonstrou capacidade de poder vacinar, imunizar todos os brasileiros, e está fazendo isso. Então, o SUS precisa ser realçado por nós. Muitas vezes, a gente não se preocupa tanto com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tabela do SUS, a valorização dos profissionais que trabalham lá, e ele mostrou que, efetivamente, é forte.

Espero que os órgãos de controle sejam... Já falei aqui: CGU, AGU, TCU, Receita Federal, Banco Central... Quando um micro ou pequeno empresário tem qualquer probleminha no seu registro, numa alteração contratual, é desastre, é um massacre. Agora, banco, empresas frias, banco que não é banco, empresários que vieram aqui... Picaretas, não empresários, porque ofende os empresários dizer que muitas das pessoas que estiveram aqui são empresários. Vieram aqui mentir, se prepararam para vender para o Governo o que não tinham, sem piedade, numa pandemia, tentando saquear o Governo. Isso foi muito ruim. Isso foi muito ruim para o Brasil, um mau exemplo. Eu espero que os órgãos de controle tenham condições, se interessem um pouco mais em peneirar essas quadrilhas que, sai governo, entra governo, querem saquear, querem roubar, querem furtar o dinheiro do povo brasileiro.

Eu quero, Sr. Presidente – eu sempre fui de falar pouco –, dizer a todos os senhores que muitos enquadramentos que foram feitos aqui... Não vou entrar nesse mérito. Agora, o enquadramento de um Senador, de um parceiro nosso desta CPI, por opinião, o indiciamento dele, isso não é cabível. Eu quero apelar, Sr. Presidente, a V. Exa. que convença o Relator, até porque o Relator não tem condições morais nenhuma de indiciar ninguém; e ele aceitou de pronto. Ele não é exemplo para ninguém no Brasil. Tem 13 inquéritos no Supremo Tribunal Federal e quer enquadrar um Senador que nem o Heinze, que é um homem ficha limpa! Isso não é possível. Esta CPI vai cometer um ato de que todos nós vamos nos arrepender. Ele se manifestou respeitosamente, no estilo dele. Agora está inquirido? Que brincadeira é essa? Eu quero deixar isto registrado, Sr. Presidente: que V. Exa. tenha a sabedoria de pedir para que ele tire o indiciamento do Senador, porque, senão, extrapolou todos os limites, passou. "Opinião é crime; vamos indiciar". Que é isso? Por favor.

Eu quero cumprimentá-los, a todos os Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, pela minha participação.

Fiz... Cumpri uma missão aqui.

O Brasil sairá muito mais forte do que entrou nessa pandemia, porque o Brasil é assim: o último que entra e o primeiro que sai, pela qualidade do seu povo.

Infelizmente nós não fomos atrás do dinheiro que surrupiaram dos cofres públicos – nós não fomos! –, mas eu espero que a gente possa ainda fazer isso.

Quero cumprimentar, Sr. Presidente, todos os Senadores e Senadoras nesta minha manifestação muito sincera, muito honesta no dia de hoje, para que a democracia e a liberdade não sejam atingidas principalmente por nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, eu quero aqui, como Presidente, dizer que o Senador Renan fez um trabalho bastante profundo nessa investigação. O trabalho que ele fez tenha certeza de que é para que a gente faça justiça.

Agora, uma coisa que me chamou a atenção na sua fala, Senador Jorginho – eu estou falando isso porque eu vou agora encerrar a sessão e a gente volta daqui a uma hora –, é a questão do SUS. Você sabe, Senador Jorginho, que o Presidente nomeou um Ministro que não sabia o que era o SUS, para você ter uma ideia. Isso é importante. O senhor está dizendo aqui da importância do SUS, mas o Presidente conseguiu nomear um Ministro da Saúde que, aqui mesmo, disse para a gente que não conhecia o SUS. É uma pena! Em plena pandemia!

E aí há pessoas que acham que a gente ainda está fazendo um trabalho aqui...

Eu acho que os equívocos e erros que foram cometidos vão servir de exemplo para futuras gerações e para que o Presidente que estiver de plantão, no cargo, não possa cometer esses erros e equívocos.

Então, Senadora Leila, nós tivemos, em plena pandemia, no pior momento... O Senador Eduardo Braga falou há pouco, sobre a falta de oxigênio, sobre a falta de medicamentos. Sabe quem é que estava no ministério naquele momento? Um Ministro que não sabia o que era o SUS. Olha a importância que foi dada a esse tratamento num momento mais difícil.

O senhor elogiou o SUS, e eu concordo 100% com V. Exa.

A reunião está suspensa por uma hora.

Nós voltaremos daqui a uma hora, e, às 17h, o Presidente do Senado pediu para a gente suspender por uma hora e meia, que ele vai votar um projeto, e a gente volta às 18h30 para que a gente possa continuar ouvindo os Senadores e Senadoras e votar logo após isso o relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Nós só voltamos às 16h?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, daqui a uma hora.

São 14h, às 15h recomeça.

Aí a gente encerra... Encerra não, suspende às 15h30.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às 17h30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Para a votação do Senado às 17h30, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele me pediu 17h até 18h30.

Então, a gente retoma às 15h, suspende às 17h e volta às 18h30, segundo o Presidente Rodrigo Pacheco.

A reunião está suspensa até as 15h.

(*Soa a campainha.*)

(S*uspensa às 14 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 34 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando, então, a discussão do relatório do Senador Renan Calheiros.

O próximo inscrito seria o Senador Marcos Rogério, não presente. No retorno de S. Exa., nós passaremos para ele.

Em seguida, seria o Senador Heinze, também não presente. No retorno de S. Exa., passaremos para ele.

Em seguida, seria o Senador Eduardo Girão, não presente. No retorno, passaríamos para ele.

Então, passo, automaticamente, a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu quero cumprimentar o Relator, o Senador Renan Calheiros, por todo o trabalho feito para que a gente pudesse chegar, no dia de hoje, com um relatório extremamente consistente, com ampla base comprobatória de tudo aquilo que está registrado no relatório, ou seja, nós temos um relatório que permite aos brasileiros hoje e daqui a 20 anos, 30 anos, 40 anos, quando olharem para este período da história, saberem que a história desse período foi contada baseada em fatos colhidos por uma Comissão Parlamentar de Inquérito que não deixa dúvidas de que a história contada por esta Comissão foi de fato o que aconteceu. E revela este relatório o que está por trás dessa catástrofe sanitária de 605.884 brasileiros e brasileiras que perderam suas vidas, dos quais mais de 400 mil poderiam estar convivendo entre nós, o que ainda torna essa catástrofe sanitária ainda mais dramática para nós, brasileiros, e para todos aqueles que tem a vida como um valor fundamental, como um elemento central de qualquer civilização e de qualquer processo civilizatório, a vida como bem maior, a vida como o grande guarda-chuva embaixo do qual estão todas as outras questões relacionadas a qualquer civilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro, eu quero cumprimentar a todos; cumprimentar o nosso Presidente Omar Aziz e o nosso Vice-Presidente, que assumiu aqui a condição de Presidente em vários momentos e que teve um papel determinante na estruturação do trabalho da CPI – tanto o Presidente Omar Aziz, com a sua posição firme, determinada, que, em determinados momentos tensos, soube conduzir com parcimônia e, quando foi preciso, de forma enérgica, mas eu não posso deixar de registrar o papel de organização, o papel de busca de caminhos para que nós pudéssemos fazer uma investigação consistente, focada no objeto que nós gostaríamos e que precisava ser exposto à sociedade, que era o que deu causa à quantidade de mortes que a gente estava vendo na pandemia; e o Senador Randolfe Rodrigues, que cumpriu com brilhantismo esse papel na condição de Vice-Presidente e na condição de integrante dessa CPI.

Também, não menos importante, todos os assessores de todos os gabinetes e a assessoria e a Secretaria aqui da CPI, os assessores formais de nós todos, que cumpriram o papel muito importante de analisar documentos, de preparar, de garimpar as informações mais importantes para conformação do que seria apresentado, dos questionamentos que deveriam ser feitos. Então, eu queria aqui cumprimentar todos de todos os gabinetes e todas de todos os gabinetes e daqui da própria Secretaria da Comissão. Então, meus cumprimentos a todos vocês pelo brilhante trabalho que fizeram, pela dedicação, pela seriedade, pelo profissionalismo que marca aqueles que fazem o Senado da República.

Eu quero também cumprimentar, como já foi aqui objeto de agradecimento do Relator desta Comissão, os nossos colaboradores informais, que foram milhares, através das redes sociais. Não tinha um depoimento em que nós não recebêssemos de vários – eu não vou citar um nome especificamente para não ser injusto – colaboradores, que mandavam informações para a gente, e, no momento em que a gente percebeu que as mentiras eram mais frequentes do que a verdade, mesmo sob juramento de falar a verdade, a gente passou a ter uma checagem em tempo real pelos internautas, pelas pessoas que acompanhavam a CPI, que iam pesquisar e que acabavam dando para a gente elementos que mostravam o quanto um depoente estava fugindo da verdade – ou mentindo ou omitindo.

Com isso tudo, nós construímos um relatório, que tem um grande diretor da obra, que é o seu Relator, mas esse relatório teve a contribuição de milhares de brasileiros e brasileiras que acompanharam esta Comissão Parlamentar de Inquérito com uma especial atenção: a atenção de um povo que sofria a perda dos seus entes queridos. Não é à toa que esta CPI chegou a próximo de 70% de aprovação da opinião pública; chegou porque as pessoas estavam compreendendo e acreditando que daqui nós poderíamos trazer as explicações do que estava acontecendo com o Brasil e o que poderia ser feito para que a gente saísse daquela crise.

Ao mesmo tempo em que esta CPI mostrou o que estava acontecendo e por que muita gente estava perdendo a vida e muita gente estava perdendo seus entes queridos, também esta CPI foi capaz de apressar o processo de imunização; esta CPI foi capaz de desmontar a ideia de que havia um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento milagroso de prevenção, de tratamento precoce com o tal do *kit* covid; esta CPI foi capaz de mostrar a irresponsabilidade de colaboradores informais do próprio Presidente e de colaboradores formais na condução da pandemia, no sentido de ampliar o contágio para promover imunidade coletiva ou imunidade de rebanho em si, essa prática que nós perseguimos como um objeto de entendimento e de comprovação. Não foi a omissão que nos levou a 605.884 mortes; foi a ação dolosa de quem dirigiu o Brasil nesse período que levou a essa marca terrível que fica marcada, que fica registrada história como um dos momentos mais macabros da vida deste jovem país chamado Brasil.

Portanto, nós conseguimos... Além de explicar para as pessoas por que tudo isso estava acontecendo, nós conseguimos mostrar para o País como evitar que essa marca macabra fosse adiante, ou seja, mostrando, impedindo que compras não fossem feitas, vacinas e negociações, por conta da emergência sanitária, que estavam sendo tentadas para produzir vantagens indevidas para determinados segmentos, caracterizando assim a corrupção. Esta CPI garantiu que os adolescentes, que os jovens pudessem ser vacinados. Essa CPI garantiu muito do que a gente conquistou ao longo do trabalho dela e de diminuição do sofrimento da população brasileira.

Mas eu aqui também quero fazer um agradecimento especial ao Congresso brasileiro, porque a resistência ao modo como se conduziu a pandemia no Brasil também teve resistência fora da CPI: teve resistência no Congresso Nacional, quando nós aprovamos o auxílio emergencial de R$600, quando nós aprovamos a PEC emergencial; quando neste ano nós no PL, emenda de minha autoria, aprovamos tirar do teto gastos com o Pronampe, gastos com algumas áreas que foram fundamentais para garantir financiamento a políticas públicas de suporte às consequências decorrentes da pandemia.

Então, o Congresso Nacional foi muito importante, como foi importante a comunidade acadêmica brasileira, que não se entregou, que resistiu, que não embarcou nessa loucura de imunidade de rebanho adquirida naturalmente e resistiu, resistiu com firmeza. Então, queria aqui também deixar o agradecimento e registrar o papel da sociedade acadêmica de uma maneira geral, que contribuiu também com o debate desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Também não menos importante, e eu diria um dos setores de maior importância para a gente enfrentar essa batalha do obscurantismo, do negacionismo, da irresponsabilidade, essa batalha contra uma ação criminosa contra o povo brasileiro, foi o papel da imprensa brasileira. A imprensa cobriu esta CPI, revelando os fatos centrais que permitiram aos brasileiros ter uma história contada de forma factual, baseada em fatos objetivos, que foram sendo revelados e que foram organizados e apresentados à sociedade brasileira, passando assim a construir um entendimento e produzindo na sociedade um comportamento que em saúde pública é muito importante, que é um comportamento mais adequado, menos de risco, coisa que fora produzida em contrário: o Governo, seus apoiadores construíram na sociedade um comportamento de risco, construíram um comportamento de expor as pessoas ao contágio, construíram um comportamento de dar para as pessoas essa sensação de proteção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com medicamentos sem eficácia, portanto construíram um comportamento que levava as pessoas a aumentar o risco de morrer na pandemia. Não só aquelas que acreditavam, mas aquelas que não acreditavam que estavam perto das que acreditavam. E a imprensa, aos poucos, nos ajuda, nesse trabalho da CPI, a evitar ou a diminuir esse comportamento de risco da sociedade brasileira, e nós passamos a ver o Brasil usando máscaras, mesmo com o Presidente dizendo que não era pra usar máscaras, e sair de 50% de pessoas que acreditavam na vacina pra 96% da população, que quer se vacinar. Ou seja, a gente foi mudando o comportamento da população, saindo de um comportamento de risco, de levar à morte de brasileiros e brasileiras, pra um comportamento de menor risco de perda de vidas, que é o que mais importa.

Portanto, ficam aqui os nossos agradecimentos a todos que fizeram esta Comissão, a todos que trabalharam incessantemente ao longo desses meses, e o nosso agradecimento aos colaboradores anônimos das redes sociais, brasileiros e brasileiras do Brasil inteiro, e à imprensa brasileira, que ajudou a gente a construir não uma narrativa, mas a construir o modo como a história... a contar a verdadeira história dos 605.884 brasileiros que perderam suas vidas. A imprensa ajudou a gente a contar a história dessas tragédias individuais e dessa catástrofe sanitária. Não é uma narrativa; foi a construção dos fatos e a construção de uma história, que ficarão marcados eternamente de forma correta, por conta do trabalho de todos esses que aqui mencionei.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E parabéns, mais uma vez, pela forma serena com que conduziu os trabalhos ao longo desta CPI!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós é que agradecemos, Senador Rogério Carvalho, inclusive a contribuição que V. Exa. tem prestado aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Na condição de suplente, V. Exa. foi tão importante ou muito mais do que a atuação de muitos dos membros titulares efetivos. Eu o cumprimento por isso.

Na sequência, retornando à lista de oradores então, o Senador Marcos Rogério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – É só pra saber, se me permitir, a ordem de inscrição, pra que cada um possa, de acordo com ela e ficando nos seus gabinetes, se programar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E como será em relação, se puder passar, à Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De imediato.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe-me, Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos Rogério, agora; Senador Luis Carlos Heinze, na sequência; Senador Eduardo Girão; Senador Rogério Carvalho; Senador Alessandro Vieira; Senadora Soraya Thronicke; Senador Fernando Bezerra; Senador Flávio Bolsonaro. Senadores não membros: Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Leila Barros, Simone Tebet. Randolfe Rodrigues e Omar Aziz, para concluir todos os inscritos.

Por orientação e determinação anterior, às 17h o Presidente Rodrigo Pacheco comunicou que será o início da Ordem do Dia. Às 17h nós suspenderemos. Disse S. Exa. o Presidente Rodrigo Pacheco que pretende até as 18h30 ou 19h concluir a votação da Ordem do Dia. Então, logo que conclusa a Ordem do Dia, nós retomaremos, para a fala dos oradores e para os encaminhamentos finais de votação do relatório do Senador Renan Calheiros.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com o maior prazer. Disponha, Senadora Simone.

Senador Marcos Rogério, V. Exa. com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, voltando à manifestação de voto, agora para manifestar minha posição em relação ao parecer apresentado por S. Exa. o Relator nesta Comissão.

E começo dizendo por que voto contra o relatório do Senador Renan Calheiros: primeiro, porque esta CPI se revelou um estelionato político; e, segundo, porque o relatório, para mim, é uma grande *fake news* processual. Estelionato porque esta CPI nasceu para investigar, mas não investigou e protegeu acusados de corrupção nos Estados e Municípios; e o relatório, uma grande *fake news* processual, porque acusa sem provas e se ancora numa narrativa do jogo pré-eleitoral.

Mas, senhoras e senhores, não olvidemos que o País e o mundo viveram, permitam-me a expressão, no meio de um furacão, quando a busca por medidas alternativas se tornou a tônica. Todos buscavam encontrar o melhor protocolo sem que houvesse um medicamento sequer com eficácia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovada. Assim, demonizar a cloroquina não passou de uma estratégia política quando dezenas de outros fármacos também sem eficácia comprovada jamais foram taxados de causadores de morte. Por que esses outros fármacos que os médicos de todo o mundo prescreviam todos os dias não se tornaram famosos nesta CPI? Respondo: simplesmente porque não foram citados pelo Presidente da República.

Outrossim, se esta CPI realmente considera que a cloroquina ou a hidroxicloroquina realmente causaram mortes de pacientes da covid-19, é imperativo que se incluam no indiciamento todos os Governadores e Prefeitos que distribuíram tais medicamentos para suas populações, o que não ocorreu somente no ano de 2020, como se alega. Eu trouxe, Senador Girão, a esta CPI provas documentais de que pelo menos até os primeiros meses do corrente ano, de 2021, diversos Estados e Municípios continuavam distribuindo tal medicamento. Outros mantinham esses medicamentos em seus protocolos para uso com pacientes da covid. Vale consignar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios solicitaram ao Ministério da Saúde o envio de cloroquina para distribuição ao Sistema Único de Saúde como forma de auxiliar no enfrentamento da pandemia da covid-19. Outros entes subnacionais adquiriram com recursos próprios, como foi o caso do Estado de Alagoas, conforme informação disponível no *site* oficial do Governo, aquisição de cloroquina para tratamento de pacientes da covid-19, ou seja, não se trata apenas de distribuição pelo Ministério da Saúde, mas de aquisição pelos próprios Estados e Municípios! E são muitos, são muitos!

Outrossim, apresentei nesta CPI a eloquente informação do Governador de São Paulo, João Doria, de que não teria sido uma iniciativa do Ministério da Saúde a distribuição de cloroquina para pacientes da covid-19, mas do Governo do São Paulo, por meio do médico David Uip, que coordenava o combate ao coronavírus naquele Estado. Foi quando eu mostrei o vídeo aqui e deu aquela histeria no âmbito da CPI.

Assim como outros Estados, Alagoas incluiu medicamento em seu protocolo e recomendou o uso por todas as suas unidades. Em consulta feita no portal da Secretaria de Saúde ainda é possível verificar que a Portaria nº 3.264, de 2020, que previu expressamente o uso desse fármaco.

Essas e muitas outras informações semelhantes estão à disposição desta Comissão. Assim, se o eminente Relator e outros membros consideram crime a aquisição e distribuição de cloroquina e hidroxicloroquina, deveriam decidir pela inclusão, no indiciamento, de todos os agentes públicos que praticaram a mesma conduta.

Digo isso, Sr. Presidente, porque essa foi uma prática recorrente. Não que eu defenda aqui o enquadramento de Governadores e Prefeitos que correram em busca de assegurar à sua população, através dos meios disponíveis, atendimento para o enfrentamento a essa crise. Não há razoabilidade de, por uma mesma conduta, se atribuir crime a um e prática lícita ao outro. Isso não é coerente, isso não é correto, isso não é honesto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considero, contudo, que as ações do Ministério da Saúde, assim como dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, foram feitas no afã, repito, de enfrentar a pandemia e salvar o maior número possível de vidas de brasileiros. Aliás, não se pode afirmar quantas vidas tenham ou não tenham sido salvas em função de diferentes protocolos adotados, os quais, sem exceção, tiveram que considerar medicamentos sem comprovação científica, pelo chamado tratamento *off label.*

Logo, o que se conclui é que o trabalho desenvolvido pelo Governo Federal teve como objetivo o combate à pandemia do novo coronavírus em todas as frentes, seja na prevenção, para evitar que as pessoas se contaminassem, seja na oferta do melhor tratamento disponível para os pacientes acometidos pela doença, sem interferir na autonomia médica de prescrever o tratamento mais adequado a cada caso. Tudo o que passa disso, respeitosamente, são especulações sem qualquer comprovação técnica ou científica, para usar expressões tão comumente invocadas por esta CPI.

Quanto à imunidade de rebanho... Em relação à imunidade de rebanho, o que restou apurado nesta CPI a partir de profissionais aqui ouvidos é que se trata de conceito definindo uma circunstância que se alcança quando a cadeia de transmissão da doença dentro de um grupo populacional é interrompida por se ter atingido um grande percentual de indivíduos já imunizados contra o agente infeccioso. Essa imunização pode ser adquirida pelo número de indivíduos contaminados que se recuperam após sofrer a doença ou que foram vacinados contra o vírus, ou seja, o que foi por muitas vezes demonizado representa, na verdade, um estágio positivo, que é justamente quando o vírus perde a força de se propagar. Trata-se de uma consequência da pandemia, e não de uma medida programada. O fato de esse ou aquele agente público ou quem que seja fazer referência ao conceito, direta ou indiretamente, está muito longe de eventual prática indutora ou que precipite a circunstância ora discutida. Muito pelo contrário, conforme já demonstrado, o Governo Federal agiu concretamente para enfrentar a pandemia debelando o vírus de todas as formas disponíveis. Da mesma forma, agiram outros países, não havendo um sequer em todo o mundo que tenha se mantido ileso da contaminação.

Com relação ao gabinete paralelo.

Quanto à alegação de existência de um gabinete paralelo, de tudo que foi apurado pela Comissão, o que se conclui é que tudo não passou de mais uma das muitas narrativas criadas ao longo da investigação. Na verdade, trata-se de alegação absolutamente atípica, porque, ainda que o Presidente buscasse consultar especialistas não integrantes do Ministério da Saúde, não seria tolhido de fazê-lo. O que se precisa observar é que o Ministério da Saúde sempre funcionou plenamente e com autonomia. Ainda que o Presidente tivesse se valido de especialistas de fora do Governo para subsidiar eventuais medidas de enfrentamento à pandemia, não se constituiria ilícito de qualquer natureza, mas nem isso restou demonstrado. Diga-se ademais que trata-se de medida comum em qualquer governo.

Durante essa pandemia, por exemplo, Senador Girão, o Governador de São Paulo, João Doria, contou com uma equipe de 21 médicos e cientistas, incluindo profissionais de fora do Governo, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colaborou gratuitamente com o processo de condução da crise da covid-19, alguns representando inclusive hospitais privados, outros, faculdades de Medicina. Não é crime ouvir especialistas, não é crime ouvir médicos, não é crime ouvir o contraditório, mas o Ministério da Saúde teve a autonomia para tocar a sua agenda de trabalho.

Agora, o que aconteceu aqui rotularam como gabinete paralelo, o que aconteceu lá em São Paulo também é gabinete paralelo? Vai ser indiciado? Não vai? Veja, Sr. Presidente, por essa razão também estou afastando tal imputação, discordando do relatório apresentado.

Quanto à expansão da pandemia em Manaus.

No tópico referente à expansão da pandemia em Manaus, cabe destacar que o Estado do Amazonas passou por duas ondas da covid-19 com aumento do número de novos casos e óbitos. A primeira se deu entre abril e maio de 2020; já a segunda ocorreu entre o final de dezembro de 2020 e o início de 2021. O primeiro fator que pode explicar o crescimento descontrolado do número de infecções no Amazonas é o surgimento de uma nova variante do coronavírus, a variante P1, cepa que possui o maior potencial de transmissão. A investigação demonstrou falhas administrativas graves na administração da saúde municipal e estadual do Amazonas, que relato em meu voto em separado com bastante profundidade. Além disso, inexistiam leitos clínicos e de UTI em números suficientes para atender a demanda, sem contar a falha no processamento de testes diagnósticos, ocasionando demora na abordagem dos dados clínicos dos pacientes, para além do descalabro na gestão da saúde estadual que contribuiu para a crise naquele Estado.

Aliás, nós tivemos inclusive lá uma CPI que apurou isso. E, num dos debates que aconteceu aqui no âmbito desta CPI, entre colegas que representam, inclusive, aquele Estado, uma frase que me marcou: "Não faltaram recursos para o enfrentamento da covid no Estado do Amazonas". Não faltou recurso. Faltou planejamento, faltou pulso firme para enfrentar. Essa fala não foi minha, foi de representante do Estado do Amazonas. Eles tinham a opção de contratar oxigênio, ampliar a quantidade, optaram por não contratar, alegaram problema financeiro, e aqui foi dito: não faltou recurso. Não faltou recurso; faltou planejamento, faltou decisão de fazer. Pelo contrário, foram comprar respiradores de uma loja de vinhos. Esse foi o quadro da saúde no Estado do Amazonas.

Então, diante desses fatos... E aí, agora há pouco, anunciada mais cedo pelo Relator a inclusão do Governador do Amazonas. E eu espero, sinceramente, Senador Girão, que o Relator acate o apelo que V. Exa. fez. V. Exa. fez um apelo sério para que sejam incluídos também no relatório o indiciamento do Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste, o Governador da Bahia, que era o grande gestor do consórcio, o Presidente do consórcio daquele tempo, e a delação, falando inclusive da quantidade de recursos que seriam distribuídos para alguns. Respiradores comprados, pagos antecipadamente, e nunca entregues. Lá o propinoduto estava combinado, inclusive com desvio de parte desses recursos, tirando do povo nordestino para atender o povo de São Paulo. Espero que seja indiciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O caso do Pará é um caso emblemático. A grande mídia escancarou esse escândalo: conversas não republicanas com empresários, com *lobbies*, algo escandaloso, com evidências, com indícios de crimes fortíssimos. Espero que, assim como houve o acatamento em relação ao caso do Amazonas, também se acate em relação ao Estado do Pará. Lá o desvio não foi pequeno, está na casa dos bilhões, segundo o Ministério Público Federal e segundo a Polícia Federal.

Então, Sr. Presidente, eu quero concluir a minha fala nesse momento dizendo que não tenho condições de votar o relatório do Senador Renan Calheiros. Vou votar contra. E na expectativa de que aquilo que nós não fizemos aqui na CPI porque não conseguimos fazer, porque optou-se por uma investigação parcial, como se saúde pública no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... fosse competência exclusiva do Governo Federal, excluindo Estados e Municípios dessa competência... Espero que a Polícia Federal, que o Ministério Público Federal possam dar sequência nas investigações que apuram os malfeitos e a prática de corrupção ativa, passiva...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – ... organização criminosa e fraude à licitação no âmbito dos Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Próximo inscrito: Senador Luis Carlos Heinze.

S. Exa. não se encontra.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues, desta sessão que marca a última, em quase seis meses de trabalho.

Eu só tenho que, primeiramente, agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui, tentando colaborar, desde o início, com esta Comissão Parlamentar de Inquérito; agradecer também às pessoas no Brasil inteiro, pessoas que muitas vezes oraram por todos nós aqui – e eu agradeço particularmente às que fizeram oração por mim; estou em pé por causa disso, porque eu sei que o clima aqui não é fácil, você tem que ter muita serenidade, muita espiritualidade –; agradecer aos assessores do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinete, na pessoa aqui do Roberto Lasserre; agradecer a todos os assessores desta Comissão Parlamentar, na pessoa do Leandro, com quem a gente pôde conviver; agradecer aos colegas também, a todos os colegas. A gente pôde conviver, mesmo discordando, às vezes de forma até muito forte, do posicionamento de alguns, mas isso faz parte da democracia.

Quero me solidarizar com as 605.884 pessoas que perderam a vida, famílias que choram ainda nessa tragédia desse coronavírus, mas quero dizer que nós chegamos aqui com o relatório do Senador Renan Calheiros com 81 indiciados. Olha o número, Senador Marcos Rogério. Tem uma simbologia aí. Eu gosto de observar sinais: 81 é o número de Senadores da República. Eu estou aqui há dois anos e nove meses convivendo com vocês, nunca tive experiência nenhuma na área política, vim aqui direto para o Senado graças à generosidade e à confiança do povo cearense, e eu vi de tudo nesses dois anos e nove meses. Eu vi a primeira votação aqui para um Presidente do Senado ter 82 votos. Enquanto só 81 votavam, tivemos 82 votos. Até hoje esse caso não foi ainda esclarecido. É uma mancha que nós temos aqui no Senado Federal.

Eu vejo que eu vi de tudo também nesta CPI, sabe? Porque antes eu acompanhava vocês, o trabalho de vocês, pela televisão. E eu vi de tudo acontecer aqui. E, pelo que eu lembre, em outras Comissões Parlamentares de Inquérito, não tivemos nada dessas agressividades que a gente viu aqui: desrespeitos, abusos de autoridade. Quando não se confirmavam as narrativas – e aí, com todo o respeito, reconhecendo o trabalho do Relator, para mim é um amontoado de narrativas que a gente vai votar daqui a pouco – que a cúpula da CPI queria ouvir, aí começava o festival de barbaridade da pior qualidade: ameaça de prisão, indução de resposta, desrespeito com homens, com mulheres, com pessoas idosas, com pessoas que passaram 40 anos de suas vidas se dedicando a salvar outras vidas. Isso tudo ficou muito marcado.

O povo brasileiro realmente começou a assistir a esta CPI com expectativa. Ele quer ver a justiça desde o início, mas acabou vendo justiceiros. E isso eu acho que turvou as investigações a que a gente se propôs a fazer aqui. A CPI demonstrou problemas gravíssimos com o contraditório, Senador Jorginho. Ela não tolera quem pensa diferente – palavra forte: "tolera".

A ampla defesa aqui foi desconsiderada. Há pessoas, dessas 81, que estão indiciadas, que nem sequer foram ouvidas, e, detalhe, tinha requerimento aprovado aqui por colegas. Vou citar apenas o exemplo do Dr. Mauro Ribeiro, Presidente do Conselho Federal de Medicina, autoridade máxima da medicina no Brasil, que queria vir aqui – o Senador Humberto e eu aprovamos com os senhores, por unanimidade, para ele vir –, mas não, preferiu-se não ouvi-lo, colocá-lo no relatório sem dar o direito de ele se manifestar. Também por isso, eu acredito que fica uma mancha para esta CPI. Por que o medo da verdade?

Eu vi aqui, Senador Marcos Rogério, uma caçada implacável, de tribunal de inquisição mesmo, a conservadores do Brasil, são jornalistas citados, blogues, *sites*, empresas que fazem uma plataforma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção de conteúdo. Eu até discordo de algumas pautas, mas alguns, como o Brasil Paralelo, serem tratados como bandidos, quebrar o sigilo... É um negócio assim... Já não basta o que está acontecendo no Brasil, com o TSE e o STF fazendo inquérito de *fake news* ilegal, prendendo Parlamentares?

Os Deputados... Eu vi uma entrevista um dia desses, Senador Marcos Rogério... Será que vai chegar o nosso dia? Senador Fernando Bezerra, ouvi Deputados dizendo: "Olha, eu estou pianinho aqui, eu estou medindo as palavras pra falar porque eu posso ser o próximo a ser preso". O que é que nós estamos fazendo do Brasil?

Usar uma CPI desta como instrumento politiqueiro, para antecipar as eleições de 2022? Nós tivemos, Senador Marcos Rogério, três – três! – membros desta CPI subindo em palanque durante esse período como candidato a Presidente da República, se colocando. É uma comprovação de que esta CPI foi usada como instrumento político, eu não tenho dúvida com relação a isso.

Eu acho melancólico o final que a gente está tendo aqui, fazendo a ressalva de que existe erro, sim, especialmente do Presidente da República – eu tenho dito isso desde o início desta CPI –, causando aglomeração, não usando máscara quando deveria dar o exemplo, mas também dando declarações infelizes sobre a vacina – inclusive ontem errou, sim.

Mas esse relatório se perdeu, perderam a mão nele, e isso deslegitima até algumas coisas que poderiam ser vistas com seriedade. Ultrapassou o limite de uma vingança até pessoal, regional, com interesses políticos. Isso ficou muito evidente. E a mancha a que nós chegamos aqui, no último dia, cobrando ainda...

Mas não tem jeito, realmente esta CPI, definitivamente, não quis rastrear corrupção. Não adianta dizer que foi o STF que não deixou. O STF até colaborou para que os Governadores não viessem, mas havia outras estratégias. A gente não quis investigar porque não quis. Não adianta colocar em terceiros essa questão.

O capítulo final, e eu espero que pelo menos essa parte a gente apague, é esse de incluir o Senador Heinze como indiciado. Aí eu faço um apelo aos colegas – olha, eu vou dizer uma coisa para vocês –: não podemos institucionalizar uma perseguição política de um grupo político específico com esse indiciamento. É um direito do Parlamentar de falar. Nós não podemos intimidar Parlamentares aqui. E, sobre essa do Heinze, eu acredito no bom senso de que não vai ser incluído como 81º indiciado. Seria um equívoco. Iria fechar de uma forma lamentável – palavra que eu nem gosto de usar muito –, lamentável esta CPI fazer isso com um colega por opinião que foi dada por ele aqui durante... E ele levantou, é o direito que ele tem, estudou, pesquisou, trouxe aqui médicos. A maioria dos Parlamentares aqui desta Comissão não quiseram ouvir os médicos que ele trouxe. Agora vão colocar o cara como indiciado? Sinceramente, isso é algo lamentável, que a gente espera que não ocorra neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu necessito dizer também que procurei, o tempo todo, dar o melhor de mim. Reconheço inúmeras limitações e imperfeições que eu tenho, mas procuro me inspirar no bom combate de Paulo de Tarso, guardando a minha fé, sem violência, mas principalmente sem omissão.

Nós vivemos aqui um fla-flu – fla-flu. Grupos de zap de famílias estão sendo desfeitos por causa de política. Eu acho que esta CPI foi um retrato, sim, do que a gente está vivendo em nossa sociedade altamente politizada, polarizada, sem fim. Você pegar campeonato de futebol, como a gente viu aqui – campeonato de futebol –, e politizar? Você pegar voto auditável e fazer isso ser politizado? Você pegar bandeira nacional, a bandeira do Brasil, do nosso País, para ser politizada? Olha a que ponto de cegueira política a gente chegou! Nós somos irmãos, filhos do mesmo Deus! Absolutamente temos que ter esse posicionamento. E por projeto de poder! Essa é a grande realidade. A força motriz desta CPI: projeto de poder.

A preocupação com as pessoas que estão agora com fome, que estão desempregadas, isso aí eu não vi aqui, com todo o respeito a quem pensa diferente. Faltou compaixão também.

Para finalizar, eu queria colocar também o seguinte: esta CPI poderia, sim, ter deixado um legado à sociedade, mas preferiu o caminho cômodo da conivência com a corrupção, que, neste nosso País, mata mais que qualquer vírus.

Asseguro, por fim, dizer que não podemos jamais perder a esperança no futuro deste País, porque todo dia é dia de plantar novas e boas sementes, conforme nos ensinou o grande pacifista e humanista Chico Xavier quando diz que embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um de nós pode começar agora a fazer um novo fim.

Assim, de forma melancólica, repito, esta CPI se encerra, infelizmente, sem cumprir os seus objetivos previstos nos requerimentos geradores desta Comissão. Um dos requerimentos é o do que agora está na Presidência, Senador Randolfe Rodrigues, investigar eventuais ações e omissões do Governo Federal e, o outro requerimento, assinado por 45 Senadores da República, a maioria da Casa, foi completamente desrespeitado. Rasgaram o meu requerimento e simplesmente o colocaram no lixo desde o início desta CPI. Foi isso que aconteceu, não quiseram rastrear corrupção, ou seja, o requerimento que deu origem à instalação da própria CPI.

Fica o meu protesto, o meu voto contrário e, ao mesmo tempo, um pedido aos colegas para que analisem o meu voto de forma equilibrada, mostrando um lado e mostrando o outro, difícil nesse cenário que a gente vive de tanto radicalismo, de tanta guerra política, enquanto a gente deveria estar dando as mãos aqui para socorrer o povo brasileiro, mas a população está vendo tudo isso, quem ainda está assistindo está vendo tudo isso. E que a gente possa, de alguma forma, deixar algum legado para os nossos filhos e netos a partir de tudo que nós vivenciamos e aprendemos uns com os outros nesta CPI.

Que Deus nos abençoe, muita luz e muita paz!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Próximo inscrito, Senador Alessandro Vieira.

Só para informar os inscritos em seguida: Senadora Soraya Thronicke, Senador Fernando Bezerra, Senador Flávio Bolsonaro. Na sequência, Senador Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Leila Barros, Simone Tebet, Randolfe Rodrigues e Omar Aziz.

Senador Alessandro, a palavra está com V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de qualquer coisa, é preciso fazer uma reverência à memória das mais de 600 mil vítimas, entre as quais três colegas nossos, Major Olimpio, José Maranhão e Arolde. Particularmente, me refiro a Olimpio, que foi um guerreiro, esteve internado no mesmo momento em que eu estive internado vítima da covid, não conseguiu resistir, mas certamente estaria aqui fazendo soar a sua voz com aquele estilo e com a coragem de enfrentar as dificuldades. Então, a saudação a todos aqueles que não puderam estar aqui neste momento.

Me perguntam, ao longo desses meses, qual foi o grande feito desta CPI. É uma CPI diferente das CPIs da história do Congresso, da história do Senado. O grande feito seguramente foi dar voz àqueles que não tiveram voz, que não tiverem espaço neste Governo. As vítimas, os seus familiares, a ciência, os profissionais de saúde foram ouvidos sequencialmente nessas cadeiras da CPI no Senado e puderam esclarecer a sociedade brasileira, de fato, sobre a tristeza e a gravidade daquilo que enfrentamos para além da pandemia.

A pandemia, por óbvio, é causada por um vírus imprevisível, de difícil controle, que surpreendeu todo mundo há mais de um ano; mas, no Brasil, essa pandemia se fez muito mais grave pela deliberada ação, consciente ação por parte do Governo Federal, comandado pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, devidamente eleito que foi para o cargo.

Quero fazer também referência, nesse início, Sr. Presidente, aos colegas Parlamentares, Senadores, suas equipes, nossas equipes, pelo trabalho brilhante, de muito esforço. Uma especial saudação para Jorge Kajuru, meu parceiro no mandado de segurança que garantiu a existência desta CPI, Senador que tem a coragem e uma forma de atuar que é reconhecida no Brasil todo. Não se fez presente por conta do sistema representativo de escolha dos integrantes, que é proporcional, mas deve ser lembrado: a CPI existe também por conta da coragem de Jorge Kajuru de buscar socorro no Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Sr. Presidente, eu peço um pequeno espaço para fazer uma referência que parece esquecida por alguns: vivemos no sistema democrático. Numa democracia, as coisas se constroem por maioria. Aqueles que não têm capacidade e competência de formar maioria têm instrumentos à sua disposição. A CPI é um deles; a CPI é um instrumento, por natureza, de minoria. Aqueles que se consideram não prestigiados por relatórios, por votos, por presenças precisam aprender a lição que a democracia ensina: construam maioria, trabalhem. É assim que funciona. Não é possível imaginar que, com memes, mentiras e desinformação, você vai dar alguma solução à democracia; pelo contrário, você envenena a democracia cada vez mais.

Esta CPI resgatou em parte – eu digo em parte, porque ainda temos muito a fazer – a participação popular no processo legislativo. Seguramente nenhuma outra CPI teve tanta gente ajudando, por todas as formas possíveis, em especial as redes sociais – redes sociais que foram veículos relevantes de desinformação, prejudicando a saúde dos brasileiros, mas, ao mesmo tempo, serviram para arregimentar dados, provas e tantas coisas que nós vimos aqui demonstradas, de forma enfática comprovadas.

Ressaltar, no tocante a meu Estado, Sergipe, que todos os dados solicitados através desta CPI, que teve obstáculos para investigar... Apresentamos e aprovamos requerimento para convocação de Governadores de Estado, e a decisão do Supremo impediu que fossem ouvidos. Essa decisão foi recorrida. Esse recurso, até onde eu sei, não foi pautado. Mas isso não impediu de relacionar todas as informações referentes a Sergipe, em particular Sergipe e sua capital, Aracaju, alvo de operações da Polícia Federal, alvo de investigações, de escândalos, com o extremo, no caso de Aracaju, de termos um hospital de campanha onde aconteceu um incêndio, já com indiciados pela responsabilidade, recursos que vieram também do combate à covid.

Quero destacar os governistas que atuaram na CPI – a democracia funciona assim –, Girão, Heinze, Marcos Rogério, Jorginho, Fernando Bezerra e outros mais que eventualmente tenham participado, mas esses seguramente participaram de quase todas as reuniões. A democracia se faz pelo contraditório, pela discussão aberta e transparente. Todos nós crescemos dessa forma e mais ainda se respeitamos e entendemos as ferramentas que a democracia nos proporciona.

O crime que encontramos, Sr. Presidente, foi fartamente demonstrado. O crime central que encontramos é o crime de epidemia agravado pelo resultado morte. E aí, de novo, repiso, porque foi referido mais de uma vez por colegas Senadores que me antecederam: é evidente que o Presidente da República não criou o vírus, mas é tão evidente quanto que o Presidente da República se esforçou diuturnamente para acelerar a propagação do vírus, e essa é uma ação consciente e confessa. Salvo engano, há mais de 200 vídeos juntados aos autos onde o Presidente da República, de forma metódica, ensaiada, preparada, organizada, utilizando as ferramentas de Estado, fez com que os brasileiros se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

protegessem menos, acreditassem na fantasia de remédios milagrosos, questionassem e desrespeitassem medidas de contenção básicas que todos os outros países seguiram.

Na distopia bolsonarista, no devaneio bolsonarista, todo o mundo está equivocado, todos os governantes do mundo decidiram deixar morrer seus compatriotas, deixar enfraquecer suas economias, porque se recusavam a aceitar os remédios milagrosos que só aqueles seguidores fanáticos iluminados pelo bolsonarismo encontram. A própria exposição disso, didática, já mostra o quanto não faz sentido. Enquanto, no Brasil, se retardava a compra de vacinas a pretextos ideológicos, ao redor do mundo se fazia uma corrida de vacinas, e testemunhamos aqui e documentamos aqui. Isso tudo foi mais do que comprovado.

É muito claro, e os estudos que foram juntados a esta CPI apontam, que, se o Brasil tivesse a conduta média dos demais países do globo terrestre – e eu não estou dizendo a melhor conduta, a conduta média –, nós teríamos de 120 mil a 420 mil evitáveis, e sabe Deus quantos milhões não teriam necessidade de internação ou de atendimento médico. Eu tenho dificuldade de encontrar uma gravidade maior para isso, para fatos como esses. É uma coisa que me impressiona.

E impressiona, Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Senadores e brasileiros que nos acompanham, a reiteração no crime. O Presidente reitera no crime. O Presidente chega ao extremo de tentar atribuir a uma vacina a possibilidade de levar aquela pessoa vacinada a contrair aids. Isso não é aleatório, isso é baseado na evocação de preconceitos, preconceitos que sabemos que a aids traz ainda na sociedade. O objetivo parece ser fazer com que os brasileiros sofram mais, morram mais, que a pandemia demore mais tempo, que a economia fique ainda mais sofrida. E eu não consigo imaginar que motivos levam o ser humano a ter essa conduta – não consigo –, pelo menos não um ser humano normal.

Esse também é um desafio que a CPI enfrentou e acredito que tenha enfrentado razoavelmente bem, porque é um trabalho humano e, como todo trabalho humano, é imperfeito, tem erros, merece reparos. Mas acho que enfrentamos bem a situação de não permitir que se trate como normal aquilo que não é normal. Não é normal um Presidente da República, democraticamente eleito, não defender a vida dos seus cidadãos. Não é normal! Não é normal você ter acesso a toda informação disponível no Brasil e no universo sobre a doença, as formas de tratamento, aquilo que funciona, aquilo que não funciona, e repetir o erro, e ofender a ciência, e agredir os adversários porque são potenciais candidatos, e agredir os Prefeitos e Governadores porque também têm sua autoridade, agredir este Parlamento, que foi parceiro na construção de soluções. Não consigo entender o que leva uma pessoa a fazer isso, mas consigo claramente entender a necessidade que temos de reagir. A democracia precisa reagir a esse tipo de conduta, porque ela não é aceitável sob qualquer aspecto.

Se com mais de 600 mil mortos, um cidadão persiste na conduta criminosa, essa conduta tem que ser cessada, e a democracia e a Constituição nos ensinam os caminhos. É muito claro que é preciso que o Poder Judiciário e este Congresso Nacional adotem medidas para que o Sr. Presidente da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cesse a sua conduta criminosa, porque ela continua ceifando vidas, ela continua prejudicando as pessoas.

O plano nacional de imunização para 2022 só foi divulgado depois da terceira convocação do Sr. Ministro Marcelo Queiroga – o Sr. Marcelo Queiroga que estava em palanques defendendo irrigação, chegada da água, coisa que o valha, em franca pré-candidatura. E eu tenho que ouvir aqui que Parlamentares não podem ser candidatos ou pré-candidatos. Francamente, as pessoas perderam o senso.

Ciência, meus colegas, não é uma questão de opinião. Ciência nunca será questão de opinião. Na ciência verdadeira, as opiniões, as ideias, as teses são expostas, são testadas, são submetidas à crítica dos colegas e, ao final, refinadas para que sejam reconhecidas como as melhores práticas, com o conhecimento daquele momento.

O Brasil provavelmente é um dos poucos países que ainda não têm um protocolo público de combate à covid. E não tem porque o Governo não quer que tenha. Porque poucos profissionais rasgam seu diploma em troca de um cargo, como hoje faz Marcelo Queiroga, rasgando o conhecimento que adquiriu nas universidades para poder ficar sentado numa cadeira de Ministro, quando muito claramente ele tem consciência de que a máscara é necessária, o distanciamento é necessário, a vacinação continua sendo necessária e a desinformação do Presidente mata. Ele sabe disso. Ele falou disso sentado naquela cadeira. Mas, com ele sentado naquela cadeira, eu alertei, chega uma hora em que o técnico tem que fazer uma escolha: se vale a pena ou não permanecer no Governo, porque a política impede a técnica. A escolha que ele fez foi permanecer no cargo. E pagamos, pagamos todo esse preço.

Eu lamento, Sr. Presidente, que ainda tenhamos, no Brasil como um todo, e mais grave ainda, no Parlamento, dobrando a gravidade, no Senado, pessoas que não compreenderam que a gestão pública não pode ser feita com base em achismos. Não é isso que está na Constituição. É obrigação mínima conhecer a Constituição, juramos todos segui-la. Ninguém é eleito imperador do Brasil para fazer o que dá na telha, para ceder espaço em jatinho para amigos para passear em aniversário, para fazer compras ou não fazer compras de acordo com a sua crença pessoal, para tentar fazer com que os brasileiros sigam um caminho que a ciência claramente aponta como negativo. Ninguém detém esse poder no Brasil. E eu tenho que escutar colegas infelizmente achando que é normal uma pessoa que ocupa um cargo de direção se assessorar com quem quer que seja, escolher as ações como bem entender, porque a votação que teve lhe daria essa prerrogativa. Não dá. Ninguém está acima da lei. Numa democracia, ninguém está acima da lei. A lei deve ser aplicada a todos. E é isso que cobramos aqui.

Como deixei claro, formalizado nos autos da CPI, a minha opinião individual de indiciamento não é a mesma do Senador Renan Calheiros, Relator. Mas foi o Senador Renan Calheiros quem recebeu atribuição de preparar o relatório, e esse relatório garantiu muito provavelmente a maioria de votos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessária para ser aprovado. E passa a ser o relatório da CPI, inclusive daqueles que serão derrotados, registro. Mas é muito claro que esta CPI conseguiu mostrar para o Brasil o porquê de tantas mortes que seriam evitáveis, o porquê das escolhas que fizemos.

As propostas legislativas trazidas aos autos – são diversas – tentam atacar essas dificuldades: vão desde uma PEC que garanta a apuração por parte do Senado das condutas de Governadores – é importante: as assembleias legislativas muitas vezes não têm autonomia pra fazer essa apuração; e falo pelo meu Estado. Sergipe conseguiu reunir as assinaturas para a CPI, e uma assinatura foi retirada pós-protocolo; é importante que você tenha uma condição de equilíbrio, e a gente sabe que no Estado talvez seja mais difícil –, a medidas pra combater *fake news,* pra garantir financiamento adequado do SUS, pra garantir o respeito à técnica, pra garantir respeito à Constituição. Isso tudo está sendo produzido.

A CPI deixa frutos, mas, se puder deixar uma coisa de lastro, que essa coisa seja respeito por quem morreu, que não pode estar aqui se defendendo, e pelos tantos que ainda vão morrer, porque essa doença não foi embora. E o Governo se recusa a treinar profissionais, a capacitar as pessoas pra enfrentar, a estabelecer um protocolo mínimo, a estabelecer uma estratégia racional de combate à doença ainda hoje, no final de 2021.

Que o Brasil tenha, Sr. Presidente e Sr. Relator, a felicidade de escapar dessa armadilha que nós criamos democraticamente, e que consigamos fazer isso dentro das regras da democracia.

É o que eu desejo, deixando pra todos um abraço.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Cumprimento V. Exa., Senador Alessandro Vieira, pelas contribuições, que foram vastas, ao relatório desta Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive destacadas pelo Sr. Relator no texto do relatório.

Com o retorno do Senador Luis Carlos Heinze... S. Exa. já se encontra? (*Pausa.*)

Não se encontrando, então passo pra Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, servidores, pessoas de todos os brasileiros que nos acompanham, dando prosseguimento aos trabalhos de fiscalização por mim realizados no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI da Pandemia no Senado Federal, apresentei relatório parcial elaborado com base na análise dos documentos recebidos por esta Comissão relativos à fiscalização dos recursos federais utilizados no combate à pandemia do coronavírus no meu Estado, o Estado de Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós recebemos 29 processos, de 11 órgãos diferentes, que totalizaram – pasmem! – 88.804 páginas de documentos, que foram analisados digitalmente. Analisar todos esses documentos foi um trabalho árduo que demandou a dedicação de um grupo de trabalho de assessores técnicos que criei e coordenei especialmente pra essa missão. Dos processos fiscalizados, 6 foram arquivados, por não apresentarem indícios de irregularidades, e 25 estão em processo de acompanhamento e fiscalização, com requerimento de informações – ainda com requerimento de informações porque alguns gestores estão em débito com esta CPI.

Esse relatório apresenta os processos analisados e os respectivos encaminhamentos realizados para que as medidas judiciais sejam tomadas e a fiscalização dos recursos federais destinados ao Mato Grosso do Sul continuem no âmbito dos órgãos federais e estaduais competentes.

É importante deixar claro que não faltaram recursos – isso eu ouvi do Presidente do Hospital Regional ontem, em visita ao hospital. Só para o Mato Grosso do Sul, foram cerca de R$481.777.525,51 em recursos federais para combater a pandemia. E, frente aos indícios de ilícitos encontrados nos processos analisados, recebidos pela CPI ou identificados no Portal de Transparência do Estado, nossos trabalhos de fiscalização devem ser contínuos, imbuídos de dedicação e perseverança. Esses recursos foram enviados para salvar vidas, e a minha equipe continuará fiscalizando como cada centavo do recurso público foi e está sendo gasto no Mato Grosso do Sul, no combate à pandemia.

A complexidade da fiscalização perpassa pelo fato de a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, ter liberado a contratação e a aquisição com dispensa de licitação nas ações de combate à pandemia. Essa lei foi aprovada com o objetivo de agilizar os processos de contratação para salvar vidas. No entanto, infelizmente, ficou claro que muitos gestores não dão valor à vida de nossos cidadãos, pois utilizaram essa liberdade emergencial para desviar recursos.

Além da análise da documentação de Mato Grosso do Sul recebida nesta CPI, também estamos fazendo uma varredura no Portal da Transparência do meu Estado e em todos os portais dos Municípios e encontramos falhas graves na transparência, pois diversos portais não apresentam todos os documentos relativos aos processos de contratação ou aquisição para o combate ao covid-19. A legislação atual de compras durante a pandemia obriga os gestores públicos a disponibilizarem imediatamente todos os documentos visando garantir a integridade do processo, viabilizar a análise documental e promover a efetiva fiscalização pelo controle social.

Todos os indícios de irregularidades que encontramos no Mato Grosso do Sul estão sendo encaminhados aos órgãos de controle competentes.

No âmbito nacional, a pandemia mostrou que nós precisamos rever o pacto federativo na esfera econômica e na perspectiva de governança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento tão difícil, onde era fundamental que as três esferas de Governo jogassem no mesmo time para salvar vidas, nós vimos a discórdia crescer e separar o Brasil dentro de campo. E, para piorar, as torcidas organizadas fizeram o desfavor de propagar notícias falsas, que confundiram a população e agravaram a crise. Nós perdemos a chance de dar um exemplo positivo para o mundo. Com os bilhões de reais que foram investidos no SUS, poderíamos ter resolvido muitos dos problemas atuais, fortalecido as carreiras profissionais e saído da crise com o sistema mais forte, competente e equipado. Infelizmente, não foi isso que aconteceu.

Ainda utilizando a metáfora do futebol, é importante deixar claro que a legislação aborda com objetividade as competências e responsabilidades dos nossos jogadores da área de saúde. A legislação atual define que Governo Federal, Estados e Municípios, além do Distrito Federal, devem atuar juntos, definindo o planejamento, as diretrizes, os objetivos, as metas, as ações e os serviços que garantam o acesso da população à saúde. Eles têm a responsabilidade de promover a estratificação do risco, visando ao manejo das condições crônicas baseadas em análises epidemiológicas.

Na teoria, parece que está tudo certo, mas, neste momento crítico, o que vimos em campo foi um time que brigou muito, reagiu tardiamente aos problemas encontrados e jogou sem união. O problema é que as ferramentas de transparência que temos não são suficientes para que a fiscalização ocorra de forma preventiva.

Gostaria de citar aqui um estudo da London School of Economics que avaliou o desperdício público na Itália num período de seis anos. Os pesquisadores separaram o desperdício em duas categorias: primeiro o desperdício ativo, que seria a corrupção; e o desperdício passivo, que seria a incompetência. E, para surpresa da comunidade internacional, a incompetência responde por 83%, e a corrupção, por 17% dos recursos públicos desperdiçados na Itália.

Essa pesquisa tem sido utilizada como base referencial por pesquisadores do Tribunal de Contas da União aqui do nosso País, para estudo sobre a transparência na governança pública brasileira. Até agora, foram enviados R$509,1 bilhões para o combate à pandemia. Não faltou dinheiro. Faltou governança, controle, competência e transparência executiva, além do fato de haver faltado, em alguns casos, caráter.

A pandemia deixou claro que temos um problema gravíssimo de governança pública, e, por isso, eu quero finalizar este relatório destacando que precisamos de conversar francamente sobre a transparência na governança das políticas públicas do Governo Federal, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Para isso, fiz duas sugestões e, por conta do tempo, eu vou disponibilizá-las nas minhas redes sociais. Mas temos, sim, propostas.

Eu gostaria de, por fim, me solidarizar às famílias que perderam seus entes queridos, aos órfãos e parabenizar esta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo fundo especial aos órfãos deste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero homenagear a todos aqueles que trabalharam e trabalham na linha de frente do combate à pandemia, como os enfermeiros, os técnicos em enfermagem, os médicos e os profissionais da segurança pública.

Quero ressaltar, também, o espírito de companheirismo da Bancada Feminina: as colegas Simone Tebet, nossa Líder, Senadora Eliziane Gama, Senadora Leila Barros, Senadora Kátia Abreu, Senadora Zenaide Maia, que, de forma remota, sempre ficou até o final das sessões acompanhando tudo de forma ímpar.

Quero agradecer ao Presidente Omar Aziz por nos ter dado espaço para que pudéssemos contribuir com o nosso País e com os brasileiros, que inclusive nos trouxeram documentos e nos municiaram com informações, como foi o caso dos internautas. Aqui hoje, em especial, quero agradecer ao Flávio Lima, um internauta. Em seu nome, Flávio, quero agradecer a participação de todos que nos trouxeram também o alento de que nós precisávamos neste momento de tanto ódio nas redes sociais, um ódio cego, sem nenhuma razoabilidade.

Quero agradecer a todos os servidores do Senado Federal pela presteza e aos depoentes que foram instados a se expor – muitos deles sofreram prejuízos com essa exposição. E eu sinto muito em relação àqueles de boa-fé que estiveram aqui, mas eu não nutro o mesmo sentimento em relação a todos os depoentes que estiveram aqui, aos que são pessoas de má-fé.

Não posso deixar de agradecer também a coragem desses médicos e daquelas pessoas que ousaram dizer da coragem. Abraham Lincoln já dizia que frequentemente é necessário mais coragem para ousar fazer o certo do que temer fazer o errado.

E por fim, falando em coragem, eu gostaria aqui de expor a minha admiração em relação àqueles gestores que não cumprem a legislação, mal-acostumados com a conduta permissiva dos órgãos que têm a obrigação de investigar e punir, além – e pior, muito pior – da condescendência de parte da população, gestores que deixam a desejar.

Eu tenho aqui em minhas mãos ofícios desta CPI para Estados, Municípios, enfim, mas em especial quero destacar aqui – em resposta à minha obrigação, que é de prestar contas ao Mato Grosso do Sul – que eu tenho aqui um ofício para o Prefeito Marcos Marcello Trad, Prefeito da capital Campo Grande, em que, respondendo a esta CPI, disse que os documentos que a CPI requisitou estão disponibilizados no *link* da Transparência – detalhe aqui: mal colocados, mal arranjados, a ponto de você não conseguir analisar nenhum documento ali. E aí, em relação aos documentos, eu estou aqui com a resposta do ofício: "Em relação aos documentos solicitados pela Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitamos a V. Exa. dilação de prazo por mais 30 dias, considerando que, na Prefeitura Municipal de Campo Grande, os processos administrativos tramitam em meio físico, sendo necessária a digitalização de um grande volume de documentos". Primeiro, neste momento da nossa história, a gente tem processo físico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhando em grande volume, sendo que a legislação que nós aprovamos aqui, a Lei 13.979, determina, apesar da dispensa de licitação, no §2º do art. 4º que: "Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores", enfim muito claro aqui.

A questão é: a CPI acabou, mas a fiscalização dos recursos não acabou. Sugiro que todos os demais Senadores requisitem a esta CPI a farta de documentação que existe acerca dos Estados e Municípios, que estão disponíveis para todos nós. E quero dizer que eu aguardei até agora, desde o dia... O Prefeito pediu, o Prefeito Marcos Trad, de Campo Grande, no dia 28 de maio de 2021, 30 dias para disponibilizar os documentos pelo *site* da... Não quero cometer nenhuma injustiça, mas pelo *site*, Sr. Presidente, essa documentação não chegou ou não me foi disponibilizada. Então, não quero cometer nenhuma injustiça, mas quero dizer ao Prefeito que eu aguardei até agora a chegada dessa documentação faltante. Espero que os demais 78 Municípios do Mato Grosso do Sul nos tragam. Aguardei até agora e digo ao Prefeito que ele que me aguarde a partir de agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa., Senadora Soraya Thronicke.

Eu queria determinar à Secretaria a juntada dos documentos que restam, requisitados pela Senadora Soraya Thronicke, se ainda restam, ou todos que foram requisitados por S. Exa., assim como quero comunicar a todas e a todos: a página da Comissão Parlamentar de Inquérito, mesmo após a votação do relatório final no dia de hoje, estará disponibilizada para todos os brasileiros. Obviamente não será possível mais juntada de documentos a essa página. Os documentos públicos lá estarão disponibilizados, porque a CPI terminará no dia de hoje, com a votação do relatório final. Então, tanto o relatório final quanto os documentos públicos que vieram a essa Comissão Parlamentar de Inquérito estarão na página do Senado, na subpágina, na alocação da página da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dando sequência, Senador Fernando Bezerra com a palavra; em seguida, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de reiterar o apelo, a ponderação quanto ao indiciamento do Senador Luis Carlos Heinze, promovido pelo Sr. Relator, Senador Renan Calheiros, após manifestação do Senador Alessandro Vieira.

Como já salientado em minha primeira intervenção, o Senador Luis Carlos Heinze, ao longo desses quase seis meses de trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, firmou posição clara em defesa do chamado tratamento preventivo, porém, jamais fez qualquer campanha contra a vacinação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população brasileira, ou promessa de cura, ou de uma solução infalível. Ao contrário: exerceu o seu mister parlamentar e, em atuação sempre destacada junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, se empenhou para tornar o Brasil autossuficiente na fabricação de imunizantes, dominando as fases de desenvolvimento de tecnologia, produção de insumos farmacêuticos, envazamento e distribuição.

O Senador Luis Carlos Heinze sempre procurou trazer elementos para justificar e legitimar a sua posição, concordemos ou não com ela. Reforço ainda as palavras do Senador Marcos Rogério, que nos lembra o comando constitucional contido no art. 53, que trata da inviolabilidade de Deputados e Senadores, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

Renovo, portanto, o apelo para que o Senador Renan Calheiros reveja sua decisão quanto ao indiciamento do nosso colega e membro dessa CPI, Senador Luis Carlos Heinze.

Quanto ao propósito dessa última reunião, manifesto a minha discordância quanto às conclusões do relatório final, rechaçando, em particular, as tentativas de criminalização do Presidente da República, contra quem não há comprovação de recebimento de qualquer vantagem indevida ou de autoria e materialidade de crimes. A CPI da Pandemia, no meu ver, se transformou numa empreitada para perseguir, sem legitimidade, sem fundamentos fáticos e jurídicos, o Presidente da República e seus principais colaboradores. Falhou em exercer seu mister constitucional e se distanciou de seus preceitos constitucionais fundamentais, que asseguram o contraditório e a ampla defesa, princípios inalienáveis do Estado democrático de direito.

O relatório final sequer considerou os resultados alcançados pelo Brasil no enfrentamento da pandemia. Materiais imprescindíveis para o esclarecimento dos fatos, como as notas informativas da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, contendo informações oficiais e fidedignas relativas às ações da pasta não foram consideradas, ainda que façam parte do acervo probatório. Ainda que reconheça a importância de toda e qualquer investigação, em especial para apontar as dificuldades para que, no futuro, elas não voltem a ocorrer, optou-se aqui por prestigiar a criminalização, uma espécie de ato político contra o Presidente da República, dando ao relatório final a aparência de tecnicidade, mas com um conteúdo ideológico, uma opinião comprometida politicamente.

Infelizmente, a apuração de desvios na aplicação de parte desses recursos federais repassados para Estados e Municípios, ainda que tenha recebido o apoio de 43 Senadores desta Casa, não recebeu a devida atenção ao longo da investigação. A presunção jurídica para a criminalização decorre da existência, no mundo fático, de um ato sobre o qual não pairem dúvidas quanto à sua existência jurídica e que esse seja diretamente imputável à pessoa do Presidente da República, praticado no exercício das suas funções, de forma dolosa, durante o seu mandato, o que absolutamente não ocorreu.

Norteados por essas premissas, em particular quanto às imputações contra o Presidente da República, resulta evidente, tanto no ordenamento jurídico interno como no âmbito internacional, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer tentativa de imputar responsabilidade ao Presidente da República extrapola a interpretação sistemática dos princípios constitucionais e a legislação penal. Por maior esforço hermenêutico que se almeja realizar, não há elementos jurídicos que sustentem a criminalização do Presidente da República. Muitas das tentativas de imputar crimes ao Presidente da República se resumem numa coletânea de matérias jornalísticas, muitas delas com claro viés ideológico; não em atos administrativos, decisões ou determinações oficiais.

Pretende-se subverter a proteção constitucional da liberdade de expressão do pensamento; ignora-se a devida identificação do elemento dolo na conduta do Presidente da República; conclui-se com fundamento em provas testemunhais, hauridas em depoimentos em que se exigiam respostas dos tipos "sim" ou "não" para perguntas complexas, que partiam de premissas controversas, cujas respostas inegavelmente mereciam contextualização.

Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de chamar a atenção que muitas das imputações que foram feitas pelo Relator ao Presidente da República já foram analisadas e já foram refutadas na primeira instância da Justiça Federal. Portanto, repito, muitas das imputações aqui trazidas no relatório final já foram alvo de apreciação pela Justiça Federal em primeira instância, e essas imputações já foram refutadas.

A investigação existe para apuração e esclarecimento de fatos, o que poderá determinar juridicamente a instauração ou não de um processo. O relatório final não pode ter natureza de verdadeira sentença. A resposta governamental precisa, sim, ser avaliada, mas nunca com fundamento em premissas frágeis e juridicamente questionáveis, com evidentes excessos de discricionariedade e desrespeito ao devido processo.

Portanto, reitero minha discordância e o voto contrário ao relatório final, rechaçando de modo veemente as tentativas de criminalização do Presidente da República, contra quem não há, repito, comprovação de recebimento de qualquer vantagem indevida ou de autoria e materialidade de crimes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa., Senador Fernando Bezerra.

Fui comunicado do início da Ordem do Dia. Entretanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito ainda não está em deliberação. Como é perfeitamente regimental a sequência, a ocorrência de debates em comissões desde que não haja deliberações concorrentes com a Ordem do Dia, nós vamos dar sequência à lista dos oradores inscritos e, se o momento da votação estiver conflitando com a Ordem do Dia, nesse momento nós suspenderemos.

Então, na sequência, Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PATRIOTA - RJ. Para discutir.) – Xingue-o do que você é, acuse-o de fazer o que você faz. Essa foi a máxima usada por muitos Senadores de oposição aqui durante os trabalhos da CPI.

Acusam o Presidente Bolsonaro de ser contra a vacina, mas não fizeram absolutamente nada para que uma vacina sequer chegasse até o braço do brasileiro, negando o fato, a realidade de que todas as vacinas, sem exceção, aplicadas no Brasil foram viabilizadas pelo Governo Bolsonaro.

Acusam o Presidente Bolsonaro pela alta da inflação, pela alta no preço dos alimentos, dos combustíveis, de ser responsável pela fome, mas foram exatamente essas pessoas que acusaram o Presidente Bolsonaro disso que militaram pelo "fique em casa, a economia a gente vê depois", quando foi exatamente o Presidente Bolsonaro que sempre pregou que o vírus tinha que ser combatido na mesma intensidade e momento que a questão do desemprego. A conta chegou, e mais uma vez quem está dando a resposta concreta é o Presidente Bolsonaro.

Acusam o Presidente Bolsonaro de usar a ciência como uma questão de opinião, e o que eu mais vi aqui nesta CPI foram Senadores emitindo a sua opinião sobre procedimentos científicos, chegando a acusar médicos de fazerem tratamento equivocado, como se entendessem mais de medicina do que os próprios médicos.

Esta CPI não investigou fatos para chegar até os acusados; ela escolheu os acusados e trabalhou incansavelmente para tentar incriminá-los. Não conseguiram! Não conseguiram!

E nós vimos, até o último momento, alguns Senadores da CPI subindo nos caixões das mais de 600 mil vítimas do covid para fazer campanha antecipada, para usar o Senado Federal como um palco de politicagem barata. A CPI...

Assolou o mundo um vírus novo, desconhecido por todos, que gerou uma competição entre todos os países na busca por equipamentos de proteção individual, vacinas, insumos. E, nesse cenário, o Brasil pode falar hoje que se destacou positivamente, porque nessa competição nós fomos muito melhores do que vários países de Primeiro Mundo, países desenvolvidos, países com a magnitude territorial do nosso Brasil.

E agora chega o desemprego. O que foi feito nesta CPI para diminuir os impactos da CPI na questão do emprego? Nada! Zero!

E mais uma vez o Presidente Bolsonaro vem com a realidade, com o trabalho. Já são mais de 320 milhões de doses de vacinas distribuídas; já são mais de 270 milhões de doses aplicadas nos braços dos brasileiros – isso significa aproximadamente 65% da população adulta já totalmente vacinada –; foram mais de R$600 bilhões investidos no combate à pandemia. O auxílio emergencial trouxe alguma paz a quase 70 milhões de brasileiros que poderiam estar passando fome, que poderiam ter partido para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saques a supermercados. E o que esta CPI fez para amenizar o sofrimento dessas pessoas? Nada. Quem fez foi o Governo Bolsonaro.

Chegaram a tentar cometer a audácia de acusar o Presidente Bolsonaro de ter atuado contra os índios, por exemplo, mas foi o Governo Bolsonaro, junto com os nossos militares das Forças Armadas... E os próprios índios hoje já podem falar, os que possuem a sua população aldeada, os índios que moram em aldeias: mais de 80% deles, da população adulta, já estão completamente imunizados.

Então, olha a peça política que se tornou esse relatório da CPI!

E o que falar da geração de empregos? No Governo Bolsonaro, já foram aproximadamente 3 milhões de novas vagas de emprego geradas. Só agora em setembro, mais de 313 mil empregos. Se se comparar com o Governo do PT, da Presidente Dilma, em 2015/2016, a soma foi de 3 milhões de desempregados em uma situação, em um contexto de normalidade, ou seja, a Dilma foi mais nociva nesse aspecto do que o próprio covid. E ainda acusam o Presidente Bolsonaro de ser omisso em algumas áreas.

Esta CPI é o maior atestado de idoneidade do Governo Bolsonaro. O maior "escândalo", entre aspas, que foi levantado aqui foi o de uma vacina que não foi comprada. Nem um real de dinheiro público foi gasto! E ainda querem acusar o Presidente Bolsonaro de ter cometido algum ato de corrupção, Senador Marcos Rogério.

É um relatório totalmente político, sem base jurídica nenhuma. E eu percebo um tom de vingança do Relator Renan Calheiros, em função de eu tê-lo chamado de vagabundo aqui nesta CPI para defender um inocente que estava na iminência de ser covardemente e ilegalmente preso por ele. Isso a população viu. Graças a Deus, todas as audiências desta Comissão foram públicas. Ao julgamento da população, alguns Senadores aqui não vão sair ilesos.

Querem indicar, Senador Marcos Rogério, algumas pessoas até pelo chamado crime impossível. Sabe aquele exemplo que se dá na universidade de uma pessoa que tenta vender um terreno na Lua para outra pessoa? Um crime impossível. Aconteceu isso aqui e está no relatório: pessoas que não possuíam as vacinas para vender, negociando com quem não tinha a menor competência para decidir que vacina seria comprada, e as vacinas não foram compradas. Mas essa aberração jurídica ainda está presente no relatório da CPI.

Eu queria fazer um breve relato também com relação aos hospitais federais do Rio de Janeiro, porque eu fui acusado aqui, nesta Comissão, por um ex-Governador do Rio que foi afastado, entre outras coisas, por corrupção com o dinheiro da saúde. Ele me acusou de ser o dono dos hospitais federais do Rio de Janeiro. Obviamente que é mentira. Ele mentiu aqui nesta CPI. Prometeu depois, numa sessão secreta, entregar provas; não veio. Depois prometeu trazer mais elementos que comprovassem o que ele falou; não o fez. Ingressei com uma interpelação judicial contra ele, e sabe qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi a resposta? "Eu nunca acusei o Senador Flávio Bolsonaro de ser dono de nada". Então, as medidas judiciais estão sendo tomadas contra ele, porque mentiu descaradamente, atacou a minha honra e cometeu alguns crimes contra a minha pessoa.

E, como se não bastasse, a cúpula da CPI ainda indica o nome do Senador Humberto Costa para ser o responsável pelas investigações dos hospitais federais do Rio. Logo ele, que foi Ministro da Saúde por vários anos e nada fez para melhorar a situação dos hospitais federais do Rio. Colocam-no para fazer a investigação, e obviamente não acham nada contra mim. Isso é um escárnio. É como se botassem um vampiro para tomar conta do banco de sangue. E o relatório fica vazio nessa parte, infelizmente, porque seria uma oportunidade de nós acabarmos com alguns males históricos na saúde federal do Rio de Janeiro.

E, nos momentos finais, Senador Marcos Rogério, a CPI ainda tenta inovar, querendo acusar o Presidente Bolsonaro de ter promovido alguma *fake news*, fazendo associação de algumas vacinas à questão da aids. É engraçado que atiram no mensageiro. Essa foi uma matéria publicada na revista *Exame* – publicada na revista *Exame* –, com o seguinte título: "Algumas vacinas contra a covid-19 podem aumentar o risco de HIV?", no dia 20 de outubro de 2020, publicada por Rodrigo Loureiro, às 18h13. E ele, numa *live*, faz menção a essa matéria. No entanto, o ódio se volta contra Bolsonaro, e não contra a revista que fez a *fake news*, que inventou a mentira, que publicou a mentira.

E a esquizofrenia é tão grande que, três dias depois, a própria revista *Exame* publica uma outra matéria com o seguinte título "Cientistas reagem à mentira dita por Bolsonaro sobre vacinas e AIDS". A própria revista! Eles inventaram a mentira e depois criticam o Bolsonaro por ter citado a mentira que eles mesmos publicaram.

E, no entanto, o relatório da CPI traz ou tenta trazer mais uma aberração jurídica, querendo imputar ao Presidente Bolsonaro a responsabilidade sobre isso. Tinha que estar a revista *Exame* aí nesse relatório, não o Presidente Bolsonaro. Essa é uma das maiores *fake news*, e a CPI conseguiu se superar ainda no seu final.

E interessante: hoje o portal Poder360 traz uma matéria exatamente sobre esse assunto, mostrando a sequência de como foram sendo alteradas as matérias da revista *Exame*. Diz um trecho aqui da matéria do Poder360:

> Depois que Bolsonaro atribuiu à *Exame* a afirmação que fez em 21 de outubro de 2021, a revista decidiu atualizar seu texto. [...] Segundo o *site* Wayback Machine, que coleta versões de bilhões de [...] (endereços das páginas) de toda a internet, essa página foi atualizada 15 vezes. Foram 10 vezes apenas na 2ª feira (25.out.2021).

Mas o ódio se volta contra quem? Contra Bolsonaro. A culpa de tudo é do Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o *gran finale* desta CPI: de uma forma covarde, além de colocar a sugestão de indiciamento de vários Parlamentares, pessoas que não têm absolutamente nada a ver com o tema desta CPI, que sequer foram ouvidas, sequer sabiam que estariam num relatório como esse, ignorando-se os princípios constitucionais sagrados do contraditório e da ampla defesa; não bastando, Senador Izalci, incluir um Senador – este que vos fala – num relatório final como esse, sem ter absolutamente nada, porque eu fiz uma postagem em minhas redes sociais mostrando a medicação que eu havia tomado para tratar a covid quando a adquiri em agosto do ano passado ainda – virei uma pessoa que incita o crime por causa disso; olha, estou incitando o crime porque mostrei o remédio que eu tomei –; ainda tem a audácia, a covardia de incluir o Senador Heinze num relatório final como esse.

Parte-se do princípio sempre de que alguém, para ser indiciado, tem que ser investigado. Eu já sabia que estava sendo investigado pelo Renan Calheiros de forma paralela, de forma ilegal, por pessoas que sequer estavam autorizadas por essa CPI a fazer investigação. Tinha um organogramazinho na mesa lá do computador na sala dele, apontando as pessoas do meu entorno que ele queria alcançar; mas, obviamente, como não tem nada de errado, não alcançou nada. Mas com o Senador Heinze foi o cúmulo da covardia, por defender as suas convicções. E, para alguém ser indiciado, tem que ser investigado. E, para um Senador da República ou um Deputado ser investigado, é necessário que haja autorização do Supremo Tribunal Federal para que isso aconteça. Então, o açodamento de usar esse palanque aqui de forma eleitoreira é tão grande que esquece a tecnicidade, esquece a legalidade.

Então, eu chego à conclusão de que o Senador Renan Calheiros não sabe investigar, até porque ele está muito mais acostumado a ser investigado do que a investigar. Talvez seja esse o problema.

Como o meu tempo está acabando, Presidente... Eu ia fazer aqui a leitura de alguns dos 21 crimes, em tese, que o Senador Renan Calheiros cometeu ao longo desta CPI, vários abusos de autoridade, como, por exemplo, aqui: "Antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação [...], antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa". Art. 38 da Lei de Abuso de Autoridade.

Há outros artigos também, como, por exemplo, o do crime de perseguição – isso é autoexplicativo –; de prevaricação, por não ter feito nada com relação ao Consórcio Nordeste, por exemplo; de denunciação caluniosa; de coação no curso do processo. Art. 344 do Código Penal: "Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial e administrativo, ou em juízo arbitral: Pena – reclusão de um a quatro anos".

Esses 21 – eu vou concluir, Presidente... Essas 21 possibilidades de crime cometidas pelo Senador Renan Calheiros serão encaminhadas por mim ao Ministério Público Federal, e as penas máximas, somadas, dessas possibilidades ultrapassam os 60 anos de cadeia. E eu sugiro a todos advogados de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clientes que estiveram aqui sentados nessa cadeira, sendo torturados, humilhados em público, que façam o mesmo com todos aqueles que têm infringido todos esses artigos da legislação penal.

Então, o voto, certamente, com muita convicção e tranquilidade, é contra esse absurdo, essa aberração jurídica que é o relatório promovido por um Senador chamado Renan Calheiros.

Não preciso falar mais nada para o Brasil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, art. 14, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Art. 14, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero saudar aqui a presença, sempre muito esporádica, ocasional, do ilustre Senador que me antecedeu e que, diante da relevância, da importância e talvez até da opulência de determinadas testemunhas, aparece aqui de vez em quando.

Segundo, quero dizer que S. Exa. dá uma grande demonstração de desconhecimento; de desconhecimento principalmente do que foi a minha gestão à frente do Ministério da Saúde. Eu fui o Ministro que criou o Samu, até hoje o principal programa e o mais bem avaliado de todos os programas sociais do Governo. Eu fui o Ministro que criou a Farmácia Popular, e o Governo Temer e agora o Governo Bolsonaro praticamente reduziram a zero o que era o Farmácia Popular. Eu fui o Ministro que criou o Programa Brasil Sorridente, que deu o direito a milhões e milhões de brasileiros e brasileiras de poderem sorrir, de poderem ter um atendimento odontológico adequado.

Talvez S. Exa. devesse ter utilizado o seu tempo para explicar para o povo brasileiro por que pessoas que até alguns anos atrás podiam se alimentar com dignidade, num país que tinha saído do mapa da fome, hoje têm que invadir caminhões de lixo para comer o resto que sobra da mesa daqueles que têm uma melhor condição; devia aproveitar esse tempo para explicar a situação de desemprego vergonhosa que o Brasil vive hoje e que só faz ampliar; devia vir aqui para explicar os ataques que esse Governo faz à democracia, à liberdade, às instituições e à independência entre os Poderes, além dos ataques à Constituição brasileira.

Talvez V. Exa. não saiba. Aquele hospital do Into, no Rio de Janeiro, foi construído na minha gestão. Compramos o prédio do antigo Jornal do Brasil e fizemos aquele prédio moderno e que atende a centenas de milhares de pessoas por ano. A Fiocruz foi na minha gestão que implementou Bio-Manguinhos. Então, V. Exa., S. Exa. deveria ter esse conhecimento antes de fazer acusações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, recebi a responsabilidade de estudar as denúncias que aqui chegaram sobre o Estado do Rio de Janeiro. Evidências nós não encontramos ainda, o Ministério Público vai investigar. Agora, indícios são muitos, inclusive da presença de milícias atuando e prestando serviços...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Conclua, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... em hospitais lá no Rio de Janeiro. E eu espero que isso efetivamente possa ser investigado pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro. Aí o final nós saberemos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

Próximo Senador inscrito, Senador Izalci Lucas. V. Exa. tem 15 minutos. Em seguida, por advertência da Presidência, por recomendação da Presidência do Senado Federal, nós iremos suspender a sessão e retornaremos ao fim da Ordem do Dia.

Senador Izalci Lucas, V. Exa. com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu começo a minha fala agradecendo de uma forma especial o Senador Girão, o Senador Marcos do Val, que me oportunizaram apresentar mais de 60 requerimentos, vários deles de pedidos de informação e também de convocação. E tivemos aqui aprovação de um requerimento que foi a presença do Secretário de Saúde aqui do Distrito Federal, que foi indicado pelo Sr. Adeilson, que foi Secretário-Executivo do Ministério durante muitos anos, que participou da transição do Governo do Distrito Federal e que indicou essa cúpula que foi toda presa na Operação Falso Negativo.

Evidente que, nessa Operação Falso Negativo, o Ministério Público já estava conduzindo o processo, tanto é que conseguiu a prisão de toda a cúpula, mas eles conseguiram sair da prisão sob alegação de que os recursos eram federais, portanto não era competência do Ministério Público do Distrito Federal essa ação. Por isso é que fiz questão de apresentar esse requerimento que tem provas cabais, inclusive com quebra de sigilo, com comunicação entre a quadrilha – vamos dizer assim –, onde tem inclusive depoimentos ou falas de pessoas estarrecidas pela forma como estavam sendo conduzidos os testes aqui no Distrito Federal, as pessoas sendo totalmente ignoradas. Num momento difícil, muitas famílias perderam seus entes queridos e muitos deles fizeram o teste, deu negativo, e foram embora pra casa. A gente mostrou e tem documentos suficientes no processo de que o Governo do Distrito Federal recebeu testes que nem estavam no edital – e no mundo todo já estavam recolhendo porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinham eficácia nenhuma. E, inclusive, compraram os testes com um preço dez vezes maior do que o Sesc: o Sesc comprou por R$18, e a empresa de brinquedos Luna Park vendeu para o GDF a R$180.

A Precisa é a empresa que é destaque na CPI e que no Ministério da Saúde conduziu – todos acompanharam –, mas no GDF ela atuou de forma conclusiva. A Precisa, juntamente com outras empresas, conseguiu realmente executar aquela orientação, que vimos aqui pelo telefone, de como é que se faz o passo a passo das licitações. E no GDF aconteceu, não foi ilação, não foi proposta: foi execução.

Vimos também o Secretário dizer que nada na saúde acontecia sem o conhecimento do Governador. Está lá na documentação.

Então, o caso do DF não é um piloto, era já uma situação de execução de um plano. Então, eu tive a oportunidade de apresentar o voto complementar de 333 páginas, onde demonstro não só a questão da Operação Falso Negativo, mas também tudo que aconteceu no Iges, que por acaso se chama Instituto de Gestão Estratégica de Saúde. Eu não sei que estratégia é essa, com um rombo de mais de R$400 milhões, com falcatruas assim – não é? –, com soberba documentação. Tem muito documento de tudo isso, e a gente sabe – não é? – quem é que comandava tudo isso. Há uma cúpula que comandava todo esse processo aqui no GDF – que comandava, não: que comanda! –, todos eles ex-Secretários, inclusive o Secretário Osnei, o Secretário Francisco, que faziam parte, junto com o Adeilson, junto com o Kennedy, que teve dois genros, inclusive, trabalhando no GDF como secretários. Tudo isso está no processo.

Por isso é que eu quero fazer aqui um apelo, Senador Renan, porque não vi no adendo nenhuma manifestação no sentido de acatamento de qualquer sugestão e colocação do relatório do meu voto complementar, onde também sugiro uma série de observações e considerações no sentido... Eu participei de todas as CPIs praticamente durante o meu mandato na Câmara e não participei desta Comissão, nem por favor, nem porque eu queria cobrar, porque é uma obrigação do Parlamentar – acho que, talvez, não digo a principal, mas uma das principais obrigações do Parlamentar – fiscalizar o Executivo. Então, fiz isso, mesmo não sendo membro da CPI. Fiz questão de participar praticamente de todas – senão todas. Daquelas em que eu não estive aqui presencialmente eu participei virtualmente.

Então, eu queria aqui, primeiro, dizer que essa questão da informatização do sistema... O que gera toda essa corrupção nos Estados e também no Governo Federal é falta de controle. O Governo é analógico. Não tem sentido um orçamento de 150 bilhões, que é o orçamento da saúde, não ter controle de nada! Não tem sentido aqui, no DF, num orçamento de 8 bilhões – e, durante a pandemia, se transferiram mais de 3 bilhões –, ninguém dar satisfação para ninguém, não tem transparência de nada. Todo mundo sabe os desvios de material, os desvios de recursos, o superfaturamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tribunal de Contas, inclusive, a meu pedido, como membro da Comissão do Covid... E eu participei de todas as reuniões da Comissão do Covid não só a nível nacional como local, tive o cuidado de criar aqui uma Comissão do Covid, semanalmente acompanhando, porque é um assunto muito sério. É inadmissível, num momento de pandemia, as pessoas morrendo e alguns grupos montando esquema de desvio! Essa é uma coisa absurda! Estou vendo aqui: 605.884.

Acabei de ver a situação do DF na vacinação. O DF está com 43%, a média nacional passou de 50%, quer dizer, o Distrito Federal, esse quadradinho maravilhoso, que era para ser, assim, eu diria, quase 100% de imunização... É evidente que não depende só dele, porque o ministério tem que passar as vacinas, mas era para estar em primeiro lugar em tudo, pela facilidade do espaço, pela competência dos nossos profissionais... Nós temos aqui os melhores profissionais. E me desculpem os outros Estados, mas eu conheço aqui a realidade do Distrito Federal, os servidores aqui são excepcionais. A gente deve muito e a gente tem que agradecer todo dia aos profissionais da saúde que deram a vida por nós aqui – todos eles. É lógico, há a segurança pública, a educação, com o esforço que os professores fizeram, que tiveram que mudar da noite para o dia, do analógico para o digital... E aí se descobre que, na Capital da República, as pessoas não têm acesso à internet, milhares de alunos sem aula há dois anos! Então, é muita incompetência, é muita irresponsabilidade, é falta de sensibilidade desses governos que entram na base do improviso, da irresponsabilidade! Temos hoje na Capital o maior número de desemprego deste País, fruto dessa corrupção, dessa incompetência, desse improviso!

Então, Senador Renan, eu faço um apelo, porque nós tivemos oportunidade de ter acesso aos documentos do DF, assim como do Amazonas. É evidente que não deu para fazer de todos os Estados, mas aqueles que foram feitos... E V. Exa. fez o interrogatório corretamente, V. Exa. entendeu, conheceu o problema. Faço um apelo para que acolha realmente o voto complementar específico do DF, porque o que está acontecendo aqui é uma coisa absurda! Não tem sentido nenhum a saúde ser conduzida da forma como foi e está ainda sendo conduzida.

Com todo o respeito, pois agora colocaram um general como secretário para disfarçar de tudo isso, mas a situação é caótica. Nós temos pessoas morrendo não de covid agora; as pessoas estão morrendo porque não conseguem uma cirurgia, inclusive oncológica, são pessoas com câncer. Eu perdi um irmão com câncer. Não dá para esperar dois meses, três meses, seis meses, e nós temos aqui filas imensas de pessoas querendo um tratamento, quimioterapia ou radioterapia e não conseguem sequer uma consulta. Da mesma forma, pessoas acidentadas no trânsito, na moto, que é o comum, ficam no hospital cem dias internadas porque não tem material.

Você pega o Hospital de Base, que é um hospital de referência, sempre foi um hospital de referência nacional e hoje não tem dipirona, não tem anestésico, não tem equipamento, não tem nada; está tudo quebrado, queimado e com um rombo de 400 milhões. E o Governo inaugurando UPA, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instalações, mas não há médicos, profissionais. Então, é muita demagogia, é muita corrupção, é muita incompetência.

Mas, da mesma forma, eu também fui o primeiro a levantar aqui a questão da falta de controle, o que gera... Se há hoje controle de vacina, de estoque de vacina, de distribuição da vacina, não é pelo ministério; é pela empresa que fez isso. E aí muitas vezes essas empresas são expostas. Eu vi o relatório que fala da VTCLog e de outras – e não estou advogando para ninguém até porque fui eu que falei primeiro –, totalmente sem conhecimento técnico. Há coisas que não têm sustentação nenhuma. A empresa quis esclarecer, e não quiseram – e esclareceram alguma coisa, mas não está no relatório.

Então, eu presenciei também e sugeri, espero que o Relator possa sugerir o acatamento da sabatina da CGU. Não tem sentido também a CGU, que é um órgão importante para o controle das contas públicas, ser indicada e passar a ser advogado do Governo, de plantão. Não estou aqui criticando ninguém, mas a CGU é um órgão importante de controle que tem que ser um órgão de Estado e, para ser de Estado, não pode ser só indicação política ou agradar aquele que está de plantão. Então, é uma sugestão que faço também com relação à CGU de se fazer a sabatina, como fazemos, e estabelecer critérios. É esse o apelo que faço aqui.

Eu quero agradecer imensamente, além dos Senadores, também... Eu poderia aqui, Senador Renan, não o fiz, mas V. Exa. é especialista... Eu li o livro da CPI que o Senado patrocinou. Em todas as CPIs, o Líder do partido pode falar cinco minutos pelo Regimento. Eu nunca fiz isso, porque eu não estou aqui como Líder. Eu indiquei o Senador Tasso Jereissati pelo PSDB, até porque eu sou Relator da CPI da Chapecoense e não queria desistir ou abandonar aquilo que eu assumi. E vou reassumir agora para fazer o relatório, mas ainda quero ouvir outras pessoas. Há cinco anos aconteceu esse caso, e as viúvas não receberam até hoje a indenização. Então, a gente precisa concluir o relatório da CPI da Chapecoense. Por isso, eu não participei, porque, se pudesse, eu teria participado.

Mas, de qualquer forma, quero agradecer aos Presidentes, ao Presidente Omar e ao Randolfe, que também presidiu várias. A gente pôde falar. Isso eu agradeço e estou aqui exatamente fazendo.

Eu sei que vocês agradeceram a toda a estrutura do Senado, aos copeiros, porteiros, todos, mas se esqueceram dos motoristas. Então, eu quero aqui complementar agradecendo, em nome de vocês aí da CPI, também no meu nome, a todos os técnicos do Senado, que são pessoas competentes e que a gente não pode esquecer, e, de uma forma especial, também aos motoristas que ficam aqui até tarde, muitas vezes nem almoçam, pra nos atender. Então, queria complementar esses agradecimentos que vocês fizeram aos motoristas aqui da Casa.

E, no mais, eu queria fazer um pedido especial. Eu pediria, Presidente, que V. Exa., que entende da área jurídica, buscasse um meio de não colocar os Parlamentares, principalmente, em especial o Heinze, como indiciados. Eu acho que não seria uma boa medida. Façam outra coisa e tal, mas eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que indiciá-lo é uma pena muito grave e eu não gostaria de estar participando disso. Então, faria esse pedido em nome dos colegas pra não indiciar esses Parlamentares que fizeram o papel deles, de uma forma de acordo com a consciência de cada um.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa., Senador Izalci Lucas.

Ainda há tempo, antes de uma eventual suspensão, de ouvirmos S. Exa. o Senador Fabiano Contarato, ao qual eu agradeço porque contribuiu com esta Comissão Parlamentar de Inquérito para protagonizar uma das cenas mais bonitas que nós já tivemos neste Congresso Nacional, uma cena de refutar o ódio e proclamar a tolerância, proclamar o respeito à tolerância. Para isso também serviu esta CPI.

Então, tenho enorme satisfação em ouvir V. Exa., antes de suspendermos para a conclusão da Ordem do Dia, e depois retomarmos.

Senador Fabiano Contarato, V. Exa. com a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

Eu quero inicialmente agradecer e parabenizar a condução dos trabalhos feita pelo Presidente, Senador Omar Aziz, e pelo Vice-Presidente, meu querido Senador Randolfe Rodrigues. Quero parabenizar também a forma como o Relator tem conduzido o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito e todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sejam titulares, sejam suplentes, sejam não titulares nem suplentes, mas quem de qualquer forma está aqui contribuindo para o trabalho merece todo o nosso agradecimento.

A Comissão Parlamentar de Inquérito já prestou um grande serviço à população brasileira. Ela teve um efeito político que nós já sabemos. Apenas depois da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito é que o Governo se dignou a proporcionar a imunização através da vacina aos brasileiros e brasileiras. Não fosse a CPI, nós teríamos um número muito maior de mortes. Apenas após a CPI é que nós conseguimos impedir a celebração de contratos bilionários com dano ao Erário.

Eu aprendi no banco da faculdade que a espinha dorsal do Estado democrático de direito chama-se Constituição da República Federativa do Brasil. Eu queria muito que os políticos tivessem como bíblia a Constituição Federal. Muitas pessoas perguntam por que a responsabilidade é do Presidente da República? E eu digo por quê: porque a única pessoa que é chamada de pessoa jurídica de direito público externo, que tem competência pra celebrar contratos pra aquisição de vacinas e insumos é o Presidente da República. Através do Estado brasileiro, com seus ministros, é que ele tem esse poder. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde pública é um direito constitucional. Não sou eu que estou falando, isso está no art. 6º e no 196, quando diz que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado.

Então, quando o Chefe do Estado brasileiro nega vacina em plena pandemia, ele está violando o principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde, e ele está agindo tanto por ação como por inação, por omissão. E a omissão dele é penalmente relevante porque o Código Penal é claro quando diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

E digo mais: o comportamento do Presidente é por dolo, porque o conceito de dolo no Brasil não é só atribuído com comportamento voluntário a título de intenção. Dolo também é quando você assume o risco de produzir o resultado, está lá no art. 18, inciso I, do Código Penal. E toda e qualquer pessoa que tenha contribuído para esse agravamento deve ser responsabilizada, porque, no Brasil, no que se chama concurso de pessoas ou codelinquência ou concurso de agentes, vigora a teoria unitária ou monista, que diz que quem, de qualquer forma, concorre para o crime responde pelo mesmo crime.

Eu poderia aqui elencar os inúmeros crimes praticados pelo Presidente da República, mas o Relator assim muito bem fez. Acho que mereceria um capítulo específico para os crimes comuns, um outro capítulo só para os crimes de responsabilidade, previstos na Lei 1.079, de 1950, quando ele atenta contra os Poderes da República, e previstos no art. 85 da Constituição Federal. Mas eu acho que valeria um capítulo muito forte – e a história será implacável – quando se analisar a personalidade do Presidente da República. Quando o juiz tem todos os elementos para fundamentar a sua dosimetria da pena, ele vai fazer isso com base na chamada análise comportamental prevista no art. 59, quando diz que o juiz, atendendo à culpabilidade, à personalidade, aos antecedentes, à conduta social... Hoje eu não tenho dúvida: esse Presidente tem uma personalidade totalmente voltada para o crime.

E eu faço questão aqui de fazer uma reflexão, Senador Renan. O Presidente da República tratou com indiferença e deboche e minimizou a pandemia. Vinte e quatro de março: "Isso é uma gripezinha ou um resfriadinho. Eu tenho histórico de atleta". Vinte e seis de março: "Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada". Vinte e nove de março: "Todos nós vamos morrer um dia". Doze de abril: "O vírus está indo embora". Vinte de abril de 2020: "Eu não sou coveiro". Vinte e oito de abril: "E daí?". Sete de maio: "Vou fazer um churrasco". Dezenove de maio: "Cloroquina e Tubaína". Dois de junho: "A morte é o destino de todo mundo". Sete de julho: "É como uma chuva, vai atingir você". Trinta e um de julho: "Tem medo de quê? Enfrenta". Dez de novembro de 2020: "País de maricas" – País de maricas. Dezessete de dezembro de 2020: "Se tomar vacina e virar jacaré, não tenho nada a ver com isso". Cinco de janeiro: "Vírus potencializado pela mídia sem caráter". Vinte e dois de janeiro de 2021: "Não está comprovado cientificamente". Quatro de março: "Até quando vão ficar chorando?". Nove de março: "Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões econômicas". E agora, mais recentemente, vinculando a quem tomou a vacina para desenvolver HIV.

Esse Governo aposta que não vai dar absolutamente nada, mas eu tenho certeza de que o Ministério Público é uma instituição permanente, que nós temos que fortalecer, e que a Procuradoria-Geral da República tem que dar uma resposta à população brasileira, tem que dar uma resposta a mais de 605.884 famílias que estão enlutadas.

Qual o valor da vida humana? Quanto é que vale a vida de um pai, de uma mãe, de um filho, de um sobrinho, de um irmão? Essas são mortes evitáveis. O Governo negou vacina à população brasileira: 101 ofertas da Pfizer. Nossos irmãos em Manaus morreram por falta de oxigênio, minha gente! Isso é desumano! Isso é cruel! Isso é vil! O Governo aquiesceu com o gabinete paralelo. Isso é usurpação de função pública. O contrato da Covaxin, com inúmeras irregularidades, com suspeita de corrupção ativa, que basta solicitar para consumar, porque é um crime formal, não precisa da obtenção da vantagem. Nós vimos a Prevent Senior, que foi um verdadeiro crime contra a humanidade. Jamais eu poderia imaginar que, enquanto Senador, eu pudesse presenciar o que esta CPI apresentou ao Brasil.

E aqui eu quero fazer uma reflexão aos meus colegas. Esse é o meu primeiro mandato, eu nunca exerci um mandato político, mas, na minha concepção, o Parlamentar tem que saber usar a palavra para apresentar o Brasil ao Brasil. E esta CPI está mostrando ao Brasil quem são seus Parlamentares, quem são os Parlamentares que acreditam na ciência, que investem na educação, que lutam pela preservação da vida. Contra fatos não há argumentos: a todos os crimes foram coletadas provas de natureza objetivas e subjetivas e, ao final, nós tivemos aí essa conclusão. Então, nós não podemos refutar, menosprezar isso.

Agora, a essa fala do Presidente, com esse comportamento totalmente voltado para o crime, nós não podemos aquiescer, nós não podemos achar normal um Chefe do Estado brasileiro... Eu convido e convocaria e pediria a todos os bolsonaristas que me apresentassem vídeos do Presidente da República percorrendo os hospitais públicos, se solidarizando com as vítimas, falando para a população: "Olha, só saia em extrema necessidade, cumpram o distanciamento social, utilizem máscara, álcool em gel". Ao contrário, promoveu motociata com dinheiro do povo, investiu na imunidade de rebanho e fez com que a digital dele ficasse impregnada nas 605.884 famílias que estão enlutadas e mais de 20 milhões que estão com sequelas irreparáveis.

Quanto é que vale uma vida humana? Quanto é que vale a dor dessas famílias? É essa a resposta que a CPI tem que dar. E essa resposta a CPI já está dando ao Brasil. A CPI está dando essa resposta.

E aqui eu quero, com muita humildade, fazer uma singela homenagem a essas vítimas que perderam suas vidas pela covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas pessoas perguntam o valor dessas mortes, Senador Renan. Eu perdi uma cunhada. Vários de nós perdemos entes queridos. A minha cunhada tinha 44 anos e não tinha comorbidade nenhuma. Em homenagem a todas as vítimas pela covid, eu queria aqui fazer uma singela homenagem, uma homenagem a Walid, à Lucineia, ao Olimpio, ao Arolde, José Maranhão, Francisco, Pedro, Ricardo, Paulo, Maria. Eu acho que isso seria uma chamada que o poder público e que o Presidente da República deveriam fazer, como numa sala de aula, mas uma chamada que não terá ninguém para responder por eles.

Em memória de todas essas famílias e vítimas, nós temos que dar uma resposta. E essa resposta é ter mais empatia, se humanizar, se colocar na dor do outro. Eu acho que é isso que falta pra nós, políticos: nós temos que ter a sensibilidade de nos colocar mais na dor do colega.

Esta CPI revelou não só o aspecto jurídico, não só o aspecto dos crimes de responsabilidade, mas foi nesta CPI que nós vimos depoimento em que se agrediu uma Senadora, a minha querida Senadora Simone Tebet – vários Senadores aqui, e nenhum deles foi chamado de descontrolado. Foi nesta CPI que eu também fui agredido em virtude da minha orientação sexual. Então, esta CPI está mostrando o Brasil ao Brasil, e é necessário que a gente tenha a altivez de dar essa resposta.

Então, a chamada que eu faço é: Lucineia, Olimpio, Arolde, José Maranhão, Pedro, Paulo, Ricardo. Ninguém está aqui. Em memória deles, eu falo o que o poeta inglês disse. Todos sabem que eu gosto do Auden e de quando ele fala:

> Parem os relógios
> Cortem o telefone
> Impeçam o cão de latir
> Silenciem os pianos e com um toque de tambor tragam o caixão
> Venham os pranteadores
> Voem em círculos os aviões escrevendo no céu a mensagem:
> "Ele está morto"
>
> Ponham laços nos pescoços brancos dos pombos
> Usem os policiais luvas pretas de algodão.
>
> Ele era meu norte, meu sul, meu leste, meu oeste.
> Minha semana de trabalho e meu domingo [de descanso]
> Meu meio-dia, minha meia-noite.
> Minha conversa, minha canção.
>
> Pensei que o amor fosse eterno, enganei-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As estrelas são indesejadas agora, dispensem todas.

Embrulhem a lua e desmantelem o sol
Despejem o oceano e varram o parque
Pois nada mais [...] [tem sentido].

Parabéns a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu tenho muito orgulho de estar atuando, nesta legislatura, com Senadores e Senadoras que muito dignificam a classe de políticos no Brasil, porque a população tem que entender que ser cidadão não é apenas viver em sociedade, mas transformar a sociedade.

Hoje eu faço uma convocação simples, Presidente, eu convoco homens, mulheres, negros, índios, quilombolas, população LGBTQIA+. Durante muito tempo da minha vida, eu criminalizei a política, eu não me via na política. Hoje eu faço esta convocação: filiem-se a um partido, entrem, ajudem a construir um projeto para o Município, para o Estado, para o País, porque é só assim que nós vamos dar vez e voz a essa garantia constitucional de que todos somos iguais perante a lei, independente da raça, da cor, da etnia, da religião, da origem, da orientação sexual, de ser pessoa com deficiência. Todos efetivamente somos iguais perante a lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Nós ainda temos inscritos o Sr. Senador Jean Paul Prates, a Senadora Zenaide Maia, a Senadora Leila Barros, a Senadora Simone Tebet, Randolfe Rodrigues e Omar Aziz.

Por determinação da Presidência, eu suspendo a discussão, e a retomaremos logo após a conclusão da Ordem do Dia com esses inscritos. Então, após a Ordem do Dia, convoco as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a terceira e última parte desta última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, que discute o relatório do Senador Renan Calheiros. Após os inscritos que aqui informei, nós iremos à fase final de votação nominal e ostensiva por parte dos Srs. Senadores membros efetivos desta CPI.

Está suspensa até o final da Ordem do Dia do Plenário do Senado Federal.

(*Suspensa às 17 horas e 53 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 35 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando a discussão, retomando a sessão, o próximo inscrito é o Senador Jean Paul Prates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está com a palavra por 15 minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Presidente, eu vou ser bem rápido, porque é fase final, todos estão cansados, mas não é possível hoje estar aqui sem felicitar a todos os Senadores e Senadoras, colegas, especialmente vocês, Presidente, Vice-Presidente Randolfe, Relator Renan.

Acho que, de todos os lados, tivemos aqui um interesse unânime em defender os brasileiros e brasileiras. Alguns talvez tenham que, em breve, reconhecer que defenderam políticas e posturas equivocadas e farão suas reflexões junto aos seus familiares e, especialmente, aos seus eleitores.

Mas acredito plenamente que todos trabalhamos na maior boa-fé no sentido de defender as convicções do que pensam que fosse bom para o Brasil, para os brasileiros. Então, fizemos história, Presidente Randolfe, V. Exas., especialmente titulares e suplentes, e nós aqui com a nossa participação incidental, auxiliar, porém, creio também relevante.

Esta foi a CPI mais importante, mais complexa e mais diversa da história do Brasil, porque tentou responder por que o Brasil teve 4,5 vezes mais óbitos do que a média mundial. Esta pergunta é uma pergunta que assola não só os brasileiros, ao mundo, a todos que se interessam por estudar os efeitos dessa pandemia. Por que o Brasil com 605 mil – e lá vai para 606 mil – óbitos em relação a 213 milhões de habitantes e o mundo com 4,9 milhões de óbitos em relação a 7,8 bilhões de habitantes tem proporcionalmente, Presidente Omar – parabéns também –, 4,5 vezes mais mortes do que o resto do mundo?

O Brasil tem um clima diferente? O Brasil tem um sistema de saúde mais deficiente do que a média mundial? O Brasil tem um comportamento da população mais indisciplinado do que qualquer país? Não, a resposta está nesse relatório que explica, demonstra, relata e prova que o diferencial do Brasil, para essa marca terrível e vergonhosa, foi a gestão da pandemia, como são também as marcas horrorosas na economia, mais particularmente na questão da inflação, na gestão, e agora a tentativa de concepção malograda de programas sociais, na política de combustíveis, de preços de combustíveis, na crise energética, no meio ambiente que vai agora entregar recados à COP 26, uma situação vergonhosa do Brasil. Esta é a gestão de que nós estamos falando aqui, e a pandemia nada mais do que demonstrou agudamente, gravemente, terrivelmente, o resultado da incompetência desta gestão.

Há resultados concretos aqui, eu não vou realinhá-los, como esse indiciamento de mais de 60 nomes. O Presidente da República propriamente, líder consciente desse processo, por 12 crimes, mas há também, Presidente e Relator, que se vigiar agora e cobrar a penalização exemplar desses indiciados e outros que virão, que decorrerão dos processos auxiliares investigatórios e judiciais desta CPI. E, mais ainda, volto a lembrar, ainda temos planos de saúde verticalizados lucrativamente funcionando – funcionando –, temos ainda pendente o limbo técnico da Conitec sobre medicamentos sem eficácia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre esse conceito ampliado indevidamente da autonomia médica e como se desse uma carta branca para se fazer o que quiser.

Temos que assegurar permanentemente, Presidente, até inclusive através daquele observatório que foi sugerido e criado aqui, que essas coisas que, infelizmente, o tempo da CPI não permitiu... E não seria mesmo conveniente que se levasse mais tempo por isso, mas que essas questões, essas duas e outras, sejam de fato finalizadas mesmo no *day after* dessa CPI.

Quanto ao Presidente, para finalizar, está claro que o comportamento dele é, como disse o Presidente Randolfe certa vez, contumaz. E eu me lembro, como Relator da CTE do óleo nas praias, cujo relatório está terminando agora por conta da interrupção da pandemia, que nós acabamos aproveitando esse tempo e fazendo, Senador Randolfe, um comparativo: se nós tivéssemos prestado mais atenção às atitudes do Presidente e de sua equipe naquele incidente do óleo das praias, talvez tivéssemos ali já visto indícios claros do comportamento que ele teria em relação aos incêndios na Amazônia, no Pantanal, em relação ao preço dos combustíveis, em relação à inflação dos alimentos, em relação à crise energética, em relação a programas sociais, em relação ao auxílio emergencial... Qual é esse comportamento, Presidente? Negar e assacar falsas dicotomias, primeiro processo; culpar os outros, descredibilizar os outros interlocutores, inclusive Governadores, neste caso; normalizar ou tentar normalizar, inclusive com a divulgação de informações falsas, a situação de crise; ofender, assustar, difamar, xingar a tudo e a todos; e, por fim, e às vezes concomitantemente, atropelar o processo com soluções inadequadas, tardias, ineficientes, que acabam evitando, dificultando a situação ideal.

Meus caros amigos, eu tenho dito isto nos últimos dias: esse Governo acabou. Esse Governo não tem mais credibilidade e condições para propor e aprovar nada de sério, de estrutural, de, de fato, modificador da realidade brasileira. Nada! Ele tem que se contentar e sair como pato manco até o fim, como aqueles carros da Fórmula 1 que se quebram todos e chegam à linha de chegada; se não for atropelado por um processo de impedimento legítimo, chegar até o fim, levar o Brasil, Senador Humberto, até o fim do mandato com o mínimo de chafurdo possível. Nada de vender Eletrobras, nada de vender Petrobras, nada de vender refinaria, nada de propor mudança do Bolsa Família, que vai derrubar o programa permanente, que existe e que é consistente, e trocar por um provisório, completamente insustentável. Nada dessas medidas. Nada de privatizar Correios. O Governo acabou. Esse Governo que sepultou tanta gente, sepultemo-lo agora. Sepultemos este Governo o quanto antes. Que ele fique governando o quanto pode, dentro da medida do possível, mas sem propor absolutamente nada de estruturante, porque não tem mais credibilidade moral para isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar remotamente à Senadora Zenaide Maia. Aqui agradeço à Senadora Zenaide Maia a participação dela em todas as sessões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem, depois da Senadora, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

Aqui agradeço muito à Senadora Zenaide, mesmo não podendo estar aqui presencialmente, mas é sempre aqui muito presente.

Senadora Zenaide, com a palavra por 15 minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente Omar Aziz, nosso Relator, Senador Renan Calheiros...

Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Estou ouvindo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quero aqui cumprimentar... (*Falha no áudio.*)

... a última a falar, eu ficava aqui.

Terminada esta CPI, me veio esta reflexão hoje, que eu escrevi aqui: caberá à Justiça dizer se é possível punir o que foi apurado nesta CPI.

Aí eu perguntaria: como não punir um Presidente e todos os envolvidos no agravamento da crise sanitária pela covid-19, levando à morte 606.243 brasileiros e brasileiras, como mostrou esta CPI com provas robustas?

Como não punir um Presidente que negou ao seu povo campanhas educativas mostrando a importância do uso de máscara e do distanciamento social e insistindo numa política criminosa de imunidade de rebanho, assumindo, assim, o risco de morte para milhares de brasileiros e brasileiras?

Como não punir um Presidente que incitou a invasão de hospitais para querer apresentar uma estatística fraudulenta de mortes pela covid?

Como não punir um Presidente que insistiu em não comprar vacinas idôneas, ofertadas desde 2020, preferindo comprar vacinas não aprovadas pela Anvisa, como a Covaxin, e ainda fechando os olhos para o esquema de corrupção na compra dessas vacinas? Sim, porque ele empenhou 1,6 bi e só não pagou porque a CPI chamou atenção para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não punir um Presidente que usou dinheiro público para a compra de medicamentos sem eficácia terapêutica confirmada inclusive pela Organização Mundial de Saúde?

Como não punir um Presidente que fez propaganda de medicamentos sem eficácia, levando o povo brasileiro à sensação ou à ilusão de que, se tomasse esses medicamentos, não adoeceria de covid ou, se tivesse covid, seria de uma forma leve?

Como não punir um Presidente que despreza e mente sobre a forma mais efetiva de se combater a pandemia, que são as vacinas?

Como não punir um Presidente que até hoje continua mentindo sobre a eficácia das vacinas da covid-19, dizendo e fazendo chacota: "ou vira jacaré ou desenvolve aids"?

Como não punir um Presidente que vetou a lei que garantia água potável e respiradores aos povos indígenas e, em vez disso, ofereceu hidroxicloroquina e cloroquina aos nossos indígenas?

Como não punir um Presidente que demitiu médicos e técnicos do Ministério da Saúde e preferiu se cercar de profissionais que dissessem amém para os seus atos negacionistas, que levaram a milhares de mortes evitáveis neste País?

Como não punir um Presidente insensível cujas palavras voltadas para as famílias enlutadas foram: "Vou chorar até quando? E daí? Não sou coveiro". E cujos gestos foram mímicas para imitar a falta de ar que tirou a vida de milhares de brasileiros e brasileiras.

Como não punir um Presidente que fez propaganda de uma operadora de plano de saúde que, além de fazer seus pacientes de cobaias, praticavam eutanásia?

Enfim, Presidente Omar, Vice-Presidente Randolfe, Relator Renan Calheiros, como não punir o Presidente e todos os seus colaboradores com essa política da morte? Espero que não fiquem impunes.

Agora eu quero parabenizar cada membro dessa CPI, que, muitas vezes, ouvi dizer que eram covardes. Pelo contrário, vocês não são covardes; vocês enfrentaram a força de quem tem o Poder Executivo na mão e entraram para a história política desse País. Salvaram vidas, mostraram porque as pessoas estavam morrendo, a grande maioria de morte evitável. Uma CPI interativa, onde os internautas tiveram papel fundamental na checagem de fatos em tempos reais.

Era uma luta de Davi contra Golias, viu, gente? Eu olho para vocês e sinto um orgulho grande de minhas colegas mulheres, como Eliziane, como a Simone Tebet, como a Soraya Thronicke, Leila, todas corajosas que resolveram mostrar ao povo brasileiro que eles não estavam morrendo porque tinham que morrer. Na verdade, faltava política pública de um Presidente. Por isso todos esses questionamentos. Como não punir esse Presidente e seus colaboradores? Fica difícil de acreditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E dizer o seguinte: um orgulho muito grande de estar aqui com vocês todos os dias mostrando ao povo brasileiro que, na verdade, seus entes queridos, a grande maioria poderia estar vivo aqui, presenciando esse ato de hoje.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Zenaide. Obrigado mesmo, do fundo do meu coração, pelo carinho, como acompanhou esses seis meses de trabalho aqui, desde o primeiro dia.

Eu concedo uma questão de ordem para o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para questão de ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, permita-me apenas repetir aqui o juramento que todos nós fizemos ao sermos empossados no honroso cargo, na honrosa função de Senador da República: "Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fielmente e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil". Todos nós juramos, todos nós juramos cumprir a lei e a Constituição.

Eu peço, Sr. Relator Renan Calheiros, por um motivo formal e outro de mérito, que se retire da condição de indiciado o nome do Senador Luis Carlos Heinze.

Formalmente peço a retirada porque ele manifestou seus desvarios usando a tribuna desta Comissão. Na minha visão pessoal seria um agravante, mas me rendo ao argumento, inclusive do Sr. Presidente desta Casa, no sentido de que a imunidade parlamentar, no exercício da tribuna, teria uma determinada percepção alargada. Não concordo pessoalmente, mas me rendo à maioria nesse sentido. Mas faço isso muito mais por uma razão de mérito. E uso para isso não o "juridiquês", mas o dito mais popular possível: "Não se gasta vela boa com defunto ruim". Esta CPI fez um trabalho, prestou um serviço para este Brasil muitíssimo relevante, e eu não posso, a esta altura colocar, em risco nenhum pedaço desse serviço por conta de mais um Parlamentar irresponsável.

Então, peço a V. Exa. que faça a retirada dessa condição, e que possamos, mais adiante, votar o relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sem delonga, defiro o encaminhamento de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Senadora Leila Barros, essa guerreira que nos acompanhou. Ela está no semipresencial.

A Senadora Leila com a palavra. (*Pausa.*)

Senadora Leila, a senhora me ouve? (*Pausa.*)

Nós estamos tendo problema de comunicação com ela. Ela saiu.

Vou passar à minha amiga e Senadora, Simone Tebet, que representa o nosso querido Mato Grosso do Sul e que nos honrou muito com a sua presença aqui, como as outras mulheres e como Líder da Bancada Feminina.

Eu passo a palavra à Sra. Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como Líder, eu vou deixar pra me pronunciar no meio da minha manifestação e fazendo, inclusive, os agradecimentos devidos.

Começo falando como Senadora da República, representando não só o Estado de Mato Grosso do Sul, mas o Brasil; portanto, representando os mais de 220, quase 230 milhões de brasileiros. E começo lembrando que a CPI descortinou, diante dos olhos de toda a população brasileira, a conduta, no início errática, depois criminosa e persistente do Governo Federal na condução da pandemia do coronavírus: o desestímulo às medidas não farmacológicas, como distanciamento social, o uso de álcool em gel e máscara pelo Senhor Presidente da República e toda a sua equipe; a falta e o atraso de medicamentos, causando asfixia e morte por falta de oxigênio a uma população tão querida do Município de Manaus e do Estado do Amazonas; o negacionismo desenfreado, contaminando até autoridades no Senado Federal, de que não havia pandemia, de que se tratava de uma mera gripezinha; repito, a asfixia dolosa da ciência – a ciência é tão cara a todos nós que nos traz, nessa evolução à humanidade, a ponto de hoje termos quantos brasileiros centenários, que vivem mais de cem anos graças ao avanço da medicina e da ciência –; o desinteresse na aquisição de medicamentos imunizantes. A lista é imensa, Sr. Presidente, tão imensa quanto a lista do número de vítimas fatais da covid-19. A lista é imensa, e em função dessa lista imensa é que nós temos 605.884 vidas perdidas para a covid-19.

À medida que as investigações avançavam, Sr. Presidente, foi se formando um enorme quebra-cabeça. Nós sabíamos o que estava acontecendo, mas não sabíamos o que imaginaríamos como personagens dentro desse quebra-cabeça. Confrontamos relatos, testemunhas, documentos, *pen-drives* foram entregues, quebras de sigilo bancário e telefônico, toda sorte de instrumentos probatórios para que chegássemos ao dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI fez ecoar o grito ensurdecedor de milhares de familiares que choram até hoje a dor da morte prematura de seus entes queridos. Nós ecoamos o grito ensurdecedor em nome dos nossos irmãos e irmãs brasileiras hoje enlutados. É em nome deles que a justiça se faz presente. E que ela possa acontecer, ela tem que acontecer.

Esta CPI encerra um capítulo para iniciar outro. Esta é uma Casa parlamentar que não apenas faz leis, fiscaliza os demais órgãos e Poderes. Nós agora teremos a missão também de fiscalizar quem nos fiscaliza e fiscaliza o Poder Executivo, teremos que estar atentos à conduta do Ministério Público em todas as esferas.

A CPI, Sr. Presidente, agora falando como Líder da Bancada Feminina, trouxe para nós um grande desafio. Esta foi uma arena para que pudéssemos mostrar ao País e a cada Senador da República o nosso valor e o nosso trabalho, o que estamos fazendo aqui. Repito, a CPI foi uma grande arena de testes para a Bancada Feminina. Algumas palavras, eu vou repetir nominando, foram utilizadas pelos Srs. Senadores e pela imprensa para nos qualificar. E aqui vão a minha mais profunda e sincera homenagem e agradecimento a cada um dos Srs. Senadores, porque as palavras que foram utilizadas a nós são adjetivos que só nos engrandecem: entre aspas, “aguerridas", "fortes", "assertivas", "persistentes", "determinadas", "sensíveis"; aqui foi utilizada até a palavra "maternas". E, sim, somos tudo isso, e é isso que nos diferencia. A Bancada Feminina é tão diferente na sua ideologia, mas somos unidas naquilo que há de mais caro, que é a defesa intransigente e moral da verdade. O que nós buscamos aqui não foram narrativas, foi a busca da verdade.

E a verdade que se descortinou aos nossos olhos é uma verdade tão triste e dolorosa! O que nos descortinou é que nós estamos diante de um Presidente da República insensível; nós estamos diante de um Presidente da República que não tem empatia, diante de um Presidente da República que não tem amor ao próximo. E eu ouso dizer – aqui ficou a dúvida –: será que não estamos diante de um Presidente da República que não tem sentimento nenhum, alheio às pessoas que o rodeiam? É esse o sentimento que me traz aqui.

Se nós pudéssemos colocar a CPI numa linguagem de filme hollywoodiano, nós diríamos que a CPI foi um grande documentário não baseado em fatos reais, mas a CPI foi um documentário sobre fatos reais em tempo real e descortinou, repito, essa triste realidade. Não foi simulação, Presidente Omar, os seus irmãos amazonenses morrendo por falta de oxigênio – a única simulação que foi feita foi pelo Presidente da República imitando, de forma grotesca e desumana, um cidadão, um irmão brasileiro morrendo por asfixia, como um peixe fora d'água. Não foi simulação – foi fato real – o atraso na compra das vacinas, o que, comprovadamente, pela ciência, disseram alguns especialistas, fez morrer de forma prematura algo em torno de 90 mil a 140 mil brasileiros. Foram reais o negacionismo e o atraso na compra de vacinas. E, como se não bastasse, foi real que a ganância de alguns fizesse com que um núcleo político no Ministério da Saúde quisesse levar vantagem, como se a vida pudesse valer um dólar;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quisesse levar vantagens com intermediários na compra de vacinas – vacinas essas que nós da CPI colocamos no braço dos brasileiros.

Aqui, eu gostaria de falar da Bancada Feminina e do quanto ela foi importante, mas, para falar dela, eu preciso falar de V. Exa. V. Exa. seria hoje o nosso 15º Senador, Senadora, mas, para não dizer que é mais uma Senadora, eu diria o seguinte: V. Exa. é um Senador da República que tem alma feminina, que, na linguagem futebolística, matou no peito. Mesmo deixando de lado o Regimento Interno, disse: "Eu assumo a responsabilidade: a CPI vai ter voz da mulher brasileira".

E aqui, mesmo com a resistência de alguns pouquíssimos Senadores da República, que nos desafiaram com o dedo em riste e que sequer tiveram a paciência de ouvir o que nós queríamos, achando que queríamos, Senadora Eliziane, direito a voto – não –, direito a votar requerimento – não –, direito a optar e opinar sobre o relatório – não –, nós queríamos apenas o direito de fazer aquilo para o qual somos pagos e eleitos: o direito de falar. E V. Exa. deu voz e deu vez à Bancada Feminina.

Sabe o que aconteceu? Isto é importante nós esclarecermos para população brasileira: quando a CPI estava concluindo a sua primeira fase, foi da Bancada Feminina que saiu aqui uma fala de um Deputado bolsonarista denunciando o Presidente da República por prevaricação. Quando – e essa é a importância de homens e mulheres juntos – o Senador Alessandro, no papel incisivo de delegado, desafiou a coragem do Deputado bolsonarista, depois veio a voz de uma mulher, com toda a calma, acolhendo e garantindo proteção, e pôde tirar desse Deputado bolsonarista, o nome do Líder do Governo Bolsonaro, Líder na Câmara, Ricardo Barros. E aí se descortinou sob os nossos olhos aquilo que nós já falamos: um grande esquema, o indício de um grande esquema de propinoduto, de "vacinoduto", envolvendo compras de vacinas que não sabemos se eram eficazes, num contrato bilionário e fraudulento, com pagamento antecipado em paraíso fiscal, para ser rateado sabe lá com quem.

E graças, portanto, à Bancada Feminina – portanto, graças a V. Exa. –, a Senadora Eliziane Gama teve condições de instigar o Tribunal de Contas da União e fazer com que o TCU cancelasse ou suspendesse o aditivo do contrato da VTCLog.

Mas não para por aí. A Senadora Leila conseguiu o que muitos não tinham conseguido: conseguiu tirar uma confissão do ex-Ministro Pazuello, esse que dizia que era estrategista em planejamento e que deixou morrerem em campo aberto, sem vacina, milhares de brasileiros. Ela conseguiu tirar uma confissão dele, quando ele disse que, sim, achava que havia falhado em alguns momentos.

Mais: nós acabamos de ouvir a Senadora Zenaide Maia, essa competência, infectologista por profissão, dizendo que o médico pode muito, mas não pode tudo; a autonomia do médico não pode ir contra a ciência; enaltecendo o SUS, dando uma verdadeira aula, obviamente ao lado dos médicos Senadores da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A bravura do Senadora Kátia Abreu, quando conseguiu extravasar aquilo que estava entalado na nossa garganta e dizer para um Chanceler, o Ministro das Relações Exteriores, que tinha que ser como embaixador e diplomático; que ele não podia fazer com o Brasil o que ele estava fazendo, atacando o nosso maior parceiro comercial, que é a China – naquele momento o maior parceiro, a nos dar aquilo que valia mais do que ouro ou diamante, que eram os insumos necessários para fabricarmos a vacina; o nosso parceiro, a China. Graças a uma Senadora da República, como a Kátia Abreu, endossada por todos os Senadores, nós fizemos um Ministro de Estado cair. Ele caiu graças à CPI e à Bancada Feminina.

Mas nós mostramos, a Bancada Feminina, Senador Renan, que saúde não tem ideologia. Nós tivemos e temos Senadores que defendem o Governo Federal. Nós temos uma conterrânea, como a Senadora Soraya, Vice-Líder do Governo, que, sim, defende o Governo, mas não defende o negacionismo, não defende o tratamento precoce. E nas palavras dela – olhe a coragem dessa mulher; ela, que foi atacada como poucos em rede social, pelos próprios bolsonaristas –: "Vidas são muito mais importantes do que *likes*". "Vidas são muito mais importantes do que *likes*". E, agindo com independência, fez as críticas construtivas não só ao Governo Federal, mas à condução também de muitos Municípios do meu Estado de Mato Grosso do Sul.

A Senadora Mara Gabrilli, com aquela delicadeza, teve a capacidade de convencer o Ministro Marcelo Queiroga de que os pacientes com doenças raras tinham que ter prioridade absoluta na imunização. E mais: convenceu V. Exa., Senador Omar. Não sei se V. Exa. se lembra quando disse: "Olha, abra no virtual pra que nós possamos aqui também". E V. Exa. de pronto atendeu ao pleito da Senadora Mara para que os Parlamentares com mais idade ou que estivessem adoentados, mesmo com covid, ou mesmo ela, com a situação dela, pudessem trabalhar na CPI no modo virtual.

Esta é a nossa contribuição para o Brasil. É a contribuição da mulher brasileira. Temos no nosso sangue o mesmo sangue das mulheres brasileiras, a coragem, a determinação, a capacidade de buscar a verdade acima de tudo, a nossa luta por justiça social sem perder a ternura, porque, como já disse Michelle Bachelet: quando uma mulher entra na política, apenas uma mulher, a mulher muda; mas, quando muitas mulheres entram na política, é a política que muda. E isso é o nosso propósito.

Indo para o final da minha fala, Sr. Presidente, é verdade que nem tudo foram flores, mas nós soubemos transformar também as pedras e pedregulhos pelo caminho para que pudéssemos educar o Brasil. Em rede nacional, todos perceberam que não é mi-mi-mi, que a mulher realmente sofre violência política, que nós somos agredidas diariamente, não pelos senhores, mas nós somos constantemente interrompidas. Quando uma mulher se exalta, quando uma mulher está empolgada, quando uma mulher tem coragem de dizer a verdade, todo mundo pede calma. Ninguém pede calma pra um Senador; pede calma pra uma mulher, diz que ela está histérica, descontrolada, totalmente descontrolada ou, como fez o Ministro da CGU, pra mim, que tinha tido a incumbência determinada por V. Exa. e pelo G7 de destrinchar o contrato da Covaxin – eu ouso dizer se tem alguém que conhece mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse contrato do que eu fora desta CPI –, e ele não pediu pra quem o chamou de mentiroso, de moleque, aqui, como ele foi chamado, mas pediu pra uma mulher que lesse tudo de novo porque ela não tinha entendido aquilo que estava lendo.

Nem tudo são flores pra nós, mas nós transformamos o limão numa limonada. Nós temos a capacidade de mostrar para o Brasil que não é só racismo que existe no Brasil, não é só homofobia, há também a misoginia estrutural. E a misoginia é psicológica, como se pudessem hoje, em pleno século XXI, através de meras palavras, ainda que agressivas, tolher a coragem e a voz de uma mulher.

Como eu disse, indo para o meu final, esta CPI, graças à sua bravura, Senador Omar Aziz, protegido obviamente pelo Senador Randolfe, Vice-Presidente; graças ao Senador Renan, que pôde, de forma democrática, compartilhar o seu relatório; e graças aos colegas Senadores, titulares e suplentes – eu vou nominar só os que estão aqui fazendo uma homenagem a todos os demais –, Senador Tasso Jereissati, Senador Humberto Costa, Senador Alessandro Vieira, Senador – meu Líder – Eduardo Braga, Jorginho Mello, que, independentemente da posição, sempre defendeu o papel da mulher e hoje fez uma justa homenagem. Nós agradecemos imensamente, Senador Jorginho Melo, e em seu nome e dos que estão aqui eu quero agradecer imensamente aos Senadores que de alguma forma nos protegeram. Não que nós precisemos de proteção, mas é muito bom também sermos protegidas, também sermos respeitadas pelas senhoras e pelos senhores.

Enfim, Sr. Presidente, nosso timbre foi ouvido. A CPI fez colocar vacina no braço do povo brasileiro – não foi o Governo Federal –; desmascarou o negacionismo desse Governo, que é um governo hipócrita, sim, porque agora fica fazendo propaganda com o trabalho alheio, agora dizendo que quem colocou vacina no braço do povo brasileiro foi o próprio Governo e que não disse o que disse. Disse, e está registrado. Mais do que isso: esta CPI escancarou para o Brasil a verdade dos fatos. Então, nesse aspecto, eu posso dizer com toda a tranquilidade, aqui rendendo uma homenagem aos três Senadores que nos deixaram – em nome do Arolde, em nome do nosso querido Maranhão, em nome do Major Olimpio –, eu quero honrar a memória das mais de 650 mil vítimas dessa covid. O legado que nós podemos dar, a nossa bússola é em busca da justiça e da verdade; e, agora, da punição.

Fica registrado aqui o meu reconhecimento a todos os profissionais da saúde; todos, indistintamente, aqueles que dedicaram a sua vida e que também morreram para que outras vidas pudessem ser salvas.

Entramos nesse processo comovidas e saímos indignadas diante de tanto negacionismo, falta de humanidade e compaixão. Nossa atuação não vai parar aqui. A presença feminina continuará a fazer história e a demonstrar o quanto é importante ter mais mulheres na política para que possamos, juntos, ao lado dos senhores, fazer a verdadeira revolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu deixo, para finalizar, uma pergunta – para essa pergunta eu não tenho resposta ainda. Diante de tudo isso, há um Brasil que se empobreceu em todos os sentidos, não só econômico, mas nos seus valores. A pergunta que eu deixo é: que Brasil queremos e para quem queremos esse Brasil? Essa é a pergunta que se tem que fazer diante de um Governo que não só matou no aspecto físico, Senador Tasso, mas matou aquilo que é mais sagrado do povo brasileiro, que é a nossa diversidade; que polarizou tanto este País, este Brasil, polarizou tanto que fez com que nós involuíssemos no nosso processo civilizatório: nós não temos mais a capacidade de sentar para discutir política com quem pensa diferente porque o ódio presente nas redes sociais se faz presente agora também. Então, esta é a pergunta que eu deixo: o que faremos?

Esta CPI – vale lembrar o relatório – abriu caminhos ao caminhar. Os caminhos foram os caminhos da verdade. Agora nós teremos outra tarefa, Sr. Presidente, quem sabe numa ampla frente democrática: reconstruir o País naquilo que lhe é mais sagrado, na irmandade, na humanidade, na nossa capacidade de empatia, do diálogo e de avançarmos naquilo que mais precisamos avançar, na luta por aqueles que mais precisam.

Obrigada. E eu vi que V. Exa. foi generoso. Eu não ouvi – eu acho que não tocou – a campainha, e eu falei muito mais do que os 15 minutos, mas é que o nosso sentimento de gratidão aos Srs. Senadores... Os Srs. Senadores se engrandeceram muito perante a opinião pública e mostraram que há homens de bem, que protegem e que defendem a igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Simone, pelas palavras. Parabéns pela grande contribuição que V. Exa. deu ao Brasil.

Agora vou ouvir – estou conseguindo contato – a Senadora Leila Barros.

Com a palavra a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu cumprimento o senhor, todas as Senadoras que estão presentes na Comissão, os Senadores também e todos que nos acompanham e nos acompanharam na CPI da Pandemia no Senado.

Caminhamos para o encerramento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, depois de praticamente seis meses de funcionamento, com dezenas de reuniões realizadas, inúmeras oitivas, audiências públicas e muitos debates.

Chegamos ao momento em que será votado o relatório final, com um misto de sentimentos. Sentimento de dever cumprido, pois, a meu juízo final, ao final a CPI colaborou decisivamente para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamento da pandemia no País ao, por exemplo, pressionar o Governo a finalmente comprar as vacinas. Sentimento de profunda tristeza pela certeza das dezenas de milhares de vidas brasileiras que poderiam ter sido poupadas caso o Governo Federal tivesse se comportado tão somente como Governo, ouvindo a ciência e tomando conta do seu povo. Sentimento de indignação com aqueles, muitos deles autoridades, supostamente irresponsáveis, que praticaram barbaridades ao longo da pandemia, seja negligenciando ou menosprezando a doença, seja buscando vantagens financeiras indevidas com a crise, seja promovendo charlatanismo, seja com práticas nefastas de usar doentes como cobaias de tratamentos ineficazes e inadequados. O sentimento de justiça na expectativa de que todos esses culpados sejam devidamente responsabilizados e exemplarmente punidos. E, por fim, um sentimento de esperança de que todos os erros e acertos, toda a experiência vivida nesse que foi um dos momentos mais difíceis da humanidade, pelo menos dos nossos tempos, possa servir para transformar o nosso País e o mundo num lugar melhor, mais justo, mais solidário, mais racional e mais preparado para as grandes dificuldades.

Eu não poderia deixar, Sr. Presidente, de saudar a condução dos trabalhos desta CPI, destacando a participação do Relator, Senador Renan Calheiros; do Vice-Presidente da Comissão, Senador Randolfe Rodrigues; e especialmente do senhor, Senador Omar Aziz, pelo prestígio e reconhecimento dado a nossa Bancada Feminina no Senado Federal, quando permitiu, com a anuência dos demais membros, nossa participação efetiva nos interrogatórios. Também me congratulo com os demais Senadores, membros titulares e suplentes, pelo trabalho desenvolvido. Apesar das posições por muitas vezes antagônicas de alguns, dos debates mais acalorados e até dos momentos de maior tensão, houve, afinal, espaço e respeito às divergências e, a meu ver, vontade de fazer o melhor em defesa da nossa população. Mas, sobretudo, cumprimento minhas companheiras de bancada, muitas aí presentes, no caso da Eliziane Gama, da Simone Tebet, da Soraya Thronicke, e Zenaide Maia, Kátia Abreu, Mara Gabrilli, que tanto contribuíram para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão. Como mulher, eu me orgulho da participação destacada das nossas Senadoras.

Sras. e Srs. Senadores, eu fui uma daquelas que assinou e cobrou desde o início a instalação da CPI, justamente por entender que naquele momento, ainda no primeiro trimestre do ano, muito além de buscar culpados, o maior desafio da CPI era conseguir fazer com que o Governo assumisse seu papel de liderar o País diante da crise sanitária que vivíamos. Enfim, teríamos com a CPI um instrumento para forçar as autoridades responsáveis a agir como tal. E foi exatamente o que aconteceu: a partir da CPI, o Governo se movimentou para comprar as vacinas. Aliás, a partir da CPI, o tema vacina, que até então era apenas motivo de piada nas salas presidenciais, tornou-se uma pauta prioritária do Ministério da Saúde. E olha que antes disso a agenda da pasta, surpreendentemente, já em abril de 2021, passado mais de um ano da pandemia, ainda era o tal do tratamento precoce.

Aliás, esta CPI teve papel importante no esclarecimento da população em geral sobre a absoluta ineficácia do tal tratamento precoce e sobre a importância das medidas não farmacológicas. Embora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas vozes, cada vez menores, ainda tentem dar ressonância a essa desinformação, restou claro, a partir das evidências demonstradas nesta CPI e, sobretudo, a partir dos resultados obtidos desde a vacinação em massa, que o tal tratamento não passava de mais uma *fake news,* cujos objetivos variam desde a verdadeira boa intenção de alguns até a perversidade de outros, que defendiam a tal imunidade de rebanho por contaminação ou testavam suas crendices em humanos sem que as cobaias soubessem.

A CPI também ajudou a jogar luz sobre algo que era dito como impensável pelo atual Governo: a corrupção dentro do Poder Executivo, dentro do Ministério da Saúde. Foram expostas negociações fraudulentas, contratos ilegais e muita gente de dentro do Governo tentando ganhar dinheiro com a pandemia, tentando lucrar em cima da urgência e das mortes. O mesmo aconteceu em vários Estados do País e aqui no Distrito Federal, que teve nesta CPI ouvido o ex-Secretário de Saúde do DF justamente pelo seu envolvimento em escândalos envolvendo licitações relacionadas ao enfrentamento da pandemia, problemas que também aparecem no âmbito federal. O Governo negou e negligenciou as vacinas por um ano, especialmente aquelas produzidas e comercializadas por grandes laboratórios, e correu atrás da vacina que tivesse algum tipo de intermediador, algum tipo de comissão a ser paga, alguma tentativa de burlar licitações ou contratos, e, assim, tomamos conhecimento de figuras controversas e oportunistas que adentraram as mais importantes salas do Ministério da Saúde.

A CPI, nos seus últimos momentos, proporcionou ao País um momento de grande emoção e reflexão para o futuro, quando ouviu parentes e amigos de vítimas da covid-19, uma demonstração de grande humanidade que tocou a todos e nos colocou na condição de iguais àqueles que sofreram perdas irreparáveis, de esposas, esposos, pais, mães, avós, avôs, primos e amigos, mais de 600 mil vidas brasileiras, a quem rendo toda a minha homenagem e meu sentimento; humanidade que, lamentavelmente, faltou ao maior responsável por conduzir a Nação neste momento de crise.

Não importa a qual ideologia sirva um Presidente da República, se ele é de esquerda, de direita, de centro, afinal essa escolha é soberana, é a escolha da população através do voto, e é assim a democracia. Porém, a meu juízo, quem pede voto ao povo, quem pede a confiança para governá-lo tem a obrigação de cuidar desse povo, de todo o povo, dos que nele votaram, dos que nele não votaram, dos que o apoiam, dos que fazem oposição, especialmente e sobretudo nos momentos em que o povo mais precisa de cuidados, de resposta, de união e de humanidade, o que foi o caso desta pandemia da covid-19. Como nunca, o povo precisou ser cuidado. E, tristemente para o Brasil e para centenas de milhares de vítimas da doença, esta CPI demonstrou, de forma clara e transparente, que o nosso povo não foi cuidado por quem se responsabilizou por fazê-lo, e justamente no momento em que mais precisou.

Que sirva, Sr. Presidente, a todos que estão aí na Comissão, que sirva de lição para todos nós no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro na expectativa de ver o relatório final aprovado e tendo, se Deus quiser, consequências. Que as autoridades responsáveis, especialmente o Ministério Público, façam o seu papel e levem adiante os procedimentos necessários para a identificação de culpados e sua punição.

E, particularmente, em relação ao Distrito Federal, eu gostaria de me associar à sugestão de complemento de voto apresentado pelo Senador Izalci Lucas, que traz, de forma detalhada, informações e indícios de parte das irregularidades praticadas no DF, que merecem a mais profunda investigação. Portanto, vou apelar ao Relator que possa considerá-lo, mas, sobretudo, encarecer que seja enviado ao Ministério Público do DF e Territórios para que sejam tomadas as providências necessárias.

Com todo o respeito devido aos familiares e amigos das vítimas da covid-19 no Brasil e no mundo, apesar de toda a tristeza e compaixão que envolveu – e ainda envolve – a pandemia por tantas tragédias ocorridas, eu parabenizo a todos – a todos –, de coração, que trabalharam direta ou indiretamente na CPI: Parlamentares, assessores, jornalistas, cinegrafistas, todos que puderam contribuir para o esclarecimento dos fatos e para a melhoria das condições de atendimento da nossa população durante a pandemia e, se Deus quiser, no futuro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e agradecer, mais uma vez, em nome da Bancada Feminina do Senado, por todo o carinho não só do senhor, por toda a confiança do senhor e dos Senadores e, acima de tudo, da população brasileira. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Leila. Obrigado pela colaboração, contribuição, pela presença permanente aqui. Sua atuação nos ajudou muito.

Eu vou passar a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Randolfe, para que ele possa, aqui da Presidência, que compartilhou comigo nesses seis meses, contribuindo e me ajudando bastante a dirigir esses trabalhos, sendo uma pessoa muito presente, nos últimos seis meses, no meu convívio pessoal, me aconselhando, me orientando e tendo o equilíbrio necessário para que a gente pudesse... É mais do que justo, no seu último pronunciamento, que ele presida a sessão e faça o pronunciamento daqui da Presidência.

Com muita honra, Senador Randolfe, peço a V. Exa. para sentar aqui e fazer seu pronunciamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem, Omar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente Omar, Relator Renan, colegas de caminhada, colegas de jornada, chegamos. Esse relatório foi esperado como resposta a um clamor de milhões de brasileiros desde que a pandemia nos assolou. Como historiador, não cabem a mim – eu não posso oferecer – aconselhamentos médicos, não cabe a historiadores também a previsão sobre o futuro, mas a história pode oferecer perspectivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Epidemias desempenharam papel central na história humana desde a revolução agrícola e, frequentemente, após as pandemias, deflagraram crises econômicas e crises políticas.

Foi assim no século XIII na Europa, após a pandemia da peste, que matou mais de um terço da população europeia. Na sequência a isso, a ampla, a alta mortalidade causou escassez de mão de obra para os proprietários de terra, precondição necessária para a sucessão do sistema feudal e para o desenvolvimento, sobretudo na Europa Ocidental, de uma nova economia moderna, baseada na comercialização e no dinheiro.

A última pandemia que a humanidade viveu, a da influenza, em 1918, se seguiu em boa parte da Europa a uma *Belle Époque.* Lamentavelmente, as experiências do pós-pandemia, na década seguinte, resultaram no surgimento de movimentos fundamentalistas e extremistas. Os "ismos" ao longo do tempo sempre trouxeram tragédia e morte para a humanidade: foi assim a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa; foi assim o stalinismo no Leste Europeu.

Os vírus não moldam a história; nós, humanos, sim, a moldamos, a construímos. Somos muito mais poderosos que o vírus, e cabe a nós decidir, e cabe a nós dar decisões que tomamos hoje, a resposta ao desafio da nossa geração. O mundo pós-covid, o Brasil pós-covid depende de tudo que nós no hoje estamos fazendo. O vírus traz a tragédia, mas o maior risco para a humanidade, o maior risco que enfrentamos não é somente o do vírus; o maior risco que enfrentamos é o dos demônios interiores da humanidade.

O pós-pandemia não pode ser o resultado do que nós lamentavelmente vimos neste Brasil do ano passado para cá. O pós-pandemia não pode ser alimentado pelo ódio que divide brasileiros, que divide compatriotas, que bota a culpa em outros, quando deveríamos estar unidos. O pós-pandemia não pode ser alimentado pela ganância de oligopólios econômicos que buscaram lucrar com a pandemia – alguns, de forma corrupta, como esta CPI apontou. O pós-pandemia não pode ser disseminador da ignorância que estabeleceu e criou teorias da conspiração ridículas que, se fossem somente ridículas por si sós, deveriam ser responsabilizadas, mas que também custaram a vida de milhares de brasileiros. Se reagirmos no pós-pandemia com esses ensinamentos do que nós vivemos neste um ano e pouco, quase dois anos de pandemia, o ódio, a ganância, a ignorância, nós não teremos aprendido nada. Ao contrário disso, nós podemos gerar do pós-pandemia a compaixão, a generosidade, a sabedoria; podemos optar por acreditar na ciência. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Tasso Jereissati, colocou a ciência de volta no seu altar devido, no altar iluminista em que ela foi colocada, pelo menos, a dois séculos da evolução humana. O pós-pandemia pode ser pautado pela generosidade. Podemos optar, no pós-pandemia, por cooperar uns com os outros em vez de competir uns com os outros. O pós-pandemia pode ser pautado pela sabedoria. Podemos optar, no pós-pandemia, por compartilhar o que temos em vez apenas de acumular. O pós-pandemia pode e deve ser pautado – e esta Comissão Parlamentar de Inquérito provou que assim pode ser – pela compaixão, pela generosidade e pela sabedoria. Se assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for, se essa trilogia servir de resultado para nós, nós teremos aprendido e, com isso, podemos fazer um país, podemos fazer um Brasil muito melhor para os milhões que virão depois de nós.

Foi dito e foi questionado, inclusive no debate de hoje, o que motivou esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Não, não foi a eleição, não foi a disputa eleitoral que motivou esta Comissão Parlamentar de Inquérito!

Colegas, Senador Eduardo Braga, que é testemunha disso, Senador Alessandro, Senador Otto, Senador Humberto, Senador Tasso, Senadora Eliziane, Senadora Soraya, o que motivou esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi o que ocorreu em janeiro deste ano, quando nós vimos irmãos morrendo. O que clamou pela instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar e Senador Eduardo, foram as trágicas cenas de Manaus, da capital do seu Amazonas. O que clamou por esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi a perda de compatriotas nossos de todas as classes sociais. O que clamou pela instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito foram as filas de desespero por cilindros de oxigênio. O que clamou pela instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito foi o choro dos órfãos que perderam os pais. O que clamou pela instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito foi o choro desesperado dos pais que também perderam os filhos.

Quantas mesas brasileiras, quantas mesas de jantar na casa das famílias brasileiras estão incompletas no dia de hoje por conta do descaso? Já foi dito aqui, inclusive pelo Senador Alessandro, que pelo menos 200 mil irmãos nossos poderiam estar entre nós. Quantos pais, mães, filhos, tios, sobrinhos, amigos e parentes não podiam estar neste momento nas mesas de jantar, nas salas de TV, assistindo à conclusão destes trabalhos? Não foram, e isso não foi por acaso, isso teve responsabilidade.

O que motivou esta Comissão Parlamentar de Inquérito foram as declarações de desrespeito aos mortos por parte daquele que, como o maior mandatário desta Nação, deveria ter o dever constitucional de zelar, deveria ter o dever constitucional e a condição humana de ter empatia com os outros.

O que motivou esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

Izabelle e Ana Cristina, é o último vídeo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O que motivou esta Comissão Parlamentar de Inquérito foram essas declarações.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O que motivou esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi o conjunto dessas declarações. O que motivou esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi a produção do mal em grande escala, a produção do mal em escala industrial, assim como dizia Hannah Arendt ao ver no julgamento de Eichmann a banalização do mal por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte do nazismo, lamentável e tristemente nós vimos aqui no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Algumas perguntas hão de ser feitas: quantos Presidentes da República foram sem estar em guerra ou sem estar em conflito civil acusados de crime de lesa-humanidade?

Se isso ocorre é porque há razões, motivos e declarações como essas a que nós assistimos, que nós vimos estarrecidos – todos nós brasileiros –, que levaram a este pedido de indiciamento.

Nós vimos, lamentavelmente, o mal ser produzido em larga escala. Nós vimos – e esta CPI descobriu, Senador Otto Alencar, com depoimentos dramáticos como o do Sr. Tadeu Frederico –, nós descobrimos que aqueles que teriam a tarefa de salvar vidas, de defender vidas produziram o mal, produziram a morte, e isso tudo motivou a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Para todos nós, colegas Senadores, as escolhas não foram fáceis. Seria mais cômodo não ter conflitos; seria, inclusive, em um País dividido lamentavelmente como o nosso – dividido não, mas com uma minoria, com uma minoria barulhenta –, mais cômodo não reagirmos às nossas consciências. A história não nos perdoaria. O dever, um dever impõe ao homem público o dever da coragem; a coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela o dever e as instituições perecem; sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo; sem a coragem, não haveria cruz; sem a coragem, não haveria os mandamentos do Evangelho; sem a coragem, não haveria os ensinamentos que forjaram e formaram a civilização. O dever da coragem nos mobilizou para instalar esta Comissão Parlamentar de Inquérito; o dever da coragem fez a nossa atuação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, nesses seis meses, mesmo a partir de todas as ameaças que os colegas Senadores sofreram, mesmo a partir de agressões que nós sofríamos, seja na rua, seja no aeroporto, por uma minoria, mas uma minoria barulhenta que lamentavelmente foi alimentada pelo ódio. O ódio não será o legado desse momento triste e dramático da história nacional. A coragem deve ser o legado desse momento da história nacional, a compaixão, o amor e a solidariedade, o retorno da empatia.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito promoveu a vacinação. Não me digam que foi este Presidente da República, que, há menos de uma semana, comparou vacina à infecção por HIV, que promoveu a vacinação; não foi.

Quando esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada, em 27 de abril deste ano, nós tínhamos 6% dos brasileiros vacinados. Hoje, nós temos mais de 50% vacinados com a segunda dose, 70% vacinados com uma dose e a concepção da necessidade da dose de reforço.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tirou o Brasil do cercadinho e botou o negacionismo no cercadinho. Aqueles que, livremente e impunemente, propagavam *fake news*, mentiras, espalhavam ódio tiveram que sucumbir ao funcionamento de uma instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI foi chamada pelo povo brasileiro quando outras instituições pereceram, quando a Procuradoria-Geral da República, no momento, deveria cumprir o papel de investigar e não o fez. Quando outros não cumpriram as suas atribuições, nós atendemos ao chamado e o fizemos.

A CPI promoveu a vacinação; desnudou um balcão de negócios existente no Ministério da Saúde; impediu um golpe de um R$1,6 bilhão, devido, sobretudo – registro seja feito –, à dedicação de um servidor público heroico, Luis Ricardo Miranda. A CPI impediu outros golpes, como foi o caso da Davati. A CPI desnudou os esquemas de *lobbies* existentes no Ministério da Saúde, esquemas como o da Precisa, outros como o da VTCLog; esquemas que, ao contrário do que alguns disseram aqui, saquearam os cofres do Ministério da Saúde. Nunca é demais lembrar que só a Precisa, no mês de novembro do ano passado, amealhou R$15 milhões a partir de um negócio que teve o mesmo FIB Bank, Senador Tasso Jereissati, que foi descoberto como instituição fraudulenta por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A CPI, repito, nos mostrou o mal em pessoa, como casos da Prevent e como o caso dramático – que nunca mais se repita – da utilização de pessoas como cobaias.

A CPI foi além de suas atribuições. Foi feminista, Senadora Eliziane e Senadora Soraya, porque, mesmo quando a omissão das bancadas partidárias não lhes indicou para integrar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a direção desta CPI promoveu a participação feminina. E que participação! Se não fosse a participação feminina, nós não chegaríamos a avanços na investigação, como se chegou. Em uma sociedade de traços patriarcais machistas, esta Comissão teve provas e demonstrações de que é possível construir uma sociedade igualitária, sobretudo feminista.

Esta CPI enfrentou o ódio, enfrentou a homofobia, colocou o ódio no seu devido lugar, quando promoveu para este local da Presidência, pelo meu colega Senador Omar Aziz, o Senador Fabiano Contarato para dizer, em alto bom som, que a família dele não é diferente nem pior que qualquer outra família.

Promoveu a igualdade. Mostrou as desigualdades deste País, mas mostrou, sobretudo, que existe um outro Brasil latente que é possível de ser construído.

A CPI foi frente ampla quando nenhuma força política deste País teve capacidade de juntar. Olhem para nós, olhem para que estamos aqui. Somos diferentes, somos de partidos diferentes, de conotações diferentes. No passado, até diferenças tidas talvez como inconciliáveis tivemos. E nos unimos, reunimos, enfrentamos. Estivemos à altura do desafio geracional e civilizatório que a história nos impunha.

Fizemos esta Comissão Parlamentar de Inquérito sob os auspícios das almas generosas de milhões de brasileiros. Em especial, homenageio os colegas Senadores Maranhão, Arolde e, muito em especial, o colega Major Olimpio, que, antes de nos deixar, disse o quanto era imperioso, da tribuna desta Casa, a instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI mobilizou a sociedade brasileira, entrou nas casas, conversou com as pessoas. As agressões que eventualmente recebíamos... Tínhamos também acolhida, tínhamos também o carinho.

Eu tenho aqui que fazer um registro todo especial às redes sociais que se mobilizaram para colocar o negacionismo no seu canto, em especial Tesoureiros, Jairme, Camarote da CPI, Desmentindo Bolsonaro e todas as demais redes sociais que se mobilizaram, pesquisaram, buscaram informações, apoiaram.

Quero, em especial, fazer um agradecimento e um registro à imprensa brasileira – a história registrará o papel dos meios de comunicação no curso desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quando o negacionismo do Governo suspendeu os dados sobre mortes, sobre contaminados e sobre infectados, foi a imprensa que se montou e se articulou em consórcio para trazer as informações aos brasileiros. Se, no passado, na epidemia da varíola do começo do século XX, Oswaldo Cruz chegou ser criminalizado pela imprensa daquela época, neste presente, a imprensa cumpriu um papel histórico, um papel que será registrado com todo destaque necessário dos livros da história do tempo que virá. A imprensa, sobretudo a imprensa livre se demonstrou, no curso desta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma instituição indispensável ao Estado democrático de direito –; aos serviços de comunicação do Senado; à TV Senado, que nos levou para os lares de milhares e milhares de brasileiros; ao povo organizado, que se mobilizou para que chegássemos até aqui para apoiar o relatório do Senador Renan Calheiros.

Em especial, esta CPI tirou lágrimas e estarreceu os brasileiros com manifestações em momentos tristes e lamentáveis. Mas também esta CPI produziu momentos dramáticos de sentimento que despertaram empatia. Eu destaco a penúltima sessão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com a presença aqui de alguns desses hoje 605.884 brasileiros. Os parentes de algumas dessas vítimas aqui estiveram. Como não se emocionar com o depoimento da enfermeira Mayra, lá do seu Amazonas, Senador Eduardo e Senador Omar? Como não se emocionar com o depoimento forte da Katia Shirlene, da Rosane Maria, do Arquivaldo Leão, do Antônio Carlos Costa? Como não olhar para o Márcio Antônio do Nascimento, que se sentou aí onde o senhor estava, Senador Tarso, e que se tornou símbolo? Quando alguns intolerantes retiraram as cruzes colocadas na praia de Copacabana, Márcio as colocou de volta uma a uma e se tornou símbolo desse triste holocausto que vivemos.

Nós choramos e nos emocionamos com o depoimento de uma órfã, Giovanna Gomes Mendes da Silva, que, sentada aí onde o Senador Otto hoje está sentado, com seu depoimento simples, fez até o intérprete de libras se desestruturar. Nós choramos com eles. Em nome deles, dos 603 mil, temos o dever de honrar tudo o que foi feito.

Eu quero agradecer a convivência com todos vocês. Trago aqui duas poesias que considero que representam o momento em que vivemos. Senador Renan, cumprimento V. Exa. e cumprimento o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colega da Presidência, Presidente Omar Aziz. V. Exa. trouxe para nós, em um momento, a lembrança de uma música de Ivan Lins. Ela retrata o que vivemos. Diz Ivan, em Aos nossos Filhos:

Perdoem a cara amarrada
Perdoem a falta de abraço
Perdoem a falta de espaço
Os dias eram assim
Perdoem por tantos perigos
Perdoem a falta de abrigo
Perdoem a falta de amigos
Os dias eram assim
Perdoem a falta de folhas
Perdoem a falta de ar
Perdoem a falta de escolha
Os dias [lamentavelmente] eram assim
E quando passarem a limpo
E quando cortarem os laços
E quando soltarem os cintos
Façam a festa por mim
E quando lavarem a mágoa
E quando lavarem a alma
E quando lavarem a água
Lavem os olhos por mim
Quando brotarem as flores
Quando crescerem as matas
Quando colherem os frutos
Digam o gosto pra mim

A poesia de Ivan Lins, traduzida na música Aos Nossos Filhos, escrita na década de 70, num período de regime de arbítrio, Senador Tasso, parece-me que foi encomendada para o tempo que vivemos e para as tarefas que temos que cumprir.

Quero agradecer a convivência de todos vocês. A missão não termina aqui. A partir de amanhã, se Deus quiser, com a aprovação do relatório daqui a pouco, nós iniciaremos a entrega do relatório.

Senador Eduardo, Alessandro, Otto, Eliziane, Humberto, Soraya, Tasso, Omar, Renan e todos que contribuíram e construíram com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, honrou-me o convívio diário com cada um de vocês. Como diria a frase do saudoso Ulysses Guimarães, estar na Vice-Presidência dessa Comissão histórica é muito mais do que pedi, é ir muito mais longe do que eu merecia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A poesia de Drummond diz que olho para a vida e vejo meus companheiros, estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças. Sigamos juntos, caminhemos juntos, sigamos de mãos dadas.

O Brasil é muito melhor do que está aí. O Brasil não é o Brasil de pessoas catando lixo, de pessoas catando comida em lixeiras. O Brasil não é o Brasil da falta de empatia, da morte. O Brasil não é o Brasil do negacionismo. Esse Brasil é um País fantástico que produziu mentes maravilhosas como Paulo Freire, como Anísio Teixeira, como Darci Ribeiro, como Aurélio Buarque de Holanda, como tantos outros. Como alguns que foram levados pela pandemia, como Paulo Gustavo, como Tarcísio Meira. Como tantos e tantos outros. Este Brasil irá vencer. Nós vamos dar a volta por cima. A dor pungente desse jeito não há de ser inutilmente. Este País vai superar esse momento.

Fica aqui, por fim, uma homenagem a todos aqueles que conviveram, nos dias desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A todos das equipes dos Senadores, do dia a dia. À equipe e à Secretaria desta CPI. Ao Zezinho do cafezinho. A todos os garçons que aqui estiveram conosco. Aos motoristas, como foi lembrado. A todos. Sem o papel de cada um, nada seria possível de ser feito. Sobretudo, vai aqui uma homenagem. E aqui eu lembro, há 20 dias, com alívio no coração, o meu Estado não tem morte nenhuma por covid-19. Isso foi graças à vacinação. Isso foi devido graças à luta desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vai aqui uma homenagem toda especial aos profissionais de saúde, aos médicos que sempre acreditaram na ciência, aos enfermeiros, aos técnicos de enfermagem que ficaram na linha de frente. O Brasil foi o País que mais matou profissionais de saúde com a pandemia. Eles serão mártires dessa guerra. Eles serão lembrados. Em nome deles é que temos que aprovar esse relatório. Em nome deles é que é o trabalho que foi aqui feito. A todos os trabalhadores da saúde o nosso agradecimento. Esses são os mártires da luta e esses são os heróis de verdade. A todos e todas o nosso muito obrigado.

Às vítimas da pandemia, que descansem em paz: nossas orações estarão sempre com vocês. Mártires são aqueles que testemunham, e vocês assim o são.

A todos os brasileiros e brasileiras, é missão histórica nossa, e nós estaremos à altura dessa missão de fazer esse relatório, de fato, ser cumprido. Que Deus nos ajude nessa missão!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns, Randolfe! Muito bem! (*Fora do microfone.*)

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu quero, Presidente Omar, rapidamente agradecer, mais uma vez, aos consultores legislativos... (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, mais uma vez, rapidamente agradecer aos consultores legislativos coordenados pelo Humberto Fonseca; agradecer especialmente ao Ernesto Azambuja, ao Alexandre Dantas, ao Marcos Eirado, ao Felipe Basile, ao Dario Andrade, ao Rodrigo Abdalla, ao Tiago Odon, à Liliane Moraes, ao Danilo Aguiar, que é o Consultor-Geral Legislativo do Senado Federal, e aos consultores de orçamento, a Ana Claudia Borges, Consultora-Geral de Orçamento, e ao Fábio Gondim. Muito obrigado a todos vocês. Sem vocês, sem dúvida nenhuma, esse relatório não seria possível.

Eu quero agradecer ao Presidente Omar Aziz pela impecável condução na presidência dos trabalhos desta histórica Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu, pela manhã, rapidamente destaquei legados que V. Exa. proporcionou, não é? Eu queria só citar um, para fazer justiça ao trabalho das mulheres, que foi fundamental para que nós chegássemos aos propósitos antes delineados nesta investigação, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, citando a Soraya, mais uma vez obrigado, citando a Eliziane, mais uma vez obrigado, citando a Leila, citando a Zenaide, citando a Simone Tebet, que fez há pouco um emocionante pronunciamento e foi muito importante, dedicada, insubstituível.

Omar, talvez o maior legado que nós deixamos aqui proporcionado por você é da obrigatoriedade da participação das mulheres nas Comissões Parlamentares de Inquérito, que aqui foi observado.

Eu quero, por falar nas mulheres, agradecer a presença diuturna aqui, nos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, das mulheres negras, que conosco estiveram em muitos momentos, especialmente da Juliana Souza, que foi fundamental, e dessas guerreiras que compõem o grupo Coalizão Negra por Direitos, que também colaboraram verdadeiramente no dia a dia pra que nós pudéssemos avançar com relação à apuração sobre as mulheres, que foram as maiores vítimas no Brasil.

Eu quero também, mais uma vez, agradecer aos juristas. Em agradecendo aos juristas, mais uma vez, eu quero agradecer ao Antônio Carlos de Almeida, o Kakay, a quem procurei nos momentos difíceis, difíceis mesmo desta Comissão Parlamentar de Inquérito e que esteve conosco sempre, discutindo, aprofundando o debate, trazendo outros juristas para conosco conversar. Esse também é um legado, Alessandro, que todos nós deixaremos para as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Eu quero agradecer aos Senadores, a cada um dos Senadores que ajudaram o Brasil a vencer o obscurantismo e que colaboraram com o enterro desse discurso negacionista e medieval, que vitimou tantos brasileiros distantes dos palácios, da vida em torno do poder que pereceram injustamente.

Eu quero, mais uma vez, agradecer ao Tasso; mais uma vez, agradecer ao Otto Alencar. Vocês foram insubstituíveis, apagaram fogo em todos os momentos o tempo todo também. Sem vocês, nós não teríamos alcançado o equilíbrio necessário para aprofundar esta investigação.

Eu quero agradecer ao Eduardo, querido amigo, meu Líder de bancada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer ao Alessandro, também insubstituível; ao Humberto Costa, mais uma vez, Humberto, por seu trabalho, por sua dedicação.

E quero agradecer a todos aqueles que nos acompanharam rotineiramente, Senador Otto, nestes 182 dias de Comissão Parlamentar de Inquérito, em verdadeiras maratonas para preservar vidas.

Eu quero agradecer aos internautas, mais uma vez, que nos auxiliaram nesta investigação pioneira e histórica, Presidente Omar.

Eu quero agradecer muito especialmente à imprensa brasileira pela cobertura, pela visibilidade e por revelar ao País a verdade, por sua capacidade regeneradora.

Eu quero agradecer ao suporte profissional, mais uma vez, dos funcionários e funcionárias de todos os gabinetes de Senadores.

O trabalho conjunto proporcionou ao mundo um relatório histórico, documento único, que sistematizou, organizou e comprovou robustamente crimes do Governo brasileiro na condução da pandemia, uma das piores do planeta. Por isso, tivemos por aqui um dos maiores índices de letalidade do mundo. Este relatório já percorreu o mundo e alcançou uma reputação única no planeta, já que esta foi a única Comissão de investigação parlamentar entre as nações. É um legado deste Senado para o mundo.

Cobraremos todas as punições aqui indicadas, não esmoreceremos. A CPI encerra seus trabalhos hoje, mas todos conviveremos com os temas aqui investigados por muitos meses ainda. Mais de 17 procedimentos já foram abertos – hoje de manhã, eu citei aqui – para desdobrar os temas, todos os temas aqui revelados.

Nestes seis meses, Presidente Omar – e já encerro a minha participação –, fizemos uma apuração técnica, e este relatório, como me comprometi, Senador Tasso, quando fui honrado na relatoria por todos os senhores, não é fruto das minhas convicções pessoais. Fui, como prometi, um redator da vontade majoritária.

Vimos crimes aterradores, barbaridades desumanas, o escárnio com a vida, o desprezo com a dor. Esse período será, Senador Otto, tristemente lembrado como o de maior rebaixamento civilizatório do Brasil. Este documento nos redime em parte, mas as atrocidades cometidas por este Governo não serão esquecidas – nós não esqueceremos! O Brasil é o sétimo país na relação habitante/percentual de mortes, com 2,819 óbitos por milhão de habitantes.

O caos do Governo Jair Bolsonaro entrará para a história como o mais baixo degrau da indigência humana e civilizatória. Reúne o que há de mais rudimentar, infame e sombrio da humanidade: sabotou a ciência, é despreparado, desonesto, caviloso, arrogante, autoritário, com índole golpista, belicoso, mentiroso e agiu como um missionário enlouquecido para matar o próprio povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este Relator está sobejamente convencido de que há um homicida homiziado no Palácio do Planalto. Sua trajetória é marcada pela pulsão de morte, pelo desejo de exterminar adversários, de armar a população e cultuar carniceiros assassinos como Brilhante Ustra, Augusto Pinochet, Alfredo Stroessner, Hitler e outros infames que completam a galeria tenebrosa de facínoras da humanidade. Bolsonaro está ao lado de todos eles.

Aqui na CPI nós enfrentamos as bestas-feras que rugiram, ameaçaram e tentaram intimidar esta Comissão, graças a Deus, sem sucesso. Quando fui honrado com a confiança dos Senadores na relatoria, erigiu-se aqui – eu já disse que iria repetir – um santuário da ciência contra crenças medievais, uma catedral da luz contra as trevas, a defesa da vida contra a pulsão de morte, um bastião da civilidade contra os urros bárbaros, o espaço de reposição da verdade, demolindo a propaganda falsa de inspiração antidemocrática. Aqui, em síntese, travamos a batalha da humanidade, opondo o bem e o mal. Creio que tivemos êxito: eliminamos a agenda da morte, repondo a verdade.

O maior mérito, Presidente Omar, desta Comissão Parlamentar de Inquérito foi existir, funcionar e iluminar as catacumbas da inoperância, da má-fé, da desonestidade e da morte. Os responsáveis, Senador Humberto, estão sendo apontados; seus crimes, fartamente descritos e tipificados. É preciso a responsabilização penal.

Nunca ambicione a unanimidade.

Em nome das mais de 605 mil vítimas, em nome dos milhares de órfãos com as vidas mutiladas, em nome daqueles representantes que estiveram conosco na semana passada, em nome da civilização, agradeço o apoio ao nosso relatório, documento equilibrado em defesa da vida, da ciência, do conhecimento, com provas robustas e eloquentes e uma correta descrição das condutas criminais identificadas na investigação.

A história – já encerro – é generosa em exemplos de vitórias inúteis conquistadas com elevado custo em vidas. A mais célebre é a vitória de Pirro, que se assemelhou à ruína. Qual o destino do oficial francês Philippe Pétain que aderiu ao nazismo? A vergonha, a infâmia e a condenação. Que Joaquim sobreviveu como herói entre todos nós? Joaquim Silvério, um reles delator, ou Joaquim José da Silva Xavier, um libertário? É disto que tratamos todos esses meses aqui: um duelo permanente entre os que defendem os valores civilizatórios inegociáveis, tais como a vida, a ciência, o conhecimento, a luz, a verdade, a democracia, o Estado democrático de direito, contra os discípulos do caos, da morte, da disfuncionalidade, da fome, da indigência, da ignorância, da mentira e até mesmo das rupturas.

É passada a hora de encerrar essa noite macabra que enluta o País dolorosamente. Que aqueles que se omitiram, erraram, se esconderam paguem pelos crimes perpetrados. Chegou a hora de eles enfrentarem a Justiça dos homens, como nos ensinou sempre aqui o Presidente Omar, e mais tarde a justiça de Deus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, encerrando, agradecer a todos que colaboraram nas investigações de maneira direta ou indireta e me solidarizar com a dor daqueles que perderam seus entes queridos, daqueles que adoeceram e se recuperaram. Não somos capazes, evidentemente, de confortar a dor lancinante que cicatrizou famílias para a eternidade, mas temos convicção de que desaceleramos o relógio da morte acionado pelo Governo Federal. Só isso já teria valido a pena pelos nossos trabalhos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Repito aqui o que disse há seis meses: vidas negras importam, vidas brancas importam, vidas pardas importam, vidas indígenas importam, vidas. Passamos aqui mais de 400 horas de reunião defendendo vidas.

Esta CPI, Presidente Omar, é histórica e jamais será esquecida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Renan. Quero parabenizá-lo pelo trabalho que V. Exa. fez.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é a nossa última sessão, logo após eu falar eu colocarei em votação o relatório nominalmente.

Mas, logo no início, eu tive o apoio da maioria dos colegas pra me eleger Presidente; o Senador Randolfe, Vice-Presidente; e o Senador Renan Calheiros, Relator. Uma desconfiança generalizada, uma desconfiança grande da sociedade, e com razão, a desconfiança dos políticos, a desconfiança do caráter desta CPI e, principalmente, uma massificação de que isso aqui era um circo, que era uma palhaçada, uma estratégia antiga, Senador Renan, utilizada por César em Roma, utilizada por Napoleão, por Filipe da Macedônia: dividir pra governar. Dividiram o Brasil para governar o Brasil. Maquiavel explica bem isso.

E o que nós conseguimos? A CPI conseguiu se contrapor ao negacionismo, a CPI conseguiu trazer o debate político e dar voz a milhões de brasileiros que estavam angustiados e com a garganta apertada, porque não era possível, não dava para entender por que no Brasil estava acontecendo aquilo, um País tão grande, tão alegre e harmonioso, um Brasil que, do tamanho que tem, fala a mesma língua. Lá de Tabatinga, no meu Estado, na fronteira com o Peru e a Colômbia, até lá no Rio Grande do Sul. Nós somos uma só língua. Poucos países desse tamanho falam só uma língua. Nós conseguimos isso, mas dividiram o nosso País. Os bons e os honestos, os desonestos pra lá. Quem queria a vida era desonesto, quem queria fazer com que o povo acreditasse nas suas mentiras era que prestava. Não há honestos e desonestos. Todos queríamos uma coisa só: salvar pessoas.

A CPI conseguiu mostrar ao Brasil, com a ajuda da sociedade organizada, que é possível as minorias se juntarem e se tornarem maioria. Começamos, sim, começamos a CPI, e não me indignavam as ofensas que eu recebi. Não era isso que me indignava. O que me indignava era a intolerância, o que me indignava era ver totalmente o desrespeito pelas vidas que estavam se perdendo. A nossa obrigação sempre foi essa. Ninguém está aqui obrigado. Nenhum político é obrigado a ser político. Nós somos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

porque queremos ou temos vocação pra isso. Não há sacrifício para ser Presidente, não há sacrifício para ser Senador da República. Sacrifício é o que eu vi domingo, na televisão, as pessoas dentro do lixo atrás de comida. Aqui não há sacrifício. E as pessoas que foram sacrificadas perdendo as suas vidas, as crianças órfãs, as mulheres que têm que cuidar dos seus filhos sozinhas, os pais que perderam os filhos. Essas pessoas que fizeram isso e provocaram isso não podem ficar impunes.

Não me venha com discurso de que "fizemos tudo possível", não é verdade. Não houve uma única palavra de acalento, de solidariedade a essas mais de 600 mil vidas feita pelo Chefe maior da Nação. Isso demonstra claramente o que ele pensa. Não venha com discurso de que ele está vacinando. Nunca quis. A CPI descobriu isso, através de Fabio Wajngarten, que veio aqui. A CPI descobriu isso através do Ministro do DEM, do Democratas, Mandetta, quando disse aqui, onde está sentado o Senador Randolfe, que existia um gabinete paralelo, corroborado pelo Presidente da Anvisa, Contra-Almirante Barra Torres, que disse que chegou e o Ministro Braga Netto estava com um decreto mudando a bula da cloroquina. A irresponsabilidade com as vidas dos brasileiros chegou a esse tamanho. Isso me indigna. A indignação está aí.

As ofensas que eu recebi, Renan, Eduardo, Otto, Alessandro, Humberto, Tasso, Soraya, Eliziane, Leila, Rogério, que não está aqui, isso faz parte da nossa vida, isso aí a gente sabia que ia acontecer. O que nos indigna não é isso. Com o que nós ficamos indignados foi com a falta de coração, de uma palavra amiga, de um ombro amigo para essas mulheres e homens que perderam parentes poderem chorar. Esse acalento o Governo não deu. O acalento do Governo era fazer motociata, era sair para comer pastelzinho e fazer aglomeração de propósito; o acalento do Governo eram as *fake news*, contradizendo a ciência; o acalento do Governo era a mentira, feita principalmente na última quinta-feira. Aí, sim, Senador...

Eu ouvi aqui um Senador dizer o seguinte: "Ah, vocês têm que reclamar é da revista *Exame*". Engraçado, quando fazia crítica ao Presidente, o que que ele fazia? Chegava lá no cercadinho, chamava uma jornalista de quadrúpede, dizia que o jornal queria dinheiro, que ele não ia dar dinheiro, discursos evasivos. Para se defender, a imprensa não presta. Agora, para propagar *fake news* e mentira, a revista presta. Isso a CPI mostrou.

Não queríamos e não queremos vingança, queremos justiça. E se alguém acha que algum procurador vai matar no peito esse relatório e dizer que isso aqui são narrativas, vai ter que dizer como foram essas narrativas, sabe por quê? Porque esse inquérito é público, não é fictício, feito às escondidas, não. Aqui vieram os depoimentos, as pessoas vieram aqui falar. Ou será que não existiu Tadeu? Ou será que o povo do Amazonas não morreu com falta de oxigênio? Ou será que não tem a Prevent Senior; não tem a VTCLog; não tem a Covaxin; não tem as *fake news*, a cloroquina, a ivermectina, o negacionismo, a não vontade de comprar vacina; não tem dizer que a CoronaVac era uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina "covachina"? Ou será que o Presidente ligou para um líder mundial pedindo uma vacina para o Brasil? Não, mas pediu insumos para cloroquina da Índia.

São fatos, não é narrativa. Não há como qualquer membro do Judiciário dizer que não existiu. Pode até questionar alguma coisa, mas vai ter que escrever, vai ter que negar, vai ter que botar lá a sua assinatura e dizer que não houve nada. E o bom brasileiro, aquele que jurou a Constituição, aquele que passou num concurso público, não tem o direito de engavetar; ele tem a obrigação de continuar a investigação e é isso que nós queremos.

Por isso, amanhã, às 10h30, o relatório do Senador Renan Calheiros será entregue por mim e por membros da Comissão que queiram nos acompanhar, às 10h30, ao Procurador-Geral da República Augusto Aras, nomeado, indicado pelo Presidente e aprovado por este Senado Federal como representante dos direitos do povo brasileiro, que defende os interesses do povo brasileiro, não os interesses de governo de plantão. Vamos exigir isso, sim, exigiremos porque isso é fazer justiça. E escrevam, digam que não tem nada nesse relatório, digam que esse relatório é fictício, digam que o que o Senador Renan Calheiros escreveu não existiu, aí a gente se curva à cegueira.

O brasileiro nunca foi cego, já superamos outras crises e iremos superar esta. O Brasil é forte, o povo brasileiro é aguerrido, nós somos melhores do que estamos aparentando para o mundo. O Brasil é melhor do que isso, e o povo brasileiro é bem melhor do que isso.

Muito obrigado pela colaboração de todos vocês. (*Palmas.*)

Em votação nominal o relatório do Senador Renan Calheiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem que acionar o painel.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou anotando aqui, é nominal.

Senador Eduardo Braga, se vota "sim", vota com o relatório do Senador Renan.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, eu queria agradecer a todos os Senadores, queria agradecer ao Senador Tasso, ao Senador Otto, ao Senador Renan, ao Senador Omar, ao Senador Randolfe, ao Senador Alessandro, à Senadora Eliziane, ao Senador Marcos Rogério, ao Senador Eduardo Girão, ao Senador Jorginho, a todos os Senadores, mas muito especialmente ao Senador Tasso e ao Senador Otto, que nos últimos dias têm sido grandes apagadores de incêndio, como disse o Senador Renan.

E hoje, Sr. Presidente, quis o destino que eu fosse o primeiro a votar. Quero votar fazendo justiça aos 605.884 brasileiros que perderam a vida para a covid-19, aos quase 14 mil amazonenses que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perderam a vida para a covid-19, alguns deles, centenas deles inclusive, com morte por asfixia a seco, por falta de oxigênio.

O meu voto é "sim", "sim" pela justiça e pela esperança de vencermos os desafios da covid-19, que ainda não foram vencidos, nós estamos no caminho para vencer.

O maior legado desta CPI foi enfrentar o negacionismo, mostrar ao Brasil que nós temos uma alternativa afirmativa através da vacinação, através de um protocolo baseado na ciência para salvar vidas.

O meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Eduardo Braga vota "sim".

Senador Renan Calheiros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vota "sim".

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, primeiro quero cumprimentar os médicos brasileiros, médicas, enfermeiros, enfermeiras, fisioterapeutas, psicólogos e bioquímicos que ajudaram a salvar 20.922.000 brasileiros. Quero lamentar também, Senador Renan, os 605 mil mortos que tivemos no Brasil, é profundamente lamentável.

Meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, "não".

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com todo o respeito, eu voto pela rejeição do relatório do Senador Renan Calheiros, em função do voto em separado que eu apresentei, olhando com equilíbrio os dois lados dos requerimentos que foram apresentados aqui.

Então, é inadmissível que, após seis meses de trabalho praticamente, esta CPI tenha optado pelo caminho da omissão na apuração dos bilhões em verbas federais enviados a Estados e Municípios. Foram mais de 170 operações da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União que não tiveram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção nossa, enquanto era um dever em que a gente tinha que se aprofundar. Esta CPI tinha a obrigação de ser técnica, e não pirotécnica. Faltou respeito, imparcialidade, e sobrou censura e agressividade nessas 400 horas que nós tivemos aqui.

Para encerrar, Presidente, eu acredito que o Presidente da República errou sim, errou muito, e eu coloquei no meu relatório. Mas aqui quiseram impor uma via-crúcis ao Presidente da República e colocaram toda uma Nação no calvário.

A blindagem aos poderosos na questão dos respiradores que foram parar em loja de vinho, comprados em calote de maconha, e que foram parar em casa de massagem é algo absurdo e inaceitável.

Então, esta CPI, infelizmente, virou um instrumento de perseguição política com fins eleitorais, e, por isso, meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Girão vota "sim", não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Não. Meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ele não disse que o Presidente errou?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, é hora de a gente fazer colocações sérias aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas é sério! O senhor... O senhor acha que o Presidente errou e vota "não".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor brincou o tempo todo nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu acho que a gente não deve fazer palanque em cima de 600 mil mortos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Eu, não! Quem o faz são vocês, que são negacionistas, que não reconhecem os erros e votam contra o relatório.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Presidente, em respeito às famílias dos 605.884 mortos, durante a pandemia, pela covid-19 e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homenagem a todos aqueles profissionais de saúde que ajudaram, trabalharam diuturnamente na linha de frente do enfrentamento à pandemia, o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Otto Alencar, meu colega, companheiro e amigo Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Quero fazer, por último, uma homenagem póstuma às 605.884 vítimas da covid-19, que perdemos. Tivemos baixas em todos os Estados da Federação.

Eu quero também me referir aos meus conterrâneos, compatriotas da Bahia. Perdi vários amigos, conheço famílias que foram destroçadas no meu Estado.

Quero dizer que esse período foi um período muito duro na minha vida e na de todos nós, até porque, ao contrário das pessoas que falam que da nossa parte houve qualquer ação de recuo, nunca houve. Nós fomos pressionados pela máquina do Governo Federal, por *fake news*. Às vezes, descendo no aeroporto de Brasília, fomos acusados, admoestados por pessoas que não tinham a capacidade de ter um diálogo, de ter um debate firme, mas enfrentamos tudo isso com muita decisão e coragem pelo bem maior do nosso País.

Nós mostramos que o Governo errou em todos os momentos na condução do Ministério da Saúde, o principal ministério do Brasil, que deveria ter atenção com todo o povo brasileiro.

Quando V. Exa. falou que faltou generosidade, fraternidade ao Presidente da República, V. Exa. falou uma palavra correta: o Presidente nunca se comoveu com as dores do povo brasileiro, com as dificuldades sociais do povo brasileiro neste momento tão duro. Mas eu espero que esse relatório do Senador Renan Calheiros seja levado a sério pela Procuradoria-Geral da República. Nós não vamos, de maneira nenhuma, em nenhum momento, deixar de cobrar que as provas ali contidas, com vídeos, com áudios, com imagens, com *e-mails,* com mensagens, sejam reconhecidas como crime contra o povo brasileiro, como crime sanitário, previsto no Código Penal, arts. 267 e 268.

Portanto, com muita convicção, deixando aqui a minha contribuição, quero dizer que tanto V. Exa. como o Senador Renan Calheiros, Relator, e o Senador Randolfe Rodrigues, todos os Senadores... Quero me dirigir a todos que se colocam como independentes frente ao Governo, como os governistas, como as Senadoras. A convivência foi muito rica para todos nós.

Deixo aqui o meu voto "sim", com a convicção de que esse relatório deve ser um relatório para ser reconhecido no Brasil, como está sendo reconhecido no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta CPI não apurou fatos, não buscou evidências, escondeu provas, dificultou o acesso dos investigadores e Parlamentares, protegeu acusados de corrupção no Consórcio Nordeste e nos governos estaduais, e, ao final, vamos votar um relatório que é fruto de uma narrativa contra adversários políticos. Aqui, bandidos foram tratados como heróis, e homens e mulheres que se dedicaram ao Brasil foram tratados como bandidos.

Não tenho como votar a favor desse relatório. Portanto, manifesto meu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Senador Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Aliás, desculpa, é o Senador Jorginho.

Desculpa, Senador Jorginho!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Em respeito, Sr. Presidente, aos 600 mil mortos, muitos dos quais tiveram os seus familiares usados aqui por interesses eleitorais, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em respeito e em homenagem aos mais de 600 mil mortos por esta pandemia, em respeito e em homenagem aos profissionais de saúde que deram tudo de si para que essa tragédia não fosse ainda maior, em respeito e em homenagem aos governantes, Prefeitos e Governadores, que, diferentemente do Presidente da República, em sua maioria, cumpriu com o seu dever e com a sua obrigação, eu voto "sim" por esse relatório, que é, sem dúvida, robusto, consistente, marcado por um conjunto de provas que não poderão ser ignoradas de forma alguma tanto pela Procuradoria-Geral da República, quanto pela Câmara dos Deputados, quanto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, quanto pela Comissão de Direitos Humanos da ONU e também pelo Tribunal Penal de Haia, que eu espero seja acionado e condene por crime contra a humanidade o principal responsável por essa tragédia.

Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Humberto vota "sim".

Senador Randolfe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na política em que todos estamos, às vezes tem escolhas que são para a política, mas, sobretudo, como agentes públicos, como agentes da história, tem escolhas que são pela vida, tem escolhas que são para a história.

O relatório do Senador Renan, que nós vamos votar agora, que vamos votar daqui a pouco – e vamos consagrar o resultado daqui a pouco –, vai estarrecer os historiadores e as gerações do futuro. Eles se perguntarão como foi possível a produção de tanto horror em larga escala. Eles cobrarão à nossa memória o que foi feito pela nossa geração.

Eu estou consciente de que caminhamos do lado certo da história, para que o sacrifício dos hoje 605.884 brasileiros não tenha sido em vão. Em nome dessas famílias, em nome dos profissionais de saúde, em nome de médicos, enfermeiros, serventes dos hospitais, todos que se expuseram, em nome de todos que travaram essa batalha, o voto que nós estaremos consagrando neste momento é um voto para ser registrado nos anais da história do tempo que virá. Esse voto eu quero também dedicar, agradecendo-lhes em especial, aos amapaenses, que, gentilmente, me designaram para ser seu representante aqui no Senado, aos mais de 1,8 mil amapaenses que também perderam a vida, parentes e amigos nossos, também fruto do negacionismo.

O voto de cada um de nós é um voto, sobretudo, com as nossas consciências.

Voto "sim" ao relatório do Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, eu quero aqui, antes de proclamar e dar meu voto, agradecer a toda a equipe que, diuturnamente, nos fins de semana, comandada pelo Leandro, que trouxe uma equipe...

Eu quero agradecer a todos, Leandro, que trabalharam com você. Não vou citar nomes porque eu posso ser injusto. Muito obrigado. Obrigado mesmo por terem ajudado o Brasil neste trabalho. Sei que não foi fácil.

Às pessoas desconhecidas, de que a gente não sabe nem o nome, que nos ajudaram e nos ajudaram bastante, as nossas desculpas por não reconhecê-los pelo nome, mas reconhecê-los pelo trabalho que fizeram pelo Brasil.

Quero agradecer à Ana, à Izabelle, à Cíntia e ao Farid do meu gabinete. Quero agradecer a todos os servidores dos gabinetes de todos os Senadores, independente de pensamento, porque todos se dedicaram acreditando nos pensamentos e acreditando naquilo que nos movia em fazer justiça.

Eu quero agradecer o grande apoio que tivemos da imprensa, de mais de 90% da imprensa que nos ajudou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às centenas de pessoas anônimas que mandavam, via WhatsApp, via rede social, mensagem de apoio e principalmente de lembranças de pessoas que se perderam em tratamentos e não deram resultado.

Eu, por fim, quero agradecer muito a Deus por ter me deixado chegar até aqui com saúde, com firmeza, sem perder um minuto a coragem para fazer esse enfrentamento.

Muito obrigado, meu Deus!

Eu voto "sim".

O resultado é 7 a 4.– 07 Senadores votaram SIM, pelo relatório do Senador Renan Calheiros; 04 votaram contra. E nós começamos uma nova etapa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria fazer uma solicitação a V. Exa., Presidente. Antes de V. Exa. finalizar a CPI ou finalizando os trabalhos desta CPI – nós passamos, infelizmente, agora, de 606 mil mortos no Brasil –, eu pediria a V. Exa. que a gente encerrasse os trabalhos desta CPI com um minuto de silêncio pela memória das 606 mil pessoas mortas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sessão, antes de se encerrar, fará esse um minuto de silêncio às mais de 606 mil mortes no Brasil, mas, principalmente, que não nos esqueçamos de alguns milhões de brasileiros sequelados, que precisam muito da nossa ajuda para sobreviver.

Eu vou pedir todos de pé para a gente fazer um minuto de silêncio. (*Pausa.*)

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O relatório está aprovado por sete votos a quatro. (*Palmas.*)

A CPI, depois de seis meses de trabalho, encerra seus trabalhos com o relatório feito pelo Senador Renan aprovado pelo Colegiado, por sua grande maioria. E agora é uma nova etapa, é a gente encaminhar aos órgãos competentes para que a gente possa fazer justiça ao povo brasileiro.

Muito obrigado a todos vocês.

E, havendo um número regimental, coloco em votação as Atas 66, 67, 68, 69 das reuniões.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus possa nos abençoar!

Um grande abraço.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Leila Barros e Simone Tebet. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Daniella Ribeiro e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o Plano Nacional de Imunização, o cumprimento dos prazos previstos e discutir medidas de combate à pandemia. **Participante:** Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/04/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Temporária interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, que vence em 30 de junho, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

Quanto ao uso da palavra, eu esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será: primeiro o Relator; em seguida, os titulares inscritos; depois, os suplentes; por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com nossos convidados.

Não sei se há número regimental para aprovar a ata... (*Pausa.*)

Deixarei a ata para depois...

A presente reunião se trata da audiência pública com o Exmo. Sr. Ministro da Saúde Marcelo Queiroga, com o intuito de debater o plano nacional de imunização, o cumprimento dos prazos previstos, discutir medidas de combate à pandemia previstas no plano de trabalho, reforçadas pelo Requerimento nº 10, do Senador Izalci Lucas; pelo Requerimento nº 53, de Randolfe Rodrigues, Styvenson Valentim, e Requerimento nº 54, da Kátia Abreu.

O Ministro estará acompanhado do Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Dr. Rodrigo Otávio Moreira da Cruz.

Muito bem, deixe-me explicar. Antes, o Ministro estava com sua manhã totalmente preenchida; há audiências inclusive com a Pfizer. Eu falei com ele que nós não o seguraríamos pelo tempo integral da nossa audiência. Ele tem um ritmo de audiências já previamente agendadas – comigo, essa conversa foi na quinta-feira.

Então, eu quero que todos os nossos Senadores entendam a situação do Ministro hoje; ele deve ficar por um tempo menor. Nós vamos observar o tempo, vamos ser bastante econômicos nas perguntas, para que ele possa, no prazo de, no máximo, uma hora, se ausentar, e entra o Dr. Rodrigo Otávio Moreira da Cruz para substituí-lo nas respostas.

Eu creio que os Senadores vão entender a situação, devido ao congestionamento da audiência do Sr. Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos passar para o Ministro o tempo de 20 minutos para ele apresentar tudo sobre a pandemia, sobre os seus primeiros dias no ministério, sobre os seus planos iniciais e sobre o desenvolvimento dos seus projetos.

Com a palavra o Sr. Ministro Marcelo Queiroga, pelo tempo de 20 minutos.

O senhor pode falar, Ministro. (*Falha no áudio.*)

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – ... esta audiência pública com os senhores e prestar contas acerca do trabalho que toda a nossa equipe tem desempenhado aqui, no Ministério da Saúde, tanto ao Senado Federal quanto a todos aqueles que nos assistem pela TV Senado.

Eu tenho certeza de que juntos nós encontraremos as soluções para um enfrentamento mais eficaz à pandemia da Covid-19, que já nos assola por mais de um ano, uma emergência de saúde pública internacional e que nos afeta de uma forma muito significativa. Os senhores sabem que, neste ano de 2021, nós temos o concurso de uma variante do vírus, a variante P1, ou a de Manaus, que parece ser mais contagiosa, parece também estar associada a uma maior letalidade. E qual é a consequência disso? É que o número de óbitos no ano de 2021, hoje, supera o número de óbitos que ocorreu no ano de 2020 inteiro, mostrando a gravidade dessa doença e a necessidade de adoção de medidas que sejam eficazes para vencermos essa situação grave na saúde pública nacional.

Felizmente, nós assistimos a uma diminuição do número de diagnósticos, e essa diminuição também se reflete na redução da média móvel dos óbitos, é claro em um patamar ainda elevado – nós não gostaríamos de perder tantas vidas –, mas, por outro lado, há ações como a campanha de vacinação, que representa uma esperança de uma solução mais eficaz para o enfrentamento da pandemia. É claro que não é só a vacinação. Tenho, desde o primeiro dia em que assumi o cargo, reiterado a importância das chamadas medidas não farmacológicas, como o uso de máscaras e o distanciamento social. Essas ações já têm sido acompanhadas de campanhas publicitárias, orientando a população brasileira para que adote essas precauções, porque nós sabemos que o uso de máscaras teria um efeito, se a sociedade aderisse a essa medida de maneira mais homogênea, de quase uma vacinação da nossa população. Por isso, de maneira reiterada, nós fazemos esse apelo.

Estou vendo aqui o nosso querido Senador Izalci Lucas praticar atividade física. Ele está sem máscara. Embora a OMS pareça querer flexibilizar a prática de atividade física ao ar livre sem máscara, é sempre bom lembrar que é importante, é fundamental que todos nós passemos uma mensagem para a nossa sociedade – aqui não é nenhuma crítica ao Senador, evidentemente – de que o uso da máscara é algo prioritário.

Em relação à campanha de vacinação, a nossa campanha tem acelerado o seu ritmo. Essa aceleração do ritmo depende do nosso Programa Nacional de Imunizações, que é um patrimônio de todos os brasileiros. Se nós respeitássemos o Programa Nacional de Imunizações conforme pactuado na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tripartite, ele iria melhor. Ocorre que os senhores sabem que, na Bipartite, às vezes, se muda a orientação para incluir um grupo ou outro, e isso termina por alterar a harmonia do nosso programa e atrapalha o processo de vacinação. Então, é até um apelo que eu faço. Nós sabemos que, no afã de contribuir com a vacinação, às vezes se pressiona para botar um grupo prioritário ou outro. Todos têm razão em querer ter a vacinação o mais rápido possível, mas, às vezes, isso atrapalha o nosso PNI. Então, fazer com que o PNI tenha as decisões pactuadas na Tripartite mantidas e com que, nos Municípios, nos mais de cinco mil Municípios do Brasil, ele seja cumprido é um desafio para todos nós.

Os senhores sabem que, no sábado, nós divulgamos um calendário de previsão da distribuição de doses. Eu digo previsão porque nós não temos essas doses aqui no ministério. Essas doses são entregues ao ministério. Elas são oriundas, sobretudo, de dois laboratórios, do Instituto Butantan e da Fiocruz, ou são doses importadas. Assim que essas doses chegam, em até 48 horas, são distribuídas para o Brasil. Então, se os senhores puderem observar o vacinômetro, que está disponível em quase todas as capitais – acho que em todas as capitais –, lá teremos mais de 57 milhões de doses distribuídas e cerca de 37 milhões de doses aplicadas, ou seja, há uma diferença de 20 milhões. Isso em si já gera certa confusão. Eu já até pedi ao nosso pessoal de comunicação para fazer uma mudança, para que a gente não gere tanto calor em relação a essa questão da vacina.

Isso gera uma discussão: "Ah, onde estão essas doses? Não foram aplicadas?". A maior parte dessas doses foram aplicadas. Algumas são D2, estão guardadas; outras não chegaram aos Municípios, porque há um retardo, um *delay* de cerca de dez dias para que essas doses, uma vez entregues, sejam distribuídas para os Municípios. O fato é que essa disparidade entre doses distribuídas e doses aplicadas tem gerado muita polêmica, muita polêmica em rede social, e tudo o de que nós não precisamos neste momento é polêmica. Nós precisamos passar uma mensagem harmônica para a nossa sociedade.

No mês de abril, a previsão é de entrega de mais de 26 milhões de doses. Em vários dias, nós superamos a marca de mais de 1 milhão de brasileiros vacinados. Na sexta-feira, nós superamos a marca de 1,8 milhão de brasileiros vacinados. Isso mostra a capacidade que tem o nosso PNI. Nós temos 38 mil salas de vacinação e temos uma prova de que pelo menos 25 mil dessas salas – pelos dados do Datasus – têm funcionado.

Essas variações que há em relação ao calendário anterior que foi divulgado pelo ministério devem-se, sobretudo, em função de vacinas que estavam ali: 20 milhões da Covaxin, que é a vacina da Bharat Biotech, que não foram autorizadas pela Anvisa; ou de vacinas entregues ou pela Fiocruz ou pelo Butantan que não foram entregues na quantidade prevista em função de demora do IFA. O IFA, como os senhores sabem, é originário da China, e isso sempre dá uma variação, que pode ser para maior ou pode ser para menor. Questões logísticas também estão aqui consideradas. O fato é que temos trabalhado fortemente para conseguir mais doses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Pfizer, por exemplo, agora no dia 29, chegará o primeiro lote da vacina no Aeroporto de Viracopos. São doses prontas, e o Ministério da Saúde já organizou toda a logística para essa vacina, que, como os senhores sabem, tem uma peculiaridade em relação à cadeia de frio. Nós temos capacidade, sim, para aplicar a vacina da Pfizer com bastante segurança.

Outra questão que há em relação à nossa vacinação e que nos tem causado certa preocupação é a segunda dose da CoronaVac, que tem sido um pedido de Governadores e de Prefeitos. Se os senhores lembram, há cerca de um mês se liberaram as segundas doses para que se aplicassem, e agora, em face do retardo dos insumos vindos da China para o Butantan, há uma dificuldade com essa segunda dose. E, como nesta semana não temos previsão de chegada de vacina do Butantan – só daqui a cerca de dez dias –, nós vamos emitir uma nota técnica acerca desse tema. Inclusive, na minha cidade, João Pessoa, isso se judicializou, e foram entregues essas doses de CoronaVac por judicialização. Só que, se todos judicializarem, não há doses para todo mundo. Não é a judicialização que vai resolver esse problema. O que resolve isso aqui são políticas públicas efetivas, que é o que nós temos tentado colocar em prática no ministério.

Outro problema que estava muito forte quando eu assumi o ministério era relativo ao *kit* de intubação. O ministério fez uma série de ações para conseguir um aporte maior desses *kits* de intubação. Nós tivemos também o apoio da iniciativa privada: a Vale e outras indústrias fizeram uma doação muito expressiva desses materiais. Um primeiro lote já chegou e nos atendeu e ajudou muito os Estados e Municípios; e um segundo está chegando. Já saiu hoje de Portugal uma doação da Espanha. O Ministério da Saúde abriu um pregão nacional e internacional sem fixação de preço; estamos negociando com a Opas; e, num curto prazo, nós vamos anunciar também uma remessa desses insumos vindos dos Estados Unidos.

A situação do oxigênio também não tem sido tão forte como há cerca de um mês. Está relativamente sob controle. Nós tivemos um acidente em uma das plantas da White Martins no sábado. Felizmente não houve vítimas. E era mais uma indústria de enchimento dos cilindros. Outro ponto é que eu informei para os senhores que nós estávamos apoiando a White Martins na importação de caminhões – são esses caminhões que levam o oxigênio líquido. Chegaram 18 caminhões, vindos do Canadá, que vão nos ajudar em relação a esse insumo, o oxigênio.

Em relação aos recursos que foram transferidos para Estados e Municípios em 2021: 27,4 bilhões, isso em rotina; e 1 bilhão destinado ao cuidado relativo à Covid-19.

Em relação aos leitos, mais de 20 mil novos leitos foram autorizados pelo Ministério da Saúde – 1,3 bilhão –: 8.879 leitos autorizados na Região Sudeste; 4.602 na Região Nordeste; 3.609 leitos autorizados no Sul; 1.756 na Região Centro-Oeste; e 1.044 leitos autorizados na Região Norte. Portanto, todas as demandas por autorização de leitos, uma vez solicitada, a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde tem deferido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro tema para o qual eu gostaria de pedir atenção aos senhores é sobre o protocolo de tratamento da Covid-19. Como eu falei já naquela primeira oportunidade em que tive o prazer de conversar com os senhores, nós vamos submeter à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS um pedido para que se faça um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica para assistência desses pacientes. Isso desde a atenção primária até a alta complexidade, que é a atenção nas unidades de terapia intensiva.

A Lei Orgânica da Saúde, a Lei 8.080, de 1990, em seu art. 19, dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias em saúde. E lá está descrito, está disciplinado que compete à Conitec a elaboração dos protocolos clínicos e das diretrizes terapêuticas. Uma vez a Conitec deliberando sobre o protocolo, esse protocolo é colocado em consulta pública para que receba contribuições da sociedade brasileira e, depois que essas contribuições chegam, elas são analisadas e o plenário da Conitec delibera uma recomendação que será ratificada ou não pelo Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos, com direito a recurso ao Ministro da Saúde. Portanto, como Ministro, o último na cadeia administrativa recursal, não vai, num primeiro momento, emitir juízo de valores acerca de fármacos, acerca de determinados produtos, porque eu posso ser recorrido para que disponha acerca do protocolo elaborado pela Conitec.

O Dr. Carlos Carvalho, que é professor titular de medicina da Universidade de São Paulo, tem nos apoiado juntamente com as sociedades científicas que estão envolvidas no enfrentamento da Covid-19 e nós já soltamos duas notas técnicas, que não são protocolos, porque só é protocolo quando ele é aprovado pela Conitec. Uma delas fala sobre o uso racional de oxigênio – eu falei racionalização do oxigênio, e foram dizer que eu queria fazer racionamento; não é o caso, racionalização é uma coisa, racionamento é outra. E a gente tem que disciplinar e orientar os médicos para que procedam de maneira correta com esse insumo, porque ele é um insumo estratégico. O outro ponto é em relação à intubação orotraqueal. Nós sabemos que a intubação é um procedimento em que, muitas vezes, os pacientes podem morrer e é preciso que nós consigamos dar apoio aos profissionais que estão na ponta, a muitos colegas mais jovens; nós temos que apoiá-los. Há uma carência na formação desses profissionais do Brasil, tanto que o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, vai disponibilizar, através de edital, 600 vagas, 300 delas para medicina intensiva e outras 300 para os profissionais de enfermagem e de fisioterapia. Sobraram vagas no concurso de residência e nós queremos qualificar esses profissionais para o futuro.

E, em relação aos protocolos, Senador Confúcio, Srs. Senadores, é necessário... Há um projeto de lei, que é o Projeto de Lei 415, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima – eu subsidiei tecnicamente o Senador para a elaboração desse projeto –, e ele versa sobre os aspectos econômicos das incorporações de tecnologias no sistema de saúde, porque essas incorporações, sobretudo inovações, são muito importantes agora neste momento que vivemos; nesta pandemia há muitas inovações sendo colocadas para o tratamento dessa doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu cito esse chamado coquetel de anticorpos monoclonais, e um deles obteve autorização pela Anvisa, que é o Regn-CoV2, uma autorização emergencial. E os dados preliminares são alvissareiros, porque eles apontam para uma redução de 70% do desfecho combinado óbito mais internação quando os pacientes que têm comorbidades recebem esse tratamento de maneira precoce. Então, em função desse registro na Anvisa, eu já demandei à Conitec para que a Conitec faça uma análise detida sobre todos os aspectos relacionados com esse fármaco inovador quanto à sua segurança, quanto à sua eficácia, quanto à sua efetividade, quanto ao seu custo/efetividade, para que ele seja considerado ou não para inclusão no protocolo.

Nós sabemos que a grande maioria dos fármacos que são utilizados para a Covid não foram desenvolvidos para o tratamento da Covid. Eu vou citar dois aqui. A dexametasona, que é um corticoide e é um medicamento antigo; quanto a essa dexametasona nos pacientes que estão necessitando de suporte de oxigênio, os estudos – mais de um estudo: por exemplo do Recovery e também o estudo do grupo Coalizão aqui no Brasil – apontaram que esses indivíduos, com a dexametasona, têm redução de mortalidade. Outro medicamento, que é um medicamento usado para o tratamento da artrite e já faz parte do Rename, é um medicamento chamado tocilizumabe, um medicamento que inibe uma citocina. Os senhores sabem que essa doença tem um caráter inflamatório, existe até a chamada tempestade de citocina, e esta medicação tocilizumabe tem uma propriedade de modular essa resposta inflamatória – e ela tem sido usada no nosso País com alguns bons resultados. Já há alguns estudos publicados aqui mesmo no Brasil: esse mesmo instituto Coalizão fez um estudo com tocilizumabe nos pacientes mais graves, e nesses pacientes mais graves o resultado não foi tão satisfatório, mas outros estudos mostram que esse fármaco, quando aplicado numa fase inicial – quando se está com a pneumonia grave e tem-se o início da resposta inflamatória –, aí pode ter um benefício.

Eu estou fazendo esse preâmbulo para dizer para os senhores que essas indicações não foram aprovadas pela Anvisa, que é quem tem competência de aprovar o uso de fármacos. A Conitec, quando foi criada em 2011... O decreto que regulamenta a Conitec prevê que ela pode solicitar à Anvisa a ampliação do uso de determinados fármacos. Isso já tem sido feito há muito tempo – existe uma relação de fármacos usados para transplantes e para outras questões –, e esse contexto da Covid deixa essa questão mais emergente. Então, o Projeto de Lei 415 visa autorizar a Conitec para que fármacos usados no enfrentamento da Covid possam ser inseridos nos protocolos clínicos do SUS, para que nós consigamos com esses protocolos melhorar a assistência e ter melhores resultados nas nossas UTIs, com a redução de mortalidade.

Então, eu pediria a atenção dos senhores para esse projeto de lei que será apreciado pelo Senado Federal amanhã cujo Relator é o Sr. Senador Fernando Bezerra Coelho. É muito útil que ele seja aprovado porque vai nos ajudar com relação aos protocolos, porque nós não podemos fazer protocolos somente com medicações cuja indicação no tratamento da Covid-19 não está prevista, e isso pode se tornar um ponto vulnerável do ponto de vista legal esses protocolos clínicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são essas considerações que eu gostaria de fazer para os senhores neste primeiro momento. Já fico à disposição para eventuais perguntas e procurarei respondê-las. Se eu não tiver os dados completos, vou recorrer aqui aos nossos secretários para que possam subsidiar os senhores com as informações mais detalhadas.

Muito obrigado, Senador Confúcio e todos os Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro, pela sua apresentação bem clara.

Para ganhar tempo devido à sua agenda, nós temos aqui uma sequência de cinco inscritos até o momento: o Senador Wellington Fagundes; o Vice-Presidente desta Comissão, Styvenson Valentim; Eliziane Gama, Senadora; o Senador Izalci Lucas; e o Senador Esperidião Amin. Agora entraram a Senadora Kátia e o Senador Randolfe.

Vamos fazer dois blocos de três, quatro, e o senhor responde até dar o tempo que o senhor tem disponível.

Vamos lá. Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, nosso Relator. O tempo, Wellington, eu pediria que fosse de sete minutos. (*Pausa.*)

Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só um pouquinho.

Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Nós já estamos aqui desde o começo, e o Izalci continua ali no seu exercício. Cumprimento todos os nossos Senadores e o Ministro Queiroga.

Vamos direto, Sr. Presidente. Eu vou tentar ser rápido também aqui, cumprindo o meu papel de Relator, com perguntas que são feitas também pela Consultoria porque nós temos que, ao final, produzir o nosso relatório.

Então, nós gostaríamos de dizer, Sr. Presidente, que os principais temas debatidos até agora no âmbito desta Comissão foram os seguintes: vacinação contra a Covid-19; acordos para a compra de vacina; autorização de utilização; cronograma de distribuição; velocidade de imunização da população brasileira; também dificuldade dos Estados e Municípios no combate à pandemia; possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compra de vacinas pela iniciativa privada; *lockdown* e outras medidas de restrição adotadas por Estados e Municípios para promover o distanciamento social; problemas no abastecimento de medicamentos para a intubação orotraqueal; necessidade de ampliação de leitos gerais e de terapia intensiva para pacientes com formas graves de Covid; perspectiva da economia; medidas econômicas para a proteção da economia, dos empregos e da subsistência da população; orçamento da União para o combate à pandemia e retorno do auxílio emergencial; ainda a possibilidade de utilização da estrutura industrial destinada à fabricação de produtos de saúde animal para a produção de vacinas contra a Covid-19; ações de comunicação do Governo Federal no combate à pandemia; licenciamento compulsório de vacinas e também medicamentos; transparência de tecnologia para a produção de vacinas no Brasil; importância para o SUS e dificuldades das santas casas e hospitais filantrópicos; e protocolos de prevenção e tratamento da Covid-19.

Com exceção, talvez, das medidas de cunho econômico, que são aqui debatidas periodicamente pelo Ministro Paulo Guedes, todos esses assuntos foram parte das competências do Ministério da Saúde. Por isso, vamos às perguntas.

Peço a V. Exa., Ministro Queiroga, que nos dê as informações mais atualizadas sobre cada um desses assuntos.

Segundo: a vacinação dos brasileiros continua caminhando a passos lentos, menos de 30 milhões de brasileiros receberam ao menos uma dose de vacina, o que representa menos de 15% da população, enquanto Israel, por exemplo, que lidera no mundo, já vacinou 65% de sua população; o Reino Unido, 50%; e o Chile e os Estados Unidos, mais de 40%. A projeção do Ministério da Saúde no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 era vacinar os 77 milhões de brasileiros do grupo prioritário até junho de 2021. V. Exa. esteve na reunião desta Comissão pela primeira vez em 29 de março. Nessa oportunidade, V. Exa. estabeleceu a meta de vacinar pelo menos um milhão de brasileiros por dia, o que permitiria cumprir o prazo estabelecido no plano. Depois disso, assistimos a uma aceleração da imunização que não durou mais do que alguns dias. Voltamos rapidamente aos patamares anteriores, de cerca de 300 mil brasileiros vacinados por dia. V. Exa., na semana passada, anunciou nova revisão do calendário vacinal e postergou o prazo para a conclusão da vacinação do grupo prioritário de junho para setembro de 2021.

Por isso, perguntamos: quando teremos um cronograma confiável para a imunização dos brasileiros? Quais são as dificuldades que impedem o Ministério de cumprir o cronograma? Qual será o impacto desse adiamento sobre o número de casos e de mortes de Covid-19?

O terceiro, Sr. Presidente e Ministro. Certamente, a falta de vacinas é o principal fator para o cenário de atraso na vacinação que nos conduziu ao colapso do sistema de saúde que hoje estamos vivendo, com falta de leitos de terapia intensiva e carência de oxigênio medicinal, de medicamentos e de insumos essenciais. O Presidente da República falou da garantia de 500 milhões de doses de vacinas até o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

final do ano, mas temos mais urgência, pois, antes de o final do ano chegar, muitos brasileiros morrerão de Covid-19.

Em documento enviado a mim, datado de 22 de março, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan) afirma que aquela indústria dispõe de plantas de nível NB3+ de biossegurança, com capacidade já instalada para produzir vacinas humanas e, assim, atender a toda demanda por vacina no País, com produção completamente interna e sem depender da importação de insumos. Afirma ainda que a indústria de saúde animal detém a tecnologia necessária para o cultivo, inativação e preparo de vacinas de vírus inativados, como é o caso de algumas das vacinas contra o novo coronavírus.

O assunto vem sendo discutido nesta Comissão e faz parte da pauta da reunião de 29 de março e de outras depois dessa. Temos, inclusive, um requerimento aprovado para realizar diligência nessas indústrias e conhecer melhor a sua potencialidade. Também apresentei o Projeto de Lei nº 1.343, de 2021, que votaremos amanhã, do qual o Senador Izalci é Relator, para exatamente permitir que esses laboratórios possam produzir a vacina.

Embora tenha havido declaração de boa vontade da indústria veterinária e das autoridades envolvidas – como o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e também a Anvisa –, não se conhece precisamente as medidas efetivamente tomadas. Por isso, entendo que o Ministério da Saúde é o maior interessado em implementar essa ideia, que permitiria acelerar muito o processo de vacinação e é o principal responsável pela articulação entre a indústria de saúde animal, os detentores da tecnologia de produção da vacina no Brasil e também as instituições públicas envolvidas no processo de autorização, em especial a Anvisa.

Por isso, nós perguntamos: que medidas já foram tomadas pelo Ministério da Saúde para utilizar as plantas industriais de saúde animal para a produção de vacinas contra a Covid-19? Quais foram os resultados obtidos? Quais serão os próximos passos? Qual é a real perspectiva de implementar essa importante iniciativa?

E ainda, para encerrar, Ministro, nós tivemos anunciada a sanção do Orçamento por parte do Governo Federal, no qual tivemos um corte de 200 milhões no Ministério da Ciência e Tecnologia. E o Ministro da Ciência e Tecnologia já anunciou essa semana, no final de semana, a dificuldade que ele está vendo, isto é, a de paralisar um processo de pesquisa que a USP está fazendo – dizem que já está bem adiantado –, que seria mais uma vacina com tecnologia 100% nacional. Eu gostaria que V. Exa. também pudesse falar um pouco sobre essas vacinas, a tecnologia, ou seja, o que nós estamos pesquisando e a possibilidade de termos vacinas com tecnologia 100% nacional e em quanto tempo isso aconteceria. E esta questão, principalmente, do Ministério da Ciência e Tecnologia: quanto isso traz de preocupação? É que creio, Sr. Presidente Confúcio, que nós vamos ter que, possivelmente, discutir com todos os nossos companheiros e Lideranças para que encontremos uma forma para repor esses 200 milhões ao Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Ciência e Tecnologia. O Brasil já foi um grande produtor de vacina humana, tínhamos muito mais indústrias, e hoje estamos reduzidos a apenas dois institutos, o Butantan e a Fiocruz, que são muito mais institutos de pesquisa do que fábricas de vacina. Apesar de eles estarem montando as suas duas fábricas, elas só ficarão prontas só no início do ano que vem. Então, por isso, seria muito importante, já que o vírus está instalado.

V. Exa. começou a falar sobre mutações, inclusive a P1, de Manaus. E, claro, isso nos traz preocupação, porque a Universidade de Minas já falou dessas mutações do vírus de Manaus, do Rio janeiro e de uma outra variante da África do Sul, que têm muito mais capacidade de disseminação e até de provocar a morte de quem seja cometido por essas variações, por essas mutações.

Gostaria muito de parabenizar V. Exa. pelo equilíbrio, pela tranquilidade e, principalmente, pela atenção que tem tido com todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Nós vamos aproveitar aqui e passar para uma sequência de quatro Senadores. Eu peço para o Senador Izalci deixar a questão de ordem mais para a frente. A sequência será a seguinte: Senador Styvenson, Senadora Eliziane e Senador Izalci.

Senador Styvenson Valentim, com a palavra por três minutos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Presidente. V. Exa. me ouve bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Perfeito.

Sr. Ministro, bom dia! Bom dia a todos os Senadores e Senadoras!

Eu percebi, quando o senhor falou, que a mudança de grupos prioritários está acarretando um desalinhamento nas vacinações. Vou apresentar de forma prática as perguntas que as pessoas fazem e perguntas que diretores de hospitais estão fazendo.

Antes de perguntar, Sr. Ministro, preciso agradecer a um secretário do senhor em especial, o Sr. Rafael, que, em pleno domingo, às 3 horas da tarde, me atende para me dar as informações de que estou precisando, de que o meu Estado está precisando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta. O senhor fez um levantamento e disse que, em 48 horas após o recebimento das vacinas, elas são distribuídas para os Estados, e os Estados, consequentemente, aos seus Municípios. O que acontece no meu Estado? Municípios numa distância de 200 a 300 quilômetros já não têm mais vacina e alegam que essas vacinações estão sendo atrasadas por esse repasse, ou por esse encaminhamento do ministério. Seria uma primeira pergunta ao senhor: o que que está falhando aí? Seria do Ministério da Saúde para os Estados? Ou dos Estados para os Municípios?

Uma segunda pergunta. Os grupos prioritários, que deveriam tomar a segunda dose, estão todos atrasados, pelo menos aqui na capital do meu Estado, Natal, onde por três vezes atrasou a segunda dose da CoronaVac. Isso se dá também por essa mudança de grupos prioritários ou por uma desorganização mesmo da aplicação da vacina? Como fica muito acumulado esse número de pessoas e não há essas vacinas, a minha pergunta é: existe a vacina, está sendo encaminhada? Eu vi que 41.600 foram enviadas semana passada, mas a gente não consegue ver essa efetividade no braço das pessoas. Essa é a segunda pergunta.

Ainda a propósito desse desencontro de vacinações. Já que o senhor citou a Paraíba, e a Paraíba pode ser uma referência no quesito vacinação – pelo menos assim eu estou ouvindo –, já que, a cada 15 minutos, mil paraibanos na capital João Pessoa estão sendo vacinados em 35 pontos *drive-thru:* isso poderia acontecer no meu Estado ou em Estados semelhantes que têm dificuldade de aplicação de vacina.

Uma terceira e última pergunta é sobre medicamento para a intubação. Foi essa a informação que eu pedi ontem, porque um hospital aqui da minha região recebeu 700 frascos, e esses 700 frascos só dariam para um dia. Eu estava vendo aqui um documento no portal Transparência do SUS para o meu Estado: o remédio propofol de 10mg, injetável, deve ser infundido de 0,3 a 0,4mg por quilo, por hora, por pessoa – consumo para quem vai ser intubado ou quem está intubado por conta da Covid. Ele foi enviado agora, a última remessa, de 25.290, no dia 13/03, frasco de 20 ampolas, 25 mil – acho que foi a quantidade que foi enviada, mas não sei, não está claro. O segundo lote que foi enviado de propofol, de 10mg, emulsão injetável, com mais ampolas de 20mg: 11.450, no dia 20/03. Então, do dia 13/03 ao dia 20/03, uma semana – foi o período para envio de uma grande quantidade.

Aí, no auge da pandemia, quando havia muita gente sendo intubada, muita gente em UTI, demorou um mês, aproximadamente, para que se mandasse outra remessa de propofol de 10mg, emulsão injetável, frasco que tinha ampola de 20mg, em uma quantidade de 1.890, no dia 19/04/2021. Então, no dia 19/04/2021 foi enviado mais um lote. Qual o critério dessa remessa? A necessidade, a quantidade de intubação, ou vem frequentemente uma quantidade específica? Pergunto isso porque veio um número bem alto no início, foi caindo na segunda e diminuiu muito numa terceira remessa, num momento em que pessoas ainda estão intubadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria que o senhor esclarecesse como é a forma, qual é o critério de distribuição. É o Estado que pede, pela necessidade, ou é em função da disponibilidade? Pergunto porque o Ministério da Saúde concentrou toda a compra desse medicamento de intubação nas mãos do Governo Federal.

Grato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Styvenson.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama pelo tempo de três minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas Parlamentares, Sr. Ministro da Saúde, nosso tempo, de fato, é muito pouco, então vou diretamente às perguntas.

A primeira é sobre a questão das vacinações. Nós temos dados que apontam claramente que um quarto dos Municípios brasileiros ainda não tem essa vacina. Ao mesmo tempo, nós tivemos a informação, por parte do Governo, de redução de 22% da meta dessa cobertura vacinal. Nós temos uma expectativa muito grande de vários Estados brasileiros em relação à liberação, pela Anvisa, da Sputnik, inclusive, hoje, com prazo para que realmente essa definição por parte da Anvisa seja estabelecida.

Ao mesmo tempo, Ministro, nós temos, dentro do Congresso Nacional, a tramitação de um projeto de lei também conhecido como fura-fila, que estabelece a compra de vacinas pelas empresas para a imunização de seus funcionários em detrimento do plano nacional de imunização e também do fortalecimento do SUS. Eu pergunto ao senhor: qual é a expectativa e qual é o cronograma que nós temos hoje no Brasil para superar todas essas dificuldades e esses problemas e, aí, garantir a imunização da população brasileira? E o que que nós temos de prazo, pelo menos até o final deste ano?

A minha outra pergunta é em relação à Índia. O Brasil pediu ajuda para a Índia, que foi negada. E os Estados Unidos, na verdade... Ou melhor, o Brasil pediu ajuda aos Estados Unidos, que foi negada, mas os Estados Unidos acabaram, na verdade, atendendo à Índia. E a Índia, hoje, tem uma parcela muito significativa, no mundo, em relação ao IFA. E nós tivemos agora o anúncio de que a Índia poderá suspender as suas exportações, o que trará, sem sombra de dúvida, um impacto muito grande, sobretudo para o nosso País. Quais as tratativas que o Brasil está fazendo especificamente em relação à Índia?

A minha outra pergunta, Ministro, é sobre a importância do uso da máscara. Aliás, eu queria parabenizá-lo, porque V. Exa. ressalta isso de forma muito clara, com muita educação, inclusive aqui alertando um dos colegas. E o que nós temos hoje é um Presidente da República que incentiva a aglomeração e que menospreza o efeito do uso da máscara. O que nós temos no Brasil? Quase 390 mil mortos. Tivemos recordes mundiais em relação à quantidade de pessoas que, infelizmente, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contaminadas pelo vírus e, ao mesmo tempo, também recordes em relação a mortes – chegamos a quase 4,5 mil mortes num prazo de 24 horas.

Todos os especialistas colocam claramente que o mês de abril é o mês mais preocupante, possivelmente com a maior quantidade de mortes que nós vivenciaremos no Brasil. Eu pergunto ao senhor, Ministro, diante de tantos dados catastróficos que temos hoje no Brasil: nós poderíamos ter evitado essa quantidade de mortes? Se o Brasil tivesse adotado uma postura diferenciada por parte do condutor da política executiva nacional, que é o Presidente da República, teria menos mortes, teria menos contaminados? Os efeitos poderiam ter sido reduzidos se a gente tivesse o que hoje o senhor está pedindo aí, por exemplo, que é a utilização do uso de máscara?

Eram essas as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

E eu passo para o último deste bloco, o Senador Izalci Lucas, pelo tempo de três minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu quero, primeiro, fazer uma questão de ordem, que é mais uma pergunta para o Ministro com relação ao uso de máscara. Como o Governo não tem adotado um programa de orientação pública de propaganda, de conscientização, há muita dúvida. Eu, por exemplo, estou aqui agora no parque, e não há ninguém, só estou eu aqui andando de bicicleta, não há absolutamente mais ninguém. O uso de máscara nessa situação é necessário, tendo só eu mesmo participando aqui? Essa é a minha pergunta, a gente não sabe porque não há uma campanha, como deveria haver, de conscientização e de educação no uso e na prevenção. Eu sempre uso máscara e sempre faço o distanciamento, mas, neste momento, andando de bicicleta e sozinho aqui no parque, que está fechado de manhã para manutenção, e como eu tenho residência aqui que tem acesso, essa é a minha pergunta.

Mas eu quero entrar, Presidente... Nós temos aí um cronograma que não está atualizado. Nós temos aí a questão da Covaxin, nós temos a questão também da Sputnik, então essa programação não está atualizada e eu gostaria de perguntar ao Ministro: qual é a nova programação de entrega dessas vacinas, se os fabricantes têm reservado essas doses para envio assim que o processo de autorização de seus produtos for finalizado aqui com a Covaxin e a Sputnik; se eles estão fazendo a reserva disso?

O cronograma de recebimento de vacinas do Ministério da Saúde é realista? O senhor deu uma entrevista em que afirma que o Ministério da Saúde avalia a possibilidade jurídica de comprar a vacina Covaxin, mesmo que a Anvisa não conceda a autorização. Como está o processo de licenciamento dessa vacina, que teve negada a solicitação de boas práticas pela Anvisa? Quais foram os problemas encontrados? O fabricante estimou algum prazo para sanar esses problemas? O ministério mantém a previsão de 20 milhões de doses da vacina Covaxin programadas no plano nacional operacional?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, com relação à Sputnik, quais são os entraves enfrentados para a autorização do uso da Sputnik V? As doses adquiridas no Consórcio Nordeste serão doadas ao plano nacional operacional para distribuição nacional ou serão utilizadas apenas nos Estados do Nordeste? A fábrica da União Química, que produz vacinas, já possui a certificação de boas práticas de fabricação da Anvisa? A capacidade de produção de 8 milhões de vacinas mensais é factível? A produção da Sputnik no Brasil seria feita com insumos farmacêuticos, com o IFA também brasileiro? O Ministério da Saúde tem trabalhado junto aos representantes da Sputnik para que o seu licenciamento seja concluído o mais rapidamente possível?

Com relação à Fiocruz, qual é a capacidade produtiva informada ao Ministério pela Fiocruz e pelo Butantan? É possível aumentar a capacidade produtiva? Como é que está a chegada do IFA aos fabricantes brasileiros? É compatível com a capacidade produtiva? Por que a Fiocruz tem atrasado sistematicamente a entrega de vacinas ao Ministério da Saúde?

Agora, a política internacional conduzida atrapalhou em algum momento a obtenção de insumos para produção de vacinas e aquisição de imunizantes? Como é que o Ministério das Relações Exteriores pode atuar, em parceria com o Ministério da Saúde, para facilitar a chegada desses materiais? A pasta já realizou algum movimento formal para a obtenção de imunizantes que não estão sendo utilizados nos Estados Unidos e que, segundo a empresa, totalizam cerca de 30 milhões de doses de vacina da AstraZeneca?

Qual o nível de dependência estrangeira que o País possui em relação à aquisição de vacinas que integram o Programa Nacional de Imunizações? Em sua opinião, o Brasil possui capacidade técnica operacional para desenvolver vacinas? Isso poderia ser feito para que a gente possa resolver esta questão do Covid ainda este ano?

O Ministério da Saúde irá desenvolver alguma política para restabelecer o parque nacional produtivo de medicamentos, de produtos de saúde? Qual é?

E, Presidente, com relação à Pfizer, qual era o cronograma de entrega proposto pela Pfizer em 2020? Quantas doses teriam sido entregues até o dia de hoje? Por que o Ministério da Saúde não informou, já em 2020, por ocasião do início das tratativas, que a legislação brasileira não permitia a assinatura de contrato proposto pela Pfizer? Por que o Poder Executivo não propôs, já em 2020, alteração na legislação por meio de projeto de lei? A apresentação da proposta só foi feita pelo Senador Rodrigo Pacheco, o que resultou na Lei 14.125, em março de 2021. A recente publicação do contrato da Pfizer na internet, fato que foi veiculado pela imprensa e que viola a cláusula de confiabilidade, pode impedir o seu cumprimento e, assim, haver a perda das doses negociadas? Quem foi o responsável pela divulgação desse contrato?

E, para finalizar, Presidente, quais são as orientações do Ministério da Saúde sobre as condutas terapêuticas relacionadas ao manejo do Covid-19? A pasta continua recomendando o uso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos sem eficácia comprovada contra a doença, como a cloroquina e a ivermectina? Quanto foi gasto na distribuição de tais medicamentos sem comprovação de eficácia?

E, para finalizar, em sua opinião, a pasta empreendeu esforços equivalentes na distribuição de cloroquina e na obtenção de vacina contra o Covid? Em qual projeto o Ministério da Saúde se empenhou mais?

O ministério tem cumprido sua competência legal de prestar apoio técnico aos entes subnacionais, inclusive com o estabelecimento de protocolos de manejo de pacientes infectados pelo novo coronavírus? No contexto da pandemia, o Ministério da Saúde entende que a aquisição de insumos essenciais para os hospitais, como oxigênio e *kits* para intubação, deve se manter sob competência dos entes subnacionais, ainda que o desabastecimento tenha atingido proporção nacional?

E por que o Ministério da Saúde continua relegando a política de testagem em massa da população a um lugar de menor importância? Essa estratégia ainda é aplicável?

E qual é a posição do Ministério da Saúde a respeito da necessidade do distanciamento social e, eventualmente, da adoção de *lockdown*?

Desculpe, Presidente, mas eram muitas perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Sr. Ministro, o senhor tem a palavra para a resposta a quatro Senadores: Senador Wellington, Senador Styvenson, Senadora Eliziane e Senador Izalci. Algumas são coincidentes. O senhor pode responder da melhor maneira possível.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador Confúcio, em primeiro lugar, eu peço desculpa se eu não fui suficientemente claro na minha apresentação, porque muitas dessas perguntas, na minha fala, estão contempladas, mas vamos aqui tentar esclarecer os pontos suscitados pelos Srs. Senadores, que são relevantes.

Em relação à vacinação, em nenhum momento, o ministério reduziu metas de vacinação; o que nós fizemos foi retirar do calendário anteriormente colocado aquelas vacinas que estavam sem a aprovação da Anvisa, porque nós entendemos que deveríamos colocar um calendário com aquilo que já está aprovado pelas instâncias regulatórias, porque ficava mais clara a possibilidade de exequibilidade. Então, havia lá uma previsão de 20 milhões de doses da vacina Covaxin, que não obteve o registro da Anvisa ainda, e nós retiramos, porque fica criando uma falsa expectativa na população brasileira. Se a vacina for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizada pela Anvisa, nós vamos novamente colocá-la no calendário e, por óbvio, a vacinação vai caminhar mais célere. Nós não podemos flexibilizar o marco regulatório da Anvisa, isso é uma questão legal. A Anvisa avalia a segurança e avalia a eficácia das vacinas.

Só para ilustrar, a AstraZeneca, que é uma vacina que tem registro definitivo na Anvisa, por conta de todas essas questões suscitadas na imprensa, que mais desinformam do que informam, as pessoas não querem tomar a vacina AstraZeneca. Há muitos rejeitando a vacina AstraZeneca. Então, é por isso que as informações têm que ser uniformes.

Em relação aos institutos Butantan e Fiocruz – o Senador Wellington Fagundes fez uma consideração –, são essas duas indústrias que sempre produziram vacinas para o Programa Nacional de Imunizações do Brasil. E é por isso, por conta dessas duas indústrias, que o nosso Programa Nacional de Imunizações é considerado uma referência nacional. O Governo Federal alocou recursos, tanto para o Butantan, quanto para a Fiocruz, para a modernização dos parques de produção de vacina e para que esses dois institutos tivessem capacidade de produzir vacinas que fossem capazes de comandar a imunização no Brasil. Ambos têm possibilidade, desde que exista IFA em quantidade suficiente, de produzir até 1 milhão de vacinas por dia.

Qual é a dificuldade? A dificuldade é IFA; nós temos uma dificuldade de IFA no cenário mundial. O IFA que é usado no Butantan e na Fiocruz não é originário da Índia; ele é originário da China. O Brasil tem mantido relações internacionais muito frequentes e expeditas, relações bilaterais – e aqui eu vou falar para os senhores – com os Estados Unidos, com o Reino Unido, com a China e com a Índia, que são relações muito produtivas e que têm surtido efeitos, seja para trazer vacinas, seja para trazer outros insumos, como os do *kit* de intubação. Outras estão em caminho bem avançado, e podemos, em breve, trazer notícias concretas. Eu não vou aqui antecipar, porque são negociações internacionais muito sensíveis e que nós não podemos divulgar antes de essas transações, de essas negociações estarem efetivadas, sob pena de prejuízo para a própria negociação.

Sobre a China, o relacionamento tanto meu quanto do nosso Chanceler Carlos França com o Embaixador Wang Yi é o melhor possível. Isso tem acelerado ou tem trazido o IFA para o Instituto Butantan. Semana passada, nós fizemos uma reunião com o Dr. Dimas Covas, que é o Diretor do Butantan, e com o Embaixador chinês. Essas dificuldades não são diplomáticas. Essas dificuldades são de questões de produção da China, no caso do IFA para a CoronaVac, que é da indústria Sinovac, e também do desembaraço dessas vacinas na China para virem para o Brasil. São questões administrativas; não são questões diplomáticas. Se houve isso no passado, foi absolutamente superado.

Então, do ponto de vista das organizações multilaterais, os senhores têm acompanhado que o relacionamento do Brasil com a Organização Mundial da Saúde é o melhor possível. Inclusive, o Dr. Tedros Adhanon, que é o Presidente da OMS, na sua conta do Twitter, já publicou de maneira reiterada a excelente relação que tem comigo e com o Embaixador Carlos França, que não é comigo nem com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embaixador Carlos França, é com o nosso País, com o Brasil. E estamos caminhando celeremente para ter antecipações de dose, quer dizer, nem se trata de antecipações; na realidade, é para que o Covax Facility cumpra aquilo com que havia se comprometido no passado, e não cumpriu por conta das mesmas dificuldades que o Brasil tem com relação seja a doses prontas de vacinas, seja aos chamados IFAs.

Além da Covaxin, há a questão da Sputinik. O Presidente da República, que é o Chefe de Estado, teve uma reunião de cúpula com o Presidente Vladimir Putin, para tratar, dentre outras agendas, da questão da Sputinik. Então, o que resta hoje é vencer os aspectos regulatórios. Eu não sei qual é o prazo em que a Anvisa vai liberar. Ela tem um prazo legal que parece que é de até sete dias depois que toda a documentação é encaminhada. Mas eu não posso, como Ministro da Saúde, interferir na agenda regulatória da Anvisa, sob pena de estar até infringindo a própria legislação brasileira. Uma vez autorizada pela Anvisa a Sputinik, que foi adquirida pelos Governadores do Consórcio do Norte e Nordeste, elas serão muito bem-vindas para o nosso programa de imunização. E o próprio Brasil tem negociações com o fundo da Gamaleya para a aquisição. Já fez negociação para 10 milhões de doses e isso pode ser ampliado sem nenhum problema desde que exista o aval da Agência de Vigilância Sanitária. Há também negociações com outros fabricantes de vacinas da China que estão sendo encaminhadas e, no momento que houver algo conclusivo, terei muita satisfação de passar para os senhores.

Em relação ao Brasil, à campanha brasileira, o Brasil é o quinto país que mais distribui doses de vacinas. Ficam as pessoas na mídia criticando o tempo inteiro o Programa Nacional de Imunizações, passando uma mensagem desencontrada para a sociedade brasileira, quando nós já somos o quinto país que mais distribui doses de vacinas. É um país continental. Não há que se comparar o Brasil com Israel; absolutamente não há. Não há que se comparar o Brasil com o Chile. Todos os senhores sabem, os senhores representam os seus Estados, que há uma dificuldade logística, por exemplo, para levar vacinas para a nossa população indígena. O Brasil já fez isso com muito sucesso, já tem mais de 56% da população indígena vacinada. Então, há muitos pontos que nós temos que comemorar no nosso Programa Nacional de Imunizações.

Agora, claro, precisa melhorar. Quais são as ações que nós estamos pretendendo executar para melhorar isso? Primeiro, uma melhor comunicação entre Estados e Municípios com a União. Já é boa, através da Tripartite, mas ela precisa ser aperfeiçoada para que nós valorizemos o que é decidido na Tripartite e não fiquemos mudando, em nível de Estado e Município, o nosso programa, para que ele ande melhor.

Foi-me perguntado sobre a lei – acho que pela Senadora Eliziane Gama –, o fura-fila. A minha posição pessoal e também como Ministro é de que o Programa Nacional de Imunizações, contanto que nós tenhamos doses suficientes, tem condição de levar vacinas para toda a população brasileira, com a sua capacidade. Agora, se os Srs. Senadores e os Srs. Deputados entenderem que devem dispor de maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente, através de lei, todos nós temos que cumprir, e o Ministério da Saúde será obediente às deliberações legislativas de V. Exas., sem nenhum problema.

Outra pergunta que me foi feita foi em relação à vacina animal, à utilização dos parques de vacinação animal, o que me foi trazido aqui, logo no início da nossa gestão, pelo Senador Wellington Fagundes. É uma excelente alternativa, Senador. Essa questão está sendo analisada do ponto de vista técnico pela Anvisa e aqui pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (Sctie). Se essas plantas se adequarem, sem dúvida, há uma capacidade de produção de vacinas muito grande, e o Brasil teria a sua necessidade também atendida e, quem sabe, no futuro, depois que vencermos essa pandemia, nós poderíamos ajudar os outros países, cumprindo a tradição de liderança que o Brasil tem na região da América Latina.

A questão da vacina nacional: há três vacinas nacionais mais avançadas. Uma é do grupo de Minas Gerais, outra é de Ribeirão Preto, e uma terceira é da Universidade de São Paulo. É claro que é muito importante o Brasil desenvolver desde o começo a tecnologia. Enfrentam-se essas questões orçamentárias que foram aqui citadas pelos Srs. Senadores. O Ministério da Saúde se associa ao Ministério da Ciência e Tecnologia e discutirá, no momento oportuno, com o Ministro Paulo Guedes, que já se dispôs a tratar sobre essas questões orçamentárias no momento propício. É claro que é muito importante desenvolver a tecnologia nacional.

Em relação aos medicamentos de intubação orotraqueal, eu já fiz menção a eles. Quanto a esses medicamentos, o Ministério da Saúde não tem essa obrigação, pela Tripartite, de aquisição desses insumos. Isso é obrigação de Estados e Municípios. Ocorre que, em função da emergência sanitária e até da concorrência que temos entre o sistema privado e o sistema público, o ministério passou a controlar esses estoques.

Quanto a requisições administrativas, só houve nesse período uma única requisição administrativa – digo isso para que a gente deixe as questões de maneira muito clara –, respeitando contratos que já tinham sido feitos anteriormente.

Outras ações foram tomadas, como, por exemplo, a redução da quarentena biológica pela Anvisa, reduzindo-a de 15 para 7 dias. Aí a gente tem um aporte maior de insumos. Foram autorizados registros de novas marcas farmacêuticas, bem como foi autorizada a importação pela iniciativa privada. Vários entes privados importaram esses insumos para os hospitais. Aqui eu cito a Santa Casa de Minas Gerais, a Unimed de Belo Horizonte e outros. Então, essa questão de buscar os insumos não é atribuição única do ministério. O ministério tem feito isso sobretudo para socorrer os pequenos Municípios do Brasil. Eles até são fragilizados do ponto de vista financeiro para adquirir esses medicamentos, pois subiram os preços no mercado de maneira muito forte. Inclusive, a própria Anvisa aplicou uma multa em relação a esse tipo de prática, de práticas abusivas de preços. Há pessoas que querem se beneficiar financeiramente desse ambiente de tragédia social que vivemos em relação à Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outros pontos também foram suscitados em relação à máscara. Eu gostaria de dizer ao Senador Izalci, que estava na bicicleta – isto é ótimo – fazendo atividade física, que hoje é o Dia de Combate à Hipertensão Arterial, que é um problema muito prevalente. Eu fiz uma ressalva antes: quanto ao uso da máscara em ambientes abertos, ainda há uma controvérsia no meio da classe médica e no meio científico sobre a sua real utilidade. O Ministério da Saúde, ontem, foi noticiado pela imprensa... Eu estava aqui com toda a nossa equipe discutindo um programa para haver regras claras em relação à mobilidade urbana, a transportes públicos, ao distanciamento social. O Ministério da Saúde vai editar um protocolo em relação a essas medidas chamadas medidas não farmacológicas.

Em relação aos testes, hoje a tecnologia evoluiu, e nós temos os chamados testes de antígeno, que têm uma resposta mais rápida e podem ser uma ferramenta muito útil na identificação dos casos, no isolamento desses casos, na quarentena dos contactantes.

Assim, nós estamos trabalhando em relação a essas questões e, em breve, nós colocaremos essas ações.

Há outro ponto em relação às campanhas. O ministério já tem campanhas. Essas campanhas já estão nas mídias. Eu tive uma reunião da qual participou a Senadora Kátia Abreu, e ela cobrou isso, e cobrou com muita razão, em relação ao programa de mídias.

Estou aqui com a nossa assessora de Comunicações. Ela está me passando aqui que a campanha de prevenção e vacinação terá sua veiculação de 30/3 a 06/5 pelos seguintes meios: televisão, rádio, mídia exterior e internet. Na TV aberta – Globo, Record, SBT, Band, Rede TV, TV Brasil –, serão 427 inserções; na TV fechada, 427 inserções; no rádio, 39.633 inserções; na mídia exterior, 5.998.741 inserções; na internet, 35.016.850 impressões. O investimento é de R$23 milhões.

Eu acho, inclusive, que isso aqui deve ser ampliado fortemente, porque a gente ainda não conseguiu convencer a população brasileira em relação aos malefícios dessas aglomerações fúteis – esse é um fator que amplia a circulação do vírus – e do uso das máscaras. Eu acredito que, através de uma campanha educativa, nós vamos conseguir isso. Não será através de algum tipo de instrumento coercitivo. Para mim, não vai resolver.

Fui perguntado acerca dos critérios de distribuição dos medicamentos dos *kits* de intubação. Eu vou pedir o auxílio do nosso Secretário da Sctie, Dr. Hélio Angotti, para que ele faça os esclarecimentos.

Há critérios. Considera-se o momento epidemiológico e se consideram também as solicitações dos Estados e dos Municípios. E tudo isso é acompanhado pelo Conass e Conasems. Essas atas são públicas.

Hélio, por favor.

O SR. HÉLIO ANGOTTI NETO (Para expor.) – Sras. e Srs. Senadores, bom dia! Agradeço a pergunta do Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o Rio Grande do Norte este ano já foram mais de 106 mil unidades.

E os critérios incluem o quê? Avaliação do cenário epidemiológico da Covid-19 em cada Estado; avaliação de quais Estados estão com menos de dois medicamentos por classe terapêutica e cobertura inferior a 15 dias, porque há certa intercambialidade entre esses medicamentos; análise do cenário industrial por medicamento, incluindo produção, estoque, consumo médio mensal e percentual de representatividade da demanda, que é esse consumo médio mensal em relação à oferta; análise dos quantitativos nos distribuidores; análise do risco de desabastecimento de medicamentos, o que envolve também esses critérios de produção, estoque e consumo médio mensal e o percentual dessa demanda pela oferta; e análise do risco de desabastecimento de medicamentos pela indústria, a partir da análise dos dados do Business Intelligence, da Anvisa, do painel digital da Anvisa.

Isso tudo é pactuado em três reuniões semanais. Não se exclui a possibilidade de reunião extraordinária. Os dados são coletados desta forma: trazidos dos Municípios ao Estado e do Estado à União, ao Governo Federal. Há, então, uma reunião que envolve o conselho de secretários estaduais e o conselho de secretários municipais da saúde com as nossas equipes, Dlog, Secretaria de Atenção Especializada, Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência e Tecnologia e várias áreas técnicas envolvidas, de forma simultânea, para qualificar essa discussão. Essa pauta... Assim que temos medicamentos, imediatamente esse medicamento já é colocado em pauta e distribuído rapidamente para o Brasil inteiro, chegando aos Estados e, uma vez nos Estados, há toda uma necessidade de organização, da pactuação em nível bipartite, que a gente chama, envolvendo Estados e Municípios na discussão de priorização para onde vai cada pedaço desses insumos que vão chegando.

A nossa busca é diária, constante, no mercado internacional, por meio de doações ou da requisição administrativa. A requisição administrativa foi feita aproveitando inclusive a diminuição da quarentena para sete dias. Isso permitiu certo estoque. Como já foi muito bem mencionado pelo Ministro, respeitaram-se os contratos previamente feitos. E, como tivemos a redução dessa quarentena, esse pequeno estoque que ficou pronto mais rápido pôde ser requisitado sem comprometer a capacidade de abastecimento. A gente sabe que há um comprometimento da capacidade de abastecimento pelo aumento da demanda, mas essa ação do Governo foi calculada para não impactar negativamente. Inclusive, temos atas assinadas que afirmam claramente que foram respeitados os contratos prévios. E para frente as empresas, as indústrias continuam produzindo. E estamos buscando externamente também para dar apoio. Então, não há retenção alguma de estoque. Tudo que nos chega é imediatamente pactuado com a ciência e a participação ativa das autoridades sanitárias locais e regionais. Todos os Estados estão representados. Então, imediatamente, tudo é distribuído conforme o grau de necessidade e prioridade. Então, é uma medida de suporte. Nós fomos acionados pelos Estados, pelos Municípios, e imediatamente o Ministério da Saúde se posicionou e começou a trabalhar diariamente para tentar fazer o máximo para ajudar todos vocês, representantes dos cidadãos brasileiros, e também ajudar a salvar vidas. Esse tem sido o nosso papel diário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação também – rapidamente, Ministro – ao Complexo Industrial da Saúde, de que o Senador Izalci perguntou, nós estamos acompanhando o projeto de Santa Cruz, que vai ser uma grande expansão da Fiocruz, com capacidade de produção de imunobiológicos. O Ministério da Saúde fez, pela primeira vez na sua história, uma encomenda tecnológica, com a AstraZeneca/Oxford, e isso abre parâmetros para um futuro, para a gente modernizar nosso parque industrial, investir em pesquisas de fronteira. Há todo um monitoramento do horizonte tecnológico, que é feito também diariamente no Dgits, que gere a incorporação tecnológica em saúde. E a revisão do marco regulatório das PDPs prossegue em andamento.

Então, essas seriam algumas informações neste momento.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador Confúcio, conforme o senhor tinha anunciado previamente, eu tenho uma agenda no Palácio do Planalto, já previamente tratada.

Eu pediria aos senhores licença para que eu pudesse ir ao Palácio do Planalto. E deixo aqui o nosso Secretário-Executivo Rodrigo Cruz, que ficará à disposição para os esclarecimentos que couberem. Todas as perguntas que aqui foram feitas o nosso assessor parlamentar anotou, e nós vamos responder para os senhores de maneira detalhada. Eu me coloco à disposição de cada um dos Senadores, pessoalmente ou através do ministério, para que a gente possa esclarecer todas as questões e com isso contribuir para a sociedade brasileira.

Mais uma vez eu peço desculpas por não ficar até o final. Acho que é muito importante esse debate com os senhores. Os senhores têm tido um papel muito importante no Congresso Nacional, seja através da legislação, da produção de leis, seja por audiências como esta, que ajudam a informar bem a sociedade brasileira.

Agradeço muito e coloco-me à disposição para participar em outras reuniões desta Comissão, que é de altíssimo nível.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ministro, muito agradecido a V. Exa.

Nós avisamos previamente todos os Senadores da sua boa vontade em nos atender hoje, dentro do nosso plano de trabalho, e de que o senhor teria esse compromisso. O senhor nos cedeu uma hora, mas a reunião já está com 1 hora e 17 minutos. Agradecemos muito ao senhor por ter colocado a sua equipe toda aí, ao lado, à disposição.

Nós vamos continuar a nossa audiência.

Temos agora a Senadora Zenaide, o Esperidião, a Kátia Abreu, o Senador Randolfe Rodrigues, o Luis Carlos Heinze, para perguntar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a V. Exa. Eu acredito que todos os Senadores não vão reparar, porque nós já avisamos antes, foi um acordo que fizemos com o Ministro Queiroga. Ele me avisou tudo antes.

Então, muito obrigado a V. Exa.

V. Exa. está liberado, pode atender suas audiências.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Um abraço aos Senadores e Senadoras. Nós temos muita honra em fazer este debate com os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu passo agora para quem assume a posição do Ministro, o Dr. Rodrigo Otavio Moreira da Cruz, que é o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, com todo o seu secretariado que está aí continuando.

Então, vamos conceder a palavra à Senadora Zenaide Maia pelo templo de três minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu já me senti contemplada num bocado de coisa. Eu quero fazer só uma pergunta diante do que eu vou dizer, porque essa pergunta é o que todos estão querendo saber.

A falta de vacina ninguém questiona, a falta do *kit* intubação ninguém questiona, a falta de oxigênio em todos os Estados praticamente não é questionada. A falta de um auxílio emergencial de pelo menos R$600, um auxílio digno, a falta de publicidade, como falou minha colega Kátia Abreu, na prevenção da Covid, a falta de estímulo ao financiamento das micro e pequenas empresas que são responsáveis, isso tudo junto dá, quando você bota um sinal de igualdade, fome e muita morte. Além de tudo, há o estímulo à aglomeração, a não uso das máscaras.

A pergunta vem agora: o que o Governo Federal, o Governo brasileiro está esperando para providenciar isso aqui? Porque ele já sabe que leva à morte, à fome, à quebra da economia. Então, a pergunta é esta: o que está esperando para tomar uma conduta dessa? Não financia as micro e pequenas empresas para deixar as pessoas empregadas e não morrerem de fome. Não compra as vacinas em tempo hábil, porque o que falta é vacina mesmo, gente. Não há história de estratégia, de logística, não. Cheguem as vacinas que as pessoas tomam. Como falou meu colega Styvenson Valentim aqui, se o Prefeito da capital, como ele fez, aumentou o grupo como prioridade, as pessoas que completam os 28 dias não têm a Coronavac. E não existe uma autorização de se tomar a de Oxford – a primeira de uma e a segunda de outra –, porque não há estudo ainda mostrando isso. Não paga o auxílio emergencial, estimula a aglomeração, mesmo sabendo que isso é igual a fome, muita morte e desemprego, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que falta para o Governo brasileiro – o Presidente da República, o Ministério da Saúde – resolver isso? Porque isso aí é a questão como um todo. O que a gente está vendo é isto: estão baixando as mortes, mas até quando? Porque já há uma história de uma terceira onda, e a gente continua aí.

Essa história de dizer que é o quinto que mais vacina: nós somos o segundo com maior número de mortes, então a gente ainda tem um patamar de uma média...

Eu queria dizer aos colegas que, quando – Leon Tolstói já dizia isso – eu sinto a dor, eu digo que eu estou vivo, mas, quando eu sinto a dor de todos esses que perderam seus entes queridos, aí eu digo que eu sou um ser humano, porque eu sinto a dor dos outros.

Então, é isso aí: falta vacina, falta *kit* intubação, falta oxigênio, falta estímulo às micro e pequenas empresas, que são responsáveis por mais de 60% dos empregos efetivos. Com isso, o resultado é morte e fome e quebra da economia. Um país doente não se recupera economicamente.

A pergunta é: o que o Governo está esperando, meu amigo Confúcio?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Ministro – que já saiu –, pela forma serena, pela forma objetiva, despretensiosa, humilde e honesta com que tem se relacionado com o Congresso.

É claro que nós estamos vivendo muita dor, mas eu acho que nós temos que reprimir um pouquinho, Senador Confúcio, o complexo de vira-lata que tem acompanhado a sociologia brasileira. Nós temos o SUS, o melhor patrimônio jurídico legislativo que o mundo construiu, e as tentativas de desmoralizar o SUS estão prosperando, inclusive no Parlamento, com projetos de lei que procuram organizar o fura-fila. Então, eu quero cumprimentar o Ministro por ter dado a sua opinião, que é a minha.

E quero fazer duas perguntas. Primeiramente, vamos honrar cronogramas: primeiro definir o que é cronograma. Existe um estudo do Instituto Federal da Bahia do primeiro semestre de 2012 que explica o que é cronograma, eventograma, infograma e funcionograma. O Ministério da Saúde tem se desmoralizado com a divulgação de um cronograma que não nos interessa. O que interessa para o paciente, para o cidadão é agulha no braço ou pelo menos à disposição, se ele não se evadir – que é o que está acontecendo, infelizmente. Então, ao Secretário-Executivo: manda estudar direitinho o que é cronograma e eventograma. Não adianta dizer que produziu 48 milhões de vacinas no mês de abril. Aliás, o cronograma de abril era 48 milhões de vacina, e o Ministro falou hoje em 26 milhões. Tomara que aconteça... Mas 26 milhões o quê? Que partem do ministério, lá do depósito em São Paulo ou no Rio para os Municípios? Isso é muito pouco. O que interessa é o eventograma, ou seja, quando é que eu cidadão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou receber. Isso exige funcionamento do SUS, que é o sistema que integra União, Estados e Municípios – pode ser no interior da Amazônia, daqui a pouco com Pfizer a 70 graus negativos. Eu acho que isso é muito importante.

E, em segundo lugar, uma pergunta só: algum Estado, algum Município comprou uma vacina das anunciadas por Municípios e por Governadores desde dezembro? – "comprou", que eu digo, legalmente vacina credenciada. Chegou alguma ampola em algum Estado ou em algum Município que não tenha sido comprada e paga pelo Governo Federal?

Essa é a minha pergunta, até porque, quando se compara Brasil com Israel, falta dizer uma coisa: Israel recebeu as primeiras vacinas no dia 6 de janeiro – Dia de Reis – e, até o começo de abril, não tinha pagado ainda. Vou repetir: além de os ortodoxos não aceitarem vacina – os ortodoxos judeus, que eu respeito –, o Governo de Israel não tinha pagado a vacina ainda.

Última pergunta: nós já pagamos as nossas? Até para demonstrar que nós não somos o final da fila.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião.

Como titular, Senador Marcos do Val, a quem passo a palavra neste momento.

Senador Marcos do Val, por três minutos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Eu queria perguntar ao Ministro – como ele saiu, vou perguntar à assessoria dele – qual é a programação para os professores e profissionais que trabalham nas escolas? Nós temos alguns Estados que já iniciaram – como o meu Estado do Espírito Santo –, mas a grande parte do Brasil ainda não. Eu queria saber se está na prioridade a vacinação dos professores e profissionais da educação.

Há um projeto que foi aprovado agora, na Câmara dos Deputados – está vindo para o Senado –, tornando as escolas parte fundamental, essencial. Então, a gente precisa dar essa prioridade, dar esse apoio aos professores e funcionários.

Eu queria saber se há alguma posição sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Marcos do Val.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro está sendo representado pelo Subsecretário-Executivo Dr. Rodrigo Otavio Moreira da Cruz e por quase todos os seus secretários nacionais. Então, a nossa Mesa está bem composta e já o senhor terá a resposta.

Passo a palavra para a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente. Não pretendo me alongar tanto como Izalci, que, na verdade, fez perguntas que eu acho que eles nem conseguiram anotar. Vou ser bem objetiva.

Em primeiro lugar, o Ministro disse agora há pouco que o Governo Federal fez investimentos na Fiocruz e no Butantan para a produção de vacinas, e isso sinceramente não aconteceu, ainda não se tornou verdade. O Butantan não recebeu nenhum centavo de investimentos do Governo Federal ou do Ministério da Saúde. Há uma promessa do Profis, que é um programa do Ministério da Saúde, que o Butantan espera desde 2020, no valor de 62 milhões. Então, é bom comunicar ao Ministro que isso não aconteceu, investimentos podem ter sido feitos na Fiocruz, mas, o Butantan, que já produziu 82% das vacinas aplicadas nos brasileiros, ainda não recebeu um centavo sequer. Tenho certeza de que o Ministro, ao saber disso, tomará as providências para esse investimento no Butantan. Não estou falando isso aqui de hipocrisia; de fato, eu estou confiando no Ministro, na sua boa vontade, na sua disposição em atender o Butantan. Não sou "dorista", não estou misturando com candidatura a Presidente da República, absolutamente, nenhum com isso.

No segundo ponto, a Justiça Federal, Secretário-Executivo, do Rio Grande do Sul com mais 24 Estados entraram na Justiça Federal e ganharam uma decisão para que o Governo implemente rapidamente, em poucos dias, o Plano Nacional de Comunicação para enfrentamento da Covid. Eu tenho certeza de que a AGU deverá recorrer para o TRF da 4ª, do Paraná. Eles pedem que comecem de imediato a informar diariamente a situação de risco da pandemia, a orientar a população, enfim, pedir o que eu já venho batendo na tecla há mais ou menos um ano, Sr. Presidente, cobrando as campanhas de vacinação que o Brasil ainda não fez.

E quero lembrar à equipe do Ministro, mais uma vez com zelo e cuidado a ele, que quem responde criminalmente por ações não executadas, por crime de responsabilidade é o CPF dele, não é o do Bolsonaro. Então, que ele possa implementar rapidamente, vocês ajudem a cuidar do Ministro, uma campanha imediata. Não é só por conta da decisão da Justiça. Ainda bem que veio essa decisão para ajudá-lo a tirar esse dinheiro da União para fazer essa propaganda, porque ele poderia ser acusado, no futuro, de omissão e prevaricação ao não fazer a campanha de esclarecimento nacional.

Então, eu gostaria que a sua Secretária de Comunicação enviasse para esta Comissão, e o Presidente nos enviasse, o plano de mídia e o conteúdo dessas aparições, dessas inserções. Eu explico o porquê. Não é nenhuma implicância, mas eu quero lembrar que, no ano passado, Presidente e colegas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, de R$83 milhões investidos na Covid em comunicação – R$83,6 milhões –, R$800 mil apenas foram investidos num vídeo que fala sobre os cuidados com a Covid, e esse vídeo foi distribuído gratuitamente, para ser passado voluntariamente. "Quem quiser passar passe." Agora, gastaram R$83 milhões veiculando ações retomadas da economia, auxílio emergencial, investimento nas micro e pequenas empresas. Desculpa, gente, isso é propaganda para o Governo. Tudo bem, ele tem o direito de fazer, mas mais da metade ou 80% desse recurso deveriam ter sido gastos ano passado falando de máscara, de afastamento físico, de não aglomeração e de lugares arejados. Então, eu gostaria de ver o plano de mídia com conteúdo. Eu espero isso o mais rápido possível, até para que a gente possa ajudar o Ministro.

E, por último, eu estou com uma dúvida que acho que vai interessar a todos os colegas. A Zenaide falou e fez uma descrição perfeita, esqueceu apenas uma coisa, minha colega Zenaide: quebra de patentes, que nós também não somos e não aderimos à quebra de patentes. Então, isso é um ponto gravíssimo. A Índia agora, que é a farmácia do mundo, a maior produtora de vacinas do mundo, está vivendo momentos de terror, como nós vivemos e ainda estamos vivendo. E eu sou solidária verdadeiramente à Índia, mas já recebeu acudimento da Europa, dos Estados Unidos. E o Brasil está em quinto plano para esses países que são nossos parceiros comerciais.

E eu pergunto à equipe do Ministro o seguinte... Eu estou com todo o número de vacinas aqui que foram aplicadas, primeira e segunda dose. Nós já aplicamos 29 milhões de primeiras doses, e a segunda dose nós já aplicamos 12,5 milhões. Isso dá uma diferença de 16 milhões de doses. A minha pergunta é: esses 16 milhões que faltam desse grupo que já tomou serão retirados desses 26 milhões de abril? Porque se isso acontecer, na verdade, em abril, das 26 milhões de doses, nós teremos que tirar 16 milhões para a segunda dose, que vem de janeiro, fevereiro, março e do próprio abril; então, nós teremos, no mês de abril, apenas 9 milhões de doses. É isso mesmo que eu compreendi ou não serão necessários os 17 milhões, agora em abril, para a segunda dose?

Então, esse cronograma precisa ser esclarecido. De cada mês, equipe do Ministro, vocês precisam dizer quanto é vacina de primeira dose e quanto será gasto de vacina de segunda dose. Essa é uma informação preciosa para os veículos de imprensa, para toda a população.

Numa pesquisa feita no Estado de São Paulo, com bairros da periferia de São Paulo e de classes média-alta e alta, verificou-se um número muito maior de vacinados nas classes A, B e C Superior, e um número aplicado menor nos mais pobres. E quero ressaltar que não foi uma escolha nem uma perseguição aos mais pobres. Não foi isso. A pesquisa demonstra que foi falta de informação àquelas pessoas mais pobres, que não têm internet em casa, que não acessam computador, às pessoas de idade e aos mais velhos, que trabalham fora o dia todo. Por falta de informação, essas pessoas não sabem o dia, não sabem a hora e não sabem onde tomar a vacina. Muitos moram nos morros e não têm facilidade de locomoção para chegar até os postos de saúde. Então, nós precisamos reverter isso, porque a pobreza está sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menosprezada, marginalizada na vacina, não pela falta dela, repito, mas pela falta de cuidado com essas pessoas. Eu sei que isso é responsabilidade das prefeituras, dos governos, mas a falta de comunicação, que deve ser do Governo Federal, ainda coloca um risco muito maior na ausência dessas pessoas.

Eu falei de comunicação da Justiça Federal, da decisão, eu falei da segunda dose, que eu gostaria de saber o que que vai sobrar para o mês de abril.

Estou satisfeita com a resposta do Ministro contra o projeto de lei do fura-fila, porque isso é o fim da picada, é a marginalização dos pobres, isso é inadmissível, é vergonhoso para o Senado Federal aprovar uma matéria dessa, que marginaliza os mais pobres.

E eu gostaria que essas empresas dessem o endereço para nós de onde eles vão comprar essas vacinas com tanta categoria, porque nós podemos ir atrás e comprar, certo? Se eles quiserem doar o dinheiro para o plano nacional de vacinas ou comprar para nós e doar para o plano nacional, são bem-vindos, seria uma grande atitude dessas empresas.

Então, pessoal, essas são as minhas questões.

Aliás, por último, tenho uma pergunta sobre a quebra de patentes. Nós ainda vamos insistir em não quebrar patentes depois que um grande fornecedor, a Índia, está na situação em que está hoje, com dificuldades terríveis? Quanto à ajuda dos Estados Unidos e da Europa, vocês podem escrever o seguinte. Relativamente às vacinas estocadas nos Estados Unidos e na Europa – aquelas pelas quais nós estamos suplicando, implorando aos Estados Unidos e à Europa e eles nunca quiseram dar uma dose ao Brasil –, vocês podem ter certeza: a nossa esperança diminui ainda mais, porque essas doses deverão ir para a Índia, para acudir a Índia.

Eu não quero vestir um santo e desvestir outro, apenas o meu sentimento não é de cachorro vira-lata. Não, é de quem está prestando atenção à geopolítica, à análise geopolítica do mundo e vendo que o Brasil está totalmente isolado. Isso não deixa de me magoar e evoca a sensação de muita inferioridade. O Brasil não é um governo; o Brasil são 200 milhões de brasileiros, instituições fortíssimas, um empresariado fabuloso, e esse Brasil vai continuar depois da pandemia. E os Estados Unidos e a Europa não podem nos menosprezar, não podem nos tratar dessa forma em função de um governo que fez uma comunicação equivocada com esses países e esses blocos. O Brasil não merece isso. Nós sofreremos muito, nós teremos muitas perdas, mas, lá na frente, nós sairemos muito mais fortes e nós saberemos quem foram aqueles que tiveram solidariedade com o Brasil nessa hora tão difícil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Kátia, por seu permanente entusiasmo, veemência e coerência na fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, o ministério já nos encaminhou, está no grupo nosso, o portfólio da campanha. Agora a senhora está pedindo o plano detalhado de mídia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu peço à área de comunicação que o repasse para a nossa Comissão, para que a gente possa atender a Senadora e a todos os Senadores interessados, assim como à população brasileira de modo geral.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Isso, Senador. É isso aí. Nós precisamos saber quantas são as inserções de rádio, de TV e nas mídias, em que lugares e se atingiu o País inteiro. É um detalhismo fundamental para nós.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

Vamos em frente: Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues.

Vamos fazer um bloco maior e, depois, o ministério, por meio do Dr. Rodrigo e de sua equipe, vai responder.

O Senador Randolfe está na nossa sala?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente.

Meus cumprimentos ao Ministro Marcelo Queiroga, que já teve que se deslocar para outro compromisso. Então, cumprimento o seu substituto, meu caríssimo Dr. Rodrigo Otávio, Secretário-Executivo desse ministério, e toda sua equipe, toda a equipe do Ministro Marcelo Queiroga está presente.

Dr. Rodrigo, antes das questões mais gerais, me permita apresentar uma questão específica do meu Estado. Em números de hoje, segundo o nosso vacinômetro – se o senhor puder buscar isso –, segundo todos os dados, segundo o balanço do acompanhamento da distribuição de vacinas no Brasil, segundo o acompanhamento do próprio Ministério da Saúde e o consórcio das empresas de comunicação, seja qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for a fonte, o Amapá é o último colocado, é o Estado que menos doses está aplicando. E, neste último sábado, as cenas na capital do meu Estado, em Macapá, Dr. Rodrigo, foram desesperadoras. E por que foram desesperadoras? Só em Macapá, o principal centro populacional do Estado, onde está 58% da população do Estado, foram recebidas 3.782 doses para a segunda dose. Ocorre que há uma demanda de idosos entre 65 e 69 anos, segundo dados da Secretaria de Saúde do Município de Macapá, que foi apresentada para o Ministério da Saúde e para o Governo do Estado do Amapá, de 8.913. Por óbvio, a conta não teve como bater: chegaram 3.782 doses para possibilitar a segunda dose de 8.913 idosos entre 65 e 69 anos que deveriam tomar a segunda dose. Eu digo e repito: as cenas em Macapá, no último sábado, foram de caos completo.

E, agora, isso aprofunda a nossa preocupação diante do que foi dito aqui anteriormente pelo ministro. O ministro disse que esta semana não teremos o fornecimento de doses da CoronaVac pelo Butantan. E essas 8 mil doses para esses idosos eram da segunda dose, ou seja, já estarão atrasadas e, não chegando nesta semana, atrasarão mais. A pergunta óbvia é: qual vai ser a orientação? Ao que me parece, todo o trabalho da primeira dose, devido à recomendação do Instituto Butantan e do próprio Ministério da Saúde sobre o intervalo de vacina da primeira para a segunda dose, ficará nulo, ficará prejudicada a imunização desses idosos se, por óbvio, o prazo de 15 a 30 dias para a imunização com a segunda dose não se concretizar. Então, é urgente, e eu peço, rogo ao senhor por uma resposta e um encaminhamento sobre as circunstâncias, porque nós estamos, em números de hoje, com pelo menos 4 ou 5 mil idosos na capital do meu Estado que podem ter a imunização da primeira dose anulada, por não estar chegando a tempo a imunização da segunda dose.

Complemento, Dr. Rodrigo, perguntando-lhe o seguinte: nesta quinta-feira, está prevista a chegada da Pfizer. É importante destacar, Dr. Rodrigo – e eu acho que o senhor há de convir com isto –, o papel deste Senado para este evento de quinta-feira: a chegada do primeiro milhão de doses da Pfizer. É uma pena também estar chegando, ao mesmo tempo, somente nesta quinta-feira, porque é fundamental lembrar que a primeira oferta da Pfizer ao Governo brasileiro foi em agosto do ano passado.

Isto é importante, e eu faço questão de registrar, porque tudo que ocorrerá agora, Senador Confúcio, serve principalmente para o registro da história: o esforço que nós fizemos, em especial todas as Sras. e os Srs. Senadores, para contatar os laboratórios da Pfizer e da Janssen em janeiro deste ano e a resistência que opôs o Governo Federal, em especial a gestão que o antecedeu, Dr. Rodrigo, do Ministro Pazuello, em aceitar a vacina da Pfizer. Eu quero aqui registrar para a história que, em fevereiro deste ano, eu e o Senador Rodrigo Pacheco fizemos, na manhã do 21 de fevereiro, uma reunião com os vice-presidentes para a América Latina da Pfizer e da Janssen. Em seguida a essa reunião com os vice-presidentes, foi necessário que o Presidente Rodrigo Pacheco se deslocasse até o Ministro Pazuello; foi necessário que nós nos reuníssemos à noite com a equipe do Ministério da Saúde para, naquele momento, convencê-los da necessidade de aprovarmos o que hoje é a Lei 14.123, que estabelece a responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

civil para efeitos adversos sobre vacinas. Também, por outro lado, é uma pena ter sido preciso uma lei para chegarmos, nesta quinta-feira, a termos o primeiro milhão de doses da Pfizer.

Faço essa consideração, Sr. Ministro, porque chegará um milhão de doses e quero reiterar um questionamento. Por informação que recebi também da Secretaria de Vigilância Epidemiológica e do Governo do meu Estado, o meu Estado tem condições de refrigeração para receber doses da vacina da Pfizer. Eu pergunto a V. Exa.: como será a distribuição deste primeiro milhão de doses dos imunizantes? Todos os Estados que têm condições, como é o caso do meu, segundo informações do Governo do Estado, terão acesso a esses imunizantes para fazer a distribuição deles para a sua população?

Rogo ao senhor, por fim, que estabeleçamos um critério equânime para que esses Estados, como é o caso do meu, que estão atrasados na imunização por conta dessas circunstâncias possam ter as doses necessárias para completar a imunização da segunda dose e, no caso do meu Estado, que possa também, já que tem as condições, receber o imunizante da Pfizer.

Para concluir, Presidente, só um detalhe. Acho que não vem ao caso, porque eu acho que vai ter de tocar a esta Comissão... Há outra comissão que vai ser instalada, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito, para tocar o que ocorreu até agora. Nesta Comissão, especialmente com a equipe do Dr. Rodrigo, com a equipe do Ministro Marcelo, nós temos que tocar daqui para frente, mas é importante que se faça um registro. Nós somos o segundo em mortes no planeta; somos o quinto em números absolutos, mas atrás do Reino Unido, que tem uma população menor do que a nossa – é importante que se diga isto: atrás do Reino Unido. E o que importa é a população vacinada, é isso que importa. Eu acho que traz pouco efeito nós vacinarmos 30 milhões de brasileiros se isso corresponde a 8%, 9%, 10%, 15% da população. Só haverá efeito – e eu acho que nós vamos partir à frente – quando dispararmos entre aqueles que mais estão vacinando proporcionalmente. E, lamentavelmente, nessa escala, em números de hoje, nós somos o 59º do planeta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Eu tenho mais dois inscritos: a Senadora Soraya e o Senador Flávio Arns. Eu espero que o Dr. Rodrigo e equipe anotem os nomes dos Senadores e as perguntas.

Eu vou passar a palavra agora para a Senadora Soraya Thronicke.

Senadora Soraya. (*Pausa.*)

Ela está lá, mas ao telefone.

Senadora Soraya. (*Pausa.*)

Ela está na tela, mas está em outro assunto. Acho que está conversando com alguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Soraya...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora Soraya...

Eu vou passar à frente.

Senadora Soraya, está me ouvindo? Está ouvindo, Senadora? Senadora Soraya... (*Pausa.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, sim, agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Desculpe, eu estava... O Senador Nelsinho acabou de pedir desculpas, porque nós estamos numa reunião da bancada federal com o Governador tratando dessas questões, tratando de pandemia. Então, eu fiquei um tanto quanto fora, mas agradeço a disponibilidade de me dar a palavra, Presidente, eu, que não sou membro.

Estou hoje voltando... Deixe só eu me desconectar da outra reunião.

Pronto!

Eu volto hoje, reinaugurando aqui, pois estou praticamente de alta do Covid.

Eu quero ser breve, mas, em relação a isso, eu estava bastante feliz de ter conseguido não ter pego esse terrível vírus até agora, mas foi importante no sentido de entender melhor o que passa uma pessoa. É lógico que não fiquei em estado grave, nem gravíssimo. Tive cerca de 10% a 15% do meu pulmão comprometidos, mas isso já foi o suficiente para sentir na pele o que esse vírus pode fazer. O meu marido ficou praticamente assintomático. Então, eu tive essas duas experiências. E estou com mais dois assessores do meu gabinete com Covid. Então, de um certo ponto de vista, pude entrar mais profundamente nessa história. Fui tratada pelo Dr. Fabrício da Silva e pela Dra. Ludhmila.

Eu gostaria de recordar aqui – foi na minha primeira semana de Covid – que o Dr. Fabrício esteve numa reunião desta – ele me contou – trazendo protocolos. Isso foi há cerca de duas semanas, em uma reunião remota, quando ele trouxe uma cartilha de como proceder com pacientes graves e gravíssimos. Infelizmente, o nosso Ministro já não está mais aqui, mas eu tenho certeza de que o Secretário-Executivo Rodrigo Otavio do ministério vai levar até ele este pleito. E essa foi uma das primeiras questões que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abordou o Ministro, assim que ele começou a reunião. A questão é a seguinte: nós temos pressa! Já existe uma cartilha de como lidar com pacientes que estão em estado grave e gravíssimo. Estamos perdendo – e isto são dados, são fatos – pessoas, porque os nossos médicos não estão preparados para tanta intubação e para tantos pacientes graves. Errar é um direito de todo ser humano; o que nós não podemos é persistir no erro; o que nós não podemos é atrasar ainda mais. São vidas! Então, eu gostaria de saber, dentro do cronograma do Ministério da Saúde, o que é que está sendo para que isso aconteça da forma mais rápida possível.

Uma das hipóteses é ter um canal direto 24 horas para os médicos telefonarem para o Ministério da Saúde e perguntarem o que fazer com aquele paciente naquele exato momento – ou por vídeo... Enfim, nós temos tecnologia para fazer o que for necessário e o que é a nossa obrigação, mas é importante, Secretário, que tenhamos agilidade nesse tipo de coisas, porque estamos perdendo vidas por minuto! E é insustentável isso! Sabemos que temos médicos que não têm essa condição, mas, se temos toda forma de ensinar e de estar de prontidão...

Quando a gente abre o *site* do Ministério da Saúde, as informações são parcas. Eu venho dizendo isso desde o ano passado. Eu disse ao Ministro Teich, no primeiro dia dele, na primeira reunião que nós tivemos, que, quando eu fui pesquisar as doenças de notificação compulsória para poder fazer um paralelo entre o que seria uma gripe, o que seria um H1N1, o que seria uma dengue e o que tínhamos já perdido de vidas em relação ao Covid, eu não encontrei informação. Se nós não temos informação de notificação compulsória concentrada dentro do Ministério da Saúde, isso é algo grave! É algo grave, pois eu não entendo como que, em um ministério do tamanho do nosso, que diz que tem o maior programa de vacinação e tudo, nós não temos informações! Nós não temos um cadastro único de exames, precisa-se refazer exame. Há muita coisa cuja resposta nós não conseguimos dar para a sociedade brasileira, principalmente sobre como nós iremos fazer projetos de política pública se não temos números – e aí eu entro na história do Censo.

Então, um pedido que eu faço agora é para que esse ministério tenha – para que a gente consiga fazer alguma coisa em relação pelo menos à parte de saúde deste País – um mínimo norte, porque não há como ter norte se você não tem números; é uma coisa que leva a outra.

Eu, sinceramente, Secretário, não sei como o Brasil chegou aonde chegou. É porque nós somos muito ricos; é porque nós aguentamos muito desaforo; é porque nós somos muito fortes; é porque nós temos uma população... Principalmente, eu acho que Deus é brasileiro. Porque não é possível tanta incompetência, tanta incompetência! É muito triste, é muito triste nós não termos isso! E essas questões podem ser tratadas, paralelamente, o tempo inteiro enquanto a gente trata do Covid, porque é uma obrigação. Quando nós chegamos a um ponto de precisar ter um consórcio de imprensa nos dando a informação, eu fico realmente preocupada, porque nós não temos norte de como está sendo feito tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vou mudar de assunto, porque é tanta coisa que eu não quero ser repetitiva.

Ontem, Secretário, eu assisti a uma entrevista da cientista Natalia Pasternak e – eu quero saber – ela tratou dos estudos de evidência em relação a esses fármacos aí, cloroquina, esses fármacos que estão em grande evidência. Ela disse – eu gostaria de saber isto da boca do Ministro – que temos vários níveis de estudo de evidência, uns mais apurados, outros menos. E ela disse, na entrevista, que o Ministro escolheu o de menor evidência. Eu gostaria de saber do Ministro – do Ministro! – qual foi o estudo, por que ele escolheu o estudo que tem a menor evidência possível do uso de cloroquina, e não o melhor estudo ou o mais altamente considerado dentro da ciência.

Outra questão, a campanha. Como está a campanha de vacinação? Quais os termos utilizados para fazer com que os brasileiros façam adesão efetiva à campanha de vacinação?

Primeiro, nomes tão complicados, como distanciamento, isolamento social são questões... Porque nós temos que juntar uma equipe de comunicação eficiente, para falar com os brasileiros nos termos corretos. Quando você fala em isolamento social, você traz um lado pejorativo; isso pegou mal. Temos que ter um distanciamento físico, um respeito, mas cuidar dessas palavras que chegam ao ouvido dos brasileiros e tomam um rumo diferente, que faz com que os brasileiros não compreendam o que a ciência quer, porque, para começar também, nós não temos um protocolo único do próprio ministério. Então, eu quero saber, dentro dessa campanha, como está sendo feito isso, qual é a pressa disso, porque nós estamos, já há um mês, aguardando o Ministro Queiroga tomar corpo, tomar pé da situação. Não chegamos cobrando, nem nada, mas nós já temos um tempo para saber como é que estão caminhando certas questões que não passaram ainda de projetos, porque nós não vemos nada de concreto.

Só um parêntese: quero até mesmo elogiar a nova administração desse ministério, porque parece que trouxe um pouco mais de tranquilidade e acalento para a população brasileira, diminuiu aquela angústia justamente porque temos um médico na pasta, alguém que entende da pasta. No mínimo, no mínimo, teria que ser uma pessoa que tem realmente *expertise* em logística, pelo menos, e em administração hospitalar. Eu conheço administradores hospitalares que são fenômenos, não necessariamente médicos que são bons administradores hospitalares. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Dedicar-se à gestão é uma coisa, dedicar-se à ciência é outra coisa. O que nós precisamos é de uma equipe que tenha essa dupla integração.

E aí eu quero saber também da iniciativa privada: por que foi que a iniciativa privada teve que se envolver e desembolsar, já que temos uma certa resistência com o investimento da iniciativa privada, por que ela investiu em *kits* de intubação? Por que o Governo Federal não pagou esses *kits* de intubação? Por que o Governo Federal não foi atrás desses fármacos que aliviam essa questão? Isso me preocupou. Por que tiveram que ser da iniciativa privada, e a vacina não? Qual é a diferença? E como vão esses *labels* que vieram todos escritos em mandarim? Como está sendo tudo isso? Como os médicos estão tendo, do Ministério da Saúde, uma orientação rápida e necessária para que a gente consiga salvar vidas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu estive duas vezes com o Ministério da Saúde nas gestões anteriores. E o nosso trabalho, como aqui a própria Senadora Kátia Abreu faz de forma exemplar, o que nós temos que fazer quando a gente descobre tecnologias novas? O que temos que fazer é trazer para o Brasil; independentemente de qualquer coisa, independentemente da forma como possam até nos interpretar, o que nós temos que fazer é ajudar a trazer tecnologias.

E eu trouxe uma informação de uma seringa dos Estados Unidos – ela é única, não tem competidores no mercado – que consegue economizar mais de 20% do líquido que nós compramos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Deixem-na concluir.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Um dos que compraram foi o Peru, além de países que estão muito abaixo da nossa capacidade de aquisição, justamente porque fizeram essa conta.

No meio de uma reunião, eu perguntei a quem estava me atendendo na reunião no Ministério da Saúde, eu disse o seguinte: eu quero saber quanto o Ministério da Saúde está pagando por cada seringa dessa que causa acidentes. A outra é autorretrátil, é índice zero de acidente hospitalar – e eu sou advogada, sei bem o que é um acidente desses, como é um enfermeiro pegar uma hepatite C, coisas desse nível, em que a gente não precisa adentrar. Mas o que eu ouvi – eu que sou obrigatoriamente fiscal? "Ah, Senadora, nós não podemos... Isso é segredo." Eu ouvi que ele não pode falar quanto estão pagando. Ouvi calada, porque eu não gostei da interpretação que quiseram dar ao meu interesse, e fiquei extremamente chateada. Estou colocando isso agora porque desejo que não aconteça mais, que nós sejamos... Porque o Ministro Queiroga, agora há pouco, no início da sua fala, disse que algumas questões de contratos não podem ser colocadas aqui. Ótimo. Mas nós – cada Senador por si – temos o direito de saber todas as questões, temos uma obrigação de fiscalizar.

Eu quero dizer o seguinte: eu sou governista, fui eleita com o Presidente Jair Bolsonaro. O que eu estou...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora Soraya, desculpe o corte da sua fala. Isso não depende de mim – quem controla o tempo é o Senado, eu estou distante –, mas o Dr. Rodrigo Otavio Moreira da Cruz deve ter anotado tudo que a senhora abordou. A gente agradece muito.

Sobre o que a senhora abordou agora, sobre protocolos disciplinados, treinamento, veio um intensivista daqui, de Brasília, numa audiência pública, o Dr. Fabrício Silva, que deixou uma proposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessante. Ele é médico de campo, é médico de frente de serviço de terapia intensiva. Nós vamos repassar ao ministério para conhecimento e análise em suas discussões sobre protocolos, com a iniciativa do Dr. Fabrício Silva, que esteve conosco.

E o Senador Izalci Lucas pediu que a assessoria parlamentar do ministério... Nós já colocamos à disposição da assessoria as perguntas dele, para posterior resposta do Ministro. Ele vai aguardar porque fez bastantes perguntas e não se sentiu satisfeito com as respostas.

Vamos dar andamento à nossa audiência pública, que está muito boa!

Eu não sei se o Heinze está aqui... Ele estava no avião, não é, o Heinze?

Muito bem! Então, para fechar o bloco, eu passo a palavra para o Senador paranaense Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Agradeço ao Senador Confúcio Moura. Quero parabenizá-lo, em primeiro lugar, pelo trabalho, cumprimentar os Senadores e as Senadoras, também todos e todas do Ministério da Saúde e dizer que estamos com muita esperança no trabalho do Ministro, da equipe técnica também, e parabenizá-los pelo trabalho, que a gente sabe que é um desafio imenso.

Eu tenho duas questões a serem levantadas. Numa outra ocasião em que o Ministro da Saúde já esteve nesta Comissão, eu indaguei dele sobre a vacinação das pessoas com deficiência e com doenças raras, que, no meu ponto de vista, estariam incluídas nesse terceiro grupo de comorbidades, porque a nossa preocupação são pessoas com deficiência que têm comorbidades associadas: epilepsia, problemas genéticos, pulmão afetado, paraplegia, tetraplegia – porque a gente pode dizer, de antemão, que isso afeta diversos órgãos do organismo –, pessoas com síndrome de Down, pessoas com autismo muitas vezes... Só em Brasília, há uma fila de 200 pessoas com autismo, adultas, com problemas associados, e muitas vezes bastante sérios, ou doenças raras – fizemos, inclusive, uma reunião, outro dia, com o pessoal da ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica) – e as pessoas também com traqueostomia, porque, se tiverem Covid, a possibilidade de irem a óbito é bastante grande.

Aí o Ministro pediu que fizéssemos uma reunião. Ele concordou. Eu tenho um respeito muito grande pelo Ministro. Fizemos uma reunião de uma hora com o Dr. Arnaldo, que também é do ministério, com a participação do Ministério da Damares e também com a participação do gabinete da Michelle Bolsonaro. Qual seria o objetivo? É para que o Ministério da Saúde, nessa questão de comorbidades, não fique falando só de diabetes e de pressão alta, porque há pessoas com deficiência – uso essa terminologia – e com doenças raras que precisam da vacina, já que a possibilidade de irem a óbito, como ocorre também com o pessoal que tem diabetes e pressão alta, é lógico, é muito maior. Isso ocorreu há três semanas, mais ou menos. O Dr. Arnaldo, junto com a Comunicação do Ministério da Saúde, ia levar essa mensagem para o Brasil, para tranquilizar, para dar segurança para as famílias e para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as pessoas, mas, até agora, isso não aconteceu. Até perguntamos para o gabinete da Primeira-Dama se eles ou a Damares receberam alguma resposta, mas também não.

Então, essa é a primeira pergunta, para dizer: "Olhem, vamos tranquilizar, dar segurança, dizer que eles estão juntos nesse terceiro grupo". Não são todas as pessoas com deficiência – a gente entende –, mas há muitas pessoas com deficiência que precisam tomar a vacina.

Faço a segunda pergunta.

Nós os três Senadores do Paraná, Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães e eu, assinamos um ofício para o Ministério da Saúde reforçando o pleito do Município de Curitiba, que já tinha enviado toda uma documentação para o ministério através da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretária Márcia Huçulak, mostrando que os números de Curitiba e os números de que o ministério dispõe em relação a Curitiba não coincidem. Quanto a idosos em instituições de longa permanência, os números não são iguais, bem como quanto aos profissionais de saúde e aos grupos etários.

Então, eu pediria a gentileza, Secretário Rodrigo, Ministro Queiroga e equipe, de darem uma olhada também no ofício da Prefeitura de Curitiba e no reforço que nós, os três Senadores, fizemos a esse ofício, para que haja uma avaliação disso. Isso ocorreu há algum tempo, há três semanas. Eu acho que essas respostas, nesta hora, poderiam vir mais rapidamente.

Agradeço.

São essas as duas perguntas.

A gente está também solidário com tudo que puder ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns, pela sua participação.

Agora devolvo a palavra ao Dr. Rodrigo Otavio Moreira da Cruz, Secretário-Executivo do Ministério, e à sua equipe, assessores e secretários, para darem as respostas a esse bloco, que foi um pouco maior. Com isso, a gente fecha o bloco de Senadores, ficando apenas algumas perguntas dos internautas, que ainda vou selecionar.

Com a palavra o Dr. Rodrigo Otavio.

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ – Boa tarde!

Os senhores me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Boa tarde, Senadores! É um prazer estar aqui com os senhores.

Começando pelas considerações da Senadora Zenaide, sobre vacina e o que o Governo tem feito, publicamos, como o Ministro colocou, o novo cronograma previsto de distribuição. Acho que é importante mencionar isso. Houve um questionamento do Senador Esperidião Amin. Então, o que está prevista ali é a data em que a vacina chega ao Estado. E a gente consegue acompanhar. Enfim, se os senhores entrarem no *site* no Ministério da Saúde, vão ver que existe um comprovante que é colocado lá do recebimento de todas as doses pelo Estado. Então, esse cronograma reflete a data em que o Ministério da Saúde distribuiu as doses ao Estado. A gente sabe que a distribuição no Estado até os Municípios, a depender da realidade de cada Estado, tem um tempo médio de distribuição. Nós já explicamos um pouquinho dessa diferença que há entre os valores apresentados de distribuição de doses e efetivamente de doses aplicadas. Então, por óbvio existe esse tempo que leva a logística estadual. A gente sabe que existem diversas características de cada Estado, e esse tempo médio é diferente. Já explicando um pouquinho é isso. É um cronograma, é uma expectativa de recebimento dessas doses nos centros de distribuição estaduais.

O que a gente tem feito? Publicamos esse novo cronograma, retiramos aquelas vacinas do nosso cronograma que não tinham ainda a aprovação por parte da agência sanitária, da Anvisa. Basicamente, Bharat Biotech e Gamaleya saíram do cronograma. Estão aqui ainda constando do total. São contratos que estão celebrados, mas o pagamento deles é condicionado à aprovação pela Anvisa. Por que se decidiu fazer isso? Para acelerar um pouco a burocracia. Uma vez a Anvisa aprovando essas vacinas, a gente contratualmente já estaria apto a fazer o pagamento e a receber essas doses. De toda forma, a gente acabou colocando um cronograma que eu vou chamar aqui de um pouco mais realista, mas, de fato, retiramos e, com os laboratórios, conversamos para ter uma ideia de expectativa de recebimento de novas doses.

E colocamos também quais são todos os eventos que podem impactar no efetivo cumprimento desse cronograma, o que é importante mencionar. Então, existe a possibilidade de o IFA atrasar e, então, a gente não receber o IFA. Acho que isso é extremamente importante. Isso aconteceu com algumas doses para este mês do laboratório Butantan, que não recebeu o IFA conforme o cronograma esperado. Uma vez esse IFA no País, é feita uma análise de qualidade do IFA. Eventualmente algum lote pode ou não ser rejeitado em função desse processo de análise de qualidade. Isso vai para a nossa planta e, quando chega à planta, há todo o processo de fabricação da vacina. Então, acho que todas as questões operacionais e logísticas de produção de vacina podem influenciar eventualmente no atraso desse cronograma. E, uma vez a vacina pronta, ela vai passar por uma análise de qualidade. E, quando passa por essa análise de qualidade, eventualmente algum lote pode também ser rejeitado. Então, estão listados no nosso cronograma todos os possíveis eventos que podem impactar no atraso ou no não cumprimento do nosso cronograma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos trabalhando firmemente para tentar antecipar, sempre que possível, o recebimento dessas doses. É importante dizer que a gente está semanalmente com todos os laboratórios. Com aqueles que já estão com o registro, quer seja inicial, quer seja registro definitivo pela Anvisa, semanalmente estamos com eles. Toda as terças-feiras estamos com a Fiocruz e com o Butantan, onde a gente discute a expectativa de entrega semanal e eventuais atrasos que possam ocorrer.

Às segundas-feiras estamos com a Pfizer, discutindo não só as questões operacionais que têm que ser vencidas para o recebimento dessas primeiras doses que chegam agora no dia 29, 1 milhão de doses, em Viracopos. Estamos também com a Janssen, para vencer todas as questões operacionais, e também, com os dois laboratórios americanos, conversando sobre a possibilidade de aquisição adicional de doses, seja num processo de planejamento para 2022, seja para tentar adquirir mais doses ainda no primeiro semestre. É importante dizer que esse movimento a gente faz toda semana com esses laboratórios, além de outras questões com a Diplomacia brasileira também.

Então, sobre vacina é isso que a gente tem feito.

Sobre intubação – acho que foi um outro ponto que a Senadora Zenaide colocou – a gente tem basicamente hoje três grandes frentes em ação. A gente tem a execução de um registro de preços que foi feito em 2020, e é importante mencionar que o ministério registrou preço de menor valor sobre esses medicamentos. Estados, Municípios, enfim, também poderiam adquirir essas doses, mas o Ministro já determinou, e a gente está executando todo esse saldo. Então, a gente tem algum cronograma previsto para a entrega desses medicamentos. A gente tem a publicação de um pregão, sem registro de preços, para aquisição imediata desses medicamentos também, e isso está em andamento. E temos também algumas iniciativas de algumas empresas e países que doaram ao País, ao Brasil, alguns desses medicamentos. Então, só para os senhores terem uma ideia, a expectativa é de, nas duas próximas semanas, recebermos algo próximo de 1,5 milhão desses medicamentos, conforme a previsão aqui da nossa equipe técnica.

Temos também a iniciativa de aquisição via Opas, o braço da OMS aqui no Brasil. Então, via Opas, a gente também tem uma estratégia em andamento com eles, já com ordem de compras emitida, para trazer esses medicamentos para o Brasil.

Acho que o Ministro já explicou aqui, juntamente com o Secretário Hélio, como se dá a distribuição, quais são os critérios e qual é o fluxo seguido para a gente chegar à distribuição desses medicamentos.

Senadora, com relação às considerações e ponderações sobre o Programa de Manutenção do Emprego e da Renda, a gente já anotou todas as perguntas e vamos direcioná-las prontamente ao Ministério da Economia para que encaminhe as suas considerações à Comissão, para que V. Exas. as avaliem aí na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos questionamentos do Senador Esperidião Amin: eu já falei um pouquinho sobre o cronograma de vacinação, e é importante reforçar que o que está posto lá é a expectativa de entrega aos Estados, e por isso existe certa divergência. Vamos atualizar o nosso *site* para colocar essas explicações. O que há lá hoje distribuído, os 57 milhões que aparecem, são dados de entrega aos Estados, e a gente sabe que existe um tempo para que os Estados entreguem de fato ao Município. A gente sabe que o que interessa, no fim do dia, não é quando a dose chega ao Estado; o que interessa, no fim do dia, é quando o cidadão foi imunizado, mas o que a gente controla aqui e consegue divulgar de forma rápida é isso. De toda forma, a sugestão é extremamente importante e será levada em consideração para a atualização das informações na página do ministério.

Pergunta-se se algum Município comprou a vacina. A notícia que a gente tem é que todas as doses até hoje distribuídas foram adquiridas pelo Governo Federal. Não sei se o Secretário Arnaldo tem alguma informação diferente, mas a informação que eu tenho é que todas as vacinas foram adquiridas pelo Governo Federal.

Com relação ao pagamento, existem alguns contratos que estão abarcados aí pela 14.124 que permitem o pagamento antecipado. Então, para alguns contratos que têm essa previsão, esse desembolso foi feito. E, para os contratos que estão em andamento, esses desembolsos serão feitos conforme a previsão contratual.

Existe a medida provisória de R$20 bilhões. Eu acho que isso tudo já foi empenhado, salvo engano – a gente passa esse detalhamento depois para os senhores –, mas a execução desses R$20 bilhões vai acontecendo conforme o cronograma e o contrato preveem.

Sobre a consideração do Senador Marcos do Val, vacinação de profissionais de educação, é importante mencionar que eles estão priorizados, estão no nosso grupo prioritário, que compõe 77 milhões de brasileiros. Então, há uma ordem de chegada; ainda não chegou a ordem de priorização deles.

Com relação à importância de se seguir o PNI, eu vou pedir para o Secretário Arnaldo e eventualmente a Francieli, a Coordenadora-Geral do PNI, para fazerem um comentário acerca desse sentido, da importância de se seguir o PNI, e de qual eventualmente a expectativa de chegar a esses profissionais de vacinação.

Antes de passar para o Secretário Arnaldo, eu só queria esclarecer um ponto que o Ministro falou que eu acho que é importante a gente esclarecer. Quanto à previsão de a gente vencer esses 77 milhões de brasileiros, que o Ministro colocou para setembro, é importante que fique claro que setembro é o prazo para administração da segunda dose. A gente tem hoje incorporada pela Anvisa, no nosso cronograma de vacinas, enfim, uma vacina que tem um prazo de imunização de 30 dias – perdão, de 90 dias, de três meses. Qual é o fato? A expectativa é de se administrar pelo menos a primeira dose nos 77 milhões até a primeira quinzena de junho, o mês seis. Então, como a gente tem um espaço de tempo de três meses para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração da segunda dose, a completude da imunização do grupo prioritário se daria em setembro, por conta da característica de uma das nossas vacinas, mas isso não significa que, entre junho e setembro, a gente não comece imunização, não dê seguimento na imunização dos demais brasileiros. Eventualmente alguns brasileiros que forem administrados com doses com um lapso menor de tempo do que 90 dias serão, inclusive, imunizados na sua completude antes do prazo de setembro. Então, acho que é importante esclarecer neste momento essa questão.

Então, só para reforçar: setembro é quando a gente conclui a administração da segunda dose de todo o grupo prioritário, lembrando que a gente tem essas vacinas de 90 dias de imunização, mas isso não significa que não serão imunizadas outras pessoas entre junho e setembro. E a estimativa do ministério é de que, até a primeira quinzena de junho, todo o grupo prioritário tenha adquirido, pelo menos, a primeira dose.

Então, com relação à questão da importância de seguir o PNI, eu vou passar a palavra para o Secretário Arnaldo.

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para expor.) – Boa tarde a todos. Os Senadores e Senadoras estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Para mim é uma honra muito grande conversar com os senhores e com as senhoras e gostaria de esclarecer alguns pontos que foram levantados com relação ao cronograma do PNI.

Desde o início da nossa vacinação, o Ministério da Saúde tem disponibilizado uma pauta de distribuição e, nessa pauta de distribuição, esclarecemos quais as doses e qual grupo populacional que é vacinado de acordo com a quantidade do imunizante que é distribuído por aquele grupo populacional para toda a população brasileira. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que nós seguimos rigorosamente os grupos prioritários que ficaram no plano que foi aprovado pelo STF, inclusive o ordenamento dos grupos prioritários.

E, sim, os professores, assim como outros grupos prioritários, estão previstos de serem atendidos dentro do plano de operacionalização do chamado plano nacional de imunização, ou do plano de operacionalização da campanha para a Covid-19.

Queria lembrar-lhe, Senador Flávio, que, sim, os grupos prioritários de doenças raras estão contemplados para ter iniciada a sua vacinação neste momento; que nós já tomamos todas as medidas para fazermos aquela divulgação que nós combinamos com o senhor na nossa última reunião; e que estamos esperando apenas a questão de agenda para que essa comunicação aconteça. Mas, sim, as doenças raras já estão contempladas dentro daquele grupo prioritário que ficou combinado e que está dentro do plano, o que, sim, representa um grande avanço e um grande alento para esse grupo populacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria esclarecer que a nossa pactuação é feita tripartite, aqui no nosso ministério – que nós combinamos com o Conass e o Conasems –, e que, a partir dessa pactuação, é feita uma pauta e, em cima dessa pauta, isso é distribuído para os Estados, e os Estados em suas CIBs determinam a distribuição de suas doses.

Nesse sentido, nós estamos... Vamos dizer agora que nós temos duas vacinas, como os senhores sabem: a vacina do Butantan, que tem um intervalo vacinal de 28 dias, e temos a vacina da AstraZeneca, com um intervalo vacinal de 90 dias, de três meses por assim dizer. E vamos receber, nesta semana, a vacina da Pfizer, que tem um intervalo vacinal de 21 dias. Portanto, vamos receber 1 milhão de doses, e serão distribuídas cerca de 500 mil doses para a dose um; e, em cerca de duas semanas, vamos distribuir novamente as 500 mil doses para a segunda dose, para a completude da segunda dose. E essas doses serão distribuídas de acordo com os grupos populacionais que estão no Programa Nacional de Imunizações.

Havia, sim, uma dificuldade grande – com relação ao questionamento que acho que algum Senador perguntou – com relação à temperatura da Pfizer, não é? A temperatura da Pfizer... Chegarão em caixas térmicas oferecidas pela Pfizer com a temperatura de menos 90, mas a partir daí elas podem ser transferidas para uma temperatura de menos 20, que é a temperatura de nossos *freezers* comuns. Nessa temperatura, a vacina é estável por aproximadamente 14 dias, e, uma vez recomposta a vacina, ela é estável por cerca de 5 dias à temperatura de 4 graus, que é a temperatura das nossas câmaras refrigeradas da nossa rede de frio. De modo que hoje nós não temos problema logístico com relação à distribuição, com relação à extorsão de temperatura, com relação à perda, com relação à vacina da Pfizer.

Estamos, sim, Senadores, nos reunindo com os Conass e com os Conasems – com as diretorias executivas do Conasems e do Conass –, para verificarmos quais os Estados que podem receber a vacina. Com relação à vacina da Pfizer, o Senador Randolfe já falou que sim: o Estado do Amapá tem condições de receber a vacina da Pfizer.

Essa reunião está prevista para acontecer amanhã, e, assim que tivermos essa reunião junto com os representantes do Conass, nós iremos, portanto, estabelecer a pauta de distribuição e, assim, dar visibilidade à distribuição da vacina como um todo.

Acho que eram basicamente essas questões, Secretário, eu não sei se ficou alguma questão a mais, mas estamos à disposição.

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Secretário Arnaldo, pelas considerações.

Passando agora às considerações da Senadora Kátia Abreu, com relação ao Butantan, de fato, é hoje o laboratório que mais contribuiu em número de doses para o Governo Federal, mas é importante mencionar que os outros laboratórios começaram a performar bem, acho que essa menção é importante. Este mês, por exemplo, a Fiocruz vai conseguir atingir a meta de mais de 20 milhões de doses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administradas, e o Butantan, por uma questão de não recebimento de IFA, vai entregar esse mês 5,2 ou 5,7 milhões de doses. Então, eu acho que a boa notícia é que a gente tem dois laboratórios com condições de performar bem se tiverem o insumo farmacêutico ativo para a produção das vacinas. A capacidade de produção dos dois laboratórios gira em torno 900 mil a 1,2 milhão de doses/dia. Então, a gente tem uma capacidade produtiva interessante desde que a gente tenha o insumo farmacêutico ativo.

Então, com relação ao Butantan, a Senadora sugere que a gente verifique junto ao Ministro a questão do repasse dos recursos. A equipe técnica estava comentando comigo aqui que alguns recursos já foram enviados ao Butantan, mas parece que não foram executados pelo Butantan de fato, mas vamos checar aqui internamente, Senadora, e vamos dar seguimento.

Com relação ao Plano Nacional de Comunicação, já registramos aqui a sugestão de mandar esse detalhamento, vamos mandar para a senhora, para V. Exa. e para toda a Comissão para que avaliem.

Com relação à quebra de patentes, o que a gente pondera aqui, qual é o objetivo de se quebrar patente? É que a gente tenha mais doses num curto espaço de tempo. Acho que é importante a gente avaliar essa variável de capacidade de se entregar doses mais rápidas em se quebrando patente. É importante mencionar que a quebra da patente nem sempre se traduz numa entrega rápida das doses. Por exemplo, o rocurônio, que é um medicamento extremamente demandado no chamado *kit* de intubação, tem a patente quebrada há muitos anos, e, nem por isso, a gente consegue do dia para a noite adequar ao nosso parque, adequar ao nosso complexo industrial para que a gente consiga entregar essas doses ou esses medicamentos de forma muito rápida. A gente avalia ou analisa essa questão da quebra de patentes sempre sob essa perspectiva de, em se quebrando a patente, qual seria o prazo rápido que a gente teria de incorporar essas vacinas ao nosso parque fabril. Então, eu acho que essa é uma questão que tem que ser colocada.

E aí a última pergunta da Senadora, em relação à diferença das doses, da D1 e D2, eu acho que o Secretário Arnaldo já acabou colocando, mas entra também a primeira questão do Senador Randolfe: a gente tem estreitado com o Butantan, estamos sensibilizados com toda essa questão de diferença de doses, de necessidade de mais doses para administrar e não prejudicar o esquema vacinal dos brasileiros, e, tão logo tenhamos uma notícia, a gente informa à Comissão para que a Comissão fique tranquila.

Não sei se você passou por este ponto, Arnaldo, mas, se quiser fazer um comentário específico sobre isto, talvez seja importante: sobre a sensibilidade que nós temos com relação ao pleito de necessidade de mais segundas doses, com relação à CoronaVac, para imunização de parcela da população, e qual a expectativa de prazo que a gente teria para uma resposta com relação a isso.

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para expor.) – É extremamente importante, Senadores, esse ponto que o Secretário falou. Este ministério recomendou, autorizou o uso da D2, apenas da D2, como D1, das D2 que nós distribuíamos. Vocês lembram que, no início, nós mandávamos D1 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

D2 e a SVS nunca recomendou a utilização da D2 como D1, a não ser a partir da 8ª e da 9ª pautas, porque, assim, nós teríamos o controle sobre exatamente quais as D2 que os Estados e Municípios utilizaram como D1. E, a partir do controle da 8ª e da 9ª pautas das doses D2 utilizadas como D1, nós estamos constantemente retribuindo – pagando, como a gente costuma dizer – essas D2. Tanto que se os senhores olharem as últimas pautas, elas praticamente, com relação à CoronaVac, saíram do Ministério da Saúde como D2, como pagamento das D1 que foram utilizadas durante a 8ª e a 9ª pautas.

De modo que nós estamos monitorando rigorosamente aqueles Estados que estão com déficit de D2 para que possamos, de maneira muito breve, suplementar, adequar de maneira que não haja prejuízo vacinal para os Estados que fizeram a utilização da D2 como D1.

De modo que hoje o quantitativo de D2 que nós estamos devendo aos Estados como um todo é um quantitativo relativamente pequeno que será suprido numa pauta muito em breve.

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Secretário Arnaldo.

Então, acho que com relação ao outro questionamento do Senador Randolfe o Secretário Arnaldo já tratou. De fato, vai ser definida, na quinta-feira, a pauta de distribuição da Pfizer, e o Estado do Amapá teria as condições de receber essa vacina. É importante dizer que ela integra o PNI, ela não vai ser considerada como dose extra. Enfim, o Estado que eventualmente não tenha condições de receber nessa primeira remessa as doses não será eventualmente tolhido ou terá uma quantidade menor de doses. É importante dizer que integra o nosso PNI.

Só uma estimativa de maio... Então, a gente já tem essa estimativa de 1 milhão agora, em 29 de abril; em maio a estimativa é de 2,5 milhões de doses da Pfizer, com carregamentos semanais da ordem de 650 mil. Então, semanalmente chegariam essas doses.

O Secretário Arnaldo quer fazer alguma complementação?

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para expor.) – Não, só uma complementação, só para fortalecer o que nós falamos com relação à D2. Nós estamos preparando a nota técnica, que deve sair entre hoje e amanhã, em que iremos estabelecer, fazer um consolidado de todas as pautas de distribuição, desde a primeira até a última pauta de distribuição de cada, tanto para D1 como para D2, com relação tanto à CoronaVac quanto à da Fiocruz, de modo a deixar esclarecidas as orientações do ministério quanto ao uso de D1, de D2 e o que nós já repusemos de D1 e de D2, lembrando que o quantitativo que ainda falta para repor de D2 ainda está dentro do prazo vacinal, ainda está dentro do lapso temporal garantido pelo prazo vacinal.

Muito obrigado, Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Secretário Arnaldo.

Tratando agora das considerações da Senadora Soraya, com relação ao protocolo, o Ministro já demandou ao grupo estudar. A notícia que a gente tem é de que há quatro protocolos mais avançados. Desses quatro, dois já estão prontos, estão em fase final de revisão, quais sejam: o manejo geral de pacientes contaminados com Covid; um outro sobre a utilização do oxigênio; um terceiro, que está em fase final e deve ficar pronto nas próximas semanas, é um procedimento que trata sobre a intubação, acho que é um item sensível – a ideia é que a gente disponibilize todos esses protocolos médicos numa plataforma com vídeos, em que todos possam acessá-la de forma rápida e eventualmente enviar questionamentos via esse aplicativo para que o Ministério da Saúde esclareça –; e um quarto protocolo, o Ministro acabou comentando, é que a gente está trabalhando com relação à mobilidade urbana – isso ainda está sendo estudado, está em fase final de revisão. Isso será validado pelo Ministro e, assim que for validado, a gente também colocará em consulta pública para depois validar dentro do ministério.

Com relação às evidências e medicamentos, o Ministro tem a intenção de submeter à Conitec, um órgão colegiado, a possibilidade de se estabelecerem ou de se estudarem procedimentos para tratar desses medicamentos. É importante dizer que o ministério segue as bulas dos medicamentos e que eventuais recomendações não previstas em bula deverão ser validadas pela Conitec. Então, não só um medicamento será submetido à avaliação da Conitec, mas todos os medicamentos que estão sendo estudados serão submetidos à avaliação da Conitec para que, aí sim, o órgão colegiado tenha uma decisão de qual seria a indicação dos medicamentos a serem adotados em cada tipo de procedimento.

Com relação a esse ponto, eu vou pedir para o Secretário Hélio detalhar um pouquinho mais a essa questão dos procedimentos, enfim, da Conitec.

O SR. HÉLIO ANGOTTI NETO (Para expor.) – Obrigado, Secretário Rodrigo.

Sobre essa questão, eu posso tocar em vários pontos.

Só a título de informação, voltando rapidamente ao que a Senadora Kátia Abreu colocou a respeito do Butantan, além do investimento por meio de aquisição das vacinas, foi assinado um convênio, em 24 de dezembro de 2020, de R$63.255.070 destinados ao aprimoramento da planta fabril. Desse montante, já foram repassados, já foram descentralizados no orçamento R$43.616.992,82, que já estão em execução. E a equipe do Butantan trabalha muito tranquilamente com a nossa equipe: eles nos informam a respeito do progresso deles, a licitação dos equipamentos, como que isso está caminhando. Então, não há, de fato, nenhum problema no trabalho nosso com o Butantan. Inclusive, há ainda para repassar, neste ano, o montante de mais de 19 milhões, mas a maior parte já foi repassada e já está executando. Em relação à Fiocruz, houve também todo o repasse relacionado à encomenda tecnológica, aquisição, o que soma também uma quantia bastante significativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à interpretação dada para as palavras do Ministro, eu acho que houve um pequeno equívoco talvez, porque ele não prescreveu, não recomendou evidências de menor qualidade. Ele citou um exemplo, um exemplo até muito claro para qualquer um que estuda, que trabalha a questão da arte clínica, da terapia médica, terapia em saúde, que é a medicina baseada em evidências, que une as melhores evidências disponíveis à ética. Numa situação emergencial, numa situação de doenças raras, por exemplo, você pode usar evidências de diferentes níveis de qualidade. Seria uma desumanidade você abolir um pedaço da medicina e negligenciar a observação, que é onde toda ciência começa, e você precisa da experiência profissional. Então, isso é o tripé da medicina baseada em evidências. Se nós absolutizarmos as evidências, no sentido de só aceitar para fazer um ato terapêutico a evidência de máxima quantidade e máxima qualidade, nós descartaremos 90% de tudo que é feito praticamente na medicina no mundo inteiro e desassistiremos 90% dos casos. Então, é um pouco estranha essa colocação. Até o Grade, que é um sistema utilizado em dezenas de países, inclusive no Brasil, para julgar evidências, utiliza evidências observacionais e, delas, com coerência, extrai recomendações fortes.

Então, é muito estranha toda essa ojeriza relativamente a evidências observacionais, que podem ser utilizadas com muita competência, muita qualidade técnico-científica, e fazem parte da prática médica. Isso será devidamente tratado no âmbito da Conitec.

É claro que todos nós queremos evidências máximas, mas, se essas evidências máximas fossem levadas a esse ponto de negligenciar o que é realmente medicina baseada em evidências, nossos pacientes com doenças raras ou situações catastróficas em saúde, até mesmo como o HIV algumas décadas atrás, seriam completamente negligenciadas, e nós não teríamos como dar assistência farmacêutica para pacientes hoje com atrofia muscular espinhal, entre outras doenças. Então, a gente precisa sair desse radicalismo, que não é culpa dos Senadores, de forma nenhuma, mas que infelizmente alguns elementos da sociedade têm mostrado.

Então, nós respeitamos a prerrogativa do Conselho Federal de Medicina, que, priorizando a ética, a beneficência e a autonomia, coloca de forma muito clara a prerrogativa profissional. E eu não entendo, de forma nenhuma, que o Ministro tenha posicionado uma evidência de menor qualidade, como a observacional, como algo a ser priorizado. Ele citou um exemplo – pelo menos esse da reportagem, de que eu me lembro, li sobre isso, ele falando –, e eu acho que foi extremamente bem colocado, foi pertinente, foi colocado inclusive com muita sabedoria.

Sobre as bulas em mandarim. Vieram bulas em mandarim e em inglês. As bulas em inglês também foram traduzidas, e o material, a compilação das informações técnicas, foi passado para o Conass e o Conasems, esse sumário de informações. Participaram diversas associações da validação desse conteúdo – a Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed), a Associação de Medicina Intensiva Brasileira, a Sociedade Brasileira de Farmácias Hospitalares e Serviços de Saúde, o Instituto para Práticas Seguras do Uso de Medicamentos, a Sociedade Brasileira de Anestesiologia, Conass, Anvisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Farmacovigilância – e todo mundo entendeu que o material tinha as informações necessárias para o uso emergencial.

O nosso objetivo é que o medicamento realmente chegue o quanto antes e ajude a salvar vidas, vidas que estão em perigo no Brasil inteiro. Então, garantindo essa celeridade, garantindo informação, esse material foi distribuído, e nós continuamos, com certeza, à disposição para prestar qualquer informação adicional, esclarecer algum ponto que não tenha ficado claro.

Agora, às vezes, como o rótulo vem em mandarim, é claro que isso pode gerar um estranhamento, mas lá há todo um material – material publicado pelo Ministério da Saúde e validado pelos secretários municipais e estaduais de saúde – que ajuda a esclarecer melhor qualquer dúvida técnica.

Novamente reforçando, Sras. e Srs. Senadores: estamos à disposição para ajudar, para orientar, para complementar informações e estamos, realmente, tentando fazer isso com a máxima celeridade possível.

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Secretário Hélio.

A Senadora Soraya coloca também sobre a campanha de vacinação – acho que a gente já fez aqui os comentários gerais – e sobre a política de distanciamento social.

O ministro tem reforçado a importância de serem mantidas essas medidas de bloqueio do vírus. Acho que, em especial neste momento em que as curvas apontam para uma sinalização de queda ou de arrefecimento, ainda é importante que a gente mantenha estas medidas de bloqueio de transmissão do vírus: utilização de máscaras, higienização constante das mãos, distanciamento entre as pessoas. É extremamente importante que isso continue até que a gente tenha uma melhora mais significativa do nosso caso. Temos um cenário de estabilização com apontamento de queda, mas é uma estabilização ainda em alta.

O Senador Flávio coloca a prioridade da vacinação das pessoas com deficiência e questões de doenças raras. Acho que o Secretário Arnaldo já colocou aqui a antecipação da vacinação do grupo de síndrome de Down, que será vacinado assim que a gente atinja o grupo dos prioritários.

Com relação ao ofício, Senador: a gente já o localizou, já está em fase final de resposta. Tão pronto a gente finalize esse ofício, a gente encaminha para o senhor essa resposta, que trata da necessidade de a gente compatibilizar os números do Município de Curitiba com os números apresentados pelo Ministério da Saúde.

O Senador Izalci já colocou aqui algumas questões, para a gente responder posteriormente, com relação à orientação do uso de máscaras e à previsão de novas entregas de vacinas. Acho que o cronograma está no ar. Um cronograma futuro já está disponível no *site* do Ministério da Saúde. E aí, a cada trimestre, quando a gente entrar no trimestre, a gente abre a previsão mensal. Isso, acho, dá um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco mais de certeza do número, mas, de certa forma, mais para o fim do ano, a gente coloca essas previsões agrupadas por trimestre.

É importante dizer que esse calendário será atualizado semanalmente. Então, assim que a gente finalizar a rodada de reunião com os laboratórios, essas reuniões semanais que eu comentei que a gente faz, esse cronograma será atualizado.

Com relação à Covaxin. A gente teve, então, a não aprovação pela Anvisa do CBPF. A gente sabe que o laboratório está trabalhando junto com laboratório indiano para ajustar todas as observações de infraestrutura feitas pela Anvisa, e a gente sabe que eles vão protocolar novamente esses documentos.

Com relação à Sputnik. A informação que a gente tem é que nem todos os documentos foram protocolados na Anvisa – 63% de todos os documentos necessários para avaliação da vacina carecem de alguma complementação por parte do laboratório. Enfim, há alguns percentuais que ainda precisariam ser vencidos em termos de documentação para que isso possa ser analisado na completude pela Anvisa.

Com relação à Fiocruz e ao Butantan. A capacidade de produção deles, como eu comentei, é algo próximo de 900 mil a 1,2 milhão/dia – isso é dos dois laboratórios. A gente tem trabalhado nesse sentido, mas todos os questionamentos serão enviados ao Senador Izalci Lucas.

Então, Presidente Senador Confúcio Moura, acho que a gente venceu todos os comentários. Devolvo a palavra ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Otavio.

Vou só citar aqui, Dr. Rodrigo, os nomes dos internautas. Eu estive olhando: são muitos e as perguntas deles já foram respondidas durante o andamento da audiência. Só para registro: Eduardo Latge, do Rio de Janeiro – muito obrigado; Adriano Coelho, de Goiás; Jordão Cardoso, do Rio Grande do Norte; Edna Vaz, de Minas; Valéria Groppa, de São Paulo; Demetrius Aires, da Paraíba; Sergio Beck, de Santa Catarina; Patrick Lin Chang, de Santa Catarina; Anna Paula Santos, da Bahia; Cristiane Souza, do Acre; Décio Rodrigo, de Sergipe; Liliane Fonseca, do Paraná; Átila Conceição, da Bahia; Henrique Bottega, do Rio Grande do Sul; Bruna Godoy, de São Paulo; Pablo Vinícios da Paixão, do DF; Cocada Ytow – não sei se é apelido –, de Alagoas; Antônio Otacílio, do Estado do Ceará; Lanay Miguel, de São Paulo; Harlanne Krislen, da Paraíba; Raíssa Manfron, do Paraná; Valéria Brito, de São Paulo; Marcos Ribeiro, de Goiás; Verônica Flores – vocês não imaginam a quantidade de gente, e do Brasil todo! –; Rafaela, do Paraná; Carlos Eduardo Penha, de Pernambuco; Jorge Biazoto, do Paraná; Beatriz Costa, de São Paulo; Geová, de Minas. E vai assim, não dá para ler tudo, nem os nomes eu vou conseguir ler! Não dá para ler tudo não! Quero só agradecer a participação de todos eles, que são bastantes e maravilhosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, para finalizar, Sr. Ministro e Rodrigo Otavio Moreira, tenho duas ou três perguntinhas para vocês para a gente fechar.

Pergunta de minha autoria: diante dos casos aumentados na Região Norte, em algumas localidades onde se manifestam as variantes de maneira agressiva, como é o caso de Rondônia, não seria mais viável voltar a aderir à estratégia bem-sucedida de Manaus, com o envio de mais vacinas daquele fundo de reservas estratégicas para conter as mortes nesses locais? Rondônia mesmo está passando por uma fase muito difícil. Antes a gente recebia gente de Manaus, hoje nós estamos exportando pacientes.

Segunda pergunta: o Estado de Rondônia mencionou – dias atrás nós tivemos uma audiência com o Ministro, e a Francieli estava presente –, nós mencionamos o grande apoio do Ministério à Região Norte, onde há um déficit de quantidades percentuais de vacinas. Rondônia é o penúltimo Estado em vacinação, o Amapá é o último, o Acre está entre os derradeiros. Então, os Estados mais pobres... Isso coincide com o que disse a Kátia: parece que a pobreza, por questão de comunicação, não é atendida, ou, então, é questão de informações.

O Secretário de Saúde de Rondônia esteve numa audiência pública recente, na última conosco, e reafirmou que há um déficit de liberação de vacina para o Estado de Rondônia. Nós, hoje, estamos com 9,64% da população imunizada.

E, lógico, os senhores viram, uns dias atrás, um vídeo mostrando técnicos de enfermagem, agentes de saúde atravessando pinguelas sobre rios no Estado do Amazonas para poder vacinar. O Ministério da Defesa disse que as Forças Armadas estão à disposição, e é notória a eficiência dos soldados no alcance de regiões inóspitas, mas não é viável essa aliança para levar vacinas mais rapidamente a ribeirinhos, indígenas de Municípios distantes. Realmente se faz necessária essa força-tarefa para vacinar.

Exemplo nosso: nós temos 1.200 quilômetros de fronteira com a Bolívia. Então, temos várias cidades ali em que os bolivianos passam para cá, passam para lá, têm família de cá, têm família de lá. Isso não é contabilizado, mas realmente deixa, por exemplo, Guajará-Mirim, Costa Marques e outras cidades em situação extremamente difícil. Há uma extensão muito grande em que as populações se misturam.

Complemento o que a Senadora Kátia falou sobre a comunicação. Esse é um assunto que nós temos discutido aqui, no Senado, inclusive com o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente. Isso é extremamente sério. Nós precisamos de um choque de comunicação muito forte para atender a essas comunidades que realmente estão sem condição de ouvir outras notícias a não ser uma comunicação maciça por rádio ou por outras modalidades. É fundamental uma ostensiva campanha de vacinação – eu não quero repetir o que a Senadora Kátia tão bem já explanou.

Deixem-me ver se tenho mais alguma coisa aqui. Ah, sobre os protocolos. Eu já falei que nós temos algumas sugestões de outras audiências, que já passei para o ministério justamente para auxiliar. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma exigência da classe dos profissionais de saúde que haja um protocolo para o atendimento do paciente grave no Brasil inteiro, inclusive com a formação a distância desses profissionais médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e outros.

Dessa forma, eu encerro a nossa participação aqui hoje.

Eu consulto se o Senador Wellington gostaria de fazer um comentário final. Aí nós poderemos encerrar a nossa audiência.

Antes, tendo número regimental, eu quero submeter a ata da reunião passada à apreciação dos Senadores presentes de maneira simbólica.

Os Senadores que estiverem a favor da aprovação da Ata da 17ª Reunião permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata dessa reunião.

O Senador Wellington gostaria de fazer um comentário final, alguma observação? Caso contrário, eu quero agradecer...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria, sim.

Primeiro, eu gostaria de elogiar, mais uma vez, a forma com que o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, tem atendido a esta Comissão e me parece que, com muita transparência também, falado com toda a população brasileira.

E aí, Rodrigo Otavio, eu quero cumprimentá-lo, porque também V. Sa. tem demonstrado, com toda a equipe do ministério, esse equilíbrio que eu acho que é o mais importante neste momento.

É claro que está muito provado, Presidente Confúcio, todos os Senadores e população, que nós precisamos encontrar a vacina onde houver e precisamos focar também os esforços no sentido de fabricar vacinas no Brasil; por isso a nossa preocupação.

E fica, mais uma vez, registrada aqui a necessidade de recompormos os recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia. São 200 milhões e, como disse o Ministro Pontes, pesquisa não dá para interromper. Não há como parar o laboratório, fechar e voltar, porque isso é o cultivo de células, isso aí é uma constante em que não se pode perder nenhum segundo. Então, por isso, nós fazemos um apelo aqui até a esta Comissão, Sr. Presidente, sobre a possibilidade de trabalharmos, junto ao próprio Ministro Paulo Guedes, a forma de recompor os recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente nessa rubrica de 200 milhões para as pesquisas que estão sendo desenvolvidas pela USP de São Paulo.

Ainda, Sr. Presidente, eu gostaria de indagar aqui a V. Exa., porque nós temos alguns requerimentos. Parece-me que a decisão não seria votar os requerimentos hoje, mas, ainda no meu tempo, eu quero só ler aqui um requerimento que já está posto aí. Se a decisão de V. Exa. for não votar hoje, sem problema, mas esse requerimento eu faço também.

Há um aí em que eu peço: tendo em vista a necessidade e conveniência de divulgar os trabalhos produzidos por esta nossa Comissão, eu requeiro a V. Exa. o apoio do Prodasen para a elaboração de uma página na internet na qual serão disponibilizadas informações gerenciais sobre a Covid-19 sob as óticas sanitária, orçamentária, econômica, bem como outras que vierem a se mostrar relevantes ao longo do trabalho. Isso é exatamente na linha que V. Exa. vinha falando: nós precisamos nos comunicar melhor com a população; nós precisamos apresentar os dados do que foi feito, do que se está fazendo e do que necessita ser feito. Por isso, se não for possível votar hoje esse requerimento, eu gostaria de pedir a V. Exa. que fosse logo na próxima reunião.

Ainda, Sr. Presidente, eu faço um outro requerimento exatamente nessa linha da comunicação, que V. Exa. tem tanto colocado. Eu requeiro também que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, a fim de debater as campanhas de comunicação existentes sobre a pandemia de Covid-19, as seguintes pessoas: o Sr. Murillo de Aragão, fundador Arko Advice; o Sr. Heraldo Pereira, jornalista da Globo; representante do consórcio de veículos de imprensa; também a Sra. Aline Midlej, jornalista; o Sr. William Waack, jornalista; o Sr. Nizan Guanaes, que é um publicitário muito renomado; o Sr. Washington Olivetto, também um grande publicitário; e ainda o Sr. Alexandre Garcia, jornalista. Seria exatamente para discutir o que está sendo feito na comunicação, o que pode ser feito.

Aqui nós temos, por exemplo, esse publicitário muito conhecido mundialmente, o Washington Olivetto, que está vivendo lá em outros países – hoje ele está, me parece, na Grã-Bretanha –, assim como outros, que são pessoas que convivem e evidenciam o dia a dia da comunicação e da publicidade, porque, como V. Exa. tem repetido, Senador Confúcio, um dos grandes problemas é saber se comunicar com a população, porque hoje nós temos *fake news*, temos tantas situações que têm feito ainda com que... Olhe, já chegamos a 20 mil pessoas que tomaram a primeira dose da vacina e não tomaram a segunda. Então, isso é colocar em risco a vida pessoal e ainda a sociedade.

É isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer como consideração final. A decisão é de V. Exa.

Ainda peço a V. Exa. a possibilidade de marcar a nossa visita às indústrias de saúde animal, que estão nos aguardando. Pode ser nesta semana ainda ou na semana que vem. (*Pausa.*)

V. Exa. está sem som.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido a V. Exa.

Antes de fazer o encerramento, eu fiz algumas perguntas breves e eu deixo a critério do nosso Dr. Rodrigo Otavio para responder. Acho que, em três minutos, ele responde.

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Então, passando pelos questionamentos feitos por V. Exa., enfim, a possibilidade, dada a realidade da Região Norte, de se priorizarem os Estados da Região Norte com maior número de doses. Então, a gente vai analisar. Agradeço as considerações, as contribuições. Nós vamos analisar internamente para ver a viabilidade de se priorizarem esses Estados, dada a realidade, enfim, da Região Norte.

Com relação à fronteira, é uma consideração importante. O Estado do Mato Grosso do Sul também vive essa realidade de fronteira e também tem essa demanda; o Rio Grande do Sul também tem essa demanda. Também será analisado pela equipe técnica, e a gente retornará, assim que possível, com relação a essa questão.

Com relação ao protocolo, a gente já tratou. E, com relação à comunicação, acho que isso também já foi assunto aqui da audiência pública. É uma demanda do Ministro e, tão logo a gente tenha o plano mais detalhado, a gente enviará aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Rodrigo, é o seguinte: no mês que vem, no mês de maio... Sempre, em nossa Comissão, desde o ano passado, dois ministros, sistematicamente, comparecem à nossa Comissão: o Ministro da Saúde e o Ministro da Economia. O Dr. Queiroga, porque está há pouco tempo, fechará a nossa Comissão – a vigência da nossa Comissão é até 30 de junho –, ele virá antes, dia 26, dia 27 de junho. No mês de maio, eu entro em contato com o senhor, por meio da assessoria parlamentar, para verificar como a gente faz uma audiência pública com a participação do ministério, mas sem a presença do Ministro nessa próxima. O senhor vai designar quais são os técnicos, e nós faremos a comunicação antecipada a V. Exa.

Muito bem. Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença do Ministro Marcelo Queiroga, do ilustre Secretário-Executivo, Dr. Rodrigo Otavio Moreira da Cruz e de todos os seus secretários nacionais e assessores próximos por ficarem aí, por três horas seguidas, nos ouvindo e respondendo pacientemente a todos de maneira altamente cortês, didática e informativa.

Agradeço a participação dos telespectadores, que foram muitos hoje. Hoje houve a maior quantidade de internautas. Sinto muito por não poder ler as perguntas de vocês, que foram muitas e ótimas; mas, no bojo das explicações, quase todas foram suficientemente esclarecidas. Também agradeço aos participantes pelas redes sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E convido a todos para a próxima audiência pública, que será realizada no dia 30, na sexta-feira. Normalmente, faz-se a reunião na quinta, mas a faremos na sexta por causa da abertura da CPI, na quinta, para não coincidir. Essa audiência será muito bem concorrida e será iniciada às 10h, com o objetivo de debater o acompanhamento dos gastos públicos relacionados ao combate à pandemia e à vacinação no Brasil, de prestar também informações sobre os problemas que vêm sendo encontrados nas compras de equipamentos de saúde, de oxigênio e de outros insumos pela União e de debater o relatório elaborado recentemente pelo TCU.

Teremos as presenças honrosas da Ministra Presidente do Tribunal de Contas, Ana Arraes; do Ministro Benjamin Zymler; do Ministro Bruno Dantas, além do Ministro Wagner Rosário, da Controladoria-Geral da União. Será uma audiência pública bem consistente. Eu convido a todos para dela participarem.

Agradeço a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

Boa tarde!

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ – Tchau! Muito obrigado.

Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Até logo!

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ – Um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Fico muito agradecido. Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e seis minutos do dia três de maio de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Humberto Costa, Vanderlan Cardoso e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como a situação fiscal e a execução orçamentaria e financeira das medidas relacionadas à pandemia. **Participante:** Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial de Fazenda (representante de: Ministro da Economia Paulo Guedes). **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 62, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública a fim de debater as campanhas de comunicação existentes sobre a pandemia de Covid-19." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 63, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública para debater a preservação do meio ambiente como forma de evitar novas pandemias." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 64, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública com Fabio Wajngarten, ex-chefe da Secretaria de Comunicação do Governo Federal, a fim de prestar informações sobre as negociações iniciadas em setembro de 2020 para aquisição do imunizante da farmacêutica Pfizer, bem como o motivo que levou o Governo brasileiro a recusar a compra do lote de vacinas ofertado no ano passado." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 65, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de analisar o impacto negativo que o corte no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia causará nas pesquisas em andamento no país com presença do Senhor Marcos Pontes, Ministro da Ciência e Tecnologia." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento Nº 66, de 2021** que : "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a necessidade de alterar o plano nacional de vacinação em decorrência do quantitativo de jovens internados por causa do COVID 19." **Autoria:** Sen. Rose de Freitas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento Nº 67, de 2021** que : "Requer a inclusão no debate da crise sanitária no Brasil e das tratativas de aquisição de vacinas via Covax Facility, o tema da não aprovação da vacina Sputnik V, com os seguintes convidados: 1. Representante da Anvisa; 2. Representantes da Vacina Sputnik V; 3. Carlos Machado de Freitas, coordenador do Observatório da Covid da Fiocruz." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento Nº 68, de 2021** que : "Inclui audiência pública com o Ministro da Ciência e Tecnologia, objeto do Requerimento n. 065/2021, o seguinte tema: “Atualizar as informações sobre investimento em pesquisa e tecnologia para alternativas de vacinação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra a COVID19”." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento Nº 69 , de 2021** que : "Inclui na audiência pública que irá debater as necessidades da população na pandemia perante os sistemas de saúde, objeto do Req. 044/2021, o tema do pós-pandemia, inclusive sob a ótica econômica e social, com Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e Representante do Ministério da Saúde." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento Nº 70, de 2021** que : "Requer, na audiência para debater a situação das organizações da sociedade civil durante a pandemia e o PL 4113/2020, objeto do Req. 046/2021, a inclusão do tema da situação das comunidades menos favorecidas e os resultados das mobilizações sociais para enfrentamento da pandemia, e dos seguintes convidados: Gilson Rodrigues, presidente da União de Moradores de Paraisópolis; e Lucas Milhomens, professor do curso de jornalismo da Universidade Federal do Amazonas." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/03

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos! Muito obrigado pela presença em mais uma audiência importante com o Ministério da Economia hoje. Depois, nós teremos muitos requerimentos para votação, vamos ter um tempo administrativo na reunião.

Nós vamos iniciar o roteiro de praxe, que todos já conhecem, mas eu tenho que reler a cada reunião.

Bom dia a todos internautas, aos funcionários do Senado, da Comissão. Muito agradecido a vocês pelo belíssimo trabalho.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Temporária interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal – que é objeto desta reunião de hoje – e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

A presente reunião destina-se, na primeira parte, à realização de uma audiência pública mensal, prevista pelo plano de trabalho, com o Ministério da Economia, representado hoje pelo Exmo. Secretário Especial de Fazenda Waldery Rodrigues Junior, nosso conhecido, que nos tem prestigiado muito, para atualizar as informações quanto à situação fiscal, a execução orçamentária – a execução orçamentária neste ano, a gente sabe do orçamento, não é? – e financeira das medidas relacionadas à pandemia; na segunda parte, serão apreciados requerimentos, que são muitos.

Além da presença do Secretário Especial de Fazenda, registro que o acompanham na presente reunião, representando o Ministério: Gustavo Guimarães, Secretário Especial Adjunto de Fazenda; Daniel Borges, Diretor da Secretaria Especial de Fazenda; Márcio Albuquerque, Subsecretário de Gestão Orçamentária da Secretaria de Orçamento Federal.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a fala inicial do nosso Secretário Especial, Waldery, a ordem da fala será: primeiro, ao Relator, Wellington Fagundes; em seguida, ao Vice-Presidente, Styvenson Valentim; aos titulares inscritos; depois, aos suplentes; e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

Para maior eficiência na presente reunião, solicito a todos os Senadores que sejam rigorosos com o tempo de fala, porque infelizmente eu não controlo o tempo aqui. Não tenho a menor condição de controlar o tempo. O tempo de fala é de três minutos para os Senadores fazerem suas perguntas, e igual tempo, mais ou menos, para as respostas.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ser utilizados após a reunião.

A ata fica para depois, pois não há quórum ainda.

Vamos em frente.

Consulto se nosso Secretário Waldery já está na sala. Entrou? (*Pausa.*)

Então, eu passo a palavra ao Secretário Especial de Fazenda, Dr. Waldery Rodrigues Junior. Ele é o único palestrante da manhã desta audiência. Vamos dar a ele o tempo necessário para fazer os comentários sobre o Ministério da Economia, sobre a economia brasileira, tirar todas as dúvidas. Ele vai fazer algumas projeções. O tempo é de 30 minutos, e ele terá uma prorrogação, se necessário for, de 5 minutos.

Com a palavra, Waldery Rodrigues Junior.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Bom dia, Senador Presidente Confúcio!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Bom dia, Waldery!

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) **–** Bom dia a todos, Excelências, Senadores e Senadoras que estão aqui nesta importantíssima Comissão.

É com muita satisfação, Presidente Confúcio, que venho novamente aqui ao Congresso Nacional, e em particular ao Senado, fazer a apresentação da análise fiscal, bem como da execução orçamentária e financeira dos gastos com a Covid.

No ano passado, sob a sua presidência e relatoria do Deputado Francisco Jr., e agora continuando sob a sua presidência e relatoria do Senador Wellington Fagundes, entendo que esta é uma Comissão que presta um serviço de altíssima relevância para o País. Portanto, muito me honra estar aqui substituindo o Ministro Paulo Guedes. E, no formato desta reunião, nós temos... Similarmente aconteceu no ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passado: foram nove reuniões; o Ministro Paulo Guedes foi a cinco reuniões, eu fui a quatro, alternadamente, de abril a dezembro do ano passado – fizemos isso alternadamente.

Como Secretário Especial de Fazenda – estou nessa posição nesse momento; os senhores ouviram as notícias possivelmente, os senhores e as senhoras – sigo conforme o programado nessa apresentação, e, mais à frente, falarei muito brevemente sobre essa questão de caráter pessoal, em breves quatro ou cinco minutos.

Nos 30 primeiros minutos, como o Senador Confúcio me concedeu, faremos uma apresentação. Minha equipe está presente também. O Diretor Daniel Borges, do meu gabinete, está aqui, e mais vários outros vários integrantes da equipe. As quatro secretarias que estão ligadas à Secretaria Especial de Fazenda – o Tesouro Nacional, a SOF (Orçamento), a SPE e a Secap – também estão à disposição de V. Exas. para esclarecimento.

No ano passado, como eu falei, foram nove reuniões, e agora são quatro, com o Ministério da Economia, a primeira com o Ministro Paulo Guedes, em abril, e a segunda comigo. Na sequência, o Ministro volta aqui a esta Casa, que é a Casa da Federação e, me permita, Senador Presidente Confúcio, é a minha Casa. Eu sou funcionário do Senado Federal, sou Consultor da Conleg, que muito me orgulha, e estar aqui é sempre uma honra; sempre me colocar à disposição dos senhores, na posição em que eu ocupo e representando o Ministério da Economia e o Ministro Paulo Guedes.

A nossa agenda perpassa vários tópicos. Ela entra, em particular, com a análise da situação fiscal, os seus detalhamentos, em particular a capacidade de resposta dada às restrições fiscais que temos nas ações de combate à pandemia, tanto do ponto de vista da preservação do emprego como também da imprescindível proteção, em particular, aos mais vulneráveis. E, claro, entra toda a temática da vacinação, do atendimento às várias ações ligadas à saúde, e a política fiscal serve de um ambiente que nos permite avançar com o uso desses recursos públicos, que são escassos e que a gente tem que tratar da maneira mais direta, transparente e efetiva para o combate às mazelas das vidas (*Falha no áudio.*) ... gravíssima pandemia que o mundo todo enfrenta.

Farei, Senador Wellington Fagundes, uma comparação com 2020 e trazendo para 2021. É importante a gente ter essa perspectiva entre o que foi feito no ano passado, o que está sendo feito neste ano e o que segue para os próximos movimentos, inclusive anos à frente. Em particular, eu trago também a análise feita pelo Ministério da Economia até 2024; a análise de algumas variáveis fiscais até 2024, porque nós teremos que tratar dos efeitos adversos dessa pandemia, não somente no ano passado – tratamos – e não somente neste ano, mas também no futuro próximo, anos à frente. E é importante ver o quadro futuro.

Há uma apresentação que eu peço para ser colocada agora, e a gente segue com esses eslaides.

Eu acho que já está colocado. Só peço que me confirmem que estão vendo, que está tudo o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tudo o.k. Pode continuar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Trata-se da análise do impacto fiscal.

No primeiro eslaide nós temos a questão fiscal em destaque. Ela é a mais relevante do ponto de vista das políticas macro para permitir, inclusive, que políticas socioeconômicas sejam implementadas com sustentabilidade, com eficácia, com eficiência e não somente no momento presente, mas momentos à frente, dado que a nossa preocupação com o uso do recurso público tem que ser não somente agora, mas também anos à frente, para as gerações futuras; o zelo e o cuidado com os recursos públicos devem ser observados não somente agora, na nossa conjuntura, mas também estruturalmente falando, ao longo do tempo. Então, consolidação fiscal e atendimento às regras fiscais são premissas das quais não podemos nos afastar e que temos que seguir diretamente.

Regras fiscais. Nós estamos falando do atendimento à meta de primário, ao resultado primário que deve ser atingido. Nós temos um déficit primário estimado para este ano de R$247 bilhões. Nós temos a regra de ouro, cujo atendimento também é um preceito constitucional, e a regra chamada de teto de gastos, que é para um controle dos gastos públicos, que é imprescindível, nós não podemos dispensar ou fragilizar o atendimento às regras fiscais. Teto de gastos: nós o defendemos de maneira enfática e direta, porque é medida disciplinadora em tempos normais e ganha mais importância ainda em tempos em que precisamos alocar bem o recurso público e direcioná-lo para aquilo que é devido, para aquilo que é necessário.

A transparência também é importante. Nós tivemos, Presidente Confúcio... Senador Esperidião Amin, o senhor esteve conosco, e nós nos colocamos à disposição de V. Exas., o Ministro Paulo Guedes e eu, representando o Ministério da Economia, mostrando os dados do ano passado e, agora também, buscando dar transparência a cada real, mostrando como ele é gasto por ação, por programa, por ministério – isso vai ser colocado em eslaides à frente.

E é preciso ter também conservadorismo nas projeções, porque nós precisamos, em tempos de pandemia, até mais do que em tempos de normalidade, cuidar da área fiscal, cuidar das contas públicas para que políticas sociais sejam robustas e bem suportadas por um quadro fiscal que seja sólido.

Em 2019 nós conseguimos um bom resultado, nós reduzimos a dívida pública, baixamos 1% da dívida pública, nós reduzimos o déficit primário, nós reduzimos o déficit nominal e reduzimos enormemente o pagamento com juros da dívida pública – isso tudo em 2019.

O ano de 2020 é um caso *sui generis*, é um caso novo, no qual o enfrentamento da pandemia, de forma legítima e direta, nos trouxe a um outro posicionamento fiscal, com gasto primário muito elevado, mas justificado, e mantido naquele momento de forma mais contida no ano de 2020 para termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de prontamente responder a novos desafios, a novas exigências para o combate às mazelas da Covid.

Seguinte.

Esse gráfico é bastante resumidor. Eu vou colocar cinco mensagens que temos aqui. É um panorama fiscal para trás, de 2010 até hoje, do que está acontecendo hoje e do que virá à frente, condicionado ao comportamento das variáveis fiscais e condicionado às políticas que sejam implementadas – não só quais, mas também como sejam implementadas. Tão importante quanto o "que" aqui é o "como" elas serão realizadas.

Então, na parte de cima, a curva laranja se refere à despesa. Todos os gráficos estão com o percentual do PIB. Na curva laranja – é notório –, vemos que, em 2020, há uma corcova, um aumento na despesa primária do Governo Federal, que chega a um valor de 26,1% do PIB, um valor historicamente recorde, um valor elevado, bastante elevado, mas, se atendermos a uma consolidação fiscal, se seguirmos com zelo em sermos rápidos, diretos e efetivos no combate à pandemia, mas, ao mesmo tempo, sermos transparentes, conservadores e atentos, teremos condições de reduzir o nível da despesa em 2021 – se você puder colocar o *laser*, Daniel, por favor, nos números – e de baixar a despesa para 19,7%, que é um patamar parecido com o de 2019, que foi de 19,5% do PIB.

Então, note que essa curva laranja é o segredo da solução, é o controle da despesa pública, é a sua boa alocação, é a redução de má alocação. A despesa pública vinha num patamar histórico da ordem de 16% lá em 2011, 2012; houve um grande aumento, um deslocamento dessa curva para um patamar da ordem 19,9%, 19,4% em 2016, 2017. Aí veio a regra do teto de gastos, que, por sua virtude, reduziu o gasto público.

Nós tivemos, então, a pandemia com esses 26,1%, e, se tivermos o zelo, o atendimento e também... E aí o Parlamento é chave, porque o Parlamento é quem toma as decisões finais, por exemplo, com relação aos orçamentos, pois são soberanas as suas decisões. Um Parlamento atento e dirigente é essencial para que tenhamos essa curva reduzida a seus níveis mais baixos e cheguemos a um patamar de 18%, 17%, de valores sob controle.

A curva azul é das receitas. Observem que nós estamos convivendo agora com um patamar de receitas, com um percentual do PIB, da ordem de 16,2%, 16,4%, da ordem de dezesseis e um pouquinho, e ele era bem maior. Tempos atrás, ele era da ordem de 18%, ou mesmo 17,4%. Então, nós tivemos uma queda no patamar das receitas.

Combinando receita e despesa, vem o gráfico abaixo, que mostra o resultado primário, que são as despesas primárias, menos as receitas primárias, as despesas superam as receitas, e, por isso, desde 2014, nós estamos com o espectro negativo. Esse é o resultado primário, que significa que não estamos considerando despesas financeiras, como pagamento de juros. Quando incidem despesas financeiras, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadro fica mais negativo ainda, portanto nós temos que cuidar desse ponto, para não desarranjar as contas públicas e seguirmos com a capacidade de atendimento à população, com a capacidade de prontamente dar as respostas, não só em tempos de normalidade, em tempos de não pandemia, como também, e sobretudo, em tempos de pandemia, em que há um grau de incerteza maior sobre o comportamento da economia e, portanto, precisamos ter esse controle e essa capacidade de resposta que a sociedade requer.

Nós temos, então, junto dessa corcova, em 2020, a despesa em 26,1. Uma receita em 16,2 nos deu um déficit primário de -10%. Observe que, de 2018 para 2019, nós tivemos uma redução no déficit primário, como falei anteriormente, de 1,8 para 1,3. Então, a virtude fiscal permite que as respostas sejam dadas diretamente e caminhando em paralelo um fiscal robusto, sólido, com uma política socioeconômica robusta, e atenta, e direta. Se continuarmos com o zelo fiscal, podemos até elevar a curva azul das receitas não por aumento da carga tributária, mas por um dinamismo forte da economia, bem como controlar os gastos públicos, reduzindo a curva laranja a até um pouco mais do que essa estimativa, de forma tal que as cores laranja e azul poderiam se encontrar um pouco antes e a gente sair desse espectro negativo, que é recorde na história historiografia da economia brasileira, historiografia econômica, essa sequência de déficits primários – o maior deles, 10%, de forma justificada, é legítimo, que é o combate à pandemia, mas nós precisamos caminhar para o espectro positivo.

Seguinte, por favor.

Esse gráfico traz aquela mesma análise anterior, só que analisando eventos não recorrentes. É importante que a gente tenha sempre em perspectiva o que é, de fato, recorrente ou o que é temporário, separando os dois efeitos, e aí nós temos receitas não recorrentes. As despesas estão em laranja, mantendo a mesma cor do gráfico anterior. Nós temos que, em 2020, o total dessas despesas, realmente, é muito elevado, 7,2, despesas não recorrentes, o que nos deu, em 2020, um resultado primário, aí já considerando esses fatos, de 2,5. O que nós esperamos para 2021? Note novamente que a barra laranja, que significa a despesa, também é elevada, é 1%. Historicamente nunca tivemos, de forma não recorrente, uma despesa de 1%. Em 2021, essa é a nossa estimativa. Em 2020, foi uma despesa não recorrente de 7,2. O que isso nos traz como resultado? Em 2021, o déficit primário é estimado em 2,3. Esse daí é aquilo que, de fato, mostra a estrutura da economia.

Se compararmos – aí eu peço que retorne – esses 2,3, em 2021, o resultado primário que nós temos, em 2021, há o dado – se puder colocar o *mouse* em cima, por favor – de -3,3 de déficit primário em 2021. Esse daí é o total, sendo que – eslaide quatro – nesse resultado, quando separado o que é recorrente do que não é recorrente, nós temos 2,3 em 2021. Então, fica uma diferença de 1% de 3,3 para 2,3. Esse 1% é algo que não vai se repetir.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importantíssimo que a gente tenha o cuidado com as variáveis fiscais do momento e as variáveis à frente. E o endividamento, a dívida é uma dessas variáveis que mais nos sinaliza o que, no futuro, nos espera, como a gente gerencia hoje as contas públicas em termos de receitas e despesas e como, à frente, a economia será, qual é o diagnóstico para frente.

A curva laranja traz o endividamento bruto, enquanto a curva azul traz o endividamento líquido. A de cima a gente chama de DBGG, que é a Dívida Bruta do Governo Geral; a de baixo é a DLSP, Dívida Líquida do Setor Público. Note que, quanto à DBGG, a de cima, nós tivemos, também em 2019 – e aí eu peço o *laser* lá –, um aspecto virtuoso: nós reduzimos a dívida de 75,3 para 74,3; 1% do PIB é um valor bastante considerável. Nós estamos falando de R$74, R$76 bilhões naquele momento.

Essa redução no endividamento não ocorria há seis anos. Nós estávamos, numa sequência de cinco, seis anos, com endividamento crescente; reduzimos em 1% do PIB, e aí veio a pandemia, tivemos que nos endividar. Subiu para 88,8%, em 2020, esse é o resultado, e, agora, nós estamos em um patamar mais elevado de endividamento.

O trabalho e as políticas que devem ser implementadas nos colocarão – Daniel, por favor – em um patamar, em 2021, de endividamento bruto da ordem de 87,2, e segue. Nós estamos colocando o horizonte até 2024, porque é o horizonte do PLDO. O PLDO de 2022 foi enviado e contempla... Ele foi enviado em 15 de abril; nós apresentamos, eu, o Secretário do Tesouro, o Secretário do Orçamento, todos os integrantes da Fazenda. É um patamar não explosivo, é um patamar bem abaixo de 100%, bem abaixo de 90%, mas é um patamar elevado que requer uma atenção bastante diligente, requer uma diligência da nossa parte para que esse endividamento não tenha custos em termos da capacidade de resposta do setor público às ações que são e serão necessárias tanto para dinamizar a atividade econômica, como também para zelar pelas políticas sociais, de que o País tanto precisa em tempos conjunturais, normais, e ainda estruturalmente.

Para se ter um nível de comparação, países que têm grau de investimento, por exemplo, têm esse nível de endividamento entre 55%, 60% do PIB. Então, nós estamos estacionados na previsão, num valor relativamente alto, mas políticas bem desenhadas, decididas, de melhoria do perfil da dívida bruta podem ser feitas e serão feitas para que nós tenhamos uma redução do endividamento bruto, e aí são políticas e reformas estruturais, como desestatização, como retorno de empréstimos feitos, por exemplo, ao BNDES – já tivemos um retorno de 38 bilhões este ano e estima-se um valor maior ao longo deste ano. Existe um cronograma, inclusive com suporte em um acórdão do TCU para essas devoluções, outras políticas de robustecimento da parte macroeconômica podem permitir que esse endividamento seja reduzido.

Seguinte.

Aqui nós temos o quadro de 2021, e aí eu vou acelerar a minha apresentação, dado esse arcabouço, o que fizemos em 2020 e o que está sendo feito em 2021 e momentos à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2020, nós tivemos uma dotação em termos de esforço primário de R$632,7 bilhões e um valor pago de R$549,8 bilhões. Esse gráfico em pizza mostra como as alocações em termos de salvar vidas, a defesa do vulneráveis de saúde, a alocação para empregos bem como para outros usos podem ser feitas e melhorar o perfil que nós temos para alocação desses recursos.

Note que, em termos do que foi pago, isso dá quase 8% do PIB; R$549,8 bilhões é um valor bastante elevado. Como eu disse antes, justificado, legítimo, mas que tem que ser feito, claro, com a maior atenção, porque gera endividamento. Por exemplo, a nossa dívida bruta hoje está em R$6,7 trilhões. No ano passado, o nosso endividamento subiu R$1,1 trilhão e nós temos que ter capacidade de resposta para as políticas que serão necessárias este ano para combater as mazelas da Covid-19.

Seguinte.

Aqui há um detalhamento um pouco maior para 2020 entre o que foi de dotação e o que foi efetivamente pago. A primeira barra é a do auxílio emergencial, ela se destaca dentre todas as medidas pelo seu volume expressivo. Nós tivemos um valor pago de R$292,9 bilhões, uma dotação um pouco maior. E aí nós temos todos os outros programas.

Aqui estão listados o auxílio financeiro emergencial, o BEN, o Pronampe, Peac FGI, plano nacional de imunização, auxílio federativo a Estados e Municípios, as transferências adicionais feitas, Peac Maquinhas e outros.

Próximo.

E sobre transparência, Relator, Senador Wellington, nós temos aqui o Tesouro Transparente, e, na sequência, no próximo eslaide, outro portal, que é o portal do SIOP. Essas duas secretarias estão na Fazenda, uma é do Tesouro e a outra é da SOF, e essas informações estão *on-line*, pode-se clicar no *link* da internet, e o cidadão que está nos ouvindo pode acessar e ver essas informações. A abertura dos gastos em 2020 e em 2021 é por ação, por programa, por ministério, e esses dados podem ser "downloadados", podem ser baixados. E nós temos – retornando, por favor, ao eslaide 8 –, no caso do que foi pago, R$524 bilhões, uma abertura, que está aí listada em 11 rubricas. A primeira e maior delas é o auxílio emergencial, cujo valor pago está em R$293,11 bilhões. Ele se compara com aqueles R$292,8 bilhões, de que eu falei anteriormente. Há uma pequena diferença metodológica, mais explicada – está no próprio PowerPoint e nos *sites* também. O ponto central é dar transparência, mostrar esse zelo e em que estamos atuando.

Seguinte.

Nos dois, há o *link* da internet para ser feito o acompanhamento diário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, nesse sentido, é referencial na transparência dos dados. É uma política que, de fato, seguimos na Fazenda para haver essa abertura – também uma diretriz do Ministro Paulo Guedes.

Seguinte.

Aqui nós temos o detalhamento do que que foi feito em 2019. Se puderem colocar o *laser*, por favor. Foram pagos R$549,8 bilhões de uma dotação de R$632 bilhões. E nós temos essa abertura tanto pelo lado da receita... Vamos olhar apenas a coluna do que foi pago. Foram pagos, em termos de receita, R$28,7 bilhões – está com sinal negativo, porque é uma receita que não entrou no caixa da União, é uma receita da qual não houve arrecadação por várias medidas – são seis medidas. E, do lado da despesa, R$520,9 bilhões. Aí nós temos a abertura. O primeiro número lá – apenas para referência –, de R$292 bilhões, é do auxílio emergencial; R$60,1 bilhões, do auxílio federativo; R$33,5 bilhões, do BEm. O BEm teve uma dotação de R$51,5 bilhões, com um valor pago de R$33,5 bilhões. São 27 linhas, se não me engano, com esse detalhamento.

Seguinte.

Nós temos uma atenção especial – vários de V. Exas. aqui sempre têm falado disto, como o Senador Esperidião Amin, o Senador Wellington Fagundes e vários outros Senadores –, uma preocupação com o crédito. Então, no ano passado, houve uma dotação de R$100,5 bilhões e um valor pago de R$91,5 bilhões. Os valores estão abertos aqui na última coluna e quais são essas medidas ligadas ao crédito, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa.

Próximo.

Aqui, para as quatro medidas associadas ao crédito há uma quinta, que é a própria redução do IOF/crédito, com a análise do que aconteceu em 2020: os recursos do programa, o potencial, o crédito produzido. Essa terceira linha está atualizada. É claro que os órgãos implementadores respondem pelo número final, mas nós temos aqui uma exposição do efeito dessas políticas de crédito.

Próximo.

Quanto aos entes subnacionais, Estados e Municípios, nós temos também um impacto no valor pago de R$103,5 bilhões – onde está o *mouse* –, enquanto o valor de dotação foi de R$105,4 bilhões. Esse é o impacto primário. E aí nós temos tanto suspensão de dívida previdenciária, o auxílio financeiro emergencial, a compensação do FPE e do FPM quanto várias outras medidas. Embaixo, nós temos uma abertura daquelas medidas que não têm impacto no primário, um valor de 87,9 de dotação e um valor de 70,3 efetivamente pago em suas várias medidas.

Seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um dado que até foi falado, como dever de casa, na apresentação do Ministro Paulo Guedes há cerca de um mês para esta Comissão, a Comissão de V. Exas., Senadores e Senadoras. Aqui nós temos a transferência a Estados e Municípios de um valor de R$112,7 bilhões com abertura por Estados e os Municípios daquele Estado. Esse é um mapa, esse é um raio-X do que foi feito em 2020 com a abertura. E, em exposições passadas, eu até colocava junto com a equipe a busca de, de forma homogênea, de forma democrática, contemplar todos os Estados. Algumas medidas de transferência, por exemplo, contemplavam mais os Estados do Norte, Nordeste e um pouquinho do Centro-Oeste; e outras medidas de suspensão de dívida, por exemplo, contemplavam mais os Estados do Sudeste e do Sul, de forma tal que o Brasil como um todo fica com essa provisão, essa ação do Governo Federal em defesa da Federação, o que deve ser feito em situações de normalidade e tem ainda mais relevância em situação conjuntural de pandemia.

Seguinte.

A execução agora em 2021: nós temos uma dotação de 86,5 bilhões e um valor pago de 16,6. É claro que esse valor pago vai aumentar, chegando até o valor de 86,5, com as medidas implementadas agora. Nós temos, então, essa colocação, essa preocupação para que esses valores sejam diligentemente usados e as políticas utilizadas sejam as mais efetivas possíveis. Nós precisamos ter esse zelo. Não podemos prescindir do cuidado, do zelo com cada R$1. Isso é importante. Foi importante em 2020 e é muito importante em 2021 e em anos à frente. Esse mesmo tratamento, agora em 2021, é simétrico ao que foi feito em 2020. Nós temos essa *pizza* aí com suas aberturas entre salvar vidas e preservar empregos.

Próximo.

A mesma distribuição: o auxílio financeiro emergencial mostra também com maior valor; é a maior barra. A dotação é de 43 bilhões. O valor pago foi de 9 bilhões e, portanto, de novo, nós colocamos, com um conservadorismo nas projeções e com a busca de zelo com o lado fiscal, com os regramentos fiscais, a gestão fiscal responsável para apresentar o que está sendo em 2021.

Nós temos o plano nacional de imunização da população: 19,9 de dotação, 4,2 do valor pago. O BEm, com a dotação de 10 bilhões, foi anunciado na semana passada, na terça-feira, num trabalho intenso de vários ministérios do Governo Federal, Ministério da Cidadania, Ministério da Economia, outros Ministérios e Casa Civil, de forma tal que essas políticas... E no caso do Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda, do BEm, é um programa que tem uma elevadíssima efetividade. Então, olhamos esse programa com bastante zelo. E os demais estão aí também listados.

Seguinte.

De novo a questão da transparência: aí está o portal do Tesouro. No próximo eslaide é o portal da SOF, chamado Portal do Siop, o azul e o verde. O azul, do Tesouro, mostra – se puder retornar, por favor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a abertura do valor previsto: de 95,2 bilhões, foram pagos 20,4 bilhões, e nós temos o detalhamento em cinco medidas: o auxílio emergencial – se puder colocar o *laser* no nome, por favor –, o benefício emergencial (BEm), o financiamento de infraestrutura turística, despesas adicionais do Ministério da Saúde e de outros Ministérios e aquisição de vacinas – então, previsão e valor pago. Esses dados podem ser acessados por todos os cidadãos e cidadãs para que tenham esse controle e essa informação sobre o uso do recurso público no enfrentamento da pandemia. Cada R$1 tem impacto no resultado primário. *Grosso modo* é isso. Há um ou outro elemento metodológico, mas *grosso modo* nós temos uma dotação de 95,2. À direita está demonstrado como, metodologicamente, se chega ao número, de forma tal que esses 95,2 bilhões conversam com 86,5 bilhões de dotação. Esses números tanto estão no *site* do Tesouro, Tesouro Transparente, quanto no *site*... Os 86,5 vão aparecer no próximo eslaide, o 18.

O seguinte, por favor.

Os 86,5 têm um círculo, uma elipse em verde no portal do Siop. Esses dados são... É possível baixá-los, e, portanto, a transparência se busca integral.

Seguinte.

Novamente, nós temos abertura pelo lado da receita, que no caso é zero até o presente momento, e todos os 86,5 estão do lado da despesa, em execução orçamentária, com abertura nessas várias medidas, tanto o previsto quanto o observado já pago para cada uma dessas medidas.

Seguinte.

Aqui nós temos, para os entes federativos, tanto o dado de 2020 como, mais à frente, o dado de 2019. Estão sendo mostradas aqui as arrecadações de ICMS e IPVA. O que a gente nota é que houve uma redução muito forte já em abril, mas o fundo do poço foi em junho. Em julho ainda estava com uma diferença de arrecadação para os entes federativos ainda muito forte, mas esse número foi caminhando para o espectro positivo, e a receita de 2020 acabou sendo maior do que a de 2019 – se puder colocar o *laser* lá em cima – em 2% do PIB.

Essa é a mensagem mais direta, de forma tal que, em um momento de pandemia, houve um suporte aos entes federativos muito direto. Esse suporte já havia sido dado em 2019, por exemplo, com a cessão onerosa, quando nós transferimos R$11,8 bilhões de recursos primários da União para Estados e Municípios. Aquele nosso déficit que foi reduzido a 1,3% do PIB poderia até ter sido reduzido mais ainda caso não houvesse essa transferência, mas, de forma deliberada, de forma voluntária, a União transferiu para Estados e Municípios esse valor.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui mostra a suficiência para todos os Estados do que aconteceu em 2020. Note que mesmo o Estado do Paraná, que tem a menor barra – novamente eu peço o *laser* –, está acima dessa linha que é de 100%. Então, todos os Estados tiveram um suporte, e aí foi uma suficiência universal. Neste momento, até com o benefício de poder analisar *a posteriori*, a solução trazida com o auxílio emergencial foi muito melhor do que o que se propunha em abril do ano passado. Havia uma proposta de ter a União como uma seguradora universal, que compensaria a queda do ICMS e dos impostos municipais, a queda de arrecadação dos Estados e Municípios. Haveria incentivos perversos, inclusive de concessão de benefícios. Portanto, a União, com a posição fiscal – vimos aquele resultado primário vermelho, que acabou sendo em 10% do PIB de déficit –, se operasse como uma seguradora universal da perda de arrecadação de Estados e Municípios, nós teríamos uma contrariedade ao que a boa política econômica recomenda. E o que fizemos com a transferência direta, transparente e a suspensão de dívida, buscando homogeneizar o impacto sobre todas as cinco regiões geográficas, deu, com esse resultado, uma suficiência para todos os Estados.

Seguinte.

Nós temos aqui um gráfico com uma quantidade informacional muito rica, mostrando de janeiro de 2019 até agora, até o mês de março deste ano, como se deu o ICMS. Então, note que o ICMS, que é a área laranja, teve uma fortíssima queda em maio e junho, mas se recuperou celeremente, de maneira muito robusta, e está relativamente estabilizado em um valor, nessa arrecadação mensal que se tinha no dado histórico. Na realidade, é até um pouco acima.

O que está em azul é o IPVA. Note também um comportamento de queda, mas depois de recuperação.

O repasse de recursos, que está na área verde, é exatamente a atuação da União, a necessidade de, num momento de crise, chegar aos entes subnacionais e fazer uma transferência para que se dê efetividade às políticas, ou seja, cada R$1 transferido é mais importante exatamente no momento em que mais se precisa o dinheiro chegar mais à ponta, o dinheiro permitir que os recursos sejam alocados para que seus gestores locais tenham esse grau de liberdade de alocação. E aí, é claro, a área verde para exatamente no momento de dezembro de 2020. E é importante que o Governo tenha condições de resposta em havendo necessidade, e mantendo o zelo fiscal, porque isso tem implicações futuras – sempre tem –, para prontamente reagir ao que for necessário ser feito.

Seguinte.

Aqui nós temos um detalhamento. O Governo central são as duas primeiras barras; Estados, as duas barras do meio; e Municípios, as duas barras mais à direita. Aqui nós temos uma separação entre impostos, contribuições e transferências. O que se vê claramente é que nós temos, na questão dos juros – para o Governo Federal, os juros estão em vermelho –, uma redução dos juros de 2,7% para 1,9%, o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um tratamento que mostra uma busca do equilíbrio fiscal. Reduz-se o pagamento de juros, mas nós temos também a redução de outros gastos no Governo Federal, de 3,4% para 1,7%. O que está em cinza se refere às... Desculpa, eu cometi um equívoco, eu falei em gastos; na realidade, nós estamos falando de receitas. Então, aqui são receitas. Cometi um equívoco, o todo se refere a receitas. A União como um todo, o Governo central saiu de 29,13% – peço para que o *mouse* aponte – para 25,75%. Tivemos uma queda na receita, e aí estão seus vários componentes: receitas associadas a impostos, no azul-escuro; contribuições; transferências e outros componentes.

Já para os Estados, notem a seta azul, mostrando que há um aumento nas receitas dos Estados, bem como dos Municípios. São duas curvas que mostram ascendência, e se vê ali claramente o efeito das transferências, essa barra de cor magenta ou marrom: de 2,5% para 3,49% para os Estados e de 6,22% para 6,65% para os Municípios. Portanto, há uma assimetria: a União com perda de receita e os Estados e Municípios com aumento, e um dos principais elementos que explicam isso é exatamente o que está colocado em marrom, magenta, que se refere ao componente de transferências. O Governo Federal, então, aumentou significativamente as transferências emergenciais e estruturais, mesmo com receitas próprias em queda.

Seguinte.

Agora é o lado da despesa. Em finanças públicas, em economia do setor público, a gente sempre olha esses dois lados. Do ponto de vista dos Estados... Do ponto de vista das despesas, nós temos as despesas da União crescentes, de 34,7% para 38,68% – um aumento substancial. E esse aumento se deu em particular com relação à área cinza: de 14,67% – peço para o *mouse* apontar essa mudança – para 19,11%. Então, houve um forte gasto com benefícios, o que implicou que, do lado da despesa, a União tivesse um aumento. Do ponto de vista dos Estados, é praticamente uma estabilização – 12,6% para 12,8% –, e dos Municípios também – 8,87% para 9,17% –, um pequeno aumento nos dois casos. Então, o resumo da história aqui é, do lado da receita, a União em queda e Estados e Municípios em aumento, devido, em particular, à questão das transferências. E aqui nós temos também a participação da União – em particular, o que está mostrado aqui em cinza, e, no outro, estava em magenta, marrom – do ponto de vista das despesas.

Próximo.

A transparência, que já mencionei, foi, inclusive, tema de premiação. Aqui está o Prêmio Tesouro Nacional 2020. O monitoramento dos gastos da União no combate à Covid foi premiado exatamente pela sua capacidade de trazer prontamente, de maneira 100% transparente, esses gastos feitos em 2020.

O seguinte.

Aqui, aquele mesmo resultado se mostra de maneira mais explícita. Os dados de caixa dos Estados medido por uma variável chamada de saldo de haveres financeiros de curto prazo mostram – e aí o *laser*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode apontar –, em dezembro do ano passado, se mantendo em março deste ano, uma elevação bastante forte. Então, o caixa dos Estados tem esse comportamento. Esse dado pode ser complementado também pela chamada disponibilidade bruta de liquidez que os Estados e os Municípios também possuem com o aumento muito forte do final do ano passado para cá.

Seguinte, por favor.

Aqui, já é outro conjunto de medidas, Presidente Confúcio. Estamos falando do Conselho Monetário Nacional, do qual sou membro. São três os membros do Conselho Monetário Nacional: o Ministro Paulo Guedes, o Secretário Especial de Fazenda – nós tivemos reunião na quinta-feira passada sobre o CMN – e o Presidente do Banco Central, Roberto Campos; são os três membros. É uma posição que, com muito orgulho, eu ocupo. Desde 1994, as decisões no CMN são tomadas por ministros, os votos são de ministros. Por exemplo, na quinta-feira passada, tivemos oito votos, e, novamente, o CMN seguiu trazendo respostas importantes para o País na política creditícia, na política monetária – e é a autoridade monetária, o Banco Central, em particular, que responde por esses itens –, mas também nas políticas de provisão de liquidez e de capital. Foi em 2020, está sendo em 2021. Então, o Conselho Monetário Nacional entra nessas ações. Em 2020, desde 16 de março, ocorreram 25 reuniões, foram 16 extraordinárias. Não foi uma vez ou não foram duas vezes que minhas equipes e eu em particular nos reunimos com o Ministro Paulo Guedes em domingos à noite, sábados à noite, entrando nessas ações, trabalhando intensamente, a Fazenda e suas secretarias, junto com o Banco Central, o Ministério da Economia. A Presidência do CMN é do Ministro Paulo Guedes para tomar ações de impacto e com alta efetividade.

Nós tivemos ampliação da liquidez – se o *laser* puder apontar, por favor – do sistema financeiro nacional em 427 bilhões, frente a um aumento de liquidez de R$117 em 2018, apenas para efeitos comparativos. E a renegociação de créditos de quase um trilhão, R$971,5 bilhões, com alívio de caixa de ordem de R$146,7 bilhões.

Seguinte. Próximo eslaide, por favor. (*Pausa.*)

Não sei se travou, Daniel. Está no eslaide 28 ou 29. Obrigado.

Aqui nós temos um detalhamento das medidas de liquidez, da redução e exigência de capital, então, provisão de capital, compra de ativos e outras medidas tanto potenciais quanto que de fato foram implementadas e uma comparação com 2018. A fonte dessa tabela é o Banco Central. Muitas dessas decisões tiveram fórum, tiveram guarida nos votos do Conselho Monetário Nacional, do CMN.

Seguinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em... Peço para retornar, Daniel, por favor. Mais um, retorne ao 28.

Nessas medidas do CMN, nós tivemos, como falei, na quinta-feira passada, dia 29 de abril, a resolução CMN com voto que foi apresentado pela Fazenda, que autoriza a prorrogação de parcelas dos financiamentos realizados com recursos dos três fundos constitucionais – FNO, FNE e FCO – para atender os setores e atividades mais afetados pela pandemia. Vários de V. Exas. aqui prezam por esse assunto. Aí, eu lembro a atuação nessa área muito diligente do Senador Relator Wellington Fagundes. Esse tema é muito importante, ele provê oxigênio para as empresas. Mais uma medida que foi tomada recentemente, de forma diligente, de forma atenta e observando do que a economia precisa para reagir, para manter os sinais vitais, bem como para se preparar para momentos à frente.

E aí, sim, vamos para o eslaide 30.

Aqui, nós temos a importância das agendas de reformas, a continuidade de agendas é imprescindível, a gente precisa seguir com esse tratamento, com essa mudança estrutural. A chave da solução é zelar em momentos de não pandemia, em momentos de normalidade, como foi feito em 2019, com melhoria do lado fiscal, mas, sobretudo, com forte atenção no momento de pandemia, como foi em 2020 e agora, como está sendo em 2021, com o zelo com as regras fiscais e buscando mudar o País estruturalmente, retornando ao caminho do azul para o resultado primário, para que haja capacidade de resposta às políticas sociais de que tanto o País precisa. E, novamente, um social robusto sólido – o social sólido não pode prescindir de um fiscal robusto, de uma política fiscal atenta, de uma consolidação fiscal que é reforçada por medidas estruturais, com agenda de reformas, com uma continuidade dos programas de concessão e privatização.

Nós tivemos, na sexta-feira passada, nos leilões ligados à área de saneamento, um impacto extremamente positivo, mostrando que é importante darmos protagonismo ao setor privado no investimento. E há o pacto federativo, que desde 2019 está em andamento. Aqui se incluem, por exemplo, três PECs que foram enviadas. Nós tivemos a aprovação da PEC nº 186, que se transformou na Emenda Constitucional nº 109, trazendo então um arcabouço fiscal muito sólido. Junto com a Lei Complementar nº 178 e a Lei Complementar nº 173, nós temos um arcabouço que muda significativamente para melhor alguns regramentos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o pacto federativo é muito importante. Não poderia deixar de citar aqui também o acordo que foi feito entre União e Estados sobre a Lei Kandir e o FEX. Retiramos essa incerteza jurídica. Isso é, de fato, muito importante. Com o acordo feito, resolveu-se o imbróglio, uma pendência de vários anos, e permite-se então que a gente tenha, anos à frente, a possibilidade de trabalhar com maior previsibilidade, com menor número de riscos fiscais. O mesmo aconteceu com a questão do atendimento da linha de crédito que a União seria obrigada a construir até 2024 para pagamento de precatórios, para dar suporte ao pagamento de precatórios de Estados e Municípios. Isso foi bem resolvido na Emenda Constitucional nº 108.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outras medidas estruturais, medidas de liberalização comercial, a reforma administrativa, a reforma tributária, com seu ganho de eficiência, é fundamental termos. Temos que melhorar a questão tributária, não termos – e essa é uma diretriz – aumento da carta tributária. Os marcos legais – já falei do saneamento, mas se encontram também exemplos em petróleo e gás, ferrovias, cabotagem, energia e, claro, saneamento.

Em Mercado de gás, por exemplo, nós tivemos um convênio recentemente aprovado pelos 27 Secretários de Fazenda dos Estados. Eu presido o Confaz, é o cargo do Secretário Especial de Fazenda que preside o Confaz. Foram várias reuniões e avanços importantes, como esse convênio ligado ao mercado de gás que possibilita uma verdadeira redução, por esse componente específico, no gás para as empresas, bem como para os cidadãos, para as pessoas físicas.

O que está apontado aqui em azul é sobre uma parte microeconômica. A lei de falências e recuperação judicial, que nós aprovamos, começou em 2016. Eu estava, à época, já coordenando esse tema. Aprovamos com o ex-Ministro Henrique Meirelles. Ele delegou essa função à minha coordenação e nós aprovamos aí, na gestão do Ministro Paulo Guedes, que foi extremamente diligente e entendeu a importância, junto com o Senado, junto com a Câmara dos Deputados, com o Deputado Hugo Leal. À época, o Senador Rodrigo Pacheco foi o Relator. Tive várias reuniões com o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, sobre a lei de falências e recuperação judicial que é, certamente, uma alteração microeconômica, uma reforma microeconômica, das mais importantes desde 2005. Isso foi aprovado dia 24 de dezembro do ano passado. Nós fizemos essa reforma e agora temos medidas para fomento aos mercados de capitais: três medidas provisórias estão no prelo para serem enviadas – são 14 ou 15 tópicos – para o fortalecimento do mercado de capitais. Essa é a solução, é a agenda de reformas.

Então, eu encerro aqui, Senador Confúcio, a minha fala mais geral. Eu pediria apenas três minutos para falar sobre um aspecto pessoal. Peço a sua autorização e serei realmente breve, mas acho que é um ponto importante para falar.

Posso seguir?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não. Pode sim.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Muito obrigado, Presidente Confúcio e Senadores e Senadoras.

É sobre a minha... Hoje é o meu último evento público como Secretário Especial de Fazenda. Essa mudança já estava sendo programada, esse remanejamento, como falou o Ministro Paulo Guedes. Nós temos alterações na estrutura da equipe econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta minha vinda aqui para esta importantíssima Comissão do Senado já estava programada há cerca de um mês. Estamos mantendo o cronograma.

Eu conversei com o Ministro Paulo Guedes, em dezembro do ano passado, por uma questão estritamente pessoal, se haveria uma possibilidade de eu sair da Secretaria Especial de Fazenda. Foi um pedido pessoal meu, conversando com o Ministro Paulo Guedes, em dezembro do ano passado. Seguimos em janeiro, fevereiro e março, em algumas reuniões internas isso foi discutido, e estamos trabalhando com um remanejamento, como muito bem colocou o Ministro Paulo Guedes em uma coletiva feita na terça-feira, às 20h, com o Ministro Paulo Guedes, eu e o Bruno Funchal, que é o meu substituto e está em caminhos da nomeação para Secretário Especial de Fazenda, uma função de elevadíssima importância, Senadora Kátia Abreu. E, como um funcionário do Senado – eu sou Consultor da Conleg, digo novamente –, com um orgulho enorme, como servidor público, que serve ao público, já vinha comentando com o Ministro Paulo Guedes, desde dezembro do ano passado, e aí, na terça-feira, fui surpreendido por um vazamento, possivelmente mal endereçado: "Ministro Paulo Guedes demite o Secretário Especial de Fazenda Waldery Rodrigues Junior". De fato, não foi uma demissão, não existe isso. O próprio Ministro colocou isso de maneira muito determinada, muito direta. Aqui abro aspas para a fala do Ministro, na terça-feira à noite, quando o Ministro deu uma coletiva, em que estávamos eu e o Bruno Funchal: "Não tem Ministro demitindo alguém competente, leal, amigo, sério, responsável. Foram tantos combates juntos, que estamos ligados. O que está acontecendo, na verdade, é um remanejamento da equipe". E é exatamente isso.

O Bruno Funchal foi uma pessoa que eu mesmo trouxe para o Ministério da Economia. Aliás, é o segundo convite que eu faço ao Bruno. Em 2016, naquele tópico de recuperação judicial, o Bruno tinha uma tese do doutorado dele com o Professor Aloisio Araujo no tema, era um quadro excepcionalmente bem qualificado, e, naquele momento, eu já chamei o Bruno para juntar-se à equipe. Ele prontamente aceitou e colaborou decisivamente como uma das sete pessoas de fora do Ministério da Fazenda que contratamos à época. Agora, em outubro de 2018, eu liguei para o Bruno, que estava em Vitória, e disse-lhe: "Bruno, você tem essa experiência como Secretário de Fazenda do Espírito Santo. Junte-se à equipe. Nós precisamos ter alguém muito forte, com conhecimento nas Secretarias de Fazenda dos Estados, ou seja, no aspecto fazendário em nível estadual". E o Bruno veio para a equipe. O Mansueto Almeida, ex-Secretário do Tesouro, reforçou o convite. Então, eu e Mansueto chamamos o Bruno, que veio aqui para equipe e ficou como diretor na minha assessoria direta, num conjunto de cinco diretores, se preparando por um ano e meio com o Secretário Mansueto para substituí-lo – então, de forma muito direta, muito planejada, muito equilibrada. O Secretário Bruno Funchal já está como Secretário do Tesouro Nacional, que é uma das secretarias da Fazenda, há um bom tempo e, agora, ascendeu. Foi uma das discussões feitas com o Ministro Paulo Guedes esse remanejamento.

Há uma nota também, oficial, do Ministério da Economia – ela pode ser acessada –, em que se coloca que eu fui convidado pelo Ministro. Eu a estou lendo aqui textualmente: "Waldery Rodrigues foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidado pelo Ministro para que continue na equipe como seu assessor especial". É uma honra muito grande receber esse convite. Estou conversando com o Ministro Paulo Guedes. Há a minha questão pessoal, revelada desde dezembro, mas é importantíssimo que a gente tenha aqui sempre a mesma diretriz. Nós somos combatentes da política fiscal responsável.

A interlocução que a Fazenda tem com o Congresso é esta que está acontecendo agora. A interlocução que eu tenho, que a Fazenda tem, que as equipes da Fazenda têm com o Congresso é essa que está acontecendo, como aconteceu no ano passado nove vezes – em quatro delas eu vim aqui –, essa interlocução de mais de três horas cada uma com o Congresso.

Nós temos por diretriz que a gestão fiscal responsável não é uma escolha do gestor, é uma obrigação imposta pela Lei de Responsabilidade Fiscal como valor nacional que foi esculpido na própria legislação. Para o bem do Brasil, qualquer que seja o exemplo de soluções para o Orçamento e para políticas públicas, em qualquer ano, não somente em 2020 ou 2021, é preciso ser fiscalmente responsável, e esse é o maior respeito que temos com as gerações futuras. O ajuste das contas públicas é uma conquista da sociedade, por ela incorporada como valor intrínseco, e, portanto, temos que combater e lutar com afinco para a gestão fiscal responsável.

Obrigado, Presidente Confúcio.

Fico à disposição para as respostas e, novamente, como servidor público da Conleg, da Consultoria Legislativa do Senado, me coloco à disposição de V. Exas.

Como Secretário Especial de Fazenda – ainda estou imbuído do cargo –, mantive agenda normal na semana passada. Essas notícias ruidosas começaram terça de manhã, amainaram, acalmaram terça à noite, mas seguiram. Eu segui com a agenda normal: quinta-feira com o CMN, como falei, e com a agência de classificação de risco, a Fitch, normalmente, como programado; e, hoje, como programado, estou com V. Exas. aqui dando sequência e substituindo o Ministro Paulo Guedes, que virá no próximo encontro.

E o jogo continua, com a equipe forte, muito bem formatada e conceituada.

Seguirei contribuindo da maneira que for mais efetiva para o País.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Waldery. Foi uma aula maravilhosa sobre esse ano fatídico que foi o ano de 2020, e também sobre o ano de 2021, os dados econômicos, as curvas desencontradas da receita e da despesa... Muita informação boa.

Inclusive, essa sua apresentação foge um pouquinho do ritual nosso, que é sempre mostrar sobre vacina, *kit* de intubação, falta de oxigênio, mas, dentro do escopo da Comissão, há acompanhamento fiscal, execução orçamentária, tudo isso. Com certeza, haverá muitas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito a V. Exa. pela apresentação, pelas justificativas da sua saída da Secretaria para outro cargo importante do Ministério.

E eu passo a palavra neste momento ao Relator, Senador Wellington Fagundes, que já disponibilizou o primeiro relatório parcial da Comissão, que consta do grupo e já está disponível hoje mesmo na página da Comissão.

Então, passo a palavra para o nosso Relator para os seus questionamentos pelo tempo de oito minutos, está bom?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – O.k., Presidente.

Bom dia, Presidente Confúcio e todos os Senadores aqui, a Senadora Kátia, a Senadora Zenaide, e o sempre presente Senador Espiridião. Quero cumprimentar aqui também o Dr. Waldery.

Sr. Presidente, em relação a esse relatório parcial, como V. Exa. já adiantou, ele está disponível. Eu gostaria de registrar o trabalho, inclusive, de toda a equipe da Consultoria. Eu vou fazê-lo no final, Sr. Presidente, quando terei a palavra e poderei fazer considerações, mas, de qualquer forma, já está disponível para todos os Parlamentares, que eu gostaria que nos ajudassem, contribuindo, já que temos as sub-relatorias. Então, todos já podem, com esse material, apreciar e adiantar.

Sr. Presidente, como Relator, primeiro quero aqui registrar o papel do Secretário Waldery em vários aspectos, como Secretário, porque nós tínhamos uma luta muito grande dos Estados brasileiros em relação à questão da regulamentação da Lei Kandir. Por omissão do Congresso Nacional, isso ficou praticamente no limbo por mais de 20 anos. E foi exatamente agora, com essa equipe, que conseguimos fazer o melhor e mais amplo entendimento do Brasil, ou seja, a participação de todos os Estados brasileiros, do Supremo Tribunal Federal e também do Congresso Nacional, em que apresentei o projeto, que foi votado. Isso representará a transferência de R$65 bilhões, acabando, de uma vez por todas, com essa disputa que havia entre Estados, Municípios e o Governo Federal.

Também quero agradecer, sobre a questão do Finisa, o voto do Secretário Waldery, que entendeu – depois de muitas audiências, bem como agora, a prorrogação das dívidas dos fundos constitucionais – que isso era importante para melhorar, inclusive, a questão da distribuição dos recursos, porque hoje, dificilmente, as empresas teriam condições de honrar esses pagamentos. Então, o alongamento não representa perdão de dívida; representa o fôlego que as empresas – principalmente as pequenas e médias empresas – precisam ter neste momento.

Então, eu vou direto aqui, Sr. Presidente, às perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este ano tivemos um aumento expressivo do número de casos de pessoas infectadas pelo coronavírus bem como de mortes. Já ultrapassamos a marca infeliz de 408 mil óbitos devido à Covid-19. Com atrasos no plano nacional de imunização, ainda não conseguimos uma imunização mais abrangente da nossa população por meio de vacinação. A solução, enquanto não vacinamos em massa a nossa população, é o isolamento social, o que leva a uma série de problemas para a economia. Já temos um novo auxílio emergencial para a população mais vulnerável, inclusive aprovado com o trabalho não só aqui de praticamente todos os Senadores, mas também do Governo. Também sofrem as micro e pequenas empresas, que precisam de crédito e têm dificuldade de obtenção de crédito. A reedição do Pronampe deve ser um grande alívio para esse segmento.

Por isso eu pergunto, Sr. Presidente: o Ministério da Economia tem dados sobre a real necessidade de crédito por parte do setor produtivo? Os programas de crédito disponíveis são suficientes para atender a demanda do crédito? O Ministério da Economia tem uma avaliação do impacto dos programas de crédito sobre a nossa economia? Por exemplo, quantas empresas deixaram de fechar as portas e quantas pessoas não perderam seus empregos devido a estes programas?

Aqui, Sr. Presidente, ainda, a segunda pergunta: o Ministério da Economia tem projeção dos efeitos econômicos devidos aos atrasos na imunização da população? Se os atrasos persistirem, o que devemos esperar da taxa de crescimento econômico este ano? O País deve entrar em recessão? Qual é a previsão de duração dessa recessão?

Vamos à outra. A imunização da população pode ser vista como uma das principais estratégias para reduzir os impactos econômicos da pandemia. Existem problemas nas cadeias de fornecimento de vários setores da economia. E, com a piora nos números da pandemia, muitos setores vêm tendo dificuldades em produzir, bem como em encontrar insumos para produzir os seus produtos. Esses problemas se multiplicaram e levam a grande preocupação na área econômica. Quais são os riscos que enfrentam o setor produtivo devido a essa pandemia? Quais os setores mais afetados pela crise? Existem medidas sendo discutidas no Ministério da Economia para ajudar esses setores?

Ainda, no segundo semestre de 2020, o IBGE registrou uma queda do PIB 9,7% no segundo trimestre em relação ao trimestre anterior e de 11,7% em relação ao segundo trimestre do ano anterior. Naquele momento, a expectativa era que o PIB brasileiro pudesse cair 10% no ano de 2020. No entanto, com o fim do ano de 2020, observou-se uma queda de 4,1%, que, apesar de expressiva, é bem menor do que a esperada. O Brasil não ficou mal no *ranking* dos países em relação à variação do PIB, ocupando com isso, então, a nona posição. Ocorre que muitos estudiosos atribuem esse resultado ao auxílio emergencial, que injetou grande quantidade de recursos na economia, mas foi o grande responsável pelo endividamento do Estado em 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desses fatos, pergunto: o que podemos esperar da economia brasileira em 2021, diante da redução drástica do volume de recursos destinado ao auxílio emergencial? Que impactos podemos esperar do endividamento de 2020 no PIB de 2021 e também nos anos subsequentes?

Diante das dificuldades para a vacinação da população, no curto espaço de tempo, pode ser que haja necessidade de medidas restritivas que impactem a economia ainda por algum tempo. O Brasil terá condições de manter programas sociais, como auxílio emergencial, socorro a micro e pequenos empresários e outras formas de atenuar o sofrimento das pessoas em função da pandemia?

O Governo trata a pandemia como uma questão na qual seria possível separar a questão sanitária de assuntos econômicos. O Presidente da República, com frequência, questiona medidas de isolamento que, apesar de terem como resultado a redução dos números de infecção e mortes, segundo o Governo, trazem um mal maior por meio do empobrecimento da população. Está claro, no mundo todo, que quem quer saber o que vai acontecer com a pandemia tem que entender os rumos que a pandemia vai tomar.

Diante disso, pergunto: o Ministério da Economia tem mantido o diálogo constante com o Ministério da Saúde para encontrar o ponto de equilíbrio, no qual medidas de isolamento que, eventualmente, sejam necessárias sejam o menos prejudiciais possível na soma das dimensões sanitária e econômica? Há um grupo de trabalho formalmente constituído, permanentemente reunido, para discutir assuntos dessa natureza? Caso não esteja havendo reuniões constantes, nem tenha sido constituído um grupo permanente de trabalho, não se corre o risco de se estar debatendo uma tese sem informações relevantes, apenas com base em retórica política?

Sexto, Sr. Presidente, a pandemia impôs um ritmo de vida totalmente diferente para toda a população. Ainda que o Governo defenda que não é necessário o isolamento social, o fato é que, diante do número elevado de casos, o isolamento social... Com isso, as mortes e também o colapso do sistema de saúde, vários Estados e Municípios têm passado por essa dificuldade, interrompendo aulas de ensino fundamental e, claro, ensino médio também. Nesse contexto, restou evidente, de um lado, a falta de capacidade do Estado brasileiro de disponibilizar aulas remotas de qualidade para seus alunos e, de outro lado, as dificuldades de infraestrutura para a disponibilização de internet para os alunos acessarem as aulas.

Já se passou mais de um ano e, diante de tudo isso, pergunto: que medidas o Governo tem adotado para não apenas solucionar um problema emergencial, garantindo acesso às aulas remotas, mas também garantindo o acesso à internet e às informações do mundo moderno aos alunos brasileiros? Haverá necessidade de aporte de recurso para isso? Há estudos nesse sentido? O Ministério da Economia, em algum momento, foi procurado tanto pelo Ministério da Educação quanto pelo seu antecessor, para debater esse tema? O Ministério da Economia julga que seja um assunto importante para ser resolvido emergencialmente, mas também relevante para ser implantado estrategicamente? Aí, vem, inclusive, a questão do 5G, de que V. Exa. pode até falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluindo, Sr. Presidente, o Brasil tem tido muita dificuldade para obter a quantidade de vacinas contra a Covid-19 necessárias para toda a população. Chegou-se ao ponto de, em uma entrega de 1 milhão de doses, suficiente para apenas um dia de vacinação, haver cerimônia de recebimento da carga, com o discurso Ministro da Saúde, na pista do aeroporto, o que demonstra o quanto a situação está crítica.

Nesse contexto, seria muito estratégico estimular o desenvolvimento de vacinas próprias. Passado mais de um ano da pandemia, não apenas não iniciamos a produção de vacinas próprias, como, mesmo com o Brasil tendo uma vasta experiência e respeitabilidade na área de vacinação, tivemos recursos orçamentários destinados às pesquisas, inclusive para as vacinas, cortados do orçamento.

Portanto, diante desses fatos, eu pergunto: o senhor o ou Ministro Paulo Guedes foram procurados pelo Ministro Marcos Pontes para tratar dos recursos para a ciência e tecnologia?

Tinham conhecimento de que parte desses recursos cortados seriam destinados às pesquisas para a produção de vacinas contra a Covid-19?

Por qual motivo esses recursos não foram considerados estratégicos ou prioritários a ponto de terem sido protegidos no corte que foi feito?

E ainda: não haveria outra forma de compensação para que pudessem ser mantidas essas despesas, como por exemplo, os mais de R$300 bilhões de benefícios fiscais concedidos anualmente para todo tipo de empresa, inclusive sólidas, e que não necessitam dessas isenções? Porque a nossa grande preocupação, Sr. Presidente, é fazer com que o Brasil tenha vacinas. E nós vamos precisar de vacinas importadas neste momento – uma luta da Senadora Kátia Abreu com tantos outros – de onde tiver, mas, claro, também, devido ao Brasil ser um País altamente tecnificado, nós sabemos que podemos e teremos que fazer vacinas aqui, seja no Instituto Butantan, na Fiocruz. Oferecemos também a indústria de saúde animal, como outras indústrias que estão se instalando, como é o caso da União Química. Então, fatalmente, teremos necessidade de vacinas para este momento da pandemia, para o ano que vem e, provavelmente, por muitos anos para frente ainda.

Gostaria de saber, inclusive, do Secretário o que a indústria brasileira poderá ter de incentivo verdadeiro para que a gente possa ter aqui as condições plenas de fabricar a vacina para a população brasileira. E, como eu tenho dito: a partir da indústria de saúde animal, temos três grandiosas fábricas já disponíveis para fabricá-las e outras também que já têm condições. O que está pensando a área da economia nesse sentido? Porque não há outro caminho, a nosso ver, que não seja a produção de vacinas brasileiras, se possível, com 100% de tecnologia brasileira, como esses institutos que já estão trabalhando, através do Ministério de Ciência e Tecnologia, e várias universidades também.

Sr. Presidente, é isso. E é claro, eu gostaria de pedir um tempo ao final da reunião, porque nós temos aí os requerimentos e alguns aspectos que eu gostaria depois, se possível, de discutir com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, mais uma vez, agradecemos aqui a sua liderança, e, principalmente, a votação que tivemos da lei que propus e que, no Senado, por unanimidade, conseguimos aprovar. Eu já estive falando com lideranças da Câmara e espero que também a Câmara dos Deputados possa aprovar esse projeto de lei e tenhamos condições de fabricar vacinas o quanto antes possível, porque é possível, temos tecnologia e sabemos que poderemos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington.

Vou completar esse primeiro bloco, embora o Wellington tenha feito um tanto de perguntas como Relator, para...

Senador Wellington, por favor, feche o seu som. Obrigado

Eu passo a palavra, pelo tempo de três minutos, ao Senador Styvenson Valentim. Depois, Senadora Zenaide Maia.

Styvenson Valentim, com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Styvenson. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, todos que nos assistem, eu vi que o nosso Relator, o nosso nobre Relator Wellington Fagundes, realmente fez muitas perguntas, mas eu quero fazer uma ou duas perguntas ao nosso convidado, representante do Ministro Paulo Guedes.

Uma coisa o senhor deixou clara: acima de qualquer coisa, está a austeridade e a responsabilidade fiscal. Eu perguntaria ao senhor, como eu já perguntei ao Ministro, que ficou de responder: não seria a hora também de essa austeridade fiscal, de esse ajuste fiscal sair, principalmente, de cima dos trabalhadores e dos servidores, sejam públicos sejam privados, e passar a pegar os privilegiados deste País? Por exemplo, a remuneração da sobra de caixa dos bancos, que o Ministro ficou de mostrar quanto foi no ano anterior. Isso existe! Ele disse que existe, não está em nenhuma lei aprovada, mas, em relação ao que os bancos não emprestam, quando termina o expediente, o Tesouro Nacional, o Banco Central fica com a sobra e remunera isso aí.

Dois. Por que a gente não vê com austeridade... Como eu estou dizendo, vamos tirar dos privilegiados. O Brasil é um país tão difícil de entender num momento desses e antes... Por exemplo, a gente sabe que o setor financeiro é quem manda. O Ministro disse aqui, quando eu perguntei se o Ministério da Economia tem um plano para gerar emprego e renda, que isso era coisa antiga e quem determinava plano econômico do País era o mercado financeiro. Então, se é um país que produz e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exporta, que é um dos maiores produtores de alimentos e de exportação para o mundo, pois a gente vê que alimenta um bilhão de pessoas, fica difícil a população entender como deixa 30 milhões passando fome!

Eu queria que os senhores tivessem um olhar diferenciado, porque é muita renúncia fiscal.

O senhor poderia explicar... Por exemplo, o senhor mostrou aí muita ajuda a Estados e Municípios. A gente sabe que o Governo central fica com 60% dos impostos e, quando ele quer aprovar leis, ele aprova sem consultar Estados e Municípios. Eu vou citar um exemplo aqui que não ocorreu neste Governo. A MP 795, de dezembro de 2017, anistiou as petroleiras por 25 anos, em impostos como IPI, Imposto de Renda, o que faz parte do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Não seria uma maneira de recompensar, de chamar? Isso não está na Constituição, é um projeto de lei.

Outra coisa: a gente sabe que há muitos devedores – muitos devedores – e renúncias fiscais graves, por exemplo. Em 2019, o *Valor Econômico* mostrou que só de isenção para agrotóxicos foram R$14,5 bilhões.

Então, senhor, eu queria perguntar o seguinte: qual é o plano que a gente tem para manter, pelo menos, os impostos de renda, o auxílio emergencial?

Por mais que o senhor diga que a pauta mais importante é o ajuste e a austeridade fiscal, eu ainda acho que é vacinas, porque, sem vacinas, a economia não vai alavancar. Isso não somos nós que estamos dizendo; é o mundo todo. Sem saúde, com povo doente, o País não sai de uma crise econômica. Dois: o fortalecimento do SUS; mas o que a gente vê é a retirada de 2,1 bilhões do Sistema Único de Saúde em plena pandemia. E a manutenção de emprego e renda? Porque a gente vê que a gente aprovou 1,2 trilhão para os bancos, para eles facilitarem os empréstimos para micro e pequenas empresas, que são responsáveis por 70% dos empregos. E o auxílio emergencial de R$150, com o preço do botijão de gás a R$100.

Então, eu queria saber se não teria como chamar esses grandes privilegiados, para, pelo menos no momento de pandemia, diminuir as renúncias fiscais desse povo, para poder cobrir o SUS, ou seja, vidas salvar, porque hoje há gente que não está nem ligando de morrer da Covid, porque já está morrendo lentamente a sua família de fome.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Eu acho que o Senador Styvenson saiu. Ele me avisou que iria fazer umas visitas a alguns hospitais na capital. Eu acho que ele se retirou.

Então, eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin, no lugar do Styvenson Valentim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – O Senador Styvenson nos comunicou que está fazendo uma missão aí junto a hospitais, uma missão que me assusta muito, e, por isso, eu só tenho palavras de encômio.

Queria cumprimentar o nosso Secretário Waldery e vou iniciar pela parte que ele concluiu. Eu gostaria de cumprimentá-lo como servidor público. Eu sou uma das pessoas que ainda acredita e acreditarei sempre no serviço público. E acho que o senhor encarna a figura do servidor público que eu espero que o País tenha e possa sempre valorizar. Tenho várias histórias que me gratificam quando eu cumprimento o servidor público e eu quero começar por aí.

Quero trazer quatro pontos para reflexão, já que o senhor vai prosseguir na vida pública e na vida profissional.

Nós estamos aqui preocupados – e o Senador Wellington mencionou isto – com despesas não permanentes. Quando eu falo, falo em despesa não permanente. Aumentar salário é despesa permanente. Não que ela não seja digna, mas ela é permanente; é uma capa que você acrescenta ao seu peso próprio.

Vocês já fizeram as contas de quanto é que os Estados Unidos emitiram de dólares? Trump, Biden: US$7 trilhões, na maquininha – aliás, nem se imprime mais o papel moeda –; US$7 trilhões de dinheiro que foi ou será colocado na economia americana, tudo como despesa não permanente. São US$7 trilhões! O senhor falou que nós aumentamos, no ano passado, nominalmente, R$1 trilhão. Nem chegamos a gastar isso, R$550 bilhões foi o nosso dispêndio na Covid, inclusive ajudando os Estados. Isso dá para refletir.

Quanto às linhas de crédito, eu lamento profundamente, assim como lamento no caso do auxílio emergencial, o hiato, Dr. Waldery, o limbo em que nós ainda estamos vivendo – o limbo. O seu relatório – até queria pedir, Senador Confúcio – deve estar disponibilizado para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sobre esse aumento na parte de repasses para Estados e Municípios, eu queria corrigi-lo. Foram repassados de maneira não democrática, mas mais do que democrática, republicana. Eu fui Governador e sofri muito com o Governo Federal quando reclamei da falta de espírito republicano na repartição de recursos em tragédias que nós vivemos. A distribuição de recursos para Estados e Municípios foi feita de maneira republicana. Isso é uma evolução institucional.

Finalmente, eu quero lhe fazer um apelo. O senhor já leu o Projeto de Lei Complementar 41, de 2019, de minha autoria, que é a reedição de um projeto que apresentei em 1991 e obriga, Senador Wellington, não a cassar incentivos fiscais, ou seja, gastos tributários, mas obriga a avaliar – avaliar; não é cortar, Confúcio – o resultado de uma isenção, de um juro subsidiado, de um fomento que se deu a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor da economia? Nós nunca avaliamos. Estamos há 30 anos. A perda da União na proposta para 2022 é de R$365 bilhões; já foi de R$400 bilhões. Se somar União, Estados e Municípios, vamos a mais de R$500 bilhões/ano, que ou não arrecadamos ou subsidiamos sem avaliar. Confúcio, sem avaliar! É como se fosse uma mesada que o País dá todos os anos, automaticamente, sem recibo, sem saber o que o sujeito fez com isso, se beneficiou o trabalhador, se gerou ou conservou empregos, se ajudou a que o setor ficasse mais competitivo – também é bom –, ou se o consumidor ganhou alguma coisa. Ministros já chamaram isso de bolsa empresário, de brincadeira. Ou seja, já foi dito tudo.

E esse projeto continua sem poder ser votado. Já na sua terceira versão, ele está para a minha alegria... Recebi hoje a notícia de que o Senador Anastasia concluiu, digamos, a minuta do seu parecer. Eu queria que o senhor, neste pequeno período sabático que vai passar – eu tenho certeza de que o senhor vai continuar servindo o País na área da economia; se vier para o Senado, ótimo! –, ajude para que esse projeto saia do papel, ou seja, tramite; que conclua a sua tramitação no Senado e vá para a Câmara. O princípio é um só: avaliar essa montanha de dinheiro que nós ou damos automaticamente todo ano ou de parte disso abrimos mão sem saber se foi bom ou se foi ruim, segundo estes três aspectos: emprego, competitividade e benefício para o consumidor.

É o que eu gostaria de lembrar neste dia, agradecendo mais uma vez e fazendo aqui uma ponderação final. O auxílio emergencial está previsto para 44 bilhões neste ano. No ano passado, segundo o Tribunal de Contas da União, sete milhões de pessoas receberam indevidamente 54 bilhões de auxílio emergencial, ou seja, segundo o Tribunal de Contas da União, a dotação que nós temos neste ano é menor do que a fraude imputada pelo TCU no ano passado. Eu acho que dá para dobrar o valor do auxílio emergencial pelo menos, portanto, por conta desse recebível que o Governo Federal tem que, cumprindo a lei, buscar de volta. É um recebível ou não é? É, tecnicamente é um recebível. Complicado? É, mas é um recebível. Uma *factoring* trabalha com recebíveis de boa ou de qualidade discutível. Então, eu queria que o senhor ainda levasse essa mensagem à Secretaria da Fazenda do Ministério da Economia.

Receba os meus respeitos sinceros e carregue sempre essa missão do bom serviço público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Agora foram três Senadores que falaram, que fizeram suas indagações: Wellington, Zenaide e Esperidião Amin. Ainda estão inscritos: Senadora Kátia, Izalci e Humberto Costa.

Vamos passar para o Dr. Waldery os questionamentos iniciais, que são muitos. Eu vou dar para V. Exa. um tempo de 12 a 15 minutos para responder os três, porque o Senador Wellington fez muitas perguntas. Fique bem à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Waldery com a palavra.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Obrigado.

Presidente Confúcio, só peço que confirme se o áudio está o.k. (*Pausa.*)

Tudo bem? O áudio está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tudo bem. Estamos ouvindo bem.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Grato.

São três blocos de pergunta, começando pelo Relator, que colocou cerca de seis detalhadas perguntas, trazendo, de fato, uma abordagem que é quase um plano de trabalho *pari passu*. Então, é bastante abrangente, incisivo e completo sobre as perguntas. Muito obrigado ao Relator, Senador Wellington, porque permite que a gente discuta cada um desses temas com bastante propriedade.

Então, vamos seguindo uma por uma. A primeira é sobre a questão dos infectados e a *interface* entre economia e saúde. A primeira pergunta é sobre os dados, sobre a real necessidade de crédito para o setor produtivo. É um dado de difícil mensuração, mas nós temos, sim, algumas abordagens de quanto é o crédito necessário, embora, reforço aqui, não seja um dado simples de ser mensurado. Não é uma variável simples de ser mensurada, mas nós temos o cuidado de, inclusive, ter essa precaução e cuidado com a alocação do recurso.

O Governo se dispõe a estar apto a responder a todas as medidas de combate à Covid que têm trazido efeito ruim, negativo, adverso para a população, para a economia. A prioridade é saúde, sem esquecer os vitais sinais da economia, e, portanto, crédito é uma ferramenta extremamente importante. O número que eu coloquei para 2020, cerca de 95 bilhões... Este foi o número que passamos, 91,5 bilhões, de valor efetivamente pago no ano passado, sendo, somente do lado da receita, 21,6 bilhões de IOF-Crédito, e essa medida se espalha por toda a economia. Mas nós tivemos também as outras quatro medidas aqui apontadas.

Há também uma aprendizagem com o que foi feito no ano passado. Isso é natural. As medidas de crédito tendem a ter maior efeito exatamente por essa aprendizagem que tivemos no ano passado. A suficiência dos programas de crédito para atender à demanda por crédito é analisada e calibrada para que, de fato, nós tenhamos a minimização do impacto fiscal e uma maximização desse crédito disponível – e é o crédito disponível na cabeça, como se fala, na largada, como é o caso do IOF-Crédito, como também essas medidas que permitem que chegue o crédito da intermediação financeira até a ponta, até as empresas que de fato precisam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão da avaliação do impacto dos programas de crédito, nós temos iniciado estudos – preliminares ainda, são preliminares – sobre esses dados – é importante que isso seja feito em conjunto com o Banco Central – das medidas tomadas no ano passado. Essas preocupações também, e aqui é importante mencionar, nos levam à aprovação, tempo e energia para a aprovação de medidas estruturantes, como foi o caso do aperfeiçoamento da lei de falências e recuperação judicial, que eu já havia mencionado. Isso permite que um sistema recuperacional e falimentar mais bem desenhado não tenha aí... Nós não veremos o fechamento de empresas, ou empresas indo para a fase falimentar, ou empresas entrando em recuperação judicial, ou, caso entrem, entram com uma maior capacidade de recuperação. Isso é um ponto extremamente importante. É uma lei que foi sancionada em dezembro, com a sua vacância, sua *vacatio legis* finalizada em 24 de janeiro, já estando plenamente em voga, está em plena validade.

As avaliações, então, Senador Wellington, são feitas *pari passu.* É uma conversa feita em conjunto com o TCU também. E o importante é termos o valor para cada R$1 maximizado, ou seja, que o crédito que for alocado seja o mais potente possível. E aprendemos com as medidas tomadas no ano passado.

Na primeira pergunta, há a parte final que é: que medidas a Economia pretende tomar para impulsionar o crédito para o setor produtivo como um todo, em particular para as micro e pequenas empresas? Eu lembro que, na LDO, foi aprovada uma mudança que permite que o Pronampe fique fora da regra de atendimento da meta de primário. Então, está o dado lá, e foi comunicado oficialmente pelo ministério o valor – e aí a minha equipe me corrija – de até R$5 bilhões, um valor que pode ser calibrado. E a intenção é dar efetividade máxima para cada real alocado para crédito.

A segunda pergunta entra na questão da imunização e também das cadeias de fornecimento dos vários setores. Isso tem tanto implicações na dificuldade de encontrar insumos para a produção como também na produção em si. Então, é a entrada e a saída. E, claro, há um efeito multiplicativo quando as cadeias de fornecimento ficam travadas. Nós estamos atentos para esse tema dentro do Ministério da Economia. E aí é um tema que até extrapola as competências da Fazenda, mas há secretarias especiais no Ministério da Economia, como Sepec, Secretaria Executiva e outras, que analisam essa situação e tiveram respostas bastante positivas no ano passado. E, novamente, atenderemos e reagiremos conforme seja necessário.

Eu falo da questão da fiscalidade, do controle fiscal, porque essa situação econômica é interativa. A gente tem que olhar para o hoje e para o amanhã. Falarei um pouco mais sobre isso na resposta ao apontamento do Senador Esperidião Amin. Então, é olhando para um lado e para o outro, cuidando dos dois segmentos: atenção rápida e direta no fornecimento de crédito, na proteção aos mais vulneráveis, no atendimento ao setor produtivo, particularmente as pequenas empresas, e, ao mesmo tempo, cuidando para que não haja um desbalanceamento das contas públicas. Os números falam por si, conforme apresentado no comecinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos: quais os principais riscos enfrentados pelo setor produtivo? Foi a pergunta. A economia estava reagindo muito fortemente. O Ministro Paulo Guedes apresentou, inclusive, os dados de arrecadação do mês de março, mostrando um dinamismo muito forte. Se nós tivermos... E aí repito esta palavra com ênfase: vacinação é prioridade. A vacinação ajuda fortemente também a economia. A vacinação tem o mérito *per se* e tem um efeito espraiador positivo enorme sobre a economia; e é prioridade. Ela tem que ser olhada, tem que ser colocada como prioridade.

O fiscal é base, não é o fim em si. O fiscal é meio, é um meio robusto, se cuidarmos do fiscal, para permitir que as ações, incluindo vacinação, incluindo a priorização da saúde, que tem que ser prioridade, possam ser feitas. Então, há riscos ao setor produtivo que são mapeados, mas a economia estava reagindo muito fortemente, a arrecadação de março foi muito forte, a de fevereiro também, algo que relembra o que aconteceu no ano passado. No primeiro trimestre do ano passado, a arrecadação estava também muito forte. Aí, veio a pandemia e nós tivemos o fundo do poço em junho, julho, aproximadamente, depois uma recuperação, como bem apontou aqui, com uma queda de 4,1%, o relatório das perguntas do Senador Wellington. E aí, identificados esses riscos, o importante é que se tenham recursos e medidas para evitar que a *supply chain*, a cadeia de fornecimento, seja quebrada. O efeito multiplicador realmente é muito forte. Vários setores, várias secretarias do Ministério da Economia trabalham sobre esse tema. A Fazenda trata mais da questão fiscal, e essas outras secretarias têm prontamente respostas e mapeamento para essa análise.

A terceira pergunta se refere a como o Brasil ficou com relação a *performance* no ano passado. De fato, uma queda de 4,1% surpreendeu positivamente muitos analistas. Quando chegou abril, maio e junho, as previsões para a queda do PIB no País estavam bastante negativas. Havia previsão de que o Brasil teria uma queda de 6%, 7%, 8%; um analista mesmo chegou a colocar 9,1% de previsão. E, ao final, nós mantivemos, naquela época, a nossa previsão de queda de 4,8%, depois alteramos para queda de 4,5%, na medida em que a incerteza macroeconômica estava sendo diminuída, e finalizou com 4,1%.

As perguntas que V. Exa. endereça – o que podemos esperar da economia para 2021, até porque, pelo lado do setor de serviços, por exemplo, nós temos um auxílio emergencial de menor valor – a economia responde, *per se*, com medidas estruturais, medidas saneadoras das contas públicas, ela dá dinamismo, nós temos investimentos... As reformas, como, por exemplo, mudança nos marcos legais, permitem a injeção de recurso novo, recurso bem-vindo, e fazem com que a economia reaja.

Então, o auxílio emergencial é importante, tem um grande mérito, é prioridade, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que ver a recuperação da economia na criação de empregos, na não destituição de postos de trabalho. São os dois lados que têm que ser analisados e incentivados igualmente: a proteção aos mais vulneráveis, respeitando o ordenamento fiscal, e, ao mesmo tempo, incentivos sendo criados para que a economia responda à medida que nós tenhamos um arrefecimento da pandemia e, em particular, uma reação do setor de serviços. O que podemos esperar do endividamento de 2020? Comentei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dados de endividamento do ano passado. O endividamento pulou R$1,1 trilhão, hoje está em cerca de R$6,7 trilhões, de forma justa, de forma legítima e de forma atenta. A gestão da dívida pública, que é uma área que fica na Fazenda, com o Tesouro Nacional, pelo Ministério da Economia, ela foi feita com bastante atenção e zelo. Permite, então, que tenhamos um colchão de liquidez de forma cautelosa, e de forma que possa dar aos gestores da dívida pública uma capacidade de resposta. Resolvemos, por exemplo, a pilha maior de endividamento este ano, no mês de abril. O Secretário do Tesouro, o Bruno, até apresentou, na quinta-feira, o relatório da dívida pública com dados detalhados sobre a gestão da dívida, e nós entendemos que a cautela e a atenção têm que ser máximas, e, ao mesmo tempo, que a gestão pode, sim, ser feita de forma muito direta e eficiente para que o endividamento esteja controlado. O próprio gráfico que eu mostrei apresenta, se não me engano, uma estimativa de 87,2 para o endividamento; 88,1 para 2024; e, em 2023, um valor até menor, 87,3. Mas é uma trajetória controlada, nessa nossa estimativa, não explosiva, bem abaixo de 95%. E ações podem trazer essa curva para baixo, que é o que se deseja, ações antecipadas, bem desenhadas de controle do endividamento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mais um minuto, um minuto e meio, Waldery, para responder às perguntas feitas. Há muitos inscritos.

Com a palavra o nosso convidado Waldery. Vou conceder mais um minuto, um minuto e meio.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – O.k.

Ainda na relação de perguntas do Senador Wellington, ele comenta as dificuldades para a vacinação e se o Brasil terá condições de manter programas sociais como o auxílio emergencial, o Pronampe e outros, para atenuar os sofrimentos. Então, além do auxílio emergencial de R$44 bilhões, o Governo retorna com o BEm e com o Pronampe, com um tripé de sustentabilidade econômica. A extensão desses programas requer uma reavaliação contínua, que foi outro tema apontado aqui, e temos a aprendizagem do ano passado. A tomada de decisão nossa será feita exatamente nesse equilíbrio entre o impacto sanitário e o impacto econômico, tendo como prioridade a saúde, sem descuidar da fortaleza econômica, para que a gente tenha condições de responder desafios à frente, que podem surgir ainda na sequência da pandemia.

A quarta pergunta se refere ao ponto de equilíbrio entre isolamento e, de novo, a questão sanitária ou econômica. Não tem que haver uma situação dicotômica – ou isso ou aquilo. As duas coisas caminham juntas. Cuidar da vacinação é cuidar da economia. Cuidar da saúde também é cuidar da economia. São prioridades colocadas pelo Governo, sempre com a atenção à gestão responsável. Essas discussões são feitas entre o Ministério da Economia e o Ministério da Saúde. A Secretaria Executiva do Ministério da Economia, em particular, tem essa coordenação pelo Ministério da Economia com o Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A quinta pergunta é sobre a questão das aulas remotas, a garantia do acesso à internet e informações para os brasileiros, para os estudantes brasileiros. O Ministério da Economia tem a nossa competência na área fiscal e econômica. Então, o Ministério da Educação certamente tem condições de responder com melhor propriedade, mas todas as medidas voltadas ao ensino na pandemia tiveram o apoio do Ministério da Educação e os recursos despendidos nas várias áreas de programação de despesa, em 2020, demonstram exatamente isso. Havendo necessidade de aporte e fazendo a análise do conjunto, e aí ganha relevância o papel da Junta de Execução Orçamentária, na qual têm assentos os Ministros Paulo Guedes e Ramos – Economia e Casa Civil –, essas prioridades são lá elencadas e dispostas como programa de governo, como ação do Governo.

A sexta pergunta fala sobre a interação entre o Ministro Paulo Guedes e o Ministro Marcos Pontes para tratar de recursos para a ciência e a tecnologia, e aí há discussão sobre uma vacina própria, uma questão extremamente relevante, e se fala sobre outros recursos, como, por exemplo, reduzir os benefícios tributários. Então, o corte adicional na programação das vacinas não era explícito no momento do veto que foi feito recentemente na discussão do processo orçamentário, na sanção do autógrafo da LOA. Já está em estudo quais os procedimentos para a recomposição dessas dotações. De novo, ganha relevância a Junta de Execução Orçamentária, com os Ministros Guedes e Ramos, é um assunto prioritário na JEO e vai ser discutido. Não posso antecipar todas essas discussões, mas afirmo aqui que esse é um assunto prioritário e estará na Junta de Execução Orçamentária, buscando soluções. Existem pelo menos três alternativas lá para serem desenhadas.

Os gastos tributários, que têm esse valor, um valor de mais de 300 bilhões, realmente, se somados aos benefícios creditícios tributários, o valor chega a cerca de 400 bilhões, mas gastos tributários, o último número que tenho aqui, são de cerca de 308 bilhões, são do lado da receita. Nós temos que ter medidas também do lado da despesa. E, aí, o enfrentamento do gasto tributário, por exemplo, foi feito pela Emenda à Constituição nº 109. O Governo tem que enviar um plano para a redução do nível que está hoje, algo como 4,3% do PIB, e uma redução, em dez anos, para 12% do PIB.

Voltando especificamente à questão da vacinação, ela é prioritária, e vacina ajuda a economia. Não são dicotômicos, não são dissociados, e é um ponto importante, inclusive para um bom desenho e uma solução bem enquadrada, bem feita, para a vacina própria. É um ponto de que não podemos prescindir no curto/médio prazo.

As perguntas da Senadora Zenaide. Senadora, a austeridade fiscal é imprescindível, ela é muito importante, mas ela não é mais importante do que cuidar da saúde, cuidar dos mais vulneráveis e preservar empregos, até porque, se bem desenhados, esses efeitos retornam, via dinamismo econômico, para uma melhoria fiscal. Então, são itens que têm de caminhar em conjunto, a robustez fiscal e a solidez social são complementares, é preciso sempre olhar para os dois em conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. comentou sobre o ônus para aqueles mais afortunados. Nós temos... Sobre a questão de austeridade e sobre o caixa de remuneração dos bancos: nós tivemos aumento do PIS/Cofins sobre as instituições financeiras, por exemplo. Foi uma ação que implicou, por exemplo, um ônus sobre as instituições financeiras. Nós tivemos também a medida de proibição de distribuição de dividendos, tomada pelo CMN em 2020, além de várias outras. A questão central é que temos de cuidar do lado fiscal, como pano de fundo, para evitar, por exemplo, que haja um recrudescimento, uma nova onda de processos inflacionários, porque, por exemplo, com inflação, os mais penalizados são os mais pobres. Então, esse quebra-cabeça tem que ser montado simultaneamente com as várias partes, e está correta a sua ponderação no sentido de haver medidas que tenham seu ônus sobre outros segmentos da sociedade.

O fortalecimento do SUS também tem de seguir. O SUS mostrou a sua importância e tem de ser colocado como prioridade do Governo. O auxílio emergencial colocado agora, de até R$44 bilhões – o valor foi um pouco menor, é até R$44 bilhões –, é uma medida localizada e deve ser usada a partir da aprendizagem do ano passado para bem localizar, bem focalizar, e o Ministério da Cidadania responde pela política.

Senador Esperidião Amin, obrigado pela referência. De fato, como servidor público, estou há 25 anos em Brasília, tive uma breve passagem anteriormente pelo setor privado – sou engenheiro de formação originária e economista também por formação; sendo mais preciso: sou engenheiro com formação em economia – e sempre sirvo ao público como Consultor do Senado, cedido ao Ministério da Economia ou cedido ao antigo Ministério da Fazenda. Muito obrigado pela referência. Não somente eu, mas toda a equipe, ficamos à disposição para prestarmos serviço do ponto de vista técnico, que é a nossa competência; a competência não é política, mas técnica. A interlocução com o Parlamento, por exemplo, se dá nesse nível técnico de discussão, de apresentação das ações e busca de soluções, atendendo sempre à soberania do Parlamento.

Quanto às despesas permanentes, Senador Esperidião Amin – o senhor está sempre muito atento para as questões macroeconômicas –, de fato, a conta nos Estados Unidos com o valor de US$ 7 trilhões... O nosso gasto primário foi muito elevado, mas, é claro, é uma economia menor que a dos Estados Unidos, e a comparação tem que ser feita também nas suas bases. A capacidade de resposta da economia americana é diferente da economia brasileira, portanto é importantíssimo que a gente se preocupe com o nível de endividamento, para que não haja comprometimento das finanças públicas, o que gera um ônus para as gerações futuras também. Temos que cuidar do presente e do futuro, analisar economias com capacidades diferentes de respostas. O nível de endividamento dos Estados Unidos, comparado com o do Brasil, tem uma capacidade de resposta maior. O custo de rolagem da dívida é bem maior. Nós tivemos um encurtamento da dívida vincenda em 12 meses – isso é importante de se levar em consideração – e devemos tratá-la bem para que não haja maiores custos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O hiato que houve na linha de crédito se deveu a diversos fatores, e um deles pode ser o atraso na votação do orçamento. Nós enviamos a peça orçamentária em agosto de 2020. Constitucionalmente, há uma referência para votação no final do ano, início do ano, e este ano, se não me engano, foi o quarto maior atraso da série histórica – quarto ou quinto. Então, demorou bastante. Essas discussões acabam, por exemplo, atrasando a implementação.

E nós, já prontamente... O Ministro Paulo Guedes sempre defende esta abordagem de defesa da linha de crédito, de o crédito chegar à ponta; de novo, relembra a aprendizagem que tivemos no ano passado para tornar as medidas de agora mais efetivas.

O senhor comentou sobre o PLC 41, que é um importantíssimo projeto para avaliação. O senhor está corretíssimo: o ciclo orçamentário não pode ser somente elaborar o orçamento, executá-lo e controlá-lo; ele tem que ter a quarta perna, o quarto braço, que é avaliação. Essa palavra é chave para a solução dos problemas econômicos que o Brasil tem. Nós gastamos muito e gastamos mal. Precisamos melhorar a característica distributiva do gasto público, que tem de ir para os mais vulneráveis, que tem de ir para o mais pobre.

A reforma da previdência, de certa forma, melhorou, em grande medida, o aspecto distributivo do gasto, mas estamos longe ainda do que a sociedade merece ter. Nós precisamos reduzir o gasto público e fazer com que as demandas prioritárias da sociedade sejam atendidas. Daí a necessidade de haver transparência e conservadorismo.

O seu PLC será estudado novamente. As minhas equipes já estão se debruçando sobre esse processo, e, certamente, o Ministério da Economia vai lhe dar respostas. Temos um boletim da Secretaria de Avaliação, a Secap, aqui da Fazenda, que faz essas análises. Então, o Secretário da Secap vai procurar a sua equipe, e falaremos sobre essas questões à frente.

Emprego, competitividade e benefício para o consumidor: esse é um tripé de sucesso. É isso mesmo, é gerar emprego (*Falha no áudio.*) ... da economia e trazer benefício para os consumidores.

E o último ponto: o auxílio emergencial – muito obrigado pelo tempo, Senador Confúcio. De fato, temos que aprender com a experiência do ano passado. Esse relatório do TCU, que apontou recursos indevidos ligados ao auxílio emergencial, que teve o maior gasto... O valor pago foi de R$293 bilhões. Eventuais más alocações têm que ser corrigidas e tem de ser fortalecido o programa que agora foi desenhado e está sendo implementado. Temos que usar bem o recurso público. Cada um real faz a diferença. E essa é uma das funções que nos colocamos como equipe para, tecnicamente, responder aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Waldery.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram muitas perguntas neste primeiro bloco. E agora nós temos... Eu quero pedir desculpa aos Senadores, porque aqui, conforme a sequência lida no início, primeiro falam os titulares, depois os suplentes, depois os não membros. E vão chegando Senadores titulares, a gente vai alterando um pouco aqui a ordem de inscrição.

A ordem que eu tenho aqui agora é a seguinte: Senador Izalci Lucas, Senadora Rose de Freitas, Senadora Kátia Abreu, Senador Luis Carlos Heinze e Senador Humberto Costa. Se todos fizerem perguntas bem encaixadas e objetivas no tempo de três minutos, dá para a gente fechar esse blocão com cinco inscritos.

Vamos lá! Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Senador Izalci, Senador Izalci... (*Pausa.*)

Ele estava aí agora mesmo. Estava dentro de um carro.

Vamos passar para a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Bom dia ao Waldery, pessoa por quem eu tenho muito respeito, amizade ao longo desse tempo todo – não é, Waldery? –, suando a camisa aí por este Brasil. A gente pode nem sempre estar de acordo, mas há de se desrespeitar a sua dedicação, o seu discernimento, o respeito e, sobretudo, a sobriedade, porque você não é daqueles que pula na frente da câmera por nenhuma razão e muitas vezes nos deixa frases coloquialmente que complicam mais e mais a vida econômica deste País.

Eu gostei muito, Waldery, da sua fala hoje. Parece que ela veio a calhar com tudo que nós estamos sentindo ultimamente sobre esse diagnóstico todo feito sobre a economia, sobre os desdobramentos.

Eu queria só fazer essa observação, porque essa reflexão... Eu tenho muita curiosidade e faço isso há muitos anos. Quando eu entrei no Congresso – permita-me, Presidente –, entrei como Constituinte, e pouco tempo depois nós estávamos tentando levantar – não sei nem se você se lembra disso, Waldery; conversei muitas vezes isso com você – qual era o patrimônio público disponível, até para se desfazer dele, porque o Brasil cuidava de tanta coisa... Havia até Brasil dono de Vasp, de hotel e do diabo a quatro. De lá para cá, as coisas foram evoluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos numa situação tão complicada. Eu estou sempre dando suporte à equipe econômica do Brasil, porque no presidencialismo é isso mesmo: o Presidente tem que ter sua equipe, acreditar nela e trabalhar com ela. O que surgir de proposta tem que advir dali, e o que houver de conter essa ação tem que levar para ali.

Eu vejo que, neste momento da pandemia, com esses problemas todos da área de saúde, eu tenho uma preocupação muito grande, como tive ao longo desse tempo, de conhecer qual é o levantamento, o diagnóstico dessas obras, concessões todas que o Brasil tem e que, muitas vezes, nós vimos parar pelo caminho – obras de 1981 que chegaram a 2004 e estavam abandonadas, ninguém sabe por quê –, e no orçamento está sempre o desconto lá do recurso para continuar obras que não se viabilizaram e que, economicamente, não têm nenhuma importância mais para o Brasil.

Mas eu queria voltar para o nosso quadro aí... Surpreendentemente, nunca pensei que, ao longo de oito mandatos, fosse me deparar com uma pandemia e que, de tal forma, ela afetaria a todos, inclusive o planejamento financeiro e orçamentário do Brasil. E nós nos vimos também socorrendo Estados, nós todos, socorrendo Estados e Municípios, mas também sem ter uma previsão de que cenário da pandemia está sendo usado para fazer essas previsões, exatamente para construir o planejamento financeiro e orçamentário.

Eu lhe perguntaria: caso essa pandemia perdure mais, há estudos do impacto dela? Porque não se pode dizer sobre o tamanho dessa pandemia; não se pode dizer... Pode-se dizer que a vacina reduz, que a vacina nos ampara, que a vacina é a saída, mas vocês, que estão dentro da economia – eu acho –, olham muito reflexivamente sobre todos esses números.

A minha pergunta vai ser bem objetiva: qual o potencial desse impacto que vocês preveem sobre a taxa de desemprego e sobre a taxa de crescimento? Ao ouvirmos os infectologistas e os cientistas, nós temos uma previsão – ainda querendo colocar ali todas as esperanças – nós temos uma previsão que eles, mais ou menos, nos dão, mas não sei se é com esses dados que todos trabalham na economia. Então, eu queria só essa resposta, porque a gente sabe o efeito que há sobre todas as áreas da economia: a alta de taxa de câmbio doméstico, a questão do consumo e por aí afora. Era isso que eu queria saber.

E queria lhe dizer, se for oportuno dizer, que nós temos muito apreço pela sua seriedade. Na política, tanto quanto no exercício da profissão, é bom que haja seriedade, é bom que haja confiança. Pode haver discordância, mas, se houver essa base para a gente se relacionar, é tudo o que importa no Brasil, já tão desmoralizado, no passado, pela corrupção, pelo descaso – descaso como o que nós tivemos, agora, na questão da pandemia, quando para todo mundo era uma "gripezinha", não se compra vacina, não se faz isso, não se faz aquilo; e o País é que sofreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você fala da questão do gasto público e chama atenção para que ele tenha que se voltar essencialmente para as pessoas que mais precisam, que essa característica tem que ter o olhar na redução do gasto público, para se gastar melhor com aqueles que mais precisam, eu bato palmas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Continuando, eu chamo, de novo, o Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Izalci. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra para a Senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

Senadora Kátia Abreu, com palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Dr. Waldery e parabenizar a sua apresentação. Foi primorosa, muito detalhada, com números muito corretos. Parabéns pela sua apresentação! Nenhum reparo a fazer.

As despesas tributárias, colegas Senadores, Confúcio Moura – a aflição é tanta, com o tempo, que a gente acaba ficando mal-educada... Eu gostaria de dizer, Dr. Waldery, que a PEC Emergencial tem uma armadilha muito interessante, e eu gostaria que o senhor me dissesse como vai resolver essa armadilha. Ela diz que as despesas tributárias estão – as desonerações, vamos assim chamá-las, do jeito que quiser – em 4% do PIB, mas que deverá haver uma redução de 50%. Então, de 4% seriam 2%, o que é a média mundial, concordo. Mas vocês excluíram um grupo de empresas ou setores em que não se pode mexer. E exatamente esse grupo para o qual isso foi aprovado no Congresso representa 50%. Então, para atingir a sua meta, vai ter que acabar em 100% com a desoneração dos outros grupos. Será que eu me fiz entender, será que eu consegui explicar direito? É uma coisa que não é factível. Então, para se atingir a meta de 50%, para aqueles setores que não têm o benefício, será tirada deles toda a isenção, ou então a peça é de ficção.

Segundo ponto, Dr. Waldery. Eu gostaria de dizer... É apenas um comentário aqui de um dos colegas que disse que essa desoneração é absurda. Eu também acho: ela não presta conta de competitividade, de empregos gerados e nem de benefícios. Além disso, e eu acho que está correto, eu sempre combati essas desonerações sem regras, mas, por outro lado, também, caro amigo Esperidião, nós temos outro grupo de empresários que não estão no grupo da desoneração, mas que pagam uma carga de quase 40%, e o Estado brasileiro também não tem que provar emprego, nem competitividade, nem benefícios para o consumidor. Então, é o pior dos mundos. E eu quero dizer que não é agora, de Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro, não, tá? É ao longo já de muito tempo essa excrescência: uma parte tem benefícios fiscais e não presta contas, e a outra, que não tem benefícios fiscais, tem um sócio de 36% a 40% que não presta contas nem trabalha, certo? Então, é só para registrar.

Waldery, as minhas obsessões, nesses últimos tempos, são duas: a pandemia e o emprego. A pandemia eu distribuo em vacinas e medidas sanitárias. E a questão do emprego tem muito mais a ver com a sua vinda aqui hoje, e não com a questão de saúde. Pelo Caged está anunciado um desemprego de 14,7%. Mas é sempre bom registrar que, pelas contas do IBGE – isso é Caged –, pelas contas do IBGE, se nós somarmos desemprego e desalento, dão 22,6%. Se nós somarmos os subocupados, que são aqueles que poderiam trabalhar 40 horas por semana, 30 horas, e estão trabalhando 10%, nós estamos com 25% da força de trabalho comprometida no País; são 25 milhões de pessoas. Por isso, a minha obsessão é o emprego.

E vamos diretamente à pergunta: a OCDE já declarou, Waldery, que o Brasil é a única grande economia que está em desaceleração neste começo de ano; as demais todas estão crescendo. A atividade econômica nossa está baixa, o nosso mercado de trabalho, como eu acabei de dizer, está baixo, a inflação está alta, acima da meta, o dólar está altíssimo, as *commodities* estão altíssimas, e nós sabemos que, tradicionalmente – você, que é um grande e brilhante economista sabe –, a cada um ponto percentual que encarece a *commoditie*, o dólar, a taxa de câmbio deveria desvalorizar 0,79. Isso já aconteceu em 2008, no Governo Lula – não por obra dele, deixando bem reservado aqui. Nós tínhamos um excesso de valorização de *commodities*, mas o dólar caiu. Foi o melhor dos mundos! Por que, desta vez, neste momento, apesar do aumento exorbitante das *commodities*, o nosso dólar não se estabiliza ou não é reduzido? Então, o que a gente deve fazer? Cortar despesas? Se nós cortarmos mais despesas, Waldery, eu tenho medo de a gente gerar mais recessão. Então, a expansão do gasto público de forma equilibrada, planejada e com foco parece que foi uma grande solução no ano passado. E não gostaria de deixar de elogiar as medidas do Banco Central, que foram muito eficazes. Então, a minha primeira pergunta é essa. Elogio o Banco Central sobre as medidas de liquidez do sistema financeiro, o que foi um golpe de sorte, um golpe de craque maravilhoso, assim como a nossa votação para dar independência ao Banco Central.

Nós já votamos, no Senado – eu tive o prazer de ser Relatora –, os depósitos voluntários para não gerarem as compromissadas, aumentando a dívida bruta, e eu não vejo vocês baterem na Câmara para votar isso lá.

Colegas, a nossa dívida bruta está inflada. Não se preocupem com ela. A gente só tem que se preocupar porque o FMI faz uma conta de uma forma que não é errada, mas que, com as condições legais do Brasil, gera um aumento enorme da dívida bruta. Mas ela, do ponto de vista fiscal, não é real. Se nós analisarmos a dívida líquida do Brasil com os países emergentes e com os demais países, nós vamos ver que o Brasil não está no pior dos mundos com relação a essa dívida bruta. E o Brasil começou a fazer contas de dívida bruta por conta do passado, de problemas de irresponsabilidades. Enfim, tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o outro projeto, Dr. Waldery, Confúcio, é conosco. É o PL 5.387, cuja relatoria eu já pedi e que está na Mesa para ser distribuído. Trata do câmbio brasileiro, moderniza o mercado de câmbio brasileiro. Vai ser um sucesso! Estabelece como é que pode ser tratado o dólar lá fora. Nós vamos internacionalizar o real, porque ninguém troca real em lugar nenhum do mundo. Então, se nós aprovarmos essa matéria que eu julgo da maior importância no Senado, nós vamos melhorar muito a nossa *performance*.

Outro comentário que eu gostaria que o senhor fizesse é ainda sobre a PEC emergencial. O teto da PEC emergencial, Senador Confúcio e colegas, é de 95% da receita corrente líquida. Se o Estado atingir isso, ele, por exemplo, terá uma punição de não ter o aval da União para empréstimos. Em 2019, nós já estávamos com um limite de 94,53%. Em 2020, ele caiu para 91,34%, mas é meio *fake*. Por quê? Porque os Estados tiveram muito crédito da União aprovado por nós. Então, é claro que diminuiu o teto deles. E, em 2021, em que não há mais os repasses, as transferências da União para os Estados? Será que nós vamos ficar abaixo de 95%? Se nós estamos, em média, com 91,34%, em 2020, que foi um horror de dinheiro para os Estados, imaginem o que vai acontecer agora com essa PEC!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Desculpem-me. Eu estou no debate com o Waldery...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Com o estouro!

Rose, seu som está ligado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pronto, pronto. Fechou.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Obrigada, amiga.

A minha terceira pergunta, Waldery, é sobre o PLN 2, que traz crédito para as micro e pequenas empresas. Meu amigo, cadê a medida provisória que traz o dinheiro para as micro e pequenas empresas? Há quatro meses do ano, estamos sem um níquel para as micro e pequenas empresas. O PLN 2 já foi aprovado e vocês ainda não enviaram a medida provisória para garantir os 5 bilhões. Eu quero que você confirme se de fato são os 5 bilhões.

E, aproveitando ainda o meu tempo, eu gostaria de falar sobre a dívida das famílias, Waldery – Dr. Waldery, Professor Waldery, que eu respeito tanto: 31% dos salários das famílias estão comprometidos com suas dívidas. Nunca isso esteve tão alto na história deste País. É consequência de tudo que eu disse agora há pouco, não é nenhuma crítica destrutiva. Mas o estoque da dívida das famílias está em 51%, Dr. Waldery. Então, isso só vem colaborar para que as micro e pequenas empresas recebam recursos, para que o auxílio emergencial possa ser implementado o mais rápido possível, com toda a receita que nós fizemos no ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lhe pergunto, caro amigo: se nós aumentarmos o nosso déficit fiscal em 1% para acudir a economia – não é para fazer gastança desenfreada, que preocupe o mercado, que preocupe a Nação ou as agências de *rating* –, o que vai significar 1% a mais na dívida bruta brasileira? Eu já falei que ela é inflada porque nós temos uma operação apenas econômico-financeira do Tesouro e do Banco Central; essa dívida não é real. É como, Confúcio, se eu tomasse R$2 milhões num banco e ficasse com R$1 milhão guardado e gastasse só R$1 milhão. Eu devo R$2, mas eu tenho R$1 no caixa, então a minha dívida não é tão inflada como parece.

O que está acontecendo? O Tesouro está pagando as suas dívidas e não está rolando. Então, está enchendo a praça de dinheiro. O que o Banco Central tem que fazer? Ele é sabido. Ele tem que correr lá e tirar o dinheiro da praça, senão dá juro zero e os bancos começam a se engolir uns aos outros. Quando ele tira o dinheiro da praça, ele emite as compromissadas. E a compromissada pelo FMI é computada como dívida bruta. Então, ela, na verdade, não existe, está só trocando de mão; é uma operação contábil para tirar dinheiro da praça. Por isso, nós precisamos aprovar esse outro projeto rapidamente.

Então, eu pergunto isso, os meus questionamentos são esses. Eu não vou nem falar da abertura do País, que eu acho que está muito lenta, Waldery.

Eu tinha muita esperança – e ainda tenho –, com o Dr. Paulo Guedes, de que o País possa abrir um pouco mais. Nós estamos com um índice de 23% de abertura. A média mundial é de 45%. Se a média é de 45%, há alguém com 50%, 55%. E o Brasil não consegue ampliar isso. O que está acontecendo? Por que a gente não tem um olhar além de União Europeia-Mercosul? Por que não temos um olhar para a Índia? A Índia tem 1,5 bilhão de pessoas. Senador Confúcio, hoje na Índia há 400 milhões de pessoas na classe média. São dois brasis – dois brasis! – na classe média. Isso não é pouca coisa. E claro que a gente tem que insistir na União Europeia, mas não é só a nossa única salvação. Por que não investimos nesses acordos? Eu digo isso para o senhor por quê? O ex-ministério Mdic está dentro do Ministério da Economia. E o Roberto Fendt deveria ser o ministro.

Então, por que não focar a Índia? Vamos apressar o passo, vamos agilizar isso. Eu estive com o Embaixador indiano. Em três horas de conversa, ele só repetia isso para mim. Por que o Brasil não enxerga a Índia? Ainda estamos muito incipientes. E sem falar na China: nós só representamos 2% de todas as importações da China. Isso é muito pouco. Do agro, significamos 23% de tudo que a China importa. Ela pretende crescer US$25 trilhões na próxima década. Então, isso ajudaria muito não só a combater a inflação; a abertura do mercado não só ajuda na importação de bens de capital, que vão aumentar a nossa produtividade, mas muito mais: traz poupança externa, que nós não temos para poder investir no Brasil, e ainda concorre para o combate à inflação. Então, o que está acontecendo?

Nós, do Senado, através da CRE, estamos aqui para ajudar o Governo. O Chanceler foi substituído, graças a Deus! Vamos colocar a mão na massa! A Tereza Cristina é uma ótima Ministra, o Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guedes... É o Meio Ambiente que está nos atrapalhando, pelo amor de Deus! Um ministro não pode atrapalhar a Nação! Nós precisamos ter um enquadramento no que está acontecendo no mundo. Nós não temos força política, financeira, de armas e nem tecnológica para enfrentar tudo isso. Cabe a nós atender à geopolítica mundial sem deixar de perder a nossa soberania, e isso é perfeitamente possível.

Então, eu termino dizendo da minha angústia com 25% da força de trabalho brasileira praticamente desocupada no País. Vamos agir! A turma é boa, não é ruim. A equipe é boa! Vamos trabalhar, porque o Senado é melhor ainda, viu, Professor Waldery? O Senado é muito melhor, e nós estamos aqui prontos para ajudar.

Obrigada, meu Presidente Confúcio. Parabéns pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Passo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

Pode falar, Luis.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – O arroz está sem som, gente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Heinze, você está sem som. Há algum problema na sua conexão. Talvez seja o seu microfone. Mexa no microfone, ou seus auxiliares. Não estamos conseguindo te ouvir, embora o seu microfone esteja liberado.

Vou passar para frente, Heinze, enquanto você conserta aí.

Humberto Costa com a palavra.

O Senador Humberto Costa está presente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Peço desculpas por ter demorado tanto, ter esperado tanto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sem problemas.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Secretário Waldery, na verdade, eu queria até de certa forma subverter a reunião porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fique à vontade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou muito preocupado com essa temática da aprovação ou não da vacina Sputnik, porque a nossa situação hoje é a seguinte: nós temos, mais ou menos, 66 milhões de doses encomendadas dessa vacina – 37 milhões pelo Consórcio Nordeste, 10 milhões pelo Governo Federal e o restante pelo Consórcio Norte e por alguns outros Estados. Portanto, essa vacina pode cumprir um papel importante na medida em que nós não temos, no curto prazo, uma previsão de que a pandemia vá diminuir a sua intensidade, não é? Ainda mais agora com essa perspectiva de se ter – perspectiva não; realidade – uma nova variante. Agora há uma variante na Índia que está tendo uma atuação verdadeiramente preocupante. Hoje, a facilidade com que alguém contaminado chega a outro país é muito grande.

Nós todos temos profundo respeito pelo trabalho da Anvisa, é uma agência de excelência, tem um quadro técnico excepcional, mas, por outro lado, eu vi manifestações do Presidente da Anvisa e do próprio Relator dessa matéria dizendo que essa questão não é definitiva. Poder-se-ia tentar encontrar uma solução. E me parece que a posição da Anvisa também tem uma reatividade perfeitamente compreensível, diante de algumas coisas talvez da própria cultura dos russos nessa área industrial. Portanto, nessa questão é passível de se ter uma solução.

Nós sabemos que, em relação à aprovação da vacina chinesa, a CoronaVac, a Anvisa estabeleceu algumas flexibilidades naquele momento; depois as exigências foram cumpridas, enfim. Então, o que eu sinto é que há... Eu já tive a oportunidade de conversar tanto com pessoas da Anvisa quanto com pessoas que adquiriram a vacina, cientistas que estão dando suporte à ideia de que ela é boa, enfim, e eu entendo que o palco para discutir essa questão não deveria ser CPI. Há uma ida do Presidente da Anvisa, na quinta-feira, mas eu, pelo menos, espero trabalhar mais algumas outras coisas, como esse problema das nossas fronteiras, o problema de o Brasil não ter se fechado, inclusive, neste momento. Mas esse tema da vacina é muito sensível. Os Governadores têm uma decisão do Supremo, mas quem é que vai mandar aplicar vacina sem ter algum tipo de aprovação por parte da Anvisa? Eu sinto que há também de parte da Anvisa a possibilidade de um entendimento.

Então, eu queria me dirigir especificamente ao Presidente Confúcio Moura, que tem conduzido esta Comissão de uma maneira muito tranquila, à própria Senadora Kátia Abreu, que tem feito um esforço gigantesco para que nós pudéssemos ter mais vacinas aqui, no sentido de que a Comissão da Covid pudesse, de alguma forma, ajudar a produzir algum tipo de entendimento. É lógico que não é resolver o problema politicamente, mas tentar encontrar uma maneira, como a gente conseguiu encontrar uma maneira para o País poder comprar a vacina da Pfizer, como fizemos determinadas mudanças. Se é uma questão que passa por um aspecto legislativo ou não, eu acho que, neste momento, está faltando alguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou alguma instituição que possa fazer uma mediação em que, de um lado e de outro, possam ser feitas cobranças e, ao mesmo tempo, determinados entendimentos, enfim.

Era isso o que eu queria colocar.

Eu já tive a oportunidade ontem de falar com o Senador Confúcio. Disse a ele, inclusive, que, se houvesse essa abertura por parte da Comissão, eu poderia colocá-lo em contato com algumas pessoas. Eu estou muito ocupado lá na questão da CPI e acho que é muito mais próprio se tratar aqui, porque é uma Comissão que está, principalmente, preocupada com soluções.

Então, eu queria fazer esse registro e pedir desculpas novamente ao Dr. Waldery, mas, como eu tenho já um outro compromisso aqui, me inscrevi e não quis esperar para o final. Mais tarde eu faço uma ligação para o Presidente e, se isso for possível, podemos ter conversas separadas, reservadas, e depois uma reunião da Comissão para discutir esses problemas e tentar chegar a um entendimento.

Eu agradeço a atenção de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Humberto, nós já colocamos a sua sugestão na próxima audiência pública, sexta-feira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Certo. E se houver necessidade de alguma conversa prévia, V. Exa. poderia...?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito, você pode me sugerir, pode me passar... Pode me telefonar ou fazer algum contato para eu me instruir direitinho, mas está incluso na nossa audiência de sexta-feira próxima.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado! Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Disponha sempre. Obrigado.

Eu chamei o Heinze, ele estava com algum problema de som...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Isso. Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pronto, Heinze. V. Exa. está com a palavra. Pode falar, meu amigo. (*Pausa.*)

Senador Heinze, V. Exa. está com a palavra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Deu certo? Está ouvindo agora, Confúcio?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está excelente, ótimo! Pode falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Cumprimento o colega Confúcio e as Senadoras e Senadores que estão aí.

Parabéns, Waldery, pelo seu trabalho junto ao Ministério da Economia, junto com o nosso Ministro Paulo Guedes.

Uma pena, Kátia, que ele segura muito o dinheiro, ele é dono da chave do cofre, e o homem não abre a mão, ele é muito mão fechada, viu? Parece até um alemão daqueles que eu conheço, mas tudo bem...

Parabéns pelo trabalho, pelos números que vocês apresentaram em 2019, também em 2020, isso é muito importante.

Agora, foco direto, Presidente Confúcio, na questão das vacinas. O Senador Wellington, o Senador Confúcio, o Senador Izalci, o próprio Senador Nelsinho Trad, nós estamos trabalhando a questão das vacinas. Já há um avanço, um trabalho que está sendo realizado para que os laboratórios de medicamentos veterinários possam produzir a vacina do Butantan, e quem sabe até uma vacina indiana, que já está em negociação entre os laboratórios e o próprio Butantan, o que nós oportunizamos – esse grupo que está falando aqui. Então, esse é o ponto importante.

Mas eu também queria relatar aos colegas que hoje o Governo brasileiro, através do Ministério da Ciência e Tecnologia... E cumprimento aqui o Ministro Marcos Pontes e também o próprio Secretário Marcelo, que têm feito um trabalho excelente, são quinze processos que estão andando, quinze estratégias, dez projetos. Agora pasmem: eu não sabia, e na semana passada eu vejo uma notícia, Wellington, de que há cinco vacinas brasileiras, com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, que já estão concluindo a fase de ensaios laboratoriais. Na ponta está uma vacina da USP, em Ribeirão Preto. Há uma vacina também do Instituto do Coração, em São Paulo, e uma da Universidade Federal de Minas Gerais – eu falei com a Reitora Sandra semana passada e com o Reitor da Universidade Federal do Paraná, Ricardo Fonseca. Já estão para iniciar a fase clínica. E aí, Waldery, é muito importante: o Ministro Marcos Pontes e o Marcelo estão clamando o dinheiro que foi mencionado aqui anteriormente, algum dos colegas falou.

Precisam do recurso agora, Senador Confúcio, V. Exa., que é médico, para fazer os ensaios clínicos. São milhares de pessoas com que cada laboratório pode fazer, e precisam de dinheiro. Imaginem: esse processo chegou até aqui, e eu acho que em cinco ou seis meses, Waldery, nós podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter, dentro dessas nossas universidades – no caso, Minas Gerais, Paraná, São Paulo –, vacina brasileira, sendo produzida por esses laboratórios ou até – viu, Wellington? – em parceria com os próprios laboratórios de medicamentos veterinários. Eles vão ter um produto nacional brasileiro.

Então, Waldery, por favor, o corte que houve de recursos... Tem que haver recursos para eles, porque é uma solução brasileira, que vai se somar ao que o Butantan está fazendo, ao que a Fiocruz está fazendo, à Pfizer, à Janssen, enfim, a essas outras vacinas que o Brasil está comprando. Por isso, o ponto fundamental: preste atenção ao orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Precisam de dinheiro especificamente para fazer vacinas. O orgulho nosso, Waldery, é que são vacinas nacionais, Wellington. Esse é um ponto muito importante que nós estamos trabalhando aqui. Então, é o recado que eu deixo, principalmente, na questão de recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia para produção de vacinas nossas. Independentemente de outras soluções que estão se buscando, nós temos brasileiros, Senador Confúcio, produzindo vacinas que serão nossas, com tecnologia das nossas universidades. Então, esse é o primeiro ponto.

Depois, Kátia, infelizmente, a questão de recursos do Pronampe... Eu tinha um projeto ano passado – eu o estava citando ao Gustavo Ene. Havia 5 bilhões ou 6 bilhões que poderiam ser aplicados, de um saldo daquele PESE, mas aí entrou o projeto do Jorginho... Enfim, tínhamos uma proposta nossa de se usar aquele saldo do PESE. Não foi usado, porque entrou aquele outro projeto, e estamos até agora esperando, Waldery. Também é muito importante a questão do Pronampe, das micro e pequenas empresas. Há outro projeto meu, inclusive... Vocês deram três meses de prazo para pagamento deste ano, o que é muito pouco. Eu tenho um projeto na Casa que diz que tem que dar uma carência e um ano para o pessoal poder acertar, porque *lockdown* e pandemia continuam ainda neste ano. As pessoas que receberam recursos do financiamento do Pronampe no ano passado – e nós agradecemos, pois foram mais de R$37 bilhões – estão com dificuldade de pagar. Então, vamos dar um jeito de ajudar também esse pessoal das micro e pequenas empresas.

Um abraço a todos.

Obrigado.

Não esqueça, Waldery: tecnologia nacional das nossas universidades, recursos do Governo Federal, que já liberou a primeira parte, e agora, que estão no finalmente, tem que deslanchar esse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Heinze.

Eu consulto se o Senador Izalci está na nossa sala de trabalhos. (*Pausa.*)

Senador Izalci, Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Oi, Confúcio!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Oba!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você tinha sumido...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Teve um problema, mas eu estava ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar, Izalci. Eu o tinha chamado aqui. Pode falar. Com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Eu estava presente, mas eu acho que estava fechado o som.

Primeiro, quero parabenizar o Waldery pelo trabalho.

E eu queria fazer aqui algumas ponderações, Waldery.

Uma das grandes lições desta pandemia é a necessidade de se investir pesadamente em educação, ciência e tecnologia. O País precisa investir de forma a reduzir a dependência que tem do exterior, seja na produção de insumos básicos, seja na produção de produtos essenciais, como equipamentos médicos, etc. Pergunto: como é que V. Sa. vê a necessidade de reduzir a dependência do exterior? No fármaco, ela chega a quase 90%. Quais são as principais medidas que o Ministério da Economia vem tomando para reduzir essa dependência do exterior, especialmente neste período de pandemia, em que falta tudo? Faltam equipamentos médicos, faltam insumos básicos e pessoal habilitado para trabalhar com inúmeros pacientes vítimas de pandemia. Na opinião de V. Sa., quais são as grandes lições da pandemia e o que o País poderia ter feito diferente, de forma a evitar tudo isso?

Só para lembrar, Waldery, nós aprovamos R$20 bilhões para comprar vacinas. Estavam no orçamento agora R$200 milhões para começar os Testes I e II das vacinas da Universidade de São Paulo e da Universidade de Minas Gerais. Aí cortaram do orçamento. Então, pergunto – a pesquisa, até a fase 3, vai custar 700 milhões, ou seja, nada em relação à compra de vacina: como é que a economia admite cortar verba da pesquisa se as variantes estão mudando todo dia? Nós temos que dominar a vacina. Não adianta fazer só produzir vacina e comprar vacina, tem-se que produzir aqui. Então, quero a opinião de V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa. Na situação hoje, como dito pela Kátia e por outros Senadores, nós temos o aumento significativo da situação de extrema pobreza. Em 2019, eram 24 milhões de pessoas, 11%; agora, são 35 milhões, 16%. E o pior, as famílias estão saindo da classe C direto para a miséria. Qual é a projeção de aumento da pobreza em 2021 e de aumento da desigualdade econômica que vocês têm lá no Ministério da Economia? Qual o impacto esperado do novo auxílio emergencial sobre as famílias brasileiras? O botijão de gás praticamente consome a metade do auxílio emergencial. O auxílio será suficiente para resgatar a dignidade dessas famílias? Poderão passar por este momento difícil, que tem recorde de número de casos de óbitos devido à pandemia? Existe algum programa sendo discutido ou pensado no Governo para essas famílias no período pós-pandemia?

Essas são as minhas indagações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Eu tinha aqui, para fechar, Waldery, duas perguntas. Mas o Izalci acabou de fazer minha pergunta agora sobre desigualdade, pobreza e realidade.

Eu vou me limitar a perguntar sobre o Orçamento 2021. Esse orçamento, o próprio Marcio Bittar disse que foi feito a várias mãos, inclusive com o Ministério da Economia. E, mesmo assim, após chegar aprovado pelo Congresso, foi ao Senhor Presidente para sanção e recebeu 767 vetos em seus dispositivos, cortando R$19,7 bilhões. Eu pergunto o seguinte: com esse orçamento tardio, as curvas receitas e despesas serão alteradas? Como é que fica esse Orçamento 2021, caso o Congresso derrube alguns vetos do Presidente?

Era só isso que eu queria perguntar.

Agora, passo a palavra a V. Exa. para essa resposta de vários Senadores. Deixe-me ver quantos foram: Senador Izalci, Rose, Kátia, Luis Carlos Heinze e eu, que fiz só uma pergunta. É só isso.

Com a palavra Waldery. Pode já responder a todas e fazer suas considerações. Vamos partir para a segunda parte da nossa reunião para aprovação de requerimentos e outras informações rápidas.

Com a palavra o Waldery para responder aos Senadores.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Pois não, Senador Presidente Confúcio. Qual meu tempo, para eu calibrar as respostas?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Foram cinco Senadores a perguntarem. Eu creio que você pode oscilar em 15 minutos até 18 minutos. É um tempo bom. Se precisar de mais um pouquinho, a gente vai ser flexível, para não deixar nenhum sem resposta. Todos os que indagaram serão respondidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Perfeito. Foram realmente várias perguntas. Deixe eu só... Para não deixar nenhuma minimamente endereçada, eu já antecipo que a equipe fica à disposição desta Comissão, novamente enfatizando a importância desta Comissão.

No ano passado, o Ministro veio cinco vezes e eu, quatro. Basicamente, cada uma dessas reuniões durou cerca de três horas. É o caso desta aqui também. Nós já estamos há quase três horas nessa interlocução direta, atenciosa da nossa parte, Senadora Kátia Abreu, e temos que ter diligência com o Parlamento. Uma das nossas funções é trazer as informações e o andamento do que o Executivo está fazendo, e buscar soluções em conjunto. O Congresso é parte essencial da solução dos problemas e o quadro técnico – eu me incluo nele – tem que ser meio para que os senhores, representantes eleitos pela população, tragam soluções ou implementem soluções... Parte do Poder Executivo como propositor na grande maioria dos projetos, mas também é a Casas das leis, trazendo soluções diretas.

Eu vou buscar atender aqui cada um dos apontamentos, começando com a Senadora Rose de Freitas. Muito obrigado pelas suas palavras, Senadora. A senhora sabe da afeição, do carinho que eu tenho pela sua trajetória. Foram vários anos, muito tempo, ainda como Consultor do Senado, as discussões para o Brasil que são traçadas, e como Consultor, eu estou aqui na Economia desde junho de 2016. O ex-Ministro Meirelles me requisitou, junto com o Marcos Mendes e o Gustavo Guimarães, para a equipe. Éramos os três naquela época e nos mantivemos com a equipe do Ministro Paulo Guedes, que me fez o convite para ser Secretário Especial no dia 19 de novembro de 2018, após um mês e meio de discussões, ainda no período da transição. Então, completei no mês de abril cerca de 31 meses de trabalho intenso e muito animado, com forte energia, junto com as equipes, para trazer as respostas mais diretas. Então, muito obrigado pelas palavras, Senadora Rose de Freitas. É um respeito recíproco.

Indo à sua pergunta, há estudos de impacto da pandemia sobre taxas de desemprego e taxas de crescimento. Nós temos trabalhos preliminares sobre... E aí, em particular, a Secretaria de Política Econômica, que é uma das quatro secretarias aqui da Fazenda, para endereçar essa questão. Os dados, em particular, de taxa de crescimento, nós comparamos com o que o boletim Focus apresenta. Temos modelos proprietários, modelos próprios. Chamamos de DSGE e outras ferramentas técnicas que trazem essas previsões. Somos, via de regra, bastante conservadores, mas muito cautelosos para apresentar, e toda essa discussão não pode esperar. Se numa situação normal já é impactante, numa situação de pandemia... Estamos no segundo ano de enfrentamento da pandemia, que é uma pandemia, por exemplo, que trouxe um endividamento... O mundo todo está endividado em cerca de US$17, US$18 trilhões a mais. Então, é um efeito, de fato, com impacto no mundo, e, internamente, aqui, nós temos cálculos quantitativos sobre o comportamento no mercado de trabalho como um todo, e, aí, a taxa de desemprego é um dos itens que entram e taxa de crescimento também. A equipe da Secretaria de Política Econômica, comandada pelo Secretário Adolfo Sachsida, certamente fica à sua disposição e à disposição da Comissão para apresentar as nossas estimativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a questão da vacina, de fato, ajuda a economia, e vacinação é prioridade e é solução, não há uma dicotomia, uma divergência, longe disso, entre cuidar da saúde e cuidar da economia. Esses dois itens se entrelaçam e permitem uma solução.

Muito obrigado, mais uma vez, Senadora Rose.

Senadora Kátia Abreu, também muito obrigado pelas suas palavras. É uma satisfação endereçar as suas perguntas e da sua equipe, que conheço tão bem e é tão competente. A senhora tem um excelente olhar para escolher bons quadros e não à toa também tem uma energia muito forte na defesa das suas ideias, dos seus projetos, e eles perpassam um amplo espectro da economia, o que é muito bom e faz jus à sua trajetória.

Quanto à questão das despesas previdenciárias que a senhora endereçou, em particular, da PEC emergencial que findou, a Emenda à Constituição 109, nós temos uma obrigação, o Poder Executivo, de enviar um plano de trabalho para reduzir o volume de gastos tributários, que é um termo um pouco mais abrangente – quando a gente fala de desoneração, que tecnicamente chamamos de gasto tributário; em inglês, seria *tax expenditure*, nós temos um valor muito alto, que é o que importa, e com baixa efetividade em várias áreas e também baixa eficiência, então, temos que reduzir. Esses números, em 2006, eram da ordem de 2% do PIB, aproximadamente; eles cresceram de forma substancial, e nós não reduzimos ainda o valor. Está em cerca de 4,3% do PIB. A ideia é ter um plano para reduzir, em dez anos, a 2%. Inicialmente, nas versões originais do projeto, havia uma forma de tornar essa redução até mais direta. De alguma maneira, a versão final amenizou isso, mas, de qualquer forma, é uma sinalização. Temos que chegar a esse patamar internacional, que é da ordem de 2% do PIB, e certamente o País ficará melhor, tendo um gasto tributário da ordem de 2% do PIB, do que está hoje, com 4,3%. É uma agenda urgente, é uma agenda que o Ministro Paulo Guedes entende como necessária. Tem a janela política, tem o ciclo político *versus* o ciclo econômico de quando será a proposição/implementação, mas é um tema que já endereçamos, inclusive, em versões anteriores da LDO. Na LDO de 2019, por exemplo, estava lá endereçada. Voltamos a falar disso na Emenda Constitucional 109, que é derivada da PEC emergencial, a PEC 186.

E o ponto que a senhora levantou, de que há alguns grupos que foram excluídos: é verdade, alguns grupos foram lá excluídos, mas não pelo Ministério da Economia propriamente falando. É uma discussão tomada a quatro mãos, tem seus apontamentos, e é uma área em que, do ponto de vista técnico – a Fazenda em particular; não somente eu, mas a minha equipe –, a gente se retrai e fica no *front* técnico e, no *front* de discussão política, outros atores conversam com o Congresso.

É fato, precisamos reduzir o gasto tributário. E o Brasil vai ficar melhor, com o nível de gasto tributário próximo a 2%, do que está hoje, gastando cerca de 4,3% do PIB. As exclusões que foram feitas, de fato, reduzem o espaço para agir para que cheguemos a esses 2%, ou seja, dos 4,3%, se uma parte é excepcionada, o que resta para levar a uma redução de 2% acaba sendo mais pressionado. Mas eu lembro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que essa decisão é uma delas, nada impede que se possa mexer em outros gastos tributários. A PEC 109 fez a discussão, mas outras medidas podem ser feitas. V. Exa. pode endereçar essas propostas, e sei que, junto com sua equipe, já fez vários apontamentos sobre esse tema.

E, sim, precisamos chegar a uma redução, e uma redução que de preferência contemple sobretudo aquelas onde haja mais baixa efetividade. Existe uma característica distributiva não bem desenhada em vários desses programas e também de efetividade. Então, os parâmetros existem, as notas de análise também existem, e podem ser fornecidas – não são completas, várias são preliminares –, mas é um tema que tem de ser enfrentado.

É um absurdo realmente, como a senhora colocou, quando você tem uma desoneração onde não se presta conta, não se reavalia. Voltamos àquele ponto da palavra "avaliação", que foi colocado já aqui, aliás muito bem endereçado: a avaliação não é um item apenas, mas parte essencial do ciclo orçamentário – o Senador Esperidião Amin já havia levantado essa questão. Eu reforço aqui que ela é imprescindível. Todo gasto público tem que ser avaliado, qualquer desoneração tem que ser avaliada. Nós não podemos ter no País benefícios concentrados com custos difusos. Precisamos analisar isso, sobretudo as medidas onde haja um segmento concentradamente beneficiado e cujo custo seja difuso para toda a sociedade. Faz parte dos decisores políticos endereçar esse ponto e, das equipes técnicas, fornecer os insumos para que assim seja procedido.

Sobre a questão do Caged, Senadora Kátia Abreu, o desemprego, quando analisado junto com o desalento, a subocupação, de fato, gera um número muito grande. Aqui, nós temos dados. Precisamos incluir a reação também do setor informal, e não apenas do setor formal, para que tenhamos uma análise mais completa. Uma linha mestra que existe é buscar soluções focalizadas, mas, ao mesmo tempo, permitir que medidas horizontais que contemplem todos os setores sejam procedidas. Essa é uma das maneiras mais diretas de beneficiar a sociedade como um todo e fazer zelar por cada R$1.

O mercado de trabalho reagiu no ano passado e neste ano de maneira bastante diferenciada da dos outros anos, por conta mesmo da pandemia, e esse não é um fenômeno único do País, é um fenômeno que outros países têm enfrentado. Em relação especificamente ao mercado de trabalho, a forte recessão gerou crescimento do desemprego, mas, diferentemente de crises passadas, ela ocorreu no setor informal. Então, há a importância de a gente distinguir o setor formal do informal, as soluções são diferentes para cada um dos setores. O setor informal é mais dinâmico, por exemplo, e ele tem se recuperado em conjunto com o setor de serviços, que atingiu seu nível já pré-crise no mês de fevereiro. Essa recuperação em "V", comentada pelo Ministro Paulo Guedes, surpreendeu vários analistas quando ele mencionou isso em junho, julho, agosto do ano passado, e nós tivemos uma forte recuperação. Se pegarmos, por exemplo, o crescimento do último trimestre do ano passado e o analisarmos, vamos ver uma situação bem diferente da que se mostrava lá em junho, julho, quando havia um alto grau de incerteza. O grau de incerteza aumentou nesses últimos meses, mas ele não é da mesma magnitude; do ponto de vista das variáveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

macroeconômicas, ele não é exatamente igual, mas menor do que a incerteza que enfrentávamos em maio, junho e julho do ano passado.

Cabe ressaltar aqui também que, diferentemente das crises anteriores, nesse momento, agora, nós tivemos a criação de postos formais, e as medidas de crédito, em particular aqueles R$91,5 bilhões do ano passado... Já agora o Pronampe, que tem urgência, tem que ser feito, já houve um avanço do ponto de vista da legislação. Há de se cuidar do lado fiscal para que isso não sinalize afrouxamento. O atendimento às regras fiscais é condição *sine qua non* para a gente ter sustentabilidade nas políticas de manutenção do emprego e políticas sociais. Uma coisa não briga com a outra; na realidade, há de se ter o zelo e o cuidado para tratar de ambas. Então, o mercado de trabalho teve essa reação.

Em outro ponto do seu extenso e completo rol de perguntas, a senhora pergunta sobre os preços das *commodities*. Diferentemente do momento de 2006, nós não tivemos o *boom* de *commodities* tendo agora um comportamento no câmbio diferentemente daquele. Esse é um tema que chamamos de macro aberta ou macroeconomia aberta ou de política externa. O Secretário Fendt é que tem, junto ao Ministro Guedes, a análise mais direta. Nós participamos também, em particular, via SPE. A Fazenda participa. Mas é um ponto em que uma das políticas que aqui entram como um cume dessa análise, setor externo, política cambial – sobre política cambial fala o Banco Central –, é a política fiscal. A política fiscal tem que ter esse zelo exatamente porque ela é *background*, ela é base, ela impacta todas as outras políticas. Na realidade, no discurso de posse do Ministro Paulo Guedes, entre todas as políticas, ele focalizou a fiscal. Entre todos os itens da política fiscal, ele focalizou o gasto público, que é a mãe dos problemas brasileiros. O aumento do gasto público de forma não ordenada, sem uma composição distributiva adequada, é ali que a gente tem que tratar. E esse ponto permite inclusive que a política externa tenha um melhor perfil.

A solução, a senhora mencionou, é cortar despesa, não de forma míope. O corte de despesas tem que ser feito, o controle do gasto público, mas tem que ser por uma revisão das despesas entre aquelas que são essenciais, aquelas que podem mais bem focalizadas. Existem estudos extensivos sobre esse assunto do Ipea, por exemplo, e de vários outros organismos privados, sobre algumas políticas que podem maior focalização, reduzindo a pressão sobre o teto de gastos, abrindo espaço para políticas com maior focalização e maior eficiência. Então, o corte de despesa é parte da solução, mas em um bom desenho, que traga, junto com a revisão dos gastos tributários, possibilidade de maior espaço fiscal.

O seu projeto de depósito voluntário é realmente importante, é um item, e nós inclusive já nos manifestamos a favor do projeto. Há impactos sobre as estatísticas fiscais, Senadora. Por exemplo, quando você deixa de usar operações compromissadas e passa a usar depósitos voluntários, basicamente é a mesma coisa, mas, por conta de diferença de um ter mais necessidade de lastro de título público, por exemplo, os títulos podem ser resgatados, reduzindo dívida bruta, isso colocando toda uma agenda do FMI. É uma tecnicalidade. Estou falando em tese sobre como pode ser feito. A senhora levantou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apropriadamente por que dívida bruta se tornou referencial, quando comparada com o uso da dívida líquida. Eu acrescentei aqui os dados da dívida bruta e da dívida líquida, a dívida líquida até com perfil um pouco mais de ascendência nos próximos três anos, mas ainda sob controle. É imprescindível que o Governo busque medidas para reduzir esse nível de endividamento. Nós precisamos trazer o nível do endividamento numa trajetória decrescente, *pari passu*, suavemente, mas decrescente, com forte sinalização para o mercado sobre o controle. Esse seu projeto certamente agrega discussão. Eu já demandei às equipes que fiquem à sua disposição para que esse projeto seja discutido também com o Ministro Paulo Guedes.

A dívida bruta tem essa divergência, como já falado aqui, do ponto de vista metodológico, e faz uma diferença entre qual é o conceito do FMI e qual é o conceito do Banco Central.

O seu PL de modernização do câmbio também é outro item que agrega ao debate. Olhando aqui a diferença básica na dívida bruta, voltando ao tema dívida bruta, entre o conceito do FMI e o conceito usado pelo Banco Central: no conceito do FMI, a dívida do Tesouro Nacional, na carteira livre, na carteira do Banco Central, entra no FMI, mas não entra no Banco Central; e o inverso ocorre com as operações compromissadas, que entram no conceito do Banco Central, no conceito da DBGG (Dívida Bruta do Governo Geral), entra no conceito do Banco Central, mas não entra no conceito do FMI. Esses dados podem ser repassados; a equipe fica à disposição.

E eu lembro que, na PEC emergencial, ou PEC 186, que se transformou na Emenda Constitucional 109, nós temos a imposição, a necessidade de uma lei complementar que traga para todas as regras fiscais uma ancoragem na principal variável fiscal para esse caso, que é a dívida pública bruta – no conceito, em princípio, dívida bruta, que pode ser a própria DBGG –, mas como um elemento que sinaliza para todas as regras fiscais. E está em trabalho o envio dessa lei complementar. Certamente, a discussão com V. Exa. e sua equipe vai agregar bastante ao trabalho.

A senhora comentou também sobre o fato, na PEC emergencial, sobre o número, aquele nível de gatilho, 95%. Ele vale para Estados e Municípios, mas o nível de 95% é quando a receita corrente supera 95% da despesa corrente. Isso é o gatilho, é o nível em que se disparam as medidas de contenção fiscal para Estados e Municípios. E, em potencial, esse mecanismo trazido, esse protocolo trazido pela EC 109 ajuda, em particular, Estados e Municípios, enquanto que para a União, para o Governo Federal o gatilho de 95%, essa referência, se embasa em uma fração em que, no numerador, estão despesas obrigatórias sujeitas ao teto de gasto e, no denominador, as despesas totais sujeitas ao teto de gasto. Esse número está em torno de 91%, 92%. E, agora, quanto ao que acontecerá em 2021, nós não chegaremos – essas são as previsões com que as equipes trabalharam – ao nível de 95%, em 2021. Esse é um ponto de importância, e de novo a equipe se coloca à sua disposição.

O PLN 2, que alterou a LDO de 2021 em sete pontos, tem um ponto importantíssimo, que é o art. 2º. Ele traz uma excepcionalização da regra de atingimento da meta de primário de três itens. O item 1 é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a saúde ligada à pandemia, importantíssimo, que cuida do fiscal; está excepcionalizando, mas direciona para a prioridade, que é o tratamento das mazelas trazidas pela pandemia à saúde, em primeiro lugar. Os itens 2 e 3 se referem ao Pronampe e ao BEm; o BEm já foi anunciado e o Pronampe tem que sair mesmo, é urgente, e o Governo está atento. No que depender das nossas equipes, esse processo sai em máxima velocidade. É urgente termos essa implementação.

Dívida das famílias. O endividamento está, de fato, muito elevado. A senhora citou um bom dado sobre a questão de como as famílias estão endividadas. O comprometimento de 31% é realmente um valor muito elevado, e ninguém vive sossegado com dívidas. Isso se dá com países, com empresas e com famílias. Dívida é algo que precisa ser gerenciado, bem gerenciado, ter alongado o seu prazo, reduzido o seu custo, e é algo no que temos trabalhar, certamente. Existem dívidas bem colocadas, quando é para investir, quando é para fortalecer, robustecer ou o país, ou a empresa, ou as contas familiares, as contas das famílias.

A senhora fez uma proposta de aumentar o déficit público para transferir para as famílias. Isso será analisado, mas lembro que isso tem implicações do ponto de vista distributivo, do ponto de vista de sinalização. Sempre é importante cuidarmos para que o endividamento seja reduzido de maneira sustentável e continuada. Ninguém vive feliz, seja um país ou uma empresa, ou pessoas, continuamente endividado. A dívida é um acordo em que se precisa sempre pensar em como reduzi-la de maneira transparente e de maneira direta; tanto reduzir o seu custo quanto alongar o seu perfil.

A pandemia, por exemplo, trouxe um encurtamento da dívida pública vincenda em 12 meses. Esse foi um tema de atenção e de gestão do Ministério da Economia, da Fazenda, em particular, e das quatros secretarias da Fazenda, o Tesouro Nacional.

O endividamento global subiu, como eu falei, 16 pontos percentuais, foi para 57%, então é um fenômeno global. E, em endividamento, como eu disse, há que se analisar de que ele é feito, qual é a sua finalidade. Ruim é endividar-se simplesmente para gastos correntes e literalmente torrar o dinheiro, gastar, sem reinvestir e sem criar condições de melhoria. O mundo como um todo ficou endividado em 16 pontos percentuais a mais, passou para 57%, e uma parte significativa disso foi devido a alguns setores, em particular o setor imobiliário. E também há fenômenos de como a taxa de juros influencia isso, como, por exemplo, a oportunidade das famílias de comprar casa própria, etc. Então, é importante aí o papel do Banco Central, é fundamental nessa discussão – do Banco Central e do Ministério da Economia – para tratarem desse tema. Importa aqui dizer que soluções bem desenhadas devem ser estudadas, e a equipe, Senadora, fica à sua disposição.

Abertura. A senhora tocou num ponto fundamental: o Brasil tem, sim, uma corrente de comércio muito pequena dada a representatividade da economia brasileira no mundo. Nós precisamos avançar nesse tema – aqui, novamente, é o Secretário Fendt que trata desse assunto. Uma economia feita, levando a uma maior abertura, planejada, sem destruição de postos de trabalho, cuidando da competitividade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazendo o que nós economistas chamamos de *spillovers* – positivos do investimento –, evitando o desmantelamento de cadeias produtivas. Isso é essencial para que nós tenhamos uma economia robusta que possa, por exemplo, fornecer soluções socioeconômicas de que a nossa sociedade tanto precisava e, na pandemia, precisa mais ainda. Vejam por exemplo, os níveis de desigualdade de renda e de geração de extrema pobreza. Então, esses olhares todos têm que estar em sintonia.

Olhar para a Índia é importantíssimo. Tenho certeza de que o Secretário Fendt ou o próprio Ministro Guedes vão endereçar esses temas. Essa é uma agenda defendida pelo Ministério da Economia, e entendo que tem que ser acelerada. Ela ajuda a combater a inflação, como a senhora bem falou, numa discussão de aumentar o percentual do que nós chamamos – desculpem-me novamente a expressão em inglês – de *tradables* ou transacionáveis para que nós tenhamos um melhor controle da inflação e também um aumento da poupança externa.

A CRE, que eu conheço bem por ser do Senado, é um *locus* importantíssimo para achar soluções em conjunto. A senhora mencionou ministros, como a Ministra Tereza e o Ministro Paulo Guedes, que certamente têm projetos que podem encaminhar e achar solução em conjunto com o Parlamento.

O Senador Humberto Costa fez uma consideração sobre as aprovações das vacinas e lembrou, de forma muito zelosa, a questão trazida pelas novas variantes, em particular na Índia. É um tema que todos estamos acompanhando com bastante atenção e que precisa, de fato, ser analisado. E precisamos nos preparar para essa questão. A Comissão da Covid, por intermédio do Presidente Confúcio e com V. Exas., vai produzir um relatório para ajudar a resolver o problema. Do ponto de vista técnico do Ministério da Economia, das equipes, nós nos colocamos à disposição para o que puder ser implementado, lembrando que esse é um tema do qual, quando entra no operacional, na estratégia também, o Ministério da Saúde está à frente por competência, por natureza das suas funções.

Senador Luis Carlos Heinze, muito obrigado pelas palavras. A comparação com o zelo alemão das contas públicas muito me honra. É um referencial, de fato. O Ministro Paulo Guedes, vez ou outra, até diz: "Temos que fazer medidas fiscais para dormir no Brasil e acordar como se estivéssemos na Alemanha ou como se estivéssemos num país com a tradição germânica" – em alguns momentos, não foi sempre –, sobre o zelo com a coisa pública, para trazer o Brasil para a fronteira do equilíbrio nas contas públicas e de políticas sociais bem desenhadas e de crescimento sustentável, que é o que interessa no final das contas. Tudo isso é meio para gerar emprego e renda de maneira sustentável, que é o que toca na população, é o que, de fato, tem como retorno à população. Obrigado pelas palavras.

O senhor também colocou alguns pontos muito importantes. Falou dos ensaios clínicos feitos pelo MCTIC, uma bandeira acertadamente falada pelo Ministro Marcos Pontes e seu Secretário Marcelo, que são – os dois, o Ministro e esse Secretário – pessoas atentas para a discussão, pessoas próximas ao Ministério da Economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permitam-me aqui, Senadores, pois o Ministro Marcos Pontes é um amigo também, colega do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). Apesar de ele ser um pouco mais velho que eu, eu sou um pouco mais antigo na escola – eu sou da turma 92, ele é da turma 93; ele entrou ano depois de mim. Então, conheço o Ministro Marcos Pontes dessa época.

E entendemos a importância dessa discussão, a importância de internalizar tecnologias, mas também de ter vacina própria e seguirmos com essa independência do setor externo. Isso tem um tempo próprio, e aí é o MCTIC que coloca. Cabe-nos aqui dizer que, no momento em que foi colocado, o Ministro Paulo Guedes respondeu e as secretarias que por ela respondem, para que houvesse o recurso orçamentário necessário. Isso foi discutido, por exemplo, em – permita-me aqui –, pela memória, março ou abril do ano passado, mas também há uma MP de cerca de 20 bilhões para a saúde e o tema vacinação. Mas o que importa é que o corte adicional na programação das vacinas – já comentei até – não estava explícito no momento do veto, e as soluções já estão em estudo no MCTIC e no Ministério da Economia, para recomposição dessas dotações.

Reforço aqui que a Junta de Execução Orçamentária (JEO) tratará desse tema. É um fórum importantíssimo para o País a Junta de Execução Orçamentária. O Orçamento é a decisão mais importante em democracias, tanto democracias jovens, como democracias maduras. E é nele que se materializam as prioridades do País. E a Junta de Execução Orçamentária vai buscar soluções. Há pelo menos três aí desenhadas. O Ministro Paulo Guedes se comunica no momento devido, ou os secretários. É importante destacar que este tema já está em estudo – quais os procedimentos para a recomposição dessas dotações. E é um assunto prioritário na JEO, onde têm assentos os Ministros da Economia e da Casa Civil, quer seja alternativa de realocação no próprio ministério dos recursos, de analisar o veto de RP 9, as alternativas de ver como fica a dinâmica de despesas e receitas, os relatório bimestrais que aconteçam... O fato é que é um tema de prioridade direta da JEO.

E a tecnologia nacional, Senador Heinze, de fato tem que ser cuidada. E é importante: não há nenhum país que tenha... Vide, por exemplo, o caso da Coreia do Sul, mas não somente este: uma tecnologia de ponta potencializa o poder econômico, a força econômica.

Senador Izalci, também muito obrigado pelas palavras iniciais. O senhor falou em investimento em tecnologia, e o assunto está um pouco associado com o Senador Heinze trouxe da dependência de tecnologia do exterior. Termos a independência é parte da solução do processo.

É claro que tem de ser olhado o quanto se gasta para tanto, numa análise bem equilibrada entre o que vale a pena desenvolver em caráter próprio, como perfil próprio, e o que vale usar de fora. É um equilíbrio não simples de ser obtido, mas que tem que ser buscado. De fato, por exemplo, como o senhor colocou, a dependência com relação a fármacos é enorme, tem custos de investimentos muitos elevados, tipicamente o que nós chamamos de custos afundados para essas áreas são bastante elevados ou custos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irreversíveis. Então, tem de ser analisado com muito cuidado, sobretudo, quando a gente está... E volto para o nosso primeiro gráfico, para aquele espectro negativo dos resultados primários: essa análise tem de ser feita de forma cuidadosa, para se atingir um equilíbrio entre o que deve ser desenvolvido internamente, na sua casa, ou o que deve ser importado ou trazido de tecnologia desenvolvida lá fora. Certamente todos os países que, nos últimos 50 anos, conseguiram avançar em sua robustez econômica fizeram de forma benfeita esse dever de casa entre o que deve ser endogenamente, internamente feito e o que deve ser trazido de fora.

Senador Confúcio... Desculpe-me. O Senador Izalci ainda perguntou sobre o auxílio emergencial, a sua suficiência. Neste momento, entendemos que esse valor responde à boa parte do que nós denominamos ou o que tecnicamente as equipes técnicas comentam, trazem sobre renda habitual *versus* renda permanente. Qual é o valor e qual o segmento que é atingido? De novo, aprendemos com o ano passado. Sobre o auxílio emergencial, o dono da política é o Ministério da Cidadania. Colaboramos do ponto de vista de como alocar bem o recurso público no agregado, mas a política é do Ministério da Economia. Nós entendemos que houve uma aprendizagem com o que foi feito no ano passado, uma análise por segmentos da sociedade que são contemplados, a recuperação dessa diferença de que falei entre renda habitual e outros conceitos de renda, para que aqueles segmentos possam não só ter a dignidade preservada, mas também possam contribuir no dinamismo econômico maior do que temos hoje.

O senhor perguntou sobre outras medidas para o pós-pandemia. A Secretaria-Executiva do Ministério da Economia coordena as várias secretarias especiais nessa seara, nessa questão. Estão sendo analisadas com o Secretário Marcelo dos Guaranys, que pode responder sob uma visão até mais ampla, medidas de crédito, medidas ligadas ao mercado de trabalho, medidas associadas pelo lado da receita. Nós temos toda a listagem. Foram aqui projetadas 27 medidas do lado da despesa e seis medidas do lado da receita implementadas no ano passado. Cada uma delas traz a sua aprendizagem e nível de efetividade, que podem ser analisados para, dada a restrição orçamentária que temos, como melhor responder e alocar.

O Senador Confúcio traz uma única pergunta sobre a questão importantíssima do orçamento, sobre a questão dos vetos, que serão apreciados pelo Congresso Nacional. E o Congresso é soberano em suas decisões.

Grosso modo, nessa abordagem do orçamento, nós tivemos pelo menos seis itens de alta demanda nessa análise, a começar pelo PLN 2, como a Senadora Kátia Abreu mencionou, que alterou o PLDO. Ela mencionou a alteração trazida no art. 2º da LDO, mas vários outros itens, mais outros seis artigos foram alterados. Esse foi o primeiro do passado recente, digamos que dos últimos 30 ou 45 dias, mas nós tivemos também um decreto de bloqueio, um PLN de crédito suplementar, a própria sanção/veto da LOA, como item dessa discussão, o ponto maior dessa discussão, e um relatório extemporâneo de avaliação de receitas e despesas trazidos recentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grosso modo, na solução sancionada, conforme a LOA foi sancionada, há um atendimento ao teto dos gastos de R$29,05 bilhões. E esse atendimento ao teto de gastos, que é uma regra, na realidade é uma superâncora. Nós não podemos prescindir do atendimento ao teto de gastos. A virtude dele, por exemplo, é que permite que aquela corcova que eu mostrei anteriormente traga a 19,7% do PIB, saia de 26,2% do PIB para 19%, e a gente mude aquele espectro negativo para que nos encaminhemos celeremente para o espectro positivo o mais cedo possível. Do jeito que está ali, a previsão seria 2026, 2025. Então, temos que antecipar isso. É importante para a economia e a sociedade brasileiras a defesa do teto de gastos, mas também o atendimento às outras regras fiscais, ao ordenamento fiscal como um todo.

Nessa discussão, nós tivemos um atendimento ao teto de gastos mostrado pelo relatório bimestral, extemporâneo, de R$29,05 bilhões, e, ao final, houve um veto proposto pelo Governo. O Ministério da Economia enviou uma proposta, o Governo colocou um veto de R$19,8 bilhões e um bloqueio de R$9,2 bilhões. Essas colocações, Presidente Senador Confúcio, têm impacto sobre o perfil, em particular, das despesas discricionárias – têm impactos diferenciados – e colocam a necessidade de atenção na gestão do orçamento.

Como na coletiva feita na sexta-feira passada, eu, o Secretário George Soares, que por motivos pessoais se desligou da SOF – foi uma exoneração a pedido da SOF; já com seu substituto alocado, ele participou dessa audiência pública, dessa coletiva para a imprensa, desculpe, na sexta-feira –, o Bruno Funchal, como o meu Secretário do Tesouro, também estava conosco... Nós três do Ministério da Economia e dois representantes da Casa Civil, Bruno Grossi e Eduardo Aggio, falamos sobre esses desafios. Quem apresentou sobre as medidas foi o Secretário Bruno Grossi, mas, *grosso modo*, elas têm um atendimento ao teto de gastos e é necessária a observação do orçamento com todas as suas nuanças.

Boa parte desse refinamento vai ser feito na JEO (Junta de Execução Orçamentária) – repito aqui, onde têm assento os Ministros Guedes e Ramos – endereçando temas importantíssimos, como esse da vacinação, para que sejam dadas as respostas as mais diretas possíveis sobre o orçamento. As curvas de receitas e despesas têm dinâmica própria, Senador Confúcio, e permitem, então, que sejam alocadas coerentemente.

Repito: o orçamento é a decisão, em um país democrático, mais importante e requer, de fato, o acompanhamento e o interesse de todos, e aí o Parlamento tem um papel imprescindível.

Eu encerro, assim, as minhas considerações sobre as respostas, Senador Confúcio, e pergunto se posso ter dois minutos para encerramento, para fechamento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, tem os dois minutos. Pode continuar.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Pois não, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela oportunidade. Como falei no início, este é o último evento público de que participo como representante do Ministério da Economia, como representante do Ministro Paulo Guedes, como Secretário Especial de Fazenda, secretaria que lidero há dois anos e quatro meses. Se somarmos os três meses do período de transição, serão, então, 31 meses de disposição para ajudar o País, para colaborar nas soluções, com as equipes que estão aqui.

Como o Ministro Paulo Guedes falou na terça-feira, às 19h30, 20h, ele, eu e o Bruno, novo Secretário Especial de Fazenda, saindo do Tesouro... É um quadro extremamente qualificado, as pessoas que entram são extremamente qualificadas. O trabalho continua com a mesma diretriz, a diretriz que prezo tanto, que é a gestão fiscal responsável e o zelo com a coisa pública, o zelo com o Erário, o zelo também com as medidas de crédito, via CMN, como as que aqui foram detalhadas, via Confaz também, em que tenho participação, mas, em particular, o atendimento no momento de pandemia, que requer dos agentes públicos um trato mais cuidadoso ainda com os recursos públicos e atenção para que as soluções não só contemplem os problemas presentes, a situação presente, como não gere ônus para as gerações futuras. É uma preocupação, como falamos, intertemporal, no agora, no presente...

Então, é uma satisfação muito grande essa minha última apresentação como Secretário Especial de Fazenda, pelo Ministério da Economia, para o qual fui convidado pelo Ministro Gudes dia 19 de novembro de 2018. Como eu falei, vinha conversando com ele desde dezembro do ano passado sobre um remanejamento, inclusive com a sugestão do Bruno Funchal, que é uma pessoa que eu convidei para a equipe, ele e o Mansueto Almeida, que foi Secretário do Tesouro. Fizemos a apresentação ao Ministro Paulo Guedes, que logo viu a capacidade de resposta do Bruno. Então, será muito bom, as equipes continuam, a inércia de trabalho, ou seja, a estrutura de trabalho, é muito bem colocada, as equipes têm alta capacidade técnica de resposta.

E eu agradeço também essa oportunidade de desfazer essa *fake news* de terça-feira, que apareceu às 9h30, 9h40, 10h da manhã e propagou-se pelas notícias.

Era uma intenção pessoal, estritamente pessoal. Eu preciso me dedicar também um pouco mais à minha família, ao meu pequeno núcleo familiar, meus filhos, minha mãe, e continuar ajudando o País da maneira que for a mais efetiva possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Waldery.

Nós agradecemos muito ter esta honrosa oportunidade de V. Exa. se apresentar em nossa Comissão como o último ato público exercendo a função de Secretário de Fazenda do Governo brasileiro, ainda mais com todas as travessias tumultuadas, inesperadas que V. Exa. vivenciou, assim como a sua equipe, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio Ministro Paulo Guedes, o próprio Presidente da República e nós todos, com a situação da pandemia. A pandemia desconcertou todo mundo! Nós tivemos que passar a raciocinar de uma maneira muito rápida e a tomar decisões aceleradas, que não trouxessem consequências danosas. Vieram os créditos extraordinários, houve as transferências para Estados e Municípios, houve o auxílio emergencial robusto no ano passado, houve a queda das expectativas ruins de recessão de até dez por cento, como foi cogitado no início da pandemia, para quatro e pouquinho por cento do PIB. Então, tudo isso se deveu à articulação, ao trabalho incansável da equipe do Ministério da Economia e de outros ministérios.

Agradecemos muito a sua participação hoje e a sua paciência em responder didaticamente a todos os Senadores – não ficou nenhum sem respostas. Então, a gente agradece muito todo esse zelo, esse cuidado, essa deferência a nossa Comissão. Esperamos que V. Exa. continue trilhando o seu caminho de um homem correto, de um técnico competente. Que possa continuar servindo em qualquer posição em que V. Exa. estiver da mesma maneira. Não é um cargo mais elevado, outro aqui, outro ali, que vai diminuir a sua capacidade de servir ao nosso País. Então, muito agradecido a V. Exa. e a todos os seus assessores e secretários especiais que estão fazendo parte deste trabalho de hoje. V. Exa. permaneceu conosco durante 3 horas e 47 minutos ininterruptos. Muito agradecido.

Boa sorte.

Vou liberar V. Exa. para cuidar da sua vida, de seu trabalho.

Vamos aqui agora passar a uma parte administrativa deliberativa da nossa Comissão, que é bem mais rápida. É necessário também que a gente cumpra este dever de rito da nossa Comissão.

Muito agradecido a V. Exa. e a toda a equipe.

Boa sorte. (*Pausa.*)

Pois não. Pode falar, Waldery. Está com a palavra.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Eu não poderia – e são dez segundos mesmo – deixar de agradecer às equipes que estiveram comigo. São mais de mil servidores, mais de mil pessoas que estão nas quatro secretarias e no Departamento de Fundos. É o Tesouro, que é a STN; é a SOF, que é o orçamento; é a SPE (Secretaria de Política Econômica); é a Secap, que é a Secretaria de Avaliação; e é o Departamento de Fundos.

São quatro secretarias, cada uma com uma importância enorme. O Departamento de Fundos também: FGTS, FCVS, FAT – também enorme. Agradeço às equipes. Todo homem público também tem o suporte familiar: minha esposa, meus filhos, minha mãe, aos quais eu preciso também dar um pouco mais de atenção, exatamente por conta de esses 31 meses terem restringido essa questão. Esse é o cerne da questão pessoal que já comentei aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado aos Senadores, os quais prezo muito. Realmente fico muito feliz que esse cargo seja na minha Casa, juntamente com V. Exas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado e uma boa tarde.

Aos telespectadores participantes do e-Cidadania: Sheylla Aparecida, de Pernambuco; Maria Angélica, do Rio de Janeiro; Cláudio Rodrigues, de São Paulo; Carlos André, de Tocantins; Geová Chagas, de Minas Gerais, informo que as perguntas não relacionadas ao tema da audiência de hoje serão redirecionadas nas próximas audiências.

Aprovação da ata.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 18ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Para maior celeridade, sugiro que apreciemos os requerimentos em bloco.

Há os seguintes requerimentos na Comissão.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2021

Requer a realização de audiência pública a fim de debater as campanhas de comunicação existentes sobre a pandemia de Covid-19.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública para debater a preservação do meio ambiente como forma de evitar novas pandemias.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 64, DE 2021

Requer a realização de audiência pública com Fabio Wajngarten, ex-chefe da Secretaria de Comunicação do Governo Federal, a fim de prestar informações sobre as negociações iniciadas em setembro de 2020 para aquisição do imunizante da farmacêutica Pfizer, bem como o motivo que levou o Governo brasileiro a recusar a compra do lote de vacinas ofertado no ano passado.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

2ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 65, DE 2021

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de analisar o impacto negativo que o corte no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia causará nas pesquisas em andamento no país com presença do Senhor Marcos Pontes, Ministro da Ciência e Tecnologia.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2021

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a necessidade de alterar o plano nacional de vacinação em decorrência do quantitativo de jovens internados por causa do COVID 19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Rose de Freitas

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2021

Requer a inclusão no debate da crise sanitária no Brasil e das tratativas de aquisição de vacinas via Covax Facility, o tema da não aprovação da vacina Sputnik V, com os seguintes convidados:

1. Representante da Anvisa;

2. Representantes da Vacina Sputnik V;

3. Carlos Machado de Freitas, coordenador do Observatório da Covid da Fiocruz.

Autoria: Senador Confúcio Moura

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2021

Inclui audiência pública com o Ministro da Ciência e Tecnologia, objeto do Requerimento n. 065/2021, o seguinte tema: "Atualizar as informações sobre investimento em pesquisa e tecnologia para alternativas de vacinação contra a COVID19".

Autoria: Senador Confúcio Moura

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 69, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclui na audiência pública que irá debater as necessidades da população na pandemia perante os sistemas de saúde, objeto do Req. 044/2021, o tema do pós-pandemia, inclusive sob a ótica econômica e social, com Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Confúcio Moura

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2021

Requer, na audiência para debater a situação das organizações da sociedade civil durante a pandemia e o PL 4113/2020, objeto do Req. 046/2021, a inclusão do tema da situação das comunidades menos favorecidas e os resultados das mobilizações sociais para enfrentamento da pandemia, e dos seguintes convidados: Gilson Rodrigues, presidente da União de Moradores de Paraisópolis; e Lucas Milhomens, professor do curso de jornalismo da Universidade Federal do Amazonas.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Paraisópolis, maior favela de São Paulo.

Eu coloco a palavra à disposição dos Senadores para discutir os requerimentos, no todo ou em parte.

A palavra está liberada. (*Pausa.*)

Não havendo objeções para a apreciação em bloco, coloco em votação os requerimentos mencionados.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senadores que desejaram manifestar-se em contrário, já foi colocada a palavra à disposição e não se manifestaram.

Então, os requerimentos estão aprovados.

Eu quero passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes para suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria muito também de parabenizar o Secretário Waldery, que conclui uma etapa da sua vida prestando um grande serviço à Nação. Com certeza, ele tem os seus projetos pessoais, mas continuará na sua função de excelente profissional do Senado da República, ajudando o País em outros desafios.

Quero concluir também, Presidente, falando sobre o nosso relatório setorial, parcial. Aqui eu quero inclusive agradecer, Sr. Presidente, à equipe que nos tem ajudado, da Consultaria, em nome do Consultor Fábio Gondim da Costa; também o Consultor de Orçamento Luiz Gonçalves de Lima Filho; o Consultor Legislativo Benjamin Miranda Tabak; o Consultor Legislativo André Luiz de Faria Leite; e também o Consultor Legislativo Humberto Lucena Pereira da Fonseca, além da minha assessora Marisa e meu chefe de gabinete, que nos tem ajudado muito nesse trabalho, e outros assessores tantos, inclusive da própria Comissão. Eu agradeço em nome de todos.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que nesse relatório setorial que está aqui apresentado, é fato que nesse período que nós trabalhamos agora, com todos os nossos Senadores, trabalhamos muito!

Os Senadores e Senadoras titulares, suplentes ou participantes eventuais das nossas reuniões têm demonstrado uma grande capacidade de trabalho e uma equipe com muita vontade de contribuir para a superação dessa nossa pandemia, uma pandemia que já se firmou como um dos maiores desafios que este País já enfrentou e que não é apenas de ordem sanitária, mas econômica, social, orçamentária, política e até mesmo tecnológica. E, nessa reunião agora, Sr. Presidente, muito disso foi discutido de forma ampla.

E, como Relator da Comissão, cumpre-me elaborar, em conjunto com os colegas sub-relatores que V. Exa. designou, e eu quero aqui agradecer o papel de cada um, e nós vamos então trabalhar esse relatório até conclui-lo. E, visto que a Comissão trabalhou bastante e produziu um grande volume de informações valiosíssimas para o enfrentamento da pandemia, tomamos a iniciativa, então, de elaborar um relatório parcial das nossas atividades.

Esse relatório parcial, Sr. Presidente, condensa os aspectos mais relevantes abordados até o momento e pode ser um instrumento útil aos que participam desta Comissão ou acompanham com interesse nossas atividades. Ele está disponível, então, em todas as nossas redes sociais, e qualquer cidadão brasileiro também pode participar e contribuir também.

Então, estão lá todos os tópicos relativos à vacinação, incluindo possíveis soluções para a carência de doses de vacina, as dificuldades enfrentadas por Estados e Municípios, as questões do oxigênio e de medicações de intubação em todas elas, a disponibilidade de leitos de UTI, as questões econômicas, as campanhas de informações sobre a pandemia, as medidas não farmacológicas e farmacológicas que funcionam e que também não funcionam e os demais tópicos que, a partir desse plano de trabalho e dos requerimentos dos colegas Senadores e Senadoras, pudemos discutir em nossa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O documento está e estará disponível para consulta, e rogo aos colegas que não apenas o utilizem como ferramenta de apoio ao nosso trabalho, mas que, segundo as atribuições e o juízo de cada um, apontem aspectos a serem aperfeiçoados, para que tenhamos devidamente registradas todas as informações e decisões importantes desta Comissão.

Ainda, Sr. Presidente, ao concluir, eu quero agradecer muito a V. Exa., a todos os Senadores, inclusive ao Senador Izalci, que foi o Relator do nosso projeto, que autoriza, é o Congresso autorizando, e foi aprovado por unanimidade no Senado, para que as indústrias de saúde animal... E aí, já, como foi bem divulgado, nós temos 22, mas três delas teriam possibilidade de produzir vacinas, até 400 milhões de doses de vacina, em 90 dias, para atender então à necessidade do nosso País, à imunização de toda a nossa população e, claro, a partir do segundo semestre, até produzir mais excedente, para ajudar a outros países do mundo. Por isso, a nossa ordem, de todos aqui, é trabalhar conjuntamente, porque a ordem mundial é esta: vacina, vacina e vacina.

E V. Exa., como Presidente desta Comissão, ajudou muito na condução das tratativas com a Anvisa, com o Ministro Queiroga, o Ministro da Saúde, com o Ministério da Agricultura, enfim, com todos os organismos, para que a gente avançasse, e avançamos muito!

E aí, Sr. Presidente, eu quero aqui, já de público, dizer que a Anvisa, nas reuniões internas, bem como no Ministério da Agricultura, já definiu que as produções dessa vacina serão possíveis de ser reguladas pelo próprio Ministério da Agricultura, e a Anvisa, então, faria o controle de qualidade antes de poder disponibilizar isso a toda a população.

Então eu gostaria, Sr. Presidente, finalizando aqui... A cada dia que passa a gente fica mais otimista e, por isso, eu quero agradecer a todos os Senadores – não dá aqui para citar o nome de todos, mas ressalto o de Luís Carlos Heinze, o do Senador Nelsinho Trad e o de muitos outros que ajudaram nesse processo, principalmente o do nosso Presidente Rodrigo Pacheco.

Eu queria fazer um pedido a V. Exa. Como já está definida a visita da Anvisa junto com o Ministério da Agricultura, provavelmente esta semana, nas indústrias, nessas três indústrias, e como também já temos um requerimento aprovado, eu gostaria de saber da possibilidade, Sr. Presidente, de a Comissão agendar, junto com o Senador Rodrigo Pacheco, por meio de V. Exa., a nossa visita, da Comissão, a essas autoridades, entre as quais poderiam estar, sem dúvida nenhuma, o Butantan, a Anvisa, a Fiocruz, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. A nossa presença nessas indústrias é muito mais uma demonstração política de que nós estamos trabalhando para que efetivamente aconteça isso.

Claro que a visita técnica da Anvisa e do Ministério da Agricultura é muito mais específica, a nossa tem um caráter público, mas político também, de demonstrar esse trabalho que já foi feito e que poderemos fazer. Então, é citando esse aspecto que gostaria de encerrar, até perguntando a V. Exa. se já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem como marcar a data, porque na semana passada eu estive com o pessoal do Sindan e eles, inclusive, estão aguardando, estão prontos para nos receber.

Eu termino aqui ainda registrando, Sr. Presidente, que o presidente da nossa Academia Brasileira de Medicina Veterinária, Josélio Moura, que foi quem trabalhou comigo essa ideia, acabou sendo acometido pela Covid. Ficou duas semanas, ele e a esposa, numa UTI, mas felizmente ontem já saiu da UTI e, tenho certeza, já está praticamente em recuperação plena e vai continuar a nos ajudar muito nesse processo de fabricação de vacinas.

E, claro, continuamos aqui todos nós lutando para ter vacina, seja a produzida no Brasil, seja a importada. Num País como o nosso, com a força que representa como oitava potência do mundo, chegando a quase 300 milhões de habitantes, temos que produzir vacinas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington Fagundes, sobre a visita, a diligência aos laboratórios: eu tratei desse assunto pessoalmente com o Presidente Rodrigo Pacheco e agora ele está aguardando V. Exa. falar com ele para marcar datas, porque realmente há algumas questões que só ele pode deferir, por serem questões que geram algumas despesas, como solicitação de aviões, essas coisas todas. Eu tratei com ele e agora depende de V. Exa. tratar diretamente com ele.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O segundo assunto: V. Exa. pediu apoio do Prodasen para disponibilizar um portal ou um *site* para a nossa Comissão. Já foi feito. A nossa Comissão atual tem todas os *status* necessários, inclusive o seu relatório de hoje deve entrar hoje lá, ficará à sua disposição. Foi feito pelo próprio Prodasen, então não há necessidade de resserviço.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e os convido para a próxima reunião prevista pelos Requerimentos nº 59 e 67, a ser realizada no dia 7 de maio, sexta-feira, às 10h, para debater a grave crise sanitária do Brasil, bem como as tratativas de aquisição de vacinas via Covax Facility e debater a não aprovação da vacina Sputnik V. Os convidados. Nós convidamos o Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde, Dr. Tedros Adhanom – ele ou um representante; António Guterres, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas – ele ou um representante; Dra. Socorro Gross, representante da Opas e OMS no Brasil; um representante da Anvisa; um da vacina Sputnik V; e Carlos Machado de Freitas, Coordenador do Observatório da Covid-19 da Fiocruz.

Assim sendo, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todos e um grande abraço.

Obrigado, gente.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e oito minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Eliziane Gama, e ainda do Senador não membro Humberto Costa. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Daniella Ribeiro e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a grave crise sanitária no Brasil, as tratativas de aquisição de vacinas via Covax Facility e a não aprovação da vacina Sputnik V pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Reqs. 59 e 67/2021). **Participantes:** Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí; Carlos Gabas, Secretário Executivo do Consórcio Nordeste; Geraldo Resende, Secretário de Estado de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul; Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Meiruze Sousa Freitas, Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Alex Machado Campos, Diretor da Agência de Vigilância Sanitária; Fernando de Castro Marques, Presidente da União Química Farmacêutica Nacional S/A; Rogério Schumann Rosso, Diretor de Negócios Internacionais da União Química Farmacêutica Nacional S/A; Daniel Araújo, Diretor da União Química Farmacêutica Internacional S/A; e Miguel Giudicissi Filho, Diretor da União Química Farmacêutica Internacional S/A. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/07

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Temporária interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

A presente reunião destina-se a debater a grave crise sanitária no Brasil, as tratativas de aquisição de vacinas e a não aprovação da vacina Sputnik pela Anvisa.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão". Para o uso da palavra, os Senadores "levantam a mão" no aplicativo e fica registrada a ordem.

A ordem da fala: primeiro, o Relator, Wellington Fagundes; em seguida, o Vice-Presidente, Styvenson Valentim; os titulares inscritos; depois, os suplentes; e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

Para maior eficiência na presente reunião, solicito aos Senadores que sejam rigorosos com o tempo de fala. São três minutos para fazerem as suas perguntas. Já avisei em todas as audiências que estou em casa, em Brasília, não estou no Senado, e que o tempo é controlado lá, pelo Prodasen, no Senado. Então, às vezes, se precisarem de uma prorrogação de tempo, têm de esperar o Senado aumentar um minuto, dois minutos, fica um hiato sem fala.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ser utilizados após a reunião.

Estão presentes os seguintes convidados: o Governador Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí, representando o Consórcio Nordeste; Geraldo Resende, Secretário de Estado de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, representando o Governador Azambuja, que é o Presidente do Consórcio Brasil Central; pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Dr. Antonio Barra Torres, Meiruze Sousa Freitas, Diretora, e Alex Machado Campos, também Diretor da Anvisa; pela União Química, o representante da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina Sputnik no Brasil, Fernando de Castro Marques, que é o Presidente, Rogério Schumann Rosso, nosso ex-Deputado Federal aqui de Brasília, Diretor de Negócios Internacionais da União Química.

Então, nós vamos começar nossas atividades.

Na realidade, quem vai falar é o Barra Torres. Eu passo a palavra ao Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente, para sua exposição, no tempo de 12 minutos.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Bom dia, eminente Senador Confúcio Moura. Agradeço desde já este convite.

Cumprimento também o Senador Styvenson e demais Senadores presentes, me parece que temos mais Senadores e Senadoras presentes a esta reunião; o Sr. Governador do grande Estado do Piauí, Wellington Dias; Dr. Geraldo Resende, pelo Estado do Mato Grosso do Sul; Dr. Fernando Marques e Dr. Rogério Rosso, pela União Química.

A Anvisa agradece esta oportunidade. Estaremos participando desta reunião, entretanto, como é do conhecimento de V. Exas., e até justamente o motivo desse contato preliminar que tive agora há pouco com o Presidente Confúcio Moura, o meu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito, por razões de adequação de tempo e outros compromissos da própria Comissão Parlamentar de Inquérito, foi sobrestado para a próxima terça-feira. Eu ressalto aqui a elegância do Presidente Omar Aziz, a urbanidade: ele ontem pessoalmente me disse, lá na sala de espera em que eu me encontrava – nem seria necessário, bastaria que fosse avisado por um representante dele, mas ele fez questão de ir lá, muito elegantemente – que eu iria depor na próxima terça-feira, o que vai dar um tempo maior para as explanações. O Presidente Omar Aziz, inclusive, pelo menos inicialmente, franqueou a presença de todos os diretores. Então, prevemos estarmos todos na reunião da próxima terça-feira, motivo pelo qual eu entendo que a minha participação na presente reunião não seria, à luz do que vai haver de depoimentos em andamento na CPI, não seria talvez o mais adequado.

Compartilhei esse pensamento com o Presidente Confúcio Moura e, na medida em que teremos os Diretores Alex Machado Campos, que é o Diretor relator da questão da Sputnik, e também a Dra. Meiruze Sousa Freitas, que é Diretora titular da Segunda Diretoria, que está diretamente ligada à questão vacinal, então, com a permissão do Presidente Confúcio Moura, eu passaria a palavra à Dra. Meiruze Sousa Freitas para que ela faça suas considerações e, neste momento, eu deixo esta reunião, desejando a todos que seja realmente muito produtiva, mais uma vez agradecendo esse convite do Presidente Confúcio Moura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Presidente.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, Dra. Meiruze, bem-vinda!

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Muito obrigada. Bom dia, Presidente Senador Confúcio. Na sua pessoa, cumprimento todos os Senadores.

Cumprimento o Governador Wellington Dias, Presidente do Fórum de Governadores, cumprimento os demais representantes dos Governadores, cumprimento os representantes da União Química, o Sr. Fernando Marques, e todos que acompanham esta audiência e que representam a discussão sobre o tema.

Primeiro, eu gostaria de ressaltar que o tema da audiência, em especial a vacina Sputnik V, é uma vacina que vem... Ela está sob a avaliação da Anvisa, seja por meio das modalidades da importação, importação feita principalmente pelos Estados, pelos Governadores, e também há a avaliação da vacina para autorização de uso emergencial, pedido feito pela representante brasileira União Química. São processos, em especial o da autorização de uso emergencial, em andamento na agência. Não é um processo que está fechado. É um processo em que, neste momento, estamos aguardando as informações do desenvolvedor no Brasil. A Anvisa está sempre aberta ao diálogo sobre o desenvolvimento dessas vacinas. Em relação à parte das importações, foi decidida, no dia 26 de abril, a avaliação sobre as importações, mas ainda há processos em aberto, em discussão, inclusive com os importadores.

Então, no momento em que o processo está na Anvisa... São processos em andamento, nos quais a Anvisa vem abrindo as discussões, as contribuições no processo no sentido de ir ao encontro de haver mais vacinas no Brasil. Então, é este o espírito da avaliação, o de contribuição para que haja mais vacinas no Brasil, mas que se atenda aos parâmetros de qualidade, eficácia e segurança, que é o propósito de todos, tanto dos desenvolvedores, quanto – tenho certeza – dos Governadores. E esse é o propósito da lei aprovada no Congresso Nacional.

Nesta audiência, a gente conta também com o Diretor Alex, que foi o relator da matéria da importação. Eu gostaria de passar a palavra a ele e de me colocar aqui totalmente à disposição para esclarecimentos, ressaltando a importância desta Comissão na atuação do combate à Covid-19.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar, Alex. Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX MACHADO CAMPOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio, a quem cumprimento. Quero cumprimentar os Senadores desta Comissão. Na sua pessoa, cumprimento os demais Senadores, o Senador Esperidião Amin, a Senadora Rose de Freitas, o Senador Humberto Costa, Senadores que eu tive a chance de conhecer.

Quero cumprimentar o Governador Wellington Dias, o Secretário Geraldo Resende e o setor regulado, na figura de Fernando Marques, da União Química.

Enfim, quero dizer da nossa satisfação, Presidente Confúcio, de podermos, de maneira privilegiada, em uma Comissão do Congresso Nacional, em especial esta Comissão do Senado Federal, trazer esclarecimentos e de nos colocarmos à disposição desta Comissão, que cumpre um papel tão relevante neste momento tão crítico em relação à pandemia.

Como a Dra. Meiruze bem destacou, eu fui o relator da matéria da importação da Sputnik na Anvisa. Essa é uma modalidade regulatória específica criada pela lei, uma modalidade regulatória excepcional. Portanto, ela se distingue muito das figuras de regulação do registro de produto, de medicamento ou vacina, e do registro ou certificação de uso emergencial no País. Em tese, é uma modalidade que deveria e deve cumprir um rito mais acelerado, porque a lei prevê a possibilidade dessas importações a partir de registro ou uso emergencial já obtido por aquela vacina em outros países, países em que a lei relacione.

Acompanhamos, preocupados, o debate público sobre o tema, uma vez que é uma ansiedade de todos, inclusive de nós, da Anvisa, irmos ao encontro das vacinas, no sentido do nosso trabalho, nos últimos meses aqui, de explorar cada detalhe, explorar cada possibilidade de que as vacinas tenham êxito de chegarem ao plano nacional de imunização. É esse o sentido da nossa atuação aqui, na Anvisa. Eu tenho dito, em alguns encontros de que tenho a chance de participar, que, há muito, a Anvisa optou por uma... O senso de urgência, o limite do possível, o minimamente... O limite mínimo daqueles requisitos que a Dra. Meiruze já ilustrou aqui em relação à segurança, à eficácia e à qualidade, esse tem sido o sentido da nossa atuação.

E longe de se imaginar que a gente está empregando uma espécie de gabarito de alta qualidade, de alto selo – isso associado à ideia de que a Anvisa é um regulador muito respeitado no mundo e atua nos fóruns, na cúpula desses órgãos de regulação –, de se imaginar que isso espelha uma análise que desconsidere o momento de gravidade e urgência que a gente está levando. Por isso, está emprestando cada uma dessas análises, níveis de excelência, níveis de cobrança e de especificidade que estariam atrasando qualquer tipo de análise. Longe disso, há muito tempo a gente optou por quebrar alguns protocolos, inclusive da forma como o regulador lida com o setor regulado. E uma coisa que nós temos explorado muito fortemente são as reuniões de pré-submissão aos pedidos de registro, pedidos de uso emergencial e também de autorização de importação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria, na verdade, Senador Confúcio e Senadores, me colocar à disposição para os esclarecimentos que forem necessários. O espírito é de absoluta colaboração – não poderia ser diferente, estou apenas ilustrando, sei que não poderia ser diferente. O espírito é de ir ao encontro dessa ansiedade, que é de todos. O nosso respeito à iniciativa de todos os Governadores do Brasil, que estão lutando por mais uma vacina, estão disponíveis aqui para prestar os esclarecimentos que forem necessários para a gente esgotar o tema e poder avançar nas pautas, e que isso seja do interesse da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Diretor Dr. Alex Campos.

Eu passo a palavra... Eu consulto se o Governador Wellington Dias está na sala. Governador Wellington? (*Pausa.*)

Opa, beleza! Pode liberar o seu som, viu, Wellington? Está travado aí. (*Pausa.*)

Pronto! Está prontinho!

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Meu querido Senador Confúcio Moura, em sua pessoa, na pessoa do Senador Esperidião Amin, da Senadora Eliziane, eu quero saudar aqui todo o trabalho desta Comissão. Já estivemos aqui, e eu quero, mais uma vez, parabenizar a importância desta Comissão liderada aqui por esse experiente líder, Senador Confúcio Moura, com quem tive o privilégio de conviver bem de perto e sei da importância do seu trabalho.

Eu também quero saudar aqui os convidados. Permitam-me, nas pessoas do Dr. Alex Campos e da Dra. Meiruze Freitas, saudar aqui todos os que compõem a Anvisa.

Eu serei bem breve aqui no que vou dizer.

Primeiro, estou aqui em nome dos meus colegas Governadores. São 17 Estados que compramos a vacina Sputnik. São Estados do Consórcio da Região Nordeste do Brasil e Estados do Consórcio da Região Amazônica, mas também, dialogando com o Prefeito Donizette, com a CNM, também outros Municípios trabalharam as condições com base na lei e adquiriram essa vacina. Eu destaco ainda aqui que estou com a confiança das 27 unidades da Federação, aqui também representando o Fórum de Governadores do Brasil. Como tomamos uma decisão, da nossa parte o interesse é que as vacinas...

Senadora Rose de Freitas, também quero saudá-la e agradecer pelo seu empenho e trabalho, buscando também vacinas onde houver vacinas. Eu quero agradecê-la.

E o fato é que nós estamos em uma... Estou aqui tratando, em nome das 27 unidades da Federação... Nós trabalhamos um plano estratégico, e o fato é que o plano furou. E, quando um plano fura, ele tem efeitos. No caso do Brasil, uma tragédia – uma tragédia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 20 de outubro, nós elaboramos um plano estratégico – demorou, mas saiu. Eu acho que vale a pena esta Comissão ter um olhar para o plano estratégico. Eu fui, pessoalmente, com outros Governadores, e aprovamos por unanimidade em 20 de outubro, numa agenda no Ministério da Saúde, com a presença da Anvisa, do Butantan, da Fiocruz, da Academia de Ciências. Lá houve a apresentação do Senado, da Câmara. Enfim, esse plano, olhando o que acontecia no Brasil e no mundo, recomendava, de um lado, variadas vacinas, agilidade na compra de vacinas, para que pudéssemos no Brasil imunizar mais cedo, sair mais cedo desta crise. Para se ter uma ideia, havia uma previsão de que chegaríamos em 30 de abril vacinando a primeira fase, das quatro fases que foram elaboradas, e agora estamos com 16% – seria algo em torno de 25% da população vacinada. Então, o que mais falta no Brasil é vacina – vacina!

Esse problema ganhou uma unanimidade tão grande que foi parar no Congresso Nacional. O Congresso Nacional aprovou uma lei, e a lei foi vetada. O Congresso Nacional, na sua decisão de ir adiante, dialogou com o Executivo e fez um novo projeto de lei, que Câmara e Senado aprovaram, e o Presidente Bolsonaro sancionou a lei. E essa lei, hoje em vigor, a Lei 14.124, é uma vontade de povo através da Câmara, é uma vontade da Federação brasileira através do Senado e diz exatamente o seguinte: o Brasil quer urgência na compra de vacina.

Para nenhuma vacina no mundo estão sendo usadas regras normais. Para nenhuma vacina no Planeta estão sendo utilizadas regras normais. Todas estão sendo aprovadas de forma emergencial, excepcional, por conta da guerra mundial contra o coronavírus. Então, é isso que esperamos no Brasil. É a vontade do povo, a vontade da Federação. Que ela possa ser respeitada!

O que diz a posição brasileira? Nós temos 16, se eu não me engano, agências reguladoras, órgãos reguladores e, em alguns lugares, como a Rússia, o Ministério da Saúde – está expresso lá na lei, me parece que no item sexto do artigo que trata sobre isso. Essas agências reguladoras, validando, aprovando, autorizando, certificando uma vacina... Aqui no Brasil, a Anvisa, tendo a oportunidade de compra, apresenta as condições da vacina.

Nós fomos atrás da Pfizer. Deu problema com a Pfizer também. Lembrem-se aí... E eu sou grato, Senador Confúcio Moura, ao importante trabalho desta Comissão, que, juntamente com o Presidente Rodrigo Pacheco e com outros Líderes, buscou um entendimento. E eu, aqui, conversei com os Governadores, com os Municípios, com o senhor também, e acertamos um caminho para aprovação da Pfizer.

É para lembrar que isso aqui não é Sputnik, não é vacina A. A alternativa é seguir pelo projeto estratégico lá atrás. É disto que se trata: um projeto de Estado, de País, independentemente dos partidos, das divergências, das disputas, do disse me disse. Há algo em jogo, e precisamos de unidade em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem. Ali foi dado um prazo de sete dias úteis, onze dias. Eu mesmo fiz uma agenda com o Dr. Antonio Barra, para que a gente tivesse clareza de como é que seria isso. Foi entregue a documentação, foram entregues cerca de 16 mil páginas de papéis. Eu não acredito mesmo que não tenha sido diferente.

O nosso Comitê Científico do Nordeste, com cientistas brasileiros, examinou. E o que que diz o regramento internacional? Para aprovar uma vacina, precisa ser demonstrado regra de segurança, segurança para ver quais os efeitos colaterais. Não há como prever efeito colateral de longo prazo para nenhuma vacina. Por isso mesmo é que se trabalha... O efeito colateral tem que ser visto ali com base em algumas regras que foram estabelecidas. Não bate a regra do vírus replicante, que foi citada. Isso causou um mal-estar internacional. Eu tive que ir, com meus colegas Governadores, agora, à Embaixada da Rússia e ao Governo da Rússia, para não perder o contrato, porque eles se sentiram ali, da forma como foi colocado sobre uma vacina que está em uso em 64 países neste instante, em uma situação delicada. Há 64 países usando uma vacina, e o vírus depois, no corpo humano, vai replicar?

Nós procuramos os cientistas brasileiros. São cientistas, pessoas respeitadas no Brasil, formadores de formadores da ciência no Brasil. E o que eles disseram? "Essa vacina tem segurança. Essa vacina tem eficácia." Eles foram conversar com cientistas do México, da Argentina, da Hungria e agora da Rússia – não apenas do país de origem da vacina, conversaram com outros. E o que eles concluíram? Também na prática a eficiência está maior do que aquela que se verificou na terceira fase. Na terceira fase, a eficiência é em 91,6%, o que já coloca a Sputnik como uma das mais eficientes na imunização. E lá, na prática, estão se verificando indicadores maiores – na prática – com milhões, milhões de pessoas já vacinadas no mundo. Febre e inchaço no braço são os efeitos colaterais que tem havido. Não há nenhum caso de trombose, não há nenhum caso de doenças graves. Ao mesmo tempo, com eficiência! E a qualidade, examinaram sobre a qualidade. Então, pessoas que trabalharam na Anvisa, que dirigiram a Anvisa, que foram dos quadros da Anvisa dizem que os requisitos são: segurança, o que ela preenche; eficiência, ela preenche o requisito internacional; qualidade, ela preenche o requisito internacional.

Eu estou dizendo isso, porque, em 26 de março, foi entregue essa documentação; em 29 de março, outras que foram solicitadas. Nós fomos pessoalmente – não é comum, e agradeço aqui ao Dr. Alex, à Dra. Meiruze Freitas e ao Dr. Antonio Barra, que nos receberam lá – para colocar ali as dúvidas.

Vejam só, só para encerrar. Agora se sustenta que falta um relatório técnico. O que é dito? O relatório técnico tem que falar sobre segurança, sobre eficácia e sobre qualidade, e isso há. Então, o apelo que eu faço aqui é que a gente tenha desta Comissão uma mediação com a Anvisa. Nós estamos dispostos a assumir a responsabilidade no monitoramento, a assumir a responsabilidade no acompanhamento pós-vacina, mas, tanto em relação à Sputnik, quanto à Covaxin, quanto à Pfizer, nós queremos mais vacina, porque é isso que imuniza e nos permite uma saída segura.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, meu Governador Wellington Dias. Pelo tempo que V. Exa. puder permanecer eu lhe agradeço. Fique bem à vontade quanto à sua agenda – você me avisou antes –, mas, se puder ouvir mais algumas exposições, eu lhe agradeço. E, se possível, dar uma saidinha e retornar para algumas perguntas de Senadores também será oportuno.

Passo a palavra ao Geraldo Resende, Secretário de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, representando nosso querido Governador Azambuja.

V. Exa. tem o tempo de até 12 minutos. (*Pausa.*)

Geraldo Resende, pode entrar. (*Pausa.*)

Geraldo Resende.

Olhem se ele está na sala.

Geraldo... (*Pausa.*)

Geraldo, cadê você? (*Pausa.*)

Vou passar à frente.

Geraldo, você aguarde um pouquinho, deve ter dado uma saidinha rápida do seu gabinete, mas pode ficar aí atento que já, já eu o chamo.

Eu passo aqui a palavra para o Sr. Fernando de Castro Marques, Presidente da União Química, pelo prazo de 12 minutos.

O SR. FERNANDO DE CASTRO MARQUES (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio; demais Senadores; Governador Wellington; diretores da Anvisa, Alex e Meiruze.

Agradeço por esta oportunidade de estar falando do nosso projeto de Sputnik, produção em Território brasileiro verticalizada, não só o envase como todo o IFA sendo feito em Território brasileiro.

Nós estávamos próximos ao Governo da Rússia tratando de um assunto de interesse do grupo, justamente com o Instituto Gamaleya, quando surgiu a Covid. E nós, por estarmos já em condições operando e por sermos a principal empresa brasileira na área de biotecnologia farmacêutica, aceitamos este desafio de produzir em Território brasileiro a vacina Sputnik, fabricando o IFA na nossa unidade de biotecnologia em Brasília, a Bthek, e a parte de fracionamento e envase na nossa unidade de Guarulhos, na Inovat, unidade essa que está inspecionada pela Anvisa para a produção da Sputnik e aprovada, conforme publicação do *Diário Oficial da União*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, na data de 15 de janeiro, entramos com um pedido emergencial para a importação de 10 milhões de unidades da Sputnik. Conseguimos essas 10 milhões de unidades para embarque ainda no primeiro trimestre de 2021. Essa análise foi suspensa no dia 16, um sábado, aguardando a complementação da documentação. E, desde então, passamos a ter reuniões com a Anvisa, com o Instituto Gamaleya, com os técnicos e diretores da Rdif, no intuito de completar essas informações para a obtenção da autorização emergencial.

Tivemos bastante dificuldade com relação a essas informações. Como todos os senhores sabem, a Rússia é um país muito fechado, é um país voltado para dentro e não tem infraestrutura farmacêutica globalizada, como outras grandes nações. Então, é tudo voltado para o mercado interno. Então, passamos por bastantes dificuldades na obtenção de esclarecer determinados fatos, de fazer os russos nos entender, mas isso seguiu. Porém, no mês de março, com a nova Presidência do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados, foi aprovada a lei reconhecendo também o Governo russo, a vigilância sanitária russa, o Ministério da Saúde de lá, como um país confiável para se aplicar a vacina emergencial. Com isso, então, nós, baseados nessa nova lei, demos entrada a um novo pedido de importação de 10 milhões de unidades emergenciais para podermos atender. Já que não perdemos esses 10 milhões que não pudemos importar no primeiro trimestre, conseguimos 10 milhões com o Governo russo ainda, embarcando de lá.

Ao mesmo tempo, o nosso processo industrial está caminhando. Os nossos técnicos estiveram em Moscou, os técnicos russos estiveram aqui, tivemos reuniões no Ministério da Saúde com os executivos russos, lá com o PNI, Programa Nacional de Imunização, eles esclareceram, fizeram as exposições, e nós demos seguimento ao nosso processo industrial, com vistas a cumprir o nosso contrato com o fundo soberano russo de produção da vacina para o Brasil e para demais países da América Latina.

Nós já tínhamos investido com as unidades industriais que temos, e investimos mais ainda com o intuito de nos aparelharmos e nos equiparmos para produzir rapidamente a Sputnik no Brasil. Nós fizemos as partidas-pilotos, tudo acompanhado por Moscou, essas vacinas seguiram para lá, para o Instituto Gamaleya, para aprovação, e o nosso processo industrial segue dando seguimentos de forma contínua. Investimos, contratamos mais de 150 profissionais gabaritados, biólogos, bioquímicos, pessoas altamente qualificadas, e estamos dedicados a esse processo, para que o Brasil passe a ser uma plataforma de produção da vacina de Covid-19, para atender à população brasileira e aos demais países da América Latina.

Esse é um projeto a que nós estamos totalmente dedicados, com os nossos executivos, e não estamos medindo esforços no sentido de superar todos os obstáculos nessa direção. A gente acredita que o projeto vai indo muito bem.

Temos a agradecer muito à Rússia. Quando se fala agora e se vê, na imprensa, "quebra de patentes de vacina"... A Rússia disponibilizou a tecnologia da Sputnik para a nossa companhia sem cobrar *royalties*, com o interesse só de ajudar as demais populações. E, como fez conosco aqui no Brasil, fez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma empresa na Coreia, com uma empresa na Índia, com outras empresas pelo mundo. Estamos muito felizes, porque o nosso projeto, segundo informações, é o projeto que está mais adiantado nesse sentido.

Lamentavelmente, a gente sabe que a Covid não veio de passagem, tudo indica que veio para ficar. Eu acho que a população vai precisar ser vacinada todo ano. Isso vai ser avaliado, é evidente, pelo Ministério da Saúde, pelas autoridades sanitárias, mas acredito que o acompanhamento e a vacinação contra a Covid-19 vão ser uma coisa quase que anual, como é hoje a questão da vacina da gripe.

Então, nós estamos muito preocupados, porque uma grande nação como o Brasil, de 220 milhões de habitantes, não tem cabimento ficar mendigando vacina pelo mundo, não tem cabimento ficar dependendo de vacina sendo preparada na Índia e vindo embarcada da Índia, pronta. Por quê? Porque olhem o que está acontecendo lá hoje: explodiu a doença lá. Eles vão cumprir os contratos? Vão atrasar os contratos? É uma situação muito, muito ruim. O nosso País não precisaria estar passando por isso.

Eu espero que todos esses acontecimentos sirvam para que haja uma abertura no mercado de vacina, para que não só a nossa companhia, mas outras empresas nacionais, brasileiras, possam participar e produzir vacina em Território brasileiro.

O setor veterinário tem mais de 30 produtores de vacinas veterinárias para atender bovino, para atender os criatórios de todos os animais; e vacina, na mão de duas companhias praticamente: Instituto Butantan e Fiocruz. Então, essa concentração, eu acho que é uma coisa... Nós estamos pagando um preço nisso, porque acabou criando grandes duas empresas e monopolizando o negócio dessa questão da vacina no País. Eu acho que isso é uma coisa que tem que ser revista, entendeu? Diferentemente, lá nos Estados Unidos, o Governo americano colocou US$3 bilhões na Pfizer para ela sair com a vacina para atender a população americana. Então, aqui não: eu tenho é muita dificuldade em fazer, conseguir a produção da vacina no País. Mas nós não estamos desistindo; pelo contrário, nós estamos investindo, nós estamos trazendo, importando equipamentos, contratando pessoas. Nosso projeto nós não vamos parar.

Temos certeza de que a vacina Sputnik é o melhor produto no mercado, não tenho nenhuma dúvida disso. Sem nenhuma restrição, pode ser utilizada em pessoas com doenças preexistentes, pessoas que estão fazendo quimioterapia, pessoas que são diabéticas e que têm mais outras doenças também. Não há nenhum um caso relatado mundialmente sobre qualquer ocorrido com relação à Sputnik, que está hoje em mais de 60 países.

Os Governadores do Nordeste, liderados pelo Governador Wellington, correram também atrás da Rússia, atrás de vacina. A Rússia está interessada em ajudar. Eles não têm uma capacidade de produção tão grande, por isso tomaram essa decisão de arrumar bons parceiros para transferir a tecnologia para poder disponibilizar mais vacina para o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu espero que, nos próximos dias, a gente consiga esclarecer todas as dúvidas ainda da vacina Sputnik junto à Anvisa, para que a gente possa, o quanto antes, estar fornecendo a Sputnik e essa vacina passar a ser um instrumento fundamental para atender a saúde da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Fernando Castro Marques, Presidente da União Química, representando aqui o seu laboratório, a sua indústria, e ladeado por vários consultores e diretores.

Agora eu passo a palavra para Geraldo Resende, Secretário de Estado da Saúde de Mato Grosso do Sul, representando o nosso Governador Azambuja. Com a palavra V. Exa. pelo tempo de até 12 minutos.

Pode liberar seu som, seu som está fechado, Geraldo.

Isso, pode falar. Fique à vontade, pode falar, está aberto.

Fechou de novo. Pode liberar, de novo, o som.

Aí, pronto, pode falar.

O SR. GERALDO RESENDE (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio.

Na sua pessoa, eu cumprimento os demais Senadores – vejo aí vários Senadores que foram comigo Deputados Federais nesta Casa maior que é o Congresso Nacional.

Bom dia ao Governador Wellington Dias, que representa o conjunto de Governadores no Fórum de Governadores, que se dedica a discutir a questão da Covid-19.

Aqui no Mato Grosso do Sul, assim como, tenho certeza, em todos os Estados do País, há uma grande ansiedade para que nós tenhamos vacinas em quantidade suficiente para que a gente possa fazer esse enfrentamento final à Covid-19.

Como Secretário de Saúde, nós temos nos dedicado aqui a mostrar que nós temos, primeiro, capacidade organizacional de distribuir essas vacinas com uma velocidade importante: fizemos isso em menos de 12 horas em todas as remessas que já aconteceram, e estamos entre os Estados que mais bem – ou mais agilmente – têm feito a aplicação.

O grande problema que nós enfrentamos hoje é a falta de vacinas, e logicamente isso traz um desconforto muito grande não só ao gestor, como Secretário, mas também ao Governo, e há uma cobrança sistemática por parte dos cidadãos e das cidadãs que querem ser imunizados.

Nós temos aqui situações que são muito parecidas com a de outros Estados e temos feito, inclusive, procura ativa para que nós tenhamos um quantitativo maior de vacinas e possamos diminuir o prazo, que se arrasta muito, para imunizar a nossa gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já assinamos carta de intenções com vários daqueles que se propõem a efetuar a venda de vacinas para os Estados. Nós fazemos parte do Consórcio Brasil Central, que representa o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, Goiás, o Distrito Federal, e temos a presença também do Estado de Rondônia, do Estado de Tocantins e do Estado do Maranhão. Há outros consórcios, como o senhor já disse, que fizeram também carta de intenções com o fundo soberano russo para compra direta da vacina lá da Rússia, a vacina Sputnik V. Também fizemos uma visita à fábrica da União Química e já manifestamos o nosso interesse em poder fazer essa compra tão logo a vacina seja validada pela Anvisa.

Sabemos que nós precisamos incorporar essas doses de vacinas adquiridas pelos consórcios ao plano nacional de imunização. Sabemos também que já há avançadas tratativas com o Governo Federal para que o que aconteça com um consórcio aconteça com os outros também, mas nós gostaríamos de ter a elucidação dessa situação, tendo em vista a nossa preocupação com a nossa gente. Visitamos, como eu disse, a fábrica da União Química de Medicamentos, depois o braço dessa indústria na biotecnologia, que é a Bthek. Vimos lá, onde foi possível, todo o aparato, todo investimento que está sendo feito. E a nossa ansiedade é que a gente tenha um deslinde sobre essa situação da validação através da Anvisa.

Respeitamos a Anvisa, é uma das maiores agências do mundo e que orgulha a todos nós, mas nós precisamos de ter, de fato, essa situação resolvida, porque nós temos recursos, já separamos recursos do nosso orçamento, com todas as dificuldades, para a compra dessas vacinas. E gostaríamos aqui, em nome do Governador Reinaldo Azambuja, de manifestar mais uma vez o nosso interesse para a compra, porque a gente pode avançar e, logicamente, recuperar a nossa economia tão combalida, como também evitar as mortes que têm acontecido em grande quantidade não só aqui no Mato Grosso do Sul, mas em todo o País. E só vamos evitá-las a partir da imunização de pelo menos 70% a 80% do conjunto da nossa população.

Quero, inclusive, fazer rápido... Vou deixar tempo porque eu sei que há muitas outras situações a serem resolvidas, mas eu gostaria de manter aqui mais uma vez o nosso interesse de que haja um deslinde rápido e que nós possamos fazer a compra imediata dessas vacinas, se elas forem aprovadas pela Anvisa. E entendemos que a Anvisa precisa de dar uma resposta mais rápida a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Geraldo. É uma satisfação muito grande ouvi-lo.

Agora nós vamos passar aos questionamentos dos Senadores.

O tempo do Senador Wellington Fagundes é de oito minutos e o dos demais Senadores é de três minutos. E as respostas a gente vai condicionando ao quantitativo de perguntas.

Então, com a palavra o nosso Relator Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia a todos! Eu quero cumprimentar o nosso Presidente Confúcio e também todos os nossos Senadores, o Esperidião, a Senadora Rose, o Senador Luis Carlos Heinze, que tem sido tão firme em nos ajudar também para que a gente possa ter as vacinas produzidas no Brasil, a Senadora Zenaide, o Senador Humberto.

Quero cumprimentar o nosso companheiro, o Deputado Geraldo Reis, hoje na condição de Secretário, também o Antonio Barra Torres, que já abriu a nossa reunião, a Dra, Meiruze de Sousa Freitas, o Alex Machado e também os representantes da União Química, Fernando de Castro e o Rogério.

Sr. Presidente, eu vou tentar também ser rápido, apesar de esta reunião ser também uma reunião extremamente importante, porque o que nós estamos discutindo aqui mais, neste momento, é a produção de vacina aqui no Brasil.

Todos nós sabemos que o Brasil já teve muito mais laboratórios, indústrias de vacina humana, e hoje estamos reduzidos ao Instituto Butantan e à Fiocruz, que eu sempre digo que são muito mais institutos de pesquisas do que indústrias de vacina, apesar de que os dois institutos estão avançando, cada um construindo a sua fábrica, o que é muito bom.

Que bom seria que isso já estivesse pronto, mas a perspectiva é que esteja pronto só até o final do ano. A União Química, que é uma das maiores empresas mundiais, com tradição de mais de 80 anos, está se preparando também para ter a sua indústria aqui no Brasil. Então, tudo isso é muito bom.

Por isso é que nós – sabendo da situação que hoje temos, em termos de mutação do vírus – não vamos ter necessidade de vacinar a população só neste momento; aliás, já está passando muito da hora, como disse o Governador Wellington Dias. O ideal é que a gente já tivesse a segunda etapa da vacinação completa. Infelizmente, estamos chegando, cada dia mais, batendo recordes de mortes, e o Brasil é o país com o maior número de mortes. Isso tudo angustia a todos nós, daí esse trabalho que fizemos de procurar a indústria de saúde animal com a possibilidade de fazer também a produção de vacina nacional.

Já adiantamos bastante isso. Eu quero agradecer os Senador por terem aprovado o projeto em tempo recorde e por unanimidade, o projeto de minha autoria que permite que essa indústria possa fabricar as vacinas. Eu quero agradecer todos os Senadores, mais uma vez: a Senadora Rose de Freitas, o Senador Izalci, todos os que contribuíram no aperfeiçoamento desse projeto. Eu creio que, as emendas, o relatório só foi para aperfeiçoar mesmo. Eu espero, Sr. Presidente, que a Câmara dos Deputados tenha a sensibilidade também de votar esse projeto o quanto antes possível.

Eu quero, agora, fazer algumas perguntas, porque tenho certeza de que nós – um País como o Brasil, a oitava, sétima potência do mundo – podemos fabricar as vacinas para salvar nossos irmãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros e poderemos, inclusive, dar o exemplo ao mundo, produzindo vacina para ajudar outros países, talvez países até mais carentes.

Eu quero, então, aqui, perguntar à Anvisa sobre o que já foi bem falado, exposto pela União Química, que eles estão tentando atender todas as necessidades da Anvisa. E eu quero parabenizar o corpo técnico da Anvisa, porque sei – conversei com o Almirante Barra – a posição da Anvisa de ter ido até a Rússia, todas as dificuldades também que tiveram e creio que nada melhor do que ter um bom diálogo, mas também nós temos que ter produto de qualidade para oferecer a toda a população.

Então, eu gostaria de perguntar à Anvisa, à Dra. Meiruze, enfim, exatamente quanto à perspectiva, com qual tempo seria possível; como estão, realmente, as tratativas para que a Sputnik possa ser importada e o tempo no qual seria possível a fabricação no Brasil, por meio da indústria União Química; se vocês já têm essa perspectiva, se já foi feita alguma vistoria na fábrica, que está em construção. E gostaria também de perguntar além: sobre a própria indústria do Butantan e a nova indústria da Fiocruz, qual é a possibilidade de essas duas indústrias entrarem em funcionamento também para que a gente tenha uma perspectiva, e em quanto tempo ter vacina de fabricação brasileira?

Agora, em relação também aos laboratórios de saúde animal, eu fiquei sabendo que vocês já visitaram uma dessas indústrias e eu gostaria de saber se já foi visitada, quais indústrias foram visitadas e também qual a impressão – se vocês já puderem adiantar também – porque a grande expectativa nossa é, dada a grandiosidade dessas indústrias de saúde animal poderem fabricar a vacina, como está a análise de vocês, qual a perspectiva real que a gente pode ter de que essas plantas possam fabricar vacinas, e aí, sim, vacina nacional.

Eu só gostaria, Dra. Meiruze, que a senhora esclarecesse também o que é que o Brasil está tendo até agora em termos de vacina, porque a imprensa fala muito da importação do IFA e se o Brasil teria condições de produzir o IFA. Nós estamos importando o quê? É a vacina pronta, que é só envasada aqui no Brasil, através do Butantan e também do instituto lá do Rio de Janeiro, do Butantan e da Fiocruz, ou nós estamos manipulando, fabricando vacina a partir de produtos importados? Porque, pelo nosso conhecimento, nós estamos importando uma vacina pronta que só é envasada aqui. Então, as pessoas fazem muita confusão sobre o que é o IFA e o que é a vacina pronta. Eu gostaria, então, desse esclarecimento.

No mais, Sr. Presidente, eu deixei já, inclusive, algumas perguntas aí. Eu acho que seria mais dinâmico que, na medida do entendimento, cada expositor pudesse falar. Mas a nossa maior angústia é exatamente saber se nós teremos condições de produzir vacina no Brasil a partir das indústrias brasileiras, que são o Butantan, a Fiocruz e a União Química, que até agora é a que tem demonstrado.

Vocês poderiam fazer algum comentário também sobre as novas pesquisas que estão sendo feitas no Brasil, principalmente pelos dois institutos, Butantan e Fiocruz, e pelo Ministério da Ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia, porque também o Ministro mostrou a angústia de ter cortes no orçamento, me parece que de R$300 milhões, e nós já temos outras pesquisas adiantadas. Se puderem fazer esse comentário, porque tudo isso redunda na produção de vacina no Brasil, que eu creio que é o melhor caminho, já que trazer a vacina lá de fora está muito difícil. O mundo não está tendo vacina suficiente para oferecer ao Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Eu passo a palavra para o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente desta Comissão. (*Pausa.*)

Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Consegue me ouvir bem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Styvenson. Pode falar. Tranquilo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado.

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras, a todos os convidados, na pessoa que eu muito respeito e conheço pessoalmente, o Almirante Barra.

Eu vou tentar aqui trazer, Almirante, a todos os Senadores e Senadoras, acho que um questionamento que tem na cabeça das pessoas, do leigo, porque já foi falado pelos consórcios, tanto o do Centro-Oeste como o do Nordeste, entre os Estados que estão, sobre essa discussão da aquisição ou não, da compra ou não dessa vacina Sputnik. Foi dito e ouvi e li que foi a primeira a ser registrada, em agosto de 2020, usada massivamente na Rússia e já tem 62 países que aderiram à Sputnik, no caso México, Paraguai, vizinhos aqui, entre outros países.

É notório, todo mundo sabe, que a Anvisa já fez essa recusa da vacina Sputnik V, que é financiada com esse fundo soberano russo, da estatal, e uma das razões – e aí a Anvisa me corrija – para esse veto do uso da Sputnik foi a possibilidade de um adenovírus empregado para carrear o antígeno nessa vacina se replicar no corpo humano. Poderia haver essas reações adversas nos nossos seres humanos brasileiros.

Não sei se estou sendo muito claro no que eu estou buscando perguntar, mas o Prof. Jorge Kalil disse que uma das consequências que a Sputnik pode provocar são sintomas referentes a um resfriado. Então, eu queria que a Anvisa, já que está muito mais atenta ou muito mais empenhada nesse trabalho que é para liberar ou não as vacinas que chegam até o nosso País, desses 62 países, até os russos... E a gente sabe que os russos, no início, Prof. Confúcio, foram resistentes à própria vacina produzida no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vilarejo de Sputnik, mas a resistência muitas vezes se dá pela falta de publicidade, ou por uma publicidade errada, ou até mesmo porque... Eu presenciei isto numa vacinação aqui no Estado do Rio Grande do Norte, no interior, um senhor de 62 anos dizendo: "Tem que ficar um mês sem beber? Oxi, filho, eu não ia tomar. Eu não iria tomar a vacina se eu soubesse que tem que ficar um mês sem beber" –, então, muitas vezes, há essa cultura, e as pessoas resistem.

Então, voltando, sobre o que eu disse acerca da recusa da vacina: em que é baseada? Qual é o motivo? Se é por esse adenovírus mesmo, e qual a consequência que ela pode causar. Já há algum estudo, algum levantamento de reações adversas nesses 62 países? E, se houver essa reação adversa que é semelhante a um resfriado, Prof. Confúcio, por que a gente não aplica essas vacinas em pessoas de menos riscos, nos jovens, nas pessoas que não têm doenças crônicas? Por que a gente não aproveita a Sputinik para isso e a gente já consegue alcançar uma vacinação em massa? Num País que não tem leitos, que não tem insumos, em que está faltando tudo isso, a vacina é imprescindível. É melhor do que pegar um vírus. Não sei se o senhor concorda comigo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

É bom que os convidados vão anotando as perguntas. Essa pergunta do Styvenson foi mais para a Anvisa. O Wellington Fagundes fez perguntas para a Anvisa também e deixou temas para a União Química responder.

Agora eu passo a palavra para a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Olá, Presidente. Cumprimento V. Exa., cumprimento todos os meus colegas também que estão acompanhando. V. Exa. me ouve, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Vou fazer a pergunta, primeiro, à União Química, e, depois, à Anvisa.

Eu queria saber, primeiramente, acerca do posicionamento do Instituto Gamaleya, que é o responsável pelo desenvolvimento do imunizante em Moscou, quanto aos entraves em cumprir as exigências técnico-científicas feitas pela Anvisa: quais seriam e, ao mesmo tempo, como é que vê esses entraves, se entende que seria mais uma questão burocrática e, portanto, há uma certa dificuldade ou, de fato, se seria realmente algo da falta por parte do Instituto Gamaleya. Por qual motivo informações consideradas básicas pela Anvisa também não foram cumpridas? Ao mesmo tempo também, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvedor da Sputnik V sinalizou algum prazo de que vai cumprir com a entrega dos documentos exigidos?

Minha outra pergunta é para a Anvisa. Aliás, eu queria cumprimentar o pessoal da Anvisa, que é sempre muito disponível participando não apenas desta audiência, mas das demais audiências para as quais são convidados.

No dia 26 de março, o Instituto Butantan anunciou o estudo de um novo imunizante denominado ButanVac, que seria na verdade esse imunizante trabalhado sem apoio internacional, sem necessidade de insumos importados, por se tratar, portanto, de um processo já dominado há anos pelo Butantan para a vacina da gripe, que é iniciado com a introdução do vírus em ovos de galinha. Nesse sentido, eu faço a seguinte pergunta: como está o andamento desse pedido de autorização de testes da ButanVac junto à Anvisa?

No dia 25 de março, a Anvisa recebeu solicitação de testes do imunizante desenvolvido pela Universidade de São Paulo, chamado Versamune. Acerca desse outro imunizante – inclusive foi colocado e falado com representante do Governo Federal –, como está o andamento do pedido de autorização de testes desse novo imunizante por parte da Anvisa?

Eram esses os meus questionamentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, só para finalizar, V. Exa. tem algum retorno acerca do posicionamento da consultoria técnica no compartilhamento de dados da nossa Comissão com a CPI?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tenho sim, Senadora. Tenho sim. Daqui a pouquinho eu darei a resposta e encaminharei para V. Exa. a nota técnica, já, já.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu passo a palavra para a Senadora Rose de Freitas.

Vamos fazer dois blocos de Senadores e Senadoras. Encerro este primeiro bloco com a Senadora Rose de Freitas. A próxima é Senadora Zenaide Maia, Senador Esperidião Amin, Senador Luis Carlos Heinze e Senador Humberto Costa.

Então, vamos ouvir a Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para interpelar.) – Bom dia a todos! Bom dia, Presidente!

Eu havia feito uma solicitação porque, às 11h30 eu sou palestrante numa *live* com matérias relativas à violência contra as mulheres e temo que eu não vá conseguir ouvir todas as respostas, e eu gostaria de ouvi-las. Não sei se chegou a V. Exa. esse apelo que eu coloquei na rede. (*Pausa.*)

Então, Presidente, é o seguinte. Eu tenho uma dúvida, o Governador Wellington está em tela?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ele saiu um pouquinho e deixou o Gabas, que é o Secretário Executivo do consórcio.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – De qualquer maneira, ele não estando presente, apesar de o Gabas estar presente, eu gostaria primeiro de registrar a determinação, o trabalho que ele tem feito junto também com o Donizette. Muitas coisas, muitos alertas, muitas propostas nos debates vieram exatamente não só da constituição desta Comissão, mas da iniciativa do Governador de estar à frente desse movimento de Governadores e da Frente de Prefeitos, para tentar tratar do assunto que mais nos maltrata e que nos deixa sempre com uma rede de dúvidas, que é a questão da Covid.

O Sr. Fernando Marques, da União Química, falou sobre tudo que nos interessava a respeito da Sputnik, falou também dos projetos pilotos dos laboratórios que receberam, falou da quantidade de profissionais, mas ficou uma dúvida que, há muito tempo, assiste, que é o seguinte... Nós sabemos que a vacina Sputnik está em alguns países. Eu queria saber se houve alguma exigência diferente no Brasil em relação à Sputnik, tão necessária!

Ao mesmo tempo, o senhor considera que a saúde no Brasil está mendigando. Nós mulheres da Bancada Feminina fazemos parte desse rol de pessoas que não mendigam, mas pedem ajuda devido aos erros que o Brasil cometeu.

Vimos que foi feita uma comissão formal, apresentada à OMS, para visitar as instalações industriais na Rússia e para tratar exatamente sobre a Sputnik. Vimos que o Brasil também pediu para participar dessa expedição, e a resposta não chegou a tempo, não sei se porque o Brasil pediu isso depois. Eu não sei por que... Eu acho que não deixariam de responder. E, depois, no Brasil, formalmente, a Anvisa fez uma comissão para visitar a fábrica da Sputnik. Eu olhei aquilo muito mal, porque é o seguinte: os países têm seus protocolos, e a gente deve respeitar e fazer isso a tempo e a hora para que não haja exclusão ou pelo menos uma negativa.

Depois, foi veiculada uma matéria nacional horrorosa, uma matéria que mostrava que essa comitiva da Anvisa chegou lá e não foi recepcionada. Ora, eu já visitei alguns países oficialmente, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho pelo Senado ou pela Câmara, no entanto, a gente sabe que tem de seguir um roteiro. Quando estamos em outro país, é responsabilidade do país nos dar proteção.

Eu queria saber da União Química se ela participou dessa comitiva da Anvisa e como ele entende que a Anvisa não tenha sido incorporada à comissão, à expedição que, oficialmente, saía com as bênçãos da OMS para visitar a instalação.

Depois disso, depois de negado, depois daquela matéria, depois das fotografias, alguém filmava e dizia: "Olhe aqui, estamos dentro da fábrica, e não estão nos deixando entrar". Eu achei tudo aquilo muito capcioso, muito antiético, muito antiprofissional. Nós precisamos de vacina! De espetáculo nenhum nós estamos precisando!

Eu queria essa sua avaliação. Não vou perguntar à Anvisa por que ela tomou essa decisão de ir, de forma autodidata, visitar.

Por que ele considera, sobretudo, que é mendigar? O País está sofrendo uma derrocada cotidiana com os óbitos que aí estão.

Se nós pegarmos o relatório da União Química – eu já tive a oportunidade de participar de debates nesta Comissão e também dentro do Plenário – e pegarmos a versão dada por vários outros setores, por vários outros laboratórios, vamos ver uma diferença nas posições e nas respostas que nos dão.

O fato é que nós estamos... Outro dia, nós nos juntamos todos para dobrar os nossos joelhos e para pedir que nos dessem vacina, para que o Brasil se unisse para encontrar onde estava a vacina. Quero dizer que, de forma muito alvissareira, alguém chegou e falou: "Teremos 500 milhões de vacinas em tanto tempo. Teremos 700 milhões de vacinas". E não temos.

Eu quero, pelo menos, que eu consiga juntar as informações e saber... Lógico, dentro do nosso cortejo de trabalho aqui, saber qual é o caminho, pelo amor de Deus! Por que a Sputnik foi aceita? Quais foram as exigências que o Brasil fez a mais? Ou tudo isso também vem no rebotalho dessas posições que nos levaram a fazer uma odisseia pessoal dentro de um país que tem todo o seu regramento, a sua disciplina, para visitar a fábrica? Não dentro daquela equipe de países da OMS, em que o Brasil não fez a sua proposta em tempo e foi separadamente. Como é que o senhor vê isso? E outra coisa, se o Brasil exigiu algum documento a mais sobre a Sputnik, gostaríamos de saber, porque nós precisamos muito dessa vacina!

Desculpe se eu me prolonguei.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Rose de Freitas.

Vamos às respostas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos seguir a mesma sequência para as respostas. Eu não sei se foi feito... Eu acho que houve perguntas para o Governador Wellington, que está representado pelo Gabas. Você está na sala, Gabas? (*Pausa.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sr. Presidente, me desculpe. Eu não saudei Geraldo Resende, meu colega de tantos anos, de tantos mandatos, que agora é Secretário de Saúde. É um querido amigo, um batalhador, um D'Artagnan. Meu abraço a você.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sim, Gabas, pode ficar à vontade.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS (Para expor.) – Senador Confúcio, bom dia! Bom dia a todas as Senadores e aos Senadores.

O senhor me perdoe, eu estava aqui, sim, acompanhando, mas o meu microfone, por uma regra, obviamente, do administrador da sala, não é ativado, eu não consigo ativá-lo – só quando o senhor, agora, pediu, que eles me ativaram. Então, eu estou na sala, sim. Estou à disposição para qualquer questionamento com que o senhor entenda que eu possa colaborar. Eu estou aqui para fazê-lo. Por gentileza!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Acredito que houve alguma referência, algum dos nossos Senadores fez um questionamento ao Wellington. Eu não me recordo qual. Se não estiver registrado aí, no final eu te devolvo a palavra.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Eu não tenho registrado, porque houve um *gap* aqui *e*ntre o Wellington sair e eu entrar, porque eu não tinha o *link*, aí o ajudante de ordens me passou. Então, eu perdi uma parte das falas, mas, se o senhor puder, por gentileza, pedir para alguém me passar, eu posso responder, sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom, já, já chega aí.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Estou à disposição, Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos seguir em frente.

Eu creio que para o Geraldo Resende não houve nenhuma pergunta, não é, Geraldo? Vou saltar aqui.

A Anvisa teve muitas perguntas. Vamos para a Anvisa, a Anvisa está aí.

Então, vamos passar a palavra para o Relator, Alex Campos; depois a Dra. Meiruze complementa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alex Machado Campos com a palavra, pela Anvisa.

O SR. ALEX MACHADO CAMPOS (Para expor.) – Obrigado, Presidente Confúcio. Obrigado também aos eminentes Senadores pelas perguntas. Elas são muito úteis ao esclarecimento de alguns aspectos que afligem tanto Senadores como a opinião pública, parte da opinião pública.

Uma questão importante, que eu gostaria de destacar, que estava na fala do eminente Governador Wellington Dias, a quem cumprimento na pessoa do Dr. Gabas, pois não tive a chance de cumprimentá-lo: esclarecer a participação da Anvisa em relação ao pedido de importação.

A Lei 14.124, a que fez referência o Governador, estabeleceu que a Anvisa deve oferecer um parecer na importação. Isso colocou a Anvisa numa posição de emitir uma opinião sobre o pedido de importação, que é um pedido de importação excepcional e que está ancorado naqueles 11 países que a lei determina. Nos próprios parágrafos que se seguem ao artigo, fala-se que a Anvisa deve observar um relatório técnico que deve ser emitido pela autoridade reguladora que conferiu o registro ou conferiu o certificado de uso emergencial, para que, a partir dele, a gente possa fazer uma inferência de aspecto de segurança, eficácia e qualidade que foram aferidos pela autoridade estrangeira.

Então, traduzindo, como a lei foi interpretada na Anvisa e depois foi produto... Como resultado, nós regulamentamos, por intermédio de uma resolução da Anvisa, como nós acolhemos essa diretiva legal: a partir do momento em que existem 11 agências reguladoras, a partir das quais a importação pode ser demandada, e a lei exige um parecer da Anvisa a partir de um relatório técnico que essas agências emitem, a Anvisa faria o quê? Pegaria esse relatório técnico – esse relatório técnico normalmente fica disponível nos sítios eletrônicos das agências reguladoras ou eles podem ser solicitados intra-agências, para que uma agência possa analisar aquele material que foi produzido pela agência que conferiu o registro.

Então, nessa modalidade regulatória, a Anvisa se restringiria a avaliar esse relatório técnico e analisaria o trabalho realizado pela agência reguladora estrangeira a partir de algumas balizas que a própria lei estabeleceu: se aquele relatório técnico levou em conta aspectos regulatórios de órgãos como OMS, ICH e PIC/S, que são autoridades regulatórias mundiais respeitadas. A Anvisa olharia para esses relatórios e faria a sua análise abreviada sobre o pedido de importação. Esse relatório técnico... Aliás, no caso da Anvisa, esses relatórios, por exemplo, da CoronaVac ou da AstraZeneca, estão disponíveis inclusive no sítio eletrônico, e qualquer agência reguladora do mundo pode consultar.

Quanto a esses pedidos de importação, eu queria fazer também uma observação. Na medida em que esse relatório técnico não foi apresentado... Eu reconheço, inclusive, a dificuldade, eventualmente, num cenário como este em que a gente está, pandêmico, para que esses relatórios tenham sido produzidos, mas o fato é que a lei exigiu. Na hora em que esse relatório não foi apresentado nos pedidos de importação – e foram dezenas de pedidos de importação, mais de uma dezena de pedidos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importação –, em nenhum deles constava o relatório técnico da vacina. O que fez a Anvisa? Notificou todos os importadores. Não só fez isso, não quedou inerte; a Anvisa atuou de ofício e passou a tentar prover de informações a agência de qualquer outro *input* informacional que pudesse prover a agência de informações que pudessem levar à análise da importação. Então, não tinha o relatório. O que nós fizemos? Eu fui o relator e conduzi essas diligências. Eu primeiro enviei... Eu pedi à assessoria internacional da Anvisa que enviasse expediente para todos esses 62 países. Fizemos isso por intermédio não só da nossa embaixada nesses países como também pelo Ministério das Relações Exteriores, e aguardamos que esses países pudessem nos dar notícia de que razões levaram essas autoridades a aprovar o uso emergencial, porque, em todos esses países, na verdade, o uso emergencial foi aprovado; o registro é na Rússia.

Também nos valemos de toda a documentação – e talvez seja em relação a essa documentação que o Governador Wellington deve ter se referido –, nos valemos de uma documentação já existente na agência do processo de uso emergencial em curso. Como nós não tínhamos, na documentação da importação, maior subsídio, porque esse relatório não veio – veio a própria certidão de registro; esta veio, estava instruída com essa certidão de registro –, nós passamos a nos valer de qualquer informação com que fosse possível superar o conteúdo do relatório. Nós não ficamos, digamos assim, presos ao tecnicismo do relatório. Se viessem outros documentos que pudessem se substituir a esse relatório técnico... E aí passamos a adotar tudo isso, uma série de iniciativas; passamos a nos debruçar com os documentos que eram possíveis.

No curso desse processo, há a possibilidade de uma visita à Rússia, que foi até objeto de uma ligação do Presidente da República com o Presidente da Rússia, Vladimir Putin. E essa missão era mais, digamos assim, uma adição a esse conjunto de iniciativas que nós adotamos em relação a prover a Anvisa de informações para ir ao encontro dessa autorização de importação.

Então, eu faço esse recorte, porque essa previsão de que a Anvisa deve se manifestar na autorização de importação é uma previsão legal. A exigência do relatório técnico da vacina, que é para analisar itens de segurança, eficácia e qualidade, também não veio. Então, eu tinha, nós tínhamos que ir ao encontro desse tripé – segurança, eficácia e qualidade –, a partir de outros elementos. Sabíamos da angústia dos Governadores, sabíamos da ansiedade; também estamos ansiosos por prover vacinas, aliás, é a missão número um nossa aqui, hoje, é ir ao encontro disso.

Olha, nós recebemos desses 62 países, algo em torno... Não recebemos resposta de todos eles, não houve a resposta de todos eles. Vinte e três países retornaram a informação, dizendo que não estavam aplicando a vacina ainda em seus países, 23 países – posso, depois, com mais tempo, se os senhores quiserem, relatar quais são os 23 países –, e há mais outras dezenas de países que trouxeram informações de reduzida vacinação, valores ínfimos ainda. Natural, isso não é um questionamento; são informações de que essa vacinação em massa ainda não teria ocorrido nesses países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo, quando nós vamos atrás das informações de efeitos adversos das vacinas – e aí temos que buscar lançar mão das ferramentas existentes no mundo; uma delas é uma ferramenta chamada VigiLyze, que é uma ferramenta da Organização Mundial da Saúde, que todo mundo alimenta com efeitos adversos, e quase não temos informações sobre efeitos adversos nessa ferramenta. Ao contrário do que isso possa representar, de que a vacina não tem efeito adverso, o fato é que esses países têm pouca vacinação; são países – se eu puder ler aqui o número de países, eu acho que isso vai ficar bem claro –, são países com uma maturidade regulatória ainda... Alguns deles nem têm agência reguladora ainda. E foram países que, por razões diversas – o que nós compreendemos, dada a situação emergencial –, ou não começaram a vacinar ainda, ou aguardam vacina com uma quantidade significativa de vacinas para iniciar. Então, nessa ferramenta, não havia informações sobre efeito adverso de vacina, muito pouco, muito residual.

Se eu pudesse ler aqui as razões que levaram – isso posso fazer em outra oportunidade – à não autorização, elas não se restringem à questão do adenovírus replicante, é um conjunto de informações que nós não conseguimos estancar, superar ainda por falta de informações.

Destaco aquilo que foi falado pelo Governador Wellington Dias – e não para contraditá-lo, de modo algum, apenas para reiterar a preocupação do Governador, que é nossa. Há muito, nós abandonamos – eu disse isso no início da minha fala – regras usuais de regulação. Para ir ao encontro deste momento, não dá para ficar, para falar num popular, em um sarrafo alto de análise regulatória. Há muito, nós baixamos esse sarrafo.

Respondendo em parte à Senadora Rose de Freitas, as exigências para a Sputnik são as mesmas de importação para qualquer vacina. Existem guias da Anvisa disponíveis. Esses guias vêm sendo cumpridos, por exemplo, no uso emergencial, pela União Química. Esse debate tem sido feito de maneira extremamente, digamos assim, fluida, faz parte da trajetória da análise vacinal. Aliás, esses aspectos todos só vieram à tona premidos também pela circunstância da decisão. E, normalmente, Senador Confúcio e eminentes Senadores, esse processo de análise de desenvolvimento vacinal cumpre uma trajetória de idas e vindas mesmo, a gente faz várias reuniões, isso faz parte do processo regulatório. Em tese, as fragilidades ou as inconsistências daquele momento podem não ser as mesmas fragilidades de um outro momento, o que implica dizer que esse processo da Sputnik está em aberto para que essas lacunas possam ser superadas.

Eu faço essa fala inicial. Eu posso trazer outros elementos aqui ainda sobre a decisão da Sputnik e destaco que, desses 62 países, uma quantidade significativa deles – a maioria deles – não começou a vacinação ainda, 23. Eu posso citar aqui, de início, alguns países, mas vou deixar para outra etapa, para não atrapalhar o curso das discussões.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou para você, Gabas, alguma indagação para o Wellington ou não? Não, não é?

Perfeito. Então, vamos adiante. Agora, é a União Química...

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Gabas. Pois não.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Ainda não chegaram as perguntas, mas, na hora em que o senhor entender que é oportuno, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos sobre a fala do Governador Wellington Dias e sobre o nosso papel, sobre o papel do Consórcio Nordeste nessa interlocução com o Instituto Gamaleya, com o fundo russo e com a nossa agência reguladora, a Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Daqui a pouquinho...

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Quando o senhor entender que é pertinente, o senhor, por gentileza, pode me....

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Gabas. Já, já.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos passar agora – houve uma pergunta, não sei se do Wellington – para o Dr. Fernando de Castro Marques, da União Química.

O senhor está com a palavra, Dr. Fernando Castro Marques.

E a Senadora Rose de Freitas também fez perguntas.

Está com a palavra, doutor. Pode falar.

O SR. FERNANDO DE CASTRO MARQUES (Para expor.) – A produção local está programada ainda para este mês agora. Esperamos na próxima semana receber o lote do IFA vindo direto de Moscou para começarmos o envase lá na Inovat, em Guarulhos. Para a produção do IFA, estamos aguardando o relatório final do Gamaleya para a gente poder acelerar o processo de produção do IFA localmente. Também estamos recebendo mais equipamentos ainda no final do mês de maio, para termos uma capacidade de produção maior. Então, a situação hoje é esta: nós vamos iniciar a produção, evidente que recebendo o IFA, e vamos aguardar a liberação do registro para poder disponibilizar a produção local a ser utilizada no Território nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, sobre a questão regulatória, acho que quem poderia falar um pouco mais dessa questão dos registros é o Daniel, nosso Diretor da Área Regulatória, sobre a parte de cumprimento de exigências junto à Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. DANIEL GERALDO DE ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia, Senador e demais Senadores. Bom dia, Diretores da Anvisa, Secretários.

Respondendo à questão da Senadora Eliziane sobre a dificuldade e por que a demora em atender os requerimentos da Anvisa, na nossa percepção, Senadores, considerando o Instituto Gamaleya um instituto de Governo, com todas as limitações que, às vezes, nós sabemos que órgãos de Governo têm, se comparados, por exemplo, com a iniciativa privada, e também o fato de esse produto ter sido desenvolvido seguindo alguns guias, alguns protocolos adotados pelo Governo russo que, em certa medida, são diferentes dos guias adotados pela Anvisa e pelo grupo de autoridades sanitárias a que a Anvisa pertence, eu acho que esse talvez seja o grande entrave para que a gente consiga responder às questões de forma rápida.

Sobre a questão da Senadora Rose de Freitas sobre as exigências de outros países, Senadora, nós não tivemos acesso aos processos submetidos nos outros países, mas o que a gente pode compartilhar com vocês é que algumas situações foram comuns. Por exemplo, há um estudo adicional de imunogenicidade solicitado pela autoridade indiana, a Anvisa também o fez, e nós já apresentamos esse relatório também ao pedido da Anvisa, complementando o nosso pedido de uso emergencial protocolado em 26 de janeiro. Então, eu não consigo sinalizar se houve exigências diferentes, mas eu posso garantir que tudo que foi apresentado para a Anvisa foi apresentado para as outras autoridades pelas quais a Sputnik foi analisada.

Vou passar a palavra para o Dr. Miguel, nosso Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar, Dr. Miguel. Está liberado. (*Pausa.*)

Pode falar.

Passe para ele o microfone. (*Pausa.*)

Eu o estou ouvindo, ouvindo bem. Pode falar.

O SR. MIGUEL GIUDICISSI FILHO (Para expor.) – O.k.

Desde novembro aproximadamente, quando nós começamos essa batalha da Sputnik V, a União Química tem alertado da falta de vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A falta de vacina não é algo que está surgindo agora. Nós fazíamos uma conta de que, com 7 bilhões habitantes no mundo, com duas doses, são 14 bilhões de doses que seriam necessárias para imunizar o mundo. Não existe capacidade produtiva no mundo para atender a essa necessidade.

Com relação à segurança e eficácia, que seria o motivo ou a forma de liberar uma licença emergencial de uso dessa vacina, isso está comprovado na Fase III. A Fase III do estudo científico de uma vacina comprova a segurança e a eficácia. Existem dúvidas a respeito de um ou outro dado dessa Fase III, publicadas na revista *The Lancet*, mas ela está comprovando que é seguro e eficaz.

Mais do que isso: o mundo real. Quando você tem o uso de aproximadamente 10 milhões de pessoas... Desses 62 países – apesar dos 23 que o Diretor da Anvisa tem aí e que não usaram –, aproximadamente 10 milhões de habitantes foram vacinados com a Sputnik V. E, se nós formos procurar, em 10 milhões de habitantes, o número de efeitos colaterais e reações adversas significativas ou graves é basicamente inexistente. Se nós atravessarmos a fronteira, aproximadamente 1 milhão de argentinos foram vacinados. Quais são os dados de farmacovigilância da Argentina que criam qualquer dúvida com relação à segurança e à eficácia da vacina? Portanto, mais do que a Fase III, segurança e eficácia é o mundo real, é o mundo em que nós vivemos. Se 10 milhões foram vacinados e nós não temos notícia de efeito colateral e reação adversa grave, nós estamos falando sobre uma vacina segura.

É importante traçar a régua regulatória que foi abaixada da Anvisa, como disse o Diretor. De fato, houve uma regressão no nível de qualidade para liberar vacinas? Houve. Perfeito, mas, quando se fala em vírus replicante, a Anvisa vai buscar dados num *guideline*, num guia, num protocolo do FDA que trata de terapia gênica. Então, é fácil entender. Se eu tenho vírus replicante subcutâneo, intramuscular e vírus replicante endovenoso, nós estamos falando de dois produtos, não só na quantidade, no volume... Porque a vacina é 0,5ml; e quantos mls são aplicados EV da terapia gênica? Então, nós estamos falando de dois produtos diferentes. O fato de termos...

A Anvisa apresentou um eslaide mostrando que a presença de vírus replicante poderia acumular no rim e em outros órgãos. Como é que eu vou fazer isso numa vacina numa quantidade minúscula? E, seguramente, nos resultados do Gamaleya, nenhum lote apresentou vírus replicante. Foi por isso que o Instituto Gamaleya ou a Rdif fez esta pergunta para a Anvisa: "Onde vocês analisaram que encontraram vírus replicante?".

Está-se pegando num dado que é... No laudo dos lotes apresentados para a Anvisa, todos, sem exceção, têm zero vírus replicante pesquisado e não encontrado. Aí, a Anvisa se pega num dado: aceitaria até 50 por dose. Está bem. O fato de aceitar não significa que se aprovou qualquer lote de vacina com um vírus replicante. É isso que tem que ser considerado.

Existe uma diferença no pragmatismo russo com relação ao conhecimento científico ocidental, que nós seguimos fortemente. É diferente a forma como se apresenta ou como é aprovado, ou como é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudado, ou como é informado lá na Rússia. Eles não têm agência regulatória. Quem faz a regulação é o próprio Ministério da Saúde. Como é que o Ministério da Saúde vai dar um relatório para ele mesmo, se ele aprovou? Não existe esse relatório da aprovação. Por quê? Porque quem analisou e aprovou é o próprio ministério que liberou o uso.

Eu agradeço.

Desculpe ter me estendido nas minhas explicações.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, doutor.

Vamos agora à sequência de novos Senadores do último bloco.

Eu quero sugerir aos Senadores, porque temos duas representações de Governadores na sala, a do Estado do Mato Grosso do Sul e a do Estado do Piauí, que é o Presidente do Fórum de Governadores do Brasil: podem ser dirigidas perguntas para eles também.

Eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia, pelo tempo de três minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar aqui o Governador Wellington Dias, na pessoa de Gabas, e o Geraldo Resende, meu colega Deputado.

Uma luta por recurso para saúde, não é, Geraldo? Eu, você e Carmen Zanotto lutávamos – deixe-me só um tempinho, Presidente, para dizer isto – pela PEC 001, de 2015, que aumentava gradativamente os recursos do Governo Federal para o SUS, Estados e Municípios. Então, eu gostaria de lembrar que a gente aprovou essa PEC por unanimidade na Câmara e ia votar em segundo turno. Aí, em vez de vir isso, veio foi um congelamento, com a Emenda 95, por 20 anos dos recursos da saúde. Eu queria lembrar, porque no fim é isso que a gente está discutindo.

Eu queria perguntar ao pessoal da Anvisa o seguinte. O que foi mostrado aqui pelo consórcio é que teríamos 72 países que estavam fazendo a vacina Sputnik, mas, pelo que se mostrou aqui, o Sr. Alex Machado disse que existiam pelo menos 23 países... Que tinha conhecimento de que pelo menos 23 não estavam fazendo essas vacinas.

Segundo, é sobre o pedido emergencial – aí eu faço essa pergunta a quem vai responder.

Quando a Anvisa tiver esses documentos que eles estão exigindo, esses mais de 60 milhões de doses vêm prontos do Instituto Gamaleya ou eles vão trazer só o IFA para vocês da União Química fazerem aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no caso – eu queria dar um exemplo aqui – de ser aprovado pela Anvisa esse uso emergencial, quanto tempo vocês levariam para entregar essas vacinas ao Ministério da Saúde, a pedido dos Governadores? Quanto tempo, gente? Porque, como a Senadora Rose de Freitas falou, a gente está vendo aí... Quando eu vejo morrerem 2,5 mil pessoas, Confúcio, isso quer dizer que, num mês, morrem 75 mil pessoas. A gente tem que ter esse olhar diferenciado para isso, porque, se a gente conseguisse – eu fico aqui só fazendo os cálculos e sonhando com isso – 70 milhões de vacinas da Sputnik V, seriam 35 milhões de brasileiros vacinados, gente! É mais do que a gente tem hoje! A gente tem trinta e quatro e alguma coisa. Aliás, 34 eu não considero, porque de 34 a gente só tem 16 milhões com as duas, e a gente só pode se considerar vacinado, na verdade, com as duas vacinas.

A Anvisa está tentando ver como resolver isso, como conseguir esse relatório? Por favor, tenhamos esse olhar diferenciado, porque eu não duvido de que todos que estão aqui nesta reunião estejam querendo salvar vidas do povo brasileiro, e é urgente! A cada dia, são mais de 2 mil pessoas que vão a óbito!

Então, essas duas perguntas. A Anvisa deixou claro que não existe isso, que a probabilidade dessa multiplicação do vírus não tem comprovação. O.k., eu não estou questionando a técnica da Anvisa, só queria ver se a gente via...

E outra coisa: o que os senhores acham do fato de que 60 países resolveram vacinar sem ter esse relatório técnico, como os senhores falaram?

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu vou procurar ser bem conciso, além de saudar novamente o Geraldo e de cumprimentar todos os convidados.

Eu quero, em primeiro lugar, me dirigir ao Governador Wellington, muito bem representado aqui pelo Dr. Gabas, velho debatedor, antigo debatedor de questões previdenciárias. O Dr. Gabas tem muitas habilidades, uma delas é saber que para-choque de motocicleta é o joelho da pessoa. Então, a gente tem que tomar muito cuidado principalmente com as balizas.

A minha pergunta é sobre as balizas que o Wellington usou, a meu ver, de maneira inapropriada. Uma coisa é o tal plano de 20 de outubro de 2020, que é uma ficção, porque o plano de imunização foi exigido pelo Confúcio e foi apresentado à Comissão da Covid do ano passado no dia 18 de dezembro, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem data, sem marco zero. Então, ele é um plano sem data, ou seja, é um conjunto de etapas sem marco zero, sem evolução quantitativa e sem eventogramas.

Por isso, a segunda data que o Governador mencionou, que é a Lei 14.124... Nós já estamos em março de 2021. E, neste mesmo dia, foi sancionada a Lei 14.125, que facultou a compra pela iniciativa privada doando para o SUS. E até agora ninguém doou nada, nenhum Estado comprou uma vacina, nenhuma vacina – comprar para mim é colocar aqui –, nenhuma! Por enquanto, são acenos. Então, de lá até hoje, nenhum consórcio...

Aqui em Santa Catarina, a Federação Catarinense de Municípios, do Estado, e as de outros Estados assinaram com o Butantan promessa de compra e venda em dezembro do ano passado, e toda a produção do Butantan já estava vendida para o Governo Federal. Portanto, há muita ficção nisso.

Eu gostaria de saber quantas vacinas teriam sido entregues depois de março. E aí eu me dirijo à Anvisa.

Eu quero dizer que ninguém tem mais encrencas com agência reguladora no Senado do que eu. A única ação civil pública com que eu entrei na minha vida é contra a ANTT. Estou na iminência de criar um grande caso com a Aneel e tenho problemas de entendimento com a Anac; mas, sobre a Anvisa, eu quero dizer o seguinte: tem toda a minha confiança, até porque nunca mais ouvi – e já tinha ouvido muito – acusação de corrupção contra a Anvisa. Há um histórico, há um histórico na Administração Pública brasileira que respalda o que eu estou dizendo.

Então, eu fico com a Anvisa e aí me dirijo aos três representantes da União Química. Aprendi com vocês hoje uma coisa: nós temos, sim, que, além de Butantan e Fiocruz, contar com a iniciativa privada para produzir vacina. Não envasar, produzir. Nós queremos ter o IFA, nós temos que nos libertar do jugo – nós estamos submetidos a um jugo!

Menos de 0,5% das vacinas foram disponibilizadas para países pobres. Preste bem atenção, Zenaide: menos de 0,5%! O Papa já tinha dito que ia acontecer isso, ele disse em dezembro. Os ricos têm excesso e aos pobres é negada a vacina. Então, nós temos que nos libertar e ajudar, talvez, outros países na nossa situação. Nós queremos é produzir o IFA, nós queremos ser donos do sal básico, do sal fármaco.

Só para concluir, Confúcio, eu peço um tempinho a mais.

Eu visitei a fábrica de sal fármaco na Rússia, ou melhor, na China e na Índia no ano 2000, com a visão de que nós temos que nos libertar da dependência que nós tínhamos e que só se agravou. Então, eu vejo com muita preocupação o tipo de pressão que está sendo feito contra a Anvisa.

E queria retrucar ao último representante da União Química: faço votos de que vocês produzam vacina. Agora, nós temos que ajustar, o vendedor tem que se ajustar ao modelo do comprador. Não é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo real que vai nos convencer, não é o exemplo dos outros 30 ou 40 países. Nós temos uma agência reguladora com credibilidade e, enquanto ela preservar essa credibilidade, eu estarei ao lado do regulador brasileiro.

E, finalmente, Confúcio, eu tinha estabelecido com o nosso amigo Otto Alencar o meu compromisso de que ele seria o primeiro vacinado – está escrito isso – com a Sputnik, e eu seria o segundo. Eu tenho uma aposta feita com ele, porque, justiça seja feita, foram os Estados do Paraná e da Bahia que abriram as portas de negociação com a Sputnik, com a minha integral simpatia, mas desde que a Anvisa aprove. E, se alguém discutir, eu estou ao lado da Anvisa até prova em contrário; tem que ter prova, não discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Senador Luis Carlos Heinze.

Depois, Humberto da Costa. (*Pausa.*)

Luis Carlos Heinze, você está aí? Eu não estou te vendo. (*Pausa.*)

Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores...

Só um minuto.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu quero, primeiro, agradecer a iniciativa do Senador Confúcio Moura de promover esse diálogo entre os representantes dos Governadores e dos consórcios, como também com os representantes dos produtores e da Anvisa.

Parece-me que essa é uma questão extremamente relevante. Eu já tive a oportunidade de conversar com o Wellington, conversei com o Gabas. Nós estivemos lá na Embaixada da Rússia, inclusive, convencendo o Embaixador a nos ajudar para que não houvesse desistência da parte dos produtores russos em relação a essa demanda que foi apresentada pelo Brasil, essas encomendas. Externei já a minha total confiança e o meu respeito à credibilidade que a Anvisa tem. E, como tal, eu entendo que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esforço que nós estamos fazendo aqui não é para que a Anvisa deixe de utilizar parâmetros importantes para garantir a eficácia e a segurança das vacinas que estão para serem entregues ao Brasil.

Nós tentamos encontrar um consenso técnico, seja do ponto de vista de procedimentos... Parece-me que o consórcio tem interesse numa compra que é feita mediante uma autorização excepcional, que é diferente do pedido da União Química, que também é relevante e importante, em que se possa... A meu ver, o consórcio parece que está tentando, por meio de pessoas que, inclusive, têm experiência na própria Anvisa, instruir esse processo. Então, é muito mais no sentido de que a gente possa encontrar um denominador comum, porque essas vacinas são muito importantes.

Lamentavelmente, nós já estamos aqui vivendo uma ordem de coisas que não deveriam ser implementadas. A obrigação de estar atrás de vacinas, de adquiri-las, é do Governo Federal, é da União. Os Governadores estão tentando, mediante esse relacionamento, suprir uma deficiência que é do Governo Federal. Quem deveria estar produzindo essa tentativa de consenso técnico é o Ministério da Saúde. Eu disse isso ontem, na reunião da CPI, ao Ministro da Saúde. Infelizmente, nós não temos coordenação para o enfrentamento dessa situação na pandemia, e nós precisamos dessa vacina.

Tenho muito respeito pelo Senador Amin, mas eu acho que nós não estamos vivendo uma situação normal quando alguém quer vender um medicamento para o Brasil e nós temos que esperar. Não! Nós temos que ser proativos neste momento. Não é o papel da Anvisa, mas ela precisa dizer quais são os caminhos, as exigências e o que pode ser feito, dentro de um consenso, para que isso possa acontecer. Essa vacina, agora, inclusive, está tendo um aperfeiçoamento. Eu ontem vi a notícia de que há, inclusive, uma Sputinik chamada *light*, que é uma vacina de dose única e que é um aperfeiçoamento da própria Sputinik. Na Argentina, ontem, foi publicado um trabalho pelo ministério da saúde em que 0,2% das pessoas que foram vacinadas adquiriram a Covid e que mortes eram 0,000005. Então, quer dizer, existe, sim, uma eficácia, existe uma segurança. Nós precisamos que fique claro, e aí também da parte do Gamaleya, nós precisamos também que eles se disponham a se ajustar ao que nós temos aqui.

Então, a minha ideia é que haja um esforço dos dois lados, sem perda de qualquer autonomia, sem perda de qualquer prerrogativa, mas que se faça um esforço para conseguir esses 66 milhões de vacinas que, com certeza, vão fazer uma diferença muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Muito obrigado.

Luis Carlos Heinze está na sala conosco? Senador Luis Carlos? Senador Luis Carlos Heinze? (*Pausa.*)

Ele estava inscrito. Não apareceu.

Vamos, então, às respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar na sequência, na ordem, primeiro, para o Dr. Carlos Gabas, do Consórcio de Governadores do Nordeste e do Fórum de Governadores, para as suas considerações, para as respostas e considerações finais.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS – Quanto tempo tenho, Senador? É só para eu me organizar aqui na fala.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O tempo, Gabas, é de três a cinco minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO GABAS (Para expor.) – Está bom. Vou tentar aqui exaurir as minhas considerações nesse tempo.

Primeiro, sobre o processo – eu não ouvi, não acompanhei a fala do Wellington, mas, sobre o processo, Senador –, é muito importante que fique claro para todas as Senadoras e Senadores que aqui nos assistem que nós do Consórcio Nordeste estamos em busca de vacinas em todos os lugares. Nós buscamos na China, e a China nos respondeu, via embaixada, o seguinte: que qualquer contato com a vacina chinesa tem de ser feita via Instituto Butantan. O Butantan tem a exclusividade para essa relação com vacina chinesa. Então, o que nós estamos fazendo? O que o consórcio está fazendo? Gestão junto à Embaixada da China e ao Governo chinês para que eles liberem IFA.

Nós estamos ajudando o Governador Doria nessa interlocução para que liberem mais IFA, para que possam produzir inclusive a segunda dose para vários Estados que estão com problema – aplicaram a primeira e não têm a segunda.

Sobre a compra da Sputnik V, esse processo começou ainda, como o Senador Esperidião Amin lembrou, no ano passado, em agosto do ano passado. Nós assinamos o primeiro contrato de expectativa, um memorando de entendimento sobre a possibilidade da compra de 50 milhões de doses. Com o avanço da aprovação da vacina na Rússia e em outros países, isso se tornou um contrato, no começo do ano, após a aprovação da Lei nº 14.124. Então, essa aprovação da lei nos separa de outras autorizações, do registro da vacina, da autorização emergencial, que é do que está tratando a empresa União Química, e da autorização excepcional de importação e uso, que é o nosso caso.

Qual o estado da arte hoje? Nós tivemos, sim, um problema, temos que admitir. Tivemos um problema em que a Rússia ficou muito incomodada e isso acaba nos atingindo, porque eles têm contato conosco. Eles chegaram a aventar a possibilidade de desistir de vender a vacina para nós. Nós fizemos gestão junto à embaixada, o Senador Humberto Costa nos ajudou muito nisso, o próprio Governador Wellington, e estamos dialogando com eles no seguinte sentido: nós, consórcio, vamos ajudar nessa mediação das informações. É fato, Senador, que existe uma dificuldade inclusive de comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive na Rússia, eu visitei o Instituto Gamaleya. Não fui para isso, fui para finalizar os contratos e tratar da logística, tratar da relação dos Governadores do Nordeste com o fundo de investimento russo, para investimento no Nordeste, mas eu visitei o Instituto Gamaleya. Houve muita confusão na divulgação dessa missão à Rússia. Eu sempre penso comigo, nas minhas participações em cargos de responsabilidade dos quais eu tive o privilégio de participar, nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, que há situações que é melhor não comunicar porque pode dar ruído de comunicação. Então, quando saiu a notícia, os órgãos de imprensa acabaram exagerando, dizendo: "Olha, a Rússia é uma caixa-preta, ninguém entra no laboratório" e botaram um repórter tentando entrar no laboratório, e não é permitido. Ora, gente, qualquer imprensa internacional que venha a tentar entrar na Fiocruz não vai conseguir! Entrar numa unidade de produção de IFA! Eu estive na União Química e, quando nos receberam, o Rogério Rosso falou: "Não pode entrar nessa unidade, porque aqui é uma unidade de produção". Nós entendemos.

Então, quando a Anvisa estava na Rússia, eu estava também. O Diretor Alex me ligou, pediu ajuda: "Gabas, o nosso pessoal está com dificuldade, eles queriam visitar hoje a unidade de produção, mas parece que o Governo russo não está permitindo". Imediatamente eu fui à direção do fundo russo e disse: "Olha, os nossos técnicos querem visitar". Eles disseram: "Não tem problema, nós permitimos, agora, o Gamaleya tem um protocolo, não vai conseguir entrar hoje, tem que cumprir esse protocolo". Já era de quinta para sexta-feira. "A gente consegue na segunda-feira", e aí o pessoal da equipe da Anvisa não podia ficar até segunda-feira. "Então está bom, a gente vai se reunir com os cientistas, vamos fazer as perguntas, mas não vamos entrar na planta de produção porque teria que estar aqui até segunda-feira". E o que a imprensa noticiou foi que todos foram impedidos de entrar. Então, isso cria um clima ruim com o Instituto Gamaleya e com o fundo russo. Esse clima ruim está atrapalhando a gente de avançar.

Eu quero comunicar às Senadoras e aos Senadores que nós, do consórcio, pedimos a permissão do fundo russo para fazer uma espécie de intermediação junto à Anvisa. Nós entendemos que a Anvisa tem seus protocolos, que ela tem que cumprir. "Baixar o sarrafo", usando a expressão que o Diretor Alex usou, nós entendemos também que é necessário, e isso está sendo feito. Agora o que se precisa fazer é um entendimento do que falta para cumprir esse requisito da importação excepcional e do que se tem que buscar junto ao Instituto Gamaleya. Nós pedimos a ajuda de técnicos especializados. Eu não vou aqui expor os nomes, mas são pessoas competentes que têm a confiança e o respeito da Anvisa e que têm agora, com o aval nosso, do consórcio, a confiança do Gamaleya.

Nós temos uma reunião hoje, às 15h30, com os diretores, o Diretor Alex e a Diretora Meiruze, e com quem mais eles entenderem que têm que colocar, para a gente avançar no seguinte sentido: o que já existe de documento? E o que falta complementar para que essa análise possibilite a aprovação de uso excepcional, de importação e uso excepcional da vacina? Esse é o nosso objetivo. Nós não queremos furar nenhuma etapa. Nós não queremos qualquer autorização que não passe pelo crivo, pela análise da Anvisa. É isso que nós estamos buscando, Senador. Eu acredito muito que a esse caminho é possível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar. Esse objetivo é possível de ser atingido. Nós estamos contando aqui com a boa vontade e com a colaboração dos diretores da Anvisa e também com a colaboração dos técnicos do Instituto Gamaleya.

Eu estive pessoalmente conversando com o cientista que criou a vacina, Denis Logunov, e com toda a equipe deles. Eles responderam a várias perguntas de outros cientistas que estavam lá, inclusive da Argentina, também interessados no processo de produção e de aplicação da vacina.

Então, eu acho que nós temos um problema de choque de culturas, de informação, de dificuldade de comunicação, mas hoje nós precisamos buscar superar esses problemas. O nosso compromisso é o de colocar a bola no chão, é o de não haver esse clima de disputa, de briga. Não queremos disputa com ninguém. Nós queremos esclarecer os fatos, esclarecer o que é necessário e quais as informações que existem para suprir essa necessidade dos técnicos da Anvisa para a aprovação da vacina.

Nós vamos dar ciência ao Sr. Presidente da Comissão, o Senador Confúcio Moura, e a todo o conjunto de Senadores desta Comissão do andamento dessas negociações, do andamento dessas tratativas.

Nós acreditamos que é possível atravessar essa dificuldade, mas é preciso ter muita tranquilidade e muito boa vontade – é o que estou vendo dos dois lados –, para que a gente possa cumprir esse papel neste momento tão difícil de muita morte e de exposição do Brasil a um ambiente de proliferação inclusive de novas cepas. Isso é um risco para o mundo todo. Ninguém quer continuar correndo esse risco. Eu tenho a certeza de que nós vamos superar essa dificuldade.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Gabas.

Com a palavra o nosso Deputado, atual Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, para fazer seus comentários, alguma resposta, comentários finais, Geraldo Resende. (*Pausa.*)

O Secretário Geraldo Resende ainda está aí? (*Pausa.*)

O Secretário Geraldo já está pronto ali.

O SR. GERALDO RESENDE – Tudo bom?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

O SR. GERALDO RESENDE – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Seus comentários finais, Geraldo. Serão seus comentários finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERALDO RESENDE (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer e dizer da minha expectativa de que a gente saia com uma definição próxima para esse imbróglio em relação à Sputnik V.

Há uma grande expectativa nossa, aqui, de que nós possamos – inclusive, já conversamos com a União Química, através do Rogério Rosso e do seu comandante maior, o Dr. Fernando – avançar na imunização. Tão logo tenhamos o aval da Anvisa, nós vamos, sim, fazer a incorporação dessa vacina à compra por parte do consórcio, para que a gente possa incorporá-la ao PNI.

Um abraço, Senador Confúcio, e bom trabalho, como sempre V. Exa. o faz.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado! Muito obrigado, Geraldo! Muito agradecido!

Agora, vêm as respostas e as suas considerações, mas, ao final dessa bateria de perguntas dos últimos Senadores, nós temos perguntas do e-Cidadania, que são das pessoas, dos internautas, perguntas diretas, de resposta única e rápidas. Eu espero que os nossos convidados permaneçam para atender a essa expectativa dos que acompanham esta audiência pública.

Agora vem a parte da Anvisa, para responder. Eu deixo, assim, para a Dra. Meiruze e o Alex escolherem quem responderá essa última bateria de respostas ou se os dois respondem. Fiquem bem à vontade, Meiruze e Alex Machado.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu vou iniciar os questionamentos. Eu só preciso voltar e responder à Senadora Eliziane, do Maranhão, porque ela me fez uma pergunta muito objetiva e especifica: ela me perguntou sobre a ButanVac. Nós fizemos reuniões ontem com o Instituto Butantan sobre protocolo clínico, e o Instituto Butantan tem a previsão de, em breve, cumprir os requerimentos solicitados pela Anvisa para que a gente possa autorizar a condução dos estudos clínicos aqui, no Brasil. Ela também me perguntou sobre a vacina Versamune. Nós estamos aguardando a entrega de informações por parte da USP, para que se possam conduzir estudos clínicos aqui, no Brasil.

Senadora Eliziane Gama – desculpa se eu falei errado.

Eu queria só ressaltar a importância da produção nacional de vacinas, seja no âmbito público, seja no âmbito privado. O Brasil precisa aumentar o seu parque biotecnológico. Então, louvo a iniciativa da União Química de buscar a produção de insumo farmacêutico no Brasil e da própria vacina acabada.

Neste momento, vamos ter que voltar a conversar, em especial com a União Química, porque, em que ramo ela vai seguir o projeto? É a Sputnik, com duas doses, ou é a Sputnik Light, que foi anunciada ontem, pela Rússia, com dose única, que nos pareceu até um projeto tecnológico bem interessante?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido também, é a mesma conversa com o fórum de Governadores, nessa reunião que vai ser feita, já anunciada pelo Dr. Carlos Gabas, para identificar como vai seguir esse projeto. Seria em qual linha? Seria em duas doses? Seria uma única dose? É para que a gente supere esse leque de informações que são necessárias. O objetivo dessas informações é garantir a segurança, tanto para quem está comprando essas vacinas, como – e especialmente – para quem vai utilizar essas vacinas.

Então, nesse espírito de continuar o debate... O debate técnico também é feito nos autos, um debate qualificado.

A Anvisa está aberta, e eu agradeço em especial a fala do Senador Esperidião Amin, reforçada também pelo Senador Humberto, da confiança na autoridade sanitária do Brasil. E essa confiança... Não existem, nesta autoridade, neste órgão técnico do Brasil discussões geopolíticas, discussões relacionadas a onde esta vacina é produzida ou de polarização. O que a gente espera da vacina... Eu sempre falo isto: que a vacina é o melhor instrumento para salvar vidas nesta pandemia.

Eu vou citar a Senadora Zenaide. Senadora Zenaide, nosso objetivo é salvar vidas, é buscar todas as evidências para que a gente consiga ampliar o leque de vacinas. É importante que o Brasil tenha tecnologias diferentes de vacinas. Certamente nós vamos precisar de múltiplas tecnologias, e ainda se vislumbra a permanência de estratégias diferentes de vacinação. Nós desconhecemos muitas coisas da Covid-19, em especial os projetos de necessidade de doses adicionais da vacina, de monitoramento, de qual a necessidade de utilização de vacinas *a posteriori*.

Então, é nesse espírito que a gente abre hoje a reunião com o Fórum de Governadores, para que a gente possa superar as dificuldades, mas, acima de tudo, que a gente possa trazer mais vacinas para o Brasil.

Desculpe-me se eu não entrei em detalhe de cada pergunta, mas eu acho que espero trazer novidades no ponto de superação, tanto com as informações que eu sei que a própria União Química está buscando trazer...

É importante colocar que o processo de produção da União Química é um projeto, e o processo de importação é outro. Esperamos fortemente o sucesso da produção aqui no Brasil e que a produção aqui no Brasil tenha a solicitação de autorização de uso emergencial ou do registro. O que hoje está aqui na Anvisa da União Química é a autorização de uso emergencial; não é da produção no Brasil, é da importação. Mas a gente espera fortemente que sejam superadas essas lacunas e que a gente tenha a produção aqui pela União Química e tenha a importação pelos Governadores da melhor estratégia tecnológica para ser ofertada ao nosso País.

Passo ao meu colega, ao Diretor Alex, para suas complementações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX MACHADO CAMPOS (Para expor.) – Obrigado, Dra. Meiruze. Obrigado, Senador Confúcio.

Eu complemento as palavras da Dra. Meiruze trazendo uma reflexão de ordem pessoal – na verdade, uma inquietação de ordem pessoal. De fato, sou servidor público de carreira, como a Dra. Meiruze. A Dra. Meiruze é servidora da Anvisa, e eu sou servidor da Câmara dos Deputados. Sou advogado e a minha vida toda foi no serviço público. Os senhores podem ter certeza de que foi uma das lições mais difíceis das nossas trajetórias pessoais. Nós ficamos até domingo à noite tentando explorar qualquer possibilidade de ir ao encontro dessa autorização de importação.

Essa questão do prazo, quando a gente está falando em desenvolvimento vacinal, é uma questão tormentosa, porque, como eu disse há pouco, cada vacina vai alcançando a maturidade de sua aplicação e de sua conformação final em etapas diferentes. O mundo está acompanhando essa corrida pelo desenvolvimento. A ciência tem nos dado respostas muito rápidas, graças a Deus, e a Anvisa tem procurado se esmerar para superar, como disse, essas lacunas. Ninguém ache que a gente pega um gabarito completo.

A gente tem que preencher cada um desses itens dessa lista de funcionalidades ou de requisitos, porque a premência dos fatos, a urgência, o drama que estamos vivendo é o que nos mobiliza aqui na Anvisa. De maneira que a decisão da importação da Sputnik é uma fotografia do conjunto de lacunas que nós esperamos que sejam superadas. Só esse espírito de cooperação que foi aqui invocado pelo representante do consórcio, Dr. Gabas, que é o espírito que mobiliza a agência neste momento.

Eu ressaltei o fato de que nós somos técnicos, nós somos servidores de carreira e lastrearam a nossa decisão três manifestações técnicas de gerências da agência. Esse é um processo de diálogo, ele é dialógico o tempo todo e dialético o tempo todo até construir a decisão. Aliás, é muito recomendável – e aí a iniciativa de hoje do Dr. Gabas com o consórcio – trazer agora um conjunto de tratativas que esgote qualquer dúvida, até o protocolo de importação. Acho que esse é o espírito, é essa a nossa motivação.

Ainda motivado por esse espírito de cooperação, faço um apelo – não por mim, porque acho que a Anvisa não está acima da crítica, ao contrário, a gente tem que estar submetido à crítica permanentemente, isso faz parte do debate público, a gente está numa democracia, a gente está num ambiente agora congressual, tendo a chance de promover esclarecimentos, a gente tem que estar aqui sempre que for convocado. Num momento tão difícil como este, mobilizamos um contingente de servidores limitado, e eu acho que as acusações públicas, a difamação da imagem da agência em rede social, como foi feito, inclusive, pela própria vacina, não contribui para esse diálogo. Estou falando não por mim, falo por vários servidores, cientistas da casa, gente que construiu essa trajetória da Anvisa no contexto global. Eu não estava nem aqui, sou recém-chegado, é aquilo que o Senador Esperidião falou, que o Senador Humberto falou: isso é uma construção de 20 anos. A Anvisa não chegou no topo do contexto regulatório no mundo à toa, isso foi a construção desses servidores de carreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ainda em nome desse sentido de cooperação, que toda mobilização no sentido de difamar pessoas, difamar servidores, difamar a agência, chamar a agência de mentirosa... Vejam, como eu disse, a Anvisa não está acima da crítica, mas esse não é um diálogo que se deva dar num ambiente regulatório. Eu acho que a crítica tem que ser feita nesse espaço aqui, como está sendo feita, dentro do processo de debate.

Eu fiquei muito satisfeito de participar desta reunião, de ver que o espírito conduzido pela Comissão do Senado, sem dúvida, vai nos levar a um lugar melhor para uma solução.

Então, minha mensagem final é de gratidão aos Senadores e a todos que participaram desta reunião pública.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Alex Campos.

Eu passo a palavra – houve alguns questionamentos dirigidos à empresa União Química – ao Dr. Fernando Marques, Diretor-Presidente da União Química Farmacêutica.

O SR. FERNANDO DE CASTRO MARQUES (Para expor.) – Senador, eu gostaria de responder à Senadora Rose com relação à produção. Nós pretendemos importar 10 milhões de unidades da Rússia na emergencial e a nossa produção está caminhando para a gente produzir, de forma verticalizada, IFA, e a produção final é de 8 milhões de vacinas por mês. Então, esse é o nosso projeto que está em curso. Não estamos medindo esforços nem investimento no sentido de colocar isso para funcionar.

Ao mesmo tempo, queria esclarecer ao Senador Esperidião Amin, com relação à Anvisa, à parte regulatória, que nós somos um setor regulado e temos um excelente entendimento e relacionamento com o setor regulador. Nossos técnicos respeitam e procuram agir de forma muito técnica e transparente para esclarecer e resolver qualquer problema relativo a registro de qualquer produto que seja, ainda mais de um produto tão importante, como é o caso da vacina Sputnik. Nós não temos medido esforços no sentido de tentar superar, correndo contra o relógio, e resolver esse problema.

Nós entramos com 14,4 mil páginas de processo da Sputnik, e, agora mais recentemente, temos quase cem exigências a serem cumpridas que estão sendo cumpridas. Fizemos mais de 12 reuniões com a Anvisa tratando especificamente do assunto da Sputnik, de alto nível técnico. E isso continuará até que isso seja superado. Nós temos certeza de que a Sputnik é uma vacina das melhores que existem no mundo e que realmente, como foi abordado pela Meiruze, a chamada Sputnik Light seria só a primeira aplicação, que seria o adenovírus 26, que dá uma cobertura de mais de 76% de eficácia. Então, eu acho que esse talvez seja um caminho mais rápido para a gente poder disponibilizar mais vacina num tempo mais curto. Então, eu acho que é uma coisa que a Rússia já fez lá, e está terminando de concluir a Fase III, só o adenovírus 26. E, assim que eles tiverem isso concluído, talvez seja o caminho mais para dar uma oferta com mais produtos a um prazo menor para o mercado desse importante imunizante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós estamos aí bastante empenhados nisso e jamais queremos ter qualquer problema com relação ao setor regulador. Nós temos nove fábricas aqui no Brasil e uma nos Estados Unidos, aprovada pela FDA. Nossas fábricas, algumas delas são aprovadas pela FDA, pela EMA. Produzimos aqui no Brasil para o mercado europeu, para o mercado americano e para diversos mercados mundiais. Então, nessa questão da régua regulatória, nessa questão de qualidade, temos que ser bastante eficientes no sentido de cumprir todas as exigências da Anvisa.

Então, estamos à disposição para prestar qualquer esclarecimento que seja necessário com relação à Sputnik. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.) – Quero fazer o fechamento da nossa reunião fazendo três ou quatro perguntas. E tenho as perguntas, duas ou três, dos internautas – selecionei deles. Eu vou só agradecer a presença de todos os demais.

A minha primeira pergunta é para o Dr. Alex Campos, Diretor da Anvisa.

Nós estamos numa situação de um impasse possível, tanto o Butantan quanto a Fiocruz. Primeiro, a Índia, com o seu pico máximo de adoecimento e mortes, produtora de vacinas, mas, se aumentar ainda mais o drama indiano, logicamente eles não vão poder honrar os compromissos com a Fiocruz. Do outro lado, a China, com as relações diplomáticas do Brasil, as palavras que o Presidente tem proferido, como uma guerra biológica para justificar um crescimento maior da China no mundo, podem também merecer retaliações ao Governo brasileiro... (*Falha no áudio.*)

Como é que a gente fica, sem IFA de um lado e do outro? E já é... Como se diz hoje, no linguajar popular, a vacina está vindo a conta-gotas. Como é que a gente faria, se houver, por exemplo, o grande grito das confederações de Prefeitos, Prefeitos de pequenas cidades que guardaram dinheiro para comprar a vacina? Governadores de 17 ou 20 Estados que guardaram dinheiro próprio, do Tesouro próprio, para comprar vacina da Sputnik? E, caso aconteça essa queda, nós vamos terminar ficando sem nada, porque as vacinas, outras, só serão entregues em dezembro e em janeiro do ano que vem.

Essa é uma pergunta para o senhor dentro do contexto de catástrofe, de tragédia que vivemos com a pandemia do coronavírus.

A segunda pergunta é para o Dr. Fernando Marques, da União Química.

O Governo Federal divulgou um cronograma de entrega de vacinas pela União Química para o segundo trimestre. Esse contrato foi assinado? O que houve? E ainda há previsão de compra das vacinas pelo Ministério da Saúde? É uma pergunta, assim, duvidosa, porque ainda não foi aprovada, mas o contrato foi assinado? É a pergunta que eu... Uma pergunta e uma resposta seca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, essa aqui eu vou fazer para a Dra. Meiruze, da Anvisa, sobre a Lei 14.124, de 2021. Pergunto: no sítio eletrônico do fabricante, no caso da Sputnik, e dos órgãos de vigilância de tais países, onde é usada essa vacina no mundo, não estão disponibilizados os documentos suficientes para que se possa dar segurança ao uso do imunizante? Essa é uma pergunta.

A segunda, para a Dra. Meiruze ainda: exatamente quais as ressalvas de possíveis riscos, em estudo que a Anvisa tem feito, quanto ao imunizante Sputnik V, baseado em intercorrências locais?

São essas as minhas perguntas.

Agora vem a pergunta de Ana Paula. Eu gostaria que anotasse o nome. Eu vou passar essa pergunta para o Dr. Alex.

Anna Paula Machado, do Estado da Bahia: "É possível que a Anvisa acate os pedidos feitos pelos Estados para importar a vacina Sputnik V antes do fim do processo de análise pela OMS?". É a pergunta de Anna Paula Machado.

Para não ficar só com o Dr. Alex, a Dra. Meiruze vai responder a Maria Angélica, do Rio de Janeiro. A pergunta é a seguinte: "Por que tantas barreiras na importação da Sputnik V? Segurança ou política externa de blocos econômicos, como Estados Unidos e União Europeia?".

Por último, essa pergunta eu vou ler, depois eu vou direcionar a quem responder. Valdemagno Torres – é uma palavra só, Valdemagno Torres –, de Pernambuco: "Gostaria de uma justificativa plausível: por que [...] [um] ritmo tão lento?". Essa pergunta vou deixar aí para a Dra. Meiruze responder.

Eu quero agradecer ao Antônio Oliveira, do Paraná; ao André Marques, do Distrito Federal; enfim, a todos aqueles internautas que participaram conosco neste evento.

Então, as perguntas estão feitas e elas já são para o encerramento da nossa audiência pública.

Então, o primeiro a responder, aqui, segundo as contribuições, é o Dr. Alex Campos.

O SR. ALEX MACHADO CAMPOS (Para expor.) – Obrigado, Presidente Senador Confúcio. Eu agradeço também a pergunta dos internautas.

A primeira pergunta acho que foi de V. Exa. em relação a esse drama de nós termos, basicamente, hoje – apesar de termos cinco vacinas autorizadas no Brasil –, de maneira pragmática, o provimento de duas vacinas: a CoronaVac e a AstraZeneca.

Eu acho que essa semana a gente começou a primeira movimentação da Pfizer, com o primeiro lote de 1 milhão de vacinas, e agora dando uma sequência, segundo informações que eu tenho do Ministério da Saúde, de, a cada lote, 1 milhão de doses da Pfizer, numa velocidade que não exatamente conheço, porque há intempéries burocráticas de internalização, de importação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o fato da preocupação que o Senador nos traz é sobre essa dependência no cenário de escassez de vacinas, e obviamente que isso tem uma relação, claro, com pedidos de importação que estão em curso e que poderiam ampliar a nossa capacidade de vacinas, obviamente de ter mais vacinas.

A Dra. Meiruze vai poder me complementar, porque nós temos outras iniciativas que estão em andamento e que a Anvisa tem acompanhado.

A gente teve recentemente a questão da Covaxin, que é uma vacina indiana, produzida pela Bharat, e que teve recentemente também um pedido de importação negado, mas há, inclusive, por decorrência dessa negativa, um conjunto de reuniões que estão sendo estabelecidas com o Ministério da Saúde, e acredito que há um amadurecimento e uma superação de uma série de lacunas que vão resultar provavelmente num pedido de importação dessa vacina, algo em torno de 20 milhões de vacinas.

Quanto à própria Sputnik, eu acredito que, com esse movimento a partir de hoje, com as tratativas que a Anvisa vai estabelecer com o Fórum de Governadores e imagino também que com a própria União Química, num outro processo que é o de uso emergencial, essas lacunas possam ser superadas, o que é uma perspectiva que está no horizonte. Aliás, foi muito tormentosa a decisão, mas, a todo instante, nós dissemos que aquilo era uma fotografia do momento regulatório.

Quanto à pergunta que foi feita pela internauta em relação a se a Anvisa depende de uma posição da OMS para avançar com o seu pedido de cotação, não, a Anvisa não depende. A Anvisa é um órgão regulatório autônomo e não depende dessa análise – aliás, não depende da análise de nenhum país. Obviamente essas tratativas... Num ambiente multilateral, entre agências, elas se ajudam no trabalho de análise que é feito por cada um desses órgãos. A Anvisa ajuda também os outros países a construírem as suas soluções regulatórias. É claro que, quando vem uma decisão de um órgão importante de uma agência europeia ou da Organização Mundial da Saúde, tudo isso contribui para que a gente amadureça, mas a Anvisa não depende disso, de maneira que é possível que a gente construa uma solução até antes da própria Organização Mundial da Saúde. E quem sabe isso até não ajude a própria OMS a produzir um encaminhamento dessa vacina para o mundo.

Presidente Confúcio, acho que eram essas as perguntas que o senhor me dirigiu.

Eu faço um último complemento sobre uma pergunta que não foi exatamente direcionada a mim, mas que se relaciona aos Diretores da Anvisa sobre a questão da geopolítica. Eu acho que essa é uma questão que, apesar de se trazer o debate... A Anvisa aprovou uma vacina chinesa, que é a CoronaVac, aprovou vacinas que não eram chinesas, está analisando o pedido da própria indiana, há a discussão sobre a Sputnik V... Então, essa é uma questão que foge à questão da análise da Anvisa. Hoje, a meta é ir ao encontro das vacinas, vacinas que passem pelo crivo regulatório mínimo da Anvisa de segurança, eficácia e qualidade para que a gente não tenha níveis diferentes de vacinas, para não se levar à população que a vacina A seja melhor do que a vacina B. Todas as vacinas aprovadas pela Anvisa serão vacinas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendadas para que as pessoas, na hora em que chegar o seu momento na fila da vacina... Eu estou aguardando o meu, minha família também, meus filhos. Toda aquela que for autorizada pela Anvisa é uma vacina segura e merece ser objeto da atenção de toda a população, de toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Alex.

Eu tinha feito a chamada do Senador Luis Carlos Heinze. Ele tinha dado uma saidinha, mas retornou. E, antes da Dra. Meiruze responder, é lógico, vou passar a palavra para o Dr. Luis Carlos Heinze, para que a senhora, Dra. Meiruze, ou outros possam responder a ele também.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Pode liberar seu som. (*Pausa.*)

Isso, ótimo! Pode falar, Heinze. (*Pausa.*)

Não, agora você fechou o som. Libere o som. (*Pausa.*)

Ótimo, beleza. Pode falar. (*Pausa.*)

Heinze, nós não estamos ouvindo. Por favor, assessora do Senador Heinze, ajude aí um pouquinho, deve ser algum contato... (*Pausa.*)

É alguma coisa aí no seu sistema. O som está liberado, mas a voz não está saindo.

Vejam o que há, gente. Olhe aí, menina, ajude o seu Senador. (*Pausa.*)

Vamos ver... (*Pausa.*)

Veja aí, Heinze. (*Pausa.*)

É, ele não está conseguindo... Bem, então, eu vou passar a palavra à Dra. Meiruze. E, quando o Senador Heinze conseguir acesso ali, ele fala.

Dra. Meiruze, com a palavra.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Obrigada, Senador Confúcio.

Eu vou entrar um pouco também na pergunta feita ao meu colega Diretor Alex, lembrando que, no dia 30/05, a Anvisa fez autorização para que a fábrica de Bio-Manguinhos também faça a produção do insumo farmacêutico ativo da vacina de Oxford, da vacina que já foi autorizada para a Fiocruz. Então, essa autorização também nos dá uma perspectiva de ampliar a produção nacional com a produção do IFA no Brasil, lembrando que a primeira produção de um IFA demora aí em torno de quase 60 dias, mas é uma perspectiva já da produção nacional, de ampliar a produção nacional. O Instituto Butantan ainda tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a perspectiva, no início do próximo ano, da produção do IFA. No momento, o Instituto Butantan faz a etapa de envase da vacina no Brasil, utilizando o insumo farmacêutico vindo da China.

E eu gostaria de lembrar aqui que nós fomos o primeiro país do mundo que certificou as duas fábricas da China, tanto a da Sinovac, para produção da vacina pronta e do insumo farmacêutico da Sinovac, como também certificamos a fábrica de Wuxi, na China, que produz o insumo farmacêutico da vacina da Fiocruz, colocando a nossa atuação em emergência de prioridade para as vacinas Covid-19. Só queria fazer um parêntese de que a própria China fez a inspeção na fábrica da Sinovac em outubro. A Anvisa inspecionou essa fábrica no final de novembro, de 30 de novembro à primeira semana de dezembro, e nós fomos a primeira autoridade a conceder a certificação de boas práticas de fabricação, que foi, inclusive, utilizada por outros países.

A China e a Índia são dois polos farmacêuticos importantes, essenciais, inclusive, na produção de vacinas no mundo. É importante que esse canal com essas autoridades, com esses países estejam sempre abertos, para que favoreça a entrada de vacinas no Brasil.

Dentro das estratégias também, a gente está trabalhando, inclusive, com o projeto de lei capitaneado pelo Senador Wellington. Já fizemos avaliação, nesta semana, numa visita técnica que finalizou na data de hoje, de duas empresas que produzem insumo farmacêutico de vacinas de uso animal, verificando as instalações dessas duas empresas para verificar se essas duas empresas teriam condições de fabricar o insumo farmacêutico de vacinas também para uso humano, dependendo de transferência de tecnologia, para que se ampliem também as possibilidades de vacinas no Brasil, para que não se dependa apenas de dois polos, mesmo com a importância desses dois polos, que são a Índia e a China.

Também em termos do contexto da Lei 14.124, um importante marco regulatório para facilitar a importação de vacinas, especialmente para vacina Sputnik, nós visitamos os *sites* dessas autoridades e de todas as autoridades que estavam presentes na lei e não encontramos, no *site* dessas autoridades, os relatórios de avaliação técnica dessas autoridades.

E buscamos diretamente com as autoridades também. Não nos acomodamos só com as informações do *site*. A gente mandou também a solicitação para as autoridades, mas entendendo também, no contexto de aprovação emergencial, no contexto da pandemia, até as medidas adotadas pelos países e até o fato de não haver essas informações disponibilizadas nos portais das autoridades. Então, neste momento da avaliação, nós também viemos ao encontro de fazer todas as estratégias para buscar as informações, mas, infelizmente, não encontramos, nos relatórios das autoridades, nenhuma disponibilização nos seus portais, nem mesmo a parte de informações solicitadas pela Anvisa.

Claro que, quanto às ressalvas relacionadas aos riscos, quando não se têm as informações, as incertezas permanecem. E aí as incertezas tendem a pesar mais na coluna do risco, porque a gente sempre tem duas ações: a avaliação do benefício e a avaliação do risco. Quando não se tem a informação, ou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, há lacunas nessas informações, a coluna do risco pesa mais. Então, neste momento, eu não posso falar até que existe um risco exato no processo, mas a incerteza pesa nos riscos, em especial relacionados à segurança da vacina.

Especialmente para a Maria Angelica, do Rio de Janeiro, eu queria, Maria Angelica, que você tivesse a certeza de que a única barreira que há, aqui na agência, são as barreiras relacionadas à avaliação dos critérios mínimos para que seja utilizado, no seu braço, no meu braço, no braço de toda a nossa população, dos nossos familiares... São as barreiras que a gente encontra para decidir sobre os critérios de segurança, qualidade e eficácia; jamais, jamais, barreiras relacionadas à política externa, até porque o mundo das vacinas é um mundo globalizado, e há necessidade de todos os produtos para o enfrentamento à pandemia. E a Anvisa, na sua missão de proteger a saúde da população, não poderia entrar nessa seara de políticas externas e impedir uma vacina de chegar ao Brasil. Queria especialmente mandar essa mensagem para você, para que você tivesse segurança na avaliação dessa autoridade que é sua; a Anvisa é do Brasil e é da nossa população.

Era isso, Senador Confúcio.

Muito obrigada pela oportunidade, pela nossa participação.

E nos colocamos sempre à disposição da Comissão do Senado e do Brasil para responder todos os questionamentos que nos forem demandados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Meiruze, pelas respostas às minhas perguntas.

Dr. Fernando Marques, aguarde só um pouquinho. Dr. Fernando, só um segundinho. Eu fiz uma perguntinha para o senhor, mas só um pouquinho, porque o Senador Amin pede a palavra para uma pequena consideração.

Com a palavra, Senador Amin. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Senador Esperidião. (*Pausa.*)

Ele pediu, mas saiu.

O Senador Luis Carlos Heinze já está na nossa sala de audiência? (*Pausa.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., deu certo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Opa! Beleza, bem-vindo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Liberou agora, tchê? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem-vindo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Confúcio, nós não somos muito amantes dessa tecnologia meio complicada... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fique à vontade!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Parabéns ao nosso Presidente Confúcio, desta Comissão, que está fazendo um grande trabalho pela Covid!

O Senador Amin deu uma saidinha. A D. Angela o chamou, Confúcio: "Eu tenho que atender a D. Angela, agora, porque é ela que manda em casa, e eu tenho que atender, não é?".

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Pessoal da União Química, o Carlos, que também está aí, é um prazer estar com vocês, Alex e Dra. Meiruze.

Eu quero fazer um registro aqui, Confúcio. A Dra. Meiruze tem se esmerado no trabalho e é responsável por boa parte do que está acontecendo hoje na questão das vacinas do Covid. Parabéns, doutora, à sua equipe, que está fazendo um trabalho excelente na Anvisa!

Vamos trabalhar o mais rápido possível.

E uma notícia... A gente tem trabalhado e se empenhado, Confúcio. Acho que esta Comissão tem um papel relevante. O Senador Confúcio preside a Comissão, o Senador Wellington Fagundes tem também um trabalho intenso nessa questão, principalmente, do projeto que o Senado aprovou, Confúcio, nascido desta Comissão, da sua Comissão do Covid, autorizando a utilização dos laboratórios de medicamento veterinário para a produção de vacinas para o Covid. Esse projeto passou no Senado nesta semana, seguramente passa na Câmara na semana que vem e, logo, logo, deverá ser sancionado pelo Presidente da República.

Senador Esperidião, está ouvindo agora? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse que a D. Angela tinha lhe chamado e tinha que sair daí, deixando o Confúcio de lado para atender a D. Angela. (*Risos.*)

Confúcio, acho que é uma notícia boa – e nasceu desta Comissão – o trabalho hoje com relação à produção de vacinas, não só as compras no caso da Rússia, da China, da Índia, da Janssen, da Pfizer, de todos esses laboratórios, mas também a produção nacional.

Primeiro, faço um relato também do Ministro Marcos Pontes pelo trabalho excelente que ele está fazendo com a sua equipe, com o Dr. Marcelo, que é um médico, Confúcio, seu colega. Hoje há cinco vacinas brasileiras. Acho que isso já foi citado aqui, alguém citou anteriormente. A mais adiantada é a vacina da USP, em Ribeirão Preto; a segunda acho que deve ser a vacina do Hospital das Clínicas de São Paulo, com recursos do Governo Federal; depois há a da Universidade de Minas Gerais, onde a Meiruze estudou; a da Universidade do Paraná; e, por último, está a da Universidade Federal de Santa Catarina, onde o Esperidião é professor com a D. Angela. São cinco projetos extremamente importantes, e nós vamos ter condições, logo, logo, para produzir essa vacina, porque nós temos... A nossa meta hoje, Confúcio – a sua meta, a minha meta, a do Esperidião e a da própria Meiruze, a da equipe lá da Anvisa –, é que nós tenhamos duas doses para todos os brasileiros, que possamos ter 400 milhões, 500 milhões de doses para vacinar a população brasileira inteira. Já saíram 70 milhões; precisamos chegar a 500 milhões. E esse é o foco para vacinar duas vezes toda a nossa população.

Paralelo a esse trabalho com as universidades, com o Ministério da Ciência e Tecnologia, há a fabricação de vacinas com os laboratórios de medicamentos animais. O Brasil, Senador Confúcio, a partir de iniciativa de V. Exa. e também do Senador Wellington – e eu me incorporei a ela –, poderá ser produtor autossuficiente no mercado nacional e ser exportador de vacina. Escrevam isso! Dra. Meiruze, V. Exa. e a sua equipe têm um papel fundamental nesse processo. Seguramente, Senador Confúcio, pelo que nós vimos do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura e também do Ministério da Ciência e Tecnologia, junto com a Anvisa, não existe óbice nenhum para que o Brasil possa ser produtor. Então, acho que esse é um passo seguinte, Dra. Meiruze – nós já conversamos –, para que nós possamos, daqui a pouco, Amin, até fabricar o IFA no Brasil. A Índia tem necessidade hoje, a China tem necessidade hoje, e o Brasil tem a capacidade de produzir 1 bilhão, 2 bilhões de doses de vacina. Temos os nossos laboratórios com capacidade para isso e qualidade também.

Portanto, Dra. Meiruze, parabéns pelo seu trabalho e da sua equipe e também ao Alex, da Anvisa, que são os que aqui estão.

E vamos fazer a nossa parte. A nossa parte é pressionar – não é, Senador Confúcio? – para que esse assunto aconteça para o bem do povo brasileiro e do mundo, que precisa de vacina hoje. O mundo precisa de vacina. Imaginem os nossos laboratórios aqui dentro do Brasil fabricando vacina para nós e para exportarmos para a humanidade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Luis Carlos Heinze.

O Esperidião está na sala para fazer suas considerações? Senador Esperidião? (*Pausa.*)

Não está. Muito bem.

Então, passo a palavra, para a última resposta, ao Dr. Fernando Marques, do laboratório União Química.

O SR. FERNANDO DE CASTRO MARQUES – Com relação à contratação, nós assinamos um contrato com o PNI... (*Falha no áudio.*)

Está me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Escutando bem, Doutor. Pode continuar.

O SR. FERNANDO DE CASTRO MARQUES (Para expor.) – Nós assinamos um contrato de 10 milhões de unidades emergenciais com o PNI. Esse contrato prevê a aprovação da Anvisa. Então, assim que a Anvisa liberar a Sputinik, já haverá o primeiro embarque para o Brasil. Isso faz parte do acordo que nós assinamos com o fundo, quer dizer, o fundo disponibilizou 10 milhões da vacina Sputinik para a população brasileira até começar a nossa produção. Isso já está assinado. Uma vez que consigamos superar esses obstáculos da parte regulatória, atender as exigências, esclarecer as dúvidas e termos a liberação da emergencial, nós, imediatamente, vamos ter embarque, vindo direito de Moscou, para atender o plano nacional de imunização.

E também os Governadores tomaram a iniciativa e conseguiram disponibilização para ir diretamente para os Estados. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Fernando Marques, muito obrigado.

Fico muito satisfeito, agradecido pela participação dos senhores. Muito agradecido ao Dr. Antonio Barra Torres, Presidente da Anvisa, que fez a abertura, justificou sua ausência, mas deixou dois técnicos valorosíssimos, respeitados, que são o Dr. Alex Campos e a Meiruze Freitas, que atenderam todas as nossas demandas, indagações e perguntas, ficou tudo muito bem esclarecido.

Muito obrigado ao nosso Governador Wellington Dias, Presidente do Fórum de Governadores, depois representado pelo Gabas, igualmente importante e esclarecedor, que se colocou à disposição da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anvisa para fazer essa intermediação, essa aproximação, dirimir quaisquer dúvidas por acaso existentes para facilitar a aprovação da vacina Sputinik.

Muito agradecido pelo empenho especial de um Senador não membro da Comissão, que é Humberto Costa, que veio me ligando semana passada, desde o domingo passado, falando da necessidade desse encontro, desse bate-papo hoje aqui. Muito obrigado ao Humberto Costa.

Enfim, muito obrigado ao Azambuja, ao Geraldo Resende, que o representou.

Enfim, obrigado aos internautas.

Eu, neste momento, libero todos os senhores e a Dra. Meiruze para as suas ocupações, porque agora eu vou fazer a parte administrativa de aprovação de ata e vocês não têm nada a ver com ata, com esse rito final meu aqui.

Muito obrigado a vocês, uma boa tarde. Estamos satisfeitos com a presença de todos. Muito agradecido.

Vocês estão liberados, podem cuidar das suas vidas.

Um abraço, muito agradecido pela participação rica. Muito obrigado.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 19ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a Ata da 19ª Audiência Pública.

A Senadora Eliziane Gama entrou com um requerimento alguns dias atrás solicitando a participação conjunta da nossa Comissão do Covid-19 com a CPI. Eu encaminhei para a Consultoria Legislativa o requerimento dela e veio a resposta hoje, que vou encaminhar para ela, de que as duas Comissões não têm nada em comum. A gente não pode partilhar simultaneamente as duas Comissões, mas nós podemos ajudar, compartilhar e ajudar com documentos. Inclusive, eu já repasso para a CPI todos os nossos relatórios de 2020, de autoria do Deputado Francisco Jr., para pesquisa e informação sobre a história da nossa Comissão. Tudo que eles quiserem buscar de informações, tanto do Ministro da Saúde como do Ministro Guedes, dos cientistas, de todas as autoridades convidadas, nós temos muita informação e vamos compartilhando esses dados com a CPI. Então, a Senadora receberá, eu tenho certeza de que ela vai ficar satisfeita com a informação, e nós vamos ajudar, sim, a CPI como colaboradores; não podemos integrar a Comissão, mas colaborar, sim.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, com Governadores e Prefeitos, consórcios e organizações de Prefeitos, a ser realizada nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda-feira, dia 10 de maio, às 10 horas da manhã, sobre as dificuldades enfrentadas pelos Estados, os estágios da pandemia, o progresso do cronograma de vacinação, compra de vacina de maneira descentralizada pelos Estados. Esclareço que até o momento já estão confirmados Wellington Dias, Governador; Flávio Dino, do Maranhão; Reinaldo Azambuja, do Mato Grosso do Sul; Gean Loureiro, Prefeito de Florianópolis, Presidente do Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras.

Então, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia dez de maio de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater com governadores as dificuldades que permanecem sendo enfrentadas pelos estados, o estágio da pandemia, o progresso do cronograma de vacinação e a compra de vacinas de maneira descentralizada por estados e municípios. **Participantes:** Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí; Flávio Dino, Governador do Estado do Maranhão; Reinaldo Azambuja, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul; e Gean Loureiro, Prefeito de Florianópolis - Presidente do Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senadores e Senadoras. Bom dia, internautas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, que vence dia 30 de junho, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

A presente reunião destina-se a debater com os Governadores e com o Prefeito Gean Loureiro as dificuldades que permanecem sendo enfrentadas pelos Estados, o estágio da pandemia, o progresso do programa de vacinação, a compra de vacinas de maneira descentralizada por Estados e Municípios.

Quanto ao uso da palavra, eu esclareço que, para esta reunião remota, será feito aos Senadores e Senadoras interessados de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função levantar a mão do dispositivo.

A ordem da fala será primeiro ao Relator Wellington Fagundes, em seguida ao Vice-Presidente Styvenson Valentim, aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, a algum Senador não membro da Comissão.

Para maior eficiência da presente reunião, solicito que todos os Senadores sejam rigorosos com o tempo de fala.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após reunião.

Estão presentes os seguintes convidados: Wellington Dias, Governador do Piauí, Presidente do Fórum dos Governadores; Flávio Dino, Governador do Estado do Maranhão; Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul; e Gean Loureiro, Prefeito de Florianópolis e Presidente do Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras.

Nós vamos começar. Veja quem está presente. (*Pausa.*)

Então, vamos começar nossa audiência.

Vamos conceder inicialmente a cada um dos nossos convidados o tempo de 12 minutos, podendo prorrogar caso o convidado assim solicite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui na ordem de inscrição é o Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí, a quem passo a palavra neste momento para iniciar a nossa audiência pública.

Wellington Dias já está presente?

Governador Wellington Dias está na sala? (*Pausa.*)

Eu vou passar adiante até ele se organizar.

Eu passo a palavra então para o Governador Flávio Dino, Governador do Estado do Maranhão.

Fique à vontade, meu Governador, pode fazer a sua apresentação.

O SR. FLÁVIO DINO (Para expor.) – Senador Confúcio, é uma alegria poder retornar ao convívio de V. Exa. e dos integrantes desta importante Comissão do Senado Federal. Saúdo o Líder Nelsinho Trad, a Senadora Zenaide, o Senador Valentim, todos os demais integrantes da Casa, meu colega Governador Azambuja, o Prefeito Gean Loureiro e todos os internautas.

Senador Confúcio, eu vou, atendendo ao gentil convite da Comissão, me ater a três pontos que considero essenciais para a compreensão do atual momento da pandemia de coronavírus no Brasil. O primeiro elemento diz respeito à assistência hospitalar. Sobre isso, desde a última vez que eu tive a honra de me dirigir aos integrantes desta Comissão, temos uma alteração para melhor. Nós tivemos uma diminuição da sobrecarga ou da sobredemanda sobre o sistema hospitalar. Não significa dizer que tenhamos uma situação confortável ou tranquila, mas utilizo o número do meu Estado. Nós tivemos ocupação de leitos de UTI chegando a 95%; hoje nós temos de 67%. Portanto, uma queda de aproximadamente 30% na ocupação de leitos de UTI.

No que se refere a leitos clínicos, em que nós chegamos próximo a 90%, nós temos hoje aproximadamente 46%. Então, em ambos os casos, verificamos no Maranhão uma queda substantiva na ocupação hospitalar, e isso tem permitido, inclusive, que nós possamos voltar a cirurgias que estavam suspensas. Aludo, por exemplo, às cirurgias ortopédicas. Nós temos aqui um grande hospital de traumatologia e ortopedia que estava com seu funcionamento dedicado ao coronavírus, e haverá, agora nesta semana, a retomada.

O que há, Senador Confúcio, Senador Esperidião, que agora está conosco também, neste instante, é um exaurimento dos recursos financeiros de Estados e Municípios, uma vez que tivemos, no caso do Maranhão, que uso sempre como referência para aquilo que se passa no Brasil... Antes da pandemia, nossa rede custava basicamente 170 milhões por mês; hoje ela custa 230 milhões por mês. Então, nós tivemos um incremento de um terço praticamente. Por quê? Porque nós ampliamos leitos, mais equipes, e isso tudo impacta muito fortemente o custeio. Tivemos um interregno muito largo em que não houve o chamado cofinanciamento. Depois, por força de liminar do Supremo, houve habilitação de alguns leitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no âmbito do SUS, mas, no que se refere ao pilar assistência, destacaria isto: nós temos um momento de menor tensão, mas não é o momento que pode levar a um relaxamento; ao contrário, creio que é muito importante que todos e todas nos debrucemos quanto à manutenção da operacionalidade e até ao aprimoramento da capacidade hospitalar, para que nós possamos enfrentar, quiçá – não desejamos, mas talvez –, novos ciclos epidemiológicos.

Destaco em relação a esse conjunto a temática do financiamento, que é vital para o bom funcionamento dessas redes que estão a cargo dos Estados e Municípios, assim como também sublinho que é muito necessário, ilustre Presidente, que haja o planejamento da logística, para que não haja novos colapsos, como nós vimos muito fortemente no que tange a oxigênio, a anestésicos e assim sucessivamente. É preciso, portanto, manter a atenção à temática da assistência, ainda que nós tenhamos uma relação menos assimétrica entre demanda e oferta.

Em relação ao segundo elemento, prevenção, medidas não farmacológicas, aqui eu diria que, desde o início é a principal dificuldade. Nós sabemos que há uma dissenção política no Brasil. Por exemplo, o Presidente da República acha que é razoável fazer motocada, fazer desfile de moto para promover uma aglomeração, e isso tem um efeito que se multiplica na sociedade, uma vez que o Presidente da República é o líder maior do País e, por isso mesmo, detentor do dever de maior responsabilidade. No momento em que ele sinaliza no sentido da promoção de aglomerações desnecessárias, despiciendas, supérfluas, irresponsáveis, é claro que isso tem um efeito social negativo, mormente quando nós sabemos que a diminuição objetiva dos indicadores, ainda que mesmo em patamar muito alto, pode levar à impressão incorreta de que a pandemia foi embora. Isso é letal, inclusive literalmente. Portanto, em relação às medidas preventivas, as medidas não farmacológicas, destaco essa necessidade de que juntos possamos sempre, sempre sublinhar que, mesmo que não haja regimes restritivos exacerbados, nós tenhamos, sim, o cuidado com o distanciamento social tanto quanto possível.

O maior desafio no que se refere a este segundo pilar do trinômio que destaquei é nós conseguirmos manter uma atitude vigilante, para que tenhamos um meio-termo, ou seja, não um regime restritivo máximo, mas também não tenhamos um "liberou geral", porque o "liberou geral" pode nos condenar eternamente a ver o desenvolvimento de variantes e a taxas de mortalidade que hoje são as maiores do mundo dia a dia.

Nós temos, como as senhoras e os senhores sabem, infelizmente, em número absolutos, dependendo do dia, o maior ou dos maiores indicadores de mortalidade. Em termos proporcionais à população, nós temos o pior desempenho entre os países com mais de 100 milhões de habitantes. Se nós consideramos o concerto das nações, o nosso País, lamentavelmente, está entre os dez ou doze com pior desempenho no que se refere à perda de vidas humanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, o terceiro pilar: vacinas. O nosso ritmo de vacinação ainda está muito aquém daquele que é necessário, porque decisões equivocadas no segundo semestre de 2020 cobram o preço agora. Nós precisamos de pluralidade vacinal, muitas alternativas vacinais, considerando o tamanho do nosso País. Nós estamos vendo dificuldades objetivas no que se refere à produção de vacinas na Fiocruz, com a chamada vacina AstraZeneca. Temos um desempenho melhor no Butantan neste momento e uma chegada muito pequena de vacinas Pfizer. É muito pouco! Não vi os dados de hoje, mas nós estamos em 58º ou 60º, dependendo do dia, no *ranking* mundial de vacinação, considerando o tamanho da nossa população, não aí em números absolutos, claro, mas, sim, em percentual da população imunizada, abaixo de praticamente todos os países da Europa.

Eu quero crer, Senador Confúcio, que nós precisamos debater em relação a isso dois temas.

O primeiro é a manutenção de normalidade diplomática com países que são vitais para o provimento de insumos. Chega a ser desvairada a ideia de que o Brasil pode e deve criar contendas diplomáticas desnecessárias com grandes fornecedores de insumos, notadamente a República da China. Isso deve ser objeto de plena rejeição, porque é um gesto incompatível com a Constituição Federal e, ao mesmo tempo, gerador de impasses, de problemas de diálogo; cria uma cadeia de má vontade contra o Brasil. E isso pode impactar, sim, o ritmo de vacinação no nosso País.

O segundo desafio deriva de uma legislação aprovada pelo Congresso Nacional, por V. Exas., Senadores e Senadoras, pelos Deputados e pelas Deputadas. Aludo às Leis 14.124, de 2021, e 14.125, de 2021, permitindo que Estados e Municípios possam comprar vacinas. Nós temos buscado várias empresas, quando houve essa autorização legislativa. Nós nunca nos ativemos a apenas uma empresa. E eu abri negociação com a Pfizer. A Pfizer esperou por oito meses pelo Governo Federal e nos informou que aguardaria o contrato. Finalmente, veio a contratação, ainda que a destempo. Isso eliminou a Pfizer. Nós temos uma negociação com uma empresa chinesa chamada Sinopharm, que é uma outra produtora de imunizantes, e temos essa negociação com o Instituto Gamaleya, da Rússia, produtor da vacina Sputnik, usada na Argentina e em outros países do mundo.

Como as senhoras e os senhores sabem – e eu encerro –, houve uma decisão da Anvisa considerando que havia insegurança do imunizante em razão da presença de um adenovírus replicante. Nós obtivemos novos documentos, pareceres, laudos, relatórios do comitê científico que nos assessora na Região Nordeste, também de um professor muito renomado nessa área da Universidade Federal do Rio de Janeiro e anexamos à Anvisa. Não houve ainda a marcação de uma nova reunião da Anvisa para apreciar esses novos documentos, que descartariam a presença desse vírus, adenovírus replicante, que seria o principal empecilho técnico à liberação da vacina Sputnik.

Eu fui ao Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, não para que o Supremo substitua a Anvisa, não, mas para que o Supremo mais uma vez determine à Anvisa que se reúna e aprecie esses novos documentos. Quem sabe seja esse um caminho, mediante a continuidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do diálogo técnico, para que nós possamos acrescer na cesta de vacinas do nosso País. Além da Sinovac, CoronaVac, do Butantan, além da AstraZeneca, Fiocruz, além, timidamente ainda, da Pfizer, termos também esse imunizante largamente utilizado na República da Argentina. Aludo a esse país, porque é nosso vizinho e, com certeza, adota parâmetros técnicos compatíveis com aquilo que nós consideramos como razoáveis.

Desse modo, é este o panorama em relação à vacinação: ritmo ainda muito baixo, muito aquém daquilo que o Brasil precisa, sugerindo que nós estamos no momento de melhor controle do coronavírus, porém não conseguimos ainda ver no horizonte aquilo que desejamos, que é a erradicação do coronavírus, escopo de qualquer campanha séria de vacinação.

Senador Confúcio, eram essas as análises relativas a esse momento da pandemia. Coloco-me posteriormente à disposição desse egrégio Colegiado para eventuais indagações.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Flávio Dino, com sua apresentação extremamente didática, escalonada em três pontos essenciais, verdadeiros, que dão o substrato necessário para todo o trabalho da Comissão e de todos os responsáveis, desde o Presidente ao Ministro da Saúde, enfim, e o Congresso Nacional também. Agradecido pela sua belíssima apresentação.

Eu consulto se o Governador Wellington já está presente.

O Senador Esperidião está ali firme querendo já falar. Já, já eu lhe passo a palavra, Senador Esperidião.

Governador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS – Presidente! Aqui, jovem!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente. V. Exa. está com a palavra, meu amigo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Mas o Senador Esperidião Amin é sempre aí o nosso maestro maior, o nosso Líder, aí teria que ter a vantagem. É um prazer!

Veja só, eu serei aqui bem breve. Eu acho que Governador Flávio Dino já expôs bastante bem. Eu queria colocar por um ângulo que eu acho que é muito importante. Nós temos um... Citei naquela última agenda, com a presença da Anvisa: nós temos o plano estratégico de vacinação, esse plano dividido em quatro fases, fase um, fase dois, fase três, fase quatro. E eu acho que este olhar é importante que tenhamos todos juntos, seja o Parlamento, o Executivo Federal, os Estados, Municípios, setor privado, a ciência, enfim, porque ele é a peça que tem uma base científica, e, seguindo-o, nós vamos estar, inclusive, em sintonia com o que planejou o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar pelo final. Vamos imaginar o que vai acontecer agora, de junho para a frente. A partir de junho – já começou, mas a partir de junho –, nós vamos começar a ter os países – eles estão usando até um código verde – que já alcançaram o que se chama de imunização em massa. Já são, me parece, 11 países, Israel, Reino Unido e vários outros. E, a partir de junho, isso aqui vai crescer. Os países de economias mais fortes, os países em desenvolvimento, os países desenvolvidos... Estou falando aqui do Canadá, Estados Unidos, México, Europa. A expectativa é de que a China, aqui o Chile, a Argentina, a Bolívia, enfim, vários países ou no entorno do Brasil, ou países desenvolvidos, ou países de economia mais forte, para ser mais claro, com quem nós temos uma mais intensa relação, estarão, como eles chamam lá, na lista verde, na lista dos países com elevada imunização. E, do outro lado, o Brasil, com baixa imunização. Isso vai dar efeito na desigualdade, nas relações entre os países. Haverá seguramente um cuidado, uma exigência maior de se alcançar um patamar de imunização; não querem trazer para dentro novas variantes, e isso vai causar problemas.

Então, Senador Confúcio, eu quero partir deste princípio aqui: o objetivo que nós trabalhamos foi para que o Brasil, que tem uma história extraordinária, está entre os 11 países com maior experiência nessa área de vacina, o Brasil, que sempre desenvolveu vacinas, que foi presente com um parque industrial, laboratórios sofisticados, com um corpo de cientistas em várias regiões do País, lá no Paraná, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia, em Belém, em Manaus, em Goiânia, em Brasília... O Brasil sempre se destacou com essa *expertise* na área de vacina. Então, qual era a lógica? Era que o Brasil estivesse entre esse grupo de países que pudesse, nesse primeiro semestre de 2021, ter alcançado a condição de elevada imunização. Onde estamos? Aproximadamente 16% vacinados. Nós temos aqui uma referência, nós estamos aqui no mês de maio, chegando agora a no máximo 17% da população com a primeira dose.

Então, eu digo isso para mostrar que a estratégia de mais vacina para acelerar a vacinação precisa ser trabalhada. Às vezes, eu tenho a impressão de que todo um esforço que é feito tem travas que vão barrando, ou seja, o Congresso Nacional fez um esforço muito grande, ali no primeiro momento, na cobrança para que a gente tivesse mais contato. Aí veio o conhecido: perdemos o contrato lá atrás, com a Pfizer, como o Governador Flávio Dino citou e também o Governador Camilo aqui, que, na época, fizeram contatos com a Pfizer, e a Pfizer dizia: "Quero fazer contrato prioritário com o Governo central". Então, nós ficamos ali aguardando, até porque nem podíamos, pela legislação, fazer contrato diretamente, e cobrando ali do Ministério da Saúde para que houvesse esse contrato, ali em setembro, outubro, novembro, enfim. Fizemos ali uma opção de compra com a Sputnik, eram 50 milhões de doses. Fizemos um contrato de opção de compra com a Sinovac e com a Sinopharm – está certo? Fizemos ali um contato com uma opção de compra com a AstraZeneca Serum, na Índia, e, em seguida, abrimos um diálogo com o ministério. O ministério terminou lá usando, por exemplo, a Serum, a AstraZeneca da Índia, para substituir um salto que ficou faltando com a Universidade de Oxford.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Por favor, vamos fechar o som.

O SR. WELLINGTON DIAS – Nós tivemos, então, com a AstraZeneca Serum, da Índia, que terminou mandando 2 milhões de doses, depois mais 2 milhões de doses, e deve ao Brasil 11 milhões de doses. A Sinovac, por exemplo, chegou e disse: "Temos um contrato com o Butantan". Então, ali, por problemas que entendemos serem mais da política do que da ciência, terminou não se fazendo um contrato para 30 milhões de doses, para o qual nós agora estamos tentando ver se há condições ainda – não é fácil, por causa da disputa mundial, pela importância que há, mais 30 milhões de IFA, via Butantan, para esse contrato com os Estados. A Sinopharm também lá atrás é fornecedora de vacina para a própria China e poderia estar fornecendo algo como 30 milhões de doses.

O fato que eu cito aqui é que – porque fica parecendo que a gente foi atrás só da Sputnik – fomos nós que fomos atrás e fomos atrás de variadas vacinas. Aquilo a que eu chamo atenção, que eu acho que é um trabalho que a Comissão pode fazer, eu já havia pedido, é no sentido de ajudar, no caso, numa mediação. Acho que cabe uma mediação com a China, no sentido de buscar ouvir a Sinopharm, ouvir a Sinovac, ouvir as duas, mais vacinas; com a AstraZeneca Universidade de Oxford, para ver se entrega esses 11 milhões de doses; com os Estados Unidos da América, para ver se consegue antecipar num volume maior, já para maio, mais vacina da Pfizer. Como eu dizia, lá atrás, era um pouquinho em abril, um pouquinho em maio, e poderia acelerar um pouco mais. Eu acho que também a própria AstraZeneca dos Estados Unidos da América teria facilidade maior, porque não estão usando lá: eles têm uma quantidade já produzida em estoque e podem entrar com uma ajuda humanitária, vendendo para o Brasil.

Já tinha pedido na reunião anterior, com a Sputnik, a importância... Como o Governador Flávio Dino citou, foram apresentados novos documentos. Aqui, só para ficar claro, hoje a Anvisa se sustenta... Falta um relatório técnico. No conceito internacional, isso aqui... Pessoas que foram presidentes da Anvisa, do comitê científico brasileiro, dizem: "Olha, o relatório técnico conceitual da Anvisa foi atendido". É aquela parte que diz: "Tem segurança, está aqui a prova; ela é uma vacina que tem eficiência, que tem eficácia na imunização, está aqui a prova; ela tem qualidade na elaboração da vacina, está aqui a prova". É mais ou menos isso. Então, *grosso modo*, esses dados estão... Como não veio com o nome "relatório técnico", nós pedimos para que a Gamaleya e o Ministério da Saúde da Rússia pudessem apresentar no formato; se é uma exigência burocrática, que pudessem cumprir essa exigência burocrática. Agora, o pedido é para que a gente tenha, a partir daí, uma condição de atendimento.

Como eu disse, a exemplo da Pfizer... É bom lembrar, aqui a própria Comissão ajudou com a Pfizer, porque o Governo dizia que a Pfizer estava exigindo que a responsabilidade ficasse com o Brasil. Esta Comissão ajudou. A gente deu uma posição, inclusive, favorável, Estados e também Municípios. Nós aceitamos dividir a responsabilidade sobre a aplicação da Pfizer, sobre os efeitos colaterais posteriores. A mesma coisa em relação à Sputnik. Coloque aí uma obrigação para que os Estados que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprarem a Sputnik ou o próprio Ministério da Saúde tenham um sistema de monitoramento, de acompanhamento, um observatório com a academia, com a ciência, com quem for recomendável, para que possam fazer o acompanhamento assumindo essa responsabilidade.

Então, o que eu quero aqui, na verdade, é aproveitar esta oportunidade para dizer da importância do Brasil. No Brasil, pelo ritmo que está, pelo que temos acertado, vamos chegar ao mês de agosto com aproximadamente 70 a 80 milhões de pessoas vacinadas. O ideal é chegar a mais ou menos 130 milhões de pessoas vacinadas. Então, nós temos que encontrar mais, aproximadamente, 100 milhões de doses do que aquelas que estão colocadas, para que pelo menos possamos alcançar uma posição próxima da que esses países do primeiro time da área de vacinação chegaram. Então, eu acho que essa é uma meta que podemos trabalhar juntos, e ela é de interesse. Independentemente da política, independentemente das disputas, é um interesse maior do povo brasileiro.

É isso. Agradeço pela oportunidade. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Governador Wellington, na audiência passada, o debate foi sobre a Sputnik. O Gabas, ao final, ficou como grande mediador de dirimir dúvidas junto à Anvisa. Os técnicos ali presentes abriram as portas para que o Consórcio Nordeste pudesse intermediar. E a Comissão também, nós nos colocamos, assim, bem a favor dessa abertura de espaço, para negociar a partir das provocações do Senador Humberto Costa.

Se o senhor quiser complementar alguma coisa nesse sentido que o Gabas falou, dessa aproximação, seria bom, para esclarecer aos nossos Senadores, aos telespectadores e aos próprios palestrantes, por favor.

O senhor tem algo a complementar?

O SR. WELLINGTON DIAS – Conversei com o Gabas, ele relatou aqui da importância lá com o Dr. Dirceu Barbano, que faz parte também do comitê científico, e nos disseram dessa abertura, e nós queremos aqui agradecer.

O que digo é que se abriu ali um espaço, mas a gente tem que encontrar o formato, uma fórmula. Há a possibilidade de se trabalhar com aquela outra vacina de dose única, fazendo um primeiro encaminhamento. Eu temo que aqui a gente vá demorar, vá para um caminho que vá demorar mais.

Segundo: há essa possibilidade, que eu acho que é a mais plausível, que é trazermos para apresentação esse... Realmente está na lei: relatório técnico. Está escrito na lei. Então, apresentem esse formato que preencha esse requisito do relatório técnico e se tire aí qualquer dúvida sobre segurança, sobre eficácia e sobre qualidade em relação à vacina. Esse caminho... Os cientistas brasileiros apresentaram um relatório, e a legislação, a RDC 470, lá da Anvisa, permite que, inclusive, esse relatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cientistas brasileiros possa ser considerado *ad hoc,* um relatório a ser apreciado pela Anvisa. Então, é um caminho que também, acredito, pode dar bom resultado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu consulto se o Governador Azambuja, de Mato Grosso do Sul, está na sala. (*Pausa.*)

O SR. GERALDO RESENDE – Senador Confúcio, estou aguardando a presença do Governador – eu sou Secretário de Saúde do Estado –, o Governador está vindo. Então, se houver outro Governador para falar, melhor. Espero que ele possa ter a oportunidade de falar após os outros Governadores se manifestarem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem, já, já!

Vamos passar a palavra para o nosso querido Prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro, que representa os Prefeitos interessados em adquirir vacinas também.

Então, com a palavra, o Prefeito Gean Loureiro.

O SR. GEAN LOUREIRO (Para expor.) – Bom dia, Senador Confúcio, Presidente da Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

O SR. GEAN LOUREIRO (Para expor.) – Quero inicialmente agradecer o convite para que o consórcio de vacinas dos Municípios brasileiros possa estar aqui trazendo o relato das ações que realizou até agora, bem como as demandas necessárias em que o Senado Federal já vem muito auxiliando e ainda pode contribuir.

Permita-me cumprimentar aqui os Governadores que me antecederam, o Governador Wellington Dias e o Governador Flávio Dino.

O consórcio de Governadores do Nordeste foi uma das grandes inspirações para o consórcio dos Municípios, um consórcio que já vem realizando um trabalho e obtendo resultados práticos, fez com que a Frente Nacional de Prefeitos...

Hoje, no Brasil, temos duas instituições municipalistas: a Frente Nacional de Prefeitos, que representa os Municípios com mais de 80 mil habitantes, em torno de 450 prefeituras, e a Confederação Nacional de Municípios, que congrega todos os Municípios brasileiros, numa parcela considerável de pequenos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar a todos os membros da Comissão, na pessoa do Senador Esperidião Amin, que também é catarinense, ex-Prefeito de Florianópolis em duas oportunidades e representa nosso Estado no Senado Federal.

Vou dividir a minha fala, respeitando o tempo disponibilizado, Presidente, em três temas: a situação atual da pandemia, a questão da vacinação e o pós-Covid, em que acredito também ser importante a participação do Senado.

Como eu falei, o nosso consórcio surgiu de uma dificuldade de expectativa que se tinha na vacinação brasileira. A procura dos Prefeitos no afã de como adquirir, como fazer, a falta, a dificuldade nos contatos, a necessidade de relações diplomáticas nos fez trazer uma grande oportunidade para os Municípios brasileiros: formar o maior consórcio público de saúde do nosso País, que é o Conectar. Nós já tivemos a intenção de 2,7 mil Municípios; nós aprovamos, em menos de duas semanas, em mais de 2 mil câmaras municipais, projeto de lei transformando em lei, permitindo essa participação. É muito mais complexo um consórcio com esse grande número de participantes do que um consórcio de Governadores, em que se reúnem e conseguem debater todos, durante todo o dia, porque a própria comunicação tem que ser mais estruturada, organizada. São interesses distintos de pequenos Municípios, grandes Municípios, mas todos a favor do Brasil. Hoje nós temos 26 capitais participando, e uma população estimada em torno de 157 milhões de habitantes desses Municípios, e a cada semana vão se agregando mais Municípios.

O nosso consórcio foi formado há cerca de 45 dias, é muito jovem ainda. Numa das reuniões inclusive com o Secretário Executivo Gabas, a gente pôde verificar o trabalho que o Consórcio Nordeste vem fazendo, de Governadores, para seguir o modelo daquilo que deu certo e cada vez mais poder avançar e realizar. Quero agradecer aqui aos Governadores do Nordeste por essa oportunidade que deram aos Municípios brasileiros.

Nós temos que fazer um cronograma de atividades para saber o que fazer. Primeiro nos reunimos com o Ministro da Saúde para apresentar o consórcio. Quero deixar muito claro que o nosso papel não é de concorrência, e sim de parceria, para que o PNI possa avançar com a agilidade que todos nós desejamos. Logo em seguida, nós nos reunimos com a Organização Pan-Americana da Saúde, com a Dra. Socorro Gross, para poder identificar todos os laboratórios, quem efetivamente representa esses laboratórios, que preços são praticados no mercado internacional, porque se criou uma grande indústria de vendedores de vacinas a todos os Prefeitos sem uma segurança do que efetivamente representam, atrás de uma carta de intenção, de uma LOI para ser apresentada, para eles negociarem como intermediários. Então, nós tivemos uma orientação evitando que isso pudesse acontecer e apenas os canais oficiais pudessem ser realizados. Identificamos toda a realidade do Instituto Butantan, da Fiocruz, em que passo estava, em que momento avançava, e temos, no Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz, o nosso contato permanente para discutirmos detalhes do que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguimos o modelo do Consórcio Nordeste, iniciamos a negociação com o fundo soberano russo, estabelecemos uma programação de entrega de 30 milhões de doses também para o Conectar, para o consórcio municipal. Em função da decisão da recente da Anvisa, nós estamos aguardando, porque o próprio Governo Federal estava em negociação de um contrato com o fundo soberano russo para a aquisição da Sputnik. E existe a expectativa ainda de uma aprovação com base em todos os esclarecimentos que o Fundo Soberano Russo possa apresentar.

Também estamos trabalhando a questão da Sinopharm, já tivemos contato e a manifestação deles, estamos trabalhando nisso agora em conjunto com o Governo Federal, que também tem uma negociação com a Sinopharm, como o consórcio de Governadores também se manifestou. Na semana passada houve a aprovação pela OMS, e isso nos dá uma sinalização de que a Anvisa pode ter uma aprovação em breve dessa nova vacina, que passa, além das quatro já aprovadas, a ser mais uma opção no nosso mercado, para que possamos trabalhar de maneira conjunta.

Agora, temos algumas dificuldades. A Lei nº 14.124, que autorizou os Estados e prefeituras a fazerem aquisição, ainda não foi regulamentada pelo Governo Federal. Ainda paira uma série de dúvidas sobre esse regramento, de como vai acontecer. O consórcio teve a oportunidade de oficializar ao Ministério da Saúde, por solicitação de secretário-executivo, uma proposta de minuta. Nesta semana, formamos um grupo de trabalho com a intenção de poder finalizar, efetivamente, essa regulamentação, inclusive entendendo a posição do PNI no caso de uma aquisição direta com recursos próprios dos Municípios da vacina. Será que o PNI vai deduzir o que iria entregar àquele que comprou com recursos próprios? Ele vai ter que seguir os grupos prioritários definidos pelo PNI ou pode fazer a vacinação dos professores, dos trabalhadores da educação, por exemplo, numa outra alternativa? São dúvidas que precisam, efetivamente, ser esclarecidas, e nós estamos buscando um caminho para que isso, efetivamente, possa acontecer nessa proximidade com o Governo Federal.

Quanto à atual situação da pandemia, nós estamos vendo ciclos, as chamadas ondas que acontecem. Ha um artigo da Universidade de Stanford, que Pueyo escreveu, "The Hammer and the Dance", que explica a necessidade de, no momento crítico, se dar a martelada, que é realmente reduzir a circulação de pessoas. E, a partir do momento em que chegue a um patamar aceitável, comecem a flexibilizar e vai se administrando essa dança de se ampliar o quadro, reduzindo, não deixando haver um colapso no sistema de saúde.

Entretanto, a onda que aconteceu este ano foi a mais forte, mais intensa, levando em conta as variantes apresentadas do vírus no nosso País, e uma das situações que nós apontamos é a necessidade de se manter a estrutura hospitalar realizável para os momentos mais críticos. O Governo brasileiro e, por consequência, Estados e Municípios foram desestruturando em função da diminuição da demanda, e, quando houve uma nova demanda, a mobilização para se reestruturar não acompanhou a velocidade da doença em nosso País. Isso acabou se agravando, trazendo uma série de problemas, mas nós entendemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que hoje a doença está estabilizada em grande parte dos Municípios, com queda em alguns deles – Florianópolis vive uma realidade dessa, a nossa região está com 78% de ocupação dos leitos, quando tinha fila de espera. Ainda é uma das cidades com menor taxa de mortalidade por cem mil habitantes entre todas as capitais do Brasil, mas estamos em um patamar alto, com a necessidade ainda de continuar a ter os cuidados necessários. Não podemos deixar de ter os protocolos, regramentos e fiscalização, e essa é a orientação que passamos aos Municípios.

Com relação à vacina e à programação do Governo Federal, da mesma forma, além de buscar essa aquisição direta, nós estamos trabalhando no apoio para que isso possa acontecer. Essa é a estrutura da Federação que o Governo Federal deve aproveitar. Ele pode trabalhar em conjunto com os Governadores e com as prefeituras, para que o PNI possa ser concretizado. E os Governadores vêm dando essa demonstração, e os Municípios, agora de maneira organizada e estruturada pelo consórcio, vêm tendo essa linha e também têm que reconhecer que o ministério, a partir de agora, começa a ter esse entendimento e está realizando esse trabalho em conjunto.

Foi muito importante a questão da Pfizer, que é uma vacina diferente, em função da necessidade de armazenamento com uma característica diferenciada das outras vacinas, a necessidade de ter os ultracongeladores, que nem todos os Municípios têm para se utilizar e nem todos vão conseguir ter essa estrutura, mas o Governo Federal está fazendo a aquisição para poder destinar aos Municípios. A quantidade necessária seria muito grande. Então, ele optou em realizar a aplicação nos maiores Municípios, o que vem se concretizando pelas capitais, mas, aqui em Santa Catarina, o Município vizinho de São José, que é quarto maior Município, já está também utilizando a Pfizer e outros.

A previsão inicial do contrato do Governo Federal, que é de 13 milhões de doses até o dia 30 de junho, segundo informações do Ministério da Saúde, foi ampliada para 15,5 milhões, pela necessidade de poder ter mais agilidade no primeiro semestre. Agora, há uma programação de entrega semanalmente de em torno de 650 mil doses, que vai realizar, no mês de maio, 2,5 milhões; e, no mês de junho, tem que se ter uma ampliação considerável dessa vacina.

A dificuldade na vinda do IFA é realmente gerar um atraso para a Fiocruz que preocupa quanto à segunda dose da AstraZeneca. Por isso, quanto à distribuição, já vêm sendo orientados os Municípios a fazerem a reserva para a segunda dose, porque efetivamente há a necessidade de acontecer, como a CoronaVac, para a qual agora se cria uma regularização, mas que não conseguiu se cumprir na plenitude o prazo inicialmente estabelecido em 28 dias em todos os Municípios, mas há a recomendação de que isso deveria acontecer, porque a segunda dose é que efetivamente garante essa imunização. Nesse sentido, nós continuamos esse trabalho, buscando a aquisição, trabalhando em conjunto com Governadores e com o Governo Federal, que é o nosso papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E finalizo, nos meus últimos dois minutos, falando da nossa preocupação pós-Covid. E a Comissão, mesmo temporária, vai ter uma preocupação permanente, uma continuidade, sob a sua competente liderança, Senador Confúcio, de três pontos marcantes e fundamentais. Nós vamos continuar tendo a necessidade de uma grande estrutura hospitalar, mesmo com a vacina avançando, controlando a pandemia. Nós vamos ter todos os problemas das novas doenças relacionadas às sequelas da Covid, que nós nem conhecemos ainda e que vêm atingindo uma grande parcela da população. Nós temos o problema dos tratamentos e cirurgias represadas, e vai ser necessário utilizar toda a estrutura, sob pena de novos óbitos acontecerem por esses problemas. E nós temos uma necessidade de estruturar o País e os Municípios, por consequência, que estão na ponta, com uma estrutura maior de atenção à saúde mental, que vai efetivamente acontecer pelo confinamento das pessoas, as dificuldades financeiras com a crise econômica, o estresse dos profissionais de saúde, que trabalham de maneira muito intensa – e rendo a minha homenagem a eles. E o nosso consórcio vem trabalhando nisso. Ele não é um consórcio só de vacina.

A gente já está licitando compras de medicamentos. Na reunião com o Embaixador da China, além de falar de todos os contatos da vacina, indústrias farmacêuticas chinesas poderão participar dos certames licitatórios e garantir um preço mais acessível aos Municípios, numa maior disponibilidade.

E essa experiência vem sendo uma experiência positiva para o Município de garantir uma informação precisa, de poder lutar para ampliar o PNI e de poder ter aquisição de insumos e medicamentos hospitalares.

Por isso, quero parabenizar a Comissão e nos colocar à disposição nesse trabalho que é um trabalho de todos. E o Senado Federal vem realizando isso com muita maestria. Quero aqui cumprimentá-los, nos colocar à disposição em nome dos Municípios brasileiros e agradecer à Frente Nacional dos Prefeitos – o Prefeito Edvaldo Nogueira, de Aracaju, é o nosso Presidente, mas o Prefeito Jonas Donizette, ex-Prefeito de Campinas, foi quem iniciou todo esse trabalho –, como à CNM, em nome do Aroldi, que preside esse trabalho integrado e em conjunto dos Municípios brasileiros a favor das vacinas e da saúde do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Prefeito Gean Loureiro.

A gente, aqui nesta Presidência, só tem a aprender, cada dia a gente aprende mais. Vou sair daqui especialista em Covid, gente, só em ouvir pessoas tão abalizadas, tão coerentes, assim trazendo pressupostos extremamente interessantes que a gente não tinha passado, como, por exemplo, a saúde mental do futuro dessas pessoas acometidas, dos sequelados, que é uma nova especialidade que deve surgir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ouvir outro veterano dos consórcios, que é o Azambuja. Ele, Flávio Dino... Eu fui Governador também e participei do primeiro Consórcio Brasil Central; depois, vieram os outros consórcios do Nordeste, do Norte. O Flávio Dino participa de três consórcios: o do Norte, o do Nordeste e o do Centro-Oeste. Ele é o rei dos consórcios.

Vamos passar a palavra para o Azambuja, nosso grande mestre e querido amigo. (*Pausa.*)

Azambuja.

O SR. REINALDO AZAMBUJA (Para expor.) – Quero agradecer, Confúcio, a você. Quero agradecer ao amigo Confúcio, Presidente da Comissão Temporária Covid do Senado e, em seu nome, saudar todos os Senadores e Senadoras que nos assistem e cumprimentá-los. Vejo aí os colegas Governadores Wellington Dias e Flávio Dino.

Estou aqui acompanhado do Secretário de Saúde Geraldo Resende.

Primeiro, quero agradecer, Confúcio, esta oportunidade de a gente conversar um pouco sobre as tratativas, os avanços que nós tivemos no enfrentamento à Covid.

Aqui nós começamos em janeiro do ano passado, criando uma comissão especial de enfrentamento, que tem dentro dela os profissionais de saúde, as secretarias que estão atuando. E ali nós atuamos conjuntamente e sempre enfrentando as intolerâncias das atitudes tomadas em alguns momentos difíceis, de fechamento, de restrições de circulação, de obrigatoriedade de algumas questões sanitárias, que foram extremamente relevantes. Eu acho que isso praticamente – eu vi a fala do Prefeito Gean e dos Governadores também – tem sido uma luta de todos nós. Quero dizer da importância dessa unidade que nós construímos nos consórcios. Você fez parte do Brasil Central, eu vejo o Wellington e o Flávio, que estão no Consórcio Nordeste.

E acho que, neste momento, a gente teria que gastar grandemente as nossas energias é na busca por mais vacinas. É comprovado que, quanto mais a gente amplia as etapas de vacinações, primeiro começando com os mais idosos, aqueles com comorbidades, a gente vê drasticamente a diminuição das internações e, principalmente, a gente vê drasticamente caindo os óbitos nessas faixas que já estão com a vacina. Então, acho que a grande luta, a grande energia que a gente deveria despender neste momento é a ampliação das vacinas, buscar conjuntamente, nós do Consórcio Brasil Central, do qual você fez parte, e o Consórcio Nordeste.

A gente está conversando com alguns fabricantes em nível mundial. Nós temos uma discussão com o Instituto Gamaleya, da Rússia, da Sputnik.

Eu respeito os posicionamentos da Anvisa, mas acho que a gente precisa avançar no volume de vacinas. Hoje, para você ter uma ideia, nós estamos com 128 mil pessoas na fila para D2, segunda dose

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Corona, porque nós tivemos uma diminuição da entrega da CoronaVac em nível de Brasil. Isso está ocorrendo em todos os Estados brasileiros. Nós temos dialogado, os Estados, através do Wellington, que é nosso coordenador, com organismos. Eu tive uma reunião com o Embaixador dos Estados Unidos na semana passada. Nós mandamos cartas para a gente ver se a gente consegue mais vacinas para imunizar mais brasileiros e brasileiras.

Eu entendo que essa grande discussão, Confúcio, em que você está tratando também dos auxílios, das ajudas foram extremamente relevantes no momento, no ano de 2020. Foram bem-vindas aos Estados, bem-vindas aos Municípios. Foram aplicações... E nós tivemos momentos ali em que as tomadas de decisão impunham aos gestores, tanto aos Secretários de Saúde como as equipes... Houve momentos na pandemia em que você teve de tomar decisões: ou você compra ou você desabastece a sua população de máscaras, de respiradores, de equipamentos.

Você tem vivenciado com o Senadores o momento difícil da falta de insumos, principalmente do *kit* intubação. Isso é um problema. Eu acho que, se a gente tivesse neste momento de focar as nossas ações, eu focaria em duas correntes, que, para mim, são primordiais. Eu acho que todo trabalho feito pelos Estados e Municípios, as precauções, as prevenções, as medidas restritivas foram importantes no momento do recrudescimento da pandemia em nível dos Estados brasileiros. Estamos passando por esta nova onda e, se a gente não mantiver prevenção, com o baixo nível de vacinação, ela pode voltar com as novas variantes que nós estamos vendo.

Acho que a energia a ser despendida por todos nós, como sugestão a você, que está conversando no Senado com os Senadores, é vacina. Acho que a vacina é algo preponderante agora. Nós tínhamos de gastar a nossa energia, o máximo possível, para termos, diminuir essa tensão para os nossos fornecedores do Insumo Farmacêutico Ativo, o IFA, quer da China, quer da Índia. Nós estamos vendo a Índia segurando a distribuição desse IFA em nível mundial por conta do recrudescimento da pandemia na Índia.

Há esse mal-estar com a China. O próprio Wellington colocou ao Embaixador chinês do posicionamento dos Governadores. Nós precisamos desses insumos ativos para ampliar a oferta de vacina. Então, se a gente puder centrar as nossas energias em ter mais desses insumos para se fabricar mais na Fiocruz a AstraZeneca, a CoronaVac no Butantan, e as outras possíveis para virem, acho que é a grande energia que a gente teria de gastar neste momento.

Paralelo a isso, nós ainda temos um grande desabastecimento no Brasil – e isso também está ocorrendo no mundo – dos insumos, principalmente do *kit* intubação. Então, se a gente pudesse centrar as nossas energias, as nossas forças junto com o ministério, que tem atendido os Estados brasileiros, que tem distribuído, só que o quantitativo está muito pequeno... Confúcio, você é médico, você sabe que trabalhar com estoque de dois dias, de três dias, pensando na possibilidade de ter ou não ter esses insumos, é muito grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, centrar também as nossas energias... Esses insumos subiram drasticamente, você tem acompanhado: produtos eram vendidos a "x" reais que se multiplicaram por cinco, seis, dez vezes. Essas atas, mesmo feitas pelos Estados, estão centralizadas no Ministério da Saúde. Por isso, a importância de a gente ter um fortalecimento na distribuição desses *kit* intubação, porque isso é preponderante para o atendimento. Ainda temos um número elevado de pessoas que buscam por UTIs, devido principalmente a essa nova variante, que é uma variante muito mais agressiva tanto no contágio quanto na busca das internações. Aumentou muito, mesmo na população mais jovem, a busca por unidade de terapia intensiva.

Eu acho que o grande desafio que nós temos neste momento é ampliar o máximo possível as vacinas, e nós estamos abertos aí, através dos consórcios. Nós temos contrato com alguns institutos, principalmente Gamaleya. Se vier a ser liberada a Sputnik, nós poderemos colocar 28 milhões de doses no Programa Nacional de Imunizações. E aí vai ser a discussão de qual a forma com que adentrariam essas novas vacinas.

Eu acho que a grande energia a ser despendida por todos nós, em especial vocês do Senado que estão discutindo, são essas duas linhas de frente: mais vacinas, que aí nós temos que ver como conseguimos, conjuntamente, os Estados brasileiros e vocês do Senado, para a gente ter tratativas... Eu sei que o ministério tem feito algumas tratativas com alguns laboratórios fornecedores das vacinas, e é importante ampliar, porque...

Aqui, eu falo pelo exemplo de Mato Grosso do Sul, onde nós temos o programa Rastrear e o Prosseguir. São dois programas em que a gente mapeia: no Rastrear, os infectados e o círculos de pessoas, para diminuir as infecções e poder restringir isso no Município, com a vigilância municipal; e no Prosseguir, que norteia todas as ações, dizendo, a cada semana, qual Município está na bandeira cinza, bandeira vermelha, bandeira amarela, para a gente poder flexibilizar algumas atividades econômicas, respeitando o programa. Então, o programa é o norte que nós temos aqui.

Por isso, a importância, Confúcio, você como Presidente da Comissão, de a gente despender essas energias em mais vacinas, despender as nossas energias em... Aqui, para você ter uma ideia, Mato Grosso do Sul tem se posicionado: sempre é o primeiro ou o segundo Estado... Ontem mesmo, estávamos na primeira colocação em número de vacinas em toda a população. Fruto do quê? De um grande diálogo com os Municípios. A vacina chega ao aeroporto da capital e, em menos de 12 horas, está em todos os 79 Municípios. Nós despendemos as equipes da segurança pública, bombeiros, policiais civis, policiais militares, que ficaram responsáveis em fazer essa logística. E ela chega às secretarias municipais.

Junto com as secretarias municipais, nós temos um programa muito fácil de cadastramento das pessoas que estão aptas e disponíveis para tomarem as vacinas. Então, deslanchou bem. Qual que é o nosso grande dilema? Está faltando vacina. E não está faltando só no Mato Grosso do Sul ou em São Paulo; falta no Brasil todo, em todos os Estados brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que é muito importante a gente gastar as nossas energias. Como nós podemos contribuir para termos mais vacinas disponíveis? Como nós podemos enfrentar conjuntamente com o ministério, e vocês participando disso, nesse *kit* intubação? Acho que a grande energia agora são esses insumos. Nós estamos trabalhando numa fração de dois, três dias. E isso é um risco enorme. Vocês que são da área de saúde sabem que é muito preocupante o estoque pequeno que nós temos hoje do *kit* intubação. Então, eu acho que, como sugestão, é importante a gente focar a nossa atenção nessa questão de conseguir mais vacinas, trabalhar essa distribuição do *kit* intubação.

Eu acho que esse cadastramento agilizou bastante agora, nos últimos dias, o credenciamento dos leitos de UTI principalmente. Eu vi aqui com o Secretário Geraldo no Mato Grosso do Sul que havia muito represamento na liberação das portarias do Ministério da Saúde, e isto avançou nesses últimos dez dias bastante: o credenciamento dos novos leitos para abertura de novos leitos.

E a gente ter leitos de suporte: a gente não sabe como vai ser o comportamento da pandemia nos meses e nos dias vindouros. Será que nós vamos ter uma diminuição do número de casos, de internações? É sempre uma loteria, a gente não tem certeza – não é, Confúcio?

Por isso, trabalhar com a ampliação da vacinação, com esses leitos de unidade de terapia intensiva, com o credenciamento e com a manutenção para a gente não ser pego de surpresa, como aconteceu nessa última onda, que veio muito acelerada em todos os Estados, e muitos Estados colapsaram o seu sistema de saúde por não terem os leitos disponíveis. Por isso, eu acho importante a gente focar a nossa energia na vacina, na distribuição do *kit* intubação e no diálogo permanente. Eu acho que esse diálogo permanente de vocês do Senado junto com o fórum de Governadores – existe algum diálogo que o Wellington tem conduzido ali junto com os Governadores para a gente ter tomadas de atitudes conjuntas dos 27 Estados brasileiros – facilita muito a gente na assertividade.

Então, eu acho que a gente buscando a ciência, o resultado positivo dos tratamentos, os leitos de suporte quando da internação... Eu acho que nós vamos ampliando a vacina, e, quando você amplia a vacina, diminui a internação, diminui o óbito e nós vamos voltando à vida normal, que é o que nós todos buscamos: os brasileiros, as brasileiras e vocês também têm buscado. Mas, enquanto você não tem o patamar da população vacinada... Ainda está muito aquém: 16%, eu vi ontem, da população brasileira com a D1 e 8,6% com a D2. Ainda são muito baixos os níveis vacinais no Brasil, por isso... E despender a nossa energia para ampliar, ampliando vacina, tendo estoque ali de medicamentos para os *kits* intubação, porque a gente não sabe, Confúcio, o comportamento dessas novas variantes.

Às vezes, a gente é pego de surpresa com as novas variantes, com muitas pessoas contaminadas ao mesmo tempo e com muita exigência de internação, diferentemente do início lá da pandemia, em que nós tínhamos variantes e havia um número reduzido de pessoas... Hoje, jovens estão se internando nos leitos de UTI. Por isso, eu acho que o mais importante, como sugestão a você e a toda a Comissão, aos Senadores: vamos centrar nossas energias nessa questão da vacina, vamos centrar as nossas energias na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão do Fórum dos Governadores, na distribuição dos *kits* de intubação, porque está muito defasada em todos os Estados brasileiros, e manter esses leitos de retaguarda que estão credenciados ativos. Por quê? Porque nós não sabemos o dia de amanhã. De repente, a gente pode ter uma ampliação da vacinação e ela ser, muitas vezes, eficaz nessas novas variantes. Mas vai que tem alguma variante dessas que é mais resistente, mesmo à vacina, porque nós não temos ainda a profundidade do conhecimento científico. Então, eu acho que a gente trabalharia mais vacina, mais leitos de suporte, principalmente das unidades de terapia intensiva – isso vale para as prefeituras, vale para os Estados brasileiros –, e ampliação, se possível, dessa distribuição do *kit* de intubação, que é uma grande preocupação, a gente tem trabalhado muito no limite, e isso é preocupante em todos os Estados brasileiros.

Então, amigo Confúcio, deixo aí as considerações a você, como Presidente. Estamos à disposição. Eu acho que, se a gente dialogar conjuntamente com todas essas opções aí, a gente vai ter um grande avanço para ir combatendo essa pandemia e poder voltar à expectativa de vida normal de todos nós, brasileiros e brasileiras.

Um grande abraço a você, a todos os Senadores e aos amigos Governadores que eu vejo ali, Flávio Dino, Wellington Dias e outros que estão conosco nessa audiência pública. Um grande abraço, Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Azambuja.

Vamos fazer o seguinte. Eu sei como é a vida de Governador, não é fácil ficar aqui parado. Nós temos aqui Wellington Fagundes, que é o Relator. Eliziane está inscrita, também o Senador Izalci Lucas, que é de Brasília, Distrito Federal, e o Senador Esperidião Amin. São esses os inscritos para falar. Vamos fazer um bloco só, e cada um dos nossos convidados já responde no atacado, já faz sua despedida, e nós vamos caminhar para o encerramento da nossa audiência pública. O mais importante foi ouvir V. Exas.

Isso será retransmitido, logicamente. A TV Senado está soltando, e a imprensa, a mídia vai pegar tópicos das falas de todos os nossos convidados e vai replicar mais tarde.

Eu passo a palavra, de uma maneira bem objetiva, para que nossos queridos Governadores possam retomar sua agenda de atividades, ao nosso Relator Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia, nosso Presidente Confúcio Moura, todos os nossos Senadores, Esperidião Amin, a Senadora Zenaide, que vi aí há pouco, o Senador Vice-Presidente Styvenson Valentim.

Quero cumprimentar aqui os nossos Governadores Flávio Dino, Reinaldo Azambuja, Wellington Dias, meu xará, e cumprimento também o nosso Prefeito Gean Loureiro, de Florianópolis.

Sr. Presidente, eu tenho que seguir aqui o roteiro da relatoria e vou, então, nessa linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão está funcionando desde março deste ano, e nesse período temos acompanhado a evolução da pandemia e procurado, na medida das nossas prerrogativas, encontrar soluções para cada um dos problemas que estamos identificando. E aqui já discutimos questões como a falta de oxigênio medicinal, também a falta de leitos de terapia intensiva e de medicamentos para intubação, assim como também as dificuldades específicas de cada Estado, dos Municípios e também do próprio Governo Federal. E, naturalmente, o que mais todos falam é: falta de vacinas.

Nosso objetivo é imunizar toda a população brasileira no menor espaço de tempo possível. E, nesse intervalo, claro, evitar perda de vidas, mesmo o Brasil sendo grande recordista de mortes no mundo, mais de 400 mil mortes, e com a previsão de chegar a 526 mil mortes no dia primeiro de julho. E para isso, claro, estamos aqui todos nós, juntos, para evitar que essa catástrofe continue a acontecer. E, por isso, eu fico satisfeito em perceber que os nossos ilustres convidados lutam em prol do mesmo objetivo e, assim como eu e todos da Comissão, estão ansiosos para olhar esta pandemia pelo retrovisor, e recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento econômico e social.

Trouxe comigo essas pontuais questões e algumas das quais, inclusive, já foram debatidas aqui e respondidas pelos senhores. Mas, de qualquer forma, vou selecionar aquelas sobre as quais ainda resta alguma dúvida.

Primeiro, em meados de abril estiveram nesta Comissão representantes da Confederação Nacional dos Municípios, e, naquela ocasião, cerca de um quinto dos prefeitos relatavam a falta de leitos de terapia intensiva e também um risco iminente da falta de oxigênio medicinal. Por isso eu pergunto: a situação hoje está melhor do que naquela época? Podemos acreditar que mesmo com níveis ainda altos de contágio e também de mortes, não temos mais ainda, hoje em dia, pessoas morrendo por falta de oxigênio medicinal, de leitos, ou de medicamentos para intubação? E aí eu gostaria que V. Exas. fizessem até o comentário também do custo desse produto, quanto foi elevado – eu acho que é muito importante também até para a população saber que, mesmo no momento de pandemia, há gente que se aproveita disso. E, nesse comentário, se seria só por parte da indústria ou por parte também dos intermediários.

Sabemos que nosso programa de testagem em massa da população falhou. O que vimos foi que, na falta de uma iniciativa do Governo Federal, a população se virou como pôde, muitas vezes pagando testes do próprio bolso. Há poucos dias, o Ministro da Saúde, finalmente, anunciou que lançaria um programa nacional de testagem rápida para identificar os contaminados e reduzir a transmissão do vírus. Essa medida já havia, inclusive, sido defendida aqui nesta Comissão pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Nos Estados e Municípios de V. Exas. foi implementado, por iniciativa própria, algum programa de testagem da população?

Terceiro, estamos acompanhando de perto as dificuldades regulatórias enfrentadas pela vacina Sputnik. Na última sexta-feira, inclusive, ouvimos, nesta Comissão, os representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e também da farmacêutica União Química. Nesse mesmo dia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebemos uma boa notícia com relação a outra vacina, a vacina Sinopharm, que foi, finalmente, aprovada pela Organização Mundial de Saúde. Trata-se de uma ótima notícia por vários motivos. A vacina da Sinopharm é irmã da CoronaVac. Ambas são produzidas em Pequim, com a mesmíssima tecnologia de vírus inativados.

E aí, Sr. Presidente, eu quero dizer que inclusive recebi um documento da China, com duas empresas oferecendo a possibilidade da transferência tecnológica. Isso vamos discutir depois, em momento mais próprio. Isso nos traz até mesmo a possibilidade de que até mesmo se possa fabricar todo o insumo farmacêutico com 100% da tecnologia brasileira e em Território nacional, por meio das plantas do parque industrial veterinário, ou seja, de saúde animal.

Sabemos que já na sexta-feira o Consórcio Conectar, com a presença do Prefeito Gean Loureiro, que já falou agora há pouco, iniciou junto ao Ministério da Saúde as negociações para compra dessa vacina. Eu quero aqui também afirmar, Sr. Presidente, que já duas dessas grandes plantas foram visitadas semana passada – inclusive a própria Anvisa já aqui nos colocou. Os dois laboratórios visitados... Eu vou aqui ter acesso... Bom, são dois laboratórios, que eu posso depois informar. Mas o importante é que são dois grandes laboratórios.

Então, vamos aqui. Como andam as tratativas para regulamentação da Lei nº 14.124, de 2021, que visa dar segurança jurídica para que Estados e Municípios possam finalmente se juntar ao Governo Federal na busca crucial por essas vacinas? Eu gostaria de saber se os Governadores já tiveram sinalização por parte do Governo. Além da Sputnik V e agora da Sinopharm, Estados e Municípios identificaram outras possibilidades de compra ou de fabricação de vacinas contra a Covid-19?

Ainda, um estudo recente feito por pesquisadores da Escola de Saúde Pública de Harvard e também da Universidade Federal de Pelotas mostrou que, até o dia 10 de abril, a mortalidade proporcional de brasileiros e brasileiras com 80 anos ou mais havia sido reduzida a menos da metade do que era até o início da vacinação no Brasil. É mais uma confirmação científica de que temos que nos apressar para vacinar toda a nossa população com a maior brevidade possível.

Aqui uma pergunta, Srs. Governadores, que eu gostaria. Ela é importante, porque pode causar alguma estranheza aqui na minha leitura. O Mato Grosso do Sul e o Rio Grande do Sul são os Estados com maior percentual de população vacinada com a primeira dose: mais de 21%. Apesar disso, com base nos dados do Ministério da Saúde, foram utilizados, no caso específico do Mato Grosso do Sul, apenas 65% das doses de vacinas enviadas, e no Piauí e no Maranhão, apenas 47%, ou seja, cerca de 14% de suas populações. Pergunto aos ilustres Governadores se há algo que possa ser feito, inclusive com a ajuda da nossa Casa aqui do Parlamento, para que essas quase 76 milhões de doses que o Ministério da Saúde informa já ter enviado aos Estados possam chegar mais rápido ao braço dos brasileiros, ou se, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário, essa divergência seria apenas informacional, burocrática, devendo ficar a cargo apenas dos técnicos responsáveis pelo sistema de informação federal, estadual e municipal.

Ainda, ao Governador Flávio Dino, que anunciou recentemente dois fatos que merecem a nossa atenção. O primeiro foi a vacinação de profissionais da educação já tendo atingido a marca de 60 mil vacinados com a primeira dose. O segundo foi o relaxamento de algumas medidas restritivas impostas pela pandemia.

Como Governadores e Prefeitos têm lidado com esse enorme problema que é o fechamento das escolas? E, dada a necessidade de evitar prejuízos ainda maiores para a formação dos nossos jovens, como têm planejado o retorno às aulas presenciais?

Nesse aspecto, eu gostaria também de saber da possibilidade de um comentário para saber se algum Estado tomou alguma iniciativa, já que, com as escolas fechadas... Qual é o papel dos professores, dos profissionais da educação, principalmente na área de informação em seus Estados e Municípios?

Finalmente, Sr. Presidente, considerando que a população está sendo bombardeada com informações desencontradas a respeito da importância do isolamento social e também do uso de máscaras, que são fundamentais para o controle da pandemia, como obtiveram em seus Estados a adesão das pessoas a essas medidas, que são tão simples, e também às medidas adicionais de isolamento que, forçosamente, tiveram que ser implementadas em cada região? Ou seja, trata-se de poder acrescentar aí algo inusitado, novo, algo que deu certo nos seus Estados.

Termino aqui, Sr. Presidente, agradecendo muito a presença de todos. Tenho certeza de que a cada dia a Comissão tem avançado.

Quero dizer também que a Ministra Flávia recebeu o convite e, provavelmente ainda esta semana ou no início da semana que vem, ela estará agendando para que possamos visitar essas indústrias de saúde animal. Inclusive, quanto às duas já visitadas pela Anvisa – nós já tivemos contato com eles – os técnicos disseram que ficaram extremamente bem impressionados com essas duas indústrias, plantas que já estão funcionando. Foram visitar a Ceva Brasil, lá em Juatuba, Minas Gerais, e a Ourofino, de Ribeiro Preto – agora falta visitar, na programação deles ainda, a Merck Sharp & Dohme e também a Boehringer, em São Paulo, ali no interior de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes – ele teve um tempo maior por ser Relator.

Agora passamos ao rito normal, de 3 minutos para cada Senador questionar, para as respostas e, consequentemente, já para as despedidas dos Srs. Governadores e do Prefeito Gean Loureiro.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Cumprimento o Sr. Presidente, os senhores colegas Parlamentares e todos os Governadores aqui presentes.

Como o nosso tempo é realmente muito pouco, já quero seguir diretamente para as perguntas.

Eu quero me dirigir inicialmente ao Governador do Estado do Maranhão, o Governador Flávio Dino.

Governador Flávio Dino, no Estado do Maranhão, os dados que são apresentados em relação às mortes têm se destacado no que se refere à baixa comparativamente com os demais Estados brasileiros, uma baixa mortalidade das pessoas infectadas pelo Covid. Por exemplo, aqui no Estado do Maranhão, a média que temos comparativamente com o restante do Brasil está na metade em termos percentuais. O Estado do Maranhão se iguala, por exemplo, à Alemanha e corresponde, por exemplo, a um terço da média do Estado do Amazonas, ou seja, o Estado do Maranhão é hoje o Estado brasileiro onde, comparativamente, a taxa de mortalidade é menor. Eu queria que o senhor nos explicasse quais as ações que o senhor considera fundamentais para que realmente o Estado do Maranhão se destacasse no Brasil com a menor taxa nacional.

Quero fazer uma pergunta a todos os demais Governadores. Nós tivemos, por exemplo, no ano passado, várias ações que aconteceram em relação à questão do enfrentamento da Covid. Por exemplo, nós tivemos o Pronampe, com uma taxa muito baixa, nós tivemos a ajuda emergencial de R$600, nós tivemos compensação do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, e, ao mesmo tempo, o pico de mortes foi a metade do que nós alcançamos este ano. Este ano, nós temos a ajuda emergencial de R$200, essa compensação de Estados e Municípios não ocorreu, a taxa para o Pronampe está em 8%, se não me falha a memória, quase três vezes o percentual que tivemos ano passado, ou seja, o desafio deste ano é realmente muito maior do que o do ano passado. Eu pergunto aos Governadores: como está hoje a necessidade do Estado e sobretudo a necessidade dessa compensação do Fundo de Participação dos Estados.

E pergunto especificamente ao Governador do Mato Grosso do Sul: a imprensa noticiou que o Estado poderia estar pedindo ressarcimento para o Ministério da Saúde em relação à compra de doses da vacina Sputnik caso parte dessas vacinas viesse a ser direcionada para o Programa Nacional de Imunizações; eu pergunto, Governador, o Ministério da Saúde já deu algum posicionamento referente a essa solicitação, a esse pedido feito pelo Estado? Pelo menos foi a informação que obtivemos pela imprensa nacional.

Por fim, Presidente Confúcio, eu quero cumprimentar mais uma vez o Governador do Estado do Maranhão e parabenizá-lo pelas várias ações que fez em nosso Estado, sobretudo pelo nível de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunicação diária que o Governador tem dado em coletivas, com informações básicas e fundamentais para a população do Estado do Maranhão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu explico que muitos Senadores, como a Eliziane, estão perguntando para os Governadores, mas as mesmas perguntas se estendem ao nosso superprefeito Gean Loureiro. Considere-se Governador na fala dos Senadores agora.

Eu passo a palavra ao Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal, Brasília.

Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar os nossos Governadores Wellington, Flávio Dino, Reinaldo Azambuja, nosso querido amigo e companheiro de Câmara Federal, e o Prefeito Gean Loureiro.

Nós estamos acompanhando essas dificuldades todas de combate à pandemia, de falta de vacinas, de insumos, tanto é que criaram esses consórcios todos, inclusive aqui o Consórcio Brasil Central. Todos já disseram das dificuldades relacionadas à vacinação: a escassez das vacinas e a questão também dos insumos. Eu perguntaria ao Governador Wellington, que já se pronunciou sobre isso, com relação à vacina Sputnik, que o Consórcio Nordeste estava inclusive na tentativa de adquirir, a Sputnik V, que já está autorizada pela Anvisa, mas o senhor disse, na última sexta-feira, que o plano furou. O senhor acredita que esse impasse ainda possa ser solucionado? Por que os produtores da Sputnik não apresentaram, ou não apresentam, os dados que faltam para que a Anvisa libere a importação das vacinas?

Ainda, Governador Wellington, nessa audiência que V. Exa. manteve com o Embaixador da China, eu gostaria de conhecer a sua percepção sobre a receptividade do embaixador às suas informações e eventuais postulações para além do que a imprensa já noticiou.

Com relação ao Prefeito de Florianópolis e aos Governadores, sobre a presteza no fornecimento dos demais insumos para o enfrentamento da pandemia pelo Governo Federal, este fornecimento tem sido a contento ou têm faltado insumos para este trabalho?

Bem, eu gostaria de perguntar ao meu querido amigo, Governador Reinaldo, já que o meu governador não participa de nada, não tem transparência nenhuma aqui, o Ibaneis. Ele disse que vacinaria todo mundo aqui no DF entre setembro e outubro. Vocês acreditam que seja possível fazer isso aqui no DF, porque a informação, pelo menos a que eu tenho, é de que existe um plano nacional de imunização,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Estados não têm a liberdade de fazer a compra e a aplicação direta. Mas foi anunciado aqui que, até início final de setembro, início de outubro, já teria todo mundo no DF sido vacinado, e eu pergunto se tem sentido isso.

E também aqui houve uma medida com o fechamento noturno de 0h a 5h da manhã. Eu não sei se essa medida é só para inglês ver ou se, de fato, traz algum resultado. Se puderem responder, porque essa aqui eu iria fazer para o Ibaneis.

E há uma pergunta aqui para o meu querido Governador Flávio Dino, meu colega Roberto pediu que eu perguntasse, porque ele não pôde participar. No plano nacional de vacinação contra a Covid, do Governo Federal, consta um tópico sobre as competências das três esferas de gestão e que a execução das ações de vacinação elencadas pelo plano nacional de imunização está afeta aos Municípios. Indago aqui se o Governador do Estado do Maranhão está executando ações diretas de vacinação. Em caso afirmativo, pergunto a ele se o Governo do Estado estaria apto, em relação às vacinas que aplica, notificando eventos adversos e óbitos associados à vacina. É uma pergunta do Senador Roberto Rocha, que não pôde participar.

Era isso, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu passo a palavra, como último inscrito, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar os Governadores, o Prefeito e, mais uma vez, dizer da minha satisfação por ver o nosso Senador Confúcio conduzindo tão bem os objetivos desta Comissão.

Cumprimento também a Senadora Eliziane, porque ela abordou as questões econômicas da nossa relação com os Estados e com os Municípios, mas eu vou focalizar dois aspectos apenas.

Primeiro, eu queria pedir, especialmente ao Governador Wellington, que aqui esteve na semana passada, que pudesse os informar da reunião que o Dr. Gabas anunciou que teria na tarde do dia em que vocês estiveram aqui, porque ele reconheceu que o problema da Sputnik é de interlocução. Eu sou torcedor da Sputnik, falei até que tinha um acordo com Otto Alencar a respeito do uso da Sputnik. Mas o Ministério da Saúde e o laboratório na Rússia não estão adequados a essa coisa elementar que é fazer aquilo que o freguês exige, que faz parte do capitalismo ocidental. Eles não têm agência reguladora e não têm o hábito serem auditados por alguém que não seja o próprio fabricante. E ele nos disse que, naquela tarde da semana passada, teria uma reunião com a própria Anvisa, que aqui estava representada, para facilitar essa interlocução. Acho que todos os Governadores, todos os possíveis compradores da Sputnik têm que acompanhar isso. O Gabas é um homem experiente, é um grande negociador. E, pessoalmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

pelo que eu conheço dele, ele vai tentar fazer com que haja essa interlocução, sem o que não há jeito. Quem manda para nós é a Anvisa, por lei e por um princípio de Estado. A palavra da Anvisa vale, como vale o FDA nos Estados Unidos.

Segundo, essa questão da Pfizer. Um dia vai ser aberto um livro sobre esse assunto. O contrato que a Pfizer fez com Israel, Izalci, é diferente do contrato que ela fez com o Brasil e com o que ela exigiu do Brasil. Ela exigiu... Vamos ser bem claros. O remédio mais vendido no Brasil da Pfizer era o viagra. Se tivesse um efeito colateral, quem é que pagaria a indenização? Seria a Pfizer. No caso da vacina, que nós precisamos, quem paga pelo efeito colateral somos nós que compramos e quem julga é a Justiça americana. Então, nós temos que ter dinheiro lá para pagar o efeito de uma vacina que nós precisamos aqui. Então, esse jogo dos laboratórios tem que ser muito bem conduzido pelos senhores que estão negociando.

E, finalmente, eu quero dizer o seguinte: nenhum Prefeito e nenhum Governador do Brasil, Confúcio, precisa me explicar ou a você, que já teve essa responsabilidade, a aflição que os move. A aflição por comprar vacina é uma coisa elementar, é humana; mas o resultado tem sido lamentável, a começar por aquilo a que nós assistimos em dezembro, quando a Federação Catarinense de Municípios assinou contrato com o Butantan, que não se viabilizou – dia 10 de dezembro foi assinado.

Então, desejo muito sucesso a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Bem, agora nós vamos passar à resposta dos Governadores e do nosso Prefeito, que representa muitos outros Prefeitos na questão de vacinas, Gean Loureiro. Ele pode responder e já fazer suas considerações finais.

Eu vou aqui formatar duas perguntas. E essas perguntas eu vou já destinar... Elas vêm do e-Cidadania. Entraram muitas perguntas, mas eu filtrei apenas duas. E quero agradecer aos demais participantes, mas infelizmente não dá para fazer todas perguntas.

A primeira vou destinar ao Azambuja. O perguntador aqui é Jean Custódio, que é aqui de Brasília. Ele pergunta o seguinte, Azambuja: "Por que a quantidade de vacinas distribuídas não é igual à quantidade de vacinados?".

A segunda pergunta vem de Geová Chagas e é para o nosso Prefeito Gean Loureiro. Por favor, anote o nome dele, Gean, que é Geová Chagas. E o do Azambuja é Jean Custódio. O Geová é de Minas Gerais e pergunta: "O envio de vacinas de laboratórios diferentes para um Município não dificulta visto que a segunda dose tem que ser do mesmo laboratório?". É a pergunta do internauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em segundo, quero registrar a participação do Toon, de São Paulo; da Eliane Reis, do Rio de Janeiro; da Carolina, do Pará; e de outros tantos. Muito obrigado a todos vocês.

Eu passo agora às respostas do nosso primeiro convidado a se apresentar, Governador Flávio Dino.

O SR. FLÁVIO DINO (Para expor.) – Senador Confúcio, eu vou seguir aqui o roteiro do eminente Relator, Senador Wellington, para poder atender as suas justas demandas.

Em primeiro lugar, ele indaga se a situação no que se refere a leitos e insumos melhorou. Sim, melhorou, embora nós continuemos com desequilíbrio quanto a preços. E faço questão de mencionar isso a esta egrégia Comissão. Nós temos aqui, se nós pegarmos o exemplo do midazolam, que é um anestésico, crescimento de preço de R$10 para R$29; alcurônio, de R$37 para em torno de R$80. Desse modo, nós temos hoje uma situação um pouco melhor no que se refere à quantidade, mas, infelizmente, em face da lei da oferta e da procura, com preços ainda desalinhados em relação aos praticados anteriormente.

O Relator pergunta também sobre o programa de testagens em massa. De fato, é uma grande lacuna. No nosso Estado, nós já testamos aproximadamente 680 mil pessoas. Temos procurado comprar os testes desde o início e avançar com a testagem, mas não há um programa nacional de testagem coordenado, como deveria evidentemente existir.

O Relator também pergunta sobre a Sputnik. Eu sugeriria, Senador Confúcio, que houvesse, se possível, um contato com o Professor Dr. Amilcar Tanuri, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele é doutor em genética e virologia e deu um parecer muito interessante sobre a vacina Sputnik. Ele, inclusive, enfrenta esse debate sobre o adenovírus replicante e diz cabalmente que a chamada recombinação homóloga e não homóloga é muito improvável, evitando a formação de vírus replicante na fase de replicação, na etapa de fabricação do lote de vacina. E ele diz que os testes de RCA, que seriam esses testes de adenovírus replicante, sempre deram não detectáveis nas doses vacinais amostradas.

Então, nós temos a permanência dessa controvérsia técnica e nós oferecemos esses novos documentos à Anvisa, um dos quais é esse parecer: um assinado por nove cientistas e professores e médicos da Região Nordeste, e o outro por esse renomado especialista brasileiro. Então, em resposta à questão número 3, nós temos isso, e estamos dialogando com Sinopharm. Eu próprio, em nome do Consórcio da Amazônia, tenho avançado, e consideramos que qualquer alternativa de fabricação no Território brasileiro é muito bem-vinda.

O Relator aludiu à hipótese de usar o parque vacinal no que se refere à Medicina Veterinária. É possível teoricamente. Nós temos defendido a chamada quebra de patente exatamente porque, como o Presidente Joe Biden recentemente apontou, pode ser um caminho de expansão das alternativas de vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O eminente Relator indaga também se há outras possibilidades de compra ou de fabricação. No caso do Governo do Maranhão, nós temos insistido nestas duas alternativas: Sputnik, com esse debate técnico com a Anvisa, e o debate com a Sinopharm. Parece que são as alternativas, neste momento, mais visíveis, mais tangíveis, sem prejuízo, claro, de outras iniciativas que venham a surgir.

O Senador Wellington também pergunta sobre um estudo mostrando a queda de letalidade de pessoas com mais de 80 anos. Nós confirmamos, Sr. Relator, isso também no Maranhão. De fato, as faixas etárias mais elevadas, que vacinaram primeiro, tiveram uma queda de mortalidade mais rápida do que aqueles que vacinaram depois, mostrando que, sim, nós concordamos no sentido de que a vacinação é efetiva.

Com relação à aplicação das vacinas, nós já recebemos, no Maranhão, 2 milhões de vacinas e entregamos aos Municípios 1,8 milhão. Então, como o Governador Azambuja disse, há um esforço muito rápido de entrega, de logística. Essas 200 mil são as segundas doses, as chamadas D2.

E os Municípios têm as suas próprias dificuldades. A saída, Senador Confúcio, que nós encontramos aqui foi contratar 700 técnicos pelo Governo do Estado, aplicadores e digitadores, e os colocamos nos Municípios, como uma oferta de parceria para agilizar a vacinação. E os resultados são muito bons. Nós conseguimos melhorar a alimentação do sistema do Ministério da Saúde por parte dos Municípios, com o emprego desses recursos humanos contratados e pagos pelo Governo do Estado, exatamente para que haja uma melhor simetria entre vacinas recebidas, vacinas distribuídas entregues aos Municípios e vacinas cuja aplicação é lançada no Ministério da Saúde por parte dos Municípios.

O Senador Wellington me perguntou sobre vacinação dos profissionais de educação. Nós começamos esse processo a partir de um planejamento no mês de janeiro. De fato, nós conseguimos destinar vacinas não só para professores e professoras, mas também para os demais trabalhadores, profissionais da educação em todos os níveis, inclusive no nível federal – federal, estadual, dos Municípios e particulares. Desde janeiro, estamos organizando isso, e não houve nenhum tipo de prejuízo a outros segmentos. Nós utilizamos reservas técnicas, fomos destinando, organizando, e o objetivo é a retomada as aulas presenciais.

Nós temos aqui, no Maranhão, a TV Educação, que nós constituímos agora na pandemia, e toda uma sequência de eventos, de atividades e também de estratégias não presenciais, com plataforma em internet, distribuição de *chips* para os estudantes, material estruturado, apostilas, mas consideramos que é vital a retomada das aulas presenciais. Por isso, nós tomamos estas providências: um robusto programa de educação não presencial no ensino médio na rede estadual, ao mesmo a agilização da vacinação dos profissionais de educação. Nós acreditamos que, já no mês vindouro, é plenamente possível a retomada das aulas presenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última pergunta do ilustre Relator é sobre informações desencontradas quanto ao isolamento social e ao uso de máscaras. Nós lamentamos e deploramos a irresponsabilidade daqueles que acham que isso é uma espécie de brincadeira. Para nós, isso é muito sério, porque nós sabemos que essas medidas são vitais no mundo inteiro. Quando nós olhamos Reino Unido, quando nós olhamos Israel, houve avanço de vacinação, sim, mas houve também a adoção firme de estratégias não farmacológicas, marcadamente o chamado distanciamento social. Então, nós tivemos... Já respondendo ao segundo questionamento, que é da segunda Senadora, a Senadora Eliziane, essa é uma das razões pelas quais nós tivemos esse sucesso comparativamente no que se refere à baixa mortalidade, em termos comparativos: a adesão da população às medidas preventivas, uso de máscaras... Nós já distribuímos gratuitamente aqui, ilustre Senadora Eliziane, mais de 2 milhões de máscaras para a nossa população, e isso faz com que a nossa mortalidade comparativamente seja menor. Máscaras, distanciamento, o Governador dando exemplo, evitando aglomerações, não participando de aglomerações, isso realmente é vital para entender o passado e, sobretudo, para que, no futuro, nós consigamos sair deste quadro.

A Senadora Eliziane também indaga sobre receitas. Eu queria mencionar, firmemente, claramente, a temática dos gastos com a saúde, uma vez que um leito de UTI, ilustre Líder Izalci, custa em torno de R$2,2 mil por dia, e o repasse do Ministério da Saúde é de R$1,6 mil, sendo que nem todos os leitos são credenciados. Ademais, Senador Confúcio, o senhor sabe que, quando você abre muito leito, aumenta o consumo dos insumos. Então, nós aumentamos aqui em 500% a compra de anestésicos, por exemplo – 500% de quantidade de anestésico! Quem é que paga isso? Quem paga hoje são os recursos próprios, ICMS, Tesouro estadual. Então, nós precisaríamos, menos do que FPE, por exemplo, discutir mais firmemente uma parceria melhor no que se refere à repartição, neste ano de 2021, da elevação desses custos.

Aludo, em conclusão, ao meu ex-colega na Câmara dos Deputados, o Senador Izalci, que aludiu ao impasse com a Sputnik – e me parece que o caminho é a continuidade desse diálogo, como mencionei – e me perguntou sobre ações diretas.

Sim, o nosso Governo executa, nos termos da Lei 6.259, de 1975, que é a lei que rege o Programa Nacional de Imunizações, e nós temos toda a habilitação técnica para fazê-lo e o fazemos autorizados pela CIB (Comissão Intergestores Bipartite), uma vez que nós temos duas instâncias regulatórias: nós temos a CIT (Comissão Intergestores Tripartite); nós temos a CIB (Comissão Intergestores Bipartite). E nós fazemos o cumprimento e a execução do plano nacional de imunização tendo como referência a Lei 6.259, de 1975, que é a lei reitora desses processos, e, claro, também as decisões da CIB.

O Senador Esperidião fez uma série de considerações, inclusive sobre a vacina Sputnik, e nós esperamos que isso seja resolvido.

Senador Esperidião, o senhor aí, de Santa Catarina, vizinho Estado da Argentina – há muitos argentinos que visitam Santa Catarina –, esse país já aplicou 12 milhões de doses de vacinas Sputnik.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quem sabe, seja uma referência para que nós possamos melhorar o Programa Nacional de Imunizações.

De resto, Senador Confúcio, quero agradecer a V. Exa., ao Senador Wellington, à Senadora Eliziane, do nosso Estado – muito obrigado! V. Exa. honra o povo do Maranhão no Senado –, ao Senador Izalci, ao Senador Esperidião e a todos os demais que participaram, que estão presentes, o Senador Guimarães, todos aqueles que participaram.

Muito obrigado também pela oportunidade de diálogo com meus amigos queridos Wellington Dias, Reinaldo Azambuja, o ilustre Prefeito Gean Loureiro.

Estou sempre à disposição, Senador Confúcio. O senhor sabe que eu, como um democrata, valorizo a transparência e a prestação de contas. Estar perante este órgão especializado do Senado da República para mim é uma honra – é um dever e uma honra.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Flávio Dino.

Neste momento, Governador, o senhor está liberado, pode cuidar da sua agenda. Muito agradecido pela sua brilhante participação, maravilhosa. Depois faremos um resumo de tudo que foi tratado aqui, e todos os Senadores o receberão. Inclusive eu vou repassar uma série de sugestões ao Presidente Rodrigo Pacheco. Eu vou estar com ele, transmitindo as preocupações de V. Exas.

Muito agradecido. O senhor pode cuidar das suas audiências. Fique à vontade. Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO DINO – Muito obrigado. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bom dia.

Eu passo a palavra para o nosso Governador Wellington... Wellington Dias. Estou misturando Wellington Fagundes com Wellington Dias. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON DIAS – É uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dois Wellingtons se cruzando aqui.

O SR. WELLINGTON DIAS – É uma honra muito grande, viu?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Wellington Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Saudando aqui, mais uma vez, eu, primeiro, assino embaixo aí as informações prestadas pelo nosso competente, nosso grande líder Governador Flávio Dino.

Aqui, em relação ao Relator, Senador Wellington Fagundes, permito-me apenas acrescentar dois pontos.

Nós ainda estamos num patamar elevado de casos. Isso significa que ainda há uma elevada transmissibilidade; portanto, ainda há um risco da chamada terceira onda. A previsão era que a gente pudesse alcançar em torno de 50 milhões, 53 milhões, já em abril, primeira semana de maio, de primeira dose, pelo menos, para tirar todo o grupo de maior risco. Então, de qualquer maneira, nós temos aqui uma situação em que já não temos mais aquelas filas que tínhamos há mais ou menos 15, 20 dias, houve uma melhora nesse aspecto. O que a gente precisa é estar atento, repito, e a forma melhor, além de manter ainda os cuidados, é exatamente essa, de acelerar na área da vacinação.

Eu destaco como positiva a melhora de produção da Fiocruz, a Fiocruz ampliando linhas de produção, ampliando turnos de trabalho, já alcançando 30 milhões de doses entregues e com perspectiva de ainda seguir com esse cuidado que o Prefeito Gean Loureiro colocou aqui, um cuidado para o qual a gente tem alertado o Ministro da Saúde, para evitar o mesmo problema da Coronavac, ou seja, você tem uma elevada vacinação num período e lá na frente não tem a mesma quantidade de entrega. Como usa muito para a primeira dose, quando chega na hora da segunda dose... Você tem aqui um patamar, vamos dizer, de 20 milhões de vacinados em primeira dose em um mês; lá na frente vai precisar de 20 milhões, quando aquele grupo alcançar o momento da segunda dose. Então, esse cronograma é que eu acho, Senador Confúcio, que a gente precisa solicitar. Eu acho que ter um cronograma mês a mês, em que a gente tenha tanto uma visão de primeira dose quanto de segunda dose – primeira dose, maio, junho, julho, agosto, setembro...

A notícia que nos preocupa, e eu acho que por isso que é o centro das atenções, é o comunicado feito pelo Ministro da Saúde de que, no Brasil, essa demanda, essa programação de vacinação, vai até dezembro. Aqui há um descompasso, repito, com países no mesmo patamar do Brasil: todos estão se planejando para maio – por exemplo, Estados Unidos, Israel, vários países –, em junho vai ser uma quantidade grande de países, em julho, eu acho que a quase totalidade das grandes economias e dos mais desenvolvidos, e pode haver um problema de isolamento, com um risco econômico significativo.

Vamos imaginar: o Brasil fez a imunização e aí nós temos essa situação na Índia; qual é a atitude do Brasil? Ter cuidado, ter restrições em relação à Índia, uma série de restrições que colocam uma dificuldade maior nas relações. Então, eu alerto para a importância de a gente ter esse cuidado, para o Brasil não ficar isolado, não mais apenas pelo problema de saúde, mas também já com medidas que afetam individualmente na parte da economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu destaco ainda aqui, nas perguntas apresentadas pela Senadora Eliziane Gama: a taxa de mortalidade cresceu este ano – é o que coloca o nosso comitê científico – provavelmente em razão desta mutação, ou seja, ela teve uma elevação. Mas ela também teve um outro fenômeno: como a transmissibilidade foi mais elevada e o adoecimento foi mais forte, mesmo ultrapassando o número de leitos disponíveis – de UTI e leitos clínicos – que os Estados e os Municípios tínhamos lá atrás, no ano de 2020, tivemos filas, tivemos pessoas chegando para atendimento e não havendo vaga. Então, nós tivemos mortes por não atendimento se somando a mortes de Covid. Então, esse foi realmente um problema gravíssimo do Brasil.

Há a necessidade de apoio financeiro? Sim! No ano passado precisamos; este ano não mudou. Quer dizer, ficou a impressão de que, para muitos, encerrou-se a pandemia em dezembro. Não encerrou-se a pandemia em dezembro! Em Estados e Municípios, como o relatou o Governador Flávio Dino, temos uma elevada quantidade de pacientes. Demora a haver o credenciamento. E aqui significa testagem e um conjunto de despesas que são colocadas de modo muito forte.

Izalci, quando eu coloquei aqui que o plano furou, furou por isto: porque havia um cronograma e aquele cronograma não funcionou. Se a gente olha o cronograma apresentado em 17 de fevereiro pelo Ministro Pazuello, não bate o que aconteceu a partir dali. E furou, inclusive, por falta de segunda dose, suspensão de primeira dose; ou seja, isso tudo leva a um prejuízo.

Eu destaco... Não tive ainda essa última agenda que pedimos com a China, a previsão é que seja confirmada hoje, mas queremos buscar que não haja qualquer prejuízo ao Brasil no cronograma de entrega do IFA. É bom lembrar: nós agimos alguns dias atrás para a entrega daqueles 5 milhões mais 5 milhões de IFA ao Butantan, para 5, para 10 milhões de vacinas. Agora, também a ideia de que não haja atraso na entrega do IFA e ainda a possibilidade de que a gente tenha aqueles 30 milhões da Sinovac, que eu falei, e mais esse da Sinofarma, e o Governador Flávio Dino também vem nos ajudando nesta relação.

O Senador Esperidião Amin examina aqui... E eu digo: sim, houve agenda, Senador Esperidião Amin, com o Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, Dr. Carlos Gabas, e foi positiva no sentido da abertura do diálogo. E agradeço aqui ao Senador Confúcio Moura e a todos os Senadores que ajudaram nesse encaminhamento. O que a gente precisa agora é agilizar uma solução. O que a gente está pedindo é que nesse relatório dos cientistas brasileiros sejam tomadas *ad hoc*, como permite a RDC 470, para efeito de nova apreciação... E, com base nisso, que a gente tenha, havendo a aprovação desse relatório, certamente é possível haver a licença de importação da vacina, que é o nosso desejo, assim como outras vacinas.

A Pfizer, sim, colocou condições. Dada a situação do Brasil, aceitamos essas condições; e é bom lembrar que são condições que também há com a AstraZeneca, para gente compreender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vejam: há vacina em que se botam essas condições há a aprovação; há vacinas, como a Sputnik, a Covaxin, não há a aprovação – é isso que estranhamos.

Por último, Senador Confúcio, apenas para lhe colocar que há um relatório de acompanhamento do ministério e um outro dos Estados. Aqui, pelo meu Estado, a gente recebeu o equivalente a 957 mil doses do Ministério da Saúde. Distribuímos aos Municípios 950 mil; desses, os Municípios já aplicaram em primeira dose 489 mil; e 239 mil em segunda dose. E temos 222 mil doses que estão para aplicação em primeira e em segunda dose para os 224 Municípios do Piauí. A gente fica aqui com uma reserva de 6.395, aquela reserva técnica para alguma situação emergencial.

Então, com essas palavras eu agradeço também aqui a atenção, parabenizo e destaco como muito importante o trabalho que o Senado Federal faz através desta Comissão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Governador Wellington, muito obrigado pela sua participação. Em menos de uma semana, duas vezes V.Exa. compareceu à nossa Comissão. Estamos muito prestigiados pelo senhor, que representa o Fórum dos Governadores do Brasil. Muito obrigado pelos esclarecimentos, pelo seu estudo, pela sua devoção à causa, que é a causa de todos.

Muito obrigado, o senhor está liberado para cuidar dos seus despachos. Um grande abraço e uma boa tarde!

Eu passo a palavra agora ao Governador Azambuja.

O SR. REINALDO AZAMBUJA (Para expor.) – Quero falar com o Relator, Confúcio, nosso querido Wellington Fagundes, e na esteira da pergunta que você fez sobre o Jean Custódio... É que as duas perguntas, tanto a do Wellington quanto a do Jean, foram sobre a questão do programa SI-PNI do Ministério.

O que acontece? Esta é uma tabela do Mato Grosso do Sul. Nós recebemos 993.420 doses e distribuímos todas aos Municípios. Já foram aplicadas 840 mil. Isso aqui é da data de hoje, 10 de maio.

Nós temos um programa, que é esse programa e-Vacina, Wellington, respondendo ao Jean Custódio, que atualiza muito mais rápido do que o programa do ministério. O programa do ministério está tendo muita queda. Ele cai muito, não se abastece automaticamente. Eu não sei se é pela complexidade, porque ele está ligado a todos os Municípios brasileiros e aos Estados brasileiros. Então, a gente acompanha aqui. Recebemos 993 mil, aplicamos 840 mil. Há um estoque reserva nos Municípios, principalmente a D2 da CoronaVac. Nós recebemos agora, no domingo, uma pequena fração, e nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

128 mil pessoas esperando a D2 da CoronaVac, porque houve um lapso aí. Diminuíram muito as entregas da CoronaVac nos últimos dias.

Então, esse programa e-Vacina está muito mais atualizado do que o programa que o Jean Custódio e você mesmo, Wellington, citaram. Por isso, às vezes há esse lapso. Vacina que chegou é vacina no braço. A gente está seguindo as orientações do ministério. Quando o Ministro Pazuello disse "apliquem todas as doses que existem da CoronaVac", nós aplicamos todas. Infelizmente, houve esse lapso de entrega, devido a fatores alheios à nossa vontade e – eu tenho certeza – do próprio ministério, mas faltaram essas vacinas. Então, nós estamos seguindo rigorosamente essa questão. Então, respondendo tanto ao Wellington quanto ao Gean Loureiro, que perguntou, Confúcio, a você.

Gostaria de responder um pouquinho ao meu amigo Izalci, cumprimentando-o também. Tomara que se confirme a previsão, Izalci, do Governador Ibaneis – setembro, outubro, todo mundo vacinado. Só que a gente depende muito dessa articulação do Ministério da Saúde. Nós estamos aí, através dos consórcios... Há o Consórcio Nordeste, do qual o Flávio Dino e o Wellington falaram, mas o Consórcio Brasil Central, do qual nós fazemos parte, também tinha já um contrato firmado com o Instituto Gamaleya, da Rússia, inclusive já com os quantitativos de doses do que nós iríamos comprar, 28 milhões de doses.

E nós, os Governadores, somos defensores do plano nacional de imunização. Se a gente não tivesse a organização pelo PNI, imaginem que loucura seria cada Estado indo ao mercado buscar... Nós podemos auxiliar o ministério – aí respondo à Senadora Eliziane Gama – se, comprando pelo consórcio, o ministério nos ressarcisse. Essa era a tratativa que já havia com o Consórcio Nordeste. Se nós entregarmos mais 28 milhões de doses, quando autorizadas, da Sputnik ou de outro laboratório, com certeza isso entra no plano nacional de imunizações, porque nós, Governadores, sempre fomos defensores, Confúcio, de seguir o plano nacional. Seria muito ruim se a gente não tivesse essa organização.

Do que precisamos? De mais vacinas. Então, gastar energia com laboratório A ou com laboratório B, acho que isso é prerrogativa do Senado, dos Governadores, dos Prefeitos – eu vejo o Gean aqui, que representa, como Prefeito de Florianópolis, as capitais. Por quê? Seguindo o PNI e ampliando a oferta ao PNI, eu não tenho dúvida de que os Estados estariam contribuindo também para a gente fazer avançar a fila das vacinações. Então, eu acredito, Izalci, que, tendo as vacinas, é possível. Eu não sei se nós vamos conseguir, mas tomara que a gente consiga avançar em direção a essa meta, para ter, em setembro ou outubro, o maior número possível de brasileiros e brasileiras vacinados em todos os 27 Estados da Federação.

Gostaria também de lhe dizer, Confúcio, como Presidente da Comissão, que nós sugerimos lá atrás ao ministério que fizessem as atas nacionais, tanto de medicamentos como de insumos. Ficaria muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais fácil a gente ter uma precificação equânime no Brasil, porque a gente fica sujeito hoje, quando não há o medicamento, a ter que ir às compras, muitas vezes junto a um laboratório a que se pretende colocar essas questões. Então, é muito importante o ministério ter as atas nacionais dos insumos, às quais os Estados e Municípios poderiam aderir, o que facilitaria muito a compra e normatizaria preços.

Hoje há uma grande discussão... Você viu aí o Governador Flávio Dino dizendo que o Atracúrio subiu mais de 1000%. Então, se o ministério centralizar as compras nacionais, através das grandes atas que podem ser feitas pelo ministério, facilitaria muito a adesão dos Estados.

E há outra questão. Foi mencionada aqui pela Eliziane a questão de manter o FPE e o FPM. Eu acho que, muito mais do que saber se vai haver um auxílio através do FPE e do FPM, é importante a organização dessa distribuição dos insumos via Ministério da Saúde. As atas nacionais facilitariam para o ministério a aquisição desses insumos e a sua distribuição às secretarias dos 27 Estados e, a partir dos Estados, a gente encaminharia aos Municípios com precificação igual. Acabaria essa discussão de que houve sobrepreço ou superfaturamento.

O problema é que, em alguns Estados e Municípios, em alguns momentos, Presidente... A gente precisava de tomada de decisão: ou comprava ou ficava o desabastecimento, e os gestores, muitas vezes, tiveram que seguir a orientação pela compra desses insumos com preços que subiram muito. Então, se forem centralizadas todas essas atas globais no ministério, facilitará muito a adesão dos Estados e dos Municípios.

E gostaria também de dizer ao nosso Relator Wellington Fagundes da importância de a gente manter esses leitos que estão sendo credenciados de UTI, porque hoje não é só montar o leito com todos os equipamentos necessários; é formar uma equipe. Nós ficamos, Presidente, muito defasados nas equipes médicas de intensivistas que cuidam dos leitos de UTI, por isso a importância de manter, até que a gente tenha, pela ciência, uma tranquilidade, se nós tivermos outra onda de infecções ou de internações, enquanto não houver um volume de vacina necessário para um maior número.

Para você ter uma ideia, hoje nós estamos, no Mato Grosso do Sul, com 21% da população, o Brasil está com 16%. Então, nós estamos acima da média nacional, mas se ampliarmos a vacinação, que garantia nós temos de que não iremos precisar desses leitos? Eu acho que agora a previsibilidade é tudo, por isso eu sugeri a busca por todos nós de mais vacinas, uma organização dessas atas nacionais de insumos, para a gente regrar preços e poder aderir às atas do Ministério da Saúde, o que facilitaria muito para todos os Estados e Municípios brasileiros, e a manutenção dos leitos. Mantendo esses leitos com as equipes orientadas, seguras, a gente está se precavendo da possibilidade de uma terceira onda, como foi falado por muitos. Tomara que não venha, mas, se vier, você está com a previsibilidade e com a organização das equipes de saúde responsáveis pela manutenção desses leitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer, Presidente Confúcio, pelo convite. É uma honra poder participar com você, com o nosso Relator Wellington Fagundes, com a Eliziane Gama, com o colega Izalci Lucas e o Esperidião Amin, colega também de Câmara Federal. Para nós é um prazer ter essa oportunidade de discutir com vocês alternativas importantes para juntos avançarmos no enfrentamento à doença, ao Covid, principalmente àquilo que foi falado, às sequelas que estão vindo. Nós sabemos, como o Prefeito Gean falou, que há muitas sequelas, e a gente tem que manter uma estrutura de saúde apoiando, principalmente com fisioterapeutas, na recuperação essas pessoas que passaram pelo momento extremamente difícil do Covid e das internações.

A gente fica muito grato, Confúcio, pela oportunidade. Estou à disposição de vocês quando chamado para poder discutir esses assuntos. Espero ter respondido as dúvidas e as perguntas, tanto daqueles que levaram a vocês quanto dos Senadores, do que nos foi perguntado. Nós respondemos aquilo que entendemos ser preponderante no enfrentamento a essa pandemia.

Um grande abraço a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Governador Azambuja. Muito obrigado ao Secretário Geraldo Resende. Vocês dois, em uma semana, estiveram conosco dando um grande apoio, com a experiência de cada Estado; cada Governador tem uma experiência diferente, tem um acréscimo a dar para o concerto do drama da vacinação nacional. Eu quero lhe agradecer e dizer para ficar à vontade para cuidar das suas atividades. Muito obrigado e uma boa tarde! Felicidades, até logo.

Vamos passar a palavra para o nosso querido Prefeito Gean Loureiro, para responder as perguntas que lhe foram feitas e também para suas considerações finais.

O SR. GEAN LOUREIRO (Para expor.) – Obrigado, Presidente, vou tentar ser o mais objetivo possível.

Eu quero, primeiro, responder à pergunta do Geová Chagas, que cita o questionamento relacionado a se o envio de laboratórios diferentes não pode dificultar a vacinação.

Não dificulta, Geová, porque inclusive há uma confusão quando falamos de doses e de vacinas. Uma vacina são as duas doses, e nós sempre compramos vacinas em quantidade para dar a primeira dose e a segunda, com exceção da vacina da Janssen, que vai ser de apenas uma dose, de dose única. Então, de qualquer laboratório que chegar ao Município, essa vacina já vai ter a separação para a primeira dose e a segunda dose. O único caso em que nos foi autorizado pelo Governo Federal utilizar as que estavam reservadas para a segunda dose foram aquelas que tinham programação de produção e entrega, para poder acelerar a D1, que é a primeira dose. Então, não há nenhum problema: se eu tiver dez tipos de vacinas, vamos fazer mais rápido e cada um vai receber a vacina, na segunda dose, especificamente da primeira que recebeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Senador Wellington Fagundes, Relator da Comissão, eu vou pontuar rapidamente os sete itens que ele questiona.

Primeiro, sobre a questão de que os Municípios, hoje, têm dificuldade de leitos de UTI. A maioria dos Municípios tem a responsabilidade exclusivamente da atenção básica; a alta complexidade é de responsabilidade do Estado. E a regulação, em grande parte, é de responsabilidade do Estado. Então, hoje nós temos uma realidade de dificuldade de leitos, sim, em alguns Estados e, consequentemente, em Municípios. Aqui em Santa Catarina, a nossa região da Grande Florianópolis é a única que está em situação grave, as outras em situações gravíssimas, com 78% de ocupação, e as demais têm, no mínimo, 95%. Então, o Governo do Estado vem trabalhando nessa ampliação de leitos e isso é necessário. Bem como o *kit* de intubação, que teve um período mais crítico já no início do mês de abril, final de março, e foi dada uma atenção pelo Governo Federal para a distribuição, mas não o suficiente.

Quanto à testagem em massa, os Municípios efetivamente buscaram realizar esse trabalho. Isso garante que o isolamento daqueles que não estão contaminados possa terminar e eles voltem à atividade econômica, e se isole adequadamente aqueles que estão contaminados, diminuindo as taxas de transmissão. Agora, o Governo Federal vem trabalhando em licitação para fazer também o teste de IGG, o que dá um resultado mais rápido, acelerando isso nos Municípios.

Quanto à regulamentação da 14.124, como eu falei, nós apresentamos uma proposta ao Ministério da Saúde de regulamentação, foi formado na sexta-feira um grupo de trabalho, vão ser chamados os demais, para que, num prazo exíguo, possam apresentar uma proposta formal de regulamentação de 14.124.

Quanto às outras vacinas a serem apresentadas, além do que já foi falado aqui, seja a Sputnik, seja a Sinopharm, na reunião que tivemos com o Embaixador da China ele citou também a possibilidade da CanSino – nós solicitamos a possibilidade –, que já foi aprovada em alguns países e vem sendo utilizada, e há possibilidade de ser mais uma alternativa.

Quanto ao sistema informacional que traz os dados, em determinado momento a Frente Nacional de Prefeitos se manifestou, mas houve uma declaração de que estariam sobrando vacinas nos Municípios porque não se aplicava. Na verdade, o que aconteceu, foram tanto as segundas doses, que estavam reservadas, mas, principalmente a alimentação dos sistemas do Ministério da Saúde que, em muitos Municípios, não era compatível. Então, não era um que você, chegando a vacina, alimenta e vai direto. Tanto que a informação dos Governos estaduais, que alimenta aí o consórcio de Estados, quando se pega a informação pela imprensa, se traz uma informação, às vezes, mais atualizada do que o próprio Ministério da Saúde. Isso foi discutido, há cerca de três semanas, com o Ministério da Saúde. Os Municípios vêm agilizando. Florianópolis, por exemplo, chegou uma hora que estava 46% de vacina aplicada e, na prática, estava em 92%. Hoje, nós já estamos em 90%. O sistema se atualizou, trouxe um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dado muito mais real. Então, essa dificuldade do sistema que não trouxe um dado verdadeiro da aplicação por parte dos Municípios, que acontece muito rápido.

Quando chegam as vacinas em Florianópolis, em 48h, 72h, a gente aplica tudo. A estrutura logística de vacinação... Em Florianópolis, no dia em que mais aplicou, foram 10 mil em um dia; mas teríamos capacidade de aplicar 25 mil em um dia se tivéssemos vacina. Então, a gente recebe e já aplica. Por isso, quanto mais rápido chegar, melhor.

Quanto à defesa dos trabalhadores da educação, o próprio consórcio defendeu isso numa proposta. A Carla Domingues, que é a nossa consultora do consórcio, que foi coordenadora do PNI por quase dez anos, epidemiologista, defende isso também. E nós colocamos como proposta constar... Nós temos 2,7 milhões de professores da educação básica, que poderiam também ser estabelecidos como prioridade pelas garantias de toda a educação, do investimento, de tudo que poderia ser feito.

Quanto ao uso de máscara e distanciamento social, os Prefeitos sempre defenderam publicamente isso, independentemente das questões de quem defende com mais intensidade ou menos intensidade. Na verdade, a população brasileira, em grande parte, vem dando exemplo. Aqui em Florianópolis, em Santa Catarina, esse resultado é um resultado com muita praticidade, porque você pode voltar a ter o funcionamento das atividades econômicas, estabelecendo protocolos seguros, mas o cumprimento desses protocolos, que inclui distanciamento entre as mesas, o distanciamento entre as pessoas, o uso de máscara, se ele for cumprido, ele garante que possa haver o controle da pandemia, evitando novas situações de diminuir a circulação de pessoas.

No final, Presidente, já agradecendo a oportunidade, reforço duas questões.

Essa questão do pós-pandemia, de manter a estrutura em função das sequelas, de doenças que são originárias das sequelas da Covid, dos tratamentos e cirurgias represados e da questão da saúde mental. São três pontos fundamentais em que a Comissão pode colaborar.

E, finalizando mesmo, sobre as vacinas, eu acredito que o prioritário é conseguirmos vacinas que possam chegar até julho. Após isso, os contratos do Governo Federal, pelo menos os que já estão previstos... Por exemplo, da Pfizer, além do de 100 milhões, está sendo assinado um novo contrato de mais 100 milhões; a previsão de produção do Butantan; a própria previsão da Fiocruz; a realidade de uma produção local no nosso País; os outros contratos já estabelecidos, que vão garantir, no segundo semestre, uma perspectiva de chegar até 500 milhões de doses de vacina, garantindo a toda a população adulta ser vacinada até o final do ano... Mas o problema é o tempo em que isso vem, porque, a cada dia que a gente deixa de vacinar uma pessoa, pode ser mais um óbito ocorrido na sociedade. Então, não podemos perder um único dia. Por isso, há a necessidade de tentarmos buscar nos contratos antecipação dos que já foram realizados, novos contratos com programação nos próximos meses, garantindo que possamos dar agilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito a oportunidade. O consórcio se coloca à disposição, sempre que for preciso, para trazer todos os esclarecimentos necessários à Comissão.

Parabéns pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, queridíssimo Prefeito Gean Loureiro, pela participação, pela sua disponibilidade de ficar conosco esse tempo, nessa manhã de segunda-feira. Muito agradecido por todas as suas informações bem atualizadas, pelo desejo dos Prefeitos de comungar também com a aquisição de vacinas, como um complemento às aquisições do Ministério da Saúde. Eu deixo o senhor à vontade, o senhor já nos ajudou bastante. Tendo compromissos, pode cumprir seu roteiro, seu trivial de despachos no seu gabinete. Um grande abraço e um bom dia para o senhor. Muito agradecido. Bom dia.

Eu passo a palavra agora para o Senador Wellington Fagundes, para os seus comentários finais. (*Pausa.*)

Prefeito Gean, caso tiver necessidade, o senhor pode ficar bem à vontade, mas, se quiser permanecer, nos honra bastante. Fique à vontade.

Bem, como Wellington saiu um pouquinho, nós vamos adiantar o expediente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já estamos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah, então, está bem! Está bem, está bem, está bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Foi só um *pit stop*. (*Risos.*)

Sr. Presidente, eu gostaria imensamente de agradecer a participação, acho que foi extremamente esclarecedora para todos nós. Eu acho que, mais do que nunca, está provado que o nosso caminho é vacina, vacina e vacina.

Estou vendo aqui o Senador Izalci também e quero, mais uma vez, Senador Izalci, agradecer pelo trabalho de V. Exa. na aprovação do nosso projeto de lei. O seu relatório só aprimorou o projeto.

E quero dizer, mais uma vez, aqui, repetindo, que duas dessas indústrias já foram visitadas pela Anvisa: a Ceva Brasil, em Juatuba, Minas Gerais, e também a Ourofino, em Ribeirão Preto. Eu quero aqui dizer que os técnicos da Anvisa ficaram extremamente bem impressionados, não imaginavam que tivéssemos indústrias em tão alto nível de biossegurança e capacidade de produção. Portanto, esperamos que, nesta semana, a Anvisa conclua essas visitas com mais duas fábricas. Eles elencaram e vão visitar, Sr. Presidente, as quatro, inclusive a da Boehringer, que está parada também, sem fabricação. Mas essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras três já têm condições de começar a fabricação tão logo seja feita a transferência de tecnologia. E o mais importante, eu quero repetir aqui, é que essas fábricas já produzem vacina há 20 anos. Em 20 anos de produção, nunca tivemos problema de escape de vírus; portanto, com total biossegurança.

E eu quero dizer que também já tivemos, por parte da Ministra Flávia Arruda, a sinalização, Senador Izalci, todos os Senadores, da ida à visita nessas fábricas, com a nossa Comissão. Então, seriam membros da nossa Comissão, com a Anvisa, com o Instituto Butantan, com a Fiocruz e também com o Ministério da Agricultura e o Ministério da Saúde.

Eu quero aproveitar, Sr. Presidente, mesmo que não seja um assunto específico, e também comunicar que amanhã a Ministra da Agricultura, juntamente com o Ministro das Comunicações, a Ministra Tereza Cristina e o Ministro Fábio Faria, estará na minha cidade de Rondonópolis, Mato Grosso, onde vamos discutir a questão da implantação do 5G, mas, principalmente, a implantação do 5G voltado para a produção agropecuária. Isso é fundamental para a nossa região, Mato Grosso, Rondônia, todo o Centro-Oeste brasileiro, visto que hoje nós fazemos uma produção de precisão no Brasil. Por isso, nós, mesmo com todas as dificuldades da logística, conseguimos competir com Estados Unidos e outros países.

Mas estou falando isso também porque a implantação do 5G com certeza vai ajudar muito na solução tecnológica, inclusive das pesquisas de vacinas e outras doenças que poderão surgir no futuro. Então, quanto mais o Brasil estiver interconectado, as pesquisas poderão feitas inclusive com o País trocando informações com outros países, mas, claro, ampliar a nossa produção agropecuária é fundamental.

Da minha parte, Sr. Presidente, quero agradecer a todos – tenho certeza de que nossa Comissão tem cumprido o seu papel – e, mais uma vez, a V. Exa., como Presidente, com toda a sua generosidade, mas acima de tudo com toda sua paciência e calma com que tem conduzido esta Comissão.

Também quero elogiar as informações que estão sendo repassadas por V. Exa. ou por outros membros da Comissão no Plenário. Isso tem sido muito importante, porque é importante que todos os Senadores saibam e possam acompanhar esse trabalho que estamos fazendo aqui. Então, eu agradeço imensamente.

Estamos começando a semana. Felizmente, nesse final de semana tivemos a redução do ritmo de mortes. Isso é mais uma esperança. Claro que cada brasileiro que se vai causa um transtorno, um constrangimento em todos nós, porque às vezes a demonstração da importância pode aparecer. Mas eu tenho certeza de que cada Senador, principalmente desta Comissão, tem feito tudo para que a gente possa resolver o mais rápido possível. E não há outra dúvida que não seja vacina, vacina e vacina. Mas nós também trabalhamos muito a questão do auxílio emergencial, a questão do oxigênio, dos insumos, tudo liderado por V. Exa. Com isso já muito do que poderia ser feito foi feito, mas, claro, sabemos que muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teremos de fazer, porque infelizmente nesta pandemia não temos uma previsão certa de como será o comportamento e, inclusive, as mutações do vírus que estão acontecendo.

Então, agradeço imensamente, Sr. Presidente, desejando uma boa semana e um trabalho a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington.

Quero agradecer ao Governador Wellington Dias por sua participação...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Foram dois Wellingtons nesta sessão. Wellington ao quadrado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois é, Wellington ao quadrado!

Agradeço ao Wellington Dias, Governador do Piauí, que é Presidente do Fórum de Governadores; ao Flávio Dino, Presidente do Consórcio Amazônia e Governador do Maranhão, ao Reinaldo Azambuja, Governador do Mato Grosso do Sul; ao Prefeito Gean Loureiro, Prefeito de Florianópolis e Presidente do Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras, aos telespectadores e aos internautas que acompanham e participam.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 20ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a se realizar dia 14 de maio, sexta-feira, às 10h, sendo uma audiência com o intuito de: primeiro, debater entraves à aquisição de vacinas e medidas que podem e devem ser tomadas para agilizar a aquisição de vacinas pelo País; segundo, debater a cooperação internacional e as possibilidades de auxílio ao Brasil no combate à Covid, atendendo ao Requerimento 35 e ao plano de trabalho desta Comissão. Os convidados são: Ministro de Relações Exteriores; Yang Wanming, Embaixador da República Popular da China; Dr. Todd Chapman, Embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil; Shri Suresh Reddy, Embaixador da República da Índia no Brasil; Alexey Labetskiy, Embaixador da Federação da Rússia no Brasil; Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal; Aécio Neves, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados; e um representante do Ministério da Saúde.

Assim sendo, sem mais delongas, eu declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde a todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e quatorze minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Marcos do Val, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda da Senadora não membro Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater os entraves à aquisição de vacinas e medidas que podem ou devem ser tomadas para agilizar a aquisição de vacinas pelo País; e debater a cooperação técnica internacional e as possibilidades de auxílio ao Brasil no combate à Covid-19. **Participantes:** Rodrigo Otávio Moreira da Cruz, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde; Alexey Labetskiy, Embaixador da Federação da Rússia no Brasil; José Solla, Conselheiro Coordenador-Geral da Agência Brasileira de Cooperação; João Lucas Quental Novaes de Almeida, Ministro Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do MRE; e Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 71, de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, João Roma, informações sobre a redução no número de beneficiários no programa Bolsa Família nas regiões norte e nordeste entre os meses de dezembro de 2020 e fevereiro de 2021." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 72, de 2021** que : "Convida, para audiência pública, Drª Melania Maria Ramos de Amorim, ginecologista e obstetra, integrante do Grupo Brasileiro de Estudos de COVID-19 e Gravidez." **Autoria:** Sen. Daniella Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/17

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão Temporária interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

Quanto ao uso da palavra, eu esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Não temos quórum ainda para a ata.

Temos a presença dos seguintes convidados: Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado; Dr. Alexey Labetskiy, Embaixador da Federação da Rússia no Brasil; Dr. Rodrigo Otávio Moreira da Cruz, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde; Dr. João Lucas Quental Novaes de Almeida, Ministro Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores; José Solla, Conselheiro Coordenador-Geral da Agência Brasileira de Cooperação.

Vamos iniciar agora as falas. A Senadora Kátia Abreu pediu para ficar por último aqui na nossa ordem, mas eu vou começar aqui.

Daqui a pouco, Wellington, depois dessa fala, você vai ter um tempo e poderá fazer as explicações. Nós estamos ansiosos para ouvi-lo mesmo, por causa da sua viagem, que está já agendada, e precisamos definir isso hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Embaixador Alexey Lebetskiy, Embaixador da Federação da Rússia no Brasil, para, no tempo de até 12 minutos, apresentar o tema das vacinas, dos relacionamentos comerciais externos do Brasil com a Rússia e também falar sobre a Sputnik. Com a palavra o Dr. Alexey.

O senhor pode usar da palavra, Dr. Alexey. Está liberada para o senhor.

O SR. ALEXEY LABETSKIY (Para expor.) – Muito bom dia.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Comissão e ao Sr. Presidente por essa possibilidade de estar presente na reunião de hoje, que é muito importante, e de conhecer o desenvolvimento deste trabalho, que é importantíssimo nas condições atuais, não só no Brasil, mas no mundo em geral.

Eu vou tocar em dois temas principais, que me parecem interessantes, sobre o relacionamento nosso, bilateral, mas no âmbito da situação que está criada mundialmente com a pandemia.

A Rússia, como um Estado grande, segue o princípio de que o desafio da pandemia é global, e só unindo os esforços globalmente nós podemos conseguir parar, barrar e acabar com a pandemia. E todas as tentativas de separar os países, todas as tentativas de dar solução aos problemas da pandemia em nível de um país, em um nível regional não têm resultado. E por isso nós estamos abertos para a cooperação em um nível bilateral, em um nível global com todos os países agora.

No âmbito bilateral, com o Brasil, como se sabe, no ano passado, nós já iniciamos os trabalhos com os nossos parceiros brasileiros, com as empresas privadas e com os Governos de alguns Estados sobre a vacina Sputnik V, que foi a primeira vacina reconhecida na Federação da Rússia e a primeira vacina que nós começarmos a utilizar na vacinação de nossa população.

Hoje, essa vacina está reconhecida em mais do que 60 países e está sendo utilizada não só na Rússia, mas em países da Europa, na Índia, na Argentina, no México e em vários outros países.

Vou voltar à vacina Sputnik e à cooperação com o Brasil nesse sentido. No ano passado, o nosso fundo de investimento direto, que é a única instância russa que tem poder de negociar o fornecimento ou a venda de vacinas Sputnik fora das fronteiras da Rússia, assinou um contrato com a União Química e passou para essa empresa privada brasileira toda a tecnologia de produção de IFAs e de vacina própria e, como se sabe, no dia 26 de março, os primeiros IFAs produzidos aqui no Brasil, na fábrica da União Química, em Brasília, foram feitos e agora eles passam, ou já passaram, à verificação no Instituto Gamaleya, que é o detentor da patente.

Dentro em breve, nós esperamos que seja possível iniciar a produção das vacinas na fábrica da União Química, em Guarulhos. Oxalá seja nesta semana ou na semana que vem! Isso significa que a União Química e a parte brasileira têm a possibilidade de produzir vacinas e IFAs no seu Território nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de sublinhar que toda a tecnologia, todo o *know-how* foi cedido à União Química gratuitamente, sem nenhum pagamento de *royalties*. Isso é um fato importante que abre a possibilidade de que no Brasil seja produzida a vacina Sputnik V.

Outro ponto importante: nós continuamos com os nossos parceiros brasileiros, a União Química e o consórcio dos Estados do Nordeste, com um trabalho orientado para receber a permissão do uso emergencial dessa vacina no Território brasileiro. Esse trabalho se desenvolve com a Anvisa.

Nós estamos otimistas, se pensarmos que isso é muito importante, porque saímos do princípio de quanto mais vacinas nós temos mais segura pode ser a vacinação, mais organizada pode ser a vacinação.

A vacina Sputnik V foi a primeira, como eu já disse, registrada na Rússia, mas, agora, nós temos mais duas vacinas que estão registradas e que já entram no uso diário: a vacina da empresa Vector e uma vacina desenvolvida num instituto de Moscou.

Quanto à Sputnik V, é uma vacina segura, é uma vacina que dá efeito, é uma vacina que garante a proteção em mais do que 91%. E eu, como novo Embaixador da Federação da Rússia aqui, sempre estou dizendo aos meus colegas e parceiros brasileiros que estou vacinado com a Sputnik, a primeira dose eu recebi em janeiro, a segunda em fevereiro, ainda em Moscou. Caso seja necessário ter um coelho em experimentos para verificar a eficácia da vacina, eu e minha família estamos prontos para ser esses coelhos de experimento. Isso é importantíssimo.

Nós também pensamos, pode-se dizer assim, que a vacina ia ser a única direção nos estudos científicos, nos estudos médicos do sistema de tratamento dessa doença mortal. Estamos abertos para possível cooperação com as entidades brasileiras, com os cientistas brasileiros, porque reconhecemos que o Brasil tem grande potencial na indústria farmacêutica, a medicina é reconhecida mundialmente, com grande experiência no desenvolvimento dos tratamentos ligados à imunologia e proteção contra os vírus. De nossa parte, estamos abertos e vamos continuar esse trabalho em nível bilateral.

A última questão que eu gostaria de tratar é que hoje, infelizmente, o combate à pandemia em nível global se tornou uma questão um pouco ou muito politizada. Alguns países têm meios melhores de receber essas vacinas e há países que nem começaram a vacinar a sua população, mas isso é injusto, isso não corresponde às necessidades da população e da situação internacional. O Sr. Secretário-Geral da ONU, António Guterres, durante sua última visita à Rússia, no final da semana passada, disse que é necessário trabalhar muito para encontrar a resposta vacinal global. E nós estamos abertos e conscientes de que, para cada país que tenha suas vacinas próprias, cabe responsabilidade dupla.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Embaixador Alexey. Agradecido pela sua apresentação, honrado com sua presença em nossa audiência pública, esclarecedora, importante para nós todos.

A função desta Comissão é justamente ter vacinas.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 21ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Nós vamos agora passar...

Senadora Kátia, está preparada? Senadora Kátia Abreu, fala agora ou fala depois? Libere o som da caixa. (*Pausa.*)

Libere o som. Isto, agora fale, Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Pela ordem.) – Presidente, se eu puder continuar ouvindo os demais, eu não me incomodo. Eu quero ficar e ouvir todos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom. Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Rodrigo Otávio Moreira da Cruz. O Dr. Rodrigo é Secretário-Executivo do Ministério da Saúde.

Com a palavra V. Exa.

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ – Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, doutor.

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ – Obrigado pela oportunidade.

Os senhores me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sim, estou ouvindo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Senador Confúcio Moura, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores presentes aqui, na audiência pública de hoje. Cumprimento também todos que nos acompanham.

Vou fazer um breve relato sobre a situação das vacinas, em que pé que a gente está em termos contratuais, como a gente está em termos de distribuição dessas vacinas e, enfim, aplicação e cenários futuros, perspectivas para os próximos meses.

A gente tem hoje... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode continuar, doutor.

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ – Ah, sim. Pois não.

A gente formalizou o contrato de 100 milhões de doses adicionais com o imunizante Pfizer. Então, a gente totaliza hoje 200 milhões de doses Pfizer adquiridas pelo Governo Federal. O primeiro contrato começou a ser entregue em abril deste ano. Então, recebemos um milhão de doses no final do mês de abril; em maio, temos 2,5 milhões de doses, são quatro entregas semanais da ordem de 630 mil unidades cada entrega. Em junho, temos uma perspectiva de recebermos 12 milhões de doses, isso já confirmado pelo laboratório.

A expectativa é de que esse primeiro contrato finalize em setembro. Então, esses 100 milhões de doses a gente recebe em setembro. E os outros 100 milhões de doses a gente recebe, em contrato, entre outubro e dezembro. Mas já há uma sinalização, por parte do laboratório, de antecipar a primeira entrega desse segundo contrato para setembro. Então, esse seria o contrato da Pfizer dos 200 milhões de doses.

A gente tem semanalmente reunião com eles. Então, hoje a gente estará novamente com eles. É toda segunda-feira que nos encontramos com a Pfizer e, por óbvio, em todo encontro, a gente solicita que eles antecipem o máximo de doses possíveis para a gente imunizar os brasileiros.

Uma outra notícia interessante da Pfizer é que eles já protocolaram na FDA – agência regulatória americana – estudos que comprovam estabilidade da vacina em temperatura de 2 graus a 8 graus por até 30 dias, o que diminui e facilita o nosso desafio logístico com relação à distribuição da vacina.

Então, isso é o que eu trago de novidade com relação à Pfizer.

Com relação à AstraZeneca, que é produzida pelo instituto Fiocruz, a gente recebeu hoje a confirmação de envio de dois lotes, no dia 21 de maio. Então, a gente teria dois embarques, um confirmado para o dia 21, com chegada aqui no dia 22, e um planejado para o dia 28, com chegada aqui para o dia 29. A boa notícia é de que hoje recebi a confirmação de que esses dois lotes vão ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embarcados no dia 21 de maio. Então, é uma quantidade suficiente para produção de aproximadamente 18 milhões de doses. Então, isso embarca no dia 21 e chega no dia 28.

Então, a mesma medida provisória que abriu crédito extraordinário para aquisição desses 100 milhões de doses adicionais da Pfizer abriu crédito extraordinário que possibilita a aquisição de mais 50 milhões de doses da vacina AstraZeneca pelo instituto Fiocruz.

Então, se os senhores acompanham o nosso calendário, os senhores veem lá que a gente também tem 210 milhões de doses da AstraZeneca, das quais 50 milhões já estão devidamente formalizadas; as outras 50 milhões para a formalização, o que deve ocorrer até o final dessa semana. Segundo relatos da própria Fiocruz e do laboratório AstraZeneca, a informação é que gente formalize a importação de mais 50 milhões de vacinas por intermédio de IFA e, a partir daí, a gente faça a produção. E os outros 60 milhões de doses, para completar esses 210 milhões serão produzidos a partir de IFA nacional.

O contrato de transferência de tecnologia deve ser formalizado junto com o contrato de aquisição dessas 50 milhões de doses, mas a conversa tanto com o laboratório, quanto o instituto Fiocruz é, independentemente da formalização desse contrato de transferência de tecnologia, todo o processo de transferência de tecnologia já está em andamento e não fica prejudicado em seu prazo por conta da formalização.

É importante mencionar que é uma vacina nova, uma tecnologia nova para todo mundo. Foi uma vacina que foi desenvolvida de forma muito rápida e o processo de transferência de tecnologia também está sendo muito rápido. Em conversa com o laboratório, comentaram que esse processo em regra demora de dois a três anos para que seja feito na sua completude. Então, existe, de fato, esse esforço que está sendo feito.

Com relação ao Instituto Butantan, ainda há pouco, conversei com o pessoal do Instituto Butantan. Hoje teremos uma confirmação, mas existe a possibilidade de remessa do IFA do Butantan ainda no mês de maio – hoje a gente vai ter a confirmação. Agora há pouco, saiu no noticiário dia 20, mas há uma expectativa, uma sinalização para que isso chegue aqui por volta do dia 25, mas ainda pendente de confirmação por parte da China. Então, isso com relação ao Instituto Butantan.

É importante mencionar que do nosso calendário já temos 100 milhões de doses formalizadas e 30 milhões de doses pendentes de formalização por parte do Governo Federal, mas com previsão de entrega também no último trimestre do ano. É importante mencionar que esses passos que ainda precisam ser dados para concretizar essas 30 milhões de doses não atrasam o cronograma previsto para o último trimestre.

Do consórcio Covax Facility, temos 42 milhões de doses previstas. Então, 10% da nossa população – foi a sinalização que foi dada lá atrás –, das quais já recebemos 5 milhões de doses do imunizante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

AstraZeneca. Já temos a sinalização e estamos correndo para que, nesse mês ainda, recebamos 842 mil doses do imunizante Pfizer e já temos uma sinalização para julho de recebermos mais 4 milhões de doses do imunizante AstraZeneca.

É importante mencionar que o instituto Covax Facility remete as doses a partir de disponibilidade. Então, todos os imunizantes que estão aprovados na OMS pelo consórcio Covax Facility podem ser encaminhados ao País. Então, é isso que a gente tem de sinalização hoje com relação ao Covax Facility.

Com relação à Janssen, a gente tem aí uma estimativa de entrega de 38 milhões de doses. É importante mencionar que esse imunizante é dose única. E a previsão contratual é que isso seja entregue no último trimestre desse ano, mas também já existem sinalizações positivas com relação à possibilidade de antecipação dessas doses. Eles ainda estão com a produção suspensa nos Estados Unidos – isso está em análise pela FDA – e, tão logo eles retomem a produção, eles vão poder sinalizar em qual prazo conseguiriam antecipar para a gente e em qual quantidade.

Temos dois imunizantes que ainda estão em análise pela Anvisa. Um deles é a Covaxin, o imunizante indiano. A gente teve, na semana passada, a autorização por parte da Anvisa de estudos clínicos em 4,5 mil brasileiros.

Então, o Hospital Albert Einstein, que está conduzindo os estudos para a fase três – e a Anvisa recebeu esses estudos na semana passada –, analisou e autorizou que se inicie o estudo com a aplicação desse imunizante em até 4,5 mil brasileiros. E, como o Embaixador bem colocou, temos também um contrato já formalizado e assinado com o laboratório União Química para a aquisição de 10 milhões de doses do imunizante Sputnik. Temos acompanhado de perto toda a evolução e as tratativas do laboratório com a Anvisa e também temos conversas avançadas com o fundo RDIF, para, assim que aprovado o imunizante pela Anvisa, a gente possa também, pelo Governo Federal, fazer a aquisição desses imunizantes.

Temos acompanhado as tratativas dos Governadores com o fundo russo também, sabemos das tratativas para a aquisição das 38 milhões de doses. Já houve uma sinalização por parte do Ministro em custear essa aquisição, para que a gente tenha também essas 38 milhões de doses adquiridas pelos Estados incorporadas ao nosso PNI.

Bom, temos conversado também com o laboratório Sinopharm, um outro imunizante chinês, para verificar a possibilidade de antecipação de doses. Então, hoje, o nosso grande desafio, Senadores, é antecipar essas doses para o primeiro semestre. Temos hoje aí, pactuadas já, mais de 600 milhões, com essas 100 milhões de doses adicionais do imunizante Pfizer. Então, para o segundo semestre há um horizonte um pouco mais claro. Então, o nosso grande desafio hoje, de fato, é antecipar todas essas doses, e esse tem sido o nosso grande esforço. O nosso trabalho diário é antecipar essas doses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente trabalha quer seja para, com relação aos contratos já formalizados, antecipar tudo que a gente consegue antecipar. Conversamos rotineiramente com todos os laboratórios em busca de novas ofertas para o primeiro semestre. Então, com todo laboratório que se disponibilizar a ofertar imunizante para o primeiro semestre a gente conversa e já externou a vontade de adquiri-las, caso seja possível. E temos conversado também com os países que já estão num processo de imunização mais avançado com relação à sua população, se têm interesse em fazer uma troca. Uma troca em que sentido? Eventualmente, um país que já esteja avançado e não precisaria das doses agora, e a gente tem contrato com o laboratório, a gente combina com eles: "Olha, então, a minha entrega, que estava prevista para o último trimestre, em vez de ela vir para o Brasil, ela vai para você; e a sua entrega, que estava prevista para agora, este mês, ela viria para o Brasil". Então, a gente tem trabalhado dessa forma, sempre com o intuito de tentar antecipar essas doses para o primeiro semestre do ano.

Com relação a doses distribuídas, já distribuímos cerca de 84 milhões de doses. Deve sair hoje uma remessa com os três imunizantes: Pfizer, AstraZeneca e Butantan. Quanto a essa do Butantan, depois de validação com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde e com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde, existe a expectativa de se zerar aquelas pendências de segunda dose.

Eu vou só confirmar – mas fechou-se essa pauta no final de semana, depois de algumas discussões –, verificar e ter segurança com respeito à necessidade de segunda dose de CoronaVac, e isso deve sair hoje. Nós temos aí 84 milhões de doses distribuídas, e é importante mencionar, Senadores, que esse dado é o dado quando chega a dose para o Estado.

A gente tem reforçado esse discurso, porque, muitas vezes, pode-se passar a impressão de que existem 84 milhões de doses disponíveis a serem utilizadas para a imunização dos brasileiros. Então, a gente sabe que a gente distribui para o Estado e a gente atualiza a nossa base, mas que, do Estado para o Município, ainda existe uma logística a ser percorrida. E nem sempre o fato de a gente atualizar o nosso número, o nosso cronograma de doses distribuídas significa que essas doses já, imediatamente, estejam disponíveis para os Municípios. Então, a gente tem feito o esforço nesse sentido para dizer: "Olha, o.k., estão disponíveis mais de 84 milhões, mas existe um tempo que a gente sabe que é uma logística do Estado para os Municípios para que os Municípios possam fazer a imunização".

De forma bem breve, Senadores, era isso o que eu tinha para trazer e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Um abraço e obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Rodrigo, esta nossa Comissão tem vigência até dia 30 de junho próximo, e é justamente nesse período que o Presidente Rodrigo Pacheco nos encarregou de trabalhar de todas as maneiras possíveis para que chegasse a vacina no primeiro semestre. Então, nós estamos realmente precisando das vacinas que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pendentes na Anvisa. A Sputnik não é só para o Consórcio do Nordeste. O Consórcio do Norte também fez encomendas e o Consórcio de Prefeitos, liderado pelo Prefeito Gean Loureiro, com mais de 2 mil Municípios, também já tem suas encomendas prontas e o dinheiro pronto para fazer os pagamentos. Então, nós precisamos desatar o nó que é realmente um relatório técnico, que a Anvisa está solicitando, porque a gente precisa resolver isso muito rapidamente para termos a justificativa da nossa existência aqui como Comissão.

Eu gostaria muito que V. Exa., pelo jeito que o senhor fala, extremamente moderado, e também o senhor me parece ser um homem de excelentes relações, então, com isso, a gente espera que senhor faça essa intermediação necessária para que cheguem essas vacinas até junho para a gente diminuir mortes.

Eu passo a palavra agora ao Dr. João Lucas Quental Novaes de Almeida, Ministro Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Ministério de Relações Exteriores.

Com a palavra o Dr. João Lucas.

O SR. JOÃO LUCAS QUENTAL NOVAES DE ALMEIDA (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em nome do Ministro Carlos França é uma honra novamente participar desta Comissão. Eu quero deixar registrado aqui que o Itamaraty valoriza a discussão aqui neste fórum e tem toda a disposição para continuar cooperando integralmente com os Srs. Senadores para obter vacinas tão pronto seja possível.

O fato é que enfrentamos todos um quadro de escassez mundial de vacinas, sobretudo devido a limitações de capacidade fabril e de gargalos na cadeia de produção. Segundo estimativas veiculadas neste final de semana pela revista *The Economist*, com a capacidade produtiva atual, levar-se-ia cerca de 24 meses para vacinar 70% da população mundial. Estima-se que se pode chegar à produção de 10 bilhões de doses de vacinas contra a Covid este ano, mas a distribuição é altamente desigual, como todos sabemos.

O Itamaraty tem atuado, junto com outras pastas da administração pública federal, para assegurar a oferta de vacinas e insumos dentro de suas competências legais e institucionais. A nossa rede de embaixadas e consulados tem mantido contato permanente com instituições de pesquisa, empresas, governos, com vista justamente a assegurar a oferta de vacinas e a superar eventuais obstáculos locais.

O Governo Federal tem buscado priorizar a estratégia que permite a transferência de tecnologia e a produção local de vacinas. Tendo como base a lei de encomenda tecnológica, a Fiocruz assinou contrato com a AstraZeneca em setembro do ano passado, que prevê a produção de vacinas no País, inicialmente com IFA importado. A Fiocruz está finalizando o acordo de transferência de tecnologia para permitir que domine todo o ciclo de produção da vacina contra Covid. E o Instituto Butantan assinou contrato, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em setembro do ano passado, com dispositivos similares, com a farmacêutica chinesa Sinovac, responsável pela CoronaVac.

A fim de complementar essa produção local na fase crítica de demandas por vacinas, o Brasil também se associou à Covax Facility em setembro de 2020. Antes disso, em junho, já havia confirmado o seu interesse em participar plenamente da iniciativa.

Como foi dito aqui pelo Secretário Executivo Rodrigo Cruz, o Governo também firmou uma série de contratos bilaterais com alguns dos principais laboratórios internacionais. E, por força da sua competência institucional, coube justamente ao Ministério da Saúde liderar essa iniciativa e negociar diretamente com esses laboratórios. Com isso, o Brasil obteve contratos que permitem a oferta de mais de 600 milhões de doses de vacina neste ano de 2021.

Como foi bem assinalado aqui, a dificuldade nossa é de curto prazo: é a de superar esses obstáculos neste mês de maio, no próximo mês de junho, e chegar ao segundo semestre do ano com ofertas suficientes de vacinas. Para isso, o Itamaraty tem feito reiteradas gestões diplomáticas para obter licença de exportação na China e liberar os IFAs, os famosos IFAs, que são necessários à produção tanto da vacina AstraZeneca quanto da vacina do Instituto Butantan. A nossa embaixada em Pequim acompanha de perto, quase *on-line,* cada processo de autorização de exportação da vacina Oxford e tem mantido também um diálogo intenso com o Instituto Butantan.

No caso da Índia, nós também temos atuado para permitir a exportação das oito milhões de doses autorizadas pela AstraZeneca e produzidas pelo Serum Institut da Índia, que ainda não foram liberadas. Nós estamos acompanhando com muita atenção a evolução da pandemia na Índia e acolhemos integralmente os esforços da comunidade internacional para apoiar esse país nessa fase aguda da crise. Esperamos que, tão logo a situação esteja controlada na Índia, aquele país possa retornar a exportar vacinas, sobretudo para a Covax Facility, mas também, é claro, para o Brasil.

Com o avanço da vacinação em alguns países, começa também a surgir a possibilidade de excedente de doses de vacinas. Nós temos buscado identificar esses excedentes e temos realizado gestões junto a esses países para obter essas doses adicionais a título de doação, compra, adiantamento de imunizantes. Temos boas indicações a respeito disso.

Cabe ressaltar que a importação e a distribuição de vacinas e medicamentos dependem da autorização da Anvisa, e o Itamaraty tem prestado todo o apoio técnico a essa agência para realizar inspeções tempestivas em fábricas de insumos e de vacinas na China, na Índia e, mais recentemente, na própria Rússia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde a apresentação de pedido de aprovação por parte de produtores de vacinas, o Itamaraty também tem buscado facilitar o intercâmbio de informações técnicas com outras agências reguladoras de vacinas mundo afora e tem apoiado essas missões para obter dados em visitas *in loco*.

No âmbito multilateral, acho importante mencionar também que nós temos atuado para tentar consolidar um quadro legal internacional que estimule a produção e a distribuição de insumos de vacinas, inclusive a produção local. Nós participamos das principais iniciativas internacionais sobre vacinas e insumos, que são ACT Accelerator, Covax Facility e Solidarity Call to Action. Essas iniciativas, em conjunto, buscam corrigir as enormes disparidades no processo de vacinação nos diferentes países, que apenas exacerbam a desigualdade que temos verificado nessa crise sanitária.

Nós sabemos que a fase aguda da pandemia somente será superada quando todos os países tiverem as ferramentas necessárias para sua contenção e resposta. Em suma, ninguém está seguro até que todos estejam seguros.

O Brasil defende também, nos mais diversos fóruns internacionais, mecanismos e ferramentas de transferência de tecnologia para fortalecer a capacidade de produção local de vacinas, medicamentos e outros produtos médicos, sobretudo por parte de países em desenvolvimento.

Na OMS, eu queria citar que o Brasil copatrocina um projeto de resolução intitulado Fortalecimento da Produção Local de Medicamentos e Outras Tecnologias em Saúde, para melhorar o acesso, que deve ser adotado agora na próxima Assembleia Mundial da Saúde, no final do mês de maio. O Itamaraty favorece o reforço do mandato da OMS nessa área, justamente com o objetivo de apoiar os esforços brasileiros e de outros países para a promoção do acesso universal e equitativo a medicamentos, vacinas e outros insumos.

Nós estamos estudando também a participação do Brasil, em alto nível, no fórum mundial sobre produção local, também organizado pela OMS, que deve ocorrer em meados do mês junho. Esse evento deve oferecer uma plataforma importante para discussões sobre produção local e transferência de tecnologias, em especial também para países em desenvolvimento.

Também nessa linha, o Itamaraty tem mantido o diálogo com instituições de pesquisa brasileiras sobre o lançamento, pela OMS, de um *hub*, um núcleo para transferência de tecnologias relacionadas a vacinas contra a Covid. O foco inicial é justamente a tecnologia de RNA mensageiro, utilizada pela vacina da Pfizer, por exemplo. Nós acreditamos que é interesse estratégico do Brasil poder incorporar essa tecnologia de vacinas utilizada para a produção contra a Covid no País.

Muito obrigado.

Estou, é claro, à disposição para perguntas dos Srs. Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. João Lucas Quental Novaes de Almeida, o senhor bem sabe a importância do Ministério das Relações Exteriores, principalmente nas relações com a China, para que a gente possa ter o abastecimento necessário principalmente para o Butantan e, assim, para as demais vacinas.

Eu passo a palavra, agora, ao Dr. José Solla, Conselheiro Coordenador-Geral da Agência Brasileira de Cooperação.

Com a palavra o Dr. José Solla.

O SR. JOSÉ SOLLA (Para expor.) – Olá! Bom dia a todos!

Muito obrigado, em primeiro lugar, pelo convite que foi feito. É um prazer estar aqui na Casa dos senhores, na Casa do Brasil, debatendo essa questão importante sobre a Covid e a obtenção de vacinas e outros insumos para o Brasil.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que a atuação da Agência Brasileira de Cooperação é regida por um decreto de 2017 para a sua competência institucional, que é, no âmbito nacional, planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar programas e projetos de assistência em cooperação técnica e humanitária internacionais do País para o exterior e do exterior para o País, sob os formatos bilateral, trilateral ou multilateral.

Como frisou o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, o momento agora é de urgências, e a nossa missão mais imediata, mais que nunca, é a urgência no campo da saúde. Têm sido crescentes os contatos internacionais por meio da rede de postos do Brasil no exterior, sem exclusões. Tem sido uma trajetória longa.

Não é muito conhecido, mas, desde fevereiro de 2020, a ABC tem atuado em coordenação, no âmbito do Governo, para o enfrentamento à Covid. A nossa primeira ação humanitária brasileira, nesse contexto, foi o envio à China, como mala diplomática especial brasileira, de doações de quase sete toneladas que foram angariadas no Brasil para uso na China. Naquele momento, foi entregue pelo nosso embaixador em Pequim à Cruz Vermelha chinesa. Isso foi feito a pedido do Governo chinês àquela época, em fevereiro de 2020. Não apenas isso, mas o Governo brasileiro também facilitou, naquele momento, a saída de vários outros insumos que haviam sido adquiridos no Brasil, e isso seguiu para a China sem impedimento algum e com facilitação por parte do Governo Federal.

Agora, em março de 2020, após a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, a ABC passou a concentrar suas ações no enfrentamento à pandemia da Covid-19 no País e no exterior. É importante frisar que, apesar dos constrangimentos dela decorrentes, o Governo brasileiro não deixou de prestar assistência humanitária em resposta a apelos internacionais em casos de emergências e desastres, reforçando as relações exteriores do País. Eu dou um exemplo: o caso do Líbano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquela grande explosão que aconteceu no porto do Líbano, o Brasil continuou atuando nesse campo institucional, prestando assistência aos nossos irmãos Iibaneses, cuja presença aqui no Brasil é extremamente importante. E fizemos isso sem deixar de atuar na Covid-19. Na cooperação técnica, por exemplo, nós atuamos em importante projeto para fortalecer o sistema de saúde do Haiti e temos importantes ações e projetos com a Colômbia, com o Chile, com a Alemanha, com a Secretaria-Geral Ibero-Americana e com organismos das Nações Unidas. Além disso, a ABC criou e coordena um fórum de discussão e de banco de dados sobre experiências de países da América Latina e Caribe sobre estratégias para manutenção da alimentação escolar durante a pandemia.

Na cooperação humanitária, a ABC vem fazendo doações internacionais. Já são cerca de 24 países parceiros e sete organizações regionais e internacionais. Além disso, a ABC facilita o recebimento no exterior e faz o transporte para o Brasil de doações feitas ao Ministério da Saúde, a outros ministérios, a empresas estatais, a Governos de vários Estados da Federação e do Distrito Federal, a diversas prefeituras, a universidades e outras entidades brasileiras, como as Obras Sociais Irmã Dulce, na Bahia, e o Comitê Olímpico do Brasil. O Itamaraty já transportou cerca de cinco toneladas dessas doações por via aérea e também por malas diplomáticas regulares e está trazendo agora, neste trimestre, mais 20 toneladas de doações. São equipamentos de proteção individual, *kits* de testes, ventiladores pulmonares.

Além disso, a ABC vem coordenando o recebimento, no Brasil, de doações internacionais, entregues, por exemplo, pelos Estados Unidos, como no caso da doação de mil ventiladores pulmonares; pela China, de equipamentos de proteção individual; pelo Japão, de tomógrafos para o SUS e de máscaras; pela Coreia do Sul, de *kits* de testes; e até mesmo pelo pequeno San Marino, de equipamentos de proteção individual, que foram trazidos em coordenação com a Força Aérea Brasileira.

Começamos o ano de 2021 apoiando doações de oxigênio medicinal e de concentradores de oxigênio para a rede hospitalar pública e privada do Estado do Amazonas e tratando com Governos estrangeiros e outros importantes agentes no Brasil para ampliar mais ainda essa oferta.

Sobre vacina, há dois pontos: o Governo brasileiro recebeu uma oferta de doação da empresa russa PhosAgro de 50 mil doses da vacina Sputnik V, que foi encaminhada ao Ministério da Saúde e está sob análise. Além disso, o Consulado-Geral do Brasil em Nova York recebeu oferta de cooperação com o Brasil que prevê doações e intercâmbio de boas práticas com a Prefeitura de Nova York.

Diante de um possível excedente de vacinas contra a Covid nos Estados Unidos e em Nova York, em particular, nos próximos meses, a Cônsul-Geral do Brasil em Nova York, Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, tomou a iniciativa de consultar aquela prefeitura sobre a possibilidade de o Brasil vir a receber, em caráter de urgência, eventual estoque excedente de vacinas sem uso em Nova York. Em resposta, a Prefeitura de Nova York informou que se empenhará em sensibilizar as autoridades competentes norte-americanas sobre a importância de priorizar o Brasil em futuras iniciativas de doação de doses excedentes de vacinas contra a Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo em determinado momento a possibilidade de fazer ao Brasil doações de vacinas – e esperamos que esse momento chegue em breve –, a ABC também está preparada para trabalhar, sobretudo aqui na nossa região da América Latina e do Caribe, fazendo doação para atender pedidos que já chegaram aqui, mas que, pela impossibilidade que nós temos, ainda não foi possível atender. Mas esperamos que possamos vir a atender em breve, porque não podemos fazer isso com o comprometimento do abastecimento e da necessidade nacional.

Portanto, este é um momento que esperamos muito poder atuar no sentido de que podemos ajudar os nossos parceiros e países irmãos na América Latina e no Caribe e possivelmente também na África, em um momento em que o Brasil já estará com sua situação de vacina já resolvida.

Bom, essa é a atuação que tem tido a Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty, desde fevereiro de 2020. E nós continuamos com esse mesmo trabalho em 2021. A nossa meta é continuar esses mesmos objetivos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Dr. José Solla. Agradecido pelas explicações.

E agora eu passo a palavra para a Senadora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, pelo tempo de 12 minutos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Colegas Senadores e Senadoras, quero desejar uma boa semana a todos, cumprimentar os nossos convidados, que são sempre muito bem-vindos para colaborar com a nossa Comissão e com o País, na busca de vacinas: o MRE, o Embaixador russo, a ABC, o Ministério da Saúde, enfim.

Bom, Sr. Presidente, eu gostaria de pontuar algumas questões e fazer uma proposta oficial para que nós possamos, o Senado Federal, o Congresso Nacional, fazer uma investida nessa proposta que eu gostaria de colocar aqui, que não tem nenhuma novidade, pura e simplesmente, mas acho que seria um foco importante para esta Comissão e para o Senado Federal.

Em primeiro lugar, eu gostaria de registrar, como já saiu na mídia nacional, que um marinheiro... Em um navio vindo da Índia, nós já conseguimos confirmar, infelizmente, uma cepa nova da Índia. Esse cidadão marinheiro – era um cargueiro, ainda bem, porque em cargueiro são menos pessoas; se fosse um navio de turismo, seria muito pior – já está hospitalizado. E todos sabem que é uma nova cepa que já começa a ser estudada para saber se essas vacinas disponíveis no mercado que o Brasil comprou vão também servir e vão atender essa nova cepa indiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à posição americana, Sr. Presidente, na verdade ela teve vantagens e algumas... Não é desvantagem, mas não teve nenhuma novidade muito especial. Quanto às desvantagens com relação à declaração americana sobre a suspensão temporária dos direitos de propriedade intelectual relacionados à vacina contra Covid-19, o negativo é que não temos prazo, não temos data, apenas disse que isso vai demorar muito e que levará um tempo ainda não mensurável. Então, eu não tenho um cronograma de trabalho pelos americanos junto à OMC. O próprio escritório de comércio dos Estados Unidos, que tem a Embaixadora Katherine Tai como chefe – ela ficará encarregada deste trabalho –, também não coloca nenhuma previsão de quanto tempo seria isso, certo? Mesmo porque os americanos têm os fabricantes, têm os laboratórios, na verdade poderiam agilizar um pouco mais toda essa intenção para acudir à demanda do mundo.

Desculpa.

Quanto às vantagens da declaração americana, também há o outro lado: houve um reconhecimento político da excepcionalidade da hora, ou seja, no Acordo Trips, é previsto, no art. 30, que, em casos excepcionais, a suspensão de patentes ou a quebra de patentes é possível em qualquer momento. Então, esse mecanismo de licenciamento compulsório de patentes, já previsto nesse acordo, poderá ser aplicado.

Os americanos já reconheceram isso, e, em seguida, os europeus também já deram a declaração, então, que nós tanto queríamos no passado recente, de que reconhecessem que esse art. 30 do Acordo Trips está previsto neste momento de pandemia internacional, ou seja, as patentes podem ser suspensas e as patentes podem ser quebradas.

A outra vantagem dessa declaração americana e europeia é de que eles colocam praticamente que a proposta da Índia e da África do Sul com mais cem países – que o Brasil não acompanhou, infelizmente – passou a ser uma condição de ponto de partida das negociações. Antes era considerada um anátema, era uma coisa inadmissível, era criticada no mundo inteiro essa posição. Ao concordarem os Estados Unidos e também a Europa, a África do Sul e a Índia passaram a ser, então, ponto de partida das negociações. Eu quero deixar aqui os meus cumprimentos a toda a diplomacia da Índia, da África do Sul e de cem países; quero dizer que eles venceram essa parada, e isso foi muito importante para todos nós.

Em seguida, o MRE fez algumas declarações, louvando a atitude americana. Enfim, melhor mudar de posição do que permanecer na intransigência. Então, também cumprimento o MRE por ter mudado a sua posição. Isso são países e pessoas inteligentes que mudam de posição na hora certa para beneficiar as pessoas. Não há nada do que se envergonhar.

Então, eu gostaria de fazer, em primeira mão, esse registro.

Também quero registrar que recebi do nosso Senador Relator Wellington que há uma nova empresa chinesa também na expectativa de fazer parcerias com o Brasil. Aí todo aquele processo de teste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Fase III, Anvisa – US$50 milhões, mais ou menos, em investimentos se usam hoje na Fase III de qualquer vacina; é um investimento altíssimo. E eles estão dispostos. Essa nova empresa, que é o grupo Fosun – não sei se se pronuncia assim: "Fosun" ou "Fozun" –, é um dos maiores grupos chineses e quer fazer essa terceira fase conosco, combatendo a Covid-19.

Eu gostaria também de registrar, Sr. Presidente, neste meu relatório, que fique muito claro – aproveitando a presença do Embaixador russo, e eu tenho muito apreço pelo país e pelo Embaixador, que tem sido muito cordial com o País –, eu quero deixar registrado que a Sputnik na verdade não pediu o registro da vacina Sputnik no País. O que foi solicitado pela União Química foi a autorização de importação para uso emergencial. Não há nada de defeito; é só bom explicar que a Anvisa não está avaliando o pedido de registro, que teria uma documentação muito mais aprofundada. O pedido de vacina, de compra de vacina, de importação de vacina para uso emergencial tem um rito completamente diferente e, segundo a Anvisa, essa documentação não foi apresentada à Anvisa ainda, não pelo Governo russo, não pela Sputnik, mas, sim, pelo seu representante, União Química, no País.

Bem, Sr. Presidente, eu não vou repetir a quantidade de vacinas que foram colocadas aqui já pelos nossos companheiros e parceiros de mesa, mas de fato, em todas as pesquisas que eu fiz, Sr. Presidente, a CoronaVac está sem insumos, está sem IFA. Claro, pode haver o componente político? Claro que sim. De que forma? Eu vou dizer para o senhor. A disputa pelo IFA é grande, então o nosso Embaixador, na verdade, é o que faz o *lobby* positivo para o Brasil – o Embaixador chinês. Ele faz o *lobby* positivo por nós brasileiros junto à fabricante da CoronaVac. E, com os ataques que têm sido feitos pelo próprio Presidente Bolsonaro e por outros, alguns poucos membros do Governo, isso atrapalha o trabalho do Embaixador chinês no Brasil quando ele vai lá discutir e dizer que "precisamos ajudar o Brasil, o nosso grande parceiro comercial". Eu, pela minha experiência com China, pela minha experiência com o mundo – não sou uma grande especialista, mas uma estudante bem aplicada –, acredito que isso prejudica, sim, o Brasil. Mas quero registrar que de fato está faltando IFA da CoronaVac lá na China, por um simples motivo: eles abriram a vacinação em massa dos chineses. Então, o pouco que sobra... Quanto a essas declarações horríveis que têm sido feitas com relação aos chineses e à vacina CoronaVac, eu peço mais uma vez ao Chanceler França, através do Embaixador João Lucas, que por favor oriente o Governo a não nos atrapalhar. Se ele não acredita na vacina, não é a opinião geral do País. O País quer a vacina, os brasileiros querem se vacinar. Então, por favor, não atrapalhem o nosso trabalho do Congresso Nacional, do Senado Federal, para conseguir a vinda das vacinas. E peço que não prejudique o trabalho do Embaixador chinês junto ao Governo, junto ao laboratório chinês para que as vacinas possam vir.

Sr. Presidente, a minha proposta é a seguinte. A Fiocruz produzirá, provavelmente, no segundo semestre a vacina AstraZeneca. Tudo que a AstraZeneca produz, ela o produz em vários sítios no mundo: ela produz a AstraZeneca na própria Inglaterra, produz na Bélgica, produz na Índia, produz nos Estados Unidos e produz na China. Então, a AstraZeneca que vem para a Fiocruz vem da China, porque a AstraZeneca tem um contrato com esse laboratório produtor na China de entregar essas doses. E a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiocruz, por sua vez, fez o contrato com a AstraZeneca laboratório sítio chinês. Então, a nossa produção de IFA vem também da China – certo? –, que deverá e deve entregar esse IFA para vários países. Então, mais uma vez nós poderemos estar prejudicados com declarações negativas, que não ajudam o País em nada, agredindo a China de graça.

Neste momento, eu estou defendendo é o Brasil, especialmente o povo que me elegeu, no Tocantins. E eu quero é vacina. Eu não quero saber de briga entre Presidente, Governador que acredita ou não acredita na vacina chinesa. O povo brasileiro quer se vacinar e acredita que todas as vacinas produzidas no mundo autorizadas pela Anvisa estão aptas a serem aplicadas no nosso povo brasileiro.

A minha proposta, Sr. Presidente, é a seguinte. Eu conversei bastante tempo com o Presidente da Anvisa, Antonio, e eu gostaria de dizer a todos que eu confio na Anvisa. Eu confio no Presidente da Anvisa e nas suas impressões, e ele me garante que nós já temos a autorização de duas vacinas para serem vendidas para o Brasil. No caso, a Moderna, americana, e a vacina Sinopharm, que é o laboratório Sinopharm. Então, nós já temos dois laboratórios autorizados e ninguém está comprando deles, ninguém está falando com eles, porque, lá no passado, a CoronaVac é de um determinado laboratório e a Sinopharm é de outro laboratório. Qual a diferença dos dois, Presidente? A CoronaVac é de uma empresa – por favor, Sr. Presidente, já estou terminando – privada e a Sinopharm é de um laboratório governamental, igual é a Fiocruz, igual é o Butantan. Então, esse governamental, que é a Sinopharm, já está autorizado pela Anvisa e, com certeza, poderá ter IFA sobrando.

Então, são duas coisas. Primeiro, a gente deveria observar, comprar e encomendar vacinas da Sinopharm chinesa, pública, tipo Fiocruz e Butantan, é o laboratório público – comprar vacinas deles –, e, simultaneamente, Sr. Presidente, nós poderíamos fazer um acordo que não dependesse de Governo – não depende do Governo Federal, não depende do Governo estadual –, mas única e exclusivamente da Anvisa, que já autorizou a Sinopharm, e nós poderíamos não só comprar a vacina Sinopharm, mas nós poderíamos fazer um acordo de cooperação da Sinopharm com as fábricas de aftosa para nós produzirmos no Brasil a Sinopharm pública, porque sobre essa empresa pública a embaixada e o próprio Governo chinês têm mais ascendência.

Então, a minha ideia é o Brasil se transformar num *hub* de produção de vacinas. Nós deveríamos e poderíamos ser um grande sítio da Sinopharm chinesa aqui no País para fornecer a toda a América Latina, ao Caribe e oxalá poder produzir vacinas para a África

Então, nós precisamos ser um *hub*. São três fábricas que estão à disposição e com os quais nós poderemos fazer acordos com outras empresas, por exemplo, a Sputnik, se for autorizada, a Moderna, que já está autorizada. Com a CoronaVac não podemos porque já há um acordo com o Butantan, a AstraZeneca não poderia porque já tem um acordo com a Fiocruz, mas essas três fábricas, aprovadas pelo Congresso Nacional, pelo Senado, de autoria do Senador Wellington, já produzem, Sr. Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas brasileiras de aftosa: são produzidas 400 milhões de doses por ano para vacinar boi, vaca e bezerro.

Nós temos o *know-how* e, com pequenas adaptações, os donos dessas três fábricas de aftosa deverão fazer um investimento para mudar, fazer um *upgrade* para a vacina humana. Quanto a esses investimentos, esses donos dessas empresas nem querem dinheiro: se tiverem a garantia de compra da vacina pelo Governo brasileiro – e o Governo brasileiro já garantiu, o Ministério da Saúde já garantiu que comprará –, eles mesmos vão fazer o investimento. Podem tomar dinheiro emprestado, podem fazer recurso próprio, isso não nos preocupa.

Então, eu proponho uma missão de Senadores com o Ministério da Saúde, com a Anvisa, para nós irmos pessoalmente a Pequim conversar com o Governo chinês e nós instituirmos essa parceria, porque falam assim: "Kátia, vai demorar muito". Gente, demorar muito? Um ano passa ligeiro, nós já estamos no mês de maio. Daqui a pouco, o meio do ano já chegou; daqui a pouco, é Natal.

E nós vamos precisar dessas vacinas talvez e praticamente todo ano. Como a vacina da gripe, nós deveremos precisar nos vacinar todo ano. Então, nós teríamos uma estratégia de curto prazo, que é comprar vacina da Sinopharm, chinesa, que é pública, e, ao mesmo tempo, levar as empresas brasileiras de aftosa nessa missão. Eu me disponho a isso, Sr. Presidente, se o nosso Presidente Rodrigo Pacheco autorizar – e, com certeza, ele autorizará. Com V. Exa., que preside a Comissão da Covid, nós iríamos mostrar o nosso interesse e boa vontade em fechar essa cooperação, que já seria de médio e longo prazo.

O que a Anvisa projeta para essas três fábricas de vacina de aftosa funcionarem? Falei com o Presidente agora há pouco. A equipe acha, pensa e projeta que talvez, em menos de um ano, no máximo em um ano, essas três fábricas poderiam estar funcionando a pleno vapor, já para produzir as vacinas ano que vem para o Brasil e para a América Latina. Tenho certeza de que nós teremos sucesso com o apoio do embaixador chinês no Brasil. Repito: o Congresso, através da CRE, através da Comissão da Covid; a Anvisa; o Ministério da Saúde; o MRE, o Ministro França, nós poderíamos fazer essa grande missão. E vamos até lá, vamos pegar um avião e vamos atrás das vacinas para o povo brasileiro.

Então, essas são as minhas considerações, Sr. Presidente. Eu me dispenso de citar números, como disse agora há pouco, mas para o Brasil, urgentemente, a Opas tem uma importância enorme na América Latina, representa a OMS na América Latina, é uma grande parceira nossa, tem reclamado muito a Presidente da Opas – me deu um branco agora no nome dela, eu tive Covid e a memória está péssima –, que tem o maior interesse em vacinar a América Latina, tem lutado junto ao condomínio Covax Facility para mandar mais vacinas para cá, porque estão priorizando a África em detrimento da América Latina, e precisa haver um equilíbrio entre África e América Latina. Então, a Presidente da Opas pode nos ajudar. Eu tenho certeza de que principalmente a Ceva, em Minas Gerais, próxima a Belo Horizonte, e a Ourofino, que é totalmente brasileira, em São Paulo, Cravinhos, poderiam ir conosco nessa missão para trazermos vacinas de urgência para curto prazo e médio prazo. E, para longo prazo, no ano que vem, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixarmos as nossas fábricas afiadas para produzir vacinas para a América Latina inteira, para o nosso País e também para a África, para o continente africano.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Mais uma vez, parabéns pelo seu trabalho. O senhor tem sido incansável, um Senador maravilhoso. Fez aniversário ontem, já mandei mensagem, mas que Deus te ilumine e te dê uma longa vida para ajudar o povo brasileiro e o povo de Rondônia, que o senhor representa, e o meu Tocantins, claro, nunca se esqueça dele, porque o senhor nasceu em Tocantins, em Dianópolis.

Um abraço, obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, brilhante Senadora Kátia Abreu.

É justamente isso, meus amigos. A CPI olha o passado, vai atrás, é como se fosse uma delegacia de polícia investigando; e nós vamos para o futuro. E a Senadora Kátia teve uma felicidade imensa ao colocar dois pontos para trabalhar: primeiro, a busca da Sinopharm na China e também fazer funcionarem os laboratórios de produção de vacinas para animais.

Encerrada esta fase, eu quero agradecer a todos. Quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes, à Senadora Soraya Thronicke, que está presente, à Senadora Kátia Abreu, ao Senador Oriovisto Guimarães, ao Senador Izalci Lucas, ao Senador Marcos do Val, ao Senador Styvenson Valentim, à Senadora Zenaide Maia, ao Senador Esperidião Amin e ao Senador Nelsinho Trad. São eles que estão aqui nos prestigiando, e outros entram e saem por outros motivos.

Muito bem, nós temos aqui inscritos, até o momento, os Senadores Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Marcos do Val e a Senadora Soraya Thronicke. São os quatro inscritos até o presente momento.

Vou passar a palavra, em primeiro lugar, para o Senador Wellington Fagundes fazer a sua introdução, levantar os comentários gerais e as suas perguntas.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Bom dia, nosso Presidente Confúcio. Mais uma vez, quero parabenizá-lo pelo aniversário que ocorreu ontem. Com certeza, dia de muita felicidade para todos nós pela convivência que temos aqui no Senado e principalmente nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo todos os Senadores que estão conosco: Senadora Soraya; Styvenson, que é o nosso Vice-Presidente; Senadora Kátia Abreu e os nossos convidados, Sr. Presidente. A Kátia Abreu está aqui numa condição dupla de convidada e também como Senadora. Cumprimento o Embaixador da Federação da Rússia, Alexey; também o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, o Rodrigo Otávio; o Ministro Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do MRE, João Lucas Quental, e José Solla, Conselheiro Coordenador-Geral da Agência Brasileira de Cooperação.

Sr. Presidente, eu queria pedir o seguinte: ao encerrar a reunião, tenho um pequeno pronunciamento que gostaria de fazer. Eu vou agora atuar como Relator, tentar com isso dar objetividade.

Mas, olha, fiquei bem impressionado com a fala da Senadora Kátia Abreu, porque – Senadora, a senhora é psicóloga, não é? – eu percebi que a Senadora encorpou bem o objetivo desta discussão de fabricar vacinas aqui no Brasil a partir do nosso parque de indústria animal. E é muito claro, como ela disse e eu já disse aqui e repeti várias vezes: nós vamos precisar de vacina não só para este momento, o vírus está instalado, nós temos novas cepas chegando, mutações brasileiras, como o caso do Amazonas, do Rio de Janeiro, uma cepa que foi a fusão de um vírus da África do Sul, uma nova de São Paulo... Então, nós temos que fabricar a vacina, até porque o Brasil é a oitava potência mundial. A própria Organização Mundial da Saúde já reconheceu que o Brasil pode ser a solução dos brasileiros e a solução de parte do mundo, fabricando vacinas aqui em condições de abundância. Nós temos, só na veterinária, 22 laboratórios. E a Fiocruz e o Butantan também estão montando suas fábricas. Que bom! Que fiquem prontas o quanto antes possível. Nós queremos é ter abundância em produção de vacina contra o coronavírus e, quem sabe até, para outras necessidades. Daqui para frente a gente não sabe como será.

Então, eu mandei, Presidente, para V. Exa. também um documento que eu recebi da Embaixada do Brasil lá na China, em que o Consulado-Geral em Xangai informa que, em encontro na sede daquele Consulado-Geral, representantes do grupo Fosun, um dos maiores grupos empresariais privados chineses, apresentaram o interesse de duas empresas chinesas em conduzir no Brasil a transferência, os testes e transferências tecnológicas. Esse documento foi enviado a mim como Senador da República, mas eu acredito que muito mais também como Relator da Covid. Então, por isso, eu faço questão de transferir à nossa Comissão, claro, para que todos os Senadores também tenham conhecimento. Mas, como nós estamos aqui nesta audiência, com certeza alguns esclarecimentos sobre isso serão feitos.

E eu vou aqui, Sr. Presidente, direto, então, às perguntas na minha obrigação de Relator e, depois, ao final, eu gostaria de voltar a falar.

Tendo em vista que o combate à pandemia ocorre principalmente no campo da ciência, chama atenção o fato de que a audiência será realizada com diplomatas e não cientistas. Esse quadro é compreensível, já que a atual crise humanitária – 3,3 milhões de mortos – e sanitária mundial desafia todas as áreas do conhecimento. O tema entra com isso nos domínios políticos e, para o que interessa à audiência, na política internacional principalmente. Diante disso, as questões sugeridas são as seguintes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Embaixador presente: como os países que V. Exa. representa têm se colocado no tocante à flexibilização das regras de patentes para vacinas contra a Covid-19 em discussão na Organização Mundial do Comércio (OMC)? Considerando a magnitude da crise, bem como a necessidade de estabelecimento de cadeias de fornecimento regionais entre diferentes parceiros e vários países, indago: em que medida a corrida dos fabricantes para fornecer doses de vacinas dificultou o desenvolvimento conjunto de imunizantes? Enfim, o que podemos extrair da atual experiência? Quais as lições aprendidas? Como fortalecer o multilateralismo na área de saúde?

Ao Embaixador Alexey: tendo em vista que ainda pende de aprovação o uso emergencial da vacina Sputnik V e considerando que o tema é essencialmente técnico, pergunto: do ponto de vista científico, que medidas o Governo russo pretende adotar para rever a decisão? E quais países igualmente produtores de imunizantes já autorizaram o uso emergencial dessa vacina?

Ao João Lucas Quental, Ministro Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do MRE: de que maneira essas manifestações feitas pelo atual Governo contribuem para o atraso no envio do ingrediente farmacêutico ativo, o IFA, necessário à fabricação da vacina CoronaVac no Brasil?

Sr. Presidente, mais uma vez eu gostaria de fazer um esclarecimento, porque às vezes se fala muito na imprensa que nós estamos produzindo vacina: até agora, o Brasil não produziu nem uma dose de vacina, nem pelo Butantan, nem pela Fiocruz. O que nós estamos importando é o IFA pronto, ou seja, a vacina pronta, e estamos fazendo o envase. E eu esclareço que essas indústrias de saúde animal têm capacidade de, a partir da transferência da célula de trabalho ou célula-mãe, produzir 100% do IFA aqui no Brasil, com tecnologia 100% brasileira.

E aí, Ministra Kátia Abreu, eu quero, mais uma vez, salientar o papel do Ministério da Agricultura, porque foi o Ministério da Agricultura que desenvolveu exatamente a vacina de febre aftosa oleosa, que é de vírus inativado. Há mais de 20 anos, nós produzimos vacina de febre aftosa e nunca tivemos nenhum problema de escape de vírus. Ou seja, com biossegurança máxima, total.

Outro aspecto que eu gostaria de esclarecer, Sr. Presidente, para a população brasileira: o mundo já conhece o coronavírus há muitos anos, há mais de 40 anos, e o Brasil também. Nós já produzimos vacina contra o coronavírus de aves há alguns anos. Então, numa dessas fábricas... Inclusive, ao final, aqui também quero relatar que já está definida – eu acho que é melhor deixar isso para o final da sessão, não é, Sr. Presidente? – a nossa visita a essas fábricas. Também já temos data e vamos falar aqui no final.

Mas o importante, para trazer até uma esperança para a população brasileira: nós temos tecnologia e podemos produzir o IFA 100% nacional. E, ainda, uma dessas fábricas que nós vamos visitar detém – e é brasileira inclusive, a Ourofino – a tecnologia tanto do vírus ativado, numa mesma fábrica, são duas fábricas, e a outra também, em que fazem clonagem, podem fazer vacina a partir do RNA transferido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as duas tecnologias, não só a da fábrica da vacina de febre aftosa; uma dessas fábricas em que nós vamos estar detém essa tecnologia.

Então, esse documento da China, como foi colocado aqui pela Senadora Kátia Abreu, é fundamental. Eu não sei, Senadora, se será necessário, mas eu acho que a sugestão de V. Exa. de irmos à Índia com uma delegação é perfeitamente possível. Podemos ir lá tratar isso, inclusive com o Ministro das Relações Exteriores. Cada dia perdido é um dia a menos que a gente tem de esperança.

Então, nós já estamos discutindo essa possibilidade da produção da vacina utilizando o parque de saúde animal, que, repito aqui, tem 22 fábricas, enquanto nós estamos reduzidos hoje só à Fiocruz e ao Butantan, que, na verdade, não são fábricas, estão montando as suas fábricas agora, são pequeninhas as fábricas, são muito mais institutos de pesquisa, e com muito valor – a gente tem que parabenizar o trabalho do Butantan, o trabalho da Fiocruz e, claro, outras tantas pesquisas que estamos fazendo aqui. A Universidade de São Paulo, bem como a UnB, me procuraram na semana passada. Eles já estão na segunda fase, e podem chegar à segunda e à terceira. Agora, precisam também dos recursos, no caso específico, de investimento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, Sr. Presidente, além das perguntas, eu gostaria aqui também de deixar, principalmente, uma consideração. Acredito que nós vamos ter que fazer um mutirão, a partir desta Comissão, porque a nossa Comissão, como V. Exa. colocou, é para buscar solução, e a solução, neste nosso momento, é vacina, vacina e vacina. Então, acho que nós temos que fazer um mutirão e, agora, nos reunir com todas as alternativas que já se oferecem ao Brasil, para que nós possamos produzir vacinas com 100% de tecnologia nacional, com novas pesquisas que estão fazendo e, claro, também até com transferência de tecnologia, independentemente de quebra de patente.

E, olha, é importante que o Brasil esteja aberto nesse momento, e nós temos que abraçar a todos. A crise é mundial. Ela não pertence só ao Brasil ou a qualquer país do mundo, e nenhum pais do mundo tem a solução sozinho também, muito menos os Estados Unidos.

Por isso, Sr. Presidente, eu agradeço e, ao final, gostaria de voltar a falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington.

Senador Wellington, o senhor fez três perguntas. Eu anotei uma para o Dr. João Lucas e outra para o Embaixador Alexei. E a outra eu não sei a quem dirigir, a primeira que o senhor fez.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A primeira ficou livre, Sr. Presidente, e eu fiz questão, inclusive, como todas, de mandar aí para a Mesa, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles já tenham à mão – pelo menos eu pedi que entregassem a cada um –, e eles ficam livres para, se quiser, responder.

Mas a primeira é assim, ao embaixador, é mais específica para o embaixador, mas ela é livre.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom.

Nós vamos focar as perguntas para quem V. Exa. dirigiu.

Então, vou passar a palavra, primeiro, para o Embaixador João Lucas.

O SR. JOÃO LUCAS QUENTAL NOVAES DE ALMEIDA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, agradeço também ao Senador Relator por seus comentários e suas perguntas. E também à Senadora Kátia Abreu, tenha certeza de que o Ministério do Itamaraty apoiará integralmente uma missão deste Senado, junto com a Anvisa e o Ministério da Saúde, caso assim seja decidido. A nossa Embaixada em Pequim está às ordens, assim como os consulados do Brasil na China.

Bom, eu queria aproveitar também, Senador Wellington, e comentar alguns dos outros temas que o senhor mencionou.

Primeiro, dizer que o Itamaraty coincide plenamente com o objetivo de intensificar a fabricação de vacinas plenamente no Brasil. Estamos dispostos a apoiar, no que for possível, dentro das nossas competências, qualquer medida que caminhe nesse sentido. Nós temos conhecimento, sim, desse contato da empresa Fosun com o nosso consulado em Xangai, nós transmitimos essa informação prontamente aos órgãos competentes aqui no Brasil. Parece-nos uma informação promissora que deve ser realmente, devidamente explorada.

E aqui eu queria fazer um parêntese: nós devemos, de fato, louvar a China nesse sentido, porque a China é o país que realmente tem mais tem exportado IFAs e vacinas nesse momento de pandemia. A China exportou metade de toda a sua produção. Nenhum outro país chega perto disso, e nós reconhecemos plenamente esse esforço gigantesco da China para ajudar o mundo e o Brasil, em particular, neste momento.

A questão das patentes, isso foi mencionado também pela Senadora Kátia Abreu. De fato, eu gosto sempre de citar o economista britânico Maynard Keynes. Ele falava que, quando os fatos mudam, as opiniões também precisam ser ajustadas. E, de fato, uma vez que os Estados Unidos manifestaram sua intenção de flexibilizar sua posição nas negociações de propriedade intelectual, o cenário como um todo se alterou, e o Brasil, como todos os outros atores, precisa refletir e, eventualmente, ajustar a sua posição. Nós entendemos que o Acordo TRIPs estabelece um marco legal equilibrado, com incentivos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

flexibilidades para proteção de propriedade intelectual, mas também, em casos necessários, para o uso público. E temos louvado a posição dos Estados Unidos de flexibilizar uma posição histórica.

Estamos nos encaixando, via nossa missão junto à OMC em Genebra, para tentar negociar com os Estados Unidos e outros países um acordo que seja aceito por todos, mas, nesse meio tempo, o Brasil copatrocina uma iniciativa, junto com a Austrália, Canadá, Chile e outros, justamente voltada a promover a fabricação local e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento.

Uma última palavra muito rapidamente sobre a questão que o senhor diretamente endereçou a mim com relação aos IFAs: a Embaixada da China aqui em Brasília, inclusive, tem afirmado que 80% de toda a exportação de IFA daquele país teve como destino o Brasil. Nós verificamos, com base nas estatísticas comerciais chinesas de exportação de IFAs e vacinas – porque aí eles não fazem uma discriminação entre os dois –, e o Brasil foi o segundo maior destino de exportação no ano passado, e, neste ano, em que nós não estamos importando vacinas da China, apenas IFAs, somos o terceiro, mas provavelmente chegaremos ao segundo e ao primeiro colocado ao final do ano, se as tendências atuais permanecerem.

Então, nós vemos que a nossa relação com a China tem permitido que o Brasil mantenha sua importância como destino de IFAs e vacinas daquele país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, agora eu passo a palavra ao Exmo. Sr. Embaixador Alexey Labetskiy, da Rússia.

Por favor, Embaixador, está com a palavra.

O SR. ALEXEY LABETSKIY (Para expor.) – Bom dia.

Como percebo, há três questões que foram colocadas. A primeira é a das regras de patentes quanto às vacinas (*Falha no áudio.*)

... ao produtor brasileiro todo *know-how* de produção da vacina Sputnik V. Isso significa que nós estamos abertos a negociar a concessão dos direitos para os produtores locais.

Quanto ao Acordo TRIPs, essa é uma questão um pouco mais complicada e deve ser ponderada e estudada no âmbito da Organização Mundial do Comércio, mas nós compreendemos que agora há um rompimento das patentes ou a passagem dos direitos para os países produtores, que é uma questão central na produção das vacinas mundialmente. E estamos abertos a cooperar com os nossos parceiros tanto ao nível bilateral quanto ao nível da Organização Mundial do Comércio, mas sublinho que nós estamos transferindo esta tecnologia nossa para os nossos parceiros já, agora. E o exemplo disso é a União Química, que é uma empresa brasileira privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à questão ligada às questões científicas que nós devemos tomar para facilitar o registro de emergência da vacina russa no Brasil, o processo está dentro das regras adotadas e que existem no Brasil.

E os nossos parceiros brasileiros, como eu já disse, que são União Química e Consórcio dos Estados do Nordeste, fornecem esses documentos que eles recebem do investidor do Instituto Gamaleya. Estamos otimistas e eu não vejo nenhuma necessidade de correção disso. Nós partimos do princípio de que a vacina é necessária para o Brasil. Se a parte brasileira está interessada em receber essa vacina, nós vamos continuar trabalhando e resolvendo as questões que ainda ficam pendentes. Tudo depende da parte brasileira. Nós estávamos abertos, como eu já disse.

E, afinal, a última, a terceira questão, o que nós pensamos sobre multilateralismo e as ações de todos os Estados no combate à pandemia. Nós estamos convencidos de que só conjuntamente, com os outros Estados, a comunidade internacional pode dar solução à pandemia, cooperando com o objetivo de encontrar soluções, como eu já disse, nas três frentes principais: vacinação da população, estudo de sistemas de medicamentos que são necessários para tratar a doença e estudo das consequências da própria doença e do próprio vírus. Então, nessas três direções, nós estamos já abertos à cooperação multilateral, que agora é necessária, porque os egoísmos nacionais, as tentativas de dar solução aos problemas só de um país ou de uma região não resultarão, porque aparecem novas cepas. As novas ameaças dessas cepas tornam necessária a cooperação conjunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Há mais algum... Algum dos nossos convidados quer responder a algum dos questionamentos? Algum dos nossos convidados quer responder a alguma das perguntas do Senador Wellington Fagundes? (*Pausa.*)

Estão todas respondidas.

Muito bem, vamos para frente.

Agora, passo a sua palavra ao Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Consegue me ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Primeiro, meus parabéns! Não dei ontem parabéns pelo aniversário. Muita felicidade e vida tranquila!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Kátia Abreu pode contar comigo, subscrevo, apoio e sou voluntário, e o Senador Wellington também, para fazer essas visitas onde quiser, onde for.

A minha pergunta, depois de ouvir... Eu tinha várias perguntas aqui, mas, depois de ouvir o Embaixador Alexey Labetskiy... Não sei se é assim que se pronuncia. Após ouvi-lo, me causou uma insistência. E volto a uma insistência, desde a sessão passada com a Anvisa, em relação à aquisição da vacina Sputnik. Se todos aqui falam a mesma língua de produção ou de aquisição e já há um discurso, um relato de que houve doação de 50 mil doses de Sputnik, o próprio Ministério da Saúde fez uma compra estimada de 10 milhões da mesma vacina e, sabendo – a pergunta é para o nosso Embaixador Alexey – que a Anvisa, por cinco a zero, rejeitou a entrada dessa vacina no nosso País, baseada pelo princípio da precaução, porque não sabe os efeitos colaterais que ela pode ter no organismo humano; sabendo que o senhor, Embaixador, foi um dos que tomou; sabendo também que 60 países também tomaram, a pergunta que eu fiz à Anvisa foi se já existia algum efeito colateral, como trombose, algo do gênero causado pela vacina Sputnik.

E eu vejo o senhor como um ser humano igual a mim, não há diferença, com o mesmo organismo, e tomou uma vacina que está sendo ainda negada pelo nosso País. A minha pergunta é: eu tive conhecimento, através do Twitter, que o Sr. Kirill Dmitriev, que é o Presidente do Fundo Russo, rebateu a Anvisa e disse que vai processar a agência por difamação. Isso não seria um desgaste diplomático entre os países, uma vez que precisa entrar na justiça brasileira para comprovar ou senão para mostrar que não existe essa difamação em relação à vacina? A primeira pergunta é se causa algum mal-estar entre as nossas diplomacias.

E a segunda pergunta é: o senhor atribui esse motivo da negativa da Anvisa meramente ao que foi argumentado, à falta desse estudo que a Rússia não enviou sobre os efeitos colaterais, ou o senhor acho que há algum viés político, como o próprio Dmitriev falou também nas redes sociais, quando disse que existe uma grande influência dos americanos na compra da vacina Sputnik?

São essas duas perguntas que eu faço para o nosso Embaixador aqui presente, já que a gente está tratando de embaixadores e aquisição de vacina.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Styvenson Valentim.

E eu passo a palavra para o nosso Embaixador Alexey.

O SR. ALEXEY LABETSKIY (Para expor.) – Muito obrigado pelas questões que foram colocadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, se está politizada ou não está politizada a questão da aquisição de vacinas, eu não quero comentar isto, porque nós saímos do princípio de que, caso a parte brasileira esteja interessada, nós estamos abertos a trabalhar e trabalhamos. Como já disse, nós trabalhamos através das instâncias brasileiras, pela parte da União Química, que é uma empresa privada, e o consórcio dos Estados do Nordeste, que também trabalham para dar solução a este problema de registro de uso de emergência.

Quanto às palavras do Sr. Kirill Dmitriev que foram divulgados aqui e por todo lado, são as emoções, mas nós estamos na terra firme. E esta terra firme significa que nós estamos abertos, como eu já sublinhei, a trabalhar, a trabalhar!

Quanto aos efeitos colaterais da vacina, mais de 15 milhões de russos já receberam a vacinas Suptnik sem efeitos colaterais ligados à trombose, ou alguma coisa destas. Como disse no início, na minha primeira intervenção aqui na Comissão, hoje, eu sou um exemplo dito vivo de eficácia da Sputnik. Estou aberto, caso seja necessário, para servir como um exemplo de um coelho de experimento. Mas eu sei que os diplomatas brasileiros em Moscou também se vacinaram com a Sputnik sem nenhum problema colateral.

Sim, existe certa concorrência, em nível mundial, no domínio das vacinas, mas nós negamos a mínima possibilidade de atuar nesse domínio das vacinas no sentido de concorrer. Nós estamos sublinhando que nós estamos abertos e que todos que estão interessados podem utilizar a vacina nossa, basta só negociar com o fundo. Existem as regras internas que devem ser observadas, sim, e, caso seja necessário, nós estamos abertos a fornecer toda a informação necessária segundo os regulamentos internos de cada país.

O último exemplo de eficácia da vacina e de que esta vacina está sendo utilizada mundialmente é a Índia. A Índia é um dos maiores produtores de produtos farmacêuticos e um dos maiores produtores de IFAs no mundo. A Índia autorizou o uso da Sputnik, e a gente, na Índia, está vacinada. Outro exemplo é o seu vizinho, a Argentina. Lá mais de três milhões de doses já foram utilizadas. Existe uma empresa argentina que vai começar a produzir IFA lá. Outro exemplo é o México, que também recebeu a vacina e está utilizando a Sputnik V na vacinação da sua própria população, sem falar dos Estados vizinhos da Rússia – Cazaquistão e Bielorrússia – ou mesmo dos Estados-membros da União Europeia, como Eslovênia e Hungria. Então, são mais de 60 Estados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, tendo sido respondido o Senador Styvenson Valentim, eu passo a palavra ao Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom dia a todos! (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar, Senador Marcos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vocês me escutam? (*Pausa.*)

Estão conseguindo me escutar?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito! Pode falar.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – A minha pergunta vai para o Rodrigo Cruz, do Ministério da Saúde.

Na CPI da Covid, sobre a vacina Pfizer, foi perguntado ao Presidente da América Latina qual o período da segunda dose, e ele confirmou que seria de 21 dias. Agora, no *site* do Ministério da Saúde, está se dizendo que, da primeira para a segunda dose da Pfizer, são três meses, o que vai de encontro à informação dada pelo Presidente da Pfizer, a de que seriam 21 dias.

Eu queria saber, então, do Rodrigo Cruz por que o Ministério da Saúde está se posicionando com três meses de prazo entre a primeira dose e a segunda (*Falha no áudio.*)

... dose da vacina da Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Seu som não está bom, Senador Marcos do Val. O senhor poderia repetir a pergunta. Seu som cortou. Por favor, Marcos...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você pode repetir o final da sua pergunta?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vou repetir a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Repetindo a pergunta... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está muito ruim o seu som, Marcos. O seu som não está chegando a ninguém. Alguma coisa está acontecendo aí no seu som. (*Pausa.*)

Pode continuar. (*Pausa.*)

Não está... Marcos, nós não estamos conseguindo ouvi-lo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – No *site* do Ministério da Saúde... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Marcos, eu vou passar a palavra para a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiramente, parabéns pelo seu aniversário! Que Deus o abençoe e lhe dê muita saúde, muita paz, muita felicidade, muita força na sua missão!

Quero cumprimentar todos os Senadores.

Quero também cumprimentar todos os nossos convidados. É muito boa esta reunião de hoje.

O Marcos estava falando da minha pergunta, e eu já ia pedir para não falar. Fui eu que fiz a pergunta do prazo.

Eu perguntei qual era o prazo, colega Marcos, mas aí você começou a falar, e deu problema no seu áudio.

Perguntei qual era o prazo da Pfizer, e o Sr. Carlos Murillo disse que eram 21 dias. Aí eu vi uma reportagem em que uma grávida também leu a bula. Fomos atrás, e são 21 dias. Um colega meu, que até foi indicado para o TST agora, o Dr. Amaury, desembargador de Mato Grosso do Sul, que eu encontrei na sexta-feira, me disse: "Soraya, eu estou muito feliz. Eu tomei a da Pfizer, e o meu retorno está marcado no meu cartão de vacinação para agosto". Aí eu disse: "Dr. Amaury, cuidado, porque eu ouvi da Pfizer e agora me disseram sobre a bula... E nós já estamos nos preparando por conta dessa questão".

Sr. Secretário Rodrigo, do Ministério da Saúde, eu estou enviando hoje para vocês também um ofício alertando sobre essa questão. Se a Pfizer está nos enviando cem milhões de doses agora e nos garantiu mais cem, nós precisamos administrar essa dose para a segunda dose ser dada em 21 dias, porque o que todos nós queremos... A gente escuta da boca do Presidente o tempo todo que precisamos voltar a movimentar a economia, mas, sem as vacinas, sem o trabalho correto com cada vacina – uma é diferente da outra –, nós não teremos isso. Nós poderemos ter uma grande confusão aí, um grande problema com a questão... O laboratório garante que são 21 dias, e nós não podemos dizer que são três meses, porque não existem estudos sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já nem ia mais pedir a palavra, mas, como deu errado o áudio do nosso amigo, eu gostaria de saber do senhor sobre isso.

Agora, para terminar, eu quero dizer ao João Lucas, representante do Ministério das Relações Exteriores... Quero mandar os meus parabéns. Eu não tive ainda a oportunidade de visitar ou de estar com o nosso novo Chanceler Carlos França. Eu quero dizer a ele... O senhor mande o meu abraço. Eu conheci o chanceler quando ele estava na Presidência, na Diretoria ou na chefia do Planalto, viajando com o Presidente Jair Bolsonaro, e eu gostei muito dele desde então. Vejo nele uma pessoa bastante serena, que tem trabalhado já para apagar incêndios, para segurar as pontas. Então, eu estou muito feliz e já conversei com integrantes do próprio Ministério das Relações Exteriores, que disseram que ali paira uma certa paz, graças a Deus, no ar.

Então, quero parabenizar e dizer que o que importa... Aqueles que são governistas têm que entender que o que importa para o Governo dar certo é trazer paz e sermos técnicos, absolutamente técnicos neste momento. Aquele que conseguir unir os brasileiros neste momento tão difícil que nós vivemos vai ser realmente um gênio e vai ser coroado, porque, aí, sim, nós teremos sucesso em absolutamente tudo.

Uma coisa eu posso garantir em relação ao Senado Federal: se vocês forem analisar todas as medidas provisórias, todas as iniciativas do Governo Federal, nós temos conseguido êxito. E, quando o tema é votar pelo Brasil, não se pode negar, nós temos conseguido uma votação, na maioria das vezes, unânime ou de uma maioria muito tranquila. Nós temos ganhado com folga nas votações, e isso mostra união. Na hora das dificuldades, precisamos ter união, porque isso interessa a todos. E aí o tempo vai julgar o trabalho de cada um. Então, se é de direita, de esquerda ou de centro, isso não importa; cada eleitor vai conseguir analisar que o seu candidato, o seu Parlamentar, o seu representante fez a parte dele.

Então, quero parabenizar e desejar toda a sorte do mundo para o Ministério das Relações Exteriores, na mão do Chanceler Carlos França, que tem se mostrado realmente um técnico.

Eu estou satisfeita em relação às demais situações. Só peço ao Rodrigo que nos dê essa resposta.

Secretário, eu agradeço.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Soraya.

Eu consulto o Senador Marcos do Val se ele já está em condição de falar. (*Pausa.*)

Com a palavra o Marcos, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Bom dia! Peço desculpas a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora o som está excelente!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Peço desculpas a todos.

Sobre a minha pergunta, a minha querida Senadora e amiga Soraya Thronicke acabou falando, o que me ajudou. A pergunta é a mesma, que eu queria perguntar ao Rodrigo Cruz, porque aqui, no Estado, foi dada a primeira dose da Pfizer, e o Estado está seguindo os critérios que estão até no *site* do Ministério da Saúde – eu tenho o *link* que enviaram para mim –, dizendo que a vacina tem melhor efeito depois de três meses, sendo que, durante a CPI da Covid, da qual eu faço parte, o Presidente da América Latina da Pfizer foi muito taxativo, dizendo que, de uma dose para a segunda dose, são 21 dias, não três meses.

Então, esse é o meu questionamento, porque nós precisamos ter logo a segunda dose aplicada da Pfizer, dentro dos critérios da própria fábrica, da própria empresa, de que seriam 21 dias. E aí o meu questionamento é este: por que no *link* do Ministério da Saúde constam três meses?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, agora eu vou passar...

Então, Rodrigo Otávio e João Lucas, já, já, vocês respondem.

Vamos passar a palavra para o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, são duas coisas: primeiro, quero parabenizar V. Exa. pelo aniversário ontem e registrar, com muita tristeza, que ontem houve o falecimento do meu amigo, colega nosso da Câmara Federal e, depois, Prefeito de São Paulo, Bruno Covas – foi muito triste –, aos 41 anos.

Presidente, eu recebi um material que queria compartilhar com toda a Comissão da Covid. Eu não sei se eu falo no final ou agora.

Agora, eu precisava colocar, com relação a esse assunto, a questão do Brics. Tanto a Índia, quanto a China, quanto a Rússia fazem parte, são integrantes do Brics. Diante disso, não deveria haver condições mais favoráveis ou uma negociação das vacinas com o Brics? Alguém pode falar sobre essa questão, se houve ou não algum equívoco na tratativa dessas ações com relação à vacina?

Também, Presidente, há a informação de que o Governo brasileiro avaliou que apenas dois países hoje devem contar com excedentes significativos para envio de imunizantes para o exterior nos próximos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meses, que são os Estados Unidos e o Reino Unido. Poderiam confirmar esta informação, se só são esses dois países mesmo?

Agora, Presidente, eu precisava falar um pouquinho sobre o acórdão que nós recebemos. Nós aprovamos, na Comissão da Covid, um requerimento de auditoria – foi aprovado pela Comissão –, e o Tribunal de Contas da União mandou agora o Acórdão 1.119, de 2021, que foi exatamente o pedido que fiz, sobre a auditoria dos recursos federais repassados para o tratamento da Covid aqui no Distrito Federal. Eu coloquei no grupo agora o relatório, mas quero adiantar que realmente foram muitas as irregularidades apuradas no relatório. São mais de 50 páginas, que eu coloquei no grupo. Houve, realmente, direcionamento de contratações, indícios de sobrepreço para superfaturamento, majoração do valor registrado em ata de preço, ausência de estimativa de preço para contratar serviço de gestão integrada de leitos, ausência de documentação exigida como condição de habilitação das empresas contratadas, dispensa de licitação que deveria acontecer, no caso, no hospital de campanha. Então, são inúmeras as irregularidades.

Eu vou mandar cópia também para a CPI da Covid, mas isso é fruto de um documento aprovado por esta Comissão, a Comissão da Covid nacional. Então, está disponível no grupo.

Agradeço a V. Exa. não só por ter colocado em pauta, bem como, de fato, pela importância dessas informações para apurar desvios de recursos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sobre o relatório do Senador Izalci Lucas, eu peço à Comissão que o remeta ao Tribunal de Contas da União para as devidas averiguações e que, depois, retorne com o relatório, para que a gente possa trabalhar e encaminhar ao Ministério Público, à Procuradoria-Geral do Estado e à Câmara Distrital, enfim, a todos os órgãos responsáveis.

Vamos às respostas.

Tenho três convidados para responder.

Primeiro, o Rodrigo Otávio, o João Lucas... Eu não estou vendo mais o Embaixador russo, mas, se estiver alguém representando-o, vai responder ao Senador Izalci sobre os Brics.

Rodrigo Otávio, também há uma pergunta do Senador Izalci sobre onde há excedentes de vacinas, se são nos Estados Unidos ou Reino Unido.

Então, são elas.

Com a palavra, Rodrigo Otávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Rodrigo Otávio.

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio pela palavra, aproveito também para parabenizá-lo pelo aniversário. Sou natural de Porto Velho também, lá do Estado de Rondônia, então, parabéns, Senador.

Respondendo aqui aos questionamentos, acho importante esclarecer, nessa questão da Pfizer, de fato, o PNI validou, em conjunto com o Conass e Conasems, essa estratégia de espaçamento das doses, menciono que o Reino Unido e o Canadá praticaram também esse espaçamento das doses. É válido lembrar que a gente não alterou, enfim, de 21 dias para até três meses, para até 90 dias, 12 semanas, na realidade. Existe essa possibilidade. Então, quando se avalia uma quantidade de vacinas não compatível com a nossa demanda, em prol de vacinar mais pessoas com uma dose, adotou-se essa estratégia de poder espaçar por até 12 semanas.

Quando a gente volta para um cenário onde a disponibilidade de vacina é adequada ou suficientemente razoável para a quantidade da população, a gente volta para o prazo de 21 dias para poder imunizar.

Então, eu posso encaminhar, Senador, toda a documentação técnica que foi utilizada para se chegar a essa decisão, mas, enfim, entendeu-se isso – que, com uma dose, há sim um percentual de imunização interessante – e levou-se em consideração que... Neste momento, em que a quantidade de doses não é suficientemente adequada para imunizar toda a população, achou-se interessante fazer esse espaçamento para se imunizar, pelo menos com a primeira dose, uma maior quantidade de pessoas. Essa prática foi adotada em outros países, como no Canadá e no Reino Unido.

Então, assim, é algo momentâneo, até a gente ter uma quantidade de doses mais adequada, enfim, ao desafio que é imunizar toda a população.

Se os senhores acharem interessante, posso encaminhar toda a documentação técnica que foi utilizada para que o PNI tomasse essa decisão em conjunto com o Conass e Conasems. Foram ouvidos especialistas, e tomou-se essa decisão de se proceder dessa forma.

Com relação ao questionamento do Senador Izalci Lucas sobre onde há excedente, a gente tem conversado com países, como Estados Unidos, Reino Unido, enfim. A gente acompanha aqui os dados mundiais e com aqueles países que estão mais acelerados na vacinação a gente conversa e sabe que existem contratos ainda a serem entregues com relação a doses de vacinas. A gente tem conversado com aquela estratégia de ou tentar adquirir essas doses que porventura seriam entregues e os países que já estão mais avançados talvez não necessitem neste momento, ou então, fazer uma troca, em que sentido? Como a gente tem já alguns contratos firmados com esse laboratório e uma entrega prevista para setembro, por exemplo, se eles topariam fazer uma troca: em vez de receberem essas doses agora, o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receberia essas doses agora e as doses que estariam previstas para serem entregues ao Brasil em setembro iriam para o laboratório. Então, a gente tem conversado com esses dois países para ver se a gente consegue de alguma forma acessar e antecipar a entrega das doses aqui no País.

Era isso, Senador. Não sei se me fiz claro, mas posso remeter a documentação completa à Comissão, a nota técnica, enfim, tudo que foi utilizado para que se chegasse a essa decisão de espaçamento de prazo da Pfizer de 21 dias para 12 semanas. O que motivou de fato foi imunizar com pelo menos uma dose, num breve espaço de tempo, a maior quantidade de brasileiros, sabendo que alguns países, como Reino Unido e Canadá, adotaram essa estratégia e que há uma sinalização de boa proteção com uma única dose com relação a esse imunizante.

Então, se os senhores acharem pertinente, encaminho para a Comissão essa documentação toda.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Otávio, agradecido.

Passo a palavra para o Embaixador João Lucas.

O SR. JOÃO LUCAS QUENTAL NOVAES DE ALMEIDA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Em resposta às perguntas do Senador Izalci, primeiramente, sobre a questão dos Brics. O Brics é um mecanismo extremamente ativo na área da saúde, tem reuniões ministeriais anuais e, nesse ínterim, reuniões de nível técnico sobre os mais variados temas. De fato, desde o início de 2020, mesmo antes, vamos dizer, de a pandemia se tornar tão aguda como de fato está hoje, havia discussões para estabelecer um centro dos Brics sobre vacinas, desenvolver novas vacinas, distribuir vacinas e compartilhar tecnologias. Infelizmente, essas discussões não avançaram tão rápido quanto nós gostaríamos, talvez até em parte por conta da prioridade que todos nós estamos atribuindo ao combate à pandemia. As negociações sobre vacinas têm ocorrido, de modo geral, bilateralmente, com os governos e com as empresas. No Brics há discussões substantivas sobre vacinas, mas as negociações de contratos em si ocorrem em outro foro, nesse foro bilateral.

Segundo, sobre a questão de excedentes, de fato, como o Secretário Rodrigo Cruz mencionou, nós temos estudado várias opções para adquirir, obter doações ou intercâmbio de excedente de vacinas. Falamos com autoridades de países como Austrália, Canadá, até mesmo Hong Kong, mas, no momento, os dois países que nos parecem mais promissores são Estados Unidos e Reino Unido. Há conversações em andamento com os dois países, por meio das nossas embaixadas, diretamente entre autoridades sanitárias. O Ministro da Saúde manteve encontro recentemente com o Dr. Fauci, que é o especialista americano para assuntos de pandemia, e isso ocupa também questões de vacina. Então, nós de fato estamos explorando todas as frentes possíveis, mas, no momento, os dois países que parecem mais promissores são Estados Unidos e Reino Unido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Lucas.

Assim, respondidos todos os nossos Senadores, eu vou dispensar os nossos convidados, que podem cuidar de suas agendas. Muito agradecido a todos, Dr. José Solla, sobre a Agência Brasileira de Cooperação, que explicou tão bem o trabalho que faz, solidário, compartilhado com todos os países do mundo. Muito obrigado a V. Exa. Muito obrigado, Dr. João Lucas Quental, já é nosso conhecido, extremamente simpático e não deixa perguntas sem respostas; Dr. Rodrigo Otávio Moreira da Cruz, jovem gestor público, tive a felicidade de saber que é de lá de Porto Velho, nosso conterrâneo, muito obrigado por sua participação sempre ativa aqui conosco, prestigiando a nossa Comissão. O Embaixador Alexey teve um problema, vai ficar uma pergunta do Izalci sem resposta, porque ele teve um problema de som, de tecnologia e não foi possível continuar. A Senadora Kátia Abreu trouxe para nós uma proposta diferente, proposta especial de participação de corpo presente aonde for preciso ir para aproximar laboratórios, principalmente o Sinopharm, que é um laboratório governamental chinês, para também fazer esses acordos de cooperação com o Brasil, com várias instituições, entre elas, o laboratório de saúde animal.

Então, eu libero todos os convidados, mas ficam os Senadores, porque o Wellington Fagundes ainda tem uma pergunta, uma viagem para fazer e ele vai explicar agora.

Então, muito obrigado a todos os senhores. Querendo se retirar, podem se retirar, podem fechar a página. Muito agradecido pela presença honrosa.

Passo a palavra, neste momento, ao nosso querido Relator, Wellington Fagundes, para duas considerações e explicações.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero fazer a leitura de um pronunciamento, mas, antes disso, quero comunicar à Comissão que estive com a Ministra Flávia Arruda, a Ministra de Governo. E, por autorização do próprio Presidente Bolsonaro, já ficou definida a visita nossa aos dois laboratórios: laboratório Ceva, lá em Belo Horizonte, junto a Juatuba, vizinho de Belo Horizonte; bem como também em Ribeirão Preto, em Cravinhos, há o laboratório da Ourofino. Isso tudo seria na sexta-feira pela manhã. Está convidado, já está definida a presença do Ministro da Saúde, Ministro Marcelo Queiroga. O próprio Ministro Queiroga também convidou a OMS (Organização Mundial de Saúde) e eu sugeri que também convidasse a Opas – até a Senadora Kátia falou agora há pouco, a Presidente da Opas, Cristina – e a Anvisa, já está definida também a presença da Anvisa. Saliento que com a Anvisa já tive conversas nesta semana passada, eles já fizeram visita virtual, nesta semana estão concluindo essas visitas aos laboratórios, e eles ficaram bem impressionados com a capacidade de produção dessas indústrias. Como eu disse aqui antes, a Ourofino tem a capacidade... São duas fábricas em uma só: inclusive uma fábrica que fabrica vacina de febre aftosa a partir, então, do vírus inativado, e eles têm uma segunda fábrica no mesmo espaço que é também de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clonagem, que pode fazer, então, também a transferência de RNA. Então, nós temos a possibilidade de buscar lá fora duas tecnologias.

Repito aqui mais uma vez para aqueles que estão nos assistindo: o Brasil, até agora, importou ou vacina embalada, ou o IFA pronto, com que a vacina é envasada no Butantan ou na Fiocruz. Até hoje nós não fabricamos uma dose de vacina; só importamos a vacina. E há muitas perguntas das pessoas: "Mas, vem cá, o Brasil pode fabricar o IFA?". Eu quero responder que "sim", pela resposta que tivemos dessas empresas; todo o IFA seria produzido no Brasil, 100% tecnologia nacional, a partir da transferência da célula de trabalho ou célula-mãe. E, como já foi colocado aqui pela Senadora Kátia Abreu, eu já entreguei, inclusive, um documento em que empresas chinesas já se colocam à disposição da transferência tecnológica, inclusive das duas tecnologias: tanto da CoronaVac, como também a tecnologia da Pfizer, que foi feita em conjunto também com a China. Eles também têm à disposição – os chineses – de fazer a transferência tecnológica. Muito bom. A União Química também já tem essa tratativa com a Sputnik. É mais uma alternativa que nós teremos de produzir, porque a indústria da União Química – eles alegam – já está pronta.

E outra coisa: em todas as audiências que nós mantivemos com o Butantan e a Fiocruz... O Butantan, principalmente, nos garantiu – V. Exa. se lembra bem, não é, Presidente? – que eles poderiam fazer também a transferência tecnológica e isso estaria contratualmente, ou seja, outras empresas poderiam ser como se fosse comodatárias deles.

Então, eu penso que, mais do que nunca... E agora eu deixo para V. Exa. definir a delegação. Vamos acertar ainda a questão do avião. E isso foi muito bem combinado, e eu conversei com a Ministra: "Olha, o Presidente Confúcio é quem vai definir os representantes da Comissão". Ela também ficou de convidar alguns Deputados Federais. E, como a nossa Comissão é composta só de Senadores, então é responsabilidade de V. Exa. definir.

E, como eu vou hoje à tarde para Brasília, eu queria pedir a V. Exa., inclusive, a possibilidade de nos reunirmos amanhã.

Além disso, Sr. Presidente, as empresas já estão, segundo a informação, totalmente preparadas para nos receberem, inclusive para passar todas as informações técnicas.

E eu quero agora concluir, fazendo aqui o meu pronunciamento, Sr. Presidente, até porque também toda a assessoria tem nos ajudado, há o trabalho da consultoria, e eu não quero deixar de registrar.

A tragédia sanitária e socioeconômica da pandemia da Covid-19 lançou uma luz definitiva sobre a imperiosa e urgente necessidade de cooperação internacional a fim de proteger a humanidade de crises de saúde pública, que, infelizmente, tendem a se tornar frequentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diplomacia brasileira é mundialmente reconhecida pela excelência profissional dos seus quadros e pela histórica seriedade de seus compromissos com a segurança, a justiça e a paz globais e está pronta para cumprir o papel que lhe cabe empreitada cooperativa.

Pronto está, igualmente, o Congresso brasileiro, espelho das aspirações e dos legítimos interesses nacionais, como comprovam recentes iniciativas da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, a nossa Senadora Kátia Abreu, sempre respaldadas pela chancela do nosso Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco, e pela entusiástica adesão de todos nós.

Aliás, na sintética formulação do Presidente Pacheco, o Brasil, neste momento, se vê diante de duas alternativas, e somente duas: união ou caos. E estou convicto de que esse raciocínio pode ser transplantado para o cenário internacional. Enquanto perdurar a pandemia, dificilmente a aeronave econômica mundial conquistará altitude e velocidade de cruzeiro.

Esta Comissão temporária, presidida pelo Senador Confúcio Moura e por mim relatada, também trabalha atenta a essa missão. Nossa pauta de hoje traz mais uma vez à baila a cooperação entre o Brasil e alguns dos nossos mais importantes parceiros internacionais no enfrentamento ao novo coronavírus e às suas mutações, que estão preocupando muito mais o mundo.

Como sempre faço questão de assinalar, entre as tarefas de responsabilidade deste Colegiado, destaca-se a ampla disponibilização de dados, informações e conhecimentos a uma população traumatizada pelo drama humanitário da pandemia e frequentemente desorientada por um bombardeio diuturno de relatos contraditórios e nem sempre procedentes e também por uma avalanche de termos técnicos e científicos pouco acessíveis ao leigo, como costuma ocorrer com as questões de política e economia internacionais.

O nosso povo já sabe muito bem que fora da vacina não há salvação. Nossa luta tem sido incessante para garantir que os imunizantes saiam daqui, que esses imunizantes saiam das planilhas de oficiais e cheguem ao posto de saúde mais próximo e, daí, para o braço de todos.

Quero relatar, Sr. Presidente, que ontem venceu o meu prazo dos 30 dias da primeira dose, e, aqui no Mato Grosso, na minha cidade, em Cuiabá, não temos a segunda dose. Dizem que vai chegar hoje. Isso tudo causa uma certa preocupação. Dados recentes mostram uma redução de 35% dos óbitos por Covid-19, na comparação entre os dez primeiros dias do corrente mês e o mesmo período em abril último. Tendo vacina, está demonstrado que cai o número de mortes. Enquanto isso, o número de casos de contaminação recuou 20%.

O Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, acaba de anunciar que, até o final deste ano, chegarão ao Brasil 100 milhões de doses de vacinas da Pfizer. Ora, por paradoxais que pareçam, esses progressos iniciais só contribuem para acirrar as ansiedades de quem ainda não foi imunizado e se pergunta: "Afinal, quando chegará a minha vez?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A insegurança é agravada com as notícias de que a Índia, grande produtora de insumos, está restringindo drasticamente as suas exportações, de maneira a fazer frente a uma nova onda de contágio que atingiu sua imensa população, ou então que consórcios estaduais foram impedidos de finalizar a compra de milhões de doses de vacina russa Sputnik por entraves burocráticos da vigilância sanitária, ou ainda de que a produção da CoronaVac pelo Instituto Butantan pode parar neste fim de semana. Aliás, já parou, por falta de IFA proveniente da China. Oxalá os depoimentos que hoje fizemos aqui continuem realmente com essa perspectiva de que poderemos, verdadeiramente, conseguir as vacinas, sejam produzidas no Brasil, sejam importadas.

Da minha parte, peço vênia para utilizar os minutos finais dessa primeira intervenção para atualizar V. Exas. e o grande público que acompanha os nossos trabalhos sobre uma iniciativa que considero altamente promissora. Os maiores laboratórios de produtos de saúde animal, filiados ao Sindan, e parceiros de sucesso mundial da pecuária brasileira dispõem-se a colaborar com o significativo aumento dos estoques de vacinas já contratualizadas pelo Ministério da Saúde. Para tanto, essas empresas são capazes de fabricar em pouco tempo centenas de milhões de doses contra a Covid, em regime de dedicação exclusiva, em conformidade com os mais rigorosos padrões internacionais de biossegurança e rastreabilidade. E com uma grande vantagem adicional: sem depender da importação do IFA.

De maneira a garantir segurança jurídica para essa temporária conversão de estruturas industriais obedecendo a todas as regras sanitárias, projeto de lei de minha autoria, já aprovado no Senado, foi enviado agora à Câmara dos Deputados. E eu quero aqui, Sr. Presidente, fazer um apelo ao Presidente Arthur Lira e às lideranças da Câmara dos Deputados para que a gente possa votar também, em regime de urgência, e nomear logo o Relator. Senadora Kátia Abreu, Líder Izalci, todos os Senadores, vamos fazer esse apelo à Câmara para que a gente possa votar essa matéria, se possível, ainda esta semana ou na semana que vem.

E, ainda, paralelamente a isso, a Anvisa já deu sinal verde a essa iniciativa, que conta com expresso apoio do Ministro da Saúde, da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e também da Presidência da Casa.

Estamos ansiosos pela concretização desse empreendimento, cujo êxito agora só depende da conclusão de entendimentos com as indústrias chinesas Sinovac e o Instituto Butantan para a transferência de tecnologia. Além disso, as outras empresas de que já falamos aqui tanto eu quanto a Senadora Kátia Abreu. Mais um importante desafio na construção da estrutura internacional colaborativa à qual todos aspiramos.

Com isso então, Sr. Presidente, acredito que foi mais uma reunião em que conseguimos esclarecer e trazer um fio de esperança a todos os brasileiros. Por isso, eu quero agradecer aqui imensamente ao próprio Presidente Bolsonaro, à Ministra Flávia Arruda e ao Ministro Queiroga, que já se colocou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

totalmente à disposição, inclusive com embarcação em condições para que a gente possa fazer essa visita, em apenas um dia, na sexta-feira, às duas grandes plantas de indústrias.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington.

Senador Wellington, vai num dia e volta no mesmo dia, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso. Sairíamos bem cedo, primeiro a Ribeirão Preto e depois a Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Deixe-me lhe explicar. Então, daqui, logicamente, vai V.Exa., e eu gostaria muito que a Senadora Kátia Abreu, que tem muito conhecimento, também fosse. Há dois aliados aí de primeira ordem, que são Izalci e Nelsinho Trad, e o Styvenson Valentim vai me representando. Então são esses. Se mais algum Senador desejar participar, avise. Então, vai o Wellington, a Senadora Kátia, o Senador Izalci, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim. Qualquer um que, por acaso, não possa viajar, avise a mim ou ao Senador Wellington, que ele vai fazer a substituição, porque são cinco, não é?

Temos aqui, para fechar a nossa audiência pública maravilhosa, uma votação em bloco de assuntos, temas extrapauta.

Proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento do Senado Federal, a votação em bloco de todos os itens da pauta.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2021

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Cidadania, João Roma, informações sobre a redução no número de beneficiários no programa Bolsa Família nas regiões norte e nordeste entre os meses de dezembro de 2020 e fevereiro de 2021.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 72, DE 2021

Convida, para audiência pública, Drª Melania Maria Ramos de Amorim, ginecologista e obstetra, integrante do Grupo Brasileiro de Estudos de COVID-19 e Gravidez.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro

São esses os requerimentos.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados em votação em bloco.

Encerramento.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 21 de maio, sexta-feira, às 10h, para uma audiência pública muito especial, justamente com especialistas, para debater o impacto da contaminação da Covid na gravidez, nas gestantes e nas lactantes. É um requerimento da Senadora Daniella Ribeiro.

Eu declaro, neste momento, encerrada a presente reunião.

Uma boa tarde a todos os nossos companheiros.

Muito obrigado à Kátia por ter se apresentado aqui e muito agradecido pelas parabenizações que vocês dirigiram a mim. Eu fiquei calado porque, depois de certa idade, é melhor deixar passar... (*Risos.*)

Pode falar, Senadora Soraya. Fale, Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Eu peço desculpas porque estou fazendo duas reuniões aqui simultaneamente.

Seria só para o senhor me confirmar rapidamente a resposta do Secretário do Ministério da Saúde em relação ao prazo de vacinação da Pfizer de 21 dias ou de três meses... Com o que ele se comprometeu? Porque eu tive que me desligar por um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ele falou o seguinte: que, devido à pequena quantidade que está chegando, eles estão vacinando e pedindo um prazo maior até que cheguem outras doses. Mas eu vou, em nome da Comissão, Senadora Soraya, fazer um expediente hoje para que ele responda oficialmente e eu possa fazer a leitura para a senhora. Então, era só isso mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É preocupante...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Um abraço para você.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Um abraço a todos.

Está encerrada a nossa audiência.

Um abração para todos vocês.

Até logo.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Marcos do Val e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência pública com o objetivo de debater o impacto da contaminação pela COVID19 nas gestantes e lactantes, debater sobre o impacto do crescente aumento da busca popular por atendimento e tratamento médico das sequelas ocasionadas pela contaminação por COVID-19 no Brasil e debater a necessidade de alterar o plano nacional de vacinação em decorrência do quantitativo de jovens internados por causa do COVID 19. **Participantes:** Bruno Leandro de Souza, Conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba (CRM-PB); Marcos Nakamura Pereira, Médico no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz); Irma de Godoy, Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT); Melania Maria Ramos de Amorim, Ginecologista e obstetra, integrante do Grupo Brasileiro de Estudos de COVID-19 e Gravidez; Sérgio Yoshimasa Okane, Secretário de Atenção Especializada à saúde - SAES; Eduardo Baptistella, Presidente da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF); Adriana Suely de Oliveira Melo, Médica especialista em Medicina Fetal; Antônio Rodrigues Braga Neto Antônio Rodrigues Braga Neto, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas para Saúde, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde.; e Ângelo Roberto Gonçalves, Coordenador Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 73, de 2021** que: "Recomenda: 1. Providências que garantam a imediata inclusão das gestantes e lactantes no grupo prioritário do Plano Nacional de Imunização contra COVID-19 e o restabelecimento da disponibilidade das vacinas seguras e recomendadas às mesmas; 2. A urgente inclusão das orientações às grávidas e lactantes nas campanhas publicitárias de utilidade pública quanto aos cuidados preventivos e temas relacionados à vacinação para si e para os nascituros." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/21

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, que termina no dia 30 de junho, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

Por isso, sempre está aqui o Ministro Paulo Guedes ou alguém do Ministério da Economia para falar justamente da situação fiscal e da execução orçamentária.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através da função "levantar a mão" do aplicativo. Todos os Senadores já sabem como funciona.

A ordem da fala será primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

Como a autora do requerimento é a Senadora Daniella Ribeiro, nesse caso, após o Relator, eu vou passar a palavra para ela com a distinção de ser a autora desse requerimento.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião se trata de audiência pública com o objetivo de debater o impacto da contaminação pela Covid-19 nas gestantes e lactantes, de debater sobre o impacto do crescente aumento da busca popular por atendimento e tratamento médico das sequelas ocasionadas pela contaminação da Covid-19 no Brasil e de debater a necessidade de alterar o plano nacional de vacinação em decorrência do quantitativo de jovens internados por causa da Covid-19, em atendimento aos Requerimentos 21, 42, 66 e 72, de 2021.

Contamos com a presença dos seguintes convidados e convidadas: Dra. Adriana Suely de Oliveira Melo, médica especialista em Medicina Fetal; Bruno Leandro de Souza, Conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba; Marcos Nakamura Pereira, médico no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz); Eduardo Baptistella, Presidente da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial; Irma de Godoy, Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia; Sérgio Yoshimasa Okane, Secretário de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde; Antônio Rodrigues Braga Neto, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas para Saúde, da Secretária de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde – há muita gente; não sei se vai dar tempo de todo mundo falar –; e Melania Maria Ramos de Amorim, ginecologista e obstetra, integrante do Grupo Brasileiro de Estudos de Covid-19 e Gravidez.

Muito bom! Excelente!

Ontem, meus caros amigos, convidados, Senadores e Senadoras, falei, à noite, com o Dr. Antônio Rodrigues Braga Neto. Ele tem um compromisso no Palácio do Planalto daqui a pouco. Ele vai abrir, vai falar. Vou conceder a ele a primeira fala. Ele vai ficar aqui um tempo; depois ele se ausenta, e ficará aqui um substituto do Ministério da Saúde para tratar do assunto.

Então, você me ajude aqui com o controle do pessoal. Há muita gente.

Então, vamos assim... Eu creio que podem ser dez minutos, para não ficar muito longo, de oito a dez minutos para cada um deles.

Vamos entrar de cara, sem muitas saudações, objetivamente, no tema, para que dê tempo para os nossos Senadores e Senadoras fazerem as perguntas, como também o público em geral.

Vamos começar!

Então, eu passo a palavra...

Os autores do requerimento, quero registar. Desculpem! Aqui eu falei só da Daniella Ribeiro, mas também há a Senadora Rose de Freitas. Também darei a ela prioridade na fala. As Senadoras Rose de Freitas e Daniella Ribeiro são as duas Senadoras interessadas nesse tema. Logo a seguir, eu já passo a palavra para que elas já façam suas considerações. Já podem fazer suas perguntas, seus comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos lá!

Dr. Antônio Rodrigues Braga Neto está com a palavra – são entre oito e dez minutos. (*Pausa.*)

Ele está presente?

Está. Olhe aí!

Pronto, Braga, você pode falar!

O SR. SÉRGIO YOSHIMASA OKANE – Eu acho que houve algum engano. Eu sou Sérgio Okane, Secretário de Atenção Especializada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah é? O que houve aqui?

O SR. SÉRGIO YOSHIMASA OKANE – Eu acho que fizeram algum acesso errado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Antônio Braga Neto é o Ministro, não é, não?

O SR. SÉRGIO YOSHIMASA OKANE – Não, não, não. O Ministro é o Marcelo Queiroga.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não. Falo do Ministro da Defesa, o Braga Netto.

O SR. SÉRGIO YOSHIMASA OKANE – Eu não sei se o pessoal da Saps está aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, eu vou só aqui... Vou passar aqui, enquanto a gente arruma para o nome certo, com o cargo. Desculpa! Vamos ver aqui.

Vou passar a palavra, primeiro, então, para uma mulher, para a Dra. Adriana Suely de Oliveira Melo, médica especializada em Medicina Fetal.

Se estiver presente na sala, Dra. Adriana, pode começar a falar. (*Pausa.*)

Dra. Adriana? (*Pausa.*)

Dra. Adriana?

Não estou vendo a Dra. Adriana.

O Bruno Leandro de Souza é Conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba. É paraibano!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO LEANDRO DE SOUZA (Para expor.) – Isso!

Muito bom dia, Senador, Senadoras, todos os presentes!

Eu gostaria, se possível, de compartilhar minha tela, para mostrar o que eu tenho a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente! Aí mesmo, no seu *link*, embaixo, na página, você pode compartilhar. Há a nomenclatura em verde "compartilhar tela".

O SR. BRUNO LEANDRO DE SOUZA – O.k.! Muito obrigado.

Prometo ser breve, mas, primeiro, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui presente para falar sobre esse importante tema de saúde pública. Eu, como doutorando em Bioética e mestre em Saúde Coletiva, além de pediatra e de participar das decisões do conselho, tenho a honra aqui de trazer a nossa voz para essa discussão.

Eu não tenho nenhum conflito de interesse dentro desse painel. Vou falar um pouco sobre as ações que nós fizemos, sobre o "Médicos contra o coronavírus", as gestantes como grupo de risco, as vacinas para gestantes e pontos para reflexão. Após tudo isso, concluirei a minha fala.

Nós temos um programa no Conselho Regional de Medicina, Senadores e pessoas que estão nos assistindo, que é o programa chamado "Médicos contra o coronavírus". Ele foi instituído pelo conselho antes mesmo do primeiro caso de coronavírus aqui na Paraíba.

Nós já realizamos 186 visitas em 103 Municípios. Na Paraíba nós temos 223 Municípios, mas esses 103 abarcam cerca de 80% da população de modo geral. Nós já percorremos mais de 26 mil quilômetros e, dentre os serviços que nós visitamos, visitamos bastantes maternidades. E nós vimos a realidade, Senadores, de como as gestantes estavam sendo acometidas gravemente com essa comorbidade, com esse vírus a mais, independentemente de terem ou não terem comorbidade. Isso gera um sentimento, porque, em princípio, no começo da pandemia, a gestante, por dados trazidos de Wuhan, na China, nem eram consideradas como grupo de risco ou pessoas com condição de risco, mas logo vieram outros estudos mais robustos que mudaram essa realidade. Então, no início da pandemia, não havia dados sugestivos de que grávidas teriam maior risco, mas houve outros estudos, grandes, inclusive, no nosso Estado... A Dra. Melania deve falar depois, minha professora, e deve evidenciar os achados existentes.

Eu trago, só para exemplificar, um que foi agora publicado, no dia 22 de abril, portanto há um mês. É um grande estudo liderado por pesquisadores de Oxford, mas é um estudo multicêntrico de mais de 18 países. Esse estudo colocou realmente em evidência bastantes dados importantes em relação à mortalidade, à morbidade que as gestantes sofrem quando estão infectadas com a Covid-19, comparando com gestantes que não tiveram a infecção pela Covid-19, de uma forma bem pareada. Então, foi um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudo bem elaborado, metodologicamente bem feito, que trago aqui só para exemplificar esse monte de letrinhas.

Só quero dizer que quem tem Covid-19, mesmo que não tenha sintomas, já tem um risco maior de ter hipertensão e desfechos negativos como pré-eclampsia e eclampsia, mesmo que não tenha sintomas, ou seja, mesmo gestante com Covid assintomática. Quando elas têm algum sintoma, praticamente todas as possibilidades de comorbidade, inclusive mortalidade materna, são aumentadas, é claro.

E ainda separa por sintomas. Que sintomas seriam esses que levariam a uma maior probabilidade, inclusive, de morbidade e comorbidade? Então, a gente já tem dados científicos mais do que suficientes para entender quais são os maiores riscos e como fazer a triagem correta em relação a esses pacientes.

Trago dados da Paraíba, Srs. Senadores, que não tenho nenhum orgulho de apresentar, porque são dados tristes em relação à mortalidade materna. O nosso Estado tem alto índice de mortalidade materna. De 2015 até 2019, a mortalidade materna girou em torno de 38 óbitos, passando por um pico de 49 em 2016. No ano passado, já foram 55 óbitos, sendo 10 deles por Covid-19. E, quando eu trago dados deste ano, que eu colhi anteontem, é pior ainda, porque tivemos até maio 30 óbitos – lembro que a gente tinha uma série de 38 ao longo de um ano; estamos no mês de maio e já foram 30 óbitos –, sendo que 16 desses, 53%, foram confirmados por Covid-19 e 10%, ou seja, 3 foram por síndrome respiratória não especificada. Se nós somarmos isso, dois terços, praticamente, das gestantes já morreram neste ano, aqui na Paraíba, em decorrência de Covid ou de síndrome respiratória aguda grave, o que mostra ainda mais a importância de falarmos sobre esse tema.

Em relação às vacinas para gestantes, é importante entender que nenhuma delas utiliza vírus vivo e que todas as técnicas já empregadas na fabricação dessas vacinas já foram utilizadas para a proteção de outras doenças, como H1N1 ou até mesmo Ebola, na África.

Existe uma grande dificuldade, senhores, para a gente fazer pesquisa em crianças e em gestantes. São dilemas bioéticos da autonomia, da justiça, da não maleficência e da beneficência. Então, quando a gente traz toda a questão desse dilema da dificuldade que temos de apresentar estudos convincentes para gestantes, a gente sempre vai ter que ficar pesando o risco e o benefício.

O que se sabe até hoje? O PNI introduziu as gestantes e as lactantes como uma possibilidade na vacinação. Entretanto, por um único evento que, infelizmente, teve um desfecho com óbito, houve a recomendação de não utilizarmos a vacina AstraZeneca. As gestantes que já a utilizaram, na primeira dose, deverão fazer a segunda dose após 45 dias depois do parto, ou seja, depois do período puerperal. Porém, essa recomendação está em constante atualização.

Eu trago para todos hoje uma nota conjunta das sociedades, da Sociedade de Pediatria, da de Imunologia, da Associação Médica. Essa atualização foi feita agora pela manhã. Eu tive que atualizar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, a minha apresentação. Essas autoridades, essas sociedades, em conjunto, em resumo, recomendam... Elas reconhecem, na verdade, que as gestantes têm maior risco de morbidade, de mortalidade, maior risco de prematuridade e óbito fetal, mas recomendam a suspensão temporária do uso da vacina AstraZeneca e, adicionalmente, sugerem que haja uma interrupção das gestantes sem comorbidades para qualquer vacina.

É uma decisão que vai estar em constante atualização. Isso é só uma recomendação, por enquanto, das sociedades e da Associação Médica Brasileira e das federadas. Porém, ela precisa ser muito bem vista, porque o risco que a gestante tem em relação aos eventos e à mortalidade e às complicações pode ser – e tende a ser – muito maior do que os riscos em relação a essas vacinas. Então, por uma preocupação, o que alguns chamam de excesso de zelo, a Anvisa e as federadas fazem essa recomendação em relação à AstraZeneca, e as federadas e as associações fazem essa recomendação adicional para que as gestantes sem comorbidades, puérperas sem comorbidades não se vacinem. Lembro mais uma vez: isso está em constante atualização.

Agora é importante também entender que, apesar dessa recomendação para as gestantes sem comorbidades, as gestantes com comorbidades, ou seja, aquelas que têm pressão alta, que têm diabetes, elas continuam sendo recomendadas para tomar, no Brasil, a CoronaVac e a Pfizer, que são as disponíveis, porque obviamente, quando você tem uma gestação e, além disso, uma comorbidade, o risco se torna ainda maior.

Eu trago aqui para os senhores, e gostaria da atenção de todos, este ponto de reflexão: e se a gestante, Senador Confúcio, for menor de 18 anos? Como é que a gente faz? Se ela for uma gestante de 14 anos com comorbidade? Nós já temos hoje no Brasil vacinas que são aprovadas por órgãos muito bem recomendados e conceituados, como o FDA e o EMA, da Europa. É feito em Israel, é feito no Canadá, é feito nos Estados Unidos. Até no Chile já há pesquisa com crianças a partir de três anos. Nós temos vários artigos científicos de revistas renomadas que trazem essa indicação. Nós temos o próprio CDC, o Centro de Controle de Doenças norte-americano, que já está vacinando adolescentes a partir de 12 anos ou mais. E aí eu me preocupo, inclusive como médico pediatra, com como a gente pode discutir para incluir no PNI a recomendação de vacinar gestantes, porque, infelizmente, nós sabemos que temos gestantes menores de idade. Nós temos gestantes precoces, com menos de 14 anos de idade. Isso é uma grande realidade. Então, trago esse ponto de reflexão.

E também, para finalizar, trago outro ponto de discussão: e os demais adolescentes com comorbidades? E aquele grupo que tem, por exemplo, diabetes tipo 1, anemia falciforme, asma grave? O que nós estamos esperando? Nós já temos uma vacina que tem uma boa resposta, que é a da Pfizer, que já foi estudada, que já foi avaliada e que, inclusive, nos órgãos de autoridades de países importantes, já foi autorizada. Então, trago aqui como ponto de reflexão e como proposta nós avançarmos também nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido, para que pelo menos crianças acima de 12 anos com comorbidades sejam incluídas com urgência no PNI.

Para concluir, é importante – e agradeço demais a oportunidade – nós discutirmos aqui a questão da promoção de saúde à população. Geralmente, a gente só discute doença, mas a gente está discutindo aqui promoção de saúde. As gestantes são, reconhecidamente, um grupo de risco, e quem fala isso é a ciência, não é uma opinião de especialista. Nós precisamos evitar ainda mais uma geração de órfãos da Covid. Infelizmente, várias puérperas estão falecendo, e com isso mais crianças ficam desamparadas. Isso é um problema gravíssimo no nosso País. As vacinas são importantíssimas para a prevenção da doença, com as outras medidas sanitárias, mas estaremos sempre atentos a atualizações. É necessário, em minha opinião – e trago como proposta –, ampliar a vacinação para gestantes com comorbidades com 12 anos ou mais, para a vacina que já temos, no Brasil, aprovada. E também trago como proposta importante proteger os demais adolescentes com comorbidades a partir dos 12 anos, também com a vacina aprovada.

Era isso que eu queria trazer para os senhores. E fico à disposição para perguntas e questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Bruno de Souza, pela sua apresentação importante.

Agora vamos passar a nossa dúvida aqui para o Dr. Okane e para o Dr. Braga, do Ministério da Saúde.

Então, eu vou passar para o Dr. Sérgio Yoshimasa Okane, Secretário de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde, para justamente fazer a sua apresentação. Logo depois, é o Dr. Braga.

Dr. Sérgio Okane.

O SR. SÉRGIO YOSHIMASA OKANE (Para expor.) – Senador, em relação a esse tema discutido, isso está na Saps, com o Dr. Antônio Braga.

Em relação a vacinação, eu não sei se há alguém da SDS na reunião. Também está com eles.

Na pauta da reunião de hoje, o que estaria com a Saes seria a parte da reabilitação pós-Covid.

Eu vou esperar, então, chegar a esse tema e, aí, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, o senhor pode falar, Dr. Sérgio, sobre a reabilitação, porque a sequela está dentro dessa pauta de hoje. Então, pode usar aí seus cinco, ou oito, ou dez minutos, à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO YOSHIMASA OKANE – Vou pedir para o Ângelo, que é da Coordenação de Saúde da Pessoa com Deficiência, que é quem cuida dessa parte.

O SR. ÂNGELO ROBERTO GONÇALVES (Para expor.) – Bom dia, Senadores; bom dia, demais convidados.

Meu nome é Ângelo, eu faço a Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência.

Como o Dr. Sérgio comentou, a importância da reabilitação pós-Covid está no norte aqui da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde desde o ano passado.

É importante colocar que as características que os pacientes desenvolvem – sejam eles internados, sejam eles pós-alta – têm sido motivo de estudos. Normalmente, quando esses pacientes já vinham, por conta da internação, com a síndrome do imobilismo, a nossa coordenação, em março do ano passado, já emitiu uma nota informativa para toda a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, para que recebesse esse paciente e começasse fazer as intervenções e reabilitação pós-Covid. Então, desde março do ano passado, já está no nosso norte para podermos fazer o recebimento desse paciente.

É importante colocar também que não só a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência como outros centros de reabilitações que são integrados ao Ministério da Saúde também apresentaram propostas individuais de fazer essa reabilitação, pensando que eu tenho sequelas neurológicas, sequelas funcionais, psicológicas e sobretudo as cardiorrespiratórias. E para isso nós já desenvolvemos notas informativas de orientações sobre quais técnicas poderiam ser mais evidenciadas, poderiam ser mais utilizadas para esse tipo de paciente.

Para desenvolver isso, contamos com o apoio de algumas instituições. Destaco aqui a Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória, que compartilhou com a gente os materiais com evidências científicas, estudos bastante interessantes e mostrou o quão importante é esse tipo de reabilitação.

O que nós temos hoje é um projeto que nós desenvolvemos, que está sob a análise da nossa Secretaria, e que tem alguns eixos. E esses eixos são bastante importantes, seja no desenvolvimento de um próprio protocolo para nortear toda a nossa rede ou capacitação de profissionais. E eu posso já adiantar que, na primeira quinzena de junho, vai ser disponibilizado via Una-SUS um curso de reabilitação pós-Covid desenvolvido para todos os profissionais de reabilitação. Esse curso vai ter uma característica de nortear, seja na reabilitação neuromuscular, reabilitação cardiorrespiratória e também a reabilitação pensando nos aspectos psicológicos dos pacientes. Esse curso vai ser disponibilizado no próprio *site* da Una-SUS, no *site* do Ministério da Saúde – vou fazer ampla divulgação. Ele tem 30 horas e, por objetivo, fazer esse tipo de orientação. É importante nós colocarmos isso porque muitos que estão em grandes centros têm acesso à informação, só que a característica continental do nosso País evidencia que outras regiões precisam de algum tipo de norte, de algum tipo de treinamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outros pontos desse projeto – que está em análise ainda – vão fazer bastante diferença, mas é importante destacar para vocês que o tema da reabilitação pós-Covid já está no norte do Ministério da Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada, desde março do ano passado. E nós, já, no nosso centro, temos feito ações de intervenções, mostrando que isso é extremamente importante. Gira em torno de 5% a 10% aqueles que mantêm sequelas graves. Acho que a nossa ação e que o nosso olhar de inserção desse paciente na nossa rede é bastante importante.

O SR. SÉRGIO YOSHIMASA OKANE (Para expor.) – Presidente, nós ficamos à disposição para questionamentos.

Quero salientar que a gente teve uma reunião, recentemente, com a Associação Brasileira de Medicina Física e Reabilitação e que nós estamos marcando oficinas para fazer essa discussão sobre a reabilitação, para a gente estudar a experiência desses grandes centros, aqui do Brasil, nesse tipo de tratamento, haja vista que, apesar de as sequelas serem muito semelhantes às de outras doenças, é uma doença nova e a gente ainda está precisando ter conhecimento de qual é a situação, de qual é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Okane, Dr. Ângelo, agradecido pela participação. É um tema muito rico, muito amplo. Vamos, aqui, ao próximo. Agora é o Dr. Braga, Antônio Braga, do Ministério da Saúde.

O SR. ANTÔNIO RODRIGUES BRAGA NETO (Para expor.) – Olá, bom dia a todos e todas. Quero saudar o amigo, Senador Confúcio Moura, a quem agradeço, em nome da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde do Brasil, a honrosa oportunidade de estar aqui com vocês. Quero saudar os colegas Senadores, os meus amigos médicos, o Nakamura, a Melania, que eu consigo ver aqui na tela.

Quero dizer que o chamamento à Casa do Senado para falar do enfrentamento da pandemia de Covid-19 num recorte específico da população obstétrica é um enorme desafio.

A saúde das gestantes e puérperas do Brasil tem sido tema de grande atenção ao longo dos últimos 20 anos, infelizmente, nem sempre com os resultados desejáveis para a as gestantes brasileiras.

Aqui, apenas para historiar, no ano 2000, o Brasil foi signatário das chamadas metas do milênio, que consistiam em um conjunto de ações para melhorar a saúde da população mundial. Numa dessas metas, o Brasil se comprometeu, entre o ano 2000 e 2015, a reduzir em 75% a sua taxa de mortalidade materna, atingindo níveis em torno de 35 a cada 100 mil nascidos vivos. O ano de 2015 chegou e, infelizmente, a despeito dos esforços empenhados naquele período, o Brasil estava quase no dobro dessa meta, mostrando que o problema do enfrentamento da mortalidade materna é necessário, rompe décadas e perpassa governos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida, a pandemia de Covid-19 veio piorar esses resultados. Conquanto no início da pandemia a percepção inicial fosse de que as gestantes não teriam um risco aumentado de prognóstico desfavorável na vigência de Covid, rapidamente os resultados do Brasil e do mundo mostraram que não apenas aquelas de alto risco, como também aquelas de risco habitual apresentavam não somente maior chance de admissão em UTI materna obstétrica adulta, como também risco de desfecho para mortalidade materna. Isso, sem dúvida, fez com que o Governo brasileiro fizesse ações para esse enfrentamento.

Naquelas ações que cabem à Secretaria de Atenção Primária à Saúde, eu venho aqui trazer um resumo do que foi feito para tentar minorar os desfechos negativos desta pandemia. Não obstante muito elevada a taxa de mortalidade materna, foi pior ainda no ano de 2021, com a circulação de uma variante. Mas, assim que chegamos à gestão do ministério, logo elaboramos a Portaria 2.222, que destinou R$259 milhões para Estados e Municípios, a quem cabe, na capilaridade do Sistema Único de Saúde, a gestão do atendimento às gestantes e puérperas. Essa primeira portaria servia para incentivar e fortalecer a atenção primária em saúde, no sentido de manter as atividades de pré-natal.

Em nenhum momento, houve qualquer orientação da Secretaria de Atenção Primária para que o pré-natal fosse interrompido. Não obstante muitas gestantes não se sentiram seguras de manter a sua assistência pré-natal, e algo que nós devemos em toda oportunidade reforçar é a importância da atenção pré-natal.

Também esse dinheiro serviu para estimular a monitorização pela atenção primária dos casos, a testagem das gestantes e puérperas, em especial com síndrome gripal, mas depois vamos falar de uma testagem mais ampliada, como também fornecer recursos para que os Municípios pudessem oferecer às gestantes com condições de vulnerabilidade social alojamento e diárias para ficarem em lugares onde fosse possível o isolamento vertical.

Importante dizer que esse valor pode ser acompanhado, de forma pública, através do Sisab. Isso são dados públicos que mostram, Município a Município, dos mais longínquos rincões deste País, como cada Município utilizou esse recurso. Aí, a gente consegue também observar que alguns Municípios utilizaram mais, outros Municípios utilizaram menos e isso está no Portal da Transparência.

Importante dizer que, ao longo do início da pandemia, portarias foram apresentadas, em especial para a manutenção de dois aspectos fundamentais na qualidade da ciência obstetra.

A primeira delas trata das boas práticas. Mesmo na vigência da pandemia de Covid, era importante garantir a presença do acompanhante dessas gestantes, o que num determinado momento se viu ameaçado, à conta até de dificuldades no gerenciamento das pessoas na rede de maternidades.

A segunda se relaciona às boas práticas ligadas à assistência ao nascimento, em especial aquelas que dizem respeito ao contato pele a pele, ao clampeamento oportuno do cordão umbilical, ao incentivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na manutenção do aleitamento materno, respeitados a higiene das mãos e o uso de máscaras pelas nutrizes. É importante, nesta semana em que comemoramos a semana mundial de doação de leite humano, que a doação de leite continue sendo estimulada e praticada no nosso País.

Para conseguir fazer uma monitorização das pacientes da atenção pré-natal, algumas vezes por via remota, a Atenção Primária à Saúde disponibilizou aos Municípios 385 milhões para a estratégia de Informatiza APS. Essa estratégia conseguiu colocar um computador com rede em cada uma das clínicas de família da Atenção Primária à Saúde no Brasil. E isso foi muito importante, porque propiciou o monitoramento dessas gestantes da atenção pré-natal, mesmo em casos de atenção remota.

Ainda em agosto de 2020, foi lançado um manual de recomendações para gestantes e puérperas relacionadas à infecção de Covid-19. Esse manual foi feito pela Câmara Técnica de Covid-19 do Ministério da Saúde, instituída com inúmeras universidades e seus colegas, seus médicos obstetras, para fornecer informações de boa qualidade, critérios precoces de transferência dessas pacientes de maternidades sem UTI para leitos de terapia intensiva.

Recentemente, nosso departamento emitiu um parecer favorável a um projeto de lei que garantia às gestantes e puérperas prioridade nessas transferências, uma ação importante, que, junto com o nosso também parecer favorável do afastamento laboral das gestantes, faz uma proteção tanto primária, quanto secundária dos casos de maior gravidade.

Mas havia estudos que sinalizavam que, apenas pela pandemia de Covid, a mortalidade materna de causa obstétrica direta aumentar-se-ia em 10% a 40%. Por isso, eram fundamentais ações que pudessem favorecer a qualidade da atenção obstétrica no Brasil. E, para isso, em dezembro, publicamos uma portaria com R$259 milhões destinados à modernização, à ampliação e à troca de diversos equipamentos importantes para as boas práticas em maternidade e unidades de terapia intensiva neonatal e do centro de parto. Esse valor foi destinado aos Estados; as maternidades aderiram a esse chamamento, a essa portaria; e esses equipamentos têm sido adquiridos – camas PPP, sonar, cardiotocografia, equipos, bombas infusoras... É importante para fortalecer a assistência obstétrica, para minorar as consequências nefastas do Covid nessa situação.

Fizemos ainda o Programa Saúde na Hora, com R$125 milhões, destinado a ampliar o horário de funcionamento das clínicas de atenção primária para atender as pessoas trabalhadoras que, durante o seu trabalho, não conseguiam procurar a atenção primária, em especial as gestantes que ainda trabalhavam durante a pandemia, antes dessa lei de proteção a gestantes sancionada.

Fizemos também dois TEDs, que é um termo de transferência orçamentária, importantes. O primeiro deles foi com a Fundação Oswaldo Cruz, com objetivo de avaliar as causas proximais de mortalidade materna – são responsáveis aí por mais de 80% da mortalidade materna no nosso País –, para promover o enfrentamento da mortalidade materna para além do Covid. Reforço mais uma vez: apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela condição do Covid, espera-se um aumento da mortalidade materna em nosso País. E, nesse mesmo TED, há uma propriedade para fortalecer, incrementar e qualificar as discussões do óbito materno nas câmaras estaduais e municipais dos comitês de morte materna.

A portaria publicada há uma, duas semanas, reinstitui o Comitê Nacional de Mortalidade Materna, uma nomenclatura que a legislação atual determina como câmara técnica. Isso é um avanço para a gente conseguir discutir, de forma nacional e centralizada, as causas de mortalidade materna.

Há um TED com a Universidade Federal de São Paulo, que tem discutido, Senador, duas vezes ao dia, todos os dias da semana, com todos os Estados brasileiros, casos graves de gestantes e puérperas internadas nas nossas maternidades, para ver como melhorar o atendimento a essas pacientes que estão internadas. Nesse momento, há um atendimento imediato para os médicos da ponta.

E, por fim, renovamos a cooperação com a Organização Pan-Americana de Saúde para as estratégias do Zero Morte Materna por Hemorragia, além de estarmos lançando, neste sábado, a estratégia Zero Morte Materna por Hipertensão, no primeiro Congresso Brasileiro de Hipertensão no Brasil.

Eu não gostaria de cansá-los mais. Por certo as ações precisam ser ampliadas, porque a mortalidade materna por Covid no Brasil é um grande desafio médico-sanitário, e o que eu quero dizer é que, no Ministério da Saúde do Brasil, na Secretaria de Atenção Primária à Saúde, em especial no Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, não mediremos esforços para conseguir ações que minorem a mortandade das nossas gestantes e puérperas e deixem órfãos os brasileirinhos e brasileirinhas de suas mães.

Quero dizer, por fim, que estamos vendo uma ação específica para os órfãos da Covid. Isso é importante, porque, apenas por perder as suas mães, essas crianças têm uma chance maior de mortalidade infantil. O problema é muito complexo, e certamente estamos aqui para poder ajudar, dentro dos nossos limites e possibilidades, mas empregando coração, músculos, cérebro, tudo, na causa de morte materna. Tanto é que incluímos a morte materna como uma das prioridades apresentadas ao Conselho Nacional de Saúde do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas e da Secretaria de Atenção Primaria à Saúde.

Obrigado pela atenção. A minha equipe ficará à disposição para os questionamentos, e eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui com os Srs. Senadores e com tantos colegas distintos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Braga, muito obrigado a V. Exa.

É preciso diferenciar o papel da nossa Comissão Covid com o papel da CPI. Aqui nós não temos nada a ver com CPI. Nosso trabalho aqui é ouvir especialistas, diante de temas relevantes e graves, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrar soluções. Nós olhamos, como diz o Espiridião Amin, olhamos para frente, e CPI olha para trás. Nós estamos olhando para frente.

Então, todas as sugestões dos nossos queridos especialistas convidados para nós são extremamente importantes. Os senhores podem estar certos de que os questionamentos dos nossos Senadores e Senadoras serão no sentido de soluções, assim, o que que nós podemos fazer de prático e rápido.

E esta audiência pública foi movida por duas Senadoras, as Senadoras Daniella Ribeiro e Rose de Freitas, pela preocupação que elas têm. E eu também a subscrevi, mas, na realidade, elas são as mentoras desta brilhante audiência pública.

Continuando, eu passo a palavra para a Dra. Melania Maria Ramos de Amorim. Ela é ginecologista e obstetra, integrante do Grupo Brasileiro – olha que beleza! – de Estudos de Covid-19 e Gravidez. Essa aí vai atender bem às nossas Senadoras, não é?

Com a palavra a Dra. Melania.

A SRA. MELANIA MARIA RAMOS DE AMORIM (Para expor.) – Eu queria pedir permissão para compartilhar a tela, porque está...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fique à vontade, Dra. Melania. Aí embaixo a senhora deve achar...

A SRA. MELANIA MARIA RAMOS DE AMORIM – Não, eu achei, mas é porque está desabilitada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos pedir ajuda ao Senado. Eu estou longe do Senado...

A SRA. MELANIA MARIA RAMOS DE AMORIM – Enquanto isso, eu agradeço a oportunidade de estar aqui presente e cumprimento o Senador Confúcio Moura, nosso colega, os demais Senadores e Senadoras, especialmente a minha conterrânea Daniella Ribeiro, e os demais participantes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já está autorizada, Dra. Melania, a compartilhar a tela. Pode apertar embaixo na telinha verde.

A SRA. MELANIA MARIA RAMOS DE AMORIM – Perfeito.

Eu estou aqui representando tanto o Grupo Brasileiro de Estudos de Covid-19 e Gravidez quanto a Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras.

Isso já foi abordado, mas a gente sempre teve duas perguntas: se a gravidez piorava o prognóstico da Covid, e também quais os efeitos da Covid na gravidez. Hoje nós já temos evidências científicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sólidas de que o curso da Covid-19 na gravidez é mais grave. Eu não vou aqui sumariar todas as evidências de que a gente dispõe, só apontar um grande estudo: o estudo do CDC norte-americano que concluiu definitivamente, com um grande banco de dados que eles têm, que gestantes têm um risco aumentado de precisar de UTI, de ventilação mecânica, de Ecmo, e – no estudo do CDC – um risco de morte duas vezes maior.

Há esse estudo também, que é de outro banco de dados norte-americano, mostrando um risco maior de diversas morbidades, de desconforto respiratório, sepse, ventilação mecânica, admissão em UTI, lesão renal aguda, doença tromboembólica, desfecho cardíaco adverso e morte. E, nesse estudo, o risco de morte foi cerca de 17 vezes maior, além de a Covid se associar com risco de prematuridade. Então, destacando desse estudo, dessa grande base de dados norte-americana, o risco de morte materna foi 17 vezes maior.

Outro estudo – já no Reino Unido – também demonstrou, além de diversos desfechos maternos adversos, desfechos perinatais adversos: risco de morte fetal, parto prematuro, admissão em UTI, duração prolongada da estada em UTI, e outros desfechos maternos, além dos já nominados, como pré-eclâmpsia e aumento das taxas de operação cesariana.

Pulando aqui para o Brasil, o que foi que nós começamos a apontar já há muito tempo? Um crescente aumento do número de mortes maternas, que são aquelas mortes que acontecem durante a gestação e até 42 dias pós-parto.

Nossa, eu nunca quis tão desesperadamente estar errada, porque a gente vem apontando isso desde praticamente o início da pandemia!

O primeiro estudo que a gente mandou para publicar foi publicado no dia 26 de abril de 2020, quando a gente relatava cinco mortes maternas e ainda não havia registro de artigos publicados por morte materna por Covid no mundo. E a gente já se questionava se não haveria uma diferença do número de mortes por Covid em países de baixa e média renda. E, desde então, nós publicamos – o nosso grupo – vários outros trabalhos em que esse número de mortes não parava de crescer. Depois do trabalho com cinco mortes, houve o trabalho com vinte mortes e o trabalho que até hoje é o mais citado e que se intitulou "A tragédia da Covid-19 no Brasil: 124 mortes maternas e contando", em que a gente alerta para a tragédia e as falhas assistenciais importantes, como o fato de que 28% das mulheres que morreram não tinham sido admitidas em UTI; 36% não tinham sequer sido colocadas em um ventilador e 15% não tinham nenhum suporte ventilatório.

E a gente demonstrou também, na época, revisando todos os estudos publicados em revistas indexadas no mundo, que, naquele momento, de cada dez mortes maternas no mundo, oito tinham ocorrido no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também demonstramos que havia um impacto desproporcional da desigualdade racial, das iniquidades raciais, porque o risco de as mulheres negras chegarem mais graves, precisarem de ventilação mecânica, precisarem de UTI e de morrerem era maior, chegando o risco de morte a ser quase duas vezes maior em mulheres negras.

E aí nós continuamos detalhando esses fatores de risco. A gente viu que as comorbidades tinham um papel importante, porém que também havia essas questões ligadas à falha da assistência, além de o risco ser aumentado no puerpério e o risco ser menor em mulheres brancas.

E a gente detalhou também isso em outros estudos, mostrando que morar distante de um local com PSF, morar distante do hospital de referência, ter cor preta, ter idade maior que 35 anos e viver em área periurbana também eram fatores de risco morte por Covid.

E como estamos neste momento e por que chegamos a este ponto?

Foi amplamente divulgado que, neste ano, em 2021, a média semanal de mortes maternas por Covid já é mais do que o dobro de 2020. A gente fechou 2020 com 453 mortes maternas. E foi matéria da *Folha* que, nas primeiras semanas deste ano, já havia 289 mortes, já são bem mais do que isso, e a gente está com uma média de 22,2 mortes maternas por semana.

Em um artigo do nosso grupo que está em fase de *preprint*, mas que nós já divulgamos, a gente demonstrou que a letalidade está muito maior este ano. Então, a gente tem mais casos por semana de morte materna por Covid, e, dentre os casos de síndrome respiratória aguda grave, a letalidade está bem maior. A letalidade era em torno de 7% em 2020 e supera 15% – é mais de duas vezes maior – agora, em 2021.

E houve uma mudança do perfil. Em 2021, há mais mortes em mulheres brancas; a mortalidade um pouco se deslocou mais – tanto o número de casos quanto o de mortes – para o Sul; está havendo um pouco menos de casos no Nordeste; e 59% das mulheres que morreram não tinham comorbidade.

Até agora, a gente está, no Brasil, com a triste marca de 1.088 mortes maternas por Covid, sem contar os casos que foram de síndrome respiratória aguda grave de causa indeterminada, que, com certeza, são Covid, mas que não chegaram a ser testados. Isso é a subnotificação que acontece não só na gravidez, mas em todos os casos de Covid. E persistem os indicadores fortemente relacionados com falha da assistência.

Aqui, só para comparar – porque os Estados Unidos também tiveram muitos casos de Covid-19, muitos casos em gestantes –, até agora, maio, os Estados Unidos tiveram 101 casos de mortes maternas em gestantes, e nós tivemos dez vezes esse número.

E o que podemos fazer para reduzir essas mortes, o que, na verdade, é o fulcro de nossa discussão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, a morte materna é uma tragédia devastadora que impacta toda a sociedade, lembrando que 92% dessas mortes são evitáveis. E a morte materna não vem sozinha, mas deixa famílias enlutadas e uma legião de órfãos da Covid-19, o que o nosso amigo Braga lembrou bem. Muitos deles são prematuros, sobrevivem à mãe e vão ser criados pelas famílias, muitas vezes pela avó. Qual é o futuro dessa legião de órfãos da Covid-19, que fica como preocupação da sociedade? E é inadmissível que gestantes e puérperas sigam morrendo de Covid-19, quando já existem medidas preventivas de efetividade cientificamente comprovada: distanciamento social e vacinas.

O que a gente requer é que toda a sociedade se empenhe nesse compromisso de evitar as mortes maternas. E, por isso, a Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras lançou, no dia 7 de abril, um chamado à ação contra a morte materna por Covid-19 no Brasil, em que a gente elencou uma série de 11 medidas que nós achamos essenciais para combater a Covid-19 no Brasil. Essas medidas foram amplamente divulgadas, mas a gente destaca aqui a necessidade de garantir o distanciamento social das gestantes, a ampla testagem, a distribuição de máscaras N95 para elas e a vacinação imediata de todas as gestantes e puérperas, não somente aquelas com comorbidades.

A gente sabe que a lei de afastamento das gestantes já foi sancionada, mas ainda persistem problemas para a implementação da lei, porque alguns patrões continuam resistindo em afastar as gestantes.

A gente sabe que esta Casa já aprovou o Projeto de Lei 930, da Senadora Daniella Ribeiro, porém, infelizmente, a vacinação de todas as gestantes e puérperas não foi ainda implementada, embora a Nota Técnica 467, publicada no dia 26 de abril, tenha proposto a vacinação de todas as gestantes e puérperas, com uma fase 1, a de vacinar aquelas com comorbidades, e uma fase 2, a de vacinar aquelas sem comorbidades, reconhecendo tudo isto que eu acho que é indiscutível: gestantes e puérperas têm risco aumentado por si só, independente das comorbidades, de terem complicações e mortes por Covid.

A gente destaca que burocratiza demais, há muitas exigências que penalizam sobretudo as mulheres pobres e usuárias do SUS, como ter que comprovar comorbidades. E a lista de comorbidades é muito rígida e não inclui necessariamente as comorbidades que existem em todas as gestantes.

E aí houve uma confusão muito grande, porque, depois dessa nota, infelizmente, aconteceu o caso de trombose, um caso raríssimo: 0,004% em um 1 milhão de vacinadas é que tem reação com a vacina da Oxford. É só com a da Oxford. Além de suspender a vacina da Oxford para todas as gestantes, infelizmente, houve a suspensão da vacinação de todas as gestantes sem comorbidades. E a gente não concorda com isso. A gente não concorda sequer com a suspensão da vacina de Oxford sem um amadurecimento, porque esses eventos são muito raros. Isso gerou muita confusão, e confusão nas notas técnicas, porque a Nota Técnica 627 sugeriu que a segunda dose das gestantes que já tinham tomado a vacina da Oxford fosse feita com uma nova vacina, e a Nota Técnica 651, que se seguiu, disse que as gestantes teriam que aguardar 45 dias depois do parto para fazer a segunda dose. Isso gerou muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confusão! E, infelizmente, mais uma vez, muitas cidades deixaram de vacinar gestantes, qualquer gestante, até com comorbidade. Isso penaliza na verdade todas as gestantes. E a gente discorda, não só eu, mas eu e o grupo que represento, a gente discorda da posição das sociedades. A gente continua insistindo que todas as gestantes devem ser vacinadas, que transparência é fundamental. Na verdade, nenhuma bula das vacinas diz que a vacina é contraindicada a gestantes; apenas diz que é necessário orientação médica. Não há motivo para suspender todas as vacinas em gestantes sem comorbidades, porque as vacinas da Pfizer e a CoronaVac são seguras. E eu trago dados aqui para demonstrar a segurança dessas vacinas, principalmente a da Pfizer, que já tem dados de farmacovigilância.

Finalmente, este estudo aqui traz evidências claras, *expecto patronum*, aproveitar a força positiva dessas vacinas, porque a evidência é clara de que os riscos de hospitalização e morbidade materna e potencialmente fetal grave da Covid-19 na gravidez superam e muito os riscos mínimos da vacinação para Covid-19 na gravidez. Insistimos mais uma vez: vacinas para gestantes e puérperas já, vacinas para gestantes e puérperas urgente.

Não é fácil ser profissional de saúde numa hora destas e lidar o tempo todo com a morte, quando nós obstetras deveríamos estar lidando com a vida.

E eu dedico esta apresentação a Rafaela e Sofia Vitória, que nós conseguimos salvar e foram um exemplo emblemático, porque elas lutaram muito, mas a gente não quer que elas sejam a exceção, a gente quer que elas sejam a regra.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Melania, pela sua fantástica apresentação. Tiramos muitas dúvidas sobre a vacinação das gestantes. O seu ponto de vista firme, muito bom.

Vamos em frente. Os nossos Senadores e Senadoras já devem estar anotando as perguntas, com certeza.

Vamos ao Dr. Marcos Nakamura Pereira, médico no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, da Fiocruz.

Dr. Marcos, com a palavra, por favor.

O SR. MARCOS NAKAMURA PEREIRA (Para expor.) – Bom dia, Senadores e Senadoras, Senador Confúcio, Senadora Zenaide, nossos colegas médicos.

Eu vou compartilhar a apresentação, permitindo aqui o compartilhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Melania certamente já adiantou muito da minha fala, já que fazemos parte do mesmo grupo de estudos da Covid na gestação. Em muitas das coisas que ela apresentou, então, eu vou passar rapidamente.

Vários outros também já lembraram que, inicialmente, não havia relatos de gravidade na gestação, nas primeiras séries de casos; depois, apareceram os estudos que vieram a mostrar a maior gravidade das gestantes e puérperas – a Dra. Melania já mostrou o estudo do CDC. Eu gostaria só de enfatizar que, nesse momento, no CDC, quando esse estudo foi publicado, esse estudo mostrou, em 7 de junho em 2020, que havia 16 casos de morte materna nos Estados Unidos, quando, naquele momento, no país, havia 116 mil mortes decorrentes do Covid-19.

A Dra. Melania mostrou bem: nós vimos publicando, ao longo do tempo, vários estudos.

O mais citado é o das 124 mortes, em 18 de junho de 2020: quando o Brasil tinha 47.748 óbitos por Covid-19, nós já tínhamos 124 mortes maternas. Naquele momento, fizemos, então, essa publicação. Do total de 160 casos de mortes maternas publicadas em publicações científicas até 1º de julho, 124 decorrentes do Brasil. Saiu recentemente uma outra revisão praticamente com os mesmos números.

A Dra. Melania também mostrou o estudo que foi publicado com os dados de 14 de julho. Naquele momento, nós tínhamos 74 mil mortes por Covid-19 no País e já tínhamos 2,4 mil casos de síndrome respiratória aguda grave e 204 mortes. E chama a atenção o número grande de mortes de mulheres sem ventilação mecânica, 25%, e sem admissão em UTI.

Naquela ocasião, nós mostramos, então, que havia fatores, sim, clínicos já demonstrados em mulheres não grávidas ou na população em geral – como diabetes, obesidade – relacionados aos piores desfechos pelo Covid-19, mas também o puerpério, sobretudo, é um fator de risco relevante, aumenta mais de duas vezes o risco de gravidade. E isso, é claro, deve estar relacionado ao fato de o Covid ser uma doença trombótica, tromboembólica; e o puerpério, como se sabe, é também uma condição que predispõe a eventos tromboembólicos.

E quero chamar a atenção para que o Brasil tem a peculiaridade de ter uma taxa de cesarianas muito alta, e, sobretudo nessa população com síndrome respiratória aguda grave, é particularmente mais alta ainda, quiçá quase universal. E a cesárea é outro fator de risco que vem a se somar para a doença tromboembólica.

Quero chamar a atenção ao que nós levantamos naquele momento, que são condições sociais, como morar em área periurbana, em cidades sem Programa Saúde da Família e em locais com mais de 100km de distância para o hospital no qual ela foi admitida. Também eram condições que elevavam muito o risco de gravidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com dados de 23 de novembro, nós fizemos essa publicação, chamando a atenção para que, além das 363 mortes maternas que haviam ocorrido até aquele momento, havia 160 mortes maternas por Srag sem causa determinada, sem etiologia determinada. E, se olharmos o gráfico do total de casos, a evolução do total de casos e do total de óbitos, que é a linha pontilhada, nós vemos que é coincidente com o momento da pandemia. Então, nós levantamos esta hipótese: para essas 160 mortes, também, praticamente, supõe-se que quase todas elas decoram do Covid-19 também. Então, na realidade, nós estamos divulgando um número que é menor do que provavelmente é.

E aí eu vou me deter, no final da apresentação, aos números atuais.

Nós levantamos agora, recentemente, os dados do Sivep-Gripe com os dados até 10 de maio e encontramos 1.088 mortes maternas pela Covid-19. Só para os Srs. Senadores terem uma dimensão, anualmente no Brasil nós temos em torno de 1,6 mil, 1,5 mil óbitos maternos – anualmente. No ano de 2019, foram 1.575 óbitos maternos. Então, nós temos já dois terços de mortes por Covid-19 diagnosticadas do que acontece anualmente, no País, por todas as causas.

A Dra. Melania citou a publicação mais recente que a gente enviou. Mas aqui, enfatizamos já com os dados também até 10 de maio, que, em 2021 nós já temos mais óbitos maternos do que em todo o ano de 2020; 653 óbitos maternos. E a letalidade, que é essa curva que vem mostrada no gráfico, vem aumentando no ano de 2021, provavelmente decorrente da variante P1, que é responsável pela maior parte ou boa parcela dos casos que vêm ocorrendo.

E, contrastando com outros países, se nós pegarmos esse dado de 1.088 mortes, o Brasil tem uma taxa de mortalidade de 5 por 1 milhão de habitantes. Se nós pegarmos o México, que é um país que também vem tendo dificuldades com o Covid-19 e tem um grande número de óbitos maternos, 497 mortes maternas até a semana passada, nós temos uma taxa de mortalidade de 3,9 por 1 milhão de habitantes. Se nós contrastarmos com os Estados Unidos, que têm uma população maior do que a do Brasil, 101 óbitos maternos, nos Estados Unidos, até a semana passada, nós temos 0,25 por 1 milhão de habitantes. Então, o Brasil tem dez vezes mais mortalidade do que os Estados Unidos. Isso sem contabilizar as outras 218 mortes por síndrome respiratória aguda grave de causa indeterminada, ou seja, cujo diagnóstico não foi feito. Ainda que se tenha reduzido isso, no ano de 2021, é uma parcela importante dos casos que vêm sendo notificados.

Aqui, para os Srs. Senadores visualizarem, fiz aqui uma apresentação dos dados mais recentes, por Estado. O Brasil, então, como eu mostrei, tem uma taxa, por milhão de habitantes, em torno de cinco mortes maternas por milhão de habitantes. Vejam os senhores que alguns Estados ultrapassam bastante esse número. O Estado de Rondônia, por exemplo, do Senador Confúcio; o Estado de Roraima é o que mais tem taxa de mortalidade, com 30 por milhão de habitantes – é um Estado que tem uma população pequena, então, cada óbito pesa bastante –; o meu Estado, o Rio de Janeiro, ultrapassa, tem oito, se não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me engano; o Estado da Senadora Zenaide, o Rio Grande do Norte, também ultrapassa; e, aqui, o Estado do Amazonas, com mais que 15 óbitos maternos por milhão de habitantes.

Para finalizar, eu queria mostrar aos Srs. Senadores que aquele perfil de que há uma parcela significativa dessas mortes por Srag acontecendo sem que haja ventilação mecânica e suporte de oxigênio se mantém. Aqui o cinza que nós vemos nesse gráfico é o percentual de mortes maternas que aconteceram em cada Estado, de mortes que ocorreram sem que houvesse nenhum tipo de suporte de oxigênio. Ainda que nós não tenhamos disponível no Sivep-Gripe se a causa da morte foi realmente Srag, nós supomos que provavelmente foi. Na maior parcela dos casos, essa morte decorreu da síndrome respiratória aguda grave pelo Covid-19.

E nós chegamos aqui a situações em que temos mais que 30% dessas mulheres morrendo sem que tenha havido nenhum tipo de suporte ventilatório. Realmente isso denota uma falha grave e existencial que vem ocorrendo ao longo da pandemia, que até melhorou no período mais recente, mas que ainda provavelmente contribui com parcela significativa desses óbitos que nós vemos ocorrer.

E quero finalizar dizendo e me somando às palavras da Dra. Melania: a única saída para essa situação em que nós já temos mais de mil mortes maternas por Covid-19, gerando uma geração de órfãos, sem dúvida, é a vacina. Como a Dra. Melania falou, tivemos um caso recente de óbito materno potencialmente relacionado à vacina AstraZeneca, mas nós temos outras vacinas disponíveis: a CoronaVac disponível, que é vírus vivo inativado; há outras vacinas utilizadas em gestantes com a mesma técnica; e a vacina da Pfizer, que já tem um estudo de segurança publicado. Nós nos somamos, então, ao que a Dra. Melania falou: nós devemos vacinar imediatamente as gestantes, inclusive aquelas sem comorbidade, para mudança desse panorama.

Muito obrigado.

Eu vou interromper aqui o meu compartilhamento.

São essas as minhas palavras.

Obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Marcos Nakamura, muito obrigado.

O senhor não imagina como esta audiência está sendo assistida por centenas e centenas de internautas. E estão chovendo perguntas aqui, perguntas do povo, das grávidas do Brasil, das lactantes do Brasil. Eu tenho certeza de que eu não vou dar conta de perguntar tantas que já chegaram aqui dos internautas. Vocês observaram que eu nunca imaginei que despertasse tanto interesse. E, quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniella e a Senadora Rose apresentaram, eu falei: "Mas será que precisa de audiência pública?". E olha aí, está dando um ibope dos maiores, muito grande!

Vamos em frente.

Dra. Adriana Suely de Oliveira Melo, que é médica especialista em Medicina Fetal.

Com a palavra V. Sa., Dra. Adriana.

A SRA. ADRIANA SUELY DE OLIVEIRA MELO (Para expor.) – Bom dia!

Primeiro, eu gostaria de agradecer. Vocês não imaginam como a gente está feliz. Pela primeira vez, a ciência está sendo ouvida em relação a esse tema tão importante.

Eu, Melania, Marcos estávamos angustiados desde o início. Melania é uma batalhadora. Usamos, inclusive, nossas redes sociais. Por isso, talvez tanta audiência, porque Melania divulgou, eu divulguei.

E vocês não imaginam o que é estar diante do medo dessas mulheres. A gente está convivendo com isso. E uma coisa que tem sido pouco discutida é o impacto psicológico em uma grávida atualmente. Então, vou falar um pouquinho, mas eu vou me deter mais no feto. Eu acho que a gente já teve dois excelentes palestrantes falando sobre parte materna. Então, como fetóloga, vou ater no meu assunto de interesse, que é o feto.

Deixe-me ver aqui compartilhamento. Acho que estou com alguma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É só... Isso, ótimo, ótimo. Perfeito.

A SRA. ADRIANA SUELY DE OLIVEIRA MELO – Desculpem-me. Não tive tempo de preparar toda apresentação. Tenho uma apresentação com um pouco de animação, do que nem gosto, mas tudo bem.

A gente tem que lembrar que as grávidas, há cinco anos, passaram por uma situação de medo, que foi o zika vírus. E isso fez com que se criasse um verdadeiro pânico em relação aos vírus. Claro que, como mães, elas pensaram primeiro nos fetos. Diferentes do zika vírus, cujo principal efeito foi nos fetos, as viroses respiratórias parecem ter outros caminhos.

Então, a gente viu o histórico de SARS-CoV-1, do Mers. SARS-CoV-1, a gente viu, foi o primeiro SARS-CoV a ser divulgado, mas chama a atenção que só existiram 774 casos fatais. De grávidas, foram notificadas 12 grávidas, com três mortes. Já o Mers a gente viu que, apesar de ter atingido 27 países, só 11 mulheres grávidas foram afetadas. Então, o SARS-CoV, apesar de, naquela época, ter gerado certa preocupação, parece que essa preocupação não foi suficiente para estimular estudos que pudessem, naquela época já, desenvolver vacinas eficazes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo sempre que, toda vez que você ignora um vírus que foi humanizado, você corre o risco de pagar um preço alto. E foi isso que aconteceu agora com o SARS-CoV-2. A gente já poderia ter muito mais conhecimento sobre o tema se a gente tivesse investido mais em pesquisa em 2002 e em 2012. Provavelmente, isso não aconteceu porque o SARS-CoV-1 e o Mers não saíram daquele trecho dos países asiáticos e do Oriente Médio, não chegaram aos países ricos. Foi a mesma coisa que aconteceu com o zika. Ninguém mais fala do zika, a não ser que haja mais uma nova onda, uma nova epidemia.

Mas vamos voltar. Vamos agora falar do SARS-CoV-2. Não vou falar da mortalidade materna, que já foi muito o foco. A dúvida é se existe o risco de transmissão vertical. Se esse risco existe e o que poderia acontecer com o feto.

Eu não vou falar de risco materno. Os primeiros trabalhos que Melania conduziu junto com o pessoal do grupo de que eu faço parte, mas não atuo tão efetivamente, porque, infelizmente, apesar de a gente falar tanto em fetos, de sermos um país contra o aborto, que defende a vida fetal a todo custo, a gente não tem dados sobre morte fetal nas planilhas. Então, parece que a gente não se interessa tanto assim por feto, como a gente diz que se interessa. Um contrassenso.

Então, a gente sabe que existe, sim, um risco de transmissão vertical. Tanto a gente pode ter infecção, o vírus passando para a placenta, causando infecção, como a gente sabe que esse vírus pode, sim, chegar até o feto e a dúvida é se ele pode causar dano a esse feto, como alguma malformação, ou se seria mais em termos de causar uma infecção aguda e levar à morte do feto. Então, a gente sabe que, diferentemente do zika vírus, cujo receptor era rico na placenta e o vírus passava com certa facilidade, existem alguns fatores que parecem proteger mais o feto.

Mas a gente estava discutindo – isso apareceu inclusive no nosso grupo de WhatsApp, de que Melania e Marcos fazem parte – e, de repente, um domingo de manhã, todo mundo acordou com o primeiro relato de infecção fetal. Então, uma grávida de 23 anos, internada com sintomas relativamente leves, com 35 semanas, fez sinais de sofrimento fetal, foi Covid positivo. O recém-nascido nasceu relativamente bem, mas teve crises convulsivas no terceiro dia de vida e evoluiu com uma encefalite, então mostrando... O vírus foi encontrado tanto na mãe, quanto na placenta, quanto no recém-nascido, mostrando que esse vírus pode, sim, ultrapassar a placenta e chegar ao feto.

Vários relatos de casos foram acontecendo: gestante de 26 anos, assintomática, com oito semanas de gravidez, porque se achava que, no início da gestação, o feto estaria salvo, mas mostrando que pode acontecer em qualquer idade gestacional, mostrando alterações no feto e morte fetal e sendo comprovada a presença do SARS-CoV-2 na placenta e no feto.

Outro relato de caso mostrando que o vírus passou para o feto e causou dano cerebral – não seria uma malformação, mas uma infecção, uma lesão decorrente do processo infeccioso e inflamatório local,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com dano cerebral –, como também sobrecarga cardíaca e insuficiência cardíaca fetal. Então, esse bebê também foi a óbito. E o estudo mostrou a presença do vírus no feto.

Houve esse estudo brasileiro que foi muito pouco falado, realizado em São Paulo, mas ainda em 2020, mostrando cinco casos de óbito fetal, mesmo em pacientes assintomáticas, em que foi comprovada a presença do SARS-CoV-2 ou no líquido amniótico ou na placenta, mostrando que existe, sim, um risco fetal que tem que ser considerado.

Além de passar para o feto, podendo causar infecção, esse vírus também pode se alojar na placenta e causar alterações na placenta, fazendo com que essa placenta se torne insuficiente para nutrir adequadamente o feto. Então, são fetos que têm risco de serem menores do que o esperado, com consequências para o resto da vida dessa criança, como também haver morte fetal. Então, isso já é discutido, já foi comprovado o risco de morte fetal. Então, não vou entrar em detalhes, mas os estudos já mostraram alterações placentárias importantes que podem repercutir na saúde do feto.

Existe ainda o risco de ser causada essa insuficiência placentária. Essa insuficiência placentária, caso ocorra no início da gestação, pode, como eu já disse, interferir no suprimento de oxigênio e nutrientes para esse feto. E a gente vai ter que monitorar esses fetos a cada duas semanas, aumentando assim o custo no seguimento dessas pacientes. Então, em pacientes com Covid positivo, ainda existem dúvidas de qual seria a repercussão a longo prazo para esses fetos. Atualmente, a maioria dos *guidelines* sugere que a gente faça um controle do seguimento desses bebês.

Recentemente, um estudo – acho que há três dias – foi publicado. A Melania já citou esse estudo, um estudo de coorte de nascimento, que avaliou 342 mulheres grávidas, entre maio e janeiro de 2021. Delas, 3.527 mulheres tinham infecção por SARS-CoV confirmada, mostrando que as mulheres com coronavírus, com Covid, têm o risco maior de ter morte fetal, parto prematuro, risco de resultados adversos neonatais, necessidades de cuidados neonatais especializados, além de uma admissão neonatal prolongada, então mostrando que o feto não está imune à doença, ele não está livre da doença.

Em relação à vacina, já foi muito falado aqui. Eu também concordo com Marcos e com Melania, e aí a gente tem que discutir por que que essa orientação de retirada da vacinação para as pacientes sem comorbidade foi feita sem uma grande discussão envolvendo pesquisadores da área que estão acompanhando no dia a dia essas mulheres e quando, além dos dados oficiais do Ministério da Saúde, na prática, no dia a dia, a gente vê pacientes sem comorbidade chegando em estado grave.

Então, a gente já tem, como o Marcos falou, estudos de segurança com a vacina da Pfizer, mostrando que não houve nenhum caso de óbito materno dos 221... De quase 40 mil, 35.691 mulheres vacinadas, entre 16 e 54 anos, 221 efeitos adversos foram encontrados, a maioria dos casos foi o aborto... Talvez a gente discuta aí em que período se possa vacinar, mas a gente não deve esquecer que a gente tem observado, na nossa prática diária, um aumento do número de óbitos fetais e de aborto, porque a doença,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por si só, pode causar o aborto. Então, a gente tem que considerar que, talvez, o número de abortos existente sem a vacinação seja muito maior do que com a vacinação.

Então, não vou falar muito sobre isso, porque já foi falado, mas Johns Hopkins, CDC, o Royal College, todos apoiam a vacinação de gestantes, inclusive abaixo de 18 anos. Inclusive, em relação ao... Saiu uma nota dois dias atrás, na Inglaterra, sobre a AstraZeneca, em que ela fala que o risco desse evento adverso extremamente raro, de trombose concomitante e trombocitopenia após a vacinação, não está diretamente relacionado a riscos pró-trombóticos aumentados. Embora as mulheres mais jovens que estão grávidas, no puerpério ou em tratamento de infertilidade tenham risco trombótico aumentado, a falta de uma associação direta clara entre o risco trombótico e a probabilidade desse efeito adverso extremamente raro deve ser considerada.

Então, a gente sabe que existiu esse caso isolado até o momento no Brasil, mas a gente sabe que existem, como o Marcos falou, duas outras vacinas, e uma delas com segurança já publicada em artigo científico. Então, eu não vou mais falar sobre isso, o CDC também...

Falando ainda sobre transmissão vertical dos estudos de coorte nacional, um realizado na Inglaterra e outro na Itália mostraram que o risco para os fetos, de um feto ser contaminado, caso a mãe tenha a Covid-19, gira em torno de 5% – lembrando que, se a mãe tem Covid, o bebê pode ter uma hipóxia e pode resultar em redução do fluxo sanguíneo para esse feto. Existem outras alterações inflamatórias que podem levar tanto ao aborto quanto ao trabalho de parto prematuro, como também a uma síndrome que mimetiza a pré-eclampsia.

Além disso, a gente ainda não sabe o efeito da Covid a longo prazo, porque a gente sabe que fetos que foram submetidos ao aumento da interleucina-6 podem desenvolver alterações, um atraso no neurodesenvolvimento, então a gente tem que pensar também no que vai acontecer com esses fetos a longo prazo.

Para concluir, o acúmulo de evidências sugere que a transmissão vertical intrauterina para os fetos ocorre, apesar de ser rara, mas é maior do que a que aconteceu com o zika, pelo menos no que foi documentado. Não há relatos e efeitos teratogênicos do vírus em fetos até o momento, então não parece causar malformações, mas, ao mesmo tempo, há um amplo espectro de resultados adversos na gravidez, como aborto, parto prematuro, restrição de crescimento, pré-eclampsia, morte materna e fetal – isso já comprovado, além das hipóteses do que pode acontecer.

E, quando a gente fala dos 444 mil mortos, quantos fetos morreram? Nós não temos esse dado. Como é que um País que valoriza tanto a vida desde o ventre não tem os dados de óbito fetal pelo Covid? Infelizmente não temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dificuldades de acesso a exames dificultam entender melhor os casos graves. A gente sabe que, assim como no zika vírus, o Brasil foi responsável pelo maior número de casos e era por conta disso a responsabilidade de fornecer mais evidências científicas. O Brasil agora é o País que mais tem morte materna, é o País que mais tem casos graves de Covid durante a gestação e a gente precisa entender melhor esse processo.

Infelizmente, desde o período do zika vírus, a gente vem falando que PCR não é acessível, fechar o diagnóstico de Covid não é fácil. Eu e Melania, a gente tem uma luta diária para tentar fechar casos que são atípicos, que acontecem na nossa maternidade pública, e, para nós, que temos mente de pesquisadoras, Senador, o senhor entenda que é muito difícil, porque a gente está vendo que está acontecendo alguma coisa, a gente quer responder àquela pergunta, mas a gente não tem as condições. Todos os dias eu tenho rezado para que Deus tire da minha cabeça essa ideia de ter mente de pesquisadora, porque isso é um grande sofrimento que nos leva a ter depressão no Brasil.

Desde 2017, a gente não tem recursos para a pesquisa, a gente não recebeu recursos agora para o Covid também, e a gente tenta fazer pesquisa sem recursos, o que é extremamente desgastante, não ter pelo menos um laboratório que nos dê suporte.

Afastar as gestantes ajuda. Eu queria aqui aproveitar e agradecer à Senadora Daniella, que foi importantíssima nesse fato. Ela ouviu o clamor das gestantes, o medo de ir trabalhar. Mas isso não garante proteção total. A gente sabe que os familiares têm que continuar trabalhando, o risco está em todo canto, então, quando volta, pode trazer o vírus para casa. Elas precisam fazer consultas, muitas vezes elas têm dificuldade de ter uma máscara eficaz e, mesmo quando têm, eu noto que elas cansam, porque no final da gravidez você já está cansada com aquele barrigão, então, respirar, às vezes, com a máscara não é tão fácil. Então, a gente tem que discutir quais são as medidas realmente eficazes para essa população.

Outra coisa que a gente não está discutindo é o medo, o fator psicológico para essas mulheres. Eu atendo grávidas e, fora o período do zika vírus, eu nunca vi um período tão angustiante, as grávidas chegam chorando, com medo: medo de morrer, medo de deixar os seus outros filhos, medo de morrer junto com esse filho, medo de esse filho ficar e ela morrer, medo de esse filho morrer antes de nascer, então não tem sido fácil. E aí se pergunta: adiar a maternidade? E se essa pandemia não passar nunca, por quanto tempo a gente vai pensar nisso? A gente achou que 2021 viria, assim, como um ano mágico, que tudo iria ficar para trás, e a gente já está aí entrando na terceira onda. Então, é uma coisa que a gente tem que ver. Todas as mulheres podem adiar a maternidade? É tão fácil assim, é tão simples? Na nossa opinião – eu concordo com Melania e com Marcos – a vacina deve ser estimulada e oferecida a todas as gestantes.

O objetivo dessa reunião é a gente trazer sugestões baseadas no nosso conhecimento. Eu acho que deveria ser criado... Na época do zika a gente teve um momento muito interessante e que, hoje em dia, pode ser muito mais fácil, porque não é preciso nos levar todos a Brasília, a gente pode, de casa mesmo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter essas discussões. Mas a gente sentiu falta dessas discussões, quando se reuniam especialistas do Brasil inteiro que estavam vivenciando a situação. Então, criar uma comissão para discutir as evidências científicas sobre a vacina, o que é que a gente já tem hoje, porque, com o que a gente já tem hoje, a gente não entende por que essa retirada das mulheres sem comorbidades para vacinação, então eu acho que isso tem que ser mais bem discutido. Foi baseado em quê? Que artigo científico, que evidência científica respaldou essa retirada das outras mulheres sem comorbidade da prioridade de vacina?

Melhorar a base de dados do ministério. É uma situação bem complexa entrar na base de dados, precisa ter inteligência artificial, porque a nossa, realmente, é muito limitada. Como eu já disse, às vezes não há dados de morbidade, às vezes não há dados de idade correta, não há dados dos fetos, do que aconteceu com aquelas crianças, se foi aborto, se não foi, enfim, para a gente entender melhor.

Discutir campanhas publicitárias com o objetivo de orientar as gestantes. Eu não vejo isso na mídia, a gente sabe que muitas estão estressadas, mas eu acho que a gente tem que, sempre, não depender do meu Instagram, do Instagram de Melania, das mídias sociais para que existam campanhas eficazes, porque uma coisa é uma campanha oficial, pelo Ministério da Saúde, tentando orientar melhor.

E avançar na investigação das mortes. Então, como pesquisadora, angustia-me muito quando morre um feto ou uma mãe e a gente não tem certeza de qual foi a causa dessa morte. Então, a falta de exames, a falta dessa investigação realmente nos causa angústia.

Ontem eu coloquei nas minhas redes sociais uma pergunta: "Você, grávida, sem comorbidade, quer tomar a vacina?" E 225 responderam que sim e 34 responderam que não, então, essas mulheres têm, sim, que ser ouvidas, a gente não pode, simplesmente, negar essa oportunidade a essas mulheres sem nem as ouvir. Temos que discutir sobre isso e temos que ouvir os cientistas, ler os artigos científicos, pelo menos, e decidir o que é melhor para essas mulheres.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito esclarecedora, muito boa! Excelente!

Agora, vamos passar para os nossos dois últimos palestrantes, convidados. Eles já vão para outro lado da nossa audiência: Dr. Eduardo Baptistella é Presidente da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial. Logicamente, ele vai falar mais sobre as sequelas e as atenções; e Dra. Irma de Godoy, a seguir, Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

Então, com a palavra o Dr. Eduardo Baptistella.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BAPTISTELLA (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia, Senador Confúcio. Obrigado pelo convite. Eu acabei não fazendo nenhuma apresentação oficial, mas eu tenho aqui todo o nosso cronograma da Aborl.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia! Fique à vontade!

O SR. EDUARDO BAPTISTELLA – Obrigado.

Eu acredito que a Associação Brasileira de Otorrinolaringologia pode contribuir muito, obviamente, na parte de sequelas, uma vez que os sintomas, principalmente... A gente sabe que hoje 80% dos pacientes que tiveram Covid têm alguma sequela. Eles apresentam pelo menos 55 sintomas mais frequentes após ter o Covid, independentemente de se for o Covid mais grave, se foi o Covid mais leve. Desses, dentro da nossa área, a gente sabe que vertigem fica em torno de 47%, zumbido, 27%; perda de audição, 15%; e, talvez, um dos mais comentados, a perda de olfato, 55%.

Mas o que chama a atenção para a gente, como otorrinos da própria associação, é o perigo que isso pode trazer, referente a acidentes, tanto domésticos quanto acidentes de trabalho, porque você passa a ter uma população que antes não tinha uma incidência tão alta de tontura, e, de repente, começa a ter. Quanto a isso, você tem normativas de trabalho, NRTs que já estão bem definidas, mas vai haver uma grande pressão sobre isso, porque vai haver novos trabalhadores, novas pessoas adoecidas; o número de pessoas vai aumentar bastante. Aí você tem que pensar: afasta ou não afasta? O que pode ser feito? Isso pensando, por exemplo, em tontura.

Perda de audição é um outro problema, porque hoje a gente sabe, inclusive, que a perda de audição unilateral pode caracterizar uma comorbidade, como uma deficiência física em que o próprio paciente pode ser, inclusive, afastado das suas atividades laborais, inclusive com uma aposentadoria. Então, isso pode ocasionar uma pressão também sobre isso.

E a própria perda de olfato, que parece, seria um pouco mais até mais negligenciada, não seria tão interessante do ponto de vista de acidentes, mas que a gente tem visto também que, entre as crianças, tem levado à desnutrição. Elas realmente acabam tendo dificuldade para se alimentar, porque o cheiro desaparece, o paladar desaparece, e ele desaparece 100%. Em alguns casos, quando eles voltam, eles voltam totalmente diferentes. Então, a criança não consegue comer. Já tive pacientes no consultório cujas mães vieram desesperadas. Embora as crianças praticamente não tenham grandes lesões mais graves, a perda do olfato é comum, e isso faz com que ocorra uma desnutrição, uma alteração do crescimento.

Então, gostei muito da apresentação acho que do Sérgio Okane, do Ministério da Saúde. Eu queria deixar como sugestão que eu acho muito importante que se coloque dentro... Porque ele falou ali – eu até tinha anotado – sobre a parte psicológica, sobre a parte cardiológica; falou algumas coisas sobre esse serviço de reabilitação que vai ser considerado pelo Ministério da Saúde. Eu já deixo a Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Otorrinolaringologia à disposição de vocês, porque nós temos vários protocolos para tratamento e reabilitação dos pacientes.

E a gente tem visto – porque, como otorrinos, a gente está na linha de frente – que o primeiro sintoma é a dor de garganta, não é? Então, eu sempre brinco que hoje a gente já não tem mais nenhuma bola de cristal, porque antigamente era fácil, uma dor de garganta ou era bacteriana ou era viral; tomava-se o remédio, ia para casa e resolvia. Hoje, não! A pessoa pode estar com Covid e ela vai ter uma lesão neurológica com vários sintomas, com vários problemas posteriores.

Então, a gente deixa, desde de 2020, em março... Logo em março a gente já publicou um estudo muito interessante, falando sobre perda de olfato – a Academia de Rinologia –, e nós temos vários protocolos montados a partir disso, inclusive, que podem ser usados tanto no sistema privado quanto no SUS, de forma muito fácil, muito simples, para ajudar a população com esses sintomas. Não é necessário nenhum exame de alto custo, não é necessário nada de muito complexo e, com certeza, com a capacitação dos profissionais que atendem, por exemplo, no SUS, do médico generalista, isso já pode ajudar no tratamento dessas sequelas.

Então, como sugestão ao próprio Sérgio Okane – não sei se seria com ele, depois até o Senador pode falar –, eu deixaria que a Aborl pode ajudar na criação dos protocolos, nesse atendimento, nessas sequelas que têm ocorrido, não é? E para nós é muito importante, porque a gente vê realmente um aumento no número de pacientes com sequela, um aumento no número de casos de problemas trabalhistas e, com certeza, vai haver um aumento também no ingresso de problemas com pacientes na parte previdenciária. E isso é importante para um país que quer realmente mostrar e trazer a igualdade para as pessoas e cuidar dessas pessoas que tiveram doença e que ficaram com esses problemas.

Eu acredito que na parte de... Gostaria de parabenizar as colegas que vieram antes, a colega que veio antes e que falou sobre a parte de lactente e gestante. Dentro da otorrino, realmente a gente não atua nessa área, mas, com certeza, se a gente pudesse dar uma opinião, principalmente após assistir à palestra delas, eu acho que a gestante também precisa ser vacinada – isso acho que fica claro para todos –, independentemente dos riscos. A gente sempre vê em medicina risco-benefício, não é? Se o benefício é maior do que o risco, então elas devem ser vacinadas.

Sobre o último tema que tinha sido colocado para a gente também, da vacinação dos jovens, isso afeta um pouco a otorrinolaringologia, porque a gente vê que o número de pessoas jovens adoecidas que a gente pega logo no início – como eu disse, a otorrino é uma das frentes de atendimento, porque o paciente chega primeiro com dor de garganta ou tosse e depois ele evolui com todos os outros problemas – aumentou muito, principalmente em março. Eu cheguei a ver um dado, que depois fui comparar via Associação Brasileira de Otorrino – a gente tem um censo, uma enquete –, de que subiu em 260% o número de pacientes com Covid, com sintomas que a gente começou a atender de janeiro para cá, na faixa de 30 a 50 anos. É muito, aumentou absurdamente. E óbvio que esses pacientes evoluem para problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

maiores. Pacientes abaixo de 30 anos, entre 20 e 30 anos, aumentaram em torno de 150% nas nossas enquetes com os nossos profissionais, com os nossos otorrinos, então isso chama muita atenção.

Obviamente que o Ministério da Saúde vai ter que olhar com bons olhos esta Comissão de Enfrentamento ao Covid, muito bem-estruturada, e com certeza vai ter que rever os seus critérios de vacinação também para os jovens porque, além de tudo, eles estão tendo problemas maiores, com complicações mais graves, porque a gente atende, faz o primeiro atendimento e acompanha esse paciente. Ele passa, depois, com o pneumologista, com o clínico, e muitos jovens estão indo para a UTI. Por que isso pode acontecer? A gente tem feito uma certa avaliação. Isso ocorre porque eles têm que se expor mais, eles têm que trabalhar mais, eles acabam se expondo mais porque eles são, realmente, a força de trabalho, se a gente pensar entre 30 e 50 anos, e não tem jeito. Eles têm menos comorbidade, mas acabam ficando mais tempo quando vão para a UTI. Então, isso tem que ser visto pela Comissão de Enfrentamento.

Eu acho que, dentro da otorrinolaringologia, esses seriam os apontamentos que a gente poderia fazer. Não há muito mais o que a gente possa colocar, a não ser deixar a Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e seus protocolos, tudo o que for necessário, à disposição dos Senadores, aos quais eu agradeço o convite, e também do Ministério da Saúde. E, novamente, agradeço a explanação das colegas ali, que foi muito bacana, muito produtiva.

Obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Baptistella. É interessante, não é? A doença, o vírus inicia o estrago e deixa 55 complicações, 55 manifestações posteriores, não só numa pessoa, mas em várias outras, cada uma com a sua carga de complicação, apresentadas pelo Dr. Eduardo Baptistella. Realmente é algo extraordinário para se pensar sobre a doença. Não é doença para um especialista; é uma doença para muitos especialistas. É uma doença realmente fora do normal.

Bem, por fim, a Dra. Irma de Godoy, Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, com a palavra.

A SRA. IRMA DE GODOY (Para expor.) – Bom dia ao Senador Confúcio, a todos os demais Senadores e aos meus colegas. Tem sido uma manhã muito produtiva.

Eu vou compartilhar a minha tela aqui. Eu vou centrar, principalmente, na síndrome pós-Covid.

Está tudo certo com a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tudo certo, doutora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IRMA DE GODOY – Bom, então, eu vou colocar aqui... A gente fez aqui praticamente uma linha da vida. Começamos com as grávidas, os bebês e agora nós vamos falar que essa doença não termina quando o paciente tem alta do hospital. Então, nós vamos falar um pouquinho a respeito disso. Eu espero contribuir porque é uma área muito importante e há uma preocupação muito grande da pneumologia e dos médicos de como nós vamos dar conta de acompanhar esses pacientes, com esse número de pacientes, nesse período pós-Covid.

Eu não tenho nenhum conflito de interesse para essa apresentação.

As sequelas pós-Covid, mais ou menos, relembram para a gente aquilo que acontece após algumas doenças, como a chamada síndrome da angústia respiratória do adulto, que também dá um comprometimento difuso do pulmão, só que não é tão frequente, obviamente, quanto aquilo que nós estamos vendo hoje na Covid. Então, as sequelas após essa síndrome de desconforto respiratório agudo são muitos similares em alguns aspectos a essas sequelas pós-Covid no pulmão. Ela decorre, geralmente, de quando o paciente tem uma internação prolongada, tem risco de morte, é submetido à intubação orotraqueal, à ventilação mecânica, à sedação, à curarização – tomara que a gente sempre tenha a sedação e a curarização –, ao uso dos corticoides.

E eles realmente precisam de reabilitação, mesmo durante o período de internação, porque eles já começam a ter quadros de miopatias, de polineuropatias, que são comuns nos pacientes críticos, pacientes que ficam internados em UTI, que é a síndrome do estresse pós-traumático.

Eu falei que iria falar da síndrome após a Covid, porque ainda nós não temos um nome muito bem definido para isso. A síndrome pós-Covid já recebeu o nome de Covid longo, de pós-Covid... Então, ainda não existe uma definição correta para isso. Mas, geralmente, ela é caracterizada por um conjunto de sinais e sintomas que se desenvolvem durante ou após um caso confirmado ou suspeito de Covid e que continuam presentes depois de 28 dias, pelo menos.

Nessa Corte de Wuhan, de 1.773 pacientes, havia pacientes que, depois de 186 dias, ainda tinham fadiga muscular ou fraqueza muscular, em 63%, dificuldades de dormir, em 26%, e ansiedade e depressão, em 24%. Isso é muita coisa, é muita gente.

Esse é um estudo que foi publicado recentemente na *Nature*, que faz, mais ou menos, uma linha do tempo da Covid. Então, se nós temos, na fase inicial, os sintomas da Covid aguda, quando chega a até 12 semanas, nós já começamos a ter sintomas que podem persistir, e, depois disso, nós vamos ter dados até seis meses, que são as Covids pós-agudas, subagudas ou crônicas, como a gente chama.

Os sintomas mais comuns são variados, sendo um dos principais a fadiga. O paciente tem uma fadiga intensa, não consegue realizar atividades, muitas vezes não consegue voltar para sua atividade laboral, tem um declínio importante, um comprometimento importante da qualidade de vida, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alterações musculares muito importantes, dores articulares, falta de ar, tosse persistente e vai ter, realmente, alterações de ansiedade, de depressão, de sono, necessidade de oxigênio persistente, que é um problema extremamente grave no nosso País hoje – e eu vou explicar um pouquinho mais para a frente –, um quadro de alterações cardíacas, como dores no peito, como palpitações, arritmias, problemas de trombose e embolias pulmonares, alterações renais e também alterações de perda de audição, como já foi falado aqui. Então, isso tem uma linha do tempo e pode persistir por mais de um ano.

Quando a gente olha isso com relação à prevalência desses dados, há estudos americanos – esse foi um estudo publicado agora, recentemente, também no *American Journal of Respiratory* – que mostram que, depois, nesses pacientes da síndrome pós-Covid, você tem como sintomas principais a falta de ar, a tosse, a diarreia – alguns pacientes continuam apresentando diarreia –, suores noturnos, dores musculares, hiposmia ou anosmia, como já foi falado aqui, alterações de sono e também a característica fadiga que a gente não consegue determinar corretamente se é por conta de uma dispneia por cansaço pulmonar mesmo ou se é decorrente de um comprometimento muscular ou outras alterações que são extremamente importantes nesses pacientes.

Esta é uma publicação que saiu ontem no *British Medical Journal* e que fez um estudo com número de mais de 260 mil pacientes e comparou uma coorte de pacientes com Covid, internados ou não, abaixo dos 65 anos de idade, entre 18 e 65 anos de idade. Quer dizer, não são pacientes só idosos. E comparou esses pacientes com uma coorte de indivíduos que tiveram gripe ou outras doenças e eles encontram riscos extremamente aumentados de comprometimentos de doenças pulmonares e outras doenças em relação a esses outros grupos. Então, realmente existe, mesmo nos pacientes mais jovens, um comprometimento muito importante e de longa duração nesses pacientes.

Então, essa coorte incluiu pacientes de 18 a 65 anos entre aqueles hospitalizados ou ambulatoriais. Eles tinham que ter um PCR positivo, mas não precisavam ter sido hospitalizados. E nesse grupo com 193 mil pacientes que foram positivos, 14% deles tinham pelo menos uma alteração, necessitando de atendimento médico depois de seis meses. Então, os pacientes precisavam ter o cuidado médico adicional porque eles mantinham pelo menos uma alteração.

Desses pacientes, 10% tinham um novo diagnóstico. Se eles já tinham alguma comorbidade antes, eles foram adicionados e tiveram um diagnóstico novo. Esses pacientes também tinham um risco três vezes maior de internação comparado com os outros grupos e um risco 7,5 vezes maior de morte.

As alterações foram mais comuns em mulheres, isso difere de um estudo para outro; entre as pessoas que têm menos recursos, isso também é um problema sempre aqui que nós vamos ter, em nosso País muito mais acentuado de equidade. Esse estudo foi feito nos Estados Unidos e naqueles pacientes com comorbidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou mostrar agora aqui alguns dados a respeito dessas sequelas pulmonares, principalmente, em estudos que foram feitos aqui na Faculdade de Medicina de Botucatu, que foram publicados agora em 2021, que são fatores das sequelas pulmonares com fibrose em pacientes com Covid.

Aqui neste estudo, para essas alterações de fibrose pulmonar, os fatores de risco mais importantes foram ser do sexo masculino, serem mais idosos, terem presença positiva de tabagismo. O tabagismo é um fator de risco para a doença e também para uma doença severa, de maior gravidade e ficar mais tempo na UTI. A presença de diabetes, de outras doenças respiratórias ou outras doenças cardiovasculares. Então, esses são fatores de risco que foram identificados em pacientes brasileiros.

Quando se fez uma avaliação das alterações de tomografia nesses pacientes, os pacientes com doença leve costumam ter pequenas alterações e resolvem rapidamente. Mas aqueles pacientes à medida que vai aumentando a gravidade da doença, mesmo passando 100 dias após a alta, esses pacientes continuam apresentando alterações de tomografia. E alguns pacientes após seis meses e um ano.

E a gente não sabe ainda se isso ainda vai ser um processo resolutivo. Em infecções, epidemias por coronavírus anteriores, esses processos demoraram até dois anos. Havia modificação desses processos. Então, nós ainda estamos na superfície do problema e não conseguimos saber exatamente como é que isso vai evoluir a longo prazo.

Eu vou mostrar aqui alguns dados de experiência que nós temos. Este é um estudo multicêntrico, que está sendo feito entre a Unifesp, a USP e a Unesp, aqui de Botucatu, que está seguindo, até o momento, até maio de 2021, 398 pacientes que foram internados.

Um fato que nos chamou a atenção é que mesmo esses pacientes tendo uma orientação, tendo onde participar, 96 desses pacientes não compareceram para retorno. Está sendo feita uma busca ativa, mas nós não sabemos se esses pacientes morreram, se eles complicaram, se eles tiveram outras complicações ou não puderam vir, até por distância geográfica.

Há 219 pacientes em seguimento, só em observação e 83 pacientes que foram incluídos em um estudo que está sendo feito na Unifesp, e também aqui na USP e na Unesp, para avaliar a capacidade física desses pacientes.

Então, na visita, nas primeiras visitas que esses pacientes que ficaram internados, e 50% deles ficaram internados em UTI, estes aqui são dados também da Unifesp, do estudo Fênix, com a idade média de 54, então não é aquele paciente lá acima de 70 anos. Esse NMRC é uma maneira de a gente avaliar a intensidade de falta de ar. E verificamos que 75% deles, na fase inicial, na visita 1, 30 dias, continuavam com falta de ar, tinham alterações na sua função respiratória, quando avaliada por meio de um exame da espirometria, e 25%, a força muscular desses pacientes. A respiratória estava diminuída em 30% deles, e 40% deles tinham alterações da oferta e da quantidade de oxigênio no sangue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E no acompanhamento desses pacientes, a gente verifica aqui que até quando o paciente faz a sua segunda visita, que é 90 dias depois da alta, esses pacientes continuam dessaturando quando fazem exercício. Então, o paciente até tem uma quantidade de oxigênio no sangue razoável quando está em repouso, mas quando faz exercício, ele acaba tendo quedas importantes dessa quantidade de oxigênio. E isso também está acompanhado de alterações na função pulmonar, diminuindo os volumes pulmonares.

Aqui é só para representar que o exame de tomografia do tórax, após seis meses do início do sintoma, em alguns pacientes, ainda apresenta alterações, que a gente não sabe exatamente como é que elas vão evoluir ao longo do tempo, mas seis meses já é bastante tempo para esses pacientes – não é?

E aqui, nesses pacientes que tinham alteração, há o sintoma realmente. Um dos sintomas mais importantes é a fadiga e a dispneia, que ocorre em mais que um quarto dos pacientes. Então, os pacientes que se apresentam, com isso, os pacientes têm alterações importantes de função pulmonar e na sua capacidade física.

E os fatores de risco para essas sequelas pulmonares também estão aqui associados com diminuição da capacidade de difusão que esses pacientes apresentam.

Então, quando eles têm alteração pulmonar, geralmente identifica-se uma diminuição do transporte de oxigênio para esse paciente e da transferência.

Então, os pacientes podem persistir com sintomas pós-Covid, quase um quarto deles persistem. Em torno pelo menos de 14% vão ter alterações que vão necessitar de cuidados médicos. Quanto mais grave, maior é o risco, mas também ocorre em indivíduos que nem foram internados. A gente tem de fazer um segmento desses pacientes.

A maior sequela é uma diminuição no transporte de oxigênio, da transferência do oxigênio do pulmão para o sangue. Nós temos, então, hipoxemia a curto e longo prazo, fraqueza muscular respiratória, fibrose pulmonar, embolia crônica.

Então, aqui, nós temos um eslaide, também dessa *Nature*, que diz que, se o paciente persiste com sintomas após 12 semanas, a gente precisa, o médico que está avaliando esse paciente precisa fazer uma série de avaliações para, realmente, chegar à causa daquela alteração que ele vem apresentando. Por exemplo, se ele tem falta de ar e necessidade de oxigênio persistente, ele precisa fazer um teste que a gente chama de teste de caminhada de função pulmonar, de caminhada de seis minutos, nós temos de fazer provas de função pulmonar, raios X, testes de esforços, avaliação para ver se ele tem embolia pulmonar.

E, assim, vai ocorrer para todas as outras doenças crônicas. Nós teríamos que fazer uma avaliação completa nesse paciente que, depois de 12 semanas, continua tendo sintomas. Então, nós temos de identificar o paciente que precisa de acompanhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu achei muito interessante a fala do Dr. Sérgio a respeito da fisioterapia, mas temos de entender que não é só a fisioterapia. Ele falou também da saúde mental. Então, terapia ocupacional e reabilitação. É um atendimento multiprofissional.

Fiquei muito feliz em saber que está havendo um processo de capacitação e treinamento. Isso é necessário. Mas nós precisamos também de infraestrutura física e de insumos e também de processos bem estabelecidos de referência e contrarreferência, porque nós não vamos ter estrutura para atender todos esses pacientes.

Falo isso porque nós temos, por exemplo, no Brasil, uma doença que é a doença pulmonar obstrutiva crônica, que é a quinta causa de morte no Brasil. Ela precisa dos mesmos cuidados de que esses pacientes precisam, que são as reabilitações e o uso de oxigênio.

E nós já temos problema: menos que 1% dos pacientes com essa doença tem acesso a programas de reabilitação pulmonar. A oxigenoterapia também não é reembolsada pelo SUS.

Então, nós não temos esses serviços, que são disponíveis apenas em centros universitários e são realizados pelo que a gente chama de Amigos da Escola. São aqueles profissionais que são interessados em pesquisas, que são interessados em atender bem o paciente e acabam participando e ajudando nesses programas de reabilitação.

Nós temos de fazer um esforço muito importante para a cessação do tabagismo. Isso é um problema da atenção primária de alunos de Medicina.

Nós temos aí alguns problemas que podem ser consertados durante o treinamento. Então, acho que o treinamento nas escolas médicas é para realmente fazer com que esses alunos saiam sabendo como abordar a cessação do tabagismo, é fundamental isso para gestantes, isso para pacientes com qualquer idade. Nós sabemos que há pacientes que começam a fumar com cinco anos de idade; então é preciso que a gente tenha realmente uma colaboração de todos, porque ele é um fator de risco importante para o desenvolvimento da doença.

Uma outra coisa que eu quero chamar a atenção é com relação ao oxigênio domiciliar. Nós temos tido uma dificuldade... Nós já tínhamos uma dificuldade anterior a esse processo no fornecimento de oxigênio para o tratamento dos pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica. Isso é um estrangulamento do sistema. Esses equipamentos, para fornecer oxigênio, têm um aumento na conta de luz do paciente muito importante, muito alto. Nós temos alguns documentos que a gente faz aqui para os pacientes para que eles não paguem a conta de luz, mas eles ficam devendo, e isso fica de herança para os seus filhos. Então, realmente, nós precisamos ter maneiras de ofertar oxigênio sem onerar o paciente, que já é um paciente mais debilitado, e nós precisamos ter condições de ofertar o oxigênio. Esse serviço não é um serviço que é, digamos, reembolsado pelo SUS; ele é feito pelos hospitais universitários, pelo menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu saiba. Se depois alguém puder me esclarecer, eu tentei achar, já tentei há muitos anos e não tenho, até hoje eu não consegui.

Os programas de reabilitação respiratória pulmonares são extremamente importantes porque incluem todos os itens: educação, treinamento físico, automanejo, suporte nutricional e suporte psicológico. Ele é um programa extremamente importante para a manutenção desses pacientes e eles precisam, então, de uma equipe multiprofissional que encontre aí todas as especialidades, incluindo os médicos e incluindo os fisioterapeutas e outros profissionais. E isso é estrangulado hoje no País.

Então, eu agradeço muito a oportunidade de participar aqui, trazer esses dados, porque a gente, até hoje, não tinha tido a oportunidade de apresentar essa nossa angústia que a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia tem, como que nós vamos oferecer a esses pacientes esse tipo de avaliação e acompanhamento, sendo que nós não temos ainda uma estrutura adequada para isso e o reembolso para o serviços que fazem isso de forma adequada.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Irma.

A SRA. IRMA DE GODOY – Eu vou parar aqui o compartilhamento.

Espera só um minutinho, deixa eu achar o meu botão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A gente fica muito satisfeito com as apresentações, todas as apresentações. Foram variadas, a equipe do Ministério da Saúde, o Dr. Baptistella, na área de otorrinolaringologia, a Dra. Irma, na área de pneumologia, os especialistas na área de saúde fetal, medicina fetal e obstetrícia, também apresentaram muito bem. Então, foi uma riqueza imensa essa audiência pública.

Eu já, de imediato, fiz alguns requerimentos baseados no que vocês falaram. Já vou encaminhar como uma providência da nossa Comissão, que é, antes de tudo, a vacina obrigatória e urgente para as gestantes. Nada de proibição. Já está aqui, já assinei, já vou mandar. Vou colocar em votação agora, aí com os colegas. Se aprovado, já vamos tocar para frente tudo que nós ouvimos hoje de alerta.

Dr. Baptistella foi amplo, e a Dra. Irma sobre – como vou falar? – o complexo da doença em si. Aí precisávamos muito de o Ministério da Saúde já pensar nessas estruturas de apoio para os pacientes sequelados, que vão precisar.

Vamos em frente!

Agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Eu consulto a Senadora Daniella, ela estava viajando, ela mandou uma mensagem para mim... Está sem internet. Ah, você está ouvindo aí, não é, Daniella? (*Risos.*)

Você está ouvindo, não é? (*Pausa.*)

Eu vou fazer o seguinte: você aguenta aí um pouquinho, porque eu vi que você está com internet.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Eu estou chegando. Está pertinho de casa aqui, em Lagoa Seca. Entrei em Campinas já.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Segure aí, segure um pouquinho. O Wellington vai falar. Logo depois, você e a Rose.

Com a palavra o nosso Relator, Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Então, Senadora Daniella, a senhora está em viagem? Pode falar, a senhora pode ter toda a preferência da fala neste momento. Depois, é a Senadora Rose. (*Pausa.*)

Senadora Daniella, pode falar, fazer seus agradecimentos, seus questionamentos. As indicações que a senhora fez foram um sucesso.

Muito bem, com a palavra a Senadora Daniella Ribeiro. A senhora pode falar?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Presidente, eu vou pedir para você deixar a Senadora Zenaide falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah, está bom.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Depois, eu já estou chegando aqui, pertinho, aqui na minha terra, já em casa aqui, e, aí, eu falo, logo depois da Zenaide, porque, aí, fica em ordem o vídeo. Não há parada aqui com relação a *wi-fi* também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom. Eu estou vendo que você está dentro de um carro, está em viagem.

Eu vou passar aqui. Zenaide, espera um minutinho, porque a Rose é uma das autoras.

Senadora Rose de Freitas, com a palavra. (*Pausa.*)

Eu não vi a Senadora Rose. Ela está aqui? Senadora Rose de Freitas. (*Pausa.*)

Eu não a estou vendo, eu não a estou vendo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide, já pode falar, porque eu não vi a Rose na sala. Pode falar, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar. Pense numa aula que a gente está tendo aqui hoje, com pessoas altamente preparadas, que falam, cientificamente, sobre todos os problemas que acontecem, nesta Comissão; nesta Comissão, não, no Brasil, com a Covid.

Existe algo aqui, Senador Confúcio, que é unânime nesta Comissão e entre os Parlamentares. E é bom a gente ouvir aqui a ciência, dizendo, porque a gente vem nessa luta, cobrando vacinas. O que foi que a Dra. Adriana Suely de Oliveira Melo, o Dr. Bruno Leandro de Souza, o Dr. Marcos Nakamura, o Eduardo Baptistella, a Irma de Godoy, o Sérgio Okane e a Melania Amorim disseram para a gente? Que a Covid-19 é grave não só na fase aguda, mas está mostrando para o Brasil que as sequelas são grandes, inclusive com sequelas permanentes. E todos foram unânimes no que a gente vem dizendo aqui. Confúcio, eu queria já agradecer a presença desses doutores aqui, porque é importante dar visibilidade à população brasileira. Essa palestra de hoje negativa uma grande parte das *fake news*, como foi mostrado aqui, sobre a vacina Oxford AstraZeneca, em um caso de trombose que não é obrigatoriamente para ter sido e se criou um horror para as pessoas.

E mostrou-se, como foi aqui mostrado pela ciência, por quem entende, Confúcio, que é necessário acreditar e seguir a ciência: um, porque é quem descobriu tudo sobre a doença até hoje e mostra as saídas; dois, porque é preciso, sim, de campanhas publicitárias e educativas nos grandes meios de comunicação, porque a única maneira de a gente combater as *fake news* é o Estado brasileiro mostrando que não é assim, que as gestantes podem tomar as vacinas, que o ideal é que as vacinas sejam para todos. Está mostrando aqui que os jovens estão...

E eu queria dizer aqui que, quando se falou dessa questão de se provar a comorbidade, que, de fato, isso está sendo cruel, não só para as grávidas, mas para as pessoas que têm hipertensão, diabetes. Estão exigindo uma declaração de que você tem aquela comorbidade. Imagine, gente, que a maioria das unidades de saúde estão totalmente envolvidas com a Covid, e as pessoas não têm acesso – e eu digo, porque me procuram – a essa declaração de comorbidade. Não aceitam, muitas vezes. Por que, se eu sou de uma Unidade Básica de Saúde e recebo a medicação do Hiperdia, é necessário o médico dizer que esse paciente tem diabetes ou hipertensão?

Dois, quando aqui se falou que as grávidas têm essa luta da gente de aprovar, antes, quando não ficou nessa interrogação, mas, hoje, a gente sabe que a CoronaVac e a Pfizer podem vacinar as grávidas e não precisa... Aqui, no meu Estado, estão exigindo vacinar só as grávidas que têm comorbidade e com idade a comorbidade.

Eu queria chamar a atenção aí dos senhores, porque eu sempre, nas reuniões, digo: "Por que há idade para comorbidade?". Vou dar um exemplo da diabetes: quanto mais jovem, é infantojuvenil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insulinodependente, e essa pessoa tem que esperar, quando começou aqui, ter 50 anos para poder tomar a vacina.

Mas, resumindo aqui, diante da gravidade da doença e da falta de vacina, esses gargalos que foram criados, na verdade, é porque não se há vacina para todos. E vai sair muito caro não haver vacina, porque está mostrado aqui que hoje, se me perguntarem: "A senhora tem mais medo de ter a doença, da doença em si, do quadro grave ou das sequelas que a senhora vai ter?". Eu não sei o que é pior, entendeu? Porque a gente não sabe até que ponto a sequela vai ser permanente, como foi mostrado aqui.

Então, eu queria dizer aqui que quem está honrado somos nós – não é não, Confúcio? – desta Comissão. A gente recebeu informações maravilhosas, e olhem que eu sou médica infectologista, da Universidade Federal, mas não tinha... São vocês que estão descobrindo, são vocês que estão mostrando ao povo brasileiro que se precisa, sim, de uma campanha publicitária, mostrando que o distanciamento social físico, enquanto não há vacina para todos, o uso máscara correto e a higienização das mãos são essenciais se a gente quer salvar vidas e não deixar uma quantidade grande de brasileiros sequelados.

E quero dizer o seguinte: como se falou aqui, um dos doutores aqui falou sobre a reabilitação. Eu digo da dificuldade que a gente tem, porque hoje na Saúde, no SUS, a gente não tem instituições, como o CER (Centro Especializado em Reabilitação); mesmo antes dessa pandemia, nós não tínhamos o suficiente. Entendeu? E a pergunta seria: o que o Ministério da Saúde vai fazer para ampliar esse serviço, não só para a reabilitação, como também para tratar coisas gravíssimas que essa doença pode deixar como sequela.

Então, parabéns, obrigada por dar uma essa visibilidade ao povo brasileiro de que a saída são as condutas não farmacêuticas, como o distanciamento social e o uso de máscara, mas principalmente vacinas, vacinas para todos, e para nossas gestantes, porque não há coisa pior como mães... Falou-se aqui que no meu Estado é altíssimo o índice de mortalidade de mães para 1 milhão. Portanto, aqui se chega a uma percentagem bem maior do que em uma grande parte do Brasil. E isso dói na gente, porque são órfãos que vão ficar.

E quero dizer: parabéns! Quero aplaudir, viu, Confúcio? Pense numa aula de ciência, de esclarecimento, dando visibilidade à população brasileira. Contem com a gente! Vocês sabem o que o Senador Confúcio, eu digo que ele faz jus ao nome Confúcio. Então, nós vamos aqui, nesta Comissão, dar visibilidade a essas palestras. E eu queria ver se se algum representante dessas instituições tem condições de influenciar o Governo Federal para fazer campanhas objetivas, dando visibilidade à população de tudo que foi dito disso aqui. É uma coisa, Confúcio, porque a gente tem que ter um compromisso com esses doutores que se dignaram a mostrar, claramente, o que está acontecendo.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Muito obrigada.

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Zenaide.

Vi que a Zenaide está bem emocionada, muito agradecida mesmo. Eu também estou; foi maravilhoso.

A Senadora Eliziane também está dentro de um carro. Eu não sei por onde você anda. Está dentro de um carro, rodando pelo Maranhão afora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, eu na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A senhora pode usar a palavra, pode ficar a vontade, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade, eu estou aqui no trânsito, acabei de descer no aeroporto de São Luís. Desculpem, porque eu estou aqui falando do carro, não consegui acompanhar a audiência. Sei, na verdade, do nível de importância que foi esta audiência, sobretudo, pelo plano nacional de imunização.

Eu queria cumprimentar a todos e, na verdade, apenas fazer o registro aqui da minha presença, Presidente Confúcio. Exatamente por conta do horário do voo não pude acompanhar, mas eu queria ouvir aí, se for possível, na reta final, nos encaminhamentos finais dos palestrantes, quais os temores que nós temos especificamente sobre essa possível terceira onda, que é hoje a nossa grande preocupação.

E, ao mesmo tempo também, infelizmente, nós tivemos a chegada no Brasil dessa cepa indiana, que tem um nível de contágio até 40% maior, que foi aqui pelo Estado do Maranhão, no Porto do Itaqui, com seis contaminados confirmados, e alguns deles não estão tendo sintomas, graças a Deus.

Eu queria registrar também todo o trabalho que está sendo feito pelo Governador do Estado do Maranhão, no sentido de conter a contaminação de outras pessoas por essa mesma cepa. Inclusive, os tripulantes do navio, que estão no mar, estão recebendo alimentação de helicópteros que o Governo do Estado está levando até lá, exatamente para impedir esse contato. Ao mesmo tempo também, todos os funcionários, tripulantes, pessoas que atuam no Porto do Itaqui estão recebendo a vacinação. O trabalho está sendo feito pelo Governo do Maranhão, através da Secretaria Estadual de Saúde, que é hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conduzida pelo Carlos Lula, que inclusive hoje preside todo o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Brasil.

Então, eu queria fazer esse breve comentário, mas, sobretudo, aqui registrar a minha presença e parabenizar o senhor, Presidente Confúcio, que, mesmo com a CPI acontecendo, o senhor tem conduzido com muita maestria, dando a visibilidade necessária e contribuindo com verdadeiras aulas, a partir dos convidados que chegam até esta Comissão.

Então, que Deus abençoe a todos vocês e muito sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama.

A pergunta da Senadora Eliziane, eu vou passar para o Dr. Okane ou o Dr. Ângelo, daqui a pouco responder, está bom?

Aqui eu quero explicar para todos os nossos queridos convidados que a nossa Comissão está bem reduzida com a presença, porque grande parte dos companheiros foi para Ribeirão Preto fazer uma visita a uns laboratórios de saúde animal, que poderão adaptar as suas plantas para a produção de IFAs nacionais. Então, eles estão em viagem e nós estamos aqui hoje com o quórum mais reduzido, mas tudo que V. Sas. falaram fica arquivado e é objeto nosso de encaminhamento e de providências. Não vai ficar só na palavra dita. Eu vou aproveitar tudo isso para tocar para frente.

Então, se a Daniella puder falar agora, se já tiver condição, eu lhe passo a palavra. Por favor.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Agora, sim.

Primeiro, eu quero agradecer pelo acatamento a essa sessão temática muito importante. E aqui já dou também as boas-vindas, agradecendo os nossos convidados extremamente especiais.

Eu queria dizer da minha preocupação e da minha angústia. E aqui eu quero dizer da importância da comunicação feita pela Dra. Melania e pela Dra. Adriana, através dos Instagram, numa comunicação, vejam só, porque elas começaram a postar – Dra. Melania, quero agradecer as suas palavras, e Dra. Adriana –, vocês começaram a postar, e são minhas conterrâneas, Senador Confúcio, bem como o Dr. Bruno, e a incomodar. E ali eu fui buscar mais informações, pois começou a mexer comigo profundamente.

E aí eu fui buscar votar e colocar as mulheres grávidas e puérperas na... Ao fazer isso, tentando, como Líder, no Colegiado de Líderes, e nada de conseguir. (*Falha no áudio.*)

Pedi apoio à Bancada Feminina também e ao próprio Presidente do Senado, que depois foi sensível. (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos uma emenda ao projeto de lei do Senador Rodrigo Pacheco e adiantamos o tema. Só que aí o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, viu essa questão, viu a gente fazendo a mesma coisa – como eu vi vocês, ele viu também a minha luta no PNI.

O que acontece? Depois dessa situação... Aqui eu quero trazer alguns esclarecimentos que são importantes para a gente trabalhar juntos... (*Falha no áudio.*)

... a importância desta Comissão que, como o Presidente Senador Confúcio falou, é para hoje e para (*Falha no áudio.*)

Eu estive com o Ministro Marcelo Queiroga, e ele gravou um vídeo – acho que vocês viram esse vídeo no meu Instagram – dizendo que agora as grávidas estariam inseridas e que tinha absorvido a minha ideia. E, para ser mais rápido, para não esperar nem a votar, inserimos. E assim foi feito.

Com esse caso específico, ainda nem há provas de que realmente foi por força... (*Falha no áudio.*)

Eu estive com ele na semana passada, aliás, nesta semana, porque a semana corre muito – é muita coisa –, e ele falou que houve uma... (*Falha no áudio.*)

... a vacina AstraZeneca, mesmo assim vacinando na segunda dose, mas que ia manter a vacinação. E aí soltou... (*Falha no áudio.*)

... com a Pfizer e continuar com a CoronaVac nas grávidas com comorbidades e sem comorbidades – ia continuar fazendo a vacinação.

E aí o que acontece? Se existem dúvidas – e é o que está acontecendo, muita gente com dúvidas –, eu acho, Presidente Senador Confúcio... (*Falha no áudio.*)

... completamente com o que foi dito, que é vacina, sim, e tem que vacinar.

Por conta dessa bandeira que vocês levantaram, e que eu levantei aqui no Senado, muitas mulheres me procuraram, muitas mulheres agradecendo, dizendo que preferem mil vezes ser vacinadas – mil vezes ser vacinadas – a correr o risco de pegar Covid.

Minha nora, por exemplo, teve o meu neto – hoje sou avó. O meu neto nasceu filho da pandemia, vamos dizer, do ano da pandemia, e só nós sabemos o que vivemos no ano passado com ela guardada, praticamente, dentro de casa, trancada, para não passar por uma situação como essa. Então, foram tempos muito difíceis para todos nós e vemos isso nas grávidas, vemos isso com todo mundo. Então, a gente também vivenciou momentos como esse. E as grávidas querem ser vacinadas.

É verdade, sim. A Dra. Adriana colocou aqui que fez uma enquete no seu Instagram. Eu recebo, o tempo todo, as grávidas dizendo também no meu Instagram, mandando mensagens, que querem ser vacinadas, não importa o que aconteça... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... mil vezes do que pegar Covid num estado de grávidas ou puérperas.

Então, o prejuízo de deixar crianças órfãs é terrível, a morte. Deixar um filho sem uma mãe, um lar, a gente sabe o que é isso, nós somos mães, mulheres, e sabemos o que isso provoca na vida de uma criança e tudo isso que acontece.

Eu gostaria de fazer uma sugestão, Senador Confúcio, e aqui, já de antemão assim, me coloco... (*Falha no áudio.*)

... Ministro, na próxima semana já, porque tem que ser tudo de imediato. E, nessa conversa com o Ministro, a gente pode levar, inclusive, se houver a disponibilidade das pesquisadoras, ou de quem puder desta comissão que está aqui hoje, trazendo... (*Falha no áudio.*)

... estudiosos que deram um *show* aqui. Eu assisti toda – na estrada, mas assisti toda. Então, trouxeram informações tão relevantes! Que a gente pudesse fazer uma reunião com o Ministro. Eu posso fazer essa interlocução com ele, pedir essa reunião a ele, e que a gente pudesse conversar, sentar e tirar todas as dúvidas relativas... (*Falha no áudio.*)

A mim ele disse que iria voltar com as outras vacinas. Algumas cidades estão já fazendo isso, realmente. Por exemplo, João Pessoa, aqui na Paraíba, está vacinando as grávidas normalmente, sem comorbidades. Campina, acho que está vacinando também, não sei, eu acredito que esteja vacinando também; mas, em outros lugares, Santa Catarina está vacinando. Há alguns lugares que sim e outros que não. Então, acho que a gente poderia, a minha sugestão seria essa.... (*Falha no áudio.*)

Nosso Presidente, Senador Confúcio, e aí, a gente ir para cima. Quando a gente diz de resolver, eu acho que a solução definitiva é essa.

Obrigada.

Parabéns a todas e obrigado por inspirar. Muitas vezes, o Parlamento, trabalha assim, na realidade. Muitas e muitas vezes, é com a inspiração da sociedade, que traz para a gente as demandas e que que nos inspira a trabalhar junto com vocês, fazendo o melhor para o nosso País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu vou dirigir as perguntas, para a gente poder encerrar, diretamente aos convidados. E um minuto e meio pra resposta.

Eu vou ler primeiro as perguntas do nosso Relator Wellington Fagundes, que está em Ribeirão Preto, para a Dra. Melania e para a Dra. Adriana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta é a seguinte – os senhores podem mentalizar aí a pergunta do Senador Wellington Fagundes: "Há algum indicativo concreto de que a infecção, por SARS-CoV 2, possa estar afetando os nossos recém-nascidos de uma forma diferente do que afetou os bebês suecos, cujo estudo observou um aumento muito discreto na incidência de complicações nos bebês cujas mães tiveram testes positivos para Covid-19 na gravidez?" É a primeira pergunta para a Dra. Melania. A segunda é para a Dra. Adriana: "Seria necessário adotarmos em nosso País, em virtude dos riscos para recém-nascidos, uma conduta diferente da que vem sendo adotada em outros países com relação à vacinação das nossas gestantes?".

E agora a pergunta do nosso Relator para o Dr. Marcos Nakamura ou seu substituto Ângelo: "O senhor concorda com os dados que indicam que em gestantes sem comorbidades o risco de complicações e morte por Covid-19 é apenas um pouco maior do que a população geral ou acredita que temos dados suficientes para indicar que, pelo menos no Brasil, a realidade não é essa?". E ele continua a pergunta para o Dr. Marcos Nakamura: "O senhor concorda com a orientação de vacinar apenas gestantes com comorbidades ou acha que todas as gestantes, sem exceção, deveriam ser incluídas entre os grupos prioritários?".

Eu quero alterar o destino dessa pergunta. Eu vou passar essa pergunta para a Dra. Melania. Anota aí, Dra. Melania, essa pergunta do Wellington para a senhora. Vou repetir para a senhora: "A senhora concorda com a orientação de vacinar apenas as gestantes com comorbidades ou acha que todas as gestantes, sem exceção, deveriam ser incluídas entre os grupos prioritários?".

Então, eu vou fazer todas as perguntas, depois eu passo para, um minuto e meio, para V. Sas. responderem – e aí a senhora já pode também fazer os agradecimentos –, e vamos caminhando para o encerramento.

Eu, Confúcio, faço a pergunta aqui, mas representando a Senadora Rose de Freitas, que foi a autora do requerimento, para a Dra. Irma de Godoy: "A senhora vê necessidade de alterarmos o plano nacional de vacinação em decorrência do quantitativo de jovens internados por causa da Covid-19? Qual a sua sugestão?".

E há uma pergunta para o Dr. Baptistella, da Senadora Rose de Freitas, que eu estou fazendo por ela. Aliás, é de minha autoria esta pergunta, Dr. Baptistella: "Há medidas que o Executivo e o Congresso Nacional devem adotar de imediato quanto às sequelas identificadas na Covid-19? Seriam urgentes ou em que momento devem ser iniciadas as providências para atendimento desses sequelados? Qual a sua recomendação sobre o assunto para nos orientar uma atuação prática e eficiente?".

Terminadas essas perguntas, eu tenho aqui mais de 200 perguntas dos internautas, que eu não vou fazer, só vou agradecer a eles, mas algumas delas, bem curtinhas, eu vou fazer aqui para a Dra. Adriana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anota aí, Dra. Adriana!

Essa pergunta vem de Letícia Amaral, do Rio de Janeiro. Ela pergunta o seguinte: "Os bebês podem nascer com anticorpos contra Covid-19?" Só isso.

Para o Dr. Okane ou Ângelo. A pergunta é de Michelle Mataroli Marques, do Paraná: "Quem se responsabilizará pelos efeitos adversos graves à gestante e bebê? Vacina experimental é inadmissível!" É pergunta dela, não é minha. É dela, de Michelle Mataroli Marques.

Dra. Melania, mais uma perguntinha para a senhora, de Gabriela Venancio, da Paraíba, seu Estado. A pergunta é a seguinte. A senhora pode dirigir a resposta para ela. "Como podemos ir ao médico tranquilas se nossos bebês não usam máscara? A vacina da mãe é a única possibilidade de proteção. Gostaria de saber qual o risco de uma mãe lactante passar Covid para seu bebê."

Esta aqui é a última, de Mayara Jully, do Rio Grande do Norte, para o Braga, do Ministério da Saúde, ou seu representante: "Eu gostaria de saber a taxa de hospitalização e mortes por Covid entre lactantes".

Eu quero agradecer à Nelma Denise da Costa, cuja pergunta já foi respondida durante a palestra; ao Thiago Leal, da Bahia; à Adriana Lins, da Bahia; à Anna Beatriz, do Rio Grande do Norte; ao Wallace Nogueira, de São Paulo; ao Felipe Marcel, de São Paulo; à Taiane Ferreira, de Minas; à Natalia, do Rio Grande do Sul; ao Daniel Douglas, do Amazonas. Por aí, vocês veem. Tem pergunta aqui do Ceará... É muita gente. Eu não vou ficar lendo. Pedro Pandolfo, de São Paulo. Não dá para ler todos. Eu vou ficar por aqui. Desculpem-me os outros. E vamos às respostas.

Então, algumas respostas vamos deixar... O tempo é curtinho. Vocês veem se conseguem, telegraficamente, responder.

Eu vou passar aqui na ordem dos que estão aqui, das perguntas.

Dra. Melania, a senhora pode responder. E, logo depois, Dra. Adriana. Por favor.

Já pode fazer o agradecimento e suas despedidas, e nosso agradecimentos à senhora.

Dra. Melania e Dra. Adriana, com as respostas do nosso Relator, Wellington Fagundes.

Melania. (*Pausa.*)

A SRA. MELANIA MARIA RAMOS DE AMORIM (Para expor.) – Eu estava sem microfone.

Então, primeiro, como a Adriana bem disse, os nossos bebês não estão sendo avaliados, não estão entrando nos sistemas de notificação, mas nós que lidamos com eles sabemos que eles estão sendo afetados. Então, o que a gente precisa é de dados e desse olhar compassivo e cuidadoso voltado para eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às vacinas, quem me acompanha sabe que eu acho que eu fui a primeira pessoa a lançar essa bola.

Desde que as vacinas estão disponíveis, quando as primeiras sociedades disseram que as gestantes poderiam se vacinar, eu disse: não é só uma questão de que elas podem se vacinar. Eu acho que todas as gestantes devem se vacinar, sobretudo em nosso País, onde elas estão apresentando complicações graves e elas estão morrendo da Covid-19.

Em tudo, trata-se de uma relação de riscos e benefícios. Não existe essa questão de quem vai se responsabilizar pelos efeitos irreversíveis e gravíssimos das vacinas. Eu pergunto: quem vai se responsabilizar pelos efeitos gravíssimos, irreversíveis e letais da Covid-19? Porque esses efeitos irreversíveis e gravíssimos das vacinas não existem e não podem sequer ser comparados com a devastação e os efeitos avassaladores da Covid-19.

Um caso que houve de trombose com trombocitopenia possivelmente atribuído à Covid-19, com uma vacina, ocorre em 0,0004%, quatro a cada um milhão de vacinados. Isso não é específico da gestação, não tem a ver com fatores de risco atribuídos à trombose.

Especialistas e diretrizes em todo o mundo entram em consenso de que isso não é um motivo para suspender a vacina, principalmente em regiões do mundo onde o número de casos é tão elevado. E isso não tem a ver com as reações comuns à vacina nem isso leva a efeitos adversos para o bebê. Quer dizer, não leva a malformações, que a gente chama de teratogênese.

Sobre a vacina da Pfizer, a gente já tem hoje mais de 100 mil mulheres vacinadas em todo o mundo. É porque eu tive que correr ao final e não entrei em detalhes num estudo que foi publicado na revista *New England Journal of Medicine*, um dos mais renomados e famosos periódicos na área médica que tem hoje os dados de segurança publicados nos Estados Unidos, que são muito rigorosos nessa questão de farmacovigilância, e que já publicou – há mais de 100 mil vacinadas – os dados de mais de 35 mil mulheres vacinadas sem nenhuma preocupação de segurança dessa vacina em gestantes.

Porque o que a gente tem que entender é que o número de abortos, o número de perdas fetais foi equivalente ao número que acontece na população obstétrica geral. Porque aborto acontece na população obstétrica geral, perda fetal também acontece; o que a gente tem que fazer é comparar se a vacina está dando mais perda ou mais efeito adverso do que acontece em gestantes que não tomam a vacina. Você não pode atribuir isso...

Eu acho muito impressionante que pessoas antivacinas, anticientificistas e obscurantistas estejam usando o estudo do *New England* para dizer que a vacina tem efeitos adversos, quando é o contrário: o estudo mostrou exatamente o oposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a vacina da CononaVac usa vírus inativado. É uma tecnologia, uma plataforma que é usada há mais de 50 anos. É a mesma tecnologia que se usa para a vacina da gripe.

Todos os anos, todas as gestantes são incentivadas a participar das campanhas de vacina da gripe, porque a gente sabe que a influenza traz danos muito mais sérios do que qualquer eventual preocupação que se tenha com essa vacina. E eu não vejo, todos os anos, fazerem esse carnaval, dizendo que gestantes não podem se vacinar com uma vacina de vírus inativado, que é a vacina da gripe. Eu não vi também, quando houve a influenza, ninguém ficar fazendo campanhas e lançando *fake news* em relação à vacina da gripe e exigindo ensaios clínicos randomizados, porque todo ano a vacina muda por conta da vacina da gripe.

Por que é que isso está acontecendo? A quem interessa manipular essas informações, semear o pânico e tocar o terror em relação às vacinas? As vacinas são seguras, sim.

As gestantes devem ser vacinadas, e todas devem ser vacinadas. Por quê? Porque a comorbidade é apenas um fator de risco para a morte, mas 60% das que estão morrendo não têm comorbidade.

Exigimos a vacinação de todas as gestantes e das puérperas, pelo bem das mulheres e dos seus bebês e pelo bem de toda a sociedade, porque uma sociedade não pode assistir impassível a essa mortandade, a esse verdadeiro feminicídio que está acontecendo quando a gente vê a perda e a destruição de tantos lares, e há uma legião de órfãos que vão crescer sem as suas mães. É uma total falta de sensibilidade não assumirmos o papel que temos e a nossa responsabilidade com o futuro de toda uma geração.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Melania, muito obrigado à senhora. A senhora já deu suas respostas, muito bem feitas, muito veementes. Caso a senhora tenha outro compromisso, a senhora está dispensada já. Meu abraço, meus sinceros agradecimentos à senhora por essa participação tão valiosa, brilhante, competente. Muito obrigado à senhora, viu?

A Dra. Adriana agora com a palavra. (*Pausa.*)

Dra. Adriana? (*Pausa.*)

A senhora está aí, Dra. Adriana?

A SRA. ADRIANA SUELY DE OLIVEIRA MELO (Para expor.) – Oi, é o microfone que não tinha sido acionado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah, tá, Dra. Adriana, para a senhora. As perguntas que vieram para a senhora, pode aproveitar e responder a todas, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADRIANA SUELY DE OLIVEIRA MELO – Tá.

A vacinação para gestantes, na realidade, tem sido recomendada na maioria dos países, Estados Unidos, na Europa como um todo. Não existe... O que a gente quer é que não seja diferente, é que seja igual ao que está sendo feito lá fora.

E que a declaração fosse uma exceção. Então, mulheres que um colega médico achar que não têm indicação, baseado em alguma coisa, que ele assumisse que não têm indicação de se vacinar, e não o contrário, ter que liberar as pacientes para que elas possam se vacinar. Então, ou se a mulher se recusar ou tiver alguma contraindicação do ponto de vista do colega, ele assumisse essa contraindicação. Então é isso que a gente quer que seja discutido.

E isso é mais outra vantagem, não é? Hoje a gente vacina um e ganha dois. Então estamos economizando até vacina. Realmente, Letícia, existem, sim, já trabalhos mostrando. Aqui houve um caso recente, mas lá nos Estados Unidos, já foram publicados vários casos, já houve um estudo mostrando o percentual de recém-nascidos que nascem imunizados, com anticorpos para o Covid.

Isso, claro que a gente vai ter que acompanhar por mais tempo com essas crianças, mas já é uma imunização. E olhe só, ainda há um brinde: vacina um e ganha dois. Então, essa criança está mais protegida, porque existiram, sim – Dr. Bruno pode falar sobre isto –, casos de mortes de recém-nascidos.

O bebê, quando nasce, está com a imunidade muito debilitada, porque ele estava dentro de uma bolha. O líquido amniótico é uma bolha. Então, ele estava muito protegido. Quando ele nasce, ele vai desenvolvendo a imunidade. Quem nunca teve criança que, quando foi para a escola, vivia gripando, vivia adoecendo com as famosas viroses da primeira infância?

Quando a criança nasce, existem relatos de casos de óbitos por causa daquelas visitas – e tem que se falar sobre isto, sobre evitar visitas na maternidade, visitas pelo menos nos primeiros 15 dias na casa da puérpera. Então, essa criança pode morrer se pegar o Covid muito cedo. E, aí, quando ela já nasce imunizada é um *up;* a gente tem um a mais imunizado.

A nossa defesa sempre foi pela vacina, como Melania já disse. Quando a gente lê os artigos e quando a gente acredita na ciência, não tem como ser contra. E, quando alguém falou que a vacina é experimental, tem que se lembrar que a vacina da Pfizer já foi registrada pela Anvisa. Então, ela já tem um registro definitivo no Brasil, se não me engano.

Então, existem, como Melania já disse, essas duas vacinas que são extremamente seguras. Se a AstraZeneca quer colocar em *stand-by* até que haja provas concretas de se foi ou não, a gente tem as outras duas vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sou totalmente a favor da vacina. Que ela chegue rápido para todos, porque tenho tido grávidas que têm comemorado o fato de desenvolver diabetes gestacional no final da gravidez e de se tornar paciente com comorbidade, que pode tomar a vacina. Isso é muito angustiante. Há pacientes torcendo para desenvolver uma morbidade para poder conseguir a vacina. Gente, isso é muito louco! A gente não está dando escolha a essas mulheres. E elas têm o direito de escolher. A gente simplesmente não pode tirá-las, sem nenhum estudo que comprove que isso é maléfico.

Então, que discussão é essa em que a gente exclui as principais interessadas?

Imaginem um cenário em que as mulheres comemoram desenvolver diabetes para poderem ter a chance de serem vacinadas! Isso é muito cruel.

Agradeço o convite.

Agradeço ao Senador Confúcio. Não o conhecia, mas achei sua voz muito calma. Realmente nos acalmou.

Agradeço à Daniella e a todas as mulheres Senadoras, que compraram essa briga. Era uma angústia nossa. A gente estava realmente muito angustiada, porque a gente está na ponta.

Há 15 dias, eu tive que dizer a uma paciente minha, a uma paciente antiga que estava grávida da sua terceira gestação, que o seu feto tinha morrido com 18 semanas, quando ela teve a Covid leve. Ela me perguntava: e ele sofreu? Ele sentiu dor? Ele cansou? É muito angustiante você estar diante de uma mãe perdendo o seu feto, e você sabendo que poderia ter sido evitado com a vacina.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Adriana, eu quero falar umas palavrinhas para a senhora também.

Eu ouvi a senhora falar que não há nada mais angustiante para uma pesquisadora, até caminhando para a depressão, do que ser pesquisadora no Brasil. Eu até concordo com a senhora. A gente fica muito triste com isso.

Estamos aqui fazendo um esforço tão grande por parte da nossa Comissão, por parte de vários Senadores...

Há um Senador aqui em Brasília, o Senador Izalci Lucas, que não faz outra coisa a não ser lutar para aumentar os recursos para a pesquisa científica no Brasil. Nós todos estamos com ele.

Não prometo à senhora que vamos resolver, mas estamos aqui brigando por isto, para que o Brasil possa valorizar os nossos pesquisadores, como a senhora, como a Dra. Melania, como o doutor da Fiocruz, que é seu colega e do grupo e que falou há poucas horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vocês são geniais, são pessoas fantásticas.

Não desista, menina, não desista nunca!

Muito obrigado à senhora. Se a senhora quiser se retirar da nossa sala, pode, fique à vontade, muito agradecido pelo tempo, e vamos em frente agora.

Eu passo a palavra para o Dr. Marcos Nakamura, que tem algumas perguntas para responder. (*Pausa.*)

Marcos Nakamura ou o substituto.

Fique à vontade.

O SR. MARCOS NAKAMURA PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio, pela condução da Comissão no dia de hoje, os meus agradecimentos pelo convite.

Quero enfatizar que nós, a despeito de nenhuma verba para pesquisa durante este ano, achamos que foi relevante mostrar esses dados e nós, como funcionários públicos que somos, somos comprometidos com o bem-estar da população.

Respondendo à pergunta do Senador Wellington, se as gestantes sem comorbidades teriam, então, só um pouco mais de risco. Quero lembrar que o estudo do CDC e outros também do Reino Unido mostraram que o risco na gestação e puerpério era maior, mais significativo, com uma vez e meia o risco de internação em UTI, o que apareceu no estudo do CDC. De fato, esse risco parece ser pequeno, mas quando a gente vê o quantitativo que a doença atinge no Brasil, nós vemos a relevância disso.

A Dra. Melania citou exatamente esse dado de que, a despeito de as gestantes com comorbidades terem maior risco, de fato, para a evolução de desfecho desfavorável, mais de 60%, ou quase 60% dessas que morreram neste ano, de 2021, não tinham nenhuma comorbidade. Então, a maioria das mulheres que morreram não tinham comorbidades. Essas mulheres não estariam abarcadas pelo PNI hoje, nesse momento.

E quero lembrar e enfatizar também as palavras da Dra. Adriana que, quando nós estamos vacinando as gestantes, nós estamos vacinando também os fetos e evitando desfechos que a gente não tem dimensão. A gente, como profissional de saúde na linha de frente, tem observado mais casos de mortalidade fetal, natimortos, a gente tem observado muitos casos de crescimento intrauterino restrito, e o que aconteceu de diferente? Covid. Nós não sabemos o que exatamente está causando – às vezes, nós não temos teste para testar todas as gestantes –, mas estamos observando isso na prática.

Eu, nessa última onda, vivenciei quatro casos de gestantes que morreram com os fetos intraútero. Então, nós estamos perdendo não somente uma vida; nós estamos perdendo duas vidas aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, então, de terminar dizendo que, por sorte, como minha esposa que estava grávida era profissional de saúde, ela teve a oportunidade de ser vacinada. E eu dou graças ao fato de que ela está imunizada e minha filha, que nasceu há um mês, também está imunizada com a CoronaVac.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Marcos, o que nos anima viver é a pesquisa. Ao ver um jovem como o senhor, devotado à causa, eu fico orgulhoso.

Eu digo o seguinte: é pesquisa ou caos – não é?

Então, senhores, não quero que vocês desanimem não. Está bom? Vamos em frente.

Vamos lá.

Agora, é a Dra. Irma Godoy.

Eu já fiz a pergunta para a senhora, Dra. Irma. A senhora pode respondê-la. A senhora deve ter anotado aí a pergunta. É uma pergunta que eu fiz em nome da Senadora Rose de Freitas. Pode dirigir até a resposta para ela – tá? Ela é lá do Espírito Santo.

A SRA. IRMA DE GODOY (Para expor.) – Está bem.

Primeiro, eu quero agradecer aí pela oportunidade. A gente tem tão pouca oportunidade – não é?

A gente viu aqui hoje que, realmente, essa questão de verba para a pesquisa, todo o trabalho que a gente está fazendo aqui na universidade está sendo feito praticamente com verbas, poucas, de pesquisa e isso não deixou de fazer com que todo mundo se dedicasse.

Então, acho que, realmente, esse é um ponto muito importante, de a gente ver que existe esse sentimento de apoio a essa questão dentro do Senado. Isso é fundamental para nós.

Com relação à pergunta da Senadora Rose de Freitas, eu quero dizer que a prioridade, na verdade, é todo mundo. Todo mundo deveria ser vacinado. Nós vivemos, no momento, uma escolha de Sofia. Nós não sabemos exatamente qual grupo vai ser priorizado neste momento. A gente vê as gestantes, são necessárias... A gente não sabe exatamente qual o número, qual a exata proporção – porque a gente tem um subdiagnóstico muito grande em relação a todos os grupos etários –, qual realmente é a proporção. A gente sabe que policiais e professores têm uma prevalência muito alta da doença e com gravidade.

Então, acho que a gente não tem ainda dados suficientes para a gente, realmente, mudar a prioridade. Em qualquer campanha de vacinação, a priorização é feita com relação aos grupos de risco. Grupos de risco são grupos de riscos clássicos para as doenças virais que a gente tem. Obviamente que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente está vendo uma mudança desse paradigma e, talvez, aí a gente já tenha uma influência da vacinação dos grupos dos mais idosos, dessas pessoas que receberam, por exemplo, como o Dr. Marcos falou, porque é profissional de saúde. Mas eu acho que a prioridade, realmente, é para todos.

E nós temos que avaliar isso, talvez a gente possa avaliar isso, especificamente, quando a gente tiver um maior número de disponibilidade de vacinas. Mas, neste momento, acho que é muito difícil você manter a equidade do programa nacional de vacinação e, ao mesmo tempo, mudar a prioridade. Isso vai mudar completamente a previsibilidade de uma equidade no nosso sistema.

Então, realmente, eu não vejo isso como uma solução para o problema. Nós já vimos, esta semana, uma grande polêmica a respeito da vacinação dos atletas para a Olimpíada. E, agora, a gente está trabalhando essa questão aí com os jovens e com as novas cepas.

Então, eu acredito que, neste momento, ainda, nós não temos dados suficientes para fazer essa mudança. E, mais uma vez, agradeço. Aprendi muito aqui hoje com os meus colegas. Agradeço a oportunidade. Estaremos sempre à disposição para colaborar quando for necessário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Irma, muito obrigado. A senhora, como Presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia, eu imagino o corre-corre que vocês tiveram para socorrer tudo que é UTI do Brasil, com poucos pneumologistas – não é? Acho que se multiplicaram em mil. É como se diz no Faustão: "se vira nos trinta". Vocês se viraram nos trinta para dar conta do recado.

Muito obrigado à senhora. Agradecido de coração.

A senhora também está dispensada. Se tiver outra atividade para cumprir agora, a senhora fique bem à vontade.

Agora eu vou passar a palavra para o Dr. Okane ou para o Dr. Ângelo, para responder a um dos internautas.

O SR. SÉRGIO YOSHIMASA OKANE (Para expor.) – Continuando, Senador, em relação à discussão sobre vacinação, ela não fica na minha secretaria, fica no Programa Nacional de Imunização. As reuniões do PNI têm sido constantes, porque, a cada dia, a gente tem novas informações cientificas, e, baseado nessas informações, um grupo técnico faz as discussões – o.k? Hoje mesmo, está tendo uma reunião extraordinária para discutir outros temas importantes. E eu só queria colocar isso para que as pessoas entendessem que é baseado na ciência que o grupo técnico decide qual a melhor opção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós estamos aqui abertos para ouvir as opiniões dos diversos grupos, mas a gente pode perceber que existem divergências mesmo entre as áreas técnicas sobre vários assuntos.

Em relação à parte da Saes, nós já estamos em contato com algumas sociedades de especialidades, mas nós vamos aumentar esse contato. A gente começou, primeiramente, com o pessoal da medicina física e reabilitação, que é hoje quem tem a maior expertise. Já fiz visitas aqui ao hospital da Rede Sarah de Brasília, para a gente ver como está a situação.

Na verdade, é aquilo que a Professora Irma colocou: a gente teve uma primeira onda, que pegou um público mais idoso, que teve uma característica. Nessa onda, nós estamos pegando um público jovem, que traz outras características e que, na verdade, alguns problemas são semelhantes, mas apareceram muitas coisas novas. Por isso, está até difícil de a gente entender e trabalhar realmente um plano único. Por isso que a gente está, cada vez mais, se aproximando das sociedades de especialidades. A gente vai procurar também a Sociedade de Otorrino, a Sociedade de Pneumologia. O Professor Carlos Carvalho tem ajudado a gente na parte da discussão dos protocolos clínicos de oxigenoterapia.

Em relação a oxigênio, professora, na verdade, na tabela do SUS não existe oxigênio, mas, em algumas ações de Atenção Domiciliar e da Saúde em Casa, existem essas ações. Nós estamos para liberar algumas doações que nós recebemos de concentradores para os Programas de Atenção Domiciliar que vão poder ajudar esses pacientes.

Mas a gente também entende essa preocupação da senhora em relação à conta de luz – não é? Só que, aí, é uma ação que passa a ser não do Ministério da Saúde, e a gente precisa discutir alguma forma de, junto com a economia, junto com os órgãos, como é que a gente consegue ajudar essa população, porque, realmente, às vezes, o concentrador não é a solução. Resolve um problema, mas gera um outro problema e, na verdade, nós, da Saúde, não temos esse poder – não é?

Mas eu acho que vai fazer parte dessa discussão, pode ficar tranquila. Isso está dentro do nosso radar, a gente só não teve ainda uma solução técnica, mas a gente... Talvez até, depois, o Senado ou a Câmara pudesse ajudar a gente, de repente, e fazer alguma legislação, para que nessas situações houvesse uma redução, um abatimento – não é? Eu acho que seria uma ação muito proativa. O número não é exorbitante, pelo menos que a gente saiba, mas eu acho que é uma ação que poderia ajudar muito principalmente... (*Falha no áudio.*)

Mas a gente tem o compromisso de estar se alinhando com a sociedade da especialidade para gente discutir, e as demandas para PNI – eu acho que não tem ninguém da SDS aqui – vocês podem fazer, se eu tiver reunião com o Ministro, ele está aberto, porque é um assunto em que toda semana muda o foco, muda a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o maior trabalho hoje da equipe é tentar conseguir mais vacina. Ontem nós tivemos um anúncio de uma antecipação de 4 milhões de doses para junho da Covax Facility, e a gente está correndo atrás. Hoje, o Ministro está indo para Ribeirão Preto para ver o parque de vacinas de saúde animal para ver quais as possibilidades.

Então, essa tem sido a luta do Ministro Queiroga nos últimos 60 dias. Desde que ele assumiu, é uma batalha que a gente tem tido a cada dia – algumas às vezes são boas; outras, às vezes, são ruins –, mas a gente tem procurado dar transparência à situação para que todos saibam.

E a gente sabe que o Senado, as secretarias estaduais, os Governadores, está todo mundo lutando pelo mesmo objetivo, que é conseguir as vacinas.

Mas a gente está à disposição também de todos aqui. Está o.k., Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Sérgio Okane. Estou agradecido ao senhor. Eu agradeço pela sua presença honrosa em nome do Ministério da Saúde, do nosso ministro.

E a última resposta do Braga ou do seu representante – acredito que o Braga tenha saído, porque ele anunciou no começo – para responder a uma internauta do Rio Grande do Norte.

Com a palavra o Braga ou o representante dele, da Secretaria de Atenção Básica. (*Pausa.*)

Parece que não está mais presente. (*Pausa.*)

E, não estando mais presente, eu agradeço pela presença de todos os senhores e senhoras, muito obrigado pela participação. Meu abraço reconhecido a todos vocês por prestigiarem a nossa Comissão.

Todos estão liberados para almoçar e tocar a vida.

Muito obrigado.

Vou continuar aqui na parte administrativa.

Votação da ata.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 22ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

O Braga está aí? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Braga? (*Pausa.*)

Braga? (*Pausa.*)

Braga ou o substituto do Ministério, da Secretaria de Atenção Básica, se tiver... (*Pausa.*)

Não está.

Bem, coloco em votação o Requerimento 73, de 2021, de minha autoria, Confúcio Moura, que requer o encaminhamento do expediente deste colegiado às autoridades competentes, recomendando, primeiro – é objeto desta audiência de hoje:

1. providências que garantam a imediata inclusão das gestantes e lactantes no grupo prioritário do Plano Nacional de Imunização contra Covid-19 e o restabelecimento da disponibilidade das vacinas seguras e recomendadas às mesmas;

2. urgente inclusão das orientações às grávidas e lactantes nas campanhas publicitárias de utilidade pública quanto aos cuidados preventivos e aos temas relacionados à vacinação para si e para os nascituros.

Em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordarem com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

(É o seguinte o requerimento:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 73, DE 2021

Recomenda: 1. Providências que garantam a imediata inclusão das gestantes e lactantes no grupo prioritário do Plano Nacional de Imunização contra COVID-19 e o restabelecimento da disponibilidade das vacinas seguras e recomendadas às mesmas;

2. A urgente inclusão das orientações às grávidas e lactantes nas campanhas publicitárias de utilidade pública quanto aos cuidados preventivos e temas relacionados à vacinação para si e para os nascituros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Confúcio Moura)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, a participação dos internautas, convidando para a próxima reunião a realizar-se no dia 24 de maio de 2021, segunda-feira, às 10 horas, para a audiência pública com a presença confirmada do Ministro Marcos Pontes, para analisar o impacto negativo que os cortes no Orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia causará nas pesquisas em andamento no País e atualizar as informações sobre investimentos em pesquisa e tecnologia para alternativa da vacinação contra a Covid-19.

Eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos!

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Luiz do Carmo e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência Pública com a finalidade de analisar o impacto negativo que o corte no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia causará nas pesquisas em andamento no país, e atualizar as informações sobre investimento em pesquisa e tecnologia para alternativas de vacinação contra a COVID19. **Participante:** Marcos Pontes, Ministro da Ciência e Tecnologia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias – esse prazo termina no dia 30 de junho, gente, está pertinho –, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, essa terrível Covid-19, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao uso da palavra, eu esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo. A ordem da fala será, primeiro, ao Relator; segundo, aos titulares inscritos; depois, aos suplentes; e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Liderança poderão ser usados após a audiência com os convidados.

A presente reunião se trata de audiência pública com a presença do Ministro de Ciência e Tecnologia, o Ministro Marcos Pontes. A finalidade da presente audiência é analisar o impacto negativo que o corte do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia causará nas pesquisas em andamento no País e atualizar as informações sobre investimentos em pesquisa e tecnologia para alternativas na vacinação contra Covid.

Contamos também com a presença, ao lado do Ministro, do Dr. Marcelo Marcos Morales, que já é conhecido nosso – por sinal, competentíssimo –, que é o Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência e Tecnologia, que está acompanhando o Ministro – muito bem acompanhado.

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, eu quero passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que é o nosso Relator, para uma breve consideração, em torno de cinco ou seis minutos, sobre a viagem que ele fez, neste último final de semana, com o Ministro de Saúde e outros, às unidades das indústrias produtoras de vacina para saúde animal, entre alas, a vacina de aftosa. Então, eu lhe passo a palavra, pedindo licença ao Ministro Marcos Pontes, e é muito interessante que ele saiba também do objetivo dessa viagem desta nossa Comissão e do Executivo a São Paulo. Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

Pode falar, Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar V. Exa. e todos os Senadores, como o Senador Esperidião Amin, que sempre está presente conosco; de cumprimentar o Ministro Marcos Pontes, que está acompanhado do... O Ministro Marcos Pontes está acompanhado do... (*Pausa.*)

Acho que o som do senhor cortou, meu Presidente, mas tudo bem.

Cumprimento o Ministro Marcos Pontes, representando aí o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Está me ouvindo aí, não é, Presidente? (*Pausa.*)

Eu queria, inicialmente, dizer que tivemos oportunidade, na sexta-feira, de fazer a visita a uma das plantas de saúde animal em Cravinhos, bem próximo de Ribeirão Preto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu chamo atenção aqui de todos os colegas e de todos os que nos assistem, porque estava presente conosco o Ministro da Saúde, o Ministro Queiroga; estava presente a Ministra Flávia Arruda, representante da Secretaria de Governo; também estava presente o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, o Marcos Montes – diferentemente do Ministro Marcos Pontes, ele é o Marcos Montes. Portanto, estavam lá três Ministros presentes. Estava presente também um representante da Anvisa: Romison Rodrigues Mota. Além disso, também estava presente o Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, o Josélio de Andrade Moura, além de muitos outros técnicos.

Estava presente a representante da Opas, a Maria Almiron, bem como também assessorias dos ministérios todos e, ainda, Parlamentares, cujos nomes eu faço questão de destacar aqui: Deputados Roberto de Lucena, Davi Soares, bem como também Pr. Marco Feliciano e, ainda, um Parlamentar que me está faltando, o General... de São Paulo. Está também presente o Emilio Salani, que é o Presidente do Sindan. Além deles, então, estão presentes esses representantes da Fundação Bill Gates e da Universidade de Oxford, cientistas que lá estavam conosco presentes e que acompanham esta sessão.

Eu tenho um pequeno vídeo, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar – é bem pequeno – e para o qual eu chamaria atenção.

Ah, quem esteve lá conosco também foi o General Peternelli. O General Peternelli estava conosco.

Eu vou pedir aqui para o pessoal apresentar o vídeo, rapidamente, Sr. Presidente, só para dar uma noção muito rápida do evento em que estivemos.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Isso aí foi, de forma bem sintética, Sr. Presidente, aquilo que lá nós vimos. E, claro, como se trata de uma empresa de capital aberto, eles têm muita dificuldade em poder mostrar, digamos, imagens do coração da empresa, por questão até de reserva das suas pesquisas, enfim. Com certeza, o que eu posso garantir, Presidente Confúcio, é que com isso nós vamos avançar muito. E tenho certeza de que, pelo que ouvimos lá desses cientistas, inclusive do próprio Ministro, todos nós ficamos, assim, extremamente surpresos com a capacidade de produção da empresa e o nível tecnológico.

Essa indústria farmacêutica veterinária, de origem brasileira, com sede em Cravinhos, abriu para que a gente lá estivesse. Nesse complexo industrial, há plantas para a produção de soluções farmacêuticas e biológicas de uso veterinário. Há lá duas plantas, Sr. Presidente, específicas para a produção de vacina, ou seja, em uma só indústria, nós temos duas grandes plantas: uma com Nível de Biossegurança 4 (NB-4), o maior referencial do mundo – quero aqui repetir: o maior referencial do mundo –, de acordo com a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), para a vacina contra febre aftosa e adaptável para outras linhagens celulares; e a outra planta, que também visitamos, para a produção de múltiplas vacinas de uso veterinário, com plataformas tradicionais e recombinantes, atualmente com nível também alto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biossegurança. A empresa tem base tecnológica, com as instalações mais modernas do País e da América Latina, certificada também pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), além de 34 anos no mercado, 11 desses de atuação no segmento de biológicos e uso veterinário.

Então, Sr. Presidente, aqui, nós temos, nessa indústria, a possibilidade de fazer os dois tipos de vacinas hoje disponíveis no mundo: a partir do vírus inativado, bem como também do vírus recombinante. Então, podemos produzir, temos condições de produzir as duas tecnologias que existem no mundo.

Agora, vamos partir... Claro, há outras indústrias; nós visitamos uma delas.

Eu quero aqui, como já está aprovado o requerimento, Sr. Presidente, pedir também autorização para que a gente possa visitar a central de selagem. Essa central de selagem é em Vinhedo, ali bem próximo de Campinas. Por que é importante essa central de selagem? Depois eu gostaria de fazer até uma audiência, talvez, para explicar tudo isso para o Brasil e para os companheiros da nossa Comissão. Vacina veterinária, toda a ela produzida no Brasil, vai para essa central de selagem que fica em Campinas. Lá, ela recebe um selo inviolável, e uma empresa de logística faz a distribuição dessa vacina em todo o Brasil. Em quatro dias – quatro dias apenas – o Brasil inteiro tem a distribuição da vacina. E aí eu estou falando principalmente da vacina de febre aftosa, que é usada duas vezes ao ano num rebanho de mais de 200 milhões de animais. E essa central de selagem é extremamente importante como logística, porque, como é uma atividade empresarial, quem banca tudo isso é a iniciativa privada.

Sr. Presidente, eu tenho certeza de que temos também logística para a distribuição da vacina humana, porque o custo dessa distribuição pode ser muito menor para o País, ou seja, nós precisamos aproveitar a experiência de quem fabrica e de quem entrega para o consumidor diretamente e também do próprio Ministério da Saúde, que não visa ao lucro, mas que visa, acima de tudo, ao atendimento da população – mas o importante é o custo dessa distribuição.

Eu posso encerrar, Sr. Presidente, nesta primeira etapa, extremamente entusiasmado, porque a esperança aumenta muito. E tenho certeza de que, se o Brasil se debruçar... Realmente, como o próprio Ministro falou, se estivéssemos já, há um ano, nos dedicando a essa linha de produção, com certeza, o Brasil seria produtor de vacina humana hoje contra a Covid, e estaríamos, inclusive, exportando para ajudar outros países.

Então, eu agradeço muito, Sr. Presidente, me coloco à disposição e gostaria até de pedir a V. Exa. uma reunião administrativa para que a gente pudesse conversar com todos os nossos Senadores e explicar isso com muito mais detalhes.

Era isso, para abrir a nossa reunião de hoje. Logo na sequência, V. Exa. vai passar a fala aos nossos convidados; depois, voltarei como Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente, por permitir que nós pudéssemos estar representando a Comissão em seu nome, mas representando também toda a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, parabéns pelo esforço, pela persistência, pela ousadia, pelo trabalho mesmo. A gente vai conseguir!

Então, neste momento, eu passo a palavra ao Ministro Marcos Pontes, pelo tempo que ele achar necessário – acredito que entre 25 e 30 minutos é um bom tempo. Se precisar de mais tempo, avise. Então, meu caro Ministro, V. Exa. está com a palavra.

Ministro Marcos Pontes.

O SR. MARCOS PONTES – Obrigado. Não sei se estão me ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ouvindo bem, Ministro. Ouvindo bem.

O SR. MARCOS PONTES (Para expor.) – Antes de mais nada, gostaria de agradecer por essa oportunidade de falar a respeito de um tema extremamente importante para o País agora e no futuro. Então, gostaria de agradecer ao Senador Confúcio e agradecer ao Senador Wellington.

Já de antemão, quero colocar que o Ministério da Ciência e Tecnologia, com todos os nossos servidores e cientistas, apoia as iniciativas e que este é um momento extremamente importante para o País.

A nossa intenção aqui, primeiro, é fazer uma breve introdução. Depois, se me permite, eu vou passar a palavra para o Dr. Marcelo Morales, que é o cientista responsável por todas as pesquisas aqui no ministério e coordenador da Rede Vírus MCTI.

Eu gostaria de começar dizendo aqui a missão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. O ministério tem uma missão instituída no começo da gestão, que é a produção de conhecimento, produção de riquezas para o País, através de novas empresas de tecnologia, novos produtos, novos serviços e, também, contribuir com a qualidade de vida dos brasileiros através da ciência, tecnologia e inovação.

Nós sabemos que em todos os países desenvolvidos, sem exceção, a ciência, a tecnologia e as inovações foram a mola propulsora da situação em que eles se encontram hoje, principalmente em momentos de crise, que são os momentos em que a ciência, a tecnologia e as inovações entram como a solução não só para sair da crise imediatamente – nós vemos agora no Covid, por exemplo, que a única arma que nós temos para vencer o Covid é a ciência –, mas também para a recuperação do País. Nós vemos que a ciência, a tecnologia e as inovações têm uma capacidade gigantesca de promover a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperação econômica e social do País. Então, eu vejo essa oportunidade aqui como uma oportunidade de ouro.

Novamente gostaria de agradecer, e muito, ao Presidente e ao Senador Wellington por me permitirem essa participação. Gostaria de aproveitar e cumprimentar todos os Senadores, nas pessoas do Presidente e do Senador Wellington, cumprimentar todos os Senadores que nos acompanham, assim como as pessoas que nos acompanham nas redes sociais também.

O Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações é uma caixa de ferramentas. Eu gosto de falar isso, eu gosto dessa colocação, porque ciência, tecnologia e inovações são transversais. Nós participamos como uma ferramenta para a agricultura – por exemplo no Agro 4.0, para aumentar a produtividade –, nós participamos com a defesa, nós participamos com a educação, com a saúde – agora muito, vai ser o tema dessa discussão – e em todos os ministérios. Isso é uma coisa de que me orgulho muito, vamos dizer assim, e eu moldei a estrutura do ministério para que nós sejamos essa caixa de ferramenta e sejamos eficientes nesse trabalho.

O nosso escopo de atuação é basicamente no suporte de todas as políticas públicas dos outros ministérios. Por exemplo, eu gosto de usar muito aquela figura de um corredor de revezamento com o bastão. Então, nós desenvolvemos, por exemplo, novos medicamentos, desenvolvemos vacinas, desenvolvemos produtos para a agricultura, como irrigação de precisão, como sistemas de inteligência artificial, internet das coisas, etc., e nós passamos essas soluções para os ministérios finalísticos colocarem isso na política pública correspondente. Então, não existe nenhuma interferência, ou não existe nenhuma sobreposição. São dois trabalhos complementares que são extremamente importantes para o País. E o Ministério tem trabalhado nesse sentido.

A ideia basicamente minha aqui é apresentar, principalmente agora, quando falamos de saúde, o que o ministério tem feito com relação ao combate ao Covid, todas as ações que o ministério tem feito – o Secretário Marcelo Morales vai apresentar tecnicamente esses desenvolvimentos –, e também com relação aos orçamentos, como são esses orçamentos e onde interfere, positiva ou negativamente, a colocação de três tipos de orçamento, basicamente: o orçamento emergencial, o orçamento do ministério em si e o FNDCT. São três orçamentos diferentes. Depois, nas perguntas, vou esmiuçar as possibilidades e restrições de cada um deles.

O ministério tem atuado...

Não sei se está dando para ver a apresentação que a gente colocou aí. Vamos colocar uma apresentação, só para... Vamos colocar o primeiro eslaide sobre exatamente isso de que eu estava falando. Não sei se está dando para todo mundo ver a apresentação.

Passe ao próximo quem está coordenando... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso! Esse é o primeiro eslaide, é o que eu estava falando.

Então pode adiantar, por favor.

É o escopo, o orçamento.

Pode adiantar.

É o FNDCT e o seu uso.

Pode adiantar.

Vou deixar para responder isso com mais detalhe durante as perguntas, para não ocupar o tempo, porque eu quero que o Marcelo fale aqui.

Essa parte é importante. É o seguinte: em ciência e tecnologia, nós trabalhamos muito com planejamento. E a gestão é pautada nessas estratégias que nós criamos em todas as áreas.

Especificamente com relação ao Covid, a primeira coisa que foi feita foi o estabelecimento de uma rede de pesquisadores e cientistas, a chamada Rede Vírus MCTI. Essa Rede Vírus nos deu... Esses pesquisadores e conhecedores profundos de viroses emergentes, que, hoje, fazem parte de uma rede permanente aqui no ministério, nos deram essa estratégia, passaram as diretrizes para essa estratégia, que compreende ações imediatas e ações continuadas.

Nas ações imediatas, nós temos ações para prevenção. Isso inclui testes com vacina BCG, desenvolvimento de sistema de proteção individual etc., ações de testes diagnósticos, desenvolvimento de testes diagnósticos no Brasil com tecnologia nacional, que é extremamente importante – vou citar sobre isso, sobre a importância disso –, com reagentes nacionais, testes com inteligência artificial etc.

Há eventos, iniciativas em termos de tratamento precoce. Quando a gente fala de tratamento precoce, hoje em dia, de alguma forma, tornou-se esse nome... É como se fosse alguma coisa demoníaca, mas tratamento precoce tem uma interpretação muito importante. É diferente de tratamento preventivo, que é o caso anterior. O tratamento precoce, por exemplo, do câncer inclui pegar o diagnóstico da doença no início, fazer o tratamento no início da doença, ou seja, precocemente, antes que ela atinja estágios irreversíveis. Assim também se dá em qualquer tipo de doença, incluindo o Covid. Então, basicamente são os tratamentos que envolvem os primeiros dias após o contágio, após a pessoa ter sido contaminada e ficado com Covid. Então, nós temos várias ações em termos de tratamento precoce. O Marcelo depois vai designar cada uma delas. E há o tratamento avançado para as pessoas que estão no estágio mais avançado em termos de sintomas. Também desenvolvemos esse tipo de tratamento.

Há as ações continuadas, aquelas que nós vamos fazer por muitos anos ainda. Não se para simplesmente depois que termina o impacto inicial da pandemia. Nós temos ações de conhecimento, ou seja, tanto do vírus, quanto da doença – isso envolve sequenciamento, isso envolve patogênese, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolve uma série de fatores ligados ao conhecimento da doença –; da parte de imunização, que nós vamos focar bastante hoje, falando sobre desenvolvimento de tecnologias de vacina nacional e produção de vacina nacional; e da parte de infraestrutura, porque uma das coisas que nós aprendemos com a pandemia – e é importante aprender com a pandemia – é que o Brasil, assim como o planeta, vamos dizer, não estava preparado para essa pandemia.

E nós precisamos preparar o nosso País para as próximas pandemias. Isso inclui melhoria da infraestrutura, por exemplo, laboratórios, laboratórios de testes, laboratórios de sequenciamento, laboratórios para tratar com vírus de nível de biossegurança 3 e de nível de biossegurança 4 também, como ebola e etc. Ninguém sabe o que pode vir aí na sequência. O País não pode ficar à mercê dessas coisas. Isso inclui também a preparação de profissionais, isso inclui a preparação de toda a operação necessária para enfrentar as próximas pandemias. Então, isso é extremamente importante. E lembrando que essa estratégia nos foi dada por cientistas, pesquisadores que conhecem a fundo todos esses impactos no País e no planeta como um todo.

E quero lembrar que o Brasil tem pesquisadores e cientistas de altíssimo gabarito. Uma coisa que eu fico muito chateado é quando às vezes o pessoal fala assim: "Ah, por que isso vai ser desenvolvido no País, no Brasil, antes, por exemplo, de outros países desenvolvidos?". Porque nós temos um pessoal muito, mas muito gabaritado no nosso País.

E aí vem também – e eu vou falar mais tarde sobre isso –, a importância de termos o CNPq muito forte, porque sustenta a pesquisa básica do País, irriga as pesquisas básicas; as bolsas do CNPq são justamente as bolsas que pagam, vamos dizer assim, o salário de um grande número desses pesquisadores, que trabalham aí 24 horas, sete dias por semana, para ajudar a tirar o País dessa situação. E grande parte dessas soluções foram desenvolvidas utilizando o CNPq, a Finep e a própria Embrapii também, no apoio financeiro a esses projetos.

Eu gostaria só de ressaltar um ponto importante aqui também nesse aprendizado internacional da pandemia. Quando acontece um evento que atinge negativamente o planeta, nossa espaçonave Terra, como um todo, geralmente nós vamos ter problemas de importação de equipamentos críticos, problemas de importação de insumos críticos. Isso ficou muito destacado durante a pandemia. E isso é um incentivo, é uma motivação muito forte para que nós tenhamos, no Brasil, toda essa preparação que eu falei agora, para que, nas outras pandemias, nós não fiquemos completamente dependentes de países do exterior que fabricam 90% dos insumos farmacêuticos para medicamentos, 100% dos insumos farmacêuticos para vacinas e uma quantidade enorme de equipamentos.

Por exemplo, no começo, nós tivemos problemas com ventiladores pulmonares. Foi graças a um trabalho feito aqui – está na minha frente aqui o Secretário Paulo Alvim também o Gontijo, da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação –, graças ao esforço deles, de coordenação, inclusive, com a participação de outros ministérios, como o Ministério da Economia, Ministério da Defesa e outros, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente do setor privado e das instituições de pesquisas e universidades, que nós conseguimos, lá no início da pandemia no ano passado... Lembrando que toda essa estratégia foi criada ali entre fevereiro e março do ano passado, até antes de a OMS falar a respeito ou designar como uma pandemia mundial, oficializar como uma pandemia. Nós já estávamos trabalhando com essa tecnologia, com essa estratégia lá atrás.

E nós vimos no início a necessidade da criação, do desenvolvimento de ventiladores pulmonares com tecnologia 100% nacional. Dito e feito – por isto que é bom trabalhar com especialistas da área: eles te dão uma visão mais aproximada dos cenários e riscos do futuro –, então nós já começamos a trabalhar com isso e, hoje em dia, você vê que nós não temos necessidade de importar mais nenhum ventilador pulmonar, porque nós temos capacidade de a indústria nacional, 100% nacional, produzir os ventiladores para o Brasil e exportar. Isso vale também para toda a parte de testes diagnósticos, os reagentes para testes moleculares, por exemplo, testes rápidos feitos no Brasil também. Nisso também nós tivemos dificuldade no começo, foi resolvido através dos nossos pesquisadores e de financiamento aqui do ministério, assim como testes com inteligência artificial e outros tipos de iniciativas justamente para proteger. Mas não podemos parar por aí, nós precisamos de ações continuadas para proteger o nosso País nas futuras pandemias. Eu vou explicar isso logo na sequência.

Próximo, por favor.

É importante notar o processo de produção de vacina, porque às vezes eu ouço muito na imprensa o pessoal falando: "O Brasil está produzindo tantas vacinas", e assim por diante. Na verdade, atualmente o Brasil está envasando tantas vacinas e assim por diante. O que nós temos no processo de produção são três etapas, na produção de qualquer vacina há três etapas.

A primeira delas é a tecnologia, o desenvolvimento da tecnologia que vai construir essa vacina. Então, dessa tecnologia existem vários tipos possíveis, como vírus inativado, vírus irradiado, partículas de proteína, proteína recombinante, mensageiro RNA e uma série de tecnologias de desenvolvimento de vacinas. Ter essa tecnologia é a chave, ter isso aí, vamos chamar assim, é o pulo do gato, a gente precisa ter isso aqui no País. Por isso que o ministério investiu em 15 protocolos, e, quando a gente fala protocolo, são tecnologias diferentes de vacinas aqui no Brasil, através dos nossos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, coordenados pelo Marcelo, com a Rede Vírus. Ele vai falar sobre isso na sequência.

A produção de vacina, como um todo, tem três fases: a primeira é a tecnologia, o desenvolvimento de tecnologia; depois vem a produção efetivamente da vacina, que é a produção do insumo farmacêutico – e aí é onde o Brasil precisa se desenvolver também. É produção desse insumo no País, com tecnologia nacional, nas empresas do Brasil; setor privado, não setor público para produção de insumo, porque, com isso, nós também desenvolvemos empregos no País, empresas no País, nota fiscal no País, graças à produção de insumo farmacêutico no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a primeira fase é desenvolver a tecnologia, que é o conhecimento; a segunda é colocar na prática esse conhecimento na produção de insumo farmacêutico – entre esses dois aí, há todas as fases de teste das vacinas, e isso inclui a produção de pequenos lotes para os testes clínicos, inclui todos os testes com animais, esse é o pré-clínico, e depois os testes clínicos com os seres humanos; e, finalmente, a produção do insumo em larga escala, para serem envasados. E aí é que vem a coisa: o que o Brasil faz muito bem no Butantan, na Fiocruz é o envasamento, a gente recebe o insumo e envasa.

Próximo, por favor.

Então, são essas as três fases para produzir vacina. Importante lembrar isso.

Tipos de vacina que nós temos. Nós temos vacinas que são importadas. O que quer dizer ser importada? Significa que o insumo farmacêutico veio de um outro país. Ele foi produzido com uma tecnologia no país, por exemplo, a Sinovac, produzindo a tecnologia lá na China – quando ela fabrica o insumo farmacêutico na China, cria empregos na China, e isso é muito válido, cria toda essa estrutura financeira na China; e aí nós importamos esses insumos farmacêuticos.

Chegam aqui por avião, por exemplo, lá da China, 3 mil litros de insumo, e aí a gente envasa, aqui no Brasil, esses 3 mil litros de insumo farmacêutico, lá no Butantan, e transforma isso aí, por exemplo, em 5 milhões de vacinas. Coloca nos vidrinhos para serem aplicados. Essa é a vacina importada – exemplo, a CoronaVac.

A vacina licenciada: é quando a tecnologia é importada, a tecnologia de um certo país, e nós, através de licenciamento dessa tecnologia, fabricamos o insumo farmacêutico aqui no País, mas usando aquela receita que veio da empresa que tem a patente, tem aquela licença.

Então, eu vou dar um exemplo simples para a gente entender: vacina importada a gente pode comparar com Coca-Cola. Imagine assim: a Coca-Cola produz, lá na fábrica dela – não sei se é nos Estados Unidos, em algum país –, produz lá o xarope que faz a Coca-Cola. E aí vem para o Brasil esse xarope, dentro de um avião ou navio, de alguma forma, e, aí, a empresa que fabrica a Coca-Cola aqui no Brasil envasa essa Coca–Cola, misturando lá com, sei lá, dióxido de carbono e água, e faz milhares, milhões de garrafas de Coca-Cola. Esse é o exemplo de vacina importada, o xarope importado inteiro, como o exemplo da CoronaVac.

Quanto à licenciada, nós temos aí dois exemplos. É quando a Coca-Cola, por exemplo, autoriza uma empresa no País a fabricar o xarope da Coca-Cola aqui no País segundo a receita original da pessoa que tem a patente, que é a Coca-Cola... Falam assim: "Você tem que fabricar, mas tem que ser exatamente desse jeito. Não pode fabricar uma Coca-Cola verde, não pode fabricar Coca-Cola com gosto de abacaxi ou coisa assim, não pode ter modificação, mas você está autorizado a fabricar segundo essa receita". Isso aí é exemplo da vacina com insumo licenciado. Exemplo: a ButanVac, que eu acho uma iniciativa muito boa; vem lá dos Estados Unidos a licença de uma instituição americana, dando as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instruções para ser fabricado aqui o insumo farmacêutico. Ótimo. Exemplo, agora: o contrato de transferência de tecnologia com a AstraZeneca. De repente, a Fiocruz pode fabricar o insumo farmacêutico segundo a licença, segundo a receita da AstraZeneca.

Qual o ponto falho – não o ponto falho –, o ponto fraco disso aí? O ponto fraco é o seguinte: isso aí já é melhor que uma vacina importada, certamente, mas o ponto ainda falho é que, se você tiver que modificar a receita que é licenciada, você tem que ter autorização para fazer isso, por exemplo, para se adaptar com as mutações do País. Você tem que ter autorização para fazer qualquer mudança nisso, porque a responsabilidade civil, a responsabilidade legal ainda continua com o detentor da patente, e isso causa problemas sérios. Então, eu não posso fabricar o xarope da Coca-Cola aqui e modificar, e a Coca-Cola vai me processar porque eu modifiquei.

E o terceiro tipo de vacina... Então, a gente falou da importada, o exemplo da CoronaVac, e da licenciada, o exemplo da AstraZeneca, com a transferência de tecnologia para o País, lá na Fiocruz, ou a ButanVac, lá no Butantan. E a nacional? Nacional é quando nós temos aquelas três fases, lembram? Desenvolvimento da tecnologia por cientistas brasileiros no Brasil; produção do insumo farmacêutico por indústria brasileira ou uma indústria no solo brasileiro, produzindo empregos no Brasil, produzindo a capacidade de alterar – porque a tecnologia é nossa, a patente é nossa – segundo as nossas necessidades, em face das mutações no País.

Além disso, isso vai ser muito útil para as vacinações dos outros anos, porque a Covid não vai parar por aí, vai haver outros anos. Então, a gente tem que ter também essa possibilidade de fazer as vacinas no País completamente.

Essas são as vacinas nacionais, em que nós temos as três fases feitas aqui no Brasil: a tecnologia nacional com o insumo feito no Brasil, com o envasamento no Brasil, que a gente já faz. Geralmente, quanto às importadas, a gente faz só o envasamento; quanto à licenciada, a gente faz insumo sob licença e envasamento; e quanto à nacional, a gente faz a tecnologia, o insumo e o envasamento.

E aí estão as vantagens de se ter a vacina nacional, que é a garantia da soberania nacional, porque, na hora do aperto, agora, por exemplo, com a Índia, aumentando os casos, a China tentando vacinar 10 milhões de pessoas por dia, a gente sempre fica no risco de faltar o insumo internacional. Então, isso dá soberania nacional, isso dá autonomia tecnológica, autossuficiência, não só agora para o Covid, mas também para as próximas pandemias, porque a gente vai ter todo um sistema para a produção de vacinas nacionais. Então, isso vai valer para outras pandemias, vai valer para doenças negligenciadas, como dengue, zika, chikungunya, lembrando que a dengue continua comendo solta por aí. A gente está falando só do Covid, mas acontecem essas coisas ainda. Só para referência, em 2019, foram 400 milhões de casos de dengue no planeta, e o Covid agora está em 130 milhões. Então, dá para se ter uma referência por aí. E isso produz empregos no País, produz nota fiscal no País, o que é extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Agora, eu passo a palavra para o Dr. Marcelo Morales, para falar mais especificamente sobre as pesquisas em desenvolvimento no ministério, desde antes do início da pandemia. Por favor, Marcelo, está com você.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES (Para expor.) – Obrigado, Ministro.

Bom dia, Presidente Senador Confúcio, Senador Wellington, Senadores e Senadoras.

Sr. Ministro, eu queria agradecer pela oportunidade de apresentar as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação no combate à Covid-19.

O próximo, por favor.

Eu gostaria só de salientar que, como o Ministro acabou de dizer, desde fevereiro de 2020, nós reunimos aqui especialistas de notório saber, pesquisadores que nos nortearam sobre todas as ações. E aqui está a *timeline* de tudo que nós fizemos durante o ano de 2020. E, com essa perspectiva, nós pudemos fazer um projeto e apresentá-lo para a Presidência da República, que nos liberou recursos importantes para todas as ações que nós realizamos. Então, aqui estão colocados, mês a mês, todos os equipamentos de laboratórios de universidades, colocamos juntos para fazer os testes de RT-PCR, as chamadas públicas, tanto para infraestrutura quanto para projetos de pesquisa, a chamada pública com os Brics e todos os desenvolvimentos de testes diagnósticos, ensaios clínicos e todas as ações da Rede Vírus MCTI.

O próximo, por favor.

Como o Ministro disse, eu gostaria de lembrar que o MCTI tem como principal missão produzir conhecimento e entregar esse conhecimento para a geração de riqueza e qualidade de vida dos brasileiros, através da entrega desse conhecimento, esse desenvolvimento para os demais ministérios. No caso da Covid, o nosso principal ministério é o Ministério da Saúde. Entregamos aquilo que nós produzimos com o melhor conhecimento dos pesquisadores.

Aqui está uma foto emblemática e histórica da reunião dos especialistas da Rede Vírus MCTI, em 10 de fevereiro de 2020, que norteou todas as nossas ações, Senadores.

O próximo, por favor.

E nós temos, traçada por eles, uma estratégia de enfrentamento de uma possível pandemia ainda em fevereiro, porque ela foi anunciada em março, através da ciência. Então, nós fomos capazes de desenvolver toda uma parte de suporte, de biobanco e vigilância, tanto de animais silvestres, águas residuárias... E, quando eu falo desse suporte, eu estou falando de centenas de pesquisadores em cada uma dessas estratégias. Então, quando eu falo de vigilância de animais silvestres, de águas residuárias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

águas do esgoto, prevendo o que vai acontecer numa cidade, são centenas de pesquisadores envolvidos. Desenvolvemos a infraestrutura, como o suporte, os impactos sociais e econômicos, em profissionais da saúde, em pessoas confinadas, em idosos. Também há dezenas de pesquisadores envolvidos, com dezenas de publicações já realizadas.

Os ensaios clínicos foram outra estratégia, com vários ensaios clínicos, com antivirais, com reposicionamento de fármacos, com plasma de pacientes convalescentes, plasma de equino para combate à doença de pacientes tanto com doença inicial, quanto mais avançada; uma estratégia de sequenciamento em todo o Território nacional. Desenvolvemos uma equipe para produzir testes, diagnósticos rápidos, sorológicos, com inteligência artificial, enzimas para o RT-PCR, uma sub-rede de estratégia de vacinas, para que a gente pudesse desenvolver a competência nacional de produção de plataformas de vacinas em todas as áreas, sejam elas de subunidades, ácidos nucleicos, patógenos inteiros, partículas virais. Enfim, eu vou dizer aqui, rapidamente, mais à frente, como foram desenvolvidas essas estratégias.

Mas, com essa estratégia traçada – o próximo, por favor –, o Governo Federal liberou cerca de R$1 bilhão para o enfrentamento da pandemia, sendo 452,8 milhões para pesquisa, desenvolvimento e inovação, e 600 milhões para linhas de crédito para empresas através da Finep. Diga-se de passagem – aqui, eu gostaria de ressaltar – que nós implementamos mais de 99,5% dos recursos que foram destinados a este ministério.

Próximo, por favor.

Em relação à tecnologia e inovações, nós tivemos ações em subvenção econômica, com soluções inovadoras bastante importantes. E eu queria ressaltar aqui que essas ações são ligadas à secretaria coordenada pelo Secretário Paulo Alvim; soluções tecnológicas inovadoras para produtos, serviços e processos, com *startups* e empresas; ventiladores pulmonares. Lá no início, desenvolvemos ventiladores pulmonares – o Ministro acabou de dizer que não temos problemas com ventiladores –; isso é muito importante, ninguém fala mais em ventilador. Se não tivéssemos essa estratégia, hoje estaríamos ainda falando de ventiladores, e isso foi muito importante ter sido feito. O desenvolvimento de espessante para a substituição do Carbopol, que é aquele espessante que vai no álcool em gel. Diga-se de passagem – aqui é importante dizer –, não tínhamos produção no Brasil do espessante para colocar no álcool e transformá-lo em álcool em gel; isso é muito preocupante. E também não tínhamos equipamentos de proteção individual, como máscaras, luvas. E foi produzido, com estratégia do MCTI, houve a produção nacional de equipamentos e proteção individual e coletiva. E apoio a uma série de outras ações em inovação.

Próximo, por favor.

Em relação à pesquisa e desenvolvimento, nós tivemos o apoio, uma estratégia de tratamento, medicamentos, produção de medicamentos, vacinas, diagnóstico, estudo da patogênese e história natural

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da doença, monitoramento ambiental de animais silvestres – e continua –, e águas residuárias, águas de esgotos e impactos sociais e econômicos.

Investimos em infraestrutura de suporte, elevando os níveis dos laboratórios de segurança 2 para 3; investimento em um biobanco para as amostras da Covid e cooperação internacional, principalmente com os Brics.

Próximo, por favor.

Com a chamada pública através do CNPq, com o FNDCT, Ministério da Saúde, investimos R$65 milhões na chamada pública para projetos de pesquisa. Foram selecionadas 116 propostas, que foram contratadas e que deram base para essa estratégia de tratamento, vacina, diagnóstico, carga da doença, atenção à saúde, prevenção e controle.

Próximo, por favor.

Na chamada pública para infraestrutura que fizemos através da Finep, que é uma outra chamada, selecionamos propostas para a elevação de laboratórios de segurança de nível 2 para nível 3. Por que isso? Porque o SARS-CoV-2, que causa a Covid-19, precisa ser manipulado em ambientes de nível de segurança 3 para não contaminar nem as pessoas nem o ambiente. Então, nós investimos lá no início, e hoje esses laboratórios, que são 18, e 14 instituições, estão sendo agora utilizados graças ao investimento do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações lá no início de fevereiro.

Em relação aos Brics, nós selecionamos 12 propostas com os Brics e, pela primeira vez em chamadas com o...

O próximo, por favor.

Pode passar o próximo.

Em relação às chamadas dos Brics, pela primeira vez, todos os projetos selecionados têm a participação de brasileiros.

O próximo, por favor.

Nas linhas prioritárias definidas pela Rede Vírus, nós tivemos, em diagnósticos, nós desenvolvemos testes diagnósticos rápidos no Brasil, que estão sendo escalonados agora e sendo transferidos, esses testes, para as universidades. São três universidades que selecionamos e que estão implementando esses testes desenvolvidos na Rede Vírus. Esses laboratórios nós chamamos de Laboratórios de Campanha MCTI, e eles estão realizando os testes RT-PCR, testes sorológicos nas universidades, contribuindo com a testagem no ambiente universitário nas cinco regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento de teste rápido, prático, simples, e esse inovador, com a amplificação isotérmica, desenvolvido na Rede Vírus, que é o Lamp. A gente faz o teste, o diagnóstico e também já o diagnóstico de com qual cepa o paciente está contaminado. Isso foi desenvolvido no âmbito da Rede Vírus.

E avaliação do desempenho de todos esses testes através de um outro projeto de pesquisa que avalia o desempenho, a eficácia de todos os testes produzidos pela Rede Vírus. Isso é a ciência envolvida em todas as ações do MCTI.

Próximo, por favor.

Os ensaios clínicos. Nós temos os ensaios clínicos com a BCG como prevenção em profissionais da saúde; a quimioprofilaxia com a cloroquina em profissionais da saúde, um ensaio clínico randomizado fase III; tratamento de paciente com Covid com transfusão de plasma convalescente e acabamos de contratar o mesmo projeto, mas agora de plasma convalescente de pacientes vacinados. Os pacientes vacinados vão agora fornecer o plasma para tratamento de pacientes doentes, isso no âmbito da Rede Vírus MCTI. Avaliação oftalmológica; ensaios clínicos com drogas de reposicionamento – e aqui eu ressalto o ensaio clínico com nitazoxanida em que o ensaio clínico mostrou que, quando tratado o paciente nos três primeiros dias de sintomas, reduz a carga viral; isso foi publicado numa revista de altíssimo impacto, *European Respiratory Journal* –, entre outros ensaios clínicos com heparina, antivirais vários, atazanavir, daclatasvir associado ou não a sofosbuvir, a globulina hiperimune equina, enfim, uma série de ensaios clínicos.

O próximo, por favor.

Temos um medicamento novo produzido na Rede Vírus MCTI, uma nova molécula: é um antiviral que vai iniciar ou já iniciou as interlocuções com a Anvisa, para o tratamento e ensaios clínicos em pacientes. O Biobanco. E os impactos sociais e econômicos, com pesquisadores da área social e econômica.

Em relação aos medicamentos, nós, como eu falei, temos um nucleotídeo e um nucleosídeo como antiviral, que está com interlocução com a Anvisa – o próximo, por favor; pode passar o próximo –, que está em interlocução avançada com a Anvisa, na verdade, que tem boa disponibilidade oral em roedores, segurança em roedores, não tem efeito tóxico, sem ação mutagênica, não tem interação de canais de potássio – isso é uma ação muito importante –, e baixa ligação com albumina plasmática, mostrando que é uma droga bastante eficiente.

O próximo, por favor.

Os testes diagnósticos que estamos fazendo nas universidades com os testes produzidos na Rede Vírus: são mais de 300 mil testes diagnósticos já realizados. E aqui ao lado estão todas as universidades, nas cinco Regiões do País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo, por favor.

O sequenciamento em larga escala do vírus é uma rede chamada Corona-ômica MCTI. Nós realizamos mais 3,5 mil testes de sequenciamento. E é importante dizer que 70% do sequenciamento é no Território nacional – o próximo, por favor –, é realizado pela Rede Vírus e, aqui, em todo o Território nacional. Já isolamos cepas. E não só estamos fazendo sequenciamento: isolamos as cepas e estudamos essas cepas nos plasmas de pacientes vacinados que já tiveram a Covid-19.

O próximo, por favor.

Isolamos a linhagem P1, a linhagem P2, a linhagem britânica, e agora estamos trabalhando com a linhagem indiana. Por que é importante isolar essas cepas e estudá-las? Para saber se elas estão tendo resistência ao plasma de pacientes infectados ou vacinados. A cooperação internacional dessa rede está sendo muito importante – com o Canadá, o Reino Unido e a Alemanha e também com países da América Latina.

O próximo, por favor.

Nós temos alternativas para detecção rápida, o que eu falei anteriormente, que não só detectam se o paciente está contaminado ou não, mas também qual a variante que contaminou. Rapidamente, isso é detectado.

O próximo, por favor.

A Rede Previr é a rede nacional de vigilância epidemiológica do coronavírus em morcegos, aves e reservatórios silvestres. Isso está em andamento em todo o Território nacional. São mais de 5 mil animais já coletados, de forma bastante ética, sem causar sofrimento aos animais, monitorando a presença do coronavírus no ambiente silvestre.

Próximo, por favor.

Em relação às vacinas – próximo –, nós temos, como o Ministro falou – próximo –, a tecnologia produzida no País, temos as vacinas licenciadas – próximo – e as vacinas que são importadas, que são envasadas no Brasil. Nós optamos pela tecnologia produzida em Território nacional para desenvolver a competência nacional em todas as estratégias de vacina.

Próximo.

A vacina – pode ir passando – importada, a licenciada e a nacional... Eu gostaria de ressaltar que a nacional garante a soberania nacional, a autonomia... A gente tem a flexibilidade de mudar essa vacina, se houver alguma mutação importante no nosso Território. Isso nos traz uma autonomia e uma soberania que são muito importantes para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Dentro dessa estratégia de produzir no País a competência, nas várias estratégias de subunidades, patógenos inteiros, ácidos nucleicos, nós fomos capazes de desenvolver 15 estratégias de plataformas de vacinas, contratando 10 projetos. Então, nós temos de proteína recombinante, partículas virais, vacinas com nanopartículas; quimeras com BCG, febre amarela, Newcastle, influenza; ácido nucleico com RNA, DNA, DNA com nanopartícula... Enfim, nós temos a competência nacional de produção de IFAs nacionais. E agora a gente pode produzir qualquer tipo de vacina em qualquer plataforma de vacina para dengues, para chikungunya, para Covid e para qualquer doença que quisermos.

Próximo, por favor.

Nós contratamos 15 estratégias de vacinas em todo o Território nacional. Eu coloco aqui: em Santa Catarina, no Paraná, em Minas Gerais, na USP de Ribeirão Preto, no Butantan, na Universidade Federal de Viçosa... Enfim, é uma série de vacinas.

Próximo, por favor.

As mais avançadas são essas quatro que eu vou dizer. Elas estão em final de teste em animais e em interlocução – todas as quatro – com a Anvisa.

Desenvolvimento de vacina para SARS-CoV-2 utilizando partículas virais, um *spray* nasal. Esse *spray* nasal já contém todas as variantes nacionais, como a de Manaus, e já estão pensando em introduzir a indiana. Qual é a vantagem do *spray* nasal? É uma tecnologia de segunda geração de vacina, que produz anticorpos nas vias respiratórias, é uma IgA, impedindo que o vírus fique nas vias respiratórias, o que as outras vacinas não fazem. Então, essa é a tecnologia desenvolvida no País.

O próximo, por favor.

A segunda é produzida em Minas Gerais, é a vacina SpinTec MCTI-UFMG. Ela é uma plataforma do vírus influenza e adenovírus. Ela veio a partir do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do MCTI e é uma vacina que já está em articulação com a Anvisa.

O próximo, por favor.

A segunda mais avançada, que já tem o protocolo na Anvisa, 100% brasileira, com financiamento do Governo Federal, é a vacina Versamune MCTI. É uma proteína quimérica multiepítopo associada a uma nanopartícula chamada Versamune, que já está com o pré-clínico concluído e cujo protocolo foi entregue à Anvisa em 25 de março de 2021. As interlocuções estão bastante avançadas.

E aqui uma novidade com a interlocução que nós estamos fazendo.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma vacina, sim, licenciada, produzida nos Estados Unidos. Fizemos as interlocuções com essa empresa e também com o Cimatec. O Cimatec está fazendo a interlocução com essa empresa sem fins lucrativos, que é a HDT, de Seattle, nos Estados Unidos. É uma vacina de última geração de RNA. A temperatura não é tão baixa como a da Pfizer, por exemplo, que é de -70ºC, -25ºC. É uma vacina RNA bastante estável, que vai ser produzida no Brasil e cujos testes clínicos serão realizados na Índia e no Brasil, em cooperação. Ela já tem o protocolo na Anvisa e será realizada com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Uma vacina RNA de última geração.

Próximo, por favor.

Eu finalizo aqui com o MCTI, que tem sua perspectiva de desenvolver ciência e tecnologia, estudar soluções científicas, desenvolver medicamentos, ser um exemplo para o País e aplicar todo esse conhecimento entregando, executando políticas através do Ministério da Saúde, entregando essa tecnologia para o Ministério da Saúde.

Então, senhores e senhoras, eu gostaria de agradecer a oportunidade de mostrar tudo que nós fizemos desde fevereiro de 2020.

Sr. Ministro, muito obrigado.

O SR. MARCOS PONTES – Obrigado, Marcelo.

Gostaria de passar a palavra novamente ao Presidente e agradecer por esta oportunidade, pelo tempo de apresentar esses projetos do ministério.

Agora, a gente pode, com as perguntas, ver com mais detalhes cada um dos aspectos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Muito agradecido, Ministro; muito agradecido, Dr. Marcelo. Já venho admirando sobremaneira o trabalho silencioso que o Ministério tem feito. É maravilhoso; uma rede de laboratórios amparados, protegidos, financiados e pesquisas também. Isso nos anima muito.

Vamos, agora, às perguntas.

Na sequência das perguntas, o primeiro a falar é o Senador Wellington Fagundes, que já fez suas considerações de abertura, então deve entrar agora diretamente nas perguntas. Quanto aos outros inscritos – estou vendo aqui a Senadora Zenaide, o Esperidião, o Luis Carlos Heinze e outros –, já, já eu pego a relação da ordem de chamada. Então, vamos lá!

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Mais uma vez, cumprimento a todos.

Quero salientar que, pela fala do Ministro – nós tivemos oportunidade de conversar algumas vezes –, do Ministério da Ciência e Tecnologia, nós, no Brasil, somos a oitava potência do mundo. Nós temos parque industrial montado, com condições de fabricar vacinas e temos também pesquisadores, no Brasil, com condições desenvolver as nossas pesquisas próprias. E não podemos abrir mão disso, Sr. Presidente, porque, num país com mais de 200 milhões de habitantes, com um vírus instalado que virou uma pandemia, com as variantes que temos, não temos outro caminho que não seja desenvolver as nossas pesquisas, concluir essas pesquisas de forma urgente e ainda industrializar aqui, no Brasil.

Então, acho que esta audiência aqui nos mostra os caminhos para que o Brasil possa ser independente na produção de vacinas. Eu venho falando isso há muito tempo, e eu quero fazer aqui algumas observações. Vamos lá!

Sabemos das dificuldades orçamentárias que o Governo Federal enfrenta há anos. Entretanto, é difícil compreender a redução orçamentária para o MCTI em um momento em que restou demonstrada a importância da ciência e da tecnologia para o enfrentamento da crise decorrente da pandemia. Aliás, a recuperação econômica do País e, consequentemente, a melhoria do Orçamento da União dependem fundamentalmente das respostas e direcionamentos que a ciência e a tecnologia podem dar para o atual problema.

Nesse contexto, eu pergunto: Ministro, como foram implementadas as ações de enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do MCTI? Em que medida a queda do orçamento do MCTI prejudicou as ações planejadas para o combate à Covid-19? Nessa linha também, Senador Esperidião Amin, é importante, se o ministério, o MCTI tiver condições de comparar quanto faltou, em recursos, para que essas pesquisas estivessem sendo concluídas e até quanto o Brasil já gastou até hoje em importar vacinas e, mais ainda, o custo que o Brasil teve na saúde pública por falta de vacina? Qual o cronograma temporal e orçamentário envolvendo os projetos de vacina inteiramente nacionais em estágio mais avançado? Qual desses projetos apoiados pelo MCTI é o mais promissor, em termos de tempo mais curto para se chegar aos cidadãos? Em audiência pública nesta Comissão, no dia 29 de março passado, o representante do MCTI, Sr. Marcelo Marcos Morales, informou que, logo no início da pandemia, o MCTI criou um comitê de especialistas de notório saber em epidemiologia, médicos e imunologistas que nortearam todas as ações do Ministério da Ciência e Tecnologia em relação ao enfrentamento da Covid-19. E ainda: qual a composição desse comitê? Como foram selecionados? Quais as ações propostas para o momento atual, quando o ritmo de vacinação se reduziu? Nós o reduzimos muito. Por que se reduziu? Por falta de vacina; não há vacina no mundo para atender a população brasileira. Com a terceira onda na China, na Índia, claro, nós estamos totalmente dependentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Ministro, V. Exa. fez os comentários, porque, quando se faz uma transferência de tecnologia, é importante para que a gente possa produzir a vacina o mais rápido possível, mas, também, qualquer alteração dessa tecnologia nós não podemos fazer de forma independente, temos que continuar com a dependência de quem fez a pesquisa. O que fazer para solucionar isso? Há diálogo do MCTI com o Ministério da Saúde no sentido de haver algum entendimento entre as ações propostas pelo comitê organizado pelo MCTI e aqueles do Ministério da Saúde? Essas vacinas todas em desenvolvimento estão sendo priorizadas junto com o Ministério da Saúde e o Ministério da Economia para apoio financeiro para os testes clínicos, que é a parte mais cara da produção de vacinas?

Então, Sr. Ministro, V. Exa. colocou aqui...

Presidente, eu gostaria de encerrar chamando a atenção da população. Tenho falado muito isto, mas parece que a imprensa não conseguiu entender: não sei por que insistem em dizer que o Brasil está fabricando vacinas no Butantan e na Fiocruz a partir de importação do IFA. Sr. Presidente, nós não fabricamos nenhuma dose de vacina contra a Covid até hoje no País, apenas o que nós fizemos foi importar o IFA, que é a vacina pronta e envasar esse IFA.

Por isso, é importante esta audiência que nós estamos fazendo aqui de transferência de tecnologia e das pesquisas que precisam ser feitas pelo Brasil, porque nós precisamos fabricar a vacina com tecnologia brasileira. Então, esse famoso IFA nós temos condições de fazer já no Brasil com 100% de tecnologia brasileira e com produção de grandes volumes. O próprio Sindan, apenas as três industrias já nos garantiram que em apenas 90 dias, depois da transferência da tecnologia, eles teriam condições de fazer 400 milhões de doses.

Claro que foi importante a visita do Ministro da Saúde, da Ministra de Governo, do Ministro representante do Ministério da Agricultura e da Anvisa para que a gente pudesse ter este esclarecimento de que o Brasil pode, sim, fabricar vacina, principalmente... Aliás, essa indústria, Senador Esperidião, que visitamos, tem a capacidade de produzir os dois tipos de vacinas: a partir do vírus inativado e também do vírus recombinante, ou seja, do RNA.

Então, eu queria esse esclarecimento por parte do Ministro, porque nós não temos outro caminho que não seja produzir vacina, mesmo sendo imediatamente com transferência de tecnologia, mas também investir maciçamente na pesquisa, porque temos pesquisadores e temos condições de ter vacinas produzidas 100% com a nossa tecnologia. Eu gostaria de que essa firmeza fosse mostrada pelo Ministro, porque, realmente, é o caminho de que o Brasil precisa e nós, Parlamentares, temos que arrumar orçamento para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer o seguinte, Ministro Marcos Pontes, eu vou deixar fazer todas as perguntas, depois o senhor e o Marcelo terão tempo de responder a todos os nossos Senadores inscritos, não são muitos.

Eu passo a palavra, por três minutos, para o nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Styvenson Valentim.

Styvenson Valentim, com a palavra, lá no Rio Grande do Norte.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Pronto, conseguiu?

Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem, pode falar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Perfeito. Bom dia para o senhor!

Bom dia a todos os Senadores e ao Ministro!

É notório, e todo mundo já sabe, que o orçamento de tecnologia no ministério no qual o senhor desempenha uma função brilhante, mesmo sem recurso – é um dos ministérios que têm menos recursos –, com as dificuldades, só vem reduzindo, só vem diminuindo.

Minha pergunta, uma delas diz respeito ao fato de a gente aplicar, Presidente Confúcio, um PIB baixíssimo, uma parte de 1,2%, se não me falha a memória, em tecnologia. Minha pergunta para o Ministro é: como a gente pode captar mais recursos vindos da iniciativa privada? Eu queria saber dele quais os principais movimentos ou os principais incentivos que dá para as empresas participarem mais desse fomento a pesquisas, na busca por desenvolvimento em tecnologia em nosso País. Como o ministério pode incentivar as empresas privadas a participarem mais? Em relação a essa pergunta também – eu quero reduzir, estou tentando me apressar –, o que afasta tanto as nossas empresas privadas desses investimentos?

Faço a segunda pergunta. Já que, dentro da explanação do Ministro, ele falou a palavra "integração" entre os ministérios, eu vou sair um pouco do Ministério da Saúde e vou entrar na educação agora. Qual a interação do Ministro da Tecnologia com o Ministério da Educação? A gente está com um abismo de quase dois anos, em que alunos de escolas públicas não têm *chip*, não têm computador, não estão assistindo à aula, não têm condições. O Governo Federal não teria como promover aulas por vídeo a distância, pela televisão, uma vez que nem todo mundo tem internet? Eu vi isso acontecer durante o Enem. Foi por curto tempo, mas aconteceu. Qual a interação que existe entre o Ministro da Tecnologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre a pasta, entre o seu ministério e o Ministério da Educação? Vai ser difícil a gente recuperar esse lapso temporal fora da escola nesses quase dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Styvenson Valentim, meu Senador do Rio Grande do Norte.

Eu passo a palavra para outra rio-grandense-do-norte, a Senadora Zenaide Maia, nossa médica infectologista, sempre presente.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Zenaide Maia... (*Pausa.*)

Zenaide?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pronto! Agora sim!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso! Pronto! Pode falar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Eu quero aqui cumprimentar o nosso Presidente, o Senador Confúcio, e cumprimentar o Ministro Marcos Pontes.

Sabe, Sr. Ministro, que, pela primeira vez, nesta Comissão, quando a gente fala da importância de termos nossas tecnologias e de defendermos um orçamento justo para a ciência e a tecnologia... A gente sabe que temos a Bio-Manguinhos, a Fiocruz, o Instituto Butantan, que têm recursos humanos reconhecidos no mundo todo, mas a gente não viu nenhum interesse do Governo em investir nisso aí. A verdade seja dita, não houve essa urgência. Como foi explanado pelo nosso segundo expositor, estava tudo maravilhoso.

Mas é o seguinte: pela primeira vez, nesta Comissão, Confúcio, alguém falou da importância da soberania nacional, como foi exposto aí pelo Ministro Marcos Pontes.

Autonomia tecnológica. O senhor está vindo, felizmente, na contramão do que a gente tem ouvido aqui, que o certo é pegar as tecnologias dos outros e fazer isso. E fiquei pasma de saber que Coca-Cola só faz... Vem tudo, ou seja, o IFA da Coca-Cola – não é insumo farmacêutico ativo – vem... O senhor falou de autonomia tecnológica, da importância disso para o País. O senhor falou de autossuficiência em coisas estruturantes, que, na verdade, tudo parte de ciência e tecnologia. E o senhor falou também da importância de isso ser feito no Brasil por causa dos empregos. Então, Ministro Marcos Pontes, quero aqui parabenizá-lo, porque o senhor veio aqui e deu exemplo do que o País precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu pergunto o seguinte: por que não há investimento na ButanVac pelo Governo? Eu vi aqui que estão investindo na Versamune, na Spintec, das universidades, e nesse protocolo, que é do RNA mensageiro, que realmente é uma tecnologia de vacinas avançadíssima. E pergunto o seguinte: quanto o Governo está gastando nessas tecnologias para a gente ter vacinas 100% brasileiras? Embora eu acredite que, neste momento, nós não podemos ter esse orgulho todo; tem que vir o IFA de onde vier, porque a gente precisa urgentemente de vacinas, mas também é muito importante que a gente não dependa dos outros países do mundo. Hoje tem IFA, amanhã não tem IFA.

E como é que está essa transferência de tecnologia para a Fiocruz, com a Oxford, e a transferência de tecnologia do Instituto Butantan? E como o senhor... Quanto o Brasil está...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... investindo em vacinas? Quanto?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Wellington...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, como nós estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Wellington, desliga... Wellington, desliga o seu som, por favor. Wellington, está atrapalhando a Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, de jeito nenhum. O Wellington está tão... Quero parabenizar o Wellington aqui por essa vontade de que a gente tenha essa tecnologia totalmente nossa. Isso é uma coisa que nos orgulha.

Mas perguntava: quanto tem de orçamento para investir? Porque a gente tem uns 16 projetos de vacinas que estão sendo testadas, para serem elaboradas vacinas realmente no Brasil. Quanto tem de orçamento o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação? Porque a gente aqui vive sempre lutando para que não tirem recursos de ciência e tecnologia, não é, Confúcio? Aqui a gente fica...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Essa pandemia apenas está mostrando cada vez mais a importância, que a gente tem que ter, de investir em ciência e tecnologia.

Outra pergunta, porque o senhor falou da vacina da dengue: quanto está sendo investido em laboratórios brasileiros? Porque eu sei que, quando eu era Deputada, já estava avançado em 60%. Aí foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surgindo dengue 1, 2, 3, 4 e iam juntar a outras vacinas, porque era o mesmo transmissor. A pergunta é essa, Sr. Marcos Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

Pode liberar seu som, Esperidião. Está travado ainda. Libera seu som.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Quero cumprimentar todos os nossos colegas Senadores e trazer um abraço muito afetuoso e carinhoso ao nosso Ministro Marcos Pontes, que todos os dias de manhã brinda o Brasil com a sua *live*. A Deputada Ângela Amin é a mais assídua frequentadora da *live* diária – viu, Confúcio? – que o Ministro, todos os dias, inclusive fim de semana, divulga pelo Brasil.

Eu quero, em primeiro lugar, subscrever o que disse a minha querida amiga Zenaide Maia sobre o auspicioso anúncio dessa prioridade da autonomia nacional, secundada inclusive pelo seu patrício potiguar – é assim que se chama, não é? –, o Styvenson.

Eu creio, Ministro, que seria bom detalhar como é que se pode estimular, seja o Butantan, seja a Fiocruz, a transformarem os seus projetos de vacina, por exemplo, de autonomia, de vacina nacional, como o senhor falou, em um projeto crível, aceitável e incorporável para receberem recursos públicos. É assim que os Estados Unidos fazem: eles lançam uma ideia e a iniciativa privada comparece, aquilo passa no vestibular, passa no exame de suficiência e, a partir daí, passa a ser um projeto financiável pelo Governo. Eu acho que esse passo é muito importante para complementar o que foi dito aqui.

Segundo, eu queria ouvir a opinião do Ministro sobre o passaporte, o passaporte nacional, que me preocupa um pouco, mas principalmente o passaporte político americano, que só vai aceitar vacinas dele – Pfizer, Janssen e Moderna –, e vai dizer que aceita a Oxford, que ele não aplica nos americanos. Preste atenção: o Biden, Confúcio, vai doar 80 milhões de vacinas que os americanos não aceitam para aplicar nos seus braços. Eles não aplicam lá a Oxford/AstraZeneca, mas há 60 milhões em estoque; é isso que eles vão te dar de presente, nos dar de presente.

Finalmente, então, eu queria uma opinião sobre esse passaporte – ou seja, a CoronaVac não vale – e, segundo, eu queria que o Ministro nos falasse sobre como é que o ministério encara essa questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quebra da soberania judicial do Brasil, ou seja, nós temos os possíveis erros da vacina Pfizer julgados em Nova York, na Justiça de Nova York, mas eu tenho informação de que os canadenses têm esses casos resolvidos em francês, por Quebec. Preste atenção: não é nem na capital do Canadá; é em Quebec – Quebec do de Gaulle, lembram? E, na Europa, os casos da Pfizer são julgados por Bruxelas. Por que essa discriminação? Sem falar em Israel e Chile.

Então, esses aspectos que gostaria, sobre eles, de ouvir o Ministro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, meu Senador querido, Esperidião Amin.

Por último, para fechar o nosso bloco e o Sr. Ministro vai passar a responder, é o Senador Luis Carlos Heinze, lá do Rio Grande do Sul.

Com a palavra, Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Confúcio, está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo muito bem. Pode continuar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Bom dia, Ministro, bom dia, Marcelo, bom dia, equipe do Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu quero parabenizá-lo...

Senador Confúcio, depois que nós ingressamos, com o Senador Wellington, que foi o primeiro falar, que é o Relator da nossa Comissão, na questão das vacinas, dos medicamentos veterinários que estão incorporados aos grandes laboratórios brasileiros... Inclusive, quero me desculpar com o Senador Wellington, porque eu não pude acompanhá-lo na sexta-feira, na visita que fizeram lá em São Paulo, a um dos laboratórios.

Quero cumprimentar, Ministro, a sua equipe e ressaltar aos colegas Parlamentares e a quem estiver nos assistindo, através da TV Senado, o excelente trabalho que o Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Jair Bolsonaro está fazendo com relação às vacinas. São dez projetos em andamento...

Senador Confúcio, já existem hoje três vacinas adiantadas. Interagindo com o Ministro Marcos Pontes, com o Secretário Marcelo, já conversamos com o pessoal de Ribeirão Preto, que já está com a vacina mais adiantada, com o próprio pessoal do Instituto de Cardiologia e, principalmente, a Universidade Federal de Minas Gerais. São as três universidades, três vacinas brasileiras mais adiantadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já entramos, Senador Confúcio, em contato também com a Dra. Meiruze, que já colocou também a equipe da Anvisa em contato direto com essas três equipes, a de Ribeirão Preto, do Instituto de Cardiologia e da Universidade Federal de Minas Gerais.

Senador Esperidião Amin, o seu Estado – quero cumprimentá-lo –, a Universidade Federal de Santa Catarina, da qual V. Exa. deve fazer parte, já tem também um projeto em andamento, um pouquinho mais atrasado, assim como a Universidade Federal do Paraná. São cinco com as quais a gente tem contato, especialmente para uma nova vacina brasileira, de tecnologia brasileira, com recursos escassos, mas recursos do Governo Federal, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, parabéns, Ministro.

Senador Confúcio e colegas Senadoras e Senadores, estamos trabalhando alinhados com o chamado G12. São os 12 maiores laboratórios brasileiros que têm interesse nessas e em outras vacinas. Junto com o Senador Wellington e V. Exa., Senador Confúcio, o Senador Izalci e também o Senador Nelsinho Trad, temos incorporado ações. Já colocamos aí, Senador Esperidião, 16 processos, que estão em andamento hoje, na Anvisa – alguns já liberados e outros em liberação, como é o caso da vacina indiana, como é o caso da vacina russa... Então, são 16 processos. E esse grupo de empresários brasileiros dos 12 maiores laboratórios, dos 16 laboratórios, entre medicamentos humanos e veterinários, está interagindo já com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Agricultura, com a Anvisa, com o Ministério das Relações Exteriores e também com o próprio Ministério da Economia, para que nós possamos ser produtores de vacina.

E aí, Senador Confúcio, é importante nós ajudarmos – e já fizemos isso com o Waldery, quando esteve aqui, há duas semanas, cobrando dele recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia. É importante que esses projetos deem andamento, e precisamos de recursos agora. Tenho certeza de que o Ministro Paulo Guedes e o Presidente Bolsonaro vão estar sensíveis – e outros colegas que falaram – a esses recursos.

É extremamente importante que nós tenhamos recursos para esse grande projeto de o Brasil ser produtor de vacina, porque essas vacinas não são apenas as 600 milhões de doses deste ano. Seguramente, Ministro Marcos Pontes, Secretário Marcelo, nós precisaremos para os anos seguintes, não apenas para o Brasil. Daqui a pouco, nessa guerra sobre vacinas hoje que a Índia tem, a China tem, os Estados Unidos têm, a Inglaterra tem, outros países têm, nós entraremos nesse mercado com o trabalho excelente, liderado por V. Exa., Ministro. Então, é importante deixarmos claro esse assunto, porque o Governo brasileiro, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem se empenhado nessa questão. Só se fala de coisas ruins. Não, aqui há uma coisa excelente: o Brasil ser também um grande produtor de vacina com os 16 grandes laboratórios de medicamentos humanos e medicamentos veterinários.

Era apenas essa constatação, Sr. Presidente, Senador Confúcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Heinze.

Muito bem, Sr. Ministro e nosso querido Secretário Marcelo, nós aglomeramos todos os Senadores, que fizeram perguntas já em blocos. O senhor vai ter o cuidado de responder a todos agora. A gente vai dar o tempo necessário para o senhor e o Dr. Marcelo responderem. Fiquem inteiramente à vontade para essas respostas.

Então, com a palavra o Ministro Marcos Pontes.

O SR. MARCOS PONTES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu anotei aqui cinco blocos, mas, respondendo inicialmente ao Senador Wellington – obrigado pelas perguntas – com relação às ações, nós temos delineado... Aliás, eu gostaria de deixar, de uma certa maneira, essa apresentação também à disposição dos Senadores, para que tenham o registro de todas essas ações. A apresentação mostra diversos tipos de ações. O que eu queria chamar a atenção a respeito dessas ações é o fato de elas serem todas estruturadas dentro de uma estratégia. Eu falo assim: em tempos difíceis de orçamento, aqui na gestão do ministério, nós temos trabalhado muito com estratégias de forma a utilizar os recursos da melhor maneira possível, de maneira sinérgica, e que todas as ações se interliguem dentro de um sistema. O resultado de uma auxilia o resultado da outra e assim por diante. Então, é isso que eu gostaria de chamar a atenção a respeito dessas ações, que é uma coisa que nós não falamos aqui ao longo da apresentação.

Com relação ao orçamento, isso é um ponto extremamente importante. O pessoal fala que eu falo muito de orçamento, mas eu sou o Ministro da área. Até brinco com o Paulo Guedes de vez em quando e falo assim: "Eu tenho a função de pedir. Você pode até não atender dependendo, porque você tem a visão geral, mas não pode acontecer de eu não pedir e não ter porque eu não pedi". Então, é importante falar a respeito dessas necessidades, da importância da ciência e tecnologia e das inovações, não só no sentido de resolver o problema. A ciência é a única maneira que nós temos para resolver o problema do Covid no Brasil e no mundo. E nós temos uma interação muito grande com os outros ministérios de ciência e tecnologia, as redes de pesquisas em outros lugares do planeta. Mas também na recuperação econômica do País, investir em... Como diz a Helena Nader, da Academia Brasileira de Ciências, recursos para ciência e tecnologia não são gastos, são investimentos que dão valor, dão retorno rápido, retorno garantido. Então, isso é importante sempre ter em mente.

Eu gostaria de ressaltar que nós estamos basicamente aqui tratando de três tipos de orçamentos diferentes. Um deles é o orçamento emergencial, e esse nós usamos no ano passado.

Nós recebemos, extraorçamentário, aqueles 452 milhões para utilização em pesquisa e desenvolvimento de soluções, segundo a nossa estratégia dada pela Rede Vírus, e isso feito através do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CNPq e da Finep, na maior parte deles, e os outros 600 milhões pela Finep para empréstimos, para empresas. Todos esses orçamentos oriundos desse extraorçamentário.

E, sobre a questão com relação a isso, é que é um orçamento, entre aspas, "temporário"; ele tinha validade, foi colocado em 2020, para que fosse utilizado nesses projetos. Nós utilizamos, como falou o Marcelo, 99,15% de execução desse orçamento. Nós temos, no ministério, uma execução muito alta, graças ao nosso pessoal de administração também aqui, que opera muito bem tudo isso. Então, nós tivemos 99,15% de execução desse orçamento, em diversos tipos de pesquisas, naquelas que foram anunciados, aqui, pelo Marcelo. Agora, isso é temporário.

E eu quero citar até uma coisa que eu tentei colocar, nesse orçamento – até a imprensa divulgou como se fosse alguma coisa errada feita pelo Ministério, e que não foi –, que é o seguinte: eu tinha colocado, nesse orçamento, 3 milhões para que fossem utilizados no projeto de um laboratório de Biossegurança 4, a ser construído no CNPEM, que é o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, em Campinas, ao lado do acelerador de partículas, do Sirius. Por que eu coloquei esses 3 milhões para fazer esse projeto desse laboratório? Bem, é um laboratório... Nós temos, no Brasil, muitos laboratórios de Biossegurança 2 para alguns tipos de vírus. Para o Covid, nós precisamos ter laboratórios de nível de Biossegurança 3, porque aí já envolve mais contágio e letalidade. E, assim como nos outros vírus de Biossegurança 3, nós investimos, emergencialmente, na ampliação dos laboratórios, como falou o Marcelo – 18 laboratórios de Biossegurança 2 para 3 –, o que ainda não é suficiente para proteger o País de futuras pandemias; nós precisamos de mais laboratórios desse tipo, laboratórios que tratem com fungo, por exemplo. Agora, já está, lá na Índia, um fungo negro, se ampliando, etc. Nós temos que ter essa proteção no País, mas não temos.

Na América Latina, não haveria nenhum laboratório de Biossegurança 4, que pode tratar com vírus de letalidade, como ebola, sabiá, que há aqui no Brasil, na Floresta Amazônica; nós não temos laboratório para tratar disso. Como é que vai a proteção do País para as futuras pandemias, ou mesmo se o Covid-19, nas mutações, elevar-se ao nível que precise de Biossegurança 4? Como é que a gente faz? Então, eu coloquei isso; não foi considerado como emergencial e, por anos, portanto, eu tive que transferir esses 3 milhões que eu tinha colocado para o projeto do laboratório, para outros laboratórios de Biossegurança 3. O.k.? Mas eu insisto em dizer que é importante nós desenvolvermos um laboratório de Biossegurança 4 no País, e eu vou fazer isso, agora, usando o FNDCT.

O que acontece? É importante a gente pensar para frente, num planejamento. Como eu falei no começo, aqui, em ciência e tecnologia, a gente sempre pensa com cenários, riscos e em eliminar ou mitigar esses riscos, através de ciência e tecnologia. E esse laboratório para mim é extremamente importante que nós tenhamos aqui no Brasil, especialmente próximo do Sirius, que é o acelerador de partículas, porque ele apresenta uma série de outras facilidades, melhorias; inclusive, vai ser uma instalação única, no Planeta, de poder analisar o vírus em ação e com um supermicroscópio ali que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sirius. E, além disso, ele já possui também, vai possuir a possibilidade de ter – pensando em gestão – o Opex, ou seja, o custo de operação também reduzido por estar dentro de uma organização social, e não sendo dependente de orçamento do Governo para tudo. Então, eu até vou falar mais tarde, é uma das perguntas que eu vi aqui e vou falar sobre essa parte também.

E aí eu falei de três tipos de orçamentos: um deles é esse emergencial, que é temporário; o outro é o orçamento do próprio ministério, que realmente está caindo, com a derivada negativa aí desde 2013, e agora chegando a um nível em que ele está no nível mais baixo. Nosso orçamento previsto, neste momento, é de R$2.622.134 bilhões, se não me engano, ou seja, é um orçamento abaixo do necessário para a gente manter as organizações funcionando.

Eu, no primeiro ano e no segundo ano, ou seja, em 2019 e 2020, fiz questão de proteger o orçamento das bolsas de pesquisas. Eu não vou nem explicar a razão, porque a gente estava falando exatamente da função dos cientistas em tudo isso, então, eu protegi, nós não atrasamos nem um dia, não cortamos nenhuma bolsa do CNPq, mas eu tive que reduzir o orçamento de fomento do CNPq, reduzir muito o orçamento da administração do ministério como um todo, reduzir demais o orçamento do ministério ao ponto de ser difícil manter as coisas funcionando normalmente.

Além disso, eu protegi também o orçamento das unidades de pesquisas, das 16 unidades de pesquisas da administração direta, porque elas já estavam com o orçamento muito baixo e elas também são importantes para a pesquisa no País. Isso eu fiz em 2019, em 2020 e, agora em 2021, dentro das limitações que eu tive, eu também protegi ao máximo o orçamento das bolsas do CNPq. Às vezes os bolsistas me perguntam isso, e eu falo muito dessas bolsas, porque é importante para o País, então protegemos isso, e protegemos os orçamentos das nossas unidades de pesquisa, mas o restante dos projetos ficou prejudicado.

Esse orçamento não conversa com aquele primeiro orçamento, porque aquele era emergencial. Eu dei o exemplo do ND-4 para ver como a gente não pode usar aquilo lá, por exemplo, para o custeio de uma unidade de pesquisa. Então, é um orçamento independente, que foi feito lá em 2020, e foram usados mais de 99% dele.

O orçamento de 2021 para as unidades de pesquisa, para o ministério como um todo tem uma interferência em termos dos desenvolvimentos futuros porque é com esse orçamento que a gente mantém as estruturas de pesquisas dentro dos centros de pesquisas, e isso pode afetar, sem dúvida nenhuma, o desenvolvimento contínuo desses projetos.

Além disso, nós temos o orçamento do FNDCT, que foi aprovado pela Lei Complementar 177 – aliás, eu gostaria de agradecer o Congresso Nacional também pela aprovação dessa lei –, que vai nos permitir utilizar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na sua totalidade. Dentro da lei, a gente pode usar até 50% do reembolsável, que é a parte de empréstimos para financiar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas através da Finep, e o não reembolsável, que é onde a gente consegue aplicar em projetos visando aí várias aplicações em todos os ministérios, não é um orçamento para o ministério. Na verdade, nós somos ferramenta para auxiliar todos os ministérios em projetos de tecnologia, e a gente vai poder utilizar. Uma limitação do FNDCT é que ele não pode ser utilizado para custeio, por exemplo, das unidades de pesquisa, tem que ser aplicado em projetos específicos, aprovados pelos conselhos técnicos e aprovados pelo conselho diretor. Então, não é uma coisa simples, uma opinião minha e que eu posso colocar onde eu quiser, nós temos que ter todo um sistema para fazer isso. Então, a gente vê aí mais ou menos como são esses três orçamentos e como isso interfere positivamente ou negativamente nos projetos que nós temos para o futuro e para o País também.

Em termos de cooperação, a pergunta com relação à cooperação, nós temos diversas cooperações nacionais e internacionais entre órgãos de pesquisa e entre órgãos de outros setores, e isso tem impactos.

Como exemplo – mas aí não é um orçamento diretamente nosso –, nós temos agora, em tramitação na Casa Civil, a participação do Brasil, como país associado, no Cern, no colisor e acelerador de partículas da Europa, que vai trazer um desenvolvimento enorme, com desenvolvimento de tecnologias inclusive com o Sirius, aqui no Brasil. Mas isso depende de aprovação lá e depois de aprovação no Congresso, porque tem um custo anual – mas esse custo anual é retornado para as empresas brasileiras, que podem vender produtos para a expansão do Cern ou para outros participantes e fornecedores de lá.

Em termos de cronograma das vacinas nacionais, eu vou pedir para o Marcelo responder a essa pergunta, porque ele tem mais detalhes sobre isso. Mas nós estamos acelerando, dentro do possível – a ciência tem o seu *pace*, o seu ritmo, e a gente não pode acelerar, sob pena de criar alguma coisa imprecisa ou ineficaz. E nós estamos acelerando principalmente na parte da coordenação, de que eu vou falar um pouquinho mais para a frente: a importância da coordenação entre os diversos setores para a gente ter a tecnologia, o IFA e o envasamento, todos coordenados.

Das nossas quatro vacinas mais avançadas, você pode dizer um pouquinho, Marcelo, por favor, sobre esse cronograma e se existe impacto da parte orçamentária no cronograma.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES (Para expor.) – Completando o que o Ministro acabou de dizer, Senadores e Senadoras – eu queria agradecer também as perguntas, que são muito importantes e inteligentes –, o que nós fizemos foi investir R$31 milhões, no início de março, em várias estratégias, em quinze estratégias de plataformas avançadas de vacinas, para que a gente pudesse desenvolver a competência nacional. Dessas quinze estratégias, quatro estão mais avançadas. E essas mais avançadas, por que elas avançaram, assim como as outras estão avançando? Porque nós acompanhamos semanalmente todos os projetos implementados pela Rede Vírus MCTI. Os pesquisadores não estão acostumados a acelerar, de forma importante, frente a uma pandemia. O que nós fizemos? Trouxemos, junto aos pesquisadores, as soluções necessárias para acelerar o processo, dentro do tempo da ciência. Então, as interlocuções de produção em boas práticas de laboratório, dos lotes-piloto, a interlocução com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Anvisa, os gargalos de importação, nós estamos juntos com os pesquisadores, resolvendo todos esses problemas intrínsecos do projeto de pesquisa, para que ele possa ser acelerado.

Queria agradecer, nessa interlocução, todas as equipes técnicas do Ministério da Ciência e Tecnologia, do CNPq e da Finep que estão fazendo essa interlocução com os pesquisadores, acelerando as vacinas. As quatro mais avançadas conseguiram chegar a esse estágio porque nós estamos juntos com os pesquisadores.

O que é importante? Nós darmos o apoio técnico para que esses lotes-piloto sejam produzidos. Uma coisa é produzir o conhecimento, o IFA. Agora, é dar escala, uma pequena escala, em lotes-piloto, em boas práticas de laboratório, em boas práticas de produção, para que seja aprovado pela Anvisa o lote que vai para o ensaio clínico com o paciente. Isso é extremamente importante, e a gente está ajudando nisso.

Uma vez vencida a etapa dos ensaios clínicos e a vacina se mostra eficaz – e nós vamos acompanhar todo esse processo dos ensaios clínicos junto com os pesquisadores, auxiliando naquilo que for necessário, em que o ministério puder ajudar –, uma vez finalizada, é importante também – e aí a gente está em interlocução com o Ministério da Saúde – que o Ministério da Saúde também garanta a compra dessas vacinas. Isso dá segurança às empresas que vão produzir essas vacinas – ou empresa pública ou privada –, dá segurança de que essas vacinas sejam compradas no futuro, porque nós não vamos precisar de vacina só para esse ano. O vírus veio para ficar. E a gente possivelmente... A grande probabilidade é a gente ter vacinação anual. E aí a gente vai precisar de produção de vacinas nacionais. E a compra pelo Ministério da Saúde dá um alento para o investidor – a empresa – produzir os lotes em escala para vacinação da população. Isso é extremamente importante, completando o que o Ministro estava dizendo até agora.

O SR. MARCOS PONTES – Então, complementando essa parte, é importante ver que esses recursos destinados à produção de vacinas no País... Quando eu falo produção de vacinas no País, eu estou falando inteira: é o desenvolvimento da tecnologia, a produção do IFA por empresa brasileira – e eu estou ressaltando a palavra "empresa" para haver setor privado e produção de nota fiscal e empregos no Brasil, e não uma empresa pública, cujo gasto acaba ficando como custo no País – e também o envasamento; tudo isso feito no País. O custo, o investimento para isso, para o desenvolvimento dessas tecnologias e o desenvolvimento dos testes clínicos, se for comparar... Quanto é esse valor? Bom, como o Marcelo falou, nós gastamos 30 milhões no desenvolvimento das diversas tecnologias, nas pesquisas para as tecnologias. Depois, agora, para teste clínico Fase I e II, o investimento é de 30 milhões por vacina testada em Fase I e II, e 310 milhões na Fase III, já com mais de 25 mil participantes. Então, é um valor bem mais alto por isso. E no custo logicamente é envolvida a produção do IFA em baixa quantidade para fazer os testes e assim por diante, toda a logística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO MARCOS MORALES – Isso comparado, Ministro – só para comparar –, com as vacinas internacionais, é um preço muito pequeno.

O SR. MARCOS PONTES – É a isso que eu queria chegar. Se você pegar e fizer a soma toda para uma vacina aí: a gente está falando 310 mais 30, isso vai dar 340; mais os outros que foram para todas elas, no máximo 400 milhões. Quando se fala em 400 milhões, parece um valor muito alto, pensando no nosso estado de orçamento aqui do ministério, que é 2,6, e mais de 1 bilhão é do CNPq. Então, você vê que é um valor alto percentualmente com relação ao ministério. Porém, quando você compara esse valor, transfere isso para dólar, que vai dar aí em torno de US$60 milhões, US$70 milhões para fazer uma vacina, e aí você compara quanto foi gasto, por exemplo, pela Pfizer para desenvolver a vacina deles, que foi na ordem de bilhões de dólares, você vê que nós temos capacidade e que vale a pena, é viável, inclusive comercialmente e em todos os pontos, em todas as perspectivas, desenvolver essas vacinas no Brasil. Além de tudo que a gente já falou sobre isso.

Outro ponto importante com relação a esse tempo das vacinas é que elas estão agora entrando na Fase I e II. A Versamune, no MCTI, por exemplo, tinha uma perspectiva de 120 voluntários para a Fase I e II. A Anvisa aumentou para 360, o que exigiu refazer o lote, porque não podem ser dois lotes, tem que ser um lote só, para fazer para esses 360, o lote de IFA para o teste clínico. Isso envolve algum tempo a mais de espera. E é, mais ou menos, como uma corrida de cavalo esse negócio das vacinas: de repente uma está mais avançada, de repente a outra ultrapassa, depende muito do desenvolvimento das tecnologias no sentido.

Agora, um ponto importante, eu falei desses três tipos de orçamento aí: o orçamento emergencial do ano passado, o orçamento do ministério, que está baixo, e o FNDCT. Aquilo a que eu queria chamar atenção é a necessidade de a gente aumentar o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, o orçamento destinado ao ministério, porque esse é o orçamento que mantém as estruturas todas para que isso tudo seja possível. Não posso usar o FNDCT para manter essas estruturas. Então, queria pedir ajuda nesse sentido de aumentar esse orçamento do ministério em si.

Indo para frente aqui, foi perguntado também sobre a composição da Rede Vírus, Marcelo. Se puder, esse é mais seu lado.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES – Na composição da Rede Vírus, nós chamamos os especialistas de notório saber em viroses emergentes e reemergentes, médicos, imunologistas, fisiologistas, biofísicos, representantes dos demais ministérios. Então, toda essa equipe de especialistas debateu, durante vários dias, qual seria a estratégia de enfrentamento da possível pandemia que se avizinhava. Isso, estou falando em fevereiro de 2020.

Então, esses especialistas, cada um, em sua área de conhecimento, contribuiu para montar aquele mandala que eu mostrei das estratégias de enfrentamento, que vai desde os estudos sociais e econômicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas, diagnósticos, equipamentos, preservação ambiental; são mais de 20 especialistas que nos norteiam até hoje, e isso vai ficar permanente, Ministro, para as viroses que virão. Então, a gente teve o cuidado de criar essa Rede Vírus como uma rede de viroses emergentes e reemergentes, essa e outras que virão.

O SR. MARCOS PONTES – É o seguinte: são os maiores especialistas em cada um desses setores no País. O Marcelo trabalhou muito tempo no CNPq também, tem toda, vamos dizer assim, a classificação de todos os especialistas.

E, além de ficar permanente essa rede de pesquisadores, também serve para outras áreas. Nós estamos criando sistemas semelhantes com redes em outras áreas também, e são eles que nos propõem essas ações para fazer aqui no ministério.

E existe, sim – foi a última pergunta do Senador Wellington, com relação aos diálogos entre o MCTI e o Ministério da Saúde –, um diálogo, algumas vezes um pouco mais dificultado por alguns não entendimentos das funções. Por isso que eu sempre faço questão de explicar muito bem o escopo e a função do Ministério da Ciência e Tecnologia: nós não trabalhamos com os protocolos de saúde, com as políticas públicas de saúde, isso é função exclusiva do Ministério da Saúde. E eles têm lá uma secretaria voltada para a ciência e tecnologia, ligada a essa ação, vamos dizer, na frente de combate. Se uma vacina der algum problema lá na frente, começar a dar trombose, essa secretaria tem que ser responsável por fazer essas análises. Se precisar da nossa ajuda, nós estamos aqui no suporte também.

E nós desenvolvemos vacinas, desenvolvemos essas tecnologias e remédios aqui, e isso não é função do Ministério da Saúde. Nós fazemos para eles, mas não é função deles fazer esse desenvolvimento. Esse é desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, isso é bom, a gente explica constantemente isso, para não haver algum entendimento errado. É importante ver que nós fazemos as pesquisas de desenvolvimento e eles fazem a aplicação dos resultados disso.

Outra pergunta também do Senador foi com relação às vacinas, em termos de priorização com o Ministério da Saúde e com o Ministério da Economia. Então, nós temos conversado muito com o Ministério da Economia. Houve a liberação, agora, de um PLN que deve chegar ao Congresso esta semana, o PLN com a liberação de 415 milhões para os ensaios clínicos Fases I e II de quatro vacinas e o ensaio clínico Fase III de uma das vacinas. Então, esse recurso é proveniente do FNDCT também, liberado, então, pelo Ministério da Economia. A gente espera agora a liberação do restante dos valores do FNDCT que a gente tem discutido com a Economia, de forma que seja aplicável não só à Covid, mas também a outras necessidades que nós temos na pesquisa, que é a finalidade do FNDCT.

E, com o Ministério da Saúde, é importante, como ressaltou o Marcelo e eu vou ressaltar aqui, que o Ministério da Saúde compre, já tenha os processos de compra para essas vacinas desenvolvidas no Brasil. Isso dá uma segurança jurídica, uma segurança econômica para as empresas que vão participar, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da mesma forma que nós temos aí os processos de compra das vacinas internacionais, a gente tem que prestigiar as vacinas nacionais também. Isso é muito importante.

E aqui no ministério nós coordenamos o GT-Farma, um grupo de trabalho das empresas farmacêuticas do Brasil. Então, eu tenho aqui, eu fiz questão de montar esse grupo também no ano passado, para já nos auxiliar em todos esses processos de coordenação dessa sequência inteira do desenvolvimento de tecnologia de produção de IFA nacional no Brasil e envasamento. Então, nós criamos esse GT-Farma, que nos dá também um grande apoio, nesse sentido técnico e funcional, do que é necessário para as empresas realmente produzirem isso no Brasil. Então, nós temos a coordenação desse GT aqui também.

Desculpem o tempo. Eu vou tentar acelerar aqui nas próximas. É que são várias perguntas.

Eu vou passar aqui para as perguntas do Senador Styvenson, lá do Rio Grande do Norte, um lugar que eu gosto muito, diga-se de passagem. Eu tenho família lá, inclusive.

Ele fala em relação ao percentual do PIB no Brasil. É 1,2... Eu desconfio que, atualmente, esteja até um pouco menor do que isso, essa participação, e isso é muito ruim. A gente precisa aumentar a participação de investimento em ciência e tecnologia, em termos de percentual do PIB. Países desenvolvidos como Israel estão na casa de 4%; países como Coreia do Sul, na área de 5%. E eu tenho aqui as iniciativas... Ele pergunta sobre as iniciativas do ministério para melhorar esse percentual, e nós temos várias iniciativas, que às vezes passam despercebidas. A gente não divulga porque a gente não tem nem recurso para fazer propaganda, mas nós temos... Hoje mesmo, antes de estar nesta audiência, eu fiz a abertura de um *webinar* que está acontecendo aqui, no ministério, que é coordenado pela Secretaria de Estruturas Financeiras e Projetos, justamente para trazer investidores para projetos de pesquisas bem elaborados, dentro das nossas unidades de pesquisas e universidades, etc., como fazer essa *net*.

Eu criei, quando eu entrei na gestão, esta era uma das minhas preocupações, aumentar o investimento privado em ciência e tecnologia no Brasil. Então, eu criei uma secretaria exclusivamente para isso, que é a Secretaria de Estruturas Financeiras e Projetos, porque não é só haver a vontade do setor privado de investir em ciência e tecnologia, você precisa ter projetos bem estruturados nas unidades de pesquisas, nas universidades, que sejam atrativos para o investimento privado – esse é um primeiro ponto –, e também que o investimento privado tenha maneiras, estruturas financeiras para colocar o recurso de forma legal para esses projetos. Então, é uma secretaria que trabalha nesse sentido.

Nós temos vários resultados importantes acontecendo no *background.* As pessoas nem notam, mas, se olhar a parte de fundos de *endowment* e *braided funding*, a parte de – como é que chamam aquelas? – debêntures incentivadas e uma série de ações que têm sido criadas... Eu recomendo que as empresas, os investidores entrem em contato com o ministério. Temos muitas coisas sendo feitas com isso, inclusive utilizando logicamente o marco legal, que nos permite esse tipo de coisa. O ministério tem sido, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer assim, pioneiro na utilização das possibilidades disso, mas também existe uma mudança cultural, tanto da melhoria dos projetos dentro das instituições quanto da visão dos investidores para verem o Ministério da Ciência e Tecnologia e as possibilidades que existem aqui para melhorar os seus produtos, para melhorar os seus serviços, para aumentar o lucro das suas empresas. Eu falo isto aqui: nós temos que melhorar o lucro das empresas no País, melhorar o ambiente de negócio para que eles produzam mais, criem mais notas fiscais, criem mais empregos no País. E este ministério tem trabalhado muito com relação a isso.

Comparando, por exemplo, com a Coreia do Sul, nós temos um acordo de transferência, vamos dizer assim, de tecnologia e de gestão com a Coreia do Sul. E nós temos consultores nossos com eles, consultores deles trabalhando diretamente com os nossos, de forma que nós vejamos o que eles fizeram da década de 70 até hoje para se tornar um dos países mais envolvidos do planeta. E o que nós temos aqui? Por que nós não conseguimos isso? E a gente já tem identificada uma série de coisas. Vou ter o relatório... Eu tenho relatórios parciais, vou ter relatório final no final do ano. E uma das coisas clássicas que a gente observa... Se você observar, na Coreia, o investimento, a relação entre investimento público e privado aconteceu em "x", ou seja, no início era 100% público, nada privado; depois o percentual público foi reduzindo com a entrada do investimento privado, cruzou ali e foi igual em certo tempo e agora está na fase de 78% de investimento privado em relação ao total e 22% de investimento público. Isso acontece porque várias coisas foram feitas. E nós estamos buscando fazer isso no Brasil também, inclusive com a utilização maior de mestres e doutores nas empresas. A gente acabou de lançar, na semana passada, as bolsas de doutorado e mestrado para empresas para trazer formação de doutores e mestres dentro das empresas. A gente precisa aumentar essa capacidade tecnológica. E há outros procedimentos sendo feitos também.

O que afasta o setor privado? Historicamente, no Brasil, o setor privado sempre viu a academia ou os centros de pesquisas como algo muito lento e que não havia uma cultura dos pesquisadores de atender o setor privado nas velocidades e objetivos necessários. E, nisso tudo, tem sido feito um trabalho novamente integrado aqui com o sistema, usando CNPq, Finep, Embrapii, que também trabalha muito nisso, e a própria conscientização com esses escritórios de projetos dos nossos centros de pesquisa, de forma que nós possamos traçar ou trazer todo esse trabalho direcionado para tecnologias que são importantes para o Brasil. Se olhar, lá no ano passado, lancei a Portaria 1.122, de prioridades de tecnologias, e, logicamente, tem que incentivar a pesquisa básica também, porque, como a gente fala, a pesquisa básica é a base para tudo isso. Então, tudo isso está no nosso escopo.

E a nossa relação com o MEC é uma relação muito boa. Eu tenho uma amizade muito grande com o Ministro Milton. E, logicamente, esses dois ministérios têm que trabalhar muito próximos. A gente tem CNPq e Capes, por exemplo; a Capes, da área de formação, de pós-graduação e formação de professores; o CNPq, financiando pesquisas para isso; e entidades separadas. Eu lembro que, no ano retrasado, eu briguei muito, e havia uma ideia de querer juntar essas duas entidades, que é uma ideia muito burra, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funciona. A gente tem que manter separadas as entidades, trabalhando em conjunto; são entidades de 70 anos cada uma. Então, esse trabalho coordenado também é muito importante para o MEC.

E, em termos de internet para as aulas e televisão, quando eu tinha aqui o Ministério das Comunicações, no início da pandemia, eu criei também uma rede que eu espero que esteja funcionando ainda, que, da mesma forma da Rede Vírus, nós criamos uma rede de telecomunicações, que era uma rede conectada, como nós chamamos, porque ali havia empresas, profissionais do setor de telecomunicações e radiodifusão para auxiliar a manutenção estável da internet no Brasil, com o uso maior por causa da pandemia, e também colocar a internet em todas as Unidades Básicas de Saúde do Brasil, nós tínhamos 16 mil delas sem essa conexão, e também em escolas e para as aulas. E, para isso, nós criamos a multiprogramação; foi um decreto que eu lancei, no ano passado, de que as televisões, os canais poderiam separar os seus canais em quatro canais, subcanais; um deles, ou três outros, um para a programação normal e os outros três poderiam ser utilizados para a educação, para a ciência ou para a saúde. E isso foi mantido, foi ampliado, foi prorrogado, agora, lá no Ministério das Comunicações. Então, eu espero que isso se mantenha e ajuda bastante. Outra coisa que ajuda – eu quero até agradecer também o esforço do Congresso nesse sentido – é a participação de PLs, como o Projeto de Lei 1.208, agora de 2021, do Deputado Carlos Jordy, que traz umas possibilidades também de aumento dos recursos para ciência e tecnologia, através de empresas.

Eu já queria também pedir aqui, de antemão, a parceria do Congresso, o trabalho do Congresso, para nos ajudar a proteger as leis de incentivo para as empresas de vários setores, como, por exemplo, a Lei de TICs, que ficou fora daquele 136, de emergencial, que é importantíssima para o setor de telecomunicação, informação e comunicação – isso ficou fora; então, a gente tem que voltar a proteger a existência dessa lei, a Lei de TICs –; a Rota 2030, para o setor automotivo; o Padis, para o setor de semicondutores; assim como a Lei do BEm, cujo desenvolvimento é muito importante.

E, na verdade, eu estou aqui pensando: eu já tinha pedido isso para minha equipe, antes dessa PEC 186, para que fosse desenvolvida uma lei semelhante à Lei de TICs para a Lei de Biotecnologia. Você veja, eu já estava pensando nisso, antes da pandemia até, para incentivar o setor de biotecnologia. E isso vai permitir, agora, cada vez mais, o desenvolvimento desses IFAs, no Brasil, não só para vacinas, mas para medicamentos também no Brasil e toda a utilização da nossa biodiversidade para produção de novos antibióticos, novos medicamentos, etc.

E, com relação à vacina... Ah, não; isso aqui já é outra parte.

Eu vou, agora, às perguntas da Senadora Zenaide Maia, também do meu querido Rio Grande do Norte.

Novamente, eu queria enfatizar a importância do Ministério da Saúde por já prever a compra das vacinas nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós utilizamos, além da Fiocruz e do Butantan, que são os institutos públicos mais conhecidos, nós temos os nossos INCTs, Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, que congregam pesquisadores de diversas instituições, inclusive da Fiocruz e do Butantan, e são esses INCTs que estão desenvolvendo essas vacinas nacionais, essas tecnologias de vacinas nacionais. Lembrando que a Fiocruz e o Butantan têm um histórico muito longo já no envasamento de vacinas no País e no desenvolvimento também de vacinas, remédios e outros tratamentos como soro de cavalo, com o Instituto Vital Brazil, que trabalha conosco também, e nós temos investimento no Butantan inclusive, está na apresentação de um deles, investimento de uma vacina sendo desenvolvida por pesquisadores do Butantan, e nós investimos também.

Com relação à ButanVac, que é uma vacina licenciada – lembram-se daqueles três tipos de vacina de que falei: internacional, licenciada e nacional, com os seus respectivos tipos de atuação? –, a ButanVac é uma vacina licenciada, desenvolvida com tecnologia dos Estados Unidos, e nós não sabíamos – na verdade, eu não sabia – da existência dessa parte até então. Eu acho ótimo o País desenvolver vacinas licenciadas, nós mesmos estamos com os Estados Unidos também desenvolvendo... Nós temos 15 protocolos de vacinas nacionais com tecnologia nacional, para a produção de IFA no Brasil e o envasamento no Brasil, logicamente, mas, além desses 15 tipos de tecnologia nacional, nós também estamos investindo, junto com Senai Cimatec, no financiamento de uma vacina RNA, como foi falado pelo Marcelo, de tecnologia americana, com a participação depois no desenvolvimento completo, e outros países, como Índia, China, talvez, e a Coreia do Sul, então esse trabalho em conjunto que nós também desenvolvemos aqui e financiamos. Tudo isso é importante para o País como um todo.

Com relação ao orçamento para vacinas, eu falei. Esses 415 vão ser liberados esta semana, e eu peço aí, se possível, agilidade no Congresso, para liberação, o mais rapidamente possível, desse PLN para que esses 415 milhões possam ser utilizados nas vacinas nacionais.

E também, eu queria ressaltar nesse ponto, que nós temos três eixos, pensando nessa estratégia de vacinas, nós temos três eixos aqui que são importantes para ressaltar.

O primeiro eixo, o emergencial, agora, este ano, com todo o problema acontecendo, é a importação de vacinas. São as vacinas importadas, que podem chegar o mais rapidamente possível, para vacinar o maior número da população possível, no menor tempo possível. Essas vacinas, geralmente as primeiras vacinas que chegam, não são aquelas que ficam. Existem outros desenvolvimentos que acontecem nos anos seguintes, e é isso o que a gente está trabalhando no segundo eixo, que é o desenvolvimento da vacina nacional. Você pode pensar como uma rede de proteção; no trapézio, lá em cima, há aquela rede de proteção, e a gente está construindo essa rede de proteção aqui no ministério com as vacinas nacionais para este ano, para o ano que vem, para os outros anos também e para outras doenças.

E o terceiro eixo é o desenvolvimento no Brasil de um centro nacional de vacinas, tipo um Oxford, no Brasil, para resolver o problema de forma perene. Então esse centro vai congregar as tecnologias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacionais, a produção de pequenas quantidades de IFA nas melhores práticas de laboratório para fazer os testes com animais, assim como para fazer os testes clínicos com pessoas também, e congregar todas essas tecnologias, como é feito em Oxford. Então a gente vai ter o nosso Oxford aqui no Brasil também. Isso é importante não só para a vacina de Covid, vacinas para as próximas pandemias, vacinas para doenças negligenciadas, como está aqui na pergunta da Senadora também, como dengue, zika, chikungunya. Existem quatro cepas de dengue, e os cientistas, recentemente, na Universidade de Washington, se não me engano... Não me lembro exatamente, agora, qual foi a universidade – depois eu vejo com calma –, mas uma universidade americana descobriu uma conexão entre essas quatro cepas, o que vai facilitar uma vacina única para essas quatro cepas. Isto está na página do SciTechDaily, essa reportagem. E nós temos o desenvolvimento de vacina para a dengue aqui no Brasil também – vai ser permitido através desse nosso centro Oxford, vamos chamar assim, aqui no Brasil.

O orçamento que nós temos é esse de que eu falei: 415 milhões; e depois a liberação do FNDCT, que vai permitir, de forma estável, o orçamento para essas ações. Mas lembro que é importante aumentar o orçamento do ministério, que é diferente do FNDCT, que é diferente do orçamento emergencial.

Com relação às perguntas do Senador Esperidião Amin, eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer pela citação. Eu faço, realmente, todo dia, de manhã, essa *live*, entre 7h e 7h30. Eu começo lá o diário de bordo, eu trago uma série de coisas a respeito de ciência, novas tecnologias, comentários de notícias. Eu estava me lembrando de que, hoje, eu falei a respeito dessa questão da vacina da dengue – só não me lembrei aqui exatamente da universidade que desenvolveu. Quero agradecer também à Deputada Angela Amin e mandar um abraço para ela, ela que está nos acompanhando aí de manhã. A ideia é justamente passar informações sobre ciência e tecnologia como coisas boas, coisas positivas para o sucesso das pessoas. Quem me conhece sabe que eu gosto muito de educação; então, eu falo aquilo sempre pensando nos jovens, para que eles tenham sucesso nos seus objetivos de vida. Por isso é que eu falo ali histórias de vida, experiências, para que eles também se desenvolvam, sempre para utilizar a ciência de uma forma humana, sempre ligada ao ser humano, que é o centro de tudo.

Com relação a estimular a Fiocruz, o Butantan com recursos públicos, existem já os orçamentos previstos. O Butantan é ligado ao Estado de São Paulo, e a Fiocruz é ligado ao Ministério da Saúde, que possui orçamentos até vultosos para esse tipo de desenvolvimento. E agora eles estão na construção de um centro maior de envasamento de vacinas, o que é importante para País.

E quero relembrar aqui que nós precisamos – e por isso o ministério trabalha nesta outra parte aqui – do desenvolvimento de tecnologia nacional, com um centro nacional de vacinas, dessas tecnologias, e a produção de insumo farmacêutico no País por empresa privada. Deixem-me ressaltar essa parte de "empresa privada", pelo seguinte: se eu for produzir insumo farmacêutico em empresa pública, eu tenho um gasto extra, porque eu vou ter que tirar esses valores do orçamento público, para financiar essa produção de IFAs. Por outro lado, se eu fabrico esses insumos farmacêuticos em empresa privada, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece? Eu aumento a capacidade da nossa indústria, eu tenho mais contratações, eu tenho nota fiscal sendo produzida no Brasil pelo setor privado, e isso é o futuro. Foi perguntado pelo Senador Styvenson, por exemplo, a participação do setor privado dentro da colocação, dentro do investimento em ciência e tecnologia. Está aí: a gente precisa criar essas possibilidades, então, de trazer o setor privado, a nossa indústria farmacêutica, para produzir os insumos no Brasil, para que as empresas cresçam, produzam nota fiscal e mais emprego no País.

Por isso é que eu defendo sempre isto aí: não ser produzido IFA nacional, de desenvolvimento nacional, em entidades públicas, e, sim, em empresas – esta é a ideia. A entidade pública faz o envasamento, ajuda no desenvolvimento das tecnologias com seus pesquisadores. Sem dúvida nenhuma, isso é importante, mas é a produção de IFA com nota fiscal que tem de movimentar o mercado – isso é muito importante. E toda essa coordenação é um trabalho que a gente faz aqui no ministério, com o GT-Farma também, de forma que esse sistema todo funcione.

Com relação ao passaporte nacional e internacional, até onde eu sei – isso foge um pouquinho da minha área de conhecimento aqui; não sei se o Marcelo tem mais conhecimento sobre isso, mas foge um pouquinho –, isso fica mais no alcance do MRE com o Ministério da Saúde, essa interlocução. Mas, até onde eu sei, realmente a CoronaVac não foi ainda autorizada pela Organização Mundial da Saúde a fazer parte desse passaporte internacional.

Nós tivemos uma discussão rápida sobre isso na nossa última reunião do GT do Covid, e o Ministro da Saúde, o Marcelo Queiroga, ficou de observar isso e ver como isso seria feito, mas realmente é algo preocupante, que a gente precisa ter... Se houver esse passaporte internacional, realmente é preciso que as vacinas que são aplicadas aqui sejam incluídas. Por isso é que, no desenvolvimento das vacinas nacionais, a gente já pretende, de cara, além da Anvisa também, apresentar isso e trabalhar em conjunto com a OMS e outras organizações mundiais, de forma que as nossas vacinas já saiam, ou já nasçam, com essas autorizações possíveis também.

Com relação à parte judicial de contrato com a Pfizer, que foi em Nova York ou lá em Quebec: aí foge muito do meu escopo realmente, entra na parte judicial. Eu desconheço como é o contrato que está lá com o Ministério da Saúde, ou com a Economia, não sei. Esses contratos, geralmente na última parte deles, mencionam os fóruns onde qualquer problema vai ser resolvido, não é? Mas esse é o máximo que eu sei sobre isso. Eu não sei como isso foi negociado ou como isso interfere na parte judicial. Realmente eu não tenho conhecimento sobre essa parte.

Eu queria ressaltar também – a gente tem falado bastante de vacinas – a importância do desenvolvimento de remédios para tratamento, porque, mesmo com as vacinas, a gente tem pessoas que vão adoecer, e a gente precisa ter os remédios. Daí a importância muito grande do trabalho que tem sido feito pelo Marcelo e pela equipe toda da Rede Virus no desenvolvimento e nos testes que foram feitos para remédios de reposição, como Annita ou nitazoxanida, que têm comprovação científica internacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e agora estão sendo comprovadas em outros países, como Estados Unidos e Argentina, inclusive com um pedido emergencial no FDA americano. A gente já tinha lançado esse resultado na redução da carga viral em outubro do ano passado e, agora, além desses remédios de reposição, que eu vejo mais ou menos – desculpa, Marcelo! – como estepe de carro... Quer dizer, não é o ideal, mas é o que dá para rodar até você conseguir trocar o pneu e botar um pneu novo ali no lugar. E esse pneu novo são os medicamentos desenvolvidos para o Covid, especificamente para o Covid, como esse antiviral que está sendo desenvolvido aí pelos nossos cientistas, que vai, sem dúvida nenhuma, ser muito importante para o tratamento das pessoas e salvar muitas vidas.

Eu fico preocupado quando vejo que se demoniza, por exemplo, o tratamento precoce de uma forma generalizada, porque o tratamento precoce, com a própria nitazoxanida ou outro, é importante para ajudar – essa droga foi criada para isso – na recuperação das pessoas e para evitar que as pessoas entrem num estágio mais avançado de sintomas. E quando se demoniza muito essas coisas, de repente, mesmo um tratamento que seria viável não é dado, e aí a gente tem pessoas morrendo por causa disso. Então, é importante ter isso em mente, sempre pensar com calma, frieza, sensatez e baseado sempre em fatos.

Com relação às perguntas do Senador Heinze – obrigado pelas perguntas! –: é importante o desenvolvimento das tecnologias nacionais, sem dúvida nenhuma, para as vacinas nacionais, e toda essa coordenação, usando, inclusive, empresas privadas de outros setores, como o setor de vacinas para animais, vacinas veterinárias, que pode ser adaptado para isso, e a utilização de universidades também. Isto é uma coisa de que eu falo sempre: a capacidade das universidades. Inclusive informaram aqui que aquilo que eu estava falando sobre a vacina da dengue foi desenvolvido pela Universidade de Vermont, foi um estudo da Universidade de Vermont. É importante esse trabalho junto com as universidades. E nós temos, no ministério, também o setor privado, que é o trabalho junto com o GT-Farma. Esse trabalho em conjunto, essa coordenação é muito importante, é o que a gente faz aqui no ministério.

Aliás, eu quero agradecer também a participação do Senador Heinze, da equipe do Senador Heinze, dando-nos também alertas, diretrizes sobre isso, de como a gente pode seguir no ministério.

Desculpem a longa resposta, mas é que eram muitas perguntas. Espero que tenha contemplado todo mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Foram realmente muitas perguntas aglomeradas, não é?

Ministro, o que eu pude observar nesta audiência pública foi a sua humildade – na sua fala, na do Dr. Marcelo também –, o esforço, a escassez, as estratégias que os senhores têm adotado para fazer, do pouco, muito, e o seu clamor para que o Congresso Nacional ajude o ministério. Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos trabalhar, tão logo abra a Comissão de Ciência e Tecnologia, e que o senhor esteja sempre lá conosco para a gente criar ambiente para o próximo orçamento sair melhor. Vamos trabalhar com antecedência, brigar firme. E a gente vai falar muito no Plenário, falar porque as palavras têm sua força também. Vamos batalhar, falar, brigar, colocar emendas, criar caso. Assim é que a coisa vai acontecendo.

O senhor foi brilhante na sua apresentação, a sua audiência foi rica, foi maravilhosa, e o senhor prestou contas. Prova disso... Eu vou só ler o nome, eu não vou ler as perguntas. O senhor nem pode saber ou imaginar a quantidade de gente que manifestou mais ou menos o seguinte: sem ciência e tecnologia o País não vai para a frente. Em resumo é isso. Uns disseram mais, outros menos, muitos pesquisadores, muita gente, muitos cidadãos comuns: sem ciência, sem pesquisa e sem tecnologia, o Brasil não vai para a frente.

Quero agradecer à Ester Cardoso, do Distrito Federal, que entrou em contato – não vou ler a sua pergunta, porque já foi respondida, Ester, muito obrigado – à Jhiemyli Santos, do Paraná; à Natália Santos, de São Paulo; à Telma Maria, de Santa Catarina; à Anna Paula Martins, de São Paulo; ao Jorge Correia, de Pernambuco; ao Curcio Júnior, de São Paulo; à Ana Cristina Cavalcante, do Ceará; ao Márcio Olanda, de São Paulo; ao Antônio Ashakura, do Paraná; à Gislaine Castanhel, do Mato Grosso; à Rosebel Cunha Nalesso, do Acre; Clara Castilho Oliveira, do Distrito Federal; Luan Carlos, de Santa Catarina; Gil Duarte, do Ceará; Paulo Costa, da Bahia; José Luiz, do Espírito Santo; Veraci de Souza Bezerra, de São Paulo; Felipe Santino, de Pernambuco; Luciana Florio Briotto, de São Paulo; Milton Júnior, da Bahia; Viviane Delgado, do Rio de Janeiro; Carmen Adriana Santos, de São Paulo; Eduardo Correa, do Rio de Janeiro; Karen Lilian Schott, do Rio Grande do Sul; Angelo Gabriel, de São Paulo; Evandro Veiga, de Minas; Henrique Nascimento, de São Paulo; Elysson Andrade, de Alagoas; Sara Karolina, de Rondônia; Roberto Vitor Dall Acqua, de São Paulo; e Bernardo Reitz, do Rio Grande do Sul. Foram realmente fantásticas essas considerações!

Não tendo hoje o quórum regimental, nós não vamos votar a ata de hoje, mas há duas palavras finais solicitadas para antes do encerramento ritualístico.

Passo a palavra para o Senador Esperidião Amin e, logo depois, para o Wellington Fagundes fazer os seus comentários breves. Em seguida eu faço o encerramento para dispensar o nosso querido Ministro, que teve a generosidade de estar conosco aqui por esse tempo todo, dando essa aula magistral para nós todos.

Com a palavra Esperidião Amin.

Pode liberar seu som, Esperidião. Seu som está travado.

Senador Esperidião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, como eu falei, é uma palavra brevíssima. Nós teremos muito para conversar, realmente o Ministro foi muito feliz.

Mas eu quero aconselhar a Zenaide, o Styvenson – há até parentes do Ministro no Rio Grande do Norte –, e ao Presidente, que pode convidar para Tocantins ou para...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Rondônia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... Rondônia. Rondônia ou Tocantins, lugar de nascimento...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ou dois, sou duplo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Convidem o Ministro para ir lá e, sem fazer aglomeração – viu Heinze –, levem-no a uma escola. Ele é o Papai Noel sem barba. (*Risos.*)

Porque atrás dele, guardando distanciamento, irão as crianças e as mães das crianças, como aconteceu aqui, em Santa Catarina, em várias ocasiões. Então, todas as visitas dele são benfazejas, por isso ele ganhou aqui o apelido de Papai Noel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Para seu fechamento, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Que bom – não é, Sr. Presidente? – a gente ver esperança na conversa do Ministro, porque sabemos que, nessa pandemia, ainda vai faltar vacina por muitos e muitos meses, talvez anos, e essa adaptação do vírus tem sido algo bastante expressivo. No Brasil, nós já temos a cepa de Manaus, do Rio de Janeiro, de São Paulo, com a fusão de uma da África do Sul – agora já está havendo no meu Estado, no Mato Grosso também. Isso tudo nos preocupa muito.

E aí, Ministro, só para que todos tenham conhecimento: o PLN já chegou no Congresso Nacional. Então, nós já temos a previsão no PLN, que é de 105 milhões, para o fomento a projetos institucionais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisas do setor de saúde, e mais os 310 milhões da subvenção econômica a projeto de desenvolvimento tecnológico – e aí entra a questão da Fase 3 da nossa pesquisa.

Isso é muito bom. Isso é sinal de que o Governo está entendendo. Inclusive, lembro a pressão que fizemos – não é, Presidente Confúcio? – aqui com o Waldery, mostrando para ele a necessidade de a área da Fazenda ter essa sensibilidade, porque, acima de tudo, o nosso papel é salvar vidas, e o único caminho hoje são as vacinas.

O Ministro falou também do desenvolvimento de um remédio. Isso é importante, porque até hoje não há nenhum remédio no mundo para curar a Covid. Então, ao mesmo tempo em que se desenvolve a vacina, claro que, se houver possibilidade de desenvolver outros produtos que sejam curativos da Covid, muito melhor ainda, porque mesmo uma pessoa vacinada tem a possibilidade de contrair a doença.

Eu só queria aqui encerrar agradecendo muito ao Ministro, mas perguntar-lhe também para que responda nas suas palavras finais: Ministro, existe já alguma tratativa do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, ou da parte de órgãos aos quais caibam essas tratativas, com a iniciativa privada caso se concluam essas pesquisas em andamento, principalmente essa que está mais avançada, que já vai para a Fase 3 agora? Já há alguma negociação, algum encaminhamento para que a iniciativa privada possa fabricar em grande escala essas vacinas no Brasil? E aí incluo o próprio parque brasileiro de saúde animal, que estaria pronto também, pelo que a gente já conversou. Eu quero saber que tratativa está sendo feita e o que precisa ser feito?

Senador Confúcio, eu quero lembrar que, aqui na nossa Comissão, na reunião com o Ministério da Saúde, houve um compromisso por parte do Ministério da Saúde de comprar todas as vacinas produzidas pelas empresas brasileiras. Então, esse compromisso já existe aqui dentro da nossa Comissão também.

E, Sr. Ministro, nessa questão da distribuição da vacina, eu gostaria de fazer um convite aqui a V. Exa. também: para que pudesse estar conosco lá na central de selagem, porque eu acho que é extremamente importante conhecer essa metodologia que é feita por parte da saúde animal. Eu acho que traz muito mais garantia de ter um produto de qualidade e, principalmente, essa distribuição, que pode ser num custo até muito menor para o Ministério da Saúde, sobrando mais recursos, então, para serem aplicados no tratamento e na compra de equipamentos e de remédios de um modo geral.

No mais, Sr. Ministro, agradeço a V. Exa., ao seu auxiliar também, e principalmente a toda a Comissão.

Presidente, eu gostaria de pedir aqui a V. Exa. para marcar uma reunião administrativa nossa, para a gente tratar um pouco mais dessa questão, então, de como nós vamos tocar daqui para a frente, principalmente essa relação da possibilidade da produção através do parque de saúde animal, porque ficamos muito, mas muito bem impressionados com o que vimos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington. Vamos agendar, sim, senhor.

Encerramento: não havendo nada mais a tratar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas o Ministro iria fazer as considerações, não é, Presidente? O Ministro iria fazer as considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tudo bem, Ministro, pode fazer suas considerações finais.

Libere o seu som, por favor.

O SR. MARCOS PONTES (Para expor.) – Obrigado, Senador. Obrigado, Senadores e Senadoras. Obrigado por esta oportunidade. Eu queria agradecer novamente, e muito, e me colocar à disposição para qualquer momento em que precisar de informações aqui da Ciência e Tecnologia. Estou à disposição para participar de audiências como esta ou de reuniões no Senado ou na Câmara.

Eu acho muito importante trazer essas informações por todas as necessidades que nós temos, nesse trabalho de união, de trabalharmos juntos aí para o desenvolvimento dessas tecnologias. A gente precisa logicamente do orçamento, desse apoio e também da regulação que envolve toda essa coordenação para produções no País. Às vezes – o Marcelo que fala isto para mim –, eu fico meio ansioso com a velocidade da ciência. A gente tem que descobrir as soluções rapidamente, mas, quando a gente pensa que a gente está perdendo de uma a duas pessoas por minuto, no tempo em que a gente está conversando, isso traz toda essa urgência de que a gente precisa ter soluções rápidas, para o País como um todo, e perenes. A Ciência e Tecnologia trabalha muito com isso. Então, a solução de nós termos esse vamos chamar de "Oxford" brasileiro – vacinas nacionais para essa e para outras pandemias –, tudo isso faz parte dessa preparação do País para encarar, melhorar a qualidade de vida das nossas pessoas e proteger literalmente os brasileiros dos efeitos desses riscos todos que nós teremos aí no futuro cada vez mais.

Eu falo sempre e vou repetir aqui para que confiem na ciência brasileira. Nós temos cientistas de altíssimo gabarito, então é importante sempre ressaltar essa nossa capacidade no País de fazer isso.

E o orçamento – quando a gente fala de ciência e tecnologia, se for comparar com todos os impactos negativos de não se ter o orçamento de ciência e tecnologia – é um orçamento extremamente pequeno, a necessidade é extremamente pequena, comparado com o que a gente pode trazer de retorno. E esse retorno traz nota fiscal, traz empregos, traz um monte de coisa.

A Gianna – diretora da CNI – acabou de chegar aqui, e está sempre... A gente trabalha muito junto com as empresas do País também. E esse desenvolvimento conjunto é o que nos faz aí acreditar que vai ser um País cada vez melhor, investindo em ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquei muito feliz em saber, pelo Senador Wellington, de os 415 milhões já estarem aí no PLN para que a gente consiga seguir aí com a parte toda do desenvolvimento dos testes clínicos com as vacinas.

Nós temos uma relação, Senador Wellington, muito grande com a indústria e nós temos aqui no ministério o GT-Farma justamente para isto, para fazer essa relação como um todo, e é essa aproximação que vai gerar mais empregos, mais empresas no Brasil nesse setor. Mas é extremamente importante este ponto: que o Ministério da Saúde já faça as encomendas tecnológicas para as vacinas produzidas com tecnologia nacional, insumo farmacêutico nacional pela indústria brasileira. Então, isso vai dar segurança para as indústrias, vai dar uma segurança para o setor de forma que a gente possa desenvolver de uma forma muito mais fluida e rápida isso no Brasil.

E eu vou, sim, participar da visita na fábrica de selagem também.

Então, muito obrigado a todos, obrigado por esta oportunidade. E, de novo, nós estamos aqui completamente à disposição para trabalharmos juntos e resolver através da Ciência e Tecnologia esses desafios tão grandes que o Brasil tem.

Obrigado, Senador Confúcio. Obrigado, Relator Wellington. Obrigado a todos os Senadores que participaram e aqueles que nos assistem também virtualmente. Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Ministro. Muito obrigado ao Dr. Marcelo, agradecido.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, dia 28 de maio, sexta-feira, às 10h, atendendo os Requerimentos nº 38, 39 e 45, dos Senadores Styvenson, Randolfe, Marcos do Val e Wellington Fagundes, para debater assuntos da oxigenação extracorpórea no enfrentamento da pandemia, prestar informações atualizadas sobre o programa de imunização da Covid, em especial sobre a compra e distribuição de vacinas, o calendário, discutir sobre a escassez de remédios essenciais de intubação, membros da Sociedade de Tisiologia e outros especialistas importantes.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e uma boa tarde!

Muito agradecido! Boa tarde a todos!

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e hum minuto do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda das Senadoras não membros Mailza Gomes e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater sobre o uso da oxigenação extracorpórea no enfrentamento da pandemia de covid-19, inclusive pelo Sistema Único de Saúde(SUS); prestar informações atualizadas sobre o programa de imunização contra a covid-19, em especial sobre compra e distribuição de vacinas, calendário vacinal, perspectivas de vacinação dos grupos prioritários e do restante da população e planejamento para atingir os objetivos propostos; por fim, discutir sobre a escassez de remédios essenciais para intubação de pacientes com Covid-19. **Participantes:** Bruno do Valle Pinheiro, Representante da SBPT; Suzana Lobo, Presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira; Walker Lahmann, Diretor de Relações Institucionais da Eurofarma; Vagner Nogueira, Vice Presidente Comercial da Linha Humana da União Química.; Renato Alves da Silva, Diretor da Hipolabor; Priscila Gebrim Louly, Coordenadora-Geral de Gestão de Tecnologias da Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - SCTIE - DGITIS - Ministério da Saúde; Francieli Fantinato, Coordenadora do Plano Nacional de Imunização PNI/Ministério da Saúde.; Thiago Fernandes, Coordenador de Insumos - Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis - DEIDT-Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.; e Eliel Barros, Assessor Jurídico DEIDT-SVS - Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência pública realizada. Aprovado o Requerimento n° 74/2021, de inclusão na 25ª sessão, em 28 de maio de 2021, do convidado Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma). **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 74, de 2021** que : "Requer seja incluído como convidado para a audiência pública do dia 28 de maio de 2021, o Sr. Nelson Mussolini - Presidente executivo da SINDUSFARMA (Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos)." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/28

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias – que vence dia 30 de junho –, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia.

Por falar em execução fiscal, na próxima semana, na segunda-feira, teremos audiência com o Paulo Guedes, com o Ministro Paulo Guedes, aqui, às 15h – todos já estão convidados; ao final, eu vou também fazer o convite –, para justamente explicar a situação fiscal deste ano.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que para esta reunião remota será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião se trata de audiência pública para debater o uso da oxigenação extracorpórea no enfrentamento da pandemia de Covid-19 – é coisa para os pneumologistas –, inclusive pelo Sistema Único de Saúde; prestar informações atualizadas sobre o programa de imunização contra a Covid-19, em especial sobre compra e distribuição de vacinas, calendário vacinal, perspectivas de vacinação dos grupos prioritários e do restante da população e planejamento para atingir os objetivos propostos; por fim, discutir sobre a escassez de remédios essenciais para a intubação de pacientes com Covid-19.

Contamos com a participação dos seguintes convidados ilustres: Dr. Bruno do Valle Pinheiro, representante da SBPT (Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia); Suzana Lobo, Presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira; Priscila Gebrim Louly, Coordenadora-Geral de Gestão de Tecnologias da Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, do Ministério da Saúde; Francieli Fantinato, Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI) – eu conheço a Francieli –; Thiago Fernandes, Coordenador de Insumos do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; Eliel Barros, assessor jurídico – nem todos vão falar; alguns falam, e outros são assessores –; Walker Lahmann, Diretor de Relações Institucionais da Eurofarma; Vagner Nogueira, Vice-Presidente Comercial da Linha Humana da União Química; Renato Alves da Silva, Diretor da Hipolabor; Nelson Mussolini, Presidente Executivo da Sindusfarma, do sindicato.

Muito bem, vocês viram que são nove convidados, mas, talvez, aqui entrem sete. O tempo é curto para cada um. É um resumo. Vocês entram direto nos temas, sem delonga, porque o tempo vai ser reduzido. Normalmente, a gente dá até 30 minutos para os convidados, mas hoje são nove ou sete, e aí é quase impossível conceder isso tudo. Vamos oferecer seis minutos, que poderão ser prorrogados por mais um. Aí a pessoa pode entrar e fazer sua apresentação e deixa um espaço maior... Todos terão a oportunidade de falar quando das perguntas dos Senadores e dos internautas, que entrarão também. Então, não precisam se preocupar, vão falar pouco na entrada, mas vão falar bastante depois, durante a nossa audiência pública.

Eu passo a palavra, inicialmente, ao primeiro dos nossos convidados, ao doutor...

Inclusive, eu quero registrar aqui que esta audiência sobre a respiração extracorpórea é um requerimento do Senador Marcos do Val. Eu espero que ele esteja presente até para fazer as indagações aos especialistas que estão aqui prontamente nos atendendo com uma cordialidade fantástica.

Eu passo a palavra ao Dr. Bruno do Valle Pinheiro, pelo tempo de seis minutos. Dr. Bruno, depois, ao final, o senhor terá motivos para as respostas.

O Dr. Bruno do Valle Pinheiro com a palavra.

O SR. BRUNO DO VALLE PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui representando a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, na qual eu sou Presidente da Comissão de Terapia Intensiva. Eu gostaria de, em poucas palavras, falar que essa tecnologia, essa estratégia de suporte ventilatório, que é a Ecmo, é importante realmente em situações de hipoxemia grave, uma baixa de oxigenação muito grave em pacientes com insuficiência respiratória aguda. E agora ela acabou ganhando esse destaque todo em função da Covid-19 pelo volume de pacientes que estão apresentando essa condição grave. E parte deles realmente evolui com uma dificuldade muito grande de oxigenação e pode vir a precisar dessa Ecmo.

Mas eu gostaria de destacar que é um suporte ventilatório complexo. Então, não é só uma questão de haver uma disponibilidade do equipamento, dos insumos. Há uma necessidade muito grande de haver um treinamento continuado da equipe que vai se propor a operar esse tratamento. Isso faz com que idealmente a gente caminhe para a existência de centros de referência para oferta da Ecmo, visto que ela entra numa situação de um estágio quase que terminal do suporte ventilatório. Então, a imensa maioria dos pacientes que vão para a UTI com Covid-19 e que vão para ventilação mecânica não vai precisar de Ecmo. A gente precisa do restante do suporte ventilatório. Então, a Ecmo é a ponta da ponta do tratamento. Isso faz com que não seja coisa do dia a dia na maioria das UTIs. E, para que você faça a Ecmo, em função da sua complexidade, para a equipe oferecer a Ecmo de uma forma com qualidade, precisa haver uma regularidade para que haja uma curva de aprendizado, um treinamento e uma manutenção disso. Isso a gente só consegue em hospitais de referência.

Então, o posicionamento que eu gostaria de... É óbvio que estou aberto ao debate. A Professora Suzana, da Amib, também tem uma grande experiência com isso. Mas eu gostaria de falar isto: não é só a disponibilização da Ecmo, tem que haver uma política, uma estratégia de criação e treinamento de centros de referência que possam receber... Não adianta a gente pulverizar equipamentos de Ecmo para todas as UTIs, porque o que vai acontecer é que cada uma terá uma experiência muito pequena, e essa não é a forma adequada de implementação disso. Então, é importante, existe uma indicação, alguns pacientes se beneficiam. Quando muito bem indicada, a Ecmo tem capacidade de trazer um prognóstico de volta a esses pacientes, mas, repito, é a ponta final desse tratamento, de uma complexidade muito grande e, obviamente, de custos elevados.

E, se isso não for implementado através de uma política de centros de referência, de excelência, que possam drenar pacientes para lá, a gente corre o risco de não ter o benefício que se deseja. E aí a gente teria as complicações, teria os custos, e a coisa eu acho que não iria bem.

Obviamente, conforme o senhor falou, eu estou aqui à disposição para tentar esclarecer, tentar ajudar. Essas seriam as minhas palavras iniciais para a gente começar esta reunião.

Muito obrigado pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Bruno, pela sua apresentação, como especialista e representante da sociedade. Tenho certeza de que a população está muito curiosa em saber por que, tendo esse recurso, ele não é trivial, aqui e ali, nas UTIs brasileiras. E o senhor acaba de explicar que esse é um dispositivo usado no extremo do extremo da respiração, como aporte ventilatório.

Então, vamos dar seguimento com a Dra. Suzana Lobo, que é Presidente da Associação de Medicina Intensiva Brasileira.

Com a palavra a Dra. Suzana.

A SRA. SUZANA MARGARETH AJEJE LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Saúdo a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

A SRA. SUZANA MARGARETH AJEJE LOBO – Agradeço a V. Exa.; ao Senador Marcos do Val, pelo convite. Secretário Leandro, colega Bruno, bom dia a todos.

O Brasil tem cerca de 8,2 mil médicos intensivistas, e para trazer uma opinião aqui eu me aconselhei com colegas, líderes de especialidades, líderes no ensino, líderes na pesquisa, alguns colegas que estão no momento implementando a nova tecnologia e outros que até já a usam há bastante tempo. É claro que todos eles anseiam pela implementação da Ecmo em nosso País – que a gente sabe que é para benefício de um determinado e seleto grupo de pacientes, como o Dr. Bruno bem descreveu –, mas, por outro lado, a opinião da grande maioria deles é a mesma minha: fornecer tratamentos complexos, como a Ecmo, durante a pandemia é um desafio muito grande, e ele deve ser pesado com extremo cuidado. É uma questão muito óbvia para nós que a Ecmo não é só uma questão de eficácia, de efetividade, de custo-benefício, mas a questão para nós é o contexto no momento. No momento, o contexto é: no meio de uma pandemia, e a doença Covid-19.

Para nós, é claro, como foi falado, há uma necessidade crescente da Ecmo em todo o mundo, mas o papel na Covid-19 ainda não está claro no momento, porque, além das indicações puramente técnicas, requer-se avaliação da sobrecarga do serviço e da disponibilidade e capacidade de alocação adequada de recursos escassos. Então, sobre a eficácia, nós concluímos que não existem ainda estudos suficientes para que a gente possa recomendar com força na Covid-19, embora haja evidências para SARA em outras doenças.

E há dois outros aspectos por que a gente acha que são necessárias condições bem preestabelecidas para a implementação desse recurso. A primeira, como falou o Dr. Bruno, são os centros de referências organizados, centros com capacidade de realizar um grande número por ano. Nós temos resultados de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudos que demonstram que, a partir de um número mínimo de procedimentos por ano, que seriam 30 procedimentos por ano, é que se consegue obter os melhores resultados.

Então, pelo tamanho da população do Brasil, por suas dimensões, antes da implementação, é necessário estudos de logística, número e locais de centro, que seriam necessários em termos de garantia segurança, de coordenação no referenciamento e garantia de equidade de acesso a todos os Estados. E a gente sabe que, no momento, temos somente poucos centros que dão suporte ao Sistema Único de Saúde, e eles estão no Sudeste ou no Sul.

Como todos sabemos, antes da pandemia, já existia uma não equidade grande no sistema de saúde, muitas disparidades. Então, é necessário que a gente faça a locação e a mitigação de questões éticas antes, também, da implementação dessa tecnologia. Então, independentemente da questão logística, a Ecmo é claramente um recurso finito. E nós temos, numa pandemia, de priorizar o coletivo, e não o individual.

Então, é necessário protocolos de triagem, de alocação de recursos que são escassos neste momento. Hoje temos falta de ventiladores, de medicamentos e já fazemos, em muitos locais do Brasil, triagem com a alocação desses recursos, nem sempre justas. E sabemos que no Brasil a mortalidade é maior naqueles pacientes mais pobres, nos pacientes negros e naqueles com menor nível de educação. E, na nossa opinião, a Ecmo será mais um recurso escasso. Faz parte, então, desse preparo para a adoção do protocolo de alocação de recursos em esgotamento que, no caso da Ecmo, haja protocolos que sejam claros, transparentes e devidamente explicados à sociedade.

Quando discutimos a Ecmo no meio de uma pandemia, me parece claro que colocamos mais um filtro que pode aumentar um pouco essa desigualdade. Então, a equidade de acesso a pacientes não Covid em todas as regiões, e nós temos um protocolo Amib... É necessário, porque sabemos também que a igualdade deve ser dada para pacientes Covid e não Covid. E pacientes não Covid no Brasil já estão sendo demasiadamente sacrificados.

Então, faz parte da justiça processual na instalação desse procedimento – é uma questão de transparência – critérios claros, igual para todos, e comissões de triagem, para que não somente o médico que faz a Ecmo escolha o paciente apropriado. Nós temos algumas outras questões a serem discutidas.

E, por último, nós não podemos esquecer o momento em que vive a situação da terapia intensiva no Brasil, com uma grande sobrecarga de trabalho. E, como já foi falado, a instalação de um processo tão complexo pode aumentar ainda mais a sobrecarga dos intensivistas e outros profissionais que já vivem uma sobrecarga muito importante de trabalho neste momento, podendo levar a eventos adversos e não intencionais.

Obrigada pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Suzana Lobo. Como é bom ouvir vocês, especialistas, não é? Tiram tanta dúvida, tanto nossa aqui do Senado, como também das pessoas, que imaginam que a oxigenação extracorpórea seja trivial, que seja comum, assim como um milagre para a recuperação das pessoas que estão intubadas nas UTIs, mas vocês estão explicando de uma maneira muito didática e nós estamos entendendo. Tenho certeza também de que todos os telespectadores da TV Senado estão acompanhando e achando interessante essa abordagem.

Com a palavra...

Aliás, eu quero pedir à Dra. Priscila só um segundinho para uma rotina aqui nossa, administrativa.

Havendo número regimental, eu coloco em votação as Atas da 23ª e 24ª Reuniões, solicitando a dispensa da leitura pelos Senadores e Senadoras.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas as duas atas.

Coloco em votação o Requerimento 74, de 2021, que requer que seja incluído como convidado, para a audiência de hoje, dia 28 de maio, o Dr. Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), requerimento de minha autoria.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 74, DE 2021

Requer seja incluído como convidado para a audiência pública do dia 28 de maio de 2021, o Sr. Nelson Mussolini - Presidente executivo da SINDUSFARMA

(Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos).

Autoria: Senador Confúcio Moura.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a inclusão do nome Dr. Nelson Mussolini como um dos convidados de hoje permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a presença dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, continuando a nossa audiência, eu passo a palavra para a Dra. Priscila Gebrim Louly, Coordenadora-Geral de Gestão de Tecnologia de Saúde da Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

Dra. Priscila.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Eu preparei uma apresentação, será que eu poderia passar? Aqui não está... Eu acho que está desabilitado para mim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vocês conseguem...

Irão ajudar a senhora, Dra. Priscila.

Já, já, a assessoria do Senado irá ajudar a senhora a colocar os dispositivos no painel.

Quem é que está ajudando?

Está tudo o.k.?

Ela tem que fazer alguma coisa lá? (*Pausa.*)

Aperte embaixo do computador da senhora para compartilhar a tela, está em cor verde. Embaixo, uma teclinha.

Isto.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Vocês estão vendo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos vendo, está ótimo.

Pode continuar.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Está aparecendo a apresentação para vocês?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está sim, senhora.

Pode continuar, Dra. Priscila.

Está ótimo.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Então, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar sobre...

Está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está aparecendo, doutora.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Eu vou falar sobre a oxigenação por membrana extracorpórea.

Sou Coordenadora do Departamento de Gestão, Incorporação, Tecnologia, Inovação e Saúde.

Primeiramente vou falar sobre a avaliação da incorporação desse medicamento no SUS.

A Lei 12.401, de 2011, criou a Conitec, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias e Saúde no SUS, que faz a recomendação pela incorporação de tecnologias, a incorporação, a exclusão ou a alteração, bem como a constituição ou a alteração de protocolos, crises e diretrizes terapêuticas.

A Conitec é um órgão colegiado de caráter permanente que emite recomendações favoráveis ou desfavoráveis a uma solicitação por incorporação. E quem decide, quem tem a voz, a decisão final, é o Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos. A Conitec é composta pelo plenário e pela secretaria-executiva; o plenário é composto por 12 membros, sendo um representante de cada uma das secretarias do Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina, Conselho Nacional de Saúde, Conass, Conasems, ANS e Anvisa. O plenário é que emite as recomendações por incorporação. Na Secretaria-Executiva da Conitec, quem tem esse papel é o Dgits, o Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde.

A incorporação tem que ser feita com base nas regras estabelecidas pela Lei 12.401, que leva em consideração a evidência científica de eficácia, segurança e efetividade e estudos de avaliação econômica. Necessariamente devem ser considerados esses dois requisitos. Essa avaliação é feita em 180 dias após uma solicitação. Então, é feita uma solicitação, uma demanda por incorporação da tecnologia, e a Conitec tem um prazo de 180 dias para emitir uma recomendação. Dentro desse prazo, são feitas sempre consultas públicas em relação ao tema. Essas consultas públicas são realizadas pelo plenário, que emite então uma recomendação por incorporação. A lei estabelece que a disponibilização da tecnologia incorporada deve estar disponível no SUS em até 180 dias após a decisão final de incorporação.

Toda essa documentação, essa avaliação de eficácia e de dados econômicos é baseado... É entregue, então, para o plenário um relatório de avaliação de tecnologias em saúde, que é preestabelecido e é inclusive alinhado com metodologias de análise nacionais e internacionais.

A tomada de decisão, então, leva em consideração a evidência científica, a avaliação de tecnologias em saúde, que considera a segurança, a eficácia e a efetividade das tecnologias; os aspectos econômicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como custo e efetividade, impacto orçamentário, custos de oportunidade; aspectos organizacionais dos sistema de saúde, como difusão, acessibilidade, logística, capacitação do sistema e sustentabilidade; também levando em consideração a perspectiva do paciente, sempre pensando em aspectos éticos, inclusive, conveniência de uso e as preferências do paciente.

Em relação à Ecmo, a demanda para a Conitec de avaliação de incorporação foi feita pelo Ministro da Saúde, pelo atual Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga. A análise dessa tecnologia foi para indicação de suporte de pacientes com síndrome respiratória aguda grave decorrente de infecções virais refratária à ventilação mecânica convencional. Então, é para essa indicação específica, que é a indicação em que se utiliza, em que se deve utilizar esse tipo de tecnologia. E por quê decorrente de infecções virais? Porque a síndrome respiratória aguda grave pode também ser causada por outros tipos de vírus que não o coronavírus, além do coronavírus.

A avaliação está disponível no *site* da Conitec, há um relatório completo de ATS que foi utilizado pelo plenário para emitir a recomendação e há também um relatório para a sociedade, com uma linguagem um pouco mais adequada para que a população geral possa entender os requisitos da análise.

Bom, então, vou falar rapidamente aqui do que se trata. Ecmo é um sistema que faz uma oxigenação extracorpórea do paciente. Então, há cânulas que são ligadas na veia femoral e o sangue é bombeado, então, para uma membrana que faz a oxigenação do sangue, e esse sangue já oxigenado retorna ao paciente por meio da veia jugular. Esse retorno do sangue já oxigenado é benéfico e traz alguns benefícios para o paciente, mas há critérios obrigatórios que devem ser seguidos para que o paciente seja elegível a esse tipo de tratamento. Não é qualquer tratamento, como já foi falado aqui, não é qualquer paciente que pode utilizar e que se beneficiaria desse tratamento.

A evidência hoje de benefício é de uma qualidade metodológica considerada adequada, de aproximadamente 800 a 900 pacientes, e mostra que há uma redução de 33%, aproximadamente, da mortalidade, com algumas complicações que são possíveis de acontecer, como complicações neurológicas, cardíacas, mecânicas, renais e alguns eventos hemorrágicos. No entanto, os estudos, a maior parte dos estudos com maior qualidade científica hoje existentes são em casos de pneumonias virais e decorrentes também do H1N1. No entanto, para Covid-19, nós temos uma escassez de estudos ainda. Obviamente, temos pouco tempo nessa situação mundial. Mas temos alguns dados que são incipientes, talvez com uma qualidade metodológica não tão adequada, mas nós temos, sim, uma resposta positiva de que essa tecnologia poderia ser benéfica nesses pacientes.

O plenário ouviu uma experiência científica atual do uso de Ecmo, no SUS. Alguns centros do SUS já disponibilizam essa tecnologia, então, foi avaliado o cenário pré e pós-Covid. Foi estimado que apenas 1% dos pacientes com síndrome respiratória aguda grave seriam elegíveis para o uso da Ecmo. O custo da instalação do oxigenador seria aproximadamente de R$29 mil, o que significaria um impacto orçamentário de 16 milhões ao ano, tendo aí um impacto, em cinco anos, de 80 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O plenário considerou alguns aspectos na tomada de decisão, como, por exemplo, a necessidade de alta especialização dos profissionais. Seria uma equipe multiprofissional que teria que ser certificada. O centro deve ser certificado, como bem relatou a Dra. Suzana.

A tecnologia já está disponível no SUS, mas em apenas nove dos trinta centros que o Brasil possui, que estão na maior parte concentrados na Região Sudeste. Aspectos de estrutura e capacidade de expansão para outros centros também foram discutidos e uma inadequação de uso dessa tecnologia em hospitais de campanha, o que poderia também dificultar o acesso aos pacientes que hoje necessitariam, em detrimento da pandemia.

A capacidade instalada e documentada atualmente foi de... Do que a gente tem hoje é de 376 pacientes por ano, e uma taxa de difusão dessa tecnologia foi considerada como de 1% a 2% ao ano, em relação a toda essa especialização que já foi relatada, a necessidade de espacialização que já foi relatada pelo Dr. Bruno e pela Dra. Suzana aqui.

A recomendação preliminar do Plenário da Conitec foi, nesse momento, desfavorável à incorporação dessa tecnologia no SUS. A consulta pública dessa recomendação estava aberta até ontem e será analisada e levada de volta para a apreciação final do Plenário, na próxima reunião.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Priscila, muito obrigado à senhora. A senhora não esqueça de remeter esses eslaides, essas projeções para a nossa Comissão. Elas ficam como consulta pública posterior a quem possa interessar. Ela é muito clara porque cita as leis, as exigências, as normativas. É extremamente importante a senhora remeter para cá, para o Senado Federal, para a Secretaria da CTCovid19.

Continuando a nossa audiência, eu passo a palavra para a Dra. Francieli Fantinato. Ela é Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Logicamente, ela tem muita coisa para falar, é muito demandada, porque é o assunto da ordem do dia no Brasil.

Com a palavra Francieli Fantinato.

A SRA. FRANCIELI FANTINATO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador! Bom dia a todos! É uma grande satisfação poder estar aqui com vocês!

Eu trouxe uma apresentação e eu gostaria também de compartilhar. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já, já... Já pode...

A SRA. FRANCIELI FANTINATO – Eles só precisam me autorizar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ela já está ali, trabalhando. A senhora pode tocar aí na telinha, compartilhar a tela, que já vai abrir para a senhora.

A SRA. FRANCIELI FANTINATO – Pronto, já achei aqui. Vocês visualizam?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem! Pode prosseguir.

A SRA. FRANCIELI FANTINATO – Melhorou, não é?

Então, vou trazer um pouquinho para vocês o cenário do calendário vacinal e das perspectivas de vacinação dos grupos prioritários e também do restante da população. Então, nós organizamos um plano nacional de vacinação contra a Covid, que, neste momento, está em andamento. É um grande desafio para o Programa Nacional de Imunizações, pois foi construído quando ainda não se tinha vacina disponível; ele iniciou sua estruturação em agosto do ano passado.

Hoje, nós já estamos na sétima edição do plano. Ela foi publicada em 17 de maio. Então, à luz de novas evidências, de novos conhecimentos, esse plano é atualizado por meio da Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis, que tem a participação de especialistas, sociedade científica, conselhos de classe, Conass e Conasems e também a Organização Pan-americana da Saúde.

O trabalho foi elaborado em eixos para a construção desse plano nacional de imunizações, e foram definidos os eixos que nós achávamos de extrema importância para aquele momento.

A definição dos grupos prioritários, tendo em vista a escassez de vacinas, direcionou para alguns grupos primeiramente, trabalhando com a preservação do funcionamento dos serviços de saúde; então, contemplando os trabalhadores de saúde que se encontram entre os grupos mais expostos ao vírus, também a proteção dos indivíduos com maior risco de desenvolvimento das formas graves e óbitos e a proteção dos indivíduos com maior risco de infecção e preservação também do funcionamento dos serviços essenciais.

A partir daí, tem-se a intenção de vacinar toda a população brasileira, de acordo com os quantitativos disponíveis, e também aqueles que tenham indicação de imunizantes, pois hoje nós não temos ainda definida para criança essa vacinação. Já há estudos, mas não está fechado ainda.

Todos os fatores de risco associados à hospitalização e óbito por Covid foram feitos com dados tanto da literatura nacional quanto internacional e também do nosso Sivep-Gripe, que é o sistema em que são inseridas as informações de Covid.

Então, quando a gente definiu os grupos prioritários, nós trabalhamos com esses dados para poder trazer aqueles que de fato precisavam ser vacinados, dentro de comorbidades, num primeiro momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos 28 grupos prioritários, colocamos um ordenamento na sequência dos objetivos do plano nacional de vacinação para que a gente possa cumprir todo esse planejamento, que é em torno de 78,4 milhões de brasileiros, o que saiu nessa sétima edição, pois houve revisão das estimativas.

Neste momento, nós estamos trabalhando com as pessoas com comorbidades, gestantes e puérperas com comorbidades e as pessoas com deficiência permanente cadastradas no benefício de prestação continuada. Então, nós estamos vacinando esse público neste momento.

Quanto nós já atingimos desse público? Já atingimos 46,8%, então, estão faltando em torno de 10 milhões. O Programa Nacional de Imunizações acredita que esse número esteja superestimado, pois alguns grupos se sobrepõem aos outros no que diz respeito à comorbidade. Então, eu posso ser um trabalhador de saúde, ter comorbidade e essa estimativa vai para dentro dos dois grupos e também a gente acredita que a vacinação vem andando de uma forma em que muitos Municípios não têm tantos denominadores de comorbidades, então, ela anda num ritmo muitas vezes um pouco diferente do que está acontecendo no Ministério da Saúde.

A gente já atingiu também: 38,6% de forças de segurança e salvamento, então, faltam 595.053; 78% dos trabalhadores de transporte aéreo, faltam 25.636, e atingimos 100% dos trabalhadores portuários. Tendo em vista a entrada da variante, optou-se neste momento, pelo cenário epidemiológico e para proteção desses trabalhadores, por a gente já antecipar esse grupo e foram enviados esses quantitativos de vacina. Se a gente for avaliar, não são tantos trabalhadores: para trabalhador de transporte aéreo 116 mil e para trabalhador portuário 111 mil. Então, foram adiantados esses dois grupos.

Então, nós temos um quantitativo de 10 milhões, que é do eslaide anterior que eu passei para vocês, faltando vacinar, mais 595 e mais 25.636. Então, desses grupos já iniciados, estão faltando 11 milhões. Mas o que nós temos aqui? Os grupos que estão em cinza clarinho são aqueles grupos que a gente já atendeu com 100% de doses distribuídas e também os que eu passei para vocês agora, com um certo percentual. Esses que estão em preto são todos os grupos que a agente ainda precisa vacinar.

Então, dentro desse cenário, o que nós temos? Os 11 milhões daqueles grupos de que eu falei que ainda precisam, que a gente iniciou, mas não completou, mais 18 milhões desses outros grupos em preto, então são 29 milhões.

Nós temos – de dose dois da AstraZeneca – pendente, para enviar para os Estados entre junho e agosto, um quantitativo de 16 milhões de doses. Então, vai mais ou menos para 45 milhões de pessoas que precisam ser vacinadas: iniciando, com dose um, 29 milhões; e completando os esquemas 16 milhões. Mas essa distribuição pode ocorrer entre junho e agosto. Então, a gente encaminha com uma antecedência de umas três, quatro semanas do vencimento, para que não haja prejuízo em completar o esquema vacinal no prazo definido, que é de 12 semanas. Então, ficaria em torno de 45,4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós temos de cronograma? Hoje é uma projeção em relação à entrega de vacinas. Vocês devem estar acompanhando bastante o quanto às vezes mudam essas projeções. Então, a gente toda semana elabora um informe técnico com o quantitativo recebido e com o público prioritário que será atendido. Então, isso tem sido um trabalho bastante extenso do Programa Nacional de Imunizações, porque nós não temos disponibilidade imediata no nosso almoxarifado de todos esses produtos. Mas está previsto para junho um quantitativo em torno de 43 milhões de doses.

Já no terceiro trimestre e no quarto trimestre, melhora-se esse cenário. Houve um fechamento de mais um contrato com a Pfizer de 100 milhões, então nós temos 200 milhões. A Pfizer entregou já um quantitativo, mas ainda há muito quantitativo para entregar. Então, agora, nesse mês, entrega 12 milhões; no terceiro trimestre, 87 milhões; e no quarto trimestre, 100 milhões. Fora os contratos da Janssen, que também já tem uma previsão para entregar no quarto trimestre, que também é uma vacina que vem para compor o Programa Nacional de Imunizações.

E temos aí a Precisa Medicamentos, que é a vacina da Bharat Biotech e União Química, a Sputnik, mas que ainda não têm o aval da Anvisa. Então, fica nessa dependência, lembrando que o Programa Nacional de Imunizações só incorpora vacinas que tragam segurança e eficácia para o cidadão. Então, há a necessidade do aval da agência regulatória.

Então, todos os informes técnicos se encontram no *site* do Ministério da Saúde. Já são 19 informes técnicos com 21 pautas de distribuição e, em cada informe, há a orientação de qual grupo deva ser atendido seguindo aquele ordenamento.

Até o momento, nós já distribuímos aproximadamente 96,1 milhões de doses de vacina Covid-19 e há registrado, no sistema de informação, em torno de 60,4 milhões de doses, sendo 40,9 de dose um e 19,4 de dose dois. Destaco aqui que pode ser um pouco o atraso no registro, tendo em vista que muitos Municípios estão operacionalizando a vacinação para depois inserir no sistema de informação, por causa das estratégias adotadas, como *drive thru* e vacinação extramuro.

Então, era isso que eu tinha para passar para vocês.

Muito obrigada.

Eu me coloco à disposição para os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Francieli. Muito agradecido pelos números, pela clareza.

A SRA. FRANCIELI FANTINATO – Falei muito rápido, não é, Senador? Mas é isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, mas deu para entender bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FRANCIELI FANTINATO – Porque era o tempo de seis minutos e eu dei uma acelerada. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Depois a senhora me manda esses eslaides, as suas projeções...

A SRA. FRANCIELI FANTINATO – Envio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** ... para a gente deixar à disposição da população.

Continuando, eu passo a palavra para o Dr. Walker Lahmann, Diretor de Relações Institucionais da Eurofarma.

Dr. Walker.

O SR. WALKER LAHMANN – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Bom dia, doutor.

O SR. WALKER LAHMANN (Para expor. *Por videoconferência.*) **–** Bom dia a todos os presentes.

Muito obrigado pela gentileza do convite. É um prazer estar aqui para poder levar o conhecimento do trabalho que a indústria farmacêutica, notadamente a Eurofarma, a nossa empresa, tem trazido nesse momento.

Tivemos um aumento muito grande, o Sr. Senador sabe... (*Falha no áudio.*)

... da intubação, para intubar os pacientes, para a manutenção dos pacientes intubados, que são conhecidos como os anestésicos, os sedativos, os bloqueadores neuromusculares. A Eurofarma produz alguns desses medicamentos, e o que aconteceu, Sr. Presidente, é que realmente, nesse momento da pandemia, quando começou a pandemia, no ano passado, o setor farmacêutico, notadamente a Eurofarma, nós reagimos para poder produzir mais e atender realmente à sociedade da melhor forma.

Então, para ilustrar os esforços que fizemos na Eurofarma e que também várias outras empresas fizeram, nós tivemos aqui um aumento de capacidade produtiva em cerca de 33%. Aumentamos a produção da empresa como um todo. Além disso, colocamos também mais turnos trabalhando, mais pessoas trabalhando em diversos horários, para poder utilizar mais as máquinas e, assim, produzir mais. Além disso, contratamos 500 trabalhadores temporários. Só a Eurofarma contratou 500 trabalhadores temporário para atuarem aí nesse momento. Investimos também mais de R$20 milhões em equipamentos, para poder produzir mais medicamentos nesse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos também um apoio bastante importante, que deve ser mencionado, da Anvisa, que, nesse momento, conseguiu ter mais agilidade, realmente adaptar algumas regulações, para que tivesse mais agilidade para introduzir novos produtos, novas apresentações, novas formas de fazer esses medicamentos. Isso foi feito realmente com muita agilidade e também com muita diligência e competência pela Anvisa. Isso, sim, resultou em grande aumento da produção de medicamentos nesse período, quando as empresas se propuseram a fazê-lo.

Então, as empresas tiveram – a Eurofarma também – uma reação muito rápida nesse momento, para produzir mais desses medicamentos sedativos, anestésicos, e atender à população.

É bem verdade que tivemos que vencer alguns problemas – não é, Sr. Presidente? –, como, por exemplo, todos sabem que, mundialmente, tivemos um pouco de dificuldade de conseguir o IFA, aquele insumo farmacêutico ativo, a matéria-prima do medicamento. Tivemos alguma dificuldade, conseguimos superar isso em grande parte... Temos uma dificuldade em frete, notadamente o frete para trazer essas matérias-primas da Índia, da China, para o Brasil, frete aéreo, frete marítimo, que tiveram aumentos muito grandes. O frete marítimo, o aumento de preço foi quase de dez vezes. Por vezes também dificuldade de comprar papelão, ampolas, tampas dos frascos... Tivemos, mas conseguimos reagir sim, Sr. Senador, para produzir os medicamentos.

Então, para concluir – e ser muito sucinto, como o senhor nos pediu –, eu vou dar só um exemplo aqui de dois medicamentos que nós produzimos e como nós tivemos essa reação. Um deles, a dexmedetomidina, é um dos medicamentos sedativos usados para os pacientes intubados. Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, em 2019 nós produzimos cerca de 250 mil unidades desse medicamento aqui no Brasil – a nossa empresa, a Eurofarma. Hoje, Sr. Senador, até maio deste ano de 2021, nós já produzimos 600 mil. Só até maio! Ou seja: se a gente pegar uma produção mensal, nós aumentamos essa produção em cinco vezes.

E um segundo exemplo que eu vou dar para o senhor é do medicamento rocurônio, que é também um medicamento usado para intubar os pacientes.

Esse medicamento, o rocurônio, nós produzíamos, em 2019, um pouco menos que 300 mil unidades, 300 mil frascos. Hoje, Sr. Senador, no ano de 2021, até o mês de maio, esses 300 mil se transformaram em 3 milhões! Numa produção mensal, se a gente pegar a produção por dia, nós estamos produzindo, Sr. Senador, 20 vezes mais esse medicamento do que nós produzíamos, ou seja, o senhor imagina uma fábrica, uma linha de produção para produzir 20 vezes mais quantidade do que fazíamos. Então, realmente foi uma reação que a Eurofarma teve, outras empresas farmacêuticas também tiveram – tenho certeza de que depois o Dr. Nelson Mussolini vai poder dizer isso de uma forma um pouco mais global –, justamente para atender essa necessidade da sociedade neste momento.

Mais uma vez, muito obrigado pela gentileza do convite. Ficamos aí para responder a qualquer pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Walker Lahmann. É importante o senhor falar, porque a gente não sabia de tamanho esforço por parte da indústria, não é? E aí, o senhor, em poucas palavras, colocou o extraordinário esforço empresarial para atender, no todo ou em parte, as necessidades brasileiras.

Com a palavra o Dr. Vagner Nogueira, Vice-Presidente Comercial da Linha Humana da União Química.

O SR. VAGNER NOGUEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente! Bom dia, demais autoridades presentes, colegas da indústria farmacêutica!

É um prazer estar aqui com vocês e falar um pouquinho também do esforço que vêm fazendo a União Química e a indústria nacional, que vêm sendo o grande motor de crescimento e de auxílio neste momento tão delicado por que nós brasileiros estamos passando.

Parafraseando um pouquinho o que o Walker comentou, aqui na União Química não foi muito diferente. Hoje, as nossas linhas de produtos injetáveis estão trabalhando 7 dias por semana, 24 horas por dia. Nós contratamos aproximadamente 300 pessoas para o desenvolvimento de novas linhas, fizemos investimentos para que nós pudéssemos aumentar a nossa capacidade produtiva, principalmente dos produtos que hoje são chamados de *kits* intubação – porém, eu já fui até corrigido por alguns colegas médicos: "Não, Vagner, é *kit* manutenção de intubação".

E, só para que vocês possam ter uma ideia, em 2019 nós fabricamos 16 milhões de unidades desses produtos. Em 2020, quando o Covid já começou a assolar todos nós, brasileiros, a partir de março e abril – em maio e junho houve aquele pico, não é? –, pensando no ano fechado de 2020, nós dobramos a produção. Eu cresci 100%, fabriquei 32 milhões de unidades. Só para vocês terem uma ideia, até abril – até abril! – eu tinha fabricado, desses produtos que foram mencionados – rocurônio, dexmedetomidina, remifentanila, midazolam, suxametônio, fentanila, propofol –, 18,3 milhões de unidades, e a nossa previsão é de fabricar 55 milhões! Então, vejam, senhoras e senhores, a gente está falando de 16 milhões, em 2019, para 32 milhões, depois para 55 milhões.

Por favor, não entendam como um desabafo, mas, parafraseando o Walker novamente, neste período – neste período! –, nós tivemos aumentos em todos os insumos que compõem a produção de um medicamento, além, obviamente, da falta de alguns insumos – vidros, papelão e assim sucessivamente –, o que já é de conhecimento de todos. E, mesmo nesse período, a União Química honrou com todos os compromissos, atendendo tanto o canal público, quanto o canal privado.

Em uma outra oportunidade que eu tive de participar de uma sessão semelhante, eu fiz um comentário que, para nós – e eu tenho certeza de que para os demais outros colegas, porque houve um questionamento se a indústria estaria vendendo mais para A ou mais para B –, para nós, a vida, tanto do público quanto do privado, é a mesma, não faz diferença nenhuma; é a mesma vida, são duas vidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes, seja ela do sistema público ou do sistema privado, até porque a gente vê hoje o sistema público se apoiando no sistema privado neste momento tão complicado que nós estamos vivendo.

Além disso – e nós temos 23 centros de distribuição –, nós deslocamos vários produtos do *kit* intubação para que a gente pudesse fazer esse atendimento, haja vista que, no momento anterior, nós tínhamos uma disponibilidade da malha aérea muito complicada. Então, nós temos CDs, centros de distribuição, próprios do grupo União Química – Recife, Fortaleza, Tocantins, Mato Grosso, Santa Catarina –, para que a gente possa efetivamente atender mais rapidamente os hospitais, tanto públicos quanto privados, nessa necessidade. Então, dentro de todo esse contexto, ao longo deste ano, a União Química procurou, dentro das suas possibilidades, atender, da melhor forma possível, a necessidade dos brasileiros.

Basicamente, é isso, senhoras e senhores, que eu tenho para comentar. E estou à disposição, caso, eventualmente, haja perguntas ou alguma observação. Mais uma vez, obrigado a todos, e vamos nos unir neste momento tão complicado pelo qual a gente está passando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Vagner Nogueira, da União Química, que também evidenciou o seu esforço extraordinário para a ampliação da sua indústria e pessoal para atingir agora, até o mês de abril, a projeção para 2021 de 25 milhões de unidades do chamado *kit* intubação.

Eu passo a palavra para o Dr. Renato Alves da Silva, Diretor da Hipolabor.

O SR. RENATO ALVES DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Pessoal, bom dia!

Obrigado pelo convite. É sempre boa a oportunidade de estar aqui, para, como os colegas já disseram, deixar claro para toda a sociedade como a indústria farmacêutica tem se organizado e feito um esforço gigantesco para atender essa demanda da Covid, e os próprios números que eles citaram – eu vou falar um pouquinho dos números da Hipolabor – ratificam o que significa essa pandemia e a dimensão que ela atinge na saúde, infelizmente com um número elevadíssimo de mortes. Existe uma relação direta entre esse incremento da produção de medicamentos anestésicos para a intubação com o número de pacientes que se infectam, que sofrem questões graves de saúde e são intubados.

Aqui na Hipolabor, por uma coincidência, nós somos líderes na fabricação de medicamentos genéricos injetáveis no Brasil, temos um portfólio extenso de produtos dedicados à UTI – sempre foram o foco da empresa, mesmo pré-pandemia, produtos ligados a unidades de terapia intensiva. Tínhamos uma capacidade pré-pandemia de 15 milhões de unidades/mês e já tínhamos em curso um projeto de construção de uma nova unidade fabril, porque nós, pré-pandemia, já tínhamos uma demanda por nosso produto superior à nossa capacidade produtiva. Afortunadamente para nós e até para a população brasileira, essa unidade ficou pronta em maio do ano passado, e nós conseguimos duplicar nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade de produção. Então, os números aqui da Hipolabor em relação a esses medicamentos de Covid acabam sendo extremamente superiores até aos que os colegas mencionaram.

Então, hoje, nós temos uma capacidade de fabricação de mais de 25 milhões de unidades/mês. Estamos focados na produção de produtos para Covid. Um exemplo de uma droga, citrato de fentanila: só este ano, nós já fabricamos mais de 50 milhões de unidades desse produto, que talvez seja um dos mais utilizados aí para intubação orotraqueal dos pacientes. Nessa unidade fabril, nós tivemos um investimento de R$180 milhões e já contratamos mais de 400 funcionários de forma definitiva.

O que eu posso dizer é que isso tudo, pelo menos para mim, é muito sensível, porque esse incremento de produção, da necessidade de produção da indústria farmacêutica como um todo, é o contraponto do que a gente vive no País, e é uma situação muito triste. Aqui, é óbvio, estamos nos esforçando, e é a nossa missão, a nossa obrigação, a gente precisa zelar pela fabricação desses medicamentos que vão auxiliar os pacientes. Enfim, o contraponto disso é que existe uma necessidade gigantesca, estamos vivendo um momento terrível não só no Brasil, como no mundo.

Vou pegar a última palavra aí, até para encerrar e ficar disponível para o debate: eu acho que nós temos que nos unir mesmo. Às vezes, eu vejo debates, discussões, dedos apontados para todos os lados, e, para o pessoal, para nós aqui da indústria – eu vou repetir –, é muito sensível, a questão da pandemia é muito séria, a força com que ela está nos atingindo é muito grande. Se nós não entendermos isso, se nós não compreendermos que isso é muito maior do que o mundo estava preparado para enfrentar, eu acho que isso não vai se resolver tão cedo. Com união vai ser difícil; sem união, eu acho que, por questões óbvias, fica mais complicado.

Então, parabéns pela iniciativa, Senador, da Comissão, do trabalho de vocês. Eu acho importante essa coordenação. Na minha visão de cidadão – aqui eu falo como cidadão –, eu acho que essa coordenação precisa se fortalecer do ponto de vista de Governo Federal, estadual, municipal, enfim, precisamos de ações mais coordenadas, precisamos de lideranças mais fortes para levar isso aqui de uma maneira menos pesada, porque leve eu acho que não será no curto prazo.

Enfim, fico aberto ao debate. Estamos aqui trabalhando, como os outros colegas disseram, incansavelmente, 7 dias por semana, 24 horas por dia, há mais de um ano, mas eu acho que esse esforço é a nossa obrigação, é a nossa missão, enfim, somos brasileiros, e todos os nossos amigos e parentes dependem do nosso trabalho.

Fico à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Dr. Renato Alves da Silva, Diretor da Hipolabor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito interessante vocês todos comparecerem aqui, a indústria, juntamente com técnicos do Ministério da Saúde e outros da área de pneumologia.

Surgiram muitas dúvidas, entre os Senadores, entre Prefeitos, entre Governadores, entre todo mundo, justamente relacionadas à capacidade de produção nacional. Então, agora isso está sendo bem informado, nós estamos já assimilando, e, por certo, haverá muitas perguntas para os senhores.

Para finalizar este bloco, eu passo a palavra ao Dr. Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

O SR. NELSON MUSSOLINI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador, muito obrigado pelo convite.

Em primeiro lugar, gostaria de render as minhas homenagens às mais de 460 mil famílias que hoje estão enlutadas pela perda das pessoas que, na sua grande maioria, mantinham essas famílias. Eu acho que este é um momento de nós pensarmos nesses 460 mil brasileiros que, infelizmente, foram acometidos pela Covid.

Mas este também é o momento de render homenagens aos médicos e, aqui, na figura do Dr. Bruno e da Dra. Suzana, quero agradecer a ação dos médicos, dos enfermeiros, dos farmacêuticos, dos auxiliares de enfermagem e dos fisioterapeutas que estão hoje na frente de batalha dessa guerra contra essa pandemia. Graças a eles e graças à atuação da indústria farmacêutica que nós temos instalada no Brasil, independentemente da origem do seu capital, nós conseguimos salvar milhões e milhões de vidas. Isso é muito importante e tem que ser aplaudido.

Quero também agradecer, Senador – e em todas as oportunidades que eu tenho eu faço isto, e aos Srs. Senadores acho que isto vale a pena ficar muito claro –, a atuação diligente, técnica, responsável da nossa Agência de Vigilância Sanitária. A Anvisa agiu de uma forma extremamente rápida, soube ouvir os clamores, as reclamações e as ações, as necessidades da indústria farmacêutica instalada aqui no nosso País. As empresas nacionais tiveram uma agilidade muito grande para aumentar a sua produção, como foi colocado pelo Walker, pelo Vagner e pelo Renato. Outras empresas estão agindo da mesma forma: o maior produtor nacional de insumos para a intubação também está trabalhando 24 por 7, contratou pessoas, conseguiu ampliar a sua fabricação em quase dez vezes no último ano.

Então, Senadores, nós conseguimos, a indústria farmacêutica que aqui está estabelecida conseguiu atender a população e as necessidades dos nossos centros de saúde. Não foi fácil isso: os senhores sabem que, se se falar que vai faltar uma coisa, essa coisa falta; então, houve uma corrida muito grande no começo pelos medicamentos, e isso gerou um desequilíbrio muito, muito forte.

Temos conversado bastante com o Conass, com o Conasems e com o Ministério da Saúde no sentido de a gente estabelecer um fluxo de fornecimento que não gere desabastecimento. A grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão que nos preocupou sobremaneira, Senador, são os estoques de segurança. Neste momento, no mundo, não há condições de se fazer estoque de segurança de nenhum tipo de produto.

Nós vamos precisar, sim, trabalhar em sentido, como uma pessoa que acabou de me mandar uma mensagem: "Nós estamos trabalhando do prato para a boca". É o *Just in Time*. Eu compro ampola, preencho ampola e entrego ampola. Isso vai ter que ser uma ação diária. Ninguém vai conseguir ter estoques superiores a cinco dias, hoje, dentro dos hospitais, dentro das secretarias de saúde. É impossível imaginar alguma coisa nesse sentido. E não é só aqui no Brasil, é no mundo inteiro.

Nós enfrentamos questões gravíssimas em relação aos nossos custos. Aqui foi falado de frete, que aumentou dez vezes. O dólar... A nossa matéria-prima é importada. Tirando um ou outro produtor que tem a sua produção toda verticalizada, a maior parte da nossa matéria-prima é importada, e nós enfrentamos aumentos do dólar que chegaram a quase 50% na metade do ano passado.

Frascos, papel, papelão, energia elétrica, combustível, tudo isso aumentou muito e, muitas vezes, acima da inflação. E a indústria farmacêutica está aqui entregando produtos, fornecendo esses serviços para a sociedade.

Eu me coloco à disposição do Senado Federal, como tenho falado nas Comissões da Câmara dos Deputados. A nossa obrigação é servir à população brasileira. Nós fazemos a saúde em caixinha. Nós somos aqueles que entregam a munição para a classe dos médicos, para os enfermeiros, para os farmacêuticos, para os auxiliares de enfermagem salvarem vida, mas, sem munição, não existe batalha, não existe guerra; a guerra estaria perdida.

Então, eu quero agradecer a atuação de toda a indústria que está estabelecida no Brasil; das multinacionais que saíram garimpando produto pelo mundo afora para ajudar a produção nacional, a entrega nacional; das empresas que aqui estão estabelecidas e que não estão medindo esforços, não estão olhando o lucro, não estão olhando o resultado final, mas estão olhando as vidas dos brasileiros que nós precisamos salvar.

Muito obrigado.

Fico à disposição de V. Exas. para responder àquilo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É uma realidade dura ouvir do Dr. Nelson Mussolini a expressão de que o mundo carece dessa produção. Não há estoques de reserva por mais de cinco dias. Então, é um assunto extremamente sério que tanto o Brasil como o mundo devem encarar.

Eu estou vendo aí o esforço de superação da indústria nacional. É enorme a capacidade de produção, o que está sendo surpreendente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Agora vamos aos nossos inscritos.

Como são muitos inscritos, nós vamos fazer o seguinte... São cinco inscritos e há muitas perguntas da população. Eu vou fazer um filtro.

Eu vou passar a palavra, primeiro, para o Senador Wellington Fagundes, que é o Relator, pelo tempo igual ao que todos falaram de seis minutos. Depois, já dou sequência ao Senador Styvenson, à Senadora Zenaide, ao Senador Marcos do Val, que é um dos autores do requerimento, e ao Senador Esperidião Amin. O Wellington, pelo que eu sei, não entrou ainda – ele estava ontem em Santos, São Paulo, e eu não sei se ele já veio, mas deve aparecer aí.

Vamos passar aqui para o nosso Vice-Presidente, Styvenson Valentim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aqui, estão os nomes deles todos. Está tudo aí. Pode ficar à vontade e fazer as perguntas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos os presentes aqui e também aos que estão debatendo, discutindo.

Minha pergunta é específica, é para o Sr. Bruno do Valle Pinheiro e para Suzana Lobo.

Eu tive acesso a uma pesquisa feita no ano de 2020 agora, recente – no ano de 2020, foi feita a pesquisa, que saiu agora, recente –, mostrando que o nosso País apresenta um *ranking* ruim na questão de mortes de pacientes que chegam a ser intubados, que precisam da respiração mecânica extracorpórea. Durante a pesquisa, pela leitura, avaliaram-se várias teses do porquê que isto acontecia: chega a 80% esse número, é o maior do mundo. No caso, a Ásia é 40% ou 47%, se não me falha a memória; Europa, 36%; América do Norte, também 46%. E, quando a gente parte para as regiões do nosso País – para os dois doutores –, a gente vai vendo que essa discrepância, esse número vai aumentando conforme as regiões. A Região Norte, que é a região do Professor Confúcio, Senador, Presidente desta Comissão, tem o número de 86,7% de pessoas que chegam a ser intubadas e não retornam, morrem. A minha região, que é o Nordeste, chega ao número de 83,7%. E, assim, para o sul, vai diminuindo. Os motivos têm vários, desde a falta de um protocolo de intubação, como foi citado, até mesmo médicos com experiência ou capacidade de identificar naquele momento como deveria ser feito, a que horas deveria ser feito, a quantidade de oxigênio que deveria ser colocado naqueles pulmões já fragilizados.

A pergunta é: com a quantidade de mortes que a gente vê hoje no País – e, no meu Estado, é muito alta, principalmente na capital –, parece que ainda não estamos preparados, não é? Não estávamos, e parece que ainda não continuamos a nos preparar, nem mesmo com as escolas de Medicina, com a unificação, com os estudos de que a gente pode dispor. A gente poderia atribuir esse número de mortes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforme a pesquisa... Minha pergunta é esta: eu posso confiar nessa pesquisa em atribuir à inexperiência, à falta de preparo dos médicos, ao excesso de pessoas aguardando na fila das UTIs, causando improviso, com pessoas sendo intubadas em corredores e não em UTIs, causando risco de infecção...? Isso pode ter contribuído ou isso contribuiu para que esse número de 80% de pessoas que tinham que ser intubadas perdesse a vida?

Então, eu queria que os dois especialistas falassem aqui, já que estão aqui para isso, se hoje a gente pode pelo menos da parte médica e dentro dessas regiões que a gente tem... É claro que a gente percebe que falta muito médico no Norte e no Nordeste. Falta também esse preparo, esse conhecimento. Eu desconfio do conteúdo hoje nas universidades de Medicina, porque um médico não ter essa capacidade... Segundo aqui o Professor Confúcio disse, não é tão difícil. É? (*Risos.*)

Não. Ele falou para mim em *off*.

Eu imagino a intubação, sob pressão, como deve funcionar...

As pessoas que estão ouvindo esta reunião hoje, Professor Confúcio, têm que ter a consciência de que, se forem para a intubação, além de faltar medicamento, além de ficarem com falta de ar, além de não terem um leito, ainda correm este risco de serem intubadas e de perderem a vida.

Então, o senhor atribui que houve um despreparo também dos nossos profissionais de saúde, que tiveram que fazer esse intensivo, muitas vezes, por via remota?

Há esse número de mortes altíssimo, e o nosso País vem hoje na frente de outros países em 80%, conforme eu li nessa pesquisa.

É para os dois médicos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, está bem. Está feita a pergunta. Foi a primeira pergunta feita pelo Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte.

Nós vamos dar continuidade.

Os dois inquiridos anotem a pergunta, para depois responderem.

Passo a palavra para o Senador Marcos do Val, que é um dos autores do requerimento.

O Senador Marcos do Val está com a palavra.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos!

Eu agradeço ao Presidente e ao Vice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso dar início sem agradecer a cada um aqui por tudo que está fazendo e fez pelo País. Sou testemunha, acompanhei a correria de alguns que estão hoje presentes nesta reunião. A história vai recompensá-los pelo tamanho esforço que vocês têm feito.

Sempre é muito claro... Ontem até escutei um comentarista dizendo o seguinte: "Ah, vamos investigar! Vamos pedir à polícia para investigar os interesses financeiros dessas empresas, porque aí nós vamos descobrir um monte de coisas".

Enfim, eu estou vendo e acompanhando vocês nessa pandemia fazendo o possível e o impossível para viabilizar medicação, tratamento, projetos, trabalhos, enfim, tudo para salvar vidas. Há coisas com que fico meio indignado. Aí eu acabo nem falando, acabo desabafando.

Eu queria aproveitar aqui para fazer uma pergunta para a Dra. Francieli, do Ministério da Saúde, que trabalha no plano de imunização. É uma dúvida que eu tenho. Eu fiz até um ofício para a Anvisa, perguntando o seguinte... Nós recebemos lá na CPI da Covid o Carlos Murillo, que é Presidente da Pfizer na América Latina. Ele falou, foi muito taxativo ao dizer que o intervalo da primeira vacinação, da primeira dose para a segunda seria de 21 dias. Aí eu perguntei... Eu fiz um ofício aqui e mandei para a Anvisa, e a Anvisa me respondeu, dizendo que o período, realmente, é de 21 dias, de preferência, três semanas. Só que o documento do Ministério da Saúde fala em três meses. Aí a minha pergunta é: é por escassez de vacina? Então, é melhor vacinar o maior número possível na primeira dose, garantindo-se pelo menos alguma coisa? Ou, realmente, no terceiro mês ela é mais eficaz porque os anticorpos têm mais tempo para se reproduzirem? Eu tenho essa dúvida.

Eu recebi a primeira dose porque tenho comorbidade, tenho problema no coração. Já fiquei na UTI várias vezes. Tenho 50 anos. Bom, eu fui vacinado com a primeira dose. Hoje, seguindo a bula e seguindo a Anvisa, seria o dia em que eu teria que tomar minha segunda dose. Só que o documento que eu tenho do Ministério da Saúde fala que é só em julho, início de agosto. Eu até questionei o Prefeito do meu Estado, questionei o Governador do meu Estado, porque, assim como eu, deve haver muitos que estão nessa dúvida. É por falta de vacina, ou é porque é mais eficiente, ou o que é? Porque a gente fica sem entender, não há resposta para isso.

Eu gostaria de escutar a Dra. Francieli, que tem feito um trabalho sensacional. Parabéns pela apresentação! Eu acho que as prioridades que vocês estão dando foram superassertivas, inquestionáveis. Estão de parabéns! Eu sinto muito orgulho quando eu vejo vocês falando, vejo vocês apresentando. Eu sinto muito orgulho de ser brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu passo a palavra agora ao nosso Relator, Senador Wellington Fagundes, lá de Mato Grosso. Eu não sei onde é que ele se encontra. Ele desaparece neste Brasil e é difícil achá-lo.

Wellington, onde é que você está, meu irmãozinho? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cadê o Wellington? (*Pausa.*)

Ele deve estar ainda sem conexão. Já, já, ele aparece aí.

Bem, a Zenaide vai se preparando.

Zenaide, agora mesmo, se você estiver o.k., me avise. (*Pausa.*)

Está pronta, Zenaide? (*Pausa.*)

Então, passo a palavra ao Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

O Senador Esperidião entrou, não é? (*Pausa.*)

O Esperidião trabalha em casa. Ele vai lá, toma um cafezinho na cozinha e volta rapidinho. Cadê ele? (*Pausa.*)

Esperidião...

Ah, está ligando o microfone.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ah, agora liberou o som.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso. Pode falar, meu irmão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, mais uma vez. Bom dia aos nossos palestrantes, aos nossos convidados.

Eu gostaria de seguir a sequência de raciocínio do nosso Senador Styvenson a respeito da letalidade pós-intubação. Acho que isso vai ser respondido ao Senador Styvenson. E essa questão da intubação, ou seja, esse momento de fragilidade do ser humano é uma coisa que me machuca como pessoa. Nós vivemos isso dramaticamente nos meses de junho e julho, quando faltou o famoso *kit* intubação. E foi desenvolvida, inclusive pelo Governo Federal, a Operação Uruguai, que atendeu aos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. E, depois disso, a coisa ficou até mais dramática com os fatos que ocorreram em Manaus.

Ontem, por sinal, foi sancionada uma lei, aqui em Santa Catarina, que isenta suprimento de oxigênio. Eu ainda não sei qual é o alcance dela, mas, se existe ainda tributação sobre qualquer coisa relacionada à intubação, eu acho que é uma coisa absurda.

Nem sei se essa lei será eficaz e o quanto ela representa, mas eu gostaria de conhecer um pouquinho mais também do aspecto tributário sobre remédios e sobre, digamos, as ferramentas que o combate à pandemia exige, requer de maneira mais intensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também acho que ficou um pouco tumultuada a compreensão de quem é que tem que prover isso. Quem é que tem que prover oxigênio? A meu ver, isso é responsabilidade – o planejamento desse consumo de oxigênio, que não é totalmente previsível – da direção do hospital, em primeiro lugar, e depois do patrão, do dono do hospital, seja o Estado, seja uma entidade filantrópica. Esse episódio de Manaus deu a entender que a omissão era do Governo Federal. Pode até ter sido no topo da pirâmide, mas não no começo. O Governo Federal, dentro do SUS, tem a sua responsabilidade, mas o sistema é tripartite e ainda pode ser operado pela iniciativa privada, pelas entidades comunitárias, pelos filantrópicos, que no meu Estado respondem por 80% dos leitos. No meu Estado e no Rio Grande do Sul, mais de 75% dos leitos são de entidades filantrópicas.

Então, para essa compreensão melhor do assunto, do ponto de vista do que nós estamos aqui abordando, eu queria conhecer um pouquinho sobre tributação e sobre essa responsabilidade de prever e de prover – de prover, todos, mas de prever é do gestor mais imediato, respeitada a hierarquia.

E, finalmente, eu gostaria de aproveitar estes segundos, Senador Confúcio. O nosso Ministro da Economia deve comparecer na próxima segunda-feira. Eu sugiro ao amigo que peça à assessoria para coletar as últimas notícias e informações do Ministério da Economia. A previsão de crescimento da economia brasileira para este ano, surpreendentemente, saiu de uma base de 2,5%, dois e alguma coisa, menos de 3%, e algumas instituições financeiras já estão prevendo 5% de crescimento, o que é alvissareiro. Portanto, aquela interrupção, tanto no auxílio emergencial quanto nas linhas de crédito, não causou o dano que se imaginava – eu mesmo imaginava. E o fato é que, ao perdurarem as dificuldades com novos casos e com novas cepas, eu acho que o Ministro deve ser instado a falar sobre a perenização do auxílio emergencial, ou sob a forma de Bolsa Família ou com a sua extensão – aí não seria perenização. Ou pereniza-se através do Bolsa Família ou posterga-se a sua vigência, prolonga-se a sua vigência, porque nós não estamos reduzindo casos; pelo contrário. Então, mesmo que não seja a terceira onda, o fato é que nós estamos em um patamar muito elevado para gerar tranquilidade a quem quer que seja. É uma observação que eu faço ao meu amigo Confúcio para que ele obtenha as informações econômicas para sustentar a reunião de segunda-feira com o maior número possível de subsídios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião.

Bem, aqui estão inscritos ainda a Zenaide... Quando ela estiver prontinha, dê um sinal para mim.

O Senador Wellington já está pronto?

Wellington Fagundes... Pode usar a palavra, Senador Wellington Fagundes. Eu não sei onde você se encontra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente Confúcio, eu gostaria aqui de agradecer todos os convidados. Quero justificar com o requerente não estar nessa reunião nem mesmo virtualmente, porque estou neste momento aqui em São Paulo, mais precisamente em Valinhos – em Vinhedo, na verdade –, numa empresa que é a empresa de logística AGV Solística, que tem feito um grande papel na distribuição das vacinas da saúde animal no Brasil e também em parte das vacinas humanas.

Eu quero registrar e agradecer aqui também ao Maurício Motta, que é o CEO da AGV, aqui da logística. E também quero registrar que ontem nós estivemos lá com o Ministro Queiroga, Ministro da Saúde, e também com o Ministro da Infraestrutura em Santos, para fazer o lançamento, ou seja, a vacinação de todos os portuários do Brasil, bem como dos aeroportuários.

Sr. Presidente, eu quero aqui colocar a importância que representa, neste momento, principalmente, em que estamos vivendo essa nova possibilidade de novas cepas, de variantes, mais uma vez cravar na necessidade de o Brasil ter o desenvolvimento tecnológico para fabricarmos vacina genuinamente brasileira, ou seja, 100% com tecnologia brasileira, se possível.

Hoje a transferência tecnológica é imperativa, porque as indústrias ainda têm... Não tivemos a pesquisa nacional, mas quero aqui enaltecer, principalmente, o Ministério da Ciência e Tecnologia, com as pesquisas que estão em andamento, também os institutos Fiocruz e Butantan, mas, mais uma vez, registrar que o Brasil até hoje não fabricou nenhuma dose de vacina. Até hoje o que nós fizemos foi importar a vacina, que é o chamado IFA, que, na verdade, é a vacina pronta, e nós tamos fazendo apenas o envasamento dessas vacinas, mas a cada dia fica mais notório a todos os Senadores que estão também nos acompanhando a necessidade de um país como o Brasil, tão forte na nossa economia, desenvolver a tecnologia para que a gente possa ter vacinas brasileiras.

Apresentamos a sugestão de, através do Sindan, o sindicato da saúde animal, as indústrias da saúde animal poderem também fazer as vacinas da Covid. E temos a cada dia mais convicção de que podemos ter a solução dos brasileiros aqui mesmo no Brasil, e o Brasil poderá ser, a partir desse parque industrial, inclusive, um exportador de vacinas.

E por tudo isso, na cadeia, além da fabricação, nós temos a necessidade de aperfeiçoar a logística dessa vacina. A cada dia estamos tendo notícias de vacinas que estão sendo perdidas por falta de armazenagem. Então, é outra discussão que precisaremos ter também.

Em relação à audiência, ao que estamos hoje discutindo, eu quero aqui pedir... Já pedi à minha assessoria, Presidente, que remeta as questões, para que V. Exa. possa fazer as perguntas em nome da relatoria. Com isso, eu justifico a necessidade de estar aqui neste momento.

Não quero agora ainda estar relatando a visita, a conversa com o Ministro da Saúde, mas trago aqui a nossa preocupação de que a nossa Comissão tem que se debruçar mais do que nunca na produção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas no País, principalmente neste momento em que estamos vivendo a possibilidade de novas variantes.

Então, eu agradeço muito essa colocação do nosso Senador Esperidião Amin e, inclusive, a pergunta que ele coloca: quem deveria fazer toda a estratégia de prover e também de prever? Eu acredito que é extremamente importante, porque nós precisamos discutir muito mais o para trás para aprender o para frente, porque o para frente pode ser tão dramático e, talvez, ainda mais dramático do que o que nós estamos vivendo até agora. Infelizmente, cada dia passa e a marca de irmãos brasileiros que estão morrendo está aumentando e – infelizmente! – com a possibilidade de mais uma onda. Aquilo que foi previsto pela Universidade de Washington, de chegarmos à marca de 720 mil mortes – não, de 526 mil mortes! –, pode ser ultrapassado, e isso nos traz muita preocupação.

Então, eu agradeço imensamente.

Deixo aqui o meu abraço virtual a todos que estão nos assistindo, mas quero aqui parabenizar, principalmente, Presidente Confúcio, por seu papel, a nossa Comissão. Estamos muito mais preocupados com a solução: evitar as mortes, principalmente neste tema que são os insumos, porque não é possível um país como o Brasil deixar pessoas morrerem por falta de oxigênio.

Então, eu agradeço imensamente e deixo aqui um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Foram poucas as perguntas para os nossos empresários do ramo farmacêutico, e eles estão aí em quatro ou cinco, inclusive o Presidente do sindicato. Vamos ver se os internautas provocam um pouco o Dr. Walker, o Dr. Vagner, o Renato e o Dr. Nelson Mussolini.

Eu quero aqui – a Zenaide não está conseguindo contato, ela é do Estado do Rio Grande do Norte – fazer uma pergunta à Francieli Fantinato.

Francieli, e os professores? Quando é que nós vamos vacinar todos os professores brasileiros para nós podermos ter um retorno seguro às aulas? Essa é uma pergunta do interesse de todos nós.

Vou perguntar aqui ao Presidente do sindicato, Dr. Nelson Mussolini: com essa terceira onda – você viu ontem a região de Ribeirão Preto, Franca, e várias cidades ali por perto já com a ocupação de UTI em torno de 90% e *lockdown* em quase todas elas –, então, com isso, aumentando essa onda, eu quero saber que ginástica os senhores irão promover para o atendimento desses *kits* – eu estou falando do *kit* intubação, do *kit* manutenção – desses hospitais Brasil afora, principalmente na região de São Paulo, que está mais agravada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o senhor sabe – eu vou fazer essa pergunta para o Dr. Walker Lahmann –, o senhor viu aí, Dr. Walker, uma série de prisões e inquéritos também, em vários Estados brasileiros, justamente por superfaturamento, acusado pelos órgãos de controle superfaturamento em produtos, *kits* de intubação e outros itens de EPI. Eu queria que o senhor explicasse para o povo brasileiro se tem algum fundamento muitos Estados brasileiros – Brasília, Rondônia, Santa Catarina e outros tantos que esqueci de citar – estarem envolvidos em escândalos extraordinários, como o Rio de Janeiro, por causa dos *kits* e também por causa de outros produtos adquiridos. Como é que se explica isso? Os senhores já fizeram um esboço de explicação, mas não explique para mim, não, explique para os internautas, explique para o povo brasileiro, para ver se eles conseguem entender.

Sobre o Ministério da Saúde, a ocupação de leitos de UTI está aumentando bastante. Sobre as intubações, sobre os procedimentos tecnológicos avançados, que é um dos objetos desta audiência pública, a Priscila explicou muito bem, mas quero saber o seguinte: afora esses equipamentos extraordinários, caros, preciosos e raros, como é que nós vamos seguir a rotina das intubações, que devem aumentar de agora para frente, com o aumento da ocupação de UTIs, e os procedimentos que nós devemos fazer, como bem disse a Dra. Suzana, porque há poucos intensivistas no Brasil. Como é que nós vamos fazer para ter segurança? É a pergunta do Styvenson: por que intubou, morre? Intubou o paciente, trivialmente, seria para curar, mas 70% de morte, 80% de morte? Será que é o processo inflamatório ou outras agressões sistêmicas do vírus no organismo? Ou é por falta desses produtos, porque não tem um relaxante, não tem um sedativo, não tem outro produto adequado do *kit* manutenção e é improvisado com morfina ou com outros tipos de produtos? Isso pode também ser um fator de elevação de mortes. Então são esses os questionamentos.

Eu vou deixar essa bateria de perguntas aqui, porque já são muitas, e vou passar a palavra para vocês, de maneira econômica também, para responderem na ordem daqui da chamada, como eu até estava brincando ontem aqui, da Escolinha do Professor Raimundo, vamos chamar assim para efeito de relaxamento na nossa audiência.

Vou passar a palavra para o Dr. Bruno do Valle Pinheiro, que foi demandado com algumas perguntas.

Logo a seguir, Suzana entra, e assim vamos: Priscila... E vamos passando de um em um até completar o... Se houve dois Senadores que perguntaram para você, responda logo os dois.

Então, Bruno do Valle Pinheiro com a palavra. (*Pausa.*)

Dr. Bruno está presente? Ainda está conosco?

O SR. BRUNO DO VALLE PINHEIRO – Estão me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem, Dr. Bruno. Pode falar.

O SR. BRUNO DO VALLE PINHEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

Então, assim, a grande pergunta que me cabe aí – talvez também ouvir a opinião da Professora Suzana – é em relação a essa mortalidade excessiva demonstrada em estudos, em que pacientes que vão à intubação, em algum momento, nesses estudos, chegou a 80%.

É claro que a gente está diante de uma doença grave, uma doença nova que já traz uma letalidade elevada, mas que, em cima dessa letalidade elevada, os resultados apresentados nesse estudo foram maiores ainda.

Como todo estudo observacional, ele não tem a capacidade de apontar a causa dessa mortalidade excessiva. Então, ele levanta um problema. É fundamental que a gente tenha isso demonstrado. Então, esse estudo é muito importante porque mostra que tem alguma coisa ali, mas esse estudo não é capaz de dizer o que gerou. Então, a partir desse resultado a gente faz hipóteses, porque a gente não tem absoluta certeza, mas a experiência e a análise crítica da situação nos permitem fazer algumas hipóteses. Aí a causa dessa mortalidade elevada é multifatorial.

Em primeiro lugar, um número muito grande de pacientes muito graves chegando ao mesmo tempo. Então, é uma onda, é uma avalanche de pacientes graves e a partir disso, numa estrutura que até então não estava dimensionada para isso do ponto de vista de insumos como está sendo debatido, de equipamentos, de equipe treinada. Isso certamente diminui a capacidade de cuidar e vai impactar no resultado.

Com certeza, daí que vinha todo aquele conceito, lá atrás, desse isolamento, para que os casos viessem numa frequência menor e o cuidado pudesse ser dado de forma mais adequada. Então, a forma com que essa doença se apresenta, um número muito grande de casos ao mesmo tempo, demandando muito da equipe, isso, de certa parte, impacta nesse resultado.

Como já foi colocado aqui também, fora de condições ideais, tanto físicas quanto da equipe. Nós tivemos de treinar profissionais, capacitar profissionais das diferentes áreas, os médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, já com a situação andando. Esse também eu acredito que seja um outro fator.

Uma outra questão que eu sinto aqui na minha cidade... Eu sou da Universidade Federal de Juiz de Fora, formei na UTI do hospital universitário. Aqui, por exemplo – acho que exemplifica o que ocorre em muitos lugares do País –, a gente tem uma central municipal de vagas. Aí, frequentemente, o paciente chega para a gente, já na UTI, com três, quatro, cinco dias de intubação, em que ele ficou numa UPA aguardando essa vaga. Então, aí é questão de volume de pacientes chegando ao mesmo tempo e quando chega para a gente, muitas vezes o prognóstico já é pior quanto à possibilidade de recuperação dele, é muito mais grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são vários fatores. E eu queria deixar bem claro, em algum momento, da maneira como a pergunta foi feita, talvez pudesse ter deixado... (*Falha no áudio.*)

... essa mortalidade em pacientes que precisam de Ecmo, não necessariamente.

Então, não é o que a gente estava discutindo no início, aqui, a Ecmo, que foi o motivo do meu convite. A Ecmo, tem como falar isso, os estudos não foram desenhados para isso, mas o número de pacientes que não teriam morrido pela presença de Ecmo é muito pequeno. Então, não foi a falta de Ecmo, não é a falta de Ecmo que está gerando esses 80%. São múltiplos fatores; a Ecmo está longe de ser o mais importante – é uma lista de fatores. Eu acho que aumentar o número de leitos, continuar investindo na capacitação dos profissionais, todo esse cuidado de distanciamento, de vacinação, para que os pacientes cheguem num fluxo menor, aumentando a possibilidade de a gente cuidar melhor desses pacientes, e uma gestão melhor daquilo que existe.

A gente sabe que, a partir do momento que a gente tem menos, isso tem que ser gerido de uma forma... Na ponta dos dedos. Então, eu acho que, se a gente precisa pensar nisso... Eu acho que é uma coisa que tem sido pouco falada dentro de cada cidade, entender a realidade daquela cidade.

Vou dar um exemplo, de novo da minha cidade, Juiz de Fora. A gente tem seis, oito UTIs – eu não vou saber indicar esse número certo – que estão oferecendo leitos para o SUS. Essas UTIs têm particularidades. A mortalidade não é igual em todas elas. A capacidade de higienizar, até mesmo a capacidade de Ecmo é diferente, e, na hora de o doente ser direcionado para uma ou outra UTI, a gente não percebe que isso esteja sendo levado em conta.

Então, uma gestão centralizada e adequada disso precisa ser debatida. Às vezes, eu recebo aqui um doente já em diferentes condições: uma pessoa chegou com um prognóstico muito ruim; enquanto isso, há outro na UPA, esperando a minha vaga. Em algumas semanas, a chance de os dois...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Bruno, tem um minutinho para o senhor concluir, por favor. Um minuto para o senhor.

O SR. BRUNO DO VALLE PINHEIRO – Muito obrigado.

Então, eu queria levantar mais isso. Não sei se é o meu papel aqui, mas também encaminhar para isso, para, dentro daquilo que a gente já tem, melhorar essa gestão. Eu acredito que isso poderia melhorar os resultados.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado. Sr. Bruno. O senhor aguarde... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... para a Suzana Lobo.

A SRA. SUZANA MARGARETH AJEJE LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, complementando a resposta do Dr. Bruno, que eu acho que foi perfeita, é multifatorial, mas, primeiro, agradecendo e respondendo à pergunta do Senador, a gente tem... Ele perguntou se é real os 80% de mortalidade, e eu gostaria de chamar a atenção. Esse foi um estudo do Dr. Otavio Ranzani, em que é real essa mortalidade, chega a 80% num estudo de mais de 200 mil pacientes, do Sivep, em que esses pacientes intubados morrem.

A mortalidade foi maior em Estados do Norte e do Nordeste, e, como eu já disse, tem a ver também com a desigualdade social, em locais, em pacientes com menor nível econômico.

Mas eu queria chamar a atenção para a mortalidade; não é essa a realidade de todos. O privado... A gente sabe da UTI, da plataforma das UTIs brasileiras, que a taxa de mortalidade nas UTIs privadas é menor do que nas UTIs públicas. E a gente vê que essas UTIs que são mais organizadas têm resultados melhores. Então, é uma questão de organização também do sistema como um todo, como o Dr. Bruno falou. E não há dúvida de que é multifatorial.

Quando a gente fala da intubação, a intubação é um minuto e a estadia do paciente na UTI é um processo que leva dias, muitas vezes, mais que um mês. A média de internação desse paciente é de 13 dias, esse paciente é extremamente desafiador, é diário o desafio. Todo dia, muitas vezes, duas ou três vezes por dia, a gente tem uma complicação que tem que ser resolvida nesse paciente: é uma infecção, é um pneumotórax, é uma hipotensão, é um choque que precisa de pessoas experientes.

E o que aconteceu no nosso sistema de saúde? A experiência nossa e a experiência de epidemias prévias mostraram que a expansão rápida e a expansão excessiva do sistema de saúde, o modelo de crise que aumenta mais de 100% o número de leitos sobrecarrega os funcionários no atendimento e todo o sistema, com piores resultados.

Eu tive a oportunidade e a honra de participar neste fim de semana com colegas da Sociedade Europeia... Foram intensivistas da África do Sul, da Holanda, do Canadá, da Índia, inclusive, e nós discutimos o que está acontecendo nesses países com maior mortalidade. E chegamos à conclusão de que os intensivistas têm que ter a coragem de falar para o mundo que a resposta de uma pandemia não está na UTI, não está no cuidado do paciente, ela está na comunidade. E a pandemia se controla fora da UTI, diminuindo a transmissão da comunidade com vacinas e todas as coisas que nós já sabemos. E nós precisamos estudar onde foi que nós erramos, tudo que aconteceu aqui, para que isso não aconteça nunca mais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Priscila, há alguma pergunta para você? Se houver, pode responder. Priscila Gebrim Louly, do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Muito obrigada pela oportunidade.

Eu queria apenas reforçar, quanto ao Ecmo, que o plenário da Conitec reconheceu que há um benefício, sim, dessa tecnologia, que essa tecnologia seria extremamente importante, mas quando utilizada da forma certa, para o paciente certo e no momento correto, da forma adequada. Então, há, sim, um benefício.

Só reforçando um pouco o que o Dr. Bruno muito bem explicou, não há como a gente associar a falta dessa tecnologia a esses números.

A Dra. Suzana também fez algumas explicações muito pertinentes em relação a todo funcionamento do sistema de saúde. Então, as causas são realmente multifatoriais. O próprio curso da doença ainda está um pouco diferenciado, a gente observa que mesmo os pacientes que são muito críticos permanecem, em detrimento da Covid também, um tempo extenso em UTI.

Eu queria reforçar aqui que, em relação à questão de intubação, a Conitec publicou, em consulta pública, as Diretrizes Brasileiras para Tratamento Hospitalar do Paciente com Covid-19. O Capítulo 1 dessa diretriz trata de uso de oxigênio, intubação orotraqueal e ventilação mecânica. Então, há uma orientação para o serviço, como deve ser feito o manejo do uso de oxigênio e a intubação desses pacientes. Foi uma diretriz amplamente discutida com toda a sociedade médica e ela esteve em consulta pública até ontem, para que ela pudesse receber também contribuições de toda a sociedade, de quem não participou da elaboração dessa diretriz.

Uma coisa que eu gostaria de replicar – e aí muito como cidadã – é a fala do Dr. Nelson Mussolini. Gostaria muito de agradecer também a toda a comunidade científica, a comunidade profissional e do sistema de saúde nos esforços e no combate a essa pandemia, pelo momento que estamos passando; a todos os profissionais de saúde e a comunidade científica, porque, afinal de contas, sem esses dados e sem esses estudos, não seria possível nortear as melhores tomadas de decisão.

Muito obrigada mais uma vez pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

A Francieli está disponível?

Eu perguntei para a Franciele sobre os professores, a questão da prioridade os professores. Se tiver alguém do Ministério da Saúde que possa me responder...

A SRA. FRANCIELI FANTINATO – Eu estou aqui, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah, Francieli.

A SRA. FRANCIELI FANTINATO – Eu estou aqui. Não estava conseguindo habilitar o áudio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom.

A SRA. FRANCIELI FANTINATO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, foram duas questões direcionadas para mim, Senador.

A primeira foi relacionada a Pfizer, mas eu vou começar pelo trabalhador de educação; na sequência, eu respondo a segunda pergunta.

Então, sobre os trabalhadores da educação, coincidentemente, hoje, Senador, nós estamos emitindo uma nota técnica. Então, neste momento, como eu coloquei para vocês, nós estamos atendendo 46,8% da população de comorbidade. Então, nós vamos iniciar, tendo em vista que está havendo um relato dos Municípios de uma demanda reduzida, também tendo em vista a questão da que eu falei inicialmente que a gente pode ter dados superestimados, porque esse grupo de comorbidade se sobrepõe a outros grupos – e a gente acredita que, já em junho, a gente consegue concluir esse grupo de comorbidade –, nós vamos iniciar, em paralelo, já na próxima pauta de distribuição, com um percentual para trabalhador de educação. Aí a divisão vai ser a partir do ensino básico e, por último, ensino superior. Aí nós colocamos uma nota técnica, é a Nota Técnica 717. Ela já está disponibilizada com a orientação. Foi feita uma reunião ontem, uma pactuação na Comissão Intergestores Tripartites, para a gente começar esse grupo, os trabalhadores da educação, para a gente poder fazer esse retorno, o mais breve possível, das aulas.

Então, assim, o primeiro grande objetivo do plano era complicação e óbito. E, como a gente vê que agora já está andando esse processo, que, nas próximas semanas, provavelmente, a gente já conclua, neste momento, em paralelo, a gente abre também para o trabalhador da educação. Então, a cada informe técnico que sai, a gente vai fazer a orientação de qual grupo da educação pode ser vacinado, para haver uma diretriz geral, uma recomendação para os Estados e os Municípios poderem seguir.

Outra atualização que sai nessa nota também, Senador, é que, finalizando os grupos vulneráveis e também os grupos de trabalhador da educação, a gente continua no plano de vacinação do grupo 20 até o 28, que são denominadores menores, mas também já abre um paralelo com um percentual para faixa etária, começando da faixa etária mais velha para a faixa etária mais nova, tendo em vista que a gente começa a perceber uma mudança aí também no perfil epidemiológico.

Então, hoje à tarde é provável que haja uma coletiva para passar essas informações, mas a nota técnica também já foi publicizada para os coordenadores estaduais, para a Conass e Conasems; isso foi uma decisão tripartite. Foi uma discussão, nós vínhamos discutindo há várias semanas, e agora, tendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse avanço nesse grupo de comorbidade, nesse grupo vulnerável, a gente consegue abrir, em paralelo, um quantitativo também para os trabalhadores da educação. Então, para a próxima pauta já se inicia.

Em relação à vacina da Pfizer, a gente fez para fins de saúde pública.

A vacina da Pfizer se comportou muito bem com a primeira dose. Há uma eficácia alta, tanto na população idosa quanto na população de trabalhadores de saúde, e, tendo em vista os dados já de efetividade publicados do Reino Unido – e eles também estão fazendo as 12 semanas –, os dados de eficácia da Pfizer, nós decidimos, para fins de saúde pública, para poder adiantar todo mundo com a dose um, que a gente fizesse um intervalo maior.

Há o aval da OMS. A OMS recomenda seis semanas, mas ontem foi feita uma reunião da OMS, em que houve a participação de especialistas do País, em que a nossa estratégia foi muito bem vista.

A Anvisa vai manter a bula, porque a indicação do fabricante é de 21 dias, mas, para esse momento, para acelerar a vacinação, para proteger as pessoas com a primeira dose, tendo em vista esses resultados, optou-se por fazer esse intervalo.

O Canadá está fazendo de seis semanas, o Reino Unido faz 12 semanas, os Estados Unidos estão fazendo seis semanas. Nós adotamos também 12 semanas porque nós somos um país continental, com 5.570 Municípios, e a gente tem já no calendário para Covid três vacinas diferentes. Então, uma é com intervalo de 28 dias, a outra, que seria a Pfizer, de 21 dias, e a AstraZeneca, de 12 semanas.

Então, a gente também iguala, uniformiza a orientação do intervalo para Pfizer e AstraZeneca, o que, operacionalmente, num país do nosso tamanho, facilita muito na estratégia.

Então, seria esse... Não sei se ficou a contento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Dra. Francieli.

Agora eu passo a palavra para o Dr. Walker Lahmann, para responder à minha pergunta ou de outros.

Fique à vontade, Dr. Walker.

O SR. WALKER LAHMANN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado mais uma vez, Sr. Senador.

Bom, vou responder então pela Eurofarma, exatamente essa pergunta que o senhor me fez. Não posso responder pelo setor ou por outros elos da cadeia que fornece medicamentos. Talvez até o Dr. Nelson Mussolini, que é o nosso presidente do sindicato, possa tecer comentários talvez mais amplos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, respondendo à sua pergunta, Sr. Senador, o senhor sabe muito bem, o senhor é médico, bem envolvido nessa questão de saúde, mas, apenas respondendo para os internautas, o preço de medicamentos hoje, no Brasil, é um preço controlado pelo Governo, é um preço tabelado. Ou seja, quem define o preço de fábrica, o preço que as empresas podem vender, é o Governo. E nós podemos dizer... Posso dizer certamente, sem dúvida, indubitavelmente, com todo o compromisso com o senhor, que nunca, em nenhum momento, a Eurofarma extrapolou esse preço que é o preço determinado pelo Governo. Então, isso, sem dúvida, eu posso responder para o senhor, mas tenho certeza de que, talvez, o Dr. Nelson possa complementar isso de uma forma mais global, quando chegar à fala dele.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado. Satisfeito.

Vamos agora à resposta... Não sei se o Dr. Vagner Nogueira tem alguma pergunta dirigida a ele ou se ele quer fazer algum comentário...

Dr. Vagner Nogueira.

O SR. VAGNER NOGUEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Não, Presidente. Eu acho que o Walker respondeu bem, como ele falou... Eu me permito só parafrasear uma pessoa que eu conheço: quando o Senador Esperidião comentou sobre a carga tributária, essa pessoa me falou que, se nós entrássemos hoje na farmácia latindo, a gente pagaria menos impostos do que se a gente entrar pedindo, não é? Então, eu acho que é uma coisa interessante a gente rever essa carga tributária que assola toda a cadeia de medicamentos, porque, com certeza, isso pode ser um benefício muito grande para a população. Só esse...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. VAGNER NOGUEIRA – Desculpa a brincadeira, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sem problema.

Dr. Nelson Mussolini.

O SR. NELSON MUSSOLINI (Para expor.) – Senador, muito obrigado. Há algumas questões que me foram dirigidas. A primeira, quero colocar como o Senador Amin, sobre a carga tributária. De fato, a carga tributária no Brasil é absurda, tá? Ela é – eu vou usar uma palavra dura – pornográfica. Trinta e dois por cento do que se paga de medicamento no Brasil é imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, existe uma PEC do Senador Reguffe que deveria ser mais debatida no sentido de isenção tributária para medicamentos, assim como nós temos para papel-jornal para a imprensa, papel de imprensa. Eu acho que nós deveríamos olhar isso com muita atenção. Mesmo porque, Senador, a nossa lei que regula o preço dos medicamentos, que tabela o preço dos medicamentos, determina que qualquer redução ou majoração de carga tributária automaticamente tem que ser repassada para o preço do medicamento. Então, se o Congresso Nacional, na semana que vem, determinar que o imposto sobre medicamento é zero, no dia seguinte à promulgação disso – uma PEC nem precisa ser promulgada, não é? –, no dia seguinte da publicação dessa alteração, nós vamos ter os preços 32% mais baratos na farmácia. Então, peço a atenção do Senado Federal para que essa PEC ande.

Eu estive participando de uma audiência pública sobre preços de medicamentos, recentemente, na votação do Projeto de Lei 939, e eu alertei sobre isso. Lá, nós estamos querendo congelar o preço de medicamentos, que teve um aumento de 8%; aqui, nós poderíamos resolver o problema de 32% ou reduzir em quatro vezes o preço de medicamentos, isso sem causar reflexos na arrecadação, porque, a partir do momento em que o senhor tem um acesso melhor a medicamentos, certamente o senhor terá uma redução no custo da saúde – e uma coisa compensa a outra. Então, acho que vale a pena os Senadores se debruçarem sobre isso. Esse é um pedido que eu venho fazendo há anos. Há 13 anos estou à frente do Sindusfarma e há 13 anos faço este pedido: vamos olhar isso.

Isso começou, inclusive, com o Senador Paulo Bauer, lá atrás, que fez uma PEC nesse mesmo sentido. Como ele não foi reeleito, a PEC dele foi ao arquivo, mas a do Senador Reguffe está em andamento, e peço a atenção dos senhores.

Com relação aos escândalos que foram colocados, Senador, o senhor há de verificar que a maioria desses escândalos disse respeito a respiradores, à abertura de UTIs, e poucos ou nenhum com relação a medicamentos, justamente pelo efeito que o Walker colocou: medicamento tem preço tabelado. E, de todo esse conjunto de coisas que foram gastas para o combate à Covid, medicamento tem, sem dúvida nenhuma, o custo menor. Então, não tem a "atração", entre aspas – e me desculpe por isso –, dos malfeitores de se fazerem coisas erradas com medicamentos. De fato, houve algumas denúncias de que os preços dos medicamentos para *kit* de intubação estavam acima, aumentaram muito, mas isso foi dirigido automaticamente à Cmed, que controla o nosso preço; e eles, de fato, fiscalizaram e demonstraram que isso não é uma regra no caso dos medicamentos.

Uma questão que eu gostaria de levantar ainda, para fechar, Senador, é o posicionamento com relação à vacinação. Nós fizemos alguns pedidos ao Ministério da Saúde para que os trabalhadores da indústria farmacêutica também fossem colocados no grupo prioritário. O senhor imagina que nós estamos trabalhando, 24 horas por dia, sete dias por semana. E se, em uma das nossas fábricas, a epidemia entrar, dentro da nossa fábrica, o que vai acontecer? Nós vamos ter que parar a nossa produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os trabalhadores da indústria farmacêutica, se o Senado puder, esta Comissão puder recomendar ao Ministério da Saúde que olhe os trabalhadores da indústria farmacêutica... E eu não estou pedindo que sejam vacinados o Walker, nem o Vagner, nem o Renato; eu estou pedindo que sejam vacinados aqueles homens que estão à frente da produção, aqueles homens que estão à frente das clínicas e dos hospitais, levando informação aos médicos e levando produtos aos médicos. Eu não quero o pessoal de administrativo sendo vacinado, não é esse o nosso pedido; o nosso pedido é um pouco olhando o lado daquele que está produzindo, daquele que está fazendo, como eu disse na minha fala anterior, todo o arsenal terapêutico para que os nossos médicos possam vencer essa guerra.

Eu agradeço, me coloco à disposição do senhor.

E uma última coisa: Senador do Val, parabéns pela sua fala ontem, na CPI; eu acompanhei a sua fala e quero parabenizá-lo. E sim, usem as emendas parlamentares para ajudar a desenvolver a saúde, a desenvolver vacinas no nosso País, a trazer inovação para o nosso País e a nos colocar novamente como um país produtor de IFAs.

Muito obrigado e fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Mussolini, o Wellington Fagundes, nosso Relator, mandou aqui várias perguntas. Eu vou só fazer uma para o senhor; responda o mais objetivamente possível. Ele pergunta o seguinte: o que nós, o Congresso Nacional e a própria indústria, podemos fazer, neste exato momento, para que, na iminência de uma possível terceira onda da pandemia, nunca mais tenhamos que ver brasileiros precisando de intubação sem contar com os medicamentos mínimos necessários para que o procedimento seja executado? Essa é a pergunta do Wellington para o senhor.

O SR. NELSON MUSSOLINI – Senador, nós estamos trabalhando com isso junto com o Ministério da Saúde. Inclusive, há, dentro da Anvisa, o monitoramento diário – a cada dois dias, perdão – da produção e do consumo desses produtos do *kit* de intubação, justamente para evitar a falta.

O que eu já pedi ao Ministério da Saúde, já em conversa com o Ministro Queiroga, é que as requisições administrativas não sejam feitas. Vamos conversar antes de fazer requisição administrativa. Requisição administrativa desorganiza a nossa logística. Então, mesmo quando se fala: "Fizemos requisição administrativa para aqueles produtos que ainda não estavam vendidos", não estavam vendidos, mas já estavam pedidos. Então, nós temos que tomar um pouco de cuidado com isso.

E nós estamos, como eu falei, trabalhando 24 horas por dia. O que nós aumentamos de produção é uma coisa que nenhum país do mundo conseguiu fazer com a rapidez e com a efetividade que o nosso País fez. O que nós precisamos fazer é racionalizar não o uso – não isso –, mas racionalizar os estoques. Os estoques não poderão, não deverão ficar... Ter estoques de segurança, essa é a única forma que nós temos. E o Ministério da Saúde está em contato com a Organização Pan-Americana da Saúde, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importar medicamentos, e, agora em junho, deve chegar um pouco mais de medicamentos para contrabalançar isso.

Eu tenho dito que a importação de medicamentos, Senador Confúcio – e peço desculpas por eu me alongar –, é um remédio que pode ser utilizado, mas em excesso, todo remédio mata o paciente. Então, nós temos que tomar muito cuidado porque nós não podemos desestimular um trabalho que as empresas que estão aqui fizeram de investir, de aumentar suas produções e tudo mais e substituir essa produção por importação. Nós temos que, sim, olhar de uma forma muito racional, e eu tenho certeza, e eu confio muito na atuação do Ministério da Saúde, junto com a Anvisa, no desenvolvimento dessas questões no Brasil, e espero, sinceramente, que não passemos por um aperto ou pelos problemas que nós passamos no mês de junho, de julho e de agosto do ano passado e agora no começo deste ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Dr. Mussolini.

Eu quero registrar aqui perguntas de internautas que eu não vou fazer, porque quase todas já foram respondidas pelos especialistas em pneumologia, sobre oxigênio, sobre se há necessidade de médicos. Então, Alexandra Oliveira, de Minas Gerais; Juruema Monteiro, do Estado do Pará, faz perguntas semelhantes; Ana Villela, do Rio de Janeiro, fala sobre material de intubação, o que foi muito bem respondido por todos os empresários da indústria; Kauana Oliveira, do Estado do Paraná, também faz perguntas sobre a falta de remédios essenciais para intubação, foi muito bem explicado que ninguém tem estoque por mais de cinco dias, está bem explicado para ela; Alexandre Magno, do Estado do Ceará, também faz perguntas sobre o mesmo tema; Ana Villela, do Rio de Janeiro, sobre *kit* de intubação, foi respondida – Ana, muito obrigado –; Welder Dias, lá de Goiás, sobre a questão de médicos especializados para tratar a doença, a Dra. Suzana já explicou bem a carência de infectologistas no Brasil; e Kauana, do Paraná, também faz pergunta sobre os remédios essenciais de intubação. A todos eles, que realmente estão atentos e perguntando, e a muitos outros que eu não registrei aqui, quero agradecer.

Partindo para o encerramento, eu quero agradecer a generosidade do Dr. Bruno do Valle Pinheiro, que está presente conosco, representando a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia; à Dra. Suzana Lobo, que, muito preparada, esclareceu e foi muito didática – fico agradecido por sua honrosa presença, que é um prestígio para o Senado –; à Priscila Gebrim Louly, do Ministério da Saúde, na área de tecnologia e inovações; à Francieli Fantinato, que está sempre conosco e é responsável pelo Programa Nacional de Imunizações; ao Dr. Thiago, que acompanha a equipe do Ministério da Saúde; ao Eliel que, também, acompanha, como assessor jurídico; ao Dr. Walker Lahmann, Diretor de Relações Institucionais da Eurofarma, que foi brilhante nas suas explicações; ao Vagner Nogueira, Vice-Presidente Comercial para a linha de saúde humana da União Química; ao Renato Alves da Silva, que falou pela Hipolabor e disse que a ação da pandemia é de nós todos, e nós todos temos que encarar a pandemia como algo sério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que teremos que enfrentar juntos – palavras do Dr. Renato Alves da Silva; e ao Dr. Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindicato da Indústria dos Produtos Farmacêuticos. Muito obrigado a todos os senhores pela presença honrosa.

Dessa forma, não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos, agradeço a presença aqui do Senador Styvenson Valentim, que está ao meu lado nesta reunião, dentro do Senado Federal; ele é o Vice-Presidente desta Comissão, e fico muito agradecido por ele estar aqui – deveria estar lá no Rio Grande do Norte, fazendo a distância, mas está aqui, desde ontem, porque está trabalhando aqui em Brasília.

Eu convido todos para a próxima reunião a realizar-se no dia 31, segunda-feira, às 15h, uma reunião mensal com o Ministro da Economia, o Dr. Paulo Guedes.

Então, eu declaro encerrada a presente reunião.

Os meus sinceros agradecimentos aos Senadores presentes e a todos os convidados, que nos honraram bastante.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 09 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quinze horas e hum minuto do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda das Senadoras não membros Mailza Gomes e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência pública mensal com representante do Ministério da Economia para debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia. **Participante:** Bruno Funchal, Secretário Especial de Fazenda. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia.

A ordem da fala será: primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Vamos deixar a ata por enquanto, não há quórum – deixa aqui.

A presente reunião trata de audiência pública com o Dr. Bruno Funchal, Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia para debater o plano nacional de imunização... (*Pausa.*)

Aqui está colocado que o Bruno vai falar sobre o plano de imunização, o cumprimento dos respectivos prazos, bem como a situação – aí, sim – fiscal, a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à pandemia.

Muito bem, gente, é uma audiência muito importante com um jovem Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Dr. Bruno Funchal, que, embora jovem, tem um currículo maravilhoso, já passou por várias instituições, órgãos, responsabilidades e, em todos eles, por onde exerceu as suas funções, foi muito bem avaliado. E, agora, está diante de mais um desafio imenso, que é justamente encaminhar as propostas necessárias de reformas, a análise dos gastos públicos e, também, toda a imprevisibilidade da pandemia, que é extremamente exigente e também faz com que, exige também que todos os gestores, principalmente os Ministérios da Economia e da Saúde, em especial, e o Governo, tomem as decisões o mais rapidamente possível.

Sem mais delongas, eu passo a palavra ao Dr. Bruno Funchal, pelo tempo... Vamos colocar aqui para o senhor o mesmo tempo que eu concedi aos outros que vieram do Ministério da Economia. Eu concedo ao senhor entre 27 e 30 minutos para a sua apresentação.

Com a palavra o Dr. Bruno Funchal.

O SR. BRUNO FUNCHAL (Para expor.) – Obrigado, Senador. Boa tarde.

Uma boa tarde a todos os Senadores e a todos aqueles que estão acompanhando esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preparei um conjunto de eslaides para a gente discutir e conversar sobre o tema. Não acho que eu vou levar esses 27 a 30 minutos, talvez um pouquinho menos, tá? Mas acho que é importante para a gente pautar o debate. E a gente vai para as perguntas e aí a gente vai ter uma dinâmica melhor.

Eu vou compartilhar aqui a minha tela. Se vocês enxergarem, me avisem. Vejam se vocês estão... Vocês enxergam a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou enxergando bem, doutor. Está tudo maravilhoso.

O SR. BRUNO FUNCHAL – Beleza.

Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor pode continuar a sua apresentação.

O SR. BRUNO FUNCHAL – Então, a estratégia da apresentação aqui é separar, basicamente, em duas partes. A segunda parte é aquela sobre as novidades, ou seja, o que aconteceu de novo entre a última apresentação do Secretário Waldery e essa agora, o que aconteceu em termos de novos créditos, novas dotações e novos pagamentos, especificamente no enfrentamento da pandemia.

Mas, antes, eu vou falar um pouco sobre a evolução fiscal, aí já olhando a trajetória fiscal da nossa economia, mas também com um olhar mais cuidadoso em relação às consequências trazidas pelas políticas que foram feitas, consequências, de fato, na economia, mas também as consequências fiscais, porque eu acho que é sempre importante a gente saber dos benefícios trazidos pelas medidas e os seus custos.

Muito bem.

Esse primeiro gráfico mostra a trajetória da nossa economia em relação ao resultado primário, ou seja, tudo que a gente arrecadou menos tudo que a gente gastou, sem considerar juros. E acho que a principal mensagem... A gente tem algumas mensagens importantes aqui: primeiro que a gente já vem, desde 2014, com déficits estruturais sequenciais, isso por conta de aumento de despesa e redução de receitas. A gente teve esses dois movimentos simultâneos, e isso fez com que a economia entrasse num período muito longo de déficit. Então, se a gente for observar, a gente está indo para o oitavo ano de déficit, e a projeção é de que a gente permaneça com esse déficit até por volta de 2024. E a gente teve um período mais duro ainda, que foi o pior ano da nossa história em termos de resultado fiscal, que foi o ano de 2020, muito resultado das políticas que foram feitas para preservar os vulneráveis, ajudar aos vulneráveis e à economia durante esse período da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foram políticas necessárias executadas, mas que trouxeram um custo e, com isso, a gente observou, para o Governo central, um déficit de 10% do PIB. Esse déficit, a gente, ao longo de 2021, continuou... Esse déficit, uma parte dele, é aumento de despesa, outra parte foi queda de receita, por conta da queda da atividade econômica. E, para 2021, algumas políticas foram encerradas e outras foram retomadas.

Então, há um conjunto de medidas que foram... Acho que, logo em janeiro e fevereiro, já diversas medidas foram feitas, como continuidade de 2020, em termos de reabertura de crédito extraordinário ou pagamentos de restos a pagar de crédito extraordinário, principalmente na vacina.

Então, você teve uma medida provisória em 2020 pela qual a gente reabriu o crédito de R$20 bilhões, porque a gente reabriu esse crédito extraordinário. Então, muito do que a gente planejou em 2020 está sendo executado em 2021, e uma boa parte disso, desses gastos extrateto, é o que está ocorrendo ao longo de 2021.

Além disso, medidas novas. Então, o próprio novo auxílio emergencial, que foi aprovado pelo Senado e pela Câmara em março, que permitiu mais R$44 bilhões. Aí, depois disso, com a aprovação do Orçamento, o auxílio emergencial do emprego também; o Pronampe está saindo já, imagino, nesta semana ou na próxima. Então, você tem um conjunto de medidas também de políticas que foram boas no ano passado e que estão sendo reeditadas neste ano e muito focalizadas.

Ainda assim, estamos numa trajetória de déficit, totalmente justificável por essas medidas, ainda pela continuidade da pandemia, mas nós temos também de ser muito cuidadosos. Por quê? Porque esse resultado fiscal do ano passado jogou a nossa dívida muito lá para cima.

E por que é importante a gente observar a dívida? Porque a gente tem de olhar para aqueles que mais precisam do Estado hoje e no futuro. Essa dívida vai ficar para a população futura e essa dívida também tem repercussões sobre a taxa de juros, a retomada da economia, a geração de emprego. Então, a gente tem de olhar para aqueles que mais precisam da nossa ajuda hoje e no futuro. E, aí, a maior ajuda que a gente pode dar é entregar uma economia organizada que nos permita, que cria um ambiente de boa geração de emprego.

E assim, esse déficit aqui se traduziu... Como a nossa receita caiu e a despesa aumentou, isso se traduziu em uma dívida. Então, a nossa trajetória de dívida, que já vinha crescendo, ficou estável no ano de 2019, mas em 2020 voltou a crescer muito e jogou o País para um nível próximo de 90% do PIB. É um nível muito alto se a gente comparar com os países pares, com os países emergentes, de características similares às do Brasil.

Então, por exemplo, aqui, nesse outro gráfico, quando a gente compara os países da América Latina – Chile, Colômbia, México, Brasil –, todos tiveram aumento de endividamento, sem exceção. Talvez o México tenha crescido um pouquinho, porque fez uma política fiscal mais restritiva, mas todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiveram aumento de endividamento. A diferença é que o Brasil já partiu de um nível mais elevado; então, requer mais cuidado, e o nosso espaço, por conta disso acaba sendo mais limitado.

Então, esse aumento aqui traz um sinal de aleta, ou seja, não temos mais tanto espaço quanto tínhamos antes para fazer medidas, mas, é claro, medidas necessárias serão feitas, e é isso que está sendo feito, que está sendo executado ao longo do ano de 2021.

E, aí, um outro ponto que eu acho que é importante é mostrar, pelo lado do financiamento desse gasto que foi feito no ano passado e neste ano, como é essa execução, ou seja, como a gente consegue levantar recursos para pagar essa conta – porque não vem pela receita arrecada. O crescimento foi menor no ano passado; agora estamos retomando o crescimento. Então, agora, a receita está aumentando, mas a gente, ainda assim, está com déficit. E, se a gente está com déficit, de onde vem o recurso para poder pagar essa conta? Esse recurso vem da dívida e, para isso, o Tesouro tem que emitir, tem que emitir título. Então, o Tesouro tem que ir ao mercado e falar, para nós, que compramos títulos do tesouro: "Olha, você me empresta R$ 1 mil?" E aí para isso você tem um prêmio, que é a taxa de juros. E aí a gente empresta; nós, a população brasileira, emprestamos esse recurso.

Para vocês verem como é um outro padrão, a gente está falando de uma outra ordem de grandeza, em situações normais, historicamente, a gente tinha um volume de emissões mensais em torno de R$50 a R$60 bilhões por semana – desculpem – por mês.

E aí esse volume de emissões praticamente triplicou. Houve mês em que a gente teve que emitir, o Tesouro Nacional emitiu R$180 bilhões para justamente fazer frente a essa necessidade. Então, a necessidade de tomar dinheiro emprestado aumentou muito.

E qual é a repercussão disso, se a gente precisar tomar volumes maiores de dinheiro emprestado? Bate na taxa de juros.

Então, esse gráfico aqui reflete muito bem, esse gráfico aqui, da direita. Essa é a curva de juros do Brasil comparada com a de outros pares da América Latina.

"Ah, mas os juros do Brasil estão baixos, estão 3%, 3,5%" – o Banco Central aumentou agora a Selic. Ou seja, aqui, no curto prazo, está baixo, mas o problema não é o curto prazo; o problema é o juro de longo prazo, e são esses juros que as empresas olham e mensuram o custo de financiamento delas, o custo de capital.

Então, quando uma empresa vai decidir fazer um investimento real, criar um novo negócio, vai ao banco e pega dinheiro emprestado. Em geral, esse empréstimo é de médio ou longo prazo, e essa taxa está bastante alta no Brasil, está mais do que 9%. Está muito mais alta do que a dos nossos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa curva aqui, a curva de juros do Brasil é a curva verde. A parte longa, crédito de longo prazo, está em torno de 9%. Aqui, a Colômbia e o México, por volta de 7%, 7,5%; Chile, por volta de 4%, 4% e pouco.

Qual é o nosso dever de casa? Fazer as políticas necessárias, mas manter a credibilidade de que as nossas contas ficarão organizadas. Com as contas organizadas, ou seja, você tem uma percepção de risco menor e aí... Andar com as reformas. Por isso foi importante, por exemplo, a discussão da PEC Emergencial e essas reformas, a reforma administrativa, reforma tributária... Todas essas reformas de produtividade e de melhoria fiscal são importantes para quê?

A melhora fiscal não é um fim em si mesma, ela cria condições para que a economia continue crescendo e gerando emprego. Para isso, a gente precisa fazer essas ações para que essa curva aqui se reduza, ou seja, esse juro de longo prazo aqui caia e aí, projetos de investimentos que antes não eram viáveis passam a ser viáveis e você vai ter mais contratações, mais geração de emprego e renda para aqueles que estão mais precisando, que são os mais pobres que estão no mercado de trabalho, procurando emprego.

Então, acho que essa é uma mensagem importante.

E outro ponto que eu acho também bastante relevante de falar é o histórico do processo de melhora fiscal. Então, a gente, até antes do teto de gastos, vinha num período de descontrole de contas, e isso jogou o risco Brasil lá para cima, jogou os juros lá para cima, e, desde 2016, com o teto de gasto, os juros vêm se reduzindo, e esse gráfico reporta isso. Então, teto de gasto, eleição com um direcionamento de um Estado menor, previdência, tudo isso fez com que os juros caíssem e isso estimula a economia. É claro que agora a pandemia fez a gente gastar mais, mas o que a gente precisa agora é mostrar que, no futuro, a gente vai manter as contas organizadas.

E o reflexo disso é uma melhor base para a recuperação econômica. Então, quando a gente olha a evolução da economia neste ano – só o Relatório Focus hoje, com base na pesquisa de sexta-feira –, hoje a média de mercado já está com um crescimento em torno de 4%. Então, são notícias boas. E essa janela de crescimento maior e mais sustentável é muito vinculada a essa nossa organização fiscal. Então, se a gente fizer as políticas que precisam ser feitas, mas de forma organizada, fiscalmente organizada, melhor durante, agora na geração de emprego, e para um pós-pandemia também.

Aqui também são gráficos de emprego, ou seja, a recuperação logo após um período da pandemia, em que houve uma destruição de emprego, por conta de fechamento, mas isso foi rapidamente recuperado e a gente já está num saldo positivo. Acho que é uma mensagem importante.

Pela ótica também, ainda conectando com a atividade econômica e a arrecadação dos Estados, a receita administrável dos Estados, de janeiro a abril, vem surpreendendo muito positivamente. A gente tem um crescimento médio de mais de 18% nominal. A arrecadação, principalmente de ICMS, mas aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhando também o IPVA e o ITCMD. Sistematicamente todos os Estados performando melhor do que no ano passado, e não é basicamente, porque, no passado, o mês de abril foi um mês pior, mas, se a gente olha os fatos geradores de janeiro ou fevereiro, março, que ainda não era o período crítico, o período mais forte da pandemia, os Estados estão performando bem. E, se eu não me engano, acho que a arrecadação agregada dos Estados está R$38 bilhões acima do que foi arrecadado em 2020. Então, isso tudo é sinal de recuperação da economia.

E agora o que tem de novo? Em termos de 2020, quanto que já foi previsto em termos de dotação para as ações especificas da Covid? O que já foi realizado? Em termos de dotação, 92 bilhões já projetados para este ano, a maior parte em relação à saúde e auxílio emergencial, uma parte para emprego – esses 10 bilhões é o Programa do BEm, de preservação de emprego. Desses 92 quase que a totalidade já foi empenhada, e a gente está no meio da execução; e o que já foi executado, 31,3 bilhões. A maior parte, se não me engano, metade disso também se refere a auxílio emergencial, aos dois primeiros meses que já foram pagos, abril e maio.

Aí, olhando de novo aqui, em 2021 e o próximo eslaide, que é o mesmo, só que só olhando para maio, ou seja, comparando esta reunião que a gente está tendo com a última reunião que o Waldery apresentou. O que houve de incremento? Então, em relação a todo o ano de 2021, a maior parte de dotação é auxílio emergencial, que foi a PEC; plano nacional de imunização, que foi basicamente uma boa parte de vacina; transferência para o Fundo Nacional de Saúde; o benefício emergencial do emprego, R$10 bilhões, que foi a medida provisória enviada. Depois, há dotações menores: atenção à saúde, acesso à Covax Facility, realocações entre rubricas – às vezes, algum crédito extraordinário alocado para investimento foi realocado para custeio ou vice-versa, essa realocação –; e crédito extraordinário para outros ministérios, 0,1. Isso é tudo em 2021.

O que ocorre em maio? Em maio, é isso que a gente tem. O que há de novo? São 5,5 bilhões da Medida Provisória, se não me engano, 1.048 – acho que é a Medida Provisória 1.048 –, que foi crédito extraordinário para vacina, com 150 milhões de doses, é esse azulzinho aqui. Então, esse azulzinho traz o que houve de novo em termos de dotação. E o laranjinha é o que houve em termos de... E esse 0,2 aqui também, de realocação entre rubricas, de crédito extraordinário.

E o que houve de novidade em termos de execução? Um mês do auxílio no mês de maio; plano nacional de imunização; Transferência Suplementar ao Fundo Nacional de Saúde, que é referente à Medida Provisória, se não me engano, 1.043; o BEm, logo no início da execução do programa emergencial do emprego – então, foram autorizados os 10 bilhões, e foi executado, já no primeiro mês, 1,4 bilhão –; 0,2 de execução de atenção à saúde da população; e 0,1 de alocação.

Esses dados estão disponíveis em dois *sites*, duas plataformas públicas de transparência: uma, a que olha para a dotação, é o painel da Secretaria do Orçamento Federal, que olha, detalhe em detalhe, tudo que foi feito, cada medida e qual a dotação que foi disponibilizada; e o Tesouro Transparente, que faz o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento dos gastos com Covid, especificamente, que é o *site* disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Então, as fontes são esses dois painéis.

Olhando a parte de dotação na execução orçamentária, o que houve de novo aqui? Qual foi o dado novo? De dotação nova, 5,7 bilhões, sendo a maior parte da MP 1.048 – vacina, 150 milhões de doses –; e execução, aquela execução de que eu falei, a maior parte de auxílio emergencial e uma parte do programa emergencial do emprego e uma outra parte para a saúde, execução paga de 14,7 bilhões. Isso está no *site* do Tesouro. Também está dentro desse *site* da execução orçamentária a dotação nova entre dia 1º de maio a 28 de maio: 5,7 bilhões; executado, 14,7 bilhões.

A diferença do *site* do Tesouro para o da Secretaria de Orçamento é essa parte de restos a pagar. O que entra aqui? Tudo que crédito extraordinário que veio de 2020 está aqui dentro desse painel. Por exemplo, a gente partiu para 2021 com 36 bilhões de restos a pagar de crédito extraordinário e reabertura de crédito – 20 bilhões da vacina e os outros 16 bilhões, uma parte do auxílio para empresa, uma parte era auxílio emergencial e uma parte do Ministério da Saúde. E a gente foi... Essa parte... A parte extrateto já estava computada aqui, a parte de restos a pagar extrateto já estava computada nesse painel, e a gente vem adicionando tudo que é crédito extraordinário da Covid. Então, hoje, o que a gente tem de extrateto, contando o que a gente carregou do ano passado e o que foi feito este ano? Cento e um bilhões. E o que foi executado? Trinta e cinco. Isso é trazido por esse painel de monitoramento dos gastos da União.

Eu acho que é um resumo, a gente pode ir para a discussão. É basicamente isso. Então, eu quis dar muito foco ao que foi feito em 21 e ao que há de novo em relação ao que o Waldery apresentou no início do mês passado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Bruno Funchal.

Quero saudar todos os Senadores presentes. Estão aí o Wellington Fagundes, a Senadora Zenaide, o Izalci Lucas, o nosso Vice-Presidente, Styvenson, o Oriovisto. Deve haver alguém escondido ali atrás que eu não estou vendo, mas há esta tropinha de choque, que vai participar conosco deste debate. Um pequeno parêntese.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a ata da 25ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A ata está aprovada.

Alguém está com o som ligado. Não sei quem é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem vamos, então, agora... (*Pausa.*)

Wellington, aqui atrás de mim, há uma cuiabana, viu, Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aqui atrás de mim, há uma cuiabana. Ela está vigiando o seu som.

Muito bem. Vamos lá. Então, vamos aos questionamentos.

Quem são os inscritos? (*Pausa.*)

Vou passar, primeiro, ao nosso Relator, que é o Wellington Fagundes, para os primeiros questionamentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, gostaria que o senhor colocasse dois Senadores à frente, porque estou aqui ainda concluindo o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem.

Aqui, ainda não há ninguém inscrito dos Senadores. (*Pausa.*)

Estão aqui o Styvenson, o Izalci, a Zenaide. Anota para mim, por favor. Com certeza, o Esperidião está aqui também; esta parte é dele, ele adora. O Oriovisto também vai perguntar, com certeza absoluta.

Então, vou passar a palavra, aqui, para o Styvenson Valentim.

Styvenson Valentim, V. Exa. tem três minutos para as suas perguntas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Está o.k.

Está me ouvindo bem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, muito bem!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Bruno Funchal, vou ser bem objetivo. Na quinta-feira, tivemos uma reunião com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, e ele reclamou dos cortes ocorridos na pasta dele. E, nessa reclamação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dá para sentir que a ciência e a tecnologia não são uma prioridade, pelo menos não foram, quando foram pensados os cortes e o remanejo, remanejo esse que houve na saúde, que houve na educação, que houve em outros órgãos.

Queria saber do senhor, já que o Ministro Paulo Guedes não está, como são pensados esses cortes? Como é pensado esse balanceamento de recursos, uma vez que está faltando?

Uma segunda pergunta seria em relação a algo que escuto muito, quanto ao teto, ao teto de gastos. Muita gente fala que tem que tirar, que tem que furar esse teto para que a economia brasileira comece a deslanchar, comece a crescer, com os investimentos do Governo, com os investimentos do dinheiro da União para fomentar a economia. Quais as consequências do ponto de vista do senhor? É positivo ou é negativo para a economia brasileira? De forma bem clara, bem sucinta, para que eu possa me basear justamente nesse tema, para, quando ocorrer qualquer possibilidade de me posicionar, ouvir a parte técnica do Ministério. Está o.k.? São essas duas perguntas para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Styvenson Valentim.

Eu passo a palavra ao Senador Izalci Lucas... (*Pausa.*)

Senadora Zenaide; por favor, Senadora Zenaide; me dê a relação na ordem hierárquica.

Zenaide, com a palavra. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ouvindo bem, muito bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente.

Boa tarde, Secretário Especial de Fazenda, Bruno Funchal.

Sabe, Sr. Secretário, a sensação que eu tive era de que o senhor estava falando de outro país, porque o senhor falou de crescimento econômico, de aumento de emprego, mas, na verdade, o que a gente vê, são 14,7% de desempregado, mais 3% de desalentados. E não precisava nem de pesquisa, basta a gente sair na rua, eu sou aqui do Rio Grande do Norte, os canteiros estão lotados de pessoas, de famílias inteiras desempregadas. Eu queria saber, porque eu acho o seguinte, que o Brasil, o Governo, os senhores estão usando a dívida pública como pretexto para impedir de salvar o povo da morte; é desemprego, é miséria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa que eu queria lembrar, Sr. Bruno, em dezembro de 2019, a gente já tinha 13,5 milhões na extrema pobreza. Claro que a pandemia veio escancarar, mas, como o senhor mostrou essa questão da dívida, o que eu acho é o seguinte: o senhor compara com outros países; eu sou médica de formação, mas, quando eu olho a dívida pública, a maior dívida pública do mundo é a americana, e a japonesa a seguir, o que não impede de o País pedir licença aos bancos. Eu acho que não há ninguém neste País que seja mais priorizado do que bancos. Basta olhar o Orçamento Geral da União. Mais de 50% dos recursos são para os bancos, dívida e serviço dos bancos. E, como falou o meu colega de Estado, Styvenson Valentim, isso em detrimento da saúde, da educação, da ciência e da tecnologia.

E uma coisa que eu quero perguntar ao senhor, porque eu já perguntei ao Ministro Paulo Guedes várias vezes. O senhor tem ideia de quanto o Tesouro Nacional, o Banco Central paga por ano, remunerando as sobras de caixa dos bancos? É uma pergunta que eu vou fazer ao senhor. Tem ideia disso?

Outra coisa, os senhores já pensam em um plano para alavancar a economia? Porque a maioria dos países já estão iniciando – porque eu não acredito que a gente aqui já tenha começado a sair dessa crise, porque, na prática, a verdade é que a gente não vê essa saída de crise –, saindo da crise sanitária, investindo em vacinas e na geração de emprego e renda.

E, por fim, o senhor tem história de algum país no mundo que saiu de uma crise econômica, não estou falando nem da sanitária, porque as duas andam juntas, sem um Estado, como, no caso, aqui, o Estado brasileiro, ou de qualquer outro país, investir? Eu estou falando em investir, Sr. Bruno; não é fazer só ajuste fiscal ou só vender empresa pública. Estou falando de investimento em infraestrutura dos setores. Eu sei da luta do Senador Esperidião Amin, da Kátia Abreu e de todos nós aqui para ver pelo menos o investimento naqueles setores que geram emprego e renda. Não há! Eu não acredito que a gente vá sair sem ter um plano para alavancar a economia. E não é só ajuste fiscal – isso aí já está provado que não é –, ajuste fiscal e retirada do poder de compra dos trabalhadores não fazem a gente sair, não.

Mas a pergunta mesmo é: se há algum país que o senhor conheça que saiu de uma crise econômica só com ajuste fiscal e venda do seu patrimônio e também, sobre a remuneração, se os senhores têm um levantamento de quanto sai do Tesouro Nacional para remunerar sobras de caixa de banco.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Vamos para mais um... Nós temos seis inscritos. Vamos fazer bloco de três.

Senador Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar o Secretário Bruno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, eu estive inclusive agora, quinta e sexta, em São Paulo e visitei alguns investidores porque eu estou querendo trazer emprego para Brasília, que não tem, mas tive boas informações de que há uma perspectiva de crescimento, uma expectativa que pode chegar, inclusive, a 5%, 4% de aumento do PIB. Então, a gente fica um pouco animado, mas, por outro lado, há essa questão do desemprego, que é muito grande aqui em Brasília, em especial.

Mas eu vi, Bruno... Eu estive com o Ministro da Ciência e Tecnologia e estive com o Paulo Guedes também. Eu acho que há um entendimento equivocado com relação à questão do FNDCT. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi aprovado, depois foi vetado, foi derrubado o veto e foi proclamado o veto antes de publicar o Orçamento. Houve um entendimento – daqui a pouco, nós teremos reunião de Líderes do Congresso, e eu vou tratar desse assunto também –, mas o acordo que houve é de que seria corrigida a questão do Orçamento, porque o Orçamento veio com a possibilidade de contingenciamento. Eu estive falando – eu esqueci o nome dele agora – com quem cuidava do Orçamento, e ele me disse: "Não, Izalci, essa questão do fundo não vai ser gasto de imediato. Então, a gente pode ir repondo aos poucos". Mas eu queria lembrar, primeiro, que nós aprovamos o entendimento do contingenciamento, mas aprovamos também que ele passaria a ser um fundo financeiro. Portanto, esses recursos do Orçamento têm que entrar no fundo para começar, inclusive, a gerar receita. Então, a gente precisa corrigir isso agora. Inclusive, quando o Ministro Paulo Guedes manda esse PLN colocando os R$411 milhões – e o Wellington está de olho – da vacina e dos testes, que são importantíssimos, lógico que a expectativa nossa é que não seria do FNDCT porque o FNDCT é um outro fundo para daqui para frente. Há lá inclusive o comitê que aprova os projetos do fundo nacional.

Então, eu queria ver se V. Sa. sabe como vai ser isso. Eu estou aguardando a reunião de Líderes para cobrar essa questão da recomposição do fundo. Eu queria fazer um apelo a V. Sa., porque eu tentei, na sessão passada, apresentar uma emenda, e não consegui, do fundo nacional e da TJLP. A TJLP é prejudicial não só ao fundo quanto à própria Finep, quer dizer, é um valor quase que inviável. As pessoas vão buscar financiamento em outro lugar. Então, eu pediria que o ministério encaminhasse por medida provisória ou de alguma forma, para substituir a TJLP pela TR, para que a coisa fique viável.

E eu ouvi também que haveria, Secretário, uma possibilidade da criação do auxílio emergencial até as eleições. O Governo está pensando qual valor para o auxílio emergencial? Porque há muita gente de fato passando fome neste País; R$150, R$250 não dão hoje para pagar o gás e a alimentação. Então, qual é a proposta do Governo com relação a isso?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu consulto o Senador Wellington sobre se já está preparado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes. Aí nós encerramos esse bloco com o Senador Wellington, depois completamos com os Senadores Esperidião e Oriovisto, e eu faço as perguntas finais.

Muito bem. Então, nós vamos passar a palavra para o Senador Wellington Fagundes. Como ele é o Relator, meu Secretário Bruno Funchal, ele tem um tempinho a mais de perguntas. Então, eu aconselho V. Exa. a anotar essas perguntas, porque, senão, o senhor vai se perder, porque são quatro Senadores que vão perguntar. Então, já falaram Zenaide, Styvenson e Izalci e agora falará o Senador Wellington. Então, é muita gente e muita pergunta, e o senhor termina, às vezes, não conseguindo fechar as respostas.

Com a palavra o Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Bruno Funchal. Como V. Exa. disse, é jovem, extremamente preparado. É um orgulho para nós brasileiros termos um secretário com essa idade. Isso é um exemplo para toda a nossa juventude. Quero cumprimentar todos os nossos companheiros Senadores, o Vice-Presidente, Styvenson Valentim, o Senador Izalci, a Senadora Zenaide e todos os que nos acompanham também através dos meios de comunicação da TV Senado, Rádio Senado, YouTube, enfim, todos os nossos meios.

Sr. Presidente, mais uma vez eu tenho que ser aqui fiel também ao trabalho da Consultoria, porque, como Relator, nós teremos que produzir um relatório final também com aspectos extremamente técnicos. Após a minha fala, ao final, eu gostaria também de fazer algumas ponderações em cima da realidade do que estamos vivendo hoje, da pressão da população, porque todo mundo quer saber que dia a vacina chegará ao braço. Então, a cobrança por vacina tem sido muito grande.

Hoje eu estive na Universidade Federal de Rondonópolis, a minha cidade, onde a Universidade Federal tem feito uma grande campanha para ajudar também aqui nos cursos de Medicina e de Enfermagem. Então, um grande trabalho feito também pelas universidades e pelas escolas técnicas federais do Brasil.

Então, vou aqui à primeira pergunta, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Bruno Funchal, o processo orçamentário de 2001 foi marcado por certa descoordenação. Ao final e ao cabo, as despesas discricionárias referentes ao custeio de programas essenciais em diversas áreas acabaram sendo cortadas ou contingenciadas para que o teto de gastos fosse cumprido, mas um volume de R$18,5 bilhões em emendas do Relator Geral, que acabaram também ainda abarcando emendas do Executivo, inclusive, tudo isso foi mantido.

Agora, estamos vendo que o Bolsa Família será contabilizado nas despesas de auxílio emergencial, abrindo um espaço artificial no teto de gastos. Da mesma forma, o abono salarial teve seu calendário de pagamentos alterado, o que levará à postergação de despesas deste ano para 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, eu pergunto: como esse espaço será utilizado? Haverá descontingenciamentos? Se sim, em que áreas? Ademais, o senhor avalia essas duas medidas como arriscadas do ponto de vista de transparência fiscal e do regramento das contas públicas? Como podem ensejar discussões referentes à contabilidade criativa?

Segundo. O crescimento econômico está previsto em 3,5% no relatório bimestral de avaliação do Orçamento divulgado no dia 21 de maio. Sendo assim, como o senhor avalia os riscos ao crescimento econômico deste ano derivados de três fatores essenciais, ou seja, primeiro, a evolução da Covid, das novas cepas e também da lenta vacinação em razão da falta de vacinas?

Quero, aqui, mais uma vez, dizer que a gente reconhece a grande estrutura do SUS, que é o maior programa de saúde pública do mundo, mas, infelizmente, não estamos tendo vacina porque o mundo não tem vacinas para vender para o Brasil e até agora nós não conseguimos as transferências tecnológicas para produzir inclusive dentro da nossa proposta, que é produzir a partir da indústria já montada da saúde animal, mas esperamos que isso aconteça.

E ainda: os riscos hídricos noticiados nos últimos dias pela imprensa, com risco de faltar energia em várias localidades...

Sr. Presidente, não caiu, não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não. Pode continuar. Está bom.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E a queda de consumo, observada sobretudo nas classes mais baixas, em razão das pressões inflacionárias nos itens de alimentação básica... Ainda a respeito da inflação, o auxílio emergencial oferecido neste ano será, em média, de R$230 para a metade do público alvo que recebeu a primeira versão do programa em 2020. Esses recursos não são suficientes para uma família se sustentar sequer por 15 dias.

Por que o Governo não planejou o orçamento de maneira adequada ainda em 2020, ou seja, no ano passado, se os riscos de uma segunda onda e de continuidade da crise eram apontados por muitos especialistas da área médica e também econômica?

Terceiro, Sr. Presidente.

Se as projeções mais otimistas do mercado se confirmarem, seria possível crescermos, como disse agora há pouco o Senador Izalci, entre 4% e 5% este ano. No entanto, o efeito estatístico da queda do ano passado fez com que o ponto de partida, chamado pelos economistas de *carry over*, ou seja, transferir, seja de 3,6%. Não há, portanto, que se falar em retomada, sobretudo diante dos riscos hídricos, também da carestia que acomete os mais pobres e do quadro ainda gravíssimo da pandemia. Nessa linha, quais os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planos do Governo para que o País possa voltar a crescer a partir do ano que vem? Como resolver a questão fiscal?

Neste ano, a IFI projeta que a dívida do PIB deverá ficar em torno de 91%. Se o PIB nominal ficar mais elevado por conta da inflação pressionada, é possível que o indicador fique mais baixo, segundo a instituição, que é a mesma instituição que tem avaliado. De todo modo, o nível de endividamento seguirá elevado, e a tendência de alta perseguirá para os próximos anos. Qual a saída, então, para recuperar as condições de sustentabilidade da nossa dívida? O Governo parece não ter um plano coeso. Quais as medidas concretas, então?

E ainda quero lembrar, Sr. Secretário, que a PEC emergencial, agora Emenda 109, não produzirá efeitos fiscais relevantes no curto prazo. Os gatilhos também que somam as medidas de controle de gastos não serão acionados no ano que vem. Por que a regra fiscal proposta na PEC emergencial não foi mais bem calibrada para que os gatilhos pudessem ser acionados já no ano que vem?

E a quarta e última pergunta, Sr. Presidente.

Todos os países têm realizado gastos vultosos no combate à pandemia. O Brasil também fez o mesmo. Já no ano passado, os gastos extras ficaram em mais de 520 bilhões. Neste ano, no entanto, o Governo demorou a tomar as decisões; foi o caso do auxílio emergencial, que só se viabilizou quando da aprovação da PEC emergencial, depois de meses em que a população ficou desguarnecida. E, logo quando veio, foi proposto em valores que todos sabemos que são insuficientes. Em momentos como o atual, é dever do Estado atender a essa questão fundamental e garantir a sobrevivência dos seus cidadãos. Por que um planejamento orçamentário adequado não foi feito, já no ano passado, se existiam todas essas previsões? Por isso, temo que estejamos pecando pela inação em meio a essa crise e também pela falta de planejamento para o após crise.

O Governo entende que o auxílio médio de R$230 será suficiente – claro, ao seu ver, não é? –, para garantir a sobrevivência dos brasileiros e também das brasileiras que perderam os seus empregos ou estão fora do trabalho, ou seja, da força de trabalho, porque, é claro, somos pressionados no dia a dia e aqueles mais pobres, pelo aumento da cesta básica, pelo preço da carne, que hoje já subiu muito... O Brasil está exportando muito bem, mas como garantir que o brasileiro de baixíssima renda tenha condições de sobreviver com um auxílio emergencial dessa monta, de R$235? Além dos desempregados também, a quem às vezes nem consegue chegar o auxílio emergencial, por ainda haver dificuldades na burocracia e, às vezes, até total falta de condições de todo tipo.

Quero resumir aqui, Sr. Presidente. Eu vivo no Mato Grosso, um Estado que está em crescimento ainda da economia. Somos um grande produtor de alimentos, mas percebemos aqui, ainda nas regiões mais periféricas também, a fome chegando. Eu estive em São Paulo esta semana, junto com o Ministro Queiroga, junto com o Ministro Tarcísio, para lançar o programa de vacinação emergencial lá dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portuários e aeroviários, e tive a oportunidade de conversar com muitas autoridades de São Paulo. E a gente percebe que, num Estado rico como São Paulo, a pobreza parece que tem aumentado muito. Então, eu gostaria também de ouvir do Secretário como a área da economia está vendo essa situação, principalmente das pequenas e microempresas também, que não estão conseguindo mais pagar os seus compromissos.

Então, inicialmente, são essas as perguntas, Sr. Presidente, até para ser rígido com o horário.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Relator Wellington Fagundes.

Muito bem, Dr. Bruno, o senhor tem aí quatro Senadores que fizeram perguntas. Vou conceder a palavra a V. Exa. Veja se faz um esforço de responder em 15 minutos.

O SR. BRUNO FUNCHAL (Para expor.) – O.k., obrigado.

Obrigado pelas perguntas. Acho que é importante a gente discutir e debater cada um dos pontos. Pontos relevantes: falamos da parte fiscal, do auxílio emergencial, com alguns cortes no Ministério de Ciência e Tecnologia, em bolsas etc.

Vou começar do início. O Senador Styvenson fez duas perguntas basicamente, falando dos cortes no Ministério de Ciência e Tecnologia e do teto de gastos, ou seja, quais são seus benefícios e seus custos.

Primeira parte. Falando do Ministério de Ciência e Tecnologia, na verdade não é só o Ministério de Ciência e Tecnologia. Acho que desde o ano passado a gente já vinha apontando que este ano seria um ano de uma restrição fiscal maior, muito explicada por uma diferença de inflação que corrige o teto de gastos e que corrige as despesas obrigatórias. Então, particularmente este ano, houve um teto de gastos corrigido por uma inflação muito baixa, de 2,13%, e diversas despesas obrigatórias com uma correção muito maior, acima de 5%. E isso fez com que as discricionárias se comprimissem mais do que o normal.

Então, a gente sabia que o nosso desafio ou um dos desafios era este ano ser cada vez mais eficiente nessa execução orçamentária. E é isso que a gente está tentando fazer. Acho que foi trazido por um Senador, acho que foi o Senador Wellington que falou do processo de apreciação orçamentária e que, justamente nesse processo, para resolver a questão do Orçamento, a gente fez alguns cancelamentos e alguns bloqueios. E resolver isso ao longo do tempo é justamente lidar com o bloqueio e com o desbloqueio dessas dotações orçamentárias.

O MCTI é um exemplo, como outros ministérios também estão sofrendo com menos recursos discricionários. Agora, um ponto é importante. Acho que o próprio Senador Izalci Lucas destacou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – é importante. Também quanto a esse fundo, na Lei Complementar 177 ficou vedada a alocação, o contingenciamento desses valores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, algumas medidas já foram feitas em prol do Ministério de Ciência e Tecnologia – já respondo as duas de uma vez só. Uma: dos 5 bilhões, que é o valor previsto em reserva de contingência, foi incorporado já 1,8 bilhão, financeiro, para despesa financeira, pelo Finep; e 415 milhões para a pesquisa da vacina. Nisso ainda faltam alocar 2,7 bilhões. Quanto a essa alocação dos 2,7 bilhões, a gente está conversando com o Ministério de Ciência e Tecnologia sobre como é que a gente vai fazer essa alocação, ou seja, o próprio Ministério está vendo, dentro das suas atividades, como é que a gente pode fazer essa alocação para ser a mais eficiente possível, justamente por conta de este ano ser mais restrito em termos de despesas discricionárias. Então, o fundo é preservado, vai ser alocado ao longo do ano, e a gente está fazendo um estudo, neste momento, com o Ministério de Ciência e Tecnologia.

Pegando o gancho com o que o Senador Izalci falou também sobre a questão da taxa de juros, de trocar TJLP por TR, a gente vem discutindo uma medida provisória, que partiu do Ministério de Ciência e Tecnologia, que fala da governança, da gestão desse fundo, e fala também dessa questão do financiamento, da taxa de juros. A gente está em processo, de fato, de construção de uma medida provisória para melhorar... Ainda mais agora, aprovada a Lei Complementar 177, faz cada vez mais sentido haver essa melhoria. Se não me engano, até cheguei a discutir com o Senador, no ano passado, conversando sobre mecanismos de avaliação, que o próprio comitê, que a própria gestão poderia usar para poder alocar os recursos. Acho que é esse trabalho que precisa ser feito agora em relação à governança e, especificamente, ao financiamento. Na questão das taxas de juros, em princípio, você tem essa sugestão da TR – a gente conversou internamente –, houve outras sugestões, e a gente vai prosseguir até convergir para a melhor proposta em relação ao financiamento. Mas é uma coisa que está sendo trabalhada e imagino que seja rápida.

A segunda pergunta do Senador Styvenson é em relação ao teto. Acho que em alguns dos eslaides eu até procurei mostrar... Acho que um ponto importante para se ter em mente na questão fiscal é, primeira coisa, que a questão fiscal não é um fim em si mesmo. A gente não gosta de fazer organização fiscal, controle de contas por gostar. Isso traz resultados positivos para a nossa economia. Acho que o próprio teto de gastos – ele já está em execução está indo para o quinto ano – já trouxe evidências para nós, para poder mostrar efeitos positivos. Vou dar um exemplo: num estudo de Ipea, eles pegaram e viram a evolução das taxas de juros dos títulos públicos, títulos do Tesouro. E eles mostraram o seguinte: que, depois do teto de gastos, quando você teve... O teto de gastos o que é? É um compromisso. Ele não reduz gastos imediatamente, mas ele se compromete a ter uma trajetória de gastos, de despesas. E esse compromisso de trajetória de despesas traz credibilidade em relação à nossa organização das contas. No que traz esse compromisso, quem vai emprestar dinheiro para o Tesouro, para bancar os gastos, que somos nós, população brasileira, fala: "Opa, eu confio que o Governo tem uma credibilidade maior de que vai me pagar". Quando ele pensa isso, automaticamente ele empresta o dinheiro a uma taxa de juros menor. O Ipea fez essa conta e se perguntou o seguinte: "Quanto que reduziu a taxa de juros por conta disso?". E eles chegaram a uma estimativa de que, do teto até a reforma da previdência, algo em torno de 2,3 e 2,7 pontos percentuais caiu a taxa de juros brasileira. Uma parte da queda dos juros foi por causa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queda da inflação, a outra parte foi risco. E ainda mostrou o seguinte – mostrou mais: que, para cada um ponto, o PIB cresce entre 0,7% e 1,3%. Então, se a gente está falando que a taxa de juros no Brasil estruturalmente caiu 2 pontos percentuais, isso traz um impacto de 1,5% a 2% do PIB, e 1% do PIB é mais de R$70 bilhões. Então, a economia está produzindo R$70 bilhões a mais por causa disso, gerando emprego, que é o que a gente quer.

"O teto impede que você faça gasto público". Ele reduz, de fato, esse espaço para fazer investimentos públicos, mas ele aumenta muito o espaço para fazer investimentos privados, gerar emprego. E a capacidade do setor privado em fazer investimentos é muito maior do que a do setor público. Então, o benefício do teto é isto: é você trazer uma credibilidade; isso vai fazer com que as taxas de juros sejam menores; essa taxa de juros menor faz com que as empresas captem dinheiro para fazer os investimentos de forma mais barata, então fazem mais investimentos; e, havendo mais investimentos, se gera mais empregos.

Por isso que eu falo que essa organização fiscal não é um fim em si mesmo, porque no final do dia os mais pobres são aqueles que estão se beneficiando desse processo. Então, essa é a lógica de você ter um controle, uma organização fiscal. O teto é um meio; foi uma forma que a gente viu, que alguns economistas – e eu me incluo – viram como sendo importante para isso no Brasil.

Essa foi a pergunta do Senador Styvenson.

Da Senadora Zenaide.

Uma pergunta importante que a Senadora fez é a questão da remuneração, da sobra de caixa dos bancos. Tudo isso é vinculado às taxas de juros, então, remuneração... No fundo, no fundo, a dívida brasileira está muito mais nas mãos dos brasileiros, do povo brasileiro. O banco é um meio, é um veículo. Então, você tem fundos de pensão, você tem fundos de investimento, e você tem nos bancos, mas os próprios bancos, a maior parte deles, são pessoas investindo. É claro que há no próprio caixa do banco, mas está nas mãos dos brasileiros.

Especificamente, provavelmente sobra de caixa de banco deve ser, a maior parte, operação compromissada do Banco Central. E essas operações compromissadas do Banco Central têm um custo muito menor do que a Selic, do que os títulos do Tesouro. Mas um ponto importante é o seguinte: esse processo de reorganização das contas fez com que essa taxa de juros caísse. Então, esse custo para os bancos, esse custo de a gente pegar dinheiro emprestado, que em tese também remunera os bancos, vem caindo ao longo do tempo. Só para a gente ter uma ideia, a taxa de juros antes do teto de gastos era 14%; chegou a cair – vamos botar antes da crise, porque depois da crise caiu para 2%, mas tinha muito o efeito da atividade econômica –, pré-crise, para 4,5%. Há 10% de diferença aí, mas boa parte disso é prêmio de risco, e a gente está pagando menos juros. Então, o próprio processo, além de permitir gerar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego, permite que a gente economize nesse gasto de juros. E, para cada um ponto percentual que a gente tem menor de Selic, são R$35 bilhões a mais que a gente economiza.

A gente tinha algumas estimativas de que a gente estava economizando cerca de R$100 bilhões; R$100 bilhões que podem ser revertidos para políticas públicas, políticas sociais, que são importantes. Hoje, o espaço de política social é muito limitado por conta desse processo de desorganização das contas e do déficit. Então, o que a gente quer é organizar, pagar menos juros, gerar emprego e abrir, ter espaço para fazer as políticas públicas de forma organizada, sem prejudicar a retomada da economia.

A outra pergunta da Senadora – deixe-me ver aqui – é se existe um plano para alavancar a economia; como é que a gente pode fazer isso, sem ajuste fiscal ou com ajuste fiscal. Eu acho que o grande plano – e aí, também, conectando com uma pergunta do Senador Wellington Fagundes – é: acho que a gente tem dois principais blocos aí de medidas.

Um é o que olha a produtividade da economia. A economia brasileira está, há mais 30 anos, com a produtividade estagnada. Se a gente pega alguns artigos importantes, eles mostram... Quando a gente olha, o que gera o crescimento? Capital humano, capital físico, produtividade dos fatores. A economia brasileira, na década de 70, quando houve diversas reformas institucionais, no final de 1960, início de 1970, teve um crescimento de produtividade; depois, estagnou e começou a cair. De capital físico, capital humano, veio crescendo um pouquinho, mas é, basicamente, o que justifica o crescimento econômico, que é muito baixo – se a gente pega o crescimento médio, *per capita*, nos últimos 30, 40 anos, é 0,5%, é muito pouco. A produtividade contribuiu com nada. Então, a gente precisa aumentar a produtividade. Então, um bloco é produtividade.

Quando a gente fala de produtividade, há algumas coisas que já tramitaram e foram aprovadas no Congresso, passaram pelos senhores. Eu posso destacar: reforma da lei de falência e recuperação judicial, extremamente importante, que foi examinada e aprovada pelos senhores e senhoras; os marcos regulatórios, que reduzem a incerteza e permitem que as empresas façam os investimentos com menos risco, num ambiente de negócios melhor – Lei do Gás, saneamento –; reforma do FGTS, que foi importante para a produtividade, pois se diminui o *turnover* em diversos setores da economia, então se aumenta a produtividade do trabalho. E existem algumas medidas que são super-relevantes, que estão aí para serem discutidas, das quais eu acho que a maior de todas é a reforma tributária. A reforma tributária é uma das que tem o maior potencial de produtividade.

Então, por exemplo, se a gente pega os indicadores aí de complexidade tributária, o Brasil é o país que mais gasta horas para pagar imposto. Outro exemplo aqui: reunião do Confaz. Houve uma reunião do Confaz hoje. Foram 40 protocolos, convênios que foram discutidos. São 40 mudanças tributárias. Cada vez em que há reunião do Confaz, são 40 mudanças tributárias nos Estados. Cada regulamento de ICMS são 4 mil páginas. PIS/Cofins também tem a sua complexidade. Então, a quantidade de tempo alocado para pagar imposto, para estar em *compliance*, para você estar em conformidade é muito grande. Se isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for remanejado para produção, eu tenho certeza de que se faria um grande salto de produtividade. Então, acho que a reforma tributária é um dos principais pontos desse pacote de produtividade.

Outro pacote importante é o fiscal. Muito já foi feito ao longo do tempo. Acho que a primeira coisa: a reforma da previdência. Acho que foi o... Desde antes deste Governo, mas o teto de gastos foi importantíssimo; dentro do Governo, outro pacote importante, a reforma da previdência, a Lei Complementar nº 173, que trouxe as vedações de controle de despesas obrigatórias, que foi um auxílio aos Estados, que era importante para esse período de pandemia; a Lei Complementar nº 178, que também trouxe mecanismos para os Estados arrumarem as contas; e a PEC emergencial, de que também, depois, eu vou falar com mais detalhes que também foi um ponto que o Senador Wellington Fagundes trouxe, que teve um efeito bastante importante, principalmente para Estados e Municípios, porque entregou instrumentos de controle de despesas obrigatórias nas mãos de governadores e prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Bruno, nós vamos dar ao senhor mais cinco minutos, porque o Wellington fez bastantes perguntas e, assim, o senhor vai precisar de um pouco mais de tempo.

Pode continuar.

O SR. BRUNO FUNCHAL – Beleza. Vamos lá!

Então, conectando aqui, voltando a esse pacote de medidas de consolidação fiscal.

PEC Emergencial. O que a PEC Emergencial trouxe para a gente? Trouxe a desvinculação dos recursos dos fundos. Não sei se os senhores acompanharam, mas em 1º de abril, houve o maior vencimento, a maior torre de vencimentos da história do País de títulos públicos, dívida brasileira, R$350 bilhões. E isso ia pressionar o caixa do Tesouro. Foram os fundos, a liberação dos recursos dos fundos que liberou R$140 bilhões, e isso estava na PEC Emergencial, permitindo que a gente fizesse uma boa execução do caixa para poder fazer frente a esse grande vencimento.

O que eu reputo de mais relevante? Trazer esses instrumentos de controle de despesas obrigatórias para mais de cinco mil Prefeitos e 27 Governadores, o que vai ter um efeito bastante significativo. Você reduz riscos fiscais para a União quando você tem controle de contas. Você tem algumas mexidas na Lei de Responsabilidade Fiscal quando você define claramente que despesas de pessoal é ativo e inativo, e essa falta de definição fazia com que tivesse uma desarmonia de conceito por parte dos Tribunais de Contas. Esse foi um dos problemas que gerou com que os entes subnacionais ficassem com as contas, com as despesas obrigatórias muito altas, pressionados no vermelho.

E o elemento, que foi destacado pelo Senador, que é justamente o indicador lá de 95%, que ativa a emergência fiscal. Essa era uma proposta que estava desde a partida, quando a gente mandou no pacto federativo, na PEC nº 188, e, na verdade, é o que agente calculou como sendo aquele mínimo para ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rodar a máquina, que são os 5% que seriam da despesa obrigatória, que foi basicamente o que a gente gastou no ano passado, os 5% de despesas discricionárias.

Agora: "ah, vamos colocar o engatilhamento automática?" Acho que a lógica da PEC Emergencial era muito mais em contrapartidas estruturantes de médio e longo prazo. A lógica de você engatilhar automaticamente veio na Lei Complementar nº 173, tanto é que a gente ficou engatilhado no ano passado e está engatilhado neste ano, sem aumento de despesas obrigatórias. Agora era uma construção mais perene. Foi isso então. Todas essas medidas eram para trazer uma melhoria institucional do teto e que, se tiver um aumento muito grande de despesa obrigatória, você tem que fazer o controle, engatilhando; não era necessariamente para poder engatilhar.

Processo orçamentário, outra pergunta do Senador Wellington Fagundes, que perguntou do processo de bloqueio – não é? Então, a gente teve esse processo orçamentário. De fato, foi bastante conturbado; mas qual era o principal ponto? Você teve despesas obrigatórias a menor e precisava recompor. Houve essa recomposição e foi ajustada na despesa discricionária.

Esse ajuste, uma parte foi por cancelamento, só que precisava fazer um outro ajuste, porque você tinha uma parte que excederia o teto. O teto é avaliado na execução no final do ano, mas a gente precisa ter o controle.

Então, foi criado no PLN 2 a lógica do bloqueio, que é uma lógica similar à do contingenciamento. Então, contingenciamento está para meta de primário – se você está fora da meta você contingencia para voltar para a meta – e a lógica do bloqueio está para o teto de gastos. Se você está vendo que você vai chegar no final do ano fora do teto você bloqueia, e a gente vai ao longo do ano avaliando.

E a lógica, agora, é que, dado que houve o relatório bimestral, você teve a revisão das despesas obrigatórias a partir de novas informações que foram coletadas nos primeiros meses do ano, e aí a gente teve uma economia projetada de 4,8 bilhões e aí você vai ter essa redução do bloqueio; e essa redução do bloqueio, o processo da análise é feito na JEO.

Uma lógica pode ser: vamos fazer proporcional, mas essa é uma decisão de Governo, vai ser discutida na JEO. A JEO, que é formada pelo Ministro da Casa Civil e Ministro da Economia, mostra a posição de Governo, quais são ou quais seriam esses órgãos que teriam essa redução do bloqueio.

Em relação à vacina, eu acho assim... Isso está ligado às medidas de crescimento econômico. Não tenha dúvida de que quanto mais acelerado estiver o processo de vacinação melhor será o nosso PIB deste ano e do ano que vem. Então, todo esforço não só da saúde, mas acho que de todo o Governo e do Ministério da Economia é dar as condições necessárias para que você tenha a maior celeridade possível na vacinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, a dotação... Por exemplo, na apresentação de 5,5 bilhões de dotação adicional que entraram neste mês foi justamente em relação à vacina: mais 100 milhões de doses da Pfizer e mais 50 milhões de doses da AstraZeneca.

Então, é isso. Eu conecto as duas: crescimento e vacinação estão intimamente conectados. Não só crescimento, não só vacinação e crescimento, mas vacinação, crescimento e melhora fiscal, porque quanto mais rápido você vacina mais rápido você vai crescer, mas receita você vai gerar, melhor vai ser o seu resultado fiscal.

Claro que a gente tem riscos pela frente. Essa crise hídrica é um risco, a gente não pode ignorar isso, e é um risco que pode trazer repercussão na reaceleração da economia e na inflação. Então, bandeiras vermelhas podem impactar na inflação.

O outro ponto também da pergunta foi do auxílio emergencial: recursos são insuficientes, ou seja, é muito pouco, há mais necessidade. Então, eles podem ser insuficientes, mas é aquilo que é possível, é o máximo que a gente consegue fazer neste momento. Você vê: no ano passado o gasto foi grande, 10% do PIB. Neste ano, existe esse espaço para fazer esse gasto.

E, de novo... Acho que qualquer política grande, política pública que seja muito significativa e perene precede que a gente tenha uma boa condição fiscal para manter essa política, porque senão é voo de galinha: você vai fazer a política, mas vai ser uma política de curto prazo e desorganiza a economia. Eu não consigo manter a política, porque a economia não vai crescer, não vai gerar receita para fazer essa política e a gente entra num círculo vicioso: acaba aumentando a dívida, aumenta o risco, o juro aumenta, a economia contrai e aí aumenta a dívida. A gente tem que entrar num círculo virtuoso, que é fazer essas políticas, as possíveis, as que a gente consiga fazer bem focalizadas, com a economia organizada ao longo do tempo. Acho que este é o grande desafio: fazer as políticas públicas e as políticas sociais importantes, em paralelo com a economia organizada, para manter a geração de emprego, porque a economia organizada e a geração de emprego é uma política social também tão importante quanto a de transferência de renda.

Gastos extras. Ah, no processo orçamentário, os gastos extras, porque demorou demais. Assim, acho que a gente começou a gastar.... Por mais que o processo orçamentário tenha se prolongado muito, mas, de novo, acho que, no início do ano, por mais que não tivesse Orçamento aprovado, no início do ano, houve bastante gasto. Então, a gente conseguiu fazer ações, em 2020, de medidas provisórias e executar no início de 2021.

Então, início de 2021, foram executados R$20 bilhões, R$ 25 bilhões para a saúde; e, depois, os 40 bilhões em março, antes de votar o próprio Orçamento. Então, você teve também uma execução, no início do ano, mesmo antes da aprovação do Orçamento. Em que culminou a aprovação do Orçamento? Numa outra política importante, que é o do Auxílio a Emprego e Renda. Aí eu conecto com outro ponto que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das pequenas empresas. Como a gente pode ajudar as pequenas empresas? A primeira coisa é manter a economia organizada e o juro baixo. A segunda é, para esse período de crise, de pandemia, o BEm (Benefício Emergencial do Emprego). No auxílio emergencial do emprego, quase 2 milhões de contratos que foram feitos, dos acordos que foram feitos, 75% foi para empresa pequena.

Então, acho que é um benefício que é importante para esse grupo, para esse grupo de agentes econômicos que são mais vulneráveis, bem como a política de crédito que está para sair, que é o Pronampe, que também vai ser bem direcionado para esse grupo de empresas.

Acho que eu respondi a maior parte. Esqueci alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente. Então, vamos passar à frente, Dr. Bruno?

Nós temos agora o Senador Esperidião, o Senador Oriovisto e a Senadora Kátia Abreu.

Então, eu passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Boa tarde, Presidente Confúcio!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Boa tarde!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Boa tarde a todos os companheiros e à nossa Senadora Kátia Abreu.

Eu vou ser muito conciso, cumprimentando também o Dr. Bruno Funchal, desejando êxito na sua missão, como já fiz quando discutimos o PLC 12, do nosso amigo Heinze, que aliviou algumas dívidas injustas para alguns Estados, como Goiás, Rio de Janeiro e outros.

Primeiro, eu gostaria que o senhor levasse ao Ministro da Economia, junto com os meus cumprimentos, uma recomendação para que o Governo manifestasse de verdade interesse a respeito do Projeto de Lei 41, de 2019, que versa sobre avaliação de gastos tributários, ou seja, incentivos fiscais que devem ultrapassar, no Brasil, 450 bilhões por ano.

Há muitos anos, o Governo se queixa, apelida, mas não se move, ou seja, olhar e atitude de paisagem.

Segundo, eu acho que, quando se fala do futuro do Brasil, imediatamente, duas coisas devem acudir ao Ministério da Economia no desenvolvimento econômico, se fosse o caso.

O mundo vai começar uma corrida de reindustrialização inteligente. O senhor deve ter assistido à manifestação da Sra. Hillary Clinton – eu, pelo menos, publicizei no grupo do Senado – dizendo que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos têm que reagir – está falando melhor do que o Trump sobre isso – e libertar suas cadeias, no caso, *clusters*, da dependência especialmente em relação à China. O Brasil também. E eu tenho medo de que o crescimento na venda das *commodities* seja novamente uma cocaína na nossa economia para nos acomodarmos.

Finalmente, gostaria de que o senhor nos explicasse o nosso crescimento em matéria de expectativas – variam de 3,7% até 5%, o que é muito bom, alvissareiro, e nós devemos ajudar – e de que nos explicasse também como foi construído esse nosso superávit do setor público de mais de 70 bilhões, compreendendo União, Estados e Municípios nesses quatro primeiros meses do ano, se foi torneira que se fechou ou houve algum ganho de produtividade.

E termino com a palavra produtividade, porque sei que o Oriovisto – não sei se é o próximo ou se vem depois da Senadora Kátia – vai nos dar uma aula sobre produtividade. Eu fiz uma cola do pronunciamento dele aqui, telepaticamente, e tenho certeza de que ele vai nos trazer boas lições sobre produtividade. Não me decepcione, Oriovisto!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está vendo? Está enrolando o Senador Oriovisto, forçando uma pergunta a mais para ele.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães. (*Pausa.*)

Seu som, Senador Oriovisto. O seu som está preso.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Pronto. Agora me ouve.

Então, começando de novo, boa tarde, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Boa tarde.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Boa tarde, Senadora Kátia Abreu, demais colegas.

Esperidião Amin, a sua telepatia não anda boa. Eu não vou falar nada sobre produtividade. Vou deixar isso para a Kátia Abreu.

Eu tenho, na verdade, três perguntas para fazer ao nosso Funchal, que está agora no Ministério da Economia. Eu queria que ele entendesse a minha preocupação didática nessas perguntas. Na verdade, não são dúvidas que eu tenho. Eu tenho sobre elas uma opinião, mas eu sou economista e gosto do assunto. Já discuti isso com vários, inclusive com o Paulo Guedes, mas eu sinto, no Senado, que várias pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não são apaixonadas pela economia têm, com muita justiça, dúvidas sobre esses assuntos, Bruno, que eu vou colocar. E, se viesse, da sua parte, uma explicação bem didática, ajudaria muito.

A primeira pergunta é sobre a MMT *(Modern Monetary Theory)* ou teoria moderna da emissão de moeda, que é uma teoria feita por alguns teóricos americanos, que, aqui, no Brasil, tem André Lara Resende como seu principal representante.

Basicamente, o que diz essa teoria? O Governo pode emitir moeda, e, mesmo emitindo moeda, isso não vai gerar inflação. Citam os exemplos das injeções de moeda que Biden está fazendo, que outros fizeram, que Trump fez.

Particularmente, eu entendo que quem tem moeda forte, que o mundo inteiro usa como reserva de valores e guarda, é uma coisa; quem tem real ou peso argentino é outra completamente diferente. Então, eu acho que isso não se aplica no Brasil.

Mas muitos têm a ilusão de que, se nós quebrássemos a proibição... Hoje, é proibido o Banco Central financiar o Tesouro, mas eles defendem que a gente quebre essa proibição, que o Banco Central... André Lara Resende foi claro na *Folha de S.Paulo*, e se o Banco Central emitisse R$100 bilhões, com isso, o Governo investiria a realizaria o sonho da Senadora Zenaide: através de investimento público, alavancaríamos o desenvolvimento nacional.

Então, esta é a primeira pergunta, relativa a André Lara Resende, à MMT, *Modern Money Theory*: por que isso não é possível? Que consequências isso teria, no caso brasileiro, sobre os juros e sobre a inflação?

É a pergunta nº 1.

Pergunta nº 2. Outra ilusão que ocorre a muitos Senadores é a seguinte – não só a Senadores, a Deputados, a Governos, a muitas pessoas não muito ligadas à economia: nós temos US$400 bilhões ou sei lá quantos bilhões de dólares de reservas. Já ouvi isso da boca do pessoal da esquerda. Por que não usar esses R$400 bilhões, US$500 bilhões em reserva que nós temos para financiar o desenvolvimento brasileiro via financiamento público?

De novo, esse dinheiro não pertence ao Tesouro, pertence ao Banco Central. O Banco Central não pode financiar o Tesouro. Mas, se nós quebrássemos a proibição, que consequências isso teria para a economia real?

Por favor, esclareça isso. É importante.

Terceira e última pergunta. O Senado aprovou um projeto do Senador Rogério Carvalho sobre os depósitos voluntários relativamente àquele dinheiro que o Governo tem de fazer quando faz o câmbio das exportações. Graças a Deus, nós estamos superavitários, e o Governo é obrigado a ter reais para fazer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

câmbio dessas pessoas que exportam e que recebem em dólares. Essa conta de depósito voluntário, que seria aberta pelo Banco Central, fazia com que o Governo não precisasse emitir títulos para financiar esse câmbio, porque, aí, realmente não se trata de déficit, se trata de câmbio.

Eu particularmente, vejo isso com bons olhos.

Queria saber como o senhor vê essa questão dos depósitos voluntários pelo Banco Central e se é verdade que isso poderia reduzir a nossa dívida pública entre 16% e 34% do PIB. Ou seja, aquele índice que o senhor mostrou no gráfico, de 87%, cairia substancialmente.

Seriam as três perguntas: 1) Teoria da Moeda Moderna, André Lara Resende; 2) por que não podemos usar as reservas de dólares para financiar o desenvolvimento; 3) o projeto dos depósitos voluntários dos bancos no Banco Central.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Oriovisto.

Passo a palavra para a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

Cumprimento o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Funchal. Muito prazer em conhecê-lo. Acho que ainda não nos encontramos, não o conhecia, e eu gostaria de fazer dois comentários, duas perguntas ou comentários, reflexões, a respeito dos investimentos.

Nós estamos esperando um crescimento do PIB, este ano, além do que esperávamos no ano passado. Poderá chegar a 4%, 4,5%... Algumas pessoas falando em 5%. Claro que isso é uma coisa momentânea, deste ano de 2021. Para nós termos um crescimento sustentável de 4% a 5%, ao longo de décadas, de uma década, por exemplo, nós temos que garantir os investimentos públicos e privados.

Então, a média econométrica de vocês diz que 25% do PIB daria um crescimento sustentável de 4% a 5% ao ano, sendo que, desses 25%, é normal o setor privado ficar com 20%, menos de 20%, mas o setor público, como é nos Estados Unidos, ficar com de 5% a 7% dos investimentos desse grupo de 25%, para dar sustentabilidade a esse crescimento do Brasil, gerar empregos, aumentar os empregos do País, abrigar os desempregados, 26 milhões de pessoas... E, hoje, ao invés de 5% a 7%, nós estamos com 0,5%. Então, como o senhor vê essa questão do investimento privado? Porque é muito conservador e muito antigo achar que o público vai embora, e o privado vai ficar à vontade e investir sozinho. Nós já sabemos que isso não acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2020, 2019/2020, nós fizemos essa experiência. O setor público brasileiro retirou todos os recursos da praça, dos investimentos, via BNDES, principalmente, e nós tivemos, claro, um aumento do setor privado, mas muito longe do que tinha o público. Então, nós ficamos com um hiato, uma diferença muito grande do que tínhamos em investimento, somado público e privado. Com a saída do privado, por uma estratégia do Ministro Paulo Guedes... Desculpa, com a saída do público, o privado não correspondeu, e isso foi uma experiência negativa. Eu gostaria que o senhor comentasse sobre essa conta dos economistas a respeito desses 25% do PIB, divididos entre público e privado.

E a segunda questão, que eu gostaria de que o senhor comentasse... E não pense que eu sou pessimista não, eu tenho votado assim, constantemente com as matérias do Governo, na área de economia, tanto as matérias do Ministério da Economia, como com o Banco Central. Então, todos aqui são testemunhas dos meus apoios incondicionais, claro que sempre debatendo e discutindo. Então não se trata aqui de uma fala oposicionista, absolutamente. Minha oposição ao Bolsonaro está lá na pandemia.

Bom, o resultado primário, está todo mundo comemorando demais. E eu gostaria também de estar comemorando com mais alegria. Eu estou um pouco preocupada, porque nós sabemos que, com essa arrecadação, esse aumento do setor, agora em abril, por exemplo, 24 bilhões de superávit, contra -82 bilhões do ano passado, então, de fato, a tendência de alguns mal-avisados é comemorar e ponto, acabou. Só Estados e Municípios corresponderam a R$7 bilhões dos R$24 bilhões, mas eu queria considerar três pontos e queria que o senhor me explicasse, ou me contestasse, ou concordasse.

Nós estamos com uma inflação do PIB nominal de 9% – certo? –, e é esse PIB nominal que determina a receita. Então, está mais relacionada com o nominal do que com o real. Então, uma das explicações desse aumento de arrecadação nós devemos a esse deflator do PIB, que é de 9%. Certo? Então, isso – gostaria de que o senhor me contestasse ou não – é um dos motivos do crescimento dessa arrecadação.

O segundo ponto, claro, é o crescimento real do PIB. De fato, nós estamos crescendo mais porque nós estávamos com uma defasagem muito grande em todos os setores, principalmente na indústria, com um hiato muito grande entre produção e capacidade produtiva.

O terceiro motivo é que nós estávamos sem Orçamento, e sem Orçamento não há gasto.

Então, o senhor está achando que eu estou cautelosa demais ou o senhor acha que é isto mesmo: nós devemos ter cautela, porque cautela e caldo de galinha são bem melhores? Então, nós não estamos ainda num céu de brigadeiro; deveremos ficar.

Para concluir, completando o raciocínio, que eu não pretendia de fazer, mas já que o Oriovisto o fez, a respeito dos depósitos voluntários, que é uma das coisas mais importantes que o País pode fazer agora para a redução da dívida pública. Nós não teremos aumento de dívida pública; nós teremos apenas uma manobra contábil para retirar, Oriovisto, recursos da praça, recursos que o Tesouro comprou, pagou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não quis renovar, e isso inunda o mercado de dinheiro. Então, ao invés de publicar e emitir as compromissadas com data e hora de pagar, nós permitirmos os depósitos voluntários justamente para que ao o Tesouro não emitir as compromissadas, a contabilidade no FMI melhore para nós, a redução da nossa dívida pública.

Então, ainda na quinta-feira, ligou-me Arthur Lira perguntando o número do projeto. Eu tenho pedido sistematicamente, mais do que ao Presidente do Banco Central, a Arthur Lira para votar essa matéria na Câmara. Nós já a votamos. Eu fui a Relatora no Senado. Vamos agora votar o do câmbio, que a Câmara já votou e talvez seja a terceira medida mais importante para a economia do País. A primeira é a independência do Banco Central, as compromissadas que estão na Câmara e, agora, a modificação no câmbio, que está no Senado. Eu tenho a promessa, a pedido do Governo, de que eu relate essa matéria, assim disse Fernando Bezerra.

Então, eu gostaria de deixar esse terceiro ponto apenas comentando a importância das compromissadas para nós. As reservas – eu só registro com o meu pouco conhecimento, Oriovisto –, que o País tem e que construiu a duras penas, inclusive têm custo e foram para que nós pudéssemos ter uma melhor *performance* também nas escalas de *rating* neste mundo todo. Se nós, neste momento – se Bruno Funchal achar diferente –, mexermos nas reservas agora, isso poderia causar um impacto muito negativo para o Brasil no que diz respeito ao *rating*, à nossa classificação. Se eu estiver enganada, eu gostaria de ser corrigida.

Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE** (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Dr. Bruno, aqui há perguntas dos internautas. Eu selecionei só duas, mas há várias. Eu gostaria de que o senhor anotasse o nome da pessoa que lhe dirige a pergunta e, depois, o senhor pode dar a resposta diretamente para ela.

A primeira é Nelma Denise, Rio de Janeiro. A pergunta é a seguinte: "Em que a reforma tributária ajudaria a alavancar a economia brasileira no atual momento de desemprego em massa e evasão de empresas do País?". Essa é a pergunta de Nelma.

A segunda pergunta é de Cezar Nascimento, Minas Gerais: "Por que, em tempos de Covid-19 e economia abalada, o Executivo está aprovando aumento do salário de generais e outros servidores?".

Bem, a outra pergunta é de Marcos Lopes – o senhor não precisa anotar não. Ele pergunta sobre como este Governo está conseguido dar conta das despesas exorbitantes. São os créditos extraordinários – já está respondido, o senhor respondeu durante a sua palestra, não é?

O Manasses Rocha, de Santa Catarina, fala também das dificuldades encontradas por Governos anteriores. O senhor já justificou na sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Kauana Oliveira pergunta quanto vai se gastar com a vacina. As vacinas, os créditos extraordinários já estão garantidos, viu, Kauana? Já estão garantidos todos os contratos. Para – como eu posso falar? – as intenções de compra de vacinas, estão garantindo os recursos.

Então, são essas as perguntas dos internautas.

Eu passo a palavra a V. Exa. para responder aos nossos Senadores Esperidião Amin, Oriovisto e Kátia Abreu e aos internautas.

Está com a palavra o Dr. Bruno Funchal.

O SR. BRUNO FUNCHAL (Para expor.) – Eu quero agradecer as perguntas do debate. Há vários pontos bastante interessantes em relação não só à política pública, mas também à teoria econômica.

Vamos começar, então, do início aqui... Então, vamos começar depois... Como o Senador Amin está no telefone, eu vou começar pelo Senador Oriovisto e, depois, eu vou para o Senador Esperidião Amin.

MMT (*Modern Monetary Theory*): lá nos Estados Unidos mesmo você já tem muita contestação em relação a isso, mas, assim, de forma bem resumida, ela meio que nasce num ambiente econômico que tem uma taxa de juros próxima de zero ou zero. Aí você está batendo naquele limite, ou seja, é basicamente o seguinte: você empresta dinheiro e custo zero. Então, quer dizer que, se o dinheiro tem custo zero, eu posso emitir moeda e não preciso pegar dinheiro emprestado, eu vou emitir moeda. Nos próprios Estados Unidos, isso já tem muita crítica. Então, por exemplo, dois catedráticos americanos lá, o Larry Summers, que já foi secretário do Tesouro, e o John Cochrane, professor de Stanford, que vêm falando bastante disso, estão bastante temerosos em relação a isso por essa consequência nos próprios Estados Unidos, que têm a moeda forte. Então, não precisa ter ataque especulativo, mas o aumento de despesa, o aumento do déficit público e o aumento do endividamento, em algum momento, podem acionar um gatilho: "será que essa dívida vai ser paga?".

E a quantidade de dinheiro na economia, naturalmente, é isto: aumenta a base monetária, você... Mesma quantidade de produtos que estão sendo produzidos, você dobra a quantidade de moeda, é natural que você tenha pressão inflacionária. A gente já está começando a ver isso nos Estados Unidos. Se a gente olha a taxa do Tesouro americano de dez anos, está subindo... Cada vez que você tem esses anúncios de planos fiscais muito expansionistas, você já tem esse crescimento dos juros americanos, já capturando isso, uma inflação mais alta e um risco mais alto. E isto nos Estados Unidos, que têm uma moeda forte.

Aqui, a gente já tem dois problemas. O primeiro é que a nossa taxa de juros está muito longe de ser zero. Não é zero a taxa curta e muito menos é zero a taxa longa. A gente já teve uma experiência no passado. Gastamos 10% do PIB. Então, se a gente emite dinheiro e gasta muito... A inflação deste ano é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito explicada por aquele aumento fiscal que a gente teve no ano passado. Então, é isso, a gente já fez aqui esse experimento... Não foi preciso nem emitir moeda sem lastro. Simplesmente, endividou-se, jogou esse caminhão de dinheiro na economia, e gerou essa inflação. A gente precisa fazer isso de forma organizada, fiscalmente e monetariamente. Então, a gente sabe que esse tipo de coisa traz inflação. E essa inflação afeta quem no final do dia? Quem não tem proteção de instrumentos financeiros, os mais pobres. O que a gente vê é que afeta os mais pobres, é a perda do poder de compra.

Então, nos Estados Unidos você tem, fala-se que isso se chama *voodoo economics*. Não tem muita explicação. Você tem uma corrente que advoga isso, mas lá no próprio Estados Unidos ela é muito contestada num ambiente de taxa de juros igual a zero ou próxima disso. Eu acho importante a gente falar aqui, porque é temerário a gente entrar com esse tipo de debate aqui no Brasil. A gente não tem o mesmo ambiente, nossa moeda não é o dólar e a nossa dívida é muito alta. Então, o Brasil, apesar de ter uma reserva forte – e aí conecto com a segunda pergunta –, que traz essa credibilidade, a gente está muito menos sujeito a ataque especulativo por conta de câmbio flutuante e reserva internacional, apesar de a gente ter isso, até que ponto a gente consegue navegar nesse mar de tranquilidade em relação à estabilidade da moeda? Claro que o Roberto Campos é uma pessoa muito melhor que eu para responder, mas essa é a minha visão.

Em relação a reservas internacionais para usar, eu acho que a Senadora Kátia Abreu tocou num ponto importante. Ela falou que as agências de *rating* olham isso. Então, primeiro, isso é um ponto operacional. A gente está olhando o estoque em geral. Se você baixar a reserva, você baixa a reserva para baixar a dívida. Tanto é que, na nossa métrica de dívida líquida do setor público, o efeito é... Isso é um ativo que a gente tem, e ele reduz o nosso endividamento líquido contra uma reserva. Se reduzir reserva o impacto, vai ser numa dívida bruta menor. Agora, daí até eu gastar, a gente vai ter dois problemas. O primeiro passa pelo orçamento, e a gente vai ter todos os controles de regras fiscais que a gente tem. A gente não vai ter essa liberdade para gastar. E, segundo, esse excesso de gasto vai gerar essa repercussão. Por exemplo, gasto de forma desorganizada repercute na inflação.

E qual é o grande lado negativo de você baixar a reserva? Você fica mais exposto a esses movimentos internacionais. A gente sabe que o mundo é muito conectado. Então, para movimentos de capital internacional, é importante a gente ter um nível de reserva confortável para poder lidar com isso, traz mais estabilidade para a nossa moeda.

Então, de novo, o ponto em que a Senadora Kátia Abreu tocou é verdade. Cada vez que a gente fala com a Standard & Poor's, com a Fitch, com a Moody's, um ponto importante, que é ponto bastante positivo, são nossas reservas. Aí, imagina que nossa reserva é baixa. Aí, cria essa instabilidade, cria risco, se desorganiza sistematicamente o Brasil em relação à estabilidade da moeda, se impacta no risco, impacta nos juros; então, acaba sendo pior para a nossa economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, depois, em relação aos depósitos voluntários, é um bom projeto, sim, e, de novo, a gente tem... Hoje é tudo por operação compromissada. Então, é isto: o Banco Central... Qual é a lógica? Ele controla a quantidade de moeda na economia, porque ele controla a oferta de moeda: mais oferta, menos oferta, ele controla em nível de taxa de juros. E como ele faz isso? Operação compromissada. Isso aumenta muito a quantidade de dinheiro na economia. Ele joga papel e pega esse dinheiro para manter a taxa de juros ao preço da moeda, da oferta e demanda de moeda. É um instrumento que ele tem. "Ah, poderia ter...". Os bancos ficam com isso, os fundos... Então, há vários agentes econômicos que ficam com isso. Os bancos poderiam usar um outro mecanismo, que é o depósito voluntário? Poderiam. Poderiam. Vai impactar muito na dívida? Acho que não, porque uma boa parte das operações compromissadas não está na mão dos bancos; impacta alguma coisa, mas eu não acho que impacta nesse tanto, queda de 20%, 30%. Não acho; acho que impacta menos – eu sei, porque eu já conversei com um diretor do Banco Central sobre isso –, mas impacta.

Agora, é uma oportunidade para a gente uniformizar a nossa medida, nossa métrica de dívida bruta, com o padrão do FMI; de fato, é uma oportunidade, porque a nossa métrica é diferente. Como a gente consolida com o Banco Central, a operação compromissada não está entrando. Se a gente separar... Agora, é uma oportunidade... O depósito voluntário pode ser uma oportunidade para poder fazer isto: migrar essa nova metodologia. É uma discussão que a gente precisa ter com o Banco Central e alinhar à nossa metodologia da IFI. Eu gosto do projeto de depósito voluntário, eu acho que é um instrumento importante e acho que o Banco Central também é bastante a favor desse instrumento.

Bom, em relação à pergunta da Senadora Kátia Abreu, que fala do investimento. O primeiro foco é investimento, 25%... Regra de bolsa: investimento para crescimento sustentável de médio e longo prazo, 25% de investimento – 20% público e 5% privado. Eu acho que um grande objetivo é voltar a crescer em investimento público, só que a gente tem que fazer isso de forma – de novo – organizada. Para qualquer política pública, eu acho que precede, primeiro, estar com as contas organizadas e, depois, evoluir com as políticas sociais, políticas públicas, entre elas, investimento.

Da forma como a gente tem hoje, com a rigidez do nosso orçamento, com o crescimento de despesa obrigatória, a gente ainda está na contramão: ele vai comendo despesa discricionária, e uma boa parta da despesa discricionária é investimento público. A gente tem que inverter essa lógica. Então, uma parte do nosso trabalho é isto: é tentar desacelerar a despesa obrigatória e, aí, voltar a crescer a nossa despesa discricionária, principalmente investimento público. Só que de novo: não pode ser ao custo de desorganizar a economia. Por quê? Porque aí você vai matar um pouquinho em investimento...

Imaginem o seguinte: vamos aumentar, sei lá, 1% em investimento público, 70 bilhões. Vamos fazer isto: tiraram-se do teto 70 bilhões. Só de fazer isso, a taxa de juros vai crescer tanto, porque o risco, a percepção de risco da economia vai crescer tanto que o investimento privado vai diminuir muito mais que proporcionalmente. Então, o investimento público tem que ser feito, focalizado, seguindo as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regras fiscais, mas, de novo, precede a nossa reorganização fiscal. Mas, de fato, e aí, com a fiscal organizada, você vai ter o setor privado investindo, você tem essa retomada; a gente está com vários movimentos de retomada do investimento. É importante. E aí, com as contas organizadas, o investimento privado consegue crescer concomitantemente ao investimento público. Eles não podem competir; eles têm que se complementar. E investimento público é isto, é chegar aonde o setor privado tem mais dificuldade de chegar, aonde há mais efeitos de externalidade nos outros setores. Em geral é infraestrutura. Então, é isso, acho que todo mundo concorda que precisa aumentar, mas é, primeiro, a organização de contas, para você poder ter um aumento conjunto do investimento privado e do investimento público, ou seja, não pode aumentar o investimento público ao custo de perder investimento privado.

Pacto primário. Também a Senadora fez uma boa descrição, não sei se tenho algo a acrescentar. Dos 100 bilhões, nosso relatório bimestral, nosso resultado projetado para o final do ano melhorou de um déficit de 287 para um déficit de 187, 100 bilhões. Regra de bolso: 90 bilhões são receita; 10 bilhões, despesa. Dos 90 bilhões de receita, uma parte é crescimentos. E aí, se você vir, está espalhado na economia. De fato, o crescimento da economia não foi uma ação ou outra, mas não tenho dúvida de que a inflação joga a favor, joga a favor! Então, é isso. Se o deflator do PIB é 9%, e você tem um crescimento de 4%, você tem uma receita crescendo treze e pouco. É isso. Verdade. Efeito quantidade e efeito preço. Isso repercutiu positivamente no crescimento da arrecadação.

E gasto também, a gente teve um efeito positivo no gasto. Com uma parte dessa redução de gastos, por exemplo, você já tem essa nova projeção de algumas despesas obrigatórias. Então, essas novas despesas obrigatórias, como previdência ou seguro-desemprego, por conta da MP do BEm, também repercutiram, e gerou esse resultado também de economia.

E uma parte boa do resultado, de fato, é porque a gente gastou menos em despesa discricionária, porque estava no período de antevigência do orçamento. Então, estava rodando no decreto de antevigência, a execução estava pré-votação do orçamento, e, em geral, ele é mais conservador. Então, uma parte veio disso; uma parte é estrutural, e uma parte, de fato, é conjuntural, por conta da antevigência.

Reserva, já comentei. É isso mesmo, reserva é relevante, é importante para a percepção de risco do País, e as agências de *rating* olham isso. E é um ponto positivo que a gente tem.

Pergunta dos... Ah, do Senador Esperidião Amin. Vamos lá, vou voltar aqui. Falar da recomendação do PL 4.119 sobre a avaliação de gastos tributários. Concordo totalmente, estamos juntos em relação a isso. Na Emenda Constitucional 109, que é a PEC emergencial, veio um artigo importante que é o art. 4º, falando para estruturar uma proposta para redução, até em oito anos, do gasto tributário, basicamente cortando pela metade. É nisso que a gente está trabalhando. E vamos enviar uma proposta de redução de gastos tributários, seguindo principalmente métodos de avaliação desses gastos tributários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que é importante falar e repetir, repetir o tema, porque a gente está fazendo um esforço grande pelo lado da despesa, para melhorar o resultado; pelo lado da receita, esse é um esforço importante, que é o gasto tributário.

Corrida da reindustrialização, se a gente não ficar refém de um novo superciclo de *commodities,* como aconteceu nos anos 2000 a 2010, verdade. E eu acho que o ponto de partida para estarmos disponíveis, para ter essa reindustrialização, é melhorar o ambiente de negócios, para você melhorar os marcos regulatórios. Então, o marco regulatório das *startups*, que passou recentemente, do saneamento, a Lei do Gás, ou seja, legislações, *frameworks* que descompliquem, que reduzam burocracia, que estimulem investimento em inovação. É isso o que a gente tem que fazer. Agora, a gente não pode esquecer o capital humano. Investimento em capital humano, em educação é fundamental para isso. Acho que é um outro vetor superimportante, junto com produtividade e com investimento.

Explicar... Ah, o resultado fiscal. Acho que a Senadora Kátia Abreu falou, já explicou. O resultado fiscal é aquele lá do... Melhora 100 milhões, 90% receita e 10% despesa; receita, crescimento e inflação; despesa, decreto de antevigência é uma parte de despesa obrigatória.

E produtividade. Acho que crescimento econômico é o foco. De novo, a gente tem um problema estrutural de estagnação da produtividade. A gente precisa reverter isso. Nessa reversão, acho que parte do trabalho é simplificação: melhoria dos marcos regulatórios, reformas micro. E aí destaco a Lei de Falências, que foi aprovada no Senado, no final do ano passado, e sancionada este ano, que é um exemplo para mim muito emblemático. Há vários artigos que mostram e que deixam tudo muito claro, como, por exemplo, há um artigo muito bacana que saiu numa revista da Universidade de Harvard que mostra o seguinte: ele mostra como a realocação dos ativos na economia impactam em produtividade. Então, ele compara a legislação de falência nos Estados Unidos, na Índia e na China. Em geral, países que tendem a preservar a qualquer custo empresas fazem com que empresas que têm dificuldades de gerar valor permaneçam na economia, são empresas de produtividade baixa. Nos Estados Unidos, o que eles fazem? Essas empresas fecham e abrem, fecham e abrem. E aí eles realocam os ativos na economia e eles realocam em produtividade maior. Então, para mim vai ser um grande choque de produtividade esse novo marco da Lei de Falências. E é o próximo passo a reforma tributária; acho que a reforma tributária vai ser um grande avanço na produtividade.

Conecto-me, agora, com a pergunta da Nelma Denise. O impacto da produtividade é um impacto muito significativo na reforma tributária, o impacto na produtividade. E a lógica é: se desburocratiza, diminui a incerteza e a complexidade, as pessoas vão tender a alocar mais o seu tempo naquilo que a empresa produz de fato. E você vai produzir mais, isso é produtividade. Então, acho que o nosso próximo grande desafio é andar com a reforma tributária.

O Cézar Nascimento fala que, em tempos de Covid, a gente teve um aumento de salário e tal. Acho que a gente tem que separar em duas coisas. Primeiro, a gente trouxe a Lei Complementar 173, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

congelou o aumento de salário. Agora, acho que o Cézar está falando de uma portaria que saiu recentemente sobre os dois tetos: o teto do salário da ativa e o teto de salário de aposentadoria. E aí, basicamente, acho que é uma questão jurídica, ou seja, você tem uma decisão do Supremo que foi implementada, foi implementada essa decisão. Então, a gente tem que separar o que é legal e o que é conceito econômico. Então, basicamente a gente está seguindo... Assim, o conceito a gente está aplicando, desde o ano passado: dois anos de congelamento. Este ano a gente está seguindo um entendimento do Supremo que fez esse ajuste.

Acho que é isso, Senadora Kátia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Bruno, eu vou fazer para o senhor aqui uma pergunta, um pingue-pongue.

O senhor, como Secretário Nacional de Fazenda, acredita na aprovação da reforma tributária que está na Câmara, a Proposta nº 45, que agora o Presidente Arthur Lira retirou de pauta propondo o fatiamento dela? O senhor acredita na aprovação dela fatiada, inteira? E na reforma administrativa ainda este ano?

O senhor pode responder a minha pergunta, é só essa mesmo.

O SR. BRUNO FUNCHAL – Acho que a Senadora Kátia quer fazer uma pergunta também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode abrir para a Senadora Kátia, por favor. (*Pausa.*)

Pode soltar o seu som, Kátia, o seu som está fechado.

Kátia? (*Pausa.*)

O seu som está fechado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Pronto?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pronto.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente, por essa colher de chá.

Mas, eu queria... É importante também complementar com a questão da reforma.

Eu estou sabendo que alguns setores do Governo estão contra a reforma administrativa e eu vejo o Paulo Guedes, que deveria ser o maior interessado por conta do sucesso, lutando muito pouco por essa reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que está faltando diálogo, porque existe já um sentimento, na grande maioria das frentes parlamentares, de a gente não tratar de estabilidade, deixar esse assunto, não discutir esse assunto da estabilidade, porque isso faz bem ao contribuinte, protege o contribuinte, e o segundo ponto são as carreiras de Estado, que também têm muita polêmica.

Nós não pretendemos, a grande maioria pelo menos – eu faço parte da frente parlamentar, sou Vice-Presidente –, trabalhar esses pontos que são de muito atrito por convicção e não por desistência ou por fraqueza, porque nós temos tantas outras coisas mais importantes para votar do que apresentar uma reforma que venha lutar contra o servidor, absolutamente.

Então, eu acho que falta diálogo, e o Presidente talvez esteja preocupado em desagradar esse setor. E, na verdade, nós queremos, com toda a sinceridade, agradar o setor público com esta grande modernização do serviço público brasileiro, fazer com que o brasileiro se orgulhe do servidor público do seu País, do seu Município, do seu Estado.

Então, acho que, se o Paulo Guedes promovesse um diálogo mais de perto, mais detalhado, ele iria ver que não existe nenhuma disposição em prejudicar o servidor público no Brasil. Manter a estabilidade, não tratar de posições de carreira, e o que nós queremos é premiar os servidores e acabar com a injustiça no serviço público brasileiro. Uma minoria que ganha dinheiro demais e uma maioria que ganha dinheiro de menos. Eu não sei se esses ganham muito, eu só sei que outros ganham pouco demais. Então, essa distorção precisa ser corrigida o mais urgente possível.

A segunda questão, Sr. Presidente, finalizo rapidamente, eu queria que o senhor comentasse também sobre a abertura do comércio. Eu também acho, quanto ao Ministro Paulo Guedes, com a força política que tem, com o quadro que tem hoje no Ministério da Economia, muito pouco interesse ou, assim, uma expressão não tão forte, porque eu tenho muita consideração pelo Ministro Paulo Guedes, eu não estou vendo empenho também na abertura do comércio brasileiro.

Vamos tirar fora a Europa, porque há o problema do meio ambiente e o Paulo Guedes não pode fazer milagre, mas, na questão da União Europeia-Mercosul, nós temos um problema de desmatamento que precisa ser corrigido. E, se não houver a mão pesada do Paulo Guedes, com recursos garantidos – já falei com ele duas vezes –, dobrar o orçamento para que a gente corrija rumos, para que a gente possa fechar esse acordo... Mas existem tantos outros acordos que poderiam já ter sido feitos.

Nós sabemos, proporcionalmente, Presidente Confúcio, o que acontece, a cada R$1 de mercado aberto, no PIB e no PIB *per capita*. Então, nós já temos até uma simulação econométrica aí de quanto seria, em dez anos, o PIB *per capita* brasileiro com e sem acordo. É algo de 14 para 21 o PIB *per capita*, se nós abríssemos. Sem abrir, é um tanto; se abrir, é outro.

Então, eu acho que o Ministério da Economia... Não estou aqui brigando com o senhor nem com o Paulo Guedes, mas nós estamos como o pior país do mundo no indicador de abertura. Nós temos 23% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertura, que é o fluxo de comércio dividido pelo PIB. Atrás de nós, só há a Coreia do Norte. A gente não pode nem contar, porque eles não têm nenhuma atividade comercial, mercantilista, nada disso. Então, nós somos o pior. A média mundial é de 45%, 50% de abertura. Então, eu fico muito complexada de ver o Brasil como último lugar de abertura no mundo. E isso é só para constatar, não quero que o senhor comente esses números.

Eu quero saber por que o Ministério da Economia, que hoje tem o Mdic lá dentro – o Mdic era o responsável por isso, junto com o MRE; não vou cobrar do MRE, porque o chanceler é novo... Mas o Mdic, que está dentro do Ministério da Economia, junto e sob a guarda de Paulo Guedes, por que está tão tímido, tão pouco ousado na abertura desse comércio, já que isso seria um pilar mais do que importante para ajudar na retomada do crescimento brasileiro e, sempre repito, retomada do emprego? Nada para mim é mais importante. Vacina e emprego são minha obsessão hoje, Secretário Nacional.

Então, esses são os dois comentários.

Obrigada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vou passar a palavra para o nosso Relator Wellington Fagundes fazer o encerramento e os agradecimentos.

E eu passo a palavra ao Dr. Bruno Funchal para sua resposta à minha pergunta, que é muito simples, e para algum comentário sobre o que a Senadora Kátia Abreu acabou de expor.

O SR. BRUNO FUNCHAL (Para expor.) – Sim, vamos lá.

Obrigado pelas perguntas, pelos comentários.

Eu acho que essas duas reformas são os maiores objetivos agora para 2021.

Reforma tributária. Acho que o grande objetivo é andar, evoluir para descomplicar o sistema, desburocratizar. Existe um ponto-final a que a gente quer chegar, que é desburocratizar todo o sistema, o sistema tributário federal, estadual e municipal. Agora, fazer o todo, sinceramente, eu acho que é aquele negócio do custo-benefício.

A gente tem uma chance maior de andar se focar, por exemplo, num IVA federal, na proposta lá mais fatiada, mas aí o impacto, é claro, não é tão grande quanto seria se fosse a PEC mais ampla. Agora, acho que o mais importante é andar. E, agora, para andar, aí vai muito do sentimento dos senhores, do Presidente Lira, do Presidente Pacheco, do sentimento de qual é a percepção de chance de sucesso. Se a chance de sucesso é muito maior andando, na primeira parte, com o IVA federal, com a CBS, eu acho que esse é o caminho que tem de ser feito. É claro – e eu até falei aqui – que a gente não vai... O sistema nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados é muito complexo; você tem regulamento de ICMS de 3, 4 mil páginas em todo Estado. Precisa melhorar? Precisa reformar? Precisa, mas é melhor a gente começar, sair dessa inércia e, de fato, dar um passo, do que a gente ficar tentando e não fazer nenhum avanço. Então, aí, eu acho que vale muito desse cálculo político.

Olhando a discussão, pelo que eu tenho visto, talvez, nesse cálculo político de qual tem mais chance de avançar, fazendo essa conta aí, eu acho que, talvez, seja interessante andar com o IVA federal, entregar neste ano e, depois, avançar nessa modernização do sistema, na modernização do sistema como um todo. Então, o meu sentimento é este: no fatiamento por conta dessa maior chance de evoluir em 2021.

Quanto à reforma administrativa, na verdade, eu estou otimista, eu acho que vai andar, eu acho que é importante. Eu não vou nem falar da questão fiscal. Acho que falar de questão fiscal, nesse caso, é irrelevante. Eu acho que a gente tem de olhar a produtividade e a melhoria dos serviços públicos.

Então, concordo com a Senadora Kátia: é modernizar, é premiar aqueles que, de fato, entregam mais; é fazer com que os incentivos sejam corretos e valorizar aqueles melhores servidores. Para isso, a gente tem que também dar um primeiro passo. Discutir agora, pegando o primeiro gancho da Senadora Kátia, carreiras de Estado talvez reduza a chance de evoluir nesse assunto. Então, vamos focar naquilo para dar esse primeiro passo. É importante modernizar a administração pública, e eu acho que é uma oportunidade.

A gente já viu uma modernização forçada na administração pública, por conta da pandemia, com o teletrabalho. Então, eu acho que a gente tem de pegar esse gancho dessa modernização e institucionalizar, para que a gente não perca essa experiência. Ou seja, de tudo de ruim que tem acontecido, eu acho que a gente tem tido diversos aprendizados, e uma modernização do serviço público é um deles. Eu acho que é importante isso. E, aí, a reforma administrativa vai ser uma base para essa modernização estruturada.

E, fechando aqui, em relação à abertura comercial, concordo: se for ver na escala, a gente... É um dos planos de Governo, é uma das frentes de prioridade e precisa avançar. Da forma como está hoje, a gente tem muito ainda a fazer. Eu acho que o diagnóstico está certo. Estamos atrasados e temos de trabalhar. A gente sabe que o impacto no PIB é bastante significativo, e não só por conta de melhora comercial, mas melhora de produtividade, avanços tecnológicos que vêm a partir dessa abertura comercial. Então, há modernização industrial a partir disso. Então, não tenho muito o que falar contra, mas simplesmente concordar com a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Senador Wellington Fagundes, para as suas últimas perguntas, caso as tenha, e suas considerações sobre a nossa audiência de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, claro que estamos aqui conversando sobre economia, e falar sobre economia é extremamente complexo.

Mas, Secretário Bruno, primeiro, todos nós vivemos angustiados porque, quando o Presidente Bolsonaro ganhou as eleições, ele falava muito em simplificar o Brasil, assim como outros Presidentes falaram, até com o lema de "Mais Brasil, menos Brasília". Aliás, eu até aumento; eu diria: "Menos Esplanada e mais Brasil", porque todos nós sabemos que a burocracia, esse peso... Não é só a carga tributária, é o volume tão gigantesco do número de impostos, e nós não conseguimos avançar nessa simplificação do Brasil.

Eu quero aqui registrar que, também como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, em todos os encontros que a gente faz com investidores, aquilo de que mais se reclama é a falta de segurança no País. Contratos de longo prazo não são tidos como política de Estado, e muito mais como política de Governo, tanto é que nossas concessões rodoviárias – todas elas – hoje passam por problemas. Por quê? Porque exatamente o Governo não cumpriu a sua parte e as empresas também. E é sabido que toda retomada da economia se faz através dos investimentos pesados na infraestrutura.

Eu gostaria de um comentário de V. Sa. um pouco sobre essas perspectivas, porque, inclusive, agora vamos comemorar, dia 7 – dia 5, na verdade, mas talvez com evento no dia 7 –, os 20 anos do Dnit, e temos percebido que, a cada ano, o volume de investimentos vem em queda muito acentuada. E, para este ano também, no Ministério da Infraestrutura, praticamente os recursos não dão nem para manter até os tapa-buracos. Aliás, a nossa preocupação é esta: se não houver investimento, nós vamos voltar à operação tapa-buracos, que, eu creio e sempre falo, é a desmoralização de governo, além de não gerar emprego.

E, se nós estamos hoje conseguindo ainda ter esse superávit, com certeza, é principalmente porque o trabalhador brasileiro não baixou a cabeça, mesmo desempregado, cada um procurando na economia informal uma forma de sobrevivência, e também, como o Brasil é um grande país rural, a nossa produção agropecuária foi muito expressiva. Mesmo na pandemia, conseguimos ampliar a nossa produção, graças também à produtividade, daí a importância, inclusive, da licitação do 5G o mais rápido possível.

Mas eu gostaria de um comentário de V. Sa. sobre esse aspecto, porque também é a retomada da economia que vai gerar emprego, e eu sempre digo que, para um pai e uma mãe chefes de família desempregados, isso é o desespero. Como foi colocado, R$235 quase não é nem muito pouco, é insuficiente para a sobrevivência de alguém também com os preços dos alimentos, que subiram muito.

Então, eu gostaria que V. Sa... Nós estamos falando da Covid por quê? Porque na Covid o impacto é direto na morte das pessoas por falta da vacina, o que está muito claro, e principalmente no desemprego, que leva também a uma preocupação muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero também aqui registrar que o Dr. Waldery, quando veio pela última vez à nossa Comissão, fez, sim, um compromisso de ajudar a recompor os recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, e eu quero aqui registrar, agradecer, até porque fiz também emenda ao Orçamento recompondo mais 100 milhões, porque, como o próprio Ministro da Ciência e Tecnologia disse, em pesquisa não dá para você fechar a porta e reabrir depois.

Então, pesquisas, principalmente neste momento, quando estamos falando de uma doença terrível, perversa, que está matando pelo mundo afora... E o Brasil é recordista, chegando a mais de 450 mil mortes, podendo chegar a mais de 500, sei lá. Dificilmente... Estamos pedindo a Deus para que essa vacina chegue. Estamos buscando vacina – tem que trazer de onde houver – e as alternativas, inclusive, também de poder fazer vacinas aqui a partir do nosso parque industrial. Depois eu gostaria... Nem sei se é o momento, Presidente Confúcio, mas, quanto à transferência em tecnologia, que foi dita tanto pelo Instituto Butantan como pela Fiocruz, até hoje essa transferência tecnológica não foi claramente mostrada a todos nós, porque tanto o Butantan havia afirmado que já tinha transferência tecnológica, e até agora não apareceu, como a Fiocruz ia assinar, e até hoje não assinou também essa transferência tecnológica, o que nos traz muita preocupação.

Daí maior é a necessidade de investirmos nas nossas pesquisas nacionais, para que a gente tenha vacina nacional, totalmente brasileira, porque o parque industrial nosso está pronto para produzir.

Por isso, eu quero também aqui agradecer ao Secretário Waldery – inclusive, a sua assunção hoje, Bruno, como Secretário, a gente percebeu que vai ser muito tranquila, ou seja, uma transição que realmente está fazendo bem ao Brasil. Isso é muito importante, porque se está dando sequência.

Nessa questão da recomposição, já temos o PLN 8, que recompõe o Ministério da Ciência e Tecnologia em 1,888 bilhão, e ainda há aqueles 415 milhões, que vão permitir que se continue a investir nas pesquisas em andamento. Para que o brasileiro saiba, hoje nós temos quatro pesquisas financiadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, sendo que, dessas quatro, uma já está na possibilidade de entrar na terceira fase, ou seja, no teste junto à população brasileira, o que é muito bom.

E o Ministério da Ciência e Tecnologia tem feito um trabalho e um avanço, principalmente, para que a gente possa fazer com que as nossas pesquisas não fiquem só nas universidades, mas que tenham também um trabalho em conjunto com o setor empresarial, além das pesquisas que estão sendo feitas pelo próprio Butantan e pela Fiocruz.

Então, eu gostaria de encerrar aqui tendo um comentário do Secretário, principalmente sobre esses investimentos necessários, de que o País precisa para a geração de emprego. Se o senhor quiser, pode fazer também um comentário sobre a questão do Pronampe, porque a micro e pequena empresa é a que mais gera emprego, e, claro, nós temos também que dar sobrevida a essas micro e pequenas empresas; a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da infraestrutura; e, principalmente, essa questão das pesquisas, e a certeza de termos a liberação dos recursos para essa área tão importante.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria que, para a semana que vem, nós marcássemos a nossa reunião administrativa...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... para prestar contas, inclusive das visitas que fizemos.

O Senador Oriovisto aqui fez várias perguntas, e eu gostaria de responder essas perguntas pessoalmente, numa reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente. Eu vou agendar.

Bem, Dr. Bruno Funchal, nós estamos partindo para o encerramento.

Eu quero avisar a todos que o Ministro Paulo Guedes virá no final do mês de junho. Talvez sejam ele e o Ministro da Saúde os últimos a virem à nossa Comissão. Já está agendado com ele, com a assessoria.

Hoje foi bom. O Dr. Bruno Funchal veio pela primeira vez. Estamos conhecendo o seu desembaraço, o seu conhecimento muito facilitado em explicar essa sistemática tão complexa, que é a economia.

Então, o Ministro Paulo Guedes virá fazer o fechamento da nossa Comissão no dia 30 de junho.

Eu passo a palavra para o Dr. Bruno Funchal, para fazer suas considerações finais e os comentários sobre os últimos questionamentos do Senador Wellington Fagundes. Logo depois, farei o encerramento da reunião da maneira protocolar.

Com a palavra o Secretário Nacional, Bruno Funchal.

O SR. BRUNO FUNCHAL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, vou fazer alguns comentários sobre a fala do Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é preciso aparelhamento estrutural e mais conjuntural. No estrutural, um ponto importantíssimo que foi trazido é a parte da segurança jurídica aos contratos no Brasil. Acho que a gente precisa fazer um esforço grande para poder diminuir essa insegurança. E aí eu destaco tudo que tem sido feito pelo Governo e pelo Congresso em relação aos marcos regulatórios. Eu acho que foi superemblemática, por exemplo, a privatização, a concessão da Cedae e a concessão da Companhia de Saneamento de Alagoas. Em pouco tempo, quando se organizou a regra do saneamento, há investimentos vultosos. E não é investimento por investimento; é um investimento que vai melhorar a saúde pública. Há um melhor resultado em termos de bem-estar da população. Cito a Lei do Gás. E há alguns marcos que estão para ser avaliados: cabotagem, energia, petróleo, ferrovias. Há um conjunto de marcos que vai melhorar as regras do jogo e reduzir essa insegurança.

Outro maior pacote de redução de insegurança é a reforma tributária. É recorrente o tanto de contencioso que existe no Brasil. Só essa decisão do STF, neste semestre, sobre a base do PIS/Cofins é gigantesca. Se a gente for olhar, em nível de Estado, Tusd e Tust na base do ICMS, é similar; deve haver uma repercussão do mesmo tamanho. E há outros contenciosos. Muitas vezes as empresas querem estar em conformidade, querem pagar o imposto direitinho, mas é tão complexo, que acabam errando, e aí se gera um contencioso. Então, essa insegurança atrapalha. É esse nó que a gente tem que ajudar a desatar. Então, estruturalmente, concordo totalmente com o Senador e acho que a gente está no caminho. Por isso, acho importante andar com a reforma tributária, mesmo que seja mais lentamente, por fase, mas é importante andar na direção.

E olhando agora mais no curto prazo: gastos com infraestrutura, ciência e tecnologia e auxílio emergencial. Acho que, quanto ao auxílio emergencial, é muito clara a necessidade desse programa para atender os mais vulneráveis. Qual é o nosso grande desafio, como propositores de políticas públicas para avaliar? Todo mundo quer o melhor para o País e para o nosso povo, só que a gente não pode fazer uma coisa espetacular hoje e amanhã deixar essa população desguarnecida. A gente tem que balancear isso. Então, até que ponto a gente consegue conceder um auxílio que é importante neste momento, pensando no dia de amanhã, sem comprometer a retomada e a geração de emprego? Então, a gente tem que pensar nos mais pobres hoje, nos mais vulneráveis e mais pobres hoje e amanhã, simultaneamente. Esse é o balanço que a gente precisa fazer. E a gente precisa conversar e discutir a melhor forma para isso. Então, quando a gente discute "vamos fazer um programa dessa magnitude", a gente está olhando o quê? É o que cabe dentro da nossa restrição fiscal, para que a gente não comprometa uma recuperação e a geração de emprego no futuro, porque essa pessoa, hoje, que vai ter o benefício, necessário, do auxílio é a pessoa que, amanhã, pode estar desempregada se a gente errar na mão agora. Então, a gente não pode ter esse tipo de... A gente tem de olhar conjuntamente. Essa é a principal mensagem.

E este ano, o ano de 2021, é um grande desafio em termos de gestão. É isto: a gente tem um espaço curto de despesa discricionária, e isso tem afetado – acho que são as mais citadas – as partes de infraestrutura e de ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para ciência e tecnologia, o Senador Wellington lembrou bem, acho que estão no PLN 5 ou 6, não me lembro, os 415 milhões – PLN 6 – para o Ministério, para a vacina, para investir na pesquisa da vacina. E há também, quanto à parte financeira, o PLN 8, que é importante para o financiamento de pesquisa, que teve o benefício do projeto que o Senador Izalci ajudou a empurrar.

Agora, a parte, de fato, da infraestrutura é isto: é deixar sempre muito clara essa necessidade, para uma decisão do Governo alocar isso como prioridade. Por isso é importante a gente, dentro do Governo, conversar – o Ministro Tarcísio fala bastante disso –, ficando claro que essa é uma necessidade para essa alocação que vai ser feita.

Agora, é isso. É uma discussão. Há vários órgãos, vários Ministérios que precisam de recursos. Para a gente, o que a gente precisa ter? Melhor informação possível dos benefícios que vão ser gerados por essa alocação, para que seja tomada a melhor decisão para a sociedade.

Em relação ao Pronampe, em breve deverá sair a medida provisória – espero que esta semana – do crédito extraordinário, para botar em execução o programa.

Acho que é isso.

Obrigado pelo tempo dos senhores e das senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Bruno.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença a todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 7 de junho, segunda-feira, às 10h, para debater com especialistas sobre o tema "O que esperar da educação brasileira?", atendendo ao Requerimento 57, de 2021, de minha autoria.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

(*Iniciada às 15 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 17 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia sete de junho de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Kátia Abreu, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda da Senadora não membro Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater os impactos do novo coronavírus na educação brasileira e os principais desafios e alternativas para enfrentar a crise. **Participantes:** Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica - MEC; Ellen Gera de Brito Moura (representante de: Vitor de Ângelo, Presidente do CONSED); Olavo Nogueira Batista Filho, Representante do Movimento Todos Pela Educação.; e Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da UNDIME. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 75, de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações e esclarecimentos quanto ao posicionamento do Ministério da Saúde em relação ao Brasil sediar a Copa América-2021, mesmo diante do agravamento da pandemia da Covid-19 no país." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/07

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição através da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será, primeiro, ao Relator, o Senador Wellington Fagundes, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A presente reunião: trata-se de audiência pública com a finalidade de debater os impactos do novo coronavírus na educação brasileira e os principais desafios e alternativas para enfrentar a crise.

Nós contamos com as presenças dos seguintes convidados: Dr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Undime; Ellen Gera de Brito Moura, representante do Consed; Olavo Nogueira Batista Filho, representante do movimento Todos Pela Educação.

É um tema extremamente importante para o Brasil. A Comissão que trabalha com a Covid estende esse tema para o conhecimento público, chamando especialistas a opinarem.

A educação foi extremamente afetada pela pandemia. As aulas, na esmagadora maioria dos Estados e Municípios, estão fechadas. Houve a ausência de uma coordenação nacional firme que pudesse liderar todo esse movimento. Ressaltamos a importância dos Prefeitos e Governadores nessa retomada, a brutal desigualdade escolar, que também é observada, e as relações no Brasil e no mundo.

Temos muitos temas a tratar, muitos assuntos, mas não quero adiantar nenhum, porque, na realidade, esse é um assunto dos nossos convidados, cujos nomes já mencionei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consulto se todos estão na mesa. (*Pausa.*)

Eu passo a palavra ao Dr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do MEC, pelo tempo de 12 a 15 minutos – o senhor fique bem à vontade.

V. Exa. está com a palavra.

O SR. MAURO LUIZ RABELO – Bom dia a todos!

Estão me ouvindo claramente? Só a confirmação de áudio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos ouvindo. O senhor pode continuar, estamos ouvindo bem.

O SR. MAURO LUIZ RABELO (Para expor.) – Inicialmente quero cumprimentar todos os presentes, os Parlamentares, Senadores aqui presentes, cumprimentar o Luiz Miguel, Presidente da Undime – ainda não o localizei aqui, imagino que ele vá participar –; o Ellen Gera, Secretário representando o Consed; o Olavo Nogueira representando o Todos Pela Educação; as demais autoridades parlamentares que aqui se encontram; os que estão nos ouvindo.

Quero dizer que é um prazer imenso estar aqui conversando com vocês sobre o tema que é um grande desafio e que nos preocupa muito enquanto MEC na articulação com Estados e Municípios, sobre como enfrentar a crise oriunda da pandemia.

A pandemia da Covid tocou nossas vidas de diferentes formas. Vivemos um momento singular, em que as nossas crianças e jovens foram privados do convívio escolar por um longo período de tempo. Fomos desafiados para uma profunda reflexão sobre o próprio papel da escola, dos professores, da família e do Estado sobre a educação. As desigualdades e iniquidades nunca ficaram tão evidentes como nesse momento, nesses dois anos, 2020 e 2021.

O confinamento dos professores e estudantes acelerou o processo de transformações substanciais no campo da educação. Esse debate sobre o fazer docente com o uso dos recursos tecnológicos já vinha tomando conta dos espaços acadêmicos, mas a situação inusitada vivenciada por todos tornou urgente a reconfiguração das formas de aprender e ensinar com maior dinamismo e imediatismo.

Os professores foram obrigados a encarar a tecnologia em curto prazo, e muitos que eram avessos, contrários ao próprio uso da tecnologia, precisaram aprender a organizar melhor o tempo para planejar, estudar, preparar, motivar, gravar e editar as aulas. Muitos compraram computadores, *tablets*, às vezes até com seus próprios recursos.

Eu sou da área de Matemática, sou professor da área de Matemática, e também tive que aprender a usar a tal da mesa digitalizadora. Eu digo que é igual a aprender a andar de bicicleta. Você escreve numa tabuleta escura olhando para a tela ao mesmo tempo. Para poder dar aula de exercício, eu precisei fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso dessa tecnologia, precisei aprender isso durante o ano de 2020. Então, da noite para o dia, realmente os professores se reinventaram, transformando-se em *videomakers*, em youtubers. As nossas salas de aula foram transportadas para dentro dos nossos lares, e o conceito de escola se ampliou. Acho que o processo educativo acabou rompendo os muros da escola e foi parar imediatamente dentro das nossas casas.

Nesse contexto, os professores foram desafiados a criar mecanismos para ajudar os estudantes a desenvolverem autonomia, a aprenderem a aprender, a continuarem o processo educativo a distância, longe do convívio presencial das instituições de ensino. Emergiu, naturalmente, a necessidade de se trabalhar com metodologias ativas, que colocam os estudantes dentro do seu próprio processo de aprendizagem, como centro do seu processo de aprendizagem. Nesse tipo de ação pedagógica é que a gente monta estratégias que permitem aos estudantes fazerem a ancoragem dos conceitos, aplicando-os em situações desafiadoras, para então refletirem sobre o seu processo de aprendizagem.

No entanto, por mais criativas que tenham sido as estratégias estabelecidas pelas escolas brasileiras – fazer o material chegar à residência, fazer a alimentação chegar à residência, os pais buscarem material nas escolas, levar orientações até para que as famílias ajudassem os estudantes nesse processo –, de fato a gente sabe que houve uma interrupção do processo de aprendizagem, especialmente para os estudantes de famílias que estão em condições sociais menos favorecidas. Então, a qualidade do apoio dado às crianças e aos jovens para manterem seus estudos fora da escola foi naturalmente impactada pelo contexto familiar. E o desafio agora em 2021 é ainda maior do que nós imaginávamos em 2020.

Então, no âmbito de suas competências, em consonância com a autonomia dos entes subnacionais no regime de colaboração, o MEC tem promovido ações para apoiar e estimular a retomada das aulas presenciais. Neste momento até está acontecendo simultaneamente a reunião do grupo de trabalho do CNE, que está discutindo a educação híbrida. A ideia é que façamos um documento até conceituando essa nova metodologia, essa realidade que a gente sabe que passa a fazer parte, daqui para frente, no pós-pandemia. Junto com Consed e Undime, nós temos discutido ações para que possamos trabalhar na tentativa de, primeiro, identificar o *gap* de aprendizagem decorrente desse longo período sem aulas presenciais.

Por exemplo, eu vi um estudo feito pela Undime – talvez o Luiz Miguel vá comentar isso. Eles fizeram um estudo com 3.672 secretarias municipais de educação, e esse estudo mostra que 92% funcionaram apenas por meio de ensino remoto, enquanto 8,1% adotaram o ensino híbrido em 2020. Isso mostra que a defasagem em termos de aprendizagem de fato é muito grande e, por isso, o ministério tomou a decisão de aplicar o Saeb ainda no ano de 2020.

O Saeb é um instrumento de avaliação muito poderoso, metodologicamente muito bem construído. O Saeb já tem uma série histórica que remonta a 1995. Então, a partir da linha de base de 2019, que foi o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

último ano de aplicação, nós vamos poder identificar o nível de aprendizado dos estudantes nesses dois anos, e aí numa ação coordenada com Consed e Undime.

O próprio Consed pediu que o MEC, após a aplicação dessa avaliação, agilizasse em termos de oferta de *feedback*, para que, em 2022, a gente já tenha acesso a essas informações e possa fazer ações pedagógicas coordenadas para tentar acelerar – um programa que seria para acelerar – a aprendizagem desses estudantes para compensar o ocorrido nesses dois anos de pandemia.

Paralelamente, o ministério está desenvolvendo uma avaliação diagnóstica que vai entregar para as redes municipais e estaduais que a queiram aplicar. Essa avaliação vai do 2º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, em todas as séries e nas quatro áreas de conhecimento, e ela é feita com base na BNCC, olhando para as habilidades que se esperava que fossem aprendidas pelos estudantes no ano anterior e as habilidades do ano em curso. E aí os professores... Porque a ideia é entregar isso pra que seja aplicado dentro das salas de aula, de forma espontânea, e que os professores e as redes possam fazer de forma mais imediata, vamos dizer assim. Trata-se de uma análise desse diagnóstico em termos de aprendizado, antes mesmo da aplicação do Saeb, porque a aplicação do Saeb já é uma aplicação mais robusta, que envolve o País como um todo – o MEC colhe as informações e faz uma análise estatística bastante robusta. Essa avaliação diagnóstica seria uma análise estatística clássica, simplificada, mas que seria o primeiro *insight* sobre esse momento e estratégias para retorno.

Na Secretaria de Educação Básica, nós temos dezenas de projetos em andamento.

Obviamente, estamos aperfeiçoando o Programa de Inovação Educação Conectada. Vamos fazer agora, neste mês de junho, um diagnóstico para identificar o nível de maturidade em termos de tecnologia para cada instituição de ensino. Esse diagnóstico é importante porque já há uma escala estabelecida. Nós fazemos isso em parceria com o Cieb, e há uma escala estabelecida que inclusive indica, de acordo com o nível de maturidade, se a escola está num nível adequado para o desenvolvimento, por exemplo, da educação híbrida. Esse, acho que vai ser um instrumento extremamente importante. Ele vem com a abertura do PDDE Interativo para inclusão do planejamento estratégico da escola, com o diagnóstico e com o plano de ações voltado para enfrentar os principais problemas identificados em diagnóstico. Essa é uma ação que vai nos dar bastante informação para as tomadas de decisão.

Dentro da linha da formação de professores, nós temos aqui a plataforma, o Ambiente Virtual de Aprendizagem do MEC, o Avamec, e a plataforma de recursos educacionais do MEC. O Avamec, na semana passada, alcançou 1 milhão de usuários e mais de 2 milhões de cursistas, porque os usuários podem fazer mais de um curso. Dentro desse ambiente nós temos dezenas de cursos ofertados. No ambiente de recursos educacionais digitais, nós temos mais de 300 mil recursos educacionais digitais disponibilizados gratuitamente para as nossas redes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu só vou comentar muito rapidamente, por conta do tempo, os cursos voltados a esse momento de preparação para o retorno, como o Curso de Aperfeiçoamento em Bem-Estar no Contexto Escolar. Esse curso já superou bastante as nossas expectativas, nós já ultrapassamos os 23 mil inscritos. A cada 5 mil inscritos, nós abrimos novas turmas. É um curso de 180 horas, dividido em três módulos, em que a gente discute a situação pandêmica e a educação, o bem-estar e comunidade escolar – estudantes, professores, gestores e famílias –; saúde mental e saúde emocional, trabalhando as competências socioemocionais no âmbito da BNCC. É um curso que está aí disponível há pouco mais de um mês.

Na semana passada, nós lançamos o Curso de Aperfeiçoamento em Educação e Tecnologia. Também é um curso de 180 horas, de aperfeiçoamento, para que os professores se apropriem das tecnologias, e para trabalhar os fundamentos do ensino híbrido, do *web* currículo, ambientes virtuais de aprendizagem, teoria e prática, uso de recursos educacionais digitais, entre outros.

No âmbito da educação física nós temos o programa Impulsiona, desenvolvido em parceria com o Instituto Península. São mais de 30 mil vagas para professores da educação física, inclusive capacitando-os em técnicas para aulas de educação física no modo remoto e no modo presencial com segurança.

Há o curso ABC, que é a Alfabetização Baseada na Ciência, para os professores alfabetizadores. Já ultrapassamos a marca de 180 mil professores inscritos nesse curso. Ele é feito em parceria com universidades portuguesas

Há o curso de atualização e gestão da sala de aula, um curso também que está disponível; mentoria e cooperação em gestão escolar; educação empreendedora em parceria com o Sebrae.

Estamos em discussão com o Consed construindo uma formação no âmbito do novo ensino médio. O ensino médio por si já é um desafio grande – o novo ensino médio – com desenvolvimento dos itinerários formativos, projeto de vida, etc., formação das grades de conhecimento. Então, esse curso vai ajudar os professores nesse desafio.

Eu vou finalizar aqui, dizendo que a educação é responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil como um todo. O ministério reafirma o seu compromisso de continuar trabalhando para superação dos desafios atuais e históricos da educação brasileira, em articulação com todos os atores. Dadas a dimensão e a diversidade do País, precisaremos pensar também em políticas voltadas para os mais vulneráveis. Nós estamos, no momento, discutindo isso, discutindo um programa de retorno, discutindo o que fazer nas regiões de maior vulnerabilidade. Os desafios são imensos, mas, com trabalho cooperativo, vamos minimizar os efeitos que a pandemia tem causado no aprendizado de nossas crianças e jovens.

Muito obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aqui à disposição para ouvir nossos colegas, convidados, Parlamentares e para responder as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação.

Eu passo a palavra, a seguir, a Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Undime, pelo tempo de até 12 minutos.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu quero saudar o Senador Confúcio Moura, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Styvenson – são quem eu tenho no meu campo de visão – e todos os demais participantes. Saúdo também o Secretário de Educação Básica, Mauro Rabelo; Ellen Gera, Secretário de Educação do Estado do Piauí, representando o Consed; e Olavo Nogueira, representando o Todos Pela Educação, terceiro setor.

Vou compartilhar, Senador, aqui uma tela para que possamos orientar um pouquinho a fala.

Quero ressaltar que estamos num momento bastante apreensivo de construção de um processo de volta às aulas. Nós temos a necessidade e essa vontade de voltar o mais rápido possível. Assusta-nos um momento de uma possível terceira onda, mas também queremos dizer aí que nos encheu de esperança... E nós agradecemos já de antemão ao Parlamento brasileiro, aos Senadores pelo veto ao Projeto 3.347, se não me engano, enfim, projeto que trata da questão do financiamento das questões de tecnologia.

Os dados que apresentarei mostrarão muito o quanto nós estamos sofrendo com esse impacto e o quanto nós precisaremos trabalhar nesse processo de retorno às aulas.

Quando nós tratamos de Undime, nós falamos da entidade que no ente federado representa os Municípios, são 5.568 redes. Algumas são sistemas e outras trabalham articuladas com as suas próprias redes estaduais.

Então, nós temos a diversidade de tratar desde redes de Municípios com centenas de habitantes até Municípios com mais de 10 milhões de habitantes.

Então, nós tratamos a educação na perspectiva de ser um dever do Estado, da família, um direito de todos e, sobretudo, um exercício da cidadania.

Nessa perspectiva, nós trabalhamos durante o ano passado e agora, neste ano, de uma forma muito forte, porque nós tivemos a substituição de mais de 70% dos dirigentes municipais de educação pelo processo de renovação dos mandatos de Prefeitos. A Undime criou, no ano passado, subsídios para elaboração dos protocolos de retorno às aulas. Por que ela não criou um protocolo? Primeiro, porque existem vários protocolos, várias propostas já circulando e segundo que cada Município, cada rede tem uma peculiaridade. Nós entendemos que só vai ser efetivo o protocolo que tiver a participação das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas envolvidas. Então, nós orientamos que cada Município tenha o seu protocolo de retorno às aulas com segurança, que trate das questões sanitárias e também trate das questões pedagógicas.

Fizemos uma orientação aos dirigentes no final de gestão e, no início deste ano, nós lançamos a Agenda dos Cem Primeiros Dias e o Caderno de Orientações ao DME, que é o dirigente municipal de educação, que são fundamentos que norteiam todo o trabalho e dão condição de esse mesmo debutante, aquele que chega pela primeira vez, conseguir também desenvolver um bom trabalho, apoiando sempre nesse sentido.

Nós tivemos, durante o ano passado, a realização de três pesquisas e uma já neste ano para que a gente consiga de fato entregar à sociedade, ao Parlamento e ao Ministério da Educação informações sobre as demandas e os olhares e sentimentos das redes diante do que a gente vive.

Nós percebemos que quase 70% das redes respondentes concluíram o ano letivo de 2020 até dezembro, mas a sua grande maioria o fez por atividades não presenciais. Nós tivemos, como grande dificuldade das redes para o desenvolvimento das suas ações, a questão de infraestrutura e de acesso à internet. Então, isso eleva o tom e a necessidade que nós temos de fazermos esse processo de oferta de conectividade. O que nós mais observamos aí foi o processo de atividades desenvolvidas por meio do envio do material impresso – isso foi em mais de 95% das redes que desenvolveram suas ações dessa forma – e orientações feitas por WhatsApp, por aplicativos de troca de mensagens.

Então, esse conjunto, essa conjunção dessas duas ferramentas foi o que permitiu aí o desenvolvimento e uma participação acima de 75% dos alunos.

As questões de tecnologias, soluções educacionais, plataformas, ferramentas desse tipo foram mais comuns nos Municípios maiores. Então, os Municípios de maior porte, até por uma questão de ter possibilidade orçamentária de equipe mais estruturada, conseguiram trazer ferramentas. Os menores esbarraram muito nas suas limitações para essa construção.

Outro dado importante: essa quarta onda da pesquisa foi realizada no início deste ano, com coleta de dados, de final de janeiro e mês de fevereiro. E nós estamos preparando agora a próxima pesquisa, que estamos chamando de quinta onda, que é para subsidiar o processo de retorno presencial, com a perspectiva que a gente tem de grande parte do País conseguir voltar no início do segundo semestre. Nós temos muitas redes que já voltaram, mas ainda é muito esparso, isso não é ainda consistente.

Nós tínhamos, nesse início de ano, essa expectativa de 63% das redes retomarem de forma não presencial. Isso foi prejudicado pela segunda onda da Covid.

Bom, nós tivemos cerca de metade das redes municipais que forneceram formações aos profissionais durante o ano passado. Grande parte dessa formação passa pelo uso das tecnologias, das possibilidades, das ferramentas e das novas metodologias, para se tratar nesse ambiente, que pegou todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

mundo absolutamente de surpresa – literalmente, todo o mundo. Agora, nós... Aí vai o tempo de reação de cada sociedade e a prioridade que cada um coloca nisso.

Para ter uma noção do quantitativo disso, então, hoje, 48% dos alunos são atendidos em escolas da rede municipal, o equivalente a quase 23 milhões; nós temos mais de 15 milhões, 32%, nas redes estaduais; 19% na rede privada; e 1% da educação básica brasileira pela rede federal. É aqui um percentual relativo às escolas. Este material aqui está disponível.

Aqui, novamente, nós temos aí que um grande quantitativo, o maior quantitativo das escolas se coloca no ensino fundamental, nos anos iniciais, o que, de alguma forma, mostra até um contrassenso. Se nós temos 108 mil escolas de anos iniciais, ou seja, do primeiro ao quinto, e depois nós temos 61 mil, nos anos finais, nós temos 28 mil escolas do ensino médio, nós percebemos que nós estamos perdendo alunos. Desaparecem alunos nesse processo, e isso é muito assustador.

Bom, aqui, nós temos condições que são desafiadoras neste momento, no que diz respeito às condições das escolas para esse processo de volta. Então, nós temos condições piores na rede pública, com relação às escolas particulares, no que diz respeito à ventilação, escolas com maior ventilação. Então, nós temos 81% das privadas, nós temos 46,5% das municipais e 44,8% das estaduais. Então, dificuldade de ventilação, nesse processo da pandemia, nos preocupa muito.

Outra questão diz respeito ao tamanho adequado de sala de aula. Nas escolas públicas, nós temos um percentual de 71,6% das escolas públicas com tamanho adequado e 94% da rede privada. Então, é muito mais simples mesmo, de fato, a rede privada retornar, em relação a nós, no que diz respeito a seguir os protocolos de sanidade, para que a gente faça esse processo da volta com segurança, que nós entendemos que é prioritário, que é emergencial, mas que precisa ser feito com muita responsabilidade.

Nós temos aqui, no que diz respeito à infraestrutura da escola: 3,2% das escolas sem banheiros – são 4.325 escolas que não têm banheiro –; sem coleta de esgoto, nós vamos a 26%; sem abastecimento de água regular, nós temos mais de 3 mil escolas; e, sem água potável, mais de 8 mil escolas. Então, esses dados são bem alarmantes e são dados levantados a partir do último censo, disponibilizados nos estudos do Custo Aluno Qualidade.

Bem, aqui mostra um pouco a questão da infraestrutura no que diz respeito à tecnologia. Nós percebemos aqui o comparativo das redes federais – no verde mais escuro –, estadual, municipal e privada. Então, as escolas municipais estão muito mais carentes dessa infraestrutura, e isso é notável.

Aqui, com relação ao detalhamento dos dados de banheiro, brinquedos, recursos pedagógicos: 61%... E, assim, nós vamos observando aqui um avanço...

Temos os dados também dos anos finais e do ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é importante, já para eu caminhar para a minha conclusão: o percentual... Esse mapa mostra o desenho, no País, da disponibilidade de internet. Nós temos aí toda a Região Norte e grande parte da Região Nordeste com zero a 40% de acessibilidade de internet. Nós temos aqui também esses dados por Município, a disponibilidade de acesso a computador e internet em cada uma das Regiões. Então, são vários dados que trazem essas informações.

Nós temos vários desafios – eu prometo terminar em menos de um minuto – para os processos de volta, que são: a reorganização do espaço... Um contexto é com vacina, e a Undime defende a vacinação, porque nós tínhamos estudos que mostravam... Já no ano passado, desde setembro, a gente faz este apelo – o Consed também já reforçou e a gente conseguiu dar um avanço grande duas semanas atrás, quando os Governadores reforçaram e conseguiram, junto ao Ministério da Educação, essa possibilidade de vacinação dos professores paralelamente aos outros –: nós precisamos organizar sala de aula, refeitório, biblioteca, pátio. Temos o desafio do ensino híbrido, que vai depender muito da questão de uma mudança de metodologia. Não é só pôr computador na mão do aluno; é uma mudança de metodologia. Nós temos as questões de metodologias ativas e outras possibilidades que a gente vem aprendendo agora.

Temos aí uma sequência de desafios da educação pública, como vacinação dos professores, as questões de financiamento, as questões de tecnologia, implementação de Fundeb, esse retorno híbrido, a realização do Saeb, avaliações diagnósticas – é muito importante avaliação diagnóstica –, a questão do Sistema Nacional de Educação, a implementação dos currículos, valorização de carreira e busca ativa desses alunos, para que não tenhamos um número ainda maior de alunos fora nesse processo de volta.

E, para concluir, Senador, eu não tenho dúvida: se nós tivermos seriedade nesse processo, se nós fizermos esse processo de suporte, garantirmos atividades em período contrário, complementando, incentivarmos o máximo possível a educação em tempo integral, ações que integralizam, que complementam o aporte metodológico – metodologia, formação de professores, disponibilização de dados –, eu acredito, Senadores e todos os participantes, que, em cinco, seis anos, nós estaremos num processo além, mais avançado do que estaríamos se não estivéssemos vivendo essa experiência e teremos inserido o que temos para inserir agora.

Então, nós estamos num momento estratégico de dizer se vamos estar avançados daqui a cinco anos ou se nós estaremos onde estamos ou aquém disso daqui a dez, vinte anos.

Muito obrigado pelo espaço.

Estou à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professor Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Undime, que acaba de apresentar dados muito importantes sobre a educação, a infraestrutura e os planos de futuro, segundo a sua organização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Sr. Ellen Gera, representante do Consed, pelo tempo de 12 minutos.

O SR. ELLEN GERA DE BRITO MOURA (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar o Senador Confúcio, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Styvenson Valentim, o Senador Esperidião Amin, o Senador Wellington Fagundes, a Senadora Zenaide Maia, a Senadora Soraya e, na pessoa de vocês, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras da nossa República. Pelo que estou vendo na tela, quero cumprimentar aqui o Senador Marcos do Val – acabei de reconhecê-lo aqui no nosso visor –; cumprimentar também o Luiz Miguel, Presidente da Undime – é sempre um prazer participar das agendas com o Luiz Miguel, ele sempre traz dados importantes das redes municipais, e é sempre muito importante nós lembrarmos que quem tem a maior quantidade de matrículas do Brasil são as escolas municipais –; cumprimentar também o Secretário de Educação Básica do MEC, Mauro Rabelo; o Olavo Nogueira, do movimento Todos pela Educação, que tem tido um papel importante neste momento, provocando, inclusive, a sociedade, os gestores públicos na busca da priorização da educação. E eu quero começar minha fala justamente falando desse ponto.

A educação, Senadora Kátia Abreu, durante toda a pandemia, não teve a prioridade pública que merecia; esse é um fato. Nós aceitamos que a educação pudesse ficar para depois. Ela rapidamente fechou as suas portas, em março, em média, do ano passado, para aulas presenciais e a verdade é que as escolas ainda não abriram as suas portas para o retorno dos estudantes e professores. Claro que há a pandemia no meio de todo esse contexto, e nenhum gestor público ou gestora pública colocaria em risco a vida de profissionais, familiares e estudantes, mas não apareceram soluções.

As políticas públicas não foram retas, e nós temos hoje um grande problema pelo Brasil que é o de reconhecer o problema; sem reconhecer o problema, nós não vamos apontar soluções. Olhem a Covid: até hoje nós discutimos, até há bem pouco tempo nós discutíamos se a vacina era ou não era a solução. E, assim, a gente não consegue focar e implementar políticas concretas que resolvam o problema. Precisamos combinar no problema, pelo menos isso. Enquanto a gente não consegue combinar bem qual é o nosso problema, nós vamos ter dificuldades de apontar as soluções.

Hoje, nós precisamos colocar a educação em foco. As atividades econômicas estão retomando, e a educação continua buscando sobreviver da forma que é possível. Nós sabemos bem a dificuldade de se fazer educação infantil com modelo remoto. Temos, hoje, a maioria dos nossos estudantes, como o próprio secretário, o Luiz Miguel apresentou, em escolas, em pré-escolas, em creches, nos anos iniciais do ensino fundamental, justamente onde nós temos os estudantes com maior dificuldade de fazer uso de tecnologias nesse modelo em que a tecnologia virou o canal de comunicação entre escola e estudante.

Na apresentação do Luiz Miguel também ficou claro que, enquanto a gente busca a conectividade das escolas, nós temos o problema da conectividade, ainda, dos estudantes e até dos profissionais da educação. E ainda temos escolas com problemas básicos: de saneamento, de água potável, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura básica. Precisamos falar sobre isso também. No meio do contexto da pandemia, isso faz todo o sentido, porque, na determinação do retorno, nós não encontraremos o normal do antes da pandemia. Não temos como aceitar o retorno ao ambiente escolar que não tem as devidas condições higiênico-sanitárias para receber de volta os estudantes e os profissionais da educação. Então, precisamos combinar que é inaceitável ainda termos escolas sem condições sanitárias dignas aos profissionais de educação e aos estudantes.

Nós precisamos, neste momento – e é até importante este fórum, esta reunião entre Senadores e Senadoras com lideranças também da educação pública brasileira –, combinar que a educação é prioridade. Nós estamos correndo um sério risco de dois anos de paralisação de estudo de muitos estudantes brasileiros, muitos! Familiares de estudantes não conseguiram pisar na escola ou terem contato com a escola durante todo esse tempo. E nós estamos aceitando. E, se não fizermos uma mudança brusca de pensamento da importância da educação para o nosso País, Olavo Nogueira, nós vamos empurrar as aulas para 2022, porque falta confiança no ambiente educacional.

Hoje, a falta de convergência pública na priorização da educação e de políticas claras que combatam a pandemia no ambiente da educação estão gerando um clima de extrema desconfiança no ambiente da escola. Perceba que as pessoas vão ao supermercado, elas vão a bares, elas vão às praias, já vão às festas, tivemos um movimento eleitoral ano passado, com passeatas, carreatas, mas hoje existe um receio muito grande de se voltar ao chão da escola, a um ambiente em que é possível, com disciplina, se manter protocolo, porque existe uma desconfiança. Essa desconfiança também passa por essa falta de convergência pública da prioridade desta política. E nisso, com essa falta de confiança, você não encontra hoje um ambiente simples onde simplesmente você diga: "Vamos retomar as aulas no chão da escola" e automaticamente profissionais de educação e estudantes voltem tranquilamente para o ambiente escolar; não será assim. Então, nós precisamos, sim, colocar a educação em foco, como prioridade.

Dois, não podemos aceitar escolas fechadas. Precisamos buscar soluções para que seja possível os estudantes e profissionais voltarem ao chão da escola. Hoje, o modelo híbrido é uma alternativa. O modelo híbrido pode, de forma gradativa, ir gerando esse processo de retorno ao ambiente escolar, com rodízios de profissionais, com metodologias apropriadas, porque o modelo híbrido não pode ser simplesmente pegar a metodologia presencial e colocá-la em plataformas remotas; não funciona dessa forma. É preciso ter uma metodologia apropriada.

Para além de pautar as avaliações – inclusive, o Secretário de Educação Básica citou como é que vai manter o Saeb, está propondo também a avaliação diagnóstica de apoio às redes, e é importante –, neste momento, Secretário, nós precisamos pautar a busca ativa, precisamos buscar os estudantes, precisamos ser enfáticos em relação a isto: quais são as políticas públicas que nos farão garantir o vínculo do estudante com a escola e como nós vamos conseguir fazer com que esses estudantes retornem ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente escolar. Nós estamos, hoje, num momento em que o risco de abandono já não é mais um risco, eu diria, é um fato.

O distanciamento da escola para os estudantes trouxe uma perda de aprendizagem. Talvez nós não saibamos, neste momento, mensurar qual é o tamanho dessa perda de aprendizagem, mas é um fato que ela já existe; nós sabemos muito bem disso. O próprio período de férias já é suficiente para que haja uma certa perda de aprendizagem; imaginem o distanciamento de escolas em torno de dois anos! Imaginem o estudante de cinco anos em 2019, que teria seis anos em 2020, teria sete anos este ano e estaria, quem sabe, terminando sua alfabetização: não conseguiu ir à escola, no ano passado, para a alfabetização, e não conseguiu ir agora! Então, são dois anos já de distorção e, por mais que a gente diga: "Não, no ano que vem, a gente retoma", ele já terá oito anos, já terá tido várias outras experiências em que a escola teria sido importante para o seu crescimento, seu desenvolvimento não só educacional, mas também social e emocional.

Então, a gente precisa, neste momento, combinar que a educação é prioridade. Nós precisamos de ações públicas efetivas para garantir um ambiente de confiança para retomar as aulas no ambiente da escola. Existe, hoje, uma oportunidade da vacinação dos profissionais da educação. Nós acompanhamos, agora, um movimento importante no plano nacional de imunização, que é o da priorização das vacinas para os profissionais da educação; isso é importante. Então, nós precisamos aproveitar essa oportunidade, junto com a derrubada do veto da Câmara Federal em relação à conectividade de professores e estudantes, e criar um ambiente propositivo e de confiança para a retomada ao chão da escola.

Se nós não aproveitarmos o mês de junho e julho para provocar uma mudança, em agosto, setembro, para a retomada, essas aulas vão para 2022. E, aí, pode vir Saeb, pode vir avaliação diagnóstica, que vai só constatar a tragédia da perda de aprendizagem. Então, nós precisamos agir rapidamente.

A questão da conectividade das escolas é um fato, sempre se mostra isso ano após ano. Nós ainda temos milhares de escolas que não têm a conectividade, a conexão da internet. Existe o programa federal da Educação Conectada – aqui inclusive já pautado pelo Secretário Mauro Rabelo –, que envia recursos para as escolas se conectarem, mas ainda existem escolas que não conseguem ter esse acesso à internet. Aí é importante entender por que elas não conseguem, mesmo havendo um programa nacional que permite essa possibilidade.

Esse diagnóstico que o Mauro cita, de se fazer um diagnóstico em nível de maturidade de cada unidade de ensino, é importante que seja urgente, Secretário, porque nós precisamos resolver esse problema da conectividade. Se já era traumático não se ter conexão em 2018, em 2019, hoje isso provocou um afastamento completo dessas escolas, inclusive para responder às pesquisas da própria Undime, porque muito provavelmente, quando buscam acesso, têm dificuldades, na própria escola, de preencher meras pesquisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu decidi aqui na minha fala... Eu havia preparado vários pontos aqui para pontuar, mas eu queria fazer, na verdade, na minha fala, mais um chamamento e dizer para vocês que nós não temos mais tempo. Já é um fato o risco de perda de aprendizagem e de abandono e evasão, pelo estudante – é um fato. E, se não forem tomadas as devidas medidas públicas, com a devida urgência, com a devida prioridade da educação agora, nós vamos empurrar o ano de 2021 para 2022. Muitos estudantes só voltarão em 2022 – aí serão dois anos de afastamento de escola.

Quero fechar a minha fala dizendo que é fato, também, que as redes estaduais, que as redes municipais se organizaram para buscar ou para minimamente manter esse vínculo da escola com os estudantes. Mas não vou tampar o sol com a peneira, nem dizer que o regime remoto, que o regime híbrido, substitui o regime presencial, o modelo presencial. Não, ele era um paliativo, mas ele não pode, neste momento, ser o modelo que vai dar conta da aprendizagem dos nossos estudantes. Precisamos de, neste momento, combinar que o afastamento da escola já é um prejuízo, e nossas ações precisam ser imediatas, para que a tragédia não seja maior ainda no desenvolvimento do País. Já existe aí uma geração, com certeza, prejudicada por conta da pandemia e prejudicada também por conta da falta de condição de a educação pública, em geral, conseguir conectar todos esses estudantes com o ambiente escolar – e aí, não só estudantes, mas profissionais da educação também.

Então, finalizo a minha fala dizendo que os professores e as professoras estão buscando, a todo custo, manter a educação ativa neste momento de pandemia, mas é muito importante que a educação, de fato, seja uma prioridade da Nação brasileira, unindo esforços Câmara Federal, Ministério da Educação, Secretarias Estaduais de Educação, Secretarias Municipais de Educação, terceiro setor, todos pela educação.

É assim que eu termino a minha fala, mas termino com a esperança de ver no movimento brasileiro, neste momento, a vacina chegando aos profissionais da educação. Precisamos aproveitar este momento para criar um clima de confiança no sistema educacional brasileiro, para nós trazermos de volta para a escola os estudantes, os profissionais da educação, para salvarmos a nossa educação e não empurrarmos as aulas para 2022.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professor Ellen Gera, representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Continuando, eu passo a palavra ao Professor Doutor Olavo Nogueira Batista Filho, representante do movimento Todos pela Educação. Eu passo a palavra para V. Sa., pelo tempo de 12 minutos.

O SR. OLAVO NOGUEIRA BATISTA FILHO (Para expor.) – Obrigado, Leandro.

Bom dia a todas e a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, quero agradecer ao Senador Confúcio Moura pelo convite estendido ao Todos Pela Educação, para que estivéssemos aqui, nesta audiência.

À Senadora Kátia Abreu, ao Senador Esperidião Amin, ao Senador Marcos do Val, ao Senador Wellington Fagundes – são os que vejo aqui na tela –, minhas saudações e cumprimentos.

Aos colegas de audiência, ao Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Mauro Rabelo; ao Ellen Gera, Secretário do Piauí, representando aqui o Consed; e ao Secretário Luiz Miguel, representando a Undime, minhas saudações também e cumprimentos.

A minha exposição... Eu também tenho algumas lâminas aqui para compartilhar, mas quero partir de onde o Secretário Ellen nos deixou. Minha fala também assumirá um caráter de chamamento. Tentarei aqui trazer uma proposição que não é apenas do Todos Pela Educação, e fico muito feliz de o Secretário Ellen e o Secretário Luiz Miguel estarem aqui, porque ela é fruto de uma articulação, de conversas e discussões que a gente vem tendo, já há algumas semanas, com outras organizações também do terceiro setor, com outras organizações que representam órgãos multilaterais, como Unesco e Unicef, que diz respeito à resposta à pergunta essencial, no nosso modo de ver, neste momento, que é: como acelerar a retomada gradual de maneira segura e efetiva das aulas presenciais?

Acho que, em que pese o fato importantíssimo de termos em mente que uma resposta adequada ao cenário da pandemia na educação exigirá uma ação muito vigorosa, com pensamento de médio ou longo prazo, como assim expuseram o Secretário Mauro, o Secretário Ellen e o Secretário Luiz Miguel, é fundamental que a gente não perca, no nosso campo de visão, uma agenda de curtíssimo prazo, absolutamente crucial para a que a gente não torne um desafio já imenso ainda maior. Subscrevo o que o Secretário Ellen disse em relação ao risco. Se não tomarmos medidas muito vigorosas no curtíssimo prazo, nós estamos correndo o risco de termos o retorno das aulas para valer apenas em 2022, e o cenário, se isso acontecer, será ainda mais catastrófico do que aquele que a gente já observa.

Vou compartilhar a minha tela. Peço licença para fazê-lo. São alguns poucos eslaides. Já adianto que esse material já está com a Comissão. Todos os Senadores e Senadoras terão acesso na íntegra.

Repito, a pergunta-chave no nosso entendimento do Todos Pela Educação é esta: como criar condições para o retorno das aulas presenciais gradual, assegurando, por um lado, a proteção dos estudantes e profissionais de educação – quando a gente diz de um retorno seguro, é disso que a gente está falando – e, por outro lado, uma resposta educacional de qualidade? É isso que a gente quer dizer com a palavra "efetiva".

Aqui estão alguns dos principais posicionamentos do Todos Pela Educação nesse período de pandemia, desde março de 2020. Não vou entrar no detalhe de cada um deles, vou só dizer que temos seguido uma linha comum entre todos esses posicionamentos desde o início da pandemia, desde o momento em que começaram a ficar claros quais eram os impactos da pandemia na educação e qual o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto da educação nas escolas na pandemia. O mote balizador dos nossos posicionamentos tem sido o da prioridade total às aulas presenciais, mas não a qualquer custo, ou seja, é preciso fazer isso de maneira segura e de maneira efetiva.

Eu queria falar um pouco sobre o contexto atual, porque isso remete ao nosso último posicionamento e ao foco aqui da minha exposição, sem me alongar muito, porque os que me antecederam aqui na fala já exploraram, mas é importante sublinhar e ressaltar o que a gente já sabe hoje sobre os impactos da pandemia na educação, fundamentalmente na educação básica.

A primeira questão é que os impactos são brutais. Nós estamos falando de impactos de naturezas múltiplas, não são só impactos educacionais, de aprendizagem propriamente dita. A gente está falando de impactos no que diz respeito à permanência escolar, nós estamos falando de impactos sociais, nós estamos falando de impactos emocionais. Não por acaso, o Unicef cunhou ainda no ano passado um termo que me parece bastante apropriado para este cenário, que é descrição de que crianças são as vítimas ocultas da pandemia. Ainda que elas não sejam diretamente impactadas, como os adultos são, do ponto de vista sanitário, do ponto de vista da perda de vidas, mas sem dúvida alguma são as grandes vítimas ocultas deste momento. E não por acaso a Unesco tem dito já há algum tempo, e sublinhado aqui na imagem que está destacada na tela, que o fechamento total das escolas deve ser o último recurso a ser utilizado e reabri-las com segurança, uma prioridade. Acabamos de ouvir do Secretário Ellen que, infelizmente, no Brasil, temos invertido essa lógica, tratando educação como um dos itens menos prioritários em comparação a outros serviços não essenciais.

A segunda questão que a gente já sabe, para além de que o impacto da pandemia na educação é brutal – e aqui são dados reais do cenário brasileiro, mais especificamente no caso de São Paulo; não são projeções, mas as pesquisas mais recentes que têm saído sobre os impactos na aprendizagem e no risco de evasão escolar –, mostra que uma resposta à altura do desafio que está se impondo só poderá ser dada com aulas presenciais.

O que eu estou dizendo com isso? Esse estudo recente que saiu no caso do Estado de São Paulo mostra que num dos Estados com melhores condições socioeconômicas do País o cenário é absolutamente catastrófico do ponto de vista de aprendizagem, o cenário é absolutamente catastrófico do ponto de vista do risco de evasão ou da já efetivação da evasão, como o Secretário Ellen bem colocou. E mostra que o ensino remoto, que foi um Estado que lançou mão de ações de ensino remoto, por mais importante que seja do ponto de vista emergencial, é uma ação emergencial. Nós estamos já há 14 meses, caminhando para 15 meses sem aulas. Não dá mais para sustentar no ensino remoto uma saída para aquilo que está se desenhando.

Bom, mas o que a gente tem observado – sobre isso eu não preciso entrar muito no detalhe, porque Secretário Luiz Miguel, Secretário Ellen, que estão na linha de frente, trouxeram já esse ponto – é que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retomada das aulas presenciais, ainda que de maneira gradual no País, tem se dado de maneira bastante desigual e com baixa efetividade quando você olha o grosso dos Estados e Municípios.

Então, o que tem acontecido? Ainda que a maioria dos Estados já esteja com processos de retomada em curso, em muitos deles essa autorização para a retomada tem se dado apenas para a rede privada, e/ou há baixa adesão dos Municípios, e/ou há ameaça de greves e manifestações contrárias à reabertura, e/ou há risco constante de judicialização. E, para aqueles que ainda não iniciaram o processo de retomada, na sua maioria sequer indicaram um prazo para a retomada.

Por que isso tem acontecido? É o ponto que o Secretário Ellen e o Secretário Luiz Miguel trouxeram com muita clareza. É importante a gente ter diagnósticos bem feitos para conseguir elencar as soluções corretas. De modo geral, e aqui sem pretender uma lista exaustiva de motivos, primeiro, a maioria dos profissionais da educação ainda não estão vacinados. Eu vou falar um pouco mais sobre esse ponto, mas ele ganhou contornos críticos, considerando o contexto de contínuo descontrole e de uma projeção muito ruim para os próximos meses da pandemia, com uma possível terceira onda se aproximando.

Ausência total de coordenação e de parâmetros nacionais – como o CDC, por exemplo, um órgão americano, fez para todas as escolas, em todas as regiões nos Estados Unidos – para orientar uma decisão consistente sobre a reabertura segura em todas as localidades. Não tivemos isso até hoje no cenário brasileiro.

Problemas de infraestrutura, como o Luiz Miguel bem apontou, para a prevenção da Covid em parte das escolas – não em todas, mas em parte importante das escolas.

Protocolos sanitários educacionais de reabertura muito difusos e, por vezes, conflitantes entre eles. Isso tem gerado aquilo que o Secretário Ellen cunhou de uma certa desconfiança por parte de muitas comunidades escolares.

Heterogeneidade na capacidade institucional dos entes para implementar os protocolos. Não apenas Municípios mas alguns Estados com menor capacidade de viabilização de protocolos têm demonstrado muita dificuldade em executar esse retorno.

E, consequentemente, o que a gente observa – e isso foi falado também pelo Secretário Ellen – é uma opinião pública ainda muito desfavorável à reabertura das escolas, inclusive uma opinião pública que tem sido constantemente alimentada por campanhas ostensivas para defender escolas fechadas. Este é o último dado que a gente tem da pesquisa do Datafolha, que mostrou, em 11 e 12 de maio, ou seja, há aproximadamente 15 dias, que quase metade da população brasileira – metade! – diz que as escolas deveriam ficar fechadas durante toda a pandemia. Enquanto a pandemia perdurar, escolas fechadas. Estamos aqui falando de novo do cenário que o Secretário Ellen evidenciou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando isso, nosso entendimento é que a superação desses desafios passa, por um lado, por um conjunto muito grande de esforços técnicos, sim, mas passa, acima de tudo, pela questão da prioridade, da prioridade política, que foi aquilo que o Secretário Ellen colocou.

Dito isso, qual é a proposta, qual é a recomendação que o Todos pela Educação, então, traz para esta Comissão, à luz desse cenário, para impulsionar essas condições técnicas e políticas de modo a acelerar a reabertura gradual das aulas presenciais de maneira segura e efetiva? A chave, no nosso entendimento, está na união de Governadores e Prefeitos. Vou exemplificar o que exatamente a gente propôs.

Aqui é o conjunto de Estados e Municípios numa reunião do Fórum de Governadores, há aproximadamente duas semanas, que suscitou, em articulação com o Consed, em articulação com a Undime, um movimento inicial por parte de Governadores para que se avance nesse sentido.

Vou explicar um pouco o que foi que a gente apresentou e em que pé está essa articulação.

Nossa proposta, repito, em articulação com os atores que estão aqui – Luiz Miguel, Ellen, Consed, Undime e outros atores – é um pacto em torno de seis pontos essenciais, tendo a aceleração da vacinação dos profissionais de educação como elemento central. Eu já vou falar sobre esse primeiro ponto, que é eixo central da proposta. Passarei rapidamente sobre os outros pontos, para aí focar na questão da vacina.

2. definição de parâmetros nacionais para orientar a tomada de decisão a partir de modelos já existentes e propostas técnicas já disponíveis. Nós já temos no ambiente, no ecossistema brasileiro, propostas para que isso seja efetivado. (*Falha no áudio.*)

3. Definição de protocolo base sanitário com base no conhecimento já acumulado pela ciência. A gente já sabe muito sobre o que precisa ser feito do ponto de vista de infraestrutura, do ponto de vista de procedimentos sanitários para viabilizar um retorno seguro.

4. Compartilhamento de estratégias educacionais de curto prazo. Há um exemplo que foi dado tanto pelo Luiz Miguel quanto pelo Secretário Ellen: a questão da busca ativa. Isso precisa estar disseminado em todos os entes.

Coordenação e cooperação entre Estados e Municípios: sem que haja maior cooperação, sem que haja maior apoio por parte dos Estados junto aos Municípios principalmente, dificilmente conseguiremos avançar.

Intensificação de ações e de atos públicos nacionais por parte dos Governadores e por parte dos Prefeitos para priorizar isso.

Caminhando para o final, quero falar da vacinação e por que a gente elencou esse elemento como aspecto central para viabilizar esse retorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No canto direito da tela, aparece hoje o cenário atual, atualizado hoje pela manhã, com dados do Ministério da Saúde, a respeito do *status* da vacinação dos profissionais da educação básica. No total, são aproximadamente 2,7 milhões de profissionais da educação – o termo no PNI é "trabalhadores da educação". Nós temos, já vacinados com a primeira dose, algo próximo de 1 milhão de profissionais da educação; e, já com a segunda dose, 235 mil; ou seja, ainda falta 1,5 milhão de profissionais da educação serem vacinados.

Por que, no nosso entendimento, do Todos Pela Educação, é absolutamente essencial que esse eixo seja central para o processo de retomada gradual das aulas presenciais? Tem a ver com o contexto que o País ora enfrenta. Nenhum país do mundo – repito: nenhum país do mundo – colocou a vacinação como condicionante para o retorno. No entanto, nós estamos falando de um cenário de contínuo descontrole da pandemia e um cenário de projeções catastróficas, com a possível terceira onda se aproximando. Dado esse contexto, nosso entendimento é que apenas a vacinação será capaz de trazer segurança e confiança suficientes para toda a comunidade escolar, que foi o ponto que o Secretário Ellen colocou.

Dois: é a única medida com eficácia suficiente para não fragilizar estratégias de controle da pandemia, considerando o aumento da mobilidade urbana que virá com uma aceleração do processo de retomada. Por isso, inclusive, abrindo um parênteses, o Todos Pela Educação foi contrário ao PL 5.595, de 2020, que estabelecia a questão da essencialidade da educação como medida para acelerar o processo.

E, terceiro: porque, nesse contexto que a gente hoje vive, com colapso dos sistemas, UTIs próximas ou já superando a sua capacidade de absorção de novos pacientes, a vacinação em massa dos profissionais da educação terá um efeito emocional, um efeito psicológico absolutamente crucial e positivo para que os profissionais da educação estejam aptos, estejam em condições adequadas de enfrentar o desafio que enfrentarão no chão de escola.

Dito isso, repito o que disse: não se trata aqui – a proposta – de estabelecer a vacinação de todos os profissionais da educação até que possa ser acelerado o processo de retomada. Não é condicionalidade, mas é apenas uma medida absolutamente central, no nosso modo de ver, para a retomada.

Finalizando aqui, como foi mencionado pelo Secretário Luiz Miguel e como foi mencionado pelo Secretário Ellen, uma excelente notícia que avança nesse sentido: há duas semanas, a partir de uma articulação feita pelo Fórum de Governadores, liderado pelo Governador do Secretário Ellen, o Governador Wellington Dias, do Piauí, avançou a ideia, que ainda está em processo de articulação e costura entre os diferentes Governadores, de firmarem um pacto centrado nesses itens que aqui apresentei, mas tendo a aceleração da vacinação como elemento central. Uma proposta que foi trazida pelo Fórum de Governadores foi essa que consta nessa matéria da *Folha de S.Paulo*: a de reservar, a partir de 10 de junho, 10% das vacinas de todo recebimento das vacinas, em cada um dos Estados, para a aceleração da vacinação dos profissionais da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que isso significa na prática? É que, às vezes, 10% pode parecer um número pequeno, mas não é. Na semana retrasada, o Ministério da Saúde indicou que a previsão para a distribuição de vacinas em 2021, em junho de 2021, perdão, é de aproximadamente 43 milhões de doses de vacinas. Dez por cento disso significariam, utilizando os dados que mostrei no último eslaide, basicamente resolver o problema em aproximadamente dois meses: primeira dose de todos os profissionais da educação ainda em junho e, facilitando muito, o término dessa vacinação, da segunda dose, ao longo do mês de julho, no máximo indo para agosto e setembro. Por que eu digo isso? Aí importa muito qual é a vacina que será utilizada, porque há diferentes espaços entre a primeira e a segunda dose, a depender da vacina. Por isso inclusive que a gente traz aqui que a estratégia deve seguir a priorização de vacinas com imunizantes de prazo mais curto entre elas, como, por exemplo, a vacina da CoronaVac.

Em síntese, e aqui termino a minha exposição, os efeitos da pandemia na educação básica são absolutamente brutais. Uma resposta à altura: apenas com aulas presenciais – é muito importante que isso fique muito claro para o Parlamento. Processos de retorno gradual já foram retomados na maioria dos Estados e em alguns Municípios, mas o ritmo, como mostrei, ainda é bastante tímido, muito lento, muito desigual. Dado o cenário atual, a aceleração desse processo de maneira segura e efetiva depende da união de Governadores e Prefeitos, tendo como cerne do esforço a aceleração da vacinação dos profissionais de educação. E, como mostrei no último eslaide, o compromisso de reserva de, no mínimo, 10% das vacinas para os profissionais da educação em todos os Estados já a partir de junho, como aventado pelo Fórum de Governadores, seria medida essencial para viabilizar o avanço.

Fica aqui, por fim, o chamamento ao Parlamento e em especial ao Senado Federal, dado o fórum desta Comissão, para que contribuam para esse avanço, para que proponham que de fato esses elementos desse pacto, ou esse pacto propriamente dito seja materializado o mais rápido possível. E aí repito aqui, com o seu perdão, Ellen, a sua fala, tirando de novo daquilo que você falou: é preciso avançar agora. O *timing* é crítico, não dá para a gente ficar em diagnósticos de que vamos fazer isso daqui a alguns meses, de que no ano que vem a gente vai ter que repensar o currículo, de que o Saeb vai precisar ser repensado. Sim, isso é tudo verdade, isso precisará ser feito em paralelo e isso há de ser feito, mas, em curtíssimo prazo, há uma agenda absolutamente essencial para a gente conseguir minimamente mitigar o catastrófico impacto que a pandemia já trouxe.

Com isso, de novo, agradeço aqui o convite, agradeço o espaço e fico à disposição para perguntas e dúvidas acerca dessa exposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Olavo Nogueira Batista Filho, do Todos Pela Educação, pela sua maravilhosa apresentação da dramática situação brasileira sobre a educação básica e pelas sugestões práticas que os Governadores, Prefeitos, eu próprio e o MEC devemos tomar para que possamos retornar o mais rapidamente possível às aulas presenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma comissão como a nossa se baseia muito no que nós escutamos aqui. Todos os senhores que se apresentaram aqui hoje deixaram recados importantes, e esses recados ficam para nós, especialmente para o Relator e para mim, mas para todos nós. São atitudes e propósitos que nós temos que tomar, partindo para cima, para vacinar os professores, com base nesse último apontamento do Dr. Olavo e também em todas as falas anteriores. Então, estas audiências públicas visam, em última análise, fundamentar o nosso trabalho aqui, no Senado. É isso que nós vamos fazer – é isso que nós vamos fazer.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 26ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata da última reunião.

Dando continuidade à nossa audiência pública, vamos agora às perguntas.

Estão inscritos o Senador Wellington Fagundes e a Senadora Kátia Abreu até o momento. (*Pausa.*)

E a Senadora Zenaide – vamos colocar aqui Zenaide Maia para não esquecer. Pronto.

Eu passo a palavra ao nosso Relator Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Wellington...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. que desse prioridade à nossa Senadora Kátia Abreu, tendo em vista que ela está há mais tempo também. Eu estou tranquilo agora e posso aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Oi, Presidente! Obrigada. Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Bom dia!

Quero cumprimentar todos os nossos convidados e agradecer pelas palestras, pelas aulas dadas aqui. É tudo tão fantástico, porque é tudo tão óbvio e tão simples! E eu adoro as coisas simples e óbvias.

Eu quero cumprimentar o Luiz Miguel, da Undime, e parabenizá-lo pelo trabalho; o Vitor também, do Consed; o Sr. Mauro, Secretário de Educação Básica; e Olavo Nogueira, que é do Todos Pela Educação.

Eu gostaria, Sr. Presidente, com muito respeito ao Secretário de Educação Básica, de pedir apenas uma reflexão a ele. Talvez por incompetência minha e ignorância, eu pouco conheço o Ministro da Educação. Acho que, se ele chegasse à minha casa para fazer uma visita, eu confesso que eu o trataria bem, porque tenho um pouco de educação, mas eu não saberia quem é! Eu quero dizer com isso, Sr. Presidente, que não é normal uma Senadora conhecer tão pouco um Ministro da Educação. Gostando ou não dele, é uma coisa normal conhecermos o Ministro da Economia, o Ministro da Saúde, o Ministro da Educação... Então, eu deixo uma reflexão sobre a ausência do Ministro publicamente na defesa da vacinação dos professores. Eu acho que, se ele colocasse os perigos que isso significa, ele poderia, inclusive, receber o nosso apoio para essa vacinação. Dentro do Plano Nacional da Vacinação, essa priorização dos professores já deveria ter sido feita, já que é unanimidade aqui a dificuldade, inclusive do Presidente da República, que se manifesta, a respeito da volta às aulas. Então, eu gostaria de sugerir que o Ministro tivesse uma presença e uma força maiores agora – nunca é tarde para começar, vamos deixar o passado! –, que ele viesse a público exigir essa vacinação, a mudança do plano nacional de imunização, pelo risco que correm as nossas crianças.

Claro que a vacinação é mais importante, combater a doença, preservar as crianças do risco, mas a ausência da educação traz um risco indireto gravíssimo e muito forte. Que se exponha mais em defesa da educação no Brasil, pedindo a vacinação e recursos para o Congresso Nacional para a adaptação das escolas. Nós não negamos nada, nada neste Congresso foi negado, desde o ano passado, ao Presidente da República e aos seus ministros no que diz respeito a recursos para acudir com relação à pandemia. A pesquisa da Undime está aqui, gente; a pesquisa da Undime está mostrando a falha nas escolas para o retorno às aulas. Então, esse é meu primeiro ponto.

Parabenizo a pesquisa do Luiz Miguel, da Undime, uma pesquisa maravilhosa, e os comentários do Vitor. Agora, eu queria saber quantos por cento fizeram os cursos nesses cem primeiros dias que vocês oferecem? Cem primeiros dias de mandato, depois o final da gestão: o senhor coloca 70% dos que participaram. Eu queria saber quantos professores e gestores de escola neste País estão conseguindo ter acesso a esses cursos dos cem primeiros dias e do final da gestão – foi na apresentação do Luiz Miguel. E 70% das redes que responderam tiveram o final do ano concluído em 2020, 70% dos participantes. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são esses 70% do geral? Quantos por cento significa do geral? É que 70% dos participantes podem ser só cem pessoas.

Por favor, Sr. Presidente, só um minutinho.

Eu gostaria, Olavo, de fazer uma crítica construtiva. No início da sua fala, você coloca com muita veemência sobre campanhas para não abrir a escola – eu senti até um pouco de ressentimento na sua voz. E fica parecendo, Olavo, que os professores não querem abrir as escolas. Então, ao mesmo tempo em que você é um adepto da abertura das escolas, você vem, em seguida, colocando um rol de questões muito certas e óbvias que precisam ser feitas para abrir as escolas. Então, eu gostaria que você invertesse, se fosse possível, a sua fala, porque a sua fala inicial é quase uma acusação às escolas que não querem abrir. E eu sei o que é criança dentro de casa, eu sei o que é criança fora de casa. Eu fui professora com 15 anos de idade, sou mãe e avó e sei o quanto tudo isso é importante. Então, se eu entendi mal, eu lhe peço desculpas, mas eu estou totalmente, integralmente, do lado dos professores, que não têm vacina, que não têm estrutura física, que não recebem treinamento. Não vou nem falar do salário, porque não é o momento aqui e agora, mas a gente pode até complementar também com isso.

Então, vamos pular esse pedaço para dizer que, na verdade, as escolas não estão abertas não é por culpa dos professores, não é por culpa dos dirigentes. Então, primeiro, nós temos que fazer tudo aquilo que você disse: os seis pontos, os elementos fundamentais, a união de Governadores com Prefeitos, tudo isso é o óbvio e maravilhoso, eu te parabenizo pelas suas palavras, mas não podemos dizer que há uma campanha contra a abertura de escolas, como se fosse um monte de pessoas que não quisessem trabalhar.

O segundo ponto, Olavo: eu gostaria de que você incluísse nesses profissionais da educação... Eu não sei se estão incluídos aqui, nesses 2,7 milhões só professores ou está incluído todo o complexo escolar – diretora, coordenadora, faxineira, merendeira. Porque nós precisamos ter esse número; não adianta vacinar só os professore e deixar o restante da escola sem vacina. Então, por desconhecimento meu, eu lhe pergunto se, nesses 2,7 milhões, estão incluídas todas as pessoas todo o grupo escolar, da gestão escolar.

E quero dizer que a Fiocruz fez uma publicação. Eu conversei agora há pouco com Margareth Dalcolmo, a Fiocruz tem um protocolo maravilhoso a respeito de volta às aulas, que eu recomendo que esta Comissão possa passar, também o Ministro da Educação e todos os colegas aqui, que o Senado possa fazer essa divulgação, porque, vacinando os professores e toda a administração da escola, com os outros cuidados, a Dra. Margareth Dalcolmo disse que melhora demais, o risco baixa muito, porque eu perguntei para ela se a vacinação bastava para diminuir bastante o risco, e ela disse que sim, a vacinação com o protocolo, e a Fiocruz já tem um publicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um outro protocolo das escolas públicas de São Paulo. Fizeram também um estudo, um documento muito interessante sobre esse retorno às aulas. Então, eu gostaria de deixar isso tudo bastante frisado. E escola, a educação na boca de 100% dos brasileiros, é fundamental, mas, na prática, a gente vê que as coisas não acontecem assim, haja vista, das metas do PLN, das 20 metas, o Senado, no ano passado, escolheu uma, a meta nº 1, que era chegar a 50% de creches construídas até 2025.

E quando eu cheguei à Comissão... Não sou especialista; estou estudando bastante. Há um time do Tocantins que, com a Rede Colaboração, tem feito um trabalho muito grande comigo e a Dorinha. Nós colocamos 1,5 milhão de emendas no ano passado, com o Deputado Célio Moura, nós três, justamente para a Rede Colaboração reestruturar as escolas, formação de professores. Eles estão muito contentes e atendendo as escolas municipais com esse 1,5 milhão, que é tão pouco dinheiro, atendendo a distância, e nós vamos treinar, chegar ao fim do projeto de 1,5 milhão com 12 mil pessoas treinadas das escolas municipais. Então, eu acho que é dinheiro, dinheiro que as pessoas precisam mesmo para caminhar e andar.

Eu tenho dado muito apoio, a Professora Dorinha tem sido uma ótima professora, é uma pessoa muito dedicada à educação, e eu tenho, humildemente, aprendido muito com ela. Agora, continuamos com mais emendas para nos dedicarmos à alfabetização nos Municípios. Então, eu e Dorinha vamos colocar emendas para que nós possamos fazer as vitrines tecnológicas em alfabetização em parceria com a Rede Colaboração do Tocantins, que a nossa meta é fazer com que todas as escolas municipais tenham o seu sistema próprio. Quase metade dos Municípios do Tocantins ainda estão pendurados na Secretaria de Educação do Estados, e nós queremos a autonomia, a independência dessas escolas, e queremos fazer uma diferença no Brasil com a alfabetização no Tocantins. Se Deus quiser, nós vamos conseguir dar esse olhar muito importante para elas.

Então, é isso, Sr. Presidente. E acho que o Senado, a partir desta Comissão, que o Senador Confúcio tem dado *show* na gestão da sua Comissão, da nossa Comissão, com palestras fantásticas, excepcionais. E eu tenho certeza que, dessa reunião, nós poderíamos elaborar uma proposta, Zenaide, Wellington, Styvenson, Izalci, para que nós possamos votar recursos para o básico das escolas retornarem às aulas. Isso não é muito dinheiro. Pelo preço que nós vamos pagar por essas crianças fora de escola... Basta o ensino médio, e nós já estamos aí com três ou quatro gerações perdidas de metade de meninos que abandonaram o ensino médio. Então, vamos acudir o ensino fundamental, o ensino infantil, urgentemente, para evitar a evasão, e nós precisamos calcular, com essas entidades, quanto será preciso minimamente para esses meninos voltarem às aulas, fora a vacina de todo o corpo escolar.

Sou parceira, estou pronta, junto, inclusive para contribuir com minhas emendas parlamentares, para fazer essa adaptação nas escolas municipais, especialmente onde se há menos dinheiro. Os Governadores – pelo menos o do meu Estado – têm muito, sabe, Confúcio? Ele que tem que arrumar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolas estaduais, e está fazendo corpo mole. Então, vamos ajudar os Municípios, para que nós possamos levar recursos para implementar essas adaptações.

Eu agradeço muito a sua paciência e a oportunidade aqui para que eu pudesse usar a palavra.

Parabéns ao Olavo Nogueira, ao Todos pela Educação, pelo grande trabalho também que vocês têm feito pelo Brasil e pela educação, assim como a Fundação Lemann, do Dr. Jorge Paulo Lemann.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Aviso a todos os Senadores que, logo após a nossa audiência pública, a gente vai fazer uma reunião administrativa para ouvir o Senador Wellington e passar para todos os senhores e senhoras o nosso cronograma de audiências para este mês de junho, que é justamente o mês... Nós encerramos, dia 30, nossos compromissos iniciais.

E também coloquei hoje, na Comissão, uma pauta a pedido do nosso Presidente, Rodrigo Pacheco, a prorrogação da nossa Comissão para mais uma temporada, para acompanhar todo o avanço do coronavírus, as questões escolares, as econômicas, enfim, tudo que é relacionado com a doença. A Comissão não pode desaparecer assim, sem mais nem menos.

Então, eu passo a palavra agora na seguinte ordem... Eu queria que todos os nossos convidados anotassem as perguntas, porque ele fazemos aqui em bloco, para não esquecer.

Eu passo a palavra, neste momento, ao nosso Relator, Wellington Fagundes, para suas observações e perguntas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de cumprimentar a todos que estão conosco, o Sr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do MEC; Luiz Miguel Martins, Presidente da Undime; Ellen Gera, representante do Conselho Nacional de Secretários; e o Olavo Nogueira Batista Filho, que é representante do movimento Todos pela Educação.

Sr. Presidente, tem-se divulgado pela imprensa, sobretudo nos últimos meses, que a pandemia e também o isolamento social estão causando problemas emocionais em crianças e adolescentes e, ainda, que esses problemas estão comprometendo o aprendizado de milhões de brasileiros e também aumentando a população de jovens que não estudam e também não trabalham. E, como consequência disso, esse fenômeno ainda estaria crescendo e agravando a desigualdade educacional no País e também instalando, entre nós, uma séria crise gerencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A esse respeito, eu gostaria de perguntar: alguma coisa já foi abordada, principalmente pelo Olavo, seja pela perspectiva social, seja pela ótica da estrutura da educação formal em nosso País? Quais são, até agora, na avaliação do Ministério da Educação (MEC), os segmentos discentes mais prejudicados pela pandemia da Covid? Quais são os aprendizados que a pandemia da Covid-19 deixa para os gestores da educação, particularmente a desigualdade social como condição a ser considerada na oferta do ensino? Considerando o expressivo contingente de adultos, jovens fora do mercado de trabalho e também o potencial de oferta de oportunidades de profissionalização nas redes de ensino públicas e privadas, o que ainda pode ser feito com vistas ao aproveitamento produtivo nesse momento de ócio extremamente forçado? Assim que as famílias, também as autoridades, enfim, todos nós, brasileiros, nos perguntamos aflitos, o que vai ser desses meninos e dessas meninas, dessas moças e desses rapazes? O que o MEC está programando nesse sentido para que possamos ter um planejamento de, se não tivemos no passado, curto, médio e longo prazo?

Falou-se muito na terceira onda, e realmente existe uma preocupação, porque hoje já chegamos a 473.495 mortes no Brasil, as novas cepas aí estão. O que é possível para vocês, que são conhecedores da educação, que a gente possa fazer? O primeiro já foi falado, vacina. E aí, Presidente, eu acredito que até a nossa Comissão poderia tomar uma decisão, e V. Exa., como Presidente, quem sabe – não sei se seria apenas uma recomendação, mas muito mais uma decisão de Governo... Agora, aumentam as perspectivas para que a gente possa ter vacina. A Fiocruz assinou agora, essa semana passada, a transferência tecnológica. Com isso, abre-se mais a possibilidade de podermos, então, ter fabricação de vacinas aqui no Brasil, tanto a partir do Butantan, como a partir da Fiocruz, e também acredito que esta semana teremos a aprovação por parte da Câmara dos Deputado da nossa proposta, do meu projeto de lei, permitindo que também as fábricas de saúde animal possam fabricar vacinas. Mas, de qualquer forma, a gente vê a perspectiva também de mais vacinas chegando ao Brasil, inclusive os Estados Unidos anunciando que doariam vacinas.

Então, eu gostaria de sugerir aqui e, ao mesmo tempo que sugiro ao Presidente Confúcio Moura, também deixar a pergunta em aberto: o que nós podemos efetivamente fazer para que essas nossas crianças possam ter condições de voltar para as escolas? Além da vacinação, com que tipo de atitude? Porque a gente percebe que, na rede privada, já temos muitas, muitas e muitas escolas funcionando. Por que é possível funcionar na rede privada e não é possível funcionar na rede pública?

Então, eu gostaria mais de deixar aqui essas perguntas, mas acredito, Sr. Presidente, que um grande problema que nós precisamos também enfrentar com o aprendizado da pandemia é o envolvimento maior também da família com as escolas brasileiras. Eu sempre insisto que muitos estão mudando a linha de pensamento, entendendo que o papel da escola é o de educação dos nossos filhos. Nós sabemos que o papel da escola é ensinar os nossos filhos, e é a família que tem o papel da educação. Então, a presença da família mais constante nas escolas se envolvendo e ajudando, eu acredito que poderia ser grande parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também da solução. Mas eu queria ouvir mais objetivamente dos nossos palestrantes, que são conhecedores...

Claro, gostaria muito que o Ministro da Educação também estivesse aqui. Tenho o Ministro da Educação como uma pessoa do bem, uma pessoa de bem, uma pessoa competente. Ele, infelizmente, não pôde estar, mas espero que, numa próxima reunião, aqui ele esteja.

Eu quero encerrar aqui, Sr. Presidente, não ocupando todo o meu tempo até para permitir que os profissionais possam falar um pouco mais da praticidade do que nós poderemos fazer agora, em curto prazo, principalmente se a gente tiver a possibilidade da terceira onda.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes, nosso Relator.

Eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Zenaide, solte seu som. Está preso aí, Zenaide.

Solte... É o seu som. Alguém pode te ajudar aí? É só liberar o som, Zenaide.

Estamos te vendo.

Pronto, pronto, pode falar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – O.k.

Foi a internet aqui que deu problema um pouquinho.

Bom dia a todos.

Quero aqui cumprimentar o nosso Presidente, supereficiente, Senador Confúcio; cumprimentar o representante da educação básica, o Sr. Mauro Luiz Rabelo; o Presidente da Undime, Luiz Miguel; e o Presidente do Consed, Vitor de Angelo; Olavo Nogueira Batista Filho, representante do movimento Todos pela Educação.

Eu começaria dizendo assim, Presidente: a grande medida econômica para este País se chama vacina para todos. E não é diferente para a educação. A grande medida para o retorno das aulas presenciais na educação é vacina para todos. Por isso que eu queria dizer aqui ao povo brasileiro a importância desta Comissão, porque nela a gente tem vários convidados que fazem as suas exposições, dando conhecimento à população do que está acontecendo, do que pode ser feito e da gravidade do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está acontecendo no País; isto é, informação é poder, gente! E é isso que esta Comissão faz, no mínimo, duas vezes por semana, com convidados que dão uma aula para gente.

Eu queria dizer o seguinte: eu sempre digo que um ano, dois, três, quatro anos que um gestor ou governante não olha para educação... Se não olhar para o asfaltamento, para o calçamento, é uma coisa que se repõe e os danos não são tão grandes; mas tem ideia de o que é não priorizar a educação? Eu acho que é um retardo de 40, 50 anos, se você pegar um gestor. A verdade é que a gente, aqui no Senado, eu tenho que dizer que o Congresso Nacional e esta Comissão têm um olhar diferenciado para essa diferença, essa divergência entre as escolas privadas, em que os alunos têm todo acesso à tecnologia, e as escolas públicas, em que não têm. Eu estou falando da pandemia, porque nada substitui a aula presencial, mas, por exemplo, vejo as minhas netas como um exemplo. Na escola pública... Na escola privada, numa hora, a aula é a distância e, na outra, a aula é presencial, mas tem como... E a gente tem esse vácuo grande entre elas.

Eu queria dizer aqui ao Sr. Mauro, que é professor, que, como a Senadora Kátia Abreu falou, a gente mal vê a presença... Não tenho nada contra o Ministro da Educação, mas não é um ministro que eu consiga entender, porque como o ministério pega a sua pasta, bota debaixo do braço, mas solta aquela briga pelos recursos? Porque a gente sabe, como o Senador Wellington falou, que sem recursos não se faz uma educação pública de qualidade, gente. A gente não está inventando a roda. Ou investe... É por isso que o Congresso lutou por esse novo Fundeb, com toda a Constituição, aumentou recurso, mas a gente viu que, na hora de contingenciar ou bloquear recurso, foi da educação que foi tirado.

Então, esta é a pergunta: o que o Ministério da Educação vai fazer? Inclusive, porque, se a cobrança é grande, chega a nós, chega ao Congresso. A gente pode ter um Presidente que não tem esse olhar diferenciado, um Ministro da Economia... Mas a educação tendo, a gente vai atrás – a gente vai atrás! E sabe que sem recursos não se faz. E o dano que se causa?

Por exemplo, eu queria falar das tecnologias que a gente aprovou na Câmara, no Senado. O Presidente vetou, e a gente derrubou o veto. E aí, ao mesmo tempo, veio o Fust, que era para usar nas tecnologias, porque quem garante que a gente não vá ter – tudo indica que vai haver – uma terceira onda? Esses estudantes é que vão pagar o preço por isso?

Então, o que eu poderia perguntar? Eu queria dizer aqui, Sr. Mauro, que, na semana passada, eu estava ouvindo uma entrevista, na CNN, do Ministro da Educação, e ele falou sobre as provas do Enem; eu não sei se tomaram conhecimento. E a preocupação dele era de que não pode haver assuntos polêmicos nas dissertações. E um dos assuntos polêmicos que ele considerou, que ele deu como exemplo foi por que não se pode debater por que a mulher ganha menos do que o homem, mesmo executando igual trabalho. Isso me chocou um pouco, porque a gente tinha terminado de aprovar no Senado essa lei que obriga mulheres e homens a receberem salários iguais por trabalhos iguais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas voltando: qual o projeto – o Wellington já fez quase todas perguntas, e a Kátia Abreu – que há para ver como a gente compensa isso? A gente sabe que precisa de recurso. Então, essa luta por recurso que tem que nos procurar.

Quero parabenizar o Luiz Miguel, da Undime, que deu... Você deu um diagnóstico, viu, Miguel? E, quando há um diagnóstico, já existe 70% do problema resolvido, se houver vontade política de resolver.

Também, do Sr. Olavo, eu tive e tenho uma impressão muito boa – e desse movimento Todos pela Educação –, mas eu senti que o senhor quis culpar os professores por não irem. Eu gostaria de lembrar que os professores são mal pagos e a grande maioria anda de transporte coletivo. Então, essa história de que vai proteger só os alunos e só os professores, eles não têm como fazer isso.

Finalizando: vacina no braço de todos! Vacina no braço de todos! E como, na maioria das vezes, a gente não consegue sensibilizar o Governo em relação às vidas humanas, vamos aqui, que é a grande medida econômica – e economicamente a gente pode sensibilizar.

Eu vou ficar ouvindo, Presidente, principalmente porque a Kátia já perguntou, já fez várias perguntas que me interessam, e também o Senador Wellington.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Nós já tivemos três Senadores falando – a Senadora Kátia, o Senador Wellington e a Senadora Zenaide –, e iremos fazer dois blocos. Vamos encerrar com a Zenaide este bloco para as respostas, e depois temos o Styvenson Valentim, o Izalci, o Esperidião – e eu acho que a Senadora Kátia quer dar uma palavrinha final.

Muito bem, então. Vamos às respostas.

Eu vou seguir a ordem aqui dos convidados, não é? Vou passar a palavra... O tempo é de três minutos para as respostas – um pouco mais, um pouco menos.

Eu passo a palavra para o Doutor Professor Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do MEC, para as respostas.

O SR. MAURO LUIZ RABELO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Sou professor e completei 40 anos de serviço este ano...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah, professor! Está bem, professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO LUIZ RABELO – ... com muito orgulho, não é? Eu digo que tenho a educação correndo na veia.

Eu vou tentar ser breve aqui, porque foram muitos questionamentos, muitas ponderações. Quero agradecer aos Senadores por essa oportunidade de fazer alguns esclarecimentos. Eu tentei anotar um pouco, aqui, as perguntas, que foram bastantes.

Eu queria dizer que o nosso Ministro Milton Ribeiro – em resposta aos comentários da Senadora Kátia Abreu – vai à Comissão de Educação agora, quarta-feira, 9 de junho, às 9h. Então, acho que vai ser uma excelente oportunidade, exatamente, de apresentação das ações que o MEC tem desenvolvido. Nós fizemos esse compilado num documento de ações do MEC em resposta à pandemia de Covid – que foi disponibilizado pelo ministério –, que vão até o mês de março deste ano – ele não tem as ações novas e as ações em planejamento.

Eu gostaria de dizer que o nosso Ministro Milton, no primeiro dia do novo Ministro da Saúde, junto com o Secretário-Executivo, o Victor Godoy, eles foram ao ministério levar o pedido de estabelecimento dos profissionais da educação nas prioridades da vacina. Essa ação também foi feita a partir de uma visita do nosso Secretário Vitor, que é Presidente do Consed, aqui no ministério, o que foi feito de forma coordenada. Naquela ocasião o Professor Luiz Miguel estaria presente, mas também não pôde, porque estava com a situação de Covid do pai, e, depois, ele mesmo passou por isso.

No âmbito dos recursos, nós disponibilizamos, dentro do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), R$672 milhões para as escolas, para auxiliar no retorno às atividades presenciais. Desses R$672 milhões, em termos orçamentários, já liberamos R$524 milhões. As escolas, às vezes, têm que resolver algum tipo de pendência para poder receber o recurso. Vamos trabalhar... Estamos trabalhando com o Ministério da Economia... O Ministro também e o Secretário já trabalharam para fazer o desbloqueio de parte dos recursos contingenciados. Já houve, então, o compromisso de desbloqueio de cerca de R$1 bilhão, para que a gente possa dar andamento às ações que estão sendo planejadas.

Nós estabelecemos, junto com o Consed e com a Undime, um protocolo de retorno às atividades presenciais. É um protocolo bastante robusto, feito com base em orientações de organismos internacionais e nas próprias orientações do Consed e da Undime.

Criamos um painel de monitoramento a partir de questionários elaborados, respondidos pelos secretários municipais, pelos dirigentes das escolas, pelos secretários estaduais. Isso está disponível no *site* do ministério. São informações extremamente valiosas que nos ajudam na tomada de decisão. Lá também há informações sanitárias das regiões de entorno das escolas, dos Municípios, que são atualizadas a partir de dados do Ministério da Saúde. Elas são atualizadas constantemente.

Eu falei um pouco das ações de formação de professores e exemplifiquei com alguns cursos. Falei da nossa plataforma. Já temos mais de um milhão de usuários. Acho que é importante esse ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virtual de aprendizagem do MEC, onde o MEC disponibiliza recursos educacionais digitais, cursos de formação para os professores. Vamos disponibilizar, inclusive, cursos para alunos na área de Matemática no ensino médio e no ensino fundamental daqui a alguns dias.

Estamos trabalhando na questão do Programa Educação Conectada. A gente sabe o quão importante é a tecnologia, melhorar as condições de infraestrutura de tecnologia das escolas. Então, para isso, há, inclusive, um PL transformando o Programa de Inovação Educação Conectada em política pública. Isso é fundamental porque é um programa muito bem fundamentado nesta linha de olhar para a infraestrutura de tecnologia das escolas.

Assim, para finalizar, já que o tempo, por duas vezes, foi anunciado, nós estamos gestando, nessa linha do comentário feito pelo nosso Senador Wellington Fagundes e pela Senadora Zenaide, dentro do PDDE, o programa Educação e Família. Sabemos o quão fundamental foi o envolvimento maior da família nesse período de ensino remoto. Estamos desenhando aqui um programa que, acredito, vai ser extremamente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Mauro Luiz Rabelo.

Passo a palavra para o Professor Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Undime.

Luiz Miguel Martins Garcia.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador... (*Falha no áudio.*) Eu quero também aqui rapidamente cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, o Senador Marcos do Val, o Senador Izalci Lucas, companheiro da Frente de Educação, a Senadora Soraya, o Senador Esperidião Amin, a Senadora Zenaide.

Bom, rapidamente, Senadora Kátia, todo o material de orientações do final do ano a respeito da conclusão do trabalho foi enviado a todos os gestores e está disponível no *site* da Undime. Todas as seccionais de cada Estado fizeram um compartilhamento desse material em PDF para todos os gestores. O material do caderno dos cem primeiros dias, o caderno de orientações, também ficou disponível em PDF, mas foi enviado fisicamente para todos os 5.568 Municípios brasileiros. Então, em função das realidades, o tempo de chegada é um pouco diferente. E nós fazemos formações constantes com relação às temáticas. O material vai sendo dividido na plataforma Conviva, que é a plataforma da Undime, desenvolvida (*Falha no áudio.*) ... parcerias com alguns institutos e fundações, e permite, então, que esse material fique sempre disponível, que nas ações e nas videoconferências haja tempo para discussão, complementação, tirar dúvidas. E a Undime tem um trabalho constante de enviar informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito e parabenizo a senhora e a Deputada Dorinha por esse trabalho que possibilitou a constituição desse grande programa de formação de professores no Estado do Tocantins, um trabalho desenvolvido conjuntamente pela Undime e a Secretaria Estadual, com esse apoio parlamentar muito importante.

Nós rogamos aos Senadores que também possam conhecer essa proposta e avançar na oferta de emendas à educação. Nós temos aí... E é muito importante que os Senadores que puderem destinar recursos das suas emendas ou buscar negociações com o Governo para a educação, de agora para a frente, e ainda mais quando a gente puder...

E, aí, respondendo também ao Senador Wellington quando ele pergunta o que Senado pode fazer, uma questão muito importante que nós temos é formação de professores. Nós precisamos fazer oferta, nós precisamos fazer desenho. Nós temos discutido com o MEC para fazer um processo que não fique só na oferta de plataforma. A gente precisa ter culturalmente – esse processo de Tocantins mostra isso –, nós precisamos ter monitoramento, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento dos projetos. Nós podemos fazer oferta de projetos e (*Falha no áudio.*) ... programas complementares, incentivando o tempo integral. De que forma vamos fazer isso? Por meio de recursos. Nós já tivemos projetos dessa natureza, e nós queremos retomar o conceito. Os Municípios conseguem discutir isso daí.

É importante, sim, que o Senado dê esse grito de fortalecimento da vacina.

E não gosto de trata de questões pessoais, mas eu estive 12 dias no hospital...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Professor Luiz Miguel. O seu som está ruim aqui para a gente ouvir. Até tirei a sua imagem da tela para ver se melhorava o som, mas não melhorou.

Passo a palavra para o Professor Ellen Gera, representante do Conselho de Secretários Estaduais de Educação.

O SR. ELLEN GERA DE BRITO MOURA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor tem três minutos.

O SR. ELLEN GERA DE BRITO MOURA (Para expor.) – O.k.

Bom, o ponto principal neste momento... Todos os Senadores falaram: o que fazer agora? Eu creio que neste momento nós precisamos criar um clima de confiança de que é possível voltar para o ambiente escolar. Agora, esse clima de confiança para voltar ao ambiente escolar, como o Olavo também mostrou bem na apresentação, passa pela vacinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje o plano nacional de imunização cita que agora vamos ter uma reserva de vacinas – enfim, vindas pelo próprio plano nacional de imunização – para os profissionais de educação. É importante destacar que até o momento as vacinas que foram aplicadas em profissionais de educação no Brasil foram por decisão ou dos Estados ou dos Municípios, que pegaram reservas técnicas ou – perdoem-me não usar uma palavra melhor – sobras de alguns grupos e transferiram para a educação. Então, nós temos hoje um momento de oportunidade, porque agora, Senadora Kátia, vem pelo plano nacional de imunização uma reserva de fato no plano para os profissionais de educação.

A senhora perguntou se a quantidade de vacinas é suficiente.

Olavo, o número que nós temos no plano vem, salvo engano, do censo de 2019. Então, pode ser, sim, que exista uma diferença entre o quantitativo que está posto no plano e o quantitativo real que é necessário para ser aplicado. Agora, não dá tempo de o Brasil fazer um censo neste momento. Então, nós precisamos imediatamente aplicar o que já está no plano e também já trabalhar, junto ao Ministério da Saúde, lá na Comissão Tripartite, o quanto vai ser necessário a mais para fechar todos os profissionais de educação. O censo – é importante destacar – é muito bem feito com professores, professoras, com gestores e gestoras escolares, mas, quando começa a caminhar para os profissionais de apoio administrativo, aí já não é um número que fica muito bem registrado no censo. Então, eu não vou aqui dizer com segurança porque não tenho a base de dados que foi realmente aplicada lá pelo comitê tripartite no PNI.

Senadora, eu tenho uma hipótese de que esse número é aquém do que a gente vai realmente precisar, agora, do tempo que nós já levamos, não dá tempo de fazer um censo. Até o censo que a gente poderia utilizar agora, pelo próprio IBGE, não aconteceu no ano passado, por conta da pandemia, e talvez nem este ano, que ainda está em um cenário de indefinição, mas é preciso pegar a cota que está lá.

Vou dar só um dado aqui para o Piauí: no Piauí, nós temos 62 mil vacinas chegando para a educação do nosso Estado, para educação básica e ensino superior. Existe um correlacionamento também de profissionais que atuam tanto nas redes estaduais quanto nas redes municipais e também em escolas particulares. Então, quanto a esse número, também acaba que, quando se vacina um professor, ele atua em várias redes. Bem, é importante que esse número chegue, mas eu já identifico aqui no nosso Estado que vão ser necessárias mais vacinas. E também é possível, com reservas, complementar-se isso.

Então, o ponto principal aqui é garantir que a vacina chegue, para se criar um clima de confiança, mas não podemos ficar esperando a vacinação...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professor Ellen Gera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Professor Olavo Nogueira Batista Filho, do Todos pela Educação.

O SR. OLAVO NOGUEIRA BATISTA FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Dois pontos. O primeiro é o comentário da Senadora Kátia Abreu e da Senadora Zenaide Maia sobre eventualmente minha fala ter soado como uma acusação às escolas ou aos professores, jogando a culpa do prolongamento fechado nos professores. Muito pelo contrário. Agradeço o apontamento, até para poder esclarecer e poder, de maneira muito contundente, dizer que não é isso; é rigorosamente o oposto. Inclusive, toda proposta que a gente traz acho que vai no sentido, como eu coloquei no primeiro eslaide, da abertura gradual, segura e efetiva. E segura é entendendo a proteção dos estudantes e dos profissionais da educação como ponto de partida. Isso é absolutamente crucial dado o contexto em que a gente se encaixa.

E, segundo, fosse verdade esse entendimento de que os culpados são os professores, acho que a gente não teria, no caso do Todos pela Educação, sido contrário ao PL 5.595, a partir do entendimento de que ele trazia um risco grave à proteção dos profissionais da educação. Esse foi o principal ponto pelo qual a gente se posicionou de maneira contrária.

O comentário foi no sentido de que há ainda – e isto é fato – comunicações não pequenas que desconsideram os conhecimentos já acumulados, que desconsideram as pesquisas, inclusive pesquisas feitas em âmbito nacional, desconsidera aquilo que a própria Senadora Kátia Abreu colocou, que a Fiocruz, por exemplo, tem trazido, como o que de fato são riscos e o que de fato não são riscos no processo de reabertura. Nesse sentido que foi a fala de que há movimentos de comunicação que têm atuado no sentido contrário, de novo, de desconsiderar o conhecimento, as evidências já disponíveis, para argumentar pelo fechamento prolongado e contínuo das escolas.

Mas, repito, muito pelo contrário, todo o nosso entendimento é que o ponto de partida é garantir a proteção dos profissionais da educação, dos estudantes nesse processo da reabertura. Por isso, inclusive, que, no centro dessa proposta que a gente traz, está a questão da vacinação. Entendendo o contexto grave da pandemia no País, entendendo o contexto grave das projeções nos próximos meses, o nosso entendimento é de que essa é a medida mais eficiente, mais eficaz para garantir confiança, para garantir segurança de todos os atores da comunidade escolar nesse retorno.

Sobre o número, Senadora Kátia Abreu, ele rigorosamente vem do PNI. E não são só professores, são profissionais de educação. Nosso entendimento é comum ao da senhora: todos os profissionais da educação precisam ser vacinados. A escola é uma comunidade de profissionais, não apenas professores. A tabela do PNI, de 15 de fevereiro de 2021, diz, no item 19 da tabela – depois eu posso passar aqui para a Comissão: trabalhadores da educação do ensino básico, creche, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, profissionalizantes e EJA. E esse número é 2.707.200. Então, aí a estimativa de 2,7 milhões. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o secretário bem colocou, esses dados podem ter uma variação ou outra, mas, de fato, estou usando aqui o dado do PNI, que trouxe trabalhadores da educação, não apenas professores.

Por fim, ao encontro aqui do que o Secretário Ellen trouxe, do que o Secretário Luiz Miguel trouxe em resposta à pergunta do Senador Wellington Fagundes, sobre o que é preciso ser feito no curto prazo, eu só reitero e sublinho esse nosso entendimento de que a medida mais importante nesse momento – e precisa ser acelerada o quanto antes – é a priorização, o alinhamento dos calendários dos Estados e Municípios em prol da vacinação dos profissionais da educação. Ele está ocorrendo, como o Secretário Ellen disse, de maneira muito desigual. É positivo que a CIT tenha recentemente finalmente colocado a priorização dos profissionais em paralelo aos outros grupos, mas a questão da cota, a questão da quantidade de vacinas ainda não está solucionada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professor Olavo Nogueira Batista Filho.

Nós vamos dar continuidade aos Senadores com seus questionamentos.

Eu passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, pelo tempo de três minutos. Styvenson Valentim, o primeiro a chegar à sala hoje.

Pode soltar o seu som aí. O som está fechado, Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Pronto. Abriu?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora está bom, beleza. Pode falar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – A todos os conferencistas um bom-dia; às Sras. Senadoras, bom dia, aos Srs. Senadores também.

Vamos lá. A gente já ouviu o que a Senadora Kátia Abreu já falou, o óbvio para quem conhece a educação pública: falta muita coisa, desde higiene até recurso. Faço uma pergunta específica para o Sr. Olavo Nogueira Batista Filho – e eu preciso insistir num assunto que foi puxado pelas Senadoras sobre a fala dele. A situação é clara: a pandemia trouxe esses problemas e trouxe a diferença, o abismo que existe entre educação pública e educação privada. Para a educação privada, houve vários protocolos a serem seguidos na abertura, para que voltasse a funcionar – lembrando, Sr. Olavo Nogueira, que os professores da rede municipal e estadual também, por terem baixos salários, prestam serviços, dão aula nas escolas privadas. Então, foi dito aqui sobre um clima de confiança, e um clima de confiança em que a gente percebeu que houve o cumprimento de toda a legislação para que voltasse, a legislação de segurança, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as escolas privadas retornassem, e os professores voltaram, de forma híbrida ou não. Então, eu queria ver a compreensão do senhor sobre isso.

E uma outra compreensão do senhor é quanto à qualidade do ensino, como é que a gente pode avaliar esse ensino híbrido de forma precisa para o nosso Ideb. São dois anos – quinze meses – praticamente.

E uma outra pergunta para o Sr. Mauro Rabelo. Muito se falou aqui de tecnologia e muito se disse também que falta um ator principal para comandar toda essa situação da educação. Então, a gente está vendo aí Governadores, Prefeitos – claro, dentro de suas responsabilidades – e uma ausência de Ministério da Educação, que está fazendo uma propaganda agora na televisão, Senador Confúcio, falando como os alunos devem se comportar dentro do ônibus, há um protocolo que foi colocado também. Mas em relação à tecnologia a gente vê que isso ainda é escasso. Com o Ministério da Tecnologia com recursos minguados, só restou o quê? A gente ficar nas promessas. Não se podia pegar bons exemplos, como o do Paraná, que se utilizou da televisão, do meio de comunicação que todos os brasileiros praticamente têm, para dar uma teleaula, e todos os dias naquele horário uma TV do MEC passar essas aulas para os alunos que têm interesse de assistir?

E uma segunda pergunta para o Sr. Mauro Luiz Rabelo é sobre o Plano Nacional de Educação. Entre 2014 e 2024, ele tinha uma meta que previa no tempo integral 50% dos alunos, e cerca de 25% desses na educação básica. Aí veio a pandemia, transformou tudo em híbrido ou tudo remoto, o que está sendo discutido agora. Minha pergunta é: qual é a perspectiva até agora de esse ensino ser integral? Qual o número que a gente tinha? E a partir de agora, nestes dois anos perdidos, como é que a gente vai ficar com esse ensino integral? Movimenta alguma coisa?

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Styvenson Valentim é nosso Vice-Presidente.

Eu passo a palavra para o Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Pode soltar seu som, Izalci. (*Pausa.*)

Pronto. Pode falar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar a todos.

Eu não pude inicialmente ouvir as apresentações, mas acompanhei as perguntas e respostas.

Eu só quero registrar, Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, nós temos um projeto na pauta para ser votado que coloca a educação como essencial – evidentemente teve emendas na Câmara, tratando do retorno às aulas. Já fizemos uma audiência pública, e ele voltou para a pauta. A gente deve votar isso terça-feira ou quarta-feira.

E aí, sinceramente, a situação da educação é um caos. Primeiro, a pandemia trouxe uma luz sobre essas distâncias que aumentaram ainda mais. As escolas públicas, infelizmente, não conseguiram oferecer aos seus alunos condições de continuidade. O maior desafio nosso hoje no ensino médio é trazer de volta os alunos. Há muitas famílias com dificuldade financeira, com muitos jovens tendo que se virarem para ajudar a família a sobreviver, a comer. Há um desestímulo completo que já existia, porque, nessa geração nossa hoje, a chamada geração nem-nem – nem estuda nem trabalha – vai aumentar muito ou, aliás, aumentou muito e vai aumentar ainda mais. Os jovens não veem nessa escola que está aí perspectiva de futuro. Uma escola sem internet... E nós fizemos um esforço danado agora para derrubar o veto para colocar R$3,5 bilhões nas escolas, o que não é nada, mas não adianta comprar computador se não houver realmente os conteúdos, a plataforma, a inclusão dos professores na era digital... É uma preocupação muito grande. As avaliações que estão saindo agora equivalem às de 15 anos atrás. Então, não só não avançamos como ainda, pior, regredimos muito! Então, de fato, essa questão da educação é preocupante.

É lógico que as escolas não estão... Quando eu falo escolas no Brasil, há várias que estão... E nós não podemos, de forma alguma, exigir que todas elas voltem ao mesmo tempo. Temos que respeitar realmente a autonomia das escolas, dos Estados e dos Municípios e, evidentemente, só voltar quando houver condições sanitárias de voltar. Não se pode, numa escola que não tem saneamento, que não tem água, exigir a volta nessas condições.

É preocupante! Eu acho que o Ministério da Educação precisa fazer um esforço maior do que o que tem sido feito. Educação não pode continuar ainda no discurso. Esta pandemia, de fato, Presidente... A saúde está matando, são quase 500 mil, mas nós estamos perdendo mais uma geração, lamentavelmente. A gente precisa investir muito em robótica, em ciência, em inovação... Isso é com exemplos, não adianta fazer um discurso bonito e fazer o contrário.

Eu não vou... Se vocês puderem falar um pouco sobre esse projeto que está na pauta para a gente poder avaliar melhor, eu gostaria de ouvir a opinião de vocês. Mas, de fato, eu fiquei muito triste e preocupado com a situação da educação do Brasil. É muito ruim, voltamos quinze anos, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas.

Passo a palavra para o Senador Esperidião Amin.

Esperidião Amin, pode liberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Estamos a bordo.

Presidente, eu queria cumprimentar mais uma vez V. Exa. porque esta é uma reunião que trata de coisas concretas sobre a maior prioridade que uma nação, nas circunstâncias da nossa, pode ter. E não é apenas enunciar que é prioridade, mas praticar o exercício de tornar prioridade nas nossas palavras, atos e decisões.

Eu queria fazer uma indagação inicialmente aos nossos representantes aqui da Undime e do Consed.

Eu não tenho um balanço preciso, mas, pelo meu próprio Estado, eu sei que a maior parte... Eu não tenho precisamente a informação – talvez o Dr. Olavo Nogueira possa ter mencionado isso e eu não tenha ouvido porque não estava no momento antenado ou porque o dado não tenha sido revelado –, por isso gostaria de saber qual foi o Estado brasileiro que cumpriu o preceito constitucional de aplicar 25% em educação ano passado. E os Municípios? E agora nós estamos assistindo a um grande movimento – não sei se é da Undime, mas é de Prefeitos – pedindo um relaxamento na interpretação contábil do valor a ser aplicado em educação.

Então, mesmo sem ter uma visão do conjunto com detalhes, eu digo o seguinte: nós não estamos praticando a prioridade da educação. Eu me incluo nisso, porque eu também devia ter feito essa pergunta há mais tempo. No começo do ano passado, nesta Comissão, eu comecei a perceber isso. Como não há aula presencial, eu gasto menos – eu, Poder Público –, mas não compenso esse superávit com investimento. Nós continuamos falando de precariedades físicas – uma que é crucial é higiene, água; nem vou falar em tratamento de esgoto por rede pública, porque há outras soluções toleráveis, digamos assim. O que nós fizemos, como mandamento que o Congresso pode praticar, para que essas precariedades que existiam antes não servissem de arrimo para reduzir investimento – ou despesa, como queiram – em educação?

E vejo hoje Prefeitos se mobilizarem, Presidente Confúcio – eu peço só para concluir a oração. Vamos pensar em como transformar o limão na limonada! Eu não posso dar aula presencial para todo mundo. Eu sei o valor que tem um ensino a distância. Aqui no meu Estado, todos os professores, de toda a rede pública, conseguiram graduação no começo do século com ensino a distância. Eu já dei aula de ensino a distância, além de ser professor há 53 anos. Então, eu queria só dizer o seguinte: nós temos que aproveitar a dificuldade para reduzir – é inevitável – as despesas, mas continuar com o compromisso de reduzir precariedades estruturalmente funcionais que existiam e agora são mais graves.

Esse é o apelo que eu faço, antes de censurar, antes de condenar, mas não está certo o caminho que nós estamos percorrendo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu não sei se a Senadora Kátia Abreu gostaria de fazer algum comentário. Ela levantou a mão...

Pois não, pode falar, Senadora. Libere seu som.

Senadora Kátia Abreu, o seu som.

O som, Kátia. Isso, pode falar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Estou tentando! Estou tentando, Presidente!

Bem rapidinho, Presidente, eu gostaria de solicitar – eu acho que ajudaria muito nessa sua intenção de ampliar este debate – que nós convidássemos o Ministro das Comunicações para falar sobre internet, sobre a política pública de *tablets*, de computadores e também o alcance das redes, a universalização das redes nas escolas, para saber como é que está essa priorização. O Ministro da Educação pode até ir à Comissão de Educação, ele é sempre bem-vindo, mas eu acho que ele deveria vir aqui para nós falarmos sobre o nosso tema, que é pandemia, Covid e educação. Eu acho que na Comissão de Educação é muito importante discutir as metas, discutir, enfim, o que for preciso, ou fazer uma comissão conjunta.

Gostaria, Sr. Presidente, de que o Banco Mundial... Gostaria de saber se algum dos participantes aqui pode comentar o belo e grande estudo do Banco Mundial sobre o período da pandemia na América Latina, Caribe e, claro, o Brasil está incluído. O aumento de crianças cujo aprendizado caiu nesse período, que ficaram deficitárias, chegou a mais de 60% – o Brasil representa 35% disso. Então, eu queria que o representante do Ministério da Educação pudesse falar sobre esses números e o que estão pensando em fazer até que o Ministro chegue aqui. Só no Brasil, Sr. Presidente, são 2,4 milhões de crianças com pobreza de aprendizagem – é o nome do estudo do Banco Mundial, uma coisa fantástica. E quanto isso afeta na perda de PIB no futuro, daqui a 10, 15 anos? Essas crianças ficaram dez meses sem estudar, o que dá uma perda, no Brasil, de US$543 bilhões daqui a 10, 15 anos; na América Latina, US$1,7 trilhão.

Então, eu acho que convidá-los para isso seria até muito importante, esses três personagens: o Ministro das Comunicações, o da Educação e o Banco Mundial.

E acho, Sr. Presidente, que nós poderíamos pedir às instituições e ao próprio MEC, objetivamente, para saber quanto vai custar para adaptar fisicamente as escolas municipais e estaduais para suportar o distanciamento, a boa ventilação e o tamanho adequado. Qual é o custo para máscaras e álcool-gel? Qual é o custo professor-ano para nós darmos um treinamento a distância para esses professores melhorarem também as suas aulas? E qual é o custo por aluno, aquele a que ainda a vacina não chegou? Nós não conseguimos vacinar todos os professores. E o custo por aluno?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos esquecendo uma coisa importante, Sr. Presidente: as professoras de sala de aula não são professoras de informática não. Eu, por exemplo, sei dar aula de História, mas me coloque para dar uma aula de Informática para o senhor ver! Eu não dou conta! Então, é uma coisa muito especializada, e os alunos do ensino médio e do ensino fundamental, segunda fase principalmente, precisam de custo para eles se formarem em Informática antes de comprar o computador. E não é com professores locais. Pode ser uma supermegaparceria com o Sistema S, Sesi, Senai, Sesc, para que isso possa ser superado. E há até mesmo o custo dos computadores ou *tablets*. Então, são itens que nós precisaríamos com objetividade.

A Undime apresentou, o Miguel: 16 mil escolas sem banheiro, sem abastecimento de água e sem água potável. Quanto custa isso, para a gente cuidar de 16 mil escolas nesses três quesitos, principalmente porque já estão numerados?

Então, acho que é preciso concretizar isso, para nós sabermos o tamanho do dinheiro de que nós estamos falando. Nós já sabemos do auxílio emergencial, temos experiência; nós temos experiência com o dinheiro para as micro e pequenas empresas; para Governadores e Prefeitos. E esse custo? Nós precisamos tirar esse custo específico de algum lugar para não pedir um montante, assim, no "chute", não é? Não pode ser uma coisa muito aproximada, distante. De quantos bilhões precisamos para nós colocarmos esses meninos dentro da sala de aula e o Brasil não perder mais ainda, nos próximos dez anos, com a incapacidade de seus alunos?

Então, eram essas as minhas contribuições, Sr. Presidente, para nós tentarmos objetivar – eu sei que o senhor é um homem muito pragmático e objetivo – e, numa próxima reunião, nós termos números mais assertivos, algo que o próprio Ministério da Educação tem obrigação de ter, não é?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senadora Kátia Abreu.

A última Senadora inscrita é a Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra, Senadora Soraya.

Pode falar. Seu microfone está liberado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia a todos os colegas Senadores que vejo aqui!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou acompanhando a reunião já faz um bom tempo – bom dia também aos nossos convidados! –, mas, se eu deixei passar essa parte, se já foi respondida, peço desculpas. Eu gostaria de saber do representante do Ministério da Educação em relação à agenda do *home schooling*. Eu sou relatora desse projeto de lei e é algo que para mim é bastante caro. Eu sei que há muita celeuma, mas essa seria a hora de avançarmos nessa agenda do *home schooling*.

Algo interessante, que precisa ser destacado, é: qual será o método utilizado no *home schooling*, principalmente porque tem que ser um método autodidático?

A minha irmã, que mora nos Estados Unidos, tem uma filha de 12 anos e tem um filho menor de oito anos. Para a filha ela nunca proporcionou nenhum método, mas, para o menino, ela ficou sabendo do método até do próprio governo americano. Ele mexia no *tablet*, brincava com essa metodologia disponibilizada – e existem outras também para ser compradas – e, quando ela se deu conta, o menino, com dois ou três anos, já lia bastante e já fazia contas de cabeça. Então, não adianta avançarmos nessa agenda de *home schooling* sem sabermos qual será o método utilizado.

Eu já disse isso antes, eu não sei em qual oportunidade, mas tem que ser algo do tipo do Kumon, cujo método é autodidático. Isso já existe, basta que o Governo adquira ou desenvolva. Uma das falácias em relação ao *home schooling* é que os pais não têm capacidade para ensinar. Claro que não! Quem tem que ensinar é o próprio método. Então, essas questões precisam já ser derrubadas, nós já estamos atrasados nisso.

E vocês têm uma conta sobre o que seria colocar um *tablet* na mão de cada aluno? Nós temos o Programa Wi-Fi Brasil, que eu mesma estou trabalhando junto ao Ministério das Comunicações e levando para o Mato Grosso do Sul. Nós temos como colocar conectividade fácil, barata e rápida. Eu acredito que um *tablet* para cada aluno sairia muito mais barato do que todo o aparato, e podemos utilizar os nossos professores também para dar essas aulas. A própria TV na Espanha, se eu não me engano... Minto, em Portugal a TV do governo está dando aulas. Por que não fazemos isso aqui? Porque todos têm acesso a uma televisão, e isso seria mais fácil ainda. Por que não estamos utilizando essa metodologia?

Então, quero agradecer a oportunidade e me colocar à disposição.

Que tenhamos o retorno desses questionamentos o mais rápido possível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a participação dos internautas que fizeram perguntas. Durante o transcorrer da audiência, quase todas foram respondidas. Muito obrigado à Nelma Denise, do Rio de Janeiro; Luana Fernandes, da Bahia; José Mário, do Espírito Santo; Deborah Braga, de Minas Gerais; e muitos outros. Eu apenas trouxe esses nomes para fazer um agradecimento pela participação aqui em nossa audiência pública.

Assim sendo, nós caminhamos já para o encerramento e, logo a seguir, teremos uma reunião administrativa para aprovação de alguns itens.

Eu já vou até fazer aqui, antes de passar para os nossos convidados, a apreciação do Requerimento nº 75, da Senadora Eliziane Gama.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 75, DE 2021

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações e esclarecimentos quanto ao posicionamento do Ministério da Saúde em relação ao Brasil sediar a Copa América-2021, mesmo diante do agravamento da pandemia da Covid-19 no país.

Autoria: Senadora Eliziane Gama.

Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com esse requerimento de informações permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

E agora nós vamos já para as respostas. Cada convidado pode fazer as suas explicações e já fazer também as suas despedidas da nossa audiência pública, porque ainda vamos partir para a parte administrativa, que não precisa mais das suas presenças – cada um tem muita coisa para fazer, eu tenho certeza absoluta.

Então, eu passo, em primeiro lugar, para o Professor Mauro Luiz Rabelo responder aos questionamentos dos nossos Senadores e Senadoras.

Seu tempo é de três a quatro minutos, Professor Mauro.

O SR. MAURO LUIZ RABELO – Já com o encerramento nisso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Já para o encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO LUIZ RABELO (Para expor.) – Então, inicialmente, eu gostaria de comentar, muito brevemente, os questionamentos do Senador Styvensson, do Senador Izalci, da Senadora Kátia Abreu e da Senadora Soraya, de forma bastante breve.

Em relação ao que disse o Senador Styvensson sobre o ensino médio em tempo integral: o processo continua sendo gestado no âmbito do ministério e das secretarias estaduais de educação. É um programa em que já houve um investimento da ordem de R$1,6 bilhão, com atendimento de 316 mil estudantes. Nós estamos discutindo com os Estados, porque há um recurso nas contas dos Estados que supera R$1 bilhão, que, naturalmente, é originário dos anos atípicos de 2020 e 2021, para que a gente faça repactuação disso. O ensino médio em tempo integral se junta também ao novo ensino médio como grande desafio que o ministério tem pela frente e em que tem atuado de forma eficaz, em conjunto sempre... Acho bom reforçar que o ministério não trabalha com políticas aqui de cima para baixo. Nós estamos em diálogo constante. O Luiz Miguel está aqui, o Professor Ellen Gera está aqui, e podem confirmar que, desde que nós chegamos aqui, em setembro, a nossa perspectiva é de diálogo para, inclusive, discutir o enfrentamento desse problema do *gap* de aprendizagem e da retomada das aulas, retomada presencial, que para nós também é fundamental, com todas as medidas de segurança possíveis.

Senadora Soraya, nós estamos exatamente nesse momento discutindo uma CT com Portugal, na linha de fazer o aproveitamento dos programas disponibilizados lá na TV portuguesa. Está bem adiantado este processo de, junto com a EBC, fazer as adaptações necessárias. Acho que é um excelente material que a gente vai poder disponibilizar com as redes.

Nesse sentido também, a partir do comentário de Senador Styvensson, com o Paraná, nós estamos adiantados na parceria com a Secretária Estadual do Paraná, para disponibilizar o material que eles utilizaram dentro da plataforma *Google for Education*, para as redes que quiserem utilizar isso, seja no momento atual, seja no momento da atividade de retorno híbrido. Então, o MEC está colhendo as experiências já bem-sucedidas ao longo do País e fora dele para disponibilizar isso o mais rapidamente possível para as nossas redes de ensino.

Vamos lançar... Eu acho que, na última fala, eu acabei sendo cortado. Nós estamos trabalhando para desenvolver o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), educação e família, exatamente para ajudar nesse retorno, nessa articulação tão fundamental família-escola, para além daquilo que usualmente a gente já fazia antes da pandemia, porque a pandemia nos mostrou o quão fundamental é a aproximação da família nesse processo de acompanhar os nossos estudantes no aprendizado.

E várias outras ações, no âmbito da segurança, um curso sobre segurança cibernética, porque acho que os professores, os estudantes também precisam aprender. É algo novo que nós estamos enfrentando, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

a gente precisa aprender a lidar nesses ambientes virtuais de aprendizagem. Há o curso de educação em tecnologia que disponibilizamos, na semana passada, para ajudar nessa questão das atividades remotas.

Bom, em termos da educação conectada, devemos dar o apoio financeiro para cerca de 104 mil escolas durante esse ano, fora a nossa parceria com o Ministério das Comunicações e a RNP, no âmbito do Norte Conectado, Nordeste Conectado e Amazônia Conectada. Então, de modo bastante sucinto, acho que é isso...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professor Mauro Luiz Rabelo; agradecido pela sua participação em nossa audiência pública.

E eu passo a palavra, para sua resposta e considerações finais, ao Professor Luiz Miguel Martins Garcia.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Muito rapidamente, eu quero trazer aqui a questão colocada pelo Senador Esperidião Amin. Senador, não é a Undime que está defendendo a flexibilização dos 25%; pelo contrário. Nós orientamos, durante muito tempo, no ano passado, e temos consciência de que os Municípios que fizeram o processo de planejamento, de investimento estão em condições melhores, hoje, para fazer esse enfrentamento. Ainda há demanda, ainda há necessidade de investimento muito grande em EPIs, em álcool gel, em equipamentos para esse processo de retorno, mas nós entendemos que é uma questão de planejamento e, como foi dito, de usar a janela, porque, se, por um lado, não houve gasto com alimentação escolar na escola, houve com os *kits* complementares e, assim, sucessivamente. Nós tivemos um investimento forte que esteve planejado na formação de professores, na busca de alternativa, na produção de material; então, não é um processo que justifique.

Eu gostaria de comentar a fala da Senadora Soraya a respeito do *homeschooling*. Ela traz algumas questões que são importantes, o que infelizmente não deu tempo de o MEC responder, mas o que está sendo pensado e como está sendo pensado. E, com relação ao *homeschooling*, a Undime tem uma posição e tem um posicionamento público, inclusive, contrário. Nós entendemos que a educação acontece pelo processo de interação, por essa troca. Nós não aprendemos apenas operações matemáticas, leitura e escrita; nós aprendemos a convivência, nós aprendemos valores de cidadania, valores de acolhimento, de amor, de convivência com o próximo. Não consigo imaginar como várias das competências socioemocionais que constam, inclusive, da nossa Base Nacional Comum Curricular serão desenvolvidas com alunos sem o contato com a turma. E vale olhar, nos nossos relacionamentos, como é difícil, a importância que tem a nossa turma da escola nesse processo. E, além do mais, seria mais um processo de exclusão de muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para fechar sinteticamente, eu gostaria de dizer que eu acho que há alguns pontos que são fundamentais em tudo que foi colocado e questionado e de que forma o Senado pode ajudar. Eu acho que, primeiro, fortalecendo a garantia da vacina para todos os profissionais da educação, não só professores. Eu acho que a gente encorpando esse movimento dos Governadores, sensibilizando o Governo Federal, para que a gente faça, em junho e julho, a vacinação de toda a comunidade. Que a gente pense o Pnate e recursos para o Pnate, porque o transporte vai precisar ser adequado, e a gente precisa desses investimentos.

A alimentação escolar, em algum momento, a gente vai ter que oferecer na escola; e continuar oferecendo o *kit* complementar.

No processo de volta, as avaliações e a atividade complementar incentivando o tempo integral, a oferta de até sete horas de ações que podem acontecer na escola ou fora delas.

Então, vai ser muito importante fazer isso, com o olhar para a Base Nacional Comum Curricular.

Nós gestores temos que garantir a infraestrutura e a gestão com eficiência disso, e queremos ser cobrados por isso. Os profissionais da educação nunca trabalharam tanto como têm trabalhado, a vontade de voltar é grande, e nós estamos trabalhando forte para isso.

Gostaria de dizer, só para fechar, que outra grande contribuição que o Senado pode fazer é dialogar com a Câmara, e juntos trabalharmos em um projeto único do Sistema Nacional de Educação. Acho que isso vai ajudar, e quem sabe num próximo (*Falha no áudio.*) ... mas que, em um próximo momento de dificuldade, a gente tenha mais clareza no papel de cada um.

Muito obrigado, Senador; obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professor Luiz Miguel Martins, pela sua brilhante participação e pelas respostas.

Passo a palavra ao Professor Ellen Gera, representando o Consed.

O SR. ELLEN GERA DE BRITO MOURA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu vou tocar num ponto que foi pautado em várias falas, que é a diferença da qualidade ou da capacidade hoje da escola particular, que já está em um modelo híbrido ou presencial, e a maioria das escolas públicas ainda não. Isso foi tocado por alguns Senadores e Senadoras, e a Senadora Kátia, numa das falas, sugeriu à Comissão chamar o Secretário de Comunicação, inclusive, do Governo Federal para participar – e aqui, Senadora, isso é um viés muito importante. A educação pública a gente não vai conseguir resolver, vamos dizer assim, olhando só pelo viés da Secretaria de Educação e das secretarias municipais ou estaduais, ou até pelo próprio MEC. É lógico que o MEC tem que ser o líder disso, porque o MEC tem as informações, tem o senso, tem todos os mapeamentos, tem as avaliações diagnósticas, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados do Saeb, do Ideb, enfim, e pode usar todo um conjunto de evidências, inclusive científicas, para poder pautar as políticas públicas em âmbito federal, mas sozinha a educação não resolve.

Quando a gente fala aqui de políticas importantes... Por exemplo, o Professor Luiz Miguel falou do transporte escolar: o estudante da rede privada, muitas vezes, vai de carro próprio; o estudante da rede pública usa o transporte escolar. Imagine fazer transporte escolar no meio de um contexto de pandemia e pensando no regime híbrido? Olhe só como vão ser os contratos com as empresas de transportes que estão contratadas para funcionar todo dia e agora talvez funcionem dois dias numa rota, dois dias em outra. Enfim, existe uma logística muito grande aqui, e nem sempre é tão simples só a Secretaria de Educação tomar conta dessa política.

Quando se fala do próprio saneamento das escolas, da garantia da alimentação escolar, o que foi feito com recursos, por exemplo, do Pnae? O recurso do Pnae sozinho não consegue montar um *kit*, uma cesta básica, por exemplo, de alimentação. Então, a gente conseguiu montar um *kit,* um complemento alimentar, mas não a cesta básica, porque o recurso, quando você divide estudante por estudante, é muito pequeno, por dia. Aí, lógico, o Poder Público estadual, municipal têm que complementar para poder haver uma alimentação adequada. Agora, no modelo híbrido, nós vamos continuar com *kits* e com alimentação dentro do ambiente escolar, mas é uma política também que faz uma interface com a agricultura familiar, que está fora, vamos dizer assim, da Secretaria de Educação.

Nós estamos falando de transporte, de alimentação, das próprias condições das residências dos nossos estudantes, da capacidade que as famílias possuem de ter conectividade. Aqui, há um gesto muito forte da Câmara Federal, que foi derrubar o veto do Presidente da República no que diz respeito à conectividade. Nós precisamos aproveitar esses 3,5 bilhões que já foram mapeados de estudantes e professores que podem ser beneficiados com essa política. Se nós estivéssemos os nossos estudantes com *tablets* e *smartphones* e os nossos professores com equipamentos nas mãos durante todo este processo de pandemia, nós poderíamos ter feito um modelo remoto com mais qualidade. Então, existe aí uma interface muito grande de várias políticas em que o MEC sozinho e a Secretaria de Educação sozinha não resolvem. Então, é muito importante essas políticas serem, de fato, integradas. A educação precisa ser enxergada como política prioritária que está para além dos muros das escolas, inclusive, em especial nas escolas públicas.

No mais, eu quero só fortalecer as falas que já foram ditas aqui. Nós precisamos gerar confiança no ambiente educacional, e ela passa pela garantia da vacina. Foi tocado na quantidade de vacina, se ela é suficiente, a que está no PNI. Eu acho que a gente não precisa chegar ao final dessa reserva para constatar que ela é inferior ao número real. A gente pode já atuar agora, num movimento nacional, e ter a tabulação correta, para ver se esse número que está aí de 2,7 milhões, que o Olavo trouxe, do PNI é realmente suficiente. Vai começar agora a distribuição das vacinas pelo PNI. Então, se a gente fizer realmente o processo adequado, nós temos como em dois ou três meses vacinar todos os profissionais de educação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltar, enfim, ao ambiente da escola com segurança, mas digo de novo: não podemos esperar a vacinação acabar para voltar para a escola. Do contrário, a gente leva esse retorno para 2022.

O Consed segue à disposição deste grupo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Ellen Gera.

Essa tarefa que você nos delega de vacinar os professores esta Comissão irá atrás. Nós iremos atrás do Ministério da Saúde e vamos fazer todo tipo de convencimento para vacinar mais ou menos 1,5 milhão de trabalhadores de educação – pequeno diferencial – o mais rapidamente possível para dar esse salto e retomar as aulas com segurança.

Eu passo a palavra para suas conclusões e respostas ao Professor Olavo Nogueira Batista Filho.

O SR. OLAVO NOGUEIRA BATISTA FILHO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Por uma questão de tempo, vou me ater a uma das perguntas do Senador Styvenson feita diretamente a mim.

Foram duas, mas o Secretário Ellen respondeu bem à primeira sobre a importância da criação de um clima de confiança no que diz respeito ao sistema de ensino público. Eu adicionaria aqui que a gente não pode esquecer que o grosso dos estudantes brasileiros está na escola pública, aproximadamente 85% dessa população. Então, o movimento em escala de retorno é muito mais complexo de ser feito. E aí a questão da comunicação, a questão da confiança pública é absolutamente central. Pesquisa evidencia que 50% da população não sente confiança na abertura da escola. É um dado importante para a gente entender a necessidade de criar um clima de confiança que passa pela comunicação, que passa fundamentalmente, no nosso entendimento como no dos demais colegas de audiência, pela vacina como indutor desse novo clima.

A pergunta a que vou me ater é sobre a qualidade do ensino remoto, a segunda pergunta feita pelo Senador Styvenson. Senador, aqui, o que a gente já sabe? E esta não é uma análise circunscrita ao cenário brasileiro, tem a ver com o cenário observado no mundo todo, inclusive em países mais desenvolvidos, com melhores condições socioeconômicas, maior acesso à tecnologia.

São basicamente duas questões. A primeira é que ela cumpriu – e em situações onde ela ainda é necessária cumpre – um papel muito importante para fins de manutenção do vínculo do estudante com a sua escola, com a educação, com os seus professores. Isso, por si só, é muito relevante, porque a quebra do vínculo é um dos fatores associados à evasão escolar. Então, é muito importante dizer que a gente lançou mão, ali no começo da pandemia, dessas soluções. Mas fato é – e aqui venho com a segunda conclusão, também observada nos países mais desenvolvidos – que, do ponto de vista da aprendizagem, o ensino remoto é muito limitante. E aí dados brasileiros têm mostrado isso. Os dados que eu evidenciei na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação, dados de São Paulo, que talvez tenha sido um dos Estados que lançou mão de estratégias de ensino remoto com maior consistência, mostram, por exemplo, que alunos que no começo da pandemia estavam concluindo o terceiro ano do ensino fundamental e que agora estão entrando no quinto ano do fundamental, em língua portuguesa, desses últimos quinze meses, tiveram aprendizagem estagnada; em matemática, tiveram retrocesso na aprendizagem. De novo, foi um Estado que lançou mão de ações de ensino remoto e tem alguma condição socioeconômica para fazer acesso. Por isso a ênfase de novo, na minha apresentação, de que uma resposta à altura no cenário atual só pode ser dada pelas aulas presenciais. E aqui a gente tem que entender: não é tudo bem o cenário em que a gente está, não é um cenário em que a gente recupera lá na frente, quando assim for possível, não é um cenário irreversível... Em algumas questões, o que a gente está vivenciando pode, sim, se a coisa se agravar, ser irreversível, como, por exemplo, na questão da alfabetização.

Por isso, concluo aqui fazendo coro ao que o Secretário Ellen acabou de dizer, retomando a pergunta central que o Senador Confúcio Moura elencou, do que pode ser feito no curtíssimo prazo. Eu me somo a ele ao dizer que há um movimento, há uma boa notícia, muito boa por parte dos Governadores, começando esse esforço de união em torno da priorização das vacinas. O Senado Federal se somar a esse esforço, intensificar a prioridade e a importância desse movimento nos parece, no Todos pela Educação, algo absolutamente relevante.

Então, fica aqui essa recomendação, essa colocação no sentido, de novo, de o Senado Federal assumir mais uma vez um protagonismo importante na educação. Recentemente, a gente viu, por exemplo, no caso do Fundeb, um protagonismo absolutamente essencial para que ele se consumasse da forma como se consumou.

Então, coloco aqui, mais uma vez, o Todos pela Educação à disposição e agradeço mais uma vez o convite para que a gente pudesse estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professor Olavo Nogueira Batista Filho pela sua participação. Eu agradeço a todos.

Eu vou encerrar a nossa audiência pública pedindo aos Senadores e Senadoras que permaneçam por mais algum tempinho para nós aprovarmos alguns documentos administrativos.

Então, não havendo nada mais a tratar, os Senadores podem ficar na mesma sala para, posteriormente, depois de fechada a TV Senado, nós continuarmos nossos trabalhos.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, a realizar-se dia 11, sexta-feira próxima, às 10h, para debater com especialistas sobre as necessidades da população na pandemia e pós-pandemia perante o sistema de saúde sob a ótica econômica e social. Vêm representantes do Conselho Nacional de Saúde; Ricardo Paes de Barros, economista do Insper; também, representante do Ayrton Senna; Marcelo Neri, Diretor da FGV Social, outro representante do Ipea e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério da Saúde. Deve ser uma audiência fantástica, interessantíssima, envolvendo essas opiniões desses especialistas renomados.

Então, não havendo mais nada, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia onze de junho de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Izalci Lucas e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater as necessidades da população na pandemia e no pós-pandemia, perante os sistemas de saúde e sob a ótica econômica e social. **Participantes:** André Luiz Oliveira, Membro da Mesa Diretora do CNS e Coordenador da Comissão de Orçamento e Financiamento - COFIN; Ricardo Paes de Barros, Economista, professor e Coordenador da Cátedra Instituto Ayrton Senna no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), membro do Conselho Acadêmico do Livres, responsável pela concepção técnica do programa Bolsa Família.; Marcelo Neri, Diretor do FGV Social e autor de pesquisa sobre a queda na renda e aumento da desigualdade trabalhista provocada pela pandemia.; Arionaldo Bonfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento/SE/MS; e Dárcio Guedes Junior, Diretor do Fundo Nacional de Saúde/SE/MS. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 76, de 2021** que: "Requer que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as tratativas do retorno seguro das aulas presenciais nas escolas públicas no 2º semestre do corrente ano, bem como o mapeamento da infraestrutura tecnológica presente e necessária para o breve retorno escolar, as pessoas abaixo: • o Exmo. Sr. Milton Ribeiro, Ministro da Educação; • o Exmo. Sr. Fábio Faria, Ministro das Comunicações; • Representante do Banco Mundial." **Autoria:** Sen. Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/11

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos começar na hora certa. Já são 10h. É uma satisfação muito grande ter vocês conosco nesta audiência pública – Covid e Consequências. Vocês podem expor o tema livre, como vocês já prepararam.

Vou iniciar. Vou dar 20 segundos, como é de praxe, para a TV Senado organizar as suas máquinas. Então, vamos ficar em silêncio por 20 segundos. (*Pausa.*)

Muito bem. Já deu.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, que termina agora, dia 30 deste mês de junho – hoje é dia 11 – acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, Covid-19, inclusive, a situação fiscal, a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

Quanto ao uso da palavra, eu esclareço que, para esta reunião remota, será feita de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão", do aplicativo. A ordem da fala será primeiro ao Relator, Senador Wellington Fagundes, e, em seguida, aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo, que é restrito, e a oportunidade de presença, as eventuais questões de ordem e tempo de Lideranças poderão ser utilizadas após a audiência com os convidados.

A presente reunião se trata de uma audiência pública com a finalidade de debater as necessidades da população. Vejam bem, esse é um tema fantástico! Vou repetir: a presente reunião se trata de uma audiência pública com a finalidade de debater as necessidades da população na pandemia e no pós-pandemia, perante o sistema de saúde, sob a ótica econômica e social.

Contamos com as presenças – não sei se estão todos – de André Luiz Oliveira, membro da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde, Coordenador da Comissão de Orçamento e Financiamento;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ricardo Paes de Barros, economista, professor, Coordenador da Cátedra do Instituto Ayrton Senna, no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), membro do Conselho Acadêmico do Livres, responsável pela concepção técnica do programa Bolsa Família; Marcelo Neri, Diretor da Fundação Getúlio Vargas Social, autor de pesquisa sobre a queda da renda e aumento da desigualdade trabalhista provocada pela pandemia; Arionaldo Bonfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; Dárcio Guedes Júnior, Diretor do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Muito bem, estão aí, foram apresentados todos os nossos ilustres convidados, a quem eu agradeço por nos atender.

Vamos seguir a seguinte ordem: primeiro vai falar Ricardo Paes de Barros; depois, Marcelo Neri, André Luiz, Arionaldo e Dárcio Guedes. Vamos trabalhar um tempo, para não ficar muito longo, entre 12 e 15 minutos para cada um.

Então, com a palavra o nosso querido Professor Ricardo Paes de Barros.

O SR. RICARDO PAES DE BARROS (Para expor.) – Bom dia a todos!

Muito obrigado pelo convite. É uma grande honra poder está aqui hoje com vocês.

Eu vou apresentar aqui cinco ideias, rapidamente. Então, eu vou usar aqui um PowerPoint rápido. Vou colocá-lo aqui. Eu espero que todo mundo esteja vendo o meu PowerPoint.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, estamos vendo.

O SR. RICARDO PAES DE BARROS – Então, eu queria falar aqui rapidamente de cinco evidências e de cinco recomendações.

Primeiro, começo, obviamente, pelo que a gente está querendo fazer aqui, que é garantir o art. 6º da Constituição, que assegura os direitos sociais, mais de uma dezena de direitos sociais. Isso é o que a gente quer fazer.

A primeira coisa que eu queria dizer é que a garantia dos direitos sociais no Brasil, definitivamente, não é um problema fiscal, é um problema de como você aloca os seus recursos, não é um problema de falta de recursos. Para mostrar isso, estou só tentando mostrar aqui que o gasto social brasileiro já chega a quase R$2 trilhões. O gasto social brasileiro supera R$5 bilhões por dia. Se eu pegar, só para a gente ter uma ideia, a renda do trabalho da metade mais pobre do Brasil, ou seja, a metade, os 50 milhões de trabalhadores mais pobres no Brasil trabalham o ano inteiro para receber, por dia, menos de R$1 bilhão, e o Brasil gasta R$5 bilhões para garantir os direitos sociais que, em princípio, deviam ser para garantir os direitos sociais dessa metade mais pobre, porque a metade mais rica teria condições, por meios próprios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de garantir os seus direitos sociais, uma vez que os direitos sociais são aqueles que você, tendo recurso econômico, consegue assegurar o seu lazer, o seu transporte, a sua habitação e assim por diante, mas a metade mais pobre não. Então, num país que já gasta cinco vezes o que o trabalhador consegue levar para casa devido a seu trabalho, esse trabalhador deveria ter pouco receio de que seus direitos sociais não seriam garantidos. Apesar disso, a gente percebe que não estão sendo garantidos, mas não é um problema fiscal.

Evidentemente, esses recursos que nós temos só serão suficientes para garantir os direitos sociais dos nossos mais pobres, em particular dos nossos trabalhadores mais pobres, obviamente, se a gente conseguir saber quem eles são, onde eles estão, do que eles precisam e se a gente tiver um mecanismo para levar a eles aquilo de que eles precisam. Não adianta nada a gente tentar praticar uma política social cega, porque uma política social cega não vai ser eficaz em chegar a quem precisa, com aquilo que aquela pessoa precisa. Embora existam milhões de pobres, cada pobre tem necessidades diferentes. Então, eu preciso saber quem são e preciso saber chegar a eles. Por isso, o auxílio emergencial é um programa cego. Ele, obviamente, não vai funcionar, porque ele chega a 66 milhões de pessoas, e, obviamente, eu não tenho 66 milhões de famílias pobres no Brasil e muito menos cento e não sei quantos milhões de pessoas pobres no Brasil. Então, eu não estou precisando de um programa que vai chegar a 60% da população brasileira. Eu estou precisando de um programa para chegar a quem realmente é pobre.

Como mostra esse gráfico aqui, construído a partir dos dados do IBGE, durante a pandemia, nos seus momentos mais graves, nós tivemos alguma coisa como 11 milhões de pessoas perdendo o emprego, o que é muita gente, 11 milhões, mas não são 60 milhões – 11 milhões não é igual a 60 milhões. Eu preciso saber quem são esses 11 milhões e dar um atendimento fantástico para eles. Então, se eu tenho um desastre natural e várias pessoas perdem a casa, não adianta eu dar casa para todo mundo. Eu preciso dar casa para aquelas pessoas que perderam a casa. Eu preciso dar atenção àquelas pessoas que estão sofrendo com a pandemia e não para toda a população brasileira ou para a maior parte da população brasileira. Então, é importante eu conseguir identificar quem precisa, onde está quem precisa e o que quem precisa. E, para fazer isso, em particular num processo de reinserção à produtiva, eu vou ter aí de 10 a 15 milhões de trabalhadores brasileiros, de 10 a 15 milhões de famílias brasileiras que vão precisar. É de 10 a 15 milhões; não são 50 milhões. De 10 a 15 milhões de famílias brasileiras vão precisar de muito apoio para se reinserir no mundo do trabalho.

Para isso, cada família dessa vai ter que se reinserir no mundo do trabalho de uma maneira diferenciada. Por isso, eu vou precisar não só identificar quem elas são, mas eu vou precisar construir junto com ela um plano de desenvolvimento individual e também para as comunidades, porque há certas comunidades que foram atingidas como um todo. Então, elas precisam de um plano comunitário de desenvolvimento. Para isso, eu preciso de agentes que vão trabalhar junto com essas famílias para a construção desses planos familiares de desenvolvimento ou para esses planos comunitários de desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu peguei uns dados do Censo SUAS, só para mostrar que nós já temos uma capilaridade enorme. Nós temos mais de 250 mil agentes sociais alocados aos Cras (Centros de Referência de Assistência Social), espalhados pelo Brasil todo. Então, pode ser que alguém no Governo central brasileiro não saiba quem são os pobres brasileiros, mas as comunidades brasileiras sabem quem está passando necessidade e os Centros de Referência de Assistência Social sabem quem são as pessoas naquela comunidade que estão com grandes necessidades.

Então, a gente precisa perguntar a quem sabe quem são as pessoas em grande necessidade, do que elas precisam, quem elas são, o que é preciso. Então, sim, a gente precisa, dramaticamente, de um grande canal de comunicação, muito sólido, entre o Governo Federal, os governos estaduais, os governos municipais e, principalmente, também a sociedade civil, porque, na verdade, muitas vezes, são as associações comunitárias que realmente sabem quem, naquela rua, naquele quarteirão, naquele prédio, está passando maiores necessidades.

Um exemplo típico, que o Marcelo Neri sempre gosta de mencionar, é o Crediamigo. No Crediamigo, você tem um agente de crédito com grande capilaridade, que trata individualmente cada pequeno empreendedor e atende 141 novos clientes por ano. Eles atendem meio milhão de novos clientes por ano. Obviamente, eles têm um estoque de cerca de 2,5 milhões de clientes, mas eles incorporam 500 mil novos a cada ano, o que dá meio que 140 novos clientes por agente comunitário. Eu fiz uma conta simples aqui: se nós tivemos que reinserir 12 milhões de trabalhadores e se nós dermos a cada agente social de desenvolvimento 150 atendimentos, falar "olha, você tem que atender 150 famílias", o que dá cerca de três famílias por semana para ele dar atendimento, o que é perfeitamente possível, dados esses indicadores aqui do Banco do Nordeste, isso daria para a gente a necessidade de 80 mil agentes de desenvolvimento, e nós temos mais de 250 mil agentes sociais já alocados ao Cras. Ou seja, nós temos a capilaridade, nós temos os agentes e, mais do que isso, nós temos um programa chamado Paif, que é parte do nosso Sistema Único de Assistência Social, que tem a finalidade exatamente de dar esse atendimento individualizado. Esse aqui é o manual operacional dele. Já tem mais de dez anos que o Paif atua no Brasil. Então, nós temos a tradição de atendimento integrado e individualizado às famílias, nós temos os agentes, nós temos a capilaridade; logo, nós sabemos quem são nossos pobres e podemos saber muito bem do que eles precisam e desenvolver um programa junto com eles, e essa tem que ser a nossa...

Então, minha primeira mensagem é: não é falta de dinheiro. A segunda mensagem é: a única maneira de fazer isso é não fazer uma política cega, mas fazer uma política que sabe quem são os pobres. O terceiro lugar é: temos que construir, junto com cada família pobre que quer ser reinserir no mundo do trabalho, um plano, de tal maneira que ela consiga se inserir mais rápido e da maneira mais produtiva possível. Em quarto lugar, para que essa reinserção possa acontecer, a gente precisa dar a essas famílias uma série de serviços, acesso a uma série de programas, como, eventualmente, crédito, mas também assistência técnica, certificação de competências, certificação de que o produto que ele está colocando no mercado é saudável, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, o Brasil tem uma tradição nisso: o Brasil sem Miséria. Se a gente for trabalhar a inclusão produtiva no Brasil, a gente tem que voltar ao Brasil sem Miséria porque era um programa mundialmente premiado, com grande capacidade de oferecer uma inclusão produtiva. Embora a inclusão produtiva do Brasil sem Miséria na área urbana tenha sido limitada, a gente tem que retomar onde o Brasil sem Miséria parou.

Em último lugar, eu queria chamar atenção de que obviamente toda política social acaba cometendo alguns erros, porque ninguém sabe tudo. Nem a ciência sabe tudo, nem os gestores públicos sabem tudo e a gente aprende com alguns erros que a gente comete. Esses erros algumas vezes são extremamente caros, mas em alguma medida eles são inevitáveis porque você vai construir uma política pública muitas vezes inovadora. O que você não pode é ignorar a evidência, porque aí você vai ter um custo plenamente evitável e absolutamente injustificável.

Aqui, queria dar um exemplo. Isso aqui é a evolução de mortes por milhões de habitantes no Brasil e na Suécia. A Suécia realmente adotou uma política muito relaxada de combate à pandemia. Acabou que em alguns momentos, no início deste ano, a Suécia tinha mortes por um milhão de habitantes muito parecidas com a do Brasil e muito diferentes da Nova Zelândia. Você vê lá embaixo a linha da Nova Zelândia. A Nova Zelândia até hoje teve 26 mortes por Covid, e tem uma população de 5 milhões de habitantes.

Então, por milhão de habitante é um número bem baixo. Aqui obviamente está padronizado por milhão de habitantes. O que aconteceu com a Suécia é que o próprio rei da Suécia reconheceu que a política dele estava errada, reconheceu que a política sueca estava errada, ao mesmo tempo em que o mundo reconhece que a Nova Zelândia tem uma Primeira-Ministra que teve uma política de saúde exemplar e é um país que tem enfrentado a pandemia de uma maneira sensacional. E não adianta dizer que é uma ilha localizada no fim do mundo, porque o Taiti também é uma ilha localizada no fim do mundo e o nível da pandemia no Taiti é quase que no nível francês, europeu, não é como a Nova Zelândia. A Nova Guiné, que é muito perto, também não é Nova Zelândia.

O que acontece é que a Suécia mudou de rota. Descobriu que não estava em boa companhia, junto com o Brasil, e mudou de caminho. Então, enquanto a Nova Zelândia continua na horizontal, a Suécia agora está na horizontal, mas o Brasil continua acreditando que ele está fazendo a coisa certa caminhando nessa velocidade.

Então, o que eu tinha para conversar com vocês era isso. As minhas cinco evidências, reflexões e recomendações são que nosso problema não é fiscal. O nosso problema é na verdade um problema de focalizar o nosso gasto em quem realmente precisa. Nós temos condições e sabemos, como sociedade, quem são os que precisam e o que precisam aqueles que precisam, desde que a gente resolva conversar, com a nossa grande capilaridade de conversar com os Municípios e com a sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, a gente precisa desenvolver um plano de reinserção produtiva para cada uma dessas famílias, porque cada uma vai ter uma história diferente.

Da mesma maneira que o Crediamigo ou o Agroamigo, do Banco do Nordeste, constrói isso individualmente, a gente tem os agentes, a gente tem um programa um pouco nessa direção, que é o Paif. E obviamente não adianta o agente do Paif ir lá, se ele não tem por trás dele um conjunto de serviços produtivos para oferecer. E a gente tem que retornar ao Brasil sem Miséria. Mas acima de tudo, nós temos que aprender com os nossos erros. Errar pode ser até aceitável; a gente ignorar a evidência e continuar errando é inaceitável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – (*Falha no áudio.*)

... praticidade, não falou nada aí complicado, coisas realizáveis, práticas, não é? Muito bem focadas.

Neste momento, eu passo a palavra para o Professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. MARCELO NERI – Obrigado. Bom dia a todos!

Estão visualizando os eslaides? Não?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos, sim, senhor. Está tudo bem. Muito bem apresentado.

O SR. MARCELO NERI (Para expor.) – Perfeito.

Quero agradecer, Senador Confúcio, através do senhor, esse convite. É um prazer estar aqui tratando desse tema tão relevante e, infelizmente, atual.

Então, como o Senador Confucio citou, eu fiz alguns estudos sobre pobreza e desigualdade na pandemia, no período recente. O que eu pretendo fazer aqui é trazer algumas evidências que saíram agora, esta semana, sobre pobreza, desigualdade, principalmente focando no ponto do mercado de trabalho, fazer uma conexão com esse quinto ponto do Ricardo, sobre as evidências, tentar entender um pouco o que está acontecendo no Brasil. A comparação com outros países talvez seja alguma coisa também interessante.

Então, primeiro eu vou apresentar um conjunto de evidências bem geral, fazendo o exercício de comparar o Brasil com quarenta outros países afetados pela pandemia, usando uma base de dados, o Gallup World Poll, que faz uma série de perguntas. Estão fazendo uma espécie de um tratamento ao Brasil, e o controle são esses quarenta países durante a pandemia, para saber onde é que o Brasil está indo bem, onde é que ele está indo mal, a partir dessas pesquisas que perguntam às pessoas. Aqui no Brasil, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa foi a campo em novembro de 2020, a última vez. Fazer essa comparação, dezenove e vinte, Brasil *versus* esses quarenta países, que vão desde a Áustria, passando pela China, chegando a Zimbábue, um conjunto bem diversificado de países.

Então o primeiro ponto a que eu quero chamar a atenção, e eu depois vou aprofundar um pouco e acredito que eu possa me beneficiar dos comentários do Ricardo, é educação. A satisfação da população com a educação antes da pandemia era: 56% estavam satisfeitos com o sistema educacional. Isso cai para 41% na pandemia. É uma queda de 15 pontos percentuais. Isso aconteceu no resto do mundo, nesses quarenta países, mas foi uma queda de quatro pontos percentuais. Então o Brasil caiu de 56% para 41%, que é uma deterioração muito maior do que a observada nesses quarenta outros países.

Segundo ponto: sistema de saúde. O sistema de saúde também sofreu uma queda, no Brasil, de cinco pontos percentuais. Caiu de 39% para 34%. No conjunto de países, não houve uma queda, houve até um pequeno aumento. Então, de alguma forma, a percepção da população é a de que a nossa piora do sistema de saúde, durante a pandemia, foi pior do que nesses quarenta países.

Vou trazer algumas evidências de mercado de trabalho, que vai ser o meu foco aqui, de pobreza, desigualdade.

Como eu falei, as evidências são mistas. No mercado de trabalho há uma queda maior, no Brasil. Se eu olho para a pobreza como insuficiência de renda para a alimentação, o Brasil melhora um pouco durante a pandemia – talvez seja o auxílio emergencial. Então, são evidências mistas em relação à renda, pobreza, trabalho. Vou tentar adentrar nisso, nesse ponto.

O Brasil teve um grande impacto, como o Ricardo mostrou, no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, também tivemos um grande programa, que foi o auxílio emergencial, que, de alguma forma, são duas forças que precisam ser analisadas.

Se eu olhar para meio ambiente, houve uma queda, no Brasil, de seis pontos, no resto do mundo melhorou. O que melhorou no Brasil, por exemplo, foi a questão da violência. A percepção de violência teve uma melhora, no Brasil, maior do que no resto do mundo. E o ponto que eu quero trazer é que, em geral, o Brasil está indo mal nessas dimensões ligadas aos direitos sociais que foram apresentadas aqui, durante a pandemia, comparando com o resto do mundo.

A questão de renda é uma questão – vamos dizer assim – com boas e más notícias, em termos relativos. Então, olhando a última evidência de desigualdade, essa é a desigualdade de renda do trabalho, segundo a PNAD Contínua. O Brasil teve dois grandes saltos, de 0,3 do Gini, o que constitui um grande salto de desigualdade. O Brasil teve um, durante a longa recessão de 2014 até 2019, já com alguma retomada. E depois, na pandemia, teve mais um salto de três pontos. Então, são dois grandes saltos de desigualdade de renda e do trabalho e um que vai até o primeiro trimestre de 2021. Então, a primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notícia é preocupante. A desigualdade já havia subido muito e voltou a subir nesse aspecto estrutural da vida das pessoas, que é o mercado de trabalho.

A renda média das pessoas, usando a mesma pesquisa, teve essa queda depois de 2014, teve uma recuperação depois e teve uma queda forte no Covid. A renda do brasileiro está, vamos dizer, R$25,00, R$30,00 mais baixa do que era no começo da década passada. Então, a gente tem essa queda aqui de quase R$100,00 na renda de um brasileiro. O Bolsa Família dá R$190,00 por beneficiário, só para se ter uma ideia. Durante a pandemia, então, há uma grande queda. Agora, quando eu misturo, quando eu combino esses dois lados, seja crescimento de renda do trabalho seja desigualdade, em termos de bem-estar, a gente está muito pior, hoje, do que a gente estava, em termos de renda do trabalho, no começo da década ou antes da pandemia, que era basicamente quando a gente estava num nível parecido com o do começo da década passada, com 2012.

Então, há perdas de desigualdade da renda do trabalho e da média da renda do trabalho bastante marcantes, os mais marcantes da série histórica. Vamos tentar entender, aqui, combinando... A gente já vinha de 17 trimestres consecutivos de aumento de desigualdade de renda do trabalho, vem a pandemia e piora tudo o que já estava bastante deteriorado.

Se a gente tentar entender, então, só para dar números para facilitar a transmissão da mensagem, enquanto o PIB está tendo uma recuperação, teve um desempenho surpreendentemente bom, divulgado semana passada, vamos pegar a renda do trabalho na pandemia: neste ano de pandemia, finalizado em março de 2021, no primeiro trimestre, a renda do trabalho do brasileiro caiu 11% em termos reais, o que é uma grande queda.

Desemprego, que a gente foca muito, explica uma parte importante dessa queda, mais ou menos uns 30% da queda, mas também tem a saída das pessoas do mercado de trabalho. Então, não é só desemprego. Mas ocupação explica, mais ou menos, 85%; o dado que o Ricardo mostrou explica mais ou menos 85% da queda de renda do brasileiro médio.

Agora, pegando a metade a que o Ricardo se referiu, a metade de baixo da distribuição de renda, ela perdeu 21%. Então, é uma queda realmente espetacular; desemprego é mais importante. Então, ações de inclusão produtiva, como foram citadas aqui, são fundamentais para a gente restabelecer o estado das coisas antes da pandemia, que era um estado muito ruim. Assim, a desigualdade tinha aumentado já, tinha passado por um grande aumento de desigualdade e de piora da média.

Então, a gente tem essa piora, uma queda duas vezes pior na base da distribuição e, nos dois lados, nos dois casos, são explicadas por perda de ocupação.

Houve aqui só uma evidência simples: a gente fez a suspensão temporária de contrato de trabalho, que foi agora reeditada etc. Isso teve um papel importante no sentido de poupar, ou seja, a gente perdeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bastantes postos de trabalho, mas talvez perderia mais se não estivessem lubrificadas as engrenagens com o BEm, o benefício que permite a suspensão temporária, total ou parcial, do contrato de trabalho.

Agora, aqui há um lado do paradoxo – é um certo paradoxo –, que é a pobreza. A gente viu que a renda do trabalho teve um desempenho absolutamente negativo durante a pandemia. No entanto, a pobreza teve um desempenho, enquanto vigia o auxílio emergencial... Basicamente, a taxa de pobreza, usando uma linha de R$250 por pessoa, mais ou menos um quarto do salário mínimo, era 11% antes da pandemia. Com o auxílio emergencial, ela caiu à metade, lembrando que a meta do milênio era cair à metade em 25 anos; a gente fez isso instantaneamente com a adoção do auxílio. Ela ficou nesse nível de 4,5%, mais ou menos, durante o auxílio – era 11% antes, então caiu à metade – e, depois, à medida que o auxílio foi sendo diminuído e depois foi suspenso, ela triplicou.

Então, a pobreza, em seis meses, triplicou. Ela chegou a 16% e agora, com a adoção do novo auxílio, em bases reduzidas, ela voltou e está em 13%.

Então, tem uma grande flutuação. A pobreza caiu muito, foi no maior nível da série histórica e depois – acho que talvez tenha esse ponto que o Ricardo está questionando –, quer dizer, talvez a gente tenha feito demais. No meio de uma pandemia, a gente ter o menor nível de pobreza da série histórica é uma situação muito interessante, mas não sustentável. Os próprios dados estão mostrando isso. Então, o impacto foi de 11% para 13% – é um aumento grande de pobreza –, mas o auxílio talvez tenha até instabilizado mais.

Algumas evidências recentes têm mostrado que o brasileiro em geral poupou boa parte de recursos em 2020, o que talvez seja uma boa mensagem. Você gastou 290 bilhões de auxílio emergencial e a captação líquida na caderneta de poupança aumentou 170 bilhões, durante o ano da pandemia – foi um recorde –; e, em janeiro, quando cessou o auxílio, teve um saque recorde de recursos, e talvez tenha sido acertada, na minha opinião, a decisão do Ministério da Cidadania de criar uma conta digital e depositar o dinheiro. Mas, de qualquer maneira, há uma grande instabilidade – e instabilidade não é bom –, e uma instabilidade produzida por políticas é mais dispensável ainda.

Então, o *status* da pobreza é nesses 13% da população abaixo de R$250, mais ou menos nos dias de hoje. E agora está se falando na reedição do auxílio. Obviamente, a recuperação no mercado de trabalho vai depender muito do ritmo de vacinação, porque você restabelece a situação, e do auxílio emergencial.

Eu vou aqui, para terminar, apresentar um conjunto de evidências de algo – sobre o mercado de trabalho era isso que eu queria mostrar – sobre tempo de escola. Como a gente viu lá nos dados do Gallup, a dimensão em que a gente mais piorou aqui, em termos daquelas várias dimensões de políticas públicas, foi a educação. Houve uma piora lá de 15 pontos percentuais. E, usando a Pnad Covid...

Antes de falar do dado da Pnad Covid, quero aproveitar, aqui, este espaço e fazer um ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tínhamos, de abril a novembro, uma pesquisa semanal, divulgada pelo IBGE, de alta qualidade, que nos permitia fazer voos, sobrevoar, reconhecer o território, fechar essas defasagens de informação. Essa pesquisa, que era em bases semanais, não existe mais a partir de novembro. Então, estamos aqui, no auge da pandemia, fazendo um voo cego, enquanto antes nós tínhamos informação à beça.

E, dessa pesquisa, a gente infere que um aluno de 6 a 15 anos, em média, está estudando em escola pública 2 horas e 18 minutos, durante 2020; os alunos de escola privada, 3 horas e 6 minutos, ou seja, os de escola pública, 50 minutos a menos de tempo de escola. Isso, em 2006, eram 4 horas por dia, o que ainda era pouco para padrões internacionais. Então, realmente, quando a gente olha os dados, houve uma queda de tempo de escola bastante grande, principalmente para essa população de 6 a 15 anos.

E, quando a gente entra nos motivos para essa piora do tempo de escola – tempo de escola marcando o quanto que as pessoas estudam, quantos dias, quantas horas, se elas estão matriculadas ou não estão matriculadas, etc. –, quando se pergunta para as pessoas por que elas não estudaram, a principal resposta é: "Porque eu não recebi o material, não recebi nenhum material, etc.".

Só para terminar – meu tempo está esgotando –, quero mostrar uma evidência preocupante da redução de matrículas, do aumento de evasão escolar de 5 a 9 anos. Essa é a faixa etária em que a gente está tendo as maiores perdas. A gente está sacrificando o futuro das crianças de uma maneira... Quer dizer, a gente prefere, talvez, manter os bares abertos e manter as escolas fechadas – eu acho que essa foi muito a nossa opção –, e isso está gerando uma perda muito grande na faixa etária em que a gente vinha melhorando mais a educação, que era de 5 a 9 anos, no ensino fundamental I. De 10 a 14 anos, a série não mostra uma grande mudança, e, surpreendentemente, de 15 a 19 anos, há uma queda grande da evasão escolar – bastante surpreendente.

Então, as mensagens que eu quero traçar aqui são duas, olhando para frente: de um lado, a gente está sacrificando a educação. A educação no Brasil é muito ruim, mas ela vinha melhorando, tanto o nível dela quanto a desigualdade dela. Isso foi revertido na pandemia. Então, o vento que soprava a favor vai soprar contra, está soprando contra – houve um vendaval durante essa pandemia. E a segunda mensagem, que eu não vou ter tempo para desenvolver, é o sacrifício que os jovens estão tendo no mercado de trabalho durante a pandemia. Isso deixa cicatrizes.

Então, os pontos para os quais eu quero chamar a atenção são: a importância de a gente proteger as crianças, mas não sacrificar as crianças mais novas de 5 a 9 anos, e, de outro lado, de a gente tratar essas cicatrizes trabalhistas ocorridas entre os jovens no mercado de trabalho.

Eu fico por aqui.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Professor Marcelo Neri, pela sua apresentação muito importante, focando na desigualdade, no déficit educacional brutal, no empobrecimento da população. Muito importante!

Vamos passar a palavra para André Luiz de Oliveira.

Com a palavra, André Luiz de Oliveira.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA – Bom dia, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA – É um prazer estar aqui representando, nesta manhã, o Conselho Nacional de Saúde. Como o senhor mesmo acabou de falar, no início desta audiência, eu estou representando, no segmento de usuários, no Conselho Nacional de Saúde, a CNBB e também faço parte da Mesa Diretora e coordeno a Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde, que acompanha a execução orçamentária do Ministério da Saúde.

Fico feliz de estarmos aqui, neste momento, para debatermos e apresentarmos um olhar. Pelo que estou entendendo do ofício, foi solicitada a presença de um Conselheiro Nacional de Saúde, usuário. Então, aqui estou. Não sou técnico na área de economia. Mas, ao mesmo tempo, já há alguns anos estamos acompanhando a execução orçamentária do Sistema Único de Saúde (SUS), e, obviamente, isso nos dá algum tipo de capacidade de debatermos e apresentarmos, aqui, algumas visões no olhar do usuário, da população usuária.

Eu gostaria de iniciar a minha fala reforçando que nós estamos aqui em nome do sistema público de saúde, que é uma garantia constitucional, da Constituição de 1988, que, desde o seu art. 196 até o art. 200, tem estruturado basicamente alguns princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde que fazem com que tenhamos um sistema que vai sempre lutar para a integralidade, a universalidade e a equidade nessa situação de atendimento e atenção à saúde da população.

Então, nós estamos diante de uma situação muito séria. A pandemia trouxe agravamentos em cenários que já estávamos há anos administrando ou tentando administrar, e, sem dúvida, a parte orçamentária é um desses calcanhares de Aquiles, vamos falar assim.

Nós temos... Historicamente, desde a Emenda Constitucional 29, lá desde os idos de 1989, até o ano de 2004, quando se propunha um escalonamento de aplicação mínima ao Sistema Único de Saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanto do ente da União como dos entes Estado e Município, obviamente que a gente conseguiu, ao longo desses anos, avançar em alguns aspectos. Mas, na parte do financiamento, essa situação, com a regulamentação da EC 29, ficou a desejar.

Tivemos um bom avanço na LC 141, de 2012 – na Lei Complementar 141, de 2012. Porém, quando se discutiu ou pelo menos se apreciou a possibilidade de 10% das receitas correntes brutas ou seu equivalente em receitas correntes líquidas para que a União aplicasse em saúde pública, a gente não conseguiu avançar com a LC 141.

Daí surge, logo depois, no próprio Conselho Nacional de Saúde, capitaneado por centenas de entidades nacionais, o Movimento Saúde+10, no Brasil. Esse movimento buscou e apresentou mais de 2,142 milhões de assinaturas apoiando um projeto de lei de iniciativa popular chamado Saúde+10, que está parado na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, reivindicando 10% das receitas correntes brutas ou seu equivalente em líquidas para que a União aplicasse, através do Ministério da Saúde, na saúde pública do País.

Então, diante disso e desde 2013, estamos acompanhando todo esse cenário, toda essa situação da execução orçamentária. E, mesmo com essa situação de um subfinanciamento crônico no Sistema Único de Saúde, nós tivemos ainda mais uma situação muito séria, que foi a Emenda Constitucional 95.

A EC 95 é uma situação que, no nosso avaliar, na nossa visão, complica e piora a situação do financiamento do Sistema Único de Saúde, trazendo uma situação em que nós até temos, entre aspas, um "desfinanciamento" do sistema público de saúde. Com isso, essa visão dos usuários e do próprio Conselho Nacional de Saúde é que nós temos – inclusive é uma posição da 16ª Conferência Nacional de Saúde, que ratifica essa necessidade – que reafirmar e aumentar, de forma responsável, com o uso das verbas públicas, de forma transparente, cada vez mais, recursos para o sistema público de saúde.

E aí, nós chegamos agora, em 2019, com essa situação do debate, vinculado à questão da necessidade, inclusive sendo interpelado pelo STF – o Conselho Nacional de Saúde participa dessa discussão junto à Ministra Rosa Weber –, dessa discussão sobre a situação da EC 95. E aí nós enfrentamos, a partir de 2020, essa situação da pandemia.

E, na situação da pandemia, que para nós confirma esse cenário desfavorável ao financiamento do sistema público de saúde, é que percebemos realmente esse *gap*, essa situação de que precisamos de recursos extraordinários que se pudessem aplicar para o Sistema Único de Saúde chegar até o fim do ano de 2020. Mas aí, claro, temos agora o ano de 2021.

Se 2020 foi difícil, 2021 está muito sério e, com certeza, muito agravada a situação. E nós precisamos buscar a sensibilização dos Parlamentares e de toda a população brasileira, porque esse sistema público de saúde é um patrimônio do povo brasileiro e a gente está aqui para poder fazer com que reforcemos, cada vez mais, a sua importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para a gente poder ter uma ideia em números. Até 2019, o sistema público de saúde tinha, não sei se é de conhecimento de todos, acredito que sim, em torno de 16 procedimentos produzidos pelo SUS, por segundo, no nosso País – 16 procedimentos, por segundo. E, aí, quando a gente vai comparar com saúde suplementar, das operadoras (*Falha no áudio.*)

... quando a gente faz essa avaliação entre uma interface e outra, o SUS, hoje, tem orçamentariamente falando, apenas R$3,79 até 2019, por dia, por habitante, para custear toda essa estrutura, toda essa infinidade de procedimentos e de acesso à saúde que a gente luta sempre para que seja com qualidade e com dignidade a toda a população.

Então, diante disso, nós estamos aqui, reforçando, cada vez mais, essa necessidade. Muito nos chamou a atenção que, ao longo de 2020, infelizmente, da aplicação direta do Ministério da Saúde – o Arionaldo está aqui; acredito que ele vai falar sobre isso –, de 28,7 bilhões, apenas foram empenhados 6,7 bilhões.

Eu sei que houve os quase 20 bilhões, de 17 de dezembro, destinados, por medida provisória, para a aquisição de vacinas, mas realmente esse cenário é um cenário que a gente precisa, cada vez mais, chamar a atenção.

O Brasil precisa, rapidamente, de mais vacinas, de acelerar essa situação da vacinação, para que a gente possa, sem dúvida, acalmar o cenário da saúde, para que repercuta menos na situação econômica e na questão social, como aqui foi falado pelos demais participantes.

E eu reforço cada vez mais, se a gente tem um desfinanciamento agora, agravado com a pandemia, nós vamos lutar cada vez mais para que esse sistema público de saúde seja qualificado, seja reforçado e consolidado. E, na nossa avaliação, nós temos ainda situações que estão se agravando cada vez mais nesse cenário. Existe um dado do próprio Conasems, que já foi, inclusive, informado à nossa Comissão de Orçamento e Financiamento, de que nós temos que pensar no pós-pandemia e, no pós-pandemia, nós temos uma demanda reprimida que agora está agravada com a própria situação da pandemia. Há um cálculo em torno de 1 bilhão de procedimentos represados a mais do que nós já tínhamos na demanda reprimida antes, pré-pandemia. Então, com certeza, nós vamos precisar de muitos recursos para que possamos administrar melhor essa situação e avançar cada vez mais nesse acesso à saúde, que é garantia constitucional e da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido, André Luiz de Oliveira, pela sua apresentação.

Passo a palavra para o Dr. Arionaldo Bonfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

Pode entrar, Arionaldo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não o estou vendo na sala.

Arionaldo, está tendo alguma dificuldade? (*Pausa.*)

O SR. ARIONALDO BONFIM ROSENDO (Para expor.) – Bom dia, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah, bom dia!

O SR. ARIONALDO BONFIM ROSENDO – Eu estou apenas inserindo aqui uma apresentação para que, da mesma forma como os demais participantes puderam expor as suas opiniões, eu também faça uma apresentação para que os senhores possam também apresentar...

Bom dia, Senador! Bom dia a todos os demais debatedores!

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, a qual eu estou aqui representando, trabalha exatamente com a execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde, buscando atender às demandas que surgirem com relação ao enfrentamento da pandemia. O André colocou a preocupação do Conselho Nacional de Saúde, que é o órgão de assessoramento do Ministério da Saúde, de fiscalização de monitoramento do Ministério da Saúde com relação às suas atribuições legais.

Eu queria dizer que essa apresentação aqui, essa possibilidade de a gente fazer todo esse aporte de recursos inicialmente se deu por conta da aprovação, no Congresso Nacional, de uma emenda constitucional, no ano passado, a Emenda nº 106, que possibilitou criar ou diferenciar o orçamento corrente do orçamento de guerra e foi também consubstanciado no decreto de calamidade pública, que também foi promulgado por esta Casa.

Então, com base nesses dois instrumentos, o decreto de calamidade pública e a Emenda Constitucional nº 106, foi possível a gente aportar – pode passar, por favor –, em 2020, cerca de R$134 bilhões no orçamento corrente, no orçamento ordinário, para diferenciar do orçamento de guerra, e R$64 bilhões de créditos extraordinários, perfazendo, assim, um total de praticamente quase R$200 bilhões, que foram autorizados ao Ministério da Saúde para fazer o enfrentamento da pandemia naquilo que era possível e fosse necessária a participação do Ministério da Saúde.

Pode passar isso.

No detalhamento desses recursos que foram aportados, sempre, Senador, eu estou fazendo a separação entre o orçamento corrente e o orçamento de guerra para verificar e identificar aquilo que o Congresso Nacional nos autorizou, e ele nos autorizou criar esses dois orçamentos paralelos no ano de 2020: a Emenda Constitucional 106 e o decreto de calamidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fazendo aqui uma estratificação de como foi a execução do orçamento ordinário, do orçamento corrente: transferências a Estados, R$20,2 bilhões, empenhados R$20,2 bilhões, pagos R$19,7 bilhões; a Municípios, R$61 bilhões, empenhados R$60,9 bilhões, pagos R$59,8 bilhões. À aplicação direta eu não vou me ater, porque isso aqui foi aquilo que a gente fez de forma direta do orçamento corrente.

É importante aqui dizer o quê? Com a pandemia e também com autorizações legislativas, nós não paralisamos nenhum repasse de recurso do orçamento corrente para qualquer um dos entes da Federação. Então, nós continuamos a aportar os mesmos volumes de recursos que fazíamos antes da pandemia para atender a uma situação de não pandemia. Então, por isso a gente faz a diferenciação.

E, para a pandemia – vai ser o próximo eslaide –, como é que a gente aplicou?

Pode passar.

Nós tivemos R$64 bilhões aprovados na forma de créditos extraordinários. Desses R$64,2 bilhões, foram empenhados R$42,2 bilhões e pagos R$41,1 bilhões. Também, da mesma forma da apresentação anterior, eu trago quanto foi para Estados, para Municípios e aplicação direta. Por que foram empenhados somente R$42,2 bilhões? A MP 1.015 aportou, já no mês de dezembro, R$20 bilhões para a compra, especificamente, de vacinas. E aí o que foi que nós fizemos? À medida que a gente ia tendo a comprovação das autorizações da Anvisa e as contratações podendo ser feitas, a gente foi empenhando. Então, por isso, foram empenhados R$42 bilhões aqui. E àquilo que restou não empenhado da MP 994, que é a da Covax Facility, àquilo que não foi possível empenhar, porque a legislação não me permitia empenhar ainda no ano de 2020, nós tínhamos a autorização da Constituição, pelo art. 97, para que os créditos extraordinários abertos nos últimos quatro meses do ano poderiam ser reabertos pelo saldo no ano seguinte. Então, foi por isso que isso não trouxe uma preocupação para nós, no final do ano, com relação a nós termos que empenhar todos os R$42 bilhões. Nós não vimos a necessidade de empenhar todo esse valor aqui porque nós não tínhamos a confirmação da correta aplicação desses recursos. Por isso, nós o deixamos sem execução e reabrimos já no início do ano, no mês de janeiro.

Pode passar.

Aqui trago para vocês uma síntese de todas as medidas provisórias que foram abertas no ano de 2020. Foram ao todo 12 medidas provisórias, fechando, como eu falei, no valor aí de R$64 bilhões, R$64,1 bilhões na sua totalidade, o quanto que foi empenhado em cada uma. E a 1.004 e a 1.015 são aquelas a que eu fiz referência de que foram reabertas pelo saldo no ano seguinte para podermos fazer a correta aplicação dos recursos.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é só uma demonstração de que o Congresso nos ofertou, no ano passado, de várias formas, através do oferecimento de emendas de bancada, de Comissão e individuais para que pudéssemos também fazer a destinação de recursos para Estados e Municípios especificamente para o enfrentamento da pandemia. Então, esse é o resumo que a gente pode fazer por tipo de emendas parlamentares, que totalizaram R$2,5 bilhões, dos quais foram empenhados R$2,4 bilhões e pagos R$2,4 bilhões. Isso aqui é especificamente para o enfrentamento da pandemia.

Pode passar.

E aí entramos no ano de 2021. Entramos no ano de 2021 sem contar com aqueles principais anteparos de que precisávamos para a continuidade do enfrentamento da pandemia, até porque entendíamos, ao longo de 2020, que estaríamos já numa etapa de finalização da pandemia no final do ano, uma vez que a vigência do decreto de calamidade se deu até 31 de dezembro de 2020, e a Emenda Constitucional nº 106, como eu falei, que criou o orçamento de guerra, também se restringia à vigência do decreto de calamidade. Então, nós entramos em 2021, novamente, com uma forte onda de pandemia, buscando novamente construir esses anteparos orçamentários para que pudéssemos dar continuidade ao enfrentamento da pandemia. Foi aí que a gente, então, trabalhou na reabertura de créditos extraordinários, aquelas MPs 1.004 e 1.015, que trouxeram para nós R$21,6 bilhões de créditos extraordinários, e, na sequência, tivemos a aprovação, até mesmo antes da aprovação do orçamento... Todos recordam que o orçamento foi sancionado no dia 22 de abril deste ano. Então, antes mesmo da sanção do orçamento, aprovado pelo Congresso Nacional, a gente teve aí diversas MPs aqui, que totalizaram R$16,4 bilhões de créditos extraordinários, que, somados aos R$144,9 bilhões, que foi a lei que foi sancionada do orçamento ordinário, totalizaram, até o momento, R$183 bilhões, que o Ministério da Saúde está aportando para a continuidade do enfrentamento da pandemia.

Aqui, eu quero só fazer um parêntese. Foram esses R$21,6 bilhões destinados para imunização que possibilitaram que a gente já adquirisse, de forma contratual, 573 milhões de doses de vacinas, das quais, até a data de ontem, já tinham ingressado no Ministério da Saúde 110 milhões de doses de vacinas. Então, foi com base nesses R$21,6 bilhões que nós fizemos isso aqui.

E esses R$16,4 bilhões possibilitaram ao Ministério da Saúde custear, inicialmente, em janeiro, 8.716 leitos de UTI especificamente para Covid, chegando ao mês de maio, agora, a 24 mil leitos de UTI especificamente para Covid – 24 mil leitos! E já estamos trabalhando agora para que, no mês de julho, esse número chegue a 26 mil. O Ministério da Saúde está financiando integralmente com o pagamento de uma diária de R$1,6 mil aos Estados e Municípios. Esses R$16,4 bilhões também possibilitaram que a gente pudesse estar fazendo aquisições, via Opas e via aquisição direta, de medicamentos para UTI, para intubação orotraqueal, o que totaliza um montante de R$1,4 bilhão.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, acho que daí para a frente não vem ao caso. Acho que a gente pode ficar com essa apresentação em que demonstramos que já estamos com um orçamento de R$182 bilhões para este ano. Os créditos extraordinários nós já deveremos estar submetendo agora, esta semana, ao Ministério da Economia, e, na próxima semana, mais uma solicitação de crédito. Nós estamos trabalhando para a cobertura de gasto por trimestre e esperamos chegar, no final do ano, a um patamar igual ou superior àquilo que foi aplicado ao longo do ano passado.

Então, era isso que eu tinha para passar para os senhores, e fico à disposição para qualquer dúvida que houver sobre a apresentação ora feita neste canal junto com os Senadores e os demais participantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Podemos já centrar as perguntas para que a nossa audiência não seja muito longa e cansativa. Mas o objetivo dela é fantástico, não é? É justamente observar as necessidades da população brasileira durante o período de pandemia e pós-pandemia. Quais são as atitudes que nós vamos ter? Quais são as dificuldades que nós vamos enfrentar? Como é que vamos encarar esse oceano de complexidades e de dificuldades que temos pela frente e temos que resolver? Como nós vamos tratar – é o tema do Neri – da desigualdade, que aumentou bastante, não é?

Então, agora nós vamos passar o seguinte. O Wellington é o nosso Relator, mas ele está num voo, ainda não chegou. Ele já chegou aí na tela com a gente, o Wellington Fagundes?

Eu passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, que é o nosso Vice-Presidente da Comissão. Fique bem à vontade, meu Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Um bom dia. Bom dia a todos os palestrantes. Estou ouvindo aqui com muita atenção, um material riquíssimo. A Kátia Abreu já fez o pedido pelo *chat* lá interno, pelo bate-papo, para que enviasse para que nós tenhamos em mãos todas essas informações e esses dados numéricos.

Muito importante a gente estar discutindo sobre desigualdades, porque eu não vejo só nesse momento e nem pós-pandemia. Já vem de muito tempo. Eu era bem novo, bem antes desse mandato de Senador, o primeiro, a gente via e já enxergava tudo isso que foi dito aqui.

Num Estado como o meu, o Estado do Rio Grande do Norte, em que a diferença aumenta, fica mais discrepante, a gente pode enxergar dentro de uma das falas de um dos palestrantes que falou sobre educação, tema da nossa audiência passada, tema que a gente está preocupado aqui em retornar, à educação, porque esse abismo que a gente vai perder nesse tempo pode agravar mais um problema que já vem de décadas aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a um dos palestrantes, não é uma pergunta, mas um comentário sobre o que eu ouvi, Professor Confúcio, é sobre o emprego como uma forma de diminuir essa desigualdade que me chamou mais atenção. Mas que emprego seria esse para uma população que não vai para a escola, que está num nível de evasão altíssimo? Que emprego é esse que a gente está falando, numa sociedade tão tecnológica, tão evoluída? Que emprego é esse que as escolas não acompanham para profissionalizar nenhum tipo de adolescente que nem está na escola nem está no trabalho nem está em canto nenhum?

Como é que a gente faz para um filho, para aqueles cinco, seis, dez filhos de um catador de lata, de um catador de papelão, que agora está precisando sair para manter a comida, o alimento, o mínimo para dentro da moradia dele e está utilizando aqueles dez filhos? Como a gente pensa em diminuir a desigualdade quando eu passo aqui no canteiro aqui na capital, em Natal, e vejo inúmeras pessoas pedindo pela rua e as mães levando os filhos?

Então, é difícil quando a gente busca solução para essa distribuição de renda quando a gente não passa por uma educação que tenha realmente uma eficiência, que coloque essa pessoa no mercado de trabalho e que ela fique empregada. Então, que emprego é esse, professor, que a gente está falando, para essas pessoas que não têm a qualificação específica para o momento que a sociedade vive e vai ficar cada mais evoluída?

Era isso. Obrigado, professor.

Ah, Dia dos Namorados amanhã, viu? Namore muito. Tchau, tchau.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, muito obrigado, Senador Styvenson. Essa pergunta vai ficar dividida para Ricardo e Marcelo daqui a pouco.

Nós vamos ouvir a Senadora Zenaide Maia.

Zenaide, estou lhe passando a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Estava falando aqui sobre o voto impresso, me perguntando aqui.

Bom dia a todos. Eu quero aqui cumprimentar o Senador Confúcio. Eu costumo dizer que o nome Confúcio faz jus ao nosso Senador, nosso colega.

Eu vi aqui a apresentação de dois, eu acho, economistas, que mostraram o diagnóstico que a gente vem vendo a olho vivo, como se diz.

Como falou o Marcelo Neri, a gente sabe que, sem educação, como falou o Styvenson Valentim, não se chega a nada. É isso que a gente discute todo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, gente, eu queria dizer aqui, antes de fazer uma pergunta, ao representante do Ministério da Saúde. Sei que a gente já tinha miséria. Por exemplo, o IBGE já mostrava, que, em dezembro de 2019, a gente tinha 13,5 milhões na extrema pobreza – 13,5 milhões na extrema pobreza! A pandemia veio escancarar, mostrar isso mais do que a gente tinha conhecimento.

E a gente sabe que não está inventando a roda. Quem já tem experiência, como outros países, nós tivemos o privilégio de, quando a pandemia chegar aqui, a gente tem outras experiências. Vacina, antes de elas chegarem, o distanciamento, medidas não farmacêuticas, como o distanciamento social, o uso de máscara e a higienização das mãos. O que é que a gente vê?

A primeira pergunta que eu quero fazer é ao Sr. Arionaldo: o senhor mostrou aí que recursos não faltaram no ministério, embora eu saiba que o SUS já é subfinanciado bem antes, a gente sabe disso. Sabe quanto o SUS paga por uma consulta de um médico especialista? Dez reais. Então, é uma coisa muito real.

E eu queria perguntar aos dois economistas que falaram: a Emenda 95, que foi votada no Governo anterior, que botou na Constituição que durante vinte anos não vai existir em gastos básicos, como saúde, educação, assistência social, que é tudo que essa pandemia está mostrando aqui... A primeira pergunta é esta: essa Emenda 95 está atrapalhando também a saída da crise econômica?

Dois: como os senhores são economistas, se algum país do mundo saiu de uma crise econômica sem o Estado investir, como é o caso do Estado brasileiro? Porque até agora nós não temos nenhum plano para alavancar a economia do Brasil. Isso é o real. As únicas medidas adotadas são ajustes fiscais, que eu acho que a gente não tem mais nem como mexer na cadeira de tão ajustado que está, e venda do patrimônio nacional.

Eu pergunto: e quando terminar? O Governo não quer investir, mostro aqui. Foi mostrado aqui pelo Sr. Marcelo Neri que, quando entrou o auxílio emergencial, melhorou a renda, melhorou o dinheiro na mão, dinheiro que saiu comprando no comércio e movimentando a economia deste País. Na hora em que reduziu ou foi retirado, deixou três meses sem, a gente viu o povo morrendo de fome, gente.

Como se mostrou aqui que não se investe no IBGE, que era uma fiscalização, um estudo bem próximo um do outro, e que agora estamos trabalhando com voo cego, isso se agrava ainda mais. Eu fiz essas duas perguntas.

Terceiro: a educação, de que a gente vem falando. Educação é a base de tudo. Agora, eu pergunto, mais uma vez: teria que o Governo ter comprado vacina antes, porque também não é culpa só dos profissionais da educação. Se não há vacina, ninguém quer educar. Eu digo o seguinte: povo doente não se recupera economicamente, nem nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas ao Ministério a pergunta é: se investiu, se tem recursos suficientes, o que é que falhou para a gente continuar? Enquanto a gente está conversando aqui, nas ultimas 24 horas, a cada 60 minutos, morrem mais de 100 brasileiros e continuam morrendo. Onde está o erro? Onde está o erro se os recursos não estão faltando? Para a educação eu sei que está faltando, não adiante dizer que não está. Para a saúde, os Municípios e os Estados estão em condições difíceis porque, nessa pandemia ou é vacina ou paciente em hospital, e é caríssimo o serviço hospitalar. Então, onde está a falha?

E ao Sr. Marcelo Neri e ao Ricardo Paes. A gente já vê, mesmo sem as estatísticas... Preocupa-me muito, porque eu não sabia que o IBGE, que a gente estava nesse voo cego em plena pandemia. O que podemos fazer para melhorar a economia? Essa é a pergunta. Juntamente com a pandemia, porque uma não descola da outra de jeito nenhum. Com o povo doente vai ser difícil. E o desemprego aí ampliado. Eu digo que o desemprego ainda é maior – como estamos no voo cego – pelas ruas, viadutos. Eu vejo uma parte da população morrendo de fome e outra morrendo da Covid. E aí, estamos aqui, não é, Confúcio? E a gente dando visibilidade e trazendo pessoas que têm experiência e que possam nos mostrar um caminho.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Professor Marcelo, eu quero fazer um comentário. O senhor pode responder do jeito que o senhor achar mais importante.

O crescimento econômico... O PIB crescendo este ano. Vamos supor que cresça com uma projeção estimada entre 4,5% e 5%. Isso repercute positivamente no emprego? Isso dá uma resposta rápida no emprego?

E para o nosso querido Professor Ricardo Paes de Barros. Ele focou mais na assistência social, na estrutura da sociedade e na busca ativa do carente, no necessitado, lá onde ele estiver, é levar para aquele cidadão o básico, o essencial para a sua sobrevivência.

No caso, há um comentário, Dr. Ricardo, de que o auxílio emergencial foi uma injeção na veia, saiu direto, sem burocracia, direto do Ministério da Cidadania, da Caixa Econômica, para a conta da pessoa. Esse sistema, essa injeção na veia, assim como foi feito, por estimativa, para quase 80 milhões de brasileiros, o senhor achou correto ou não? São essas duas perguntas.

Então, vamos parar por aqui para as respostas, senão ficam muitas perguntas e fica difícil de responder. Depois eu tenho algumas perguntas da população, do e-Cidadania, e ainda pode entrar, também, o nosso relator, que está pousando em Cuiabá. Do e-Cidadania são perguntas do tipo pingue-pongue, não tem muita coisa a comentar. A população está antenada ouvindo vocês e quer saber algumas respostinhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo a palavra, primeiro, para o Professor Ricardo Paes de Barros responder a esses questionamentos que fizemos, tanto a Zenaide quanto o Styvenson e eu.

Fique à vontade, Professor Ricardo.

O SR. RICARDO PAES DE BARROS (Para expor.) – Bom, Senadores, muito obrigado novamente pelo convite, pela oportunidade desse diálogo.

Todas essas questões que vocês colocam são centrais e na verdade a gente podia gastar um tempo grande discutindo essas questões. Eu vou tentar dar uma resposta bastante sucinta, espero que seja minimamente satisfatória.

Eu acho que a primeira coisa com que a gente tem que se preocupar, Senadora, é que o Brasil... No mundo, o mundo inteiro coloca projeto na frente de orçamento. Ou seja, no setor privado, você tem uma ideia, você desenvolve a sua ideia e depois você corre atrás dos recursos.

E o nosso Senado, o nosso Congresso, vocês têm que ficar atentos, porque as pessoas não podem pedir, a Saúde não pode pedir mais dinheiro, a Educação não pode pedir mais dinheiro; a Educação tem que apresentar um projeto e, com base nesse projeto e pela validade e utilidade e importância desse projeto, pelo mérito dele, a gente vai ter os recursos.

Então, eu acredito que o Brasil, por gastar R$1,8 trilhão por ano – 5 bilhões por dia – na área social, tem, sim, recursos. O que a gente precisa, eu acho, é organizar os projetos. A gente precisa saber... A gente deve ter muito projeto aí que não é tão bom assim e que está sendo financiado; enquanto a gente tem outros que são muito bons e não estão sendo financiados.

Então, é meio que organizar a fila da vacina. Todo mundo precisa de vacina, mas algumas pessoas precisam mais de vacina, têm mais mérito para precisar da vacina do que outras. E, portanto, a gente organiza a fila da vacina de acordo com os riscos das diferentes populações. Então, a população idosa está na frente de quem tem 20 anos, porque o risco é maior, e a gente concordou com essa ordenação.

Então, eu acho que é a mesma coisa: se nós organizarmos a nossa fila dos projetos na área social e avaliarmos os méritos deles e organizarmos – primeiro lugar o que tem mais mérito e, em último lugar, o que tem menos mérito –, eu tenho sérias dúvidas se nós vamos realmente bater numa restrição orçamentária.

Eu acho que nós temos uma crise porque está todo mundo pedindo dinheiro para depois pensar no que vai fazer eventualmente com esses recursos. Então, a gente financia alguma coisa que vai ser meio que decidida *a posteriori*. Essa não é uma tendência mundial, não é uma maneira muito boa de você ... E aí vão sempre faltar recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão do emprego, eu diria para o Senador que o mercado, o mundo do trabalho é muito eficaz em gerar trabalho. A gente precisa de trabalhadores para as coisas mais variadas da face da Terra, a gente precisa de trabalho, o Brasil precisa de trabalhadores.

Agora, como o Marcelo colocou, a reinserção desses trabalhadores no mundo do trabalho não vai acontecer sem uma mãozinha do Estado, sem o apoio das políticas públicas para a reinserção dessas pessoas.

E aí, Senador Confúcio, se o senhor me permite, eu diria que o objetivo não é chegar nos mais pobres para atender às necessidades super urgentes desses pobres, mas é chegar aos mais pobres brasileiros para dar aos mais pobres brasileiros oportunidades, para que eles possam orgulhosamente se inserir produtivamente e contribuir para o PIB brasileiro como produtores, como protagonistas no desenvolvimento brasileiro.

Para isso, eles precisam de um atendimento individualizado, um atendimento personalizado e de oportunidades produtivas. Eles estão menos precisando, digamos assim, da assistência social mais tradicional, mais assistencialista, e de uma assistência social mais voltada para o desenvolvimento social, ou seja, o que o pobre brasileiro precisa é, além de tudo, de um apoio, para que ele possa se reinserir no sistema produtivo brasileiro, e, para isso, ele vai precisar de apoio de várias maneiras, como o Banco do Nordeste tão bem faz no Nordeste com o Crediamigo, o Agroamigo, coisas desse tipo.

Agora, por fim, o problema do auxílio emergencial é que o auxílio emergencial, no movimento inicial de se ter um auxílio emergencial é muito importante a gente perceber o seguinte: nós estamos falando na saúde às vezes de 50 bilhões, de 40 bilhões, e o auxílio emergencial é de 250 bilhões.

Então, a questão é que, obviamente, nós precisamos de um auxílio emergencial, mas nós não podemos ter um auxílio emergencial cego. É como se a gente estivesse distribuindo vacina cegamente. A quota de vacina que vai ser dada para cada Município é centralmente decidida. A gente diz: "Olha, você vai ter tantas vacinas, você vai ser tantas e você vai ser tantas", de acordo com a composição da população, da sua estrutura etária e da quantidade de comorbidade que a gente pode estimar para cada localidade. Agora, quem escolhe, quem organiza a fila é o Governo local.

Então, o auxílio emergencial tem que chegar àqueles que são mais pobres. Mas quem sabe quem são os mais pobres são os Municípios, são as comunidades. Muitas vezes, é a sociedade civil, é o centro de referência de assistência social.

Então, o grande problema no auxílio emergencial é que, obviamente, como o Marcelo colocou, nós estamos falando de mais ou menos 10% de pobreza. Mais ou menos 10% de pobreza, nós estamos falando de 5 milhões de famílias; nós não estamos falando de 70 milhões de famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que a gente vai saber quem são essas 7 milhões que realmente estão precisando? Os Municípios já sabem, o Cras já sabe, a sociedade civil lá da comunidade X já sabe. Tem que perguntar para ela.

E, se a gente disser que nós vamos atender de uma maneira estável e com longevidade 7, 10 milhões de famílias brasileiras, é como dizer: "Olha, nós temos recursos para 7, 10 milhões de famílias brasileiras". Se a gente chegar a ter recursos para 20 milhões, desde que isso seja estável e dure por muitos meses e vários anos, então, vamos atender 10, 20 milhões. Mas a gente tem que descobrir quantas conseguimos atender e dar para os Estados, para os Municípios, para os Centros de Referência de Assistência Social, que têm uma tremenda capilaridade, e para a sociedade civil lá na ponta a possibilidade de identificarem para a gente e organizarem a fila de quem são as pessoas que mais precisam. Chamo a atenção para o fato de que, neste momento, o que as pessoas mais precisam, às vezes, não é tanto de que a gente satisfaça as suas necessidades básicas, mas o que elas, às vezes, mais precisam é de que a gente leve a elas a oportunidade para que possam se reinserir produtivamente no mundo do trabalho. E aí elas, por conta própria, vão ser capazes de satisfazer as suas próprias necessidades básicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Professor Ricardo, a Senadora Zenaide quer fazer um complemento de pergunta a V. Sa.

Zenaide, pode falar com o Professor Ricardo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Professor Ricardo, o senhor me desculpe, mas, por exemplo, na saúde, nós temos um SUS que é tripartite, altamente estruturado. Não há essa história de a gente botar dinheiro. Os Municípios, obrigatoriamente, têm que entrar com um mínimo de 15%; os Estados, 12%; e o Governo Federal não tem essa obrigação.

O senhor sabe que a gente não pode viver de auxílios extras. Nós temos um SUS organizado. Não há projetos mirabolantes. Não estou dizendo aqui que alguns gestores não podem fazer má gestão, porque isso acontece, mas eu garanto ao senhor que é subfinanciamento mesmo. Então, são pessoas...

Quando a Constituição diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado, a gente tem... Pense num sistema organizado, desde a saúde básica! Todos nós somos conscientes de que um país que tem uma boa saúde pública é aquele que chega a menos de 5% ao hospital. Não estou falando aqui de um momento de pandemia. É claro que uma grande maioria chegou ao hospital, porque o vírus não tem tratamento precoce, farmacêutico, não, mas dizer que a gente tem que apresentar projetos para a saúde... A saúde tem os projetos dela, porque o SUS é universal. Em qualquer rincão a que o senhor for neste País, está lá uma equipe de PSF que entende de vacina, que entende de tudo. Não é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa: vacinas... Eu discordo do senhor em quando se tem que priorizar... O Estado brasileiro tem que comprar vacina suficiente para toda a população a partir dos 18 anos, porque, se não houver a sensibilidade humana de salvar vidas, quase meio milhão... Diga alguma coisa mais importante para alavancar a economia deste País, atualmente, do que vacina para todos?

Então, quero dizer para o senhor, com todo o respeito... Minha formação é de médica, gente. Eu não sou economista, mas queria dizer que toda dona de casa termina sendo uma economista, não é, Professor Confúcio?

Era só isso.

Não estou aqui desmerecendo, mas quero dizer ao senhor que, para a saúde, não existem projetos mirabolantes. Existe a vacina, não só essa do braço, mas umas equipes de PSF respeitadas, bem tratadas, e esta Saúde vai reduzir as despesas, porque nós não queremos que mais do que 5% cheguem aos hospitais. E a gente sabe que, se a saúde básica funcionar, não chegam, com exceção de uma pandemia.

Obrigada, Sr. Ricardo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Passo a palavra ao nosso Professor Marcelo Neri.

O SR. MARCELO NERI (Para expor.) – Então, indo direto aos pontos e reverberando alguns dos pontos que estão sendo citados pelos demais, acho que um primeiro ponto é a questão de que, talvez, a gente tenha dado ênfase demais à assistência social e de menos à inclusão produtiva. Os R$250 bilhões, R$290 bilhões do auxílio emergencial são um bom retrato disso e os índices de desemprego etc. Então, talvez a gente deva buscar alguma solução mais permanente. Então, eu queria dar o meu apoio a essa ideia.

O segundo ponto é a questão da educação. Como foi falado pelo Senador Styvenson, educação é fundamental. A gente vinha melhorando a educação desde o nível muito baixo. Ela ainda estava com muitos problemas, mas vinha melhorando.

Agora, na pandemia, a minha avaliação – sei que o Ricardo fez um estudo recente sobre aprendizado etc., que pega o objetivo final – é que a situação já estava difícil com a educação andando na mesma direção, com o vento soprando a favor.

Eu acho que, para inclusão produtiva, vai ser fundamental a gente revolucionar essa educação e, de alguma forma, proteger a educação da pandemia. Acho que ela não foi protegida. Essa é a minha percepção a partir dos dados. Isso vai custar menos prosperidade e mais desigualdade, mais para a frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O terceiro ponto que vai um pouco na pergunta da Senadora Zenaide sobre teto de gasto, sobre as dificuldades, o Bolsa Família está debaixo do teto do gasto, educação e saúde, não etc. É difícil, porque, se você tiver o teto e você tiver um piso para tudo, a conta não fecha.

Não tenho dúvida, e pesquisas de opinião sobre a população – e acredito mais ainda agora, na pandemia – mostram saúde e educação como fundamentais. É o que as pessoas querem – e trabalho.

Agora, a gente precisa, de alguma forma, dar esta prioridade: priorizar os melhores gastos. Às vezes, não é uma questão de ser educação ou saúde. Isso, com certeza. Agora, qual é o programa de saúde? Qual é o programa de educação? A gente precisa fazer escolhas. Fazer escolhas é abrir mão de alguma coisa.

Esse processo, no Brasil, historicamente, não é uma coisa de agora, mas acho que, na pandemia, no meu entender, a minha leitura é que a nossa sociedade está com essa dificuldade para essas questões coletivas – especialmente na pandemia.

O Brasil é um país que já teve hiperinflação, tem desigualdades estruturais, problema de violência crônica. Nosso relacionamento é difícil e, na pandemia, eu acho que a gente está falhando terrivelmente enquanto sociedade. A gente precisa virar esse jogo, fazer essas escolhas coletivas de uma maneira mais razoável.

E, sem dúvida, o que os estudos mostram é que emprego e saúde caminham de mãos dadas, não só dentro do Brasil. Temos o trabalho de um pesquisador do Ipea, o Marcos Hecksher, que mostra que onde a pandemia foi pior é onde o emprego caiu mais, como entre países do mundo.

Então, vacinação é absolutamente importante, é uma condição necessária, fundamental. Sem voltarmos ao mínimo de normalidade, a gente não vai ter o relançamento da economia. Ao mesmo tempo, a vacinação pode ser o nosso grande aliado, se a gente conseguir fazer bem esse dever de casa.

Então, não existe dilema entre economia e saúde. Tudo joga no mesmo lado. A gente tem que priorizar a saúde para a gente conseguir relançar a economia e relançar o emprego.

Então, são basicamente esses pontos. Apoio à inclusão produtiva, educação é fundamental como requisito a isso e, agora, fundamentalmente, a gente precisa racionalizar mais os nossos gastos. A gente precisa, de alguma forma, ver o que realmente é gasto, o que é investimento, quais são aqueles que têm o maior retorno para a população. Eu acho que a gente tem feito pouco disso no Brasil, nos últimos 40 anos.

Eu acho que a gente expandiu o gasto, a gente fez uma revolução em termos de expectativa de vida, em termos de anos de estudo da população etc., mas a gente talvez não tenha feito da melhor forma que a gente poderia ter feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, professor. Eu tenho uma pergunta. A Dra. Zenaide perguntou diretamente ao Arionaldo, não é? É uma pergunta.

Você está com a palavra Arionaldo, para responder à Senadora Zenaide.

O SR. ARIONALDO BONFIM ROSENDO (Para expor.) – O.k.

Senadora, quem poderia hoje dizer que tem algum ministério que não esteja com problemas de ordem orçamentária e financeira? Acho que não, não tem. Aliás, vou até estender mais ainda, não tem nenhum órgão do Poder Executivo, como do Legislativo e do Judiciário, que hoje possa dizer que está plenamente atendido nas suas necessidades. Mas nós, como órgão do Poder Executivo, temos que cumprir o que está na legislação. E essa legislação foi a partir de um projeto encaminhado pelo Poder Executivo, longamente debatido nesta Casa e aprovado, onde, inclusive, na Emenda 95, tentou-se ter uma preocupação com o Ministério da Saúde, com a área da saúde, no sentido de preservar o gasto que se vinha tentando alcançar em 2020, Senadora.

Se a senhora recobrar o tempo, quer dizer, nós estávamos, antes da 95, sob a égide da Emenda Constitucional nº 86, que previa que nós iríamos chegar em 2020, aplicando 15% da Receita Corrente Líquida, no mínimo, da Saúde. E nós, com a Emenda 95, esse patamar foi alcançado já no ano de 2017. Isso foi uma forma que o Congresso encontrou de preservar a saúde num momento tão complicado para a economia do País.

E, aí, eu queria só apresentar para a senhora os números que a gente tem que apresentar, seguindo o que está na Constituição. A gente, em 2017, tinha a obrigação de aplicar 15% da receita corrente líquida; nós aplicamos 15,8 pontos percentuais. Em 2018, houve uma queda no piso; nós aplicamos 14%, seguindo, Senadora, aquilo que a Constituição dizia que a gente tinha que fazer, que era o mínimo do ano anterior corrigido pelo IPCA. Nós aplicamos um percentual de 14,5 da receita corrente líquida. Em 2019, novamente uma queda no piso representou 12,9; e, na aplicação prevista, subiu para 13,5.

Mas a preocupação maior que todos nós aqui nesse momento estamos tendo é com a pandemia. E aqui eu queria só deixar esses números... Tentei, inclusive, colocar aqui na apresentação, mas não foi possível compartilhar neste momento.

Em 2020, o mínimo para aplicação em saúde se restringia a R$121,2 bilhões – R$121,2 bilhões. Nós aplicamos em ações e serviços públicos de saúde, do orçamento corrente, em 2020, R$134 bilhões; do orçamento de guerra, R$64,2 bilhões; totalizando R$198,1 bilhões em 2020. Para os senhores terem uma relação com a RCL, que é o que a gente colocou na Emenda Constitucional nº 95, esses R$198,5 bilhões representaram 24,7 pontos percentuais da receita corrente líquida, praticamente 25% da RCL. Em 2021, nós tínhamos que aplicar um mínimo de R$123,8 bilhões. Nós estamos com um orçamento corrente hoje de R$145 bilhões e créditos extraordinário aprovados de R$38 bilhões, que perfazem um total de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$183 bilhões, Senadora. Isso dá... Nós já chegamos a 20,7 pontos percentuais da receita corrente líquida. Para isso, consideramos a posição, a fotografia dos primeiros cinco meses do ano – cinco meses, de janeiro a abril.

Então, Senadora, o que eu posso dizer para a senhora? Eu não posso dizer que nós estamos plenamente atendidos na área da saúde, mas eu posso dizer que, na medida do possível, a economia nos está dando resposta; na medida do possível, em que o Congresso Nacional nos autoriza, na impossibilidade de se descumprir uma Emenda Constitucional nº 95, a executar um orçamento de guerra, através da Emenda Constitucional nº 106, nós estamos fazendo aquilo que a legislação nos permite fazer em momentos tão complicados, que nós temos não só do ponto de vista da economia, mas, principalmente, do ponto de vista também econômico do País.

Então, eu estou passando para a senhora esses números aqui, que representam a fotografia atual da aplicação em ações e serviços públicos de saúde no âmbito do Ministério da Saúde. Agora, acho que os Professores Marcelo Neri, Ricardo Paes de Barros e outros demais estudiosos fazem a comparação, estudos para verificar se esses recursos estão sendo suficientes, se estão sendo insuficientes, se estão deixando de atender alguma parte da população, mas, do ponto de vista do Ministério da Saúde, o que eu posso dizer para a Senadora é que tudo aquilo que foi demandado pelos Estados e Municípios, no ano de 2020 e no ano de 2021, e o atendimento que cabia ao Ministério da Saúde fazer nós estamos fazendo dentro do orçamento aprovado e de acordo com essa legislação que eu acabei de citar.

Era isso que eu podia responder do ponto de vista do Ministério da Saúde para a senhora, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Quero agradecer a vocês, mas há perguntas que eu não tenho como deixar de fazer, que são dos internautas interessados, que ficaram ligados, assistindo aos debates. Então, eles merecem. Mas são respostas sequinhas.

Então, Professor Ricardo, anote o nome da pessoa que vai lhe dirigir a pergunta: é uma senhora, que se chama Ester Cardoso da Silva, daqui, de Brasília; e há mais uma para o senhor, de Geova Chagas da Costa, de Minas Gerais.

A Ester pergunta ao Professor Ricardo: "Hoje no Brasil não é só pandemia de Covid. É pandemia de fome também. Não é necessário auxílio a famílias carentes e apoio à agricultura familiar?". Essa é a pergunta da Ester.

Geova: "Com certeza grande parte da população tem necessidades urgentes. Cabe a nossos governantes ajudá-la". Mas quais são as prioridades? Essa é a pergunta do Geova para o Professor Ricardo de Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pode maturar um pouquinho que eu já vou passar as perguntas para o Marcelo Neri, em sequência, e depois ele responde a todos.

Deixe-me dar uma olhadinha se todas estão bem-feitinhas.

Professor Marcelo, quem pergunta ao senhor é Fernando Ferreira, do Distrito Federal – eu selecionei as perguntas porque eram muitas. A pergunta do Fernando é a seguinte: "Quais são as perspectivas do senhor em relação à pandemia no Brasil? Existe previsão de tempo para o fim da pandemia?". É uma pergunta que é fora da sua área, mas o senhor responda "sim" ou "não".

Aí há uma pergunta de Raíssa Manfron, que é do Paraná: "Quais são as principais preocupações com o futuro pós-pandemia, Professor Marcelo?". Essa é a Raíssa.

E há a Renata Grabowski, São Paulo: "Devemos avaliar tudo que estamos aprendendo com a pandemia, aplicar recursos na capacitação de pessoas para poderem se sentir mais úteis neste mundo". Ela não fez nenhuma pergunta, ela fez um comentário, Professor Marcelo. Como é que o senhor vai avaliar isso tudo?

Para o André – André, há duas perguntas para você.

Da Nelma Denise da Costa, do Rio de Janeiro: "Os Governos (Federal, estadual e municipal) já estão propondo estratégias para lidar com os efeitos colaterais da pandemia?". É a pergunta dela, sobre as sequelas.

A segunda pergunta para você, André, de Geraldo Cury, Minas: "Fortalecer o SUS é o caminho para enfrentar a Covid-19 e o pós-Covid-19?".

Para Arionaldo Bonfim Rosendo, a pergunta é de Ester Cardoso da Silva – ela fez duas perguntas –, aqui de Brasília: "Em quanto tempo o País será capaz de se recuperar...". Ah, essa pergunta eu vou inverter aqui, viu? Desculpa, Arionaldo. Eu vou essa pergunta para o Marcelo Neri – viu, Marcelo? Responda para a Ester aí: "Em quanto tempo o País será capaz de se recuperar economicamente da crise agravada pela pandemia?".

Agora vamos ver se essa pergunta aqui encaixa ao nosso administrador da execução orçamentária do Ministério da Saúde, que é o Arionaldo.

Eu vou perguntar, Arionaldo, do jeito que o Luan Carlos Pereira, de Santa Catarina fez. Do jeito que ele perguntou, eu vou fazer para você: "O pós-pandemia será um momento difícil e incerto? Quais as provisões e preparações que estão sendo feitas para isso?". Você responde se souber e puder.

Para o Dárcio, que não falou nada – você pensou que ia embora sem falar nada, não é, Dárcio? –, da Rosiane Maia, de Santa Catarina. É uma pergunta que eu também não sei se você vai ter condição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

responder. Se não puder, não há problema. "Quando é seguro voltar ao trabalho e conviver com as pessoas?".

De novo, Dárcio, de Andressa Oliveira: "Por que não priorizar a vacinação de categorias que nunca pararam de trabalhar?".

Bem, com isso nós temos as perguntas feitas pelos internautas. Agora vêm as respostas. Podem responder de maneira bem resumidinha e já também fazer suas despedidas.

E eu já deixo aqui os meus sinceros agradecimentos a todos os senhores que nos prestigiaram – isso é prestígio! – na nossa Comissão do Senado, com as suas presenças e os seus conhecimentos, acumulados ao longo de muitos anos de estudo e pesquisa.

Então, vamos às respostas.

Professor Ricardo está com a palavra, em primeiro lugar.

O SR. RICARDO PAES DE BARROS (Para expor.) – Muito obrigado pela atenção e oportunidade de falar com tantas pessoas.

Muito obrigado, Ester e Geova, pelas perguntas. Eu vou tentar responder em conjunto, porque eu acho que formam um conjunto.

Sim, no Brasil nós temos uma pandemia de várias coisas. Nós temos cerca de 10, talvez 15 – mas não mais do que isso – milhões de famílias que precisam de uma atenção muito cuidadosa do Estado brasileiro. Então, para que nós possamos cuidar da fome e da reinclusão produtiva e de mil outros problemas desses 15 milhões de famílias brasileiras, nós precisamos saber quem elas são. Não tem como um programa resolver o problema de 15 milhões de famílias, num país de 75 milhões de famílias, cegamente. Nós precisamos saber muito bem quem são essas famílias, precisamos ter contato com essas famílias – não precisa ser presencial, mas precisamos ter contato com essas famílias –, precisamos entender do que necessita cada uma dessas famílias, que são, muitas vezes, muito diferentes umas das outras – às vezes, elas são vizinhas, mas têm necessidades muito diferentes... Então, nós temos que entender a diversidade, a idiossincrasia da pobreza e das necessidades de cada um. Então, nós precisamos saber quem são, precisamos saber do que cada uma delas precisa e precisamos ter – não adianta a gente saber do que elas precisam e só ficar com pena delas –, temos que ter programas capazes de atender a essas necessidades. Temos que ter, portanto, mecanismos para fazer com que essas necessidades sejam satisfeitas, de tal maneira que a gente tenha procedimentos e canais de comunicação, de forma que, se a família está precisando de recurso monetário, ele chegue lá; se ela está precisando de uma assistência técnica, isso chegue lá; se é um problema habitacional, que esse problema seja resolvido; se é educacional, que ele seja resolvido. Portanto, não há como enfrentar uma pandemia, como não há como você enfrentar qualquer desastre natural, sem que você tenha total informação sobre quem são as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão mais sofrendo. Onde elas estão? Do que elas estão precisando? E eu preciso ter os programas que vão resolver os problemas delas e ter canais para levar isso a essas pessoas.

Dado que nós estamos falando da necessidade de 15 milhões de pessoas, cujos recursos a gente tem, nós como sociedade temos total condição de atender às necessidades dessas pessoas e garantir plenamente seus direitos sociais. Para isso, nós precisamos conhecer a realidade de cada uma delas e chegar próximo delas, e isso é impossível de ser feito pelo Governo Federal sem uma parceria muito próxima do Governo Federal com os governos estaduais e, principalmente, com os governos municipais e com a sociedade civil. Se a gente fizer isso, eu tenho certeza de que a gente tem plena condição de atender às necessidades dessas pessoas. E se, por alguma razão, as necessidades dessas pessoas precisarem de mais recursos, eu tenho certeza de que o Governo Federal e o Congresso brasileiro vão aprovar as devidas legislações, de tal maneira que a gente possa pegar esse dinheiro emprestado e atender às necessidades dessas pessoas. Eu acho impossível que a sociedade brasileira não vá ser solidária e atender às necessidades de cada um na medida em que eles precisarem neste momento. Agora, precisamos conhecer quem são as pessoas que precisam e do que elas precisam e ter os canais para chegar lá. Caso contrário, nós vamos utilizar recursos de uma maneira ineficaz, e eles vão acabar antes que as necessidades dessas pessoas sejam satisfeitas.

Muito obrigado pelo convite. Estou sempre à disposição para debater mais e discutir mais com vocês esses outros problemas sociais brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professor Ricardo. Inclusive, agradeço ao senhor por nos atender e libero o senhor. O senhor tem outros compromissos, o senhor pode se retirar da sala. Muito obrigado pela sua participação. Muito agradecido.

Passo a palavra ao Professor Marcelo Neri. (*Pausa.*)

Professor Marcelo Neri.

O SR. MARCELO NERI (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio. Agradeço as generosas e sábias palavras, o convite. É uma enorme honra e prazer estar aqui neste fórum tão privilegiado e em tão boa companhia.

Só fazendo um pouco de eco para o ponto que o Ricardo está levantando, é um pouco a imagem. Se você está falando de política assistencial, o que é melhor hoje em dia: você jogar dinheiro de helicóptero ou você usar *drones* que levam as pessoas de acordo com as necessidades? Na verdade, esse é o lado, vamos dizer, assistencial. Há uma tecnologia assistencial de uma geração mais nova, mais potente nos *drones* do que no dinheiro de helicóptero, mas, na verdade, o que ele está defendendo é que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas possam fazer seus próprios voos. Dar asa para as pessoas realizarem seus sonhos, se realizarem, e não apenas passivamente receberem as benesses do Estado, às quais elas têm direito, mas a gente tem que ousar mais do que apenas assistência social. E eu acho, quer dizer, que numa pandemia a ênfase deve ser saúde. A ênfase primeira, e não a assistência social, e olha que eu sou da área de assistência social. Essa é a minha área de trabalho.

As quatro perguntas que me foram endereçadas a gente pode dividir em dois grupos. Uma feita pelo Fernando, do Distrito Federal, e pela Ester, ligadas à duração da pandemia: "Quanto tempo...?". É uma pergunta que vai ser respondida ao longo do tempo, mas sem dúvida a vacinação é o melhor imunizante para a economia. Quanto mais cedo a gente conseguir vacinar, mais rápida vai ser a volta. Os países ricos estão já nesse estágio. A economia deles está sendo relançada numa velocidade rápida. Isso é até preocupante, quer dizer, a gente já tinha muita desigualdade no mundo, e essa desigualdade vai aumentar agora, porque os países ricos são os que têm a capacidade de se vacinar. Como a gente tem visto, a gente não pode deixar que isso aconteça dentro do Brasil. O Programa Nacional de Imunizações é absolutamente fundamental para garantir igualdade de oportunidade de vacinação para todos. Então, a resposta do "quanto tempo" depende da nossa velocidade de vacinação.

Eu acho que a gente tem uma grande lição para aprender a partir do que aconteceu no último um ano e pouco. Eu acho, por exemplo, que países que foram muito bem-sucedidos na pandemia fizeram muita testagem. A gente falhou terrivelmente na testagem. A gente testou 14% da população, e a testagem foi alguma coisa que privilegiou mais as pessoas de renda mais alta, de acordo com os dados da Pnad Covid. Na vacinação, a gente tem que realmente dar oportunidade para todos.

E eu tenho uma pergunta, quer dizer, uma vez que na fila da vacinação que foi falada, nos primeiros lugares, como deveria ser, estão os mais velhos, as pessoas com comorbidades, as pessoas em atividades básicas, principalmente os médicos, na verdade, e os enfermeiros na área... Será que a gente não devia estar levando em conta esse critério na distribuição de vacinas? Não ser uma coisa só pela população?

Mas a resposta sobre o impacto, o relançamento da economia – a economia mesmo, não o PIB, mas o dinheiro chegando ao bolso das pessoas, as pessoas trabalhando etc. –, nisso a perda foi muito grande, principalmente para as pessoas mais pobres. E o retorno a essa normalidade vai depender fundamentalmente da vacinação.

E, pegando um pouco o desafio do Senador Confúcio, de olhar para depois da pandemia, para as perguntas da Raíssa Manfron e da Sra. Grabowski, eu queria separar dois grupos aos quais eu acho que a gente tem que dar uma atenção.

O primeiro é o grupo dos jovens. O grupo dos jovens, que vão construir o nosso futuro. Eles já tinham passado por uma grande crise na recessão que nós tivemos antes da pandemia. Novamente. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente está criando uma cicatriz na vida dessas pessoas, e a gente precisa tratar, talvez usando essa tecnologia a que o Ricardo se referiu, mas principalmente dos jovens. Eu acho que os jovens têm sofrido. Eles têm voz, eles têm voto, mas, apesar disso, eu acho que a gente poderia pensar em políticas mais adequadas para esse grupo, permiti-los conciliarem trabalho e estudo, nas proporções, subsidiar o trabalho desses jovens, com programas de aprendizagem etc. Eu acho que é absolutamente fundamental, e aí eu acho que a gente está falhando na pandemia.

E o outro, só para relembrar o ponto dos meus eslaides, são as crianças mais novas. Eu acho que a gente está deixando as crianças de cinco a nove anos em casa sem culpa, e essa é uma idade fundamental no desenvolvimento infantil. Ali, a gente tinha feito grandes progressos na década anterior, e a gente está voltando atrás. Essas crianças dependem de um tutor. Elas não se adaptam bem à internet. E eu acho que a gente tem certa complacência com o desenvolvimento nessa fase. E eu acho que são perdas que a gente vai carregar para frente. Onde a gente estava ganhando, que era na educação fundamental, a gente está perdendo mais agora.

Então, uma palavra especial para os jovens e para as crianças, para a gente conseguir não só superar a pandemia, mas para, depois dela, a gente ter condições minimamente razoáveis de ter um País mais razoável do que a gente teria.

Então, agradeço muitíssimo a oportunidade e me coloco à disposição. Os eslaides já foram enviados. Para qualquer pergunta adicional eu me coloco à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu também libero o senhor. Sei que está há muito tempo aí sentado e falando. O senhor pode cuidar das suas atividades. E muito obrigado pela participação honrosa em nossa Comissão. Agradecido.

Passo a palavra agora para André Luiz de Oliveira responder às perguntas dos internautas. (*Pausa.*)

André Luiz de Oliveira.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

Eu vou ser bem rápido, porque o colega falou em torno de seis minutos. Vou tentar ser o mais rápido possível, mas, ao mesmo tempo, estou com a minha mãozinha levantada...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fique à vontade, Professor, fique à vontade. Pode responder com calma.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA – Obrigado.

Eu acho que a gente precisa ter uma ideia, a seguinte: eu sou do Conselho Nacional de Saúde e, sendo do Conselho Nacional de Saúde, vou, sem dúvida, valorizar cada vez mais o sistema público de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde do nosso País, que é uma garantia constitucional, conforme eu falei no início, e a gente precisa ressaltar. E, quando a gente fala sobre o Sistema Único de Saúde, nós estamos falando para 76% da população brasileira, que depende única e exclusivamente, 24 horas, 7 dias por semana, desse sistema, aberto, funcionando, mesmo com muitas dificuldades, funcionando e garantindo um pouco do acesso que ela precisa e merece, a população brasileira. Eu não posso ficar pensando na saúde suplementar como uma questão de 47 milhões de usuários. Sim, mas 25%, estou pesando também em 77% da população brasileira. Por isso a defesa do Sistema Público de Saúde, conforme a Senadora Zenaide aqui colocou, muito bem colocou. Eu acho que a gente precisa fazer essa ressalva.

Então, eu acho que nós precisamos, sim, pensar nessa situação atual. Existe um desfinanciamento do sistema público de saúde, sim, e ele é crônico e está agravado com a pandemia. Precisou-se de créditos extraordinários para poder resolver o problema daquilo que nós tínhamos falado, do GAP. Então ótimo, que bom! Nós conseguimos, apesar de que a aplicação direta do Ministério da Saúde, conforme apontado pelo Arionaldo... Eu sei que houve as duas medidas provisórias no final do ano que atrapalharam a execução e que, agora, reabriram os créditos para este ano, mas é por isso que nós estamos lutando, para repor essa questão do orçamento para o sistema público de saúde para que ele possa ter a sua plenitude de execução. É aquilo que a gente comentou. Se a gente pensa em 16 procedimentos por segundo, é um sistema muito robusto. Aliás, o Brasil, acima de 100 milhões de habitantes, é o único País do mundo que está com um sistema universal. Então, é disso que a gente faz a defesa, é nisso que a gente insiste cada vez mais.

Eu penso assim... Só para poder fazer um ajuste, um comentário, não é, Arionaldo? O Arionaldo falou que, em 2017, cumpriu-se o mínimo constitucional de 15. Olha, nós tivemos essa séria discussão lá no Conselho Nacional, não é Ari? E lá nós falamos que, com a situação da EC 95 entrando no cenário no final do ano, nós não conseguimos cumprir os 15%; ficou em quatorze ponto noventa e alguma coisa. Então, ótimo, foi um dos indícios que favoreceu. Inclusive, nós reprovamos o relatório anual de gestão do Ministério da Saúde em 2017. Mas nós precisamos reforçar, cada vez mais, que nós temos um cenário atual muito delicado, em termos não só de garantia de insumos, de EPIs, como foi colocado aqui, de leitos de UTI etc., mas a vacinação, sem dúvida, é aquilo que a gente reforça. A população quer ser vacinada e ser vacinada o mais rápido possível. A gente sabe disso: que você tendo uma saúde mais adequada e plena e as pessoas diminuindo essa circulação viral, nós vamos sair dessa. E com o sistema público de saúde garantindo isso. Nós estamos falando, gente... Qual enfermidade que, hoje, conseguiu ter esse impacto na população brasileira? Nós estamos chegando a 500 mil mortes. Então, isso não é uma situação qualquer. Nós estamos falando de um impacto extremamente sério em muitas, em milhares, em centenas de milhares de famílias neste País.

Então, é por isso que eu reforço a necessidade de a gente estar aqui, cada vez mais, debatendo. Estamos à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E respondo as duas perguntas, Senador, que foram direcionadas a nós.

A Sra. Nelma Denise, do Rio de Janeiro: os governos estaduais e municipais estão propondo estratégicas para as sequelas pós-pandemia? Queremos acreditar que sim, mas – a Senadora Zenaide comentou –, no Sistema Único de Saúde, nós temos uma gestão tripartite, ou seja, existe a responsabilidade do ministério, da União, existe a responsabilidade dos Estados e existe a responsabilidade dos Municípios. E, lógico, precisa ser ajustado, inclusive existe uma Comissão Intergestora Tripartite, que são as CITs, que discutem essa forma de preocupação, e eu acho e preciso acreditar nisso. O Conselho Nacional está aberto para poder debater, contribuir, mas ao mesmo tempo a gente espera que esse debate esteja correndo lá na CIT, na tripartite, com todos esses atores da parte da gestão.

O Geraldo Cury, de Minas Gerais, até questiona: fortalecer o SUS é a solução para o cenário pós-covid? Eu não tenho dúvida disso, Geraldo. Não tenho dúvida. O sistema público de saúde é esse que garante 16 procedimentos por segundo; e, se você considerar as vacinas, antes da pandemia – vacinas antes da pandemia –, nós chegamos a 19 procedimentos por segundo neste País. E isso a um custo – e vou falar uma palavra aqui que quem é da saúde suplementar vai entender: tíquete médio –, com um tíquete médio, por dia, *per capita* de R$3,79. Quem faz isso?

Então, é essa garantia e essa luta, como patrimônio do povo brasileiro, que aqui nós estamos travando. O Sistema Público de Saúde existe, está aí e está garantindo, com muitas dificuldades, o atendimento, o acesso à população brasileira, a 76% da população que depende só disso, não tem outra opção. Por isso é que nós temos essa responsabilidade com essa grande parcela da população brasileira, de lutar para que a saúde pública seja cada vez mais valorizada, o que é o maior anseio da população brasileira. A saúde... Em qualquer pauta de qualquer debate político, nós temos sempre a saúde como uma das mais requisitadas como necessidade da população brasileira.

Então, Senador, agradeço a oportunidade – há 5 minutos e 40 segundos estou falando – e estamos à disposição aqui para outros debates, outras necessidades.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito rigoroso com o tempo, hein, André!

Muito obrigado a você. Você nos honrou muito, com muito conhecimento, muita articulação e falou, respondeu muito bem a todos os internautas e as perguntas que lhe foram dirigidas. Muito agradecido, você está liberado. Estou honradíssimo com a sua participação. Obrigado.

Eu passo a palavra para Arionaldo Bonfim, também para fazer as respostas aos internautas e as suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARIONALDO BONFIM ROSENDO (Para expor.) – Muito obrigado.

Respondendo aqui aos internautas, mais especificamente ao Luan Carlos, eu queria primeiramente dizer o seguinte: a gente não está ainda preocupado, pelo menos do ponto de vista da construção da proposta orçamentária, em desenvolver já, em pensar em ações pós-Covid, porque a gente ainda está ainda em pleno olho do furacão, fazendo o enfrentamento da Covid. Então, no momento, a nossa preocupação mais imediata é com o enfrentamento que nós estamos fazendo este ano, onde a gente está, como eu disse anteriormente, tendo que aportar recursos já para habilitar cerca de 24, 25 mil leitos de UTI para o atendimento da população, para disponibilização da população, e, principalmente agora, para esse novo problema que acometeu também aqui o Ministério da Saúde, que é a falta de medicamento para intubação orotraqueal, que a gente está com dificuldade de comprar no mercado nacional, e estamos já buscando via apoio via Opas para trazer esse medicamento para atender os Estados da Federação.

Mas, tentando já... Não nos furtando a essa preocupação que foi apresentada pelo Luan Carlos, eu posso tentar separar da seguinte forma a preocupação que a gente vai ter que ter, em algum momento, com relação ao pós-Covid. Na minha cabeça está que a gente precisa ter uma preocupação que eu posso separar de curto, médio e longo prazo.

E aí, tentando aqui rapidamente fazer uma explicação. Em curto prazo, o que a gente imagina que seja necessário? A continuidade da vacina. Ninguém descarta que a vacina vai ser necessária nos primeiros anos pós-Covid. Daí a gente intensificar a vacinação da população.

Junto com a vacinação, a testagem sobre a eficiência da vacina, para que a gente possa construir no futuro, para sabermos quais são as pessoas que precisam ser vacinadas ao longo desse tempo e por quanto tempo a gente vai precisar continuar vacinando a população para que não tenhamos a contaminação de outras pessoas ou o acometimento de pessoas para procurarem os hospitais para serem atendidas, da forma como a gente tem observado hoje.

As medidas que eu considero de médio prazo – que fique bastante claro, não se confundem com mais importante ou menos importante, apenas é a preocupação em torno do tempo – são cuidados com os problemas de saúde pós-Covid, que a gente sabe que advêm pós-Covid até agora:

- A hemodiálise é um dos problemas seriíssimos que a gente está tendo que enfrentar. E aí nós temos que melhorar o financiamento, ampliar os atendimentos para pessoas que possam ser atendidas com problemas de hemodiálise;

- A recuperação motora. Já sabemos que o pós-Covid causa prejuízo enorme ao corpo humano, que precisa de reabilitação. E aí a gente já vem fazendo um trabalho. A Rede Sarah, inclusive, é de fundamental importância neste momento pós-Covid, que a gente entende que vá não só atender, mas também fazer a disseminação desse atendimento para várias outras unidades, a título de capacitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Saúde mental é outra ação também com que a gente precisa também se preocupar, não só com a parte de acolhimento, mas também com relação a medicamentos para a saúde mental.

E, não menos importante, mas que também precisa ser observado, e com muita preocupação, é aportar recursos para a retomada das cirurgias eletivas. Todos nós sabemos que, com o atendimento da Covid, nós estamos deixando de atender ou de fazer cirurgias eletivas, que vão se acumulando e que, tão logo a gente tenha esses leitos disponibilizados para outros tratamentos, vai ser de fundamental importância a gente retomar todas as cirurgias eletivas que vêm sendo postergadas por conta do enfrentamento.

No longo prazo, eu considero que a principal ação que o Ministério da Saúde tem que desenvolver é fazer uma leitura do que aconteceu no País com relação ao enfrentamento de uma pandemia, os erros que nós cometemos, construir formas de você, no futuro, se precaver, com relação à possibilidade de ter uma contaminação tão alta no País, inclusive com números de pessoas que procuraram a rede pública tão grande, com ocupação de quase 100% dos leitos ofertados.

E aquilo em que a gente precisa focar no futuro é pegar o exemplo que o Sistema Único de Saúde está dando no enfrentamento, em que o País está tendo total suporte à população de mecanismos de tratamento e de acolhimento de pessoas com Covid, e verificar que ele tem sido de fundamental importância, tendo o apoio do André, representante do Conselho Nacional de Saúde. O Sistema Único de Saúde tem sido fundamental para que a gente possa estar enfrentando este momento tão complicado. É só ver a questão das vacinas que vocês vão entender a importância do Sistema Único de Saúde para fazer a vacinação da população num momento tão rápido, que foi quando a gente começou a ter um acesso maior a essas vacinas que estão sendo disponibilizadas.

Para fechar, só para não deixar o André sem resposta, eu queria trazer, Senador, a informação aqui de que, em 2017, a RCL foi de R$727 bilhões. Nós fizemos um estudo de como seria a aplicação pela Emenda Constitucional nº 86, a persistir em 2017, uma vez que a mesma foi alterada pela Emenda Constitucional nº 95. Então, nós teríamos que aplicar, sem liminar, pela Emenda Constitucional nº 96, R$99,6 bilhões – R$99, 6 bilhões. Se eu pegar a emenda constitucional, com a liminar do Ministro Lewandowski do Supremo Tribunal Federal, esse valor deveria, então, ir para R$109,9 bilhões – R$109,9 bilhões. O Ministério da Saúde aplicou, nesse mesmo ano de 2017, R$114,7 bilhões – R$114,7 bilhões –, o que representou R$15,8 bilhões – desculpa –, 15,8 pontos percentuais da RCL daquele exercício de 2017.

Como o André disse, o relatório anual de gestão não foi aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, infelizmente, embora a gente tenha debatido longamente e procurado obter a aprovação. E não foi porque se deixou de cumprir um dispositivo constitucional. Ele não foi aprovado por outros motivos – não cabe a nós aqui, agora, debater isso –, mas, em momento algum, ao longo da égide do mínimo de saúde, tanto da Emenda Constitucional nº 86 quanto da Emenda Constitucional nº 95, nós deixamos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprir o mínimo constitucional – todos nós sabemos a implicação de não cumprimento do mínimo constitucional. Então, nós não deixamos, em momento nenhum, de cumprir esse mínimo que a Constituição nos obrigava a fazer.

Por último, também queria agradecer a oportunidade de poder participar deste evento com o Conselho Nacional de Saúde, com a participação tanto do Professor Marcelo como do Ricardo Paes de Barros, que são pessoas muito conhecidas, estudiosas da situação social do País. Agradeço também, Senador, imensamente, o convite que nos foi dado para que o Ministério da Saúde pudesse também estar aqui presente para poder trazer essas informações para os senhores.

Muito obrigado a todos.

Em outra oportunidade que houver, estaremos também presentes, com toda a certeza.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido, Arionaldo. Você é um camarada bom de números, viu? Eu acho que não poderia haver outro melhor aí no Ministério do que você. Sabe tudo e muito mais.

Parabéns.

Muito obrigado.

Está liberado.

Agradecido pela sua participação.

O SR. ARIONALDO BONFIM ROSENDO – Sou eu quem agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Passo a palavra ao Dárcio Guedes para responder às perguntas dos internautas, duas perguntas.

O SR. DÁRCIO GUEDES JUNIOR (Para expor.) – Olá, Senador Confúcio. Primeiro, agradeço o convite.

Cumprimento os demais Senadores, o Professor Marcelo, o Professor Ricardo, o nosso Subsecretário de Planejamento Arionaldo e o André, do Conselho Nacional de Saúde.

Eu, Senador, me senti contemplado pela apresentação do Arionaldo. Por isso não achei necessário. Mas foi muito importante a oportunidade de responder aos internautas. Mas eu queria aproveitar para talvez fazer uma complementação que seja muito importante neste momento.

Nossa contribuição, aqui no Fundo Nacional de Saúde, neste momento da pandemia, é principalmente fazer com que os recursos cheguem, a tempo e a hora, do tamanho desta necessidade que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente está vivendo todos os dias. E também buscar fazer com que isso tenha a maior transparência possível.

Se for possível, eu queria pedir um minuto só da atenção para poder disponibilizar aqui uma informação do nosso portal, que eu acho que é superimportante para o internauta, para o cidadão, do ponto de vista da transparência dos recursos que estão sendo disponibilizados.

Acho que não foi liberado o acesso para mim.

Deixe-me ver.

Está dando algum erro aqui.

Deixe-me tentar uma vez só, Senador.

Não está dando certo.

Mas qual é o objetivo? Nós disponibilizamos recentemente – e acho que é muito importante não só para esta Comissão, mas para toda a sociedade – uma série de painéis de informações. A gente está disponibilizando, com um nível de detalhes muito grande, cada recurso do componente federal que é transferido para Estados, para Municípios e para os prestadores de serviço do SUS.

Em especial, um painel que fala das transferências para o Covid, porque, muitas das vezes, uma das grandes dificuldades na aplicação do recurso é quando o gestor estadual ou municipal não consegue entender qual é a finalidade daquele recurso.

E nós estamos aqui buscando fazer um papel no sentido de orientação e de trazer transparência para que cada cidadão saiba o que cada Município recebeu, para onde foi aquele recurso, para, consequentemente, dentro do que é o componente federal, a gente poder contribuir.

Em relação às duas perguntas que foram feitas pelos internautas, havia "como a gente entende essa questão do retorno ao trabalho". Isso, como foi colocado, depende muito da vacinação. Existe um desafio posto pelo nosso Ministro Marcelo Queiroga de, até final deste ano, vacinar toda a população até 18 anos. Então, existe aí uma luta diária. Todos nós aqui estamos muito imbuídos nessa missão aqui, tanto do ponto de vista da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, em garantir com que esses recursos aconteçam e cheguem aqui ao Ministério, como também, aqui no nosso Fundo Nacional de Saúde, do ponto de vista de operacionalizar esses recursos para fazer com que cheguem a cada Estado e a cada Município, a tempo e a hora.

Então, essa é a nossa missão no Fundo.

Agradeço, mais uma vez, a participação. Sinto-me honrado de poder participar desta discussão, que realmente é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos à disposição aqui, no Fundo Nacional de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agradecido, Dárcio, pela sua participação.

Você falou pouco, porque você dispensou a fala no momento certo, para responder.

Muito obrigado pela sua presença, que nos honrou bastante.

Está dispensado. Pode cuidar da sua vida, das suas atividades, agora à tarde, que tem muito serviço para você. Muito obrigado.

Eu não sei se o André gostaria de falar mais alguma coisa? Ele levantou a mão. Não sei se ele saiu da sala? André Luiz de Oliveira.

O SR. ANDRÉ LUIZ OLIVEIRA (Para expor.) – Não, Senador. Eu estou aqui, eu estou só assistindo, porque eu sabia que o Ari, o Arionaldo, pelos nossos debates, ele iria comentar sobre a citação que eu fiz em relação ao cálculo. Mas é um amigo, é um parceiro. Concordo plenamente com o que o senhor falou, é uma pessoa extremamente conhecedora dos números e do assunto e nós temos um respeito muito grande pelo Arionaldo, gostamos muito dele. E aí é cada um com seu papel.

O Ari está de um lado, nós estamos do outro, acompanhando a execução orçamentária e lutando, e o meu sonho, já falei para ele, é a gente ter mais recursos para ele poder ter menos cabelo branco, e ele ficar ainda com um pouco mais de cabelo, não como o Senador, que eu acho que, com tanto estresse — não é, Senador? —, na vida toda, não permitiu ao senhor ainda permanecer nessa situação. Mas, assim, a gente luta para que todos aqui cumpram bem o seu papel, e o Arionaldo é uma pessoa que, a gente sabe muito bem disso, e eu queria fazer de público essa ressalva, e a gente, muito respeitosamente, conversa e dialoga cada vez mais, e é isso, é o papel do controle social, do Conselho Nacional de Saúde...

E agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, e parabenizo o senhor e toda a Comissão. E estamos à disposição para outros momentos, também, se necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já lhe passo a palavra.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 27ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a Ata da 27ª Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho aqui também, um requerimento só, Wellington, antes de lhe passar a palavra.

O Requerimento nº 76/2021.

ITEM 1

Requerimento Nº 76, de 2021

Requer que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as tratativas do retorno seguro das aulas presenciais nas escolas públicas no 2º semestre do corrente ano, bem como o mapeamento da infraestrutura tecnológica presente e necessária para o breve retorno escolar, as pessoas abaixo:

• *o Exmo. Sr. Milton Ribeiro, Ministro da Educação;*

• *o Exmo. Sr. Fábio Faria, Ministro das Comunicações;*

• *Representante do Banco Mundial.*

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Vamos fazer os convites, Senadora Kátia, e vamos aqui, com a nossa assessoria, posteriormente, ver com eles datas, para ser até o dia 30 deste mês.

Então tem que fazer um encaixe.

Está em votação o requerimento da Senadora Kátia Abreu.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento da Senadora Kátia Abreu que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Senador Wellington Fagundes, o senhor chegou... Estava viajando, pousou em Cuiabá e a nossa audiência já estava bem adiantada, quando chegou o pessoal estava sendo dispensado, mas eu gostaria muito de ouvi-lo para as suas considerações finais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Confúcio Moura, realmente, hoje eu tive essa viagem, já estou em Mato Grosso.

Pude ouvir os argumentos finais dos nossos palestrantes. Eu quero também, em seu nome e em nome da Comissão, agradecer ao André Luiz, ao Arionaldo Bonfim Rosendo, ao Dárcio Guedes e a outros que falaram, aos nossos Senadores. Mas ficou muito bem comprovado – não é, Sr. Presidente –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo que nós vimos, que a pandemia sem dúvida trouxe o desemprego e escancarou, com certeza, as gravíssimas dificuldades que hoje existem, principalmente através da concentração de renda no mundo inteiro. E o Brasil não foge à regra: com mais pandemia, mais concentração de renda e mais ricos. Os que eram ricos, ficaram mais ricos. Então, nós teremos que ter realmente um grande trabalho exatamente para mostrar para o Governo... E, claro, todos nós buscarmos, inclusive, discutir a questão do orçamento do próximo ano. É claro que vamos ter que investir maciçamente na área social, nos programas sociais que o Governo já tem.

E aí – eu estou vendo, André, você balançando a cabeça – o grande programa que eu vejo hoje é exatamente muitos ministérios fazendo a mesma coisa ao mesmo tempo. Isso provoca retrabalho e provoca, às vezes, desperdício de dinheiro público.

Então, Presidente Confúcio, eu gostaria exatamente... Porque a nossa Comissão terá que deixar muitos legados. E eu acho que um dos grandes legados... O nosso objetivo é buscar a solução da pandemia, durante a pandemia e, principalmente, o pós-pandemia. Então, essa área social, a área da educação, e V. Exa., Presidente Confúcio, já provocou audiência pública aqui também, como será essa retomada das nossas crianças às salas de aula? Como podemos fazer para antecipar com que as nossas crianças possam estar na sala de aula? Hoje mesmo, eu tive oportunidade ainda de conversar com um pai, daqui do Mato Grosso, que teve que voltar urgentemente para a sua cidade porque a professora contraiu a Covid e já algumas crianças também contraíram a Covid. Estão dizendo que a China agora já está vacinando também as crianças. Então, como é que nós vamos trabalhar tudo isso? Não há outro caminho, inicialmente, que não seja, primeiro, vacina, vacina e vacina.

E ai, V. Exa. sabe, todo o Brasil, aliás, gostaria que todo o Brasil soubesse do projeto de lei que apresentei no Senado da República, e que foi aprovado por unanimidade. E quero aqui também agradecer a todos os companheiros da Comissão que me ajudaram muito, o Senador Luis Carlos Heinze, o Senador Esperidião Amin; aliás, tenho que citar o Styvenson, tenho que citar todos os membros da Comissão. E aí, eu quero, inclusive, dizer que esse projeto de lei foi aprovado para permitir que a indústria de saúde animal, que é grandiosa, possa fabricar vacinas no Brasil, porque entendo que esse é um grande caminho. E já está comprovada – tivemos lá a presença do Ministro da Saúde, da Ministra do Governo Flávia Arruda, cientistas que lá estiveram conosco, Deputados Federais – e aprovada, tanto pelo Anvisa, como pelo Ministério da Agricultura e também pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a utilização dessas plantas.

E aí, eu quero mais que dar uma satisfação, Presidente Confúcio. Ontem, eu tive uma reunião com a Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. E ela também é a Relatora, a Deputada Aline, e lá fizemos uma reunião, Presidente, com todas essas instituições de que já falei – Ministério da Saúde, Anvisa, Ministério da Agricultura –, e o relatório deve ser disponibilizado hoje. Houve algumas modificações que, provavelmente, vão fazer com que precise voltar para o Senado da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. E, mais uma vez, quero pedir a V. Exa., Presidente Confúcio, que a gente possa trabalhar, caso volte para o Senado, para que a gente também tenha o mesmo ritmo, ou seja, que votemos em regime de urgência urgentíssima para, imediatamente, aprovarmos no Senado essas alterações e, claro, que tenhamos a sanção presidencial. É importante dizer que lá estava também a Casa Civil. O Governo estava presente nessa reunião. Então, estamos fazendo com toda a cautela exatamente para que essa aprovação permita também a sanção presidencial sem nenhum veto.

Portanto, essa é mais uma esperança, além da importação de vacinas, para continuarmos na busca de mais vacinas para o Brasil. Ontem, tivemos uma boa notícia: a da chegada desses três milhões de vacinas da Janssen. Só que é importante dizer que essa vacina já vai vencer agora no dia 27 de junho. Olha que loucura! Nós estamos importando vacina a preço muito caro, mas ela chegou ontem e vai vencer no dia 27 de junho. Então, essa vacina vai ser distribuída de forma desesperada. Não sei se teremos critério ideal para fazer a distribuição dessa vacina no Brasil. Caberá ao Ministério da Saúde essa definição. Mas olhem a que ponto nós estamos chegando: ter que importar uma vacina que vai vencer em menos de 30 dias. É claro que é uma vacina de alta qualidade, mas os Estados Unidos estão empurrando, porque isso viraria lixo lá.

Então, é por isso, Presidente, que eu faço aqui um apelo, mais do que nunca, à população brasileira e, principalmente, às lideranças, aos nossos Ministros, ao Presidente da República: nós precisamos buscar fazer vacinas, fabricar vacinas no Brasil. Até hoje, o Brasil não fabricou nenhuma dose de vacina. Quero repetir isto. Nós importamos o IFA, que é a vacina pronta. Nós só estamos envazando vacina no Brasil, e nós temos condições, sim.

Eu apoiei, Presidente, a iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia quando foram vetados os recursos do Orçamento, para que esses recursos fossem recompostos. Inclusive, fiz emendas para que esses recursos pudessem ser recompostos. E aí eu quero parabenizar o Ministro Marcos Pontes, porque ele foi à imprensa e disse que, no caso de uma pesquisa, não tem como fechar a porta do laboratório, ficar uns quatro ou cinco meses e depois voltar. A pesquisa tem que ter sequência, tem que ter começo, meio e fim. Felizmente, o Presidente Bolsonaro, a equipe econômica aceitou todas essas argumentações, e ontem já foi anunciada a liberação de um recurso de R$435 bilhões para as pesquisas que estão em andamento no Brasil.

Então, o caminho para ter vacina, para fabricar vacina no Brasil é buscar a transferência tecnológica... Felizmente, o Instituto Fiocruz assinou, finalmente, porque o que nós tínhamos de informação era de que tanto o Butantan quanto a Fiocruz já tinham essa transferência assinada há muitos meses, e isso não era verdade. Não tinha acontecido. Agora, a Fiocruz, para também aumentar as esperanças nossas, anunciou que já assinou essa transferência. Que dia? A que horas que as nossas fábricas poderão ter essa transferência? Ficará apenas para o Butantan e para a Fiocruz? Eles irão transferir para a nossa indústria nacional essa tecnologia para que a nossa indústria possa fabricar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas, inclusive em parceria com o Butantan e a Fiocruz? São perguntas que eu deixo aqui, Presidente. Nós precisamos dessa resposta. Nós teremos que nos reunir com o Butantan e a Fiocruz o mais rápido possível, é claro, logo após ser aprovado na Câmara dos Deputados ou, talvez, se este projeto voltar para o Senado. Mas, enquanto isso, essas tratativas têm que existir, Presidente, Confúcio. Nós temos que ter a certeza de que esses institutos farão a transferência e poderão fazer essa transferência tecnológica.

Eu estive esta semana no Ministério das Relações Exteriores, Presidente, Confúcio. E o Ministério das Relações Exteriores também ainda não tem uma definição. Então, agora me parece que, porque foi falado lá, o Ministro Queiroga está montando uma comissão para tratar dessa possibilidade de transferência tecnológica.

Então, eu gostaria, Presidente, Confúcio, de sugerir a V. Exa., como Presidente, para que também pudéssemos procurar o Ministro Queiroga e definir como está sendo tratada essa comissão, essa nova comissão interministerial. E aí eu acho que a nossa Comissão tem que participar também, nem que seja como ouvinte, para que possamos dar satisfação à população dessa possibilidade de trazermos a tecnologia de outros países, como já nos foi oferecida, através da China, na Embaixada brasileira, pelo grupo Fosun.

Então, eu encerro aqui, Sr. Presidente, agradecendo imensamente a oportunidade de estar aqui hoje, ouvir a todos, mas dizer que realmente o Brasil tem que se preparar também para o pós-pandemia, principalmente a questão de as nossas crianças voltarem para a sala de aula com segurança, mas também para esses milhões, mais de 15 milhões, que já estão chegando à linha da pobreza total. Já foi falado aí também da questão dos hospitais, que as cirurgias eletivas estão suspensas. Tudo isso vai ter uma pressão pós-pandemia, e nós temos que nos preparar porque, infelizmente, está comprovado aquilo que eu sempre falei desde o início: o Brasil não é um país que tem tradição de, principalmente, planejamento, e, sem planejamento, nós vamos ter uma pós-pandemia com mais problemas agravados. Então, nós temos que também nos programar nesse planejamento do pós-pandemia. Por isso, esta audiência pública hoje foi excelente. Então, eu parabenizo aqui a todos os companheiros, a todos que participaram, principalmente ao nosso Presidente, Confúcio.

Um bom dia e um bom final de semana, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia! Bom final de semana, caro Wellington!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria, Presidente, de ter a sua paciência, a sua calma, a sua ternura para conduzir, e inclusive a minha fala, porque realmente nos traz muita angústia ver que muita coisa já poderia ter sido resolvida no Brasil, e as coisas demoram tanto para acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É uma ansiedade horrorosa, é uma tristeza. A burocracia é humilhante. A gente fica impotente.

Bem, eu agradeço a presença dos Senadores, dos nossos convidados, Ricardo Paes de Barros, do Instituto Ayrton Senna; Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas Social; André Luiz de Oliveira, do Conselho Nacional de Saúde; Arionaldo Bonfim Rosendo e Dárcio Guedes Junior, Ministério da Saúde, e aos telespectadores e internautas que enviaram perguntas. Agradeço à Kauana, que é do Estado do Paraná, que também entrou em contato, Deny, Haroldo, Lilian, Nelma, Paulo Fonseca, José Vivarelli, Carlos Lima, Kedsonn Coelho, Jurandir, Anunciação Marco, do Rio de Janeiro.

Não havendo nada mais a tratar, eu convido a todos para a próxima reunião a realizar-se no dia 14 de junho, segunda-feira, às 10h, para debater a situação das organizações da sociedade civil – vai ser uma reunião muito boa – durante a pandemia e o PL 4.113, de 2020; e debater a situação das comunidades menos favorecidas e os resultados das mobilizações sociais para enfrentamento da pandemia.

Teremos como convidados, Mauri Cruz, Diretor-Executivo da Abong; Lilian Oliveira Almeida, Procuradora Municipal de Salvador, Bahia; Laís de Figueirêdo Lopes, advogada especialista em terceiro setor e consultora da Plataforma MROSC; Gilson Rodrigues, Presidente da União dos Moradores de Paraisópolis, e Lucas Milhomens, professor e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos, uma boa tarde e um bom final de semana a todos vocês.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dois minutos do dia quatorze de junho de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a situação das organizações da sociedade civil durante a pandemia e o PL 4113/2020; e debater a situação das comunidades menos favorecidas e os resultados das mobilizações sociais para enfrentamento da pandemia. **Participantes:** Mauri Cruz, Diretor-executivo da Associação Brasileira de ONGs - ABONG; Lílian Oliveira de Azevedo Almeida, Procuradora Municipal de Salvador; Sueli Feio, Cofundadora do G10 Favelas (representante de: Gilson Rodrigues, Presidente da União de Moradores de Paraisópolis); Laís Figueiredo Lopes, Advogada especialista em terceiro setor e consultora jurídica da Plataforma MROSC; e Lucas Milhomens, Professor e Pesquisador da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 77, de 2021** que : "Requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação dos órfãos da Covid-19 em situação de vulnerabilidade, com os seguintes convidados: • o Senhor Márcio Thadeu Silva Marques, Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de São Luiz/MA; • o Senhor Walberto Maciel, jornalista e autor da ideia legislativa proposta no e-Cidadania para criação de um Fundo de amparo aos órfãos da Covid-19." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/14

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que para esta reunião remota será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será: primeiro, o Relator; em seguida, os titulares inscritos; depois os suplentes; e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e tempos de Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A presente reunião: se trata de audiência pública com a finalidade de debater as necessidades da população na pandemia e no pós-pandemia, perante os sistemas de saúde e sob a ótica econômica e social. Contará com a presença dos seguintes convidados... Melhorando aqui: o objetivo é debater a situação das organizações da sociedade civil – isso é muito importante – durante a pandemia e o PL 4.113, de 2020, debater a situação das comunidades menos favorecidas e os resultados das mobilizações sociais para o enfrentamento da pandemia.

Ficou mais bem explicado assim. É a participação social mesmo.

Nós temos aqui os seguintes convidados: Laís Figueirêdo Lopes, advogada especialista em terceiro setor e consultora jurídica da Plataforma Mrosc; Lílian Oliveira de Azevedo Almeida, Procuradora Municipal de Salvador, Bahia; Mauri Cruz, diretor-executivo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fechem o som aí gente. Alguém está com o som ligado. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mauri Cruz, Diretor Executivo da Associação Brasileira de ONGs (Abong); Lucas Milhomens, Professor e Pesquisador da Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Suéli Dante, cofundadora do G10 Favelas, representando aqui Gilson Rodrigues, Presidente da União de Moradores de Paraisópolis e fundador do grupo G10 Favelas.

Vocês estão vendo aí a composição dos convidados hoje. São realmente pessoas especializadas, que convivem muito bem com as organizações não governamentais – cinco convidados.

Nós vamos dar para cada um de dez a doze minutos para a sua apresentação, porque nós temos... Não precisam se preocupar com o tempo curto, porque depois virão as perguntas, e aí, a cada pergunta, você vai complementando aquilo que você gostaria de falar.

Então, vamos em frente!

Vamos, então, à nossa primeira convidada, que vai falar. É a Laís Figueirêdo Lopes, eu já falei, consultora do terceiro setor e assessora jurídica da Plataforma Mrosc. Com a palavra Laís Figueirêdo. (*Pausa.*)

Agorinha mesmo Senador Wellington.

Laís.

A SRA. LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES – Obrigada, Senador Confúcio.

O Senador Wellington está pedindo a palavra, eu não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você quer falar, Wellington? (*Pausa.*)

Se quiser liberar o seu... Pode falar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria só de comunicar aqui, a todo Brasil e a todos os companheiros da Comissão que a nossa Relatora na Câmara dos Deputados – ela é Presidente da Comissão de Agricultura e também Relatora do nosso projeto que autoriza o parque de saúde animal a poder produzir vacinas –, a Deputada Aline Sleutjes já apresentou o relatório em que dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de vacinas de uso veterinário sejam utilizadas na produção de vacinas contra a Covid-19 no Brasil.

Esse relatório, então, já está entregue, e a esperança nossa é de que amanhã – como ele já está em regime de urgência urgentíssima –, terça-feira, ele possa ser apreciado pela Câmara dos Deputados.

Estamos fazendo contato com todos os Deputados no sentido de pedir atenção à importância que representa esse projeto para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais uma vez, reafirmo aqui, Sr. Presidente, que essas indústrias podem... Só três indústrias, com nível de biossegurança máxima, já produzem vacinas do vírus inativado há mais de 20 anos – e nunca tivemos nenhum problema de escape de vírus. Então, só essas três indústrias que estão funcionando, que estão fabricando vacinas podem fazer vacinas contra a Covid a partir do vírus inativado, numa ordem de 400 milhões de vacinas, em apenas 90 dias, depois de autorizadas. E essa nossa esperança aumentou muito mais, porque, nessa semana, a Fiocruz já assinou o contrato de transferência de tecnologia, bem como acredito que o Butantan já tenha esse contrato de transferência de tecnologia.

O Ministro da Ciência e Tecnologia também já apresentou quatro pesquisas – mais precisamente três que estão avançadas –, e o recurso para desenvolvimento dessas pesquisas nacionais também foi liberado pelo Governo Federal, na ordem 415 milhões. Isso vai permitir que a gente tenha também as nossas pesquisas 100% brasileiras em desenvolvimento, além da Fiocruz e do Butantan, que também estão desenvolvendo as suas linhas de pesquisa para que a gente tenha também, através desses dois institutos, vacinas com 100% de tecnologia.

Mas é bom dizer mais uma vez que essa indústria de saúde animal está pronta. Com a transferência tecnológica e apenas a semente mãe, que vem num pequeno frasquinho, essas indústrias poderão fabricar 100% do IFA nacional, ou seja, a vacina 100% nacional, porque sempre faço questão de explicar que, até hoje, o Brasil não produziu nenhuma dose de vacina. O que o Butantan e a Fiocruz fizeram foi o envase de vacina ou a importação da vacina já envasada, como é o caso da Janssen, que agora chega aqui – infelizmente chegou já para vencer no final do mês, mas chegou a vacina. Eu acho que é importante que o Brasil tenha uma grande rede. Parece-me que essas vacinas serão distribuídas prioritariamente para as capitais brasileiras, inclusive para a minha capital, Cuiabá, a sua capital, Porto Velho, e todas as capitais. No caso aqui de Mato Grosso, como nós estamos sediando a Conmebol Copa América, isso também é muito importante, porque traz mais segurança para a população.

Eu encerro aqui essa abertura, Sr. Presidente, bastante entusiasmado, porque acredito que o Brasil, até o final do ano, poderá fabricar vacinas para atender a população brasileira e ainda, quem sabe, atender aqui o Mercosul, os países que mais necessitam também. Então, o Brasil deixará de ser um importador, um pedinte de vacina, para ser um exportador de vacina. Essa é a nossa esperança. Por isso, eu quero agradecer, Presidente Confúcio, a V. Exa.

Está aqui o Líder Izalci Lucas. Izalci, provavelmente o projeto volta para o Senado com pequenas correções. E aí, V. Exa., como Relator, eu acredito, dará, então, para nós, a palavra final no trabalho com o Plenário.

Então, agradeço muito, Senador Confúcio Moura, pela sua linha de atuação, procurando dar condições para que a gente buscasse essa alternativa para o Brasil.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma boa reunião para todos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente, muito obrigado.

Então, vamos dar seguimento.

Eu já havia passado a palavra para a Dra. Laís Figueiredo Lopes, ela pode retomar.

A SRA. LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES (Para expor.) – Muito boa tarde a todos e todas.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

A SRA. LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES – Estou no espírito do dia inteiro.

Agradeço muito, Senador Confúcio Moura, a sua condução, o seu convite para a realização desta audiência pública.

É muito importante que a gente possa debater as organizações da sociedade civil no âmbito da pandemia. As organizações já mobilizaram, segundo o monitor de doações da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), mais de R$7 bilhões para a pandemia. Então, as organizações têm atuado muito numa mediação de território, num apoio ao auxílio emergencial, em ações emergenciais, mas também no desenvolvimento de novas tecnologias para o enfrentamento das questões que estão afetas à pandemia, além da luta por direitos, que é também uma característica muito típica das Organizações da Sociedade Civil.

Nesse cenário das organizações, além das organizações terem uma conexão muito forte com os territórios e atuarem com o apoio dos indivíduos e com o apoio das empresas, elas também atuam em parceria com a administração pública.

Nesta Casa, já foi aprovada, no Congresso Nacional, a Lei 13.019, de 2014, que trata justamente das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Até o apelido que foi colocado, Mrosc, vem dessa agenda política de compromissos que se chama Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que é uma pauta da própria plataforma para um novo marco regulatório das organizações da sociedade civil de melhorar essa ambiência regulatória, de melhorar não só a legislação, mas a institucionalidade, o reconhecimento da importância das organizações para o nosso País.

E por isso que, durante a pandemia, muito nos preocupou as primeiras notícias que chegaram sobre a suspensão de repasses de recursos, a ausência de clareza no que deveria ser feito durante a pandemia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por parte dos gestores públicos que orientam as organizações da sociedade civil no curso das suas contratualizações firmadas com o Estado.

Há notícias, por exemplo, no Município de São Paulo, de suspensão de repasses de recursos na área de educação. Essa suspensão foi revertida a partir de um diálogo com o Tribunal de Contas do Município.

Há também notícias semelhantes no caso de Porto Alegre, onde foi judicializada a questão e também decidida a manutenção do repasse de recursos, entre outras ações que aconteceram Brasil afora e que apoiaram como elemento e subsídio para a elaboração do PL 4.113, de 2020, que foi apresentado pela Frente Parlamentar em Defesa das Organizações da Sociedade Civil na Câmara dos Deputados. Já foi integralmente aprovado e hoje está aqui para apreciação desta Casa.

Então, é muito importante que a gente entenda que esse projeto de lei, assim como outros que também foram aprovados pelo Congresso Nacional, inclusive propostos nesta Casa, no Senado, também tiveram a missão de regulamentar um regime transitório para esse momento, que se esperava ser mais curto e que se demonstra cada dia mais longo. Não sabemos quando essa pandemia vai terminar, mas sabemos da importância das organizações no combate aos efeitos diretos e indiretos da pandemia.

Por isso, o projeto de lei abre questões relevantes sobre a possibilidade de complementação do objeto, de alocação de recursos nas ações específicas que tenham a ver com o combate aos efeitos diretos e indiretos da pandemia, sempre conectado com as questões que geram os vínculos, as formalidades e a legitimidade para que isso seja feito, mais especificamente, de acordo com o orçamento que gerou aquele recurso, a partir da secretaria ou ministério com os quais a organização tenha uma parceria firmada, entre outros elementos que traz o PL 4.113. Ele, então, justamente apresenta soluções para dar mais segurança jurídica tanto para os gestores públicos quanto para as lideranças, para os gestores das organizações da sociedade civil, no espírito de trazer soluções para esse tema.

Eu vou fazer uma apresentação de PowerPoint rápida, se for possível, só para complementar com o recurso audiovisual. É possível? Se não for, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É possível, sim; é possível, sim. Lenita... Aí embaixo, há em verde – embaixo, no rodapé – compartilhar tela. Pode clicar aí que vai abrir para você.

A SRA. LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES – Ótimo. Aqui, então, é só para a gente ter mais um recurso audiovisual que ajude na... Esse recurso audiovisual é só para ajudar um pouco a audiência a rapidamente captar o projeto de lei, nessa 29ª reunião da Comissão Temporária da Covid-19, que debate justamente a situação das organizações durante a pandemia, o PL 4.113, além do tema muito importante da situação das comunidades menos favorecidas e o resultado das mobilizações sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o 4.113 é um projeto de lei que institui um novo regime jurídico transitório para as parcerias do Estado com as organizações. Ele orienta os gestores e as organizações nesse novo cenário. Aplica-se tanto às parcerias Mrosc, que são, nos termos da Lei 13.019, o termo de fomento, colaboração, acordo de cooperação, mas também se aplica aos contratos de gestão, em termos de parceria, convênios e termos de compromisso cultural, ou seja, ele abarca toda e qualquer instrumento de contratualização do Estado com entidades privadas sem fins lucrativos.

Ele reconhece que pode haver, que pode existir suspensão parcial ou integral pelas medidas restritivas impostas pela pandemia, mas que, nesse caso, assegura, pelo menos, 70% dos recursos. Permite alterações por apostila, dispensa de termo aditivo e determina o termo aditivo para a complementação do objeto. E a complementação do objeto aqui tem alguns requisitos bastante relevantes, que é a parceria estar em vigor, novas ações devem ser voltadas para os efeitos diretos e indiretos da pandemia, deve haver nexo de causalidade com a política pública que a originou, o objeto estatutário da organização deve ser coerente com o objeto da parceria, precisa haver a celebração de acordo prévio entre os partícipes, demonstração de viabilidade da execução, redefinição de metas, resultados e prazos de prestação de contas, além da preservação da categoria econômica da despesa decorrente, vedada a substituição. A prestação de contas também pode ser prorrogada, inclusive a prestação de contas feita da administração pública para os tribunais de contas em consequência. Pode haver a prorrogação de vigência de ofício pelo tempo que durar a pandemia.

Normalmente também essa é uma hipótese muito comum de prorrogação de vigência de ofício quando há atraso no repasse das parcelas de recurso. Então, aqui há uma analogia relevante.

O descumprimento de metas por conta da pandemia não pode ser usado como fundamento de irregularidade.

As parcerias emergenciais que já são autorizadas e já são previstas pelo art. 30 da Lei 13.019, de 2014, como hipótese de dispensa de chamamento público, podem acontecer para todos os tipos de parceria.

Deve haver procedimentos de celebração e habilitação simplificados, incluindo plano de trabalho, metas, indicadores, resultados.

E preferência para as organizações que já tenham parceria com a administração pública.

Suspende exigibilidade de devolução de recursos relativamente à prestação de contas durante a pandemia.

Autoriza parcelamento de débito para devolução ao Erário.

Permite que o parcelamento seja substituído por ações compensatórias, o que foi uma inovação muito importante da Lei 13.019, de 2014, que é a possibilidade de a gente devolver recursos em mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse público, que é o que interessa ao Estado, nos casos obviamente onde não haja fraude e não seja caso de devolução integral de recurso.

Há previsão de acesso a crédito para aquelas organizações que conseguirem preservar os empregos, que foi uma coisa bastante preocupante.

E aqui eu chamo atenção para que a gente avalie que esta Lei 14.065, de 2020, que foi aprovada tratando do RDC, estende as suas disposições também à Lei 13.019, de 2014, e a todas as parcerias. Então, o ponto central é que as organizações são diferentes das empresas, e elas precisam ter um tratamento específico. Por isso, a Lei 13.019 existe. Então, fazer analogias e ficar trazendo a lógica da Lei de Licitações gera mais confusão do que a segurança jurídica. Por isso, mais do que na hora estamos de aprovar o Projeto 4.113, e solicitamos que ele seja enviado ao Plenário por conta de todos os prazos.

Aqui, no final, deixo só algumas referências de que a plataforma elaborou uma nota técnica sobre o projeto de lei, concordando com os seus termos; também lançou durante a pandemia uma cartilha sobre o Mrosc e Covid-19, que é um manual prático de apoio às organizações da sociedade civil para que, em cada fase de planejamento, seleção, celebração, execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas, se tome atenção com as formalidades devidas e pondere o tema da pandemia.

A gente tem também aqui um artigo que foi publicado sobre os casos que eu mencionei do Município de São Paulo e do Município de Porto Alegre em relação à educação, que foram judicializados e que tiveram resultado positivo e inspirador para este projeto de lei; e uma cartilha sobre os impactos legais das organizações na pandemia.

Eu agradeço muito a atenção dos senhores e me coloco à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente. Muito obrigado, Laís.

E vamos dar continuidade. Muito bem, então. Com a palavra, agora, Lílian Oliveira de Azevedo Almeida, que é Procuradora Municipal da cidade de Salvador, Estado da Bahia. Com a palavra, Dra. Lilian. (*Pausa.*)

A senhora pode falar. (*Pausa.*)

Não está o seu som... Há alguma coisa acontecendo, porque ele... (*Pausa.*)

Laís... Aliás, é Lílian – Laís acabou de falar.

Vamos ver o que está acontecendo com ela. (*Pausa.*)

A SRA. LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES – Agora a gente escuta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso. Pode entrar, Lílian.

A SRA. LÍLIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA – Pronto. Perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso.

A SRA. LÍLIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA – Bom dia a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

A SRA. LÍLIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA (Para expor.) – Grata, Senador Confúcio Moura, pelo honroso convite.

Cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes e todos que eventualmente estão nos assistindo.

Eu me sinto muito honrada em estar participando desta reunião com a Comissão Temporária do Senado, tratando desse cenário da relação do Poder Público com as organizações da sociedade civil.

Particularmente, eu sou uma entusiasta do tema. Sou Procuradora do Município de Salvador e, durante dez anos dessa minha trajetória, sempre lidei muito com essas questões das parcerias do Poder Público com o terceiro setor, dentre as quais, durante três anos, eu pude participar da gestão da assistência social. E ali pude sair um pouco da realidade dos processos e ter uma vivência prática em relação à vivência dessa relação, podendo perceber os ganhos que o Poder Público e toda a sociedade em geral têm dessas relações, mas também os desafios.

A pandemia do Covid-19 tirou todos nós do eixo, seja do eixo individual, seja coletivo. E é importante, nesta discussão em torno do Projeto de Lei 4.113, a gente perceber que diversas parcerias do Poder Público com as organizações da sociedade civil tocam serviços públicos sociais de grande relevância em nossa sociedade. Então, por exemplo, nós estamos aqui presentes falando da situação de pessoas em situação de rua, que são, muitas delas, acolhidas por essas instituições; nós estamos falando dos centros educacionais na educação infantil; estamos falando da questão da pessoa com deficiência e de tantos temas na área ambiental, cultural, que estruturam a complexidade do nosso País.

O Poder Público vem há muito reconhecendo a importância dessa relação com as organizações da sociedade civil – que aqui, para simplificar, vou chamar de OSCs –, no sentido de que essas organizações, muitas vezes, Excelências, têm uma *expertise*, têm um domínio de determinadas áreas, seja porque elas estão inseridas em comunidades, seja porque elas fazem a escuta dessa população. E há uma interface entre o Poder Público, a sociedade civil e conselhos de políticas públicas – a exemplo, aqui em Salvador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Conselho de Assistência Social, do Conselho do Idoso – que faz um importante trabalho de fortalecimento dessa comunidade.

Dados, por exemplo, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – é possível ver no *site* – demonstram que são mais de 45 mil projetos em média que essas instituições estão rodando em todo o País.

E uma diretriz em relação a um projeto de lei, durante a pandemia, que mostre qual o caminho a seguir por certo será um grande poder para o administrador público de todo o País a fim de melhor conduzir esses problemas na pandemia.

Eu vou fazer aqui breves destaques em relação a alguns pontos que já foram bem explanados pela Dra. Laís Lopes, mas só para chamar a atenção para algumas questões, para o quanto são caras para o Poder Público.

Por exemplo, se percebe que o projeto de lei em questão propõe a criação de um regime transitório na relação do Poder Público com essas entidades, para essas parcerias. E por que é importante a criação de um regime? Ora, em cenários de crises como esta que nós estamos vivendo, haver um consenso minimamente de quais são os problemas, quais são as possíveis soluções e, principalmente, de que forma nós vamos combater tudo isso é de um grande avanço para o Poder Público. Afinal de contas, nós estamos no campo dos serviços públicos sociais, em que há, em um país com as desigualdades sociais gritantes que nós temos, problemas complexos, que precisam, realmente, de um espírito de união, de consensualidade e de participação social. Isso mais do que nunca foi exigido em nosso País. Então, quando um projeto cria um norte, cria uma segurança para o gestor do que pode ser feito e do que não pode ser feito, cria uma relação em que você vai poder observar qual é o objeto da parceria, vai poder avaliar se é o caso de uma suspensão total, se é o caso de uma suspensão parcial, sempre com vista a ter o nexo de causalidade com o enfrentamento da própria pandemia, sem se esquecer do foco na política pública relevante que se esteja tratando naquela parceria.

Um outro exemplo que eu gosto de dar também é em relação ao que Dra. Laís trouxe da complementação do objeto. O que acontece? Por exemplo, na assistência social, a lógica é que se trabalhe com a proteção social básica e a proteção social especial. Vamos focar aqui, neste meu exemplo, na proteção social básica. Nessa proteção, existe um serviço de convivência e fortalecimento de vínculo. O que é esse serviço? São serviços que, dentre outras questões, tratam de possibilitar que a comunidade tenha melhorias no seu acesso a serviços públicos. Além disso, esse serviço observa onde é que estão acontecendo violações, relações de fragilidades, para que, com isso, possa estar, preventivamente, por mais das vezes, evitando violações das mais diversas às comunidades que tanto precisam nesse momento. Então, com uma parceria com uma entidade dessa, que esteja sendo exitosa, que esteja dando certo em suas metas, em seus indicadores, é possível agora, no cenário da pandemia, você agregar ações, você complementar o objeto com foco no enfrentamento da pandemia, sem, claro, esquecer que o objeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal, neste meu exemplo, é o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo. Com isso, você, vamos dizer, amplia o aspecto dessa parceria, ajuda a combater a questão do Covid, mas sem abrir mão do controle, da transparência em relação ao seu recurso público, numa dinâmica muito mais versátil, que visa a um ponto específico do que nós estamos precisando agora enfrentar.

Outra questão que eu também gosto de trazer – eu acho importante – é se perceber que o projeto também fortalece discussões que dizem respeito ao racismo estrutural e ao racismo institucional, conceitos esses bem delineados no livro do Professor Silvio Almeida. E por que isso? Porque nós sabemos que a pandemia atinge a todos nós, mas temos que reconhecer, pelos números de pesquisas oficiais, que a população negra, por exemplo, é uma das mais atingidas neste cenário de pandemia. Hoje, as pessoas, como eu dei exemplo, que estão em situações de rua, em sua grande maioria, têm cor, são mulheres negras, são homens negros, crianças, que precisam do olhar do Poder Público no combate, inclusive, do racismo institucional. Então, quando um projeto de lei como este, Excelência, é aprovado, você fortalece que haja um combate também por esse viés.

Outra questão que eu também vejo bastante no meu dia a dia, nas análises e discussões desse tema, é a questão, vamos dizer assim, de um excesso, muitas vezes, de burocracia, de uma incoerência em relação à tramitação dos processos, das normativas nessa relação. O que acontece? Quando você tem uma legislação defasada para especificamente tratar de temas tão específicos, como a relação do Poder Público e essas entidades em uma pandemia, o gestor, de um lado, fica receoso. Como ele vai se posicionar? Como poderão ser interpretadas suas ações frente ao controle e ao controle externo? E daí começam a surgir uma enxurrada de normas, de entendimentos que vão variando conforme a equipe de trabalho do Poder Público em exigências para tentar, de alguma forma, se acautelar, usando-se muitas vezes a lógica – como Dra. Laís trouxe – da Lei 8.666, uma lógica que aqui é para empresa ou a lógica de um padrão convênio, que não é o apropriado para essa relação. E aí, por sua vez, as organizações da sociedade civil se veem perdidas, porque uma hora é para cumprir a exigência "a", outra hora já mudou, é a exigência "b". E, com isso, realmente acabam acontecendo devolução de recursos, problemas em relação à prestação de contas e uma série de questões onde todos perdem. E, principalmente, quem mais perde é o usuário da política pública, é o destinatário final dessa política, porque, nessa relação de Poder Público com as organizações da sociedade civil, a gente não pode esquecer os destinatários finais.

Eu já vou aqui encaminhando para o final da minha fala. Quero ressaltar a importância de dados pontuais que são feitos por este projeto de lei, seja em relação à prestação de contas, seja em relação à possibilidade de ações compensatórias, todo um cenário favorável para que a gente faça o bom combate nesta questão da pandemia que, infelizmente, não acabou. Então, eu realmente finalizo a minha fala rogando a V. Exas. que o quanto antes possam encaminhar este projeto de lei para ele de fato ser aprovado, porque eu acho que é um ganho para todos, seja a organização da sociedade civil, seja o Poder Público, seja toda a sociedade em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Termino aqui.

Agradeço mais uma vez e fico à disposição para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Lílian Oliveira, pela sua apresentação fantástica, como a da Dra. Laís também.

E vamos para nosso terceiro convidado: Mauri Cruz, Diretor Executivo da Associação Brasileira de ONGs, das organizações não governamentais.

Com a palavra Mauri Cruz.

O SR. MAURI CRUZ (Para expor.) – Bom dia a todos, a todas e a todes. Gostaria de saudar o Senador Confúcio Moura, Presidente desta Comissão Temporária do Covid, e agradecer o convite para poder participar desta audiência e trazer aqui a opinião e a posição da Abong sobre o tema do PL 4.113 e também o debate aqui à luz da função desta Comissão sobre o tema da Covid.

Quero cumprimentar também a Senadora Zenaide, os Senadores Wellington, Valentim, o Esperidião e o Izalci, saudar minhas colegas Lílian, Suéli, Laís e o meu colega Lucas e também cumprimentar a equipe técnica aí da Comissão e do Senado que estão viabilizando este encontro.

Como dito pelo Senador Confúcio, eu sou Mauri Cruz e falo como representante da Abong (Associação Brasileira de ONGs), uma entidade fundada em 1992 e que reúne cerca de 300 organizações que atuam em todo o Território nacional e praticamente em todas as temáticas que dizem respeito à proteção social.

Nós da Abong participamos da Plataforma Mrosc, que já foi citada pela colega Laís, que é uma articulação de mais de 1,2 mil organizações de todos os matizes, porque nós da sociedade civil, Senadores e Senadoras, somos muito diversos, muito diversas. E as representações nossas sempre trazem essa diversidade, a gente pode ver aqui pelos convidados e convidadas, o que eu acho que enriquece muito o debate.

Aliás, até para a gente ter noção sobre o que estamos falando, o mapa das OSCs elaborado pelo Ipea indica que somos mais de 800 mil organizações em todo o Brasil, que empregamos mais de 3 milhões de profissionais, empregamos diretamente, e que movimentamos em torno de 3% do PIB nacional. Nós somos um segmento de muita relevância, além da relevância social por estarmos na linha de frente das temáticas de maior interesse social da sociedade brasileira, também porque temos esse peso, essa importância na organização do País.

E é muito importante que Senadores e Senadoras saibam que, dessas 800 mil, quase 70% não acessam nenhum recurso público, ou seja, a atuação das OSCs no Brasil é a partir da solidariedade da base da sociedade e, inclusive, de várias empresas que têm um compromisso social, que são socialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsáveis. E talvez por isso, fomos as primeiras a chegar à ponta quando aconteceu a pandemia. Fomos as primeiras a estar na linha de frente, a identificar que, a partir do isolamento social, aquela grande parcela da sociedade brasileira que depende da atividade econômica ativa para poder desenvolver as suas atividades, a sua sobrevivência, a sua subsistência... Nós fomos as primeiras a chegar e a nos darmos conta de que a pandemia ia ser um grave problema social, econômico, além do problema sanitário.

Fomos as primeiras a chegar, e não sei se os senhores e as senhoras recordam, mas o auxílio emergencial no ano passado só começou a chegar à mão das pessoas a partir de agosto, setembro, ou seja, ficamos de março a agosto com pessoas que precisavam trabalhar diariamente, que dependiam de trabalhar diariamente para ter o seu sustento no final do dia, essas pessoas ficaram a mercê da situação crítica. E nós, as organizações, fomos as primeiras a chegar, a buscar, a criar as redes de proteção, e a maioria, como disse já, sem nenhum recurso público.

O que nos interessa aqui, na reflexão da Comissão Temporária em função do PL 4.113, é justamente aquela parcela de 30% das organizações que acessam recursos públicos, como muito bem colocaram a Laís, anteriormente, e a nossa colega de Salvador. Dessas que recebem acessos de recursos públicos, cerca de 10% acessam recursos estaduais, e apenas 5%, federais. A grande maioria das organizações acessa recursos públicos municipais, e, para acessar esses recursos, nós temos, como já foi citado aqui, a Lei 13.019, que estabeleceu procedimentos transparentes, direitos e obrigações e, principalmente, o foco nos resultados.

Como já foi colocado aqui, a pandemia nos lançou num cenário incerto, e, desde março de 2020, quando se iniciou o isolamento, infelizmente os setores públicos, utilizando a pandemia, começaram a suspender, a cancelar repasse, a suspender parcerias, a usar medidas para tentar não repassar recursos para as organizações, justamente no momento em que as nossas organizações estavam mais necessitadas desse suporte, desse apoio, para dar conta da necessidade do atendimento à população.

Graças à nossa capacidade de articulação, de mobilização, ao trabalho da Plataforma Mrosc e à sensibilidade de vários gestores e gestoras, a gente conseguiu suspender essas medidas, conseguimos revertê-las, muitas delas por decisão administrativa, mas algumas por decisão judicial, como a própria Dra. Laís colocou aqui. Em Porto Alegre, a gente precisou acionar o Ministério Público e o Poder Judiciário, para que a Prefeitura voltasse a fazer o repasse para as organizações, para elas darem conta de atender ao dia a dia das comunidades.

Desse ponto de vista, num ambiente que os senhores e as senhoras devem estar acompanhando, em que há uma ação sistemática de suspensão das políticas públicas, de restrição das políticas públicas, muitos gestores e gestoras estão usando o advento da pandemia para incidir nessa redução de recursos, incidir nessa suspensão de serviços. Então, o PL 4.113 vem justamente para suprir essa lacuna, para que a gente não fique, como disse a Dra. Lílian, à mercê do bom senso dos gestores e gestoras, para que, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir da sua interpretação e da sua analogia, estabeleçam se pode ou não pode aquela organização dar conta e seguir com a sua atividade.

E eu acho que foi bem colocado aqui: quando a gente fala em atividades das OSCs, nós estamos falando em população em situação de rua, nós estamos falando em comunidades quilombolas, nós estamos falando de pessoas que trabalham, que necessitam da atenção na saúde, crianças e adolescentes, pessoas idosas, ou seja, nós estamos falando de uma base da sociedade brasileira que precisa da ação das organizações da sociedade civil, que cumprem um papel social de maior relevância. E o PL 4.113 vem dar segurança jurídica para que esses serviços continuem acontecendo, com base em recursos públicos.

Nós sabemos, como foi dito aqui, que, com a pandemia, não parece que nós vamos voltar a uma certa situação básica de normalidade muito rapidamente. Eu não posso perder a oportunidade de dizer aqui nesta Comissão Temporária que discute especificamente a Covid que, infelizmente, a morosidade do Governo Federal tem significado a perda de milhares e milhares de vidas. E eu fico bastante preocupado e bastante incomodado com a forma como se discute o calendário do PNI, do plano nacional de imunização, que está previsto até final de setembro. Com 1.775 mortes diárias, isso significa nós aceitarmos mais de 250 mil mortes que irão acontecer de hoje até o final de setembro.

Esse calendário – em que pese ele ser limitante pelo acesso a vacinas, mas decorre dessa morosidade que eu já coloquei – realmente é muito severo porque ele representa muitas vidas. E para minorar esse sofrimento de quem já foi acometido pela pandemia, de quem já perdeu um ente querido, de pessoas que ficaram com sequelas em relação à pandemia, dessas pessoas que virão a ser infectadas, das quais virão a falecer seus parentes e até pessoas que irão ficar com sequelas, é que é muito importante que as OSCs, as organizações da sociedade civil, tenham condições de trabalhar com tranquilidade e que os recursos públicos destinados ao enfrentamento da pandemia realmente cheguem a essas organizações.

Por isso, é muito importante – eu encerro aqui – que esta Comissão recomende – que converse com o Presidente Rodrigo Pacheco, com as demais lideranças do Congresso – que o PL 4.113 realmente seja encaminhado com emergência para o Plenário para a sua aprovação, porque quem tem fome, quem necessita de atendimento à saúde tem pressa. Nós temos a urgência de que esse PL seja aprovado e que a gente tenha, como já disse, a segurança jurídica para dar conta do trabalho que nós vimos fazendo até agora.

Então, agradeço aqui a oportunidade. Esperamos que esta Comissão possa nos ajudar a fazer com que esse PL realmente vá a Plenário e que a gente possa, num curto prazo, tê-lo aprovado e ter essa segurança jurídica desejada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Mauri.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã mesmo, Mauri, na sessão, na abertura, eu falarei sobre o PL com o Rodrigo Pacheco.

O SR. MAURI CRUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Daqui a pouco também eu vou passar já uma mensagem para ele, já nesse sentido – e amanhã eu faço verbalmente, no microfone do Plenário –, sobre a importância do PL e esse clamor das ONGs pela necessidade urgente da sua aprovação, para colocar na pauta. E vou falar também ao nosso Líder – sou do MDB – Eduardo Braga, para que ele também nos ajude, no Colégio de Líderes, a pautar esse projeto para o mais rapidamente possível.

Pode contar comigo.

O SR. MAURI CRUZ – Obrigado, Senador! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra Lucas Milhomens, Professor e Pesquisador da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), *campus* de Parintins. O Professor Lucas é coordenador da "pesquisa sobre a importância dos movimentos sociais, sobretudo as entidades e organizações indígenas, na construção de redes de articulação, proteção, visibilidade para os povos originários durante a maior crise sanitária do último século, ocasionada pela pandemia da Covid-19", pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

Então, com a palavra, Professor Lucas Milhomens.

O SR. LUCAS MILHOMENS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de desejar bom dia a todas, todos e todes. Gostaria de agradecer muitíssimo o convite do Senador para estar presente neste importante momento de discussão do pior momento dos últimos, pelos menos, cem anos do Brasil. Então, gostaria muito de agradecer a possibilidade de expressar um pouco a minha opinião a partir das discussões que eu desenvolvo aqui no Amazonas, que é o meu recorte de atuação.

Eu tenho uma breve apresentação. Gostaria de saber se é possível mostrá-la, Senador. É só compartilhar a tela normalmente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Professor, você pode compartilhar. Aí embaixo tem, na parte inferior da tela, "compartilhar tela", está em verde. Pode clicar ali que estará liberado para o senhor fazer a apresentação dos seus eslaides.

O seu áudio também está um pouco abafado. Veja se consegue melhorar a distância do microfone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou pedir à equipe lá do Senado para ajudá-lo a compartilhar a tela; se for o caso, fazer uma ligação telefônica para ajudar.

O senhor está conseguindo, Professor?

O SR. LUCAS MILHOMENS – Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** O compartilhamento da tela o senhor não conseguiu ainda, não é?

O SR. LUCAS MILHOMENS – Eu estou tentando aqui... Bom, eu vou falar sem a apresentação mesmo. Eu tenho acesso às imagens, eu tenho aquela...

Primeiro, eu gostaria de...

Vocês me escutam, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Se conseguir melhorar o áudio, a sua locução ficaria melhor para quem está te ouvindo, porque é muito importante o que o senhor vai falar.

O SR. LUCAS MILHOMENS – Vocês não estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Estamos escutando, mas está um pouco abafado. Se o senhor conseguisse, porque a importância do seu tema é impressionante, e a gente quer...

O SR. LUCAS MILHOMENS – Então, ele está ligado normal aqui para mim. Eu não sei qual é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Então, pode tocar como está. Vamos em frente, vamos em frente.

O SR. LUCAS MILHOMENS – Vamos lá. Eu vou falar um pouco mais alto para ver se...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Está bem, fique à vontade. Fique à vontade, Professor.

O SR. LUCAS MILHOMENS – Então, primeiro eu gostaria muito de me solidarizar com as quase 500 mil pessoas que faleceram oficialmente até hoje, em decorrência da Covid-19 no nosso País. É muito importante a gente lembrar disso. Às vezes, infelizmente, existe um movimento de naturalização da morte, e não é possível naturalizar a morte das pessoas – 500 mil famílias, 500 mil vidas, ou quase isso. Vamos chegar, infelizmente, a esse número brevemente. Então, eu gostaria muito de, antes de qualquer coisa, me solidarizar com todas as pessoas, essas famílias, esses pais, essas mães, esses tios, que se foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não estão mais entre nós. É o maior genocídio, é a maior tragédia desde os anos da indigna escravidão no nosso País. Eu acho que isso tem que ficar muito claro para a gente. Não é normalidade. Nós não vivemos na normalidade, e é importante lembrar isso, lembrar o óbvio, inclusive. Nós vivemos uma tragédia, e essa tragédia poderia ter sido evitada em grande escala, se algumas medidas tivessem sido tomadas ainda no ano passado. Vou até dizer que, em algum momento – e talvez não seja neste momento agora –, essa tragédia histórica será registrada. As autoridades, as pessoas comuns, os grupos, as empresas que foram condescendentes com essa tragédia ficarão para a história registradas como cúmplices de um grande crime que foi cometido em nosso País.

Falando sobre o meu recorte de pesquisa, na verdade, a minha atuação – eu acredito que por isso eu tenha sido convidado a participar deste importante debate – é o recorte da sociedade civil no Amazonas, principalmente a questão indígena, em que eu tenho atuado com mais profundidade.

Primeiro, eu gostaria de dizer que a pandemia, especificamente no Amazonas e em Manaus... Foi considerado – e isso foi dito em algumas vezes por especialistas da área de saúde, sobretudo infectologistas – que Manaus e Amazonas foram meio que como um laboratório da Covid-19 para muitas atividades, muitos experimentos que não deram certo, e as provas, os números não me deixam mentir. Primeiro, as denúncias de corrupção sobre a gestão dos recursos durante a pandemia; o incentivo à utilização do tratamento precoce sem comprovação científica pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado; o desrespeito às medidas de isolamento social, com um negacionismo científico que, infelizmente, impera não somente no Amazonas, mas no Brasil inteiro.

Nós tivemos, até o presente momento, conforme dados de hoje, que não foram atualizados ainda – a atualização é à noite –, 391 mil infectados e 13.140 vidas perdidas só no Estado do Amazonas, lembrando que o nosso Estado é um Estado que tem menos de 4 milhões de pessoas, é um Estado com baixa densidade populacional.

Na Universidade Federal do Amazonas, que é onde eu atuo, os números são impressionantes. Nós tivemos 53 professores que faleceram em decorrência da Covid-19; 56 servidores, técnicos em educação e outros servidores; 29 alunos e duas pessoas de outras categorias, totalizando 127 vidas perdidas só na instituição em que eu trabalho. É quase uma empresa toda, dependendo do porte da empresa. Então, os números são assustadores.

A sociedade civil no Amazonas. Bom, eu acho que, com muito mais propriedade que eu, outros colegas que estão aqui podem falar sobre a importância da sociedade civil, dos movimentos sociais, das organizações e grupos que atuam em vários segmentos da educação e da saúde justamente para a defesa não só dos direitos, mas para assegurar questões básicas e elementares, como saúde e educação, por exemplo. Então, se não fosse a sociedade civil, com certeza, esse número seria ainda maior. Como eu destaquei, os movimentos sociais, os sindicatos, as entidades e organizações, grupos e indivíduos de todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as áreas, principalmente da saúde e da educação, estão atuando para minimizar os efeitos e os estragos que essa pandemia vem causando para todos nós.

E aí eu cito, nominalmente, alguns importantes movimentos que surgiram aqui na região – não foi só no Amazonas, mas em toda a Amazônia –, atuando justamente para minimizar esses problemas a partir da pandemia da Covid-19: a Frente Cabana em Defesa da Vida, o Fórum em Defesa dos Serviços Públicos do Amazonas, a Frente Amazônica de Mobilização, a Frente Amazônica de Mobilização em Defesa de Direitos Indígenas, o Movimento de Organizações Indígenas e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), que muito provavelmente o companheiro da Abong conheça muito bem. É da mobilização local que eu falo, nós temos preocupação com a vida.

A primeira coisa: esses movimentos, essas organizações, esses grupos atuam, muitos deles atuaram, com prioridade... A primeira coisa: a preocupação com a vida das pessoas, para as pessoas não morrerem – nós não queremos que as pessoas morram. Então, como é que a gente pode agir para que isso não aconteça?

Não é um exemplo específico do Amazonas, mas no Amazonas está acontecendo com muita intensidade, nós fizemos várias mobilizações a partir do que nós podíamos, que é da internet – é o jeito que nós temos neste momento, é a ferramenta para essa atividade. Então, fizemos várias *lives*, esse conjunto de ações políticas, de protagonistas políticos que foram lá, analisando vários aspectos da pandemia, desde a saúde, a contaminação, a parte da educação, a parte da economia, que foi afetada diretamente por conta da pandemia. Se a pandemia tivesse sido enfrentada na sua totalidade, com certeza, isso não teria acontecido.

E acrescento a campanha de arrecadação de alimentos, que foi muito importante, porque existe um grande número de pessoas que necessitam de segurança alimentar. Isso foi fundamental neste mais de um ano de pandemia que temos. Então, arrecadação de alimentos, equipamentos da área de saúde, campanhas e protestos virtuais foram algumas das ações feitas por vários desses grupos políticos e desses grupos sociais que atuam na Região Amazônica e no Amazonas em especial.

Eu quero destacar, para caminhar para o final da minha fala, Sr. Presidente, que também não é tão grande assim, a mobilização indígena que foi feita nesse último ano e, sobretudo, nos últimos meses. E eu quero deixar registrado que não estou falando em nome dos indígenas, não é essa a minha intenção. Sou um pesquisador que está no seu lugar de fala como professor que se interessa pela temática e, por fim, que se preocupa com a temática e gostaria de expor essa temática.

Na apresentação, como eu falei, a gente fica muito visualizado. Então, existe a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, que é Coiab, como eu citei, que faz periodicamente um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantamento de dados dos atingidos indígenas na Amazônia sobre a pandemia. E aí nós temos alguns números que eu gostaria de citar para vocês, que são os seguintes.

O primeiro é: nós temos até... É importante destacar que esse último boletim foi registrado no dia 31 de maio; então, ele não está atualizado nesse mês de junho. Nós temos aí uma diferença nos dados. Mas os dados que eu tenho são os seguintes. Até o presente momento nós tivemos, entre os povos indígenas da Amazônia, não estou falando do restante do Brasil, os seguintes dados: 668 casos suspeitos; 38.848 casos confirmados.

Lembrando, gente, que nós temos, segundo os dados do último censo, aproximadamente... Nós sabemos que o último censo tem mais de dez anos; então, naquele momento, nós tínhamos quase 900 mil indígenas no Brasil; muito provavelmente, temos mais de 1 milhão de indígenas hoje. Então, é um número grande se comparado com essa população, com a diversidade dessa população e com o quantitativo. Nós tivemos até o presente momento, 946 falecimentos, mortes, entre os povos indígenas, e 152 povos atingidos na Amazônia brasileira. Para vocês terem uma ideia, dos falecimentos que aconteceram, de mortes só no Amazonas, nós tivemos 318, como eu já mencionei, até o presente momento, em maio.

A pandemia atingiu a todos e todas. Isso é um fato concreto. Agora, existe um recorte étnico e social relacionado à pandemia, porque está muito claro que alguns segmentos foram mais atingidos. Quais são esses segmentos? Sobretudo, as pessoas que têm uma insegurança de trabalho, ou seja, os desempregados, uma massa de população de milhões de pessoas no Brasil, desempregados que infelizmente não estão conseguindo se inserir no mercado de trabalho. Nós temos aí os trabalhadores informais, uma massa gigantesca de pessoas que também precisam estar na rua, mesmo com todas as medidas necessárias que devem ser tomadas de isolamento social. Infelizmente, elas não podem sobreviver, precisam estar na rua para ter o alimento, ter alguma fonte de recurso, o que poderia ter sido minimizado se o Governo Federal e os governos estaduais articulassem um recurso que fosse digno para a sobrevivência dessas pessoas, desses trabalhadores e trabalhadoras e, sobretudo, dos povos indígenas, os mais atingidos a partir dos dados que eu falei nesse recorte da Amazônia, nesse recorte do Amazonas.

Eu gostaria aqui de finalizar a minha fala dizendo que a pandemia ainda não acabou. Pelo contrário, a gente tem uma perspectiva de vacinas. Aliás, fico feliz, porque ontem nós tivemos um número grande de vacinados no Estado do Amazonas, mas, infelizmente, essa não é a realidade na maioria do País.

Nós temos a perspectiva de fabricação de mais vacinas, como o Senador mencionou anteriormente, mas, concretamente, pessoas sendo vacinadas, esse número ainda é baixíssimo. Para que a gente diminua os casos e tenha a possibilidade de volta a uma certa normalidade, a gente tem que vacinar, pelo menos, mais de um milhão de pessoas. Na verdade, muito mais do que isso, pelo menos uns dois ou três milhões de pessoas todos os dias, para que esse número vá começando a mudar. A realidade concreta dos países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão vacinando maciçamente a sua população mostra que, na realidade, a única saída para essa pandemia é vacina, vacina e vacina.

É isso, gente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professor Lucas pela sua apresentação.

Vamos para a última convidada desta audiência pública: Suéli Feio, cofundadora do grupo G10 Favelas, representando aqui Gilson Rodrigues, Presidente da União dos Moradores de Paraisópolis, em São Paulo, a maior favela do País.

Então, eu passo à palavra para a Suéli. (*Pausa.*)

Suéli?

A SRA. SUÉLI FEIO – Bom dia, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

A SRA. SUÉLI FEIO (Para expor.) – Bom dia, Senadores! Bom dia à Dra. Lílian, à Senadora Zenaide, a todos!

Quero agradecer, Presidente, por esse convite. O Gilson, infelizmente, que era o convidado, não pôde estar aqui, amanheceu hoje com uma indisposição. Eu vou aqui me esforçar para contar um pouquinho de como a gente está enfrentando esse momento tão difícil em nossa comunidade, nas comunidades do Brasil.

Eu também sou cofundadora do Costurando Sonhos Brasil, que é uma das doze iniciativas que criamos no ano passado para o combate à Covid-19.

Vou começar aqui...

O áudio está bom? Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Excelente, está muito bem.

A SRA. SUÉLI FEIO – Obrigada.

No ano passado, ali em março, quando começou essa discussão do Covid, quando a pandemia começou a avançar, o nosso líder, o Gilson, um grande líder, reuniu uma coordenação, de que eu também faço parte, e, conhecendo a realidade das favelas, conhecendo a nossa realidade aqui em Paraisópolis e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecendo a realidade de muitas favelas do Brasil, nós percebemos que seria muito difícil e que infelizmente a gente não iria poder ir para casa e trabalhar a partir de casa, que não seria possível a gente não assumir o nosso compromisso com as pessoas que mais necessitavam.

Então, a partir desse diagnóstico, nós resolvemos criar doze ações, começando pelo presidente de rua, um presidente que realmente cuidasse das pessoas, um presidente que tivesse empatia. Então, esse presidente de rua iria cuidar de 50 famílias na sua rua; ele é o responsável por identificar quem estava com mais necessidade, quem estava com os sintomas do Covid.

Vimos que Paraisópolis – é a realidade de muitas comunidades – é a área de serviço. Então, aqui estão as empregadas domésticas, aqui estão os pedreiros, aqui estão as pessoas que trabalham no comércio, e essas pessoas foram as primeiras a serem desempregadas. Então, a gente viu que a fome ia aumentar na comunidade e resolvemos distribuir cestas básicas. Resolvemos isso com o projeto Mãos de Maria – é um grupo de mulheres na comunidade que toca esse projeto. Então, vimos que elas iam ser as responsáveis por fazer as marmitas e doar para as pessoas.

Criamos também o *Home Office* das Costureiras das Favelas do Brasil, que são as costureiras que iam produzir máscara para proteger a nossa comunidade. A gente sabe que as pessoas mal têm dinheiro para comprar comida. Como iam poder comprar álcool em gel e comprar máscaras? Então, reunimos as costureiras, pedimos apoio e começamos a produzir máscaras e a distribuir gratuitamente para nossa comunidade.

O Samu, Srs. Senadores, não vem na comunidade. Então, o que fizemos? Criamos a nossa própria alternativa: com a ajuda de parceiros, alugamos duas ambulâncias, inclusive uma delas com UTI. Então, foi possível salvar muitas vidas através das ambulâncias, através do socorro imediato. E, às vezes, só aquela sensação de ter ali o médico naquela casa já tranquilizava a família. Foi muito importante nesse período a gente ter ambulância aqui nossa comunidade.

Vou olhar aqui na minha colinha porque são muitas iniciativas!

Criamos também socorristas. Então, a gente treinou inúmeros socorristas, todos voluntários. Treinamos... (*Falha no áudio.*) ... para a situação mais difícil nas vielas, nos becos, esses socorristas iam chegar para o socorro.

Criamos também o Adote uma Diarista. O Adote uma Diarista foi um programa importante aqui para as diaristas. Então, a gente abriu um cadastro e, imediatamente, centenas de diaristas se inscreveram; assim a gente pôde, durante três meses, enquanto não chegava o auxílio emergencial, dar cesta básica e uma ajuda de custo de R$300 para essas diaristas. É ação importante também, porque muitas dessas mulheres, chefes de família, tinham que dar comida para seus filhos, filhos que estavam dentro de casa porque as escolas não podiam receber essas crianças, e a gente sabe que muitas delas vão para escola e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

aquela refeição é a única refeição que elas têm. Então, foi uma ação muito importante que fizemos nesse período.

Criamos também o fortalecimento do comércio. Aos doadores que doavam as cestas básicas, a gente pedia que comprassem do comércio, para gerar renda no comércio, para que o comércio não demitisse seus funcionários.

Criamos também, fizemos uma atuação jurídica. Aqui, Senador, em Paraisópolis, às 8h da noite, não tem água nas torneiras. As pessoas chegam e não têm como tomar banho. Então, como fazer uma campanha para as pessoas lavarem as mãos se não há água nas casas? Então, tivemos de entrar com uma ação jurídica, aqui, contra a Sabesp, para que as pessoas tivessem água em suas casas.

Criamos o teleatendimento. As pessoas, quando estavam ali precisando, tinham o número que elas ligavam e ali tinha o acolhimento, tinha alguém que podia ouvir e orientá-las. Criamos também a Casa de Acolhimento, numa escola aqui em Paraisópolis, porque é muito difícil fazer o isolamento social: casas pequenas e com muitas pessoas. Então, aquelas pessoas que eram diagnosticadas com Covid, a gente levava para a Casa de Atendimento, e ali elas podiam, com tranquilidade, serem cuidadas e proteger também a sua família – além de serem cuidadas, não contaminavam, não infectavam os moradores de suas casas.

Então, a gente criou, claro, todas essas ações por falta do Poder Público na comunidade, e com a ajuda de muitos voluntários: 90% de nossas doações são de pessoas físicas. Claro, algumas empresas nos apoiaram bastante, mas contamos com a sensibilidade e com o apoio e a solidariedade de muitas pessoas para enfrentar o momento tão difícil que nós estamos passando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mas, Suéli, que show de bola, viu? Show de bola! Maravilhoso! Valeu a pena esta audiência!

Esta audiência de hoje foi uma iniciativa minha, um requerimento meu que os colegas Senadores aprovaram. E para mim não poderia ser melhor do que está acontecendo aqui hoje. Houve várias tipificações, desde os especialistas em Direito, citados aqui e que já falaram, como a Laís e a Lilian; o Mauri, com sua experiência; o Lucas Milhomens; e agora fechando, numa praticidade do chamado mão na massa mesmo, a Suéli Feio e o Gilson Rodrigues da favela de Paraisópolis, em São Paulo. É grandioso tudo isso! Isso é grandioso! Maravilhoso! E por isso eu falei, depois que a Suéli terminou, que foi um show de bola – e foi mesmo e é.

Muito bem, esta audiência pública está debatendo... Eu estou falando agora para os telespectadores. A audiência pública está debatendo a situação das organizações da sociedade civil durante a pandemia, o PL 4.113, de 2020, debatendo a situação das comunidades menos favorecidas e os resultados das mobilizações sociais para enfrentamento da pandemia. O requerimento foi nosso e aprovado por todos esses queridos colegas Senadores. E, com isso, nós vamos iniciar agora os debates. Eu espero que vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurem a barra aí, tomando água, beliscando alguma coisa, porque é agora que nós vamos ouvir nossos Senadores e Senadoras.

Aqui inscritos temos o Senador Wellington Fagundes, que já distribuiu algumas perguntas; o Senador Styvenson Valentim, que é o nosso Vice-Presidente; e a Senadora Zenaide Maia.

Aí vão entrando outros Senadores para fazer seus questionamentos.

Muito bem. Com a palavra o Senador Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes é lá do Estado do Mato Grosso. De vez em quando ele some, desaparece lá naquelas florestas todas. (*Risos.*) No meio da soja, não é?

Ele é de Rondonópolis?

Mas ele não para, não. O Wellington não sossega.

Wellington? (*Pausa.*)

Então, já, já ele volta. Já ele aparece.

Vamos passar a palavra para o Senador Styvenson Valentim.

Vamos lá, mestre Styvenson!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Bom dia a todos os participantes.

É muito genial e gratificante participar desta Comissão com um tema como o de hoje. Eu acredito que esse setor é importantíssimo, tanto é que invisto 10% das minhas emendas individuais para organizações não governamentais tomarem conta de crianças e de idosos aqui no meu Estado, o Rio Grande do Norte. Então, pelo menos 10% das minhas emendas individuais seguem para os cuidados de idosos, crianças, animais, tudo isso.

Eu tenho uma pergunta para o Sr. Mauri Cruz. Todos foram muito bem na sua fala. Eu já entendi sobre o processo... (*Falha no áudio.*)

Eu espero que estejam satisfeitos para que nós possamos votar futuramente com mais tranquilidade.

Sr. Mauri Cruz... Para os outros também pode se estender a primeira pergunta; a ele, especificamente, e aos demais. A gente está vivendo ultimamente, Professor Confúcio, momentos ruins, tempos estranhos para as ONGs. Elas estão totalmente criminalizadas. Como conseguiram pegar as ONGs e torná-las uma coisa ruim?! Não sei qual é o motivo, e esse motivo eu queria entender de cada um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que apresentou aqui, principalmente da Suéli, que falou por último: por que existe hoje, em um momento em que a gente precisa tanto dessas ONGs, essa demonização, essa caça às ONGs, achando que elas estão ali de um lado A ou de um lado B, contra um governo A ou a favor de um governo B? A primeira pergunta seria essa, de forma bem genérica. É uma forma de compreensão, já que eu percebo isso.

E a segunda trata sobre transparência. Eu sou doador para instituições carentes – agora, como Senador, eu faço isso através de recurso público –, mas eu vejo que, quanto maior a transparência, Senador Confúcio, outros Senadores também e todos que palestraram aqui; quanto maior a transparência, maior é a credibilidade dessa ONG, e é maior a possibilidade de você manter aquela pessoa tendo esse financiamento para fazer o trabalho de todos os senhores.

Eu li uma pesquisa do ano passado – ela foi feita pela Datafolha em conjunto com a Ambev; elas divulgaram os números –, e esses números apuraram, segundo o Monitor das Doações da Associação Brasileira de Captadores de Recursos, que as ONGs captaram cerca de R$6,4 bilhões, recursos esses que foram repassados em produtos alimentícios, em materiais para o combate ao Covid, de higiene, tudo isso. Então, essa arrecadação – quem trouxe isso foram Datafolha e Ambev através do monitoramento, como já falei, da Associação Brasileira de Captadores de Recursos – foi no valor de R$6,4 bilhões, que foram distribuídos durante o ano passado. E a gente percebeu que começaram a minguar esses recursos. Então, a minha pergunta é sobre esse dado que eu vi – aí, serve para o Professor da Abong, Mauri Cruz.

Esses dados que citei aqui dessa pesquisa demonstram a elevação na quantidade de doadores e voluntários. Isso corresponde à realidade dentro da percepção dele. Então, isso é real. Esse valor foi repassado, chegou até e foi distribuído para as pessoas – já que eu falei de transparência?

Esse aumento da demanda pelos serviços oferecidos nas organizações sociais em razão da pandemia do Covid foi de quanto? Aumentou em quanto? Dá para explicar para gente o aumento que houve? Claro que houve um aumento, mas de quantos por cento? Se isso foi acompanhado?

Como avaliam as parcerias? Aí é mais entre o público, já que o nosso PL 4.113 deixa distante o Governo Federal e aproxima mais os Municípios das instituições e das ONGs. Isso eu sei porque o dinheiro, o recurso é destinado para a Prefeitura; Prefeitura, Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Assistência Social, depois de um longo e burocrático trâmite, chega até as instituições, principalmente quando for de idoso, que estão precisando muito durante essa pandemia. Então, como ele avalia essa relação entre o público e privado? Essa parceria?

Uma outra pergunta é: já que sabe que as doações caíram significativamente esse ano já, quais são as estratégias? Qual é o meio que eles estão usando para garantir o funcionamento dessas organizações e fornecer ainda o que precisa para todas essas pessoas, o que eles já ofereciam? E quais são as dificuldades específicas enfrentada pelas organizações constituídas e pelas comunidades tradicionais, principalmente dentro dessa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí isso volta para a minha primeira pergunta, Professor Confúcio: essa dificuldade hoje do declínio da participação do setor privado, de as pessoas estarem participando mais em doações do Poder Público... Então, volta para aquela primeira pergunta a última que eu quero fazer: como é que eles enxergam? Eles enxergam que esse tipo de publicidade ou de má fama ou de criação de algo ruim das ONGs, que a gente está passando nesses momentos, dificulta também esse trabalho, até de arrecadação?

Então, eram essas perguntas que eu tinha.

Muito obrigado, viu, Professor?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Styvenson.

Nós vamos fazer o seguinte: você segura aí as perguntas do Senador Styvenson, espere um pouco, porque eu vou passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia. Aí vocês vão anotando, por favor, as perguntas para não se perderem.

Então, Senadora Zenaide com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia, Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Quero cumprimentar, já agradecendo a presença de Mauri Cruz, de Lílian Oliveira de Azevedo Almeida, de Laís de Figueirêdo Lopes, e, nas pessoas deles, cumprimentar todas vocês.

Eu começaria dizendo o seguinte: quando vocês apresentaram esse PL 4.113 e mostraram que 80% das organizações da sociedade civil não recebem recursos públicos e que, desses 20% que recebem, a maioria é do Município e do Estado, e o Governo Federal... Aí é que eu considero esse projeto de lei importante, porque se precisa do bom senso dos gestores. Você imagine esse gestor máximo da gente: como vão fazer este Presidente da República ter bom senso? Os recursos do SUAS a gente sabe que foram retirados da saúde e tudo. Deixando claro o seguinte: como falou meu colega Valentim, esse movimento que existe neste País não só é em relação as ONGs. A gente já conhece o desmerecer das instituições que é para poder justificar não passar os recursos, quando a gente sabe que a maioria dessas ONGs está no Brasil porque o Estado brasileiro falhou, a ausência do Estado faz com que a sociedade civil tenha um olhar de empatia pela sociedade, pelos que que recebem menos deste País. Aí, surgem os rumores para não repassar. Eu também digo aqui que – o meu colega Styvenson, a gente vê – eu costumo colocar emendas para essas instituições, tipo a Apae, todas essas assim, e para a grande maioria a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pode botar diretamente, tem que ir pela secretaria de assistência social do Município. E isso, muitas vezes, demora.

Mas, mais do que nunca, vão ter o meu apoio – viu, Confúcio, como o senhor falou aí – para o 4.113. É hora de deixar as pessoas vivas até que possam ser vacinadas. Pelo menos isso. E eu queria falar isso aqui porque esta Comissão vem fazendo um trabalho maravilhoso. Por exemplo, a gente vive aqui cobrando do Governo porque é que a gente fez o orçamento de guerra, que liberou em março do ano passado, se eu não me engano, 19, 1,2 trilhão. O Banco Central liberou os bancos, teoricamente, a incentivarem as micro e pequenas empresas, que são responsáveis por mais de 70% do emprego formal neste País. E o que a gente viu? O próprio Governo, Presidente Confúcio, estava prestando conta e disse que foram emprestados 100 bilhões, mas a gente liberou 1,2 trilhão – entendeu? Onde é que está esse recurso? Como foi falado por um dos expositores: a dificuldade por perder o emprego. Então, gente, eu queria dizer que podem contar comigo. Porque a gente sabe que essa miséria a pandemia escancarou, mas, em dezembro de 2019, a gente já tinha 13,5 milhões na extrema pobreza.

Então, a situação do País... A gente tem que agradecer a essas organizações. Claro, nada contra, transparência, dinheiro é público, é coisa de que tem que prestar conta, mesmo o privado, mas a gente não pode partir do princípio de que não vai ajudar essas instituições porque alguém diz que elas estão fraudando.

Então, contem com o apoio da Senadora. Digo o seguinte, a sociedade civil está se organizando porque a ausência do Estado é real: a falta de respeito pelas pessoas, os órfãos que ficaram aí dessa pandemia; a falta de respeito à ciência; a falta de respeito à compra de vacina antecipada; e a falta de respeito a todas as formas de vida a gente está presenciando, gente. Não é só à vida humana, é à nossa natureza também, que está sendo agredida e esmagada.

Obrigada, eu não vou nem perguntar. Eu ouvi tudo aí, quero aqui parabenizar pelo trabalho e dizer que é de uma importância fundamental, Confúcio. Mais uma vez, parabéns. E contem comigo para a gente lutar para aprovar o 4.113.

Quem tem fome tem pressa, gente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide, pelos seus comentários e seu apoio às organizações do terceiro setor.

O Senador Wellington deixou as perguntas aqui – ele fez um preâmbulo maior, mas eu vou direto às perguntas dele. Eu vou deixar para que todos vocês respondam um pouquinho as perguntas do nosso Relator, o Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta dele: vocês têm alguma observação a fazer a respeito do conteúdo e do mérito do Projeto 4.113 a mais do que o que está lá? Ou ele está bom? A gente pode tocar, já votar? Vocês aceitam ou têm alguma observação a mais? É uma pergunta dele, do Senador Wellington Fagundes.

A segunda pergunta. Sabemos que a maioria das organizações da sociedade civil não celebra parceria com os governos, elas agem por conta própria, catalisando essas forças preciosas que são as doações e o trabalho voluntário. Então, como podemos estimular e apoiar parcela das organizações da sociedade civil que não recebe financiamento público, mas que realiza um trabalho tão importante em nossa sociedade? Ele está perguntando como é que vocês recomendam como a gente pode agir, como Senadores, como Deputados, para, de fato, fortalecer cada vez mais a atuação das ONGs.

Essas são as perguntas.

Depois de os senhores responderem a essas perguntas... E respondam como vocês quiserem responder, na mesma ordem aqui. O tempo vai variar, eu vou controlando aqui, vou avisando a vocês. Depois, eu vou fazer umas perguntinhas minhas, depois dessa sequência de três. E também há muita gente que está antenada nesta audiência, internautas, que têm perguntas para vocês também, mas são perguntas diretas, pingue-pongue, a gente vai ser bem objetivo.

Vamos começar na ordem da fala.

Eu queria passar a palavra primeiro para a Dra. Laís de Figueirêdo Lopes, para responder as perguntas que ela desejar.

Laís, com a palavra.

A SRA. LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Confúcio. Agradeço também a fala do Senador Styvenson, da Senadora Zenaide, do Senador Wellington, que nos permite aprofundar um pouco mais o debate neste momento da audiência.

Eu vou começar de trás para frente, pelas mais objetivas aqui no final.

Especificamente sobre a questão do PL 4.113, em relação a estar de acordo completamente com o ordenamento jurídico, na nossa opinião, ele está pronto para ser votado. Seria melhor se houvesse um mero ajuste de redação para atualizar a questão do Decreto Legislativo nº 6. A gente sabe que esse decreto teve a sua vigência encerrada e a gente tem alguns debates sobre isso. Então, se a gente pudesse fazer um mero ajuste de redação apenas para atualizar a referência sobre o momento de término, de duração da pandemia, acho que ficaria mais adequado para a finalidade da segurança jurídica que se pretende entre as organizações e para os gestores públicos. No mais, a gente o reputa completamente adequado e pronto para ser votado em Plenário para apreciação dos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Laís, só um apartezinho. Você pode mandar essa alteração de redação tanto para mim quanto para a Senadora Zenaide e para o Senador Styvenson, porque nós estamos aqui. Os demais Senadores não quiseram fazer perguntas, mas você pode nos mandar para já fazermos juntos essa observação. Não podemos fazer no mérito, porque, senão, ele retorna à Câmara e demora muito. Então, a alteração redacional dá para fazer.

Pode continuar.

A SRA. LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES – Perfeito. Obrigada, Senador. Esta tarde mesmo, a gente faz chegar à mão do senhor esse ajuste de redação.

Acho que, quando o Senador Wellington pergunta como apoiar, pensando que apenas poucas organizações acessam o recurso público... Então, apesar de esse tema ser muito caro para a Plataforma Mrosc, é um tema que a gente entende que impacta muito a vida das organizações, porque ele pode gerar glosa de despesas indevidas, ele pode gerar insegurança, inclusive, para o gestor... Então, o que se espera é melhorar essa ambiência de parcerias. Por outro lado, as organizações também precisam mobilizar recursos de outras fontes, e uma das fontes, além das empresas, são as pessoas físicas. Todos os incentivos fiscais nas áreas de criança e adolescente, de idoso, de cultura, enfim, de saúde, de câncer, de deficiência, de esportes, que são as áreas existentes que podem ser acessadas pelas organizações, a gente tem tanto para a pessoa jurídica quanto para a pessoa física, mas há um incentivo fiscal específico que é só para pessoa jurídica a possibilidade de dedução fiscal. Se a gente pudesse também abri-lo para a pessoa física... Ele está fechado desde 1995. Pela mudança da 13.019, de 2014, ele foi agora aberto a todas as organizações, sem necessidade de certificação prévia. Então, isso foi uma desburocratização, mas ele não existe para pessoa física. Então, essa também é mais uma forma, mais um mecanismo de incentivo e de estímulo, entre outras propostas sobre as quais a gente pode também dialogar. Eu trago essa aqui como uma delas.

Eu não vou responder a todas as perguntas, para deixar os meus colegas também mencionarem, mas eu queria só fazer um diálogo sobre a questão das doações, porque também eu citei esse dado. A atualização do dado, hoje, no *site*, é de mais de 7 bilhões de recursos mobilizados, doados às organizações, em função da Covid, pelo monitor de doações da ABCR. E, de fato, Senador Styvenson, a gente teve esse momento de uma grande mobilização, depois um certo arrefecimento e aí uma necessidade de uma nova onda de mobilização para a captação de recursos. A gente teve a segunda onda da Covid, já está entrando na terceira e a gente teve essas ondas também em termos de mobilização de recursos. Isso porque, de alguma forma, quem doou inicialmente achava que as coisas estavam resolvidas, mas não estão. Continua sendo muito necessário – a Suéli está aqui para comprovar isso, o Lucas também, contando a experiência na Amazônia, o Mauri... Então, é necessário a gente continuar essa mobilização e, inclusive, ter uma cultura de doações no País para além da pandemia. A pandemia só torna tudo mais emergente, a pandemia torna tudo mais urgente, mas é necessário a gente entender o papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses atores da sociedade civil que se disponibilizam a se organizar, enquanto cidadania brasileira, para atuar em temas que são tão caros para o nosso Pais, em todas as áreas de atuação, como aqui foi citado, na assistência, na saúde, na educação, mas também na cultura, na defesa do meio ambiente e em muitas outras áreas, inclusive de desenvolvimento de tecnologias. Então, a gente precisa realmente olhar para esse tema do campo da sociedade civil organizada com cada vez mais estratégias de estímulo, para que a gente possa, de fato, alcançar um melhor patamar da cidadania brasileira.

Eu vou passar a palavra para os meus colegas e, depois, na segunda rodada, posso complementar com alguma outra coisa adicional.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra a Dra. Lílian Oliveira, lá de Salvador, nossa Procuradora querida. Com a palavra.

A SRA. LÍLIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA – Estão conseguindo me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem. Está muito bom.

A SRA. LÍLIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA (Para expor.) – Pronto.

Obrigada, Senador.

Vamos lá.

Tentando contribuir, eu ia trazer essa questão do decreto, dessa alteração de redação que Laís já trouxe, mas eu queria pontuar algumas questões.

Primeiro, um dos problemas centrais que, como Poder Público, nessa lida, eu observo é a questão de uma visão ainda das parcerias no ambiente dos convênios. E isso realmente é um complicador, porque acaba reforçando o que já foi dito aqui sobre o excesso de burocracia, sobre exigências às organizações da sociedade civil que não têm nenhuma coerência com o ordenamento jurídico.

E eu queria chamar atenção de V. Exas., por exemplo, para a atual Lei 14.133, de 2021, a nova Lei de Licitação. Diferente do que faz a Lei 13.019, que é a lei que trata dessas parcerias e que tinha já deixado cristalizado que a relação do Poder Público com essas entidades é diferente da relação no que diz respeito ao Poder Público com empresas, por exemplo, agora, com essa nova Lei de Licitação, em um dos seus artigos, se remete novamente à possibilidade de você utilizar a Lei de Licitação, ainda que de forma subsidiária, ainda que, caso haja uma legislação especializada, não seja... Novamente há um risco de que se comece a trazer novamente a ideia do padrão convênio para essas parcerias, quando, na verdade, não se trata de uma relação convenial, é uma relação em que há uma consensualidade, é uma relação em que essas organizações da sociedade civil – eu gosto de sempre pautar isto – são protagonistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje aqui, ouvindo um pouco de Suéli – e aí me permita aqui a informalidade, Suéli –, quando eu ouço pessoas como você e todos aqui, em especial eu vou dirigir minha palavra a você, eu entendo por que eu estou onde estou. Você me dá um propósito! Você me faz ir além das questões jurídicas, você me traz um Direito vivo, que é o Direito que eu acredito. Existe um porquê para a gente estar aqui, não é à toa!

Eu acho que uma das soluções, Senador Confúcio, é a gente começar a tratar essa relação com a seriedade de que ela necessita. Nós estamos falando de vidas humanas, nós estamos falando de um ambiente sustentável. E a questão da pandemia do Covid-19 veio nos mostrar que nós precisamos de todos, que todos são necessários. Então, leis como o Mrosc, como ficou conhecido... Mais do que nunca, a gente precisa de todo o apoio do Congresso, dos Senadores para que se mude a chave e se tire essa cultura de achar que essas organizações são uma mera complementação do Poder Público, que é uma questão de caridade. Não, não é, gente! A própria Constituição coloca essas organizações como representantes da sociedade civil, como protagonistas de políticas públicas sérias e importantes.

Na minha fala, eu queria reforçar isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, doutora. Muito obrigado.

Acho que o Mauri foi o mais demandado pelas perguntas. Então, com a palavra o Mauri Cruz, Diretor Executivo da Abong, associação das ONGs do Brasil.

O SR. MAURI CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

E obrigado pelas perguntas e pela fala do Senador Valentim e da Senadora Zenaide.

Vou tentar responder na ordem aqui.

A questão da criminalização das ONGs e das organizações da sociedade civil realmente é um tema em que a gente precisa se aprofundar. Defendemos direitos sociais. As nossas organizações nasceram ou de algum drama ou de alguma tragédia pessoal ou tragédia coletiva ou da violação de direitos ou da ausência de alguma política pública, política social. Então, é da nossa natureza demandar política pública, demandar o atendimento de direitos. E, no geral, o responsável por promover esses direitos é o Poder Público. Então, a nossa função é cobrar do Poder Público. Podemos até ser parceiros, como é o caso aqui, mas a nossa postura de parceria geralmente não nos torna aliados incondicionais dos governos. Nós não somos aliados incondicionais de governos, porque governos fazem coisas boas e fazem coisas não necessariamente boas. Desse ponto de vista, eu acho que a nossa fidelidade com as causas às quais a gente se vincula muitas vezes nos coloca em crítica, em cobrança dos governos. E, por isso, não raro, somos incômodos. Agora, a maioria dos governos democráticos consegue conviver com essa situação. A democracia exige isso: ela é a arte do diálogo e da gestão de interesses. Eu acho que a gente sofre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminalização justamente daqueles setores e segmentos que não prezam a democracia, e aí veem em qualquer crítica uma oposição político-partidária, o que não tem a ver. Nossas organizações não são partidárias, elas são autônomas em relação aos partidos, em relação às igrejas, em relação aos setores privados, em relação à cooperação internacional... A autonomia das organizações é um valor muito forte. Agora, sim, há uma campanha... Aqui no Senado, já houve as CPIs das ONGs – acredito que duas ou três CPIs com esse nome, com essa alcunha. Se a gente pegar, por exemplo, a CPI da Petrobras, ela podia ter sido CPI das empresas privadas, porque quem cometeu os ilícitos ali foram empresas privadas, e as empresas privadas, no geral... Há até uma pesquisa feita por uma parceira nossa que demonstra que, quando se criticam as ONGs, criticam-se as ONGs no geral; quando se critica uma empresa privada, critica-se aquela empresa, resguardando-se as empresas privadas como um todo. Então, realmente, essa campanha precisa ser enfrentada, e a gente precisa valorizar as ONGs, as organizações da sociedade civil, que têm um papel essencial para a sociedade brasileira.

E aí, nesse sentido, a transparência é uma característica, faz parte do nosso DNA. Nós prestamos conta para todo mundo o tempo todo, Senador Confúcio. É uma parte do nosso cotidiano elaborar relatórios de prestação de contas, seja para nossas associadas e associados, seja para os órgãos e empresas que nos financiam, seja para a cooperação internacional... Existem as auditorias independentes que seguidamente estão fazendo análise. Nós temos uma valorização muito grande das doações. O que nos incomoda na prestação de contas – e muitas vezes o Poder Público tem isso – é ficar se atendo ao detalhe, e não ao principal. Por isso, a Lei nº 13.019 é uma grande conquista, porque ela foca a prestação de contas no resultado, no benefício, porque, às vezes, do plano de trabalho elaborado à tarefa concreta, há uma distância muito grande. É o que a gente vê agora, com a pandemia, já fazendo a ligação com a outra pergunta do Senador.

Os planos de trabalho, antes da pandemia, geralmente eram focados no empreendedorismo, em as pessoas se capacitarem para ter capacidade de trabalho, para ter a sua própria atividade de trabalho e renda, para fortalecer a sua atividade cultural, e, de uma hora para a outra, a demanda necessária é por comida, é por alimento, é por enfrentar a insegurança alimentar. Então, quem está ali, na ponta... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Professor Mauri...

O SR. MAURI CRUZ – ... tem que ter essa crítica e ir rapidamente para outra.

Concluindo, então, Senador.

Então, eu acho que essa flexibilidade é muito importante, e acho que a 13.019 veio trazer em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir, reforçando o que a Laís já colocou, o 4.113 realmente está adequado, com esses ajustes que foram falados, e acho que a maior preocupação para aquelas organizações que não acessam recursos públicos é a preocupação com o ITCMD. Há muitas tentativas do Estado de impor tributação sobre doações solidárias. E essas doações não se tornam patrimônio das ONGs. Essas doações...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MAURI CRUZ – ... são utilizadas, até como a gente tem falado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Professor Mauri, estava falando com o senhor porque estava falhando o seu som. Acho que é a sua internet aí, nesse momento.

O SR. MAURI CRUZ – Pode ser, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dava uma paradinha na tela, a sua imagem, mas deu para entender bem.

O SR. MAURI CRUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Professor Lucas Milhomens, o senhor tem alguma resposta a essas perguntas que foram feitas? Algum questionamento? Algum esclarecimento?

O SR. LUCAS MILHOMENS – Vocês me escutam agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora está ótimo! Agora ficou bom!

O SR. LUCAS MILHOMENS (Para expor.) – Foi um problema de conexão, mas já está resolvido.

Eu queria falar um pouquinho, bem brevemente, sobre essa questão da criminalização dos movimentos sociais e, mais recentemente, das organizações não governamentais. A criminalização dos movimentos, das entidades, desses grupos que reivindicam e se organizam faz parte da própria história do Brasil, como bem colocou o nosso colega Mauri, faz parte da própria história de formação da sociedade brasileira. Toda vez que um grupo que defende alguma causa de alguma região do Brasil se organiza, geralmente o Estado brasileiro ou outras organizações constituídas, o *status quo*, vai, com muita força, para a sua dissolução – no caso, mais modernamente, o que chamamos de criminalização. Temos inúmeros exemplos na história do Brasil, na história recente do Brasil, que não vou citar aqui, mas é para entender que, toda vez que a sociedade civil, de alguma forma, seja a partir de movimento sociais organizados, seja a partir de organizações não governamentais ou outras entidades do gênero... Isso pode acontecer, isso geralmente acontece. É o caso hoje das organizações não governamentais: a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

criminalização pela atuação que elas desenvolvem no Brasil, sobretudo a partir dos anos 90, quando surgiu a maioria das organizações não governamentais como as conhecemos, é muito forte.

É importante também dizer, concordando com algumas falas que foram mencionadas, que as organizações não governamentais têm um espaço distinto do Estado brasileiro. O Estado é uma coisa, as ONGs são outra. A ONG não vem para substituir o Estado, não é essa a função. Pelo contrário, ela, inclusive, pode até pressionar o Estado a cumprir o papel que não está sendo cumprido. Nós temos inúmeros exemplos na área de educação, na área de saúde, na área de segurança, vários exemplos. Então, é importante dizer isto: ONGs são muito importantes, mas não vêm substituir o Estado. O Estado tem que manter a função social, os serviços públicos. Nós temos aí... O que seria do Brasil se não fosse o SUS, por exemplo, nesta pandemia? O maior sistema público de saúde do mundo, é muito importante: público, financiado com nosso dinheiro, a partir de impostos, a partir de mobilizações de décadas para seu fortalecimento. Então, é muito importante isto: o Estado tem seu papel, e as organizações governamentais têm o seu papel.

Como o áudio da minha primeira fala ficou muito ruim, eu só queria mencionar, para finalizar e não me estender demais, Senador Confúcio, que as entidades da sociedade civil que atuam na Amazônia e que eu considero muito importantes são a Frente Cabana em Defesa da Vida, o Fórum em Defesa dos Serviços Públicos no Amazonas, a Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Professor.

E, por fim, Suéli. Se você tiver algum esclarecimento, Suéli, sobre as perguntas feitas, você está com a palavra. (*Pausa.*)

Suéli.

A SRA. SUÉLI FEIO (Para expor.) – Senador, quero fazer aqui uma pequena fala.

Dra. Lílian, obrigada. Também fico muito honrada pela força e também por ouvir palavras tão bonitas, como a senhora falou. Obrigada.

Senador, sobre a questão das ONGs, vou falar aqui um pouquinho sobre a criminalização das ONGs. Existe, de fato, há muito tempo, essa questão e a valorização de não se perceber o papel que nós estamos cumprindo ali na ponta. Aqui a gente fala... A gente percebe que o Palácio dos Bandeirantes está a poucos quilômetros daqui, da comunidade de Paraisópolis, mas, quando há qualquer problema com a comunidade, quem ela procura somos nós. A gente é desde o gás até o socorro a uma mãe que sente dor para ganhar o seu filho e não consegue atendimento. Então, precisamos dessa valorização, é preciso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se veja o papel que nós estamos cumprindo na sociedade. Eu gostei bastante da fala dos outros que me antecederam. E é isto: é valorizar o que gente vem fazendo. E a gente só faz porque o Estado não está cumprindo o seu papel, não está fazendo bem feito.

Eu queria só fazer essa pequena fala.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Suéli.

Vou fazer poucas perguntas, bem simples, para as respostas.

Primeiro, para a Suéli. Anote aí, Suéli, minha pergunta que é para você. Vocês criaram os 12 mandamentos da favela de Paraisópolis, as 12 atitudes, os 12 propósitos que vocês foram conseguindo. De onde surgiram essas ideias? Alguém de fora trouxe essas ideias? Ou foram vocês, através do debate entre os próprios moradores, que foram evidenciando esses mandamentos, esses propósitos, esses projetos que vocês executaram e estão executando ainda em Paraisópolis?

A segunda pergunta eu faço para o Professor Milhomens.

Professor Milhomens, os índios já foram vacinados, como grupo prioritário. O senhor ainda tem algum temor de que a pandemia possa exterminar algum grupo indígena em alguma região do País?

E a outra pergunta sobre os índios que moram em cidades. Há muitos índios que foram se urbanizando gradualmente, um pé na rua e outro pé na aldeia, esses índios que estão na rua não foram vacinados. Como é que o senhor vê essa situação?

Terceira pergunta para o Professor Milhomens.

Essa situação das ONGs que apoiam os índios tem sido muito combatida. Inclusive no próprio Senado há Senadores que combatem, acham que essas ONGs que cuidam dos índios são entreguistas, que elas estão fazendo um jogo internacional de proteção do índio no sentido de, por exemplo, preservar suas áreas, seus territórios e outros itens mais. O Professor Mauri foi muito abrangente. Eu vejo o seguinte, que esse trabalho das ONGs tem que ser realmente um trabalho de formação mesmo, até educativa – educativa –, porque o trabalho feito na ponta, executado pelos grupos de interesse, os grupos que realmente se mobilizam, é de extraordinária valia para o povo brasileiro.

Basicamente são essas perguntas bem simples que eu fiz, elaborei aqui, e o restante é me colocar à disposição de vocês, eu e qualquer outro Senador, para ser porta-voz de qualquer coisa que seja de apoio, de defesa das organizações não governamentais em nosso País. Eu tenho um respeito imenso por todas as ONGs. É um trabalho simplesmente capilar, importante, que o Governo não tem condição, que o Ministro não tem a menor condição de executar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ficam as minhas perguntas feitas, não precisam responder agora, porque eu tenho as perguntas dos internautas. Vocês vão responder as minhas, que são poucas, e as dos internautas.

Olha, 80% dos internautas elogiaram vocês todos, foram só elogios. Está lá: "Parabéns! Que coisa maravilhosa! Que coisa extraordinária! Eu não sabia disso, parabéns a vocês, estão ajudando tanto o povo brasileiro".

Então, 80% de todas essas perguntas, de todas as indagações enviadas, foram de elogio a todos vocês.

Agora, algumas perguntas que estão aqui.

Eliana... Essa aqui, se não dirigiu, é geral, não é? Aqui é um comentário feito por Eliana Bellini Rolemberg, é lá de Salvador, da Bahia. A Eliana faz um comentário geral: "É fundamental, ao tratar o enfrentamento da pandemia, o foco nas organizações da sociedade civil, que têm demonstrado o valor da solidariedade". Como a Eliana, esse é o retrato da maioria das opiniões dos telespectadores da TV Senado no e-Cidadania.

Pergunta para a Dra. Laís de Figueirêdo Lopes. Anote aí, Dra. Laís, de André Carvalho, Pernambuco, para a senhora: "[...] [Qual a importância] da segurança jurídica nos instrumentos [...] [firmados pela] administração pública [...] [com as ONGs?]". Qual a importância da segurança jurídica?

Pergunta para a Dra. Laís também, de Jane Borges, do Estado do Paraná: "[Como] verificar se ONGs fazem mesmo o trabalho voluntário, empregam o dinheiro ao bem e não para si e prestam contas aos cidadãos, sendo [verdadeiramente] patriotas?". Uma pergunta dura, Dra. Laís, para a senhora, de Jane Borges, do Paraná.

Mais uma pergunta para a senhora, de Ana Angélica Mendes: "Como manter as pessoas em casa sem ferir o direito delas de ir e vir?". Bem, nessas perguntas, a senhora pode ser um pouco direta nas respostas, sem delongar muito.

Lílian Oliveira de Azevedo Almeida, Procuradora de Salvador, primeira pergunta de Fabiana Carlos Almeida, Minas Gerais: "Bom dia. Sou Fabiana, Presidente da Associação das Mulheres [da cidade] de Formiga, [Minas], organização social. Perante a nova lei de licitação, podemos prestar serviços [ao Estado, ao Município, à União?].

De Jr. Motta, de Brasília, para a Dra. Lílian: "Com relação à proteção social, [não] é necessário prevenir novas pandemias que poderão aparecer com a efetivação de planos de prevenção a desastres?". Essa pergunta está bem formulada? Dra. Lílian, a senhora não repare do jeito com que ele fez a pergunta, vê se a senhora consegue... Eu vou repetir para senhora: "Com relação à proteção social, [não] é necessário prevenir novas pandemias que poderão aparecer com a efetivação de planos de prevenção a desastres?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a senhora também mais uma pergunta, de Elizabete Aparecida Pereira, do Estado do Paraná: "Como fazer se o Município diz que a prestação de serviços não é atrelada a metas, mas à produção executada? Por que não funciona ininterruptamente?". Essa é a pergunta dela, a senhora traduz, vendo se consegue captar o pensamento dela.

Para a Mauri Cruz, a pergunta é de Nelma Denise, do Rio de Janeiro: "Este PL não abre um precedente para a irresponsabilidade administrativa dos gestores? Haverá possibilidade de auditoria nestes contratos?"

Mais uma pergunta para o senhor, de Igor Ferrer, de Brasília: "Bom dia. Como ficam os prazos para prestação de contas a partir das alterações propostas pelo PL 4.113?" Se o senhor tiver dificuldade, passe para...

Mais uma pergunta para o senhor, de Vitor Hugo Miranda Martins, também de Brasília: "Como manter as pessoas em casa sem trabalho algum?"

Outra pergunta, de Clovis Boufleur, do Paraná: "Não é necessário enfatizar a visão de que o terceiro setor tem sua autonomia, produz impacto econômico no País e mitiga efeitos da pandemia?" – a pergunta é do jeito que eles fizeram, assim eu estou perguntando.

Para Lucas Milhomens, de Marcia Silva Silva, de São Paulo: "Não é necessário, Professor, a despolitização do vírus? Se nunca fizeram nada pelas minorias, acredita o senhor que o próximo, à época de eleição, fará?"

O Clovis Boufleur faz uma segunda pergunta para o senhor: "Não é necessário destacar que centenas de organizações sociais precisam de apoio imediato para manter a sua missão ativa?"

Suéli, para você, anote aí. A pergunta é de Denisi Ribeiro Lins, de Santa Catarina. A pergunta dela é a seguinte: "Nesse caso de Paraisópolis houve isolamento social? É possível se isolar nas casas de cômodo único para dez pessoas, além da fome, sem poder trabalhar?" Não sei se você entendeu a pergunta, Suéli. Eu vou repetir para você, tá? É de Denisi: "Nesse caso de Paraisópolis houve isolamento social?" E ela continua: "É possível se isolar nas casas de cômodo único, com dez pessoas, além da fome, sem poder trabalhar?"

Para você, Suéli, mais uma pergunta, de Evelin Fontes de Moura, de São Paulo: "Nem todos são agraciados com auxílios do Governo. Como pedir para as pessoas que trabalham como autônomas ou ambulantes ficarem em casa? É justo?"

Pronto. São essas as perguntas, e aí eu vou passar a palavra para as respostas. Vocês podem ser objetivos e, após cada resposta, vocês já podem fazer os seus agradecimentos e as despedidas – nós estamos caminhando para o encerramento da nossa audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunta para Laís. Eu vou repetir uma pergunta que o Andre fez para a Laís, lá de Pernambuco, tá, Laís? Eu a fiz incompleta: "Qual é a importância da segurança jurídica nos instrumentos firmados pela administração pública com as organizações da sociedade civil?" Pronto!

Então vamos às respostas. Qual é a ordem das falas? (*Pausa.*)

A primeira a falar é Laís.

Com a palavra Laís.

Laís, vamos ver se eu seguro a barra aí em três minutos.

A SRA. LAÍS DE FIGUEIRÊDO LOPES (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Confúcio. Vou tentar ser bem objetiva com os colegas que fizeram as perguntas.

Cumprimento aqui a Eliana Rolemberg, concordando com a importância das organizações como símbolo da nossa solidariedade. Então, acho que foi um comentário bastante feliz para inspirar a nossa conversa final.

O André Carvalho é Presidente da Comissão Especial de Direito do Terceiro Setor, do Conselho Federal da OAB. Cumprimento-o aqui também – obrigada pela pergunta, André. E acho que ela é a base de todas as nossas conversas sobre parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil, especialmente porque o que se busca, ao final, é ter uma clareza de quais são as regras que devem ser seguidas, a clareza sobre a orientação de como pactuar, de como executar, de como monitorar, avaliar e, ao final, de como prestar contas. Não existe um problema na prestação de contas que não seja conectado, que não seja fruto de uma ausência de planejamento, de alguma questão que era para ser prevista durante a seleção e celebração, que pode ter sido alguma questão na execução, que poderia ter sido saneada durante o monitoramento, mas que, ao final, aparece na prestação de contas, não é? Então, é bastante importante que a gente tenha clareza do que deve ser feito.

Um tema que por anos foi objeto de bastante polêmica e debate e que hoje está consolidado na legislação brasileira, por exemplo, é o pagamento de pessoas. Não só a Lei 13.019, mas vários atos normativos foram modificados, como a Lei 12.101, da filantropia, e especialmente a própria legislação tributária, Lei 9.532, de 1997, que hoje autoriza expressamente o pagamento de pessoas com recursos públicos ou, independentemente dos recursos públicos, sem a perda dos benefícios fiscais. Isso é bastante relevante, até para conectar com a pergunta da Jane, porque o que a gente está falando é da profissionalização; da possibilidade de as pessoas se dedicarem exclusivamente e, inclusive, de a gente atrair jovens que queiram fazer carreira nas organizações da sociedade civil. Para isso, a gente precisa ter uma legislação que induza e que permita que essas pessoas possam crescer dentro das organizações.

Então, quanto à pergunta dela de como é que a gente verifica os trabalhos que são feitos, de como é que a gente faz a prestação de contas: isso sempre depende das fontes de financiamento. E a Lei 13.019,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2014, traz respostas muito claras sobre a transparência, seja em relação às informações que devem constar no *site*... Então, todas as organizações que fazem parceria nos termos do Mrosc, em suma, precisam disponibilizar o seu instrumento de contratualização – seja fomento, seja colaboração – dentro do *site*, inclusive com informações específicas sobre a contratação de pessoas, no caso concreto, se forem feitas com recursos públicos. Então, essa melhoria da legislação já foi feita, e agora o que a gente precisa é construir ferramentas, inteligência para apoiar essa implementação de maneira positiva.

Eu não vou ter muito mais tempo para falar, mas só agradeço a oportunidade e me coloco à disposição, como advogada no campo, há 20 anos na área, pelo trabalho que já realizei na Secretaria-Geral da Presidência da República e também pela plataforma Mrosc, para voltar outras vezes e contribuir com esta Comissão.

Bom trabalho aos Senadores e Senadoras.

Foi um prazer reencontrar os meus colegas de Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido, Dra. Laís, pela sua participação. Nós ficamos envaidecidos com a sua participação aqui conosco. Trouxe grandeza a esta nossa Comissão ao mostrar o outro lado da moeda, que é o trabalho silencioso, o trabalho tranquilo feito nos subterrâneos deste País, e efetivo, prático. Realmente as pessoas sentem vocês perto delas. É impressionante!

Vamos em frente. Agora é a Lílian.

Dra. Lílian com a palavra.

A SRA. LÍLIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA (Para expor.) – Obrigada, Senador. Vou ser também bem rápida.

Enfim, me fizeram três perguntas. A primeira diz respeito à nova lei de licitação, a 14.133, e à possibilidade de as organizações da sociedade civil prestarem serviços. É bom que se entenda que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa – vamos falar aqui um pouco no baianês da vida!

Veja bem, as organizações da sociedade civil podem prestar serviço. Uma coisa é a relação dela com o Poder Público em uma lógica em que haja interesses não convergentes, em que ela está atuando também como qualquer outra empresa na prestação de serviço. Ela pode ter um estacionamento, um local que sirva para o Poder Público, de repente uma locação desse espaço para alguma atividade pública. E ela pode, sim, concorrer à licitação. Então, não há nenhum impedimento. E a outra coisa que a gente está trazendo aqui é a relação dela de parceria, enfim, em que há um interesse convergente. Então, não há, assim, um impedimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão, um pouco falando da proteção social e da ideia de você fazer um planejamento para uma prevenção no caso desse cenário de pandemia. Eu acho que trouxe um pouco da minha fala em relação à assistência social, que trabalha com a lógica de proteção social básica ou proteção social especial. E a lógica da assistência social é uma lógica de planejamento. Existe todo um planejamento através dos conselhos da política pública, da assistência – eu citei aqui, por exemplo, o de Salvador –, onde existem metas pactuadas, onde o gestor público, juntamente com a assistência e o conselho, precisa, em seu orçamento, projetar os anseios que são discutidos em momentos de encontros paritários, em que a sociedade civil tem que ter voz e também o Poder Público. E claro que, num cenário de pandemia, é mais do que necessário se pensar em todo um plano, em todo um planejamento nas suas políticas públicas locais – no caso aqui, estou trazendo o dos Municípios –, de forma preventiva e também pensando já na questão pós-pandemia.

E a última pergunta foi em relação à ideia de o Município poder estar executando essas políticas públicas de maneira ininterrupta e fomentando essas entidades na construção dessas políticas.

Enfim, foi o apanhado que eu pude aqui fazer.

Eu quero agradecer mais uma vez a honra de estar aqui participando e aprendendo também. Saio daqui com muito aprendizado.

Obrigada ao Senador Confúcio e a todos por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Lílian. Foi importantíssimo a senhora comparecer para vermos o seu conhecimento, a sua devoção. Como a senhora expressou no início, trata-se de deixar um pouco a juridicidade para ir aos costumes das ruas, não é? Eu não sou... Não entendo nada de Direito, não, eu sou médico: velho, médico e desatualizado. (*Risos.*)

A senhora deu *show*, foi maravilhoso! A senhora abdica, às vezes, um pouco dos códigos para enfrentar a realidade dura das vivências de Salvador e do Brasil.

Muito obrigado à senhora, viu? Foi maravilhosa a sua participação.

A SRA. LÍLIAN OLIVEIRA DE AZEVEDO ALMEIDA – Grata.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mauri. Com a palavra, mestre Mauri. (*Pausa.*)

Mauri? Cadê o Mauri?

O SR. MAURI CRUZ – Oi! Estão me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar, Mauri. Pode responder as suas perguntas.

O SR. MAURI CRUZ (Para expor.) – Primeiro, é muito bom poder ouvir uma procuradora, a Lílian, que, como responsável pela Procuradoria de um Município como Salvador, tem esse olhar, essa sensibilidade, esse comprometimento. Quiçá esse fosse o pensamento da maioria das gestoras e gestores do nosso País sobre o papel das ONGs!

E também, Senador Confúcio, a sua fala... Eu acho que nessa questão do trabalho silencioso há uma... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sua internet está...

O SR. MAURI CRUZ – ... Estado que ignora, desrespeita.

Oi, o senhor está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – De vez em quando dá uma parada, acho que é a sua internet. Mas pode continuar, a gente espera. Pode continuar. Continue, Mauri. (*Pausa.*)

A sua internet está agora dando uma apagada geral, viu?

O SR. MAURI CRUZ – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora estou. Pode continuar.

O SR. MAURI CRUZ – Como saber se as OSCs realmente fazem um bom trabalho, não é? Eu ia sugerir aí a quem fez a pergunta que não olhe por dinheiro... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Professor Mauri, está muito difícil a sua ligação, está cortando a sua voz. Eu vou...

O SR. MAURI CRUZ – Ah, que pena!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É. Nós não estamos conseguindo te ouvir.

O SR. MAURI CRUZ – Eu vou entrar de novo aqui, Senador. Passe para outro e eu volto então.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom, vamos fazer assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURI CRUZ – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então eu passo a palavra para o Professor Lucas Milhomens, para suas respostas e considerações finais.

O SR. LUCAS MILHOMENS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, tentando ser o mais rápido possível, sobre a vacina para a população indígena. Realmente, a população indígena é o público prioritário e, nas comunidades mais isoladas, nas comunidades mais distantes, a grande maioria já foi vacinada. Isso é muito bom, é um alento inclusive, para essas populações. No entanto, gostaria de registrar que existe uma propagação de notícias falsas, as famosas *fake news*, que estão confundindo centenas de indígenas para que não se vacinem. Infelizmente, nós temos aí uma rede sistemática de produção de desinformação, de notícias falsas para todos os gêneros, e para os indígenas isso não é diferente. Então, confundem demais; alguns já me procuraram, inclusive, perguntando sobre a vacinação, para saber se ela realmente é eficiente, se vai fazer mal. Então, a gente tem esse trabalho diuturno de também esclarecer às pessoas que a vacinação é muito importante, inclusive para essas populações. Mas, no contexto de populações mais isoladas, sim, a grande maioria está vacinada.

No contexto urbano, que nós chamamos de indígenas no contexto urbano, são indígenas do mesmo jeito, Senador. Quando você sai de uma comunidade, de uma aldeia ou de um espaço onde você mora e vai para qualquer outro lugar, você continua sendo indígena do mesmo jeito. O fato de você adquirir bens de serviço... Algumas pessoas fazem uma crítica muito rasa, inclusive: "Ah, o indígena agora usa celular. Como é que pode?". Se a gente for fazer uma comparação bem tosca, é só pegar: "Ah, então, eu tenho que ser uma pessoa como os primeiros colonizadores, invasores que chegaram aqui no Brasil?". Porque há essa ideia fantasiosa de que o indígena é imutável, é um ser humano, uma pessoa que não se apropria da realidade, não se modifica com a própria realidade. Então, é importante registrar isso.

E para os indígenas em contexto urbano, que, diga-se de passagem, são um número muito elevado, sobretudo nas cidades da Amazônia brasileira – Manaus talvez seja a cidade que mais tem indígenas em contexto urbano –, foi mais difícil, inclusive, para o Governo Federal atendê-los como público prioritário, porque, mesmo sendo indígena, comprovando que é indígena, tendo a sua identificação como tal, foi muito difícil. Foi necessário, inclusive, a Apib, que é a Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, entrarem no STF, no Supremo Tribunal Federal, para que o público dos povos indígenas fosse priorizado, o que é uma coisa assim inimaginável num país como o Brasil. O fato é que o STF votou favoravelmente e, em alguma maneira, isso foi agilizado nos últimos meses.

Então, sim, as ameaças continuam, sobretudo com essa enxurrada de notícias falsas que são produzidas diuturnamente por pessoas muito mal-intencionadas, eu diria criminosas, porque notícia falsa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mata. Não há uma mediação: notícia falsa mata! Então, é preciso combatê-la e criminalizar quem a produz.

Eu vou responder uma das perguntas que alguém falou: é necessária a despolitização do vírus? Eu diria: é necessária a eliminação do vírus, isso que é necessário. Nós precisamos criar, nós todos, sobretudo o Poder Público, que é o maior responsável, Poder Público federal e os Estados, se articularem para acabar com o vírus. E como é que se acaba com o vírus? Se acaba com o vírus com vacina, vacina e vacina, mas também com utilização de máscaras, isolamento social, quando possível. Sabemos que nem todos podem ficar isolados. Então, há essas condições, mas quando possível, e a velha assepsia e higiene para combater esse vírus que tanto mal, que tanta dor trouxe para o nosso País, para os nossos familiares, para os nossos amigos, para o mundo como um todo, especialmente para o Brasil.

Gostaria muito, Senador, de agradecer o convite, a participação, a oportunidade de aprender com vocês, de debater temas muito importantes, num momento crucial para o País, e é muito importante que a gente debata e também encaminhe, quando possível, essas questões.

Então, obrigado.

Comida, vacina e saúde para todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Professor Lucas Milhomens, nossos sinceros agradecimentos. O senhor que é um pesquisador que agrupa alunos e outros colegas para pesquisar a causa indígena no Brasil, a proteção desses povos, que são os verdadeiros descobridores do Brasil, estão aí, e mais do que nunca, hoje, tão assim mal interpretados. E o senhor se ergue aí no Estado do Amazonas como um baluarte em defesa dos povos indígenas. Parabéns a V. Sa. pela sua coragem, pelos seus conhecimentos. Trouxe aqui para nós e para todos os internautas um adicional extraordinário de que tem gente de valor neste País, como o senhor é.

Parabéns pelo seu trabalho fantástico! Parabéns!

Depois o senhor não se esqueça de mandar publicar a sua pesquisa sobre a importância dos movimentos sociais com as organizações. Eu gostaria de ler. Muito obrigado ao senhor.

E, por fim, aqui, eu vou passar para a Suéli e depois volto ao Mauri, porque eu quero que a Suéli primeiro responda à minha pergunta sobre os dez mandamentos e também às perguntas das duas pessoas que endereçaram questionamentos.

Suéli Feio, Paraisópolis, Estado de São Paulo.

A SRA. SUÉLI FEIO (Para expor.) – Primeiro vou responder aqui à sua pergunta, Senador, de quem foi a ideia de criar essas 12 iniciativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem aqui um grande líder, que é o Gilson. É um grande líder, um líder de muita sensibilidade, de muito compromisso com a sua comunidade, com outras comunidades. Então, ele teve... Deus ali o iluminou, mesmo no momento difícil, ali, quando começou a pandemia, de reunir... A gente tem uma coordenação. Então, reuniu essa coordenação e falou: "Olha, infelizmente, nós não vamos poder ficar em casa. A gente conhece o nosso problema, a gente conhece as nossas dores, e, se a gente não se organizar, nós vamos perder muitas vidas aqui na comunidade Paraisópolis e em outras comunidades". Então, a partir dessa reunião, a gente começou a pensar nas iniciativas, e muito dentro da realidade do que a gente vive todos os dias.

A pandemia só veio escancarar mais a realidade das comunidades. Então, respondendo à sua pergunta, foi esse nosso líder muito importante para nós, para o nosso trabalho, para as pessoas que mais necessitam.

Vou passar aqui a responder às perguntas dos internautas.

Primeiro, eu queria agradecer à pergunta da Denisi e falar, Denisi, que, em Paraisópolis, não foi possível fazer o isolamento social. Primeiro, por todas as questões que aqui já foram levantadas. A grande maioria são casas pequenas e com muitos moradores dentro. Então, não é só a mãe, o pai, um filho, dois filhos. Ali às vezes existe avó, existe avô... Então, são famílias com mais de cinco pessoas e espaço muito pequeno. Então, não foi possível fazer o isolamento social.

O que a gente buscou fazer foi pensando "não vai ter jeito, as pessoas podem se contaminar; o que nós vamos fazer para minimizar, para que essas pessoas se protejam ao máximo?". Foi doando máscaras, foi garantindo a segurança alimentar, doando as marmitas, para que, se viessem a adoecer, os efeitos não fossem tão grandes. E a segurança alimentar foi bem importante aqui, para cuidar da imunidade das pessoas.

A outra pergunta, que foi da Evelin: "É justo pedir aos autônomos para ficar em casa?"

A gente sabe da importância do isolamento social enquanto não houver vacina para todos, a gente precisa usar máscara.

Quem puder fazer o isolamento social que faça, mas, infelizmente, essa não é a realidade do nosso País, principalmente dos autônomos. Então, é preciso que o Governo assuma a sua parte. É necessário que haja um auxílio emergencial digno, um valor que faça, de fato, as pessoas terem o mínimo. E a gente está falando não é de valor para investir em roupa, é um valor para investir principalmente em comida, é um valor para garantir a moradia de muita gente que paga aluguel.

Então, eu acho que... A gente fica pensando qual será o plano para alavancar a economia. O plano mais importante é a vacina. Vacina para todos.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96BC742F00474B88.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Suéli, muito obrigado pela sua participação. Amei a sua presença. Dê um abraço ao Gilson, espero a melhora rápida da sua indisposição. Acho que é de tanto trabalhar, porque ele adoeceu hoje.

E vocês de Paraisópolis, eu os acompanho, tudo saindo em jornal, revista. Eu leio as entrevistas de vocês. E eu vejo, assim, com a demonstração sua e de todos os seus presidentes de rua, que vocês vieram demonstrar que o Brasil tem jeito. Vocês não foram atrás de Prefeito, não foram atrás de Governador, não foi atrás de Presidente. Lógico, todos podem colaborar, mas vocês resolveram enfrentar a dura vida na realidade da favela. E fizeram a sua tábua de leis, a tábua das escolhas, dos seus propósitos, que foram muito bem construídos numa ordem de hierarquia muito impressionante. Vocês realmente são um orgulho. Se eu fosse assim uma autoridade que tivesse uma repercussão internacional, eu daria para vocês um Prêmio Nobel talvez da Paz. Porque, como diz Muhammad Yunus: onde há miséria e fome não há paz. E vocês têm promovido a paz.

Então, muito agradecido, emocionado, pela participação de vocês, maravilhosa. Muito obrigado.

Eu retorno a palavra a Mauri Cruz, que ficou prejudicado aí com a internet. Ele tem condição de fazer o fechamento da nossa audiência?

O SR. MAURI CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Desculpe. Dessa coisa da internet a gente também é refém. Não tem muito como incidir... Espero que o pessoal esteja escutando aí.

Então, só para ser rápido aí, pegando as suas palavras no trabalho silencioso, que o senhor colocou, infelizmente, esse trabalho silencioso às vezes tem como base a descrença que a sociedade tem no Estado, o Estado que ignora as dores da sociedade, que desrespeita e infelizmente às vezes até que mata os cidadãos e as cidadãs. Então, não é por outro motivo que quase 80% das organizações sociais fazem o seu trabalho sem recurso público. Isso é uma coisa que precisa mudar. E a legislação pode ajudar nessa mudança, assim como a 13.019 e agora o PL 4.113.

Sobre a pergunta que até não foi dirigida só para mim, acredito que foram para todas e todos, de como saber se as ONGs fazem um bom trabalho. A sugestão é que não olhe para o dinheiro, olhe para a comunidade. Aquela comunidade... Pergunte para as pessoas da comunidade: quando tem algum problema, algum sofrimento, quando tem fome, pessoas doentes, pessoas desempregadas, população de rua, quem é que acolhe essas pessoas? Quem é que acolhe a adolescente vítima de violência, a família negra quando um filho foi assassinado, quem precisa fazer vestibular e não pode pagar um cursinho particular, quem dá força para a cultura popular? E, se a resposta for alguma organização da sociedade civil, então é ali que está sendo bem aplicado o recurso. É impossível fazer um trabalho social sem voluntários, sem a militância, nessa atuação cotidiana, e sem recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu digo: não olhe para o dinheiro. As pessoas, quando falam em ONG, querem olhar a nota fiscal. Eu digo: olhe para a comunidade, como mostrou bem a Suéli aqui. Vá a Paraisópolis e pergunte. Não precisa olhar para o dinheiro, pergunte. O trabalho social não é invisível, ele é muito concreto.

Eu tenho dito sempre que patriotismo não chega, é preciso espírito de cidadania. O patriotismo, às vezes, olha o inimigo, ele quer identificar o inimigo; e a cidadania parte da premissa de que todos os seres humanos são portadores de direitos. Eu acho que isso, na linha da reeducação, Senador, é muito importante.

Para encerrar aqui as perguntas, a Nelma Denise: o PL não abre responsabilidade para os gestores? Na verdade, o PL cria novos parâmetros para aplicação da mesma norma: não é o fim da prestação de contas, ela ganha prazos para isso; não é o fim dos termos, eles ganham flexibilidade; não é o fim do plano de trabalho. Então, apenas a lei cria prazos em função da questão da pandemia. E, como o Igor perguntou, a lei estende a prestação de contas para 180 dias.

Sobre o tema de as pessoas ficaram em casa ou não, eu acho que a Suéli já respondeu muito bem. A gente precisa dar condições para as pessoas. Auxílio-emergencial de R$150, que não paga um botijão de gás, realmente não é medida para que a gente possa cumprir o isolamento.

Agradeço muito, Senador, e, na sua pessoa, a todos os Senadores e Senadoras que nos acolheram. Agradeço também a oportunidade de dividir esta Mesa com as colegas e os colegas aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mauri, muito obrigado. Você não imagina a minha satisfação de presidir esta Comissão hoje com pessoas tão valorosas como vocês. Particularmente, o seu conhecimento, que a gente nota pela sua facilidade de expressão, pelo domínio do que cita, pelo conhecimento geral da vida como ela é, das organizações não governamentais, das ONGs brasileiras, e a gente só tem a agradecer este papel – este, sim – patriótico. Este, sim, é um papel patriótico que vocês fazem.

Então, eu quero agradecer a todos e deixar o meu abraço. Deixe-me pegar os nomes deles todos aqui direitinho, para não errar, para poder agradecer. O meu abraço a Laís de Figueirêdo. À Dra. Lílian Oliveira, muito obrigado. Ao Amauri Cruz; ao Prof. Lucas Milhomens e à Suéli Feio, meus sinceros agradecimentos. Fico muito vaidoso.

Se vocês quiserem se retirar para cuidarem das suas vidas – é hora do almoço –, vocês podem ir e levem o meu abraço carinhoso, afetivo, inesquecível para vocês! Grande abraço, um beijo para vocês todos!

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURI CRUZ – Um abraço, Senador. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, obrigado a vocês. Obrigado mesmo!

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 27ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata da sessão passada está aprovada.

Deliberação.

Eu coloco em votação o Requerimento nº 77, de 2021, de autoria da Senadora Eliziane Gama.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 77, DE 2021

Requeiro a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação dos órfãos da Covid-19 em situação de vulnerabilidade, com os seguintes convidados:

• o Senhor Márcio Thadeu Silva Marques, Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de São Luiz/MA;

• o Senhor Walberto Maciel, jornalista e autor da ideia legislativa proposta no e-Cidadania para criação de um Fundo de amparo aos órfãos da Covid-19.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Srs. Senadores e Senadoras que concordam com esse requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Agradeço a presença dos Senadores e das Senadoras, dos nossos convidados já enumerados há pouco – não é? Muito agradecido aos internautas, aos telespectadores, enfim, à equipe que secretaria a nossa Comissão.

Vou só citar os nomes, rapidamente: Candice Ferreira, da Bahia; Eliana Bellini, da Bahia; Andre Carvalho, de Pernambuco; Jane; Ana Angelica, de Minas; Fabiana Carlos, de Minas Gerais; JR Motta, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasília; Elizabete Aparecida, do Paraná; Nelma Denise, do Rio de Janeiro; Igor Ferrer, de Brasília; Vitor Hugo Miranda Martins, de Brasília; Marcia Silva, de São Paulo; Denisi Ribeiro, de Santa Catarina; Evelin Fontes, de São Paulo; Cristiane Ferreira, da Bahia, e Shaiane, do Piauí.

Então, vocês vejam bem, teve muitos outros que não dá para falar – é muita gente.

Não havendo nada mais a tratar, eu convido a todos os Parlamentares para a próxima reunião, que se realizará no dia 18 de junho, sexta-feira, às 10h, para uma audiência pública com o intuito de prestar informações sobre as tratativas de retorno seguro de retorno às aulas presenciais nas escolas públicas, no segundo semestre deste corrente ano, bem como o mapeamento da infraestrutura tecnológica presente e necessária para o breve retorno escolar, com a presença ainda a ser confirmada do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, e das Comunicações, Fábio Faria.

Eu declaro encerrada a presente reunião, e muito obrigado a todos.

Uma boa tarde.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Telmário Mota, Ciro Nogueira e Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a situação dos órfãos da Covid-19 em situação de vulnerabilidade. **Participantes:** Márcio Thadeu Silva Marques, Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de São Luiz/MA; Sra. Silvana do Monte Moreira, Representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM; Sr. Rodrigo Azambuja Martins, Defensor Público, Presidente da Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente - CONDEGE; e Walberto Maciel, Jornalista, autor da ideia legislativa proposta no e-Cidadania para criação de um Fundo de amparo aos órfãos da Covid-19. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 78, de 2021** que: "Requer a inclusão da seguinte convidada em aditamento ao req. 077/2021/CT-COVID19: Sra. Silvana do Monte Moreira, representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM" **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 79, de 2021** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 77/2021 - CTCOVID19, seja incluído o seguinte convidado: RODRIGO AZAMBUJA MARTINS, Defensor Público, Presidente da Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente - CONDEGE." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/18

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à pandemia.

Por falar em situação fiscal e execução orçamentária, segunda-feira teremos audiência com o Ministro Paulo Guedes. Paulo Guedes, segunda-feira, para a gente verificar... Aliás, desculpe, é o ministro da Saúde segunda-feira.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição através da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será: primeiro, o Relator, Wellington Fagundes; em seguida, os titulares inscritos; depois os suplentes; e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e tempos de Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

Trata-se a presente reunião de audiência pública com o objetivo de debater a situação de órfãos da Covid – órfãos da Covid –, em situação de vulnerabilidade, atendendo ao Requerimento 77, de autoria da Senadora Eliziane Gama. O tema são os órfãos da Covid e a sua situação de vulnerabilidade, tá, gente?

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 29ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a Ata da 29ª Reunião.

Antes, eu quero submeter o item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 78 , de 2021

Requer a inclusão da seguinte convidada em aditamento ao req. 077/2021/CT-COVID19: Sra. Silvana do Monte Moreira, representante do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM

Autoria: Senadora Eliziane Gama

E o Requerimento 79, de autoria da Senadora Eliziane Gama – todos os dois de autoria da Senadora Eliziane Gama.

2ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº , de 2021

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 77/2021 - CTCOVID19, seja incluído o seguinte convidado: RODRIGO AZAMBUJA MARTINS, Defensor Público, Presidente da Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente - CONDEGE.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com os dois requerimentos da Senadora Eliziane Gama permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados.

E vamos incluir os dois convidados especiais.

Muito bem, já fiz a introdução.

Senadora Eliziane, gostaria de falar alguma...

Ela não me ouviu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Presidente, eu queria só cumprimentar o senhor, cumprimentar todos os colegas Parlamentares, agradecer, na verdade, por trazer um tema e admitir, na verdade, esse tema, que é muito importante para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daqui a pouquinho, eu vou poder falar um pouco mais, mas eu queria lembrar que nós temos um estudo da Ana Amélia Camarano, fazendo uma exposição. Lá atrás, quando ela fez esse levantamento, na média de mil mortes por dia, no estudo que ela apresentou, nós teríamos aí, ao final da pandemia, algo em torno de 4 milhões de novos adultos em situação de pobreza e 1 milhão de crianças em situação de pobreza. Isso, na estimativa de mil mortes ao dia. De lá para cá, chegamos a picos de 4 mil mortes e nunca baixamos, infelizmente, do número de mil mortes, ou seja, o volume de novos adultos em situação de pobreza no Brasil é realmente muito grande. E essas crianças e adolescentes que são órfãos da Covid infelizmente estão em situação de maior vulnerabilidade.

Nós temos também outros estudos, Presidente, que apresentam um tema, por exemplo, que eu vou, inclusive, aqui ler, fazendo exatamente a seguinte pergunta, quando ela fala: "Os dependentes da renda dos idosos e a Covid: órfãos ou novos pobres?". Exatamente isso. Esses órfãos da Covid, que em geral são dependentes, por exemplo, dos avós ou até mesmo dos pais que partem e ficam em situação de total descobertura.

Então, nós apresentamos um projeto de lei para atender a essas crianças e adolescentes, criando um fundo especial, que poderá ser direcionado aos Municípios brasileiros para o atendimento, dando um fortalecimento ao Fundo Nacional da Infância, e, portanto, uma ajuda a mais, um *plus* para essas crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Nesse sentido, eu cumprimento, de forma muito especial, a todos os convidados que estão aqui presentes, destacando que esse fundo teve a contribuição do Prof. Roberto Maciel, que foi muito importante nessa construção, e também do Dr. Márcio Thadeu, que é Promotor de Justiça, que vai participar conosco e tem uma ampla experiência nessa área, nesse tema, não apenas no Maranhão, mas em todo o Brasil.

Mas daqui a pouquinho, quando eu também, mais uma vez, for falar, for fazer os meus questionamentos, eu trarei aí os questionamentos aos nossos convidados.

Muito obrigada, Presidente Confúcio.

Aliás, parabenizo-o. Nós estamos com a CPI da Pandemia, que tem um nível de exposição de fato muito grande, mas esta Comissão tem tido uma abrangência muito grande, uma atenção muito grande da população brasileira, Presidente, sobretudo, pela forma como V. Exa. a conduz, fazendo um embasamento, um estudo muito aprofundado. Eu sei que V. Exa., inclusive, por estar presente em todas as reuniões, tem um vasto conhecimento em todas as áreas da situação que a gente está enfrentando no Brasil.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Elisiane.

Bem, nós temos os nossos convidados, o Dr. Márcio Thadeu Silva Marques, que é Promotor de Justiça da infância e da juventude, lá em São Luís, Estado do Maranhão; o Dr. Walberto Macial – está escrito aqui; é isso mesmo? Macial ou Maciel? Macial –, que é jornalista e autor da ideia legislativa proposta, no e-Cidadania, para a criação do Fundo de Amparo aos Órfãos da Covid-19; a Dra. Silvana do Monte Moreira, representante da Comissão de Adoção do Instituto Brasileiro do Direito da Família; o Dr. Rodrigo Azambuja Martins, Defensor Público e Presidente da Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente.

Muito bem. Então, vamos começar.

Eu queria explicar a todos os nossos ilustres convidados que nós vamos conceder o tempo de dez minutos para cada um, com uma tolerância de dois minutos. Não precisam se preocupar com o tempo, porque vêm perguntas e aquilo que o senhor gostaria de falar o senhor vai ter oportunidade, depois, nas respostas, de complementar todas as suas ideias. Essa parte inicial é para V. Sas. poderem apresentar os rumos, as suas opiniões, os seus embasamentos sobre esse tema tão importante objeto desse requerimento que foi aprovado.

Eu passo a palavra para... Uma correção: Dr. Walberto Maciel. Desculpe-me.

Então, passo a palavra ao Dr. Márcio Thadeu Silva Marques, já falei, que é Promotor de Justiça da Infância e da Juventude na cidade de São Luís do Maranhão.

O Dr. Márcio está com a palavra.

O SR. MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES (Para expor.) – Bom dia, Presidente Confúcio, Sras. e Srs. Senadores, assistentes do Youtube, no canal do Senado, primeiro, quero dizer da imensa honra de poder estar aqui tentando dar alguma contribuição para o trabalho desta Comissão temporária, que é extremamente necessária não só pelo seu objetivo regimental, mas também para poder contextualizar os diferentes impactos da pandemia nas mais diversas possibilidades de vulnerabilidade, principalmente das populações, dos extratos populacionais mais fragilizados com essas consequências, como é o caso de crianças e adolescentes que, diz o texto da nossa Constituição, devem ser prioridade absoluta.

Eu quero pedir licença para fazer uma apresentação, uma rápida apresentação. Eu preparei um PowerPoint.

A Senadora Eliziane já falou sobre essa consequência da pandemia num fenômeno que é global e que vai ter duração prolongada no tempo e que só vai ter comparação com as ondas das guerras mundiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou dos grandes conflitos em que há toda uma geração de crianças e adolescentes que perdem as suas referências.

Então, essa questão dos órfãos da Covid, volto a dizer, é uma questão urgente, necessária pelas suas implicações na necessidade de garantirmos a eficácia social das mais diversas políticas públicas, principalmente as políticas sociais básicas. E isso aumenta, ainda mais, de intensidade quando a gente trata dessa orfandade atingindo crianças e adolescentes na primeira infância, até os seis anos – isso em decorrência dos impactos da morte de puérperas, causando essa orfandade.

Nesse aspecto, no Maranhão, a nossa promotoria instaurou um procedimento para acompanhar as políticas públicas, e é essa experiência que eu queria trazer aos senhores, no sentido de buscar não só expor o que a gente já tem produzido, mas tentar viabilizar a replicação de alguns sucessos que já alcançamos.

Um dos pontos que eu gostaria de falar é que nossa pesquisa tem tratado de três eixos.

O primeiro eixo é de uma desinvisibilização, porque, até agora, nós não temos certeza absoluta da extensão desse fenômeno – quantas essas crianças são, onde estão, quais são as suas características. É preciso que se diga que existem algumas indicações... Muito se fala numa pesquisa do Ipea que apontaria 45 mil crianças e adolescentes nessa condição, mas o Ipea não reforça isso oficialmente. Então, descobrir quem são e onde estão essas crianças é o primeiro ponto.

O segundo eixo é de garantir a essas crianças, mas, principalmente, aos arranjos familiares, às redes sociais de apoio que vão acolhê-las, a chamada segurança de renda, pela inequívoca necessidade de prevenir uma ainda maior pauperização dessas crianças, que pode levá-las a um incremento da sua vulnerabilidade social e econômica e até à situação de risco.

E o terceiro eixo é de fazer adequação do sistema de garantia de direitos a essas necessidades. Fazendo uma comparação muito rápida e muito superficial, é mais ou menos o que se teve que fazer quando se teve a geração das crianças com microcefalia decorrente da chikungunya. O problema de toda uma geração a que o SUS teve que se adaptar, o SUAS teve que se adaptar.

Nesse aspecto, no eixo um, de buscar saber quem são essas crianças, o Ministério Público fez uma provocação à Corregedoria-Geral da Justiça no Maranhão. O Desembargador Paulo Velten concedeu o nosso pedido, e, no Maranhão, os cartórios de registro de óbitos estão obrigados a perguntar, quando do registro desses falecimentos, além daquilo que a Lei de Registros Públicos já diz – se há filhos, quais os nomes, quais as idades –, inspirado na determinação do Marco Legal da Primeira Infância, que perguntem também para quem vai fazer esse registro: há um genitor sobrevivente? Ou: há um cuidador sobrevivente? Quando o registrador não conseguir essa resposta ou a resposta for negativa, uma certidão vai ser endereçada à Secretaria Municipal de Assistência Social em cada um dos nossos 217 Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quê? Duplo objetivo: para alimentar as atividades da chamada vigilância socioassistencial, planejando a intervenção do SUAS, mas também para chegar à ponta, no Cras do território onde está essa criança, para algumas adequações, para o assistente social falar com essa família, com essa vizinha, com essa madrinha que tomou conta desse órfão, dizendo, por exemplo, o seguinte: "Olha, tem que mudar a titularidade do Bolsa Família. Vamos ver que tipos de benefícios eventuais da Loas, do art. 22, emergencialmente a gente pode te conceder: cesta básica, auxílio-moradia, aluguel social. Vamos fazer uma orientação jurídica para que essa posse, de fato, seja formalizada judicialmente sob a forma de guarda, de tutela, de adoção". E isso foi estabelecido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão, levado ao colegiado dos Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil e está sendo divulgado a alguns outros Estados. Tive ontem notícia pelo Desembargador Corregedor de Pernambuco que igual normativa também já está acontecendo lá.

Ainda nesse Eixo 1, quem são essas crianças e onde estão? A Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão fez uma nota técnica relativa a essa orfandade, principalmente a orfandade bilateral, em que as equipes de apoio nos hospitais, nas UPAs vão fazer aquela visita de leito e vão preencher uma ficha de composição familiar para que, até mesmo antes daquela comunicação cartório/Secretária Municipal de Assistência Social, isso possa também chegar ao Sistema Único da Assistência Social para oferta dos serviços socioassistenciais, como são previstos pela Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social. Não só a forma de acolhimento, mas principalmente essa notificação.

Na questão do Eixo 3, que é a adequação do sistema de garantia de direitos... E quem é esse sistema de garantia de direitos? É aquilo que é dito na Resolução nº 113 do Conanda, somos todos nós: somos o sistema de justiça, somos o SUS, somos o SUAS, somos a educação, somos o trabalho. Isso foi levado pela Secretária de Desenvolvimento Social do Maranhão, a Dra. Margarete Cutrim, à Câmara Temática da Assistência Social do Consórcio Nordeste de Governadores; foi aprovada essa Nota Técnica nº 1, de 2021, com orientações. Hoje, essa é a orientação dos gestores da assistência social, gestores estaduais de assistência social, na Região Nordeste, com oito pontos.

E esses oito pontos se referem àqueles três eixos de que eu havia falado. O primeiro é o de provocar as Corregedorias dos Tribunais de Justiça nordestinos para replicarem o provimento do Maranhão a respeito da comunicação cartório/Secretaria municipal da assistência social.

O segundo é de que haja uma provocação também na articulação da rede intersetorial. Essa questão dos órfãos não é só uma questão da saúde, não é só uma questão da assistência social, mas da rede intersetorial a elaboração de notas técnicas pelas Secretarias de Estado, pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente orientando, de forma mais uniformizada, a atuação dos Municípios, já que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, por determinação legal e constitucional, é, principalmente, municipalizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da prevenção do acolhimento, do incentivo ao acolhimento dentro da família extensa, como dispõe o próprio art. 25, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente, não é só aquele laço de sangue, mas é principalmente a questão do afeto e da afinidade.

A questão do apoio do Estado a esses outros atores da rede de atendimento do sistema de garantias para que eles possam desenvolver seus fluxogramas; a preferência – que já é de lei – do acolhimento familiar em detrimento do acolhimento institucional, dos abrigos, das casas-lares quando não é possível utilizar, ainda que provisoriamente, precariamente, a rede social de apoio ou a colocação familiar substituta na família extensa; adequar principalmente esse olhar do sistema de garantias de direito para esses órfãos, em especial, na primeira infância. E por que, Presidente Confúcio? Por que é na primeira infância que nós temos as janelas de desenvolvimento integral, em especial, o cognitivo e o desenvolvimento afetivo, e a ausência completa dos pais desses órfãos vai comprometer a potencialização desse desenvolvimento. Quer dizer, é preciso que a gente estabeleça, seja num redimensionamento de programas como o da Criança Feliz ou de outros, que não haja essa perda da oportunidade desse desenvolvimento integral.

E, finalmente, na linha da segurança de renda, para quem vai acolher esse órfão, o Consórcio Nordeste, aprovando essa nota técnica da Câmara Temática da Assistência Social, recomendou atenção à aprovação do PL 851/2021, de autoria da Senadora Eliziane, que fala da ajuda emergencial mensal de R$600 a menores de 18 anos órfãos da Covid.

Essas são, senhores, algumas das experiências que a gente está desenvolvendo em rede com todos os atores. É importante destacar a participação decidida do Governo do Estado, do Governo da capital. Isso é fruto também de uma interlocução com diversos outros personagens que trabalham essa temática, a quem quero agradecer a todos e a todas na pessoa do Professor... (*Falha no áudio.*)

... e de todos do Ministério Público, do sistema de Justiça do Maranhão.

Obrigado pela oportunidade. Eu estou à disposição para continuar contribuindo com esse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Márcio, pela sua rica exposição.

Eu passo a palavra, logo a seguir, para a Dra. Silvana do Monte Moreira, representante da Comissão de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito à Família.

Dra. Silvana, a senhora pode falar por 10 minutos, com a tolerância de mais de dois minutos.

A SRA. SILVANA DO MONTE MOREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia.

A SRA. SILVANA DO MONTE MOREIRA – Cumprimento o Senador Confúcio e a Senadora Zenaide Maia, nas pessoas de quem cumprimento a todos os presentes.

Agradeço a oportunidade de estar aqui hoje falando desse assunto tão importante, que é justamente o das crianças e adolescentes invisíveis, ainda mais invisibilizados em função da pandemia.

Nós trazemos o apanhado oficial, da data de ontem, da quantidade de crianças e adolescentes acolhidos, que são 29.979 nas entidades de acolhimento do Brasil, ou seja, nos abrigos, nas famílias acolhedoras, que ainda são poucas, notadamente localizadas no Sul e no Sudeste – no Norte, Nordeste, nós temos poucas famílias acolhedoras –, ou seja, o acolhimento familiar ainda não é uma realidade no Brasil.

Há mais de três anos são 14.503 crianças e adolescentes acolhidos, quando, na realidade, a lei determina, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que o acolhimento máximo é de 18 meses. Então, a gente já vê que 14.503, cerca de 50%, estão acolhidos pelo dobro do tempo. São três anos, no mínimo, de acolhimento. Cinquenta por cento dessas crianças têm mais de seis anos, 57% tem etnia não informada, e 21% são pardas.

E a gente precisa lembrar que o tempo da criança é diferente do tempo do adulto. O tempo da criança é rápido: a infância passa em 12 anos, a adolescência em mais 4 anos. E a gente fica pensando no que fazer com essas crianças, porque não são apenas 30 mil que estão acolhidas. Eu acredito que o dobro disso esteja nas ruas, esteja abandonado, esteja na orfandade. Obviamente que essas 30 mil crianças e adolescentes que estão em acolhimento não são órfãos. Alguns deles têm família, e essas famílias não conseguem fazer a reinserção, que é obrigatória por lei. A excepcionalidade é a colocação em família substituta. A regra é a reinserção na sua família de origem. Mas imagino como essas famílias estão neste momento, sem condições de efetuar a reinserção. Além do mais, quantas dessas crianças são órfãs, sem que ninguém saiba dessa orfandade?

Então, é importante ter esse olhar diferenciado para crianças e adolescentes. Não se trata de: o IBDFAM está lutando para que todas as crianças sigam para adoção. Não é isso. Está lutando para que essas crianças tenham acesso à educação, e, como sabem, Srs. Senadores, estão sem acesso nenhum. Qual abrigo no Brasil que tem um *laptop* para cada criança? Qual abrigo no Brasil que tem uma internet de ponta, que permita que 20 crianças, simultaneamente, tenham acesso às suas aulas? Qual abrigo no Brasil que tem educadores que acompanham essas aulas?

Recentemente, foi informado que cerca de cinco milhões de crianças e adolescentes evadiram da escola. Então, a gente está negando às crianças os direitos básicos: educação, saúde, cultura, convivência familiar e comunitária. Não estamos aqui pregando para convertidos que a adoção é a única opção, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a celeridade dos processos precisa ser impressa a todos os processos que tratam de crianças e adolescentes, nos termos do que já determina o art. 227 da Constituição Federal. Esse artigo tem 32 anos e jamais foi cumprido. O Estatuto da Criança e do Adolescente tem 30 anos, e ainda é considerado uma lei nova!

Então, como o Dr. Márcio, que me precedeu, falou da desinvisibilização, nós concordamos, tanto que o IBDFAM tem o projeto Crianças Invisíveis, para dar voz e rosto a esses 30 mil ou 60 mil ou 90 mil crianças e adolescentes que estão invisibilizadas e cada vez mais invisíveis, por conta da pandemia.

É preciso ter um olhar de carinho, de afeto e de cuidado. O Estado precisa olhar para essas crianças e adolescentes que não votam, que não têm voz, que não têm rosto e que, por isso, são invisíveis. É preciso o olhar de cuidado do Estado, que não tem sido dispensado a crianças e adolescentes.

Não estamos aqui falando "vamos colocar as 30 mil crianças em adoção imediatamente, vamos retirá-las do abrigo sem verificar se têm família, se não têm família". É necessário verificar se a família de origem existe e tem condições de prover a essas crianças cuidado, afeto, carinho, amor, educação, saúde. A partir dessa impossibilidade, as crianças devem, sim, ser colocadas em adoção, mas, verificado o prazo. Os prazos da lei precisam ser cumpridos!

O CNJ, Conselho Nacional de Justiça, determina que, a cada 200 mil pessoas, haja uma vara com competência exclusiva em infância e juventude. Anteriormente, no Provimento nº 36, de 2014, esse número era de 100 mil. Passou recentemente, a partir da Resolução nº 116, de 2021, para 200 mil. E o que a gente vê é justamente a acumulação de competências cada vez maior.

Hoje, por exemplo, aqui no Rio de Janeiro, é infância, juventude e idoso. Em Minas Gerais: infância, juventude e criminal. No Maranhão, eu não sei se as varas têm competência exclusiva em criança e adolescente. Não sei também se cada vara tem, para cada 200 mil habitantes, um psicólogo, um assistente social e um pedagogo. Então, como dar prioridade para crianças e adolescentes se sequer o Judiciário cumpre o que é emanado do Conselho Nacional de Justiça?

Se a gente quer trabalhar a orfandade, se a gente quer trabalhar direitos de crianças e adolescentes, nós precisamos cumprir, antes de mais nada, a Constituição Federal, cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente e lembrar que o tempo da criança é diferente do tempo do adulto.

E uma última provocação, senhores e senhoras: se abrigo for bom, por que nossos filhos não estão lá, passando as férias? Por que nossos netos não estão lá, passando as férias? Por que nós não estamos lá, passando as férias? Abrigo não é bom, e não é bom apenas para crianças que não têm família ou que foram abusadas, negligenciadas, abandonadas por suas famílias de origem. Não é bom para ninguém. Não é bom passar uma noite procurando um olhar carinhoso de um pai, de uma mãe e não ter ninguém para acolher, naquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós pedimos, em nome do Instituto Brasileiro de Direito de Família, é que esse olhar seja dado pelo Estado, um olhar de cuidado, de amor, de carinho, a essa população invisível, que precisa, através dos nossos legisladores, principalmente dos que estão aqui hoje, ter esse momento de cuidado, esse momento de afeto e esse momento de prioridade absoluta na qualidade de sujeitos de direitos que são e não, objeto da família e muito menos objeto do Estado.

Muito obrigada por esta oportunidade de falar com os senhores, com as senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Silvana. V. Sa. falou muito bem, com muita emoção e muito conhecimento.

Tanto a senhora como o Dr. Márcio Thadeu mostraram aqui um conhecimento profundo do tema. Creio que isso vai inspirar muito os questionamentos dos Senadores e também dos internautas que estão assistindo vocês.

O Dr. Rodrigo Azambuja já está na sala? Eu não estou vendo o Dr. Rodrigo Azambuja. Ele está?

O SR. RODRIGO AZAMBUJA MARTINS – Estou aqui, Senador. Bom dia.

Como vai?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem.

O senhor pode ficar à vontade para a sua fala.

Fique à vontade.

O SR. RODRIGO AZAMBUJA MARTINS (Para expor.) – Está bem. Então, bom dia a todas e a todos.

Faço uma saudação especial a V. Exa., Senador Confúcio. Obrigado pelo convite para partilhar esta manhã com os senhores.

Cumprimento a Senadora Zenaide e a Senadora Eliziane Gama. É um prazer também encontrá-las virtualmente.

Eu sou Rodrigo Azambuja. Sou defensor público aqui no Estado do Rio de Janeiro e coordeno a Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais. Essa comissão reúne defensores públicos de todo o Brasil e a gente, na comissão, tenta conversar para dar um tratamento uniforme às questões relacionadas à criança e ao adolescente no Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que são muitas infâncias no Brasil, cada Estado, cidade, tem suas peculiaridades, mas muitos dos problemas são estruturais e estruturantes da sociedade brasileira e por isso que a gente se reúne para tentar combater essas violências, essas omissões que são então estruturais e estruturantes.

Agradeço o convite. É muito importante conversar sobre criança e adolescente, tirá-los dessa invisibilidade, como bem falou o Dr. Márcio. E minha participação aqui, Senador Confúcio, se deu porque no Rio de Janeiro nós, no início da pandemia, tentamos, sem tanto êxito como o Dr. Márcio, articular toda a rede de proteção, para oferecer cuidados àqueles meninos e meninas que teriam que ser, momentaneamente, afastados dos seus cuidadores, que precisariam possivelmente de uma internação decorrente da Covid-19.

No Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública faz parte de um gabinete de crise, criado pelo então Governador, para cuidar dessas questões relacionadas à Covid e foi convidada, então, como membro desse comitê, a organizar um fluxo de trabalho e um fluxo de atendimento a essas crianças que teriam que ser afastadas dos seus cuidadores. E aí, a gente fala, não só de pai e de mãe, mas do tio, enfim, daquele responsável que tomava conta daquela criança e que, eventualmente, seria acometido da Covid-19 e, portanto, tinha que ser afastado daquele menino ou menina.

A gente não conhecia muito a doença no início, a gente tinha as experiências europeias, com cenas horríveis de cidades vazias, ninguém nas cidades, pessoas morrendo dentro de casa, e a gente ficou muito preocupado sobre o que fazer com essas crianças sozinhas dentro de casa.

Então, tentamos articular toda a rede de proteção, a partir de inúmeras reuniões de trabalho com as Secretarias de Saúde, as Secretarias de Assistência Social, na tentativa de elaborar uma nota técnica, que o Dr. Márcio conseguiu ver aprovada, mas aqui no Rio de Janeiro ela não chegou a ser, para sistematizar, então, o fluxo de atendimento dessas crianças e adolescentes.

Não digo que não foi uma prática bem-sucedida, porque, no final das contas, o que a gente viu em relação ao sistema de acolhimento no Estado do Rio de Janeiro é que não houve um aumento de acolhimentos motivados por conta da orfandade. E aí, eu explico isso depois. Então, talvez, todo esse movimento, essa sinergia de ações, tenha, apesar de não estar publicado em um documento oficial, provocado essa integração entre os atores do sistema de garantias, permitindo oferecer cuidados adequados às crianças e adolescentes, evitando o acolhimento institucional, que deve ser excepcional.

A ideia qual era? Sempre que desse entrada – e, aliás, essa é uma ideia que pode ser replicada para qualquer outra situação... Afinal de contas, pode algum adulto, cuidador exclusivo, dar entrada na unidade de saúde e não ter condições, então, de cuidar daquela criança e aquela criança precisar ser protegida. Então, toda vez que alguém desse entrada em uma unidade de saúde, ia ser perguntado se ela era responsável exclusiva ali por alguma criança. E, em caso positivo, isso seria anotado naquela ficha do paciente e, então, indagado a ela quem se responsabilizaria por aquele menino ou menina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Conselho Tutelar, em caso de necessidade de afastamento, seria acionado para prover o cuidado daquele infante, daquele menino ou menina, e faria a entrega, em se tratando de família extensa ou, então, contataria a Defensoria Pública para que fossem iniciadas as ações de *guard*. Isso foi um fluxo sistematizado entre a assistência social e a saúde e que, ao final, não chegou a ser publicada numa nota técnica. Mas, como eu disse, serviu para evitar pelo menos as reuniões de trabalho desse número de orfandade.

E aí eu digo, assim, no Estado do Rio de Janeiro, essas estatísticas são bastante claras. O Ministério Público tem um sistema que chama Módulo Criança e Adolescente. Então, todo menino ou menina que está em situação de acolhimento familiar ou institucional tem informações inseridas nesse sistema, nesse grande banco de dados. E, a cada seis meses, o Ministério Público do Rio de Janeiro, a partir do seu centro de apoio operacional às promotorias de infância de juventude, elabora um censo. E esse censo, então, também pergunta não só o número de acolhidos, mas também e, em especial, os motivos do acolhimento.

Fez-se uma comparação em relação ao ano anterior e o ano afetado pela pandemia. E aí o que se constatou é que houve uma redução enorme de acolhimentos. Em 2019, eram 1.365 crianças acolhidas, seja institucionalmente, seja em acolhimento familiar, que é a família acolhedora; em 2020, 638. E entre as causas do acolhimento, que são múltiplas, desde negligência, situação de rua, abandono dos pais, risco de vida na comunidade, questões relacionadas à violência sexual, guarda malsucedida, devolução da adoção, o que muitas vezes e, lamentavelmente, acontece... A orfandade, em 2019, era de 8 meninos e meninas em acolhimento; e, em 2020, só um. E em calamidade pública, em 2019, nada; em 2020, por conta da Covid, dois. Então, somando um e outro, a gente não viu um impacto nos serviços de acolhimento em razão dessa orfandade.

E por que isso? A sociedade brasileira se organiza de uma forma em que todo mundo acaba provendo cuidados de criança. Está lá na Constituição Federal, isso é um dever de todos, da sociedade, assegurar direitos de criança e adolescente. E a gente vê muito isso aqui, as pessoas cuidando das crianças. Há muitas madrinhas, amigos, vizinhos que acabam, na ausência do pai ou responsável, se responsabilizando pelos cuidados dela e assegurando, então, direito à convivência familiar. Pelos dados desse censo foi demonstrado que provavelmente foi isso que aconteceu. Houve uma redução enorme no número de acolhimentos. A gente esperava que esses acolhimentos pudessem se reduzir, porque não é ideal que fiquem em instituições coletivas, até para realizar o isolamento social. Mas pelo menos a gente esperava que, se esse fluxo não desse certo, o número, em razão das orfandades, de acolhimento pela orfandade ou pela calamidade pública aumentasse. E isso não se verificou no Estado do Rio de Janeiro.

Tudo isso para dizer o quê, Senadores? Não há nenhuma necessidade, pelo menos o censo que foi realizado no Estado do Rio de Janeiro demonstra, de abreviar prazos de processos, além dos já previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, com a justificativa de que a Covid-19 provocou inúmeros órfãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilaterais e, então, há necessidade de agilizar e correr com esses processos, muitas vezes violando os direitos da família natural, que é o que muitas vezes acontece em relação a esses processos.

Então, não há necessidade disso. Há necessidade desse atendimento integral, como muito bem demonstrou o Dr. Márcio, para prover cuidados a esses meninos e meninas, seja ele através de um apoio financeiro, como já previsto no projeto de lei mencionado, seja através de outras ações intersetoriais com os Cras e com os Creas, para, então, promover o desenvolvimento saudável desses meninos e meninas que perderam seus pais e suas mães.

Eu fico à disposição para outras perguntas, questionamentos, mas o fato é que a situação da pandemia não provocou meninos órfãos deixados nos abrigos a justificar, então, uma redução ou uma modificação da legislação em relação ao processo de adoção que já é bastante avançado. O que peca, na verdade, são a estruturação das varas da infância e da juventude e também as políticas sociais de apoio à família, porque a adoção não pode ser vista como a primeira ou a única solução – deve-se dar apoio às famílias de origem, afinal de contas, romper laços é excepcional e provoca danos –, e deve ser, sim, a última opção.

Então, concluo aqui brevemente a minha fala.

Agradeço, imensamente, a oportunidade de compartilhar a manhã com V. Exas. e fico aqui à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Azambuja.

Eu passo a palavra para o Dr. Walberto Maciel. Dr. Walberto, com a palavra. (*Pausa.*)

Dr. Walberto.

Acho que ele não está na sala. Ele não está. Bem, então, assim sendo, o Dr. Walberto, se conseguir entrar, falará depois.

Então, neste momento, nós passamos agora à relação dos inscritos.

O Senador Wellington Fagundes está na sala?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington Fagundes, arrume seu som, pode entrar e fazer seus questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, na verdade, eu sempre faço aqui os questionamentos não pessoais, mas muito mais orientado pela consultoria. Então, eu vou ler aqui as sugestões.

A pandemia da Covid-19 é a causa de uma das maiores crises sanitárias que enfrentamos desde a epidemia de gripe espanhola, que, com certeza, assolou o Brasil, já no início do século passado. Somada à crise econômica, também ela contribuiu para triplicar a população que vive abaixo da linha da pobreza neste ano de 2021, e, de acordo com o levantamento da Fundação Getúlio Vargas, esses números já são confirmados.

Além da doença e da fome, as famílias ainda sofrem com o luto pela perda de seus entes queridos. Embora não sejam afetados pelos sintomas da Covid-19, pode-se dizer que crianças e adolescentes são vítimas indiretas, pois muitas estão sujeitas a perder o pai e a mãe em função da pandemia. No caso de crianças e de adolescentes de baixa renda, a situação é ainda mais grave, pois se verão privados do vínculo afetivo com os pais e das únicas fontes de renda familiar. Sem a perspectiva de acolhida pela família extensa, também vulnerabilizada pelo cenário de dupla crise, a única via possível será o acolhimento institucional e, se o acaso favorecer, a adoção por nova família no futuro. Considerando que, entre os órfãos da Covid-19 em situação de vulnerabilidade, poderemos encontrar os filhos de pais vítimas da doença, bem como de pais que faleceram de outras causas no período, e que já existiam órfãos vulneráveis antes da crise sanitária – sendo razoável inferir que sua condição de vulnerabilidade se tornou ainda mais aguda –, são duas perguntas, Sr. Presidente. Para fins de garantia de apoio e assistência social, seria justificável conferir tratamento diverso a órfãos vulneráveis cujos pais foram vitimados pela Covid-19, em vez de assegurar tratamento adequado e isonômico a todos os órfãos em situação de vulnerabilidade? Essa primeira pergunta fica aberta.

A outra pergunta é para o Sr. Márcio Thadeu Silva Marques: a pandemia da Covid-19 afetou a tramitação de feitos nas Varas de Infância e Juventude? Houve a redução do número de adoções quando comparada com o período pré-pandemia? Poderia elencar os desafios com os quais a política de atendimento aos direitos de crianças e adolescentes tem se deparado no contexto pandêmico? É correto afirmar que alguns deles foram acentuados com a pandemia e, provavelmente, subsistirão quando superarmos a crise sanitária?

Eu acho que não consegui assistir totalmente às três palestras, mas eu gostaria também que vocês falassem ou fizessem algum comentário também sobre o impacto para essas crianças em função também da questão do retorno à sala de aula ou da ausência de sala de aula, porque nós sabemos que muitas crianças vão para as escolas em função da merenda escolar, muitas famílias no Brasil entendem que a educação das crianças é papel da escola, invertendo a situação, porque, no nosso entendimento, o papel da escola é ensinar, e o da família, educar. Como vocês analisam essa situação hoje, com esse volume de crianças fora da escola? Qual o impacto direto que vamos ter também em relação à vulnerabilidade? E aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu quero colocar não só a vulnerabilidade daqueles que são órfãos, mas também a vulnerabilidade dessas crianças que praticamente têm pais, mas são sem pais, estão abandonadas aí nas periferias. Eu acho que a experiência de vocês nos traz, exatamente, a perspectiva do que nós podemos fazer. Eu ouvi aí que, praticamente, não tem o que se fazer em termo da legislação na questão da adoção, mas eu ouvi também a Dra. Silvana Moreira afirmando que o problema é a demora também que temos nesses processos de adoção.

Então, eu fico aqui, na condição de Relator, querendo ainda mais, sedento ainda mais exatamente pelo que nós poderemos ter e fazer na esperança de que o pós-pandemia seja o mais rápido possível, ou seja, que a gente encontre e que haja vacina suficiente para vacinar todos os brasileiros e o mundo, para que a gente possa debelar essa pandemia.

E aí, Senadora Eliziane, na semana que vem, teremos o Paulo Guedes. Eu gostaria até que nossos palestrantes pudessem falar também do ponto de vista econômico: o que nós temos que cobrar também da equipe econômica em relação a essa questão das crianças vulneráveis.

Só quero anunciar aqui, Presidente e todos os companheiros, que foi aprovada, esta semana, pela Câmara dos Deputados, um projeto de minha autoria que autoriza a indústria de saúde animal a fabricar as vacinas contra a Covid.

E, na semana que vem, Senador Izalci... O projeto já voltou para o Senado, e eu já falei com o Senador Rodrigo Pacheco sobre a possibilidade de termos a votação já na semana que vem, com certeza sob a sua relatoria. Quem sabe na terça-feira a gente consiga aprovar também no Plenário do Senado e possa remeter, então, finalmente, para o Presidente da República e ter esse projeto sancionado.

Aí, depois, a outra etapa é exatamente fabricar as vacinas brasileiras, com tecnologia brasileira, produzindo 100% do IFA aqui, no Brasil, que é a vacina pronta.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Olha, como o Senador Confúcio se afastou um pouquinho, eu, na condição de Relator, vou estar aqui como se estivesse exercendo a Presidência provisoriamente.

Ah, ele voltou!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu estou aqui. É que eu esqueci de... (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu já estava querendo tomar sua cadeira, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Confúcio, cuida da cadeira! Senão, o Wellington toma.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É, ele vai... (*Risos.*)

Vou ser deposto, né? Vou ser impitimado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Chama-se usurpação de poder.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama, autora dos requerimentos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, parece-me que o Wellington... Não sei se ele fez alguma pergunta para o Márcio Thadeu ou não, estou errada?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ele fez, sim, para o nosso primeiro...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu fiz uma para o Márcio e a outra é livre.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A outra é para todos falarem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu só queria saber se V. Exa. vai facultar aos convidados a resposta ao Walberto. Ah, não, porque está, na verdade, por bloco, né?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É, por bloco. Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Ah, desculpe-me, meu Presidente. Desculpe-me.

Eu quero cumprimentar, mais uma vez, a todos os convidados. Eu fico muito feliz em trazer este debate. A questão da infância, eu acho que deve ser uma prioridade de fato de todos nós, mas eu quero, na verdade, pegar aqui o final. O Walberto trouxe o tema final, que eu acho que é o cerne da questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Márcio Thadeu fala uma frase aqui, no Maranhão. O Dr. Márcio é uma referência muito grande para nós, Senador Confúcio, na questão da infância e da juventude. Quando a gente fala do princípio da prioridade absoluta constitucional, ele diz o seguinte: "A prioridade da criança e do adolescente é no Orçamento. Não dá para a gente falar de prioridade para criança e adolescente se a gente não colocar essa prioridade dentro do Orçamento, seja ele estadual, municipal ou nacional".

E, nessa perspectiva, eu alterei a Constituição do Estado do Maranhão. Eu acho que, inclusive, é algo que os Estados também podem replicar. Quando eu era Deputada Estadual, foi proibido o contingenciamento orçamentário e o remanejamento orçamentário da infância. Ou seja, se eu tenho esse princípio constitucional que fala da prioridade, eu não posso cortar e não posso remanejar, porque isso acaba infringindo esse princípio constitucional e gera até improbidade administrativa. Então, isso de fato é um princípio que tem que se considerar em relação aos Estados.

Então, nessa perspectiva, por exemplo, a Dra. Silvana falou da questão da unificação das competências das delegacias, promotorias e varas especializadas de todo o Brasil. Esse, de fato, é um problema muito sério, eu diria assim, porque o que nós temos? E isso é uma realidade do Maranhão e é uma realidade do Brasil inteiro. Você tem uma delegacia que aglutina as demais ações.

Então, você tem, por exemplo, as DEAMs, as delegacias especializadas da mulher, é delegacia especializada da mulher e da criança e adolescente. Então, isso é um problema no Brasil inteiro porque você não consegue ter uma exclusividade de competência. Então, você tem que atender tanto a criança e também atender a mulher, e isso acaba sobrepondo as ações, sobrecarregando e não dando de fato exclusividade.

E é bom a gente lembrar que nós aprovamos agora recentemente no Congresso Nacional, inclusive no Senado Federal tivemos um trabalho muito importante, capitaneado e conduzido também pela nossa Líder, a Simone Tebet, que foi assegurando recursos para a implantação de delegacias da mulher. Por que eu faço essa referência? Porque na hora que eu tenho uma delegacia especializada da mulher, automaticamente eu tenho muito mais espaços para garantir, portanto, essas estruturações em todos os Estados brasileiros para o atendimento de fato da criança e do adolescente.

E aí nós vamos receber aqui o Ministro Guedes. Se a gente quer de fato trabalhar a proteção de nossas crianças e adolescentes, nós precisamos colocar essa prioridade no Orçamento da União. Quando eu apresentei agora o projeto de lei criando esse fundo especial, nós já temos o Fundo para a Infância, mas o Fundo para a Infância não é o suficiente para esse atendimento. Por exemplo, todo o trabalho da assistência social, que é muito lá no Município... Nós temos as redes municipais, e nessas redes, para elas terem efetividade, a gente precisa ter – e aí Dra. Silvana lembrou muito bem – o psicólogo, precisa ter o atendimento psicossocial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Maranhão, Dra. Silvana, foi o primeiro Estado brasileiro a criar um complexo, que foi o CPTCA, inclusive muito bem capitaneado pelo Dr. Márcio Thadeu. Então, nesse complexo, nós temos lá tudo concentrado, nós temos delegacia, nós temos varas especializadas, nós temos promotoria. Nós temos tudo lá e temos o atendimento técnico, o atendimento da perícia técnica especializada, com a presença do psicólogo, com a presença do assistente social.

Então, esse atendimento para dar o laudo psicossocial é fundamental porque, quando uma criança sofre algum tipo de agressão, não dá, às vezes isso não se caracteriza apenas lá na perícia técnica pura e friamente. A análise psicossocial, de fato, é muito importante.

Mas eu quero finalizar aqui fazendo uma pergunta para o Dr. Márcio Thadeu. Eu acho que a iniciativa que ele teve, na verdade, nessa implementação desse provimento a partir do atestado de óbito, dando essa sinalização, ou seja, a criança não vai ficar desamparada. Morreu o pai, morreu a mãe, que tenha essa orfandade do pai e da mãe, ou mesmo só da mãe, que tenha isso lá consignado, para que todo esse aparelho de assistência possa ver o dia seguinte.

Eu sempre digo, por exemplo – só para finalizar, Presidente –, que isso é geral. As pessoas, quando há um falecimento, no primeiro dia toda a sociedade tem um impacto. No primeiro mês, esse impacto fica lá com as pessoas mais próximas. Do segundo para o terceiro mês, só a família, depois só o pai, depois só a mãe, depois só o filho, entendeu?

Então, há o mês seguinte, há o dia seguinte. E esse atendimento que o Dr. Márcio coloca a partir dessa ação mais, eu diria assim, imediata e compulsória, faz com que esse mês seguinte, esse dia seguinte possa ter um olhar do Poder Público, porque esses órgãos de assistência vão dar esse atendimento.

Eu queria finalizar, Dr. Márcio, sabendo que a gente está no meio de uma pandemia, numa iminente terceira onda. Agora mesmo, a gente viu ontem o início do crescimento, infelizmente, de mortes. O que é que o senhor já tem, de forma materializada, a partir dessa implementação, no Estado do Maranhão? O senhor já consegue sentir isso? O resultado que o senhor já consegue sentir. E pedir para que todos os nossos demais colegas, dos demais Estados brasileiros, possam também seguir essa mesma lição que foi adotada aqui no Maranhão. Acho que é muito importante para o Brasil.

Muito obrigada, Presidente. Desculpa aí o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama, autora do requerimento.

Nós vamos fazer o seguinte, para todos os nossos convidados, para organizar as perguntas e as respostas: um bloco de três, Senador Wellington, Eliziane e Senador Esperidião Amin; e um bloco, depois, da Senadora Zenaide e do Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Esta Comissão, além dos serviços que já prestou, é uma aula, uma disciplina sobre a humanidade, ou seja, o ser humano diante de uma pandemia que já ultrapassou a casa dos 15 meses. O primeiro alarme formal que o Brasil teve foi exatamente há 15 meses.

Eu queria me dirigir especialmente à Sra. Silvana. Eu não gravei de onde é que a senhora é, onde nasceu. Se puder me informar, eu posso formular melhor a minha pergunta.

A SRA. SILVANA DO MONTE MOREIRA – Eu nasci em Alagoas, Senador. Eu sou alagoana, nasci em Maceió, moro no Rio de Janeiro há 35 anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que eu gostaria de lhe colocar é exatamente em função dessa experiência, focando nesta expressão, "os órfãos da Covid".

Eu estava relendo aqui, Senador Confúcio... Eu pediria até um minutinho a mais. Eu escrevi, em 1987, um texto sobre a minha visita a Morpará. Eu saí de Oliveira dos Brejinhos, na Bahia, onde eu acabei ganhando uma afilhada, porque o padrinho não apareceu, e de Kombi a diesel, fui parar em Morpará, às margens do Rio São Francisco. Em Morpará, eu me defrontei com a seguinte cena: uma senhora trabalhando bilro, fazendo como fazem as nossas rendeiras aqui, uma renda de bilro azul claro. E ela me disse o seguinte: "Aqui não há órfão, porque ninguém deixa ficar órfão", ou seja, em meio àquela pobreza, havia, acima de tudo, esse sentimento.

Então a frase que eu reproduzo, nesse artigo de 1987: "Já cadastramos mais de 800 crianças. Não se sabe de onde vêm tantas. Com o detalhe de que aqui criança não fica abandonada. Os vizinhos, parentes ou não, não deixam, e o padrinho tem a noção de grande responsabilidade assumida". E eu pensei logo na afilhada que eu tinha herdado. E, só para complementar, então, ela estava fazendo uma peça de bilro. "O que é que a senhora está fazendo?", eu perguntei. "A minha mortalha. Quem não morre de moça, de velha não escapa. E eu vou ser enterrada bonita, mortalha puxando para azul-claro."

Então, eu queria recolher dessa nossa aula de hoje uma lição de humanidade, porque o abrigo não poder ser... O abrigo institucionalizado não resolve o nosso problema. Então, nós temos que ter uma legislação para cuidar, com humanidade, dessa circunstância que a pandemia agravou. Ela não criou a orfandade, mas ela multiplicou.

Aqui foi aprovada, aqui em Santa Catarina – e tenho a felicidade de ter sido proposta pelo Deputado João Antonio Heinzen Amin Helou – a prioridade para as lactantes. Aqui já é lei. Nós já votamos no Senado, foi para Câmara, projeto de lei do Jean Paul Prates. Aqui já é lei, já tem número e já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sendo regulamentada, para priorizar a vacina para as lactantes. As gestantes devem ir junto. Mas, para os órfãos da Covid, nós temos que ter uma lei, uma legislação, que não vai poder dar amor, carinho, mas que pelo menos vai cumprir o papel do Estado de conceder um arrimo para esses filhos da tragédia.

Então, queria pedir ao meu amigo Confúcio que não terminasse esta reunião sem redigir esse texto, que tem que ser uma lei. Viu, Zenaide? A nossa Zenaide, que me comoveu falando sobre as vítimas da zika. Nós temos uma história em comum nisso aí. São pessoas que nem sabem o que aconteceu e que vão saber com o tempo, com todas as degravações e distorções que o tempo acumula. Então, nós não podemos terminar esta reunião, suspenda. E vamos redigir um texto que ponha em termos legislativos a nossa proposta para que o Estado brasileiro, se não puder dar amor, pelo menos dê um suporte básico legal, financeiro, sob a forma de pensão ou o nome que se atribua a esses filhos da tragédia e órfãos da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Então, vamos agora organizar as respostas. Logo depois, faremos o último bloco, que é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, V. Exa. me permite um aparte de 30 segundos apenas?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, o que o Esperidião Amin coloca é muito importante.

Quero só lembrar que nós apresentamos um projeto, Esperidião, construído a várias mãos por pessoas importantes que não conseguiram participar hoje; o Walberto, que faz um trabalho já muito intenso nessa área; o Dr. Márcio Thadeu... Então, o projeto que nós apresentamos, Esperidião, apresenta, além do fundo, exatamente todo o arcabouço legal para esse atendimento. Acho, inclusive, que, como ele está em fase de tramitação, pode ser melhorado com implementações e complementações feitas por esta Comissão.

Só a título de informação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora.

Então, vamos às respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, são três indagadores: o Senador Wellington Fagundes, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Esperidião Amin.

Com a palavra, para resposta, pelo tempo de quatro minutos, o Dr. Márcio Thadeu Silva Marques.

O SR. MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero começar agradecendo ao Senador Esperidião Amin por essa sua fala, porque eu acho que ele acaba dando resposta a várias das indagações aqui colocadas.

Primeiro, abordo a pergunta, o questionamento de S. Exa. o Sr. Relator sobre por que priorizar essa atenção de políticas públicas, esse esforço legislativo para os órfãos da Covid. Esta frase, com a autorização do Sr. Senador Esperidião, eu vou passar a incorporar: "A pandemia não criou a orfandade, mas ela multiplicou a orfandade". Perfeito, Senador! E multiplica de uma maneira tal que ela vem de inopino, ela vem sem aviso e, muitas vezes, ela vem de maneira definitiva.

A composição demográfica das nossas famílias é hoje, numa imensa maioria, de perfil monoparental com salto de geração. Quando a gente fala aqui em orfandade, não é só aquela questão de morrer o pai ou morrer a mãe; é morrer o arrimo da família, que, no Nordeste, é a bisavó, que, com o dinheiro da aposentadoria ou do BPC, sustenta duas, três gerações de descendentes. O Ipea tem um estudo – a Senadora Eliziane até falou sobre isso – sobre a morte precoce de idosos e o impacto disso na composição familiar e na subsistência dessas famílias.

Então, no Estado democrático, a questão aqui é proteger quem é ainda mais frágil. Nem sempre a orfandade, além da dor, vai causar a vulnerabilidade social e econômica ou, até mesmo, nos termos do art. 98 do Estatuto, a situação de risco, que é a violação dos direitos estabelecidos constitucionalmente. Mas, no caso da pandemia, pela sua dimensão – a OMS, há pouco mais de mês, anunciou 3 milhões de mortos no mundo –, se a gente pegar isso e a incidência atual da doença no nosso País, que vem ceifando a vida de pessoas na idade fértil, entre 29, 30 anos... E a morte de puérperas, Sr. Presidente, mais do que dobrou; ela quase triplicou nos últimos dois anos. E a morte de puérperas, eu volto a insistir, traz a orfandade para uma fase da vida das crianças em que elas dependem absurdamente dos pais para o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, que é a primeira infância. Eu tive a oportunidade, ontem, de falar rapidamente na Rede Nacional Primeira Infância, colocando a necessidade de se fixar ainda mais essa atenção para essa fase entre zero e seis anos.

Então, obrigado ao Senador Esperidião Amin por explicar, porque precisamos, temos a obrigação, pelo texto da Constituição, pelo nosso compromisso convencional, como signatários da Convenção da ONU sobre Direitos da Criança, mas também para podermos primar o nosso processo civilizatório, o nosso projeto de nação, priorizando agora quem é mais frágil, ou seja, os hipervulneráveis órfãos da Covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Num segundo momento, também quero aproveitar e pedir licença ao Senador Esperidião para replicar aqui a história que ele nos contou, daquela frase daquela bordadeira de bilro, de que aqui as crianças não ficam órfãs. Isso me lembra aquela frase que diz que é preciso toda uma aldeia para criar uma criança. Isso se chama, tecnicamente, rede social de apoio: é a vizinha que viu o menino ficar órfão e o traz pra dentro da sua casa; é a madrinha que faz a mesma coisa. E isso não é algo absurdo; isso tem uma previsão como cuidados alternativos – é a expressão que consta do Artigo 20 da Convenção da ONU, que, para nós, no Brasil, é norma supralegal, na dicção do Supremo Tribunal Federal. Portanto, mais uma vez, acho que o Senador nos traz a resposta para essa questão – aquilo que a Senadora Eliziane Gama falou com muita profundidade –: é preciso garantir prioridade no orçamento. Não se pode tratar essa questão sem garantir a segurança de renda para quem vai acolher essas crianças, as famílias ou as redes sociais de apoio. E, nas famílias, em princípio, para garantir a continuidade do direito à convivência familiar, a família extensa, na forma do art. 25.

Nesse aspecto que o Senador Esperidião nos fala, essa segurança de renda também é recomendada; já é a pauta da assistência social no Nordeste, por decisão dos gestores da assistência social, da Câmara Temática do Consórcio Nordeste. O esforço é esse. Inclusive, Senador, aquela nota técnica da Câmara Temática do Consórcio Nordeste faz a sugestão – consta na minha apresentação – de aprovação do PL 851, que fala desse auxílio emergencial. Mas eu quero também lembrar que o Governo Federal também anunciou uma intenção nesse sentido, e esse projeto do Facovid, desse fundo de amparo à criança órfã pela Covid-19, apresentado no último dia 15 pela Senadora Eliziane, é muito importante por dois aspectos: primeiro, porque enfrenta essa questão que o senhor nos trouxe, da necessidade da segurança de renda; e, principalmente, porque dá titularidade para isso à política da assistência social. Há uma previsão não só do ativo, que é a receita lotérica, um percentual da receita lotérica; faz a gestão pelo Conselho Nacional da Assistência Social; e traz o protagonismo da decisão sobre a extensão, sobre como fazer, sobre quem amparar para os Conselhos Municipais de Assistência Social, na estrita forma do art. 22 da Loas (Lei Orgânica da Assistência Social).

Então, quero agradecer a oportunidade desses questionamentos, porque acho que nos trazem essa questão.

E, respondendo ainda ao Sr. Relator – peço muitas desculpas, porque sei que o tempo já estourou – sobre o que perguntar ao Sr. Ministro da Economia, quando ele estiver com V. Exas., é lembrar que acima da economia está a Constituição, e nesse texto constitucional a prioridade absoluta é o direito da criança e do adolescente, porque, respeitando-se o direito da criança, se respeita o direito da família e de toda a sociedade, da cidadania, do mínimo existencial.

E aí, Sr. Relator, eu quero, inclusive, lembrar isso que a Senadora Eliziane, brilhantemente, trouxe: foi do Maranhão a primeira Constituição de Estado a proibir o contingenciamento das verbas da infância. Eu acho que o que precisamos nesta época é uma assertividade no que é absolutamente prioritário, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a dignidade da pessoa humana, que é a cidadania, e, nesse aspecto, trazer essa importância prioritária orçamentária para os órfãos da Covid, fazendo aprovar com essa intangibilidade: não se poder tocar esse dinheiro para esses órfãos. Porque, eu volto a insistir, é um problema de uma geração inteira, como foi o caso da microcefalia. E no caso da microcefalia – a Senadora Zenaide vai lembrar – se mudou o SUS, se mudou o SUAS, se alterou o BPC para atender a especificidade dessa demanda de vulneráveis.

Mais a gente teria que falar, mas eu vou esperar o próximo bloco para poder me aprofundar um pouco mais. Eu peço desculpas e agradeço a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Márcio.

Com a palavra a Dra. Silvana do Monte Moreira.

A SRA. SILVANA DO MONTE MOREIRA (Para expor.) – Obrigada Senador, obrigada Senador Esperidião Amin por ter descoberto que eu sou alagoana. Eu tenho muito orgulho do Nordeste, e é muito bom estar ouvindo aqui a fala do Dr. Márcio e da Senadora Eliziane, que fala especificamente do Maranhão.

Então, eu queria responder inicialmente sobre o número de adoções. Em 2019, de janeiro a março, foram 673; em 2020, 683; em 2021, 289, ou seja, houve uma redução enorme com relação aos anos anteriores.

Com relação a projeto de lei, Senador Esperidião Amin, a Senadora Zenaide é a Relatora do Projeto de Lei 4.414, de 2020, que, inclusive, pode sofrer alterações e que fala especificamente da situação das crianças órfãs pelo Covid.

O Brasil não enfrentou até agora uma situação de orfandade muito grande. As nossas questões para colocação de criança e adolescente em família substituta sempre se deram pelas razões elencadas no Código Civil, ou seja, maus tratos, abandono, negligência, exploração da criança. Essa situação de orfandade nós estamos presenciando pela primeira vez agora em razão do Covid. Então, é preciso ter um olhar diferenciado para a questão da orfandade. O projeto de lei está pronto, é sujeito a substitutivo, a alterações, então o primeiro passo já foi dado.

A outra questão, que foi tão bem falada pelo Dr. Márcio, é a questão da prioridade absoluta. Toda vez que se tenta fazer qualquer tipo de alteração em atendimento a esse sujeito de direito, que é economicamente inativo, que é a criança e o adolescente, esse sujeito de direito – desculpem a repetição – que não vota, nós temos o problema da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas creio que eu não precise dizer para os senhores que existe uma pirâmide de leis, a pirâmide de Kelsen. A Constituição Federal está no topo da pirâmide; a Lei de Responsabilidade Fiscal está aqui embaixo. Então, jamais o art. 227 da Constituição Federal pode estar subordinado à Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando se falar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento público, quando se falar com o Ministro Guedes, é preciso que essa participação orçamentária prioritária seja para crianças e adolescentes. E acrescento: não apenas para crianças e adolescentes, porque o art. 227 inclui também os jovens.

Para onde estão indo esses jovens após o período de acolhimento institucional? Eles não têm família, eles não têm rede de apoio, eles não têm a comunidade para acolhê-los. Eles vão para a rua e chegam a nós sociedade civil com pedido de: uma bicicleta para fazer entrega de comida pelo aplicativo; um curso para cortar cabelo, fazer maquiagem. Nós a sociedade civil assumimos o ônus do Estado. Onde estão as repúblicas, Senadores? Onde estão a repúblicas? No Rio de Janeiro, nós teremos a primeira agora: uma república que acolherá seis jovens apenas. Será que esse é o contingente de uma cidade com cerca de 7 milhões de habitantes?

E, como eu falei, Senadora – desculpe-me, é que aqui eu me perco um pouco – Eliziane, as varas da infância e da juventude, há sete anos, precisam ter competência exclusiva, ou seja, o Provimento nº 36 já saiu da primeira infância, e não foi cumprido. Há raro exemplo, como o Estado de Pernambuco e, talvez, o Estado do Maranhão, pelo que entendi do que a Senadora falou, mas é preciso ser cumprido no Brasil inteiro. Como a gente pode dar prioridade absoluta a crianças e adolescentes sem um estudo psicológico, sem um estudo social, sem um estudo pedagógico? A gente está fazendo um massacre com nossas crianças e adolescentes sem educação.

E há uma outra questão: a exploração sexual aumentou absurdamente durante a pandemia. Basta verificar os relatórios feitos pela Polícia Rodoviária Federal. Os pontos de exploração sexual aumentaram absurdamente. Então, nossas crianças estão sem família, sem educação, sem cuidado, exploradas sexualmente ou ainda submetidas ao trabalho infantil, que é um absurdo, notadamente neste mês, em que a gente luta tanto contra isso.

Então, são esses os pontos.

Nós não queremos e não estamos lutando aqui para retirar crianças de famílias cuidadosas, amorosas e afetivas. Nós estamos lutando é pela prioridade absoluta de crianças e adolescentes e jovens, que já foram alijados da convivência familiar e comunitária pela orfandade ou pelo abandono ou pelos maus-tratos ou pela negligência. Nós não estamos aqui buscando retirar crianças de famílias que as amam, que as cuidam e que as protegem.

Mais uma vez, obrigada por este momento de fala.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, doutora.

Eu passo a palavra ao Dr. Rodrigo Azambuja Martins, para fechar este bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO AZAMBUJA MARTINS (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Senador Wellington, tentarei responder algumas das perguntas que V. Exa. fez: se havia justificativa para conferir tratamentos distintos aos órfãos que vieram da pandemia e aos da orfandade, que não é um fenômeno que surgiu com a pandemia, mas foi, de fato, multiplicado pelo aumento da perda de vidas. E a gente tem que se perguntar se, de fato, há uma distinção que justifique esse tratamento diferenciado.

Aí eu, pensando alto com V. Exa., talvez, como eles, não podendo ter experimentado o luto muitas vezes, sequer às vezes conseguiram ir ao enterro dos seus pais e despedir-se do seu familiar, esse tempo prolongado que eles permaneceram afastados do convívio social, porque tiveram que ficar em casa, talvez toda esta situação seja diferente da situação daquelas pessoas que perderam seus pais, e que também obviamente por isso sofreram, a justificar um tratamento diferenciado.

Quando a gente deu o tratamento diferenciado aos casos de chikungunya, a gente observou que aquela era uma doença, por exemplo, que surgiu no Brasil, enfim, com vários impactos sociais, e justificou, então, esse tratamento diferenciado, muito embora existissem também outras deficiências que talvez justificassem.

Então, só resumindo: acho que há uma situação diferente, que merece, então, um tratamento jurídico distinto. O fato de não poder ter elaborado o luto, comparecido a um enterro, muitas vezes, porque a Covid o impedia, e o fato de ficarem isolados do convívio social por muito tempo, terem ficado também, como o senhor já perguntou, sem aulas durante muito tempo, talvez, justifiquem, então, esse tratamento distinto.

V. Exa. também me perguntou se houve impacto nos processos. Os processos, no Rio de Janeiro, ainda tramitavam em forma física, em termos de papel. Então, isso, obviamente, por conta do fechamento dos fóruns e desse atendimento remoto, dificultou um pouco. Mas o fato de ter havido menos adoções, como narrou a Dra. Silvana, não quer dizer que houve menos proteção a criança e adolescente. O fato de caírem as adoções não quer dizer que as nossas crianças estejam menos protegidas.

A pergunta, talvez, teria que ser outra: houve mais ou menos proteção? Não necessariamente a adoção é a única forma de proteção e cuidado, talvez retornos à família, que foi estruturada de acordo com as medidas de apoio prestadas pelo Estado, encaminhamentos para família extensa, uma vez estruturada, tenham sido, então, medidas positivas e mais asseguradoras de direitos de criança e adolescente. O simples fato de cair o número de adoção não quer dizer que houve desproteção dessas nossas crianças.

Os desafios, Senadores! A gente verifica um subfinanciamento do Estado do bem-estar social, desde as emendas constitucionais que foram aprovadas, com congelamento de gastos. Aqui, eu lembro que nós, no art. 227 da Constituição, fizemos um pacto intergeracional. Cuidamos de crianças com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridade absoluta, primeiro asseguramos os direitos delas, porque elas vão se tornar, então, adultos mais responsáveis e poderão, então, gerar mais renda, mais recursos, propiciar mais desenvolvimento e cuidar da gente quando estiver idoso e mais velho.

Então, é este o pacto intergeracional: investir em criança para, quando eles crescerem cidadãos ativos, economicamente bem desenvolvidos, cuidar de nós quando estivermos velhos. E isso não vem acontecendo. Apesar de o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) já dizer da destinação privilegiada de recursos, o que, na verdade, a gente vê, não é isso.

Aí, talvez, sugiro a V. Exas., aqui, muito humildemente, perguntar ao Ministério da Economia qual é esse Orçamento Criança e Adolescente. Quanto eles destinam exclusivamente para essas crianças? Talvez, se a gente conseguisse exercer, fazer uma lupa sobre esse Orçamento Criança e Adolescente, seria bom para a gente, talvez, concluir que o Estado tem falhado nessa questão da destinação prioritária de recursos. A garantia da prioridade absoluta demanda esses investimentos.

Aí, Senadora Eliziane Gama, vou abrir a Constituição do Estado do Maranhão, que não conhecia, e talvez tentar sugerir uma emenda semelhante à Constituição do Estado do Rio de Janeiro, porque, de fato, a gente precisa cuidar das nossas crianças e para cuidar de criança é preciso ter dinheiro.

O impacto nas aulas foi trágico, Senador Wellington. V. Exas. tentaram assegurar recursos para o funcionamento remoto das atividades educacionais não presenciais. V. Exas. sabem que houve o veto da Presidência da República, depois V. Exas. derrubaram esse veto, mas isso tudo retardou esses processos.

Ai, meu Deus, defensor público fala muito.

Mas, assim, aqui no Rio de Janeiro, só para um esclarecimento, nós tentamos fazer com que a segurança alimentar fosse garantida, a partir da aprovação de lei pelo Parlamento, com distribuição dos recursos do Pnae, dos gêneros alimentícios que foram adquiridos com o Pnae, a verba federal. Mais de 20 Municípios, Senadores, foram processados, porque ficaram em estado de letargia, não entregando, apesar da suspensão das aulas, merenda aos meninos e meninas que têm seus aportes nutricionais obtidos da merenda.

Eu termino, e me estendi um pouco, concluindo que o Estatuto da Criança e do Adolescente já oferece oportunidade de cuidado.

Quando a Dra. Silvana diz que não quer tirar filhos de famílias protetoras, a gente tem que observar que, muitas vezes, se confunde pobreza com descuido, com abuso e maus-tratos. E, por isso, esse discurso, e muitas vezes o que defende o IBDFAM, destoa para a retirada inadequada e inaceitável de crianças pobres das suas famílias pobres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois da privação da liberdade, a maior interferência que se faz na vida de famílias, em especial famílias pobres, é a retirada dos seus filhos. Então, é preciso ter muito cuidado em relação a isso e é preciso apoiar essas famílias. Ainda que elas não sejam cuidadoras, vamos tentar apoiá-las e, se isso der errado, lógico, num espaço de tempo adequado também ao tempo da criança, que é sujeito especial de direitos, aí sim, encaminhar para família extensa ou substituta.

Obrigado pela atenção e fico à disposição para novas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, doutor.

Bem, agora eu passo...

O Dr. Walberto Maciel, que é um dos convidados, teve dificuldade de entrada inicial, mas o senhor pode aguardar aí um pouquinho, Dr. Walberto, que, daqui a pouco, eu passo a palavra para o senhor fazer os comentários sobre o projeto legislativo de sua iniciativa, junto com a Senadora Eliziane Gama, criando o Fundo de Amparo aos Órfãos da Covid. E a gente faz o fechamento com o senhor.

Vamos aqui.

Eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio, quero aqui cumprimentar e já agradecer a presença do nosso convidado, Dr. Márcio Thadeu Silva Marques, Promotor de Justiça da Infância e da Juventude de São Luís do Maranhão; Walberto Maciel, jornalista e autor da ideia legislativa proposta no e-Cidadania, para criação de um Fundo de Amparo aos Órfãos da Covid-19.

Já queria, antes de continuar, perguntar à colega Eliziane: qual é o PL que está em tramitação justamente criando esse fundo? Depois ela passa para mim.

Queria cumprimentar também a Sra. Silvana do Monte Moreira, meus colegas, Wellington, Eliziane e Esperidião Amin.

O Esperidião Amin disse isto: "A pandemia não criou os órfãos, mas multiplicou". A pandemia, na verdade, escancarou, mostrou, deu mais visibilidade à sociedade dessa desigualdade social que existe, porque eu fico pensando aqui que a maioria das crianças órfãs... Claro que a gente está falando aqui da urgência ou emergência, que é mais do que urgência, que é justamente a gente cuidar dessa quantidade de crianças que ficaram órfãs dessa pandemia por uma quantidade óbitos grande nas gestantes. Muitas vezes se salva a mãe... (*Falha no áudio.*)

... se salva o filho, mas não salva a mãe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero dizer o seguinte, a gente olha, assim, para o Estado, Senador Confúcio, e pergunta: esse Estado, que não educa, que não oferece condições de educar suas crianças e seus adolescentes, pune, esse Estado é quem pune essas crianças e adolescentes. Não oferece condições... A gente sabe o seguinte: a criança e o adolescente, se os pais não adotam, porque não têm condições econômicas ou psicológicas, seja como for, e o Estado também não adota, Esperidião, é claro que o crime vai adotar. A gente não tem dúvida disso.

Mas aqui a gente está falando de uma coisa real, de uma coisa muito maior, e eu já perguntei o número do PL para a gente, nas reuniões, Confúcio, já pedir ao Presidente para dar prioridade para a gente andar com isso, porque é preciso salvar o agora. Mas, como foi mostrado, a gente não faz, não tem essa proteção social das crianças sem recursos. E a gente tem que lutar por isso, pelos recursos.

A Emenda 95, infelizmente, tirou... Essa PEC do teto... Eu não estou aqui defendendo que o Governo gaste mais do que arrecada. Mas, gente, os gastos primários, com saúde, educação e assistência social, isso não era para botar na Constituição. Às vezes, eu vejo, por exemplo, o povo da economia dizer que a gente está crescendo, que o País vai sair da crise econômica, mas, ao mesmo tempo, há lá uma trava. Porque a gente, nem que queira aqui aumentar os recursos, não pode, não pode porque, senão, atinge o teto, o teto não pode.

Então, eu quero dizer o seguinte. Eu nem perguntei, porque as falas deles foram tão incisivas, tão cirúrgicas, porque tudo que falaram é o que a gente vê. Mas lembrando que, além da emergência, acho que a gente tem que se debruçar e ter esse olhar diferenciado, porque eu não tenho nem dúvida de que o Estado vai gastar muito mais com esse jovem que não foi acolhido. Até porque a gente sabe que para adotar... A gente não vê famílias de pessoas que tiveram condições de educar seus filhos, colocando seus filhos para adoção. Então, essa história de não educar, de não ter esse olhar diferenciado termina com a sociedade pagando um preço mais caro e pagando muitas vezes com os jovens, porque quem mais são assassinados neste País são os jovens, jovens negros e jovens pobres de periferias. E também, com certeza, quem está morrendo mais são essas pessoas.

Quero agradecer mais vez, parabenizando a Senadora Eliziane por trazer esse tema para dar visibilidade à sociedade desse problema como um todo, e aos nossos convidados, que fizeram uma explanação maravilhosa. É bom a gente ficar ouvindo. Vamos abraçar nossos jovens, nossas crianças e jovens, senão nós não vamos ter adultos capazes; vão ser os párias da sociedade, se conseguirem sobreviver depois dos 18 anos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Zenaide, pelos seus comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu quero fazer aqui algumas perguntas. Vou dirigi-las ao Dr. Márcio Thadeu e ao Dr. Rodrigo Azambuja, particularmente.

A minha pergunta pessoal é a seguinte: já há bastantes leis, estatutos e a própria Constituição. Há necessidade específica de legislação para este momento, como essa proposição feita e já apresentada pela Senadora Eliziane Gama, para os órfãos da Covid? Mesmo com todo o arcabouço de proteção que já existe, há necessidade de mais leis? Os senhores orientariam quais novos procedimentos que o Congresso e o Senado, em particular, poderiam tomar?

Inclusive, sobre o levantamento de projetos. A Câmara tem 513 Deputados, todo mundo pensando. Então, deve haver muitos projetos tramitando. Precisamos elencar – e eu vou fazer isso, porque é da nossa Comissão – e eleger esses projetos prioritários para apreciação prioritária também, justamente no amparo a esse tema a que hoje eu, particularmente, fiquei, assim, bem atento, porque vocês têm muito conhecimento sobre o assunto e escancaram números extraordinários e baixa adoção. Reduziu-se em mais de 300%, segundo o que a doutora apresentou, o número de adoção de janeiro a março deste ano.

Muito bem, então, essas são as minhas duas colocações, dois comentários.

Nós temos aqui as perguntas. Eu vou deixar um espaço. Os senhores guardem as minhas perguntas aí um pouquinho sem respondê-las, doutores, porque agora eu vou passar a palavra para o Dr. Walberto Maciel, por um tempinho curtinho, para ele explicar para a gente como surgiu a ideia do projeto apresentado e orientado pela Eliziane Gama – ele que a ajudou bastante – e os seus comentários sobre um tema tão palpitante como este: órfãos da Covid. O que fazer?

Então, com a palavra, o jornalista Walberto Maciel. Por favor, o senhor pode usar um tempo – e eu vou controlando aqui – de cinco a sete minutos.

O SR. WALBERTO CARLOS MOURA MACIEL – Está bom.

Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ouvindo bem, doutor.

O SR. WALBERTO CARLOS MOURA MACIEL (Para expor.) – O.k. Muito obrigado.

Eu agradeço pelo doutor, mas não sou doutor, sou jornalista. É mais fácil.

Eu agradeço a generosidade da Senadora Eliziane Gama e de todos os Senadores que estão participando desta audiência pública pelo convite que me fizeram.

Agradeço ao Senador Confúcio Moura. Eu também sou Moura, sou Walberto Carlos Moura Maciel. Então, estamos aí coligados pela família Moura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de começar a minha fala... Infelizmente, eu tive um problema no computador. O meu computado não estava lendo a letra arroba do endereço e não aceitava entrar na sala de jeito nenhum. Aí eu tive que acessar via celular.

Bom, eu gostaria de iniciar a minha exposição, falando rapidamente como tudo isso começou.

Em setembro do ano passado, ninguém falava na questão dos órfãos da Covid-19. Eu estava na minha casa e pensei: "Como ficariam os meus filhos – João Arthur e Vinícius – se eu e minha mulher Sara contraíssemos a doença e morrêssemos por conta da Covid? Naquele mesmo instante, Senadores, uma voz, uma intuição, que eu atribuo a Deus, chegou ao meu ouvido e falou: "Walberto, você não tem que olhar para dentro da sua casa, para o muro da sua casa". Isso era setembro; nós já tínhamos 100 mil mortos no Brasil e não sei quantos milhões de mortes no mundo. Então, essa voz me falou: você tem que olhar para fora do muro da sua casa, para o mundo, para as pessoas que já estão perdendo seus pais.

Aí, Senador, eu sentei ao computador e escrevi a primeira proposta, que era uma proposta para criar o fundo de amparo às crianças órfãs por conta da Covid-19. Essa primeira proposta vigeu até novembro do ano passado, e eu não consegui os 20 mil apoios para fazer com que ela fosse lida na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Aí eu coloquei uma nova proposta, só que desta vez eu ampliei. Ampliei para quê? Órfãos do Brasil. Então, o fundo de amparo aos órfãos do Brasil é a proposta que está hoje, e vai se encerrar o número de apoio no próximo dia 6 de julho. Então, assim, eu estou na briga, na luta.

Eu acho importante a proposta da Senadora Eliziane, a proposta do Senador Rogério Carvalho, que também tem uma proposta acerca do tema, a proposta do Deputado Dr. Luizinho, na Câmara Federal, e eu estou incentivando vários Deputados, tanto em nível local, distrital, como Deputados Federais que eu conheço, como até Senadores, que façam proposta para que, quando for fazer esse apensamento de todas as propostas, a gente tenha o número, a gama de informações necessárias para fazer um projeto que realmente atenda a todas as crianças.

Agora vou explicar. Por que atender a todos os órfãos? Bom, de 2000 para cá, você tem 21 anos. Então, quem nasceu em 2000 já está com 21 anos e não entraria nessa proposta. Os outros de depois de 2000 entrariam. Então, o que seria? O Estado, nós criarmos um fundo que amparasse todas as crianças que estão órfãs no Brasil hoje. Por quê? Porque você não beneficiaria só aquelas...

Acho que a Covid, essa pandemia, nos dá a oportunidade de mudar essa política de atendimento aos órfãos no Brasil. Ela abre para gente uma cortina que nós tínhamos. Ela descortina uma situação, uma realidade que sempre foi muito dura e que as pessoas, assim, ou deixavam de lado, iam tocando. "Não, vai ser adotado por uma família e tal". Mas muitas das crianças adotadas hoje são adotadas com vários problemas psicológicos, vários problemas de saúde. Das entidades que recebem essas crianças, algumas são ótimas entidades, que prezam pelo amor, pelo carinho, pelo cuidado com o ser humano, mas outras, Senador, exploram as crianças, financeiramente. Então, seria uma forma de ajudar todas essas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, principalmente, no *e-book* que eu escrevi... Depois que eu fiz a proposta para o Senado, eu escrevi um texto de 27 páginas, que é o *e-book* Órfãos da Covid-19, cujo *link* eu posso passar para vocês de novo. É uma história fictícia que se passa aqui na Estrutural, em Brasília, mas que reflete toda a história da orfandade no mundo. É uma família criada por um pai que é catador de lixo e por uma mãe que é diarista, que têm uma renda mais ou menos de R$1 mil por mês e que morrem por conta do vírus da Covid, do coronavírus. Aí a família, esses cinco filhos desse casal – eles tinham cinco filhos – vão ficar com a tia, que já tem quatro filhos. Então, na família da tia, que tinha quatro, viram nove crianças. Então, praticamente dobrou de tamanho a família da tia. É o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Mas vamos para o Brasil.

No Brasil está acontecendo demais. Então, olha só, seria criar um fundo de amparo para essas crianças para que essa família que dobrou de tamanho, tenha o suporte, tenha a ajuda financeira para manter essas crianças com qualidade de vida, com um pouco de dignidade. No *e-book*, eu falo exatamente isto: a criança não deve ser encaminhada para um orfanato, não deve ser encaminhada para uma casa de cuidados como crianças órfãs; ela deve permanecer no seio da família, ou com um primo, ou com uma tia, ou com um tio, ou com os avós, se não morreram, porque, infelizmente, morreram muitos avós na pandemia. Então, os órfãos, hoje, são órfãos de pai, de mãe e de avós. Então, seria esta a ideia: criar-se um fundo.

Na minha proposta no Senado Federal... E eu agradeço, de coração, à Senadora Eliziane Gama pela visibilidade que ela está dando à minha proposta, porque ela não precisaria nem estar falando sobre essa proposta; bastaria ela colocar o projeto dela. Mas a generosidade da Senadora é tão grande que ela se uniu, ela uniu as duas propostas, e o nosso objetivo é chegar às crianças, Senadores. O meu objetivo principal é chegar às crianças.

Eu estou, desde setembro do ano passado, trabalhando nesse tema, buscando apoio nas redes sociais. Fiz o *site* orfãosdacovid-19.com.br, com hífen no 19, e coloquei lá a venda do *e-book*. O *e-book* eu estou vendendo a R$12,99, e 80% desse valor eu estou destinando a entidades que estão cuidando de crianças órfãs. Por que isso? Porque eu vejo o seguinte: a tramitação no Congresso é muito demorada – eu já trabalhei no Congresso e sei como é –, e as crianças precisam de ajuda hoje. Então, além do *e-book* que eu escrevi, eu coloquei também uma "vaquinha" *online*, que está com mil quinhentos e poucos reais – minha meta é conseguir R$1 milhão, R$2 milhões, sei lá quantos milhões –, para exatamente ajudar essas crianças. Neste momento, tem muita criança, Senador, que está passando fome.

Então, vou aproveitar esses últimos 15 segundos para falar o seguinte: o que eu gostaria que acontecesse no Senado é que todos os Senadores, independentemente de partido, independentemente de linha política, se unissem a um projeto, fizessem um projeto em conjunto e aprovassem esse projeto para socorrer essas crianças. Isso é mais do que urgente urgentíssimo, isso é para ontem, porque já morreram,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ontem para hoje, mais de 2,7 mil pessoas, e, pelas estatísticas, pelo menos 30% dessas pessoas deixam filhos e filhas desamparados.

É isso, Senadores.

Muito obrigado pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Walberto, pela sua explicação. Tirou todos esses pensamentos de um estalo do universo no seu coração, e você está produzindo todo esse material com uma devoção santificada. Parabéns a você!

Vamos em frente aqui.

Há dois PLs aqui. A Zenaide perguntou o número do projeto da Senadora Eliziane. É o Projeto 851, de 2021, que institui ajuda emergencial, no valor de R$ 600,00, com duração de três anos, destinada aos menores de 18 anos em situação de vulnerabilidade social, cujos pai e mãe tenham falecido. Órfãos, né? E o Projeto 2.180, de 2021, também da Eliziane, que institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs pela Covid, o chamado Facovid, e altera a Lei nº 13.756, de 2018, para incluí-lo entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Muito bem, a Zenaide foi a última a falar. Ela não fez pergunta, mas apenas discorreu sobre o tema e elogiou todos os presentes.

Muito bem, então, agora... Eu vou aproveitar que a Zenaide é a última a falar e ela não fez perguntas. Tem muita gente do Brasil assistindo a esta audiência pública e muitas perguntas. Eu vou só fazer alguns comentários aqui, vou ler para os senhores, depois vocês fazem um comentário geral sobre elas.

Evelin Fontes é de São Paulo e ela falou: "Não basta somente o apoio financeiro, é preciso também um suporte psicológico, a pessoa precisa se sentir acolhida". Não fez pergunta.

Jefferson Venâncio, da Bahia: "O assunto é importante, pois trata sobre o familiar provedor".

Geová Chagas da Costa, de Minas: "A pandemia trouxe sequelas imensuráveis para muitos, mas questões dos órfãos é um problema à parte".

Mariana Bitencourt, da Bahia: "É de extrema importância que esses órfãos sejam amparados por políticas públicas [...]".

Quezia Nunes, do Maranhão: "É necessário que assistentes sociais e psicólogos estejam [fazendo esta] mediação, pois o número de idosos e crianças órfãos aumentaram expressivamente".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, vêm mais comentários; eu não vou fazer todos. E aqui tem algumas perguntinhas que...

Eu vou colocar uma pergunta para todos, os senhores e a senhora. É bom anotar o nome dele aí para todos responderem, vocês quatro. É de Leon Fuentes: "Quais medidas podem ser adotadas para dar suporte e garantir um futuro digno às vítimas da situação em pauta?"

Rayane Karolaine dos Santos, de Sergipe: "É necessário muito apoio psicológico neste momento tão difícil". É uma pergunta que não é pergunta.

Para o Dr. Márcio Thadeu, especificamente o senhor, diretamente ao senhor. João Victor Lopes Silva pergunta: "As políticas públicas vigentes sobre a população em situação de vulnerabilidade trabalham para a reinserção destes de que maneira?"

Márcia Ressinar Roque, de São Paulo, para o Dr. Márcio Thadeu: "Realmente são os questionamentos que deveríamos fazer todos os dias! Como ficam os vulneráveis sem o apoio da sociedade nesta questão social?"

Para a Silvana do Monte Moreira, a pergunta de Caroline França: "Há algum projeto de acompanhamento psicológico ou algum tipo de explicação sobre o que o mundo hoje enfrenta?"

Da Clarissa Saraiva, para a senhora também. Dra. Silvana, ela é do Ceará. Clarissa Saraiva Saturnino: "Existe algum projeto para acolher os órfãos da Covid-19?" – em algum lugar do Brasil, funcionando?

Dr. Rodrigo Azambuja, há uma pergunta para o senhor. E o nome parece que é meio afrancesado, viu? Eu vou ler como está o nome dele: Vailant Vailant, duas vezes repetido. De Vailant Vailant, do Mato Grosso, para o Dr. Rodrigo: "Quais políticas públicas estão em estudo para minimizar esse impacto social nas famílias brasileiras em relação aos sequelados e aos órfãos?"

E mais uma para o senhor, doutor, de Débora Damasceno Fernandes, do Acre: "Será necessário muita vontade do poder público. Quem serão os responsáveis? Prefeitos, Governadores, Presidente ou a sociedade?

Walberto Maciel, a pergunta é de Luciano Dall Alba, do Mato Grosso: "Implementação ou transferência de renda através de programas já existentes ou criação de auxílio específico, é uma das medidas mitigantes". Aí você vai dar show com a resposta.

Para o senhor também, Walberto, de Ester Cardoso da Silva, aqui de Brasília: "A pandemia ressaltou a grande desigualdade social no Brasil. Deve-se investir em políticas públicas para preservar os laços familiares?"

Essas são as perguntas feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou passar, na ordem aqui para os senhores. Eu vou passar ao primeiro para responder às perguntas e já fazer os seus comentários gerais. Depois das respostas, eu vou partir para o encerramento da nossa audiência pública.

Dr. Márcio Thadeu Silva Marques com a palavra.

O SR. MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES (Para expor.) – Muito obrigado. É muito feliz que esta reunião já tenha alcançado um êxito muito grande, que é de trazer à pauta essa questão tão importante, independentemente do seu quantitativo numérico, mas o grau de vulnerabilidade das pessoas que são por ela atingidas, não é?

Então, muito mais importante do que um número, uma estatística numérica muito elevada é a gente perceber o impacto que essa orfandade, principalmente quando ela é absoluta, quando ela é bilateral, quando ela leva um único genitor para essa criança. E eu volto a insistir: em especial na primeira infância, que são os seis anos, por causa da janela de oportunidade, por causa do direito fundamental do desenvolvimento integral.

Eu vou tentar, neste tempo, fazer essas considerações.

O que eu quero dizer é que esta sessão desta Comissão Temporária nos mostrou algumas coisas que são agora ainda mais evidentes. Primeiro, a questão dessa orfandade é uma questão que vai ser tanto mais violadora dos direitos da criança e do adolescente quanto mais essa família natural, ou a família para a qual a criança for acolhida, estiver nesse espectro de vulnerabilidade social (*Falha no áudio.*) ... ou quanto a colocação familiar vai impactar na sua saúde mental. E daí tanta gente falou sobre a questão do apoio psicológico, como a Rayane, de Sergipe, o Leon Fuentes, lá do Rio, o João Victor Silva, a Márcia Roque, lá de São Paulo.

Então, o que a gente tem que entender é que o direito da criança é o direito lá do Art. 227, que nos obriga a todos, família, sociedade, Poder Público, Governo, Legislativo inclusive, a garantir, com prioridade absoluta, todos os direitos a todas as crianças. E a nós, a obrigação de prevenirmos a violação e ameaça de direitos.

Então, respondendo ao nosso Presidente, essa questão mostra a necessidade de nós adequarmos o que já temos para essa necessidade específica. Eu vou mais uma vez insistir. Quando tivemos a primeira geração no caso da microcefalia por causa da chikungunya, o Sistema Único de Saúde teve que se adaptar, o Sistema Único da Assistência Social teve que se adaptar, a educação vai ter que se adaptar também, o próprio BPC teve que sofrer interferências.

Então, muito mais importante, Sr. Presidente, do que a criação de leis, é adequar o sistema de garantia de direitos que a gente já tem fazendo como o Consórcio Nordeste, pela Câmara Temática da Assistência Social, fez criando uma nota técnica para dar essas diretrizes do que é que tem que ser feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em cada lugar. Eu volto a insistir em que aqui a questão é de três eixos: é de sabermos quem são essas crianças, é desinvisibilizá-las; é garantir a segurança de renda. E aí projetos de lei como os que já foram citados aqui, o 851/2021, a iniciativa que foi anunciada pela Governo Federal, mas principalmente esse PL 180/2021, do Facovid, que a Senadora Eliziane está capitaneando, é importante porque mostra o ativo e entrega a gestão desse apoio financeiro à política da assistência social e aproveita dispositivos (*Falha no áudio.*) ... para entregar, a partir de resolução (*Falha no áudio.*) ... esse regramento. Isso vai dar agilidade, isso vai evitar filas, vai fazer com que as pessoas possam ser atendidas de uma maneira mais rápida. Então, tentando colocar isso. Isso pode ser atendido com esses projetos de lei? Sim, sem dúvida. Insisto mais uma vez: se for para ser dada uma prioridade, sugiro que se examine o projeto que tem a previsão desse ativo para que ele possa ser compartilhado, o PL 180/2021.

Mas há outras soluções mais imediatas. Por exemplo, a questão da vinculação do número de Bolsas Família por CPF. Essa é uma medida de ordem administrativa que, eventualmente, poderia também ser atingida mais imediatamente, no caso de uma família que recebe os sobrinhos, que o Walberto falou, do irmão que faleceu pela Covid.

Com relação a isso, é preciso que as políticas públicas, articuladamente, se envolvam. No Maranhão a gente está envolvendo o Conselho Estadual de Direitos da Criança, o Conselho Estadual da Assistência Social, o Conselho Estadual de Direitos Humanos, porque são os conselhos que articulam diversas políticas.

Essa iniciativa do Consórcio Nordeste, da Câmara Temática, com a nota técnica, acho que pode e deve ser replicada, assim como pode e deve ser replicado o provimento da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, do Desembargador Paulo Velten, para que os cartórios comuniquem ao gestor da assistência social a questão dessa orfandade para que o Suas possa agir, porque esse é o papel constitucional do Suas.

Para completar, eu quero fazer o reforço da fala da Senadora Zenaide. É absolutamente necessário que o Congresso Nacional, exercendo a sua missão constitucional, dê condições para que o sistema de garantia de direitos, para que a política de atendimento, que é municipal, tenha dinheiro para poder fazer esse apoio. Não só o apoio direto dessa segurança de renda para aquela vizinha, para a madrinha, para a avó que vai receber esses meninos, ou para a rede social de apoio, mas é, principalmente, para não desmontar a questão orçamentária das políticas sociais básicas, em especial, como a Emenda Constitucional de 1995 fez, em relação à assistência social.

É preciso recuperar isso, é preciso estimular – isso está dito lá na Nota Técnica da Câmara Temática do Consórcio Nordeste –, é preciso estimular, inclusive, a questão do cofinanciamento federal, estadual aos Municípios, porque, eu volto a insistir, isso é uma política municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no que se refere à questão do processo adotivo, que não é a única resposta, a gente não pode limitar a questão da resposta aos órfãos da Covid à questão do processo adotivo – isso aqui está muito explicitado e parabéns à Comissão e parabéns aos Srs. Senadores, porque conduziram com suas perguntas a isso –, no processo adotivo, o Conselho Nacional de Justiça, recentemente, pela Corregedoria Nacional, fez um provimento, o Provimento nº 116, acrescentando ao Provimento nº 36, que trata da prioridade da Justiça da Infância, cobrando do sistema de justiça essa agilidade. Quer dizer, não é porque hoje a gente estava com o problema da falta da audiência presencial que os processos têm que parar. Então, a gente tem que se adequar. O Senado se adequou, o Senado produziu remotamente, todas as outras instituições. Então, o CNJ está cobrando do próprio Judiciário, por esse provimento, isso.

Uma sugestão, se V. Exas. permitem, como conclusão, para ser incluída no relatório, no aspecto do processo de adoção, para que ele se desenvolva, seria sugerir que esse Provimento nº 116, da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça, aplicado aos juízes, pudesse, com as devidas mudanças, ser replicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, para que todos os operadores diretos do sistema de justiça tenham ainda mais relevada, destacada a necessidade dessa urgência, o tempo dos processos, como foi dito aqui pela colega representante do Ibdefam.

E, para finalizar, porque, quando a gente está tratando aqui do sistema de justiça, esse Provimento nº 36 já fala da necessidade de os juízes, de as equipes técnicas, pelo art. 5º, art. 6º, se integrarem com as políticas locais para execução das políticas para as medidas de proteção.

Então, assim, quando o Congresso Nacional, legislando sobre a questão da segurança de renda, esse projeto, por exemplo, do Facovid ou outro que for construído democraticamente dentro desta Casa de leis, isso vai facilitar a intervenção do Poder Judiciário, do sistema de justiça, que não é o exclusivo nessa proteção. A proteção integral é devida a todas as crianças por um sistema que inclui a Justiça, mas inclui também a segurança, mas que inclui o SUS, o Suas.

Então, é preciso compreender que, eu volto a insistir, a resposta aqui não é apenas judiciária, é uma resposta estruturante de políticas públicas, adequando-as para a necessidade específica da geração, toda uma geração, em todo o Planeta, e temos a responsabilidade aqui no nosso País, e que vai se prolongar no tempo. Não há uma resposta pontual apenas agora. E, eventualmente, até pela questão orçamentária, essa conquista, esse avanço que vai se dar aqui em relação ao órfão da Covid, com certeza, vai inspirar uma ampliação, mais adiante, para os outros órfãos bilaterais em situação de vulnerabilidade social e econômica ou em situação de risco, os órfãos em geral. Mas, neste momento, a gente tem que socorrer quem está em situação ainda mais grave, ainda mais vulnerável.

Aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras eu quero agradecer muitíssimo por esta oportunidade, destacar o espírito cidadão, comprometido com a dignidade de crianças e adolescentes desta Casa de leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu quero homenageá-los e homenageá-las a todos e a todas na pessoa da Senadora Eliziane Gama, que é um grande exemplo de liderança nessa área dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, e tenho a felicidade enorme de aprender com ela muito e sempre.

Quero agradecer também ao Ministério Público do Estado do Maranhão, em especial ao Centro de Apoio Operacional da Infância, que tem nos apoiado nessa questão; às políticas públicas estaduais lá, assistência social, a saúde; aos Conselhos de Direitos da Criança, da Assistência Social, dos Direitos Humanos; à pasta de direitos humanos; aos colegas promotores de justiça; aos colegas magistrados, que também têm contribuído; aos conselhos de direitos, e, aí, eu quero agradecer a todos na pessoa da Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança, Sorimar Sabóia; à Rede Nacional da Primeira Infância, que reforçou essa pauta dos órfãos da Covid, desde ontem, com o convite para que a gente possa aprofundar mais isso; ao Judiciário maranhense, que foi protagonista na questão da determinação da comunicação cartório/Secretaria Municipal de Assistência Social, pela iniciativa do Desembargador Paulo Velten; à Ordem da Assistência Social da capital maranhense, São Luís; enfim, a todos os homens e mulheres que estão presentes e preocupados com essa questão.

Nós temos a obrigação de garantir essa proteção integral. Nós não podemos falhar, nós não podemos tergiversar, e é preciso dar instrumentos para isso. O papel desta Comissão está sendo alcançado nesse aspecto da vulnerabilidade dos órfãos da Covid e vai ser incrementado, tenho certeza, com essa indicação não só da recomendação ao CNJ, ao CNMP, ao Condege, no que trata do processo de adoção, mas, principalmente, na indicação da prioridade da tramitação legislativa aos projetos de segurança de renda para quem receber essas crianças, aquela tia, aquela madrinha, aquela vizinha. E, quanto mais rápido, quanto mais tecnicamente adequado, como parece estar construindo agora no PL nº 180, de 2021, isso vai ajudar a salvar vidas, a reconstruir histórias e a mitigar um pouco essa dor imensa da perda dos pais.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, muito obrigado pela oportunidade e continuo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Márcio Thadeu, muito obrigado pela sua participação, pela sua disponibilidade de tempo, pela valorização desta Comissão, pela parceria que o senhor estabelece com a Senadora Eliziane Gama para, realmente, os dois ganharem mutuamente e para nós todos sobrar alguma coisa dos seus conhecimentos, não é? Foi muito importante o senhor tirar esta manhã, essa parte, essas duas horas para estar conosco.

Estou muito agradecido a V. Exa.

E o senhor, como já fez as suas despedidas, nós liberamos o senhor; se tiver outra atividade, o senhor pode ficar bem à vontade para cuidar das suas outras tarefas.

O SR. MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES – Eu não posso perder esse momento histórico, Presidente, se o senhor permitir permanecer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, fique à vontade.

Eu passo a palavra para Silvana do Monte Moreira para as respostas e suas considerações finais.

A SRA. SILVANA DO MONTE MOREIRA (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Eu sigo os conhecimentos do Dr. Márcio com relação à necessidade de ser implementado imediatamente o Provimento nº 36, do CNJ, com as alterações da Resolução 116, de 2021. É preciso relembrar que esse provimento já tem sete anos e que jamais foi cumprido.

Então, efetivamente, numa possibilidade de utilização de um projeto de lei através de substitutivo, que seja incluído no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente o regramento do Provimento nº 36. Sem psicólogo, sem assistentes sociais e sem pedagogos é impossível trabalhar pelo melhor interesse da criança.

Respondendo à Caroline França: Caroline, sem psicólogo a gente não tem como auxiliar crianças e adolescentes a enfrentarem a orfandade. Sem esse grupo de apoio, sem essa interdisciplinaridade e com a situação atual dos equipamentos de acolhimento institucional, não tem como dar à criança e ao adolescente o atendimento de que necessitam.

Eu repassei agora para a assessoria da Senadora Zenaide Maia o relatório sobre os equipamentos de acolhimento institucional aqui na capital do Rio de Janeiro, e os senhores podem ver a situação de precariedade. Nós acompanhamos também a situação dos equipamentos no Amazonas, que, inclusive, durante o início da pandemia, foram saqueados.

Então, é necessário que a gente tenha um olhar de cuidado não só para crianças e adolescentes, mas também para quem cuida; é cuidar de quem cuida. A gente precisa olhar para os cuidadores, que pegam dois, três transportes lotados, sujeitos a contrair Covid e que podem, inclusive, trazer o Covid para dentro do equipamento de acolhimento e trazer para a sua casa também, sendo um vetor desse vírus. Então, é preciso cuidar de quem cuida.

A Clarice, do Ceará, perguntou o que está sendo feito com relação ao acolhimento de crianças e adolescentes órfãos. As crianças e adolescentes órfãos desapareceram, Clarice. Esse é o grande problema, a gente não localiza, porque a escola, o colégio é um ponto focal da denúncia de maus tratos, abandono, orfandade, negligência, e nós não temos escola, e a população mais humilde é totalmente excluída digitalmente. Então, quando se fala em 5 milhões de crianças e adolescentes que desapareceram da escola, são 5 milhões de oportunidades que se perdem de verificar como está a situação dessas crianças e adolescentes. Obviamente que estão alijadas da convivência familiar e comunitária, estão alijadas da educação, alijadas da saúde e alijadas da dignidade da pessoa humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso a gente verificar o que está acontecendo com essa população de vulneráveis, e esse momento, como disse o nosso colega Márcio, é ímpar, a gente não pode perder de forma nenhuma. Então, o que a gente pede à Comissão é que, finalmente, a prioridade absoluta seja cumprida. São 32 anos! Esse art. 227 consta da Constituição desde a sua promulgação em 1988. A única alteração que ele sofreu foi para incluir no *caput* jovens, porque, inicialmente, os sujeitos de direitos abarcados pelo art. 227 eram crianças e adolescentes. E foram incluídos os jovens. E a gente continua vivendo a exclusão de crianças, adolescentes e jovens dos direitos básicos, dos direitos humanos: educação, saúde, moradia, convivência familiar.

É importante também dar essa visão diferenciada para as crianças órfãs, já que, depois da promulgação do ECA, é a primeira situação de orfandade séria que nós temos no Brasil. E acredito eu – não quero ser o cavaleiro do apocalipse – que essa não será única. Virão outras pandemias. Nós, homens, caminhamos para isso. Nós destruímos o nosso Planeta, e nós não temos um plano "b". Então, a gente precisa se prevenir e criar políticas públicas para acolher crianças e adolescentes, que são o futuro do nosso País. E, mais uma vez, verificar a questão orçamentária como prioridade absoluta, não submetida à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu gostaria muito de agradecer, Senador Confúcio, pelo convite para estar aqui. O IBDFAM é o Instituto Brasileiro de Direito de Família e está à disposição desta Comissão, de cada um dos Senadores, sempre no apoio a tudo o que se dirigir às famílias brasileiras. E, no tocante especificamente a crianças e adolescentes, podem contar com o meu apoio, com a minha colaboração, em qualquer grupo de trabalho que vise ao atendimento do superior e melhor interesse de crianças e adolescentes, com prioridade absoluta.

Agradeço demais essa oportunidade de estar aqui com os senhores e senhoras hoje, neste dia que será um dia emblemático para sempre.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Silvana, muito agradecido pela sua presença. Não vá ficar muito vaidosa, mas a senhora tem uma facilidade de expressão incrível. Acho que, se a senhora fosse uma Senadora, calaria a boca de todo mundo. (*Risos.*)

É muito rica em conhecimento do tema que a senhora representa, que é a Comissão de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Nós nos sentimos aqui prestigiados, assim como com o Dr. Márcio Tadeu, com a senhora também, que nos promoveram bastante.

Essas ideias, por certo, irão se propagar. Vão sendo adotadas pelos Senadores e Deputados e vão constituindo leis boas, leis boas. A gente precisa muito mesmo é de decisão política de fazer, de querer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer. Pode existir a melhor lei do mundo, mas, se o Presidente, o Governador ou o Prefeito não quiser executar ou não executar, nada acontece.

Com a palavra o Dr. Rodrigo Azambuja Martins para as suas respostas e as suas considerações finais.

O SR. RODRIGO AZAMBUJA MARTINS (Para expor.) – Obrigado mais uma vez, Presidente. Eu, mais uma vez, agradeço a possibilidade de participar e de compartilhar esta manhã com os senhores.

Já vou diretamente responder algumas perguntas e já pego um pouco um gancho da sua última fala.

De fato, o Estatuto da Criança e do Adolescente sofre uma crise de implementação. A lei é muito boa, porém, nós precisamos que ela seja colocada em prática. E aí a Dra. Silvana falou – e o Dr. Márcio também – sobre as deficiências nas varas da infância e juventude, que, muitas vezes, fazem com que alguns processos durem mais do que a gente esperava. Então, objetivamente, nós precisamos, de fato, de implementações concretas dessa legislação avançada, que já vem escrita há muito tempo.

Tomando a liberdade, já que V. Exa. me perguntou dessas inovações legislativas, pude olhar os dois projetos de lei da Senadora Eliziane, e me pareceram bastante importantes, sobretudo porque vêm naquela linha de financiamento do Sistema Único de Assistência Social, que, vem, como a gente já constatou, desde a Emenda 95, sofrendo corte de gastos.

Os gestores do SUS e, provavelmente, os Governadores de Estado com quem V. Exas. conversam reclamam muito de uma portaria do Ministério da Cidadania, a Portaria 2.362, que condiciona e faz com que o cofinanciamento federal desse sistema cada vez seja mais reduzido.

A existência desse fundo, para atender a essas necessidades específicas dessas crianças que perderam pai e mãe, é bastante importante.

O projeto de lei, então, do Facovid, ao meu ver, é muito salutar, vai permitir que benefícios eventuais sejam criados para atender a essa especificidade. Cada território vai conseguir, de acordo com as potencialidades que ali existem, com esses recursos, então, atender a essas crianças que são destinatárias, como todo mundo já afirmou aqui, de prioridade absoluta.

Em relação à segunda proposta, do auxílio, eu me permito, assim, muito respeitosamente, à Senadora Eliziane Gama, tentar fazer duas sugestões. Aqui, no Rio de Janeiro, nós temos um benefício, Senadora, que se chama auxílio-adoção. Os servidores públicos que adotam crianças que já estão com idades mais avançadas ou doentes recebem esse valor.

Aí a gente sente uma falta de haver alguma espécie de continuidade no apoio, que ele não seja restrito a esse apoio financeiro de R$600, como a senhora pretende, mas também que a gente consiga dar um apoio a essa família, que, da noite para o dia, vai ter que receber uma criança em sua casa que, muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, não esperava. A gestação vem e, em nove meses, a mulher e o homem conseguem, de alguma forma, preparar-se para a vinda daquele bebê; e, com a orfandade, para receber aquela criança, muitas vezes não.

Então, talvez também incluir, além desse auxílio, algum apoio, que vai ser feito já na rede existente, nos Cras e Creas.

E também a gente acha que é importante, Senadora, que de alguma forma exista algum controle de que esses R$600 vão ser, de fato, utilizados em benefício da criança. Então, a gente acredita que esse apoio, esse acompanhamento da rede socioassistencial pode potencializar para que esse dinheiro, de fato, se reverta em benefício delas.

Então, são esses dois ajustes. A proposta é muito boa, mas qualificando, então, as propostas nesse sentido.

Eu sonho, e alguns Municípios já têm, o Estado do Rio de Janeiro já tem, um orçamento...

A senhora quer comentar alguma coisa?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não. É só para dizer que é muito bem-vinda, muito bem-vinda a observação, Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO AZAMBUJA MARTINS – Obrigado, Senadora.

Alguns Estados têm umas leis que criam os Orçamentos Criança e Adolescente, que obrigam o Poder Público a publicar, regularmente, o resumo da execução orçamentária especificamente das políticas públicas de criança e adolescente, para que todos nós, sociedade, e os senhores também, exercendo o controle da Administração Pública e o controle da execução orçamentária, consigamos saber o quanto é destinado para criança e adolescente, para evitar aquelas velhas desculpas de que nunca há dinheiro, nunca há dinheiro. Ele está indo para onde?

Esse Orçamento Criança e Adolescente permite essa visualização bastante clara de como vai a execução orçamentária.

Algumas perguntas foram realizadas pelos ouvintes, a quem agradeço muito.

Evidentemente, para superar a luta, essas crianças vão ter que receber apoio e atendimento. Por isso, a importância desses financiamentos públicos, para que essas políticas públicas aconteçam.

O Dr. Márcio falou muito bem, eu vou repetir aqui, porque perguntaram: quem é o responsável? Todos nós somos responsáveis por assegurar direitos de criança e adolescente. Nós servidores públicos, aí falo enquanto Defensor Público, e V. Exas. enquanto Parlamentares, mas também o vizinho, a vizinha, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sujeito comerciante, toda a sociedade tem que cuidar de criança e adolescente, colocá-los a salvo de qualquer forma de violência e opressão.

Eram tantos direitos – não é, Dr. Márcio? –, a assegurar no art. 227, alimentação, convivência familiar, saúde... Enfim, é o desenvolvimento pleno dos nossos meninos e meninas, que não só família e Estado dariam conta. É preciso que todos nós estejamos imbuídos.

E aí parabenizo o Walberto por essa iniciativa que teve, que está cumprindo esse mandamento constitucional de cuidar de criança e adolescente, que é o que a gente precisa.

Eu, mais uma vez, agradeço muito.

Dr. Márcio, eu vou tomar a liberdade de procurar esse Provimento 22 e, de repente, sugerir ao CNJ que ele mesmo regulamente a matéria, porque, de fato, é muito importante, é preciso prover esses cuidados para os órfãos bilaterais.

É isso.

Obrigado pela manhã, por compartilhar esses ensinamentos, por esta manhã maravilhosa que tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Azambuja.

Eu sou muito fã dos defensores públicos brasileiros, especialmente dessa função que o senhor exerce, como Presidente da Comissão de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente. É um tema muito importante.

Eu sou de Rondônia, e lá também os defensores são amigos, em grande parte amigos que a gente tem no Estado, e aqueles que são responsáveis por esse setor da criança e do adolescente, realmente, eles ficam em cima, ficam fazendo as suas cobranças. O pessoal não entende, mas ele vai e vai, porque é um sofrimento, e o para-choque da sociedade é a Defensoria, principalmente da população pobre. O defensor é a salvação.

Então, muito agradecido a V. Sa. pela participação em nossa Comissão.

Por fim, eu passo a palavra para o Walberto, o jornalista Walberto Maciel, para duas respostinhas e seus comentários finais, e depois o Senador Wellington Fagundes, como Relator, faz o encerramento da nossa reunião.

Com a palavra Walberto Maciel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WALBERTO CARLOS MOURA MACIEL (Para expor.) – Senador Confúcio, acho que dessa vez eu estou menos agitado. Eu estava agitado porque eu não estava conseguindo entrar na reunião, e eu estava triste por isso, eu estava brigando para entrar e, graças a Deus, eu consegui.

Olha só, inicialmente foi feita uma pergunta pelo Luciano Dall Alba, sobre as medidas do Governo, se elas atendem a essa situação?

Eu fui surpreendido, na terça-feira, com a matéria do *Estado de S. Paulo*, dizendo que o Governo está estudando uma bolsa de R$250 para atender a essas crianças. Fiquei feliz porque é um fruto do nosso trabalho, porque esse assunto, quando eu comecei a falar sobre esse assunto, existiam três ou quatro matérias em nível nacional no Brasil, ninguém falava sobre isso, e, de lá pra cá, nós conseguimos colocar isso no Fantástico, colocar esse tema nos principais jornais do Brasil, colocar esse tema nas televisões, na TV Senado – eu já dei uma entrevista para a TV Senado –, enfim, conseguimos colocar isso na pauta de uma forma que chegamos a esta audiência pública, com o que eu me sinto muito honrado.

A outra pergunta foi de uma moradora aqui de Brasília – eu não escrevi o nome dela –, mas eu vou responder. Ela me pergunta se tem que haver uma assistência para os familiares dessas crianças. Sim. Eu acho que o projeto, como os dois promotores públicos já falaram, e a Dra. Silvana do Monte também falou, é importante dar esse suporte para essas famílias, para as famílias que estão recebendo essas crianças.

Hoje, a matéria de *O Estado de S. Paulo* falava que o Brasil tem hoje 68 mil órfãos por conta da Covid. Esse número também é um número que não é confiável, tanto quanto o número de mortos por conta da Covid. Ontem, morreram 2.300, 2.335 pessoas. Quer dizer, 30% desse número são 800 pessoas que deixaram filho e filha abandonados. Então, Senadores, respondendo à nossa assistente, é importante que tenhamos instrumentos e formas de chegar a essas famílias.

Uma coisa importante que eu gostaria de falar é que, como ia acontecer o Censo brasileiro pelo IBGE e foi suspenso pelo Governo, ano passado eu fiz um contato com o pessoal do IBGE e consegui que fosse colocada, no questionário do IBGE, a pergunta: "Você conhece alguém que ficou órfão por conta da Covid?". A gente não esperava que fôssemos chegar hoje, em julho de 2022, nessa situação em que nós estamos. A gente achava que a pandemia ia acabar, e não acabou, continua. Então, é importante que essa pergunta, que está no questionário do IBGE, seja feita. É importante que se faça uma pesquisa. O Governo não pode simplesmente determinar: olha, eu vou atender as pessoas que recebem Bolsa Família e que têm órfãos por conta da Covid. Não é assim. Há que ser feita uma pesquisa e levantar realmente quem são e quantos são os órfãos no Brasil atualmente. Este é um pedido que eu deixo para o Senado: que o Senado, de repente, instrumentalize essa pesquisa ou encontre uma forma de criar essa pesquisa para a gente ter esse número, ter essa equação de quantos são e quem são os órfãos da Covid-19 hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro comentário que eu quero fazer, Senador, é o seguinte: eu falei que o meu *e-book* está à venda desde setembro do ano passado, e com ele eu já arrecadei um valor que já distribuí para quatro entidades. Alguém perguntou também se já existe uma entidade cuidando dos órfãos da Covid. Eu conheço já quatro entidades, as quais estou ajudando. Já repassei dinheiro para essas entidades. Uma é o Ipeds, em Manaus, que é o da Glauce, minha amiga Glauce, lá em Manaus, que está atendendo as crianças diretamente; o outro é a Rede de Apoio às Famílias e Amigos de Vítimas Fatais de Covid-19, em São Paulo, dos meus amigos Danilo e Paulo Pedrini, Danilo Cesar e Paulo Pedrini, que são os coordenadores. Eles trabalham ajudando as pessoas que estão perdendo os seus parentes, estão cuidando do luto das famílias. E eles também estão ajudando as crianças que estão ficando órfãs. A outra entidade que eu já ajudei é a Anjos do Bem, que é aqui em Brasília, que trabalha na Estrutural, exatamente o ambiente em que o meu e-*book* fala da família. E a outra entidade é a aldeia Xavante. O índio Lúcio Xavante entrou em contato comigo e falou assim: "Walberto, eu estou sem condições de alimentar os índios que estão perdendo os seus pais". Então, eu também ajudei com um valor essa entidade.

É por isso que eu insisto também que é importante todo esse arcabouço em torno dos projetos, em torno da tramitação dos projetos, mas é importante que a gente tenha hoje uma forma de ajudar essas crianças que estão nascendo e perdendo a mãe na hora do nascimento. Há muitos casos. Então, no Ipeds, em Manaus, havia pelo menos 140 crianças, até o último boletim que a Glauce me passou, nesta situação: perderam a mãe no momento em que nasceram. Olha que tristeza! Então, além de não terem a mãe e o pai na primeira infância, elas não tiveram o aconchego da mãe na hora do nascimento. É muito triste isso, Senador! Eu fico muito tocado com essa situação, e é por isso que eu estou lutando e trabalhando tanto.

Agradeço a todos vocês por esta audiência. Agradeço, principalmente, à Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eliziane.

O SR. WALBERTO CARLOS MOURA MACIEL – ... Eliziane Gama – desculpa, deu um branco aqui. Mesmo eu não a conhecendo pessoalmente, ela fez questão de abraçar essa situação e está lutando para que ela chegue a um resultado positivo.

Eu quero aqui, Senador, aproveitar para fazer alguns agradecimentos às pessoas que estão me ajudando nessa luta, porque são pessoas importantes para esse trabalho.

Há um canal no YouTube chamado Galãs Feios – não sei se vocês conhecem. É um canal progressista de dois jornalistas, Marco Bezzi e Helder Maldonado. Eles me ajudaram bastante, porque foi o primeiro impulso que eu tive, tanto na questão das assinaturas da minha proposta no Senado quanto na venda dos *e-books*. Consegui vender 160 *e-books*, e foi esse dinheiro que eu repassei para essas entidades. Então, ao Marco Bezzi, ao Helder Maldonado e também à Dani, namorada do Marco Bezzi e que cuida da produção, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao pessoal do Fantástico: o Tadeu Schmidt, o Murilo, a Marcela, todos aqueles que ajudaram naquela matéria que foi feita no início do ano, no Fantástico. Aquela matéria foi muito boa e ajudou bastante na visibilidade da campanha.

Agradeço à Ana Dubeux, do *Correio Braziliense*; ao Rudolfo, do *Jornal de Brasília*; ao Chico Sant'Anna; e a todos os meus amigos jornalistas que estão me ajudando na divulgação desse trabalho.

Quero também agradecer, Senador, ao fotógrafo Raimundo Paccó, lá do Pará. Ele trabalha no interior do Pará, faz pautas excelentes e me cedeu as fotografias para fazer esse *e-book*, que é o que eu estou vendendo, ajudando essas crianças.

Quero agradecer à Professora Cecília e ao Professor Guilherme Trindade, que fizeram a tradução. O *e-book* é em inglês e em português – o senhor vai ver, eu coloquei o *link* no nosso bate-papo. Se o senhor e todos os Senadores quiserem depois dar uma lida, fiquem à vontade.

Eu peço a todas as pessoas que estão nos assistindo que divulguem essa situação, divulguem o *site* orfaosdacovid-19.com.br – com hífen no 19 – para que nós possamos ajudar mais crianças. O meu objetivo é chegar a essas crianças. Esta semana eu vou fazer um ato para enviar cestas básicas.

Eu sou diabético, e minha mulher, imunodepressiva. Não podemos sair de casa. Estamos de quarentena desde aquele início da pandemia e não saímos de casa.

Eu fui convidado para um evento que vai acontecer em frente ao Congresso Nacional, no próximo dia 23, o evento das bordadeiras do Brasil. É um grupo fortíssimo de bordadeiras, liderado pela Maria Eugênia, do Rio de Janeiro, que vai estender os seus painéis na grama, em frente ao Senado Federal e à Câmara, ao Congresso em geral, homenageando todas as pessoas que partiram por conta da Covid, todas as pessoas que também sobreviveram à Covid e, principalmente, as crianças órfãs. Elas também abraçaram a questão da orfandade, a questão dos órfãos e estão com a gente nessa luta.

Agradeço a participação de todos que estão aí. Vou me comprometer a rever esse vídeo várias vezes para ouvir as falas de vocês antes da minha entrada, porque eu perdi muito da reunião e eu quero saber tudo o que aconteceu antes.

E quero agradecer, principalmente, ao Senador Confúcio, que é o Presidente da Comissão, à Senadora Eliziane Gama, à Senadora – eu perdi o nome dela aqui – Maia...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Zenaide Maia.

O SR. WALBERTO CARLOS MOURA MACIEL – ... Zenaide Maia, que também deu a sua fala, a sua percepção sobre o assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos os Senadores e, novamente, fazer aquele apelo: que nós possamos unir o Senado Federal, o Congresso Nacional em torno desse tema para que uma única proposta seja colocada. Unam-se todas as propostas e seja fechado um projeto para atender essas crianças, porque é mais do que urgente; é urgentíssimo.

Senador, muito obrigado. Um grande abraço para o senhor, um grande abraço para toda a família Moura e a família Maciel. E que Deus nos abençoe e que nós possamos continuar com essa luta, ajudando essas crianças, ajudando essas pessoas.

Muito obrigado a todos que participaram desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Walberto, eu não tenho muito para falar sobre você, não, mas você me transparece ser um homem que tem um coração maior do que o seu corpo. É um homem muito generoso, extraordinariamente missionário na causa; pegou a causa dos órfãos como uma missão de vida. Meus sinceros agradecimentos pela sua participação e pelo seu esforço de participar desta audiência pública. Estou honrado com a sua iniciativa, o seu trabalho, que nasceu de você mesmo. Você está compartilhando com outros companheiros essa tarefa difícil, mas que é possível. Cada um fazendo a sua parte, termina dando certo.

Muito bem. O Senador Wellington, para as suas considerações finais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, eu quero agradecer muito a todos que nos premiaram, cada um com a sua experiência, não só para nós da Comissão, mas, principalmente, para todo o Brasil.

E eu quero aqui concluir, Sr. Presidente, reiterando que o adequado financiamento é, sem dúvida, a condição essencial para o êxito de qualquer política pública – qualquer política pública, sem recurso, é impossível –, inclusive e principalmente para a estratégia de atendimento e apoio aos órgãos que estão atingidos pela Covid-19.

Nesse sentido também, eu quero aqui lembrar, Senadora Eliziane, do meu projeto de lei, de que V. Exa. foi Relatora, que é o Projeto de Lei 3.289, de 2020, que agora está na Câmara dos Deputados, nas mãos do Deputado Dr. Zacharias Calil, do DEM, de Goiás. E, como V. Exa. sabe – e eu agradeço o brilhante relatório de V. Exa. –, esse projeto permite, de forma emergencial, que se usem os recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente exatamente para as finalidades surgidas com a pandemia. E aí tenho que dizer que todos nós esperamos que a Câmara dos Deputados trate essa proposição com urgência, porque o momento exige essa urgência.

Eu quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que vivemos, sem dúvida, uma situação de guerra nessa pandemia. E, como toda guerra, ela deixa órfãos. E é nessa missão que nós temos que acolher nossas crianças e adolescentes que perderam seus pais e, é claro, como eu disse aí, mesmo aqueles que têm pais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas cujos pai e mãe, às vezes, não têm a mínima condição até de alimentar seu filho. Então, é um órfão com pai, mas, na verdade, é um órfão da sociedade, das desigualdades sociais, de tanta pobreza que, infelizmente, o Brasil ainda tem.

Então, eu acho que todos vocês, o Rodrigo, o Márcio, o nosso Walberto Maciel, o Senador Confúcio, o Esperidião, todos que participaram... Eu acho que é exatamente a experiência de quem vive, convive e sabe da realidade, inclusive de V. Exa., que foi Governador de um Estado importante e que sei que tem uma sensibilidade muito grande porque, mesmo em Estados ricos como são os Estados de Rondônia e Mato Grosso, também temos pobreza, temos pessoas que, às vezes, não tiveram oportunidade. Então, nós temos que cuidar principalmente dos nossos vulneráveis, independentemente da idade, mas, como a criança representa o futuro de qualquer nação, então a criança tem que ter um cuidado especial.

Espero que esta reunião possa ter contribuído muito para que a gente esclareça inclusive à população, já que a nossa Comissão – não é, Senador Confúcio? – é a comissão da solução, a comissão da vida. Nós, aqui, não estamos fazendo a política de perseguição ou de discussão de eleições do ano que vem. Eu quero discutir exatamente a solução, que neste momento, sem dúvida nenhuma, é vacina, vacina e vacina. E, na segunda-feira, vamos falar com o Paulo Guedes que ele tem que também liberar os recursos para os desempregados, para a micro e pequena empresa, para que a gente possa circular oportunidades neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estamos no encerramento da nossa audiência pública, extremamente convencidos dessa necessidade de participação. E o Senador Esperidião Amin, no início, pediu que a gente não terminasse a reunião sem uma solução de ideias para esse enfrentamento e ajuda colaborativa aos órfãos da Covid. Mas, como o tema nós vamos fazer em uma sessão administrativa, não vamos tomar tempo dos senhores para discutir esse assunto; e vamos levantar os projetos que já estão em andamento no Congresso Nacional.

Eu agradeço a presença dos Senadores, dos nossos convidados: Márcio Thadeu Silva Marques, da Promotoria de São Luís, do Maranhão; Dra. Silvana do Monte Moreira, da Comissão de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito da Família; Dr. Rodrigo Azambuja Martins, Defensor Público responsável pela Comissão de Promoção da Defesa da Criança e do Adolescente; e jornalista Walberto Maciel, que também tem tido suas iniciativas e suas participações, com ideias próprias e com a participação de amigos, jornalistas e outros, demonstrando interesse muito grande por essa mesma causa.

Quero saudar todos os internautas. Não tem como eu citar nem o nome de vocês hoje, porque tem gente demais. Atraiu muitos telespectadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a tratar, convido todos para a próxima reunião, prevista pelo nosso Plano de Trabalho para ser realizada no dia 21, segunda-feira, às 9h – mais cedo um pouquinho –, audiência pública confirmada com o Ministro da Saúde – viu, Wellington? –, Marcelo Queiroga. O Ministro Paulo Guedes está confirmado para a próxima sexta-feira, dia 25, às 10h.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e uma boa tarde a vocês.

Um grande abraço.

Obrigado, gente!

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Eliziane Gama, e ainda dos Senadores não membros Flávio Arns, Vanderlan Cardoso e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro e Daniella Ribeiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia. **Participante:** Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde. **Resultado:** Audiência pública realizada. Aprovado requerimento 080/2021 extrapauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia a todos, bom dia aos Srs. Senadores, às Senadoras, bom dia a todos os membros da Comissão, daqui, do Senado, que nos atendem, bom dia a todos os internautas, ao povo brasileiro.

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à Covid-19 e, inclusive, à situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através da função "levantar a mão".

A ordem da fala será primeiro concedida ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com o convidado.

A presente reunião se trata de uma audiência pública prevista no plano de trabalho do nosso Relator, Senador Wellington Fagundes, com o Ministro Marcelo Queiroga, para debater o plano nacional de imunização e também outros assuntos pertinentes à Covid-19, o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas, de modo geral, de combate à pandemia.

Eu pergunto se o Ministro está na sala. O Ministro está na sala já, Lenita?

O SR. MARCELO QUEIROGA – Senador Confúcio Moura, eu estou na sala.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ministro, muito obrigado ao senhor. Muito obrigado!

O SR. MARCELO QUEIROGA – Eu que agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem-vindo, bem-vindo!

O SR. MARCELO QUEIROGA – Bom dia para o senhor e para todos os que nos assistem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Esperidião Amin, o senhor pediu uma questão de ordem. A palavra está com V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Serei muito breve, Presidente. Quero cumprimentar a todos e a todas, cumprimentar o Ministro. De passagem, quero lhe oferecer a minha solidariedade absoluta, Ministro, à sua atuação e à sua pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que já me entendi agora com o Senador Wellington, Presidente. Eu estou apresentando um requerimento para que o Ministro de Ciência e Tecnologia participe da reunião que já está agendada – ele falou – no dia 9 de julho, para falar também sobre o desenvolvimento de vacinas conexas. Não são da Covid, mas zika, dengue, chikungunya e o estágio de desenvolvimento delas. Com a ajuda da Senadora Zenaide, eu fiz o esse complemento, aditando a reunião que está agendada, segundo o senador Wellington Fagundes, para dia 9 de julho, esta solicitação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Então, Sr. Ministro Queiroga, bem-vindo à nossa audiência. Estamos prestigiados com a sua presença, mais uma vez.

Nossa Comissão encerra seus trabalhos no dia 30. Salvo melhor juízo do Presidente, ela pode ser prorrogada. Estamos aguardando a sua posição em Plenário, para colocar os requerimentos em votação.

Eu passo a palavra para o Ministro Marcelo Queiroga, pelo tempo de 30 minutos, Sr. Ministro. Se o senhor precisar de mais um pouquinho, o senhor pode me avisar e pode trabalhar.

Com a palavra, Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador Confúcio Moura, que preside esta Comissão com tanto brilhantismo, Srs. Senadores, Senador Esperidião Amin, a quem já antecipadamente agradeço, o nosso objetivo é prestar os esclarecimentos à Comissão do Senado e, assim sendo, à sociedade brasileira, acerca das medidas que estão sendo adotadas no Ministério da Saúde para o enfrentamento a pandemia da Covid-19.

Há cerca de 90 dias, eu assumi a condução da pasta, com o objetivo de aprimorar todas as ações que o Ministério da Saúde já executava no enfrentamento à pandemia. Todos sabemos que essa é uma emergência de saúde pública de importância internacional, que não afeta somente o Brasil. O nosso País, pelas suas características de país continental, e com a heterogeneidade do nosso sistema de saúde, vem sendo fortemente atingido por essa pandemia desde 13 de março de 2020, quando foi assim considerada pela Organização Mundial da Saúde. Desde lá, nós já tivemos mais de 15 mil óbitos.

Então, a minha primeira manifestação é externar a nossa solidariedade e o nosso pesar pelos que faleceram, pelos seus familiares e o compromisso de buscar alternativas para minorar o impacto dessa tragédia sanitária.

No momento em que vivemos, nós temos a esperança das vacinas, e o Brasil tem adotado uma série de ações para impulsionar o seu Programa Nacional de Imunizações. Para tanto, nós já adquirimos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de uma estratégia variada, mais de 630 milhões de doses de vacinas. Essa estratégia se baseou primeiro num acordo de transferência de tecnologia, uma encomenda tecnológica, entre o laboratório AstraZeneca e a Fundação Oswaldo Cruz. Esse acordo já foi devidamente firmado e agora, no segundo semestre, nós já podemos produzir vacinas com IFA nacional.

A outra ação foi através da iniciativa ACT-A, da Organização Mundial da Saúde, através do seu braço de vacinas, Covax Facility. Por essa iniciativa, foi adquirida cobertura para 10% da população brasileira, o que perfaz aproximadamente 44 milhões de doses de vacinas, e são vários os imunizantes que integram o portfólio da iniciativa Covax Facility.

A outra ação foi através de acordos bilaterais com farmacêuticas, a exemplo da Janssen, a exemplo da Pfizer, com quem adquirimos 200 milhões de doses, e finalmente o Instituto Butantan. O Instituto Butantan, como todos os senhores sabem, produz a vacina CoronaVac, que é uma vacina produzida a partir do vírus inativado com IFA originário da China. Essa foi a primeira vacina utilizada no nosso País, é um imunizante que tem um registro emergencial na Anvisa, mas que tem sido útil para o nosso programa de imunização. Com o avançar da produção da vacina na Fiocruz, a vacina da AstraZeneca/Fiocruz já é a vacina mais utilizada no nosso País.

Nós já distribuímos mais de 123 milhões de doses de vacinas para Estados e Municípios e, através do nosso Programa Nacional de Imunizações, com 38 mil salas, nós podemos imunizar até 2,4 milhões de brasileiros todos dias, desde que tenhamos doses suficientes.

Desde que nós assumimos o Ministério da Saúde, mais de 80 milhões de doses de vacinas foram distribuídas para Estados e Municípios. Isso não é pouco, Srs. Senadores. A própria iniciativa Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde, distribuiu cerca de 86 milhões de doses, ou seja, somente no nosso curto período de gestão à frente do Ministério da Saúde, nós já distribuímos mais doses do que a iniciativa Covax Facility.

A população vacinável do Brasil, ou seja, aqueles acima de 18 anos, perfaz cerca de 160 milhões de habitantes. Então, nós já imunizamos, dessa população vacinável, com a primeira dose, 39,1% da população vacinável; e, com a segunda dose, 15,1% da população vacinável – volto a dizer: 160 milhões de brasileiros, que são aqueles acima de 18 anos.

E, pelo ritmo que nossa campanha vem adquirindo nas últimas semanas, no último mês, já é possível antever que toda a população brasileira acima de 18 anos pode ser imunizada com uma dose da vacina até o mês de setembro. E, pelas 600 milhões de doses de que já dispomos, é possível antever também que tenhamos a população brasileira acima de 18 anos vacinada até o final do ano de 2021, o que nós consideramos, dentro das condições de carência de vacinas no mundo, uma meta bastante razoável e que faz jus à força e à tradição do nosso Programa Nacional de Imunizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda precisamos de evidências científicas em relação ao uso das vacinas, não em relação à sua eficácia, mas em relação à sua efetividade. Nesse sentido, o Ministério da Saúde tem trabalhado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e com universidades internacionais e nacionais para estudar melhor o contexto da efetividade das vacinas. Exemplo eloquente é o estudo realizado em parceria com a Unesp, na cidade de Botucatu, em que já imunizamos com a primeira dose a população daquela cidade do interior de São Paulo. Para os senhores certificarem a importância e a qualidade do nosso programa de imunização, em dez horas nós conseguimos imunizar mais de 60 mil habitantes da cidade de Botucatu. Esse é um tipo de estudo chamado "grupo controle". Nós vamos comparar a população de Botucatu vacinada com AstraZeneca com a população do PNI e, assim, não só estudar a efetividade da vacina AstraZeneca, mas também possíveis variantes da Covid-19.

Também já traçamos um panorama para o ano de 2021. Nesse sentido, além da nossa Fiocruz, que já terá a capacidade plena para a produção da vacina com IFA nacional, nós estamos em negociações com farmacêuticas, como a Pfizer e como a Moderna para usar esses agentes imunizantes no ano de 2022, se for o caso – e é possível que seja – de se fazer um reforço. Claro que ainda não temos todas as respostas, todas as evidências científicas a este respeito de se será necessário fazer uma nova vacinação, como fazemos hoje, com duas doses, se apenas precisaremos de um reforço, se o reforço é com o mesmo agente imunizante, se é com outro agente imunizante, que nós chamamos de intercambialidade.

Nós precisamos também avançar com pesquisas com outras vacinas. Aqui, no Brasil, como é do conhecimento dos senhores, já há projetos para desenvolvimento de vacinas totalmente nacionais.

Eu cito que há um projeto na Universidade de São Paulo, liderado pelo Professor Jorge Kalil; há um outro grupo na Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto, na Universidade Federal de Minas Gerais, além de um projeto que já está avançado do Instituto Butantan, com a vacina chamada de ButanVac. Todas essas vacinas são alvo do nosso interesse.

O Senado Federal, por iniciativa do Exmo. Sr. Senador Wellington Fagundes, apresentou uma proposta legislativa para que vacinas humanas pudessem ser produzidas em parques de vacinação animal. Nesse sentido, eu estive com o Senador Wellington Fagundes visitando uma dessas plantas no interior de São Paulo e eu fiquei muito impressionado com a estrutura que existe nesses laboratórios de vacinação animal, que garantem a qualidade sanitária do nosso rebanho e que podem muito bem ser utilizados para a produção de vacinas em humanos, para que o Brasil possa cumprir o seu destino de líder global oferecendo vacinas para a América Latina e para o mundo.

Nós sabemos que, numa situação de pandemia, é importante que os países que fazem fronteira conosco também tenham uma segurança sanitária, até porque nós temos fronteiras secas com esses países e as pessoas transitam com certa facilidade, e é possível, nesse trânsito, algum indivíduo com algum tipo de variante entrar no nosso País, e essa variante apresentar propagação comunitária que pode conturbar o nosso cenário epidemiológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em relação a nossa campanha de vacinação, nós estamos muito seguros de que ela vai caminhar com muita celeridade, tanto é que os próprios Estados, entre si – entre aspas –, já travam uma certa disputa, no bom sentido, para verificar quem está vacinando mais. Então, nós observamos com satisfação que a campanha vem evoluindo. Na quinta-feira, nós superamos 2 milhões de doses aplicadas e, no mês de junho, nós já temos uma média de mais de 900 mil indivíduos imunizados por dia.

Essa campanha de vacinação tem sido importante para reduzir o óbito em indivíduos que já foram vacinados, isso já é possível se verificar. Aqueles indivíduos de faixa etária mais elevada já apresentam uma mortalidade menor, o que é a certeza de que, juntamente com outras ações, nós haveremos de pôr fim ao caráter pandêmico dessa doença.

Alguns subgrupos de atenção mereceram especial ênfase do Programa Nacional de Imunizações. Aqui eu me atenho particularmente ao caso das gestantes. O Brasil, no pico dessa chamada segunda onda, estava com um número elevado de óbitos em gestantes e, por isso, o Programa Nacional de Imunizações, com sua câmara técnica especializada, resolveu incluir essas gestantes no programa. Hoje essas gestantes com comorbidades estão sendo imunizadas com a vacina da indústria Pfizer e com a vacina CoronaVac.

Os Estados e Municípios têm dado preferência ao emprego da vacina Pfizer, que, após modificações regulatórias, teve o seu uso flexibilizado. Aquele problema da cadeia de frio foi parcialmente resolvido, e a vacina Pfizer pode ser aplicada dentro de um ambiente que permite o seu uso mais capilarizado por todo o Brasil.

Em relação ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 no âmbito da assistência hospitalar especializada, há um esforço muito grande para habilitar leitos hospitalares. E isso, no ano de 2021, aconteceu de maneira muito intensa, de tal maneira que nós já repassamos uma quantia de recursos para a habilitação de leitos. No ano de 2020, para os senhores terem uma ideia, Srs. Senadores, foram R$64 bilhões para Estados e Municípios; 9,9 bilhões para os Estados e Distrito Federal; 23,4 bilhões para os Municípios; 29 bilhões referentes à aplicação direta; 1,8 bilhão para os demais repasses. No ano de 2021, foram autorizados mais de 24 mil leitos hospitalares, totalizando 44 mil leitos de UTI convencionais mais Covid; então, esses 24 mil leitos foram para Covid; então, mais do que o dobro da quantidade já registrada no passado. E os repasses mensais são superiores a 1 bilhão somente para o custeio dos leitos já abertos.

Todos os pleitos que recebemos de Estados e Municípios em relação à habilitação de leitos, desde que cumpridas as exigências regulamentares, são atendidos de maneira a dotar o sistema de saúde de uma capacidade para atender as síndromes respiratórias agudas graves decorrentes da Covid-19. Então, nós sabemos que esses pacientes com síndromes respiratórias agudas Graves, num percentual elevado, requerem a intubação orotraqueal. Infelizmente, ainda temos uma incidência de óbitos, uma mortalidade elevada entre esses indivíduos que requerem a intubação orotraqueal, e é necessário que esses pacientes recebam, além dos tratamentos específicos para o enfrentamento às síndromes respiratórias agudas, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suporte de sedação, o que nós chamamos de *kit* de intubação orotraqueal, composto por sedativos, por anestésicos, com bloqueadores neuromusculares.

Quando nós assumimos o ministério, no final do mês de março, a pressão sobre o sistema de saúde era muito forte, e nós tivemos que ter uma observação muito atenta ao suprimento desses insumos, haja vista que a nossa indústria nacional não tinha condição de prover esses itens numa quantia adequada para atender o sistema público de saúde e o sistema privado. Com ações através da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), nós adquirimos, nos Estados Unidos, mais de 5,1 milhões de itens do chamado *kit* de intubação orotraqueal, e esses insumos têm sido oferecidos para Estados e Municípios quando eles próprios não conseguem fazer a aquisição, destacando que, de acordo com a organização tripartite do SUS, a obrigação de aquisição desses medicamentos é dos Estados e Municípios. Porém, dentro de um contexto pandêmico, o Ministério da Saúde não pode deixar de levar o seu apoio aos entes subnacionais, levando o aporte necessário para atender os pacientes com síndromes respiratórias agudas graves. Felizmente, aquele número que chegou a atingir cerca de 4 mil óbitos por dia, muito em decorrência de uma variante do vírus que hoje chamamos variante Gama, que no passado chamava-se de P1... Essa variante do vírus foi inicialmente descoberta e identificada em Manaus e se espalhou numa transmissão comunitária no Brasil. Ela é a principal responsável por esses óbitos que aconteceram nessa chamada segunda onda.

De lá pra cá, nós tivemos uma redução dos óbitos, estabelecemos uma redução de 4 mil para 2 mil óbitos por dia. Houve uma redução importante, houve uma diminuição da pressão sobre o sistema de saúde, mas estamos num platô ainda elevado, o que nos preocupa, sobretudo nessa estação climática que vivemos, a estação mais fria, quando há uma circulação maior do vírus. Consequentemente, a ocorrência de síndromes respiratórias agudas graves, não só pela Covid-19, mas por outros tipos de vírus respiratórios, tem merecido atenção especial do Ministério da Saúde.

Em relação ao fornecimento de oxigênio, os Srs. Senadores sabem que as plantas do Brasil, sobretudo as da indústria que tem a maior parte do mercado, têm condições de produção de oxigênio, mas há dificuldades com a distribuição. O oxigênio é distribuído na forma líquida e é transportado através de carretas com tanques criogênicos. Havia uma carência dessas carretas para suprir o mercado brasileiro, e nós ajudamos essa maior indústria de oxigênio a importar caminhões usados do Canadá. Foram importadas 13 carretas, que contribuíram para fortalecer a distribuição do oxigênio líquido no Brasil. Além disso, a Força Aérea Brasileira tem nos ajudado com aviões, levando oxigênio para Estados que têm dificuldades. Outra alternativa são os navios da Marinha, que podem levar também o oxigênio na forma líquida.

Lamentavelmente nem todos os hospitais e unidades de pronto atendimento do nosso País continental contam com tanques criogênicos e, em boa parte dos Municípios menores, inclusive nos grandes Estados da Nação, ainda há o suprimento através de cilindros. E, como há, dentro de ambientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde a pressão sobre o sistema de saúde é mais intensa, a dificuldade de cilindros, o Ministério da saúde tem apoiado Estados e Municípios tanto do ponto de vista logístico como em relação ao apoio técnico, que foi o que aconteceu, por exemplo, no Estado de Pernambuco, onde há cerca de três semanas, na região do Agreste, houve uma pressão maior. O nosso corpo técnico, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, conseguiu agilizar a estratégia de envase dos cilindros de oxigênio, de tal maneira que aquela demanda foi adequadamente suprida e não houve um problema maior no sistema de saúde.

Adicionalmente, através de outras ações, como parcerias com a iniciativa privada, nós conseguimos concentradores de oxigênio, que também são úteis para socorrer essa situação de dificuldade.

Então, uma série de ações tem sido desenvolvida não só pelo Ministério da Saúde, mas também pelas secretarias estaduais e municipais, e, com o progresso da campanha de vacinação, nós entendemos que a partir de setembro é possível haver um cenário epidemiológico mais favorável no Brasil. Para tanto, além da vacinação, além do fortalecimento do sistema de saúde para atender os casos graves, nós temos que envidar outras ações, como, por exemplo, uma ampla política de testagem. No ano passado, nós dispúnhamos do teste RT-PCR, que ainda é o padrão-ouro, só que o Brasil testou pouco e, em função disso, nós não tivemos uma política mais apropriada de isolamento dos casos positivos, bem como dos seus contactantes.

Hoje a evolução da tecnologia nos permite os chamados testes rápidos de antígeno. Então, o Ministério da Saúde já aprovou no Conass e no Conasems – na CIT, na tripartite –, uma política para a testagem. Essa política tem dois pilares: os testes na atenção primária, que são dedicados aos pacientes sintomáticos – os pacientes sintomáticos devem fazer nas unidades básicas de saúde o teste rápido de antígeno, e os casos positivos são isolados, bem como seus contactantes –; e aqueles pacientes assintomáticos – talvez algo que não tenhamos colocado em prática como uma política pública coordenada nacionalmente – devem ser testados em ambientes de grande circulação, a exemplo do metrô, a exemplo das rodoviárias, a exemplo dos aeroportos. E é fundamental, além dessa iniciativa pública, que tenhamos a parceria da iniciativa privada testando os funcionários, para que aqueles casos positivos sejam afastados e consigamos conciliar o combate à pandemia da Covid-19 com um retorno organizado e sustentado das atividades econômicas.

Para tanto, Senador Confúcio Moura, nós já distribuímos mais de 3 milhões de testes rápidos de antígeno, e o Ministério da Saúde já tem uma tratativa avançada para a aquisição de mais 10 milhões desses testes rápidos, para, num primeiro momento, serem distribuídos a Estados e Municípios. O nosso objetivo é testar até 20 milhões de brasileiros todos os meses, sendo 1,8 milhão de testes na atenção primária; e os outros, no setor público.

Em adição a essa política de testagem, a Secretaria de Vigilância em Saúde lançou um programa chamado PreCOV.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma grande pesquisa, é um estudo de soroprevalência, em que nós vamos fazer uma análise mais detalhada da questão da prevalência da Covid-19 no Brasil, de possíveis variantes, que possa nos orientar no enfrentamento futuro desta pandemia.

E nos preocupamos também, Senador Marcos do Val, com o que nós hoje já chamamos de síndromes pós-Covid. Aqueles pacientes que se recuperam da Covid-19 – muitos deles – vão precisar de cuidados especializados. E esses cuidados podem ser na atenção primária e também podem acontecer, nos casos mais graves, nos hospitais. E nós temos que também organizar uma política para reabilitação desses indivíduos, seja do ponto de vista físico, seja do ponto de vista psicológico.

Além do impacto da Covid por si só no sistema de saúde, que é muito forte, nós também temos que atender as doenças prevalentes que, no contexto da pandemia da Covid-19, por vezes, se tornam negligenciadas, como é o caso das doenças cardiovasculares, que são as principais responsáveis por óbitos no contexto pré-pandêmico. No Brasil, nós temos mais de 380 mil casos de óbitos por doenças cardiovasculares, sendo o infarto e o AVC as principais causas. Devido ao colapso do sistema de saúde, muitos desses pacientes têm perdido a oportunidade assistencial, e tem sido detectado um aumento de óbitos por doenças cardiovasculares em domicílio, o que traz uma falsa impressão de que reduziram infarto e óbito, o que efetivamente não aconteceu. Essas pessoas estão morrendo antes de chegar aos hospitais. As doenças oncológicas também merecem a nossa atenção, bem como as doenças crônicas não transmissíveis que são assistidas nas unidades básicas de saúde.

Para tanto, os Srs. Parlamentares já aprovaram uma legislação específica para ampliar o acesso à telessaúde, à telemedicina. E essa estratégia, uma vez organizada, pode ser uma política auxiliar no enfrentamento não só à Covid-19 desde a atenção primária até a atenção especializada... E, aqui, eu me refiro ao apoio de tele-UTI, que leva a *expertise* dos centros mais especializados para os centros menores, até no interior do nosso Brasil, levando mais efetividade à assistência. O Ministério da Saúde, em parceria com outros ministérios – aqui, eu destaco os Ministérios da Defesa, da Ciência e Tecnologia, das Comunicações e da Infraestrutura –, está organizando um programa de telessaúde. Já existe uma unidade básica de saúde experimental na cidade de Cristalina, no Estado de Goiás, que dispõe de uma série de serviços. Estamos com um projeto de expansão de mais 128 unidades básicas de saúde apoiadas por sistemas de telemedicina para serem colocadas em áreas remotas do Brasil.

São diversas ações que o Ministério da Saúde tem feito, sempre de maneira integrada com outros ministérios. Eu faço uma menção especial ao Ministério das Relações Exteriores, liderado pelo nosso Chanceler Carlos Alberto França, que tem sido muito proveitoso, com intercâmbio não só com os organismos internacionais – eu destaco aqui a Organização Mundial da Saúde –, mas também com uma relação bilateral, por exemplo, com os Estados Unidos, com o Reino Unido, com outros países, até países que nós apoiamos, a exemplo do Paraguai, que temos ajudado quando podemos com oxigênio. E isso tem sido muito produtivo para o Ministério da Saúde no enfrentamento à pandemia da Covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui com a nossa equipe técnica à disposição dos senhores para esclarecimentos mais detalhados e para ouvir as eventuais sugestões ou recomendações que os Srs. Senadores por ventura desejem fazer, para que possamos melhorar a assistência à saúde neste momento de dificuldade sanitária que vivemos em nosso País e no mundo.

Então, muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro Marcelo Queiroga.

Nós temos agora os Senadores que já se inscreveram: Senador Wellington Fagundes, Senador Styvenson Valentim, Senadora Zenaide Maia, Senador Marcos do Val, Senador Esperidião Amin. E eu me incluo aqui como sexto. Então, são seis Senadores. Vamos fazer com o senhor em dois blocos de três. Logicamente, o Senador Wellington tem um tempo maior, por ser o Relator, e os demais terão três minutos para perguntar. Aí, eu passo a palavra para o senhor para responder em bloco. Após os Senadores perguntarem, eu tenho as perguntas dos internautas, que são perguntas diretas em pingue-pongue; perguntas secas, respostas secas e exatas.

Vamos em frente.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Senador Wellington Fagundes.

O Senador Wellington Fagundes está com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Presidente, todos nossos companheiros Senadores, a Senadora Zenaide, Esperidião Amin, também o Senador Marcos, todos os Senadores e Ministro Queiroga, bom dia! É uma satisfação tê-lo aqui na nossa Comissão.

Como eu sempre tenho dito, a função da nossa Comissão é buscar a solução da Covid, buscar tudo que pode ser feito para salvar a população. Nossa Comissão não tem o aspecto de apurar qualquer irregularidade e, sim, fazer com que os Governos – com todos os setores, Governo Federal, Governos dos Estados e Municípios, já que a nossa saúde é tripartite – tenham maior capacidade de poderem estar falando e, claro, buscando as soluções em conjunto.

Por isso, quero aqui agradecer, Ministro, mais uma vez a presença de V. Exa. aqui, na nossa Comissão Temporária sobre esta questão prioritária para o Brasil neste momento, que é a vacinação.

Eu, claro, não poderia deixar também de agradecer ao senhor e a toda sua equipe pelo apoio ao Projeto 1.343, de minha autoria e que dá segurança jurídica à conversão de unidades industriais de saúde animal à fabricação de vacinas humanas, dentro dos mais rigorosos padrões internacionais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biossegurança e também de rastreabilidade, sem depender, claro, da importação do IFA, ou seja, podendo produzir vacina totalmente brasileira.

E desde que levei essa proposta ao ministério... V. Exa. tomou posse na quinta-feira, na sexta-feira lá eu estive, V. Exa. me recebeu e eu apresentei essa proposta. O Presidente Bolsonaro também, imediatamente, ligou para V. Exa., que convocou ou convidou o Presidente Barra, da Anvisa, e aí começamos todas essas tratativas, como V. Exa. já colocou, inclusive com a presença lá, na visita a Cravinhos, aquela grandiosa indústria de saúde animal, onde temos, dentro de um mesmo sítio, uma fábrica de vacinas de vírus inativado e também outra fábrica de vírus a partir do RNA mensageiro. Como lá havia pesquisadores, todos atestaram. E, até como o senhor falou, que ficou bastante surpreso com a capacidade dessas indústrias e, principalmente, com a qualidade e a biossegurança.

Por isso, esse nosso projeto, Sr. Ministro e população, foi já aprovado no Senado, por unanimidade. Tivemos agora a votação na Câmara dos Deputados da mesma forma, 450 votos favoráveis, só 1 contra, que eu acho que foi um erro, com o relatório da Deputada Aline Sleutjes, que conseguiu, inclusive, aperfeiçoar o projeto. O projeto voltou agora para o Senado, e amanhã, graças às lideranças e também ao Senador Rodrigo Pacheco, já teremos também a votação no Plenário do Senado da República e aí, depois, a sanção presidencial. E, mais uma vez, eu tenho certeza, contarei com o trabalho e a ação de V. Exa., juntamente com a Ministra Flávia e todos os ministros da área, a Anvisa, enfim, de todos, para que a gente tenha essa sanção o mais rápido possível. E esse texto já vai ser referendado, eu tenho certeza, pela maioria ou pela unanimidade do Senado. Por isso, eu quero aqui pedir, mais uma vez, a interferência, a ajuda de V. Exa.

E aí Ministro, eu quero aqui passar para as perguntas a serem feitas e vou aqui também ser fiel ao trabalho feito pela Consultoria. Alguns assuntos, inclusive, V. Exa. já abordou, mas o senhor poderia usar o tempo e talvez ser mais específico. Claro que estamos chegando hoje a 502 mil mortos no Brasil, acometidos pela Covid. Qual membro da família ou qual pessoa que não tem um amigo envolvido com essa terrível doença? E até hoje, claro, não há nenhum medicamento, mundialmente não temos nenhum medicamento com eficiência para o tratamento. Portanto, é vacina, vacina e vacina, e daí a nossa expectativa. Como V. Exa. já colocou aqui, há inúmeras vacinas que já estão sendo importadas e que poderão ser fabricadas no Brasil também a partir da transferência tecnológica.

E aí eu pergunto: o senhor, em audiência pregressa a esta Comissão, atribuiu o aumento das mortes da Covid-19, em 2021, ao surgimento e à disseminação da variante P1, também conhecida como variante Gama. Como está a situação hoje em nosso País dessa variante e também da variante Delta, proveniente da Índia?

Na Nota Técnica 717, de 28 de maio de 2021, a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações, do Ministério da Saúde, decidiu, finalmente, iniciar a vacinação dos trabalhadores da educação. Qual a previsão do Ministério da Saúde para que todos os profissionais da educação básica no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País estejam completamente imunizados? Como tem sido o trabalho do Ministério da Saúde nessa questão do retorno seguro às aulas por parte dos nossos alunos no Brasil?

Terceiro: até a chegada do senhor ao Ministério da Saúde, o nosso País ainda não havia implementado um programa de testagem da população para Covid-19. De fato, grande parte dos brasileiros nunca teve acesso aos testes diagnósticos. O que mudou nesse aspecto, desde que o senhor assumiu a pasta da Saúde? O senhor já fez algum comentário, mas, claro, com esse tempo, o senhor poderia ainda detalhar mais.

Quarta pergunta: considerando que as indústrias de vacina para saúde animal estão se preparando para contribuir com o enfrentamento à pandemia, produzindo vacinas para o uso humano, como o Ministério da Saúde está planejando utilizar essas vacinas, levando em conta os cronogramas de fornecimento de vacinas apresentados? Mas também aí, Ministro, eu gostaria de saber... Porque eu já estive no Ministério das Relações Exteriores – nós recebemos um documento da Fosum, uma empresa chinesa – e lá o ministério me disse que vocês já estariam se reunindo interministerialmente para fazer essas tratativas. Eu gostaria de saber se as empresas já têm algum trabalho feito com o ministério e como será a coordenação para fazer, digamos, esses entendimentos da transferência tecnológica.

E aí, claro, assim como a Fiocruz já assinou e o senhor já anunciou agora essa transferência tecnológica com o laboratório da AstraZeneca, também o Butantan já tinha anunciado aqui, há cinco meses, essa transferência tecnológica da CoronaVac. O ministério já tem conhecimento disso? Porque para nós foi surpresa a delonga dessa assinatura por parte da Fiocruz, porque a informação é de que essa assinatura já estava pronta há muito tempo. Esses dois laboratórios, Butantan e Fiocruz, poderão fazer essa transferência também à indústria de saúde animal?

Ainda: em que data o Ministro prevê que atingiremos a marca de 70% da população brasileira vacinada, com pelo menos a primeira dose da vacina? V. Exa. já abordou também, mas é importante esse aspecto.

E aí, Ministro, eu coloco outra pergunta: como nós estamos fazendo a vacinação por escala, de acordo com as prioridades, primeiro os mais idosos, depois algumas categorias – dos caminhoneiros, agora dos professores –, quando teremos que fazer a revacinação e qual período essas vacinas terão de duração? Nove meses, um ano, que é o que está aí hoje mais definido? Porque a nossa preocupação... Por isso queremos produzir vacina aqui no Brasil, com 100% de tecnologia brasileira, para ter vacina abundante, como V. Exa. colocou, para vacinar os brasileiros, mas também até para ajudar outros países. Mas a minha preocupação é a revacinação, principalmente com essas novas cepas, as variantes que estão nos acometendo no dia a dia.

Outra pergunta: o Ministério da Saúde fez ou planeja fazer alguma campanha publicitária nacional de estímulo à vacinação, especialmente com relação à necessidade de tomar a segunda dose da vacina?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta: o Ministério da Saúde assumiu, afinal, a responsabilidade de monitorar, planejar e antecipar as necessidades relativas aos estoques de oxigênio medicinal e medicamentos para a intubação orotraqueal e manutenção da ventilação mecânica? V. Exa. também já comentou, mas eu faço questão, principalmente, de deixar aqui registrado.

E, claro, V. Exa. colocou também a questão da síndrome pós-Covid. V. Exa. podia comentar um pouquinho mais, verdadeiramente, sobre o que já está sendo isso no mundo e aqui no Brasil e a recomendação que V. Exa. faria para os hospitais, enfim, para a rede de saúde pública brasileira? Eu acredito que, nesse aspecto aí, até a questão também da nossa rede escolar vai acabar sendo atingida com isso também.

Então, são essas as perguntas, Sr. Ministro.

E, mais uma vez, eu quero agradecer imensamente a presença de V. Exa., registrando aqui para a população brasileira exatamente qual é o objetivo da nossa Comissão: a nossa Comissão tem como objetivo salvar vidas, a nossa Comissão quer fazer com que o Brasil, a oitava potência, sétima potência do mundo, tenha condições de fazer, fabricar vacinas genuinamente brasileiras.

Por isso, inclusive, teremos já uma sessão temática com a presença também do Ministro da Ciência e Tecnologia, no dia 9. Nessa sessão temática estarão: o Ministro Marcos Pontes; o Sr. Reginaldo Arcuri, que é Presidente-Executivo do Grupo FarmaBrasil; também o Sr. Marcelo Marcos Morales, Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência e Tecnologia; e o Dr. Célio Lopes Silva, Professor Titular de Imunologia e Biotecnologia do Departamento de Bioquímica e Imunologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que é uma dessas que V. Exa. citou que está em fase bem adiantada da pesquisa nacional. E o objetivo é exatamente: debater os desafios na produção nacional de vacinas.

O Senador Esperidião Amin, agora há pouco, falava desse tema. E aí, Senador Esperidião, poderemos, inclusive, aceitar sugestão de V. Exa. e também do Ministro da Saúde. Eu gostaria, Ministro, que V. Exa. pudesse sugerir também, dentro da nossa reunião, alguma outra autoridade que V. Exa. entender que for importante, do próprio Ministério da Saúde ou de algum órgão de pesquisa. Nós estamos aqui apenas com quatro convidados, nós podemos chegar até dez convidados. O objetivo é exatamente falar da produção de vacinas e, principalmente, que o Brasil está já se organizando nesse aspecto.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Eu vou adiantar, Sr. Ministro, mais uma vez... (*Falha no áudio.*) ... os dois outros inscritos.

Eu passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, nosso Vice-Presidente desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Styvenson Valentim, pode falar. (*Pausa.*)

Você está com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Desbloqueou o microfone?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está ótimo. Pode falar, está ótimo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu vou logo direto às perguntas, já que eu tenho pouco tempo para falar. São perguntas para as quais eu acho que a população quer uma resposta também. Eu ouvi os dados apurados no dia 19/06/2021, apresentados pelo Ministério da Saúde, que informam que foram aplicadas até o momento, aproximadamente, 85 milhões de doses de vacina contra o Covid, 38% da população adulta. Cerca de 61 milhões de pessoas já receberam a primeira dose, no caso 29,61% da população adulta, e 24 milhões das pessoas com duas doses, no caso 11,45% já vacinados.

Em relação a esses números apresentados pelo ministério, até essa data que eu disse, como é que o senhor avalia o ritmo de vacinação no nosso País? Ela é o suficiente para impactar os indicadores da doença no Brasil? Em quanto tempo – acho que é a pergunta que todo mundo quer saber –, considerando esse ritmo de vacinação – esse ritmo que foi apresentado aí –, a gente atingiria essa imunidade de grupo? Levando em consideração, Sr. Ministro, um país vizinho que disparou muito rápido a questão da vacinação – ele é líder na América Latina. Aproximadamente 65% da população vacinada; desses, 48% já tinham tomado as duas doses –, mas que apresenta um grande número de pessoas que estão retornando para as UTIs – eu falo lá do Chile, Santiago –, a quais fatores o senhor atribui essa elevação? Mesmo vacinado, mesmo tomando a vacina, segunda dose, o Chile ainda continua com esse número percentual. É para a gente ter cuidado, então a gente tem que avaliar e comparar, querendo ou não. E quais as ações que o País deve adotar para evitar os mesmos resultados do nosso país vizinho?

E, dentro dessas profilaxias – o senhor mesmo já defende o uso da máscara, alguns cuidados –, no dia 10 de junho, Senador Confúcio, a gente aprovou lá no Senado o Projeto de Lei 1.674, de 2021, do Senador Portinho, relatado pelo Vital do Rêgo. O projeto prevê a criação do certificado que permite que pessoas que se vacinarem e que testarem negativo para o Covid circulem em espaços públicos ou privados com medidas restritivas para conter a pandemia. Exige o passaporte para ingressar em eventos públicos, ingressos de hotéis, cruzeiros, parques nacionais, reservas, tudo isso. Esse projeto tem uma inspiração na Comissão Europeia: é o Verde Digital. O senhor acha, Sr. Ministro, que essas medidas contribuem de forma eficiente para conter a pandemia? Mesmo diante dessa restrição das liberdades individuais de locomoção, de ir e vir, em detrimento da coletividade, esse tipo de projeto que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovado no Senado, dentro das perguntas que eu fiz, está recebendo muitas críticas, principalmente pela imprensa, dizendo que está havendo restrição de direitos, de garantias constitucionais de ir e vir. Então, a opinião do senhor também em relação a esse projeto, para que a gente não caia no mesmo erro também, se é que se pode ser, pela resposta do senhor, como o Chile.

Eram essas perguntas.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Styvenson Valentim.

Eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado da Saúde do Brasil, já há várias perguntas feitas.

Eu vi que o senhor disse que tinham distribuído 123 milhões de vacinas e que não era pouco. O senhor acha realmente que não é pouco? A gente tem menos de 12% da população efetivamente vacinada, porque, sem as duas doses, V. Exa. sabe que a gente não tem vacina.

Mas há uma preocupação grande: o senhor não tem nem 90 dias – eu acho, eu vi aqui –, e a gente já teve 200 mil óbitos. A gente está vendo, quase todo dia, mais de 2 mil mortes no País pela Covid.

Aí vem a pergunta: a chance de a gente ter mais de 70% da população realmente vacinada, porque só uma dose se não é garantia, é para quando? E até lá, Ministro, quais são as condutas que o senhor vai tomar para evitar que morra essa quantidade de gente, até a gente ter essa população efetivamente vacinada, porque imagine que, aparentemente, 2 mil pessoas por dia, como nós já tivemos 4 mil/dia... Preocupa-me que isso se torne corriqueiro. Nós estamos com mais de 0,5 bilhão de pessoas. Imagine que, em 60 dias, Ministro, são 120 mil óbitos. E minha pergunta... Eu me preocupo, o senhor é médico, eu também tenho colega médico, sei que o senhor tem interesse, mas não é fácil, porque a gente sabe que, nesse momento, mesmo com vacinados, se não estiver nesse limite de mais de 70 mil, tem que usar as atitudes, tem que ter o não farmacêutico, o uso de máscara, o distanciamento físico ou social, como se diz, tem que continuar, Ministro. E como o senhor vai fazer?

Eu vi a propaganda que o senhor fez, quero aqui parabenizar, mas muito tímida! Eu entendo a situação do senhor, porque, com certeza, o Presidente não vai aceitar que o senhor faça uma propaganda maciça em massa, pregando distanciamento social e uso de máscara, porque ele próprio diz o contrário. Eu digo ao senhor que eu fiquei indignada, como médica, naquela entrevista sei lá onde foi que ele deu, em que disse assim: "Vocês conhecem um tal de Queiroga?" O senhor não é um tal de Queiroga. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor é um doutor. O senhor é um cardiologista respeitado, o senhor é Ministro de Estado da Saúde brasileira. Então, eu digo aqui: no Congresso, ninguém gostou dessa atitude, porque é um desrespeito, foi um desrespeito ao senhor. E o senhor tinha dito, eu acho que foi na CPI, que não se sentia desprestigiado, e aquela atitude do Presidente da República, eu lhe digo que ela indignou o Congresso Nacional, a classe médica. O senhor é um doutor e é um doutor respeitado. E é o Ministro de Estado da Saúde brasileira. Então, preocupa-me, Dr. Queiroga, com todo o respeito, que o senhor, com uma das melhores intenções, não vá conseguir reduzir o número de óbitos e depois queiram culpá-lo.

E a outra pergunta que eu queria fazer: por que não... É como se estivesse excluindo o Instituto Butantan. Por exemplo, a gente sabe que foram oferecidas, não era o senhor ainda, 30 milhões de vacinas a mais, além das 100 milhões. E, num momento desses, é claro que a gente não pode recusar nenhum tipo de vacina. Está aqui a Fiocruz, toda a Pfizer, o que vier.

E outra coisa que a gente sabe: não existe essa história de Municípios e Estados estarem com as vacinas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode dar mais um tempinho para ela concluir, por favor?

Aguarde um pouquinho, Zenaide. Cortou aqui a sua fala. Caiu a sua conexão, Zenaide. O problema é na sua conexão pessoal, aí em Mossoró. Aí eu faço o seguinte: eu vou passar a palavra para o Ministro, para responder o Senador Wellington, Styvenson e Zenaide Maia. Ao final, se ela quiser complementar, ela complementa. Com a palavra, Ministro Marcelo Queiroga, por um tempo que vai variar, Ministro, de 15 a 20 minutos para responder. O Senador Wellington fez muitas perguntas, então eu passo um tempinho maior para o senhor.

Com a palavra, o nosso querido Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio Moura. Eu passo aqui a responder as questões do Senador Wellington Fagundes, e eu vou pedir o apoio aqui dos nossos secretários para que possam me ajudar em temas mais específicos, próprios de cada pasta. Inicialmente, eu vou pedir ao Rodrigo Cruz, que é o nosso Secretário Executivo, para falar um pouco em relação à questão dos testes.

Rodrigo, por favor.

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Ministro. Bom dia, Senadores! Vou ser bem específico, ir direto ao ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Ministro ressaltou na fala dele, a gente tem três grandes eixos como uma estratégia de testagem. O primeiro grande eixo é o eixo assistencial. Então, o indivíduo teve sintoma, ele procura a unidade básica, ou procura o laboratório e faz o teste RT-PCR. Tem o terceiro grande eixo, como o Ministro colocou, que é o programa PrevCov, da Secretaria de Vigilância em Saúde, cujo lançamento foi há uns 15 dias, para que a gente consiga identificar a soroprevalência dos indivíduos.

E o novo grande eixo de testagem é uma busca ativa, que se faz por intermédio dos testes rápidos de antígeno. Essa estratégia já foi apresentada ao Conass e Conasems. A expectativa é que esta semana a gente formalize, por intermédio de uma nota técnica, as estratégias e os detalhes de como deve ser feita essa busca ativa em conjunto com uma distribuição de testes rápidos de antígeno.

Como o Ministro colocou, a depender do cenário pandêmico e a depender da capacidade de testagem, a ideia é que a gente possa testar até 20 milhões de brasileiros por mês.

Obrigado, Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Hélio, por favor, você poderia comentar para o Senador Wellington Fagundes a questão dos laboratórios de vacinação animal, e o que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos tem feito para verificar a apropriação desses parques industriais para vacinação em humanos?

O SR. HÉLIO ANGOTTI NETO (Para expor.) **–** Perfeito, Ministro. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores!

De acordo com a proposição que foi feita no Projeto de Lei nº 1.343, como muito bem colocou o Senador Wellington, já há toda uma mobilização de vários ministérios, da Anvisa, em colaboração, para a gente justamente fazer essa prospecção. Nessas prospecções, nessas visitas técnicas que são feitas não somente aqui pelo Ministério da Saúde, mas que já também iniciaram pela Anvisa, MAPA, entre outros – MCTI também tem colaborado conosco –, nós já visitamos, da parte do Ministério da Saúde, dia 18/05, a Solistica, da AGV Health&Nutrition, em Vinhedo, São Paulo; 19/05, a Ourofino, Cravinhos, São Paulo, onde já foi mencionada a plataforma tecnológica; 20/05, MSD, em Montes Claros, Minas Gerais; 21/05, uma nova passagem por Ourofino, lá em Cravinhos, São Paulo.

Nessas passagens, o que nós verificamos? Nós procuramos verificar a capacidade instalada. É uma capacidade, realmente, que chama atenção pela sua qualidade. Nós verificamos as instalações quanto a área de recebimento, vestuário, área produtiva, controle de qualidade, área de utilidades, área de expedição, manutenção, armazenamento e aos equipamentos presentes, procurando classificar de uma forma adequada qual o potencial.

Também já estamos preparando, na verdade, a formalização de um grupo de estudo, mas isso não tem retardado a elaboração de ao que nós queremos chegar que é um catálogo estratégico que fornecerá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Ministro e aos demais membros do Governo a possibilidade de apontar quais são as melhores possibilidades de parceria estratégica, quais são as plataformas que podem ser utilizadas, qual é a sua capacidade produtiva, de fato, de entregar ao Brasil. Com posse dessas informações que estão sendo alinhadas com o MAPA, a Anvisa, o MCTI e o Ministério da Saúde, nós estamos trabalhando com celeridade para fornecer esse catálogo, que, como eu já disse, vai ter um caráter estratégico e vai permitir que nós ofereçamos a parceiros internacionais e nacionais as reais possibilidades de ação de entrega e que nós possamos responder ao Senado à Câmara e à sociedade brasileira como nós podemos, de fato, concretamente, aumentar a nossa capacidade produtiva.

Então, esses são os trabalhos de prospecção que têm sido realizados, e, sem dúvida nenhuma, com a maior celeridade, estará tudo nas mãos do Ministro, para poder compartilhar essas informações com todos.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Em adição aos comentários do Secretário Hélio, Senador Wellington Fagundes, o Ministério da Saúde dispõe de instrumentos, como as chamadas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, que podem ser utilizados. Geralmente, esses instrumentos são usados para transferência de tecnologia de indústria privada para laboratórios públicos. Isso tem sido não só em relação a vacinas, mas em relação a outros medicamentos.

Como nós somos um Governo liberal, o que nós gostaríamos é que houvesse um esforço da iniciativa privada, uma parceria das indústrias privadas farmacêuticas com esses laboratórios público-privados, para produzirem as vacinas. Parcerias, por exemplo, das universidades públicas que desenvolveram projetos de pesquisa aqui no Brasil com a iniciativa privada para que eles fizessem essas ações sem necessariamente ter o concurso do setor público, porque é desse contexto que vai haver o fortalecimento do complexo industrial da saúde não só para produzir vacinas, mas também outros insumos.

É claro que nós analisamos esses projetos. Eu já tenho notícia de que a Ouro Fino tem tratativas avançadas com algumas indústrias estrangeiras para produzir vacinas no Brasil: num primeiro momento, o envase dessas vacinas; num segundo momento, a produção desde o banco de células até a vacina. Não tenho conhecimento de tratativas, seja do Butantan, seja da Fiocruz para transferir essa tecnologia. No caso da Fiocruz, é uma tecnologia que foi transferida da AstraZeneca para a Fiocruz, usando o laboratório de vacina animal. O que eu sei é da possibilidade de uma cooperação técnica entre Fiocruz e esses laboratórios. Claro que é um assunto ainda incipiente, que precisa ser aprofundado, mas penso que as parcerias entre a indústria farmacêutica e os laboratórios de vacinação animal devem acontecer sem necessariamente ter o concurso do Estado brasileiro, alocando recursos para o desenvolvimento dessas indústrias privadas.

Bom, isso é um assunto que ainda está em discussão e que pode ser amadurecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à educação, é um setor estratégico. Nós sabemos que os alunos nas escolas não só têm a educação, eles também têm outras ações importantes e fundamentais, como segurança alimentar, assistência à saúde... E nós já estamos, há mais de um ano, sem aulas. Já distribuímos doses para os professores da atenção básica, para imunizar, com a primeira dose, cerca de 84% dos professores. No meu entendimento, não é fundamental que todos os professores estejam imunizados com duas doses para o retorno das aulas. Com a estratégia adequada de testagem, podemos compatibilizar o retorno das aulas com a identificação dos casos positivos e, a partir daí, ter, já no segundo semestre, o retorno de aulas. Isso já tem acontecido em alguns Estados e na própria iniciativa privada. Esse assunto tem sido motivo de atenção do Governo. Temos uma reunião com o Ministro Milton Ribeiro, com o Ministro Luiz Eduardo Ramos e com o Advogado-Geral da União, André Mendonça, para tratar desse assunto e buscar uma solução para esse retorno o mais breve possível às aulas.

Em relação à questão da vacina CoronaVac, não há nenhum tipo de mudança de estratégia do Ministério da Saúde em relação a esse imunizante. Nós temos tratado de maneira muito fluida com o Dr. Dimas Covas, que é o Presidente, como os senhores sabem, do Instituto Butantan. Nós já fizemos várias reuniões em conjunto com o Embaixador chinês Yang Wanming, tanto no sentido de facilitar a chegada de IFA, como também em outras inovações tecnológicas que houve com essa vacina, como, por exemplo, a vacina que já vem na seringa e facilita, otimiza a aplicação da vacina CoronaVac.

O que há em relação à vacina CoronaVac é que a vacina não tem ainda um registro definitivo da Anvisa. Isso não se deve a nenhum tipo de ação do Ministério da Saúde. E, como esse assunto é de grande interesse, há uma série de comentários nas mídias, que falam acerca da efetividade da vacina, sobretudo nos indivíduos idosos, mas, da parte do Ministério da Saúde, nós estamos avaliando não só a CoronaVac, mas todas as outras vacinas. A vacina CoronaVac foi estudada em um estudo de Serrana. Aqui eu falei do estudo de Botucatu, que será importante para trazer respostas, mas o estudo de Serrana também é importante para trazer respostas em relação à vacina CoronaVac e à sua efetividade. O fato é que essa vacina tem sido útil para o Programa Nacional de Imunizações brasileiro e essa é a posição oficial do Ministério da Saúde até que exista algum dado científico que faça com que nós tenhamos uma posição diversa.

Além da vacina CoronaVac, o Instituto Butantan – eu já me referi aqui – tem um trabalho com a vacina ButanVac, uma vacina totalmente nacional. Eu já estive no Butantan, visitando o Instituto Butantan, com o Dr. Dimas Covas e a equipe técnica. Na sexta-feira, o Secretário-Executivo Rodrigo Cruz já está agendado para ir ao Butantan. E o Ministério da Saúde tem interesse no desenvolvimento dessa vacina, bem como das outras vacinas que estão sendo testadas no Brasil.

Em relação à variante Delta, como os senhores sabem, há cerca de três semanas, salvo melhor juízo, foi detectado – em um navio da Malásia, um navio que trouxe indivíduos, cidadãos indianos –, um indivíduo positivo na cidade de São Luís; as autoridades sanitárias da Anvisa detectaram esse caso. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso foi prontamente testado; com exame de sequenciamento genômico realizado, foi identificada a variante Delta. Esse indivíduo está em um hospital privado; os outros casos ficaram, no navio, sendo observados. E nós temos mais outros, cerca de nove casos da variante Delta no Brasil que foram identificados; estão em observação. Não há qualquer indício de transmissão comunitária dessa variante no Brasil.

Quando soubemos desse caso em São Luís, imediatamente mantivemos contato com as autoridades sanitárias locais, tanto com o Secretário Estadual, como com o Secretário Municipal de São Luís. Fomos a São Luís. Levamos, após pactuado na SIT, 300 mil doses adicionais da vacina, para reforçar a imunização naquele Estado, para criar como se fosse uma barreira, para que esse vírus não tivesse uma transmissão comunitária, bem como levamos 600 mil testes de antígeno para o Estado do Maranhão. A cidade de São Luís, por sinal, começou a vacinar a população com 18 anos; é uma das cidades em que a campanha de vacinação fluiu com mais intensidade.

Em relação às síndromes pós-Covid, sobre que o Senador Wellington Fagundes me indagou...

Você quer falar, Hélio? (*Pausa.*)

Pode falar, Hélio.

O SR. HÉLIO ANGOTTI NETO – Em relação à síndrome pós-Covid, rapidamente – agradeço a palavra dada –, nós já temos várias pesquisas que foram fomentadas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia, em vários Estados do Brasil, seja por meio daquele edital conjunto com a CNPq/MCTI, seja por meio dos editais envolvendo o PPSUS. Então, várias universidades já estão engajadas no auxílio, na reabilitação desses pacientes, tanto de aspecto pulmonar, neurológico, aspectos envolvendo saúde mental. Então, temos uma lista de pesquisas em andamento que pode, é claro, ser fornecida a todos os interessados; é de conhecimento público e, enfim, está à disposição.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Eles serão assistidos nas Unidades Básicas de Saúde; eles serão assistidos, nas formas mais graves, nos hospitais especializados. Nós já estudamos uma estrutura de assistência, através do Telessaúde, para dar um suporte a esses indivíduos. Eles podem ter, por exemplo, sequelas renais, insuficiência renal, que é algo que espreita esses indivíduos quando estão em terapia intensiva, e eles podem necessitar de diálise; eles podem ter sequelas de acidente vascular cerebral; eles podem desenvolver insuficiência cardíaca, com miocardite, miocardiopatia. Então, têm uma série de consequências orgânicas, físicas e também psicológicas; reabilitação motora, indivíduos ficam em Intubação Orotraquial de maneira prolongada, eles têm a musculatura fragilizada, precisam fazer reabilitação.

Então, é uma série de ações que nós já programamos. Inclusive, esses leitos Covid que estão habilitados, são um pleito do Ministério da Saúde, e temos discutido com a Economia para que eles continuem habilitados mesmo no cenário em que haja o arrefecimento da pandemia, porque nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisar assistir não só esses pacientes com essas síndromes pós-Covid que podem precisar de assistência hospitalar, mas também as doenças cardiovasculares, as cirurgias eletivas que estão represadas.

Existe um cenário muito grande de observação das autoridades sanitárias. O Ministério da Saúde vai prestar o apoio aos Estados e Municípios para construirmos juntos – nós temos Estados grandes, como é o exemplo de São Paulo, com universidades muito qualificadas, o Estado do Rio de Janeiro, do Paraná, do Rio Grande do Sul – e criarmos uma grande rede nacional, para nos prepararmos para assistir essas pessoas que padecem das chamadas síndromes pós-Covid.

Em relação à revacinação, Senador Wellington Fagundes, é algo que está sendo construído. Nós não temos essas respostas ainda em sua totalidade. Nós, por exemplo, não sabemos acerca da intercambialidade de vacinas, não sabemos se o indivíduo que usou a vacina AstraZeneca vai usar uma dose da Pfizer ou vice-versa, não sabemos se é apenas um reforço com o mesmo agente imunizante. Essas pesquisas estão em encaminhamento. E o que o Ministério da Saúde tem que fazer é se programar para ter vacinas disponíveis para aplicar, num curto espaço de tempo, no ano de 2022, se for o caso.

Eu acho que as questões do Senador Wellington Fagundes eu já explorei.

Em relação ao Senador Styvenson Valentim, ele falou aqui o percentual de vacinados. Eu aqui mencionei em relação à população-alvo, os acima de 18 anos, uma vez que vacina em adolescentes, em crianças... Por exemplo, não existe evidência que sustente ainda a vacinação em criança. Da vacina em adolescente, agora é que houve um registro na Anvisa, e o público estimado é de cerca de 4 milhões. Então, nós temos hoje, da população vacinável de 160 milhões de habitantes, 39,1% vacinados com a primeira dose e, com as duas doses, 15,1% da população. Nós temos uma perspectiva de vacinar a população brasileira acima de 18 anos até o mês de setembro. E eu falo isso porque teremos, no mês de julho, mais de 40 milhões de doses de vacinas disponíveis, e há uma expectativa de, no mês de agosto e no mês de setembro, 60 milhões de doses em cada um desses meses. Então, os senhores vejam: 60 milhões em agosto e 60 milhões em setembro são 120 milhões de doses, com mais de 40 milhões em julho, são 160 milhões de doses de vacina.

A Senadora Zenaide, na sua colocação... Quando eu disse que 126 milhões de doses de vacina não eram pouca vacina, não são pouca vacina, Senadora. A Organização Mundial da Saúde, com a iniciativa Covax Facility, distribuiu 86 milhões de doses de vacina. O nosso desafio é que nós somos um país continental e temos que vacinar a nossa população para pôr fim ao caráter O nosso desafio é que temos um país continental e temos que vacinar a nossa população para pôr fim ao caráter pandêmico dessa doença.

O Senador Styvenson fez alusão ao Chile. Quanto a esses dados do Chile, é necessário observar quem são os que estão reinternando e quais são os agentes imunizantes que são usados naquele país. Isso é um tema sensível, e nós precisamos ter essas respostas de maneira mais clara para tomar posições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que, no Chile, o agente imunizante mais utilizado foi a vacina CoronaVac. Aqui no Brasil, agora para o segundo semestre – sem entrar aqui em comparação de vacinas, até porque não existe estudo, cabeça a cabeça, comparando vacina com vacina, e nós temos a responsabilidade de não suscitar insegurança na população brasileira –, no nosso Programa Nacional de Imunizações, a grande maioria das vacinas são vacinas de eficácia muito ampla, como é o caso da vacina Pfizer. Até setembro, vamos distribuir 100 milhões de doses da Pfizer; até dezembro, mais 100 milhões de doses. A vacina AstraZeneca é uma vacina que também tem uma eficácia muito ampla. Então, à medida que essa campanha de vacinação avança em todas as faixas etárias, a expectativa é que a redução de óbitos realmente aconteça e que diminua a propagação comunitária desse vírus, de tal maneira que consigamos conter o caráter pandêmico da doença.

Em relação ao chamado passaporte para os indivíduos que tomaram a vacina, o Datasus já tem um certificado digital que, através do Conecte SUS, pode ser acessado livremente por todos que fizeram uso da vacinação. Se nós queremos ir para um outro país, nós precisamos apresentar uma documentação da vacinação, e alguns países tem restrições para a vacina A ou a vacina B.

Então, esse é um assunto que tem que ser discutido de uma maneira mais ampla, até porque envolve questões de direitos fundamentais que precisam de uma análise mais aprofundada. Essa questão será superada no momento em que nós tivermos o controle da pandemia e, com as vacinas, a nossa esperança é que isso aconteça ainda este ano, nesse segundo semestre. Assim, esse tipo de iniciativa perde o objeto, porquanto se tem o controle da pandemia. Essa é a minha opinião sobre o tema.

A Senadora Zenaide falou aqui sobre os óbitos. Claro, é uma doença grave e, no Brasil, apesar de o SUS ser uma grande arma para o enfrentamento da pandemia, nós sabemos das vicissitudes que não só o sistema público, mas também o sistema privado têm. E esses óbitos não são só responsabilidade do Ministério da Saúde: é da estrutura tripartite e da gestão – gestão que muitas vezes é a gestão plena nos Municípios. Nós temos que nos unir para enfrentar e reduzir esses indicadores.

Em relação aos prazos, eu já fiz alusão: o mês de setembro. O Estado de São Paulo já anunciou que em setembro vai vacinar a população adulta acima de 18 anos. Eu estive com o Prefeito Eduardo Paes, e a perspectiva do Rio de Janeiro é a mesma. E nós acreditamos que vai avançar bem a campanha até o mês de setembro com esse número de doses que eu aqui já mencionei para V. Exas.

Então, nós já temos mais de 600 milhões de doses de vacinas contratadas, e isso é a certeza de que nós vacinaremos a nossa população até o final do ano com as duas doses de vacina e avançaremos em relação ao ano de 2022 com a estratégia, já baseada em evidências científicas – até lá nós vamos ter respostas –, em relação a uma possível revacinação.

São essas as considerações.

Eu acho que nós podemos ainda ampliar essa temática no decorrer desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro Queiroga e equipe, que estão participando com esclarecimentos e respostas aos questionamentos dos Senadores.

Uma curtíssima pausa para, aproveitando o quórum, que está bom, a aprovação da ata.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 30ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Requerimento do Senador Esperidião Amin. Ele requer uma sessão temática com o Ministro de Ciência e Tecnologia. É o Requerimento nº 80.

ITEM

REQUERIMENTO Nº 80, DE 2021

Requer a realização de audiência pública remota com o objetivo de debater o andamento do desenvolvimento da fabricação de imunizantes contra a Covid-19 produzidos no Brasil, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Autoria: Senador Esperidião Amin.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento do Senador Esperidião Amin permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Esperidião Amin.

Vamos em frente com a palavra aos Senadores.

Nesta sequência agora, por três minutos, o Senador Marcos do Val, o Senador Esperidião Amin e o Senador Flávio Arns.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Bom dia a todos!

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou supercontemplado com as perguntas que os meus amigos Senadores estão fazendo, mas eu queria só aproveitar o tempo que eu tenho para dizer ao Ministro para manter a força.

Eu também integro a CPI da Covid e estou muito entristecido com a decisão do Relator. Ministro, o senhor não está sozinho. Nós temos aí um grupo grande de apoio. Eu sei que você está gerenciando uma das maiores crises que o País já vivenciou e ainda, agora, tem que gerenciar a própria crise da sua carreira, do seu nome. Eu sei que isso envolve um abalo muito grande com a família.

Quero agradecer à equipe que está ao seu lado, mantendo este foco em ajudar os brasileiros.

Agora é muito fácil a gente apontar o dedo: "Ah, pode fazer isso! Por que não faz isso? Por que não faz aquilo?". A gente sabe da complexidade que é este momento que a gente está vivendo.

O senhor assumiu essa posição, sentou nessa cadeira, mesmo com todas essas adversidades. Então, eu estou aqui para dizer ao senhor que o senhor não está sozinho nesta luta. Esta CPI de que nós estamos participando agora é uma CPI parceira, é uma CPI amiga, que está aqui para contribuir, para ajudar, para sugerir, não para acusar e condenar.

Eu aqui falo, mais uma vez, como integrante da CPI da Covid, que estou extremamente entristecido com o que o Relator decidiu, mas reafirmo que o senhor não está sozinho e que nós vamos passar por isso. Isso vai fazer parte da história, e o senhor, como um grande homem e um grande líder, está à frente dessa pasta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Marcos do Val.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu já tinha me antecipado e quero registrar explicitamente a minha solidariedade, o meu apoio e o meu aplauso à conduta do Ministro Marcelo Queiroga. Creio que a história, Senador Marcos do Val, vai classificar esse pecado de submeter um Ministro da Saúde em pleno exercício da sua missão à condição de investigado... Isso vai ser classificado não por mim, que não tenho autoridade para isso, mas vai ser classificado pela história como quinta-colunismo – e quem não sabe pesquisa o que quer dizer quinta-coluna.

Eu gostaria de focalizar um aspecto, pedindo inclusive ajuda da sua equipe, Ministro.

O RNA mensageiro é o vetor das vacinas da Moderna – acho que "ModeRNA", com RNA no final, foi o laboratório criado para isso; ele não existia, não tem nenhum produto no mercado – e da Pfizer BioNTech. Isso deveria ser explorado quanto aos seus usos em outras atividades, como na agricultura, nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinas para animais – eu falava há pouco com o Senador Wellington Fagundes. Por exemplo, qual seria o reflexo do uso do RNA mensageiro no combate à mortandade de abelhas – por exemplo, por exemplo apenas. Eu gostaria de ouvir um pouco da sua equipe sobre o que isso representa de novidade, de inovação em matéria de vacina e as suas futuras aplicações. Essa é a minha pergunta base.

Mas quero aqui dizer, Senador Confúcio, que está na hora de nós fazermos um balanço: quantas vacinas foram adquiridas pelo consórcio de Prefeitos? Prefeitos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul estiveram em São Paulo no dia 10 de dezembro de 2020 e, que eu saiba, não foi comprada nenhuma vacina. Quantas vacinas foram compradas pelos empresários, fora aquele episódio bizarro de Belo Horizonte da suposta compra de vacinas que eram placebos? Quantas vacinas foram compradas pelo consórcio dos Governadores? Estamos terminando o semestre, estamos terminando o prazo desta Comissão e, pelo que eu sei, nenhuma vacina. Portanto, o que vale é o plano de imunização, que foi apresentado na Comissão antecedente a esta, antecessora a esta, em dezembro do ano passado, presidida também por V. Exa.

E gostaria de mencionar a importância do debate de sexta-feira passada sobre os órfãos da Covid. Não é assunto diretamente ligado ao Ministério da Saúde, mas é a consequência da situação que nós estamos vivendo.

E, para concluir, eu quero dizer o seguinte. Eu já tive uma candidata a Prêmio Nobel: foi a conterrânea, coestaduana Zilda Arns – Flávio sabe disso. E agora minha candidata a Prêmio Nobel de Medicina e da vida é a Katalin Karicó, que foi a mulher que dedicou a sua vida a pesquisar o RNA mensageiro. Assim como Alysson Paulinelli, que é nosso candidato ao Prêmio Nobel da Paz pela sua contribuição para reduzir a fome – vejo aí a fotografia da Katalin Karicó nas mãos do nosso Senador Wellington –, acho que ela merece, porque inovou no sistema de imunologia com o RNA mensageiro, que eu acho que deveria ser aproveitado para esses projetos de vacina que o ministro anunciou e para aqueles que nós vamos, quem sabe, poder prospectar com o ministro da Ciência e Tecnologia.

Finalmente, eu queria que detalhasse um pouquinho mais: quantas vacinas nós estamos aplicando por dia, Ministro? Porque se nós não chegarmos perto de um milhão e meio de vacinados por dia, nós teremos dificuldade para fechar o ano com todos vacinados e fechar setembro, como desejamos, com a população adulta vacinada também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Agradeço ao Senador Confúcio Moura. Quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Senador Esperidião Amin e os demais Senadores.

O Senador Esperidião Amin fez menção à minha tia, a Dra. Zilda Arns, Coordenadora da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa – e o Dr. Queiroga, em João Pessoa, prestou um apoio muito grande para o desenvolvimento das atividades da Pastoral da Pessoa Idosa naquele Município e naquele Estado –, e, de fato, ela foi indicada para o Prêmio Nobel. Neste ano teremos 11 anos do seu falecimento no terremoto do Haiti.

Quero cumprimentar o Dr. Queiroga e equipe e fazer duas perguntas, Dr. Queiroga.

A primeira delas é porque nós temos um hospital muito importante que atende crianças e adolescentes em Curitiba, e o senhor provavelmente o conhece também. O Hospital Pequeno Príncipe é uma referência nessa área pediátrica e de adolescentes e, inclusive, oferta cursos na área da saúde, Medicina, Enfermagem e outros cursos. Eles estão fazendo uma pesquisa demonstrando o aumento do número de casos de Covid entre crianças e adolescentes. O número de internações, em termos... Comparando 2020 com os cinco primeiros meses de 2021, o número de casos aumentou em 50%. Também o número de problemas de internações, comparando os cinco meses com o ano inteiro de 2020, já aumentou em 20%, e o número de óbitos também. A indicação do hospital é de que isso está acontecendo em função de pais mais jovens que estão, na verdade, se contaminando pela Covid. E a sugestão que o hospital faz é no sentido de orientação, de campanhas para os pais mais jovens e para a sociedade quanto a essa possibilidade, porque, se nós não cuidarmos, de acordo com o hospital ainda, teremos o dobro de número de mortes e duas vezes mais internações entre crianças e adolescentes.

A pergunta que eu faço é: como o senhor e o Ministério da Saúde estão vendo essa situação entre crianças? E essas crianças apontadas pelo hospital não estão frequentando a escola. Então, é um problema em relação ao qual a gente gostaria de saber como o Ministério da Saúde poderia colaborar nesse sentido de campanhas de orientação.

Ao mesmo tempo – a segunda pergunta –, tivemos uma conversa longa com médicos obstetras, ginecologistas e profissionais da saúde, e eles vêm apontando que, de fato, mulheres grávidas vêm chegando ao hospital com muitos problemas, muitos abortos espontâneos, já com uma gestação bastante prolongada, problemas de saúde quando acontece o aborto, problemas sérios em relação à mulher, normalmente a mulher já sendo intubada na sequência, a mãe sendo intubada. E aí, não existem esses números, eu não os tenho, mas certamente o Ministério da Saúde tem.

Então, é em relação à criança e ao adolescente e em relação às mulheres grávidas que estão chegando numa dificuldade muito grande. E também, obviamente, quanto às mulheres que chegam, os casos de problemas de saúde mental, particularmente na área da depressão, que vêm afetando essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população. É uma preocupação grande, uma preocupação nova. Nós falamos bastante de vacina, número de doses, quando vão ser aplicadas, mas é essa questão preventiva, de alerta e de orientação para essas famílias nessas duas situações que eu aponto.

Obrigado. Quero deixar um abraço a todos, e vamos em frente na luta, que é de todos nós como sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Sr. Ministro, eu deixei aqui algumas perguntas minhas para o senhor, para a equipe.

A primeira é a seguinte. Nós fizemos uma audiência pública com ginecologistas e obstetras sobre a vacinação de grávidas e puérperas, indistintamente. Eu sei que a Anvisa paralisou para observação por causa daquela morte do Rio de Janeiro, mas seria temporária, após uma análise. Então, há uma quantidade de indagações à Comissão sobre a vacinação ampla, devido à alta mortalidade de grávidas, e solicitam que realmente isso seja analisado e retomado imediatamente. Essa é uma pergunta.

Segunda pergunta: quanto à pandemia, a gente não pode garantir o que vai acontecer no ano de 2022, não é? Assim sendo, será necessário já um pensamento sobre o que irá acontecer, de uma maneira presuntiva, em 2022, porque nós sabemos, Sr. Ministro, que há um alto número de pessoas que não querem, não aceitam a vacinação nem o uso de máscaras. Eu não tenho os números, mas devido... Vamos imaginar que sejam 10% a 15% da população que não aceitam a vacina, isso vai gerar em torno de 30 milhões de brasileiros sem vacina. Como é que fica esse contingente tão elevado, no ano que vem, esparramando o vírus – e nós não sabemos a duração da eficácia da vacina –, já que a vacina não é obrigatória?

Terceira pergunta, Sr. Ministro, sobre as mortes. Estamos com 500 mil mortes hoje. A continuar – vamos supor que continue com 2 mil mortes até setembro –, nós teremos mais 182 mil mortes até setembro; somando a essas, nós teremos quase 700 mil mortes até setembro. Esse é um número extravagante. Então, não sei se a gente conseguiria antecipar algumas vacinas para a gente evitar essas mortes ou criar alguma outra estratégia – talvez o uso da máscara, assim, para valer mesmo –, para poder diminuir. Olhe: 682 mil mortes no final de setembro, poucas cidades brasileiras têm essa população que poderá morrer...

A outra pergunta, Sr. Presidente... Já falei sobre o número...

Bem, nós temos aí publicado em jornais que já surgiram 56 modalidades diferentes de sequelas. Somando esses sequelados para o ano que vem, que merecerão atendimento, mais a fila das cirurgias eletivas, que estão aí aumentando já há dois anos, logicamente, nós teremos que pensar, Sr. Ministro, num orçamento totalmente bem pensado agora. Nós teremos que já fazer esse planejamento orçamentário do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

ministério já agora, porque o tempo passa rápido. Nós estamos chegando a julho, outubro já está fechando um novo orçamento, e nós devemos saber o que o Ministério da Saúde vai precisar de dinheiro a mais, porque, com essa fila tão grande de gente para cirurgias eletivas, precisará, logicamente, de um aporte de capital maior e contratação de terceiros para operar esse tanto de gente, já que os hospitais públicos não darão conta de atender todo esse contingente.

Basicamente, são as minhas perguntas. O senhor tem um horário já combinado conosco, de, no máximo, a gente fechar a nossa audiência ao meio-dia, e vai fechar com certeza. Eu tenho, depois dessas respostas, algumas perguntas, poucas, dos internautas. Como disse inicialmente, será um pingue-pongue rápido.

O senhor está com a palavra para resposta ao Senador Flávio Arns, ao Senador...

O Izalci chegou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Poxa, então, eu vou aproveitar que o Izalci se inscreveu agora.

O Senador Marcos do Val fez um comentário, o Senador Esperidião Amin fez perguntas, o Senador Flávio Arns fez perguntas, eu fiz perguntas, e eu ainda tenho o Senador Izalci Lucas para também fazer pergunta. Eu vou aproveitar e encaixá-lo agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A Soraya? (*Pausa.*)

Está chegando gente demais. Então, anote as perguntas para não esquecer. Eu vou dar um tempo a mais para o senhor.

Senador Izalci Lucas com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, obrigado.

Eu acompanhei – só o início que eu não vi –, mas, se eu perguntar alguma coisa que já foi perguntada, é só reforçar.

Ministro, o senhor anunciou que os adultos brasileiros receberão pelo menos a primeira dose até setembro, antecipando aí três meses do previsto. O senhor já teria aí um cronograma atualizado da entrega de vacinas para cada unidade da Federação? Estou dizendo isso, porque eu estou preocupado aqui no DF. Eu não sei qual... Parece que vocês pegaram uma posição do IBGE, e Brasília realmente cresceu muito –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

eu acho que está desatualizada aí –, então a gente está um pouquinho atrás. Há esse cronograma por unidade de Federação para os próximos meses? E qual é o quantitativo mensal de imunizantes por fornecedor que será repassado aos Estados, para que a pasta cumpra a nova meta de vacinação?

Outra pergunta, Presidente, a questão do imunizante da Janssen, que é apenas uma dose e estava previsto também para meados deste mês de junho, mas acabou que... Lógico, é muito melhor uma dose só, é mais fácil, até houve muita sugestão de colocar aí para os professores. Eu perguntaria: qual é a nova data prevista para a chegada dos imunizantes produzidos pela Janssen? Parece que houve uma mudança. Qual será a estratégia do Ministério da Saúde para a distribuição dessas vacinas da Janssen entre as unidades da Federação?

E outra que foi comentada já aí, Ministro. Algumas pessoas têm recusado, realmente, a oferta de determinadas vacinas por motivos diversos. Como o ministério pretende atuar no sentido de inibir esse tipo de ocorrência, que é bastante significativa hoje? Há uma previsão de uma campanha nacional no sentido de conscientizar a população para a importância da vacinação, independentemente da marca da vacina?

As minhas perguntas, Sr. Presidente, eram essas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Agora eu passo a palavra, como última inscrita mesmo, à Senadora Soraya Thronicke, do Mato Grosso do Sul.

Senadora Soraya, por favor. (*Pausa.*)

Pode (*Falha no áudio.*) ... imagem, Senadora Soraya, e falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigada por me deixar falar. Perdoe-me por ter me inscrito tão tarde assim, mas eu venho acompanhando, já há um bom tempo, essa reunião do dia de hoje.

O que eu gostaria de colocar aqui para o Ministro Queiroga é da minha profunda tristeza quanto à decisão do Relator Renan Calheiros em relação ao nome do Ministro como investigado.

Eu gostaria aqui de alertar... Porque o Ministro entrou quando todos os problemas já haviam sido deflagrados em relação à gestão da pandemia e principalmente porque na CPI estamos investigando também – e é um objeto da CPI – os Estados e os Municípios. Então, eu fico bastante chateada pelo modo como as coisas se encaminharam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, gostaria de lembrar ao Ministro, porque, às vezes, os depoentes ficam nervosos, cansados, ali é difícil, a pressão é muito grande... Então, todas a minhas perguntas que foram ao Ministro Queiroga, aos outros depoentes do Governo Federal, foram no sentido de alertar para que apontassem pessoas que, na opinião deles, poderiam ter errado, porque, se na CPI forem apurados erros e não os autores dessa má gestão que for possivelmente apurada, a tendência é que recaia a responsabilidade sobre os titulares das pastas. Então, nesse sentido, eu venho alertando.

Eu não opino sobre nada, nada, nada na área de saúde, porque eu consigo fazer uma análise dos índices, e, dentro de um nível de razoabilidade, a gente consegue, mas V. Exa., Presidente, e outros e o próprio Ministro Queiroga são da área de saúde e eles têm a formação para isso. A minha formação é jurídica, por isso a minha grande preocupação. Eu acho que seria importante o Governo Federal rever a estratégia jurídica dos depoimentos, a articulação com a bancada governista, com a bancada também independente, que quer apurar possíveis erros na gestão dessa pandemia.

Então, Ministro, reforce a orientação jurídica, preocupe-se com isso, porque, quando as perguntas não são direcionadas para aquilo que é objeto da CPI, acontece isso, pode acontecer alguma injustiça. E, aí, a culpa é nossa, por não ter traçado uma estratégia jurídica que vá levar àquilo que a CPI busca. Muitos governistas ou aqueles que querem apurar e que são independentes, que querem apurar problemas que ocorreram nos Estados e Municípios também e que não estejam com um viés político e de perseguição, ocupam o tempo deles fazendo discursos e falando questões que não vão ajudar na CPI. As perguntas têm que ser direcionadas para a resposta que deve ser a resposta correta, mas, como nós, já de antemão, sabemos que houve problema de gestão, sim, de Prefeitos, de Governadores, por mais que não possamos inquirir Governadores, mas nós temos os secretários de saúde... Então, apontar erros, apontar as responsabilidades, Ministro, é de extrema importância, só que não foi feito isso na primeira fase da CPI, e hoje o senhor se encontra como investigado.

Eu quero dizer que conte comigo para qualquer questão em que eu possa ajudar juridicamente, mas eu fico muito triste, porque eu considero uma injustiça, e o senhor, nesse momento, está, sim, trabalhando para fazer o melhor.

Aqui, quero terminar me solidarizando com os parentes das 500 mil vítimas e parabenizar o senhor pelo seu posicionamento firme e aliado à melhor técnica na área de saúde. Muito obrigada, Sr. Presidente, não tenho perguntas, estou satisfeita. Essa foi a única forma que eu encontrei de poder ajudar naquilo que é da minha formação e que eu entendo que não está sendo bem conduzido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Soraya, pela sua participação em nossa Comissão. Agradecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agora passar a palavra para o Ministro Queiroga. Eu acho que como foram cinco indagadores, mas só três perguntaram, não vai ficar tão longo. Vou passar para o senhor, por 15 minutos. Acho que seja suficiente para essas respostas. Depois, vamos aos internautas, que será rapidinho. Nós vamos terminar a nossa audiência antes do meio-dia.

Então, com a palavra, o nosso Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador Confúcio, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao Senador Marcos do Val, à Senadora Soraya, e ao Senador Esperidião Amin.

Há cerca de 90 dias, eu fui convocado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, para cumprir essa missão. Eu entendo que eu estou fazendo a minha parte: ajudar o Brasil a superar essa crise sanitária.

Apesar de termos esses óbitos que infelicitam todos nós, nós temos diversas ações, como por exemplo a inconteste ampliação da campanha de vacinação. Nós já distribuímos mais de 80 milhões de doses de vacinas no espaço curto de 90 dias, e já projetamos, nos próximos 90 dias, mais 120 milhões de doses de vacinas, e um contrato firmado com a Pfizer de mais 100 milhões de doses de vacina. Além disso, conseguimos recuperar um atraso nas entregas da iniciativa Covax Facility, que deviam ter sido já no primeiro trimestre do ano de 2021, e não foram. Nós conseguimos, através da ação interministerial, da colaboração, sobretudo do Ministério das Relações Exteriores, do diálogo franco e aberto com organismos multilaterais como a Organização Mundial da Saúde, antecipar doses do Covax Facility, que certamente foram importantes para minimizar as consequências desse drama sanitário de impacto internacional.

Eu, na função de Ministro da Saúde, tenho que ter um foco. Eu tenho que procurar, buscar enfrentar esse problema de maneira pragmática e objetiva. Eu tenho que conseguir harmonizar as relações entre os médicos, que se encontram muito conturbadas em função da própria gravidade do cenário sanitário. Nós temos que trabalhar para apoiar Estados e Municípios, seja no suprimento de insumos, seja através da alocação de recursos para fortalecer os sistemas de saúde que estão pressionados pela Covid-19. Então, esse é o meu foco e eu vou me dedicar ao máximo, como tenho feito, para superar essa crise sanitária e para cumprir a missão que eu recebi do Presidente da República. Eu já disse isso em público e aqui repito: nunca ninguém me deu uma oportunidade dessa, como o Presidente Bolsonaro me deu, de poder contribuir com o meu País e poder contribuir com o povo do Brasil.

Nunca pensei que fosse fácil – nunca pensei –, sei que é difícil e sei que eu tenho de enfrentar os percalços que existem nesse caminho, mas, com o apoio de todos os senhores, inclusive, tenho certeza, da maioria do Parlamento brasileiro, haveremos de superar essa situação de dificuldade sanitária. Então, estou absolutamente tranquilo, e vamos em frente que seremos vitoriosos contra o nosso único inimigo, que é o vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo aqui a esclarecer alguns pontos e já agradeço, pelas palavras, ao Senador Flávio Arns, que sempre me recebeu muito gentilmente no Paraná, seja no Palácio Iguaçu, quando era Vice-Governador do Estado, seja como Secretário de Educação. No meu Estado da Paraíba, no Nordeste, eu tive a honra de receber o título de Missionário Zilda Arns, algo que me orgulha muito, pela grande capacidade e pela figura que era nossa colega, a Dra. Zilda Arns, que certamente é uma fonte de inspiração para todos aqueles que se dispõem a enfrentar as agruras de uma crise sanitária como essa por que passamos.

O Hospital Pequeno Príncipe, sim, eu conheço, é uma referência também na Cardiologia pediátrica, e nós estamos atentos em relação a esses aspectos.

A questão da vacinação nos adolescentes já está em discussão no Ministério da Saúde. A vacina da Pfizer já tem uma autorização tanto na FDA quanto na Anvisa para ser aplicada em adolescentes. O número estimado é de 4 milhões de adolescentes que podem se beneficiar dessa vacina. É claro que os estudos ainda não são tão abundantes, mas estão em análise aqui no Ministério da Saúde para entrar na pauta.

A questão dos pais jovens, sem dúvida, que ainda não foram imunizados e adquirem a doença... É necessária não só a vacinação, mas as outras medidas que nós, de maneira reiterada, temos orientado: a questão da adoção das medidas não farmacológicas, mas sobretudo a campanha de testes. Essa campanha de testes precisa ser ampliada realmente para testar os assintomáticos.

As orientações através de campanhas informativas. O Ministério da Saúde tem feito campanha, sim. As campanhas não se direcionam a um ou outro imunizante. Os imunizantes que estão aprovados pela Anvisa, seja em caráter definitivo ou em caráter emergencial, foram avaliados quanto à sua segurança e quanto à sua eficácia. Eles estão disponíveis, e as pessoas devem usar de acordo com o que é proposto dentro do Programa Nacional de Imunizações.

Essa questão das gestantes é um tema muito sensível – até porque envolve duas pessoas: a mãe e o feto – e tem sido alvo da atenção do Ministério da Saúde. Aliás, o Ministério da Saúde do Brasil, através do Programa Nacional de Imunizações... Quando eu falo do Programa Nacional de Imunizações, eu estou reforçando que essas ações são decididas de forma tripartite, com Estados e Municípios e com o apoio de uma câmara técnica de especialistas. Esse assunto foi levado em consideração pelo Ministério da Saúde, apesar de que, em alguns países – e aqui faço menção aos Estados Unidos e ao Reino Unido –, a campanha de vacinação em gestantes se cingia às gestantes com fatores de risco.

O Brasil, num primeiro momento, ampliou essa campanha para as gestantes sem comorbidades. E, à época, os dois agentes imunizantes disponíveis no País eram a vacina da AstraZeneca/Fiocruz e a vacina CoronaVac. Infelizmente, houve um evento raro relacionado muito provavelmente à vacina, que fez com que o Programa Nacional de Imunizações fizesse um redirecionamento para retirar essa vacina da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

AstraZeneca e manter a vacina Pfizer e a vacina CoronaVac para gestantes e restringir o emprego da vacinação apenas às gestantes de alto risco.

Aquelas que fizeram uso da vacina da AstraZeneca estão em vigilância constante e se planeja aplicar uma segunda dose do mesmo imunizante após o puerpério. Essa foi a decisão tomada pelo Programa Nacional de Imunizações. Podem-se, com base em opinião de especialistas, fazer várias considerações, por exemplo: manter as gestantes sem comodidades dentro do programa. Pode-se aplicar uma outra vacina àquelas que fizeram uso da primeira dose de AstraZeneca, o que nós chamamos de intercambialidade. A evidência com a intercambialidade ainda é exígua e, em gestantes, não existe. E, do ponto de vista da ciência, nós não podemos ter uma espécie de medicina baseada em evidência *self-service* – se usa para o que quer: quando se quer, se usa; quando não se quer, não se usa. Então, essas opiniões de especialistas, apesar de, do ponto de vista da evidência científica em si, ser considerado nível C, elas são úteis quando não existem evidências.

Eu vou pedir aqui ao Dr. Raphael Câmara, que é o nosso Secretário de Atenção Primária – e ele é doutor em ginecologia e obstetrícia –, para que ele possa discorrer um pouco sobre o problema das gestantes com Covid e o planejamento do Programa Nacional de Imunizações.

Raphael.

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (Para expor.) – Bom dia, Senador. Obrigado, Ministro.

Vou tecer breves comentários. O Ministro já falou praticamente tudo.

Lá no início, nós liberamos a vacinação especificamente para a gestante com comorbidade, por um motivo muito óbvio: o custo-benefício está muito claro. Desde a chegada dessa variante, a gente viu *in loco*, lá em Manaus, e depois se comprovou o que a gente já tinha visto em campo, que essa variante tem uma ação muito mais gravosa na gestante, inclusive, diminuindo a idade gestacional em que ela ataca. Com isso, houve vários pedidos de especialistas de sociedades de especialidade. Estados Unidos e Reino Unido começaram a vacinação também em gestantes sem comorbidades. A câmara técnica se reuniu e optou por também fazer a vacinação – e aí foi incorporada ao PNI – em gestantes sem comorbidade. É importante dizer que isso foi unânime: todos os especialistas optaram por isso.

Houve um único evento adverso no Rio de Janeiro, com uma chance muito grande, porque se seguiram todos os requisitos para ser atrelado à vacinação com a AstraZeneca, e optou-se, no primeiro momento, por interromper. Novamente agora, há uma pressão muito grande, inclusive dos especialistas da sociedade de especialidades, para voltar novamente para todas as gestantes.

Nós estamos agindo com o máximo cuidado possível, porque, embora, sim, por uma questão até de custo-benefício, provavelmente seja válido, sim, novamente tomar essa iniciativa, é importante dizer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os casos que são atrelados à vacina são facilmente identificados e podem provocar algum tipo de pânico, alguma coisa. E, obviamente, até por um acontecimento que houve na própria CPI, em que, com uma pessoa, houve ali um imbróglio ali, com a Francieli – teve aquela questão ali da vacinação em gestantes –, a gente tem que tomar muito cuidado, porque os próprios especialistas também têm medo de tomar essa decisão, mas o que eu noto é que há uma total unanimidade de novamente voltar para todas as gestantes.

Ministro, se eu puder, eu queria falar rapidamente só da questão de crianças e adolescentes – se eu não me engano, o Senador Esperidião Amin falou. Nós já temos uma proposta aqui para órfãos, foi até um pedido da Presidência da República. Nós já temos uma portaria pronta, está aguardando só a questão dos créditos extraordinários que o Rodrigo está vendo; uma portaria de mais ou menos R$700 milhões para a gente lançar para crianças e adolescentes vulneráveis, no contexto da pandemia, e para os órfãos. Então, isso brevemente vai ser lançado. Já teve o comando do Ministro nesse sentido.

Obrigado.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Obrigado, Raphael.

Eu vou pedir ao Hélio para que discorra sobre a tecnologia do RNA, que é a nova tecnologia. Essa tecnologia inicialmente foi desenvolvida pela BioNTech – que é um grupo de turcos radicados na Alemanha –, e houve uma parceria com a Pfizer; o próprio laboratório Moderna se dedicou também a essas pesquisas. E, hoje, nós temos duas vacinas com essa tecnologia do RNA. Também tem a tecnologia do vetor viral, que é a tecnologia da AstraZeneca. São tecnologias que têm tido um papel importante, porque são vacinas muito eficazes e é uma nova fronteira do conhecimento que está sendo explorada.

Aqui também não destacar só as virtudes, mas também há problemas que estão em observação, como alguns casos de miocardite que acontecem em jovens que usam essas vacinas. Isso requer uma vigilância em saúde e um acompanhamento do que acontece após a aprovação desses agentes imunizantes. E esse cuidado não é só para os agentes imunizantes; é para os medicamentos de uma maneira geral, quando eles são liberados para o uso, o que faz com que a análise da efetividade precise, necessite ser feita de uma maneira muito, muito expedita, vamos dizer assim.

Hélio, pode falar um pouco sobre essas tecnologias?

O SR. HÉLIO ANGOTTI NETO (Para expor.) – Claro, Ministro.

Nós estamos realizando toda uma prospecção da disponibilidade dessas tecnologias no Brasil, buscando centros, instituições de pesquisa e desenvolvimento científico, em vários Estados que podem já acolher alguma plataforma desse tipo. Quando a gente fala em RNA mensageiro, assim como DNA, a gente está falando dessas vacinas de terceira geração. Então, é objetivo, sim, agregar essas tecnologias à nossa capacidade produtiva. Elas podem oferecer soluções não somente para a Covid, mas para outras doenças – então, a gente até estava conversando com o Dr. Gerson aqui, não é? –, HIV, outras doenças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que têm sido males, há tanto tempo, podem ser pesquisadas, essa pode ser uma solução, vamos dizer assim.

Agora, toda vez em que a gente lida com implementos lógicos, com esse avanço tecnológico, é claro, não há que se descuidar dos elementos éticos, das precauções devidas. Então, a ciência traz muitas promessas, também trará muitos desafios. Então, tudo tem que ser feito com toda uma tranquilidade no sentido de ter bastante embasamento ético do que está sendo feito, aprovação de protocolos.

Temos aí também outras linhas que estão sendo implementadas no SUS. Então, há um fomento para pesquisa e desenvolvimento do complexo industrial brasileiro nesse sentido. Temos terapias gênicas, houve o Programa Genomas, temos terapia celular. Então, as terapias avançadas, como um todo, vieram para ficar. E agora o nosso grande desafio é, dessa grande crise que todos nós estamos passando, deixar um legado de modernização para o SUS, para que ele continue se adaptando e se modernizando, como é a história dele, e que essas tecnologias, de fato, possam ser agregadas.

A gente já fez várias visitas, nossa equipe técnica já esteve na UFRJ, no Senai Cimatec, em Manguinhos da Fiocruz, no Butantan. Então, o nosso parque industrial é um parque de peso. Nós temos grupos de pesquisa em várias universidades do Brasil, que, com certeza, poderão desenvolver soluções com essas tecnologias RNA mensageiro, assim como a de DNA também, que são as de terceira geração e são opções que a gente não pode negligenciar. Temos que manter isso no nosso horizonte tecnológico.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Senadores, como eu falei aqui que uma das minhas funções era harmonizar os posicionamentos da categoria médica em uma evidência científica que está em construção, nós submetemos à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias uma proposta para elaboração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

O Senador Confúcio Moura, de maneira muito apropriada, faz aqui um prognóstico a respeito de possíveis óbitos que ainda possam acontecer em função de síndromes respiratórias agudas graves. É por isso que, em parceria com as sociedades científicas, nós já submetemos à Conitec o protocolo clínico, a diretriz terapêutica para tratamento hospitalar da Covid-19, que é onde acontece a maioria das mortes. Então, esse protocolo clínico foi elaborado, foi colocado em consulta pública e recebeu somente – eu digo somente, porque é dentro de um ambiente onde há tantas divergências – 63 contribuições. Em breve, o protocolo será deliberado pela Conitec e teremos já um protocolo assistencial padronizado pelo Ministério da Saúde. Esse protocolo será capilarizado pelo Brasil inteiro, onde os médicos estão assistindo esses pacientes em terapia intensiva.

Lembro que há vários médicos que são jovens colegas. O Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, vai lançar agora um edital oferecendo novamente 600 vagas para residência médica em Medicina intensiva que não foram ocupadas no início do ano. Eu vou pedir a Dra. Mayra Pinheiro, que é a nossa Secretária de Trabalho, Educação e Saúde, que ela comente um pouco acerca das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas educacionais do Ministério da Saúde, seja através da difusão dos conhecimentos e das práticas previstas no protocolo, seja através dos programas de residência médica. Eu entendo que é, através da qualificação dos recursos humanos, não só dos médicos, como dos outros profissionais de saúde, da enfermagem, da fisioterapia, que nós vamos poder dar algum tipo de resposta na melhora dos indicadores de mortalidade hospitalar.

Por favor, Mayra.

A SRA. MAYRA ISABEL CORREIA PINHEIRO (Para expor.) – Bom dia, Srs. Senadores.

Durante a pandemia, nós vimos a necessidade de que todos os países no mundo tivessem disponíveis os mais variados recursos e saíssem em busca deles, incluindo a ampliação dos seus leitos hospitalares, a compra de equipamentos, como ventiladores, equipamentos de proteção individual, mas, entre todos esses elementos, um foi imprescindível em todos os países: recursos humanos qualificados para o enfrentamento da doença.

Então, de nada adiantaria a gente ter ampliado a nossa oferta de leitos em mais de 24 mil unidades durante a pandemia, incluindo leitos de UTI, se nós não tivéssemos médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e as outras categorias da saúde treinados, preparados para o atendimento aos nossos pacientes, para que a gente tivesse, cada vez mais, melhores resultados.

E o papel de uma das secretarias do Ministério da Saúde, a Sgtes, durante a pandemia foi essencial. Nós criamos um banco de dados de mais de 1 milhão de profissionais; desses, cerca de 400 mil foram treinados em todos os protocolos da Covid nas suas mais diversas áreas, incluindo os agentes de saúde. E, no próximo mês, o Ministro Queiroga vai lançar o Plano Nacional de Valorização das Residências em Saúde, tanto residências médicas, quanto residências multiprofissionais em área da saúde. Esse plano é um marco na história do Brasil: é a primeira vez que nós paramos para, através de um estudo complexo feito pela USP, Universidade de Goiás e Ministério da Saúde, que nós analisássemos a situação dos especialistas no País. Nós vamos criar todo um redimensionamento da força de trabalho no País e só abriremos novas vagas de especialistas naquelas áreas onde houver necessidade, de acordo com as demandas de cada grupo populacional, sobretudo nas áreas prioritárias onde a gente tem ainda baixa densidade demográfica de especialistas por habitante.

É a primeira vez que o Brasil também lança um programa de valorização de especialistas em que os preceptores passarão a ser remunerados. Até hoje, nós tínhamos critérios extremamente falhos para incentivo aos nossos preceptores ou mesmo para escolha desses profissionais que formam especialistas no País. Então, o Ministério da Saúde provisionou recursos, e a partir de agora, em edital aberto a todos os preceptores do País – e não só aos preceptores das 23 mil bolsas do Ministério da Saúde –, nós estaremos não só criando incentivos de capacitação, através de ofertas educacionais para a formação dos nossos preceptores, mas também incentivo financeiro equivalente ao valor da bolsa da Capes, que hoje é paga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Ministério da Educação. E, para os nossos residentes, além do reajuste da reposição das perdas sobre a bolsa de residência, que se encontrava extremamente defasada, nós estaremos ofertando, a partir do lançamento do plano, 86 novas ofertas educacionais, com mais de 50 mil vagas de cursos complementares à formação, incluindo a formação em gestão pública de saúde – o SUS precisa ter bons gestores, para que a gente possa lidar com os nossos recursos escassos e as nossas necessidades ilimitadas, com pessoas capazes de administrar esse Sistema Único de Saúde, talvez o maior sistema de saúde do mundo.

Então, são essas as nossas entregas para o próximo mês. Nós esperamos, assim, estar contribuindo, em última análise, para que os brasileiros possam ter, cada vez mais, melhores profissionais de saúde à sua disposição no SUS.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Obrigado Mayra.

Eu vou passar ao Rodrigo. O Senador Izalci pediu detalhamento sobre o calendário e sobre os agentes imunizantes que seriam distribuídos às diversas unidades da Federação. Eu vou pedir ao Rodrigo Cruz que ele faça uma síntese desse tema.

Em relação à vacina da Janssen, Senador, essas vacinas estavam previstas, no nosso calendário, para o último trimestre do ano. Eram 38 milhões de doses; inicialmente negociamos com a Janssen, e eles iriam nos antecipar, na semana passada, 3 milhões de doses; lamentavelmente, não foi possível a chegada desses 3 milhões de doses. Mas já antecipo aqui, em primeira mão, que amanhã devem chegar ao Aeroporto de Viracopos... De Guarulhos 1,5 milhão de doses da vacina Janssen. São vacinas úteis, como as outras, mas essa é uma dose única, o que permite uma imunização mais rápida.

Rodrigo, pode detalhar mais?

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Pois não, Ministro.

A previsão é que chegue amanhã, às 6h45 da manhã, ao Aeroporto de Guarulhos esse quantitativo que o Ministro indicou – 1,5 milhão de doses. Estamos trabalhando ainda para tentar algumas confirmações ainda esta semana para doses adicionais desse novo imunizante, que passará a integrar, então, o PNI. Então, serão quatro imunizantes a serem utilizados aqui, no Brasil, por enquanto. Temos AstraZeneca, CoronaVac, Pfizer e agora Janssen, que pousará no aeroporto de Guarulhos às 6h45 da manhã – 1,5 milhão de doses.

Respondendo o questionamento do Senador Izalci acerca do calendário de vacinação, a gente publica no nosso *site*, Senador – e já temos detalhado até julho, o próximo mês –, imunizante a imunizante e o total de doses. O Ministro já adiantou, mas a expectativa é de 41 milhões de doses em julho, de algo próximo de 60 milhões de doses no mês de agosto e de mais 60 milhões de doses no mês de setembro. A gente ainda não divulgou esse calendário detalhado por imunizante nesses outros meses,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a gente ainda carece de confirmação por parte do laboratório, mas, assim que a gente tiver essas confirmações, a gente detalha esses quantitativos. E essa é a ordem de grandeza esperada para esses dois próximos meses. Então, julho, 41 milhões; agosto, algo próximo de 60 milhões; e setembro, essa mesma quantidade; perfazendo um total de 160 milhões de doses a serem recebidas entre julho, o mês 7, e setembro, o mês 9.

Com relação à CoronaVac, o Ministro antecipou, mas também há tratativas bem avançadas para trazer 1 milhão de doses adicionais junto com o IFA que está programado para vir no dia 24 de junho. Então, isso sinaliza, como o Ministro coloca, a atenção a todos os imunizantes. Então, haverá, sim, 1 milhão de doses adicionais do imunizante CoronaVac, que virá já dentro da seringa, pronto para aplicação. Estamos em fases finais com relação a essas tratativas.

Com relação à expectativa de vacinação – um questionamento do Senador Esperidião Amin –, o Ministro já pontuou, mas... Se houver doses, o PNI já mostrou que tem capacidade. Então, no dia 17 de junho, houve aplicação de mais de 2 milhões de doses. No mês de junho, por dez oportunidades, vacinamos mais de 1 milhão de pessoas e temos uma média em junho de 980 mil doses/dia. Então, por óbvio, se tivermos vacinas, a gente consegue, sim, fazer uma força-tarefa; por óbvio, com toda a contribuição e com todo o esforço de Estados e Municípios, a gente consegue chegar.

Ministro, de forma muito resumida, é isso.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Obrigado, Rodrigo.

Em relação à questão orçamentária, o Senador Confúcio Moura fez uma observação muito apropriada. No ano de 2020, nós tivemos um orçamento do Ministério da Saúde da ordem, salvo melhor juízo, de R$177 bilhões; no ano de 2021, essa previsão é de R$144 bilhões. E o Ministro da Saúde tem zero de créditos discricionários. No Orçamento, as emendas de relatores, as emendas individuais, as emendas de bancada utilizadas para custeio, para investimento, para PAB, para MAC devem ser acrescidas por recursos extraordinários. Eu tenho uma relação muito próxima com o nosso Ministro da Economia, Paulo Guedes, que já nos garantiu que não faltarão recursos para a saúde, de tal sorte que a expectativa é que a expectativa é de que tenhamos, no ano de 2021, um orçamento próximo ou um pouco superior ao que houve no ano de 2020.

Eu vou pedir ao Arionaldo Bomfim, que é o nosso Subsecretário de Planejamento e Orçamento, para que ele faça breves considerações acerca da questão orçamentária.

Senador Confúcio Moura, como o senhor disse, nós temos o ano que vem uma série de temas para enfrentar, uma agenda muito dura, e precisaremos de recursos para fazer frente a todas essas demandas.

Arionaldo, por favor.

O SR. ARIONALDO BOMFIM ROSENDO (Para expor.) – Obrigado, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador Confúcio Moura e demais membros da Comissão!

Nós tivemos a oportunidade de estar nesta Comissão na semana passada, na audiência pública, junto com Senador Confúcio Moura, onde já tivemos a oportunidade de apresentar alguns números da Saúde.

Eu considero, Ministro, que nós temos o maior desafio para resolver com relação à questão do orçamento. Nós temos dois enormes desafios: um seria... Já dando alguns números para os senhores com relação ao orçamento de 2021 e 2022, em 2021, o piso do Ministério da Saúde é R$123,8 bilhões, isso em cumprimento ao limite de gasto que foi estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95 – R$123,8 bilhões, Ministro. Na data de hoje, transcorrida dentro do primeiro semestre, nós já temos R$162,2 bilhões. Nós temos um piso, vou repetir, de R$123,8 bilhões, e um orçamento disponível hoje da ordem de R$169,2 bilhões. E são R$169 bilhões por conta de quê? Transcorridos seis meses, nós tivemos seis medidas provisórias aprovadas, duas de reabertura de crédito e quatro novas medidas provisórias, que somaram, aos R$123,8 bilhões, R$38 bilhões. Então, R$38 bilhões mais R$123,8 bilhões totalizam R$169,2 bilhões.

Qual é o desafio? O nosso limite provisório, Ministro, para 2022, considerando inclusive o IPCA de maior significado nos últimos cinco anos, que são os cinco anos da vigência da Emenda Constitucional nº 95, Ministro, traz uma estimativa de 7,14 pontos percentuais – esse é o maior índice nos últimos cinco anos. Isso vai nos dar como aumento para o piso de 2022 R$8,8 bilhões. Como eu disse anteriormente, em seis meses, nós necessitamos de R$38 bilhões. Então, o nosso desafio é fazer caber, nesses R$8,8 bilhões, vacinas para a população necessárias para 2022, aquisição de testes, leitos de UTI, leitos de UTI de retaguarda e, principalmente, atender aos problemas de saúde oriundos de sequelas advindas do Covid-19. Isso com seis meses ainda de antecedência ao início do ano de 2022.

Então, nós vamos precisar muito da ajuda do Congresso, não tenho dúvida nenhuma. Por quê? Só para dar um exemplo para vocês, para os Srs. Senadores: só para a aquisição de vacinas, esse número a que o Ministro se referiu aqui, nós necessitamos de R$30 bilhões; nós utilizamos R$30 bilhões, Ministro, só para a aquisição de vacinas – R$30 bilhões! Só para acréscimo ao orçamento de 2022, nós tivemos R$8,8 bilhões, lembrando aos Srs. Senadores que nós estamos, desde o ano de 2020, com dois orçamentos, trabalhando em dois orçamentos: o orçamento corrente e o orçamento de guerra; trabalhamos isso ao longo de 2020.

Em 2021, o orçamento de guerra foi aprovado através de uma alteração na LDO, o que permitiu que a gente obtivesse créditos extraordinários para chegar a esses R$38 bilhões. Porém, para 2022, eu não tenho autorização para – é claro e óbvio – a abertura de crédito extraordinário. Eu tenho autorização para encaminhar ao Congresso, Ministro, um orçamento que atenda ao dispositivo da Emenda Constitucional nº 95, que é a emenda que criou o limite de gastos, que está restringindo os gastos da União para o ano de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então Ministro, esse é o nosso principal, senão um dos principais... É claro e óbvio que o enfrentamento da pandemia não tem proporção, mas há um outro desafio que nós temos de colocar dentro da proposta orçamentária que será encaminhada no dia 31 de agosto ao Congresso Nacional: o atendimento, o aporte de recursos para a continuidade do enfrentamento à pandemia com um crescimento de R$8,8 bilhões, lembrando que, do orçamento corrente, nós não podemos abrir mão deles, porque média e alta complexidade, atenção primária, aquisição de medicamentos e aquisição de vacinas do calendário normal, todos esses valores, têm que estar obrigatoriamente dentro desses recursos do orçamento corrente do Ministério da Saúde.

Então, nós estamos já aí, Ministro, discutindo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Sr. Ministro, a gente fez essa interrupção porque nós temos aqui – para terminar no horário que o senhor nos estipulou – três perguntas dos internautas. Há muitas, mas eu selecionei três, porque as demais foram já respondidas durante esta audiência pública.

Eu vou fazer aqui a primeira pergunta das três.

O Wilson – pode anotar o nome dele aí, Ministro, por favor –; o Wilson Bicalho, de São Paulo, fala o seguinte: "A possibilidade de um bom andamento da vacinação pode impactar de forma negativa na forma preventiva como as pessoas encaram a pandemia?". Isto é, vai aumentando a vacinação, o pessoal vai relaxando com a máscara, vai relaxando com as aglomerações, com a higienização das mãos. Ele quer falar isto: se o aumento da vacina pode impactar negativamente a prevenção da doença.

A segunda pergunta é lá do seu Estado da Paraíba, de Adilio Bastos. Ele fala o seguinte: "É importante imunizar, sim, aqueles que desejarem. Porém, a liberdade da escolha do indivíduo de rejeitar a vacina tem que ser garantida.". Olhe bem, lá do Estado da Paraíba.

E há uma menina chamada Geisimara das Dores, de Minas Gerais, que pergunta o seguinte, Sr. Ministro: "Está prevista a imunização para quem fará a prova do Enem?".

E eu registro a participação de Rayane, Kauana, Túlio, Edy, Célia, Geová, Josie, Renan e Liana Montero, que já tiveram suas respostas feitas.

Então, ficam essas três perguntas, para podermos fazer o encerramento da nossa audiência.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador, primeiro, o Wilson Bicalho tem razão: a questão não é só a vacinação, as outras medidas não farmacológicas são válidas, mas, à medida que a vacinação progride e nós conseguimos vacinar uma ampla maioria da nossa população, como já estamos observando em outros países, como Estados Unidos e França, já há uma flexibilização do uso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máscaras. Então, vamos cuidar da nossa parte. Nós vamos fazer a vacinação, vamos acelerar a vacinação e vamos conscientizar as pessoas para que continuem aderindo às medidas não farmacológicas. O ministério vai avançar na questão das políticas de testagem, creio que é um pilar importante, e estamos empenhados nisso.

A questão do Adílio Bastos, meu conterrâneo do Estado da Paraíba: Adílio, nós temos que incentivar as pessoas a se vacinarem, é importante. O Governo tem feito campanhas nesse sentido, as autoridades sanitárias têm se posicionado nesse sentido, também o Congresso Nacional, ou seja, as instâncias do Poder Público de forma reiterada têm se manifestado a favor da vacinação. Mais de 85% da população brasileira, segundo pesquisas, querem se vacinar contra a Covid-19. Naturalmente, ninguém vai obrigar ninguém a se vacinar, mas o indivíduo que não se vacina, por exemplo – aqui não é só contra a Covid –, contra a febre amarela, não pode ir para vários países, porque é exigido que ele tenha a vacinação. Então, vamos trabalhar conscientizando a população brasileira não só em relação à Covid-19, mas também quanto à prevenção de outras doenças, como as doenças cardíacas, não é? O combate ao tabagismo, ao sal, hipertensão arterial, obesidade, sedentarismo, isso é o papel das autoridades sanitárias. E nós queremos que a população brasileira confie em suas autoridades sanitárias.

Em relação à imunização daqueles que vão fazer o Enem: para os que estão abaixo de 18 anos, ainda não há uma previsão no Programa Nacional de Imunizações, está em estudo no PNI. E aqueles que estão acima de 18 anos serão vacinados normalmente, conforme o Programa Nacional de Imunizações.

Senador Confúcio Moura, se o senhor me permite, em relação a essas questões orçamentárias, o Arionaldo já traçou o panorama do sistema de saúde público, mas, no Brasil, 48 milhões de pessoas são assistidas pela saúde suplementar, e a saúde suplementar não pode ficar apartada de uma discussão acerca do enfrentamento da pandemia da Covid-19, não se pode restringir apenas ao atendimento hospitalar. Essa ação tem que ser uma ação mais global, desde a atenção primária. É por isso que o Governo Federal, já em nossa gestão, convocou o Consu, que realizou uma audiência pública e colocou em consulta pública a política nacional de enfrentamento à Covid-19 no âmbito da saúde suplementar. Recebemos diversas consultas públicas e agora, no começo de julho, teremos uma audiência do Consu para poder aprovar essa política.

Entre outros aspectos, não é descartado que a Agência Nacional de Saúde Suplementar incorpore ao rol de coberturas obrigatórias a vacinação contra a Covid-19 e a política de testagem com testes rápidos de antígeno. É claro que não é o Ministro da Saúde que delibera sobre isso, há uma agência regulatória, e nós respeitamos muito o marco legal da regulação dos setores no Brasil, mas não se pode deixar de discutir esse tema.

Eu chamo a atenção que, até pelo caráter de excepcionalidade, nós adquirimos diversas vacinas com preços que são diversos, mas já está em análise, pela Conitec, a incorporação ao SUS das vacinas que têm registro definitivo na Anvisa. Todas elas tiveram uma sinalização de aprovação favorável e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse contexto, existe a questão de custo e efetividade das vacinas, que, dentro de um ambiente de maior abundância de vacinas e diante do fortalecimento do complexo industrial da saúde brasileira, nós podemos ter uma relação de custo e efetividade que seja mais benéfica e consigamos adquirir vacinas por um preço mais amigável para o sistema de saúde do Brasil.

Então, todos esses aspectos devem ser motivo da análise das autoridades do Poder Executivo, mas também do Poder Legislativo, do Ministério Público Federal, da Procuradoria-Geral da República, para que consigamos um cenário mais confortável para as contas públicas no Brasil, que nós sabemos que passa por uma questão de dificuldade, até por conta do impacto econômico da pandemia.

Então, obrigado ao Senador Confúcio Moura e aos demais Senadores. Eu fico aqui à disposição para esclarecimentos adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Sr. Ministro.

Sr. Ministro, eu quero agradecer a presença dos seus assessores: Rodrigo Otávio Moreira da Cruz, Secretário Executivo – muito obrigado ao Dr. Rodrigo –; Mayra Isabel Correia Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho – muito obrigado à senhora –; Rodrigo Santana, Secretário Especial de Saúde Indígena, Sesai; Plínio Marques Graciano, também da Sesai; Camila Ferreira Alves Simões, da Sesai; Hélio Angotti Neto, Secretário de Ciência e Tecnologia do ministério; Raphael Câmara Medeiros Parente, Secretário de Atenção Primária – a todos que estiveram presentes aí ao lado do Ministro, muito agradecido –; Sérgio Yoshimasa Okane já é conhecido nosso – também muito agradecido ao senhor –; Gerson Pereira, Secretário de Vigilância em Saúde – muito obrigado –; Rosana Leite de Melo, Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid; Carlos Henrique Sobral, Assessor Especial para Assuntos Parlamentares; e Dr. Arionaldo, que também já é nosso conhecido, Arionaldo Bonfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, homem que conhece orçamento como como ninguém – ele já esteve conosco e é uma pessoa fantástica.

Antes de fazer o encerramento, eu passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para seus comentários finais como Relator.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer imensamente ao Ministro Queiroga bem como a toda a sua equipe.

A Mayra Isabel Correia Pinheiro, que é a Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, nos deu boas notícias, principalmente para o aperfeiçoamento dos profissionais da saúde, dos bolsistas da Capes. Isso é extremamente importante.

Eu quero inclusive aproveitar, Ministro, para dizer que na minha cidade, Rondonópolis, no Mato Grosso, nós temos lá o curso de Medicina, que recebeu nota máxima pela avaliação do próprio Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Educação. Inclusive, agora, a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis recebe da Anvisa o atestado como núcleo de segurança certificado com 100% de certificação, ou seja, em todos os itens. E eu quero com isso, então, registrar aqui o nome do Presidente da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis, José Osiris Hoeppner, e também da Bianca Talita Franco, e parabenizar todos os profissionais da Santa Casa, que é, Ministro, também um hospital universitário, já que na verdade ele ainda é o hospital base, juntamente com o Hospital Regional de Rondonópolis, para o curso de Medicina da Universidade Federal de Rondonópolis.

E eu aproveito, Ministro, porque agora, em tempos de pandemia, com certeza o número de profissionais no Brasil foi aquém da necessidade. Eu gostaria que V. Exa. fizesse algum comentário sobre a possibilidade da criação de novos cursos de Medicina, principalmente em regiões como Mato Grosso. Nós temos Barra do Garças, o senhor conhece. Lá é uma cidade fronteiriça com Goiás, lá é Barra do Garças, Pontal e Aragarças, que atingem uma imensidão. São dois Estados numa região extremamente vasta. Lá são trezentos e poucos quilômetros quadrados, uma região relativamente ainda pouco densa, mas é a região que mais está se desenvolvendo no Brasil.

Eu gostaria que V. Exa. fizesse algum comentário sobre essas novas demandas de cursos de Medicina pelo Brasil afora – não só de Medicina, mas outros cursos também afins na área de saúde –, porque, com certeza, a demanda aumentou muito e, como foi falado aí também, há a melhoria da especialização, ou seja, do foco principalmente nessas doenças endêmicas, que a Região Amazônica tem muito.

Eu quero também registrar aqui, Ministro, parabenizando, a equipe da Sesai, porque no Mato Grosso também nós tivemos uma atenção às comunidades indígenas e hoje percebemos, felizmente, dados os números da vacinação, a atenção que o ministério teve com as comunidades indígenas, com a diminuição muito forte também do número de mortes. Se V. Exa. quiser fazer algum comentário sobre esse assunto também seria importante, até porque, no Mato Grosso, nós temos a Amazônia, temos o Cerrado e o Pantanal, e no Pantanal temos muitos indígenas, além de todo o Estado, que é o Estado que tem mais etnias, além dos quilombolas e dos ribeirinhos também.

E eu quero mais uma vez, Presidente, ao encerrar aqui a minha participação, convidar o Ministério da Saúde – aí, Ministro, o senhor define quem seriam os representantes – para essa sessão de Plenário que nós teremos no dia 9, às 15h. E o objetivo é exatamente discutir a produção e os desafios na produção nacional de vacinas aqui no Brasil.

E eu quero também aqui, em nome do Senador Izalci, Presidente, dizer que, conforme já me falou, hoje ainda ele entrega o relatório dele, para que amanhã possamos votar, finalmente, o nosso projeto que autoriza a indústria de saúde animal a poder fabricar vacinas humanas contra a Covid, para, claro, como o próprio Ministro já fez o comentário, o Brasil deixar de ser dependente, importador. Até agora não produzimos nenhuma dose de vacina – nós importamos o IFA, em que é feito o envasamento –, mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos condições sim, em tecnologia brasileira, com as pesquisas que estão sendo feitas, realmente de o Brasil poder produzir vacina 100% brasileira, ajudar a toda a população brasileira e ainda exportar.

E, nesse aspecto também da tecnologia, mais uma vez registro aqui que conseguimos convencer a equipe econômica e já foram liberados também os recursos para que o Ministério da Ciência e Tecnologia possa continuar as pesquisas, sem interrompê-las, que são extremamente importantes, porque o Brasil, nós, como sétima potência, com mais de 220 milhões de habitantes, temos que fabricar vacina daqui para frente, por muitos e muitos anos.

Então, eu agradeço imensamente, Ministro. E aqui eu quero também, como os outros Senadores, fazer um elogio a V. Exa., que não tem medido esforços... Repito aqui: V. Exa. assumiu o mandato como Ministro na quinta-feira e, na sexta-feira, estava lá nos recebendo, e muitas reuniões fizemos com a Anvisa, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Ciência e Tecnologia, inclusive a visita que fizemos lá em Cravinhos, onde V.Exa. também esteve presente e externou todo esse trabalho que está sendo feito, liderado pelo Ministério da Saúde.

Claro, quero falar aqui em nome da Ministra, também, Tereza Cristina, do Ministro Marcos Pontes, do Presidente da Anvisa, o Presidente Barra, enfim, de toda a equipe, na qual a gente só tem visto boa vontade, inclusive do próprio Presidente da República, que, nesse caso específico, determinou, numa ligação que fez a V. Exa.

Eu deixo aqui um abraço a todos.

E aí, Senador Espiridião Amin, vamos falar um pouco mais do RNA mensageiro. Eu acho que é um assunto que pode ser discutido até em outra oportunidade, porque realmente é tecnologia extremamente importante para os avanços no Brasil e no mundo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O único perigo é nós sermos classificados de charlatães. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas olha... Viu, Presidente Confúcio? Eu fico imaginando como o Ministro Queiroga deve estar bem. Eu vejo, no semblante dele, a tranquilidade, exatamente porque esta Comissão aqui, eu diria, é a Comissão da vida, é a Comissão da solução. É isso que nós estamos procurando fazer: procurar a solução, para que a gente possa realmente trazer esperança a toda a população brasileira, seja através da vacina, seja através da ampliação dos nossos hospitais, que não falte mais oxigênio, enfim... Por isso, Ministro, bom dia e boa semana a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, eu vou passar para o senhor, porque o senhor me deu uma missão – não é? – de encerrar antes do meio-dia. E eu estou aqui olhando para o relógio, olhando para o relógio, e eu vou dar para o senhor agora só cinco minutos, para o senhor responder ao Senador Wellington, está bom? Pode falar, Sr. Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Em cinco minutos, vou sintetizar a minha fala.

Em relação à questão da formação dos profissionais de saúde, realmente nós estamos empenhados, em parceria com o Ministério da Educação – já temos um diagnóstico do setor e vamos trabalhá-lo –, para, desde a graduação até a pós-graduação, em residência ou uma formação de pós-graduação *stricto sensu*, a título de mestrado ou doutorado, criar um cenário mais favorável para a formação dos profissionais de saúde, com um planejamento para a próxima década, para que tenhamos o nosso sistema de saúde fortalecido.

Lembro que o Presidente da República, Jair Bolsonaro, já autorizou uma medida provisória que deve estar na fase final, para edição, alocando R$2 bilhões para dar suporte às santas casas e às filantrópicas, que passam por grandes dificuldades.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade de estar aqui com os senhores, por intermédio da TV Senado, que é assistida por milhões e milhões de brasileiros, para apresentar a Dra. Rosana Leite de Melo.

A Dra. Rosana é a Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19. É uma médica, professora da Universidade do Mato Grosso do Sul. Ela já presidiu o Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso do Sul, já exerceu a Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Residência Médica, portanto conhece todas as especificidades da matriz de competência de cada uma das especialidades médicas, além de ser cirurgiã, oncologista e de estar até a semana passada na linha de frente, liderando um hospital público importante no Mato Grosso do Sul no enfrentamento à pandemia da Covid-19. Por sua qualificação, tanto na área da especialidade médica, haja vista que liderou a reestruturação da residência médica no Brasil, como também por sua lide nos conselhos regionais de medicina, ela tem características muito especiais para nos ajudar – a mim e a toda equipe de secretários do Ministério da Saúde – no enfrentamento à pandemia da Covid-19.

No mais, quero agradecer aos senhores pelo apoio. Eu entendo que o Parlamento tem sido fundamental para o enfrentamento da Covid-19, tem nos ajudado muito. Eu espero continuar contando com a colaboração dos senhores, e mesmo com as críticas, que quando vêm, são críticas construtivas e que ajudam a construir um rumo melhor para a saúde pública do Brasil.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não havendo nada mais a tratar, agradeço...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Confúcio! Senador Confúcio! Senador Confúcio! Só um pouquinho. Senador Confúcio!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Como o Senador Jayme Campos me ligou aqui e nós temos três minutos ainda, então vou usar esses três minutos.

O Senador Jayme Campos, junto com o Prefeito Emanuel Pinheiro, Prefeito de Cuiabá, capital do Mato Grosso, estiveram com o Ministro e com o Presidente da República, e eu gostaria de saber do Ministro a definição das vacinas para Cuiabá e Várzea Grande em função, principalmente, da Conmebol. Isso já está definido? Há uma definição do número de vacinas? Eu espero, inclusive, para registrar o convite novamente a V. Exa. para estar no Mato Grosso.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Eu irei com prazer ao Mato Grosso.

Em relação às vacinas, não há uma estratégia específica em relação à competição esportiva. Na realidade, o que está em discussão... Para esses Estados que têm grandes fronteiras secas com os países vizinhos, está em estudo no PNI para se ampliar a vacinação. São Estados que, territorialmente, são grandes, mas que têm concentrações demográficas pequenas, de tal maneira que o esforço para ampliar a imunização não é tão grande e, do ponto de vista epidemiológico, pode ser importante para conter eventuais variantes. Nós temos notícia de uma variante lambda, ou variante andina. Então, se se reforça a vacinação desses Estados de fronteira, isso é importante para o controle sanitário do Brasil em relação à Covid-19.

E, em breve, estarei em Cuiabá para rever não só os meus amigos cardiologistas de Cuiabá, que são muitos, mas também os novos amigos que eu tenho no Estado do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro. Espero que tenha atendido a V. Exa. no tempo.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 25 de junho, sexta-feira próxima, às 10h da manhã, para a reunião mensal com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, para debater a situação fiscal, a execução orçamentária e financeira e as medidas relacionadas à pandemia.

Declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos os presentes, muito obrigado aos telespectadores e a todos os assessores aqui da nossa Comissão.

Obrigado e boa tarde!

(*Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Carlos Fávaro. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Reunião mensal com o Ministro da Economia para debater a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à pandemia. **Participante:** Paulo Guedes, Ministro da Economia. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 81, de 2021** que: "Reque que na audiência pública para debater a preservação do meio ambiente como forma de evitar novas pandemias, atendendo ao Requerimento n. 063/2021 sejam incluídos no debate os temas: 2) os reflexos diretos e indiretos da pandemia no meio ambiente; e, 3) plano de mitigação dos impactos ambientais (pós-pandemia). E incluir os seguintes participantes convidados: 1. Francisco Milanez, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) - ONG brasileira dedicada à luta em defesa do meio-ambiente; 2. Mariana Ferreira, gerente de Ciências da WWF Brasil - ONG que trabalha para mudar a atual trajetória de degradação ambiental e promover um futuro onde sociedade e natureza vivam em harmonia; 3. Ana Toni, diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS); e 4. Representante da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza´(RECN)." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 82, de 2021** que: "Requer que na audiência pública para debater as campanhas de comunicação existentes sobre a pandemia e as estratégias, monitoramento de publicidade e a desinformação, 'fake news' sobre vacinação contra a Covid-19, atendendo aos Requerimentos n. 058 e 062/2021, sejam incluídos os seguintes participantes convidados: 1. Darlan Rosa, publicitário, artista plástico/gráfico, programador visual e professor. Integrou a equipe de planejamento e coordenação da programação visual das publicações editadas pelo Departamento de Documentação e Divulgação do MEC. Criador do Zé Gotinha, personagem da campanha de marketing contra a poliomielite, que virou símbolo de sucesso da vacinação no Brasil. Trabalhou internacionalmente na criação de animações para campanhas de saúde em vários países; e 2. Pyr Marcondes, consultor especialista de comunicação e marketing - autor do prefácio do livro "O Outro Lado da Máscara: Como ser relevante na comunicação e no marketing em um mundo pós-pandemia", obra de Sulamita Mendes e time de especialistas experientes e conhecidos no mercado." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/06/25

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid 19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à essa pandemia.

Esse tema que eu acabei de ler é o objeto principal da nossa audiência pública, que é justamente a execução orçamentária e a situação fiscal do Brasil e as medidas relacionadas à pandemia na ordem econômica.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será: primeiro o Relator, em seguida os titulares inscritos, depois os suplentes e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com o convidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à presente reunião, trata-se de uma reunião mensal que é feita com o Ministério da Economia e, hoje, em especial, com o Ministro Paulo Guedes, para debater a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira e outros assuntos relacionados com a economia, projetos em andamento, por exemplo, as reformas que ele elegerá para o enfrentamento da crise.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-612211. Estamos ao vivo na TV Senado e, na internet, pelo YouTube.

Informo que estamos aguardando o Ministro Paulo Guedes, que está concluindo uma agenda oficial na Câmara e já estará conosco.

Então, vou fazer aqui uma pequena pausa, vou deixar os colegas conversarem à vontade aí. Vamos bater um papo, mas já está sendo transmitido pela TV. Não podemos bater um papo muito aberto não, porque já está sendo transmitido tudo pela TV Senado. Mas a gente pode conversar, Zenaide, Styvenson, Wellington, todos que já estão chegando, sobre a nossa Comissão, não é?

A nossa Comissão encerra o seu prazo dia 30 agora, mas o Presidente Rodrigo Pacheco já demonstrou interesse na sua prorrogação, porque a pandemia, ao invés de estar diminuindo, está aumentando. Ele acha que não tem como paralisar o trabalho da Comissão, porque as coisas não estão, ainda, melhorando. Então, de posse dessas informações, ele já me avisou que vai prorrogar a Comissão.

E aí, Styvenson, você, como Vice-Presidente – vou fazer uma viagem agora ao meu Estado, faz um ano e três meses que eu não saio de Brasília fazendo essas audiências –, eu não sei se você vai conseguir presidir do Rio Grande do Norte esta Comissão, porque a TV Senado precisa estar ligada. Caso você não possa, eu gostaria que você conversasse com o Izalci.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Caso você não possa ocupar a presidência, é fácil para o Izalci, que é aqui de Brasília.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mas a transmissão seria em Brasília ou aí no Senado? Onde precisamente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Normalmente ela é feita de uma sala do Senado, ou do seu próprio gabinete se você quiser fazer – você pode organizar, a TV Senado vai lá –, mas há uma sala onde funcionam as Comissões que é muito preparada, todo mundo fica distante. Há essa sala lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu estava lá com o senhor, eu vi.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, seria aquela sala lá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – E qual seria esse dia, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Esse dia, nós vamos... Logo a seguir, a Secretaria vai expedir a pauta e vamos discutir a nova pauta no futuro. Como de 15 a 20 tem o recesso, seria uma ou duas reuniões só, bem poucas reuniões, bem poucas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Depois desse período, aprovamos a pauta do futuro, teremos que analisar o que que nós queremos debater. Há umas pautas muito interessantes, como aquelas pautas das organizações sociais, com gente simples falando como está trabalhando. Houve muitas pautas que, aparentemente, não dariam nenhum ibope, mas que terminaram dando muita repercussão positiva pela internet e também para informação nossa, não é, nossa mesmo.

A Zenaide gosta muito de debates sobre as microempresas, sobre a questão de bancos. É um tema também que você pode sugerir – viu, Zenaide? –, há temas importantes sobre esse assunto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Ministro já chegou? A ideia era ficarmos conversando até ele chegar dos seus compromissos lá na Câmara, mas hoje...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente, eu vou dizer uma coisa que está me preocupando. Eu sei que a pandemia está se alastrando, mas essa história de a gente estar sem as Comissões... Isso está ficando muito difícil, porque antes era só assunto de pandemia, agora até privatizar empresas brasileiras está sendo feito sem debate nenhum das Comissões. Para mim isso é muito grave, porque não temos tempo. Quer queira, quer não, as Comissões é que dão visibilidade. E há outra coisa: há pluralidade. O Relator pode ser de uma Comissão, mas nem sempre é na mesma que passa a matéria. Por não haver Comissão nenhuma praticamente funcionando, a sociedade tem perdido muito, porque passa a toque de caixa. Já não é simples a gente dar visibilidade a projeto de lei que passa pelas Comissões, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora Zenaide, o Ministro já chegou, está aguardando a gente.

Viu, Styvenson? Você também pode fazer essas audiências, presidi-las, da sua casa aqui em Brasília, desde que você tenha uma equipe que te ajude ali. Uma pessoa bem capaz consegue fazer a articulação com a TV Senado a partir da sua residência.

Então, Ministro Paulo Guedes, bem-vindo! Sei que a correria foi grande para o senhor estar aqui com a gente, nos prestigiar mais uma vez. Muito obrigado a V. Exa. por estar conosco.

A audiência hoje é com o senhor. Nós já fizemos a introdução aqui para evitar que o senhor ficasse esperando eu fazer a leitura do ritual da nossa Comissão.

O senhor já está com a palavra. Fique bem à vontade, o senhor pode usar o tempo que julgar necessário. Fique à vontade, queremos ouvir V. Exa., Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES – Senador Confúcio!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, Ministro! Bem-vindo!

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Muito prazer em estar com o senhor novamente.

Começo pedindo desculpas, mas eu tive que ir ao Congresso. O Presidente Arthur Lira embarcou de São Paulo hoje e se atrasou. O nosso horário, que era às 9h30, acabou sendo quase às 10h30. Nós fizemos a entrega oficial da proposta de reforma tributária e eu vim correndo pra cá. Então, peço desculpas pelo atraso, mas foi motivo de força maior.

Eu estou à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor pode já iniciar, já fiz toda a introdução aqui.

O SR. PAULO GUEDES – Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode começar.

O SR. PAULO GUEDES – Muito obrigado. Eu agradeço muito nós termos mantido... Foram 12, não é? Com esta, são 12 reuniões nossas. Fizemos praticamente a pandemia em tempo real. A cada mês nós nos reunimos, às vezes eu, às vezes o meu Secretário da Fazenda, apresentando os números.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu hoje vou fazer uma apresentação muito rápida, só do que está acontecendo agora, nos últimos meses, e aí falamos um pouco de projeções pra frente. Então, vou mostrar rapidamente alguns eslaides, só atualizando.

Vocês têm que nos autorizar a entrarmos com alguns rápidos eslaides. São só oito ou nove eslaides, é bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos lá, pessoal da Secretaria, Lenita, abrir o eslaide.

Pronto.

O SR. PAULO GUEDES – Pronto.

Impacto fiscal das medidas de enfrentamento. É uma renovação, agora mostrando esse ano.

Os senhores viram que, no ano passado, a gente acabou gastando 10% do PIB praticamente nesse combate, mas a avaliação nossa, já no segundo bimestre, já voltou pra 2,2%, ou seja, estamos praticamente de volta aos patamares onde estávamos antes da pandemia, e agora com vacinação em massa e com os recursos muito mais focalizados.

Então, a nossa projeção é de que, à medida que a pandemia vá se afastando novamente, agora com vacinação em massa, nós consigamos ir de novo retomando o caminho das reformas estruturantes, ou seja, assegurando que essa geração enfrentou a doença sem empurrar todos os custos para as gerações futuras. Nós conseguimos combater a doença, vamos agora para a vacinação em massa, e gastamos mais, sim, mas vamos mostrar agora, no segundo eslaide, o que que aconteceu.

A nossa dívida deu um pulo. A relação da dívida/PIB estava em 74,3%. No primeiro ano, nós baixamos. Só que, com a pandemia, nós demos um salto pra 88,8%, mas as previsões são de que, já no final deste ano, estejamos de volta a 84%. E aquela linha pontilhada, de 77,9%, 78,2%, é o que teria acontecido, quer dizer, normalmente o Brasil teria ficado lá embaixo com o endividamento. Nós demos um salto lá para cima, mas já estamos recuperando este ano, porque o Brasil é o único país do mundo que está fazendo reformas estruturantes mesmo durante um período de adversidade, que é este de combate à pandemia.

Foi por isso, inclusive, que eu me atrasei hoje, porque estamos fazendo a reforma tributária, pela qual vamos reduzir os impostos para os assalariados, porque estamos enfrentando uma decisão que os governos anteriores não enfrentaram, que foi tributar os rendimentos de capital. O Brasil é um país de renda média baixa, e os impostos estavam concentrados em cima dos assalariados, em vez de nós tributarmos quem vive de dividendos, que são os rendimentos do capital. Nós estávamos tributando os rendimentos do trabalho, só os rendimentos do trabalho e as empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as nossas projeções mostram que nós vamos derrubar a relação dívida/PIB de novo e estabilizar num nível... Eu acho até que nós vamos continuar derrubando, mas esse é um outro assunto, para outra Comissão possivelmente.

Isso aí é só para mostrar o impacto da pandemia sobre as nossas emissões de dívida. Os senhores veem, na linha preta, que o Brasil emitia mais ou menos 50 bilhões, 50 bilhões de média anual de dívida ano a ano. Com a pandemia, em 2020, nós saltamos para quase 160 bilhões, quase três vezes o que a gente fazia. A média mensal de emissão era 50 bilhões por mês! O Brasil aumenta a dívida R$50 bilhões por mês – é essa linha preta. De repente vem a pandemia e nós começamos a emitir, por mês, 160 bilhões! Os senhores imaginem o que é isto: 160 bilhões por mês por causa do enfrentamento da pandemia.

E o que acontece ao mesmo tempo? O prazo médio, que era de cinco anos de dívida, cai para quase três anos de dívida. Quer dizer, não só a gente está emitindo muito, como é uma dívida curta, uma dívida curta. Quer dizer, começa a ter um problema fiscal ali para frente; em três, quatro anos à frente, você começa a ter problema. Mas nós já estamos de novo... Chegou a ser dois anos. Nós já voltamos para três, estamos indo para quatro e, até o fim do ano, a gente talvez já tenha conseguido puxar essa média toda de volta lá para cima, onde estava.

Então, nós estamos fazendo uma normalização, uma consolidação fiscal, para que essa geração tenha enfrentado a pandemia e tenha, ela mesma, resolvido a coisa do ponto de vista de finanças públicas.

A gente vê que a taxa de juros, desde a aprovação do teto, que foi lá com o Governo Temer, ficou lá em cima, ficou lá em 6% a 7%, e nós fomos empurrando para baixo. Já estávamos, em junho de 2020, um pouco antes da epidemia realmente se generalizar, com juros de 3% a 3,5%, já estava lá embaixo. Agora começou a subir de novo, exatamente porque estamos emitindo muita dívida.

Então, isso é uma prestação de contas mostrando todo o impacto. Quando a doença veio, não faltou dinheiro para a saúde, nós mandamos o dinheiro, mas começamos a nos endividar rapidamente, e uma dívida de menor qualidade. Em vez de ser uma dívida de 10 anos, 15 anos, é uma dívida por 2 ou 3 anos, porque ficam todos com receio de dar uma dívida longa para o Brasil, porque o Brasil poderia estar indo para uma situação de colapso fiscal; mas nós conseguimos dominar essa sensação e já estamos normalizando tudo outra vez.

Isso aí mostra também a atividade econômica, quer dizer, nos últimos meses, a revisão de crescimento. A revisão em 9 de abril, 16 de abril, era em torno de 3% – essa é a média das previsões –, e isso começa a subir para 3,5%, 3,9%, 4%, 4,5%. A média hoje já é 5%, é a média das estimativas do setor privado numa pesquisa que o Banco Central faz.

Eu estou mostrando para os senhores o seguinte: nós fomos golpeados, nós gastamos muito dinheiro, a dívida/PIB subiu, as emissões triplicaram – em vez de ser 5 bilhões por mês passaram a 160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

bilhões por mês –, mas nós fomos recuperando o controle da situação de novo, recuperando o controle da situação, e agora a duração da dívida, esse período médio da dívida, já está subindo, as emissões já estão descendo de novo, e o País está retomando o crescimento.

E agora a gente já vê também aí o mercado de trabalho. Quando está no azul é destruição de empregos. Então, em 2015, 2016, houve uma enorme destruição de empregos; 2018 e 2019, quando a economia começa a se recuperar, vem a pandemia e nos destrói novamente, mas desta vez com um impacto muito menor, porque nós fizemos as medidas, como auxílio emergencial, como o benefício emergencial, as medidas de crédito. Pela primeira vez, saindo de uma recessão, 48% do crédito foi para as pequenas e médias empresas. Antigamente o dinheiro ia todo só para os campeões nacionais, agora foi para as pequenas e médias empresas. Isso nunca aconteceu antes.

Duas coisas não haviam acontecido antes no Brasil. Primeira: uma recessão em que houve criação de empregos no final do ano. Chegou no final do ano, em vez de destruição de 1 milhão, 1,5 milhão de empregos, depois dessa recessão, que foi a mais profunda de todas, nós chegamos ao final do ano com a criação de 140 mil empregos; nós afundamos rápido, mas nós saímos rápido do abismo também, graças às medidas que fizemos. E o Brasil criou 1 milhão de novos empregos nos últimos quatro meses do ano passado e mais 1 milhão de novos empregos nos primeiros quatro meses deste ano. E na segunda-feira eu devo anunciar de novo um bom número de criação de empregos, mais uma vez. Então, o Brasil realmente está retomando o crescimento, saiu do fundo do poço e já está criando empregos liquidamente – é essa barra que os senhores estão vendo em verde; o azul é destruição, em verde é criação de empregos.

Isso aí é para mostrar também que essa situação de melhoria na economia é generalizada: em todos os Estados, a média de arrecadação subiu 22%. Quer dizer, está ali o Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, todos os Estados estão aí e os senhores veem que, em média, houve 22% de aumento de arrecadação nesses primeiros meses do ano. Isso é muito bom, isso mostra que está havendo um aumento... Quando nós olhamos os dados de emprego, nós vemos que todos os setores, todas as regiões, todas as cidades estão criando empregos. E, quando a gente olha o dado de arrecadação, vê que ele está confirmando isso também: todos os Estados tiveram aumento de arrecadação; alguns, um aumento muito grande, como Goiás, com 36%; como Amapá, 37%; outros menos, como 12% no Amazonas, 9% no Distrito Federal, 11% no Paraná, mas, na verdade todo mundo está crescendo. E o Centro-Oeste, com a região agrícola forte, está ali: Tocantins também 29%, bem acima da média. Então, é um sinal de que está sendo uma recuperação interessante.

E aí as despesas de enfrentamento da Covid em 2021, porque nós acompanhamos mês a mês todo o ano passado e agora estamos, também mês a mês, tendo as nossas reuniões. O Waldery chegou a fazer uma, depois foi o Funchal, agora venho eu, já com os números atualizados, mostrando que nós gastamos quase 100 bilhões, 97,5 bilhões estão dotados, são dotações. Nós já gastamos 42 bilhões, quer dizer, um pouco menos da metade já foi gasto, mas já está tudo orçamentado até o final do ano, está tudo já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preparado, 87 bilhões empenhados. E quando a gente vai ver as despesas, vocês veem ali, à esquerda, naquela bola azul, o trecho azul da bola, o pedaço azul mostra lá, são 82 bilhões já orçados, com impacto previsto já: 43 no auxílio emergencial; 21,6 bilhões em vacinação; 13 bilhões em Fiocruz, hospitais; 4 bilhões em gastos adicionais com a saúde – então, foram 82 bilhões para vida, salvar vidas. E 15 bilhões para emprego e renda: 10 bilhões para o BEm, que é o programa que preservou 11 milhões de empregos no ano passado; 5 bilhões para o Pronampe; e 0,3 para outros.

E do lado direito simplesmente o que já foi gasto, quer dizer, já foram gastos 40 dos 82 bilhões; e foram gastos 2, porque o programa de crédito e o programa do BEm só foram aprovados agora, muito recentemente. Então, dos 15 bilhões, só 2 foram liberados.

E finalmente é isso.

Obrigado.

Esses são os números. Agora o que nós estamos olhando para frente? Em breves palavras e aí nós entramos nas perguntas e nas interações. O que nós estamos olhando para frente? Primeiro, a renovação do auxílio emergencial em três meses, mais três meses. Então, o auxílio que terminaria em 31 de julho segue agosto, setembro e outubro. Outubro é o mês em que todos os Governadores estão dizendo que terão vacinado toda a população adulta brasileira. Alguns Estados estão inclusive anunciando para final de agosto, início de setembro. Está uma disputa até saudável de ver quem vacina mais: o Rio de Janeiro de um lado, Estado de São Paulo do outro lado, Rio Grande do Sul do outro lado, há uma corrida saudável para ver quem vacina mais. As vacinas estão chegando, então nós estamos de novo com a perspectiva de controle da epidemia. Nós estamos estendendo justamente o auxílio emergencial por mais três meses, quando então a população adulta brasileira estará vacinada. Alguns com duas doses, alguns com uma dose, mas todo mundo já tendo sido, de certa forma, protegido ou beneficiado com a vacinação.

O auxílio emergencial. Então, quem dirige o auxílio emergencial não é a economia, não é sequer a política. Quem dirige o auxílio emergencial é a pandemia. Se a pandemia continuar fora de controle, em setembro, outubro, novembro, vamos ter que renovar de novo o auxílio emergencial, mas não é a expectativa no momento. A expectativa no momento é que nós estaríamos, nas palavras do Ministro Queiroga, num ambiente de controle da pandemia, pandemia sob controle, ou seja, teríamos reduzido substancialmente as mortes, porque a população adulta toda já estaria vacinada, e os óbitos, então, teriam desabado. Essa é a ideia e foi isso que dirigiu, então, a extensão do auxílio emergencial até o final de outubro.

Então, nós desembocamos já no Bolsa Família. Novembro e dezembro, retornamos, então, ao mundo de normalização, controle epidemiológico, retomada do crescimento e da economia, volta do Bolsa Família para novembro e dezembro. Essa é a ideia até o fim do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do lado dos empregos, a mesma coisa, nós precisamos tomar conta também dos invisíveis, são 38 milhões de invisíveis. E esses 38 milhões de visíveis, nós estamos, então, não só de um lado, com a retomada do crescimento, que está criando 1 milhão a cada quatro meses... Então, possivelmente seria mais 1 milhão nos próximos quatro meses; depois, mais 1 milhão no quadrimestre final do ano. Poderíamos reduzir bastante o desemprego aí, quase 2 milhões.

E, por outro lado, estamos criando o nosso bônus de inclusão produtiva e o nosso bônus de incentivo à qualificação, que deve criar outros 2 milhões de empregos novos para jovens de 18 aos 28 anos que não estão estudando e que também não conseguiram emprego ainda. Então, nós vamos ajudar essa população, porque é justamente a população mais frágil, são os jovens, normalmente de periferia, que não conseguiram terminar a faculdade ou às vezes nem entrar na faculdade e estão desempregados.

Nós precisamos dar o bônus de inclusão produtiva de um lado e as empresas vão pagar o bônus de qualificação profissional de outro lado, de forma que esses jovens possam ter o que a gente chama de treinamento no trabalho, que eles aprendam a trabalhar para serem incluídos no mercado de trabalho. Então, isso é o que nós estamos fazendo por enquanto.

De outro lado, são as reformas, que nós estamos tentando prosseguir com o nosso programa de governo. Então, eu fico por aqui, Senador Confúcio, e à sua disposição para a condução sempre muito eficiente, correta e muito generosa dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito, Ministro.

O pessoal está com uma reunião mais tarde, há tantas outras atividades ocorrendo no Senado, e eles não sabem para onde ir, se ficam aqui, se ficam ali, mas temos alguns Senadores presentes. E vamos ver a ordem de inscrição, por favor. Eu vou passar a palavra para o Senador Styvenson Valentim.

Styvenson Valentim, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Pronto. Obrigado, Senador Confúcio; obrigado, Ministro Paulo Guedes, por estar aqui mais uma vez, 12ª vez aqui nesta reunião, como o senhor mesmo afirmou.

Eu fiquei atento, ouvindo o que o senhor falou, desde a sua preocupação aí junto com o Congresso, com a reforma tributária. E uma pergunta seria sobre essa, o que o senhor falou, que a imprensa vem falando também, mas eu queria ouvir do senhor, e ouvi parcial. A imprensa vem divulgando que o Governo estuda tributar os dividendos, os acionistas que ultrapassarem os ganhos de R$20 mil. Dentro do que o senhor falou, vamos taxar os que ganham sobre esses e, dessa forma, aumentar a faixa de isenção no Imposto de Renda. Mas essa tributação, Sr. Ministro, de dividendos não poderia provocar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor interesse das pessoas físicas em investir na nossa bolsa, uma vez que nosso mercado ainda é tímido, se comparado com outros países, como os Estados Unidos? A população ainda investe pouco.

E, sobre o que o senhor falou, trouxe um otimismo, trouxe uma esperança para a gente, a nossa economia, como os gráficos mostraram, do crescimento, mas toda essa esperança, o senhor há de concordar, está condicionada à vacinação. Se até setembro, como o senhor mesmo disse, com uma corrida saudável dos Governadores pelas vacinas e o cumprimento da palavra do Ministro da Economia ou do Ministro da Saúde que a gente consiga vacinar todo mundo até setembro, então a nossa economia, com certeza, vai decolar. O senhor lançou essa positividade. Mas, caso aconteça algo de errado, que essa vacina não chegue, que venha uma terceira onda, que surja qualquer um outro problema, o senhor já disse que já tem um plano aí em mente, que seria o auxílio emergencial prolongar. E as empresas, e os comércios e tudo isso, que já ameaçam entrar com uma ação judicial de indenização contra o Governo, de R$1 bilhão, para repor as perdas que houve?

E uma outra pergunta seria: e os sequelados? Já há um impacto para a economia brasileira de todos os brasileiros que vão sofrer consequências devido à Covid e não vão poder mais trabalhar? Os que, querendo ou não, vão ficar afastados, fisioterapia, tendo que tomar medicamento? Já tem esse número, já está em consonância com o Ministério da Saúde?

Uma terceira e última pergunta, Sr. Ministro – e agradeço a paciência do Senador Confúcio em me deixar perguntar: depois de uma pandemia, a gente vem com um problema de risco energético. A gente vem aí já enfrentando um perigo de racionamento. Qual o impacto que isso vai causar na nossa economia? Na vida social das pessoas a gente já sabe, já passou por isso antes. Na economia, que já vem fragilizada, devido a essa pandemia, que tem essa expectativa de crescer a partir da vacinação, mas que vem agora uma estiagem, um racionamento, com todos esses problemas... Como é que o senhor consegue enxergar, para a gente mitigar os impactos, se é que ocorrerão, na nossa economia desse racionamento energético?

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PAULO GUEDES – É uma sequência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É. Eu vou colocar três, aí o senhor responde.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – É, o que falou o meu colega Styvenson aí, sobre uma justiça fiscal é uma coisa que anima,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o mundo... Dificilmente existe um país que não taxa lucros e dividendos, e acho que está na hora de fazer a justiça fiscal. Não é justo que o trabalhador que ganha R$1.905 pague Imposto de Renda.

Mas eu queria fazer aqui umas perguntas bem práticas.

Ministro, o senhor mostrou aí que tem melhorado a situação fiscal, mas, ao mesmo tempo, a gente vê o aumento da desigualdade social, da fome, até porque a gente sabe que a pandemia piorou, mas, em dezembro de 2019, a gente já tinha 13,5 milhões na extrema pobreza. Isso aí não tem como tirar. O senhor não acha que poderia retomar o auxílio emergencial de R$600? É a primeira pergunta. Eu estou sendo bem... Eu até escrevi, para não sair do *script*.

Sobre essa política fiscal... Por exemplo, o senhor sabe que o Congresso autorizou o Governo a ter gastos extraordinários de cerca de R$100 bilhões para o combate à pandemia e seus efeitos econômicos, tanto é que a gente propôs que os gastos do SUS, do BEm, como o senhor falou, e do Pronampe ficassem fora da meta do resultado primário. Aí a pergunta: por que o Brasil – eu queria perguntar ao senhor – vai assim mais ou menos na contramão do mundo, aplicando uma regra fiscal que implica redução estrutural da despesa com proporção do PIB, independentemente da arrecadação? O senhor sabe que, mesmo que arrecade com a Emenda 95, vai ter que ter... Como a gente fez, o Congresso desvinculou esses gastos.

Eu queria dizer que, por exemplo, não poderia... Eu não sou economista, Ministro, mas eu estava lendo alguma coisa de Economia e já existe uma discussão econômica atual em que se junta, revira e vê o seguinte: defende uma política fiscal, mas dos investimentos com investimentos públicos. Se diz que é a única maneira de estabilizar a economia, porque só fazer ajuste fiscal sem investimento na geração de emprego e renda é difícil. O senhor não acha que o Brasil poderia se adequar mais a isso? Tudo bem, ajuste fiscal, mas investimento público para estabilizar. Isso a gente está vendo no mundo todo, inclusive no país mais capitalista do mundo, que são os Estados Unidos.

Outra coisa que me chama a atenção, Ministro, e eu queria perguntar: no orçamento de 2022 para a saúde – é basicamente isso –, a gente suspendeu essa regra fiscal e teve esse aumento de investimento na saúde, como o senhor mostrou e a gente sabe que houve, não faltou dinheiro para a compra de vacinas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Bom dia a todos. É uma alegria estar...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... para essa coisa. Mas, mesmo assim, como o senhor avalia essa provável queda que a gente já tem visto aí...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – ... Parlamentares que...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... de 30 bilhões no gasto da saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – ... João Rodrigues, nossa Vice-Governadora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... com o orçamento do setor seja encaminhado se foi encaminhado no piso congelado da Emenda 95?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Desligue o som, Styvenson.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Mesmo diante das necessidades da população, como foi mostrado aí, a Covid-19... Eu tenho muito medo da Covid, Ministro, mas hoje, se o senhor me perguntar, eu tenho mais medo das sequelas – é impressionante –, inclusive a mental. Então, o senhor não acha que deveria botar os níveis, no mínimo, de 2017, quando começou a valer a Emenda 95? A pergunta é essa.

Eu acho que não está na hora de contingenciar, porque, pelo que eu vi, vai ser, no mínimo, por exemplo, para 2022, R$134,2 bilhões para saúde. É uma queda de R$30 bilhões num momento desse, porque a pandemia passa, mas as sequelas ficam. E o SUS, eu não estou dizendo que é um SUS já subfinanciado... Eu reconheço, eu sou médica do serviço público e faz tempo que o SUS é subfinanciado. Isso não é do Governo de agora.

Por exemplo, uma coisa que me chamou a atenção foi essa portaria editada prevendo que as emendas do Relator são impositivas. E a gente sabe que houve R$16,5 bilhões de emendas do Relator, sem nenhum critério que a gente saiba. Não está na lei orçamentária anual e nem nas diretrizes orçamentárias, e o que facilita, Ministro... O senhor não acha que facilita a retirada da saúde, da educação? A pergunta é essa.

E outra coisa que me chamou atenção é o contingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, porque nós aprovamos uma lei complementar de autoria do Senador Izalci, que proibia o contingenciamento. Aí, a pergunta é: o senhor considera que um país pode se desenvolver sem investimento em ciência e tecnologia?

São essas as perguntas, Ministro.

Mas eu queria fazer uma pergunta que não foi o senhor que criou: o alinhamento dos preços de combustível ao dólar internacional. Isso está matando a gente. Aqui no meu Estado, já são mais de R$6 um litro de gasolina. Então, a população é que está... Eu sei que o PIB vai crescer, mas à população ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não chegou isso. A gente vê muito é fome, e, às vezes, a cesta básica não está mais resolvendo, porque o povo não pode comprar o botijão de gás, que está mais de R$100.

As perguntas são essas, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Wellington já está na sala? Ele estava viajando e ia chegar um pouquinho atrasado.

Senador Wellington, Izalci, Rose de Freitas, Espiridião Amin, se todos desejarem perguntar algo ao Ministro, está na hora.

Bem, Ministro, eu vou, enquanto os outros...

Aliás, o Izalci levantou a mão.

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, tenho aqui algumas colocações, sim.

As despesas, especificamente com o auxílio emergencial e com as pessoas em situação de vulnerabilidade, alcançaram 322 bilhões, fora o gasto com a ampliação do Bolsa Família, cerca de 370 milhões. Entretanto, em que pese o mencionado aguçamento da pandemia, houve substantiva redução dos recursos alocados para essa despesa, de acordo com as informações disponíveis no *site* do Tesouro, transparente.

Está previsto tão somente um total de recursos da ordem de R$95 bilhões, entre os quais um montante de crédito extraordinário destinado ao auxílio, que está limitado a 44 bilhões. O senhor poderia nos esclarecer as razões que justificam essa redução? O montante de recursos alocado é adequado e passível de atenuar as consequências dessa pandemia ou a preocupação dessa política centra-se nos seus possíveis impactos sobre as contas públicas? Há uma redução significativa, com a PEC que nós aprovamos. V. Exa. acha que é suficiente este valor?

Da mesma forma, na reunião do dia 25 de março, o senhor afirmou que o ministério entende que a crise econômica e a sanitária são gêmeas, citando inclusive as ações do Governo relativas ao montante de 700 bilhões de gastos em 2020. Essa expressão "redução de aportes fiscais" não lhe parece que compromete as ações necessárias ao enfrentamento dessas gêmeas?

O senhor afirmou ainda que, na segunda onda, o auxílio foi proposto com números definidos, que foi o caso da PEC, para que não parecesse ser um cheque em branco, vamos dizer assim, o que poderia levar à desorganização da economia, à alta do dólar, dos juros... Todavia, como se sabe, hoje a dívida pública corresponde a 90% do PIB. Um aumento de um ponto percentual de juro leva aproximadamente a um aumento de 0,9 pontos percentuais, despesa financeira do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dado que se espera que o corrente ano termine com juros próximos de 6% ao ano, esse acréscimo de despesa corresponderia a despesas adicionais equivalentes a 3,6% do PIB. Não se evidencia, portanto, um nítido contraste da postura fiscal defendida pelo senhor? Como compatibilizá-la com a tese de que é fundamental equilibrar o orçamento fiscal a qualquer custo, de forma a evitar abismo fiscal? Como o senhor explica esse tratamento diverso entre despesa financeira e outras despesas públicas, notadamente de assistência social, e as de investimento?

Aliás, nessa mesma reunião, Ministro, o senhor se disse indignado com o valor do Bolsa Família e considerou um absurdo realmente ter sido necessária uma pandemia para se descobrir que a melhor forma de erradicar a miséria é dar dinheiro diretamente ao pobre. Mencionou que o programa do Governo prevê a criação do Renda Brasil. Quando e em que bases o Governo pretende criar esse Renda Brasil? Por que a insistência num auxílio emergencial nitidamente insuficiente em face do desemprego e do aumento expressivo da faixa de pobreza e de extrema pobreza no País, estimada em 61,1 milhões de brasileiros no final deste ano – aí, já inclusos os 19 milhões da extrema pobreza ou não sei se estão incluídos? O atendimento dessa determinação, que diz respeito à definição do Renda Básica de Cidadania, criada pela Lei nº 10.835, e não regulamentado até então, afastará ou contribuirá para a criação do Renda Brasil? E quais os motivos para tanto?

Para encerrar, Presidente.

Como o senhor avalia a possibilidade de se contar com o endividamento público como modalidade preferencial para o financiamento de investimento em infraestrutura, tão necessário e pertinente a essa retomada do crescimento? Ou, contrariamente, o momento exige, antes, medidas voltadas à reafirmação do controle fiscal, e não à ampliação dos gastos públicos? São de que magnitude espaços adicionais da dívida pública para tal financiamento, ou a retomada deverá se dar exclusivamente com base no gasto do investimento privado? Há disponibilidade de recursos no setor privado para tanto, uma vez que a ajuda estatal, até então, tem se restringido ao seu capital de giro?

Tem mais algumas aqui, mas, em princípio, são essas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Ministro, então, três Senadores perguntaram. O senhor tem o tempo suficiente para responder à Zenaide, ao Styvenson e ao Senador Izalci Lucas. Fique à vontade, Sr. Ministro.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

As perguntas são excelentes, bastante técnicas, muito boas, além de, evidentemente, políticas também, mas vou tentar satisfazê-los com as respostas.

O Senador Styvenson, primeiro, fala: "Bom, nós estamos tributando agora os rendimentos de capital, mas como é que ficam as bolsas?". O que eu diria é o seguinte: há uma perversão do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema. O nosso sistema tributário é muito complexo e foi dirigido por uma matriz de facilidade de arrecadação da receita, por um lado, e, por outro lado, por interesses corporativos que conseguem isenções de um lado, favores de outro, e acaba esse ônus de aumentar a arrecadação caindo sobre o resto da população indefesa, que não tem essa capacidade de se defender através de *lobbies*, através do que se chama de captura, captura de orçamentos públicos. Há toda uma teoria de finanças públicas que explora essa teoria das capturas. Então, há os representantes do povo que são eleitos, vêm cá e realmente defendem a população em geral, mas há a turma também que é colocada, às vezes, para defender interesses específicos de grupos privados. Isso acontece com muita frequência também. Não há nada errado, é normal, é uma democracia representativa, mas, naturalmente, são interesses, às vezes, que colidem. E nós temos que ter a capacidade de filtrar esses excessos.

Quanto ao rendimento de capital, é uma necessidade. Eu mesmo, na primeira vez que vim ao Congresso: "Ah, o Ministro vai proteger...". Eu não me lembro, eu não sabia nem que era uma pessoa, filha de um ex-Ministro, e tal, e fui chamado de "tchutchuca" porque não protegi o capital. E eu até perguntei: por que vocês não botaram esses impostos antes? Vocês têm que botar esses impostos, nós temos que tributar os rendimentos de capital. "Ah, mas como é que ficam as bolsas?" Ora, os maiores países do mundo tributam. Então, você tem o tributo sobre o capital lá nos Estados Unidos, sobre rendimento de capital, sobre dividendos, você tem na Inglaterra, há esse sistema. Não há nada de errado com isso. Nós estamos eliminando uma perversidade do sistema, porque hoje a gente tributa o trabalhador, o assalariado, porque é fácil – ele ganha R$1,9 mil, R$2 mil e já é tributado ali na fonte, só porque é fácil tributar. Da mesma forma, a gente tributava, às vezes, combustível, eletricidade, porque também é fácil tributar. Só que isso sobe, atravessa toda a cadeia produtiva e acaba encarecendo tudo para a população brasileira.

Então, a lógica tem que ser favorecer a população e o trabalhador brasileiro. A lógica não pode ser: onde é que é fácil de arrecadar e que interesses que eu posso proteger, isentando. Por isso eu digo que, quando todos pagam, todos pagam menos, porque hoje uma porção de gente consegue isenção e o peso da tributação cai sobre o resto da população que não está isenta.

Então, se o Brasil crescer mais rápido, como vai crescer este ano, tributando dividendo, não há problema. Os mercados já sabem que vem a tributação sobre dividendos, já sabem que esta alíquota vem aí, de 20%, mas estão vendo que o Brasil vai crescer. É um ganha-ganha: o Brasil cresce mais rápido; quem tem capital ganha, porque está subindo o valor das empresas brasileiras, estão pagando mais dividendos e têm também que pagar os impostos.

A segunda pergunta do Senador Styvenson também é muito boa. E isso é repetido em alguns pontos abaixo, mas eu cito de novo: "A vacinação em massa não é um risco? E se vier uma terceira onda? Como é que nós vamos fazer isso?". Ora, é claro que existe o risco. Se vier uma terceira onda, temos que prorrogar auxílio emergencial, há mais custo fiscal, os juros sobem, como foi apontado abaixo também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senador Izalci, aí acabam subindo as despesas financeiras, que nós estamos tentando derrubar. Nós estamos numa guerra contra a pandemia – nós estamos numa guerra contra a pandemia. E o risco existe, mas nós acreditamos que, como diz o Ministro Queiroga, daqui mais três, quatro meses, nós estamos numa situação que ele chama de controle epidemiológico ou controle do ambiente de epidemia. Se isso acontecer, esses riscos desceram, não haverá a terceira onda. Se houver a terceira onda, nós vamos continuar lutando para não afundarmos. Isso é como se você estivesse afogando e vem uma onda atrás da outra, uma onda atrás da outra, e você tem que lutar até sair do lado de lá. Não há jeito, não há alternativa.

Ele, então, faz uma pergunta também superimportante, que é a seguinte: "Bom, como é que nós vamos, por um lado, ajudar os sequelados?". Porque essa pandemia vai deixar sequelas. Como é que vamos ajudar os sequelados, de um lado? E os sequelados não são só os sequelados do ponto de vista da saúde; ele também faz alusão aos sequelados do ponto de vista empresarial. E as empresas? Como é que fica o comércio? Nós estamos tentando atacar todos esses problemas.

Está entrando exatamente no Senado... Eu fico, às vezes, torcendo para o Senador Confúcio pegar uma relatoria dessas importantes aí, exatamente por essa visão ampla que ele tem, por esse equilíbrio, por essa imparcialidade, por essa segurança que ele tem na condução dos trabalhos. Uma das coisas que estão aí entrando é a transação tributária. Nós justamente temos que reconhecer que, da mesma forma que tem que haver mais recursos para a saúde – isso a Senadora Zenaide fala um pouco à frente, vou voltar lá –, mas, da mesma forma que a gente tem que ter mais recursos para a saúde, para sequelado, para auxílio emergencial, para tudo isso, do outro lado, como é que ficam essas empresas que foram também sequeladas? É um pequeno restaurante que fechou, que demitiu seis ou sete pessoas e que agora está com o cadastro negativado, não consegue crédito. Como é que ela volta?

Nós temos que ter a capacidade... Nós desenhamos, estamos desenhando, junto com o Senador Fernando Bezerra, que é o Relator do programa fiscal, do programa de passaporte tributário – é uma preocupação também do Senador Pacheco, Presidente do Senado –, como é que nós fazemos a transação tributária. Como é que nós a fazemos? Se a empresa é grande, tem capacidade, ela pega um refinanciamento, pega um Refis, alguma coisa desse tipo. Mas e se ela não tiver? E se ela for uma pequena empresa, um restaurante que quebrou, mandou todo mundo embora e está devendo R$200 mil, cujo faturamento caiu 90%? Nós temos a obrigação de dar um perdão para a dívida dele. Ele tem que ter um perdão de 80% da dívida, para nós ajudarmos a pequena e a média empresa a se levantarem. São milhares de pequenos trabalhadores: um é garçom, outro é cozinheiro. Essas pessoas estão sem emprego. Quem faz eventos... Eu nem me refiro aos grandes artistas, mas ao pequeno artista que vive de evento, que cantava numa churrascaria que fechou.

Então, nós temos que vacinar em massa, para reabrir, para ter um retorno seguro ao trabalho, e cuidar de quem ficou para trás. Se essa pequena empresa, esse bar ou esse restaurante, para reabrirem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam de um perdão, é a transação tributária. Isso era feito empresa por empresa, e nós estamos desenhando regras gerais para se aplicarem para essas pequenas empresas.

E, finalmente, ele fala de outro problema também que surgiu agora, que é o risco energético. O Ministro Bento nos garante que racionamento não haverá, que ele vai conseguir prover pelo menos para que não haja o racionamento. Mas há o outro lado, que é o impacto, que é a inflação. Subiu o custo da energia, tudo isso. A Senadora Zenaide fala disso lá embaixo; vou tratar disso lá embaixo também. Mas é um desafio que está aí, Senador Styvenson. Nós reconhecemos: é um desafio seriíssimo, é um impacto inflacionário.

Esse problema de comida e de energia é tão sério no mundo inteiro que, nos Estados Unidos, já há décadas, eles têm dois conceitos de inflação. Eles chamam assim: o núcleo da inflação, que é a inflação que eles chamam *ex-food and energy*, ou seja, tirando comida e energia, o núcleo da inflação... É como se falassem assim no Brasil: "Olha, a inflação brasileira, na verdade, é de 3,5% a 4%, o núcleo, mas, quando você bota a comida e a energia, ela vai para 8%". Então, esse conceito é tão sério, que, lá nos Estados Unidos, eles falam: "Olha, a inflação subjacente é de 4%, 4,5%, mas, quando você bota energia e comida, ela está em 8%, ela sobe". Aplicando ao caso brasileiro o conceito deles, seria esse o raciocínio.

Então, esse é um problema sério, é mais um desafio que surgiu à nossa frente essa crise hídrica. Ela já vem há muito tempo – ela já vem há muito tempo. Nós fizemos várias obras. A hidrelétrica de Belo Monte, por exemplo, tem baixo potencial de criação de energia, porque ela foi feita com espelho, a fio d'água. Então, ela acabou sendo uma obra que não trouxe o mesmo potencial, porque foi feita numa região onde há necessidade de proteção ambiental, etc. Ela tem um potencial menor.

Eu me lembro de ter participado de uma reunião ano passado em que se discutia isto: você bloqueia a alça do Xingu para criar mais energia, mas prejudica o meio ambiente, ou você mantém a alça do Xingu girando... Isso não era nem assunto meu. Eu, circunstancialmente, assisti a uma reunião, mas era uma conversa entre o Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia. E eu até falava: "Poxa, pensando a longo prazo, eu sou sempre verde; pensando a curto prazo, eu sou sempre preocupado com energia". A longo prazo, estou preocupado com o verde, com preservação do meio ambiente, com tudo isso; mas, a curto prazo, você não pode também dar um apagão no País e faltar comida. No meio de uma pandemia, se faltar energia, faltar isso tudo, é uma crise terrível.

Eu acabei não seguindo nas reuniões, mas a conclusão, na época, foi um voto possivelmente favorável à preservação do meio ambiente. Apesar de a gente ser tão criticado por meio ambiente, o voto prevalecente foi na direção de proteger o meio ambiente. E o problema das bandeiras de energia, etc., só agora que está vindo de novo, exatamente porque o meio ambiente era importante, então se falou: "Não, vamos esperar mais um pouco, vamos ver se vem chuva; se não vier, aí, sim, a gente vai... Mas não vamos bloquear a alça do Xingu". Essa foi a reunião à época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então o problema está aí, Senador Styvenson. Obrigado pelas perguntas. É sério o problema, mas nós já vamos levantar as bandeiras agora. A inflação sobe um pouco agora; a gente espera que o ano que vem já tenha normalizado tudo, com a garantia do nosso Ministro Bento de que não será necessário chegar à situação do racionamento.

A Senadora Zenaide começa abordando um tema crítico, que é o da justiça fiscal. É isto mesmo: rendimento de capital tem que pagar – tem que pagar! Nós estamos até fazendo um início ao tema moderado – moderado, de 20%. Tinha muita gente dizendo: "Não! É muito; é muito". Muito, não; é moderado. Nós estamos até protegendo também a classe média, o dentista que vive disso etc. Bom, ele não vai demitir. Se começar a cobrar muito imposto dele agora, ele acaba demitindo a moça que atende, a secretária que recebe. O consultório do dentista tem tipicamente uma secretária na frente, uma auxiliar para trazer uns instrumentos. Então, se você começar a tributar selvagemente o que é o dividendo, ele fecha, porque hoje muita gente foi para o regime de pejotização e recebe esses dividendos. Então, nós estamos isentando até R$20 mil, quer dizer, para evitar que o dentista e o médico fechem os seus consultórios, não precisam fechar, mas estamos botando 20% acima disso. Então, se ganhar R$25 mil, paga R$20 mil sobre esse excesso de R$5 mil acima do nível de 20, para proteger justamente o dentista, o pequeno, o médico da vizinhança, da comunidade. Esses estão protegidos, mas, as grandes empresas, é inadmissível.

O bilionário recebe dividendos todo ano, e paga zero sobre dividendo. E a alegação é assim: "A empresa já pagou". Mas a gente não quer que a empresa pague tanto, porque a empresa reinveste, gera emprego, cria, faz investimentos, aumenta a produtividade e os salários dos trabalhadores. A gente quer que, quando o dinheiro sair da empresa e for para a pessoa física, a gente vá à pessoa física. Agora, mesmo essa pessoa física bilionária hoje vai ser tributada só em 20%, quando, na verdade, ali no futuro, nós temos tecnologia para unificar as fontes de renda. Então, ele ganha um pouco como alugueis de imóveis que ele tem, ganha um pouco como ganhos na bolsa, ganha um pouco como dividendos que ele recebeu. A gente quer unificar isso tudo, e aí ele entra no progressivo, ali na frente. Mas, hoje, não se cobrava nada. Então, nós estamos botando o pé na porta e abrindo a porta. Nós falamos: olha, nós vamos cobrar já 20%. Ali, no futuro, gradualmente, nós vamos unificar isso tudo e ele vai entrar no progressivo.

Então, esse é o caminho que nós estamos abrindo. Essa reforma é só uma abertura de porta nessa direção. E estamos sinalizando: olha, as empresas vão pagar menos, as pessoas físicas que vivem de rendimento de capital, ou seja, quem realmente é rico no País ou é classe média alta tem que começar a pagar, e nós estamos desonerando justamente os assalariados. Como disse a Senadora Zenaide, o sujeito ganha R$1,9 mil por mês, R$2 mil por mês e já está pagando imposto. Enquanto isso, tem alguém que é bilionário e paga zero nos dividendos, isso é um absurdo. Então, nós estamos justamente sinalizando que: olha, mudou a música, vai mudar a música, nós estamos indo numa outra direção agora. Vamos desonerar os trabalhadores. O sujeito ganha pouco... O Brasil é um País de renda média baixa, os assalariados já têm um salário médio baixo, 75% da mão de obra é empregada no mercado formal, 75% ganha menos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um salário mínimo e meio, menos de R$1,6 mil. Quer dizer, você vai tributar esse povo todo? A gente tem que ir isentando. Não pode aumentar demais a isenção porque senão – 200 milhões de serviços públicos têm que ser atendidos – acaba também caindo sobre muito pouca gente que paga.

Então, nós temos que ir reequilibrando essa base. Essa base hoje foi toda em cima de impostos regressivos. Quer dizer, quando você bota IPI, você bota imposto sobre cesta básica, quando você tem esses impostos indiretos, eles pegam os mais frágeis. De um lado, eles já têm que pagar mais caro por esses produtos, e, de outro lado, você ainda vai e tira o imposto de renda deles. Eles têm menos salário e compram produtos cujo preço está mais alto ainda por causa do imposto indireto. Então, nós temos que ir tirando isso, nós temos que ir removendo esses impostos. O Brasil, daqui a cinco, dez anos, não vai ter IPI, que é o Imposto sobre Produto Industrializado; não vai ter esse ICMS que distorce todos os preços também, que pega na base do produto, porque custo de transporte, isso tudo acaba pegando a matriz energética, isso tudo acaba encarecendo comida, encarecendo tudo para o trabalhador. Nós vamos desonerando as faixas mais baixas de assalariados e vamos deslocando a tributação justamente para quem vive dos rendimentos de capital, quem tem mais recurso. Esse é um trabalho que vai ser feito aos poucos por todos nós. Ao longo de cinco, dez anos, nós vamos mudando toda essa matriz tributária, nós vamos para um novo regime.

Bom, ela fala também que... Do ponto de vista de justiça fiscal, nós estamos do mesmo lado, Senadora Zenaide: eu, dando um passo que considero ainda tímido, mas é um passo inicial. Os governos anteriores não tiveram essa ousadia. O Governo Fernando Henrique desonerou os dividendos, e, depois, parece que, não sei se foi o Governo Dilma ou o Governo Lula que considerou, tentou, mas depois desistiu, e nós estamos dando esse passo agora.

Por outro lado, ela fala também de fome e desigualdade, que são chagas permanentes que o Brasil tem carregado, estão aí há muito tempo, e a pandemia expôs as vísceras desse problema. Tanto que, quando a gente criou o auxílio emergencial de R$600, em um trabalho conjunto, acabou que houve a maior redução de miséria em 40 anos, mostrando que estaria ao nosso alcance eliminar essa chaga – estaria ao nosso alcance.

Ela pergunta: por que a gente não faz esses R$600 agora e faz isso? O grande problema é o seguinte: é a fonte, é arrumar de onde vem o dinheiro. Nós não podemos tributar mais ainda o assalariado, que já ganha pouco. Nós não podemos reduzir, como foi. Nós chegamos a fazer um Bolsa Família, na verdade um Renda Brasil, que seguia na tradição dos governos anteriores. Quer dizer, foi criado primeiro o Bolsa Escola, o vale-gás, o vale-transporte. Aí o Governo Lula juntou isso tudo no Bolsa Família, que foi um passo muito positivo, muito positivo. Não foi coincidência que depois ele ganhou duas ou três eleições seguidas, porque realmente foi o dinheiro no bolso do pobre, direto, sem intermediário. Isso foi até uma inspiração, evidentemente, para quando chegou a pandemia. Eu redigi com a minha equipe o auxílio emergencial, que depois o Congresso ampliou, mas a inspiração era essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo: era dinheiro direto na veia, para proteger as vidas, porque essas pessoas... Como dizia o nosso Presidente: "O vendedor de água no sinal, o vendedor de churrasquinho de gato na porta de estádio, não tem mais futebol. Como é que essas pessoas vão sobreviver? Nós temos que proteger essas pessoas".

A inspiração era justamente isso: dinheiro na veia do pobre, direto. Digitalizamos 68 milhões de brasileiros e botamos lá o auxílio emergencial. Eu não poderia pagar mais por um chofer de táxi, aqui em Brasília, do que recebia uma família pobre do Nordeste, que era o Bolsa Família. Então, eu botei igual o Bolsa Família. Eu botei: bota R$200 aí, como base, porque eu não posso fazer uma agressão à população nordestina mais pobre, que vive... A concentração do Bolsa Família é lá. Se você for chofer de táxi no Sul, você vai ganhar R$500; se você for do Nordeste, você vai ganhar só R$200. Então, eu tinha que botar um número que fizesse a equidade. Então, R$200 para todo mundo. E aí o Congresso puxou para R$300, para R$400. Aí veio o próprio Governo, puxou para R$600, numa competição saudável, também, de ver quem dava mais ali no momento da crise total.

Só que nós não temos esses recursos. Quando nós tentamos desenhar o Renda Brasil, na linha dos programas antigos, concentrando... Por exemplo, o seguro-defeso. A pessoa recebia R$800 ou R$1.000, mas só dois ou três meses do ano, depois acabava. Nós íamos fazer: não, então paga aí. Vamos concentrar isso tudo. Pega o seguro-defeso, pega o abono salarial, pega isso tudo e vamos juntar tudo num programa mais robusto. Mas era uma redistribuição de renda ainda muito limitada. O próprio Presidente falou assim: "Não, espera aí, você pode até estar concentrando as coisas para os mais frágeis, mas você tá tirando um aqui que é do pobre para o paupérrimo; não vamos mexer aqui não; vamos redesenhar isso aí". E acabou não saindo Renda Brasil. Mas com o conceito, nós estamos todos de acordo. Tem que ter a Renda Básica de Cidadania. Qualquer brasileiro que cair tem que ser ajudado, tem que ter a capacidade de recuperação.

Agora, onde arrumar esse dinheiro? Estamos correndo atrás desse dinheiro. É, ela até fala: "pode ser R$600?" Nós vamos tentar algo... Não dá pra chegar lá, hoje você não tem isso, hoje você não tem recurso para fazer isso, hoje você não tem nem... E aí nós vamos para outra discussão que ela levantou, muito importante também, que é o teto. Hoje, se você fizer isso, você fura o teto, você desestabiliza tudo, começa a correria. Ela até pergunta: "Até quando nós vamos viver com esse teto?". Ora, o teto é evidentemente uma anomalia. Esse teto foi criado exatamente por uma dúvida que é a seguinte, se a nossa classe política não teve ainda a capacidade ou a coragem, ou a ousadia, ou o discernimento, ou o que for, para assumir os orçamentos públicos, assumir o controle dos orçamentos, falar: olha, como nós fizemos o ano passado...

O ano passado, acho que a democracia brasileira deu uma lição ao mundo, que estava olhando para nós com ceticismo, dizendo que o PIB iria cair 10%, que no mundo avançado iria cair 4%... Nós caímos 4% e eles caíram 9%, 8%, 7%. Nós caímos menos que Alemanha, Japão, Itália, França, Reino Unido. Quer dizer, a democracia brasileira deu um *show*, ano passado, porque ela assumiu o orçamento. Ela virou e falou o seguinte: "Olha, tudo bem, não vai faltar dinheiro para a saúde. Toma o dinheiro da saúde!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, em compensação, não pode ter aumento de salário no meio de uma crise. Como é que está todo mundo desempregado, numa crise tremenda, e você vai dar aumento para funcionalismo? Não pode ter isso! Durante a pandemia, não tem aumento para ninguém! Já estão com estabilidade de emprego, já estão protegidos por um bom salário. Não dá para, no meio de pessoas morrendo de fome, perdendo o emprego, você ficar falando em aumento de salário. Não pode.

Então, isso mostrou a anomalia do teto. Ele falou assim: Está aqui, furei o teto para fazer saúde, mas, em compensação, vou respeitar o teto com os gastos recorrentes; não tem aumento de salário não. Não pode fazer isso esse ano não. Então, essa capacidade...

Eu diria que foram duas grandes lições da pandemia, para nós, no ano passado. A nossa classe política tem que absorver essa lição, crescer, assumir essa responsabilidade. Duas lições: primeiro, nós vamos controlar os orçamentos. Então, é o seguinte, para saúde não faltou, mas esse ano não teve aumento de salário. Segundo, quando a gente quer e focaliza, a gente reduz a miséria fortemente. Nós fizemos a transferência direta lá. Então, essas duas lições nós temos que levar para frente.

O teto é na verdade um símbolo da nossa dificuldade de assumir a responsabilidade pelo orçamento, porque como a gente fez esses orçamentos na época de hiperinflação, a Constituição de 1988 indexou tudo, vinculou tudo, carimbou tudo. E nós não tivemos a coragem, ainda, de falar: não, esse ano vai mais para saúde – foi o que fizemos ano passado – e vai mais para a educação. Vai para a saúde e vai para a educação! Foi o Fundeb e foi a pandemia ao mesmo tempo! Nós fizemos isso. Mas por outro lado, nós tivemos a coragem de dizer: e não tem aumento de funcionalismo por dois anos! Nem o ano passado nem esse ano. Isso é uma classe política corajosa, trabalhando firme. Tem dinheiro para cá e não tem para lá, tanto que o teto para a saúde não valeu, para o Fundeb não valeu. Mas valeu para as outras despesas recorrentes.

Então, nós estamos em transição para uma situação boa, que é o futuro, em que isso será dispensável. Hoje não é. Se falar comigo hoje assim: Você quer tirar o teto, Ministro? Eu falo assim: Não posso! A nossa classe política ainda não deu o passo decisivo. O Presidente Arthur Lira já fez essa declaração. Ele falou assim: "Eu teria coragem de desindexar, desvincular, desobrigar, porque eu acredito no Parlamento brasileiro!" O Parlamento brasileiro tem capacidade de dizer: Olha, esse ano vai mais para cá, esse ano vai para lá... Não tem esse negócio de... O dinheiro foi carimbado porque tinha uma hiperinflação. Então, você tinha que carimbar tudo para proteger todo mundo, só que nós vivíamos nessa hiperinflação e fomos para a hiperinflação duas vezes com esse dinheiro todo carimbado. Fizemos a Constituição em 1988, carimbamos tudo, em 1989 nós estávamos com 5.000% de inflação, ou seja, tentamos proteger a população, e desprotegemos; só protegemos as grandes riquezas, que tiveram a correção monetária. Nas hiperinflações quem perdeu a fortuna é quem tinha dinheiro. Na hiperinflação da Alemanha, os ricos perderam tudo; na hiperinflação da Áustria, os ricos perderam tudo. O Brasil foi para a hiperinflação e os ricos mantiveram tudo, porque estava tudo indexado, tudo protegido. Quem tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro protegeu. E o coitado, o pobrezinho não comprava comida porque o preço subia três, quatro, cinco vezes por dia dentro do supermercado! Então, nós fizemos uma coisa muito perversa: pensando em proteger, nós acabamos protegendo as grandes fortunas, e os pobres ficaram desprotegidos no meio de uma hiperinflação de 5.000%. Depois se repetiu, oito anos depois, aconteceu de novo: fomos para 2.000% um pouco antes do Plano Real, tudo indexado, tudo protegido de novo.

E, no ano passado, nós tivemos a coragem de falar assim: não tem nada indexado, não tem nada, vamos proteger quem merece. Está aqui o dinheiro da saúde, vamos dar o Fundeb também para garantir a população futura, os jovens vão ter um treinamento melhor no ensino básico, mas, em compensação, não tem aumento de salário para ninguém. Isso é uma classe política corajosa, fez o que tinha que ter sido feito, assumiu o controle dos orçamentos. Então, o teto, na verdade, é uma bandeira que diz o seguinte: ainda não prevalecemos, ainda não assumimos os orçamentos, ainda não estamos no controle da responsabilidade fiscal. Por isso, temos que prometer a responsabilidade nos obrigando a cumprir esse teto.

A outra observação que ela fez muito importante também, a Senadora Zenaide, ela falou: "Olha, é o dinheiro do SUS", e aí ela corrobora, na verdade, essa minha análise, quando ela diz: "Está havendo uma compressão das despesas, o orçamento da saúde, com o SUS, está sendo comprimido a cada ano. Antes era 130, caiu para 120, está caindo para 100". Isso está acontecendo em todos os ministérios, todos estão tendo os mesmos recursos porque o dinheiro público já está carimbado.

Todas aquelas despesas, 96% do orçamento público não passa pelo controle do Congresso brasileiro. O Congresso brasileiro discute 4% do orçamento público. Aí a gente vê esses espetáculos, digamos assim, de escassez de recursos, que é o seguinte, emenda do relator: "Nossa, se der emenda para o relator não sobra dinheiro para o Governo Central". Aí você vê ministro brigando com ministro, aí ministros brigando contra o relator, para ver se puxam dinheiro para um lado, puxam dinheiro para o outro, disputando, às vezes, R$30 bilhões dentro de um orçamento de R$1,5 trilhão, porque, como está tudo carimbado, 96% vão sumindo, ficam só aqueles 4% para ser objeto de exame e alocação. E aí a base pega a melhor parte, porque a base já tem os ministros, ao mesmo tempo já tem também emenda de relator, orçamento impositivo, etc., e aí não sobra nada para os outros, e aí o Congresso não consegue exercer sua grande função, que é exatamente ajudar a construir os orçamentos públicos, porque a essência da política é decidir para onde vão os recursos públicos. E ninguém precisa perder; porque o que acontece? Quando tem uma inflação de 2%, 3% ao ano e um crescimento de 3%, 4% ao ano, basta você falar: "Ó, neste ano, não tem para você, não, neste ano, vai mais o dinheiro para o lado de lá. Ó, agora, nesse outro ano, vai mais para a saúde. Ó, nesse outro ano, nós vamos deixar mais para educação. Nesse outro ano, ó, é mais para segurança pública...". Cada hora você desloca recurso um pouquinho para um lado, um pouquinho para outro, essa é a essência da política. Hoje, os senhores estão impedidos de praticar a essência da política, porque 96% do dinheiro já está carimbado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o problema da saúde, esse é o problema da educação, esse é o problema até do gás. Nós poderíamos perfeitamente falar assim: "Olha, põe aí então R$500, R$600 num Bolsa Família, porque isso aí vai cobrir todo o aumento de alimento, de gás". O Brasil é produtor de alimentos. Então, se os alimentos sobem mundialmente, o Brasil ficou mais rico. Mas olha o paradoxo, o País está mais rico, mas o pobre ficou mais pobre ainda, porque não está conseguindo comer. Ora, um país mais rico tem mais recursos, tem mais arrecadação e deve ter a capacidade, então, de dar um aumento nessa "provisão", entre aspas, para os mais frágeis, que é o Bolsa Família, que é o Renda Brasil, que é um programa desse tipo.

Bom, a outra... Foram essas as perguntas dela.

Depois o Senador Izalci fez perguntas também bastante técnicas, ele falou: "Olha, por que nós tivemos uma redução, por que nós estamos conseguindo gastar menos no auxílio emergencial? Ou por que o auxílio emergencial... Já que nós estamos vendo que saúde e economia andam juntas, como é que para reativar a economia, então, nós não estamos então gastando mais? Por que estamos economizamos tanto no auxílio etc.?"

Acho que o ano passado foi um ano muito difícil, mas operava-se sob uma orientação geral e às vezes se fala até que foi o Governo que fez isso, mas não foi. O primeiro Ministro da Saúde que nós tivemos popularizou, dentro do Governo, ele fez uma bela análise de diagnóstico, ele disse: "Olha, a pandemia é séria, ela vai subir exponencialmente nos primeiros meses aí." Então, abril, maio e junho ela sobe forte. Na verdade, ele falou em janeiro, fevereiro, março, ela chegou em março, ele falou assim: "Ela sobe março, abril e maio, ela sobe bem forte, depois ela estabiliza num platô, fica julho, agosto, setembro, outubro e depois ela desaba." E não houve uma palavra sobre barreira sanitária, não houve uma palavra sobre testagem em massa, não houve uma palavra sobre vacina, não houve uma palavra sobre...

Tinha uma outra coisa que era importante, que agora está se revelando importante. A teoria exposta para nós, em que nós acreditamos e que vimos acontecer... Ele estava certo, ele falou: "Olha, março, abril e maio ela sobe forte. Então, nós temos que fazer o distanciamento social, porque com o distanciamento social ela não sobe tão verticalmente, ela vai subir um pouco mais devagar e vai dar tempo de ir criando a imunidade de rebanho aos poucos, porque se pegar em todo mundo ao mesmo tempo, explode a capacidade hospitalar." Então, a ideia de imunidade e rebanho foi uma ideia difundida lá, logo no início, dizendo olha... Não se falou em barreira sanitária, testagem em massa, vacina, nada disso. A ideia era, vamos aos poucos, se for todo mundo ao mesmo tempo, explode a capacidade hospitalar. Então, tem que ser aos poucos. E realmente aconteceu isso. Fizemos e lançamos o auxílio emergencial justamente como uma cobertura para permitir que os 40 milhões de invisíveis mais o pessoal de Bolsa Família, ficassem em casa, com o distanciamento social. A economia mergulhou, o PIB caiu, colapsou, o desemprego mergulhou também, mas a população foi protegida pelo auxílio emergencial e mantivemos os sinais vitais funcionando. A economia continuou funcionando devagar, pelo menos a parte de transporte, a parte de comida, de alimento no campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conseguimos ir minimizando a coisa, e parecia, realmente, que a epidemia tinha acabado, estava acabando lá para novembro, outubro. Começou a descer, as mortes começaram a descer. A prova disso é que os próprios Governadores começaram a desativar os hospitais de campanha. Eu não acredito que foi má-fé, eu não acredito que foi para roubar, não acredito nada disso. Eu acho que foi mesmo a ideia de que a primeira onda estava indo embora, a economia estava voltando e a crise ia acabar. Só que aí, em dezembro, a coisa voltou de novo. Janeiro, fevereiro acelerou de novo, tivemos que reativar tudo outra vez. E aí, sim, já falando de vacina, de tudo isso.

Desculpe, eu preciso falar mais um pouquinho para responder, eu vou ser mais rápido.

Mas, então, o que aconteceu dessa vez? Em vez de 68 milhões, nós vimos muita gente, 75% estava focalizado nos 50% mais pobres do Brasil, mas tinha uma parte do auxílio emergencial que foi capturada por classe média baixa, que não precisava. Então, nós, agora, em vez de 68 milhões, nós fizemos 40 milhões de pessoas. Isso é uma economia de recursos.

Da mesma forma, por um acidente, não foi por desígnio, foi por acidente. Eu digo sempre que o *timing*, quem dá o *timing* é a política. Por um acidente houve uma... Primeiro, houve as eleições de outubro, com o segundo turno logo em novembro. Depois, houve festa de Natal, isso tudo, e aí a contaminação começou a subir etc. E aí, um protocolo que estava pronto na Câmara, estava pronto no Congresso, no Senado, na Câmara, que era justamente o protocolo da crise que tinha o comitê... Na verdade, tinha o Conselho Fiscal da República. E aí, o próprio Supremo, o Ministro Fux se sentiu desconfortável e pediu para tirar.

Ora, era aquele conselho que declarava imediatamente... E, ao mesmo tempo, aprovando a PEC, você já tinha todo o protocolo de renovação de auxílio, de extrateto, já estava tudo lá. Só que estava havendo uma disputa na própria Câmara e no Senado, uma disputa de sucessão. Aí, eu escutava sempre o seguinte: "Olha, é muito importante, mas ninguém vai falar disso agora até dia 2 de fevereiro". No dia 2 de fevereiro, começou a conversa de novo de auxílio emergencial, de como é que faz. Aí, a política é que faz o *timing*, conseguimos reproduzir tudo que já tínhamos aprendido. E, agora, mais eficientes.

Então, criamos programas de crédito no início de 40 bilhões, de que só foram usados 3 bilhões, no início. Aí, tivemos que refazer e fizemos o Pronampe, que teve um alcance melhor; depois, fizemos o Peac também, muito melhor o alcance. Então, foi um aprendizado do ano passado. Este ano, gastando menos dinheiro, nós estamos conseguindo um impacto muito mais forte. O BEm já é conhecido, um programa que preservou 11 milhões de empregos. Então, nós renovamos o BEm. Então, é um aprendizado, nós estamos gastando menos e com um resultado muito melhor este ano.

A outra pergunta, finalmente, do Senador Izalci quanto ao Bolsa Família... Ele faz a mesma observação que a Senadora Zenaide fez também, não é? E a preocupação com o social, e a preocupação com o investimento, por que a despesa financeira? A despesa financeira é uma infelicidade que ela suba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

um pouco agora, porque, como a gente gastou muito com a pandemia, quando a dívida cresce muito... As nossas emissões, que eu mostrei para os senhores, passaram de 50 bilhões ao mês para 160 bilhões ao mês. Aí, o juro já é mais alto. A inflação também subiu um pouco – subiu bastante, na verdade –, mas vai descer. O Banco Central já está subindo a taxa curta, e ela derruba a taxa longa, para os investimentos continuarem.

Agora, quando se pergunta assim: seria possível fazer investimentos públicos? Sim, nós poderemos retomar os investimentos públicos em algum momento. Temos ainda alguns que estão sendo feitos, mas poderíamos aumentar. Como é que aumentaria? Reassumindo o controle dos orçamentos, fazendo 3D, que aí os senhores vão matar vários fundos... Eu já usei essas imagens antes. Havia 180 fundos, fundos criados, às vezes, por piratas privados. Compraram alguns burocratas corruptos aqui, 10, 15, 20 anos atrás. Um já mora em Lisboa, o outro já mora em Miami... O fundo já era para estar extinto, e o fundo está vivo aí. Esse dinheiro foi capturado por *lobbys*. Poderia ser recuperado por nós, brasileiros, e poderia estar financiamento um aumento de investimentos públicos por exemplo.

A recuperação virá por investimentos privados por uma questão quantitativa. Eu dou sempre este exemplo: o Ministro Tarcísio, que é um Ministro extraordinário, conhece bastante o campo dele, foi Diretor do Dnit, participou de estudos, fez o PPI, e ele tem um orçamento entre 6 e 8 bilhões. Ora, só o marco do saneamento, quando abriu espaço para nós fazermos a privatização da Cedae, no Rio de Janeiro, mobilizou 50 bilhões: 20 bilhões para o Governo do Rio de Janeiro, em outorga, mais 30 bilhões de compromisso de investimento. Quer dizer, nós estamos falando aí de muitas vezes o orçamento de um ministério importante, e isso foi só numa sexta-feira, com a Cedae. Agora você imagine com todos os investimentos que virão para saneamento no Brasil inteiro!

O Estado de Alagoas também fez a privatização da empresa lá de Alagoas. Pegou 2 bilhões de outorga mais 2 bilhões de investimento. Já são 50%... Numa privatização, o Governo de Alagoas já pegou 50% do orçamento do Tarcísio do ano inteiro.

Então, os investimentos privados virão. Por isso é que a gente é obrigado a essa disciplina do teto, é obrigado a fazer os trabalhos muito limitadamente, porque é o jeito que o Brasil tem para voltar a crescer. Agora, nós estamos dispostos a rever essas coisas dentro de uma filosofia mais ampla de reabilitação dos orçamentos públicos. Não adianta você querer tirar teto, fazer isso, fazer aquilo, para gastar mais, para reeleger A, B, C. Não pode. Nós estamos trabalhando pelo Brasil. Nós não podemos ficar pensando em tocar fogo no Brasil, saindo da responsabilidade fiscal, mexendo no teto, fora do contexto correto de assumir o controle pelos orçamentos públicos.

Então, é basicamente isso.

Falou-se também do Bolsa Família, como é que seria, se seria... Como erradicar essa pobreza extrema? Nós estamos estudando um fundo. É constitucional, já está aí, mas é um assunto a ser tratado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pouco pra frente, mas para justamente nós pegarmos essa lição de erradicação da miséria num tempo mais curto, mas dentro da ideia de respeito aos orçamentos e tudo isso. Mas isso é assunto para o futuro. Nós estamos estudando isso com muito cuidado, vamos levar isso para o Congresso, mas é assunto futuro, não é agora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Sr. Ministro, boas e amplas respostas aos três Senadores!

Agora eu passo a palavra, Sr. Ministro, por um tempo maior, para o nosso Relator. Ele estava viajando, mas conseguiu chegar a tempo. É o Senador Wellington Fagundes.

O Senador Wellington Fagundes está com a palavra. (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes... (*Pausa.*)

Enquanto o Wellington... Deixe-me ver se ele está aqui na sala. (*Pausa.*)

Estou olhando aqui, estou vendo o Esperidião...

O SR. PAULO GUEDES – Ele está falando. Nós não estamos ouvindo, mas ele está falando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Nós não estamos te ouvindo, Wellington.

Ah, estou vendo você aqui.

Wellington, solte seu som. (*Pausa.*)

Ele está tendo algum problema de som.

Aguarde um pouquinho, Wellington. Aguarde um pouquinho.

Nós vamos verificar se é lá no Senado, lá no Prodasen, para liberar seu som. (*Pausa.*)

Wellington, olhe se há alguma coisa sua aí, se é internet... (*Pausa.*)

Está liberado.

Agora você fechou. Pode abrir seu som.

Abra o seu som. Está fechado. (*Pausa.*)

Pronto.

O Wellington está tendo algum probleminha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um tempinho aqui, Wellington, e vou fazer algumas perguntinhas até que a equipe do Senado resolva.

Ministro Paulo Guedes, eu vou fazer algumas perguntas para o senhor.

O SR. PAULO GUEDES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.) – Nós tivemos aqui o pesquisador muito conhecido Ricardo Paes de Barros e a Laura Müller Machado, que fizeram uma apresentação para a nossa Comissão. Eles mostraram todas as evidências para a garantia dos direitos sociais no Brasil.

Ele afirmou o seguinte: "A garantia dos direitos sociais no Brasil definitivamente não é um problema fiscal." Depois o senhor me responda isso. Ele acha que deve ser um trabalho que a gente execute na elaboração do orçamento, porque os problemas de garantia de direitos não são um problema fiscal, são um problema orçamentário.

Outra coisa que ele fala é sobre a liberação do auxílio emergencial. Como foi feito no ano passado, indistintamente com base num banco de dados do Ministério da Cidadania, houve equívocos, enganos e erros por demais, denunciados na imprensa. Ele acha que, em vez de atender 70 mil famílias, 60 mil famílias, se a gente utilizasse a rede existente, de 250 mil trabalhadores da assistência social dos CRAS do Brasil, a gente ia localizar quem é o pobre, onde está o pobre e do que ele precisa. De outro lado, se investiria em cima dele um auxílio emergencial – que poderia ter outro nome – mais prolongado, porque iria atender em torno de 10 mil famílias apenas no Brasil; não 60 mil, não 40 mil, não 50 mil, apenas de 10 mil a 15 mil famílias que são miseráveis absolutos. E aí eles teriam um tempo maior de recebimento dessa renda básica para dar tempo de a economia chegar a eles.

Ele cita exemplos de mapa da pobreza... Eu não vou entrar aqui agora nesses pontos.

De outro lado, nós estamos muito ansiosos com a reforma tributária que V. Exa. apresentou lá na Câmara há pouca hora – não deu para a gente abrir ainda para conhecer –, mas a grande dúvida que nós tínhamos aqui é a seguinte: será com base na reforma da Câmara, será com fundamento na base do Senado ou é uma reforma fatiada? E quais são os objetivos reais dessa reforma para facilitar o crescimento brasileiro?

Então, Sr. Ministro, a quarta pergunta minha – e eu encerro – é sobre os jovens de 13 a 17 anos, que estão sem aula. A gente acredita que de 6% a 8% deles não voltam mais as aulas, e eles são uma geração que não terá oportunidade de emprego – será um emprego desqualificado –, e nós teríamos que trabalhar em cima dessa geração do futuro que estará desgarrada do trabalho, da educação, da família. Será um desastre geracional para o Brasil muito grande.

Então, são essas as minhas quatro perguntas, a que o senhor pode responder bem objetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me verificar se o Senador Wellington Fagundes já está pronto para falar.

Senador Wellington, já está pronto?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Ótimo! O problema era aí na nossa mesa da central.

Eu quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente Confúcio, e a todos os nossos Senadores na pessoa também do Vice-Presidente Styvenson Valentim, e agradecer também a gestão de V. Exa. junto ao Presidente Rodrigo Pacheco para que a gente possa ter a continuidade do nosso trabalho.

Ministro Paulo Guedes, eu também o cumprimento. É uma satisfação tê-lo aqui conosco.

Como Relator, eu tenho que me ater aqui a algumas perguntas feitas pela Consultoria. Então eu vou começar, Ministro, na linha de que, nesta Comissão temporária da Covid, já ouvimos uma série de especialistas em diversas áreas, como saúde e também economia – inclusive, V. Exa. aqui já esteve várias vezes.

Um problema grave levantado por especialistas em desigualdade e pobreza diz sempre respeito ao grande aumento da desigualdade social. A pandemia escancarou para o País o grande número de invisíveis – essa palavra, eu creio, o senhor também já a usou muitas vezes. Esses não apareciam nas estatísticas oficiais e precisam de muito auxílio para superar o desafio de vencer a pobreza e se tornarem pessoas produtivas que contribuam para o País. E o próprio Presidente Confúcio já falou, inclusive, de parte das nossas crianças que não voltarão para a sala de aula.

Aí, a pergunta: o Ministério da Economia tem números ou estatísticas sobre os invisíveis e pessoas que estão mergulhadas na pobreza neste País? E são confiáveis? Esse aumento da desigualdade observado requer uma revisão de programas, como o Bolsa Família e também o auxílio emergencial, cuja prorrogação V. Exa. já anunciou, com o Presidente também? Não seria também, Sr. Ministro, o caso de rever os valores de modo a permitir uma condição de vida mais digna para as pessoas que são beneficiárias desse programa? Se não, por quê, Sr. Ministro? Quais as principais medidas que o Ministério da Economia vem discutindo e implementando para mudar essa triste realidade de aumento da desigualdade no País?

Dessa concentração de renda, Sr. Ministro, o senhor já falou em outros momentos também. Como fazer para que, mesmo em tempos de crise, nós tenhamos uma melhor distribuição de renda, e não, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo contrário... E sabemos que isso não é um problema do Brasil, não, porque a concentração de renda na pandemia também está sendo mundial. Como V. Exa. é um economista e conhece extremamente essa situação mundial, eu gostaria que V. Exa. pudesse fazer uma referência nesse sentido sobre o Brasil, que é um país em desenvolvimento, e até sobre países já desenvolvidos.

Com relação ainda ao auxílio emergencial, pergunto se não seria importante aumentar o valor e restringir mais o seu acesso àqueles que mais precisam, quer dizer, dando mais condições àqueles que mais precisam. É que também a dúvida da sociedade é porque há muita gente que recebe e que não precisa, e muitos que precisam recebem muito pouco. E quem são as pessoas que mais necessitam de auxílio neste momento de crise? Quem são os mais pobres? Essas estatísticas conseguem realmente mostrar isso para o Governo?

O Professor Ricardo Paes de Barros, em audiência aqui, nesta Comissão, explicou que a garantia dos direitos sociais no Brasil não é um problema fiscal, ou seja, falta de recursos, mas é um problema de como alocar esses recursos. Ele levanta que o gasto social brasileiro chega a quase 2 trilhões e, então, existem recursos que podem chegar aos mais pobres. Ele argumenta que o Governo brasileiro poderia focar mais nos programas sociais, usando, por exemplo, os centros de referência de assistência social espalhados pelo Brasil todo, que sabem efetivamente quem são os mais pobres e quem são as pessoas passando as maiores necessidades.

Ainda, Sr. Ministro, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a maioria dos administradores públicos responsáveis pelo desenho de políticas públicas federais não se baseiam em evidências científicas na elaboração dessas políticas. Aí, a pergunta: V. Exa. considera essa constatação como um problema para o desenvolvimento de políticas públicas que sejam mais eficazes? O Ministério da Economia desenvolve políticas públicas baseadas em evidências científicas? É quase que uma repetição. Em sua visão, quais seriam as boas práticas que devem ser seguidas no desenvolvimento das políticas públicas?

No campo orçamentário, quero deixar registrado que precisamos alocar recursos para permitir o desenvolvimento e a produção de vacinas em território nacional. O Ministério de Ciência e Tecnologia, pelo Ministro Marcos Pontes, claro, tem dito isso, que precisa de mais recursos para apoiar as vacinas que se encontram em desenvolvimento.

Também é essencial estimular o setor de biotecnologia que produz vacinas para o uso também, inclusive, da indústria veterinária. Nós, inclusive, acabamos de aprovar um projeto de minha autoria, Sr. Ministro, que é exatamente para autorizar que esse parque industrial instalado no Brasil, de vacinas, no agro, ou seja, de vacinas de saúde animal, possa, então, produzir as vacinas contra Covid. Eu gostaria de saber se V. Exa. tem conseguido acompanhar isso. Nós o aprovamos agora, finalmente, no Senado da República, depois da votação da Câmara dos Deputados, e agora já está... Ontem mesmo, eu estive no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Palácio do Planalto, e esse projeto vai pra sanção presidencial. Antecipadamente eu já quero pedir o apoio de V. Exa. – e, se for o caso, o comentário – à sanção desse projeto.

Quero dizer, Sr. Ministro, que sou veterinário. E, claro, o Brasil, como o mundo nessa globalização, hoje está praticamente dependendo da China e da Índia nesses insumos básicos. O Brasil já teve mais fábricas de vacina humana; hoje estamos reduzidos ao Butantan e à Fiocruz, que são institutos de pesquisas. Felizmente, eles estão construindo agora duas indústrias, cada um a sua, mas, nesse caso da indústria animal, nós temos 22 indústrias. Nós tivemos a oportunidade de visitar com o Ministro da Saúde, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Anvisa, inclusive lá estavam cientistas da Universidade de Oxford, também da Fundação Bill Gates, e pudemos lá ver, segundo essas pessoas, e constatar que temos a indústria mais moderna da América Latina de saúde animal e humana para fabricar vacinas. Inclusive, essa indústria tem capacidade – e já faz vacinas de vírus inativado há mais de 20 anos; o Brasil já fabrica isso –, com nível de biossegurança máxima NB4, e nunca tivemos problemas de escape de vírus. Nessa mesma indústria, temos também a outra linha de produção, que é a partir do RNA mensageiro, ou seja, o Brasil tem um parque industrial pronto, preparado para produzir. Claro que, inicialmente, pode ser feito com transferência de tecnologia, mas essa semana já foi anunciada também pela Fiocruz, inclusive, a testagem de uma vacina 100% nacional.

E eu quero aqui, inclusive, lembrar que V. Exa. já disse isto, a gente já ouviu que toda a sua equipe é entusiasta da vacinação acelerada e em massa como um caminho mais rápido e seguro para o País deixar a pandemia para trás e retornar à sua vida normal, claro, no trabalho, nos estudos, no lazer, enfim, no convívio social pleno, como cabe a um povo gregário e solidário como brasileiro.

Portanto, eu quero aqui só, ao finalizar, dizer que nós da Comissão e o Congresso Nacional procuramos votar todas as matérias, inclusive o Pronampe e outros programas, que pudessem ajudar. Estamos prontos, queremos e o objetivo desta Comissão aqui é encontrar soluções.

Então, por isso, Sr. Ministro, eu concluo aqui as minhas colocações, mas terminando com uma pergunta muito simples: em quanto tempo V. Exa. acha que nós vamos conseguir fazer a retomada plena da economia? O Ministério da Economia entende que injetar esses recursos nas pesquisas e na produção de vacina nacional é o melhor caminho mesmo? Pergunto porque não estão encontrando vacina lá fora.

Ainda: o senhor falou do Ministério da Infraestrutura. A nossa preocupação, Ministro – eu sou o Presidente da Frente Parlamentar de Infraestrutura –, é que o Ministério dos Transportes e o Dnit estão realmente com muito pouco recurso. Com R$6 bilhões não dá para manter as nossas estradas, e o Brasil é um país rodoviário. O Brasil tem, principalmente na exportação da agropecuária, do agronegócio, a sua força econômica hoje. E, se nós aumentarmos o custo da logística, com certeza ficará muito mais difícil para a nossa produção ter competitividade. Então, nós queremos desenvolver e queremos encontrar uma saída para ajudar também a economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é todo esse comentário, e eu gostaria que V. Exa., com todo o entusiasmo, pudesse aqui transmitir para todos nós os caminhos que devemos tomar.

O SR. PAULO GUEDES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Ministro, eu queria só acrescentar aqui uma perguntinha minha. Eu fiz quatro. O senhor pode responder bem rapidinho.

A minha preocupação é a seguinte: o orçamento de 2022. Nós temos, além dos sequelados, que serão muitos, Sr. Ministro, uma quantidade de procedimentos que a gente fala que não são urgentes, são cirurgias eletivas, ortopédicas devido a traumas, à degeneração de joelho, à degeneração coxofemoral e da coluna. Há um acervo imenso de cirurgias que vai demandar uma previsão orçamentária diferenciada e muito especial para esse atendimento a esses segmentos que estão enfileirados no SUS. No SUS, hoje, a preocupação é só com a Covid. No ano que vem, Deus queira que a Covid já desapareça ou fique controlada! E nós teremos que enfrentar esse trabalho e elaborar esse orçamento com calma, pensando nesses focos e também em algum dinheiro muito especial, como o Wellington falou, como eu falei, para esses direitos sociais, para ser dispensado principalmente na desigualdade absoluta, na pobreza e na fome.

Então, são essas as minhas perguntas.

Está encerrada essa parte dos Senadores.

O senhor pode fechar com esses dois, com as minhas indagações e com as do Wellington.

Depois vou fazer perguntas pingue-pongue para o senhor dos internautas, que não são muitas. Aí nós encerramos depois.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) **–** Perfeito, Senador Confúcio!

De novo, foram excelentes perguntas, boa parte delas técnica, importante!

O Ricardo Paes de Barros, que esteve aí com os senhores, é da mesma escola que eu. Ele fez lá o curso... Deve ser mais jovem que eu cinco ou seis anos, talvez. Mas passamos pela mesma escola, tivemos a mesma matriz de formação. Ele, no fundo, apresenta, por um lado, o mesmo desafio que eu estou apresentando pelo outro. Eu concordo 100% com ele. Não é uma questão fiscal no sentido de que falta dinheiro, não. O dinheiro está lá. É uma questão de nós assumirmos o orçamento. Nós temos que assumir o orçamento. Então, eu estou 100% com ele. Nós temos usado... Nós temos... Está faltando foco, está faltando uma melhor avaliação dessas políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Ciências Econômicas – eu já disse isso um pouco, já disse isso antes aqui – não são ciências exatas, não são como Engenharia, como Física. São Ciências Sociais, são ciências de organismos vivos, de comunidades, mas elas são muito semelhantes às Ciências Biológicas. A Biologia é uma costela caída. Darwin escreveu *A Origem das Espécies*, e as referências dele eram feitas a Malthus, que tinha justamente formulado a ideia de como é que os povos, às vezes, disputavam espaços, de como havia salários mínimos, a lei de ferro dos salários. Quando a população crescia um pouco, dava fome, ela caía. Quando caía, aí eram tempos abundantes – depois de uma guerra ou depois de uma fome, uma coisa assim. E, aí, as espécies, na verdade, a espécie humana se reproduzia mais rapidamente, porque, em contato com o ambiente abundante, ela tinha fertilidade maior, etc. Então, a economia é uma ciência muito parecida.

Há um livro do Ernst Mayr, *Biologia, ciência única*. Lendo o livro, eu sorria, porque tudo que ele falava da Biologia ali se aplicava à Economia também. Então, são ciências inexatas, mas são muito poderosas. Você não deve fazer contra... São ciências que têm um grau de efetividade empírico enorme. Você não pode prever, se você de um remédio, o que que vai acontecer com um indivíduo, mas, se tiver uma epidemia e se der remédio para todo mundo, vai cair a epidemia. E se você não der o remédio e não fizer o distanciamento, a epidemia se prolifera rapidamente. Se não der vacina e não tiver o distanciamento, ela se prolifera rapidamente.

A mesma coisa com a economia. Se você fizer duas ou três coisas erradas, vem inflação, acaba o crescimento. Se você fizer duas ou três coisas certas, volta o crescimento. Você não sabe se vai crescer cinco, se vai crescer seis, se vai crescer quatro, mas você sabe que vai crescer. Da mesma forma que você não sabe se um organismo vai resistir à Covid ou não, mas você sabe que, em grandes números, muita gente vai melhorar se você der a vacina.

Então, o nosso Paes de Barros trabalhou conosco, trabalhou com a nossa equipe. A minha equipe fez umas 12, 13 reuniões com ele, que é o pai do Bolsa Família. Estavam nessas reuniões também o José Márcio Camargo, que é um bom economista, que é o pai do Bolsa Escola. E nós estudamos isso juntos e focalizamos o programa. E nós tínhamos lá o Renda Brasil, focalizado. Só que quando você focaliza o programa, você tira um pouquinho dali de cima e passa para baixo. E aí, politicamente, houve uma avaliação e disse: "Olha, nós não vamos fazer isso, senão vai parecer que nós estamos tirando do pobre para dar para o paupérrimo, etc.". Então, ali, com os recursos que nós tínhamos, nós não conseguimos focalizar o suficiente. E, aí, vem a afirmação correta do Paes de Barros: "Dinheiro tem, o problema é ter a coragem política de buscar um aqui, buscar o outro ali, pegar o outro lá".

E, aí, vem a segunda pergunta que o senhor fez também. A primeira foi... É uma questão de orçamento, é uma questão de decisão política. Perfeito, estamos de acordo 100%. É isso mesmo. Paes de Barros está certo. Segundo, ele fala também: "Sobre o auxílio emergencial, houve equívoco, houve excesso, houve erros". É verdade. Houve equívoco, houve excesso e houve erros, mas nós fizemos isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também com o Bolsa Família, na época, que era o seguinte: havia uma fila de 1 milhão de pessoas. Você vai ficar analisando esse 1 milhão de pessoas e deixando elas morrerem de fome ou é melhor botar todo mundo para dentro, atende todo mundo e depois você remove as fraudes?

Por exemplo, a nossa Receita Federal está buscando de volta cada auxílio emergencial que alguém de classe média, média alta, pegou lá. Então, há caso de funcionário público, há caso de militar, há caso de civil, há caso de gente que trabalhava numa grande empresa e simulou situação difícil para pegar o dinheiro, empresa privada. Nós estamos indo buscar esse dinheiro, nós vamos buscar esse dinheiro agora, no Imposto de Renda. Porque há o Imposto de Renda retido na fonte e, na hora de devolver, nós vamos devolver menos, porque ele já pegou o auxílio que ele não deveria ter apanhado. Então, nós estamos na malha fina. A Receita Federal está pegando todo mundo que usou equivocadamente. E, de qualquer forma, mesmo com os erros, a incidência de erros foi mais baixa percentualmente do que a da seguridade social dos Estados Unidos, para os senhores terem uma ideia. Com todos os nossos erros, houve menos desvio de recurso do que há nos Estados Unidos, no pagamento da seguridade social norte-americana.

Aí há também a sugestão do Paes de Barros de que esse dinheiro poderia ter sido focado mais ainda nos miseráveis – e aí você vê, ele fala de 10 mil famílias. Eu estou totalmente de acordo. Os miseráveis, realmente miseráveis, 10 mil famílias, nós poderíamos ter salvo todo mundo. Mas como é que você encontra essa pessoa? Ela está embaixo da ponte, ela não consegue nem ir à Caixa Econômica Federal para ser digitalizada, ela não tem nem os aplicativos, ela não tem nada, está absolutamente abandonada. Então, realmente, nós temos que usar os Cras. Agora, a nossa função, como Ministério da Economia, é mandar o recurso, seja para o Ministério da Cidadania, seja para o Ministério da Saúde, seja para os Governadores. Quem tem que pegar esse dinheiro na hora de focalizar e falar "olha, agora eu vou passar para o Cras, vou passar..." não é o Ministério da Economia, não é o Ministério da Economia, mas, de qualquer forma, eu estou 100% de acordo aí com o nosso Paes de Barros.

O Cras já tem uma capilaridade ainda mais fina, ele já está mais próximo ainda do miserável, e era muito mais barato do que dar o dinheiro para todo mundo, mas, de qualquer forma, nós não podemos nos arrepender de dar o dinheiro para todo mundo, porque uma coisa são 10 mil famílias de gente na pobreza absoluta, os miseráveis absolutos, mas a outra coisa é como é que nós iríamos manter a pessoa que ganhava R$800 por mês vendendo refrigerante num estádio de futebol. Ela também tem que sobreviver. Não é porque ele não é um miserável que ele não vai receber esse dinheiro. Ele tem que receber esse dinheiro.

Então, a sua segunda pergunta, muito válida também, que é essa do Cras: "Devia haver mais foco e devia durar mais tempo?". Sim! Eu, até quando desenhei o auxílio emergencial com R$200, pensei isso. Eu falei: "com R$200, a gente não sabe quanto tempo vai durar a pandemia, mas se durar um ano, dois anos, a gente consegue, porque, com R$200 eu tenho fôlego para chegar lá". Agora, com R$600, são três vezes mais, aí eu, teoricamente, tenho três vezes menos tempo com o mesmo recurso. Mas, graças a Deus,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós superamos isso tudo, estamos achando recursos adicionais, acabamos estendendo os programas. Mas concordo também, na sua segunda pergunta, com a necessidade de foco e esse equilíbrio entre foco e tempo. Se você focalizar bem, você consegue, por muito mais tempo, segurar os mais frágeis. Se você não focalizar, passou um pouquinho de tempo, você já está estourando tudo. Então, nós tivemos que focalizar, sim. Nosso auxílio emergencial começou com 600, depois baixou para R$300, e, em vez de 68 milhões de pessoas, hoje nós estamos com 40 milhões de pessoas, mas estamos, cada vez, focalizando mais. É por isso que estamos gastando menos dinheiro e com as pessoas que realmente precisam.

A sua terceira pergunta, também muito importante, é justamente sobre a reforma tributária. Vai para a Câmara, vai para o Senado, como é que é? Nós fizemos um entendimento muito virtuoso, eu achei. A Presidência da Câmara, com o Deputado Arthur Lira, e a Presidência do Senado, com o Senador Rodrigo Pacheco, chegamos ao entendimento seguinte: já está no Congresso o primeiro capítulo da reforma, que é o imposto sobre valor adicionado, imposto sobre consumo. Vamos mandar agora o segundo capítulo, que é o Imposto de Renda de Pessoa Física e Pessoa Jurídica para a Câmara. E vamos trabalhar com o Senado o terceiro capítulo, que é justamente o caso de normalização desses grandes contenciosos, dessas grandes sequelas econômicas: refinanciamento, transação tributária, perdão de dívida – isso aí é o que nós estamos chamando de passaporte tributário. Como é que a gente vai, dessa situação anômala de mais de cem regimes que existiam de PIS, Cofins, para um regime mais simplificado? Como é que nós vamos desse contencioso de R$2,5 trilhões, quase R$3 trilhões de dívidas, em que algumas são legítimas, porque é alguém que foi atingido, uma pequena empresa que está atingida, agora outras não. É uma empresa grande, que faz o Refis uma vez, depois faz a segunda, faz a terceira; ela simplesmente não quer pagar e ela prefere ir esperando, esperando, ela prefere pegar um escritório de advocacia e pagar R$100 milhões do que recolher R$1 bilhão ou R$2 bilhões para o Tesouro.

Então, são situações complexas que nós estamos justamente trabalhando, junto com a equipe do Senado – o Senador Fernando Bezerra é o Relator –, para desenhar um ataque a tudo isso, desde o pequeno restaurante, que está devendo R$200 mil e precisa reabrir, chamar o garçom, um bar de vizinhança, pobre, aonde as pessoas vão para tomar uma pingazinha, para ter uma conversa, etc., e de repente tiveram que fechar o bar. No *lockdown* eles fecharam tudo, pelo distanciamento social, acabaram não trabalhando, estão devendo hoje R$100 mil, R$200 mil, não conseguem reabrir. Então, nós temos que dar, no caso de uma empresa dessa, um perdão fiscal mesmo, falar: olha, você está devendo R$200 mil, e você de repente não está devendo mais nada, ou está devendo R$10 mil, ou está devendo R$1 mil, e pode reabrir, pode reconvidar todo mundo e reabrir.

Então, isso tudo nós estamos estudando, como tratar disso. E eu acho, Senador Confúcio, que a coisa vai caminhar relativamente rápida. Eu assisti agora mesmo, quando nós fizemos a entrega para o Deputado Arthur Lira, ele fez uma análise bastante otimista dizendo: "Olha, eu estou muito próximo do Senador Pacheco, que é o Presidente do Senado, estamos já de acordo com o processamento, eles processam o passaporte lá, nós vamos processar a reforma aqui embaixo e depois nós mandamos aqui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposto de consumo e renda para o Senado, e o Senado, em compensação, manda para nós o passaporte, nós vamos examinar". Ele acredita que vai dar tudo certo este ano ainda e serão aprovadas tanto a reforma tributária quanto administrativa.

A sua quarta pergunta foi também muito boa porque foi relativa ao que é uma sequela. Talvez essa, sim, pode ser irrecuperável se nós não agirmos rápido. Mas de novo, o movimento tem que ser movimento do Ministério da Cidadania e do Ministério da Educação, porque o que acontece é o seguinte: essas crianças de três a dezessete anos ficaram sem aulas todo esse tempo e até se estima que uma boa parte delas não regresse mais. Elas caíram num abismo educacional que já existe. A taxa de abandono no ensino básico brasileiro já tem essa configuração de um abismo, um despenhadeiro. Entram, às vezes, 40 milhões, 42 milhões de jovens no ensino básico e, de repente, caem de 42 milhões para 36 milhões. De repente, 6 milhões de pessoas desaparecem; ou a família ficou em dificuldade, ou ele mesmo começou a ser reprovado e perdeu o interesse, ou teve algum problema de saúde. Desaparecem milhões de jovens, subitamente, do ensino básico brasileiro. Nós chamamos isso, exatamente, do abismo educacional. Aqueles jovens caem no abismo e desaparecem. Alguns são requisitados para droga. Vai receber um dinheiro para vender droga, muito melhor do que ficar estudando na escola e ainda ter que conviver com a violência na comunidade.

Então, tem um desafio social enorme aí! Enorme. E o próprio Paes de Barros, que estudou lá com o Heckman, que é o Prêmio Nobel, diz o seguinte: "Cada dinheiro investido tem uma taxa de retorno social muito maior quanto mais cedo for investido". Então, de zero a três anos, com a creche, você está cuidando justamente de todo o equipamento cerebral neurológico da criança. Se ela não tiver boa alimentação, não for bem cuidada de zero a três anos, as sequelas serão enormes para o resto da vida. Então, um dólar investido, ou um real investido, de zero a três anos, é muito melhor do que se a pessoa tiver já 60 anos e você tiver dando, na verdade, uma assistência social. O efeito é muito maior e muito melhor, se for cedo, do que se for tarde. E o Brasil tem investido mais nos idosos do que nos jovens. Nós gastamos mais hoje com a nossa população idosa, que é 10%, do que com os jovens, que são 50%, 60% da população. Nós gastamos mais dinheiro conosco – porque eu já estou nessa faixa – do que com os nossos jovens. Isso está errado. Isso é um erro gravíssimo, seriíssimo!

Então, essa sua observação está perfeita, porque nós temos aí um desafio enorme. As sequelas existem, isso é um desastre social. E é um desastre em cima de um desastre que já existe, porque esse abismo da perda de jovens já no ensino básico é colossal. E agora vem, então, uma perda duplicada, porque além dos 6 ou 7 milhões que a gente perdia de jovens, ao longo de toda essa estrada, antes de chegar lá no ensino secundário e finalmente no ensino superior, você, com a pandemia, agudizou o drama social. Então, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Educação devem estar de mãos dadas para isso e nós temos o nosso desafio, como disse o Paes de Barros. É um desafio orçamentário. Nós precisamos assumir o comando do orçamento para dizer: Olha, para isso não vai faltar! Agora, vamos sacrificar aquele outro fundo do pirata privado, aquele outro fundo do *lobby*, aquele outro fundo do campeão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional, porque o dinheiro existe, agora nós precisamos enfrentar esse desafio da decisão política, que é a essência da política: tomar essas decisões! Hoje, os senhores só tomam decisões sobre 4% do orçamento e 96% não passam pelas suas decisões.

Aí vem sua última pergunta, que é justamente o orçamento de 2022, especificamente no caso das cirurgias eletivas e com o caso do represamento. Esse represamento é um fato, é um fato! Todo mundo que tinha que fazer... Eu só estou fazendo exame agora de se está com Covid, se não está com Covid. Eu parei de fazer os exames regulares, porque se eu tiver qualquer coisa, não posso ir para o hospital agora tomar a vaga de quem está lutando pela vida com Covid. Então, eu mesmo já não estou fazendo exame e já devo ser candidato a uma eletiva qualquer, aí para frente. E eu acredito que muita gente está nessa situação. Então, há um represamento.

Nós recebemos aqui, outro dia, com o Ministro Queiroga, dois eminentes médicos também. Um pleiteou... Aliás, os dois pleitearam, para cirurgias eletivas... Aliás, não foram nem as eletivas, foram as cardíacas, porque nós já temos um mecanismo para cirurgias de câncer, mas faltava uma complementação, uma suplementação orçamentária para as cardíacas também. Então, recebemos aqui e conversamos sobre isso. Um, inclusive, é filho do Adib Jatene, que foi também Ministro da Saúde e tal. Foi uma conversa muito boa e nós nos comprometemos a lutar pelos recursos.

Eu queria, inclusive, dizer que o Ministro Queiroga já tem conversado muito comigo sobre esse orçamento de 2022 e como é que a gente pode ajudar o SUS nesse caso todo aí das cirurgias. Nós estamos estudando isso. E a solução definitiva – nós podemos até arrumar recursos extraorçamentários, de créditos extraordinários, dizendo: olha isso aqui é resultado da pandemia, do represamento etc. –, a solução definitiva vai ser, eu acredito, da mesma forma como nós abrimos as perguntas do Senador Confúcio: a responsabilidade pelo orçamento, assumir o orçamento. Há 1,5 trilhão lá, esperando pela decisão política. Nós vamos ter que assumir esse desafio. Eu não posso continuar transferindo recurso para A, para B ou para C só porque houve um *lobby* 30 anos atrás, garantiu aquele dinheiro, aquele dinheiro está lá até hoje e é reajustado automaticamente. Nós temos que enfrentar esse desafio, passar o filtro e tomar as decisões.

Indo para as perguntas, agora, do Senador Wellington Fagundes, a primeira é justamente esta em que ele fala: "Houve uma revelação da profundidade do problema de desigualdade e pobreza no Brasil, e nós descobrimos esses invisíveis, esses 38 milhões de invisíveis". Alguns estão em pobreza extrema, outros são os trabalhadores informais. São diferentes os problemas. E aí a gente pergunta: temos as identidades deles? Pergunta o Senador Wellington: "O Ministério da Economia tem esses nomes? A Caixa tem? É o Cras que tem?". O Cras tem os da miséria absoluta, aquelas 10 mil famílias lá de baixo. Esse é um problema que deveria ser mais simples de atacar, porque 10 mil famílias é um problema que a gente pode erradicar rapidamente, já estão identificadas, estão no Cras, nós temos que atacar imediatamente com recursos para isso. Agora, o problema dos invisíveis é mais complexo, porque aí são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

38 milhões; há essas 10 mil famílias em extrema pobreza, mas há outros 37, 36, 35 milhões de trabalhadores informais. Nós temos a identidade de cada um? Temos. A Caixa Econômica Federal tem o nome e o CPF de cada um, porque ela teve que dar o auxílio emergencial para cada um deles.

Então, nós podemos fazer programas agora focalizados? A resposta é: sim, faremos, estamos fazendo. Criamos o BIP e o BIC agora, que são o Bônus de Inclusão Produtiva e o Bônus de Incentivo à Qualificação. Dois milhões de jovens entre 18 e 28 anos serão agora objeto dessa nossa caça aos jovens. Nós vamos caçar os jovens, achar os jovens, qualificar os jovens e cuidar deles, tentar trazê-los para os mercados com programas de treinamento. Esse programa já está pronto, deve sair nos próximos dias.

Nós estamos conversando também com várias entidades. Ontem eu estava em São Paulo conversando com sindicato, UGT, ao mesmo tempo, o Canindé Pegado, o Patah. Esse pessoal todo tem identificação. Eles têm até escola para formar padeiros que está paralisada por falta de recursos. Eu tive um relato dramático de que eles fizeram um programa, abriram um programa para procurar – oferecendo empregos, 200 mil vagas de empregos –, começaram a procurar no Sistema S, e, no final, conseguiram preencher só 18 mil. Quer dizer, está cheio de gente procurando, mas eles não tinham os requisitos básicos. Você está precisando de um cara que, às vezes, precisa operar um telefone, uma coisa assim, e ele não tem o mínimo treinamento. Então, nós temos que ligar esse programa de treinamento ao trabalho com o Sistema S, com todas as confederações de empresários de um lado e confederações, na verdade, sindicatos de trabalhadores do outro lado. Eles mesmos que relataram isto: que tinham aberto um programa e, na verdade, só conseguiram 18 mil pessoas qualificadas para aquele programa que eles tinham aberto; procurando entre 100 ou 200 mil pessoas, tinham achado só 18 mil. Então, nós precisamos ter foco nesses programas. Estamos entrando nesses programas e vamos atacar isso. E, sim, temos os CPF de cada um e a identidade de cada um.

A segunda pergunta do Senador Wellington foi em relação ao resto do mundo. Olha, o problema de desigualdade está no mundo inteiro. No Brasil, ele foi particularmente cruel porque, primeiro, durante muitos anos, nós descuidamos muito de educação, de estudo. Depois, quando começamos a dar o dinheiro para educação, demos um dinheiro também, mas, aparentemente, não estamos conseguindo ainda performar bem em vários exames internacionais. Mas, seguramente, demos pelo menos acesso quase universal à educação. Isso foi bom. Esses governos conseguiram finalmente dar acesso para quase todo mundo com todos esses programas que nós tivemos. E voltamos ao problema do Paes de Barros, quer dizer, não é um problema de orçamento, o dinheiro está lá, mas nós temos que melhorar a eficácia do uso do dinheiro, tem que ter foco.

Aí, a terceira pergunta do Senador: políticas públicas, ciências *versus* a política menor, a política do *lobby,* as ciências seriam efetivas? Nós usamos esses critérios? Nós elencamos, nós temos uma análise de todas essas políticas: o que é melhor, o que que é pior do ponto de vista de resultado etc., mas política, digamos assim, real não segue muito esse critério, ela segue outros critérios. Então, às vezes... Por exemplo, nós fizemos este trabalho: a gente se senta com o Paes de Barros, com o José Márcio Camargo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenha uma política bem focalizada pelos melhores critérios científicos, mas, quando chega na hora da política, política mesmo, falam: "Mas, espera aí, você vai focalizar, você vai tirar do trabalhador que ganha um salário mínimo e meio". Ora, um salário mínimo e meio é R$1,5 mil. Aí você tem um abono salarial, que é um décimo quarto salário, R$1,5 mil, um décimo quarto salário. Então você fala: "Olha, eu vou pegar esse décimo quarto aqui e vou transferir lá para baixo, porque, como, lá embaixo, alguém que estava no Bolsa Família recebia R$150, R$170, R$180, e quem ganha R$1,5 mil é dez vezes o que aquele lá debaixo ganhava, então, eu vou tirar o décimo quarto aqui e jogo lá para baixo". Isso é recomendado pelo Banco Mundial, pelo Paes de Barros, pelo José Márcio Camargo, pelo pai do Bolsa Família, Bolsa-Escola, só que isso é politicamente inaceitável. É quando o nosso Presidente vira e fala: "Não, eu estou tirando do pobre para o paupérrimo; vá arrumar esse dinheiro em outro lugar." Então, a ciência manda você fazer um negócio, mas a política diz: "Não! É inaceitável isso daí. Vamos buscar isso em outro lugar". E, aí, a gente sai girando e vai procurar outras políticas. Estamos procurando e vamos achar esses recursos – vamos achar esses recursos! –, mas é difícil, porque aí a política também empurra um pouco. E nessa luta entre ciências – de novo, ciências inexatas, ciências sociais –, às vezes, vêm os nossos técnicos – como o Paes de Barros, o José Márcio Camargo, o meu Adolfo Sachsida, que fizeram esses estudos – e recomendam algo cientificamente aceitável do ponto de vista das ciências econômicas, ciências sociais, mas que politicamente deixa um gosto amargo: "Vão buscar esse dinheiro em outra coisa, vão pegar isso em outro lugar, não vai ser daí que eu vou tirar esse dinheiro".

Então, como a pandemia voltou, nós acabamos usando o auxílio emergencial, que é uma exigência da pandemia, e adiamos a solução do problema do Bolsa Família. Foi mais para a frente, para a gente buscar, então, outras fontes.

Bom, vacinas, uma pergunta fundamental também do Senador Wellington – vacina. E um tributo à nossa capacidade instalada de vacinação animal: o Brasil tem segurança de vacinação animal há muito tempo. Isto está por trás do nosso segredo também de sucesso na agroindústria: justamente todo esse conhecimento que o Brasil tem, esse parque instalado e essa capacidade de saúde, de atacar os problemas de saúde animal, mas também agora a saúde humana. O Brasil realmente está produzindo a sua vacina, 100% nacional – o Marcos Pontes nos explicou isso outro dia, isso é fato. E eu queria dar uma notícia aqui para o nosso Senador Wellington. É o seguinte: dos 5 bilhões, que foi o fundo que o Marcos Pontes conseguiu, o meu time aqui diz que 2 bilhões nós já encaminhamos. Nós não chegamos ainda, quer dizer, nós estamos chegando à metade do ano, temos aí mais uns sete dias para chegar à metade do ano, e chegamos quase à metade dos recursos já liberados. Então, estamos tentando fazer o máximo para que isso se torne uma realidade.

Agora, também não podemos iludir o povo brasileiro, dizer que: olha... Houve inadvertidamente uma confusão quando, no ano passado, alguém ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia falou isto para o Ministro, e ele, inadvertidamente, falou: "Ah, nós já podíamos ter a vacina brasileira se o Ministério da Economia tivesse liberado R$200 milhões". Isso é falso. Isso é falso, é bastante falso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro, porque com R$200 milhões você não faz vacina nenhuma; segundo, porque não foi preenchido o pedido corretamente pelo próprio ministério. Eles não tinham pedido os recursos de forma correta. Eu não tinha como dar um dinheiro para alguém que pede de uma forma que não é a correta. E, terceiro, porque a nossa vacina não ficaria pronta e nós não estaríamos vacinando ninguém hoje, porque ela está sendo ainda testada. Talvez ela esteja pronta lá para o final do ano – talvez! E não vai deixar de ser por falta de recurso. Para isso aí, nós vamos garantir que esse dinheiro vá. Inclusive, o fundo já está lá e já está operante.

A última pergunta, finalmente: quanto tempo? Quanto tempo vai levar isso? Aí, é a pergunta das ciências inexatas. É a mesma coisa: quanto tempo vai levar para essa inflação nossa, que agora subiu rápido, voltar para dentro da meta? Eu espero que recue para uns 5,5; no máximo, seis, lá para o final do ano; e, no ano seguinte, volte para dentro da nossa meta. Da mesma forma, é a pergunta: quanto tempo vai levar essa epidemia? Nós esperamos que um ambiente de controle de epidemia esteja se configurando aí na segunda metade, no final deste ano, lá para outubro, novembro, justamente quando nós estaríamos com toda a população adulta vacinada, o número de óbitos desabando, voltando a estar aonde chegou um dia. Lá atrás, em outubro, mais ou menos, novembro, as mortes tinham caído de 1,5 mil, 1,6 mil para 180, 130, quer dizer, parecia que a pandemia estava indo embora. De repente, elas voltaram, foram para 4 mil mortes diárias. Hoje parece que está um pouco acima de 2 mil, e ainda é um absurdo; absurdo total. Então, nós temos que ver. Eu não consigo responder quanto tempo leva isso.

E, aí, você falou: "Levando esse tempo, como é que vai ser a manutenção de estrada, o custo de logística para o agro, como é que a gente faz isso?". Esse é o nosso desafio hoje. Só para o Senador Wellington entender, o Presidente, outro dia, nos chamou e falou assim – agora, faz dois, três dias –: "Olha, tira o dinheiro de onde for, tira de qualquer dinheiro, mas nós temos que..." – aí, deu um número que eu prefiro não dizer qual é agora –, "olha, eu quero um tanto de dinheiro para o Tarcísio nos próximos três ou quatro dias! Tem que ter esse dinheiro, porque, senão, a degradação das estradas brasileiras...". Nós vamos arrumar o dinheiro, mas, aí, é aquele negócio: como nós estamos ainda debaixo do teto, dois minutos depois, um outro ministro vai dar um pulo num outro lugar e falar: "Tiraram meu dinheiro daqui!". E eu tenho que dizer: é a política! É a política! Enquanto nós não assumirmos o controle dos orçamentos, nós estamos presos embaixo desse teto, esse desgraçado desse teto, mas que, no fundo, é o que nos tem permitido não desorganizar a economia enquanto estamos lutando com a pandemia.

Então, é isso, meus amigos. Estou tentando fazer a minha parte e agradecendo sempre o apoio dos senhores – o apoio. Nada estaria acontecendo se não fosse o Congresso nos ajudando.

Estou vendo a Senadora Kátia Abreu ali agora. Acabei de pedir socorro para ela agora, poucos dias atrás. Pedi socorro para ela – socorro! E foi importante a conversa que eu tive com ela, que me orientou bastante, foi muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa ajuda que os senhores têm dado a nós não tem preço. Nós já teríamos afundado se não fosse essa capacidade da democracia brasileira de reagir às crises sucessivas, porque é uma atrás da outra – é uma atrás da outra! Vem a pandemia; aí, quando começa a bater a primeira onda, vem a segunda onda; aí, sobe o preço da comida no mundo inteiro; quando começa o câmbio a acalmar – justamente porque, com essa liturgia do teto, a economia acalma, se organiza, o câmbio começa a descer –, começa a descer o preço da comida, aí, falta a chuva, vem o choque da energia hídrica. É uma atrás da outra! E a democracia brasileira está operando; nós vamos reagindo a uma atrás da outra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Ministro, nós temos a Senadora Kátia Abreu, que pede a palavra. É o seguinte: ela fala, o senhor anota as perguntas dela, e eu já entro aqui com seis perguntas dos internautas e, depois das suas respostas, libero o senhor para cuidar da sua vida. Então, vamos fazer o seguinte: a Senadora Kátia Abreu; depois, o senhor anota o nome dos internautas – aqui há um do Ceará, um da Bahia, um do Paraná; eu escolhi seis apenas, são muitos, mas só seis para o senhor responder.

Então, com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu cumprimento o Ministro Paulo Guedes e quero agradecer sua vinda aqui, mais uma vez, ao Senado Federal.

Eu queria fazer uma ressalva, Sr. Presidente, aproveitando aqui que fui citada. Então, eu vou pedir mais uns minutinhos para responder à citação, embora não tenha sido negativa. É mais para dizer, Ministro Paulo Guedes, que eu votei a favor da Eletrobras porque tenho convicção da importância das privatizações no Brasil. Tenho muita resistência com relação à Petrobras e à Caixa Econômica, confesso, mas sou uma privatista por natureza, por ser uma liberal. E votei a favor porque tive a convicção de que não haverá aumento de energia para os nossos consumidores, a partir do teto de R$380 – hoje nós estamos pagando o megawatt de mais de R$1 mil.

Em segundo lugar, porque antes nós teríamos 50% da outorga, 50% do líquido da outorga, e, agora, com a mudança e a emenda do Senador Eduardo Braga, mudou para 50% do bruto da outorga. Então, é um caixa infinitamente maior para bancar e suportar o aumento de energia.

Em terceiro, a Itaipu vencerá o contrato em 2023, e 75% do lucro da Itaipu virá também para essa conta que vai amenizar 70% ou 75% – não estou me lembrando –, que não vão mais para o Tesouro, vão para essa conta que também vai bancar o limite de energia.

Eu fiquei tranquila com relação a isso, porque eu cansei de morar num Estado grande exportador de energia e com a energia mais cara do Brasil. Então, eu preciso de alguma coisa diferente para justificar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos tocantinenses, de alguma forma, que essa energia poderá ser barateada, para terem esperança de que isso aconteça não só para o Tocantins, mas para todo o Brasil, o que é a minha preocupação geral – e, em particular, o meu Estado.

Então, tive muito prazer em colaborar com o País. Sempre que o senhor precisar, para todos os momentos em que houver benefício, nós estaremos juntos. Em praticamente todas as medidas provisórias, o Governo não pode reclamar, o Senado Federal tem comparecido fortemente, positivamente, nas votações e nos envios. Claro que com modificações, que é um direito que nós temos, mas sempre respeitando e trabalhando pelas medidas do Banco Central, pelas medidas da economia, pela regulação dos nossos setores, enfim. O Senado Federal, eu tenho muito orgulho de fazer parte dele e do Congresso Nacional como um todo.

Bom, Ministro Paulo Guedes, nós sabemos que nós temos um teto, a LDO impôs esse teto. E nós tiramos desse teto todos os recursos extraordinários justamente para que vocês não cometessem um crime, fossem criminalizados e possivelmente até presos, que é o crédito extraordinário. O limite que nós pusemos na LDO dá para nós, juntamente com os créditos extraordinários, uma folga. Uma folga, por quê? Porque a arrecadação aumentou. Então, a LDO manda gastar até aqui, não pode gastar mais do que isso, e os créditos extraordinários abriram e ampliaram a sua possibilidade de gasto sem implicar crime na sua gestão ou na do Presidente Bolsonaro.

Diante disso, Ministro, nós temos uma folga, que não é para torrar dinheiro, mas para gastar naquilo que é necessário. Dessa sobra, o senhor vai gastar por volta, se eu não estiver errada, de uns 80 bilhões, dessa folga, com determinadas ações que já foram aqui colocadas. Eu não estou achando o meu papel em que eu tinha detalhado, eu estava num seminário internacional sobre o clima e, infelizmente, não o estou encontrando. Mas, enfim, o que eu quero dizer? Nesses créditos extraordinários, o senhor colocou 5 bilhões para o Pronampe. Com essa sobra que o senhor tem, com essa margem que o senhor tem e com a experiência do ano passado, porque fez a economia crescer, inclusive, o inesperado, mais do que muitos países, porque investimos no auxílio emergencial, em recursos para os Governadores e Prefeitos e no microcrédito, que foi o Pronampe... Então, nesse gráfico, o senhor coloca 5 bilhões para o Pronampe. Eu garanto ao senhor – eu não vou lhe dar aula, porque o senhor é que é professor, mas eu tenho professor também –, eu tenho certeza, para ficar vigiando o Governo, ver se o Governo está muito pão-duro e tem alguma sobrinha... O senhor pode investir 20 a 25 bilhões no Pronampe, o senhor tem condições disso sem passar aperto. Não é dinheiro dado, é dinheiro emprestado. Então, eu lhe peço, com todo o carinho, com toda a veemência, que o senhor acuda com recurso maior, porque coloca 5 bilhões, daqui a pouco mais 5, até virar, até chegar aos bancos, até que tudo aconteça, a coisa vai amarrando. É igual o carro, quando não quer pegar e vai pegando no arranque. Então, se o senhor anunciar 25 bilhões... O senhor não está dando esse dinheiro... Claro que ele tem um juro mais conformado, mas será um empréstimo, e isso virá de volta para a economia como veio no ano passado. Então, eu peço,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encarecidamente, que vocês possam verificar essa margem para que nós possamos gastar, emprestar para as micro e pequenas empresas do País. Era essa a minha consideração.

Também não poderia deixar, Ministro, porque o senhor não é o Presidente da República, mas o senhor é o Ministro da Economia, e tudo depende da questão ambiental para nós prosperarmos no comércio exterior. Eu estou muitíssimo preocupada, a minha preocupação não finalizou. Eu não quero indicar ministro para o Governo Bolsonaro, porque não o apoiei, não faço parte nem da sua base. Oficialmente, eu, pessoalmente, tenho votado a favor do Brasil, mas essa nova escolha do ministro – eu quero registrar para todos os meus colegas – não foi uma escolha adequada. Isso eu tenho o direito de denunciar. Posso não indicar o ministro, mas dizer se eu tenho boa impressão ou má impressão é a minha obrigação como Senadora da República. Este ministro é da mesma escola de Salles, ele não vai contemplar e não vai gerar confiança nos organismos internacionais e nos países, principalmente naqueles com que nós precisamos manter uma relação mais do que especial por conta das nossas exportações. Eu não gostaria de ver uma retaliação americana com relação às nossas exportações e muito menos o acordo de União Europeia com o Mercosul jogado por terra abaixo. Não significou nada: nós trocamos o Salles por meia dúzia.

Eu quero registrar todo o respeito a esse rapaz, a esse indicado, como ser humano, como pessoa, mas, como Ministro de Meio Ambiente, nós trocamos o Salles por meia dúzia. Não acredito... Gostaria de estar enganada, quero estar enganada, mas acho difícil as coisas terem uma mudança que vá gerar confiança no mundo lá fora.

Ministro, a minha grande esperança – não votei no Bolsonaro – era que o senhor, à frente da pasta da Economia e dessa porção de ministérios que o senhor comanda tão bem, pudesse aumentar as nossas exportações, os nossos acordos comerciais. Infelizmente, o Brasil ainda continua com o indicador de 25% de abertura, enquanto o mundo inteiro tem uma média de 45% nos seus indicadores de abertura oficialmente. Então, o Brasil ainda está tímido, e o acordo entre o Mercosul e a União Europeia poderia ter ampliado de 25% para 30% ou 32% esse indicador de um país aberto, mas, infelizmente, a questão ambiental nos deu uma ré, nos jogou para o fundo do poço, com relação à abertura desse mercado.

E temos que lembrar que só a Europa poderia aumentar o nosso grau de abertura em 5%, mas a Europa é um espelho para o mundo. Depois que se fecha um acordo com a Europa, o mundo se abre, vários acordos comerciais vêm à praça. Então, eu peço atenção especial. Tomara que eu esteja errada e equivocada, mas o meio ambiente é um pilar muito importante para o sucesso da sua gestão e dos seus objetivos.

Muito obrigada, Presidente, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, eu vou passar os nomes dos internautas.

Vania Santos, Estado do Ceará, pergunta o seguinte – o senhor pode respondê-la bem objetivamente –: "O que o Ministério da Economia pode fazer, em relação aos supostos desvios de verbas destinadas aos Estados e Municípios?".

Segunda pergunta, Raquel Lins, Bahia: "Por qual motivo os Poderes Legislativo e Judiciário gastam tanto [dinheiro], não fazem sacrifícios para cortar gastos e ajudar no custeio [...] [do] povo". Ela engasgou aqui, na pergunta, mas é isso.

Eder Pilat, Paraná: "Qual será a verba necessária para garantir [que] situações como esta pandemia sejam mitigadas para reduzir o impacto para o povo brasileiro?".

Atila Conceição Santos, Bahia: "A reforma tributária precisa trazer qualidade de vida aos pobres [...]".

Ednalva Lopes Belarmino, Distrito Federal: "Assim como os bancos, em relação à [...] [Contribuição Social sobre o Lucro Líquido], outras áreas [não] poderiam contribuir com o Governo no pagamento da conta da pandemia e ajudar o povo?".

São perguntas do povo. Eu estou transmitindo como eles perguntam.

E a última, Luan Cavalcante, Rio de Janeiro: "Como o senhor Ministro analisa a situação fiscal do Brasil? Por acaso, se fosse um investidor estrangeiro, [Sr. Ministro, o senhor] investiria no Brasil?".

Essas são as perguntas.

Bem, agora eu não sei se o Senador Wellington quer fazer um comentário ou faz depois das respostas? (*Pausa.*)

Sr. Ministro, está com a palavra. Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Senador Confúcio, obrigado.

Senadora Kátia Abreu, é um fenômeno interessante isso, porque, realmente, quando começaram a sair as notícias da privatização, e nós trabalhamos – primeiro a equipe técnica mandou um projeto, aí a Câmara veio, botou algumas coisas, aí subiu para o Senado –, todo mundo botou coisas que, do ponto de vista técnico, agradavam e coisas que, do ponto de vista técnico, desagradavam. É natural, essa é a interação natural. É o que eu digo sempre. Há coisas que são imperativos políticos e coisas que são imperativos técnicos. O que é a nossa virtude? É quando a gente consegue atender um imperativo político, por exemplo remoção de miséria, de uma forma que é um imperativo técnico, da forma correta. Então, isso é a virtude que nós todos temos que procurar juntos, e nós temos conseguido, num determinado grau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, no nosso trabalho – no primeiro ano, na previdência, o segundo ano na luta à pandemia, o terceiro, agora, em ser o único país do mundo que prosseguiu com reformas estruturantes em meio à pandemia – nós estamos tirando uma nota sete, boa, dá para passar com uma certa folga. Eu acho que nós temos feito... Eu tenho dito sempre que a democracia brasileira segue virtuosa.

E ela fez uma referência interessante, falou o seguinte: "Olha, eu cansei de ficar esperando isso. Então eu prefiro acertar isso". E esse tipo de acerto extraorçamento aconteceu no nosso primeiro ano, quando a gente chegou e fizemos sessão onerosa. A gente chegou lá e falou: "Olha, vamos fazer o seguinte, abre uma exceção ao teto aí, vamos fazer um acerto extraorçamento aqui, porque nós queremos descentralizar os recursos".

Então, eu interpretei um pouco essa privatização da Eletrobras como uma espécie também de... Eu conversei com alguns Deputados que me disseram especificamente isto, falaram: "Olha, eu não posso ficar esperando reduzir a dívida, para depois entrar no orçamento como uma redução de dívida, para, daqui a um ou dois anos, você pensar em mandar esse problema aqui para o meu Estado. Eu prefiro pegar um pedaço agora". É como se falassem assim: "Olha, eu estou fazendo uma justiça extraorçamentária aqui. Vou pegar esse ativo e vou usar a mesma lógica de representatividade popular que eu tenho. Eu sou um Senador, eu estou aqui e, já que eu não consigo manobrar o orçamento, porque 96% está carimbado, eu vou pegar um pedaço aqui dessa folga orçamentária que viria no futuro". Porque a privatização clássica é: eu vendi uma coisa por cem, eu reduzo a dívida, libero recursos, e esses recursos, então, vão ser usados na próxima alocação orçamentária. É como se tivessem feito justiça pelas próprias mãos. Falaram: "Olha, então vamos fazer o seguinte, vamos pegar esse ativo aqui e eu só voto a favor também se contemplarem aqui a República Federativa do Brasil, o interesse meu aqui". Aí o outro vem: "E eu quero outro aqui". Alguns são muito válidos: a revitalização do São Francisco, por um lado, ou garantir o preço da energia a R$380. Se a energia atual, baseada em diesel, está R$1 mil, ou entre R$750 e R$1 mil, e você falar: "Não, olha, eu compro a R$380", não está ruim, quer dizer, se a gente tiver que desembolsar esse dinheiro, para dizer que foi um jabuti, que o Governo brasileiro se comprometeu a comprar uma energia cara... Não é cara; é menos da metade da energia atual. Então, esse tipo de negociação é que foi acontecendo. Não sai algo que seja 100% o que a técnica sugeriria, mas também não sai algo que teria 100% de reprovação pela política, que é o caso que nós quase perdemos uma aprovação dessa, de repente.

Então, é como a Senadora diz: pensar no Brasil, cada um representando, fazendo o seu papel e, no final, sai um projeto, que é um projeto que é um avanço.

Nós estamos no meio de uma crise hídrica. Quem fez essa crise hídrica foi, de um lado mau tempo, mas, de outro lado, políticas energéticas anteriores, que deixaram a coisa vir até aqui. E agora nós estamos tendo que recorrer a essa privatização, exatamente porque temos necessidade de investir R$17 bilhões por ano... Não, na verdade são R$15,7 bilhões por ano a R$16 bilhões por ano, e a Eletrobras só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem capacidade de investir três e pouco. Então, nós temos que fazer essa privatização para poder garantir a segurança energética do Brasil no futuro.

E essas negociações que aconteceram são compreensíveis. Houve muita crítica, mas a verdade é que nós demos um passo decisivo para o futuro do Brasil. E, como a Senadora está dizendo, uma parte foi separada para garantir que a energia venha a um preço que seja aceitável para quem está no olho do furacão aí.

Então, já a outra observação dela, em relação ao problema ambiental e a crise dos acordos – Mercosul, União Europeia, etc. –, eu estou muito preocupado e nós vamos ter que conversar muito sobre isso, mas num espaço curtíssimo de tempo, Senadora, porque o que está acontecendo conosco? Nós estamos com um problema agora seríssimo, que é o seguinte: seguramente, o Brasil andou errado muitos anos na coisa ambiental, aí tenta melhorar – e nós tentamos fazer a nossa parte do outro lado –, mas a verdade é que lá fora já há quase que um julgamento e um veredito contra o Brasil. Existe esse julgamento. E pode haver parte em que nós cometemos erros, pode haver parte que também são alegações de quem perdeu as eleições anteriores e quer denegrir o Governo atual, e pode haver parte também que são interesses privados lá de fora. Por exemplo, há nações que são protecionistas e temem a potência, a competência do nosso agronegócio. E eles usam o ambiente como um disfarce para nos fazer um ataque comercial.

Então, o que é que acontece? Nós estamos agora... Fizemos justamente um acordo com o Mercosul, logo no início do nosso Governo, um acordo que estava parado há oito anos. Nós fomos lá e acertamos... Em 60 dias, nós acertamos com a Argentina um acordo do Mercosul. E outro acordo que estava parado há 20 anos, desde a Rodada de Doha, que era o acordo com a União Europeia, nós fizemos também, ou seja, demos as mãos aos irmãos argentinos, paraguaios e uruguaios, nos abraçamos com o Mercosul, que era uma plataforma que nos devia permitir a integração à economia global, e nos apresentamos à União Europeia, dizendo: "Olha, acertamos nossas diferenças, estamos juntos. Queremos entrar na União Europeia. Queremos fazer esse acordo. Queremos entrar na OCDE". Fizemos uma série de pleitos.

O que é que está acontecendo? Botaram-nos de castigo, seja pelo problema ambiental, seja pelo protecionismo. Pouco importa, como somos Brasil... Agora saber se foi o ambiental, se foi o protecionismo deles, se foi um trabalho inadvertidamente deficiente nosso... O que quer que seja, o fato é que agora nós estamos com um problema no Mercosul, que é o seguinte: queremos fazer os acordos, ampliar os acordos comerciais, e a Argentina está dizendo "não, eu tenho direito a veto, eu veto". Então, se o Uruguai quiser fazer um acordo... Por exemplo, queremos fazer um acordo com a Índia, vamos supor. A China importava US$5 bilhões do Brasil no início deste século; em 20 anos, nós fomos a quase US$100 bilhões! Aí queremos fazer o mesmo acordo com a Índia, por exemplo. Queremos fazer um acordo com a Índia, exportar para a Índia, que hoje negocia conosco US$3 bilhões, US$4 bilhões, e é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país com 1,5 bilhão de habitantes, igual à China. A maior democracia do mundo, temos todo interesse geopolítico de estar perto, temos todo o interesse econômico. Ela não tem água suficiente, é como a China. O Brasil pode se dar ao luxo de fazer agricultura, porque, para fazer soja, você precisa de sol e água. O Brasil tem essa água; a Índia não a tem, como a China não a tem. Podíamos fazer um acordo.

A Argentina pode se dar o direito de vetar. E a Argentina... Inclusive, o Embaixador da Argentina veio ao Brasil e escreveu uma carta, assinou um documento, junto com o ex-Presidente Lula e com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo que o Brasil está ameaçando o Mercosul, quando é exatamente o contrário. Nós é que não podemos deixar que o veto de um Governo argentino possa impossibilitar um acordo comercial nosso com o exterior. Nós queremos modernizar o Mercosul e vamos ter problema, porque a Argentina disse que ela exige o poder de veto. E o Brasil não vai parar porque há um presidente da Argentina que exige o poder de veto, não. Nós vamos ter que discutir a modernização do Mercosul. Nós vamos ter esse problema já, já!

Então, olha só... E eu disse isto para os europeus, para os embaixadores, conversando com eles: olha, nos ajudem, nos ajudem no problema ambiental, nos ajudem no problema comercial e no acordo de investimentos, nos ajudem. Porque o que vai acontecer é o seguinte: se vocês cederem a interesses menores, em vez de reconhecer que o Brasil tem a matriz energética mais limpa do mundo, que quer trilhar o caminho correto, quer se acertar, está disposto a fazer o acordo, vai honrar o acordo de Paris, está prometendo e vai cumprir as exigências ambientais. Se vocês, em vez de nos abraçarem rápido, vocês cederem a interesses menores, regionais, de quem tem medo da nossa agricultura e não nos aceitarem lá, nós vamos partir para outros acordos. E, aí, a Argentina vai querer vetar. E nós não vamos sair do Mercosul não, mas nós não vamos estar num Mercosul movido a ideologia. Nós queremos um Mercosul que seja uma plataforma de inclusão produtiva do Brasil e competitiva nos acordos globais. E nós não vamos aceitar sermos vetados em acordos que interessem a 200 milhões de brasileiros.

Então, ou nós modernizamos o Mercosul ou nós teremos um problema, porque, do jeito que está, não nos ajuda como ferramenta para entrar no OCDE, para fechar o acordo com a União Europeia e, por outro lado, não nos permite fazer os acordos que o povo brasileiro gostaria que fossem feitos. Então, nós estamos com um problema sério, nós vamos ter um problema sério aí pela frente, eu estou já avisando, porque, da mesma forma que nós queremos ajuda para os acordos de investimentos, para os acordos comerciais, para entrar na OECD, para fechar um acordo com a União Europeia, nós vamos ter que modernizar o Mercosul. Eu já mandei essa mensagem claramente para o Ministro da Economia argentino. Já conversei com o Ministro do Uruguai; estão conosco. O Ministro do Paraguai disse que está conosco também. Então, nós precisamos modernizar.

Então, toda essa energia da nossa Senadora Kátia Abreu, de que nós precisamos... Nós queremos o bem do agro brasileiro, é o celeiro do mundo. Nós queremos... Da mesma forma que nós queremos preservar o meio ambiente – ela sabe isso melhor que ninguém –, nós podemos expandir nossa produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrícola, preservando o meio ambiente. Ela sabe disso, porque essa é uma história brasileira de uma matriz limpa de energia, de uma potência de agronegócio. Nós vamos precisar de acordos comerciais, sim, e nós não podemos admitir que alguém vete acordos comerciais que sejam interesse do Brasil. Então, nós estamos com um problema à frente, grande, sobre o que nós vamos ter que sentar e conversar, Senadora. E eu vou pedir ajuda de novo, pelo interesse maior do Brasil.

Por isso, eu entendo as suas observações, de um lado, quanto a deficiências que nós possamos ter do lado de cá, mas eu vou precisar de apoio também para nós superarmos isso, porque não podemos cair no círculo vicioso da derrota, que é: "Ah, não, estamos perdendo, porque o Ministro não é tão bom. Ah, já que estamos perdendo, então vamos continuar fechados. Já que estamos fechados, vamos aceitar não avançar nos acordos comerciais e internacionais". Não, nós temos que melhorar, todo mundo tem que melhorar. Nós temos que nos ajudar, todos nós, a melhorar, os interesses do Brasil estão acima.

Bom, rapidamente, a Vania: como é que nós podemos ajudar com desvios de verbas que governos estaduais possam ter cometido? Nós só podemos fornecer informações sobre os recursos que nós enviamos. Depois que o recurso entra no Estado, entrou no Ministério da Saúde, aí vai para os Depois que o recurso entra no Estado, entrou no Ministério da Saúde, aí vai para os Estados – ou entrou no Ministério de Cidadania e foi para os Estados –, a informação que nós damos é a informação primária: de onde saiu o dinheiro, quanto foi entregue. Isso nós temos, cada real nós sabemos para onde foi mandado. Dali para frente, nós não temos essa informação. É Ministério da Justiça, é Ministério da Saúde, da Cidadania, são outras instâncias.

Raquel: "O Legislativo e o Judiciário poderiam colaborar no esforço de gastos?" Poderiam. Nós vamos entrar, por exemplo, numa reforma administrativa. Há supersalários, há excessos a teto, há uma porção de coisas em que poderíamos receber ajuda do Legislativo e do Judiciário.

O Éder: "Quanto é que é preciso para resolver o problema do Brasil?" Não vai resolver nunca! Na hora... É aquilo que eu falo: na hora em que a gente minorar um pouco o problema da pobreza ali, aí vai faltar dinheiro para a saúde; quando a gente der para a saúde, vai faltar de novo, porque novas pessoas foram deslocadas do mercado de trabalho. Mas o que a gente tem que ter é o compromisso, que é a essência da política, no seguinte sentido: a responsabilização pelos orçamentos. Nós temos que fazer o melhor trabalho possível. Se nós temos um trilhão e meio à disposição do Governo Federal, do Congresso, e nós temos também os recursos com Estados e Municípios... Quando você pega todas as instâncias nossas, são 6 trilhões, 7 trilhões quase de recursos. O PIB são 7 trilhões, 8 trilhões, e aí você tem aí três, quatro... O Estado brasileiro acaba mobilizando 40%, 42% das despesas. A nossa obrigação é, a cada ano, melhorar o nosso orçamento com as melhores políticas de avaliação do que está funcionando, do que não está funcionando, é uma obrigação nossa.

O Átila pergunta também: "Quanto de imposto precisa para resolver, definitivamente, o problema dos pobres?" Como disse o nosso economista Paes de Barros, dinheiro há, há dinheiro. Agora, a essência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da política é usar esses recursos da forma correta para garantir essa remoção. O que a gente faz é... Como os brasileiros são generosos, têm um coração grande, eles se propõem a fazer mil coisas e nenhuma fica bem-feita, inclusive a remoção da miséria. Nós realmente poderíamos acabar com a miséria brasileira. É um esforço de gerações para ir melhorando aos poucos, é um esforço de gerações, mas acabar com a pobreza extrema... Nós poderíamos acabar em quatro, cinco anos, mas teríamos que focalizar os recursos exatamente nessa pobreza extrema.

O Ednaldo pergunta se nós poderíamos fazer, da mesma forma que há um imposto especial sobre bancos, algo semelhante. Algumas vezes, economista mais jovem ainda, eu pensei em fazer o seguinte. Para tudo o que for oligopólio, monopólio, todo mundo que tiver mercado muito concentrado: vamos botar um imposto de renda um pouco maior nessa turma aí. E é uma técnica também recomendável você, quando há controle de preço, quando há exploração de mercado por meia dúzia de monopolistas ou um cartel etc., como eles tratam mal a população brasileira, nós podemos tratá-los diferente também: taca um imposto maior nesse cara aí que está abusando.

Mas isso não é bom a médio e longo prazo não, o bom é remover as barreiras da competição. Não há nada melhor para amansar um banqueiro do que deixar dois bancos entrarem no negócio. Nada melhor para amansar três banqueiros do que botar cem. E nada melhor para amansar cem banqueiros do que deixar 10 mil. Se você for aos Estados Unidos, verá que há 30 mil instituições financeiras, o *spread* é pequenininho, o *spread* é pequenininho. Nós estamos fazendo isso. As *fintechs* estão entrando, as cooperativas estão entrando, o *spread* está descendo devagar. A solução é aumentar a competição, aumentar a competição.

E, finalmente, o Luan fala: "O Brasil, a situação fiscal do Brasil: olhando para o Brasil, você investiria no Brasil?" Eu falo: olha, eu estou olhando no espelho, somos nós. O Brasil... Estamos aqui conversando com o Senado, uma comissão mista, Senado e Câmara, estamos olhando para o espelho. Se a gente resolver fazer besteira nos próximos dois anos, de hoje pra dois anos à frente, eu não investiria, não. Se a gente continuar fazendo o que nós estamos fazendo, ou seja, a democracia brasileira está reagindo bem, ela trabalhou bem, ela se responsabilizou, deu dinheiro para a saúde e para a educação, mas segurou o dinheiro dos salários. Se a gente continuar trabalhando como estamos trabalhando, seguramente eu invisto no Brasil.

Eu não fui lá fora para vender o Brasil, eu fiquei aqui dentro concentrado em ajudar o País a melhorar, atacar o problema da saúde, melhorar as finanças públicas. Fizemos cessão onerosa, que é a exploração do pré-sal, fizemos a lei do gás, a lei do saneamento, estamos trabalhando com o Congresso fortemente. Eu não estou preocupado em vender o Brasil lá fora, eu estou preocupado em fazer a coisa certa. Se nós fizermos a coisa certa, o dinheiro vem. Nós não temos pressa de trazer dinheiro para especulação financeira, pra aproveitar juros altos. Nós temos pressa de mudar os marcos regulatórios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer a reforma tributária, a reforma administrativa, para trazer o dinheiro saudável, dinheiro de investimento direto, que vai criar emprego e renda no País.

Então, eu diria que, sim, está na hora de investir no Brasil, sim. Confie na democracia brasileira, ela tem reagido muito bem ao desafio, e eu acho que o nosso Governo está fazendo o melhor possível para essa população. É o que nós podemos fazer, é o que nós conseguimos fazer.

Obrigado, Senador Confúcio. Grande abraço.

Muito obrigado, Senadores presentes. Estou sempre à disposição pra essa conversa.

Eu tenho que sair correndo de novo. Eu cheguei atrasado meia hora porque eu estava lá no Congresso, e tenho que sair correndo de novo! O senhor sabe: é uma conversa, de novo, articulada com lideranças políticas para eu dar algumas explicações também.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Quero pedir desculpas ao Senador Wellington e à Senadora Kátia, que pediram a palavra. O Wellington sempre faz o fechamento, mas o Ministro tem um compromisso inadiável, e nós o seguramos, ele ficou com a gente aqui um tempão danado. A gente vai liberá-lo. Eu peço desculpa a você, Senador Wellington, por não poder transmitir o seu pensamento final, mas é por motivos de força maior, ele tem um almoço agora com Embaixadores.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Confúcio! Senador Confúcio!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Só fale para o Ministro Paulo Guedes compromissar e liberar recurso para as nossas estradas e está bom demais, o resto nós vamos resolvendo também. E vamos fabricar vacina, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ele vai ouvir.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vamos fabricar vacina brasileira!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – E registrar que ele não me respondeu sobre o Pronampe!

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Pronampe! Pronampe!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, a senhora sabe que as portas aqui estão sempre abertas. A última notícia que eu tinha... Quando nós conversamos, a senhora tinha pedido 10, agora passou para 25. A senhora é uma guerreira, luta com ferocidade!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Mas é porque foi aumentada a arrecadação, então melhorou o seu espaço fiscal. No ano passado, ficou 35. No ano passado, foi dado 35. O que são 10? Nada! Então, seu espaço melhorou. Sabe quanto você pode gastar ainda? Cento e oitenta! Tirando esses aí que você está querendo gastar, tem 180 livre – 180!

O SR. PAULO GUEDES – Senadora, nós vamos estar sempre conversando e sempre atendendo a senhora, porque a senhora sempre atende o Brasil. Nós fizemos o Pronampe com a senhora e com o Senador Jorginho Mello. Foi um golaço, foi um trabalho muito bom! Nós, que tínhamos criado com os nossos especialistas de bancos os primeiros programas de crédito, tivemos sucesso em dois ou três deles, mas um ou outro teve excesso de recurso e pouca utilidade. Nós fomos aprendendo ao longo do caminho, e o Pronampe foi muito bom. Então, nós vamos trabalhar juntos isso, vamos sentar e vamos conversar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ministro Paulo Guedes, eu quero agradecer V. Exa...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Eu pedi ontem, Ministro, a aprovação do acordo de livre comércio do Chile, que estava parado na Câmara há algum tempo, e Arthur Lira vai votá-lo hoje lá.

O SR. PAULO GUEDES – Olha só que espetáculo! Quem que eu tenho medo de reclamar? Aparecer justamente Mercosul, e a Argentina tentar usar um poder de veto para dizer que a gente não pode aderir a isso, entendeu? Esse é um problema que nós vamos ter que enfrentar juntos.

Sabe o que nós estamos propondo para os argentinos? Olhe, dê liberdade para a gente fechar esse acordo de livre comércio com o Chile, dê liberdade para a gente fechar isso... Nós entendemos seu momento extraordinariamente difícil agora, mas o Mercosul fica de portas abertas. Quando você puder, ali na frente... É como se nós tivéssemos indo com os amigos fazer alguma coisa e um estar doente. Você vira para ele e fala assim: olha, ali na frente, quando você se recuperar, você vem.

É que eles estão com um problema fiscal enorme, estão com problema com o FMI. Então, eles estão extraordinariamente protecionistas no momento, e a gente entende isso, mas nós não podemos deixar de fechar um acordo com o Chile, por exemplo, porque eles estão com um problema transitório. Tem que ser o contrário: ao invés de eles nos vetarem, eles nos deixam avançar e nós deixamos a porta aberta para eles para que, quando quiserem, quando se sentirem restabelecidos, recuperados dessa – entre aspas – "doença fiscal", eles voltem e se juntem a nós. Então, essa é a ideia de modernização do Mercosul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos estar juntos conversando sobre Pronampe e Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ministro Paulo Guedes, meus sinceros agradecimentos a V. Exa...

O SR. PAULO GUEDES – Obrigado. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... que prestigiou sobremaneira a nossa Comissão em todos os tempos.

Nossa Comissão encerra nossos trabalhos dia 30, mas serão novamente prorrogados, e o senhor fecha com chave de ouro esta etapa.

Muito obrigado. O senhor está dispensado. Muito agradecido por tudo.

O SR. PAULO GUEDES – Muito obrigado, Senador Confúcio. O senhor é meu candidato a qualquer Comissão em qualquer tempo e em qualquer lugar, pelo pluralismo, pela abertura das ideias, a excelente condução, a qualidade técnica das perguntas, e pela oportunidade, porque afinal de contas nós estamos há um ano conversando todo mês.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. PAULO GUEDES – Então, foi muito bom, porque isso deu oportunidade exatamente de o Congresso acompanhar o nosso combate ao Covid. Mês a mês conversando, nos deram várias ideias, sugestões. Eu é que agradeço a oportunidade. Muito obrigado, Senador. Parabéns pelo seu trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Ministro. Muito obrigado.

Muito bem, votação.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 31ª Reunião solicitando a dispensa da leitura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Votação em bloco dos itens extrapauta.

Proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado, a votação em bloco dos itens em pauta.

Os Senadores que concordam com a votação em bloco permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado.

Vamos então aos requerimentos.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 81, DE 2021

Requer que na audiência pública para debater a preservação do meio ambiente como forma de evitar novas pandemias, atendendo ao Requerimento n°. 063/2021 sejam incluídos no debate os temas: os reflexos diretos e indiretos da pandemia no meio ambiente; e plano de mitigação dos impactos ambientais (pós-pandemia). E incluir os seguintes participantes convidados:

1. Francisco Milanez, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) - ONG brasileira dedicada à luta em defesa do meio-ambiente;

2. Mariana Ferreira, gerente de Ciências da WWF Brasil - ONG que trabalha para mudar a atual trajetória de degradação ambiental e promover um futuro onde sociedade e natureza vivam em harmonia;

3. Ana Toni, diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS); e

4. Representante da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza´(RECN).

Autoria: Senador Confúcio Moura

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 82, DE 2021

Requer que na audiência pública para debater as campanhas de comunicação existentes sobre a pandemia e as estratégias, monitoramento de publicidade e a desinformação, 'fake news' sobre vacinação contra a Covid-19, atendendo aos Requerimentos n°s. 058 e 062/2021, sejam incluídos os seguintes participantes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Darlan Rosa, publicitário, artista plástico/gráfico, programador visual e professor. Integrou a equipe de planejamento e coordenação da programação visual das publicações editadas pelo Departamento de Documentação e Divulgação do MEC. Criador do Zé Gotinha, personagem da campanha de marketing contra a poliomielite, que virou símbolo de sucesso da vacinação no Brasil. Trabalhou internacionalmente na criação de animações para campanhas de saúde em vários países; e

2. Pyr Marcondes, consultor especialista de comunicação e marketing - autor do prefácio do livro "O Outro Lado da Máscara: Como ser relevante na comunicação e no marketing em um mundo pós-pandemia", obra de Sulamita Mendes e time de especialistas experientes e conhecidos no mercado.

Autoria: Senador Confúcio Moura.

Esse requerimento é de minha autoria.

Em votação os dois requerimentos.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados.

Encerramento.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 1º de julho, quinta-feira, às 10h, para reunião com o Ministro da Educação, Milton Ribeiro.

Senadora Kátia Abreu, este requerimento é um pedido seu: Milton Ribeiro, no dia 1º de julho, às 10h, para debater os impactos do novo coronavírus na educação brasileira e os principais desafios e alternativas no enfrentamento à crise.

Assim sendo, eu declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde aos Senadores e Senadoras e ao público em geral.

Agradecido. Boa tarde, gente!

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia hum de julho de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Soraya Thronicke, Leila Barros e Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Prestar informações sobre as tratativas do retorno seguro das aulas presenciais nas escolas públicas no 2º semestre do corrente ano, bem como o mapeamento da infraestrutura tecnológica presente e necessária para o breve retorno escolar. **Participante:** Milton Ribeiro, Ministro da Educação. **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, bom dia a todos!

Srs Senadores, Sr. Ministro da Educação, Milton Ribeiro, telespectadores, é, com uma satisfação muito grande, que nós vamos iniciar mais uma audiência pública da nossa Comissão Covid-19.

Vou dar um tempinho de 20 segundos para a TV Senado poder se adequar para a transmissão pelo YouTube e, se possível, pela TV Senado também. Então, a partir de agora, eu vou ficar em silêncio por 20 segundos. (*Pausa.*)

Pronto.

Então, meus cumprimentos a todos.

Havendo um número regimental, eu declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento do Senado nº 105, de 2021. Esse requerimento deve ter sido alterado, porque, na data de antes de ontem, dia 29, a nossa Comissão foi prorrogada por mais 120 dias. Então, deverá ter um novo... (*Pausa.*)

É o 1.626, o Decreto agora é outro. Depois, oportunamente a gente coloca certo aqui. Foi prorrogado por mais 120 dias – para acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, Covid-19, inclusive, a situação fiscal, execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à essa pandemia.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" no aplicativo.

A ordem da fala será, primeiro, para o Relator; em seguida, os titulares inscritos; depois os suplentes; e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e tempos de Lideranças poderão ser utilizadas após a audiência com o Ministro Milton Ribeiro.

A presente reunião é uma audiência pública com o objetivo de prestar informações sobre as tratativas de retorno seguro às aulas presenciais nas escolas públicas, no segundo semestre do corrente ano – o requerimento é da Senadora Kátia Abreu –, bem como o mapeamento da infraestrutura tecnológica presente e necessária para o breve retorno escolar.

Para esta audiência, temos a presença de S. Exa. o Ministro da Educação, Professor Milton Ribeiro.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, eu consulto se o Sr. Ministro já está presente. (*Pausa.*)

Muito bem.

Bom dia, Sr. Ministro Milton Ribeiro! É, com imensa satisfação, que recebemos o senhor em nossa audiência pública. Os Senadores vão chegando devagarzinho aqui. Já temos alguns, porque temos aqui ao lado a CPI, aqui ao lado dessa sala da nossa reunião. Há alguns que estão lá que são da Comissão; outros estão em Casa, remotamente, mas certo é que o senhor está falando para muita gente.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Ministro Milton Ribeiro, pelo tempo de 30 minutos, salvo se S. Exa. desejar falar mais, acrescentar. Fique inteiramente à vontade!

Com a palavra, o nosso querido Ministro Milton Ribeiro.

O SR. MILTON RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia, Sr. Ministro!

O SR. MILTON RIBEIRO – Eu gostaria de... (*Falha no áudio.*) ... cumprimentos a todos aqueles que se encontram presentes, aos Srs. Senadores e, de modo especial, ao nosso querido também Presidente desta Comissão, o Senador Confúcio Moura.

É uma alegria poder estar... Eu tenho dito aqui a toda a minha assessoria que eu não tenho e nenhum problema, nenhuma dificuldade, inclusive, eu me dispus a ir presencialmente e, sempre que fosse possível, eu não tenho nenhum obstáculo a estar presente a qualquer momento em que os Parlamentares, tanto o Senado quanto a Câmara, quiserem conversar comigo. Eu acho que, mais do que um direito, é um dever dos senhores estarem aqui, visto que têm legitimidade, representam uma parcela da população brasileira – no caso dos senhores, o Estado, um Estado da Federação –, para buscar informações e, de uma maneira toda especial, também fiscalizar os atos do Poder Executivo.

Eu agradeço ainda pela oportunidade de estar aqui, para contribuir com o debate em torno desse relevante tema que diz respeito às questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus e, evidentemente, os aspectos que alcançam a atuação do Ministério da Educação nesse contexto.

Estruturei a minha fala em três partes. Na primeira, falarei das ações do Ministério na linha de frente de combate ao Covid-19, por intermédio dos 50 hospitais universitários da rede federal, 40 deles gerenciados pela Ebserh, quando faço questão de fazer esse registro: quando cheguei ao MEC, eu jamais poderia esperar, entender ou saber que eu teria que administrar, de uma maneira indireta, mas bem presente nas vinculadas, 50 hospitais federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante disso, numa primeira fala, num primeiro momento, eu quero falar da atuação desses 50 hospitais, que cabe a mim, de uma maneira ou de outra, estar à frente como gerente-geral dessas instituições médicas. Na segunda parte, eu vou falar sobre as ações do MEC em resposta à pandemia. E, por fim, falarei, na terceira parte, sobre o retorno presencial das atividades escolares. Então, são três partes, para que a gente possa aguardar.

Primeiro, como disse, as ações de apoio à saúde. O MEC, apesar de ter sua missão precípua na educação, inclusive na de seus hospitais, cuja missão primeira é treinamento dos alunos oriundos dos cursos de Medicina e de outras áreas da saúde, atuou com diligência e responsabilidade no atendimento de saúde da população, durante a situação de emergência decorrente da pandemia.

A disponibilização dos hospitais universitários federais para auxiliar no trabalho da linha de frente de combate à pandemia representou um reforço importantíssimo para o nosso País. Em relação aos 40 hospitais universitários da rede Ebserh e ao Hospital das Clínicas de Porto Alegre, apenas no ano de 2020, foram utilizados 248 milhões do orçamento do MEC somente para atender às necessidades específicas da pandemia, incluindo a ampliação de leitos para Covid e a aquisição de equipamentos de proteção individual, os famosos EPIs, e outros insumos. Esse repasse viabilizou a disponibilização de 2.166 leitos pela Ebserh e, desse total, 860 são leitos de UTI. Já no que diz respeito ao HCPA, foram disponibilizados 154 leitos. Foram realizados mais 88 mil atendimentos de casos suspeitos de Covid, somente na rede Ebserh; desses, em torno de 31 mil casos foram confirmados. Já no HCPA, foram realizados mais de 7 mil atendimentos na emergência, dos quais mais de 4 mil foram confirmados com Covid. Foram contratados e treinados mais de 5.980 profissionais da área de saúde para viabilizar esses atendimentos. A despeito dos hospitais do MEC receberem casos graves relacionados ao Covid, as taxas de mortalidade hospitalar nesses hospitais encontram-se abaixo da média dos demais hospitais brasileiros: 38%, sendo abaixo de 28% na rede Ebserh e no HCPA. Além disso, a atuação dos hospitais universitários em pesquisas científicas relacionadas ao Covid-19 superou 450 projetos de pesquisas, muitos ainda em andamento. Isso representa um importante instrumento de desenvolvimento de tratamentos, vacinas e produção de conhecimentos para combater o coronavírus.

Além disso, o Ministério da Educação, por meio da Medida Provisória 934, posteriormente convertida na Lei 13.979, de 2020, viabilizou a antecipação da colação de grau para estudantes dos cursos de Medicina, Farmácia, Enfermagem e Fisioterapia, com o propósito de ampliar a força de trabalho qualificada para enfrentamento da pandemia. Atualmente, de acordo com os dados do painel da Secretaria de Educação Superior do MEC, já há mais de 8.750 profissionais habilitados para atuar na linha de frente do combate à Covid beneficiados pela antecipação.

Então, essa é a primeira área, é o primeiro tópico que falei das ações de apoio à saúde. Sobretudo esse último tema a que fiz referência foi uma discussão bem aprofundada aqui entre os técnicos, quando nós resolvemos antecipar a colação de grau e dar aos profissionais, num momento em que nós estávamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na pior crise de atendimento, com falta, com sobrecarga aos profissionais de saúde. A antecipação dessa colação de grau foi algo muito benéfico a todos. É a cooperação que o MEC deu à saúde brasileira.

Parte dois da minha fala: ações para mitigar os impactos na educação. Passo a relatar, então, agora as questões relacionadas às ações para mitigar os impactos da pandemia na educação, especificamente. Nesse sentido, eu gostaria de registrar que o Ministério da Educação publicou um relatório consolidado de ações adotadas para mitigar os efeitos da pandemia na educação. Esse relatório destaca cerca de 70 das principais ações do MEC em resposta à pandemia. Esse relatório – creio que os senhores já devem tê-lo, os membros da Comissão – está disponível também no *site* do MEC, mas fiz questão de disponibilizá-lo de forma impressa a esta Comissão.

Peço aos senhores e senhoras que divulguem essas ações junto a suas bases. Elas são importantes fontes de controle social. E é importante que pais, alunos, gestores escolares e a população conheçam as ações do ministério.

Esclareço que, conforme evidenciam as informações do relatório, o MEC sempre exerceu com responsabilidade o seu papel de coordenador e articulador nacional durante o maior desafio das últimas décadas enfrentado pelo Brasil na educação. Ainda em março de 2020, primeiro mês da pandemia no Brasil, o MEC criou o Comitê Operativo de Emergência, instância de articulação do MEC com as representações de universidades, institutos, Estados, através do Consed, Municípios, através da Undime, e CNE. Nesse espaço de articulação, foram realizadas mais de 30 reuniões e discutidas diversas ações fundamentais.

Diferentemente de outros países, a questão da descentralização da atuação do MEC nas redes municipais e estaduais torna o processo mais democrático, mas um pouco mais lento em termos de decisão, considerando que nós temos que ouvir as partes componentes da decisão. O MEC não pode tomar uma ação unilateral sem ouvir tanto a rede municipal quanto a rede estadual.

O objetivo do COE tem sido, desde o início da pandemia, estabelecer o diálogo, reunir as demandas e buscar soluções para mitigar os impactos da pandemia na educação. Todas as atas das reuniões realizadas no âmbito do COE estão disponíveis para acesso livre na página eletrônica do MEC, clicando-se no *banner* coronavírus. Além disso, está relacionada no *site* a descrição das ações adotadas em decorrência dessas discussões.

Diversas medidas emergenciais foram executadas no âmbito do colegiado para priorizar o retorno seguro das atividades no âmbito escolar, tais como repasse de recursos para reforçar a aquisição de materiais de higiene nas escolas; manutenção dos repasses no âmbito dos programas suplementares do MEC, como o Programa Dinheiro Direto na Escola, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e o Programa Educação Conectada; elaboração de documentos normativos para orientação às redes quanto ao retorno às aulas; exitosa solicitação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusão, na lista de prioridades do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid, dos profissionais da educação básica – lembro o que já disse da última vez: que, mesmo em 2020, logo em outubro de 2020, eu fiz chegar ao conhecimento da Casa Civil do Governo Federal esse pedido, vindo aqui do MEC, para que os profissionais de educação, tanto os professores quanto todos aqueles que trabalham, tivessem essa condição de ter uma prioridade na vacinação –; disponibilização também de informações e dados para orientar gestores, professores e pais de alunos; criação de painéis de monitoramento da pandemia, tanto para a educação básica como para a rede federal de universidades e institutos federais.

Especificamente sobre o repasse de recursos, gostaria de informar que, no ano de 2020, em colaboração com o Ministério da Economia, o MEC investiu R$1,7 bilhão para auxílio ao enfrentamento à Covid, que foram assim distribuídos: R$672,2 milhões para o PDDE emergencial, garantindo a compra de dos equipamentos de proteção individual e de mais insumos necessários ao combate da pandemia no âmbito das escolas de educação básica.

Vale lembrar – apenas lembrar – que o PDDE é um programa em que o dinheiro do MEC, o dinheiro federal, o dinheiro dos nossos impostos vai diretamente ao gestor, ao diretor da escola, não passa por entes políticos. Ele, então, é que tem essa responsabilidade de, juntamente com seus pares, definir as prioridades no enfrentamento da pandemia, no caso local.

Foram R$393 milhões para a parcela adicional ao Pnae, da alimentação escolar, assegurando a manutenção do programa, por meio de entrega de *kits,* mesmo durante o período de suspensão das aulas. Essa foi – também faço o registro – uma conversa pessoal com o Senhor Presidente da República, em que ele autorizou a mudança de determinadas rubricas para que fosse estendida a questão do Programa de Alimentação Escolar para meses em que anteriormente, normalmente, regularmente não eram colocadas. Eram meses de dezembro, janeiro, quando já não havia aulas, então não havia que falar em alimentação. Mas, mesmo assim, devido a tudo o que nós enfrentamos, isso foi autorizado, e gastamos esse valor de quase R$400 milhões, através do *kit* alimentação, para os alunos das escolas públicas.

Foram doados R$652,6 milhões para os hospitais universitários e para a aplicação do Enem e do Revalida. O Revalida, como os senhores sabem, tem um propósito de dar uma certificação a alunos que fizeram cursos de Medicina fora do País. Mas o Enem... Nós insistimos no Enem por quê? Porque, no meio dessa pandemia, retirar dos jovens que têm no coração o desejo de ingressar no ensino superior nós achamos que seria um peso extra. Então, com todos os cuidados, nós realmente aplicamos a questão do Enem para os nossos jovens brasileiros.

Outras ações importantes em andamento no MEC que merecem destaque incluem: a criação de grupos de trabalho para a realização das avaliações educacionais, com a participação de Undime, Consed e CNE; adoção de providências para a garantia da realização de todas as avaliações educacionais, Saeb, Enem, Encceja, Revalida, inclusive as internacionais, como o Pisa; ofertas de plataformas digitais para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viabilizar o ensino híbrido nas redes de ensino estaduais e municipais; oferta de conteúdos complementares em parceria com o Governo de Portugal para auxiliar as redes na redução dos déficits de aprendizagem; realização de avaliações formativas em Português, Matemática, Ciências e outras disciplinas para auxiliar nas intervenções pedagógicas tempestivas e auxiliar na recuperação dos alunos, entre outros.

A questão da grande tragédia da chegada dessa pandemia em todo o mundo, especialmente no Brasil, fez com que nós, aqui do MEC, pudéssemos, então, sem termos condições de atender a tudo e a todos, escolhermos algumas ações pedagógicas principais. E essas ações foram: um olhar especial à alfabetização, que é um ponto importantíssimo diante do quadro de que primeiro precisamos aprender a ler para depois ler para aprender. E o segundo é uma interface com o mercado através do incentivo aos cursos profissionais e profissionalizantes. Esses foram os dois principais eixos em que nós trabalhamos nesse retorno, nessa crise que tivemos para poder suprir algumas áreas que eventualmente estavam muito necessitadas.

E, por fim, terceiro, é o retorno às atividades presenciais.

Srs. Parlamentares, sobre esse último aspecto, gostaria de reforçar que as nossas crianças e jovens precisam de escolas abertas. Precisamos enfrentar juntos os desafios impostos pela pandemia e cumprir com a nossa obrigação, enquanto País e enquanto sociedade, de garantir as condições necessárias para o retorno às atividades escolares. Respeitosamente, nós, então, incluímos os profissionais da educação na ordem de prioridade da vacinação. Isso é mais do que necessário para uma atividade essencial. Mas preocupa-nos, eventualmente, algum discurso paralelo ou acessório em que se fala – já tenho começado a ouvir – que há necessidade de se vacinar as crianças. Daqui a pouco são os pais das crianças, os avós das crianças, e assim vai, e nós não vamos retornar mais às aulas. Precisamos tomar uma decisão com coragem, responsabilidade e coragem para o retorno seguro, presencial, às aulas.

O Brasil é, infelizmente, um dos últimos países do mundo a reabrir as escolas. E não há que se dizer que o assunto foi a vacinação, porque acabo de chegar – eu vou citar isso daqui a pouco – da Itália e lá os países estão todos retornando, e eventualmente países com uma porcentagem de vacinação muito inferior à do Brasil. A maioria dos países já retornou às atividades presenciais ainda em 2020, quando sequer havia vacinas disponíveis. Essa verdade é que eu fui ver lá no encontro do G-20, isso porque, rapidamente, esses países reconheceram os prejuízos significativos para suas nações e para seus estudantes decorrentes da ausência de aulas presenciais. Estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Unesco, apontam que o fechamento de escolhas traz consequências potencialmente devastadoras: perda de aprendizagem, maiores taxas de abandono escolar e aumento da violência, como alguns já citaram. Já há protocolos de biossegurança estabelecidos que reduzem os riscos de contágio no ambiente escolar. Todos esses protocolos se baseiam fundamentalmente no distanciamento, uso de máscara e de álcool em gel. Então, isso está mais do que sabido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estudo da OCDE demostra que na maioria dos países do G20 a decisão do retorno foi centralizada, diferentemente do que ocorreu no Brasil, já que a própria Constituição Federal concede autonomia aos Estados e Municípios no que se refere à educação básica. Além disso, o STF decidiu que a abertura ou o fechamento de escolas, comércio e outros estabelecimentos compete aos Estados e Municípios. Poucas redes de ensino já retornaram às atividades presenciais. A rede estadual de Santa Catarina, por exemplo, retornou presencialmente ainda em 2020, demonstrando que a atuação proativa das redes de ensino é o diferencial para viabilizar a abertura das escolas.

Entende-se que, no Brasil, por sua diversidade, extensão territorial e especificidades locais, faz-se imprescindível uma participação ativa, na ponta, para viabilizar um plano local de retorno às aulas. Nesse cenário, o MEC entende ser urgente a necessidade de providências para viabilizar a reabertura das escolas e a retomada das atividades presenciais, respeitados sempre os protocolos de biossegurança e as especificidades locais.

O MEC apoia, portanto, a aprovação urgente por este Senado Federal do PL 5.595, de 2020, que torna a educação no formato presencial uma atividade essencial e induz o processo nacional de retorno às aulas presencias. Esse decreto, Srs. Senadores, eu creio que é importantíssimo para a educação brasileira e está aí à análise dos senhores. Mas cabe lembrar, para uma contrapartida, que, ao mesmo tempo em que ele vai tornar a aula presencial essencial, nós temos ao lado dele igualmente uma lei e resoluções, sobretudo a que me referi há pouco, do Supremo Tribunal Federal, que dá aos Municípios um poder discricionário de poder avaliar, com seus técnicos de saúde, se aquela região está ou não apta para um retorno. Quer dizer, em nada vai retirar direitos ou qualquer tipo de atuação dos senhores gestores locais, que têm a sensibilidade, lá na ponta, de sentirem como está a situação da sua região.

Das cerca de 137 mil escolas públicas da educação básica, aproximadamente 102 mil possuem acesso à internet por meio do apoio financeiro do Programa de Inovação Educação Conectada. E 35 mil escolas ainda não possuem acesso à internet. Esse é o nosso número do nosso sucesso. Em levantamento realizado em maio deste ano, as redes estaduais e municipais tinham, somente no que se refere ao salário-educação, mais de 5 bilhões em conta corrente. O salário-educação é uma das principais fontes de financiamento da educação básica, juntamente com o Fundeb. Esses recursos podem ser aplicados na melhoria da conectividade das escolas, aquisição de dispositivos eletrônicos, adoção de medidas de biossegurança para o retorno presencial, melhoria da infraestrutura das escolas, entre outros.

Levantamento recente realizado pelo MEC demonstra que o nível de maturidade de tecnologia da informação das escolas brasileiras é baixo, exigindo medidas estruturantes para modernização e transformação digital da nossa educação. Não vale a pena colocar um *tablet* na mão de aluno ou de professor sem a devida capacitação, haja vista também, uma coisa não exclui a outra, que nós temos hoje no Brasil milhares de escolas que sequer possuem água encanada ou sistema de esgoto. Nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter, como gestores públicos, a sensibilidade de fazer as escolhas e as prioridades certas. Tudo bem que a internet é uma ferramenta importantíssima, mas vale lembrar isso somente a título de reflexão.

A partir desse levantamento e da recém-aprovação no Senado Federal do PL 142, de 2018, que estabelece uma nova política nacional de apoio à educação conectada, o Governo Federal apoiará com maior qualidade as redes estaduais e municipais para superar esse desafio. Repito: não basta – eu disse, fiz e faço, de maneira respeitosa, um comentário –, não adianta despejar milhões de reais na ponta. Não é assim que as coisas têm que ser. Nós temos que ter critérios, temos que ter avaliação, temos que ter uma maneira um pouco mais, vou dizer até mesmo civilizada, para que esses recursos tão escassos no Governo Federal, oriundos dos nossos impostos, cheguem com qualidade e possam ser depois vistoriados até mesmo pelo MEC. Os recursos serão direcionados para as necessidades identificadas nesse mapeamento, de modo a se buscar maior efetividade na transferência dos recursos federais. Contamos com o apoio de todos os Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Acabamos de ouvir a didática exposição do Sr. Ministro Milton Ribeiro.

Neste momento, eu passo a palavra ao nosso Relator Wellington Fagundes para fazer... Ele está presente, o Wellington? Wellington Fagundes está presente? (*Pausa.*)

Ele está em trânsito? Então...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sim, Presidente. Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, está bom.

Então, V. Exa. está com a palavra, meu Líder. Fique à vontade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É que aqui está...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A menina estava falando que V. Exa. estaria viajando para Sinop.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Na verdade, eu queria saudar todos: o nosso Presidente Confúcio, o Vice-Presidente Styvenson, todos os Senadores que estão conosco e também o nosso Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, eu estava agora, Ministro, em uma reunião no Ifet (Instituto Federal de Educação Tecnológica) aqui de Sinop. Sinop é a nossa capital do nortão de Mato Grosso, e exatamente nós estávamos discutindo as ações do Instituto Federal de Educação Tecnológica em relação à Covid.

Esse instituto, que está em 23 cidades do Estado de Mato Grosso, Senador Confúcio, já desenvolveu 55 projetos na área da Covid – esses 55 projetos de combate à Covid já estão totalmente complementados e executados –, e 70 projetos ainda terão conclusão até o final de 2021, com quatro laboratórios de PCR específicos para Covid, além de campanhas que foram feitas com laboratórios, principalmente de álcool em gel, de protetores de vacina, de apoio também ao uso de máscaras; enfim, todo o trabalho que foi feito aqui pelo Ifet.

Então, com isso, eu quero registrar a importância que representa o Ifet (Instituto Federal de Educação Tecnológica) para o Mato Grosso, que é um Estado em expansão, daí a sua importância. Inclusive, nós estávamos aguardando, Ministro, porque estava prevista a presença aqui do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, o Wandemberg, para o dia 19, e tivemos agora uma notícia de que, parece, o Secretário foi exonerado ou pediu demissão. Eu gostaria até que o senhor, se puder, explicasse um pouco sobre isso.

Eu quero aqui, rapidamente, Sr. Presidente – vou me ater a poucas perguntas hoje –, dizer que a pandemia, sem dúvida nenhuma, agravou e escancarou as grandes desigualdades brasileiras, e a área de educação, particularmente, claro, foi uma das mais afetadas. Com a suspensão das aulas presenciais, todas as escolas públicas, que deveriam funcionar como fator de equalização de oportunidades e de ascensão social, veem-se às voltas com sérios déficits de conectividade, em especial nas regiões mais carentes, no caso do Mato Grosso, já que nós estamos na Amazônia Legal. O ensino *on-line* e a banda larga ainda estão fora do alcance de inúmeras famílias, e isso acarreta desânimo entre jovens e crianças, o que acaba aumentando a evasão e a repetência.

Agora, em 2019, cerca de 4,3 milhões de estudantes em todo o Brasil não tinham acesso à internet, seja por razões econômicas ou por indisponibilidade de serviço na área em que vivem. Desse total, 4,1 milhões são alunos da rede pública. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. E ele ainda continua dizendo que investigou, no último trimestre de 2019, o acesso à tecnologia da informação em comunicação na mesma linha. Portanto, o mais grave ainda é o fato de que 40% das escolas brasileiras não têm estrutura básica para o mínimo, como o Ministro acabou de dizer, como lavar as mãos. E, segundo o estudo do programa conjunto para a higiene e saúde da Unicef e da OMS, há tudo que o Ministro falou, inclusive faltam até sanitários para os alunos, e alguns exemplos são extremamente chocantes.

No Amazonas, só 19% das escolas têm acesso a água encanada. No tocante ao esgotamento sanitário, a situação ainda é pior, sobretudo na Região Norte. Em alguns daqueles Estados, menos de 10% das escolas têm acesso a esse serviço. E ainda foi pensando nessa triste realidade que, dias atrás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentei o Projeto de Lei nº 2.298, Ministro, assegurando prioridade às escolas e creches públicas nos planos municipais e regionais de universalização do saneamento básico dentro do contexto do novo marco regulatório do setor, porque era comum também, principalmente no setor elétrico, a gente ver as hidroelétricas sendo construídas, construir o linhão, e a comunidade local, às vezes, ficava ali sem energia elétrica. E a gente não quer que aconteça isso também com o saneamento básico.

Uma providência extremamente importante para o combate e a prevenção da Covid neste momento também é extremamente importante. Eu até gostaria do comentário do Ministro em relação ao que os professores, ao que a área da educação pode estar fazendo ainda neste momento, já que estão fechadas todas as escolas, porque, como o próprio Presidente Confúcio colocou, nosso maior problema que a gente vê neste Governo é exatamente as campanhas educativas, que são muito falhas por parte do Governo.

Enfim, são algumas questões que, com certeza, o senhor abordou agora, mas nosso País já perdeu mais de meio milhão de vidas para a pandemia e também corre o risco sério de perder toda uma geração que está sem frequentar a escola há mais de um ano. Portanto, é dever do Governo e do Parlamento e também é obrigação de todos nós exorcizar essa terrível ameaça que pesa sobre o futuro do País. E, a curto prazo, está claro que a volta à normalidade depende de vacinação em massa em ritmo acelerado dos professores e demais profissionais da educação e, progressivamente, de segmentos mais jovens, ainda que fora dos principais grupos de risco. Isto, Ministro, é o que tem sido colocado por muitos, e, na fala de V. Exa., o senhor já colocou de forma diferente, que, em muitos países, mesmo com baixo índice de vacinação, as crianças estão na escola ou estão voltando para a escola. Então, parece um paradoxo do que está sendo apresentado para todos nós.

Também quero dizer que vale lembrar que o Congresso Nacional – já para encerrar – lavrou valioso tento nessa corrida contra o relógio, aprovando projeto de lei de minha autoria que exatamente autoriza os megalaboratórios da saúde animal, ou seja, do agro, a também fabricarem a vacina. Claro que a nossa expectativa é de que a gente possa ter vacina, produzir vacina brasileira o quanto antes possível. A Fiocruz já anunciou essa possibilidade de já começar a fabricar, mas eu gostaria que o Ministério da Comunicação e V. Exa. pudessem também fazer algum comentário sobre essa questão da produção de vacina, inclusive nas pesquisas que estão sendo feitas pelas universidades e também junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Eu vou encerrar, Sr. Presidente, apenas com duas perguntas.

A recente promulgação da Lei 14.172, de 10 de junho de 2021, criou bastantes expectativas na comunidade educacional, uma vez que esse diploma legal determina que a União entregue aos Estados e ao Distrito Federal o valor de R$3,5 bilhões para aplicação em ações para a garantia do acesso à internet. Isso, claro, com fins educacionais. Isso seria para os alunos e também para os professores da rede pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os recursos devem ser utilizados para pagar soluções de conectividade e também equipamentos. E, nesse sentido, nós perguntamos: já existe no âmbito do Poder Executivo o planejamento para o repasse desses recursos aos entes subnacionais neste ano? E qual é a expectativa de atendimento em matéria de conectividade e de oferecimento de equipamento com esses recursos?

Tendo em vista as discussões e as ações em curso para a realização do leilão da frequência 5G, consideramos que essa licitação de espectro pode se configurar em uma oportunidade ímpar para oferecermos às escolas brasileiras um acesso à internet de qualidade.

Diante disso, perguntamos: existe alguma previsão de que venham a ser incluídos no edital de licitação da tecnologia 5G obrigações relacionadas à educação a serem cumpridas pelas vencedoras? E quais seriam essas exigências do ponto de vista do Ministério da Educação?

Mas eu quero, ainda concluindo, Presidente Confúcio... Eu estive no MEC, no FNDE, há poucos dias, e fiquei estarrecido ao receber a informação de que, no Brasil, nós temos mais de 2 mil creches, quase 2 mil creches inacabadas no Brasil. Então, eu queria também... E creche é exatamente cuidar da criança. O pai trabalhador tem que deixar a criança sob uma ocupação e, principalmente, sob um ensino, um aprendizado, e, infelizmente, mais de duas mil creches... Eu sempre tenho dito que isso representa desperdício do recurso público.

E eu queria ouvir do Ministro em relação não só às obras inacabadas de creches, mas também às obras inacabadas na pasta da educação como um todo e como ele vê isso, qual a crítica que ele pode fazer em relação a esse aspecto.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Sr. Ministro, o senhor pode anotar as perguntas que o Senador fez?

E agora eu vou fazer um bloco de três. Vou passar a palavra para o Senador Esperidião Amin e depois para o Senador Styvenson Valentim. Após a fala do Senador Styvenson, o senhor responde aos três.

Então, com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom dia, Presidente Confúcio, e bom dia a todos os nossos Senadores e Senadoras. E um bom-dia muito especial ao nosso Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apreciei bastante a exposição do Ministro e tenho duas perguntas a formular. A primeira delas vai no sentido de avaliar, em termos quantitativos, o quanto de ensino presencial já se alcançou em face da vacinação dos professores e dos agentes da educação. Acho que foi uma providência muito importante defendida por todos nós que temos uma relação maior com o magistério. Eu, que comecei a lecionar em 1968, acho que consigo apreender a importância dessa vacinação de todos os profissionais da educação.

E gostaria de saber, em função dos níveis atuais, qual o porcentual de ensino presencial que nós já temos no País, segundo a avaliação do Ministério.

E a segunda pergunta, Ministro, vai no sentido de pedir a sua atenção e respostas para a questão dos bolsistas. Bolsistas especialmente da CAPES, que têm a dificuldade de retorno ou trânsito para prosseguirem os seus trabalhos em países que têm exigência de vacinação e de passaporte, como nós já começamos a assistir na Europa, especialmente. Então, o que que o MEC pode fazer para dar apoio a esses bolsistas e qual o percentual dos nossos bolsistas que já superou ou que não superou essa dificuldade de locomoção e de acesso aos seus pontos de locais de onde realizam, onde desenvolvem as suas atividades.

São essas duas perguntas. Uma, no campo do ensino fundamental, que é a nossa grande prioridade, e outra, no do ensino superior, especialmente aqueles que têm bolsas fora do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu passo a palavra para o Senador Styvenson Valentim, nosso Vice-Presidente.

Com a palavra, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O senhor consegue me ouvir? O senhor consegue me ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, pode continuar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Muito obrigado. E assim que eu substituo o senhor aí, na Comissão, para o senhor tirar suas férias.

Sr. Ministro, para iniciar a minha fala, um bom-dia a todos os Senadores.

Eu observei atentamente todos os dados que o senhor trouxe, e me espantou a distribuição de recursos de 1,7 bilhão que o senhor destinou para PPDE, Pnae... Eu tenho interesse de querer saber quanto foi enviado para o Rio Grande do Norte, porque eu não consigo enxergar que chegou até aqui e, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegou, foi utilizado de uma forma que não deu essa publicidade, essa transparência. Mas isso não é uma pergunta não, é só uma curiosidade, para o senhor mandar por escrito depois.

Iniciando uma pergunta, o senhor falou sobre recursos, que foi fazer essa visita ao G20 aí, Itália, e viu que os países estão retomando, e o nosso País, segundo estudos desenvolvidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, nosso País investe 5,6% do Produto Interno Bruto em educação. Esses 5,6% são muito superiores aos outros países que pertencem a essa organização, não é? E o gasto na educação, a gente vê que cerca de US$3,8 mil vão para o ensino fundamental, ensino básico, ensino médio, e US$14 mil vão para a educação superior.

O senhor não acha que essa discrepância deveria ser corrigida, uma vez que nossos alunos do ensino médio e do ensino fundamental ali, ensino básico, vão passar por um processo de Enem, que eu espero que não seja interferido mais uma vez ou que não seja prejudicado devido à falta de infraestrutura, essa de que o Senador Wellington já falou, que o senhor já citou, falta de esgoto, internet, 35 mil escolas sem internet...

Dentro dessa falta de internet, o que é que o Ministério das Comunicações está fazendo para sanar esse número que o senhor já traz?

Estou fazendo várias perguntas entre uma só porque o tempo é curto, o tempo é curto. Então, essa distribuição, esse recurso, não está sendo mal gerido? Falta dinheiro para o nosso País ou falta uma gestão? Ou falta colocar o dinheiro no canto certo? É a primeira pergunta.

A segunda vem sobre os médicos.

O senhor falou sobre as escolas de medicina, principalmente que o MEC tem esse envolvimento. Eu preciso fazer ao senhor uma pergunta que me fazem sempre. É sobre o Revalida. O número de brasileiros que estão do lado de fora, que estão no Paraguai, na Argentina, na Bolívia, em Cochabamba, que estão por aí estudando Medicina, pagando mil, R$2 mil, um preço bem inferior ao que se paga dentro do País... O ensino de Medicina é R$10 mil, R$15 mil – um curso de Medicina aqui dentro. Eles alegam que o Revalida, além de periodicidade baixa, é muito caro. Primeiro quero saber o número de brasileiros que fazem isso. Depois, o valor do Revalida. E esse período? Porque, senão, a gente vai ficar ainda sem médicos, precisando de médicos, num momento como este de pandemia, ou a gente volta para aquele programa dos médicos cubanos. Entendeu? Vamos ter que importar médicos, tendo brasileiros lá fora trabalhando, porque não conseguem entrar no País devido ao custo. Um dos principais argumentos colocados foi o custo elevado para fazer esse Revalida.

Um terceiro ponto é: qual o plano, qual o plano do Ministério da Educação para a gente recuperar esses quase dois anos de educação quase perdida em nosso País, a consequência. Qual a estratégia, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é que vai acontecer? Porque, por mais que falte infraestrutura – e o senhor foi lá conhecer os outros países que estão retomando...

É interessante que as escolas particulares, Sr. Ministro, voltaram à educação, voltaram às aulas bem antes. Alguns Estados, como o senhor citou, alguns Municípios que eu conheci, no meu Estado, também retornaram bem antes às aulas, e nem tomaram a vacina os professores, nem os alunos. Retornaram justamente porque tinham estrutura de higiene dentro da escola, como as escolas particulares têm e como as escolas de outros países estão tendo. Então, parece-me que aquele professor que dá aula na escola pública, que não vai porque não tomou vacina, porque não tem estrutura sanitária suficiente, é o mesmo que dá aula na escola privada, que também não tomou vacina, mas que tem uma estrutura.

Como é que a gente vai fazer para sanar esse problema, definitivamente, de estrutura das escolas? Qual é o plano que a gente vai ter para retomar? Vai aumentar a carga horária? Vai ter três turnos? Vai se estender? Como recuperar dois anos perdidos na educação em tão pouco tempo?

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Styvenson Valentim, nosso Vice-Presidente.

E agora passo a palavra ao Sr. Ministro, para ele responder aos três inscritos anteriores: Wellington Fagundes, Esperidião Amin e Styvenson Valentim.

Com a palavra V. Exa. pelo tempo que julgar necessário, mas dentro de um limite que o senhor possa calcular.

O SR. MILTON RIBEIRO – Muito bem.

O senhor está me escutando bem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Escutando bem. O senhor pode... Estou escutando bem.

O SR. MILTON RIBEIRO – Está bem.

Então, primeiro, quero agradecer as perguntas. É uma oportunidade também para a gente tentar esclarecer tudo o que for possível a mim.

Quero dizer aos senhores que eu não tenho nenhuma dificuldade de dizer, eventualmente, que um dado ou uma questão eu não posso responder imediatamente, porque estou aqui há menos de um ano e, naturalmente, de alguns dados eu não tenho conhecimento. E eu não tenho nenhum problema em dizer que eu não sei. Só não quero responder de maneira errada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, Senador Wellington, eu quero dizer que o nosso Secretário de Educação Tecnológica, o Professor...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ministro, liga o vídeo do senhor aí, porque o senhor não está aparecendo na tela.

Só ligar o vídeo.

O SR. MILTON RIBEIRO (Para expor.) – Bom, desculpe.

Então, eu quero repetir que eu não tenho nenhuma dificuldade em dizer que eu não sei, eventualmente, alguma questão que foi feita e, sobre aquilo que eu não tiver o dado, eventualmente, eu posso mandar posteriormente a quem perguntou.

Começo. Estão todos agora me vendo.

Senador Wellington, eu respondo, primeiro, a uma pergunta bem direta que ele fez a respeito do Secretário Wandemberg, que é alguém que chegou comigo, eu que o trouxe lá da Comissão de Ética Pública, é alguém da minha confiança e tal, e ele, então, neste momento da vida dele, optou por um encaminhamento de um aperfeiçoamento pessoal acadêmico. Ele fez a inscrição em um doutorado da UnB e também está ali com a família crescendo, e a opção, o pedido foi dele, não meu. Ele que fez o pedido para ser substituído. Então, fica aqui o registro. Eu pus, inclusive, no meu Twitter, o meu agradecimento, meu reconhecimento pelo seu conhecimento, pela sua competência e agradeci. E o outro, que nós nomeamos hoje, também, é o Professor Tomás, que também veio, é oriundo da mesma secretaria. Então, não haverá uma descontinuidade no programa e na visão da questão acadêmica. Isso já foi colocado. Apenas para responder ao Senador Wellington.

Quando a gente verifica, Senador Wellington, a questão da internet, que foi uma questão que o senhor colocou, primeiro, eu preciso registrar isso, que a questão da internet no Brasil e na educação não foi um problema criado pelo atual Governo. Nós estamos enfrentando o problema, e eu não quero fugir desse enfrentamento, mas esse é um problema estrutural que existe no Brasil há muitos anos. Isso não é alguma coisa inventada agora. A pandemia só trouxe à tona a questão dessa desigualdade que há na questão da internet para todos, mas não foi um problema criado por nós.

Então, o que nós estamos fazendo agora devido à questão da pandemia é tentar mitigar os efeitos dessa ausência. Para isso, por exemplo, na questão da alfabetização, nós contratamos um *app* na Finlândia, em que os alunos podiam, então, baixar o *app* num equipamento próprio, seu, na escola, em que há conexão, e, depois, eles podiam jogar esse GraphoGame em casa, *off-line*.

Quer dizer, nós tentamos minimizar, de uma maneira muito grande. Fora os *chips* que nós disponibilizamos a alunos mais carentes. Enfim, nós tentamos fazer o máximo. Não havia uma previsão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamentária. Ninguém imaginava essa pandemia. Não havia... Havia uma rubrica específica para que as coisas pudessem caminhar na parte de internet, mas ninguém podia imaginar que tudo isso iria se voltar para a internet. O que nós estamos fazendo é tentar movimentar algumas rubricas das partes que não estão sendo usadas, como alguns valores que eram pagos a estagiários, por exemplo, da educação básica, nós transformamos isso em *kit* alimentação e outros procedimentos mais necessários na atualidade. Então, a questão da internet, Senador Wellington, mostra, de uma maneira mais forte ainda, que a questão é o retorno presencial, porque, antes, não se falava tanto em internet... Já se falava, mas o retorno presencial se mostra mais necessário ainda, tanto dos professores quanto dos alunos, devido... Porque nós não vamos conseguir, em um ano ou em uma gestão, resolver o problema de internet de todos os 46 milhões de alunos da educação básica do Brasil, entende?

Então, o que nós precisamos das escolas... Estou falando de escolas públicas, 46 milhões. Então, nós não vamos poder fazer isso, mas o retorno presencial se torna mais urgente, mais importante devido à nossa carência, num país continental como o nosso, em que existem outras prioridades, como o senhor bem falou, Senador, como, por exemplo, falta de banheiros, falta de água. Imaginem do que adianta alguém ter um *tablet* numa escola rural onde nem sinal de internet existe. Nós sabemos da precariedade até mesmo dos nossos sinais. Se você sai um pouco aqui das grandes cidades, o sinal já fica fraco. Então, imaginem alguém numa escola rural, ele não vai ter. Salvo se, também – nós estamos trabalhando nisso –, feita a compra e instalação de antenas e internet via satélite.

Recentemente, eu estive no Maranhão, e em um dos assentados quilombolas nós implantamos lá, junto com o Mapa, uma internet via satélite. Também é uma solução possível.

Muito bem. Com relação às ações do MEC e da Capes, uma das minhas preocupações... Eu quero ser prático. Eu tenho muito medo de ser pragmático. O pragmático é resultado a qualquer custo; o prático é aquele que sabe diferenciar as prioridades. Mas, quando eu olho a relação de pesquisas que nós – o Governo Federal, o MEC, através da Capes – financiamos... É claro que, nesse tempo, nesses últimos tempos, nós temos insistido com a Capes para que as pesquisas sejam pesquisas aplicáveis e aplicadas, para que a gente saia um pouquinho do mundo mais subjetivo, das questões, que eu respeito – eu sou da área de humanas –, filosóficas e tal, para a gente reservar recursos para uma pesquisa mais aplicada. E, para isso, agora, recentemente, ao comemorarmos 70 anos da Capes, uma revista foi publicada com uma série de pesquisas que foram feitas com incentivo da Capes, com financiamento público, somente sobre Covid.

Eu poderia, se os senhores da Comissão quiserem, caso haja interesse, fazer chegar às mãos dos senhores essa revista que elenca as pesquisas Capes, quer dizer, federais, unicamente, ou seja, todas voltadas à questão Covid, que já é uma orientação do Governo Federal.

Com relação a possível dado equivocado, Senador Wellington, na verdade, o que acontece? Acontece o seguinte, que na minha estada lá no G20, as vinte maiores economias do mundo, com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministros da Educação, o que eu ouvi foi que o único país que não tinha retornado as aulas praticamente era o nosso. Todos eles voltaram. E não tem essa obrigatoriedade da vacinação de professores, enfim. Por quê? Porque lá a maneira da gestão é diferente da nossa. A nossa é muito mais participativa e democrática, mas lá quem orienta é o Governo. Na maior parte dos países, quem dá as ordens é o Ministro de Estado da Educação, claro, observando todas as medidas e os protocolos científicos para não colocar ninguém em risco. Mas lá, por exemplo, a África do Sul voltou em outubro, novembro, e já estava com aulas presenciais. Claro, com as aulas presenciais sem vacina, mas observando os protocolos. O grande protocolo é distanciamento, máscara e álcool em gel. Nós não temos outro caminho, temos que caminhar por esse caminho.

Agora, por fim, há obras inacabadas. Uma das coisas que eu mais insisti, quando cheguei aqui... Eu fiquei surpreso – e creio que os senhores vão ficar também – quando cheguei ao MEC e descobri que, quando cheguei em julho, nós tínhamos mais de 4 mil obras inacabadas. São obras que... O que acontecia? Os gestores então, alguns – eu não posso dizer todos – tinham algo muito estranho em termos de gestão com probidade, porque o grande ponto era iniciar a obra; iniciada a obra, o empreiteiro dizia: "Olha, eu não tenho condição de acabar, eu quero aditar esse contrato". E não havia recurso ou não era possível, e a obra ficava lá parada. Enfim, lá na ponta, quem recebeu daqui de lá, já estava satisfeito. A obra continua lá enterrada para vergonha nossa, para vergonha da administração pública. Eu fico triste quando chego a uma cidade e vejo uma creche ou uma escola inacabada.

Então, o que nós fizemos? A minha orientação direta ao Sr. Presidente do FNDE: quando alguém, quando algum Parlamentar vier solicitar – porque cabe a ele, sim, querer uma escola, uma creche, enfim, coisas desse tipo –, você verifica primeiro se há na região ou na base dele, política mesmo, alguma obra inacabada, e aí eu falo com o Parlamentar. Eu estou disposto, seja de qual partido for. Eu falei para todos que me procuraram. Eu estou disposto, eu vou lá aplaudir a emenda parlamentar, a ajuda que eles vão dar para a gente terminar essa obra, porque a educação tem que atravessar as questões partidárias, e a gente alcançar lá na ponta. E é isso que nós temos feito.

Somente em seis meses, quando eu cheguei, diante dessa política, 967 obras foram terminadas. O ano passado, para os senhores terem uma ideia... Deixe-me pegar aqui um dado. Nos últimos 12 meses, que é de julho a junho, 1.188 obras foram concluídas – nos últimos 12 meses. Concluídas, quando eu falo, é exatamente isto, de pegar uma obra que está parada, um esqueleto, um esqueleto ali declarando a incompetência da gestão pública, e nós, simplesmente, agimos para o não desperdício do dinheiro público.

Bom, agora, Senador Amin, nós temos que avaliar quantos retornaram à escola pública após a vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse número preciso eu, sinceramente, não tenho, porque esse número está naturalmente ligado às redes municipais. Nós estamos aqui com um grupo, inclusive dos meus secretários, e fazemos questão de repassar esse número. Nós temos aqui o número? Está aqui? (*Pausa.*)

Não, nós não temos esse número de quantos alunos e quantas escolas voltaram às aulas presenciais. Não temos.

Nós estamos fazendo e terminando, agora, em julho, um painel, com os dados, que vai ser franqueado a todos, por meio do qual vai ser possível fazer com que todo o Brasil, todo educador, todo gestor acompanhe quais escolas voltaram e quais ainda estão fechadas. Então, em julho, o MEC lançará a oferta para todas as redes, também numa forma de diagnosticar qual o problema, por que não retornam e quais as dificuldades.

No MEC também nós temos uma equipe trabalhando para ofertar conteúdos complementares aos professores e alunos.

Nós temos também a formação de professores, que nós já tivemos a oportunidade de fornecer, que são cursos para uso de tecnologia. Alguns professores, diferentemente dessa nova geração de adolescentes e crianças, não tinham tanta familiaridade com aulas virtuais, uso de internet. Então, o que nós fizemos? Mais do que depressa, o MEC forneceu gratuitamente, através também da internet, uma capacitação para que professores pudessem formular, modular, enfim, fazer as aulas de maneira compreensível, com o mínimo de conhecimento técnico. E a isso nós demos esse tratamento.

Nós também estamos em contato... Recentemente nós recebemos aqui um dos CEOs da Google e da Microsoft para que pudéssemos ofertar algumas plataformas digitais – isso de forma gratuita – para professores e gestores, porque nós entendemos que, daqui para diante, mesmo com o retorno presencial, a questão virtual deixará de ser apenas um acessório e se tornará algo importante, um componente importante na questão da educação e da aprendizagem.

Agora, eu vou passar ao nosso Senador Styvenson. Com relação aos recursos do Rio Grande do Norte, os valores que eu tenho aqui, Sr. Senador, são valores que a minha equipe me passou: apenas de salário-educação, foram 25 milhões transferidos para o Rio Grande do Norte; agora, para os programas do FNDE mais o salário-educação, um total de 216 milhões; do Fundeb, foram 720 milhões; e, para o Pnate, que é aquele que ajuda na manutenção do transporte escolar, foram 15,3 milhões. Esses são os números que eu tenho aqui e que foram passados para a nossa equipe.

Com relação à questão das bolsas, primeiro, há que se registrar, desde logo, que as bolsas foram prorrogadas, as bolsas internacionais. Eu tenho aqui até uma relação – naquele nosso caderno, há essa informação –, mas vale lembrar que, quanto à questão das bolsas e do possível retorno dos bolsistas aos seus países, nós estamos naturalmente submetidos às regras das regiões e dos países que são soberanos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para quererem ou não os alunos de volta. Para os senhores terem uma ideia, nessa minha viagem, eu e minha equipe, para a Itália, somente eu e minha equipe fizemos três testes de PCR para Covid, para entrar, para sair, para permanecer. Então, eles têm toda uma regra própria e, naturalmente, com relação aos alunos bolsistas, há esse componente; há não apenas a vontade do MEC em ajudá-los, mas também esse componente de o país que está recebendo impor algumas condições.

Eu vou fazer uma leitura aqui das relações internacionais que está no nosso – eu acho que todos aqui receberam – caderno, nessa revista, de que a suspensão das modalidades acadêmicas internacionais durante a pandemia e a negociação com as entidades parceiras, no sentido de preservar os referidos programas para a retomada, foram feitas por Fulbright, Brafitec, Cofecub etc. Prorrogação até o final de 2021 da vigência dos projetos de pesquisa de programas internacionais que se encerrariam em 2020, isso foi feito por parte do MEC. A seleção de 16 bolsistas para intercâmbio pelo acordo Capes-Fulbright, cujas disciplinas acadêmicas nas universidades norte-americanas se iniciam em agosto e setembro de 2020, para atendimento *on-line* dos bolsistas.

Eu não vou fazer a leitura, porque já está nesse livro, mas muitas ações foram tomadas com relação à prorrogação das bolsas. Nós estamos preocupados, sim, com a questão das bolsas e das bolsas da educação básica. Nessa semana, em despacho com o Senhor Presidente, eu fui conversar a respeito desse tema, que é, naturalmente, mais sensível ainda com relação às coisas que acontecem aqui dentro do nosso País.

Eu não sei se eu consegui contemplar todas as questões, mas eu estou aberto à alguma complementação, caso os Srs. Senadores desejem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Ministro, o Senador Esperidião Amin pediu aqui uma explicação. Eu gostaria que ele fizesse diretamente a V. Exa. Ele pede sobre a questão do retorno às aulas. Pode...

Com a palavra, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Como o Ministro falou, Senador Confúcio, vai realizar-se, neste mês de julho, um painel sobre essa questão – se eu bem entendi a resposta. Então, eu acredito que, realizado esse painel, o senhor pode encaminhar à Comissão da Covid essa estatística, porque eu sei que os alunos não são do MEC, são da rede pública estadual, municipal e do Distrito Federal de ensino.

Então, saber o quanto de retorno se obteve eu acho que é importante exatamente pelo que o senhor constatou nessa sua viagem à Itália: o Brasil foi o país que primeiro fechou as salas de aula e está sendo o último, provavelmente, a abrir, com todos os prejuízos. Eu não discuto as cautelas, eu discuto o conjunto de prejuízos que esse fenômeno acarretou. Especialmente quanto mais tenra for a idade do aluno, eu creio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que maior é o prejuízo, até porque acrescenta ao prejuízo didático e pedagógico também o emocional e o de socialização. É isso que eu gostaria que o senhor... Tão logo tenha os dados que possa nos repassar, creio que o senhor fica nos devendo, no bom sentido da palavra, a prestação dessa informação.

Quanto à questão das bolsas, eu ia também perguntar sobre qual é a *performance*. Em relação a mil bolsistas, por exemplo, que tinham que voltar aos países, que, claro, têm as suas próprias regras, qual é a *performance*? Cinquenta por cento já voltaram? Sessenta por cento? Já que o MEC, como o senhor informou, está acompanhando esse assunto também, e essa foi a segunda pergunta que lhe enderecei. Eu lhe agradeço pela objetividade das respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião.

Eu acho que o Styvenson também quer uma complementação.

Pode usar a palavra, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Sr. Ministro, eu vou ser mais prático, vou ser mais claro.

Na minha pergunta, eu me referi a uns dados da OCDE que falavam dos gastos anuais no ensino fundamental e no ensino médio: cerca de US$3.866, no ensino médio, fundamental; e mostrei o gasto no nível superior, anual, US$14 mil. Mostrei também a falta de estrutura, como já foi dito pelos outros Senadores e pelo senhor, a falta de internet, esgoto, tudo aquilo. Essa discrepância que existe entre recursos no ensino fundamental e médio interfere na vida direta dos alunos que vão concorrer ao Enem. Se forem analisar os alunos de escolas públicas, há baixo investimento neles, o que lhes dificulta entrar na universidade, que tem o maior investimento pelo MEC. Falta estrutura para o aluno médio, falta professor bem pago, falta tudo para que ele possa competir, em igualdade, com os alunos da classe particular, de um nível particular, para que possa haver essa equidade dentro de uma competição. Essa foi uma pergunta.

A segunda pergunta que eu fiz foi sobre o Revalida. Quantos brasileiros estão lá fora, fazendo, tentando o Revalida, para atuar como médicos no nosso País, sendo que o Revalida possui um custo muito alto e uma periodicidade muito baixa? Aí, eu até citei se a gente precisa retornar à importação de médicos cubanos, ou se a gente pode fazer algo para diminuir, acho, a resistência de trazer esses médicos de volta para o nosso País. Qual seria um planejamento, um número, um custo disso, que é o Revalida, de que as pessoas tanto reclamam lá fora, afirmando que é difícil retornar para o nosso País?

E uma terceira pergunta que eu fiz – vou até refazê-la para torná-la aqui mais clara, mais fácil: o senhor disse que é um problema a internet. O MEC não pensou em nenhuma forma de transmitir aulas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através de canal público, como TV Brasil, se não me falha a memória, para que se sanasse essa dificuldade, já que não adianta, como o senhor disse, ter um *tablet* e não ter um ponto de internet na área rural? Mas há um ponto de satélite que pega uma televisão, que pega lá uma TV pública ou não? Não teria essa estratégia?

E é justamente a última pergunta: qual a estratégia do MEC para recuperar todo esse tempo perdido no ensino médio, no ensino superior, tudo isso? – porque, desse abismo em que a gente caiu, a gente precisa se recuperar.

Essas perguntas foram bem simples e práticas.

Obrigado, Sr. Ministro.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O senhor pode responder como se fosse uma réplica dos dois Senadores. Fique bem à vontade e responda ao Senador Esperidião e ao Senador Styvenson, por favor.

O SR. MILTON RIBEIRO (Para expor.) – Muito bem.

Vou tentar aqui, então, primeiro começando aqui pelo Senador Styvenson sobre a questão do uso da televisão. Várias redes já usaram e já estão usando a televisão. Vale lembrar... Vou dizer: para mim foi difícil entender que eu tenho... A minha gestão é de orientação e de direção, não é de execução. Eu não tenho autoridade legal para determinar o tipo de instrumento ou de ação que uma rede municipal, uma rede estadual vai utilizar.

Então, eu concordo com o senhor que televisão seria uma ótima opção. Algumas redes já utilizam e utilizaram, mas não cabe ao MEC... Não estou me eximindo de responsabilidade, mas eu não tenho, na verdade, condição de interferir nos Estados pela legislação vigente, dizendo qual é o currículo, se eles vão usar ou não uma rede de televisão. Eu posso orientar, isso nós temos feito. Algumas redes utilizaram, sim, essa oportunidade.

Com relação ao Revalida, vale lembrar também que o Brasil segue uma norma de relações exteriores de reciprocidade. Nenhum médico brasileiro formado na melhor universidade brasileira vai a um país desses, vizinho, e começa a clinicar, sem algum tipo de controle, sem algum tipo de programa, sem algum tipo exatamente de avaliação, mesmo que seja alguém nativo desse país, e ele faça o curso aqui. Um colombiano que estude aqui, se ele voltar lá para a Colômbia, eu não acredito que ele vai poder exercer a Medicina lá livremente, sem uma avaliação dos órgãos internos do seu país. Então, é uma reciprocidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso mostra também, de uma maneira muito direta, que nós tivemos mais de 15 mil inscritos no Revalida. Eu entendo, eu compreendo a opção de alguns que, por questões geográficas, outros por questões financeiras, têm que estudar numa escola fora do Brasil, porque as mensalidades são altas e talvez inacessíveis para alguns, mas a regra vigente hoje, que não é imposta pelo MEC, pois nós apenas cumprimos as leis, é a seguinte: que ninguém pode exercer a Medicina aqui dentro do Brasil, nem outra profissão técnica, sem ter uma chancela das confederações, de todo aquele colegiado de pares que, eventualmente, fazem avaliação.

Com relação aos valores, num primeiro momento, de mais de 15 mil, a primeira inscrição era de R$330. Esse é o valor, quer dizer, é um valor... Agora, a segunda fase, que envolve, naturalmente, parte prática, uso de insumos, o uso de espaços dentro de hospitais, então, isso tudo, nós tivemos que fazer a média. Isso, realmente, se a gente for pensar, é um valor alto. Foram R$3,3 mil. Dos mais de 15 mil que fizeram o Revalida na primeira fase, nós tivemos na primeira etapa apenas 2.291 que conseguiram passar da parte acadêmica, então, mostrando que, sem qualquer desdouro à formação de cada um, há uma seriedade do MEC na avaliação desses profissionais que estudam fora, o que a gente entende, compreende, mas que existe também todo um cuidado dentro do Brasil, e isso é feito pelo MEC, para que a gente não possa trazer para dentro do País profissionais que não têm o mínimo de formação exigido dentro do padrão que nós utilizamos.

Esses valores também são estabelecidos por lei. Então, o MEC não tem essa liberdade de escolher algumas coisas. Existem muitas opções que o MEC pode fazer, mas essas opções de valores e tal não são do MEC.

E nós vamos, nesse segundo semestre, disponibilizar... Nós estamos trabalhando fortemente com isso. Eu quero repetir aos senhores que, neste ano que eu estou aqui, eu fui surpreendido, eu vim aqui meio... Assumi a grande nau do MEC – não é uma desculpa, eu só quero não justificar, mas tentar explicar – no meio de uma tempestade que é o Covid. Ser Ministro da Educação em tempos de mares calmos já não é fácil. Agora, numa época como essa, é muito difícil.

Nós estamos disponibilizando, nesse segundo semestre, mais de 2 mil videoaulas de todas as matérias, em parceria com Portugal. Isso será feito na nossa Plataforma Avamec, que já possui mais de um milhão de usuários e oferta mais de 130 cursos para professores. Nós estamos fazendo o que é possível. E essa ação, é só entrar no *site* do MEC, é gratuita, os professores têm acesso livre, de acordo com aquilo que nós já falamos.

Vamos ver aqui mais... Era a questão do nosso Senador Amin. Certamente, Senador, eu farei chegar ao seu conhecimento, assim que eu tiver esses dados, de quantas escolas no Brasil já retornaram às aulas após a vacinação.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Sr. Ministro. Eu quero fazer aqui para o senhor duas, três perguntas.

Primeiro, nós estamos agora já pensando no orçamento de 2022 e, diante do que a pandemia nos ensinou, a gente deve aproveitar todos os recursos para o combate a essa desigualdade, à evasão, ao abandono escolar e levar os instrumentais necessários para atender as principais carências. O orçamento é a peça mais importante, o dinheiro que a gente pode tirar de um lugar em que não está tendo um bom proveito e jogar em outro para ser mais bem aproveitado, diante do fator de desigualdade social; essa elaboração é indispensável. É sempre um comentário que o problema da injustiça social não é um problema fiscal, é um problema orçamentário. Se a gente aproveitar melhor os nossos parcos recursos, a gente pode dar um provimento melhor aos nossos alunos. É a primeira pergunta.

A segunda é a comunicação. Acredito que os pais... Temos algumas perguntas, o senhor vai observar pelas perguntas dos internautas as dúvidas que eles têm. Eu creio que V. Exa., juntamente com o Ministério das Comunicações, com essa previsão de retorno às aulas presenciais, uma campanha massiva muito bem feita de conscientização e preparação dos pais, para que eles não ofereçam resistência aos seus filhos retornarem às aulas. Eles têm medo. Aqui o senhor vai ver alguns questionamentos, eles falam: "Mas não é hora de voltar às aulas por isso ou por aquilo outro". Então, essa campanha de comunicação muito bem feita e massiva poderá ajudar muito na adesão pelos pais ao retorno às aulas.

Outro fator para V. Exa. aproximar o MEC, já que o Supremo definiu a titularidade das decisões aos Estados e Municípios, nós temos aí que o Brasil está dividido em consórcios de Governadores: o Consórcio Nordeste, o Consórcio da Amazônia, o Consórcio Centro-Oeste, o Consórcio Sul e Sudeste. Esses Governadores se reúnem nesses consórcios frequentemente e não custa à sua assessoria entrar em contato com os presidentes dos consórcios e o senhor fazer uma breve conclamação deles, falar o que o MEC tem, inclusive conclamando os Governadores. É uma demonstração de humildade e importância o senhor conversar com os Governadores, para que eles realmente façam essa adesão ao retorno às aulas. Escute os Governadores. Eu tenho certeza de que – o senhor é muito habilidoso, o senhor sabe conversar – eles vão aceitar muito bem as sugestões do senhor para o retorno às aulas. Alguns já estão com suas datas definidas, o senhor vai parabenizar, e os outros que estão em dúvida o senhor vai estimular. Isso é muito importante.

E, por último, há essa questão do ensino médio, do abandono. As estatísticas apresentadas aqui, recentemente, em audiência pública, são de que teremos aproximadamente 7% de alunos do ensino médio, de 13 a 17 anos, que não retornarão mais às aulas. Eles as abandonaram mesmo, eles não querem mais voltar. Então, essa busca ativa, essa estratégia de a gente trazer esses meninos de volta à escola será um trabalho, realmente... Como eu falei a palavra "estrategicamente", tem que ser um modelo muito interessante de motivação, para essas crianças e esses jovens voltarem, senão nós teremos uma geração desqualificada, e eles irão para o subemprego ou para o crime. Isso é extremamente perigoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas são as minhas perguntas, mas o senhor não precisa responder agora, não.

Já vou aproveitar para fazer agora as perguntas dos internautas, que o senhor pode pedir a alguém da assessoria. Olhe, são tantas perguntas, Sr. Ministro, que eu não vou fazer... Vou pedir desculpas aos internautas – muitas coisas que eles perguntaram o senhor já respondeu –, porque vou escolher aqui algumas perguntas, agradecendo a todos que tiveram a delicadeza e a preocupação de ligar para cá para fazer perguntas ao senhor. O senhor respondeu quase todas. Vou fazer as perguntas.

A primeira é de Liliane Lourenço, de Minas Gerais. Pergunta – o senhor pode responder bem curtinho também, para ela ficar feliz – Liliane: "As escolas terão todas as suas necessidades supridas para o retorno presencial seguro no segundo semestre?". É a pergunta de Liliane.

A segunda pergunta é de Soraya Almeida, de Goiás: "Qual é a direção de retorno seguro para as creches com crianças que em tudo dependem dos adultos?".

Uziel Furtado, de Pernambuco: "Por que não montar postos de vacinação ou postos para exame rápido [nos hospitais universitários] nas universidades com profissionais das áreas de saúde?".

Danylo Costa, do Amapá: "Como estão as tratativas para a vacinação de crianças e adolescentes? Só dessa forma as aulas presenciais poderão voltar". Olhe bem, vou até repetir a pergunta. Danylo Costa, do Amapá: "Como estão as tratativas para a vacinação de crianças e adolescentes? Só dessa forma as aulas presenciais poderão voltar".

Samuel Coelho, de São Paulo: "Quando é que nós vamos levar o ensino básico a sério? Precisamos repensar o sistema de ensino de base no País. O modelo atual não funciona".

Escolhi essas perguntas.

Agora, há alguns comentários aqui que nem sei se vão precisar de resposta. São só comentários.

Ana Magda, do Rio de Janeiro, não pergunta, faz um comentário: "Eu ainda não vejo possibilidades de volta às aulas presenciais. Existe insegurança quanto à saúde de todos os envolvidos na educação". É a opinião dela.

Da Luiza Roselli, de São Paulo: "É de extrema necessidade que todos estejam vacinados para que haja o retorno seguro das aulas presenciais".

Por isso que eu falei que há uma necessidade de comunicação. O senhor está vendo a ideia do pessoal.

Do Eugenio Ribeiro, de Minas: "Quem pede a volta às aulas nunca esteve numa escola pública. Impossível crianças seguirem os protocolos. Professores não receberam [ainda a] 2ª dose".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, então são essas as últimas perguntas, as que eu fiz e as dos internautas que eu selecionei. O senhor pode fazer o fechamento das respostas, e aí nós vamos para a parte administrativa da nossa reunião.

O SR. MILTON RIBEIRO (Para expor.) – Pois não.

Sr Presidente, eu, respeitosamente, quero começar pela última, quando fala que quem faz essa proposta nunca esteve... Eu só estudei em escola pública, então eu sei o que é viver dentro de uma escola pública. Estudei a minha vida toda em escola pública. Tomava vacina lá de varíola, de sarampo... Escola pública. Então, não é bem assim. Eu não faço parte dessa elite que o nosso internauta colocou.

Eu entendo as dificuldades, só que, se a gente for esperar a vacinação de todas as crianças, quando acabarem as crianças – eu quero repetir isto, posso ser até mal interpretado –, aí vai surgir a ideia de vacinar os pais dessas crianças, porque, afinal, têm contato direto com as crianças. E aí indefinidamente; ninguém mais volta às aulas.

Nós já somos os últimos a voltar. A conversa na Europa é esta, do G20 é esta – não apenas Europa, mas também das Américas, também da Ásia: é que há o retorno às aulas presenciais, com os cuidados, senão a vida vai parar. E, aí, surge uma cepa A, B, C, D, E, F, cada vez nós vamos ter que tomar uma vacina diferente, e ninguém mais faz nada em todo o mundo. E não é assim. Eu trago agora – estive a semana passada na Itália –, eu reafirmo isso, contrariamente ao que alguns aí eventualmente querem divulgar. Os países da OCDE... O dirigente, o Diretor, o alemão Schleicher, da OCDE – num momento oportuno, nós vamos colocar a fala dele de uma entrevista em que nós estivemos juntos – fala do retorno presencial. Todos estão falando do retorno. Claro, repito, com os cuidados necessários.

Essa campanha para o retorno às aulas nós já estartamos. Nós já temos algumas sendo divulgadas, inclusive de uma menininha que não pode dar o braço, não pode cumprimentar os coleguinhas – acho que é Laura o nome; não me lembro do nome da menininha. É uma propaganda muito, muito interessante de um retorno seguro às aulas.

Com relação a pedir adesão dos Governadores, eu não tenho nenhuma dificuldade em fazer isso, Sr. Senador. Conto até com o seu apadrinhamento, como uma sugestão do nosso Presidente desta Comissão. Eu posso entrar em contato, solicitando, e até posso mandar o expediente, se for o caso, para uma avaliação sua do texto, para que a gente possa fazer chegar como fruto dessa nossa reunião. Eu não tenho nenhuma dificuldade em fazer esse pedido aos Srs. Governadores.

Quanto à evasão, o senso da educação... Nós estamos muito preocupados com a evasão. Ela já era uma realidade mesmo antes. Eu gosto sempre de frisar isso, porque nós não estamos vivendo o que estamos vivendo porque tudo aconteceu agora, nesse último ano e meio ou há dois anos e meio. Na verdade, a evasão escolar sempre foi uma das grandes dificuldades da escola pública, por essa ou por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela razão. Agora, com o aditamento, vamos assim dizer, dessa crise da Covid, as coisas ficaram de uma maneira quase incontrolável.

Quanto à evasão, o senso da educação básica vai trazer os elementos e os dados para a busca ativa dos alunos. E é interessante dizer que o Fundeb é um programa que trata a questão de orçamento com os alunos *per capita*. Então, o Prefeito, lá na ponta, tem que saber quantos são de fato, porque é baseado nesses números que ele pleiteia mais ou menos recursos do Fundeb. Então, nós temos condições de saber quem foram os que abandonaram ou se houve simplesmente uma evasão momentânea. E isso tudo vai ser retomado agora, no segundo semestre, se assim Deus permitir.

Segurança para escolas e creches retornarem às aulas presenciais. Eu gostaria – não estou aqui julgando ninguém, mas eu gostaria, sinceramente – que esse mesmo cuidado toda família tivesse com os filhos. Eles estão se evadindo das escolas, mas constantemente a gente vê aí Prefeitos e prefeituras e mesmo a PM agora encontrando um monte de jovens aglomerados em baladas e tal. Eu não estou querendo justificar nada, mas eu acho que mesmo os pais podem nos ajudar nessa questão do retorno às aulas, porque menos contato ele vai ter numa sala de aula, com espaçamento, com máscara, com uso de álcool gel, do que numa festa. Enfim, não estou julgando ninguém, cada um sabe do seu destino, das suas decisões, mas cabe apenas lembrar, porque é o que a gente tem visto hoje.

Orçamento do MEC. Olha, isso vale a pena também dizer: não é verdade que muito dinheiro faz uma educação melhor. O senhor falou bem quando falou da questão fiscal orçamentária, mas eu vou um pouquinho além, se me permite. A questão mesmo é de gestão, Srs. Senadores, Sr. Presidente. É lá na ponta: onde usar esse recurso; de que maneira vai usar. Para os senhores terem uma ideia, Srs. Senadores, a rigor, sem falarmos em questões discricionárias – não é isso? –, o orçamento do MEC neste ano é 3% maior do que em 2020 – é 3% maior. Isso é um dado matemático. Agora, o pagamento de pessoal cresceu, no ano passado, para cerca de R$7 bilhões, por conta do teto dos gastos, e isso pressiona as despesas discricionárias do MEC. Então, aquela despesa que dava ao MEC a condição de ajudar em alguns projetos, projetos importantíssimos das instituições federais, nós estamos agora, naturalmente, otimizando os processos, os programas e repriorizando as iniciativas.

Ainda, eu notei que, naturalmente, o senhor, como homem público, tem a sua preocupação com os mais carentes, com as questões daqueles que não têm acesso, mas vale lembrar – isto não justifica, mas vale lembrar – que hoje, com o sistema de cotas nas instituições federais, 50% das vagas federais são reservados às cotas, e grande parte aos alunos oriundos de escola pública. Então, esse possível desequilíbrio da escola, dos pais que estão mais abastados, enfim, ele existe, claro que existe, mas – nós não estamos querendo aqui justificar nada – queremos tentar, pelo menos, trazer um pouco de esperança ao aluno que nos ouve aí cujo pai não tem uma condição financeira de colocar o filho numa escola particular. Mas, se ele estudou em escola pública, ele vai competir de maneira diferente somente entre os alunos da escola pública – 50 % das vagas, repito, das instituições federais de ensino são reservados aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alunos oriundos de escola pública. Isso é apenas para esclarecimento e para conhecimento dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Ministro, esta audiência foi fruto de um requerimento apresentado pela Senadora Kátia Abreu. Ela, justamente hoje, infelizmente, não pôde participar. Ela queria muito ouvir o senhor, que o senhor desse essas explicações ao Senado e ao povo brasileiro sobre o trabalho do MEC nesse período de pandemia e sobre o retorno às aulas. Então, eu quero agradecer muito à Senadora Kátia Abreu – por absoluta impossibilidade, ela não pôde participar. Ela deve estar lá pelo Estado do Tocantins, envolta com outros compromissos, não é? Então, eu quero, assim, justificar e agradecer a ela pela iniciativa.

Eu quero aqui, neste momento, havendo o número regimental, colocar em votação a Ata da 32ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata da reunião passada.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 5 de julho, segunda-feira, às 10h, para audiência pública com o intuito de debater as campanhas de comunicação existentes sobre a pandemia da Covid e debater as estratégias de monitoramento e publicidade das informações, *fake news* sobre vacinação contra a Covid-19. Já estão confirmadas as presenças de representante da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); de Paulo Jeronimo de Sousa Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Josiclecia Gomes Nogueira, Secretária de Comunicação do Governo do Amazonas; Murillo de Aragão, fundador da Arko Advice – aguardando ainda a sua confirmação.

Sr. Ministro, a nossa Comissão sente-se honrada, prestigiada por V. Exa., que fez um esforço muito grande de estar conosco nesta data, com a sua agenda supercheia. Nós ficamos vaidosos, agradecidos pela sua participação. Muito agradecido.

Eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e um bom dia.

O SR. MILTON RIBEIRO – Sr. Presidente, permita-me ainda uma última observação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MILTON RIBEIRO – Quero, em respeito ao Senado e à Senadora Kátia Abreu, abrir o meu gabinete para recebê-la a tempo e hora que a agenda dela e a minha permitirem – para poder recebê-la aqui em meu gabinete, quem sabe até mesmo acompanhada por V. Exa?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente. Eu vou transmitir a ela e faremos o agendamento da visita, está bem, Sr. Ministro? Fico muito agradecido ao senhor pela deferência e delicadeza. Muito obrigado.

Encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Esperidião Amin, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Izalci Lucas, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater as campanhas de comunicação existentes sobre a pandemia de Covid-19 e as estratégias, monitoramento de publicidade e a desinformação - fake news - sobre vacinação contra a Covid-19. **Participantes:** Frank Márcio de Oliveira, Diretor-Adjunto da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN; Sr. Ricardo de Freitas Martins da Veiga, Diretor de Mídia da Secretaria de Publicidade e Promoção do Ministério das Comunicações; Paulo Jerônimo de Sousa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI; Josiclecia Gomes Nogueira, Secretária de Comunicação do Governo do Amazonas; e Murilo Aragão, Fundador da Arko Advice. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Styvenson Valentim

Vice-Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia, cujo prazo foi estendido por mais 120 dias pelo Requerimento do Senado Federal nº 1.626, de 2021.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será: primeiro, ao Relator, Senador Wellington Fagundes; em seguida, aos titulares inscritos; depois, aos suplentes; e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800-612211.

A presente reunião é uma audiência pública com o objetivo de debater as campanhas de comunicação existentes sobre a pandemia de Covid-19 e as estratégias de monitoramento de publicidades em relação a desinformações – *fake news* – sobre a vacinação contra o Covid-19.

Contamos para isso, e eu quero agradecer a presença dos participantes, com os seguintes convidados: o Sr. Frank Márcio de Oliveira, Diretor-Adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); o Sr. Paulo Jeronimo de Sousa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Josiclecia Gomes Nogueira, Secretária de Comunicação do Governo do Amazonas; Murillo de Aragão, fundador da Arko Advice; Ricardo de Freitas Martins da Veiga, Diretor de Mídia da Secretaria de Publicidade e Promoção do Ministério das Comunicações.

Para iniciar, eu passo a palavra, pelo tempo de dez minutos, para sua apresentação inicial, ao Sr. Frank Márcio de Oliveira.

O SR. FRANK MÁRCIO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito bom dia, Sr. Senador Styvenson Valentim, Sras. e Srs. Senadores, convidados e público que assiste a esta reunião pelos canais de difusão do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de cumprimentar inicialmente a Comissão pela iniciativa desta audiência, que trata de um tema muito importante da atualidade e que consta da agenda dos serviços de inteligência em todo o mundo.

A disseminação de informações falsas e de campanhas de desinformação não é um fato novo, não surgiu com a pandemia. Todos nós acompanhamos as investigações em torno das eleições para a Presidência dos Estados Unidos em 2016, pleito que foi marcado por questionamentos acerca da interferência externa na disseminação de *fake news* e de desinformação. Desde então, estreitou-se a cooperação internacional entre serviços de inteligência, visando ao combate a essas ações e à proteção dos processos eleitorais.

No que diz respeito à saúde, a disseminação de informações falsas também não é um fenômeno novo. No ano de 2008, por exemplo, foram propagadas notícias falsas que ensinavam receita natural de proteção contra a febre amarela nas redes sociais e nos aplicativos de mensagens, o que pode ter influenciado a adesão abaixo da expectativa da população à campanha de vacinação.

Atualmente, no contexto da pandemia de Covid-19, observa-se um aumento do fenômeno das notícias falsas e da desinformação. A celeridade da disseminação desse tipo de informações ocorre por conta da própria agilidade das redes sociais, em um ambiente em que se questionam as autoridades sanitárias e a isenção da mídia tradicional em nível global.

Não existe vácuo informacional. Quando faltam informações corretas, as pessoas preferem compartilhar notícias falsas a admitirem ignorância sobre o assunto.

Para a atividade de inteligência, *fake news* podem ser informações falsas e incorretas ou parte de campanhas de desinformação. Enquanto *fake news* são aquelas criadas ou divulgadas de forma não intencional, a desinformação é caracterizada pela produção e propagação massiva de notícias falsas, com o objetivo de distorcer fatos intencionalmente, de modo a atrair audiência, enganar, induzir a erros, manipular a opinião pública, desprestigiar ou exaltar um Estado, uma instituição ou uma pessoa, bem como para obter vantagens econômicas e políticas.

As informações erradas são combatidas com campanhas bem organizadas de informações corretas, que esclarecem e que ajudam a mitigar o medo e a ansiedade das pessoas diante da pandemia. A desinformação, por sua vez, exige uma ação coordenada de diferentes instituições do Estado, com ênfase na atividade de inteligência.

O serviço de inteligência tem participado dos esforços empreendidos por seus respectivos Governos para o enfrentamento à pandemia de Covid-19 e as questões de segurança nacional que dela decorrem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Abin opera com serviços estrangeiros de forma rotineira e, em razão da pandemia, reforçou o intercâmbio relativo à temática da saúde. Assim como os serviços parceiros, a agência integra o esforço governamental para fazer frente à situação excepcional criada pela pandemia. E um dos principais focos de cooperação internacional em inteligência tem sido justamente as estratégias de enfrentamento das ações de desinformação sobre a Covid-19 como um todo e sobre a campanha de vacinação.

A Abin agradece esta oportunidade e coloca-se à disposição para as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Nós que agradecemos, Sr. Frank Márcio de Oliveira.

Se os Senadores concordarem, os aqui presentes – Senadores Wellington Fagundes e Esperidião Amin –, a gente passa a palavra para os palestrantes e, logo em seguida, realiza as perguntas. Pode ser assim? (*Pausa.*)

O segundo será o Ricardo de Freitas Martins da Veiga, Diretor de Mídia da Secretaria de Publicidade e Promoções do Ministério das Comunicações. Dez minutos com a palavra.

O SR. RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA (Para expor.) – Bom dia. Ouvem bem? (*Pausa.*)

Está ótimo.

Bom dia, Senador Styvenson Valentim, que preside esta reunião; também um bom dia aqui ao Senador Wellington Fagundes, Relator; e, nas suas figuras, cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores; os audientes, perfeitos aqui pela população brasileira, que acompanha esta reunião pelos diversos canais; e os outros participantes que hoje estão comigo aqui.

Reconheço aqui de pronto a iniciativa do Senado, Srs. e Sras. Senadores, de buscar sempre a verdade, de fazer um debate maduro sobre o tema. E trago aqui algumas palavras em relação à Secretaria de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, a Secom. Estou aqui no cargo de Diretor de Mídia. Estou há 30 dias nesse cargo, mas pretendo aqui tentar suprir as dúvidas que eventualmente aparecerem.

Nesta fala introdutória, eu só quero destacar que, desde o início dessa pandemia que assolou todo o planeta, o Governo, na vertente da comunicação, agiu com muita seriedade, até porque a comunicação é parte fundamental de uma política pública. Ela, muitas vezes, está na última ponta do processo da política pública, na ativação dessas políticas, mas, no caso de uma emergência de saúde pública como essa, a comunicação entra em vários dos momentos de combate, de alerta, de esclarecimento, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo começou, a Secom começou com suas campanhas ainda no mês de fevereiro do ano passado, em princípio destacando, fazendo um esclarecimento à sociedade acerca do vírus, que era muito novo em todo o mundo, pouco se sabia dele, mas tentou informar a sociedade brasileira acerca desse novo vírus, das medidas de prevenção que já eram conhecidas, por ser mais uma doença viral. Então, as partes ligadas ao asseio; ao distanciamento, à distância segura – tudo isso foi colocado a partir de fevereiro, desde fevereiro do ano passado –; os principais sintomas que a Covid assinalava naquele momento em que o meio médico já ia formando consenso, dia após dia – mais do que mês após mês, dia após dia, era uma doença em que todos se debruçavam sobre ela, e esses sintomas faziam parte das campanhas de esclarecimento e prevenção do Governo desde fevereiro de 2020 –; e as orientações para o caso de suspeita de contágio, ou seja, o que o cidadão ou a cidadã deveria fazer a partir disso.

E os meios utilizados, desde as primeiras ações de comunicação, em fevereiro de 2020, foram os meios mais amplos possíveis, como TV, rádio, internet, mídia exterior, que são os painéis, os mobiliários urbanos, para que pudesse pegar e sensibilizar o máximo de cidadãos possível.

Depois, em uma escala, essas campanhas passaram a relatar as ações que o Governo Federal já fazia, direcionadas à pandemia propriamente dita, comunicando os cidadãos das ações de enfrentamento ao Covid-19 em todo o País, sobretudo a distribuição, o repasse de verbas para os Municípios, para que esses pudessem atuar nas ações em nível local, a instrumentalização dos Municípios, destacadamente com as verbas, para que enfrentassem também, nessa grande comunhão de esforços, a Covid-19. Essas ações já foram mais para o mês de março, abril, nos meios de TV, rádio e internet, sempre buscando atingir as grandes massas.

Em seguida, dando sequência a essas ações do Governo Federal durante a pandemia, informar o que o Ministério da Saúde fazia para o combate ao vírus e o atendimento de excelência, para dar um atendimento de excelência àqueles acometidos pela doença. Destaco aqui a convocação dos estudantes da área de saúde, dos cursos de Medicina, Enfermagem e Farmácia, em seus últimos anos de estudo, para um reforço na linha de frente de combate à Covid e também para que eles pudessem aumentar a capacidade de resposta do SUS naquele momento.

E a divulgação do TeleSUS. Também houve uma campanha muito forte de divulgação do TeleSUS, para permitir a consulta por meio virtual, que hoje é algo que já está muito sedimentado, mas naquele momento era algo novo, ainda muitas vezes visto como um tabu. Uma vez regulamentado pelos órgãos que possuíam essa prerrogativa, a Secom fez uma campanha de divulgação do TeleSUS, o que permitia também que a população tivesse o contato com o profissional de saúde sem precisar sair de casa, na segurança do seu lar, ali, a partir do celular e do computador. Também em meios de TV, rádio, internet e mídia exterior, nos meses de abril, maio e junho de 2020.

As medidas de prevenção, logo na sequência, e de segurança, para uma manutenção e, possivelmente, a depender da região do País – o nosso País é um país continental –, uma retomada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica, foram feitas logo em seguida, com o objetivo de reforçar a divulgação das medidas a serem adotadas pela população para sua própria proteção e também das ações já executadas, relacionadas à estrutura para o combate ao Covid. Exemplos: contratação de profissionais de saúde, como eu disse anteriormente; mas também envio de ventiladores para todo o País; distribuição de EPIs, tão necessários para a proteção dos profissionais de uma vasta gama de atividades; habilitação de novos leitos de UTI nos Municípios; entre outros. Inclusive com recorte regionalizado essas campanhas aconteceram. Conforme o panorama da pandemia ia mudando, cada Estado e Município, com suas prerrogativas, iam fazendo as aberturas do comércio ou fechamento, e o Governo Federal tentou, por região, dar essa informação de tudo que estava sendo feito para combater e enfrentar essa doença que assolava o mundo todo e que assustava as pessoas.

Em seguida, campanhas de cuidado e atendimento precoce, em um período em que já havia muito mais entendimento da doença pelo meio da saúde, pelos especialistas, pelos médicos. As campanhas focaram a necessidade de se procurar um médico logo nos primeiros sintomas, para que as pessoas se orientassem e evitassem que houvesse um agravamento da doença, as pessoas trancadas em casa. Então, "busquem logo um médico nos primeiros sintomas" – isso as campanhas traziam lá –, como tosse, febre, mal-estar, perda do olfato, perda do paladar e outros sintomas clássicos da Covid-19, campanhas que foram veiculadas em outubro e novembro de 2020, também em TV, rádio internet e mídia exterior. E eu tenho os montantes aqui dessas campanhas. Por exemplo, nessa etapa, foram R$23 milhões; na anterior, R$91 milhões. Depois eu posso repisar isso com mais detalhe.

Estou indo para a penúltima etapa da compilação que eu fiz aqui.

A campanha de vacinação começou em dezembro de 2020. Começou a partir do momento em que existiam vacinas aprovadas pela Anvisa. E também esses materiais já destacavam – até porque a gente tem que trazer sempre o máximo de conforto e de esperança para os cidadãos – o investimento que o Governo fazia na busca de vacinas, nas pesquisas e nos acordos para o fornecimento de vacinas. Mas, após aprovação da Anvisa, houve uma campanha de vacinação que informava a população sobre a oferta, sobre o início da oferta de vacinas e as fases de vacinação entre os grupos prioritários e por idade, no bojo do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Foram R$88,6 milhões, também em TV, rádio, internet e mídia exterior, o máximo de meios possíveis para se pegar em massa.

O último destaque aqui é o das campanhas de prevenção, cuidados e vacinação; o reforço. Isso aí é uma coisa constante, a gente tem que sempre manter o nível de alerta de toda a sociedade, ressaltando a importância de se vacinar, para que as vacinas, mais do que distribuídas, fossem procuradas nos postos; que se evitasse uma obsolescência, uma não procura das vacinas já distribuídas. Um destaque dos cuidados de prevenção e da atitude de procurar atendimento logo nos primeiros sintomas, já fazendo uma amarração de etapas anteriores, atualizando com os mais novos conceitos do meio médico, do meio científico em relação ao Covid. Tudo isso foi observado nas campanhas. Essa última etapa, de abril deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano de 2021 até o presente momento, está ainda em curso. São R$96,9 milhões direcionados para essa ação, também em TV, rádio, internet e mídia exterior.

Então, em princípio, essa era a na minha fala: fazer um apanhado dessas campanhas de publicidade, sempre prezando pela verdade e pela transparência.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Ricardo de Freitas Martins da Veiga, do Ministério das Comunicações.

Logo em seguida, os Senadores farão algumas perguntas, e logo, logo, o senhor terá um tempo para poder esmiuçar, para poder dissertar sobre essas perguntas.

Com a palavra agora, por dez minutos, o Sr. Paulo Jeronimo de Sousa, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Libere o microfone. (*Pausa.*)

Liberou!

O SR. PAULO JERONIMO DE SOUSA (Para expor.) – Já liberei.

Bom dia a todas e todos; Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores; Exmo. Sr. Senador Styvenson Valentim, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Desde o primeiro momento em que a Organização Mundial da Saúde anunciou a existência da pandemia da Covid-19, a Associação Brasileira de Imprensa, uma entidade com 113 anos de existência de serviços prestados à democracia e aos direitos humanos, decidiu por acompanhar o caminho da ciência, respeitando todas as determinações médico-sanitárias emanadas das instituições científicas, especialmente da OMS.

Infelizmente, não foi esse o caminho adotado pelo Governo Bolsonaro. Optou-se pelo negacionismo mais tosco e anticientífico. Então, o comportamento do Poder Executivo Federal, de rejeição ao isolamento social, ao uso de máscara, de apoio a tratamento precoce sem comprovação científica e de postergação da compra de vacinas, resultou em imensa tragédia, com a morte de mais de 520 mil brasileiras e brasileiros. Diversos estudos afirmam que centenas de milhares dessas mortes poderiam ter sido evitadas se tivessem sido adotadas, como na maioria dos países do mundo, as determinações científicas. Essas perdas atingiram tal dimensão que já se reduziu a expectativa de vida dos brasileiros.

Antes mesmo de o Brasil, com uma população correspondente a 2,7% da população mundial, atingir a marca de cerca de 15% das mortes por Covid-19 no mundo, a ABI se posicionou politicamente no enfrentamento daqueles que a entidade considerava como os principais responsáveis por essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

catástrofe. Ela encaminhou à Câmara dos Deputados pedido de *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro, em maio de 2020, e, em 2021, ao então Ministro da Saúde, General Pazuello.

Outro aspecto criminoso que precisa ser combatido com todo o rigor são as *fake news*, disseminadas principalmente nas redes sociais. A desinformação e a divulgação de mentiras resultam em comportamentos sociais perigosos, que podem levar, inclusive, à perda de vidas.

Diante desses fatos, a ABI vem a esta audiência pública da Comissão Temporária Interna do Senado Federal afirmar que somente o afastamento do Presidente Jair Bolsonaro poderá impedir que outras centenas de milhares de brasileiros e brasileiras percam suas vidas para a Covid-19. Assim, da mesma forma que a ABI decidiu incorporar-se a partidos políticos, organizações da sociedade civil e personalidades e assinar um "superpedido" de *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro, nossa centenária entidade conclama todos a se engajarem na luta pelo afastamento de um Presidente incapaz de ter empatia com milhões de brasileiros e brasileiros em luto em decorrência da sua irresponsabilidade e desumanidade.

Prezados Senadores, não posso deixar de registrar que a classe jornalística está de luto. Segundo a Fenaj, até março deste ano perdemos 164 companheiros pela Covid-19, cerca de 14 jornalistas por mês. E na ABI já perdemos 2 diretores e 3 conselheiros. É muita dor, senhoras e senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Agradeço, Sr. Paulo Jeronimo de Sousa.

A próxima a falar, por dez minutos, é a Sra. Josiclecia Gomes Nogueira, Secretária de Comunicação do Governo do Amazonas.

Sra. Josiclecia, se a senhora precisar de mais tempo, a senhora terá. (*Pausa.*)

É só liberar o microfone.

A SRA. JOSICLECIA GOMES NOGUEIRA – Agora, todos me ouvem? (*Pausa.*)

Estão ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeitamente. Perfeitamente.

A SRA. JOSICLECIA GOMES NOGUEIRA (Para expor.) – Bom dia! Obrigada pela oportunidade de estar participando desta discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos os Senadores, a todos os presentes.

No Amazonas, eu estou à frente da Secretaria de Comunicação desde janeiro de 2021. Porém, desde março, fevereiro de 2020, quando se iniciaram as primeiras informações sobre o novo coronavírus, a Secom do Estado vem trabalhando incansavelmente com campanhas que orientem e norteiem a população com relação aos cuidados com a doença, com campanhas de prevenção em relação à doença mesmo, lá atrás, dos primeiros sintomas, da procura por hospitais... O nosso problema aqui, inicialmente – e também na primeira e segunda onda –, sempre foi principalmente com relação à lotação de hospitais e de unidades de saúde. Então, a gente sempre orientou com relação à procura, aos primeiros sintomas, a aonde ir, a qual a porta de entrada ideal para se procurar atendimento; inicialmente, também, sobre o uso de máscara, isolamento social. E isso foi muito importante, desde sempre, para que as pessoas tivessem consciência da gravidade do coronavírus e ajudassem no sentido de nortear para onde ir, como fazer. Isso foi essencial nesse processo de primeira e segunda onda. E a gente sempre trabalhou com todo tipo de mídia: TV, rádio, internet, mobiliário urbano.

Com relação à vacinação, a gente começou em janeiro de 2021, desde que chegaram as primeiras doses aqui no Estado.

Em seguida, a gente teve um problema muito grave, novamente, com relação à lotação de hospitais. A gente também, aqui, tem uma questão logística com relação ao interior: a maioria do atendimento, com relação à UTI, é todo na capital. Então, a gente teve muito cuidado, sempre, com essa parte mesmo de onde procurar, de aonde ir, de como se tratar, de isolamento social, enfim.

Eu estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida que tenham.

Basicamente, é isso. Não tenho mais muito o que dizer.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O.k. Perfeito.

Como ainda não temos a presença do Sr. Murillo de Aragão, vou passar a palavra, por dez minutos, ao nobre Relator, Wellington Fagundes, para que ele possa... (*Pausa.*)

Senador Wellington, com a palavra por dez minutos.

Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Senador Styvenson Valentim, bom dia!

Bom dia a todos os nossos convidados.

Gostaria aqui de agradecer a presença do Sr. Frank Márcio, do Paulo Jeronimo e, também, da Josiclecia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Murillo de Aragão ligou-me agora há pouco aqui, mandando uma mensagem de que ele gostaria, inclusive, de ter entrado às 10h, mas deve entrar ainda.

Quero também, Sr. Presidente, justificar a ausência do Heraldo Pereira, jornalista – conceituado jornalista –, porque hoje ele estreou no Bom Dia Brasil. Então, com toda a programação, ele me pediu que justificasse a ausência dele e disse que, em outra oportunidade, gostaria extremamente de estar presente conosco.

É claro que esse assunto é de preocupação de todos nós, principalmente também do nosso Presidente Confúcio Moura, porque o esclarecimento à população nós acreditamos que seja fundamental, principalmente quanto a essa questão que a cada dia tem notícias desencontradas. Por isso, não se pode, hoje em dia, ignorar a importância da informação correta, da interpretação real dos fatos, para o equilíbrio social e a estabilidade democrática. E, além disso, como ficou bem claro ao longo da pandemia, essas mesmas informações, corretas ou incorretas, reais ou imaginárias, presentes ou ausentes, também podem salvar vidas ou contribuir para a doença e também para a morte.

No ano passado, ainda no início da pandemia, a Organização Mundial da Saúde nos chamou a atenção para dois fenômenos relacionados à informação. Primeiro, a infodemia, definida como um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa. Segundo, a desinformação, caracterizada como uma informação falsa ou imprecisa, cuja intenção deliberada é sempre enganar.

Convivemos também com um terceiro e um quarto fenômenos: a participação de agentes e instituições públicas na disseminação de desinformação e a omissão desses mesmos agentes na divulgação maciça de informações corretas, cientificamente embasadas.

É interessante também reparar que, em meados do ano passado, um conjunto de 132 países-membros da Organização Mundial da Saúde, incluindo, por exemplo, Estados Unidos, países da União Europeia e os nossos vizinhos latino-americanos, assinaram uma declaração sobre a infodemia, apelando para a urgência da criação de um ambiente saudável para divulgação de informações sobre a Covid-19. E um dos poucos países que não assinou essa declaração foi justamente o Brasil.

Por isso, então, eu quero aqui fazer, aos nossos convidados, uma pergunta muito simples. Considerando que temos dois problemas, o excesso de informações incorretas, vindas de todos os lados, e a falta de grandes campanhas nacionais, com informações corretas, endossadas pelo Poder Público, qual seria – aí eu pergunto –, no entender de cada um dos senhores e senhoras, a contribuição mais relevante que esta Casa poderia dar neste momento para melhorar o ambiente informacional durante a pandemia da Covid-19?

Este Colegiado tem como objetivo auxiliar a sociedade brasileira e também os gestores dos três níveis da Federação no planejamento, na implementação de uma estratégia eficaz de comunicação, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecimento e, por que não dizer, na educação da opinião pública no mais amplo sentido do termo. E aí, o que está sendo feito ao ver de V. Sas.? O que não foi feito? O que poderia melhorar? Quais os erros ou omissões a evitar?

Com esse objetivo, estamos hoje aqui reunidos. E aproveito esta oportunidade para agradecer a cobertura atenta e correta que os trabalhos desta Comissão da Covid-19 vêm recebendo também dos profissionais da imprensa e dos veículos de comunicação. Neste exato momento, o peso desses atores na formação da opinião e no rumo das políticas públicas se fez precioso para também me ajudar a agilizar a sanção presidencial ao Projeto nº 1.343, de 2021, de minha autoria, aprovado em tempo recorde pelos colegas Senadores e também Deputados, o qual garante segurança jurídica à conversão de estruturas industriais de produtos para a saúde animal em fábricas de vacina contra a Covid-19, esses mesmos megalaboratórios que deram e continuam dando um apoio valioso ao protagonismo da pecuária brasileira no mercado internacional.

E, como a tão aguardada transferência de tecnologia, plantas referenciadas pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal poderão, rapidamente, acrescentar centenas de milhões de doses de imunizantes nos estoques já contratualizados pelo Ministério da Saúde, obedecendo aos mais rigorosos padrões mundiais de biossegurança e rastreabilidade. E, o que é melhor, sem depender do IFA importado.

Em poucas palavras, além de possibilitar aos brasileiros que se vacinem mais rápido e retomem com segurança sua vida normal, a iniciativa também capacitará o País a se transformar em exportador de insumos e vacinas para o mundo, infelizmente cada vez mais vulnerável a surtos pandêmicos. E, claro, esperamos que isso possa acontecer o mais rápido possível.

Ainda, eu quero aqui acrescentar na linha das perguntas... O Murillo Aragão ainda não entrou, não é? Eu tenho algumas perguntas específicas ao Murillo Aragão, Presidente. Se ele voltar, eu faço a pergunta depois, em outro momento. Mas, ainda, ao ver dos nossos palestrantes aí, pela experiência, com o que também a questão da educação poderia melhor contribuir para a orientação da nossa sociedade?

As escolas foram fechadas. Temos, até agora, a extensão dessas escolas fechadas. E os nossos profissionais da educação, professores, trabalhadores da educação de um modo geral, praticamente, a gente não tem visto, também, esse grande batalhão, que poderia estar ajudando numa grande campanha nacional.

Eu gostaria de saber de V. Sas. o que ainda a gente pode fazer já que a volta às aulas continua demorada, não temos ainda a certeza de quando teremos a volta às aulas. E, ao nosso ver, tanto é prejuízo hoje para os alunos, como também acredito que, com essa massa de trabalhadores, nós poderíamos estar fazendo algum trabalho, numa linha de um mutirão, se fosse o caso, para melhor orientar a população nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essas são as perguntas iniciais, Sr. Presidente. E vamos aguardar a presença ainda do Murillo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Relator, Senador Wellington Fagundes.

Eu pergunto ao Senador Esperidião Amin, se ele estiver me ouvindo, se ele vai fazer alguma pergunta, porque, se for, eu peço que aguarde um momento, porque a pergunta do Senador Wellington pode ser respondida pelos palestrantes num tempo de três minutos para cada, começando pelo Sr. Frank Márcio de Oliveira e, seguindo a ordem, o Sr. Ricardo, depois o Sr. Paulo Jeronimo e depois a Sra. Josiclecia. E, assim, segue a ordem se o Senador Esperidião Amin for fazer alguma pergunta, senão, logo, logo, eu faço as perguntas feitas pelo e-Cidadania... Sendo assim, então, com a resposta ou para comentar algo que o Senador Wellington questionou, o Sr. Frank Márcio de Oliveira, por três minutos.

O SR. FRANK MÁRCIO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Primeiramente, cumprimentar o Senador Wellington Fagundes pela sua exposição, pelas perguntas.

Eu quero mencionar que o Senado tem uma importante contribuição nesse esforço, com a aprovação do PL 2.630, de 2020, conhecido como a Lei das Fake News, que atualmente tramita na Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de mencionar também – e o Senador fez menção a isso – a importância da educação. Nós temos que investir no esclarecimento da população. Temos aí um excelente canal para fazê-lo. Eu conto um episódio que aconteceu no grupo de WhatsApp da minha família: meus sobrinhos estavam tramitando a informação de que a água com quiabo poderia substituir a insulina; e eu fiz uma advertência a eles para uma questão grave como essa, de disseminar uma informação assim. E, de repente, eu quase que me tornei um carimbador de *fake news* do grupo da família. E os meus sobrinhos passaram a me perguntar: "Tio, e isso?". Então, não é porque eu trabalho no serviço de inteligência; todo mundo tem que usar o discernimento, tem que ajudar a esclarecer. A educação, portanto, tem essa importância tão grande.

E eu mencionaria... O Senador pergunta sobre outras medidas que podem ser utilizadas, mas também o envolvimento das plataformas *on-line* – Facebook, Twitter, WhatsApp... Eles têm que ser chamados a esse debate, porque eles têm também uma responsabilidade na identificação das *fake news* e podem ajudar muito na mitigação, no impedimento de que essas campanhas proliferem nas redes sociais.

Essa é minha contribuição.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Grato, Sr. Frank.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ricardo de Freitas, o senhor vai usar a palavra por três minutos? (*Pausa.*)

Abriu o microfone dele?

O SR. RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA (Para expor.) – Senador, eu tinha tido uma queda de conexão aqui, mas já estou de volta e consegui pegar o final da fala do Diretor Frank, a ponto de concordar e corroborar com ele no sentido de que devemos, nesse tema, usar bastante o discernimento.

Eu tenho para mim que *fake news* não é um evento novo. A desinformação, a mentira sempre existiram, agora com alcance muito maior, daí o seu potencial de dano maior e essa responsabilidade, inclusive, de haver uma discussão ampla e – nesse ponto, já respondendo à pergunta do Senador Wellington – essa Casa Legislativa puxar junto com a sociedade, porque não creio que seja também de fácil entendimento ou de definição, de delimitação do que seria uma *fake news.* É fácil a gente compreender o que é, mas, na hora de a gente aplicar, essas linhas dos limites, das fronteiras tendem a dar um debate muito grande. E creio que o envolvimento da sociedade, dos especialistas, das associações de segurança da informação, da imprensa, de maneira geral, é fundamental para que a gente consiga que a sociedade brasileira dê um passo rumo a uma maior segurança nas suas interações. Da mesma forma que a fofoca, a mentira aconteciam em bairros há 50 anos... Só que, ali, facilmente você identificava quem é que era o disseminador ou a disseminadora e tal, falando: "Olha, fulano é da fofoca, não fala o que é real". Hoje, isso ganhou uma dimensão onde a anonimização das contas faz com que as pessoas tenham uma percepção de impunidade. Isso aí é que precisa, sim, ser combatido.

Creio que o que deve ser buscado é exatamente a responsabilização de cada um nas suas interações com o meio, com a sociedade. Enquanto indivíduos, a gente tem obrigações e deveres, e isso, no fundo, é o que norteará a discussão em torno das *fake news*.

Quanto ao Governo... O Governo vem, como eu pude detalhar aqui, de forma mais pontual, com campanhas massivas, com informações fundamentadas, sim, pautadas pelos órgãos técnicos do Governo e pelo meio médico e científico, focadas na prevenção, nos cuidados, no combate à pandemia, na vacinação, na busca pelo atendimento médico o quanto antes, entre outras situações que permearam aí as campanhas executadas pela Secom. E isso envolveu aí cerca de R$400 milhões em campanhas para que todos os brasileiros, em todos os rincões deste País, pudessem tomar contato e se alertar e se comportar melhor, de forma preventiva e mais segura perante a Covid.

No caso da educação, só para finalizar, não é exatamente a minha área, mas enxergo que houve uma priorização pelo País desses profissionais e que os professores, sim, são sempre reconhecidos como portadores de credibilidade para levar conhecimento e informação para os alunos e podem ser um grande braço nessa coesão de forças para que a gente supere logo essa pandemia da Covid.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Tanto para o Sr. Ricardo, se ele ainda tinha algo a comentar, a falar ou a responder, como aos próximos palestrantes: logo, logo, virão outras perguntas – eu mesmo vou fazer algumas do e-Cidadania; as pessoas estão participando desta reunião e fazem algumas perguntas e vão querer respostas dos senhores e das senhoras. Está bom? Então, logo, logo, a gente passa a palavra.

Então, com a palavra agora, por três minutos, o Sr. Paulo Jeronimo de Souza.

O SR. PAULO JERONIMO DE SOUSA – Bom dia, senhores.

Eu quero cumprimentar todos os palestrantes...

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeitamente e com clareza.

O SR. PAULO JERONIMO DE SOUSA (Para expor.) – Quero cumprimentar todos os palestrantes pelo brilhantismo de suas palestras, mas quero ressaltar, principalmente, a palestra do Senador Wellington Fagundes quando ele aborda o problema da educação, que é um problema fundamental neste País.

Nesses últimos dois meses, eu fiz palestra na Universidade da Bahia, na URFJ, aqui no Rio de Janeiro, e pude constatar, no debate lá com os professores, com os catedráticos, o problema seríssimo que as universidades federais estão enfrentando hoje por falta de recursos. Só para os senhores terem uma ideia, a UFRJ está a fim de perder, de fechar os seus nove hospitais aqui no Rio, no segundo semestre, por falta de recursos. Isso é um crime inominável.

A ciência e tecnologia neste País teve uma redução de 27,7% de recursos; a educação e a saúde também tiveram uma redução muito grande em seus orçamentos.

Como nós estamos aqui na Casa, aqui no Senado, eu gostaria de ressaltar isso que o nobre Senador Wellington Fagundes abordou, que é: recursos para educação, saúde, ciência e tecnologia. Isso é fundamental para o desenvolvimento deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Paulo Jeronimo de Sousa.

Agora, com a palavra a Sra. Josiclecia Gomes Nogueira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, logo em seguida, Senador Wellington, o Sr. Murillo Aragão, que, parece, apareceu aqui na sessão. Então, ele vai ter a palavra pelo tempo dele, para falar sobre o assunto *fake news* e o Covid-19, está bom?

Obrigado.

A SRA. JOSICLECIA GOMES NOGUEIRA (Para expor.) – Está o.k. o meu áudio? (*Pausa.*)

Bom dia novamente para os que entraram agora.

O que eu queria abordar, principalmente, é com relação aos assuntos que o Senador perguntou que ainda poderiam ser amplamente discutidos e abordados pela população, que aqui no Amazonas, por exemplo, ainda são assuntos que estão muito em evidência.

Por exemplo, essa falsa sensação de normalidade por conta da evolução de outros países, de outras localidades do mundo que já começam a se comportar de forma diferente com relação ao isolamento social. Então, eu acho que isso causa uma ansiedade na população e uma falsa sensação de normalidade. Então, eu acho que a gente ainda precisa muito de campanhas que mostrem que a gente está no caminho; que a gente ainda não o encontrou, ainda não chegou ao topo dele. Então, eu acho que isto ainda precisa ser muito abordado: que as pessoas continuem se cuidando, continuem mantendo os cuidados de prevenção, porque muitas já relaxaram e buscam essa sensação de normalidade mais por ansiedade.

A procura pela segunda dose da vacina. Eu acredito que a reação que algumas vacinas causaram com a primeira dose acabou fazendo que com muitas pessoas não procurassem a segunda dose ou ficassem com receio de tomar, justamente, inclusive, por conta de *fake news* ou de informações desencontradas que as levassem a essa falsa sensação de insegurança, de não tomar porque não se sentem seguras. Então, eu acho que as campanhas em cima da vacinação ainda são muito importantes nesse sentido, para que elas se sintam seguras e busquem pela segunda dose.

Aqui no Amazonas tem acontecido – eu não sei se em outras localidades também – a escolha por tipo de vacina, por marca de vacina. Isso tem atrapalhado, em alguns momentos, a campanha de vacinação. Muitas pessoas esperam ter uma marca à disposição para tomar a vacina e acabam não indo ou atrapalhando o andamento da campanha, que acaba se estendendo mais do que deveria.

Então, eu acredito que esses temas ainda precisam ser muito abordados, principalmente em relação à vacina, com essa falta de informação ainda com relação, por exemplo, à eficácia dela – quando você toma a primeira e a segunda doses e, mesmo assim, ainda acaba se infectando com vírus. A vacina realmente ela causa isto: ela é muito mais você ter formas mais brandas da doença, e não para você nunca mais pegar. As pessoas ainda não entenderam isso, muitas pessoas ainda não entenderam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que esses temas ainda precisam ser muito debatidos e abordados pela mídia para que fique claro que a gente ainda precisa caminhar muito – o Brasil – para chegar numa nova etapa do coronavírus, de comportamento mesmo da população.

Minha contribuição é essa.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Muito obrigado...

A SRA. JOSICLECIA GOMES NOGUEIRA – O.k., já...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – A senhora quer continuar? (*Pausa.*)

Agradeço a palavra da Sra. Josiclecia Gomes Nogueira.

Sr. Murillo Aragão, o fundador da Arko Advice, por dez minutos, para falar sobre *fake news*, Covid, vacina, todo esse tema.

O SR. MURILLO DE ARAGÃO (Para expor.) – Bom, eu gostaria de agradecer o convite ao Senador Wellington Fagundes, aos demais participantes.

Eu queria dizer do meu prazer de estar presente aqui, apesar de o motivo ser bastante preocupante. Vivemos um momento muito especial da nossa existência como Nação, talvez o maior desafio que tenhamos enfrentado ao longo da nossa história.

Eu também fui Presidente do Conselho de Comunicação Social aí do Congresso Nacional, onde eu tive a oportunidade de discutir, de debater temas como *fake news*, que é um tema efetivamente muito importante, muito delicado e que causa muitas reações contraditórias com relação ao seu tratamento.

Agora, com relação à questão da comunicação, *fake news* e pandemia, eu queria dizer a vocês que eu vou ser o mais breve possível, até para não usar meus dez minutos. Tentarei não usar meus dez minutos.

Mas, em janeiro de 2020, no ano passado, por conta de informações que eu recebi, eu publiquei no meu *blog*, na *Veja*, que a questão da pandemia – na época, não se falava em pandemia; isso foi dia 27 de janeiro – seria da maior gravidade e que isso teria repercussões muito sérias na economia e, especialmente, na sociedade.

Ainda em janeiro, dia 31 de janeiro, eu publiquei na versão impressa da revista *Veja,* onde eu tenho uma coluna, um artigo dizendo que seria um grande desafio para a sociedade e que, enfim, teríamos todos que estar preparados para o que viria, que provavelmente seria a grande tragédia mundial, de caráter mundial, que o País iria viver, já que o Brasil sempre foi poupado dessas grandes questões mundiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez o único evento mundial que teve um efeito direto, assim, de grandes proporções tenha sido a gripe espanhola. Na Primeira Guerra Mundial, houve um efeito grande econômico, mas direto foi baixo. Na Segunda Guerra Mundial, sim, tivemos algumas perdas importantes aqui na costa brasileira, o envio de soldados, tropas brasileiras para a Itália, mas não existia aí uma situação do tamanho da que se desenhava com a pandemia.

A minha preocupação naquele momento me levou a olhar a história, quando ocorreram eventos de tamanha magnitude, como o *crash* de 1929, a Segunda Guerra Mundial, a recuperação da Europa no pós-guerra e as coisas que aconteceram, enfim, na sociedade, na economia e também na política. Essas reflexões me levaram a publicar um livreto que foi editado pela Editora Abril, no Veja Insights, chamado *Ano Zero: Reflexões sobre Política e Economia Pós-Pandemia.* Esse livro foi publicado em maio do ano passado, ainda muito longe dos efeitos que nós tivemos. Mas ali eu já desenhava algumas preocupações. E a questão da *fake news* já estava apontada por mim como um problema a ser enfrentado.

Evidentemente, todos os eventos de magnitude na pandemia têm relevância e uma conexão com a questão da comunicação muito importante, que envolve não apenas os veículos de comunicação, mas o próprio Governo, a sociedade e as plataformas sociais, que são muito importantes.

A evolução do tema revela que, de alguma maneira, nós fracassamos em obter da sociedade um comportamento que colaborasse mais efetivamente para reduzir a transmissão do vírus da Covid. Atingimos um nível extraordinário de mortos, o que revela que a sociedade brasileira, pelo seu lado, também não teve o comportamento social que poderia ter tido frente à questão. É evidente que também houve, por parte do Governo, uma dúvida muito grande com relação à forma de se combater a questão, como essa discussão sobre tratamento precoce, enfim. Ali houve certa falta de convicção com relação aos caminhos. No entanto, por parte da sociedade, existiu também certo desleixo no tratamento da questão. Eu me lembro de ter visto no Rio de Janeiro, no final do ano passado, aglomerações nas ruas, em bares, restaurantes, principalmente de jovens, que não condiziam com a situação que nós estávamos vivendo.

Eu, da mesma forma, estive, no mês passado, nos Estados Unidos, em Nova York e em Washington, passei 15 dias lá, e pude ver que, mesmo com o avanço da vacinação, com a facilidade de se obter vacina, há ainda uma preocupação, com relação à cidadania, na forma de se posicionar socialmente neste momento.

Agora, há de se louvar também que os veículos de comunicação no Brasil foram muito atuantes, no seu noticiário, em esclarecer, em tentar alertar para os problemas. É óbvio que, em um ambiente de polarização, essa polarização política também chegou à mídia, mas, de certa forma, devemos louvar que houve um papel relevante dos veículos de comunicação com relação ao tema.

Já nas plataformas digitais, nas redes sociais, foi crescente o engajamento. Agora, todos nós sabemos que essas plataformas têm certa resistência em assumir compromissos, alegando que elas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionam basicamente aqui e, sim, que os seus servidores estão em outros lugares. Então, isso daria uma independência às regras e normas do País. Mas, de alguma forma, houve uma evolução nesse sentido. Hoje a gente nota que, quando se trata do tema Covid, sempre há um alerta por parte das plataformas Instagram e Twitter com relação a isso. E é evidente que todos os acontecimentos políticos, envolvendo as plataformas digitais nas últimas eleições, também terminaram causando uma mudança no comportamento dessas plataformas.

Agora, ainda voltando a falar dos veículos de comunicação, é de se louvar também o engajamento de alguns veículos em campanhas específicas. Eu destaco a própria CNN, que, recentemente, tem uma campanha estimulando a vacinação. Acho que esse comportamento deve ser abrangente em todos os veículos abertos e de canais fechados também, estimulando a vacinação.

Agora, o problema – eu não vi a exposição do Senador Wellington Fagundes; cheguei atrasado aqui ao nosso evento –, sem dúvida, tem a ver com a educação. Tudo de que nós tratamos aqui tem a ver com a forma como a educação se insere não só nas questões sanitárias, mas também nas de cidadania. Nós temos que reforçar a educação formal com relação aos temas específicos da pandemia. A pandemia trará mudanças de comportamento muito sérios na sociedade. É difícil acreditar que a sociedade voltará a funcionar da mesma maneira que funcionou antes da pandemia. É difícil ver a questão do trabalho, do trabalho remoto, de morar nos grandes centros, de aglomeração, de eventos. Sempre haverá ainda uma espécie de desconfiança sobre as questões, até que a questão da Covid esteja completamente resolvida.

Agora, qual é a visão de solução que eu vejo? Eu não vejo nenhum outro caminho sem o engajamento educativo da própria mídia, da própria comunicação oficial que existe, como a rede EBC, que atinge quase 70 milhões de brasileiros também, e também a educação formal na questão da pandemia. Os hábitos sanitários do distanciamento e da higiene têm que ser reforçados na questão da educação.

A própria pandemia nos traz o fortalecimento do ensino a distância. Esta é também uma oportunidade para que se melhore a qualidade do ensino e se amplie o alcance das mensagens a partir de programas específicos de esclarecimento.

Enfim, é a minha visão.

Eu gostaria, enfim, já terminando, de agradecer o convite. E me coloco à disposição para responder perguntas, se assim desejarem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito. Agradeço ao Sr. Murillo de Aragão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu creio que todos os outros palestrantes devem ter e têm as suas ocupações. Então, é perdoável o atraso do senhor.

O Senador Wellington tem alguma pergunta direcionada ao Sr. Murillo?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sim, Sr. Presidente. Eu acho que, além das perguntas, pode ser falado já nas considerações finais também, se alguém quiser fazer algum comentário sobre aquilo que eu vou colocar.

O nosso companheiro Murillo de Aragão, profissional e cientista político, colocou aqui, inclusive, o livro que ele publicou. Ele já falou, inclusive, o que ele apontava em relação à comunicação.

Mesmo assim, eu quero insistir, Murillo, exatamente nessa comunicação. Na experiência lá fora – V. Sa. anda muito por outros países, até em contato com outros companheiros –, o que foi feito que surtiu um pouco mais de efeito?

Nós sabemos que, nos Estados Unidos, apesar de haver vacinas de sobra, mais que o dobro, para a população, há uma resistência muito grande de parte da população em relação a tomar vacina. Eu gostaria que V. Sa. e vocês todos que estão aqui pudessem abordar exatamente, sobre essa resistência, o que outros países estão fazendo.

Muito pelo contrário, no Brasil, nós temos uma tradição de campanhas de vacinação. Inclusive, as pesquisas mostram que mais de 90%, 95% da população brasileira são favoráveis à vacinação, com o paradoxo de que nós não temos vacinas no Brasil. Mas a grande preocupação, a minha, pessoalmente, é exatamente a de que notícias como esta de resistência dos americanos, em um país extremamente democrata, possam contaminar a nossa população, até porque há essas discussões de vacina vencida e outras situações que podem trazer resistência no futuro. O que nós deveríamos fazer exatamente para que isso não aconteça, para que a gente continue mostrando para a população brasileira que a vacinação é o caminho?

Hoje, nós não temos nenhum produto no mundo que consiga combater com eficiência a doença depois de instalada. Então, o que nós temos é a vacina. Como eu sempre tenho insistido: vacina, vacina e vacina no braço de todos brasileiros!

Eu gostaria, inclusive, de algum comentário também sobre exatamente o Brasil poder produzir vacina. É sabido que, com a globalização, muitos países foram ficando dependentes da China e da Índia não só de vacina. Quando começou a pandemia, nós não tínhamos ventiladores. Chegou a faltar oxigênio; o caso de Manaus é bastante expressivo.

O que o Brasil pode fazer, no entendimento de vocês, principalmente o Murillo, em relação a essa questão dos investimentos em ciência e tecnologia? Nós estamos tratando aqui de uma comunicação, mas a comunicação também terá, cada vez mais, eficiência com dados e fatos concretos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, a nossa insistência, quase obsessão, de que o Brasil possa fabricar vacina. Há um parque industrial pronto, com alto nível de biotecnologia, mas precisamos continuar também investindo na nossa pesquisa. Hoje, o Butantan e a Fiocruz, na verdade, são institutos de pesquisa, não fábricas de vacina. Felizmente, os dois estão investindo na construção de duas fábricas de vacina, assim como também temos a União Química, aqui em Brasília, que a está montando, e há esta alternativa da indústria de saúde animal.

Então, eu gostaria exatamente que, ao encerrar já, neste bloco final, V. Sas. pudessem fazer um comentário sobre a experiência vivida pelo Brasil. O Murillo chegou depois. O que nós fizemos acertadamente, em que deveríamos continuar insistindo? O que erramos? E, inclusive, o que também nós, do Poder Legislativo, podemos fazer ainda, principalmente a nossa Comissão, no sentido de contribuir para que o Brasil possa sair desta marca maldita de mais de 500 mil mortos? Os que já morreram já foram. Quem não tem hoje um membro da família ou um amigo envolvido nesta terrível doença? Não há como recuperar uma vida, mas ainda há a perspectiva... Se não tomarmos certas medidas, poderemos ultrapassar a marca de 600 mil mortos.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O senhor encerrou, Senador Wellington, ou ainda quer usar da palavra?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Encerrei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Grato.

Só dando continuidade às perguntas, vou utilizar aqui a voz da Presidência para fazer as perguntas das pessoas que participaram pelo e-Cidadania, e foram várias. Nem dá para citar o nome de todos: Judith, do Espírito Santo; Rosely Xavier, de São Paulo; Angela Helena de Campos, do Paraná. É muita gente, muita gente! Eu separei algumas.

Mas, antes de fazer essas perguntas, eu queria tomar a liberdade de fazer uma análise ou uma observação.

Eu queria perguntar ao Sr. Murillo de Aragão e ao Sr. Paulo Jeronimo de Sousa, já que lidam diretamente com a imprensa e estão no meio: o que é mais danoso hoje na *fake news*, a ideologia, o posicionamento, os valores que tem um profissional?

Quando eu falo do profissional, inclui-se o da imprensa. Eu não falo só do profissional da Justiça, do profissional da saúde, do profissional que hoje defende uma ala ideológica e toma seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posicionamentos a ponto de esses posicionamentos, de forma muito rápida, irem paras as redes sociais e criarem uma formação, uma ideia ou até mesmo uma sentença.

O que é mais nocivo? É esse profissional, agora, específico, da imprensa, que se utiliza da sua habilidade? Nem estou falando daquele que é da pseudoimprensa, que é o blogueiro, que é a pessoa que hoje está no meio de comunicação, mas não tem a mesma formação acadêmica; não é esse aí, não. Estou falando sobre a imprensa realmente que tem este tipo de responsabilidade de informar com imparcialidade. Ou é a nocividade dessas pessoas, hoje, de forma parcial? E há uma população, como foi dito aqui, com baixo nível de escolaridade, que não consegue interpretar de forma lógica um texto e, sim, de forma passional, mais uma vez colocando ideologias e lados dentro de uma informação. O que prejudica mais? O que prejudica mais?

Ao que a gente pôde assistir, desde o início da pandemia, durante as coletivas de imprensa? O então Ministro da Saúde, o Mandetta, tomava o posicionamento de "só vá aos hospitais se você chegar às consequências de falhar a respiração", com o intuito de diminuir a ida aos hospitais e de não aglomerar ali. Eu acho que eu pensei nisso naquele momento. E, hoje, a gente vê que não é mais isso. Então, a gente pôde assistir a grandes e muitas autoridades colaborando também para as muitas desinformações, desde o tratamento precoce. Médicos não se acertavam, jornalistas comentavam, políticos davam suas opiniões.

A nocividade hoje é essa imparcialidade de quem fala ou de quem tem esse número de seguidores e pode causar esse prejuízo na informação, juntamente com uma população que não consegue, em tempo real, além de não interpretar, buscar uma verdade clara, porque está também contaminada por uma ideologia?

Eu queria só que os senhores comentassem, Murillo de Aragão e, depois, Paulo Jeronimo.

Agora, eu vou para as perguntas para o Sr. Frank Márcio Oliveira que vieram do e-Cidadania e para o Sr. Ricardo de Freitas Martins da Veiga. Eu selecionei duas. Muitos falavam sobre o mesmo tema.

Então, elenquei aqui o Sr. Wilson Sona, de Minas Gerais. Ele fala: "Temos que combater as falsas notícias, que só visam a confundir o povo brasileiro".

Aí eu complemento, perguntando para o Sr. Frank: quais são as medidas objetivas que a Abin está tomando justamente para localizar, conter, evitar, na verdade tornar menos... O projeto de lei, só a lei, se não houver a fiscalização, talvez não cause esse temor, não cause essa restrição, talvez não cause nas pessoas o cuidado de não passar uma informação falsa para a frente, sem nem saber o conteúdo, se é verdadeiro ou não.

Então, ele faz essa pergunta.

E para o Sr. Ricardo da Veiga, a Sra. Danielle Machado, do Rio de Janeiro, fala: "O Governo deveria investir em campanhas de conscientização e de preservação da vida".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ricardo, eu vou complementar a fala da Sra. Danielle Machado com que o Vice-Presidente, General Hamilton Mourão, afirmou, no dia 22/06/2021, durante uma entrevista na GloboNews. Ele fala que um dos maiores erros, se não me falha a memória – acho que foi isso que ele utilizou, essa expressão –, foi não realizar uma campanha de comunicação efetiva para orientar a população sobre a pandemia, sobre o risco do Covid-19. Ele alega isso durante uma entrevista, o que complementa aqui a pergunta da Sra. Danielle Machado.

Então, o senhor vai ter cinco minutos. Eu acho que cinco minutos está bom para responder a pergunta do Senador Wellington.

Se o Sr. Murillo de Aragão, o Sr. Paulo ou até mesmo o Sr. Frank e o Sr. Ricardo da Veiga precisarem, vou dispor mais tempo para as respostas. Está o.k.?

Primeiro, é o Frank; em seguida, vem o Sr. Ricardo de Freitas. Por último, é uma resposta com a qual eu queria concluir sobre o que eu penso, sobre o que eu perguntei ao Sr. Murillo e ao Sr. Paulo Jeronimo.

Então, o Sr. Frank está com a palavra.

O SR. FRANK MÁRCIO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu quero agradecer ao Sr. Wilson Sona, meu conterrâneo, pela pergunta.

O documento orientador da atividade de inteligência no Brasil é a Política Nacional de Inteligência, de 2016, em que são elencadas as principais ameaças. São 11 ameaças, mas eu vou destacar aqui a questão da interferência externa, como eu comentei na minha apresentação, e os ataques cibernéticos. Então, na inteligência no Brasil, cujo órgão central do sistema é a Agência Brasileira de Inteligência, nós nos preocupamos com esses dois aspectos, com relação à interferência externa, principalmente, e com relação aos ataques cibernéticos.

Nós temos o Centro de Pesquisa para a Segurança das Comunicações (Cepesc), que desenvolve ferramentas para a comunicação segura, mas que também nos ajuda a estabelecer medidas que se contrapõem a ameaças às nossas infraestruturas críticas. E aqui temos uma preocupação não com um boato que circula no WhatsApp, que tem, sim, um dano, mas nós nos preocupamos com campanhas maciças de desinformação.

Para isso, nós trabalhamos tentando identificar a existência de *bots,* que são os robôs que impulsionam essas campanhas negativas, que causam tanto prejuízo ao esclarecimento da população. Portanto, Sr. Wilson, é justamente nesses principais campos que nós atuamos na inteligência.

Obrigado pela sua pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Agradeço.

Só alerto avisando que, depois dessa fala, se quiserem já complementar com suas considerações finais... Nós, logo, logo, após as respostas, vamos encerrar a reunião.

Então, agora, com a palavra o Sr. Ricardo da Veiga, representante do Ministério das Comunicações.

O SR. RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA (Para expor.) – Obrigado.

Agradeço à Danielle Machado pelo envio da pergunta acerca do investimento em campanhas de conscientização, preservação da vida, nas palavras dela. De fato, é o sentido por trás de campanhas como essa de que falamos aqui hoje. Eu creio, Senadores, que a minha exposição aqui hoje foi toda nesse sentido de mostrar uma série, uma infinidade de campanhas pensadas, desde o início, para alertar a população acerca do Covid. Volto a frisar que é uma doença nova. Salvo melhor juízo, eu não conheço, não aprofundei nessa pesquisa, não conheço nenhum país que tenha tido convicção sobre a pandemia, até porque todos foram tomados de assalto por um novo vírus que se comportava de forma diferente, não sabiam a extensão. Acompanhamos isso, não digo como pesquisa, mas como cidadão, pela própria imprensa internacional. Então, foi algo que mereceu...

No caso do Governo brasileiro, foram tomadas as medidas de comunicação para que os nossos concidadãos soubessem que era um vírus, que o contágio se comportava de maneira viral, logo no início, em fevereiro do ano passado, para que houvesse o distanciamento seguro, a distância segura, o uso das máscaras, o álcool gel, a limpeza das mãos, o asseio de forma geral, que é recomendado para qualquer doença infecciosa e que funciona muito bem, como no caso do Covid-19. Depois, nas recomendações, a partir do momento em que iam chegando novidades acerca da doença, informando, não digo consenso, o que é muito difícil, mas algumas posições predominantes no meio médico, tudo isso foi comunicado nos vídeos e nas campanhas da Secretaria de Comunicação Social. Foram dezenas de vídeos para TV, *spots* de rádio, *banners* na internet para todas as faixas etárias, segmentos da população, regionalização, buscando falar melhor a língua de cada parte do País, para que a mensagem fosse captada e internalizada.

Como eu disse, foram R$400 milhões investidos apenas nesse tipo de campanha, o que acho que corrobora também outros movimentos de comunicação feitos, como o Senado fez, como a Câmara fez. Todo mundo buscou utilizar as verbas de comunicação para direcionar o alerta à população para os riscos dessa doença. Então, isso tudo, concomitantemente, a outras áreas que o Governo vinha atuando fortemente para reverter, por exemplo, uma matéria de 2018, já que estamos falando aqui muito das questões jornalísticas, que mostrava que o Brasil havia perdido 34 mil leitos de UTI, em oito anos, entre 2010 e 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso precisava ser revertido e comunicado para a população, para tentar conter questões de pânico, para dar o máximo de segurança, para que as pessoas, com todos os cuidados e com todas as precauções, pudessem manter e seguir com a vida e que a chama da esperança não se apagasse.

Então, acho que, com os brasileiros juntos, com essas campanhas que foram feitas, isso foi importante para que a gente reduzisse o dano possível, o dano potencial dessa pandemia, que já foi muito impactante, foi muito grave. Todos somos sensibilizados com essa situação, que é mundial – é bom lembrar –, mas friso que os investimentos foram feitos, sim, e temos campanha de todas essas ordens, como eu pude relatar aqui hoje.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Ricardo.

Antes de passar para o Sr. Murillo de Aragão e para o Sr. Paulo Jeronimo de Sousa para fazerem suas falas, eu pergunto à Sra. Josiclecia Gomes Nogueira, Secretária de Comunicação do Governo do Amazonas, se ela quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Ela vai falar? Aguardo. (*Pausa.*)

A SRA. JOSICLECIA GOMES NOGUEIRA (Para expor.) – Eu quero agradecer a oportunidade de participar desta discussão e dizer que o Amazonas está à disposição para qualquer eventualidade.

Acredito que a comunicação é essencial nesse processo, é fundamental para que as pessoas possam se encontrar e a gente consiga sair dessa o mais rápido possível com informações concretas, verdadeiras, e com combate a *fake news*.

E é isso.

Muito obrigada pela oportunidade.

Qualquer coisa, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Esta Comissão Temporária de Combate à Covid é que agradece a todos os participantes a presença nesta manhã aqui e a todos que estão nos assistindo também.

Antes, Sr. Murillo de Aragão e Sr. Jeronimo, eu preciso só deixar bem claro que eu perguntei sobre o que é mais nocivo. É o profissional com a carga ideológica que age imparcialmente para impor as suas ideias de forma sorrateira; ou é uma população com baixo nível de conhecimento, com baixa escolaridade, que talvez não tenha a percepção da leitura ou não tenha uma leitura adequada; ou é aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leitor, que até tem educação, que lê de forma passional conforme queira entender a notícia sobre *fake news*?

Então, esta foi a pergunta que eu fiz, em resumo, para os dois: existe imparcialidade na imprensa?

O Sr. Paulo, primeiro, com a palavra.

Está bem, Sr. Murillo? (*Pausa.*)

O SR. PAULO JERONIMO DE SOUSA (Para expor.) – Consegui desativar.

Muito obrigado pela pergunta.

Não existe imparcialidade, existe deformação ideológica.

Desde o começo, quando apareceram as campanhas de desinformação e de *fake news*, a ABI se engajou nesse trabalho de combater essas deformidades de comunicação. Só para ter ideia, nós participamos de uma comissão no TSE contra *fake news* durante as eleições do ano retrasado e estamos presentes também na Comissão da Câmara Federal com participação ativa contra *fake news*.

Como eu disse, a ABI está totalmente engajada. Agora, não é só a desinformação e não é só a ideologia, é também a corrupção. É um negócio, assim, impressionante! Na pandemia, o que se soltou de *fake news* e de desinformação a respeito de tratamentos ineficazes e de remédios ineficazes é um negócio impressionante! Quais são os interesses que estavam por trás disso? Não é só desinformação e não é só ideologia, é também corrupção. É um negócio, assim, impressionante! Nós estamos combatendo isso de todas as maneiras na ABI. Nós temos soltado quase uma nota por semana em cima disso, divulgando e protestando contra essa desinformação, contra *fake news*.

Em todos os trabalhos que aparecem de entidades da sociedade civil e que nos chamam, nós estamos lá participando, denunciando e ajudando.

Então, eu não sei, realmente, o que é pior: se é a ideologia ou é a falta de informação da população menos esclarecida, mas evidentemente a população brasileira é a menos culpada. As informações que chegam a ela chegam deturpadas e aí acabam a convencendo. Quantas pessoas que nós sabemos aí... Eu mesmo conheço gente que não quer tomar a vacina porque foi mal-informado e que a vacina é isso, que a vacina é aquilo. Chegou-se até a falar que quem tomasse essa vacina ia virar jacaré. Aconteceu isso e de uma autoridade do Governo.

Então, nós da ABI estamos engajados para tentar manter a verdade e combater essas campanhas negativas.

Eu quero agradecer aqui aos Senadores Styvenson Valentim e Confúcio Moura pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ABI está à disposição dos Srs. Senadores em tudo que puder para acompanhar e trabalhar junto em combate, principalmente, a *fake news* e desinformação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Grato, Sr. Paulo.

Sr. Murillo, o senhor tem a pergunta do Senador Wellington e essa minha. Então, o senhor tem cinco minutos para respondê-las. Se precisar de mais tempo, o senhor indique, levante a mão, e a gente fornecerá aqui. (*Pausa.*)

Abriu o microfone? (*Pausa.*)

O senhor abriu o microfone?

O SR. MURILLO DE ARAGÃO (Para expor.) – O.k.

Bom, em primeiro lugar, eu quero agradecer muito ao Senador Confúcio Moura, ao Senador Wellington Fagundes e ao Senador Styvenson Valentim pela oportunidade de estar aqui expressando minhas opiniões a respeito de tema tão relevante.

Volto a dizer que a questão é muito complexa e que eu, infelizmente, tive o discernimento e a informação de que o tema seria muito grave para o Brasil ainda em janeiro. Em abril, agora, deste ano, eu fiz uma coluna em que eu listava os erros de condução da questão que envolve aspectos variados. Eu posso rapidamente dizer quais são os erros que eu identifiquei na condução da questão da Covid no Brasil.

O primeiro deles foi a demora na reação das autoridades, incluindo todas as autoridades: Governos Estaduais e Municipais, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Poder Executivo, e não foi por falta de aviso.

E, aqui mesmo, no mundo político, o Senado só tomou conhecimento da gravidade da questão em 11 de março do ano passado, em depoimento do Ministro Mandetta e do Ministro Paulo Guedes. Mas a questão já estava posta desde janeiro, e muitos dos atores políticos foram avisados da gravidade do tema da Covid.

A segunda questão que se coloca é a descoordenação entre os Poderes, porque havia uma disputa institucional sobre quem deveria conduzir a questão, e a Constituição é clara em dizer que a saúde pública é compartilhada entre Municípios, Estados e União. Mas essa descoordenação e a ausência de diálogo institucional e de liderança institucional também foram graves problemas.

O terceiro problema foi a questão da compra de vacinas. O Brasil ficou refém de duas opções que, claramente, eram antagônicas no sentido político, a questão da Fiocruz – e a Fiocruz sempre procurou ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o protagonismo na questão das vacinas – e de São Paulo, com o Butantan, que fez opção ali pela CoronaVac. O Brasil é um país que podia ter, no ano passado, comprado vacinas de todo lugar. E aí há um ponto de divergência com relação aos Estados Unidos, porque, ainda que o Presidente Trump tivesse uma narrativa semelhante à do Presidente Bolsonaro em relação às vacinas, ele comprou vacinas para todos os americanos ainda no ano passado.

A questão da comunicação também se revela relevante como um problema crítico por causa das narrativas confusas da gravidade da Covid e da forma de abordar.

A outra questão que também foi um erro foi o fato de que as autoridades acharam que o Brasil caminhava para o encerramento da epidemia, da pandemia, ao final do ano, com o declínio de óbitos ainda em novembro e dezembro, e foi uma avaliação precipitada, que gerou também a tomada de decisões equivocadas.

E, por fim, é difícil considerar que o Brasil, com a tradição que tem na produção de vacinas, na cultura da vacinação, não tenha se mobilizado mais cedo para a produção de IFAs e ter um mínimo de independência com relação à produção do ingrediente básico para as vacinas em meio a essa questão. O Brasil não teve uma postura estratégica com relação ao problema, o Brasil não se preparou para o agravamento da situação, o Brasil apostou que a situação caminharia para melhorar naturalmente, e isso nos custou milhares de mortos. Sem dúvida, nos custou milhares de mortos.

Com relação à pergunta da comparação entre o Brasil e os Estados Unidos, enfim, o Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, tem uma cultura de vacinação grande, e os Estados Unidos não têm essa cultura de vacinação, porque há uma independência muito grande dos Estados em relação a suas políticas sanitárias. A Europa, da mesma forma, também tem essa cultura de vacinação não tão solidificada como o Brasil. E, nos Estados Unidos, houve também uma questão política, de polarização política, em relação a como abordar a questão tal qual o Brasil. A diferença é que lá se compraram muitas vacinas, há vacinas.

Como eu disse, eu estive nos Estados Unidos, e a oferta de vacinas é enorme, muito fácil, mas há ainda essa cultura que é localizada em alguns bolsões de Estados específicos que têm certa vinculação ideológica e fruto de uma polarização existente. Agora, o tempo vai dizer o que vai acontecer com essas pessoas que não foram vacinadas e se prosseguirá uma curva de óbitos ascendente, o que poderá, sem dúvida, causar uma mudança no posicionamento dessas pessoas. Eu não vejo isso ocorrendo no Brasil, já que há um desejo da maioria esmagadora de ter acesso à vacinação. O problema no Brasil não é o desejo de se vacinar, mas, sim, a falta de vacina.

Com relação à questão da imprensa, a pergunta do Senador Valentim vai muito mais além do que a própria questão da pandemia. O fato central é que existem, sim, preferências ideológicas dos veículos e dos profissionais de comunicação. Isso é óbvio, não é nenhuma novidade dizer isso. Isso também ocorre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em outros países no mundo. Não é um fato raro, não é um fato incomum que veículos e profissionais de imprensa tenham um posicionamento, tenham visões de vida. Esse tema foi tratado em muitos livros. O Pierre Bourdieu tratou desse tema, Alain De Botton também, no *Notícias Manual do Usuário*. E, muitas vezes, há uma tentativa de se interpretar o fato a partir de uma visão ideológica, e isso se revela também, Senador, quando políticos tentam controlar veículos de comunicação diretamente ou indiretamente, quando governos tentam usar seu poder político e econômico para domar o noticiário e também quando o poder econômico e o poder sindical também influenciam no noticiário.

Então, há, sem dúvida, na imprensa, uma guerra, muitas vezes, ideológica, que se revela no noticiário. Isso é mais danoso em sociedades onde a educação é precária, onde a cidadania não tem o devido preparo para poder interpretar aquilo que lhe é fornecido como informação. Agora, o Brasil é um país que tem uma imprensa de alta qualidade, que tem uma imprensa reflexiva, que, evidentemente, por conta de tradições de luta, de luta contra a censura, de luta contra regimes autoritários, embute comportamentos que, muitas vezes, se posicionam de forma antagônica com o *status quo*. Agora, o caminho disso não é a censura, não é o controle, mas a educação e a pluralidade. Precisamos é de ter a pluralidade de visões do mundo. Não precisamos ter uma visão pasteurizada do mundo, mas, sim, uma visão plural, agora, obviamente, amparada nos valores que estão em nossa Constituição, de democracia, de respeito, de tolerância e de pluralidade de informações. Isso não é uma luta fácil, é uma luta difícil, e demorará muitas décadas ainda pela frente para que tenhamos uma maturidade consistente em relação ao tratamento da questão, em especial, Senador, porque vivemos uma civilização de espetáculo. Há também um livro muito interessante para quem quiser entender sobre o tema da comunicação, da cultura, que é do peruano Mario Vargas Llosa. Ali ele também avalia muito essa questão do noticiário.

A questão de *fake news* e das plataformas sociais também se inserem no debate, porque elas deram ao cidadão comum a possibilidade de se comunicar. Então, hoje todo mundo é um veículo de comunicação e isso, sem dúvida, é bom por um lado, porque aumenta a pluralidade que eu tanto defendo, mas, por outro lado, também há uma certa irresponsabilidade, porque as plataformas não têm o mesmo nível de responsabilização penal que a imprensa. A imprensa, quando publica alguma coisa questionável, pode ser processada, o jornalista pode ser processado, e não há o mesmo tratamento em relação às plataformas sociais.

Enfim, basicamente eram essas as minhas observações.

Eu fico ainda à disposição dos senhores caso queiram fazer alguma pergunta, desde já agradecendo o convite e o privilégio de estar presente aqui neste debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Nós é que agradecemos pela excelente resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator, o Senador Wellington, ainda quer usar a palavra?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, mais uma vez eu gostaria de agradecer a todos os palestrantes, ao nosso companheiro Murillo de Aragão, que conclui agora, praticamente, a segunda etapa.

E ainda, Sr. Presidente, eu quero aqui registrar que o Ministro Queiroga entrou há pouco tempo, mas também como Relator da Covid, eu tenho que registrar que ele foi extremamente atencioso conosco. Ele tomou posse numa quinta-feira, e numa sexta-feira o Ministro Queiroga já me recebeu, quando eu apresentei o projeto da possibilidade de transformar as fábricas de vacina do agro para produzir a vacina contra a Covid. Eu também encaminhei o documento ao Presidente, que pediu as providências, e daí para cá muitas reuniões aconteceram. O próprio Ministro Queiroga, a Ministra Flávia Arruda, o Ministério da Agricultura, a Anvisa também, enfim, todos estiveram lá conosco na visitação ao parque fabril em Ribeirão Preto, em Cravinhos mais especificamente, vizinho de Ribeirão Preto. Lá também estavam cientistas da Universidade de Oxford, também da Fundação Bill Gates, e todos puderam constatar a grandiosidade do parque industrial, inclusive a capacidade extrema de nível de biotecnologia, biossegurança em nível máximo. E eles disseram que é, sem dúvida nenhuma, uma das melhores fábricas de vacinas do mundo relacionada a humanos e a veterinária.

Portanto, eu registro aqui com entusiasmo, mais uma vez, e quero aqui fazer um pedido de público ao Presidente Bolsonaro, porque é extremamente importante que esse projeto seja sancionado e também tenha a sua regulamentação o mais rápido possível. Abrem-se as esperanças, e, como eu tenho dito, é o projeto da vida, porque, sem dúvida nenhuma, a vacinação em massa da população brasileira é o caminho para a gente diminuir esse número de mortes que deixam o Brasil numa posição realmente de extrema complexidade.

E claro, mais uma vez, quero aqui dizer do meu entusiasmo e até da minha grande esperança em que os laboratórios da Fiocruz e do Butantan também possam começar, as indústrias possam começar a funcionar, mas principalmente a questão do desenvolvimento da ciência e tecnologia e do que já está desenvolvido em relação à Covid. A Fiocruz já está na fase de fabricação efetiva da vacina, mesmo que seja experimental. O Butantan também já anunciou ter a transferência tecnológica e ainda o desenvolvimento da sua própria vacina, que é a ButanVac, a partir do ovo inoculado, e temos ainda mais três pesquisas sendo desenvolvidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Mais uma vez aqui quero reafirmar que conseguimos recompor o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Tenho falado muito com o Ministro Marcos Pontes que são também extremamente importantes essas pesquisas que estão sendo feitas, principalmente pela Universidade de São Paulo e pela UnB. Então, isso, para trazer aqui a esperança de que a gente possa ter, até o final do ano, vacinas para todos os brasileiros e até para ajudar outros países no mundo. Só essas fábricas de vacina do agro podem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segundo documento que nos entregaram, fabricar mais de 400 milhões de doses de vacina em apenas 90 dias.

Portanto, eu agradeço imensamente. Sei que aqui temos que constatar exatamente os erros que houve no passado. Espero que a gente comece, realmente, a acertar, principalmente transmitindo a cada brasileiro que o que nós temos que ter, cada dia mais, é a conscientização. Como foi falado aí, inclusive pela nossa representante do Amazonas, o Brasil ainda não está em uma posição confortável, como outros países no mundo, já tendo a sua liberação para eventos. No Brasil, não! Nós precisamos ainda ter toda cautela, todo cuidado para que a gente não tenha o avanço dessa doença. Então, ainda as recomendações do uso de máscara e também de toda a higiene. Tentar, na medida do possível, o isolamento é ainda o caminho – e, claro, a vacina.

E até há uma recomendação, Sr. Presidente, que já foi colocada, mas eu acho que a nossa Comissão tem principalmente esse foco, que é o de esclarecer a população. Aqueles que, infelizmente, tiveram a aplicação da vacina vencida, a recomendação médica é de que sejam revacinados, ou seja, que procurem a área de saúde da sua cidade, porque a recomendação é a revacinação. E depois, claro, com duas doses, quando é o caso da vacina de duas doses.

Então, eu encerro, da minha parte agradecendo imensamente e claro, buscando, cada vez mais, que a nossa Comissão da Covid possa cumprir o seu papel, que é de buscar as soluções. Felizmente já avançamos na questão dos ventiladores – já temos hoje autossuficiência na fabricação –, já ampliamos muito a fabricação de oxigênio, e espero que não tenhamos mais crises como aconteceu em Manaus. E os insumos básicos também, que a indústria brasileira se prepare, porque essa doença não será apenas neste ano, teremos que ter vacina e cuidados para os próximos anos, não sei quantos ainda. Vamos torcer e fazer as nossas orações para que essa doença não se prolongue por tanto tempo.

Muito obrigado, bom dia e bom início de semana para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Nós que agradecemos, Senador Wellington. Acho que a gente nunca se cansa de parabenizá-lo pela ideia que V. Exa. transformou em projeto de lei, que o senhor já citou, e pelo seu incansável trabalho aqui, como Relator, de busca de soluções a problemas que surgiram ou podem surgir ainda durante o combate à Covid. Então, esta Comissão serve para isso.

Quero agradecer a todos os outros palestrantes pelo tempo disponibilizado para que pudessem esclarecer, expor suas ideias, trazer para a população que está participando e participa hoje muito mais da política justamente essas ideias.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os convidados, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 9 de julho, sexta-feira, às 10h. Mesmo havendo a Comissão do Covid, da CPI do Covid, esta aqui vai funcionar, Senador Wellington, utilizando a plataforma no canal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

YouTube do Senado – a gente precisa adiantar, a gente tem tempo e prazo para isso e não pode ficar protelando, mesmo tendo essa extensão de 120 dias –, com o objetivo de debater a preservação do meio ambiente como forma de prevenir novas pandemias, com convidados e especialistas a serem confirmados, em atendimento aos Requerimentos 63 e 81, de autoria da Senadora Eliziane Gama e do Senador Confúcio Moura, respectivamente.

Declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Otto Alencar e Eliziane Gama, e ainda da Senadora não membro Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a preservação do meio ambiente como forma de evitar novas pandemias. **Participantes:** Nelzair Vianna, Pesquisadora em Saúde Pública da Fiocruz; Mariana Ferreira, Gerente de Ciências da WWF Brasil; e Francisco Milanez, Presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Styvenson Valentim

Vice-Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/07/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar a questão de saúde pública relacionada ao coronavírus (Covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia, cujo prazo foi estendido por mais 120 dias pelo Requerimento do Senado Federal nº 1.626, de 2021.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feita de acordo com a ordem de inscrição, através da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem de fala será: primeiro ao Relator; em seguida aos titulares inscritos; depois aos suplentes; e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

A presente reunião é uma audiência pública com o objetivo de debater a preservação do meio ambiente como forma de evitar novas pandemias.

Contamos com a presença dos seguintes convidados, desde já agradecendo aos convidados que vou citar: a Sra. Nelzair Vianna, pesquisadora em saúde pública da Fiocruz; o Sr. Francisco Milanez, Presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan); e a Sra. Mariana Ferreira, Gerente de Ciências da WWF Brasil.

Passo a palavra à Sra. Nelzair Vianna pelo tempo de 10 minutos. Já digo antes que a senhora pode usar até mais se a senhora precisar, já que nós temos três convidados e podemos explorar bem esta questão. Estou curioso para ouvir todos vocês – não só eu, muita gente quer saber dessa relação. Então, com a palavra, para iniciar a sua apresentação, a Sra. Nelzair Vianna, pelo tempo de 10 minutos, repito, podendo acrescentar. (*Pausa.*)

O microfone está liberado para a senhora. Eu creio que o microfone da senhora é que tem de ser aberto aí. Está liberada a palavra.

A SRA. NELZAIR VIANNA (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu gostaria de agradecer imensamente esse convite e dizer que é um prazer estar aqui hoje para debater este tema que me é tão caro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer aqui um compartilhamento da minha tela para passar uma pequena apresentação. (*Pausa.*)

Como foi apresentado, eu sou Nelzair Vianna, sou pesquisadora aqui da Fiocruz/Bahia e trabalho na área de saúde ambiental já há cerca de 16 anos. E, para mim, é muito importante estar aqui hoje nesta audiência, para que a gente possa debater e fazer encaminhamentos para essa questão tão crucial.

A minha experiência está dentro de um contexto de mudanças climáticas. Então, espero contribuir trazendo alguns tópicos que sejam relevantes para este debate.

E, antes mesmo de iniciar a apresentação desses tópicos, eu gostaria de trazer esta questão que é uma questão que a gente pode... Quando a gente fala na questão ambiental, a gente tem que pensar muito no que a gente está mexendo dentro dessa relação, dentro de um ecossistema e desses impactos que podem estar sendo gerados na nossa vida, na vida do Planeta. Então, a gente traz o mito de Pandora, que vem aí à mente, em que os deuses haviam dado a Pandora uma jarra trancada que ela nunca deveria abrir, mas, impulsionada pelas fraquezas humanas, ela abriu, liberando os infortúnios e pragas no mundo. Então, eu gostaria que a nossa reflexão hoje fosse no sentido de pensar o que nós humanos estamos fazendo com o nosso Planeta, com a nossa casa.

Trazendo um pouco o histórico das pandemias, já que a gente vai debater esse tema com essa relação ambiental, eu trouxe um pouco do histórico de outras pandemias que nós já vivemos. A pandemia mais importante foi a gripe de 1918, que foi o evento mais mortal da história da humanidade até hoje, com 50 milhões ou mais de mortes, equivalente a uma proporção de 200 milhões na população global de hoje. Várias outras pandemias já surgiram, e todas elas demonstradas por essa relação com a questão ambiental. Na verdade, são zoonoses, e a gente sabe que 70% das doenças infecciosas emergentes são zoonóticas.

Se a gente for elencar, o HIV emergiu de primatas e foi espalhado por toda a África por rotas de caminhões e práticas sexuais.

Os primeiros casos de mortes também registrados pelo vírus ebola surgiram na África Central no ano de 1976, quando humanos foram contaminados através de contato com cadáveres de macacos.

Há outros vírus. Por exemplo, o surgimento do arenavírus, que causa febre hemorrágica e foi detectado na Argentina e Bolívia, foi associado a práticas agrícolas e à construção de estradas que favoreciam a migração de roedores de reservatórios.

A gente também pode citar exemplos como o da gripe suína, a H1N1, que foi reconhecida pela primeira vez como doença de suínos. Esse vírus foi isolado pela primeira vez em 1974.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os suínos têm sido considerados importantes nessa recombinação viral. E a gente vai ver muito isso. A gente vai trazer aqui alguns exemplos mostrando que todas essas doenças, na verdade, têm aí um mecanismo de *spillover*, em que esses vírus saem dos animais e seguem numa cadeia de contaminação.

Temos a gripe aviária também, que foi transmitida aos seres humanos.

Há outras pandemias. O MERS-CoV, pertencente ao grupo do betacoronavírus do grupo C, tem como reservatório principal também os morcegos. Embora os morcegos possam ser o principal reservatório do MERS-CoV, estudos de vigilância encontraram altas taxas de soropositividade também em camelos e dromedários de vários países do Oriente Médio.

O que a gente observa é que esses vírus migram, têm um hospedeiro e aí vão contaminar o homem e causar esses impactos de epidemias e pandemias que assolam o mundo como um todo.

Também a varicela humana surgiu nos Estados Unidos devido ao crescente comércio internacional de animais silvestres.

Vocês vejam que todas essas doenças precisam ser observadas a partir do ponto de vista ambiental e também animal. É por isso que existem áreas que estudam especificamente essas transmissões e que hoje podem ser abordadas como um campo que é chamado de *one health*, saúde única.

A gente também pode falar da transmissão do vírus nipah, em que os morcegos se alimentam de frutas, e essas frutas contaminadas foram consumidas por porcos e outros animais. E aí também segue um círculo de contaminação da carne, e essa carne pode ser consumida por populações de diversos países, assim, carreando esses vírus e disseminando entre as pessoas pelo mundo inteiro.

Há as pandemias também da peste inter-regional nos séculos VI e XIV.

Há as pandemias de cólera no final do século XVIII e início do século XIX. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, todos os anos, há cerca de 1,4 milhão a 4,3 milhões de casos de cólera e de 28 mil a 142 mil mortes no mundo devido a essa doença.

Mais recentemente, nós tivemos epidemias também importantes aí ligadas à transmissão pelo *Aedes*. Em 2014 e em 2015, tivemos mobilidade de epidemias de chikungunya, zika e também dengue com a transmissão pelo *Aedes aegypti*.

E tudo isso tem uma forte relação com a questão ambiental, inclusive de mudanças climáticas, de aquecimento global, que a gente pode também discutir um pouco mais adiante.

Para o que a gente vive hoje, essa contaminação aí pelo SARS-CoV-2, que deu origem à pandemia da Covid-19, existem várias hipóteses para o surgimento desse vírus, mas o que a gente sabe é que há esse mecanismo de *spillover*, em que esses vírus saem de hospedeiros e esses hospedeiros migram exatamente pela interferência humana, seja pelo desmatamento, em que eles perdem seu *habitat*, seja pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

comércio de animais silvestres, que acabam chegando a ser comercializados também para o consumo humano. Então, isso é, além de uma questão sanitária, que é degradante também... Além da questão ambiental em si, que facilita a migração desses vetores, nós temos também a questão sanitária, que é muito importante para a disseminação e o espalhamento desses vírus a partir do momento em que o ser humano tem contato com secreções de animais que transmitem esses vírus.

O que nós vivemos hoje é essa disseminação global em que há um aumento contínuo na população humana; muitas aglomerações; um movimento de deslocamento humano; essas alterações ambientais; a complexidade ecossistêmica relacionada às atividades e criações humanas. Tudo isso facilita a migração desses vetores e desses patógenos.

Na nossa área de saúde planetária, nós estamos abordando muito a questão da era do antropoceno. E a gente sabe que a extensão do nosso impacto sobre o Planeta tem deixado um legado permanente da nossa existência – isso tudo associado a um modelo de desenvolvimento econômico. Então, na perspectiva da saúde planetária, nós também estamos observando por essa lente que vai muito além da questão ambiental e social, mas também há uma questão econômica, como traz o próprio termo de sustentabilidade. Quando a gente pensa nesse modelo de antropoceno, em que uma economia baseada num PIB está desgastando os recursos naturais, em que fronteiras planetárias já estão sendo extrapoladas – já foram extrapoladas – pelo desgaste desses recursos naturais, a gente pode citar principalmente essas fronteiras como sendo mudanças climáticas, perda de biodiversidade, uso e conservação de solo e a fertilização do solo.

Para que essa economia seja próspera, como propõe o modelo da economia *donut*, dentro de uma economia circular, é necessário que se observem essas fronteiras planetárias, o controle dessas fronteiras planetárias e também as lacunas na base social. Neste centro aqui, a gente pode ver que existem ainda muitas lacunas na base social, muitas desigualdades, em que uma parte da população ainda não tem acesso ao básico, aos recursos naturais mínimos de água, de saneamento, de moradia. Enfim, várias questões sociais ainda precisam ser equilibradas neste contexto de desigualdades que acaba sendo um campo fértil para a proliferação de doenças.

Com o que a gente está, dentro da abordagem de saúde, também muito preocupado é como abordar isso. Através de que lente a gente pode abordar, sendo que a gente entende que a saúde humana está sendo ameaçada em um Planeta doente?

E a questão principal que a gente traz é: o que nós podemos fazer se o paciente que precisa de cuidados de emergência é o Planeta Terra? Qual é o suporte de vida que os médicos poderiam oferecer a um planeta doente?

Então, a gente está vivendo aí essa mudança de paradigma, onde a doença precisa ser observada pela questão ambiental. Isso é trazido nesse artigo do *New England* e mostra, inclusive, que desde os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primórdios, pelos princípios hipocráticos, a doença já tinha que ser vista por essa lente do ar, da água e de lugares. Então, nós vivemos aí um momento imperativo para a ação climática, quando nós estamos entendendo que esses efeitos das mudanças climáticas estão repercutindo em diversas áreas da nossa saúde. E, obviamente, existe agora um campo para tratar dessa questão, que é a saúde planetária, uma abordagem mais holística sobre todo esse contexto.

Existem riscos associados às mudanças climáticas. O nosso tempo aqui não é tão grande para poder detalhar cada um deles, mas a gente pode entender que esse aquecimento global traz diretamente esse aumento de temperatura que afeta o ciclo hidrológico, trazendo tempestades ou secas muito intensas, trazendo eventos extremos. Essas ondas de calor afetam diretamente a saúde humana pelo efeito direto na saúde cardiovascular, principalmente em idosos. A poluição do ar, a migração de vetores, seja pela questão do desmatamento, seja pela questão do aquecimento global, facilita, por exemplo – a migração de certos vetores numa área, em regiões em que essa temperatura seja modificada –, a proliferação da dengue, que foi um exemplo clássico, em que a gente viu a migração da dengue dos trópicos, saindo dos trópicos e migrando para outras regiões mais temperadas. Então, isso tudo é devido a essa mudança na temperatura do Planeta.

O desmatamento também, obviamente, é uma contribuição muito, muito importante, principalmente para essa questão de pandemia, em que esses habitats naturais são ameaçados e esses vetores migram e facilitam a interação com o hospedeiro, com o ser humano. Além disso, a gente também se preocupa com a questão das doenças mentais, ansiedade e doenças mentais provocadas por todo esse desequilíbrio.

Então, nós estamos hoje nessa agenda, que é uma agenda de desenvolvimento sustentável, que precisamos atender e, obviamente, aqui nós estamos vendo a saúde e o bem-estar interagindo com todos esses outros objetivos para que a gente possa trazer esse equilíbrio necessário para a vida no Planeta.

O que se tem colocado hoje também é que esse desenvolvimento sustentável deve levar em conta o risco de pandemias. E a gente precisa pensar muito nessa interconexão desses ODS, porque a gente sabe que essas doenças zoonóticas tipicamente emergem como resultado da complexa interação entre humanos e animais. E quando a gente fala em controlar isso, obviamente, a gente precisa sair das caixas.

Então, se a gente pensar, por exemplo, na erradicação de doenças infecciosas, como está lá no objetivo 3.3 – erradicação no controle, no caso, porque erradicar é impossível, trata-se de controlar as doenças infecciosas emergentes –, isso vai muito além da caixinha de saúde. Existe aí uma questão de mudança ambiental a que a gente precisa estar atento e existe a questão do consumo de alimentos. Nós observamos, durante o início desta apresentação, que muitas dessas epidemias estão ligadas a essa interação entre consumo, inclusive de carnes contaminadas, e conservação da biodiversidade. Tudo isso precisa ser interconectado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos esses riscos globais estão, na verdade, interagindo. Recentemente, ano passado, em 2020, foram levantados os 30 principais riscos globais que ameaçam a saúde, e eles foram colocados em cinco categorias. E, nessas categorias, a gente pode observar que os riscos ambientais estão liderando – que é este aqui em verdinho – esses impactos na saúde. Os riscos foram categorizados em ambientais, sociais, geopolíticos, tecnológicos e econômicos. Tudo isso vai interferir na nossa saúde.

Se a gente pensar nessa interconexão de riscos, a gente pode observar aqui uma pirâmide. Ela traz os principais riscos ameaçando a saúde. Esses riscos estão ligados à perda da biodiversidade, à questão das mudanças climáticas, à crise alimentar e à crise hídrica principalmente. Então, são questões que impactam diretamente a nossa saúde.

Foi trazido também, através de uma publicação recente na *Science*, agora em 2020, o impacto dessas pandemias. Levantou-se o que seria, em termos de custos, se houvesse uma prevenção – em vez de tratar a questão quando ela assola, investir mais em prevenção.

Então, ele coloca aqui, por exemplo, que o desmatamento reduzido tem o benefício auxiliar de cerca de US$4 bilhões por ano em benefícios sociais em função das emissões reduzidas de gases de efeito estufa. Os custos de prevenção podem variar de 18 bilhões a 27 bilhões por ano. Se a gente for comparar isso na Covid-19, o mundo pode perder pelo menos US$5 trilhões. Esse artigo foi de 2020, então ele colocou essa perda estimada aqui em US$5 trilhões pelo impacto da pandemia, além das vidas perdidas, que são irreparáveis.

Então, o investimento na prevenção da pandemia traria benefícios líquidos positivos para o mundo. E reconhecemos que, à medida que o mundo emerge da pandemia da Covid-19, prioridades podem mudar para lidar com o aumento da demanda, do desemprego, das doenças crônicas e dos graves prejuízos financeiros que a gente observa em função da pandemia.

Então, agora mais em termos do que se tem pensado neste momento acerca de recuperação saudável: existem aí vários movimentos, e um deles é um movimento liderado por profissionais de saúde. Esse movimento é chamado Health Recovery, recuperação saudável, e fez uma prescrição em carta que foi encaminhada aos líderes do G20. Essa carta foi assinada por diversos profissionais do mundo inteiro, inclusive eu assinei essa carta, e hoje essa carta circula, foi publicada pelo BMJ, está sendo usada pela Organização Mundial de Saúde.

A prescrição é baseada em: proteger e preservar a fonte da saúde humana, que é a natureza; investir em serviços essenciais de água, saneamento, energia limpa e unidades de saúde; garantir uma rápida transição energética saudável; promover sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis e também constituir cidades saudáveis e habitáveis; e parar, principalmente, de usar o dinheiro dos contribuintes para financiar a indústria poluidora. Então, a gente precisa pensar em políticas públicas amplas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por fim, há um outro documento também, que foi publicado pelas Nações Unidas. Nele fala-se nessa prevenção de pandemias como uma prioridade global. Então, há uma necessidade de se investir em abordagens interdisciplinares, seja pelo One Health ou pelo Planetary Health, pela Saúde Única ou pela Saúde Planetária, incentivar pesquisas científicas sobre as doenças zoonóticas, melhorar a análise de custo-benefício das intervenções para incluir o custo total dos impactos sociais gerados pelas doenças, aumentar a sensibilização sobre as doenças zoonóticas, fortalecer o monitoramento e a regulamentação de práticas associadas às doenças zoonóticas, inclusive desses sistemas alimentares, e também incentivar práticas de gestão sustentável da terra e desenvolver alternativas para garantir a segurança alimentar e meios de subsistência que não dependam da destruição dos habitats e da biodiversidade. Então, obviamente, melhorar a biossegurança, identificando os principais vetores dessas doenças nos rebanhos, incentivando medidas que comprovem o manejo e o controle dessas doenças zoonóticas. E trata-se também de apoiar o gerenciamento sustentável das paisagens terrestres e marinhas a fim de ampliar a coexistência sustentável entre a agricultura e a vida selvagem, além de fortalecer a capacidade dos atores do setor de saúde em todos esses países e operacionalizar, por fim, a abordagem da saúde única e da saúde planetária no planejamento, implementação e monitoramento do uso da terra e do desenvolvimento sustentável, entre outros campos.

Então, para finalizar, a gente pode fechar com essa questão do mito de Pandora. Com sorte, as medidas de controle de saúde pública poderão colocar os demônios de volta ao pote. Caso contrário, enfrentaremos um desafio assustador, igual ou talvez maior do que o apresentado pela pandemia da gripe de um século atrás. Então, à medida que avançamos, devemos nos animar com a versão de Hesíodo do mito de Pandora, na qual Pandora conseguiu impedir uma única fuga: somente restou a esperança, que permaneceu sob os lábios do frasco e não voou para longe.

Então é com esperança que eu finalizo aqui a minha fala e me coloco à disposição para contribuir com este debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Muito obrigado. Foi esclarecedor!

Logo, logo – temos Senadores presentes –, virão algumas perguntas, e também farei uma para a senhora. Gostei da apresentação.

Com a palavra, por 10 a 15 minutos, como precisar, o Sr. Francisco Milanez, Presidente da Associação Gaúcha.

O SR. FRANCISCO MILANEZ (Para expor.) – Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui no meio de várias pessoas para debater este tema tão importante.

Várias questões já foram colocadas pela Nelzair, muito bem colocadas, e eu vou tentar cobrir outras partes, mas, de qualquer forma, há uma certa redundância.

Em primeiro lugar, a doença é fruto... Aqui, eu vou citar o meu doutorado. Eu propus uma noção complexa de saúde, usando a Teoria da Complexidade, e a gente vê, olhando de uma forma ampla, que a doença é fruto de duas consequências principais. Existe a questão do vírus ou de qualquer outro microrganismo causador de doença, mas ela recebe... Uma parte importante desse complemento é a imunidade humana.

Então, em primeiro lugar, nós temos que ver que o Brasil está destruindo, através, principalmente, do uso de agrotóxicos e do desmatamento, ecossistemas que são os locais, são os habitats naturais de várias espécies que estão sendo deslocadas. Isto já foi colocado. O que é importante é lembrar que esses deslocamentos acontecem por pressão, por falta de alimentação, falta de moradia, falta de nicho para esses animais que podem ser vetores e também pelo aumento da temperatura. Aqui, no Sul, nós estamos vivendo várias doenças que não existiam, como a febre amarela, em função do aquecimento, que está trazendo as doenças tropicais para o Sul.

Mas eu queria me centrar mais na imunidade. A imunidade é fruto do bom funcionamento, do leve funcionamento do organismo, e a nossa capacidade imunológica é finita. Então, quanto mais agressões eu tiver ao organismo, mais meu sistema imune estará estressado, e, pior, eu vou trabalhar com qualquer doença que chegar, como é o caso da pandemia ou qualquer outra.

Então, o que faz com que o sistema imune funcione bem? Por exemplo, nós precisamos de água, com qualidade e abundância, obviamente, de ar de qualidade, de alimentos de qualidade e, ainda, de um ambiente equilibrado esteticamente, para a qualidade da mente, que também é importante para a imunidade. Então, por exemplo, hoje, nós, além de estarmos consumindo alimentos de péssima qualidade, nós estamos vivendo em cidades – as pessoas que estão nas maiores cidades –, vivendo em cidades tristes, desconectadas, que deprimem as pessoas – muita gente, cada dia mais, pois há uma verdadeira epidemia de uso de antidepressivos, e isso mantém o sistema imunológico numa péssima situação.

Eu estou montando esse perfil para dizer o seguinte, por exemplo, os agrotóxicos, de que a gente fala tanto, nós somos um exportador de soja hoje e nós poderíamos ser um exportador de soja orgânica. Com isso, nós teríamos 30% mais de ganhos e diminuição dos custos, ou seja, porque aumenta mais de 30%.

Nós estamos devastando uma floresta tropical como a Amazônia e também a Mata Atlântica, que seguimos devastando em menor velocidade, nós estamos devastando o Cerrado e outros biomas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportar doença. Só que essa exportação de doença é uma soja contaminada, e a maioria dela vai para ração animal. Só que noventa e tantos por cento do veneno que é aplicado fica no Brasil. E onde é que ele fica? Essa é a questão. Na água.

Todos os estudos têm demonstrado, Santa Catarina recentemente fez estudos de seus rios, que todos os rios estão contaminados. Nós todos estamos bebendo água não com um contaminante, mas com vários, que sinergicamente se potencializam tremendamente. Várias pesquisas no mundo demonstram isso.

Então, além de estarem causando... Por exemplo, o agrotóxico mais usado no Brasil, que é o agrotóxico mais usado no mundo, o glifosato, está relacionado a mais de 25 doenças degenerativas. Agora, se vocês pensarem em vários cânceres, Alzheimer, Parkinson, essa verdadeira epidemia de autismo que existe nas crianças, isso está relacionado ao glifosato. São várias outras doenças.

Agora, pense o sofrimento no mundo que isso está causando. Só o autismo, que era uma coisa raríssima entre nós, está cada vez mais frequente. As previsões nos Estados Unidos são que para 2032 agora, a cada dois americanos que nascerem, um vai ser autista. Vocês estão imaginando isso, pessoal? Não é brincadeira. Nós estamos em um momento de crise, mas não é uma crise climática, é uma crise estrutural da nossa sociedade e planetária.

Então, bom, seguindo a rota do agrotóxico, noventa e tantos por cento dos agrotóxicos fica alguma coisa no ar, que vai para a água. E o resto vai para a água porque fica no solo. Ou vai para a água subterrânea, que é impossível de ser despoluída ou vai para a água dos rios, que, embora ela cicle, ainda ficam resíduos muito fortes. Essa água é a água que nós bebemos.

A água que é tratada no Brasil é tratada, e no mundo inteiro, para coliforme fecal, para bactérias, com cloro, e é tratada com precipitadores de matéria orgânica. Tirando um pouco de fezes, outras matérias orgânicas que tenham na água. Os agrotóxicos são bebidos integralmente por nós. E eles são cumulativos e eles têm efeitos conjuntos com outros produtos químicos. Então, nós estamos basicamente nos envenenando cotidianamente, o que leva o sistema imune a estar sempre estressado.

Outra coisa, quando estamos destruindo... Esses agrotóxicos, a maioria, e eu citei o glifosato, ele é um herbicida de amplo espectro. Ele só não mata a maldita soja transgênica RR e outros que são RoundUp Ready, aptos ao glifosato. Então, ele mata tudo. Quando ele mata tudo, ele entra no ecossistema matando tudo porque ele mata o alimento. Os animais se alimentam das plantas ou indiretamente de animais que se alimentam de plantas. Portanto, ele empobrece tudo.

Qual é o problema que nós temos hoje? Um grande crescimento e liberação de CO_2 na atmosfera. Quais são os lugares que mais liberam oxigênio na atmosfera e fixam CO_2? Não são as florestas; são as áreas úmidas, os banhados. Essas áreas são majoritariamente litorâneas no mundo. Essas áreas estão sob risco e estão sendo destruídas com a mudança climática. A elevação do nível dos oceanos vai destruir as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas mais habitadas do mundo, que são as litorâneas, e as áreas agrícolas mais férteis do mundo, que são as litorâneas. Então, vocês vejam aonde a coisa vai.

Quando nós estamos destruindo os ecossistemas, os ecossistemas são os produtores da água. Nós temos um sistema de bombeamento que leva água do Atlântico, porque choveria a 200km, e não retornaria quase nada para o ar. Veja-se o Nordeste, que tem a Zona da Mata, depois tem o Agreste e depois tem o Sertão, porque não tem um sistema rico como a Amazônia para rebombear essa água e levar até os Andes e, depois dos Andes, se divide para o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul, a maior quantidade de água doce do mundo.

Essa água doce faz duas coisas, ela regula o clima... Então, agora nós falamos de aquecimento global e temos que falar de regulagem, porque para a agricultura, que é a principal atividade humana para sobrevivência, nós precisamos de regularidade climática. Hoje nós não temos mais. Por quê? Porque nós temos um verão em que há temperaturas baixas, então os plantios de verão não suportam, e há perdas gigantes com geadas e outras coisas que nós estamos tendo em pleno verão. E o inverno, em que a gente tem plantios de inverno, com temperaturas altas, e essas temperaturas prejudicam, fazem brotação e matam as plantas de inverno.

Nos lugares onde é, no Brasil, muito frequente a seca, período de seca e período... A desorganização climática destrói a agricultura igualmente. Então, não são os grandes eventos que nos assustam, mas são as contínuas e cada vez mais frequentes secas e chuvas e coisas fora de hora e em concentrações diferentes. É a desorganização climática, essencial para a agricultura.

De que é que a agricultura precisa? Ela precisa de solo. Estou falando da alimentação, que é a maior fonte de imunidade, é através da qual nós construímos constantemente a imunidade do nosso corpo. A agricultura precisa de água, de clima organizado e de solo saudável.

O maior fator, há muitos, a vida do solo é uma coisa riquíssima, o maior fator de vida de solo são as bactérias. Esses agrotóxicos, o mais usado, usado amplamente nos transgênicos, o glifosato, mata as bactérias, porque ataca a parede celular que as bactérias têm também, embora sejam dum reino diferente do vegetal. Hoje; no passado, não foram.

Então o que é que acontece? Nós estamos destruindo solos. Os Estados Unidos têm Estados que não têm mais agricultura, porque essa maravilha que nós estamos copiando destruiu a agricultura lá. Eles estão gastando bilhões para tentar, daqui a uns anos, ter agricultura novamente. E nós estamos seguindo a receita. Só que nós estamos seguindo a receita não num país temperado, que tem uma reserva térmica de proteção; num País tropical, com altas chuvas, como na Amazônia, onde a destruição de solo é muito mais rápida.

Bom, os agrotóxicos contaminam a água, contaminam os alimentos que nós consumimos e destroem os ecossistemas que nós precisamos para a regulagem climática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos também uma influência da... Os ecossistemas naturais, por serem a maior biodiversidade possível dentro duma área, são a maior fixação possível de CO_2, de gás carbônico, e liberação de oxigênio. Portanto, são a coisa mais preciosa que nós temos hoje.

Eu não quero falar só de coisas ruins, quero falar de soluções. Nós queremos dar um passo adiante. Para nós recuperarmos a imunidade humana e a qualidade de vida, nós precisamos de algumas coisas emergenciais no País. Em primeiro lugar, nossa biodiversidade e a nossa água são as maiores riquezas do mundo – são as maiores do mundo e a maior riqueza do Brasil. Então: número um, prioridade à preservação ambiental; número dois, botar a quantidade de ciência que nós temos, no Brasil – pesquisando tecnologia importada para dar dinheiro para multinacional de veneno –, botar essas pessoas para trabalharem com extrativismo racional, porque a Amazônia não é substituível por nenhuma outra coisa, o bioma amazônico. Ela só pode... Ela já é totalmente produtiva, mais produtiva do que qualquer atividade agrícola humana, inclusive intensiva, de horticultura. Ela não tem comparação, ela produz muito mais. Nós não sabemos usar, porque a nossa ciência, o nosso investimento em ciência, pesquisa e tecnologia também não é aplicado para usar a Amazônia, para usar a Floresta Atlântica e estudar a capacidade de suporte dela – obviamente não é usar irresponsavelmente, mas utilizar. Porque o Saara nos cede milhões de toneladas, por ano, de solo, via ventos dominantes – traz para a Amazônia. Com isso tudo, nós estamos fertilizando a Amazônia e podemos retirar, sem nenhum medo. Então, a única forma de usar a Amazônia, de preservar o nosso clima e de preservar a agricultura do resto do País... Porque a destruição da Amazônia está destruindo a agricultura no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Centro-Oeste. A água está se escasseando e está se escasseando a energia.

Como é que funciona um sistema suicida? As pessoas destroem os ecossistemas, destroem a água por causa disso, e aí eles dizem: "barragens e hidrelétricas não têm água, vamos botar carvão". Estão querendo liberar a queima de carvão para destruir mais ainda o clima. Assim funcionam os cretinos. Como é que funcionam as pessoas inteligentes? Vamos preservar, replantar as áreas que são produtivas. Sem nenhum investimento, porque a Amazônia produz muito mais do que qualquer área de produção humana com zero de investimento. Já está há milhares de anos produzindo. É só aprender a usar. Então, a forma inteligente é: preservar para ter água, para ter agricultura em outros lugares, porque a Floresta Amazônia não é substituível, como não é a Mata Atlântica. Isso é o extrativismo nas nossas florestas, de forma responsável, cuidadosa e solidária também com as populações de lá. Não é para picareta de empresa gigante invadir e usar, ou qualquer outra coisa grande.

Pecuária orgânica. O Pampa está com mais de 50% – o nosso bioma – sendo destruído numa velocidade incrível, primeiro pelo eucalipto, agora pela soja, muito mais pela soja. É um lugar inadequado e não suporta, porque é um bioma que não suporta floresta, tanto que há milhões de anos não desenvolveu floresta. É um bioma muito delicado, prioritariamente de plantas de raízes curtas. Qualquer rebaixamento no lençol freático, coisa que os eucaliptos já estão causando, vai desertificá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa importante: nós podemos melhorar a economia brasileira, que está tão preocupada em alimentar o mundo, então, vamos alimentar o mundo com saúde e não com doença.

Outra coisa seria o esverdeamento das cidades. As pessoas estão muito doentes, e continuarão doentes, por uma irresponsabilidade total em termos de campos eletromagnéticos, por uma alimentação com veneno, água envenenada, porque aqueles que cuidam da sua alimentação são obrigados a tomar uma água envenenada, que é a única que nós temos. Eu falo por mim, que consumo só produtos agroecológicos, mas tomo uma água que, mesmo filtrada com a única forma – e caríssima – de fazer isso, que é filtrando com o carvão ativado, ainda tem componentes que estão me matando.

Agora, outra questão que é bem importante, assim como é importante discutir a imunidade, não só a contaminação, importante discutir não é a morte, é a vida. Nós estamos vivendo de forma cada vez mais sofrida – cada vez mais sofrida. Isso é negócio. O nosso sofrimento é o negócio maior que existe no mundo e esse negócio está ligado às indústrias químicas tanto de agrotóxicos, como de remédios. E as de remédios, curiosamente, como a Bayer, que comprou a Monsanto agora, são de remédios e de agrotóxicos. É uma beleza... É um negócio muito bom, porque um gera negócio para o outro.

E outra coisa que está acontecendo no Brasil, que eu queria frisar, porque é muito essencial para a questão de pandemias, é a privatização da água. Quando nós privatizamos desde as águas minerais – que estão sendo compradas na América Latina inteira pela Nestlé e pela Coca-Cola – até a distribuição da água, que é essencial para a vida, nós a encarecemos, porque, além dos custos que hoje ela tem sendo pública, haverá o lucro. E nós baixamos a qualidade, já que essas pessoas têm estranhos interesses, que não são, com certeza, que a gente tenha saúde. E há mais o fator perverso de que, na nossa sociedade, quanto mais raro for o bem, água de qualidade, mais caro ela fica para quem tiver as concessões. Portanto, eles têm interesse em poluir a água.

Isso é uma coisa direta, é matemática para criança de cinco anos entender. Nós estamos pondo na mão dos inimigos, por interesse econômico – obviamente, não estou dizendo que é maldade pura, só perversidade –, estamos pondo a nossa segurança. E eu acho que a grande questão que precisa ficar é a seguinte: nós desenvolvemos, aqui, no Sul, inclusive, a maior tecnologia agrícola do mundo, que se chama biomineralização. Foi desenvolvida por pequenos agricultores aqui, no Rio Grande do Sul e em outros lugares, mas começou aqui. Esta tecnologia não precisa de insumos agrícolas importados e pode fertilizar o Brasil inteiro, e o Brasil pode fertilizar os outros países se quiser. Não é necessário porque eles também podem. É libertadora, produz alimentos altamente qualificados para provocar saúde na gente e imunidade. Por que o Brasil não prioriza financiamento para isso, pesquisa sobre isso, multiplicação disso e educação acerca disso? Essa é uma pergunta para que as respostas, todas elas, são muito feias. Qualquer possibilidade de resposta para isso é muito triste de se ouvir, porque é muito triste imaginar que a gente dê financiamento com dinheiro público para empresas que têm interesses contrários à saúde pública e contrários à qualidade de vida humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou dizendo que nós podemos, facilmente, com a criatividade brasileira, com a criatividade científica que nós temos, o nível científico excelente que nós temos hoje, multiplicando, dando um pouco de financiamento, transformar as cidades em lixo zero facilmente, *ecodesign* e responsabilização do cidadão. A gente para de eliminar as maiores riquezas que nós temos na nossa biodiversidade, na nossa segurança hídrica, na nossa riqueza hídrica, a maior do mundo, e nós passamos a ter empregos muito melhores, porque nós estamos nos desindustrializando, o que eu acho uma estupidez, mas, se a gente quer ser agrícola, então, vamos ser agrícola, ganhar dinheiro e vender saúde, que é o sistema agroecológico. Essas opções não são teorias, há fazendas de 40 mil hectares fazendo isso. Então, por favor, nós precisamos... Eu rogo ao Senado que tome essa bandeira, porque nós não temos tempo e nós mesmos vamos sofrer as consequências, que dirá nossos filhos e netos.

Então, é o momento em que o Brasil poderia ser pioneiro mundial numa virada maravilhosa em direção à felicidade, à qualidade de vida, a uma felicidade interna bruta, como dizem os butaneses, e não a um Produto Interno Bruto em que caixões, mortes e vendas de vacina contam ponto para o PIB. E não nos interessa tanto assim, não é, pessoal?

Muito obrigado. Estamos à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Francisco. Muito bom, trouxe até uma fala além da pandemia.

Depois eu vou perguntar para o senhor justamente um dado estatístico que tenho do meu Estado, Rio Grande do Norte: 5 mil pessoas do meu Estado são diagnosticadas anualmente com câncer. Será que a gente está passando por uma pandemia que a gente não quer enxergar? Os hospitais de câncer cada vez mais lotados. Então, é uma discussão boa, além das pandemias, de que a gente está tratando.

A Sra. Mariana Ferreira vai ter a palavra agora por dez minutos. Se quiser utilizar mais, 15 minutos, a senhora tem toda liberdade. Com a palavra.

A SRA. MARIANA FERREIRA (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos.

Eu sou a Mariana, sou Gerente de Ciências da organização WWF Brasil e também lidero uma força-tarefa da IUCN, da Comissão Mundial de Áreas Protegidas, que trabalha especificamente a relação das áreas protegidas com a pandemia.

Para mim é uma honra falar depois da Dra. Nelzair, do Francisco, palavras extremamente sábias. Acho que o que eu vou trazer aqui traz um pouco uma síntese de alguns pontos que eles já falaram, mas também queria contextualizar um pouco com o nosso cenário hoje, no Brasil, em algumas questões que o Francisco já apontou que a gente está vivendo, mas também questões que estão sendo debatidas aqui na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara, neste Congresso, que podem ter muito impacto na nossa capacidade de ter riscos de novas doenças, novas pandemias e também riscos maiores à saúde e à economia da população brasileira.

Vou compartilhar a minha tela.

Vocês estão enxergando? (*Pausa.*)

Vamos lá.

Então, a preservação do meio ambiente como uma forma de evitar novas pandemias. A Nelzair já falou um pouco sobre esse ritmo e esse surgimento de novas doenças infecciosas. Nas últimas décadas, a gente tem visto um ritmo acelerado de surgimento dessas novas doenças, de três a quatro novas doenças infecciosas surgindo a cada ano, e a maioria delas são de origem zoonose. Então, a gente está muito preocupado agora com a Covid, mas a gente tem outras doenças no mundo causando muito impacto para as populações mundiais, desde o zika, a gripe aviária, o ebola, o próprio HIV. E essa curva acentuada de surgimento de novas doenças nas últimas décadas não é por acaso. Ela está associada, sim, ao ritmo de degradação do meio ambiente, nos seus vários níveis e nas suas várias formas: poluição, destruição dos *habitats* naturais, compactação do solo, fragmentação dos ambientes, comércio de espécies, entre outros.

Uma das principais causas dessas doenças zoonóticas é a mudança do uso da terra. O relatório do painel IPBES, que é o painel global para olhar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, fala que mais de 30% de todas as novas doenças zoonóticas se devem ao desmatamento, à degradação, às mudanças no uso da terra. E outros vetores importantes incluem a intensificação da produção agropecuária e o comércio e o consumo de espécies silvestres de alto risco. Então, essa relação muito próxima entre o homem e algumas espécies também é uma fonte dessas zoonoses, como a Nelzair explicou em muito mais detalhe.

Aqui é um pouco dos *drivers,* os vetores de novas doenças. E, aqui, com maior contribuição, a gente vê as mudanças no uso da terra e também as mudanças na forma como a gente produz alimentos. Então, a gente precisa repensar de modo extremamente urgente a forma como a gente produz alimentos. E o Brasil, como um grande produtor de alimentos para o mundo, é um país-chave na mudança desses padrões.

Essa relação desequilibrada com o meio ambiente não é só responsável pelas zoonoses, que hoje causam mais de 700 mil mortes por ano, tirando a Covid, mas também por uma série de outras doenças ligadas ao aumento da poluição do ar, pesticidas, agrotóxicos, como já foi dito aqui.

Existe um estudo recente do WWF, inclusive com a Fiocruz, que mostra como as queimadas na Amazônia aumentaram muito os casos de hospitalização por doenças respiratórias na região, elevando, inclusive, em R$1 bilhão os gastos hospitalares. Isso já no ano passado, quando a gente teve queimadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terríveis no Pantanal e na Amazônia, no momento em que os sistemas de saúde já estavam extremamente sobrecarregados por conta da pandemia da Covid.

E, aí, a gente pensa: "O.k! E agora? Vacina chegando, temos uma luz no fim do túnel. Para onde a gente vai voltar? Em que cenário que a gente vai viver pós-pandemia?". Alguns estudos e algumas discussões e relatórios internacionais mostram que a gente tem três cenários possíveis pós-pandemia; uma forma reducionista e simples de ver, mas a gente pode tentar mirar o que que vai acontecer.

Então, um cenário *business as usual*: voltar aos mesmos padrões de sempre, com retorno aos antigos padrões de produção e consumo, com os mesmos desafios ambientais e sociais. Então, as populações que estão vulneráveis e marginalizadas continuam vulneráveis e marginalizadas, e foram populações extremamente impactadas durante essa pandemia, um atraso na implementação de compromissos globais e a gente toca o barco e fica cada vez mais vulnerável a novas pandemias, com doenças que poderiam ser evitadas, inclusive, com doenças mentais, como o Francisco falou, com crianças passando por doenças que antes nunca eram vistas em crianças, como depressão, crises de ansiedade e, de fato, por essa lacuna de contato com a natureza e com o meio ambiente.

A gente tem um cenário pior de crise e recessão em que você tem uma recessão mais duradoura; os recursos e os orçamentos têm que ser direcionados para outros setores e se reduzem os recursos direcionados para a conservação do meio ambiente; uma busca de crescimento econômico a qualquer custo, com sérios retrocessos ambientais e a renda global perdendo importância.

E a gente tem um cenário desejável, que é o de retomada sustentável, em que a gente, de fato, percebe como precisa mudar a nossa relação com a natureza, mudar os nossos padrões de consumo, valorizar cada vez mais a ciência com uma retomada econômica que é mais sustentável e mais justa socialmente.

Acho que esses cenários vão conviver – não é um ou outro – nos diferentes países, mas gente tem aí diretrizes de para onde a gente gostaria de ir. E as decisões que a gente está tomando desde o início da pandemia, ou já veio tomando antes, já influenciam no cenário a que a gente vai chegar daqui a alguns anos.

Há um artigo recente, que saiu em março deste ano, que mostra como o meio ambiente está sendo ou não incluído nos planos de recuperação pós-pandemia. Alguns países estão incluindo o meio ambiente como a ferramenta, o setor essencial, o grande valor que existe para que esses planos de recuperação aconteçam de uma forma sustentável e justa: a União Europeia, Finlândia, Japão, mas eu não estou falando só de países desenvolvidos. A gente tem um plano muito ambicioso no Quênia, por exemplo, de recuperação econômica com inclusão da área ambiental muito forte, e no Paquistão, onde eles estão gerando empregos verdes para a juventude, para proteger as áreas no entorno de áreas protegidas, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restaurar ambientes degradados, e por aí vai. Alguns países têm um apoio indireto na questão ambiental nos seus planos de recuperação.

Enquanto isso, alguns países estão olhando, mirando e realizando retrocessos na questão ambiental, quando a gente deveria estar em um caminho completamente contrário. Infelizmente, o Brasil é um dos maiores exemplos de país que teve muito retrocesso na sua legislação, na sua proteção do meio ambiente durante a pandemia.

E quais seriam as intervenções necessárias? O que a gente precisa fazer, então, para sair dessa crise melhor, com mais saúde, com mais bem-estar, com uma economia mais justa e sustentável?

A primeira coisa é eliminar a conversão e degradação de *habitats* naturais. A gente já tem no país milhares de hectares de áreas degradadas. A gente tem estudos que mostram que o País poderia vender, plantar e produzir toda a sua demanda de *commodities*, pelo menos, até 2050, apenas pela ocupação desses *habitats* degradados. A gente precisa regular, eliminar o tráfico, o comércio e o consumo de animais selvagens de alto risco, óbvio, considerando as necessidades de subsistência das comunidades locais e das populações indígenas – não é disso que a gente está falando; a gente está falando de um tráfico, de um comércio, de fato, ilegal. Como já foi dito, incorporar essa abordagem de saúde única no planejamento do uso da terra, fortalecer o papel da ciência na tomada de decisões públicas e privadas. A gente ainda vê muitos projetos de lei, propostas que são baseadas em argumentos que não são técnicos, que não são científicos. A gente precisa melhorar significativamente as condições de saneamento e acesso a serviços de saúde nas áreas rurais e remotas, garantir que os esforços de recuperação econômica, incluindo impostos, subsídios, ferramentas fiscais, não prejudiquem a conservação da natureza, não aumentem as emissões de combustíveis fósseis ou aumentem as mudanças no uso da terra. Precisamos manter os orçamentos e os demais recursos necessários para a área de meio ambiente e evitar retrocessos na legislação ambiental.

Esses são pontos-chaves que a gente já pode começar a fazer agora e olhar hoje. E as decisões que estão sendo tomadas no Senado e na Câmara já têm um papel essencial para gente mudar essa curva e essa tendência.

Só no Brasil... Tudo que estou falando têm como base alguns artigos científicos. Esses são dois que saíram no ano passado e no início deste ano. No Brasil, no período de pandemia, a gente teve mais de 57 atos legislativos enfraquecendo a legislação ambiental, sendo que metade dessas mudanças foi exatamente no período da pandemia. A gente teve uma redução de cerca de 70% das autuações e multas ambientais no início de 2020. As áreas protegidas foram enfraquecidas por redução dos seus orçamentos e mudanças nas equipes que eram especialistas, conheciam essas regiões e foram deslocadas para outros cargos. A gente teve uma série de propostas de redução ou descriação de áreas protegidas – o Estado de Rondônia, um mês atrás, acabou de descriar mais de 200 mil hectares de áreas protegidas – e aprovação de dezenas de novos agrotóxicos que, inclusive, não são aprovados em vários países. O Governo ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propôs diversas alterações infralegais que enfraqueceram a conservação do meio ambiente e houve uma invasão, um aumento da pressão sobre as terras indígenas, com garimpo, com extração de terra e com conflitos, o que vêm impactando, de fato, muito fortemente essas populações, que já têm sofrido muito com a pandemia de Covid.

Esse aqui é um estudo lançado em janeiro deste ano, do WWF, mapeando as principais fronteiras de desmatamento no mundo. O Brasil é o único país que tem duas fronteiras de desmatamento: a Amazônia, o sul da Amazônia brasileira, e o Cerrado. Esse relatório mostra que, na última década, mais de 43 milhões de hectares de florestas e de áreas naturais já foram perdidos, uma área equivalente a um país como o Marrocos inteiro.

Então, a gente continua num alto ritmo de perda de ambientes naturais, quando a gente sabe que isso vai nos levar para um futuro sem saúde, sem qualidade de vida e sem uma economia que, de fato, nos garanta o mínimo de uma boa qualidade para a população inteira.

Eu queria trazer um dado recente que saiu hoje de manhã, na verdade, no *site* do TerraBrasilis – esse dado é do Governo, é dado do Deter, dos alertas de desmatamento –, que mostrou que, nesse mês de junho, a gente teve, e eu tenho aqui o valor, 1.062 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal. É um valor superior a junho do ano passado. Então, a gente não está sendo capaz de reverter essa taxa, esse aumento da taxa de desmatamento da Amazônia, apesar de um discurso do Governo de esforços e de que isso iria acontecer. Quando a gente olha o primeiro semestre deste ano, que é isso que está na tela, aqui do lado, a gente tem, entre janeiro e junho deste ano, 3,6 mil quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia. Isso já é quase 20% superior ao que foi de janeiro a junho de 2020. Então, a gente não está retrocedendo, a gente não está garantindo que o desmatamento na Amazônia tem sido reduzido. Pelo contrário, a gente tem visto um aumento nessas taxas.

Vou compartilhar minha tela, mas queria ainda comentar rapidamente algumas questões que eu acho que são muito prementes e que estão em discussão neste momento.

Primeiro, é o PL 490, que praticamente inviabiliza a demarcação de terra indígenas, permite a anulação dessas terras e sua abertura a empreendimentos predatórios. Esse PL está sendo discutido na Câmara.

O segundo PL, que possivelmente deve ser pautado na Câmara, é o PL 984. Ele abre unidades de conservação de todo o País para a construção de estradas, trazendo mais desmatamento, roubo de madeira, morte de animais e conflitos nessas áreas e já começa abrindo uma estrada pelo meio do Parque Nacional do Iguaçu, uma estrada que existia e que, hoje, está completamente tomada pela floresta.

Depois, não poderia deixar de falar do PL 2.633, que trata da regularização de terras na Amazônia. Basicamente, ele anistia quem invadiu e desmatou ilegalmente terra pública após 2011 – cada vez mais, a gente está trazendo essa data para cima. Basicamente, ele é um PL que favorece a grilagem, favorece o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmatamento e, de fato, não garante segurança nenhuma para os conflitos hoje que a gente vê na Amazônia.

E não poderia deixar de falar, por fim, do PL 3.729, que fragiliza o licenciamento ambiental.

Então, a gente vive um cenário de pandemia, com implicação séria na questão ambiental, e a gente continua vendo níveis crescentes de desmatamento e projetos de leis sendo discutidos que vão piorar ainda mais este cenário.

Era isso que eu queria trazer para os Senadores hoje, para todos.

Muito obrigada.

Eu fico à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Somos nós que agradecemos, Sra. Mariana Ferreira.

Antes de passar a palavra para a Senadora Eliziane Gama, que propôs esta reunião interativa hoje, discutindo pandemia e meio ambiente, conservação do meio ambiente, preciso aproveitar a oportunidade, Senadora Eliziane, e votar, já que há número regimental.

Coloco em votação as Atas 33 e 34 das reuniões, solicitando a dispensa da leitura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar ao contrário façam através do *chat* do aplicativo.

Com a palavra, pelo tempo que a senhora desejar, Senadora Eliziane, a propositora desta reunião de hoje, para as suas perguntas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Bom dia.

Quero cumprimentar o senhor, Senador Styvenson, que está conduzindo esta reunião. Na sua pessoa, quero cumprimentar todos os demais, em especial o Confúcio, que tem tido um papel muito preponderante no enfrentamento da pandemia no Brasil, sobretudo com a Comissão que acompanha as ações do Governo Federal, também com o olhar sempre voltado para Estados e Municípios neste momento.

Eu queria cumprimentar também a Mariana, a Nelzair e o Francisco pela exposição. Não há dúvida de que são exposições extremamente ricas, extremamente importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está, neste momento também, com a CPI. Então, a gente acaba tendo aqui que se dividir em duas ações, mas eu vejo o nível de importância desta Comissão.

A gente tem, como eu disse, uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que faz todo o acompanhamento acerca do enfrentamento da pandemia, que faz todo o acompanhamento de ações públicas e, ao mesmo tempo, que cobra o nível de responsabilidade a partir de acompanhamento no que diz respeito ao combate a todo tipo, na verdade, de corrupção. A gente tem visto aí vários atos que foram apresentados até o presente momento referente, por exemplo, a pagamento de propina.

E a outra Comissão vem exatamente com o objetivo de fazer o acompanhamento daquilo que o Governo está fazendo e o que poderia ter sido feito, sobretudo, no que se refere, por exemplo, a políticas públicas. A gente tem aí várias determinações que norteiam essas políticas públicas, dentre elas, a determinação, o entendimento do Tribunal de Contas da União que estabelece a âncora, ou seja, nenhuma política pública de saúde poderá ser efetivada sem estar ancorada a uma organização ou a um entendimento científico. Nós temos hoje, no Brasil, várias entidades científicas que têm ajudado exatamente nessa normatização, nessa orientação e nesses protocolos em relação ao enfrentamento da pandemia.

E, nesse sentido, nós sabemos que, por exemplo, na questão ambiental, exatamente por haver uma conexão entre o meio ambiente e o ser humano, há uma necessidade premente de se entender até a que ponto, por exemplo, o desmatamento legal ou a não proteção do meio ambiente também evidencia e influencia no que se refere às pandemias que a gente tem vivenciado. E, pelos históricos que a gente viu, na verdade, nessa exposição feita pelos colegas aí, se a gente faz um histórico, as pandemias são precedidas em geral pelo desequilíbrio do ecossistema, exatamente pela degradação do meio ambiente.

E, nesse sentido, eu queria fazer aqui algumas perguntas, algumas poucas perguntas, porque eu acho que a exposição, de fato, foi muito importante, mas eu queria, primeiro, que os senhores me colocassem uma situação prática.

Neste Governo que nós estamos aqui acompanhando, a gente viu, de forma muito clara, um descompromisso com a política ambiental. Quando um governo não quer criar Ministério do Meio Ambiente, a gente já pode imaginar qual é o tipo de olhar que ele tem para o meio ambiente. E, lá atrás, a gente viu a fala do então Ministro Salles, quando ele, no meio da pandemia, disse: "Olhem, está tudo calmo sobre a questão ambiental, está todo mundo olhando para a pandemia. Então, vamos aproveitar esse momento aqui e vamos mudar toda a legislação brasileira, mudar mesmo, dar canetada e tal, e fazer ali a aboiada passar". A partir daquele momento – e aí foi vazado o áudio para todo o Brasil –, a gente viu várias ações e tentativas do Governo Federal exatamente de desconstrução do que a gente já tinha garantido do meio ambiente e o avanço ainda maior na flexibilização da legislação brasileira para a degradação, para a invasão, por exemplo, em relação aos nossos povos tradicionais, avanços em relação à mineração dentro das terras indígenas... E a gente vê várias outras ações, como já foi colocado agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais por último, pela Mariana, referentes, por exemplo, aos Projetos de Lei 1.984 e 490. A gente viu, inclusive, agora, várias manifestações de povos indígenas em Brasília, inclusive, alguns sendo barbaramente agredidos, com uma violência que não deve ser feita pelo Estado, mas que, infelizmente, foi feita.

E nós temos hoje um novo ministro, mas, ao mesmo tempo, a gente percebe que esse novo ministro já vinha na mesma estrutura, tem o mesmo alinhamento, mas eu pergunto: qual a esperança, qual a expectativa que nós temos com este novo momento, eu diria, com esse novo ministro? O que nós temos para mudar? A gente tem alguma esperança, tem alguma expectativa ou foi trocar seis por meia dúzia, vai continuar do mesmo jeito e a gente não tem realmente muito o que esperar desse novo ministro?

Ao mesmo tempo, eu queria também que vocês conversassem conosco – é a minha segunda pergunta – exatamente sobre o olhar internacional para o Brasil. Como é hoje que a comunidade internacional está vendo, de fato, o Brasil? Eu lembro que, no último encontro que nós tivemos, na Espanha, em Madri, a gente viu sempre o Brasil sentado na cabeceira da mesa, até pelo que nós temos de riqueza ambiental, pela Amazônia, mas o Brasil acabou sendo colocado em segundo ou terceiro plano, numa posição não mais do mesmo prestígio, exatamente por essa regressão, porque a gente acabou dando muitos passos atrás em relação à questão ambiental. Como é que vocês veem hoje isso e como é que a comunidade internacional tem olhado para o Brasil no que se refere à política do meio ambiente e à proteção ambiental?

A gente já viveu momentos diferentes na história brasileira. Eu lembro que, quando nós estávamos com a Ministra Marina, a gente viu ali como a gente avançou nessa proteção, como, por exemplo, o desmatamento e as queimadas caíram em níveis de até 80% com uma ação que ela fez de forma muito simples: compromisso, envolvimento e fortalecimento da sociedade civil. Nesses momentos, em que existiu, por exemplo, o Fundo Amazônia, a gente teve um volume financeiro muito importante para o fortalecimento dessas entidades que ajudam de forma muito importante exatamente no combate a esse desmatamento, e hoje nem o Fundo Amazônia a gente tem. O então Ministro do Meio Ambiente foi até tirado de algumas funções estratégicas por conta, exatamente, dessa pressão internacional.

E, para finalizar, eu queria que vocês também nos colocassem um pouquinho sobre essa relação meio ambiente e zoonoses, até onde ela vai e, ao mesmo tempo, como hoje, do ponto de vista de perigo, a gente tem esse transbordamento quando há uma mudança, na verdade, natural e, ao mesmo tempo, a proliferação do vírus, com várias cepas, com essas modificações. Inclusive agora, na Covid-19, a gente está vendo já várias cepas que acabam trazendo um impacto. Aqui mesmo em São Luís, da cepa indiana a gente teve um medo muito grande, porque a gente teve uma constatação a partir da vinda de um navio indiano para cá. A gente teve essa cepa, foi internada aqui uma pessoa numa UTI de um hospital privado, mas, graças a Deus, nós não tivemos aí o avanço para a população. Devido a uma ação muito forte que o Governo do Estado fez de controle e de acompanhamento sistemático, graças a Deus, isso não chegou à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população. Então, eu queria também que vocês nos dessem um pouco de explanação exatamente desse transbordamento, com o temor que nós temos. A gente tem uma onda, aí ela para – dá uma parada, não; ela dá uma baixa de curva –, a gente vê como uma segunda onda, e, quando a gente vê que ela está começando a baixar, a gente está numa nova onda, numa terceira onda. Então, é meio desesperançoso. Até aonde nós vamos? Vacina muito pouco, enfim...

Eu quero finalizar parabenizando todos vocês, parabenizando o Styvenson e cumprimentando todos os colegas Senadores por terem aceitado esse nosso requerimento para um debate que, no meu entendimento, julgo muito importante e fundamental neste momento que nós estamos vivenciando.

Muito obrigada, Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Nós é que agradecemos a iniciativa de ter proposto esta reunião de hoje, enriquecedora, com muito conhecimento.

Vou passar, por cinco minutos, a palavra para os palestrantes, pela ordem que já foi seguida: primeiro as mulheres, a Sra. Nelzair Vianna; depois, o Francisco... Ah, deveria ser a Mariana, não é? Não, mas vamos seguir a ordem. São cinco minutos, mas, se precisar, darei mais tempo.

Eu preciso fazer também algumas perguntas que vieram pela internet por meio do e-Cidadania de algumas pessoas que estão assistindo a esta Comissão hoje. E, por último, eu faço as minhas.

Com a palavra a Sra. Nelzair Vianna.

A SRA. NELZAIR VIANNA (Para expor.) – Obrigada.

Obrigada, Senadora Eliziane, pelas palavras, pelos comentários, todos muito pertinentes, que abordam uma situação muito complexa.

É uma situação complexa, mas que, a meu ver, quando você traz o que a gente poderia fazer, neste momento, diante de tantas questões... Por exemplo, quando a gente traz a abordagem para a lente da saúde planetária... E a saúde planetária, na verdade, não é um campo novo. Na verdade, o que a saúde planetária faz é uma tentativa de interconectar todos esses campos que já vêm, se a gente for falar da saúde, da Medicina Tropical, da saúde pública, da saúde coletiva, da saúde global, da saúde única. Então, interconectar todos esses pontos, ainda com a lente de que isso tudo tem que ser visto por uma questão política e também por uma questão econômica e social, traz aí uma série de pontos em que, a meu ver, o início disso tudo... E, já que a gente está numa agenda de ODSs, trabalhando para os objetivos do desenvolvimento sustentável, para alcançar essas metas, a gente tem lá o Objetivo 17 que fala em estabelecer parcerias. Inclusive, acho que esse objetivo deveria ser o Objetivo 1. É o objetivo de localizar pessoas, principalmente. Então, há uma necessidade de diálogo muito grande, de diálogo entre setores, de diálogo entre instituições. Há uma necessidade de aumentar a percepção de riscos na comunidade em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

geral. E aí, quando a gente... É porque toda percepção de risco parte de uma indignação. E isso precisa ser trazido pelo conhecimento científico, pelas evidências científicas, em que esse diálogo possa envolver todos os *stakeholders*, todas as partes interessadas.

Eu trabalho com uma metodologia baseada em análise de riscos. Nessa análise de riscos, nós temos que colocar todos os pontos que são relacionados à comunidade, que são relacionados às próprias evidências científicas, elencando o nível de pesquisa que precisa ser envolvido em todos esses problemas e, principalmente, o gerenciamento de riscos, no qual a gente precisa envolver o setor público, os tomadores de decisão, e ainda o setor privado, que vai trazer inovação para os novos produtos, já que a gente precisa mudar hábitos e precisa trazer alternativas e trazer soluções, como o Professor Francisco trouxe, como ele abordou. Nós não estamos aqui só falando de problemas. A gente precisa pensar nas soluções imediatas. Não é gastar o nosso tempo apenas com denúncias, apenas com indignações, porque a gente precisa apontar imediatamente para as soluções.

No cenário internacional, a gente vê como o Brasil tem sido visto politicamente em razão das decisões que foram tomadas nesse campo ambiental, mas que repercutem muito em várias questões. O que a gente percebe também é que existem vários movimentos, inclusive apoiados internacionalmente, pelas próprias prefeituras, em nível municipal, onde várias ações estão sendo implementadas neste momento. Eu atualmente represento Salvador na rede internacional de qualidade do ar do C40, e o C40 apoia Prefeitos na tomada de decisão para o combate das mudanças climáticas.

Então, o que nós estamos fazendo neste momento? Engajando a sociedade civil, engajando a ciência, engajando esses setores que podem trazer conhecimento para mudar essas políticas públicas. Então, a gente precisa, imediatamente, assegurar as regulamentações.

Vivemos um momento de preocupação em função daquela frase que foi trazida, uma frase infeliz: deixar a boiada passar. Isso é muito preocupante, porque a gente precisa se amparar na melhor proteção das leis, e essas leis precisam usar o conhecimento científico e precisam envolver toda a sociedade nessa percepção de risco, para que a sociedade inteira possa se engajar nessa decisão.

Eu vejo este como um assunto complexo, um assunto para o qual precisamos localizar parcerias, localizar pessoas e agir imediatamente.

Agradeço pela oportunidade de falar. Não sei se respondi a contento a questão.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Na minha ótica, respondeu, sim.

Sr. Francisco, com a palavra por cinco minutos.

O SR. FRANCISCO MILANEZ (Para expor.) – Agradeço novamente. Muito bons os comentários da Senadora Eliziane. E quero agradecer a participação, acho que foi muito proveitoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, tradicionalmente, foi exemplo de diplomacia. Eu acompanhei, por exemplo, as reuniões de 92 na ONU, e os diplomatas brasileiros são referência mundial. A nossa qualidade diplomática é superior à da Europa na média. À americana não se pode nem comparar, porque o nível é baixíssimo se comparado com o do Brasil. Nós jogamos no lixo isso com esse incompetente e irresponsável terraplanista que representou o Brasil, para espanto do mundo. Eu não sei se o acharam em algum esgoto do Itamaraty, mas esse cretino, que, para meu azar, ainda por cima, é gaúcho, sujou o nome do Brasil. Foi irresponsável em termos de comércio, irresponsável em termos humanos. O Brasil sempre foi um país mediador, de confiança no Oriente Médio, respeitado no mundo inteiro. Para entender isso, eu diria que é um projeto de entrega do País, de destruição do País, porque não é possível que só a burrice consiga causar tanto dano.

Então, em relação à sua pergunta, nós estamos criando no Brasil... Todo mundo conhece o problema que são, no Rio e em São Paulo, as milícias, especialmente no Rio. É um problema para cuja solução a inteligência do Exército não conseguiu contribuir em nada. Nós estamos criando uma coisa cuja conta vai ser paga pelos nossos netos, e nós vamos pagar também, estamos criando milícias rurais. Aquela queima combinada foi o primeiro exemplo internacional de gigante de milícia rural. Ora, isso está sendo criado por um governo coerentemente. E essa milícia, que também diz respeito a índios, está matando, está contaminando eles, está invadindo suas terras e ainda quer dar para os criminosos a propriedade das terras.

Então, o Brasil nunca viveu um momento tão vergonhoso. A Agapan fez 50 anos. É a primeira... (*Falha no áudio.*)

...e mais antiga que a maioria no mundo, porque as que são mais antigas que a Agapan não são ambientalistas de nascimento como a Agapan, são conservacionistas, como a WWF. O Greenpeace é mais novo, não dá para comparar, mas começaram conservacionistas, depois começaram a questionar a questão humana como um todo. Bom, a Agapan há 50 anos faz isso. Nós acumulamos várias vitórias nesses 50 anos, nós e todo o movimento que cresceu depois, mas hoje nós estamos perdendo tudo em poucos anos – já foi citado muito bem pela Mariana aqui.

Ora, os índios vêm conseguindo, há mais de 15 mil anos, proteger essa riqueza brasileira. E nós, claro, temos que condenar pessoas tão maravilhosas, temos que condená-los à destruição, que é o que está acontecendo, um genocídio. E esse genocídio passa também pela contaminação deles com o próprio vírus e muitas outras coisas que sempre foram feitas. É uma coisa bem antiga. No período não democrático do Brasil, isso aconteceu em silêncio e, agora, acontece abertamente. É muito perigoso o que nós estamos vivendo.

Quem paga isso é o Brasil, porque o mundo hoje quer saber de responsabilidade e de produtos de qualidade. Está em risco a exportação da porcaria da soja transgênica envenenada que nós exportamos. O Brasil tem uma coisa singular no mundo hoje. Nós poderíamos mudar o Planeta, porque nós fomos uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liderança... Sempre fomos uma liderança do Terceiro Mundo, mas nós estávamos liderando já entre os países desenvolvidos. Nós desabamos! Mas por que nós estávamos liderando? Por uma postura diplomática brasileira no sentido de se fazer negócio bom para os dois lados. Os chineses estão tendo sucesso no mundo por causa dessa postura, e eles são um aliado brasileiro que está sendo agredido pelo Governo brasileiro.

Bom, mas tirando esse fato, o que o Brasil tem que os outros não têm? Nós temos meio ambiente, água. A Europa não tem. O Japão e a China não têm, dependem de nós. Os Estados Unidos têm, mas aceleram a destruição da sua própria riqueza. Nós temos uma condição mundial para virar um modelo de saúde humana e planetária, modelo de preservação, de exportação de produtos de qualidade para a saúde dos outros, mas sobretudo temos primeiro que desenvolver nosso mercado, alimentar bem o brasileiro. Se nós fizéssemos essa transformação agroecológica, o nosso SUS iria economizar milhões, nós iríamos dar um serviço muito melhor para as pessoas por muito menos preço, porque foi dito, e eu quero frisar: esses cânceres estão crescendo numa velocidade exponencial há anos! Nesses 50 anos de movimento ecológico, que agora em agosto eu faço – não fui fundador, mas entrei em agosto, 50 anos atrás, no movimento –, eu assisti à transformação do perfil de uma doença que era das pessoas de idade e que, por ser de pessoas de idade, nem sequer era tão perigosa, o câncer. Muita gente mantinha seus tumores e ia morrer de gripe. Hoje vira uma coisa que atinge os jovens e as crianças, todos. E falo só do câncer, a gente nem precisa falar das outras doenças degenerativas, porque já há jovens com Alzheimer também. Mas sem falar, só falar de câncer, a gente vê o mapa do sofrimento, porque não há rico, pobre, atinge todo mundo – pelo menos o câncer é mais justo na sua distribuição.

Isso tudo pode ser evitado. A saúde humana e a imunidade humana mantêm a sua capacidade de se autorregular se a gente tirar as agressões que estão sofrendo. Então nós podemos viver muito bem; economicamente, muito melhor.

O Brasil é um dos poucos países no mundo que tem a capacidade, por exemplo, de produzir não só *software*, que a gente está produzindo para enriquecer os outros. Somos, como a Índia, um grande produtor de *software*, só que trabalhando para os outros. Nós somos um País que pode produzir *hardware*, porque nós temos fontes de carbono e silício espetaculares, coisa que os países que estão produzindo não têm. Então nós podemos remunerar melhor e ter custo de produção mais baixo, porque temos matéria-prima. Nós temos muita coisa.

E o Brasil, o que é que está fazendo? Está investindo em abrir mineração de carvão, mineração para exportação sem impostos, ou seja, dano ambiental sem imposto. Agrotóxico não paga imposto. Ora, agrotóxico teria que pagar o imposto mais caro, porque é o que mais gera doença. E aí, rapidamente, ia haver a conversão dos produtores, inclusive dos grandes produtores, para a agricultura orgânica. Rapidamente, é só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos fomentar nossa morte, nosso sofrimento. É o que eu disse, não é problema de morte, o problema é sofrer. Doenças degenerativas matam as pessoas, custando caro e trazendo muito sofrimento.

Então nós temos um momento, este momento de reflexão. Este momento desta pandemia é um momento mundial de virada, até porque muita coisa quebrou. Agora nós podemos financiar o que nos interessa ou, com o dinheiro do BNDES, continuar financiando queima de carvão, que é o que se faz, e com isenção de impostos. Em vez de isenção de impostos para a agroecologia, se dá isenção de impostos para agrotóxicos, e nós liberamos o maior recorde de agrotóxicos, foram mil agrotóxicos agora.

O Rio Grande do Sul... Foi destruída a lei... Vejam este detalhe: a primeira lei de agrotóxicos do Brasil, de 1982, foi criada no Rio Grande do Sul. Sete anos depois, foi levada pelo Rio Grande do Sul e virou a lei nacional, mas com perdas, porque aí o *lobby* é mais caro – vocês sabem, não é? Nós tínhamos um item na lei gaúcha, até a semana passada, que dizia assim: agrotóxicos que não são permitidos nos países de origem, nós não liberamos aqui. Isso foi tirado. Eu pergunto para vocês: isso é criminoso ou não? Como é que um governante, que é um empregado do povo para administrar o que o povo quer, permite que a gente use um agrotóxico que, no país de origem, não é permitido?

Então nós estamos decaindo, mesmo quando o mundo nos dá a oportunidade hoje, porque o ambiente é a coisa mais importante do mundo, de ser o país mais rico do mundo. Nós estamos destruindo a nossa indústria, entregando nossos bens, inclusive alguns de segurança nacional, como a água. Isso para não falar do petróleo, que já foi.

Estamos entregando e estamos investindo em correr para o passado, para as piores tecnologias, as coisas mais burras. E...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Francisco, desculpa, o tempo foi excedido em cinco minutos. Eu preciso passar a palavra para a Sra. Mariana Ferreira, mas o senhor retornará em seguida, porque eu farei algumas perguntas e lhe passarei algumas afirmações que vêm pelo e-Cidadania. Então, logo, logo, o senhor retorna, porque nós não estamos aqui com a contagem do tempo... Vocês não conseguem enxergar, mas estamos controlando aqui, certo? É só para ficar uma coisa uniforme, padronizada.

Com a palavra agora, por cinco minutos, a senhora...

A Senadora Eliziane entrou de novo?

Tchau, Senadora Eliziane – ela está saindo.

Pronto, a Sra. Mariana com a palavra. É que a Senadora Eliziane estava na frente aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIANA FERREIRA (Para expor.) – Imagine! Vamos lá. Vou tentar ser breve para a gente ouvir as outras perguntas.

A primeira questão da Senadora Eliziane é sobre o atual Ministro. Acho que a gente precisa lembrar dois pontos, Senadora. Primeiro, que a política de desmonte ambiental é uma política de governo. Se isso não mudar, a alteração de um ministro não resolve. Então, eu ainda acho que a gente vai enfrentar muitos problemas pela frente. Não é a simples alteração de um ministro que vai resolver uma questão.

A outra coisa é que esse desmonte que foi feito em dois anos trouxe um retrocesso de cerca de 20 anos no que o Brasil construiu e alcançou em termos de combate ao desmatamento, criação de áreas protegidas, fomento de uma economia de base sustentável. A gente está voltando no tempo.

Então, eu acho que essa reconstrução vai demorar, não é algo simples. A gente está voltando a taxas de desmatamento absurdas, e reconstruir esses controles, como foi o PPCDAm na Amazônia etc., vai demorar um tempo muito grande, e num cenário em que a gente já tem muito menos, muito menos espaço de manobra, em que a gente vê, por exemplo, as questões de eventos extremos climáticos mais presentes, com queimadas, com cheias. Então, a gente tem uma flexibilidade, agora, de conseguir ter cenários de melhoria que nos deixam com condições muito mais restritas. Então, sobre o ministro é isso o que eu gostaria de responder.

Em relação ao papel do Brasil na política internacional, global: acho que a gente já vem perdendo protagonismo nas conferências de clima e meio ambiente, é claro, mas eu acho que é pior. Um informe que saiu esta semana, da OCDE, traz a necessidade de o País fazer profundas reformas em sua política ambiental. Esse documento vai servir de base para uma futura adesão do Brasil à OCDE. Então, a gente já vê todo esse desmonte impactando, inclusive, outros fóruns e mecanismos globais nos quais é importante o Brasil estar presente e participar.

Esse informe da OCDE... Obviamente, o documento ainda precisa passar por uma avaliação. A adesão oficial do Brasil ainda não foi avaliada pelo conselho da organização, mas ele traz vários requisitos e vários pontos que preocupam. Ele traz uma preocupação em relação à flexibilização do licenciamento, à falta de consulta às comunidades indígenas e comunidades locais impactadas por uma série de decisões e empreendimentos. Então, eu acho que a gente começa a ter impactos da questão ambiental em outros mecanismos globais, não só de acordos multilaterais, mas também mecanismos de comércio entre países que prejudicam, inclusive, o protagonismo econômico do País em algumas agendas.

Vou parar por aqui porque eu queria muito escutar outras questões também.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sra. Mariana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso aqui, antes de fazer minhas perguntas, agradecer a participação da Sra. Clarissa Saraiva Saturnino, no Ceará. Todos fizeram a mesma afirmação – eu vou ler todos os nomes aqui, bem rápido: o Rikardo Rodrigo Rodrigues, do Distrito Federal; a Lais Menegussi, de Roraima; a Marilia Balbi, de São Paulo; o Charles Luiz Vieira, de Santa Catarina; a Maria das Dores; a Vera Lucia; o Antonio de Jesus. Todos eles fazem a mesma afirmação que vocês já fizeram, a questão de preservar o meio ambiente, a qualidade de vida de todos, uma questão dessa sustentabilidade.

Agora, eu tenho um tempo para fazer as minhas perguntas.

Eu vou iniciar com a Sra. Nelzair Vianna, porque eu assisti a toda a sua palestra, a sua apresentação e vi que a senhora mostrou ali, no penúltimo gráfico, um tópico ali de prevenção à pandemia.

Eu vou dar um dado estatístico, Sr. Francisco, Sra. Mariana, um dado estatístico brasileiro, ele é de conhecimento de vocês, de todos, que mostra que, no nosso País, 16% da população não têm água tratada, 47% não têm acesso à rede de esgoto, o número de alunos de evasão escolar é altíssimo.

As pessoas hoje não conseguem enxergar a importância do que é conviver harmonicamente, como todos os outros já citaram aqui, que participaram do e-Cidadania, por um fator. Sobre esse fator, logo, logo, eu vou perguntar qual é a interpretação de cada um de vocês.

Então, Sra. Nelzair Vianna, o Brasil cumpre quantos tópicos daqueles que a senhora apresentou, uma vez que a gente tem esses dados, sabe que o investimento no Ministério de Tecnologia é baixíssimo e, talvez, a ciência no nosso País esteja colocada em último plano, assim como a educação? Então, como a gente tem uma prevenção se a gente não tem um mínimo daqueles tópicos? Ou, se tem, a senhora cite quais são. Eu disse números. Então, para a senhora, é essa a pergunta.

Para o Sr. Francisco, o senhor falou aqui uma frase que eu achei interessante. O senhor disse que os cretinos estragam o meio ambiente e os inteligentes o usam de forma respeitável e cuidadosa, ou seja, sustentável. Então, pegando o que o senhor falou, retribuindo isso, utilizando essa frase, eu fico imaginando: falta para a gente o quê? Falta mais educação? Uma vez que, quando eu era criança, me pintavam todinho no Dia do Índio; no Dia da Árvore, eu plantava uma árvore quando era criança. Quando eu era mais novo, a gente fazia tudo isso. O que faltou? Onde foi que a gente errou que a gente não tem esse nível de percepção do que é o meio ambiente em relação às nossas vidas? Talvez, a água da torneira, como o senhor mesmo citou, não sei nem de onde vem, está chegando, mas existe gente que não tem a mesma água da torneira, não tem o mesmo esgoto, não tem tudo isso. O que falta para nós brasileiros?

Então, essa foi uma primeira pergunta, tendo aqueles dados que eu já citei para o senhor, que 16% da população não têm água potável e 47% não têm acesso... Eu preciso lembrar que, e eu preciso confessar, e confesso com argumentação, que, no dia 15/07/2020, aqui, a gente aprovou o novo Marco do Saneamento. Lembrando que eu votei a favor, e eu escuto, eu concordo... E há a promessa de, até 2033, 90% da população ter essa água tratada, ter rede de esgoto. Olha só o desafio. Mas por que eu votei?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque todo esse tempo esse número estatístico não era alterado pelo setor público, que deveria ter investido. Setor público esse que sabe onde está o problema, conhece os problemas de muitas periferias.

Já que a gente está falando de meio ambiente e pandemia, a gente precisava discutir também a urbanização, o crescimento populacional desenfreado, o número de seres humanos nascendo que precisa de alimentos, então, a gente precisa produzir isso também. Então, fica nessa discussão, Sr. Francisco, de como produzir tantos alimentos sem hoje utilizar agrotóxicos, uma vez que eu sei que o orgânico, por ser mais saudável – isso é indiscutível, isso é indiscutível –, tem até um *marketing*. Quando colocam no supermercado "orgânico", todo mundo quer aquela grife, comida de grife, uma vez que não é tão barato.

Então, eu produzo a alimentação para mim, no espaço que eu tenho. Eu sei quanto leva de tempo para plantar uma alface, uma couve, um pé de tomate-cereja. Leva tempo. E hoje parece que, com a tecnologia, tem um ovo agora e o frango sai no outro dia, já sai pronto. É tudo muito rápido. O boi nasceu, já está para abate. É tudo rápido porque o consumo é muito rápido. Tem que suprir 8 bilhões de bocas no mundo todo. Oito não, vamos dizer dois, porque tem cinco passando fome, cinco com necessidade, cinco que não fazem parte disso aí.

Seriam essas as perguntas para o Sr. Francisco.

Para a Sra. Mariana, também com esses dados estatísticos, mas utilizando mais o que eu vejo hoje dos ambientalistas. A senhora é representante da WWF, Greenpeace. Eu lembro que, quando eu fazia vestibular, a senhora era fonte de estudo, fonte, era um ponto de argumentação para quando a gente ia estudar. E hoje os ambientalistas estão no nível de criminalização, praticamente viraram os vilões que atrapalham o desenvolvimento, o crescimento econômico de todo lado. Então: "Ah, vocês reclamam de tudo".

Para a senhora, já que a senhora citou vários PLs que estão aqui, como é que a gente consegue desenvolver, ter, proporcionar, manter a natureza, claro, sem tanto impacto, e passar essa estrada aí no Paraná? É possível? "Não, Capitão, vai ter um dano irreparável".

Exemplo, a gente tem uma área de preservação, pelo menos eu conheço algumas, que só têm um metro de árvore, por trás já está tudo sem terra, mas ninguém mexe. Ali parece que é um faz de conta. E a promotoria do meio ambiente, os ambientalistas são contra. Será que essa dificuldade de a gente entrar num entendimento entre ambientalistas e alguns desenvolvimentalistas, alguns econômicos, será que não está faltando um pouco mais de diálogo, de equilíbrio para poder chegar até onde pode ser explorado, até onde pode ser usado pelo próprio ser humano como uma estrada para transporte, como um lugar para construção de casas ou prédios habitacionais, ou outro do gênero? Como é que chegou a esse ponto de os ambientalistas hoje serem vistos dessa forma? Até CPI para ONG tem aqui no Congresso.

E me desculpar pela ausência de alguns Senadores, porque o "CPIcentrismo" leva todo mundo para lá. "CPIcentrismo" porque está todo mundo concentrado na CPI, na sala do lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são esses dados que eu trouxe, são esses dados numéricos que a gente vive. Não tem como a gente falar de meio ambiente sem falar da interação do ser humano, como todos os participantes do e-Cidadania falaram. Então, não tem como a gente preservar o meio ambiente e deixar as pessoas sem alimentos. Como produzir esses alimentos em escala com o meio ambiente, para que todo mundo se alimente? São desafios que a gente precisa equilibrar e discutir, porque, uma vez que a pandemia começou, seja na natureza ou mesmo em laboratório, foi transmitida até aqui.

O que a gente enxerga é que muitas das doenças que vocês citaram, como tudo que foi falado, depende de uma educação de higiene, coisa que também eu aprendi lá na minha infância, como lavar as mãos, não colocar coisa suja na boca, não colocar dedo sujo na boca, tudo isso. Olha só! Há 44 anos, eu aprendi isso em escolas, em casa. Será que a educação não está sendo falha também, Sr. Francisco, para que a gente possa entender tudo isso? Será que falta para a gente mais esclarecimento e tirar um pouco a paixão política, a ideologia?

Porque o que eu consigo enxergar hoje nos ambientalistas é um rótulo bem grande de um lado, que talvez nem seja... Se eu perguntar aqui a opinião política de cada um, a ideologia de cada um, talvez seja a opinião científica, a opinião técnica. Mas, quando se mistura política hoje, no País que a gente está vivendo, parece que tudo vira um rótulo político, tudo vira uma ideologia. E o que a gente está discutindo aqui é ciência, é meio ambiente, é equilíbrio, é gerações futuras, que, logo, logo, vão ser penalizadas por tudo que está acontecendo aqui.

A gente vai passar por uma crise hídrica, agora, que vai atingir a eletricidade, que vai ter que reduzir consumo, e a gente vai sentir isso, e não é só no ar-condicionado ligado; a gente vai sentir isso no bolso, em tudo, entendeu?

Então, eram essas as minhas perguntas.

Antes de encerrar, os senhores respondem e podem fazer já suas considerações finais. Cinco minutos para cada um.

Meus agradecimentos pela aula, Sr. Francisco, Sra. Nelzair Vianna, Sra. Mariana. Eu fico grato por esta manhã de aprendizado. Eu, antes de vir aqui, fiz uma *live* nas minhas redes sociais, e muitas pessoas diziam: "O que é que tem a ver pandemia com o meio ambiente? O que é que tem a ver doença com isso?". Então, o que eu percebi é que está faltando mesmo é conhecimento, é educação.

Como o senhor citou, eu não sei se é incapacidade mental, educacional ou ganância econômica que leva os cretinos a estragarem o meio ambiente, ou se os inteligentes, que estudaram, que têm consciência, que têm uma visão futura, são os que usam de forma sustentável

Então, era isso, tirando toda a ideologia política. Nem um lado, nem o outro, apenas a ciência, tudo que vocês conhecem através do conhecimento e do estudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. NELZAIR VIANNA – Obrigada.

A palavra já está comigo?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Isso! Pela ordem: a Sra. Nelzair Vianna, por cinco minutos; depois o Sr. Francisco e a Sra. Mariana.

A SRA. NELZAIR VIANNA (Para expor.) – Obrigada. Gostaria de agradecer ao Senador pelas reflexões muito sábias, que trazem para a gente questões muito reais, de uma percepção, principalmente, de como esse discurso ambientalista é trazido para a sociedade. E essa foi sempre uma preocupação minha, desde o início dos meus estudos nessa área.

Eu sempre tive uma preocupação muito grande com a questão da contaminação, com a questão toxicológica, com os aspectos de adoecimento. E, quando eu fui trabalhar com essa questão, eu tinha uma preocupação com esse diálogo, de conseguir, de fato, dialogar com os tomadores de decisão, dialogar com as pessoas que pudessem perceber isso, e não ser apenas o ambientalista que é um ativista, que é essencialmente ativista. Eu acho que todas as posições são necessárias. Existe aquele ativismo que precisa enfrentar determinadas situações, mas eu acho que não precisa que todos sejam estereotipados de uma forma, como se a gente não conseguisse dialogar com a política, com a tomada de decisão e com a sociedade como um todo.

Mas o que você nos traz é real, ao perceber que a sociedade ainda não entende essa relação. Eu também tenho feito *lives* no meu Instagram no sentido de difundir mais a ciência, dialogar mais sobre esses temas de que a gente vem falando e que tratam de tantas áreas. A gente fala desde um planejamento urbano, a gente conversa com cidades, com urbanistas, planejamento territorial, até a questão do diagnóstico laboratorial em si. Então, a gente passa por várias áreas de conhecimento.

Mas a sua pergunta direta traz para aquele eslaide em que a gente está falando de prevenção de pandemias: quais são as prioridades; o que é feito; se já está sendo feita alguma coisa e o que precisa ser feito. É uma pergunta muito difícil! Eu sou uma pessoa bem otimista, no sentido de que eu trabalho... No meu entorno, eu tento influenciar os tomadores de decisão a partir da ciência que eu desenvolvo. Eu consigo fazer isto, aqui em Salvador, nos temas em que eu atuo: transformar isso em uma regulamentação; transformar isso em uma tomada de decisão. E sempre foi esse o meu esforço.

Então, assim, naquele primeiro... A primeira questão que traz aquele eslaide é que se deve investir em abordagens interdisciplinares. Por exemplo, quando a gente fala da questão da saúde, o político, hoje, vê a questão da saúde como a fila do SUS: o atendimento, a parte assistencial, o diagnóstico que precisa ser feito, uma cirurgia que precisa ser feita. A saúde tem dois blocos, um chamado prevenção outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamado assistência. E nesse bloco de prevenção – como o senhor bem trouxe, dizendo que aprendeu desde cedo a lavar as mãos –, por que as populações vulneráveis são atingidas mais por todas essas questões? Exatamente porque não têm o básico de conhecimento de uma questão de higiene e, muitas vezes, não têm acesso à logística para essa higiene, que é o que a gente está falando em termos de acesso à água, acesso aos recursos naturais básicos; que está naquela lacuna social dentro daquele modelo econômico, da economia *donut*, que trata da economia circular. A gente precisa tratar essas questões de lacunas sociais.

Mas, para a gente ter esse diálogo, que eu penso que precisa ser feito e que é urgente, é preciso que a gente possa entender estes aspectos econômicos: como essa economia gira em torno de todos esses impactos e como, por outro lado, as políticas precisam pensar esse desenvolvimento econômico, que precisa trazer prosperidade, precisa ser próspero para todos, que ele não pode ser baseado num PIB, precisa ser baseado na questão de diminuir as desigualdades, de trazer a saúde e bem-estar para todos.

Então, de todas essas questões prioritárias de que a gente precisa, eu acho que a gente parte aí do ponto de que precisamos investir muito em educação – muito em educação! – e nas questões logísticas de acesso ao básico, que é a água, o saneamento. Eu me questiono muito, como cientista. Eu vejo algumas questões que a gente já conhece muito bem, como o ciclo inteiro de uma doença; a gente conhece a contaminação. A gente tem o ciclo da doença. Como é que ela aparece numa determinada comunidade? Através de um vetor. Por exemplo: vamos citar o exemplo da esquistossomose. A gente sabe que tem lá um vetor que transmite a esquistossomose, mas aquele vetor precisa ser alimentado dentro de um ciclo. Se você não tem saneamento, se você não tem, em sua casa, um saneamento que possa fazer com que você use as instalações sanitárias para defecar e vai defecar no rio, aquilo vai criar um ciclo em que as pessoas vão ser contaminadas. E aí você conhece, dentro da ciência, o diagnóstico para o tratamento dessa doença, você conhece o tratamento para essa doença, e você vê ainda uma população inteira sendo afetada por isso. Aí, o que falta? Falta educação e falta decisão política, porque não é possível que a gente permita que as pessoas vivam sem saneamento básico. Isso é uma questão básica de vida. Mas, para isso, também a gente precisa aumentar a percepção da comunidade sobre os riscos, para que a comunidade, a sociedade civil possa ampliar a voz e fazer pressão junto aos seus representantes locais para que eles tomem decisões adequadas. Então, a pressão tem que partir da sociedade, mas a sociedade só vai poder pressionar se ela tiver uma percepção.

Então, para essa questão de doenças zoonóticas, de futuras pandemias, a gente precisa tratar muito bem dessa questão da segurança alimentar, a gente precisa tratar muito bem da questão do desmatamento e as pessoas precisam entender que, mesmo elas não morando na Amazônia, a Amazônia tem tudo a ver com a vida delas em qualquer lugar em que estejam, seja com o ciclo da água, seja com todas essas questões de poluição que estão aí envolvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu diria que, resumindo, a gente precisa, basicamente, de educação, de engajamento das partes interessadas e de regulamentação. Eu diria até que, em regulamentação no Brasil, se a gente estivesse trabalhando em não deixar desconstruir o que nós já construímos, eu acho que a gente já teria dado aí um grande passo.

Eu não sei há quanto tempo a gente está na minha fala. É muito instigante tudo o que você trouxe, são muito instigantes todas as questões.

Eu agradeço muito por esta oportunidade de estar aqui, debatendo este tema tão importante.

Quero me colocar sempre à disposição para ampliar este debate no que for possível.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito, Sra. Nelzair Vianna.

Quanto à pergunta que eu fiz em relação ao que a senhora disse que não saberia responder, agradeço toda a explanação. Eu acho também que não é fácil, mas eu posso dar, pelo menos, aqui, uma resposta, já que a senhora citou que a base é a educação, que ela seria tudo. Retomando aquelas estatísticas que eu lhe trouxe, as escolas públicas, hoje, estão fechadas pelas mínimas condições de higiene que não têm. Então, as escolas públicas, hoje – acho as que do seu Estado também, da Bahia, como as do meu Rio Grande do Norte, que eu conheço bem e bem de perto –, nunca tiveram. A verdade não é que não têm, nunca tiveram e, talvez, não tenham. Está-se esperando vacinar todo mundo porque justamente não há as mínimas condições de higiene, de assepsia. Escolas públicas são assim. Infelizmente, faz parte. Isso é meio ambiente, isso é educação. Já que a educação é tão primordial, e a gente não cuida dela com suficiência.

Sr. Francisco, antes de eu passar para o senhor, já que o senhor falou muito dos alimentos, lembre-se que o nosso País é um grande produtor de alimentos, como o senhor já citou, mas também é um grande país que desperdiça alimento todos os dias. São toneladas jogadas fora, e pessoas passando fome.

Foi feito aqui, durante a pandemia, um projeto de lei que eu acho que não se colocou em prática, foi um projeto que ficou adormecido. Se não me falha a memória, foi isto – não é, Wesley? –: os alimentos dos restaurantes teriam que ser doados durante a pandemia. Se alguém viu isso no Rio Grande do Sul ou na Bahia, me fale. Pelo menos, no meu Estado, eu não vi, não. É um país que ainda joga muita comida fora, com muita gente passando fome. Isso é uma antítese que é incorrigível. Isso é desumano.

Então, com a palavra, para responder às perguntas, o Sr. Francisco, agora. Cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO MILANEZ (Para expor.) – Bom, também quero agradecer e parabenizar pelas perguntas muito pertinentes. Minha única reclamação é que precisaria de mais tempo para trabalhá-las com um certo grau.

De qualquer forma, a nossa função precípua aqui é tratar de saúde e pandemia. Há duas formas de evitar: uma é a contaminação. Aí eu quero frisar uma coisa, como alguém que conhece vários laboratórios de biotecnologia na Inglaterra e nos Estados Unidos, porque eu já visitei universidades, e tal: a guerra biológica é um fato. O anthrax começou nos Estados Unidos. Foi simbólico. Os anthraxes ditos de terrorista eram americanos mesmo, produzidos em laboratório americano. E nós vamos ver muitas variantes de muitos vírus, que são uma riqueza, e muitas outras coisas serem multiplicadas.

Então, a única coisa com o que nós podemos, de fato, garantir nosso futuro é através da imunidade. Por isso, de novo, eu caio na alimentação e na qualidade ambiental, porque é aquela história: não adianta eu comer orgânico se eu bebo água com puro agrotóxico.

Eu tenho uma esquizofrenia que me é peculiar, porque sou biólogo e arquiteto e urbanista. Então, vou responder sobre saneamento, porque acompanhei bastante o assunto em alguns Municípios e no Estado. O saneamento é importantíssimo, mas tem que ser feito descentralizado. Só que as grandes empresas de saneamento, que tem nem vou dizer que tipo de negócios, querem muito dinheiro para concentrar. Aí, sai muito caro. O saneamento deveria ser descentralizado e local, através de tratamento biológico. Assim nós iríamos resolver os problemas, as questões de contaminação humana de água.

Eu concordo contigo e queria tratar de uma outra coisa: os ambientalistas, o ativismo. Eu acompanho esse filme. Por isso, como um dinossauro vivo aqui, tenho que dizer: a primeira coisa que surgiu foi o movimento ambientalista. Não chegou a dez anos depois, surgiu o primeiro Centro de Ecologia no Brasil, em Porto Alegre, e não foi casualmente. A Agapan foi a primeira secretaria de meio ambiente, que é a de Porto Alegre, no Brasil. Surgiu por causa da luta que começou lá. O primeiro órgão estadual de meio ambiente é no Rio Grande do Sul.

Então, vocês veem o seguinte: o ambientalismo chegou aqui e, 10, 20, 30 anos depois chega a ciência, porque o que se colocava em 1971 só no final dos anos 90 é que foi reconhecido: a mudança climática, a questão de ozônio, tudo isso. A ciência e a técnica chegam 10, 20 anos depois da ciência. E, aqui, nós temos um país que é estranho, porque ele ouve técnicos como se fossem cientistas. O que o técnico faz é multiplicar, e é talvez o mais importante da sociedade. Mas ele só multiplica o que foi produzido na ciência. E a ciência só pesquisa, praticamente, aquilo de que a sociedade já tem conhecimento, ela só prova. Eu digo, como cientista, que a ciência anda sempre 30 anos atrás da humanidade. Mas nós temos que ouvir os ativistas, temos que ouvir os cientistas e temos que dar uma relativa... Porque os técnicos sempre têm um conhecimento defasado, com todo o respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casualmente, o meu trabalho, o último, agora, foi sobre o método para introduzir o olhar complexo na educação. Esse método é para pós-graduações – e eu já o apliquei – e para a escola infantil, desde a escola infantil. É uma forma de ampliar o olhar, como tu disseste.

Por que é que nós fracassamos? Eu tenho algumas opiniões, já que só doutor em educação. Nós fracassamos porque – desculpem, respeito, mas eu ia usar o termo já – não é de uma "hora-bunda" de aula que a gente precisa para as crianças. Nós precisamos de ver o que ensinar. Nós precisamos preparar os brasileiros, que têm uma das maiores criatividades do mundo, uma cultura maravilhosa, para ter conhecimentos científicos e técnicos que façam o País ficar rico e ter um sistema de valores que compreenda, por exemplo, uma coisa bem simples, que é matemática básica – e eu acho que tu vais concordar comigo –: a agricultura convencional mata o solo, destrói a água de que a agricultura precisa e destrói o clima de que a agricultura precisa. Portanto, a produção é decadente até chegar na desertificação. E como ela destrói, cada ano tem que, artificialmente, botar mais adubo, mais veneno, etc., porque está desequilibrada. Como eu vou alimentar o mundo assim? Não existe nenhuma possibilidade.

A agroecologia melhora a fertilidade do solo anualmente até chegar ao máximo, e estabiliza no máximo. É a única forma de alimentar o Planeta. Não há outra. Se a gente acha... É como eu disse: já existe tecnologia para grandes produções, inclusive. Mas, se achamos que não temos, nós temos que produzir a tecnologia, porque é a única forma de alimentar o Planeta. Qualquer um consegue entender que uma coisa que é decadente em produção não alimenta o Planeta. Tem que ser uma coisa que dá a produção máxima, e é só através do solo máximo que a agroecologia leva. Essa é a diferença.

Então, precisamos de duas coisas, como o senhor disse: educação, e eu vou concordar plenamente, e também de informação. A informação, no Brasil, não é democraticamente distribuída e é dominada pelo interesse econômico. Interesse econômico é isto: o cara faz uma guerra biológica e depois vem com a vacina, por exemplo. A gente tem que saber que isso existe no mundo. Existem pessoas más. Talvez eu até tenha feito uma revelação aqui agora, mas existem. Existe gente que vende agrotóxicos e, depois, o remedinho para dor de cabeça; só que não cura o câncer, porque o câncer é o melhor negócio do mundo. Os tratamentos de câncer, vamos combinar, são muito lucrativos. Então, a gente tem que desconfiar dessas coisas – a gente tem que desconfiar dessas coisas! – e ter um pensamento independente.

A educação em que eu acredito, Senador, é uma educação que faz a pessoa filtrar conhecimento com qualidade e produzir conhecimento local. A única forma de se fazer desenvolvimento real no mundo é por conhecimento local. Nós precisamos de metodologia e de tecnologia para o Rio Grande do Sul, para o Rio Grande do Norte e para a Amazônia diferentes. Hoje nós estamos aplicando o arado, que é uma tecnologia para lugares em que há neve; vem lá o arado destruindo o solo, no Brasil, há anos, por uma incapacidade total. Mas nós temos muita capacidade científica no Brasil. Então, o desenvolvimento tem que ser local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou sobre a alimentação, se ela é cara ou não. Só é caro aquilo que é feito em baixa escala e, segundo, o que não tem apoio e financiamento. Nós estamos subsidiando o agrotóxico – e não a agroecologia – que nós botamos para as crianças pobres, aqui no Sul, pelo menos, nas escolas, com as compras públicas. Então, nós podemos fazer, de fato... E, olha: o que o Sus gastasse ou o que o Governo gastasse em compras públicas de alimentos orgânicos mudaria o perfil epidemiológico da população, e o SUS ainda iria economizar cinco, dez vezes mais. Então, existem formas – e já aconteceram aí por um período razoável –: por meio de compras públicas.

Eu tive o prazer de participar de um decreto gaúcho, em 2014, que proibia a compra de transgênico pelo Estado e o obrigava a comprar orgânico onde existia. Comprar orgânico onde existe é isto: o Estado só pode comprar o melhor, o Estado só pode fomentar o melhor. Hoje, o Estado brasileiro e também os Estados da Nação fomentam coisas prejudiciais à saúde, com os seus bancos de desenvolvimento etc., e não fomentam as coisas que poderiam nos tirar do subdesenvolvimento – e nem é nos tirar – e nos lançar no país melhor do mundo para viver, e com melhores salários. É disso que eu falo.

Aí, tem que haver educação de qualidade, mas, como tu disseste bem, ela não é uma visão política. Nós temos que ter várias visões políticas democraticamente debatendo, porque todas contribuem para evoluir as ideias. E nós precisamos de pessoas que consigam discernir *fake news* de notícia verdadeira e também de uma mídia democrática que não fale só das coisas que são pagas para fazer propaganda e se esqueça de falar das coisas importantes para a população, como acontece...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Francisco, percebo que o senhor tem muito conhecimento. Para falar desse assunto, a gente precisaria de muito tempo. Acho que é a função pedagógica do senhor: educador. O senhor quer passar esse conhecimento da forma mais simplificada para quem está nos assistindo e até para quem está nos acompanhando.

O SR. FRANCISCO MILANEZ – Estou à disposição sempre de vocês. Essa é uma prioridade para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Isso.

Eu vou passar agora para a Sra. Mariana Ferreira.

Eu não sei se preciso refazer a pergunta ou se a senhora já a tem. Eu acho que fiz umas duas, ou menos, eu não lembro – quem não lembra mais sou eu. Então, vou dar cinco minutos para a senhora, Sra. Mariana.

A SRA. MARIANA FERREIRA (Para expor.) – Está ótimo. Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E obrigada pela oportunidade de falar um pouco sobre isso.

Eu acho que essa polarização entre desenvolvimento e ativismo ambiental ou meio ambiente ou preservação do meio ambiente é uma falsa polarização. Ela é uma dicotomia colocada para desmerecer um debate necessário e também para fazer uma cortina de fumaça entre algumas coisas que o próprio Francisco já trouxe aqui.

O Brasil tem uma produção científica maravilhosa e tem ferramentas, inclusive, de Governo de monitoramento de uso da terra e etc., que nos permitem uma tomada de decisão extremamente técnica e capaz. E, se a gente usar esses mecanismos, a gente não precisa, necessariamente, cair nessa polarização. A gente tem, por exemplo, o mapeamento de pastagens degradadas, áreas extensas, enormes, em que você tem duas, três cabeças de gado por hectare, que poderiam muito bem acomodar todo esse crescimento necessário de produção agrícola. A gente tem também, como o próprio Francisco mencionou, uma agricultura de base familiar fortíssima, mostrando aí uma riqueza em pedaços pequenos de terra que, de repente, só precisa de mais visibilidade, subsídio e apoio. Então, eu acho que, quando a gente se baseia em ciência, em dados técnicos, num bom planejamento e num planejamento multissetorial... Por que não a gente agregar mais à questão ambiental, ao planejamento energético do País, para a gente não viver o que a gente vai viver agora, que vão ser racionamentos e apagões por causa de uma crise hídrica, porque a gente desmatou as cabeceiras dos rios que vão fornecer água para as nossas hidrelétricas...? E, agora, a gente está com todas as termoelétricas funcionando e com contas de água altíssimas. Então, quando a gente polariza e separa essas questões, quem perde é a sociedade e a economia, especialmente as pessoas mais frágeis e vulneráveis. Então, eu acho que esse debate, essa polarização, essa tensão é ruim, não ajuda a gente a evoluir.

Eu trago um dado aqui de que, entre 2004 e 2012, o Brasil reduziu em mais de 70%, 80% as suas taxas de desmatamento na Amazônia, e foi a época em que o Brasil mais cresceu em termos econômicos, com uma expansão da sua exportação de *commodities* agrícolas absurda nesse período, que, inclusive, culminou com a moratória da soja para a Amazônia, que mostrou como, com um acordo entre Governo, sociedade, academia, etc., e o setor produtivo, a gente consegue, sim, produzir sem desmatar um hectare, na Amazônia, de soja. Ainda hoje, há algumas falhas nesse sistema, mas com um impacto muito grande, relevante em como ocupamos esse bioma.

Acho também que a área mais avançada, mais moderna do setor privado também foge dessa polarização. A gente viu, no dia 23 do mês passado, uma carta de mais de 160 empresários de grandes instituições de financiamento, grandes empresas produtoras de alimento, etc., preocupados com o retrocesso ambiental, preocupados exatamente com os projetos de lei que eu trouxe aqui: o PL 490, o projeto de lei da estrada do colono, o Projeto de Lei 2.633, da grilagem de terras. Então, eu acho que o setor produtivo do País avançado, que não está se beneficiando da ilegalidade, se beneficiando da grilagem de terra, se beneficiando de uma exportação do País de madeira ilegal, de gado ou até de ouro, não é conivente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que essa união de forças entre sociedade civil, governos – e aí eu acho que têm um papel extremamente importante os governos estaduais e municipais, de que a gente falou pouco hoje aqui – e o setor produtivo vai, realmente, fazer com que o País, o Brasil alcance sua potência, que é uma potência ambiental, econômica e social, com toda a diversidade que a gente tem nesses diferentes níveis.

Acho também que a gente não colocou um ponto muito importante aqui que, muitas vezes, a gente atropela e passa por cima, que não diz respeito nem à sociedade civil, nem ao Governo, nem ao setor produtivo: é a consulta aos interessados, a consulta aos impactados, a consulta às comunidades locais e às populações indígenas. Então, se esses processos que estão em voga precisam ouvir essas comunidades e incluir essas comunidades no debate, a gente também tem uma evolução que sai dessa polarização. Hoje, ela está acontecendo por quê? Porque a gente tem propostas que não levam em conta argumentos técnicos, que beneficiam poucos e que não escutam as comunidades e as populações originárias deste País.

Acho que, quando a gente coloca esses fatores nessa equação, a gente alcança benefícios a muito mais pessoas, a gente tem um desenvolvimento que é muito mais sustentável no longo prazo, porque a gente não está falando da ocupação de uma terra que, daqui a dois ou três anos, vai estar completamente erodida e vai ser abandonada. Então, eu acho que a gente tem que realmente... É uma responsabilidade do setor, da sociedade civil, da área ambiental, do ativismo e também do Governo, de todos os setores fugir dessa polarização. Conflitos, embates e discussões são necessários, são eles que fazem a gente evoluir como sociedade, mas eu acho que essa narrativa e esse conceito de polarização e de que a gente tem que fazer escolhas entre meio ambiente e economia e entre bem-estar da sociedade e meio ambiente não são verdadeiros. Eu acho que a gente já...

E a pandemia mostra isso para a gente. Acho que a pandemia é um tapa na nossa cara em relação a isso. Ela devolveu para a gente uma série de coisas que, de alguma forma, a gente cultivou, infelizmente, como sociedade. É muito triste falar isso, mas acho que é um pouco isso. Se a gente não conseguir olhar essas questões neste momento, depois deste ano e meio que passamos com tanto sofrimento neste País, eu me questiono quando a gente vai fazer isso.

E acho que a educação é um fator importantíssimo. A gente tem que ter as crianças mais... As crianças ensinam muito para a gente. Eu tenho dois filhos pequenos, e metade do meu trabalho como meio ambientalista é por causa dos meus dois filhos pequenos, de três e seis anos. Eles nos ensinam muito e estão muito abertos e muito preparados, pedindo muito para que a gente olhe esse futuro com mais harmonia, com mais equilíbrio, com mais compaixão, com mais escuta dos dois lados. Eu acho que está todo mundo, no fim, do mesmo lado, porque a gente não tem outro lugar para onde ir.

Eu fico com essa mensagem, Senador.

E agradeço a todo mundo por este rico debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sigo à disposição de qualquer um, com meus contatos, etc., para futuras conversas.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mais uma vez, meus agradecimentos à Sra. Nelzair Vianna, à Sra. Mariana, ao Sr. Francisco e a todos que assistiram a esta reunião.

Antes de encerrar, eu só preciso dizer que já ficou muito claro e compreensível – quem não entendeu é porque não quer fazer um esforço mental – que a gente não vive separado do meio ambiente. Ninguém está isolado, tanto que não há humano lá em Marte, porque não há esse meio ambiente, não há oxigênio, não há água, não há nada. Então, isso fica claro. Se as pessoas ainda não fizeram esforço para entender que isso é importante, é porque estão com dificuldade.

Justificando aqui o meu não uso de máscara, é porque eu estou praticamente só no ambiente – senão, politicamente, vão ter críticas.

Para encerrar, já agradeci a todos os senhores, a todos que assistiram, a toda a equipe que está aqui presente – duas mulheres, aqui uma atrás de mim e outra sentada... Então, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e convido para a próxima reunião, que seria no dia 16, mas foi remarcada. Vamos remarcar para uma data oportuna a audiência pública, que é do Requerimento, de autoria da Senadora Kátia Abreu, nº 76, de 2021, para tratar sobre a prestação de informações sobre as tratativas de retorno presencial às aulas nas escolas públicas no segundo semestre – já estamos no segundo semestre – deste ano ainda e o mapeamento da infraestrutura tecnológica. Estará presente nessa futura audiência cuja data nós vamos remarcar só o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, para explicar isso aí.

Como foi dito aqui, muito obrigado.

Agradeço a participação de todas e de todos por esta reunião.

Abraço a todos e boa tarde.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quinze horas e zero minutos do dia dois de agosto de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Kátia Abreu, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Wellington Fagundes, e ainda da Senadora não membro Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Otto Alencar, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Prestar informações sobre o mapeamento da infraestrutura tecnológica presente nas escolas públicas necessária para o breve retorno escolar de maneira eficiente e segura. **Participante:** Fábio Faria, Ministro das Comunicações. **Resultado:** Audiência pública realizada. Aprovados os requerimentos 83,84 e 85/2021 extrapauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos! Boa tarde a todos os internautas ligados na TV Senado, boa tarde ao Sr. Ministro, boa tarde, enfim, ao povo brasileiro.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Temporária interna criada pelo Requerimento do Senado nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a esta pandemia, cujo prazo foi estendido por mais 120 dias pelo Requerimento do Senado Federal nº 1.626, de 2021.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será primeiro ao Relator, Senador Wellington Fagundes; em seguida aos titulares inscritos; depois, suplentes; e, por último, Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com o Ministro.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet em senado.leg.br/ecidadania, ou pelos telefones da Ouvidoria, 0800-612211.

A presente reunião é uma audiência pública com S. Exa. o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, para prestar informações sobre o mapeamento de infraestrutura tecnológica presente nas escolas públicas e necessária para o breve retorno escolar de maneira eficiente e segura, bem como outros assuntos que por acaso internautas e os Srs. Senadores acharem necessários e convenientes. Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Ministro Fábio Faria.

Ministro, nós aqui... O tempo do senhor, o senhor que diz. Na rotina, até 30 minutos, um pouquinho mais, um pouquinho menos. O senhor fique inteiramente à vontade. Eu passo a palavra a V. Exa. O senhor pode expor. Depois, passo aos questionamentos dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor.) – Está bom, Presidente.

Obrigado, Presidente Confúcio. Cumprimento também todos os Senadores que estão presentes nesta audiência pública.

Queria contextualizar, começando aqui desde o começo da pandemia. Em 11 de março de 2020 foi quando a OMS declarou a pandemia do covid-19. Aí, logo em seguida, no dia 20 de março, houve um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decreto legislativo reconhecendo o estado de calamidade pública. E, a partir desse momento, nós nos mobilizamos nas operadoras, já pedindo apoio aos Estados para a formação de mapa de calor, diagnóstico do distanciamento social. Nós tivemos um aumento no começo da pandemia de 50% do tráfego de internet, porque as pessoas ficaram em casa, e as operadoras conseguiram manter em total funcionamento. Isso foi importante, porque muita gente ficou estudando de casa, conversando com os parentes, trabalhando, e isso foi um desafio muito grande.

Nós atendemos 1.638 unidades de saúde da família com fibra ótica – 90% delas com fibra ótica –, e isso foi de um ano e meio para cá, do começo da pandemia para cá. Estabelecemos um número de discagem rápida, o 196, para a população obter todas as informações sobre o covid-19. As operadoras se mobilizaram para envio de SMS e de outras mensagens de utilidade pública, zerando os dados, o *rating* para o aplicativo da Caixa, do auxílio emergencial. Então, nenhuma pessoa no Brasil pagou por esse serviço, foi zerado por todas as operadoras, que aceitaram desde o primeiro momento. E não cortamos os serviços de usuários temporariamente inadimplentes – também foi uma parceria que a gente fez com as operadoras.

E eu queria entrar agora na área de educação – as ações que já foram realizadas desde o começo da pandemia. Multiprogramação: a liberação das radiodifusoras privadas para transmitir multiprogramação com conteúdo educacional. As aulas da rede pública de ensino foram em 10 Estados, em 30 localidades, em que nós atendemos 20 milhões de pessoas, que foram beneficiadas por esse programa. Eu destaco aí o Wi-Fi Brasil, um programa aqui do Ministério das Comunicações. No início do Governo Bolsonaro, nós tínhamos 40 mil escolas rurais sem internet, e, em menos de dois anos, conectamos 10 mil escolas, com o Wi-Fi Brasil, através de uma parceria com a Telebras; nós levamos antenas da Telebras para pontos em escolas, unidades básicas de saúde, em praças; são 14 mil pontos, mas 10,5 mil desses aí foram em escolas rurais. E é o nosso foco que a gente permaneça destinando em torno de 80% desses pontos para terminarmos de levar conexão para todas as escolas. Doação de computadores: desde 2019 foram distribuídas 7.423 máquinas em 173 Municípios de 23 Estados, sendo 90% das doações todas obviamente para escolas públicas.

Quero falar um pouco da situação da conectividade no Brasil. Hoje nós temos 40 milhões de pessoas sem internet no País, dos 213 milhões. No começo da pandemia... No começo da pandemia, não: no começo do Governo eram 48,5 milhões: levamos internet para 8,5 milhões de pessoas através do Wi-Fi Brasil e de – uma pequena parte disso – investimentos em fibra ótica, como citei aqui, para as unidades básicas de saúde.

Nós temos hoje, no Brasil, 140 mil escolas. Portanto, Senador, esse número... Eu já tive algumas conversas com Deputados que fazem parte da Comissão de Educação, e nós deixamos claro que o leilão do 5G vai atender 100% das escolas. E aqui eu quero clarificar mais ainda. Das 140 mil escolas, nós temos, no Brasil, 79 mil urbanas com internet e 6 mil urbanas sem internet. Então, das 140 mil, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

85 mil urbanas. Apenas 6 mil escolas urbanas não têm internet e vão receber logo nos dois primeiros anos dos investimentos que as operadoras vão fazer após ganharem o leilão do 5G. E, das escolas rurais, que eram 60... Das 50 mil, nós temos hoje 25 mil com internet, que eram 15, e 30 mil sem internet. Nós iremos levar para as escolas rurais internet através do 5G, do leilão do 5G, para as comunidades acima de 600 habitantes; e todas as abaixo de 600 habitantes que tiverem ponto de energia receberão internet através do Wi-Fi Brasil até julho de 2022. Então, até julho de 2022, iremos conectar mais 13,5 mil escolas que estão no nosso *pipeline*, que são as escolas que têm energia e irão receber. Nós iremos levar a cerca de mais de mil escolas por mês. Por isso, em 13 meses, um pouco mais ou pouco menos que isso, a gente vai conectar o restante.

No leilão do 5G, das escolas urbanas, das 85 mil escolas, 72 mil receberão o 5G *standalone,* que representam 85% do total; e 13 mil, que correspondem a 13%, receberão 4G. Portanto, todas as escolas urbanas terão internet de fibra ótica ou com o 5G *standalone*, que pode fazer a internet das coisas, porque a revolução do 5G não é apenas a velocidade, é exatamente a baixa latência. Então, nós iremos levar para 85% das escolas urbanas, e 13 mil terão o 4G, que são escolas que não têm nenhuma internet hoje ou algumas que têm internet de baixíssima qualidade, que ficam em lugares menos populosos, mais distantes, mas todas estarão conectadas. E, das escolas rurais, 7 mil receberão o 4G, via leilão do 5G. E o restante, como eu disse, as 13,5 mil receberão via Wi-Fi Brasil.

Além disso, nós temos o Norte Conectado, em que vamos conectar toda a Região Norte, onde a gente vai conectar 10 milhões de pessoas. Dos 40 milhões que nós temos no Brasil de pessoas que não têm internet, que não têm conexão, 10 milhões a gente vai levar logo para a Região Norte. É uma fibra ótica cobrindo... Em relação a escolas, são 2,2 mil escolas públicas que serão cobertas com esse investimento do Norte Conectado. No Nordeste Conectado, nós iremos cobrir de fibra ótica 1.317 escolas, em que que será feito esse investimento total até o ano que vem.

No Wi-Fi Brasil, como eu já disse, são 13,5 mil escolas que possuem infraestrutura e energia elétrica até o primeiro semestre de 2022. E, com o Fust, são 320 milhões por ano, até 2024, para a conectividade nas escolas. Também nós iremos usar esse recurso, deixando claro aqui para todos que integram a Comissão que nenhuma escola no Brasil, seja ela urbana, seja ela rural, ficará sem internet. Todas serão contempladas com o leilão do 5G, que deve ocorrer agora nos próximos meses.

Acho que isso é o que eu tinha para falar, Sr. Presidente, para abrir para as perguntas, tirar dúvidas e deixar mais tempo para que a gente possa fazer as interações.

Obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Ministro.

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consulto o Senador Wellington Fagundes... (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está com a palavra.

Parabéns pela sanção do seu projeto de lei. Você lutou muito. Parabéns!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Boa tarde, Presidente Confúcio.

Eu quero cumprimentar também o Ministro Fábio Faria, cumprimentar o Esperidião Amin, enfim, todos os Senadores que estão conosco e a população. Na verdade, eu quero agradecer a toda a Comissão da Covid pelo apoio para que a gente pudesse ter a aprovação no Congresso Nacional; por unanimidade, no Senado e depois na Câmara, voltando para o Senado, mais uma vez sendo aprovado por unanimidade.

E o Presidente Bolsonaro fez questão de fazer uma cerimônia. No dia da sanção, ele acabou sendo internado, mas na terça-feira passada fizemos essa cerimônia lá no Palácio do Planalto. Tive de oportunidade de encontrar, inclusive, com o Ministro Fábio, que estava lá em uma outra reunião com o Presidente da República.

Isso é fundamental, porque, a partir da aprovação desse projeto de lei e da sanção da lei, nós poderemos agora ter a esperança e a certeza – mais do que isso – de que, até o final do ano, o Brasil deixará de ser um importador de vacinas – inclusive importando com muita dificuldade, porque não há vacina suficiente no mundo para vacinar toda a população. Então, essa aprovação permite que a indústria de saúde animal possa então fabricar vacina contra a covid.

Nós já temos documento assinado para esta Comissão que eles poderão em apenas 90 dias fabricar 400 milhões de doses de vacina. É importante mais uma vez esclarecer, Presidente Confúcio, que essas indústrias já estão equipadas, prontas, preparadas. Inclusive lá estivemos visitando.

O Ministro Queiroga tem dado vários depoimentos da importância e, principalmente, da capacidade dessas indústrias, da superprodução. São indústrias que têm o maior nível de biotecnologia, de biossegurança, e indústrias com a maior modernidade do mundo estão aqui no Brasil. Então, até o final do ano, tenho certeza de que nós todos teremos vacina no braço de todos os brasileiros e ainda podendo exportar e ajudar outros países do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso quero agradecer, Presidente Confúcio, na sua pessoa, a todos os membros da Comissão e, em especial, ao Ministro da Saúde, Queiroga; ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes; à Ministra da Agricultura, Tereza Cristina; e a toda Diretoria da Anvisa. Enfim, a todos os que estiveram envolvidos e, principalmente, ao Presidente Bolsonaro, que sancionou o projeto que vai atender a esse novo momento do Brasil.

Então, Ministro Fábio, eu aproveito aqui para agradecer a V. Exa. também, em nome de todos os ministros, porque V. Exa. também esteve participando conosco nessa preocupação. Estou vendo aqui, agora, o nosso Vice-Presidente, Styvenson, que também nos ajudou muito nesse trabalho, a nossa Senadora também, Kátia Abreu, enfim, a todos.

Então, Presidente, é mais uma satisfação que eu estou dando aqui para a nossa Comissão e para a toda a população brasileira. Agora já é lei, já está... Então, já virou lei. Eu quero agradecer também na pessoa da Ministra Flávia Arruda, que nos ajudou muito nesse trabalho, e eu espero que a empresa, principalmente as empresas brasileiras, com a transferência tecnológica que já temos, assinada pela Fiocruz... O Butantan também já está na fase final do desenvolvimento da ButanVac, e outras também indústrias brasileiras, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, já estão desenvolvendo vacinas brasileiras. Então, nós vamos poder fabricar vacinas com 100% de tecnologia nacional, tecnologia brasileira, com as pesquisas desenvolvidas com o apoio do Governo Federal.

Eu tenho aqui algumas perguntas, Sr. Ministro, Sr. Presidente. Vou tentar aqui, de forma bem rápida... Até o Ministro já colocou muitos dados aqui. Em outras palavras, já foram até respondidas, mas eu vou, Ministro, aqui fazer questão de ler, porque temos um trabalho também com a nossa Consultoria, porque ninguém faz nada sozinho.

A pandemia de covid provocou a interrupção das aulas em todo o Brasil por aproximadamente 40 semanas. Agora, com o avanço da vacinação no País, inicia-se o processo para possibilitar um retorno seguro às atividades presenciais nas nossas escolas. Contudo, essa retomada não significa que se encerrarão totalmente as atividades da educação a distância, seja para evitar aglomeração dentro da sala de aula, que, muitas vezes, não comportam todos os alunos com o distanciamento apropriado, seja também para manter isolados os estudantes com casos suspeitos ou confirmados de infecção ativa na família. Por isso, ainda será necessário oferecer, durante algum tempo, sistemas híbridos de ensino.

Por essas razões, a existência de uma infraestrutura tecnológica adequada na rede pública de ensino é imprescindível para que os estudantes brasileiros não continuem sendo prejudicados.

Diante disso, Ministro Fábio, vamos aqui às perguntas.

Primeira. Que proporção das escolas públicas brasileiras possui, atualmente, conexão à internet em banda larga? V. Exa. já disse aí o número de 10 mil escolas, mas eu acho que seria importante esses números bem precisos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que medidas o Ministério da Comunicação está adotando para dar cumprimento à obrigação de dotar todas as escolas públicas brasileiras de acesso à internet em banda larga, com velocidades adequadas até 2024? Também aqui V. Exa. já adiantou os números, mas é importante o reforço nessa linha, até para que as pessoas possam acompanhar.

Qual a quantidade de escolas conectadas por meio de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações? A capacidade do satélite tem se mostrado suficiente para atender toda a demanda relativa à educação?

Das escolas conectadas à internet, quantas têm equipamentos – computadores, câmeras, microfones – capazes de proporcionar ensino a distância?

Com relação ao acesso dos alunos à internet, o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações tem sido utilizado para conectar estudantes em áreas onde não há oferta comercial de conexão à internet? É uma pergunta. Que solução o Ministério das Comunicações pretende adotar para conectar esses alunos em comunidades isoladas? Qual a atual situação e a perspectiva para o projeto Alunos Conectados? Que outras iniciativas há para viabilizar a conexão de estudantes de baixa renda à internet?

Como também é da sua pasta, da área de comunicação, a pergunta é: V. Exa., já com a experiência, o tempo que passou... E aí eu quero registrar o meu testemunho principalmente pelo trabalho do Ministro Queiroga, que visitou praticamente todos os Estados brasileiros: ele tem sido um Ministro extremamente atuante e com inovações, apoiando a questão da pesquisa, junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia. V. Exa. pode nos dizer agora como está indo a comunicação do Governo em relação especificamente à covid? Melhorou? Está num ponto bom? O que nós precisamos fazer mais em inovação para ter uma melhor comunicação com a população?

É sabido que o Brasil é um dos países que têm o maior índice de população com vontade de ser vacinada, ou seja, mais de 94%, 95% da população brasileira pesquisada concorda em ser vacinada, enquanto que, em países como os Estados Unidos, chega-se a números, parece-me, de mais de 30% que não querem se vacinar. Portanto, o Brasil é um país que, dada a experiência do SUS, o maior programa se saúde do mundo, com as campanhas de vacinação que já fizemos... Eu sempre digo: quem não se lembra do Zé Gotinha, não é? Um país com imensidão continental, o Brasil poder levar vacina a todos os recantos... Se V. Exa. puder comentar também exatamente a logística dessas vacinas, como estão chegando essas vacinas, o que foi feito e se temos que aprimorar algo mais em relação à chegada das vacinas nos mais longínquos recantos do Brasil...

No mais, quero parabenizá-lo, Ministro Fábio, porque a gente percebe que a pandemia – e aí eu falo em nome de todo o Governo – nos ensinou muito. Nós aprendemos muito e com certeza muito está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo evoluído, e principalmente a área da comunicação tem muito a ajudar o Brasil neste mundo moderno, neste mundo globalizado.

É isso, Sr. Presidente Confúcio. E, mais uma vez, agradeço a V. Exa. o apoio que nos deu.

Eu gostaria, Presidente Confúcio – não vou ainda fazer o requerimento –, de sugerir, e quem sabe V. Exa. mesmo possa ser o proponente, em nome de toda a Comissão, que a gente possa visitar agora, já que a tecnologia avançou muito, principalmente o Instituto Butantan e a Fiocruz, que a nossa Comissão vá lá, *in loco*, visitar, para ver como andam as instalações, as duas indústrias desses institutos que estão sendo construídas e também, principalmente, o desenvolvimento das tecnologias. E aí, claro, se possível, com a presença do Ministro Queiroga, do Ministros Marcos Pontes e também da Anvisa. É uma sugestão, Presidente. Se V. Exa. entender que eu devo fazer um requerimento... Mas eu gostaria de fazer a sugestão de que fosse a Comissão, ou seja, por V. Exa., como Presidente, o proponente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Ministro, eu vou passar a palavra para mais um Senador.

O senhor vai, por gentileza, anotando as perguntas do Senador Wellington, e eu vou chamar agora a autora do requerimento. Ela não está... Ela está na sala, mas está só com a imagem. Eu vou chamar a Senadora Kátia Abreu, que é autora do requerimento. (*Pausa.*)

Ela ligou aqui e vai falar depois.

Então, eu passo a palavra para o segundo inscrito, o Senador Esperidião Amin. Senador Esperidião com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Pois não, Presidente.

Quero saudar o Ministro; saudar igualmente a autora do requerimento, a nossa querida Senadora Kátia Abreu; cumprimentar o nosso Senador Wellington, o Senador Styvenson, exibindo a sua indumentária facial, saudando, portanto, a todos os colegas de Comissão.

Ministro, eu quero me congratular com a sua presença aqui conosco e fazer duas reflexões apenas.

A primeira, dizem que quatro coisas na vida não voltam mais: a palavra depois de dita, a pedra e a flecha depois de atiradas, a oportunidade perdida e o tempo que passou.

Eu lembro que os primeiros esforços para a universalização das telecomunicações, que hoje seria o sinal de internet, datam – esse lapso de atraso – de 50 anos, desde que foi criado o Fust, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que hoje nós diríamos sinal de internet. Ao longo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

pelo menos 30 anos, essa dinheirama, que hoje seria muito mais de R$200 bilhões, serviu para amortizar o serviço da dívida, juros, e igualmente o de ciência e tecnologia, e aí nós vamos falar de tudo. E a gente percebe hoje que a carne de pescoço, como se diz na gíria, em matéria de acesso à escola é exatamente para os mais pobres, para aqueles para os quais o sinal de internet seria mais importante. Para quem está no centro da cidade de São Paulo, ou no centro de Natal, ou no centro de Florianópolis, não; agora, lá nos rincões, isso é dramático.

E, junto com essa reflexão, me ocorreu aqui citar três livros. O Thomas Friedman escreveu dois: *O Mundo É Plano*. Depois ele escreveu um segundo complicando a sua visão, dizendo que o mundo é plano, mas é quente e está lotado: *Hot, Flat, and Crowded.*

E o nosso jornalista brasileiro, que o senhor conhece, Jamil Chade, se contrapôs escrevendo "O mundo não é plano", exatamente por causa das desigualdades.

Faço essa breve reflexão para lhe fazer um pedido. Transforme esse seu cronograma numa cisma, numa obsessão: cada escola que for incluída, ou seja, cada subtração que se faça em relação a esses – se eu fiz bem as contas – 59 milhões, vamos arredondar, de escolas desatendidas ainda, se é que não me enganei... Estou falando em termos de hoje: 41 milhões seriam... Das 140 mil escolas que o senhor mencionou...

O SR. FÁBIO FARIA – São 36 sem internet.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, eu ia arredondar para 40, mas 36... Cada uma dessas que for abatida, ou seja, cada número desses que se reduzir vai representar muito em termos de inclusão e vai aliviar um pouco desse remorso que eu carrego há mais tempo, por uma questão de idade e porque eu fui do sistema nacional de telecomunicações. Eu pertenci a esse grande esforço brasileiro de integração que cumpriu a sua parte, mas, infelizmente, o dispositivo que se deixou para incluir foi esterilizado pela dívida e pelos juros ao longo desse tempo todo. Então, cada vez que puder abater isso... Transforme isso num gol, ou seja, divulgue ao máximo esse cronograma de redução dessa exclusão, que não é social apenas, é exclusão em todos os níveis dessa maldade que essa palavra encerra.

Meus votos são para o seu sucesso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Ministro, eu vou passar a palavra para a autora do requerimento, a Senadora Kátia Abreu. Aí, depois da fala dela, V. Exa. responde aos três Senadores, está bem?

Então, com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente Confúcio.

Quero agradecer ao nosso Ministro Fábio Faria por sua presença tão importante neste momento de retorno às aulas. A sua presença demostra o seu compromisso com a educação. Eu fico muito feliz por V. Exa. ter respondido prontamente para participar da nossa Comissão.

Cumprimento os meus colegas Senadores.

Eu estou aqui no Tocantins. Vim do Bico do Papagaio, agora estou em Araguarina, Tocantins. Passei vários dias fora de Palmas, da capital, conversando com as pessoas.

Na verdade, Esperidião Amin... Eu não pude ouvir o Senador Wellington, mas a pergunta do Senador Esperidião me preocupa muito, e eu quero reiterar a pergunta.

Eu vi as informações que o senhor passou inicialmente a respeito do 5G. Eu sou uma defensora, inclusive sob sua orientação, do 5G no Brasil, aposto em tudo para que nós possamos ter uma internet melhor, acesso à informação de que os nossos alunos tanto precisam para estudar, para se informar. Tudo isso, o.k., mas, neste momento, a minha preocupação é a mesma do Esperidião, com relação ao momento atual.

Eu estou muito aflita, sem nenhum exagero, sem querer escandalizar, com esses dois anos, esse um ano e meio sem aula. Eu sei o que isso significa, não para as crianças de nível A, B, que têm escolas particulares maravilhosas, que têm equipamentos em casa – todos, os pais, os irmãos têm cada um o seu computador –, mas eu convivo com muitas crianças pobres que mal conseguem ler e escrever. Então, a minha preocupação é esse um ano e meio perdido, que já foi, perdeu. E nós precisamos de um plano de recuperação disso. As pessoas já estão, às vezes, cansadas: "Ah, perdeu, perdeu; vamos daqui para frente". Não. Esse ano impactado, de um ano e meio para trás, terá consequência. Se não tiver uma recuperação, um plano de recuperação, poderá ter uma consequência eterna, poderá ter uma consequência de difícil resgate. Nós já temos um nível de escolaridade para a idade muito desigual, ou seja, nós temos muitos jovens e crianças na idade que não é correta para aquela série. Então, com esse um ano e meio, a minha preocupação é mais essa perda, o aprofundamento dessa perda de equiparação entre série e idade, e esses próximos seis meses, que podem ainda se agravar muito mais.

E eu tenho falado muito com as empresas de telefonia, tenho pedido as listas das cidades que têm internet. Os Prefeitos ligam: "Aqui não tem internet, Kátia". Aí, eu ligo para a companhia, ela me manda uma lista dizendo que tem, sim, a cidade tal, tal, tal tem internet, que só tem tantas cidades, pouquíssimas, sem internet. Então, entre o mapa das telefônicas e o mapa da realidade, está muito diferente, Ministro. Eu acho que precisava fazer uma auditoria por amostragem do que está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou te dar um exemplo de uma cidade. Combinado... Desculpa, Aurora do Tocantins, é uma cidade pequena, mas é o que me aconteceu agora por último. O Prefeito: "Senadora..." – nem pediu emenda, você acredita? – "eu preciso de internet no meu Município." Aí, eu puxei a lista da Claro, e lá está constando que tem internet. Aí, não satisfeita, liguei nas cidades vizinhas, que são todas uma pertinho da outra, para confirmar, que às vezes o Prefeito está mal informado. As cidades vizinhas todas sobre internet: "Não, Kátia, realmente Aurora do Tocantins não tem internet, não funciona a internet".

Então, eu vou resumir para não confundir. Em primeiro lugar, o que é que pode ser feito em termos emergenciais na área da internet, do acesso a equipamentos, o que poderia ser construído? Não quero jogar no colo do Ministro tudo. O que nós Congresso Nacional poderíamos construir nesse semestre em termos de equipamentos, em termos de paliativos mais fortes para que um número maior de alunos pudesse ter acesso à internet e até aula fora do período normal. Quando falam no sistema híbrido, eu já vejo um híbrido presencial totalmente, um híbrido presencial e, no segundo turno, um a distância, um tempo a distância. Eu acho que a gente devia pensar nesse híbrido, Senador Confúcio, um presencial e outro a distância, para que a gente pudesse recuperar o tempo perdido, principalmente das escolas públicas, das escolas primárias, não é?

Então, como que nós poderíamos... O Ministério das Comunicações, o senhor é um Ministro ágil. O senhor sabe que eu tenho apreço pessoal muito grande por V. Exa., somos amigos há muito tempo, eu sei da sua capacidade, da sua compreensão. Então, como a gente poderia se unir ao Ministério da Educação para encontrar esse híbrido para recuperar, e não complementar, e não continuar como estava. Essa é minha primeira pergunta.

Como tirarmos a prova dos nove de onde há internet e de onde não há? Então, as telefonias colocam uma lista linda; há telefone em todo lugar. Meu Deus, eu passei esses dias no Bico do Papagaio, Ministro! O senhor não tem noção da minha dificuldade, não, precisando trabalhar, precisando conversar, precisando fazer *live*! Eu estou rouca de tanto gritar em telefone ruim, com falta de internet! Então, não há condição! Aqui, em Tocantins, funciona um sistema de telefonia, o outro não funciona. Então, na verdade, nas telefônicas, ou seus proprietários estão recebendo informação equivocada... E nós precisamos corrigir isso.

Então, dá certo comodismo, até em nós do Congresso Nacional, quando se fala que 70% das cidades têm internet. Mas em que condições está essa internet? Ela chega às escolas ou àquele centro principal da cidade? Sobre as escolas rurais, eu não preciso comentar; o senhor comentou aqui já a dificuldade. Se a gente conseguir consertar o urbano urgentemente, eu já, inclusive, fico um pouco mais tranquila. E é claro que o rural também precisa de ajuda!

Então, como fazer isso presencialmente e a distância, como complementar, recuperando o ano perdido, com equipamentos para esses meninos? Quem sabe, não sei como funciona do ponto de vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnico, mas como fazer uma auditoria por amostragem nas escolas do Brasil para pegar Aurora do Tocantins: "Ah, claro, lá tem internet? Então, vou lá ver". Certo? E não tem, não existe!

Então, eram essas as minhas considerações.

Fico muito contente com o calendário do 5G. Eu acho que o Brasil será outro depois disso tudo. Eu espero sinceramente que esse calendário se cumpra. Se Deus quiser, vai ser cumprido!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem!

Então, ouvimos três Senadores. Foram dois Senadores e a Senadora Kátia Abreu, autora desse requerimento de convite a V. Exa.

Então, neste momento, eu passo a palavra para V. Exa. responder, em sequência, aos três.

Com a palavra o Ministro Fábio Faria.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Senadores.

Vou começar a responder aqui ao Senador Wellington. O Senador falou da proporção da banda larga. Eu quero aqui relembrar o número de escolas que nós temos no Brasil: são 140 mil. Das 140 mil escolas, nós temos, nas urbanas, que são 85 mil, 79 mil com internet – então, são mais de 90%. E, das rurais, nós temos 55 mil; das 55 mil, nós temos 30 mil sem internet. Nós temos um índice de cerca de 80% das escolas que têm banda larga. Então, a gente tem uma proporção muito grande de escolas que têm internet com banda larga.

Em relação ao satélite que o Senador mencionou, a essas escolas rurais a gente está levando o ponto do Wi-Fi Brasil. Ele pega bem sim, ele pega num raio de 200 metros, ele consegue atender com alta qualidade, dá para baixar vídeo, dá para baixar livros, dá para estudar. Tem funcionado bem. A gente tem condições de instalar 2 mil pontos por mês. Então, isso tem ajudado muito. Já são quase 10,5 mil escolas que receberam o satélite. Por quê? O leilão do 5G vai atender, vai levar internet para as 40 milhões de pessoas que não a têm. Então, todas as localidades que tenham acima de 600 habitantes, todas elas, receberão internet de fibra ótica, de banda larga, de alta qualidade. As que estão abaixo dos 600 habitantes, que são comunidades de 100 habitantes, 50 habitantes, 30, 200, essas a gente vai levar internet de satélite – essas entregas que nós estamos fazendo do Wi-Fi Brasil. Portanto, até o ano que vem, até julho do ano que vem, a gente vai encerrar todas as escolas rurais com Wi-Fi Brasil, das quais 7 mil receberão fibra ótica através do leilão e o restante a gente vai ficar com Wi-Fi Brasil. Nós teremos menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 10 mil escolas que ficarão sem internet no Brasil, que são escolas em localidades muito remotas, muito pequenas, que não têm energia elétrica. A partir do momento em que elas receberem energia elétrica, a gente vai instalar o ponto de internet. Então, assim, não podemos levar internet às escolas que não têm energia.

Em relação a computadores, câmeras, microfones, isso é um programa do MEC. Eu posso interagir com o Ministro da Educação para ver em relação a isso, assim como alunos conectados também.

A comunicação, no momento da pandemia, realmente é um grande desafio. Eu tenho conseguido interagir muito com o Ministro Queiroga. A Secom aqui, sob o comando do Coronel André, tem também feito essa interação junto com os seus secretários. Acredito que tanto o aplicativo aplica SUS, Conecte SUS, também é um grande aplicativo, que tem reconhecimento em vários países. A gente consegue ter o Conecte SUS hoje reconhecido mundialmente.

O consórcio de imprensa também tem ajudado muito com o número de mortos, com o número de vacinados, primeira dose, segunda dose.

A gente avançou muito nesses últimos meses. Estamos no auge aí de quantidade de vacinas. Temos correspondido aí para o que Ministro Queiroga falou até ontem: que, até setembro, nós consigamos aí vacinar 100% da população adulta, acima de 18 anos, com a primeira dose e, até dezembro, o desafio da segunda dose. Com isso, a gente consegue voltar a todas as atividades normais, principalmente, o nosso maior temor, e eu concordo com todos que falaram aqui, que é em relação à perda de educação que nós tivemos dos alunos, principalmente os que estudam em escolas públicas.

Nossos filhos e os de muita gente que tem condições de ter computador em casa, com internet de boa qualidade, estudando em escola privada, perderam, sim, mas eles conseguiram, às vezes duas, três vezes por semana, ter algum tipo de acesso, de estudo que eles não perderam totalmente. Essas pessoas que ficaram sem internet, imagina aquelas pessoas que estão nos rincões do Brasil, desconectadas, essas perderam tudo. Além de elas não obterem informações em relação ao que está acontecendo na pandemia, as crianças ficaram praticamente um ano e meio sem estudar absolutamente nada. Então, realmente, nós temos que ter um olhar, como o Senador Esperidião Amin tão bem falou, para essas pessoas que mais precisam, as mais carentes.

Foi correta a informação dele em relação ao Fust. Temos o Fust há mais de 20 anos. Todo o dinheiro do Fust, nos últimos 20 anos, foi utilizado para o superávit primário ou para abater dívida. Já temos um valor histórico, sem correção, de mais de R$22 bilhões. Com esse recurso aí poderíamos ter conectado todas as pessoas do Brasil. Poderíamos ter um Brasil hoje totalmente conectado se o valor do Fust fosse para a universalização de telecomunicações. E a gente perdeu muito em não ter investido o valor do Fust.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Kátia falou de um assunto que está em nosso *pipeline* aqui, Senadora, que é exatamente isto: o que acontece, principalmente nos Estados menores? As operadoras falam que tem internet, quando você vai ver só tem um ponto na cidade e o resto é um apagão, não funciona nada. E a gente montou, junto com a Anatel, o índice de conectividade, uma parceria do ministério com a Anatel. Já está... Estou aqui com o meu Secretário Artur, ele acha que dentro de poucas semanas a gente já vai conseguir obter esse índice. Para saber, em Aurora, a gente vai chamar a Claro e vai dizer: "Olha, aqui em Aurora só está funcionando 5% da cidade. Vocês vão ter que conectar o restante dos 95%".

Então, isso acontece em várias cidades, é uma reclamação enorme. Há cidades que pegam o 3G, há cidades que só pegam o Edge, há cidades que não pegam. Você sai de um bairro para o outro, o outro bairro não funciona, então, a gente vai acabar de vez com esse índice de conectividade. Até porque a Anatel é quem tem condições de chamar todas as operadoras, aplicar multas e fazer cobranças, dar uma meta de prazo para que elas possam levar a internet para o restante das localidades.

A gente não vai passar a mão na cabeça de ninguém, tanto é, também é importante ressaltar, que na maioria das cidades são os provedores regionais que correspondem a quase 50% das conexões nas cidades menores. Então, a gente também tem que cobrar deles. Muitas vezes há provedores regionais que estão passando despercebidos e a gente vai também chamar todos eles para que eles possam adequar as cidades.

A gente fez uma... O que a gente pode fazer? Nós estamos desenvolvendo aqui um auxílio de internet para os estudantes de baixa renda. A gente está fazendo uma parceria junto com o MEC em relação a isso. A princípio seria uma MP, mas não precisará ser uma MP, nós iremos fazer junto com a Anatel. Isso está também nos finalmentes. Nós teremos em torno de R$100 milhões para conectar 14 milhões de estudantes que não têm acesso, levando para eles ensino, levando mais de 5 mil livros, que eles possam ter livros digitais para que eles possam estudar. E também para os pais a gente vai oferecer cursos, cursos de garçom, cursos de cabeleireira, cursos de qualquer formação rápida para que eles possam ter algum sustento rápido, em pouco tempo, porque a maioria deles está em casa. Muita mãe solteira deixou de trabalhar para ficar cuidando do filho, porque o filho não está indo para a escola, não está indo para a creche. A gente perdeu também, essas mães estão todas hoje sem poder trabalhar e tendo que ficar em casa cuidando dos filhos. Então, o problema é muito maior do que a gente imagina, quanto mais pobre é a família, quanto mais pobre é a criança, é a mãe, maior o problema. Então, a gente está pensando nisso, por isso que, com esse auxílio de internet para essas crianças, eu acho que a gente vai conseguir recuperar um pouco o tempo perdido, que é o que a Senadora sugeriu.

Então, eu acho que respondi todas as perguntas, se faltou alguma aqui me relembrem que eu posso responder na próxima etapa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consulto o Senador Styvenson Valentim se ele gostaria de fazer alguma pergunta. (*Pausa.*)

Liga o som, Styvenson.

Libere o som do Senador Styvenson aí, gente! (*Pausa.*)

Já está liberado. Ouviu, Styvenson? (*Pausa.*)

Aceite aí. (*Pausa.*)

Nós não o estamos ouvindo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Consegue ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora melhorou. Pode falar. Está bom.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado. Eu estava tentando liberar e não estava conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, obrigado pela palavra.

Quero agradecer ao Ministro Fábio Faria pelas explicações. Uma das perguntas que eu iria fazer, ele respondeu, e respondeu com muita exatidão, falando sobre esse *voucher*. Ele falou em um auxílio para a internet. Mesmo com a dificuldade já apresentada pela Senadora Kátia Abreu, a de que, em alguns pontos... Eu estou aqui, Ministro Fábio, no interior do Rio Grande do Norte, e é difícil, a gente tem que parar em alguns pontos em que existe internet para poder se comunicar.

A pandemia trouxe uma consequência, um efeito colateral imenso e drástico para a educação. Ouvindo as perguntas que foram feitas até agora, talvez essa conectividade tão necessária vá ser permanente, perene.

Mas um grande desafio, Ministro – é uma pergunta que eu faço, que, muitas vezes, nem é atribuição do Ministério do senhor, nem do Ministério da Educação precisamente, mas das estatísticas; eu falo pelo Rio Grande do Norte –, é que cerca de 46% dos nossos alunos da rede estadual nunca tiveram uma só aula remota. Um dos fatores, além de não haver internet, é o desinteresse. E, quanto mais anos esse aluno passa na escola pública, quando ele vai atingindo já os últimos anos, com 17 anos, ele perde o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

total interesse pela educação. A educação hoje está uma coisa bem enfadonha para esses jovens que não conseguem mais ter essa atratividade nas escolas. O número de evasão é bem alto.

Então, baseado nesses dados estatísticos que eu disse ao senhor – o senhor conhece, tanto quanto eu, os do nosso Estado, mas eu não conheço os dos outros Estados para poder falar por eles, mas há um número alto de evasão –, eu pergunto se existe alguma comunicação com o Ministério da Educação junto ao Ministério do senhor para que a gente possa trazer não só essa conectividade, essa internet disponível, mas também o que é principal: o aluno se interessar, mais uma vez, em voltar para a sala de aula, sendo ela presencial, sendo ela pela internet. É um desafio que a gente tem que enfrentar, porque o número está cada vez maior e, com essa pandemia, parece que se agravou mais.

Era essa a pergunta que eu tinha que fazer. As demais, os Senadores já as fizeram.

Quero agradecer mais uma vez a presença do senhor aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, mais algum Senador deseja fazer alguma pergunta? Há algum Senador?

O senhor anota aí as perguntas do Styvenson. Sr. Ministro, eu vou fazer...

É o Izalci.

O Senador Izalci está com a palavra, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Primeiro, quero cumprimentar minhas colegas, meus colegas Senadores e Senadoras. Estou vendo aqui a Kátia, o Nelsinho, o Styvenson e também o nosso grande Presidente Confúcio.

Parabéns, Presidente, pelo trabalho!

Vejo o meu querido Wellington.

Comemorou bastante a sanção da lei, não é, Wellington? Bacana!

Vejo o Amim.

Meu querido amigo Fábio, parabéns pelo trabalho! Realmente, você sabe que eu já dizia, há 17 anos, quando fui Secretário de Ciência e Tecnologia, que o analfabeto não é quem não sabe ler e escrever. Analfabeto hoje é quem não tem acesso à tecnologia, à internet, à banda larga. A gente lutou sempre. Nós lutamos muito pela questão do Fust. Conseguimos avançar no ano passado bastante. A Daniella teve um papel importante nisso aí. E você, como Ministro, também ajudou muito.

A gente vê agora grandes perspectivas de ter a nossa escola pública com banda larga, que é um desejo e um desafio, porque hoje vai ser muito difícil a gente conseguir trazer de volta esses alunos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sala de aula, principalmente alunos do ensino médio, porque, em função das dificuldades da pandemia, muitos tiveram que ir para o mercado de trabalho e correr atrás de recursos para ajudar a família e não veem na escola hoje uma perspectiva, uma esperança de melhorar a vida deles. A escola já não é muito mais atrativa, não existe mais aquela vontade de ir para a escola. Eu me lembro de que, quando eu estudei, a gente acordava de manhã doido para ir para a escola, com vontade de ir para a escola, coisa que não acontece hoje, exatamente por falta de tecnologia, de laboratórios de robótica.

Nós estamos entrando agora na indústria 4.0 e não temos mão de obra nenhuma qualificada. A escola pública ainda não implantou... Eu vi agora a propaganda dizendo que vai ser implantado, a partir de agora, o novo ensino médio. Eu tive o privilégio de também presidir a comissão. E não existe ensino médio, novo ensino médio sem muita tecnologia. Então, essa banda larga é fundamental.

Eu não pude... Fábio, entrei depois e acabei não vendo sua apresentação, mas tenho certeza de que o 5G vai poder suprir muito essas necessidades. Mas cabe ao MEC... E aí você sabe que Governo é um só, não há o governo da educação, o governo da comunicação. O Governo é único. Então, cabe realmente fazer em conjunto. A implantação da banda larga nas escolas depende também de equipamentos, como foi dito aí, não só de computador, mas de toda a plataforma de qualificação dos professores.

Um grande desafio que nós teremos nessa questão do ensino médio vai ser exatamente a questão da qualificação dos professores, porque grande parte ainda é analógica. Então, as comunicações, juntamente com a educação, precisam imediatamente começar um programa de qualificação. Eu não acredito que qualificação profissional... Na área profissional – nós vamos ter agora os itinerários profissionais –, eu não acredito que o professor comum vai poder realmente dar capacitação profissional. Nós não chegamos nem a 9%, e há países em que 50% a 60% dos jovens fazem curso técnico de qualificação, de formação profissional.

Eu fiz agora, antes do recesso, uma audiência pública na Comissão do Futuro exatamente sobre a questão do GovTech, da informática, da tecnologia, e a gente vê que precisa de muito investimento mesmo. Então, isso é infraestrutura, não é? O que nós garantimos aí no 5G... Não havia interesse... Pelo menos, nunca pensamos ou eu, particularmente, nunca pensei em arrecadar recursos para que todo recurso fosse destinado à infraestrutura para realmente dotar o País de condições de atender não só a educação, mas também os pequenos e microempresários, a população de modo geral. Então, eu começo a ficar animado. Apesar de haver 17 anos de atraso, sempre é bom e importante dar o primeiro passo.

Eu acho que o 5G e essas questões que você levantou nos dão esperança de começar a entrar na era digital, não é? É com atraso, mas ainda há tempo de recuperar essa questão do investimento.

Eu quero mais é parabenizar o seu trabalho. Acho que você está fazendo um bom trabalho nessa área. Espero que a gente possa imediatamente... Nem em Brasília, nem na Capital da República, há banda larga nas escolas. Lá se recebe a internet, muitas vezes com os professores comprando, com os diretores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

comprando aqui para dar acesso, mas há deficiências muito grandes. Agora, não basta haver acesso, tem que haver conteúdo, mas isso aí é mais com a Educação junto com vocês.

Então, eu quero mais aqui... Eu acho que você já respondeu o que eu ia perguntar sobre essa questão realmente da dotação das escolas com o 5G. Vocês têm mecanismo de acompanhamento disso? Quem é que garante realmente que o 5G vai chegar a todas as escolas públicas? Basicamente era essa a minha pergunta.

Eu queria perguntar aqui também: como é que o Ministério das Comunicações pretende cumprir essa determinação legal? Até 2024, tem que estar... Você respondeu aí essa previsão de duas mil escolas por mês. Então eu acredito que, até 2024, nesse ritmo... A gente tem que ver como fazer.

E, com relação ao Fust, ainda depende de mudar alguma coisa na legislação? Ou, do jeito que está, está ótimo, já é o suficiente para a gente garantir a utilização integral?

Eram essas as minhas considerações.

Obrigado, Presidente.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.

A Senadora Kátia Abreu levantou a mão.

Então, V. Exa. pode complementar, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria apenas de fazer uma consideração ao Ministro.

Aqui, pensando, ouvindo os outros colegas, falamos em auditagem, o senhor falou dessa modalidade agora há pouco, que eu achei interessante, que seria o índice de conectividade. Agora, Ministro, eu penso que os laboratórios de informática... Eu nem sei, aliás, se isso é MEC ou FNDE ou se o Ministério das Comunicações, com o Fust, poderia implementar, porque, quando você monta um laboratório de informática, você não está só treinando as crianças. Disse aqui o Izalci e todos os demais da importância do treinamento dessas crianças para o futuro 5G. Mas essa também seria uma forma... Uma grande implementação de laboratórios de informática em toda escola básica seria também uma forma de corrigir as instalações, os pontos de internet nas escolas. Eu até pedi para levantar aqui o custo de um laboratoriozinho de informática numa escola municipal. Seria uma forma de corrigir isso, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando você vai montar o laboratório de informática, você tem que prestar contas ao ministério, e ele tem que estar funcionando. Essa seria uma forma obrigatória de checar esses pontos de internet.

E há as emendas parlamentares. Tantos de nós poderíamos investir nesses laboratórios e, junto com o MEC, fazer esse repasse, para o Ministério das Comunicações verificar esses pontos de internet nas escolas.

Então, como você falou agora há pouco, no centro das cidades tudo tem internet. Quando você vai para uma escola em um bairro afastado, já não há internet mais. Eu vejo pelo meu celular. Tanto eu ando neste Estado, repito, e tenho passado por muitas dificuldades.

Talvez fosse uma estratégia de pensar um pouco mais e de elaborar um modelo de um programa – que acho que seria razoável do ponto de vista de custo – de implementação desses laboratórios que seriam multiúsos, mil utilidades: treinamento para o futuro, instalação para a escola e também uma verificação e uma auditagem quase que completa dos pontos de internet nas escolas.

É só uma reflexão e sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem.

Sr. Ministro, eu vou fazer aqui algumas perguntas de minha autoria, que o senhor vai anotando – as minhas perguntas são em torno de umas seis perguntas. O senhor anote aí, por gentileza.

A primeira é a seguinte, Sr. Ministro. O próprio Ministro Paulo Guedes já falou que o crescimento econômico do Brasil depende de uma vacinação em massa – vacinação em massa é um pressuposto de crescimento econômico. E, ao mesmo tempo, ele falou aqui, em audiência conosco, que sem educação também não há crescimento econômico. Nós não sabemos ainda dimensionar – e não existe nenhum economista que eu tenha lido que tenha calculado – o prejuízo geracional que o Brasil terá com um ano e meio de escolas fechadas. O que nós queremos nesta audiência pública mesmo, que a Senadora Kátia Abreu solicitou, é saber o seguinte: o que o Ministério das Comunicações tem a dizer ao povo brasileiro, numa campanha massiva mesmo do retorno das aulas com segurança, com um convite para tirar dúvidas dos pais para que aceitem o retorno às aulas como um pressuposto de crescimento econômico e também de tranquilidade? Essa é uma pergunta.

A segunda é sobre o Wi-Fi Brasil. Eu tenho dedicado, Sr. Ministro, esses meus dois anos de Senado a colocar recurso na Telebras, justamente para os pontos Gesac em escolas e unidades básicas de saúde do interior remoto do Estado de Rondônia. Agora, ele ainda não pega bem as comunidades e as praças – eu não consegui ainda colocar esses pontos Gesac.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para acrescentar mais, a internet deveria estar colocada no art. 6º da Constituição Federal como direito fundamental, porque a internet não é luxo, é necessidade absoluta, tanto para os ricos como também para os mais pobres. Do outro lado, a internet, Sr. Ministro, é um pressuposto de democracia efetiva. Se nós não oferecermos a internet como direito fundamental para todos, não estaremos exercendo a democracia no Brasil. Ficam realmente ninhadas, no Brasil, isoladas, inseridas nesse grande campo que a pandemia mostrou agora que é a desigualdade social e econômica.

Sr. Ministro, o Renato Meirelles, dias atrás, numa palestra, disse o seguinte: "O 5G poderia ser iniciado, num programa de Governo, não na Faria Lima, mas nas favelas, nos rincões pobres do Brasil. É lá que deveria entrar o 5G de qualidade". As palavras não são minhas, são do Dr. Renato Meirelles.

Muito bem.

Nós temos já, na Amazônia, projetos lindos. Há mais de 15 anos, o Exército tem esses projetos de fibra ótica sobre rios, sobre águas, que não andaram até agora, creio que por falta de recursos, mas é necessário realmente reativar esse assunto.

Assim falado, eu tenho mais três perguntinhas para o senhor.

A primeira é a seguinte, a primeira da série de perguntas minhas: há um plano, Sr. Ministro, já em estudo para tratar da comunicação governamental para conscientização na nova fase da pandemia e para o restabelecimento do País pós-pandemia? Quais as estratégias a serem definidas? Porque esse é um assunto que o mundo já vem trabalhando. E não se pode esperar acabar a pandemia, ou diminuir ou arrefecer, para iniciar uma campanha mais tarde; tem que começar logo.

A outra pergunta: considerando as novas variantes identificadas, a comunicação governamental está considerando a necessidade de reforçar a manutenção do uso das máscaras e demais protocolos recomendados pela OMS ao cidadão imunizado com duas doses de vacina, para evitarmos a terceira onda? Isso está acontecendo nos Estados Unidos! Nos Estados Unidos, o Presidente, além de pagar para vacinarem, voltou atrás quando ele tinha liberado o uso de máscaras: todo mundo tem que voltar a usar a máscara novamente. Então, o Brasil precisa de uma campanha nesse sentido. Isso é sério e está acontecendo.

Terceira, e eu falo terceira, mas é uma sequência: o Ministério das Comunicações está trabalhando com o acompanhamento de métricas de alcance das campanhas de comunicação, conforme público e faixa etária, de modo a analisar a eficácia e a necessidade de readequação publicitária periódica? Esses dados estão disponíveis? Esse é um assunto interessante. A gente faz hoje com as redes sociais: a gente leva as mensagens, mas não as metrifica, e elas, mês a mês, mudam. A gente precisa metrificar para mudar a estratégia da comunicação. A minha pergunta é se o ministério está trabalhando com essas métricas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro, essas eram as minhas perguntas. E eu fico muito satisfeito de estar contribuindo com o ministério e, antes dele, com recursos de emendas parlamentares para o Wi-Fi Brasil. Então, essas eram as minhas perguntas.

E, depois das suas respostas, vou mostrar para o senhor aqui – não vou ler, porque é impossível eu ler para V. Exa. – a quantidade de perguntas dos internautas, as dúvidas que eles têm e que necessitam, portanto, de uma informação. Eu vou resumir isso aqui, porque é impossível ler – olhe o tanto de páginas que estão na minha mão só dos internautas do Brasil inteiro questionando o retorno às aulas, uns a favor e outros contra, e assim vai.

Eu passo a palavra a V. Exa. para responder ao Senador Styvenson, à Kátia, a mim e ao Izalci.

Muito obrigado.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Confúcio.

Começando aqui com o Senador Styvenson, meu conterrâneo, que está rodando lá no interior do Estado, realmente são muitos pontos de sombra que nós temos. Você para ali, tem de parar no alto, às vezes, na estrada para poder pegar um sinal; se você desce a ladeira, não pega.

Em relação, Styvenson, aos alunos que estão fazendo aula remota, o que aumenta o número de evasão, após a volta às aulas no sistema híbrido, isso é um desafio muito grande que teremos. Eu falei com o Ministro das Telecomunicações da Finlândia, e ele disse que está altamente preocupado, porque os alunos que estão fazendo aulas *on-line* estão perdendo o interesse nas aulas. E o desafio não é só levar telecomunicações, o desafio é a gente fazer com que essas crianças retomem o interesse em estudar novamente, após um ano e meio sem estudar. Muitas crianças voltaram hoje para as aulas. Quem tem filho pequeno, assim como eu, sabe como foi a luta, de ontem para hoje, em relação a que tinham de voltar para as aulas presenciais, o dia a dia, enfim, porque eles estão acostumados a ficar em casa, brincando, às vezes entram na aula, saem. Isso é com as que têm condições; imagine com as que não têm. Então, nós temos, sim, de fazer uma força-tarefa muito grande, junto com o Ministério da Educação (MEC), fazer uma campanha de conscientização, para tentar fazer com que o interesse das crianças volte para que elas possam retomar as aulas. Senão, nós teremos um problema muito maior no pós-pandemia. As aulas vão voltar? Vão, mas a gente tem que fazer com que elas voltem no mesmo ritmo em que elas estavam antes da pandemia. Na nossa parte, que é levar telecomunicações, que é levar internet, a gente está projetado, mas eu vou conversar também com o Ministro do MEC para ver se a gente pode fazer uma campanha de conscientização e, conversando também, tentar levar o diálogo para os pais, para que eles possam também fazer o convencimento das crianças para que elas possam voltar num ritmo acelerado, até pelo que a Ministra Kátia falou, para que elas possam recuperar o tempo perdido ou uma parte dele. Que elas possam aumentar a quantidade de estudos para que elas não tenham esse *gap* educacional tão grande, de um ano e meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Fust, acho que o Senador Izalci falou, o valor do Fust agora está o.k., Senador. Nós temos, inclusive, 320 milhões que a gente pode comprar de equipamentos no ano que vem. O problema é a liberação. Todo ano tem recursos do Fust, só que não tem liberação do valor. Este ano ficamos com zero também, praticamente zero. Então, do que a gente precisa é que o Relator destine recursos do Fust para que a gente possa ajudar naquilo para o que realmente ele foi feito, que é para a universalização de telecomunicações, de internet.

E uma coisa muito importante do 5G é o que o 5G sai na frente. A nossa briga para que a gente diminua o prazo que os Ministros do TCU toparam – o Relator – diminuir em torno de 34 dias o prazo de votação, porque os países que saíram na frente no 4G tiveram um ganho de produtividade muito maior. O 4G foi feito para as pessoas com a tecnologia de ponta a ponta. Você vê que nos Estados Unidos, que instalaram logo o 4G, há várias empresas que valem US$1 trilhão. As empresas, as *big techs*, as empresas de telecomunicações, todas elas explodiram porque saíram na frente. Então, a importância de que a gente tenha logo o 5G funcionando, porque ele vai revolucionar a próxima década em relação às empresas e à indústria.

Então, por isso a gente tem trabalhado aqui, em 80% do nosso tempo, para que a gente coloque logo em prática o 5G. E, junto com ele, a gente vai poder compensar o Fust, porque a gente perdeu 22 bilhões de Fust. Em compensação, no leilão de 5G, que está estimado em 44 bilhões, nós iremos utilizar 40 bilhões para investir em educação, ou investir em telecomunicações, investir no setor. Com isso, a gente vai estar investindo em educação, em saúde, em todas as áreas.

Então, quero agradecer ao Governo, que abriu mão de receber esse dinheiro todo para a União, para que ele possa ser reinvestido no setor, já que temos hoje 40 milhões de pessoas que não têm nenhum acesso à internet.

A Senadora Kátia também falou em relação ao índice de conectividade, mas que a gente pode ver a questão dos laboratórios. Eu acho fundamental. A gente tem um programa, Senadora, que é Computadores para Inclusão. Só que o orçamento do Ministério das Comunicações é 1,2 bilhão; só o do FNDE é de 50 bilhões. Então, não dá nem para comparar. A gente fez, de 2019 para cá, foram distribuídos 7.423 computadores em 173 Municípios e em 23 Estados, 90% para escola pública, mas é um número muito pequeno. Nós temos que realmente falar com o FNDE, com o MEC, porque eles têm um orçamento muito grande e podem trabalhar junto com a gente nessa retomada.

Com o Senador Confúcio, concordo 100% quando ele fala que só com vacinação em massa e educação, é óbvio, nós iremos realmente ter um crescimento de fato no Brasil. A vacinação está acontecendo. Esperamos que, logo em breve, a gente possa estar com todos os brasileiros vacinados com a primeira dose e, depois, com a segunda dose, para que a gente possa colocar realmente todos os trabalhadores de volta às ruas, com segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à campanha de retorno às aulas com segurança, isso tem sido demandado pelo MEC. O Ministro, inclusive, fez um pronunciamento em rede nacional, pedindo a volta às aulas. O Governo já vem fazendo este apelo há muito tempo: a retomada das aulas com segurança. A Secom é demandada pelos ministérios, e a gente aqui, quando recebe a demanda, que já vem praticamente com a campanha toda formatada, a gente só faz colocar em prática, ver quais são os veículos que vão participar, qual é o público-alvo nosso.

Já respondendo uma pergunta sua em relação à métrica, não é? Porque o que que a gente faz? A gente vai fazer uma campanha agora dos Correios. Vai ter um projeto que vai ser aprovado, se Deus quiser, na Câmara e no Senado, o PL dos Correios, e nós temos um *deadline,* nós estamos aí na última janela. Se a gente perder esse *timing* agora, pode ser que a gente perca uma grande oportunidade de preservar essa empresa que deu tanto orgulho e dá tanto orgulho para o brasileiro. Só que a gente só tinha R$5 milhões para os Correios. Então, a gente teve que buscar um público-alvo, a gente foi mais em TVs pagas, colocou mídias no aeroporto, mais internet. Então, depende do volume que nós temos de investimento.

Por exemplo, o Ministro Paulo Guedes está querendo fazer uma TED pra comunicar a reforma tributária. Então, dependendo do valor e do que ele queira, a gente pode destinar para o público-alvo, para que a gente possa explicar um pouco melhor para população. Então, a métrica que a gente tem é universal. Se a gente investe na TV tal e ela vai sair num horário nobre, a gente vê no Ibope que atingiu "x" milhões de pessoas e a gente tem esse número, mas a gente não sabe se aquela TV ligada na casa tinha uma pessoa assistindo, quatro, cinco, ou se estava apenas ligada e as pessoas estavam jantando. Então, a gente não tem, com exatidão, esse número de dados. Isso é hoje um desafio muito grande do setor. Inclusive, quem tem isso hoje é Netflix, são essas empresas. Está valendo muito dinheiro. Quem consegue ter essa métrica... As TVs abertas ainda não têm isso, as rádios também não têm isso. Elas estão começando a tentar ter, pra que... Até porque uma empresa, quando vai investir, se ela sabe realmente onde alocar o dinheiro, ela vai conseguir... Na cidade, ela vai dizer: "Olhe, eu não quero no bairro tal, porque não é meu público-alvo, eu só quero que vá nesse". Mas isso a gente não tem totalmente. A gente tem um número universal, estimado, que a gente acha que atingiu ali 20 milhões de pessoas ou 40 milhões de pessoas, de acordo com o que foi investido.

O 5G nas favelas... A maioria delas está dentro das zonas urbanas, das cidades que têm... São localidades que têm acima de 600 habitantes. Todas elas irão receber o 5G *standalone*, até porque isso está no plano de investimentos. As empresas que vão participar, que são as teles, vão bidar no leilão, compram as faixas, adquirem ali aquelas faixas, depositam, deixam os valores que seriam referência ao investimento. Elas têm que deixar os bens em garantia ou ali recursos disponíveis no banco. Então, a própria Anatel, que é a agência que vai acompanhar os investimentos, se aquela empresa não fizer, ela pega o recurso e na mesma hora passa para outra empresa que faz. Então, é a garantia de qualquer leilão de que os investimentos serão contemplados, até porque a gente tem problema hoje disso. Por exemplo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oi existe desde o leilão do 4G, do leilão antigo de que ela participou. Ela tem um investimento anual de R$300 milhões para recuperação de orelhões, e hoje nem temos mais orelhão funcionando. Por isso que, no do 5G, a gente teve o cuidado – e no PL dos Correios também – de que a gente não possa colocar uma obrigação que daqui a dez anos não exista mais. Então, a gente tem feito esse grupo de estudo aqui, tanto nos Correios, com o BNDES, com as empresas que prestam consultoria também, como no 5G. Concordo 100%, integralmente, com o art. 6º. Nós temos que colocar, sim, internet como direito fundamental. Isso é um direito de qualquer um, cada brasileiro, como saúde, educação, segurança. Apoio totalmente. Acho que a gente poderia fazer um trabalho na Câmara e no Senado Federal propondo isso logo após a pandemia. Aumentou o tráfego em 50% da capacidade. As pessoas estão utilizando a internet para tudo. O futuro já chegou. O 5G vai ser mais ainda. O volume de vídeos do 5G vai ser muito rápido. O mundo vai estar todo funcionando em vídeo. Você vai baixar um vídeo na mesma velocidade com que escuta um áudio hoje, dez segundos. Vai ser muito rápido. Coisa conversando com coisa, a internet das coisas, com a baixa latência, veículos que vão funcionar sem motorista, os ônibus escolares, medicina a distância. Então, quem não tiver internet está praticamente fora da inclusão social – não é mais inclusão digital. Então, poderíamos, sim, fazer isso.

O antigo Gesac, Senador Confúcio, que o senhor colocou, antigamente ia só para a instituição. Ele não ia para a praça, porque precisava do roteador, e a internet era de 2 megas. Agora, a do Wi-Fi Brasil é de 10 megas, ele é cinco vezes mais rápido. E, com a emenda individual ou de bancada, a gente pode já levar o roteador. Então, a praça vai ter, funciona perfeitamente bem a gente com a internet bem melhor do que era a do Gesac. Então, já podemos aqui colocar nossa assessoria em contato já para ver as suas emendas e a gente ver quais são as localidades para que a gente possa fazer a efetivação.

Então, eu acho que era isso que eu tinha para responder.

Quero agradecer ao Presidente Confúcio, à Senadora Kátia Abreu, que foi Relatora. O Relator é o Senador Wellington, mas foi ela que fez o requerimento para minha presença. Obrigado, Senadora. Obrigado a todos os que participaram, Senador Esperidião Amin, Senador Izalci, Senador Styvenson. Aqui estou vendo o Líder Nelsinho Trad também. Senador, um abraço! Senadora Kátia, Confúcio, todos os que participaram aqui.

Se houver mais alguma pergunta, posso acrescentar. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

Sr. Ministro, sobre os protocolos, por exemplo, os Estados Unidos estão agora solicitando a população que já estava dispensada da máscara para usar novamente, obrigatoriamente. Inclusive, aqueles servidores públicos que recusarem a vacinação têm ameaça de demissão. Então, a minha pergunta foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse sentido, se o ministério tem pensado nesse assunto, por causa justamente das variantes que estão surgindo.

Mas o senhor não precisa responder agora não, porque o Senador Nelsinho Trad quer fazer uma pergunta e a Senadora Kátia Abreu quer também acrescentar, porque ela é autora e vai falando, depois esquece e tem que complementar.

Então, eu passo a palavra para o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio Moura, não é uma pergunta, mas apenas uma saudação ao Ministro Fábio Faria, do nosso partido, o PSD, que muito bem representa a todos nós no Ministério das Comunicações.

Quero dizer do nosso orgulho em tê-lo produzindo pelo nosso País, na certeza de que sempre tem demonstrado capacidade de aglutinação, capacidade de entendimento do contrário e sempre procurando produzir para o nosso País. Apenas essa saudação que tenho o dever e a legitimidade de fazer, diante de um quadro tão nobre como é o, do PSD, Ministro Fábio Faria.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

A Senadora Kátia deu uma saidinha ou ela está na sala? Ela não apareceu, não é?

Senadora Kátia, pode complementar o que ficou faltando.

Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - TO) – Apenas um comentário Presidente, apenas um comentário sobre o que o senhor disse agora há pouco sobre os cálculos do prejuízo fora da sala de aula, não é? Existe um cálculo... Rapidamente, só para informação: o Banco Mundial fez um estudo em todos os países – e eles não abriram como foi a metodologia, mas apresentaram os números – de que o custo econômico agregado de perda na América Latina e Caribe foi de US$1,7 trilhão, América Latina e Caribe, para dez meses de fechamento das escolas. Quando você pega o PIB do Brasil e a proporcionalidade do PPP, que é a paridade de poder de compra, o Brasil significa 31,9% da região de PIB. Então, para o Brasil, nós perderemos, nos próximos 10 a 15 anos, nós perderemos, em produtividade, US$543 bilhões. A América Latina e Caribe toda, US$1,7 trilhão. Então, assim, é estarrecedor. Eu tenho o Banco Mundial como uma instituição confiável, então isso é só para a gente ver o que significa, a desgraceira que isso significa para os países do mundo inteiro. Esses são os números apresentados.

Mais uma vez, muito obrigada, Ministro Fábio Faria, estamos aqui à disposição para contribuir, colaborar para equipar essas escolas. Eu sei que o orçamento maior é do FNDE. Um *kit* desses para cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola custa R$182 mil, que é um laboratório de informática com cinco computadores, 35 *tablets*, um projetor com TV, um *kit* centro de mídia, uma impressora multifuncional e três *access points*. Então, isso fica em R$182 mil. Se nós juntarmos as forças, o FNDE, com a inteligência do Ministério das Comunicações, do Ministro, se nós pudéssemos fazer um grande programa nacional de verificar todas as escolas que não têm esses laboratórios, para que nós pudéssemos distribuir um levantamento bem acurado, para que cada escola deste País pudesse ter pelo menos um *kit* desse R$182 mil...

Então, da minha parte, eu agradeço, Ministro, pela vinda; aos colegas, porque todos participaram ativamente, e ao meu Presidente, Confúcio Moura, mais uma vez muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, Sr. Ministro, a Senadora Soraya Thronicke entrou na sala agora e pede a palavra.

Então, com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, todos os colegas, eu não consegui acompanhar o tempo todo a reunião de vocês porque eu estava em outra reunião virtual. Infelizmente, acaba que as pessoas marcam, não sabem das nossas agendas, e a gente tem que se virar em dez. Ainda bem que somos mulheres. As mulheres se dão bem com múltiplas atividades. Ainda bem.

Mas, Ministro, é um prazer tê-lo conosco hoje, aqui, na nossa Casa, e eu gostaria de saber do senhor sobre a seguinte questão: eu lido bastante no agronegócio, e a campanha tem sido de conectividade no agro, mas, por incrível que pareça, quando a gente percebe que nós não temos conectividade suficiente dentro das nossas cidades, das áreas urbanas, nós ficamos cada vez mais chocados. Eu investi uma boa quantia das minhas emendas individuais no programa Wi-Fi Brasil, realmente ele é maravilhoso. O susto que eu levei é que nós temos que renovar todos os anos, porque, se eu coloco numa comunidade o satélite, ano que vem, eu, Senadora Soraya, preciso fazer essa renovação. Então, isso teria que ficar bem claro para todos nós, Parlamentares, porque você imagina que, quando você investe um recurso, o Parlamentar tem que ter aquele compromisso de renovar, senão vai ser cortada a internet, e aí vai ficar na nossa conta, né? É complicado. Aí, aquela comunidade não... (*Falha no áudio.*) ... "nós não temos mais", mas é que venceu. E nós temos que pagar anualmente essa conta com a Embratel. Gostaria só que o senhor explicasse um pouquinho.

E, sobre uma outra questão também relativa a isso, foi que, lá em Campo Grande, nós temos um bom trabalho feito pelo juiz da execução penal, Dr. Albino Coimbra. Ele, por meio dos detentos, tem reformado escolas, inclusive com o dinheiro dos próprios detentos. Uma parte que vai para o fundo, uma parte do salário deles que vai para o fundo, essa parte é revertida no material para a reforma das escolas. E, dias atrás, na inauguração de uma dessas reformas, naquele momento, o Juiz Albino Coimbra entregou para algumas famílias aparelhos de celular, tudo isso que é resgatado no crime, como *tablets*,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

computadores, tudo para que essas crianças consigam fazer essas aulas a distância, nesse momento de pandemia. Porém, uma mãe que estava recebendo três celulares, porque tem três filhos que estudam no mesmo horário, que as aulas virtuais são no mesmo horário, essa mãe precisava que cada filho tivesse um meio de acesso. Pois bem: o Juiz Albino deu para essa mãe esses três aparelhos, porém, essa mãe não tem conectividade na casa dela. E aí eles estavam indo para a escola se aglomerar, porque na escola eles conseguiam o acesso à internet.

Então, Ministro, quando a gente vê que nós estamos numa situação... Eu vi aí o senhor falando do custo disso, com o seu orçamento conseguiu doar apenas 7 mil e poucos computadores. E, aí, a gente vê que, por mais que doemos computadores, não temos acesso à internet, não temos *wi-fi*. E aí eu pergunto para o senhor: qual seria um projeto com uma estratégia que nós pudéssemos executar, nós, Legislativo, junto com o Poder Executivo, até mesmo junto com o Poder Judiciário, que tem os seus fundos? Precisaríamos ter um projeto para que pudéssemos resolver de vez esse problema. Eu gostaria de saber do senhor se tem algum estudo assim. E que a gente possa se unir, porque cada Poder sozinho não vai conseguir fazer.

Muito obrigada. Obrigada pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Soraya.

Ministro, como eu falei para o senhor, eu não tenho condição de lhe fazer essas perguntas todas aqui, mas eu vou, como deferência aos internautas – e o Senado exige alguma coisa –, fazer a leitura dos nomes apenas.

As dúvidas que o senhor imaginar eles têm aqui. Sobre a volta às aulas, alguns são a favor, outros são contra; sobre os testes nas escolas, sobre a distribuição de máscaras como esta que estou usando para os alunos... Então, todo tipo de dúvida há aqui e críticas também sobre o prejuízo... A Senadora Kátia acabou de me falar; eu não sabia esses dados do Banco Mundial. Eu vou ler, viu, Senadora Kátia? Isso me interessa demais. Eu não sabia que já tinha esse estudo tão precioso. Então, eu quero agradecer aqui.

Depois o senhor responde à Senadora Soraya e, depois, o senhor está liberado. Eu vou liberar o senhor, aí eu vou fazer uma parte administrativa, que não precisa da presença do senhor.

Então, quero agradecer a Paulo Emanuel Tavares, da Paraíba; eu quero agradecer a Francisco Cássio, do Maranhão; a Maria Luiza Luchiari, de São Paulo; a Marcos de Oliveira, aqui do Distrito Federal; a Ismael Valeriano, de São Paulo; a Aline, de Brasília, que fez duas intervenções – ela fez muitas perguntas; a Kely Andrade, do Rio de Janeiro; Ana Paula Bitencourt, do Rio Grande do Sul; Francisco Campelo, do seu Estado, Rio Grande do Norte; Edison de Souza, de São Paulo; Elaine Giffoni, de Minas; Fernando Rodrigues, de São Paulo; Maria Sandra Tapajós, de Minas; José Emílio Serafim Cuca, de São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo; Paulo Emanuel Tavares, da Paraíba; Darlan Buriche, do Rio de Janeiro; Francismairy Dutra, de São Paulo; Neilson Gonçalves Benfica, da Bahia; Bruno Pires, de São Paulo.

As perguntas são tudo que o senhor pensar, as dúvidas são tudo que o senhor imaginar. É por isso que a Senadora Kátia Abreu pediu a presença de V. Exa. aqui, justamente para uma campanha de vacinação que pudesse esclarecer as pessoas, que estão cheias de dúvidas. Eu não li aqui porque sei que iria segurar o senhor muito tempo aqui conosco, mas registrei a presença de todos os internautas.

Agora eu passo a palavra para V. Exa. responder à Senadora Soraya e também fazer as suas considerações finais. Aí, eu passarei à votação de ata, de requerimentos, em que não há a necessidade da participação de V. Exa.

O SR. FÁBIO FARIA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria me colocar à disposição para pegar todas as perguntas dos internautas. Envie aqui para mim, para o Ministério. Se puder pegar o WhatsApp deles, alguma coisa, a gente pode fazer... Ou deixar no *site* do Senado, de repente da nossa reunião... A gente pode fazer por escrito, responder às perguntas. Faço questão, até porque eles estão até agora acompanhando e merecem ter o mesmo tratamento. Já que nós estamos falando de internet, as pessoas que estão nos ouvindo merecem...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos fazer chegar às mãos de V. Exa., através da nossa Comissão. O senhor pode aguardar aí que vamos encaminhar.

O SR. FÁBIO FARIA – Obrigado.

Quero agradecer ao Senador Nelsinho Trad as palavras. É um orgulho muito grande ser colega dele de bancada, no mesmo partido. Quero agradecer as palavras carinhosas que ele falou.

Senador Confúcio, faltou responder a sua pergunta em relação à campanha de vacinação, de acordo com as novas cepas, com essa variante delta. A gente, como eu disse, a Secom faz parte aqui do Ministério das Comunicações, mas quem faz a demanda de campanha é o Ministério da Saúde. São eles que nos demandam: "Vai ter aqui uma campanha de vacinação que a gente quer fazer para abaixo de 60 anos. A gente quer reforçar que as pessoas vão se vacinar, a gente quer falar sobre a volta às aulas com segurança". Então, eu preciso ser demandado, mas eu posso já conversar com o Ministro Queiroga, ressaltando que qualquer comunicação, qualquer que seja em relação à saúde, a gente reforça todos os protocolos de segurança. Isso é premissa tanto do Ministério da Saúde, do Ministro Queiroga, como nossa. Então, se a gente vai fazer uma só para a nova variante, eu ainda não fui demandado em relação a isso, mas a gente está acompanhando o que está acontecendo nos Estados Unidos, em outros países, e a gente sabe que isso é muito importante para o Brasil hoje, que nós temos 94% da população que quer se vacinar. Então, está havendo já um bom resultado em relação a isso. Os americanos estão oferecendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, US$100 para fazerem com que as pessoas voltem a se vacinar. Lá há uma grande quantidade de pessoas – acho que em torno de 25% – que não se vacinaram ainda. Então, nós iremos agir de acordo com as demandas do Ministro Queiroga, que tem feito um grande trabalho na saúde, e eu tenho certeza de que ele tem acompanhado isso passo a passo.

A Senadora Soraya falou muito bem em relação à água, que nós teremos uma grande mudança no agronegócio com o 5G, que eu acho que será o principal setor que mais vai crescer no Brasil após a chegada do 5G. Por isso, estamos correndo tanto e visitando várias fazendas que têm o 5G funcionando. A demanda é muito grande.

Em relação, Senadora, às emendas do Wi-Fi Brasil, realmente, primeiro, é um valor pequeno, tanto que virou emenda que vários Parlamentares estão alocando, porque a gente consegue atender uma comunidade ali que está sem internet. É praticamente igual a você levar água para quem não tinha água hoje, a internet. Então, tem feito uma diferença muito grande quando a gente chega com o Wi-Fi Brasil, mas muitas dessas cidades irão migrar para a fibra ótica, elas irão receber banda larga. Quando isso ocorrer, a gente não tem como ficar eternamente com essas emendas, mas a gente sempre mostra que são 12 meses, porque é um valor, a locação, fica lá a antena que se conecta com o satélite que está ali quase no espaço, e ela leva internet para aquela localidade. A gente faz o pagamento mensal, uma parceria da Telebras com a Viasat, e ele é renovável. Eu ainda não conversei com eles, não tenho ainda resposta formal, mas, provavelmente, as renovações serão mais baratas do que as instalações. Eu não quero adiantar esse valor ainda, porque a gente ainda está processando os últimos detalhes com eles.

Então, acho que, Senador Confúcio... Não, a Senadora Kátia falou sobre o Banco Mundial. Realmente, eu também não vi essa matéria ainda, mas isso vai muito em conta do que o Presidente falou desde o começo da pandemia: que a conta da economia ia chegar, por isso ele decidiu olhar tanto a saúde como a economia. E, diariamente, nós temos observado que, mesmo o Governo tendo investido 700 bilhões no ano passado para ajuda aos Estados, para o auxílio emergencial, entre outras ações, nós temos aí uma economia em que alguns setores cresceram, aumentaram as suas produções, as suas vendas, mas outros, como o setor de serviços, foram altamente atingidos, como o setor do turismo, por exemplo, que é muito forte do meu Estado – eles ficaram praticamente um ano e meio paralisados. Receberam a MP do BEm, que foi muito importante para a manutenção de alguns, mas outros não conseguiram sobreviver. Então, isso aí é um problema que nós temos; não é só do Brasil, é do mundo inteiro.

Felizmente, nós conseguimos ter um... O Congresso agiu no ano passado junto com o Presidente e aprovaram várias medidas que foram cruciais para que a gente pudesse ter um abalo não tão grande como outros países. No ano passado, a nós caímos menos que quase todos os países da Europa; neste ano, iremos crescer mais do que a queda do ano passado, mas é totalmente insuficiente para que possamos retomar ali o que vínhamos já no crescimento pré-pandemia, principalmente em relação à educação. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos aí há um ano e meio sem aula; esse valor é incalculável, nem há como conseguirmos reverter isso no curto prazo.

Quero agradecer, Senador. Foi uma hora e quarenta bem proveitosa aqui que nós tivemos de audiência pública.

Eu me coloco à disposição dos Senadores. Em qualquer dúvida, podem me ligar diretamente ou aqui fazer uma reunião presencial, uma visita, como queiram. Eu estou sempre à disposição tanto da Câmara como do Senado.

Obrigado à Senadora Kátia pelo convite e ao Presidente Confúcio também por marcar essa agenda.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ministro Fábio Faria, o senhor prestigiou a nossa Comissão. Nós estamos vaidosos com a sua presença. Nós sentimos, com a presença de um Ministro em nossa audiência, que o senhor deu aqui a nós todos hoje um ibope elevado. Há muita participação, muito interesse na sua fala. Os Senadores chegavam do recesso e, mesmo assim, entravam e saíam da sala, com muitas perguntas para V. Exa. Então, a nossa Comissão sai hoje ganhando. Estou muito agradecido pela sua honrosa presença.

A partir deste momento, eu dispenso o senhor. Pode cuidar das suas tarefas, e muito obrigado.

O SR. FÁBIO FARIA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu vou agora continuar com a parte administrativa.

Muito bem.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 35ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Votação.

Proposta de votação em bloco dos itens de pauta.

Proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado, a votação em bloco dos seguintes itens extrapauta:

Item 1. Requerimento 083/21.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer realização de audiência pública para debater a necessidade da 3ª dose da vacina contra covid-19.

Item 2. Requerimento 084/21.

Inclui os seguintes convidados para audiência pública que atende o Requerimento 034/21, da Senadora Eliziane Gama, que discute a aquisição de vacina por pessoas jurídicas de direito privado: Carlos Alberto Vilhena, Subprocurador-Geral da República e Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; e um representante Opas/OMS Brasil.

Terceiro item. Requerimento 085/21 – foi sugerido pelo Senador Wellington Fagundes há pouco.

Requer a realização de diligência externa aos Institutos Butantan e Fiocruz para avaliar as suas estruturas, equipamentos para a fabricação e produção, em nível nacional, das vacinas da Sinovac e AstraZeneca aqui no Brasil.

Muito bem. Todos os requerimentos saíram por indicação de Senadores, mas eu terminei assinando aqui e fiquei como autor de todos, mas é sugestão dos Senadores.

Aqueles que concordam com a votação em bloco permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a votação em bloco.

Em votação os requerimentos citados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados requerimentos extrapauta.

Por fim, não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando para a próxima reunião, dia 9 de agosto, às 10h.

A 37ª Reunião, 9 de agosto, é uma proposição da Senadora Eliziane Gama e de minha autoria também para debater a repercussão do Projeto de Lei 948, de 2021, da Câmara dos Deputados, que altera a redação do art. 2º da Lei 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Audiência com: Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde; representante das empresas interessadas na aquisição de vacinas, os laboratórios que exploram o ramo; Natalia Pasternak, Presidente do Instituto Questão de Ciência; Margareth Dalcolmo, médica pneumologista, pesquisadora da Fiocruz; Carlos Alberto Vilhena, Subprocurador-Geral da República e Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Dra. Socorro Gross, representante da Opas e Organização Mundial da Saúde no Brasil.

Então, são esses os assuntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo nada mais a tratar, eu declaro encerrada a nossa audiência pública.

Muito obrigado a todos e boa tarde.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 16 horas e 47 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dois minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Oriovisto Guimarães, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Eliziane Gama, e ainda do Senador não membro Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Izalci Lucas e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a repercurssão do PL 948/2021, da Câmara dos Deputados, que altera a redação da Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. **Participantes:** Milva Pagano, Diretora Executiva da ABRAMED; Gilcilene Chaer, Representante da SBAC; e Cassia Rangel, Diretora do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia a todos.

Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. (*Pausa.*)

Bom dia a todos, Senadores, Senadoras, internautas, servidores do Senado Federal.

Sintam-se todos cumprimentados nesta manhã de segunda-feira para mais uma audiência da nossa Comissão Covid-19.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão Temporária interna, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia, cujo prazo foi estendido por mais 120 dias pelo Requerimento do Senado Federal 1.626, de 2021.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, este será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso do levantar a mão do aplicativo.

A ordem da fala será: primeiro, o Relator, Senador Wellington Fagundes; em seguida, os titulares inscritos; depois, os suplentes; e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A reunião interativa é transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800-612211.

A presente reunião é uma audiência pública com o objetivo de debater a repercussão do Projeto de Lei 948, de 2021, da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado maranhense Hildo Rocha, que altera a redação da Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

Contamos com a presença de vários convidados que vão chegando gradualmente. Os convidados são: Célia Regina Souza Delgado, Subprocuradora-Geral da República; Sandra Krieger, Conselheira Nacional do Ministério Público; Milva Pagano, Diretora Executiva da Abramed; e Gilcilene Chaer, Representante da SBAC.

Vamos iniciar, então, com o nosso primeiro convidado para falar durante um período de dez a quinze minutos, a Srta. Milva Pagano, Diretora Executiva da Abramed.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Dra. Milva.

A SRA. MILVA PAGANO (Para expor.) – Bom dia.

Eu agradeço a oportunidade, agradeço o convite.

Parabenizo pelos trabalhos que estão sendo realizados.

Sou Milva Pagano, Diretora Executiva da Abramed (Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica).

Nós somos uma entidade setorial que representa laboratórios de análises clínicas, anatomia patológica, genética e clínicas de radiologia e diagnósticos por imagem. Juntas, essas entidades realizam cerca de 60% do volume de exames na saúde suplementar no Brasil.

Embora sejamos uma entidade que representa a medicina diagnóstica e nossos associados essencialmente atuem em medicina diagnóstica, muitos dos nossos associados atuam também com vacinação – algumas previstas dentro do PNI; outras, não.

Atendemos o convite para esta audiência pública, colocamo-nos à disposição. Gostaria de manifestar o nosso apoio ao PNI. Nós nos manifestamos, inclusive, prontos e dispostos, à disposição para, em um momento futuro, se assim for considerado pela sociedade e pelo Governo, a participação da iniciativa privada e o apoio ao PNI.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Dra. Milva Pagano.

Eu passo a palavra à Gilcilene Chaer, representante de uma sociedade brasileira... Agora o restante eu não sei o que é: SBAC.

Com a palavra, Gilcilene Chaer.

A SRA. GILCILENE CHAER (Para expor.) – Bom dia a todos.

É a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas. Então, a nossa sociedade representa... Eu sou a Gilcilene Chaer; hoje, eu faço parte da sociedade, sou uma representante dessa sociedade brasileira aqui no Distrito Federal. A nossa sociedade, hoje, representa o segmento de laboratórios de análises clínicas. Nós temos, como associados, médicos, biomédicos, biólogos que têm a especialização em análises clínicas, e farmacêuticos também fazem parte da sociedade. Temos também um grande programa de controle de qualidade, com mais de 5 mil inscritos, tanto no Brasil quanto na América Latina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa sociedade também vem se colocar à disposição desta Comissão e do Governo para discutir as melhores formas de ampliar esse acesso à vacinação e também para que as entidades de direito privado tenham acesso à compra dessas vacinas, para melhorar também a ampliação desse cuidado para toda a população.

Nós, inicialmente, tínhamos uma preocupação muito grande de que essa medida, de que esse projeto de lei pudesse onerar mais o serviço público ou, às vezes, priorizar mais a vacinação de quem tivesse mais condições financeiras, que é o caso que a gente não gostaria que acontecesse; porém, com o avanço da ampliação da vacinação, com o aumento do número de doses também e com vários laboratórios que já estão produzindo vacina, a gente vê nesse projeto de lei uma forma de ampliar o acesso, sim, à população.

Então, nós estamos à disposição para discutir e para contribuir da melhor forma para a ampliação desse cuidado para toda a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Gilcilene.

Bem, eu consulto... Eu vou passar a palavra para a autora do requerimento, a Senadora Eliziane Gama, para ela justificar o seu requerimento, colocar a sua opinião e fazer alguma indagação às duas palestrantes que já se apresentaram até a presente data.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo, Presidente Confúcio, cumprimentar as nossas convidadas e, inicialmente, fazer um registro: na verdade, esse pedido de audiência se deu um pouquinho mais lá atrás, quando o projeto de lei, lá no mês de março, teve a primeira etapa aprovada pela Câmara dos Deputados e ocorreu o envio para o Senado.

E, depois de várias manifestações e mobilizações que foram feitas dentro do Senado Federal, a gente percebeu... Na verdade, houve o recuo de se colocar o projeto em pauta, na Ordem do Dia, dada não apenas a complexidade, mas o prejuízo que disso poderia advir a toda a população brasileira, em detrimento do plano nacional de imunização, em detrimento do SUS (Sistema Único de Saúde), que apresentou esse programa para todo o Brasil exatamente para a imunização da população brasileira a partir de critérios, não do ponto de vista econômico, mas de critérios do ponto de vista da vulnerabilidade física da população, portanto aqueles que estavam em situação de maior risco tendo a sua prioridade.

A gente vê no plano, da forma como foi apresentado, uma prioridade por exemplo para as populações tradicionais, mais especificamente comunidades indígenas; depois, nós tivemos a apresentação para aqueles que estavam na linha de frente, exatamente os profissionais da área de saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguindo para a população idosa. Enfim, houve todo um critério que foi apresentado dentro do plano nacional.

Quando nós tivemos a apresentação desse projeto de lei – que, é bom lembrar, aconteceu exatamente dois ou três meses depois de se iniciar a vacinação do Brasil –, a gente viu o que isso poderia acarretar do ponto de vista da população. Daí o nosso pedido dessa audiência pública para entender o que isso poderia repercutir para a população brasileira e, dentro dessa perspectiva, impedir que esse projeto, de fato, fosse aprovado.

E nós estamos hoje... Por exemplo, quando a gente vê os dados aí, a gente percebe que pouco mais... Exatamente, 20,1% só da população brasileira teve a imunização com a primeira e a segunda dose. Em termos proporcionais, que é aquilo que a gente precisa considerar em todo o mundo, a população brasileira, por exemplo... O nosso País está na posição de número 66, ou seja, a nossa posição não é privilegiada.

Se a gente tem, por exemplo, hoje um plano que olha todo o universo da população brasileira e leva em consideração princípios constitucionais como, por exemplo, o da universalidade, como o princípio da equidade, não há dúvida nenhuma de que um projeto desse vem ao contrário, de encontro àquilo que é preconizado pelo SUS, àquilo que é preconizado dentro do princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde.

Então, eu queria cumprimentar todas vocês. São mulheres que estão participando, Confúcio, aqui desse debate. Eu acho que é fundamental... Na verdade, eu quero deixar essa pergunta: quando é, de fato, que a gente pode estar flexibilizando? Com quantos por cento da população brasileira imunizada ou é em nenhum momento? Por exemplo, eu tive acesso a uma pesquisa que foi feita com 18 países – mais precisamente, 13 países – onde 18 profissionais, 18 pesquisadores fizeram uma avaliação e disseram o seguinte: "Olha, o ideal é que apenas o poder público vacine".

Não é certo, por exemplo, colocar lá para a iniciativa privada, porque acaba não privilegiando... ou acaba, melhor dizendo, trazendo privilégios.

Então, o certo seria apenas o Poder Público comandar o plano nacional de imunização. Mas esta é a grande pergunta: até quando nós poderíamos, então, levar? Ou não é o ideal? O certo mesmo é fazer com que o SUS possa ser fortalecido, fazer com que o Programa Nacional de Imunizações seja a prioridade absoluta e, a partir dele, sim, imunizar toda a população brasileira? O projeto, de fato –, e para mim ele não mais será colocado na Ordem do Dia –, não poderá mais ser colocado? São perguntas que eu espero que as nossas palestrantes possam, de fato, responder.

Mas eu quero finalizar, Presidente, deixando inclusive aqui claro que nós apresentamos uma nota pública inclusive à sociedade brasileira, deixando claro os prejuízos que esse projeto de lei traria à população, porque poderia, por exemplo, privilegiar as grandes empresas, os grandes conglomerados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômicos poderiam buscar essa vacina e, portanto, priorizar os seus funcionários, em detrimento dos demais. E nós já ali deixamos claro, de fato, a nossa objeção, a nossa posição contrária à aprovação desse projeto de lei.

Mas muito obrigada ao senhor por ter admitido o nosso requerimento e, portanto, fazer a discussão agora dessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Ouvimos aí a Senadora Eliziane Gama, autora do requerimento, e ela justifica que esse requerimento foi um pouco atrás e que ela não vê razão, e ela se opõe à aprovação deste Projeto de Lei nº 948.

Mas eu consulto se o Senador Wellington Fagundes está na sala, pois não o estou vendo.

Senador Wellington Fagundes? (*Pausa.*)

Ele não estando, eu passo a palavra aos Senadores presentes. (*Pausa.*)

Ah, o Wellington Fagundes.

Por favor, Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria realmente, se eu pudesse, de passar para os outros, pois estou em trânsito agora. Daqui a pouquinho eu chegarei ao escritório e eu poderei falar em melhores condições.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador Wellington.

Eu passo a palavra para o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente da Comissão.

Pode falar, Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado.

Consegue me ouvir bem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo muito bem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Um bom dia às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, a todos os participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvi atentamente a Senadora Eliziane Gama, que requereu esta audiência. Ela mesma citou que o lapso temporal era outro; era quando não se tinha vacina para aquisição tão fácil e ainda não se tem. O que a gente pode enxergar hoje é que alguns países que já vacinaram toda a população já pensam em dar a terceira dose, mas ainda estão nesse estudo e avaliação. O nosso País ainda continua nessa luta de buscar a vacinação completa. Aqui no meu Estado já estão vacinando as pessoas com 24 anos, com 23 anos já.

Dentro desse PL nº 948, eu tenho algumas dúvidas, quando eu li, pela compra por empresas privadas. Já havia sido aprovada uma outra, que até mesmo passou pelo Senado, a nº 14.125, de 2021. Essa abriria o leque aí para as instituições filantrópicas.

Mas o que me preocupa, Senador Confúcio e todos os participantes, e eu queria essa explicação, é: se excluir a Anvisa e ter acesso a esse tipo de imunização, sem controle, por essa agência não seria um risco também? A gente não teria um problema maior?

Na minha opinião, dar possibilidade para quem tem uma situação econômica favorável à compra de vacinas hoje no mercado – seria uma outra pergunta –, essa abertura para compra por empresas ou entidades filantrópicas, dentro do que já existe de regra de doação para o SUS pela metade, seguindo o PNI, tudo isso não seria uma opção a mais para as pessoas que também possuem uma condição financeira de se vacinarem? Eu não vejo, como a Senadora Eliziane citou, como um privilégio. O acesso a uma vacina não seria privilégio para quem tem recurso; apenas não ficaria aguardando o serviço público, com sua morosidade, adquiri-la, como a gente está assistindo na CPI da covid, com a escolha pelas vacinas. Seria uma opção também para as pessoas que escolhem vacinas, Senador Confúcio. Não sei se eu estou falando algo fora da realidade, mas há pessoas que estão escolhendo vacina, sim. Elas preferem esperar para tomar a vacina A, a vacina B, porque acreditam que há uma imunidade melhor e que conseguem se proteger melhor. Não seria dar uma oportunidade também para esses empresários vacinarem os seus funcionários, aqueles que fazem parte da sociedade, que pegam ônibus coletivo, que trabalham? Essas empresas não teriam a chance também? Eu vejo isso como um projeto de lei alternativo para também desafogar o SUS, para também dar celeridade às vacinações.

Então, a minha única preocupação era com a aquisição sem o controle da Anvisa. Corrija-me se eu estiver errado sobre o projeto.

Obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Styvenson Valentim.

Passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia para comentar esse projeto de lei e, se for o caso, fazer as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fique à vontade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu estou aqui no trânsito, mas não poderia deixar de...

Só um minuto, Presidente. (*Pausa.*)

Eu não poderia deixar de falar aqui com os colegas e com o nosso Presidente Confúcio sobre o Projeto de Lei nº 12, aquele do licenciamento compulsório, que a gente aprovou na Câmara, Styvenson e Eliziane. Foi aprovado, mas o Senado mudou algumas coisas. Isso me preocupa, porque, num cenário mundial em que grande parte dos países está querendo fazer uma dose de reforço – isso está sendo discutido –, se não tivermos esse licenciamento compulsório, nós vamos ter uma dificuldade muito grande de adquirir vacinas.

Nós não temos (*Falha no áudio.*)

... as duas doses ou, então, aquela que só é uma dose.

Então, eu queria pedir um esforço dos colegas desta Comissão, dos Líderes para pedir ao Presidente Rodrigo Pacheco que paute esse PL nº 12. Há uma preocupação grande com isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide. Uma boa viagem! Eu sei que a senhora está dentro de um veículo, rodando o seu Estado do Rio Grande do Norte. Boa viagem!

Muito bem. (*Pausa.*)

O Ministério da Saúde vai opinar também, mas eles estão entrando na sala.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Depois, Marcelo Castro.

Depois, Oriovisto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois não, Presidente.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom dia, querido amigo. Bom dia, Senadores, Senadoras e nossos convidados.

Presidente, este é o tipo do assunto que vai requerer um debate bem mais prolongado. Ao termos como escopo desta reunião apenas o debate do Projeto nº 948, nós estamos fazendo um foco muito restrito.

E o que a Senadora Zenaide Maia falou vale como uma advertência complementar.

Primeiro, nós não temos nenhum resultado da Lei nº 14.125. É compreensível, porque, naquela agonia, naquele desespero, que era mais acentuado, muito mais acentuado do que agora, tudo quanto fosse fórmula para que a aquisição de vacina fosse cogitada e até que se legislasse a respeito.

Eu quero lembrar que, em dezembro do ano passado, os Prefeitos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foram a São Paulo e assinaram um termo de compromisso com o Governo de São Paulo para comprar vacinas. E festejaram isso nos dias 10 e 11 de dezembro do ano passado. Quantas vacinas foram compradas? Nenhuma.

O tal consórcio de Governadores, dizem até – a CPI não pôde apurar –, despendeu R$49 milhões, e nenhuma vacina foi comprada, efetivamente recebida e muito menos aplicada no braço de algum brasileiro, que eu saiba.

Igualmente, aprovamos, a toque de caixa, essa Lei nº 14.125, que, agora, se propõe mudar, para que os empresários brasileiros, nos termos da lei, comprassem, doassem. Depois de 50% da população prioritária do plano nacional de imunização, eles poderiam fazer uso das vacinas.

Tirante aquele placebo que foi pego em flagrante pela Polícia Federal em Belo Horizonte, eu desconheço que alguém tenha recebido vacina comprada com base nessa Lei nº 14.125.

De forma que eu quero dar aqui a minha posição. Eu votei a nº 14.125 pelo desespero que nós brasileiros estávamos vivendo. Eu não aprovo mais lei nenhuma que autorize forma privada de adquirir vacinas! Eu não votarei a favor enquanto não houver uma prestação de contas do que foi feito com o que nós aprovamos de boa-fé.

Eu repeti aqui três fatos, que envolvem administradores públicos e nós próprios, porque nós coonestamos isso. Repito: foram três ilusões, três miragens, que, por ação ou omissão, nós ajudamos a oferecer à sociedade brasileira.

Eu não votarei!

Meu voto não será dado a nenhuma outra proposta de atalho, para resumir. Isso são atalhos que são oferecidos: "olha, tem um atalho aqui para ti".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Confúcio, nós não temos proteção capilar. Se nós batermos com a cabeça, vai aparecer a cicatriz. Os que têm proteção capilar conseguem escondê-la, esconder a cicatriz. Eu não quero mais essa cicatriz no nosso penteado, sem fazer um balanço prévio do que aconteceu.

Para concluir, até em homenagem ao meu santo padroeiro – eu nasci no dia de São Tomé –: sem uma prova de que foi possível utilizar algum desses mecanismos, eu não contribuirei para mais nenhum.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Senador. Foi muito claro, muito objetivo, como sempre. A lucidez das suas palavras, muito oportunas.

Nós temos agora, ainda, para falar, o Senador Oriovisto e o Marcelo Castro, dois Senadores.

Eu peço às duas palestrantes para irem anotando as indagações que, por acaso, vocês queiram responder. Alguns Senadores fizeram comentários gerais, mas se tiver algum comentário final, as senhoras podem ir, posteriormente, registrando o nome do Senador e aquilo que compete a uma das senhoras responder.

Eu consulto se a representante do Ministério da Saúde já está na sala, Cássia Rangel?

Então quando ela chegar já acabamos a audiência, não é?

Então vamos em frente.

Eu passo a palavra para o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente, nobres colegas, esse é um assunto que vem, desde o início, sendo questionado. Como bem disse o Senador Esperidião Amin, naquele momento, estávamos pressionados com essas alternativas de vacina, mas eu já sabia que aquilo, a lei que nós aprovamos, a nº 14.125 não iria dar em nada. Por quê? Simplesmente, Sr. Presidente, àquela época, não havia vacinas no mundo sobrando que pudessem atender a uma demanda privada, mas, como estavam dizendo que já tinham contatos feitos, que tinham condições de adquirir as vacinas... E V. Exa. veja, a CPI está demonstrando que se chegou até a propor a venda de 400 milhões. No dia em que saiu essa notícia, eu disse: não tem pé e nem cabeça! Onde é que existem 400 milhões de vacina no mundo disponíveis para vender? É claro que não tem.

Agora, Sr. Presidente e nobres colegas, eu não tenho preconceito quanto a essa questão do público ou do privado. Eu quero que a coisa funcione. Acho que a vacinação do Brasil começou lenta, começou atrasada, mas avançou. E nós estamos com um nível satisfatório. E as perspectivas, daqui para a frente, são muito favoráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós convivemos, no Brasil, com um sistema que é híbrido, público e privado. Nós temos o plano nacional de vacinação, que todo ano faz milhões e milhões, aplica milhões e milhões de vacinas contra as mais diferentes doenças transmissíveis. Mas, se alguém, por um motivo ou por outro, quer fazer uma vacinação privada, há os postos de saúde também privados, em que a pessoa faz. Eu mesmo, anos atrás, me vacinei contra pneumonia. Cheguei lá no posto privado, no laboratório, paguei e me vacinei. Eu acho que nós podemos conviver perfeitamente, sem preconceitos, sem prejuízo, tanto com a vacinação pública quanto com a vacinação privada.

Então, da minha parte, eu não vejo assim nenhum óbice, nenhuma dificuldade. Agora que já há várias vacinas sendo produzidas no mundo, se alguém, por um motivo ou por outro, conseguir, não vejo assim nenhum inconveniente. Portanto, a minha posição é essa de tolerância, de convivência com os dois sistemas, público e privado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Marcelo Castro, colega médico, experiente e que passou lá pelo Ministério da Saúde. Sabe, eu tenho uma opinião que diverge um pouquinho do Esperidião, mas as duas são igualmente importantes para análise posterior do nosso Plenário.

Muito bem, entrou agora um representante aqui.

Oriovisto, aguenta aí um pouquinho só, por favor.

Entrou a Dra. Cássia Rangel, Diretora do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde. Eu vou conceder a ela dez minutos para ela falar, ou menos, de acordo com ela mesma, sobre esse projeto de lei, a opinião dela e a alteração da lei anterior, de março deste ano, liberando para a iniciativa privada, associações, cooperativas e conglomerados empresariais ou consórcios a aquisição e vacinação dos seus funcionários.

Com a palavra a Dra. Cássia Rangel. (*Pausa.*)

Ela está na sala?

Vamos entrar, Dra. Cássia Rangel.

A SRA. CÁSSIA DE FÁTIMA RANGEL FERNANDES – Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – A senhora abrir a sua...

A SRA. CÁSSIA DE FÁTIMA RANGEL FERNANDES – Abri. Está baixo.

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Amplia o som e pode entrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CÁSSIA DE FÁTIMA RANGEL FERNANDES – Alô! Vocês estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Escutando bem. A senhora pode falar. Estamos vendo a senhora também.

A SRA. CÁSSIA DE FÁTIMA RANGEL FERNANDES (Para expor.) – Um minutinho. Só vou aumentar o volume, porque eu estou tendo um retorno baixo de vocês.

Bom dia a todos.

Eu sou Cássia Rangel Fernandes, Diretora do Departamento de Imunização de Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

No tema desse projeto de lei, quando do lançamento da lei que está sendo rediscutida com o próprio ministério, o Ministério da Saúde trouxe toda a preocupação de que, com o projeto de lei, não houvesse privilégios de populações e acabasse, em detrimento de outras, seguindo sempre a lógica do SUS da equidade.

Esse novo PL, que traz essa proposta de não doação de 100% da aquisição das vacinas pelas instituições privadas sem fins lucrativos, é um PL que ainda não tramitou aqui dentro do Ministério da Saúde.

Nós tivemos, recentemente, a criação da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid (Secovid), que, a partir desse decreto, passa a ter essa responsabilidade de operacionalização do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 e que, portanto, vai ficar a cargo de todas essas questões relacionadas à aquisição de novas vacinas.

De qualquer forma, eu gostaria de depois, no decorrer desta audiência, ouvir o posicionamento de todos vocês, porque eu acho que vai ser importante que esse PL tenha uma consulta formal dentro do Ministério da Saúde para que a gente possa formalmente se posicionar, tanto a Secretaria de Vigilância em Saúde como a Secretaria de Enfrentamento à Covid, mas eu já trago aqui alguns pontos que eu acho que é para a reflexão de todos.

A gente está hoje num cenário em que os quatro contratos que estão vigentes para a aquisição de vacinas preveem um quantitativo de entrega até o final do ano bem razoável, ou seja, estamos num momento mais organizado – eu diria assim – nessa aquisição das vacinas. Por outro lado, estamos também num momento em que estudos estão sendo realizados para gerar evidências científicas para poder discutir uma terceira dose, provavelmente, da vacina, um *booster*, independentemente de qual vacina tenha sido tomada, e também na discussão da questão da vacinação para 2022. Estudos estão sendo realizados para poder discutir isso no mundo todo, não só aqui. Estudos financiados pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde seriam para a aquisição de vacinas para uma possível incorporação, assim como já se tem da vacina da influenza, de uma vacinação anual contra a Covid. Então, são pontos em que estamos exatamente neste momento.

Apesar de haver um quantitativo grande de doses que estão planejadas nos contratos para serem adquiridas, a gente tem também de certa forma um cenário novo, que está sendo discutido no mundo como um todo, de possibilidade de aquisição de novas vacinas, seja para uma terceira dose, seja para uma vacinação no calendário de 2022.

Hoje nós temos, então, também esse alinhamento que tem sido feito internamente com a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid, que está hoje realizando toda a distribuição das vacinas para o País, e a análise desses quantitativos, quanto está sendo enviado.

Eu gostaria de ouvir, então, toda essa discussão, mas colocando que é importante que seja formalmente apresentado ao Ministério da Saúde para que as diferentes instâncias aqui possam também se manifestar tendo em vista esses pontos que foram colocados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Cássia.

Hoje o procedimento aqui foi diferente. O nosso Relator, Wellington, está em trânsito – e ele fala primeiro –, e eu fui passando a palavra.

Eu peço às três palestrantes... Deixe-me pegar o nome delas aqui, por favor. (*Pausa.*)

Peço à Dra. Milva, à Gilcilene e à Cássia que esperem um pouquinho só. O Senador Wellington Fagundes está em trânsito e já, já ele entra. Vou passar a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães. Depois as senhoras respondem as indagações.

Senador Oriovisto Guimarães, o senhor me desculpe, mas pode falar.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Imagine, Sr. Presidente, foi muito bom para mim ouvir a nossa Diretora Cássia Rangel!

Sr. Presidente, a minha contribuição para este debate é singela, mas acho que importante. É uma reflexão sobre a utilidade das leis.

Eu acho que nós, como legisladores, temos que lembrar que as leis não podem tudo, nem podem proibir tudo, nem podem permitir tudo. As leis simplesmente são impotentes para inúmeros fenômenos. Por exemplo, não adianta fazer uma lei dizendo que está revogada a aceleração da gravidade: não vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

funcionar, a natureza não liga para nós. As leis do mercado também se sobrepõem às leis que nós fazemos. Não adianta fazer uma lei permitindo que todo mundo compre vacina se não existem vacinas, por óbvio! Como é que se vai comprar algo que não existe? Também não adianta fazer uma lei proibindo que particulares comprem vacinas quando não existem vacinas: ela é tão inútil como a outra que permitia que se comprasse.

O próprio Governo brasileiro ficou meses e meses sem conseguir comprar vacina, e era permitido, mas não tinha vacina, ele também não podia comprar. Por vários meses tivemos só a CoronaVac, depois a AstraZeneca, e na medida do possível. Claro que o Governo brasileiro, claro que os particulares, claro que todo mundo adoraria ter milhões de vacinas no primeiro mês de pandemia, mas não existiam vacinas. Pronto, não adianta fazer lei, é inútil fazer qualquer lei quando não existe a vacina.

Nós, como legisladores, temos que estar atentos a isso. As leis de mercado, como as leis da natureza, Sr. Presidente, não são nem éticas, nem antiéticas, elas são aéticas. A ética não se aplica às leis da natureza. Quando a natureza faz um terremoto ou faz um maremoto e mata milhares de crianças inocentes, a natureza não é nem ética nem antiética, ela é aética, é um fenômeno natural. As leis do mercado funcionam assim também, não adianta, pode fazer a lei que quiser, não se vai revogar a oferta e a procura, elas resistem a todos os regimes, surge o câmbio negro, não funciona. As tentativas existem, mas são malsucedidas sempre.

Então, o que me parece é que nós, como legisladores, tendo em vista a realidade dos fatos e que a realidade é mutante, ela muda, e, conforme a realidade, conforme as leis que poderemos fazer para regular algumas coisas que são reguláveis... Acho que o panorama e, como economista, eu adoro fazer cenários... O cenário para o ano que vem é de abundância de vacinas.

O que está acontecendo hoje nos Estados Unidos? Acho que vale a pena o exemplo. O senhor vai a qualquer CVS, a qualquer Walgreens, a qualquer farmaciazinha, e o senhor é atendido assim: "Qual é a vacina que o senhor deseja, da Moderna, da Janssen ou da Pfizer?". O senhor diz: "Pode escolher?". "Pode escolher". A farmácia lhe aplica de graça, sem cobrar um tostão. E, depois que o senhor toma a vacina, pedem a você para ficar sentado cinco minutos. Eu passei por essa experiência acompanhando uma pessoa, porque, quando fui para lá, já havia tomado a CoronaVac aqui, no Brasil, e não precisei tomar mais. A pessoa espera cinco minutos, e aí eles te dão um presentinho: analgésico e um antitérmico, caso você tenha febre. E você vai embora, e não paga um centavo.

Aí eu pergunto o seguinte: é proibido um particular oferecer vacina nos Estados Unidos? Não, não é. Qualquer particular, nos Estados Unidos, pode comprar e vender vacina. Algum particular está comprando ou vendendo vacina nos Estados Unidos? Não, não está. Por quê? Porque o governo dá de graça. Quando o governo dá de graça, por que alguém vai oferecer a particular? Se você quiser que alguém vá à sua casa aplicar vacina, etc. e tal, eles vão. Aí, sim, eles vão cobrar. É como o PCR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive que fazer PCR para voltar para o Brasil. Eu podia ir a uma banquinha na rua – há inúmeras – e fazer de graça. Eu não quis me dar ao incômodo. Chamei alguém para fazer o PCR na minha casa, coletar o material. Paguei US$300. Quem mandou ser metido, não é? Aí é normal.

Então, essas coisas funcionam assim mesmo. Se o Governo brasileiro colocar vacinas em abundância e gratuitamente para toda a população, eu posso garantir que não é preciso nenhuma lei. Nenhum particular vai se meter a concorrer com um produto que é dado, de graça. É como o ar. O ar, aqui, na Terra, vale quanto? Não vale nada. Mas um tubo de ar lá na Lua vale quanto? Vale uma fortuna, porque lá não tem. Então, essas coisas, a gente precisa entender.

Olha, todas as outras vacinas já estão permitidas para a iniciativa privada. Num futuro muito próximo, a covid será mais um vírus, e será mais uma vacina. O próprio Brasil, se Deus quiser, vai colocar suas fábricas... O trabalho do Senador Wellington Fagundes vai dar resultado. Nós ainda vamos produzir milhões de vacinas e vamos, inclusive, exportar, para o ano que vem, não para este ano. Ainda vai demorar um pouco. Mas nós temos que legislar para o futuro, e num futuro com vacinas superabundantes, a legislação não pode ser outra que não seja a de permitir amplamente que a iniciativa privada aplique essas vacinas, como já aplica a da H1N1, como já aplica a de tantas outras doenças tão importantes quanto a covid. A covid vai ser mais uma só. Não há por que continuar com isso.

A pandemia, graças a Deus, está passando, graças ao trabalho do Senado, ao trabalho do Ministério da Saúde, ao trabalho de todo mundo, dos pesquisadores, das pessoas que não negam a ciência. Graças a essas pessoas, a pandemia está acabando, e ela vai acabar no ano que vem. E essa vacina tem que ser uma vacina como qualquer outra.

Então, eu entendo as palavras do meu colega Senador Esperidião Amin, todas elas, como referentes ao passado, mas ao futuro elas já não se aplicam, a realidade será outra. Concordo totalmente com o Senador Marcelo Castro e acho que é muito claro: nós temos que legislar para o amanhã, não para o ontem. O ontem não volta mais. Então, eu sou totalmente favorável à liberação e totalmente favorável à atuação do Governo sempre, porque sempre vai ser necessário que o Governo forneça não só a vacina da covid, mas todas as outras vacinas, de todas as outras doenças, para aqueles que não podem pagar. Isso é o normal, essa convivência do público e do privado. Quer dizer, deixa a iniciativa privada fazer tudo o que ela puder fazer, e o Governo que suplemente, que faça tudo que a iniciativa privada não vai fazer.

É o que acontece claramente na saúde, é o que acontece claramente na educação. Nós convivemos com sistemas públicos e privados. Não há por que fazer dessa vacina uma exceção a tudo que nós já fazemos e fazemos muito bem.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu fico aqui observando as falas. Ouvi Esperidião, Marcelo, Zenaide, Styvenson e Oriovisto. Eu fico simplesmente, assim, sem qualquer argumento de fala, porque agora mesmo, Oriovisto fez um tratado, discorreu de uma maneira tão maravilhosa e sábia sobre a utilidade das leis. Para que é que servem essas leis? E o momento da lei e a natureza de como o mercado se autorregula de uma maneira esplendorosa e natural. Então, muito obrigado, Senador Oriovisto, pelas suas observações.

Como o Senador Wellington ainda não... Entrou? A gente vai ouvir o Senador Wellington para fazer o fechamento das nossas perguntas, dos nossos Senadores, nossa participação dos Senadores. Aí todos, eu vou passar a palavra para Milva, Gilcilene e Cássia para fazerem também algumas considerações finais, e nós encerraremos logo depois a nossa audiência pública.

Com a palavra nosso Relator, Senador mato-grossense Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero saudar também todos os nossos companheiros Senadores e Senadoras, os palestrantes.

Eu vou seguir aqui, Sr. Presidente, a leitura, inclusive a recomendação da nossa Consultoria, e essas questões sugeridas são as seguintes: a proposta em tela visa estabelecer regras de aquisição e doação de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.

Atualmente a lei só impõe uma condição para a compra de vacina por particular: todas as doses devem ser integralmente doadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e utilizadas no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Após a vacinação dos grupos prioritários, as empresas podem adquirir, distribuir e administrar metade das vacinas.

O projeto em questão muda essas regras. De acordo com o texto, a metade das doses adquiridas por empresas particulares podem ser usadas imediatamente para imunizar empregados, cooperados, associados e outros trabalhadores que prestam serviços.

Assim, a pergunta é: esta Comissão foi criada tendo como um dos objetivos uma distribuição universal e justa das vacinas em todas as regiões do País. Permitir que as empresas privadas atuem poderá desequilibrar regionalmente o plano nacional de vacinação, em função da presença desigual do capital nos entes federativos? Como manter um patamar de vacinação isonômico, em face da proposta e da desigualdade regional entre os entes federativos? Como garantir que a aplicação de vacinas adquiridas na forma proposta seja realizada de maneira correta? A fiscalização dessa aplicação, desde o fornecimento das planilhas com os nomes de funcionários, operários beneficiados, até a sua efetivação, passa por esse tipo de fiscalização? Como será controlada pelo SUS em qualquer uma de suas unidades? Considerando que a pandemia tem alcance em toda a sociedade, qual o tipo de proteção que o projeto oferece? Qual o grau de impacto econômico e na proteção do trabalho formal? A função social do trabalho será atendida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a aprovação dessa proposta? O pagamento dessas vacinas vai ser direcionado para algum fundo especial?

Essas são perguntas, Sr. Presidente, preparadas pela Consultoria, mas eu acredito que, na mesma linha do que já foi falado, hoje o problema no Brasil não é a falta de recursos do Governo Federal para comprar vacina. O problema que temos e tivemos até agora foi falta de vacinas no mundo. Essa compra de vacina, inclusive, foi tentada por alguns Estados e Municípios, e até está sendo fruto da CPI: ninguém conseguiu comprar e ficou muita especulação. Inclusive é o que está pairando na CPI: muitas pessoas oferecendo vacinas, sem às vezes nem ter condições de saber onde havia essas vacinas. Assim como foi na época dos respiradores: Prefeituras saíram comprando, depois era produto falso. Por isso o PNI tem essa condição de regular, saber onde vai ser vacinado, inclusive de acordo também com as novas cepas virais que estão por aí. Acho que o PNI é algo extremamente inteligente, e o Brasil já faz isso há muito tempo – com uma vantagem, Sr. Presidente: no Brasil, mais de 95% da população quer ser vacinada. Ora, nos Estados Unidos nós temos vacina que representa o dobro da população, e grande parte da população não quer se vacinar.

Então, ao meu ver, fortalecer o SUS, que é o maior programa mundial de imunização – quantas e quantas campanhas já tivemos –, é um grande caminho. E ainda esclarecendo a todos, quanto à aprovação desse projeto de lei de minha autoria, como foi dito aí, esse projeto já está aprovado, agora já está na fase de regulamentação. Eu acredito que, com as vacinas já desenvolvidas no Brasil, seja pelo Butantan, seja pela Fiocruz, pelas fábricas dos dois também, Fiocruz e Butantan, além de outras fábricas que temos do Brasil, e vacinas sendo desenvolvidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, eu acredito que nós teremos, até o final do ano, vacinas em quantidade suficiente para vacinar todos os brasileiros e ainda ajudar outros países do mundo. Por isso, eu acredito que centralizar a organização no PNI é a melhor situação.

Além do que, quanto a essas vacinas compradas, principalmente se fosse pela iniciativa privada, todas elas estariam sendo compradas com incentivo fiscal, então... Todo dinheiro público é público, é da população. Eu acredito que, então, o SUS, através do PNI, tendo vacinas... E aí eu quero parabenizar o Ministro Queiroga, que tem feito todo um trabalho da busca dessa vacina onde tiver e ainda dando todo o apoio para fabricar as vacinas aqui.

Digo ainda, Sr. Presidente, para toda a população, que, quando discutimos com os laboratórios de saúde animal, eles garantiram – e nós temos documento disso – que em apenas 90 dias poderiam fabricar 400 milhões de doses de vacina. E o Ministério da Saúde se comprometeu a comprar todas as vacinas fabricadas aqui no Brasil. Por isso, eu creio que esse caminho de continuar fortalecendo o SUS através desse programa, o PNI, é o melhor canal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aqui tenho algumas manifestações dos internautas: José Rocha concorda com o projeto; Sarah, da Bahia, concorda com o projeto; Size Melo, do Estado do Acre, não concorda com o projeto; Geovane Santos, do Paraná, não concorda com o projeto; Vanessa Costa, do Rio Grande do Norte, concorda com o projeto; e Geová Chagas, de Minas Gerais, concorda com o projeto.

Bem, agora eu vou passar a palavra para a Dra. Milva Pagano, para os seus comentários.

A SRA. MILVA PAGANO (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Bom, eu vou reforçar minhas colocações do início desta audiência.

Somos a Abramed, uma entidade de medicina diagnóstica, a Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica.

Repito: muito embora o nosso escopo, o nosso foco, especialmente o desta entidade, seja o de medicina diagnóstica, entre nossos associados temos empresas que oferecem vacinas. Não é o escopo da entidade, não está dentro do escopo da entidade nenhum assunto, nenhum tema sobre vacinação, mas sim medicina diagnóstica.

Estamos aqui muito para oferecer o nosso apoio e reforçar o nosso apoio ao Programa Nacional de Imunizações. Então, reforçamos o nosso apoio a este programa e consideramos que no momento em que a sociedade, os senhores, o Governo considerarem oportuno, tenho certeza de que nossos associados que trabalham com vacina – temos milhares de salas de vacinação – estarão disponíveis para contribuir dentro do que for decidido e na medida do que estiver disponível no mercado também. Então, a minha participação aqui é muito mais para reforçar o nosso apoio ao PNI e para nos colocar à disposição para quando for conveniente no futuro, quando for julgado o momento adequado.

Sobre uma pergunta que foi feita pela Senadora Eliziane Gama sobre qual seria o momento de flexibilização, não temos essa resposta. As demais colocações foram manifestações brilhantes, muito claras, bastante objetivas e não cabe qualquer tipo de comentário. Não temos uma resposta sobre qual é o momento de flexibilização. Não nos cabe fazer essa avaliação.

Então, reforço aqui o nosso apoio ao PNI e nos mantemos à disposição para quando for o momento, quando assim for julgado necessário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Milva Pagano. Agradecemos muito a sua participação.

Eu passo a palavra para Gilcilene Chaer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GILCILENE CHAER (Para expor.) – Então, na mesma linha que a minha colega Milva colocou, nós somos uma sociedade de análises clínicas, nós trabalhamos mais com a medicina diagnóstica também, porém nós temos, dentro dos nossos associados, muitos dos laboratórios que fazem a aplicação de vacinas. Inclusive hoje nós temos uma lei – a 13.021, de 2014 – que permite que as farmácias também tenham suas salas de vacinação e façam a vacinação.

Nós estamos diante de um problema. Eu acho que nenhum de nós imaginava – ao menos, eu não imaginava – passar por uma pandemia como essa por que nós passamos, com mais de 500 mil óbitos aqui no Brasil, e esse é um problema premente que precisa de resoluções rápidas. E muitas vezes a saída que nós encontramos, dentro duma pandemia, se mostra em um momento ineficaz, e isso faz com que a comunidade científica, a comunidade política também, a gente vá aprimorando as nossas condutas para, depois que está acontecendo, a gente chegar num posicionamento que seja melhor.

Então, nós tivemos uma lei que liberava vacinas no início para a iniciativa privada. Mostrou-se ineficaz, como vários Senadores colocaram, talvez pela aplicabilidade dos termos que estavam contidos nessa lei, em um momento também em que nós não tínhamos vacinas suficientes para toda a iniciativa privada nem para a iniciativa pública.

O momento que nós estamos vivendo hoje é outro. Nós já temos muitas vacinas que já estão liberadas, que já passaram pelo crivo e pela regulação da nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária e já podem estar disponibilizadas para a nossa população.

Infelizmente a condução da pandemia – eu falo infelizmente, porque tivemos muitos erros tanto em nível federal como estadual –, o decorrer da condução dessa pandemia mostrou também – a CPI está mostrando um pouco disso... E nós precisamos de iniciativas rápidas, porque nós não podemos mais permitir que a população morra, ou adoeça muito com essa doença, ou ocupe os leitos hospitalares como a gente vivenciou há pouco tempo – e ainda está vivenciando com essa variante delta, está crescendo o número de casos a cada dia.

A nossa população infelizmente não adotou totalmente as medidas recomendadas de controle – isso fragilizou muito o combate da pandemia –, e nós, apesar dos negacionistas da vacina, vimos, sim, com dados, que hoje já são comprovados, que a vacina é a melhor maneira, é a mais eficaz para lidar com essa pandemia.

Quanto a esse projeto, o que nós temos de preocupação? Ele precisa, sim, ter um controle rigoroso da nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nós não podemos permitir que qualquer fornecedor, qualquer indústria, qualquer fabricante venham, tragam uma vacina, sem passar pelo nosso controle de qualidade. Isso precisa ser feito. Foi até um Senador – eu anotei aqui, eu acho que foi o Styvenson Valentim – que colocou isso, que também é uma preocupação, então nós precisamos, sim, ter esse controle da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que não há por que não haver a aprovação desse projeto, o 948. Nós somos totalmente favoráveis. Nós entendemos que, para o ano que vem, provavelmente, nós vamos precisar de mais doses de vacina. Talvez a vacina contra covid entre no esquema da H1N1, que tenha que ser vacinada anualmente.

Então, eu não vejo a iniciativa privada... A gente tem que parar com essa queda de braço. Eu acho que tanto a iniciativa privada quanto a pública têm que andar juntas, para o bem da população, para o bem do País. Então, é só haver regras mais claras, que possam ser cumpridas, e a iniciativa privada pode ajudar, sim, a iniciativa pública.

Quanto ao momento que a Senadora Eliziane colocou, ela realmente demonstra uma grande preocupação que nós também tínhamos – e temos essa grande preocupação. Nós já temos hoje os grupos prioritários vacinados. Há Estados, como aqui no Distrito Federal, que já vão começar a vacinar a população de 20 anos. Então, para nós este é o momento, sim, de permitir que essa iniciativa privada – claro, com todo o controle – tenha também acesso e de disponibilizar essa vacina para quem quer fazer essa vacinação na iniciativa privada.

Estamos à disposição dos senhores, à disposição também do plano nacional de imunização. Quero dizer que o nosso plano nacional de imunização é exemplo para o mundo, então o nosso Ministério da Saúde está de parabéns com o nosso plano nacional de imunização.

Nós estamos à disposição dos senhores e queremos colaborar para que toda a nossa população tenha acesso a essa vacinação e para que essa doença não traga mais óbitos, como trouxe até agora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Parabéns, Gilcilene, pelas suas palavras, muito veementes e com muito convencimento dos seus pontos de vista. Parabéns à senhora e muito obrigado.

Por fim, eu passo a palavra à Dra. Cassia Rangel, do Ministério da Saúde, para seus comentários, e, sobre o que ela ouviu de alguns Senadores, que ela possa também fazer algumas considerações. Fique bem à vontade, Dra. Cássia Rangel.

A SRA. CÁSSIA DE FÁTIMA RANGEL FERNANDES (Para expor.) – Olá! Obrigada a todos pelos posicionamentos.

Eu acho que a motivação de todos aqui, de todos nós presentes é termos a população vacinada. Sem dúvida, essa é a maior preocupação do SUS. E numa pandemia a gente tem que ter essa vacinação de forma equânime em todos os Estados da Federação, porque, se um Estado avança e outro Estado não avança, assim como foi colocado aqui, você pode ter um vírus circulando de forma mais rápida em alguns pontos, o que pode facilitar o aparecimento de novas variantes. Esse tem sido todo o esforço do Ministério da Saúde no sentido de adquirir vacinas, para que a gente consiga vencer essa pandemia em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os Estados da Federação, independentemente da situação econômica de cada Estado, como foi bem colocado pelo Senador Wellington Fagundes. Nós temos, como SUS, como Ministério da Saúde, este compromisso de atender a todos com equidade.

Um ponto que eu acho que eu gostaria de citar aqui, ainda para um esclarecimento, é que, para além da questão das doses de vacinas ou do quantitativo que está sendo adquirido, nós temos outros fatores limitantes, como por exemplo a questão dos insumos para aplicação dessas vacinas. Então, ainda que talvez a gente esteja caminhando para a aquisição, o ministério tem, como eu já disse, um planejamento para aquisição de doses para 2021 que seria suficiente para cobrir toda a população com dose um e dose dois até o final do ano – ou dose única, no caso da vacina da Janssen –, mas nós ainda temos algumas questões relacionadas a insumos, como as seringas e diluentes, que têm sido ainda alvo de restrições, por conta de quantitativos, seja no mercado nacional, seja no mercado internacional. Então, esse é outro ponto sobre o qual eu também gostaria que vocês refletissem para esta discussão.

Há outra questão que eu gostaria de colocar. Como foi bem citado, a Anvisa, na participação da discussão desse PL... Esse PL também não teve o posicionamento nem da Anvisa nem o posicionamento oficial do Ministério da Saúde. Então, reforço que é importante que a nossa consultoria jurídica acompanhe a discussão desse processo.

A gente ainda não teve uma perspectiva da lei em vigor, a 14.123, sobre os impactos dela, porque efetivamente a gente não teve nenhuma aquisição ainda nos moldes da lei, no sentido de doação de 100% ou de 50%. Então, é uma matéria nova, ainda que a lei já esteja em vigor há algum tempo.

Há outros pontos. Acho que o nosso objetivo, como eu já disse, é o mesmo: todos queremos a população vacinada no menor tempo possível para que a gente consiga voltar ao novo normal, porque também colocamos aqui... Em outros pontos de fala, também foi dito que é provável que a gente vá ter uma vacinação nos moldes da que a gente tem para a influenza; é um vírus, a gente não vai erradicar o vírus, a gente vai aprender a conviver com ele.

E há outros pontos que acho que também precisam ser pensados. Há a questão toda de logística, a questão das salas de vacinação, da concorrência com as salas de vacinação. A gente tem feito uma série de iniciativas de mutirão para a vacinação no Brasil inteiro. Então, são outros pontos que, para a lei de aquisição de vacinas, acho que precisam ser avaliados, mas reforço aqui a questão de que seria necessária uma discussão interna no Ministério da Saúde para que a gente pudesse fazer toda essa reflexão, seja de uma análise jurídica, seja da secretaria que hoje está à frente do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid, que é a Secretaria Extraordinária (SeCov).

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu quero agora agradecer às três palestrantes. Nossa Comissão foi prestigiada por vocês e cada uma pôde colocar o seu ponto de vista de maneira muito clara sobre o projeto em discussão.

Agradeço aos Senadores que compareceram e se manifestaram de maneira brilhante e consistente nesta manhã sobre este assunto muito rico.

Neste momento eu dispenso as três palestrantes, elas podem já cuidar de seus outros numerosos afazeres, porque nós vamos fazer agora só a finalização e uma votação de ata de sessão anterior. Então, muito obrigado às três palestrantes. Fico muito vaidoso com suas presenças.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 36ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a Ata da 36ª Reunião.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos convidando-os para a próxima reunião, dia 16 de agosto, às 10 horas, uma segunda-feira, para debatermos sobre a eficácia dos imunizantes contra covid em primeira e segunda aplicações, bem como a necessidade de aplicação de uma terceira dose (dose de reforço), com representante do Ministério da Saúde, da Anvisa e especialistas e pesquisadores da área.

Eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Nelsinho Trad e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Otto Alencar, Wellington Fagundes e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a eficácia dos imunizantes contra a COVID-19, em primeira e segunda aplicação, bem como a necessidade de aplicação de uma terceira dose (dose de reforço). **Participantes:** Margareth Maria Pretti Dalcolmo, Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca ENSP - Fiocruz; Rosana Leite de Melo, Secretária da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento a Covid-19 - SECOVID; e Meiruze de Sousa Freitas, Diretora da Anvisa. **Resultado:** Audiência realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 89, de 2021** que : "Propõe audiência para debater a os riscos e impactos da variante Delta do coronavírus perante a população brasileira bem como a análise do relaxamento das medidas protetivas contra a pandemia de Covid19, com a presença dos seguintes convidados: • representante Ministério da Saúde; • representante ANVISA; • o Doutor Guilherme Loureiro Werneck, Infectologista, pesquisador e professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); • a Doutora Raquel Stucchi, Infectologista, Professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); • o Doutor Renan Pedra, Professor de genética da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisador da variante delta no estado; • representante Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm)." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/16

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Primeiro, quero agradecer a todos os telespectadores, agradecer à Senadora Zenaide, ao Senador Esperidião e aos demais Senadores.

Quero avisar que o Senador Wellington, Relator, fez uma cirurgia de catarata, ele não estará conosco hoje. E, aos pouquinhos, os nossos Senadores vão entrando e nós vamos começando.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão Temporária interna, criada pelo Requerimento do Senado 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, à covid-19, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia, cujo prazo foi estendido por 120 dias pelo Requerimento do Senado 1.626, de 2021.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será, primeiro, com o Relator – neste caso, eu vou fazer a leitura, porque ele me encaminhou as suas perguntas por escrito. Em seguida, falarão os titulares, os Senadores titulares, depois os Suplentes e, por último, qualquer Senador não membro da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800-612211.

A presente reunião é uma audiência pública, com o objetivo de debater a eficácia dos imunizantes contra a covid-19, em primeira e segunda aplicação, bem como a necessidade de aplicação de uma terceira dose, a dose de reforço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contamos com a presença dos seguintes convidados.

Eu vou ler o nome dos convidados.

Rosana Leite de Melo, Secretária da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 (Secovid) – já está lá a Dra. Rosana –; Dra. Meiruze Sousa Freitas, Diretora da Anvisa; Dra. Margareth Maria Pretti Dalcolmo, Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fiocruz – esse nome me agrada muito, Sergio Arouca; Sergio Arouca foi nosso colega aqui na Câmara.

A Dra. Natalia Pasternak, do Instituto Questão de Ciência, encaminhou à Comissão um documento, justificando a sua ausência por conta de compromissos agendados relacionados à sua pesquisa. Muito obrigado, Dra. Natalia Pasternak.

Vou iniciar aqui a ordem da fala na ordem em que eu acabei de fazer a leitura. Então, será primeiro a Dra. Rosana Leite de Melo, a Dra. Meiruze, a Dra. Margareth, basicamente as três presentes.

Com a palavra a Dra. Rosana Leite de Melo pelo tempo, Dra. Rosana, de 12 minutos, no máximo 15 minutos. Com a palavra V. Sa.

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Primeiramente o cumprimento, Senador. Cumprimento a Dra. Margareth, a Meiruze e todos os demais que nos acompanham. Aqui comigo estão os dois diretores, o Dr. Danilo e o Dr. Marconi, para a gente falar um pouco desse assunto que nós já estamos discutindo.

É importante ressaltar que a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 (Secovid) foi instituída agora em maio e nós assumimos há aproximadamente um mês e meio.

Qual a função dessa secretaria? É a coordenação, a ordenação de todas as ações referentes ao enfrentamento da covid. Não quer dizer que ela vá ser a única protagonista, muito ao contrário. Nós sabemos que estamos nessa pandemia, um agente etiológico viral. Nós podemos nos apegar, sim, aos nossos conhecimentos básicos. Eu sou médica. Então, nesse sentido, o que nós estamos vislumbrando? Já há mais de um ano e meio de pandemia, muita coisa se fez aqui no Ministério da Saúde, porém nós também temos os outros agravos. Então, urgente foi montar essa secretaria para fazer não só a articulação aqui dentro do Ministério da Saúde, mas-.' como o decreto preconiza, também nos gestores estaduais, municipais, relembrando que o SUS é uma instância tripartite. Nós somos três gestores no nosso magnífico Sistema Único de Saúde, não só na teoria, mas nós também evidenciamos a prática. Eu fiquei um ano e meio à frente do maior hospital do Mato Grosso do Sul, referência em covid, o que mostrou que o planejamento é a observação dos dados que vêm, realmente, tempestivamente para nós como gestores. Nós conseguimos fazer um planejamento adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao nosso tema, em relação à eficácia dos imunizantes contra a covid, ou seja, à primeira e à segunda aplicações, bem como a necessidade de aplicação de uma terceira dose ou de um reforço, que é um pouco diferente, ou até qual imunizante utilizarmos no próximo ano...

Como a covid vem nos ensinar? Não só em termos biológicos, não só em termos da saúde, mas, em todo o nosso processo civilizatório, ela tem nos ensinado a cada momento. Estávamos a conversar, nesse final de semana, que, se tivéssemos, de fato, a solidariedade, se tivéssemos, de fato, a aplicação de princípios... Fizemos um paralelo em relação não só ao nosso País, mas aos outros países. Quando nós falamos muito em equidade, que é um dos princípios basilares do SUS, todo mundo aplaude, todo mundo vem e conversa, porém, quando nós tentamos operacionalizar, as coisas ficam um tanto complicadas, mas isso faz parte do nosso processo, do nosso processo democrático. E nós, não só como servidores públicos, mas como agentes públicos mesmo, temos a obrigação de estar sempre sanando quaisquer dúvidas, quaisquer divergências que possam acontecer, porque um dos desafios maiores, que eu acredito que vai durar muito mais que várias pandemias, chama-se comunicação entre nós, tanto no nível privado, como, principalmente, no nível público. Tanto é que a comunicação é um dos focos que a gente quer, sim, melhorar em relação à nossa comunicação com o Ministério da Saúde, secretárias estaduais, secretarias municipais e, consequentemente, toda a população brasileira.

Em relação, especificamente, ao nosso ponto, lembro que nós atingimos a cifra de mais de 200 milhões de vacinas disponibilizadas neste final de semana e algo muito importante: peguei uma falinha, o finalzinho aí da Dra. Margareth, comentando a respeito da nossa eficiência como país em relação aos nossos imunizantes, tanto é que o plano nacional de imunização é patrimônio, está na Unesco. Ele começou em 1975, e, até hoje, nós aprendemos muito com ele. Sim, ele trouxe muito, também, para o nosso Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Por quê? Diferentemente dos outros imunizantes, em que nós utilizávamos outra lógica – ou seja, nós tínhamos os imunizantes, distribuíamos de uma tal forma que, assim, fazíamos campanha –, na covid-19 toda a população brasileira é vacinável, com evidências: ela tem o direito, não só um direito constitucional, que prega que nós devemos, sim, provê-lo, mas até em termos humanitários.

Como eu falei, a gente estava até fazendo essa analogia em questões de produção: se todas as nações se dispusessem, de fato – as que podem –, a contribuir nesse sentido, porque os valores de cada imunizante – em média, US$10 a dose – são proibitivos para a maioria das nações, nós sabemos disso... A capacidade de produção, haja vista o que aconteceu no nosso País, não só com as produções locais – no Butantan, na Fiocruz –, e as perspectivas futuras também em relação a isso nos deixam bastante satisfeitos, mostrando que o País também está com toda essa sua tecnologia.

E o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 teve que ter algumas diretrizes. No nosso País, nós, realmente, cuidamos dos vulneráveis, não só em princípios constitucionais. Então, a lógica do nosso Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 foi em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação a esses vulneráveis, que teriam maior morbidade ou mortalidade ao contrair essa patologia de transmissão respiratória. Todo ser humano estava sujeito a contraí-la, porém observamos – não só nós; óbvio que, quando eu falo "observamos", eu falo da sociedade toda, não só a científica – que havia a transmissão respiratória e que determinados grupos sofriam mais, também semelhantemente a outras viroses. E aí o plano nacional seguiu essa lógica com 29 grupos de prioritários.

Posteriormente, nós também utilizamos algumas estratégias em cenários epidemiológicos distintos. Houve cenários em que nós enviamos um pouco mais de quantitativo, porém foi naquela decisão rápida e, posteriormente, isso mostrou que não teria tanto aquela indicação.

Nesse sentido, também fizemos uma vacinação para alguns grupos de fronteira. Na semana passada, nós conseguimos fazer quatro distribuições de vacinas, quatro pautas, coisa que nunca tinha acontecido aqui no Ministério da Saúde, e aí conseguimos fazer essa disponibilização a todos os Estados e Municípios graças às vacinas que estão chegando e à forma de operacionalização interna que está sendo adotada.

Por que eu quero falar disso? Porque, exatamente, nós estávamos na 42ª pauta, Dr. Marconi? (*Pausa.*)

Na 40ª pauta. Por volta da 29ª, 30ª pauta, nós paramos... Paramos, não; nós esgotamos – claro, nossa vacinação não é obrigatória – a vacinação desses grupos prioritários, colocamos fronteira na 30ª, 31ª. A partir da 33ª e 34ª pautas, nós, de fato, progredimos o PNO, que já era preconizado desde o seu 20º informe, às faixas etárias acima de 18 anos. E, como tudo é muito dinâmico, há, aproximadamente, três semanas, quatro semanas – vou ser mais exata –, nós iniciamos os debates em relação aos imunizantes na nossa Câmara Técnica Assessora, e não só por isso, em relação a ter uma terceira dose, mas também voltados ao nosso planejamento do ano que vem na aquisição desses imunizantes.

Nós nos reunimos, inclusive, com as empresas, sobre essas ofertas, a parte econômica também, que apresentaram as características e tudo, porém já sabíamos da existência da variante Delta. Ela já tinha aparecido – vou usar um termo não tão técnico – de forma um pouco mais tímida e, nessas observações, achávamos que... Estávamos a observar. Como tudo, em ciência, ainda naquela parte da observação.

Porém, exatamente há uma semana, esse cenário tem mudado. Ainda não definimos se há, quais são as ações... Quais são, não; as ações já definimos, principalmente as ações de barreiras, que são extremamente importantes. Porém, alguns dados de estudos, principalmente de Israel, Estados Unidos, Reino Unido, em relação à população que está se reinfectando, que aumentaram taxa de hospitalização, algo que ainda não estamos observando aqui, são alguns aumentos pontuais.

Para os senhores terem uma ideia, hoje nós temos apenas dois Estados cujas taxas de ocupação de leito estão em torno de 90%, porém existem outras variáveis. Houve, infelizmente – aí eu remeto àquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da comunicação –, um relaxamento por parte não só da população. Nós entendemos a nossa cultura latina, nós entendemos tudo isso, mas houve um relaxamento, mesmo das pessoas mais entendidas em relação a isso, e até alguns fechamentos de leito ou algumas aberturas. Também estamos estudando isso em relação a um país com esta dimensão, como dar essas diretrizes.

Embora nós tenhamos, a todo momento, publicação dos informes em relação aos imunizantes, infelizmente nem todos os Estados respeitam o Plano Nacional de Operacionalização. Nós também fazemos várias reflexões do que levou a isso, mas isso nós não vamos discutir agora. O fato é que, em relação a esses imunizantes, já estávamos discutindo... Inclusive, nós temos até a programação de um fórum, que vai acontecer até o final de agosto. O motivo: não só a nossa programação do próximo ano, porém, agora, também essa programação de uma dose de reforço, de uma terceira dose, seja lá como a gente vá definir, qual o imunizante, se poderemos realmente fazer a intercambialidade, por que ela tem essa indicação; enfim, analisando várias variáveis.

O que nós sabemos, pelos dados que nós temos, é que, em determinadas faixas etárias, para determinados imunizantes, realmente está diminuindo essa proteção. Nós temos alguns estudos preliminares, porém esses estudos ainda não foram publicados. São discussões internas, nem podemos publicitar tanto em respeito aos pesquisadores, porém já estamos tomando as decisões em nível de gestão: o que fazer, o planejar, o quantificar esses grupos que porventura precisem.

A exemplo do que aconteceu na semana passada, nos Estados Unidos, onde o CDC liberou para determinados grupos, os nossos grupos, provavelmente, pelas nossas discussões, não serão distintos daqueles, talvez com algumas diferenças locais, que nós aprendemos.

E, assim, os Estados e Municípios também têm nos enviado alguns dados, dados não só de pesquisas, mas sobre o que de fato está acontecendo. E nós estamos bastante preocupados com isso e tentando, sim, não só a aquisição, a solicitação de que esses imunizantes venham mais rápido, mas, como eu falei para os senhores, na semana passada, nós fizemos quatro pautas de distribuição. Elas chegam e já passamos os procedimentos de controle e são liberadas.

O meu tempo já se esgotou, mas eu acho que vai ser muito interessante ouvirmos os outros, principalmente a Dra. Margareth, a respeito, principalmente, da eficiência e eficácia desses imunizantes.

Estamos à disposição para quaisquer perguntas, quaisquer dúvidas referentes não só aos imunizantes, mas ao enfrentamento da covid-19 pelo Ministério da Saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Rosana Leite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora pode ficar tranquila que, durante o transcorrer da audiência, haverá muitas perguntas e a senhora voltará a falar e a complementar tudo aquilo que, por acaso, a senhora tenha deixado nesse período inicial de introdução.

Eu passo a palavra... Quero agradecer a presença dos Senadores Oriovisto, Izalci Lucas, que já estão chegando, e do Senador Styvenson Valentim. O quórum está... É a distância, remoto, e eles vão chegando gradualmente.

Passo a palavra à Dra. Meiruze Sousa Freitas, Diretora da Anvisa.

O nosso tema é a terceira dose, se é necessária ou não é necessária, e suas explicações.

Muito obrigado.

Com a palavra a senhora por 12 minutos.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Obrigada, Senador Confúcio. Na sua pessoa, eu cumprimento todos os Senadores e Senadoras presentes na audiência, aqueles que nos acompanham, a Dra. Rosana e a Dra. Margareth.

Já inicio estimando a boa recuperação para o Senador Wellington da cirurgia.

E eu queria pedir a permissão para fazer o compartilhamento de uma breve apresentação. Permite?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, doutora.

Pode o pessoal da Secretaria liberar o compartilhamento de tela. (*Pausa.*)

Está liberado, doutora. (*Pausa.*)

Ainda não entrou. (*Pausa.*)

A senhora já pode colocar, pode compartilhar a tela.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS – Está certo. Muito obrigada.

Então, o tema da nossa audiência é a eficácia dos imunizantes contra a covid-19, em primeira e segunda aplicação, bem como a necessidade de dose de reforço.

Mais uma vez eu agradeço a participação da Anvisa nessa douta Comissão, de forma que a gente traga as informações em debate nessa Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O panorama atual de vacinas no Brasil: nós temos quatro tecnologias de vacinas aprovadas; são vacinas que tiveram a condução do seu desenvolvimento clínico no Brasil e também, em especial, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condução dos estudos clínicos Fase III. Todas as vacinas autorizadas no Brasil passaram por uma rigorosa avaliação dos dados de qualidade, eficácia e segurança, utilizando modelos semelhantes ao de outras autoridades, ao da própria Organização Mundial da Saúde, no contexto da pandemia, para sua autorização na população brasileira.

As evidências disponíveis à época da avaliação sugeriram, quanto a essas vacinas, que os benefícios superavam os seus riscos para aprovação pela Anvisa.

Nós temos aprovada a vacina da Pfizer; a vacina CoronaVac, do Instituto Butantan, com a tecnologia do vírus inativado – a Pfizer, é RNA mensageiro –; a Janssen, que é tecnologia de adenovírus; e, também pela tecnologia de adenovírus, a vacina AstraZeneca/Fiocruz, utilizando a tecnologia de Oxford, na qual nós também aprovamos a vacina Covishield, fabricada pelo Instituto Serum.

No panorama atual, as vacinas continuam em desenvolvimento, continuam sendo pesquisadas.

Aqui, eu trago a vacina da Pfizer: ela continua em estudo no Brasil. Foi aprovado um estudo, iniciado em maio de 2021, utilizando a vacina da Pfizer para grávidas. Também aprovado, iniciado o estudo em julho de 2021, uma terceira avaliação de doses da Pfizer, uma terceira dose... Esse estudo já foi iniciado, utilizado como dose de reforço ou terceira dose. E também foi aprovado um estudo com a vacina da Pfizer para crianças acima de 2 anos. Esse estudo ainda não foi iniciado no Brasil.

Quanto à vacina da Janssen: também foi aprovado, e ainda não iniciado, um estudo que tem um braço de duas doses, lembrando que a vacina da Janssen foi aprovada como dose única, tendo a sua eficácia a partir de uma dose, mas também se pesquisa já um braço com duas doses. Esse ensaio não foi iniciado. E também não foi iniciado o estudo aprovado para grávidas. Também foi autorizado um estudo para menores de 17 anos, que também ainda não foi iniciado pela Janssen.

Em relação à vacina AstraZeneca/Fiocruz, foi autorizado um braço de estudos de terceira dose para vacina AstraZeneca, inclusive utilizando modificações realizadas hoje na proteína para a vacina da AstraZeneca. Também não foi iniciado. E foi aprovado um estudo também com um vetor diferente da vacina da AstraZeneca.

Sobre o contexto do cenário internacional, a Anvisa faz parte da rede de reguladores internacionais e vem discutindo com todas as autoridades que têm similaridades de medidas sobre o comportamento das vacinas, o monitoramento quanto à segurança e à eficácia e também frente aos cenários das novas variantes.

A Espanha realizou um estudo Fase II, utilizando um esquema de duas vacinas que nós chamamos heterólogas, quando utilizam duas tecnologias diferentes, a tecnologia do adenovírus – AstraZeneca – associada com a tecnologia do RNA mensageiro, utilizando o intervalo de 8 a 12 semanas. Inicialmente, os dados desse estudo mostram uma resposta robusta e eventos adversos leves nessa avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, a Espanha ainda mantém, na rotina, o uso das vacinas homólogas, utilização da segunda dose da mesma vacina.

A Universidade de Oxford também vem estudando sobre utilização de doses de vacinas homólogas e heterólogas, com tecnologias diferenciadas, mas o esquema vacinal corrente hoje na Inglaterra ainda é de vacinas homólogas. E, para as heterólogas, que são vacinas diferentes, apenas em condições específicas que há essa recomendação ou em condições onde não haveria presentes as duas vacinas, seja por questões específicas das grávidas, que poderiam ter reações adversas utilizando vacinas da tecnologia do adenovírus, seja, às vezes, por questões relacionadas à disponibilidade. Mas a regra geral ainda mantém o uso das vacinas homólogas.

Os Estados Unidos, como já foi citado, no dia 12/08, tanto o CDC quanto a FDA aprovaram a utilização da terceira dose em pacientes com sistema imunologicamente comprometido, em especial pacientes que utilizam terapia com imunossupressores, pacientes com câncer. E essa aprovação foi uma aprovação especificamente para as vacinas RNA mensageiro – e aí a gente fala das vacinas da Pfizer e da Moderna. Não aprovaram para a vacina da Janssen, que é a vacina adenovírus atualmente autorizada pela FDA, lembrando que a vacina da AstraZeneca ainda não está aprovada pela FDA. Nós notificamos a Pfizer na sexta-feira sobre essa aprovação realizada pelos Estados Unidos e agendamos reuniões para essa semana, para a gente discutir os dados apresentados à autoridade americana. Inicialmente, a gente já avaliou que é um estudo feito com transplantados. É de se esperar que os pacientes imunossuprimidos tenham realmente uma menor resposta das vacinas do esquema de duas doses. A proposta nos Estados Unidos é que a terceira dose tem o objetivo de fechar o esquema de eficácia – a eficácia seria com três doses.

No Canadá, também inicialmente há um esquema de utilização de doses heterólogas, utilizando vacinas RNA mensageiro e vacinas com adenovírus. Em que pese também a autoridade de saúde do Canadá, a recomendação geral é para a utilização de vacinas homólogas e, em casos específicos, utilizar vacinas de duas tecnologias. Eles ainda orientam, quando se utilizam vacinas de duas tecnologias diferentes, como a vacina RNA mensageiro e adenovírus, que se tenha um intervalo aí em torno de 28 dias.

A Inglaterra recomenda que o ideal é complementar o esquema vacinal com a mesma vacina com que foi iniciado; se for desconhecido ou indisponível, incluindo vacinação no exterior, seria razoável oferecer um esquema completo com as vacinas disponíveis, especialmente para indivíduos de alto risco; e, também, que o paciente deve ser informado quando ele tiver a utilização de duas vacinas diferentes, porque tem maior probabilidade de ter reações adversas, como mal-estar, artralgia, mialgia.

Hoje também existe debate no Reino Unido sobre a utilização da terceira dose – assim como no Reino Unido, na Alemanha e na França. A partir de setembro – é o que apontam essas discussões com o público vacinado –, a discussão é de se assemelhar a Israel com a utilização da terceira dose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Austrália também, no momento, recomenda a utilização de duas doses da mesma vacina.

Na Organização Mundial da Saúde, atualmente é recomendado que o mesmo produto seja utilizado para ambas as doses. Os estudos heterólogos estão em andamento com relação à intercambialidade da vacina com outras vacinas, em especial a vacina RNA mensageiro com a vacina adenovírus. Os países podem considerar o uso das vacinas RNA mensageiro com adenovírus, em particular em situações de fornecimento interrompido. O esquema heterólogo constituiu um uso *off-label* das respectivas vacinas. Atualmente não há dados para esquema heterólogos para outras vacinas. Quais são as outras vacinas? Vacina vírus inativado em utilização com a vacina RNA mensageiro ou a vacina adenovírus.

Israel, no dia 12 de agosto – a Reuters comunicou –, junto com especialistas, recomendava a redução da utilização da terceira dose em pessoas abaixo de 50 anos, até atingindo pessoas com 40 anos, na esperança de conter o aumento das infecções pela variante Delta.

O Chile, em 6 de agosto de 2021, anunciou, no âmbito da campanha de vacinação, que foi desenvolvida desde dezembro, a utilização da terceira dose, uma dose de reforço, para as pessoas que foram imunizadas com esquema completo da vacina CoronaVac; e estuda também se vai ser feito o mesmo procedimento para quem utilizou a vacina da Pfizer.

A Sinovac, desenvolvedora da vacina CoronaVac, também publicou, em seus estudos, que uma dose de reforço é imunogênica e será necessária para adultos mais velhos que completaram duas doses de vacinação com a CoronaVac: um ensaio clínico de Fase I, II randomizado, duplo-cego, controlado por placebo, foi publicado mostrando que a vacina tem uma resposta imunogênica melhor a partir da terceira dose.

Certamente, todas essas discussões vêm na pauta das agências reguladoras, inclusive na pauta da avaliação da Anvisa. O contexto dessa avaliação leva em conta a própria condição global da pandemia, e, em especial, alertados pela Organização Mundial da Saúde, sabemos que a vacinação precisa ser ampliada para todo mundo. A partir da ampliação da vacina é que se vai conter a multiplicação das cepas variantes. Por mais que se melhorem as questões relacionadas à barreira, a globalização do mundo hoje dificilmente permitirá que uma variante fique localizada em um único país. Então, é necessário e urgente ampliar a vacinação mundial, garantir um esquema completo de duas doses, avaliar os dados científicos para a tomada de decisão quanto à terceira dose e, ampliando o processo de vacinação, obter o melhor cenário para as discussões da terceira dose.

Alertamos que é de conhecimento que o sistema imunológico, em especial dos idosos, tem uma imunossenescência. O sistema imunológico também envelhece, em especial para os pacientes acima de 80 anos: eles tendem a ter uma menor resposta imunológica para todas as vacinas. E esse público-alvo, juntamente com os imunossuprimidos, os transplantados e outras variáveis de condições específicas de comorbidades, nos chama atenção neste momento para uma aplicação de uma dose de reforço, mas desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que comprovada a sua necessidade pelos estudos. A Anvisa está preparada, vem fazendo essa discussão para avaliar a necessidade de uma terceira dose a partir de estudos científicos.

São essas as minhas considerações, Senador. Eu me coloco à disposição. Estou aqui e sigo junto com a Comissão.

Eu vou tirar a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Meiruze, foi muito didática a explanação. Eu sei que realmente está tudo virando de cabeça para baixo. Aqui mesmo, no Senado, o Otto e a esposa, depois de vacinados, tiveram uma infecção posterior. E agora, com a morte do Tarcísio Meira, a coisa se agravou mais, não é?

Eu passo a palavra à Dra. Margareth Dalcolmo pelo tempo de 12 a 15 minutos. Fique bem à vontade.

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Muito obrigada, Senador Confúcio, pelo convite para participar, sobretudo pelo privilégio de estar aqui na presença dos senhores e na presença da Dra. Rosana, minha colega, e da Meiruze, que representa a Anvisa, agência que merece o nosso aplauso, e aqui eu falo muito à vontade em nome da comunidade científica, Senador, que não hesitou em dar todo o apoio à Anvisa nas decisões tomadas pelo absolutamente criterioso processo que a nossa agência regulatória tomou durante todo esse processo da epidemia da covid-19. De modo que eu quero aqui reiterar esse apoio, sobre o qual eu já me manifestei outras vezes junto à Meiruze, junto ao Gustavo Mendes e a outros colegas com quem tive oportunidade de ter interlocução, e também agradecer à Meiruze pela absolutamente compreensiva apresentação que aqui ela fez. Eu também tinha levantado alguns dados da situação internacional, e a Meiruze aqui nos apresentou.

Eu queria fazer alguns comentários genéricos, Senador, e depois apresentar algumas questões pontuais sobre o ponto sobre o qual o senhor nos convoca para esta reunião.

Em primeiro lugar, é preciso se dizer que o que está acontecendo... Na verdade, com a aprovação dessas vacinas, nós temos um preço, o qual não há dúvida de que nós estamos pagando. Nós fizemos estudos de Fase III no Brasil de grande qualidade, como a Meiruze aqui reiterou, e o Brasil naquele momento não fez as encomendas que poderia ter feito, quando nós já alertávamos – a comunidade científica – que a grande solução para uma virose de transmissão respiratória com R0, ou seja, com uma capacidade de transmissão muito alta de uma pessoa para várias outras, não seriam medicamentos e, sim, vacinas, ou seja, o velho axioma de que prevenir é melhor do que remediar, mais uma vez, numa epidemia dessa magnitude, se fez presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda questão que acho que é importante: nós carecemos no momento inicial... E aqui a Dra. Rosana, de maneira muito explícita, de certa maneira está tentando compensar essa falta de coordenação homogênea da qual nós nos ressentimos tanto no sentido de organizar um pouco melhor o processo de vacinação. A verdade é que o Brasil tem uma tradição e uma *expertise* de saber vacinar muito grande e, infelizmente, passamos um tempo muito longo sem saber fazê-lo, fazendo de maneira anárquica, com cada Estado tomando decisões, não obedecendo a essa condução homogênea e harmônica através do PNI. Na verdade, o que está acontecendo hoje é um fruto disso. Nós temos novas variantes aparecendo, medidas que não são tratadas de maneira igual e um resultado epidemiológico também desigual.

Então, à luz do momento atual, Senador, há alguns pontos que eu gostaria de ratificar aqui, sem repetir nenhuma das informações que a Meiruze já nos trouxe tão bem.

Em primeiro lugar, nós não estamos vacinando a população brasileira adequadamente pela indisponibilidade de um número de vacinas suficiente e pela falta da agilidade que poderíamos ter. O Brasil teria perfeitamente condições, na capilaridade dos SUS, de estar vacinando 2 milhões ou mais de pessoas todos os dias, facilitando a chegada das pessoas em horários, em fins de semana etc.

Segundo: nós não tivemos uma disponibilidade de vacinas para assegurar também essa mesma agilidade.

Terceiro: nós estamos criando um grupo – a Meiruze apresentou aqui muito bem. Nós não temos resultado de estudos com robustez suficiente neste momento para aqui simplesmente defender... E vou concluir dizendo como eu me posicionaria, como médica e como pesquisadora, em relação à revacinação ou a doses de reforço, naturalmente. Mas nós estamos criando uma espécie de grupo-controle brasileiro com a vacinação das grávidas com plataformas heterólogas de vacina. Nós já começamos a fazer isso e, certamente, vamos ter uma geração de resultados em relação a esse grupo. Então, em relação a vacinas de plataformas heterólogas, nós teremos resultados, ainda que num grupo relativamente pequeno.

A verdade é que nós sabemos que temos uma população idosa no Brasil bastante representativa, que a imunossenescência é um fato que nós conhecemos muito bem e que hoje, à luz da presença de novas variantes, como a variante Delta, cuja possibilidade de se tornar dominante no Brasil é bastante plausível – e aqui eu estou falando em plausibilidade biológica ou epidemiológica mesmo; é bastante provável que isso ocorra –, nós temos situações díspares acontecendo. Na Região Sudeste, no Rio de Janeiro por exemplo, onde eu estou, nós já verificamos, obviamente, uma prevalência a variante Delta no monitoramento que nós aqui, pela Fiocruz, fazemos, como todos os senhores sabem. Nós já observamos, dos últimos dez dias para cá, um aumento na demanda de hospitalização. Nós tínhamos parado de hospitalizar pacientes idosos e voltamos a hospitalizá-los. A grande maioria dos que estão sendo hospitalizados foram vacinados, sim, com duas doses da vacina CoronaVac.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós tendemos a defender, digamos assim, a posição de que esses grupos, não só de pontos de cortes etários... Nós poderemos discutir com mais detalhes se vacinaríamos aqueles acima de 80 anos, que é uma população menor, ou se estenderíamos, como é a tendência, por exemplo, no Reino Unido, na Espanha e em Israel, àqueles de faixa etária menor que foram vacinados, bem como a todos, ou à grande maioria, dos profissionais de saúde que foram vacinados já há mais de seis meses com a vacina da CoronaVac, porque era a disponível naquele momento. Hoje, nós voltamos a ver profissionais de saúde ficarem doentes, porque estão muito expostos. Então, há a questão da exposição de determinados grupos, independentemente de faixa etária. Então, profissional de saúde é outro grupo para o qual nós teremos que considerar a dose de reforço de vacinação.

Nós temos uma experiência que começa a ser construída com o estudo dos que fizeram parte do estudo de Fase III, voluntários que fizeram uso do braço vacina com a vacina da AstraZeneca. Nós começamos a vacinar, portanto, 12 meses depois (*Falha no áudio.*) ... isso também vai gerar algum resultado.

O Estado de São Paulo tem estudos com a CoronaVac também, que deverão gerar resultados sendo publicados, ou mostrados pelo menos, agora no mês de setembro ou outubro – falei com o Dr. Renato Kfouri, que faz parte dessa avaliação. Portanto, nós precisaremos também ter mais resultados, como a Meiruze disse muito bem, da situação brasileira.

O fato, Senadores, Meiruze e Rosana, é que, sim, o Brasil tem que estar aberto à questão da dose de reforços, e nós precisaríamos definir quem seriam os nossos grupos prioritários. Eu diria, apenas para iniciar essa discussão, que, a meu juízo, os grupos prioritários seriam, sem dúvida, pessoas vacinadas com vacina de vírus inativado, sobretudo com a CoronaVac, a partir de 70 anos; profissionais de saúde; e todas aquelas pessoas que, independentemente de idade, sejam portadoras de imunodeficiências – aí, nesse caso, entrariam todos os grupos de pacientes transplantados de órgãos sólidos e, eventualmente, transplantados de medula óssea, cuja decisão, naturalmente, é individual; nós sabemos, de acordo com a recomendação médica, que é caso a caso, ela é totalmente customizada.

E há a utilização de vacinas heterólogas. Então, a intercambialidade de vacinas é algo sobre o qual, como também muito bem apresentou a Meiruze, nós precisamos gerar dados, mas ela não pode estar fora do nosso radar.

Nós, sem dúvida nenhuma, não devemos, a meu juízo – e falo como médica, como quem assiste, como quem está internando mais pacientes nos últimos dez dias... Nós tínhamos parado, Senadores, de internar pacientes idosos. Estávamos internando... A epidemia mudou o seu perfil, a epidemia rejuvenesceu no Brasil. A média de idade de internados chegou a ser, no mês passado, de 53 anos, portanto, obviamente, revelando um perfil etário diferente e revelando também uma proteção das vacinas utilizadas. No entanto, nos últimos dias, volto a dizer, no Rio de Janeiro, que é de onde eu tenho dados – São Paulo parece estar um pouco melhor, mas nós estamos no Sudeste, é tudo muito perto, eu não tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida de que a distribuição da nova variante vai gerar um resultado em termos de demanda no sistema de saúde maior –, nós já estamos internando, sim, pacientes vacinados com duas doses da CoronaVac, majoritariamente, e, eventualmente, um caso ou outro, com AstraZeneca. Com a Pfizer, eu não tenho nenhum conhecimento de pessoas que tenham tomado duas doses e que tenham sido internadas. Então, eu acho que sim, sem dúvida, essa discussão é extremamente oportuna. Nós precisaremos, sim, de doses de reforços e uma discussão realmente séria, robusta, sobre a questão da revacinação, com quanto tempo nós deveremos revacinar a nossa população e com que prioridades. A dose de reforço, sem dúvida, eu acho que é estratégica, está no momento, e nós deveremos assumir uma posição, não apenas baseados nos dados que a Anvisa aqui nos traz, mas nos dados gerados pela Fundação Oswaldo Cruz, e esperamos ter a anuência do Ministério da Saúde em relação a essa recomendação.

Esses seriam os meus comentários nessa minha intervenção inicial, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Margareth. A senhora tem sido muito gentil conosco em atender nossos convites, tem prestigiado muito a nossa Comissão, meus sinceros agradecimentos, assim como a Dra. Meiruze tem feito sistematicamente e também a Dra. Natalia.

Eu passo a ler o ofício da Dra. Natalia, que seria a próxima a falar. Ela agradece o ofício de convite, mas:

> Conforme já adiantado à assessoria desta comissão, devido a compromissos previamente marcados vinculados a projeto acadêmico que venho realizando pela Universidade de Columbia [Estados Unidos], estarei impedida de participar no horário e na data proposta. De maneira respeitosa frente ao honroso convite, venho por meio deste oficializar tal impedimento e me colocar à disposição para futuras oportunidades.

Muito obrigado à generosa Dra. Natalia Pasternak, que sempre esteve conosco, em todas as circunstâncias.

Tendo falado os três debatedores convidados, nós iniciamos agora a fase de indagações pelos Srs. Senadores.

Eu tenho aqui, primeiro, as perguntas do nosso querido Wellington Fagundes, que está impedido por doença, por uma cirurgia que ele fez nos olhos, e me passou aqui quatro perguntas. Essas quatro perguntas, eu ainda não separei quem deve responder, mas, a partir da leitura da primeira, já vou direcionar a quem deve responder.

Perguntas do Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira pergunta:

> Há um mês vigora a Lei 14.187, resultado do árduo trabalho desta Comissão, que autorizou as estruturas industriais veterinárias a se juntarem ao esforço de produzir vacinas em quantidade suficiente para atender não apenas o País, mas o mundo. Oficialmente, divulga-se que já contratamos vacinas em quantidade suficiente para vacinar todos os brasileiros, mas parece que precisaremos de doses adicionais para manter a imunidade da população e combater as novas variantes. Sendo assim, algum dos convidados acredita que faz sentido aplicar doses adicionais de vacina em pessoas já imunizadas antes de completar a vacinação de toda a população brasileira? Se sim, qual seria a lógica por trás dessa proposta?

Eu não sei se a Dra. Rosana entendeu essa pergunta; se ela entendeu, eu passo a ela a resposta dessa primeira pergunta do Senador Wellington. Basta a senhora anotar aí, Dra. Rosana.

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO – Entendi sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Segunda pergunta:

> Indo um pouco além com relação à pergunta anterior, me parece que só estaremos seguros com todos os países vacinados, precisamos pensar em produzir e distribuir vacinas suficientes para imunizar o planeta. Eu pergunto: alguns dos convidados acredita que a atitude mais correta do ponto de vista ético e epidemiológico seria que os países que completassem suas vacinações regulares cedessem vacinas para países que ainda não conseguiram vacinar o seu povo antes de começar a aplicar doses adicionais em sua própria população?

Essa pergunta eu passo para a Dra. Meiruze responder.

Se for preciso repetir a pergunta, a senhora me avisa e eu faço a releitura.

Terceira:

> Desde maio do ano passado, identificamos oito variantes do coronavírus, sendo que quatro são, entre aspas, "mais transmissíveis e mais resistentes à ação das vacinas", fecho aspas. De fato, já se pensa em novo *lockdown* em países cujo número de mortes subiu na última semana, como, por exemplo, Estados Unidos, Reino Unido, África do Sul, Itália, Chile, e até onde a vacinação está muito adiantada, como em Israel. De acordo com a OMS, grande parte da população mundial ainda não recebeu uma dose sequer. Considerando a rapidez com que esse vírus se adapta, como o senhor, ou a senhora – no caso aqui só senhoras –, estima as chances de enfrentarmos variantes de alta consequência, que poderiam nos levar de volta à estaca zero no combate à pandemia? Baixa chance, média ou alta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é para a Dra. Margareth, a terceira.

> Quarta e última pergunta do Senador Wellington Fagundes:
> O Brasil conta com quatro vacinas diferentes – AstraZeneca, CoronaVac, Janssen e Pfizer –, duas delas já registradas e duas apenas autorizadas pela Anvisa. Após dezenas de milhões de doses aplicadas, como estão evoluindo os estudos de eficácia e segurança pós-autorização e registro dessas vacinas? Como elas estão se saindo em relação à redução de óbitos e hospitalizações e quanto a eventuais complicações associadas a seu uso?

Essa eu vou passar para a Dra. Meiruze também.

Essas são as perguntas do Senador Wellington Fagundes.

Agora, os inscritos. Eu vou passar a três Senadores. Estão inscritos os Senadores Esperidião, Zenaide e Izalci – que eu saiba, há os três inscritos. Então, nós vamos fazer o seguinte: para a gente ganhar tempo, eu quero...

Izalci está ali com a palavra. Agorinha mesmo, Izalci. Agorinha mesmo.

Você queria falar, Izalci? Você queria falar?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, é porque eu tenho, daqui a pouquinho, uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah, tá. Está bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu queria já fazer as perguntas se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Então, nós temos os três inscritos. Eu vou deixar os três falarem e, aí, as senhoras anotam as perguntas e o nome do Senador.

Então – por questão de compromisso, pedindo permissão ao Esperidião, pela justificativa que o Líder Izalci tem de outra reunião iminente –, vou passar a palavra ao Senador Izalci em primeiro lugar, com a deferência da Zenaide e do Esperidião.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Agradeço, meus colegas Esperidião, Zenaide e Oriovisto, que também está aí. É que eu tenho uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião daqui a pouquinho com a Brasscom sobre a reforma tributária. Eu gostaria de fazer algumas indagações.

Qual tem sido a eficácia dos imunizantes empregados na vacinação dos brasileiros? Quem se vacinou com apenas uma dose das vacinas da AstraZeneca, da Sinovac ou da Pfizer está protegido em que medida? E, com as duas doses, qual tem sido o nível de proteção alcançado?

A segunda: qual tem sido a eficácia...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Um momentinho. Essa pergunta você passa para quem responder? Você tem preferência de resposta?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, na prática, pode ser a Margareth, que é pesquisadora da Escola...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Então, a Dra. Margareth responde à primeira pergunta dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ..., ou também o Mauro, da Fiocruz, Instituto Butantan, que eu acho que pode responder melhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não sei se a Anvisa tem, também, a análise desses percentuais. Aquele que estiver mais à vontade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso. Dra. Margareth responde a primeira pergunta de V. Exa. Pode fazer a segunda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual tem sido a eficácia da vacina Janssen em dose única no enfrentamento da covid em nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Espera aí, porque essa eu vou passar à Dra. Meiruze, tá?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Para ela responder.

Pode continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Especificamente, em relação à variante delta da covid-19, qual tem sido o nível de eficácia das vacinas utilizadas no Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu vou pedir para a Dra. Rosana Leite, do Ministério da Saúde, responder, está bem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bem.

A vacinação cruzada consiste em ministrar a primeira dose de um imunizante e usar na segunda dose um imunizante diferente do primeiro. Essa prática é segura? Se sim, seria uma alternativa viável para o Brasil? Quais seriam os eventuais riscos e vantagens dessa abordagem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Essa vai para a Dra. Margareth.

Pode continuar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Há discussões sobre a aplicação de uma terceira dose vacinal nas pessoas que já receberam duas doses do imunizante contra a covid. Tal reforço é realmente necessário? Há vantagens claras e relevantes na adoção dessa alternativa?

Tenho mais uma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu vou passar essa pergunta para a Dra. Rosana Melo, do Ministério da Saúde, tá?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá.

E a última, Presidente: no último sábado, 14, o Ministério da Saúde liberou os Municípios a aplicarem a vacina Pfizer como substituta para a segunda dose que deveria ser da AstraZeneca. Isso ocorre por causa da escassez do fornecimento de novas doses do imunizante desenvolvido pela Universidade de Oxford.

Em uma nota técnica, o Ministério afirma que a troca desses imunizantes é recomendada, entre aspas, em situações de exceção, em que não for possível ministrar a segunda dose da vacina com a vacina do mesmo fabricante, seja por contraindicações específicas, seja por ausência daquele imunizante no País. Quais os riscos que as pessoas podem correr com essa medida? É segura?

Era essa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Meiruze para essa resposta final do Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Todos os palestrantes vão anotando o nome do Senador e as perguntas.

Senador Esperidião. (*Pausa.*)

Ele está numa ligação.

Vou passar para a Senadora Zenaide.

Senadora Zenaide, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente...

Espere aí. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem, estou ouvindo bem, Senadora. Pode falar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Bote a imagem. Hoje eu estou... Minha internet está melhor.

Olhe, primeiro, bom dia a todos. Eu quero aqui agradecer já a presença dos nossos debatedores, a Rosana Leite, a Meiruze de Sousa, a Margareth Dalcolmo. Todas vocês vêm nos dar uma luz.

Eu queria fazer aqui uma pergunta. Eu acho que essa é dirigida à Rosana. O Ministério da Saúde está discutindo e ouvindo a comunidade científica sobre a necessidade da revacinação? Já está elaborando planos de aquisição para dar conta dessa necessidade? Porque a gente sabe que por mais que o Ministério da Saúde diga que não está faltando vacina, mas está, porque a gente sabe que uma vacina como a da Pfizer, não é obrigada a esperar os três meses, poderia ser antecipada. A gente sabe que... É uma pergunta, mas pelo que eu ouço da comunidade científica, é que a gente só está realmente vacinada e imunizada com as duas doses, com exceção da vacina da Janssen, que é uma dose. Então a pergunta seria essa.

Outra pergunta, Dra. Rosana: qual a autonomia que essa secretaria da senhora tem? Secretaria extraordinária. Por exemplo, para a senhora ter autonomia, como a senhora falou aí, as dificuldades de comunicação, tanto com os outros entes federativos, e com o público, a senhora não teria autonomia de fazer uma campanha maciça mostrando como a população se defender sem ser com medidas farmacológicas? A senhora tem autonomia para isso? É uma pergunta.

Porque a senhora está vendo, eu acho que a senhora tinha razão, era extremamente necessária essa secretaria, porque as outras doenças não deixaram de existir por causa da covid. Mas só tem três meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Têm autonomia os senhores para fazer, para pedir uma campanha? Porque eu acho que a gente nunca teve uma.... Nem epidemia, quanto mais uma pandemia, sem haver uma campanha publicitária mostrando à população como se defender, a importância do uso de máscara, mesmo com a vacina. Isso cria essa divergência entre Município e Estado, cada um fica tomando a sua conduta. E por isso que eu estou perguntando. São essas duas perguntas para o Ministério da Saúde.

Outra coisa que eu queria perguntar aqui, eu queria já perguntar, mas já agradecendo à Dra. Margareth... Acho que no caso, eu sou infectologista, mas não sou da ciência, como o Esperidião Amin disse, sou da universidade. Mas uma pergunta que eu queria fazer é a seguinte: essa questão, concordo, não é nem uma pergunta, com a senhora, que se há a necessidade, se é cientificamente provada a necessidade de uma terceira dose. Também acho que os profissionais de saúde, é de uma importância fundamental, porque a gente volta àquilo primário: o profissional, a carga viral que você recebe, e a defesa que seu organismo tem, que muitas vezes, você recebe uma carga viral, mas seu organismo se defende bem. Mas se você continua recebendo, eu acho que é por isso que a gente tem um índice muito grande de mortalidade nos profissionais de saúde. Pelo menos tinha até então.

E é basicamente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide, pela sua participação.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Alô, bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom dia, meu Senador Confúcio. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tudo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Queria cumprimentar as nossas três palestrantes, muito objetivas: a Rosana, a Meiruze e especialmente a Dra. Margareth, com quem eu até dialoguei um pouco antes da abertura formal da reunião, com o testemunho da nossa querida Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho praticamente dúvidas a respeito do que foi exposto. Eu apenas encaminhei, Presidente, um texto que chegou ao meu conhecimento ontem, datado de 13 de agosto, enunciado pelo especialista no assunto Tom Frieden, que foi diretor dos centros de controle e prevenção de doenças, entre 2009 e 2017, e é sênior do Conselho de Relações Exteriores dos Estados Unidos. Ele faz uma reflexão sobre a variante Delta e, mais além, aprendendo a conviver com a covid, exatamente versa sobre o impacto dessa variante e das próximas, que certamente surgirão, e da necessidade de complementação de vacina, como foi dito aqui.

Com a Dra. Margareth eu estava discutindo, até para aprender, Senador Confúcio, quem é que delibera sobre esse assunto. Nós já temos alguns Estados anunciando a terceira dose. O senhor já escutou isso, certo? Qual é o critério para essa terceira dose? Qual é a fundamentação? Então, se houver uma terceira dose ou uma dose anual, isso vai ter que entrar no Plano Nacional de Imunizações. Até para nós não destruirmos algo que foi a construção do nosso sistema nacional de vacinação.

Costumo dizer que, em 1979, o Estado de Santa Catarina foi pioneiro ao trazer Albert Sabin e fazer uma campanha de 100% de imunização de crianças. Claro que o Brasil todo fez isso. Foi dessa forma que a paralisia infantil, a poliomielite, deixou de ser uma preocupação, a ponto de, nas campanhas anuais, nós não conseguirmos mais 100% de participação do público-alvo. No meu Estado, nós mal chegamos a 60%, no ano de 2020.

Então, o que eu desejo é que nessa articulação nós consigamos refazer a coordenação desse novo ciclo de vacinação com menos vírus político, com menos vírus de ego, vírus este que esteve presente desde o anúncio da vacina, desde a pregação de compra autônoma de vacina. Porque eu me lembro que até hoje, que eu saiba, vacina aplicada no braço do brasileiro foi comprada pelo Ministério da Saúde, porque nós aprovamos, no Senado e no Congresso, para a iniciativa privada comprar, para Prefeitos comprarem, Prefeitos que se conveniaram, inclusive, com o Instituto Butantan, em dezembro, dia 10 de dezembro de 2020, e não compraram nenhuma, e consórcios de Governadores, que, igualmente, se mobilizaram.

Eu não reprovo essa mobilização, mas acho que a nossa Comissão deveria concluir aulas como esta que nós tivemos hoje, de sorte a reerguer os princípios de coordenação do Sistema Único de Saúde, com vistas a fortalecermos, e não fragilizar, planos nacionais de imunização. No caso, podemos dizer, da revacinação ou da vacinação anual, de acordo com aquilo que os cientistas determinarem, mas a coordenação tem de ser revitalizada, porque ela foi seriamente danificada pelo chamado vírus do ego.

É assim que eu chamo as iniciativas descoordenadas que nós testemunhamos, especialmente desde dezembro de 2020, desde a data de 10 de dezembro de 2020, quando Prefeitos do Sul do Brasil, especialmente, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, firmaram termos de compromisso de compra de vacina, que, felizmente, nós esquecemos de cobrar, porque haveria, certamente, várias CPIs pelas Câmaras de Vereadores lá fora do Brasil para cobrar, no mínimo, a despesa de viagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Esperidião Amin.

Eu vou, agora, tem praticamente quatro...

O Senador Esperidião, o Senador Izalci, a Senadora Zenaide e o Senador Wellington Fagundes fizeram as perguntas.

Estou vendo Nelsinho Trad. Bem-vindo à nossa Comissão! Muito obrigado pela sua honrosa presença.

Então, vamos passar à sequência das respostas na ordem das falas iniciais. Primeiro, Dra. Rosana, para responder.

A não ser que surjam outras perguntas, temos algumas perguntas dos internautas, que o Senado sempre faz questão de que a gente faça essas perguntas, ou escolha as que não forem repetitivas, para prestigiar os internautas que estão ligados em nossa audiência.

Então, com a palavra a Dra. Rosana Leite de Melo.

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO (Para expor.) – Obrigada, Senador Wellington, pela pergunta.

Antes de respondê-la, quero só fazer uma explicação.

Nós temos programadas, até o final do ano, o acumulado de 632.512.770 doses de vacina. Nesse mês de agosto, a previsão era de 64.900.000. Realmente, vai cair. A gente está fazendo uma projeção, vai dar em torno de 60 milhões – 58,160 milhões. A previsão de entrega desses imunizantes para setembro é 66.562.702 doses e, em outubro e novembro, 226.745.750. Por que eu quis colocar isso? Nós, realmente, para começarmos uma discussão... Eu falo até uma... Eu coloco este exemplo para todo mundo que me conhece: no hospital onde nós estávamos, nós sabíamos, com 15 dias de antecedência, aproximadamente 10 dias, da obrigatoriedade de todos os nossos profissionais de saúde usarem máscara. Os senhores lembram que, naquela época, no início da pandemia, faltaram insumos. Nós começamos a fabricar mesmo a máscara. Com aquela situação de emergência lá em Mato Grosso do Sul, nós sabíamos disso, só que nós não tínhamos. Nós começamos, fizemos todos os esforços possíveis e impossíveis, inclusive recorremos ao Inmetro e tudo e fomos fazendo essas máscaras, só que eu estava impossibilitada, porque eu tinha 2,5 mil funcionários, sem falar nos pacientes, e assim sucessivamente. A gente teve que postergar por uma semana, mesmo sabendo que poderíamos antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu quero colocar isso? É que nós, como gestores, temos que tomar as decisões, e elas envolvem muitas variáveis, mas isso não quer dizer que a gente vá, no caso, prevaricar ou algo assim. Nós temos que ser cobrados. Eu acho que a gente mostra as situações, e não quero me furtar de nenhuma decisão.

Então, nós começamos, sim, essas discussões, tão logo eu cheguei ao Ministério, em relação aos imunizantes. As agendas aqui são bastante cheias, como devem ser, não é? Nós estamos numa pandemia, o objetivo de todo mundo realmente é salvar as vidas, mas também frear, parar essa pandemia, interromper essa transmissão, porque, se nós não juntarmos esforços, não só nesse sentido da imunização, que é a prevenção primária, os meios de barreiras, como foi bem colocado, nós não temos... As barreiras que nós vamos utilizar são as máscaras e os cuidados. As barreiras de fronteira, infelizmente... Em um mundo globalizado, nessas situações, onde a maioria dos países são democráticos, é difícil a gente tentar viver isolado e falar: "Olha, aqui neste território ninguém entra, ninguém sai".

Então, há todas as dificuldades. Porém, isso não quer dizer que nós não vamos tomar as medidas sanitárias pertinentes e, sim, em alguns momentos, algumas medidas mais restritivas e, em outros momentos, menos restritivas. Somos seres humanos todos nós, e, muitas vezes, se colocarmos medidas por um grande período de tempo... É igual à questão dos óbitos. Chegou um momento em que, infelizmente, houve... Eu vou falar por parte da sociedade em si: por mais que morressem pessoas próximas, as pessoas ficaram meio anestesiadas. Também isso faz parte da nossa constituição psicológica.

Então, nesse sentido, o que nós estamos analisando? Se nós pegarmos os grupos de risco, que a gente chama de grupos prioritários, eles foram baseados nesses quantitativos, nesses dados do IBGE. Para vocês terem uma ideia, a previsão dos números dessa população foi de quase 80 milhões. Então, a gente está fazendo uma programação. Talvez não entrem todos os grupos. Então, estamos fazendo algumas modelagens. Para quê? Para essa população, que nós vamos vacinar, que tem direito à vacinação, incluiríamos esses grupos com esse quantitativo que nós já temos. Estamos atrás, sim, de adição de contratos licitatórios que nós já firmamos, atrás de antecipação de doses. Como todo mundo sabe, a Janssen teve alguns problemas com alguns laboratórios e renovou. Talvez, a gente consiga antecipar essas doses que chegarão no final do terceiro trimestre, mas pensando e calculando com esses grupos.

Como – acho que foi o senhor que comentou – essa variante Delta começa a modificar, a gente começar a rever a situação. Nós decidimos, na última CIT, que nós vacinaríamos, terminaríamos a população adulta em D1. Depois que terminássemos a população adulta, passaríamos, sim, aos adolescentes, os adolescentes com comorbidade e, depois, os adolescentes sem comorbidade. No meio tempo, chegou-se à conclusão de que abaixo de 20 anos... A gente já poderia iniciar primeiramente os adolescentes de 12 a 18 com a Pfizer, que é a única que está liberada para esses adolescentes com comorbidade. Porém, agora começa o questionamento de vacinar principalmente a população mais idosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos que, acima de 60 anos, alguns imunizantes, realmente, por conta da imunossenescência, diminuem a sua efetividade, notadamente acima de 70, 80 anos. E aí esse quantitativo de pessoas nós temos. Para vocês terem uma ideia, o nosso quantitativo de pessoas acima de 80 anos dá em torno de 4 a 5 milhões.

Então, em tudo isso, a gente está fazendo essas modelagens juntamente com a nossa equipe da Câmara Técnica Assessora. Lembro também que nós fizemos uma nova portaria para regulamentá-la, porque ela estava em dissonância com aquele decreto do Presidente de 2019. Além dessa Câmara Técnica Assessora do PNI, uma provisória está assessorando o PNO. Assim, com todas essas evidências, essas discussões são feitas nesse espaço para trazer esses subsídios técnicos juntamente com a parte da aquisição dos imunizantes.

Algo também que foi... Eu vou até antecipar uma resposta para o Senador Esperidião. Eu também achei bastante confuso, porque o PNO e o PNI colocavam as faixas etárias, colocavam os grupos. Porém, alguns Estados e Municípios deveriam segui-lo, porque todas essas discussões de distribuição de vacina são feitas em reuniões tripartite, ordinariamente, todas as segundas-feiras à tarde, além de reuniões com os representantes Conass e Conasems, porque eles é que representam, assim como no Ministério da Saúde... Eu represento o Ministério da Saúde nessas reuniões. Porém, chegando à ponta, muitas vezes, elas não são cumpridas, não são obedecidas.

Legalmente, o que poderemos fazer? Como em tudo no SUS, a gente tenta realmente um consenso. Porém, há situações que acabam causando iniquidades, o que nós começamos a observar e fizemos até... Não fizemos mudanças no PNO. O PNO não mudou a forma de distribuição. Porém, tentamos modelar porque a situação epidemiológica está... Ela estava um pouco mais estável há aproximadamente duas ou três semanas. Mas, para diminuir essas iniquidades e receber vacinas, sempre primando para não provocar injustiças em relação àqueles Estados e Municípios mais eficientes, mandaram a quantidade para aquele Estado de uma forma equitativa em relação à população acima de 18 anos, em ordem decrescente, para eles se organizarem.

Tudo isso foi muito pactuado entre as três instâncias, tudo isso bem colocado em todos os nossos informes técnicos públicos. Então, assim, a norma, embora infralegal, é de conhecimento de todos, tudo com a pactuação, como preconiza o Sistema Único de Saúde.

E aí como nós poderíamos cobrar ou dar uma sanção a Estados e Municípios que estão descumprindo? Em relação, por exemplo, à intercambialidade, não é verdade que o Ministério liberou a intercambialidade. Essa nota foi colocada em um veículo no sábado, tanto é que pedi para a comunicação colocar uma errata ou algo assim. Foi liberada a intercambialidade para as gestantes. Lembrem-se de que houve todo aquele problema daquele efeito adverso, e nós suspendemos temporariamente. Avaliamos as evidências científicas e liberamos, sim, a intercambialidade para as gestantes: aquelas que tomaram a AstraZeneca poderiam tomar a CoronaVac ou a Pfizer, principalmente aquelas que tomaram no início da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gravidez. Então, assim, o risco-benefício era mais evidente se elas fizessem essa intercambialidade. Porém, como eu falei, a gente colocou preferencialmente a Pfizer e, nos Municípios onde há dificuldades – todos aqui sabem como é esse imunizante –, a CoronaVac. Então, assim, nós não liberamos a intercambialidade, mas só nessa situação.

Vale ressaltar que todas as liberações das vacinas... Nós liberamos Dose 1 com planejamento da Dose 2. Se algum Estado ou Município está com deficiência, neste momento, da Dose 2 é porque houve algum problema não referente ao Ministério da Saúde, porque nós distribuímos em consonância ao que era, porque a D2 sempre... O referencial é a D1, ou seja, provavelmente fizeram a D1, utilizaram a D2 em D1. Talvez tenha acontecido isso. Isso a gente também está analisando, porque nos pegou também de surpresa esse tipo de atitude.

E, como foi colocado, embora existam estudos sobre a intercambialidade, ainda nós recomendamos as vacinas homólogas. Aqui no nosso País é assim. Será que daqui a um mês... As coisas são muito dinâmicas. Se acontece alguma contingência, para quem vão entregar determinado imunizante? Como eu falei, aqui são os contratados. Essas vacinas estão com essa previsão. Elas estão sendo fabricadas, a exemplo da Fiocruz. Se acontecer esse tipo de contingência, com certeza, o Ministério da Saúde vai se pronunciar. Mas nós fazemos um planejamento. Nós estamos com bastante discussão. O planejamento nosso é para o País inteiro. Inclusive, segundo as nossas modelagens, no final de setembro, nós vacinaremos D1 e, em novembro e dezembro, todas. Então, isso é o planejamento para todo o País.

O que é que nos deixa bastante tristes? Aí vem a questão moral e ética mesmo, não é? Vou falar nesse sentido. É que há esses outros vírus, como foi bem colocado, e há alguns interesses que queiram terminar a vacinação antes ou depois. É óbvio que, se acontecer alguma situação epidemiológica, nós iremos, sim, se as evidências mostrarem, levar mais vacinas para determinados Municípios, para determinados Estados, como já aconteceu. Mas, neste momento – inclusive, soltamos até uma nota técnica em relação à variante –, o importante, sim, é prosseguir com a vacinação.

Nessa reunião tripartite, nós também tínhamos deliberado, conforme as entregas da Pfizer – estão, sim, entregando –, que nós reduziríamos o intervalo de doses da Pfizer, principalmente agora, na segunda quinzena de agosto, e já estariam muito bem avaliadas as doses de D1. Então, abriríamos isso também.

Deixe-me ver se há mais alguma pergunta para eu dar resposta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Há as perguntas da Senadora Zenaide, Dra. Rosana.

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO – Da Senadora Zenaide, sobre a revacinação, acho que eu consegui responder.

Dra. Zenaide, a revacinação está, sim, no nosso radar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ela falou sobre a autonomia da senhora.

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO – Eu anotei. Sim, eu tenho como... É desafiador! Eu acho interessante. Para as pessoas que não sabem, eu sou cirurgiã oncológica e cirurgiã de cabeça e pescoço. Então, a gente gosta de desafios.

A Secovid, para as pessoas entenderem, funciona como se fosse uma secretaria executiva nesse sentido. Certo? Nós trabalhamos não só na articulação, nessa coordenação. Seria uma gestão matricial, sendo que não é matricial o organograma do Ministério da Saúde. Eu acho que no País ainda falta muito para evoluir para a gente, de fato, fazer uma gestão matricial, mas é isso que a gente está fazendo. Nós temos essa autonomia, sim.

Em relação à comunicação, na comunicação levamos os casos, levamos todos para fazer as campanhas. Estamos ainda fazendo alguns ajustes em relação a todo esse processo, mas o ministro, sim, me dá toda essa autonomia, e as pessoas que me conhecem sabem que eu primo muito pelo diálogo, pelas discussões. É bem verdade que também sei tomar decisões quando percebo que não está havendo esse tipo de acordo ou alguma coisa assim. Mas, nesse pouco tempo em que eu estou aqui no ministério, trabalhando com todos os secretários, com o ministro, eu estou bem satisfeita e bem à vontade. De fato, eu estou conseguindo fazer... É óbvio que nós temos algumas questões operacionais como montar uma equipe – como todo mundo sabe, era uma secretaria do zero –, desde a parte do secretariado à parte operacional. São esses probleminhas que acontecem, mas não em questão de juntar todas as outras ações em relação à covid.

Não sei se consegui responder, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Dra. Rosana Leite de Melo.

Agora eu passo a palavra à Dra. Meiruze para responder também aos questionamentos feitos a V. Sa.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Obrigada, Senador Confúcio.

Agradeço ao Senador Wellington pela pergunta.

Senador Wellington, eu diria que essa pergunta é a resposta de um milhão. É o grande desafio dos gestores públicos equalizar a vacinação com duas doses, que é o esquema que responde pela melhor eficácia das vacinas, as vacinas de duas doses, e utilizar a terceira dose, em especial no mundo de distribuição nada justo, nada equânime, considerando as características desse vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos que, quanto menos houver um processo acelerado de vacinação mundial, mais nós favoreceremos o surgimento das variantes de preocupação, inclusive de variantes que podem driblar a resposta imunológica e driblar as vacinas. Enquanto agência reguladora, eu diria que esta é até uma grande cautela nas discussões de terceira dose: trabalhar fortemente, apoiar todas as ações dos gestores públicos, todas as estratégias para ampliar a vacinação, e também acompanhar as pesquisas que discutem a terceira dose, a melhora da resposta imunológica, a melhora da resposta imunogênica. O que nos aponta é que uma decisão de terceira dose não pode ser – não deveria ser, pelo menos – uma decisão generalizada para todos os vacinados, mas, sim, uma decisão a partir dos dados epidemiológicos de acompanhamento das vacinas, uma decisão levando em consideração determinados grupos, os grupos dos mais vulneráveis, sejam os idosos, pela própria característica fisiológica do envelhecimento – e, graças a Deus, nós contamos hoje com um grande número de idosos no Brasil, em função das melhorias de saúde pública; isso é um reflexo de uma política de anos na melhoria de saúde pública –, e também dos imunocomprometidos. Então, essa decisão tem que ser sempre ponderada.

Eu brinco aqui, numa fala, que os gestores mundiais, os líderes mundiais devem levar em consideração ampliar a vacinação mundial e discutir também a terceira dose, em especial para os grupos mais necessitados. Eu penso que esse é o equilíbrio entre a ética, a necessidade de ampliar a vacinação e as estratégias para conter as variantes.

Senador Izalci, obrigada pela sua pergunta. Eu diria que a eficácia da vacina Janssen é uma eficácia... Todas as vacinas levam em consideração os casos moderados, os casos graves e os casos de hospitalizações. A vacina Janssen teve estudos clínicos conduzidos aqui no Brasil e tem hoje três estudos clínicos aprovados, seja para o braço da segunda dose, seja para o braço das grávidas e para o braço das adolescentes. A eficácia global média da vacina Janssen é em torno de 72%. É uma vacina que ainda não está amplamente utilizada, tem uma grande estratégia de ser uma vacina dose única, mas o comportamento epidemiológico da vacina Janssen frente às cepas variantes seria com a ampliação da vacinação no Brasil. Quando nós aprovamos, aprovamos com a média ali em torno de 72% da eficácia geral.

Eu acredito, Senador, que eu respondi a todos os questionamentos.

Há um específico do Senador Wellington também quanto à questão das vacinas heterólogas. O que nos aponta é que o uso de esquemas heterólogos, até o momento, são vacinas que já passaram pela avaliação da qualidade, eficácia e segurança em duas doses. Então, eu diria que o perfil de segurança dessas vacinas já é conhecido. Utilizá-las de formas heterólogas nos indica que são vacinas seguras. Entretanto, a eficácia desse esquema precisa ser acompanhada. Assim como a gente acompanha as vacinas aprovadas, a gente precisa acompanhar por longo tempo a eficácia de utilizar duas vacinas heterólogas e também acompanhar o perfil das reações adversas. O que se espera é que, quando se utilizam vacinas heterólogas, você tem resposta imunogênica diferenciada, inclusive maior risco de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reações adversas, mas, de toda sorte, sempre devemos levar em consideração a necessidade, as estratégias de imunizações e, às vezes, uma resposta adversa que um paciente pode ter numa primeira dose com um tipo de vacina, e o médico faz a sua avaliação, dentro do contexto científico, de tomar uma decisão de uma segunda dose.

O acompanhamento epidemiológico de todas as vacinas autorizadas no Brasil, mais os dados que estão sendo gerados, nos facilitará as tomadas de decisões quanto à manutenção das vacinas autorizadas, inclusive quanto à manutenção frente a respostas imunogênicas, porque são vacinas de perfil de eficácias diferenciadas, pelas suas próprias tecnologias... As empresas precisam continuar gerando dados e entregando para o Brasil essas informações, para que se mantenha a autorização ou se reveja a autorização, e, nesse momento, todas as empresas estão sendo acompanhadas e cobradas.

Teremos, nas discussões de avaliações que se apontam, a vacina CoronaVac solicitou a ampliação da faixa etária para vacinação, inclusive crianças e adolescentes, e essa avaliação tem que ser feita usando o conjunto de dados apresentados mais o monitoramento até o momento, mais os dados epidemiológicos, inclusive conforme trazidos aqui pela Dra. Margareth, no sistema de utilização da vacina CoronaVac.

Senador, eu me coloco à disposição e espero que eu tenha aqui anotado todos os pontos para resposta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Meiruze.

O Senador Wellington trabalhou muito, de maneira incansável, de fevereiro para cá, para a utilização dos laboratórios que produzem vacinas para animais, que têm uma estrutura muito grande, estruturada... O próprio Ministro da Saúde visitou, outros ministros, a Anvisa também esteve presente. Dá para fazer uma adaptação, alguns investimentos, e produzir o IFA nacional nos laboratórios de saúde animal já instalados em São Paulo e Minas Gerais. Então, eu até, assim... Não se pode esquecer isso, até porque, de repente, ano que vem se vai precisar de vacina e, tendo essas vacinas produzidas no Brasil... É um trabalho que gerou um projeto de lei de autoria do Senador Wellington, foi sancionado pelo Presidente, ele está muito alegre, mas é preciso que isso venha a acontecer na prática.

Eu passo a palavra para a nossa... Styvenson, aguente um pouco; temos o Senador Styvenson aqui. Eles vão esperar um pouquinho a Dra. Margareth dar as respostas dela, depois eu passo para o Senador Styvenson e o Senador Oriovisto, para ele poder fazer, consequentemente, o encerramento da nossa audiência pública.

Com a palavra a Dra. Margareth.

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador, obrigada aos que me antecederam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta que me foi encaminhada é a do Senador Wellington sobre a questão das variantes de preocupação *versus* as vacinas e ação das vacinas *versus* as novas variantes.

Sem dúvida, Senador, é sabido que as vacinas, apesar de terem demonstrado taxas – todas elas, independentemente das plataformas – de eficácia, porque nós falamos de eficácia quando estamos falando de projetos de pesquisa e falamos de efetividade ou eficiência quando falamos desses estudos que estamos fazendo, porque, na verdade, são quase um Fase IV, que é o mundo real, ou seja, já a aplicação na comunidade. Sem dúvida nenhuma, nós sabemos que é esperado que, a cada variante de preocupação que eventualmente haja – e nós sabemos que hoje há no mundo quatro variantes de preocupação, que são as denominadas pelas letras gregas atualmente, das quais circulam no Brasil a variante Gama, que é a nossa, que nasceu aqui; a variante Delta, que tende a ficar dominante –, nós imaginamos e sabemos que há uma tendência das vacinas de perder um pouquinho nessa efetividade esperada; e, se é esperada, estou falando de mundo real. Essa é outra razão pela qual se coloca como profundamente oportuna a discussão sobre um processo de doses de reforços de vacina como fazemos neste momento.

Na questão de medidas administrativas do tipo fechamento, Senador, embora nós reconheçamos que estamos todos muito cansados, a verdade é que o Brasil nunca fez um *lockdown* adequado, o Brasil nunca alcançou 60% de afastamento de atividades, como seria o dado desejável teoricamente calculado. Quem mais chegou perto foi São Paulo, em alguns dias, com 58% de distanciamento. Outros países tomam medidas muito duras e muito eficazes com questões de fechamento. Eu falo com a Austrália, por exemplo, toda semana, por força do estudo de Fase III com a vacina BCG para covid-19, da qual eu sou investigadora principal, e a Austrália tem cinco casos, fecha o bairro todo, fecha a cidade inteira. Melbourne e Sydney estão vivendo o sexto *lockdown* no país. É um país com outras características, menos gente, etc. Então, eu acho que essas medidas administrativas não podem estar fora do espectro de serem eventualmente tomadas se houver alguns locais com maior concentração de casos.

A questão do Senador Izalci, que fala sobre a eficácia das vacinas com uma dose ou com duas doses: a vacina da AstraZeneca, à qual o senhor se referiu especificamente, Senador, já mostrou, no estudo de Fase III, uma eficácia com uma dose de 70% a 72%, que passa para 81%, quando é feita a segunda dose, lembrando que, para todas as vacinas que são aplicadas em duas doses, é absolutamente fundamental serem aplicadas as duas doses; não há discussão sobre isso. O que se coloca hoje, como a Meiruze levantou muito bem, é a possibilidade de se fazer uma segunda dose para uma vacina de plataforma única, como a Janssen. Isso está na pauta, está na ordem do dia, precisará gerar respostas sobre isso. Então, a Meiruze já respondeu essa questão.

A questão das vacinas heterólogas ou da intercambialidade, eu diria, Senador – e aqui falo como médica –, que é muito fascinante. Nós imaginamos que, sim, como as vacinas são muito imunogênicas e, portanto, muito reatogênicas, razão pela qual elas causam, sem dúvida, numa proporção que não é desprezível, efeitos adversos – efeitos adversos autorregulados, muito efêmeros, que em geral são um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconforto que dura de 24 horas a 48 horas, e são exatamente pela sua grande capacidade imunogênica –, então, é esperado que... Por exemplo, quando nós intercambiarmos duas plataformas, partindo do pressuposto de que ambas são seguras – que é o mais importante quando nós falamos em vacina que vai ser aplicada maciçamente na comunidade –, se esse quesito está respondido, nós só precisamos gerar resultados se nós alcançarmos uma taxa de proteção igual – e aí eu estou falando de superioridade e inferioridade –, se ela for superior ou igual pelo menos. E aí igual responderia a questão da falta de uma vacina, em que outra poderia eventualmente suprir.

Então, a questão das vacinas heterólogas, sim, está na ordem do dia e precisará ser gerado resultado. E, como eu disse na minha intervenção inicial, o Brasil está criando uma espécie de grupo que vai gerar um resultado, que é a questão das gestantes que já estão sendo vacinadas, por autorização do Ministério da Saúde, como muito bem frisou a Rosana, que é o grupo das gestantes que que estão sendo tão sendo vacinadas com duas vacinas diferentes.

A questão da Senadora Zenaide: sem dúvida nenhuma, Senadora, eu acho que as suas perguntas foram muito pertinentes. E eu trouxe a questão dos profissionais de saúde porque a impressão que eu tenho, salvo engano, é que há um consenso mais ou menos subliminar entre todos nós de que nós precisaremos revacinar os mais idosos e os portadores de qualquer doença de imunodeficiência, seja uma doença genética inata, seja uma doença adquirida por força da imunossupressão gerada por transplantes de órgão sólido ou de medula óssea. Então, isso me parece relativamente consensual. A questão dos profissionais de saúde, especificamente no Brasil, eu colocaria, digamos assim, pelo factual e pelo temporal, ou seja, a grande maioria dos profissionais de saúde – não é o meu caso, porque eu fui vacinada com a AstraZeneca, da Fiocruz –, a maioria dos profissionais de saúde vacinados ainda no começo da vacinação o foram com a vacina CoronaVac. E nós temos percebido uma enorme insegurança, um temor enorme dessas pessoas. Então, eu acho, Senadora Zenaide, francamente, que o grupo de profissionais de saúde – e aí nós poderíamos primeiro cortar pela faixa etária, como seria uma eventual decisão e depois cobrir de mais proteção todo esse grupo, que está muito exposto –, a nossa carga de exposição é permanente, por mais que nós usemos máscaras adequadas, a nossa taxa de adoecimento foi maior e a taxa de morbimortalidade também foi maior.

Então, acho que essas eram as perguntas que me foram destinadas, Senador, e acho que as respondi todas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Margareth.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos caminhando para o encerramento; dois Senadores estão inscritos, e depois eu faço a leitura de algumas perguntas rápidas dos internautas. E nós dispensaremos nossos convidados após essa rodada mais rápida.

Com a palavra o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Senador Confúcio... Alô?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Pode continuar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Consegue ouvir?

Bom dia. Bom dia aos convidados. Bom dia a todos Senadores e Senadoras.

Ouvindo a discussão sobre a terceira dose – eu não sou médico, não sou especialista, não sou infectologista, mas acompanho bem a sociedade, tanto que eu estou na rua –, existem várias dúvidas sobre as vacinas e as dúvidas do dia a dia da gente. Para quem é político as pessoas perguntam, e muitas vezes a gente não sabe responder. Muita gente hoje escolhe as vacinas que quer tomar: "Ah, não vou tomar tal vacina porque é chinesa, tem pouca efetividade, não defende".

Para os especialistas, vamos lá; para Sra. Rosângela ou para quem mais especializado quiser responder, Sr. Confúcio, para quem faz essas pesquisas: é uma vantagem o Brasil hoje, pela dimensão que tem, estar utilizando vários tipos de vacinas? É uma vantagem para a gente, se comparado com Estados Unidos, que usaram um tipo de vacina só, majoritariamente a Pfizer, como Israel, e estão estudando uma terceira dose? Porque, logo no início, a vacina seria a solução para tudo, e essa solução para tudo passou a sensação de que a gente poderia tirar a máscara, voltar à normalidade, voltar aos hábitos de antes, mas parece que não é dessa forma. Parece que existem essas variantes e que as vacinas não estão acompanhando essas variantes, passando essa insegurança para a gente de novo, para as pessoas que estão no dia a dia nas ruas. Mas não vai parar, como foi dito aí, na nossa futura vacina. Então, seria uma vantagem a gente ter três, quatro tipos de vacina em um país como o nosso?

Uma segunda pergunta seria para a Sra. Rosana. A gente viu agora o caso de um casal de atores, o Tarcísio Meira e a Glória Menezes, se não me falha a memória. Os dois tinham tomado as duas doses da vacina, estavam com todos os cuidados, segundo os filhos disseram, estavam mantendo o controle porque tinham comorbidades. Infelizmente, o covid vitimou o ator, o Tarcísio, e a Glória Menezes, não. Aí pego o gancho da pergunta do Senador Esperidião Amin sobre a prioridade da terceira dose e que tipo de dose seria essa: uma terceira dose, no caso do Tarcísio Meira, teria evitado sua morte, mesmo com as comorbidades, mesmo com a doença pulmonar que ele já tinha? Teria evitado a sua morte nessa hipótese?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São essas perguntas, Senador Confúcio, que a população no meio da rua faz, faz todos os dias.

Obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

Praticamente, ele fez perguntas para a Dra. Rosana. Daqui a pouco a senhora responde.

Eu passo a palavra para o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Muito bom dia a todos!

Quero saudar os nossos convidados cientistas, que estão, como sempre, nos trazendo mais conhecimento para que possamos decidir melhor quando tivermos que fazer leis a respeito do assunto.

Basicamente, eu tenho uma única pergunta, preferencialmente a ser respondida por alguém ligado ao Butantan.

Eu acompanho a ButanVac já há algum tempo. Inicialmente ela foi anunciada como uma vacina de dose única. Ela está na Fase III. Também vi pela imprensa esses dias que o Butantan já tem 10 milhões de doses estocadas dessa vacina. Então, a pergunta é: já tem algum resultado da Fase III? Ela será realmente de dose única? Já chegaram a essa conclusão? Para quando está previsto o término da Fase III e quando a gente pode esperar que essa vacina comece a ser aplicada em larga escala?

É só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Oriovisto.

Eu vou passar aqui as perguntinhas dos nossos telespectadores.

Do Geovane RB, de Mato Grosso do Sul. Vou passar essa pergunta para a Dra. Rosana Leite de Melo. É de um conterrâneo seu, de lá do Mato Grosso do Sul, o Geovane: "Qual seria o custo para os cofres públicos da aplicação da terceira dose? Seria o caso de permitir também que a iniciativa privada o fizesse?"

Pronto, só essa perguntinha do Geovane.

Da Maria Eduarda, do Espírito Santo, para a Dra. Margareth: "Quais dados expostos demostram a eficácia de uma terceira dose? E quais estratégias serão adotadas para aplicação da terceira dose?" É só a perguntinha dela. Eu estou lendo como ela perguntou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Samantha Deodato, do Rio de Janeiro – deixe-me ler primeiro, depois eu destino quem vai responder: "Gostaria de saber sobre o uso de vacinas distintas para evitar o coronavírus. Essa estratégia será amplamente adotada?" A Dra. Meiruze responde essa para a Samantha Deodato, do Rio de Janeiro.

Wanderley Souto, Goiás: "Por que quem tomou a vacina CoronaVac contra o covid não tem autorização para entrar na Europa?" Essa pergunta para quem, meu Deus do céu? (*Risos.*)

Para a Dra. Margareth. Ela se predispôs a responder. Por que quem toma CoronaVac não entra na Europa? Que negócio é esse?

E, por fim, só mais uma. Perguntinhas curtas.

Ana Paula Accetta, Rio de Janeiro: "Quais seriam os prazos adequados para o reforço, qual o resultado de usar um imunizante igual ou diferente do anterior e quem precisaria?" Quais seriam os grupos? Então, essa eu vou passar para a Dra. Meiruze.

Pronto. Vamos às respostas.

Após as respostas, podem já fazer as suas despedidas.

Para nós foi uma honra imensa ter essas três mulheres brilhantes aqui conosco hoje. Até o menino que vê aqui comigo, o Flávio, que assessora a Comissão, falou: "Só deu mulher competente hoje nesta Comissão!" Graças a Deus! São mulheres competentes mesmo.

Então, eu passo à Dra. Rosana, em primeiro lugar, para responder às perguntas.

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO (Para expor.) – Obrigada, Senador. Eu acho que as mulheres vão dominar o mundo, não é? Já dizia um professor meu.

Muito obrigada pela deferência, e eu estendo a todas elas. Realmente a Meiruze e a Dra. Margareth são pessoas que têm uma atuação muito grande. A gente admira muito.

Respondendo, nós começamos a nossa imunização em janeiro. Alguns países começaram antes um pouquinho. Acho que o Reino Unido foi em dezembro. Porém, não só o tempo, mas também tudo tem que ser avaliado, realmente o quantitativo de imunizantes, quantitativo de pessoas. Nós somos um país continental, com mais de 200 milhões de habitantes. A população vacinável àquela época era acima de 18 anos. Fizemos toda essa estratégia.

É vantajoso? Como a gente tem várias plataformas em relação à covid, eu respondo com toda a franqueza e sinceridade: sim. Nós estamos aprendendo com essa patologia. Antes, achávamos que era de uma forma, depois descobrimos que era de outra. Então, em relação à evolução da prevenção primária, utilizando imunizantes, também houve uma grande vitória da ciência nesse sentido. É óbvio que alguns imunizantes que foram os primeiros... Isto é esperado em todas as outras doenças que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imunopreveníveis por imunizantes: acontecer no início, que se cria alguma vacina, a gente sabe que no decorrer muitas vezes algumas são abandonadas, porque surgem outras que são melhores. Então, isso é uma história natural. Só que o mundo não tinha tanto esse tempo. Então, o tempo do mundo foi: achamos um imunizante com segurança.

A segurança não é de 100%. A gente fala isso muito em Medicina. A Medicina não é uma profissão de fim, mas, sim, de meios. Isso também se remete aos imunizantes. Todos os imunizantes, sejam para covid, sejam para influenza, sejam para sarampo, não vão conferir os 100%. Vamos falar um exemplo, já fugindo um pouco, falando da tuberculose. Evitam-se formas graves, mas não se impede que você tenha. Eu falo de um exemplo pessoal: eu, na residência médica em Cirurgia Geral, tive tuberculose e fui vacinada. Porém, essa forma foi uma forma pulmonar. Então, é esperado.

Então, de todas essas vacinas, algumas têm uma eficácia melhor. Isso vai depender também não só do público, que também é diferente, como a gente colocou. Os imunocomprometidos e aqueles que são do que chamamos de grupos de risco têm a probabilidade de ter uma infecção mais grave, de ter mortalidade, que é um indicador superimportante, mas também morbidade. Então, isso é diferente.

É natural que os primeiros imunizantes que se produzem, que se criam, que aparecem vão mostrar-se, talvez, com uma eficácia menor que os outros, porque surgiram depois. Tudo se aprende. Essa é a magia do ser humano. A gente vai aprendendo, vai analisando, vai observando. Com alguns, usava-se uma dose x, e, ao chegarem à população, talvez se reduza ou, talvez, se amplie. Há a história da terceira dose. Como foi muito bem colocado pela doutora, nós temos imunizantes, como o da hepatite, de que nós usamos três doses. Então, isso faz parte.

Eu acho, sim, que o Brasil, que teve essa oportunidade... O motivo que levou a isso, seja econômico, seja de disponibilidade, a gente não precisa discutir, mas, sim, houve uma vantagem, porque a gente acaba sendo não só um laboratório que vai trazer resposta para o mundo todo em relação a essa pandemia, em relação ao uso desses imunizantes.

A pergunta que você me fez em relação aos atores, às pessoas que porventura se reinfectaram após a vacina... Como eu falei, as vacinas não previnem 100% a infecção. Muitas vezes, o objetivo principal nosso é realmente que ela impeça a mortalidade e a morbidade no sentido de se ficar internado, de isso levar a algumas complicações, com o paciente indo a óbito. Então, todas elas têm uma taxa de eficiência para prevenir esses desfechos.

Essa resposta que você fez é meio complexa. Nós sabemos que diminui um pouco. Os dados estão nos mostrando... Eu tenho recebido demandas de Estados, como eu falei, de trabalhos que são feitos não com a metodologia científica, mas com aquela observação, como foi comentado: "Olha, eu estou vendo o aumento da internação, estou vendo o aumento de determinada faixa etária". Essas são as perguntas que nos estimulam a estudar mais, a observar, a comparar e a chegar a algumas conclusões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já diziam todos: evitar a morte. Algumas situações, a gente, com certeza, consegue evitar, mas, no caso concreto, essa é uma resposta em que pode ter sido por conta não só do imunizante, mas pelo fato principalmente de que era uma pessoa acima de 80 anos – salvo engano, tinha 90 anos –, que já tinha a sua imunossenescência.

Essas observações é que nos darão subsídios para definir qual é o tempo dessa tal terceira dose. Será que utilizaremos o mesmo intervalo? Se fôssemos usar o mesmo imunizante, seriam 30 dias? Será que utilizaremos um tempo a maior? Ou será que teremos dose de reforço? Para tudo isso, eu espero que a gente consiga algumas respostas. E para tudo isso eu espero que a gente consiga algumas respostas, e é bem verdade que teremos essas respostas e talvez possamos até modificá-las mais adiante.

Não sei se eu respondi, Senador Styvenson.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ao seu colega conterrâneo a senhora respondeu?

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO – Ao meu conterrâneo eu vou ter que fazer conta, é aquilo que eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ah, a senhora respondeu. Muito obrigado.

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO – São 600 milhões e nós estamos trabalhando. A média das vacinas que nós estamos comprando variam de US$10 a US$15 a dose, ou seja, multiplica-se por dois. Agora nessas tratativas a gente está conseguindo um preço um pouco menor, está havendo um pouco mais de disponibilidade, mas não foge disso. Se nós formos pensar numa terceira dose, estamos calculando, pelo quantitativo que eu mostrei dos grupos, trabalhar priorizando determinados grupos, só que isso nós não decidimos ainda, se teremos ou não uma terceira dose. Existem outras variáveis que são analisadas, inclusive a nossa câmara técnica assessora tem outra reunião esta semana para a gente definir principalmente a parte dos estudos científicos, mas nós conseguiríamos fazer este ano sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Vamos em frente.

Agora vamos passar a palavra para a Dra. Meiruze.

A SRA. MEIRUZE SOUSA FREITAS (Para expor.) – Eu vou começar, em que pese a pergunta do Senador Oriovisto Guimarães ter sido dirigida ao representante do Instituto Butantan, como a gente tem os dados aqui na Anvisa, isso me permite responder ao Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda não está definido qual a dose da vacina ButanVac. É uma vacina que ainda inicia os estudos clínicos Fase I e Fase II. Nesse estudo, será definida qual a dose. Esse estudo se iniciou há mais ou menos um mês, então, eu diria que ainda é cedo para fazer essa projeção de quando teremos a vacina e quando serão iniciados os estudos clínicos Fase III, em que teremos inclusive a definição da dose. Certamente, a partir dos estudos clínicos Fase III é que a gente teria um melhor cenário para discutir os prazos relacionados à ButanVac.

Em relação à pergunta da Samantha, do Rio de Janeiro, e da Ana Paula, do Rio de Janeiro, são perguntas que se complementam: vacinas distintas, heterólogas, serão amplamente usadas? Eu diria que no momento o caminho ainda é o predomínio das vacinas homólogas, a utilização de vacinas da mesma plataforma. Entretanto, Samantha, essa é uma discussão que, a partir dos dados que serão gerados, poderá ampliar o uso de vacinas heterólogas, até mesmo porque existem vacinas ainda em desenvolvimento clínico. Eu queria só chamar a atenção de que nós temos vacinas de três universidades públicas no Brasil: da USP de Ribeirão Preto, da UFRJ e da UFMG. Pode inclusive que essas vacinas que estão sendo desenvolvidas pelas universidades ou a própria ButanVac entrem forte como utilização de vacinas heterólogas, seja como terceira dose, seja como dose de reforço. Existe ainda muita informação sendo gerada no campo das vacinas, das novas vacinas. Fora isso, nós temos em condução no Brasil dois estudos clínicos Fase III.

Então, diria que o cenário no momento ainda é: há muitas pesquisas; não dá para ser definido que as vacinas heterólogas serão predominantes ou não. Certamente, a utilização das vacinas heterólogas será acompanhada de dados e de acompanhamento. E a decisão é da autoridade reguladora do Brasil, que irá avaliar, irá acompanhar, sempre no sentido de ofertar imunizantes com eficácia, qualidade e segurança à nossa população.

Permita-me, Senador Confúcio, deixar uma mensagem. Eu diria a todos – a todos que acompanham esta audiência e a todos: a vacinação é um ato coletivo, é muito maior do que o ato individual. É muito importante ampliar a vacinação com todas as plataformas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde. O Brasil precisa vacinar, o mundo precisa vacinar com qualquer vacina autorizada.

É isso. Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui com essa douta Comissão. E queria agradecer enormemente estar dividindo a bancada com a Dra. Margareth e com a Rosana, duas grandes mulheres do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Muito obrigado, Dra. Meiruze, por sua competência, sabedoria, didática. Pelas suas exposições, muito agradecido.

Para finalizar esta nossa audiência, eu passo a palavra para a Dra. Margareth Maria Dalcomo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO (Para expor.) – Obrigada, Senador Confúcio.

Respondendo às perguntas encaminhadas, a primeira delas do Senador Styvenson: sim, ter vacinas diferentes é bom, sim, para o Brasil, Senador. Nós precisamos, inclusive, gerar resultados de comparação. As vacinas todas responderam aos quesitos de eficácia pelos estudos de Fase III, de segurança, pelos estudos de Fases I, II e III, de modo que, sim, eu concordo inteiramente que essa variedade do painel de vacinas com plataformas diferentes é boa para o Brasil sim.

A questão da morte do ator Tarcísio Meira, que era uma pessoa idosa, reforça mais ainda o pleito que nós aqui trouxemos de absoluta necessidade... E eu diria mesmo, independentemente de aguardar resultados de estudos que ainda podem tomar muito tempo; nós não precisamos acumular mais mortes, sabendo que a imunossenescência pode, sim, a partir de uma determinada plataforma, no caso da CoronaVac, exigir de nós uma decisão firme e corajosa de revacinar e proteger essa faixa etária. Não tenho dúvida disso. Acho que esse exemplo é paradigmático nesse aspecto.

À Maria Eduarda, minha conterrânea, do Espírito Santo, que pergunta sobre eficácia: eu acho que tudo que nós falamos aqui já mostrou, Maria Eduarda, que as vacinas têm, sem dúvida nenhuma, uma eficácia muito grande, muito pelos estudos e na vida real; e, eventualmente, uma terceira dose poderia conferir uma efetividade ainda maior.

Quanto ao uso das vacinas distintas, é isto que nós colocamos aqui: até o momento, os estudos mostram alguns resultados preliminares com vacinas homólogas; e nós estamos gerando, estamos no processo de geração de resultado com as vacinas heterólogas. Eu acho que é algo que está no espectro, sem dúvida, não só da pesquisa, como de aplicação no mundo real. E, finalmente, a pergunta colocada sobre a questão da não aceitação, nós estamos discutindo, inclusive, essas questões das vacinas brasileiras junto à EMA, com algumas embaixadas brasileiras, inclusive europeias, porque isso não é um problema apenas com a CoronaVac; nós tivemos problema, até muito recentemente, com a própria Covishield: a EMA, que é o órgão regulador europeu, não aceitava a vacina Covishield. Isso era um problema, porque alguém tinha recebido uma dose da AstraZeneca originária do Instituto Serum e uma segunda do Brasil e não tinha autorização para entrar. Finalmente, a EMA agora aceita, e a impressão que eu tenho... Quer dizer, a vacina da CoronaVac hoje não é aceita para a entrada no território norte-americano nem no canadense, na América do Norte, nem na Europa, mas a impressão que eu tenho é que é uma questão de tempo. Primeiro, precisam ser publicados os estudos ainda decorrentes das Fases III, definitivos, que ainda carecem, não é Meiruze? A gente ainda precisa desses resultados publicados adequadamente, revistos por pares etc.

A impressão que eu tenho – para quem pergunta – é que é só uma questão de tempo, até porque há um contingente de milhões e milhões de pessoas chinesas e asiáticas que têm sido vacinadas com as vacinas produzidas na China, porque não é apenas a CoronaVac que não é aceita, outras vacinas chinesas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também não são aceitas. A impressão que eu tenho é que é só uma questão de tempo e de geração de resultado para que isso possa ser aceito.

Agora, sem dúvida, é um problema, reconheço que tem sido um problema. Estou vivendo isso dentro da minha própria família: meu marido é vacinado com a CoronaVac e não pode sequer me acompanhar, se eventualmente eu fizer uma viagem a trabalho para algum lugar porque ela não é aceita. Esperamos que isso se resolva rapidamente, mas precisamos de resultados definitivos publicados.

E a mensagem final, além de lhes agradecer muito o privilégio de ter sido chamada para a reunião desta Comissão, Senador, e me colocar, evidentemente, à disposição institucional e pessoalmente, para colaborar com os senhores, é que realmente as pessoas acreditem na vacinação. Qualquer discurso *anti-vax* eu considero um discurso marginal, criminoso mesmo, numa situação como a brasileira. Portanto, nós temos que ser, como médicos e como cidadãos, "firmíssimos" na defesa da arma mais poderosa para uma doença que é de transmissão respiratória e que não é de uma pessoa para outra, e sim, com as novas variantes circulando, de uma pessoa para cinco ou seis outras. Portanto, a responsabilidade é pessoal e é coletiva. Essa é a mensagem final que eu deixaria.

Muito obrigada aos Senadores que me encaminharam perguntas e muito obrigada à Meiruze e à Rosana pela companhia nesta Comissão. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Margareth.

O Senador Esperidião levantou a mão para fazer uma consideração final sobre a audiência. Depois eu preciso que os Senadores permaneçam, porque nós temos uma parte administrativa de cinco minutos.

Com a palavra o Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Presidente, eu acho que o saldo desta reunião, que eu considero muito proveitosa e, até certo ponto, histórica, foi a frase final da Dra. Margareth. A propósito da morte de Tarcísio Meira, ela disse que nós não precisamos esperar mais nenhuma morte nessa faixa etária – pelo menos foi o que eu entendi sobre o tipo de paciente – para convalidar o princípio de que é preciso complementar a vacina. Eu não digo revacinar; complementar. Se é sob a forma anual, como a vacina da gripe, ou se é uma terceira dose, essa é uma questão que cabe ao especialista, à ciência, dizer. Mas parece que se está precisando de reforço. Acho que esse é o convencimento.

Acho que o senhor deve declarar isso amanhã ao Senado. Quando o senhor for fazer o reporte desta reunião, deve dizer: "Olha, pessoal, nós estamos terminando a fase da população adulta, de mais de 18 anos. Parece que vamos enveredar pelo caminho dos menores de 18, e temos que solicitar um plano de imunização complementar". Confere? A conclusão: tipo de vacina, qual é a vacina, qual é a plataforma da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacina. Se é de mRNA, se é de primeira, segunda ou terceira plataforma, isso é uma coisa para especialista.

Então, essa é a minha sugestão, para que o Presidente da Comissão leve à sessão do Senado, como faz habitualmente, no dia de amanhã.

E a outra colocação é que eu estou entrando com um requerimento, Presidente, para que nós tenhamos, para que nós agendemos uma audiência pública. Eu vou designar, vou indicar alguns protagonistas, a respeito de atendimento a micro e pequena empresa. E peço ao Senador Oriovisto, por exemplo, que está nos assistindo... Não sei se ele já leu e V. Exa. também a p. B1 do *Estadão* de hoje: nós emprestamos menos do que em 2019 para os pequenos. Com todo o esforço, com toda a busca que nós fizemos de puxar água da caixa d'água e botar no bico para atender o micro e pequeno, ainda estamos devendo. Esse dado, que foi levantado, convalidado por fonte do Banco Central, eu acho que desperta o desejo de uma autocrítica e também para alguns projetos que estão pendentes.

Como é um assunto estranho ao dia de hoje, mas diz, sim, respeito às atribuições desta Comissão, eu vou apresentar o requerimento, mas já deixo aqui alinhado. Será apenas formalizado, ou seja, para debater pendências legislativas e operacionais no atendimento a micro e pequena empresa, conforme o fundamento, que é esse suscitado pela p. B1 do *Estadão* de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Esperidião Amin, eu designo V. Exa. para falar em nome da Comissão amanhã sobre esta audiência pública de hoje. Então, o senhor tenha na memória todos os pontos abordados. Amanhã eu já comunico à Mesa, e ele já vai lhe dirigir essa competência da fala amanhã, bem à vontade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, posso fazer um pedido para a Dra. Margareth?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela não faria uma cola sobre essa sua frase final, considerando as plataformas? Quer dizer, nós não vamos falar sobre plataforma de vacina. Eu tenho muito medo de ser acusado por exercício ilegal da profissão. Então, eu vou citar as três de hoje. (*Risos.*)

Se eu for réu, vocês serão rés comigo. (*Risos.*)

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO – Corréus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, está bem.

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO – Corréus.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já estou sendo interpelado, Dra. Margareth, porque eu perguntei para o jornalista que me entrevistava: "Você tomou ivermectina?". Ele disse que sim.

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO – Que pena! Que pena!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O pior é que eu tive de dizer que, desde março do ano passado, eu tomo, de manhã, penicilina, a planta. A senhora conhece? Penicilina é um arbusto vermelho, anti-inflamatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É um chá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só por isso eu fui acusado de exercício ilegal da Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – De charlatanismo, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não quero me expor mais. A senhora manda, generosamente, uma cola para eu fazer...

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO – Mando pelo *e-mail* aqui da Comissão, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está o.k.! Aí a Lenita me manda.

A SRA. MARGARETH MARIA PRETTI DALCOLMO – Mando, mando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu autorizo que o Senador Oriovisto leia...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode mandar, que a...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e ao Senador Confúcio que exare o *nihil obstat*, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu quero agradecer às três palestrantes, a Dra. Rosana Leite de Melo, a Dra. Margareth Dalcomo e a Dra. Meiruze Sousa Freitas, pelas suas presenças.

Eu estou, neste momento, liberando todas vocês para almoçarem. Fiquem à vontade. Muito obrigado.

Nós vamos ficar aqui por mais cinco minutinhos para tratar de assuntos administrativos da Comissão.

Muito obrigado.

Na sexta-feira, teremos, de novo, outra audiência. Alguém da Anvisa virá, como também do Ministério da Saúde.

Muito obrigado a todas as três. Estamos agradecidos. Está reconhecido.

Vamos, agora, à parte administrativa da Comissão.

Havendo número regimental, eu coloco em votação a Ata da 37ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Votação em bloco de itens de pauta.

Proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado, a votação em bloco dos seguintes itens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro é o Requerimento 86/21, que requer realização de audiência pública para debater os riscos e impactos da variante Delta – não tem especificidade com esta de hoje, não – do coronavírus e possível surgimento de outras variantes, bem como as consequências do relaxamento das medidas protetivas contra a pandemia de covid-19.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 86, de 2021

Propõe audiência para debater a os riscos e impactos da variante Delta do coronavírus perante a população brasileira bem como a análise do relaxamento das medidas protetivas contra a pandemia de Covid19, com a presença dos seguintes convidados:

• *representante Ministério da Saúde;*

• *representante ANVISA;*

• *o Doutor Guilherme Loureiro Werneck, infectologista, pesquisador e professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);*

• *a Doutora Raquel Stucchi, infectologista, Professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp);*

• *o Doutor Renan Pedra, Professor de Genética da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisador da variante Delta no Estado; e*

• *representante da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm).*

Autoria: Senador Confúcio Moura

Item 2: Requerimento nº 87, que requer realização de audiência pública com o objetivo de debater a equidade da distribuição de vacinas no País, com a presença dos seguintes Governadores, previamente convidados: Helder Barbalho, do Pará; Antonio Denarium, de Roraima; Rui Costa, da Bahia; Waldez Góes, do Amapá; João Doria, de São Paulo; e Wellington Dias, do Piauí.

Eu convidei seis, decerto alguns estarão impedidos, virão menos.

Sras. e Srs. Parlamentares que concordam com a votação em bloco permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aprovados.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, dia 20 de agosto, às 10h, para debater o impacto da variante Delta e suas consequências e o relaxamento das medidas protetivas, em atendimento ao Requerimento 86.

Desejo uma boa recuperação ao Senador Wellington Fagundes, convalescente de uma cirurgia nos olhos. Que, na próxima reunião, ele esteja conosco.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Otto Alencar, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater os riscos e impactos da variante delta do coronavírus (e do surgimento de outras possíveis) perante a população brasileira (vacinada e não vacinada). O debate prevê ainda a análise do relaxamento das medidas protetivas e desativação de leitos; a realização de eventos de grande porte como Réveillon e Carnaval; bem como da necessidade ou não de incremento de orçamento público e de medidas adicionais de prevenção e/ou logística para enfrentamento da COVID-19, para o ano em curso e para o seguinte. **Participantes:** Raquel Stucchi, Infectologista e professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Alex Machado Campos, Membro da Diretoria da ANVISA; Guilherme Loureiro Werneck, Infectologista, pesquisador e professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).; Renan Pedra, Professor de genética da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisar da variante Delta no estado.; Monica Levi, Especialista do corpo diretivo da Sociedade Brasileira de Imunização (SBIm); e Greice Madeleine Carmo, Técnica do Ministério da Saúde da Área de Gripe/Plano de Imunização e Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância Sanitária.. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/20

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia, cujo prazo foi estendido por mais 120 dias pelo Requerimento do Senado Federal nº 1.626, de 2021.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será primeiro ao Relator, Senador Wellington Fagundes, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-612211.

A presente reunião é uma audiência pública com o objetivo de debater os riscos e os impactos da variante Delta do coronavírus e do surgimento de outras possíveis variantes perante a população brasileira e o mundo, vacinados ou não vacinados. O debate prevê ainda a análise do relaxamento das medidas protetivas, da desativação de leitos, da realização de eventos de grande porte, como *Réveillon* e Carnaval, bem como da necessidade ou não de incremento de orçamento público e de medidas adicionais de prevenção e/ou logística de enfrentamento da covid-19 para o ano em curso e para o ano seguinte.

Contamos com as presenças dos seguintes convidados, presenças honrosas: Dr. Guilherme Loureiro Werneck, infectologista, pesquisador e Professor de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Dra. Greice Madeleine do Carmo, técnica do Ministério da Saúde da área de gripe/plano de imunização e do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde; Dr. Alex Machado Campos, já bem conhecido nosso, Diretor da Anvisa, um dos Diretores da Anvisa; Dra. Raquel Stucchi, infectologista e Professora da Universidade Estadual de Campinas; Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renan Pedra, Professor de Genética da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador da variante Delta no Estado; e Mônica Levi, especialista do corpo diretivo da Sociedade Brasileira de Imunização.

Muito bem! Vocês estão vendo que são seis palestrantes. E nós vamos conceder dez minutos para cada um, com a tolerância de mais dois, porque são muitos convidados, e, falando por dez ou doze minutos, terão tempo suficiente, com as perguntas dos Senadores, para completar aquilo que não foi dito na palestra inicial. Podem ficar tranquilos que teremos tempo para todos, em duas etapas.

Eu passo a palavra, na ordem como foram inscritos, em primeiro lugar, ao Dr. Guilherme Loureiro Werneck pelo tempo de dez minutos, com a tolerância de dois minutos.

Está bem, Dr. Werneck? Com a palavra V. Exa., Dr. Guilherme Loureiro Werneck. Pode abrir aí, Dr. Werneck.

O SR. GUILHERME LOUREIRO WERNECK – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Pode falar.

O SR. GUILHERME LOUREIRO WERNECK (Para expor.) **–** Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Exmo. Senador Confúcio e todos os outros Senadores e Senadoras presentes, colegas que me acompanham nesta reunião. É uma honra ser convocado para contribuir para esse debate sobre o impacto da variante Delta e o relaxamento das medidas de controle populacional.

Eu fiz uma apresentação breve. Não sei se é possível fazer a apresentação, colocar os eslaides aqui. Seria possível autorizar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Exatamente. Vamos abrir a apresentação para o Dr. Guilherme. (*Pausa.*)

Abra aqui e autorize lá.

Só um pouquinho, doutor. Estamos aqui organizando para liberar para o senhor. (*Pausa.*)

Pronto. O senhor pode projetar.

O SR. GUILHERME LOUREIRO WERNECK – Imagino que os senhores e as senhoras possam ver a minha apresentação. Os eslaides estão passando normalmente? (*Pausa.*)

Eu gostaria de iniciar comentando que o advento de variantes do novo coronavírus é um fato próprio da disseminação de vírus respiratórios. Quanto maiores os níveis de transmissão numa comunidade, maior a possibilidade de esses vírus sofrerem mutações. Essas mutações eventualmente se tornam mutações que geram algum tipo de preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aumente um pouquinho o volume do senhor, Dr. Guilherme, por favor! Está baixinho aqui. Pode aumentar um pouquinho o seu volume... Está bom. Pode continuar, doutor.

O SR. GUILHERME LOUREIRO WERNECK – Como está agora? Está melhor agora?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está melhor agora.

O SR. GUILHERME LOUREIRO WERNECK – Então, o advento dessas variantes depende do nível de transmissão comunitária desse novo coronavírus. E essa é uma grande preocupação, porque, embora tenhamos percebido avanços no mundo e também no Brasil em relação à vacinação, ainda não se obteve, particularmente no Brasil, um controle da transmissão comunitária, ou seja, sem o controle da transmissão comunitária desse coronavírus, não só qualquer variante que apareça vai se disseminar rapidamente como serão geradas oportunidades de aparecimento de novas variantes, como foi a variante Gama, que surgiu no Brasil e que é aquela que ainda domina os casos de covid no País.

O advento da variante Delta traz preocupações muito grandes para o mundo inteiro e particularmente para o Brasil. Por quê? Se nós olharmos esse gráfico que mostra pacientes hospitalizados por um milhão de habitantes em três países – Estados Unidos, Israel e Reino Unido –, nós vemos que nesses países que embora tenham cobertura vacinal bem mais alta com segunda dose do que o Brasil – hoje a cobertura vacinal brasileira com duas doses é em torno de 25% e esses países têm cobertura acima de 50% –, mesmo nesses países, o advento da variante Delta levou a um crescimento importante das hospitalizações por covid. Ou seja, mesmo países com vacinação mais avançada do que a nossa – que de fato tem avançado nos últimos meses, é preciso registrar isso – estão submetidos e sujeitos a situações deste tipo: um recrudescimento grave da covid.

Se nós observarmos a situação desses países, é claro que nós precisamos nos preocupar. Por quê? Porque no Brasil, em momento algum, houve um controle da transmissão comunitária da covid. Nós vivemos várias situações piores do que a atual e melhores do que atual, mas, em todas essas situações, o vírus continua circulando em taxas ainda bastante altas, o número de casos e o número de óbitos ainda são bastante altos. E o que a gente pode ver nesses dois gráficos recentes produzidos pelo grupo da Fundação Oswaldo Cruz é que a queda do número de hospitalizações e óbitos por covid no Brasil, que vinha decrescendo rapidamente, subitamente estacionou e eventualmente pode crescer no futuro. Se isso é resultado ou não da variante Delta é muito difícil de se falar, mas o fato é que a situação momentânea do Brasil é de muita preocupação e se exige que muitas ações sejam realizadas para conter um eventual recrudescimento dessa pandemia.

Isso se observa de forma variada nos Estados brasileiros. Eu aqui salientei apenas alguns Estados de diferentes regiões, como Amapá, Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e Paraná, onde essas taxas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospitalização estão já crescendo novamente, ou seja, é muito importante que a gente se atente que a situação não está controlada, embora ela seja melhor do que aquela que a gente observou há dois meses.

Em particular, as tendências para a internação por síndrome respiratória aguda grave são crescentes em boa parte do País. Todos os locais marcados de marrom claro ou marrom escuro são áreas que mostram tendência de curto prazo ao crescimento das hospitalizações por covid, ou seja, nós podemos estar numa situação de piora do quadro epidemiológico em curto prazo.

Bom, é importante salientar que o enfrentamento dessas doenças respiratórias precisa de ações combinadas, ações que compartilham as responsabilidades sociais e das pessoas, é o que o pessoal chama do Modelo do Queijo Suíço: nenhuma ação é perfeita; cada ação de controle pode contribuir um pouquinho para reduzir a transmissão. Então, aqui são os queijos suíços com seus buraquinhos. Apenas uma fatia, como manter a distância física, não permite impedir a circulação do vírus, mas, se você adicionar as máscaras, higiene de mão, evitar tocar no rosto, limitar a permanência em espaços cheios, testar e rastrear contatos, aumentar a ventilação, comunicação governamental, quarentena e isolamento e vacinas, você adiciona camadas que dificultam muito a transmissão.

Embora as vacinas sejam muito importantes, elas não são 100% eficazes e todos nós sabemos. Então, não podemos deixar o controle da epidemia, particularmente neste momento grave, apenas para as vacinas, até porque a nossa cobertura com duas doses ainda é relativamente baixa, ou seja, a vacina, eu diria, funciona como um colega meu, do meu departamento, Professor Paulo Nadanovsky, fala: como um cinto de segurança. O uso do cinto de segurança protege as pessoas num eventual acidente, de lesões graves e morte, mas isso não autoriza ninguém a dirigir a 150km/h, porque não há cinto de segurança que vai conseguir ser 100% eficaz nesse caso.

Então é muito importante que a gente combine essas ações, e nesse momento, o que nós estamos vendo é que essas vacinas – aqui nós temos exemplos da Pfizer e da AstraZeneca –, com duas doses, são muito boas para prevenir hospitalização. A eficácia delas é acima de 80%, é muito bom para prevenir hospitalização e morte, mas elas não são ótimas para prevenir a disseminação do vírus. Sem uma cobertura vacinal muito alta, o vírus vai continuar circulando e desafiar a eficácia dessas vacinas, ou seja, nós precisamos ajudar as vacinas. Para que elas tenham um efeito desejado, é preciso que nós também tenhamos responsabilidade em relação a esse processo de eventual reabertura social e econômica no País neste momento em particular.

Uma questão importante – eu já estou terminando, Exmo. Senador – é que se fala muito sobre imunidade de grupo, como se imunidade de grupo fosse uma coisa facilmente alcançável em covid. Há muitos estudos recentes dizendo que a imunidade de grupo em covid é quase uma miragem, porque ela é muito difícil de ser alcançada, por vários motivos: primeiro, porque é uma doença altamente transmissível; segundo, porque as vacinas protegem pouco contra a infecção. Elas são boas para prevenir hospitalização e morte, mas elas continuam permitindo a circulação do vírus. Vacinas são importantes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas não são perfeitas, como eu falei. É como o goleiro do futebol: é melhor jogar com o goleiro, mas o goleiro vai tomar gol, com certeza, em algumas situações. Mas ninguém quer abrir mão de um goleiro, com certeza.

Variantes podem aparecer, e elas podem contribuir para piorar a situação rapidamente. Além disso, existe uma questão importante que precisa ser considerada: a necessidade de esclarecimento da população sobre a importância da vacinação, em particular com a segunda dose, que é a única capaz de impedir a circulação do vírus de forma mais dramática no País.

Para finalizar, Senadores e Senadoras, eu gostaria de levantar algumas questões que eu considero importantes nesse momento para que a gente consiga superar a crise sanitária. Primeiro, é importante reduzir a transmissão: fortalecer as estruturas de enfrentamento da pandemia no âmbito do Sistema Único de Saúde e particularmente o rastreamento de casos e contatos para isolamento e quarentena e quebrar as redes de transmissão; suspensão ou moratória, vamos chamar assim, emergencial do processo de relaxamento das medidas preventivas populacionais, porque todos nós, ou muitos de nós, vimos recentemente a abertura em Belo Horizonte, quando do jogo do Atlético Mineiro e o River, que foi um evento teste onde tudo deu errado. As pessoas estavam sem máscaras, a aglomeração foi muito grande, ou seja, é preciso responsabilidade nesse momento. Não é possível abrir tudo nesse momento, numa situação que pode parecer e pode se desenvolver de forma inadequada e dramática nas próximas semanas e meses.

É importantíssimo a vacinação, enfatizar a necessidade da segunda dose e uma campanha de comunicação em massa para esclarecer e aumentar o engajamento das pessoas com a vacinação.

Por fim, é preciso que a gente lembre que a pandemia tem vários efeitos, inclusive os efeitos sociais nas pessoas, como aumento da fome, dificuldade de aquisição de recursos. Então, é muito importante que esta Comissão saliente a necessidade de ações de solidariedade e proteção social em torno de todas as suas dimensões populacionais, inclusive a financeira. E é importante também salientar a necessidade de aumentar o financiamento e a organização da atenção primária em saúde para poder dar conta não só da covid, mas de todas as outras questões de saúde que estão sendo, de certa forma, deixadas de lado em função da necessidade do enfrentamento da pandemia.

Então, eu gostaria de agradecer o convite. Espero que tenha sido proveitoso.

Estou disponível, digamos assim, para as perguntas que eventualmente vocês tenham.

Muito agradecido, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Guilherme Loureiro Werneck. O senhor é professor mesmo, foi didático, pausado. Todo mundo entendeu muito bem o que V.Sa. expôs. Agradecido ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois o senhor só remeta para nós aqui da Comissão todas essas transparências que o senhor projetou na tela. Nós as arquivamos para consulta posterior. Muito obrigado. O senhor, ou a sua assessoria, pode disponibilizar, jogar e mandar para a Secretaria da Comissão.

Continuando, eu vou passar a palavra aqui a pedido...

Eu quero pedir desculpa ao Senador Esperidião Amin. Antes mesmo do início da reunião, ele pediu para uma abordagem preliminar. Eu vou passar para ele a palavra. Depois eu dou continuidade com Dra. Greice Madeleine do Carmo.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Libere o seu som, Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Serei o mais conciso possível...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fique à vontade. Fique à vontade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mas acho que é oportuna a minha intervenção.

Na segunda-feira passada, para situar inclusive os palestrantes, inclusive o Dr. Guilherme, nós tivemos a participação de três ilustres especialistas: a Secretária Rosana Leite de Melo; Meiruze de Sousa Freitas, Diretora da Anvisa; e a nossa querida Margareth Maria Pretti Dalcolmo, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública, ligada à Fiocruz.

Do que tratamos? Tratamos de um assunto muito grave e que tem direta conexão com o que nós estamos aqui abordando, que é a terceira dose, ou a revacinação, ou a vacinação anual? Eu não sou especialista, mas ouvi, vou repetir a síntese do que a Dra. Margareth me deu e o que eu li, por determinação sua, Senador Confúcio, lá no Plenário.

Considerando da maior gravidade, tendo em vista a situação epidemiológica atual, com a circulação da nova variante Delta, tendendo a se tornar dominante e já com acima de 50% no Rio de Janeiro, sabedores de que a imunidade conferida pela vacina se estiola – fazia tempo que eu não usava esse verbo estiolar – após período de seis meses e ainda que estamos observando o aumento de casos internados de idosos vacinados com duas doses, especialmente da plataforma CoronaVac, reiteramos a necessidade de se proceder dose de reforço vacinal nesta população, além dessa, de todos os portadores de imunodeficiência.

Então, o senhor veja a gravidade desse assunto. Eu li este texto que foi produzido pela própria Dra. Margareth, a meu pedido, e estou recebendo um retorno, Senador Confúcio, que me assusta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um caso concreto: o paciente padrão, o cidadão padrão – O que é o cidadão padrão? Que faz tudo certinho – fez a primeira vacina em fevereiro, porque tem 90 anos de idade – vai viver mais do que eu, porque é um atleta –, vou dar o nome: Artêmio Paludo, fez a segunda vacina em março e já fez três exames de imunologia dele, estava com 53, caiu para 45; e, no dia 16 de agosto, exatamente no dia da nossa reunião, caiu para 9,2 de imunidade. Ele se enquadra perfeitamente neste cenário de que os técnicos participaram, que tinha sido convidado inclusive o Sr. Mauro Borges, pesquisador do Instituto Butantan.

Então, em face disso eu apresentei um requerimento de que eu estou apenas retificando a redação, que é uma coisa só: precisamos ouvir do Ministro Marcelo Queiroga se o plano nacional de imunização vai ser alterado em função desses fatos, seja sob a forma de terceira dose, de reforço vacinal, de vacina anual... Eu não sei! Mas sei que o problema, a crise de saúde, como nós estamos comprovando pelo que falou o Dr. Guilherme e certamente pelo que vamos ouvir, não terminou.

Então, eu quero que V. Exa., querido amigo, que me deu esse tempo, saiba que eu estou muito preocupado com o que eu disse, com o que eu fiquei falando depois de ter ouvido os especialistas que estiveram conosco na segunda-feira.

Nós temos que pedir à autoridade... Eu não convido mais ninguém. O meu convite é só para o ministro, até para não tomar muito tempo dele. O que ele está pensando fazer sobre o plano nacional de imunização diante disto, que é a ciência; não é o meu charlatanismo, é a ciência que alerta. Vai ser necessária uma nova dose, se é terceira, se é reforço ou se é anual, eu não sei, mas o Ministério da Saúde certamente está tratando disso.

E o meu requerimento está apresentado. E gostaria muito que os que falaram, como é o caso Dr. Guilherme e o seguinte também abordassem essa questão, porque faz parte do Carnaval do ano que vem, eu que quero ir ao estádio, enfim, do cidadão que quer voltar a ter uma vida, digamos, relativamente normal, compreendendo os eventos culturais, a prosperidade do turismo e tudo mais.

Muito obrigado pela oportunidade. E rogo que o meu requerimento, devidamente corrigido, seja apreciado e que o senhor, Senador Confúcio Moura, que é médico, nos ajude a cobrar do ministério uma posição sobre o que nós constatamos cientificamente na última segunda-feira. E, em seu nome, eu relatei no Plenário do Senado e tive retorno – e o retorno foi assustado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Espiridião Amin.

Dando continuidade, eu passo a palavra à Dra. Greice Madeleine do Carmo, pelo tempo de dez minutos, com tolerância de mais dois.

Dra. Greice, com a palavra. A senhora pode abrir a sua tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GREICE MADELEINE DO CARMO (Para expor.) – Oi, bom dia a todos!

Eu gostaria também de compartilhar a minha tela, porque fiz uma apresentação rápida. Deixe-me ver, se vocês me permitem aqui... (*Pausa.*)

Acho que eu não tenho autorização ainda.

Deixe-me tentar de novo. (*Pausa.*)

Eu não tenho habilitação para compartilhar a tela. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Depois que a senhora projetar, a senhora manda para a Secretaria também as suas projeções. Está aberto já, a senhora pode abrir.

A SRA. GREICE MADELEINE DO CARMO – Está aberto? Enxergam tudo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tudo. Tudo bem.

A SRA. GREICE MADELEINE DO CARMO – Então, vamos lá.

Eu vou falar bem rápido. O meu secretário...

Primeiramente, bom dia e obrigada pelo convite. Eu estou representando o meu Secretário de Vigilância em Saúde, Dr. Arnaldo de Medeiros, que me pediu para fazer uma apresentação sobre a situação epidemiológica da covid e da variante Delta.

Eu trabalho no grupo técnico de vigilância epidemiológica da covid, influenza e outros vírus respiratórios e sou epidemiologista. Eu vou apresentar rapidamente a situação epidemiológica do País, porque eu acho que contribui bastante para essa discussão.

Essa é a curva epidemiológica da covid desde fevereiro de 2020 até a última semana epidemiológica, que se encerrou no último sábado, dia 14 de agosto.

Eu não vou ficar falando números, mas é para vocês visualizarem como tem sido o desenho da curva. Então, a gente vem numa decrescente de casos. Aqui em azul, é o número de casos e, em vermelho, é o número de óbitos – a gente vem registrando essa redução. Nos últimos sete dias, a gente teve uma redução de 5% de óbitos e, em relação a 14 dias atrás, uma redução de 13% de óbitos.

Quando a gente passa a olhar especificamente os casos que são internados por síndrome respiratória aguda grave, que estão representados nessas barras em vermelho, do lado esquerdo, estão os casos que foram hospitalizados – que a gente chama SRAG hospitalizado – e, do lado direito, são os casos de SRAG que evoluíram a óbito por covid. Então, notem o vermelho, porque, em cinza, são aquelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas em que não foi possível identificar o vírus respiratório que causou essa internação, e o vermelho é o vírus do SARS-CoV-2 da covid-19.

Então, em ambos os gráficos, tanto de casos hospitalizados quanto de óbitos, a gente também nota esse valor decrescente e que é uma tendência da pandemia, pelo menos nesse momento. Então, nesse momento, a gente ainda não identifica, de forma generalizada para o Brasil, o aumento de casos em função da variante Delta.

Vou passar ao próximo eslaide, porque eu acho que esse aqui é bem importante também, que é quando a gente faz essa avaliação dos mesmos casos internados por covid, os casos com síndrome respiratória aguda grave abaixo que evoluíram para óbito, por faixa etária. Então, a gente aqui, pelas cores – as crianças não estão identificadas porque elas são em tracejados... Eu não sei se vocês conseguem ver meu... Deixe-me ativar aqui o meu pontador lêiser.

Mas esses aqui, então, são os 80 anos e mais; em verde, são 50-59 anos; Desculpa: 70-79 anos; esse outro, em azul, é 40-49 anos; e, em laranja, 30-39 anos. E o de óbito, então, acho que a gente continua tendo bastante óbito em 80 anos e mais, e um decréscimo em relação às outras faixas etárias. Então, a gente ainda não nota o que os Estados Unidos e outros países têm relatado em relação ao impacto da variante Delta.

Vou apresentar rapidamente aqui...

Bom, em relação aos casos de variantes, como o professor acabou de mencionar, isso é um processo de aparecimento... O processo de mutação é um aparecimento natural que faz parte do ciclo dos vírus, e a gente faz, dentro da saúde pública, uma vigilância genômica, que é baseada no sequenciamento genômico, e o mundo todo faz isso. O Brasil faz isso desde que o SARS-CoV-2 começou, e o Brasil faz isso para outras bactérias e outros vírus, não só para os SARS-CoV-2.

Contudo, de acordo com algumas classificações de características do tipo do vírus para o SARS-CoV-2, houve, então, uma classificação e uma denominação de que algumas dessas variantes são denominadas como *variant of concern.* Aqui no Brasil a gente traduziu para variante de atenção e/ou preocupação. Então, para os senhores terem ideia, este é um dado bem recente da OMS em que as quatro variantes de atenção, que a gente chama também de VOC, são: a variante do Reino Unido, que foi a primeira a aparecer, que é a Alfa; depois, a variante da África do Sul, que é a Beta; a variante que apareceu no Brasil, que é a Gama...

Então, acho que o que vale a pena é a.... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Feche aí, Esperidião. Feche o seu microfone, Senador Esperidião.

Quem está com o microfone ligado? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um pouquinho...

É o Izalci?

A senhora espere só um pouquinho, Dra. Greice. Deixe-me ver quem está com o microfone aberto.

A SRA. GREICE MADELEINE DO CARMO – Fechou agora. Deu certo.

Desculpe-me. Eu não sei o que aconteceu aqui que riscou a minha tela.

Mas, enfim, eu acho que o que vale a pena chamar atenção é que a variante Delta, que foi essa originada na Índia, que foi detectada em outubro de 2020, está espalhada agora em 148 países. A variante Gama, que foi a que surgiu no Brasil, está em 82. A variante da África do Sul, que é a Beta, está em 138. E a variante do Reino Unido, em 190.

Vamos passar aqui para o próximo?

Bom, existe uma plataforma mundial onde os laboratórios que fazem sequenciamento genômico... É como se eles subissem o dado para essa plataforma, e eles chamam isso de depositar o dado nessa plataforma, que é o Gisaid. Então, no Brasil, na Fiocruz, aqui do nosso País, eles têm feito um consolidado do que está nessa plataforma mundial, do que todos os pesquisadores brasileiros, sejam eles de laboratórios públicos, privados, laboratórios do SUS, estão sequenciando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dra. Greice, se a senhora der *control* Z, isso apaga esses rabiscozinhos aí. O *control* Z apaga tudo.

A SRA. GREICE MADELEINE DO CARMO – Ah, eu acho que vocês estão vendo a minha tela duplicada, não é? Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está havendo uns "rabiscozinhos", que, se a senhora preencher eles bem preenchidinhos, os transformam numa obra do Picasso, viu? Tenho certeza... (*Risos.*)

A SRA. GREICE MADELEINE DO CARMO – Engraçado, não é? Vocês ainda estão vendo deste jeito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É.

A SRA. GREICE MADELEINE DO CARMO – Pode só parar o meu tempo, por favor, para eu arrumar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Deixa assim mesmo, deixa assim mesmo, dá para entender que aí foi um acidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GREICE MADELEINE DO CARMO – É, não sei o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Continue.

A SRA. GREICE MADELEINE DO CARMO – Bom, vamos lá.

Então, a Fiocruz sequenciou 7.991 amostras e outros laboratórios do Brasil 19 mil, então isso dá um total de 27.196 sequenciamentos genômicos realizados aqui desde o ano passado.

A gente nota, acho que é importante mencionar, que esse gráfico – deixe-me ligar o apontador a *laser* – vê o quanto o Brasil evoluiu em termos de sequenciamento a partir de janeiro desse ano. E essa era uma demanda necessária.

Em relação ao que está circulando, aqui é a mesma curva que a gente acompanha: a verde é representada pela variante Gama (P1) desde que ela surgiu, em janeiro do ano passado – na verdade, ela surgiu em dezembro, mas a gente começou a identificar mais a partir de janeiro; e aqui, em roxo, começa aparecer a variante Delta em junho e julho.

Vale lembrar que esses dados estão atualizados até o dia 6 de agosto, então acho que, na hora em que virar o mês, a gente vai conseguir um dado muito maior.

É importante mencionar as proporcionalidades: no começo da pandemia, circulava de forma concentrada, em proporção muito semelhante, essa variante com final 28, depois a 33, depois a P2, a P1, a gente tem uma P4, que não é caracterizada como variante de atenção, e agora aqui, em lilás, começa a aparecer a variante Delta.

E aí a gente tem publicado – o Ministério da Saúde, aqui a SVS –, a gente tem uma publicação semanal que é o Boletim Epidemiológico Especial da Covid, onde, dentro desse boletim, nós fazemos também a questão do monitoramento das variantes.

Então, vou passar os próximos eslaides, que têm mais detalhe.

Então, da variante Alfa a gente conseguiu identificar 409 casos do Brasil, que é essa do Reino Unido, e ela não se espalhou. Tem aumentado mais nos últimos meses, mas você vê que ela está bem contida. A variante Beta, que é da África do Sul, três casos no País. A variante Gama, que é a variante originada aqui, está no Território nacional como um todo. Eu acho, inclusive, que os Estados que têm menos casos é porque têm uma dificuldade em relação ao sequenciamento e também à notificação. E, em relação a variante Delta, com a qual a gente tem trabalhado intensivamente há mais de três meses, ontem nós registramos – ontem não, desculpa; dia 17 – 1.169 casos e estamos trabalhando para aumentar o sequenciamento, porque a gente sabe que, quanto mais aumenta o sequenciamento, mais casos vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparecer, embora o sequenciamento genômico não seja um exame que é necessário em 100% dos pacientes; ele é para a gente tomar medidas de saúde pública.

Então, os Estados que mais nos chamam atenção são: o Rio de Janeiro com 431; São Paulo; e o Estado do Rio Grande do Sul.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... agradecer.

Agora eu vou passar a palavra para o Dr. Alex Machado Campos, Diretor da Anvisa.

Tem um tempo de dez minutos, Dr. Alex. O senhor pode falar.

Dr. Alex.

O SR. ALEX MACHADO CAMPOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio. Na sua pessoa, eu cumprimento a Comissão, cumprimento o Relator, Senador Wellington. Meus cumprimentos ao Senador Esperidião também. Estou vendo aqui o Senador Styvenson. Nas pessoas desses Senadores, cumprimento toda a Comissão.

Quero dizer que é sempre uma oportunidade de ouro para a Anvisa poder participar de debates qualificados como este que a Comissão lidera nessa sexta-feira, com um tema palpitante, de muita preocupação para a agência reguladora brasileira. Os últimos dados que nós temos sobre a variante Delta – e aqui faço um recorte para...

Antes, Senador, ainda quero cumprimentar todos os especialistas que têm assento neste debate; é um privilégio participar ao lado dessas autoridades de saúde do País. A Anvisa tem andado de mão dada com a ciência, com a academia, com as instituições. Sempre que nós pudermos nos ombrear à melhor expressão desses nossos cientistas e dos nossos especialistas, sempre é um lugar de honra para a Anvisa.

Bem, faço um recorte, como dizia, para primeiro esclarecer que a Anvisa, por força, inclusive, de competência normativa, não realiza um trabalho de acompanhamento epidemiológico dos dados de informação que alimentam os boletins semanais epidemiológicos. Não é uma competência própria da Anvisa, ou seja, o acompanhamento do número de infecções, o acompanhamento da evolução do quadro no País, como bem apresentou agora a Dra. Greice, antes de mim apresentou o Dr. Guilherme, não é uma tarefa da Anvisa. Contudo, as informações epidemiológicas são material fundamental para a atuação da Anvisa.

A Anvisa, por força dessa necessidade, tem acompanhado diariamente os movimentos dos boletins epidemiológicos no âmbito nacional, os boletins do Ministério da Saúde, os boletins da Fiocruz, os estudos especializados, todos os movimentos no campo nacional que dão conta da evolução da doença no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil; isso é material fundamental para a atuação da Anvisa. Esse nível de atuação e de acompanhamento se dá também no plano internacional, em atuação colaborativa que a agência tem com a Organização Mundial da Saúde, com centros de acompanhamento de doenças, como o CDC dos Estados Unidos. E essas são informações, digamos assim, capitais para decisões importantes que a Anvisa vem adotando.

As informações, digamos assim... Nesta sexta, informações que chegam à Anvisa diariamente, por força desse trabalho de prospecção e de colaboração, dão conta de um cenário de muita preocupação. A agência encara os movimentos recentes sobre a evolução da variante Delta no Brasil e no mundo; no Brasil, ainda com sintomas de evolução, de ampliação da disseminação da variante, mas, no mundo, as informações que chegam de países de Primeiro Mundo são informações alarmantes. As informações dos últimos dias sobre Israel são dados de realidade que chamam a atenção do mundo; os dados dos Estados Unidos, do Reino Unido, de Cuba, que está vivendo um colapso no seu sistema de saúde que chama a atenção do mundo pela rápida evolução da variante.

Tudo isso são informações que trazem para a agência reguladora subsídios para decisões que a agência precisa adotar. Isso traz informações, por exemplo, para as recomendações técnicas que a agência tem que emitir, por exemplo, no âmbito de fronteiras. No escopo da Lei nº 13.979, que é a Lei da Pandemia, a Anvisa participa de uma cadeia de informações como órgão técnico de assessoramento para um grupo de ministros que deve expedir, por exemplo, normas de restrições de fronteiras. E, obviamente, que esse é, digamos, um lugar de muita sensibilidade, porque, quando estamos falando de fronteiras, estamos falando justamente dessa disseminação da variante Delta e de todas as outras variantes de interesse que hoje chamam a atenção da comunidade científica internacional. Mas também não só para fronteiras. A decisão recente da Anvisa... E aqui respondendo já à oportuna provocação do Senador Esperidião Amin sobre a questão da terceira dose, ou da dose de reforço, ou da revacinação, como ele bem ambientou, na última quarta-feira, a Anvisa agiu de ofício e, em vista de avaliações da manutenção da relação benefício-risco da vacina CoronaVac, pelo voto da Diretora Relatora Meiruze, que já foi aqui mencionada e que participou, na última segunda-feira, inclusive, de debates junto a esta Comissão, acompanhado por todos os diretores da agência, a Anvisa recomendou ao Ministério da Saúde, sob o campo de orientação técnica, que a dose de reforço fosse avaliada pelo ministério em vista daquelas populações imunocomprometidas e do público idoso. E, obviamente que, nessa cesta, digamos, de justificativas e de embasamentos que orientaram a decisão da Anvisa, sem dúvida, há a preocupação de que esses públicos possam ser alcançados por novas variantes que, como nós sabemos – os especialistas aqui terão, aliás, mais condições de evoluir para detalhamentos – e como o próprio Dr. Guilherme já nos trouxe aqui sobre a incapacidade do público idoso de ter, digamos assim, uma longevidade com a sua capacidade imunológica por um maior período de tempo, o que, ao final, entra em relação à evolução das variantes e da necessidade de internação desses públicos e das reinfecções.

A preocupação capital em relação à variante Delta: as reinfecções. A vacinação não impede a transmissão, mesmo nos públicos vacinados. Um estudo feito pelo CDC americano, na cidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Massachusetts, nos Estados Unidos, dá conta de um evento de massa que foi realizado, e os vacinados transmitiram tanto quanto aqueles que não estavam vacinados, de maneira que algo que nos traz muita preocupação neste momento é a retomada de atividades em massa.

A Anvisa não desconhece nem está alheia à necessidade de que atividades sejam retomadas, que há uma preocupação importante sobre a retomada de atividades econômicas, mas há de se ter preocupação com atividades que tenham como escopo a aglomeração e que isso possa ser bolsões de novas reinfecções e de um estresse do sistema de saúde pública brasileiro. Aliás, o Estado do Rio de Janeiro, o Município do Rio de Janeiro, neste momento, já começa a pedir socorro pela voz do seu próprio gestor municipal, o Prefeito da cidade, que, desde ontem, está nos jornais dando conta de ocupação dos leitos de UTI naquela cidade já por conta da variante Delta. E, assim, em razão disso, algo que já é perceptível é uma sensação artificial de retomada das atividades e de uma sensação até da população de que está protegida até com a primeira dose da vacina e o relaxamento, naquilo que o Dr. Guilherme nos trouxe aqui, nas medidas que não são capitais, de medidas que não são de ouro, mas são medidas auxiliares fundamentais, entre elas – e, nesse momento, eu reforço – o uso das máscaras.

E por que coloco em evidência esse tema? A Anvisa acompanha diariamente o fluxo de viajantes em aeroportos não só no trânsito internacional, mas no trânsito nacional também, e há já, neste momento, um movimento, às vezes, de viajantes de não quererem usar a máscara, causando problemas para as tripulações em voos, desembarques que estão acontecendo agora, aos montes, em aeroportos, porque há pessoas que se recusam a usar as máscaras dentro das aeronaves.

Eu tenho participado de alguns debates, Senador Confúcio, Senador Esperidião Amin, e falo: o sistema aeroportuário, no Brasil e no mundo, é um sistema altamente parametrizado e normatizado. Ele funciona como um canal de proteção não só sanitário; sobretudo, de segurança em voo. Eu dou o exemplo de alguém que não usa o cinto de segurança dentro do voo, ou que, no momento da turbulência, resolve ficar em pé, contribui para a insegurança do voo, assim como todos os esforços que nós fazemos, dentro desse sistema, na área sanitária. Por exemplo: a higienização e limpeza de aeronaves a cada voo e decolagem, a proibição do serviço de bordo em voo, os sinais sonoros, a fiscalização dos filtros Hepa dentro das aeronaves. Tudo isso é desperdiçado quando um viajante tira a máscara dentro da aeronave.

Como o Dr. Guilherme bem ilustrou – e eu me socorro da apresentação dele – é uma rede colaborativa; todos devem participar dessa colaboração e, obviamente, as autoridades de saúde têm que se posicionar, têm que ser vetores da liderança pública – não há dúvida quanto a isso. E a Anvisa encara com muita preocupação – com muita preocupação – os movimentos de retomada de atividades em nível de aglomeração.

Isso tem pilotado, inclusive – para concluir, Senador Confúcio, e já dar aqui um informe sobre a atuação da Anvisa – nas importações de medicamentos que têm atuação na área, o desabastecimento que ocorreu nos *kits* de intubação. A Anvisa tem uma legislação especial que vai manter nos próximos dias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que, diante de um eventual recrudescimento da disseminação dessa variante e a ocupação repentina das UTIs, a gente tenha um fluxo de abastecimento de medicamentos com regularidade.

Essa é a minha manifestação, e eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Alex Machado. Muito brilhante a sua apresentação.

Eu passo, a seguir, a palavra para a Dra. Raquel Stucchi, infectologista e professora da Universidade Estadual de Campinas. Com a palavra, Dra. Raquel.

A SRA. RAQUEL STUCCHI (Para expor.) – Bom dia a todos. Cumprimentando o Senador Confúcio, eu cumprimento todos os Senadores aqui presentes, cumprimento também todos os meus colegas convidados. É uma honra e me gratifica muito, ao longo de um trabalho exaustivo, depois de 18 meses – que virão mais outros –, poder compartilhar com vocês, estarmos aqui discutindo e poder ajudar até na discussão dos próximos passos que nós devemos tomar aqui, no nosso País.

A minha tela já está disponível para vocês? (*Pausa.*)

Está.

Bom, a fala dos meus colegas já vai auxiliar bastante. Então, eu peço desculpa. Eu vou até passar alguns eslaides mais rapidamente, em função do tempo. A Dra. Greice acabou de falar até das mutações. Então, a gente chama de mutações aquelas alterações do vírus que podem levar a uma pressão seletiva melhor; ele muda para poder sobreviver melhor, e essas variantes de preocupação são variantes que podem levar a aumento da transmissibilidade ou alteração prejudicial da epidemiologia, aumento da virulência, mudança da apresentação clínica da doença, ou uma diminuição da eficácia das vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A senhora pode projetar as telas, doutora. Está disponível.

A SRA. RAQUEL STUCCHI – Uai, meu Deus! Eu achei que eu já estava... Então, espera aí. Deixa eu voltar aqui para a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Veja se a senhora consegue. Já está aqui habilitada. Pronto! Agora vai entrar

A SRA. RAQUEL STUCCHI – Agora está?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agora está.

A SRA. RAQUEL STUCCHI – Ah, tá. Desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou retomar os anteriores, só lembro – a Greice já mostrou esse aqui – que as variantes agora são representadas com letras do alfabeto grego, e já vou falar aqui que a OMS está querendo colocar o nome das estrelas por receio de que o alfabeto não seja suficiente.

A variante Delta era já uma variante de preocupação desde abril e, em maio, ela passou a ser, pela sua grande transmissibilidade, principalmente nos casos da Índia, uma variante de preocupação.

Aqui é um esquema... Nas variantes, as mudanças acontecem sempre na espícula do vírus. Então, em roxinho, nós temos desde o primeiro, que é o de Wuhan, e, onde está destacado, as alterações que acontecem na espícula do vírus.

E qual é a grande preocupação em relação à variante Delta? Com a ajuda dos meus colegas que já falaram, a explicação fica mais fácil. Se nós pegarmos o coronavírus raiz, o de Wuhan, o ancestral, vemos que ele se transmitia para duas pessoas. A variante Delta se transmite para 5 a 8 pessoas. Então, essa é uma grande preocupação.

Outra preocupação que nós temos é que, diferentemente das outras variantes, ela se transmite também em locais abertos. A gente não tinha essa preocupação com as outras variantes, mas agora, com a Delta, isso mudou, vou demonstrar para vocês – o Dr. Alex acabou de comentar também essa documentação de transmissão em lugares abertos.

Nós sabemos que a Delta pode, também, provocar casos mais graves, uma evolução mais grave da doença. Reforço o que o Dr. Alex acabou de falar: pessoas vacinadas transmitem, elas têm uma carga viral alta, transmitem mesmo estando assintomáticas, como a gente já sabia, mas transmitem também por um período de tempo mais longo. Então, até respondendo a uma das perguntas do Senador Wellington como Relator: sim, mesmo vacinados e mesmo sem sintomas. A máscara é a forma que vai evitar a transmissão.

Esse dado, esse *folder*, acho que todos acompanharam, compara a transmissibilidade da variante Delta com a das outras variantes e até mesmo com a das outras doenças infecciosas, como caxumba e sarampo – embaixo. A gente vê que a variante Delta se transmite para cinco a oito pessoas e se compara, segundo o CDC, à capacidade de transmissão – é muito semelhante – da catapora, *chickenpox*, que é, das doenças transmissíveis, a que a gente considera ter maior poder de transmissibilidade. Então, a transmissão é muito maior.

Aqui são os dados que mostram – já estão publicados – uma gravidade maior da doença. Então, há uma proporção maior de pessoas que são internadas na UTI, que vão para o respirador e uma maior mortalidade. Isso já foi documentado no Canadá, em Singapura e na Escócia.

Aqui, o que acabou de ser mencionado: há confirmação da transmissão em ambientes abertos. Nós temos sido péssimos alunos enquanto País, na minha maneira de ver, nesses últimos 18 meses. Quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer, nós sabíamos o que estava acontecendo no hemisfério norte e não utilizamos o que a gente estava aprendendo com eles para fazer aqui. Então, aqui é mais uma possibilidade de a gente recuperar a nossa nota e passarmos a ser bons alunos.

Houve vários eventos públicos no verão de agora nos Estados Unidos, em Massachusetts, e 469 casos de covid foram identificados em pessoas que viajaram e foram a esses eventos, *shows* e tudo. Desses 469 casos, 74% ocorreram em pessoas totalmente vacinadas.

Então, a vacinação diminui o risco de uma doença mais grave. Ela não impede a doença mais grave, mas ela não impede o risco de a pessoa ter formas leves da doença e transmitir.

Desses 346, houve cinco internações, quatro das internações, então, com manifestação mais grave em pessoas vacinadas. E aqui nós estamos falando dos Estados Unidos, que usaram particularmente as vacinas de RNA mensageiro.

Então, a variante Delta desafia todas as vacinas. Eu acho que isso é importante a gente saber, para a gente não ficar centralizando responsabilidades em cima de um ou outro produtor.

E, nesses casos de Massachusetts, 90% das amostras que foram testadas eram, sem dúvida nenhuma, da variante Delta.

Aqui, quando a gente fala que, no Brasil, ainda a gente está em uma situação em que a variante Delta está mais localizada... É só para a gente mostrar como a variante Delta vai ocupando os espaços. Mesmo onde a gente tinha outra variante... Então, aqui, a gente tem a variante Delta. Esses dados são dos Estados Unidos. A gente pode perceber que a variante Delta era responsável, até maio deste ano, por 10% das variantes que estavam circulando nos Estados Unidos. Dois meses depois, em julho, ela passa a ser responsável por 90% dos casos. Então, ela é muito abusada, ela é muito atrevida, ela se espalha, ela ocupa os espaços. A mesma figura se repete na Inglaterra também, onde a gente tinha a variante Alfa predominando, e, depois, no intervalo que, possivelmente, deve dar por volta de quatro, seis semanas, a variante Delta se torna responsável por 99% da variante que está circulando. Então, com certeza, isso se repetirá no Brasil.

Os dados do Município do Rio de Janeiro já mostram isso também. Esse dado é da semana passada.

Opa! (*Pausa.*)

Perdão, perdão, perdão! Ô meu Deus!

A gente vê, em azul escuro, a Delta. A gente vê que ela já está começando a subidinha aqui na lateral desse gráfico quadrado. E o destaque mostra que ela dobrou a sua proporção em relação às outras variantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lembrar: nós aumentamos – a Dra. Greice já comentou – a nossa testagem, nós aumentamos também a nossa capacidade de identificar a variante, mas a gente ainda faz isso muito pouco.

Aqui também há esse dado do Rio de Janeiro, dado atualizado agora no dia 15 de agosto. Neste ano, a gente vê que, de janeiro a junho, ou melhor, de janeiro a maio, no Município do Rio de Janeiro, a gente não tinha a Delta. Começamos em junho com 8,8%; em julho, 56,6%. Então, a capacidade da Delta de ser a principal não é desprezível. Não há dúvida de que, no País, haverá, logo, logo, só a Delta.

Aqui é uma maneira também colorida... A gente vê a Delta em vermelho e como ela vai... Os Municípios afetados no Estado do Rio de Janeiro e agora, praticamente... O primeiro à nossa esquerda é em junho; o último, agora em final de julho. O Estado todinho está se pintando nessa cor meio rosa aqui, para mim, ou avermelhada, correspondendo à variante Delta. Então, nós não temos dúvida de que será ela a que vai ficar aqui.

O que nós temos de dados da literatura, até de vacinas? Aqui está destacada a vacina de RNA mensageiro. Veja que, na primeira dose, a proteção da vacina é de 35% contra a variante Delta. Então, é uma proteção muito ruim. Esta fala de que nós temos 100% dos adultos imunizados traz muita confusão, porque traz para quem ouve o sentimento ou o entendimento de que estar imunizado é estar protegido. Não! Quem tomou a primeira dose, praticamente, não tem proteção nenhuma. E, com a segunda dose, há uma proteção de 88% com a vacina de RNA mensageiro – aqui são os dados da Pfizer –, enquanto que, para as outras variantes, para a variante Alfa, a proteção era de 93%. Então, há uma queda de proteção, de eficácia vacinal, mas ela ainda se mantém efetiva.

Em relação à vacina da AstraZeneca, também, com a primeira dose, 30% de proteção neste estudo e de 67% depois de 14 dias da segunda dose. Então, nós precisamos... Um dos recursos para conter a Delta é a vacinação completa.

Aqui em roxinho, é a proteção, a efetividade das vacinas com primeira dose, segunda dose, Pfizer e AstraZeneca, mostrando que o roxinho está sempre um pouco mais para baixo, então a eficácia dessas vacinas é um pouco inferior, mas mesmo assim consegue ser próxima a 80%.

Esse eslaide foi do Professor Jorge Kalil, mostrando uma diminuição da proteção e aqui mostrando que em idosos, em vermelho, tanto com a CoronaVac quanto com a AstraZeneca, nós temos, sim, uma diminuição da proteção ao longo do tempo, que é um limite da vacina.

Aqui um estudo feito na Unicamp, mostrando também a queda dos anticorpos neutralizantes – aqui foi com a vacina CoronaVac, porque foi a vacina que nós fizemos primeiro aqui no Brasil –, reforçando a necessidade de dose de reforço, como acontece em outras vacinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, primeiro, o que a gente vê nos Estados Unidos agora? Em azul, são aqueles que estão hospitalizados e são vacinados e, em verde, aqueles que estão hospitalizados ou que estão morrendo e são não vacinados. Então, a vacina protege contra as formas graves de doença.

Em Israel, a maior parte das internações acontece em pessoas não vacinadas, que estão aqui em vermelho; em vacinados, acontecem, mas é menor.

Aqui nós temos a porcentagem de pessoas totalmente vacinadas, completamente vacinadas no mundo. E eu gostaria de chamar atenção... Bom, esse gráfico todos já viram. O controle inicial com a vacina e depois o aumento do número de casos. Mas eu vou me ater agora... Aqui, eu separei Estados Unidos e Alemanha. Aqui eu tenho o número de casos confirmados por milhão de pessoas. Vejam que, nos dois países, a cobertura vacinal completa é muito semelhante, mas os Estados Unidos têm uma explosão de casos, o que a gente não vê na Alemanha. E, nos dois países, a variante Delta é a predominante.

Então, o que acontece de diferente entre Estados Unidos e Alemanha para explicar não haver tantos casos assim na Alemanha? Primeiro, a Alemanha oferece gratuitamente testagem para a população. Então, a gente precisa testar muito mesmo entre os vacinados. Qualquer local faz pesquisa de antígeno, gratuitamente, para a população. E, além de tudo, a Alemanha mantém a obrigatoriedade de uso de máscaras com maior capacidade de filtração para toda a sua população.

Então, aqui é um eslaide que resume as recomendações do CDC, e eu coloco aqui, em asterisco, a minha opinião pessoal. Então, nós devemos acelerar vacinação no País para aumentar a porcentagem de vacinação completa, reduzindo o intervalo da Pfizer – na minha opinião particular, manteria o intervalo da AstraZeneca, e podemos discutir depois; e a terceira dose, em grupos prioritários vacinados há mais de seis meses, é imperativa – aí nós temos os idosos, temos os imunossuprimidos e temos os profissionais de saúde, que estão voltando a adoecer também nas últimas semanas; e manter as medidas de barreira: o uso correto de máscaras faciais, inclusive em ambientes abertos; as máscaras com maior poder de infiltração, evitando aglomerações, e a higienização das mãos. Além da vacinação, além das medidas de barreira, testar muito, para a gente poder até afastar os contatos de pessoas com covid para que a gente possa brecar e bloquear a transmissão em toda a sociedade.

Agradeço e a gente conversa depois.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Professora Raquel.

Os seus gráficos, Professora Raquel, a senhora passa para a nossa Comissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAQUEL STUCCHI – Já estão. Já estão, Senador. A virginiana aqui já fez tudo isso ontem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Ah, está bom. Ajuda muito as futuras pesquisas da gente. A gente vai copiar da senhora muita coisa depois, aqui, para falar.

Eu passo a palavra agora ao Professor de Genética da Universidade de Minas, Professor Renan Pedra.

Com a palavra, Professor Renan.

O SR. RENAN PEDRA (Para expor.) **–** Agradeço a V. Exa., Presidente Confúcio, cumprimento a todos os demais Senadores e participantes desta audiência pública.

Eu acredito que vocês veem minha apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Sim, Professor.

O SR. RENAN PEDRA – Em alinhamento com o que já foi dito aqui, a gente consegue visualizar que há uma necessidade da manutenção das medidas já conhecidas para a contenção dessa variante em particular.

Nós sabemos que, além da vacinação – e aí cabe a discussão quanto a uma terceira dose –, a sociedade em geral precisa compreender o seu papel tanto no surgimento dessa, quanto de eventuais variantes. E, para que não aconteça, nós necessitaríamos da manutenção do uso de máscara, higiene pessoal e isolamento social.

Aqui, hoje, eu vou falar rapidamente uma proposta de... (*Falha no áudio.*)

... genômica, como um... (*Falha no áudio.*)

Eu acho que alguém está com o microfone aberto...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Professor, está cortando a sua fala. Deve ser a sua internet aí.

O SR. RENAN PEDRA – Para que nós possamos fazer um monitoramento de variantes do... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Professor, faça um pareamento com o celular. Talvez melhore a internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN PEDRA – Não, não, eu não acredito, Senador, que... É porque há microfone aberto. Por isso que eu estou cortando a minha fala. Mas eu acredito...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Então, verifiquem aí quem está com...

A SRA. RAQUEL STUCCHI – O da Dra. Monica parece que está aberto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** ... o microfone aberto, por favor.

Vamos fechar os microfones, para o Dr. Renan continuar a palestra dele.

O SR. RENAN PEDRA – Bom, a minha proposta aqui, então, é que a gente utilize esses observatórios para fazer um monitoramento das variantes, em especial nesse contexto da variante Delta, porque a gente precisa conhecer onde ela está, para que nós possamos atuar efetivamente.

Então, juntamente com o Professor Renato Santana, eu coordeno, aqui na UFMG, o Laboratório de Biologia Integrativa, que é um... (*Falha no áudio.*)

... de vírus do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nós atuamos em duas frentes nessa rede. A primeira, pelos laboratórios de campanha que buscam ampliar a capacidade de testagem pública brasileira; e da Rede Corona-ômica, que, entre outras coisas, monitora o surgimento e a frequência de variantes no País. Para tal, nós construímos uma rede de colaboração de instituições tanto públicas quanto privadas ao longo da pandemia.

E, falando de variantes, nós estamos aqui discutindo a variante Delta, e o Dr. Werneck já chamou a atenção – e outros colegas – a respeito da situação que nos traz preocupação em países como Reino Unido, Israel e Estados Unidos. O que eu gostaria de adicionar aqui é a clareza de formação de ondas nesses países, o que não é tão claro de ser distinto no gráfico de novos casos no Território brasileiro, e que, como a Professora falou, por último, tende a ser subestimado, dados os critérios de testagem que nós temos implementados hoje no País, na rede pública, que são baseados...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Professor Renan, a sua tela está duplicada. Há duas superpostas, uma sobre a outra, uma grande e uma menorzinha. (*Pausa.*)

Aí, agora melhorou.

O SR. RENAN PEDRA – ... critérios que – é sabido – devem ser subnotificados, dada a sintomatologia que é utilizada como critério para testagem na rede pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que nós vamos falar de variante, já foi chamada atenção aí que esse processo de geração de variantes é um processo natural, decorre de uma incapacidade do vírus de se multiplicar perfeitamente. E essas pequenas alterações que acontecem ao longo do tempo podem se acumular. Aqui a gente vê essas mudanças de cores indicando essas mutações e, porventura, o surgimento de novas variantes. Vale dizer que essas mutações não acontecem para um fim e a vasta maioria delas não são sequer detectadas por nós, mas eventualmente algumas chegam à formação dessas que chamamos de variantes de preocupação.

Esse gráfico que foi já apresentado também pela Dra. Greice, mostra o surgimento, a dominância da variante Gama, aqui representada em verde, no início deste ano, e o surgimento, no último mês, dessa seção roxa, lilás, que representa a variante indiana. E a gente chama atenção aqui que esses dados não devem ser os mais adequados para que a gente estime a frequência nacional, devido à disparidade que nós temos de capacidade de identificação entre iniciativas estaduais e municipais. Para que nós possamos fazer essa estimativa adequada, o ideal seriam estratégias de amostragem aleatória ao longo de todo o Território brasileiro.

E aí eu trago a experiência que nós temos aqui no Estado de Minas Gerais, em colaboração com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte e a Fundação Ezequiel Dias, que é o nosso Lacen, em que, em março e abril, nós conseguimos fazer uma caracterização cobrindo quase 300 Municípios do Estado, caracterizando amostras de quase 1,2 mil indivíduos, em que mostrávamos que a variante Gama era, sim, a variante mais comum no Estado, mas com uma grande heterogeneidade ao longo do território.

E isso se tornou possível graças à utilização de uma metodologia que foi desenvolvida aqui por nós, uma metodologia mais barata e de menor tempo, que possibilitava a cobertura de mais amostras. Como a Dra. Greice comentou, o padrão-ouro seria o sequenciamento por essa metodologia que acaba conseguindo não só monitorar variantes, mas também identificar novas variantes; mas, frente ao conhecimento de uma variante, nós podemos utilizar essa metodologia mais simples para que nós possamos caracterizar mais amostras num intervalo de tempo mais curto.

E, dada a introdução da variante Delta já no Brasil, nós tínhamos interesse no monitoramento dessa variante no Estado de Minas Gerais e já tínhamos a experiência desse monitoramento em tempo real feito semanalmente com a Prefeitura de Belo Horizonte. Aqui a gente conseguiu monitorar exatamente a introdução da variante Gama e, em dois meses, ela se tornando a variante mais comum no Município.

Então, nós realizamos uma colaboração com a Secretaria de Estado de Saúde e, de novo, a Fundação Ezequiel Dias, para poder fazer o monitoramento de dez unidades regionais de saúde dispostas ao longo do território do Estado de Minas Gerais, várias delas nas fronteiras com os Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás, e também a unidade regional de saúde que contempla a capital Belo Horizonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os nossos dados aqui representados das últimas quatro semanas, a semana passada aqui representada pela semana epidemiológica 32, indicam a detecção em nove das dez unidades regionais de saúde monitoradas. E o gráfico também nos chama atenção, da esquerda para a direita, para uma tendência de crescimento não só de introdução, mas crescimento da frequência nas unidades regionais monitoradas. Esse monitoramento nas últimas quatro semanas já cobriu 728 amostras mineiras em 126 dos Municípios deste Estado.

Eu deixo aqui propostas, já que a ideia é que a gente traga algumas discussões, para que a gente consiga talvez fazer diferente nesta onda de Delta do que a gente fez na onda de Gama.

Sem dúvida, concordo com a Professora, uma é a ampliação de testagem diagnóstica, porque nós temos, devido à maioria dos critérios utilizar sintomatologia para acesso a diagnóstico na rede pública, a chance de subnotificação.

Nós precisamos entender o que vai acontecer com a variante Delta na população brasileira. A população brasileira tem um histórico em sua constituição muito particular, o que dificulta a interpretação de dados obtidos em outras populações. E aí eu estou falando tanto em relação à ancestralidade quanto aos esquemas vacinais aqui utilizados.

Sem dúvida, outra é a ampliação de estratégia de vigilância genômica como a Dra. Greice já pontuou, devido especialmente à heterogeneidade da distribuição espacial dessa variante ao longo do Território brasileiro.

E que essas ações de vigilância genômica, desse monitoramento de variantes sejam feitas cada vez mais rapidamente, para que se possam executar ações integradas de vigilância genômica.

E talvez a grande mensagem que fica é que essa variante não é o final dessa história. Nós temos, sim, a capacidade de que mutações continuem acontecendo devido ao descontrole da pandemia no Território nacional e de que, eventualmente, novas variantes surjam, inclusive derivadas dessa variante, em nosso Território, que podem, com certeza, complicar ainda mais a capacidade nossa de controle. Esse controle, infelizmente – algo que os dados indicam neste momento –, não deve depender exclusivamente da vacinação, mas, sim, de medidas de higiene pessoal, de utilização de máscaras e, eventualmente, de controle de circulação de pessoas.

Deixo aqui o agradecimento não só à equipe do trabalho e aos colaboradores, mas também aos órgãos de fomento, vários deles, inclusive, federais, que possibilitaram a realização desses trabalhos ao longo da pandemia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Belíssima apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a nossa última palestrante, a Dra. Mônica Levi, uma especialista do corpo diretivo da Sociedade Brasileira de Imunizações.

Com a palavra a Dra. Mônica.

A SRA. MÔNICA LEVI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento os Senadores e os colegas, que fizeram excelentes apresentações.

Eu sou da Diretoria da Sociedade Brasileira de Imunizações, e a gente tem agido muito junto com o Ministério da Saúde nas ações e nas estratégias a serem tomadas, embora não tenhamos o poder decisório do Ministério da Saúde, mas a Sbim anda muito em paralelo e junto com o PNI.

O Dr. Juarez, que é o Presidente, me pediu para representá-lo aqui e absolutamente não me falou nada de apresentação. Eu não trouxe PowerPoint e acho até que é desnecessário em vista de todas as apresentações que já foram feitas aqui. Eu acho que eu posso falar um pouquinho para vocês e não vou tomar os dez minutos, não. Eu nem esperava falar, achei que a gente ia discutir e que eu ia dar uma opinião, representando a Sbim.

Eu queria fazer um pequeno aparte à fala do Senador Esperidião Amin, quando ele coloca a questão da sorologia. Esse é um grande nó que a gente tem. As pessoas querem saber o seu *status* de proteção com os testes sorológicos que a gente tem hoje disponíveis. Eles não são adequados. Por quê? É muito mais complexa a imunidade que se instala ou após a doença ou após a vacinação. Esses testes não são capazes de nos dizer quem está protegido e quem não está, porque às vezes a pessoa tem, por aquele método sorológico, anticorpos muito baixos, mas ele tem desenvolvido a imunidade celular e outros tipos de anticorpos que não permitem essa definição.

Então, essa queda progressiva dos anticorpos realmente está acontecendo. Isso está sendo visto não só no Brasil como em vários países. O que importa para a gente, para a tomada de decisões sobre terceira dose e quando fazer, é proteção clínica. A gente tem que saber a efetividade da vacina, que é o quanto essa vacina está protegendo na vida real. E nós estamos vendo acontecer, de fato, essa perda da proteção após alguns meses da vacinação, em torno de seis meses, principalmente naqueles que respondem pior à vacinação pela idade – há um mecanismo que a gente chama de imunossenescência; não é só o cabelo que fica branco, nosso sistema imunológico também envelhece e, nesse sentido, a capacidade de resposta às vacinas é menor e tende a ser mais curta – e nos imunodeficientes.

Então, está muito claro hoje que essas pessoas vão precisar de um esquema melhor. E a gente precisa diferenciar a terceira dose como uma dose a mais no esquema normal de vacinação, que é para quem responde menos, de dose de reforço, que é posterior para pessoas que responderam bem à vacinação, ficaram protegidas, mas essa proteção foi diminuindo ao longo do tempo. São duas coisas bastante diferentes a serem discutidas. Está muito claro que um esquema reforçado, ou seja, um esquema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de três doses, ou, no caso da vacina Janssen, um esquema de duas doses, uma dose adicional, vai ser necessário. Já é evidente que é necessário para os imunodeficientes e para os idosos. Então, isso acho que é um consenso já na ciência.

O que nós não temos evidência ainda suficiente – a própria OMS coloca isto – é de que precisaremos todos de reforços seis meses a oito meses depois da vacinação. Essa é uma discussão muito complexa. Eu acho que a gente não teria argumentos exaustivos aqui para estar debatendo. Não existe ainda nenhum consenso na comunidade científica sobre quem vai fazer terceira dose e qual a priorização. Isto é o mais importante: quem é prioridade? A gente vai vacinar adolescentes saudáveis de 12 a 17 anos ou vamos fazer uma terceira dose em pessoas com comorbidades ou que estejam na faixa dos 50 anos? Em um cenário de escassez de vacina, em que a gente não teria que estar fazendo escolha de Sofia, como nós fizemos desde o início dessa vacinação, por falta de vacina, nós tivemos que ir priorizando, o que não é o desejável... O Brasil vacina 78 milhões de pessoas para gripe em dois, três meses todos os anos, e a gente teve que fazer essa vacinação por prioridade, por risco maior de morte ou de formas graves e teve também a manutenção da força de trabalho dos profissionais da saúde. Então, agora o desafio é discutir quem vai precisar fazer essa terceira dose, quando e quais vão ser agora os grupos prioritários para isso.

Fora isso, há uma decisão também importante em relação à manutenção das medidas não farmacológicas, o distanciamento social e a máscara. A gente vê que os países que estão enfrentando uma quarta onda, uma terceira onda, Israel e Estados Unidos, voltaram atrás. Os Estados dos Estados Unidos estão voltando atrás com a obrigatoriedade do uso de máscaras. A gente está vendo que essa variante é muito pior no sentido de que os vacinados se infectam: a proteção contra formas graves se mantém, mas, contra a infecção e contra a transmissão, a eficácia é menor. Nesse sentido, quem está protegido, vacinado continua sendo um transmissor, ainda que involuntário, então não se pode dar passaporte verde para quem está vacinado voltar à vida normal, porque ele pode estar se infectando e pode estar transmitindo. Há uma grande parcela da população que ainda não está vacinada e, se a gente quer diminuir o risco de termos mais variantes ou mais mortes, nós precisamos conter a expansão das variantes, a expansão dessa transmissibilidade.

Para isso, no momento, além de acelerar a vacinação, é necessário que a gente tenha uma diretriz única. Está parecendo a torre de babel neste País, cada Município fazendo o que bem entende, porque o SUS permite que governos, prefeituras tomem decisões que não sejam da esfera federal. Nós estamos com a falta de um comando com orientações únicas para este País. Acho que é necessário a gente chegar a uma conclusão de decidirmos uma coisa única para este País, uma diretriz de como nós vamos enfrentar daqui para frente, e uma comunicação clara e única para a população. Faltaram campanhas desde o início, mas nunca é tarde para a gente começar. Eu acho que agora é o momento em que a gente pode, com a colaboração de vocês todos, ter o entendimento de que a gente precisa mudar a forma como nós estamos conduzindo a pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que eram esses os três pontos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Mônica.

Muito bem, concluídas as apresentações, passamos agora aos questionamentos, às perguntas.

Então, eu peço – nós temos três inscritos: o Senador Wellington Fagundes, que é o Relator; o Senador Styvenson Valentim e o Senador Esperidião Amin – que cada um deles direcione a pergunta e fale o nome para quem está se dirigindo. Eu gostaria que recebesse a informação.

Eu passo a palavra para o nosso Relator, Senador Wellington Fagundes, que está em trânsito para o Mato Grosso. Ele me avisou, mas está ali. Eu acho que está andando de asa-delta lá, parece que está voando. Muito bem, com a palavra o Senador Wellington Fagundes, nosso Relator.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentar todos os Senadores na pessoa de V. Exa., o Senador Styvenson Valentim, o Senador Esperidião Amin, e todos os palestrantes.

Na condição de Relator, eu vou tentar ser breve. Vou ler aqui as perguntas, mas registro principalmente a preocupação também exatamente com essa questão que está acontecendo nos Estados Unidos. A variante Delta aumentou muito o índice de mortes de pessoas que não foram vacinadas. Então, mais uma vez, eu fico convicto de que o Brasil tem que fazer tudo para fabricar vacinas brasileiras. Temos a lei já aprovada para utilizar o nosso parque industrial, tecnologia desenvolvida já pelo próprio Butantan, Fiocruz, Universidade Federal de São Paulo, de Minas Gerais, de Brasília. Então, esse, a meu ver, tem que ser o grande objetivo e o foco nosso, do Ministro Marcos Pontes, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, do próprio Ministro Queiroga, da Anvisa, de todos estão envolvidos, porque, com certeza, já é uma comprovação que as variantes já existem e existirão. Portanto, nós vamos precisar de vacina não só para este ano como, talvez, para muitos anos para frente, além de que não podemos ser um país como oitava, sétima potência do mundo, com mais de 220 milhões de habitantes, com um parque industrial tão forte, e depender, praticamente e exclusivamente, da China e da Índia, como foi o início da pandemia, que nos ensinou muito. Felizmente, hoje já temos aqui a fabricação de ventiladores, oxigênios, alguns insumos e temos que dedicar ainda mais para que tenhamos essas condições de fabricar todos os insumos aqui e aí, sem dúvida, a vacina.

Mas eu vou aqui fazer algumas perguntas, Sr. Presidente, bem rápido. A propósito desta audiência pública sobre a pandemia do coronavírus, o que fazer a partir de agora? O que nós devemos fazer, de forma bem objetiva? Eu digo que é, principalmente, fabricar vacinas. Mas quais são as providências a serem tomadas? O que teremos que fazer para não repetir os erros do passado, para não termos novamente hospitais superlotados, pessoas morrendo por falta de leito, de atendimento, de medicações? O que devemos fazer para evitar o desemprego, a fome, a doença e a tristeza, que assolam milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias brasileiras, com base no que aprendemos até agora? E como devemos nos comportar daqui para frente?

Então, por isso, eu quero aqui ainda acrescentar algumas perguntas.

Eu gostaria que V. Sas., se puderem, confirmassem a importância do uso de máscara – e lhes peço que façam isso para nós, Parlamentares, e para a população que também nos assiste neste momento. Que tenhamos acesso às informações de qualidade, informações verdadeiras e embasadas, emitidas por quem tem real autoridade para falar sobre o assunto.

Assim, faço as seguintes perguntas: não usar máscara em público é um comportamento de baixa lesividade ou de reduzida gravidade, ou seja, não tem um potencial significativo para lesar outras pessoas ou produzir eventos muito graves ou é realmente o contrário? Quem não apresenta sintomas ou não está com exame positivo para covid-19 não precisa usar máscara? O grau de eficiência preventiva do uso de máscaras permanece indefinido? E aí, é claro, do ponto de vista da ciência.

E, principalmente, eu também gostaria aqui de propor, Presidente, mais uma vez, que tenhamos a nossa visita aos laboratórios da Fiocruz e Butantan, visitar as fábricas que estão em construção. E, mais uma vez aqui, Presidente, na condição de Relator, mas como membro desta Comissão também, quero dizer que lutamos muito para aprovar o projeto de lei permitindo que a nossa indústria veterinária possa fabricar vacinas.

Esta semana, houve alguma especulação aí no sentido de que isso teria o interesse desse ou daquele. Eu acho que o maior interesse tem que ser de gerar emprego no Brasil, de concluir as nossas pesquisas, porque, se o Brasil é um grande produtor de vacina a partir do vírus inativado há mais de 20 anos e nunca tivemos problema nenhum de escape de vírus, nós não podemos nos curvar a nenhuma especulação. O Brasil precisa e deve fabricar vacinas até o final do ano com a nossa tecnologia.

Eu agradeço muito, Sr. Presidente, a todos os palestrantes, e a gente percebe, sem dúvida nenhuma, que, com essa questão das variantes que estão surgindo no mundo – a variante Delta, que é a última, mas o Brasil já com a variante de Manaus, do Rio de Janeiro, essa da África do Sul –, o nosso caminho, não tenho dúvida, e quero essa confirmação dos nossos palestrantes, é que temos que buscar fazer a vacinação em massa e ainda a segunda revacinação, que acredito que terá que acontecer daqui para o próximo ano.

Mas ainda há a preocupação com a volta às aulas, porque o Brasil está perdendo muito com isso. Se pudessem fazer alguma consideração em relação a esse aspecto, eu acredito que seria muito importante do ponto de vista dos técnicos. Como nós devemos proceder para voltar às aulas no máximo, a meu ver, até o final do ano?

É isto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero só justificar, Sr. Presidente, que estou aqui com o Ministro Tarcísio, no meio da estrada, num evento, mas, claro, na condição de Relator, fiz questão, e agradeço, e peço desculpa por não estar, digamos, de uma forma tão concentrada e necessária à postura de um Relator.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Vocês estão vendo que ele está num lugar aberto. O som está ruim, mas ele focou as perguntas basicamente na importância do uso da máscara.

Então, vou destinar essa pergunta ao nosso primeiro palestrante, Dr. Guilherme Loureiro Werneck, que pode ser complementado pela Dra. Raquel Stucchi, para o Senador Wellington.

Mas não respondam agora, não. Vocês fiquem aí e, daqui a pouco, vocês aproveitam e respondem a todos.

Passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ouvindo bem, Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Clareza, sim. Obrigado.

A todos os participantes, bom dia!

Aos Senadores e Senadoras presentes também, bom dia!

Uma coisa que é indiscutível, após a manhã toda ouvindo, é que a variante Delta é um risco, é um potencial risco de contaminação para a população brasileira e do mundo, mas, se todos os especialistas já falaram que em maio foi detectada pela primeira vez, no Maranhão, essa variante, com certeza ela já está entre a gente aqui sem se manifestar, deve estar de forma latente, aguardando a oportunidade para se manifestar.

Então, as perguntas que eu tenho são para a Sra. Raquel Stucchi, para o Sr. Renan Pedra e para a Sra. Mônica Levi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a Sra. Raquel: eu ouvi atentamente sobre o trabalho dela, e quero até que a gente compartilhe, e já sei que foi mandado para a Comissão, para que faça chegar aqui a todos os Senadores, porque é um trabalho bom para se ter conhecimento. Eu tenho uma pergunta que o Senador Oriovisto, que não está presente, queria fazer também. Ela falou de algumas vacinas e sua eficácia, a eficácia de duas vacinas que ela citou justamente diante da variante Delta. Então, Professora, em relação à variante Delta, na eficácia, como é que se manifesta a CoronaVac – em proteção, duas doses, uma dose – para quem a toma, uma vez que a senhora já falou de outros imunizantes e essa mutação?

Para a Professora Raquel ainda: considerando, Professora, que a senhora citou também o Rio de Janeiro, considerando que o atual nível de cobertura da vacina no Brasil é suficiente e necessário para justificar a liberação das medidas de segurança sanitárias, quer dizer, mesmo com essa divulgação de vacinação em grande quantidade por que o nosso País está passando, como é que a senhora enxerga essa liberação de volta à normalidade, essa aglomeração, diante dessa variante tão perigosa, que a senhora disse que não precisa nem mais estar em ambiente fechado, em ambiente aberto já pega?

Então, eu acho que a pergunta do Senador Wellington, Senador Confúcio, já está respondida. Ela é tão virulenta, ela é tão infectante, que eu acho que a gente tem que mudar de máscara, tem que ser máscara química agora, aquela que talvez não se contamine. Então, essas duas perguntas para a Sra. Raquel.

Para o Sr. Renan: Sr. Renan, o senhor falou uma coisa interessante hoje. A gente errou algumas vezes lá atrás, pecou algumas vezes e parece que vai pecar de novo se a gente disser para a população que essa variante já está entre a gente e que ela, dependendo ou não dessas flexibilizações, tomou a primeira dose... Sr. Renan, vamos lá, qual o risco para as pessoas que já tomaram, o potencial risco dessa variante Delta para a população que já foi vacinada ou que se vacinou apenas com a primeira dose?

Por que é que eu estou falando isso? Porque, se a gente for fazer uma campanha publicitária falando sobre o risco que existe, volta, fecha tudo, distanciamento, uso de máscara, parece que a população entende isso como tirar a liberdade: "Não quer deixar eu me divertir", "Não quer deixar eu ir para o bar beber", "Não quer deixar ir para as boates", "Não quer Carnaval", "Não quer *Réveillon*", "Vocês políticos são uns chatos; vocês especialistas, cientistas são uns chatos, querem acabar com tudo".

Então, a ideia que eu quero passar é a seguinte, vou lá fazer a pergunta de novo: qual o risco potencial que essa variante Delta tem para a população não vacinada ou vacinada apenas com a primeira dose? E olha que eu não vou nem entrar no critério aí que eu perguntei para a Sra. Raquel: quais são as vacinas e a eficiência de cada uma diante dessa variável.

E para a Sra. Mônica Levi, Senador Confúcio, ela falando sobre...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Styvenson, direcione essa pergunta para outra pessoa, porque a Dra. Mônica se ausentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Ah, que pena. Então está bom.

Então, vou falar para o infectologista, vou passar para o... Já que o senhor direcionou para o Guilherme Loureiro Werneck, infectologista, falar sobre a terceira dose de prioridade, falando sobre pessoas, ali ficou a dúvida se vacina primeiro jovens, crianças – e aqui está a vacinação já com 18 anos, na capital do Rio Grande do Norte, Natal – ou se vacina os idosos.

Eu queria saber do infectologista: a terceira dose, a questão de que as pessoas se sentem hoje seguras, "vacinei, estou seguro, posso voltar à normalidade, tiro máscara, vou correr na rua, vou para a academia, vou fazer minhas atividades normais, entro no ônibus agora sem máscara, tusso na cara de todo mundo, perdi aquele cuidado que tinha". Eu sei que essa terceira dose não isenta, os brasileiros sabem que ela não exclui a capacidade de uma pessoa com comorbidade, uma pessoa com imunodeficiência, uma pessoa que tem, que sofre ali de algumas doenças já durante a vida – diabetes ou problemas cardíacos, pulmonares... Ela talvez não garanta que essa pessoa, se for infectada, venha causar um problema e venha falecer.

Então, dentro dessa variante Delta, uma terceira dose para uma pessoa que tem comorbidade, para um idoso ou para essas pessoas que têm imunodeficiências, imunidade baixa... O risco potencial de que ela possa falecer é grande? Que isso, quando for respondido, torne conscientes as pessoas que podem estar carregando de forma assintomática, mesmo vacinadas, e espalhar dentro de uma residência, dentro de um ambiente, dentro do trabalho, dentro de um lugar onde essas pessoas possam conviver.

São essas três perguntas, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte.

Por fim, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade que o senhor me deu. Por não encontrar aqui o WhatsApp adequado, encaminhei para o senhor, para o seu WhatsApp, o voto da Dra. Meiruze, prolatado anteontem na Anvisa. É o que eu coloco, para quem quiser comentar, em adição ao que eu falei.

Eu já falei sobre a minha preocupação. É a de como é que nós vamos inserir, no plano de imunização, a providência para dar uma resposta a essa preocupação quanto ao reforço vacinal – não uso mais o nome de terceira dose ou dose anual. O reforço vacinal foi o alerta de segunda-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu estou lhe encaminhando e peço a atenção dos que estão aqui debatendo ainda – e que a Dra. Mônica tome conhecimento – para os itens 3 e 4, que estão no final do voto da Dra. Meiruze, que vou tomar a liberdade de ler. São vinte e duas páginas, eu vou ler dois itens:

> 3. RECOMENDAR ao Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde (MS), que, mediante avaliação de oportunidade e conveniência, no contexto da política de saúde pública para o enfrentamento da pandemia, e baseados em evidências técnicas consistentes, considere a possibilidade de indicação de uma dose de reforço, em caráter experimental, para grupos que receberam duas doses da vacina Coronavac, destacadamente para públicos-alvo prioritários, tais como pacientes imunocomprometidos [ou seja, imunodeficiência] ou idosos, em especial os acima de 80 anos;
> 4. NÃO APROVAR, neste momento, a ampliação de uso da vacina Coronavac para população pediátrica, devendo o Instituto Butantan apresentar os dados de acompanhamento da população adulta, conforme estabelecido previamente em termo de compromisso, e adequar o pedido de ampliação de uso da vacina com a apresentação de estudos clínicos de fase 3 concluídos ou com os resultados provisórios de um ou mais estudos clínicos, capaz de estabelecer o perfil de eficácia e segurança na população pediátrica.

Portanto, o último item é relacionado à vacinação pediátrica, à população pediátrica.

Agora, o primeiro, o Item 3, reforça o meu convite para que o Ministro nos diga – e só ele pode nos dizer, em termos práticos – se o plano nacional de imunização, seja em caráter experimental, seja em caráter de emergência, vai ou não contemplar o reforço vacinal para o público-alvo ou para os públicos-alvo mencionados.

Então, é um reforço de indagação a quem puder comentar e ao requerimento que eu apresentei hoje a V. Exa. e sobre o qual já expliquei.

Grande abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Essa pergunta eu vou deixar para a Dra. Greice responder, tá, Senador Esperidião Amin?

Olha, as perguntas foram quase sempre no mesmo rumo. Então, como o Dr. Guilherme Loureiro Werneck já se ausentou, por motivos justificados, quem vai responder, na realidade, a essas perguntas todas é a Dra. Greice, que responde ao Senador Esperidião, o Dr. Renan e a Dra. Raquel.

Então, eu passo primeiro para a Dra. Raquel, que tem mais perguntas para responder, depois, ao Dr. Renan e, depois, à Dra. Greice. Está bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Dra. Raquel Stucchi.

A SRA. RAQUEL STUCCHI (Para expor.) – Bom, em relação à primeira pergunta do questionamento do Sr. Relator, Senador Wellington, a respeito das máscaras, nós temos, sim, já, a comprovação científica da eficácia das máscaras, inclusive categorizando por material de fabricação das máscaras. Então, as de tecido, qual tecido é melhor para ser, realmente, uma barreira, as máscaras cirúrgicas, máscaras tipo N95, a PFF2.

Então, as máscaras fazem parte, sim, de uma ferramenta importante, como o Senador Wellington até comentou: se a gente for ver pela linha do queijo suíço, só a vacina, infelizmente, nós vemos hoje, no mundo todo, que só a vacina ela não consegue controlar a pandemia. Eu preciso da vacina, mas eu preciso, ainda, das medidas de barreira para conter a transmissão.

Então, as máscaras continuam sendo importantes e com comprovação científica, que, inclusive, eu me disponho a encaminhar para a Secretaria até, se os senhores considerarem adequado, uma documentação científica que discorre sobre a importância das máscaras.

E, assim, não é à toa que os países que abriram mão do uso de máscaras recentemente, todos nós temos acompanhado isso, voltaram a exigir máscaras, principalmente, até, nos lugares fechados e tudo, e onde eles já tinham aberto mão do uso, e, agora, com a Delta, eu, particularmente, tenho uma preocupação muito grande, pela capacidade que ela tem de transmissão em locais fechados, aglomerados, com as pessoas que não fazem parte do convívio diário de pessoas estranhas circulando, cantando, falando alto... A variante Delta consegue se transmitir e poderá colocar, sim, em colapso todo o nosso tema de saúde novamente.

Então, as máscaras, sem dúvida nenhuma, são fundamentais e mesmo ainda com a população vacinada. A capacidade de proteção da vacinação, nós vimos os Estados Unidos e Israel com 60%, próximo de 60% da população completamente vacinada, essa porcentagem não foi suficiente ainda para conter, para evitar um novo surto da doença, um novo aumento de casos e as internações. E, quando eu até coloquei a diferença da Alemanha para os Estados Unidos, é porque a Alemanha não abriu mão dessas medidas de barreira ainda, e uma população que, até, se a gente for comparar com a gente, acho que é muito mais obediente, seguindo as regras que são propostas ali pelas autoridades locais.

Então, as máscaras, sem dúvida nenhuma, continuam, sim, importantes. Devemos... Eu concordo que, assim, quanto mais vacinas nós tivermos sendo produzidas no mundo todo, nós vamos precisar dessas vacinas, O coronavírus não vai embora, ele vai ficar conosco. O que nós queremos é poder conviver com ele assim como a gente convive com o vírus da influenza, de uma maneira que, primeiro, não venha a trazer grandes reflexos no sistema de saúde e que possa fazer com que as pessoas tenham uma vida próxima do seu normal e fazer a economia novamente voltar ao seu ritmo lá de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a produção de vacinas deve ser incentivada sim. Agora, a tecnologia, os recursos... A gente precisa de investimentos, para que o Brasil possa ser também autossuficiente, vamos dizer assim, em vacinas, e que venham a ser aprovadas pela Anvisa, pela sua segurança e pela sua eficácia também, que é uma condição obrigatória para que a gente possa passar a utilizar as vacinas.

Em relação aos questionamentos do Senador Styvenson, nós temos... Eu não coloquei, Senador Styvenson, aqui os dados da coronavac porque há dois trabalhos nesta semana que estão naquilo que a gente chama de *preprint*. Eles ainda estão sendo revisados pelos pares, não estão oficialmente publicados, portanto, mas nós temos publicado estudo do Chile, temos publicado o estudo da Turquia, que não eram com a variante Delta. Mas esses dois trabalhos agora em *preprint*, com a variante delta, mostram que, sim, a CoronaVac, com as duas doses, também tem uma boa eficácia em relação a diminuir o risco de adoecimento grave com necessidade de internação e, ainda, de diminuir a mortalidade.

Só que qual é o ponto? Veja: nós conhecemos a vacinação em massa, acho que nós precisamos estar... Nós temos 18 meses, 19 meses de pandemia, mas nós temos oito meses de vacinação em toda a população. A vacinação começou em dezembro de 2020 no Reino Unido e em janeiro aqui no Brasil. Então, os conhecimentos estão sendo adquiridos, e o que a gente sabe hoje é que praticamente em todas as vacinas, como a Dra. Monica falou, aquela proteção, que a gente desejava que fosse mais longeva, é uma proteção que tem um tempo mais limitado de duração. Então, de quatro meses para um, de quatro a oito meses, talvez, é a duração da proteção.

A vacina da gripe, por exemplo, nós temos que a proteção dela é de nove meses. Por que que a gente só faz uma vez por ano? Porque o vírus da gripe é sazonal e ele circula mais no outono/inverno. A covid, infelizmente, não. O SARS-CoV-2 circula o ano todo, no verão, no inverno; ele não se incomoda com estação do ano. Então, possivelmente – e para mim é quase certo –, a gente vai precisar, sim, de doses anuais até.

Mas o que que nós vimos? Que para alguns grupos populacionais, que tiveram uma resposta adequada... Veja, a CoronaVac – vou falar da CoronaVac especialmente, porque foi a vacina que nós usamos, a primeira vacina que nós usamos e usamos para os idosos e para os profissionais da saúde a partir de janeiro e fevereiro – foi capaz de conter, sim, de reduzir de modo muito importante a internação, a evolução dos casos graves e a mortalidade no grupo que foi primeiramente vacinado. E o fez e teve esta capacidade de proteção ao longo desses meses todos. Nós estamos agora, em final de julho e agosto, vendo que essa capacidade de proteção da CoronaVac, que foi a que a gente fez mais logo no início, vai diminuindo, mas diminui também com a Pfizer, diminui também com a Moderna, diminui com a AstraZeneca e diminui com a Janssen.

Então, isto é, vamos dizer, um limite ou uma característica dessas vacinas – que eu vou chamar até de vacinas de primeira geração contra a covid –, que têm um prazo de duração da proteção que é de seis a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oito meses. Além disso, determinadas populações têm já... Essa proteção é mais curtinha, vamos dizer, talvez quatro a cinco meses, em que nós temos os idosos.

Mas eu reforço que nós temos... Os idosos devem ser vacinados, sim, devem já receber essa dose suplementar adicional. Se essa dose suplementar vai dar uma proteção mais duradoura, nós não sabemos ainda, porque todos os países estão começando a fazer essa dose adicional agora, porque, se ela for uma dose que vai dar uma proteção – e é até o questionamento do Senador Esperidião Amin –, se eu tiver com essa dose adicional – que eu vou chamar de modo mais genérico agora –, não, idosos receberam as três doses, a dose adicional, e ele fica protegido por um ano inteirinho, então o esquema de vacinação do idoso deverá ser de três doses para aqueles que ainda não foram. Agora, não, se ele estava bem protegido, eu faço e ele fica bem – e fica bem por mais um ano –, vai ser como se fosse uma vacina gripe em que a gente fez um esquema inicial de duas doses e depois a gente vai fazer doses anuais ou semestrais, daí para toda a vida.

Agora, essa resposta, com certeza nós teremos com a evolução e com o acompanhamento das pessoas que estão recebendo a terceira dose no mundo todo, e pessoas que foram vacinadas com diversos esquemas vacinais e de todas as vacinas já existentes.

O que nós temos são os dados de Israel. E como a terceira dose – é até uma pergunta do Senador... (*Falha no áudio.*)

... Styvenson – é que a terceira dose diminuiu, sim, novamente o número de casos em Israel. Israel está fazendo a terceira dose acima de 50 anos.

Agora, se neste momento é possível liberar, abrir tudo, fomentar aglomeração, marcar corrida, Carnaval, *Réveillon*, nós já aprendemos que não dá para fazer previsões de longo prazo com a covid. Qualquer coisa em novembro... Eu acho que é quase insano até a gente achar que está tudo controlado em novembro. O gestor pode estar estudando isso no seu gabinete, mas ele não pode anunciar, porque o entendimento é o de que está tudo sob controle, e as pessoas deixam de usar as medidas de barreira, vão considerar que com a primeira dose estão protegidas, e não estão. A proteção é de cerca de 30%, elas podem adoecer gravemente mesmo com a primeira dose.

Eu acho... Espero ter contemplado as perguntas, mas estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dra. Raquel, pelas respostas.

Eu passo a palavra para o Dr. Renan Pedra.

O SR. RENAN PEDRA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a pergunta, então, do Senador Styvenson Valentim sobre o potencial risco da variante Delta para pessoas que foram vacinadas com uma dose ou que não foram vacinadas sequer, é importante dizer que o risco já existe mesmo em relação às variantes anteriores. Com esse processo de interiorização da variante Delta, ao longo do Território nacional, vai levar algum tempo até que a gente esteja discutindo a variante Delta em algumas partes da Federação.

Então, esse risco existe para todas as variantes, mas, no contexto da Delta, ele tem dinâmicas um pouco diferentes para a pessoa que não foi vacinada e que está com uma dose só. Para essa pessoa que não foi vacinada a gente tem o problema maior aí associado à infectividade, que é conhecida para essa variante. Então, a gente está falando aí de um aumento em torno de duas vezes. E, com uma maior infectividade, uma chance maior de transmissão, a gente tem uma chance maior de que interações, por exemplo, sem máscara entre uma pessoa infectada e uma sem infecção até aquele momento, que isso culmine com as duas infectadas.

Então, nós realmente precisamos, para essa população, tentar acelerar ao máximo o processo de vacinação e reforçar a utilização de todas as outras medidas, porque, quando a gente olha para os casos das pessoas que receberam somente uma dose, os índices de proteção demonstrados não seriam hoje, por exemplo, suficientes para a liberação, a aprovação do uso dessas vacinas.

A gente está falando aí, como a Dra. Raquel apresentou mais cedo, em proporções, no caso da Pfizer, que já está publicado bonitinho, entre 30% a 40% de proteção para a primeira dose, o que não seria suficiente. Uma proteção nesse nível levou a vários projetos de desenvolvimento de vacinas a serem encerrados no passado.

Então, nesses dois grupos, a gente realmente teria que ter um cuidado muito grande, se você é cidadão nesses grupos, uma atenção em particular, mas também lembrar do grupo que tem duas doses. Aí é a grande preocupação que a gente tem com os dados observados em países que têm cobertura vacinal maior do que a nossa, porque embora o risco de morte seja realmente muito maior em relação ao não vacinado, nós estamos vendo a curva daqueles indivíduos completamente imunizados, a curva de morte também aumentando em algum nível. Então, há a necessidade de monitoramento em todos esses grupos e o uso das medidas já conhecidas até então, dessas medidas de barreira, para a contenção das cadeias de transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Renan.

Por último, eu passo a palavra à Dr. Greice Madeleine do Carmo.

Ela está presente? (*Pausa.*)

Ah, está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GREICE MADELEINE DO CARMO – Boa tarde! Estou sim.

Como eu trabalho com a área de vigilância epidemiológica no Ministério da Saúde, eu vou passar para um colega meu infectologista, que trabalha aqui também comigo. É o Dr. Victor Bertollo. Ele tem maiores informações, porque ele trabalhava com o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid.

Victor? (*Pausa.*)

Ele é aqui do PNI também, do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar, Victor, por favor. (*Pausa.*)

Victor?

O Victor está sem o som. Ajude aí o Victor, por favor.

O SR. VICTOR BERTOLLO GOMES PORTO – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pronto, Victor, pode falar.

O SR. VICTOR BERTOLLO GOMES PORTO (Para expor.) – Bom, vou só me apresentar. Eu sou o Victor Bertollo, médico infectologista, mestre em Medicina Tropical e Saúde Internacional. Eu sou consultor técnico do programa nacional de imunização e, dentro do programa, eu vinha participando da condução e das discussões da Câmara Técnica Assessoria em Imunização para a construção do plano nacional de operacionalização da vacinação contra a covid-19.

É importante a gente só agora esclarecer que, com a criação da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à covid-19, a competência para a deliberação a respeito das estratégias de vacinação não é mais do programa nacional de imunizações. Essa competência passou para a Secretaria Extraordinária. Então, não está mais dentro do âmbito da SBS.

Nós, como programa, continuamos participando tecnicamente, para apoio técnico. E, dentro da Câmara Técnica da Covid, nós somos um participante convidado. Nós não conduzimos mais o processo.

Bom, mas, com relação ao que nos foi perguntado, em relação à terceira dose, as doses adicionais, as doses de reforço, essa já era uma preocupação nossa enquanto ainda conduzíamos as discussões, já ainda do meio para o final do mês passado. Essas discussões se iniciaram agora, já dentro do âmbito da Câmara Técnica, conduzida pela Secretaria de Covid-19, e a recomendação da Câmara Técnica vem aliada com o que a Dra. Monica, da Sociedade Brasileira de Imunizações, aqui comentou, que realmente, ao que tudo indica, existe uma necessidade de a gente fazer dose adicional em alguns grupos prioritários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicos, como os muito idosos ou imunocomprometidos. Agora, a execução disso em si tem que considerar também o planejamento de vacinação, e a deliberação em relação a isso cabe à Secretaria.

Eu queria aproveitar e comentar em relação a um ponto que também foi brevemente discutido, que é a questão do intervalo entre as doses das vacinas AstraZeneca e Pfizer. Isso foi muito discutido na Câmara Técnica Assessora. Inclusive, quando começamos a ter os primeiros relatos em relação à variante Delta aqui no Brasil, o Brasil adotou um esquema estendido da vacina Pfizer e da AstraZeneca em intervalo de três meses, seguindo o que o Canadá e o Reino Unido adotaram também, com o seguinte raciocínio: nós temos dados de que a primeira dose oferece uma proteção bastante elevada para formas graves da doença, a primeira dose dessas vacinas especificamente, reduzindo o risco de hospitalização e óbito, inclusive, agora, para a variante Delta.

O mesmo grupo que publicou esse artigo no *New England*, demonstrando uma eficácia de fato bastante reduzida, na primeira dose, para formas leves da doença, também tem um artigo indo para a publicação demonstrando uma elevada proteção da primeira dose para formas graves da doença, claro que com ganho de proteção importante após a segunda dose.

Então, com a adoção desse intervalo de três meses, a gente permite ampliar a oferta da primeira dose na população. E há modelagens matemáticas indicando que essa estratégia reduz mortes, reduz internação e tem um impacto em saúde pública muito bom.

Do ponto de vista do indivíduo, a gente tem dados de que o intervalo aumentado da AstraZeneca amplia tanto a resposta humana quanto a efetividade. Para a vacina Pfizer, a gente tem dados de que o intervalo aumentado também aumenta a resposta imunológica. Nós não temos dados de efetividade propriamente ditos, mas a resposta imune, a resposta de anticorpos neutralizantes é amplificada com intervalo aumentado.

E, de maneira curiosa, os países que adotaram essa estratégia de intervalo de três meses, principalmente a Inglaterra e o Canadá, parecem estar enfrentando, do ponto de vista de internações e óbitos, uma onda de Delta menos severa do que os países que mantiveram o intervalo original.

Então, com relação ao intervalo, acho que essa é uma discussão com a qual a gente tem que ter um pouco mais de parcimônia. Claro que, após ter finalizado a vacinação com a primeira dose da população adulta, chega um momento de a gente realmente discutir a redução, mas isso também tem que ser feito de maneira cautelosa. Qual vai ser o intervalo adotado, reduzido? Porque há que se considerar a disponibilidade de doses e o cenário, a estratégia global da vacinação.

Bom, reforçando um ponto que também me deixou um pouco preocupado na fala do Sr. Senador, que foi a questão de mencionar os anticorpos, as dosagens de anticorpos após a vacinação, isso é uma demanda que a gente recebe com frequência. A gente precisa deixar muito claro para população: nós não temos um imunocorrelato de proteção da vacinação pelos métodos laboratoriais disponíveis na rede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública ou privada de laboratórios. Não é um indicador, não está estabelecido como *proxy* de proteção. Então, a gente não pode usar isso e apenas isso para política de saúde pública e para dizer se a pessoa está ou não protegida. Nós realmente precisamos usar dados clínicos, dados de efetividade, dados de vida real.

Ainda está em discussão, na literatura médica, o estabelecimento do imunocorrelato de proteção, de marcadores, mas, muito provavelmente, não acredito que serão exames laboratoriais viáveis de serem realizados na rotina desses laboratórios; são, no geral, exames de pesquisa.

Acho que eram essas considerações. Não sei se foi respondida a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Victor Bertollo pela sua explicação.

Assim sendo, eu creio que os Senadores estão satisfeitos com as respostas, eu quero agradecer a presença de todos os nossos convidados e liberar os senhores. Vocês prestigiaram muito a nossa comissão. Não reparem, hoje é uma sexta-feira, temos muitas comissões trabalhando simultaneamente, muitas sessões temáticas em Plenário, está todo mundo correndo para um lado e para o outro, mas todas essas apresentações ficarão disponibilizadas, as falas, no YouTube ou no próprio *site* da nossa Secretaria da covid-19, para consulta posterior de Senadores, Assessores e do povo em geral.

Temos que agradecer a participação do internauta Geovane Rocha, de Mato Grosso do Sul, Raquel Prado, de Tocantins, Sônia Macedo, de São Paulo, Geova e outros tantos, cujas perguntas já foram suficientemente atendidas e respondidas por todos.

Muito bem. Assim sendo, os senhores estão todos já dispensados. Fiquem só os Senadores. Os senhores já estão liberados para cuidar de suas vidas.

Muito obrigado a todos e a todas essas ilustres participações nesta manhã.

Muito agradecido.

A SRA. RAQUEL STUCCHI – Muito obrigada

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Boa tarde.

Muito obrigado a todos e todas.

Tem um requerimento extrapauta do Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião, o seu requerimento, infelizmente, não poderá ser votado hoje, por estar faltando um só Senador para dar quórum. O Izalci entrou, mas falta um ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero dizer a V. Exa. que o Ofício nosso 193, do dia 16 de agosto, já foi endereçado para o Ministério da Saúde e o Ministro já está convidado a estar conosco dia 30 de agosto.

Então, o seu requerimento coincide...

Pode liberar o som do Senador Esperidião.

Por favor, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já fico satisfeito duplamente. Primeiro, pela atenção que o senhor me dá e dá a este tema. O senhor viu que essa questão da terceira dose, ou dose de reforço, que nome tenha, é um lugar constante.

Esse voto da Dra. Meiruze é de 18 de agosto, é de anteontem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer dizer, é atualíssimo.

Então, como é que isso vai encaixar no Plano de Imunização, nós não vamos determinar. Agora, não se pode deixar de priorizar esse assunto. É claro que a prioridade é a primeira dose, a segunda dose, mas esse problema é muito sério porque incide sobre os velhinhos... Nós estamos chegando lá. Ainda não somos, não é? Não temos tanto cabelo branco quanto o Izalci, por exemplo. O Izalci tem muito mais cabelo branco exposto do que nós.

Segundo, quero dizer que é um dia muito especial, 30 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o bicentenário de Anita Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Olha, gaúcha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Gaúcha não. Que isso, homem? Heroína de dois mundos da nossa querida Laguna.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Certo, certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O maior vulto da história de Santa Catarina, como dizem os gaúchos agora, o maior homem da história de Santa Catarina, é Anita Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Opa!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é o maior vulto da nossa história. É um grande dia...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Meter uma conversa com o Esperidião é para perder mesmo, porque ele tem a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vai ter a sessão solene, vai ter a sessão solene do Senado às 10 horas. Não me vai fazer coincidir. Eu é que vou presidir a sessão solene...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... do 2º Centenário de Anita Garibaldi. O Styvenson, por exemplo, só tem medo de uma mulher no mundo: Anita Garibaldi. As outras todas ele anda com medo por outras razões.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um abraço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, nós vamos partir para o encerramento, agradecendo aos internautas e vou fazer a leitura aqui para todos um trechinho.

Comunico a todos os convidados desta audiência, bem como ao público que acompanha esta reunião e outras, que as apresentações dos convidados desta audiência, assim como de audiências anteriores, se encontram na página da Comissão, no Portal do Senado Federal. Todos os documentos recebidos, de natureza pública, plano de trabalho, requerimentos apresentados e quaisquer outros documentos relacionados também se encontram no Portal de amplo acesso.

A ata não dá para votar.

Encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, ainda com data e horário a ser confirmado.

Eu vou ligar para o Ministro hoje, o Ministro Paulo Guedes, porque seria na segunda-feira, conforme previsto no plano de trabalho desta Comissão. Eu vou ligar e depois a gente confirma com todos os membros da Comissão.

Declaro encerrada a presente reunião.

Um bom dia ainda, uma boa tarde, já são 12h05min, a todos os nossos queridos colegas Senadores.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e um, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Izalci Lucas e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Otto Alencar, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Reunião mensal prevista em plano de trabalho para debater a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao controle da pandemia de Covid19. **Participante:** Paulo Guedes, Ministro da Economia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Styvenson Valentim

Vice-Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/08/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia oito de setembro de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o Plano Nacional de Imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia. **Participante:** Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 90, de 2021** que: "Requer realização de audiência pública para debater o estudo realizado pelo Instituto Votorantim e pelo BNDES, que atualizou o Índice de Vulnerabilidade Municipal 2021 - COVID-19 e classificou os municípios brasileiros em relação ao seu grau de vulnerabilidade à pandemia." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 91, de 2021** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atualização dos efeitos econômicos da pandemia no país, bem como as perspectivas e necessidades executivas e legislativas exigíveis aos entes federados visando a mitigação dos impactos e a retomada do desenvolvimento, incluindo orçamento público." **Autoria:** Sen. Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Temporária COVID-19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/08

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos os presentes.

Vamos para mais uma audiência da nossa Comissão Covid-19, sendo esta em caráter muito especial porque é a única Comissão que está funcionando no Senado hoje. Eu quero agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco por ter visto esta Comissão como importante e essencial para essa orientação. Ele está satisfeito com a nossa Comissão.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia, cujo prazo foi estendido por mais 120 dias, indo até o final de novembro, pelo Requerimento do Senado Federal nº 1.626, de 2021.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, por meio do uso da função "levantar a mão" do aplicativo.

A ordem da fala será primeiro ao Relator, Senador Wellington Fagundes; em seguida, aos titulares inscritos; depois, aos suplentes; e, por último, aos Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com o convidado, que é hoje o Sr. Ministro.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, prevista em plano de trabalho, para debater o plano nacional de imunização e o cumprimento dos respectivos prazos, bem como as medidas de combate à pandemia da covid-19.

Boa tarde, Sr. Ministro Marcelo Queiroga – deve estar já na sala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer um particular agradecimento ao Senador Esperidião Amin, que está conosco presente em todas as audiências públicas; à Zenaide também, sempre presente conosco, que nos honra muito, que nos prestigia muito; e aos demais Senadores que estão aqui na medida do possível, pois, às vezes, acumulam várias Comissões e não podem estar aqui diretamente.

Eu quero agradecer muito, mais uma vez, ao Senador Rodrigo Pacheco. Falei com ele cedo. Ele tinha determinado que nada funcionasse hoje no Senado – nada –, mas ele, de pronto, autorizou que nossa Comissão poderia trabalhar, como sempre tem trabalhado, levando ao Plenário as informações colhidas nessas audiências públicas.

Muito bem, agora, nós vamos... Acho que o Ministro Queiroga já está a postos na sua sala especial no ministério.

Se o senhor estiver pronto, Sr. Ministro, pode me dar um sinal, que eu lhe passo a palavra para V. Exa. apresentar-se. (*Pausa.*)

Acho que ele não chegou ainda, não é? Estou vendo a cadeira vazia. Ele está pedindo um tempinho.

Então, é isso que nós temos a explicar.

Agora, eu queria dizer à Zenaide, ao Esperidião e a todos os membros da nossa Comissão – que ainda terá duração no mês de setembro, no mês de outubro e no mês de novembro; praticamente, nós teremos dois meses e pouco – que precisamos temas bem importantes para debater, agora até fugindo um pouco da trivialidade. As vacinas estão andando bem. Nós estamos com 63% da população vacinada, com pouco mais de 30% com a segunda dose. Isso já está caminhando em um bom ritmo. Queremos que os Senadores apresentem requerimentos para as próximas audiências públicas, o que vocês julgarem interessante ser debatido em nossa Comissão Covid-19, a Comissão da vida.

A nossa Comissão foi a única Comissão que funcionou no período da pandemia no ano de 2020; foi a única que esteve presente. Isso é muito importante para nós. E nós precisamos debater assuntos importantes, variados, para fazer o fechamento da nossa Comissão e justificar a existência dela. Então, estamos aguardando os requerimentos dos nossos correligionários, inclusive do Senador Wellington Fagundes, para elaborar um novo plano de trabalho, para a gente submeter a voto na próxima audiência.

Todos que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania. O endereço para entrar, para quem estiver me ouvindo... Nós estamos falando hoje sobre covid, que é um assunto muito interessante, todo mundo muito curioso, todo mundo quer saber se realmente está garantido esse ritmo decrescente de mortes, se podemos ter surpresas durante o andamento, como tem acontecido em outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a Juliana Machado, de Goiás; a Gabriela Andrade, do Rio de Janeiro; a Edvagner de Lima, do Mato Grosso do Sul; a Jose Rocha, do Rio de Janeiro; e a outros tantos.

O Sr. Ministro já está olhando. Vamos lá.

Sr. Ministro, boa tarde. Estamos muito satisfeitos com o senhor nos prestigiando. O senhor sabia que hoje a única autoridade que vai falar em audiência pública é o senhor? O Senado praticamente suspendeu todas as atividades, mas a audiência com V. Exa. foi autorizada pelo nosso Presidente Rodrigo Pacheco. Bem cedinho, liguei para ele e falei que o senhor estava agendado; perguntei o que eu faria ou não faria; e ele falou: "Não, pode manter a audiência, a sua Comissão trabalha diferente, não vai ter nenhuma animosidade". Eu fiquei muito feliz, e aí mantivemos a audiência pública com V. Exa.

Ministro, o assunto que o senhor tem a falar é mais ou menos livre: sobre o plano, sobre a realização, sobre as perspectivas, sobre os prazos, sobre as medidas que V. Exa. tem tomado desde que assumiu o ministério e sobre as perspectivas que o senhor vê até o final do ano. Talvez esta possa ser a última audiência do senhor na nossa Comissão, porque ela tem prazo de vigência até novembro. E, então, o senhor pode aproveitar esta audiência para falar do que fez, do que fará e das suas medidas para frente.

Muito obrigado a V. Exa. pela sua presença, pelo acatamento da sua presença em nossa audiência pública. Eu já aproveito e passo a palavra para o senhor pelo tempo que o senhor julgar conveniente. Fique bem à vontade. V. Exa. está com a palavra, Sr. Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Confúcio Moura. Através de V. Exa., eu gostaria de cumprimentar todos os Senadores que integram esta douta Comissão e destacar, desde já, o caráter propositivo da Comissão do Senado Federal, como não poderia deixar de ser, que, com certeza, foi e é muito importante para que aqui, no Ministério da Saúde, nós consigamos transformar em políticas públicas o interesse da população brasileira.

Vivemos um momento excepcional, uma pandemia, infelizmente. Não queremos pandemias, queremos que a próxima aconteça daqui a um século, como foi a anterior, mas hoje nós temos este desafio de conter o caráter pandêmico da covid-19, que tanto mal tem trazido à população brasileira e à população do mundo de uma maneira geral. Nós já tivemos mais de 570 mil óbitos, e é sempre uma oportunidade, uma audiência pública como esta no Senado Federal, de nos solidarizarmos com todas as famílias daqueles que perderam sua vida e também com o sofrimento dos que foram afetados por essa doença tão grave.

Eu cheguei hoje da Itália, de Roma, onde participei da reunião dos Ministros da Saúde do G20, uma reunião preparatória para a reunião de cúpula, que acontecerá dentro em breve, provavelmente com a participação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor já destacou, eu assumi o ministério há cerca de 180 dias, e, àquela época, vivíamos um cenário epidemiológico muito complexo. Houve dias em que suplantamos mais de 4 mil óbitos, dada a segunda onda, provocada pela variante Gama, que atingiu o nosso País de uma forma muito homogênea, levando a uma pressão muito forte sobre o nosso sistema de saúde. E, nesse período, nós temos trabalhado aqui no ministério fortemente, com o apoio das nossas secretarias, dos servidores do Ministério da Saúde, com uma interação muito profícua com os Estados e os Municípios, o que caracteriza a grande força do nosso Sistema Único de Saúde.

Hoje nós temos, como os senhores bem sabem, um ambiente epidemiológico mais tranquilo. Nos últimos 60 dias, nós tivemos uma redução de aproximadamente 60% no número de casos e no número de óbitos, e, nos últimos 15 dias, essa redução tem sido sustentada, mesmo com o advento da variante Delta, que já tomou um caráter de propagação comunitária aqui também em nosso País. E a explicação para esse maior conforto, no cenário epidemiológico, é só uma: a nossa campanha de imunização.

É bem verdade que no início não existiam vacinas em quantidade de doses suficientes no mundo inteiro, mas, graças à ação diversificada que o Ministério da Saúde adotou para obter vacinas, nós conseguimos, a partir do segundo trimestre deste ano, acelerar a nossa campanha de vacinação.

Essa estratégia teve, como principais pontos, a encomenda tecnológica realizada entre a AstraZeneca e a Fiocruz, a qual já resultou na transferência de tecnologia – e o Brasil já pode produzir, na Fundação Oswaldo Cruz, vacina com o IFA nacional –; a parceria com farmacêuticas multinacionais – e eu cito aqui o exemplo da Pfizer, de quem adquirimos 200 milhões de doses; da Janssen, de quem adquirimos 38 milhões de doses; a aquisição de doses diretas ao Instituto Butantan, 100 milhões de doses da CoronaVac, produzidas a partir do IFA originário da China –; e, por fim, a participação do Brasil na iniciativa Covax Facility, da Organização Mundial da Saúde, que propiciou uma cobertura vacinal para 10% da população brasileira, cerca de 42 milhões de doses, de sorte que temos mais de 500 milhões de doses contratadas, e isso faz garantir aos Srs. Senadores e a todos que nos assistem na TV Senado que a população brasileira estará integralmente vacinada até o final do ano.

No mês de agosto, nós – e, quando eu falo nós, é o PNI –, o PNI distribuiu mais de 60 milhões de doses de vacina. E isso fez com que, já no dia de hoje, no dia 8 de setembro, nós tenhamos mais de 90% da população acima de 18 anos do Brasil vacinada com uma dose de vacina, e mais de 50% da população brasileira completamente imunizada, ou com dose única, que é o caso da vacina Janssen, ou com as duas doses de vacina. Então, isso tem nos trazido uma proteção, um conforto para que os dados indicadores, como casos de óbitos, tenham caído de maneira sustentada.

O Programa Nacional de Imunizações, instituído através de uma lei de 1976, mais uma vez mostrou a sua força. Nas mais de 37 mil salas de vacinação espalhadas por essa grande Nação, nós temos, nos últimos 30 dias, uma média de mais de 1,8 milhão de brasileiros vacinados todos os dias, e, em vários dias, nós superamos dois milhões de doses de vacinação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui só abrindo parênteses, estou vendo aqui o meu amigo, Senador Esperidião Amin, nós tivemos a felicidade de, nas salas de imunização, aplicar em vários dias 2,4 milhões doses de vacina. E, no início, quando eu cheguei ao ministério, fui convocado por S. Exa. o Presidente Bolsonaro, nós assistimos a um debate sobre a participação da iniciativa privada na campanha de vacinação. Eu sempre acreditei na força do Sistema Único, na capacidade que tinha de imunizar a população brasileira. O Programa Nacional de Imunizações, que tem previsão legal, é apoiado por uma Câmara Técnica Assessora de Imunizações, chamada CTAI. Um decreto lei do Presidente da República, do início do Governo, fez um redimensionamento em todas as comissões da Esplanada, e nós tivemos a oportunidade de, através de uma portaria do gabinete do ministro, reorganizar a CTAI com os melhores pesquisadores da área de imunizações do Brasil, que têm dado um apoio fundamental para que consigamos sensibilizar os entes subnacionais, Estados e Municípios, a seguirmos juntos, falando a mesma língua, levando todo o planejamento da nossa campanha de imunização à ponta. E isso fez com que, agora, a partir do dia 15 de setembro, nós pudéssemos incluir os idosos acima de 70 anos e aqueles que têm um estado de imunossupressão dentro de uma perspectiva da aplicação de uma terceira dose. E essa terceira dose é a vacina da Pfizer por quê? Primeiro, porque os esquemas heterólogos, ou seja, com vacinas diferentes, geralmente usam a vacina da Pfizer ou a vacina da AstraZeneca como os imunizantes preferenciais. E, segundo, porque nós temos um quantitativo elevado dessa vacina, o que permite assegurar que não haverá interrupção na nossa campanha de imunização.

Enfim, nós caminhamos de maneira muito acelerada para que agora, no dia 15 de setembro, nós já tenhamos distribuído doses suficientes para vacinar todos os adultos brasileiros com a primeira dose. E até o final de outubro, Srs. Senadores, teremos vacinado todos aqueles acima de dezoito anos com duas doses de vacina. Incluímos também, em função de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, os adolescentes dentro da campanha de vacinação, e as gestantes também foram incluídas.

Aqui eu destaco que, em nível mundial, a OMS não tem essa indicação firmada, bem como não tem a indicação da terceira dose, mas, com o apoio dos nossos especialistas e sobretudo em função da variante Delta, que tem criado problema em sistemas de saúde sólidos, como é o caso do sistema de saúde americano, do sistema de saúde inglês, nós resolvemos fazer esses pequenos ajustes, que, decerto, serão muito importantes para a nossa campanha de imunização.

Eu estou vendo o meu amigo Senador Wellington Fagundes, que é autor de um projeto de lei que prevê a possibilidade dos parques de vacinação animal produzirem vacinas para humanos, que é uma perspectiva do desenvolvimento do complexo industrial da saúde.

O Brasil é um país que tem uma ambiência de negócio muito favorável, e essa ambiência de negócios inspirou a Farmacêutica Pfizer a fazer uma parceria com a Eurofarma, uma indústria brasileira, para produzir a vacina com a tecnologia do RNA mensageiro, colocando o nosso País na vanguarda daqueles que produzem vacina em nosso território. E o Brasil será o que sempre foi: uma Nação líder nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanhas de imunização, produzindo vacinas para o seu povo, mas também exportando essas vacinas para a América Latina, para a África, para os países que têm uma condição de desenvolvimento menor do que a nossa, seguindo a tradição de solidariedade do povo brasileiro.

Eu estive na reunião do G20 e fiquei muito feliz com a interação que tive com os outros ministros da saúde desses 20 países líderes do mundo. Realizei várias reuniões bilaterais, entre as quais eu destaco com o Ministro da Saúde da Índia, com o Ministro da Saúde do Reino Unido, com o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom, com o líder da Gavi, que cuida da estratégia de vacinação na Organização Mundial de Saúde, e com o Cardeal Peter Turkson, que é um dos principais auxiliares de Sua Santidade o Papa Francisco, e o que nós constatamos foi a credibilidade que o Brasil tem em nível internacional e a certeza de que todas as autoridades internacionais acreditam na nossa campanha de imunização, na nossa capacidade de produzir vacinas em nosso complexo industrial e de apoiar os sistemas públicos – isso por conta da força do Sistema Único de Saúde.

Ontem, eu me reuni com o Ministro da Saúde da Itália, Roberto Speranza, que liderou, com muita proficiência, esse encontro, e reiterei os fortes laços que há entre o Brasil e a Itália. Já caminhamos para uma sinalização da Itália na perspectiva de receber novamente os brasileiros, assim como ocorre em relação a Portugal, à Espanha, à Alemanha e a outros países, para que tenhamos a nossa vida, de certa forma, normalizada, dentro desse contexto da pandemia.

Na reunião do G20, discutiu-se a importância dos sistemas de saúde de acesso universal, e, nesse ponto, o Brasil pode falar de cátedra, porque o nosso SUS, mas suas três décadas, mostrou a sua capacidade.

Eu tenho andado pelo Brasil e tenho visto a força do Sistema Único de Saúde, das mais de 48 mil Unidades Básicas de Saúde do Brasil, da força das mais de 53 mil equipes da Saúde da Família, que não é só composta por médicos, mas por agentes comunitários de saúde, enfermeiros, odontólogos, médicos, e é prioridade absoluta do Governo do Presidente Bolsonaro o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde.

Enfim, nós estamos muito empenhados em concluir essa campanha de imunização, em conter o caráter pandêmico da doença, em dar orientações à nossa sociedade, orientações sanitárias que possam ser úteis para, juntamente com a vacinação, nós sairmos mais fortes do contexto pandêmico. É claro que temos uma série de problemas, e os Srs. Senadores bem o sabem, pois muitos dos senhores já foram Governadores dos seus Estados – nós precisamos atender o que se convencionou chamar de síndrome pós-covid ou covid crônico; as próprias doenças prevalentes que, de certa forma, foram negligenciadas; as doenças cardiovasculares, que é minha especialidade, com 380 mil óbitos, por ano; o câncer, com mais de 200 mil óbitos, por ano; os danos causados à saúde mental, por todo esse contexto pandêmico –, mas nós do Ministério da Saúde estaremos firmes aqui, com o apoio do Senado Federal, do nosso Congresso Nacional, das instituições brasileiras, que são muito fortes, para darmos a resposta que o povo brasileiro quer ouvir dos seus homens e mulheres públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Confúcio Moura, mais uma vez, agradeço ao senhor e me coloco à disposição para os esclarecimentos que os senhores julgarem convenientes. Eu estou aqui com os Secretários do Ministério da Saúde, que poderão certamente me ajudar a tirar as dúvidas e nós fazermos aqui um debate de altíssimo nível, que tem sido a tônica desta douta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro Marcelo Queiroga.

Nós vamos fazer a seguinte distribuição de agora para frente: vamos fazer um bloco, Sr. Ministro, de três Senadores, em que o primeiro a falar será o Senador Wellington Fagundes; depois, a Senadora Zenaide Maia; depois, o Senador Esperidião Amin. E, conforme outros forem se inscrevendo, nós formaremos outro bloco.

Dando continuidade...

Antes quero dar um aviso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Confúcio Moura! Senador Confúcio Moura!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu o estou ouvindo bem, Wellington!

Eu quero lhe pedir, Wellington, que V. Exa. nos ajude a fechar um plano de trabalho, junto com o Styvenson, com o Esperidião, com a Zenaide, bem objetivo para podermos fechar a nossa Comissão até o mês de novembro. Pense em temas importantes, sob o aspecto econômico, sob o aspecto epidemiológico, fazendo uma reflexão do passado, em um condensado, para V. Exa. poder apresentar o seu relatório em meados do mês de novembro.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, Relator desta Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Perfeitamente, meu Presidente Confúcio Moura. Sob sua orientação, haveremos de fazer esse relatório, com a ajuda de todos os companheiros, o mais rápido possível.

Eu quero aqui parabenizar o Ministro Queiroga, inclusive, pela sua participação lá nesse grande encontro dos ministros da área de saúde no G20 – a repercussão foi muito boa para o Brasil – e também pelos elogios recebidos pelos feitos. Esses elogios todos foram dirigidos principalmente ao Diretor do Ministério, principalmente na área do PNI. Ou seja, quem é que no mundo não conhece a realidade do Brasil como um país de tradição em campanhas de vacinação? Como dizia, quem não conhece o Zé Gotinha? Então, hoje o brasileiro quer ser vacinado, mais de 95% da população brasileira deseja ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinada; em outros países do mundo, os países têm dificuldade de convencer a sua população. Agora, o que nos falta realmente é ter a vacina para que esteja disponível para ir para o braço de todos os brasileiros. Por isso, esta Comissão aqui. Eu quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin, cumprimentar também o nosso companheiro Styvenson Valentim e também a nossa Senadora Zenaide Maia, bem como outros que sempre estão participando conosco nesta Comissão.

Sr. Presidente, eu vou aqui ser rápido também na leitura. Na última audiência que a gente teve, não foi há muito tempo, parece que a questão do momento daquela para agora são exatamente as doses adicionais de vacina. A esse respeito, o Diretor da Organização Mundial da Saúde, Tedros, disse que há dois problemas a serem enfrentados: o primeiro é que ainda não sabemos dos benefícios e também dos riscos dessas doses de reforço; o segundo item é que, enquanto alguns países aplicam doses adicionais, inúmeros outros ainda não aplicaram sequer a primeira dose, ou seja, ninguém estará seguro até que todos estejam seguros. E ele vai mais além: diz que aplicar a dose de reforço neste momento seria um erro tanto técnico quanto moral. Por isso, a Organização Mundial da Saúde propôs uma moratória de dois meses na aplicação de doses de reforço, para que os países com menos acesso à vacina consigam, então, não só a vacina, como consigam adiantar ou mesmo iniciar os seus programas de vacinação.

Como V. Exa., Ministro Queiroga, analisa e interpreta essa posição da OMS? Afinal de contas, iniciar essas doses de reforço no Brasil, agora no mês de setembro, seria ou não um erro técnico e também moral? E, se não for um erro, como justificar, a partir do posicionamento da OMS, a nossa posição divergente?

E, ainda, tudo indica que doses adicionais de vacinas serão necessárias, tanto sob a forma de dose de reforço quanto como revacinações periódicas. Considerando que finalmente temos alguma previsibilidade quanto ao futuro da pandemia, seria o caso de o Ministério da Saúde...

E aí pergunto: não seria o caso de o Ministério da Saúde liberar um planejamento a curto, médio e longo prazos para incentivar o uso das vacinas nacionais no programa nacional de vacinação? Vacinas como as vacinas que estão junto à Anvisa, produzidas pela Fiocruz, também pelo Butantan ou quaisquer outras cujos processos de desenvolvimento, de produção já estejam instalados no País. Não seria o caso de planejar a inclusão das plantas farmacêuticas veterinárias de forma mais célere?

Ainda: o Ministério da Saúde tem falado muito da vacina da Pfizer, que é uma excelente vacina, sem dúvida nenhuma, e que, inclusive, deveria produzi-la já no Brasil, conforme V. Exa. falou agora há pouco, mas não seria o caso de falar mais da CoronaVac, da Versamune, da ButanVac, do IFA produzido pela Fiocruz e das vacinas em desenvolvimento pelas universidades brasileiras e, como já mencionei, das diversas possibilidades de parcerias oferecidas pelas plantas industriais veterinárias?

Nós tivemos agora, essa semana, na sexta-feira, uma reunião no Ministério da Ciência e Tecnologia. Lá estava a Universidade Federal de Minas (UFMG), já colocando a vacina em fase final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos mais também na Universidade de São Paulo e na UNB, que já estão nessa fase. Eles dizem que, em curtíssimo espaço de tempo, produziriam as vacinas – claro, se tudo for feito com mais agilidade. O Ministério da Ciência e Tecnologia criou lá, inclusive, a Rede Vírus e a gente tem percebido o Ministro da Ciência e Tecnologia também procurando fazer toda sua parte no sentido de agilizar essas pesquisas.

Eu gostaria de saber, Ministro, em relação às pesquisas brasileiras – a cada um: Instituto Butantan, Fiocruz, essas universidades –, o que, do ponto de vista do Ministério da Saúde, o senhor já pode anunciar para curto, médio e longo prazos, em se falando de vacina 100% com tecnologia brasileira? Como o senhor já falou, o senhor já esteve visitando o parque, e nós temos parque de indústria de vacina animal pronto para fazer bilhões de doses de vacinas. Então, eu gostaria de um resumo também dessas vacinas que estão em fase final, com tecnologia totalmente brasileira.

No mais, Ministro, eu quero parabenizá-lo também porque V. Exa. tem sido muito firme nas declarações e isso é extremamente importante, porque, quando o Ministro fala sempre na mesma linha, sempre procurando resolver o problema, isso facilita a confiabilidade por parte da população. Então, eu deixo aqui um abraço a todos os companheiros.

Meu Presidente Confúcio, pode contar comigo, porque a gente vai trabalhar, a partir da semana que vem, para concluir esse relatório. Aliás, já temos muita coisa bem adiantada, viu?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

Caros Senadores e Senadoras, como não temos muitos Senadores presentes e inscritos, vamos fazer assim: debate um a um, para facilitar as respostas do Ministro. Então, na mesma sequência: depois do Wellington, fala Zenaide e depois Esperidião.

Então, eu peço ao Sr. Ministro que responda agora ao Senador Wellington Fagundes. Depois, a gente já passa a palavra à Senadora Zenaide e ao Senador Styvenson.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senador Wellington Fagundes, esse foi um dos temas tratado no encontro do G20. O Dr. Tedros Adhanom fez uma excelente palestra. O Jeffrey Sachs, americano, também uma fez uma palestra, fazendo uma reflexão em relação ao acesso do mundo a vacinas. Sempre existe esse dilema ético, porque a cobertura vacinal é muito heterogênea no mundo, e esses países, sobretudo os países da África que têm uma baixa cobertura vacinal, são uma espécie de incubadoras para variantes de preocupação. E essas variantes de preocupação também podem se propagar pelo mundo, às vezes até sendo resistentes às vacinas de que nós dispomos. Por isso que há o interesse firme da Organização Mundial da Saúde e do grupo G20 para ampliar essa cobertura vacinal de uma maneira mais determinada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi esse o objetivo da criação do Covax Facillity, através do mecanismo ACT-A, que projetou distribuir 2 bilhões de doses de vacina para a população mundial. Lamentavelmente, não conseguiu o seu objetivo. O Covax Facility distribuiu pouco mais de 200 milhões de doses de vacinas. Aqui para o Brasil seriam 43 milhões, e nós recebemos pouco mais de 9 milhões de doses. Então, por enquanto, não cumpriu o seu objetivo.

A nossa preocupação, inclusive foi motivo da minha conversa com o Dr. Tedros Adhanom, é que possamos apoiar mais fortemente o Covax Facility – esse é o interesse de todos – por diversos mecanismos. Alguns defendem a questão do licenciamento compulsório das vacinas como instrumento de ampliação do acesso; outros acham que não, que têm de ser doações. Enfim, então, buscamos uma forma de levar essas vacinas àqueles que não têm vacina nenhuma.

Por outro lado, nós temos o exemplo Israel. Israel vacinou a população rapidamente com a vacina de mRNA, e observamos ultimamente aumento do número de casos, até porque, após seis meses da aplicação do esquema de vacinação completo, se verifica certa perda da imunogenicidade dessas vacinas. Aí, seria necessária a complementação da dose – terceira dose ou dose de reforço. Israel já faz isso, os Estados Unidos fazem isso, o Reino Unido tem feito.

No Brasil, essa decisão foi tomada no âmbito da Câmara Técnica Assessora em Imunização (Ctai), decisão de natureza técnica. Os senhores naturalmente têm conhecimento de que vários Estados e Municípios querem iniciar antecipadamente e até com esquemas vacinais diversos do apoiado e aprovado no âmbito da Ctai e do Programa Nacional de Imunizações.

A decisão que o Ministério da Saúde tomou foi baseada em opinião de especialistas, mas não somente em opiniões de especialistas. Nós solicitamos à Fundação Oswaldo Cruz, que é respeitada por todos nós, que fizesse uma avaliação do banco de dados do Ministério da Saúde, do nosso Datasus.

Então, nos 60 milhões de indivíduos que haviam sido imunizados com os dois imunizantes que usamos primeiro, a AstraZeneca e a CoronaVac, nós observamos a efetividade dessas vacinas. E aqueles indivíduos acima de 70 anos, notadamente aqueles nonagenários, têm uma efetividade da vacina muito baixa, sobretudo em relação ao imunizante que tem a tecnologia do vírus inativado. A efetividade chega, nesses indivíduos nonagenários, a ser abaixo de 30%. Então, é muito baixa. Essas pessoas não estão protegidas. E isso requer uma terceira dose, para que consigamos fortalecer essa imunização. Então, foi essa a decisão. Também aqueles que são imunossuprimidos, os pacientes que foram submetidos a transplantes. E, como havia quantitativo de doses disponível e nós poderíamos seguir céleres em relação à aplicação da primeira e da segunda doses, a decisão da Ctai, naturalmente apoiada pelo ministério, pelo Ministro da Saúde, pela Secretaria Covid, pela SVS e por todos nós aqui, foi de avançar com essa terceira dose, em sintonia com o que ocorre em outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às vacinas de tecnologia totalmente nacional, nós temos um ponto hoje. No ano passado, nós não tínhamos vacina nenhuma. Então, se toleraram registros emergenciais de vacina para se oferecer à população. Hoje, não; nós já temos vacinas com registro definitivo. Por que a vacina obtém o registro definitivo? Porque são informados todos os dados técnicos. E aí essa vacina obtém o registro da Anvisa e, no caso do Brasil, não só o registro da Anvisa, mas a incorporação no SUS, através da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia em Saúde (Conitec). Para os Senadores terem uma ideia – a análise da Conitec está disponível e é pública – os custos projetados de despesas com Covid, quando comparados aos custos com vacinação, nós temos uma projeção de um impacto orçamentário decremental, ou seja, uma economia para o Ministério da Saúde da ordem de R$150 bilhões, ou seja, em cinco anos, a campanha de vacinação, além dos benefícios da saúde, economiza quase um orçamento do Ministério da Saúde.

Eu já aproveito essa fala para explicar para o Senador Wellington Fagundes que qualquer novo imunizante que chegue ao mercado, seja ele produzido no Brasil ou no exterior, não pode ser comparado a um placebo; ele tem que ser comparado a uma outra vacina, uma outra vacina que já esteja incluída no nosso sistema de saúde, sob pena de estarmos oferecendo uma vacina que tenha uma eficácia menor, uma efetividade menor e um custo-efetividade menor. Então, precisamos atentar a esses aspectos, não porque o Ministro da Saúde quer discriminar uma vacina em relação a outra. Não é isso; é porque isso é a lei que determina. O gestor público tem que trabalhar dentro da lei. A Lei nº 12.401, de 2011, que instituiu a Conitec, está lá dizendo que esses protocolos clínicos têm que obedecer esses critérios técnicos.

Então, queremos que a indústria brasileira, que o complexo industrial de saúde seja fortalecido e que as vacinas de pesquisa nacional, que no momento se encontram, a maioria delas, em Fase I ou Fase II, sejam pesquisadas, que elas sejam aprovadas. Com certeza, elas serão muito efetivas e muito "custo-efetivas".

E aí o Brasil vai passar a ser o protagonista na oferta de doses para a população mundial. Inclusive já tratei desse assunto com o Presidente da República, o Presidente Jair Messias Bolsonaro, que já sinalizou positivamente acerca desse tema. Eu tenho trabalhado em estreita parceria com o Ministro Carlos França, nosso Ministro das Relações Exteriores. O Senador Esperidião Amin, com quem eu sempre converso, sabe que nós temos um ponto de intercessão de médicos e diplomatas, que é justamente o João Guimarães Rosa, não é? Então vamos nos basear no Guimarães Rosa, seguindo, juntas, a saúde e a diplomacia, para que, com diplomacia e saúde, consigamos levar a justiça social não só para os brasileiros, mas também para as outras nações, notadamente as que são menos desenvolvidas, a África lusófona... Recebi no Ministério da Saúde a comitiva da Guiné-Bissau, por determinação do Presidente Bolsonaro, porque a situação lá, Senadora Zoraide – a senhora sabe, porque é minha colega –, é muito difícil. Lá eles não têm hemodiálise, e a gente precisa dar uma ajuda para esses irmãos de língua portuguesa da África.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vejo nenhum comprometimento ético em relação à aplicação da terceira dose. Eu acho que nós estamos fazendo isso aqui baseados tanto em critérios técnicos como na opinião de especialistas abalizados. Como eu já falei, a ambiência de negócios no Brasil é boa, tanto que a Pfizer veio se instalar onde, aqui na América Latina? Não foi no México, também não foi na Argentina, e nem foi na Venezuela: foi no Brasil. Por quê? Porque ela acredita no Brasil como ambiente de negócio. E o que isso vai gerar? Vai gerar emprego, vai gerar renda, vai gerar impostos, porque como é que o SUS pode comprar vacina se as pessoas não pagam imposto? É necessário que acabe essa ideia de que tudo aqui no Brasil tem que ser feito às custas de benefícios fiscais. Como é que a gente consegue custear medicamento para doença rara – aproveito até a oportunidade aqui – se a gente não tem arrecadação?

Então é isso aí, Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Sr. Ministro. Eu passo a palavra agora para a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, colega Esperidião Amin, já agradecendo ao Ministro pela presença, eu queria dizer, Ministro, que eu concordo com o meu colega Wellington. Por exemplo, o senhor diz: "Por que a Pfizer veio para o Brasil?". Não foi porque ela vai gerar emprego e renda. Qual a empresa de medicamentos ou de vacinas, qual laboratório não quer vir para um país com mais de 200 bilhões de habitantes e que tem um cartão de vacina, principalmente se essa vacina for incorporada ao SUS? Só lembrando que, por exemplo, em Portugal são 11 milhões de habitantes. Se juntarmos a Espanha, com 30 ou 40 milhões... Então, o interesse é comercial, mas eu acho que o País tinha que ter esse olhar diferenciado, porque quem tem o privilégio de ter uma Fiocruz, um Instituto Butantan e um Instituto Evandro Chagas, em que a gente tem os melhores virologistas do mundo, não pode abrir mão de estar, ou já deveria estar com alguma vacina. É claro que a Pfizer, como outras, Ministro, vai querer vir para um país com mais de 200 bilhões de habitantes, com a garantia do Governo de que essa vacina já vai estar incorporada no SUS, totalmente grátis.

Mas eu queria falar sobre outras coisas. O senhor falou sobre essa reunião da Organização Mundial da Saúde com vários ministros de saúde. Eu quero parabenizá-lo, porque mostrou uma coisa que a gente já tem; eu quero parabenizar o senhor por elogiar o SUS, porque o SUS é grande mesmo. Está aí esse SUS de que eu nunca duvidei. O SUS nunca vacinou muito, porque não tinha vacina suficiente. Com vacina, se vacina.

Mas eu queria dizer o seguinte: por que o senhor concordou com várias coisas da Organização Mundial da Saúde, da Inglaterra, da Itália, mas, quando se fala sobre as medidas não terapêuticas, como o uso de máscara, o distanciamento social, higienização das mãos, isso continua a ser, Ministro, um item que não é prioridade para o ministério? O senhor fez aquela campanha um pouco tímida, e a gente não tem isso. E a gente sabe... Por exemplo, o que é que me preocupa, que dá um cenário assim de incerteza:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor, que é médico, como eu também, sabe que, com essa questão das variantes, como a gente tem a Delta... Nós estamos numa certa comodidade, graças a Deus, que está mostrando que a vacina funciona. Para quem questiona eu digo: 95% dos pacientes que foram para UTI não eram vacinados. A primeira pergunta é esta: por que o senhor não... (*Falha no áudio.*)

Outra coisa: eu queria falar sobre esses insumos vencidos, porque a gente sabe que o SUS não é só o combate ao vírus, a essa pandemia. Segundo a F*olha de S.Paulo*, o Governo deixou vencer 243 milhões de vacinas, testes e remédios – vacina de hepatite B, outros medicamentos. E a pergunta para o senhor é a seguinte: Ministro, por que os produtos perderam a validade? E qual o tamanho e valor do estoque que conseguiu repor nas negociações com os fabricantes? É a primeira pergunta. Quais os dados da série histórica dos estoques e qual o valor pago para armazenar e descartar os insumos vencidos?

Aí eu vou aqui para o seguinte: sobre essa quebra de patentes, há uma coisa que eu não entendi. O Congresso aprovou a quebra de patentes, mas o Ministério da Saúde se orientou com o Presidente, e ele vetou a quebra de patentes, mesmo sabendo que é uma ferramenta importantíssima para essa pandemia e eventuais futuras emergências de saúde pública que a gente pode ter. Essa pergunta.

Outra coisa, Ministro, tem me preocupado – eu já fui Secretária de Saúde de Município: o orçamento da saúde para o ano 2021 é bastante preocupante, porque a gente não pode só pensar em o Congresso aprovar um PLN para aumentar tantos bilhões para a saúde. Isso tem que estar no orçamento. Então, por exemplo, o que o Governo encaminhou nesse projeto de lei orçamentária anual piloto para 2022 tem uma redução, uma dedução de R$44 bilhões para a área de saúde. Isso em relação... Em 2021, já tinha sido deduzido do orçamento.

Não estou falando de aportes extras que têm sido feitos. Ou seja, o Governo não só reduziu o orçamento como não previu recursos específicos para combater a covid-19. Essa é uma preocupação do Congresso, não tenho dúvida, de todos nós que estamos aqui.

O senhor acredita que a pandemia terá fim em 2021? Eu tenho muita esperança disso, mas me preocupam as variantes, e o senhor sabe que a gente só tem imunidade quando no mínimo 70% da população estiver efetivamente vacinada, com duas doses ou com a vacina de dose única. A redução de repasses aos Municípios para 2022 em relação à pandemia foi de 86%. Isso é preocupante.

É esta a pergunta. O senhor disse que se debruçou sobre esses assuntos que eu estou perguntando aqui: quebra de patente, redução do orçamento da saúde e insistência em não investir em campanhas educativas, não medicamentosas.

Eram só essas, Sr. Presidente, as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Eu passo a palavra ao Sr. Ministro para as respostas à Senadora Zenaide.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Senadora Zenaide, em primeiro lugar quero pedir desculpas à senhora porque eu a chamei de Zoraide, que é minha vizinha no meu Estado da Paraíba. Então, peço desculpas à senhora.

Eu concordo com a senhora em relação ao Evandro Chagas, à Fundação Oswaldo Cruz e ao próprio Instituto Butantan, que são instituições que têm capacidade extraordinária, e o desenvolvimento do complexo industrial da saúde é fundamental, prioritário. O Ministério da Saúde dispõe de instrumentos de fomento ao desenvolvimento do complexo industrial de saúde na SCTIE. Um deles são as parcerias de desenvolvimento produtivo. Por exemplo, há previsão de aplicação de US$650 milhões no Complexo Industrial de Santa Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz. Então, essa é uma prioridade, não digo para o Governo, mas para o Estado brasileiro – a gente viu a dificuldade com insumos no contexto dessa pandemia.

Essa questão da flexibilização das patentes, da licença compulsória, tem dois aspectos. O primeiro: nós temos condições para, uma vez havendo esse licenciamento, conseguirmos produzir esses insumos? Essa é a primeira pergunta. Se nós temos, isso é vantajoso, porque nós conseguimos produzir vacinas. Se não tivermos, isso aí vai atender determinados países que, às vezes, em nível mundial, são competidores do Brasil. Então, isso pode gerar perda de empregos aqui no nosso País e não trazer benefício nenhum de vacina. É por isso que o Governo teve essa posição, que não é só do Ministério da Saúde, mas do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia, que participam dessa ação.

A senhora sabe que há discussões ao nível da Organização Mundial do Comércio, e o Brasil é um ator muito forte nessa questão do multilateralismo. É por isso que a recomendação é de veto: porque, do ponto de vista prático, não vai trazer vacina nenhuma. Agora, no G9, o Jeffrey Sachs defendeu isso fortemente e o Ministro da Saúde da Alemanha foi absolutamente contrário. A França, por exemplo, não propõe quebra de patente. Ela diz que, a cada vacina que ela aplica num francês, ela propõe doar uma vacina. Quer dizer, a população da França é em torno de quê? Sessenta milhões? Então, ela vai doar 60 milhões de doses? É muito pouco para um país como a França, não é? Então, muitos falam, poucos fazem. O Brasil quer fazer mais do que fala. É por isso que já recebemos aqui do Presidente Bolsonaro uma determinação para estudar como é que nós vamos ter um protagonismo maior nessa questão das vacinas.

Sobre a Pfizer vir para cá, eu me referi ao ambiente de negócios do Brasil, que fez com que essa indústria viesse para cá. E, ao vir para cá, ela não vem com investimento de dinheiro público, não; não há renúncia fiscal para a Pfizer vir para cá. Ela vem para cá, e o fato de a vacina dela estar incorporada ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUS é uma questão técnica. Havendo um contexto com muitas vacinas, a maneira de aquisição de vacinas para o SUS é através de processo licitatório. E aí se adquire a vacina de menor preço. Pode ser uma, duas, três, quatro, quantas nós tivermos, não é?

Então, eu prevejo que, no futuro, fora do ambiente pandêmico, vamos precisar vacinar as pessoas – a senhora sabe – e é possível que sejam até vacinas diferentes, até porque essas vacinas que estão aí hoje foram produzidas a partir da cepa original de Wuhan e há um alfabeto grego inteiro de variantes: variante Alfa, do Reino Unido; variante Beta, da África do Sul; variante Gama, do Brasil; variante Delta, da Índia. Então, é possível que tenhamos, no ano de 2021, um *booster* que combine a eficácia da vacina contra essas variantes, não vacinemos a nossa população com essa vacina que nós estamos usando agora no ano de 2021. Falei em 2022, perdão.

Em relação a insumos vencidos, realmente esse é um problema. Esses insumos não é que o ministério deixa vencer por negligência, é porque se compra em quantidade. Há insumos aí que foram adquiridos em dois governos anteriores ao Governo do Presidente Bolsonaro e não foram distribuídos.

Eu estou com a Ana, que é da Secretaria de Ciência, Sctie, e é quem coordena o DAF, que é o Departamento de Atenção Especializada Farmacêutica. Eu vou pedir para que a Ana me ajude, porque eu naturalmente não tenho todos esses dados que a senhora me pediu de cabeça, mas naturalmente vou pedir que todos eles sejam passados para a senhora. O Diretor do Departamento de Logística, o Ridauto, não está conosco aqui, mas ele vai responder para a senhora de maneira detalhada.

Eu peço que a Ana possa me ajudar.

A SRA. ANA PAULA TELES FERREIRA BARRETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigada, Ministro.

Todo esse cenário é monitorado constantemente com relação aos estoques do Ministério da Saúde e à sua utilização. Existem parâmetros que são aplicáveis à situação de vencimento. Em alguns, por exemplo, existem cartas de compromisso de troca, em que, nesse interregno, a empresa fabricante, produtora, detentora do contrato pode fazer a substituição desses medicamentos, e uma série de outras razões. Então, todo esse levantamento, como o próprio Ministro assegurou, é monitorado constantemente entre o DAF, com o auxílio do Dlog igualmente, justamente para a gente poder ter esse acompanhamento.

Há percentuais que ficam dentro de margens tecnicamente aceitáveis, na medida em que, em todo giro de estoque, isso pode ocorrer. E esse levantamento completo e detalhado está sendo, neste momento, também elaborado e produzido para futura disponibilização, com certeza.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Arionaldo, essa preocupação com o orçamento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide, eu até agradeço à senhora por ter perguntado sobre um ponto importante. Naturalmente, o Governo... Há a questão da Emenda Constitucional 95, a do teto. O Ministério da Saúde ainda é um Ministério da Saúde que tem a sua receita corrigida pelo IPCA. Eu fico aqui até, como médico que sou, como a senhora, querendo mais recursos, mas eu quero otimizar a eficiência da gestão pública, para que esses recursos sejam aplicados de maneira própria. Por exemplo, não deixar vencer medicamentos é uma maneira de otimizar o recurso. Agradeço a pergunta da senhora também.

A atenção primária... Está aqui o Raphael Câmara, que é o Secretário de Atenção Primária. A gente estava olhando o orçamento, e o IPCA, neste ano, parece-me, é de 7% e pouco, não é?

O SR. RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE (Para expor.) – É de 8,25%.

O SR. MARCELO QUEIROGA – É de 8,25%.

Eu estava reclamando aqui com o Arionaldo, Senadora, que, lá para a Saps, a correção foi de 2%. E o Raphael me cobra que seja uma correção linear.

Está aqui o Sérgio Okane, que é da Atenção Especializada à Saúde, que leva a maior parte desse dinheiro; e a Mayra Pinheiro, que é da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, coitada, que é a prima pobre aqui, porque o investimento em educação na saúde é menor.

Então, temos essa questão aqui. Eu tenho tratado com o Ministro Paulo Guedes. O Ministro Paulo Guedes é muito sensível a todas essas questões.

A senhora sabe que, neste ano de 2021 e no ano de 2022, o orçamento do Ministério da Saúde suplantou R$170 bilhões, nos dois anos, e isso foi acrescido com créditos extraordinários.

Eu não sou especialista em orçamento público. Eu era especialista em cateterismo e agora estou me especializando em vacinas. Eu vou pedir para o Ari explicar para a senhora essa questão do orçamento.

O SR. ARIONALDO BOMFIM ROSENDO (Para expor.) – Boa tarde, Senadora!

Boa tarde a todos os Senadores presentes!

Senadora, respondo especificamente à pergunta da senhora com relação ao porquê da redução do orçamento que foi apresentado a esta Casa no dia 31 de agosto. A senhora sabe que o Ministério da Saúde tem dois instrumentos a perseguir, e um deles é o enfrentamento da pandemia. E, sob a ótica orçamentária, esta Casa bem sabe também... Aliás, no ano passado, aprovou uma emenda constitucional, um decreto e vários instrumentos e, neste ano, alterou a LDO para que a gente pudesse ter, até agora, na saúde, R$47 bilhões de créditos extraordinários. Só que, quando eu envio a proposta orçamentária para o Congresso, Senadora, eu tenho que cumprir a Emenda Constitucional nº 95, e a Emenda Constitucional nº 95 prevê que a saúde tem 15% da receita corrente líquida do ano de 2017, indexados a cada ano pelo IPCA. Senadora, o ano em que a gente teve o crescimento maior nesse período da Emenda 95 foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente este; nós tivemos 8,35%, o que deu, aproximadamente, em grandes números, R$10 bilhões, Senadora. Desses R$10 bilhões a mais, a gente conseguiu manter todo o financiamento que a saúde tem, porque não parou, em momento nenhum, de repassar recursos para as despesas normais ou do orçamento corrente, vamos chamar assim.

Por isso, houve a reclamação um pouco das Secretarias do Ministério de que a gente não conseguiu dar a amplitude que eles precisavam que houvesse. Por quê? Porque nós priorizamos para 2022... Desses R$10 bilhões aproximadamente, que a gente cresceu, se a senhora vir a mensagem presidencial em que o Presidente entregou a peça orçamentária ao Congresso, há R$7,1 bilhões para algumas ações de continuidade do enfrentamento pós-pandemia, incluindo R$3,9 bilhões para vacinas.

Então, como a peça orçamentária não traz de forma separada, porque não é crédito extraordinário, é dentro do orçamento corrente, ele foi colocado dentro de cada uma das ações que deverá ter impacto com essa despesa no ano que vem, no ano de 2022, mas o Presidente, na peça... No PLN 19, foi colocado um quadro específico com relação ao que a saúde estava apresentando ao Congresso para continuidade do enfrentamento da pandemia. Além disso, a gente espera que tenhamos também o apoio do Congresso, que tenho certeza de que vamos ter, nesse Orçamento que foi encaminhado, pois, também seguindo um pressuposto constitucional, foram R$8 bilhões na reserva de contingência para colocar as emendas impositivas. Então, nesse limite da saúde, nós colocamos R$7,1 bilhões para o enfrentamento da pandemia em 2022 e, para cumprir dispositivo constitucional, colocamos mais de R$8 bilhões na reserva de contingência, esperando que esta Casa, ao analisar o Orçamento da União para 2022, possa também oferecer ajuda através desses recursos que estão nessas emendas para o Ministério da Saúde dar continuidade ao processo de enfrentamento.

A senhora fez uma conta com relação ao que a gente tinha colocado a menor no orçamento para 2022, comparativamente a 2021. Eu posso dizer para a senhora o seguinte: em 2021, nós já temos R$191,7 bilhões aprovados para o orçamento do Ministério da Saúde em 2021. De que forma? São R$21,6 bilhões de créditos que foram reabertos de 2020 para 2021, que é o crédito para vacina, Covax Facility, e aquela MP 1.015, que era para aquisição de vacinas; abrimos R$25,5 bilhões de créditos extraordinários ao longo destes trimestres que a gente está vivenciando em 2021; e R$144,6 bilhões do orçamento corrente. Somando essas três etapas do orçamento, isso vai dar R$191,7 bilhões. Nós mandamos um orçamento para o Congresso Nacional de R$134,5 bilhões para cumprir os dispositivos constitucionais. Então, nós não podíamos mandar para o Congresso um orçamento em descumprimento à Emenda Constitucional nº 95. Então, esse foi o nosso esforço de, cumprindo o dispositivo constitucional, ainda colocar R$7,1 bilhões para a continuidade do enfrentamento ao covid 2021 em 2022.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO QUEIROGA – Senador Confúcio, ainda falta uma resposta para a Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) **–** Pois não. Ministro, por favor, pode concluir. Fique à vontade.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) **–** Eu até coloquei a máscara, Senadora.

O cuidado é individual, o benefício é de todos – esse é o *slogan* da campanha que o Ministério da Saúde tem feito. Nós temos falado, sim, das medidas não farmacológicas, elas são importantes. No passado, nós só tínhamos essas medidas não farmacológicas; hoje, nós temos a vacinação, que tem sido a responsável por essa queda do número de casos, não há dúvida, mas isso não quer dizer abandonarmos as chamadas medidas não farmacológicas. É claro que há determinações legais em alguns Estados, às vezes, isso é feito por decreto. E, como médico há mais de 30 anos, eu até digo isto aqui aos jornalistas que sempre me perguntam: eu convenço os pacientes a aderir ao tratamento, mas explicando a eles que estabelecemos leis e normas para eles cumprirem. Então, a campanha educativa, como a senhora diz, é muito importante.

Eu peço ao Rodrigo, porque eu estou aqui sem o número exato do que foi investido em campanhas de medidas não farmacológicas, para que ele ajude.

A família Zé Gotinha, que era só o Zé Gotinha, disseram, a semana passada, que eu ia matar o Zé Gotinha, não é? Eu não mato ninguém. Eu quero é que as pessoas vivam. Nós criamos foi uma família inteira de Zé Gotinha, todos eles com máscara. Anunciamos a criação da Rarinha, que era a mascote das pessoas com doença rara, justamente para tentar angariar a empatia das pessoas sobre essas ações que o Ministério da Saúde tem feito.

Rodrigo.

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) **–** Oi, Ministro. Boa tarde, Senadores.

Estou pegando o número certinho, o número exato, mas, de fato, por sua determinação, a gente ampliou a comunicação do Ministério da Saúde, isso avaliado sempre com a necessidade do momento. Quando a gente avalia que, em determinado momento, é interessante incentivar ou motivar que as pessoas procurem o posto de saúde para tomar a segunda dose, então se desenha uma campanha específica para esse sentido, para se chamar a atenção para esse modelo, em que, então, a busca, a divulgação ou o convencimento da importância de se tomar a segunda dose, no começou ou logo na entrada do senhor... O incentivo era para a vacinação e pelas medidas não farmacológicas. Então, além da vacinação, as medidas não farmacológicas se mostraram interessantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou finalizando o levantamento dos números, Ministro. A gente coloca no *chat* e, assim que a gente tiver os números certinhos, a gente mostra o que foi investido. Mas, só para falar um pouquinho da metodologia, a gente tem ido nessa linha, sempre buscando, de forma regional, saber qual que é a necessidade, em termos de comunicar, em termos de investir no convencimento daquele público alvo específico, e aí se direciona uma campanha nesse sentido, quer seja para incentivar segundas doses, quer seja pelo incentivo da vacinação com primeira dose, e, eventualmente, as medidas não farmacológicas.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Eu fui à Itália agora, Senadora, e as pessoas estavam andando na rua sem máscara, lá em Roma. Todos sem máscara. Eu fiz uma reunião bilateral com o Dr. Tedros, da Organização Mundial da Saúde, e era num ambiente aberto, era um terraço lá do local de convenções lá de Roma. E eu estava de máscara, e aí ele falou: "Ministro, estamos aqui num ambiente aberto. Vamos tirar as máscaras". E, aí, ele postou a minha foto com ele, no Twitter. Aí, um jornalista muito conhecido criticou o Tedros e a mim, porque estávamos sem máscaras. Ou seja, a gente vive, hoje, em ambiente de grande efervescência social, política... Eu acho que isso é próprio de um ambiente pandêmico.

Então, o que eu procuro aqui, no Ministério da Saúde, e eu acho que todos são testemunhas disso, é sempre passar uma mensagem ponderada, para que a gente possa baixar a temperatura e avançar com políticas públicas que sejam eficientes. Eu acho que é dessa maneira que nós vamos vencer a pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Ministro.

Eu passo a palavra agora para o Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo e também ao Presidente do Senado por terem aberto esta exceção para o funcionamento da nossa Comissão de acompanhamento e de tomada de providências em relação ao nosso maior problema nacional e mundial, que ainda é a pandemia.

Em segundo lugar, eu fico pensando se a couraça do modelo Queiroga teria ou não salvo a vida do São Sebastião. Acho que ele teria abortado as flechadas, porque o Ministro Marcelo Queiroga consegue, com serenidade e raramente até com bom humor, espantar as flechadas e, às vezes, as agressividades com que, não por culpa sua, mas pela força das circunstâncias, ele é destratado. E aqui, nesta Comissão, eu acho que nós temos aprendido muito com ele – eu, pessoalmente, não tenho dúvida e posso dizer isso.

O objetivo principal desta reunião, e eu a considero da maior importância... Assim como no dia 18 de dezembro nós conseguimos pôr a lume nesta Comissão o nosso plano nacional de imunização – lembra disso, Senador Confúcio, foi no final do ano passado? –, quando nós tomamos conhecimento do que era o plano nacional de imunização contra a covid, eu creio que hoje nós temos que assentar a harmonia sobre o seguinte: no dia 16 de agosto, presente a Sra. Rosana Leite de Melo, que deve estar aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

entre os assessores do Ministro, ela participou de uma sessão, uma audiência especificamente voltada para a terceira dose, ou a revacinação, ou a vacina anual, que nome tenha, junto com a Dra. Meiruze Freitas, da Anvisa, e com a Dra. Margareth Dalcolmo, e ficou absolutamente demonstrada a necessidade da terceira vacina, ou terceira dose, ou da revacinação, como se queira tecnicamente chamar, isso ficou absolutamente demonstrado. Inclusive, eu pedi para a Dra. Margareth para me dar por escrito, para que eu não praticasse charlatanismo, e eu li na sessão do dia 17 de agosto, por determinação do Senador Confúcio Moura, a frase que ela escreveu e que dizia textualmente o seguinte: "Após o sexto mês da segunda dose, a tendência é que as vacinas se estiolem", os efeitos imunológicos se estiolam. Eu acho esse verbo estiolar pior do que estolar; estolar é da navegação aérea. Eu tenho o brevê de planador. Se eu não conseguir manter o planador, que não tem motor, a uma velocidade mínima de 80 quilômetros por hora, ele estola. No caso da vacina, seus efeitos imunológicos se estiolam, ou seja, vão perdendo a força, como o Ministro falou agora.

De forma que eu não tenho dúvida de que o Programa Nacional de Imunizações tem que contemplar, eu não tenho dúvida, o reforço, ou a terceira dose – o nome técnico é o que menos conta –, tem que dar mais uma espetadinha e, se possível, com uma vacina que tenha registro definitivo, não necessariamente a mesma que foi aplicada seja em dose única, seja em duas doses, e com preferência para os idosos e para os imunodeficientes, o Ministro usou outra expressão, mas quer dizer a mesma coisa. Ou seja, eu não tenho essa dúvida.

Então, eu rogo ao Ministro que ele, com a maior clareza possível, promova a divulgação deste complemento do Programa Nacional de Imunizações, que é um exemplo para o Brasil. Essa é a finalidade precípua desta reunião.

As outras questões que foram aqui mencionadas, especialmente pela minha querida amiga Zenaide Maia – se o Ministro não tivesse pedido desculpas, eu pediria por ele, por trocar o nome –, acho que a querida amiga Zenaide Maia esgotou, as questões complementares.

Eu só queria focalizar, Ministro – não é para fazer uma pergunta e nem vou lhe pedir para concordar ou não com o que eu vou dizer –, que, quando se fala em ética, na verdade, seja G20, seja ONU, o que menos houve, o que menos aconteceu nesta pandemia foi ética e solidariedade humana. Não aconteceu isso. Como já dizia o Papa no final do ano passado, os ricos vão ter excesso de vacina – os Estados Unidos devem estar jogando vacina fora faz tempo, Zenaide, e só doaram a Oxford porque não a usaram. Na Inglaterra, deve haver 250 milhões de doses sem uso que vão caducar e, nos países mais pobres, sequer a primeira dose foi aplicada. Então, essa é a verdade, a verdade da falta de ética no mundo.

E eu não posso esconder também, Ministro – o senhor, por favor, não comente, mas guarde –, que eu sou fã da Katalin Karikó, minha candidata a Prêmio Nobel da Medicina, que dedicou mais de 30 anos da sua vida ao RNA mensageiro, o mensageiro que é a plataforma da vacina da Pfizer e, se não estou enganado, também da Moderna, que, aliás, é Moderna exatamente porque "*Mode RNA*".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, ao mesmo tempo, eu acho que a Pfizer é bem-vinda, mas eu não vou esquecer – vou perdoar; um dia eu vou perdoar, mas não vou esquecer – que a Pfizer, que é uma paraestatal do governo americano... Quem tiver dúvidas procure as pp. 352 a 355 do livro *Uma Terra Prometida*, de Barack Obama. Pfizer, GM e Boeing foram salvas pelo governo americano – com dólar, que, no final, é subsidiado por nós – dos efeitos da crise de 2008. A Pfizer é uma paraestatal. Ela exigiu para o Brasil o que não exigiu de todos os países: ela exigiu que nós abríssemos mão da soberania jurisdicional e exigiu que nós criássemos um fundo de garantia para eventuais indenizações em função de efeitos colaterais da vacina, coisa que ela não exigiu, por exemplo, para outro produto de largo uso e muito prestígio, produzido pela Pfizer, que é o tal do Viagra. Para esse, ela assume o risco; para a vacina, nós temos que assumir, tivemos que assumir por uma lei feita sob encomenda, que é a 14.125. Eu tive que votar, porque eu faço parte de uma sociedade legitimamente assustada com a pandemia. Posso até perdoar, mas não vou esquecer que, no momento da nossa maior vulnerabilidade, a Pfizer exigiu que nós abríssemos mão, por lei, da soberania jurisdicional e ainda criássemos um fundo garantidor no exterior para efeitos colaterais que a vacina de que nós tanto precisamos e precisávamos pudesse produzir.

Então, sobre ética, eu acho que nós temos, sim, que seguir esse caminho, baseado no SUS, que é um patrimônio do Brasil, valorizado pelo nosso Ministério da Saúde, por essa equipe que está aí ao seu lado, a que às vezes a gente não dá o devido valor. Mas o senhor e eu tivemos oportunidade de ver a grandiosidade do SUS – o senhor, durante sua vida toda –, juntos, aqui, em Blumenau, que é uma cidade que simboliza, para mim, solidariedade e ação do povo na hora da dificuldade.

Então, eu espero ansiosamente por esse complemento do plano nacional de vacinação – Senador Confúcio, o senhor é médico também –, eu acho que é disto que nós precisamos, seja terceira dose, seja revacinação, que nome técnico se lhe dê. Quanto mais cedo o Ministério da Saúde puder nos dar esse norte, mais lhe seremos gratos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, por seus comentários.

Passo a palavra ao Ministro para também procurar responder... Ele não fez perguntas diretas, mas fez um comentário abrangente a que o senhor, se desejar, pode responder, ou comentar o que disse o Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Eu estou vendo aqui o Senador Izalci agora, a quem quero cumprimentar, além do Senador Styvenson Valentim, e o Senador Marcelo Castro, que foi Ministro da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faltou a informação complementar, Senador Confúcio Moura, e aproveito a fala do Senador Esperidião Amin para informar.

Essa questão da terceira dose... Esse termo terceira dose se usa quando é necessária uma complementação da vacinação porque aquelas duas doses não foram suficientes. O reforço seria num contexto diverso desses, ou seja, a vacinação é suficiente, mas, em função das peculiaridades... Como é no meu caso, por exemplo, que tenho 55 anos, em que seria uma dose de reforço.

Para orientar esse reforço, a ideia é ter dados de evidências médicas mais sólidas, de evidências científicas mais sólidas. É por isso que o Ministério da Saúde encomendou um estudo que está sendo realizado em parceria com a Universidade de Oxford, em que iremos testar vários esquemas vacinais. Pode ser, por exemplo, a CoronaVac, como dose de reforço, a Pfizer, a AstraZeneca e a Janssen, que são os imunizantes que, seja com registro definitivo, seja emergencial, fazem parte do Programa Nacional de Imunizações. É possível que, agora em setembro, já tenhamos alguns dados dos chamados anticorpos neutralizantes – isso já nos orienta – e, depois, outros dados mais definitivos acerca dessa pesquisa, que é uma pesquisa única, em nível mundial, que orientará os rumos da campanha nacional de imunização.

Em relação a Blumenau – estive com o Senador Esperidião Amin lá em Blumenau; visitei o Hospital Santo Antônio, visitei a santa casa, visitei um centro de hemodiálise extraordinário –, lá, essa assistência à saúde pelo SUS é prestada, a maior parte, por instituições filantrópicas e funciona muito bem; em outros locais, são instituições públicas. São alternativas para o nosso Sistema Único de Saúde que podem ser eficientes e conduzir um processo, vamos dizer assim, de atualização do sistema de saúde do Brasil no pós-pandemia.

Então, estamos trabalhando para essa dose de reforço ou terceira dose; estamos buscando subsídios da pesquisa clínica para orientar como devemos fazer.

Aproveito a oportunidade para solicitar aos Estados e aos Municípios que sigam as orientações do Programa Nacional de Imunizações. Se cada um dos 5.570 Municípios do Brasil quiser fazer o seu próprio esquema de vacinação, o Ministério da Saúde não tem condição de entregar doses; não tem, porque nós temos uma programação de entrega de doses! Isso tem que ser feito de maneira organizada. Os Estados e os Municípios têm participação no Conass e no Conasems, que, por sua vez, têm representantes aqui na Câmara Técnica em Imunização e no próprio Ministério, com a CIT. Enfim, vamos arredondar as divergências aqui no âmbito do Ministério da Saúde, porque, se cada um quiser criar um esquema próprio, infelizmente nós não podemos garantir vacinas.

Por que a vacina escolhida foi a Pfizer? Já expliquei; primeiro, porque esse tipo de esquema de terceira dose ou de reforço a ciência tem apontado que é preferível num esquema heterólogo; segundo, porque é a vacina de que nós temos mais disponibilidade. Nós reduzimos o intervalo entre as doses de doze semanas, no caso da Pfizer e da AstraZeneca, para oito semanas – essa foi uma opinião dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

especialistas –, e aí nós indicamos que isso deveria ser feito a partir do dia 15 de setembro. O que ocorre é que alguns Municípios, sobretudo os maiores da Federação, ficam criando esquemas diferentes e, depois, dizem que o Ministério da Saúde não entrega doses: "Ah, o Ministério da Saúde atrasa a dose", ou seja, o Ministério da Saúde só entra com o ônus o tempo inteiro. O que se ganha em desacreditar a autoridade sanitária do Brasil?

Então, eu faço até um apelo aos Srs. Senadores, que são pessoas de elevado espírito público, para que nos ajudem, porque temos que caminhar, de maneira célere e efetiva, contra o nosso único inimigo. O Ministério da Saúde é o ministério finalístico, é o ministério técnico. Nós só temos um inimigo, que é o vírus, e temos que falar a mesma língua, não pode ser uma torre de babel da vacina, senão não dá, não avançamos.

Por que nós avançamos bem na campanha de vacinação indígena? Estou aqui com o Rodrigo, que é o Secretário Adjunto da Sesai. Nós já temos, Senador Amin, mais de 80% da população indígena aldeada ou em áreas não homologadas vacinadas com as duas doses de vacina. Qual país do mundo fez isso? Pouquíssimos. Por quê? Porque essa campanha em relação à população indígena é conduzida pela Sesai. E apesar de os índios falarem diversos dialetos, o Ministério da Saúde fala um único idioma, e aí vai com eficiência para lá.

Então, obrigado, Senador Esperidião Amin, pela forma sempre gentil com que o senhor se refere à minha pessoa e pelos seus conselhos. O senhor está na cena política há muito tempo e sempre nos orienta aqui para que consigamos converter o que nós queremos em políticas públicas eficientes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Eu passo a palavra para o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a Sra. Senadora Zenaide, aos outros Senadores Wellington... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Caiu a ligação.

Styvenson, enquanto você arruma aí sua internet, eu vou passar a palavra para o Senador Izalci Lucas.

Izalci. (*Pausa.*)

Espere um pouquinho, Izalci.

Styvenson, faça a pergunta do início, porque você ficou fora do ar um pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Voltei, porque caiu, não é? Em sessão remota toda hora entra uma ligação. Perdão aí aos Senadores, ao Sr. Ministro.

Antes de começar, quero expressar minha felicidade de ver o Ministro sentar nessa cadeira, viu, Ministro? Que bom que foi uma *fake news* que o senhor tinha pedido para sair. Que bom que o senhor está aí, rodeado por essa equipe maravilhosa que o senhor tem. Um abraço para o Raphael.

Sr. Ministro, o senhor respondeu uma das perguntas que eu iria fazer, que era justamente de ter visto aí na mídia que alguns Estados e Municípios estão alegando atrasos na entrega de lotes de vacina e atribuindo isso ao ministério, o que prejudica o andamento da vacinação, o que prejudica alguns grupos, mas o senhor explicou. E acho que se o senhor quiser dar uma explicação mais precisa em relação ao fato de estar havendo ou não esse tipo de atraso por parte do ministério, para que esclareça alguns Municípios e Estados que escolheram uma outra forma de fazer esse tipo de vacinação, pelo que eu entendi...

E uma outra pergunta que eu iria fazer, sobre as vacinas e a terceira dose, o Senador Esperidião Amin perguntou. Eu estava nas sessões passadas, nas quais foram discutidas a terceira dose para imunizar pessoas que têm algumas deficiências imunológicas, e o senhor citou aí a Pfizer como uma das alternativas, por ter uma maior quantidade, a Janssen e a AstraZeneca, mas, no caso específico da CoronaVac, existe algum impedimento para que ela seja usada? Eu só queria entender isso aí.

E uma terceira pergunta para o senhor também comentar: a sensação que nós temos hoje é de que as pessoas já estão se sentindo imunizadas, voltou à normalidade – pessoas em festas, grandes eventos –, tudo acontecendo com a rotina de que parece que a pandemia já acabou, já vencemos a guerra. Na sua opinião, esta é a sensação do Ministro também: já vencemos a guerra, está tudo tranquilo, podemos voltar a uma normalidade sem termos os cuidados? O que a gente não percebe hoje no Estado do Rio de Janeiro, com essa infecção causada pelas variantes.

Mais uma a fazer também: o que está atrapalhando, pelo menos aqui no meu Estado eu observo, é a chamada das pessoas para a segunda dosagem. A gente está falando da terceira aqui, mas há pessoas que se esqueceram, que não querem ou que acham que já estão imunizados. Isso atrapalha também ou compromete. É justamente essa sensação de segurança que, talvez, seja falha.

Por último, Ministro, eu liguei para o senhor em uma noite em que o senhor estava jantando em Gramado, justamente para ver um programa que o Ministério da Saúde lançou de uma pesquisa feita com a Fiocruz. O Ministério mandaria uma mensagem via SMS ou WhatsApp para algumas pessoas para que elas fossem informadas de que uma equipe contratada de um laboratório de Estados e Municípios, como aqui em Natal, no Rio Grande do Norte, fosse em suas residências fazer uma coleta de sangue. Logo essa coleta seria mandada para a Fiocruz e seria feito um levantamento, que entraria para um banco de dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu liguei preocupado naquele dia? Porque eu estava com alguns empresários da área, dessas empresas contratadas, que estavam encontrando extrema dificuldade para localizar, não estava havendo uma comunicação com o Ministério da Saúde sobre quem eram essas pessoas, e surgiu a maravilhosa ideia de algum empresário aqui: "Ah, vai na rua e pega qualquer coleta, pega qualquer pessoa e passa para o Ministério". Bom, a finalidade desse estudo qual é? É só para eu entender e poder explicar para essas pessoas que me questionaram aqui se eu estava sabendo disso.

Fico com essas perguntas que o senhor já respondeu. Se o senhor quiser reafirmar justamente sobre o que sai na mídia sobre Estados e Municípios dizendo que o Ministério está atrasando vacina e comprometendo as vacinações que em alguns ainda estão atrasadas ou não, que não estão tendo imunidade, se o senhor comentar; falar sobre a CoronaVac, especificamente na terceira dosagem – eu vi que o senhor está de acordo com a OMS e o senhor poderia falar sobre o estudo para aplicação da terceira dose, para sabermos os benefícios ou não disso; por último, sobre esse trabalho específico do Ministério da Saúde sobre o levantamento, amostragem de pessoas. É isso aí.

Ministro, parabéns pelo trabalho junto com sua equipe.

Até logo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Styvenson Valentim.

Eu passo a palavra... Nós temos ainda o Senador Izalci para fazer os questionamentos. Eu tenho algumas perguntas e também dos internautas. Para a sessão não ficar muito longa, vamos cronometrar o tempo. Nós temos as perguntas dos internautas, das quais vou fazer cinco apenas e com respostas rápidas, porque sei que o Ministério está todo mobilizado aí, todo seu secretariado, diretores de departamento, e a gente tem de soltar o pessoal para trabalhar.

Com a palavra o Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu vou aqui falar sobre a segunda dose. Cerca de 8 milhões de brasileiros não voltaram para tomar a segunda dose. Às vezes, o principal motivo de não retornar é ter tido algum evento adverso na primeira dose. Às vezes, teve febre ou um evento adverso qualquer, e o sujeito fica com receio de tomar a segunda dose. Quero esclarecer que segunda dose é muito menos reatogênica do que a primeira dose.

Então, meu amigo, minha amiga, você que nos assiste pela TV Senado, se teve alguma reação na primeira dose, vá tomar a segunda dose, porque o seu esquema vacinal só estará completo após a segunda dose. E essa segunda dose é menos reatogênica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Saúde tem feito campanhas alertando sobre a importância e chamando as pessoas para tomar a segunda dose.

Em relação à CoronaVac, é uma vacina que teve uma grande utilidade para nós, sobretudo na primeira fase da campanha, mas é uma vacina de que ainda não temos todos os dados, eles não foram apresentados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Por isso, ela não recebeu o aval definitivo da Anvisa. Na hora em que tiver o registro definitivo da Anvisa, pode submeter aqui ao Ministério da Saúde, à Conitec, que ela será incorporada com base em critérios técnicos, como as outras duas foram.

Por que não utilizar a CoronaVac como terceira dose? Esses idosos, a maior parte deles, receberam a CoronaVac. E aí, por conta disso, a recomendação mais forte hoje é que se aplique uma vacina diferente, ou seja, uma vacina heteróloga. Não é que estamos inutilizando a CoronaVac, retirando a CoronaVac do Programa Nacional de Imunizações, nada disso. Isso eu, inclusive, já falei na imprensa, porque aqui, no ministério, nós não fazemos política na saúde; nós fazemos política de saúde. E nós queremos que a CoronaVac tenha os seus dados apresentados à Anvisa de uma maneira definitiva, porque aí vão-se dirimir todas essas questões.

Em relação a esse estudo, é um estudo sorológico. Aproveito a oportunidade para destacar que a estratégia de testagem é algo que... No ano passado não havia teste nenhum para a covid. Ao longo do tempo foram surgindo testes. Hoje nós temos os testes rápidos de antígeno que são tão eficientes quanto o teste RT-PCR, só que o resultado sai mais rápido e ele é mais importante do ponto de vista epidemiológico para a gente diagnosticar precocemente e isolar. Então, na testagem com RT-PCR, algumas amostras vão para a vigilância genômica. A testagem de antígeno rápido serve para testar os sintomáticos na atenção primária e os assintomáticos em áreas de grande aglomeração e, por fim, o teste sorológico é uma estratégia do estudo sorológico chamada PrevCov.

Eu vou pedir ao Arnaldo Medeiros para explicar, mas só antes de passar a palavra para o Arnaldo, agora, no dia 17, nós vamos finalmente colocar em prática uma ampla campanha de testagem com teste rápido de antígeno. Por que finalmente? Porque, desde que eu assumi aqui, nós havíamos anunciado a pretensão de fazer essa ampla campanha de testagem. Firmamos um acordo com a Fiocruz e adquirimos 60 milhões de testes rápidos de antígeno, que se somarão a iniciativas já existentes, seja da iniciativa privada, seja de Estados e Municípios, para que o Brasil possa ampliar a sua capacidade de testagem. Nós fizemos um evento teste aqui em Brasília, Senador Izalci, e queremos fazer em outras capitais do Brasil agora, no dia 17, e colocar a testagem mais forte.

O PrevCov é um importante estudo sorológico. Vou passar ao Professor Arnaldo Medeiros para que ele possa falar.

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para expor.) – Obrigado, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelente pergunta, Senador Styvenson. É fundamental essa pergunta que o senhor nos fez. O PrevCov é um estudo de prevalência da covid-19. Talvez seja um dos maiores estudos do mundo sobre a prevalência da doença. Na verdade, se faz coleta de soro. Fizemos esses estudos juntamente com a associação, com o IBGE. Na verdade, nós utilizávamos o banco da Pnad Covid, aquele estudo que o IBGE fez por domicílio, ligando para todos os domicílios brasileiros. E esse estudo foi desenhado para ser feito nas 27 regiões metropolitanas do nosso País, das unidades federadas, a capital e as cidades que compõem a região metropolitana. Obviamente, como a base de dados original era o telefone que o IBGE tinha e, ao longo do processo, alguns telefones mudaram, as pessoas se mudaram, os telefones não respondiam, aí mudamos a abordagem com relação a essa questão.

A coleta não é feita de forma aleatória, na verdade existe uma empresa que foi contratada via Opas. Essa empresa, portanto, faz o teste, telefona antes, faz o agendamento da visita, todos os coletadores são identificados e, na sequência, é feita a coleta. Para além disso, dessas amostras será feito um repositório, um biobanco de soros, porque, para além disso, a gente vai avaliar também o estado de vacinação desses voluntários que estão participando do estudo. O estudo tem previsão de ser encerrado por volta do final de setembro, meados de outubro, quando nós iremos, portanto, mostrar um relatório e dar um diagnóstico mais concreto com relação à pandemia no Brasil.

Diferentemente de momentos anteriores, esse estudo sorológico de prevalência da doença tem um importante valor agora porque também temos uma população que já foi vacinada, então, eventualmente, a gente pode avaliar inclusive o estado de resposta, de efetividade, associado a esse estudo. É um estudo muito sério, acompanhado, que passou por todos os critérios éticos que conduzem uma pesquisa, passou pela Sctie, pelo Conep, tem pesquisadores associados ao estudo como um todo e está em franco andamento.

Eu acho que eram essas as informações básicas que se tinha para falar com relação ao PrevCov. E com isso eu quero solicitar aos demais Senadores que nos apoiem cada vez mais na divulgação do nosso PrevCov no País.

Muito obrigado, Senador; muito obrigado, Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Senador, o Raphael Câmara aqui é grande admirador da sua trajetória política e pessoal, um sentimento que é compartilhado por nós todos aqui do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado. Vamos em frente.

Agora eu passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Bem, o aumento da circulação da variante Delta foi associado ao crescimento de infecção entre pessoas já vacinadas. Esse cenário abriu um debate sobre a necessidade de uma dose de reforço para aqueles já vacinados, especialmente os idosos e os imunossuprimidos. No Brasil, o Ministério da Saúde já anunciou a aplicação da terceira dose – ou segunda, no caso daqueles que tomaram o imunizante Janssen – para meados de setembro. Terão direito ao reforço pessoas com mais de 70 anos que tomaram a vacina há mais de seis meses, além dos imunossuprimidos que tiverem complementado o esquema vacinal há pelo menos 28 dias. O público-alvo estimado é de 11 milhões de pessoas. Tendo em vista isso, eu pergunto: há estudos que comprovem a efetividade, do ponto de vista epidemiológico, da aplicação da terceira dose em cidades e Estados que sequer chegaram a aplicar a primeira dose em toda a população com 12 anos de idade ou mais? Essa é a primeira.

Por que motivo os idosos que receberão o reforço serão apenas aqueles com mais de 70 anos, sendo que a população com 60 ou mais é notoriamente a mais vulnerável ao covid-19?

O Ministério da Saúde vem orientando que a dose de reforço seja feita com a vacina da Pfizer. Há unidades da Federação, porém, que não contam com imunizantes suficientes deste fabricante. É o caso aqui do Distrito Federal, que já está vacinando os adolescentes, público exclusivo de vacina Pfizer, e deve começar a oferecer doses de reforço em seguida. No DF, hoje, faltam doses de Pfizer, mas sobram imunizantes de outros fabricantes. Sendo assim, eu pergunto: o Ministério da Saúde deve realizar o remanejamento de vacinas por fabricantes conforme a necessidade de cada unidade da Federação?

Por último, todos os estudos recentes apontam para um percentual de imunizantes bem maior do que o previsto anteriormente para que alcancemos a tão desejada imunidade de rebanho. O número não é certo, mas fala-se hoje em 90% da população total vacinada, proporção inalcançável sem a vacinação das crianças com menos de 12 anos de idade. A Anvisa rejeitou recentemente o pedido Butantan para uso da vacina CoronaVac em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos. Os estudos com o imunizante, contudo, continuam em andamento e podem oferecer, no futuro, mais dados a respeito da sua segurança. Há também estudos avançados a respeito do uso da Pfizer em meninas e meninos com 2 a 11 anos de idade. A expectativa é que os resultados saiam até o final de setembro. Por isso, eu pergunto: como o Ministério da Saúde está se organizando para a vacinação de crianças com 11 anos de idade ou menos? Há expectativa de um novo contrato para compra de imunizantes que possa atender a esse público alvo?

Eram essas as minhas indagações, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Há mais um inscrito, que é o Senador Oriovisto Guimarães. Vamos, então, passar para o Ministro responder ao Senador Izalci e, logo depois, entra o Senador Oriovisto Guimarães.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio. Obrigado, Senador Izalci.

Em relação a crianças menores do que 12 anos, é necessário que essas evidências científicas sejam publicadas. Quando houver uma evidência científica sólida e houver o aval da Anvisa, isso pode ser considerado. Inclusive, há uma lei aprovada no Congresso Nacional nesse sentido, mas aguardamos as evidências científicas.

Em relação à CoronaVac, que propôs vacinar essas crianças, sequer nós temos os dados dos adultos, quanto mais de criança. Em vez de ficar falando no jornal, tem que ir lá levar na Anvisa. Leva na Anvisa, mostra os dados, publica nas revistas científicas, porque não podemos querer, Senador Izalci – e o senhor há de concordar comigo –, uma espécie de evidência científica *self-service*. Para umas coisas se quer evidência científica de nível A; para outras, não há evidência científica nenhuma e a publicação é nos jornais. Temos que publicar nas revistas científicas. Então, vai lá, leva para a Anvisa, apresenta os dados, mostra de maneira clara, transparente. Tendo o aval da Anvisa, aí o Ministério da Saúde vai considerar. Como eu já falei aqui, nós não temos preconceito nenhum, nem contra pessoas, nem contra remédio, nem contra vacina. Traga os dados científicos e serão colocados lá.

A distribuição de vacinas é feita de maneira equitativa, e é feita seguindo os critérios da política do Sistema Único de Saúde. Então, a campanha nacional de imunização foi planejada – está aqui o nosso Secretário Arnaldo Medeiros, da Vigilância em Saúde – em outubro de 2020, quando não havia sequer uma vacina registrada na Anvisa. Refiro-me ao Programa Nacional de Operacionalização da Vacina contra a Covid-19, cujo público-alvo que ali estava incluído era de cerca de 78 milhões de brasileiros – depois nós expandimos para a população acima de 18 anos. Essa é a população vacinável. Por quê? Porque é nesse sentido que há evidências científicas – e aqui eu deixo de maneira clara – com a vacina da AstraZeneca e com a vacina da Pfizer. Essas têm registro definitivo. As outras são emergenciais, Janssen e CoronaVac. E por que foram utilizados esses insumos? Por conta do caráter pandêmico e da emergência sanitária. Então, o Ministério da Saúde já adquiriu, como eu falei aqui no começo, mais de 500 milhões de doses de vacina. Sendo assim, para o ano de 2021, nós temos vacinas suficientes e, se seguirmos o PNI, as recomendações da câmara técnica, nós vamos caminhar celeremente.

Agora, o que não pode acontecer? Determinado Município aplicar a dose que era para D2 para D1 para acelerar e, depois, o Ministério atrasar vacina. Então, se todos formos juntos, aí a campanha vai acontecer de maneira uniforme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há essa questão do Distrito Federal, que está vacinando adolescentes. Quer dizer, se está vacinando adolescentes, não é porque faltam vacinas; é porque há vacinas. E, em relação aos adolescentes de 12 a 18 anos, só há um imunizante com registro, que é a vacina da Pfizer. O Ministério da Saúde não vai colocar vacinas que não tenham registro na Anvisa, seja para vacinar adolescentes, crianças ou idosos. Não pode, a autoridade sanitária tem que ter sua responsabilidade, sob pena de as pessoas depois começarem a rejeitar as vacinas. Aliás, o Brasil tem uma situação especialíssima: as pessoas querem se vacinar, elas exibem os comprovantes de vacinação nas redes sociais com orgulho, dando viva ao SUS. Nos Estados Unidos há movimentos antivacina muito fortes.

Aproveito a oportunidade que o Izalci Lucas me deu para dizer que a maior parte daqueles que se internam por Delta são indivíduos que não se vacinaram. E aqui no Brasil são aqueles idosos que, no começo da vacinação, tomaram o agente imunizante do vírus inativado, que, sabidamente, nesses indivíduos, tem efetividade mais baixa e, aí, eles se reinfectam com a Delta. Por conta disso, há uma nova pressão de casos e de hospitalizações que, felizmente, até este momento, não tem se mostrado aqui no Brasil como algo significativo.

O Senador me fez uma pergunta sobre 60 anos. A lei brasileira diz que o idoso é idoso a partir dos 60 anos e, por conta do Estatuto do Idoso, eles devem ser priorizados nos serviços públicos e privados de saúde. Ocorre que nós encomendamos uma pesquisa à Fiocruz, cujo investigador principal é o Dr. Manoel Barral da Fiocruz da Bahia, por meio da qual nós verificamos a queda da efetividade da vacina. Naqueles acima de 90 anos, a efetividade dessa vacina que foi aplicada com maior frequência no início do programa fica em torno de 23%, ou seja, é uma vacina que, nesses indivíduos idosos, após seis meses, não protege. Já naqueles abaixo de 70 anos, há uma proteção.

Então, isso é uma questão de alocação de recursos, é uma questão sanitária que foi tratada no âmbito da Ctai, que é a câmara técnica. Não é o Ministro que chega lá e diz: "Aqui vai ser a partir de 70". Isso foram os especialistas. Eu tenho participado dessas reuniões da Ctai.

O Ministro Marcelo Castro está aqui e pode me ajudar. Eu não sei se ele participava, mas ele enfrentou também um problema de epidemia da zica – claro que, naquela época, não havia vacina.

Eu propus, lá nessa Ctai, na última reunião, que se incluíssem os trabalhadores em saúde, e os colegas fizeram uma série de considerações e acharam que, naquele momento, não tínhamos os elementos suficientes para autorizar a vacinação com dose de reforço nos trabalhadores de saúde, e eu me curvei àquela opinião técnica.

Então, são esses fatos que eu trago aqui para a apreciação do Senador Izalci Lucas, perguntas muito relevantes.

A variante Delta já é prevalente aqui no Brasil. No mês de agosto, cerca de 70%, 73% das amostras são da variante Delta. Ainda não percebemos esse impacto sobre o sistema de saúde. Há várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicações, como, entre outras, o fato de termos a variante Gama como uma variante que afetou fortemente o nosso País. As pessoas que tiveram contato com a variante Gama desenvolvem anticorpos que, de certa maneira, podem proteger contra a Delta. Isso é apenas uma teoria que carece ainda de uma base científica sólida, mas pode ser uma explicação.

Não sei se foi o Senador Styvenson que me perguntou se nós já tínhamos ganhado a guerra da pandemia. A resposta é: nós ganhamos algumas batalhas, perdemos outras tantas. A guerra está longe de ser vencida. Não podemos baixar a guarda, porque nós já sabemos as implicações que esse vírus tem. Ninguém precisa dizer a nenhum de nós brasileiros o que é que esse vírus pode causar, porque ele já vitimou mais de 570 mil brasileiros nos anos de 2020 e 2021.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO QUEIROGA – Pode, Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado...

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Senador, perdão. Rodrigo Cruz falando.

Rapidamente, que para complementar uma preocupação do Senador Izalci que é extremamente importante, o Ministro Queiroga, quando chegou, celebrou um contrato adicional de 100 milhões de doses da Pfizer. Então, no total, foram 200 milhões de doses contratadas. O primeiro contrato finaliza agora no final deste mês de setembro e o segundo contrato se inicia em outubro.

Então, Senador, as doses contratadas para este ano são suficientes para que a gente possa avançar. Caso a Anvisa aprove a imunização nessa faixa etária abaixo de 12 anos, a gente tem doses suficientes, neste ano, para imunizar com duas doses essa população.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Já superamos 200 milhões de doses aplicadas. Hoje eu já estava vendo os dados atualizados. Cerca de 90% das doses distribuídas são aplicadas. A população acima de 18 anos, 51% ou 52%, já está imunizada com duas doses de vacina.

Então, o Brasil é, sim, um dos *cases* de sucesso de campanha de imunização contra a covid-19. Não é por conta do Ministro da Saúde, é por conta do Sistema Único de Saúde e por conta da população brasileira, que tem aderido à nossa campanha de vacinação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Sr. Ministro.

Vamos para o nosso último Senador a fazer seus questionamentos, o Exmo. fazer seus questionamentos, o Exmo. Senador Oriovisto Guimarães, do Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar.) – Senador Confúcio Moura, quero saudar o senhor, quero saudar o Ministro Queiroga.

Ministro, primeiro quero lhe dizer que o senhor está de parabéns. Na minha opinião, a gestão do Ministério da Saúde, depois que o senhor assumiu, melhorou muito. O senhor tem tido uma posição coerente, o senhor tem falado em afastamento social, o senhor tem usado máscara, o senhor tem falado sempre bem das vacinas e sobretudo o senhor tem sido eficiente no comando do ministério. Primeiro, então, o meu reconhecimento, meus parabéns.

Ministro, uma pergunta que muda bastante o nosso assunto, mas que acho importante. É claro que a decisão de outros países – Estados Unidos, França, Inglaterra, etc. – de não aceitar cidadãos brasileiros ou cidadãos de outras nacionalidades que estiveram no Brasil e para lá viajam é uma decisão soberana de cada país, mas, à medida que a vacinação está avançando aqui no Brasil, nós já temos a França, que aceita quem vem do Brasil, Portugal, Espanha, ontem ou anteontem o Canadá também liberou – quem está no Brasil pode ir para lá –, vários países já estão aceitando.

Pelo que eu acompanho na imprensa, a nossa situação hoje, pelo menos em termos de curva, já é melhor do que a situação dos Estados Unidos, e não há nenhuma menção do Governo americano em abrir o consulado para conceder visto ou aceitar cidadãos que venham do Brasil, e exigem uma quarentena, que pode ser feita no México ou em outros países. Isso é bastante complicado para aqueles que têm negócios e que precisam viajar, para aqueles que têm famílias lá fora, para aqueles que precisam fazer cursos, estudar e até para aqueles que querem viajar por recreação mesmo. O turismo é sempre uma via de mão dupla, a gente não pode se esquecer disso.

A minha pergunta, Ministro: eu sei que isto não é uma competência do Ministério da Saúde, mas, talvez, é possível, junto com o Ministério das Relações Exteriores, quem sabe, atualizar os dados da pandemia ou fazer alguma gestão junto às autoridades americanas e de outros países que ainda talvez estejam tendo uma fotografia do Brasil um tanto atrasada e que não estejam levando em conta o quanto nós já evoluímos na nossa curva de contágio, e no caso de mortes, e na vacinação?

É uma pergunta que eu deixo para o senhor, sabendo que não é uma obrigação do Ministério da Saúde fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra o Sr. Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – (*Falha no áudio.*) ... e ontem uma reunião muito boa com o Ministro da Saúde Roberto Speranza, em que foi demonstrada claramente a situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

epidemiológica do Brasil. Eles têm conhecimento dos avanços, a Organização Mundial de Saúde tem feito coro em relação a esses aspectos. O Ministro Speranza... Naturalmente São Paulo é a segunda maior cidade italiana fora da Itália, e há uma perspectiva real de essa abertura ser crescente.

Antes de o Embaixador Todd Chapman sair do Brasil, nós conversávamos sobre esse tema. O Brasil está sem o Embaixador dos Estados Unidos, tem só o encarregado de negócios, mas eu tenho conversado com o Ministro Carlos França sobre a orientação do Presidente Jair Bolsonaro, e esperamos que haja uma flexibilização crescente.

Houve esse incidente agora com esses atletas argentinos, que não foi um incidente diplomático, foi uma questão meramente administrativa. Eu também tive uma reunião bilateral com a Ministra da Saúde argentina, Carla, que foi muito boa, a Argentina é um forte parceiro também comercial do Brasil. Então, vamos trabalhar aqui para destravar essa agenda.

Inclusive, Senador Oriovisto, já que é o seu Estado, vamos fazer uma reunião com... E o Presidente Bolsonaro atualmente é o Presidente rotativo do Mercosul e eu sou o Ministro da Saúde. Então, nós vamos fazer uma reunião lá na nossa Foz do Iguaçu, que tem lá o Prefeito Chico Brasileiro, que é meu conterrâneo. Então, vamos fazer uma reunião lá para tratar também desse tema.

Isso aqui está no nosso horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muitas perguntas que eu tinha escrito aqui já foram respondidas por V. Exa., mas é importante que o senhor fale mais um pouco sobre a situação da suspensão do jogo Brasil e Argentina, porque houve uma repercussão internacional falando que o Brasil é campeão de papelões. Eles entenderam que foi algum preciosismo brasileiro, no caso da Anvisa, suspender um jogo já iniciado.

Então, eu gostaria que o senhor fizesse um comentário para todos os torcedores que no domingo estavam ligados no jogo Brasil e Argentina.

A segunda pergunta, Sr. Ministro: nós sempre estávamos, desde que nossa Comissão, que é uma Comissão que atravessou a pandemia... No começo a gente falava o seguinte: o crescimento econômico virá junto com a vacinação; à medida que a vacinação avance, o Brasil prosperará no seu crescimento econômico. E o que nós estamos observando é que a vacinação está avançando bem, mas que as previsões econômicas do Brasil já tendem a se agravar e que as perspectiva para 2022 não são animadoras pelos economistas que fazem essas previsões e os bancos consequentemente.

Queria saber o que houve com esse balanço da vacinação com a economia.

A terceira pergunta é porque eu vejo o Senador Wellington tão animado, trabalhando muito para que os laboratórios veterinários de vacina animal entrem no trabalho da produção de vacinas. Ele tem sido um exaustivo batalhador por isso e aponta aqui que os laboratórios brasileiros de vacinas de saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

animal podem produzir tanto a vacina com vírus atenuado como também vacinas com RNA mensageiro. Então, seria muito interessante que o senhor, que reconhece esses laboratórios, no todo em parte, pudesse dar uma animada para que realmente esses laboratórios fossem acreditados pela Anvisa, já apontado um diagnóstico dos seus investimentos e ajustes nas suas plantas para que o Senador Wellington possa ser coroado, de fato, porque tudo que ele podia fazer ele já fez. A lei foi sancionada, aprovada, ele ficou muito feliz e ele fala sempre. Então, a última pergunta que eu faço, Sr. Ministro... O Ministro Fábio Faria esteve aqui com a gente justamente cobrado pelos Senadores sobre campanhas efetivas de comunicação em massa. Ele respondeu a alguns Senadores que as campanhas não são feitas por ele; são feitas sob demanda dos ministérios. Eu quero perguntar ao senhor: o senhor está satisfeito com as campanhas populares de vacinação? Está sendo alcançada a população brasileira por todas as vias? O senhor está conectado com o Ministro Fábio Faria? E os seus comentários sobre a importância da comunicação.

O senhor não precisa me responder agora. Eu já vou aproveitar e fazer as perguntas dos cidadãos e das cidadãs que estão ligados. São poucas perguntas. Eu gostaria que o senhor anotasse aí o nome das pessoas para o senhor responder para eles.

Primeiro é Juliana Machado, de Goiás: "Quais as expectativas científicas em relação à vacina para os brasileiros? É possível sonharmos com a erradicação da doença no Brasil?"

Estou fazendo a pergunta exatamente como foi feita pelo internauta – nem mais, nem menos.

Segunda pergunta, Gabriela Andrade, Rio de Janeiro: "O que dizer sobre a possível subnotificação e manipulação dos dados reais da covid no Brasil?"

A terceira pergunta, Edvagner de Lima, de Mato Grosso do Sul: "Em relação ao tratamento precoce da covid-19, o que se pode concluir sobre essa tal questão, já que os estudos apresentam inúmeros erros?"

Por fim, último – se já falei por fim, última é redundância, não é? –, Jose Rocha, Rio de Janeiro: "As informações oficiais prestadas são confiáveis e de qualidade [...] [a ponto de permitirem que] os parlamentares tomem decisões ao apoiar ou não uma matéria [ou um projeto de lei sobre o assunto baseadas nessas informações]?"

Eram essas as perguntas. O senhor pode responder as minhas e as deles simultaneamente, a gosto do senhor.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Primeiro vou passar a bola aqui para o Rodrigo Cruz, já que o assunto é o jogo da seleção brasileira.

Rodrigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO OTAVIO MOREIRA DA CRUZ (Para expor.) – Obrigado, Ministro. Vou pedir para o Sérgio ir me complementando também.

É importante esse questionamento, Senador, só para deixar claros alguns normativos, e aí, depois, o Sérgio, que acompanhou o dia a dia e as reuniões que aconteceram.

Existe uma portaria, a Portaria 655, assinada pelo Ministério da Saúde, Ministro da Casa Civil, Ministro da Infraestrutura e Ministro da Justiça, que estabelece todos os requisitos que devem ser cumpridos no ingresso de brasileiros e estrangeiros que estavam no exterior e no País, por conta da situação pandêmica em que a gente vive.

O que ocorre é que a portaria estabelece que alguns países têm um tratamento específico por conta de um cenário pandêmico observado nesses países. Então, Reino Unido, Irlanda do Norte, Índia e África do Sul têm um tratamento especial a ser dado a todos os passageiros oriundos desses países. O que ocorre é que quatro jogadores da Seleção Argentina tiveram passagem pela Inglaterra há menos de 14 dias e, no preenchimento da Declaração de Saúde do Viajante, a DSV, essa informação não constava. Então, os jogadores estavam na Venezuela, salvo engano, fizeram uma primeira partida na Venezuela e depois vieram ao País. Quando vieram ao País, no preenchimento dessa declaração, não constava a informação de que esses quatro jogadores estiveram, há menos de 14 dias, no Reino Unido, porque se tivessem solicitado a excepcionalidade, como a gente costumeiramente faz, a gente poderia ceder a essa excepcionalidade para o não cumprimento das exigências previstas na portaria, e a excepcionalidade é prevista também na portaria. Como consta nos informativos da Anvisa, a CBF alertou a AFA, a Associação do Futebol Argentino, de que existia e que existe esse rito, esse normativo no País, mas não recebemos da AFA essa solicitação de excepcionalidade. Ocorre que esses jogadores chegaram, como não tinham a autorização para excepcionalidade do não cumprimento da portaria, a Anvisa, então, entrou em campo para fazer com que fosse cumprida a portaria.

Então, vou passar para o Sérgio, que acompanhou aqui o dia a dia na semana, para detalhar um pouquinho mais dos desdobramentos ao longo do dia e o porquê que a Anvisa, então, notificou e entrou em campo e acabou gerando o não acontecimento da partida.

O SR. SÉRGIO YOSHIMASA OKANE (Para expor.) – Boa tarde, Senador Confúcio. Só vou esclarecer as partes de que o ministério acabou participando.

No sábado tivemos uma reunião junto com o pessoal da SVS, com o pessoal da Secretaria Estadual e Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, mediante uma denúncia que houve sobre esses jogadores. Nesta reunião, foi pactuado que esses jogadores deveriam permanecer em quarentena no hotel e a Federação Argentina de Futebol poderia submeter um pedido de excepcionalidade em que haveria todos os dados para que a equipe da SVS e da Anvisa analisassem a situação desses jogadores. E o que acabou acontecendo? Eles fizeram este pedido. Foram feitas análises pela equipe da SVS e da Anvisa e esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedido foi negado porque não atendia às regras da excepcionalidade. Agora, isso daqui foi o que o ministério participou. Então, o ministério negou esse pedido de excepcionalidade baseado nesses dados que tanto a Vigilância Sanitária como o Anvisa negaram.

Agora, a outra parte a gente acabou não acompanhando porque isto era a função da Anvisa, e cabe à Anvisa esclarecer quais os motivos que acabaram levando ao ocorrido.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Em relação à economia, como cardiologista, eu sou um péssimo economista. Eu só entendo da economia do coração em si, mas o Presidente Bolsonaro tem dito desde o início da necessidade de conciliar o binômio saúde e economia, porque nós precisamos garantir que a nossa economia continue forte. Neste ano, há uma expectativa de crescimento do PIB em torno de 5%. Mas também houve outros aspectos que incidiram, como, por exemplo, essa crise hídrica; a questão da energia, que tem subido por conta do desabastecimento dos nossos mananciais. Enfim, é uma situação complexa. O Ministro Paulo Guedes tem se empenhado muito nessa questão, e nós trabalhamos aqui em conjunto, sob a orientação do Presidente da República, para que a recuperação econômica se dê o mais rápido possível.

Em relação aos parques de vacinas animais, eu me acosto ao Senador Wellington Fagundes. Nós somos entusiastas dessa questão dos parques de vacinação animal. Agora, entendo que isso vai surtir frutos no médio prazo; não é algo que vá servir para, neste momento, trazer doses de vacinas, prontas para reforçar o PNI, até porque nós já temos mais de 550 milhões de doses adquiridas, mas sim para o futuro, não só para covid, mas para outras doenças evitáveis por vacinação.

Em relação às perguntas dos internautas, agradeço a todos por participarem dessa audiência pública.

A Juliana Machado, de Goiás, perguntou: "Quais são as expectativas para a vacinação dos brasileiros?". Eu aqui já falei: até o final de outubro, todos acima de 18 anos estarão vacinados com as duas doses de vacina. Isso já é muito importante. Nós já seguimos céleres, a partir de 15 de setembro, com a vacina naqueles acima de 70 anos para tomar uma terceira dose e também nos adolescentes de 12 a 18 anos. A nossa expectativa é que, até o fim do ano, tenhamos a nossa campanha de imunização completa.

Gabriela Andrade, do Rio de Janeiro, pergunta sobre subnotificação de dados. O Brasil tem no Datasus uma grande ferramenta de informações. Nós temos os dados aqui de maneira muito completa. Naturalmente, notificar óbito não é algo simples, não é algo que um consórcio de imprensa vá fazer com um rigor epidemiológico que se exige. E a SVS (Secretaria de Vigilância em Saúde)... Hoje, Senador, aqui aproveito a oportunidade que os senhores me dão para anunciar o programa Linha da Vida, em que teremos não só a certidão de nascimento como a declaração de óbito digital, *online*. Isso vai ajudar muito. Então, é um tema de muito interesse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao tratamento precoce, para toda doença um tratamento precoce seria o ideal. Covid é uma doença nova. Quando essa doença chegou, nós nem conhecíamos a doença; tivemos que desenvolver diagnóstico. Até mesmo esses pacientes que tinham síndromes respiratórias agudas graves, nós não sabíamos qual era a melhor maneira de ventilar esses pacientes. Hoje nós já sabemos, já temos muitas informações. E, sobretudo para aqueles pacientes que precisam de hospital, a Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS), que é quem tem a incumbência legal de elaborar os protocolos clínicos, já dispôs sobre o tratamento hospitalar. Isso foi colocado em consulta pública, e, apesar de todo o interesse que esse assunto suscita, por motivos óbvios, houve pouco mais de 90 contribuições à consulta pública. Com isso, a gente tem já, na fase hospitalar, uma conduta padronizada.

Quanto ao tratamento inicial, é claro que nós temos o interesse de fomentar as pesquisas, não só em relação a reposicionamento de fármacos, mas em relação a fármacos inovadores.

Nós temos, por exemplo, os chamados anticorpos monoclonais, coquetéis de anticorpos, que podem ser úteis. Hoje mesmo o Sérgio estava me falando que parece que a Anvisa concedeu um registro emergencial para um desses fármacos. É claro que, com registro emergencial, não vai ser incorporado no SUS, e não porque o Ministro não quer, mas porque existe uma regra, e essa regra advém da lei: tem que ter registro na Anvisa definitivo. Então, vamos avançar para também pesquisar e buscar tratamentos que sejam colocados no início dessa doença e que possam nos ajudar. A vacina vai acabar com o caráter pandêmico de doença, mas não vai acabar com a doença. A doença vai continuar existindo. Nós precisamos ter opções de tratamento em todas as fases, do início até quando os pacientes estão complicados, em terapia intensiva, como, por exemplo, medicamentos que modulem a resposta inflamatória. Nós temos drogas que foram reposicionadas, que serviam para tratar artrite, por exemplo, e que podem ser usadas. Eu vou dar um exemplo: tocilizumabe. Temos pesquisas que mostram benefício, outras que não mostram benefício. E a ciência é assim: ela vai sendo construída a cada dia.

O José pergunta se as informações são confiáveis. Bom, as informações são confiáveis. O Ministério da Saúde, como eu falei, tem um banco de dados muito amplo, e nós temos aqui um corpo de funcionários de carreira do Ministério da Saúde que são muito qualificados e que são pessoas que se dedicam aqui no ministério, todos os dias, de maneira muito resiliente, num cenário de muitas críticas. Não há aqui reclamação à crítica, não; faz parte, dentro de um contexto de pandemia. Eu já falei que sou devoto de Santo Agostinho, e sou mesmo: prefiro os que me criticam do que os que me bajulam; os que me criticam me dizem a verdade, e os que me bajulam, segundo Santo Agostinho, querem me corromper.

Então, vamos continuar trabalhando firme aqui para levar informações de qualidade para a população brasileira e tomar as melhores decisões. Às vezes, a gente pode cometer algum equívoco. Se isso acontecer, não há problema; nós vamos consertar e colocar o que é um mandamento da nossa Constituição: a saúde como um direito fundamental. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Nesse sentido, eu estou absolutamente convicto de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos o apoio do Senado Federal, sobretudo da douta Comissão, tão bem liderada pelo Senador Confúcio Moura, de enfrentamento da pandemia da covid-19.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Ministro, eu quero, primeiro, agradecer ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco por entender a sua situação de viagem, o seu cansaço por uma viagem internacional. Ele falou que não poderia, de maneira nenhuma, suspender, porque atenderia o senhor e, depois, o senhor teria o seu descanso dessa viagem longa, cansativa.

Quero ressaltar também, Sr. Ministro, que, neste período de pandemia, a nossa Comissão tem sido guerreira, porque prestamos grandes e valiosas contribuições: além de ofícios solicitando as informações e a presença de vários diretores e secretários do Ministério da Saúde, que nunca se negaram a comparecer, também a nossa Comissão foi geradora de muitos projetos de lei, que, instruídos, foram aprovados pelas duas Casas e sancionados pelo Presidente da República. Muitas leis nasceram do debate aqui nesta Comissão.

Esta eu chamo de a Comissão da vida. Tudo que foi feito aqui foi para beneficiar a saúde do povo brasileiro, com uma contribuição de profissionais da área de saúde e outros, que são técnicos, e há até Senadores que são de outras áreas, mas houve toda uma imensa vontade de acertar. Temos feito esse trabalho.

Segundo, agradeço V. Exa. e toda a sua competente equipe. Ressaltamos – e ratifico aqui – as palavras do Senador Oriovisto: o Ministério melhorou muito na sua gestão. Não é porque o senhor está aqui conosco neste momento. Essa é uma voz geral que pudemos detectar, pelo seu jeito tranquilo de gerir e de fazer.

Assim, Sr. Ministro, agradeço V. Exa. e sua equipe. Eu ficarei aqui mais um pouquinho tratando de assuntos administrativos da Comissão, mas o senhor está liberado. A sua equipe também está liberada. O senhor pode cuidar dos seus afazeres e do seu descanso merecido. Muito agradecido. O senhor realmente prestigiou a nossa Comissão neste dia em que o Senado está fechado, parado, e só o senhor brilhou nesta tarde aqui. Muito obrigado a V. Exa. e a toda sua equipe. Agradecido. Muito obrigado.

Agora vamos continuar aqui. O Ministro e sua equipe estão liberados, e nós vamos continuar aqui tratando de assuntos administrativos.

Vamos colocar em votação, em bloco, os Requerimentos nºs 90 e 91, de 2021, de minha autoria. Eu até quero que também todos contribuam com outros requerimentos para a próxima reunião, audiência, para nós darmos uma sequência aos convites. Não se faz um requerimento e se garante que as pessoas compareçam do jeito que a gente deseja; é preciso considerar os seus espaços de agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 90, DE 2021

Requer realização de audiência pública para debater o estudo realizado pelo Instituto Votorantim e pelo BNDES, que atualizou o Índice de Vulnerabilidade Municipal 2021 - COVID-19 e classificou os Municípios brasileiros em relação ao seu grau de vulnerabilidade à pandemia.

Autoria: Senador Confúcio Moura

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2021

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atualização dos efeitos econômicos da pandemia no País, bem como as perspectivas e necessidades executivas e legislativas exigíveis aos entes federados visando à mitigação dos impactos e a retomada do desenvolvimento, incluindo orçamento público.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Em votação, com o pedido de votação em bloco, os dois requerimentos.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os dois requerimentos que estão aqui.

Votação da ata.

Havendo número regimental, eu coloco em votação as Atas da 38ª, 39ª e 40ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os membros da Comissão que desejarem se manifestar em contrário, façam-no através do *chat* do aplicativo. Os que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas as três atas.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 17 de setembro, sexta-feira da próxima semana, com vistas a debater o estudo do Instituto Votorantim e do BNDES, que atualizou o Índice de Vulnerabilidade Municipal 2021 – Covid-19 e classificou os Municípios brasileiros em relação ao seu grau de vulnerabilidade à pandemia, em atendimento ao Requerimento nº 90, de 2021.

Eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

Uma boa tarde.

(*Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Rose de Freitas, Marcos do Val, Izalci Lucas, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o estudo realizado pelo Instituto Votorantim que atualizou o Índice de Vulnerabilidade Municipal de 2021-COVID19 e classificou os municípios brasileiros em relação ao seu grau de vulnerabilidade à pandemia. **Participantes:** Rafael Luis Pompeia Gioielli, Gerente do Instituto Votorantim; Esper Georges Kallas, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP); e Conrado Leiras Matos, Chefe do Departamento de Educação e Investimentos Sociais do BNDES. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Aprovado requerimento extrapauta nº 92/2021. **2ª Parte - Deliberativa**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia, cujo prazo foi estendido por mais 120 dias pelo Requerimento do Senado 1.626, de 2021.

Hoje, em especial, a nossa Comissão do Senado completa 200 dias de trabalho. No ano passado, a partir do dia 20 de abril, praticamente tivemos uma Comissão Mista, durante um ano todo de pandemia, 2020, um ano em que ninguém sabia nada de pandemia, e nós fomos trabalhando aqui em audiências, ouvindo pessoas, e foi extremamente esclarecedor, proveitoso. Ao final, eu vou apresentar os dados bem resumidinhos dessa atividade do ano 2020/2021.

Quanto ao uso da palavra, eu esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, por meio do uso da função "levantar a mão" no aplicativo.

A ordem da fala será: primeiro o Relator, Senador Wellington Fagundes; em seguida, os titulares inscritos; depois, os suplentes; e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

No intuito de aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0611221.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o estudo realizado pelo Instituto Votorantim que atualizou o Índice de Vulnerabilidade Municipal 2021 – Covid-19 e classificou os Municípios brasileiros em relação ao grau de vulnerabilidade à pandemia.

Antes de elencar os convidados da audiência, faço uma correção ao Requerimento 90/2021, aprovado na última reunião, para que fique registrado que o Índice de Vulnerabilidade Municipal 2021 – Covid-19 foi um trabalho realizado apenas pelo Instituto Votorantim, e não, como saiu escrito, em conjunto com o BNDES. No entanto, entendendo a importância e a amplitude desse debate, consideramos relevante a participação e as contribuições que possam ser feitas pelo BNDES. Portanto, mantivemos o convite e agradecemos a prontidão dessas instituições, assim como a USP, em prestigiarem esta Comissão.

Antes de iniciar a apresentação dos nossos convidados, eu quero registrar aqui, Senador Wellington e demais membros, que o Senador Esperidião, que honrosamente se faz presente aqui em nossa audiência, na Sala 13 de reuniões do Senado Federal, nesse tempo todo, desde o ano passado até hoje, não faltou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma reunião; assim como o Senador Wellington, que é também da Comissão, o nosso Relator; o Styvenson, que veio sempre; e a Zenaide Maia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Desde o ano passado.

Então, são Senadores que, realmente, podem escrever a história da pandemia. Ouviram muita gente, sabem tudo.

Os convidados de hoje são: Dr. Rafael Luis Pompeia Gioielli, Gerente do Instituto Votorantim; Conrado Leiras Matos, Chefe do Departamento de Educação e Investimentos Sociais do BNDES; Dr. Esper Georges Kallás, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Vamos iniciar.

Eu não sei se o Senador Wellington gostaria de falar. S. Exa. levantou a mão. (*Pausa.*)

Está muito bem.

Eu vou passar a palavra para o Senador Wellington, que deseja dela fazer uso para algumas explicações.

Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de dar um bom-dia a todos os nossos companheiros – à Senadora Zenaide, ao nosso Presidente Confúcio Moura, também ao Styvenson Valentim e ao nosso Senador Esperidião Amin – e também aos nossos palestrantes: em nome do instituto da nossa importante empresa Votorantim, o Rafael Luis Pompeia; o Conrado Leiras Matos; e também o Esper. E, na pessoa de vocês todos, eu cumprimento todos que estão nos assistindo também – chegou agora também a nossa Senadora Daniella.

Sr. Presidente, eu já remeti as minhas perguntas a V. Exa. e vou fazer uma pequena fala agora, porque nós estamos tendo hoje no Mato Grosso um evento extremamente importante também, que é o lançamento do avanço da ferrovia de Rondonópolis, a minha cidade natal, onde temos o maior terminal ferroviário, que é a ferrovia Ferronorte, que sai de Santos e chegou até Rondonópolis, e agora, através da primeira autorização estadual do Brasil, uma legislação que eu e o Senador Jayme Campos levamos à Assembleia Legislativa; a Assembleia Legislativa de Mato Grosso aceitou, fez a emenda à Constituição; e o Governador Mauro sancionou, regulamentou e, agora, fez o chamamento público... E hoje nós estamos lançando, então, o avanço da ferrovia de Rondonópolis a Cuiabá e de Rondonópolis até Lucas do Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verde. Isso é muito importante porque nós estamos fazendo aqui um resgate histórico para a nossa querida capital Cuiabá, para que a ferrovia possa chegar aqui, uma luta do nosso Senador Vicente Vuolo.

Então, eu vou fazer aqui rapidamente, Sr. Presidente, as minhas considerações. Deixarei as perguntas, então, pedindo a V. Exa. que as faça.

Os recentes dados oficiais sobre a queda significativa no número de óbitos por covid-19 refletem o avanço da vacina em todo o Território nacional. Agora, no último dia 8, participando de audiência pública desta Comissão Temporária, o Ministro da Saúde, Dr. Marcelo Queiroga, relatou uma redução de 60% das mortes nos últimos dois meses. E outros dados também reforçam o nosso otimismo: na última sexta-feira, 17 de setembro, a nossa capital Cuiabá registrou zero óbito pela primeira vez em um ano e meio e, naquele mesmo dia, foram 2,9 mil Municípios que ficaram 24 horas sem registrar nenhuma morte causada pela pandemia. No Estado de Minas Gerais, mais de 600 Municípios passaram uma semana sem reportar óbito algum.

Em todo o Brasil, 77.790.266 pessoas estão completamente imunizadas, o que corresponde a 36,4% da população total, ou seja, um pouco mais de um para cada três brasileiros.

É claro que, mesmo com todos esses sucessos, o País ainda aguarda ansioso pelas diretrizes nacionais sobre a aplicação da terceira dose. A imunização total e acelerada da população brasileira tem sido a grande força motivadora do trabalho deste Colegiado.

E faço questão, Sr. Presidente, de destacar o precioso apoio do nosso Presidente Confúcio Moura e de todos os colegas à aprovação do projeto de lei de minha autoria, já convertido em Lei, nº 14.187/2021, autorizando as indústrias de saúde animal a fabricarem vacinas e insumos contra a Covid, em conformidade com os mais elevados padrões internacionais de biossegurança e rastreabilidade.

Faço também a constatação de que tanto a Fiocruz como o Butantan, esses dois institutos, já estão com as suas fábricas bastante avançadas, e a Pfizer também anunciou a construção de uma fábrica no Brasil. Aliás, Sr. Presidente, nós pedimos aquele requerimento para que a gente pudesse visitar também as fábricas em construção da Fiocruz e do Butantan.

Do mesmo modo, eu quero aqui destacar o apoio desta Comissão ao diálogo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações no sentido de ampliarmos os investimentos públicos em vacinas nacionais, recompondo o orçamento daquela pasta e debatendo com o Ministro Marcos Pontes e sua equipe as melhores formas de respaldarmos pesquisas em andamento em universidades e institutos de pesquisas pelo Brasil afora.

Eu aqui encerro, Sr. Presidente, reiterando o compromisso de finalizar meu relatório até a segunda quinzena de novembro. E quero transmitir aqui três certezas ao povo brasileiro, que já sofreu tanto com esta pandemia e não permitirá que toda essa dor e todas essas perdas sejam em vão: que seguimos na luta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela imunização integral de nossa gente, que caminhamos em marcha acelerada para produzir vacinas 100% nacionais, e aí é importante o trabalho desta Comissão sob a sua presidência, Presidente Confúcio Moura. Muitas reuniões fizemos, com todos esses institutos e universidades e hoje nós temos, praticamente garantido, que, até o final do ano, o Brasil terá pelo menos quatro vacinas produzidas aqui, terá essa tecnologia para que a gente possa produzir essas vacinas 100% nacionais.

Há 15 dias, estive no Ministério da Ciência e Tecnologia lançando lá a Rede Vírus com o Ministro Marcos Pontes, e, também, um centro da Universidade Federal de Minas Gerais onde temos uma vacina já na fase final.

Ainda constato, ao final, que este Senado da República continuará, através da nossa Comissão, dialogando de forma efetiva com os órgãos e as autoridades, entidades que trabalham sem descanso para o cumprimento dessa missão, grande missão.

Por tudo isso eu quero aqui agradecer imensamente e desejar – tenho certeza de que assim será – que esta seja mais uma reunião extremamente produtiva. E mais uma vez cumprimento aqui o Rafael Luis Pompeia, o Conrado Leiras Matos, representando o BNDES, e também Esper Georges Kallás, representando aqui a nossa querida e muito importante USP, que também tem tradição em pesquisas no Brasil. Um grande abraço a todos vocês!

Se puder, eu voltarei, mas já deixo aqui as minhas perguntas para que o nosso Presidente Confúcio possa fazê-las.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente, Senador Wellington. Faremos, sim, as perguntas.

Então, antes de passar a palavra, Dr. Rafael, a V. Sa, o Senador Esperidião Amin está aqui ao meu lado e gostaria de fazer uma breve comunicação e, posteriormente, um requerimento à Comissão.

Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero agradecer pela oportunidade e dizer que creio que nós estamos vivendo uma situação desagradavelmente excepcional.

Todos os esforços, sempre sob a sua presidência, tanto na Comissão Mista do ano passado quanto na Comissão reeditada pelo Senado neste ano, nós tivemos que intervir em alguns momentos em que houve, digamos, falta de sintonia. Lembro que, no ano passado, nós chegamos a fazer uma espécie de acareação entre Instituto Butantan, Ministério da Saúde e Fiocruz diante de notícias e controvérsias que se suscitavam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, tivemos aqui a presença do ministro, que nos deu boas novas sobre a atualização do plano nacional de imunização, que foi apresentado perante esta Comissão, pioneiramente, no dia 18 de dezembro do ano passado. E agora nós estamos sendo surpreendidos, desde a quinta-feira da semana passada, com um fato muito desagradável e novo, que é uma insurreição – vamos usar aqui essa expressão –, uma sublevação contra a orientação que o Ministério da Saúde adotou, especialmente na quinta-feira da semana passada, trazendo um clima de falta de harmonia e de sintonia entre esferas dos entes federados, União, Estados e Municípios. Acresce a isso que o Ministério da Saúde não tem nenhum paciente, como o Ministério da Educação também não tem aluno. Quem vacina são as prefeituras, as 38 mil ou 39 mil salas de vacinação e a quase totalidade dos servidores são municipais ou, eventualmente, locais.

Diante dessa controvérsia, eu queria primeiro trocar uma ideia com V. Exa. e até lançar aqui o meu alerta aos membros da Comissão, mas a minha intenção, a minha proposta é nós repetirmos o que fizemos no ano passado, ainda como Comissão bicameral, e convidar – esse seria o escopo do requerimento, para não fazer uma grande confusão – três pessoas: O Ministro da Saúde ou alguém que o represente; o representante dos Secretários de Estado da Saúde, um só; e um representante dos 5.570 Secretários da Saúde dos Municípios. Não teria finalidade nós fazemos aqui uma algaravia.

Para quê? Para termos um denominador comum que contemplasse as preocupações locais, mas que não fraturasse definitivamente alguma coisa que o Brasil construiu há 48 anos. Se há alguma coisa longeva, que é bem mais antiga do que o próprio SUS, que é o grande patrimônio que nós temos de preservar, é a capacidade de editarmos um plano nacional de imunização e, com isso, fazermos a sinergia dessas 38 mil dependências em que ele pode ser exercitado.

Então, fica aqui uma espécie de requerimento para proclama, como um nosso proclama. Se alguém tiver alguma coisa para aperfeiçoar ou contestar o objeto do requerimento, eu nem apresento, já apresentamos a forma final, mas é um convite para que um representante do Ministério da Saúde, se possível o próprio Ministro, dos secretários de Estado da saúde e dos secretários municipais, ou seja, a tripartite...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que é o suporte do SUS, para que participe aqui de uma reunião, que eu nem digo que é de conciliação, mas de compreensão de o que é melhor para o País.

Esse é o propósito, repito, acho que a Comissão confirmaria a sua grande utilidade para o País, como tem sido, se pudesse concertar essa reunião aqui sob a sua Presidência, sempre serena, sempre construtiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Senador Esperidião está falando, gente, é da questão da suspensão da vacinação de adolescentes. O Ministério suspendeu, causou um alvoroço danado na imprensa, na cabeça dos pais e ele está querendo ouvir os secretários e um representante do Ministério.

Eu acho muito justo, o senhor pode formatar o requerimento, se der um espaço e quórum, nós aprovaremos ainda hoje.

Muito bem, então, vamos adiante.

Não é trivial, Dr. Rafael, Conrado e Esper, haver essas introduções em nossa Comissão, não. Hoje foi um caso especialíssimo.

Eu passo a palavra ao Dr. Rafael Luis Pompeia, que é Gerente do Instituto Votorantim, para que possa explanar durante o período de 15 minutos a experiência do instituto, os dados colhidos e as informações que servirão de base ainda neste momento para os Municípios brasileiros.

Com a palavra, Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL LUIS POMPEIA GIOIELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Confúcio.

Queria saudar todos os Senadores aqui presentes, saudar também o Conrado e o Dr. Esper pela oportunidade aqui de a gente fazer essa conversa e agradeço imensamente à Comissão por nos ter convidado a compartilhar um pouco desse trabalho que temos desenvolvido aqui no Instituto Votorantim e cuja a intenção é apoiar a tomada de decisão de gestores públicos e privados no enfrentamento da pandemia.

Senador, eu vou pedir licença para subir uma apresentação, pois acho que fica mais fácil para eu poder falar um pouquinho sobre o índice.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

Está liberado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Isso, perfeito.

O SR. RAFAEL LUIS POMPEIA GIOIELLI – Vocês já estão vendo a minha tela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sim, pode continuar, está ótimo.

O SR. RAFAEL LUIS POMPEIA GIOIELLI – O.k.

Eu vou apresentar aqui, de maneira breve, o Índice de Vulnerabilidade Municipal, que é um índice que foi criado no ano passado, dentro de um contexto bastante específico. Logo em março de 2020, a Votorantim e suas empresas investidas decidiram criar um fundo para apoiar o enfrentamento da covid e, naquele momento, definiu-se como foco apoiar os Municípios mais vulneráveis do País, ou em condição de vulnerabilidade.

E logo nos veio a pergunta: mas, afinal, quais são os Municípios mais vulneráveis à pandemia? Para responder essa pergunta, nós iniciamos um estudo que acabou resultando na criação do Índice de Vulnerabilidade Municipal (IVM), que acabou se mostrando uma ferramenta de muita qualidade, bastante potente, e a partir daí, tornarmos público esse estudo que inicialmente era um estudo interno para subsidiar a tomada de decisão dentro do Instituto Votorantim, da Votorantim e suas investidas.

Bom, no ano passado tivemos aqui uma atuação bastante forte, todo o conglomerado da Votorantim e suas investidas, no enfrentamento da pandemia, no apoio ao enfrentamento da pandemia. Foram mais de R$150 milhões investidos, quase 300 Municípios impactados, 150 Municípios – aí inclusive em parceria com o BNDES – que receberam apoio do Programa de Apoio à Gestão Pública focado na covid. Enfim, foi uma atuação bastante ampla que não vou detalhar, porque não é o nosso objetivo. Vou falar especificamente do índice, que foi criado para suportar toda essa estratégia de atuação.

Bom, o que é o IVM e como ele calculado, Senador? Acho que essa é uma pergunta que todos devem estar se fazendo. O IVM é um índice sintético, ou seja, ele tenta resumir a condição de vulnerabilidade dos Municípios brasileiros em um número. Ele é calculado a partir de indicadores oficiais, ou seja, todos os dados que são utilizados para a criação do IVM são dados que estão disponíveis em bases do Ministério da Saúde, do IBGE, entre outras.

Para criar o IVM, o que nós fizemos? Nós fizemos uma grande pesquisa, ainda lá no começo do ano passado, entre março e abril, para entender quais aspectos seriam mais determinantes na vulnerabilidade dos Municípios em relação à pandemia. Entendemos naquele momento que cinco dimensões eram bastante cruciais.

Primeiro, a perspectiva populacional, e vou dar um exemplo aqui que é muito claro para todos. A população idosa é aquela população mais afetada, ou mais prejudicada, quando há contaminação pelo novo coronavírus, e é a população que acaba tendo complicações e registrando mais óbitos. Então, entender a proporção da população idosa na população de um Município indica, de certa forma, um grau de vulnerabilidade daquele Município em relação à pandemia. Ter mais idosos significa que aquele Município está mais vulnerável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, todos sabem, e agora mais ainda, que o aspecto da densidade demográfica, ou seja, o maior número de pessoas residindo numa mesma região, também torna a propagação do vírus maior. Então, um Município com uma maior densidade demográfica, ou seja, com mais pessoas residindo no mesmo território, também vê agravada a sua vulnerabilidade em relação à pandemia.

A economia também é um aspecto relevante, na medida em que algumas medidas são tomadas para o afastamento e para a restrição do contato e da circulação, certamente a economia acaba sendo afetada. Então, uma economia mais fraca, menos pujante também acaba sendo um sinal de vulnerabilidade para determinados Municípios.

A estrutura do sistema de saúde, ou seja, a disponibilidade de leitos hospitalares, leitos de UTI e ventiladores e respiradores, na microrregião de um determinado Município, também indicam mais ou menos vulnerabilidade. Nós vimos no ano passado, o tempo todo, o desafio de conseguir muitas vezes um leito de UTI (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu creio que o Dr. Rafael perdeu a conexão de internet.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ou seja, o índice de vulnerabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A vulnerabilidade da sua conexão.

O SR. RAFAEL LUIS POMPEIA GIOIELLI – ... internações e para exames a outro Município.

A própria capacidade fiscal dos Municípios, na medida em que confere menor autonomia financeira, também acaba sendo um aspecto que agrava ou reduz a vulnerabilidade.

Então, a partir desse conjunto de pilares e de indicadores que foram sendo selecionados, nós definimos pesos para esses indicadores e, a partir da composição e do cálculo desses indicadores, ponderados por esses pesos, nós chegamos a um indicador sintético que varia de zero a cem. Quanto mais alto o número, maior a vulnerabilidade, ou seja, quanto mais próximo de cem, mais vulnerável é o Município. E esse cálculo é feito dentro de um *cluster* populacional, ou seja, um Município de 5 mil habitantes não tem o seu IVM comparado a um Município de 500 mil habitantes. A gente faz esse cálculo dentro do *cluster* populacional.

E em 2020 nós criamos o índice utilizando 18 subindicadores, com os pesos que vocês podem ver na coluna onde estão indicados os pesos de 2020. E em 2021 nós atualizamos os indicadores, a partir de um estudo que eu vou apresentar adiante, e aperfeiçoamos a medida do IVM, o.k.?

Então, aqui vocês podem ver o peso em 2020 e o peso em 2021 desses mesmos indicadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que que nós atualizamos? E esse aqui é um estudo complementar que foi feito ao IVM, que eu acho que é muito relevante compartilhar aqui. Para que a gente pudesse aumentar a precisão do índice em 2021, nós estimamos, individualmente, cada um daqueles componentes do IVM, cada um daqueles indicadores como determinantes das mortes de covid-19, ou seja, nós testamos a correlação, por exemplo, da proporção da população idosa na sua capacidade de explicar o que veio a ocorrer em número de óbitos em cada Município. Nós avaliamos a proporção da população inscrita no Cadastro Único na sua capacidade de explicar os óbitos que ocorreram entre março e maio do ano passado. E dessa forma nós pudemos refinar o IVM em 2021.

E aqui eu peço licença, Senador, para compartilhar alguns desses achados, porque aqui eu acho que está a chave para apoiar, talvez de forma mais específica, os Municípios e a compreensão desse fenômeno.

Então, nós descobrimos, fazendo essa análise econométrica e avaliando esses indicadores, que, por exemplo, um ponto percentual a mais na proporção de idosos no Município elevou em 4,35 o número de óbitos por covid a cada 100 mil habitantes. Da mesma forma, um ponto percentual a mais na proporção da população idosa elevou em 0,31 o indicador de óbitos, ou seja, o número de óbitos a cada 100 mil habitantes. Então, dez pontos percentuais a mais elevam em 3,12 o indicador de óbitos. Naquele histórico de internações por doenças sensíveis à covid-19, a cada internação a mais registrada, a gente vê aí uma elevação em 0,06 no indicador de óbitos a cada 100 mil habitantes. Observando isso, nós fomos percebendo, primeiro, que os indicadores populacionais que nós havíamos escolhidos eram bastante robustos para explicar o que aconteceu, ou seja, o indicador de vulnerabilidade a partir da visão populacional é bastante robusto. Só para termos ideia aqui: na densidade demográfica, o acréscimo de um habitante por quilômetro quadrado eleva em 0,05 o indicador de óbitos. Obviamente a gente está falando de um habitante por quilômetro, geralmente esse indicador vai variar aos milhares, ou seja, ele tem um impacto muito relevante no número de óbitos.

E, neste estudo, nós encontramos alguma coisa que, de certa forma, foi na contramão da vulnerabilidade apontada, sobretudo quando a gente olhou para o indicador de economia local. Então, nós percebemos que PIB *per capita* tem uma relação positiva e significativa no número de óbitos, ou seja, quanto maior o PIB *per capita*, mais óbitos foram registrados. Isso, de certa forma, vai na contramão do que nós esperávamos, porque o PIB *per capita* maior indica menos vulnerabilidade do ponto de vista econômico, mas resultou em mais mortes. Um ponto percentual a mais na proporção da população ocupada também se mostrou como um indicador que elevou em 1,34 o indicador de óbitos a cada 100 mil habitantes. E o salário médio da região também mostrou um fator de incremento de óbitos, naquele Município, a cada 100 mil habitantes; ou seja, o que nós percebemos é que uma economia mais pujante, uma economia mais potente acabou acarretando em mais óbitos – apesar de ser um Município menos vulnerável, nós tivemos mais óbitos. Isso hoje, de certa forma, parece um pouco óbvio na medida em que, quando a população está ocupada, quando a população está empregando, em Municípios que têm uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia mais pujante, a população, de certa forma, ficou mais exposta às atividades externas, à circulação e se contaminou mais. Contaminando-se mais, obviamente houve mais mortes.

Outro indicador, outros achados importantes aqui, Senadoras e Senadores, têm a ver com a estrutura do sistema de saúde. Nós também achávamos que uma estrutura mais robusta levaria à redução de óbitos. E o que nós encontramos, por incrível que pareça, é que uma estrutura mais robusta acabou incrementando o número de óbitos. Então, um leito hospitalar a mais por 10 mil habitantes elevou em 0,083 o indicador de óbitos; um leito a mais de UTI elevou em 1,23 o indicador de óbitos; e um ventilador a mais, em 0,8 o indicador de óbitos.

E por que isso, Senador? Obviamente, nós não fizemos um estudo detalhado, mas nós levantamos algumas hipóteses. Isso tem muito a ver com as medidas adotadas por Municípios, por Estados, na medida em que definiram suas medidas restritivas à circulação, suas medidas de precaução à transmissão do covid sobretudo pautados pela disponibilidade de leitos. Então, onde havia mais leitos, de certa forma houve uma maior tolerância à circulação de pessoas, abertura do comércio, abertura de escola, entre outros, e isso obviamente acarretou uma maior contaminação. Em outros países, o principal indicador para tomar medidas não foi a disponibilidade de leitos, foi aquele indicador chamado R, que mede justamente a transmissibilidade da pandemia, ou seja, devíamos ter sido mais restritivos à medida que o R estava maior, e, portanto, havendo mais transmissão.

Outra coisa muito interessante do achado – isso aqui, acho que hoje todos nós estamos vendo o excelente trabalho que foi feito por todo o Sistema Único de Saúde – é que, à medida que você teve mais pessoas dependentes do SUS, você teve menos óbitos, ou seja, nesse sentido, o indicador aqui nos indica que talvez o SUS tenha tido uma melhor *performance* do que a própria rede privada em evitar óbitos. Isso é muito interessante.

E a capacidade fiscal dos Municípios, assim como o indicador econômico, à medida que a vulnerabilidade foi menor, nós também tivemos mais óbitos e isso, na nossa visão, está atrelado ao aspecto econômico. Uma economia mais pujante acabou acarretando mais óbitos.

Então, diante disso, Senador, nós revisamos os pesos do IVM entre 2020 e 2021, mas nós ficamos com uma pergunta. Bom, alguma coisa aconteceu nos Municípios que o que o IVM definiu não necessariamente foi o que aconteceu na realidade. E aí nós decidimos criar um índice para avaliar a eficácia. Uma vez que nós conseguimos calcular, a partir de indicadores como esses – populacionais, da infraestrutura de saúde, da organização do sistema saúde e da capacidade fiscal – o que seria esperado na média brasileira em número de óbitos, nós conseguimos estimar para cada Município o que seria esperado para ele. Então, nós criamos um índice chamado Índice de Eficácia no Enfrentamento da Pandemia, que tenta identificar o desempenho de cada Município brasileiro ao longo da pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós fizemos? Nós pegamos as condições dos Municípios antes da pandemia, projetamos o que aconteceu na média com Municípios que tinham aquelas características e chegamos a um número estimado de mortes que seria esperado naquele Município. Então, dado que aquele Município tem uma população daquele tamanho, tem aquele percentual de idosos, tem aquele percentual de população inscrita no Cadastro Único, tem aquele percentual de equipamentos, tem aquele percentual tem aquele PIB *per capita* e tal, nós calculamos o que seria esperado, que é o que no gráfico aqui vocês veem. Essa bolinha azul seria a situação esperada de um Município. E nós fizemos a comparação dessa situação esperada com a situação real. Alguns Municípios, como, por exemplo, esse que está simulado aqui na bolinha verde, registraram menos óbitos do que era esperado. Portanto, nós podemos atribuir um indicador de eficácia a esse Município, ou seja, podemos dizer que ele foi eficaz, porque, em que pesem todas as condições que ele tinha, ele teve um resultado de óbitos menor. E tivemos Municípios que, ao contrário, tiveram mais óbitos do que seria esperado, dadas as condições que eles tinham, ou seja, foram ineficazes.

Dessa forma, nós criamos esse indicador, que foi criado aqui, foi calculado para os 5,7 mil Municípios brasileiros. E, dado que todos os indicadores, todas as variáveis que antecederam a pandemia foram controladas nessa estimação, a nossa hipótese é de que o que explica essa *performance* maior ou menor é a eficácia da gestão pública municipal no enfrentamento da pandemia e, obviamente, a adesão da população às restrições colocadas.

Bom, o IVM está disponível, Senador. O acesso é livre e gratuito a partir do *site* que está escrito aqui: institutovotorantim.org.br. No sistema, vocês podem navegar por todos os indicadores dos Municípios brasileiros de forma interativa e é possível identificar os aspectos (*Falha no áudio.*) ... que aumentam ou (*Falha no áudio.*)

E aí eu deixo só um... Ressalto aqui que, como vimos, em 2020, ser mais onerado não significa que o Município terá um desempenho pior na pandemia. Tudo vai depender das medidas que vão ser tomadas pelos governantes e de como isso vai ser enfrentado. Então, nesse sentido, o IVM é uma ferramenta que está aí disponível para ser utilizada por gestores públicos e privados, e nós temos visto que ela tem apoiado a tomada de decisão.

Espero que, assim como nessa discussão que está sendo proposta aqui, a gente possa aprofundar mais e mais esse debate e, assim, auxiliar os gestores, sobretudo dos Municípios brasileiros, nesse enfrentamento.

O *site* está disponível pelo endereço que está aqui. Lá você pode conhecer a estrutura do IVM, acessar as informações dos Municípios. Coloquei aqui as do Município do qual o senhor foi Prefeito, Ariquemes, lá em Rondônia, e coloquei uma imagem do Estado de Rondônia (*Falha no áudio.*) ... dos Municípios. Tudo isso está disponível no *site*. Depois eu posso navegar aqui, se os senhores desejarem ver um pouco mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a atenção e fico à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Rafael Luis Pompeia, do Instituto Votorantim. Muito importante a sua apresentação. Embora os índices estejam caindo, não é um prenúncio de comemoração e motivo para se comemorar totalmente, porque nós estamos ainda sujeitos a essas variantes que vão chegando e vão nos atropelando. O índice de vulnerabilidade é algo estatístico, formulado em bases de dados muito importantes. Ainda é tempo de os Municípios seguirem esses dados, as orientações do Votorantim. Parabéns ao instituto!

Eu passo a palavra para o Dr. Conrado Leiras Matos, Chefe do Departamento de Educação e Investimentos Sociais do BNDES, pelo tempo, Dr. Conrado, de até 15 minutos.

O SR. CONRADO LEIRAS MATOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

O SR. CONRADO LEIRAS MATOS – Bom dia, Senador Confúcio!

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar todos os Senadores e Senadoras da Comissão e demais convidados: Rafael, Esper também e todos que estão nos assistindo.

Como o Senador Confúcio falou, no início da sessão, da audiência, o BNDES não foi o autor desse estudo muito interessante apresentado pelo Rafael, do Instituto Votorantim, mas o BNDES tem uma parceria com o Instituto Votorantim, uma série de ações, especialmente – eu vou falar aqui – ações relacionadas à gestão pública. E, no âmbito dessa parceria, foi realizada uma iniciativa específica para apoiar Municípios, no enfrentamento da pandemia, que tem relação justamente com esse estudo, com o IVM, com o Índice de Vulnerabilidade Municipal.

Então, Senador, vou pedir licença aqui para colocar alguns poucos eslaides, falar sobre essa iniciativa. E acho que vai ser interessante, porque vai ser uma oportunidade de os senhores verem uma ação concreta que tem uma relação, tem uma referência desse estudo que o Rafael colocou, que o Rafael apresentou agora há pouco.

Com licença. (*Pausa.*)

Acredito que já esteja na tela, não é? (*Pausa.*)

Então, eu vou falar aqui, o Rafael chegou, inclusive, a introduzir, falou do Apoio à Gestão Pública em Saúde. Como eu comentei, o banco já tem uma parceria há alguns anos com o Instituto Votorantim que é o programa AGP de apoio à gestão pública. Esse programa tem como objetivo apoiar Municípios, a modernização da gestão pública e a redução de déficit de infraestrutura de Municípios e, historicamente, tem uma atuação em vários segmentos, não só em saúde, mas também em finanças, na questão tributária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em educação, em saneamento. Normalmente, esse segmento, o objeto do projeto em cada Município é definido a partir de uma situação, de uma análise da situação do Município, um diagnóstico. Ele é um programa realizado pelo Instituto Votorantim com o apoio do BNDES.

E o que a gente observou, no início da pandemia, como o Rafael colocou, foi uma oportunidade, uma necessidade, eu diria, de apoiar os Municípios na gestão em saúde. E aqui a gente viu que era uma possibilidade de fazer isso de uma forma bem rápida, trazer um apoio do BNDES também, entre as ações que o BNDES empreendeu de mitigação de efeitos da pandemia. E aí foi justamente desenhada essa iniciativa que é o AGP Saúde, específica relacionada ao enfrentamento da pandemia. O IVM, o Índice de Vulnerabilidade Municipal, aqui foi uma referência para a distinção desses Municípios apoiados, uma das referências. E, como o Rafael também já colocou, sempre serve como um instrumento de suporte aos gestores municipais na tomada de decisão.

Eu costumo dizer que essa iniciativa, então, esse AGP Saúde, o Apoio à Gestão Pública em Saúde, foi realizado em duas fases. Numa primeira fase, já início da pandemia, então, ele foi muito mais voltado à organização, ao fortalecimento da estruturação dos Municípios para o enfrentamento da crise sanitária. Foi lançada em abril de 2020 e basicamente foi focada em três eixos: o eixo de governança, com a estruturação do Comitê de Crise, a estruturação e o funcionamento desse Comitê de Crise, uma frente de comunicação com a população, com ferramentas para a divulgação através de informações; um eixo de assistência, com a articulação do sistema de saúde para ter acesso às melhores práticas de atendimento; um eixo de vigilância, com o monitoramento da epidemia – isso sempre relacionado a medidas de prevenção, de testagem, de cuidados –; e um eixo de gestão de recursos, com apoio à captação dos recursos disponíveis para o enfrentamento da pandemia e também a análise dos impactos fiscais da crise sanitária.

Essa primeira fase foi chamada de Municípios contra o Coronavírus. Vou falar um pouquinho qual foi a abrangência, qual foi o escopo e o número de Municípios apoiados em seguida. A segunda fase, que foi lançada mais recentemente – o apoio a esses Municípios ainda está em andamento provavelmente até o final deste ano –, foi uma fase de continuidade, foram ações de continuidade de enfrentamento à pandemia e também uma frente de atenção integral à saúde.

Aqui o que dá para colocar em destaque, já que foi num último momento da pandemia? Foram ações de gestão da vacinação e de controle do fluxo de dados epidemiológicos. Olhando para a atenção integral à saúde, há também aqui a avaliação da cobertura da atenção primária de cada Município.

Como foi feito esse apoio? Aqui eu peguei mais a segunda fase, mas a ideia sempre foi uma assessoria técnica, uma mentoria para os Municípios, um apoio metodológico de ferramentas, de conteúdo para que os Municípios pudessem se fortalecer no seu atendimento, na atenção primária e no enfrentamento da pandemia. Mas, olhando para essa segunda fase, dá para a gente dividir numa primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fase de pactuação – então, foi uma pactuação com os secretários, com os gestores de como aconteceria o projeto –; depois de um diagnóstico, com a formação do comitê do Município.

Como eu comentei, essa assessoria trouxe o apoio metodológico, o apoio de conteúdos, de ferramentas. Então, o próprio Município participava e fazia uma análise da sua situação, das fragilidades, quais seriam os temas prioritários e os *gaps*, o que precisaria ser fortalecido, por exemplo, para fazer a realização da vacinação de uma forma mais eficiente, mais eficaz. E, desse diagnóstico, saiu – aqui está chamado de itinerário – o itinerário a ser percorrido durante os meses de assessoria técnica da mentoria. Então, foi um mês do diagnóstico, depois de cinco meses de mentoria, com a realização desse plano de ação e também eventualmente com a identificação de outras necessidades que pudessem vir a ser implementadas posteriormente a essa mentoria de uma forma conjunta entre os Municípios.

O Rafael até já colocou o número da primeira fase, que foi iniciada em abril de 2020: foram 151 Municípios; na segunda fase, 74 Municípios; ao todo, 198, porque você tem 27 Municípios apoiados em ambas as fases, em ambas as etapas. Como o mapa à direita indica, esses 198 Municípios são distribuídos em todas as regiões do Brasil. Então, há uma distribuição bem interessante.

O apoio do BNDES e do Instituto Votorantim foi por financiamento de cerca de 4,5 milhões. Aqui, para dar uma ideia de investimentos *versus* abrangência, acho que é interessante também. E o apoio do BNDES esteve relacionado a uma seleção em duas chamadas públicas. Foram feitas duas chamadas públicas, uma para a primeira fase e uma para a segunda fase, abertas aos Municípios de todo o Brasil. E aqui, no recorte, também foram – acho que eu comentei – Municípios de menor porte, Municípios de até 350 mil habitantes. Então, é a ideia do fortalecimento justamente para Municípios de menor porte.

Aqui o exemplo – acho que está até disponível também no *site* do Instituto Votorantim – dos tipos de ferramentas de conteúdo que foram disponibilizados para os Municípios. Então, são esses *toolkits*, essas ferramentas. Como eu falei, são o apoio metodológico, o apoio de ferramentas de conteúdo; aqui, guias para a formação dos comitês de crise e a execução das reuniões, o funcionamento desses comitês; e o acompanhamento, com o painel epidemiológico e o painel da equipe de saúde. Então, para cada uma daquelas frentes, foram disponibilizadas essas ferramentas, esses *toolkits*.

Para encerrar a minha fala, o que dá para destacar? Essa é uma iniciativa importante. Acho que o fortalecimento da gestão pública, com a identificação dos *gaps*, o apoio à tomada de decisão, tudo isso é importante e pode ser efetivo aqui para a minimização dos impactos da pandemia. Para isso, como é importante ter dados e informações de suporte. E acho que aí o IVM, como o Rafael colocou, é um instrumento superimportante, sendo interessantes também as observações, as conclusões que podem ser tiradas a partir dele. E muita coisa fica como legado. Acho que, quando a gente apoia a capacitação, o desenvolvimento das competências, isso fica como legado para os Municípios, não só as ferramentas, os produtos, mas também o conhecimento e as estruturas criadas nas secretarias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu termino minha fala, mas achei interessante trazer para a Comissão, para os Srs. Senadores, um exemplo de iniciativa que saiu como consequência dessa mobilização em torno da mitigação e minimização dos efeitos da pandemia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Conrado, que tem toda a razão. A gente pode observar, a partir dessas duas apresentações, a semelhança também com outros países do mundo, pois há aqueles países que tomaram atitudes bem baseadas em dados, em evidências, e tiveram pouquíssimos casos, reagiram na hora certa, foram muito cautelosos, com seus comitês de crise, suas observações e ações prontas e imediatas. Não precisa nem citar os nomes dos países, mas vocês todos sabem que houve uma diferenciação. Houve muitos países que tiveram baixíssimos índices de doença e morte, e outros estouraram lá na frente. Então, a comparação serve também para as apresentações feitas pelo Dr. Rafael e pelo Dr. Conrado.

Muito agradecido.

Vamos passar para o Dr. Esper Georges Kallás para sua fala neste momento. Ele é Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

Com a palavra o Dr. Esper.

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Senador, demais membros do Senado e desta Comissão, meus colegas Rafael e Conrado, que estão apresentando essas informações aqui de muita valia, bom dia.

Eu gostaria de dizer que é uma honra para mim representar a Universidade de São Paulo, a maior universidade do País, que contribuiu desde o início da pandemia com tentativas de encontrar soluções para enfrentamento de todos esses problemas que a gente tem vivido há um ano e meio. Eu fui convidado pelo Exmo. Professor Vahan Agopyan para estar presente aqui representando a nossa universidade.

Eu peço desculpas, porque eu não sabia exatamente qual era o foco, além da apresentação do Instituto Votorantim do índice, e, então, eu não preparei algo específico, mas eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer alguns rápidos comentários.

Antes, quero ressaltar que a Universidade de São Paulo estabeleceu não só a identificação da transmissão além da região onde estava ocorrendo o surto na China, mas também um núcleo de pesquisadores que mobilizou toda a estrutura do Instituto Central e do complexo do Hospital das Clínicas aqui em São Paulo para receber pacientes com covid-19 durante esta pandemia. O Instituto Central se transformou, especialmente no meio do ano passado, quando nós fomos atingidos pela primeira onda, na instituição que tinha o maior número de leitos para acolher pacientes com covid-19: chegamos a ter 660 pacientes internados, 300 deles em unidade de terapia intensiva. E mobilizamos, fechamos o Instituto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central para receber os pacientes àquela época, até que a gente tivesse uma ideia um pouco melhor do que estávamos enfrentando.

Nós também estabelecemos vários protocolos e iniciativas para tentar encontrar meios de ajudar a empoderar outras UTIs ao redor do Brasil com ensino a distância, discussão de casos a distância, e desencadeamos vários projetos de pesquisa que procuraram buscar formas de tratamento e prevenção da covid-19. Entre eles se destacam vários dos projetos que foram realizados na busca de uma vacina eficaz. Lá para trás, em maio do ano passado, quando ainda pouco se falava em vacinas, o Instituto Butantan trabalhou junto com o nosso centro da Faculdade de Medicina da USP (Universidade de São Paulo) para estabelecer um dos primeiros protocolos Fase III de avaliação, que foi de uma vacina de vírus inativado, que foi aprovada dia 17 de janeiro de 2021 para uso no Brasil, juntamente com a vacina da AstraZeneca. E vários outros projetos de pesquisas também ganharam bibliografia científica, entre eles a identificação da variante Gama, chamada P1, no Amazonas, que foi feita também com um esforço coordenado pela Universidade de São Paulo e juntamente com colaboradores do Brasil inteiro, inclusive pesquisadores do Amazonas e do Pará. A gente vem continuando a trabalhar com isso, sempre nos mais rigorosos padrões de pesquisa clínica. Eu vou salientar isso, porque eu vou voltar a esse assunto logo mais.

Eu queria, primeiro, fazer só um breve comentário sobre os dados apresentados pelo Rafael, porque ele salienta e mostra com muita clareza que há uma variabilidade muito grande da assistência à saúde que os pacientes com covid-19 receberam e do enfrentamento nos diferentes Municípios. Sabe, Rafael, eu queria fazer um comentário para você de que algumas das diferenças que você identificou nas suas análises talvez também reflitam um fato, que não sei se é possível capturar dentro desse índice, que é o referenciamento de pacientes para centros de uma cidade para outra. Eu não sei se há como fazer essa análise não por Município individual, mas por região, porque é muito comum você ter, por exemplo, uma cidade um pouco maior, que tem um PIB *per capita* maior também, que acaba recebendo pacientes das regiões, das cidades pequenas, vizinhas, e isso faz com que se derrube o índice deles, considerando que são cidades com um número pequeno de habitantes. Então, às vezes, dez pacientes a menos ou quinze pacientes a menos interferem no índice, considerando a cidade, o tamanho da cidade.

A segunda coisa é que existe também uma tendência para aquelas cidades que abrem mais leitos de acabarem recebendo mais pacientes. E, se a gente não tem a captura do local de moradia da pessoa, isso desvia o índice para levar a um índice pior naqueles Municípios, que acabam tendo mais leitos de UTI. Então, há esse outro problema.

E também, na medida em que isso vai aumentando o número de pessoas que vivem numa dada região ou numa cidade, aumenta-se a mobilidade naquele local, há maior disseminação. E isto já foi documentado em vários outros países: quanto maior o centro urbano, maior o Rt, ou seja, a capacidade de transmissão do vírus naquela região, e ele tem uma tendência a ter uma transmissibilidade maior. Isso é fruto muito mais da concentração, da mobilidade e da atividade econômica naquele local que acabam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atraindo pessoas das regiões vizinhas e fazem com que ele seja um centro de transmissão, o que a gente tem que levar em consideração.

Agora, outra coisa que eu queria comentar com todos os senhores é que nós tivemos no Brasil uma mortalidade de pacientes críticos muito elevada. O País se configura no ranqueamento mundial como o sétimo país com o maior número de mortes por habitante do mundo inteiro. Então, até agora, cerca de 0,3% da população brasileira morreu de covid – é um número muito elevado. E, quando a gente olha a percentagem de pessoas que foram admitidas na UTI e que morreram, é um número também assustadoramente alto. Cerca de 61% dos pacientes que entraram numa UTI no Brasil morreram da doença. Acho que esse número tem que passar por uma reflexão muito grande, porque, quando a gente olha a variabilidade desse número em diferentes UTIs e regiões do Brasil, aí, sim, a gente encontra uma discrepância gigantesca.

Eu acho que o que a gente está vendo aqui é que a gente está colhendo o que a gente plantou durante vários anos no investimento, gerenciamento e capacidade dos sistemas de saúde, quer seja a saúde suplementar, quer seja o Sistema Único de Saúde. A variabilidade de número de leitos por habitante é muito grande, a variabilidade da capacidade de plasticidade desses locais para absorver um número maior de pacientes durante o enfrentamento de uma pandemia é muito grande.

E esse problema vai continuar se repetindo no futuro. Nós estamos diante de uma pandemia que foi terrível, que está sendo terrível. Ela acometeu uma quantidade muito grande de pessoas e centros, o que a gente não esperava que acontecesse, mas eu quero lembrar a todos que nós estamos vivendo diferentes pandemias nos últimos anos que vêm se repetindo, e isso já era prenúncio de que alguma coisa iria acontecer. Essa atual é somente um prenúncio de alguma outra que vai acontecer no futuro. A Organização Mundial da Saúde vem esperando que a gente enfrente uma pandemia de influenza que possa ter uma capacidade de, infelizmente, causar um número de mortes proporcional muito maior do que foi a covid-19, tanto é que, quando os primeiros casos foram identificados na China, até que se tivesse o isolamento do novo coronavírus, suspeitou-se que era uma influenza, uma influenza aviária. Pois bem, só para lembrar a todos que influenza aviária – algumas delas causaram surtos ainda localizados em diferentes regiões – pode chegar a matar 50% das pessoas infectadas. Nós estamos diante de uma doença que leva para uma UTI 0,5% das pessoas infectadas. Então, a gente não está preparado, na situação atual, para enfrentamento de epidemias de grande porte.

A covid-19 nos deu a demonstração de que, inclusive, aqui no Brasil, as nossas unidades de terapia intensiva espalhadas pelo País inteiro não estavam preparadas para isso. O número de leitos não era disponível, mas alguém pode argumentar que o número de leitos... Você não pode prever o que vai vir em uma pandemia, mas a capacidade que a gente teve de adaptar esse número de leitos, de absorver os pacientes, embora tenha sido um esforço hercúleo de vários de nossos profissionais de saúde, dos nossos gestores em saúde e do investimento dos diferentes níveis de gestão municipal, federal e estadual... Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrou que o resultado foi de uma variabilidade muito grande na mortalidade. Então, nós temos aqui, por exemplo, algumas UTIs no Brasil onde o número de pessoas que morreram admitidas ultrapassou 80%; em algumas, chegou a 90%; enquanto, em outras que tiveram um investimento em infraestrutura e capacitação de pessoal, equipamentos, etc., ficou em torno de 15%. Quando a gente olha isso ao redor do Brasil, a gente percebe que um número muito grande de pessoas poderia ser salvo se a gente tivesse tido um investimento mais a longo prazo nesse setor.

A outra coisa também que eu quero ressaltar para os senhores é que nós também estamos colhendo o que nós investimos na ciência brasileira ao longo dessas décadas. Eu acho que não há dúvida nenhuma de que há pesquisadores extremamente originais com grande pujança, com grande capacidade, mas nós estamos testemunhando, nos últimos anos, uma redução no investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil que está levando a uma diminuição da nossa massa crítica. Quando você olha o número de vacinas que foram desenvolvidas e catalogadas pela Organização Mundial da Saúde, desde a sua fase experimental, esse número chegou a aproximadamente quinhentas, mas, no Brasil, nós temos aproximadamente cinco que são vacinas brasileiras – cinco –, ou seja, o número aqui da nossa massa crítica vem sendo reduzido pelas dificuldades de acesso. Então, era evidente que a gente conseguir contribuir de uma forma como contribuíram alguns outros países na identificação, no desenvolvimento e na inovação de vacinas a tempo ficou atrás do que vários outros países, tanto é que as vacinas que nós utilizamos hoje no País, as quatro vacinas, foram concebidas fora, não sem a participação brasileira, pois todos esses estudos tiveram a participação brasileira da pesquisa clínica. Todos esses estudos tiveram centros brasileiros que colaboraram com o desenvolvimento desses produtos. O estudo inicial da CoronaVac foi feito exclusivamente no Brasil, a da Pfizer tem dois centros brasileiros, a da Janssen teve vários centros brasileiros, e a da AstraZeneca teve vários centros brasileiros, ou seja, nós temos a infraestrutura, nós temos a capacidade, nós temos a originalidade capaz de desenvolver vários desses projetos. Aqui, outra vez, nós estamos vendo agora algumas dessas vacinas que estão sendo desenvolvidas nessa fase experimental, iniciando fase clínica, que talvez teriam que ter vindo mais cedo. E somente com investimento em ciência, tecnologia e inovação aqui em nosso País é que nós vamos corrigir essa defasagem cujo fruto vem tardio. Ele não é imediato, ele demora um tempo até a gente melhorar o nosso parque, diminuir as dificuldades de desenvolvimento e facilitar marcos regulatórios que permitam que o investimento na biotecnologia brasileira seja mais pujante.

E, finalmente, gostaria de concluir, Senador, dizendo que nós temos ainda um longo caminho adiante e que entender o que aconteceu no Brasil vai ser extremamente importante.

Esse trabalho apresentado pelo Instituto Votorantim ajuda a gente a entender o nosso País cada vez mais. Isso é ciência, isso é um investimento em ciência, a gente olhar e aprender com o que vivemos aqui, porque não dá para trazermos o que aconteceu em vários outros países e só dizer que a mesma coisa vai acontecer no País, no Brasil. Nós temos várias peculiaridades, nós temos variações regionais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversos sentidos, ambientais, estruturais, étnicas, inclusive de mobilidade. Quer dizer, tudo isso tem que ser analisado, num país continental como o nosso, de uma forma muito específica para cada local.

E nós temos muito a fazer ainda, porque nós temos que pegar todo o conhecimento acumulado até agora e tentar aplicar, porque temos ainda que enfrentar as novas variantes. Eu quero lembrar a todo mundo que as vacinas que nós temos, todas elas, foram feitas baseadas na variante de Wuhan, que é a variante inicial na China. Nós não temos essa variante circulando mais, ela não é mais transmitida pelo mundo. No entanto, a gente só tem, por enquanto, em prática, o uso das vacinas contra essas variantes.

Nós ainda temos problemas na realização de testes pelo País. Embora eles tenham reduzido enormemente de preço e tido facilitada enormemente a sua aplicação, nós ainda temos o problema da disponibilidade de acesso a esses testes e processamento desses resultados.

E, finalmente, nós ainda temos problemas com o tratamento da doença. Eu só quero ressaltar que perdemos tempo demais discutindo tratamentos e acabou-se politizando essa discussão, contaminou-se demais a capacidade que a gente tinha de focar na descoberta de novas estratégias, implementar medidas que são reconhecidamente úteis para o tratamento de pessoas com covid-19. Essa história de tratamento precoce, inclusive baseado em estudos: alguns deles infelizmente estão ganhando a imprensa nessas últimas semanas, mostrando que não respeitaram as normas éticas propostas e defendidas tanto nacionalmente pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, como também de boas práticas de pesquisas clínicas aceitas no mundo inteiro.

Tudo isso acabou atrasando demais a gente buscar novas tecnologias. Uma delas é o uso de anticorpos monoclonais, que já provou reduzir a progressão, na fase precoce da doença, para doença grave em 85%, mas ainda é inacessível para os brasileiros. Quer dizer, a gente ainda continua discutindo sobre ivermectina, cloroquina, sobre essas outras coisas, e nós temos já tratamentos empregados em outros países que não são acessíveis aqui que têm uma eficácia, eu repito, de 85% na redução de progressão para a forma grave.

Então, eu acho que é uma oportunidade muito boa para a gente rever esses conceitos. Eu tenho certeza de que a sabedoria de todos aqui e a capacidade de interferir na discussão nacional podem nos permitir achar essas soluções de uma maneira cada vez melhor.

Muito obrigado.

Devolvo a palavra para o Exmo. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Esper Georges Kallás, por sua apresentação como médico e cientista. Foram muito oportunas as suas considerações.

Bem, agora vamos passar aos Senadores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou vendo ali o Styvenson Valentim. Consulto o Senador Esperidião se ele gostaria de fazer perguntas, assim como Zenaide e os demais presentes remotamente – eles devem dar uma sinalização aqui para a nossa Secretaria. Por enquanto, só temos o Senador Styvenson inscrito e o Relator, que me encaminhou as perguntas.

Então, as duas perguntas do Senador Wellington Fagundes, eu vou direcioná-las ao Dr. Rafael, porque estão, realmente, são bem condizentes com a apresentação que ele fez.

Então o senhor anote aí, Dr. Rafael, as duas perguntas do Senador Wellington Fagundes. Eu vou lê-las para o senhor bem pausadamente.

A primeira:

> Visando entender melhor o que faz cada ente para estar mais bem preparado para enfrentar esta e futuras pandemias [ele põe dois pontos, aí vem a pergunta]: as cores apresentadas pelo senhor no estudo indicam menor vulnerabilidade municipal?

Essa é a pergunta dele. Continuando: "Desta maneira, apenas o Estado de Santa Catarina apresenta situação semelhante à do Mato Grosso..."

Então, o senhor vai ver se isso é verdadeiro. A pergunta dele, eu a estou lendo tal qual ele a fez. Repito: "Desta maneira, apenas o Estado de Santa Catarina apresenta situação semelhante ao Mato Grosso, representado por um agrupamento desproporcional de Municípios, pintados em verde, claro ou escuro?" – ele interroga. "O senhor pode esclarecer essa distinção de cores e se a minha impressão está correta?"

A segunda pergunta dele é no mesmo sentido, Dr. Rafael:

> Se está correta, quais dos seguintes fatores tiveram maior peso para que tantos Municípios mato-grossenses estivessem em situação relativamente melhor em termos de vulnerabilidade com relação aos demais Municípios brasileiros? São as características demográficas da população, o sistema de saúde, a economia, a capacidade fiscal ou o índice que vocês chamaram de Eficácia no Enfrentamento da Pandemia da Covid-19?

Essas são as perguntas dele. Foram um pouco longas, mas são mais ou menos sobre o que o senhor apresentou.

Então, ficam aí as perguntas feitas, e eu vou passar a palavra para o Senador Styvenson, que vai também fazer algumas perguntas aos senhores. Aí ele vai indicar qual palestrante ele deseja que responda a sua pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O senhor me ouve bem? (*Pausa.*)

O senhor me ouve bem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Estou ouvindo bem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado.

Um bom-dia a todos os Senadores e Senadoras.

Reitero aqui os nossos cumprimentos a todos os participantes por trazerem um trabalho desse, importantíssimo, que é esse de vulnerabilidade municipal, uma garimpagem dessas análises para trazer, justamente, essa relação que existe entre os fatores para cada um.

Eu vou pegar carona na pergunta do Senador Wellington, do nosso Relator, porque, ao contrário do Estado dele, do Mato Grosso, que está bem verdinho, e parece que verde é positivo, diferentemente do nosso, o Rio Grande do Norte não se mostra tão verde por esse navegador do Sr. Rafael. E a pergunta vai ser pra ele, já que ele trouxe um trabalho que apresentou, vamos dizer, alguns sustos nos índices apresentados. Esperava-se algo dentro do trabalho realizado, mas foi demonstrado de forma diferente.

Levando em consideração, Sr. Rafael, que o Rio Grande do Norte tem população estimada de 3.560.000 habitantes para 2021, com a densidade de 59... (*Falha no áudio.*)

...comparada com Mato Grosso, já que o Senador Confúcio comparou com Santa Catarina, que tem uma população semelhante, uma densidade bem menor, um IDH acima do nosso e também apresenta um Ideb bem maior.

Então, essas contradições que o senhor mostrou aqui... E o senhor também mostrou perplexidade ao dizer que o Estado que tivesse uma robustez de hospitais, econômica... Parece que não foi acompanhada da quantidade de mortes, não é? Então, é a primeira pergunta, já que eu trouxe aí o navegador e trouxe essa comparação... Eu creio que o verde seja situação melhor para cada Município.

Quando se fala de vulnerabilidade, Sr. Rafael, à pandemia, estamos falando de todas as suas possíveis consequências, como morte, doenças, pobreza, problemas sociais, econômicos e educacionais, ou apenas dos óbitos pelo covid?

Entenda bem: na segunda pergunta, já levando em consideração isso, dentro do estudo que o senhor fez e eu pude analisar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em se tratando de óbitos, considerando o indicador de óbitos por mil habitantes, percebo que não há um paralelismo perfeito com o IVM, com o índice, pelo menos não no meu Estado. Um exemplo: Jardim do Seridó, um Município com cerca de 12 mil habitantes, é o que tem, pelo demonstrativo aí do IVM, o pior, o pior índice do Rio Grande do Norte. Já Alto do Rodrigues, um outro Município aqui do meu Estado, que tem as mesmas semelhanças habitacionais, possui, dentro do índice que o senhor elaborou, um dos melhores. Entretanto, morreram quase duas vezes mais pessoas de covid em Alto do Rodrigues do que em Jardim do Seridó. Essa discrepância pode ser observada comparando com os outros Municípios, não só no meu Estado, mas em outros Estados brasileiros. Como explicar essa discrepância dentro de um Estado, entre Municípios tão semelhantes em população, em demografia, em IDH, do ponto de vista epidemiológico real da vulnerabilidade de cidades ou mortes por covid?

Por último, Senador Confúcio: o que a gente aprenderia com todo esse estudo para combates futuros a pandemias no nosso País? Em outras palavras, dentre todos os índices – se não me falha memória, foram 18 que foram levantados aqui pelo Sr. Rafael –, se pudéssemos considerar apenas um dos indicadores desse índice, qual seria o mais importante para ser avaliado?

Obrigado, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos aproveitar e já fazer em bloco, porque aí a gente já libera mais cedo nossos convidados.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin para os seus questionamentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de reiterar que já apresentei o requerimento e cabe a V. Exa. dar curso a ele. Tomara que, quando houver a reunião, o assunto já esteja superado, aí será o êxito máximo que o requerimento pode alcançar.

Quanto ao assunto que nos reúne hoje, eu quero me congratular especialmente com aqueles que desenvolveram essa metodologia, digamos, para criar o índice de vulnerabilidade.

Eu sou quase que obcecado pela questão de indicadores, tanto que as minhas pós-graduações foram todas feitas sobre indicadores de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social e indicadores de sustentabilidade, abrangendo, inclusive, uma digressão sobre o fato de Florianópolis ter sido a primeira capital do Brasil a ter o índice de mortalidade infantil expresso em um dígito só, ou seja, numa atividade tipicamente preventiva. A primeira capital brasileira que teve a taxa de mortalidade infantil abaixo de dez por mil nascidos vivos no primeiro ano de vida foi Florianópolis. Quer dizer, há um arcabouço, há uma expertise a respeito de prevenção. Por isso, eu acho que há uma relação entre essa competência e o fato relatado aqui pelo Dr. Rafael.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que eu gostaria de acrescentar ao que o nosso querido Vice-Presidente Styvenson discorreu é, primeiro: o que é o Índice Vulnerabilidade nos seus componentes? São os casos? É a letalidade? São as sequelas?

E eu acrescento algo que foi uma preocupação, talvez pioneiramente levantada por esta Comissão, que foi a abordagem dos casos de orfandade pós-mortes ocorridas. Ou seja, quantos são os órfãos? Acho que foi a Senadora Zenaide, inclusive, que trouxe essa contribuição de alta sensibilidade social. Dependendo da situação real da família, a perda do avô, ou a perda dos avós, que foi predominante em relação a outros estágios de idade – depois, isso foi se modificando –, talvez tenha precipitado essa necessidade de se observar a orfandade decorrente. É uma dor a mais e posterior.

Eu complemento a pergunta do Senador Styvenson, que acho que abrangeu o escopo do que eu desejaria oferecer, da seguinte forma: na análise dessas intercorrências da vida social e econômica do Município, dá para perceber quais são as atividades econômicas que favorecem o aumento ou a redução da vulnerabilidade? Ou seja, parece que, quando é possível que a atividade econômica dominante num bairro ou numa cidade, ou até numa região, seja suscetível ao trabalho remoto, tudo indica que deve ser reduzida a vulnerabilidade.

Então, quais são as atividades econômicas? O quanto a atividade econômica, o favorecimento do intercâmbio entre cidades, ou seja, a circulação de pessoas e, finalmente, a disciplina que se consegue obter numa determinada cidade, ou uma determinada região, o quanto esses três fatores, natureza da atividade econômica, circulação e disciplina, afetam a vulnerabilidade?

E na questão específica da atividade econômica o que prepondera como vulnerabilidade? É a indústria? Na indústria é mais complicado haver trabalho remoto. São os serviços? Aí eu acho que depende do tipo de serviço. E, finalmente, a maior ou menor capacidade de respeito às regras de afastamento, que foram adotadas de maneira diferenciada ao longo do tempo.

E, finalmente, um dado, que eu espero que seja apenas remissivo. Aquela frase "fique em casa", Senador Confúcio, como foi compreendida no começo. Com o "fique em casa", a maior parte das pessoas ficou aguardando o agravamento para depois procurar o socorro e, não raro, o socorro já era praticamente menos eficaz; ou seja, nesse conjunto de interpretações equivocadas, ou de determinações adotadas, nós estamos aprendendo ainda o que aconteceu.

E, de forma geral, pensando já no futuro, como perguntou também o Styvenson, é uma doença respiratória. Sabe-se que a transmissão segue aquela liturgia infeliz da transmissão de doença respiratória. Portanto, que tipo de circulação pode agravar ou reduzir a vulnerabilidade? Mas eu acho que o estudo é importante, principalmente se puder nos ajudar a conhecer um pouco mais da pandemia e a nos prevenir das outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo para dizer o seguinte. Se compararmos a espanhola com esta... Por que Florianópolis teve, de 1918 até 1920, um grande número de afetados? Porque era porto. E foi identificado um navio de onde desembarcaram os primeiros infectados, que ajudaram a espalhar a doença a partir de hotéis. Isso foi sendo descoberto quase que experimentalmente; mas era um porto. Se era um porto, recebia gente do mundo inteiro. E teve um navio, especificamente, que foi identificado como a matriz da primeira leva. E mais de 30% da população foi afetada e com alto grau de letalidade. Isso exatamente cem anos antes desta pandemia.

Eram esses os comentários, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Essas perguntas têm a preferência da resposta?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu centralizo na pessoa do Sr. Rafael, que é o idealizador do indicador. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... acho que o sentido é para o trabalho sobre o indicador de vulnerabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, vamos fazer o seguinte... O Rafael vai estar bem sobrecarregado de perguntas, como os dois trabalhos são muito semelhantes, eu vou pedir ao Dr. Conrado para responder o Senador Styvenson. Não sei se ele anotou as perguntas do Senador Styvenson Valentim. A do Senador Esperidião é focada no Rafael.

Eu vou fazer aqui uma pergunta bem simples para o Dr. Esper, para que ele possa passar sua experiência. Eu pergunto ao senhor, Dr. Esper, se o senhor poderia dar três conselhos aos gestores municipais, aos prefeitos e secretários municipais de saúde do Brasil, focados nas diferenças. Vamos supor, a maioria dos Municípios brasileiros são pequenos Municípios. Municípios acima de 300 mil ou de 100 mil habitantes há uns 300 somente. Então, o senhor vai falar para mais de 5.400 Municípios. Quais são os três conselhos que o senhor daria, com a sua experiência, para os gestores municipais nessa fase em que nós nos encontramos agora?

Eu faço também uma pergunta para o Dr. Conrado. Os melhores resultados que os senhores observaram na pesquisa do índice de vulnerabilidade municipal, quais foram os melhores resultados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles com os quais ficaram satisfeitos e observaram que foi seguido todo o *checklist* de recomendações e que deram um resultado proveitoso para baixo daquela média. Há o verdinho e há uma média esperada, estatisticamente esperada. Mas houve uma pancada de Municípios em que deu menos. Esses Municípios que saíram muito exitosos poderiam servir de espelho para os demais Municípios. Eu queria que o senhor comentasse isso para mim, Dr. Conrado Leiras Matos.

Então, vamos às respostas. Eu vou passar a primeira resposta, na ordem da inscrição dos palestrantes, ao Dr. Rafael Luis.

No seu tempo, Dr. Rafael, o senhor vai ter que dar uma resumida, é entre oito e dez minutos para responder esse mundo de perguntas. Fique bem à vontade.

O SR. RAFAEL LUIS POMPEIA GIOIELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador.

Eu agradeço as perguntas dos Senadores, porque assim fica mais fácil a gente explicar melhor os conceitos.

Eu vou começar, primeiro, fazendo um comentário sobre uma colocação do Dr. Esper sobre o registro de óbitos e o local do óbito. No caso da covid, doutor, os óbitos têm sido registrados no domicílio de residência do paciente, ainda que ele venha a morrer num Município de referência. Se saiu de um pequeno Município para um grande Município onde foi internado e por uma infelicidade veio a óbito, o registro é feito no Município de domicílio, conforme a base do SUS. Obviamente, a gente sabe que pode haver incorreções nesse registro, mas é dessa forma que vem sendo feito. Por isso, nós utilizamos os dados municipais, considerando o Município de residência daquele cidadão ou cidadã que veio a óbito.

Bom, acho que, pegando a pergunta do Senador Wellington...

Eu vou pedir licença aqui para subir a tela novamente, Senador, porque acho que fica mais fácil a gente olhar o mapa. Imagino que já estejam vendo o mapa, certo?

Então, de fato, aqui nós estamos olhando o indicador do IVM, que é um indicador sintético, em todo o mapa do Brasil. Aqui estão os 5,7 mil Municípios brasileiros. De fato, se olharmos aqui, visualmente, Santa Catarina parece que está mais verde – quanto mais verde, mais baixo o IVM e, portanto, quanto mais baixo o IVM, menos vulnerável. E, se olharmos aqui o Mato Grosso, também temos uma condição de um conjunto de Municípios para o tom mais verde, ou seja, indicando um índice de vulnerabilidade mais baixo. Então, tentando esclarecer a questão das cores *versus* vulnerabilidade, quanto mais escuro, mais vulnerável e quanto mais verde, menos vulnerável.

O Senador Wellington perguntou também que fatores podem estar impactando ou tornando o Estado do Mato Grosso menos vulnerável, como se vê aqui. Seria muito difícil fazer uma análise do Estado como um todo, mas uma hipótese que eu tenho – vamos pegar aqui o Município, por exemplo, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nova Ubiratã – é que, provavelmente, o que se passa nos Municípios do Mato Grosso é uma baixa densidade e, provavelmente, uma baixa proporção de idosos na população. Mas nós podemos, daqui a pouquinho, entrar e visitar um desses Municípios para termos mais certeza disso que eu estou falando.

Então, a condição dos Municípios... Vamos pegar um Município do Mato Grosso aqui no mapa: Rosário Oeste... Tem um IVM ruim. Vamos pegar um que tem um IVM mais próximo do verde aqui: Jangada. Se olharmos aqui Jangada, a população é bastante pouco vulnerável. Se abrirmos aqui, vamos ver que tem um número de proporção de população idosa relativamente baixo, uma pequena taxa de urbanização e uma baixíssima densidade demográfica. Então, isso são fatores que vão levando a vulnerabilidade dos Municípios do Mato Grosso para uma condição mais confortável, digamos assim. Então, de certa forma, eu diria que indicadores como densidade demográfica, taxa de urbanização e proporção da população idosa são indicadores que vão aliviando a condição de vulnerabilidade do Mato Grosso. E, como o próprio Professor Esper colocou, densidade demográfica é um fator de risco. Então, grandes centros urbanos, áreas muito adensadas acabam sendo mais sensíveis.

Por outro lado, quando a gente olha esse mesmo Município de Jangada, o que eleva a vulnerabilidade dele é a economia local. A gente tem aqui: apenas 11% da população ocupada, salário médio mensal de dois salários mínimos, uma renda bastante baixa, e estrutura do sistema de saúde. Não há nenhum leito de UTI na microrregião por 100 mil habitantes, ou seja, uma condição, uma infraestrutura bastante prejudicada, mas, considerando os pesos, as condições populacionais aliviam um pouco essa condição de vulnerabilidade.

Eu queria pegar o gancho para responder ao Senador Styvenson. Acho que estou com o mapa do Rio Grande do Norte. A pergunta que o Senador fez é muito interessante, porque isso mostra um dos usos dessa ferramenta e, sobretudo, a importância da criação daquele indicador do índice de eficácia.

Nós estamos vendo o mapa do Rio Grande do Norte pela sua vulnerabilidade. Jardim do Seridó, como o próprio Senador apontou, é o Município mais vulnerável do Estado do Rio Grande do Norte. É o Município que tem o IVM mais alto, portanto é o mais vulnerável. E o Senador pergunta: "Ora, mas se é o mais vulnerável, por que não teve o maior número de mortes?"

Aí eu convido os senhores a navegar no *site*. Nós podemos chegar aqui no índice de eficácia no enfrentamento da pandemia. Notem que Jardim do Seridó tem o pior IVM do Estado, porém, quando pegamos o índice de eficácia no enfrentamento da pandemia...

Vou abaixar aqui. (*Pausa.*)

Acho que eu passei. (*Pausa.*)

Acho que é mais fácil entrarmos direto no Município, onde fica mais fácil localizarmos os dados. Só um minuto, Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jardim do Seridó. Então, é um Município extremamente vulnerável, e, quando olhamos a capacidade de enfrentamento, ele teve um índice de eficácia dentro do que seria esperado, ou seja, teve uma *performance* em torno de 067, 068, como se não tivesse tido nem uma piora, nem uma melhora, em relação ao que seria esperado. Portanto, entregou aquilo que as condições dele indicam.

Outros Municípios podem ter uma condição menos vulnerável – e aí eu volto ao Estado do Rio Grande do Norte –, porém, podem ter tido uma *performance* pior nesse indicador. Isso explica, eventualmente, esse descompasso, aquilo que o Senador Styvenson colocou.

Precisamos ressaltar – e já faço paralelo com a pergunta do Senador Esperidião Amin –, que a vulnerabilidade mede, na verdade, uma precariedade das condições de enfrentamento da pandemia; ou seja, ela não está associada aos óbitos, ela é uma condição prévia que indica uma condição de vulnerabilidade. A precariedade das condições de enfrentamento ou a não precariedade dessas condições vão indicar a vulnerabilidade. Obviamente, a *performance* desse Município, nesse enfrentamento, pode fazer toda a diferença e compensar essa eventual precariedade, como muito bem disse o Senador Styvenson sobre o Município Jardim do Seridó, que é o mais vulnerável, mas não foi aquele que teve a pior performance em termos de mortes no Estado. Vamos só ver aqui quem teve o pior índice no Estado. (*Pausa.*)

Severiano de Melo, esse foi o Município que, dadas as suas condições, teve a pior performance, a pior eficácia no enfrentamento da pandemia.

E aí, pegando carona... Então, não existe um paralelismo, como eu falei na apresentação, entre um IVM alto, ou seja, uma maior vulnerabilidade e mortes. Há uma condição para que isso aconteça. Mas as decisões e as medidas que são tomadas naquele Município acabam indicando, interferindo nesta condição de vulnerabilidade para que a história seja diferente. E o objetivo do indicador é justamente apontar esta condição de vulnerabilidade para que as medidas corretas e adequadas àquela condição sejam tomadas, este é o grande objetivo. E aí, pegando carona nas perguntas do Senador Esperidião Amin, então, o IVM não está medindo mortes, ele não está medindo letalidade, ele está medindo as condições que o Município tem para enfrentar a pandemia, a partir daqueles indicadores que a gente apresentou dentro daqueles blocos.

Nós não medimos, Senador, quais atividades econômicas, a prevalência de quais atividades econômicas em determinados Municípios resultaram em mais óbitos. É um bom estudo, podemos fazer, Senador. Vou ficar aqui com essa provocação, porque acho que é possível se identificar se é a indústria, os serviços, o comércio, enfim, qual é o tipo de atividade, a prevalência de que atividade em um determinado território pode ter indicado o maior número de óbitos. Isso a gente pode fazer, sim, e me comprometo a avançar com esse estudo e, em breve, compartilhar o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o Senador colocou uma questão muito importante. Então, a atividade econômica interfere? Interfere. A circulação interfere? Interfere, e a disciplina interfere. E aqui, Senador, é que nós trazemos a responsabilidade das gestões públicas, na medida em que são elas que precisam definir as regras de conduta, as ações preventivas para evitar que a população venha a se contaminar. Inclusive, no caso de uma baixa disciplina da população, de ser mais enérgico na fiscalização, de ser mais enérgico nas ações que vão, no fim do dia, salvar vidas, poupar vidas.

Como bem o senhor disse, a transmissão do novo coronavírus se dá pelo ar. Portanto, medidas e uma certa disciplina no contato e no convívio são de suma importância. O uso da máscara, por exemplo: os senhores aí no Senado estão utilizando a máscara, que é uma conduta preventiva, uma vez que o vírus se transmite pelo ar, por vias aéreas. Então, esse tipo de ação é o que é esperado para organizar a circulação e, inclusive, quando não há disciplina da população, espera-se que os gestores públicos – que têm a responsabilidade de assegurar a saúde da população – tomem as medidas necessárias. É isso que o índice de eficácia de certa forma mede.

O que nós queremos, agora, é observar os Municípios mais eficazes. Aqui, no caso do Rio Grande do Norte, o Município de Santana do Seridó, por exemplo, ou de Bodó, entender o que esses Municípios fizeram que permitiu que eles tivessem uma eficácia tão grande no enfrentamento da pandemia. Apesar de condições de vulnerabilidade como o mapa nos mostra, alguns Municípios enfrentaram Isso de uma forma melhor, com uma eficácia maior. Certamente, precisamos conhecer essas medidas. O nosso estudo ainda não se aprofundou nas medidas, mas, certamente, esse é um próximo passo necessário e desejado aqui.

Bom, Senador Confúcio, imagino que eu respondi as principais perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. RAFAEL LUIS POMPEIA GIOIELLI – Se ficou faltando alguma questão, eu fico à disposição para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. RAFAEL LUIS POMPEIA GIOIELLI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra o Dr. Conrado Leiras para responder algumas perguntas direcionadas a S. Sa.

O SR. CONRADO LEIRAS MATOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Confúcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, Senador, eu acredito que o Rafael já tenha respondido a principal pergunta do Senador Styvenson, em relação aos índices de Jardim do Seridó, mas eu acho que vale a pena reforçar alguns pontos aqui em cima da fala do Rafael. Acho que, especialmente na função desse índice do IVM – acho que o Rafael explicou muito bem –, ele é um índice que determina a condição, a situação de vulnerabilidade do Município. Então, analisando características de qualquer Município, o quanto a população daquele Município ali está vulnerável à transmissão do vírus e à propagação da covid-19. Aqui, para nossa atuação, serviu principalmente como uma referência, para definição daqueles Municípios que seriam apoiados, os Municípios mais vulneráveis e, eventualmente também, ali como uma informação para a tomada de decisão dos gestores.

Mas o resultado dos indicadores da pandemia – e acho que é muito importante isso que o Rafael colocou agora –, que eu acho que pode ser um insumo importante para a definição, para o desenho, para o aprimoramento das políticas públicas de saúde é justamente entender, a partir de uma determinada vulnerabilidade, quais foram os resultados que aquele Território, aquele Município, aquela localidade obteve e aí, com isso, entender quais foram as políticas adotadas naquele Município.

E acho que esse Índice de Eficácia no Enfrentamento da Pandemia pode ajudar também o entendimento disso, ou seja, aprofundando esse estudo, para aí, sim, saber quais foram as políticas, as práticas adotadas nos Municípios de melhor *performance*, que tiveram melhores resultados, olhando também para uma situação original dele, que é o que o IVM dá, para se poder alimentar e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas em saúde, numa situação como essa.

Especialmente, especificamente aqui sobre a nossa iniciativa do AGP (Apoio à Gestão Pública) em Saúde, da mesma forma a gente está também tentando estudar e entender. Então, na primeira fase dos 151 Municípios, na segunda fase de 74, no total, excluindo as duplicidades, de 198 Municípios apoiados, quais os resultados, quais foram os resultados de contaminação, de óbitos desses Municípios comparativamente a outros Municípios, para entender de que forma também esse apoio contribuiu para redução, para a melhoria dos indicadores dos índices, ou seja, qual foi o impacto do nosso apoio e, com isso, também contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de atendimento, do quanto que esse tipo de gestão em saúde pode melhorar os indicadores sanitários.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Conrado.

Eu passo a palavra para o Dr. Esper, para responder praticamente a minha pergunta, dos conselhos que ele daria aos 5,4 mil Municípios brasileiros, os menores, de como, de agora para frente, conduzir o seu Município com eficiência.

Com a palavra, o Dr. Esper.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Senador, obrigado pela pergunta.

Embora esteja claro que é dificílimo responder, porque, primeiro, eu não sou gestor de nenhum Prefeito, nem nada, então, às vezes, fica um pouco difícil de se colocar na pele deles, porque é uma situação muito difícil o que a gente passou durante esse um ano e meio. De qualquer maneira, eu vou pedir a permissão do senhor para não dar três, mas dar quatro conselhos que me ocorrem por serem muito importantes. Eu tento fazer isso, porque sou do sul de Minas Gerais, de nascença, de uma cidade chamada Itajubá, e, logo depois que começou a pandemia, eu conversava bastante com o então Prefeito para tentar encontrar algumas formas de ajudar, mesmo não morando lá mais.

Então, primeira coisa que eu queria sugerir é que todo mundo que estiver nos escutando pense em trabalhar e investir na identificação e notificação de casos de doenças transmissíveis. Isso é uma coisa que, embora pareça muito simples, não é. Ela depende da disponibilização de uma equipe de trabalho e da disponibilidade de realização de testes.

No caso especificamente para covid-19, hoje em dia os testes são muito mais baratos e muito mais fáceis de serem aplicados. Nós temos testes de antígenos que você compra por menos de R$35, a unidade; é um cotonete no nariz, e o resultado sai minutos depois, com uma correlação com capacidade de transmissão de 98%. Quanto mais testes, maior vai ser a capacidade de uma pessoa identificar o seu risco de transmissão, autoaplicar o isolamento, porque ele preocupa com as pessoas que estão ao seu redor, e ajudar o sistema de notificação a identificar eventuais focos de transmissão dentro do seu Município, onde ele pode implementar medidas de prevenção. Essa seria a primeira sugestão.

A segunda – e essa é uma outra coisa que eu falei desde o início para o Prefeito lá da minha cidade – é que a gestão pública deve conversar com os profissionais de saúde, que foram os que mais estiveram expostos desde o começo dessa pandemia, mas especialmente aqueles que estão lidando com os pacientes. A gente viu muita coisa acontecer, o que foi extremamente desagradável: vimos conselhos de gente que não lida com a doença, vimos sugestões de gente que não está habituada a lidar especialmente com o paciente grave.

E por que isso é tão importante, Senador? Porque, muitas vezes, na cabeça do gestor, passa a ideia de que o mais importante é comprar um respirador novo, que o mais importante é abrir números de leitos de UTI. No entanto, esse profissional de saúde que está lidando com os pacientes pode muito rapidamente identificar que o que ele mais precisa, por exemplo, é um fisioterapeuta; que o que ele mais precisa é uma ajuda na montagem de um núcleo de nutrição dentro do seu hospital para ajudar os pacientes críticos. Em muitas dessas coisas, a relação custo-benefício é muito mais elevada do que uma medida simples que pode salvar muitas vidas, do que um grande investimento que, às vezes, não tem nem pessoal para lidar com aquele ventilador, por exemplo. Então, a interlocução com os profissionais de saúde da linha de frente é fundamental. Sem conhecer a percepção que eles têm, a capacidade de dizerem: "Nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diante de um aumento de número de casos, de um arrefecimento de número de casos", e o que precisa ser feito, é muito difícil tomar as decisões.

Terceiro conselho, Senador, seria – inclusive, isso também foi uma das medidas que nós tivemos lá – estimular o debate com os Municípios vizinhos, especialmente a interlocução com o centro de referência, porque dessa maneira a gente pode criar, cada um desses Municípios pode criar ações coordenadas de enfrentamento. Não adianta querer resolver o problema sozinho. O exemplo que eu lembro é de uma cidade muito pequenininha, do lado de onde eu nasci, que, quando o Prefeito ficou sabendo que estava havendo casos no vizinho, ele pegou uma retroescavadeira e fez um buraco na entrada da cidade. Ele achava que com isso iria impedir a mobilidade e os casos de covid não iriam entrar na cidade dele. Não adianta fazer isso. É muito mais importante estabelecer uma linha de contato com as cidades vizinhas, as pessoas vizinhas, de preferência também e principalmente a cidade que é referência para encaminhamento e contrarreferência de casos, para estabelecer ações conjuntas que não sobrecarreguem ou evitem o duplo trabalho.

E, finalmente, o número quatro é facilitar a vacinação. Felizmente, Senador, nós não temos, aqui no Brasil, nenhum dos nossos representantes na política que são abertamente contra a vacinação. Embora isso possa soar uma coisa óbvia, não é tanto assim quando a gente olha para os outros países. Basta olhar nos Estados Unidos, por exemplo, onde há representantes, políticos, no Senado e na Câmara dos Deputados de lá, que são abertamente contra vacinas. Isso é um absurdo! Felizmente, aqui no Brasil, nós temos a cultura da vacinação como sendo um bem do País, que é muito provavelmente o que está explicando a gente não estar sofrendo já com uma onda delta, porque a adesão à vacinação aqui no Brasil é muito grande.

Esse programa de vacina foi construído desde os anos primórdios das vacinações, graças à participação de vários brasileiros nessas iniciativas, com a febre amarela, depois com a poliomielite, depois com a varíola, e várias outras campanhas de vacinação. O conceito de vacinação em massa, campanhas de vacinação é brasileiro! E isso foi adotado no mundo inteiro. Se a gente... Agora, a gente só consegue adesão da população às vacinações quando a gente fortalece essas noções, essas medidas, e facilita o acesso às vacinas através de pontos de vacinação, facilidade para as pessoas se deslocarem e receberem as vacinações, nesse caso de covid-19, a mais importante do mundo.

Tudo isso ajuda no enfrentamento dessa pandemia, além de várias outras coisas que todos estamos aprendendo durante o ritmo do aparecimento dessa doença.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Esper Georges Kallás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, estamos satisfeitos com as respostas, com as apresentações, honrados com a aceitação do nosso convite, tanto pelo Dr. Rafael, quanto pelo Dr. Conrado e pelo Dr. Esper. Eu sei das suas atividades. Hoje é uma segunda-feira e, mesmo assim, os senhores compareceram. E essas suas falas ficarão guardadas aqui no Senado, no YouTube, à disposição de muita gente, inclusive dos Senadores não presentes nesse momento.

Agora mesmo, para eu conseguir o quórum... Há Senador nos Estados Unidos que deu presença, para agora a gente poder votar alguns requerimentos

Eu quero, assim, já dispensar todos os nossos convidados. Eles podem... Eu terei uma parte administrativa agora.

Agradeço, de uma maneira calorosa, a presença de vocês, que honraram muito a nossa Comissão, que prestigiaram muito a nossa Comissão; ao Votorantim pela iniciativa dessa pesquisa, desses estudos tão bem feitos, tão bem analisados, de muitos indicadores colocados na página – eu vi que ela é perfeita. Inclusive, eu sou do Estado de Rondônia, represento o Estado de Rondônia e vou mandar a todos os Municípios de Rondônia para que possam acessar os dados, estudar direitinho. É um trabalho muito bonito, muito bom. Muito obrigado aos senhores. Então, eu agradeço e libero vocês para continuarem suas vidas e seus trabalhos. Muito agradecido. Vou continuar agora na parte administrativa da nossa Comissão, mas os senhores podem já fechar e podem se retirar. Muito obrigado aos senhores. Agradecido.

O SR. RAFAEL LUIS POMPEIA GIOIELLI – Obrigado, Senador.

O SR. CONRADO LEIRAS MATOS – Muito obrigado.

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado a todos.

Muito bem, vamos continuar, é uma deliberação extrapauta de autoria do Senador Esperidião Amin.

Proponho, com base no art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação extrapauta do Requerimento 92, de 2021, que requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a interrupção ou a continuidade da campanha de vacinação para adolescentes contra a covid-19, com a presença de representantes do Ministério da Saúde, das secretarias estaduais e das secretarias municipais de saúde. Assinado pelo Senador Esperidião Amin.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 41ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Eu vou apresentar algo aqui rapidamente – bem rapidamente – para os senhores.

Eu quero comunicar que estou entrando hoje com um requerimento de uma licença para tratamento de interesses particulares por um tempo breve e que a nossa Comissão será presidida, já na próxima audiência, pelo Vice-Presidente, o Senador Styvenson Valentim.

Eu quero agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco por ter prestigiado tanto a nossa Comissão; quero agradecer também a todos os Senadores membros e não membros da nossa Comissão; a toda a imprensa, que divulgou, ao longo do tempo, o nosso trabalho; à nossa equipe da Secretaria da CTCOVID daqui do Senado; à TV Senado; e à nossa equipe de gabinete, que nos ajudou muito – sem eles, seria muito difícil dirigir este trabalho.

Eu vou mostrar para os senhores aqui uns dados, bem rapidamente, deste trabalho nosso. (*Pausa.*)

Eu vou começando enquanto as meninas projetam a tela. Eu vou adiantando o expediente. (*Pausa.*)

Quero compartilhar a tela. Só um minutinho. Estamos acertando aqui. (*Pausa.*)

Está aqui.

Eu quero mostrar para vocês que nós estamos há 628 dias com a covid no mundo e com 571 dias com a covid no Brasil. Nós estamos com 557 dias que a Organização Mundial de Saúde considerou uma pandemia mundial. E a nossa Comissão tem 200 dias de trabalho.

Nós temos 219 milhões de casos confirmados no mundo. No Brasil, temos 28,239 milhões casos confirmados de covid; 9.458 novos casos no Brasil, que são agora recentes; já temos 590.752 mortos; e recuperados, 20 milhões.

Nós fizemos, em nossa Comissão, 42 reuniões. Nós convidamos 59 personalidades, ouvidas e indagadas. E tivemos duas reuniões administrativas e uma reunião de instalação. Isto é muito importante agora, este finalzinho: 227 matérias deliberadas, 726 matérias em análise. Reuniões deliberativas, tivemos duas reuniões CTCOVID.

E administramos, nesse período de quase dois anos... Nossa Comissão participou, logicamente não resolveu tudo, mas isto passou por aqui: R$609 bilhões aplicados e pagos até agora, R$123,7 bilhões concedidos aos Estados, como repasse, ao Distrito Federal e aos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses são os dados do nosso trabalho, não meu, mas de todos nós, que realmente espelhou muitas iniciativas legislativas, através da divulgação dos nossos dados, das nossas audiências públicas, que tiveram muita aceitação. Antes da CPI, nós, todo dia, estávamos na mídia. Com a CPI, caiu um pouco. A CPI destaca mais, o quebra-pau na CPI, decerto é, mas, mesmo assim, nós tivemos uma acolhida excelente. E foi objeto de muitas iniciativas legislativas, com leis que surgiram, projetos ainda em andamento que surgiram durante esse transcurso.

Não havendo nada mais a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a ser realizada no dia 27 de setembro, às 15h, sob a Presidência do nosso querido Senador Styvenson Valentim, para discutir a interrupção da continuidade da campanha de vacinação para adolescentes contra a covid-19, com a presença de representantes do Ministério da Saúde, de secretários estaduais de saúde e de secretários municipais de saúde.

Eu declaro encerrada a presente reunião, agradecendo, carinhosamente, a todos os Senadores e Senadoras que prestigiaram esta Comissão durante a minha Presidência.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e sete minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Izalci Lucas, Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Rose de Freitas, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Otto Alencar e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir a interrupção ou continuidade da campanha de vacinação para adolescentes contra a COVID-19. **Participantes:** Alessandro Aldrin Chagas, Assessor técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS; Rosana Leite de Melo, Secretária da Secovid - Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19; e Nésio Fernandes de Medeiros Junior, Secretário de Estado de Saúde do Espírito Sando e Vice-Presidente do CONASS Região Sudeste. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Styvenson Valentim

Vice-Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/09/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia, cujo prazo foi estendido por mais 120 dias pelo Requerimento do Senado Federal nº 1.626, de 2021.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, por meio do uso da função "levantar a mão" no aplicativo.

A ordem da fala será: primeiro, o Relator; segundo, os titulares inscritos; depois, os suplentes; e, por último, os Senadores não membros desta Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo das Lideranças poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta às participações dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet; em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800-0612211.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir a interrupção ou continuidade da campanha de vacinação para os adolescentes contra a covid-19.

Os convidados de hoje são: Dra. Rosana Leite de Melo, Secretária da Secovid (Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19); Nésio Fernandes de Medeiros Júnior, Secretário de Estado de Saúde do Espírito Santo e Vice-Presidente do Conass, Região Sudeste; e Alessandro Aldrin Chagas, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Passo a palavra, pelo tempo de 15 minutos, para a primeira convidada, a Sra. Rosana Leite de Melo, para fazer sua explanação.

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO (Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde, Senador!

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Boa tarde ao colega Nésio, ao Alessandro e a todos os demais participantes desta nossa discussão a respeito, nesta Casa, da interrupção ou continuidade da campanha de vacinação para adolescentes contra a covid-19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de nós adentrarmos nesse tema propriamente dito, eu gostaria de fazer algumas considerações a respeito não só da nossa secretaria, bem como de alguns normativos legais.

Como todos sabem, a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid foi instituída por meio de um decreto, em 10 de maio de 2021, decreto esse que não só criou a nossa secretaria, mas também delegou, como importante, em relação ao seu aspecto matricial, a atuação nesse enfrentamento com todas as outras secretarias finalísticas aqui do nosso ministério e estabeleceu como definir e coordenar as ações do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação relativas às vacinas covid no âmbito do Programa Nacional de Imunizações. O que isso significa? Significa que o nosso PNI é respeitado, respeitável. Acho que esses termos são extremamente simbólicos por todo seu histórico, tanto é que nós estamos comemorando o mês de aniversário de 48 anos. Ele se encontra hoje na Secretaria de Vigilância, que é a nossa SVS, porém ele se depara com todas as imunizações, além da covid. E uma das criações da nossa Secretaria é o enfrentamento. A ideia do nosso Ministro, Dr. Marcelo Queiroga, quando idealizou essa criação, era que nós juntássemos tudo que fosse relativo a esse enfrentamento para se ter uma coordenação, uma ordenação central, algo que estava sendo solicitado não só pelos gestores, pela sociedade como um todo, isso muito cobrado nesse ano anterior à nossa chegada aqui e à do ministro.

Então, posto isso, colocando as nossas prerrogativas, eu vou adentrar no tema que é em relação à vacinação dos adolescentes. Algo extremamente importante que nós temos que lembrar é que nós temos um normativo legal também, uma lei que preconiza que os adolescentes com comorbidade, com deficiência permanente, as lactantes, e aqueles também privados de liberdade entrassem como grupo prioritário mediante o nosso documento. Isso estava também no nosso radar e, no final do mês de julho, agosto, como a nossa situação epidemiológica estava um tanto confortável, vamos falar nesse sentido... E por que eu trago isso? Porque, em relação às nossas vacinas, à nossa imunização primária mediante a aplicação de vacinas, de imunizante, ela começou em janeiro, mais especificamente no dia 19 de janeiro. Naquela época nós tínhamos um cenário de escassez de imunizantes, não só no nosso País, mas no mundo todo, escassez não só em quantitativo, mas também em quantitativos de um determinado imunizante como de vários imunizantes. Eu adoro ressaltar isto: embora essa doença tenha trazido muitos dissabores, uma das – se podemos falar assim – grandezas que ela nos trouxe foi que, com a união, a união de cientistas, nós conseguimos colocar já, sim, no braço, vamos falar dessa forma, um imunizante em tempo recorde. É bem verdade que esses imunizantes, os primeiros que aconteceram, é natural isso, eles podem não ter correspondido ao que nós queríamos em termos de efetividade e eficácia, mas ressaltamos que todos os imunizantes em nosso País...

Nosso País é continental não só com relação à sua extensão e à população, mas também com relação às plataformas. Nós temos quatro plataformas, nós temos quatro imunizantes distintos, diferentes, que nós ofertamos para a nossa população, sendo que dois já apresentam o registro definitivo na nossa agência regulatória maior, que é a Anvisa, e dois ainda estão emergenciais. Por que isso é importante? Porque a prerrogativa desse órgão regulador é realmente dar o *start,* definir se esses imunizantes têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns critérios de segurança a partir dos quais eles podem ser liberados com esta ou aquela prerrogativa. Então, hoje nós temos a CoronaVac e a Janssen com registros emergenciais e nós temos a Pfizer e a AstraZeneca com registros definitivos. E isso também começou com um provisório e evoluiu-se para um definitivo. Porém, desses quatro imunizantes, apenas um – ainda é apenas um –, neste momento, é liberado para a utilização em adolescentes. Então, para o cumprimento daquela norma, nós teríamos que disponibilizar o imunizante da Pfizer.

Juntamente a isso, como mostrei para os senhores, não só a evolução foi muito rápida na construção de um imunizante, como a todo momento a ciência tem nos trazidos que realmente não há verdades absolutas e algumas situações têm mudado, não só a mutação do vírus, trazendo a emergência de algumas variantes que, muitas vezes, prejudicam ou até atrapalham um pouco alguns planejamentos, haja vista o que tem acontecido nos países, principalmente nos Estados Unidos, e aconteceu na Europa com algumas variantes, que deram uma desregulada no sistema. No Brasil, nós também ficamos atentos em relação a isso, notadamente com a variante delta.

Ocorre que, apesar de todo o alerta, apesar de toda a cobertura que nós estávamos tendo com a vacinação... A partir de maio nós começamos, final de maio, início de junho nós começamos a receber muito mais imunizantes, imunizantes que já tinham sido contratados, mas nós começamos a recebê-los com mais frequência a partir de maio e junho, principalmente o imunizante da Pfizer, que era um dos contratos que vai se findar agora, 3 de outubro, de 100 milhões de doses. Com o fechamento dos contratos com a CoronaVac, AstraZeneca e a Janssen, nós teremos no segundo, no final de outubro por aí, nós receberemos mais aproximadamente 35 milhões, não é, Danilo?

Nós também fizemos toda uma – não só mediante nossas reuniões – modelagem em que, provavelmente, na primeira quinzena de setembro, nós findaríamos a imunização com dose um da maioria da população brasileira, ou seja, a nossa meta era de 100%. Nós, diferentemente de outros países, a nossa meta é sempre a maior em relação à imunização devido à nossa cultura, porque o brasileiro realmente se vacina, sim. E eu faço um parêntese: eu acredito que hoje nós já estejamos com mais de 90% da nossa população vacinável acima de 18 anos com uma primeira dose aplicada, né? Eu acredito que nós terminaríamos este ano como a nação que mais imunizou, não só em termos quantitativos, mas principalmente percentuais, pelas próprias características nossas. E aí, como nós findaríamos essa imunização com pelo menos uma dose na população acima de 18 anos, aí começamos a ter também – a imunização começou em janeiro – outras situações que mereciam mais o nosso olhar, como a imunossenescência decorrente não só da idade, mas esses pacientes, como nós começamos inicialmente por grupos prioritários, ou seja, iniciamos a vacinação não só dos vulneráveis, mas também da população idosa. Já se passando cinco, seis meses dessa imunização devido à imunossenescência e a alguns outros fatores, nós percebemos um aumento de internações nessa faixa etária de 70, 80 anos, com aumento de mortalidade na faixa etária de 75 a 90 anos, e também ficamos alerta em relação a isso e a alguns grupos de imunossuprimidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante disso, que foi um dos fatos que aconteceram, nós também nos programamos e, sempre alerta em relação à quantidade de imunizantes, decidimos fazer uma dose de reforço para a população acima de 70 anos, também uma dose adicional para os imunossuprimidos e atentos também aos adolescentes.

Apesar da emergência da variante delta, apesar da necessidade de a gente também pensar em redução de espaço de doses, com todos os fatores analisados conjuntamente, também decidimos que, a partir daquele marco temporal, nós reduziríamos o espaço entre as doses da Pfizer e estudamos também a redução do espaço entre doses da AstraZeneca.

Porém, findado esse estudo, chegamos à conclusão de que apenas poderíamos reduzir, com responsabilidade de entregas desses imunizantes, a da Pfizer para oito semanas, o que de fato aconteceu a partir do dia 15 de setembro.

Por que quis colocar isso? Porque tudo o que é feito aqui, no Ministério, através da nossa secretaria, nós fazemos mediante um planejamento, mediante pactuações, mediante conversas, mediante tudo o que manda o figurino na administração pública e, como toda... Nós emitimos algumas normas, podemos a qualquer momento retroceder, desde que haja algumas evidências ou situações que assim requeiram.

Então, em relação aos adolescentes, eu gostaria de colocar que nós também acordamos, inclusive até em CIT, que iniciaríamos, sim, a imunização de adolescentes após o término da imunização de D1 e desses grupos que surgiram posteriormente. Esse marco também se iniciaria no dia 15.

Nós fizemos uma nota técnica no dia 2 de setembro. Essa nota técnica foi subsidiada, de fato, por nossa câmara técnica assessora... Por que foi subsidiada? Porque todos nós sabemos que, na faixa etária de 12 a 18 anos, sem comorbidade, a necessidade de imunização não é nem tanto pela morbimortalidade. É claro que existe, mas, se nós compararmos com outros grupos, grupos com idade mais avançada, ele é um pouco menor. Porém, nós sabemos da importância da vacinação, principalmente num país latino como o nosso, com a nossa cultura, nós nos abraçamos, o distanciamento é difícil, nós temos muito contato, e é um público que tem muita mobilidade. Então, principalmente de 15 a 17 anos, por mais que eles fiquem assintomáticos, eles transmitem.

Então, essa é a ideia principal para nós imunizarmos essas faixas etárias, além, é claro, da proteção da doença em si. Mas, se nós formos pesar em termos de prioridade, é claro que o idoso, mesmo vacinado, é muito mais a prioridade para o reforço quando comparado ao adolescente em termos de morbimortalidade.

Posto isso, o que aconteceu? Naquela semana que antecedeu o dia 15 – dia 15 foi uma quarta-feira –, nós começamos a receber demandas de efeitos colaterais, várias situações em relação à imunização de adolescentes. Alguns países, de fato, retrocederam e depois voltaram. A Organização Mundial de Saúde é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito clara nas suas recomendações. Ela diz o seguinte: que, naqueles países onde se terminou a imunização com duas doses de todos os outros grupos, pode-se considerar a imunização da população de adolescentes, ou seja, não é aquela regra preto no branco.

Isso aconteceu numa segunda e terça-feira, todos esses rumores. Começamos a investigar e percebemos que havia uma quantidade de aproximadamente – depois eu mostro os números para os senhores – 4,5 ou 5 milhões de adolescentes imunizados e, nesses imunizados, nós observamos também alguns imunizados com outras vacinas.

Isso pode ter sido um erro programático, como pode ter sido um erro de digitação e de sistema, tanto é que nós, enquanto Secovid, já mandamos ofício para todos os Estados – até hoje só dois nos responderam – para ter essa justificativa. Porém, no sistema... Depois atualizo para os senhores quantos nós temos imunizados dessa forma.

Associado a isso, no dia 15 ocorre o rumor de um óbito. Nós não queríamos, num primeiro momento, colocar isso como questão principal, e nós fizemos uma nota informativa no dia 15 fazendo um sobrestamento com algumas considerações. Revogamos a Nota n° 36 e publicamos a Nota n° 40, essa nota informativa a respeito disso, com esse sobrestamento, até concluirmos o que de fato aconteceu, da mesma forma que fizemos na ocasião em que houve o óbito de uma gestante. É bem verdade, aconteceram várias situações e, ainda bem...

Isso foi numa quarta-feira. Na sexta-feira, a Vigilância de São Paulo concluiu o caso, mas, mesmo assim, a Anvisa, por prerrogativas, e o nosso PNI, na segunda-feira, foram fazer uma visita *in loco*. Na terça-feira eles discutiram com o Ciaf, uma discussão extremamente importante, e nos mandaram relatório na quarta-feira, no meio da tarde, concluindo que o óbito dessa adolescente de 16 anos, de púrpura, que tinha diabetes, não tinha uma relação causal, mas apenas temporal, tanto é que, no mesmo dia, no dia 14, nós revogamos esses sobrestamentos e colocamos novamente uma nota técnica, a de n° 45, voltando a imunização desse grupo sem comorbidade, porém reiterando que ele era o último grupo.

E por que nós fizemos isso? De fato foi um ato discricionário da Secovid diante do que poderia ser um agravo maior, e nós retrocedemos, haja vista que, primeiro, talvez nem devessem ter começado a partir do dia 15. Começou, tivemos esse caso grave nessa população – entre aspas – que não era esperado, mas uma semana depois nós fizemos, depois de todas as análises, não só da Vigilância de São Paulo, relatório muito bem elaborado, relatório da Anvisa, também tivemos um relatório da Pfizer, que nós pedimos, e da nossa própria Secretaria de Vigilância mostrando isso e, aí, houve esse retorno. Lembro que é o último grupo a ser imunizado.

Na sexta-feira, nós aprovamos também na nossa câmara técnica a imunização dos trabalhadores da saúde, que, por óbvio, entram à frente desse grupo. Hoje nós já mandamos imunizantes para a população de adolescentes com comorbidade, com deficiência permanente e os privados de liberdade. Ainda não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enviamos para adolescentes sem comorbidades, mas, pelos nossos cálculos, provavelmente agora que entrou o grupo dos trabalhadores, que é a prioridade, como alguns foram vacinados há mais de seis meses, provavelmente nós estaremos enviando também na terceira e quarta semanas.

Acho que era isso. Eu estou à disposição para nós discutirmos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Agradeço à Dra. Rosana Leite de Melo.

Agora, com a palavra, com 15 minutos, Sr. Nésio Fernandes de Medeiros Junior.

O SR. NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR (Para expor.) – Olá! Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Senador, Senador Esperidião Amin, conterrâneo de Santa Catarina, nossa secretária Rosana, também Alessandro, do Conasems, todos os demais Senadores e aqueles que nos acompanham neste momento, eu gostaria de fazer uma breve contextualização, primeiramente, da forma como nós conseguimos conquistar dentro do Sistema Único de Saúde um ambiente tripartite totalmente suprapartidário, protegido dos diversos campos ideológicos que disputam a hegemonia política na luta dentro da República brasileira, da luta democrática. Dentro do Sistema Único de Saúde, tanto nas relações entre o Ministério da Saúde, as secretarias de Estado e os Municípios, consolidou-se uma tradição extremamente republicana de uma grande unidade administrativa dos diversos entes da Federação em torno dos consensos e pactuações necessários para consolidar o Sistema Único de Saúde. A relação entre Estados, Municípios e Ministério da Saúde tem sido caracterizada por laços de confiança, sempre num debate muito franco e profundo dos grandes temas nacionais e corresponde a cada geração de gestores a competência de conduzir o nosso sistema de saúde.

A imunização no Brasil é uma política de Estado, ela não é uma política de governo. Desde 1973, a República brasileira se consolida e caminha na luta cotidiana para conquistar a confiança da população em torno da ciência das vacinas e da principal medida capaz de reduzir a maior mortalidade pelas doenças infectocontagiosas, que são, de fato, as vacinas.

Nós vivemos desde um pouco mais de um ano, quase dois anos já, uma pandemia que surpreendeu todos os continentes, todos os países, todos os regimes políticos e que acabou desafiando todos os sistemas políticos vigentes em cada país. Sejam aqueles hegemonizados por concepções de esquerda, de centro ou direita, o fato é que todos fomos desafiados. E, no Brasil, graças à existência do Sistema Único de Saúde, da grande capilaridade que ele possuía tanto na sua capacidade assistencial quanto, principalmente, na sua capacidade de imunização da população, na medida em que as vacinas se fizeram presentes e disponíveis no País, temos avançado rapidamente na imunização de toda a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pandemia pode ser descrita – e o comportamento da pandemia da covid-19 – como uma pandemia que ocorreu em ciclos de desastres. Nós tivemos grandes ondas, fases de alerta, fases de aceleração, de grandes curvas de casos, internações e de óbitos, fases de estabilização e recuperação e o País viveu praticamente, algumas regiões, três ondas da expansão da doença, em todo o País, duas grandes ondas de expansão. Mas, a partir do momento em que as vacinas passaram a ser distribuídas e disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, nós conseguimos observar uma fase de recuperação sustentada, desde o mês de maio deste ano, a partir do avanço da vacinação, que cumpre duas estratégias principais. Vencer uma pandemia provocada por uma doença infectocontagiosa, a partir da vacinação da população, é uma estratégia que ela se divide em dois grandes momentos, uma estratégia de mitigação podendo alcançar, com as vacinas, aquelas populações que mais evoluem em internação e óbito pela doença, e também a população que mais está exposta ao risco de infecção.

Por isso, a priorização e a definição de grupos prioritários, dentro da estratégia do Plano Nacional de Operacionalização, segue uma lógica científica, segue uma lógica técnica. Nós precisávamos proteger inicialmente aqueles que mais estavam expostos e mais evoluíam a uma condição crítica, uma internação hospitalar e a óbito.

No entanto, na medida em que a vacinação avança nesses grupos prioritários, nós podemos sair de uma estratégia de mitigação para uma estratégia de controle da pandemia. E para o controle de uma pandemia provocada por um vírus que já passou por diversas mutações e que alcança, neste momento, no Brasil, o predomínio de duas variantes, a gama e a delta, ambas extremamente transmissíveis, ambas com potencial de levar à internação e a óbito inclusive jovens, adultos e idosos, são cepas que configuram hoje um desafio ao controle da pandemia no Brasil, e será exigido alcançar de 80% a talvez até 90% de cobertura vacinal de toda a população brasileira para poder ter um efeito protetor indireto das vacinas, permitindo, desta maneira, um controle da circulação do vírus e também um controle da mortalidade.

Para isso, a inclusão de adolescentes sem comorbidades dentro do plano nacional e a obsessão por poder alcançar e disponibilizar uma vacina segura e eficaz também para as idades pediátricas – e me refiro às idades de três a onze anos – constitui-se uma estratégia necessária para poder alcançar plena cobertura vacinal capaz de reduzir os riscos e as possibilidades de expansões e oscilações da doença que incrementem internações e óbitos na população brasileira.

Dessa maneira, desde a virada do semestre, o próprio Ministério da Saúde já passou a reconhecer nos documentos do ministério, dentro do Plano Nacional de Operacionalização, que os adolescentes sem comorbidades eram um grupo previsto, eram um grupo que seria atendido em determinado momento. O Conass, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, assim como o Conasems, de secretários municipais, posicionou-se, expressando isso em documentos, com a posição de que deveríamos retomar uma estratégia de mitigação, priorizando a vacinação de idosos com a dose de reforço antes de avançar na vacinação dos adolescentes sem comorbidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, diante de ampla disponibilidade de vacinas e da distribuição assimétrica entre os Estados – alguns Estados, por terem maior população de grupos prioritários, acabaram recebendo mais vacinas do que outros ao longo do desenvolvimento do Plano Nacional de Operacionalização –, alguns Estados conseguiram alcançar tanto os grupos prioritários como também avançar na vacinação dos grupos dos adolescentes com comorbidades e sem comorbidades, como previsto no Plano Nacional de Operacionalização, mas ainda em um momento em que o Plano Nacional não havia disponibilizado nacionalmente as vacinas para este grupo. No entanto, devido ao avanço assimétrico nos Estados, foi possível que algumas unidades da Federação já iniciassem a vacinação de adolescentes ainda no mês de agosto, como previsto dentro dos instrumentos do próprio Ministério da Saúde.

O fato é que, como política de Estado, todas as opiniões de governo precisam ser muito cautelosas ao subsidiarem suas opiniões por premissas e pressões políticas externas, as melhores práticas nas políticas públicas capazes de influenciar, de maneira errônea, as decisões de políticas de Estado muito bem consolidadas. Nós temos uma explícita pressão sobre o Governo Federal e sobre os governos estaduais e municipais de grupos que se posicionam contra e com teses paranoicas, com teses que acabam suscitando a desconfiança da população em torno das vacinas. A função dos gestores públicos diante de qualquer política, seja ela de governo ou de Estado, mas principalmente nas políticas de Estado, é fundamentar-se das melhores posições técnico-científicas respaldadas por todos os arranjos institucionais que consolidam e definem essas políticas como políticas de Estado; e proteger, principalmente no momento de pandemia, a política nacional da imunização dessas teses que fragilizam a confiança da população nas vacinas.

Nós tivemos uma decisão unilateral, uma suspensão da vacinação dos adolescentes; tivemos algumas afirmações desnecessárias e errôneas, não orientando e contraindicando a vacinação dos adolescentes para as mães, as famílias brasileiras; e tivemos, poucos dias depois, uma revisão desta posição assumida de maneira unilateral, porque ela não se sustentou por nenhuma outra entidade técnico-científica no País, por nenhum conselho de representantes e de gestores, por nenhuma instituição acadêmica e nem pela própria agência nacional reguladora, a quem compete opinar sobre as recomendações de bula dos imunizantes no nosso País.

Nós conseguimos isso após um amplo debate e movimentos tanto do Governo do Estado de São Paulo, da Anvisa, como do próprio Ministério da Saúde, que elucidaram aquilo que já sabíamos na origem de todo o debate: não havia, não existiam elementos suficientes para relacionar o óbito da adolescente em São Paulo com a vacinação contra covid-19 e muito menos para subsidiar tão tempestiva medida, que prejudicou e provocou um dano na confiança da população na vacinação da população dos adolescentes. No entanto, essa posição foi corretamente revista.

E o Conass reconhece que o Ministério da Saúde acertou em rever a posição e em pactuar, no grupo de trabalho tripartite, a posição de que futuramente qualquer medida cautelar deva ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipadamente consultada aos conselhos nacionais e deva ser principalmente pactuada, para o seu anúncio, junto à Anvisa. Nós não podemos novamente ter, ao longo da execução do PNI da vacinação contra a covid-19, novos arroubos sobre a condução da política como este que tivemos recentemente.

E urge, há necessidade de que, já estando anunciada a distribuição de vacinas para este grupo para a partir da segunda quinzena do próximo mês, o Ministério da Saúde realize uma ampla campanha de comunicação, garantindo e tentando conquistar a confiança da família brasileira pela vacinação da população dos adolescentes. Inclusive, diante da real expectativa de que tenhamos no Brasil ou a CoronaVac ou a Pfizer também autorizadas em um curto prazo de tempo para a população em idades pediátricas de 3 a 11 anos possivelmente – esse caso da CoronaVac já autorizada nos países e da Pfizer de 5 a 11 anos –, também uma campanha que possa conquistar a confiança da população brasileira na segurança e eficácia das vacinas para as crianças. Nós precisamos vencer a pandemia e ela será derrotada com a ampla coesão das opiniões dos gestores públicos e com a proteção desta política de Estado de toda e qualquer posição antivacina, toda e qualquer posição negacionista que queira fragilizar a confiança da população na vacinação.

A imunidade de rebanho não é alternativa para nenhum grupo populacional – nem para crianças, nem para adolescentes, nem para adultos. Todos aqueles que tiverem características que os tornem aptos, seja por idade, seja por uma condição de saúde, a receber uma vacina autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e que seja segura e eficaz deverão ser convencidos e persuadidos a aderirem à imunização, para que, juntos, como sociedade, como projeto civilizatório, consigamos derrotar a pandemia.

Eu concluo afirmando que o Sistema Único de Saúde é uma das características mais avançadas do nosso processo civilizatório, do nosso projeto de País, e nós precisamos consolidá-lo mais do que nunca em tempos de pandemia.

Nós, gestores públicos, o Congresso Nacional, todas as Casas Legislativas e o Poder Executivo municipal, estadual e federal precisamos compreender a profundidade dessa pandemia e como ela afetou todas as áreas da vida humana, como ela desafiou todos os sistemas econômicos e políticos. Neste momento, é necessário proteger a vida, antes de tudo, e, para isso, nós precisamos nos abraçar à ciência e defender o Sistema Único de Saúde nas suas principais políticas, entre elas a imunização como política de Estado.

Com essas palavras, eu concluo a contribuição do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde a esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Muito obrigado, Sr. Nésio.

O Sr. Alessandro Aldrin Chagas terá 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO ALDRIN CHAGAS (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Senador Styvenson. Boa tarde ao Senador Esperidião Amin, à Senadora Zenaide, ao Senador Wellington – pelo menos, foram os que eu vi aqui pelo vídeo –; aos demais Senadores que possam estar na plenária; à colega e Dra. Rosana e ao Dr. Nésio, que estão comigo aqui nesta audiência; e a todos que estão nos ouvindo.

Eu não vou ser repetitivo, Senador, mas eu queria trazer alguns pontos que são primordiais. Dr. Nésio falou muito bem dessa questão de política de Estado. O PNI é mais antigo do que o próprio Sistema Único de Saúde – o PNI é de 1973, e o SUS é de 1988. Realmente, um equívoco intempestivo de uma atitude pode colocar pessoas em risco – e coloca em risco –, principalmente esse público adolescente, haja vista a dificuldade que o Sistema Único de Saúde tem de vacinar adolescentes, por exemplo, com vacina contra HPV. É o público mais complicado que a gente tem para vacinar. É um público naturalmente que não vai procurar ajuda da saúde, porque esse público não precisa. Então, realmente esse tipo de atitude unilateral é ruim para um projeto de Estado tão grande como o PNI e pelas conquistas sociais que esse projeto traz para uma sociedade tão desigual como a nossa.

Eu queria colocar algumas coisas que são importantes para os Municípios, como representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. A operacionalização, lá na ponta, é de quem, de fato, vacina.

Eu atualizei os números hoje. Quero concordar com a Dra. Rosana, porque realmente os números que nós temos são os números que estão no sistema. É lógico que há muito mais pessoas vacinadas do que as que estão no sistema, porque há um prazo para colocá-las no sistema. Nesta campanha, pela primeira vez, nós fazemos dose individualizada. As nossas campanhas, historicamente, foram por doses agregadas. Agora não, a gente sabe quem é que se vacinou com o nome e com o CPF ou com o número do cartão SUS, e isso é óbvio e primordial para a farmacovigilância, para a gente poder vigiar possíveis eventos e acompanhá-los.

Nesta campanha, também nós fizemos muita coisa extramuro. O que eu estou chamando de extramuro? *Drive-thru*... Fomos a lugares que não são as unidades básicas, são mais do que as unidades básicas, e isso tudo reflete tempo para você poder colocar no sistema.

Atualizando aqui antes da nossa audiência, nós temos hoje no sistema 225 milhões de pessoas vacinadas, sendo 143 milhões com a D1 e 85 milhões com a D2. Isso perfaz o seguinte: nós temos 89,9% da população estimada acima de 18 anos vacinada com a D1 e já chegamos a 54% da população acima de 18 anos estimada para D2.

Acho que estamos avançando, precisamos avançar mais. O cenário mudou muito, a partir de julho, com a chegada de mais vacinas. Nós fizemos isto que o Dr. Nésio colocou muito bem, em relação a essa questão dos grupos prioritários em um cenário de falta de vacina, pelo qual o mundo inteiro passou, e, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse cenário, a gente teve que escolher quem era a prioridade. A partir de setembro, acredito que nós não precisemos mais disso, nós teremos vacina a contento.

O Sistema Único de Saúde tem capacidade de vacinar. Nós já vacinamos 2,5 milhões de pessoas por dia, mas acho que podemos chegar a 3 milhões, 3,5 milhões, com tranquilidade, já que nós temos 48 mil salas de vacina no Brasil, Unidades Básicas de Saúde no Brasil, que são aptas a vacinar. Então, eu acho que o cenário a partir de setembro é um cenário promissor e que a gente vai realmente avançar mais no combate à pandemia, que é a maior tragédia que nós tivemos ou pelo menos que nós vimos até então.

Diante disso, nós podemos, sim, avançar agora de forma que a demanda seja alcançada. A gente tinha uma demanda e não tinha vacina. Agora, sim, com um cenário de mais vacina, nós temos maior capacidade de vacinação.

Uma coisa também muito importante é que, pela primeira vez, a gente opera com mais de uma vacina, que tem prazo diferente, que tem cenário diferente, prazo diferente de D1 e D2. Isso foi um desafio para o Sistema Único de Saúde, um desafio muito grande para os Municípios, que estão há quase dois anos trabalhando diuturnamente no enfrentamento dessa pandemia.

Então, eu queria aqui fazer uma homenagem aos profissionais do Sistema Único de Saúde, como um todo, mas principalmente aos profissionais dos Municípios que estão lá na ponta se desdobrando e se entregando para poder atuar no pior evento que nós tivemos de saúde pública do século, mas também na grande questão que é a vacinação, que é o melhor que nós temos.

Lógico que nós precisamos ainda continuar usando máscara, evitar aglomeração... Muita coisa a gente precisa ir retomando devagar, mas a vacinação é o principal remédio, e estamos avançando bem.

Queria também fazer um elogio aos Municípios, que já vacinaram 25% do público-alvo, em relação aos adolescentes de 12 a 17 anos. Acho que isso tem que ficar evidenciado. Independentemente da nossa forma de organização, por "n" motivos, alguns conseguiram avançar nesse quesito. A prioridade é salvar vidas, e salvar vidas se faz com o principal elemento, que é a vacinação. Existem outros elementos, é óbvio, mas a vacinação é o principal.

Então, eu quero saudar aqui esses 25% de adolescentes que nós já conseguimos vacinar, que são 4,5 milhões, mais ou menos, de um público-alvo de 20 milhões. Lembro que a gente fala de um público-alvo que é estimado, porque o Brasil, infelizmente, não faz censo desde 2010, e isso tudo é muito custoso para a gente planejar as ações de saúde. Quando se têm censos a cada dez anos, tudo bem, mas um tempo tão grande sem um censo – talvez, depois de 1988, seja a primeira vez em que a gente fique tão às cegas – é muito complicado. Espero que a gente consiga, para o ano que vem, trazer o censo e ter números mais efetivos, para a gente conseguir planejar de forma mais eficiente as ações de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saudar aí o Nésio por essa questão da tripartite. Eu acho que o grande barato que nós temos na Constituição de 1988, o SUS, é o maior projeto de inclusão social que o Brasil ousou fazer. Ele é muito mais do que um projeto de saúde pública, de política de Estado: ele é um projeto de resgate social importantíssimo. E aí o exercício da gestão desse projeto, sendo um fórum em que os três entes têm que centrar, é um exercício de democracia muito importante. E uma coisa muito interessante é que, quando você é obrigado a conversar, você cresce junto, e isso a gente tem que estar sempre valorizando e enaltecendo.

Eu queria finalizar com duas coisas, Senador Styvenson.

O eixo de comunicação, eu acho que é um eixo muito complicado para nós. O Programa Nacional de Imunizações sempre comunicou de forma muito efetiva, mas nós não vimos isso nesse período desde fevereiro, janeiro, quando começamos a vacinar. Eu espero, sim, que ainda se possa recuperar esse eixo de comunicação e que a gente possa, sim, dar mensagens positivas e mostrar que a população precisa se vacinar para se proteger. A gente ainda espera que o eixo de comunicação possa ser bem pensado pelo Ministério da Saúde e possa ser realmente efetivado na ponta, em todas as redes sociais, não é? No mundo, hoje, é muito fácil a comunicação, e nós temos uma comunicação muito equivocada e muito problemática, principalmente no enfrentamento da pandemia de covid. Então, a gente espera que isso melhore e faz até um apelo para que esta Casa possa nos ajudar, para que a Dra. Rosana possa nos ajudar... Porque essa comunicação é primordial que seja de quem coordena, porque, se o Estado for comunicar, o Município for comunicar – e cada um comunica de um jeito –, isso nunca dará certo. A gente espera que essa comunicação se efetive e melhore, principalmente agora com esse cenário que nós temos pelos esforços da Dra. Rosana e de toda a SVS do ministério, de um cenário de mais vacinas, de mais vacinas na unidade, com menor demanda. Então, a gente precisa comunicar que as unidades vão estar abastecidas, para a gente continuar protegendo a vida.

E por último, Senador Styvenson, não é diretamente o nosso foco, mas eu acho que isto é primordial. O Conasems está muito preocupado com o Projeto de Lei Orçamentária de 2022, em que nós levantamos que a verba reservada para o Programa Nacional de Imunizações é de R$3 bilhões. Neste ano, a verba do Programa Nacional de Imunizações foi de R$5 bilhões, e no ano passado também, isso sem contar a vacina de covid.

A gente vê com muita preocupação ter no Ploa 2022 apenas R$3 bilhões para imunização. Isso não daria nem para as vacinas anteriores ao covid, que já era um orçamento de R$5 bilhões e que já vinha há alguns anos para o Programa Nacional de Imunizações. Então, a gente quer levantar essa preocupação aqui – eu sei que não é o foco principal –, porque para a gente isso é muito claro, isso é primordial. A gente imaginou que o Programa Nacional de Imunizações para o ano de 2022 teria um salto, porque, tudo bem, se a gente não precisar vacinar ninguém contra covid em 2022, ótimo, a gente terá dinheiro para ser gasto em outras ações de saúde, que também são importantes – o SUS sempre subfinanciado. Mas, se nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisarmos de fato caminhar para a vacinação no ano que vem novamente contra a covid, de onde nós vamos tirar esses recursos? Então, muito nos preocupa esse planejamento orçamentário da União para o ano que vem.

Eu queria encerrar a minha fala com isso.

Estou aqui aberto para o debate, estou à disposição.

Muito obrigado, Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Nós que agradecemos, Sr. Alessandro.

Agora, o Senador Wellington e o Senador Esperidião Amin. Vou passar a palavra ao Relator, o Senador Wellington Fagundes, pelo tempo de dez minutos, para que ele possa fazer as perguntas. Em seguida, o Senador Esperidião Amin, autor deste requerimento, também terá o mesmo tempo que o Relator para fazer as suas indagações, suas perguntas, seus questionamentos. Depois dessa rodada, eu passo para que vocês saibam o que a população pensa sobre o assunto, o que a população está comentando – estou com uma relação de pessoas que estão participando. Então, farei algumas perguntas as quais eles queriam fazer para os senhores.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Boa tarde, meu companheiro Senador Esperidião Amin, Styvenson Valentim, que preside, a Senadora Zenaide.

Quero cumprimentar, representando o Ministério da Saúde, a Rosana...

Está o.k., Presidente? Estava com som? (*Pausa.*)

Quero cumprimentar todos os palestrantes na pessoa da Rosana Leite Melo; o representante do Conass, Nésio Fernandes; e também o Alessandro Chagas, Assessor Técnico do Conasems.

Sr. Presidente, nesta audiência de hoje, que já contou com a presença desses representantes do Ministério da Saúde e das secretarias municipais de saúde, eu queria aqui, inicialmente, parabenizar o Ministério da Saúde e, acima de tudo, a instituição Ministério da Saúde, um órgão técnico, não político, um órgão de Estado e não de Governo, principalmente pelo sucesso do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

A vacinação poderia ter começado mais cedo? Sim. Poderia ter andado um pouco mais rápido? Sim. Poderia ter sido mais harmônica, com menos vozes dissonantes e menos embates entre os entes federativos? Sem dúvida, sim, mas não há como negar que, se hoje temos a pandemia sob algum controle,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso se deve principalmente à operacionalização da vacina contra a covid-19 feita por essa instituição que a gente acaba de mencionar. E, naturalmente, sem o trabalho incansável das secretarias estaduais e municipais de saúde, a vacina não teria chegado aos braços dos brasileiros. Trata-se, portanto, de um trabalho muitas vezes silencioso, mas indispensável para quem ainda espera pela terceira, pela segunda ou até mesmo por sua primeira dose de vacina.

Tenho apenas duas perguntas a fazer, Sr. Presidente, e gostaria de ouvir o que os nossos convidados pensam a respeito.

Considerando a Nota Técnica nº 45/2021, publicada pela Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 do Ministério da Saúde no último dia 22 de setembro, acredito que a questão da vacinação dos adolescentes brasileiros a partir de 12 anos de idade tornou-se um assunto superado, ou seja, a não ser que surjam dados cientificamente embasados contra a segurança e/ou eficácia das vacinas hoje utilizadas no País, nós vacinaremos, sim, todos os brasileiros com 12 anos ou mais. E esta pergunta: estou certo? É isso mesmo?

Segunda pergunta: há poucos dias a Pfizer anunciou o resultado de um estudo que parece comprovar a eficiência e a segurança de sua vacina para crianças de idade de entre cinco e onze anos. Uma vez que essa indicação seja aprovada por órgãos regulatórios, já haverá países programando a vacinação das crianças? E por que vacinar crianças se elas são mais resistentes à complicação da covid-19? A justificativa seria que, apesar de resistentes, elas não são imunes a complicações ou mesmo à morte? Além disso, elas podem ser vetores que mantém vírus circulando, infectando pessoas mais velhas e gerando novas variantes? O que nossos convidados pensam a respeito? E qual é o sentimento, a percepção técnica do Ministério da Saúde a respeito da possibilidade de que, aprovada pela Anvisa e havendo doses suficientes, a vacinação possa estender-se também para essa faixa etária?

E ainda eu gostaria aqui de deixar perguntas, porque praticamente não foi comentado, sobre aquilo que a nossa Comissão tem se debruçado muito: exatamente a fabricação de vacinas aqui no nosso País.

É sabido que o Ministério da Ciência e Tecnologia tem apoiado o desenvolvimento de várias vacinas no Brasil. Inclusive, Senador Styvenson, temos trabalhado muito para garantir esses recursos, em parceria com V. Exa. e todos desta Comissão, para que o ministério tenha os recursos orçamentários para apoiar essas vacinas. Estivemos inclusive no Ministério da Ciência e Tecnologia, há poucos dias, lançando na Rede Vírus o grande centro de pesquisas de vacinas, juntamente com o Governo de Minas Gerais, na Universidade Federal de Minas. Temos também a vacina do Butantan e também a vacina da Fiocruz sendo desenvolvidas, além das vacinas da Universidade Federal de São Paulo, de Ribeirão Preto e da UnB.

Eu gostaria – já que V. Exas. são conhecedores principalmente dessa esperança, que, ao meu ver, representa para o Brasil – de fazer vacina e fabricar a vacina que possa ter inclusive as variantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adaptadas ao Brasil, porque é um país de 220 milhões de pessoas. Acredito que o Brasil precisa e poderá fazer vacinas. E agora inclusive, Sr. Presidente, nós estamos votando hoje, por um acordo, os vetos. Entre os vetos, está aquele projeto de lei de minha autoria autorizando a indústria de saúde animal a poder fabricar vacina no Brasil, e um dos itens era o incentivo fiscal para que essas fábricas pudessem fabricar vacinas. Foi vetado e hoje, por um acordo de Lideranças, nós deveremos derrubar esse veto, ou seja, precisamos incentivar que as nossas fábricas possam fabricar vacinas aqui, de preferência com 100% de tecnologia brasileira, já que todas essas vacinas estão aí praticamente prontas, em fase final. Eu gostaria de algum comentário sobre esse aspecto, porque também isso traz, ao meu ver, esperança a todos. Podemos fabricar vacinas suficientes para ter vacina no braço de todos os brasileiros e ainda poder exportar.

E, finalmente, eu gostaria do comentário final de cada um de vocês se nós já podemos estar, digamos assim, não só comemorando, mas anunciando para a população que, felizmente, o Brasil passa para o rumo de termos realmente a covid controlada no aspecto não só da vacina, mas também do atendimento nos hospitais, porque não vemos mais notícia de falta de oxigênio, de insumos básicos, de respiradores. Então, sobre tudo isso, seria bom um comentário também por parte de V. Sas. É claro que nunca dá para dizer: "Olha, estamos tranquilos". Mas: "Pelo menos, estamos fazendo o nosso dever de casa". É isso mesmo? Porque os números que mostram a queda vertiginosa de mais de 2 mil, quase 3 mil cidades com nenhum caso de óbito de covid nos trazem essa convicção de que o Brasil, felizmente, está conseguindo imunizar a sua população e que, com certeza, haveremos de diminuir, de forma muito drástica, a questão das mortes.

Claro que ninguém está aqui para comemorar, porque perdemos mais de 500 mil pessoas, quase 600 mil. Quem não tem um membro da sua família ou um amigo que não tenha se envolvido nessa terrível doença? Portanto, nós continuaremos com o foco em buscar a vacina para salvar os brasileiros e para garantir a esperança de todos aqueles, inclusive, que estão nascendo hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, ilustríssimo Senador Wellington.

Eu preciso declarar um testemunho do esforço pessoal do senhor e desta Comissão para que o seu projeto, o qual hoje todo o Senado... Sem dúvida nenhuma, acho que nem precisaria da reunião dos Líderes, porque foi aprovado por unanimidade. Certamente, nesse incentivo à produção de vacinas, esse veto vai ser derrubado. Está bom?

Só para complementar, já que o Senador Wellington fez esse levantamento na última indagação para os palestrantes, sobre o número de casos, de óbitos e de internações que, por Deus, está diminuindo, nos nossos Municípios, no nosso País, eu ainda escuto, Senador Wellington: "Ah, depois que todos já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegaram covid, não é a vacina". Então, a dúvida que existe é se foi a vacinação ou se foi a famigerada imunidade de rebanho que aconteceu. É para explicar e esclarecer a população.

Não sei se o Senador Esperidião Amin vai usar a palavra. Se não, eu passo para a Senadora Zenaide, se o senhor permitir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sou eu que falo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O senhor está com a palavra, mas, se o senhor estiver ocupado e quiser passar a palavra para a Senadora Zenaide, ela também está com a mão levantada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu não posso negar esse gesto mínimo de gentileza a uma querida companheira que nos ensina sempre quando participa da reunião. Então, eu aguardo e ouço.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito. Um ótimo exemplo de cavalheirismo. O senhor sempre ensina para a gente isso.

Senadora Zenaide, minha conterrânea, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente Styvenson Valentim, Senador aqui do meu Estado, meu colega; Esperidião Amin, claro, o senhor foi quem pediu esta audiência pública aqui, então o senhor tinha pleno direito, mas já sou muito grata por isso.

Eu ouvi atentamente a fala de cada um e queria dizer à Dra. Rosana Leite que o Ministério da Saúde tem um lugar de respeito no País. Então, quando vocês fizeram aquele decreto legislativo, aquela nota sobre a vacina para os adolescentes ou crianças a partir de 12 anos, aquilo foi muito grave. Eu tenho neta de 13 anos e, depois que ela ouviu colocarem em dúvida uma criança que tinha morrido e que tinha muitos efeitos colaterais – eu digo porque eu tenho uma neta que tem 12 anos –, eu tive dificuldade de convencê-la a tomar a vacina.

Por isso que quem tem o poder, quem ocupa um lugar que chama atenção, como é o Ministério Público, como é o Presidente da República, tem que ter um respeito muito grande e coragem para dizer isso. Com todo o respeito, Dra. Rosana, com certeza o que a senhora disse aí não convenceu. E convenceria... Como foi dito aqui pelo nosso representante do Conass, o nosso representante Nésio, que disse o seguinte: se querem convencer... E já disse que isso está resolvido, como falou ali o colega, mas não está resolvido, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma pergunta que eu quero fazer aqui para o Presidente do Conass e para o representante do Conasems é: vocês já viram alguma pandemia ou epidemia neste País com mais de um ano sem nenhuma campanha educativa de comunicação? Não houve.

E sabe, Dra. Rosana, eu vi o currículo da senhora, a senhora é uma médica respeitadíssima, mas a senhora, como Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid, sabe que as medidas não farmacêuticas, fora a vacina, são a coisa mais importante. Seria mais simples se o Ministério da Saúde tivesse dito que não havia vacina suficiente, porque aí todo mundo ia entender. A gente achou que havia, mas como não havia, não: criaram essa expectativa de muitos efeitos colaterais, de um óbito que não foi confirmado. Gente, isso é grave. Eu estou sentindo na pele. Eu sou médica e tenho uma adolescente que não foi fácil convencer a tomar a vacina – não foi fácil. Mas vou voltar aí dizendo que o menino que morreu... Isso é gravíssimo.

E eu digo mais: acho difícil, com todo o empenho da senhora, a senhora resolver, porque a senhora não vai ter como mandar fazer uma comunicação em massa, dizendo que, mesmo com a vacina, com uma quantidade de brasileiros com uma dose imensa, mais de 100 milhões, não pode desprezar a máscara.

Como a senhora vai fazer? A pergunta é esta: como a senhora vai chegar a isso? Porque a senhora é Secretária Extraordinária para o Enfrentamento da Covid-19, e a gente sabe que o que enfrenta covid são vacinas e, em segundo, medidas educativas – comunicação, gente.

Não é possível... Quando eu vi aquela nota do ministério, eu disse que era mais simples dizer que não havia vacina para todo mundo, e não isso aí. Eu sei que já vacinamos muita gente, mas sei também que foi demorado e que, na época em que se disse que não havia vacina, a Pfizer já estava sendo oferecida há muito tempo e o Governo não olhou – não tem nada a ver porque a senhora não era nem secretária nisso aí. Então, é difícil acreditar no Ministério da Saúde, num Ministro da Saúde, por quem eu tenho o maior respeito, é aqui meu vizinho da Paraíba, se ele segue a mesma cartilha: um manda e o outro obedece. Ministro de Estado da Saúde tem que ser algo mais. E como foi mostrado aqui: o PNI, criado em 1973, já salvou milhões de vidas neste País, milhares, nem se soma. E o SUS é de uma importância fundamental.

Aí eu pergunto: como a senhora vai convencer a fazer uma comunicação dizendo que houve um equívoco? Não é entrevistazinha, não. A gente sabe que não é assim depois de uma nota dessas e do alarde que foi feito sobre esse óbito de uma criança. A gente sabe que não foi pela vacina e que os sinais e sintomas de um braço doendo ou coisa assim são comuns, a gente sabe que pode acontecer.

Agora, a maneira como foi tratado, se o Ministério da Saúde achar que com uma nota está resolvido isso, não está. Não está resolvido, apesar de os adolescentes serem, como eu digo, chipados, são pessoas que ouvem informações, mas se ouvem uma informação dessas e não existe uma declaração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de quem tem autoridade para isso, que é o Ministério da Saúde... Não tem. Não houve isso de dizer... Houve entrevista, uma entrevista ou outra.

Isso é muito grave, sabe por que, Dra. Rosana? Porque a gente está descobrindo que isso fez com que muitas pessoas morressem de morte evitável neste País. Primeiro, porque não se comprou a vacina a tempo; segundo, porque não se mostrou à população como se fazia... Aliás, para a dengue também o ministério não está fazendo, mostrando: "Olha a água parada, o mosquito vai ali". Não houve essa campanha, não houve. E numa hora dessas tem que haver, porque vocês são o lugar mais respeitado. Quem não segue o Ministério da Saúde? Precisa o tempo todo a gente estar falando.

E o Conass e o Conasems têm razão. Como a senhora vai garantir, com essa redução do orçamento não só para o PNI, mas também para todo o Ministério da Saúde, como a senhora vai enfrentar a covid, que ainda não acabou? Ela está dando uma trégua, e a gente está vendo nos outros países.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senadora Zenaide.

De nada, Senadora Zenaide. Eu poderia até complementar a pergunta da senhora com uma fala, com todo o respeito à Dra. Rosana Leite, mas, se a senhora estiver anotando as perguntas, eu espero que todos estejam, é uma pergunta que já estava para ser feita pelos ouvintes que estão nos assistindo, pelos telespectadores, pela internet, pela TV Senado, foi uma declaração do Ministro da Saúde, no dia 15 de setembro, na qual ele comentou que há um excesso de vacinas no Brasil. No dia seguinte, alertou, aspas: "Que a dona de casa se programa para um almoço para cinco pessoas, chegam 20. E aí? Como é? Bota água no feijão? Como posso botar água no feijão da vacina? Não dá, então, a gente só tem condições de entregar as vacinas de acordo com o cronograma que foi previsto".

A pergunta para a Dra. Rosana: Há vacinas suficientes? Estão sobrando vacinas, doses de vacinas no Brasil? Quais vacinas são essas? A senhora já falou que há 100 milhões, 35 aguardando. A quem se referia? Não posso perguntar à senhora, porque não foi a senhora quem comentou e estava entre aspas o que eu citei aqui, na pergunta, mas o Ministro falava de quem nesse momento? Quem seriam essas 20 pessoas que chegariam de surpresa e precisaria aumentar esse feijão?

Senador Esperidião Amin, autor do requerimento, com a palavra por dez minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu geralmente extrapolo o tempo, mas hoje não vou extrapolar. Só queria relembrar que, no dia 18 de dezembro do ano passado, depois de muitos esforços e empenhos, nós conseguimos tomar conhecimento de um plano nacional de imunização. A sessão, casualmente, não foi presidida pelo nosso querido Senador Confúcio Moura nem por V. Exa., porque, no ano passado, a Comissão era mista; foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidida pela Senadora Leila Barros. Eu queria manifestar o meu constrangimento e o meu confrangimento pelo desacerto e pelo grau de instabilidade que nós gestores, integrantes, do que se chama Governo, no sentido amplo da palavra, Legislativo, Judiciário e Executivo, nos três níveis, produzimos nos últimos 30 dias sobre o plano nacional de imunização, que é uma conquista de 48 anos do Brasil.

Eu não vou procurar culpado disso ou daquilo, mas quero que o Senador Wellington registre que depois de um ano e sete, oito meses quase de busca de unidade, nós conseguimos um desacerto pueril – pueril! –, porque, neste um ano e sete meses, Senador Styvenson, todas as ginásticas que se fizeram para comprar vacina, fabricar vacina, inventar um outro fornecedor de vacina, até agora, fora as compradas pelo Governo Federal, ida de Prefeito à São Paulo, inclusive do meu Estado, Estado do Rio Grande do Sul, compra de vacinas por empresário, compra de vacinas pelo Consórcio Nordeste, mesmo a excelente iniciativa do meu amigo Wellington de as indústrias que produzem vacina para animais participarem ativamente disso, nenhuma dessas iniciativas trouxe uma ampla – uma ampola! – para ser injetada. Nenhuma ampola. Até agora nenhuma! Eu nasci no dia de São Tomé. Nasci no dia de São Tomé. Tudo isso foi ficção e eu ajudei a aprovar essas ficções. A Lei 14.125, assim como a 14.124 são leis muito bem-intencionadas, mas que até agora não produziram nenhum resultado concreto.

Então, o meu apelo ao Ministério da Saúde, ao Conselho Nacional dos Secretários de Saúde de Estados e de Municípios, mas especialmente de Estados, é para que não façam ruído. Nós já sofremos muito para sofrer por desacertos e demonstrações de suscetibilidades feridas, diante de um povo que tenha sofrido tanto por erros de todos nós, mas agudizar esses erros com desacerto de anúncio de desconfirmação, de reconfirmação, só gera uma instabilidade desnecessária, artificial, que não contribui nada, a não ser aumentar o pavor dos que já estavam com medo e, sabe, a irresignação de quem já não acreditava.

É o meu apelo, sem censura e sem julgamento, mas eu fiquei, como brasileiro, muito triste com aquilo a que eu assisti nesses últimos 30 dias a respeito de controvérsias sobre a quem vacinar quando o suprimento, até agora, é um só.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito, Senador Espiridião Amin.

Aos nossos palestrantes eu vou pedir só um pouco de paciência para fazer uma rodada só de perguntas e respostas. Para ganhar tempo, vamos já começar uma sessão do Congresso, para votação dos vetos. E eu queria só ler o nome das pessoas que participaram que chegou até aqui, às minhas mãos, do e-Cidadania. Vou apenas fazer referência a duas ideias, as quais eles estão aqui exaustivamente repetindo. Para ter uma ideia sobre o que o Espiridião Amin falou, o ilustríssimo Senador Espiridião Amin falou, a ideia da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Daniela Pastre, do Rio Grande do Sul, faz a seguinte pergunta: "Já existem estudos que atestam a segurança da vacinação nesta faixa etária para longo prazo?". Eu grifei as palavras "segurança", "vacinação", "faixa etária". Por quê? Porque a pergunta do Antonio Luiz, de São Paulo; do Miguel Andrade, da Bahia; do Pedro Tanajura, de São Paulo; da Andresa Monteiro, do Rio de Janeiro; da Elinadja Targino, de Alagoas; da Viviane Damasceno, do Rio de Janeiro, que fala sobre dados científicos que embasam justamente essa interrupção. Então, a Viviane Azzolin, do Distrito Federal, ela comenta que é a favor da interrupção das vacinas, já que não fizeram testes suficientes. A Rafaela Clerici, do Rio Grande do Sul, comenta: "Sou adolescente, digo 'sim' à continuidade da vacinação em adolescentes, já que estamos querendo voltar às aulas presenciais e temos que nos vacinar". Então, a maioria das perguntas – e foram muitas perguntas das pessoas que estão participando – fala em torno da questão da segurança, questão da credibilidade, da questão de passar justamente essa sensação para as pessoas de que a vacina seria importante, como é importante para a imunidade do ser humano.

Só para encerrar, eu vou fazer duas perguntas para a representante do Ministério da Saúde. Eu preciso adiantar que tenho o maior respeito ao Ministro, a esse Ministério, a todos vocês que compõem o Ministério da Saúde, mas eu acredito que as decisões técnicas têm que ser as que prevaleçam.

A pergunta que eu vou fazer diz respeito a uma fala do nosso Ministro, no dia 16 de setembro, ele relatou ter conversado com o Senhor Presidente Jair Bolsonaro, para decidir mudanças na recomendação para vacinar adolescente contra o covid-19. Segundo ele, o que o Presidente lhe trouxe, não é uma imposição, mas um sentimento, o que eu leio, o que eu vejo, o que chega ao meu conhecimento, você pode ver como está a situação.

A OMS – aí é uma pergunta também –, a OMS é contra a vacinação entre as pessoas de 12 e 17 anos, como afirmou o Presidente? Então, dentro do questionamento que eu vou trazer aqui, a Organização Mundial da Saúde, nesse posicionamento da fala, do pensamento e do sentimento que foi trazido à tona durante a manifestação do Ministro, se não me falha a memória, é um posicionamento... A Organização Mundial da Saúde se posiciona contrariamente à vacinação de adolescentes nessa faixa etária?

E queria saber se para as decisões, justamente dessa nota 40, depois a nota 45, se foi levada em consideração essa retirada ou a manutenção da vacinação dessas pessoas de 12 a 17 anos, se foram levadas evidências científicas, que é uma das perguntas também que as pessoas estão, reiteradamente, fazendo pelo e-Cidadania.

E a tomada de decisão pela suspensão da vacina de adolescentes sem comorbidade teve respaldo num grupo específico do qual a senhora teoricamente eu acho que faz parte, dessa Secretaria Secovid, de consultores técnicos que assessoram o Ministério da Saúde nessa questão da vacinação para adolescentes?

Só para encerrar, o sentimento do Presidente seria suficiente para desencadear essas mudanças?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma ocasião – aí é um tema que vai entrar em discussão logo, logo, Senador Esperidião Amin, Senador Wellington –, o Presidente Jair Bolsonaro também questionou o Ministro da Saúde sobre a desobrigação do uso de máscaras, aspas: "Em breve nós teremos essa desobrigação de usar máscaras. Quem quiser usar máscara use, mas essa mania de criar lei para tudo, daqui a pouco querem criar uma lei para obrigar a criança a ir à escola vacinada. Não precisa de vacina para ir para escola". Há opinião de cada um, acho que curta, sobre essa fala... Eu tenho a minha, mas vou ouvir a dos senhores, sobre essa afirmação. E há um respaldo científico para essas declarações?

E uma pergunta bem específica para o Sr. Alessandro Aldrin Chagas que me causou curiosidade, quando ele trouxe, alegou, durante a fala dele, a dificuldade de levar os jovens para a vacinação. E a Senadora Zenaide veio e contribuiu com a fala dele. E, logo em seguida, eu vi que existem alguns Municípios, os parabéns que o Sr. Alessandro deu a alguns Municípios que conseguiram avançar na vacinação de adolescentes. A minha pergunta é: por que que os outros não estão conseguindo avançar? Por que que os outros não conseguem avançar na mesma velocidade dos parabéns que o senhor deu a uma parcela e a outros, não? Essa dificuldade é porque o jovem se acha indestrutível, não quer tomar vacina, é uma cultura? Está faltando alguma promoção, como houve lá em Natal, Senadora Zenaide? Para ir a um evento público, exigiu-se a obrigatoriedade da vacinação.

Eu estou trazendo a discussão com especialistas, porque se questiona muito o uso ou não, a introdução ou não, injetar ou não essa vacina nas pessoas, e veio agora essa discussão com os jovens. Então, eu espero que todos os senhores tenham anotado as perguntas, a senhora também.

E vou dar dez minutos para a D. Rosana. Se for pouco tempo, a senhora pode se estender. Mas dez minutos para a Sra. Rosana Leite, já que muitas perguntas foram direcionadas a ela. Ao Sr. Nésio Fernandes, eu vou dar os cinco minutos e, ao Sr. Alessandro Chagas, cinco minutos. Pode ser assim?

Com a palavra a Sra. Rosana Leite. (*Pausa.*)

O SR. NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR – A senhora está sem áudio, Rosana. (*Pausa.*)

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO (Para expor.) – E agora? Vocês estão me ouvindo? (*Pausa.*)

Obrigada, Nésio.

Primeiro, eu agradeço todos esses questionamentos. Mais uma vez, é uma oportunidade. Como foi bem lembrado pelo Alessandro, e sempre, nas nossas conversas, nós colocamos isso, não é de hoje que o maior problema do ser humano é a comunicação, haja vista a criação da Torre de Babel, a lenda em relação a isso. Muitas vezes nós achamos que estamos nos comunicando, muitas vezes não o estamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também existem outros fatores que eu até comentei na semana passada em relação ao diálogo, que isso é muito importante, é um dos pilares não só do nosso Sistema Único de Saúde, mas da nossa Constituição, que infelizmente, por mais que nós preguemos que o consenso é o que deve nortear, mas nem civilizações mais evoluídas conseguem o consenso e, sim, a maioria, que é o que acontece no nosso País, não é? Nós poderemos partir para essa forma.

Então, Senador Wellington Fagundes, Senadora Zenaide, Senador Esperidião Amin, Senador Styvenson, de uma forma geral, eu gostaria de esclarecer o seguinte. Gostei muito da palavra que foi bem colocada pelo Senador Wellington Fagundes, que diz que realmente o Ministério da Saúde, como todos os outros ministérios, é um órgão de Estado e não de governo. Ele é, sim, da administração direta.

A Dra. Zenaide falou do meu currículo. Realmente eu sou não só servidora pública, imbuída assim como agente pública, também fui Presidente de Conselho Regional de Medicina, ou seja, uma autarquia federal. E, como tudo assim, um serviço público e com as prerrogativas e o que é ser servidor público: nós servimos à sociedade e não o contrário.

E isso é muito presente na minha pessoa, tanto é que, quando nós assumimos o Hospital Regional lá no Mato Grosso do Sul, como Diretora-Presidente, ligada diretamente ao Governador, em várias conversas, era muito claro que quem deveria, em toda uma estrutura de governo – e aqui também é semelhante –, quem faz realmente a política, quem tem isso é o Governador, seus secretários e, consequentemente, a gente, que era presidente de autarquia, deveria focar precisamente na parte técnica. Prova que isso não é uma realidade no nosso País, na maioria deles também, e existem também outros interesses e esses interesses são legítimos, todos os interesses são, não estou fazendo nenhuma apologia.

O que eu quero dizer é que, quando fui convidada pelo o Ministro Queiroga, que já me conhecia, não só pela minha experiência no Ministério da Educação, pela forma como eu lido em relação à saúde, os meus objetivos – realmente, quando eu falo que eu tenho conflito de interesses, sim, o meu controle de interesses é a população, é a população brasileira, são os pacientes –, também como gestora. Então, não só o conhecimento técnico-científico em relação a essa maravilhosa profissão pela qual fui escolhida, não que escolhi, reitero isso.

Sou cirurgiã, sou cirurgiã oncológica e tenho dificuldade porque, claro, é igual aquele paciente oncológico que vem até nós, ele gostaria que o resultado, que a cura dele se resolvesse mais com procedimento cirúrgico do que precisar de uma quimio e assim sucessivamente. Por que eu digo isso? Nós estamos enfrentando, sim, uma pandemia; nós valorizamos, sim, a prevenção primária, ou seja, antes que a doença entre, a prevenção primária. Tanto é que, em todos os nossos informes, nós utilizamos a prevenção primária com imunizantes e, como a Dra. Zenaide colocou, em relação às medidas de barreira, elas são importantes, sim. Hoje, nós conhecemos esse vírus, ele se transmite através de gotículas. Em todos os nossos informes, por mais que sejam informes voltados para a vacina, estão lá as medidas que nós temos que manter em relação às medidas de barreira porque a imunização só se torna mais efetiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só com a segunda dose, mas tem um tempo para começar. Então, seria até de forma leviana se eu não fizesse isso nos informes que tratam de vacinas. Algumas pessoas até questionam o porquê disso, mas tudo se complementa, todos os tratamentos, como em Medicina, tudo é multifatorial.

Então, nós valorizamos, sim, nós sabemos – como foi colocado até pelo Nésio – qual é a porcentagem da população a que nós chegaremos e que nós poderemos falar: "Olha poderemos dispensar as medidas de barreira". Nós sabemos que existem países – vou falar um exemplo, a Alemanha – em que realmente lá não é obrigatório mais, mas, se nós formos comparar a Alemanha com o nosso País, como eu falei, o nosso jeito latino, a nossa cultura é bem diferente. Cultura é algo que está arraigado.

Então, claro que nós temos que pegar as experiências alheias, das outras nações. Temos que respeitá-las, mas temos que trazê-las para a nossa realidade. Talvez lá o critério que eles utilizaram – e já falo um pouco da retirada das máscaras, Senador Styvenson –, talvez lá o critério que eles utilizaram para a retirada de máscaras nos ambientes públicos... Nos ambientes públicos e privados, eles utilizaram critérios de imunização, alguns acima de 60%, 70%, outros um pouco menos, principalmente as aglomerações. Talvez esse critério por nós, porque nós não podemos avaliar apenas esse indicador, que seria imunização, e, sim, levar em consideração os nossos costumes, porque nós realmente temos esse diferencial. Se se levar isso em consideração, alguns estudiosos têm advogado que a partir de 90%, 80%, 90%, como o Nésio colocou, se a gente for avaliar apenas esse indicador, em relação à retirada das medidas de barreira... Por que falo isso também? É claro, público e notório que nenhum imunizante protege 100% contra infecção, ele nos protege das infecções que podem evoluir para as formas moderadas a graves, tanto é que, mesmo pessoas que foram imunizadas, até tiveram covid, podem ter reinfecção.

Os dados nos mostram que a quantidade não é tão grande, e aí retomo, mais uma vez, um questionamento que foi feito: o que nós estamos vendo hoje com diminuição de taxa de internação hospitalar, diminuição, sim, da incidência? Os casos novos da covid estão diminuindo, apesar de nós não termos aquela testagem que as pessoas falam: "Ah, deveria testar todo mundo, todos os dias". É inviável, não é necessário, também já se chegou até esse tipo de discussão.

Lembro que o nosso País, embora sejamos privilegiados, que povo brasileiro pode comprar a vacina, porque essa vacina é comprada, sim, com os nossos impostos, que custaram em média de US$8 a US$15 cada dose desses imunizantes, cada uma dessas doses, lembrando que a maioria das nações não têm esse poder aquisitivo, e nós estamos nessa posição e conseguindo comprá-la. E, claro, como foi colocado, através da administração, nesse ponto, do Ministério da Saúde, porque ele é o responsável por isso, porém, lembrando que é, sim, a administração do dinheiro público.

E aí, voltando àquela questão de que eu falei em relação às instâncias administrativas. Aqui, não só o nosso organograma, mas em todos os ministérios nós temos o ministro e temos os secretários. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogamos sempre, sim, pelos critérios técnicos. E, quando se fala técnico, eu gostaria de fazer uma ressalva: quando nós analisamos técnico em relação à saúde, em relação a gestão da saúde, não são apenas os conhecimentos, e esse apenas não é de minorar. Os conhecimentos são norteadores da Medicina, norteadores de agravos de saúde, mas de gestão também.

O ato relacionado a essa interrupção, por mais que possa ter causado algumas situações, por mais que a nota em si as pessoas possam não ter entendido... Fui questionada algumas vezes, mas inclusive havia palavras escritas no final dizendo que poderíamos, a qualquer momento, rever aquele ato. E, até o fato de nós omitirmos o óbito e justamente omitirmos, sim, porque não só pelo nosso Código de Ética como médicos, mas também como nosso Código de Ética como servidor, nós temos que evitar ao máximo causar pânico. Analisando retrospectivamente, talvez a forma de comunicação tenha causado até mais, mas a intencionalidade dessa nota foi, sim, um sobrestamento porque chegaram as situações... Fazendo um paralelo, poder-se-ia chegar à conclusão que esse óbito foi...? Poderia. Na sexta-feira, mostrou-se que não. Aí alguém vai, as pessoas... Eu também não quero causar pânico... "Ah, poderia não ter sido." Mas tinha uma relação temporal, e era obrigação nossa investigar.

Vocês poderiam me questionar: "Rosana, mas vocês fariam isso se acontecesse com um senhor de 60 ou 70 anos?". É diferente, nós estamos analisando adolescentes e, aí, Senador Wellington, esse questionamento que o senhor me fez, a respeito das crianças de 2 a 12 anos... Nós discutimos muito isso, principalmente na bioética: por quê, para quê e com o quê devemos imunizar as nossas crianças? Não existem trabalhos a longo prazo, mas o fato de não existirem trabalhos a longo prazo não inviabiliza o fato de precisarmos, sim, imunizar esses outros públicos.

Para tudo nós analisamos o custo-benefício. Muitas vezes isso é um pouco difícil, mas nós temos, enquanto gestores, enquanto médicos, até no campo privado, nós e nosso paciente... Todo aquele caso é avaliado, e nós avaliamos o custo-benefício em relação a isso. E, quando chegar o momento, aí nós também teremos que ficar muito atentos. Nós sabemos, na indústria farmacêutica, de todos os vieses que existem, os interesses que existem. Nós temos que ter muito cuidado, sim, quando formos decidir em relação a essa faixa etária, que é uma faixa etária que ainda está em desenvolvimento.

É claro que... "Ah, a plataforma RNA não replicante? Fantástico!" Acho que, como diz todo mundo, deve receber o Nobel. Deve, sim, em relação isso, mas temos que ter prudência, essa é a palavra. Quando nós adotamos esse ato de forma discricionária, em relação à nossa secretaria ter esse sobrestamento... Sou a responsável, não me furto em relação a isso. Talvez a comunicação *a posteriori* pudesse ter sido diferente... Não sei a dimensão que foi, mas foi muito bem pensado. Aquele momento... Primeiro que a vacinação nem era pra ter começado. Segundo as nossas normas, ela começaria a partir do dia 15. Já começamos por isso. Identificamos erros de imunização pelos fatores que falei, e culminou com esse óbito, tanto é que a decisão foi tomada no dia 15. Até aí nós estávamos apenas analisando. Com certeza, posso não estar convencendo as pessoas, mas isso foi a nossa decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao que foi colocado: "Ah, foi o Presidente que pediu...". Não foi isso que chegou. À minha secretaria o que chegou foram os dados, inclusive com fotos, com algumas situações, e sempre, quando chega um dado, a gente vai investigar. É aquilo que a gente fala a respeito: "Olha, tem uma bomba no avião". Você desce do avião e analisa, não paga pra ver. E por que nós pensamos isso? Por tudo o que expus aos senhores. De repente, se o caso acontecesse em outra faixa etária, seria pesado, como já aconteceu, e já investigamos, estamos investigando outros. A nossa secretaria é matricial, então a gente tem vários contatos.

E, como eu falei em relação à vacina dos adolescentes, o que nós faremos? É um grupo difícil? Sim, por várias questões. É a fase da rebeldia, eles são extremamente críticos. Então, a gente vai investir em campanha, sim, porém há que sempre se estar pensando que nós temos que avaliar esse custo-benefício. Existem países onde a vacinação desse público de 12 a 15 anos é feita mediante, inclusive, consentimento livre e esclarecido por parte dos país. Não é simplesmente ir lá e vacinar, porque tem toda uma responsabilidade em relação a isso. Mas nós acreditamos que a vacinação nesse público é muito importante, de 12 a 18 anos, principalmente para a gente frear a cadeia de transmissão. Então, nós acreditamos sim, mas sempre com segurança.

Quando nós colocamos que as agências reguladoras liberam um determinado medicamento, uma determinada imunização, isso é fato. Se nós pegarmos a bula, principalmente a bula da Pfizer, está lá muito claro: ela é liberada em relação àqueles estudos de segurança, porém a aplicação é a critério dos órgãos oficiais, ou seja, do Ministério da Saúde. Isso também dá outras repercussões. Na mesma situação, algumas medicações são liberadas, mas a gente não pode fazer para qualquer paciente. Então, há, sim, que se avaliar. Por isso que é maravilhoso o nosso sistema, há toda essa sincronia e tudo tem que estar muito bem concatenado.

Como instância administrativa, a qualquer momento a gente pode rever os nossos atos. Foi o que nós fizemos. Foi muito rápido? Foi rápido porque os resultados vieram rápido. Inclusive, nós temos outras situações em que demoram um pouco mais. Se demorassem, talvez demoraríamos um pouco mais para soltar essa nova nota.

Deixa eu ver se tem mais alguma... Em relação à Pfizer, às tratativas que foram feitas, realmente, eu não estava aqui, mas peguei os contratos anteriores, os motivos do que aconteceu, por que demoraram um pouco algumas tratativas. Realmente, algumas cláusulas contratuais que não tinha como nós aceitarmos. Penso que se eu estivesse naquele momento... Determinadas cláusulas realmente tinham que ser revistas, e houve alguma morosidade.

O contrato foi firmado em março, porém, a partir de maio, final de maio, nós começamos a receber mesmo, com mais frequência, os imunizantes. Quando não recebíamos, entrava todo aquele ciclo de contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O orçamento para o próximo ano. Sobre os imunizantes, nós já estamos em tratativas, já quase finalizando – não digo finalizando, mas quase finalizando acho que é o termo correto –, sim, de alguns imunizantes para o próximo ano. O próximo ano é ainda uma incógnita no sentido de que parece que teremos, sim, que imunizar, mas será que teremos que imunizar toda a população? Será que precisaremos apenas de um reforço? Qual o tempo de reforço? Será esse reforço diferente para uma faixa etária mais idosa do que para uma faixa etária mais jovem?

Estamos com alguns estudos em andamento que já estão sendo entregues agora. Um vai ser hoje, vamos apresentar, e, até o final de outubro, também outro. E nós estamos com a intenção de fazer um fórum, juntamente com a nossa câmara técnica, em relação à imunização do próximo ano.

Também temos um estudo em relação ao reforço de meia dose da vacina da AstraZeneca, essas produções que nós temos no nosso País em relação à AstraZeneca, que foi essa transferência tecnológica, um imunizante que tem mostrado não só eficácia, mas uma eficiência no sentido da produção de anticorpos, de se manter mais esses anticorpos neutralizantes e também células de memória. E o imunizante da Pfizer também tem se mostrado uma boa opção em relação a outros. Todos são avaliados.

Existem, sim, algumas vacinas produzidas por algumas universidades que ainda estão em fase de estudos, experimentais ainda, mas que ainda não estão na fase dos estudos clínicos. Isso a gente tem acompanhando.

Em relação ao que o nosso Ministro falou, sobre o excesso de vacinas, ele quis dizer o seguinte – eu falo isso porque a gente debateu bastante a respeito da comunicação e do que é o excesso de vacinas –: nós temos, sim, o nosso Plano Nacional de Operacionalização, que, como o nome mesmo diz, é um plano e se baseia no planejamento não só de quantidade, mas de indicação e de tudo o que já foi colocado e os senhores já sabem.

Nós enviamos pautas de distribuição, quantitativo de distribuição. Antes do dia 15, nós não tínhamos enviado nenhum quantitativo de imunizante para determinado público, no caso, o público de adolescentes – até alguns receberam doses de reforço também –, nós o enviamos para a população acima de 18 anos.

O Alessandro colocou algo extremamente importante em relação ao IBGE. Talvez esse denominador que nós estamos usando seja superestimado e esses Estados e Municípios estejam avançando. Exemplo: na sexta-feira, nós terminamos uma reunião, cuja nota técnica sairá hoje, em que nós liberamos a vacinação para a população dos trabalhadores de saúde – tudo com quantitativo, adequadamente –, mas houve Estados que já começaram a vacinar, sendo que nós nem a enviamos. Então, é nesse sentido. Por quê? Porque se cria toda uma situação em que se fala, se comunica que está faltando vacina. Aí, nós vamos analisar, e já estão vacinando público que não está nem no nosso plano, nem nos nossos informes de distribuição. É nesse sentido que ele falou em relação à falta de vacinas e ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não cumprimento do Plano Nacional de Operacionalização. Como nós que fazemos o planejamento, se começarem a utilizá-lo de forma divergente das nossas normas, não só em relação ao intervalo entre doses mas também em relação ao uso desse ou daquele imunizante, realmente esse planejamento que nós fizemos e que estamos sempre revendo pode faltar. É como na história do feijão.

Em relação à Organização Mundial da Saúde e à forma como as pessoas querem ouvir, Senador Styvenson, a Organização Mundial da Saúde é muito clara na tradução, que diz o seguinte: "Devemos considerar a imunização da população de 12 anos a acho que 15 ou 18 anos, a partir do momento em que aquela nação tenha imunizado com duas doses toda a sua população mais vulnerável ou adulta". Aí, vocês podem até perguntar: "Então por que vocês decidiram antes?". Porque, pelo planejamento, pelas entregas que estão sendo feitas dos imunizantes – como eu falei, nós já temos outro contrato, um aditivo de contrato de mais 100 milhões, e estão entregando –, nós podemos começar antes se terminarmos realmente os outros grupos prioritários.

A Organização Mundial da Saúde – também ela – ainda não recomenda a dose de reforço, porque ela crê... antes de se completarem as duas doses na população em geral. Mas aí são outras questões que a gente poderia discutir amplamente depois e que envolvem, sim, o campo principalmente da bioética, como, por exemplo, por que nós temos alguns países aqui próximos que não têm nem 1% da população vacinada? E várias situações em relação ao quantitativo e a uma série de questões.

As evidências científicas, realmente, a curto prazo, nós não as temos em nenhum desses imunizantes – a covid está construindo –, então são riscos que nós assumimos em relação a isso. Mas o que temos de bom e nos faz achar, sim, que estamos acertando? Diminuiu, sim, taxa de infecção; diminuiu, sim, taxa de internação; diminuíram, sim, óbitos. E isso é graças à imunidade que a nossa população está adquirindo através, sim, das vacinas, porque ainda não deu tempo suficiente, por mais que a gente faça algumas modelagens, de toda a população já ter adquirido o vírus e, mesmo adquirindo, existem as variantes.

Então, é uma pandemia que ainda vai perdurar, talvez episódica, não só, vamos dizer, no sistema pandêmico, mas com que nós teremos que conviver por muito, muito tempo.

Eu acho que consegui responder tudo, Senador. Qualquer dúvida, estou à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito, Dra. Rosana Leite. A senhora conseguiu, sim. Eu creio que, logo em seguida à fala do Sr. Nésio Fernandes e do Sr. Alessandro Chagas...

O senhor quer a palavra agora, Senador Esperidião Amin?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Breve.

Presidente, para não dizer que nós só estamos movidos por preocupação e congêneres, eu quero deixar registrado na ata desta reunião que pelo menos um palpite meu deu certo até agora, um! Viu, Senadora Zenaide? Eu sempre disse que a cientista húngara Katalin Karikó, pesquisadora do RNA mensageiro, ganharia o Prêmio Nobel da Medicina. Ela ainda não ganhou, mas, na sexta-feira passada, ela ganhou o "Nobel americano", entre aspas, que é o Prêmio Lasker, pelo seu trabalho de mais de 30 anos de estudos persistentes visando à plataforma do RNA mensageiro – e tudo indica que veio para ficar. E lembro que ela não é da Pfizer; ela é Vice-Presidente da BioNTech, que foi quem desenvolveu essa tecnologia, esta plataforma. Ganhou, na última sexta-feira, o Prêmio Lasker, que é o equivalente ao "Nobel americano", pelo seu trabalho, num prenúncio de que eu estou no caminho certo, pelo menos nesse palpite.

E muito obrigado pelos esclarecimentos que eu estou acompanhando. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Esperidião Amin. Parabéns à ciência, mais uma vez; sempre inquestionável!

Sr. Nésio Fernandes, a Sra. Rosana Leite – só para deixar claro e explicar – foi muito questionada, por isso que o tempo dela foi mais extenso. O senhor acha que, em cinco minutos, conseguiria responder algo que foi perguntado ao senhor e fazer as suas considerações finais?

O SR. NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR – Eu acredito que sim, mas, se eu extrapolar, não passarei de oito minutos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Está o.k.

Pode usar a palavra.

O SR. NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JUNIOR (Para expor.) – Vou tentar, então, ser bem objetivo.

De fato, nós acreditamos, como conselho nacional de secretários de Estado da saúde, que devemos alcançar, até o final deste ano, a cobertura vacinal plena a partir dos adolescentes dos 12 anos de idade, principalmente se a gente conseguir vacinar, com ampla cobertura de D1, até a primeira quinzena do mês de outubro, a população dos adolescentes, que é uma população que se mobiliza facilmente, quando a gente consegue convencê-la, encantá-la daquilo que é de fato seguro, daquilo que é eficaz, daquilo que é melhor para ela e para o seu futuro. Então, nós acreditamos que os adolescentes devem ser imunizados, imediatamente, com uma ampla campanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos aqui no Estado do Espírito Santo a decisão de comprar vacinas do Butantan. Compramos 500 mil doses do Butantan, 200 mil já chegaram no Espírito Santo há pouco mais de uma semana. Já iniciamos a aplicação dessas vacinas, que compramos diretamente pelo Governo do Estado, com recursos próprios, na população que ainda era remanescente de receber a primeira dose da D1 com mais de 18 anos e otimizamos as vacinas da Pfizer para poder aplicar na população idosa e também na população adolescente, que já iniciou a sua campanha e que aqui no Estado já teve mais de 40% de cobertura vacinal até o dia de ontem.

Então, devemos, em diversas unidades da Federação, alcançar, agora no mês de outubro, a plena cobertura da vacinação dos adolescentes, especialmente na primeira quinzena, e outro grupo de Estados irá alcançar a plena cobertura também na segunda quinzena, podendo então dar a expectativa de que, com a antecipação da segunda dose anunciada, possamos ter, até o final do mês de dezembro, a plena cobertura vacinal, com duas doses, na ampla maioria dos adolescentes imunizados no nosso País.

As vacinas, à medida que elas forem incorporadas e autorizadas para idades pediátricas, na nossa avaliação, devem ser incorporadas imediatamente ao PNO, na medida em que nós necessitamos reconhecer o R0, a taxa de transmissão da doença, de a quantas pessoas suscetíveis cada pessoa contaminada, infectada, pode transmitir na comunidade. Nós precisamos, sim, alcançar de 80% a 90% de cobertura vacinal, e isso só se dá alcançando, então, a população de adolescentes e também parte das crianças, considerando que existe um remanescente de população adulta que não irá ser imunizada por diversas razões e motivos.

Nós precisamos de campanhas de comunicação claras e explícitas e também de exemplos. Em todo o País, os gestores municipais, estaduais, a comunidade científica, todos têm dado ampla divulgação e exemplo ao vacinar-se a si mesmo, aos seus familiares, aos seus filhos.

Nós precisamos, como gestores públicos, apresentar todas as posições mais avançadas da ciência como a melhor opinião para a nossa população. Nós entendemos que o Brasil, de fato, talvez tenha feito, de maneira adequada, infelizmente, a primeira, e, felizmente, a segunda estratégia. Nós tivemos no Brasil uma explícita opção para que a população fosse orientada a adotar a estratégia da imunidade de rebanho. E a ação de Governadores, Prefeitos, da comunidade científica brasileira, de todos aqueles que compõem o arranjo civilizacional da sociedade brasileira foi defender medidas não farmacológicas, o distanciamento, as máscaras, a pressa pelas vacinas. No entanto, as nossas ações para poder mitigar a estratégia de imunidade de rebanho não puderam alcançar uma mitigação plena. Não era possível separar a população que era contra as máscaras, contra a vacina, que defendia tratamento sem evidência científica e que queria se expor ao contágio, colocando-a em um estádio de futebol, da população que apostava na ciência, colocando-a em outro estádio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A decisão dos gestores estaduais e municipais, nesse arranjo pró-ciência que existe na civilização brasileira, se mobilizou e mitigou os efeitos. No entanto, parcela importante da população se expôs à doença. E, de fato, a exposição ao vírus e a imunidade dos curados existe, no entanto, ela não é considerada – e não pode ser considerada – como estratégia de saúde pública. E existem evidências que apontam que as exposições, nos casos assintomáticos e subclínicos, conferem uma imunidade pouco protetora em comparação à exposição nos quadros graves, mas, principalmente, ambas, em imunidades dos curados, em comparação com as vacinas, são muito inferiores na qualidade. De fato, a vacinação deve se constituir como a única estratégia de saúde pública aceitável em qualquer civilização.

Então, o País, de fato, tem uma característica imunológica, na sua comunidade, muito bem desenhada por uma população que foi exposta amplamente ao vírus e também que teve uma resposta muito rápida e oportuna por parte do Sistema Único de Saúde.

A nossa reação, Senador Esperidião Amin, é uma reação republicana e dentro dos termos daquilo que nós acreditamos que deve ser a expressão também dos diversos atores que compõem o Sistema Único de Saúde diante de qualquer posição que possa fragilizar uma política de Estado tão consolidada. E, de fato, a nossa relação com o Ministério da Saúde é uma relação de humildade, muito republicana, tripartite, uma coalizão administrativa que tem garantido um espaço para as decisões mais acertadas ao longo do enfrentamento da pandemia naquilo que é possível ser avançado, pactuado em cada momento da evolução da pandemia em nosso País.

No entanto, diante de uma decisão frágil, diante de uma posição que acabou provocando um dano na confiança da população em relação à vacinação de adolescentes, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde posicionaram-se por todo o arranjo de entidades técnico-científicas no País para poder corrigir e mitigar os efeitos prejudiciais da posição que foi assumida temporariamente pelo Ministério no que diz respeito à vacinação dos adolescentes. De fato, nós entendemos que o Ministério da Saúde, assim como as secretarias estaduais e as secretarias municipais, possui um grande contingente de trabalhadores dedicados e mobilizados pela vacinação. Isso deve ser reconhecido e celebrado por todos os gestores. E, na medida em que algum Estado consiga a disponibilidade de vacinas, a otimização de doses, avançar em qualquer grupo, nós precisamos celebrar que mais grupos estão sendo imunizados, que, em algum momento, toda população brasileira será imunizada contra a covid-19 ainda este ano e que temos estratégias robustas para, no próximo ano, garantir que toda a população, caso existam evidências que apontem a necessidade de um reforço universal, o Sistema Único de Saúde poderá garantir a toda a população brasileira.

O Conass agradece o convite para a participação nesta audiência, por nos inserir na mesma.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Nós que agradecemos a participação do senhor.

Por cinco minutos, o Sr. Alessandro Chagas. Se o senhor precisar de mais tempo, vai ser dado.

E para o encerramento, Sra. Rosana Leite, se quiser fazer alguma consideração final, já que não dei oportunidade também nessa fala, a senhora poderá fazê-la após o Sr. Alessandro Chagas.

O SR. ALESSANDRO ALDRIN CHAGAS (Para expor.) – Grato, Senador Styvenson.

Vou ser breve.

Senador Wellington, respondendo ao seu questionamento, é isso mesmo, está superado. Nós vamos continuar avançando na vacinação de adolescentes. Acho que o debate é importante, mas a resposta é: positivo.

Em relação à Pfizer, Senador Wellington, de 5 a 11 anos, a primeira que a Anvisa registrar para essa faixa etária pode ter certeza de que tanto o Conass quanto o Conasems estarão levando para a tripartite e querendo que o SUS exerça essa vacinação. Não nos interessa qual. A primeira que chegar estará no braço dos brasileiros, com toda certeza.

Senador Wellington, fabricação de vacina no Brasil. Está perfeito. Não só vacina. Nós tivemos um problema enorme com a penicilina há um tempo atrás por isso, porque não é interessante para a indústria produzir, aí ninguém produziu, e a gente ficou refém, com pessoas tendo sífilis no Brasil por falta de medicamento.

Então, eu acho que o Brasil precisa pensar que os laboratórios públicos têm que estar nesse vazio assistencial.

Parabéns! Eu acho que é por aí mesmo. Temos que investir nisso.

Em relação, Senador Wellington, à covid controlada, eu acho que seria muito otimismo da nossa parte. Com esse volume de óbitos que ainda temos, acho que estamos longe de controlar. É lógico que, com o avanço da vacinação, a gente espera, sim, controlar, e eu concordo com o Dr. Nésio que, lá pelo final do ano, talvez, se a gente avançar da forma que a gente espera, tendo vacina, talvez no ano que vem, no início do ano que vem, a gente possa falar em covid controlada.

Senadora Zenaide, é isso mesmo. Na nossa concepção, Senadora Zenaide, os eventos adversos no Brasil são subnotificados. A gente tinha que investir para que mais eventos fossem notificados. Na verdade, a gente acha que há poucos. São esperados. Inclusive, o óbito, se fosse nexo causal, seria esperado. Nem assim seria motivo de suspender a vacinação. Há inúmeros estudos sobre isso, e não é só para a vacina contra a covid, mas para qualquer vacinação. São eventos raríssimos, mas esperados. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por isso que – o Dr. Nésio colocou bem – o Conass e o Conasems se posicionaram, acertadamente, do lado da ciência e a favor da continuidade do processo vacinal dos adolescentes.

Senador Esperidião Amin, quero só fazer minhas as palavras do Dr. Nésio aqui pelo seguinte: o esforço que a gente faz, Conass e Conasems, para ter essa relação republicana é hercúleo, é grande, e continuará sendo feito, porque o SUS está acima de qualquer coisa política. Para nós, a política é essencial, mas o SUS está acima das questões ideológicas e políticas, e a tripartite também e é uma estrutura de Governo, deve ser sempre eivada de relações republicanas.

Senador Styvenson, em relação à segurança das vacinas, elas são extremamente seguras. E nós temos, aqui, que fazer uma ressalva. A Anvisa é uma das melhores agências de regulação do mundo. Ela tem, inclusive, boas relações com as principais agências do mundo. Então, tudo que a Anvisa certifica, autoriza, pode ter certeza que está do lado da ciência. As vacinas autorizadas pela Anvisa são extremamente seguras. Os testes vão acontecendo. Falaram de testes insuficientes. Não, eu acho que nós temos testes bem robustos, inclusive agora que nós já vacinamos esse volume enorme de gente. Então, eu acho que é primordial.

Uma coisa importante na sua pergunta, Senador Styvenson: o uso de máscara. O uso de máscara protege vida. Vou repetir: o uso de máscara protege vida. Não há que se falar ainda em retirada do uso de máscara com esse volume de óbitos que nós temos no Brasil. Não há!

Só para se ter uma ideia, Senador Styvenson, na Austrália, acima de 70 ou 80 casos, já há *lockdown*. Lógico que eu não vou comparar a Austrália com o Brasil, mas não há que se falar em retirada de máscara com esse volume de óbitos enorme que a gente tem diariamente.

Respondendo à última pergunta, Senador Styvenson, eu falei dos jovens que nós já vacinamos. Nós já chegamos ao número de 25% no Brasil como um todo. Alguns que avançaram, avançaram por "n" motivos, por problema de quantitativo, de censo, mas, independente de quem já avançou e tem que ser valorizado, nós precisamos de uma campanha robusta porque realmente os adolescentes são um público muito difícil, haja vista a vacina de HPV, em que a gente consegue coberturas muito baixas. Nós não podemos, de forma alguma, deixar que a vacina de covid fique dessa forma. Nós vamos precisar de muito investimento em uma campanha nacional para que os adolescentes se animem. É lógico que tem um grupo de adolescente que já quer se vacinar, isso é ótimo, mas nós precisamos de uma cobertura acima de 90% nesse grupo. Vai ser um desafio enorme e os Municípios estão aqui para apoiar esse desafio, para encarar esse desafio.

Por último, em nome do Presidente Wilames, quero agradecer a oportunidade, o convite e dizer que estamos sempre abertos.

Parabéns pela organização do evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O Senado Federal e o País agradecem aos senhores palestrantes.

Sra. Rosana Leite, a senhora vai ter dois minutos para o encerramento, mas antes leve nosso abraço, nosso compromisso com o Ministério da Saúde e com o País. Nós queremos o bem deste País. Pode ter certeza de que uma audiência como esta serve para essa finalidade.

Pode usar a palavra.

A SRA. ROSANA LEITE DE MELO (Para expor.) – Senador, eu tenho certeza disso. Acho que todos nós somos agentes públicos.

Queria apenas agradecer a todos, agradecer a oportunidade de um verdadeiro diálogo. Todos aqui ouviram, vieram com essa intenção. É claro que nós não precisamos concordar com todos, mas sempre com respeito e, como eu falei e vou repetir, o nosso conflito de interesse, da nossa secretaria, do nosso ministério, assim como do Dr. Marcelo Queiroga, é com o bem-estar dos pacientes. Então, acima de tudo, à frente de tudo, esses pacientes. E assim nós conseguiremos, sim, controlar essa pandemia que tanto malefício nos trouxe, mas também nos trouxe alguns benefícios, haja vista esses imunizantes maravilhosos.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – O.k.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 4 de outubro, às 10h, para debatermos a atualização dos efeitos econômicos da pandemia no País, bem como as perspectivas e necessidades executivas e legislativas exigíveis aos entes federados visando à mitigação dos impactos e à retomada do desenvolvimento, incluindo orçamento público.

Declaro encerrada a presente audiência.

(*Iniciada às 15 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e zero minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Esperidião Amin, Oriovisto Guimarães, Nelsinho Trad e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Marcos do Val, Izalci Lucas, Otto Alencar, Zenaide Maia e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a atualização dos efeitos econômicos da pandemia no país, bem como as perspectivas e necessidades executivas e legislativas exigíveis aos entes federados visando a mitigação dos impactos e a retomada do desenvolvimento, incluindo orçamento público. **Participantes:** Fernando Moutinho, Consultor de Orçamentos do Senado Federal; Henrique Meirelles, Secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e ex-Ministro da Economia.; José Pastore, Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de São Paulo; e Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente - IFI.. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Styvenson Valentim
Vice-Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/10/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus (covid-19), inclusive a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia, cujo prazo foi estendido por mais 120 dias pelo Requerimento do Senado Federal nº 1.626, de 2021.

Quanto ao uso da palavra, esclareço que, para esta reunião remota, será feito de acordo com a ordem de inscrição, por meio da função "levantar a mão" no aplicativo.

A ordem da fala será: primeiro, ao Relator; em seguida, aos titulares inscritos; depois, aos suplentes; e, por último, aos Senadores não membros desta Comissão.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo da Liderança poderão ser utilizados após a audiência com os convidados.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, entrando por senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

A presente reunião destina-se a debater a atualização dos efeitos econômicos da pandemia no País bem como as perspectivas e necessidades executivas e legislativas exigíveis aos entes federados visando à mitigação dos impactos e à retomada do desenvolvimento, incluindo o Orçamento público.

Aos convidados de hoje já agradeço pela presença, nesta segunda-feira pela manhã, exatamente às 10h. Comparecem o Sr. Henrique Meirelles, Secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e ex-Ministro da Economia – muito obrigado –; o Sr. Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI); o Sr. Fernando Moutinho, Consultor de Orçamento do Senado Federal; e o Sr. José Pastore, Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de São Paulo.

Para iniciar, eu passarei a palavra ao primeiro palestrante, o Sr. Henrique Meirelles, por um tempo de 15 minutos – se o senhor precisar, Sr. Henrique Meirelles, esse tempo será estendido; aos demais também.

Passo a palavra ao Sr. Henrique Meirelles.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado – o som, eu espero que esteja de acordo. É um prazer estar aqui falando com vocês e com S. Exas. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos no mundo uma crise econômica inesperada em 2020. Foi uma crise forte, com origem na saúde e, portanto, diferente de outras crises que já enfrentamos. Por outro lado, autoridades econômicas do mundo todo reagiram fortemente e tivemos uma recuperação econômica no segundo semestre num ritmo que diminuiu as perdas esperadas inicialmente no início do ano.

No Brasil, por exemplo, no pior momento da crise, os analistas achavam, nas primeiras estimativas, que haveria uma queda de 7% a 8% do PIB, do produto, mas terminamos o ano com uma queda de 4,1%. Políticas econômicas contribuíram para isso: o auxílio emergencial contribuiu fortalecendo o consumo dos desempregados; os programas de manutenção de emprego também foram importantes; empréstimos oficiais, dos bancos oficiais às empresas etc., repasses aos bancos privados para isso; além das medidas monetárias – por exemplo, a taxa Selic do Banco Central a 2%, aliviando, portanto, a dívida das empresas.

Em 2021 começamos com boas perspectivas por conta da notícia da eficácia das vacinas no mundo. As expectativas para a economia global, com isso, foram sendo revisadas para cima, e isso foi impulsionado pelas expectativas da economia americana, que poderá crescer quase 7% neste ano de 2021. Há também um efeito no preço das *commodities* dos produtos agrícolas, preços esses que aumentaram bastante rapidamente em dólares no mercado internacional. Isso favorece particularmente os produtores de *commodities*, exportadores, e o Brasil é um deles. Nós tivemos um problema causado, no entanto, por isso no Brasil, independentemente da melhora da produção, do saldo comercial, da recepção por parte dos produtores desses recursos provenientes de maior preço.

Nós temos também neste cenário uma recuperação econômica no início do ano. Quando o PIB do primeiro trimestre de 2021 foi divulgado, houve um aumento geral por parte dos analistas das revisões da economia brasileira, chegando a quase 6% de previsão de crescimento para 2021. No entanto, o PIB no segundo trimestre foi negativo, -0,1, que colocou aí um ponto de interrogação na recuperação, no tamanho dessa recuperação. Hoje a expectativa está em 5% para 2021, mas é importante notar que esse crescimento de 5% vem em cima de uma base mais baixa do ano passado, na medida em que o ano passado caiu 4%, 4,1%. Então, o crescimento deste ano basicamente repõe a perda do ano passado mais alguma percentagem relativamente pequena.

A atenção agora volta-se para 2022. As expectativas, no entanto, para o crescimento do 2022, vêm caindo, vêm sendo reduzidas. Desde o meio do ano passado, o padrão da recuperação é similar, ele é liderado pela indústria e pelo comércio com os serviços aumentando progressivamente, mas há ainda alguns setores específicos dependendo de um avanço mais forte da vacinação, o que tem ocorrido agora, neste momento, com maior velocidade no País. Esse é o grande vetor positivo para os próximos meses, em que há a vacinação e a retomada gradual da economia nas atividades.

No entanto, nós temos alguns fatores negativos programados que influenciam. O primeiro deles, relacionado ao que mencionei, é o preço dos alimentos e, principalmente, o dos combustíveis, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subiram em termos internacionais, em dólares. Normalmente, quando isso acontece, quando sobem os preços das *commodities* internacionalmente, nós temos uma queda do dólar porque aumenta a entrada de dólares no País. Este ano, por fatores diversos e diversas incertezas relacionadas à economia brasileira e à situação do País, nós não tivemos essa queda do dólar e, portanto, a inflação de alimentos e combustíveis foi um fator relevante, além da desorientação da cadeia produtiva em função da pandemia. Com isso, a inflação pode chegar a 8% ou 9%. O desemprego ainda está elevado, adiciona-se a isso agora o risco hídrico e energético, as incertezas típicas de um ano eleitoral – isso normalmente acontece – e um fator relativamente novo, que são as incertezas fiscais.

Sobre isso: a despeito de uma melhora nas posições da dívida sobre o produto, que estava em 89%, o total da dívida sobre o PIB sugere um número de 82%. No entanto, um pouco disso foi resultado do processo de inflação, mas há alguns fatores preocupantes: as contas do País estão em vermelho, o déficit primário projetado é cerca de 150 milhões e ainda precisaremos de alguns anos para nos equilibrar. Parte relevante, portanto, como eu mencionei, da melhora do índice da dívida sobre o produto vem da inflação, e a dívida brasileira pública está entre as maiores dos emergentes. Esse é um fator já num prazo maior, de longo prazo.

Mas nós temos aqui perspectivas de aumento de gasto para 2022. Por exemplo: já se fala em aumentar os investimentos, criaram o novo Bolsa Família – os senhores estão bastante informados, discutindo isso aí – e mesmo aumento de salário para os servidores.

Adicionalmente, a questão dos precatórios vem gerando incertezas no mercado. Qual é o efeito disso? O que, de fato, será feito? Eu agora acho – dou a minha opinião – que é preciso escolher prioridades, de modo a respeitar estritamente o teto. Na verdade, o teto foi feito justamente para isto: forçar o estabelecimento de prioridades, a definição de prioridades, o que é muito importante no orçamento público.

O importante é fazer agora as reformas necessárias para a estabilização e para dar impulso ao crescimento do Brasil, principalmente a reforma tributária. Mas, quando falo em reforma tributária, eu não estou me referindo à reforma do Imposto de Renda, eu estou me referindo, de fato, à reforma tributária, como inclusive está sendo discutido no momento no Senado Federal. Existe, inclusive, um substitutivo que foi apresentado pelos Estados, e nós temos aí a divulgação agora do relatório do Senador Roberto Rocha. Em resumo, essa é uma prioridade, de fato, importante.

Além do mais, precisamos avançar na agenda da produtividade que, quando Ministro da Fazenda, eu iniciei, em 2016; é fundamental isso. Temos que ter em mente que o crescimento de 5% em 2021, como eu disse, é muito resultado da queda do ano passado. E as previsões para o próximo ano, segundo relatório colhido pelo Banco Central entre os economistas de alguns países, junto à grande maioria deles, estão apontando para uma média um pouco abaixo de 2%, caindo para 2022, sendo que algumas instituições já estão prevendo algo ao redor de 1%. Em resumo, as perspectivas de crescimento para 2022,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em virtude de todo esse processo que eu mencionei, desde as questões fiscais, risco hídrico e mais uma série de coisas, são menores.

Vamos agora falar sobre o que é de fato importante para o futuro, na minha visão, que é a questão da facilidade de se produzir no Brasil, a chamada produtividade. Fizemos um acordo com o Banco Mundial, em 2016, que nos ajudou a definir prioridades de reformas no Brasil. Naquele momento nós fizemos a proposta e a aprovação, pelo Congresso, do teto, muito importante para ancorar a economia brasileira, que é fundamental hoje, inclusive. Foi feita a reforma trabalhista, a aprovação da Lei das Estatais, política de empréstimos do BNDES por meio da adoção de um PLP, evidentemente aprovado pelo Congresso Nacional, e iniciamos a revisão da política de conteúdo local para o setor de óleo e gás. Avançamos também no saneamento ao propor mudanças que hoje estão na base do novo marco do setor aprovado pelo Congresso.

Nessa época, o Banco Central aprofundou as reformas voltadas para a redução do custo do crédito através da Agenda BC+. Um exemplo disso foi proposta de lei aprovada pelo Congresso, a Lei do Cadastro Positivo, que viabilizou a criação de diversos instrumentos, como o *open banking*, o PIX etc., o que é uma conquista importante.

Precisamos, no entanto, caminhar, avançar nas reformas. E as principais, na nossa avaliação, são a reforma tributária, que é muito importante, a reforma administrativa, a facilitação da produção com uma série de medidas de desburocratização, o que também é fundamental, e as concessões e privatizações para os investimentos em infraestrutura: ferrovias, rodovias e aviação.

No curto prazo, no entanto, é inegável que o nome do crescimento é vacina. O controle da pandemia era, e continua sendo, fundamental para a recuperação no curto prazo.

Um exemplo é o que ocorre no Estado de São Paulo, que vem tendo um excelente desempenho econômico, atraindo capital estrangeiro e também fazendo reformas relevantes que aumentam a confiança do Estado.

São Paulo tem hoje uma recuperação mais rápida do que a média brasileira em todas as comparações. Quando o mundo caiu 3,5%, em 2020, em média, o Brasil caiu 4,1% e está próximo da média. São Paulo cresceu 0,3%. Em 2021, a projeção indica que São Paulo pode chegar ao redor de 7,5%.

Setores ligados à tecnologia estão liderando o processo, a arrecadação responde bem.

Temos, aqui em São Paulo, adotado uma agenda forte de impulso econômico, com controle fiscal, controle de gasto e facilitação da produção, e com a questão também de projeto de infraestrutura, desestatização, concessões, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No lado fiscal, fizemos a reforma previdenciária, a reforma administrativa e controlamos bem o gasto. Assim, tivemos um resultado fiscal robusto e mantendo a responsabilidade fiscal, que é um compromisso do nosso Governo. Por outro lado, do lado do investimento, o investimento total do Estado é de cerca de 50 bilhões, com foco na infraestrutura. Além do mais, temos projeto grande de investimento privado também, através de concessões, parcerias público-privadas e privatizações. Temos uma carteira de investimento em infraestrutura através de concessões de 20 projetos, com quase R$30 bilhões de investimento.

Nosso portfólio é realmente grande e concentrado em duas áreas: metrôs, ferrovias, 51%; rodovias, 33%. E, portanto, temos também aeroportos, etc., e também privatizações de concessão, na realidade, de parques, presídios, educação e etc.

Fora isso, temos importante trabalho também de desburocratização, digitalizando a maior parte do serviço, principalmente nas questões tributárias.

O avanço é claro e São Paulo é, de acordo com a classificação do Banco Mundial, recém divulgada, o melhor Estado para se produzir no País. Eu acho que isso deve ser um incentivo para os demais Estados. Essa é uma competição positiva! Espero que outros Estados produzam mais, facilitem a produção, tratem investimentos e superem, inclusive, São Paulo nesse *round*. É o tipo de competição positiva, do ganha-ganha para o País.

Em resumo, estamos num período desafiador ainda, mas fazendo o dever de casa com bastante seriedade, poderemos sair com uma economia mais forte, com crescimento elevado e geração de emprego com oportunidade para todos, porque como eu sempre digo, a melhor política social é o emprego.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um prazer enorme.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Nós que agradecermos, Sr. Henrique Meirelles, sempre Ministro, pela explanação. Logo, logo retornaremos com o senhor para alguns questionamentos. Agradeço, mais uma vez, essa oportunidade de ouvi-lo nesta manhã de segunda-feira.

O Sr. Felipe Scudeler Salto vai ter 15 minutos para fazer sua explanação.

Com a palavra. (*Pausa.*)

Sr. Felipe, o senhor me ouve? (*Pausa.*)

Eu vou passar para o Sr. Fernando Moutinho, Consultor de Orçamento do Senado Federal, por 15 minutos, até que o Sr. Felipe Scudeler retome a sua conexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Fernando Moutinho, o senhor me ouve? (*Pausa.*)

Quinze minutos a partir de agora. Com a palavra.

O SR. FERNANDO MOUTINHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Styvenson, Srs. Senadores, senhores que nos assistem, primeiro eu agradeço, em nome da consultoria, a honra desse convite.

Se me permitem, eu fiz um pequeno um pequeno eslaide. Se me permitem, eu vou tentar, se for possível, para facilitar um pouco a impressão... Não sei se está... Parece-me que está indo o eslaide.

Esta audiência tem um papel, uma visão estratégica. A ideia aqui – parece-me, pela proposta – é discutir cenários de futuro, como o Ministro Meirelles começou a fazer. Então, do ponto de vista orçamentário, não caberia discutir orçamento como operacionalização, como mecanismo instrumental de distribuição, mecanismo de manipulação de recurso, porque funcionou, de uma certa forma. Todas as emergências para levar recursos de um lado para o outro ou para transformar um crédito em outros foram feitas. A questão não se coloca nessa... Como já iniciou o Ministro Meirelles, a gente está falando aqui do orçamento como processo de decisão de alocação de recursos, o que a pandemia vai implicar para alocar recursos hoje e amanhã, o "definir prioridades", como ele bem apontou.

Eu vou ser muito breve. Eu vou falar de um tópico em cima desse assunto, de um ponto. A explosão da pandemia pode ter acabado, mas a destruição ficou. Os efeitos da pandemia, além da recuperação normal, habitual, deixada a operação no mercado, vão exigir um imenso esforço de reconstrução. Não é à toa. É um terremoto, é um tsunâmi, só que não destrói fisicamente, a infraestrutura não fica visível. A gente não tem a visibilidade que tinham, por exemplo, essas duas imagens, que é o Haiti depois do terremoto e Beirute depois de uma das diferentes guerras civis. De que destruição a gente está falando? Recuperar o desempenho de crianças que ficaram mais de um ano sem escola. Não é simplesmente botar as crianças na escola e: "Vamos continuar com o ensino".

É cobrir o atendimento primário – isso foi muito discutido aqui na Comissão –, cobrir todo o atendimento primário emergencial e de alta complexidade que foi represado durante a pandemia no SUS; operar com uma necessidade de custear um programa de vacinação muito maior; é manter a rede de proteção. Parece que o único problema que houve, o único efeito da pandemia para os próximos meses é uma perda de renda. Ele é um efeito e talvez, quiçá, o mais importante, mas ele não é o único. Empresas e pessoas necessitam ocasionalmente desse suporte de renda, mas isso é um dos problemas pendentes. No setor de transporte, por exemplo, nós vamos ter quedas de braço brutais. O Secretário Meirelles talvez já esteja lidando com os seus respectivos concessionários para renegociação dos contratos de concessão. Transporte rodoviário e, principalmente, transporte de passageiros são passivos contingentes de bilhões, uma queda de braço gigantesca, tudo isso num cenário de extrema incerteza, como apontou o Ministro Meirelles, um cenário difícil, tanto nacional quanto internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos uma reconstrução. Além disso, além dos efeitos da pandemia, a gente tem pelo menos dois efeitos não diretamente pandêmicos, mas que estão afetando brutalmente em curtíssimo prazo, que é o cenário dos precatórios, que não é simplesmente uma questão de fazer um arranjo contábil para tirar do teto, é uma dívida, e há também a necessidade de ampliar, em curto prazo, a oferta de energia elétrica, tem que plugar fontes geradoras na matriz, idealmente fontes eólicas e solares, mas, eventualmente, até termelétricas, mas é necessário ampliar.

Então, a gente está com uma demanda gigantesca de reconstrução, para não falar das diferentes atividades entregues aos cabíveis.

Então, qual é a lição, qual é a visão que a gente tem disso? Não dá para varrer para debaixo do tapete esse processo de reconstrução, ou seja, de novas prioridades que se lançaram. Não dá para fazer o que sempre foi, não dá para fazer a alocação orçamentária como *business as usual*. Se a gente continuar gastando com o que sempre gastava, não se repõem ou não se reconstroem os efeitos tremendos. Eu citei alguns, talvez os que são mais evidentes. Deve haver muitos outros na área de ciência e tecnologia, na área ambiental que não estão muito evidentes. E aí não é à toa que os Estados Unidos estão com alguma coisa entre US$1,5 trilhões e US$3 trilhões de recuperação, de um programa de recuperação. A União Europeia está lá com seus 900 bilhões de euros. Claro, eu não estou falando sequer de mudança climática, reestruturação produtiva, enfim, todos os itens que estão na agenda de uma reconstrução pró-desenvolvimento que esses países ou que esses centros de poder estão realizando. Eu estou falando apenas de repor a situação tal como estava antes da pandemia, e numa situação que não tem nada de extraordinário, de emergência, de imprevisível. Já está tudo evidente, já está tudo contratado, o prejuízo já houve, a gente já sabe que esse prejuízo já houve. Ou seja, nós temos novas e cruciais emergências.

E aí o que a gente enxerga em termos da nossa alocação? Eu não vou trabalhar com despesa obrigatória, não. Eu vou fazer uma observação numérica aqui muito simples, tudo em bilhões de reais. Nós temos aqui, no Orçamento de 2021 – 2021, como um *approach* de 2022 –, R$198 bilhões com toda a operação da União, todas as despesas discricionárias da União. Existe possibilidade de revisão ou de eficiência? Existe, evidentemente, mas já existe esse... Esse mundo de despesas discricionárias, segundo o próprio TCU nesse acórdão, já gera um vício de comprometimento da capacidade operacional. Nós já estamos lá na fronteira do *shutdown.* Grande parte das políticas públicas podem ser comprometidas se a gente baixar um pouquinho mais disso. Claro que há algum espaço, mas não muito.

Por outro lado, a gente tem R$104 bilhões com o de sempre. Emendas parlamentares, o.k., a questão não são as emendas, mas nessas emendas parlamentares, nesses R$33 bilhões das emendas parlamentares – isso em 2021, a última posição –, a gente tem R$7,2 bilhões de urbanismo. Espera lá, é pavimentação de rua! É financiar praça, trator! É brincadeira! Transferências especiais, cheque em branco para o Município. No caso da saúde, em que a gente tem uma série de demandas, R$3,2 bilhões são para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obra, para fazer obra de UPA que vai ficar vazia por falta de custeio. Quer dizer, a qualidade alocativa já é questionável, agora, diante dessa emergência, é algo de avestruz.

Mas a distorção não é só na alocação atual das emendas. A gente tem R$70 bilhões absolutamente privilegiados, que têm alocação garantida, independente do orçamento, que são questionáveis. Fundos, fundos constitucionais: R$8,4 bilhões. *Funding* do BNDES: R$24 bilhões. Isso aí é para 2022, é a projeção oficial do Executivo. R$1 bilhão do Fundo Partidário; R$10 bilhões de Fundo Eleitoral; R$26,3 bilhões do Sistema S. Ou seja, todas são nobres, todas são aplicações legítimas. O que eu quero questionar é: esses R$104 bilhões fazem aplicações legítimas, agora, diante da necessidade de reconstrução...

Ou seja, a minha abordagem aqui tem talvez um foco muito de curto e médio prazo, de fato; não tem essa visão, por exemplo, que o Ministro Meirelles apontou de uma reestruturação produtiva e tal. Mas, sem passar por essa via do curto prazo, dificilmente a gente chega lá no longo prazo. Estamos gastando R$104 bilhões com o de sempre.

Será que a gente não tem como... Será que o mecanismo orçamentário não consegue enxergar ou apontar a necessidade de uma realocação emergencial, ainda que seja por algum período, para esses processos de reconstrução, para atender a esses processos emergenciais, pandêmicos ou não? Pandêmicos, com crise hídrica, com a situação dos precatórios...

Então, o que eu quero trazer aqui o orçamento já está apontando: que existe uma profunda distorção de prioridades nesse momento. "Ah, mas o Executivo não me avisou". Será que o Orçamento não lida com isso? Lida com isso. É possível lidar com isso.

Portanto, a curtíssimo prazo, na Lei Orçamentária deste ano, a CMO pode perfeitamente pedir ao Executivo um plano das medidas emergenciais que aponte reconstrução em cada situação. Já existem, enfim, mecanismos para que se solicite esse tipo de informação. Pode-se fazer essa realocação. O Congresso – aí já não mais no processo orçamentário, mas fora do processo – pode modificar a legislação correspondente a essas vinculações hiperprivilegiadas, constitucionais, *funding* do BNDES, fundo eleitoral, fundo partidário.

Percebam que, nessa evidenciação de 100 bilhões, eu não levantei nada que tivesse que ser reconstruído. Esses fluxos econômicos já existem. Esses fluxos financeiros já estão aí. Basta serem realocados. Difícil é, como o Ministro falou, fazer uma reforma tributária. Eu vou ter que brigar com o contribuinte, com a elisão fiscal, com a fuga de capitais. Esses fluxos já estão aí. Isso é recurso que já está sendo gasto, já existe e está sendo gasto. Então, modificar isso é uma questão simplesmente de opção legislativa.

A partir disso, a partir dessa evidenciação dessas necessidades emergenciais, aí, sim, o Orçamento pode ou realocar de cara ou colocar numa reserva de contingência, para, ao longo de 2021, ir refazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

ou ir redistribuindo, em função de planos que talvez nem existam. O plano da educação com certeza não existe. Como eu vou fazer para recuperar meninos, crianças e adolescentes que ficaram um ano e meio fora da escola? Eu vou simplesmente continuar a fazer a escola? Isso é enfiar a cara num buraco, como avestruz. Por exemplo: sobre esse plano, ninguém fala nada, não existe.

Então, se esse Orçamento nosso não servir, se esse processo orçamentário, como evidenciação da distribuição de recurso à sociedade, não servir para resolver isso, ele não serve para mais nada. O que nós estamos fazendo aqui?

O ponto, a contribuição que eu acho que a gente pode trazer para esta Comissão é esse quadro aterrador de demandas imensamente emergenciais, cruciais, uma continuidade de uma massa de gastos quase igual a dois terços de todo o gasto discricionário da União. Claro que existem, evidentemente, questões para trabalhar nas despesas obrigatórias e tal. Estou utilizando isso com o que é imediatamente mobilizável. Nós temos essa massa.

E aqui o exemplo: eu coloco duas fotos da Alexanderplatz, em Berlim. Uma em 1946, depois da destruição da guerra, e outra hoje. É para isto que serve o Orçamento: para apontar as prioridades, para apontar e evidenciar aquilo que tem que ser as decisões alocativas que estão diante da sociedade. Então, essa é a minha contribuição.

Talvez, a Comissão, tendo acompanhado toda a gestão da covid, tendo acompanhado toda a destruição, possa trazer para a sociedade essa visão de que a destruição não acabou. Ela precisa ser reconstruída. E essa reconstrução precisa de uma realocação, que não vai cair do céu, que não vai nascer em árvore. Vai se precisar de uma realocação forte dessas situações.

Lógico que eu estou... Isso é abordagem de curto e médio prazo, talvez de curtíssimo e curto prazo. Acho que as questões essenciais, como o Ministro bem apontou, são a reforma tributária, a reestruturação produtiva – lógico –, mas, se a gente não fizer essa reconstrução, essa realocação imediata, isso vai comprometer até a própria construção mais ampla dessas reformas estruturantes.

Essa é a minha contribuição. Espero talvez... Expus deliberadamente e de forma incisiva porque me parece que o ponto é incisivo, a questão é incisiva e não pode ser absorvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado aos senhores que nos assistem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Fernando, eu preciso de toda essa sua explanação de vídeo, de imagem; que o senhor envie...

O SR. FERNANDO MOUTINHO – Claro, mando agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – ... para que isso seja colocado à disposição da população.

O SR. FERNANDO MOUTINHO – Mando agora.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – É muito interessante. E logo, logo retorno com as perguntas justamente sobre essa realocação, reconstrução, essa transferência – tira de onde para colocar onde de forma eficiente. Então, eu retornarei para aprimorar essa pergunta, porque eu fiquei curioso com esses gastos públicos.

Agora, o Sr. Felipe Scudeler Salto. Está ouvindo? (*Pausa.*)

Sr. Fernando, antes de eu passar a palavra para o Sr. Felipe Salto, eu peço que o senhor feche a apresentação e nos envie.

O SR. FERNANDO MOUTINHO – O.k., eu vou fechar. Desculpe. Eu vou esvaziar o...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Está bom, obrigado. Assim que o senhor concluir, eu passo a palavra para o Sr. Felipe.

O SR. FERNANDO MOUTINHO – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Sr. Fernando. Muito obrigado mesmo.

Sr. Felipe, o senhor tem 15 minutos a partir de agora.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Desculpem o percalço, essas coisas acontecem com eventos *online*, mas espero que agora estejam me ouvindo bem.

Quero cumprimentar o Senador Presidente Styvenson; cumprimentar os colegas de Mesa aqui: Ministro Henrique Meirelles, um prazer estar aqui na mesma Mesa, na mesma audiência; Professor José Pastore; e também meu colega aqui do Senado Federal, Fernando Moutinho, Consultor do Senado.

Eu gostaria de dividir a minha apresentação em três tópicos: primeiro, trazer alguns números gerais a respeito do contexto macroeconômico, da inflação, da taxa de juros, do crescimento econômico; em seguida, passar para uma discussão a respeito do que esperar a partir dos cenários da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal para os próximos anos, em termos de desempenho econômico, a partir desses fatores condicionantes da primeira parte; e, por fim, na terceira parte, discutir os riscos e os desafios fiscais, porque, nos últimos meses, nós temos visto uma escalada de medidas propostas pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poder Executivo, em andamento no Congresso, que podem representar um custo significativo do ponto de vista fiscal, com efeitos também sobre as taxas de juros, sobre a inflação e, portanto, sobre o crescimento econômico.

Então, na primeira parte, os números gerais que eu gostaria de destacar. Primeiro, a questão da inflação. O IPCA e o INPC, os dois principais índices de preços no País, estão rodando em torno de 10%. Nós já estamos a um trimestre do encerramento do ano, e, mesmo com os efeitos sazonais esperados até dezembro, a inflação dificilmente cederá para um nível muito mais baixo, como se esperava três meses atrás. Projetava-se algo como 6% de inflação há poucos meses, e, agora, na pesquisa Focus do Banco Central, que saiu hoje, a expectativa de inflação para o IPCA subiu mais uma vez em mais uma semana: de 8,45% para 8,51% até dezembro deste ano.

Essa inflação bastante elevada exige do Banco Central, num regime de metas da inflação, como nós temos, a elevação da taxa de juros, da meta para taxa de juros, que é a chamada Meta Selic. Mas não é apenas o Banco Central que aumenta os juros, senão também o mercado. Todas as taxas de juros para diferentes prazos, naquilo que os economistas chamam de curva a termo de juros, estão aumentando. O Tesouro, para emitir hoje um título com vencimento de 12 meses à frente, paga algo como o dobro da Selic ou pouco menos que o dobro da Selic, porque o mercado tem exigido aquilo que se chama de prêmio pelo risco. Então, há uma percepção de risco mais elevado. Isso tem a ver com fatores externos, mas também com fatores domésticos. A discussão do teto de gastos é fundamental. O teto de gastos foi uma medida que, inclusive, o Ministro Henrique Meirelles conseguiu aprovar na época dele, foi uma evolução em relação ao arcabouço fiscal que se tinha até então, sobretudo num contexto de desestruturação e desmonte da chamada meta de resultado primário, que ocorreu de 2008 a 2014.

Ocorre que o teto de gastos precisa de medidas que auxiliem na sua observação, no seu cumprimento. A reforma da previdência, em 2019, tem colaborado para isso; nos gastos públicos, se nós retirarmos os 520,9 bilhões de gastos contra a covid do ano passado e os cerca de 120 bilhões previstos para este ano, nós vamos observar que provavelmente a despesa em relação a 2018, que a gente chama de despesa recorrente, tem apresentado uma leve queda real. Isso tem a ver com algumas mudanças estruturais, principalmente essa da previdência, e, de outro lado, o não reajuste salarial dos servidores, exceto para militares, que foram agraciados com reajustes, mas não o suficiente para interromper essa dinâmica que eu estou aqui expondo.

A arrecadação federal tem apresentado um desempenho bastante positivo. Quando nós retiramos os fatores atípicos e consideramos também a base de 2020 bastante deprimida, fica evidente que, ainda assim, há algum crescimento superior à taxa de variação do PIB, o que significa que, em momentos de recessão, como no ano passado, seguido por um momento de alta do ciclo de atividade, a elasticidade acaba ficando superior a 1. E a elasticidade nada mais é do que a razão entre as taxas de crescimento da receita e da atividade econômica. Agora, isso não é uma tendência estrutural. Os estudos que nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzido aqui na IFI – e, em breve, publicaremos um novo estudo a esse respeito – mostram que a elasticidade de médio e longo prazos entre receita e PIB tende à unidade, ou seja, a receita tende a crescer aquilo que o PIB crescer, num prazo um pouco maior e, claro, ressalvado isso que eu expliquei a respeito dos momentos de recessão seguidos de uma recuperação, como é o momento atual.

Agora, o que esperar para os próximos anos, principalmente para o ano que vem? Esses segundo, terceiro e quarto trimestres de 2021 já indicam uma estabilidade do PIB na margem. Quer dizer, tudo que se cresceu no primeiro semestre... Houve ali um efeito importante das *commodities*, como o Ministro Henrique Meirelles bem destacou, e de outros fatores, inclusive na base de comparação do ano passado, que auxiliaram nessa matéria, mas, nos dois trimestres de que nós ainda não conhecemos o resultado – um que já terminou, mas ainda não temos o resultado, e o outro que estamos vivenciando agora –, esses resultados devem apresentar uma variação igual a zero na margem. Mesmo assim, o País vai crescer cerca de 5% neste ano. Por quê? Porque o efeito estatístico do primeiro semestre é suficiente para, crescendo zero no que resta do ano, termos uma taxa de 5%.

Agora, é bom ter uma perspectiva do biênio, porque, no ano passado, a queda foi de 4,1. Crescermos 5% neste ano – isso se o risco da crise hídrica e energética não se materializar com mais força ao longo dos próximos meses e do próximo ano, ou seja, se nós conseguirmos ter essa variação de 0% na margem –, em cima de uma queda de 4,1, significa, em taxas acumuladas no biênio, crescer 0,7. Então, é um biênio bastante ruim do ponto de vista do crescimento econômico, depois de um crescimento médio de 2017 a 2019 de 1,5% ao ano apenas, abaixo do PIB potencial, que hoje é estimado pela IFI em 2,3%, ainda que deva destacar a dificuldade de se estimar o PIB potencial, mas nós o fazemos a partir de uma metodologia de função de produção, etc., etc.

Então, o que nós estamos vendo é um quadro de baixo crescimento, de baixo dinamismo da atividade, combinado com pressões inflacionárias que vêm da taxa de câmbio, que vêm da questão das *commodities*, mas que se espalharam pelo setor de serviços, o que levou o Banco Central a aumentar a taxa de juros – e vai continuar aumentando muito provavelmente até acima de 8%. Isso vai produzir efeitos bastante importantes sobre a atividade no ano que vem.

Com o juro médio mais alto, as decisões de investimento, de consumo e de tomada de crédito vão provavelmente minguar. E é por isso que as projeções de mercado têm apontado taxas de crescimento muito mais baixas para o ano que vem, na faixa de 0,5% a 1,5% para 2022. Nossa projeção atual, no cenário base, que é o mais provável, é em torno de um 1,7%, mas com viés de baixa. Provavelmente será um crescimento menor.

É claro que ao Banco Central resta fazer isso, quer dizer, buscar recolocar a trajetória da inflação na direção da meta. Porém, o problema central continua a ser a fragilidade da política fiscal, porque, apesar desses dados que eu trouxe, das despesas e também da queda da dívida/PIB, que passou de 88,8% em dezembro do ano passado para 82,7% agora em agosto, essa queda da dívida/PIB é ilusória, podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer assim, porque o peso da inflação sobre o PIB nominal elevou o denominador da razão dívida/PIB. Então, é uma questão matemática: o PIB nominal aumentou, principalmente por conta dessa inflação mais alta, e a razão dívida/PIB diminuiu. Então, a gente pode dividir esse efeito, atribuir a ele metade dessa queda que aconteceu de dezembro a agosto. A outra metade tem a ver, de um lado, com a recuperação da arrecadação e, de outro, com a retirada de boa parte das medidas, dos estímulos que foram adotados no ano passado, de meio trilhão de reais, e agora, até agosto, um valor bem menos expressivo, que, pelo que temos analisado, vai chegar a algo como 120 bilhões.

Então, nós estamos com um orçamento de guerra, digamos assim, muito menor, o que se coaduna com as informações que o Fernando Moutinho nos trouxe aqui, e, de outro lado, com essa ajuda camarada da inflação, que é uma velha conhecida na literatura de economia e de contas públicas, porque ela ajuda a arrecadação, ajuda o PIB nominal e diminui no curto prazo a dívida/PIB, mas produz num segundo momento o efeito simétrico oposto, porque a inflação persistentemente alta leva ao aumento da percepção de risco pelos agentes econômicos, os juros aumentam, e o custo médio da dívida, como já vem acontecendo nas novas emissões do Tesouro, aumenta expressivamente. Para ilustrar esse aumento, eu destaco aqui a despesa com juros de agosto, que aumentou 36% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em 12 meses, está um pouco acima de 4% do PIB o gasto com juros – 4,2% do PIB – e vai aumentar.

Então, qual é a perspectiva para o ano que vem? Até dezembro a dívida/PIB pode até ter uma queda adicional em relação a esses 82,7%, mas, a partir de janeiro ou fevereiro, nós vamos observar uma retomada desse crescimento da razão dívida/PIB, o que é bastante preocupante porque essa média de endividamento do Brasil corresponde a cerca de 33 pontos percentuais do PIB, maior do que a média dos países emergentes, dos países comparáveis. Então, a nossa dívida é muito mais elevada do que a dos países que têm condições de crescimento similares e condições estruturais, do ponto de vista macroeconômico, também similares.

E aí eu passo para a terceira parte. Quais são os riscos e desafios? Apesar desses fatores positivos do lado da despesa e dessa questão um pouco ilusória no campo da dívida pública – mas que também, de certa forma, abriu um espaço fiscal –, nós estamos vendo alguns riscos que eu pontuaria aqui, no caso da reforma do Imposto de Renda, dos precatórios e do processo orçamentário.

A primeira questão, a reforma do Imposto de Renda, que saiu da Câmara dos Deputados e agora está sendo apreciada pelo Senado Federal, é um texto que, pelas contas publicadas pela IFI na Nota Técnica nº 49 – e nós fizemos essas simulações medida por medida, coordenadas pela Diretora da IFI, a economista Vilma Pinto –, nós mostramos o seguinte: o efeito líquido para o Erário será negativo;

quer dizer, mesmo considerando a arrecadação de lucros e dividendos de cerca de 30 bilhões estimada pela IFI, a medida da mudança da faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física, aumentando o número de pessoas isentas na declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, a redução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expressiva do IRPJ, com uma calibragem inadequada ou pelo menos bastante custosa, e a redução da CSLL, que é a Contribuição sobre o Lucro, o conjunto disso produzirá um efeito na casa de 15 a 20 bilhões num ano normal, quer dizer, 2023, por exemplo.

Eu digo um ano normal porque, em 2022, caso a reforma do Imposto de Renda seja aprovada em 2021 nos termos que saiu da Câmara dos Deputados, as empresas vão se antecipar e vão distribuir lucros e dividendos já no ano corrente para que possam elidir, para que possam fugir do novo imposto. Então, 2022 seria um ano atípico. O custo em 2022 seria muito maior para a Receita Federal, para o Fisco. Então, 2023 é um parâmetro um pouco melhor, porque seria um ano mais normal. E, nesse ano mais normal, a estimativa é que ocorra uma perda agregada de R$15 bilhões a R$20 bilhões, decorrente desse projeto.

Isso preocupa, porque o projeto vem sendo defendido pelo Governo como uma forma de compensar o aumento de gastos sociais, o que não é plausível, porque o projeto é negativo em si, quer dizer, não sobrariam recursos para financiar o novo programa social ou mesmo o aumento do Bolsa Família. Outras formas de financiamento terão que ser encontradas e, sobretudo, o caminho difícil, que é o corte de gastos.

E aí eu entro no segundo risco que é a medida dos precatórios. Há quatro medidas sendo discutidas, duas delas são muito preocupantes. Uma pretende jogar cerca de 50 bilhões em precatórios para a frente, para o ano seguinte, 2023, dos 89,1 bilhões. E a outra pretende parcelar volume similar, abrindo um espaço fiscal no teto de gastos do ano que vem de 48,6 bilhões, o que é bastante preocupante, porque o custo do programa social, na hipótese do Governo de R$300 em relação aos R$190 atualmente pagos no Bolsa Família com o benefício a 17 milhões de famílias, custaria em torno de R$27 bilhões. Ora, 48,6 são cerca de 22 bilhões, 21,6 bilhões maior do que essa necessidade.

Então, claramente há outros objetivos nessa agenda da solução para os precatórios que não têm a ver apenas com o pagamento de gastos sociais, tem a ver também com as chamadas emendas de relator geral, os gastos pulverizados, num claro processo de distorção da lógica do orçamento público em que o Executivo tem a iniciativa, fixa as despesas a partir da estimativa de receitas. Isso tudo é visto como incerteza. Incerteza é risco; risco é juro. Então, o juro afeta a dívida pública. É por isso que nós estamos vendo todo esse movimento no mercado, de instabilidade, a taxa de câmbio com uma volatilidade elevada e, obviamente, a inflação pagando também o preço disso tudo.

Vale dizer que a inflação que eu mencionei aqui, geral, de 10%, se desdobra numa inflação de alimentos de 16% e numa inflação de alguns componentes básicos que compõem a cesta do brasileiro médio, como arroz, feijão e carnes, de 30% a 40%. Então, esse fardo é ainda maior sobre aqueles que dependem de auxílio do Governo, sobre aqueles que perderam o emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As contas da IFI mostram que a taxa de desemprego, mantida a participação na força de trabalho que se observava no pré-crise pandêmica, lá em fevereiro do ano passado, é de 20%. Então, esses 13,7%, que nós vemos nos dados oficiais, se a gente considerar a mesma taxa de participação na força de trabalho que se observava no pré-crise, eles sobem para algo como 20%. Então, há uma palavra que já havia sido abolida do nosso vocabulário, que é a carestia, que volta combinada com o desemprego e combinada com um quadro fiscal macroeconômico de grande instabilidade.

E, para terminar e dar uma nota no sentido de colaborar para o que deve ser feito para que a gente possa retomar o crescimento, que é o propósito aqui da discussão de hoje, eu entendo que nós temos que ter uma reforma fiscal e orçamentária ampla e isso precisará ser feito após esse período de turbulência. Mexer no teto de gastos neste momento é o que de pior se pode fazer, porque isso vai turbinar todos esses componentes de risco que eu mencionei aqui, não vai abrir um espaço perene para gastos de boa qualidade. Nós estamos a dois, três meses da aprovação final do orçamento e não há gastos, mesmo com investimentos, e o Fernando Moutinho mostrou muito bem a necessidade que nós temos nessa matéria.

O Brasil, mesmo considerando o setor privado, segundo dados da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base) do Brasil, não consegue superar nem suplantar sequer a depreciação dos ativos – nós não estamos investindo de fato.

Agora, mudar o teto de gastos neste momento para atender a objetivos de gastos pulverizados que serão chamados de investimentos é bastante preocupante. Eu acho que nós precisamos de uma discussão a sério, olhando a literatura, de um orçamento por resultados, como defende o Professor Allen Schick, da Universidade de Maryland, que há muito tempo defende essa tese, avançar em relação ao PPA, que é o Plano Plurianual, que tem servido muito pouco como instrumento de planejamento. E, no campo econômico mais geral, é uma agenda bastante conhecida, de fortalecer as instituições, de ampliar a abertura comercial, de aumentar a produtividade. Essa continua sendo a agenda que precisa ser perseguida para que o Brasil possa voltar a ter crescimento econômico e para que nós consigamos, então, aumentar a qualidade de vida, o bem-estar social e, do ponto de vista agregado, melhorar enquanto Nação.

O desafio é muito grande, mas espero aqui ter colaborado com esses números e essas avaliações e fico à disposição desta Comissão.

Muito obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Sr. Felipe Salto, muito obrigado, contribuiu muito e ainda vai contribuir mais porque separei aqui umas perguntas para o senhor, mas, antes de chegar às perguntas a todos os senhores, eu passo a palavra para o José Pastore, Presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de São Paulo.

Quinze minutos, com a palavra o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ PASTORE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento os Senadores presentes a esta audiência, assim como os expositores, que fizeram excelentes manifestações até o momento, como o Dr. Henrique Meirelles, o Felipe Salto e o Fernando Moutinho, mostrando que, se a situação é difícil, com os desvios e falta de prioridades a situação fica muito pior.

Então, eu acho que os apelos que eles fizeram para a racionalidade na condução dos recursos públicos são mais do que úteis neste momento e, acredito, serão de grande valor para os Srs. Senadores.

Eu vou me concentrar aqui para falar um pouco do que está acontecendo no mercado de trabalho e, nesse sentido, eu vou engatar na exposição do Fernando Moutinho, porque ele deixou muito claro que nós estamos num tempo de reconstrução. A pandemia teve um efeito devastador no mercado de trabalho. Nada mais, nada menos, a pandemia colocou 50% da força de trabalho no Brasil fora do mercado, sem nada a fazer. Nós temos um terço dos brasileiros hoje que vive dentro de famílias onde não há nenhum centavo de renda do trabalho. Um terço dos brasileiros vive nesse tipo de família! Os idosos ainda respondem pela maior parte dos domicílios brasileiros no que tange a receitas de aposentadorias e pensões e um pouco do trabalho – eles sustentam muitos jovens com esses recursos.

Então, realmente a pandemia pode estar sendo arrefecida agora, graças a Deus, mas a histerese que ela deixou pelo caminho é muito grande. No que tange à educação, ela deixou as crianças 500 dias sem aulas; para recuperar isso aí vai se precisar de uma realocação de recursos muito inteligente e, sobretudo, trabalho inteligente, projeto inteligente, que vai demandar mais pessoas participando do processo educativo com outros métodos, com outros recursos.

Outra consequência da histerese atual são os desempregados de longa duração. Desempregados que ficam dois anos fora do mercado de trabalho sem nada a fazer vão perdendo habilidades. E isso aqui também é um fator de necessidade de reconstrução desse importante capital humano, que é a habilidade da nossa força de trabalho.

Como é que está o quadro do mercado de trabalho atual e o que pode acontecer daqui para frente? O quadro do mercado de trabalho está bastante heterogêneo hoje. Há setores que estão bombando, como todos sabem, porque as coisas estão indo bem, como mineração, como siderurgia, como papel, celulose, embalagem, comércio eletrônico, imobiliário, tecnologia da informação, que são setores que estão empregando, e estão empregando até de forma adequada, empregos formais, com todas as proteções trabalhistas e previdenciárias.

Há outros segmentos que, com a vacinação em massa, estão começando a retomar, alguns mais rápidos, outros mais lentos, como é o caso do comércio e serviços, hotelaria, restaurantes, reparação de veículos, construção civil, viagens e serviços e, inclusive, até domésticos estão começando a ter uma recuperação lenta; alguns um pouco mais rápidos, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, de um modo geral, no comércio e serviços empreendedores estão bastante cautelosos hoje, porque eles sabem que tudo depende do espírito dos consumidores. Eles não podem pensar em investimentos neste momento porque ainda não sabem direito como é que será a demanda daqui para a frente.

O mercado de trabalho tem crescido, em termos de pessoas empregadas, muito, muito, muito no segmento informal. É quase normal isso. Depois de toda recessão, a primeira coisa que acontece é empregar informalmente ou então ter o trabalho autônomo informal, e também empregar por prazo temporário. Então, o trabalho temporário está bastante acelerado. As empresas de trabalho temporário não estão dando conta dos pedidos das empresas para esse tipo de profissional com essa temporariedade.

Agora, o mercado de trabalho está apresentando outro fenômeno que vocês já apontaram aí, que é uma queda bastante substancial do rendimento médio real. O rendimento médio real está caindo de maneira acentuada, tanto nos últimos trimestres como, mais ainda, em relação a 2019. Em relação a 2019, o rendimento real caiu quase 10%, foi muito acentuado, o que certamente afeta a massa salarial e o consumo em geral.

Além das negociações difíceis devido à pandemia, o rendimento real está sendo corroído pela inflação. Então, essa inflação que o Felipe apontou aqui, de 10% e 16% nos alimentos, está devastando o rendimento dos trabalhadores, não é?

Além disso, houve um problema que torna a situação bastante mais grave nos próximos meses, porque, enquanto a economia não retomar realmente toda a sua força, muitas empresas continuarão – e estão ainda – em dificuldades, e elas precisam das medidas que infelizmente o Senado Federal arquivou, que são aquelas de redução de jornada de trabalho e suspensão de contrato de trabalho. Esse foi um problema muito sério que foi criado, porque essas empresas não terão outra alternativa, na hora da dificuldade, senão despedir, o que pode engrossar o desemprego e a informalidade.

Então, no mercado de trabalho, nós estamos diante de um quadro que vai exigir uma reconstrução que certamente levará vários anos. Não há nenhuma bala de prata para poder inverter esse quadro na área do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho e emprego – todos aqui sabem, não tem nenhuma novidade – depende de investimento, crescimento e educação, que são as três coisas comprometidas aqui no Brasil de hoje, não é? Nós precisamos realmente reduzir essa insegurança que foi apontada aí, a insegurança jurídica, para ver se a gente volta a investir pelo menos uns 17% do PIB, para poder ter fôlego e gerar empregos, gerar postos de trabalho que não sejam empregos, mas que sejam decentes para as pessoas terem renda.

Daqui para frente, temos que pensar em quatro ou cinco anos de um esforço grande a ser feito de combinação do capital público, do investimento público com o investimento privado nacional e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrangeiro, para entrar em áreas que a gente sabe que são geradoras de grandes quantidades de emprego, como é o caso, por exemplo, de infraestrutura.

A infraestrutura tem um potencial de geração de emprego muito grande e, no Brasil, nós temos quase tudo por fazer nessa área, não é verdade? Isso exige um esforço grande de realocação de recursos em obras que são importantes para a produtividade e para o crescimento do País no campo da infraestrutura, sabendo que cada milhão investido na infraestrutura tem um efeito multiplicador muito grande, porque a infraestrutura gera empregos para trás e para frente, e disso se tem uma necessidade premente hoje em dia.

Quando se fala em infraestrutura, lembro que só a manutenção da infraestrutura atual já daria uma oportunidade muito grande de geração de empregos; manter o que está aí já daria uma grande contribuição para a geração de empregos. Agora, projetos novos de transporte, energia, saneamento, telecomunicações, então, podem gerar mais ainda. Todos nós estamos acompanhando o esforço que o Presidente Biden está fazendo nos Estados Unidos, investindo trilhões de dólares em infraestrutura e na qualificação e requalificação dos trabalhadores.

Eu penso que o caminho passa pela aceleração das concessões e das privatizações combinada com mais certezas no quadro econômico. Se esses desvios que vocês apontaram que estão acontecendo forem travados e isso trouxer de volta um clima de certeza, inclusive política, porque nós estamos precisando de mais estabilidade política, eu tenho a impressão que, no campo da infraestrutura, tudo isso pode ajudar bastante.

Agora, a sociedade do futuro, e nós já estamos nela, é a sociedade dos cuidados. Então, nós precisamos calibrar bem aquilo que pode gerar empregos para cuidados pessoais, para cuidados das comunidades, para cuidados do meio ambiente – é uma outra área também que tem um grande potencial de geração de emprego se os investimentos forem alocados de forma adequada.

O agronegócio está bombando e deve continuar bombando daqui pra frente e, apesar de o emprego no agro ter diminuído ano a ano, os serviços ligados ao agro têm aumentado a geração de emprego de uma maneira extraordinária. Então, se vocês pegarem os Municípios do interior do Brasil que têm um grande impacto do agro, vocês vão ver que todo o comércio e os serviços em torno do agro têm gerado uma quantidade de emprego muito grande. Então, a continuidade do dinamismo do agro é um alento para o Brasil, porque aí podem surgir empregos que independem de investimentos diretos do setor público.

Agora, temos pela frente também o desafio das tecnologias, que estão começando a preocupar muito e trazer muita ansiedade, porque não se sabe se os nossos trabalhadores vão estar preparados para essas novas tecnologias. Esse é um assunto que vai demandar investimentos e projetos bem delineados na área de qualificação e requalificação das pessoas. O Fórum Econômico Mundial no ano passado já estimou que o mundo vai precisar requalificar um bilhão de trabalhadores ao longo dos próximos dez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

anos. Isso vai acontecer no Brasil também. Porém, eu não exageraria a importância disso no caso brasileiro, embora reconheça que é preciso ter um programa de qualificação e requalificação bastante bem pensado, porque a matriz econômica do Brasil ainda não requer aquilo que a Alemanha requer em termos de mão de obra especializada. É uma outra matriz econômica – vocês sabem bem – na Alemanha. A Alemanha exporta 50% do PIB de tecnologia; ela exporta ciência, ela exporta pesquisa, ela exporta conhecimento que está na cabeça dos trabalhadores. Aqui no Brasil, a grande parte das atividades ainda são atividades relativamente simples, que demandam uma qualificação limitada, no campo das *commodities*, minérios, agricultura, pecuária. Comércio e serviço são tarefas muito simples, transporte também são tarefas muito simples. A própria indústria tem um pedaço que é mais sofisticado, mas tem um pedaço que tem tarefas muito simples. Quer dizer, não vai acontecer nada da noite para o dia em termos de demanda de pessoal qualificado em grande em proporção, porém nós não podemos negligenciar, nós não podemos ficar parados. Ao contrário, talvez a gente precisasse aproveitar esse bônus – nós perdemos o bônus demográfico –, aproveitar esse bônus econômico aqui para realmente investir seriamente em programas de qualificação e requalificação profissional para enfrentar os anos que vêm pela frente aí, os próximos cinco, seis, sete anos, quando a incorporação de tecnologia será mais acelerada ainda.

Eu acho que as exposições que me antecederam já mostraram que a racionalidade é a mercadoria mais escassa hoje na administração do orçamento. Eu não sou autoridade para fazer essa afirmação, eu estou me ancorando em vocês aí, que conhecem muito bem essa matéria. Então, para o emprego, a volta à racionalidade para o bom uso do recurso público é essencial; do contrário, nós vamos enfrentar cenários que não convém discutir aqui.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente. Coloco-me à disposição para algumas perguntas no tempo adicional.

O que foi destacado aqui em termos de reformas pelo Secretário Meirelles, pelo Felipe Salto e pelo Moutinho eu endosso 100%, essas reformas são essenciais para criar o clima que vai, na frente, gerar emprego e gerar oportunidades de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Mais uma vez, eu e – acho – todos que estão assistindo agradecemos.

Acho que o Senador Esperidião Amin quer fazer uso da palavra.

Senador, o senhor terá esse...

Pode abrir a câmera dele?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou deixar o senhor livre para perguntar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, prezado amigo Senador Styvenson. Meus cumprimentos ao senhor, que está conduzindo uma reunião tão importante, que mostra as dificuldades que nós estamos enfrentando.

Eu vou procurar me cingir ao menor tempo possível, Presidente, mas eu acho que vou precisar de, no mínimo, cinco ou seis minutos, porque nós recebemos muitas afirmações e muitas informações.

Vou me dirigir inicialmente ao nosso Presidente do IFI, ao Felipe Salto, cumprimentá-lo e fazer minhas as suas palavras a respeito da questão do RP 9. Eu acho que essa pulverização desgasta o conceito do pouco que nós podemos investir no Brasil e enfraquece a crítica que nós devemos fazer ao teto de gastos. Se é para não gastar da melhor maneira possível, é melhor não gastar.

E, a propósito, eu estranhei que os nossos melhores economistas aí falando – José Pastore, nosso querido Ministro Henrique Meirelles, Fernando Moutinho, que tem uma visão de administração pública – não tenham, pelo menos até onde eu acompanhei, falado sobre a importação da inflação. Quer dizer, os Estados Unidos já colocaram na guitarra quanto? Foram US$11 trilhões se somarmos Trump, Biden um e, agora, Biden dois, que não consegue nem aprovar o volume de extra, extra, extra teto de gastos deles. Recebeu uma ração de alpiste para sobreviver até 3 de dezembro, não é isso? Recebeu uma raçãozinha de alpiste, se nós comparamos, para sobreviver até 3 de dezembro. Orçamento, não. Nem os seus correligionários querem votar.

Eu calculo em US$11 trilhões a festa financeira norte-americana do Trump até hoje – posso estar errado –, absolutamente sem lastro, Styvenson. Felizmente, nem emitem papel-moeda, porque senão devastaria a Amazônia, se fossem emitir o papel, mas são gastos de investimentos cuja qualidade ninguém conhece. O Trump mandou cheque nominal para eleitor: US$1,8 mil para cada um na primeira pegada. O Biden já fez uma emissão no primeiro semestre e agora está tentando rodar a guitarra de novo.

Quer dizer, nós estamos importando isso. Ou não? Assim como quando gastavam no Iraque dinheiro que nem emitiam, no Afeganistão, e nós pagávamos. Quer dizer, essa relação de troca, como diria o Brizola, não é analisada. Nós temos é que usar o garrote, um em cima, outro embaixo, e respeitar o teto de gastos. Eu não concordo com isso.

E me dirijo, então, ao Ministro Meirelles: eu acho que o teto de gastos cumpriu o seu papel, agora, se nós queremos investir em infraestrutura – e precisamos... E temos que usar reguladores, Professor Pastore. Não vai haver marco legal de saneamento se não houver subsídio nas áreas urbanas mais pauperizadas. É uma ficção. Ou nós vamos atender só a elite ou, como diria o nosso querido Lula, "as elites"? Não. Nós temos que ter responsabilidade sim, mas nós temos, a meu ver, e aí eu concluo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro eu gostaria de sugerir, meu amigo Styvenson, que leia este livro aqui: *Catástrofe*. Faz uma bela coletânea Niall Ferguson: "Uma história dos desastres – das guerras às pandemias – e o nosso fracasso em aprender como lidar com eles". Me permito até fazer propaganda do capítulo sete desse livro, que fala de uma epidemia que pegou aqui – talvez o Salto escape e você, Styvenson, que é muito moço –, a epidemia de 1957, e a forma como ela foi tratada no Governo dos Estados Unidos e com os informes semanais de Singapura, etc. E ele recapitula, até a espanhola, os efeitos econômicos também, a paralisação das aulas, tudo isso que nós estamos voltando a assistir agora, inclusive a pressa em fazer vacina, o que já naquele momento aconteceu. Naquele tempo não era a Pfizer, era a Merck, que, aliás, produz hoje as vacinas da Pfizer que não são da Pfizer, são da BioNTech.

São da Katalin Karikó e dos turcos alemães que são os donos da BioNTech. Até as fábricas da Merck servem, pela lei de guerra, a Primeira Guerra Mundial, a este imunizante da Pfizer.

Então, esse livro é muito interessante para fazer a comparação das verdades que nós hoje estamos falando sobre *lockdown* e o que aconteceu, sob Eisenhower – no caso, em 1957 – e no mundo.

Mas eu só queria falar de duas coisas. Primeiro: como é que nós vamos aproveitar esse momento do mundo... Temos várias oportunidades, como disse o Professor Pastore, mas eu destaco... Primeira: na agroindústria – e o meu Estado é um exemplo disso – nós não exportamos *commodity*; nós exportamos produtos com valor agregado, originários do setor primário, da madeira até suinocultura, passando pela avicultura, etc. Somos o único Estado livre de aftosa, desde 2000, sem vacinação. São 21 anos. Às nossas expensas.

Então, conquistamos um galardão, mas nós não temos tido a competência para valorizar os nossos indicadores, porque nós não temos uma gerência, uma gestão ambiental por indicadores que nós possamos exibir para o mundo. E ainda dependemos de certificações que não são brasileiras. Isso é um desafio para a USP, para a UFSC, para o nosso sistema universitário.

Nós precisamos, geralmente, de uma certificação estrangeira para as coisas boas que nós fazemos na agroindústria. Quer dizer, até para ganhar dinheiro, nós estamos errando na relação de troca. Quem atesta o nosso mel não é daqui. Quer dizer: eles não conseguem fazer, e vêm atestar aqui.

E o segundo tópico, que eu acho que salta aos olhos, é a reindustrialização inteligente.

Quando, aqui no Estado, que tem indústria têxtil desde 1879 e já teve erradicados instrumentos da indústria têxtil primevos, no século XVIII, para cumprir o Tratado de Methuen, nós destruímos a nossa incipiente – se é que se pode chamar – indústria têxtil – melhor dizendo: artesanato têxtil –, para cumprir um acordo com a Inglaterra, acordo assinado por Portugal. Quando estourou a pandemia, e nós tivemos que importar máscara... Essa sua, Styvenson, não é a importada não, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Bom, eu acho que é. Eu não... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois então. Quer dizer: máscara, nós importamos uma quantidade quase bilionária ou superior a bilhão de máscaras, sem falar em respiradores, sem falar em IFA, e nós ainda dependemos, apesar das iniciativas do Butantan e da Fiocruz em nos libertar.

Então, nós não podemos ser conduzidos – é isso que eu queria dizer – pelo cabresto de uma inflação importada. Não estou falando das nossas culpas, as nossas nós temos que corrigir, mas nós não podemos ser guiados... Olha, tem que manter o teto de gastos, mas tem que investir em infraestrutura. E não pode nem ter dinheiro para o subsídio natural? Como é que você vai atender?

O Sergipe é o Estado mais equilibrado do Nordeste brasileiro em termo de índice de Gini, quanto a tamanho da propriedade... Enfim, é, pelo que eu conheço de economia, o Estado menos desequilibrado do Nordeste. Então, tem que manter esse equilíbrio fiscal – concordo – e não pode atender a periferia da cidade de Aracaju, porque não pode subsidiar com tarifa social o esgoto, o abastecimento de água, que são fundamentais até para a saúde, sem falar outras necessidades.

Então, se nós não tivermos a competência e a responsabilidade para fazer bem feito, o alívio para suprir o que nós precisamos investir em matéria de infraestrutura e na reindustrialização inteligente do Brasil... Qual foi a indústria brasileira que não sofreu com... A indústria automobilística – o Dr. Pastore podia me ajudar a responder: quantos dias parados nós tivemos nas nossas montadoras por falta de *chip* semicondutor?

Então, reindustrialização inteligente não é proibir importação, é reduzir dependência. E, para isso, nós temos que ter coragem. Se o Congresso não é confiável, vamos trocar os congressistas; mas nós temos que ter a capacidade de investir seletivamente. E aí não vamos chegar à prodigalidade do Biden e do Trump, mas vamos ter que afrouxar o limite sob pena de desnacionalizar as nossas empresas, que é o que está acontecendo.

Eu falei da indústria têxtil. A Hering já foi vendida. E eles vêm comprar com o dólar a R$6, R$7. É barato. Nós vamos desnacionalizar a nossa indústria, que já responde... E Santa Catarina tem o melhor percentual em relação ao PIB – aqui é em dois dígitos, estamos perto de 20% de participação da indústria no PIB, mas no Brasil não chega a 10%. Então, isso também é um bônus que nós perdemos cedo demais em relação à demografia.

Então, são essas as observações: reindustrialização inteligente, que não pode ser feita com esse freio indiscriminado, e a questão da nossa momentânea... Momentaneamente nós não temos competidor para a agroindústria. Nós temos que aproveitar isso, valorizando e colocando a nossa marca. E, finalmente, na infraestrutura, pelo menos a regulação para os subsídios que são indispensáveis, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, ao saneamento. Isso é fundamental e eu gostaria que comentassem. Não gostaria que concordassem, mas pelo menos comentassem esta parte daquilo que eu considero verdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Senador Espiridião Amin, como falo aqui nos bastidores, meu professor, eu me sinto honrado, jovem, pela primeira vez político, aqui, aprendendo com essa sabedoria, com experiência tão vasta.

Eu peguei o nome do livro. Assim que eu acabar de ler um livro também que fala de uma mesma situação de aprendizado de que a gente se esquece... Estou lendo um livro de Raquel Landim, *Why Not* ("por que não?"), que fala sobre o crescimento, em um momento, de uma empresa que teve a audácia de querer ser uma transnacional, uma multinacional – falo da JBS –, bem diferentemente da Hering. Ela estava ganhando o mundo com o dinheiro dos cofres públicos, pelo menos diz assim o livro que eu estou lendo.

Então, eu peço a todos os convidados que guardem o comentário do Senador Esperidião Amin.

Quero agradecer e, antes de passar a palavra para as respostas, vou fazer algumas perguntas para o Sr. Felipe, para o Sr. Fernando, para o ex-Ministro Meirelles, e para todos que aqui participaram.

Então, sem perder tanto tempo, eu vou perguntar ao Sr. Felipe Salto e ao Sr. Fernando Moutinho: quais os principais riscos fiscais que o País enfrenta neste momento? Pergunto sobre a qualidade do gasto público ao qual os dois fizeram referência.

O País precisa melhorar a qualidade dos gastos. Como podemos aprimorar esses gastos de forma que sejam mais efetivos? Seriam necessárias alterações legislativas para aumentar a qualidade dos gastos?

Especificamente para o Sr. Moutinho, que falou muito da relocação, reconstrução – ele fez a sua fala dentro desses dois pilares. Então, a pergunta, de forma didática para a população que nos assiste e até para nos que dê um norte de pensamento é: qual é a sugestão que V. Sa dá para essa alocação de recursos públicos para essa reconstrução? Em outras palavras, de onde tirar e onde colocar especificamente para essa reconstrução? O senhor falou de forma meio abrangente, e eu queria que fosse mais específico e objetivo.

Já para o Sr. Felipe, eu anotei o que ele disse já no final da fala: caso não haja uma reforma fiscal de imediato – que é uma necessidade e precisa haver essa reforma –, Sr. Felipe, como fazer com que haja, na hora em que a gente está hoje vivendo, dentro das condições em que vivemos, algo para esse crescimento econômico? Parece que a gente fica debatendo só o futuro e se esquece do presente, esse presente que está fazendo parte agora justamente de não haver essas reformas que o senhor já citou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando para o Sr. Moutinho, dentro da pergunta que eu fiz – espero que o senhor anote, Sr. Fernando –, o senhor tocou no assunto de um recurso gasto de forma questionável. O senhor disse: "comprando tratores, mandando dinheiro para setores que talvez não tenham essa finalidade". E o senhor diz que é reconstrutor... Hoje, a preocupação do Parlamento em destinar esse recurso – e foi um recurso bem alto, que o senhor já citou, de R$33 bilhões... A preocupação dos Parlamentares, nesse caso, não está voltada para essa reconstrução, para essa reestruturação? É uma preocupação minha trazer essa ideia, porque vamos trazer o Ministro Rogério Marinho aqui ao Senado, à Comissão de Transparência, para trazer essa explicação. O que é mais importante: um trator, como o senhor mesmo disse, ou justamente solucionar esses problemas de que o Senador Esperidião Amin falou, como o do saneamento básico, que tem que ser feito, já com um marco aprovado?

Uma pergunta para o Sr. Henrique Meirelles. Eu vou começar com a pergunta de um entrevistado pela revista *Valor Econômico*, no dia 29/09/2021. O Sr. Harry Schmelzer Jr., que é o Diretor Presidente da WEG, uma das empresas nacionais que mais cresceu no mundo, fabricante de motores e equipamentos eletrônicos, com sede em Santa Catarina, Senador Esperidião Amin, e com filiais nos Estados Unidos, na Ásia e na Europa, afirmou que, nos primeiros meses da emergência sanitária, o mercado brasileiro reagiu rapidamente em função de fatores como os incentivos emergenciais e a adoção de taxa de juros mais baixas desde o Plano Real. Na opinião de V. Exa., Sr. Henrique Meirelles, avaliando a situação fiscal brasileira, o País poderia ter adotado programas socioeconômicos mais robustos para enfrentar os efeitos da pandemia na economia brasileira? Se afirmativo, quais dessas ações podem ser implementadas ainda aqui no nosso País?

Uma segunda pergunta para o senhor: quais são os principais desafios para a retomada do crescimento econômico? As expectativas de mercado para crescimento em 2022 são baixas, como já foi dito aqui, e estão em queda. O Relatório Focus, em 24 de setembro de 2021, aponta projeção de crescimento de 5,22%, em 2021, e de apenas 1,57%, em 2022, e era de 2% há quatro semanas antes – isso, 2%. Como V. Exa. explica essa baixa de expectativa de crescimento para o País em 2022?

A outra questão essencial a que V. Exa. poderia lançar luz nesta audiência é o problema da volta da inflação, que, de acordo com o Focus, deve fechar em 8,45%, em 2021, e 4,12%, em 2022. Qual o seu diagnóstico sobre a aceleração da inflação e a atuação do Banco Central nesse controle? A política monetária precisa ser revista?

E a última pergunta vou fazer para o Sr. José Pastore. Sr. José Pastore, como o senhor vê a dinâmica do mercado de trabalho? Quais seriam os principais impactos adversos da pandemia? O mercado de trabalho deve mudar no pós-pandemia? Quais seriam as maiores mudanças que podemos observar? No momento, temos muitas pessoas desempregadas; como estas poderiam fazer para conseguir se alocar no mercado de trabalho ao qual o senhor já fez referência?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada um vai ter um tempo disponível de cinco minutos ou mais. O Sr. Meirelles, a quem eu fiz duas perguntas, terá mais um pouquinho de tempo. Então, sete minutos dariam pra cada um? (*Pausa.*)

Senador Oriovisto Guimarães, é uma honra o senhor estar aqui. Muito obrigado, Professor Oriovisto. Vou passar a palavra para o senhor. O senhor pergunta, e vamos fazer um bloco de perguntas.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – O Senador Styvenson me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeitamente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu quero primeiro cumprimentar o Dr. Henrique Meirelles, o Dr. Fernando Moutinho, o Dr. José Pastore. São economistas que eu acompanho há anos, e gosto muito de todas as suas posições.

Eu quero colocar para todos assim: aqui no Senado nós temos hoje uma reforma do Imposto de Renda, que não sei se será votada este ano ou não – acredito que não –, nós temos também uma reforma maior dos tributos, que é a 110, que na verdade é original lá do Hauly, que começou a circular aqui no Senado, e não vejo nenhum empenho por parte do Ministério da Economia com relação a essa reforma tributária. Não é isso que eu acho que eles querem; querem mesmo é fazer fatiada. No fundo, acho que querem fazer mais um remendo, criar mais um imposto sobre lucros e dividendos, como já tentaram criar outros – houve várias outras tentativas, como a volta da CPMF, imposto sobre transações eletrônicas. Parece que a solução que o Ministério da Economia vê é sempre criar mais um imposto, e não fazer uma reforma tributária de fato.

E eu não acredito em reforma tributária que não tenha o Ministério da Economia empenhado na sua aprovação. Iniciativas do Parlamento eu acho que jamais irão para frente. Até pela falta de *expertise*, pela falta de dados, pela falta de elementos, é muito difícil que um Parlamentar ou um grupo de Parlamentares possa fazer uma reforma que convença o Brasil como um todo. Eu acho que isso implica negociação com Estados, com Municípios, com o setor produtivo; é um tema bastante complexo. E, se não houver o empenho direto do Presidente, do Ministro da Economia, isso não vai sair do papel.

Desde 1988 a gente tem tentado, tentado... Fernando Henrique tentou, Lula tentou; ninguém conseguiu fazer reforma tributária neste País. Fizeram remendos. Já fizemos 17 remendos de 1988 para cá.

Então, esta é a minha pergunta para vocês. Acho difícil que a reforma tributária aconteça dado o não empenho do Governo numa reforma ampla. O que é que se pode fazer neste País cuja inflação – a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente mede pelo IPCA – está chegando à casa dos dois dígitos, sendo que a gente sabe que a inflação da comida, a inflação para as pessoas que ganham menos é muito maior? A inflação do feijão, do arroz, da carne, dos legumes; essa inflação é muito maior do que esses 9,6 ou 10 que estão aí.

E nós vemos hoje um agravamento não só do desemprego como temos o agravamento da fome. As pessoas estão tendo que optar entre comprar gás ou comer: se compra o gás, não tem dinheiro para a comida; se compra comida, não tem como cozinhar, tem que cozinhar com lenha. Eu estou pegando um extremo, mas isso está acontecendo – é claro que não em toda a sociedade brasileira, mas em uma parte importante dela eu diria. O aumento da miséria é visível nas ruas.

O ano que vem é um ano eleitoral. Não vejo perspectiva de sair uma reforma tributária e tenho muito medo de um certo populismo fiscal em função das eleições. Como é que vocês estão analisando isso para o próximo ano? O que é que o Governo poderia fazer, que não seja populismo fiscal e que possa melhorar um pouco? Não digo resolver porque, como o José Pastore já disse, "não existe uma bala de prata". Eu concordo, não há uma bala de prata, e vamos demorar muitos anos para recuperar essa economia, mas que medidas paliativas, pelo menos, esse Governo poderia tomar o ano que vem, nesse cenário de parte da população passando fome, nesse cenário de desemprego muito sério, nesse cenário de aumento da fome e de desemprego muito alto?

Não vejo nenhuma grande notícia com relação às famosas reformas. Por exemplo, não acredito que saia a reforma tributária. O que nós tivemos aí de coisa boa foi o marco regulatório do saneamento, algumas coisas boas aconteceram, mas a privatização dos Correios até agora também não caminhou. Aliás, saiu a privatização da Eletrobras, mas também não foi executada.

O que vocês acham que de bom possa acontecer o ano que vem para melhorar, para mitigar um pouco a situação que eu estou descrevendo? Essa é a pergunta. As coisas boas para o ano que vem, quais seriam elas?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito, Senador Oriovisto. Obrigado pela participação do senhor.

E obrigado, Senador Esperidião, também.

Vou passar a palavra para o ex-Ministro Meirelles, para ele iniciar as respostas sobre o comentário do Senador Esperidião.

O senhor vai ter um tempo de dez minutos, já que foram muitos comentários, para ficar bem à vontade, está bem? (*Pausa.*)

Ele abriu o microfone?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Está o.k. Vou aguardar o momento de aceitar.

Henrique Meirelles, o senhor me ouve? O senhor me ouve? Não? (*Pausa.*)

Vou passar, então, para o próximo.

Vou fazer o seguinte: eu passo para o Fernando Moutinho e o Sr. Felipe... Então um prazo... O senhor se sinta à vontade para falar por até dez minutos. Caso não utilize o tempo todo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Estão tentando entrar em contato aqui com o ex-Ministro Meirelles.

Sr. Fernando Moutinho; em seguida, o Felipe Salto.

O SR. FERNANDO MOUTINHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, obrigado, Presidente. Eu vou tentar responder aqui às questões formuladas, enfim, por todos os Senadores – quais seriam os principais riscos fiscais a curtíssimo prazo? – e à questão que o Felipe também levantou, dos precatórios, se pode desequilibrar a pequena equação fiscal.

Eu acho que temos que lidar com isso para muito além de contabilmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO MOUTINHO – Desculpa.

...contabilmente, muito além do teto de gastos.

Além disso, nós temos a questão da fragilidade da base tributária. O Senador Oriovisto apontou bem que a base está cada vez mais minguando, em função dessa aderência a atributos indiretos e tal. Então, essa reforma tributária acaba sendo, sim, no médio prazo, em algum horizonte de um pouco mais de um ano, absolutamente crucial para a gente não repetir eternamente essa situação crítica fiscal.

Melhorar a qualidade de gastos, alterações legislativas. O ponto, a curto prazo, é que só depende de alteração legislativa. Qual é a sugestão? De onde tirar e onde recolocar? Quer dizer, como é que a gente melhoraria? Repito, estou falando em curtíssimo prazo: 2022, 2023. A gente tem alocações hiperprivilegiadas: *funding* do BNDES, PIS/Pasep, que estão na Constituição; fundos de desenvolvimento regional, estão na Constituição; fundo eleitoral, que está na lei ordinária; Sistema S, financiamento cativo do Sistema S, que está na lei ordinária. Essas coisas dependem, sim, de mudança legislativa, mas só de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança legislativa, porque o tributo está sendo cobrado e o fluxo financeiro está acontecendo. Então, existe um leque de mudanças legislativas, sim, que são necessárias para reorientar esses fluxos.

O que se tem que fazer mais especificamente? De novo, a curtíssimo prazo, existem alguns processos de reconstrução. Foram levantados, por exemplo, aumentar o volume de coisas a curto prazo que geram impactos de emprego e são investimentos, aumentar o volume de usinas de geração energética no *grid*, preferencialmente eólica e solar e, mais, eventualmente, alguma térmica, porque senão um dos fatores vai ser a questão energética – um dos fatores da inflação é a dificuldade energética.

Outra situação também apontada é a requalificação educacional e de trabalhadores, ou seja, há um espaço para eu começar a trabalhar na requalificação de trabalhadores.

Outra situação que tem um impacto fiscal, um impacto macroeconômico gigantesco é manter essa rede de proteção social para essas famílias que não têm a possibilidade, a curto prazo, de recuperar o emprego produtivo, ou seja, situações em que – o Senador Oriovisto aponta muito bem – é necessário, de uma certa forma, a liderança do Executivo, na medida em que o Executivo tenha o conjunto de informações necessárias para formular esses planos de emergência em cada momento. Nesse sentido, o Legislativo pode cobrar do Executivo esse desenho específico da política.

De onde a gente pode tirar? Olha, eu apontaria que, desses 104 bilhões que nós temos aqui, entre emendas parlamentares, fundos constitucionais financiamentos, PIS/Pasep, enfim, fundos do BNDES, PIS/Pasep, fundo partidário, fundo eleitoral e financiamento do Sistema S, se eu fizer uma realocação de 30% disso, eu já tenho 30 bilhões para lidar com isso; se eu fizer uma realocação de 50% disso, eu tenho 50 bilhões para lidar com isso. Então, nesse sentido, é uma realocação parcial desse conjunto de despesas para, ainda que temporariamente, arcar com essas despesas emergenciais apontadas.

Em relação a emendas parlamentares, para tratar de um questionamento sobre o elemento, de fato – aí é um julgamento de mérito, mas não há dúvida –, gastar 7,2 bilhões com urbanismo... Urbanismo, se a gente for olhar, abrir todos esses empenhos, é: pavimentação urbana, construção de praças. Não é saneamento, porque saneamento está em saúde. Então, certamente existirão outros elementos de investimento em escala nacional que são diferentes desse urbanismo, ou transferências especiais, que são simplesmente o repasse de recursos para custeio e investimento livre por parte das Prefeituras.

Então, de fato há uma pulverização, e a expressão correta – a expressão é do Felipe, é do Senador Amin – é que há uma gigantesca pulverização nesse processo de emendas individuais. Quer dizer, como é que nós poderíamos trabalhar nas emendas individuais? O que é prioridade, o que é a prioridade nacional, proposto pelo Executivo e decidido pelo Congresso. Proposto pelo Executivo é: a prioridade nacional é financiar energias térmicas, energias solares e eólicas para aumentar as fontes da matriz energética, é pagar o precatório, ou seja, um leque de prioridades nacionais, e as emendas se associariam a isso, ainda que eventualmente direcionando parte desses recursos nessas prioridades para as suas localidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse me parece que, sim, é um questionamento que é crucial para ser feito. Eu cito um trator, porque virou uma coisa icônica, uma coisa meio caricata, mas, de fato, distribuir trator para Prefeitura – e são centenas, milhares de tratores que estão sendo distribuídos – não resolve nenhum dos problemas que o Professor Pastore levantou, que o Ministro Meirelles levantou. Ou seja, é uma realocação do que são as prioridades nacionais de gasto.

Assim, o que competiria ao Legislativo fazer? Cobrar do Executivo: quais são, em cada setor – ciência e tecnologia, energia, transporte – os pontos cruciais? Há um elefante na sala aí que são as pressões que as Prefeituras vão enfrentar, brutais, para a renegociação de contratos de concessão e autorização de transportes coletivos urbanos, porque caiu a demanda na pandemia. Lógico que o universo das demandas feitas pelas empresas não é de todo devido, mas parte, talvez, seja devida.

Então, é esse ponto e esse mecanismo que eu sugeriria, e é isso que eu acho que a gente, de certa forma, responde ao Senador Oriovisto, dizendo o que se pode fazer que não seja populismo fiscal: pressionar pela reforma tributária, nos moldes que foram levantados aqui por todos os palestrantes, mas isso não é uma coisa que se resolva a curtíssimo prazo, e fazer essa realocação em cima do que seja prioritário.

E aí o Senador Amim pede que a gente aborde, concluindo, algumas questões.

A inflação importada. Senador Amin, eu acho que talvez esses 11 trilhões da emissão de gastos norte-americano, enfim, ele é um gasto keynesiano: em parte ele é imposto ao restante do mundo e em parte ele apenas aumentou o volume da atividade econômica americana. Então, talvez seja uma lição para nós. Talvez nós possamos pegar não 11 trilhões, mas uma pequena parcela, e fazer coisas semelhantes a partir disso.

E aí eu concordo inteiramente, Senador Amin, que a gestão ambiental seja a frente por excelência da expansão de gasto, aquilo que vai trazer um novo valor agregado à agroindústria. É inevitável isso, que a nossa frente por excelência de investimento e transformação produtiva seja a gestão ambiental e a gestão do campo climático.

Em relação à reindustrialização, é verdade, nós não vamos recompor todo o leque de industrialização autárquica que existiu no período desenvolvimentista, mas, em determinados *clusters*, em determinadas regiões, em determinados nichos, a gente pode e deve tentar fazer uma reconstrução, aproveitando que essa dependência global das cadeias de fornecimento, até por uma questão de logística, gargalo logístico, problema espontâneo, essa reindustrialização, essa universalização da Ásia como um fornecedor de produtos industriais está sendo requestionada.

Então, há um espaço para um retorno, há uma menor dependência da produção industrial. Mas isso envolveria uma política industrial de médio prazo especificando ou apontando setores ou segmentos – não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campeões nacionais individuais, mas setores ou segmentos – em que se pode impactar, em que se pode fazer um conjunto de investimentos que impactem em uma política industrial com resultados.

Bom, obrigado, Presidente. Eu espero ter respondido aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Respondeu, sim. Respondeu.

Eu só vou explicar, esclarecer o motivo da minha pergunta. Já ouvi, algumas vezes, o Ministro Paulo Guedes citar, dizer que o orçamento deveria ficar na mão do Congresso. O Congresso que deveria escolher, decidir para onde iria. O motivo da pergunta foi esse. Parece que o Congresso não está sabendo escolher a coisa certa, está escolhendo a coisa em benefício dele próprio, do Parlamentar. Não que uma praça não seja importante, não que um trator não tenha sua importância, mas nesse momento de reconstrução, parece que a importância não é tão relevante assim.

Então, eu fiz essa pergunta porque justamente eu ouvi isso, pelo menos umas duas ou três vezes, nesta Comissão, sobre quem deveria dizer para onde vai, pelo fato de o Parlamentar conhecer suas demandas. O Parlamentar também sabe onde é que ganha voto: ganha numa praça, num pórtico, ganha num trator. Entendeu? Ele não ganha em gerar justamente o que não é visto naquela ocasião e naquele momento, não. Ele não ganha, não. Ele não ganha muito em educação, não é? Então, ele não ganha dessa forma.

Sr. Felipe, eu peço um pouquinho de paciência. Vou passar a palavra agora para o Meirelles, para que ele possa responder as colocações do Senador Esperidião Amin, Senador Oriovisto e as minhas também. Dez minutos, Ministro.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pois não. Muito obrigado.

Resolvemos agora a questão técnica aí, mas tudo bem.

Em primeiro lugar, há uma pergunta que foi feita, dimensionada por mais de um Senador, que é a questão da inflação importada.

O Brasil tem uma característica diferente de muitos países porque nós somos um grande exportador de *commodities* agrícolas, que impactam o preço de alimentos, o preço de combustível etc. Tudo bem. O fato é que normalmente, na maior parte das vezes, quando existe um aumento da demanda mundial – como está acontecendo agora, não só pelos altos programas de impulsionamento da economia e de gastos públicos do Governo americano, mas também por todo programa de combate à pandemia de impulso em outros países –, o fato é que de qualquer maneira a economia teve uma retomada este ano muito forte, isso leva a um aumento da demanda por *commodities*, alimentos, grãos em geral, carne, minerais etc. no mundo todo. Então, isso faz com que haja um aumento dos preços, alguns deles que atingem diretamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

a população, como é o caso de alimentos, outros atingem de uma forma indireta, como é o caso do aumento de recursos de produtos importados etc., que pode atingir através principalmente da indústria, através dos componentes ou mesmo a energia.

Agora, historicamente, o que na maior parte das vezes tem acontecido, como o Brasil é um grande exportador de *commodities*, quando sobe o preço das *commodities*, sobe o preço dos alimentos em dólar, por exemplo, e de outros produtos, mas normalmente o real aprecia, isto é, o dólar cai. Isso aconteceu, por exemplo, durante o período em que eu estava no Banco Central, por exemplo, quando o dólar começou lá a 3,40, chegou a quase 4 naquela época – o que seria o equivalente a mais de 7 hoje – e foi caindo gradualmente à medida que as exportações foram aumentando e houve um ciclo positivo de *commodities* também, etc., etc. Então, uma coisa compensa a outra ou até mais do que isso.

O problema é que desta vez o dólar não caiu, apesar desta melhora do preço das *commodities.* E a queda, portanto, do dólar seria esperada, porque entra um volume muito maior de dólar no País. No entanto, o dólar continua elevado. Esta é a situação particular do Brasil: o dólar continua elevado e, continuando elevado o dólar, com o aumento desses preços em dólar, isso não foi compensado, nós tivemos uma das razões importantes aqui pelas quais essa inflação seria importada pelo Brasil.

A pergunta é: por que não caiu o dólar, apesar do aumento do saldo comercial, do influxo de dólar etc.? Por todas essas razões que já foram discutidas aqui, seja a incerteza fiscal, seja toda uma discussão aí sobre alocações que está sendo colocada, incerteza sobre precatórios, sobre uma série de coisas. Não podemos explicar, mas não adianta ficar discutindo isso. O fato é que, por incertezas diversas, o dólar não cai como cairia normalmente com o aumento do preço de *commodities.* E, como já aconteceu várias vezes no passado, em consequência, nós temos o impacto da inflação do Brasil, isto é, essa inflação de *commodities* internacional em virtude do aumento do consumo internacional de minerais, de alimentos etc.

Tudo isso se transforma, em última análise, em inflação no Brasil. O que nós temos que fazer? Além de procurar dar uma direção fiscal clara, de maneira que se possa baixar esse nível de incerteza e eventualmente estabilizar mais o caso do câmbio, o Banco Central tem que tomar as providências, como está tomando, realmente no sentido de controlar a inflação. Ele não pode deixar a inflação sair de controle. Se fizer isso, certamente o problema será maior no futuro, mesmo com ganhos de curto prazo.

Em relação à questão do saneamento que foi mencionada também pelo Senador Esperidião, eu acho que se tem que garantir, sim, o saneamento básico etc., principalmente a alocação de recursos públicos onde for necessário, mas, por outro lado, existe muito recurso disponível no mundo hoje. Por tudo isso, por todo esse quadro de alta disponibilidade de recursos no mundo, existe, sim, disponibilidade de recursos para investimento em saneamento. Então, não justifica no Governo a disputa por recurso público escasso, como estamos aqui discutindo – já foi mencionado várias vezes que se tem que priorizar alocação de recursos e precisa alocar recursos em tal área para poder crescer. Então, nós temos que tirar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos de áreas onde esses investimentos podem ser substituídos por investimentos do setor privado. Então, existem oportunidades enormes realmente de investimentos em saneamento com recursos privados, independentemente da manutenção necessária de investimento público em saneamento em áreas de menor poder positivo etc., etc., etc.

Então, isto é o fundamental, nós temos que somar esforços. Não adianta: "Eu não quero isso, vou fazer tudo aquilo" ou "Não, só quero aquilo, não vou fazer nada". Eu acho que nós temos que somar esforços para haver investimento público onde é necessário e investimento privado onde é possível.

Em relação ao teto de gastos, eu respeito as opiniões, isso é um tema já suficientemente discutido, não caberá aqui nós resolvemos a questão do teto de gasto mais uma vez, já que é um assunto já debatido e votado pelo Congresso na emenda constitucional, por três quintos no Senado e três quintos na Câmara. Mas apenas para mencionar, responde também a outros pontos, que há mais de dez anos, há 25 anos, na realidade, de 1991 até 2016, nós tivemos aí um crescimento constante das despesas públicas no Brasil, que dobraram com o percentual do PIB, de 10% para 20%, em 2016, e principalmente uma aceleração nos últimos anos, até 2016, de 2011 até 2016. Nós tivemos, com isso, um aumento do risco – que foi mencionado, inclusive, pelo Felipe –, um aumento da taxa de juros, um aumento da insegurança, uma queda dos investimentos, os investimentos caíram sistematicamente – não só investimento público, estou falando em investimento de todo o País, privado e público – de 2011 até 2016, fortemente.

E tudo isso levou, em 2015 e 2016, à maior recessão da história do Brasil. Na recessão que houve entre junho de 2015 e maio de 2016, naqueles 12 meses, o PIB do Brasil caiu 5,2%, o que foi uma queda maior do que essa queda que houve na pandemia aqui, no ano de 2020, no Brasil. E em tempo de paz, não existia guerra, não existia pandemia, não existia nada, foi simplesmente um problema fiscal. Então, nós precisamos tomar cuidado, por mais que seja tentador, de voltar a não priorizar os investimentos fiscais etc., e não cortar investimentos desnecessários – ou o gasto, não investimentos, gastos desnecessários – onde isso não precisar ser feito. Nós temos, portanto, que definir prioridades. O teto, em 2016, quando aplicado, fez com que o Brasil, ao invés de estar caindo em queda livre, passasse a crescer. O que nós temos que fazer agora é aumentar essas taxas de crescimento.

Em relação à questão dos primeiros meses da pandemia, eu acho que o auxílio emergencial foi importante, cumpriu seu papel, a queda da taxa Selic também. Em função disso, a queda do PIB brasileiro, que estava prevista entre 7% e 8%, acabou situando-se ainda em 4,1%, uma queda um pouquinho superior à média mundial, mas mais ou menos em linha com o que foi acontecendo. O nosso problema é para frente, é como crescer, principalmente a partir de 2022. E aí vem a questão da explicação do baixo crescimento esperado para 2022, que é a outra pergunta. É exatamente, primeiro, essa incerteza fiscal. Nós podemos discordar disso, das empresas, dos investidores, do mercado, de todo mundo, fazer um discurso aqui, mas não vai resolver. Essas incertezas fiscais etc., isso leva a uma diminuição dos investimentos. Por quê? Porque qualquer um, desde a pessoa que investe numa pequena padaria numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

cidade do interior até o grande investimento de uma siderúrgica, de uma celulose, da indústria automobilística, está prevendo, está tentando projetar qual é o retorno, qual é a venda nos próximos anos, e para isso a previsibilidade é importante e a segurança de que vai haver aquele retorno também é fundamental, e isso é uma das coisas que faz esse crescimento baixo do Brasil.

Outra coisa: o custo de produzir no Brasil é muito elevado. Existem estudos do Banco Mundial sobre isso, que inclusive mostram... Nós fizemos um convênio com o Banco Mundial em 2016, eles vieram ao Brasil e nos ajudaram com isso; um grupo de trabalho grande do Ministério da Fazenda e do Banco Mundial trabalhou junto. Nós temos aí um custo de produção elevado do Brasil. É possível resolver isso? É. Agora, não vamos resolver isso da seguinte maneira: "Reforma tributária é importante, é um dos maiores problemas do custo Brasil, a complexidade tributária no Brasil é um problema. É, mas isso aí não tem jeito, não vamos resolver". Se for assim, então, nós temos um problema, porque nós temos que fazer a reforma tributária ampla para resolver esse problema. A reforma do Imposto de Renda é uma coisa específica que está sendo discutida, mas não é isso, é essa reforma tributária ampla. Existe projeto no Congresso, existe a PEC 110, a PEC 45, o processamento de um relatório aí, que já está praticamente pronto, etc., do Senador Roberto Rocha, mas existe, portanto, uma discussão muito relevante e que precisa certamente ser enfrentada. Mas não é só ela: nós temos todas as questões referentes à produtividade, investimento em infraestrutura etc.

Então, basicamente, é isso. Meu tempo está terminando, mas acho que, com isso, eu respondi às perguntas mais importantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Muito obrigado, Professor.

Eu vou dar dois minutos...

Corrigiu? (*Pausa.*)

Pronto.

Vou dar dois minutos ao Senador Espiridião Amin, que pediu a palavra.

Senador, V. Exa. está com a palavra – para dar conclusão aos outros explanadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Bom, eu acho que a reunião foi proveitosa, Presidente, e eu quero cumprimentá-lo.

Apenas gostaria de replicar o que o Ministro Henrique Meirelles comentou sobre teto de gastos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz menção específica à questão de investimentos. Em momento algum eu falei em despesas de custeio, gastos que S. Exa. verberou nesse período que ele mencionou, de 1991 a 2016. E nós aprendemos isso de novo agora, na pandemia. Quer dizer, toda a camada de gordura – ou seja, gastos permanentes que você coloca em cima do organismo público, seja ele prefeitura, Estado ou União – não se desmancha mais. Então, não é para isso que eu estou falando. Eu estou falando para investimentos de verdade e de qualidade.

Finalmente, queria fazer um pequeno reparo a essa execração das emendas parlamentares. Quero dizer que, por emendas... Graças à Constituição – e eu fui Relator das duas emendas –, 50% das emendas são para saúde, mestres. Vocês se esqueceram disso. Cinquenta por cento das emendas parlamentares individuais obrigatoriamente se destinam à saúde. Isso foi preservado e até sobrelevado durante a pandemia – e muito necessário, não preciso dizer.

E, finalmente, eu espero que o Salto se dedique a analisar também a qualidade dos gastos dos recursos federais transferidos a Estados e Municípios. Eles passaram ao largo desta CPI, mas pelo menos os recursos federais transferidos republicanamente, mas com muita generosidade, pelo Governo e pelo Congresso carecem de uma avaliação de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Com a palavra agora, na sequência, Felipe Salto.

Sr. Felipe com a palavra.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

Eu anotei aqui as perguntas do Senador Espiridião Amin, do senhor mesmo, Presidente, Senador Styvenson, e do Senador Oriovisto Guimarães.

Bem, primeiro, a respeito do chamado RP9, que é um classificador orçamentário que determina as emendas de Relator Geral ao orçamento. Eu estou de pleno acordo, Senador Esperidião, nós temos que separar o joio do trigo, porque as emendas individuais estão muito bem regulamentadas na Constituição, inclusive com as mudanças recentes das emendas aprovadas e promulgadas para esse tratamento. Metade vai para saúde; 1,2% da RCL é o volume fixado máximo anualmente. Então, o problema não está aí. Aí é a forma como os Parlamentares têm legitimamente de atuar nessa matéria de emendas ao orçamento, cuja despesa é fixada – esse é o verbo utilizado pela Constituição – pelo Poder Executivo a partir de estimativas de receita.

Eu acho que nós temos muito a aprimorar no campo das estimativas da receita. Hoje elas não são feitas de maneira autônoma, como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos e em outros países. Poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

haver um comitê formado por técnicos do Legislativo, membros da academia, membros do próprio Governo, etc., para estimar essas receitas de uma maneira independente.

Agora, o chamado RP9 são as emendas que no passado serviam apenas para ajustes técnicos do orçamento, correção de erros; e, de 2019 para cá, se transformaram numa espécie de mecanismo para aumentar as despesas públicas. E esse RP9 carece de transparência; as emendas em sua maioria são não identificadas; elas abarcam uma série de demandas não apenas do Relator, mas até do próprio Executivo. Neste ano de 2021, são 18,5 bilhões, mais da metade do orçamento anual do Bolsa Família, reservados para essas emendas de Relator Geral, que certamente precisarão mudar. Para o ano que vem, no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022, não há espaço para essas emendas de Relator Geral, e essa é uma das razões pelas quais se pretende mudar o regramento dos precatórios, não pagar uma despesa obrigatória, para abrir espaço para esse tipo de despesa num ano eleitoral. Essa que é a verdade, e é uma coisa importante de se discutir, porque há solução técnica.

Respondo agora à pergunta do Senador Styvenson sobre o que fazer no curto prazo: há, sim, o que fazer. Para o ano que vem, nós podemos cortar a despesa discricionária que está prevista, que inclui o custeio, que inclui também investimentos e outras despesas. Elas estão previstas em 114,8 bilhões no orçamento do ano que vem, mas poderiam ficar em 104 bilhões sem prejuízo das políticas públicas essenciais, sem levar àquilo que se convencionou chamar de *shutdown*, paralisação da máquina pública. E, com esse corte mais a contabilização dos precatórios do Fundef, aquele fundo da educação dos anos 90 que, desde a Emenda 95, a chamada regra do teto, não faz parte do teto de gasto, seria possível dar o reajuste para o programa social Bolsa Família/Auxílio Brasil, pagar integralmente os 89,1 bilhões de precatórios, mas sem espaço para emendas de Relator Geral. A questão do Fundef abriria um espaço de 16,2 bilhões e não de 48,6 bilhões, como a medida de postergar o excedente dos precatórios para 2023, ou ainda de parcelar esses precatórios – o efeito seria de 39,2, PEC 23 apresentada pelo Governo –, ou ainda a retirada do teto retroativamente, que é uma outra proposta que vem circulando e ganhando força e também seria um golpe no coração do teto de gastos num momento em que as contas públicas estão realmente fragilizadas.

A respeito da reforma do Imposto de Renda, que é uma questão também do Senador Oriovisto: a meu ver, o texto que saiu da Câmara tem muitos problemas. A Nota Técnica n° 49 da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI) mostra que o custo líquido dessa proposta, na forma como saiu da Câmara, pode ser bastante elevado, porque as medidas de mudança da faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física, redução do IRPJ, redução da CSLL, de maneira conjunta, agregada, correspondem a um custo superior àquele ganho que derivaria da reinstituição do tributo sobre lucros e dividendos, algo como 30 bilhões. Então, é preciso ter presente que esse projeto não é o ideal do ponto de vista fiscal; pode produzir um custo adicional, um peso adicional para a tarefa de reequilibrar as contas públicas nos próximos anos; e não simplifica o sistema, cria uma tributação de lucros dividendos com várias exceções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam os senhores que empresas que faturam até 4,8 milhões, mesmo não estando no Simples Nacional, ficarão isentas dos 15% de lucro de dividendos. Por que razão? E outra: a lógica disso vai levar a que os agentes econômicos se adaptem porque os agentes econômicos reagem a incentivos. Então, uma empresa que fature 10 milhões por ano vai se subdividir em duas empresas que faturem 4,8 a 5 milhões para poderem escapar da tributação de lucros e dividendos.

A reforma tributária é importante, mas a pergunta que se deve fazer, como sempre diz o Secretário Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal, é: reformar para quê? É para simplificar, para aumentar a carga tributária, para reduzir a carga, para aumentar a progressividade?

Então, nós temos uma proposta, por exemplo, no caso da tributação indireta do ICMS, do IPI, do PIS, da Cofins e do ISS municipal, que é a PEC 45, muito bem desenhada, bem redigida, cujo relatório já havia sido apresentado pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro na Câmara. Esse debate, de certa forma, foi suplantado antes de ser finalizado pela ideia de reformar o Imposto de Renda para recriar o tributo sobre lucros e dividendos e financiar o gasto social. Esse era o argumento, só que não vai sobrar recurso para financiar o gasto social, porque o Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, é liquidamente negativo ao Fisco, ao Erário.

Falta aqui uma questão apenas, que é a questão da inflação, que o Ministro Meirelles já bem elucidou. Eu apenas acrescentaria que, além dessa importação da inflação, como bem colocou o Senador Espiridião e que deriva da questão das *commodities*, do aumento da demanda vis-à-vis a redução da oferta diante de todo esse contexto de pandemia, nós temos que ter presente que ela tem um componente doméstico também, porque essa inflação se espalhou para o setor de serviços. O Banco Central adotou uma política que ficou conhecida como *forward guidance*, e esse *forward guidance* não se provou correto, ele está correndo atrás agora do prejuízo, aumentando os juros para conseguir conter a inflação lá do ano que vem; a desse ano já foi. Nós vamos conviver com essa inflação alta até dezembro, provavelmente, ainda que comece a arrefecer provavelmente em novembro ou dezembro em razão de questões sazonais.

Agora, esse aumento todo de custo de juros não é apenas a mudança da meta Selic, mas o aumento do custo médio das novas emissões do Tesouro. A despesa com juros de agosto já é superior à de agosto do ano passado em 36%, o que demonstra o que nós vínhamos falando na IFI desde julho: que esse ganho de inflação alta, que ajuda as contas públicas tradicionalmente porque aumenta a receita e aumenta o PIB nominal derrubando a dívida/PIB, seria temporário. A resposta à inflação alta é o aumento do juro, o que acaba levando a essa dificuldade no âmbito da dívida pública.

Sobre a melhora da qualidade do gasto e a reforma fiscal, que foram duas questões colocadas pelo Presidente Senador Styvenson, eu acho que há uma vasta literatura a respeito de dois institutos que se chamam *spending reviews*, as revisões periódicas do gasto público, e *medium-term expenditure framework*, que nós podemos traduzir como plano fiscal de médio prazo. O Brasil precisa ter um plano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voo de quatro a cinco anos que esteja ancorado em projeções fidedignas de receita, de PIB, inflação e juros, e isso precisa estar acoplado ao processo orçamentário.

Então, sabendo qual vai ser o espaço fiscal dos próximos anos, nós podemos adotar as revisões periódicas do gasto público com base em avaliação técnica, econométrica, estatística, para dizer o seguinte: olha, este gasto aqui que ocupa 10% do orçamento não está gerando o resultado preconizado, então nós vamos cortá-lo; agora, esse outro aqui, esse gasto tributário, tem produzido determinado resultado em termos de emprego e renda, e aí se discute se ele deve ser mantido, ampliado ou reduzido.

Nós estamos anos-luz atrás, distantes do estado da arte da literatura de orçamento, infelizmente. A despeito dos avanços institucionais que vêm ocorrendo no Brasil desde os anos 80 – como a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei de Responsabilidade Fiscal; o fim da conta de movimento entre o Banco Central e o Banco do Brasil; a redução recente dos subsídios, que eram, de fato, exagerados e pouco transparentes; a adoção do teto de gastos, que sempre pode ser aprimorado, mas que, de fato, colaborou para que, entre outubro de 2016 e janeiro de 2021, nós tivéssemos a redução do custo médio da dívida –, a despeito de todos esses avanços, há ainda uma avenida de medidas que poderiam ser tomadas para melhorar a gestão fiscal e orçamentária em benefício de uma qualidade do gasto mais elevada, que produzisse, de fato, espaço para investimento em infraestrutura, que é o fundamental para se ter crescimento econômico de maneira sustentável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Agradecemos.

O último a falar é o Sr. Pastore.

O senhor está me ouvindo? (*Pausa.*)

Ele está *online*?

O SR. JOSÉ PASTORE – Pois não. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. JOSÉ PASTORE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu ouvi com muita atenção as exposições do Ministro Meirelles, do Fernando Moutinho e do Felipe Salto. Eu acho que eles deixaram bem claro que o Brasil tem nas mãos várias soluções técnicas. A comunidade acadêmica do Brasil e a literatura internacional já forneceram várias sugestões e várias propostas de soluções técnicas para os nossos problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Oriovisto diz: "Mas como é que não se consegue aprovar a reforma tributária? Há tanto tempo foi tentada, em vários Governos". Isso vai acontecer também com a reforma administrativa, vai acontecer também com o projeto de concessões, de privatização, porque as soluções técnicas têm que passar por acordos políticos – que os senhores conhecem melhor do que eu –, e esses acordos políticos não têm sido realizados a contento para atender à necessidade da população em geral, na minha opinião. O Senador Oriovisto diz assim: "Bem, mas nós já estamos em um estágio aqui em que já chegamos à fome. Nós acumulamos fome com desigualdade". É uma verdade, isso está ocorrendo. Nós temos 50% da população economicamente ativa do Brasil sem condições de trabalhar e ganhar adequadamente. É muita coisa! São 50 milhões de pessoas! A fome realmente está se alastrando, e os problemas estão se agravando. A desigualdade é imensa neste País, e em grande parte devido a esse desacordo na área política, no meu modesto entender.

O Ministro Meirelles falou: "O que o Brasil está mais precisando no momento é somar". Exatamente, somar diferenças, porque, quando cai na área política, o político naturalmente fala: "Eu não posso aprovar isso porque vai me prejudicar eleitoralmente". Para agradar um, desagrada outro. Então, como não se faz nada, desagrada a todos! É isso que está acontecendo neste País.

Em 1872, perguntaram a Jean-Jacques Rousseau: "Como é que tem tanta desigualdade assim?". Ele falou: "Não sou capaz de responder, mas, se vocês quiserem saber como é que a desigualdade foi legitimada, eu sou capaz de responder: foi pela inércia dos legisladores". Foi pelos acordos dos legisladores que ela foi legitimada, ou seja, as leis servem para fazer justiça, mas servem também para fazer muita injustiça e criar desigualdades. Este País aqui está repleto de leis extrativistas. A lei extrativista é aquela que, para beneficiar um grupo, uma corporação, extrai recursos de todos, da maioria, daqueles que não têm – daqueles que não têm! Nós estamos chegando a um ponto em que a população já não está mais acreditando nas instituições. A pesquisa da Datafolha falou que aqueles que acreditam muito no Executivo são apenas 16%; aqueles que acreditam muito no Judiciário são 15% só; e aqueles que acreditam no Legislativo, que os senhores representam, 4%; e, nos partidos políticos, 3%. Isso já está se refletindo na mentalidade popular.

Realmente, é preciso criar um ambiente para somar, como falou o Ministro Meirelles, porque haverá determinados momentos a que nós vamos chegar com essa crise tão grave, tão grave, em que ninguém vai conseguir sobreviver com as suas próprias forças; só se juntando com os outros, só se unindo com os demais. Foi assim que aconteceu o Pacto social de Moncloa no final da década de 70 lá na Espanha, ou seja, todos perceberam que estavam ficando sem chão e que não dava para preservar o seu privilégio, o seu direito, sem ceder para o outro. E o Brasil...

Ora, eu me lembro que em 1984 o Presidente Tancredo Neves queria falar em pacto social no Brasil porque ele achava que estava num momento em que todos estavam na iminência de perder e, com isso, perder também as coisas mais sagradas, como a própria democracia. Nunca se conseguiu, mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos momentos aqui no Brasil que são alertas. Junho de 2013: por causa de uma tarifa de ônibus, o Brasil ficou em polvorosa em todas as cidades com aquela movimentação dos jovens que se alastrou, de uma maneira tão rápida, que não se pôde explicar na ocasião. Maio de 2018: sem nenhuma liderança, sem nenhuma organização, sem sindicato, sem nada, os caminhoneiros pararam este País, pararam o País. E cada vez mais param na base do WhatsApp. Essa ferramenta hoje pode trazer resultados muito rápidos em termos de opinião pública e de movimentação.

Eu acho que está na hora de alguém – vocês do Congresso – falar: "vamos fazer uma união, vamos fazer uma concertação, uma congregação, vamos deixar de lado esses interesses e vamos realmente lutar por aquilo que a população precisa". Eu acho que o Brasil não tem problemas de sugestões técnicas, ele tem problemas de articulação política, de congregação política, de concertação política, de união de forças.

Eu quero aproveitar esta oportunidade para dizer aquilo que eu penso como cidadão, nos meus 86 anos de ter vivido neste País que é tão maravilhoso e que tem tantas coisas boas, mas que nós estamos vendo que está indo por um caminho muito perigoso, de muita miséria, de muita desigualdade. Isso aqui põe em risco, novamente repito, o que há de mais sagrado, que é a nossa liberdade.

Era isso que eu tinha a dizer, porque sugestões de curtíssimo prazo eu não tenho. Eu só diria o seguinte: olha, Congresso Nacional, parem de aprovar leis extrativistas! Aprovem leis inclusivas, que atendam a sociedade, porque de leis extrativistas nós estamos já repletos. Eu poderia aqui citar várias delas, mas os senhores sabem melhor do que eu quais são elas. Leis que atendem minorias, corporações, em detrimento daqueles que nada têm.

Presidente, desculpe ter saído um pouco meu tema, mas eu estou vendo que, pelo encaminhamento das discussões aqui, as sugestões de ordem técnica foram muito bem colocadas pelo Henrique Meirelles, pelo Felipe Salto e pelo Fernando Moutinho.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu que agradeço, Sr. José Pastore. O senhor não saiu do tema não, pelo contrário, o senhor trouxe o tema de uma forma que a população enxerga: 4% realmente é muito baixo.

Infelizmente esse número a gente precisa trabalhar para crescer, mas não é o que a gente está enxergando agora, como o senhor mesmo disse. Só sobre o que o Senador Esperidião Amin falou, sobre as emendas: não, não, eu não estou criminalizando, eu não estou criticando, pelo contrário, eu recebo também, mas eu estava falando justamente dessa RP 9, é disso que eu estava comentando, é desse tipo de orçamento, o qual alguns Parlamentares, os escolhidos Parlamentares, têm prioridade e indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor sabe do que eu estou falando. Não estou falando das emendas individuais, das impositivas que o senhor participou, as quais eu tenho também, são R$16 milhões individuais, R$16 milhões de bancada pelo meu Estado, Rio Grande do Norte, em que 50% é para saúde.

Mas é uma pergunta, Sr. Pastore, que o senhor fez e a população faz, por isso que ela olha para o Congresso com essa visão.

O que é feito, no caso do meu Estado, com R$88 milhões anuais para a saúde pública, apenas para a saúde pública? São as emendas individuais que tem cada Parlamentar do Rio Grande do Norte. Se eu somar 50% de cada um, ao todo, dão R$88 milhões para a saúde. É fila de espera, é hospital sucateado, é ambulância que não funciona, é médico sem receber.

Se essas emendas servem para auxiliar o Executivo de forma eficiente, de forma transparente... Não foi delas que eu estava comentando, foi justamente desse orçamento sem muita transparência, como foi dito pelo Sr. Felipe, de cujas indicações alguns participam. Eu comentei isso.

Eu preciso agradecer, mais uma vez, ao Sr. José Pastore, Henrique Meirelles, Fernando Moutinho e o Felipe Scudeler Salto por esta manhã e agradecer à população que assistiu até aqui.

Antes de encerrar, eu preciso deixar registrado que o requerimento, que já foi aprovado, que visa a realização de uma diligência externa na sede do Instituto Butantan e Fiocruz, que já foram informados, será realizada no dia 18/10, pelo Relator Wellington Fagundes, para conhecer as instalações, a fabricação, os protocolos de acondicionamento, corpo técnico, logística e distribuição.

Então, quero dizer ao Senador Wellington que já foi marcada a data e que já estão informados a Fiocruz e o Butantan, para que ele faça essa visita.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os convidados e, para a próxima reunião, que será realizada no dia 25, eu só peço a presença dos Senadores que fazem parte desta Comissão temporária do covid, porque, nesta data, será lido o relatório final desta Comissão, então gente precisa de um quórum mínimo.

Declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço a todos!

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão Temporária COVID-19 com a presença dos Senadores Vanderlan Cardoso, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Paulo Rocha, Oriovisto Guimarães, Wellington Fagundes, Eliziane Gama, Marcos do Val, Izalci Lucas e Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Relatório Legislativo - SF211532938361** que: "Relatório Final -CT-Covid" **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Styvenson Valentim
Vice-Presidente da Comissão Temporária COVID-19

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/12/08

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão Temporária Interna criada pelo Requerimento do Senado Federal n° 105, de 2021, para, no prazo de 120 dias, acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus, incluindo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas a essa pandemia, cujo prazo foi estendido por mais 120 dias pelo Requerimento do Senado n° 1.626, de 2021.

A presente reunião destina-se à apresentação e apreciação do relatório final.

O Relator será o primeiro a usar a palavra; em seguida, os titulares inscritos; depois, os suplentes; e, por último, os Senadores não membros da Comissão.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, através do *site* senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

Passo a palavra ao Exmo. Senador Wellington Fagundes para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Primeiramente, eu gostaria de desejar aqui um bom dia a todos os brasileiros que nos assistem. Quero pedir, Senador Styvenson, a sua permissão para que eu retire a máscara, porque nós estamos aqui com distanciamento, de acordo com a legislação sanitária.

Agradeço a presença do Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Dr. Francisco, que aqui está conosco, bem como o meu amigo e companheiro do Valney, veterinário, também do Conselho Federal de Medicina Veterinária; de todos os Parlamentares aqui presentes e daqueles que nos assistem à distância; dos nossos internautas, por todos os meios de comunicação da nossa Casa; dos cidadãos e cidadãs mato-grossenses e de todo o Brasil que acompanham os nossos trabalhos pela TV Senado, Rádio Senado, agência e também pelas redes sociais.

Sr. Presidente Styvenson Valentim, neste momento em que entrego ao público brasileiro um dos trabalhos mais importantes da minha vida parlamentar, que é o relatório final da Comissão Temporária da Covid-19, dois sentimentos aparentemente contraditórios, mas, na verdade, convergentes tomam conta de mim: de um lado, a sensação do dever cumprido; de outro, a convicção de que a luta continua.

Estamos ainda enfrentando uma calamidade sanitária sem precedentes, uma pandemia que já tirou a vida de mais de 600 mil pessoas, que paralisou a economia, que fechou inúmeros postos de trabalho, que interrompeu o funcionamento da educação e que deixou, lastimavelmente, um rastro de sequelas cujo impacto na estrutura financeira e operacional do nosso Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, ainda levará muitos anos para ser devidamente apurada.

Quero, inclusive, aqui ressaltar que o nosso relatório já está na internet para qualquer internauta que queira acompanhá-lo. Esse relatório é extremamente extenso, e nós estamos fazendo aqui uma síntese dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando, durante o cumprimento dessa missão, fui encorajado a perseverar nesse trabalho, graças ao convívio amigo dos colegas Senadores do Colegiado, presidido antes pelo nobre Senador Confúcio Moura, e pelo Vice-Presidente, ilustre colega, hoje aqui conosco, a quem eu quero agradecer imensamente porque esteve conosco visitando a Fiocruz, o Butantan, onde pudemos selar um laço de amizade muito maior, Styvenson Valentim, o nosso Presidente.

Foi um convívio abrilhantado pelas assíduas e valiosas contribuições dos colegas Senadores, e aqui faço questão de citar a todos: Daniella Ribeiro, Eliziane Gama, Rose de Freitas, Zenaide Maia e ainda os Senadores Izalci Lucas, Marcos do Val, Otto Alencar e Esperidião Amin, que, embora suplente, marcou presença constante em todas as nossas reuniões com a sua vasta experiência administrativa e a sua reconhecida sabedoria política.

Creio firmemente, Sr. Presidente, que todos nós fomos ao limite de nossas forças para que fosse possível encaminhar as medidas necessárias para proteger a nossa população, sempre com fé na ciência, que, ao longo da história, sempre ofereceu as respostas corretas desejadas pela humanidade em seus momentos mais angustiantes. Fizemos a coisa certa. Focamos nossas atividades e atitudes nos ditames da ciência e traçamos uma estratégia preciosa, que foi a de garantir que o povo brasileiro fosse vacinado, como era e é o seu desejo. Mais de 95% da população assim tem manifestado nas pesquisas constantes. O povo brasileiro acredita nas vacinas para a retomada da normalidade. Vacina, portanto, foi a opção correta. Jamais tivemos alguma dúvida quanto a isso, o que é importante aqui registrar.

Quando iniciamos nossos trabalhos, no final de abril, o vírus já espalhara seu rastro de destruição. O mundo já tinha registrado mais de 114 milhões de casos e 2,5 milhões de óbitos. Naquele momento, o nosso País já contabilizava 11 milhões de pessoas infectadas e 260 mil mortos. A vacinação tinha começado poucas semanas antes, em meados de janeiro, e ainda avançava lentamente.

Lembro que, no início dos nossos trabalhos nesta Comissão, procurávamos vacinas mundo afora. Chegamos aqui, todos nós, liderados, inclusive, pela Senadora Kátia Abreu, que era e é Presidente da Comissão de Relações Exteriores, na qual aprovamos uma moção destinada a todos os países membros do G20, aos organismos da Organização Mundial e das Nações Unidas, especialmente a OMS, aos países também da OCDE, a Parlamentares europeus e ingleses, ao Congresso americano, aos embaixadores brasileiros pelo mundo, aos embaixadores estrangeiros no Brasil, a empresas produtoras de vacinas, a todos os presidentes das comissões de relações internacionais dos principais países e também à imprensa nacional e internacional, clamando pela liberação de vacinas.

Por isso, alicerçados na certeza de que a vacinação era e continua sendo o caminho correto, já no primeiro momento enfatizamos nossas ações exatamente nessa direção, encontrando um vigoroso atalho para suplantar a falta de imunizantes em quantidade que comportasse o atendimento da nossa imensa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colocamos lado a lado os Ministros da Saúde – e aí queremos, em nome de todos, lembrar do nosso atual Ministro Marcelo Queiroga –, da Ciência, Tecnologia e Inovações, o astronauta Marcos Pontes, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a nossa Ministra Tereza Cristina, minha conterrânea do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, com os representantes também da indústria de produtos para a saúde animal, congregados no Sindan, a quem cumprimento nas pessoas do Presidente Delair Ângelo Bolis e também do seu executivo, Dr. Emilio Salani.

Quero aqui registrar, mais uma vez, o Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Dr. Francisco Cavalcanti, em nome de toda a classe médica veterinária e zootecnista do Brasil, ainda, da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, presidida pelo Dr. José Moura, meu companheiro, e faço questão aqui de também cumprimentar todos os meus confrades de academia.

Esse encontro nos permitiu compreender que era possível mobilizar o avançado parque nacional de vacinas veterinárias de saúde animal para produzir mais e melhores vacinas para o povo brasileiro. Com esse objetivo, um projeto de minha autoria, autorizando estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos para uso de saúde animal a produzir vacinas contra a covid-19, em conformidade com os mais exigentes padrões internacionais de biossegurança e rastreabilidade, foi rapidamente transformado na Lei nº 14.187, de 15 de julho de 2021.

Aqui, mais uma vez, Senador Styvenson, quero agradecer a todo o Senado, porque aprovamos esse projeto por unanimidade. Agradeço também a todos os Deputados Federais pela aprovação desse projeto em tempo rápido e ainda ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, pela sua aprovação, pela sua sanção, e, claro, a todos os ministros também que tiveram parecer, os ministros já citados, além do Ministro Paulo Guedes.

Mas convenhamos: transferir tecnologia não se faz do dia para noite. Sem perder de vista a única forma possível para proteger a família brasileira, envidamos todo o apoio e força de diálogo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com o Instituto Butantan, presidido pelo Dr. Dimas Covas – e aí eu falo em toda sua diretoria, que tão bem nos recebeu –, também a Fiocruz, sob a Presidência da Dra. Nísia Trindade, e também todos os diretores, todos os servidores desses dois institutos extremamente importantes de pesquisa, renomados mundo afora.

Também quero aqui, sobre os projetos para desenvolver no Brasil vacinas, a que eles tanto se dedicaram, medicamentos e equipamentos médicos, além dos testes clínicos, sobretudo produzir vacinas tão desejadas pela expressiva maioria do povo brasileiro... Isso tudo nós pudemos visitar *in loc*o, eu, o Senador Styvenson, outros companheiros da Comissão, também técnicos do Congresso nos acompanharam, e podemos aqui dizer que esses dois institutos, tanto o Butantan como a Fiocruz, hoje estão extremamente equipados, aparelhados, concluindo todas as suas fábricas e, por isso, nós temos certeza de que, ano que vem, o Brasil será um grande produtor de vacina, e eu vou dizer um pouco mais à frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, cabe ressaltar, senhoras e senhores, que encontramos no MCTI (Ministério da Ciência e Tecnologia) uma espetacular estrutura de assessoramento estratégico, orientada pelo Dr. Marcelo Morales, Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas, a quem cumprimento junto com toda sua competente equipe, toda a competente equipe do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Está em funcionamento, lá no ministério, a Rede Vírus, um comitê que reúne especialistas, representantes do Governo, agências de fomento do ministério, centros de pesquisas e universidades e que têm o firme objetivo de integrar iniciativas em combate a viroses emergentes.

E aí eu quero destacar também que estamos já na fase final de instalação do Centro de Pesquisas do Pantanal, do nosso Estado do Mato Grosso, junto à Universidade Federal de Mato Grosso.

Para nossa alegria, alguns dos trabalhos já estão frutificando na prática. Temos hoje pelo menos quatro projetos em estágio bem avançado de desenvolvimento desses imunizantes.

E aí nós queremos citar aqui especialmente a primeira vacina que já está pronta para ser aplicada no braço de brasileiros. Está programada para estes próximos dias, e a faremos lá em Salvador, na Bahia, que é a vacina de RNA do grupo Cimatec MCTI (Ministério da Ciência e Tecnologia), do Senai da Bahia. Portanto, a minha homenagem também a todo o Senai do Brasil, esse sistema que tem contribuído muito para o desenvolvimento do País na ciência, na extensão, no trabalho. Portanto, todo o Sistema S merece aqui a nossa homenagem.

Quero dizer aqui que, com essas vacinas desenvolvidas aqui e com os parques industriais de saúde animal autorizados a produzirem imunizantes, pela lei que apresentei, aprovada, como já disse, somada à ampliação da capacidade de produção do Butantan e da Fiocruz, estão prontas as condições para entregar ao Plano Nacional de Imunização mais de 400 milhões de doses de vacinas em curto espaço de tempo. Diria meses, no máximo.

Não apenas isso. Passaremos a ter condições de auxiliar nossos irmãos sul-americanos, exportando vacinas como estratégia essencial de proteção do povo brasileiro, formando aqui então uma barreira sanitária contra o vírus em todo o Cone Sul.

Mas também fabricaremos vacina para o mundo inteiro, vacinas que poderão chegar também a outros continentes, especialmente a África, onde se registra o menor índice de população vacinada do mundo. Deixaremos de ser importadores de vacina para sermos exportadores, com o Brasil voltando a ocupar um lugar de destaque perante as nações do mundo. Será uma grande reviravolta.

Sr. Presidente, não haveria tempo para trazer aqui as 500 páginas deste relatório, em que são relatados os trabalhos da Comissão desde o início de suas atividades, no dia 3 de março deste ano; o conteúdo das 39 audiências públicas realizadas, com participação de 135 autoridades convidadas, algumas numa base recorrente, como nos casos do Ministro Paulo Guedes, da Economia, e Marcelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queiroga, da Saúde; ou o teor de todos os documentos expedidos e recebidos ao longo do seu funcionamento. Todo esse material está na página da Comissão no *site* do Senado Federal. E o relatório, desde ontem à tarde, para conhecimento e avaliação de todos.

Importante dizer que tivemos, nesse período, momentos decisivos para os destinos da nossa Nação e do nosso povo.

A situação de Manaus, Senador Esperidião Amin... Eu fiz questão de registrar V. Exa. aqui por ser um dos mais atuantes. Mesmo como membro suplente, esteve presente em praticamente todas as nossas reuniões.

A situação de Manaus foi desesperadora. O sistema de saúde local tinha entrado em colapso. Faltavam médicos e enfermeiros, faltava o pessoal de apoio, faltavam medicamentos, faltava oxigênio.

Enfim, o Senado Federal, Casa da Federação, precisava agir imediatamente. Realizamos a oitiva de diversos Governadores, de Prefeitos, que são a autoridade máxima dos Municípios, através de suas entidades, como a Confederação Nacional dos Municípios que, juntos, nos transmitiram uma visão mais apurada da situação de cada região do País.

Ouvimos também representantes da Anvisa. Abro aqui um parêntese para cumprimentar o Presidente dessa Agência, o Dr. Antonio Barra Torres, e também todos os diretores, como a Dra. Meiruze Freitas, Cristiane Rose Jourdan Gomes, Romison Rodrigues Mota e Alexia Machado Campos, todos altamente comprometidos em manter a Anvisa como uma agência reguladora de classe mundial, respeitada mundialmente. Quero aqui, inclusive, relatar que ouvimos cientistas de outros países, da Fundação Bill Gates, da Universidade de Oxford, relatando, inclusive, esse papel da Anvisa como uma agência de Estado e não como uma agência de governo.

Ouvimos também o setor de produção e distribuição de oxigênio medicinal e do Ministério da Saúde, cuja atuação se fazia, naquele momento, mais imprescindível do que nunca, em face da superlotação hospitalar e da falta de equipamentos, testes clínicos e outros insumos.

Corremos o País, fizemos diversas diligências, todas devidamente anotadas no nosso relatório. No entanto, quero destacar, mais uma vez, a parceria inalienável e necessária que firmamos com a Fiocruz e o Instituto Butantan, que asseguraram, dentro dos limites de suas capacidades, as condições estruturais e tecnológicas para levarmos a vacina ao braço dos brasileiros. Aliás, graças ao progresso da vacinação, o número de óbitos declinou consistentemente neste segundo semestre.

Em outubro, a pandemia parecia, afinal, sob controle, mas seu legado, desde março do ano passado, traz dados necessários para a nossa reflexão e ação, visando a corrigir os rumos da questão pública, sobretudo no tocante à governança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião, eu faço questão de que V. Exa. possa participar. Não sei se V. Exa. vai voltar. Se for o caso, eu faço um preâmbulo aqui, faço um aparte...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu voltarei para votar. Estou na CCJ.

Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O.k.

Tivemos, nesse período, considerável transferência de recursos federais para Estados e Municípios, mas, dado o peso da burocracia, muitos desses recursos não chegaram lá à ponta, Sr. Presidente. Isso é importante. Tivemos, nesse período, considerável transferência de recursos federais para os Estados e Municípios, mas, dado o peso da burocracia, para o qual quero chamar aqui a atenção, muitos desses recursos não chegaram lá à ponta, ao cidadão. Vivemos o tempo do apagão das canetas, tema que devemos tratar mais à frente como lição de casa. Quero repetir, Dr. Francisco: vivemos o tempo do apagão das canetas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, concluímos esse trabalho, mas nossas atenções estão todas elas voltadas para o futuro próximo, sobretudo focalizando medidas destinadas a mitigar os efeitos socioeconômicos da covid-19.

A retomada da nossa economia com segurança, conforme demonstra o nosso relatório, é a bússola a orientar nossas ações, mesma segurança com que tratamos a questão da volta às aulas. Nesse sentido, faz-se urgente recuperar as perdas educacionais causadas pelo conturbado período que vivenciamos.

Nesse tecido de desconsideração, também reconhecemos a existência de um grande passivo social aprovado pela pandemia. Precisamos continuar agindo para proteger e resgatar as pessoas e as famílias mais necessitadas, assim também como garantir empregos, baseando nossas ações nas melhores evidências colhidas por aqueles que dedicam suas vidas ao tema, ouvidos em nossa Comissão, sempre aqui, com toda a democracia, tentando ouvir a todos.

A harmonia federativa e, especialmente, a eficiência da gestão pública também constam destas recomendações. A análise indica uma tendência de continuidade na queda do número de casos de óbitos, mas há fatores a recomendar cautela, como, por exemplo, a circulação de pessoas nas ruas, que voltou a atingir níveis pré-pandemia. A taxa de letalidade do País, de 3,2%, indica que não estamos diagnosticando todos os casos da doença.

O surgimento, no Reino Unido, de uma nova variante, sublinhagem da variante Delta, que parece ser ainda mais contagiosa; uma nova onda de casos e óbitos por covid-19 na Rússia, em países do centro do leste europeu e na própria Europa ocidental; e também o avanço lento da vacinação em diversos países, como, por exemplo, as nações africanas, onde apenas 4% das pessoas estão completamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinadas, isso tudo nos chama muito a atenção. Por isso, há possibilidade de novas variantes, novas mutações do vírus.

Nos últimos dias, acrescentou-se a essas preocupações a identificação de uma nova variante do vírus, variante Ômicron, cujas características ainda estão sendo estudadas, mas que já demonstrou ter maior capacidade de contágio do que as variantes anteriores, chegando a ser de três vezes mais.

Importante destacar que a magnitude e a continuidade desse desafio, associadas ao nosso senso de responsabilidade para dotar o Brasil de um horizonte de esperança consequente e condizente com as legítimas aspirações nacionais de grandeza, informam o conjunto de recomendações práticas oferecidas pelo relatório.

Tais recomendações me inspiraram a encaminhar para avaliação do conjunto do Senado Federal uma proposição legislativa, Sr. Presidente, dispondo sobre medidas para o enfrentamento a futuras emergências de saúde pública, com a unificação de normativas esparsas relativas ao tema em um texto que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Orgânica da Saúde, e a Lei nº 8.142, de 28 do mesmo mês e ano. Trata-se, portanto, do Projeto de Lei nº 4.317, de 2021. E acreditamos que, com a sua aprovação, União, Estados e Municípios estarão mais preparados a dar uma resposta robusta às calamidades sanitárias e a continuar a assegurar o direito à saúde e à vida de todos os brasileiros.

Tenho certeza, Senador Styvenson, de que toda esta Comissão também estará me ajudando para que a gente tenha a aprovação desse projeto de forma célere. E eu tenho certeza de que o Presidente Rodrigo Pacheco o fará, encaminhando esse projeto, e assim também o estaremos encaminhando na Comissão de Líderes.

Desse modo, a sensação de dever cumprido, que ora compartilho com os colegas da Comissão Temporária da Covid-19, se mescla com a clara noção de que a nossa luta continua. Aqui, senhoras e senhores, permaneceremos atentos a qualquer movimento que exija a nossa pronta intervenção. A população brasileira pode ficar absolutamente tranquila quanto ao cumprimento da nossa responsabilidade.

Em linhas gerais, Sr. Presidente, é o que consta do nosso relatório, com suas robustas conclusões e recomendações, que submeto à apreciação deste Colegiado, agradecendo a todo o corpo de Consultores e também à minha assessoria. E eu gostaria aqui de citar a todos.

Faço referência aos Consultores André Luiz de Faria Leite, Benjamin Miranda Tabak e Fábio Gondim da Costa; à Diretora do Senado, Sra. Ilana Trombka; aos Secretários da Comissão Lenita Cunha e Reinilson Prado dos Santos; ao Diretor da TV Senador, Sr. Érico Gonçalves da Silveira; e também ao meu gabinete, nas pessoas de Edilson Castro, Dirceu Machado Filho, Fernando Damasceno, João Thiago e Mariza Bittencourt. Aqui agradeço a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero ainda aqui, Sr. Presidente, acrescentar a esse texto isto: que o Governo e o Congresso aprovaram mais de R$524 bilhões em recursos extraordinários para o combate à covid-19 ao longo de 2020. Em 2021, o total deverá ficar em R$136 bilhões. Portanto, quase R$660 bilhões em recursos específicos para a covid-19.

A aplicação dessa verba será ainda avaliada, possivelmente, pelos órgãos de controle, mas é importante ressaltar que não houve problema de falta de orçamento para o enfrentamento da pandemia. E, aqui, eu quero agradecer, em nome do Presidente Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional, a todos os Parlamentares, porque todos os projetos, sendo de iniciativa do Governo Federal ou de iniciativa do próprio Parlamento, nós os aprovamos sempre de forma muito célere, ou seja, o nosso foco foi exatamente a covid.

Deve-se ainda destacar que o teto de gastos não foi um obstáculo à execução do chamado orçamento de guerra, Emenda Constitucional nº 106: a válvula de escape do crédito extraordinário permitiu a tempestiva alocação e execução de gastos extras.

O desafio, na verdade, continua a ser o de melhorar a eficiência na gestão e na aplicação de recursos públicos. Isso já valia antes da pandemia e torna-se um ponto ainda mais relevante em um contexto de dificuldades para manter e cumprir as regras fiscais vigentes. Na esteira da iminência da aprovação da chamada PEC dos precatórios, o desafio de controlar as expectativas e manter a responsabilidade fiscal tornou-se central.

Nós temos aqui ainda, Sr. Presidente, algumas recomendações como conclusão do relatório também, mas eu gostaria aqui de já passar a V. Exa. como conclusão. No final, eu posso aqui, se for possível, ainda ler essas recomendações.

Mas eu agradeço imensamente aqui a todos os membros da Comissão, porque entendo que é importante, mais do que nunca, agora, a participação daqueles que quiserem também fazer a sua observação, para podermos encaminhar a votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nosso companheiro Styvenson Valentim.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu é que agradeço ao Sr. Relator Wellington Fagundes.

Antes de passar a palavra para a discussão do relatório do Exmo. Relator Wellington Fagundes, eu preciso só deixar registrado, por justiça, a importância que o Senador Confúcio teve desde o início desta Comissão, a qual passou para mim, Vice-Presidente; a importância do equilíbrio e das decisões que ele tomava, delegando cada missão aos Senadores participantes.

Eu lembro, Senador Wellington, que era um domingo à tarde quando aconteceu a crise do oxigênio nos hospitais – e um deles foi no Estado do Senador Confúcio, no interior, Ariquemes, se não me falha a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

memória. Ele liga para mim e pede que eu entre em contato com o Ministério da Saúde e que solucione aquele problema, que entre com a Força Aérea.

Então, esta Comissão teve essa importância, e talvez não tenha sido vista como outras Comissões, porque ela trabalhou justamente para solucionar problemas. Ela trabalhou de forma silenciosa, mas nos bastidores, com os Parlamentares intermediando entre prefeituras, entre governos, entre ministérios as soluções, como o senhor leu no relatório – e eu acredito que esteja aí consignado – a importância que esta Comissão Temporária do Covid teve para soluções de problemas, que surgiam na velocidade com que o vírus se espalhava. Era praticamente estar apagando incêndio com a floresta pegando fogo e quase sem armas.

Então, é a importância do Senador Confúcio, que hoje não pôde estar presente. Mas espero que ele escute a nossa homenagem: acho que é o nosso justo reconhecimento pelo comando que ele exerceu durante o período em que ele permaneceu como Presidente, no qual eu devo dizer que foi uma honra estar aqui todos os dias, aprendendo com Senadores como ele, como o Senador Wellington, como o Senador Esperidião Amin.

E quero dizer para as pessoas que teve... Eu queria concluir esta Comissão, Senador Esperidião Amin, eu queria encerrar este relatório com o fim da pandemia, com a solução completa, com o fim desse vírus e que a gente pudesse voltar ao nosso cotidiano, à nossa vida normal. Mas, se isso não foi possível, que a gente agora tenha disponibilidade, como o senhor mesmo disse, no Butantan, na Fiocruz, com a produção da vacina brasileira, com a única solução que a gente possa ter para combater esse mal quase invisível que tirou tantas vidas. É importante que a gente aprenda a lidar com a situação que passou. A grande herança desse grande mal que o covid trouxe, principalmente para o povo brasileiro, é que a gente aprenda a não errar como errou, no passado, nas soluções de problemas e que a gente esteja preparado para uma próxima guerra viral pela qual a gente possa ser atingido.

Então, para discutir o relatório, eu passo a palavra para o Ilmo. Senador Esperidião Amin. O senhor tem todo o tempo possível para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero fazer três registros.

Primeiro, eu quero solicitar ao nobre Relator, o prezado amigo Wellington Fagundes, que coloque como um complemento do relatório o relatório da Comissão Mista da Covid, que funcionou em 2020, que também era presidida pelo Senador Confúcio Moura. Só que ela era mista e o relatório, então, foi feito pelo Deputado Francisco Jr. com vários relatores setoriais, porque são dois anos de uma mista e outra só do Senado. Mas o assunto é um só: foram as crises, primeiro do impacto do desconhecido. Hoje ainda existe muito grau de desconhecimento, mas já se sabe um pouco mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o primeiro pedido: que se coloque como apêndice, como complemento do relatório, na forma que o Regimento permitir...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – E está atendido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o relatório da primeira parte, que foi quando nós lutamos dramaticamente, diante do desconhecido, para salvar vidas, preservar a economia, reduzir os danos, encher, como enchemos com a PEC, com a emenda constitucional do chamado Orçamento de guerra, a caixa d'água de dinheiro – e fizemos força para bombear esse dinheiro para os que têm menos vez, especialmente pequenos e microempresários, quando se estabeleceu o auxílio emergencial, que salvou o Brasil, salvou vidas e salvou até a paz social. Os grandes apoios aos Estados e Municípios fazem parte desse ciclo histórico de dois anos.

Segundo, quero cumprimentá-lo pessoalmente pelo esforço que fez para aumentar a nossa capacidade de produção, para que o Brasil conquiste, em termos de vacina para gente, o patamar de que desfrutamos no grau de autonomia para a vacina zootécnica, zoológica. O senhor sabe disto: somos campeões mundiais em uma porção de espécies, e estamos patinando ainda... Avançamos...

Concordo com a sua palavra sobre a Anvisa. Eu acho que, se houve uma agência reguladora que cresceu no conceito popular intermediário e científico foi a Anvisa. Eu faço minhas as suas palavras para dizer que foi um dos ganhos qualitativos que nós tivemos.

E, finalmente, quero fazer aqui uma reflexão. Eu estou terminando de ler um livro intitulado *Catástrofe*, que faz um histórico de todas as pandemias – todas! –, guerras, enfim, desastres da humanidade até aqui e que tem, como subtítulo, o seguinte: como não temos aprendido. Deu para entender? A gente apanha, mas não aprende. No livro, há uma comparação com outras pandemias, como, por exemplo, a gripe espanhola e uma que eu não lembrava mais, a gripe asiática, de 1957, 1958, quando era Presidente dos Estados Unidos Eisenhower, que não fechou nada, não fechou escola – e foi aí que surgiram, muito claramente, os grandes, os supertransmissores –, grandes eventos, eventos religiosos. São coisas muito interessantes e atuais. E nós não aprendemos. As ocorrências de *lockdown* desta pandemia são muito criticadas nesse livro, e, em alguns casos, o distanciamento social também é bastante exibido do ponto de vista de estatística.

Infelizmente, o livro foi escrito ainda em 2020, no final de 2020. Então, nele não há o que nós conhecemos como segunda onda no Brasil, mas já há segundas ondas na Europa; as perdas econômicas; esse esforço fiscal que foi feito e ainda está sendo feito – estamos aí votando sobre o impacto do auxílio emergencial e estamos votando agora o Auxílio Brasil. Enfim, é muito atual. Infelizmente, é um livro, portanto não abrange 2021, mas foi lançado no Brasil apenas neste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o aprendizado que ali se registra é realmente o da evolução na produção de vacinas. Ali são catalogadas 200 vacinas, das quais cinco em Fase III do ano passado até o dia de hoje, quando a primeira vacina foi aplicada na Inglaterra – foi exatamente hoje, há um ano –, numa senhora de 90 anos de idade. Hoje, está completando um ano, dia 8 de dezembro.

Então, eu creio que o relatório, do que eu pude assistir e ler, faz justiça ao esforço desenvolvido. Faço minhas as suas palavras a respeito da Anvisa e faço minhas as palavras do Senador Styvenson também a respeito daqueles que deram mais contribuição. O Senador Confúcio teve um papel aglutinador extraordinário. O fato de que todas as sessões do Senado se iniciavam com um espaço, pelo menos, semanal para um relatório também demonstrou, por parte da Mesa e do Senador Rodrigo Pacheco, uma compreensão dessa prioridade.

E concluo dizendo o seguinte: concordo com o Senador Styvenson. Quero dizer que eu gostaria muito que, ao aprovar esse relatório, a gente dissesse isto, não tirando das nossas preocupações: passou! Se a gente pudesse dizer isso e acreditar que passou, seria um motivo de real satisfação, com cada um sabendo o quanto ajudou e o quanto não pôde ajudar para o grande esforço nacional e da humanidade de salvar vidas e reduzir danos econômicos.

E, como última palavra, há um ensinamento que é fruto do déficit. Esse pavor que se criou com a cepa Ômicron é decorrente do excesso de vacinas em alguns países e da falta quase que absoluta nos mais pobres; quer dizer, ainda temos muito que aprender sobre a verdadeira solidariedade, não de papo, mas de fato. Esse desequilíbrio que o mundo mostra, hoje, de grandes estoques de vacinas, especialmente para quem produz IFA, quer dizer, os desenvolvedores, se choca com a falta de vacinas em grande parte da população do mundo, especialmente no continente africano. E isso reduz a segurança de todos, mostrando que não adianta salvar a primeira classe do Titanic, porque, se ele afundar, irão as classes todas e as "desclasses" também.

Então, meus cumprimentos ao trabalho do senhor e da nossa assessoria, que eu acho que deve ser enaltecida pelo espírito de organização, pois as reuniões sempre foram bem avisadas durante a fase mais predominantemente remota e foram sempre muito bem equipadas para que todos tivessem a oportunidade de participar e contribuir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Senador Esperidião Amin, eu preciso falar que, nas poucas oportunidades – duas, precisamente – em que eu tive um convívio com o Senador Wellington, eu tive a oportunidade de ver o cuidado, a preocupação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quantos hospitais o senhor visitou?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – No meu Estado? Todos! E sem máscara. Quase que eu fiquei infectado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É uma coisa para se registrar também. É preciso registrar.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu fui, no auge da pandemia, Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é uma atuação participativa e humanitária.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Eu fui, no auge da pandemia, ao Hospital Santa Catarina, zona norte de Natal, um hospital estadual.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Santa Catarina sempre vai protegê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Então, eu preciso dizer, Exmo. Senador Esperidião Amin, da preocupação, do cuidado de colocar, no relatório – eu vi isso em duas oportunidades, no Butantan e na Fiocruz –, a participação dessas entidades, numa resolução que ficasse não só no papel, mas também que ficasse como aprendizado: onde foi que nós erramos e o que nós podemos consertar?

Então, quero dizer ao Sr. Relator que foi uma honra ter acompanhado, ter visto, ter produzido isso e ter conversado, por esse tempo todo, com o senhor. Esse momento é de crescimento.

Como o Esperidião Amin falou do livro, alguma coisa tem de ficar para as nossas gerações de registro de ensinamentos, não de erros.

Como o senhor mesmo falou, durante uma fala que acompanhei na Fiocruz, a nossa Comissão buscava soluções e não brigas. Eu acho que esta é a grande participação da Comissão Temporária da Covid: a gente não procurou desunião; a gente procurou unificar para dar soluções.

Só para concluir e passar a palavra para um outro Senador que queira discutir, porque vou devolver a palavra ao senhor, para dar essas observações, se não houver óbice, se não for estorvo nenhum aos Parlamentares presentes nesta Comissão, faço a votação simbólica.

Se não há ninguém que se manifeste à votação, assim que o senhor encerrar a fala, eu coloco em votação simbólica para aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor tem a palavra para concluir os tópicos de referência que o senhor estava comentando, do seu relatório ainda.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Preciso registrar aqui também um agradecimento a todos os técnicos do Ministério da Agricultura que nos acompanharam. Eu quero fazê-lo na pessoa do Dr. Guilherme Marques, que foi Secretário de Defesa.

Registro o grande trabalho feito pelo Ministério da Agricultura junto com a Anvisa; ou seja, os técnicos se aproximaram e procuraram um objetivo comum, que era exatamente fazer com que o Brasil tivesse todo esse parque industrial à disposição para salvar vidas.

Então, eu quero aqui registrar, em nome de todos os Ministros, já citei aqui a Ministra Tereza Cristina, principalmente essa união dos técnicos sem procurar protagonismo, mas, sim, procurando uma solução para o País.

Eu quero registrar aqui, como legado da Comissão da Covid-19, o excelente exemplo da convergência de esforços em prol de um bem comum de todos nós e de todos aqueles que aqui estiveram, cientistas, pesquisadores, população que, através das redes e das mídias sociais, contribuiu.

Nesse aspecto, eu quero aqui, mais uma vez, registrar o exemplo da população brasileira: mais de 95% da população sabe, quer e deseja ser vacinado. Isso é um exemplo no mundo. Por isso, mesmo com todos esses desafios que foram aqui registrados pelo Senador Esperidião Amin, alguns países têm vacina de sobra e outros países não têm nenhuma vacina. Mas o Brasil conseguiu, e hoje nós podemos dizer, para o mundo inteiro, que é o País com o maior índice de vacinação do mundo! Quem poderia, há cinco, seis meses, oito meses atrás acreditar nisso? Hoje é uma constatação.

Quero, aqui, também dizer do apoio ao desenvolvimento de vacinas brasileiras, 100% nacionais. Isso hoje já é uma realidade.

Então, o Brasil aprendeu com a pandemia. E esses cientistas anônimos, que, às vezes, ninguém conhece, fizeram esse trabalho brilhante.

Eu quero aqui registrar os dois projetos de lei que apresentei, sobre o que já foi falado, e também as visitas técnicas que puderam aproximar a ciência do Parlamento.

O Senador Styvenson é testemunha disso, quando fizemos as visitas lá na Fiocruz, no Butantan, ouvindo os cientistas, os conhecedores, aqueles que estão na lida ali, como é necessário, como é importante que o Parlamento os conheça e que eles também conheçam o Parlamento, afinal de contas nós aqui estamos para servir a sociedade. E quanto mais interação tivermos, melhor será o resultado para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco aqui, mais uma vez, todos os Ministros, em especial o Ministro Marcos Pontes e seus esforços sobre-humanos para gerenciar e aplicar recursos escassos da ciência e tecnologia, para esses avanços que já tivemos. Todos os Ministros, o da Saúde, mais uma vez, o Ministro Queiroga; a Anvisa, já disse; a Academia Brasileira de Medicina Veterinária, na pessoa de todos os meus confrades; também destacar aqui, e agradecer ao Dr. Romulo Spinelli, que é o Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária, do Rio de Janeiro, que tão bem nos atendeu em nome do Conselho Federal; o Dr. Francisco Cavalcanti, que aqui está, em nome do Conselho Federal de Medicina Veterinária; todos os veterinários; mais uma vez, agradecer aqui a presença do Dr. Valney Correa, médico veterinário, meu amigo, colega lá do Mato Grosso. Também aqui os debates para a retomada segura das aulas, as crianças, os adolescentes... E eu quero citar, Presidente, que sou relator do Ministério da Educação, setorial, para o ano que vem, e a nossa preocupação, ao concluir o relatório, é exatamente lincar o trabalho, para que a gente não tenha retrabalho, nem desperdício de recurso, com as áreas da ciência e tecnologia e da educação. As duas coisas estão atreladas.

E aqui, mais uma vez, eu quero chamar a atenção de todos os pais. O papel da escola é ensinar. O papel da família é educar. Então, mais do que nunca, para essa retomada segura das nossas crianças na escola, nós precisamos da união da família. E, como disse aqui o Ministro da Educação, este ano, o ano passado, foram anos dos nossos hospitais, dos profissionais da saúde e dos médicos. Esse ano que vem – e eu espero que a gente tenha um bom Natal, com muitas reflexões –, terá necessariamente que ser o ano das nossas escolas, dos nossos profissionais de saúde e, acima de tudo, da valorização dos nossos professores.

Então, isso será extremamente importante e, mais do que nunca, que a família, acima de tudo, esteja integrada nesse novo processo. Eu gostaria, Sr. Presidente, de não ver nenhuma escola fechada no final de semana, porque a Associação de Pais e Mestres, a presença da família na escola é fundamental. Nós temos exemplo da merenda escolar. Hoje, no Brasil, nós temos, em muitos locais, merenda escolar de qualidade, porque estão lá envolvidos a merendeira, que é mãe, os professores, os profissionais da educação, mas a família também, ou seja, comprando a fartura local, valorizando a produção local, e com produtos de qualidade.

Ainda quero registrar a importância da retomada econômica, com a plena geração de empregos. E aí, claro, destacar o trabalho que todos estão fazendo nesse sentido, o Congresso Nacional, ao votar as matérias importantes, e tenho certeza que programas como o Auxílio Brasil, como o Pronampe.

O Senador Jorginho, do meu partido, foi o autor desse projeto em que todos nós nos envolvemos para que a pequena e a microempresa tivessem o recurso para garantir a geração de empregos, para que o recurso se gerasse na localidade. Isso tudo foi muito importante, até para que a gente não tivesse uma situação muito mais complicada, muito mais complexa no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também, como Presidente da Frenlogi, a Frente Parlamentar de Logística, destacar a logística humanitária e a sua importância para a distribuição das vacinas. E aí entram caminhoneiros, pilotos de avião, aviação regional, aviação civil, portos, ferrovias, todos os modais e autoridades, como as Polícias Federal, Rodoviária, Civil, Militar, Forças Armadas. Todos eles foram extremamente importantes.

E lembro aqui quando estivemos lá em Santos, junto com o Ministro Tarcísio e o Ministro Queiroga, para fazer a aplicação da vacina nos nossos portuários devido à extrema importância que representam para a exportação e importação. E aí eu quero também destacar a empresa Azul, a GOL, todas as empresas nacionais que de pronto se colocaram à disposição. Eu estive lá, no lançamento, com a empresa Azul, que fez todo o transporte da vacina de graça. Não poderíamos citar aqui tantas outras empresas, todos aqueles que fizeram o seu dever social.

Como Vice-Presidente também da Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios, quero destacar o trabalho encaminhado para recursos, aprovação de leis importantes, como a Aldir Blanc, de minha autoria, que amplia também os recursos para os nossos artistas. E, como Vice-Presidente também dessa mesma frente parlamentar, quero destacar o trabalho para a chegada à ponta, à base, na parceria com os Prefeitos, Vereadores, porque eu sempre digo que é no Município que as pessoas vivem. A maior autoridade no Município não é quando chega o Presidente, não é o Governador, sempre é o Prefeito, junto com os Vereadores e a comunidade. E aí eu ainda quero destacar também a distribuição de todos os equipamentos, além das vacinas.

Sr. Presidente, eu quero aqui registrar que um dos dias mais emocionantes que tive na minha vida foi quando conseguimos liberar, na minha cidade, que vivia uma situação de desespero, 40 respiradores, porque as pessoas estavam morrendo por falta de respiradores na UTI, falta de insumo básico. E eu sei que essa experiência muitos Parlamentares, Vereadores, Deputados Estaduais, Prefeitos, Governadores, Parlamentares Federais e mesmo a angústia vivida pelo Governo Federal... Portanto, se chegamos a este momento é devido à unidade de todos, do Presidente Bolsonaro ao mais simples Vereador e todos nós os Senadores.

Por isso, eu destaco os nossos desafios para manter acima de tudo a convergência da política e também do trabalho social.

Eu quero, com isso, ainda aqui dizer do nosso apoio ao Governo com a aprovação de projeto da recomposição orçamentária, também ao permitir reações rápidas e eficientes para salvar vidas. Todos os anônimos, profissionais da saúde, os médicos que estavam lá, enfermeiros, enfim, todos, muitos deles morreram nesse trabalho.

Eu quero concluir o nosso trabalho dizendo também que nós precisamos vencer *fake news*. Não é possível que ainda alguém se utilize de um meio desses para trazer a desinformação – e desinformação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode causar perda de vidas. Não é possível! Então, combater *fake news* é também, acima de tudo, uma responsabilidade de todos.

Quero ainda dizer da necessidade de fazer com que a nossa produção tecnológica e científica seja desburocratizada, aproximando o Parlamento e, principalmente, transformando todas essas ações em ações que possam ajudar a população e ainda, mais do que nunca, como diz o Ministro da Ciência e Tecnologia, fazer com que as nossas pesquisas saiam da prateleira e virem nota fiscal, geração de emprego, geração de oportunidades para todos os brasileiros.

Nesta semana, nós estamos tendo aqui a Semana da Ciência e Tecnologia, uma grande exposição de que 2 milhões de jovens participaram e em que 20 mil jovens foram premiados. Ontem estivemos lá premiando esses jovens com medalhas, com diplomas, com estímulos, como também com bolsa. Esses jovens do Bolsa Família receberão uma bolsa suplementar. Cada família que foi premiada receberá R$1 mil, e ainda o jovem receberá R$100. Então, são crianças que serão estimuladas a aprender que a ciência e a tecnologia, neste mundo globalizado, cada dia mais, serão extremamente importantes.

Então, eu quero aqui encerrar dizendo que nós temos que cuidar também das nossas faixas de fronteira para que elas estejam protegidas, com vistas a evitar a criação e a disseminação de novas cepas, e, como disse aqui, formarmos a barreira sanitária.

Então, os desafios são, Presidente, mais do que nunca, manter a convergência política e social e a unidade deste País. O nosso País é um país em que falamos a mesma língua, não temos guerra. Portanto, é o País que é hoje o campeão da produção de alimentos no mundo – claro através da sustentação. Temos que ampliar, sim, a nossa produção, e, para isso, a ciência e a tecnologia são importantes.

Ontem estivemos lá no Palácio do Planalto, onde o Presidente sancionou a nossa licitação do 5G, a nova tecnologia chegando disponível para o Brasil, mas, acima de tudo, com a nossa responsabilidade socioambiental. E aí eu destaco o meu Estado, que está todo na Amazônia Legal, com a nossa responsabilidade de manter a Amazônia, que é o pulmão do mundo, a nossa biodiversidade e também o nosso Pantanal.

Então, eu agradeço imensamente, Senador Styvenson Valentim. O seu Estado também, com toda a sua potencialidade, toda a diversidade... O Brasil é isto: um País de que todos nós temos que nos orgulhar. E, claro, vivemos as dificuldades de um país em desenvolvimento, mas a pandemia, com certeza, tem que servir de exemplo para que a gente possa suplantar as nossas dificuldades e, principalmente, permitir que as nossas futuras gerações tenham um mundo melhor, com mais justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN) – Perfeito, Sr. Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Partindo para o encerramento, havendo número regimental, coloco em votação as Atas 42, 43, 44 e 45 das reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Coloco também em votação simbólica o relatório do Exmo. Senador Wellington Fagundes.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas e o relatório, por economia de tempo, estão aprovados.

Antes de encerrar, Senador Wellington, a todos os brasileiros, aos familiares dos mais de 600 mil mortos, entre eles enfermeiros, médicos, trabalhadores, a todos que perderam a vida nossa profunda lamentação! Que Deus conforte todos vocês!

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrados os trabalhos desta Comissão Temporária Interna para acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.

Obrigado, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu agradeço.

Simbolicamente, quero entregar a V. Exa., então, o nosso relatório.

(*Iniciada às 10 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia quatorze de março de dois mil e vinte e dois, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ com a presença dos Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Fagundes, Esperidião Amin e Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e eleição do Presidente e designação do Relator. **Resultado:** Instalada a comissão, são eleitos presidente e vice-presidente da comissão os Senadores Romário e Eduardo Girão, respectivamente. O Senador Carlos Portinho é designado Relator. **2ª Parte - Plano de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação do Plano de Trabalho a ser apresentado pelo Relator designado. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho apresentado pelo Relator, Senador Carlos Portinho. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 1, de 2022** que: "Requer a realização de diligência externa em Petrópolis-RJ, como objetivo de fazer uma visita “in loco”, a ser realizada no dia 17/03/2022, nas áreas afetadas pelas chuvas." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 2, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com os convidados listados no Requerimento, com o objetivo de discutir sobre a prevenção, proteção de encostas e estudo geológico." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 3, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com os convidados listados no Requerimento, com o objetivo de discutir sobre habitação aos que foram afetados pelas chuvas ocorridas no Munícipio de Petrópolis." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº 4, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com os convidados listados no Requerimento, com o objetivo de debater o diagnóstico, o impacto na cadeia construtiva e os repasses de recursos, a ser realizada na Câmara Municipal de Petrópolis." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento Nº 5, de 2022** que: "Requer a realização de diligência externa a ser realizada na Câmara Municipal de Petrópolis, com objetivo de debater o diagnóstico, o impacto na cadeia construtiva e os repasses de recursos." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento Nº 6, de 2022** que: "Requer informações acerca da relação de terrenos aptos para construção habitacional, no Município de Petrópolis-RJ, em lugar seguro, ainda que de propriedade ou na posse de terceiros." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento Nº 7, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, informações sobre mapeamento de encostas e áreas de riscos do Município de Petrópolis-RJ." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário
Presidente Eventual da Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/14

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Muito bem. Boa tarde, Senadora Leila, Senadores Portinho e Eduardo Girão, boa tarde àqueles que nos estão acompanhando.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 90, de 2022, que tem por objetivo acompanhar *in loco* a situação do Município de Petrópolis, aqui no meu querido Estado do Rio de Janeiro, em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade.

A presente reunião destina-se à instalação e à eleição para o cargo de Presidente, designação do relator, bem como a apresentação e a apreciação dos planos de trabalho.

Passamos agora à eleição para o cargo de Presidente. Consulto os Parlamentares sobre indicações para preenchimento dos referidos cargos. Franqueio a palavra a alguém...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Romário. Por mim, Romário preside, é do Rio de Janeiro. Eu, se ninguém se habilitar, me habilito ao relatório, mas acho que o Romário é a pessoa mais indicada para presidir esta Comissão. Se me permitem os outros, sem prejuízo de nenhum outro.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – Estamos de acordo. Estamos de acordo, Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Totalmente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agradeço aí o apoio.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Romário, a minha sugestão é que o nosso Senador Eduardo Girão fique na Vice-Presidência, até por ser do Estado do Ceará. Embora esta seja uma Comissão para acompanhar a tragédia de Petrópolis, é lógico que esse tema importa a todo o Brasil, Leila, porque acredito que as conclusões – eu pelo menos imagino que seja uma Comissão construtiva – podem servir também a situações análogas em outros Estados.

Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Com muita honra, com muita alegria eu aceito, se todos concordarem.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – Apoiado, apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, com a concordância do Plenário, me declaro aqui eleito como Presidente, Senador Eduardo Girão como Vice-Presidente e o Relator desta Comissão, o Senador Carlos Portinho.

Estamos todos de acordo?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – De acordo. Muito obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou fazer uma pequena fala aqui.

É com muita honra e disposição que recebo a missão de presidir esta Comissão temporária especial de acompanhamento das ações relativas à tragédia ocorrida em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Eu entendo, meus caros colegas e minhas caras colegas, que a nossa principal tarefa agora será trabalhar para que as cenas chocantes que vimos, há três, quatro semanas, não se repitam, para que famílias não sejam mais dilaceradas pelas enxurradas, para que mais vidas inocentes não se percam debaixo da terra encharcada e desabada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As chuvas continuarão a ocorrer, as cidades não mudarão de lugar. Mas esta Comissão, junto com as autoridades locais e nacionais competentes, pode e deve fazer tudo para não somente dar assistência às vítimas da tragédia que ocorreu, mas, sobretudo, para impedir que elas se multipliquem, no futuro. Sabemos que a ocupação desordenada, junto com a topografia e as características geológicas daquela região, se somam às condições climáticas para propiciar a tragédia. Como disse, as condições naturais são imutáveis, mas a forma como lidamos com elas fará – tenho certeza absoluta – toda a diferença.

Teremos um mês de intenso trabalho, visitas técnicas, audiências e debates com autoridades locais e especialistas que nos trarão um panorama da situação e importantes informações e elementos que nortearão as discussões e o trabalho do relator. Aqui, na posição de Presidente, tentarei ser um facilitador de todo esse trabalho. Tenho certeza de que, ao final, com a ajuda de Papai do Céu, conseguiremos apresentar ao Parlamento e à sociedade brasileira um sólido documento que será fundamental para a segurança e a vida das pessoas que residem naquela região.

Gostaria, por último, de me associar à homenagem ao Corpo do Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, na figura do seu Comandante e também Secretário Estadual da Defesa Civil, Coronel Leandro Sampaio Monteiro, a quem direciono todo o meu agradecimento, em nome dos mais de 500 bombeiros e funcionários da Defesa Civil que lutaram, de forma incansável, diuturnamente, para salvar o maior número de vidas naquela tragédia. Muito obrigado.

Teremos, eu tenho certeza, com muita fé em Papai do Céu, grandes trabalhos pela frente.

Nos termos regimentais, designo o Senador Carlos Portinho para o cargo de Relator dos trabalhos desta Comissão, a quem convido a usar a palavra para apresentar o plano de trabalho da Comissão.

O Senador Carlos Portinho com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, meus caros Senadores.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Petrópolis, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, possui uma área de 791.144km² e população de 307.144 habitantes, isso em 2021. Situado na Serra do Mar, a 68km da capital do Estado e a uma altitude média de 840m, tem população predominantemente urbana e sua economia está baseada, principalmente, no turismo, na indústria têxtil e no comércio.

De acordo com o plano de contingência do Município de Petrópolis para as chuvas intensas verão 21/22, as características geológicas, o processo de urbanização e a ocupação do solo, além de alterações físicas e naturais em todo o município, reforçam a condição suscetível a movimentos de massa, principalmente quando há o incremento de índices pluviométricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, por apresentar um relevo acidentado, encravado em vales, talvegues, e com diversos pontos de elevação morros, o município torna-se propício a concentrar pontos que recebem as águas que descem dos morros, formando enxurradas, vindo a se acumular nas partes mais baixas.

Em 15 de fevereiro de 2022, um forte temporal atingiu o município, ocasionando deslizamentos de encostas, enchentes e, infelizmente, também, alagamentos, e provocou 230 mortes, tornando-se a maior tragédia climática da história do município. No final de fevereiro, quase 900 pessoas ainda se encontravam desabrigadas ou desalojadas. Estima-se um aluguel social para 3 mil pessoas.

O Presidente da República Jair Bolsonaro sobrevoou as regiões mais afetadas em 18 de fevereiro, acompanhado de quatro Ministros de Estado. Quero registrar, também, que o Governador Cláudio Castro, desde o primeiro dia, às primeiras horas, esteve lá presente, assim como o Prefeito Rubens Bomtempo.

Em 3 de março de 2022, o Ministério do Desenvolvimento Regional repassou R$1,78 milhão para recomposição e recuperação das vias públicas e das margens dos rios que cortam a cidade de Petrópolis. No total, cerca de R$6,3 milhões já foram disponibilizados pelo Governo Federal para ações da Defesa Civil no município. Já há recursos federais vultosos para ações de reconstrução, cuja liberação depende ainda da elaboração de um plano de trabalho, de responsabilidade das autoridades locais.

Quero aqui fazer um parêntese, Senador Girão, para aqueles Senadores, a Senadora Leila, que é quase carioca, porque jogou no nosso rubro-negro durante muitos anos, conhece bem a cidade de Petrópolis. Aquela região é uma região serrana, é uma região em que a cidade, no caso, a Cidade Imperial, se desenvolveu sobre os morros. O que não é morro lá é vale. São raros os terrenos planos. Essa chuva, só para resumir, é, realmente, fora do normal, mas, semelhante à que aconteceu em 2011 – em 2011, eu perdi, pessoalmente, uma pessoa muito querida no Vale do Cuiabá –, e essa chuva se repetiu agora, cerca de dez anos depois. Muitas famílias perderam seus parentes antes e agora.

Há uma dificuldade muito grande, porque há essa dificuldade de se encontrar terrenos planos, e eu acho que isso pode ser um dos papéis desta Comissão, avaliar a relação dos terrenos, próprios ou de terceiros, disponíveis para que a gente possa induzir uma política habitacional – uma política habitacional que depende do Governo Federal. Não vamos acreditar que Petrópolis, ainda que seja um município antigo, imperial, tenha uma arrecadação suficiente para fazer frente a cerca de 3 mil pessoas no aluguel social. É um esforço conjunto do estado, que já vem investindo na região, recuperando um déficit de 2011. Há, ainda, 450 famílias das chuvas de 2011 que não foram atendidas e mais cerca de 3 mil pessoas hoje no aluguel social, decorrente dessa tragédia. E isso é um número estimado, mas a que esta Comissão, certamente, terá a oportunidade de se dedicar.

O objetivo geral da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 17 de fevereiro de 2022, o Plenário do Senado aprovou o Requerimento nº 90, de 2022, quero aqui registrar, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que viveu, não enchentes, mas queimadas em proporção também trágica no seu estado, e isso motivou o Senador Wellington a ter essa iniciativa.

E criou-se, então, esta Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar *in loco* a situação... (*Falha no áudio.*) ... decorrente dos temporais.

Esta Comissão é composta por sete membros titulares e dois suplentes e tem prazo de 30 dias – é breve – para concluir os seus trabalhos.

A Comissão é composta pelo Senador Wellington Fagundes; pelo Senador Carlos Portinho; pelo nosso Presidente, o Senador Romário; pelo nosso Vice-Presidente, o Senador Eduardo Girão; pelo Senador Espiridião Amin, que pode emprestar muito da sua experiência, porque Santa Catarina, no passado, conviveu também com as enchentes de forma recorrente; pela Senadora Leila Barros, que, certamente, além de representar as mulheres, Senadora Leila, nesta Comissão – isso é muito importante, porque há muitas mulheres que perderam os seus filhos, que perderam os seus maridos, esse drama social –, poderá emprestar muito da sua sensibilidade a esta Comissão; pelo Senador Carlos Viana, porque Minas Gerais, inclusive recentemente, ainda neste ano, também sofreu com fortes enchentes. Como suplente, o Senador Jean Paul Prates e o Senador Flávio Bolsonaro, também do Rio de Janeiro. E tenho de registrar que o Senador Jean Paul Prates é de origem carioca e, por isso, certamente, também consternado com essa situação.

O cronograma das atividades, que é uma sugestão que faço aos meus colegas Senadores, seria o seguinte:

No dia 17 – eu já articulei com o Governo do Estado –, devemos partir para Petrópolis para uma visita *in loco* e sobrevoo das áreas afetadas, inclusive com a assessoria desta Comissão, para que a gente possa registrar para aqueles que não poderão estar presentes, até porque temos quatro lugares disponíveis para esse sobrevoo. Uma audiência na Câmara Municipal de Petrópolis com o Presidente da Câmara, que é ex-Prefeito, ainda nesse mandato, o Vereador Hingo, e com as comissões especiais. Eles criaram lá a Comissão de Habitação, a Comissão de Finanças, de Assistência Social, e é importante a gente ouvir para entender onde eles já estão. Essa troca de informações vai ser muito profícua, inclusive para que a gente possa, de nossa parte, encaminhar as demandas ao Governo Federal. Também a visita ao Prefeito Rubens Bomtempo, de Petrópolis. O Prefeito Rubens já foi Prefeito antes por quatro vezes, se eu não estou enganado, é uma pessoa que conhece a cidade. E, independentemente de coloração partidária, de ideologia, acho que o nosso espírito é comum e eu já... (*Falha no áudio.*) ... dessas caminhadas políticas, embora em partidos diferentes. E ele está à nossa disposição para nos receber, também no dia 17. E, na volta, a visita institucional ao Governador Cláudio Castro, que, como eu disse, desde o primeiro minuto – e acompanhei isso, junto com o Ministro Rogério Marinho, em contato com ele –, lá em Petrópolis, acompanhando a situação, mobilizou a Defesa Civil, como disse o Romário, os nossos heróis, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bombeiros e a Defesa Civil, que tanto fizeram, assim como a Secretaria de Infraestrutura, com as suas máquinas, em uma grande corrente de solidariedade, e também a sociedade civil;

No dia 21 de março, uma audiência pública aí no Senado Federal. Um dos temas que eu quero levar, que eu acho que nos importa bastante, é a prevenção, proteção de encostas e estudos geológicos. Há uma série de convidados que eu relaciono: a Defesa Civil, a Alerj, a Agência Nacional de Mineração, porque acho que pode emprestar à nossa Comissão a sua expertise, inclusive no assessoramento, e os Secretários de Meio Ambiente tanto do Estado quanto do Município de Petrópolis.

No dia 24, na mesma semana, audiência pública também no Senado Federal, talvez com um tema que seja tão sensível quanto a prevenção.

A prevenção – só um parêntese para situar os meus colegas –, a questão da prevenção é muito sensível porque não são só medidas do poder público. A sociedade civil precisa se envolver nessas medidas.

Em Petrópolis, há sirenes que avisam a população para ações de evacuação, mas nós, infelizmente, não alcançamos a disciplina, vou dizer assim, por exemplo, do Japão, em que com um apito toda a população desce de suas casas e sabe aonde vai. É lógico que há questões sociais que a gente não pode deixar de considerar, mas, na questão da prevenção, como avançar além das sirenes para que a população entenda a necessidade da evacuação quando elas soam.

Então, tão sensível quanto, no dia 24, é a questão da habitação. Como eu disse, há ainda um déficit de cerca de 450 famílias no Aluguel Social ainda de 2011. Há terrenos que a prefeitura, recentemente ou num passado recente, melhor dizendo, adquiriu, mas a Secretaria de Ambiente descobriu que há várias nascentes nesses terrenos. É possível construir ali? Não é possível? É possível dimensionar talvez em tamanho menor? Porque, não adianta, a gente vai ter que pensar num trabalho de formiguinha, até porque não dá para botar 3 mil pessoas num mesmo terreno porque isso tem um impacto social muito grande sobre a vida e sobre o bairro onde for. Então, essa é uma missão também desta Comissão. Nesse tema habitação, lembro que os prognósticos são de 3 mil famílias agora, nessas chuvas, desabrigadas ou que, pelo menos, têm suas casas condenadas, com necessidade de realocação. Os convidados são: além do Prefeito, o Secretário de Habitação do estado, que, na verdade, é o Secretário de Infraestrutura, Max Lemos, que tem construído, ainda recuperando, resgatando a herança aí de 2011, tanto em Teresópolis, Petrópolis, Areal, que são Municípios vizinhos também da região serrana atingidos; representante do Ministério do Desenvolvimento Regional. E aí faço, inclusive, um parêntese, porque, nas chuvas de 2011, havia, Senador Girão, um estudo que estava no Ministério da Cidadania das áreas afetadas e de risco em toda aquela região e, com a vinda do Ministério do Desenvolvimento Regional, imagino – inclusive é objeto de um requerimento – que esse estudo tenha migrado para o Ministério do Desenvolvimento Regional, um bom ponto de partida, além da Comissão da Câmara dos Deputados, que, em 2011,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concluiu com algumas ações, com a recomendação de algumas ações, e eu desconfio que muitas não foram à frente.

Nós não podemos deixar de lembrar também que todo o trabalho em 2011 foi interrompido devido à recuperação fiscal do estado. Recursos no passado foram desviados – isso não é objeto desta Comissão, mas é bom que a gente saiba, porque havia esses recursos, que foram desviados, e o Rio de Janeiro entrou em recuperação fiscal. Então, é também uma dificuldade do próprio estado e da prefeitura de, sozinhos, investirem em habitação.

É importante chamar o representante do Inea (Instituto Estadual do Ambiente), ligado à Secretaria do Ambiente, e representantes – aí eu quero fazer um registro especial, Senador Romário, Senadora Leila e Senador Eduardo Girão – da Comissão das Vítimas das Enchentes da Região Serrana do estado, que formaram essa comissão em 2011, e eu venho acompanhando. Inclusive, Senadora Leila, são quatro mulheres, ó, de muita garra, de muito valor, e eu faço questão que vocês conheçam e escutem a história delas, esse passado, essa herança que a gente precisa resgatar e atender. Nesse caso, elas representam não só a cidade de Petrópolis, como a Claudinha, mas também os Municípios de Areal, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto, ali vizinhos. É muito importante que elas possam colocar os seus sentimentos, as suas expectativas para a nossa Comissão.

No dia 30 de março, audiência pública no Senado com o tema que eu sugiro de suma importância e que, às vezes, passa um pouco paralelo, que é a saúde mental. Senadora Leila, imagine que famílias se perderam todas nessa tragédia – às vezes, sobrou a mulher; às vezes, sobrou só o homem. Infelizmente, em Petrópolis não é incomum ver pessoas vagando ainda sem direção pela cidade pela desgraça, por tudo que perderam. É lógico que houve um movimento importante da prefeitura, que contratou diversos psicólogos, assistentes sociais, inclusive com uma verba doada pela Alerj, cerca de 30 milhões, que permitiu, logo de início, já as contratações, mas é um tema que às vezes passa ao largo. A saúde mental da população para a reconstrução da cidade é muito importante. Então, nesse caso, eu sugiro convocar representante do Ministério da Saúde e representantes da Secretaria de Saúde do estado, do município e da sociedade civil, especialmente.

No dia 4 de abril, a diligência será uma audiência pública na Câmara Municipal de Petrópolis, com o tema: Diagnóstico, impacto na cadeia construtiva e repasses de recursos.

Existe recurso federal sendo repassado, e a nossa função, Senador Romário, que muito bem e diligentemente me alertou, é: precisamos saber o que está sendo investido de imediato e o que podemos ainda, através desta Comissão, nos outros temas inclusive, pressionar, cobrar, demandar do Governo Federal, inclusive como política pública especialmente, quero dizer no caso da habitação e da reconstrução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa chuva atingiu, Senador Girão, o centro histórico da cidade. Atingiu comunidades, ocupações irregulares? Sim. Ocupações em que houve recentemente regularização fundiária de parte? Sim, como no Morro da Oficina. Mas, principalmente, caiu na área urbana, no centro. O comércio de Petrópolis está devastado. O turismo de Petrópolis estima 50 milhões de prejuízo por esses dias, até que ele possa retomar a sua força e a cidade imperial. E quero lembrar, como bem disse o nosso Senador Eduardo Girão para mim, no texto, que comemoramos este ano os 200 anos da Independência do Brasil. Então, é uma data histórica.

Eu estive, Senador Romário, na semana passada, com o Presidente Carlos Brito, da Embratur, e sugeri que ele despachasse de Petrópolis, para ouvir a demanda do setor hoteleiro, do setor de turismo e poder encaminhar junto ao Ministro Gilson ou a quem sucedê-lo, a partir de abril, ações efetivas que possam fomentar essa retomada do turismo e a reconstrução da cidade de Petrópolis.

Então, eu sugiro convidar representantes do Ministério da Economia, representantes do Ministério de Desenvolvimento Regional, Procurador do Município de Petrópolis, representantes da Câmara, dirigentes, lojistas de Petrópolis, representantes do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, representantes das comissões especiais, conforme requerimento que vou apresentar, essas comissões que a Câmara já formou e que podem nos dar ainda mais subsídio.

Eu fiz um contato inicial também, quero registrar, com o Instituto dos Arquitetos do Brasil. No caso dos terrenos, há uma relação de terrenos que estariam aptos, ou são de terceiros ou são próprios, e eu considero de suma importância a assessoria do Instituto dos Arquitetos do Brasil, IAB, que se disponibilizou a conversar a respeito, para que possa avaliar e dimensionar quantas unidades cabem em cada terreno de forma a garantir a dignidade e reduzir os impactos sociais.

Então, no dia 8/04, concluindo, seria a votação do relatório final desta Comissão, que, eu espero, a gente possa desenvolver de forma absolutamente de forma construtiva.

Nesse sentido, eu quero aqui registrar, Senadora Leila, que eu tive a iniciativa, conversei com o Prefeito da cidade, tenho mantido conversa com a Câmara de Vereadores e com o Procurador do município, envolvi a sociedade civil – Romário, é importante também a sua participação direta, como também Senador do nosso estado –, para a gente montar a parte privada e a parte pública para o lançamento de um instrumento novo, Senador Girão, pensando um pouco fora da caixa, e poder atrair recursos para essa reconstrução.

Minha sugestão foi o lançamento, como fui Relator do Marco Legal das *Startups* – isto é futuro, é inovação –, de uma NFT que é um ativo não tangível, uma memória. Para que todos que acompanham possam entender, olhando para o passado, é como se fosse um selo não da tragédia, mas da reconstrução da cidade, para que a gente possa arrecadar recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu divido essa iniciativa com todos os meus colegas e espero que dê certo, porque estamos superando as dificuldades por ser inovadora.

É lógico que isso é muito mais da iniciativa privada, esse trabalho, mas estou ajudando na parte pública junto com o Procurador-Geral do município, junto com a Câmara de Vereadores. Há uma união para que a gente possa buscar recursos para a reconstrução de Petrópolis por caminhos fora da caixa, digamos assim, mas também, aqui, de nossa parte, junto ao Governo Federal, apontando onde ele pode incrementar as suas políticas públicas.

Assim, então, é o plano de trabalho que eu apresento.

E, lógico, qualquer contribuição, como o Senador Girão pediu a palavra, será muito bem-vinda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Girão com a palavra, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Romário, Senadora Leila Barros; nosso querido Senador Carlos Portinho, agora empossado como Relator desta importante Comissão de que tenho a honra de participar, com vocês, que são Senadores respeitáveis, que eu admiro, pelo trabalho, pela sensibilidade.

O Romário é uma pessoa extremamente dedicada a causas da deficiência. É uma pessoa que tem no DNA esse amor, essa missão aqui dentro do Senado.

A Leila também extremamente dedicada. Não é à toa que ficou com muitas pautas importantes, aqui no Senado, dentro dessa linha da humanidade.

É isso que a gente precisa resgatar neste momento tão difícil que vive o planeta. Por exemplo, alienação parental é algo que ficou com a querida Leila, que teve muito zelo nessa situação. Eu acompanhei de perto.

E, Senador Portinho, você chega aqui nesta Casa, e relembrou aí o marco das *startups*, mas chegou também, o que tem tudo a ver com o Rio de Janeiro, com a SAF, que está aí socorrendo os clubes brasileiros de futebol. E você tem, permita-me chamá-lo assim, mas o senhor segue uma linha do Senador Arolde, que eu também admiro demais, que partiu para o plano espiritual, e que eu não tenho a menor dúvida de que está conosco, em alguma dimensão, inspirando esse trabalho.

Então, o Rio de Janeiro com muito... Deus não faz nada por acaso. Então, está muito bem representado aqui, o Senador Flávio também está junto, o Senador Espiridião Amin, Wellington Fagundes, também, que tem uma experiência... Então eu acho que a gente pode fazer um grande trabalho.

Não é de hoje que esse assunto chega para Petrópolis, esse desafio, que está ceifando vidas e separando famílias, gerando muita dor e sofrimento. Vem desde 1988; aliás, 1979. Você esteve em 1979

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, foi a primeira tragédia, 87 mortos. Em 1988, nós tivemos 171 vidas perdidas. Em 2001, Senadora Leila, 51 mortes. Em 2011, nós tivemos também outra tragédia, e agora, em 2022. Então é uma sequência que precisa de um basta. A gente precisa fazer a nossa parte, porque as chuvas, como bem colocou o nosso Presidente Romário, vão acontecer. É um fenômeno global, e a gente precisa se preparar para isso.

Coincidentemente, semana passada, olha como são as coisas, eu visitei lá o interior do Ceará, Redenção, que foi o primeiro lugar a libertar os escravos do Brasil, olha a linha, olha a coincidência! Você acabou de falar — não é, senador Portinho? —, de Petrópolis, a cidade imperial, e nós estamos agora chegando nos 200 anos da independência do Brasil... Então, tem uma linha muito tênue nisso tudo. E, lá em Redenção, quatro anos antes, depois da Lei Áurea, da Princesa Isabel, Redenção liberou... O Ceará libertou os escravos. É por isso que somos chamados de Terra da Luz.

E eu fui visitar uma universidade lá, que é uma universidade pública, que recebe povos da África, e a gente tem um trabalho muito interessante, uma universidade de língua portuguesa e do Brasil, que fica na cidade de Redenção, e nós estivemos na Unilab, um prédio feito com dinheiro público, gastaram mais de R$30 milhões nesses quatro blocos de prédio que ficam na encosta de uma serra e nós estamos tendo dificuldades lá agora, porque os prédios estão abandonados; novos, Senador Romário e Senadora Leila, novíssimos.

Eu entrei ali agora, semana passada, negócio de alto nível. São quatro mil, se não me engano, quatro mil residências para universitários, que está parado, não foi nem inaugurado e não há previsão, porque está colado em uma serra. Então, qualquer deslizamento que acontecer, pode haver uma tragédia.

E eu vim com essa missão aqui, em Brasília, de construir os canais. E o Senador Portinho me convida. E para mim vai ser um aprendizado também para outros problemas que há no Brasil com relação a isso, para evitar outras tragédias.

Então, eu quero agradecer por essa oportunidade. Estarei no Rio de Janeiro na semana que vem. Fizemos aqui a compra das passagens. Estaremos juntos nessa tarefa que eu tenho certeza de que será exitosa, porque quem está no comando são pessoas extremamente capacitadas, dedicadas, comprometidas. E eu, a Senadora Leila, o Senador Esperidião Amin, o Senador Wellington Fagundes vamos trabalhar no limite das nossas forças para ajudar. Então, o Rio de Janeiro, a gente tem que reconhecer, Senadora Leila, é o cartão postal do Brasil, foi lá a sede do Brasil Império. A gente tem uma dívida muito grande com este país. A Senadora Leila também tem uma história no esporte com um grande clube, que é o Flamengo de lá. Tenho certeza de que há o coração, não é só a mente, não. O nosso coração vai estar entregue aí nesse trabalho. Esperamos que Deus nos intua, nos guie, nos conduza para que façamos o melhor para esse povo que vive muito do turismo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não conheço muito Petrópolis. Já passei, em minha infância, adolescência... Mas de Teresópolis eu me lembro bem, porque é a sede da CBF, o centro de treinamento da CBF... E aqui o nosso Presidente tem muitas histórias interessantes de lá e aquele local é muito especial. E que Deus nos guie e nos conduza nesse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pelas palavras.

A Senadora Leila quer falar?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Rapidamente, Presidente.

Bom, primeiro, quero cumprimentar os três Senadores que estão aqui presentes: Senador Romário, Presidente desta Comissão; nosso Relator, Carlos Portinho, e o nosso Vice também, o nosso querido Senador Eduardo Girão.

Eu quero agradecer a indicação do meu nome como representante da Bancada Feminina. Portinho foi muito feliz na sua observação, que é um olhar realmente diferente. Nós vamos poder trabalhar os efeitos dessa tragédia, principalmente nas crianças, nos jovens, nas mulheres, nas famílias, como você falou. Quero parabenizá-lo pelo plano de trabalho que foi apresentado, Portinho, porque, além da atenção mental, há essa questão da política habitacional. Qual é a preocupação realmente dessas mulheres com relação às suas famílias? É justamente dar segurança às suas famílias. E essa questão da política habitacional é um nó não só na região de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, mas também em todo o Brasil.

Então, vamos dar o nosso melhor para esta Comissão, lembrando a vocês que, claro, tenho uma relação maravilhosa, muito próxima com o Rio, porque eu joguei no Flamengo durante muitos anos, mas também o meu filho, meu único filho, é carioca. Então, a minha relação com o Rio se torna até uma coisa meio maternal. A minha relação com o Rio, com a torcida, com o povo carioca é muito próxima.

E falando sobre trabalhos, sobre temas meio "cascudos", como o Senador Girão falou, eu peguei sim a alienação parental, que foi um grande desafio para mim, mas também a gente apresentou o PL 550, que foi justamente fruto das tragédias, das experiências trazidas, ao Senado Federal, pelas tragédias de Mariana e Brumadinho dos que foram atingidos por barragens. Desse nosso PL se originou a Lei 12.334, que justamente reforça a efetividade das políticas de segurança em barragens, uma lei de que eu tenho muito orgulho, além da Lei do *Stalking*.

Então, vocês podem contar, como representante da bancada – certamente as mulheres irão acompanhar muito, as mulheres desta Casa –, com a minha presença ali dentro. Eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos trabalhar, já parabenizando, mais uma vez, o Portinho por esse plano de trabalho, porque eu tenho certeza de que o nosso trabalho vai ser muito profícuo, vai ser sério, vai ser muito rápido, mas certamente nós traremos alguns resultados e soluções importantes para esse cenário que é histórico, e não só no Município de Petrópolis, mas no Brasil. Acho que o Romário, nosso Presidente, falou certo: todo ano, passa ano, entra ano, a gente vê, em vários estados, brasileiros sofrendo com essas tragédias de enchentes, desabamentos...

Enfim, realmente temos que nos debruçar sobre o tema, como Parlamentares que representam seus estados, pois nós somos Senadores e nós temos que dar uma solução para isso ou, pelo menos, buscá-la e apresentá-la, num esforço conjunto, não só o Senado Federal, mas estados, União, municípios. Todos nós temos que trabalhar em conjunto! Então, vamos trabalhar, vamos arregaçar as mangas e vamos dar resultado.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado ao Senador Eduardo Girão, à Senadora Leila, ao Senador Amin, ao Senador Jean Paul, ao Senador Wellington Fagundes.

Eu, Portinho e Flávio, como representantes aqui do nosso estado, estamos bastante felizes, e, para todos nós, é uma grande honra, um prazer poder trabalhar com vocês. Eu tenho certeza de que juntos vamos fazer um excelente trabalho, que esse trabalho será fruto de resultados positivos e que futuramente – eu tenho certeza – dará exemplos para outras situações que ocorreram, que ocorrem e poderão ocorrer no nosso país.

Coloco em votação o plano de trabalho apresentado pelo Senador Portinho.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais oposição de Senadores presentes, coloco também, em votação extrapauta, os Requerimentos 1 a 7, de 2022, de autoria do Senador Portinho:

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de diligência externa em Petrópolis-RJ, como objetivo de fazer uma visita "in loco", a ser realizada no dia 17/03/2022, nas áreas afetadas pelas chuvas.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Resultado: Aprovado

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2022

Requer a realização de audiência pública, com os convidados listados no Requerimento, com o objetivo de discutir sobre a prevenção, proteção de encostas e estudo geológico.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Resultado: Aprovado

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2022

Requer a realização de audiência pública, com os convidados listados no Requerimento, com o objetivo de discutir sobre habitação aos que foram afetados pelas chuvas ocorridas no Município de Petrópolis.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Resultado: Aprovado

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2022

Requer a realização de audiência pública, com os convidados listados no Requerimento, com o objetivo de debater o diagnóstico, o impacto na cadeia construtiva e os repasses de recursos, a ser realizada na Câmara Municipal de Petrópolis.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Resultado: Aprovado

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2022

Requer a realização de diligência externa a ser realizada na Câmara Municipal de Petrópolis, com objetivo de debater o diagnóstico, o impacto na cadeia construtiva e os repasses de recursos.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Resultado: Aprovado

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2022

Requer informações acerca da relação de terrenos aptos para construção habitacional, no Município de Petrópolis-RJ, em lugar seguro, ainda que de propriedade ou na posse de terceiros.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Resultado: Aprovado

Último requerimento: sétimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2022

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, informações sobre mapeamento de encostas e áreas de riscos do Município de Petrópolis-RJ.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Resultado: Aprovado

Para encerrar, se não há mais nada a declarar, não havendo mais nada a tratar, eu declaro aqui encerrada a presente reunião. E vamos aos trabalhos!

Boa sorte para todos nós!

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 56 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ com a presença dos Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Esperidião Amin e Flávio Bolsonaro, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Senadores Leila Barros e Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 008, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a prevenção, proteção de encostas e estudo geológico com a presença do Senhor Esteves Pedro Colnago, Diretor - Presidente do Serviço Geológico do Brasil / CPRM." **Autoria:** Sen. Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 009, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a prevenção, proteção de encostas e estudo geológico com a presença do Senhor Diogo Rodrigues A. da Silva, Chefe do Departamento de Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil/CPRM; e representante Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro / DRM-RJ." **Autoria:** Sen. Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 010, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em decorrência das chuvas de Petrópolis em 2022." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº 011, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Walter Braga Netto, informações sobre exercícios simulados de resposta a desastres em Petrópolis/RJ." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento Nº 012, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Controladoria Geral da União, Wagner de Campos Rosário, informações sobre repasses federais para o Município de Petrópolis/RJ em 2022." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento Nº 013, de 2022** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, informações sobre projetos de recuperação de infraestruturas de drenagem em Petrópolis/RJ." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento Nº 014, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública, com os convidados listados no Requerimento, com o objetivo de tratar da saúde mental das pessoas atingidas e envolvidas direta ou indiretamente na tragédia ocorrida no Município de Petrópolis" **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir sobre a prevenção, proteção de encostas e estudo geológico. **Participantes:** Marcio Romano Correa Custodio, Subsecretário de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro (representante de: Leandro Sampaio Monteiro, Secretário de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro); Wagner Granja Victer, Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Roger Romão, Representante da Agência Nacional de Mineração; Luiz Paniago, Representante da Agência Nacional de Mineração; Diogo Rodrigues A. da Silva, Chefe do Departamento de Gestão Territorial da CPRM; Luiz Claudio Almeida Magalhães, Presidente do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – DRM-RJ; e Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil/CPRM. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/21

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Muito obrigado pela presença.

Vinte e um de março de 2022.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 90, de 2022, que tem por objetivo acompanhar *in loco* a situação do Município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade e que, infelizmente, continuam assolando, pelo que a gente tem acompanhado desde ontem.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir sobre a prevenção, proteção de encostas e estudos geológicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado. É uma reunião realizada de forma interativa, com a possibilidade de o público participar diretamente, por intermédio do Portal e-Cidadania, portal aqui do Senado, na internet, ou pelo telefone 0800 0612211.

Antes de iniciarmos, gostaria de pedir um minuto de silêncio pelas mortes que aconteceram ontem de novo em Petrópolis.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Sejam bem-vindos, nossos convidados.

O motivo que nos reúne aqui é um motivo muito triste, lamentável. O objetivo desta Comissão é acompanhar *in loco* o que vem acontecendo, ou melhor, as coisas que aconteceram e continuam acontecendo na cidade de Petrópolis. A gente sabe que, pelo menos foi o que a gente teve uma ideia, existem muitos problemas que fizeram e fazem com que essas tragédias venham acontecendo em muitos lugares do nosso país, em muitos lugares do meu Estado do Rio de Janeiro, do Senador Portinho, e principalmente no Município de Petrópolis.

Esta Comissão acredita realmente e definitivamente que, ao término desse período de praticamente 30 dias, que será o tempo desta Comissão, a gente decididamente, definitivamente consiga ter uma ideia bem clara das coisas, das ações que a gente vai poder fazer e realizar daqui para a frente, para poder evitar ao máximo que, se houver outras tragédias como essa, a gente possa salvar o maior número de vidas possível.

Então, realmente esta Comissão tem esse objetivo, e eu tenho certeza de que, com a ajuda dos senhores, a gente conseguirá chegar a esse objetivo maior.

Obrigado aos convidados que estão presentes aqui: o Sr. Márcio Romano Correa Custódio, Subsecretário de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro – muito obrigado pela presença; o Sr. Roger Romão, representante da Agência Nacional de Mineração – muito obrigado, Sr. Roger; o Sr. Luiz Paniago, representante da Agência Nacional de Mineração – muito obrigado; e o Sr. Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil. Muito obrigado aos senhores pela participação.

Temos também remotamente a presença do Sr. Wagner Granja Victer, Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Sr. Wagner, muito obrigado pela presença; do Sr. Diogo Rodrigues da Silva, Chefe do Departamento de Gestão Territorial da CPRM – muito obrigado pela presença, Sr. Diogo. E acredito que o Sr. Luíz Claudio Almeida Magalhães, Presidente do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro (DRM-RJ), também esteja se conectando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado e sejam bem-vindos!

Antes de a gente dar início a esta audiência pública, eu não poderia deixar de falar sobre um tema que é, na minha vida, muito especial: hoje é dia 21 de março, o dia Mundial da Síndrome de Down. Foi essa causa que me fez estar aqui hoje sentado numa cadeira do Senado, colocado por mais de 4,6 milhões de pessoas, eleitores do meu querido Estado do Rio de Janeiro que me fizeram estar aqui. Não poderia hoje deixar de abrir os trabalhos desta Comissão para fazer esse comunicado especial.

Todos sabem que eu sou suspeito para falar sobre o tema pela minha linda Ivy. E hoje não poderia deixar de reforçar esta data tão importante. Segundo estimativa do IBGE, são cerca de 300 mil em nosso país. Temos sempre de salientar o quanto eles podem produzir em prol da nossa sociedade. Eu sou o Relator da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), que aconteceu aqui no Senado em 2015, projeto do Senador Paim, e, a partir desse momento, dessa data, as pessoas com deficiências em geral tiveram um novo olhar, vamos dizer assim, tiveram uma nova oportunidade de mostrar para a sociedade que elas também são capazes, que elas também podem e devem participar da nossa sociedade, assim como nós que não temos nenhum tipo de deficiência.

Estou falando da síndrome de Down, pelo amor e carinho que eu tenho por essa causa. Tenho uma filha de 17 anos. Eu acredito que a nossa sociedade nos últimos tempos tem realmente entendido e tem estado de braços abertos para receber e aceitar essas pessoas. Eu fico feliz, porque eu, meu amigo Senador Portinho, faço parte diretamente dessa luta. Sei que V. Exa. também não é diferente disso. Sempre quando se fala nesse tema, V. Exa. é muito sensível, tem sempre me ajudado muito como Liderança do nosso partido, e queria fazer um agradecimento especial e público a todo o seu trabalho nessa área também. Muito obrigado.

Quero dizer que vamos continuar lutando, vamos continuar brigando, vamos continuar fazendo o máximo para que essas pessoas com síndrome de Down a cada dia sejam mais reconhecidas, mais respeitadas e mais entendidas pela nossa sociedade. Por um lado, também eu quero dizer "obrigado, sociedade". É claro que ainda existem alguns preconceitos. Eu acredito que muitos sejam, inclusive, por ignorância de conhecer realmente a causa e de falta de convívio com essas pessoas. Mas eu quero agradecer à nossa sociedade, que, nos últimos 17 anos, entendeu de uma forma que os "downs" podem ser o que eles quiserem, eles podem estar onde eles quiserem, porque eles estão capacitados para isso. Muito obrigado.

Voltando aqui ao nosso tema de hoje...

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Votação de requerimento extrapauta.

Coloco também em votação os Requerimentos nºs 8 e 9, de 2022, da Comissão, que acrescentam convidados à audiência de hoje, os quais foram sugeridos pela Agência Nacional de Mineração para contribuir com os debates.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2022

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a prevenção, proteção de encostas e estudo geológico com a presença do Senhor Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil / CPRM.

Autoria: Senador Romário

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2022

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a prevenção, proteção de encostas e estudo geológico com a presença do Senhor Diogo Rodrigues A. da Silva, Chefe do Departamento de Gestão Territorial do Serviço Geológico do Brasil/CPRM; e representante Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro / DRM-RJ.

Autoria: Senador Romário

Ainda incluo para apreciação extrapauta os Requerimentos nºs 10 a 13, de 2022, de pedidos de informações de autoria do Relator desta Comissão, o Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2022

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em decorrência das chuvas de Petrópolis em 2022.

Autoria: Senador Carlos Portinho

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2022

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, Walter Braga Netto, informações sobre exercícios simulados de resposta a desastres em Petrópolis/RJ.

Autoria: Senador Carlos Portinho

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2022

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Controladoria Geral da União, Wagner de Campos Rosário, informações sobre repasses federais para o Município de Petrópolis/RJ em 2022.

Autoria: Senador Carlos Portinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2022

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, informações sobre projetos de recuperação de infraestruturas de drenagem em Petrópolis/RJ.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Eu queria, antes de começarmos com os nossos convidados, passar a palavra para o nosso querido, capacitado, um dos melhores Senadores que há nesta República, o meu amigo Relator desta Comissão, Senador Portinho.

O Senador Portinho está com a palavra.

Na verdade, ele vai ler o relatório que foi feito nessa nossa primeira visita a Petrópolis.

Por favor, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Romário, inclusive pelas suas palavras.

Vou pedir cerca de dez minutos, até para o alinhamento de todos, não só dos que estão presentes, mas também dos que nos acompanham, e também para externar, prestar contas da nossa primeira diligência no âmbito desta Comissão, que parte, naturalmente, de uma visita *in loco* à cidade de Petrópolis. Essa visita, essa diligência ocorreu no dia 17 de março passado, na última quinta-feira. Lamentamos que, somente nesse espaço de dias, ontem mais uma vez as chuvas assolaram a cidade de Petrópolis.

Vamos ter oportunidade de ouvir, é importante. Esta é uma Comissão construtiva, porque de destruição já basta tudo que a gente já está enxergando acontecer em Petrópolis. A ideia é que daqui a gente possa sair com soluções, indicações para as três esferas de Poder, de ações efetivas, para que esse relatório da Câmara dos Deputados de 2013 não se repita com as suas 187 folhas e nada seja feito no âmbito do que ele propôs e aqui, então, do que devemos propor de forma objetiva e trabalhando junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com as esferas de governo, com quem está em campo está acompanhando, agindo e que certamente tem suas percepções e que pode nos passar para a conclusão desse relatório.

Então, vou pedir dez minutos breves.

Em cumprimento ao plano de trabalho, a Comissão deslocou-se ao Município de Petrópolis, onde sobrevoou áreas atingidas pelo desastre provocado pelo temporal que atingiu a cidade em 15 de fevereiro de 2022. Realizou várias atividades, dentre as quais visitou o 32º Batalhão de Infantaria, que muito contribui e pudemos ouvir; visitou os locais atingidos, particularmente o Morro da Oficina.

Já adianto aqui que dormi pensando nessa noite no que o último temporal pode ter agravado aquela situação que nós vimos, Senador Romário, daquele escorregamento, quase uma avalanche. Fiquei imaginando aquela chuva caindo ontem, aquele muro do condomínio ainda não reconstruído e fiquei realmente com receio de que algo de pior ainda acontecesse para aquela região já sofrida.

Reunimo-nos com o Prefeito Rubens Bomtempo e todo seu secretariado, participamos de uma audiência pública na Câmara Municipal de Petrópolis e, no nosso retorno ao Rio de Janeiro, reunimo-nos com o Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que, verdade seja dita, desde o primeiro momento daqueles eventos em 15 de fevereiro, esteve presente, pode-se dizer, com o pé na lama, assim como todos que estão aqui da defesa civil.

No sobrevoo foi possível identificar o grave impacto das chuvas em vários locais da cidade, particularmente no Morro da Oficina, que, posteriormente, visitamos no nível do chão, escorregamentos, escorregamentos muitos deles, inclusive, em áreas não ocupadas, o que mostra a fragilidade da região às chuvas; escorregamentos em regiões ocupadas, mas que se iniciaram no alto do morro, provocando aquela avalanche que muitas imagens e fotografias confirmaram.

Como resultado da diligência, a Comissão aprovou esses requerimentos que foram lidos pelo Senador Romário. E, visitando o 32º Batalhão Dom Pedro, os integrantes da Comissão foram recebidos pelo comandante da unidade, Tenente-Coronel Costa Mattos, que ofereceu um breve relato sobre o papel fundamental do Exército na assistência às vítimas e apoio à comunidade. A área do batalhão também foi afetada, foi necessário desobstruir três pontos de deslizamento para que fosse possível a saída de viaturas do quartel. Os donativos chegaram à cidade em grande volume e estão sendo organizados em um ponto próprio, na BR-040, na saída para Itaipava, próximo à cidade de Petrópolis.

Há muito trabalho a fazer para remover o entulho acumulado em locais atingidos, como o Morro da Oficina e no Morro Caxambu, onde houve deslizamento de uma laje de terra. A logística referente ao bota-fora, despejo definitivo do entulho removido, é complexa, sendo o local do depósito relativamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afastado dos locais atingidos, o que leva a altos custos de transporte do material pela dificuldade de encontrar, na cidade urbanizada, locais para esse bota-fora.

O Exército participa dos exercícios simulados de preparação e resposta de desastre em conjunto com a Defesa Civil e, dependendo do porte do exercício, também com a comunidade. Em 2019, foi realizado um simulado de grande porte, sob a coordenação do Ministério da Defesa. Em muitas ocasiões, as sirenes tocam, mas não ocorrem deslizamentos de terra, enchentes ou inundações. Isso pode fazer com que o soar das sirenes esteja desacreditado. Militares do batalhão especializados em operações em montanha foram acionados para instalar lonas plásticas nos morros, junto com a Defesa Civil, para tentar minimizar a saturação do solo pela água da chuva. No que diz respeito ao Exército, canais institucionais de contato constante do plano de contingência funcionaram perfeitamente.

Visita aos locais atingidos no Morro da Oficina.

Ao final da visita ao 32º Batalhão o comandante nos acompanhou pessoalmente até o Morro da Oficina e verificou *in loco* a grande devastação provocada pelo temporal no Morro da Oficina, como também em toda a cidade, inclusive na área do seu centro histórico. Entre os escombros havia um relógio de medição de consumo de energia elétrica, o que confirma que mesmo as ocupações em área de risco contam com fornecimento de serviços públicos. Esse fato, estimulado pela legislação aplicável às empresas fornecedoras, pode contribuir para a ocupação de áreas de risco.

A poucos metros do local do deslizamento da encosta existe um conjunto habitacional do BNH, da década de 70. O muro externo desse conjunto foi parcialmente destruído, mas os prédios não foram afetados. Em pelo menos uma casa próxima ao local do deslizamento verificou se a presença de moradores, mesmo depois, o que indica que a localidade pode não ter sido completamente evacuada ou, que é o que me parece, os habitantes já procuram retornar para as suas casas. Isso pode ocorrer inclusive, é verdade, pelo receio de saques àquelas residências que estejam desocupadas, mesmo permanecendo intactas.

Na reunião com o Prefeito Rubens Bomtempo e seu secretariado, os integrantes foram recebidos assim por eles. Em conversa informal anterior ao início da reunião, o Secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias do município, Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros Gil Kempers informou que o temporal de 15 de fevereiro de 2022 foi totalmente atípico, inédito na história recente do município, pelo fato de chover 260mm em um intervalo de aproximadamente seis horas, mas concentrados nas primeiras duas horas.

Fazendo só uma comparação para nivelar aqui o conhecimento, conforme Comissão que foi formada em 2013, quando da tragédia, também em Petrópolis, que atingiu o bairro do Quitandinha, Alto da Serra e bairros semelhantes, o desastre naquela época foi em 17 de março de 2013, choveu 437mm no período de 24 horas e 144mm em três horas. Nesse, foram 260mm em aproximadamente seis horas, mas concentrados nas duas primeiras horas. Então, é possível ver que, no evento que ocorreu em 2013, houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma incidência de chuva ainda maior, mas neste aqui me parece que a concentração nas primeiras duas horas foi superior ao passado – é até uma questão que depois eu gostaria que V. Exas. pudessem confirmar.

Nesse caso agora mais recente, o temporal começou por volta das 16h30, quando as pessoas já começavam a retornar para suas casas após o dia de trabalho. Há relatos de pessoas que não deixaram suas casas mesmo com as sirenes tocando. Um morador chegou a ligar para um familiar e recebeu desse a orientação de permanecer em casa.

O radar disponível na localidade não é capaz de identificar com precisão todas as dimensões de nuvem e, portanto, volume de chuva que ela pode provocar. Existem equipamentos de procedência japonesa e/ou israelense que podem produzir alertas mais precisos em relação ao local exato da precipitação e com antecedência de até quatro horas. Contudo, equipamentos como estes não estão disponíveis no Brasil, apesar do custo relativamente baixo, cerca de 3 milhões.

É fundamental realizar um trabalho de conscientização da população sobre a importância das medidas preventivas e preparação para os desastres. O ideal é não mais permitir a ocupação do Morro da Oficina.

O Prefeito Rubens Bomtempo deu início à reunião com uma rápida apresentação do secretariado, dos que participavam, e fez o registro de que, em função de pendências judiciais, o Prefeito Rubens Bomtempo tomou posse somente em 21 de dezembro de 2021, portanto, menos de dois meses antes da tragédia.

Em 1º de janeiro de 2022, ocorre uma primeira chuva forte. Ainda em janeiro, na primeira quinzena, verifica-se uma chuva de 300mm em três dias, o que levou o município a declarar, já naquela época, meados de janeiro, situação de emergência, que deixou 70 pessoas desalojadas.

O Ministério do Desenvolvimento Regional reconheceu a situação emergencial declarada em 7 de janeiro e houve autorização para saque do FGTS, mas para localidades distintas daquelas mais atingidas no temporal de 15 de fevereiro. A chuva de 15 de fevereiro foi atípica e, como ocorreu no horário do *rush*, carros e ônibus contribuíram para obstruir o deslocamento de viaturas de emergência. A cidade ficou sem luz e perdeu as comunicações. Faço o registro de que há exatamente a mesma descrição lá no relatório de 2013, onde foi anotado que os deslocamentos de emergência também foram prejudicados e pelas mesmas razões.

Como a chuva continuou após o anoitecer, somente no dia seguinte foi possível obter um quadro geral dos estragos do temporal. As áreas mais afetadas distribuem-se em aproximadamente 100km^2, em especial no Primeiro Distrito. Cerca de 3,5 mil pessoas ficaram desabrigadas e desalojadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfrentou-se, então, a necessidade de eleger prioridades: resgatar as vítimas, primeira; desobstruir as vias, segunda; restabelecer os serviços essenciais, a terceira prioridade.

Paralelamente, era necessário cuidar dos desabrigados e organizar os donativos. O número dos desabrigados flutuava muito, pois não havia ainda o controle sobre entrada e saída de pessoas dos abrigos. A ajuda humanitária recebida na cidade foi gigantesca, sendo a organização das doações no galpão dito, então, na BR-040, em Itaipava.

Foram registradas 6.014 ocorrências relacionadas à chuva, concentradas no Primeiro Distrito. Dessas, 5.088 reportavam deslizamentos; 233 pessoas morreram e quatro continuam desaparecidas e se somam ao número de cinco óbitos, se não estou enganado, ocorridos ontem, ainda que se somam.

As ações para o enfrentamento do desastre tiveram início imediatamente. As primeiras reuniões ocorrem no dia 15 de fevereiro, entre o município, concessionária de serviços públicos e o estado; dia 16, início do trabalho de resgate e liberação de vias – o município decreta calamidade pública nessa data; dia 17, chegada das Forças Armadas e do Ministério do Desenvolvimento Regional. Praticamente no dia seguinte, quero registrar que, concomitantemente à tempestade, o Ministro Rogério Marinho e o Presidente da Caixa, Pedro Guimarães, estavam em linha tanto comigo quanto com o Governador, para que antecipassem suas ações. Dia 18 de fevereiro: instalação do Centro de Comando Integrado e visita do Presidente da República; dia 22, instalação do Comitê Executivo; dia 25, regulamentação do programa do Aluguel Social; dia 26, criação de uma central para busca de imóveis; dia 15, aquisição de imóvel para abrigamento de famílias. Levou-se dez dias para a liberação das principais vias da cidade. Tenho certeza de que deve ter ficado prejudicado novamente pelas chuvas de ontem.

O deslizamento do Morro da Oficina atingiu uma área da antiga oficina. A localidade está em terreno federal. O deslizamento teve início em partes mais altas da encosta, onde não há moradias. Terras e pedras deslizaram, destruindo tudo o que existia abaixo. Diversas pontes foram rompidas, muitas outras danificadas. Vinte ônibus ficaram parados no centro da cidade; outros dois foram arrastados pela correnteza.

Ações realizadas no âmbito social: estabelecimento de 22 pontos de abrigamento em escolas, creches e rede municipal de ensino. Durante o dia, as crianças, em alguns abrigos, seguiram para atividades em outras escolas. Já havia 450 alugueis sociais concedidos. O valor originalmente proposto pelo estado era de R$500. Diante da insuficiência do valor, o estado concordou em aumentar o benefício para R$800, e o município complementa o valor final com R$200 adicionais, totalizando R$1000 *per capita* o aluguel social. Trata-se do primeiro programa de aluguel social no Brasil, compartilhado entre município e estado – faço o registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A prefeitura adquiriu, com 30% de desconto em relação ao valor tributável, um imóvel desocupado no centro da cidade para o atendimento de 32 famílias, já resultado da sua primeira busca ativa por imóveis.

Cadastramento de pessoas desalojadas e desabrigadas.

Criação do contrato de garantia. Segundo o Prefeito, os proprietários de imóveis não querem fazer contrato com o governo, preferem celebrar contrato diretamente com o beneficiário do aluguel social. Então, nesse caso, a prefeitura oferece as garantias necessárias à celebração do contrato de aluguel entre proprietários de imóveis e beneficiários do aluguel social. Talvez, a partir dessa iniciativa inovadora, a gente possa avançar com uma lei de locação social.

Aulas voltaram em 85% das escolas em 7 de março, mas, acredito, como disse o Senador Romário no início, que já estejam prejudicadas novamente pelos temporais que atingiram a cidade ontem.

Ações realizadas no âmbito de infraestrutura.

Celebração de convênio com a Frente Nacional de Prefeitos, por meio do qual Petrópolis recebeu ajuda das prefeituras, especialmente do Rio de Janeiro e de Niterói.

O Município já executa obras em diversas localidades: recuperação das margens do rio Piabanha, Ponte de Corrêas, margens do rio Saldanha Marinho, recuperação do asfaltamento nas áreas mais atingidas.

O estado também executa obras no município: recuperação das ruas Washington Luiz, importante para a ligação ao centro, Portugal/Getúlio Vargas, Conde d'Eu, Pedro Ivo e 24 de Maio.

Já foram removidas mais de 110 mil toneladas de entulho, terra e rochas das vias da cidade.

Criação de centros de armazenagem de doações.

Restituição da mobilidade urbana e redefinição do fluxo viário, com 92% da frota de transporte coletivo já operando novamente, mas que, acredito, em razão das chuvas de ontem, esteja hoje novamente prejudicado.

O centro administrativo municipal foi muito atingido. Já teve início a recuperação de prédios públicos, com readaptação de secretarias municipais atingidas (6 escolas e uma Unidade de Pronto Atendimento interditadas, um Posto de Saúde da Família atingido e um Pronto Socorro 24 horas funcionando parcialmente), ou seja, também prédios públicos atingidos pela tragédia.

Está sendo proposta a criação de um instituto municipal de geologia. Além da iniciativa do Prefeito Rubens Bomtempo, a Câmara Municipal, no dia da nossa visita, no final da tarde, aprovou a autorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a prefeitura criar um instituto municipal de geologia, a exemplo do que há no Rio de Janeiro, e funciona muito bem, a Geo-Rio.

O PAC das Encostas está em fase de transferência para o estado. No início do programa, o município assumiu a execução, pois a proximidade em relação aos problemas enfrentados pela cidade daria maior efetividade ao programa. Porém, após um período de paralisação das obras, as empresas contratadas solicitaram realinhamento econômico-financeiro dos contratos, gerando elevação de custos (entre R$ 6 milhões e R$ 7 milhões) e a necessidade de retornar à execução do programa para o estado. Nós vemos que não só Petrópolis, mas vários municípios têm a dificuldade do investimento direto e precisam do apoio financeiro do estado e, principalmente, do Governo Federal com relação às encostas e com relação à construção de habitação social digna.

O município adquiriu e doou para o estado o terreno do Caititu com o objetivo de permitir a construção de habitações de interesse social. Contudo, o uso do terreno para esse fim enfrenta resistência dos atuais moradores da localidade e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Disso nós vamos tratar na nossa audiência, Presidente Senador Romário, de quinta-feira, vamos tratar de habitação e vamos entender melhor a questão desse terreno, porque é inacreditável que, dez anos depois, não se saiba se pode ou não se pode construir.

Atualmente 18 comunidades contam com sirenes para alerta antecipado das possibilidades de desastre.

O município conta com um Centro Integrado de Monitoramento e Operações, que permite a integração das diversas agências e ações rápidas em situação de emergência.

Com 3km de extensão, o túnel extravasor do Rio Palatinato, que conduz água do centro histórico para o Rio Piabanha, precisa de reforma. O custo da obra está estimado entre 300 milhões a 400 milhões. Nós tivemos a informação de que um carro foi arrastado para dentro justamente do túnel, represando a água. E isso agravou ainda a situação do túnel Palatinato, que, se não estou enganado, tira a água de dentro da cidade e jogo mais à frente para evitar enchentes. Já adianto as perguntas: essa situação persiste, e a causa da inundação ontem de novo no centro da cidade, em parte ou totalmente, pode se dever a isso?

Quase todas as famílias atingidas por desastres anteriores foram contempladas no projeto habitacional Vicenzo Rivetti, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, 850 famílias. Contudo, a empreiteira contratada para construir os condomínios deixou sérios problemas de acabamento, e o Ministério Público foi acionado, ou seja, pode-se dizer que, nos últimos 20 anos, somente o Vicenzo Rivetti foi construído para habitação social, atendendo a 850 famílias. E ainda há um déficit de 450, segundo informações que tivemos, referentes a desastres passados.

O município sugeriu à Universidade Federal Fluminense a criação de um curso de geologia – muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Prefeito fez ainda uma prestação de contas em relação aos recursos públicos utilizados no enfrentamento.

O Prefeito entregou a esta Comissão três ofícios sobre: identificação de terrenos aptos para construção habitacional; solicitação de isenção de obrigações financeiras do município referentes a tributos federais, o que geraria uma economia mensal de aproximadamente 1,1 milhão para o município, permitindo a ele investimentos; solicitação de dilação de prazos para pagamento de financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal. O município solicita que o pagamento das prestações no valor de R$400 mil por mês seja dilatado em pelo menos um ano. Há ainda cerca de 10% do valor contratado pendentes de execução. Recursos serão direcionados para as áreas que mais precisam.

O Prefeito encerrou sua apresentação ressaltando a importância do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil para presteza na resposta do poder público e pedindo especial atenção ao Morro da Oficina, por ser uma área federal.

Os Senadores Eduardo Girão e Romário reconheceram que a saúde mental da população é um desafio de grande importância, que vem se relevando aos poucos em toda a sua dimensão.

Questionado pelo Senador Flávio Bolsonaro, o Prefeito afirmou que a proposta de aquisição de imóveis para abrigamento de famílias é uma medida inovadora, que ainda precisa ser debatida, mas que a seleção das famílias a serem beneficiadas é uma questão de assistência social sem ingerência política na distribuição; pode, inclusive, tornar-se um instrumento indutor de reurbanização de áreas que ficaram abandonadas.

O chefe de gabinete da prefeitura demonstrou preocupação com a recuperação econômica do município; disse que esse elemento será incorporado às versões atualizadas do relatório que ele promete apresentar em 60 dias.

Questionado pelo Senador Eduardo Girão, o Prefeito afirmou que, no campo de turismo, o grande desafio é reviver a imagem de Petrópolis.

A Secretaria de Cultura informou que cerca de 18 mil livros históricos foram danificados. Destes cerca de 2 mil podem ser restaurados.

Durante o almoço, em encontro informal com empresário que possui uma editora e emprega cerca de 350 trabalhadores e trabalhadoras do município, foi reportado que o pacote de socorro lançado pelo BNDES não tem produzido os efeitos desejados, tendo em vista que muitos empresários perderam tudo na tragédia e, portanto, não estão aptos a fornecer as garantias exigidas pelo banco para a concessão de financiamentos. Além disso, parcela significativa desses mesmos empresários já havia recorrido a empréstimos por meio do programa nacional, do Pronampe, a fim de fazer frente aos desafios da covid.

Já finalizando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Audiência pública na Câmara Municipal de Petrópolis.

A Vereadora Gilda Beatriz salientou a importância da saúde mental da população e da política habitacional.

O Vereador Gil Magno defendeu a elaboração de um plano de manejo para as áreas de risco e destinação de recursos para sua aplicação, para promover habitação social segura.

O Vereador Marcelo Chitão indicou a necessidade de união entre todas as esferas de governo.

O Vereador Ronaldo Ramos salientou que o problema de Petrópolis é muito maior do que o das áreas atingidas, pois ainda há muitas pessoas morando em áreas de risco – calcula-se em torno de 27 mil a 30 mil pessoas morando em áreas de risco.

O Vereador Octavio Sampaio afirmou que Petrópolis é uma gambiarra que não aguenta mais penduricalho. O Parlamentar, de 31 anos, disse que nunca viu uma obra séria em Petrópolis que tivesse real valor para a urbanização da cidade.

O Vereador Domingos Protetor alertou para a síndrome do céu azul, já prevendo o que aconteceu agora na noite de ontem. Síndrome do céu azul é aquela em que as pessoas, com alguns dias sem chuva, já começam a esquecer a tragédia.

O Vereador Marcelo Lessa celebrou as obras do Governo Federal em todo o Brasil e afirmou esperar que isso chegue a Petrópolis.

O Vereador Junior Paixão ressaltou que há espaços para construir grandes projetos habitacionais em Petrópolis. A estratégia tem que... Não há espaço para construir grandes projetos habitacionais em Petrópolis. A estratégia tem que ser a implantação de pequenos assentamentos.

O Vereador Mauro Peralta afirmou que o poder público não fez o dever de casa, embora exista legislação que proíba a ocupação de área de risco. O Parlamentar indicou a necessidade de avançar no projeto de recuperação do túnel extravasor do Rio Palatinato e estudar a possibilidade de implementar outras estruturas de drenagem na Nelson de Sá Earp e na 13 de Maio.

O Vereador Fred Procopio reforçou a necessidade de reformar o túnel extravasor do Rio Palatinato – mais uma vez, o Rio Palatinato –, que trará mais segurança para os moradores do 1º Distrito e de Cascatinha.

Ao encerrar a reunião, eu defendi a aprovação pela Câmara de dois projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo. O primeiro deles, a aquisição, pela prefeitura, de bens imóveis para abrigamento de famílias afetadas pela tragédia, que já era aquele que foi aprovado no final do dia, projeto que será então arrematado pela prefeitura por 3 milhões; e a criação da NFT de Petrópolis, ativo intangível análogo ao antigo selo, que permitirá a arrecadação de recursos para a recuperação da cidade. Realmente, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida inovadora. A Ucrânia arrecadou 34 milhões com sua NFT, que traz a memória da guerra. Petrópolis eu acho que precisa da memória da reconstrução, e tenho ajudado a prefeitura. A ideia é que, num grande esforço e numa corrente solidária, como tem sido feito, a gente possa, com iniciativa privada, empresários, arrecadar recursos para a cidade, pensar fora da caixa. É lógico que o Governo Federal, estadual e municipal têm suas obrigações, têm que investir recurso, mas também têm limitações. É importante, para uma retomada mais rápida, aproveitar essa corrente de solidariedade, e esse pode ser um caminho.

A reunião, para concluir, com o Governador Cláudio Castro.

O Governador se deparou, disse ele, com cenário de guerra, muita destruição quando chegou a Petrópolis. Lembrou que o Morro da Oficina é terreno federal. Na primeira metade da década de 70, o Governo Federal assentou 700 famílias no conjunto do BNH construído, indenizou outras 2,3 mil famílias que foram autorizadas a construir no terreno da Oficina, esse terreno então em que as famílias agora ficaram à mercê da tragédia.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro assumiu a execução de cinco obras emergenciais no município, com custo estimado de 150 milhões. O custo das obras de reforma do túnel extravasor do Palatinado alcança 400 milhões na primeira fase. No total, em três anos, a obra deve custar 600 milhões. O projeto-base está contratado e, quando pronto, servirá de base para a licitação da obra.

A legislação vigente exige que as obras de reconstrução obedeçam ao projeto original da estrutura destruída. É preciso mudar a lei para permitir a aplicação de recursos de reconstrução em métodos, técnicas e materiais mais modernos.

Uma solução para o déficit habitacional pode ser a mudança do gabarito construtivo para permitir prédios mais altos, no processo de verticalização. Estudo preliminar indica que há cerca de 25 mil residências em área de risco em Petrópolis, podendo alcançar até 30 mil. É preciso buscar terrenos que possam abrigar novas construções com a dificuldade de que, quando não é morro, é vale; assim é o relevo de Petrópolis.

Quanto à prevenção de novos desastres, há cinco encostas com grandes problemas. Obras de contenção nesses cinco pontos podem chegar à casa de R$1 bilhão.

Presidente Romário, esse é o relatório de tudo que a gente amealhou na primeira visita e serve de base também para a orientação às perguntas no campo da prevenção e contenção de encostas principalmente, que é o que traz os nossos convidados até aqui.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Portinho. Parabéns pelo brilhante resumo, podemos dizer assim, do que aconteceu nessa nossa primeira visita a Petrópolis!

Antes de darmos aqui início aos nossos convidados, gostaria de passar a palavra ao Senador Esperidião Amin, que, na verdade, não se encontra no momento, mas temos aqui o Senador Wellington Fagundes, que é o autor do Requerimento nº 90, de 2022, que proporcionou a abertura desta Comissão.

Senador Wellington Fagundes, com a palavra, por favor. Está remoto. (*Pausa.*)

Só um minuto, Senador.

O áudio aqui está liberado. Está nos ouvindo? (*Pausa.*)

Nós não estamos ouvindo V. Exa., nós não estamos ouvindo V. Exa.! (*Pausa.*)

Continuamos não ouvindo.

Libere o...

O.k. (*Pausa.*)

O problema está aí, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Agora está aberto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora foi!

V. Exa. tem a palavra, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – O.k., Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.! Pode iniciar, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Presidente Romário, está o.k. agora?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu gostaria, primeiro, de parabenizar pela iniciativa todos vocês, todos nós, tanto o Presidente Romário, como também o Senador Portinho, que são legítimos representantes do Rio de Janeiro, com o Senador Flávio Bolsonaro.

Até quero registrar a nossa responsabilidade partidária, do PL, porque, no Rio de Janeiro, nós temos também o Governador, que é do PL, os três Senadores e os Deputados, como o Altineu, que é nosso Líder agora na Câmara dos Deputados. É claro que temos todos nós um compromisso também a maior com o Rio de Janeiro.

Nessa questão que estamos discutindo agora, com certeza temos que encontrar caminhos para que, nessa área de política de acidentes, principalmente os ambientais, tenhamos uma política de estado, e não uma política de governo.

No tivemos, no ano atrasado, um problema muito sério no Pantanal, com as queimadas. Fruto dessa situação, nós também criamos uma comissão externa. Nessa comissão externa, além de votarmos todo um relatório com as recomendações, também votamos, quero dizer, Senador Romário, o Estatuto do Pantanal. Aliás, nós o apreciamos. Ele já está em tramitação no Senado da República. Depois, com certeza, também teremos a sua aprovação no Senado e na Câmara e a sanção presidencial. Por quê? É uma situação em uma região em que não tínhamos um ordenamento jurídico, e isso acaba prejudicando muito a própria região e a população.

Por isso, a nossa expectativa também, com essa comissão externa, é a de contribuir, com a nossa experiência que tivemos em Brumadinho e na questão do Pantanal, para buscar, é claro, a melhor solução para resolver o problema de imediato, o problema de médio prazo e também o de longo prazo. E é o caso que estamos fazendo com o Pantanal, com vários programas do Governo. Quero aqui destacar a energia elétrica, e está sendo levada principalmente energia solar para todas as comunidades isoladas. Também há a questão do abastecimento de água através de poços artesianos – inclusive, conseguimos recursos para comprar equipamentos para perfurar poços de primeira linha – e a instalação do Corpo de Bombeiros na cidade de Poconé, ou seja, são várias atividades. Eu acredito que a gente poderá também seguir esse exemplo, para que a gente possa também, nessa questão específica de Petrópolis, encontrar o melhor caminho para a cidade, para o Rio de Janeiro e até para outros estados que possam se envolver em situações como essa.

Então, eu agradeço muito ao Senador Romário, ao Senador Portinho e a todos da Comissão, colocando-me, realmente, como grande parceiro, para que a gente possa principalmente evitar catástrofes como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui também a nossa solidariedade a todas as famílias que perderam seus entes queridos, a todos os amigos, porque, realmente, infelizmente, é uma situação muito dramática.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador, pelas palavras. Aproveitamos a oportunidade para parabenizá-lo pelo requerimento. Independentemente de V. Exa. ser do nosso querido Estado do Rio de Janeiro, esse requerimento realmente teve um significado muito importante para que surgisse esta Comissão, em que, como eu já comecei aqui a falar, a ideia é construir resultados positivos para que Petrópolis definitivamente não passe mais por esses desastres que a gente tem acompanhado.

Eu ia começar nossa reunião com os palestrantes diretamente aqui, mas o nosso convidado Wagner Victer pediu ao Senador Portinho e vou conceder-lhe a palavra porque ele tem um outro compromisso. Você me desculpe.

Por favor, com a palavra o Sr. Wagner Victer, Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que também está remotamente.

O SR. WAGNER GRANJA VICTER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Quero parabenizar, primeiramente, o Senador Wellington Fagundes pela iniciativa, pela proposição de um debate de tão alto nível. Quero parabenizar meu amigo Senador Carlos Portinho, o Senador Esperidião Amin, que eu vi aí aparecer e que é uma grande referência no Senado, e, especialmente, o Presidente desta Comissão, o Senador Romário, por quem eu tenho uma grande admiração não só política, mas como torcedor do Fluminense, o que ampliou muito quando ele fez aquele belo gol de bicicleta. Então, primeiramente, como tricolor, a gente nunca pode deixar de ver o craque Romário sem colocar isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está certo.

O SR. WAGNER GRANJA VICTER (*Por videoconferência.*) – Bem, eu acho que esse tema é muito importante.

Eu acredito que tenha sido convidado por ter sido ex-Secretário de Energia do Estado durante oito anos; que a parte referida à questão mineral, ao Departamento de Recursos Minerais, que revitalizei, tenha ficado comigo; e porque também, como Presidente da Companhia de Águas do Rio de Janeiro, durante oito anos, tive a oportunidade de acompanhar, de maneira muito próxima, a tragédia que aconteceu no ano de 2013.

Realmente, quando da primeira vez, em 2013, eu estive vivenciando a tragédia, sobrevoei a área na ocasião e, na realidade, foi extremamente chocante para mim, como engenheiro, identificar aquilo, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós verificamos que muitas encostas e muitos problemas – que não eram só em Petrópolis, mas também em Friburgo e Teresópolis – estavam acontecendo, inclusive, não em áreas ocupadas, mas sim em áreas nativas, com vegetação nativa. Portanto, a precipitação que aconteceu naquele local foi algo profundo como uma tragédia. E as inundações e as chuvas em Petrópolis não vêm de agora, não são um problema de agora. Você tem escritos da época de Pedro II, em que ele instava os engenheiros na época quanto às inundações.

Não podemos também ser primários, Senador, e considerar que esse tipo de coisa é um fato fortuito. A gente considera que, muitas vezes, em 50, 60 anos, nunca aconteceu. Isso é a nossa história do ponto de vista estatístico, mas é algo irrelevante do ponto de vista da estatística do tempo da Terra, do tempo do clima, que são de milhões de anos. Então, muitas vezes, aquilo que pode acontecer, pela primeira vez, em 60 anos, não é nada impossível que venha voltar a acontecer. O melhor exemplo é que aquilo que aconteceu em 2013 acontece agora em 2022. Ontem até aconteceu algo não da mesma magnitude, mas semelhante. Portanto, não é nada improvável apesar de ter sido de grande monta.

É claro que há fatores mitigantes importantes em relação ao Prefeito Rubens Bomtempo, por quem tenho a maior admiração, até porque ele tinha entrado no meio do chamado período úmido. Muitas vezes você tem um trabalho de desobstrução de galerias, em que você tem que trabalhar pelo menos seis meses antes – ou seja, no período seco você trabalha para desobstruir galerias –, e me parece que, possivelmente, grande parte disso, apesar de ter sido uma chuva de grande monta, teria acontecido.

Eu elenquei aqui quatro situações bastante favoráveis que nós temos – não só em Petrópolis, tá, gente? Nós temos que pensar que isso também se aplica a Friburgo, Teresópolis e outros locais em que não aconteceu.

O primeiro: as encostas estão ocupadas. Quando você ocupa uma encosta, o que acontece? Você praticamente impermeabiliza o solo. Então, a capacidade de aquele solo receber água e retê-la se reduz profundamente. Ao contrário, acontece um outro movimento: você recebe a água, e a água ganha uma velocidade muito grande. Portanto, ela ganha uma energia – ela não é amortecida pela mata ou pelo solo, e aquilo ganha uma energia – e, pela geografia local, forma-se como se fosse uma calha. Os morros e encostas são receptores de água, jogam água numa velocidade brutal, e ela cai numa calha. E foi aquele fenômeno que nós pudemos observar. Quando se ganha energia, você pode carregar carros, você pode carregar ônibus, e foi o que aconteceu. Então, isso é uma coisa típica quando você tem encosta, ponto baixo e, efetivamente, quando você impermeabiliza o solo.

Outro ponto importante como diagnóstico: essas encostas não foram ocupadas por acaso. Elas foram ocupadas porque, no passado, foram colocadas urbanizações e, ao mesmo tempo, as utilidades: água, energia, telefone e asfalto. E é primário, Senador, achar que a solução é tirar todo mundo. Não vai tirar. Disso a gente faz um discurso. Eu estava até agora num grupo de amigos da UFRJ que estudaram comigo, e as pessoas falaram: "Tem que retirar todo mundo". É uma visão de não conhecer política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública. Quando eu era Presidente da Cedae, uma vez levantaram isso: "Tem que cortar as utilidades, energia elétrica e água". E era alguém do MP que colocava. Eu falei: por favor, me aponte o local para a gente cortar, porque ninguém também quer que na ocupação as concessionárias rompam os serviços. Se alguém cortar energia elétrica ou água, alguma representação vai acionar aquele gestor.

Bem, outro ponto importante característico ali: você tem poucas áreas de reassentamento. Você não consegue simplesmente tirar aquelas pessoas e colocá-las em áreas planas. Você tem poucos espaços. Isso em Petrópolis, Teresópolis e Friburgo. A população cresceu demais, e você não tem áreas planas para reassentar. Talvez a ideia de ampliar a cota em lugares baixos pode ser algo favorável.

E outra coisa que você tem, uma característica muito interessante na serra, é a formação meteorológica: você tem precipitação muito rápida; você não tem aquilo que demora a vir. Você tem uma precipitação muito rápida, o que dificulta, efetivamente, muitas vezes, a soar alarmes e a poder retirar pessoas.

Essas são quatro características que aquela região tem.

Bem, quais as soluções que eu vejo na minha experiência como engenheiro e como ex-profissional que atuou na área?

Primeiro é fazer, do ponto de vista hídrico, um mapeamento muito rápido, muito rápido do que se pode melhorar em drenagem: se está obstruído ou se o canal está coberto ou se há alguma coisa assoreada... Acredito que intervenções e novos túneis são importantes, mas são extremamente demoradas. E os valores colocados pelo Senador Portinho, da ordem de 400 milhões, 600 milhões, dificilmente vão ser alavancados em obras que você implemente em pelo menos cinco, seis anos.

Então, tem que se ver o que se pode fazer imediatamente. Inclusive a chuva de ontem, que inundou – foi uma chuva menor do que a anterior –, demonstra que ainda deve haver muita coisa desobstruída. Portanto, uma intervenção hídrica – rapidamente identificar as calhas e medidas mitigadoras – tem que ser feita para ontem. Acredito até que já tenha sido iniciada, mas não foi feita na velocidade adequada e com o resultado esperado.

O segundo ponto: eu acho que tem que criar um novo sistema moderno de sinalização de emergência e com contingência. Você não pode trabalhar com sistema, você tem que trabalhar – e eu vejo até, muitas vezes, no Rio de Janeiro, trabalhar-se com SMS –, simultaneamente, com sirene, SMS, WhatsApp e até colocar em áreas específicas um *bip* ou uma sirene local, com que você possa, de maneira bem antecipada, comunicar as pessoas para buscarem locais. E isso vai com uma outra sugestão: não adianta você ter comunicação de emergência, ter sistemas com contingência se você não tiver um serviço meteorológico com a melhor acurácia possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Senador Portinho fala que novos satélites, sistemas 3D custam na ordem de três milhões, não custam nada; três, quatro milhões, isso não custa nada. Então, é fundamental. E isso não se aplica somente a Petrópolis, logicamente traria benefícios a toda a Serra ter um sistema meteorológico específico e moderno acoplado a um sistema de comunicação, e logicamente com treinamento; as pessoas têm que ter treinamento para isso.

O quarto aspecto que eu coloco é a questão da educação ambiental. Você tem que também trabalhar com educação ambiental: as pessoas não colocarem lixo. Não parece e não é uma coisa que vá reduzir o impacto da magnitude que foi essa chuva, mas o trabalho em educação ambiental tem que ser permanente na região serrana.

E, por último, é a sugestão que eu já fiz ao Prefeito Rubens Bomtempo e ao Senador Portinho, que parece que vai evoluir, e, para mim, essa é uma questão óbvia e muito clara. No Rio de Janeiro, aconteceram muitos problemas em encostas no passado, nas décadas de 60 e 70, e o Rio de Janeiro, além das intervenções, criou um órgão próprio, que foi a chamada Geo-Rio. A sugestão é haver uma estrutura permanente, qualificada, com profissionais concursados – engenheiros civis, engenheiros de cartografia, profissionais de geotecnia, profissionais voltados à geologia, meteorologistas, especialistas na questão hídrica – e um corpo próprio, permanente e que transcenda os diversos governos. Claro, Petrópolis tem uma Secretaria de Defesa Civil, como os municípios da Serra, mas é fundamental criar um órgão com pessoas especializadas.

Esse órgão terá o papel não de executar, mas ajudar no mapeamento – até porque o mapeamento, apesar de o estado ter feito no DRM, é uma atribuição municipal –, fazer convênio com universidades, preparar projetos para pegar recursos que estão disponíveis no ministério e nas diversas agências; ou seja, se você não tem um corpo técnico presente, permanente, contínuo e qualificado, você sequer consegue captar recursos, levar à Brasília e conseguir trazer recursos. Para mim, é uma questão simples: não é um órgão grande, é um órgão permanente, um órgão com autonomia logicamente, em que tem que haver profissionais de carreira.

Em Petrópolis, como toda a região serrana, há um conjunto de universidades muito qualificadas no sentido de trabalhar com esse órgão. E eu não tenho a mínima dúvida de que essa é a primeira medida, e urgente, que tem que ser adotada para você ter uma qualificação própria do ponto de vista da prevenção e intervenções de preservação de encosta, de melhoria de calhas, de efetivamente até dar suporte ao sistema para que você priorize a questão do comando.

São essas as minhas cinco contribuições. Eu quero, mais uma vez, agradecer o convite, Senador Carlos Portinho. Como engenheiro, para mim, é importante dar essa colaboração. Sou conselheiro também vitalício do Clube de Engenharia, que é uma entidade que historicamente participa desse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o Senador Wellington Fagundes pela requisição e o Senador Romário, que está presidindo esta sessão. Eu vou assistir a um pouco mais. Eu tenho que sair para uma reunião daqui a pouco. Acredito que tenham que sair essas medidas bastante objetivas.

Quero destacar especialmente o trabalho de paixão e até emocionante feito pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Acho que o trabalho que eles fizeram, integrados com a Prefeitura de Petrópolis, foi muito emocionante. Eu vejo o trabalho que o Comandante Coronel Leandro tem feito.

Desejo que essa proposta, entre aquelas que eu coloquei, da criação da Geo-Petrópolis ou Geo-Petro venha a acontecer o mais rápido possível como uma ação clara e objetiva, porque isso vai voltar a acontecer – vai voltar a acontecer em Petrópolis ou Friburgo ou em Teresópolis. E é inadmissível que municípios dessa magnitude não tenham um órgão vinculado, específico e permanente com profissionais de carreira desenvolvendo esse trabalho. Está bom?

Muito obrigado. É um prazer estar no Senado dando essa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Wagner Victer, pela sua participação. V. Exa. é um conhecedor nato do nosso Estado do Rio de Janeiro e, pelo que eu vi, com certeza mais ainda dessas áreas que são Petrópolis, Teresópolis e Friburgo. Essa participação com certeza teve uma grande relevância aqui para esta Comissão, especificamente para o nosso Relator.

Senador Carlos Portinho, quer fazer algum comentário em relação à colocação do nosso Wagner Victer ou vai deixar para o final?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Quero apenas registrar a iniciativa do Prefeito Bomtempo e da Câmara de Vereadores, projeto do Vereador Fred Procópio, que autoriza a criação desse instituto de geologia da maior importância, eu acredito, para a região de Petrópolis e, a partir dele, como um exemplo, para os demais municípios da região serrana. Acho que, como disse o Victer, talvez com 15, 20 servidores concursados, técnicos, você consiga um corpo – e já vou deixar aí depois para os nossos outros convidados também contribuírem com esse tema – qualificado que possa adiantar os estudos e buscar os recursos. É lógico que a gente está falando de projetos de médio e longo prazo, mas que, se não começarem agora, serão de prazo ainda mais longo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Então, vamos dar início aqui aos nossos convidados presenciais. Eu passo a palavra agora ao nosso primeiro convidado, Sr. Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Por favor, Sr. Esteves, o senhor tem dez minutos para passar todo o seu conhecimento nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Romário, pelo convite formulado pela Comissão.

Obrigado, Senador Portinho, pela oportunidade que nos oferece.

E nós somos muito agradecidos pelo Serviço Geológico do Brasil poder estar participando deste evento aqui, desta discussão na Comissão.

Eu vou usar três minutos e vou pedir depois que o Diogo Rodrigues, que está nos ouvindo aí *online,* faça uma contribuição especial, porque ele é especialista na área e é ele que cuida do nosso departamento, que cuida da área de gestão territorial.

Mas eu gostaria, nesses três minutos, de dizer o seguinte. Nós somos um serviço geológico. Nós fomos criados como uma companhia de pesquisa de recursos minerais. Depois de 25 anos de atuação, o Governo brasileiro resolveu mudar o foco de atuação da Companhia de Recursos Minerais para transformá-la em uma entidade de prestação da área do serviço geológico. Transformou a CPRM em um serviço geológico brasileiro, incorporando ao nosso segmento de pesquisa mineral as atividades relacionadas ao risco territorial, aos recursos hídricos, aos riscos decorrentes das dificuldades e decorrentes de manifestações geológicas, etc. Então, eu gostaria de dizer para os senhores que nós estamos muito agradecidos por isso.

Nós no Serviço Geológico temos uma missão fundamental que é gerar e disseminar o conhecimento. Nós não operamos as atividades: depois de conhecido o resultado do nosso trabalho, nós divulgamos isso para a sociedade para que, em diversos segmentos da sociedade, as providências possam ser tomadas para que possam ser corrigidos alguns defeitos relacionados às circunstâncias.

Então, eu gostaria de dizer aos senhores, antes de passar a palavra para o Diogo, que nós estamos à disposição como serviço geológico para prestar todas as informações, todo o nosso conhecimento, todo o nosso *know-how* para as entidades responsáveis, para fazerem os trabalhos relacionados ao conhecimento preliminar, ao conhecimento preventivo de oportunidade de ocorrência de desastre. E temos feito isso especificamente junto com a Defesa Civil nacional, junto com o Cemaden – nós estamos trabalhando conjuntamente. E, no caso do Rio de Janeiro, nós temos um trabalho junto com o DRM. Nós procuramos ajudar o DRM para que ele possa desenvolver as ações na área dele relacionada ao aspecto preventivo.

Eu tenho informações de que, efetivamente para Petrópolis, para Teresópolis e para todas aquelas cidades e municípios que estão na região da serra do Rio de Janeiro, existem levantamentos que foram feitos pela nossa instituição há alguns anos e que foram repetidamente atualizados. E nós estamos surpreendidos com esta circunstância que nós vivemos hoje: na verdade, o mundo hoje está vivendo uma dificuldade seríssima por causa das variações climáticas que estão acontecendo, e o Brasil está sendo muito prejudicado por isso. Nós do Serviço Geológico temos tido uma atuação muito firme e muito presente nos diversos desastres que estão acontecendo aí. Há pouco tempo, foi na Bahia, e os senhores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanharam a dificuldade que aconteceu na região da Bahia, onde nós estivemos com uma presença muito intensa. Em Minas Gerais têm ocorrido vários acidentes, vários acidentes decorrentes das situações das variações do clima do Brasil. Estamos acompanhando o movimento de água. Nós estamos hoje sofrendo consequências extremas. Está aí a situação que acontece na Bacia do Amazonas. Nós estamos aí... No ano passado, quase que nós tivemos uma calamidade lá com a situação das cheias que ocorreram na região do Amazonas. Felizmente, a gente tinha um acompanhamento muito próximo, muito bem acompanhado, e nós conseguimos evitar muitas calamidades, muitos problemas. Estamos acompanhando várias bacias hidrográficas brasileiras – são muitas, são muitas! Nós estamos acompanhando aquelas que se apresentaram com maior risco desde o São Francisco até o Caí no Rio Grande do Sul. Nós estamos acompanhando várias bacias hidrográficas no Brasil e estamos acompanhando a situação de calamidade do Pantanal, como foi colocado aqui pelo nosso Senador Wellington Fagundes. O Pantanal vive uma situação extrema em decorrência das situações climáticas. Isso exige de nós um acompanhamento sistemático e permanente.

E estamos acompanhando também as situações dos recursos de águas subterrâneas do Brasil. Precisamos acompanhar muito de perto. Acompanhamos mais de centenas de milhares de poços no Brasil, porque muitas dessas águas que estão nos aquíferos brasileiros, especialmente nos estados do Sul – Santa Catarina, São Paulo –, usam muita água subterrânea, porque elas são abastecidas por essas águas. E nós do Serviço Geológico temos a responsabilidade de acompanhar essa situação das águas subterrâneas tanto em quantidade quanto em qualidade, para evitar que haja colapso no fornecimento de água.

Então, eu gostaria de agradecer à Comissão a oportunidade de estarmos presentes aqui e reafirmo a nossa disposição para acompanhar e para poder ajudar nas indicações de busca de conhecimento, com respeito às prevenções, com respeito à calamidade.

Eu peço ao Diogo que, se estiver nos ouvindo, possa, então, se apresentar, porque ele esteve, inclusive, presente lá em Petrópolis acompanhando a situação vivida pela população local.

Diogo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Sr. Esteves. Muito obrigado pelas palavras.

Para completar aqui o raciocínio do Sr. Esteves, passo a palavra agora ao Diogo Rodrigues da Silva, Chefe do Departamento de Gestão Territorial da CPRM.

Por favor, Diogo. Você nos ouve?

O SR. DIOGO RODRIGUES A. DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Bom dia. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia, Diogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIOGO RODRIGUES A. DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Obrigado pelo convite.

Primeiro, quero falar do Sr. Wagner, que foi extremamente feliz na defesa das observações dele. Fico muito feliz de saber que há iniciativas dentro da própria Prefeitura para se consolidar uma estrutura mais forte dentro do município. Eu acho que isso tem que ser difundido para todo o país. Quero dizer, como já foi dito, que foi feita uma fala extremamente feliz sobre a região serrana do Rio de Janeiro. Infelizmente, é uma região extremamente afetada por desastres naturais, é uma região ocupada por encosta ou realmente vales, e não adianta haver estudos e não haver atualizações desses estudos.

Foi feito um plano municipal de redução de risco há alguns anos para Petrópolis, mas, se não houver uma equipe consolidada dentro desses municípios que são extremamente afetados por eventos dessa magnitude, por eventos voltados para desastres naturais, vai haver eventos recorrentes, porque a ocupação desses locais cada vez aumenta mais. E, se não houver uma fiscalização de ocupação, isso só agrava mais a situação.

Então, é importante, como foi feita a fala, haver uma defesa civil municipal mais forte, uma equipe maior de geólogos, haver uma fiscalização constante dessas áreas de risco, seja em áreas de movimento de massa e deslizamentos ou em áreas de inundação. E o Serviço Geológico se coloca à disposição. Nós temos a incumbência de fazer o mapeamento das áreas de risco no país como um todo, mas, por mais que a gente auxilie os municípios, a gente não tem condições de fazer os mapeamentos e vir dar o auxílio para mantê-los atualizados. Então, se conseguirmos ter uma estrutura forte e permanente nessas regiões, isso só favorecerá a redução da questão de envolver pessoas em áreas de risco. É isso.

Eu acho que, se houver algum questionamento sobre os trabalhos feitos pela CPRM, de como estão sendo conduzidos os trabalhos na região, é importante falar com o pessoal Serviço Geológico do estado. Outra instituição muito importante para o Rio de Janeiro é o Serviço Geológico do Brasil, que tem condições de dar apoio aos municípios brasileiros, mas é importante também a gente ter o fortalecimento dessas entidades estaduais, como já existe o Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro, que é o Departamento de Recursos Minerais do estado, que é preciso estar fortalecido para dar esse suporte aos municípios também. Então, é preciso fortalecer essas entidades que trabalham com os mapeamentos de prevenção para, assim, evitar mortes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Diogo Rodrigues, pela sua participação.

Passo a palavra agora ao Senador Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Com relação a esses estudos, ainda que não sejam os mais atuais – e mesmo se forem, melhor ainda –, é possível a Comissão receber esse material específico para Petrópolis? É lógico que toda a região serrana nos importa, mas acho que o ponto fundamental hoje aqui, causa desta Comissão, é a tragédia ocorrida em Petrópolis. É possível encaminharem a requerimento?

O SR. DIOGO RODRIGUES A. DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Senador Portinho, nós podemos encaminhar, sim.

É importante também fazer essa consulta ao Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro. Eles também fazem, eles atuam com maior frequência no estado. É como eu disse a vocês: a CPRM é uma entidade que atende ao país inteiro. Então, nós temos a incumbência de mapear, de identificar essas áreas de risco em diversos, em todos os municípios brasileiros. Nós já mapeamos mais de 600 municípios em todo o Brasil. Quando a gente tem um serviço geológico no estado que seja consolidado com uma equipe técnica capaz, a gente tem uma atuação um pouco menos frequente e fortalece, dá apoio a essas entidades.

Então, a gente pode se comprometer a mandar os estudos que a gente já tem do Estado do Rio de Janeiro, e seria interessante também o DRM fazer esse encaminhamento para também carrear o que já foi feito pelo Departamento de Recursos Minerais do estado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado. A gente vai requisitar com um requerimento.

Eu peço à assessoria do Senado para, por favor, prepará-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Diogo.

O próximo palestrante é o Sr. Luiz Paniago, representante da Agência Nacional de Mineração.

Sr. Luiz, por favor, com a palavra.

O SR. LUIZ PANIAGO (Para expor.) – Bom dia, Senador Romário. É um prazer estar aqui.

Senador Portinho, muito obrigado pelo convite.

É um assunto muito importante, é um assunto que nos deixa orgulhosos de poder contribuir.

Estou aqui como Gerente de Segurança de Barragens da ANM, um assunto que tange ao tema, um assunto em que nós podemos contribuir. Quando houve o ocorrido em Brumadinho, a equipe da CPRM do colega Esteves compartilhou colegas geólogos que até hoje nos auxiliam nesse tema também muito importante em relação à segurança de barragens. E a gente, como Governo, tem a obrigação, está dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do nosso *modus operandi*, de contribuir em todas esferas de Governo. Nós temos muitos geólogos e muitos geotécnicos especializados nesse tema. Sabe-se que a geotecnia é um nicho muito amplo, mas a gente pode contribuir bastante nesse tema. Podendo contribuir como geólogo no tema, eu acho que os palestrantes pretéritos a mim foram muito assertivos.

Eu acho que o monitoramento em tempo real é muito importante, existem ferramentas atuais que podem auxiliar. Concordo com o Senador Portinho de que realmente a questão do monitoramento meteorológico em tempo real, com a melhor precisão possível, é importantíssima. É uma região de topografia muito acidentada em que não se tem uma rigidez locacional muito grande. Eu acho que o ideal seria retirar essas pessoas, há uma quantidade elevada de pessoas que teriam que ser realocadas, mas entendo que não há locais adequados para serem colocados. Talvez a verticalização seja uma opção, mas talvez não solucione, então a gente tem que usar as armas que temos, não é? Talvez o monitoramento com o que é utilizado hoje em monitoramento de barragens, são radares interferométricos, em que você consegue ver movimentações milimétricas de algumas encostas associadas à questão da chuva. Talvez um monitoramento apenas com a chuva talvez gere alarmes que às vezes não sejam adequados e talvez gerem o que está acontecendo hoje, como foi relatado hoje pelo senhor, que é um desacreditar na sirene, e isso é muito, muito complicado.

Então, associar essas tecnologias novas talvez tenha um resultado maior. Com certeza os colegas da CPRM e dos outros órgãos tenham esse *know how,* talvez seja uma evolução. São sistemas estacionários que ficam apontados para uma estrutura e veem qualquer tipo de deslocamento. Associado a uma chuva, pode-se acionar essa sirene de uma forma mais assertiva e a população se deslocar. A gente sabe que vai conviver com esse risco. Como eu comentei, o ideal seria retirar, mas talvez não seja uma opção plausível para o momento, talvez de longo prazo, mas esse monitoramento seria o ideal.

Outro ponto que é importante realmente e foi ressaltado pelos senhores é a questão de haver uma equipe dedicada de servidores concursados que fiquem focados nesse tema. É um tema que a gente sabe que é recorrente, ocorreu em 2013, ocorreu agora e não queremos que ocorra mais. Mas, caso ocorra, que não tenhamos perda de vidas. Esse foi o foco da ANM na questão de segurança de barragens. Identificamos o risco majoritário e o expurgamos, mas a gente não pode conviver sem barragens. Então, vamos minimizar esse risco de tal sorte que as pessoas não sejam afetadas, não ocorram mortes e o meio ambiente seja preservado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Luiz Paniago.

Passa aqui a palavra agora ao Sr. Roger Romão, representando a Agência Nacional de Mineração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGER ROMÃO (Para expor.) – Bom dia a todos. Primeiro, eu quero saudar e parabenizar essa iniciativa do Presidente, Senador Romário e dos Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes. É até fácil agora falar depois dos nossos colegas, mas, complementando, eu também sou engenheiro, sou engenheiro de minas e com especialização em segurança.

Acho que foram duas coisas muito assertivas. O relatório feito definiu bem o que é gerenciar o risco e mitigar os danos. Há insegurança, isso é muito claro, e a gente tem que perseguir a redução do risco. Para isso, o conhecimento geológico é importante, o papel da CPRM é muito importante. A gente tem que saber o que acontece naquela região, como é que está o índice de porosidade da geologia estrutural em função das chuvas, a gente tem que entender bastante para saber que medida tomar.

Então, esse gerenciamento, como já disseram os colegas, tem que ser muito constante e perene. Foi muito feliz também o colega engenheiro Cláudio no que ele falou das soluções. Então, a gente tem que ter um gerenciamento contínuo, constante, com equipe especializada, conhecer bem o solo para poder aliar com as estruturas e o que a gente pode fazer. E risco a gente tem que gerenciar. Eu tive a oportunidade de fazer um cursinho no Japão e, no primeiro dia de aula, o professor falou: "segurança tem que ser princípio e não prioridade.".

A gente tem que se conscientizar disso, a população tem que ter um trabalho de capacitação, fazer treinamento constante e tentar... Essas áreas realmente, aquelas que têm risco, elas têm que ser realmente isoladas e tem que haver um papel muito importante com a prefeitura para a gente fazer um plano diretor, saber onde pode construir, o que construir na área. Mas o conhecimento geológico é importante, e isso eu destaco: o papel da CPRM, juntamente com esse instituto, vai ser fundamental. E o monitoramento tem que ser muito constante, perene, haja vista Veneza, que é a capital mais monitorada do mundo em função da sua situação geológica. Então, nós temos aqui algumas áreas no Brasil que têm que ser assim, a gente tem que conhecer bastante, a gente tem que ser profissional nesse sentido, para saber que decisões tomar.

E a outra medida são as de mitigação, que já foram muito bem elencadas, mas a gente fala sempre em segurança, a gente tem que sempre reduzir o risco para que a gente não tenha tanto trabalho na mitigação; a gente tem que perseguir esse risco. No que compete à ANM, eu sou engenheiro de minas, estou como Superintendente de Produção Mineral e atualmente Diretor Interino, e a gente, no que puder contribuir com todo o conhecimento e *expertise* que a gente adquiriu na nossa gerência de barragens, como bem falou o Paniago, nós estamos à disposição para isso, na parte de gerenciamento de risco, no que a gente puder contribuir; na desmobilização, na parte da mitigação dos danos; se tiver que haver remoção de material e que seja recurso mineral, na dispensa de título, para que a gente possa melhor distribuir e fazer a estabilidade física da região. A estabilidade física é muito importante como medida de mitigação. A gente está à disposição para participar com vocês em tudo que for possível.

Agradeço, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Márcio Romano. Passo a palavra agora ao Sr. Roger Romão... Eu troquei, desculpem-me.

Muito obrigado, Sr. Roger Romão.

Passo a palavra agora ao Sr. Márcio Romano Correa Custódio, Subsecretário de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro.

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO (Para expor.) – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Romário. Presidente desta Comissão, Senador Carlos Portinho, Relator, e, cumprimentando V. Exas., eu cumprimento todos os Senadores, titulares e suplentes, desta Comissão Temporária Externa.

Cumprimento também aqui todos os convidados participantes desta Comissão, todos aqueles que estão presentes aqui nesta sala e os que estão assistindo também pela TV Senado.

Ia pedir a permissão aos senhores para tirar um pouco a máscara para poder falar um pouco melhor...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO – Gostaria de fazer uma breve apresentação da minha pessoa, só para que todos possam me conhecer. Meu nome é Márcio Romano, eu sou Coronel do Corpo de Bombeiros e estou há 28 anos na corporação. Desses 28 anos, há 18 eu trabalho com defesa civil.

Gostaria de agradecer a oportunidade de poder estar participando aqui, representando o nosso Secretário de Estado de Defesa Civil e Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, Coronel Leandro Monteiro, e dizer que é por esse caminho que temos que ir mesmo. A Comissão é importante, ela é acessível à população, acessível a todas as pessoas, para que possamos discutir problemas complexos, que não são fáceis de se resolver. E quando a gente se reúne dessa forma, várias cabeças pensantes, eu tenho certeza absoluta de que chegaremos a um resultado, chegaremos a várias soluções desses problemas, que são problemas que já vêm por muitos anos.

Queria aqui, rapidamente, fazer uma breve apresentação do que é a nossa estrutura, até para que todos possam conhecer. A Defesa Civil, como um todo, é um sistema; ela não é um órgão isolado, ela trabalha em conjunto com outros órgãos. Os nossos assuntos são transversais a todos eles: habitação, saúde, educação, todos os assuntos de proteção e defesa civil perpassam por todas as pastas de uma forma geral.

Dentro da nossa estrutura eu gostaria de dizer que nós temos um Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil, onde se estudam os desastres, e, subordinado... Não é uma subordinação, mas, próxima a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

esse instituto, nós temos uma Escola de Defesa Civil, que é a primeira Escola de Defesa Civil do Brasil. Se todos não sabem nós temos uma escola que, ao longo desses anos, vem divulgando, detalhando, ensinando todos os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro e até do Brasil. Já tivemos até alunos de fora, de países de língua portuguesa, como a Angola, por exemplo.

Junto dessa estrutura nós temos também o nosso Cepedec, que é o centro de pesquisas, que pode colaborar e ajudar, e muito, nesse estudo. Nós temos militares que são técnicos também, que são geólogos, que são formados. Além de serem militares, são formados também por essa tecnologia de informação. Eles podem nos ajudar.

Nós já confeccionamos vários mapas de riscos geológicos, hidrológicos, riscos até de incêndios florestais. Isso tudo já foi divulgado e foi dada publicidade para os municípios, principalmente para também o Município de Petrópolis.

O que ocorreu lá realmente não foi muito fácil. É difícil, é um cenário de guerra. A presença, no primeiro dia, do nosso Governador Cláudio Castro, como primeira autoridade chegando no local, e depois do nosso Secretário de Defesa Civil, Coronel Leandro Monteiro, foi extremamente importante para que tomássemos as primeiras medidas para montagem de grupo de crise de um desastre, quando se fez um plano de chamada primeiramente dos militares daquela região serrana e depois de todo o Estado do Rio de Janeiro.

Gostaria de dizer também que, dentro da nossa estrutura de defesa civil, nós temos 11 Regionais de Defesa Civil. São *links* entre o estado e cada município, que tem suas regiões – cada região tem os seus municípios –, e estão distribuídos de acordo com o que preconiza a nossa legislação brasileira, no que fala a respeito de defesa civil, a Lei. 12.608, nas 11 bacias hidrográficas. Então, dentro dessas 11 bacias, nós temos 11 Regionais de Defesa Civil para nos ajudar nessas ações junto aos municípios.

Então, também cheguei, naquela noite do dia 15, às 11h. Foi extremamente difícil e caótico, porque todos estavam se deslocando para quaisquer lugares, mas ninguém sabia para onde ir. Montamos o nosso Gabinete Integrado de Gestão de Desastres na Escola D. Pedro II, e foi extremamente importante essa montagem desse gabinete integrado. Nós tivemos ali cerca de 53 a 58 agências presentes *in loco*, tanto do estado quanto do município. Essa montagem foi feita em comum acordo, é claro, com o município, tendo em vista que, dentro do sistema de defesa civil, quem faz essa primeira atuação é o município, porque o desastre é dele, o desastre acontece no município, e, a partir do momento em que o município exaure os seus recursos, aí, sim, o estado vai complementar, e a gente o fez da melhor maneira possível.

É claro que precisamos melhorar, sim, concordo, e sempre há que melhorar.

Então, nós chegamos... E montamos esse gabinete de crise, gabinete extremamente importante, onde o desdobramento das ações ocorreram. Nós sempre tínhamos uma rotina e, dentre essas principais ações que nós desenvolvemos nesse Gabinete Integrado de Gestão de Desastres, nós realizamos essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montagem, estruturação, organização, gestão e articulação interinstitucional para essa gestão do desastre; demos um suporte técnico ao município dentro da medida do possível. A gente sabe que a prefeitura e a Defesa Civil Municipal de Petrópolis têm uma equipe extremamente técnica e qualificada para atender o município.

Fizemos o monitoramento de risco local e remoto das condições climáticas. Nós tínhamos lá no nosso gabinete um painel em que nós conseguíamos, dentro das nossas informações... É que nós temos também, na estrutura do estado, o Cemaden-RJ. Então, todas as informações que chegaram do Cemaden nacional, é até bom dizer aqui, nós repassamos para os municípios, inclusive para Petrópolis. Até um dia anterior, nós tínhamos avisos e avisos de chuvas e, no próprio dia 15, de manhã cedo, na parte da manhã, nós emitimos alertas para os municípios, alertas para Petrópolis. Então, o tempo todo o Cemaden-RJ vinha monitorando, e ainda vem, 24 horas.

Nós temos, nesse rol de técnicos no Cemaden-RJ, aproximadamente 20 técnicos. Nós temos meteorologistas, hidrólogos, geólogos, programadores e técnicos de informática que estão trabalhando lá 24 horas neste momento para nos ajudar e ajudar os municípios nessa previsão de riscos, que é onde justamente acontece, onde começa a acontecer o desastre. Quando a gente percebe que está começando a haver possibilidade de chuvas, a gente tem, sim, que avisar a quem de direito dentro dos municípios o que deve ser feito. Ele tem que tomar conhecimento dessa informação para que poder adotar medidas; ele tem que ter oportunidade de conhecer o que está acontecendo para adotar medidas. E assim a gente faz preventivamente; sempre, ante as chuvas, nós do estado fazemos simulados junto com os municípios. Inclusive, no ano passado, logo quando a gente assumiu na Defesa Civil, 2020, no período anterior às chuvas, no início, nós nos deslocamos, fizemos uma itinerância junto aos municípios, levamos documentos para que eles pudessem ter as informações a respeito do plano de contingência dentro de cada município.

E fizemos também um diagnóstico de cada município. Para cada município a gente tem um relatório, desde 2016/2017, daquilo em que cada um é bom e daquilo em que é preciso melhorar. Isso também nos facilita, e a gente comunica e dá publicidade a isso nos municípios para que eles possam saber daquilo em que eles podem melhorar também.

Então, dentro desse rol de atividades que foi realizado nesse Gabinete Integrado de Gestão de Riscos, eu posso elencar aqui que ocorreu a identificação das demandas do nosso Corpo de Bombeiros também. Todas as ações do Corpo de Bombeiros... Precisavam às vezes de alguns recursos, de maquinário, e todos perpassavam esse gabinete. A gente fazia com que cada recurso fosse alocado num determinado local. E as suas articulações junto com estados e municípios fazíamos lá também. Produção de mapas para auxílio das buscas; identificação de danos e todo esse apoio à coordenação de voluntários, o que foi feito também pelo Município de Petrópolis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Orientação técnica para o estabelecimento de coordenação de material de ajuda humanitária, o que foi muito importante, e para abrigos provisórios por parte do município. Houve um determinado momento em que nós colocamos os nossos profissionais e as técnicas da Escola de Defesa Civil, onde nós temos um curso voltado só para o abrigamento, abrigos temporários. Nós os colocamos à disposição para que os técnicos do município pudessem, da melhor maneira possível, conduzir os seus abrigos temporários. E assim foi feito.

Nós demos apoio em coleta e convergência de dados, principalmente de desaparecidos em articulação com IML, Polícia Civil, SUS, MP e CBMERJ também.

Articulação com os concessionais e os órgãos públicos e privados para restabelecimento dos serviços essenciais.

Aquisição, armazenamento, transporte e disposição de materiais de ajuda humanitária também nós fizemos.

Esse é o trabalho do estado, é o trabalho da Defesa Civil estadual. A gente está à disposição o tempo todo, desde o princípio.

Nós temos um bom relacionamento com o coordenador da Defesa Civil local. Ele também é um militar da corporação, tem experiência de trabalhar com a Defesa Civil por longo tempo. Inclusive, nós fomos juntos ao Japão, quando fomos bolsistas da Jica. E foi importantíssimo.

Isto é uma coisa que também é importante comentar, Senador: a importância da capacitação e do treinamento de todos nós que trabalhamos na Defesa Civil. E assim foi feito naquela época, em que nós aprendemos bastante com o Japão, com o que ocorre lá. Inclusive, o escorregamento de detritos que ocorre no Japão é muito parecido com o que ocorre em Petrópolis, porque não é só terra que desce; é bloco rochoso, é árvore, é tronco... Tudo vem com uma força gigantesca por conta da inclinação do terreno.

E acredito, sim, no que foi falado anteriormente – eu corroboro – da importância de equipes técnicas especializadas. Da importância de um novo sistema, eu acho que sim, mas acho que muito mais importante também que ser um novo sistema ou um sistema A ou um sistema B... O sistema de sirenes é um sistema, mas pode ser outro. Já vi em municípios funcionar um sistema com pessoas indo bater de porta em porta, e as pessoas saírem. O mais importante disso tudo é a população entender também que ela precisa respeitar o que a Defesa Civil fala. Se ela diz que é necessário, importante sair do local, ela tem que entender que é importante.

Então, precisamos, sim, massificar essa informação; precisamos, sim, envolver a sociedade civil em algum momento nesse contexto, para que ela possa entender o que é o risco, o que é o desastre. Precisamos mobilizar e sensibilizar essas pessoas sobre a importância desse tema e treinar, massificar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer simulados junto com a população, com ela participando. É mais massificação! Mudança de comportamento não vai ser adquirida da noite para o dia; é com o tempo, mas precisamos, sim, fazer isso. Já fazemos isso, mas precisamos, acredito, massificar mais essas demandas de treinamento e informação. É a educação mental, porque, às vezes, o risco para uma pessoa que vive numa comunidade não é o deslizamento; às vezes, é um outro fato, como um tiroteio, por exemplo, que para ela é o risco e mascara isso para ela.

Então, é necessário, sim... Eu sei que a Defesa Civil municipal faz isso, faz treinamento junto com a população. É informar a ela o que é um risco, o que é um desastre, para que ela possa entender que ficar naquele local não é seguro, já que no risco existem vários fatores que fazem com que o risco seja concretizado, como a ameaça de que o bloco rochoso vá rolar e a vulnerabilidade, que é onde a pessoa tem a sua casa. A partir do momento em que existem essas duas variáveis, o risco vai continuar. Então, é preciso tirar isso. Ou se faz a contenção lá em cima, ou se tira aquele bloco rochoso, ou, se não for possível tirar aquele bloco rochoso, for muito difícil, for muito complicado, dentro do estudo de ameaças e vulnerabilidades, tem que se pensar na retirada dessas pessoas aqui de baixo, porque, em algum momento, é natural rolar esse bloco, descer terra. Isso vai acontecer em algum momento. Então, já que isso ocorre anualmente, precisamos, sim, nos preocupar com isso, precisamos, sim, nos preocupar com essa vulnerabilidade, que é muito grande, no Município de Petrópolis.

O estado, o Governo do estado, a defesa civil estadual está aqui à disposição para colaborar e contribuir para o desenvolvimento desta Comissão e para o desenvolvimento, para a resiliência dos petropolitanos, porque todos esses desastres fazem com que cada cidadão se torne um pouco mais resiliente, toda a estrutura do governo e do município também se torne mais resiliente.

Gostaria até de comentar aqui que o Brasil, por ser um país signatário do Marco de Sendai, lá em 2015, para a redução do risco de desastres, nós fazemos parte também da campanha Cidades Resilientes. Nosso Estado, o Rio, faz parte dessa campanha, mais de 50% dos municípios estão fazendo parte, inclusive Petrópolis. Então, isso é um bom caminho. As pessoas estão entendendo a importância desse tema, estão entendendo a importância de se desenvolver esse assunto para que mais vidas não sejam ceifadas por conta desses deslizamentos, dessas inundações, enxurradas e, principalmente, como é o tema aqui da Comissão, do que ocorre na cidade de Petrópolis.

Então, é mais ou menos isso, senhores, que eu gostaria de comentar aqui. Estou à disposição para colaborar e ajudar da melhor maneira possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Sr. Márcio Romano, Subsecretário de Estado de Defesa Civil do nosso querido Rio de Janeiro.

Nós aqui, eu e o Senador Portinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa. Vamos aqui ao nosso último convidado, remotamente: Sr. Luiz Claudio Almeida Magalhães, Presidente do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Luiz Claudio, por favor, com a palavra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Romário. Está me ouvindo, Senador? (*Pausa.*)

Está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, estamos ouvindo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Senador, plagiando a grande pessoa que admiro muito, o Wagner Victer, saudações tricolores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está certo. Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Wellington Fagundes, pela solicitação de criação da Comissão do Senado, um abraço a V. Exa.

Senador Portinho, com quem fiz um contato direto, muito obrigado pelo retorno. V. Exa. é sempre muito cortês e muito amigo.

Eu vou aproveitar os três minutinhos. Como bom militar que fui, eu vou marcar exatamente os três minutos para falar aqui do DRM. O Dr. Wagner Victer é um profundo conhecedor, sabe da importância do departamento no Rio de Janeiro.

Assumi o departamento em 8 de dezembro de 2020, recebi um convite, fiquei muito honrado de assumir o DRM. O DRM faz, este ano, 47 anos. Ele tem duas divisões ali diretamente: uma Divisão de Mineração e uma Divisão de Geologia. Dentro da Divisão de Geologia, dentro da Diretoria de Geologia, nós temos o Nade, que é o Núcleo de Análise e Diagnóstico de Escorregamentos, que é o setor que cuida especificamente dessa parte dos riscos dos desabamentos, dos escorregamentos. Nós, quando assumimos lá, pegamos um órgão com muitos problemas, muitos problemas – muita gente foi embora do órgão, muita gente se aposentou, com o Rio de Janeiro passando por uma situação de recuperação fiscal, sem poder fazer concursos públicos por causa da situação fiscal –, e nós tivemos, desde o primeiro momento, o apoio irrestrito do nosso Governador, do nosso Secretário Vinicius Farah e do Secretário de Governo Rodrigo Bacellar, para que nós pudéssemos tomar as devidas ações para que o órgão voltasse a ser, Dr. Wagner Victer, como foi na época do senhor: um órgão de referência no estado e referência no Brasil em trabalho com CPRM.

Eu estava junto com o Governo do estado em Barra Mansa, no dia em que ocorreu o sinistro, aquele grande desastre. E o Governador de pronto partiu da cidade de Barra Mansa à noite, junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive com o Presidente da Alerj, o nosso Deputado Ceciliano, junto com o Secretário de Governo Rodrigo Bacellar. Saíram de Barra Mansa e já foram para tomar as primeiras medidas.

Nós fomos acionados. Eu de imediato já acionei a minha Diretora de Geologia. Nós já tínhamos informações de que haveria muita chuva. O Cemaden e nós sempre mantínhamos contato, nós tínhamos essas informações de que o Estado do Rio ia sofrer com chuvas torrenciais. Não tínhamos noção da magnitude, Dr. Wagner, da forma com que caiu. A chuva parou em cima de Petrópolis e desabou em cima de Petrópolis. Ela não abriu para lugar nenhum ali naquela área que foi mais pontuada. A equipe ficou toda de prontidão. Às 2h30 da manhã, foi acionada e subiu de imediato para Petrópolis, onde se encontra até hoje.

Eu queria só fazer um adendo; já passamos dois minutos, mas eu vou fechar em cinco essa primeira parte. O DRM só não atua no Rio Janeiro, porque o Rio de Janeiro tem órgão próprio, que é a Geo-Rio. Nós atuamos nos 91 municípios do estado. Nós fizemos, de dezembro até hoje, dia 21/3, apoio a 75 chamadas, fora Petrópolis. Ontem mesmo, chegaram cinco cidades pedindo apoio do DRM. Então, o DRM atua no Estado do Rio inteiro. Ele vai verificar uma situação em que pode ocorrer um escorregamento e atua, igual agora em Petrópolis, no sinistro já ocorrido. Inclusive a parceria que é muito forte com a Defesa Civil passou com o DRM o mapeamento de risco remanescente. Nós estamos fazendo todo o mapeamento daquele distrito, e a chuva que ocorreu ontem, que não foi só naquele distrito – foi diferente do que aconteceu há um mês e dias atrás, em que a chuva se concentrou muito numa localização de Petrópolis –, apesar de ter chegado a 200mm, deu uma espalhada, mas ela já pegou uma área combalida, já pegou solo rachado, com fraturas. E podemos ter mais problemas em Petrópolis por causa da chuva de ontem, que foi em menor intensidade, mas que foi mais espalhada em um solo já bem fraturado, como o Dr. Diogo conhece bem por ser da CPRM.

Nós estamos com uma equipe com 25 geólogos. O DRM não tinha essa capilaridade toda. Nós fizemos um procedimento emergencial e colocamos uma equipe lá em cima, que está virada – logicamente, há trocas das equipes –, fazendo todo esse mapeamento de risco remanescente. Não é o mapeamento que é feito normalmente. Eu até expliquei isso para as pessoas.

Logicamente, a gente vai aprendendo. Eu não sou geólogo. Eu sou advogado, eu sou pós-graduado, eu me especializei em gestão. E a gente vai, a cada dia, aprendendo mais com as pessoas. A Diretora de Geologia, a Dra. Joana, que, com certeza, o Dr. Diogo conhece, trabalhou lá atrás, na época do outro sinistro que aconteceu em Petrópolis. É ela que está no *front*, que está na linha de frente em Petrópolis. Ela não pôde participar agora, porque subiram mais equipes para Petrópolis, tendo em vista a chuva de ontem, senão ela participaria conosco, Senador, desta reunião.

O DRM tem a capacidade de trazer para si esse serviço. Ele tem a motivação necessária. A gente conseguiu motivar o órgão por conta da ação efetiva do nosso Governo. Nós temos hoje... Em tudo que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente leva ao Governo, o Governo, prontamente, nos dá o respaldo. E nós falamos, dia a dia, hora a hora, com a Defesa Civil e com o Corpo de Bombeiros.

Nós estamos lá hoje. Como passei para V. Exas., nós assumimos o mapeamento de risco remanescente. Isso é importante, Senador, porque o objetivo é dar subsídio técnico para que o poder público possa realizar a retirada e, logo em seguida, liberar aluguel social, FGTS. O risco remanescente trata de nós estudarmos o que pode acontecer ali que afeta casas (*Falha no áudio.*) Elas foram destruídas por conta dessa situação que aconteceu no dia 15. Então, nós estamos vendo outras rotas de fuga, em auxílio à Defesa Civil.

Então, basicamente, colocando já o DRM sempre à disposição, passamos um pouco sobre a importância do DRM, para, como nas palavras do Diogo Rodrigues, o DRM ser fortalecido, como está sendo agora e como foi na época do senhor, Dr. Wagner Victer; V. Sa. entende a situação. A gente, hoje, graças a Deus, tem um Governador, um Secretário de Governo e um Secretário de Desenvolvimento Econômico – V. Exa. também o foi, Dr. Wagner – que nos apoiam em tudo.

Então, o que tenho que fazer é trabalhar comprometimento, apoiar no que for necessário e me colocar, Senadores, à disposição. A gente fica hoje... A gente brinca que a gente não dorme. Se começa a chover, a gente não dorme, porque as equipes ficam por 24 horas ligadas à situação de Petrópolis. Nós temos ali do lado Nova Friburgo. Há informações de que vai chover muito em Nova Friburgo. Ontem nós tivemos...

Não sei se V. Exas. acompanharam o ocorrido em Angra dos Reis. Houve um problema seríssimo em Angra dos Reis ontem, a BR-101 foi fechada. Houve um desastre grande em Angra dos Reis, mas que não é o foco direcionado desta Comissão.

O DRM, com 50 anos, é esse órgão importantíssimo e que está se reavaliando a cada dia para voltar aos áureos tempos, Dr. Wagner Victer, quando V. Exa. foi Secretário e conhecia bem o DRM.

Eu me coloco à disposição, Presidente Senador Romário, Senador Portinho. Eu sou um soldado de primeira hora, eu fico à disposição de V. Exas.

O DRM está em campo, com 25 geólogos, hoje na região de Petrópolis. Nós montamos um procedimento de contratação e estamos com uma equipe lá em cima, em torno de 25 pessoas, fazendo um revezamento, porque o trabalho, além de ser hercúleo, é um trabalho que mexe com o psicológico. As pessoas viram muitas mortes. Eu tive uma geóloga que baixou ao hospital psiquiátrico por conta do que andou vendo. Então, a gente tem que fazer um trabalho até de psicólogo sem ser psicólogo, dando aquele apoio necessário.

Eu paro por aqui. Deram meus dez minutos, Senador Romário. Não vou pedir prorrogação, não. Fico aqui à disposição para o que V. Exas. queiram perguntar, queiram ter informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anotei aqui já o encaminhamento do que nós temos de mapeamento, Senador Portinho, que V. Exa. colocou. Pegando já a baila do que o Diogo Rodrigues falou, eu já anotei aqui, já fiz umas anotações de encaminhamento de material e dessa parte de mapas, do que possa ser solicitado, requerido, na verdade, por V. Exa.

Muito obrigado a todos. Forte abraço. Obrigado.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Luiz Claudio, Presidente do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro. Gostaríamos muito que o senhor permanecesse aí, porque a gente vai fazer algumas perguntas.

Inclusive, Senador Portinho, vamos fazer um revezamento aqui: eu, V. Exa. e os nossos internautas, cada um faz uma.

Por favor, vamos começar com os nossos internautas.

Essa pergunta é para o DRM do Rio de Janeiro – acredito que seja, sim –, é da Helena Francisca, do Paraná: "Quais medidas serão adotadas para que ocorra a preservação das encostas, considerando também a população que ali reside?".

O Sr. Luiz Cláudio Almeida pode responder essa pergunta?

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, vou tentar responder.

Olha só, o que o DRM faz? Para a nossa internauta que mandou, o DRM faz o estudo geológico, seja preventivo, seja nesse caso de Petrópolis, de remanescente, e entrega o laudo ao poder público. O DRM não tem a ingerência na atuação do poder público. Então, quando a gente é chamado, por exemplo, que é o que está acontecendo agora... Hoje nós vamos mandar para cinco cidades que solicitaram que nós passemos a dar uma olhada em determinados lugares que estão com algum risco geológico. O nosso geólogo faz um laudo e entrega esse laudo para o município. O poder público municipal é que tem a competência de tomar as providências. O nosso laudo não é um laudo que seja obrigatório de ser seguido; é um laudo para dar base para que o poder público possa tomar as providências cabíveis. Então, o que a gente faz é entregar os laudos da melhor tecnicidade possível, e o poder público municipal vai tomar as providências. Nós aí tiramos o pé do acelerador – vamos botar assim numa forma mais tranquila para falar – e deixamos ali. Nós enviamos o nosso laudo para os órgãos competentes, para o Ministério Público, porque, se mais à frente houver algum questionamento, o nosso laudo está colocando: determinada área está com risco "x", "a", "b", "c"... E aí o município toma as providências.

Não sei se eu consegui responder, Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

Só uma curiosidade em relação a essa pergunta, Sr. Luiz Claudio: esse órgão, o DRM, existe há quanto tempo no nosso estado?

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Quarenta e sete anos vai fazer, se não me engano, em junho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Há 47 anos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, esse órgão também participou diretamente daquela tragédia também de Petrópolis em 2011, correto?

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Sim, sim. Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor pode me informar se esse órgão entregou ao poder público, no caso o municipal, esses laudos que seriam importantes?

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Senador, com certeza foi entregue. Eu não estava à frente do órgão, mas pelas informações que eu tenho dos riscos... Inclusive, a minha Diretora de Geologia hoje, à época (*Falha no áudio.*)... uma profissional de altíssimo gabarito. Ela trabalhou naquela região serrana, e com certeza foram feitos esses laudos (*Falha no áudio.*)... sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se for necessário aqui para o entendimento...

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Como foi feito em Angra também (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria solicitar ao senhor, se for necessário aqui, por parte desta Comissão, principalmente para o nosso Relator, que a gente possa ter posse desses laudos que foram passados para o Município de Petrópolis em relação tanto à tragédia de 2011 como acredito que, até o final desta...

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Está sendo feito antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Até o final desta Comissão, eu acredito que vocês do DRM também devam preparar, ou não sei se já prepararam, algum tipo de laudo. A gente vai pedir isso, para que seja entregue para esta Comissão, por favor. Pode ser?

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Com certeza, Excelência. Lógico, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É de grande importância, principalmente para o nosso Relator.

Inclusive, passo a palavra aqui para o nosso Relator agora, o Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Eu quero seguir a respeito... Não é nenhuma pergunta, é só uma constatação, para todos que estão nos ouvindo. E, se algum dos presentes quiser, pode fazer um reparo.

Eu tenho aqui em mãos o relatório de 2013 da Câmara dos Deputados, que foi sobre a tragédia de 2013, e esse relatório tem um quadro muito interessante, Senador Romário, que divide entre estado, União e municípios as suas específicas competências. Cada um tem uma competência específica sobre as normas, sobre os estudos, monitoramento, áreas de risco, sistemas de informações, recursos humanos, cadastro municipal de áreas suscetíveis etc. É um quadro muito explicativo, que eu fui buscar aqui, ouvindo...

Quando a gente diz que um órgão... Eu não tenho a menor dúvida de que tanto o DRM quanto o CPRM têm um corpo técnico muito qualificado para o diagnóstico – o que eu entendi aqui é que são órgãos de diagnóstico, todos os dois – no âmbito federal e no âmbito estadual, que servem de apoio às ações, por exemplo, da Defesa Civil e de outras secretarias e ministérios. Mas, com relação à área de risco especificamente, eu estava vendo aqui e pegando a fala que entregou ao Município de Petrópolis. Eu fico sempre pensando que, considerando que uma obra de contenção aqui avaliada, segundo o próprio Governador do estado, na casa de um bilhão, é lógico que não vai ser o município, nem o de Petrópolis nem qualquer um do Brasil, que vai fazer uma obra de um bilhão, Senador Romário, diante de tantas necessidades. Aí eu fui ver aqui se era competência exclusiva do município receber o diagnóstico para preparar e executar a obra e acabei por me surpreender que, na verdade, ela é do estado e do município. O que eu vejo é que há uma certa confusão nessas competências. Eu acho que não está muito claro, porque me parece que todo mundo está querendo empurrar para o outro...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Confusão de responsabilidade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... embora elas sejam claras. Quem faz diagnóstico está aqui: CPRM e DRM. Mas entrega para quem? Quem é que vai executar naquela área de risco? Esta é a grande pergunta: entrega para o município? Não. Entrega para o município e para o governo do estado, segundo aqui o relatório de 2013, quando define a Câmara dos Deputados as competências.

Eu, particularmente, acho que isso não está muito claro nessa e em outras questões, o que me leva a crer que há, sim, uma grande inteligência, capacitação, são produzidos estudos, são produzidas pesquisas, mas o andamento disso, ou seja, a prática, a execução tem se dado muito mais na reação ao evento do que na prevenção do evento.

Só para destacar, porque eu acho que aqui a gente pode nas nossas conclusões, como eu disse, sempre construtivamente, deixar isso mais claro e talvez encaminhar inclusive, porque acho que obras de contenção de um volume como esse não só deveriam dizer respeito ao município e ao estado, mas também ao Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com certeza, Senador.

O seu turno agora para pergunta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado.

Eu fiquei com dúvidas, e a primeira delas, até para eu me instruir melhor – talvez a Defesa Civil do estado possa me orientar –: por exemplo, o Quitandinha, por esse relatório de 2013, 80% do bairro é área de risco, apenas 20% seriam áreas habitáveis. Sendo 80% área de risco, aqui o relatório sugere que, a partir de determinados milímetros de chuva por dia de que ele trata, sejam acionadas as sirenes. Eu tenho esta dúvida: as sirenes são acionadas a partir de quando? O que dá o gatilho para o acionamento das sirenes? E, nessa mesma pergunta: acionada a sirene – a população foi treinada, sabe onde é o ponto de evacuação em que ela tem que se concentrar, sair de suas casas –, quando se aciona a sirene, os órgãos de defesa civil do município, que é o mais próximo, ou do próprio estado, porque ele tem um monitoramento das condições climáticas, vão a essas localidades?

Eu digo isso porque a gente está vendo aqui que as sirenes existem, elas são um instrumento eficaz, elas funcionam, mas, porque elas são acionadas sempre que há um risco, e, às vezes, esse risco não ocorre, por vezes, elas ficam desacreditadas pela própria população. Eu estive lá, em Areal, conversando com o Secretário de Assistência Social, e ele disse: "Em dezembro, a gente fez aqui um evento-teste de evacuação. Batemos de porta em porta, avisando, dois dias antes, durante dois dias, batendo de porta em porta, naquela comunidade onde seria o evento. No dia em que tocou a sirene, todo mundo ficou em casa; a sirene ficou tocando até o final do dia, e as pessoas falavam assim: 'Ah, essa é a sirene do evento de evacuação; não precisa sair de casa, não'". Para a gente ver como esse trabalho precisa ser intensificado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pergunta é, primeiro: a partir de quantos milímetros de chuva, o que "estarta" o toque da sirene. Segundo: quando há o toque da sirene, essas equipes se deslocam para esses locais de risco, principalmente nas comunidades, para que a população entenda que realmente é algo sério, ou é o líder da comunidade que está incumbido de descer com as pessoas para levar para a escola, para onde geralmente leva?

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO (Para expor.) – Bem, as informações mais técnicas em relação à quantidade de água, de chuva, de milímetros do Município de Petrópolis seriam melhor respondidas pela Defesa Civil municipal, porque esse é um estudo que eles fazem no local, e é um gatilho. A partir do momento em que se ultrapassou 50mm de chuva, já é para se ter uma atenção, e, conforme isso for gradativamente aumentando, existem os momentos em que o município vai fazer esse acionamento remotamente, para que toque na localidade e que não só toque, mas, nesse alarme também existe um som em que as pessoas escutam a importância de ter que sair daquele local. A partir do momento em que acontece isso... Antes já é feito um treinamento.

Eu estou falando aqui pela experiência que eu já tive também em município, mas poderia falar aqui o nosso Tenente-Coronel Gil Kempers, do Município de Petrópolis, que tem um treinamento com a população, para que ela possa se deslocar da sua residência e ir até o ponto seguro. Nesse local, ele vai ficar por um determinado momento. É claro que, até chegar lá, já tem que estar combinado para alguém abrir o local, alguém receber essas pessoas. Com certeza, existe alguém do município, da Defesa Civil municipal que deva acompanhar esse deslocamento e a chegada das pessoas a esses pontos de apoio.

A partir do momento em que passar o evento adverso, esse ponto de apoio perde a sua função. Depois, com a vistoria da Defesa Civil municipal, ela autoriza ou não esses munícipes a retornarem às suas residências.

Então, é mais ou menos isso, mas as questões mais técnicas seria melhor, sim, a Defesa Civil municipal responder, porque eles têm esses valores.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Aí, Romário, em cima da resposta – apenas, até para dar conhecimento, até porque acredito que depois esse material deva ser enviado para a Defesa Civil municipal, e V. Exa. também, muito diligente, pelo estado, pode fazer –, esse relatório da Câmara dos Deputados sobre as chuvas de 2013, com toda a sinceridade, poderia ser meu relatório final aqui. Era só pegar, copiar e colar, porque, com toda a sinceridade, é a mesma situação.

Ele diz o seguinte: "Para a área do Quitandinha [lembro que ontem a chuva se concentrou mais no Quitandinha], a defesa civil deveria pelo menos entrar em estado de alerta quando chover 60 milímetros em 24 horas, quando chover 100 milímetros em 48 horas ou quando chover 140 milímetros em 72 horas". Essa foi uma recomendação do relatório, por isso que eu fiz a minha pergunta, para saber.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois eu vou encaminhar à defesa civil municipal um requerimento de informações, para que eles digam como é que é a incidência *versus* o estado de alerta e deslocamento das equipes também para as áreas, porque acredito que, no caso dessas chuvas concentradas – e não é fato raro, pois, em 2013, foi exatamente no mesmo lugar, menos no Morro da Oficina, mas todas as outras regiões que foram afetadas estão sendo afetadas agora novamente –, talvez já justificaria, se tocar a sirene, o imediato deslocamento das equipes de bombeiros e defesa civil municipal, para que a população entenda que é sério, que tem que sair. É lógico que há outros modos de tratar isso, com treinamento e tudo mais, mas a presença imediata do estado na área onde é disparada a sirene me parece muito importante, e não após o acontecimento. Apenas um registro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador, V. Exa. poderia repetir sobre as quantidades de chuvas?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sessenta milímetros é a recomendação de 2013 para as chuvas na área do Quitandinha. "Para a área do Quitandinha, a defesa civil deveria pelo menos entrar em estado de alerta quando chover 60 milímetros em 24 horas, quando chover 100 milímetros em 48 horas ou quando chover 140 milímetros em 72 horas".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

A pergunta é, Sr. Secretário: hoje existe essa ação, existe essa preocupação em Petrópolis em relação a isso?

O SR. MARCIO ROMANO CORREA CUSTODIO (Para expor.) – Sim, Senador, com certeza. A gente tem vários estudos lá em relação a precipitações, que podemos até compartilhar, e já compartilhamos com o município. Como existe aí a questão das mudanças climáticas, e realmente está mudando, está chovendo de forma abrupta, às vezes com uma quantidade gigantesca de água, a gente não tem, às vezes, como medir aquela intensidade certa que vai cair, mas os estudos podem sofrer mudanças, podem sofrer atualizações, eles podem ser estudados novamente. Então, isso aí é um assunto que tem que ser feito, com certeza, o tempo todo.

A gente tem o nosso Instituto Científico e Tecnológico, o nosso centro de pesquisas para ajudar e apoiar o Município de Petrópolis quando assim o desejar, temos também a Escola de Defesa Civil para ajudar na mobilização e na sensibilização da população, para que ela possa atender os alertas, os alarmes dentro do município. Estou falando isso sem apoio, mas eu sei que o Município de Petrópolis está bem estruturado com isso também, tem uma equipe muito boa e muito técnica em comparação até com outros municípios. É isso, a gente tem uma estrutura dentro do estado que pode apoiar o Município de Petrópolis nesse contexto, em relação aos gatilhos para as precipitações pluviométricas, da melhor maneira possível, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma pergunta aqui – agora é a minha vez – que pode ser respondida pelo CPRM ou pela ANM: os senhores têm conhecimento de instalação de equipamentos de instrumentação geotécnica para monitoramento em tempo real da estabilidade de encostas em Petrópolis ou em outros municípios da região serrana? É fato isso?

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (Para expor.) – Senador, eu pessoalmente desconheço. Imagino que o Cemaden possa ter iniciativa direcionada a esse contexto. Talvez o Dr. Diogo, que é muito mais voltado diretamente ao assunto, possa nos ajudar no que diz respeito à nossa contribuição do Serviço Geológico a essa demanda do senhor.

Diogo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Diogo Rodrigues. (*Pausa.*)

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO – Ele está ausente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O áudio não está... Seu áudio está... Sr. Diogo, nós não estamos ouvindo-o. (*Pausa.*)

O SR. DIOGO RODRIGUES A. DA SILVA (*Por videoconferência.*) – ... que vai deflagrar o movimento. Isso depende da região... Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor poderia começar, por favor? Ou melhor, recomeçar? (*Pausa.*)

Não estamos ouvindo-o. (*Pausa.*)

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (Para expor.) – Talvez a ANM tenha uma contribuição a dar. Eu tomei a iniciativa de iniciar a minha colocação, mas talvez a ANM possa ter algo a dizer, enquanto o Diogo se organiza...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se a ANM puder também responder essa pergunta...

O SR. LUIZ PANIAGO (Para expor.) – Senador Romário, a gente não tem ciência dessa informação, por não ser o nosso *métier,* da própria agência. A gente não tem essa informação.

O SR. ROGER ROMÃO (Para expor.) – É porque a gente tem esse tipo de monitoramento, mas dentro das atividades minerais, não para esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Diogo, está nos ouvindo? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, vamos dar seguimento aqui.

Agora, mais uma pergunta de uma das nossas internautas. Viviane Aparecida, do Rio de Janeiro: "Estão sendo adotadas medidas educativas [para] a [conscientização da] população [...]?". Essa é uma pergunta que acredito que seja para o Sr. Luiz Claudio Almeida.

Está nos acompanhando, Sr. Luiz Claudio? (*Pausa.*)

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Está ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora, sim. Por favor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ALMEIDA MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim.

Senador, eu tinha até pedido um aparte sobre a colocação do requerimento do Senador Carlos Portinho: nós temos, sim, Senador; nós temos os termos antigos e os novos que estão sendo feitos lá em Petrópolis.

E, quando nós mandamos os nossos documentos, os laudos técnicos, nós mandamos para a Defesa Civil estadual, para o Ministério Público, para o estado e para o município. Todos eles têm. Inclusive o Coronel Romano, que se encontra aí, tem ciência disso. O DRM manda para todos, porque nós somos diariamente solicitados, cobrados, sempre de uma forma muito republicana, pelo Ministério Público. Então, é só para complementar para o senhor, Senador Portinho, que nós mandamos dessa forma. Muitas vezes, a Defesa Civil, Senador, estadual é que nos aciona, mas hoje, por conta até dessas situações graves, eu estou encurtando muito esse caminho: os Prefeitos estão fazendo contato direto comigo, os Prefeitos de várias cidades. Mas tudo que é feito é mandado para a Defesa Civil estadual, para o Ministério Público, para o estado e para o município solicitante.

Quanto à pergunta da internauta, nós temos um projeto que já foi feito e está sendo revitalizado, um projeto de reestruturação do DRM dessa parte, inclusive feito pela Joana, que é a Diretora, um trabalho que foi feito anteriormente e nós vamos fazer novamente, que é esse trabalho educacional nas escolas, porque o poder municipal, no caso, vai deixar aberta essa possibilidade. Inclusive, um dos projetos nosso é o DRM Móvel, em que vai haver uma parte lúdica de ensinamento com cartilhas – que já foram feitas, mas estão desatualizadas – e que está dentro do projeto novo, já autorizado pelo nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico.

Eu só queria lembrar que nós ficamos praticamente oito meses fechados, sem poder fazer praticamente nada dentro do estado. Então, a gente começou a atuar efetivamente a partir da metade do segundo semestre para frente, quando a gente pôde começar a implementar essa nova parte estruturante do DRM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se eu respondi, Senador Romário, a (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, eu só gostaria de saber, Sr. Luiz Claudio, qual exemplo de uma medida dessa educativa, para conscientização da população, que está sendo feita. Ouviu-me? (*Pausa.*)

Não estamos te ouvindo, Sr. Luiz Claudio. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, Presidente, enquanto não...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, agora é a sua vez.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Não, enquanto não restabelece, eu só queria lamentar a ausência do Secretário de Ambiente do Estado do Rio e lamentar a ausência do Secretário Municipal de Ambiente de Petrópolis, e duas questões que eu ia perguntar a eles e que eu entendia aqui da maior importância eu gostaria que a assessoria anotasse por requerimento para a gente produzir. São duas questões. A primeira é saber quando foram adotadas e quais medidas foram adotadas no ano de 2020 para desobstrução de galerias da cidade de Petrópolis? E a outra pergunta: que medidas e quando foram adotadas no ano de 2020, com qual frequência, para a limpeza dos rios e desassoreamento dos rios da cidade, em especial, o Programa Limpa Rio?

Eu fui Secretário de Meio Ambiente, Romário, em 2014, no rescaldo exatamente da tragédia de 2013. Quando eu sentei ali, peguei as máquinas e entreguei. O Prefeito nem pediu. Foi assim, inclusive, que eu conheci o Prefeito Rubens Bomtempo e o Secretário, na época, Almir. Eu peguei as máquinas do Limpa Rio e joguei lá. Porque esse é um trabalho que, quando começa a época de chuva, já tem que ter sido terminado, e ele é recorrente. Todo ano tem que ser feito o desassoreamento principalmente do Rio Piabanha e do Rio Quitandinha, que são os que estão transbordando na cidade.

Por isso, então, a pergunta, só para deixar para a assessoria encaminhar àqueles que hoje não puderam comparecer, porque essas medidas não são da competência de nenhum dos presentes aqui.

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO – Senador. Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor, Sr. Romano.

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO (Para expor.) – Com a permissão do senhor, não sei se estão me escutando... (*Pausa.*)

Sobre o comentário dos mapas produzidos pelo DRM, gostaria de agradecer. Realmente são mapas importantes, tanto o do DRM como também o do CPRM. Ao longo desses anos, eu já venho acompanhando todos esses desastres. Desde 2010, são confeccionados sim esses mapas, nos auxiliam bastante. Confirmo o recebimento desses mapas e, tão logo os recebo, já dou prosseguimento para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

providências cabíveis, tanto para o município, para que ele possa tomar conhecimento, dar publicidade ao fato, como também internamente, dentro da nossa estrutura e da estrutura do governo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, mas eles são... A parte executiva não cabe à Defesa Civil.

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na hora de fazer o atirantado lá, fazer as redes de contenção, os muros de contenção, deve ser a secretaria de obras do estado e do município, não é isso?

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO – Perfeito, Excelência. Isso não é uma gerência nossa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Também tenho uma pergunta para fazer aqui para o Sr. Márcio: a liberação de recursos federais destinados à execução de obras de reconstrução das áreas afetadas depende da elaboração de um plano de trabalho de responsabilidade das autoridades municipais. É imperativo que as obras de reconstrução sejam pensadas e executadas com o objetivo de reduzir riscos e prevenir desastres futuros. Além disso, mesmo com as obras, o risco tende a permanecer alto. O indicado é remover as famílias para uma área segura. A pergunta que eu tenho é a seguinte: de que modo os Governos Federal e estaduais podem transferir recursos para a execução de ações de prevenção no Município? Recursos da Funcap podem ser utilizados com esse fim?

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO – Senador, em relação à gestão de obras, a defesa civil estadual não tem essa competência. São extremamente importantes para que a mitigação de riscos seja executada e para que a vulnerabilidade dentro do Município de Petrópolis seja da melhor maneira possível mitigada.

Em relação à questão do fundo, de um fundo, de recursos que sejam disponibilizados para esses tipos de desastres, no estado, está em desenvolvimento ainda. Acredito eu, não tenho certeza, mas acredito eu que existe um Funcap, que é um fundo nacional voltado para isso, mas me parece que ainda falta... Não sei se falta regulamentar... Eu não queria entrar muito no assunto, porque não o domino e não sei de que forma está esse fundo. Acredito eu que, talvez, o Coronel Lucas, depois, pudesse participar e falar um pouco melhor desse assunto. Venho aqui até agradecer a participação dele no evento em Petrópolis. Lá ele participou bastante. Ele contribuiu e disponibilizou recurso federal para o Município de Petrópolis.

Mas corroboro, sim, que é importante a viabilização de recursos para essas medidas estruturais, porque, realmente, necessita. Não são obras baratas, são obras caras, dependendo da estrutura que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontra no alto de uma encosta. E tem que ser feito um estudo, sim, de ameaças e um estudo de vulnerabilidades, para que se possa decidir o que é melhor: tirar ou estabilizar essa encosta no alto de uma montanha ou retirar as famílias que se encontram logo abaixo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Sr. Romano!

Eu queria só deixar aqui bem claro que a gente vai mandar, através de requerimento, algumas perguntas também direcionadas a algumas pessoas convidadas, cujos nomes vou citar, mas que, por algum motivo ou alguns motivos, não puderam participar. O Senador Portinho também tinha algumas outras direcionadas para estas pessoas, que são: o Sr. Alexandre Lucas Alves, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional; o Secretário Leandro Sampaio Monteiro, que está sendo representando aqui pelo nosso Subsecretário Romano; Gil Correia Kempers Vieira, Secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias do Município de Petrópolis, que tive o prazer de conhecer, Senador – uma pessoa bastante competente e capacitada, que deu uma aula para a gente lá, cuja presença seria bem interessante e relevante e que talvez a gente tenha outra oportunidade de convidar –; o nosso Secretário do Meio Ambiente do Estado, Thiago Pampolha; e o Sr. Carlos Alberto Muniz, Secretário de Meio Ambiente do Município de Petrópolis.

Temos uma internauta aqui com uma pergunta, que pode ser dirigida para o senhor, Marcio Romano: "Quais as medidas exatas que o Governo tem feito para evitar construções nessas áreas de risco?".

O SR. MARCIO ROMANO CORREA CUSTODIO – Primeiro, dentro do âmbito do estado... Na verdade, as medidas devem começar com o município. Os municípios devem... A mesma estrutura que o estado tem na Defesa Civil estadual, a Defesa Civil municipal também deverá ter, com sua equipe técnica, com sua equipe de capacitação de defesa civil. Então, essa medida de instrução, de capacitação, de treinamento é, primeiro, executada pelo município. Não é o estado que tem que fazer. O estado entra nesse contexto quando é solicitado e quando o município não tem como fazer isso.

Então, nós, como estado, estamos presentes. A gente tem as informações, a gente compartilha essas informações com os municípios em relação a treinamento. Nós temos várias coisas, no nosso *site*, de defesa civil. A Escola de Defesa Civil tem um *site* próprio, dizendo quais são os cursos que temos lá, para que sejam disponibilizados para o município, para que este possa também compartilhar com seus munícipes. Todas essas ações existem, mas estão com o município.

Neste momento, seria importante o Coronel Kempers... Eu tenho certeza de que conheço o Kempers, porque ele, realmente, é extremamente capacitado. Ele é uma pessoa técnica, já trabalhou no estado também na Defesa Civil e tem essas informações, Senador, sobre tudo que for a respeito de medidas estruturais dentro do município e de medidas mais administrativas que são realizadas junto à sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

equipe para treinamento junto à comunidade. É importante esse treinamento junto com a comunidade, porque, sem treinamento, a comunidade não vai entender o que é um ponto de apoio, qual é o caminho que ela tem que fazer e se deslocar nesse momento para chegar até o ponto de apoio. E mais: essas pessoas em um determinado momento podem até auxiliar a defesa civil municipal nas suas ações, porque elas sabem o que acontece todos os anos, elas sabem por onde a água desce, elas sabem o que é risco e o que não é também dentro da sua localidade.

Então, como estado, eu posso dizer que a gente está à disposição do Município de Petrópolis para auxiliar em todas essas questões de medidas estruturais, de estudos de mapeamento que nós temos, junto com o Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil, e também a respeito de treinamentos e sensibilização da comunidade com a nossa Escola de Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor pode me responder – eu não sei se o senhor tem capacidade para responder isto, porque o senhor é do estado, não é do município – com que frequência são realizados exercícios de simulação e de preparação para situações de desastres em Petrópolis?

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO – A frequência dentro do município eu não sei, mas acredito que tenha que ser constante, na minha opinião. Essa é uma opinião particular. Eu acredito que tenha que ser feito com uma certa frequência, mas eu não tenho a frequência exata com que o município faz esse treinamento junto à comunidade. Acredito eu que tem que ser no período de anormalidade, como a gente diz, que é o período em que não chove, para que ela possa participar da melhor maneira possível.

Eu preferiria deixar essa pergunta para o Coronel Kempers, porque ele, com certeza, teria uma resposta mais concreta e mais certa a respeito dessa frequência. Eu não a tenho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Desculpa, Romário. Essa também estava aqui na minha relação, até porque, no batalhão, o comandante disse que o último evento-teste de evacuação foi em 2019. Então, veja que há um *gap*. Talvez se tivesse havido um evento-teste de evacuação em 2020... E a pergunta era exatamente para saber, porque, de repente, foi no âmbito municipal.

A gente vai encaminhar também ao município a pergunta de quando foi o último evento-teste. A data que a gente tem é do Batalhão do Exército que participou. Eu acredito e aí até te pergunto se a participação nesses grandes eventos-testes não envolve a Defesa Civil do Estado, se é só do município, porque o último foi em 2019.

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO (Para expor.) – O nome do evento foi qual? O senhor lembra? Aí fala? Porque houve um evento chamado Ecadec, em que houve a participação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

várias agências, Governo Federal, estadual e municipal. Em relação a esse treinamento, eu teria que ver melhor. Agora não me recordo de qual foi esse daí em 2019, até para eu poder me posicionar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E já fica a recomendação de que seja frequente, que anualmente haja um grande evento.

A gente até perguntou, num requerimento, quanto custou esse de 2019 para que a gente possa entender quais são os custos envolvidos, mas a necessidade me parece francamente que é clara. Eu acho que se devem envolver todas as esferas nesses eventos.

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO – Em todo período de anormalidade, antes das chuvas, a gente, como estado, faz treinamento simulado com os municípios, não só com Petrópolis, mas com todos os 92. São simulados de mesa, em que a gente coloca *inputs* de informações de um desastre hipotético e em que cada agência... Nós temos um grupo de ações coordenadas, que são as agências, o DRM e o CPRM participam, existe o Inea.

Cada um vai ter uma atribuição dentro desse cenário. Então, a gente joga essas informações, e ali no simulado eles informam o que vão fazer. Se tomarem uma decisão um pouco equivocada, a gente corrige na hora, tal. Todo ano o estado faz um treinamento simulado com os municípios. Agora, não sei como é feito no Município de Petrópolis, mas tenho certeza de que eles fazem treinamento, até porque é necessário, e eles são resilientes quanto a esses desastres.

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO – Senador Romário, o senhor pode me permitir um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (Para expor.) – Duas informações: uma primeira informação é uma informação trazida pelo Dr. Diogo. Ele não conseguiu se comunicar e passou uma mensagem para mim dizendo o seguinte: "Sobre a pergunta do monitoramento do solo, existem estações da Cemaden em Petrópolis e em boa parte da Região Serrana do Rio de Janeiro. Eles usam as informações das estações pluviométricas e geotécnicas para a emissão dos alertas de movimento de massas ou de inundação". Essa é a informação que o Dr. Diogo está passando. Ele pede desculpas por não ter tido a oportunidade de se manifestar antes.

E a segunda, Senador Romário e Senador Carlos Portinho, é a seguinte: nós ouvimos aqui nas manifestações do relatório do senhor um movimento dos gestores do Município de Petrópolis para procurar áreas para fazer instalações de novos ambientes residenciais. Nós do Serviço Geológico nos colocamos à disposição para que, antes de se tomar uma decisão de se implementar ali uma unidade residencial, possam ser feitos estudos necessários que indiquem a oportunidade de poder fazer isso com segurança. Então, nós estamos à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho uma pergunta para fazer aos senhores – a quem puderem me responder – que seria, acredito, de muita relevância.

Quais são os órgãos realmente capacitados e competentes que nós temos, vamos chamar, na prefeitura ou no estado, que dizem lá ao Prefeito ou ao seu órgão oficial: aqui não se pode construir, porque aqui existe "isso", "isso" e "isso"?

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO (Para expor.) – Acredito que é a própria Defesa Civil municipal, até porque ela é o órgão que gerencia o desastre. E todos os assuntos perpassam, são transversais às outras pastas. Então, é um assunto que passa pela Secretaria municipal de Obras, mas acredito eu que a Defesa Civil municipal possa colaborar com essas intervenções.

Enfim, eu estou falando aqui pela Defesa Civil municipal, mas eu não sou... Eu queria só dizer que, dentro da gestão de desastres, a Defesa Civil é o órgão que é competente para ajudar nesse gerenciamento.

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO – Eu poderia contribuir, Senador, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na verdade, dentro dessa resposta, quando a Defesa Civil diz que ali não se pode construir, e mesmo assim se constrói, quem é o responsável por isso?

O SR. ESTEVES PEDRO COLNAGO (Para expor.) – Eu, com respeito a essa outra pergunta sua, eu não tenho encaminhamento a fazer, porque na verdade, quando se movimenta a Defesa Civil, nós fazemos todas as nossas ações via Defesa Civil municipal e à gestão municipal, ao Prefeito municipal. Nós fazemos comunicações diretas para eles. Então, no meu entendimento, cabe ao gestor municipal tomar decisões para impedir.

Nós temos feito um trabalho junto às defesas civis no Brasil inteiro no sentido de que... Nós estamos falando aqui de desastres decorrentes de situações de calamidade ou coisa que o valha, mas nós temos que nos prevenir com respeito a outras formas de expansão e de atividades no município: criação de cemitérios, aterros sanitários... Têm que ser feitos antes os estudos necessários para que se possam destinar áreas para esses tipos de objetivos, porque eles são contaminadores das águas subterrâneas. Nós precisamos tomar muito cuidado com isso. Nós temos, inclusive, recomendado mudança de cemitérios que foram instalados em alguns ambientes. Nós temos feito essas recomendações com muita frequência. Quem tem esse papel a desempenhar, no nosso entendimento, em um primeiro momento, é a Defesa Civil de cada unidade municipal. É o caminho que nós percorremos com mais frequência.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Em regra, esse controle do crescimento e das ocupações irregulares cabe à prefeitura, e é isso que ela deve fazer, até porque a Defesa Civil municipal deve alertar: "Está começando a crescer aquela comunidade". Aí vai a Secretaria de Obras ou a Secretaria de Habitação, se houver uma mais específica, para o campo. Em regra, na cidade do Rio de Janeiro, era assim que acontecia, e imagino que, em Petrópolis, deveria ser.

Agora, a gente já sabe, por exemplo, que o Morro da Oficina é área federal. Aí certamente a prefeitura vai dizer: "Não, ali é área federal, quem devia controlar é o Governo Federal".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É exatamente isso, Senador.

E uma outra pergunta: quando a Defesa Civil informa ao Prefeito que ali não pode ser construído pelos seus motivos, isso é através de documentos. Concorda? Acredito eu. Esses documentos devem existir, a princípio eles têm que existir e estão na prefeitura. Eu acredito que a gente, como Comissão, pode fazer esse pedido através de ofício, para que a gente possa ter esses documentos para verificar se foi feito através da Defesa Civil esse levantamento, esse mapeamento, vamos dizer assim.

Mais alguma coisa, Senador?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho duas últimas perguntas e posso resumi-las.

Primeiro, acho que vocês estão em campo e sabem muito mais do que eu. Outro dia, assistindo a um jornalista falar da tragédia, ele joga na questão da mudança climática como se isso justificasse tudo. Só que – e aí queria saber a opinião de vocês – é recorrência ou mudança climática?

E a pergunta se é recorrência é porque, no estudo de 2013, da Câmara dos Deputados, da Comissão que avaliou aquela tragédia, eles trazem aqui, Senador Romário – olha que interessante! – a recorrência: 1988, 171 vítimas em Petrópolis; 2001, 50 vítimas em Petrópolis; 2008, 9 vítimas em Petrópolis; 2010, 1 vítima em Petrópolis; 2011, 71 vítimas em Petrópolis; 2013, 33 vítimas em Petrópolis; e não coincidentemente, em 2013, foi no mesmo dia em que aconteceu a última, ontem, agora, em 2022, com 5 mortos até o momento, e um mês após ao que aconteceu no dia 15 de fevereiro, então também na mesma época, que é a época das chuvas – e Tom Jobim já avisava das águas de março – e que exige a preparação da cidade para suportar isso, razão das minhas perguntas anteriores.

Então, a primeira questão – e aí eu acho que é a todos –: é recorrência ou mudança climática?

E a última pergunta: a gente sabe que a maioria dos abrigos são em escolas. Se há uma recorrência nesses eventos, significa que, no início do ano letivo, a maioria das escolas da cidade não terá aula porque servem de abrigos, sendo que nesse evento específico, se eu não me engano, três escolas foram afetadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive por deslizamentos, ou seja, tivessem as pessoas corrido para lá talvez tivéssemos um número até maior de óbitos.

Então, eu gostaria de perguntar, diante da recorrência, não seria melhor que uma cidade como Petrópolis construísse pontos de assistência social e de abrigo permanentes para que pudessem aguardar as tragédias se as sirenes tocassem e recebessem a evacuação em lugares seguros para essas populações? Ou seria um gasto que não se justificaria, embora, com todo o respeito, a recorrência?

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO (Para expor.) – Eu acho que um espaço específico para o recebimento dessas vítimas, dessas pessoas afetadas, acho importante sim, mas tem que ser muito bem planejado e estruturado para que não seja utilizado para outros fins. Acho que até pode ser feito para outros fins, envolvendo até o esporte, em alguns locais...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – As aulas que vocês dão, não é?

O SR. MÁRCIO ROMANO CORREA CUSTÓDIO – Sim, sim, sim.

Eu acho válido se conseguíssemos fazer um estudo disso para se saber onde poderia ter esse espaço em Petrópolis.

Atualmente, a gente... Não é a nossa melhor escolha, as escolas deveriam ser as últimas a serem escolhidas, mas são estruturas físicas por bairros, as pessoas, de certa forma, têm uma boa identidade com a escola porque é onde os seus filhos aprendem a entender o que é o Brasil, estudam matemática, física. São unidades que têm banheiros femininos e masculinos, são bem compartimentados, então, é um local onde se pode fazer várias salas interativas como essa daqui. E lá nós fizemos um gabinete integrado muito bom com o espaço da escola.

Então, acredito, sim, que possa ser o momento para se estudar isso melhor, para se estudar uma área melhor para se evitar a utilização de escolas como um local de abrigo, como um local de gabinete integrado de gestão de crises.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Algum dos senhores gostaria de fazer mais algum tipo de colocação? Fazer alguma finalização?

Senador Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito satisfeito, agradecendo a presença e a contribuição, como disse, isso aqui é construtivo. É a partir do conhecimento de vocês que a gente pode formar e formular algumas – e é o que a gente espera – sugestões, propostas aos entes públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamentando apenas as ausências especificamente do Secretário estadual de Ambiente, Thiago Pampolha, e do Secretário municipal de Ambiente, meu querido amigo até, Muniz, porque havia questões, mas a gente vai encaminhar por escrito para que respondam.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Na mesma linha do nosso Senador Portinho, eu quero agradecer aos senhores pela presença nessa importante e relevante audiência pública.

Com certeza que, com os conhecimentos dos senhores, nós aqui, desta Comissão, principalmente o nosso Relator, Senador Portinho, vamos poder colocar no seu relatório coisas importantíssimas que futuramente poderão ajudar e muito a prevenir esses tipos de tragédias, acredito que não só em Petrópolis, como em nosso país de um modo geral; no caso, principalmente em Petrópolis, porque a audiência pública é exclusivamente para essa cidade. Quero agradecer também àqueles que participaram remotamente, que foi o caso do Sr. Wagner Victer, Sr. Diogo Rodrigues, Sr. Luiz Claudio Almeida, e aqui temos nosso Márcio Romano, Roger Romão, Luiz Paniago e Sr. Esteves Pedro Colnago. Muito obrigado mais uma vez pela brilhante participação dos senhores.

Coloco em votação, extrapauta, o Requerimento nº 14, de 2022, de autoria do Relator desta Comissão, Senador Carlos Portinho.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2022

Requer a realização de audiência pública, com os convidados listados no Requerimento, com o objetivo de tratar da saúde mental das pessoas atingidas e envolvidas direta ou indiretamente na tragédia ocorrida no Município de Petrópolis.

Autoria: Senador Carlos Portinho.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nada tratar, declaro encerrada a presente reunião, convidando todos a participarem da próxima audiência deste Colegiado, às 10h da manhã.

Muito obrigado a todos pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ com a presença dos Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Esperidião Amin e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel, Paulo Rocha, Marcelo Castro, Izalci Lucas e Nelsinho Trad. Deixa de comparecer o Senador Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir sobre habitação aos que foram afetados pelas chuvas ocorridas no Município de Petrópolis. **Participantes:** Rubens Bomtempo, Prefeito de Petrópolis/RJ; Allan Nogueira, Subsecretário de Habitação do Estado do Rio de Janeiro (representante de: Max Lemos - Secretário de Infraestrutura e Obras do Estado do Rio de Janeiro); Alexandre Lucas Alves, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional (representante de: Ministério de Desenvolvimento Regional); Marcela Marques Abla, Conselheira Superior e Copresidente do IAB RJ (representante de: Instituto de Arquitetos do Brasil); Daniel Moraes de Albuquerque, Diretor de Recuperação Ambiental do INEA - Instituto Estadual do Ambiente; Julia Kishida Bochner, Assessora da Presidência do INEA - Instituto Estadual do Ambiente; Cláudia Renata de Almeida Ramos, Representante da Comissão de Vítimas das enchentes - Petrópolis; Laura Ferminano, Representante da Comissão de Vítimas das enchentes - Teresópolis; Marilene Martins Morelli, Representante da Comissão de Vítimas das enchentes - Areal; e Marcela Diniz Branco Rampini, Representante da Comissão de Vítimas das enchentes - São José do Vale do Rio Preto. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 015, de 2022** que: "Requer informações à Prefeitura de Petrópolis/RJ" **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 016, de 2022** que: "Requer informações a ENEL Distribuição Rio" **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 017, de 2022** que: "Requer ao Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações informações sobre mapeamento de riscos e produção de alertas antecipados de desastre em Petrópolis/RJ." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº 018, de 2022** que: "Requer informações à empresa Águas do Imperador, do Grupo Águas do Brasil, responsável pelo abastecimento de água no Município de Petrópolis/RJ" **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento Nº 019, de 2022** que: "Requer informações ao Governo do Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento Nº 020, de 2022** que: "Requer que seja convidado para a audiência pública a ser realizada no dia 30 de março de 2022 o Vereador da Câmara Municipal de Petrópolis-RJ Sr. Hingo Hammes," **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/24

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 90, de 2022, que tem por objetivo acompanhar *in loco* a situação do Município de Petrópolis em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir sobre habitação aos que foram afetados pelas chuvas ocorridas no Município de Petrópolis.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado e é uma reunião realizada de forma interativa, com a possibilidade de o público participar diretamente, por intermédio do Portal e-Cidadania, portal do Senado na internet, ou pelo telefone 0800 612211.

Eu gostaria de agradecer a presença dos nossos convidados: Sr. Alexandre Lucas Alves, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional; Sra. Cláudia Renata de Almeida Ramos, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes de Petrópolis; Sra. Marilene Martins Morelli, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes de Areal; Sra. Marcela Diniz Branco Rampini, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes de São José do Vale do Rio Preto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado às senhoras e aos senhores pela presença. Eu tenho certeza de que esta audiência de hoje será de grande importância e relevância para o trabalho que esta Comissão do Senado fará ao longo deste mês de existência, para que a gente possa tirar daqui bons resultados. Vamos, primeiro, torcer para que tragédias como essa nunca mais ocorram, em Petrópolis e em lugar nenhum, mas, se por acaso ocorrerem, que a gente já possa diagnosticar e evitar problemas como os que já aconteceram.

Vamos começar.

Quero registrar a presença de mais convidados: Sr. Rubens Bomtempo, Prefeito de Petrópolis; Sr. Allan Nogueira, Subsecretário de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, representando Max Lemos, Secretário de Infraestrutura e Obras do Estado do Rio de Janeiro; Sra. Marcela Marques Abla, Conselheira Superior e Copresidente do IAB-RJ, representando o Instituto de Arquitetos do Brasil; Sra. Laura Ferminano, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes de Teresópolis; Sr. Daniel Moraes de Albuquerque, Diretor de Recuperação Ambiental do Inea (Instituto Estadual do Ambiente); Sra. Julia Kishida Bochner, Assessora da Presidência do Inea (Instituto Estadual do Ambiente) – muitos desses estão aqui por vídeo, não é?

Vamos começar a nossa audiência pública.

O nosso Relator, Senador Portinho, já está chegando. Ele está finalizando a sua parte lá na Comissão de Educação.

Eu vou ceder a palavra primeiro à Sra. Marcela Marques Abla, Conselheira Superior e Presidente do IAB do Rio de Janeiro, representante de arquitetos do Brasil – remoto.

A SRA. MARCELA MARQUES ABLA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas e todos!

Sim, estou ouvindo, Senador Romário. Obrigada pelo convite. Também agradeço ao Senador Portinho, Relator, que em breve chegará.

Secretários aqui presentes, Prefeito, Comissão de Vítimas de Enchentes de Petrópolis, Areal, São José do Vale do Rio Preto e todos os assistentes, um bom dia!

Estou representando aqui o Instituto de Arquitetos do Brasil como Vice-Presidente da Região Sudeste do instituto e também como Copresidente do Departamento do Rio de Janeiro, onde também sou Conselheira Superior.

O Departamento do Rio conta com diversos núcleos com o objetivo de atuar na interiorização do instituto no Estado do Rio. Em Petrópolis temos o Núcleo de Arquitetura e Urbanismo, que conta com a Karina, presidente, Adriano, Renê, Natália e uma série de arquitetos e arquitetas urbanistas das mais diversas atuações que se uniram com o objetivo de promover ações locais e de pensar a cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, eu faço aqui hoje o uso da palavra como moradora, com muito carinho pela cidade de Petrópolis, uma vez que divido a minha morada entre as cidades do Rio e de Petrópolis desde que nasci.

Como eu disse numa audiência recente que discute o Plano Diretor do Rio de Janeiro, a cidade de Petrópolis também é muito complexa. E, quando voltamos o olhar para a questão ambiental e da paisagem, vemos a necessidade de um plano de infraestruturas verdes, acima de um plano diretor, acima de um plano estratégico, assim como um plano de ecossistemas verdes que contenha espaços livres e os espaços naturais, com diretrizes ligadas aos processos de arborização, interligando a cidade existente a partir dos espaços livres, espaços da rede natural, recriando bacias e margens de proteção ao longo dos rios, através de um sistema nacional de unidades de conservação.

Na parte natural, é fundamental compreendermos os solos, as águas, os rios. Na parte urbanística, entrar no detalhamento de um macrozoneamento, ou melhor, avançar no macroplanejamento da cidade, chegar à escala do projeto urbano, de uma tipologia arquitetônica, como são as moradias, como são as calçadas, como são as ruas que queremos habitar, onde os equipamentos públicos a serem projetados devem ser concebidos com soluções baseadas na natureza também, porque a cidade é um organismo vivo. É como um rizoma, é um processo constante e dinâmico e, por isso, a vida das pessoas deve estar sempre em primeiro lugar. A avaliação de risco deve considerar esses fatos, onde estão construídas as altas construções, onde as cidades se expandem, como a cidade cresce, onde queremos habitar, discutir a legislação no nível da rua e do bairro, para que o debate ocorra realmente com a participação da sociedade, das entidades da sociedade civil e que esse desejo de habitar a cidade parta dessas pessoas. Criar estratégias de articulação intersetorial é urgente, através de sistemas integrados para acompanhamento de políticas públicas, além da criação de um fórum da sociedade civil para acompanhamento do planejamento da cidade.

Gostaria de ressaltar – estou vendo ali na tela – o pessoal da Defesa Civil, que tem feito um belíssimo trabalho também. E esse material da Defesa Civil, todo esse levantamento feito, deve ser intersetorial, ou seja, deve ter um cadastro multifinalitário das famílias, que envolva os dados da saúde, da Defesa Civil, da habitação, ou seja, um sistema que abrace, realmente, todos os órgãos, municípios, estado, o nível federal também, para poder entender essa sociedade.

Reforço aqui também a importância de estar aqui lidando hoje com os três níveis de governo. Agradeço por participar desta reunião em que o Senado conseguiu reunir os níveis de governo para pensarem a questão habitacional da cidade de Petrópolis.

Quero reforçar o papel que a Secretaria de Habitação deve ter na prefeitura, no estado e também em nível federal, com a criação de um plano nacional de habitação, de um plano nacional que vise à questão da vulnerabilidade e que seja feito a partir de um programa exemplar. Petrópolis pode ser um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo para outras cidades que vivem a mesma situação de áreas de risco, de áreas inclinadas e que têm, também, esse enfrentamento da vulnerabilidade socioambiental. Então, quero reforçar o papel de programas e de planos de habitação.

O Plano Diretor de Petrópolis, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Plano Municipal de Perigo e Risco são planos que existem. Eles devem ser regulamentados para que sejam obrigatórios, ou seja, para que seja obrigatório utilizar o Plano Municipal de Risco em qualquer plano, em qualquer planejamento da cidade, e que ele também olhe para as pessoas que estão ali.

Outros temas que podem ser discutidos são a assistência técnica de habitações de interesse social e melhorias habitacionais, a regulamentação do programa de assistência técnica no nível municipal. Seria, realmente, assistência, assessoria e melhoria habitacional para as famílias que já vivem nessas áreas de risco, que têm casas autoconstruídas e que necessitam da orientação de um técnico, de arquiteto, de engenheiro, às vezes também de advogado, assistente social. Então, a criação desse programa é muito importante.

Com relação à locação social, é necessária a criação de um programa nacional e também no Município de Petrópolis. Então, o programa deve ser bem estruturado para definir os papeis do Estado, do gestor, com a criação de uma gestão desse parque habitacional, ou seja, a habitação de oferecer diversas frentes, como assessoria, um programa de locação social que possa fazer esse levantamento do que existe hoje de imóveis ociosos que poderiam criar um parque de habitação social para o município, para o estado. É muito importante desenhar essa questão.

O Estado de São Paulo, que sempre foi um grande exemplo na área da locação social, agora está fundindo a Casa Paulista, que é uma gestão público-privada, com a STHU, que é a Companhia de Desenvolvimento de Habitação Urbana, que era pública. Então, eles estão vendo uma outra modelação. Trata-se de olhar para outras cidades, para outros estados que tenham já algum programa.

Como disse o Senador Portinho em outra audiência no início da semana sobre Petrópolis, o que está havendo hoje, a interação entre município e estado, pode ser o embrião de um projeto de locação social. O mecanismo que Petrópolis está usando hoje é o de que o beneficiário contrata a locação diretamente com o proprietário e a prefeitura entra dando a garantia do contrato. Ela repassa o recurso para o beneficiário e fica, entre aspas, como fiadora. Talvez isso possa ser já um embrião para se pensar na questão da locação social.

Também podemos contar com organismos internacionais, por exemplo o BID, que apoiou, desde o início do ano passado, na Secretaria Nacional de Habitação, no Ministério de Desenvolvimento Regional, o tema da locação social. Então, poderia ser, realmente, desenvolvido um piloto em Petrópolis, e ele poderia continuar fomentando – órgãos como o BID ou outros – a criação do programa nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são importantes, além das criações dos programas, as regulamentações municipais. Além do Athis, da locação social, também a questão da Reurb, da regularização urbanística e fundiária, sobre a qual até o Rafael Passos, meu colega, Vice-Presidente do IAB, falou na última sessão. A regularização fundiária deve ser vista de forma plena. Então, é uma regularização edilícia, urbanística e fundiária. A gente deve pensar na urbanização das favelas, das comunidades, das áreas em risco e somente trabalhar com a titulação e com a assistência e as melhorias quando se pode, realmente, compreender aquele espaço.

Então, a regularização plena deve ser atingida e, para isso, também é necessária a regulamentação local da Reurb. E aí, também, uma outra opção seria a Reurb específica, que é quando as pessoas têm acesso e solicitam a regularização das suas casas, financiar a regularização social. Então, poderia ser criado um fundo também que já permita que uma regularização, enfim, ajude e contemple a outra.

A mesma situação para novas construções de unidades habitacionais. Pode-se ter algum programa em que o mercado imobiliário, quando for construir, dedique 20% a unidades habitacionais de habitações de interesse social. É claro que entendemos que devem partir do Governo ações e instrumentos – existem esses instrumentos já no Estatuto das Cidades, eles devem ser regulamentados –, mas que também a gente entenda que não é só o poder público. O poder público tem que agir na criação de leis e de normas, mas como a gente trabalha isso em relação aos fundos também? Como a gente lida com esse orçamento participativo também? E participar sempre, a cidade, as pessoas, para que elas entendam. A transparência é superimportante, sobre o que está sendo feito, enfim.

Em 2013, o Hotel Quitandinha abrigou o evento dos 50 Anos do Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana. Ano que vem, em 2023, serão 60 anos desse seminário. Ele foi realizado em 1963 também no Hotel Quitandinha. E o que a gente fez, desde então, com relação ao planejamento de nossas cidades?

Então, com relação ao direito de habitar a cidade, o papel da produção do espaço é determinante na problemática urbana. É importante olhar para as nossas cidades partindo do particular para o global, ou seja, desde o habitar até o nível das políticas públicas e, uma vez que estamos discutindo aqui com os três níveis de governo, isso também deve ser feito ao inverso – também partir das políticas públicas, pensar na cidade e chegar ao nível privado das casas.

Eu acredito que não há uma solução única ao problema habitacional e que os governos devam discutir essa questão do urbanismo e da habitação também. A solução não é somente a curto prazo. Esta Comissão foi criada para 30 dias, mas eu acho que ela deve apresentar, sim, as soluções imediatas e também propor soluções de curto, médio, longo e longuíssimo prazo de planejamento, ou seja, propor algumas diretrizes do que pode ser feito também com o encerramento desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos discutir a importância da cidade para a habitação, porque a habitação é mais do que se ter uma casa; é o acesso à cidade e a tudo aquilo que a cidade oferece, desde calçadas limpas, iluminadas, caminháveis, equipamentos, serviços, infraestrutura, mobilidade, com transportes intermodais, espaços de lazer e de esporte, ou seja, como é o cotidiano na nossa cidade.

Também podemos refletir sobre o que a cidade não deve oferecer, uma vez que, como disse a Presidente do IAP, Maria Elisa Baptista, toda área é de risco.

Bom, eu vou tentar me adiantar aqui um pouquinho. Mas o que a gente vem fazendo como entidade?

O Instituto de Arquitetos está junto com outras entidades, como CAU, Crea, Seaerj, Clube de Engenharia e muitas outras entidades, com a finalidade de construção de uma rede ampla de entidades, com o levantamento das iniciativas em curso, ações e instituições atuantes em Petrópolis, tais como o Comitê Piabanha, a CDDH, programas de pesquisa nas universidades – são três universidades de arquitetura e urbanismo.

Está sendo criado um grupo executivo para pensar essa questão. É importante o envolvimento da academia. Há três escritórios modelos em Petrópolis. Está sendo criado esse Observatório de Petrópolis, com Crea, CAU, Clube de Engenharia, Seaerj. Há um levantamento dos terrenos públicos sendo feito, e, para isso, aproveito aqui que o Prefeito Rubens Bomtempo está aqui. É interessante também cruzar os dados, entender o percentual construtivo de cada terreno. As fábricas deixaram os seus usos passivos... Não necessariamente se preocupar com a habitação, mas pensar novos usos desses espaços ociosos. Então, o georreferenciamento desses dados é importante a gente poder compartilhar.

E a primeira ação necessária, agora, sim, urgente é a transparência. Saber o que está acontecendo. Então, acho que esta Comissão é importante para dar transparência e levar as pessoas de Petrópolis a acessarem os dados, projetos, planos, ou seja, é necessário dar essa transparência, é necessária uma política habitacional minimamente adequada à realidade do município.

Planejamento urbano: o plano diretor com as áreas mapeadas, projetos consistentes que conversem com a lógica de um plano de habitação e que conversem com a lógica da delicadeza ambiental da cidade. Patrimônio: também é muito delicada a questão do patrimônio em Petrópolis.

Então, pensar em instrumentos como a moratória na ocupação em áreas de risco... A gente vem vivendo uma crise absoluta que já existe há muito tempo, e todos sabemos, mas, com as chuvas, ela foi escancarada. E isso não acontece só na cidade de Petrópolis. A gente viu agora Magé também, nessa última chuva. Temos isso no Estado de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina; então, como Petrópolis pode servir de exemplo a outras cidades com atuações...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho que encerrar, mas, enfim, só para fechar: nenhuma solução pode ser proposta sem um estudo com modelagem, com vários atores, com várias entidades, com diversas profissões, com profissionais envolvidos. É muito importante reforçar os quadros das prefeituras. Então, assim, concursos públicos para melhorar, para intensificar, para poderem voltar a ter os quadros que já tiveram – isso é para o Brasil inteiro.

Essas são algumas observações iniciais. O Instituto de Arquitetos irá acompanhar as próximas audiências a serem realizadas no âmbito desta Comissão. Agradecemos, mais uma vez, pelo convite e permanecemos atentos e disponíveis para qualquer demanda desta Casa e das instituições aqui presentes, dos governos, e para prestar esclarecimentos e auxílios.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Marcela Marques Abla, conselheira superior e Presidente do IAB do Rio de Janeiro, representando o Instituto de Arquitetos do Brasil.

Eu passo a palavra, agora, para a Sra. Cláudia Renata de Almeida Ramos, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes de Petrópolis.

Muito obrigado pela presença.

A SRA. CLÁUDIA RENATA DE ALMEIDA RAMOS (Para expor.) – Obrigada.

Antes de me apresentar e falar um pouco, eu gostaria que vocês vissem as reportagens desde 2011: "Famílias desabrigadas no Duque são cadastradas no aluguel social"; "Prefeitura recebe terrenos e assume responsabilidades de construir casas" – isso em 2011.

Em 2017... Não, 2013: "Ministério de Integração aprova R$4,5 milhões para Petrópolis"; "Ministério libera recursos para Petrópolis".

"Plano de redução de risco mapeia 336 áreas perigosas que ameaçam 7,1 mil famílias" – Petrópolis... Isso é de 2016.

"Sem infraestrutura, crescimento vira problema na cidade de Petrópolis" – reportagem de 2017.

"[...] R$3,3 milhões para obras do PAC Encostas" – também reportagem de 2017.

Sexta-feira, 15 de fevereiro de 2015: "Olhos fechados e passos lentos mantêm população de áreas de risco sob ameaças", lembrando que aqui são fotos de um bairro que acabou na nossa cidade no dia 15, agora, deste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Chuvas – Controle de risco continua manual". Isso foi em 2019. "Previsão de fortes chuvas mantem a cidade em alerta. Moradores enfrentam riscos e voltam para casas interditadas". Isso é uma reportagem de 2019.

Meu nome é Cláudia Renata Ramos. Sou representante do Movimento do Aluguel Social e Moradia de Petrópolis, da comissão das vítimas das tragédias da região serrana do estado, com as minhas companheiras Laura, de Teresópolis; Marilene, de Areal; Marcela Diniz, de São José do Vale do Rio Preto, e, agora, Presidente da UMAS (União por Moradia e Aluguel Social) em nível nacional.

Então, representando hoje mais de 2 mil famílias fora de casa, desalojadas nas tragédias desde o dia 15 de março de 2022... 15 de fevereiro – desculpa – de 2022.

Sou resiliente da tragédia de 2011 do Vale do Cuiabá. Eu morava na estrada de Teresópolis, nº 1.371. Então, eu sou resiliente da tragédia de 2011. Então, eu sou uma resiliente dessa história, eu sou uma representante das famílias de Petrópolis que também perdeu a sua casa. Hoje, eu moro no Conjunto Residencial Oswaldo Santarsiere Médici, na Posse, o qual tem vários problemas e, assim, antes da tragédia do dia 15, a gente já assistia mais de 450 famílias do aluguel social do Município de Petrópolis.

Nós temos uma listagem de 89 famílias, desde 2011, 2013, 2015, final de dezembro de 2021, janeiro de 2022, que não receberam ainda o aluguel social. Estão numa fila de espera com laudos de interdição. Algumas casas já caíram.

Estou aqui representando também bairros do 3º Distrito, que ninguém foi visitar até hoje... (*Pausa.*)

Desculpa.

E, assim, eu quero deixar o nome de duas pessoas, duas mulheres do Movimento do Aluguel Social e Moradia de Petrópolis, que morreram, uma delas aguardando a liberação da documentação da Caixa Econômica Federal, que estava em Brasília. Ela ia para o Condomínio 3, para o Bloco 2, apartamento, se eu não me engano, 204, que é a Gisele Reis Bittencourt.

Ela morreu no dia 15 e ela poderia estar viva neste momento. Ela poderia estar no Conjunto Habitacional Vicenzo Rivetti.

Então, assim, eu, como representante do movimento, perdi duas pessoas que podiam estar em segurança no Vicenzo Rivetti, assim como 24 famílias também assistidas pelo movimento. O próprio Senador Portinho esteve lá no conjunto no qual eu moro, e 24 apartamentos não foram concluídos até hoje. A gente tem vários vícios construtivos no conjunto. É um conjunto inacabado do Programa Somando Forças, de dez anos atrás. Então, assim, eu acho que é por aqui, por enquanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a oportunidade. Primeiro, eu quero agradecer a Deus por estar aqui e agradecer aos Srs. Senadores por terem dado a oportunidade de ter vindo aqui hoje falar pelas famílias de Petrópolis. É a primeira vez, dentro de 11 anos, que a gente vem a Brasília e tem oportunidade de fala. Nós já viemos aqui duas vezes – no Ministério da Cidade e no Ministério do Desenvolvimento Regional.

Temos aqui, quando falam de terrenos para construir casa... Eu já vim com essa pastinha aqui, com terrenos, duas vezes. Minhas colegas sabem. Temos terrenos, sim. E isso já com – como é que fala? – edital de convocação de anos atrás, de terrenos. A Sra. Marcela, a arquiteta que estava aqui agora, falou dos escritórios modelo de Petrópolis. E eu particularmente quero falar de um que é o Rizoma, da Faculdade Estácio de Sá. Eles estão comigo há cinco anos, acompanhando a minha luta, a minha história por moradia. E eles estiveram comigo tanto no conjunto do Vicenzo Rivetti, porque a gente viu vários problemas – e é um Minha Casa, Minha Vida –, e também no conjunto da Posse, que é do governo do estado, é Cehab.

Então, aqui fica a minha indignação e um pedido, Senador Romário, Presidente desta Comissão, para que nos ajude, sim, a fiscalizar, mas também que as coisas aconteçam, que esta Comissão não pare por agora, que se estenda por mais um tempo, até que as coisas comecem a caminhar, porque infelizmente o que a gente viu no nosso município, ao qual a gente ainda não conseguiu... Pelo menos eu, tanto quanto as lideranças comunitárias de Petrópolis, às quais agora eu quero deixar o meu abraço, porque, desde o dia 15, estamos na rua incansáveis. Quem está ajudando o povo, na linha de frente, são as lideranças comunitárias. E não tivemos a fala em nenhum minuto. Nem um minuto a gente conseguiu falar com ninguém da Prefeitura. Na sexta-feira, eu até me sentei lá na Prefeitura e fiquei lá esperando, e consegui só porque o Coronel Simão, que está lá na Prefeitura, me atendeu e aí falou que nessa semana ele ia até tentar uma agenda com o novo Secretário de Assistência Social, porque eu quero passar essa situação.

Também não é justo com as famílias de outras tragédias que estão esperando. Elas também precisam de uma solução, Senador, porque as famílias de agora só deram um *start* para que olhem também para as outras famílias que ficaram para trás. Essas famílias não podem ficar no mar do esquecimento, Senador. Essas famílias também precisam de ajuda, porque é a tragédia da tragédia.

Essas 450 famílias que moram de aluguel social hoje também sofreram com a tragédia do dia 15. Muitas estavam morando de aluguel em casas que caíram. E aí muitas das famílias agora que já fizeram contrato e mudaram justamente no sábado, dia 19, no dia 20 me ligaram às 2h da manhã, de videochamada, pedindo socorro, e eu estava na Posse. E está muito difícil.

Então, é assim: é a tragédia da tragédia. Vocês podem ver que são vários anos. Este é o documento da minha casa, que não tem um habite-se, que não tem um aceite. É apenas um documento de ocupação.

Quando a arquiteta fala de documentos, de regularização fundiária, isso já é para ontem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defesa Civil: meu grande abraço a todos os coronéis que passaram pela Defesa Civil de Petrópolis até hoje. A gente sabe que eles estão sobrecarregados. O contingente é pequeno. Senador Romário, são 54 agentes da Defesa Civil, para 234 – eram – áreas de risco. Como 54 agentes trabalham numa cidade com tantos pontos como esses, que caíram?

Então, eu acho que a Defesa Civil tem prevenção, mas, agora, a gente precisa de ação, de uma política séria, para ontem, de defesa civil para toda a Região Serrana, não só para Petrópolis, mas para Nova Friburgo, para Teresópolis. Este ano, foi em Petrópolis. Ano que vem, pode ser em Teresópolis. No outro ano, pode ser em Nova Friburgo. Geralmente, são a três cidades mais afetadas quando acontecem os deslizamentos.

Falo de uma política séria habitacional, não digo diferenciada, mas com um olhar diferenciado para a região serrana, onde a gente sabe que há muitos problemas, assim como no país todo. Eu acho que é o momento de pensar na política pública habitacional! A gente precisa com urgência.

Com o Governo do estado, a gente tem conseguido dialogar. Com o Governo Federal, a gente também está conseguindo, através dos Srs. Senadores. Alguns Deputados também nos assistem, também dão a liberdade de a gente passar para eles algumas situações. A gente já esteve aqui com alguns.

Fica aqui a minha fala, a minha indignação com tudo o que está acontecendo na minha cidade.

Às famílias que represento hoje, diretamente, que são mais de 400 – diretamente –, eu deixo aqui o meu abraço, o meu conforto, assim como a todos dessas mais de 2 mil famílias que perderam não só a casa, mas seus entes queridos.

Obrigada pela oportunidade, Senador, de estar aqui hoje.

Senador Portinho, que tem acompanhado de perto a gente, obrigada por ter abraçado a nossa luta!

Hoje, a gente pode dizer que tem um Senador. Eu sempre brinco com ele assim: a gente tem um Senador.

Agora, há o Senador Romário também. Vamos ter que dividir isso aí.

Mas, Senador Romário, o Senador Portinho já está há quase um ano acompanhando a nossa luta. No dia em que ele esteve lá, eu não acreditei. Mais de um ano, não é?

No dia em que nos conhecemos, no Rio, ele estava numa reunião com a comunidade do Alemão, com o Complexo do Alemão. Apresentaram-me a ele: "Qual é o problema de vocês? Eu vou ajudar vocês". Ele falou assim: "Cláudia, eu vou lá no seu conjunto".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dia, ele me liga e fala assim: "Cláudia, eu estou aqui, no seu pátio". Eu falei assim: "Mentira". Ele: "É sério, eu não falei que eu vinha te ver?". Eu desci, de chinelo, do jeito que eu estava e falei assim: "Nossa, um Senador da República aqui no meu conjunto! Caramba, que legal!".

Depois de uma luta tão grande, Senador. A gente já chorou tanto para vir aqui a Brasília. A gente já lutou tanto, a gente já passou tanto mal dentro desses corredores. A gente já ficou com fome, a gente já dormiu na casa dos outros aqui, então, o senhor não sabe a importância de estarmos aqui hoje.

As famílias de Petrópolis podem se sentir representadas aqui hoje por nós quatro e com a Laura que está *on-line*. E podem se sentir representadas com os Srs. Senadores.

Quero deixar aqui também um abraço para a Senadora Leila, não sei se ela está *on-line*, porque eu a vi numa fala dizendo que estava muito preocupada com o psicológico das famílias. Até mandei um áudio pelo Senador que eu queria conversar com ela, porque, assim, a gente vai precisar muito de ajuda psicológica para as famílias, porque a gente está assistindo famílias que literalmente surtam na nossa frente, e a gente não sabe o que fazer. Até porque nós, das lideranças, também estamos precisando, neste momento, acho, de um tratamento também psicológico, porque a gente só chora agora. Quando a gente encontra com alguém que dá apoio e abraça, a gente chora.

Então, eu paro por aqui para que as minhas companheiras também possam falar.

Obrigada pela oportunidade e eu espero muito, muito mesmo que o Governo Federal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal de Petrópolis unam forças e tentem reconstruir Petrópolis, porque a gente sabe que não vai ser tão fácil, principalmente porque foram duas lombadas ao mesmo tempo.

Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) **–** Cláudia, muito obrigado pelo que você colocou aqui para a gente.

Você pode ter certeza de que você vai ter aqui, nesta Comissão, Senadores que vão fazer o máximo possível e até um pouquinho do impossível para que tudo que foi colocado por vocês a gente possa tentar esclarecer, resolver e ajudar.

Você trouxe várias informações muito importantes para esta Comissão, principalmente, eu posso dizer em nome do nosso Senador Portinho, pois o Senador Portinho é exatamente isso que você falou, é um cara ativo e gosta de estar *in loco* para resolver os problemas.

Quero aproveitar a oportunidade publicamente para parabenizar realmente o Senador Portinho pela sua atuação aqui no Senado em ajuda ao nosso país, ao nosso estado e hoje, principalmente, ao Município de Petrópolis, na verdade, à Região Serrana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador, é uma honra e um prazer poder estar caminhando com V. Exa. nessa luta!

E, Cláudia, pode ter certeza que a gente... Eu tenho uma frase na minha vida que é a seguinte: eu sou da paz, mas na guerra também eu funciono.

Então, a gente vai junto nessa luta e pode ter certeza que a gente vai conseguir resultados positivos.

São muitos anos de sofrimentos para as pessoas da Região Serrana, especificamente hoje para os moradores de Petrópolis, mas a gente junto é muito mais forte e a gente vai conseguir.

Eu acredito que para o nosso Senador Portinho, principalmente essa informação de terrenos, Senador, vai ter uma importância muito grande em nosso relatório.

Quer fazer algum comentário sobre isso? Agora ou deixar mais para... (*Pausa.*)

O.k.

Muito obrigado, Cláudia, pode contar com a gente aqui.

Passo a palavra, agora, à Sra. Marilene Martins Morelli, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes – Areal.

A SRA. MARILENE MARTINS MORELLI (Para expor.) – Bom dia.

Meu nome é Marilene Morelli, eu sou de Areal, represento Areal na Comissão das Tragédias e, hoje, a gente veio dar uma força para a Cláudia, porque eu acho que neste momento Petrópolis chora seus mortos, mais uma vez, chora seus desabrigados, mais uma vez. Mas o meu pedido hoje é isso, é que os resilientes das enchentes anteriores não sejam esquecidos.

Eu sou resiliente da enchente de 2011, ainda espero a minha casa que, graças ao Senador Portinho, depois de sete anos de obra parada, este ano a obra foi retomada. Eu conheci o Senador, primeiro, porque ele foi na posse do meu Prefeito, o Gutinho, sentou ao meu lado, mas eu nem sabia, não o conhecia, só quando foi chamado, e ao final o Gutinho me chamou, me apresentou, e ele foi para dar o pontapé inicial, porque, mesmo que não tenha sido naquele momento, com aquela emenda, com aquele dinheiro, foi o senhor que desenterrou aquela história, que deu o pontapé inicial.

Muito obrigada, Senador. Em nome das 153 famílias que eu represento, a gente hoje fala, com muito orgulho, que a comissão de tragédias da Região Serrana, hoje, tem um Senador. Temos dois agora. O Portinho, Senador, está sempre lá em Areal, a gente acaba trocando... Liga, fala e pede, somos chatos, mas a gente sabe que pode contar agora.

Então, o meu pedido, enquanto comissão, enquanto amiga... Hoje, eu, a Marcela, a Cláudia e a Laura, a gente é uma família, uma representa a outra onde estiver. E o nosso pedido é este: é que as demais famílias, das demais enchentes, não sejam esquecidas. E que tudo isso, eu vi ali a arquiteta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando, até anotei algumas coisas, eu acho que tudo que a gente precisa é um plano para que isso não volte a acontecer, não só sejam sanados todos esses problemas que ficaram para trás, mas que também não volte a acontecer.

É muito triste quando entra um novo ano e a gente vê a história se repetir, sendo que as feridas nem cicatrizaram ainda. Eu não recebi minha casa, a Marcela não recebeu a dela, a Laura não recebeu a dela. A Cláudia recebeu, mas cheia de problemas. Então, que nós não sejamos esquecidos, Senador. E que esta Comissão, a gente sabe que vai fiscalizar agora Petrópolis, mas que tenha esse olhar também por nós, que ficamos pelo caminho.

Então, eu quero agradecer por poder estar aqui, agradecer a Deus por ter nos dado o privilégio de estar aqui, por ter nos dado o privilégio de conhecer o Senador Portinho e por ter nos ajudado a estar aqui, a ter voz. Nós já estivemos aqui, a Comissão já esteve aqui, mas a gente não teve voz, e hoje a gente tem voz. Muito obrigada, Senador. Muito obrigada mesmo.

Senador Romário, o meu pedido, enquanto comissão, é esse: é que a Comissão tenha um olhar por quem ficou pelo caminho também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Marilene.

Você pode ter certeza de que, quando surge esta Comissão aqui no Senado, ela surge com o objetivo de ouvir todos os problemas, todas as particularidades que existiram e que existem hoje dessas enchentes, dessas tragédias que vêm acontecendo no Rio de Janeiro, especialmente na Região Serrana.

Você pode ter a certeza de que, ao final desta Comissão, com o relatório do nosso brilhante Senador Portinho, vocês estarão ali também. E resultados positivos a gente dará para vocês. Vocês podem ter certeza disso.

Muito obrigado mais uma vez pela sua participação.

Quero passar a palavra agora para a Sra. Marcela Diniz Branco Rampini, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes de São José do Vale do Rio Preto.

A SRA. MARCELA DINIZ BRANCO RAMPINI – Bom dia, Senador Romário!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia!

A SRA. MARCELA DINIZ BRANCO RAMPINI (Para expor.) – Bom dia, Senador Romário! Bom dia, Senador Portinho!

Quero começar agradecendo ao convite por nos dar voz aqui no Senado. Eu sou Marcela Diniz, de São José do Vale do Rio Preto. Represento aproximadamente cem famílias vale-rio-pretanas que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aguardando uma unidade habitacional – cem famílias vale-rio-pretanas aguardando uma unidade habitacional – e apenas 54 recebendo aluguel social. Quando aconteceu a tragédia, ficou acordado com as famílias que as elas receberiam aluguel social até a entrega das chaves da casa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acordado com a Prefeitura?

A SRA. MARCELA DINIZ BRANCO RAMPINI – Não. Tudo com o estado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O estado.

A SRA. MARCELA DINIZ BRANCO RAMPINI – Tudo com o estado. E o que acontece? A cada recadastramento, parece que o estado dificulta, e aí cai o número de pessoas. O que acontece, Senador? São José do Vale do Rio Preto, não sei se o senhor conhece, é uma cidade rural. Temos agricultura, temos criação de frango. E o que acontece? Geralmente, os produtores, quando dão emprego, dão direito de morar numa casinha por um período temporário. E o que acontece? Se o recadastramento vem num período desses, essa pessoa não tem como comprovar que paga aluguel, pois ela está trabalhando e ela está tendo uma casa para morar. Quando você vai fazer o recadastramento, você tem que apresentar um documento, um comprovante de aluguel, você tem que apresentar agora um contrato, e a pessoa não tem. Aí a pessoa é cortada do aluguel social, porque não comprova que paga o aluguel e daí a pouco o período do serviço acaba. Ela fica sem o aluguel social e fica sem o emprego. Então, é muito difícil.

Em São José do Vale do Rio Preto, a nossa Prefeitura doou ao estado um terreno para a construção das unidades habitacionais. Esse terreno, Senador, fica do outro lado da estrada principal, da Silveira da Motta. É aquela famosa ponte. Era uma exigência da Caixa Econômica que tivesse uma ponte para que se pudesse atravessar o material de construção para fazer o conjunto habitacional, porque já foram feitos diversos projetos, Senador. Senador, nós já participamos de tantos programas habitacionais e nenhum saiu.

E o que aconteceu? Nós já viemos a Brasília duas vezes. Já fomos ao Palácio Guanabara umas três vezes receber as nossas 120 unidades, e até hoje São José do Vale do Rio Preto, nada! São José do Vale do Rio Preto conta com aluguel social de R$400 há 11 anos. Senador, onde é que a gente paga um aluguel com R$400?

Eu queria pedir...

A SRA. MARILENE MARTINS MORELLI – Essa história do aluguel social é em todos os municípios. Eu represento 153 famílias e só 49 recebem aluguel social.

A SRA. MARCELA DINIZ BRANCO RAMPINI – E o que acontece, Senador? Eu queria pedir que o aluguel social fosse revisto para as demais cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em São José do Vale do Rio Preto, 120 famílias aguardam uma unidade habitacional. Tem gente que fala assim: "Ah, é pouco". Não, não é pouco, é uma cidade pequena, com 24 mil habitantes. Então, a demanda é grande. Eu pergunto: do que é que nós precisamos? De um plano habitacional que funcione; nós precisamos de política humanizada, que nós não temos; e nós precisamos dar dignidade a essas famílias.

Senador, São José do Vale do Rio Preto não teve vítimas fatais no dia da tragédia de 2011, mas temos vítimas que vão morrendo um pouquinho todos os dias, ao longo desses 11 anos. Em um desses projetos que foram feitos para a minha cidade, uma pessoa foi chamada, uma família foi chamada para ver o apartamento que receberia. O Sr. Brás foi com a D. Maria Luiza...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em que ano isso? Só para poder situar...

A SRA. MARCELA DINIZ BRANCO RAMPINI – Oi?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em que ano isso?

A SRA. MARCELA DINIZ BRANCO RAMPINI – O ano da nossa tragédia foi 2011 e, durante vários anos, Senadores... Em 2013, houve projeto que mostraram para a gente e, mais na frente, fizeram outros projetos... O que é que aconteceu? Foi nos dado direito de indenização também. Um belo dia, chamaram a gente e falaram assim: "Vocês escolheram a indenização. A partir de hoje, não contem mais com essa hipótese. Vocês perderam a casa, vocês só têm direito à casa".

Senador, eu tenho aqui o papel de indenização da minha casa. É vergonhoso. Sabe quanto que é a minha indenização? Vinte e um mil reais. Está aqui o caquinho que sobrou da minha casa, mas só devem ter avaliado aqui a parede que sobrou, não é, Senador?

Aí, o que é que acontece? Um belo dia, chamaram a gente lá. "Se vocês não assinarem querendo a casa, trocando, vocês vão perder o direito a qualquer coisa". Só que, naquela época, a gente não tinha a experiência que a gente tem hoje. A gente estava fragilizado com a situação, a gente só queria um teto. Então, a gente foi coagido, a gente foi coagido pelo Governo do Estado a assinar – está tudo aqui – e a gente assinou, abrindo mão da indenização, querendo a unidade habitacional, achando que já ia sair dali a uns dois anos. E estamos aí onze anos esperando.

Em um desses projetos, a D. Maria Luiza foi chamada com o Sr. Brás Matos Diniz para ver o projeto da casa dele. Ele acabou de ver o projeto, os dois saíram dali felizes, do canteiro que tinha ali, do canteiro do Estado, e a D. Maria Luiza tinha umas coisas para resolver no centro da cidade e falou com ele: "Brás, vamos resolver comigo?" Ele respondeu para ela: "Não, estou tão feliz que eu vou te esperar em casa". Ele pegou o ônibus e foi. Ela ficou pelo centro, resolvendo o que tinha para resolver e ele chegou em casa eufórico com a casa que ele receberia. Quando ela chegou em casa, ela o achou caído, aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pés da cama, morto. Ele infartou. Ele é meu tio, ele infartou e nunca recebeu a unidade habitacional dele. Hoje a minha tia, já idosa, com um primo com problemas mentais, aguarda uma unidade habitacional, recebe um aluguel social de R$400, que já não paga mais um aluguel.

É em nome dessas famílias que eu estou representando, Senador. Eu quero um olhar humano; eu quero uma política humanizada; eu quero um plano de habitação que funcione, que não fique só em teorias. Nós já participamos do Somando Forças, do Minha Casa, Minha Vida, agora nós temos Casa da Gente, Casa Amarela...

Isso vai acabar, e como vai ficar São José do Vale do Rio Preto? Como vai ficar Sumidouro, que também é uma cidade pequena, que também conta com projeto de 120 unidades? É cidade pequena, mas não menos importante, porque nós estamos falando de vidas, não estamos falando de números. Mas nós somos apenas estatísticas para o Governo do estado. Só que nós queremos ser vistos com olhares humanos.

E eu estou aqui representando as famílias de São José do Vale do Rio Preto, Senador Romário, que são esquecidas. São poucos do nosso poder público, do nosso Executivo e do nosso Legislativo que vêm aqui buscar pelas vítimas. Poucos, não; nenhum vem aqui buscar por nós, vítimas de 2011. Essa é uma batalha da comissão. Hoje, quando fala da comissão, hoje nós somos um corpo. Hoje não existe Marcela, Marilene, Cláudia e Laura individualmente; hoje nós somos um corpo. E assim nós crescemos, e assim nós queremos ver tudo solucionado.

Assim, agradeço a oportunidade de estar aqui, e conto com o apoio de vocês, porque São José do Vale do Rio Preto clama por socorro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Marcela! Muito obrigado pela sua colocação.

Mais uma vez, quero dizer que o que esta Comissão puder fazer objetivamente e o mais rápido possível para tentar solucionar muitos desses problemas que existem há muitos anos, esta Comissão, com certeza, vai fazer.

Quero passar a palavra agora à Sra. Laura Fermiano, representante da Comissão de Vítimas das Enchentes de Teresópolis. Ela está *online*.

Por favor, Sra. Laura.

A SRA. LAURA FERMIANO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador!

Eu cumprimento todos os participantes, presentes ou *online*, na presença do Presidente dessa Comissão, Senador Romário, na presença do Relator, nosso querido Senador Carlos Portinho, e cumprimento as minhas amigas Marcela Diniz, Cláudia Renata e Marilene Morelli. Confesso que não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como não rolarem as lágrimas vendo vocês sentadas aí. Tudo que a Cláudia colocou é como um grito de socorro, de desespero, e eu faço minhas as palavras das meninas, faço das palavras das meninas as minhas palavras, e é com o coração muito ferido, muito triste, muito chateado que eu quero desejar os meus mais profundos sentimentos a todas as famílias enlutadas da cidade de Petrópolis, mais uma vez uma lacuna aberta, mais uma vez contabilizando os mortos, e, de verdade, isso nos deixa muito indignadas.

Quero agradecer o convite do Senador Portinho. Ele já sabe o motivo pelo qual não estou presente. Meu filho está operado, há 15 dias, e, então, não teria como eu deixá-lo em casa. Meu braço direito, o Sr. Moisés Angelo, que me ajuda aqui no meu grupo de moradia Resgate da Cidadania Resiliência, que eu represento aqui, em Teresópolis, também fez uma cirurgia e teve que voltar para o hospital porque houve uma complicação. Eu não teria como eu me ausentar aqui da cidade. Então, eu quero dizer por que não estou aí pessoalmente.

Na verdade, Senador Romário, me faltam até palavras. Eu, que sou uma mulher que fala muito, eu anotei algumas coisas aqui que eu acho importantes.

Só para complementar a fala das minhas amigas, eu gostaria de começar a minha fala com dois artigos muito importantes para mim – aonde eu vou sempre falo disso – da nossa Constituição. São eles: art. 5º "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]", isso não tem sido feito, nós não estamos sendo tratados como iguais perante a lei; art. 6º "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia [...]", fora as outras coisas desse artigo, que também não estão sendo feitas.

Eu estou nessa luta por moradia há 11 anos. Desde a chuva de janeiro de 2011, foram à minha casa. A minha casa não caiu, o meu bairro foi todo afetado e, alguns dias depois da chuva, a Defesa Civil foi lá e marcou a minha casa. Um dia eu acordei com uma kombi do conselho tutelar e da Força Nacional dando um prazo, para mim e para todos do meu bairro, de 24 horas para sair com o meu filho, senão eles levariam meu filho para um abrigo.

Isso é algo, Senadores e todos os presentes, que até hoje me deixa com um senso de justiça muito grande. Foi aí que eu vi que eu tinha que lutar por mim, e a vida foi me levando para lutar por todos da minha cidade, da comissão, da qual tenho o maior orgulho de fazer parte hoje. É muito fácil chegar para alguém e dizer: "Você tem 24 horas para deixar essa casa porque tem risco para o seu filho". Meu filho tem síndrome de Down e, na época da tragédia, ele tinha 13 anos; hoje, 11 anos depois, ele tem 24. É muito fácil chegar para uma mãe e dizer que você tem 24 horas para deixar sua casa, senão nós vamos levar seu filho para um abrigo. E 11 anos depois, 11 anos depois, ninguém, ninguém, absolutamente ninguém – e eu fiquei muito feliz quando vi que está sendo transmitido ao vivo, então sei que vai ficar gravado –, ninguém, 11 anos depois, absolutamente ninguém veio saber onde coloquei meu filho. Só me deram prazo para sair. E foi aí que começou a minha luta, por uma indignação, pelos direitos dos arts. 5º e 6º, que não são cumpridos para nós que perdemos nossas casas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu comecei a lutar por mim, conheci uma associação na época, fui fazendo parte e, quando vi, hoje estou aqui, uma resiliente da tragédia de 2011, montamos a comissão e somos resilientes de todas as tragédias de anos anteriores e anos posteriores, Senadores, porque nós todas perdemos nossas casas e nós quatro viramos responsáveis por essas famílias. Salvo engano, nós também precisamos de ajuda. E até hoje nenhuma de nós – não sei se vocês notaram, nós estamos as quatro emocionalmente muito abaladas –, até hoje nenhuma de nós foi procurada por ninguém: "Ah, vocês querem pelo menos conversar, um copo d´água?". Não, nós viramos psicólogas, nós viramos advogadas, nós viramos mães dessas famílias, nós viramos protetoras dessas famílias, e nós também somos vítimas. Então, vocês imaginem o que passa dentro de nós.

Durante esses 11 anos, Senadores, eu particularmente já vivi muitas coisas. Nós temos aqui, olhem – eu tenho, aqui na minha mão –, um dossiê das tragédias de 2011, que foi feito em 2014, pela Alerj. E nesse dossiê, nós temos tudo que vocês imaginarem, encostas, desvios de dinheiro e tudo mais que aconteceu, e até hoje, nada foi feito.

A todos os lugares aonde eu vou – as meninas que estão aí não me deixam mentir –, eu sempre falo: gente, essas chuvas podem acontecer de novo. E eu ouvi uma vez de um secretário – claro que eu não vou citar nome – que eu era uma pessoa muito pessimista. "Ai, Laura, você tem que ser otimista. Você é muito pessimista. O raio não cai duas vezes no mesmo lugar!".

E hoje nós estamos aí, junto com a Cláudia – porque a dor de uma é a dor de todas; a luta de uma é a luta de todas –, estamos, mais uma vez, aí, com a minha companheira Cláudia Renata, contabilizando os mortos, tentando colocar nossas famílias no aluguel social, aluguel social esse, Senadores, que, para nós que ainda estamos esperando, está sendo cortado. Muitas famílias não conseguiram receber, muitas famílias tiveram que entrar na Justiça para conseguir.

E aqui, na minha cidade, a gente ainda tem um problema muito grande, que eu acho que é o mesmo problema das quatro cidades: famílias que conseguiram seus aluguéis sociais na Justiça, por ordem judicial, estão sendo cortadas, porque existe, no decreto – o decreto diz – que o aluguel social é pago por um ano, podendo-se prorrogar por mais um ano. Então o juiz entendeu que seriam só dois anos. Então essas famílias estão sendo cortadas dos seus aluguéis sociais.

Só, Senadores, que nós vivemos... Eu gostaria muito que isso ficasse bem cravado no coração de vocês que estão nos ajudando aí com essa Comissão e, como eu confio muito no Senador Portinho – primeiro em Deus; depois na palavra do Senador Portinho –, eu tenho certeza de que essa Comissão não vai ficar em vão. Eu gostaria muito que vocês anotassem tudo que as lideranças estão colocando aqui em pauta. Por quê? Somos nós... Desculpem a falsa modéstia, assim, não é? Somos nós, lideranças, que sabemos a dor e as necessidades dessas famílias. E, muitas vezes, nós não somos ouvidas e não somos respeitadas como estamos sendo agora pelo Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria muito que vocês revissem muitas coisas. Como pode uma família que perdeu sua casa perder seu aluguel social? Sendo que o Governo deixou um decreto, e nesse decreto, as famílias, aqui nas nossas cidades, tinham três opções – isto era para as quatro cidades: a indenização, a compra assistida e o apartamento, que seria para quem perdeu tudo. Isso, no meio do caminho, se perdeu, Senadores. Um belo dia, a gente acordou, e o Governador da época disse: "Não, não tem mais indenização e compra assistida, só apartamento".

E aí eles deram um documento para as nossas famílias, que aceitaram o apartamento, e, nesse documento, dizia que até a entrega da chave, as famílias receberiam aluguel social. Isso não está sendo cumprido. Isso, para mim, é um erro muito grave, não é? Se a família não recebeu, ela tem que continuar sendo assistida pelo aluguel social.

Outro erro muito grave: nós moramos na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, e principalmente Petrópolis e Teresópolis – não querendo desfazer das cidades das minhas amigas – são cidades turísticas. Então, Senadores, não existe casa fora de área de risco por R$500.

Então, todas, todas – eu falo isso com precisão –, todas as nossas famílias que não têm condição financeira de colocar mais um pouco de dinheiro para morar num lugar melhor ainda continuam em área de risco. São R$500 – R$500! Há 11 anos são R$500! Literalmente, não tem como, Senadores, não tem como.

E a gente ainda tem problemas. Há famílias que, como não conseguem pagar o aluguel social – o aluguel, desculpem –, porque os R$500 não dão, estão voltando para as suas casas interditadas. Quando elas têm casa, ainda, para voltar. Porque a maioria das casas ou foram demolidas pela Defesa Civil, ou foram com as águas, ou estão invadidas, porque o poder público simplesmente nos tirou, mas não está tomando conta das áreas interditadas.

Eu – eu, Laura –, Senadores e todos os presentes, já fui à minha casa duas vezes. Fui duas vezes à minha casa interditada – porque me deram 24 horas para sair – tirar pessoas que tentaram invadir minha casa. E, assim, a gente está lidando com o emocional, com a nossa perda, porque não é fácil você perder, da noite para o dia, a sua identidade. Às vezes, você faz uma casinha com muito sacrifício, para a gente é com muito sacrifício, você faz aquela casinha ali com o seu jeitinho, coloca o que dá, dentro das suas condições, e de repente, por uma vontade de Deus – a gente pode dizer assim, porque quem manda na natureza é o nosso Deus –, você se vê sem nada. E aí você ou perde tudo ou é obrigado a sair e vê que o poder público só te mandou sair. Eu, que sou dona, não pude morar, mas o bairro em que eu nasci e cresci – a minha identidade está toda ali –, está todo invadido, Senador Portinho. E quando a gente vai questionar na Defesa Civil – muito embora eu tenha um carinho enorme pela minha Defesa Civil, quero parabenizá-la também –, existem erros, nós somos humanos e por isso eu acho que esta Comissão é importante. Tem que se acertar o que está errado. Quando eu vou questionar – coronel, por favor, o bairro está todo invadido –, olhem a resposta que eu tenho: " Laura, infelizmente, a gente não pode removê-los".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como assim? Eu tive 24 horas para sair, com uma criança especial, e quem invadiu pode ficar? Então, os valores estão invertidos.

Eu gostaria que esta Comissão nos ouvisse mais. Trinta dias eu sei que é muito pouco diante de uma luta de 11 anos. Eu tenho família de 87 – estou com 44 anos – e sempre morei num bairro muito pobre. Eu venho de uma comunidade. Desde que eu me entendo por gente, Senadores, desde que eu me entendo por gente, no bairro onde eu moro cai barreira, em época de chuva. Sempre, sempre, sempre. A gente já perdeu filha de amigos. Meu pai já ajudou a desenterrar amiga minha, que, graças a Deus, sobreviveu, mas infelizmente o filhinho dela morreu soterrado. Eu era menina. Então, a gente sempre vai ver isso na Região Serrana, essa lacuna não vai fechar.

Eu gostaria que fosse revista essa história do aluguel social, que fosse humanizado. Eu gostaria que fosse revista a história das invasões, porque a gente fica com um sentimento de injustiça. Por que é que eu não pude morar e o invasor pode ficar? Eu gostaria, também, que revissem os decretos que são feitos.

Senadores, os decretos... Os decretos nos magoam, porque não são humanizados. Quem perde casa perde humanidade. Quem perde casa perde dignidade. Por quê? Nós temos, ao longo desses anos, vários decretos; o que está em vigor hoje é o 44.520/2013, em Teresópolis, que ainda nos dá direito à indenização, o que também não é cumprido. Quando a gente vai questionar sobre indenização... E eu já conversei sobre isso com o Senador Portinho, porque existem famílias, Senadores, que, realmente, não têm condição de morar num apartamento, ou porque têm filhos especiais, igual ao meu, que canta o dia inteiro – agora ele está dormindo, ele está operado, então, de noite, ele não está dormindo, ele está dormindo durante o dia, e eu estou até deixando-o dormir para eu descansar também –, ou porque têm filhos especiais, ou porque têm filhos esquizofrênicos, ou por vários motivos.

Então, eu gostaria que fossem revistos os decretos, porque nós precisamos, sim... Como é o caso da Marcela que está aí: a Marcela tem um filho especial também, que não se enquadra para morar num apartamento, e a gente sabe que apartamento tem suas regras.

Então, eu gostaria que os decretos fossem revistos e que fossem humanizados, porque, Senador, nós entendemos a vontade do Governo Federal, estadual e municipal de nos ajudar, mas entendemos também o art. 5º: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", e nós temos famílias que foram indenizadas e temos famílias que fizeram a compra assistida. Isso não pode se perder no caminho se o nosso art. 5º diz que todos temos o mesmo direito. Nós queremos o direito de escolha.

Quero, também, deixar a minha indignação em relação a algumas coisas que a gente vive.

Minha cidade, por exemplo, em 11 anos, acho que sete ou oito Prefeitos. Então, fica difícil de você sentar numa secretaria de desenvolvimento social e tentar arrumar a casa. Fica muito difícil. Agora que a gente está com um novo Prefeito que está tentando nos ajudar um pouco mais, mas nada sai do papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teresópolis, 500 unidades aí, para que já saiu o chamamento público três vezes – não é, meninas? –, se eu não estou enganada. Por três vezes, eu já chorei, por três vezes, eu já comemorei, e as nossas 500 unidades não saem do papel. E detalhe, Senadores, essas 500 unidades são para famílias de 2011 ainda, porque nós ganhamos 1,6 mil unidades e não foi suficiente para comportar as nossas famílias. E eu, como estava nisso desde o início, estou nisso desde o início, sempre falei: "Gente, o Governador não pode fazer isso. Ele está dizendo que o número de unidades é muito maior do que o número de vítimas e, por esse motivo, ele está tirando a indenização e a compra assistida". E deu o que deu: faltou unidade habitacional.

Hoje temos aí um novo programa habitacional do governo do estado, o Casa da Gente, acho que é isso, Casa da Gente, e, assim, vimos uma companheira nossa de luta, na semana passada, num evento do Governador Cláudio Castro, no grito – e quero dar meus parabéns para ela, porque acho que ela lavou a alma de muitas lideranças. Desculpa, Sr. Allan, eu sei que o senhor está aí, mas ela lavou a alma de muitas lideranças e, de verdade, ela falou o que eu tinha vontade de falar, o que eu tenho certeza de que todas nós lideranças temos muita vontade de falar, de gritar, de dizer: "Olha, a gente está aqui!". E moradia tem que ser muito importante, porque tudo é muito bonito, mas, se a gente não tiver um lar, se a gente não tiver um local para chegar do nosso serviço e respirar e dizer "isto aqui é meu", a gente perde a nossa identidade.

E, aí, no grito – eu não sei o que aconteceu –, mas ela conseguiu a licitação dela lá para algumas moradias. E eu estou aqui aguardando, porque as moradias do Alemão saíram junto com as de Teresópolis. E eu espero, de verdade, que eu não precise conseguir isso no grito. Eu quero conquistar isso para as minhas 500 famílias no diálogo. E eu sei que é possível, Senador Portinho; eu sei que é possível.

E eu ainda tenho mais 340 famílias, que são de uma outra tragédia, de 2012. Olha só: a gente teve uma chuva em 2011 e uma chuva muito forte em 2012, que desabrigou e desalojou 340 famílias. Então, eu sou hoje representante – eu estou, não é? – de mais de mil famílias que estão aguardando suas moradias.

Na verdade, eu gostaria que esta Comissão realmente entenda o que é humanizar, entenda o que é a dor de uma família que está há 11 anos esperando por alguma coisa e vivendo de um aluguel social, um aluguel social que todos os meses... A gente tem os nossos grupos, e as famílias ficam assim: "Gente, o aluguel social já saiu? Gente, o portal já abriu? Gente, será que o aluguel social vai sair?". É muito triste isso; é muito triste isso!

Então, eu gostaria muito, do fundo do meu coração, do fundo do meu coração, que nós pudéssemos, de verdade, Senadores, fazer com que as nossas famílias, as famílias que nós representamos – e nós também somos umas delas: eu não tenho casa, a Marilene não tem casa, a Marcela não tem casa –, que as nossas famílias pudessem um dia respirar e dizer: "Eu novamente tenho um lar, eu novamente tenho dignidade, eu novamente posso deitar minha cabeça no meu travesseiro e dizer 'essa casa é minha; eu voltei para o lar'".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gosto muito de falar que, quando o justo governa, o povo se alegra, mas, quando o ímpio governa, o povo geme. Isso é bíblico. E, de verdade, eu consigo entender, Senador Portinho, que Deus tem te usado, Senador, e deixe Deus te usar, porque até os governantes é Deus que levanta. Muito embora a gente não consiga entender alguns, mas até os governantes é o nosso Deus que permite.

Continuo usando essa oportunidade que Deus me deu para fazer com honra, como o senhor tem feito para todos nós.

Senador Romário, eu não sei se o senhor se lembra de mim, mas eu já tive a honra de conhecê-lo. Já almocei com o senhor aqui na minha cidade – eu e o meu filho, Douglas. Então, eu sei também que nós estamos na mão de dois excelentes Senadores, que têm, sim, um olhar sensível à dor das pessoas.

Cláudia, eu te amo, eu te amo muito! Marilene, Marcela, vocês não são só as meninas da comissão; vocês são minhas irmãs em Cristo Jesus; vocês são minhas irmãs de luta; vocês são minhas companheiras! E onde uma está, com certeza, todas vão estar representadas.

E como você diz, Cláudia: Deus não une vidas, Deus une propósitos. E o meu maior sonho, Senador, é deixar uma casa para o meu filho, porque eu só tenho ele; é, se um dia eu faltar, eu saber que a casa da qual me deram 24 horas para sair com ele... Eu saber que eu não vou estar mais aqui, mas que ele tem um lar para dizer que é dele. E eu luto por isso há 11 anos. E não só por mim, mas pelas mais de mil famílias que eu represento, porque hoje se a gente for fazer uma conta, juntando Petrópolis, Teresópolis, Areal e São José do Vale do Rio Preto, eu nem sei quantas famílias seriam.

E eu espero que esta Comissão e todos, todos, todos que a nossa voz alcançar, que sejam pessoas que têm o poder da caneta na mão, possam ter a sensibilidade de entender que moradia é lei – art. 6º – e que a nossa Constituição deve ser respeitada. Que nós, todos nós, principalmente as lideranças, possamos ter força para aguentar as bordoadas – desculpem a minha fala – que essa luta tem nos dado.

Às vezes, Senador, a gente chega em algumas reuniões e alguns secretários não nos entendem e, às vezes, nos tratam até mal. Mas eu entendo, a gente é chata mesmo. E sabe por quê? A ferida que está aberta é dentro de nós; a dor é dentro de nós; e nós é que estamos contando os nossos mortos, perdendo nossos amigos e familiares. (*Pausa.*)

Desculpem. E isso é muito triste.

Então, hoje quem está aqui junto com as meninas não é só a liderança Laura, é a mãe, a mulher e, principalmente, a cidadã brasileira Laura, que espera, de verdade, poder ser ouvida e poder ver o povo que ela representa respirar e parar de viver à sombra de um aluguel social e ver as minhas famílias que sofrem tanto e estão morrendo pelo caminho sem ver suas casas poderem ter dignidade de volta.

Eu agradeço o meu momento de fala com uma certeza muito grande no meu coração de que ainda temos muita luta pela frente, mas também com uma incerteza muito grande no meu coração: que Deus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está, sim, agindo nessa manhã e tocando no coração de alguém para ver a nossa dor e para entender que não é fácil ficar contabilizando os nossos mortos e que não é fácil todas as noites que chove a gente ficar preocupada com as nossas famílias que ainda estão em área de risco.

E o meu término: por favor, humanizem, porque todos os projetos para o Minha Casa, Minha Vida – e agora mudou o meu nome – para a gente não dá, Senadores, porque se a gente for comprar, se a gente for tentar comprar um Minha Casa, Minha Vida, a nossa renda não dá. Então, esses projetos para a gente são falhos.

Humanizem isso. Façam projetos que entendam que as pessoas que perdem suas casas não moram em áreas de risco porque querem, mas porque é o único lugar onde a gente pode construir as nossas casas. Que a gente possa ter dignidade e que vocês possam, sim, como disse a Sra. Marcela, a arquiteta, fazer um estudo melhor para que as famílias que vão para a área de risco possam ter suas casas em lugares mais seguros e parem de enterrar os seus entes queridos.

Eu deixo para todos vocês o meu carinho, o meu agradecimento. Espero que eu não tenha ofendido ninguém com a minha fala. Espero que a minha fala, não só a minha, mas a das minhas companheiras que estão presentes aí, possa ficar cravadas no coração de vocês.

Quero deixar também, para terminar...

Eu já falei em terminar três vezes, não é? É porque a gente custa tanto a ter voz, Senador, que quando a gente tem voz a gente quer falar.

Eu gostaria de deixar para o nosso Governador Cláudio Castro; para o nosso Secretário de Habitação, Sr. Max Lemos; para o nosso Subsecretário, Allan Borges; para o nosso Secretário também Matheus Quintal; para o meu Prefeito Vinicius Claussen; para o Prefeito da Cláudia, que está presente, Rubens Bomtempo; e para o Prefeito Gutinho, da Marcela, cujo nome não lembro: que vocês possam entender que liderança é necessário. E que vocês possam até agradecer a Deus pelas lideranças, porque muitas vezes somos nós lideranças que seguramos muita coisa, principalmente quebra-quebra, principalmente pessoas que às vezes dizem "ah, eu vou lá, vou acabar com tudo", e a gente "não, calma, vamos tentar construir isso no diálogo, a gente está aqui". Então, que vocês possam respeitar as lideranças, porque a gente não está aqui porque quer, não; vocês podem ter certeza de que a gente caiu de gaiato.

E uma coisa eu vou deixar bem certa para vocês: a gente não tem vontade de recuar. Nós vamos ficar aqui porque nós somos vítimas, nós somos resilientes e nós somos famílias que também precisamos de casa. Então, só quero deixar isto: que vocês entendam que liderança é necessário para que possa existir um diálogo muito bom com vocês. E que esse diálogo, que essa ponte possa ser feita, porque a Cláudia tem reclamado muito que ela não tem sido ouvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Portinho, o meu carinho, a minha admiração. O senhor dispensa todas as minhas palavras, porque o senhor já sabe.

Senador Romário, muito obrigada por tudo. Que Deus possa abençoar vocês, esta Comissão, este dia, a nossa vida, as nossas famílias, os nossos governantes e o nosso Brasil.

Muito obrigada.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Laura, eu não tenho nem muito o que falar, não é? Eu que lhe agradeço. Esta Comissão que agradece a participação de vocês – Laura, Cláudia, Marilene e Marcela, porque vocês definitivamente são a voz das pessoas que estão sofrendo, das pessoas que precisam definitiva e urgentemente da ajuda do poder público tanto municipal, estadual como federal.

São muito emocionantes e comoventes esses depoimentos de vocês aqui. Esses depoimentos só reforçam o que nós temos realmente que fazer: objetivar e trazer resultado – não é isso, Senador? – rapidamente para esses vários problemas que acontecem, ao longo desses anos aí, com essas tragédias nessas cidades da Região dos Lagos.

De coração, eu, como Presidente desta Comissão, como Senador, como pai, como cidadão fluminense, agradeço a presença de vocês, de coração, de verdade! Muito importante a presença de vocês aqui. Vocês deram uma aula de que não adianta mais ficar falando, prometendo. Isso, vocês já passaram. Vocês já estão cheias de ouvir isso. Agora, está na hora de atuar, de agir!

Eu acredito que o nosso Prefeito Rubens Bomtempo; o nosso Subsecretário de Habitação, representante do nosso Secretário Max Lemos; o nosso Daniel Moraes de Albuquerque, Diretor de Recuperação Ambiental do Inea; e o nosso Alexandre Lucas Alves, Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério de Desenvolvimento Regional, estejam ouvindo, prestando atenção e entendendo a dor dessas pessoas que estão sofrendo – não só sofrendo hoje; já estão sofrendo há muito tempo.

Então, está na hora de resolver, está na hora de agir, está na hora de fazer!

Mais uma vez, muito obrigado a vocês quatro pelo que colocaram aqui para a gente.

Quero passar a palavra, agora, ao nosso Prefeito de Petrópolis, Rubens Bomtempo.

Antes, dou a palavra ao nosso querido Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não podia deixar de comentar. Está aqui a nossa Senadora Leila. Foi muito importante ela ter ouvido vocês desde o início. Eu conheço parte da história. Não há como não se emocionar.

Na verdade, esta é uma Comissão do Poder Legislativo. Acho que a vontade de todos nós aqui – não é, Senador Romário? – é de tirar o paletó, pegar o tijolo, o cimento e começar a construir. Mas esta Comissão atinge já um resultado a partir do momento, primeiro, em que dá voz, todo este espaço, para que todos possam conhecer a história de cada um de vocês.

São quatro mulheres, Senadora Leila. Não há homens nessa liderança. São mulheres guerreiras, que têm uma história sofrida, mas que estão com um sorriso. Não recuam, como disseram.

Quantos Governos passaram?

Esta Comissão também, Cláudia, tem uma função. Espero que não seja só mais um relatório também. Eu espero realmente que, objetivamente, a gente possa fazer propostas a quem executa: Governo, estado, município.

Petrópolis, sozinha, não vai construir as 3,5 mil unidades – não há recurso para isso –; Teresópolis não vai construir, se eu não estou enganado, Laura, 1,6 mil unidades; nem São José do Vale do Rio Preto, com a sua dificuldade, um município menor ainda, as suas mais de cem; assim como Sumidouro.

Areal – não é, Marilene? –, eu acompanhei, porque fui Secretário de Ambiente do estado. Quando assumi aqui o Senado, estive lá. Eu falei "não acredito", Senadora Leila. Quando eu saí da Secretaria de Ambiente, faltava construir a estação de tratamento e a pavimentação. Isso foi em 2014!

E encaminhei, como disse aqui a Marilene, Senador Romário, uma emenda para poder construir e entregar algo que estava pronto – as casas estão prontas em Areal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estão prontas.

Precisam, sem dúvida, agora, de um reparo pelo tempo, mas já estão lá os lotes separados, as casas construídas. Foram sete anos para construir pavimentação e estação de tratamento – R$5 milhões, Romário – para 153 famílias.

Felizmente, o Governo do estado vai ter oportunidade também de se manifestar sobre a minha emenda, e eu fico muito feliz porque acho que incentivou, deu um impulso e, se serviu para isso, já fico feliz.

E não à toa também, todas as autoridades de estado a gente deixou para falar depois, porque é importante, exatamente como disse o Senador Romário, que todos ouçam. Isso tem que ser um projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado, e não de governo. Não é porque mudou o Prefeito oito vezes, e você não sabe o que vai acontecer; mudou o Governador quatro vezes, e você não sabe o que vai acontecer.

Petrópolis e todos os municípios aqui envolvidos da Região Serrana – isso aqui é Região Serrana, a chuva podia ter caído em qualquer um desses e a tragédia seria a mesma – precisam do estado e, principalmente, precisam do Governo Federal. O Ministro Rogério Marinho, na tragédia do dia 15, no dia imediato mandou o seu Secretário nacional, esteve à disposição, conversou com o Governador, conversou comigo, mas o que precisa é anunciar onde e quantas unidades vão ser construídas, pelo menos para suprir esse déficit. São 6 mil unidades habitacionais na Região Serrana. Onde, como e quando?

Então, vamos passar a palavra, realmente, Romário, na sequência, às nossas autoridades. E a gente tem que entender que, se a gente não se unir, se a gente não somar força e reclamar... Quantos anos vocês estão reclamando, brigando, gritando, manifestando?

Um outro papel da nossa Comissão é tentar agora casar isso. Quem é que vai no estado, no município e no Governo Federal assumir a sua parte, numa boa? Construir?

Obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Rapidamente, Leila, só para concluir aqui.

Senador Portinho, onde? Pelo menos em Petrópolis a gente já sabe, porque ela tem a relação dos lugares onde podem ser construídas.

Por favor, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Eu vou ser bem rápida aqui.

Primeiro, quero agradecer a presença da Cláudia, da Marilene e da Marcela, e também do Alexandre ali. Eu me emocionei com a fala da Laura.

Você falou certo, Portinho, o projeto tem que ser do estado, sabe por quê? Porque os governos passam e as pessoas ficam ali se arriscando.

Há uma frase aqui da Laura que foi muito interessante – que ninguém constrói casa em região de risco porque quer a gente já sabe: elas estão ali porque não têm condições. Então, quando nós falamos de 6 mil unidades para serem construídas ou a necessidade de 6 mil unidades a serem construídas, isso quer dizer que é histórico. É histórico e a gente tem que fazer esse levantamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a primeira situação que a gente tem que levantar é a questão de fazer um mapeamento de terrenos públicos na região, fazer um levantamento dessa população que está em área de risco e realmente a Casa se debruçar, pelo menos passar uma sugestão a esta Comissão, uma sugestão pragmática de como resolver.

Agora, eu quero parabenizar os dois aqui. Acho que o Estado do Rio de Janeiro está bem representado pelos dois, pela acessibilidade e pelo compromisso com a população do Rio de Janeiro.

Eu tenho uma relação próxima, tenho um filho carioca, vivi uma vida ali, até hoje, mas estou hoje Senadora do Distrito Federal e a gente sabe dessas dificuldades.

Então, nessa questão das tragédias que são recorrentes nessas regiões, a gente não pode mais ficar calado. Nós não podemos mais deixar que o Estado seja omisso, sem provocarmos, sem reagirmos.

E, como – eu já ia falar os meninos, por causa do nível de intimidade – os dois Senadores falaram, é justamente isto: é entendermos que o nosso papel é de fiscalizar e provocar. E vocês podem ter certeza de que esta Comissão vai se debruçar, primeiro, em ouvi-los, porque foi incrível este momento aqui de ver lideranças, lideranças mulheres... Isso aqui sintetiza tanto, gente, o que é a mulher brasileira, o que é aquela mulher, enfim, ali, da base, aquela que é líder, que é mãe de família, que sustenta seus filhos, que trabalha dia a dia e que está aqui representando toda uma comunidade.

Muito orgulho de todas vocês. Vocês são uma inspiração para nós. E contem com todos nós aqui nesta Comissão. Estaremos juntos, de mãos dadas, não só com a Comissão, mas com Defesa Civil, com o Governo Federal, com o estadual e com o municipal, para trazermos as melhores soluções possíveis para todos aqui, principalmente para vocês, que foram os maiores atingidos. Não só suas casas, é importante lembrar as vidas que foram perdidas. Essas, sim, essas não voltam. As casas, o bem material, nós vamos, de alguma forma, tentar repor, mesmo pelo tempo que vocês já estão esperando, que são onze e tantos anos, mas as vidas, os filhos que se foram, os pais de família – porque houve filhos que perderam pais, mães que perderam filhos, e nós somos mães e sabemos muito bem o quanto que isso... –, isso não se recupera.

Então, nós não podemos mais deixar que isso aconteça naquela região.

Contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senadora Leila.

Muito obrigado pela presença.

É sempre um prazer tê-la com a gente.

Passo a palavra agora ao Sr. Prefeito Rubens Bontempo da cidade de Petrópolis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS BOMTEMPO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade que está sendo dada para poder me manifestar e falar um pouco da história da questão habitacional na nossa cidade, aqui, em Petrópolis, me solidarizar com todas as vítimas, não só das chuvas de agora, do dia 15 e do dia 20 de março, desse último domingo, mas também com aquelas que se encontram hoje aguardando o aluguel social, como foi muito bem colocado pelas representantes, pelas lideranças que aí se encontram.

Queria aqui fazer uma saudação ao Presidente da Comissão, Senador Romário, extensiva ao Senador Portinho, à Senadora Leila, ao Senador Girão, que esteve aqui em Petrópolis também.

Eu acredito que essa questão precisa ser discutida com muita profundidade. Eu me lembro de quando eu era médico, em 1988, e atuei àquela época ainda como voluntário nas chuvas de 88, aqui em Petrópolis, que deixou mais de 190 mortes. E foi um momento muito difícil da nossa cidade. Passaram-se vários anos – eu sempre militei na medicina, na área da saúde –, e, em 2000, eu me candidatei a Prefeito e me elegi pela primeira vez Prefeito da nossa cidade de Petrópolis.

Em 2001, já no meu primeiro ano, Petrópolis foi vítima também de uma grande chuva, que, naquela oportunidade, deixou 50 mortes – pessoas, infelizmente, perderam suas vidas – e mais de 400 famílias naquele momento abrigadas nas escolas, ou seja, desabrigadas. E ali a gente tomou a decisão de criar o aluguel social, que foi uma oportunidade que nós construímos como uma ferramenta social temporária, como um benefício temporário.

Eu tenho muito orgulho de dizer para vocês que, com parcos recursos, de 2002 até 2008, nós construímos diversos conjuntos habitacionais na nossa cidade – Conjunto Residencial Quitandinha, Conjunto Habitacional de Serrinha e Conjunto Habitacional do Castelo São Manoel – com muita dificuldade, porque tudo sempre foi muito feito com recursos do município, com muito pouca ajuda do Governo do estado, mas resolvemos ali habitação popular para boa parte dessas famílias, e outras, infelizmente, ficaram aguardando ainda a oportunidade de conseguir a sua moradia.

Quando eu voltei à prefeitura, em 2013, depois das chuvas de 2011, encontrei um passivo muito grande, como foi muito bem colocado pelas lideranças, principalmente pela Cláudia, de diversas famílias aguardando ali uma saída para que pudessem ter o seu imóvel novamente. Nós viabilizamos naquela oportunidade o terreno do Vicenzo Rivetti e também o terreno do Caetitu, que foi adquirido – funcionava ali um convento, inclusive, das irmãs de Sion –, e aí nós conseguimos viabilizar... Fizemos um chamamento público e conseguimos viabilizar o início das obras do Conjunto Habitacional Vicenzo Rivetti, isso ainda em 2013 para 2014. Chegando ao final do nosso Governo, em 2015 para 2016, as obras paralisaram, porque – essa também é uma outra tragédia que acontece aqui em nosso país – empresas assumem obras, e depois dizem que o valor construtivo do imóvel é muito caro, e depois ficam pedindo termos aditivos, e ficam desalinhando os orçamentos públicos, dificultando cada vez mais a construção e gerando, sobretudo, descontinuidade dessas obras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fizemos também o chamamento público lá do Caetitu, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. E aí era para resolver um problema histórico que era o das famílias não só das chuvas de 2011, mas também daquelas pessoas que ficaram sem a casa ainda das chuvas de 2001, de 2003, de 2005 e de 2008. E, para nossa surpresa, o Governo Federal, naquela oportunidade, falou que aquele conjunto habitacional só poderia ser construído para as vítimas das chuvas de 2011.

Então, o que eu quero dizer é que eu me solidarizo com a Cláudia e com as lideranças que estão aí quando falam daquelas que ficaram esquecidas. Poderia ter sido resolvido já, e elas terem ganho as suas casas já em 2011, desculpa, já em 2016 e em 2017, na construção do Conjunto Habitacional do Caetitu, o que até hoje não aconteceu. Enfim, isso tudo é muito difícil.

Mas vale a pena colocar que eu cheguei há três meses na prefeitura. Peguei uma chuva muito grande, já no dia 7 de janeiro, que me obrigou, inclusive, a decretar situação de emergência; peguei a chuva do dia 15 de fevereiro, chuva essa que foi a maior tragédia da cidade de Petrópolis; e, agora, no domingo, peguei uma grande chuva novamente – Petrópolis foi vítima de uma outra grande chuva –, que, infelizmente, deixou um passivo muito grande, porque foi o maior volume de chuva registrado em uma cidade em 24 horas. Então, essas são as nossas dificuldades reais que a gente tem que enfrentar.

As mudanças climáticas chegaram. As chuvas, agora, do dia 15 de fevereiro, foram chuvas atípicas, como essa também do dia 20. As barreiras que caíram e as avalanches vieram de onde a mão humana nunca encostou, vieram lá de cima, do topo dos nossos morros, de uma forma extremamente violenta, atingindo as nossas comunidades, inclusive até a classe média do centro da cidade. Então, as mudanças climáticas têm que estar na pauta, elas fazem parte de uma realidade.

Eu gostaria muito que tragédias como essa também nunca mais acontecessem, mas eu acho que a gente tem que, sobretudo, não se enganar com relação a essa realidade. A gente precisa trabalhar, cada vez mais, fazendo essa discussão junto com a academia, fazendo essa discussão junto com as lideranças comunitárias, para que a gente possa construir uma resiliência de médio e longo prazo e de forma sustentável, como foi muito bem colocado pela representante do IAB.

Eu acredito que políticas públicas de prevenção precisam, cada vez mais, estar na pauta, e não, simplesmente, a gente ficar falando de tragédia. Eu me refiro, por exemplo, ao PAC das Encostas, que foi uma conquista do nosso Governo, em 2014. Eu deixei, em 2016, mais de 40% do PAC das Encostas concluído e voltei agora à prefeitura, cinco anos depois, com apenas 12% concluídos nos últimos cinco anos.

Então, é muito difícil a gente discutir prevenção neste país, onde a gente também encontra uma rede de pluviômetros – que foi uma conquista também do nosso Sistema Nacional de Defesa Civil e já está em vigor há mais de dez anos –, muito, mas muito aquém daquilo que deixamos em 2016. Pegamos uma Defesa Civil em que a última viatura tinha sido comprada em 2015, no meu Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa trabalhar essa questão de uma maneira, realmente, como se fosse uma política de Estado, para que a gente possa garantir a sustentabilidade dessas políticas e não aconteça o que acontece hoje, quando grande parte desse diálogo fica rompido. Às vezes, como disse a Laura, lá de Teresópolis – e, Laura, você tem toda a razão –, como é que você vai conseguir dialogar com aquele Prefeito que foi eleito pelo povo, mas que não está mais lá? Ele já foi substituído por um outro que também não está lá. Isso é uma descontinuidade que faz com que as pessoas percam, sobretudo, a memória.

Por isso, eu quero criar – e vou criar – o Instituto de Geologia da Serra de Petrópolis e vou fazer operação técnica com os Municípios de Teresópolis, Friburgo, Areal, Sumidouro, São José e todos os outros municípios, para que a gente possa ter uma Região Serrana realmente mais segura, porque esse problema é um problema que chegou para ficar, e a gente precisa cuidar. Agora, a gente precisa ter, sobretudo, o diálogo e o respeito e um ambiente em que a gente possa, sobretudo, olhar olho no olho e saber que cada um está aqui para tentar dar sua contribuição enquanto está à frente do poder público.

Eu sou médico, não sou nenhum político profissional. Quero aqui ajudar com a minha experiência e com aquilo que eu consegui acumular de visão, para que a gente possa fazer uma cidade melhor todos os dias, para que a gente possa fazer uma cidade mais humana, como foi muito bem colocado por vocês, onde o fator humano possa ser realmente o fator norteador.

É triste, mas nós fizemos – e sei que é muito difícil – um plano municipal de risco em 2007, e esse plano municipal de risco apontou que existem, de fato, não somente as pessoas que estão aguardando o aluguel social, mas mais de 15 mil famílias que vivem em áreas de risco na nossa cidade. Mais de 15 mil famílias! É um número que não podemos esquecer, é um número que não podemos ignorar. Eu tenho certeza de que, depois dessa chuva, novas áreas que não eram de alto risco passam também a ser áreas de risco, e, consequentemente, esse nosso mapa de risco vai ser revisado e vai ser, infelizmente, aumentado.

Então, a gente precisa trabalhar com muita seriedade. Esse é um problema muito difícil, é um problema que envolve, sobretudo, a desorganização do ordenamento urbano. Nós temos aqui um plano diretor com mais de 30 anos, e a gente tentou utilizar essas ferramentas de gestão para poder induzir cada vez mais o crescimento para as áreas de distrito do nosso município – e assim aconteceu nesses últimos 30 anos –, para que a gente pudesse desconcentrar o Primeiro Distrito, inclusive utilizando como instrumento e como um fator indutor o transporte público, quando foi implantada, inclusive, a tarifa única, permitindo que a pessoa pudesse morar nos distritos e, de alguma forma, também trabalhar no Primeiro Distrito. Enfim, eu acho que a gente tem que contribuir muito para que a gente possa fazer essa discussão, mas essa é uma discussão que a gente precisa fazer envolvendo todos.

É bom lembrar que o Morro da Oficina, lugar mais atingido, de onde eu também perdi muitos amigos – porque eu sou oriundo do alto da serra e faço questão de deixar aqui este registro –, muitos amigos da minha infância ficaram ali, é uma área federal, e a gente precisa também corresponsabilizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só o Governo municipal e o estadual, mas também o Governo Federal, que não cuidou e nem cuida das suas terras que se encontram nos municípios. É importante o Governo Federal também assumir a sua parte, porque o Morro da Oficina era o antigo Pátio da Leopoldina, por onde subia o trem, que foi desativado em 1966 e nunca mais subiu a nossa serra. Esta é uma realidade: as pessoas que moram lá são filhas e netas dos ferroviários que ali residiam, pessoas humildes, pessoas que eu conheci na minha infância e que merecem todo o nosso respeito.

Então, eu acredito que a gente tem que fazer este debate levando em consideração tudo aquilo que já aconteceu para que a gente não incorra nos erros passados.

Em relação à chuva propriamente dita, que aconteceu no dia 15 e que é objeto, inclusive, desta Comissão, eu tive o prazer de receber aqui os Senadores, fizemos aqui uma apresentação, para que a gente pudesse demonstrar todas as ações realizadas. Eu faço questão de democratizar esse material, para que a gente possa mostrar para todos vocês – e peço ao anfitrião para desativar o compartilhamento e dessa forma eu poder colocar a tela plena – e para os participantes poderem ver tudo que nós fizemos nesse curto espaço de tempo, sabendo que, de domingo para cá, houve mais uma tragédia dentro da tragédia, e a gente recuou em muito em relação a tudo que tínhamos feito durante esse período tão curto de 32 dias.

Se houver a possibilidade, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Prefeito, primeiramente, a gente entende que há uma importância muito grande a apresentação desse trabalho, desse material, mas eu acredito que, neste momento, nós temos mais seis, sete pessoas que ainda vão falar.

A gente vai fazer o seguinte, com o seu consentimento também, se for possível: a gente vai fazer cópias dessa apresentação e passá-las para as pessoas que estão participando presencialmente e por vídeo, porque seria mais prudente neste momento. Pode ser assim?

O SR. RUBENS BOMTEMPO (*Por videoconferência.*) – Pode, sem problema.

Eu só queria concluir então dizendo que, nesse período, num curto espaço de tempo, do sábado de Carnaval até domingo passado, nós conseguimos 700 aluguéis sociais para 700 famílias e transferimos mais de 350 famílias que se encontravam nos pontos de apoio.

Quero dizer também que isso foi possível somente porque conseguimos uma excepcionalidade no valor do aluguel social. E aqui eu faço também a crítica pelo fato de terem congelado em R$500 durante todos esses anos o valor do aluguel social, porque nem em área de risco, aqui em Petrópolis, você consegue um aluguel por esse valor. Então, nós conseguimos, junto à Defensoria Pública – e o Governador Cláudio Castro percebeu que era importante encontrar uma saída para essas famílias –, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excepcionalidade em que o Governo do estado entra com R$800 e a prefeitura entra com R$200, sendo agora uma ferramenta também inédita no Brasil de compartilhamento do aluguel social.

E vale a pena colocar que a prefeitura está assumindo a responsabilidade, de forma unilateral, para o pagamento dos aluguéis sociais para as famílias que já viviam de aluguel – isso também eu acho que é inédito –, porque são famílias que, do ponto de vista social, ainda não tinham conquistado a sua casa própria e viviam de aluguéis muito baratos e, por isso, viviam em áreas de risco. Então, nós também estamos assumindo o valor, nesse caso, em sua plenitude, para as famílias que também foram vítimas e que viviam do aluguel social.

Então, são essas as questões que eu queria colocar.

Eu me coloco aberto sempre ao diálogo respeitoso, franco, independentemente de posição política, porque posição política a gente tem que respeitar; acho importante isso. Foi assim que construí a minha vida na política: sempre respeitando o outro, e é dessa forma que eu acho que a gente consegue colocar o bem comum e, sobretudo, o bem coletivo acima de qualquer interesse pessoal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Prefeito. Muito obrigado pela participação.

Eu gostaria só de pedir, se for possível, que o senhor, dentro do seu tempo, é claro, possa continuar nesta audiência pública, porque, logo depois dos próximos três que farão também as suas explanações, a gente abrirá aqui um debate, que eu tenho certeza de que é de grande importância e relevância para esta Comissão e, no caso específico, para a cidade de Petrópolis. Pode ser?

O SR. RUBENS BOMTEMPO (*Por videoconferência*.) – Eu acredito que sim. Eu tenho um compromisso aproximadamente à 13h, mas eu acredito que o debate é importante, e a gente pede para estender mais um pouco aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está ok. Muito obrigado, Prefeito.

O SR. RUBENS BOMTEMPO (*Por videoconferência*.) – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu quero passar a palavra agora para o Sr. Alexandre Lucas Alves, Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar o Senador Romário, o Senador Carlos Portinho e a Senadora Leila por esta audiência pública.

Quero dizer que é interessante ouvir todas as pessoas que nos antecederam, as suas angústias, mas também termos a oportunidade de nós passarmos as nossas angústias enquanto gestores públicos, porque, com certeza, todos nós ombreamos com o sofrimento das pessoas, e nós sofremos por não poder fazer aquilo que nós gostaríamos, não é? Eu creio que não existe nenhum político, nenhum gestor público que, de sã consciência, não gostaria de já ter tudo isso resolvido. Se ele tivesse recursos, se ele tivesse a condição legislativa, se já não teria resolvido.

Então, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que, pelo Governo Federal e pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, eu represento aqui a Secretaria Nacional de Defesa Civil como Secretário e, portanto, vou me ater à questão não da política habitacional, mas da política de gestão de risco e desastre e de resposta

Reconstrução de casas dos desastres do dia 15 e do último domingo. Nós temos recursos para a reconstrução dessas casas, através das medidas provisórias que foram editadas pelo Governo Federal, das casas que foram destruídas nesse desastre – nesse desastre. Nós temos limitações legislativas que me impedem de usar esse recurso para desastres anteriores. Então, temos recursos, são recursos de medida provisória, para atendimento dos desastres da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Esse recurso concorre com a reconstrução de unidades habitacionais na Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, mas nós temos recursos nessa medida provisória.

Nós já estamos em contato com o Governo municipal, exatamente para que ele apresente os planos de trabalho, o levantamento dessas casas destruídas nesse desastre agora, para que eles possam nos fornecer o terreno, possam nos fornecer...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Alexandre, só um minuto.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não cortando o senhor, não existe como reconstruir essas casas que foram destruídas.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Não, em outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Construir. Perfeito. O.k. Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – É porque na Defesa Civil nós temos cinco fases: prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução. Então, a gente chama de reconstrução tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que foi destruído. Agora, logicamente, a lei e a ONU dizem que não há como reconstruir no mesmo lugar, porque o mesmo lugar é local de risco.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Então, isso é um problema para Petrópolis.

O Presidente Bolsonaro nos deu uma ordem: "Menos Brasília e mais Brasil". Então, eu fui a todos os desastres que nós tivemos, de novembro para cá. Inclusive, estive pessoalmente nos dois, em Petrópolis: eu estive no dia 15, fiquei lá uma semana, transferi o meu gabinete para lá – e nós estivemos juntos – e estive, na segunda-feira já, em Petrópolis, e só vim de Petrópolis porque eu reputo que esta audiência pública é extremamente importante e fiz questão de estar presente nela...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, inclusive.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – ... porque esta discussão transcende tudo isso que nós estamos falando aqui.

Eu vou ser bem objetivo, porque eu já me fiz ser ouvido em todas as falas. Quando a representante do Instituto dos Arquitetos disse que "não podemos decidir sozinhos" e que "sistemas interligados que envolvam todas as vocações precisam ser mobilizados", todas essas falas anteriores, inclusive a do Prefeito, me representam.

É importante que esta Comissão e que esta Liderança acompanhem por quê? Porque, volto a dizer, nós temos uma medida provisória, que o Congresso precisa aprovar, que garante recursos para a reconstrução dessas casas, das casas destruídas nesse evento, e que concorrem com as casas também dos outros desastres. Então, é importante que a gente coloque isso, para depois não dizerem que eu prometi que construiria todas as casas, e não é isso o que nós estamos falando.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Alexandre...

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Sim, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpe-me de novo, é porque a notícia é tão interessante e importante para todos. É só para a gente entender: essa medida provisória vai chegar à Casa, então?

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Não, já está em vigor, ela está em vigor. Ela precisa ser votada, ela precisa ter a garantia. Por quê? É importante a gente explicar isto: a reconstrução de casas ou de infraestrutura pública, Senador, é complexa. Por quê? Primeiro, nós precisamos saber quantas casas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram destruídas. É preciso saber porque casas que foram dos anos anteriores não podem entrar e casas que não foram destruídas, mas estão em áreas de risco e precisam ser retiradas, também não entram nessa conta pela legislação. Então, são as casas que foram destruídas. Elas precisam ser mapeadas, com georreferenciamento, e as pessoas que moravam nessas casas precisam estar dentro de um recorte de interesse social, lembrando que nós tivemos casas, mansões destruídas lá em Petrópolis. Então, esse recorte é reconstrução de casas dentro desse recorte de interesse social.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só mais uma pergunta, Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor está falando em relação, especificamente, ao Morro da Oficina, que é uma área federal?

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Serve para todas as casas?

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Não. As casas que foram destruídas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Dentro do desastre do dia 15 para cá, no decreto de calamidade pública, elas concorrem com esse recurso com os desastres...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – ... de Minas Gerais e da Bahia.

Então, por que eu fui para lá?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Desculpa. Desculpa. Perdão. É só para eu poder entender melhor.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa medida provisória é a que liberou R$476 milhões, um valor assim?

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Quinhentos milhões exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quase R$500 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, então, é essa mesmo; é a que está com a nossa assessoria ali.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Isso. Exatamente, R$500 milhões para...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que é um valor, só para deixar claro, muito significativo.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Muito significativo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito significativo.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Exatamente.

Lembrando que – é importante a gente colocar isso aqui –, para a reconstrução dessas casas, é preciso haver um local apropriado, precisam ser informados pela Prefeitura o número de casas e o recorte dessas pessoas. Dessa forma, nós temos condição, então, de liberar o recurso para o município através de transferência obrigatória para que o município reconstrua essas casas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Prefeito Bomtempo, o senhor está ouvindo, não é?

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Eu estive com ele esses dias todos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Além disso, nós levamos uma equipe, Senador Romário e Senador Portinho, para Petrópolis. O nosso diretor de obras, que aprova, foi para lá exatamente para nós fazermos todo o treinamento com a equipe de levantamento e de engenheiros, não só para a reconstrução dessas casas, mas também para a toda a infraestrutura pública que foi afetada em Petrópolis. Então, essa é a notícia. Volto a dizer – e é bom que esteja gravado – que esse recurso concorre com os outros, mas ele é possível de ser atendido.

O segundo ponto que nós temos que entender – porque, às vezes, as reclamações, todas legítimas, e os desabafos, todos legítimos, falam da demora – é que nós temos um problema neste ano eleitoral, e, neste ano eleitoral, a gente pode liberar recurso até um determinado prazo e depois tem que interromper.

Então, isso é algo que tem que ser levado em conta para lembrar a todos que nós temos dificuldades, o poder público tem as suas dificuldades legislativas e as suas dificuldades de implementação...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – ... das suas políticas públicas.

Bom, eu não posso perder a oportunidade aqui também de colocar o nosso desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem todo direito.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Essa questão de reconstrução de casas não é simples – não é simples. Pelas falas de todos, nós vimos que ela não é simples. Houve uma fala em que foi falado assim: "As minhas raízes estão lá. Criei meus filhos naquele espaço. A mãe está perto para cuidar do neto, enquanto a mãe trabalha", e aí nós pegamos um terreno longe, vamos construir prédios e vamos levar essas pessoas, sem conversar com elas, sem saber se elas podem morar ali, se têm condição.

Então, esse movimento, que precisa ser construído lá com o Prefeito e tudo, precisa envolver essa comunidade para ver se esses terrenos, quais são os terrenos que atendem às necessidades dessas pessoas, humanizar a decisão de onde vai ser construído.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por isso que elas estão aqui.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Exatamente. E a gente precisa fazer isso, e isso, de uma certa forma, pode atrasar um pouco essa questão. Então, isso já precisa ser trabalhado lá para que a gente possa liberar o recurso com oportunidade. Então, nós não podemos decidir sozinhos, tem que haver a participação dessas pessoas: onde vai ser, como vai ser, e com isso nós estamos comprometidos.

Uma coisa, Senador e depois os outros – Senador Portinho e Senadora Leila – é que a discussão de programas habitacionais é algo extremamente complexo. Eu tenho 20 anos de trabalho com a Defesa Civil, e, às vezes, o discurso parece lógico, mas, às vezes, ele não é. Por exemplo, no Minha Casa, Minha Vida, criou-se, na Lei n° 12.608, um artigo que diz o seguinte: "Olha, na frente das pessoas que estão em fila de espera para uma habitação de interesse social, quem estiver em área de risco vai ganhar primeiro". Parece-me lógica uma coisa dessa, só que, quando você faz esse tipo de coisa sem uma discussão e sem uma segurança jurídica, o que as pessoas que estavam lá no final da fila pensaram? "Ah, é? Quem estiver em uma área de risco vai ser privilegiado no programa habitacional? Então, eu invado uma área de risco". E, aí, ao invadir uma área de risco, aumenta o meu problema, aumenta a demanda e prejudica as pessoas que estão aguardando na fila pela sua casa. Então, por que eu estou dizendo isso? Porque esta Casa pode nos ajudar muito com a elaboração de leis que garantam segurança jurídica para evitar as invasões dessas áreas.

Eu fui da Defesa Civil de Belo Horizonte por oito anos. Uma área de preservação ambiental foi invadida por 12 famílias. Nós fomos lá para tentar retirá-las, movimentos de luta por moradia entraram na Justiça para impedir que nós as retirássemos, o Juiz deu liminar. Hoje, há mais de 500 famílias nessas áreas de APPs. Numa audiência pública, nós fomos acusados pelo Ministério Público do Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sermos omissos na preservação da APP e pelo Ministério de Direitos Humanos de não respeitarmos o direito à moradia, acusando-nos de higienistas, dizendo que nós queríamos retirar as pessoas pobres das áreas.

Então, é um assunto tão complexo que esta Casa aqui... Aí eu volto e me alinho com as pessoas para dizer que esta Comissão não pode deixar morrer esse assunto, não só para esse problema agora, mas para os outros, para haver essa discussão e para que a gente tenha segurança jurídica para se evitar as invasões de áreas de risco.

A Sra. Laura falou o seguinte: "Na minha casa, onde eu não pude ficar por 24h, hoje tem um invasor". Para o senhor tirar aquele invasor de lá, tem que entrar na Justiça, tem que dar a ele direito de defesa, tem que garantir outro aluguel para ele, porque ele tem direito.

Então, essas questões precisam ser debatidas de tal forma que nós tenhamos uma legislação que garanta segurança jurídica para os municípios, para que os seus planos diretores sejam cumpridos e para que áreas de risco não sejam ocupadas.

Então, realmente, temos angústias de todos os lados, e esta Casa pode nos ajudar muito.

Eu quero caminhar para a minha... (*Falha no áudio.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Ah, agora foi. Perdão.

Só para a gente também não criar uma expectativa diferente. Eu fui ver a medida provisória. Ela é muito importante, é um valor muito significativo.

A Medida Provisória a que eu me refiro, só para a gente alinhar as nossas informações e as expectativas, é a 1.102, de 24 de fevereiro de 2022, ou seja, é a medida provisória que eu encontrei posterior ao evento. Essa medida provisória libera R$479.866.600,00, é um valor significativo.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Desculpe, Senador, é a Medida Provisória 1.096.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A 1.096 eu acho que é anterior, não é de 20 de janeiro.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Ah, sim. Então, o.k.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, desculpe-me.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Isso. Está certo. São as duas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa deve ser para a tragédia de Minas que houve também.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Não, não. É porque esse recurso pode ser empregado em todas as tragédias.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A minha preocupação é exatamente esta: embora seja um valor muito substancial, Senador Romário, ela, na justificativa, atende ao seguinte: Estados de Alagoas, da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Pará, do Paraná e do Rio de Janeiro. Então, é um valor significativo, mas para fazer frente a várias tragédias.

A segunda questão – e aí, com todo o respeito, até acho que a ausência do Secretário Nacional de Habitação talvez tenha prejudicado – as ações previstas... (*Pausa.*)

Espere aí que eu estava aqui e perdi.

As ações previstas... (*Pausa.*)

Espere aí, onde é que estavam? Eu estava nelas.

Ajude-me aqui a assessoria, porque eu fui mudar... (*Pausa.*)

Ah, está aqui, achei.

As ações previstas: Funcional 06182: Ações de proteção e Defesa Civil – muito importante: proteção, Defesa Civil, socorro, etc. Perdão, tem que dar a programática –; então, a 06182, Programática 22182280: Ações de Defesa Civil; e a Programática 06182 - 221822806500: Ações de proteção e Defesa Civil Nacional.

Com todo o respeito e para que ninguém crie uma expectativa errada: não há ação para a construção habitacional, é para reconstrução de infraestrutura. Isso é importante, por exemplo, para Petrópolis, onde o canal extravasor, Cláudia, e está obstruído...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa ação, esse recurso pode ajudar, embora a obra lá no canal que extravasou seja...

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Essa aí não pode.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para a primeira fase, 400 milhões, e, para a segunda, 600 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – É, mas esse recurso.... Deixe-me só explicar um pouco disso, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas só para... Tudo bem, eu gostaria de ouvi-lo. Isso é muito importante. Eu não estou desmerecendo, não. A iniciativa é muito boa para vários estados atingidos, é um volume de recursos importante, mas não é para ação de construção habitacional.

Elas, que estão cansadas de ouvir isso, e as pessoas, que estão ouvindo pela TV e acompanhando, a gente não pode deixá-las achando que o Governo Federal, que fez uma boa iniciativa... Eu não sabia que V. Exa. estava presente. Eu até elogiei sem tê-lo visto, porque eu disse que o Ministro Rogério Marinho, no dia seguinte, mandou seu Secretário nacional, porque o evento aconteceu à noite, e ele chegou, então, no dia imediato, e esteve sempre presente. A Caixa Econômica Federal liberou recursos de imediato do FGTS. Está lá o caminhão da Caixa, que eu tenho acompanhado – falei com o Ministro Pedro. O Governo Federal soltou um valor robusto, mas me parece que é para a Defesa Civil e para obras de infraestrutura. Não quero que ninguém saia daqui achando que esse recurso é para construção habitacional. Eu vou hoje ao Ministro Rogério Marinho até para fazer esse pedido a ele, porque precisamos trazer o Casa Verde e Amarela para o Rio de Janeiro.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Senador, deixa eu explicar para o senhor.

Existem duas medidas provisórias: uma de 450 milhões e uma de 500 milhões. Parte da infraestrutura de recuperação pode ser feita por custeio, que é a primeira medida provisória, e parte da infraestrutura de reconstrução é feita por essa segunda medida provisória.

A ação da Defesa Civil de transferência obrigatória é definida pela Lei 12.340, que reconhece a reconstrução de unidades habitacionais de interesse social, e pela 12.608, como reconstrução de infraestrutura. Então, ela se enquadra nisso.

Nós temos hoje reconstrução de casa em Rio Casca, no Guarujá, de anos anteriores. Então, eu posso garantir – eu não seria leviano de falar aqui – que esse recurso pode ser utilizado para reconstrução de casas.

Quanto à questão da concorrência dos desastres, os desastres, por exemplo, do Mato Grosso do Sul, não destruíram casas, eles destruíram pequenas pontes, que têm um custo muito baixo. Do desastre do Tocantins, por exemplo, e dos de alguns estados não chegou nenhum pedido ainda de reconstrução. Então, logicamente que esse recurso estará disponível, e por isso eu falei várias vezes aqui que ele é recorrente, que ele concorre – falei isso aqui várias vezes – com Petrópolis. Por isso que é importante que o poder público de Petrópolis faça os planos de trabalho e nos encaminhe com oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu posso garantir para o senhor que, pela Lei 12.608 e pela Lei 12.340, esse recurso pode ser empregado – e tem sido empregado, não vai ser a primeira vez – na reconstrução de unidades habitacionais de interesse social.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixe-me continuar, porque esse esclarecimento é importante e é importante que a gente saia convicto de que esse recurso possa ser usado.

O Programa Casa Verde e Amarela tem uma legislação própria.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se a assessoria puder aqui me confirmar, porque ele substituiu o Programa Minha Casa, Minha Vida.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Mas isso não tem nada a ver com o Casa Verde e Amarela, não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas o programa habitacional do Governo Federal é o Programa Casa Verde e Amarela; ele só faz habitação através desse programa ou, pelo menos, era assim no Minha Casa, Minha Vida. Eu fui Secretário de Habitação, e o que eu estou falando é com um pouco de conhecimento de causa, porque fui o Secretário de Habitação que mais entregou casa na história da cidade do Rio de Janeiro. Então, eu entendo um pouco.

E não está claro na medida provisória, Senador Romário, mas não há problema nenhum: emendaremos a medida provisória, faremos menção ao Programa Casa Verde e Amarela e não teremos dúvida de que esse recurso poderá ser usado para construção habitacional, porque a Defesa Civil, com todo o respeito, não constrói casa; ela constrói pontes – isso ela faz –, ela limpa canal, ela desobstrui canal, ela pode fazer canais, com todo o respeito.

Sou base do Governo e estou elogiando a postura do Governo na liberação dos recursos, mas eu quero ter absoluta certeza, porque, lá em Petrópolis, o único terreno que existe – e a gente vai tratar disso, Senador Romário, aqui – é o terreno do Caititu, que ficou 12 anos para aprovar um projeto, e agora – a Secretaria de Ambiente está acompanhando o Estado do Rio e vai participar daqui a pouco –, resolveram dizer que o terreno do Caititu tem 13 nascentes, não é adequado. Não é adequado para quê? Para construir 600 unidades? Mas será que não dá para fazer um parque e proteger as nascentes, dar qualidade de vida para aquela região? Inclusive, pedi para o IAB avaliar isso já, através da Marcela. Constroem-se 50!

A gente tem que dar respostas. Se há terreno e se há recurso, a gente vai ficar brigando? A gente tem que pegar o que dá para construir ali e pegar esse recurso! É isso que eu tenho dito, Claudinha. E é essa a construção que a gente tem que fazer, porque não há outro terreno. Há terreno em Areal, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais plano, em Três Rios. Será que o morador – vai ser outra pergunta – de Petrópolis e dessas regiões vai querer sair para lá? Mas, também, se não quiser sair, não há terreno. O relevo de Petrópolis ou é morro ou é vale. Não é verdade?

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Ou é deslizamento ou é enchente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou é deslizamento ou é enchente.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Mas, Senador, se o senhor me permite...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É lógico!

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – ... quero só dizer para o senhor o seguinte... (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor! É que eu estou...

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Sim! É só para eu dizer o seguinte: nós já temos casas sendo construídas em Coronel João Sá, na Bahia, com recursos dessa ação orçamentária; em Rio Casca, em Minas Gerais; nas cidades citadas...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com todo o respeito, a ação orçamentária citada não é de construção. O programa não é...

Vou dar um exemplo aqui. Eu e o Senador Romário estamos doidos para colocar emenda nossa. Falei com o Senador Romário. Eu pego agora, com a de Relator, R$6 milhões. Ele já fechou, põe R$6 milhões. Com R$12 milhões, eu construo um prédio.

Agora, não há, nas emendas RP9... Aliás, agora, abriram a emenda RP9 para construção habitacional.

Sabe quanto o Relator, lá na Câmara, colocou, Romário? Dez milhões. Com R$10 milhões, a gente não constrói nenhum prédio. É brincadeira!

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – Bom, eu tenho certeza de que a assessoria do senhor vai orientá-lo nisso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É lógico! Vamos seguir.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – A gente tem feito isso. E o recurso é, inclusive, para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai ser publicada uma portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional, que, inclusive, deve ser publicada nestes dias – ela está na nossa Conjur –, exatamente para tratar dessa construção de habitação por parte desse recurso aí.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado. Inclua-o na ação programática correta, por favor.

O SR. ALEXANDRE LUCAS ALVES – A segunda coisa que eu queria falar aqui – eu já estou me delongando –, em função dos debates, é a questão da oportunidade de nós garantirmos o financiamento das ações de prevenção, resposta e recuperação nas ações de defesa civil. No orçamento deste ano, nós pedimos R$300 milhões para ações de prevenção, e vieram R$38 milhões. Recursos de defesa civil não podem ser contingenciados, e eles têm sido contingenciados. Então, eu também aproveito a oportunidade para solicitar que o Senado Federal nos ajude nisso.

Sem entrar no mérito, absolutamente, da questão da lei dos jogos, eu gostaria de dizer que a Câmara aprovou lá que parte dos recursos dos impostos dos jogos seja destinada à defesa civil, para as atividades de prevenção e de reconstrução. É muito importante que outras iniciativas iguais a essa sejam estudadas por esta Casa, para nós garantirmos o financiamento das ações de defesa civil.

Por último, eu queria já fazer minha sugestão. Vários Prefeitos que vão à minha sala dizem que as emendas devem ser 50% para saúde e que, às vezes, eles não têm como gastar isso nos municípios deles em função das características. Eu gostaria de sugerir que se estudasse, que se pusesse em debate que 40%, por exemplo, ou um percentual qualquer, das emendas parlamentares fossem para a saúde e 10% fossem para as ações de defesa civil, que também envolvem a proteção da população e a saúde. É uma relação.

E, por último, quero só dar ciência, Srs. Senadores, de que nós estamos com uma equipe do Japão dentro do Ministério do Desenvolvimento Regional, dentro da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, estudando tecnologias novas de prevenção, principalmente na Região Serrana.

Em Nova Friburgo, nós vamos ter um projeto piloto de uma barragem de contenção de detritos, com recursos já garantidos. Estamos estudando com eles – nós os levamos a Petrópolis durante o desastre –, para que avancemos na questão de novas tecnologias para as ações de proteção e defesa civil. Isso é muito importante porque nós precisamos trabalhar em todas as frentes para que não aconteça isso.

Então, essas são as minhas palavras.

Eu estou à disposição.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Secretário, aproveitando essa conclusão final, quero dizer que a gente, na última sessão, tratou justamente de prevenção, contenção e mecanismo, e até citamos... Parece que há um equipamento de meteorologia que é mais preciso: quatro horas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O de Israel?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o de Israel. Mas eu não sabia se era de Israel ou do Japão. Por isso é que eu lembrei até... Você falou que os japoneses estão lá. Parece que há um que, quatro horas antes – não é, Romário? –, consegue prever onde vai cair a chuva.

O problema dessa chuva é que ela foi concentrada no alto da serra, como foi, se eu não me engano, em...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em 2011, no Vale do Cuiabá. Mas isso já ocorreu no alto da serra em 2013, talvez, no mesmo lugar.

E, é lógico, se a meteorologia diz que vai chover na Região Serrana, toca a sirene em tudo que é lugar. Mas, no caso dessa, a do dia 15, choveu ali.

Mas eu fiz uma pergunta até para o Secretário de Defesa Civil do estado, na sessão passada, porque não necessariamente as escolas são o lugar mais adequado para a evacuação. É o ponto de referência do bairro, mas, agora, começa o ano letivo, e, na época de chuva, as crianças não podem estudar porque a escola é abrigo.

Eu fiz uma pergunta – o Romário vai se lembrar – se não seria adequado haver, em regiões como essa, centros de abrigamento já preparados com beliche, com colchão, com tudo preparado. O secretário até falou que sim, mas que talvez não fossem usados o ano inteiro. Aí depois ele até falou: "Não, mas lá eu poderia dar para a comunidade meus cursos de prevenção, de evacuação e tal".

Eu soube que há também uma iniciativa do Prefeito de Petrópolis, junto com o Governo do estado. Conversei com o Coronel Simão, da Defesa Civil de Petrópolis. A iniciativa vai no sentido do que você estava falando, Secretário: fazer um centro de operações em Petrópolis, um centro de controle, com equipes multidisciplinares das três esferas de governo, que pudessem atender não só a Petrópolis, mas também à própria região, onde poderia haver esse centro de abrigamento etc., que já teria uma utilidade o ano inteiro.

Eu já deixo ao Ministério do Desenvolvimento Regional, aproveitando sua presença, uma sugestão para converse com Petrópolis sobre essa possibilidade de recursos. O estado, tenho certeza, está interessado também. Isso, certamente, Senador Romário – a gente vem conversando – e Senadora Leila, objetivamente, vai ser uma das conclusões do nosso relatório. Eu disse: isto aqui vai ser objetivo. A gente vai dizer "é isto", até porque a gente está validando com os nossos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que talvez seja uma iniciativa muito boa. Se já pudesse avançar junto ao MDR... A região precisa. Se vai ser ali no Belvedere, se vai ser dentro da cidade... A prefeitura vai poder dizer onde será melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Alexandre, finalizou? (*Pausa.*)

Muito obrigado pela participação do senhor.

Eu vou passar aqui a palavra – primeiro, deixem-me achar o meu papel – ao Sr. Allan Nogueira, Subsecretário de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, representando Max Lemos, Secretário de Infraestrutura e Obras do Estado do nosso Rio de Janeiro.

O SR. ALLAN NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. ALLAN NOGUEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia ainda, não é? Nós não almoçamos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia!

O SR. ALLAN NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Romário!

É um prazer representar o Secretário Max Lemos neste importante fórum constituído pela comissão de acompanhamento do Senado.

Bom dia, Senador Portinho!

Bom dia, Prefeito Rubens Bomtempo, Marcela, Daniel, Laura, Cláudia e demais membros que estão aqui, nesta Comissão!

Vou fazer uma fala absolutamente pragmática, porque a necessidade e a emergência dessas famílias e dos municípios que compõem a Região Serrana impõem esse pragmatismo do Governo do Estado do Rio de Janeiro e também de todos os entes que o compõem e que executam política pública não só de habitação, de interesse social, como também de infraestrutura, logística, obra e meio ambiente.

Nós chegamos à Secretaria de Infraestrutura e Obras em meados do ano passado, com o Secretário Max Lemos, e a orientação do Governador Cláudio Castro foi a de se criar um programa, uma vez que o Minha Casa, Minha Vida havia sido descontinuado e que o programa Casa Verde e Amarela ainda não tinha chegado com escala suficientemente capaz para atender às famílias que seriam da faixa 1 do antigo Minha Casa, Minha Vida. O Governador Cláudio Castro determinou que nós criássemos um programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para atender não só às famílias da Região Serrana, mas especialmente às famílias que estão em pobreza e pobreza extrema no Estado do Rio de Janeiro, que são oriundas das tragédias da Região Serrana de 2011 e especialmente que compõem os inscritos no Aluguel Social do Estado do Rio de Janeiro, que são 6,5 mil famílias, unidades familiares. Aí nós criamos o Casa da Gente, que é um programa 100% subsidiado para entregar e tentar fazer um esforço de uma política pública estadual consistente, para enfrentar o déficit habitacional no Estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o desafio era: como construir uma política pública que fosse responsável e suficientemente capaz de observar e contemplar os mais vulneráveis? Para isso, nós criamos um conjunto de critérios para que essa política pública não fosse só uma iniciativa exclusiva do Governo Cláudio Castro e, sim, perpassasse o ano eleitoral e ficasse de maneira perene, para que a sociedade conseguisse construir também os seus controles sociais e fazer a disputa para que o programa não acabasse e não fosse descontinuado, tal como o foi o Minha Casa, Minha Vida.

O Casa da Gente prevê a produção habitacional de 50 mil unidades habitacionais nos próximos cinco anos e, no primeiro ano de execução, a contratação de 10 mil unidades habitacionais para as vítimas da Região Serrana de 2011, as pessoas que estão há 11 anos também no Aluguel Social no Complexo do Alemão, em Manguinhos e em Jacarezinho e os demais que compõem o acervo do Aluguel Social. Essa é a política pública engendrada para este ano.

Em que estágio nós estamos? É importante esclarecer isso. Nós publicamos, na sexta-feira passada, a licitação para "contratualizar" as 320 unidades habitacionais no Complexo do Alemão, que as famílias desse complexo esperam há 11 anos, assim como as famílias da Região Serrana, que estão no Aluguel Social, e vamos publicar amanhã 175 unidades habitacionais para o segundo terreno da Avenida Itaoca 1.793, também no Complexo do Alemão.

Agora falo de Região Serrana. Até, no máximo, dia 10 de abril, publicaremos as 500 unidades de Teresópolis. Estamos nos esforçando para conseguir antecipar, mas eu asseguro aos senhores e às senhoras que, até o dia 10 de abril, será publicado o edital do Fazenda Ermitage 2. É importante deixar claro, reforçando a fala da Laura, da Cláudia e da Marcela, que todos esses empreendimentos eram empreendimentos que estavam contratados pela Caixa Econômica Federal, que foram distratados no ano de 2019 e que já poderiam ser entregues neste ano.

Nós não temos a flexibilidade, Senador Portinho... O senhor foi Secretário de Habitação da cidade do Rio de Janeiro e, de forma muito competente, entregou muitos empreendimentos. Eu tive a grata felicidade, ainda que de maneira diagonal, como consultor do eixo de geração de renda à época, de trabalhar um pouco com o senhor e vi a sua altivez e o seu compromisso humanitário e responsável com a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não conseguimos fazer no Estado do Rio de Janeiro a dispensa que a legislação do Minha Casa, Minha Vida permitia. Podia-se fazer o processo seletivo, o chamamento público, e, após o processo seletivo, a Caixa contratava o projeto executivo com a empreiteira, e a empreiteira executava. No Estado do Rio de Janeiro, nós resolvemos não fazer diferente, porque nós não tínhamos a possibilidade em legislação de ter essa dispensa. Então, nós tivemos que encarar a legislação, a Lei 8.666, que nos impõe fazer concorrência. E, para fazer uma concorrência, nós temos que fazer projeto a projeto. Não posso licitar como o Minha Casa, Minha Vida fazia os chamamentos: licitava apenas com a arquitetura, sem necessitar de projetos complementares, de instalações, de elétrica, de hidráulica e de infraestrutura. Então, nós temos que produzir tudo isso.

É a primeira vez, na história do Estado do Rio de Janeiro, eu diria, das últimas duas décadas, que projetos são construídos por técnicos e servidores, não por terceirizados, para o mercado projetar as soluções de habitação de interesse social, produzindo aquilo que, do ponto de vista técnico, a gente chama de gentrificação, que aconteceu de maneira faraônica na cidade do Rio de Janeiro, que é construir em lugares inóspitos não dotados de infraestrutura.

O programa Casa da Gente nos dá esta possibilidade de não produzir mais exclusão social ao produzir unidades habitacionais. Por quê? Porque é responsabilidade do município, ao cooperar com o programa – e Petrópolis já cooperou –, nos entregar terrenos próprios, municipais, para que o Estado do Rio de Janeiro edifique. E, nessa cooperação, o terreno tem que ser com RGI, para que a gente também consiga, em até cinco anos, dar o título de propriedade a essas famílias. Em regularização fundiária, o direito de ter a posse e a propriedade do terreno, do imóvel também é fundamental. E essa é uma das defecções que ocorreram historicamente nos empreendimentos do Estado do Rio de Janeiro e também no programa Minha Casa, Minha Vida, como também nas obras do PAC.

No estágio em que nós estamos hoje, nós vamos entregar até o final de abril as licitações do terreno em Petrópolis – Mosela e Benfica. Já estamos em contato, e não é de hoje, não só com o Prefeito Rubens Bomtempo, mas também com o seu Secretário de Obras, que é o Paulo Mustrangi, para que a gente consiga novos terrenos. E, à medida que a prefeitura for disponibilizando novos terrenos no território de Petrópolis, onde a Prefeitura conseguir disponibilizar esses terrenos, a determinação do Governador Cláudio Castro e a orientação do meu Secretário Max Lemos é que a habitação do estado produza as unidades habitacionais, a partir dos desejos e necessidades também da população e dos critérios técnicos e urbanísticos da cidade de Petrópolis.

Então, quem decidirá o marco arquitetônico será a cidade de Petrópolis: se serão casas geminadas ou não germinadas, se serão unidades habitacionais multifamiliares com três pavimentos, quatro pavimentos ou eventualmente cinco. A partir dos critérios do Casa da Gente, a gente também se submete, é óbvio, à legislação municipal e aos códigos de conduta do Município de Petrópolis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entregaremos em maio Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e a unidade Bérgamo, que não é Região Serrana, mas é o Rocha, aqui próximo do Jacarezinho, que também estão esperando há mais de 11 anos.

Essa é a nossa programação, Senador Portinho, Senador Romário, eu diria, para os próximos dois meses e meio do ponto de vista da produção habitacional do programa Casa da Gente.

Em complemento a isso, a querida arquiteta Marcela, que também é uma referência no tema de habitação, uma acadêmica por quem eu tenho muito respeito... Nós criamos, Marcela, dentro do programa Casa da Gente, um projeto de assistência técnica e habitação de interesse social combinado com melhorias habitacionais, que é o Projeto na Régua, que já está em 18 territórios. É a primeira vez que o Estado do Rio de Janeiro se propõe a ousadia de fazer um senso de inadequação habitacional em áreas informais ou aglomerados subnormais. Então, nós estamos nesse estágio, já em 18 territórios complexos, como Jacarezinho, como o Complexo da Maré, como a região ali do Itanhangá-Tijuquinha, como a Baixada Fluminense, como a Serrinha, Complexo do Cajueiro, Rocinha, Morro da Providência, a nossa comunidade de favela mais antiga e morro mais antigo do Rio de Janeiro. Então, esse é o programa Casa da Gente.

E a terceira linha é a linha de recuperar os conjuntos habitacionais que foram produzidos desde o BNH até os dias de hoje, no Minha Casa, Minha Vida; reformar esses empreendimentos que estão em situação de habitabilidade eventualmente comprometida, como é o caso do Morada da Posse, comentado pela Cláudia, que de fato precisa passar por uma reforma razoável.

À época, eu não era gestor no estado do tema de habitação, mas, após a nossas vistorias, ficou constatado que houve eventual erro de projeto e erro de execução de obra. E a Cláudia reclama com muita propriedade e com muita razão. Então, para corrigir esses erros de projeto e de execução, a intenção nossa é: conjuntos habitacionais que serviram e foram contratados para habitação de interesse social, cuja entrega já faz mais de dez anos, passarão por reforma. E nós já publicamos mais de 50 licitações que ultrapassam mais de R$500 milhões em investimentos.

É a primeira vez, eu diria – Senador Portinho, Prefeito Rubens Bomtempo, que conhece muito bem essa matéria, porque já foi Prefeito mais de uma vez e é um Parlamentar também muito altivo –, que o Estado do Rio de Janeiro experimenta um programa sem depender da holografia da Política Nacional de Habitação.

E é claro que, à medida que o Governo Federal, o Ministério do Desenvolvimento Regional e demais órgãos competentes, como a Defesa Civil nacional também, apoiarem, a gente consegue dar mais escala e mais consequência a essa mitigação, porque nós não estamos atuando, nesse momento agora, com a prevenção, e sim com a mitigação de todos esses danos que ocorreram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 11 anos de espera, e o programa precisava começar e partir de algum lugar. O lugar de que nós escolhemos partir foi mitigar esse passivo histórico, danoso de ausência do Estado democrático de direito para com essa população, que produziu exclusão social, que relegou essa população a um conjunto de direitos e eventualmente acabava exigindo dela um conjunto de deveres, sem entregar o mínimo.

Esse é o programa Casa da Gente, Senador Portinho e Senador Romário, que está obviamente se adaptando às injunções e às intempéries que a natureza nos impôs nesse momento em Petrópolis. Então, todo o cronograma precisou ser readaptado para atender à necessidade de Petrópolis.

E aqui eu coloco a Subsecretaria de Habitação à disposição da Comissão e especialmente da Prefeitura de Petrópolis, e, à medida que a Prefeitura decidir e definir quais terrenos ela tem necessidade e pode ofertar, nós já temos as tipologias de, pelo menos, três modelos de empreendimentos possíveis de se aplicar em Petrópolis, o que facilita sobremaneira a projetização terreno a terreno.

É com essa fala, que não é um enunciado retórico – eu quero deixar claro aqui, estou firmando o compromisso, inclusive temporal, do ponto de vista de meta e quantidade, autorizado pelo Governador Cláudio Castro e pelo meu Secretário Max Lemos –, que eu deixo registrado e consignado nesta audiência que nós produziremos as unidades habitacionais necessárias para Petrópolis e toda a Região Serrana desde que nós tenhamos, claro, por óbvio, os imóveis e os terrenos para que fiquemos com o RGI, porque, no fim das contas, é critério do programa conseguir titular as famílias.

Assim sendo, a gente se coloca à disposição. A responsabilidade de arrumar terreno não é exclusiva dos Prefeitos; o estado também tem essa responsabilidade e não se omitirá dessa responsabilidade. Mas, hoje – eu diria, Senador Portinho, Senador Romário –, o Estado do Rio de Janeiro goza de um momento econômico e político importante, porque há capacidade de conseguir fazer investimentos em infraestrutura, em saneamento, sem o medo de que o empenho não vá valer para liquidação e para execução financeira.

Diante desse desafio importante de ter recurso, o que nos cabe agora é tocar a agenda técnica e fazer com que essa agenda técnica se materialize para poder realizar não o desejo, mas, sim, o direito dessas famílias de terem um lar para chamar de seu. E aí eu falo um lar, e não uma unidade habitacional, porque casa qualquer um pode fazer, mas para construir casa que gere pertencimento, para construir casa que gere desejo de permanência, de manutenção e de convivência na sua vizinhança, nós precisamos produzir habitação de interesse social que seja mais do que tijolo, cimento e concreto; foi por isso que o nosso programa se manifestou, no seu lançamento, em 16 de setembro do ano passado.

No dia de amanhã, nós já teremos mais de 1,1 mil unidades publicadas para licitação, com as 175 do Complexo do Alemão, produzindo terreno a terreno. E deixo claro: não é chamamento público. É mais difícil, é mais complexo, mas também nós não estamos aqui para vender dificuldade nem também para ficar chorando e dizendo que é mais difícil e mais complexo. A nossa obrigação, como servidor público, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entregar valor social para a população. Por isso, nós estamos diuturnamente trabalhando, sob determinação do Governador e do Secretário Max Lemos, para que cumpramos a meta de contratualizar 10 mil unidades habitacionais ainda este ano. E estas unidades – eu reforço e repito – serão, necessariamente, as unidades da Região Serrana e o passivo da cidade do Rio de Janeiro: Complexo do Alemão, Manguinhos, Jacarezinho e CCPL.

Todas as demais cidades estão contempladas? Fizeram o termo de cooperação e de adesão ao programa? Fizeram, mas nós estamos tratando a desigualdade de forma desigual. Temos oferta preferente. A oferta preferente da manifestação da política pública é a daqueles que estão esperando no aluguel social há 11 anos.

Estou à disposição, para todo e qualquer esclarecimento, não só da Comissão e das vítimas da Região Serrana, assim como também da Comissão de acompanhamento do Senado e de cada Senador e Senadora, como também da prefeitura e dos demais técnicos que estão participando.

Obrigado pela oportunidade.

Eu não vou sair, vou ficar até o final da nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Allan, pela sua participação. Mande um abraço para o querido Max Lemos, Secretário de Infraestrutura e Obras do nosso estado.

Passo a palavra agora à Sra. Julia Kishida Bochner, Assessora da Presidência do Inea (Instituto Estadual do Ambiente).

A SRA. JULIA KISHIDA BOCHNER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá! Boa tarde a todos.

Eu gostaria aqui de, em nome nosso Presidente Philipe Campello, agradecer pelo convite ao Inea para participar desta importante audiência. Estou aqui presente também com o Daniel, que é o nosso Diretor de Recuperação Ambiental do Inea.

Quero dizer que o Inea vem atuando de maneira proativa desde da ocorrência do desastre em 2011, e agora no desastre deste ano, colocando toda a sua equipe para apoiar todas as ações de busca. O Prefeito Rubens Bomtempo acompanhou todas as ações do Inea este ano. A gente mandou, nessa tragédia agora de 2022, mais de cem servidores do Inea para atuarem ativamente nas buscas e no resgate das vítimas dessa tragédia, incluindo aí os nossos guarda-parques das nossas unidades de conservação que atuam ali na região também, e disponibilizando, inclusive, equipamentos para a remoção dos entulhos, atuando em parceria com o município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que o Inea também atua, em relação à questão desses desastres, em diversas ações preventivas. Então, vou destacar aqui dois programas institucionais daqui do Inea.

Um deles é o Programa Limpa Rio, que atende diversos municípios no Estado do Rio de Janeiro, que visa justamente trabalharmos com ações de prevenção através da limpeza dos cursos d'água, que estão extremamente assoreados, minimizando, assim, os impactos em ocorrências de chuvas intensas. Depois eu vou até passar a palavra para o Daniel porque ele tem os números em relação à atuação do Programa Limpa Rio, especificamente no Município de Petrópolis, onde a gente já vem atuando há vários anos em diversos rios, importantes rios de lá da região.

E também temos aí a previsão de realização de algumas obras também para mitigação e prevenção dessas inundações. Temos o nosso sistema também de alerta de cheias, que também é um programa de prevenção, que conta hoje com 120 estações hidrometeorológicas espalhadas no estado inteiro, que monitora não só os riscos de intensidade de chuvas intensas, mas também o risco de transbordamento dos rios. E aí a nossa equipe atua em conjunto com as equipes de defesa civil. Uma vez detectada uma situação de emergência, as defesas civis dos municípios são imediatamente avisadas para que já consigam mobilizar suas equipes para um possível incidente que venha ocorrer.

Então, de maneira geral... Eu vou passar a palavra agora para o Daniel, se me permitem, para ele poder trazer um pouco dos números das nossas atuações, especificamente no Município de Petrópolis.

Quero dizer que o Inea está à disposição para atuar de maneira ativa aqui, junto a essa Comissão, dentro do nosso papel como órgão ambiental do estado, em parceria com o município e com as demais secretarias do estado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Julia Kishida.

Passo a palavra agora para o Sr. Daniel Moraes de Albuquerque, Diretor de Recuperação Ambiental do Inea.

O SR. DANIEL MORAES DE ALBUQUERQUE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos. Senador Romário e Senador Portinho, queria agradecer a oportunidade de estar participando dessa importante Comissão dessa importante Casa.

Queria primeiramente dizer que eu estou no carro. Estou aqui, no Município de Petrópolis, desde que aconteceu esse extremo climático. A gente sabe que esses eventos estão cada vez mais recorrentes. Como a Julia bem colocou, nós temos monitoramento, nós temos dados que comprovam essa informação. E essa questão de habitações e moradias a gente sabe que é um tanto crítica, não só no Estado do Rio de Janeiro, no Município de Petrópolis; em todo o país, há essa questão da importância de habitações adequadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente falando dessas ações do Limpa Rio, não é diferente aqui na cidade de Petrópolis: vimos atuando aqui desde 2013, e após a catástrofe de 2011 também estávamos aqui. Temos obras de infraestrutura aqui na cidade, especificamente na região do Vale do Cuiabá, onde também sabemos que temos alguns passivos habitacionais – a Cláudia conhece bem; já tive alguma oportunidade de estar com ela.

Então, quanto ao Programa Limpa Rio, essa questão de manutenção dos rios lá está muito atrelada à ocupação de faixas marginais de proteção, que acaba contribuindo para esse processo de assoreamento. O Governo do Estado vem atuando, por determinação do nosso Governador Cláudio Castro e do nosso Secretário Thiago Pampolha... É uma preocupação a gente tentar minimizar os efeitos dessas enchentes, que a gente sabe que são recorrentes, que acontecem todo ano, assim como as chuvas acontecem. Então, a gente está sempre tentando atuar de forma preventiva e, dentro da nossa realidade também, de forma corretiva.

Vocês sabem que, desde 2013 – vou trazer um dado aqui que a Julia levantou –, nós tiramos, só no Município de Petrópolis, 97 mil metros cúbicos de materiais de dentro do rio. Isso é equivalente, em extensão linear, a 19 quilômetros.

O Município de Petrópolis conta com um complexo sistema hidrológico, diversos rios convergem para um ponto, e isso causa enchentes e inundações que por diversas vezes são noticiadas. Então, o trabalho de manutenção das condições de escoamento desses canais é de suma importância. A gente tem atuado aqui, estamos aqui atuando, e esse é o nosso compromisso aqui como Inea. A gente sabe que, nessa questão da habitação, ainda há um passivo, que o Allan Borges, Subsecretário de Habitação, bem informou, assim como sobre as políticas que estão sendo adotadas aqui pelo Governo do Estado.

Então, como Inea, como Instituto Estadual do Ambiente, acho que a nossa fala é mais voltada para essas questões de infraestrutura, que acabam sendo relacionadas a problemas de habitação. É nesse sentido que a gente tem trabalhado.

É mais ou menos isso, não tenho que me estender muito. Coloco-me à disposição aqui para esclarecer dúvidas e dar qualquer informação adicional a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Daniel! Muito obrigado.

A partir de agora, quando todos os convidados já fizeram as suas colocações, vou passar a palavra para o Senador Portinho. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Daniel, se possível... Eu tenho duas questões para você e duas questões para o Allan antes de encerrar a minha participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com relação ao Programa Limpa Rio, que eu bem conheço porque fui Secretário de Meio Ambiente – nesses dados de 2013 há um pedacinho meu! Eu não sei se você tem isso com você, estou vendo que você está em trânsito... Se não, será certamente um requerimento. É sobre o Programa Limpa Rio, as intervenções em Petrópolis: você poderia dizer em quais rios e com qual frequência no ano de 2021 foi executado o programa na cidade de Petrópolis?

A segunda pergunta: qual é o prazo estimado para a conclusão da obra do Vale do Cuiabá? Essa obra é de 2013. A informação que eu tenho é que já está tudo assoreado de novo. Eu não sei se a obra vai ser retomada, se já foi... Queria saber qual o prazo de conclusão.

Depois, eu faço as perguntas ao Allan.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Antes da sua resposta, Daniel ou Allan, eu quero só... O nosso Prefeito está querendo dar uma palavra.

Por favor, Prefeito.

O SR. RUBENS BOMTEMPO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu acho que a gente, em primeiro lugar, tem que agradecer realmente ao Inea, que participou diretamente aqui da limpeza da nossa cidade e tem o compromisso de começar a fazer o desassoreamento dos nossos rios – e vai começar a fazer isso provavelmente amanhã.

Mas eu queria aqui fazer uma colocação que eu acho que é muito pertinente. Novamente Petrópolis foi vítima de uma grande chuva, no domingo. E o túnel extravasor de Quissamã desabou e, consequentemente, alguns apartamentos, alguns edifícios e algumas casas à margem dos rios também desabaram. Isso não pode passar como se fosse algo que não aconteceu.

Então, eu faço questão aqui de colocar, porque, quando eu era Prefeito, em 2014, eu fiz uma obra num túnel extravasor que não era minha obrigação, não é? E, depois, nós fizemos aqui uma melhoria, realizamos aqui melhorias no túnel extravasor... Para vocês verem, está aqui. Eu peço para vocês verem. Depois, eu falei que eu gostaria, inclusive, de municipalizar não o túnel, mas a obra de execução, porque eu acho que é importante a presença do município como coautor desse processo. Depois, o Prefeito, em 2019, que não era eu, diz que o Inea se compromete a retomar serviços de dragagem em Petrópolis, mas embaixo coloca aqui extravasor do Palatino, não é? Está aqui a matéria: extravasor do Palatinato, falando que o Inea estava comemorando, inclusive, a licitação que foi concluída pelo órgão para a contratação de uma empresa para elaborar o projeto do novo túnel.

Então, estou colocando aqui que o túnel desabou. Desde 2014, a gente já vem colocando essas questões todas. Nós fizemos, inclusive, uma obra de contenção dentro do túnel em 2014. O ex-Prefeito, nesse caso, também alertou, esteve com o Inea, não é? E isso tudo já tem mais de dois anos. O projeto, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaboração do projeto básico não sei se aconteceu, mas a grande verdade é que o túnel desabou, e a gente precisa fazer uma obra emergencial, mas muito emergencial, não é pouco emergencial, não – é muito!

É um túnel de três quilômetros, mais de três quilômetros, que foi muito importante. Iniciou-se a obra no final dos anos 50, terminou só no início dos anos 70. Aquela parte toda do Quissamã era aberta e ficou fechada. Então, estou colocando aqui que é uma situação gravíssima – gravíssima! Foi feita, na época, pelo Governo Federal e agora cabe ao Governo estadual poder assumir junto com o Governo Federal uma obra que custa, na verdade, R$400 milhões. Essa obra é estratégica para que possa continuar a diminuir cada vez mais as enchentes na nossa cidade, só que o túnel está totalmente assoreado e, além disso, com esse problema de corrosão, erosão. Isso é sério!

Então, a gente precisa aqui fazer esse debate levando em consideração essa realidade.

Por isso, eu faço questão aqui de agradecer ao Inea, na pessoa do Daniel, que esteve aqui em Petrópolis comigo várias vezes, é verdade, nos ajudou demais e tem nos ajudado. Tenho certeza de que a gente vai começar a fazer um desassoreamento dos rios de Petrópolis, agora, Daniel, que vai ser o maior da história, porque a quantidade de detritos que caiu dentro dos rios é uma loucura – a gente sabe muito bem disso –, e os rios estão totalmente assoreados.

Quero agradecer também à Julia pelas suas palavras. Mas é importante a gente chegar e construir uma saída de curtíssimo prazo para resolver o problema como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom, Prefeito!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Primeiro, o Daniel, do Inea, tem que responder as minhas duas questões: sobre o final da obra do Cuiabá e se já foi retomada e sobre a programação do Limpa Rio, em 2021, em Petrópolis, se ele sabe em quais rios e com qual frequência, em 2021.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor, Daniel, pode dar essas respostas?

O SR. DANIEL MORAES DE ALBUQUERQUE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Posso. Eu tenho esses dados aqui, sim.

Primeiramente, Senador Portinho, conhecedor da causa – ele foi Secretário de Estado, aqui, do Ambiente –, a primeira etapa da obra do Vale do Cuiabá, que contemplava as obras do Rio Santo Antônio e do Rio Cuiabá, iniciou-se em 2013 e foi concluída em 2014. Agora, a segunda etapa já está contratada, as obras estão em andamento e estão acontecendo hoje e a nossa expectativa de conclusão é em outubro deste ano. Há trechos lá que nós já concluímos, os equipamentos estão lá, as obras estão sendo feitas, e essa é a nossa expectativa de concluir a canalização desses rios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Limpa Rio, de 2021, especificamente – eu tenho anotado aqui –, nós trabalhamos em vários rios e em diversos trechos, porque os rios daqui de Petrópolis são muito extensos. Nós trabalhamos – vou citar aqui: na Lagoa de Baixo; no Canal da Rua Dr. Paulo Hervé; no Quitandinha e no Piabanha, em diversos trechos; e no Lago do Parque Municipal de Petrópolis. Desses rios, somente em 2021, a gente tirou aproximadamente 40 mil metros cúbicos de material provenientes desse assoreamento. Conforme o Prefeito Rubens Bomtempo colocou, nós estamos iniciando – intensificando, na verdade –, a partir de amanhã, outras áreas de atuação de limpeza de rios, porque, desde a tragédia que aconteceu em 15 de fevereiro, temos em torno de 20 equipamentos aqui trabalhando, ajudando e apoiando principalmente o grupamento do Corpo de Bombeiros nas buscas das vítimas, logo após a tragédia, e na desobstrução de ruas e vias até para se conseguir chegar com ambulâncias, etc.

Até o momento, o que conseguimos fazer foi desobstruir algumas ruas, e agora nós voltaremos e intensificaremos os trabalhos de limpeza dos rios, porque, hoje, devido ao deslizamento dessas encostas, esses materiais foram parando dentro dos rios e causando esse processo de assoreamento. Então, agora, a gente está intensificando essas atividades para poderem melhorar as condições de escoamento e, numa eventual chuva, os rios conseguirem se comportar, pelo menos, de forma satisfatória.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Daniel, muito obrigado!

Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Allan, eu vou aproveitar uma pergunta aqui do nosso e-Cidadania, da Teresinha Almeida, Senador Romário, do Rio de Janeiro, que fala aqui: "Aproveitar imóveis vazios ou abandonados há muito tempo para novas moradias pode ser uma solução para diminuir o déficit habitacional".

Essa é a pergunta, e eu acrescento, Allan: é lógico que o programa da retomada da construção e do resgate desse passivo é muito importante, muito importante. Parabéns! As datas para cada cidade todas as lideranças anotaram, como você disse, quando vai sair a licitação, porque elas ficam acompanhando.

Mas a Prefeitura de Petrópolis... A gente esteve lá, Romário, na Câmara de Vereadores no dia em que a Câmara estava aprovando a compra pela prefeitura de um imóvel vazio no centro, e tem a ver com a pergunta da Teresinha. Não é mais rápido – e não só mapear os terrenos para construir e daqui a quatro anos ficarem prontos – fazer uma busca ativa de imóveis que podem ser comprados e "retrofitados"? Por exemplo, o Vereador Fred Procópio me disse, Senador Romário, que lá na estrada de Corrêas há uma obra da João Fortes – quebrou a companhia – que está inacabada, praticamente pronta, falta a parte, parece-me, de acabamento, porque eu passei ali por fora. Será que não é o caminho a busca ativa, encontrar esses imóveis em que falta pouco para serem terminados ou que estão fechados, como esse – na região ali do Morin, há algumas fábricas fechadas –, fazer essa busca ativa de unidades?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, em cima da mesma pergunta, me veio o que foi falado aqui pelas lideranças: a compra assistida, retomar o programa da compra assistida. Até o próprio morador, a própria vítima pode fazer a busca assistida e dizer: "Ó, encontrei um imóvel aqui, Senador Romário". E o governo vai lá e paga, custa R$100 mil, R$200 mil. Não é mais rápido e mais barato para uma situação emergencial? E eu digo isso até, Senador Romário, porque a gente já viu que a gente pode ter boas propostas para projetos de lei em cima disso, para que não sejam atitudes isoladas de um governo, mas que seja uma política de Estado.

Então, em cima da pergunta da Teresinha e com essas considerações, Allan, aproveitar imóveis vazios ou abandonados há muito tempo para novas moradias pode ser uma solução para diminuir o déficit?

E a segunda pergunta que eu faço – as lideranças aqui presentes me transmitiram – é sobre o aluguel social, que agora é de R$800 pelo estado – não vou nem considerar os R$200 que a Prefeitura de Petrópolis vai aportar a mais. Elas falaram: "Poxa, o nosso aluguel social é de R$400, o de outras aqui, R$500". Agora, é lógico que a desgraça é para todos, a tragédia é de todos, que merecem e precisam de um aluguel social maior. E como ficam as famílias do passado, que estão há 11 anos esperando casa? O aluguel social delas vai passar para R$800 também, como os atuais?

Essas são as duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Por favor, Sr. Daniel. É o Daniel, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o Allan.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor, Allan, com a palavra.

O SR. ALLAN NOGUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Portinho, tentando responder, mais uma vez, de maneira absolutamente pragmática.

Com relação à possibilidade de *retrofit*, é uma modalidade interessante para ajudar a reduzir o déficit habitacional não só quantitativo como, eventualmente, qualitativo também no Estado do Rio de Janeiro.

O Casa da Gente não é omisso à possibilidade de se fazer *retrofit*, só que ele é mais lento do ponto de vista da solução projetual, absolutamente mais lento, porque você precisa achar, desapropriar o imóvel, fazer um projeto customizado. E a escala é menor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não ia achar terreno mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALLAN NOGUEIRA (*Por videoconferência.*) – É possível fazer? Óbvio que é. Se nós tivermos um imóvel, seja ofertado pela Prefeitura de Petrópolis, seja doado eventualmente por algum proprietário que queira fazer essa filantropia ou até mesmo que queira vender para que a gente eventualmente o compre ou desaproprie por interesse social, nós podemos também trabalhar com essa modalidade. Não há problema e não há vedação. Inclusive eu, particularmente e ideologicamente, adoro a possibilidade do *retrofit*.

Com relação ao déficit qualitativo, o Na Régua vem atuando para isso, porque ele propõe assistência técnica com escritório de arquitetura e engenharia social combinado com melhoria para quem está em extrema pobreza e no grau de risco 2 e 3 do Índice de Desenvolvimento Social.

Em relação à produção habitacional, Senador, o que nos falta nesse caso é absolutamente terreno, porque nós já temos as tipologias e as possibilidades de, a partir de um terreno, produzir e orçar o projeto a ponto de conseguir dar a escala necessária.

E, por fim, sobre o aluguel, ao contrário do que ocorria com o senhor quando foi Secretário de Habitação, em que o auxílio habitacional temporário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro era vinculado e disciplinado pela Secretaria Municipal de Habitação, no caso nosso do Estado, não é por nós aqui, na Seinfra, dirigido esse programa; ele é gerenciado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, com o Secretário Matheus Quintal. Eles utilizam o recurso do Fehis – são pagos aproximadamente R$2,8 milhões por mês com o recurso do Fundo de Habitação de Interesse Social –, mas ele é disciplinado e gerido exclusivamente e absolutamente pela Secretaria do Secretário Matheus Quintal. Então, os critérios eventuais de equiparação ou não equiparação, de por que se decidiu, neste primeiro momento, para a tragédia a que nós acabamos de ser submetidos, fazer um compartilhamento de despesa junto com a Prefeitura de Petrópolis surgiram de uma decisão técnica construída pela Secretaria de Assistência junto com a Prefeitura de Petrópolis.

Então, sob pena de eventualmente pecar e fazer alguma ilação ou propor alguma solução que não esteja dentro do rol das minhas competências e capacidades técnicas de entrega, eu gostaria de que essa pergunta fosse feita ou por requerimento ou por ofício ou até mesmo de que numa próxima audiência se convocasse o Secretário Matheus Quintal para que ele explicasse. Eu não tenho competência para falar sobre esse tema.

Sobre os temas anteriores, eu espero ter respondido; caso não, de maneira específica o senhor me aponte que eu estou aqui absolutamente disponível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Allan Nogueira.

Eu gostaria agora de fazer aqui algumas perguntas para o nosso Prefeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Prefeito, continua nos ouvindo? (*Pausa.*)

Sim, não é?

É a tragédia da tragédia, como falou aqui a Sra. Cláudia Renata, representante das vítimas das enchentes de Petrópolis, isso porque os sobreviventes de outras tragédias estão há mais de uma década aguardando uma moradia. A Prefeitura de Petrópolis recebeu os terrenos da Mosela e Benfica para a construção dessas casas em 2011 – são 11 anos de espera.

A pergunta que eu lhe faço, Sr. Prefeito... À medida que novas tragédias acontecem, essas vítimas anteriores infelizmente vão ficando para trás e esquecidas. Eu gostaria de saber do senhor quanto tempo mais elas precisarão esperar para receber aquilo a que elas têm direito. Estou dizendo em relação à prefeitura unicamente.

O SR. RUBENS BOMTEMPO (*Por videoconferência.*) – Está me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. RUBENS BOMTEMPO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Já está aberto o microfone.

Quero só poder esclarecer que o Estado adquiriu, em 2011, logo após a tragédia lá no bairro Cuiabá, um terreno no Vale do Cuiabá e um terreno também em Benfica, que fica perto do Vale do Cuiabá, e ganhou do Governo Federal um terreno que era da Aeronáutica lá na Mosela. Nunca construiu uma unidade habitacional sequer nesses terrenos e nunca municipalizou esses terrenos também para que se pudesse tentar construir conjuntos habitacionais, apesar de eu achar que a nossa vocação, digamos assim, é apontar o terreno para o Estado construir.

Então, eu fiquei até satisfeito em saber com o Subsecretário Alan Nogueira que o terreno de Benfica e o outro terreno também terão uma destinação, depois de mais de dez anos, para serem construídas casas populares, o que não foi feito até hoje. Isso é uma realidade que não há como a gente esconder.

Com relação à compra do edifício que nós adquirimos agora, eu queria colocar que foram 20 quitinetes e mais 12 apartamentos de quase 40m^2 no centro da cidade por apenas R$3,5 milhões, em ótimo estado. E digo a vocês – aos senhores, desculpa – que nunca foi habitado esse prédio. Então, eu tenho certeza de que isso representa um avanço muito grande para que a gente possa também utilizar esse instrumento, amanhã, como revitalização de áreas que estão estagnadas em algumas cidades. Eu tenho certeza de que isso pode ser uma política pública a ser construída e que vai dar realmente uma resposta, num curto espaço de tempo, para que a prefeitura possa promover a locação desses imóveis e diminuir o sofrimento dessas pessoas que ficam nos abrigos improvisados, que, na grande maioria, são escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria dizer que eu concordo plenamente que a gente tem que fazer um novo Plano Municipal de Contingenciamento da Assistência Social para esse tipo de problema. Para isso, nós estamos negociando com a Mitra alguns locais que a Mitra tem aqui na nossa cidade e que poderão ser disponibilizados para um aluguel, para que a gente possa garantir que ali seja um espaço de reserva, de contingência, caso aconteça algum tipo de chuva, ou seja, as pessoas podem ser acolhidas, num primeiro momento, num ponto de apoio próximo de suas casas e, depois, elas podem ser transferidas com qualidade para um espaço, para que realmente a gente possa devolver a escola para a Secretaria de Educação.

Esse é um drama que eu tenho vivido agora. No domingo, nós tínhamos concluído os alugueres sociais para todas as pessoas que estavam localizadas dentro das escolas.

Infelizmente, no domingo, veio essa grande chuva novamente, e nós temos quase 200 famílias, agora, novamente nas escolas do nosso município.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está me ouvindo, Prefeito?

Então, só para entender: os dois terrenos, o da Mosela e o de Benfica, são propriedades do Estado, é isso?

O SR. RUBENS BOMTEMPO (*Por videoconferência.*) – Isso. Um é do estado e outro foi transferido da União para o estado com essa finalidade de se construir casa popular; e o outro terreno do Cuiabá também, que é um terreno, inclusive, na minha opinião, que tem uma dificuldade um pouco maior e que vai fazer com que o valor construtivo do imóvel seja muito elevado. Para fazer com um valor construtivo que seja realmente suportado pelo estado, o melhor, eu continuo afirmando – não sou eu; são os técnicos da prefeitura –, é o terreno do Caititu, que eu já disponibilizei para o estado poder construir casa popular.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Prefeito, eu queria só fazer uma colocação aqui. No dia 15 de fevereiro, aconteceu o grande temporal que nós sabemos, e, segundo reportagem da CNN, no dia seguinte, dia 16 de fevereiro, o senhor solicitou ao Ministério da Cidadania uma ajuda com as cestas básicas para serem distribuídas à população desabrigada. Não apenas Petrópolis, mas várias cidades que também foram atingidas fizeram o mesmo pedido. No dia 21 de fevereiro, o Governo Federal autorizou a medida, e foram enviadas 25 mil cestas básicas, das quais metade – 10 mil – foi destinada à população de Petrópolis. O que nos deixa assim bem espantados é a notícia de que essas cestas básicas estão, ou melhor, estavam até hoje em um galpão da cidade de Mesquita. Foi preciso que o Ministério Público ordenasse a distribuição, para alguém se mexer. Um mês! Um mês inteiro em que as pessoas estão passando necessidade, e as cestas básicas estão lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paradas. A gente sabe que a fome não espera, principalmente a fome de quem perdeu sua casa e até muitos familiares.

Aqui, nesta Comissão, nós queremos dar algumas respostas à população, porque a população tem mais do que o direito de saber disso. A pergunta, por isso, é a seguinte, Prefeito: por que a prefeitura não conseguiu fazer a parte mais simples que era pegar um caminhão, encher de cesta básica e distribuir aos abrigos de Petrópolis? Qual a dificuldade disso, na opinião do senhor?

O SR. RUBENS BOMTEMPO (*Por videoconferência*.) – Bem, em primeiro lugar, eu gostaria muito de agradecer a sua pergunta, porque a gente precisa restabelecer sempre a verdade dos fatos.

Graças a Deus, ao povo petropolitano e ao povo brasileiro, que são extremamente generosos, Petrópolis recebeu uma ajuda humanitária que jamais foi vista. Graças a Deus, nós conseguimos, num curto espaço de tempo, com a ajuda, inclusive, de funcionários da GE Celma, que é o maior negócio da GE no Brasil e na América Latina, um galpão de quase 15 mil metros quadrados, localizado à margem da BR-040, para armazenar todos os donativos que recebemos: não só as cestas básicas do Brasil inteiro, mas também *kits* de limpeza, *kits* de higiene pessoal, roupas que foram doadas pela Receita Federal do Brasil – roupas novas. E nós organizamos tudo aquilo com muita responsabilidade.

Colocamos tudo em paletes, com data de entrada, com data de saída.

O Governo Federal, quando disse que nós tínhamos direito a 8.750 cestas básicas e que estava em Mesquita, nós usamos aquilo ali como se fosse uma reserva técnica, até nós conseguirmos escoar todas essas doações e termos espaço suficiente para poder armazenar com cuidado. Vale a pena ressaltar que a distância entre Mesquita e Petrópolis fica a menos de 50 quilômetros pela BR-040, ou seja, as cestas estão disponíveis a menos de uma hora daqui.

Então, para encerrar essa polêmica, e também pelo fato de agora nós termos realmente mais espaços, nós retiramos ontem 1.200 cestas básicas e estaremos, até semana que vem, retirando o restante das cestas para que a gente possa entregar para aqueles que realmente foram atingidos pelas chuvas.

Agora faço questão de colocar que ninguém aqui passou fome não, tanto é que nós estamos devolvendo para o Governo Federal, e o Coronel Lucas sabe disso, esteve aqui pessoalmente, nosso Secretário Nacional de Defesa Civil, a quem eu agradeço muito a presença, atuante. O Governo Federal disponibilizou R$1,682 milhão para ajuda humanitária, inclusive para a compra de colchonetes, compra também de cestas básicas, mas só que esses itens... Petrópolis foi tão abastecida por essa rede de solidariedade que existe neste País, que, graças a Deus, nós vamos conseguir devolver esse recurso para o Governo Federal aplicar em outro Município que possa estar precisando. E quero deixar bem claro: nós recebemos mais de 54 toneladas de alimentos durante todo esse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, graças a Deus, estou com a minha consciência tranquila. Lamento profundamente que essa televisão não nos ouviu antes para conhecer realmente a nossa história e perceber a seriedade com que a gente cuida de tudo que acontece em relação à doação aqui na nossa cidade. Inclusive quiseram imputar à Prefeitura uma responsabilidade sobre doações que foram recebidas pelo Secretário de Estado de Assistência Social, lá perto na área quente, lá no alto da serra, de doações de roupas usadas... Porque a Prefeitura não aceita roupas usadas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso que eu ia dizer agora.

O SR. RUBENS BOMTEMPO – Nós só estamos distribuindo roupas novas que foram doadas pela Receita Federal do Brasil.

Ainda quiseram colocar essa responsabilidade nos ombros da Prefeitura e eu tenho certeza de que a verdade vai prevalecer. E lhe agradeço, Senador, pela oportunidade que me deu para poder esclarecer essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Prefeito.

Estamos com a Marcela, desculpa, com a Laura, na linha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos dar, primeiro, a palavra à Laura, porque eu acredito que a Laura também tem interesse de fazer algum tipo de pergunta ao Prefeito ou a alguém que esteja participando aqui diretamente desta audiência pública.

Por favor, Sra. Laura com a palavra.

A SRA. LAURA FERMINANO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, na verdade, só fazer uma ressalva à fala do Senador Carlos Portinho, porque a Cláudia me diz que seria interessante voltar com a obra assistida, eu acho que eu não poderia deixar passar despercebido, porque, na verdade, assim, a palavra humanizar... Eu tenho, na família, meu pai e meus dois irmãos que perderam também suas casas, no mesmo terreno que o meu, porque o pai dá um pedacinho para cada filho.

Na época, o meu irmão recebeu um apartamento, a minha irmã fez a compra assistida – ela paga até hoje a parte dela; o estado deu a entrada, e ela continua pagando –, e o meu pai recebeu a indenização. E a mim, na verdade, essas três opções foram vetadas; eu não tenho mais como escolher.

Então, a fala do Senador Portinho é muito importante, quando ele diz: "Será que isso não é importante? Não seria bom voltar a indenizar ou voltar a compra assistida?". Algumas famílias poderiam sim... Elas não podem participar de um programa do Governo para comprar, porque a renda não é compatível, porque, infelizmente, a gente sabe que existem as regras. Mas se o Governo der uma entrada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e se algumas famílias... Eu falo pelas minhas. Algumas famílias conseguiriam, sim, se houvesse a compra assistida, comprar o imóvel e pagar suas prestações. Então, eu acho que isso seria muito importante.

Em relação ao Inea, eu também não posso deixar de falar que no dia... Nós já contamos aqui, na Fazenda Ermitage, em Teresópolis, com o Decreto 45.835, de 30 de novembro de 2016. Aí o Governador delegou à Secretaria de Meio Ambiente toda a responsabilidade do Ermitage 1 para o Inea, para o secretário da época.

Então eu tenho que fazer uma pergunta aqui. Hoje o Inea não está ali mais, hoje a nossa responsabilidade é da Seinfra, só que ficou uma lacuna aberta. Eu gostaria de fazer uma pergunta e não sei se é o Sr. Allan Borges que pode me responder ou os representantes do Inea. É igual ao caso do Sr. Moisés, Senador Carlos. Algumas famílias fizeram acordos com o Inea, acordos de indenização, ou então ficaram igual a mim, ficaram em processo de acordo para chegar a um valor legal. Eu gostaria de saber se o Inea vai dar continuidade a isso – o do Sr. Moisés eu já sei que eles vão resolver – e se a Seinfra vai continuar o trabalho do Inea.

Por isso é que eu falo em humanizar, porque é a gente que sofre com tudo isso. Faz decreto, desfaz decreto, entra secretário, sai secretário, e a gente fica sempre no limbo. Ninguém resolve.

Então, eu gostaria de saber se, nessa história de indenização, a que o Inea deu continuidade, a Seinfra vai continuar e se há a possibilidade de as famílias que ficaram na responsabilidade do Inea passarem para a Seinfra, para darem continuidade aos seus acordos de indenização.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Laura, pela presença. Antes de responder à sua pergunta, eu gostaria de passar a Presidência para o nosso nobre Senador Portinho, porque eu tenho um compromisso neste momento.

Por favor, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Allan, acho que vou tentar sintetizar a pergunta. Não sei se você ouviu bem também. A dúvida dela é que antes era o Inea que dava a ela a opção de indenização e agora tudo está concentrado, como ela acha – é o que me parece também –, na Secretaria de Infraestrutura. Ela quer saber se ainda está de pé essa hipótese da indenização.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALLAN NOGUEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Portinho, não existe a possibilidade, nos dias de hoje, de a Seinfra ou a Subsecretaria de Habitação indenizar, porque isso não tem previsibilidade nem em decreto, nem em legislação. A querida Laura detém essas informações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, do ponto de vista da Seinfra, desde o dia em que nós nos conhecemos, já foi esclarecido, algumas vezes, esse assunto para ela.

Com relação ao Inea, eu não posso responder, mas nós não temos competência para indenizar algo que foi desapropriado ou algum processo de remoção feito pelo Ambiente, porque não foi frente de obra da antiga Secretaria de Habitação e/ou da Secretaria de Infraestrutura e Obras. Então, nós não temos condições legais aqui de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Allan.

Acho que está esclarecido. E o que eles querem é casa mesmo.

Eu queria aproveitar o Allan, a Marcela, o Prefeito Rubens Bomtempo. Há uma coisa que une todos aí. O Allan colocou: "Se houver terreno, o estado constrói". O Prefeito Bomtempo já disse: "Há terreno aqui". E eu recebi – até a Marcela me encaminhou, eu havia pedido para ela – uma relação de terrenos próprios e de terceiros. Então, nem é uma pergunta, é um pedido para a gente poder avançar: o IAB pode encaminhar essa relação, o Allan pode buscar o IAB, através da Marcela, para conversar sobre essa relação de terrenos, o nosso Prefeito e o seu Secretário de Infraestrutura podem receber e fazer o mesmo? Eu acho que a gente está numa corrida atrás de terrenos. Eu, particularmente, acho que a ideia de comprar e "retrofitar" imóveis é mais rápida, mas é lógico que o que vai dar escala talvez sejam os terrenos. E são terrenos em Petrópolis.

O Prefeito Bomtempo levantou a mão ali.

Antes de ouvir a Marcela e o Allan, por favor, Prefeito...

O SR. RUBENS BOMTEMPO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu queria aqui justificar, em primeiro lugar, que eu vou ter que me ausentar, porque eu tenho uma audiência agora com um juiz da 4ª Vara para falar exatamente sobre essa questão do túnel extravasor, pois é muito grave o que está acontecendo. Quando eu falei que o túnel desabou, que casas caíram, que até um prédio caiu, isso é muito relevante! Isso está judicializado, e o juiz me convocou agora para poder falar sobre essa pauta, que é fundamental.

Eu quero aqui me colocar à disposição de todos, novamente, para que a gente possa aprofundar o debate, para que esta Comissão possa dar continuidade, para que ela não se encerre somente com 30 dias. A gente precisa deste debate, o Brasil precisa deste debate.

Eu queria muito agradecer a oportunidade que os Srs. Senadores me deram e também agradecer ao Coronel Lucas, que esteve aqui em Petrópolis durante todo esse período ao nosso lado, como Secretário Nacional de Defesa Civil, com todo o seu pessoal também aqui presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer também às representantes, às lideranças: não só a Cláudia, que é aqui de Petrópolis, mas também a representante Laura, de Teresópolis, a Marilene e a Marcela.

É isso, a gente tem que construir um novo diálogo. A gente precisa cada vez mais olhar e perceber que essa pauta chegou para ficar. E a gente tem que ter a responsabilidade de ampliar cada vez mais e, principalmente, fortalecer os conselhos municipais, para que esse debate ganhe cada vez mais legitimidade. Que a gente tenha no Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública forças para garantir políticas de Estado!

Muito obrigado.

Eu peço licença, se eu puder, para me encaminhar para outra audiência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É lógico!

O SR. RUBENS BOMTEMPO (*Por videoconferência*.) – Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É lógico, Prefeito! Ao contrário, agradeço as quase três horas de participação sua e de todos aqui presentes, desde a primeira a falar, que foi a Marcela Abla, pelo IAB.

Eu vou, antes de dar a palavra para a Marcela...

Vamos tentar aí buscar o Allan, Marcela, para ver esses terrenos. Eu não vou ter aqui... Nós não vamos ter na Comissão tempo hábil para fazer o que eu gostaria, que era fazer um convênio aqui da Comissão com o IAB para vistoriar esses terrenos e saber: "Aqui dão 50 unidades. Aqui não dá. Nesse terreno, não dá. Naquele ali, dão 30". É do problema do Caititu que eu estou dizendo. É o que existe agora! Se não dão 600, que deem 30, pois 30 famílias serão atendidas.

Lá em Petrópolis, como o próprio Allan já reconheceu, a questão do relevo é difícil. Você não vai achar um terreno – isto nem seria socialmente adequado – para colocar três mil, que é o número, ou 450 famílias no terreno. Então, é um pouquinho aqui, um pouquinho ali, um pouquinho de boa vontade acolá.

Eu me dirijo também ao Inea, Daniel, porque o "não pode"... Aliás, quando eu trabalhei no Inea, um servidor me disse o seguinte: "Portinho, às vezes, é melhor não fazer nada na vida pública". É lógico que eu não concordo, mas isso é verdade, porque dá trabalho. Então, é mais fácil dizer, no caso de um terreno que está lá há dez anos, com projeto aprovado na Caixa: "Para construir, não pode. Há 13 nascentes". Mas não pode no terreno inteiro? Eu não conheço o terreno, confesso. Mas será que não dá para a gente pegar a beirada dele e fazer um parque bacana? Põe emenda daqui se quiser, como estou botando emenda, Allan, no terreno de Posse para fazer... Está lá, já chegou, está chegando à Prefeitura de Petrópolis. A gente teve que, confesso, parar aí, pelo que aconteceu, mas eu vou retomar, para fazer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte da área social do terreno de Posse. O Allan disse que vai concluir, deu as datas aqui. Fiquei muito satisfeito. É só para deixar de fora da obra, porque há recurso já na prefeitura para isso.

Então, no terreno do Caititu, se há uma nascente, vamos fazer um parque. Quer emenda? Mando daqui emenda para isso. Agora, se cabem trinta unidades, se cabem dez ou se cabe uma família lá, bacana, porque já serviu para uma.

Primeiro, falam o Daniel e o Allan e, por último, a Marcela, até para a gente encerrar com a última pergunta que eu já deixo aqui, para as meninas das lideranças, ao final da fala da Marcela, responderem, que é a seguinte: as famílias topam morar em municípios próximos, como Areal e Três Rios, dessa tragédia de agora? Mesmo que não tenha a pergunta, vale a pena ir lá conversar, porque, para morar em Petrópolis, para achar três mil, vai ser difícil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a palavra o Daniel; depois, o Allan; e, por último, a Marcela. E a gente encerra com os requerimentos aqui, mas aí já posso dispensar todos.

O SR. DANIEL MORAES DE ALBUQUERQUE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente!

Agradeço a oportunidade de falar, de contribuir, de esclarecer aqui, na medida do possível, a atuação do Inea dentro aqui do município e das necessidades da região.

Eu queria também só ver se eu conseguia me ausentar, porque, para essa mesma audiência de que o Sr. Prefeito Rubens Bomtempo vai participar, no Tribunal de Justiça de Petrópolis, a gente também foi convocado para falar sobre ações emergenciais e de infraestrutura diante da situação de calamidade.

Então, em relação ao licenciamento, aos órgãos de licenciamento, no Inea, um órgão licenciador, eu acho que a gente pode analisar os projetos.

O Inea analisa os projetos, ele não é o proponente. Acho que qualquer intervenção pode ser analisada, e aí os técnicos vão saber opinar sobre qualquer tipo de empreendimento. E acho que isso é uma discussão de outro segmento aqui da parte do Inea, que eu não consigo falar com tanta propriedade. Então, como estou responsável somente pela parte de execução de infraestrutura, eu gostaria de pedir uma...

Primeiro, quero agradecer a oportunidade de estar falando aqui e passando para esta importante Comissão e pedir autorização para ver se eu consigo comparecer também à audiência no fórum aqui de Petrópolis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com certeza, Daniel. Quero agradecer a sua participação também. Depois, só encaminhe isso para o departamento competente, que tenha a boa vontade de observar essa questão do Caetitu no que for possível. Eu sou da tese de "o que dá, dá; o que não dá, não dá".

Muito obrigado, Daniel.

Allan; depois a Marcela, que começou e terminará, inclusive.

O SR. ALLAN NOGUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, em relação ao IAB e à Marcela, eu já conheço a Marcela e, então, será muito fácil trabalhar com ela. Estamos à disposição, Marcela. Inclusive moramos na mesma cidade, então será fácil nos encontrar. Então, Senador Portinho, essa foi fácil de superar.

Em relação ao terreno do Caetitu, Senador Portinho, ali nós temos nascentes, lagos naturais, lagos artificiais, sagui, que é um macaquinho que está em extinção. O terreno também é acidentado, não é um terreno tão simples assim. Uma pena o Prefeito Rubens Bomtempo não estar aqui para que, nesse caso, tecnicamente, eu discorde dele.

Eu acabei de mandar para o seu WhatsApp, Senador Portinho, o nosso relatório sobre o terreno do Caetitu e também um inquérito civil público do MP sobre a eventual vedação de produção habitacional nesse terreno. Então, nós não temos condições de edificar ali sem ter licença ambiental; sem licença ambiental, não dá para fazer. Nesse caso, eu asseguro aos senhores e às senhoras que não se trata nem de falta de vontade política nem de *performance* eventualmente técnica, é porque o terreno nos impossibilita construir.

Volto a dizer: se nos entregar o terreno – porque os terrenos são municipais –, se a prefeitura nos entregar, nós edificaremos no terreno que a prefeitura decidir, porque o nosso problema hoje, graças a Deus, não é uma questão financeira ou econômica; nesse caso, é limitação geográfica e de imóvel. Então, nós temos condição de edificar em qualquer lugar, desde que nos deem o terreno ou nos ajudem também.

Há um detalhe importante, Senador Portinho, que o senhor também comentou, que é a eventual desapropriação. Se o terreno for privado, para a gente desapropriar – eu não sou advogado eleitoral –, parece-me que a gente tem, por ser um ano eleitoral, uma vedação para comprar imóvel e para fazer desapropriação neste ano. Caso não tenha também e se dentro dessa carteira e desse cardápio que a Marcela vai nos apresentar pelo IAB tiver a necessidade e a possibilidade de desapropriação por interesse social e compra consensuada, a gente também faz.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Maravilha, Allan! Muito obrigado. Eu vou ler detidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apenas me lembro de que, quando fui Secretário de Meio Ambiente, havia um projeto de um grande *resort* com campo de golfe, que ia ser para as Olimpíadas, em Maricá.

Recebi uma notificação, um parecer do Ministério Público de que ia arrancar meu braço, minha cabeça e minhas pernas se eu continuasse, porque lá havia o peixe das nuvens – é um peixinho. Depois eu fui saber que é o barrigudinho – não é, Julia? A Julia, pelo Inea, talvez conheça –, é aquele barrigudinho que nasce na poça. E hoje o projeto foi aprovado. A retribuição ambiental, a contrapartida é monstruosa: o que vai devolver de emprego, de trabalho, de desenvolvimento, de turismo.

Então, é lógico, há 13 nascentes – não conheço, vou ler –, há não sei o quê. Havia um convento ali. Se der 40 quitinetes no convento, já são 40 famílias.

Vamos lá, Marcela.

A SRA. MARCELA MARQUES ABLA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Portinho. Obrigada pela palavra, mais uma vez.

Allan Borges, Subsecretário de Habitação, agradeço também as gentis palavras que você dirigiu à minha pessoa e eu também gostaria de parabenizá-lo pelo Programa na Régua e pelo Programa Casa da Gente, são dois programas que estão muito bem escritos. Eu espero que dê tempo de fazer o máximo possível por esses dois programas, de efetivar essas propostas.

Eu acho que o Allan falou uma coisa que é fundamental aqui, que é a regularização fundiária, ou seja, haver terrenos que possibilitem a titulação, que possibilitem que a casa seja entregue à cidade e também o título de propriedade, e com isso a gente está lidando com esses programas de propriedade.

A outra versão seria desenvolver um programa de locação social, ou seja, a prefeitura, o estado ter um estoque de moradias que sirvam para locação, ou seja, que cada bairro, cada cidade contemple um número "x" de moradias que possam servir para locação social quando a família estiver numa situação de necessidade de habitação.

A outra questão, que eu acho que o Senador Portinho colocou agora também, é muito importante e para que, no momento, a gente está precisando de urgência: onde houver, onde der, os terrenos que forem possíveis de construção, para a gente pensar essas possibilidades.

O IAB levantou mais de meio milhão de metros quadrados de áreas ociosas. Claro que esses dados têm que ser cruzados agora, e aí eu peço também essa ajuda desta Comissão do Senado para a gente poder cruzar esses dados com a prefeitura, com o estado e com o Governo Federal. Há muitos terrenos que a propriedade não é municipal, é do Governo Federal. Então, Allan, como é que a gente faria isso para poder construir pelo Governo do estado nesses terrenos que são de propriedade federal, da União?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existe já um mapeamento. Esse mapeamento deve ser cruzado com o mapeamento de risco. Também solicito aqui, aproveitando – sei que o Prefeito Rubens Bomtempo teve que sair – esta Comissão, que a prefeitura disponibilize o mapa de risco georreferenciado, porque a gente pode fazer esse cruzamento com relação às áreas.

Concordo também que Caetitu tem que ser mais debatido, mais discutido, porque realmente depende de uma série de licenciamentos e de uma série de projeções a longo prazo, de qual situação realmente de risco poderia enfrentar aquela área, mas eu também já gosto muito da ideia de um parque. E aí, sim, tendo esse parque construído, será que há algum tipo de solução habitacional? Claro que não a convencional com torres, com muita densidade – Petrópolis tem esta questão também, que é a densidade –, pensar pequenos terrenos com poucas unidades, pensar em pequenos grupamentos com a formação dessa vizinhança também. Eu acho que o pertencimento vem muito da relação com o outro.

Acho que as quatro representantes aqui da comissão das vítimas de Petrópolis, as quatro mulheres, entendem de cidade, entendem o que é um bairro, o que são essas redes que são necessárias. Então, pequenos locais com poucas unidades também garantem um pouco isso.

Outra atenção que eu gostaria de chamar é que a gente fala muito das quitinetes com dois quartos, mas também tem que oferecer todo tipo de tipologia, às vezes, com três quartos.

O Senador Portinho tem uma emenda superinteressante também que vai tratar das cooperativas, ou seja, da produção agrícola. Então, quem dessas pessoas é produtor que poderia ter hortas urbanas. O que a gente pode acrescentar à moradia, ou seja, a moradia é que constrói cidade. Então, sempre pensar em avançar em propostas de moradia.

Também se falou na questão psicológica, e as hortas urbanas ajudam na questão psicológica do tratamento, ou seja, esse contato com a terra, com a natureza, com o plantio. E entendermos que a natureza é o nosso ambiente, nós fazemos parte da natureza. Não são os desastres, não são as mudanças climáticas, eles estão aí para nos fazer atentar para o fato de que devemos, cada vez mais, nos aproximar mais dessa natureza, desse ambiente.

Quero também fazer um elogio aqui ao pessoal do Grad, que faz o resgate dos animais, porque também há muitos animais sendo resgatados, animais domésticos. Enfim, como a gente pensa essas casas para esses bichinhos também, como será essa adaptação tanto à natureza quanto à horta.

Agradeço imensamente ao Senador Portinho pelo convite ao IAB, representando uma série de entidades, e estamos de portas abertas para dialogar com o Allan, com quem já tivemos diálogo em outras ocasiões, com o Prefeito Rubens Bomtempo e também gostaria muito de ter esse diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o IAB está aqui à disposição. Vamos trabalhar com esse levantamento dos terrenos para podermos escolher áreas interessantes, com qualidade de vida para as pessoas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria agradecer, Marcela, a presença de todos vocês e deixar todos à vontade. Espero que também tenham sido positivas as contribuições aos gestores públicos, às instituições, aos órgãos.

Quero agradecer à Julia, pelo Inea, e a todos os servidores com que eu tive oportunidade de trabalhar, que moram na minha memória e no meu coração. Sucesso à frente do Inea!

Laura, muito obrigado, por representar todas as nossas vítimas e as das tragédias passadas que representam as atuais.

E, Allan, obrigado. Eu sei que é difícil, não é fácil, mas a gente está aqui para o que vocês precisarem.

A gente tem alguns requerimentos, e eu vou lê-los rapidamente aqui, já dispensando aqueles que não precisam participar porque agora são só requerimentos de informações.

Votação de requerimentos extrapauta.

Ainda incluo, para apreciação extrapauta, os Requerimentos nºs 15 a 19, de 2022, de pedidos de informações, e os Requerimentos nºs 20 a 22, de inclusão de convidados em audiência pública, de autoria do Relator desta Comissão, Senador Carlos Portinho.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2022

Requer informações à Prefeitura de Petrópolis/RJ.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2022

Requer informações à Enel Distribuição Rio.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Aliás, esse requerimento, só para registrar, veio do contato de um morador de Petrópolis, que provocou esta Comissão para saber se a gente teria como ajudá-lo, porque ainda está sem luz uma rua inteira de Petrópolis e também sem serviço de água.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2022

Requer ao Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações informações sobre mapeamento de riscos e produção de alertas antecipados de desastre em Petrópolis/RJ.

Autoria: Senador Carlos Portinho

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2022

Requer informações à empresa Águas do Imperador, do Grupo Águas do Brasil, responsável pelo abastecimento de água no Município de Petrópolis/RJ.

Autoria: Senador Carlos Portinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2022

Requer informações ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Carlos Portinho

E aí eu vou incluir, Allan, para o Secretário Matheus – já estou acrescentando aqui, aditando –, a questão do aluguel social, que eu coloquei aqui.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2022

Requer que seja convidado para a audiência pública a ser realizada no dia 30 de março de 2022 o Vereador da Câmara Municipal de Petrópolis-RJ Sr. Hingo Hammes,

Autoria: Senador Carlos Portinho

Dessa forma, os Srs. Senadores que nos acompanham também virtualmente que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Havendo número regimental, coloco em votação a ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam também permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, mais uma vez, agradecendo a todos e convidando-os a participarem da próxima audiência do Colegiado desta Comissão, a ocorrer na próxima quarta-feira, dia 30, às 10h, com o tema "saúde mental". E vamos trazer aqui os convidados para falar sobre esse tema importante, que, às vezes, passa ao largo. Então, pela TV Senado e pelo YouTube da TV Senado poderão acompanhar a próxima sessão.

Muito obrigado a todos, de coração, a todos vocês presentes e virtualmente.

Fiquem com Deus!

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 15 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e nove minutos do dia trinta de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ com a presença dos Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Eduardo Girão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores não membros Eliane Nogueira e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Leila Barros e Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 21, de 2022** que : "Requer ao Governo do Estado do Rio de Janeiro as informações que especifica." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 22, de 2022** que : "Requer ao o Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio de Janeiro (IAB-RJ) as informações que especifica." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir a saúde mental das pessoas atingidas e envolvidas direta ou indiretamente na tragédia ocorrida no Município de Petrópolis, nos termos do Requerimento 014/2022. **Participantes:** Marcus Curvelo, Secretário de Saúde do Município de Petrópolis; Hingo Hammes, Vereador na Câmara Municipal de Petrópolis-RJ; Karen Santo Athie, Superintendente de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro; e Janaina Sallas, Coordenadora Geral de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 90, de 2022, que tem por objetivo acompanhar *in loco* a situação do Município de Petrópolis, Rio de Janeiro, em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir a saúde mental das pessoas atingidas e envolvidas direta ou indiretamente na tragédia ocorrida no Município de Petrópolis.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado. É uma reunião realizada de forma interativa, com a possibilidade de o público participar diretamente, por intermédio do Portal e-Cidadania, portal aqui do Senado, na internet, ou pelo telefone 0800-0612211.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 3ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada. (*Pausa.*)

Votação de requerimento extrapauta...

Ainda incluo para apreciação extrapauta os Requerimentos nºs 21 e 22, de 2022, de pedidos de informação, de autoria do Relator desta Comissão, Senador Carlos Portinho.

O Requerimento 21 requer que o Governo do Rio de Janeiro encaminhe ao Colegiado o cronograma físico-financeiro das obras de controle de inundações, drenagem e recuperação ambiental nas calhas dos Rios Santo Antônio, Cuiabá e Carvão em Petrópolis, paralisadas em 2014 e retomadas em 2020 pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), inclusive com previsão de custos e prazos para a conclusão das obras.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 21, de 2022

Requer ao Governo do Estado do Rio de Janeiro as informações que especifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Carlos Portinho

Requerimento 22: Requer ao Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio de Janeiro o "resultado do cruzamento de dados entre o levantamento realizado pelo instituto sobre terrenos disponíveis para a construção de moradias seguras em Petrópolis, Rio de Janeiro, e os bancos de dados do Município e do Estado do Rio de Janeiro, a fim de levantar eventuais limitações e identificar os terrenos mais aptos a essa finalidade".

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO N° 22, de 2022

Requer ao o Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio de Janeiro (IAB-RJ) as informações que especifica.

Autoria: Senador Carlos Portinho

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Muito obrigado aos convidados: Vereador Hingo Hammes, Presidente da Câmara de Petrópolis; Sra. Janaina Sallas, Coordenadora Geral de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde; remotamente, temos a presença da Sra. Karen Santo Athié, Superintendente de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, e do Sr. Marcus Curvelo, Secretário de Saúde do Município de Petrópolis. Sejam todos bem-vindos! Muito obrigado.

Eu tenho certeza de que faremos aqui uma grande audiência pública em prol da cidade de Petrópolis, das vítimas e dos seus familiares.

Para iniciar os debates, será concedida a palavra por dez minutos para cada participante. (*Pausa.*)

Dando início a esta audiência pública, dou a palavra à Sra. Janaina Sallas, Coordenadora Geral de Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde.

Por favor, Sra. Janaina, com a palavra.

A SRA. JANAINA SALLAS (Para expor.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos!

Em nome do nosso Secretário Dr. Arnaldo Medeiros e do nosso Ministro Marcelo Queiroga, estou aqui representando o Ministério da Saúde no sentido de falar das ações que foram feitas no apoio à parte do desastre no Rio de Janeiro, especificamente no Município de Petrópolis.

Desde o dia 15 de fevereiro, quando fomos acionados, dentro do Ministério da Saúde... Em nível de conhecimento, nós temos um programa de vigilância dos riscos associados a desastres desde 2005, no Ministério da Saúde, em que se faz toda a parte de monitoramento, gestão e avaliação dos impactos da saúde relacionados aos desastres naturais ou tecnológicos. Então, desde o momento em que temos o nosso monitoramento constante, acompanhamento, vamos dizer assim, hidrológico e hidrometeorológico, no dia 15 de fevereiro fizemos toda a parte de acionamento, juntamente com a Secretaria Municipal e também com a Secretaria do Estado, junto aos nossos pontos focais do programa Vigidesastres, em que a gente teve realmente a situação de calamidade declarada tanto pela defesa quanto pelo ministério, no dia 23 de fevereiro.

A gente teve, então, como apoio, mais de 5 *kits*, que dão em torno de 2,5 mil toneladas de medicamentos e insumos que foram enviados no sentido de apoio. Também tivemos o deslocamento de equipe do Ministério da Saúde – no caso, 13 técnicos foram deslocados justamente para ajudar na gestão, na organização e no planejamento das ações, tanto da parte da defesa civil, da vigilância em saúde e da saúde mental, porque a gente faz esse apoio junto com o matriciamento dentro da Secretaria Municipal. E permanecemos até, se eu não me engano, pelos dados aqui, o final de fevereiro, dentro da própria sala de situação, junto com a Secretaria Municipal, atuando.

A partir do momento da desmobilização da sala, junto à participação do Ministério da Saúde, junto à Secretaria Municipal, ao estado, na região de Petrópolis, fizemos, então, um plano, junto com a secretaria, justamente para que pudessem ser intensificadas não só as ações de vigilância em saúde, que é o nosso escopo de atuação na prevenção principalmente para a parte de animais peçonhentos, que é o que esperamos após esse processo, como também iniciativas de apoio psicossocial, em que temos o apoio da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), onde foi feito o desenho e os vídeos de mobilização aos profissionais de saúde para como atuar com essa população. No caso, na época – estão alguns ainda; eu tenho os dados aqui mais atualizados –, quando a gente entrou para atuar, eram 24 abrigos, envolvendo aí mais de 1.387 pessoas.

A ação do Ministério da Saúde na parte da Secretaria de Vigilância em Saúde é a parte de monitoramento e apoio à questão das doenças que são vinculadas pós-desastre e também a ajuda na gestão na parte do matriciamento mesmo do apoio psicossocial.

Então, seriam inicialmente as minhas palavras, e fico à disposição para quaisquer mais apontamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Janaina. Assim que os participantes fizerem suas falas, a gente começa aí um debate. Obrigado pela participação.

Passo a palavra agora ao Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, Vereador Hingo Hammes. Por favor, Presidente, com a palavra.

O SR. HINGO HAMMES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a Sra. Janaina, a Sra. Karen, o Secretário Municipal Marcus Curvelo, o Senador Portinho, que também se encontra *online*.

Senador, hoje é um tema importante, visto que nós tivemos a nossa tragédia dia 15 de fevereiro e no dia 20 de março houve uma outra tragédia. A cidade vinha se recuperando, e tivemos outro episódio, que atrapalhou demais realmente a autoestima dos petropolitanos.

Então, eu dividi aqui em quatro áreas: área da educação, área da saúde, área da assistência e área de lazer, em que eu falo do esporte e da cultura, até porque o Presidente é da área de esportes, eu também sou, então a gente precisa realmente valorizar bastante essa ocupação mental das pessoas.

Então, sendo breve aqui, na área da educação, a gente sugere a capacitação dos profissionais da educação, para que eles possam realmente identificar um aluno que esteja com dificuldade, que passou por algum enfrentamento durante a tragédia. Houve escola que foi afetada, então a gente sabe que isso vai ser primordial. O profissional da educação tem essa capacidade de identificar e ajudar. Lógico que isso integrado com a assistência social, com os demais órgãos do município, mas seria importante. Ampliação também da equipe de educação inclusiva da Secretaria de Educação, porque isso vai dar suporte aos demais órgãos também. E a gente sugere aqui um diagnóstico, uma parceria com as universidades locais, para que a gente tenha um diagnóstico maior de quantas crianças foram afetadas, quantas delas ou foram internadas, ou passaram por uma dificuldade, ou perderam um responsável. Então, a gente não tem esse levantamento ainda, então seria importante esse diagnóstico, para que a gente pudesse dar um passo um pouco mais concreto nas ações tanto da assistência quanto da saúde também, com a ampliação dos serviços oferecidos.

Na área da saúde, a gente tem lá uma área da psiquiatria, cuja ampliação a gente conseguiu iniciar no ano passado, até com a ajuda do ministério. A gente solicita aqui que a gente possa realmente encerrar essa obra, porque infelizmente a gente imagina que vai haver adultos e crianças necessitando desse serviço com mais frequência, então a gente precisa realmente melhorar esse espaço e ampliar. Já está em obra, a gente precisa finalizar essa obra o quanto antes. É preciso fornecer também uma ampliação do serviço do Nasf, porque é um serviço do Ministério da Saúde que contempla vários segmentos da saúde,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a psicologia, como a assistência social, como a educação física, a fisioterapia. Então, seria importante também a gente ter um acompanhamento melhor do Nasf – eu conto aqui com a ajuda do ministério nesse sentido.

É necessário ampliar para os distritos também esse serviço psiquiátrico, porque hoje a gente não consegue atender os demais distritos. Então, a área de Corrêas e Nogueira foi afetada também, e a gente fala muito pouco dessa região que foi afetada – a gente acabou focando muito no meu distrito, em função do Morro da Oficina, Vila Felipe, que foram áreas mais afetadas, mas a gente precisa também não se esquecer da ampliação desse serviço de psiquiatria. E já falei do serviço integrado com o Cras e toda essa relação junto à assistência.

A qualificação dos profissionais da assistência também seria fundamental junto com os profissionais da educação, fazendo essa integração e a preparação deles.

A implementação do Plano Municipal Socioeducativo, em que a gente prevê as ações integradas realmente unificadas, porque qual é o nosso receio, Senador? A gente tem algumas ações da saúde isoladas da educação, isoladas da assistência, isoladas da área de lazer, a gente não tem uma integração nisso. Então, eu acho que, com esse diagnóstico sendo bem elaborado, a gente consegue fazer com que todas essas áreas se integrem e consigam, de fato, ter um serviço de excelência em relação ao município para a população, porque, senão, vão ficar vários órgãos isolados, e a gente não vai conseguir dar essa atenção necessária.

E, por último, na área do lazer, de que falo muito e a defendo bastante lá no meu trabalho, no dia a dia na cidade, a gente precisa muito aumentar a oferta de atividade física, a oferta de atividades culturais, principalmente para os setores mais carentes do município, pois as pessoas não têm acesso a essas atividades. Hoje a gente tem um diagnóstico lá do município: apenas 5% da população praticam atividade física orientada. Então, isso é um dado que interfere na saúde, interfere na saúde mental também de todos nós. A gente precisa realmente ampliar esse serviço, com maior oferta principalmente para a população mais carente.

No mais, eu queria agradecer ao Senado por estar à frente de todo esse trabalho e de dar voz à Câmara Municipal. Então, agradeço aqui em nome de todos os Vereadores do nosso município.

Seria essa a minha fala inicial, e a gente está aqui à disposição para esclarecer mais detalhes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Presidente.

Eu passo a palavra agora à Sra. Karen Santo Athié, Superintendente de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra é da senhora, Sra. Karen, por favor. A senhora tem dez minutos.

A SRA. KAREN SANTO ATHIÉ (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Vocês estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, estamos.

A SRA. KAREN SANTO ATHIÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer o convite, e falo aqui em nome da equipe da Secretaria Estadual de Saúde que acompanha os aspectos da atenção psicossocial na situação de desastre de Petrópolis.

Acho que é importante dizer, em primeira mão – como a representante do Ministério da Saúde –, que a gente entra no trabalho no escopo guarda-chuva, onde há um setor que é o Cievs, que é o de vigilância e monitoramento de desastres, como um primeiro movimento de ação da secretaria em relação à necessidade que o desastre causou, respeitando aí uma articulação das ações no território para que não haja sobreposição nem confundimento dos processos.

Então, a gente esteve no território considerando esse escopo maior e o do plano de contingência municipal – o qual a gente tem o dever de respeitar –, com apoio técnico e visita técnica no dia 22 de fevereiro, para escuta da equipe de atenção psicossocial do município, identificando e escutando quais eram os problemas que foram observados.

Em primeiro lugar, a própria equipe estava em franco sofrimento. Eles já se referem a uma recorrência de situações de crises importantes no território e ao medo da população em relação aos desastres que acontecem quando as fortes chuvas ocorrem.

Então, o que a gente identificou e vem acompanhando antes da própria situação de desastre, porque o nosso acompanhamento é contínuo, e depois, junto à Secretaria Municipal de Saúde, é que, no primeiro momento, as ações planejadas identificaram equipes volantes, que são compostas de técnicos em saúde mental dos serviços municipais de saúde, que fizeram uma atividade volante nos abrigos – se não me engano, são 13 abrigos localizados em diferentes pontos da cidade de Petrópolis. Eles fizeram orientações, e a gente reforçou, enquanto Secretaria de Estado de Saúde, a importância de os Centros de Atenção Psicossocial manterem suas ações para os efeitos do desastre, com busca ativa dos pacientes que têm transtornos mentais graves e persistência, que já estão cadastrados no serviço. Essa também foi uma preocupação quando a gente esteve com o município.

A gente também observou que existe o apoio de diferentes organizações não governamentais. A organização Médicos Sem Fronteiras estava presente quando nós fomos lá, e eles estavam à disposição para a organização de capacitações. Então essa também foi uma questão que a Secretaria de Estado de Saúde incentivou como sendo importante para a situação de crise humanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fizemos um apoio para o planejamento das ações em diferentes níveis de complexidade. A atenção primária hoje, no Município de Petrópolis, está em torno de 68,71%, e as equipes de Estratégia de Saúde da Família que estão no território são em torno de 47,32%. A gente entende que essas equipes são estratégicas para a identificação das pessoas em situação de sofrimento pela situação de desastre.

Fizemos também apoio para a Coordenação de Atenção Psicossocial do município na articulação dos parceiros que fazem oferta de cuidado. Muitos voluntários foram ao território. Isso tem uma delicadeza, porque as ações se sobrepõem, mas o município vem se organizando bem nesse sentido.

Tivemos também o acionamento da Cruz Vermelha nacional, com uma oferta especializada de cuidado em saúde para situações de crise humanitária junto com o município.

Acho que, de maneira geral, o que é importante dizer é que houve uma ação integrada entre o Ministério da Saúde, com o envolvimento da Fiocruz, e as pessoas que têm *expertise* em situações de desastre. A Secretaria de Estado de Saúde e o município sempre respeitaram o que o município trazia como demanda. E a gente continua nesse apoio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Karen.

Passo a palavra agora ao Sr. Marcus Curvelo, Secretário de Saúde do Município de Petrópolis.

O senhor tem dez minutos, Sr. Marcus.

O SR. MARCUS CURVELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas!

Bom dia, Senadores!

Bom dia, Presidente da Câmara, Vereador Hingo Hammes!

Falo aqui em nome do Prefeito Rubens Bomtempo.

Aos técnicos que estão acompanhando esta audiência também, meu cordial bom-dia.

Agradeço a oportunidade de falar um pouco das ações e do cenário tanto do dia 15 quanto do dia 20 de março.

Em primeiro lugar, queria ressaltar a questão da intersetorialidade, como já foi colocado, entre Governo Federal, Governo estadual e Governo municipal. No momento do dia 15, quando ocorreu a primeira catástrofe, logo em seguida, nas primeiras 72 horas, a gente que acionar nosso plano de contingência e sabia que esse primeiro momento seria fundamental para a questão do atendimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feridos. Acionamos toda a nossa rede, tanto pública quanto privada. Todos foram acolhidos devidamente, com destaque especial para o Hospital Santa Teresa, que é a nossa referência em traumato-ortopedia.

E a gente sabia que, num segundo momento, a atenção primária, a atenção básica, seria acionada fortemente por conta do número de desabrigados e desse apoio psicológico e médico que a gente precisaria oferecer em todo território onde havia um ponto de apoio. Isso foi feito através do gabinete de crise e do gabinete integrado. Aí é que eu queria ressaltar que isso, de fato, em relação à parte da saúde, foi feito com bastante respeito, tanto por parte do Governo Federal quanto por parte do Governo estadual. A gente trabalhou sem sobreposições, respeitando a autoridade sanitária, que no caso seria o município, e com as equipes dialogando pelo menos duas vezes por dia; e com acompanhamento tanto do Ministério Público estadual quanto do federal, Defensoria Pública. Acredito que essa integração, essa troca de informação, foi fundamental para que pudéssemos dar as respostas necessárias num momento extremamente difícil para a nossa cidade.

Passando essa questão, veio o dia 20, em que a gente estava já praticamente retirando a última família – justamente num domingo, no dia 20 – do abrigo, através do aluguel social, quando a gente foi acometido pela segunda tragédia, que pegou a gente de surpresa, porque a gente esperava que, a partir de então, a cidade pudesse voltar a começar a se reconstruir dentro de uma normalidade, ainda que muito difícil por conta do tamanho da tragédia climática que a gente sofreu.

Então, a partir disso, a saúde do trabalhador, a saúde mental, as vigilâncias, todas elas, ainda em parceria com o Estado e a União, trabalharam ativamente no sentido de tentar mitigar, naquele momento, principalmente as questões voltadas para as doenças que poderiam ocorrer dentro dos abrigos, por conta do confinamento, não esquecendo que a gente ainda estava num momento de pandemia, saindo da terceira onda da pandemia, no caso específico da variante Ômicron, e toda essa preocupação foi colocada e tratada com muito profissionalismo, dentro de critérios muito técnicos.

Diante disso, a gente começou a se preocupar com a questão da saúde mental, principalmente nos pontos focais, nas áreas quentes, como disse bem o Vereador, Presidente Hingo Hammes, principalmente na região do Alto da Serra, que é da zona quente, onde a gente teve o maior número de óbitos, infelizmente, e o maior número de desabrigados. Então, a gente tinha uma preocupação específica com a saúde mental dessa população, não esquecendo também dos trabalhadores. Para isso recebemos ajuda

Sabendo das nossas limitações e da nossa capacidade de pronta resposta dos fuzileiros navais, fizemos uma parceria, num primeiro momento, com o hospital de campanha, depois com a Cruz Vermelha nacional, com as universidades, especificamente com a Unifase e com a Fiocruz, que sempre nos apoiou muito desde a pandemia, com equipes, no sentido de orientação, e com os Médicos Sem Fronteiras, que fez uma capacitação específica com todos os nossos profissionais para que a gente pudesse fazer da melhor forma possível esses acolhimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Usamos nossas equipes do Nasf; nós temos seis equipes do Nasf hoje atuando no nosso território com muitos profissionais, com equipes volantes. O Alto da Serra, especificamente, tem uma boa cobertura de equipes de PSF e de atenção primária, e fizemos o acolhimento dessa população como um todo, sabendo que esse é um trabalho não só de curto, mas de médio e longo prazos.

Precisamos ainda estruturar outros centros psicossociais para que a gente possa fazer o acompanhamento dessa população de uma forma responsável. Como essa tragédia já vinha de certa forma acompanhada, como eu disse, da questão da pandemia, houve um grande sacrifício mental não só dos nossos profissionais, mas da população como um todo. Então, a gente tem mais esse desafio pela frente. Contamos, de uma forma intersetorial, com todas as instituições de forma clara, de forma aberta, sempre prezando pelo diálogo, e tivemos esse apoio.

Então, fica aqui registrado o meu agradecimento, neste primeiro momento, ao Ministério da Saúde e ao Governo do Estado por todo o apoio que deram ao município na área da saúde até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Secretário. Muito obrigado pela participação do senhor.

Vou passar a palavra agora para o nosso Relator, Senador Carlos Mortinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Romário, e a todos os presentes.

Ouvi com atenção o depoimento de todos. Vejo que há uma funcionalidade entre estado, município e Governo Federal; isso é muito positivo, e é muito necessário todo esse esforço.

Eu gostaria de me dirigir ao Secretário municipal e perguntar exatamente – são duas perguntas simples –: quantas equipes de psicólogos funcionam hoje efetivamente na prefeitura, se esse número foi acrescido por conta do evento recentemente. E gostaria de saber também qual é a opinião dele sobre essa assistência via telemedicina, se ele acha que, via telemedicina, esse atendimento psicológico poderia ser espraiado, ser aumentado, ser alargado, atingindo um público maior.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Secretário, pode responder por favor.

O SR. MARCUS CURVELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Carlos Portinho, pela pergunta.

Hoje a gente atua com seis equipes do Nasf. Hoje a gente fez um aumento, sim, do número de profissionais na área de psicologia. Atuamos em parceria, como eu disse, com a Fiocruz. Inclusive teremos, a partir da semana que vem, uma van destinada especificamente a esse atendimento psicossocial, que será itinerante, para atuar junto, principalmente, às áreas mais atingidas. Temos as nossas equipes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde e educação, que também vão ser reforçadas, estão sendo reforçadas com mais psicólogos para fazer um trabalho especificamente dentro das escolas, além dos PSFs, que também têm, dentro da sua rede, psicólogos que também estão atuando. Estamos fazendo parceria com as universidades também no sentido de reforçar isso e fazendo um trabalho através do Cerest e através da Saúde do Trabalhador, que hoje está ligada à Secretaria de Saúde, também cuidando, através de rodas de conversação com os profissionais. É fundamental cuidar de quem cuida das pessoas. Essa foi a nossa atenção num primeiro momento.

Sabemos que essa rede precisa, de fato, ser ampliada, por conta da demanda que virá. Como eu disse, esse é um trabalho não só de curto prazo, mas de estruturação de médio e longo prazo, não só por conta da questão da pandemia, que já estava no nosso radar, mas mais ainda agora, por conta da questão das duas tragédias.

A questão da telemedicina, Senador, eu acho extremamente importante. Inclusive, o Conselho Nacional de Psicologia tem regulamentações em relação a esse tipo de atendimento. Alguns PSFs nossos ligados a universidades, como à Artur de Sá Earp, já fazem esse trabalho de telemedicina, e a gente pretende ampliá-lo para poder fazer esse acolhimento da população atingida como um todo, com uma atenção especial a crianças e a adolescentes. A gente montou, no PSF do Alto da Serra, um centro psicossocial para fazer já, nesse primeiro momento, esse atendimento. Também por conta da questão da tragédia, a gente sabe que algumas crianças perderam seus pais, perderam suas mães, perderam parentes, suas casas, suas referências no território, porque nem sempre o Aluguel Social é conferido dentro do bairro em que essa criança estava morando. Algumas crianças tiveram que mudar de escola, essa coisa toda. Então, de uma forma geral, a gente está cuidando disso de uma forma integrada – como é a preocupação também do Vereador Hingo Hammes, Presidente – entre assistência social, saúde e educação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Secretário.

Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Romário. Entendi exatamente como está funcionando em Petrópolis, o que é necessário. Isso é importante para o nosso relatório. O que a gente puder aqui – tenho certeza de que até o Sr. Presidente, Senador Romário – fazer para orientar, sugerir – até emendas inclusive –, para poder ajudar nessa questão da saúde mental em Petrópolis – por isso perguntei da telemedicina, se é considerada importante – a gente vai fazer, eu tenho certeza também, Senador Romário.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, eu tenho aqui umas perguntas dos nossos internautas para quem puder responder.

Simone Valente, do Rio de Janeiro: "Como o Estado está se estruturando para oferecer suporte emocional para os envolvidos com tragédias?". Eu acredito que quem pode responder essa pergunta é a Sra. Karen Santo Athié.

A SRA. KAREN SANTO ATHIÉ (*Por videoconferência*.) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, sim.

A SRA. KAREN SANTO ATHIÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada pela pergunta, ela é muito importante.

Acho que, do lugar da Secretaria Estadual de Saúde, a discussão que a gente considera fundamental é a do apoio ao município. Então, a gente entende, na lógica do SUS e da construção tripartite, que essa é uma atribuição do município.

Enquanto Superintendente de Coordenação de Atenção Psicossocial, o apoio que a gente faz é um apoio técnico, respeitando a demanda do território e o mapeamento que a gente faz. Então, a gente identifica a necessidade de ampliação de alguns serviços, como o Secretário Marcus Curvelo falou, que são de base territorial e comunitária, com uma integração importante com a assistência social.

Acho que essa pergunta permite que a gente esclareça os diferentes papéis numa situação como essa e acho que também vale a pena informar que o Estado do Rio de Janeiro faz o cofinanciamento estadual dos serviços que já estão implantados para fortalecimento da rede – ele acabou de ser aprovado em Comissão Intergestores Bipartite –, e há um recurso que vai para o Município de Petrópolis para o fortalecimento dos serviços existentes.

Não sei se o Dr. Marcus Curvelo me permite informar quais são, porque acho que isso pode ajudar também nessa informação. Eu vou ler aqui, porque eu não sei de cabeça...

A gente, enquanto parte importante da construção de planejamento, financiamento e qualificação dos processos no território, identifica, através de uma matriz diagnóstica que é feita pelo acompanhamento da equipe, as necessidades de serviços específicos. Então, hoje o município conta com dois Caps II; um Caps AD III, que é um serviço que possui leitos que podem acolher pessoas em situação de crise; e um Caps para Infância e Adolescência. O município também tem cinco leitos de urgência e emergência, três serviços residenciais terapêuticos e uma UA, que é uma Unidade de Acolhimento.

A rede ideal que a gente entende tem uma necessidade de ampliação dos leitos de saúde mental em hospitais gerais para acolhimento de crise, ampliação das SRTs, e a qualificação desses dois Caps II em Caps III seria importante para que o município pudesse ampliar a sua capacidade de acolhimento dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situações. Essa ampliação de Caps II para Caps III é bastante estratégica porque ela pode acolher pessoas também em situação de crise na lógica e na compreensão do cuidado territorial. Então, são leitos temporários dentro do Centro de Atenção Psicossocial, que têm uma integração direta com a Atenção Primária, que é a maior porta de entrada das questões de saúde mental neste momento.

Acho que é isso. Não sei se eu respondi e espero ter contribuído.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Outra internauta aqui – Isabelle Alves, do Rio de Janeiro – pergunta ao Sr. Marcus Curvelo: "De que forma a administração pública pretende cuidar da saúde mental dos envolvidos na tragédia [objetivamente e em curto prazo]?".

Secretário, está me ouvindo?

O SR. MARCUS CURVELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou sim, Senador.

Numa forma de curto prazo, foram essas as ações integradas, junto com o Governo do estado, o Governo Federal e com organizações não governamentais, fazendo principalmente o acompanhamento desses, vamos dizer assim, desabrigados, adultos, crianças, adolescentes, usando principalmente o instrumento da roda de conversa, ouvindo bastante para que as pessoas pudessem colocar as suas angústias principalmente, os dramas pessoais que viveram. Dessa forma, a gente tentou dar o melhor acolhimento possível.

Há a questão também de alguns que precisaram de medicalização, mas foram acompanhados também de uma forma com bastante critério. A gente não quer criar também uma rede de medicalização pós-tragédia; pelo contrário, a gente tem outras formas mais modernas de tratamento. E a ampliação, como disse a doutora, de algumas redes é fundamental, como a questão dos Caps e do Capsi principalmente, para que a gente possa, de alguma forma, fazer esse acolhimento de uma forma adequada e também integrada, como eu disse, com as outras secretarias. A gente não consegue, sem esta integração entre estado, União e intersetorialidade dentro do município, dar conta de toda essa demanda que vai surgir.

Então, a gente, nesse primeiro momento, trabalhou muito essa questão específica. Primeiro, a gente passou por uma ampla capacitação dos nossos profissionais utilizando principalmente os Médicos Sem Fronteiras, que têm uma *expertise* específica sobre essa questão. A Fiocruz, como eu disse e vou ressaltar de novo, também tem sido uma grande parceira nessa questão da capacitação e da orientação dos nossos técnicos aqui no município e da ampliação dos profissionais e, como disse também o Senador Carlos Portinho, agregando outras formas adequadas de acompanhamento, como essa questão da telemedicina, facilitando o máximo possível que as pessoas tenham acesso ao serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de uma forma objetiva, nesse curto prazo, foi dessa forma que a gente fez os nossos atendimentos, principalmente nos abrigos. Quando os abrigos começam a distensionar, conforme os aluguéis sociais vão sendo concedidos, existe um deslocamento dentro do território dessas equipes. E o ideal é que o profissional seja um profissional fixo, para que as pessoas não tenham que voltar a fazer os seus relatos. É como se você tivesse que voltar sempre àquelas memórias difíceis. Então, a gente está tentando, o máximo possível, fidelizar os nossos técnicos para fazer esse acompanhamento das pessoas que estão precisando neste momento de ajuda na saúde mental.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Secretário.

Presidente Vereador Sr. Hingo, o senhor poderia dizer aqui quais são os relatos e queixas mais frequentes das pessoas que foram afetadas pela enchente?

O SR. HINGO HAMMES (Para expor.) – Pois não.

O que a gente ouve muito dos moradores é a preocupação com a sua moradia inicial, porque muitos deles perderam a sua residência, perderam entes queridos, então precisam se realocar, estão em abrigos ou casa de parente. Então, há uma preocupação enorme nesse sentido, com essa questão do aluguel social que o estado está contribuindo, o município também. Então, isso gerou uma incerteza. A gente precisa organizar isso e trabalhar para que isso fique mais claro. Algumas famílias já foram contempladas com isso; porém, outras ainda estão à procura. Alguns donos de imóveis também aumentaram seus valores, outros não querem alugar porque ficam com medo de a prefeitura ou o estado não pagarem, enfim. Então, há todo um trabalho nesse sentido para que a gente possa dar segurança às famílias e também aos proprietários para que eles possam alugar seus imóveis.

Também no primeiro momento, foi aquela fase de assistencialismo, na verdade, de água, roupa, comida. Agora a gente está entrando numa segunda fase, da moradia, com a linha branca. Não adianta a pessoa ter a cesta básica, e não ter um fogão, não ter um botijão de gás, enfim, para que possa retomar a sua vida normal. Como mencionei no início, no dia 20 de março, veio outra tragédia, que ampliou ainda mais esse número de pessoas necessitadas. Então, a gente vinha nesse segundo momento bem avançado e agora retrocedeu um pouco.

Então, a maior reclamação é neste sentido: a questão da moradia, que eu entendo. E agora a gente vai sentir esse impacto das pessoas. Principalmente no foco da audiência de hoje, a gente vai, a médio prazo, começar a perceber... A gente vê aqui o histórico de Brumadinho, por exemplo: três anos, quatro anos após a tragédia, o quanto de medicação foi ampliado, quantas pessoas vêm procurando serviço psiquiátrico, serviços psicológicos também. Então, a preocupação nossa é nesse próximo passo, pós-tragédia, mas, nesse primeiro momento, o foco foi moradia e assistência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Janaina, em relação a essa saúde mental das pessoas, o Governo Federal tem acompanhado, juntamente com o pessoal – não sei se é exatamente somente a Secretaria de Saúde de Petrópolis –, o atendimento dessas pessoas e continuará fazendo?

A SRA. JANAINA SALLAS (Para expor.) – Obrigada pela oportunidade de mostrar, como a Karen colocou e o Dr. Marcus enfim tem colocado, como é essa parte do Sistema Único de Saúde, da integração das ações.

O Ministério da Saúde atua, como a Karen colocou um pouco assim... Acho que são muitas siglas para a gente trazer aqui para esta audiência, mas é importante a gente deixar um notório saber das estruturas que hoje já existem e são cada vez mais fortalecidas no sentido do Governo Federal e nas suas estruturas do município e do estado, que é a questão da preparação, vigilância, monitoramento e resposta para as emergências públicas de uma forma geral. E as emergências públicas de uma forma geral trazem esse fator, esse elemento de saúde, esse evento de saúde chamado desastre, que a gente tem dentro do Ministério da Saúde desde 2010. Desde 2005, nós trabalhávamos já a questão das emergências de uma forma ainda, vamos dizer assim, muito singular e bem pontual principalmente com estados e municípios e hoje já temos esse programa muito bem estabelecido junto aos estados e municípios, principalmente estados e municípios que são recorrentes de desastres de uma forma geral.

Então, esta é a nossa rotina diária. Toda sexta-feira, a gente tem o monitoramento dentro do nosso Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, onde a gente tem a participação de todas as representantes da Esplanada nesse sentido de fazer a familiarização e compartilhar tanto o cenário epidemiológico como a parte de eventos, como foi a questão do desastre não só em Petrópolis – a gente vem, nessa nossa sazonalidade, desde novembro, acompanhando outros estados e outros municípios.

Então, no nosso trabalho junto da parte da assistência psicossocial, como o nosso Secretário Marcus colocou, foi feito esse projeto junto com a parte da Fiocruz, que nos assessora nessa parte do desastre, trabalha com a gente em conjunto no dimensionamento e no escalonamento das ações junto com o estado e com o município. Os Médicos Sem Fronteiras também são uma instituição não governamental e entraram para esse processo. A gente acompanha o cenário antes, durante e depois. Então, a gente tem toda a parte de monitoramento do número de assistências e do número de atendimentos psicossociais que foram feitos anteriormente.

Vou trazer para o meu eixo, que é a parte da vigilância em saúde, principalmente a questão da situação de saúde dessa população. Então, a gente olha o cenário antes do evento, como ele era quanto à questão das doenças que estavam ali. Como o Dr. Marcus e a Dra. Karen colocaram, fizemos um trabalho bastante integrado de visita a esses abrigos, onde a gente pôde fazer justamente o mapeamento e o diagnóstico dos principais problemas e das principais comorbidades que existiam, para definir, então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

questão do dimensionamento de medicação de uso contínuo e também, como foi colocado, de quem já estava em tratamento de doenças, com problemas de saúde de média e alta complexidade.

Também agora, após o evento, há ainda algumas doenças de que as pessoas são acometidas. Na parte de doenças e agravos, há doenças constatadas após o evento. Além disso, imediatamente, há acidentes causados por animais peçonhentos, a questão da leptospirose e da hantavirose, a questão da covid, como fui muito bem lembrado, como o nosso Secretário colocou. Estávamos ainda saindo da terceira onda, com a entrada da Ômicron. Então, também há a nossa preocupação em manter esse cuidado.

Então, dentro do ministério, a gente vai continuar até que a gente tenha, como a gente chama, a recuperação do território e, principalmente, das pessoas que estão envolvidas, para que a gente possa fazer esse acompanhamento de segmento, como a gente chama, antes, durante e depois. Então, na publicação dos boletins, a gente divulga isso e compartilha com todos no *site* do Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Há outra pergunta: vocês já têm mais ou menos o número – isto serve até para o próprio Presidente – de quantas pessoas ficaram abaladas psicologicamente em relação a essa tragédia? Quantas pessoas já foram procurar os órgãos públicos? Vocês têm essa ideia?

O SR. HINGO HAMMES (Para expor.) – Senador, acho que o Secretário Marcus Curvelo pode contribuir também. Vou falar aqui dos dados que nós temos em mão.

Para termos ideia, foram mais de 7 mil registros de ocorrência na Defesa Civil. Então, a gente está falando de 7 mil residências que foram afetadas.

Esse diagnóstico, esse número preciso de quem procurou, de quem teve necessidade de um atendimento emergencial nós não temos ainda. Se há isso, eu não tive acesso. Por isso, na minha fala inicial, eu disse da importância do diagnóstico, para que nós possamos saber de onde estamos partindo e para onde estamos indo. Hoje a gente ainda não tem esse número preciso. Eu acredito que o número está aumentando. A cada dia, os ROs... Vamos chegar a 8 mil ROs aproximadamente. Com isso, a gente vai ter um número preciso daqui a 30 dias, mais ou menos – é o que eu imagino –, para a Secretaria conseguir ter esse dado em mão.

Não sei se o Secretário Curvelo pode contribuir com algo específico da saúde, porque eu não tenho o dado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Secretário...

O SR. MARCUS CURVELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Posso sim, Senador Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, desde o início da tragédia, desde o primeiro evento, no dia 15 de fevereiro, e depois, no dia 20, nós fizemos, como bem lembrou a doutora do Ministério da Saúde, um diagnóstico situacional de tudo que estava acontecendo não só em relação à questão da saúde mental, mas também em relação a outras doenças que a gente precisou acompanhar, como ela bem colocou e já pontuou.

Em relação especificamente à saúde mental, nós temos, no nosso *site* da prefeitura, um mapeamento de todas as ações em saúde. Está lá como desastres, junto com o painel covid, ao lado do painel covid, só para situar quem quiser, na verdade, buscar essas informações com mais clareza. A gente tentou dar o máximo de transparência possível, inclusive, como bem lembrado, com a divulgação de boletins para que a população ficasse (*Falha no áudio.*) ...

Esses números relativos à questão específica da saúde mental a gente dividiu por faixas etárias, e esse é um número dinâmico que vai evoluindo conforme os atendimentos vão acontecendo e o painel vai sendo alimentado. Entre 0 e 11 anos, no dia 15, a gente teve 31 atendimentos, e, no dia 20, 16; de 12 a 17 anos, no dia 15, 23 atendimentos em saúde mental e, no dia 20, cinco; de 18 a 59 anos, foram 253 atendimentos em saúde mental, e, no dia do desastre, dia 20, 13; e pessoas com mais de 60 anos, no desastre do dia 15, foram dez atendimentos de saúde mental, e, no dia 20, ainda não tenho esse número atualizado ou, segundo fui informado, não houve atendimento específico nos nossos locais, mas acho que, provavelmente, esse número está desatualizado. Eu posso atualizá-lo e passar para os senhores depois com mais precisão. Mas, de qualquer forma, todos esses números estão sendo monitorados diariamente por nossas equipes. Nós inclusive fazemos reuniões de *briefing* ainda todo dia às 8h da manhã para poder trocar essas informações e alimentar os dados que estão no portal da prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Secretário.

Sra. Janaina, mais uma pergunta aqui de uma internauta Tayline Silva, do Rio de Janeiro: "Quais são os tipos de política pública que estão sendo criadas, tendo em vista as consequências à saúde mental dos petropolitanos causadas pelo desastre em curto prazo?".

A SRA. JANAINA SALLAS (Para expor.) – Como eu coloquei, eu sou a Coordenadora Geral de Emergências em Saúde Pública, e essa parte de política de saúde mental está hoje direcionada à Secretaria de Atenção Primária à Saúde, que é a Saps, que a gente tem.

Dentro dessa proposta, eu acho que o que eu posso trazer é o reforço do que a gente tem hoje já trabalhado. Acho que a inclusão... A própria fala da Dra. Karen aqui da inclusão da atenção primária desde o início da emergência, justamente para que a gente possa fazer essa parte de dimensionamento e matriciamento pós-evento, porque, como colocou muito bem o Dr. Marcus... Quero até parabenizar pela questão do portal, que a gente utiliza, Dr. Marcus, para o monitoramento das informações e da situação de Petrópolis, de uma forma geral, sobre os atendimentos. A intenção é que justamente a gente possa ter,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro da política da parte da emergência, essa ação coordenada, incorporando aí todos os atores que têm que trabalhar em conjunto para que a população possa ser remediada no mais curto período possível.

Então, desde a defesa civil na organização, como foi colocado pelo nosso colega, o Hammes aqui, dos quatro eixos de formação, da parte de assistência, da parte do lazer e da parte da saúde, é superimportante na preparação que todos esses atores desses órgãos possam estar já com conhecimento do plano de contingência – como o Dr. Marcus colocou, foi acionado o plano.

Então, essa política maior é reforçar na verdade as estruturas que hoje a gente tem no Sistema Único de saúde e incorporar de forma sustentável, para que a gente possa ter equipes capacitadas, profissionais capacitados e estruturas capacitadas que possam ser acionados na hora do desastre e agora, posteriormente, e que possam acomodar, de forma bastante assertiva, pronta e coordenada, essa população que foi totalmente afetada.

Só para ter em números – não é, Dr. Marcus? –, a gente tem ali no nosso boletim – esse número fica bem evidente para mim – que há mais de 2 milhões de pessoas, enfim, trabalhando aí nessa parte de estruturação, em diferentes frentes de trabalho. Então, isso vai desde a parte de segurança, da defesa civil, dos órgãos meteorológicos de uma forma geral, até os nossos geólogos aí na parte de mapeamento, de georreferenciamento, a equipe toda da saúde do estado e município que se envolveu arduamente nesse processo e a gente aqui do Ministério da Saúde, nas instâncias tanto da Fiocruz como aqui da Secretaria de Vigilância em Saúde.

Então, só complemento aí.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Estamos finalizando aqui esta audiência pública.

Sra. Janaina, Sra. Karen, Sr. Hingo, Sr. Marcus, alguém tem alguma coisa mais para colocar?

O SR. HINGO HAMMES (Para expor.) – Presidente, só para sair um pouquinho do tema, estive ontem na reunião da Alerj, na Comissão Especial da Alerj também focada nas tragédias. Eles pediram para participar da audiência pública na quarta-feira, para liberar o convite. É presidida pelo Deputado Rodrigo Amorim. Não sei se há algum impedimento ou não ou se é possível. Só para deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente não tem nenhum requerimento oficial, mas a gente pode mandar um *e-mail* informalmente.

Bem, nós temos agora o nosso Senador Girão.

Senador Girão com a palavra, por favor. Muito obrigado pela participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Por videoconferência*.) – Gratidão, Presidente Romário. Pergunto se me escuta bem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente. Eu estava tentando aqui entrar durante algum tempo e estava tendo algum problema.

Eu queria parabenizar, Presidente Romário, pela sua obstinação, buscando ajudar a população de Petrópolis, buscando, de alguma forma, minimizar esses impactos e evitar, sobretudo, que novas tragédias ocorram na Cidade Imperial. Como eu disse durante a nossa visita, na nossa diligência ao Rio de Janeiro há 15 dias, eu acho que essa força-tarefa tem muito a ensinar ao país inteiro, tem muito a prevenir novas tragédias.

Eu cumprimento o nosso Presidente, que muito bem nos recebeu, da Câmara de Vereadores, todos os participantes desta sessão muito importante, porque trata de um assunto que toca a alma e o coração das pessoas – a gente viu isso lá –, que é a questão da saúde mental. Eu estava observando aqui a fala da Dra. Karen, que é Superintendente de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, e queria fazer uma pergunta nesse sentido. Ontem o Ministro da Saúde esteve no Senado Federal, eu tive a oportunidade de participar.

Anteontem a Ministra Damares também esteve na Comissão de Direitos Humanos, e um assunto que surgiu, de forma muito forte, foram os relatos que nós temos recebido do Brasil inteiro sobre o período da pandemia, em que as pessoas ficaram em casa. Muito medo, muita coisa passou pela cabeça das pessoas. As crianças, os adolescentes não tiveram contato uns com os outros, o que faz parte do convívio social. E o impacto pós-pandemia está sendo já uma grande pandemia nessa questão da saúde mental. Os relatos são aterrorizantes e muito preocupantes com relação à automutilação e ao suicídio.

E, durante a visita que fizemos a Petrópolis, nós percebemos – tanto quando estivemos lá no Morro da Oficina pessoalmente, como também na Câmara dos Vereadores e com o Prefeito e sua equipe – que esse impacto vai transcender gerações, essa marca vai ficar, a de entes queridos perdidos, de pessoas chorando essa tragédia com amigos partindo para o mundo espiritual; tudo isso vai ficar marcado por gerações. Não é uma coisa simples isso.

Eu perguntei, tive a oportunidade de perguntar ao Prefeito Rubens Bomtempo sobre isso, e ele falou que estava havendo uma força-tarefa, inclusive com convênios de universidades, a gente ouviu relatos, aqui, também sobre isso. Mas eu pergunto: o que mais pode ser feito? E aí nós colocamos o Senado também à disposição. Talvez um apoio maior junto ao ministério, tanto o Ministério da Saúde, como o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O que nós podemos fazer para o acolhimento dessas pessoas? Porque a gente soube que pessoas ficaram vagando depois da tragédia, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

choque pós-traumático, que é muito comum em situações de calamidade como essa; muita gente, muitas pessoas ficaram nas ruas sem saber o que estava acontecendo, vagando. Eu sei que estão sendo atendidas, mas as marcas são muito profundas. O que mais nós podemos fazer enquanto Senado Federal sobre isso?

É a minha participação.

Agradeço, Presidente, pela tolerância.

Um abraço também ao Senador Portinho, que tem tido um cuidado muito grande com esta Comissão, com o pré-relatório, que já foi feito, o qual eu achei muito bem-feito; e ao Consultor Tomé também, que tem mostrado muita competência e zelo com o acontecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Girão, pela participação.

A Sra. Karen quer responder, por favor?

A SRA. KAREN SANTO ATHIÉ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vou tentar rapidamente dizer um pouco também da nossa preocupação em relação a essa agenda.

A gente entende que a saúde da criança e do adolescente pós-pandemia também é uma emergência não só de saúde, mas humanitária. A gente, nas nossas famílias, vive isso, cada um de nós observa nas pessoas que estão ao nosso lado o sofrimento e as perdas que aconteceram. Objetivamente, acho que, do lugar da Secretaria Estadual de Saúde, a gente vem fazendo uma análise da lacuna de cuidado em saúde mental e da necessidade de ampliação dos serviços específicos, trabalhando em colaboração com as equipes de atenção primária, que são os Centros de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência.

A gente vem fazendo uma indução para a expansão desses serviços e há também o dever de fazer a qualificação desse processo. Então, não é uma resposta simples, nem imediata, porque a gente aprende fazendo, são processos complexos também. Há evidências, mas há também questões que são próprias dos territórios. A gente identifica necessidades diferentes dependendo do tipo de população e de perfil circunscrito em determinados municípios: o poder aquisitivo, o acesso à escola, o acesso à alimentação. As questões básicas vão se somando a um problema e, como decorrência disso, há maior fragilidade, vulnerabilidade das crianças, interferindo, inclusive, no seu desenvolvimento. Então é um problema que não é só da saúde mental; é um problema que é intersetorial. E a gente espera também que essa força-tarefa possa envolver todos os entes que fazem parte dessa discussão e, tecnicamente, possa contribuir.

Eu não sei se eu respondi, mas essa é uma preocupação muito forte dentro do nosso processo de trabalho.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Karen.

Senador Girão, está respondido?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria, Presidente, que a Secretária pudesse de uma certa forma dizer o que nós Senadores, na opinião dela, por essa participação nossa intersetorial aqui, entre ministérios também, podemos fazer em Brasília, eu, o senhor, também o Senador Carlos Portinho, o Senador Flávio Bolsonaro – estivemos juntos nessa comitiva a Petrópolis –, o que a gente pode fazer junto aos ministérios para apoiar essa força-tarefa especialmente nessa questão do pós-traumático dessa síndrome, que é muito preocupante com relação a crianças e adolescentes que perderam entes queridos, amigos próximos. É essa a pergunta que eu queria reiterar, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sra. Karen.

A SRA. KAREN SANTO ATHIÉ (*Por videoconferência*.) – Objetivamente, eu acho que é incentivar a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência. O Ministério da Saúde tem recursos disponíveis para isso, e, neste momento, o Saips, que é o serviço que habilita essas unidades de saúde no nível municipal, está fechado. Então seria uma grande ajuda se o Senado e a Assembleia pudessem ajudar através da discussão de abertura e da possibilidade de expansão dessas equipes para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k., Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente. Vamos agir!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Muito obrigado a todos pela presença. Com certeza tivemos aqui uma audiência pública curta, mas bastante interessante, bastante relevante. Eu tenho certeza de que nós aqui da Comissão, especificamente o nosso Relator, vamos tirar coisas muito positivas deste encontro, mais uma vez agradecendo a participação de vocês aqui presencialmente e dos nossos dois convidados também, a Sra. Karen e o Sr. Marcus, remotamente.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convidando a todos para participarem da próxima audiência deste Colegiado, a ocorrer na próxima segunda-feira, dia 04/04/2022, às 10h30, em Petrópolis.

Muito obrigado a todos pela presença mais uma vez.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia quatro de abril de dois mil e vinte e dois, no Câmara Municipal de Petrópolis, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ com a presença dos Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Esperidião Amin, Carlos Viana e Jean Paul Prates, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixa de comparecer a Senadora Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater o diagnóstico, o impacto na cadeia construtiva e os repasses de recursos, nos termos do Requerimento 004/2022. **Participantes:** Miguel Luiz Barros Barreto de Oliveira, Procurador-Geral do Município de Petrópolis/RJ; Leonardo Canário Carlos, Coordenador Regional da Região Serrana do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA/RJ); Charles Rossi, Representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Petrópolis; Vereador Hingo Hammes, Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis-RJ; Vereador Fred Procópio, Presidente da Comissão Especial de Finanças, Infraestrutura e Retomada Econômica da Câmara Municipal de Petrópolis/RJ; Vereador Octávio Sampaio, Presidente da Comissão Especial de Transparência da Câmara Municipal de Petrópolis/RJ; Vereador Yuri Moura, Presidente da Comissão Especial de Assistência Social e Moradia da Câmara Municipal de Petrópolis/RJ; Zilda Januzzi Veloso Beck, Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro; Paulo Roberto Patulea, Secretário de Fazenda do Município de Petrópolis; Vereador Marcelo Lessa; Leonardo Meneghetti, Defensoria Pública do Rio de Janeiro; Vereadora Gilda Beatriz; Robson Tomas de Souza, Representante da União das Lideranças de Petrópolis; Sérgio Luiz Pereira Servolo, Representante da Sociedade Civil; Vereador Ronaldo Ramos; Cláudia Renata de Almeida Ramos, Representante da Comissão de Vítimas das enchentes - Petrópolis; Vereador Gil Magno; Edina Queiroga, Presidente da Associação de Moradores do Caxambu; e Rafaela Faqueti, Representante do Comitê de Piabanha. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 023, de 2022** que: "Requer a realização de diligência externa no Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), para efetivar reunião com autoridades do Ministério destinada a debater, com a participação de representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o levantamento de terrenos aptos à construção habitações de interesse social seguras em Petrópolis/RJ, realizado pelo Instituto." **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/04

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a primeira audiência pública extra-Senado. Esta audiência pública tem por objetivo, mais uma vez, nós ouvirmos aqueles fazem para da lista de convidados. Eu tenho certeza de que sairemos daqui como saímos das duas outras audiências que fizemos em Brasília, com resultados muito positivos e interessantes, para que a gente possa ajudar da melhor forma possível. Quando eu falo "a gente", falo do Senado Federal, do Congresso Nacional.

Já que a gente veio acompanhando essa tragédia desde o primeiro dia, a gente sabe da tristeza que se abateu aqui em Petrópolis, não só em Petrópolis, como no estado e também no próprio país. Foi uma tragédia com muitos mortos, em que muitos familiares perderam entes queridos. O objetivo desta Comissão é fazer com que a gente possa entender e dar alguns tipos de soluções para que outras tragédias como essa não aconteçam não só aqui em Petrópolis, como também no resto do estado.

Tivemos também, nesses últimos dias, com a chuva tragédias não só na capital do estado, na cidade do Rio de Janeiro; tivemos também em Mesquita, tivemos em Belford Roxo, tivemos em Angra, tivemos em Paraty, tivemos em Nova Iguaçu. Perderam-se vidas também mais uma vez. Realmente são fatos tristes e lamentáveis que a gente vem acompanhando com essas tragédias.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 90, de 2022, que tem por objetivo acompanhar *in loco* a situação do Município de Petrópolis em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública como objetivo debater o diagnóstico, o impacto da cadeia construtiva e o repasse de recursos nos termos do Requerimento 4, de 2022.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Câmara Municipal de Petrópolis, pelo seu canal no YouTube. É uma reunião realizada de forma interativa, com a possibilidade de o público participar diretamente por intermédio do Portal e-Cidadania, Portal do Senado na internet, ou pelo telefone 0800 612211.

Antes de iniciar a presente reunião, agradeço pelo apoio recebido pela Câmara Municipal de Petrópolis para a realização deste evento.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados. Estão presentes hoje, aqui: o Sr. Miguel Luiz Barros Barreto de Oliveira, Procurador-Geral do Município de Petrópolis; o Sr. Charles Rossi, representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Petrópolis; o Sr. Leonardo Canário Carlos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coordenador Regional da Região Serrana do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro; o Presidente desta Casa, Vereador Hingo Hammes; o Vereador Fred Procópio, Presidente da Comissão Especial de Finanças, Infraestrutura e Retomada Econômica da Câmara Municipal de Petrópolis; o Vereador Octávio Sampaio, Presidente da Comissão Especial de Transparência da Câmara Municipal de Petrópolis; e o Vereador Yuri Moura, Presidente da Comissão Especial de Assistência Social e Moradia de Petrópolis. Registro as presenças dos Vereadores Gil Magno, Júnior Paixão, Dr. Mauro Peralta, Júnior Coruja, Ronaldo Ramos, Marcelo Chitão e Domingos Protetor.

Muito obrigado a todos.

Antes de darmos início à nossa audiência, Senador Portinho, quer dar uma palavra? (*Pausa.*)

Por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia a todos os presentes. É muito importante a participação popular e de todas as autoridades envolvidas: Câmara de Vereadores, Ministério Público, Defensoria Pública, comissão das vítimas das enchentes passadas.

Eu venho só inicialmente trazer que o papel desta Comissão, como eu sempre coloquei desde o início e assim será no relatório, é uma Comissão propositiva. Para destruir, acho que a natureza já fez seu trabalho; então, no Senado Federal a preocupação nossa, para alinhar todos aqui, são quatro temas que elegemos para nos debruçarmos.

O primeiro deles é a prevenção e a contenção de encostas. Tivemos uma audiência pública e tivemos bons resultados que estarão refletidos no relatório.

A nossa segunda reunião foi sobre moradia, necessidade evidente, e não é só do Município de Petrópolis; é da minha cidade do Rio de Janeiro, é em todo o estado a questão do crescimento demográfico sobre áreas de risco, áreas de proteção que preocupa a todos.

Também além das informações que colhemos, pudemos objetivamente trabalhar junto ao IAB, junto às representantes de moradia popular, sobre alguns temas, um deles é a questão dos terrenos, que é uma dificuldade numa cidade onde o que não é morro é vale, encontrar esses terrenos. E vejo que há uma boa vontade de todos. O Governo do estado diz que está pronto para construir mil casas, o Governo Federal diz que – no ministério, estive com o Ministro Rogério Marinho, então ainda Ministro, Senador Romário – tem já 300 casas para soltar para Petrópolis, o que falta é terreno. Então, esta Comissão está se debruçando sobre a questão dos terrenos, e isso também vai estar refletido no relatório.

Outra preocupação em cima desse tema da Comissão era o terreno do Caititu, que era um terreno que no passado, segundo apuramos inclusive junto ao Governo Federal, é o único terreno que já estava adiantado, eles já reconheciam que ali seria construído no Governo Federal passado, foi autorizada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desapropriação por um valor relevante e algumas questões ambientais foram agora levantadas. E nós aqui, na Comissão – não é, Senador Romário? – dizíamos: "Ótimo, se não vão ser 600, se não vão ser 700, que sejam 10, que sejam 15, que sejam 20, que sejam 50; pelo menos, são 10, 20, 15 ou 50 famílias atendidas", porque a gente sabe que aqui em Petrópolis, pela situação do seu relevo, é difícil você encontrar um terreno em que caibam aí 3 mil pessoas, que é mais ou menos o déficit só das últimas chuvas, e nem socialmente seria recomendado colocar 3 mil pessoas dividindo o mesmo espaço.

Então, fico muito feliz, recebi o projeto que teve a participação aqui de todos, inclusive do IAB, que acredita possível a construção de 56 unidades. Ótimo, são 56 famílias, se Deus quiser, que serão atendidas, e lá no próprio ministério há 300 casas já reservadas pelo Ministro Rogério Marinho aqui para Petrópolis. Então, sobre esse tema também tenho certeza de que o relatório poderá apresentar alguns caminhos propositivos.

O terceiro tema eleito foi a saúde mental, que muitas vezes passa ao largo das tragédias, não é? A gente se preocupa com as obras físicas, e esta Comissão, presidida pelo Senador Romário, teve a preocupação de se debruçar sobre a questão da saúde mental da população. Vamos, sim, apresentar uma proposta ao final no relatório, e eu e o Senador Romário inclusive com compromisso de encaminhar emendas, Procurador Miguel, emenda parlamentar, para o município, para que a gente possa desenvolver a telemedicina no ramo da psicologia, o que pode ajudar nessa assistência à população.

E por fim, o que cabe aí, a competência original desta Comissão, o acompanhamento dos recursos federais. Há uma medida provisória que foi editada em passado recente pelo Governo Federal, liberando quase quinhentos milhões, quatrocentos e tal milhões de reais. Não é só para Petrópolis, é para Minas Gerais, algumas cidades; Bahia, outras cidades; Petrópolis e agora provavelmente Angra dos Reis também; e outras cidades que foram afetadas nessa época de temporais por calamidades. Então, é um dinheiro reservado, e os municípios que se apressarem com seus projetos certamente terão acesso a isso.

Para concluir aqui minha fala inicial, esta Comissão também recebe, pela participação popular, como disse o Senador Romário, através dos nossos canais, algumas demandas, e uma dessas demandas foi objeto do Requerimento nº 16, de 2022, no qual requeremos o seguinte:

> [...] à Enel Distribuição Rio [de energia] que forneça as informações dos documentos abaixo:
> 1. quais bairros da cidade de Petrópolis/RJ ainda não tiveram o fornecimento de energia elétrica normalizado após as chuvas que atingiram o município em 15 de fevereiro de 2022;
> 2. quantas pessoas estão sendo afetadas diretamente pela interrupção do serviço;
> 3. qual a previsão de normalização do serviço por bairro da cidade;
> 4. quais bairros ficaram sem fornecimento de energia e por quantos dias perdurou essa situação [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento, que foi provocado pela participação popular através dos nossos canais, recebeu, no dia 29 de março, a resposta da Enel, que eu compartilho com todos, até para que publicamente quem provocou possa se sentir atendido.

Quanto à pergunta 1, quais bairros da cidade ainda não tiveram fornecimento de energia... Deixe-me ir para as respostas. Ele juntou as respostas. Ah, perdão, está aqui. Ele juntou a 1, a 2 e a 3, quantas pessoas afetadas e a previsão de normalização. A Enel respondeu:

> Todos os clientes afetados no temporal de 15 de fevereiro tiveram a energia restabelecida, exceto onde as casas foram avariadas por deslizamentos de terra e encontram-se interditadas [...] [e eles trazem aqui – esse documento é público, estará lá no Portal do Senado, da Comissão –, ele elenca aqui alguns bairros em que, por questão de barreira, principalmente, de áreas de deslizamento, não foi ainda restabelecida].
> [...] a quantidade de clientes isolados será confirmada após o ciclo de leitura, pelo processo de leitura de medição [diz a Enel].
> Pergunta 4: quais bairros ficaram sem fornecimento de energia e por quantos dias perdurou [...].
> Os bairros mais afetados foram: Floresta, Alto da Serra, Sargento Boening, Vila Militar, Coronel Veiga, Manoel Torres, Quitandinha, Saldanha Marinho, Barão do Rio Branco, além das principais ruas do Centro, como Washington Luiz, Rua do Imperador, Rua 16 de Março e Rua 24 de Maio. O tempo de interrupção do fornecimento de energia nestes bairros foi de até 12 horas. Algumas ruas muito pontuais tiveram a duração da interrupção estendida, chegando a 10 dias, por exemplo, a Rua Marcolino na Chácara Flora, devido à dificuldade de acesso e também dos bombeiros fazendo resgate de vítimas.
> Pergunta 5: quando foram implantadas redes de distribuição de energia elétrica nas áreas de risco atingidas em 15 de fevereiro e documentos dos órgãos ambientais e urbanísticos estaduais e municipais que autorizaram essa implantação [da energia].

A Enel respondeu que:

> [...] atua de acordo com as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica [...], que, em sua Resolução Normativa n. 414/2010, prevê a documentação passível de ser exigida para atender os pedidos de ligação individual de determinada unidade consumidora.
> Algumas das documentações que, obrigatoriamente, precisam ser solicitadas pelas distribuidoras para realização de fornecimento inicial correspondem à Carteira de identidade e ao número do [...] CPF [...]. Incluem-se no rol de documentos possíveis de serem exigidos, a certidão de regularidade ambiental e/ou documento de ocupação do imóvel (unidade consumidora), nas hipóteses que se justifiquem (art. 27, inciso II, da REN 414/2010) e em atenção aos ditames da Aneel de não onerar o consumidor com solicitações não prescindíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Além disso, quando identificada necessidade de extensão de rede em área de restrição ambiental, a concessionária procede com as avaliações e, quando exigível, segue com o processo de licenciamento/autorização ambiental para instalação da extensão de rede
> As concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica não possuem poder de policia e a elas Ihes é vedado criar condição ou dificuldades ao acesso à energia elétrica. A busca pelo acesso à infraestrutura básica acompanha a evolução do processo de antropização e aumento populacional, o que implica dizer que as ligações de energia foram realizadas à época da solicitação, conforme regulamentação vigente. Pontua-se que a atuação da Administração Pública nas áreas de risco, de modo a coibir ocupações, inclusive noticiando as áreas em seu território nessas condições é de suma importância, além disso, detentora do poder de polícia, a administração pública tem meios de impedir a ocupação nas áreas por ela mapeadas como de risco.

Essa é a resposta da Enel.

Espero que, fora essas áreas que ainda sofrem com deslizamento e queda de barreira, em todas as demais tenham sido já restabelecidos os serviços de energia. Isso em resposta à consulta popular que recebemos.

Sendo essa minha participação inicial, Senador Romário, eu o deixo à vontade para prosseguir com a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

Eu acho que o Senador Esperidião... (*Pausa.*)

Vamos deixar para depois.

Aproveito a oportunidade para agradecer as autoridades presentes: Dra. Zilda Beck, da 1ª Promotoria de Tutela Coletiva; Dra. Cristiane Mendes, da Defensoria do Rio de Janeiro; Dr. Leonardo Meneghetti, da Defensoria do Rio de Janeiro; Sra. Marcela Marques Abla, do Instituto de Arquitetos do Brasil/RJ; Sra. Carla Carvalho, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

Muito obrigado a todos pela presença.

Vamos dar início aqui a esta audiência.

Primeiro passo a palavra ao Sr. Miguel Luiz Barros Barreto de Oliveira, Procurador-Geral do Município de Petrópolis.

Por favor. Sr. Miguel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL LUIZ BARROS BARRETO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas! Inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dr. Miguel, só um minuto. O senhor tem 10 minutos, o.k.?

O SR. MIGUEL LUIZ BARROS BARRETO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Perfeito.

Bom dia a todos e a todas!

Gostaria inicialmente de cumprimentar todas as autoridades presentes e V. Exa., Senador Romário. E, cumprimentando o Senador Romário, cumprimento também o Senador Carlos Portinho, assim como todos os Vereadores aqui presentes, na pessoa do Presidente Hingo Hammes, todas as instituições e autoridades aqui presentes, Ministério Público do Estado, com o qual temos excelente relacionamento e diálogo, Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, Senado Federal, Câmara Federal, Governo do Estado, Governo Federal, sociedade civil de forma geral, entidades de classe, empresariado, organizações da sociedade civil, ONGs, todos que têm sido muito parceiros durante todo esse processo.

De fato, a nossa cidade vem passando por momentos muitos difíceis, essa é a nossa maior tragédia, mas serviu como forma de unir todos nós em busca de soluções, e temos avançado bastante nesse período.

O nosso governo iniciou há muito pouco tempo, há menos de três meses, período durante o qual fomos alvo de três chuvas torrenciais. Pouca gente se lembra, mas, em janeiro, já estávamos em situação de emergência; em fevereiro, calamidade pública; e, em março, tivemos a maior chuva da história do nosso país, que provocou perdas humanas, danos materiais, toda sorte de prejuízos para a população petropolitana.

Então, venho aqui em nome do prefeito inicialmente me solidarizar com todas as pessoas que perderam seus entes queridos, seus amigos, seus parentes, seus vizinhos, que perderam bens materiais, com todos os comerciantes, que tiveram muitos prejuízos. Todos nós sabemos das dificuldades que a cidade vai enfrentar, e reconstruir essa união é fundamental. Também quero me solidarizar com outras cidades atingidas no Estado do Rio de Janeiro, que também tiveram o mesmo impacto, de perdas de vidas, de danos materiais.

Eu acho que isso nos leva a uma grande reflexão, como sociedade e como poder público, no sentido de buscar soluções para esses problemas. Não é possível resolver 100% deles, mas talvez seja possível minorar todo o impacto que as chuvas vêm causando. A gente sabe da mudança climática que nosso planeta vem sofrendo, mas é preciso buscar agora soluções, e é isto que a sociedade espera: propostas concretas. Então, essa fala do Senador Carlos Portinho é muito importante: ter comissões de fiscalização, mas também para apresentar proposições que tragam soluções para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer também o incentivo do Senador Carlos Portinho em relação à criação dos NFTs, os ativos não fungíveis, que vão ser leiloados em breve, numa grande campanha de arrecadação para o Município de Petrópolis, que precisa de muitos recursos para ser reconstruído. A gente agradece muito todo apoio que já chegou da Assembleia Legislativa, do Governo Federal, do Governo Estadual, mas ainda é pouco para fazer frente a tantas demandas da nossa sociedade, a tantas ações de que a nossa sociedade precisa, de que população precisa. Eu acho que esse estreitamento de laços, de comunicação, de união, de trabalho e de respeito vai trazer as respostas que a população espera.

Também já anuncio inicialmente que o município vai criar um fórum de desenvolvimento econômico para, através dessa unidade com a sociedade, buscar soluções, soluções que, aliás, já vêm sendo buscadas. E acho muito importante que a gente tenha um plano de ação concreto para poder apresentar para todos, assim como buscar as parcerias para poder fomentar as iniciativas necessárias para a gente resgatar o nosso comércio e a nossa economia, que vai ser muito impactada, já foi muito impactada.

Algumas medidas já foram tomadas, o próprio Secretário de Fazenda pode aprofundar mais essa temática mais à frente –, como uma lei municipal isentando IPTU, taxa de coleta de lixo e ISS de todos aqueles empresários que foram afetados. Isso já é um primeiro passo que a gente dá para tentar facilitar essa retomada e reconstrução do nosso comércio, isso é muito importante. Estamos trabalhando em novas medidas para que os comerciantes possam ter esse incentivo do poder público para retomar as suas vidas. Esperamos, através do Fórum Econômico, esse debate democrático, que consigamos avançar ainda mais. Temos dialogado muito com a sociedade civil. O Governo vem fazendo, desde o primeiro momento, muitas reuniões com instituições da sociedade civil para que essa escuta ativa, a percepção das demandas da sociedade seja atendida, que não seja algo unilateral, sempre democrático e plural. Isso tem sido muito importante também para que o Município consiga responder a todos esses desafios que nós apresentamos.

Em relação à questão também que o Senador comentou, que acho importante a gente citar, da religação do serviço de energia elétrica, que foi um grande problema. Tivemos diversas reuniões com a empresa Enel, que é concessionária local. Inclusive hoje já existe uma decisão judicial que determina prioridade para a religação das famílias afetadas pela chuva que dependem do aluguel social. Hoje existe uma decisão judicial que diz que em duas horas a empresa tem que cumprir esse papel, porque de fato a burocratização desse processo causou muitos problemas não só para quem teve a sua casa afetada, mas também para quem tem buscado um novo lar. De fato, não faz o menor sentido, durante a calamidade, se exigirem tantos documentos, não é? Então isso foi muito importante para a gente poder avançar nessa pauta.

E também a pauta da realocação das famílias abrigadas foi uma prioridade do Governo desde o início. Hoje nós temos aí mais de mil aluguéis sociais já concretizados, as pessoas já com a sua dignidade restaurada em novos lares, com *kit* moradia, com toda a logística de transporte das famílias e dos bens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que, esta semana agora, através de uma audiência que tivemos com o Ministério Público estadual, a gente já consiga reiniciar 100% as aulas, com exceção só daquelas unidades que foram afetadas também pela chuva. Isso é muito importante para que a nossa cidade volte à normalidade. É importante que as crianças voltem para o estudo. Elas ficaram tanto tempo afastadas durante a pandemia e, logo no início deste ano, tivemos três chuvas que impossibilitaram o retorno às aulas, mas a gente espera que, esta semana agora, pelo menos 98% dos alunos estejam já alocados nas suas turmas e já recomecem a estudar.

Trouxemos também aqui hoje a participação do nosso assessor especial Felipe Augusto, que pode atualizar os dados que já foram trazidos na primeira audiência, que foram importantes, para saber como as verbas federais vêm sendo empenhadas em nosso município e como elas vão continuar sendo empenhadas. Eu acho que são dados muito importantes.

Então é isso. A minha fala inicial é essa. Quero colocar o município sempre à disposição de todos os órgãos, continuar esse diálogo propositivo, que tem sido muito importante, até para que a gente possa avançar e buscar soluções para a nossa cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Miguel.

Passo a palavra agora ao Sr. Leonardo Canário Carlos, Coordenador Regional da Região Serrana do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro.

Sr. Leonardo, por favor. O senhor tem dez minutos.

O SR. LEONARDO CANÁRIO CARLOS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Agradeço o convite aqui. Eu estou colocando o Crea à disposição para tudo o que precisar, tanto para a Câmara, quanto para o Senado... (*Falha no áudio.*)

Estamos aqui na Monsenhor Bacelar. Eu sou de Petrópolis, conheço a situação da cidade, e eu acho que é mais ou menos isso.

Quanto ao Crea, o Crea é o órgão fiscalizador do exercício profissional. E o que a gente fiscaliza? Se aquela construção está sendo realizada com participação profissional ou não. A nossa fiscalização exige a participação profissional, mas ela não tem poder de embargo. O poder de embargo é, realmente, só do município mesmo, da prefeitura. Então, nós ficamos também com mãos e pés atados, porque a gente não consegue embargar aquela situação. Agora, através da assessora Luana, vamos apresentar uma proposta de convênio, para quê? Tanto para a fiscalização da prefeitura tentar repassar as obras embargadas para a gente quanto para nós, com a nossa fiscalização, repassarmos as obras que estão sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissional para a prefeitura. Nós vamos tentar ajeitar esse convênio para melhorar até essa parceria, fazer essa parceria funcionar.

Então, eu acho que é isso.

Estou colocando aqui à disposição de todos vocês tanto a Câmara quanto a prefeitura para o que precisar.

Bom dia a todos.

Muito obrigado.

Boa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Leonardo.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Charles Rossi, representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Petrópolis.

O SR. CHARLES ROSSI (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Romário, Presidente dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia.

O SR. CHARLES ROSSI (Para expor.) – Senador Portinho, seja bem-vindo a Petrópolis. Demais companheiros, cumprimentando o Presidente Hingo Hammes, eu cumprimento todos os Vereadores desta casa, o Ministério Público, o nosso Secretário de Fazenda, o Patuléa, cumprimento todos do município – secretários, presentes, procurador.

Senador Romário, Presidente, nós temos... A partir dessas tragédias em Petrópolis, a Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) em Petrópolis estimou em termos de 5% do PIB da nossa cidade as perdas. Nós estamos falando de alguma coisa em torno de R$700 milhões de perda na economia da nossa cidade. Nós temos, aqui em Petrópolis, Senador, cerca de 14 mil estabelecimentos formais, o que dá, mais ou menos, alguma coisa em torno de 70 mil empregos na cidade. Temos, historicamente, alguma coisa em torno de 40% de informais, o que dá mais uns 25 a 30 mil empregos informais na cidade. Então, primeiramente, nós estamos falando de quase 100 mil trabalhadores em Petrópolis que estão sofrendo com essa tragédia, formais e informais. Esse é um número importante.

A nossa cidade foi, realmente, muito abalada com toda essa chuva. O comércio da Rua do Imperador – o Senador Portinho já relatou –, do Alto da Serra, da Rua Teresa, Rua Irmãos D'Ângelo, alguns bairros da nossa cidade, realmente, Senador, nosso comércio sofreu muito e ainda está sofrendo muito com essa tragédia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que nós não podíamos esperar, nós não podemos esperar. Nós não podemos esperar. Não há condições no comércio de nós ficarmos discutindo proposições, isso e aquilo, porque o comércio tem que pagar a folha de pagamento, o comércio tem que pagar a seus funcionários, o comércio tem contas para pagar com seus fornecedores. Então, ele não pode ficar esperando a criação disso, daquilo e daquilo outro; nós precisamos de medidas imediatas.

Estou entendendo, Senador, que esta Comissão tem um aspecto propositivo de levar medidas, ações concretas que possam ajudar o empresariado e os trabalhadores da nossa cidade, porque nós estamos juntos, não é?

Então, essa retomada, Senador, depende de muitas coisas, quer dizer, a nossa imagem, enquanto marca para atrair negócios e atrair investimentos, realmente está muito machucada, está muito desgastada, e nós só vamos reverter isso com trabalho – não existe sorte; é trabalho –, e trabalho com medidas concretas para que consigamos reverter essa situação.

Eu quero destacar aqui algumas medidas que chegaram para nós, para os empresários, a tempo e à hora, e que estão nos ajudando muito, Senador – muito! –, nessa retomada.

Primeiro foi a questão desses empréstimos que chegaram. Chegaram empréstimos da Sicoob, da cooperativa, e chegou empréstimo da AgeRio, do governo do estado, que variam de R$5mil até R$500 mil. Pelos números de sexta-feira, agora, Senador – sexta-feira –, falamos em R$81 milhões já liberados para o comércio a juro zero, com 12 ou 18 meses de carência para começar a pagar. Então, essa é uma medida que realmente está surtindo muito efeito na nossa economia – muito efeito! E a informação que nós temos é que há mais 750 contratos, Presidente, já prontos para serem assinados, nesta semana, de mais dinheiro liberado. Eu tenho falado com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do município, e essa é, sem dúvida, a melhor medida que nós temos neste momento de apoio ao empresariado de Petrópolis, não é? O Governador disponibilizou R$200 milhões para Petrópolis, e, desses R$200 milhões, R$50 milhões especificamente para o setor de turismo, para o qual, na nossa cidade, nós temos em torno de 6 mil leitos. De 6% a 7% do nosso PIB já é relacionado ao turismo. Se pegarmos toda a cadeia do turismo, chegamos a quase 10%. É muita gente, é muito importante. O turismo galga posições importantes na nossa cidade.

Outra medida importante que eu acho que também está contribuindo muito é essa medida da Prefeitura junto com a Câmara de Vereadores de isenção do IPTU e do ISS para os empresários que sofreram com a pandemia e, agora, especificamente, com a tragédia. Essa é uma medida importante neste momento. Os empresários não estão pagando mais o IPTU e também o seu ISS. Isso é uma ajuda concreta para o município.

Agora a melhor notícia para a nossa cidade, não a curto prazo, mas a médio prazo, é esse anúncio que foi feito de 2% para o ICMS, Presidente, em Petrópolis, não só para os novos investimentos. Todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indústrias, todos os negócios que pagam ICMS em Petrópolis vão passar a pagar 2%. Essa é a melhor notícia que o empresariado teve, que a economia desta cidade teve nos últimos 30 anos! Isso vai mudar a cara da nossa cidade a médio e longo prazo, porque isso vai trazer, se a cidade souber aproveitar isso, um conjunto de investimentos e de geração de emprego e renda nesta cidade jamais visto em tempos anteriores.

Algumas outras medidas são importantes, mas eu quero finalizar a minha fala, Presidente, falando dessa retomada.

Para que os novos negócios venham para a nossa cidade, é preciso que a nossa marca Petrópolis esteja bem posicionada, é preciso criar uma campanha de imagem da nossa cidade. A imagem lá fora da nossa cidade está muito ruim. Quem é que vai investir na cidade hoje? Quem é que vai arriscar o seu capital nesta cidade hoje? É preciso melhorar essa imagem, criar uma campanha lá fora, para que Petrópolis seja vendida de maneira adequada, atraindo novos investimentos, gerando novos empregos e oferecendo o que nós podemos oferecer de mão de obra. Nós temos sete, oito universidades aqui em Petrópolis. Nós temos uma mão de obra muito bem formada. Nós temos vocações neste município. Nós temos um conjunto de atributos que precisam ser divulgados para que novas empresas venham para a nossa cidade.

Então, essa retomada não é fácil, depende das contenções, depende do atendimento às famílias necessitadas. Ela é muito ampla. Há todos estes aspectos, Senador, dos quais eu tomei nota aqui: a questão das prevenções e das contenções, a questão da moradia, a questão da saúde moral e da saúde mental, como foi muito bem lembrado. Nós temos recebido muitos empresários lá na CDL, empresários deprimidos, empresários que não querem retomar suas atividades, empresários que querem desistir de tudo e que não acreditam mais, que não têm mais esperança. Esse aspecto, com muito prazer, eu vejo abordado aqui, nesta Comissão.

Desse modo, eu finalizo, Presidente, dizendo isto: essa retomada econômica da nossa cidade não depende só de medidas econômicas, depende de todo um trabalho da nossa sociedade, para que nós possamos vender novamente a nossa cidade como um atrativo, como um polo de atração de negócios, seja na área do turismo, seja na área da indústria, do comércio e de serviços, para que nós possamos novamente gerar emprego e renda para os petropolitanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Charles.

Senador Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Charles, é muito importante ouvir o setor. A CDL tem uma representatividade, uma legitimidade também na condução disso.

E o que você disse a respeito da reconstrução de Petrópolis, de elevar o moral de novo da cidade numa campanha que possa ir nesse sentido, confesso que foi a minha primeira preocupação, porque acho que mais imediata, como você disse, é a recuperação do comércio, do emprego – a Rua Teresa, do Imperador, Primeiro Distrito. E foi em cima disso que a Comissão logo constituída... Eu tive uma conversa com o Prefeito, com a Câmara dos Vereadores, e Petrópolis é o primeiro município do Brasil, é a primeira iniciativa para a emissão dessa NFT. E eu sei que é uma moeda, uma criptomoeda, é algo novo, e Petrópolis sai na vanguarda disso. E a Câmara de Vereadores, muito unida, aprovou, porque precisava aprovar o lançamento desse ativo. O Dr. Miguel vem trabalhando conosco a criação do contrato público de solução inovadora que é em cima do marco legal da *startup,* que por acaso eu relatei, e foi por isso que nós levamos essa... Porque a gente tem que buscar recurso fora da caixa. A prefeitura tem as suas dificuldades. O estado e o Governo Federal têm algumas limitações. E o que eu vejo é que houve uma grande corrente de solidariedade, e a gente não pode deixar que isso se perca, como eu ouvi aqui, com a síndrome do céu azul – guardei até essa mensagem, acho que foi o nosso Vereador Domingos Protetor que disse isso.

Exatamente agora o contrato deve ser colocado em edital. Já há algumas grandes empresas de criptomoeda se estruturando para participar dessa concorrência. E a ideia, Charles, por lei aliás, é o dinheiro ser carimbado para a reconstrução do Primeiro Distrito. E não é à toa, exatamente pelo que você disse, porque o comércio precisa se recuperar. O coração da cidade precisa voltar a bater. A ideia então, com isso, é que a gente possa fazer um grande evento, quando terminado o prazo do edital, para o lançamento e para que a gente busque as doações e a venda. Por exemplo, a Ucrânia arrecadou 30 milhões na primeira semana com a venda das suas NFTs. Há gente no mundo inteiro que compra. Além do impacto social, ela pode ter uma utilidade. Depois eu vou conversar com vocês, porque o comércio pode dar essa utilidade para a NFT.

A própria Vereadora Tainá, do Rio de Janeiro – faço o registro –, sugeriu um memorial para as vítimas, e a gente pode juntar os doadores que comprarem NFT também nesse memorial como estímulo para a arrecadação da cidade. Parece um pequeno gesto, mas ele vai ao encontro do que você disse não só pela vanguarda da cidade de Petrópolis nesse tema que é moderno, criptomoeda, mas também pelo fato de que por trás disso está o desejo de reconstrução da cidade. A cidade precisa comprar isso para elevar o seu moral, o seu ânimo e atrair mais turistas, atrair mais investimentos para cá. Acho que, com um pouquinho do esforço de cada um aqui, da União, da Câmara de Vereadores, da prefeitura, dos dirigentes lojistas... Esta Comissão também tem esse esse ânimo de juntar as forças, como diz o Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aqui a presença de outras autoridades: Sra. Cassia Nilce Hammes, união das lideranças comunitárias; da Rafaela Facchetti, que já foi falada; do Sr. Robson Thomás de Souza, representante da união das lideranças de Petrópolis; da Sra. Cláudia Renata Ramos, presidente da Umas (União por Moradia e Aluguel Social). Muito obrigado a todos pela presença.

Sra. Zilda Beck, do Ministério Público do Rio de Janeiro, por favor, com a palavra.

A SRA. ZILDA JANUZZI VELOSO BECK (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Exmo. Senador Romário – vou tirar a máscara, senão a voz fica fanha e vocês não vão entender nada –, o Senador Carlos Portinho, na pessoa de quem eu cumprimento as demais autoridades aqui presentes.

Essa tragédia está sendo classificada como a pior tragédia de Petrópolis. Eu não sou petropolitana, mas sou Cidadã Petropolitana, com um título dado aqui pela Câmara, com muito orgulho. Minha mãe é de Petrópolis, meus filhos são de Petrópolis e moro aqui há mais de 30 anos. Então, acho que sou mais petropolitana do que outra coisa. E amo essa cidade, amo essas pessoas daqui, amo trabalhar aqui. Já trabalho aqui há 10 anos, tenho 22 anos de Ministério Público; e 10 anos aqui na cidade de Petrópolis, na tutela coletiva.

Nesse tempo em que eu estive aqui na tutela coletiva, algumas tragédias já aconteceram em Petrópolis. Essa tragédia não só superou, em vítimas, em perdas materiais, humanas, mas ela mostrou para todos nós o quanto Petrópolis é vulnerável às mudanças climáticas. E, para quem duvidava que isso ia acontecer e que esses eventos extremos iam acontecer com mais recorrência, com mais intensidade, Petrópolis mostrou que, em um mês, houve nessas duas recorrências e, agora, Angra dos Reis, em dois dias, 600mm de chuva. Então, isso mostra para a gente que a gente precisa mudar, mudar paradigmas, criar protocolos diversos para que a gente possa se tornar uma cidade mais resiliente.

A gente está terminando agora essa fase de resposta. Como o Senador Carlos Portinho bem colocou, os serviços essenciais foram restabelecidos, os resíduos das barreiras que caíram já têm o destino deles, o Limpa Rio está aí fazendo a dragagem dos rios, as vias que puderam ser liberadas foram liberadas, as equipes de socorro ainda não foram desmobilizadas, por isso alguns lugares ainda não foram limpos, mas daqui a pouco essas equipes vão se desmobilizar, e a gente vai iniciar, então, a fase de reconstrução da cidade. Nessa reconstrução, a gente precisa pensar em como requalificar esses locais que foram atingidos.

Eu vejo que a gente tem lutado muito aqui, em Petrópolis, com duas coisas. A primeira delas é a regularização fundiária de uma forma plena, porque não só o município como o próprio Iterj têm um entendimento de que regularização fundiária é regularização registral. Você regulariza o lote, entrega um título e isso é regularização fundiária. Só que isso não é regularização fundiária. A regularização fundiária é mais do que isso – a lei, a Reurb diz. Então, quando eu falo: "Pessoal, cadê o projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização fundiária? Cadê o projeto de regularização urbanística?", o pessoal arregala o olho como se eu estivesse falando grego. E aí o resultado é o que a gente vê. Não há condições de a gente ter uma política de regularização fundiária fulcrada na entrega de título, principalmente numa cidade como Petrópolis. Então, a gente precisa repensar isso.

Amanhã nós vamos fazer uma audiência lá na 4ª Vara, porque o Morro da Oficina, toda aquela Área 1 do Alto da Serra e a 24 de Maio, que foram os lugares mais afetados, já têm ação judicial. Então, amanhã nós vamos fazer uma audiência e vamos ver se a gente consegue mudar esse paradigma, mudar a visão, que há necessidade de que essa reconstrução precisa vir ancorada numa regularização plena. A gente precisa de melhorias urbanísticas, a gente precisa de melhorias sanitárias, a gente precisa de contenção de encostas, a gente precisa de recuperação de degradação de bacia; a gente precisa de uma drenagem eficiente, a meso, a micro e a macrodrenagem... Foi um sucesso a audiência, eu vejo isso, com o Inea assumindo a responsabilidade de fazer a macrodrenagem nos rios, nos principais rios, que são o Palatino, o Piabanha e o Quitandinha, mas é só a macrodrenagem. Se não vier acompanhada da meso e da micro e da recuperação da degradação da bacia, a gente mitiga o risco, mas a gente não o elimina completamente. Então, essas são ações integradas que precisam acontecer.

E a recuperação do Túnel Extravasor. O pessoal da rua do túnel está sofrendo com erosões no local. É bem verdade que também houve ali uma conexão indevida de esgoto sanitário, mas também houve uma conexão indevida do esgoto sanitário porque a rede não existe.

Então, é uma série de descompassos que a gente precisa corrigir.

E a outra coisa é a ocupação irregular. Então, não adianta a gente aumentar o número de... Hoje a gente tem três fiscais. Se eu não me engano, eram três. Agora eu não sei se chamaram mais alguns depois da tragédia, mas até a tragédia nós tínhamos três fiscais de obra. E nós não temos demolição administrativa na cidade. Então, o fiscal vai lá, ele embarga, a pessoa descumpre o embargo, ele multa, e fica por isso mesmo. O município não executa, e o Ministério Público fica tratando ações de demolição como ação civil pública. Só que, depois que a pessoa mora, dificilmente você consegue tirar a pessoa, porque é traumático também.

A demolição administrativa é expressão do poder de polícia. Então, a pessoa não pode... Antes de morar... Morar não é morar; é morar de forma segura e digna. Então, aquela pessoa que constrói numa área de risco, a gente não pode deixar isso acontecer. Mas não existe a demolição administrativa. Então, se a gente faz regularização fundiária e não tem uma política de fiscalização eficiente, a gente vai enxugar gelo a vida inteira. Então, é preciso mudar isso.

A gente precisa também planejar a cidade. Daqui a dois anos nós vamos rever o plano diretor. O nosso plano diretor, que foi revisto em 2014... Nenhuma das leis complementares do plano diretor saiu do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

papel. Então, como é que a gente planeja a cidade? É preciso planejar onde se vai desenvolver, quais são os instrumentos do Estatuto da Cidade que eu vou implementar...

Então, isso são coisas importantes, para as quais a gente precisa ter uma integração.

E, para finalizar a minha fala... Aliás, duas coisas antes: a primeira é a questão da política habitacional, que é a porta de saída do Aluguel Social, porque as pessoas não podem morar eternamente no Aluguel Social.

Achei ótima a compra da ideia de que a habitação não pode ser um conjunto muito extenso. A gente tem o Vicenzo Rivetti aqui, e só dá problema para a gente, porque são 700 unidades próximas a uma comunidade que já tem um tráfego... Então, a gente, além dos problemas urbanísticos, a gente tem problemas de segurança.

Eu tenho uma senhorinha que liga para o meu gabinete de 15 em 15 dias: "Eu quero voltar para o Aluguel Social, eu quero voltar para o Aluguel Social". Não há como ela voltar para o Aluguel Social, coitada. Enfim...

Então, são essas coisas... E outra coisa: a gente precisa pensar a política habitacional, abrir o leque. Política habitacional não é só a entrega de uma unidade habitacional.

Por exemplo, a própria Athis, que a lei prevê, a Lei nº – gente, eu sou péssima com número, o Yuri é que é bom nisso – 11.888... Essa lei permite que as pessoas que ganham até três salários mínimos possam ter os seus projetos de graça, possam executar esses projetos, possam ampliar, possam fazer melhorias... Então, isso precisa ser implementado para ontem na cidade. A gente tenta, várias vezes, fazer com que essas coisas andem. Parece que a gente está pedindo um favor, e não a implementação de uma política. Nós temos universidade de arquitetura na cidade, nós não somos uma cidade no meio do nada; nós somos uma cidade que está a uma hora do Rio de Janeiro, da capital. Então, essa questão habitacional é importante. A gente precisa pensar em política habitacional de outras formas.

E a gente precisa da prevenção. A prevenção é fundamental. Em 2011, a gente pensava em alerta e alarme por sirene e talvez a gente tenha que repensar isso. Talvez a sirene não seja hoje o melhor sistema. O SMS em que eu cadastro o meu CEP... Se eu moro em Itaipava, então, cadastro o meu CEP de Itaipava, mas, se eu estou na cidade, eu não sei se eu estou em risco na cidade, porque vão dar o alerta para Itaipava. Então, são coisas em que a gente precisa pensar.

A gente precisa pensar que Petrópolis é uma cidade que não tem radar. A gente tem a sombra de um radar da capital. A gente não tem sensores de umidade do solo. Então, são coisas que, se a gente quer fazer a prevenção... E a gente já começou com a macrodrenagem, e acho que isso vai melhorar muito a questão do comércio, porque nós nos sensibilizamos também com o comércio, pois a pessoa investe a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida ali – e perderam duas vezes seguidas, fora as outras tragédias em que houve perdas anteriores. Enfim, a gente precisa desses instrumentos tecnológicos que nos ajudem a caminhar.

Além disso, a gente precisa pensar em duas coisas muito importantes em que nós temos deficiência em Petrópolis.

A primeira delas é que ponto de apoio é uma coisa e abrigo temporário é outra. A gente está tendo problemas, porque as crianças não podem voltar para a escola. As crianças ficaram prejudicadas dois anos por causa da covid e agora estão mais de um mês sem aula. Então, a gente precisa pensar nisso. Acho importantíssimo que existam na cidade abrigos temporários. É para se pensar nisso.

E precisamos pensar numa política de bem-estar animal, que a cidade não tem. Não é verdade? Neste momento, animais foram resgatados pela CliniPet e pelo Grad, que fizeram trabalhos voluntários, mas eles têm obrigação disso?

Esta é a nossa fala.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Muito obrigado, Sra. Zilda Beck, pela participação bastante interessante nesta Comissão.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Secretário de Fazenda do Município de Petrópolis, o Sr. Paulo Roberto Patuléa. O senhor tem a palavra por dez minutos.

O SR. PAULO ROBERTO PATULÉA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Presidente da Comissão, o Portinho, o Presidente da Câmara, todos os Vereadores, a plateia e todas as demais autoridades.

Eu endosso plenamente o que o nosso Procurador já falou em nome do município. Nós estamos trabalhando realmente em reduzir a carga tributária desses comerciantes que foram afetados, inclusive do aluguel social também. Nós isentamos do IPTU e da taxa do lixo e vamos tomar outras medidas em benefício do empresário. Estamos também prorrogando, através de um decreto, a cota do IPTU de fevereiro, que venceu dia 21 de fevereiro, para 10 de junho; a cota de 21 de março, que venceu dia 21, estamos prorrogando para o dia 10 de julho, motivando, abrindo, ampliando a tabela fiscal para pagamentos sem multa dos vencimentos de fevereiro e de março para os que foram atingidos pelas chuvas dia 15, com vencimento para 21. O do dia 20 de março, com vencimento dia 21 de março, não houve condições de se ter acesso à rede bancária e a casas lotéricas para pagamentos. Então, nós estamos prorrogando esse prazo para dia 10 de junho e 10 de julho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos tomando outras medidas também em benefício do empresário petropolitano e incentivando-o. O Charles colocou muito bem: agora, o nosso propósito é união. Nós precisamos – o Portinho colocou muito bem – de reconstruir a cidade de Petrópolis, nós precisamos da união de todos e fazer uma grande campanha nesta cidade de exercício de cidadania. Nós precisamos, neste primeiro momento, de incentivar o povo petropolitano para comprar no mercado local, porque os sonhos desses empresários foram afetados, e nós precisamos levantar o astral do empresário petropolitano, incentivando o povo a exercer cidadania comprando no mercado local. É isso que nós precisamos fazer, estar unidos, criando uma grande força, uma grande campanha para aquecer a economia e o turismo na cidade de Petrópolis.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Secretário. Muito obrigado pela sua participação.

Passo a palavra agora ao nosso Vereador Presidente da Casa, Hingo Hammes.

Por favor.

O SR. HINGO HAMMES (Para expor.) – Bom a todos os presentes! Bom dia, Presidente, Senador Romário! Bom dia, Senador Portinho! Cumprimento o Vereador Yuri e os demais Vereadores presentes. Dra. Zilda, obrigado pela presença, pela fala. Dr. Leonardo e Dra. Cristiane, também obrigado pela presença. Cumprimentando a Carla, do CDH, eu cumprimento a sociedade civil presente aqui hoje nesta audiência. Há vários segmentos importantíssimos na nossa cidade que discutem, nos cobram e estão sempre aqui participando no dia a dia conosco.

Senador, serei breve. Quero só falar um pouquinho da Casa.

Agradeço muito ao Senado por estar dando voz à Câmara de Vereadores. Estivemos lá em Brasília junto com a Comissão de saúde mental, representando a nossa Câmara. Falamos bastante também do trabalho que as três comissões vêm fazendo aqui na nossa Câmara Municipal. Criamos três comissões, e todos os Vereadores estão participando, estão buscando realmente essa integração e a participação de todos na reconstrução da cidade, como o Secretário Patuléa mencionou.

Nosso objetivo é o mesmo do Senado; não só fiscalizar, mas fazer proposituras que almejem melhorias para o município. Não adianta ficar só criticando. Vamos para dentro para ajudar na reconstrução. Reclamar de fora é muito fácil. Então, a gente precisa estar por dentro, ajudando nas ações também.

Queria destacar a questão da prevenção, porque muitos já falaram de vários assuntos, então queria reforçar um pouquinho a questão da prevenção. A Dra. Zilda falou um pouquinho dessa área também. O Aluguel Social a gente vai superar, a questão da moradia, se Deus quiser, a gente vai superar, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia a gente está traçando várias estratégias: há a questão de ICMS, a questão do IPTU, do ISS, enfim. Eu vejo muito movimento de todos os órgãos importantíssimos para que a gente possa avançar.

E a gente agora precisa se preocupar também com a prevenção do radar, Dra. Zilda, é uma preocupação enorme que a gente tem. No ano passado, a gente teve a possibilidade de solicitar esse radar para não só Petrópolis, mas para toda a região, em função do Cindacta, tudo que nós já temos aqui na cidade. Então, é uma preocupação nossa. Já vai aqui um pedido. Vereador que não pede – não é isso, Vereador Ronaldo Ramos? – não resolve. Então, vai um pedido para a Comissão para que o Senado possa enviar uma emenda parlamentar para compra do radar. Custa aí de R$3 milhões a R$5 milhões esse radar. A manutenção é feita pelo Governo Federal, então, não há esse custeio pós-instalação. Então, vai aqui um pedido da Câmara para que os Senadores possam pensar com carinho nesse pedido.

E também nós vamos discutir essa semana ou na próxima no máximo um projeto de lei. Vamos conversar com o Secretário de Fazenda, com que ainda não pudemos conversar, com os demais pares também, em relação a estipular um percentual do nosso orçamento – eu estou falando de 1% a 2%, no máximo – específico para construção de muros de contenção ou de encostas ou para demolições administrativas, enfim. Que a gente possa realmente fixar de 1% a 2% do orçamento nessa linha para que a gente realmente consiga fazer com que isso seja uma política pública do município; independentemente de quem vai estar à frente da cidade, a gente vai deixar um legado nosso, deste momento, para que a gente possa estar sempre pensando na prevenção, para que não haja mais tragédias dessa magnitude. Então, infelizmente, no clima a gente não pode interferir muito, mas há ações que a gente pode fazer para prevenir num futuro próximo.

Então, no mais, quero agradecer mais uma vez ao Senado por estar mais uma vez aqui na nossa Câmara Municipal. É um orgulho para a gente receber os Senadores mais uma vez aqui. E contem com a Câmara, contem com nossas Comissões, contem com os Vereadores para que possamos passar por esse cenário traumático por que passamos este ano.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Presidente.

Em relação ao pedido do aparelho, gostaria que vocês aqui da Câmara fizessem um ofício para o Senado. Eu e o Senador Portinho iremos correr atrás.

Senador, com a palavra, por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Romário.

Apenas quero aproveitar os alinhamentos naturais que surgem da fala tanto da Dra. Zilda, quanto do Presidente Hingo, que representa aqui a Câmara. Com relação à prevenção, essa preocupação com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolas a gente colocou na primeira reunião nossa, Dra. Zilda, que foi sobre esse tema. E dessa discussão surge a ideia, que inclusive venho conversando tanto com o MDR quanto com o Governo do estado e com a Prefeitura – o Prefeito Bomtempo é simpático –, para se criar, primeiro, a Geo-Serra, que é um instituto nos moldes da Geo-Rio, que pensa contenção, que pensa obras de prevenção. E a Câmara de Vereadores, também num gesto de união, a partir dessas iniciativas, Vereador Fred Procópio, já aprovou a autorização para criação desse órgão, que precisa de poucos funcionários técnicos e provavelmente não precisa de recursos próprios, a não ser para manutenção das suas atividades.

Mas, para as obras, ele teria a finalidade de buscar esses recursos no Governo Federal, porque há recursos para prevenção de cheias e outras obras, como obras de contenção, e, dentro desse espírito, a criação de um centro de comando e controle. Isso eu acho muito importante, uma área que possa abrigar um centro, a exemplo do que tem o Rio de Janeiro, com equipes multidisciplinares, que envolvam também os próprios profissionais do instituto próprio de geologia aqui da cidade, a defesa civil, e que possa haver ali um centro de abrigamento pronto para isso.

Eu me lembro de que eu até cogitei se a gente deveria construir centros de abrigamento, e muito bem foi colocado pelo Secretário de Defesa Civil, que disse: "Ele não vai funcionar o ano inteiro, mas se ele estiver acoplado a um centro de comando e controle, ele já está pronto para receber", para que a gente não precise, a cada evento dramático desse, pedir doações de colchão, montar... Já fica montado. E que o auditório sirva justamente para os exercícios que têm que ser feitos com mais frequência com a comunidade, com a população. Além do radar... Isso até o Senador Flávio Bolsonaro, Vereador Hingo, colocou logo também na primeira audiência: radares mais precisos, porque a tecnologia avançou, israelense, japonesa, que permitem prever onde a chuva vai cair, porque eu acho que o grande problema dessa última tragédia de 15 de fevereiro é que foi dado o alerta para a cidade inteira e não se soube exatamente onde ia cair a chuva. E, se a gente soubesse, talvez o Morro da Oficina pudesse ter sido evacuado mais rápido, a própria população talvez tivesse levado a sério as sirenes, que é uma outra questão que a gente identificou, a necessidade de os grupamentos da defesa civil e dos bombeiros, na hora que toca a sirene, correrem para as comunidades para que a comunidade enxergue que é sério a ponto de esses grupamentos terem chegado lá.

A outra questão que eu queria trazer em cima do que você falou, Dra. Zilda – e aí eu remeto à segunda audiência, sobre habitação, com a presença das representantes das vítimas –, são os instrumentos que vão além do Aluguel Social, vão além da construção de moradia, porque demora encontrar o terreno, construir, são mais dois anos para construir, mas a gente tem instrumentos que já foram testados – e talvez, Senador Romário, precise de uma lei nacional inclusive para isso –, que é a compra assistida, é a indenização. E um exemplo que já foi dado aqui pelo Prefeito Bomtempo, também em união com a Câmara de Vereadores, é a compra de imóveis abandonados, a incorporação de empreendimentos abandonados, porque isso é muito mais rápido. Certamente é de formiguinha, mas é mais rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para alinhar com o que a Comissão apurou e também para, nessa troca de informações, a gente poder manter vivas as ideias e as iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Passo a palavra agora ao Vereador Yuri Moura, Presidente da Comissão Especial de Assistência Social e Moradia desta Câmara.

O SR. YURI MOURA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Bom dia a todos e todas, aos meus pares, às demais autoridades e também à sociedade civil, que se encontra aqui.

Sr. Presidente, eu queria falar um pouco do trabalho que nós estamos realizando em conjunto com o Vereador Domingos Protetor, Vereador Marcelo Chitão e Vereador Júnior Coruja, que compõem a comissão especial comigo, mas, antes, até em respeito aos companheiros e companheiras que aqui estão e que lutam há anos pela moradia, é importante trazer para os senhores um pouco do cenário, do histórico que nos trouxe até aqui.

Nos últimos 40 anos, Petrópolis se transformou num paraíso imobiliário. Nós temos aqui vários empreendimentos privados, como Itaipava, Secretário. Os distritos se transformaram no que chamam até de um novo bairro do Rio de Janeiro, em algumas propagandas publicitárias. Só que se esqueceram do povo nesse avanço. Enquanto viramos o paraíso imobiliário, viramos o inferno de quem mora em cima do morro, atrás do morro ou na beira do rio, porque, nesses últimos 40 anos, não tivemos política de moradia. Não é que os Governos municipal, estadual e federal erraram na política. Não é isso, Domingos Protetor. Nós não tivemos política de habitação de interesse social em Petrópolis, nos últimos 40 anos. Isso vai desde o que a Dra. Zilda colocou muito bem em sua fala, das ocupações irregulares sem nenhum tipo de orientação ou fiscalização por parte do poder público, e chega até os privilégios de empreendimentos privados propostos por incorporadoras e grandes empreiteiras, que atingiram, inclusive, as moradias populares nessa tragédia.

Hoje a nossa Comissão Especial, que nem terminou o seu trabalho ainda, já identificou sete pontos atingidos – e tivemos vítimas, em alguns lugares, fatais –, no dia 15 de fevereiro, por interferência do interesse do capital privado na nossa cidade, por obras desse paraíso imobiliário, que faz com que Petrópolis tenha uma lógica de ter terra para o rico morar, mas de não ter terra para o pobre morar. (*Palmas.*)

Isso precisa mudar! Isso precisa mudar!

E agora que a gente tem Senadores, Deputados, Vereadores, movimentos sociais, o Brasil e o mundo olhando para Petrópolis, se nós não fizermos dessa tragédia, em respeito ao que perdemos, uma chance de reverter isso, não vai dar certo. E, para reverter isso, tem que haver política pública. E política pública de moradia não é criar grandes guetos, não é pegar 700 unidades habitacionais e tacar num lugar sem nenhuma infraestrutura, não é desrespeitar os vínculos e o tecido social que aquelas pessoas tiveram,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

aquela cultura de vizinhança de que eu saio para trabalhar e meu vizinho olha meu filho, de você que é meu vizinho cresceu comigo, jogou bola, brincou de boneca.

Quando você pega 700 famílias – quase 800 famílias, na verdade, quando a gente fala do Vicenzo Rivetti – e taca todo mundo ali num empreendimento cheio de problemas, inclusive com riscos, nós não estamos falando de política habitacional, nós não estamos falando de respeitar aquelas pessoas que, por muitas vezes, já são vítimas de uma terceira tragédia. Não é a primeira, não. Há gente que está ali que já está na terceira tragédia. E o Estado – quando eu falo Estado, é pacto federativo, município, Governo estadual e federal – não fez o que deveria ter feito.

Sendo assim, para a gente entender o cenário e o porquê a gente fala disso há quase dez anos, é porque neste momento, Senador Portinho, nós temos essa oportunidade de redefinir os rumos. E aí não podemos aceitar, Presidente Hingo Hammes, nenhum discurso genérico que diz: "Fiquem tranquilos, temos 3 mil pessoas indo para o Aluguel Social, já temos mais 350 que estavam lá...". Quase 400, na verdade, porque tivemos uma incorporação nos últimos meses, e ainda existe gente esperando. A gente vai garantir que o Governo Federal e o Governo estadual vão prometer esses condomínios que nunca chegam e, quando chegam, chegam cheio de problemas, lembrando que o Vicenzo Rivetti era para 2011, mas foi entregue em 2020. A posse... Foram dez anos, somando forças do Governo do estado.

Então, aproveitando a boa vontade e a dedicação de V. Exas. a esta cidade e também a oportunidade de termos aqui três Senadores, ou dois – hoje vieram só V. Exas. de uma comissão com quatro Senadores –, que a gente possa ter a influência política e a interferência necessária do ponto de vista da gestão pública para mudar essa lógica. Quando vier algum ministro ou algum secretário de estado falar: "Fica tranquilo que a gente vai meter lá cinco condomínios habitacionais"... Falar: "Opa, não é disso que Petrópolis precisa".

Aí, para entrar num caráter mais propositivo, eu quero falar sobre o que a Comissão Especial de Assistência Social e Moradia desta Casa tem feito, já respondendo as perguntas que V. Exa. colocou em nosso roteiro e propondo alguns caminhos que a gente já encontrou.

O primeiro é quanto ao Aluguel Social, e quero aproveitar a presença do Sr. Secretário Paulo Patuléa, também do Miguel Barreto, Procurador do Município. Nós, na comissão especial, elencamos três eixos de trabalho. O primeiro é relativo ao acolhimento, à orientação e à melhor definição quanto ao Aluguel Social. O segundo é o mapeamento dos locais atingidos para que a gente possa garantir a requalificação desses pontos, medidas corretivas e preventivas, já que não tem sentido a gente colocar uma família no Aluguel Social se, no laudo de interdição, consta que, se for feita uma contenção, ela pode voltar para casa. É uma perda de tempo, é um desrespeito com a família e é um erro do ponto de vista estratégico. Um terceiro movimento no qual a gente também tem avançado bem é o inventário de terrenos, prédios, imóveis em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar pelo Aluguel Social. Nós sabemos da dificuldade enfrentada num lugar como o nosso, Petrópolis, paraíso imobiliário como eu disse, local de especulação que atinge moradores e empresários – há três ou quatro famílias que são donas de metade da cidade; isso precisa ser falado porque é injusto, é desigual. Tem laudêmio, tem um monte de coisas que nos trouxe até aqui, a gente sabe da dificuldade. Acho que o governo municipal ter conseguido arranjar mil moradias em um mês e meio não é pouca coisa. Tenho muitas críticas à forma como tem se conduzido o comando da tragédia, críticas ao município, ao estado, a todo mundo, é meu papel como Vereador, mas a gente tem que reconhecer que arranjar mil imóveis em menos de dois meses numa cidade como a nossa não é pouca coisa. Só que ainda falta atender mais de duas mil famílias. Aí, a gente, na comissão especial, já fez algumas recomendações, tanto para a Secretaria Municipal de Assistência, como para o Governo como um todo e para a Secretaria de Estado. Eu queria colocar esses pontos porque eu vejo que esta audiência pública é uma chance para, talvez, a gente avançar.

O primeiro: é urgente, Procurador, que a gente crie um comitê de gestão do Aluguel Social, inclusive já protocolamos projeto de lei nesta Casa nesse sentido. Eu sei que existe uma força-tarefa de vários servidores e secretarias que estão ajudando nesse processo, mas isso tem que ser mais dialogado com os movimentos sociais; é preciso puxar, de fato, o Conselho Regional de Consultores Imobiliários para a gente pensar as soluções e compartilhar o que acontece. É como a Dra. Zilda disse: "Todo dia é alguém me ligando perguntando coisas sobre o Aluguel Social, todo dia é alguém batendo em nossos gabinetes para dizer que não consegue imóvel porque eles acham que a prefeitura e o Governo do estado não vão pagar", o que a gente sabe que é mentira porque a gente acompanha isso há anos. É mais seguro hoje você ter como fiador, dando termo de garantia, a municipalidade e o estado do que, no quadro econômico que a gente vive, Domingos, um CPF, uma pessoa física, com a dificuldade que a gente tem de emprego.

Só que esse comitê tem de servir de espaço para quê? Primeiro: é urgente, inclusive já aprovamos indicação nesta Casa, o pagamento de caução. Se o estado, principalmente, que dá o pagamento direto ao proprietário, já que o município paga... Ao contrário, desculpa: o estado paga o beneficiário, o município paga o proprietário – vou falar sobre isso. Se a gente consegue principalmente aporte com o estado e paga o caução ao proprietário, pode ter certeza de que muitos proprietários que estão inseguros em prover o seu imóvel ao Aluguel Social estarão mais seguros, porque o termo de garantia foi uma grande sacada. Eu acho que isso redefine a política de Aluguel Social para outras cidades. É uma boa prática. Mas o caução é muito necessário. É muito necessário que a gente arranje recursos – aí eu acho que o estado pode ajudar muito nisso – para que se tenha a política do caução. E aí a gente vai conseguir sair de mil para 2 mil, 3 mil famílias atendidas de forma rápida.

O segundo é justamente quanto à forma de pagamento. Nós da Comissão somos totalmente contrários quanto ao pagamento direto ao beneficiário, e eu vou falar por quê. Não foram poucas as pessoas que me pararam nos pontos de apoio e me disseram – e eu não estou criticando essas pessoas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque essas pessoas perderam entes queridos e perderam sua casa construída com o suor, mas isso tem que ser falado aqui –: "Vou arranjar um aluguel mais barato, vou pegar parte do recurso que eu recebia e vou fazer uma intervenção na minha casa que está interditada permanentemente". Ou seja, a gente vai jogar as pessoas de volta para o risco. E, o pior, vai acontecer algo que a gente já acompanha há muitos anos aqui também: quando você paga direto ao beneficiário, mesmo tendo termo de garantia, o proprietário pode querer cobrar a mais dele, porque das famílias que estão...

O senhor me dá mais dois minutos para concluir? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Pois os proprietários atuais, infelizmente, das 450 famílias que estão hoje no Aluguel Social cobram por fora. Não à toa, no ano passado, a partir de uma indicação legislativa minha com o então Prefeito interino Hingo Hammes, nós conseguimos aumentar o Aluguel Social para R$550 no município, e ainda assim está defasado, porque as pessoas estão pagando R$750, R$800, R$900. Então, quando a gente propõe – isso foi na recomendação para o estado e para o município – que seja pago direto ao proprietário, é você comprometê-lo no termo de garantia e não deixar que a família volte ao risco e também evitar ao máximo essa cobrança por fora. Então, essa é mais uma recomendação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. YURI MOURA – Exatamente.

Então, falamos do caução, falamos do comitê, falamos dessa necessidade da forma de pagamento.

Por fim, inclusive está na pergunta de V. Exas. e eu achei muito pertinente, não tem sentido algum a gente, numa dificuldade por imóveis, tendo que pegar 3 mil famílias e arranjar um lugar seguro para elas, esquecer das outras 450 que recebem o Aluguel Social abaixo desse valor. Isso tem que ser equiparado para ontem. Inclusive eu não sei nem quem, porque eu não vi discussão. Eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Social desta Casa, a permanente, e agora da especial, e não vi como foi debatido esse valor de R$1 mil. Simplesmente foi divulgado na internet: vai ser R$1 mil. Aí depois a gente resolveu que o estado pagava R$800, o município, R$200. Agora o estado diz que não vai pagar para quem morava de aluguel. Aí o Ministério Público está tendo que entrar no meio para resolver, a gente está tendo que entrar no meio para resolver, sendo que no decreto municipal já consta que quem era morador por aluguel em área atingida também tem direito.

Aí fica essa bateção de cabeça, porque o termo é esse, Romário, não tem jeito, e as pessoas lá tendo que procurar imóvel, tendo que correr atrás da Enel para desligar, tendo que correr atrás da Águas do Imperador para desligar o serviço, desesperadas, porque há lugar que não consegue nem acessar para tirar as suas coisas, para fazer a mudança, e esta dúvida: se eu vou receber ou não. Tudo isso que eu falei e que foi acúmulo da nossa discussão na comissão especial, um debate coletivo, pode ser resolvido, Procurador,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se nós tivermos um comitê gestor do Aluguel Social, porque, pontualmente, a gente vai se ajudando, a gente vai acolhendo as famílias e a gente melhora os fluxos. Porque, como foi muito bem dito aqui, é hora de união, é hora de esforço coletivo para a cidade ser reconstruída.

No segundo eixo, que é o mapa de intervenções – aproveitando de novo aqui a presença dos Senadores –, é para ontem a apresentação de um cronograma de obras. Ninguém na rua, ninguém de nós aqui, Vereador, está entendendo o que está acontecendo do ponto de vista de intervenções. Eu abri a internet hoje de manhã e vi lá uma crítica ao governo municipal quanto à obra da Washington Luiz, mas aquilo lá é do estado. Ao mesmo tempo, eu olho lá para o Caxambu, perto da minha casa: foi ventilado que é o estado que vai fazer lá, mas foi o município que se apresentou. O Prefeito foi lá, conversou com os moradores. Aí, eu entro em contato com um secretário, com outro – são sempre muito disponíveis, dispostos –, e me falam: "Ó, 24 de Maio, o complexo junto da Rua Teresa vai ser para o estado". Está bem, mas começa quando? Porque há uma pedra que eu abro a minha janela e vejo, duas pedras, na verdade, na Rua Nova, que podem cair amanhã. Então, quando começa? Vai ser intervenção? Vai ser implosão?

Então, é fundamental que a gente consiga, junto do Vereador Fred Procópio, que preside a comissão de obras, a comissão especial, que Governo do estado e governo municipal, junto do Governo Federal, se entendam, falem qual é o roteiro, falem quando começa a tal obra, qual vai ficar para depois, a outra, porque o grande erro da tragédia tem sido a falta de comunicação social. As pessoas não estão sabendo de nada. (*Palmas.*)

Tem gente trabalhando. Tem gente trabalhando na Prefeitura, tem gente trabalhando na Câmara, tem gente trabalhando no Governo do estado, o Senado está aqui, veio aqui à cidade, em um mês e meio, quatro, cinco vezes. Tem gente lutando pelas famílias, movimento social, as famílias estão se organizando. Só que, se não houver comunicação, não funciona. E não existe comunicação efetiva se, por trás, não há um planejamento, se não há informação.

Então, a gente está trabalhando nesse mapa para quê, Senador Portinho? Para poder cobrar, depois, do Poder Executivo.

Lá no Caxambu, se for feita a contenção das pedras que rolaram, as famílias podem voltar. Aí, o laudo de interdição já não será mais laudo de interdição, mas um laudo de permissão. E essas famílias que estão ali não precisam ir para o Aluguel Social. Uma coisa anda do lado da outra: a requalificação das moradias, a requalificação dos bairros, com as obras corretivas e preventivas, junto do avanço do Aluguel Social.

Por fim, mesmo, talvez seja uma das coisas mais importantes para este debate, a gente tem feito, o inventário, Senador Romário, sobre os imóveis e terrenos aqui da cidade. Já agradeço ao Presidente Hingo Hammes, que nos trouxe, a partir do trabalho da comissão do Senado, 92 terrenos e imóveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

vinculados à SPU (Secretaria de Patrimônio da União). Agradeço aqui principalmente à sociedade civil, que tem participado conosco da comissão especial, o Núcleo de Arquitetos e Urbanistas de Petrópolis, o CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos) de Petrópolis, Instituto Philippe Guédon, estudiosos e professores da Uerj, da Estácio, o Partido Verde participa, o PSOL participa, e a gente está aberto para mais participações. Numa primeira reunião que nós fizemos semana passada, além dos 92 que vocês trouxeram, nós identificamos 11 terrenos e imóveis aqui de Petrópolis. Boa parte do levantamento já tinha sido feito pelo governo interino do Presidente Hingo Hammes, e a gente, ali, num debate com a sociedade civil, começou a identificar outros pontos.

Ou seja, há lugar; há lugar. Só tem que haver vontade do poder público para desapropriar onde tem que ser desapropriado, para comprar onde tem que comprar e dos outros entes federados, estado e União, para cederem onde tem que ser cedido, e aí a gente ter junto a isso – para eu concluir mesmo – um grande plano local de habitação de interesse social. O que é isso? É um plano que não se restringe a grande condomínio, é um plano que pensa a moradia numa outra escala, respeitando o Plano Municipal de Redução de Riscos, respeitando o planejamento urbano para que a gente possa mudar essa história.

No mais, muito obrigado, Presidente, pelos cinco minutos a mais. Eu, além de Vereador, sou Professor, então eu falo muito. (*Risos.*)

Agradeço a confiança de todos aqueles que estão construindo conosco a Comissão especial, Vereadores, movimentos sociais, e me coloco de novo aqui à disposição do Poder Executivo e do Senado para que a gente possa mudar a história dessas pessoas. Não dá mais para olharmos para os nossos irmãos e irmãs petropolitanas e nos lembrarmos daquele ente querido, daquele vizinho querido que morreu debaixo da barreira. Não podemos mais ter essa história na nossa cidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acabou, Vereador? Quer mais cinco? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Só dentro desse alinhamento, Vereador Yuri, algumas questões aqui que eu posso trazer e que nós compartilhamos.

Essa questão do planejamento quanto às obras que devem ser executadas até me remete ao Ministério Público, porque isso eu percebi também que é uma grande fragilidade. Parece até quando houve aquela grande corrente de solidariedade e todo mundo chegou aqui para ajudar, mas ninguém sabia de quem era a competência. Eu percebi isso conversando com o Ministro Rogério Marinho e quero aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transmitir que o Ministério do Desenvolvimento Regional está pronto para ajudar, tem recurso dessa medida provisória para fazer as intervenções. O que está faltando é exatamente isto que você falou – e isso não é culpa de ninguém: falta só sentar todo mundo e alinhar. Por quê? O Ministro falou: "Portinho, eu estou pronto para fazer a obra do canal extravasor do Palatinato, mas aí, quando eu ia começar a discutir isso aqui dentro, eu vi que o estado assumiu essa obra, que não é barata" – não é barata, é uma obra aí de 400 a 600 milhões, se eu bem estou certo. E aí eu disse para ele: "Não, Ministro, então fique tranquilo! Tem lá um canal na Nelson Earp e na Vinte e Quatro de Maio, se eu não me engano, que, se tiver projeto, eu trago aqui para você". Então isso é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Oi! Perdão! Treze de Maio. Vinte e quatro, não, perdão: Treze de Maio e Nelson Earp.

Então, assim, se o estado vai pegar o canal extravasor do Palatinato, cadê o projeto da Nelson Earp e da Treze de Maio? Se existe ou não, vamos desenvolver e vamos levar lá para o Governo Federal, porque ele está doido para receber projeto.

Então, esse alinhamento está certíssimo, Presidente Hingo. Eu acho que tanto a Prefeitura quanto a Câmara de Vereadores deveriam chamar o estado para alinhar isto: quem faz a Washington Luiz, quem faz o Caxambu, quem faz a Nelson Earp, quem faz o Palatinato. Há dinheiro para fazer o Palatinato? Porque não adianta começar a obra e parar daqui a dois anos. Então, essa questão está certa.

Há uma outra questão que eu queria colocar – e vou deixar um requerimento para o final, Presidente, Senador Romário – que é sobre o inventário de imóveis, mas sobre a qual eu queria antecipar, Yuri, até para a gente exatamente andar junto e coordenado, que, se a gente conseguir, como resultado da Comissão do Senado, em parceria com vocês, vai ser de grande valia. Eu tratei também com o Ministro Rogério Marinho essa questão do inventário, porque eu percebi que todo mundo está cheio de boa ideia. O Governo do Estado tem mil unidades e disse que, se achar o terreno, se a prefeitura indicar, ele constrói. O Governo Federal diz que há 300. O que falta? O que falta é o primeiro passo: encontrar os terrenos.

Então eu conversei com o Ministro Rogério Marinho, a pedido do Presidente Romário, nessa visita que eu fiz ao ministério. A ideia... Inclusive, nós devemos prorrogar isso, no requerimento final à Comissão, por mais 30 dias, não só para o relatório, para podermos fazê-lo com calma, mas, principalmente, para essa diligência. Está aqui a Marcela Abla, que representou o Instituto de Arquitetos do Brasil. A ideia – o Ministro Rogério Marinho, inclusive, passou para quem o sucede na mesa de reunião essa sugestão; ele a acolheu – é que o Ministério do Desenvolvimento Regional vai discutir com o IAB a possibilidade de firmar um convênio, para que o IAB, em conjunto com todos os atores, possa avaliar ou ajudar a Comissão a avaliar essa relação dos imóveis, ver se são viáveis e, no que for viável,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

poder dimensionar dentro da lógica, com que estou de pleno acordo, de menos habitações em maior volume, em terremos diversos, num ritmo frequente.

Eu queria só passar duas perguntas. Não sei quem pode me responder. Vou passá-las aqui para o Miguel, mas, se não for o Miguel, não sei se mais alguém pode aqui responder.

Preocupam-me muito essas casas que estão interditadas. A gente já viu, em tragédias anteriores, que a família sai, porque está interditada, e, depois, aquela casa é ocupada, ou a família volta. Quem é que está mapeando a demolição dessas casas? Isso é fundamental.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO DE SOUZA LESSA (Para expor.) – O senhor me permite um aparte, Senador, por favor? Sou o Vereador Marcelo Lessa. (*Pausa.*)

Muito obrigado, Senador.

Senador, inclusive, eu estou com isto aqui em mão agora e disso vou falar mais na frente.

Na Rua Otto Reymarus, como a Claudinha sabe, há casas ali, Senador Romário, casas essas que foram interditadas em toda a rua, por inteiro. A rua que liga a Lagoinha até o final da Otto Reymarus foi toda interditada. Muitas pessoas, até hoje, não receberam. Algumas delas foram indenizadas. E algumas delas que foram indenizadas, Vereador Yuri, conseguiram receber o dinheiro do estado. Algumas, no final, agora, conseguiram os apartamentos na Vicenzo Rivetti. E as casas não foram demolidas. Agora, vou dizer aqui para os senhores um crime grave: essas casas estão sendo vendidas. (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO DE SOUZA LESSA – Inclusive, Vereadores, Senadores da República e Ministério Público Estadual, no qual confio muito, representado aqui pela Dra. Zilda, está aqui, na internet: estão vendendo as casas. Isto aqui é motivo de muita tristeza para as pessoas que saíram dali e para as pessoas que estão ali neste momento e que compraram uma casa de boa-fé e vão ter que agora dela sair, porque isso é crime.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO DE SOUZA LESSA – Estão vendo? Então muitas pessoas ainda estão aguardando o aluguel social e aguardando um lar.

Aí fica uma pergunta. O Prefeito, até então, que interditou toda aquela área era o Prefeito Rubens Bomtempo; foi ele. E hoje ele está como Prefeito novamente, e as casas estão em pé lá. Fica a pergunta: até quando a nossa cidade vai passar por isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a Promotora disse agora, não há uma equipe de demolição na cidade. Eu queria que o Prefeito do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, pudesse vir para Petrópolis por pelo menos uma semana, um mês, porque lá pelo menos você vê as coisas acontecendo, faz demolição de casa. Eu vejo ele fazendo demolição de casa, mas eu já vi algumas, por isso que eu falei isso. Olha só, é inadmissível uma cidade como Petrópolis ter três fiscais de obra.

Você passa ali em Nogueira, Senador Romário, construção irregular; você reclama com a Secretaria de Obras, você reclama, faz a reclamação; passa lá no outro dia, está em obra. Final de semana, eles vão construindo e vão construindo – e lá há crianças. Então, isso é um crime muito grave que a prefeitura vem cometendo com o nosso povo de Petrópolis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Eu vou passar a palavra aqui à nossa representante do Ministério Público, Sra. Zilda Beck.

Por favor, com a palavra.

A SRA. ZILDA JANUZZI VELOSO BECK (Para expor.) – Bem rapidamente, Senador. Prometo ser bem breve.

Quanto à questão do túnel extravasor da Treze de Maio, que o Senador Potinho colocou, acho que esse túnel extravasor tem que ser muito bem discutido, porque o projeto que existe dele hoje agrava as enchentes que há em Corrêas e em Nogueira. Então, a gente precisa estudar bem o dimensionamento disso e a forma de fazer.

Quanto a essa questão da Otto Reymarus e de outras de outras situações que ocorreram na questão da moradia e da reconstrução, a gente tem uma ação civil pública que a gente chama de ação civil pública da tragédia de 2013. Então, essa questão que Vereador Marcelo Lessa colocou do cumprimento do programa Morar Seguro, que foi trazido na época, em que mil pessoas ficariam fora de risco, e aí havia aquelas propostas de indenização, compra assistida e outras formas de política habitacional, elas não avançaram até o final. Então, muitas dessas famílias estão sem uma solução. Até hoje a gente discute isso nessa ação de 2013. E pedimos também a demolição administrativa por causa disso. Se você não faz a demolição administrativa, e isso está na lei de Política Nacional de Defesa Civil, a pessoa volta para a área de risco ou, pior, vende para outra pessoa que compra na área de risco ou aluga. Então, a gente fica... É aquela história de enxugar o gelo. Entendeu?

E quanto à questão das obras, eu pedi um plano de trabalho tanto para o Governo do estado quanto para o município, para que eles indicassem – é a grande questão que todo mundo quer saber – quem vai fazer o que. Nós temos os polígonos, e a gente precisa definir quem vai fazer uma determinada obra e quem vai fazer a outra, para a gente identificar nesses planos de trabalho o que está sendo previsto. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as obras de macrodrenagem a gente já tinha em ação. A questão habitacional e a questão da reconstrução da Vinte e Quatro de Maio e da área toda ali do Morro da Oficina, enfim, daquela área atingida ali no Alto da Serra, vai ser discutida amanhã, mas e o resto? A gente precisa de um plano de trabalho definindo qual é a responsabilidade, qual é a fonte de custeio e qual é o cronograma. É o mínimo que a gente precisa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Quem responderá à pergunta do Senador Portinho é o Sr. Miguel Luiz Barros Barreto de Oliveira.

Por favor.

O SR. MIGUEL LUIZ BARROS BARRETO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Também serei muito breve.

Quem interdita ou indica a demolição é a Defesa Civil após fazer o auto de vistoria no local.

Nessas chuvas, a gente tem tido uma demanda muito grande. Hoje há mais de 8 mil requisições de laudos. Está sendo feita uma força-tarefa na Defesa Civil para completar todos esses laudos, até porque são importantes para a construção do aluguel social. Então, essa é uma prioridade. Foram contratados arquitetos, engenheiros para poder fazer uma complementação do trabalho aqui da Defesa Civil, que se passa após um momento de resposta às demolições.

Neste momento existe em trâmite uma ação civil pública da Defensoria Pública para que se estabeleçam critérios de demolição. Estamos aguardando uma resposta do Poder Judiciário sobre qual vai ser o procedimento adotado para podermos fazer a demolição – estamos aguardando essa resposta da 4ª Vara Cível. Assim que forem concedidos esses critérios, objetivos, enfim, a gente passa a esse segundo momento, que é a demolição dos imóveis em área de risco para evitar, de fato, que as pessoas retornem às suas residências. Isso é muito importante.

De fato, concordo com a proposição em relação à contratação de mais fiscais. Essa é uma demanda da sociedade, do Ministério Público, da Defensoria. A gente precisa intensificar essas fiscalizações, para que as pessoas possam morar com segurança.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, procurador.

Antes de passar a palavra para a Vereadora Gilda – só um minuto, Vereadora, por favor –, eu gostaria de fazer uma pergunta aqui ao nosso Vereador Yuri: como está estruturada a política habitacional do município, especialmente em relação à habitação de interesse social, e como ela se articula com as políticas estadual e federal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. YURI MOURA (Para expor.) – Muito obrigado pela pergunta, Senador Romário.

Então, foi justamente o que eu disse: de 2011 para 2012 foi feita uma discussão, no âmbito do Executivo, sobre um plano local de habitação de interesse social, justamente para fazer o quê? O sistema de habitação de interesse social funcionar. O que é o sistema? Esse plano, que faz o mapeamento da cidade e diz onde é possível construir casa, onde é necessário requalificar para poder fazer regularização fundiária, infraestrutura e onde precisa ser demolido, por exemplo, ele dialoga com o Plano Municipal de Redução de Riscos, que, inclusive, é o plano que já tinha apontado, no final de 2018, se eu não me engano, que a gente tinha sete mil famílias que deveriam ser reassentadas. Isso quer dizer o quê? Que essas sete mil famílias não poderiam ficar de jeito nenhum onde elas estavam. Inclusive havia gente do Morro da Oficina, porque ali, a área da Oswero Vilaça, de acordo com o plano, é uma área de alto risco.

Então, o que a gente propõe? E eu acho que V. Exa. e o Senador Portinho são fundamentais nisso. Para a gente poder sair dessa lógica do Minha Casa, Minha Vida, do Morar Seguro, que têm lá o seu valor, mas não resolvem a política de habitação, é preciso conseguir recurso para o Fundo de Habitação de Interesse Social. Porque com o plano, o fundo e esse conselho gestor que a gente tem, nós vamos avançando nessa política de uma maneira permanente.

Há um fundo estadual – inclusive o Aluguel Social do estado é pago por esse fundo, e aqui na cidade não é, a gente paga por fora – e há um fundo nacional. Esse tipo de política foi estruturada em 2010 pelos movimentos sociais em conferência, só que, infelizmente, foi se perdendo pela lógica da aceleração do crescimento econômico e tudo mais, e dos grandes condomínios, como Minha Casa, Minha Vida, e agora a Casa Verde e Amarela. Então, não dá para a gente pensar uma estruturação na cidade, como o senhor perguntou, se não houver recurso federal. O município não tem saúde orçamentária e financeira para fazer esse tipo de política.

Mas se a gente prepara a casinha – usando um termo até análogo – com esse sistema composto pelo fundo, pelo plano e pelo conselho, a gente consegue iniciar esses projetos, inclusive a Athis, que é a Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social, como disse muito bem a Dra. Zilda, cuja regulamentação foi aprovada na semana, nesta Casa. É um projeto de minha autoria, junto da sociedade civil, que tramitava desde o ano passado. Com o apoio de todos os colegas, a gente aprovou, na semana passada. E o que é a Athis, dentro do plano de habitação? Ela é justamente para que fiscais da prefeitura, engenheiros e arquitetos, cheguem às moradias e orientem as pessoas nas suas construções, melhorias e intervenções necessárias para sair do risco.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vereador, só uma pergunta: na prática, isso existe?

O SR. YURI MOURA – Existe.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem sido feito isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. YURI MOURA – Em Petrópolis, não. Tem sido feito, na prática, pela sociedade civil, pelos escritórios de arquitetura e urbanismo das universidades, que se dispõem a fazer isso, mas a municipalidade e o Governo do estado nunca fizeram.

Essa lei, se eu não me engano, a 11.888 – o Renê, que estou vendo ali, pode me ajudar a falar dessa lei da Athis –, já tem mais de 20 anos, é de 2008. Ela é de 2008, em nível federal, e a gente tem hoje, agora, essa regulamentação municipal. Na prática, o que ela faz? É chegar a uma casa que não tem calha, e aquilo ali interfere no escoamento da água, e falar para aquela família que, se ela botar uma calha e chamar a concessionária de águas, a casa dela sai do risco, porque essa falta de orientação técnica faz com que as moradias, que já estão em área de risco, fiquem mais inseguras ainda.

Então, esta é a nossa proposta, Senador: consolidar a habitação de interesse social como política sistemática e orquestrada. E como V. Exas. podem ajudar? Garantindo recurso para o fundo, para que a gente possa se organizar aqui e fazer com que essa página seja virada.

Por fim, há dois pontos aqui que eu acho importante mencionar, já que a Dra. Zilda falou de planejamento urbano e eu concordo muito com ela – sou historiador, mas minha especialização é em gestão de cidades e planejamento urbano –, que são matérias que a gente precisa aprovar para ontem, aproveitando aqui o município e a presença da Câmara.

O primeiro é o Código Ambiental. E já há uma matéria legislativa, uma minuta pronta... O Vereador Fred Procópio até já propôs a criação de uma comissão especial aqui para discutir isso. Eu já mandei um ofício para a prefeitura, junto do Domingos, do Chitão, do Coruja, da comissão, perguntando quando isso chega aqui à Casa, porque esse Código Ambiental ajuda no trabalho de fiscalização.

E uma outra que também pode ser feita é a lei de abairramento. O senhor acredita que Petrópolis não tem bairros configurados em lei? Há pessoas que até hoje não têm CEP direito e têm que pegar a carta de correio na vendinha, na mercearia. Isso interfere na política de planejamento urbano, porque como é que eu vou discutir plano de redução de risco e plano local de habitação de interesse social se eu não tenho nem lei de abairramento? Hoje o IBGE não fala, em Petrópolis, quantas pessoas moram em cada bairro. Aí, o pessoal da saúde, da educação, na hora de criar a região, tem que fazer isso por conta própria.

Então, lei de abairramento...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode deixar que eu...

O SR. YURI MOURA – ... e Código Ambiental são fundamentais para isso.

Por fim, uma coisa que eu conversei aqui com o Patuléa e que eu acho que a gente pode fazer juntos, Fred, nossas comissões, todos os colegas – acho que essa é uma proposta ampla –: se a gente conseguir fazer com que a Athis saia do papel, através dos recursos do fundo de habitação, que hoje tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$630 mil – é o maior recurso da história do fundo, que foi criado em 2008, graças ao trabalho que fizemos em conjunto com o Governo interino do Prefeito Hingo Hammes, que esta Câmara aprovou –, a gente consegue fazer essas intervenções nas casas. Só que seria muito legal se V. Exas. propusessem a diminuição do ICMS para material de construção, porque não adianta o engenheiro e o arquiteto chegarem à casa da pessoa e falarem "faz uma contenção, faz a calha, faz um novo escoamento para água e esgoto" se não há o material para isso. Se a gente reduz a tributação para material de construção na cidade, além de viabilizar isso – aí o próprio Prefeito já anunciou um pedido de ConstruCard, outras coisas para a Caixa –, você ajuda o comércio local, porque o material de construção aqui em Petrópolis vai diminuir o valor do tributo, o que não diminui o lucro do empresário, e ainda ajuda essas famílias que vão ter essa assistência técnica agora a fazerem as intervenções necessárias. Ajuda até mesmo as famílias que não sofreram, mas que estão em risco e que a gente pode prevenir.

Então, eu queria deixar essa sugestão aí para que V. Exas. estudem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Vereador.

Vamos dar prosseguimento à nossa audiência pública.

Vereadora, daqui a pouco eu passo a palavra para a senhora.

Temos aqui o nosso Vereador Fred Procópio, Presidente da Comissão Especial de Finanças, Infraestrutura e Retomada Econômica da Câmara Municipal desta cidade.

Vereador, com a palavra, por favor.

O SR. FRED PROCÓPIO (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Romário; Senador Portinho, meu amigo, obrigado por mais este apoio à nossa cidade e pelo compromisso com o Estado do Rio de Janeiro.

Cumprimentando o Presidente Hingo Hammes, eu cumprimento todos os Parlamentares; cumprimentando o Secretário Patuléa, eu cumprimento todos os integrantes do governo; cumprimentando o amigo Charles Rossi, eu cumprimento toda a sociedade civil aqui representada; e o Ministério Público, Dra. Zilda, cumprimento aqui o Judiciário e a Defensoria de forma geral.

Presidente, primeiro quero fazer um retrospecto daquilo que avançou pós-tragédia, em especial na retomada econômica, para depois a gente entrar naquilo que é mais polêmico, que é a questão das habitações e as medidas de obra e infraestrutura que a gente vai trabalhar.

Primeiro parabenizo o Governo pela redução de IPTU, ISS e taxa de lixo – redução não, isenção, melhor dizendo –, fundamental para este momento. Foi uma medida ágil, temporânea, então atendeu bem o comércio local, atendeu bem as pessoas atingidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero destacar, Senador Romário, os 2% de ICMS que Petrópolis inteira ganhou. A gente vive o sonho de um polo industrial lá na Posse, área do meu querido amigo Vereador Ronaldo Ramos, onde falta infraestrutura, falta logística, faltou uma série de coisas ao longo desses anos. Nos últimos tempos, isso vem avançando bem, mas agora a cidade toda foi contemplada com esse ICMS a 2%, e isso permite que a indústria escolha outro lugar para se instalar, que o comércio gire com mais agilidade. Então, sem sombra de dúvida – eu concordo com o Charles –, é a medida mais estrutural para a cidade dos últimos 30 anos em termos de crescimento econômico.

Trago aqui outra questão que também prejudica a nossa cidade, o nosso desenvolvimento econômico – essa ainda pendente –, que é a Concer, ainda um problema. Os pedágios estrangulam a cidade. Petrópolis paga pedágio para subir e paga pedágio para passar para Areal. Então, aconteceu uma coisa, como diz o meu querido amigo Domingos, uma coisa esdrúxula – é o principal jargão dele –: Xerém conseguiu andar com o pedágio mais para cima para poder evitá-lo, e a gente ficou ainda mais estrangulado. Então, para a nossa retomada econômica de maneira estrutural e perene, a gente precisa que esse pedágio seja democratizado. Quem entrar na rodovia lá embaixo, na Washington Luís, já começa de lá pagando porque, se diluir isso para todo mundo, vai sair de R$11,20 para R$0,50; se todo mundo pagar, vai ser uma coisa muito mais democrática e vai possibilitar que Petrópolis cresça de maneira estruturada.

Agradeço aqui ao Governador Cláudio Castro e ao Vinicius Farah, Secretário de Desenvolvimento Econômico, não só pelos 2% de ICMS mas também pela disponibilidade da AgeRio em estar aqui na cidade diuturnamente tratando dos empréstimos. Demorou um pouco mais do que se esperava, gerou uma certa animosidade junto aos empresários da cidade, mas deu resultado. Já são 81 milhões de créditos cedidos e ainda há muito mais para acontecer ao longo dos próximos 15 dias.

O fato é, Presidente, que infelizmente, depois da tragédia e que a gente começou a discutir aqui nesta Casa, com a visita de vocês, novamente fomos atingidos por mais uma chuva.

O que acontece hoje? O Governo estadual está todo voltado para a região do Litoral Verde – Angra dos Reis, Paraty, aquele eixo ali e um pedaço da Baixada. Isso é prova de que as chuvas não serão como eram antigamente. As estações já não são como eram. Lembro-me, Petrópolis, em abril, chegava a exposição agropecuária, todo mundo já podia preparar um arsenal de casacos, porque era um frio insuportável. Isso já não acontece mais. Automaticamente o nosso período de verão, que tinha ali uma recorrência de chuvas, e a gente já conseguia diagnosticar o que aconteceria na cidade, também já não se repete.

Então, para falar de retomada econômica, por mais que tenhamos dado – aí, Poder Executivo, Legislativo e Governo do estado – todo um incentivo ao empresário, a gente precisa dar a ele segurança estrutural, de que a cidade não vai alagar todo dia que chover, não é? A Coronel Veiga, a gente infelizmente se habituou a ver a Coronel Veiga alagada. Em toda chuva, "ah, a Coronel Veiga encheu". Já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não causa estranheza; todo mundo já espera que ela encha, que ela transborde. Então a gente precisa voltar as energias, depois desse período de resposta, agora, no período de reconstrução da cidade, para aquilo que é estrutural.

E aí já vou falar um pouquinho aqui do túnel extravasor, que é um grande problema. Foi motivo até de uma fala minha dali, daquele lado do Plenário – o Vereador Yuri estava do meu lado –, uma fala até acalorada. É difícil eu me destemperar, mas naquele dia fiquei alterado em função daquilo a que assisti no túnel extravasor ao longo desses 50 dias. Acompanho desde o primeiro momento e venho vendo a evolução da tragédia ali, ruindo cada dia mais um pedacinho: cada dia mais um pedaço de calçada, cada dia mais um quintal, cada dia mais uma casa.

E a gente percebe que ali há uma responsabilidade não só do estado, mas também do município, porque o túnel foi, todo ele, violado em função de tratamento de esgoto, ou melhor, da coleta do esgoto sem o tratamento. Então o túnel – para quem está em casa entender – era para ser uma caixa selada e ganhou uma série de furos, onde a tubulação de esgoto foi conectada e a drenagem de água pluvial também. Então todo mundo fala: "ah, o fundo do túnel soltou". Mas o fundo do túnel só soltou onde houve a ruptura de rede. A terra foi toda escavada, e aí obviamente, com o peso da água, e a terra sendo comida aqui por baixo, o fundo cedeu. Então a gente tem um problema pretérito, que é de microdrenagem e captação de água da chuva e de saneamento.

A Companhia Águas do Imperador, em vistoria conosco – e agradeço à Dra. Zilda e à Dra. Luciana, que estiveram presentes lá na vistoria junto com a Águas do Imperador –, se comprometeu a fazer a captação de água pluvial e de esgoto ali na região do túnel extravasor, para que a gente possa – aí, o Governo do estado – vir por dentro do túnel, selando o túnel, dando a ele novamente a segurança que ele tinha, de ser todo selado, para que a água não vaze, e evitando essas erosões que têm acontecido lá.

Só que, Senador Romário, a gente tem uma questão ali que é já um retrato antigo do que a gente está vivendo hoje. O túnel extravasor, como o próprio nome diz, deveria trabalhar como um ladrão de caixa d'água – todo mundo em casa tem isso, não é? A água atinge um determinado volume e começa a extravasar para uma outra saída, para evitar que o centro da cidade encha. Ao longo dos anos, o centro da cidade começou a encher com mais frequência. Qual foi a saída alternativa escolhida pelo poder público à época? E aí eu não sei, não tenho registro histórico para que a gente possa trazer aqui de quem é a responsabilidade por aquela ideia. O túnel extravasor deixa de ser um túnel extravasor e passa a ser o principal captador de toda a água que desce do Alto da Serra. Então, foi criada ali uma barragem, na entrada do túnel extravasor, forçando a que toda a água oriunda do Alto da Serra, do Morin desça pelo extravasor, pelo Quissamã todo. Tragédia anunciada, não é isso? Você tem uma coisa que foi feita para trabalhar só em momentos de cheia, e ela passa a trabalhar continuamente em capacidade máxima.

Então, essa é uma questão para a gente... O pessoal da Cohidro, empresa contratada pelo instituto estadual, o Inea, através desse convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portinho – já há o convênio em andamento –, já fez esse diagnóstico. E a gente vai precisar discutir, agora, não só o extravasor, para o qual já se tem um diagnóstico. E aí concordo plenamente com o Vereador Yuri: batemos muito aqui na questão da falta de diálogo. Eu sei tem que todo mundo tem ali, logo à frente, uma eleição, mas a gente tem, para traz, 233 vidas perdidas em função dessa chuva, na primeira – não vou nem falar da segunda, não vou falar do histórico total, que é muito maior. Então, a gente precisa sentar e definir.

Pela Comissão de Finanças, a gente já fez esses questionamentos, Presidente Romário. Quais são as obras prioritárias para o município? Quais são as obras que o município vai assumir? Qual é o cronograma delas? A partir do momento em que a gente conseguir tirar um retrato do que o município está pensando agora e do que ele vai executar para a frente, na hora em que a gente repetir esses questionamentos e tirar novamente um retrato, a gente vai ver se aquilo que a gente estava planejado e prometido para a sociedade de fato aconteceu ou não. Então, foram 7 pedidos de informação com 99 questionamentos a respeito dessa retomada, não só da retomada econômica, mas das prioridades de obras. Das questões habitacionais, combinado com o Presidente Yuri, tudo o que surgiu para mim de questionamento encaminhei para ele; e, de infraestrutura, tudo o que surgiu para a Comissão de questionamento ele encaminhou para mim. Isso, para que a gente pudesse evitar qualquer tipo de retrabalho e, no final, compilar isso num documento único. O que o município pretende fazer? Onde ele pretende começar? Qual é o cronograma disso? Qual é o custo disso? Qual é a fonte de custeio? Existe recurso orçamentário suficiente para isso? Vai precisar suplementar alguma rubrica orçamentária?

Então, quem está aqui hoje acompanhando a nossa audiência, saiba que a Comissão fez todos os questionamentos. O município está dentro do prazo de resposta legal ainda, então não há nenhum tipo – é importante a gente dizer isso aqui – de obscuridade nas respostas do município, porque ele não respondeu ainda. Está dentro do prazo regimental. Eles têm prazo para poder fazer isso.

Mas, volto a dizer, se a gente não tiver um gabinete de crise que, de fato, funcione... E aí vou relatar aqui algumas dificuldades que nós encontramos no período de resposta e que a gente está encontrando de novo no período de recuperação. No período de resposta era: quem é o ponto focal da Defesa Civil para responder à Enel, por exemplo, para poder fazer o restabelecimento de energia? Eu fiquei tratando com a Gleice durante um tempão – digo, tranquilamente, por uma semana – sem que ela conseguisse encontrar quem era esse ponto focal e tratar direto com ela. Agradeço já aqui, de antemão, ao Coronel Simão por ter respondido a todos os meus questionamentos a tempo para que a gente pudesse dar a resposta para a Enel e definir quais eram as prioridades de maquinário para a desobstrução de via e liberação de acesso para que a Enel pudesse fazer a manutenção de rede. Mesma coisa com a Águas do Imperador.

Isso, Presidente Romário, infelizmente, tem se repetido agora nesse período de reconstrução. A gente ainda não sabe o que o município vai assumir. A gente sabe pelo jornal daquilo que o estado se comprometeu a fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, eu já deixo aqui alguns encaminhamentos.

Primeiro, quero dizer, até com base na fala da Dra. Zilda e do Vereador Yuri – quero parabenizá-los, inclusive, pelas falas –, que a gente está em fase final de revisão do Código de Obras do município. Infelizmente, foi muito atabalhoado o nosso final de ano e início de ano, houve mudança de governo, mudança na própria comissão, houve chuva e tudo aquilo sobre que a gente já sabe, além da pandemia que a gente enfrentava, mas nós começamos a revisão do Código de Obras do município em abril do ano passado e previmos lá a demolição administrativa.

Em conversa com a Dra. Luciana, da Defensoria, com base na fala do procurador do município, eu externei para ela uma preocupação minha, que também acredito que seja uma preocupação do município que é: definimos a demolição administrativa no Código de Obras; como é que ela vai funcionar na prática? Porque, se o MP disser que tem que demolir, e a Defensoria entrar dizendo que não, vai cair no colo do Judiciário: deixa de ser uma demolição administrativa; vai virar uma demolição judicial. Então, a gente precisa – e a Dra. Luciana, a quem já deixo aqui o meu agradecimento, já se colocou à disposição –, tão logo esse texto seja aprovado, fazer uma reunião de Câmara, Executivo, Defensoria, MP, Judiciário, para a gente definir quais vão ser os moldes, quais vão ser os parâmetros, para a gente tocar, dali para a frente, numa única direção, sem qualquer tipo de ruído ou de cabo de guerra.

Quero dizer também algumas coisas que são importantes.

Concordo, em gênero, número e grau, com a fala do Vereador Yuri no que tange à habitação no município, mas tivemos uma iniciativa no ano passado até do Prefeito interino, Hingo Hammes, à época, com relação ao autolicenciamento de habitação unifamiliar e bifamiliar. Porque a gente, em janeiro, encontrou uma Secretaria de Obras com 1.827 processos de pedido de construção de habitação. Aí não tem jeito! Você tem um processo que está lá há três, quatro anos: o cara vai fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRED PROCÓPIO – Então, já cresceu o número. O cara vai acabar fazendo aquilo de maneira clandestina. Quatro anos? Ninguém espera quatro anos para obter um alvará ou uma resposta, se sim ou não. A gente precisava criar um fluxo mais célere, e o autolicenciamento creio eu que seja uma saída para poder evitar essa fila gigantesca, uma vez que a gente não vai conseguir ficar contratando 30 engenheiros para poder cuidar de obra particular se a gente tem já os arquitetos e os engenheiros contratados pelo particular, com anotação de responsabilidade técnica, para se responsabilizarem sobre a obra que está sendo executada. Então, a gente precisa... Eu estou falando desses 1.827 que procuraram regularizar. Não estou falando daqueles que fizeram sem qualquer tipo de auxílio, sem qualquer tipo de técnica.

Então, acho que essa é uma outra coisa, Secretário Patuléa, sobre a qual o Governo deve se debruçar, para que a gente crie esse fluxo e o faça funcionar na prática, porque já há legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentando isso, e no novo Código de Obras a gente vai corroborar o texto apresentado pelo Governo interino, pelo Presidente Hingo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mais dois minutos.

O SR. FRED PROCÓPIO – Obrigado, Presidente.

O professor é o Yuri, e quem falou mais fui eu.

Quero trazer duas questões aqui, que são estruturais também para a gente, e, aí, peço a ajuda do Senado em especial, até pela longevidade do mandato – se Deus quiser, o do Senador Romário será renovado neste ano por mais oito –, para que isso não se perca ao longo do tempo, porque a gente está aqui de passagem e, às vezes, as iniciativas acabam sendo interrompidas junto com a saída daqueles que a iniciaram.

A gente tem uma questão de macrodrenagem do nosso município, que é estrutural, e tivemos uma vitória agora recente junto ao Inea, à Secretaria Estadual do Meio Ambiente – e agradeço ao Thiago Pampolha, que tem atendido a tudo que a gente tem demandado para a secretaria estadual –, mas a gente tem uma demanda de microdrenagem, que está no escopo da nossa concessionária de águas, uma parte dela, a outra está a cargo do município, mas a gente precisa se debruçar sobre isso.

Eu vi um vídeo do Alto da Serra – até mandei para o Vereador Marcelo Lessa na hora –, onde, na segunda chuva, o rio ainda tinha capacidade de recebimento de água, mas a água estava descendo por cima da rua como se fosse o rio. Então, ele falou... Eu mandei para ele: "Como é que está lá no Morin?". E ele respondeu na hora, falando: "Não, lá está tranquilo". Ele me mandou o vídeo. Haviam feito a limpeza dos bueiros, haviam feito algumas pequenas intervenções e conseguiram remediar isso.

Então, o nosso Plano Municipal de Saneamento Básico precisa ser revisto, e, aí, já encaminho aqui para o governo municipal esse apontamento, essa preocupação. É um problema antigo, Patuléa, é difícil, não é uma questão simples. A gente não tem técnicos suficientes para poder fazer essa proposta, essa elaboração, mas a gente precisa se debruçar sobre isso. Então, eu me coloco aqui ao seu lado, porque isso passou pela minha mão, eu também vi isso, que continua sendo um problema e a gente precisa resolver. E conte comigo para a gente resolver junto.

Presidente Romário, para encerrar, uma última colocação de fato: não é só o túnel extravasor o problema; ele é, ali, na verdade, a radiografia de uma questão estrutural da cidade, que é o crescimento desordenado, a ocupação de leitos de rios e uma falha de microdrenagem.

Então, esse convênio, Senador Portinho, do Inea com o MDR prevê o estudo do Palatinato, portanto, do extravasor; da Coronel Veiga, que é o Rio Quitandinha; e do Rio Piabanha, que é onde a gente vai precisar resolver, porque, se resolver o extravasor, se resolver o Quitandinha e não resolver o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Piabanha, o centro histórico vai virar um piscinão, e aí mesmo é que a gente não vai ter retomada econômica.

Então, já encaminho aqui e agradeço ao Senador Romário a tolerância quanto ao tempo da minha fala, mas acho que são pontos estruturais para que a gente possa dar o melhor encaminhamento à Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao nosso Defensor Público, Dr. Leonardo Meneghetti.

Eu não sei como é que é feito, Presidente, quando... (*Pausa.*)

Vereadora, depois é V. Exa.

O SR. LEONARDO MENEGHETTI (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas!

Sr. Presidente, Senador Romário; Senador Carlos Portinho; Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador Hingo Hammes, em nome de quem eu cumprimento todos os Vereadores e todas as autoridades aqui presentes; população de Petrópolis, os meus cumprimentos.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. LEONARDO MENEGHETTI – É a tragédia... A Defensoria Pública, estamos aqui todos os dias, a todo momento, desde o primeiro instante da tragédia, falando com todos, conversando com todos. Estamos de portas abertas para conversar e tentar solucionar todos os problemas da melhor forma, que abrace a população também da melhor forma para a reconstrução de suas vidas.

Vou começar de trás para frente, porque comentaram sobre a nossa ACP sobre demolição e foi falado muito aqui sobre demolição. Nós temos muitas casas interditadas nessa tragédia – já tínhamos em outras situações –, e dessas interdições, certamente, muitas vão resultar em demolições. Isso aí é fato. A questão é: como vamos tratar essas demolições? E a nossa preocupação é que o norte dessas demolições sempre observe o princípio da dignidade humana. Esse é o norte a ser dado. Eu não tenho dúvida: é uma questão técnica? É, mas é necessário ter esse norte bem marcado na nossa bússola de atuação.

A demolição de uma casa não é somente destruir tijolo, ferro e cimento. Você está passando a borracha na vida das pessoas quando você demole uma casa.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. LEONARDO MENEGHETTI – Então, nós entramos com uma ação civil pública, que foi mencionada aqui, para que se deem critérios humanísticos a essa demolição; para que a pessoa tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

ciência prévia de que sua casa precisa ser demolida; para que seja necessário um laudo específico técnico que diga que não há saída para aquela casa a não ser a demolição; e, se ela for demolida, que esse laudo também já abrace, de forma republicana, os critérios necessários para a aferição de potencial indenização a que essas pessoas têm direito, porque elas não foram parar ali por questões invisíveis. Não se pode apagar também as razões que levaram essas pessoas a morarem onde moram.

Então, quando falamos sobre demolições, temos que abraçar toda a observância humanitária da questão, porque sem isso vamos fazer uma reconstrução só de cimento e tijolo? Apagar a vida das pessoas?

As vítimas... Ouso dizer que talvez 95% das vítimas em geral – desabrigados, desalojados, falecidos – eram assistidos da Defensoria Pública, certo? Então, eu peço exatamente esse foco. A nossa ACP tem esse objetivo. Estamos aguardando uma decisão judiciária que abrace liminarmente os nossos objetivos quanto a essa ACP.

Eu vou me estender aqui um pouco mais para falar sobre a questão das incertezas da população.

Foi falado aqui sobre aluguel social. Muita coisa foi falada aqui de extrema... O Vereador Yuri falou bastante coisa interessante. Agora, eu acho que um aspecto que temos que trazer também como norte é que o programa de habitação que virá para abraçar exatamente essas pessoas que foram desalojadas, desabrigadas ou que estão em situação de vulnerabilidade tem que ser feito o mais rápido possível, da forma melhor possível, porque o entendimento que vemos consolidado é sobre temporariedade do aluguel social. Eu já vi decisões judiciais mandando acabar com o aluguel social das pessoas em dois anos: a pessoa não tem mais o aluguel social, e também não foi posta em nenhum programa de habitação. E aí você devolve para a sociedade o problema.

Isso é um outro aspecto que precisamos abraçar sobre a questão do aluguel social. Sim, ele é temporário, mas, sim, ele também tem que ser vinculativo à efetividade concreta da colocação da pessoa num programa de habitação que siga também todos os princípios necessários, os princípios da dignidade humana. Não adianta exilarmos as pessoas em blocos de cimento, senão vamos só devolver o problema para a sociedade, piorar o problema da sociedade e tornar as pessoas objetos – e não são. Sim, é a tragédia de uma cidade; mas, sim, é a tragédia das pessoas que nós precisamos enfrentar, sem suprimir direitos de cada uma, assim como restabelecer vidas, que é o mais importante.

Muito obrigado aos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Dr. Leonardo.

Existem algumas pessoas da sociedade civil que também têm vontade de falar. Então, agora a gente vai intercalar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou conceder a palavra agora à Vereadora Gilda Beatriz, por favor.

V. Exa. tem cinco minutos.

A SRA. GILDA BEATRIZ (Para expor.) – Boa tarde, Senadores. Obrigada por estarem aqui – todos que estão presentes, todas as autoridades, todos que estão aí na plenária.

Eu não vou me alongar. Eu só vou passar aqui uma reflexão.

Senador Romário, eu também tenho uma filha com síndrome de Down. Hoje ela está com 22 anos. No dia da tragédia, ela estava lá no final da cidade e ela veio andando. Foi um momento muito difícil. Ela veio com outro grupo de Down também. Ela se virou para mim e perguntou: "Mamãe, por que Deus fez isso com a nossa cidade?". Isso é muito profundo! Foi Deus?

Então, isso é para a gente refletir sobre tudo isso que a gente falou aqui. Porque, na realidade, a gente sabe – eu já estou no meu terceiro mandato – que os Vereadores têm que ser mais escutados. Nós temos que trabalhar em conjunto com o Poder Executivo, com o Estado e com o Governo Federal. O Vereador está na rua direto. Então, a gente sabe realmente do que se precisa, aonde são os problemas. A gente escuta a população. A gente sabe realmente o que acontece.

Então, eu só queria pedir que a gente possa deixar de lado os egos: o Poder Executivo, o poder estadual, o federal, todo mundo, e a gente se unir neste momento, porque problemas a gente já viu. A gente tem que tentar... Como assim? Do que já está para trás não vamos falar mal, porque não adianta. Já foi. Vamos escrever um novo livro para a gente acreditar que a gente vai ter uma audiência lá na frente que não vai precisar mais falar em demolição, não vai precisar falar mais em mortes, não vai precisar mais falar em moradia digna, porque a moradia tem que ser digna, não é? Uma moradia, como foi feito no Vicenzo Rivetti, com 776 famílias... Não existe você botar todo mundo num lugar só. É questão de humanização.

A gente tem que fazer política com amor. A gente tem que fazer política com empatia, se colocar no lugar do outro. Se a pessoa quer ser político e não tem empatia, vai fazer outra coisa! Não vai ser político, porque o político deve ter amor ao próximo, deve se colocar no lugar do próximo.

Então, não vou me alongar.

No momento, agradeço ao MP – Dra. Zilda, a senhora está aqui –, agradeço ao Judiciário, porque, infelizmente ou felizmente, eu não sei o que eu falo, se não fossem vocês, a gente não ia ter a gestão que a gente precisa que o poder público faça, porque está todo mundo muito perdido. E isto é muito ruim: a gente não ter um direcionamento do que está acontecendo.

As pessoas perguntam. Vou dar o exemplo da Rua Uruguai. Eu estive lá, e, realmente, lá, foi muito ruim. Morreu uma pessoa, inclusive, que eu conhecia, mais duas pessoas que estavam lá no momento. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

estado foi lá, falou que estava tudo o.k., que estava fazendo o projeto, que já estava tudo certo, que começaram. Só que não havia retorno. Não havia retorno nenhum. Eu fui lá e comecei a cobrar; "não, não, o estado já está fazendo"; "não, o projeto já vai". E aquilo, perigoso. Já houve outra chuva, arriscando de as outras pedras rolarem para a Rua República, que fica embaixo da Rua Uruguai.

Aí eu fui ao Executivo, falei com o Prefeito, que foi lá também. Conclusão: o estado não tinha projeto nenhum, não tinha nada. E as pessoas estavam esperando. Muito perigoso.

Aí o Executivo, agora, entrou, já começou a implosão das pedras.

Então, olhem a importância também de o Vereador ir aos locais e de a gente ser escutado. Mas não pode não haver diálogo entre o que o estado está fazendo e o que o Executivo está fazendo, porque, senão, as pessoas ficam desesperadas. Você vai nos lugares, e as pessoas falam: o que está acontecendo? O que eu faço?

Então, há que haver informação.

Não vou me alongar, não. Só vou pedir que a gente possa ter empatia, que a gente possa ter amor ao próximo e se colocar no lugar de quem está passando por isso, porque, na realidade, Petrópolis todo está abalada. Mas, para quem viveu ali e perdeu seus familiares, para muitas pessoas que perderam todo mundo – perderam pai, irmão, filho –, a gente precisa, sim, da saúde mental. Eu sou psicóloga, e a gente precisa de um centro de apoio para essas vítimas. E não só para as vítimas, mas para as pessoas que estão com medo de sair de casa, porque começa a chover, Petrópolis começa a esvaziar. Você não sabe o que pode acontecer.

Como a gente vai falar em desenvolvimento econômico se a gente mesmo está com medo de morar em Petrópolis? Como a gente vai trazer pessoas para Petrópolis se a gente não sabe o que faz?

Então, vamos ajustar nossa casa, vamos fazer nosso dever de casa. Todo mundo aqui falou perfeitamente. É só a gente, cada um dentro da sua direção, cada um dentro do seu cargo, por favor, fazer o dever de casa! A gente precisa fazer com que Petrópolis se reconstrua.

Nós temos que trazer o desenvolvimento econômico, mas tudo vai começar com o básico. O básico deve começar a ser feito.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Vereadora Gilda Beatriz.

Onde está o microfone?

Calma, calma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Microfone, por favor.

Gostaria que o senhor se identificasse, por favor.

O SR. ROBSON TOMAS DE SOUZA (Para expor.) – Bom, eu sou o Robson, venho aqui representando a união das lideranças do Município de Petrópolis, e a questão que eu gostaria de tratar com o senhor seria a seguinte.

O senhor disse que, na plateia, haveria algumas pessoas que poderiam falar. Nós fizemos uma inscrição ali. A pergunta que eu faço ao senhor é, se vai seguir a ordem da inscrição que foi feita, ou se pessoas daqui poderão se inscrever agora também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Amigo, a palavra está com o senhor. Fale, por favor.

O SR. ROBSON TOMAS DE SOUZA – Ah, sim.

Então, muito obrigado.

Primeiramente, um bom dia a todas e a todos. Quero dizer do contentamento, da felicidade de estar nesta audiência pública, dentro do pacto federativo, representado pelo Senado Federal nesta audiência, extra-audiência, pública, no nosso município, liderada pelo nosso Senador Romário, com o apoio do Carlos Portinho, que para nós é de fundamental importância.

E a gente vem acompanhando, desde 1988, todas as tragédias do município. Todas elas. E, dentro dessas tragédias, nós nunca vimos uma audiência tão representativa, como estamos vendo aqui neste momento, até pela gravidade do problema, porque quem vem acompanhando a tragédia do Município de Petrópolis vê que virou, que é recorrente. Ela é recorrente e já foram feitas várias outras audiências. No mínimo, salvo engano, de tragédia para tragédia, temos mais de 11 tragédias no município. As mais evidentes em 1988, 2011 e agora essa de 2022.

Então a gente percebe que essas tragédias, a cada ano, estão matando mais gente, matando mais pessoas, mais entes queridos, e provocando audiências.

E esta audiência, desta vez, pela proporção, está diferente. Está diferente porque a gente vê um Judiciário ativo, tentando soluções, vemos um Judiciário que está andando na rua, através do Ouvidor Público Guilherme e da Defensora Pública Luciana, que estão andando, não estão só nos seus escritórios, estão indo nas comunidades, fazendo audiências públicas, como a audiência pública no Alto da Serra, onde os verdadeiros atendidos, os verdadeiros necessitados tiveram a oportunidade de voz. Isso nos traz muita satisfação.

A gente vê a nossa guerreira Claudinha fazendo essa comunicação com o Senado, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, e eles dando atenção. Isso para nós é de fundamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

importância. Então a gente fica muito feliz. Mas gostaríamos também de deixar pautado e, observamos nas falas dos companheiros, que o representante do comércio, Charles Rossi, foi muito feliz. Parabenizo-o pela competência. Está muito bem representado o comércio no nosso Município, que já conseguiu grandes avanços, mas nós, como cidadãos, gostaríamos também de seguir e pedirmos uma atenção especial ao contribuinte, àquele que realmente sustenta tudo isso que está aqui.

Nós vimos esse ano o aumento da taxa de água. Nós vimos o aumento da taxa de iluminação. Inclusive, eu vou deixar... Mais uma vez eu gosto de deixar claro, a taxa de esgoto e de iluminação pública são duas taxas que a gente paga e a gente não vê efetividade nesses serviços. Gostaria que o Legislativo desviasse um pouquinho o olhar para essas taxas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor tem mais um minuto.

O SR. ROBSON TOMAS DE SOUZA – Sim, senhor. E gostaria que o Legislativo também, como agora está num processo de união, cobrasse, como foi dada essa concessão para Águas do Imperador, sem a participação da sociedade civil, de novo para a Comdep, sem passar pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, sem autorização. Todas essas compras sem licitação! Para nós, tudo bem, juridicamente, está respaldado, vivemos um estado de calamidade. Mas nós vemos sendo transferidos milhões e milhões para as secretarias e pedimos detalhamento de onde está sendo destinado, onde está sendo esse gasto desse dinheiro, e não obtemos resposta.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ROBSON TOMAS DE SOUZA – Assim, consola-nos como sociedade civil... A gente é um grupo com mais de 80 lideranças no município, de vários bairros. A gente não consegue uma audiência pública com o Executivo. Ele não nos atende, diferente da fala que está aqui. Vai aos abrigos, dá meia dúzia de conversa, tira uma foto e bota nas páginas das redes. Só que nós, como sociedade civil, até hoje não conseguimos uma audiência pública com o Poder Executivo, uma reunião! E o que nos consola é que os Vereadores também não estão conseguindo pela fala deles. Os nossos representantes legítimos, que têm consciência do que está acontecendo no nosso município, também não têm essa atenção que deveriam nos dar. Eles pedem união. Mas como se eles que têm a caneta para resolver?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Robson...

O SR. ROBSON TOMAS DE SOUZA – Posso só um minuto para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Um minuto.

O SR. ROBSON TOMAS DE SOUZA – Estamos aqui nessa audiência pública, onde está o Judiciário, o Legislativo, o Senado, o Executivo, representado através dos seus secretários, nós, sociedade civil, e o Executivo pede união, mas quando pedimos uma audiência junto com o Legislativo e os demais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, até para detalhamento de aonde está indo e deliberarmos algumas ações para beneficiar os mais prejudicados, a resposta é negativa.

Então, eu peço, Presidente Romário, que, numa próxima audiência pública – que essa audiência não termine aqui, porque nós temos problemas de pequeno, médio e longo prazos –, sejam melhor detalhadas as coisas para a sociedade civil e que alivie um pouco também para os mais atingidos dessa tributação. Eles falam em ajudar o povo financeiramente, mas tudo foi aumentado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Sr. Robson.

O SR. ROBSON TOMAS DE SOUZA – Então, nada está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pela sua participação.

O SR. ROBSON TOMAS DE SOUZA – ... de boa intenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Passo a palavra agora ao Vereador Octavio Sampaio.

O SR. OCTAVIO SAMPAIO (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Romário. Quero cumprimentar todos os presentes, meus pares, Senadores, também os que não estão presentes, inclusive, mas que fazem parte da Comissão e que estão nos ajudando aqui em Petrópolis. Eu anotei alguns tópicos. Acho que não vou conseguir falar de todos. Eu sou Presidente da Comissão Especial de Transparência relacionada às chuvas.

Eu sou propositivo, Presidente Romário. Inclusive, essa isenção de IPTU e ISS foi uma indicação legislativa proposta por mim e aprovada nesta Casa. Diga-se de passagem, o Governo teve a sensibilidade de devolver o projeto de forma melhorada, então, eu até elogio o Secretário de Fazenda Patuléa, que melhorou o projeto que enviei, devolveu de maneira melhor o projeto, inclusive fazendo a adequação à legislação federal. Parabéns pelo trabalho, Patuléa.

Por outro lado, eu também fiz um projeto de que Robson falou. Eu protocolei o projeto que visa reduzir o valor em relação à conta de água. Está protocolado e depois a gente pode até discutir isso melhor, Robson. Pode procurar o meu gabinete.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OCTAVIO SAMPAIO – Foi isso o que eu pedi, o meu projeto de lei fala exatamente isso.

Outra coisa é o cronograma de planejamento, que foi o primeiro requerimento que nós fizemos, salvo engano na segunda-feira de Carnaval. Naquele momento, não era possível que o Governo municipal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enviasse para a gente um cronograma, pois tinha acabado de acontecer a tragédia. Agora, até aqui, já dava tempo de haver um cronograma e nós não temos um cronograma do Governo municipal.

Eu costumo discordar do Vereador Yuri, mas ele está certo, Petrópolis nunca teve uma política habitacional séria, nunca teve, ele está certíssimo nisso e, como eu disse na outra audiência, Petrópolis é uma grande gambiarra que não aguenta mais nenhum penduricalho. Tem que se resolver de forma séria e essa tragédia pode servir como um marco para isso, para a gente resolver um problema inerente a Petrópolis há mais de 200 anos, a gente tem a chance de resolver isso agora com o apoio de Senador da República. Então, a gente tem que aproveitar este momento.

Eu sou Presidente da Comissão Especial de Transparência, como eu disse, e tenho que prestar conta aqui para os senhores. Até o momento, nós fizemos 19 requerimentos pela Comissão Especial de Transparência, da qual eu sou Presidente, com cerca de 150 perguntas e, até o momento, nenhuma delas foi respondida. Eu acho que já dava tempo de o Governo responder algumas, mas nenhum dos requerimentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OCTAVIO SAMPAIO – A maior parte deles foi feita no dia 22 deste mês. O Governo está dentro do prazo. Eu bato onde tenho que bater, mas está dentro do prazo, só que eu acredito que muita coisa dava para responder.

Infelizmente, o Governo não avisa. A gente pede um cronograma de planejamento, por quê? Porque a gente não sabe o que o Governo vai fazer pela cidade, o Governo não fala o que vai fazer. Ia ser uma grande alegria para mim se o Bomtempo fosse ao vivo na TV ou em uma *live* e falasse: "Olha, sou Prefeito, estou no meu quarto mandato e sou muito experiente, no entanto, com essas chuvas aí, eu não faço a menor ideia do que eu vou fazer". Eu queria essa resposta dele, era melhor do que sem resposta nenhuma.

E peça ajuda ao Governo Federal! Há tanta gente estendendo a mão e ele me faz o contrário: chegou a dizer que ia devolver R$1,6 milhão do Governo Federal, ia devolver o dinheiro. A gente está com a Washington Luiz sem estar resolvida, a gente não tem nada, não tem nem avaliação técnica da Washington Luiz e ele quer devolver R$1,6 milhão? Por outro lado, ele vai na Alerj e pede mais dinheiro. Então, quer devolver o dinheiro do Governo Federal, mas chega na Alerj e pede mais dinheiro? Que conta é essa? Essa conta não fecha.

Outra coisa é que sou Relator da Comissão de Finanças, Infraestrutura e Retomada Econômica, da qual o Vereador Fred Procópio, meu irmão, é Presidente e, por ela – pelo que eu tenho de conta aqui, talvez você me corrija, Fred –, foram sete requerimentos. Então, é a questão de prestação de contas, realmente, que eu estou fazendo aqui, como Relator de uma comissão e Presidente da outra e agradeço ao Vereador Fred pelo trabalho sério que tem empenhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão, na reunião pública da Alerj...

Prefeito, eu tenho que prestar contas, não estou fazendo papel de oposição aqui, não, sou Presidente da Comissão, se eu não falar, vão falar que eu não estou fazendo o meu trabalho.

Na reunião da Alerj, o Bomtempo disse oficialmente que já gastou R$28 milhões.

Eu entrei agora no Portal da Transparência. Agora, qualquer um pode entrar aí, consta que foram gastos R$3,8 milhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OCTAVIO SAMPAIO – Não, está R$3,5 milhões ou R$3,8 milhões, foi o que eu vi aqui. Está aqui no meu celular, são R$3,5 milhões ou R$3,8 milhões, posso conferir aqui.

Mas lá falou que eram R$28 milhões e aqui falam que são R$3,5 milhões, no Portal da Transparência. Não está havendo transparência no Portal da Transparência.

Estou até com um projeto de lei montado aqui, depois eu vou apresentar para os Vereadores, em relação a essa questão do Portal da Transparência. Até cheguei a comentar já com alguns Vereadores e eu quero, se possível, que todos sejam coautores do projeto, caso gostem do projeto, para que todos os Vereadores possam assiná-lo juntos. Talvez a gente possa colocar em regime de urgência, caso o Presidente Hingo, que detesta isso, me autorize. Não é, Presidente?

Vamos lá, outro ponto: demolições no Alto da Serra que estão acontecendo. Cheguei lá, fui fazer vistoria, levei engenheiros. Chego lá e a gente procura, procura, está havendo demolição e não há nenhum engenheiro responsável na área. Você pergunta para o bombeiro, você pergunta para fulano, pergunta para ciclano do Governo municipal: Quem é o responsável? Quem é o engenheiro responsável? Não têm engenheiro responsável pela demolição. O que é isso? (*Pausa.*)

São R$3,5 milhões, o Vereador Marcelo Lessa aqui mostrou. Consultou no Portal da Transparência, são R$3,5 milhões, mas lá, na reunião na Alerj, ele disse que precisa de mais dinheiro porque foram gastos R$28 milhões. Tem coisa errada aí!

Outra coisa, Túnel Extravasor. Estava conversando com o Senador Portinho. Na minha opinião, essa obra tinha que ir para o Governo Federal. Eu acho que a gente deveria se empenhar para essa obra ficar com o Governo Federal. Por quê? O Governo Federal tem mais estrutura do que o Governo estadual e aí a gente garante que a obra seja realizada, Promotora. Entende o porquê? O Governo estadual realmente está numa situação que não é tão ruim, mas o Governo Federal tem mais estrutura nesse momento para proporcionar que a obra seja concluída, porque é uma obra que vai custar R$600, R$700 milhões...

A SRA. ZILDA JANUZZI VELOSO BECK – Vereador, só um minutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente fez um levantamento do orçamento que o Estado tem hoje, da disponibilidade financeira.

O SR. OCTAVIO SAMPAIO – Sim.

A SRA. ZILDA JANUZZI VELOSO BECK – Então, a gente viu que tem muito mais que os R$400 milhões, pode ter certeza, mas, de qualquer forma, se o Governo Federal entrar em acordo com o Governo do estado e quiser fazer, a gente altera o acordo, mas hoje o acordo está homologado. Então, com o acordo homologado, transitou em julgado, em princípio tem que ser o Estado que tem que fazer, assumiu esse compromisso, mas nada impede que seja feito algum tipo de convênio, mas o dinheiro existe.

O SR. OCTAVIO SAMPAIO – Perfeito, Promotora.

Doutora, a minha preocupação é justamente que o Estado assumiu...

Presidente, me concede mais dois minutinhos? (*Pausa.*)

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dois minutos.

O SR. OCTAVIO SAMPAIO – A minha preocupação é justamente essa, a de que o Governo estadual assumiu a responsabilidade e talvez não consiga cumprir.

Enfim, não é uma crítica ao Governador Cláudio Castro, longe disso. Eu gosto inclusive do trabalho que ele está fazendo. Há um Secretário de Esporte do estado, Gutemberg Fonseca, que é lá da Secretaria de Esporte do Cláudio Castro, meu amigo, inclusive está com o gabinete de crise aqui em Petrópolis desde o dia 16 de março, a quem eu agradeço pela colaboração.

Mas essa obra do Túnel Extravasor vai custar coisa de R$600, R$700 milhões e isso, eu acredito, a União teria mais condições de bancar.

Então, são muitos pontos, dava para falar muito mais aqui, mas eu já disse muito, já passei do meu tempo. Quero agradecer ao Senador pela disponibilidade e pelo tempo, inclusive, que acrescentou para eu falar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Vereador.

Eu vou passar a palavra aqui à última pessoa da sociedade civil.

Quem quer... (*Pausa.*)

O senhor é... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO LUIZ PEREIRA SERVOLO (Para expor.) – Senador, até porque eu já entreguei o ofício em mãos ao Senador Carlos Portinho, mas eu queria parabenizar a Casa e os Vereadores – louvo a Deus pela vida de vocês, que estão se esforçando muito para poder resolver os problemas da nossa cidade –, mas, assim, gostaria de incluir nas reformas estruturais o ofício – eu vou ler apenas um parágrafo –: solicitamos os encaminhamentos aos responsáveis do nosso município para a execução da obra emergencial na nova galeria da Rua Santos Dumont.

Nessas duas enchentes, a última curva da Santos Dumont sofreu uma avaria tremenda, porque ali passa uma adutora e desce o Rio Caxambu, se eu não me engano, e sempre, com qualquer chuvinha, já estouram os bueiros. Todo mundo que passa pela Santos Dumont vê aquele bueiro no final ali, enfia um galho de árvore para os carros não... E eu gostaria de incluir por quê? Não é porque é a minha rua onde eu moro, mas porque é uma rua que liga os bairros da cidade e tem uma importância fundamental para a acessibilidade, para quem acessa o Alto da Serra, o Morém.

Então, foi entregue ao Senador, mas eu gostaria que a Casa também incluísse a Rua Santos Dumont como uma reforma estrutural, porque é um dinheiro gasto à toa. Na primeira chuva, a Águas do Imperador fez a parte dela e a Secretaria de Obra também; na segunda chuva, tinham que fazer tudo de novo. Então, é um dinheiro desperdiçado, porque não é feita essa avaliação técnica de que tanto vocês falaram aqui. O.k.?

E a segunda solicitação: fui Conselheiro da Pessoa com Deficiência durante três anos; em 2019, deixei o cargo quando eu era Presidente. Tenho um filho esquizofrênico. E aí eu concordo com o senhor porque eu acredito que um comerciante tenha condição de pagar um plano de saúde, e as pessoas que não têm? Porque o Caps Nise, que atende o meu filho que é esquizofrênico... Para meu filho, eu dei entrada, retomei o tratamento em fevereiro, e ele só vai ser atendido pelo psiquiatra agora, em abril. Por quê? Porque o ambulatório de psiquiatria, para atender a pessoa que está com depressão e com dificuldade de resolver seus problemas devido à enchente, está jogando tudo para o Caps Nise, que já tem seus pacientes crônicos, como é o caso do meu filho. Então, para o meu filho, eu tive que pagar consulta para conseguir o LME – porque precisa do registro do psiquiatra para poder ter acesso à medicação gratuita – porque eu tenho que esperar até o dia 29 de abril para poder ter a primeira consulta com o psiquiatra.

Então, vocês desculpem o meu desabafo, mas a saúde mental de Petrópolis, principalmente agora, pede socorro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Luiz. Muito obrigado pela participação do senhor.

Passo a palavra ao Vereador Ronaldo Ramos, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VEREADOR RONALDO RAMOS (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, agradeço imensamente a presença do senhor, Presidente desta Comissão; do Senador Portinho; de todos os representantes aqui do comércio; da Dra. Zilda, do Ministério Público; da Dra. Luciana, também representando a Defensoria como o Dr. Leonardo aqui; e os representantes dos movimentos sociais também que vêm lutando há longos anos buscando a solução para os problemas que a nossa cidade enfrenta já há décadas.

Eu queria aqui recomeçar como o Sr. Defensor Dr. Leonardo falou e lembrar que, em 2011, quando houve a tragédia do Vale Cuiabá, o então governo do estado determinou a demolição das casas, com máquinas para derrubar, e a Dra. Luciana, de imediato, conseguiu uma liminar, no plantão judiciário de Paraíba do Sul, que impedisse a demolição daquela forma, faltando com respeito a muitas pessoas, a muitas famílias (*Falha no áudio.*)... com a máquina e derrubar. Então, V. Exa. fez muito bem tendo respeitado. Ali está a vida de uma pessoa, ali está a cidadania, ali está o coração, o caminho daquela pessoa que, com muita dificuldade, conseguiu botar tijolo sobre tijolo. O mesmo foi com a pessoa que conseguiu ganhar, com o seu trabalho, os seus recursos para poder comprar aquela casa. Como o senhor falou muito bem, não está na área de risco porque quer, mas porque a situação e as dificuldades a levaram a isso.

Então, tem que ser avaliado caso a caso. Não posso chegar e meter a máquina, meter a marreta e derrubar. Isso é falta de respeito com as pessoas. Então, parabéns pela sua fala. Deus continue lhe abençoando e lhe dando luz para que siga esse caminho em prol daqueles que mais precisam. Esse é o papel fundamental da Defensoria, a qual eu presto minhas homenagens, como também ao Ministério Público, que sempre, nos momentos mais difíceis, está sempre buscando ao nosso lado as soluções de defesa do cumprimento da legislação. Parabéns e o nosso muito obrigado.

Senador, a gente tem diversas dificuldades em nosso município. Como foi dito aqui, houve isenção de IPTU, redução de taxa, isenção de taxa, redução de IPTU, mas o município, a sua base de arrecadação também é o IPTU, também são as taxas de contribuições. Então, o que a gente precisa muito é que, lá na frente, tenha uma compensação por isso. Como vai conseguir manter os serviços de saúde, educação, transporte subsidiado em muitos casos, manutenção das estradas vicinais, asfaltamento, manutenção de toda a rede, toda a estrutura do município? Vai faltar dinheiro lá na frente, vai faltar atendimento. Sem esses recursos, fizeram isenções, ajuda e apoio – o que tem que ser feito momentaneamente –, mas depois como vai ser?

Então, nós necessitamos urgentemente que os senhores possam intervir junto ao Governo Federal para que o município possa receber recursos específicos, verbas carimbadas, em apoio à população, até de fundo perdido. Os empréstimos, como os comerciantes agora tiveram empréstimos, alguns conseguiram empréstimos, mas vão ter que pagar um dia, eles vão ter que começar a pagar daqui a 12 meses, então vão ter a dificuldade desse pagamento; e a mesma coisa é o município: ele vai fazer isenções, os apoios,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas depois vai ter que pagar a conta e de onde ele vai tirar os recursos? Então, é preciso que o Governo Federal, o Governo do Estado, principalmente o Governo Federal, que tem uma fatia maior do bolo, possa ajudar com recursos a fundo perdido com verbas específicas, para isso, para aquilo, para que não fuja, para que esta Câmara possa fiscalizar, a sociedade civil possa fiscalizar, o Ministério Público, a Defensoria. Enfim, a gente precisa urgentemente desse novo direcionamento.

A minha sugestão aqui, Sr. Presidente da Comissão, como o Vereador Yuri disse, a construção dos conjuntos das casas, se foi 40 aqui teria sido muito melhor, sabendo dos problemas citados por vários presentes aqui na nossa audiência. Uma das coisas que a gente sabe é que a legislação hoje de licitações é exigente. E tem que ser exigente mesmo com transparência para não haver fraude, não haver desvio, mas poderia, Sr. Senador, haver uma sugestão de um projeto de lei para que, quando o número de residências for menor, pudesse a legislação ser facilitada para que ela possa ser concretizada o mais rápido possível. Eles fazem um projeto, vai para estudo, vai para tribunal de contas, demora seis, sete meses, um ano, dois anos só na questão burocrática. Então, se puder facilitar num projeto de lei que venha não para burlar a Lei de Licitações, mas que pudesse facilitar, para que sejam construídos mais rapidamente esses conjuntos, ou então essas habitações, essas casas, em valores, estipula-se um número menor, até os valores sendo por índices. Fica aqui essa sugestão, porque acho que ela é muito melhor, seria muito mais rápido para a gente conseguir resolver os problemas, acompanhado pelos movimentos sociais, pela sociedade civil. Acho que isso é o que a gente precisa.

E o repasse, como foi dito aqui, de fundo a fundo, é muito importante também, porque vem do fundo federal para o fundo municipal. Até porque se chega lá, como foi dito aqui pelo Vereador Yuri, aí diz ao morador, você tem que botar calha, você tem que fazer a captação, mas e o recurso para isso? Quer dizer, então há que entrar o fundo para poder ajudar esse morador, que precisa muito. Em vez de a gente exigir do morador uma situação que ele não pode cumprir, não pode pagar, como ele vai tirar do seu alimento, do seu sustento próprio para poder arrumar a sua casa? Ele tem que comer, ele tem que sobreviver, ele não pode pegar o dinheiro com que vai fazer a sua alimentação para fazer a estrutura da casa. Então ficam aqui essas observações, para que a gente tenha realmente um repasse fundo a fundo, com verba carimbada, fiscalizada, para que não haja nenhuma dúvida, nenhuma transparência.

E o Vereador Fred Procópio foi muito feliz aí quando ele disse, quando o Governo tinha quatro anos, 2 mil solicitações de autorizações ali acumuladas.

E eu queria deixar aqui, quando o Governo, o atual Governo começou o mandato, entrou dia 18 de dezembro, já em janeiro, nós tivemos uma chuva muito forte no 5° Distrito, onde caiu estrada, está lá, a rua caiu em frente à Escola Oswaldo da Costa Frias, era para ser feita aquela obra. Demais estradas vicinais chegaram a um ponto intransitável. Outros locais que tinham um pequeno asfalto, também se rompeu tudo, têm muito problema, ainda não foram nem recuperados. E aí vem essa tragédia toda aqui. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo foi muito curto. Com menos de 60 dias de Governo, começou já a haver esse problema. Menos de um mês, não é? A posse foi no dia 11, dia 9 ou dia 11 de janeiro. E aí ficou muito difícil.

O que a gente precisa é ter, como foi dito pela Vereadora Gilda, é juntar, ter a união de todos, para que a gente possa buscar as soluções em conjunto. Está aqui o Ministério Público sempre presente, a Defensoria, os movimentos sociais. E aí, sim, trazer um norte diferente, que é de reescrever, haver uma nova história no nosso município, que nós precisamos muito para evitar aquelas tragédias, para essa tragédia que está aqui não se repetir. Porque se a gente não tiver essa estrutura e essa atenção urgente à questão social, principalmente da moradia, uma outra chuva forte como essa, vamos ter vários outros problemas, e não é isso que nós queremos. Esperamos que a gente possa ter a moradia segura e digna.

E ficam, então, aqui essas sugestões, Sr. Senador, para que a gente possa criar, junto com o senhor, junto com o Senador Portinho, escrever uma nova história do Município de Petrópolis. O senhor pode ter certeza, nós seremos imensamente gratos a todos os senhores por estar aqui, por esse apoio ao nosso município, principalmente às pessoas que mais precisam.

Nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Vereador Ronaldo Ramos.

Eu vou dar a palavra a mais uma pessoa da sociedade civil: Cláudia Renata Ramos, Comissão Vítimas das Tragédias da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cláudia, a senhora tem cinco minutos.

A SRA. CLÁUDIA RENATA DE ALMEIDA RAMOS (Para expor.) – Senador... (*Risos.*)

Boa tarde a todos.

Vamos lá falar das famílias, não é?

Primeiro eu quero agradecer a Deus por esta oportunidade de estar aqui, por esta audiência pública. Na pessoa do senhor e do Senador Portinho, quero agradecer por estarem aqui em Petrópolis nesta Comissão.

Na pessoa do Vereador Hingo Hammes, Presidente da Casa, fez um pedido aí, um convite formalmente, agradeço a todos os Vereadores também, aos demais Vereadores, os cumprimento....

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – São 5 minutos, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLÁUDIA RENATA DE ALMEIDA RAMOS – ... à Dra. Zilda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cinco minutos.

A SRA. CLÁUDIA RENATA DE ALMEIDA RAMOS – Só cinco minutos? Espera aí! Calma aí! O senhor vai dar um pouquinho mais que eu sei disso. O senhor é legal com a gente, principalmente com as famílias. Porque aqui, Senador, eu quero falar agora das famílias que estão aqui. Por favor, se levantem as famílias que estão aqui porque algumas foram embora, infelizmente, porque tiveram de trabalhar. Entendeu, Senador? Estão aqui. Famílias de 2011, famílias de 2013, famílias que recebem aluguel social porque ainda aguardam. São famílias que estão num grupo chamado Movimento do Aluguel Social e Moradia de Petrópolis. São famílias que ainda estão aguardando o aluguel social; têm laudo de interdição, demolição, e estão aí numa fila de espera, há anos, por um aluguel social.

Antes que esta Comissão se acabe e antes que isso tudo se finde... A gente não quer que aconteça com esta Comissão o que aconteceu com a Comissão das Chuvas, de 2011. Se tivesse acontecido alguma coisa para resolver, a gente não estava aqui ainda falando das famílias de 2011, porque aqui estão pessoas de 2011, estão famílias que não tiveram o seu aluguel social. Essas famílias não podem ser esquecidas porque, como falei para o senhor, é a tragédia da tragédia. E eles estão aqui. Cada um deles... Aquele senhor ali, assim que eu cheguei, me pegou e falou: "Cláudia, estou com um problema para resolver os meus problemas." Não foi o que o senhor falou para mim? "Porque eu não estou tendo cabeça; meu psicológico não está legal." Eu falei assim: o senhor pede e pode tentar falar hoje. Só que muitos Vereadores falaram muito, porque também tinham de falar mesmo. Mas era para ter dado voz a cada um deles aqui, porque eles querem falar. Todo mundo quer falar, mas os principais que tinham de falar aqui hoje são eles. Como é que o senhor falou? Que tem uma senhora lá na rua do senhor que está isolada? Não foi? Olha lá, ela está isolada até hoje. O senhor fala, pode falar alto aí, usa, utiliza a minha voz. Pode falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Para expor.) – Depois, peço um tempo para falar também da minha classe, porque a gente está se sentindo como indigente, com todo o respeito às autoridades federais, estaduais e municipais. Saudações a todos e aos moradores.

Lá perto de casa caiu o entulho da primeira chuva. E tem uma casa lá que está, conforme disse o defensor, cai não cai. A família não está mais lá. E o terreno lá ficou abandonado, cheio de cobras, lagartos, aranha, ratos e tal. Essa senhora ela saiu. A casa dela não foi afetada diretamente. Ela já está desde a primeira época sem chuva. Não tinha acesso e está tudo desligado para lá. Então, ela está na casa de uma amiga provisoriamente, mas a casa dela não foi oficialmente interditada, mas está até agora sem luz, sem água. Então, isso é só um caso. Depois da minha fala, se me permitir, eu falo mais a respeito.

A SRA. CLÁUDIA RENATA DE ALMEIDA RAMOS – E aí, Senador, também quero falar das famílias do Posto 2, Corrêas, até o Vila Epitácio. São famílias que perderam tudo. São conjuntos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habitacionais que foram feitos para famílias de 1981 – de 1981. E o conjunto habitacional está me estado de miséria. Levei o Vereador Hingo Hammes porque, infeliz ou felizmente, eu sou delas. Eu estava lá assistindo algumas famílias – o quanto eu pude – no grupo da união das lideranças. A gente tem feito um trabalho em parceria e eu estava assistindo muitas famílias. Quando houve a chuva do dia 15, várias famílias pediram socorro, principalmente do conjunto da Olaria e o pessoal da Vila Epitácio, onde o rio comeu e lambeu várias casas. Houve gente que perdeu casa, houve gente que perdeu todos os móveis. E está conseguindo móveis por quê? Porque não há laudo da Defesa Civil. Eles são de conjuntos habitacionais, algumas casas estão danificadas, vão ter que ser interditadas, mas o município ainda não chegou lá. Muitos dos Vereadores não chegaram lá.

Então, assim, eu também estou falando em nome das famílias que foram atingidas dos bairros Corrêas e Nogueira. E aí, só para finalizar, porque eu já falei muito no Senado, graças a Deus, eu tive a oportunidade – obrigado, Senador Portinho, desde já, gratidão. Acredito que as meninas estão aí *online*, a Laura, de Teresópolis, a Marcela, de São José do Vale do Rio Preto, e a Marilene Morelli, de Areal, junto comigo, formam a comissão das vítimas das tragédias da região do Estado do Rio de Janeiro. Nós já chegamos a Brasília, por três vezes, em uma delas foi graças ao senhor, e pela oportunidade que o Senador Romário também tem nos dado.

Então, só quero deixar aqui uma carta para finalizar a minha fala.

Petrópolis, 4 de abril de 2022.

Em resposta aos desastres.

A audiência realizada no Senado Federal no último 24/03/2022 demonstra que nos deixam, mais uma vez, com algumas coisas sem respostas. Até agora, os moradores vitimados pelas chuvas e deslizamentos e que dependem do aluguel social estão sem respostas. O representante estadual alegou que é preciso mostrar em que áreas pode ser feito o reassentamento dessas famílias. O chefe do executivo municipal demonstra que existe área para esta finalidade e daí o embate. Será que as autoridades poderiam encontrar as respostas nos planos e estudos de gastos para recuperação das cidades da Região Serrana? Pelo que vimos, gastou-se mais de R$168 milhões para a realização de planos e estudos que visam à recuperação das cidades da Região Serrana.

No ano de 2011, o Instituto Estadual do Ambiente, o Inea, realizou licitação no valor de R$65,4 milhões [tem o número do processo aqui] e a Secretaria de Planejamento e Gestão, outros tantos R$3,4 milhões, visando à contratação de serviços de consultoria para a realização de plano de reestruturação e desenvolvimento sustentável dos municípios da Região Serrana do Estado do Rio.

Chama a nossa atenção que o referido plano busca levar soluções para a promoção do desenvolvimento sustentável das cidades da Região Serrana atingidas pelo desastre de 2011, incluindo as moradias de interesse social para a população de baixa renda. Segundo o item 5.1.2 do edital da Seplag,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveria ser dado acesso de forma participativa à população da carteira de projetos resultante dos investimentos, programas e ações prioritárias. Até o momento, desconhecemos qualquer resultado desse trabalho, especialmente para os moradores de áreas de risco, já que, segundo consta, o plano, dentre outras questões, deveria fornecer informações capazes de combater as desigualdades socioespaciais do território e garantir o uso seguro da ocupação do solo.

Segundo o Relatório Anual do Fundo Estadual de Conservação Ambiental, o Fecam, foram aprovados projetos no ano de 2015, estimados em R$100 milhões, para obras de controle de inundação, drenagem e recuperação ambiental na Região Serrana, através do Projeto Rios da Serra, nos Municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. Os dados mostram que, inclusa nesse projeto, além das obras em corpos hídricos, estaria a contratação de empresa para atuar no cadastramento, avaliação e negociação do reassentamento das famílias que residem às margens dos rios; e outras para executar a demolição dos imóveis afetados, em ações sociais, como o Aluguel Social, além de indenizações, iniciando um gradativo processo de redução das ocupações residenciais.

E o que se viu até agora? Mais de 400 famílias da tragédia de 2011 ainda sem moradia – 450 –, e este número cresce a cada dia. É a tragédia sobre a tragédia, como ressaltei na audiência, Senador.

Gastou-se, até agora, uma expressiva quantia na elaboração de estudos e planos que não demonstram um resultado efetivo e eficaz para a sociedade, em especial para os moradores da cidade de Petrópolis, que dependem do aluguel social.

Quem sabe tenhamos resposta junto aos órgãos de fiscalização; resposta de como foram gastos esses recursos, tanto os oriundos do Governo Federal quanto do estadual. Quem sabe os órgãos de controle, o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, possam nos dar essa resposta. Entendo que é preciso unir esforços para esses dois órgãos de controle entenderem o que, como e por quê está sendo gasto.

Precisamos de respostas: o porquê de esses gastos tão expressivos não conseguirem atender a necessidade da população petropolitana, sobretudo dos moradores que dependem do aluguel social desde o ano de 2011.

O Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro dispõem de um instrumento valioso, que são as auditorias operacionais para a avaliação de políticas públicas. E é preciso que sejam avaliadas as políticas habitacionais implementadas pelo Estado do Rio de Janeiro em municípios afetados pelos desastres naturais, como dito pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, em coletiva, logo após as chuvas do dia 15/02/2022 em Petrópolis. É um passivo de décadas.

E complementamos essa fala dizendo que o passivo financeiro é possível ser recuperado, para não se dar mais da mesma forma como o passivo social: as centenas de vidas humanas; este, sim, é um passivo permanente que cresce a cada desastre, pois é a tragédia sobre a tragédia. E é um passivo que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se repara. Como pagar o luto dessas famílias, o impacto psicológico dessas tragédias? Também são passivos irreparáveis e permanentes. E mais: compreendemos que esse passivo poderia não se avolumar a cada tragédia se tivéssemos ações contundentes e efetivas.

É preciso a adoção de política habitacional para Petrópolis, efetiva, como previsto no Plano Diretor Municipal; políticas de Estado implementadas, tanto pela Secretaria de Habitação como pelas de Planejamento, Assistência Social e de Meio Ambiente.

Nós, moradores da cidade de Petrópolis, que dependemos do aluguel social desde o ano de 2011, precisamos entender o motivo pelo qual as políticas públicas habitacionais não são efetivas. Não é sabido e divulgado pelas autoridades que há recursos. Se há recursos, por que não temos projetos implementados se temos tantos estudos realizados há tanto tempo?

Precisamos de respostas, porque precisamos que o Poder Público retire os moradores das áreas de risco e os reassente em locais com segurança e infraestrutura adequadas. Não podemos esperar pelas próximas chuvas, Senadores, pois com ela poderá vir a próxima tragédia.

Precisamos, como cidadãos e contribuintes, saber se a vultosa quantia de R$168 milhões, gasta em estudos e planos, pode responder ao nosso clamor por moradia digna e segura. Precisamos e queremos saber dos resultados, das soluções apontadas nesses relatórios e que medidas foram adotadas frente às conclusões desses trabalhos.

Encerro pedindo respostas, porque a sociedade petropolitana e da região serrana toda pede resposta.

Então, agradeço a oportunidade, Senadores, Vereadores, Dra. Zilda, toda a Ouvidoria, todo o Ministério Público, toda a Defensoria Pública, que nos têm assistido, gratidão a todos vocês.

Famílias que estão confiando na minha pessoa, estar aí lutando por vocês não é fácil, como eu falei para vocês, é muito difícil, é uma luta árdua, como resiliente da tragédia de 2011 que sou.

Hoje em dia, moro num conjunto habitacional que ainda não está concluído – o Senador Portinho esteve lá conosco. Inclusive, estava (*Falha no áudio.*) ... nos ajudar lá. De mais de dez anos, um conjunto que está lá na Posse. O Vereador Ronaldo Ramos sabe dessa história, porque o Vereador Ronaldo Ramos (*Falha no áudio.*) ... Então, são vários problemas, vários vícios construtivos. Assim também aconteceu no Vicenzo Rivetti.

Só que, mesmo com todos os problemas, temos um local seguro para morar, porque se não fosse o Vicenzo Rivetti, se não fosse o conjunto habitacional da Posse eu poderia não estar aqui, porque com certeza eu estaria morando de aluguel. E quem iria dizer que eu estaria morando de aluguel num local seguro na cidade? Porque eu morei em vários bairros: morei no bairro da Glória, morei no Vila Rica, morei no Águas Lindas, morei em Nogueira, porque quem mora de aluguel mora de aluguel em qualquer bairro onde o aluguel social dá para pagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui hoje eu falo como uma família que também já viveu de aluguel social. É o que o Vereador Yuri falou: infelizmente, hoje em dia a gente vê que a gente precisa que se pague o aluguel na conta dos proprietários. Por quê? Porque, infelizmente, a crise está aqui.

Foi falado muito do comércio. Na maior parte da audiência foi falado do comércio, dos empresários. Só que se a família não tiver emprego, ele vai gastar é o aluguel social mesmo para comprar remédio, porque, como o senhor ali falou, para quem tem plano de saúde dá, mas quem não tem vai usar o dinheiro do aluguel social mesmo para comprar remédio, para comprar comida.

Infelizmente, é assim. Eu mesma já usei meu aluguel social para comprar remédio e para comprar... porque na época minhas crianças eram pequenas. Hoje em dia, não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cláudia, vamos encerrar.

A SRA. CLÁUDIA RENATA DE ALMEIDA RAMOS – Então, assim, obrigado Senador.

Só finalizando, fica aqui, Senador... Esperamos que... Pelo jeito vai ter mais uma prorrogação da Comissão – é isso que a gente entendeu – por mais 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

A SRA. CLÁUDIA RENATA DE ALMEIDA RAMOS – É?

Muito obrigada. Foi um pedido que a gente fez lá também, que não fique só em 30 e aguardamos as respostas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Votação de requerimento extrapauta.

Incluo para apreciação extrapauta o Requerimento nº 022, de 2022, que requer a realização de diligência externa do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), de autoria do Relator desta Comissão, Senador Carlos Portinho.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra aqui ao último Vereador do dia nesta audiência pública, o Sr. Gil Magno.

Cinco minutos, Sr. Vereador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VEREADOR GIL MAGNO (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Romário, mas vou usar só dois minutos e vou passar o restante do meu tempo para alguém da sociedade civil organizada falar.

Senador Romário, estou aqui cumprimentando a sociedade civil organizada, cumprimento também todos os atingidos dessa essência, dessa calamidade e de todas as outras passadas.

Aqui, só ressaltando a fala da Dra. Zilda, cuja preocupação é extremamente pertinente e foi reforçada pela Claudinha, quando ela fala da preocupação do pessoal da Epitácio Pessoa e da Olaria, porque lá eu estive. E é muito preocupante, Dra. Zilda, você resolver o extravasor daqui, tirar a água do centro e jogar toda ela lá para Correias, para Nogueira, e ali prejudicar a comunidade. Então, é extremamente pertinente.

No projeto, Senador Romário e Senador Portinho...

E aqui aproveito para elogiar a união que trouxeram a Câmara e o Senado para a nossa Petrópolis, junto com o nosso Prefeito, junto com essa Casa de Vereadores, através do Vereador amigo Hingo, Presidente dessa Casa. O Yuri já falou tudo sobre habitação. Então, está contemplada a minha fala em cima do que o Yuri falou de habitação social segura. Essa união é muito importante, Vereador Ronaldo. Nós temos que sair, Dra. Zilda, com este sentimento de que a união realmente faz as coisas acontecerem. Aqui não tem jogo de vaidade. Nenhum Vereador aqui é melhor do que ninguém. O Chitão é da região do Quissamã e também briga muito, sabe das dificuldades do extravasor; o nosso querido Vereador Domingos, também com a causa animal, sabe das dificuldades; o Vereador Mauro Peralta o tempo todo falando aqui do Código de Obras, da importância de se preocupar com as calhas. Está tudo escrito no Código de Obras, Dra. Zilda. E é necessário que a gente também fiscalize, que se aumente o número de fiscais.

Aqui o Charles Rossi está defendendo um terço da nossa população. Quando fala de cem mil empregos diretos e indiretos, só dentro do primeiro distrito, é um terço da nossa população atingida, alguns até mesmo diretamente, até mesmo atingidos nessa tragédia.

Então, Senador Romário, essa audiência é de extrema valia porque foi apontado, meu caro amigo Patulea – e aqui já falando e cumprimentando o meu amigo Miguel –, que a prefeitura tem que ter esse compromisso com a população, como todos nós. E essa união vai ser muito importante.

Eu tenho certeza absoluta de que todos nós juntos teremos uma Petrópolis muito melhor, Dra. Zilda, se preocupando com habitação social segura. Eu sou defensor da engenharia e arquitetura popular, sobre o que hoje tem um novo projeto tramitando. Aqui estava o pessoal do Crea. O Crea pode nos ajudar através de parceria, botando pessoas fazendo projetos. A Prefeitura não tem braço, mas pode fazer uma comissão, até apontada pelo MP. A Defensoria Pública pode também apontar isso, essa parceria, e buscar essas soluções em conjunto. Então, todos nós juntos somos muito mais fortes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a minha palavra agora, Senador, o restante do tempo, para o pessoal da sociedade civil organizada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade e agradecer a todos os internautas que participaram: Thiago Alcides de Araújo, de São Paulo; Matheus Alcides de Araújo, de São Paulo; Matheus Gabriel Rodrigues Pereira, de Pernambuco; Eluziane da Silva Machado, do Rio de Janeiro; Juliane de Jesus Rocha, de São Paulo; Isabelle Alves de Andrade, do Rio; Vinicius Silva Silveira, de Goiás; Ana Paula Ferreira Faria, de Minas Gerais; Thiago Rafael Guidio Vilella, do Mato Grosso.

A gente vai passar essas perguntas aqui para os órgãos citados e pedir que eles mandem essas respostas para a nossa Comissão.

É a última pessoa a falar.

Eu vou passar a palavra para a senhora Edna Queiroga, Presidente da Associação de Moradores de Caxambu. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Temos mais umas quinze pessoas que se inscreveram, amigo. (*Pausa.*)

A SRA. EDINA QUEIROGA – Boa tarde a todos. Muito obrigada às autoridades presentes e por esta oportunidade de estar aqui, podendo representar os moradores do Caxambu, como Presidente de associação.

Então, como o bairro – né, Yuri? – esteve aqui em pauta, com seu nome sendo ressaltado, a primeira coisa que eu gostaria de colocar é que a cobrança maior, em nosso bairro, é a devolutiva. Por quê? Porque os registros de ocorrência foram feitos, os protocolos em determinados departamentos foram feitos. Nós estamos fazendo a introdução. E onde está a devolução do que está acontecendo?

Então, a primeira coisa é a cobrança da devolutiva. Já que, aqui, hoje, esta audiência pública é para apresentação de resultados, que a gente possa levar essa devolutiva! Primeiro.

A segunda coisa é a questão, como o Yuri colocou, acerca de comitês, sobre a criação de comitês específicos. Então, fica a sugestão de um comitê participativo.

Nós, como associação, temos o levantamento real. Não é o levantamento de dados estatísticos, que, entre aspas, de repente, é uma "cifra negra". Uma coisa é o levantamento pelo drone. Outra coisa é o levantamento de dados reais.

Como associação de moradores, na minha área de abrangência – são quatro associações –, todas as ruas, todas as vilas, todas as servidões foram afetadas. Não ficou ninguém de fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só ali, como presidente de associação, estamos assistindo 108 famílias. Vocês têm isso aqui, por acaso? Calculo que não.

Então, que dados são esses aqui apresentados?

Porque, até hoje, sinceramente, o único que apareceu lá foi o Yuri. Por duas vezes, eu estive com o Yuri.

Então, que dados são esses, numa Casa que nos representa? Mais um detalhe.

Outra coisa: as pedras. As pedras da Bartolomeu Sodré, as pedras da Flávio Cavalcanti, sobre o que seguimos todos os trâmites em termos de RO, registro de ocorrência, diretamente com os comandantes, com o Kempes, são mais de 30 pedras: estão lá as pedras para serem roladas, do tamanho de ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A senhora tem mais um minuto, Sra. Edina.

A SRA. EDINA QUEIROGA – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mais um minuto para finalizar, por favor.

A SRA. EDINA QUEIROGA – O.k.

Só para finalizar. Então, o que nós solicitamos?

A vistoria foi feita? Foi. Por que as casas foram interditadas, e o acesso viário está ali, com ônibus transitando, carros, pedestres transitando? As pedras vão rolar do mesmo jeito. Então, essas pedras, como ficam?

Na Vila Manoel Ferreira da Silva, houve a explosão, mas onde está a tela de segurança, a proteção de tela, a rede?

Nenhum morador foi avisado. Nós não temos sirene, como foi colocado aqui, nem ninguém com apito. Quer dizer, foram rolando, foram explodindo, continuam explodindo na Barão de Águas Claras, e nós não temos sequer conhecimento de horário de data ou de proteção de tela. Então, o que eu peço aos senhores, às autoridades, é que possam realmente nos dar essa devolutiva e verem com carinho esse levantamento de dados da sociedade civil, que não bate com o levantamento de dados, entre aspas, governamental, e que possam realmente nos permitir a segurança, não a incerteza e esse terror psicológico que nós estamos vivenciando.

E mais uma coisa, autoridades, continuam os roubos, sim. O Morro do Pinto está sendo assaltado todo dia, toda hora. O policiamento está embaixo, a pista de Esquilo é em cima, e os bandidos estão transitando... Você está entendendo, Fred? É algo que... Cadê a segurança pública?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Edina.

Passo a palavra agora, para as considerações finais, ao nosso querido Senador Carlos Portinho, Relator desta Comissão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador Romário. Parabéns por toda a sua condução.

Amealhei algumas questões que eu queria colocar, nas minhas considerações finais, porque são da máxima importância.

A primeira delas, e aí Presidente Hingo, Vereador Fred e Procurador-Geral, Dr. Miguel, eu estou sentindo falta, e inclusive ouvindo várias reclamações, que conduzem a essa ausência... É o plano de contingência.

A gente fez um requerimento pedindo o plano de contingência, porque o plano de contingência, para poder agora responder diretamente à Sra. de Caxambu, que se manifestou, Edina, perdão, Sra. Edina, ele começa lá na Secretaria Nacional de Defesa Civil e vai até os núcleos comunitários.

Então, se há o plano de contingência, talvez seja este o momento de se revisar esse plano de contingência como medida prioritária, porque a chuva pode voltar a qualquer momento.

Eu queria me referir à Claudinha e a todas as lideranças presentes aqui e, de forma virtual, a nossa Comissão do Senado, presidida pelo Senador Romário, ela tem o objetivo, justamente, como a própria Claudinha já disse na outra audiência, de dar voz àqueles que não tiveram oportunidade.

Então todas as contribuições, através das lideranças... A nossa vontade aqui é passar duas noites seguidas ouvindo cada um de vocês, mas a representatividade está com as lideranças, aqueles que têm o lugar de fala.

E aqui o Senador Romário tem dado, não só nesta audiência, e por isso viemos aqui a Petrópolis, mais uma vez, na verdade encerramos as nossas audiências públicas aqui, presencialmente, não só para ouvir, mais uma vez, todos os Vereadores, Ministério Público, as suas contribuições importantes, Defensoria Pública, aqui presente com as suas contribuições, mas principalmente as lideranças, que têm aqui um lugar de fala e, no caso da Claudinha e de outras, já pela segunda vez, nesta mesma Comissão.

Com relação aos recursos do Fecam, da obra de 2011/2015, eu posso falar com muita objetividade porque fui o Secretário de Ambiente, entreguei parte dessas obras, entreguei os conjuntos habitacionais lá do Cuiabá, comecei a Granja do Disco e vamos terminar, graças à minha iniciativa de emenda, como a Mary sabe. E o que eu posso dizer para vocês – e aí ao Ministério Público, Dra. Zilda –, é que a minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande preocupação por ter vivido isso é que o recurso do estado também existia naquela época. E o que aconteceu, em português claro? Roubaram! A Copa do Mundo e a Olimpíada roubaram! Foi um projeto, uma plataforma de corrupção. Esse dinheiro sumiu. O Fecam foi apropriado na conta única do estado para poder fechar as contas de governo. Sumiu! Roubaram!

E se nós pagamos o ICMS que pagávamos aqui antes, se nós pagamos no Brasil o imposto mais caro, o imposto de transmissão estadual mais caro de todas as unidades da Federação, é porque o caixa do estado está se recompondo graças ao dinheiro do contribuinte e ao suor e sacrifício dele. Por isso a minha preocupação com essas obras volumosas. Hoje, há o recurso, mas muitas delas nós deveríamos aproveitar a boa vontade que há do Ministério do Desenvolvimento Regional para que esse recurso também, por qualquer que seja a razão, não se acabe.

Eu quero anunciar aqui que vocês têm voz e nós escutamos e o exemplo talvez mais prático e que é resultado dessa Comissão, Senador Romário, conduzida por V. Exa., e a Claudinha sabe, e a Laura que nos ouve à distância, vítima das enchentes de 2011, de Teresópolis, é que depois de 11 anos nós conseguimos, junto ao Secretário Thiago Pampolha, a partir da provocação de vocês naquela audiência pública no Senado, o pagamento da indenização que o Sr. Moisés, num leito de hospital, aguardava depois de 11 anos. Gostaria de fazer isso por todos individualmente. E a maneira como nós vamos poder encaminhar essa solução, Vereador Yuri, será justamente com a proposta que provavelmente estará no nosso relatório final, da volta e, se for necessário, por lei nacional, da compra assistida, da indenização e de outros instrumentos que não são apenas a condição de moradia. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para concluir e deixar mais claro, o requerimento que aprovamos hoje e que foi lido, requerimento que aprovamos hoje e que foi lido, Vereador Yuri, ele é exatamente aquele, é a nossa contribuição. Nós sabemos das limitações de cada ente da Federação e por isso, a partir do Senador Romário, estivemos com o Ministério do Desenvolvimento Regional, conversando com o IAB, que está aqui presente, a sua Copresidente, Marcela Abla, nós, inclusive, por isso estamos prorrogando essa Comissão para que possamos levar a uma reunião com o Ministério do Desenvolvimento Regional e o IAB, para que possa ser firmado – esse é o objetivo; não quero criar expectativa, mas estamos muito bem alinhados nisso – o convênio para que o IAB possa, conveniado com o Ministério do Desenvolvimento Regional, fazer ou ajudar e contribuir com o levantamento desses terrenos, que é o primeiro passo eficaz, eficiente para a construção de habitações aqui em Petrópolis. O requerimento que foi lido e aprovado é justamente nesse sentido, poder levar o IAB e sentarmos junto com o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Tenho certeza de que, não só pela voz que demos aqui, mas, por tudo o que ouvimos e por todas as ações, ainda que as menores, nós aqui, nesta Comissão, procuramos ser propositivos e, certamente, vamos concluir o nosso trabalho com muitas ações, aproveitando muito do que foi ouvido e, se possível,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dirigindo a cada ente da Federação uma responsabilidade em executar, como disse a Vereadora, olhando para a frente, para o que temos que fazer, esse é o propósito desta Comissão, presidida pelo Senador Romário com muita competência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Portinho.

A pedido da nossa Promotora, a Dra. Zilda, eu vou dar a palavra à Sra. Rafaela Facchetti, do Comitê de Piabanha.

Sra. Rafaela, a senhora tem cinco minutos, por favor.

A SRA. RAFAELA FACCHETTI (Para expor.) – Boa tarde a todos. Cumprimento os Senadores, os Vereadores, a Dra. Zilda e as demais autoridades. (*Falha no áudio.*)

Eu tenho uma lista. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Piabanha tem uma atuação aqui na região. Nós estamos formados há, praticamente, 20 anos, mas há 15 anos por decreto do Governo do estado. De toda e qualquer obra de intervenção nas calhas dos rios, o comitê tem que ser participado e tem que ser participante. Nós temos por norma estabelecida pelo comitê que só se resolve problema de uma bacia dentro da própria bacia.

Então, quando se fala em outros túneis extravasores para os nossos rios, isso só pode... Não estou dizendo que não vai acontecer, mas o ideal é que haja um projeto com uma modelagem computacional sinérgica com as providências que a gente possa ter de montante para a jusante e não transferindo água para a jusante.

Nesse desastre, bairros como Retiro e Corrêas sofreram muito e, com isso, se a gente fizer o centro pela Rua 13 de Maio ou pela Nelson de Sá Earp, nós vamos ter problemas mais graves a jusante. Nós precisamos cuidar da bacia como um todo: trabalhar as encostas, trabalhar a microdrenagem, reservatório em nível do lote.

Novos empreendimentos, Vereadores, precisam ser licenciados. Já que vocês estão fazendo reforma de Código de Obras, deve ter a exigência, no Código de Obras, de que um novo empreendimento precisa ter reservatório de água pluvial. Nós temos que diminuir o impacto da microdrenagem, retardar as águas a chegarem nos rios para que o pico de cheia seja amenizado. Não é uma brincadeira, há solução, e de baixo custo, quando a gente compara com o desastre.

Então, vamos pensar. Política habitacional, concordo com os Srs. Vereadores, tem que ser política de estado, não é um plano de habitação de interesse social não, é uma política de estado de habitação de interesse social que proteja a nossa população, mas que proteja também o nosso meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós não pensarmos na sustentabilidade de Petrópolis... Nós estamos no alto curso da bacia do rio Piabanha, tudo que a gente faz aqui em Petrópolis reflete em Areal, em São José do Vale do Rio Preto e nos outros distritos. Então, o nosso primeiro distrito, dessa vez, foi o mais atingido.

Eu teria inúmeras coisas para falar, mas, já pelo adiantado da hora, a gente vai parar aqui.

Nós estamos trabalhando juntos, o Comitê do Piabanha está trabalhando junto com o Ministério Público. Nós temos um acordo de cooperação técnica com esta Casa, com a Câmara Municipal de Petrópolis. Temos já três projetos de lei que precisam ser votados em regime de urgência: um para educação ambiental nas escolas para proteção dos rios e despoluição dos nossos rios; outro de preservação de nossas nascentes – já aprovado, maravilha –, porque temos muitas nascentes nesse município que precisam ser direcionadas para locais seguros, porque elas precisam ser preservadas como nascente, mas não podem causar desastres na medida em que elas não estão sendo direcionadas para drenagem corretamente ou sendo aproveitadas para consumo, porque é água de altíssima qualidade; enfim, e mais um projeto de faixa marginal de proteção sobre o que nós temos que conversar ainda com a Câmara.

Então, acho que a gente tem muito, como comitê, um fórum tripartite, nós temos representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários de água bruta. É um ente participativo por definição.

Muito obrigada e espero que a gente possa continuar colaborando com esta Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigada, Sra. Rafaela.

Então, para finalizar, eu quero agradecer a presença das senhoras e senhores e dizer que mais uma vez eu entendo que esta audiência pública foi de uma grande importância e é de uma grande relevância.

Eu aqui, de minha parte, gostaria de fazer um pedido através do Presidente da Casa, Hingo Hammes, ao próprio Prefeito, ao Governador e ao Governo Federal, para que escutem um pouco mais os moradores, deixem os moradores... (*Palmas.*)

... participar.

Nós temos aqui pessoas que realmente conhecem da cidade, sabem o real problema que a cidade viveu, o real problema que a cidade vive, e por que não? Não só dar voz, mas definitivamente entender que esses moradores são, na minha opinião, uma das formas de a gente realmente melhorar tudo isso que vem acontecendo negativamente em relação a esta cidade.

Quero parabenizar a todos aqui.

Muito obrigado mesmo pela presença de todos vocês da sociedade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, muito obrigado por ter aberto esta Casa de Lei para que esta Comissão fizesse aqui um trabalho que é o seu papel. Eu posso assegurar que, de acordo com o relatório do nosso Senador Relator Carlos Portinho, esta Comissão vai fazer o máximo para que a gente possa trazer respostas positivas, imediatas e objetivas.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

Fiquem todos com Papai do Céu. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 17 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e oito minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ com a presença dos Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Leila Barros e Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Apresentação e apreciação do relatório final**. **ITEM 1 - Relatório Final apresentado. Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado o Relatório com alterações, consolidadas conforme item 2. **ITEM EXTRAPAUTA 2 – Relatório Final aprovado**, com as alterações mencionadas durante a 6ª Reunião da Comissão. **Autoria:** Sen. Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado o Relatório Final, que passa a constituir o Parecer nº 1/2022 da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis-RJ

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 90, de 2022, que tem o objetivo de acompanhar *in loco* a situação do Município de Petrópolis em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade.

A presente reunião destina-se à leitura e apreciação do relatório final, elaborado pelo brilhante amigo Senador Portinho.

Antes de o Senador Portinho ler o seu relatório, gostaria de dizer que hoje concluiremos os trabalhos da nossa Comissão com a apresentação desse relatório. Foram dois meses de intenso trabalho, lá em Petrópolis, visitando o local da tragédia e conversando com autoridades, ouvindo e questionando, e também aqui em Brasília, ouvindo os moradores afetados, que, em depoimentos comoventes, nos mostraram a real dimensão da tragédia. Também tivemos audiências públicas com especialistas e representantes de diversos órgãos públicos.

O que nós buscamos e que está refletido no brilhante relatório do Senador Portinho foi entender as causas dessa imensa tragédia para garantir que isso nunca mais se repita e, assim, levar aos sobreviventes, às pessoas que perderam filhos, pais, parentes e amigos, que perderam a sua casa e seus bens, um mínimo de alento. Essas pessoas precisam ser amparadas porque a gente sabe que a tragédia não acaba aqui. Centenas de famílias ainda estão sem teto, algumas só com a roupa do corpo, sobrevivendo de doações e da generosidade da comunidade. Essas vidas precisam ser reconstruídas, e o poder público precisa ter papel efetivo nisso; não pode ficar na promessa nem deixar para depois.

Todo ano tem fevereiro, e todo fevereiro tem chuva, uns anos mais mansa, outros anos mais forte; nada que, com prevenção e preparo, não possa ser enfrentado. É preciso conseguir os recursos, fazer as obras, resolver o problema da habitação de maneiras criativas e eficazes; equipar, treinar e informar. Tudo isso é possível. Se existe a vontade, existe um caminho. E nós queremos que o excelente relatório do Senador Portinho, que vai chegar às mãos de todas as autoridades envolvidas, represente um marco e um compromisso de todos em resolver o problema de uma vez por todas.

Então, eu gostaria de agradecer ao nosso Relator, o meu amigo Senador Carlos Portinho, e aos Senadores desta Comissão, que participaram direta ou indiretamente, pelo compromisso, pelo trabalho que foi feito ao longo desses quase dois meses.

Muito obrigado a todos.

Passo a palavra agora ao Relator, Senador Carlos Portinho.

Senador amigo, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O único que compareceu aqui e se identificou.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tudo bem?

Obrigado, Senador Esperidião.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado ao Presidente desta Comissão, Senador Romário.

Antes de ler brevemente parte do conteúdo e das recomendações, que serão ao final lidas pelo Senador Romário, quero agradecer em primeiro lugar à equipe da assessoria do Senado Federal, na pessoa do assessor que nos assistiu diretamente, Tomé, e todos aqueles que compõem a sua equipe. Agradeço à minha equipe e à equipe de todos os Senadores que acompanharam esses mais de 60 dias de trabalhos desta Comissão. Especialmente e nominalmente, agradeço a participação do Senador Esperidião Amin, a participação do Senador Jean Paul Prates, a participação do Senador Girão, que acompanharam muitas de nossas diligências *in loco*, ou seja, no local, no lugar. Lá na cidade de Petrópolis foram pelo menos duas diligências que a Comissão fez. Quero agradecer à Senadora Leila, que muito contribuiu também com o nosso relatório, e agradecer aos Senadores do Rio de Janeiro: Senador Flávio Bolsonaro e especialmente também, tanto quanto ao Senador e Presidente desta Comissão, Romário, pela sua dedicação, assim como a de todos os membros desta Comissão.

A tragédia de Petrópolis dessa vez foi em Petrópolis, outras ocorreram na região serrana, neste mesmo ano, também em Angra dos Reis e em Parati, onde estivemos, Senador Romário, também presencialmente, acompanhando, junto aos Prefeitos dessas cidades de Angra e Parati, e sobrevoamos outras da Baixada Fluminense, também atingida por outro temporal mais recente. Mas sem dúvida o que aconteceu em Petrópolis, pelo número de óbitos, de famílias que até hoje choram nos escombros – e nós vimos isso lá *in loco* – é a causa principal e o que motiva esta Comissão.

Nosso relatório não é só para Petrópolis, do nosso relatório, muitas das recomendações nós podemos levar e dirigir – e será feito, quando o Governo Federal receber esse relatório – porque dizem respeito a outras cidades, outros estados do nosso país. Muitas das nossas recomendações podem contribuir para que tragédia em proporção igual, ainda que seja um desastre natural, não ceife tantas vidas, não destrua tantas famílias.

Dessa forma, inicio a apresentação do relatório.

O dia de hoje se destina à apreciação do relatório final da Comissão Temporária Externa que se destina a acompanhar *in loco* a situação do Município de Petrópolis, em decorrência das fortes chuvas ocorridas na data de 15 de fevereiro de 2022. E não tenhamos – eu vou usar um termo que o Vereador da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade de Petrópolis utilizou, muito apropriado – mais a síndrome do céu azul, vamos guardar essa data de 15 de fevereiro de 2022 em homenagem e recordação a todas as famílias que perderam seus parentes.

Após os primeiros diálogos, entendemos... Digo entendemos, pois foi uma decisão conjunta de todos os meus pares. E aqui faço também o registro do Senador do PL do Mato Grosso, Wellington Fagundes, que foi o autor do requerimento para instalação desta Comissão, porque viveu um desastre natural diferente, mas de grandes proporções também, em situação semelhante, no seu estado, e manifestou sua preocupação e sua solidariedade com a cidade de Petrópolis.

Esta Comissão teria como foco principal de trabalho quatro eixos. E eu sempre disse – não é, Senador Romário? – que o nosso papel aqui é apresentar um relatório construtivo, porque, infelizmente, a natureza já destruiu muito, e a nossa função nesse relatório é apresentar propostas objetivas que serão lidas ao final pelo Senador Romário.

E, após então o primeiro diálogo, entendemos que o foco principal, sobre o qual nos debruçamos, foi dividido em quatro eixos:

– a prevenção, ou seja, o que pode ser feito para reduzir riscos e minimizar impactos de futuros deslizamentos de encostas, enchentes e alagamentos;

– a habitação. E, como ex-Secretário de Habitação, confesso que é um ponto muito precioso ao qual me dediquei, porque sendo a política habitacional um elemento fundamental para a prevenção de desastres, nós nos dedicamos ao que pode ser feito para prover moradia, em especial habitação de interesse social aos mais vulneráveis, aos mais necessitados e assim prevenir e reverter também a ocupação de áreas de risco;

– o campo também, foco da nossa Comissão, da saúde mental, que muitas vezes ao largo, pois o impacto da tragédia não é apenas sobre aqueles diretamente atingidos, mas sobre toda a população do município, que até hoje não se recuperou e vai demorar para se recuperar, ou seja, o que pode ser feito para produzir alívio psicológico às pessoas e conforto às famílias;

– e, por final, o que também nos importa, principalmente como um dever parlamentar, a nós Senadores, que é a fiscalização dos recursos federais, ante a necessidade de uma resposta integrada de todas as esferas de governo; o que pode ser feito para identificar com precisão e clareza os recursos federais aplicados na resposta ao desastre.

Brevemente, vou aqui compartilhar as nossas atividades realizadas nesse período.

Conforme o plano de trabalho aprovado, a Comissão realizou diversas atividades, merecendo destaque as seguintes.

Diligência externa em Petrópolis, efetivada em 17 de março de 2022, destinada, em suma, a:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– verificação *in loco* da situação de áreas afetadas;

– visita ao 32° Batalhão de Infantaria, Batalhão Dom Pedro II – e aqui rendo às homenagens a todos do batalhão que contribuíram lá fortemente com as ações de socorro às vítimas dos desastres, o nosso mais sincero agradecimento;

– reunião com o Prefeito de Petrópolis, Prefeito eleito Rubens Bomtempo, e todo o seu secretariado municipal;

– audiência pública, a primeira, na Câmara Municipal de Petrópolis, com todos os Vereadores – e agradeço ao Presidente Hingo Hammes, por sua dedicação; ao Líder do Partido Liberal na Casa, o Vereador Fred Procópio – integrantes das comissões especiais criadas naquela Casa Legislativa para acompanhamento dos assuntos relacionados às ações de resposta dos órgãos envolvidos no atendimento à população, em razão das chuvas. Nas pessoas do Presidente da Câmara e do Líder do PL, eu agradeço a todos os Vereadores a sua participação direta, registro aqui, alinhada aos nossos trabalhos e contribuindo com eles;

– reunião com o nosso Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que, desde o primeiro dia, da primeira hora – assim como nós Senadores do Rio estivemos ligados – acompanhou, no caso, *in loco*, todo o trabalho da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros. A todos aqueles agentes da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros a nossa mais sincera homenagem e o reconhecimento pelo seu trabalho.

Uma pausa e um abraço ao nosso Senador Girão, que está aqui presente, como esteve, inclusive, em muitas diligências. Como eu disse, Girão, o relatório é da Comissão de Petrópolis, mas muitas das recomendações certamente o Governo Federal poderá aplicar em todo o país.

As diversas audiências públicas interativas no Senado Federal que realizamos registro como anexo desse relatório, e citando nominalmente, com os discursos e participações de todos os agentes, autoridades e sociedade civil que participaram.

E, nesse caso, junto com o Senador Romário, com o Senador Flávio, especialmente, o nosso agradecimento e a nossa solidariedade à comissão das vítimas da tragédia que ocorreu em 2011, que muito contribuíram na solidariedade, na ajuda à tragédia agora de 2022. E a participação fundamental de todas essas mulheres, registre-se, mulheres fortes, guerreiras e que buscam uma solução para o déficit habitacional que lhes importa, e com toda a legitimidade.

Realizou-se, ainda, a audiência pública interativa, a segunda, na Câmara Municipal, para debater o tema "Diagnóstico, impacto na cadeia construtiva e repasse de recurso".

Além disso, a Comissão promoveu em Brasília, no dia 11 de abril de 2022, uma reunião entre representantes do Departamento do Rio de Janeiro do Instituto de Arquitetos do Brasil e do Ministério de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento Regional, para debater alternativas possíveis para que se realize o levantamento de terrenos para construção de moradias seguras em Petrópolis.

E não somente fizemos a articulação para aproximar o IAB-RJ do Ministério do Desenvolvimento Regional, como também, acrescento aqui, coloquei o IAB em contato. E o Secretário de Obras atual, Almir, da cidade de Petrópolis já está em contato com o IAB com a missão de buscar um convênio para que sejam identificados, num terreno de relevo difícil, locais em que seja possível a construção de moradia segura e digna para a população. O IAB sempre se mostrou parceiro e presente na busca dessas soluções. E digo isso como ex-Secretário de Habitação da cidade do Rio de Janeiro que fui, reconhecendo aqui expressamente a importância, o trabalho do IAB, em especial saudando a sua Copresidente Marcela Abla. Rendo a todos do IAB os nossos sinceros agradecimentos.

Ao longo dos trabalhos, a Comissão aprovou requerimentos de informações destinados a diversos órgãos e entidades, além de diversos ofícios que foram encaminhados a órgãos e entidades.

Por fim, dentro dessas diligências, informo que o anexo VII do relatório traz a prestação de contas, Senador Girão, dos recursos que dispendemos à Comissão e foram alocados especificamente para que o Colegiado realizasse as suas atividades. Esta Comissão presta conta, níquel a níquel, de todos os recursos que foram gastos com as diligências que realizamos, porque entendemos que é do interesse público e da sociedade civil.

Principais achados desta Comissão.

No campo da prevenção, item 1: reunimos nesse relatório, sob a égide da prevenção, a preparação contra desastres, a mitigação de riscos e a prevenção de desastres propriamente dita.

No que se refere à preparação contra desastres, identificamos como questão fundamental a virtual ausência de um plano de contingência efetivo, que tenha sido de fato incorporado e absorvido pelas diversas instâncias pertinentes.

É necessário ajeitar os canais de comunicação, é necessário simular a aplicação do plano de contingência em tempo de normalidade, para que ele tenha a chance de ser efetivo quando da situação de desastre.

Além disso, é preciso dotar o Município de Petrópolis e toda a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro de um órgão ou entidade nos moldes da Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro (Geo-Rio), cujo trabalho todos conhecem e reconhecem na minha cidade, com a função de monitorar e avaliar os riscos geológicos a que está submetida a cidade e executar as ações necessárias para minimizá-los. A continuidade necessária dessas atividades exige a constituição de uma estrutura institucionalizada, com corpo funcional técnico permanente, que contribua inclusive na busca por recursos financeiros estaduais e federais para, por exemplo, executar obras de contenção de encostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido e por sugestão deste Relator, a Prefeitura de Petrópolis propôs a criação de um Instituto Municipal de Geologia, iniciativa, registre-se, chancelada e autorizada já pela Câmara Municipal de Petrópolis, com a aprovação da autorização legislativa necessária à sua criação. Essa importante medida poderia ser estendida também aos demais municípios da Região Serrana do Rio de Janeiro, por meio de um instrumento jurídico-administrativo, como consórcio público ou convênio, reduzindo, inclusive, e partilhando os custos dessa instituição.

Eu quero aqui, a respeito desses dois tópicos, fazer um breve comentário.

A insegurança jurídica criada pelo Poder Judiciário no que toca à gestão municipal de Petrópolis... E é bom recordar: o Prefeito eleito, por decisão da Justiça não assumiu; houve um governo interino – muito bem conduzido, registro, pelo atual Presidente da Câmara Municipal, Vereador Hingo Hammes –, que apresentou um plano de contingência pouco antes de sair a decisão final da Justiça, muito morosa, que reconduziu o Prefeito eleito, Rubens Bomtempo. Por sua vez, o Prefeito, em menos de 60 dias, foi surpreendido – todos na cidade – com esse temporal.

Então, houve um plano de contingência e prevenção feito corretamente na gestão do Prefeito Hingo, que não teve tempo para simulá-lo. O Prefeito que assumiu, eleito, em menos de 60 dias – portanto, de igual forma, sem tempo para os exercícios necessários de simulação que exige um plano de contenção – também não pôde executar esses exercícios. E quero deixar claro que concorreu a demora do Poder Judiciário, a insegurança jurídica diretamente, para a demora na resposta a essa tragédia.

E quero dizer que o Instituto Municipal de Geologia da Região Serrana – ou que seja de Petrópolis – é dos pontos mais importantes da recomendação deste relatório.

Paralelamente, é fundamental dotar a localidade de um centro de monitoramento e controle de riscos associados à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. Essa estrutura, também institucionalizada e dotada de corpo funcional técnico permanente, poderia ser responsável por executar o monitoramento em tempo real dos riscos e por servir como elemento de ligação com as instâncias estadual e federal correlatas, no sentido de aprimorar a comunicação institucional e permitir um melhor fluxo de informações entre as instâncias federativas.

É importante que haja uma equipe multidisciplinar – aqui faço este parêntese – em que trabalhem estado e município juntos, suas defesas civis. Por isso, a recomendação do centro de monitoramento e controle, onde possa reunir as informações dos radares, de que vamos tratar mais à frente, que precisam ser atualizadas.

Eu, o Senador Romário e o Senador Flávio já iniciamos as conversas com a Força Aérea Brasileira, que tem já identificado um radar mais atual e que pode dizer onde vai cair a chuva e não que a chuva vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cair na região, como fazem os radares hoje, que são radares de voos. Precisamos saber onde naquele município vai cair a chuva, e é preciso – será, veremos – um convênio, porque não basta comprar o radar.

Eu ouvi aqui, Senador Romário, e quero registrar uma crítica do jornal *Tribuna da Imprensa*, de Petrópolis, que diz que nós prometemos a compra do radar e não compramos. Estamos hoje apresentando o nosso relatório, e a compra do radar depende de ação específica da CMO (Comissão Mista de Orçamentos), que será instalada agora para o Orçamento do ano que vem. Mas, sem prejuízo, estamos ganhando tempo; iniciamos as conversas com a FAB e vamos aprofundá-las, inclusive com vistas ao convênio entre a Prefeitura de Petrópolis ou o Governo do estado para a operação e manutenção do radar. Não basta comprar o radar e pendurarmos no poste. A informação que foi publicada é absolutamente equivocada. Lamento que a nossa resposta técnica explicando como se dá o Orçamento, a necessidade da operação, o monitoramento e o convênio não tenham sido publicados para esclarecer a população. Então, eu o faço aqui de viva voz, reparando o equívoco do jornal, com todo respeito à *Tribuna da Imprensa*, que nos coloca, em menos de sessenta dias, com a obrigação de comprar um radar. Nós vamos comprar, nossas emendas estão disponibilizadas e serão, no momento apropriado, a partir de novembro, no Orçamento do ano que vem. Enquanto isso, diligências para que isso funcione precisam de ser feitas, e estamos fazendo, para que, quando chegar lá e o radar for instalado, tenhamos um termo de cooperação.

Para o desastre de 15 de fevereiro, um centro de comando integrado só foi instalado em 18 de fevereiro. Voltando ao tema do centro de comando e controle, o desastre foi no dia 15, e o centro de comando integrado só foi instalado, e provisoriamente para aquela ocorrência, em 18 de fevereiro, três dias após o temporal; e um comitê executivo, somente em 22 de fevereiro, uma semana após o desastre. Esse prazo é demasiado longo no contexto da necessidade de pronta resposta por parte do poder público. Um centro de monitoramento e controle permanente poderia ter sido mais eficiente nessas iniciativas.

Associado a esse centro de monitoramento e controle, é necessário dotar o município de instalações permanentes para abrigar famílias atingidas, dada a recorrência de desastres naquela localidade. Hoje escolas municipais são adaptadas para essa finalidade, o que se justifica em uma situação emergencial e breve, por pouco tempo. Contudo, nas situações em que famílias permanecem desalojadas ou desabrigadas por períodos mais longos, o uso de escolas para esse fim prejudica a continuidade das aulas, desfavorecendo o retorno às atividades do cotidiano e, portanto, a construção de resiliência comunitária. Em tempo de normalidade, os abrigos permanentes seriam de grande utilidade na promoção de ações de educação básica e de treinamento da comunidade para desastres.

Eu quero dizer que um centro de monitoramento e controle não serviria só para reunir essas equipes multidisciplinares; poderia lá ter um abrigo já preparado, porque são recorrentes, nós sabemos, esses desastres na Região Serrana. E esse abrigo não seria um gasto para o ano inteiro. Esse centro com o abrigo poderia funcionar para orientação das comunidades, para os exercícios de simulação, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possamos levar as crianças das escolas para esse centro, para elas entenderem toda a questão do risco da moradia, toda a questão das tragédias que aconteceram, das rotas de fuga e das medidas preventivas.

Quanto à mitigação de riscos, o principal achado desta Comissão diz respeito à necessidade de ampliação e manutenção de infraestruturas de drenagem pluvial e execução de obras de contenção, lembrando que, com obras de contenção com o Instituto Geológico, o trabalho muito será facilitado.

O túnel extravasor do Rio Palatinato, com aproximadamente 3km de extensão, é peça-chave do sistema de drenagem da cidade de Petrópolis. O túnel foi projetado para desviar parte da vazão do Rio Palatinato diretamente para o Rio Piabanha a jusante da foz do Rio Quitandinha. Esse desvio reduz a quantidade de água que o Rio Palatinato aporta ao Rio Quitandinha e preserva, portanto, a capacidade de escoamento do sistema de drenagem no centro da cidade. Dois fatores contribuíram para a redução da eficácia do túnel extravasor do Rio Palatinato: as novas ligações de galerias de águas pluviais, bem como a redução da capacidade de vazão da infraestrutura, que ocorre pelo assoreamento do túnel, devido ao carreamento de terra, pedras e resíduos em geral para seu interior. O aumento do afluxo de água para o interior do túnel, no primeiro caso, e a redução da sua capacidade de escoamento, no segundo, prejudicam o desvio do Rio Palatinato, consequentemente aumentando a vazão que chega ao Rio Quitandinha e agravando as inundações no centro da cidade de Petrópolis. É urgente realizar a limpeza e o desassoreamento do túnel, a sua reforma e eventual ampliação, de modo a recuperar a sua capacidade de escoamento e, assim, prevenir inundações na região de influência da infraestrutura.

Além disso, ainda no campo da mitigação de riscos, é preciso aprimorar a capacidade de previsão do volume e da localização das chuvas com maior precisão e antecedência. A Comissão foi informada de que existe tecnologia disponível no mercado, a preços acessíveis, que permitiria ao poder público precisar o volume e a localização das chuvas com até quatro preciosas horas de antecedência. Com base nisso, este Relator promoveu reuniões técnicas com representantes da Assessoria Parlamentar do Comando da Aeronáutica, Força que dispõe de ação orçamentária apta a permitir a aquisição do equipamento, além, naturalmente, das já disponibilizadas emendas pelos nossos três Senadores do Rio de Janeiro, Senador Flávio, eu e o Senador Romário. O grupo que trabalha nesse tema vem buscando definir as características do aparelho, o local de funcionamento, a forma de manutenção (via convênio com o estado ou com outros municípios da Região Serrana, já que os custos de manutenção e operação são altos) e as demais questões que englobem o estudo de viabilidade.

Quero voltar aqui rapidamente à questão do Rio Palatinato, que é uma obra que o Governo do Estado do Rio de Janeiro assumiu. Quero deixar registrado que, em conversa com o Ministério de Desenvolvimento Regional, minha, na presença do Senador Romário, o Governo Federal também já se colocou à disposição com recursos para essa obra, embora o Governo do Estado tenha assumido. E o que ele precisa é de projetos não só para o Palatinato, mas também para outros canais extravasores que sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viáveis e necessários para a cidade de Petrópolis. O Ministério do Desenvolvimento Regional tem os recursos disponíveis, o que lhe falta é que os projetos cheguem.

No que tange a medidas de prevenção de desastres propriamente ditas, é importante executar obras de drenagem pluvial e contenção de encostas, além de implementar uma política habitacional ativa. Há, nesse contexto, a necessidade de estudar a viabilidade técnica...

Um instante. O Senador Flávio Bolsonaro estava nos acompanhando virtualmente e veio aqui prestigiar. Muito obrigado, Senador Flávio.

Há, nesse contexto, a necessidade de estudar a viabilidade técnica e financeira de implementar novas estruturas de drenagem, por exemplo, nas Ruas Santos Dumont, Nelson Sá Earp e 13 de Maio. Foi o que ouvimos, não necessariamente sejam essas ou apenas essas, mas o Ministério do Desenvolvimento Regional aguarda projetos, sejam do Governo do Estado, sejam da Prefeitura de Petrópolis, porque há recursos disponíveis para isso.

Obras previstas no PAC das Encostas, de 2013, ainda não foram concluídas. A execução das obras do programa está sendo transferida para o Estado do Rio de Janeiro. No início do programa, o município assumiu a execução, porém, após um período de paralisação das obras, as empresas contratadas solicitaram realinhamento econômico-financeiro dos contratos, gerando a elevação de custos (cerca de 6 milhões a 7 milhões a mais) e a necessidade de retornar a execução do programa, então, para o estado.

Em decorrência dos trabalhos da Comissão, este Relator propôs ao Relator do Orçamento-Geral da União de 2023 a inclusão de uma emenda do tipo RP 9 que destina R$2,4 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Regional para apoio à realização de estudos, projetos e obras de contenção ou amortecimento de cheias e inundações para a contenção de erosões fluviais, ou seja, como resultado já do trabalho desta Comissão, que compartilho com o Senador Flávio e com o Senador Romário, encaminhei, como Relator desta Comissão, R$2,4 milhões em obras para Petrópolis pelas RP 9. E quero aqui fazer mais uma vez o registro: as RP 9 são da maior importância para que nós Parlamentares, ao identificar lá na ponta – muitas vezes foge aos olhos do ministério, porque este Brasil é muito grande – as necessidades de cada município... E aqui, como resultado, a RP 9, mais uma vez, será destinada – essa minha, no valor de R$2,4 milhões – para as obras necessárias para contenção e amortecimento de cheias e inundações, em decisão conjunta minha, do Senador Flávio Bolsonaro e do Senador Romário.

Habitação. Referente à habitação, o poder público deve tomar todas as medidas necessárias para, conforme o caso, impedir a ocupação ou promover a desocupação de áreas de risco.

No caso de Petrópolis, o grande desafio advém do relevo montanhoso do município – fato. As pessoas dispõem de poucos locais isentos de riscos para construir suas habitações, mas isso não pode justificar a inação do poder público. Pelo contrário: o Estado deve atuar como agente decisivo na busca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ativa – e a Prefeitura já iniciou a busca ativa, registro – de terrenos aptos à construção de moradias seguras e de qualidade para a população, especialmente a mais vulnerável.

Petrópolis tem hoje um déficit habitacional estimado em 3 mil unidades, considerando essa tragédia e um passivo ainda de 450 unidades da tragédia de 2011. Contudo, supor que todas essas unidades precisam ser disponibilizadas simultaneamente em sua totalidade poderia ser mais um fator a induzir a inação do poder público. É imprescindível uma política habitacional agressiva, abrangente e consistente. A roda tem que estar sempre girando: as unidades têm que estar sempre sendo produzidas e entregues para combater o déficit habitacional. É imprescindível essa política agressiva no sentido de induzir a atuação ativa do Estado na busca de terrenos seguros e na construção de moradias dignas; abrangente no sentido de envolver todas as instâncias federativas e incluir a possibilidade de buscar alternativas de moradia em municípios vizinhos; e consistente no sentido de sua persistência e continuidade no tempo.

Não basta construir 700 unidades, como ocorreu no Vicenzo, agravando um problema social, empacotando 700 famílias em caixotes, em prédios, sem moradia digna, trazendo impactos para o bairro, impactos para a vida da família. Infelizmente, nesse aspecto, faço a minha crítica ao Programa Minha Casa, Minha Vida, que, como Secretário, executei e fui o que mais entregou na cidade do Rio de Janeiro. Esses condomínios precisam ser humanizados, precisam ser adaptados às características de cada município e precisam ser abertos, sem muros, com vias públicas que permitam os serviços públicos, sociais dos municípios atingirem essas populações. Condomínios murados, distantes, fechados só motivam a atuação do tráfico e da milícia. Ficam a minha crítica pontual ao programa de habitação social e a minha recomendação aos novos programas.

O Ministério do Desenvolvimento Regional informou a esta Comissão que tem disponibilidade financeira e orçamentária, na reunião que tivemos, Senador Flávio, com o ministério, para a construção de 300 unidades habitacionais no curto prazo, o que significa 10% dessa demanda, condicionada apenas à identificação dos terrenos. Daí a importância de aproximar a sociedade civil, em especial o IAB, tanto do Governo Federal, como fizemos, quanto do Governo municipal, para a identificação e dimensionamento desses terrenos.

O terreno do Caititu, onde a prevista a construção de um grande conjunto habitacional mostrou-se inviável em função de exigências sociais e ambientais, não pode ser descartado, contudo. É preciso avaliar e realizar estudos técnicos para determinar a quantidade de unidades que será possível construir, conjugando a proteção do meio ambiente com a promoção de moradia digna e segura para as vítimas dessas tragédias. Além disso, é fundamental implementar medidas adicionais, como a busca ativa de moradias prontas para aquisição pelo poder público e, quero dizer aqui também, a compra assistida, quando o Governo comparece com uma parte do valor do imóvel que a pessoa possa comprar, entre outras – o Senador Romário vai ler ao final as recomendações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero aqui só abrir um parêntese em referência ao terreno do Caititu. Não se descarta um terreno pelo qual pagou 2 milhões a Prefeitura, induzida pelo Governo Federal passado, registre-se. Esse terreno tem que ter algum aproveitamento. E eu venho dizendo, junto com todos aqui desta Comissão: se serão cinco, dez, cinquenta ou cem unidades, que sejam feitas cinco, dez, cinquenta ou cem, porque estaremos atendendo a cinco, dez, cinquenta ou cem famílias que foram afetadas e aguardam sua habitação. Não desprezem terrenos. Todo terreno é necessário para fazer a roda da habitação girar e combater o déficit.

Soluções criativas podem advir, por exemplo, da atuação conjunta desses atores públicos e privados, que vem produzindo resultados positivos em vários campos. A parceria entre entidades de classe de arquitetos e engenheiros, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil, os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e do Rio de Janeiro (CAU/BR e CAU/RJ) e os Conselhos Regional e Federal de Engenharia e Agronomia (Crea e Confea), pode ajudar na identificação, avaliação e dimensionamento de terrenos aptos à construção de moradias seguras e na assistência técnica para habitação de interesse social em Petrópolis, Senador Girão, e em todo o país.

Quero também registrar o trabalho das universidades públicas, especialmente as federais, e da PUC de Petrópolis, que tem contribuído na relação de terrenos, identificando-os, contribuindo com esse trabalho.

Outro ponto que merece destaque refere-se à necessidade de regulamentar em âmbito federal o benefício do aluguel social, bem como as soluções inovadoras que estão sendo adotadas pelo Município de Petrópolis na gestão dos efeitos sociais do desastre, como o contrato garantia, em que a prefeitura fornece as garantias necessárias para a celebração do contrato de aluguel entre o proprietário do imóvel e o locatário, beneficiário do programa de aluguel social.

Por final... Perdão, há um ponto ainda.

Saúde mental. Os desafios referentes à saúde mental não só da população diretamente atingida, mas de toda a população do município.

Nesse contexto, parece-nos fundamental implementar, onde não existem, e aprimorar, onde já estão colocadas, as medidas de atendimento psicológico e psiquiátrico via instrumentos de telemedicina – a tecnologia a favor do serviço público.

Em decorrência, inclusive, dos trabalhos da Comissão – especialmente registros do Senador Flávio Bolsonaro, meus e do Senador Romário –, eu, como Relator desta Comissão, propus ao Relator do Orçamento-Geral da União de 2023, de igual forma, a inclusão de duas emendas do tipo RP9. A primeira destina 1 milhão ao Ministério da Cidadania, para estruturação da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social. A segunda aloca 1,5 milhão ao Ministério da Saúde, para incremento das ações de média e alta complexidade, o que poderá viabilizar, com esse recurso – que é encaminhamento por RP9 meu, mas é resultado desta Comissão, da participação de todos os Senadores aqui – o atendimento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento de 2 mil pessoas em condição de sofrimento mental, inclusive por meio da telemedicina.

Eu vou passar agora, encerrando, às recomendações e ao encaminhamento, como nós dissemos aqui, sempre construtivo, objetivo e pontual, apontando para onde... O Senador Romário, Presidente desta Comissão, fará a leitura.

Antes, Senador Romário, talvez possamos passar a palavra ao nosso Senador Flávio Bolsonaro, para que, antes das recomendações finais, que são dirigidas ao Município de Petrópolis, ao Governo Federal, estadual e a alguns órgãos, possa fazer a sua participação aqui, nesta Comissão final, lembrando que essas recomendações têm como base o conteúdo que foi lido agora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Portinho.

Passo a palavra aqui ao Senador Flávio Bolsonaro. Por favor, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Bom dia a todos, Presidente Romário, Relator Portinho, quem está nos acompanhando aqui, virtualmente também, a todos aqui, no Plenário.

Presidente, é só para reforçar as palavras de V. Exa., parabenizar pelo grande esforço, o trabalho em conjunto, suprapartidário, em todas as esferas, não só a federal, mas também a estadual e a do Município de Petrópolis. Infelizmente, eu sou até testemunha ocular da história do que aconteceu naquela região serrana. É uma área com a geografia muito propícia para que esses tipos de desastres aconteçam. Infelizmente, não foi o primeiro, não foi o segundo. Em 2013, salvo engano, houve, também uma catástrofe gigantesca naquela região, resultante das fortes chuvas.

Infelizmente, nós vemos que há uma dificuldade por parte do poder público – e aí nós temos que nos incluir nisso tudo – de dar uma resposta à altura e na velocidade que as populações atingidas merecem. Por outro lado, há uma falta de sensibilidade, Senador Portinho – V. Exa. coloca isso no seu relatório –, por exemplo, com relação à questão habitacional. Na região de Petrópolis, na região serrana como um todo, já há uma grande dificuldade de se acharem terrenos capazes de receber projetos que possam resultar em habitações populares, para que essas pessoas sejam reordenadas, as pessoas que perderam suas casas. E, às vezes, o próprio Ministério Público, com falta de sensibilidade, e, às vezes, também o próprio Judiciário, por questões menores, sob o argumento de preservação do meio ambiente, por exemplo, inviabilizam que essas pessoas consigam ter uma moradia digna, financiada, total ou parcialmente, pelo próprio poder público. Então, se há algum entrave ambiental, vamos chegar a um projeto que seja razoável, que atenda à questão ambiental, mas que também sirva para que essas pessoas possam reiniciar as suas vidas. Por parte do próprio poder público, incentiva-se o crescimento desordenado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos, na visita *in loco*, o registro em fotos, inclusive; não sei se estão no relatório. Dentro de todos aqueles rejeitos, em toda aquela massa de construção que foi arrastada pela chuva, a gente vê um relógio de conta de luz, ou seja, ali havia uma residência que, provavelmente, estava em um lugar em que não deveria estar. O poder público deveria ter fiscalizado e evitado que se construísse naquela região, mas o próprio poder público autoriza, por exemplo, a instalação de um relógio de eletricidade em um lugar como esse. Normalmente, as ruas estão pavimentadas, ou seja, chega o asfalto até lá em cima também.

Mais uma vez... Desde 2003, quando fui Deputado Estadual pela primeira vez, Senador Portinho e Senador Romário, já havia essa discussão, com a tentativa de uma série de medidas que evitassem ou minimizassem essa possibilidade de problemas. Chegou-se a discutir até, por exemplo, a fiscalização das lojas de construção: "Vocês estão vendendo para quem esse tijolo e esse cimento? Para onde estão indo? Vamos ver se lá há autorização para uma construção regular". E, em grande parte das vezes, isso não acontece.

Há uma discussão, por exemplo, do poder de polícia da Defesa Civil para, em situações de grande urgência, poder remover a pessoa do imóvel, para interditar aquilo. Às vezes, a pessoa não acredita que o imóvel pode desabar. Vai lá um técnico da Defesa Civil, que sabe o que está falando: "Olha, se você continuar aqui... A sua casa tem grande chance de cair, de ser arrastada por uma forte chuva. E morre todo mundo que está na casa". E a pessoa não acredita que isso possa acontecer, permanece lá, e aí, quando vem a tragédia, é tarde demais.

Então, todas as propostas que estão sendo colocadas no relatório, no que depender do Governo Federal... Obviamente, nós temos a possibilidade maior de dar agilidade, de fazer com que isso se transforme em realidade. As Forças Armadas estão presentes lá desde o primeiro momento. Logo na sequência do desastre, todo aquele QG emergencial foi montado lá. Todas as necessidades eram passadas para nós, e o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério da Saúde e o próprio Ministério da Defesa tinham uma pronta resposta com relação à desobstrução de vias, à questão das encostas.

Eu não lembro se está no nosso relatório, Senador, aquela questão de permitir que os recursos do fundo de prevenção aos desastres possam ser usados... É o fundo da Defesa Civil. Qual é o fundo nosso que a gente estava discutindo e que não podia ser usado na construção de encostas?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É o da prevenção...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Os recursos podem ser usados na prevenção, como, por exemplo, na contenção de encostas, não apenas ser usados nesse momento em que aconteceu o desastre, para que as vias sejam desobstruídas ou para que as encostas sejam refeitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são problemas históricos. Eu confio muito no que está aqui, neste relatório, com ações práticas, para que a gente consiga desenrolar, porque a população daquela região serrana, em especial a de Petrópolis, vai continuar sofrendo com isso o tempo que for, se nós pelo menos não iniciarmos algum processo, que custa dinheiro. São recursos de alta monta, mas que são para preservar as vidas. Por exemplo, a questão daquele canal de escoamento das águas das fortes chuvas – eu não lembro agora qual é o montante, R$300 milhões, R$400 milhões, um valor muito grande –, que, em algum momento, tem que começar. Para começar, tem que ter um projeto com todas as licenças ali também aprovadas, para que seja feita essa intervenção para minimizar os riscos para as pessoas que moram lá.

Então, Presidente, obviamente, mais uma vez aqui todo o meu sentimento às pessoas que perderam seus entes queridos.

E, com ações práticas aqui, que o nosso Senador Presidente Romário também vai passar a fazer a leitura após a leitura do seu relatório, Presidente Portinho, possamos levar pelo menos aqui alguma esperança por parte do que nós aqui, no Senado Federal, podemos fazer, apesar de não ser nenhuma competência nossa – as intervenções têm muito mais a ver com as questões municipais. O Governo do Estado, o Governador Cláudio Castro também é muito presente ali nessa questão da infraestrutura. Mas o que estiver ao alcance aqui do Governo Federal, como nós temos aqui uma bancada do Rio de Janeiro em que todos são do mesmo partido, mesmo partido Governador, mesmo partido do Presidente da República, a gente tem que... É uma obrigação nossa fazer com que isso tudo seja colocado em prática o mais rápido possível.

Então, parabéns aí, Senador Portinho, pelo relatório!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, Senador Romário, pela iniciativa de criar essa Comissão! Um agradecimento especial ao Senador Eduardo Girão, que, apesar de não ser do Rio de Janeiro, nos acompanhou, inclusive presencialmente, nessas visitas, demonstrando todo o seu lado humano e sensível com as pessoas, independentemente de serem oriundas do estado de origem dele.

Então, parabéns, Presidente! E vamos lá, porque o Governo Bolsonaro está pronto a dar uma pronta resposta o mais rápido, com coisas concretas, à população atingida pelas fortes chuvas na Região Serrana, em especial em Petrópolis.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Flávio Bolsonaro. Muito obrigado pela presença de V. Exa.

É bom que as pessoas entendam que os três Senadores hoje do Rio de Janeiro, definitivamente, estão totalmente voltados para ajudar a resolver esses problemas que aconteceram não só em Petrópolis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também em Angra, Paraty, Nova Iguaçu, Mesquita, ou seja, várias cidades foram atingidas pela chuva desses últimos meses. E o objetivo nosso aqui, com esse relatório final do nosso Senador Carlos Portinho, como ele mesmo falou, não é somente para Petrópolis e tão somente para o Rio de Janeiro; é também para o nosso país. É um relatório bastante construtivo. Eu tenho certeza que outras cidades seguirão algumas coisas que estarão aqui.

Eu vou continuar aqui, no relatório do Senador Portinho, com as recomendações e os encaminhamentos.

Este relatório prevê 95 recomendações para rever os estragos na cidade, mitigar os riscos de novas tragédias que aconteçam. Há 43 recomendações para a Prefeitura de Petrópolis, 20 para o Governo Federal, 14 para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, 12 para o Poder Legislativo, duas para a Caixa Econômica Federal, duas para entidades de arquitetura e engenharia, uma para o BNDES e uma para a Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dentre as recomendações, destaco ao Município de Petrópolis:

1. Atualizar, segundo uma abordagem multidisciplinar e com a participação da população, de lideranças comunitárias e da sociedade civil organizada, o plano municipal de contingência. 2. Envolver os órgãos municipais, estaduais e federais pertinentes na atualização do plano municipal de contingência.

3. O plano de contingência deve, no mínimo:

3.1. prever pontos de apoio a locais de abrigo;

3.2. identificar materiais, equipamentos e edificações que poderão ser objeto de requisição administrativa em caso de desastre;

3.3. definir quem ficará responsável pela organização dos donativos (por tipo) e prever locais para onde eles serão direcionados, para triagem, organização e distribuição.

4. Conscientizar a população a respeito da importância de acreditar nas sirenes e nos meios de alerta.

5. Adotar estratégia eficaz para envolver a população nas ações de prevenção e preparação contra desastres (treinar as pessoas).

6. Realizar anualmente exercícios simulados de resposta a desastres, envolvendo os entes federados, a sociedade civil e a comunidade.

7. Adquirir, com o apoio da União e do estado, se necessário, radar mais preciso de detecção antecipada de chuvas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8. Implementar instrumentos e equipamentos para monitoramento em tempo real de deslocamentos de massa acoplados a formas automatizadas de acionamento de alertas antecipados de ocorrência de deslizamentos de terra.

9. Implementar meios mais modernos de alerta à população, como mensagens SMS ou via aplicativos de mensagens por celular.

10. Prever o deslocamento de equipes para o local para onde foi despertado o alerta de desastre, de modo a recuperar a credibilidade aos sistemas de alerta.

11. Realizar anualmente, antes do período das chuvas e com o apoio da União e do Estado, caso necessário, a limpeza e desobstrução de rios, canais, galerias e túneis de escoamento de águas pluviais.

12. Contratar estudos para a viabilidade de obras de drenagem pluvial, por exemplo, nas Ruas Santos Dumont, Nelson de Sá Earp e 13 de Maio, entre outras consideradas necessárias.

13. Implementar campanha de educação ambiental para alertar a população em relação à importância da destinação correta do lixo, a fim de evitar a obstrução de estruturas de drenagem de águas pluviais.

14. Atualizar periodicamente o cadastro das pessoas afetadas por desastres, que deve ser multifinalitário e envolver as instâncias estadual e federal.

15. Exigir que toda obra pública ou empreendimento privado seja dotado de mecanismos de acumulação de águas pluviais, de modo a reduzir a velocidade com que as águas passam a escoar superficialmente e, assim, prevenir enchentes.

16. Fazer valer a ordem de desocupação de locais atingidos por desastres, para evitar que as pessoas retornem a casas ainda ameaçadas ou que outras pessoas invadam essas residências.

17. Impedir a invasão de áreas identificadas como aptas para a construção de moradias seguras.

18. Estabelecer sistemática e critérios de demolição administrativa, em conjunto com o Ministério Público e a Defensoria Pública, conjugando humanização e efetividade.

19. Promover a criação de um órgão ou entidade permanente, com corpo funcional profissional e qualificado, tendo como referência a Geo-Rio e com base na proposta de criação do Instituto Municipal de Geologia, em convênio/consórcio com outros municípios da região serrana do Rio de Janeiro.

20. Instalar centro de monitoramento e operações, com equipes multifuncionais, para desempenhar as funções de auxílio na prevenção de desastres, promoção de atividades de treinamento para a população enfrentar situações de desastre e fornecimento de abrigo público para a população atingida por desastres, conjugando, portanto, ações sociais, de defesa civil e de educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

21. Implementar, em cooperação com o estado e a União, estratégias abrangentes e consistentes de regularização fundiária urbana.

22. Reformular, conforme as exigências da Lei de Transparência, o portal da transparência do município, para informar não só os recursos recebidos, mas também o gasto público com o enfrentamento do desastre e as doações recebidas pelo município.

23. Relatar periodicamente à Defesa Civil estadual e federal as ações estruturais e não estruturais desenvolvidas com o objetivo de promover a prevenção de desastres.

24. Encaminhar ao Senado Federal o relatório final das ações de enfrentamento do desastre.

25. Formular e implementar, em cooperação com o estado e a União, uma política habitacional de interesse social com foco no assentamento de famílias atingidas (tanto pela tragédia de 2022 como de anos anteriores) e na remoção das famílias que ocupam áreas de risco.

26. Promover ações de curto, médio e longo prazos com o objetivo de eliminar o déficit habitacional das tragédias anteriores.

27. Avaliar, segundo os princípios e diretrizes do Estatuto da Cidade, a possibilidade de alterar o Plano Diretor para permitir o aumento do gabarito de construção em determinadas localidades do município.

28. Rever, segundo os princípios e diretrizes do Estatuto da Cidade e à luz do mapeamento de riscos na cidade, o Plano Diretor e o Plano de Expansão Urbana, a fim de melhor ordenar a ocupação do solo urbano e buscar terrenos aptos ao crescimento ordenado da cidade.

29. Criar fórum permanente, com participação paritária da sociedade civil, para acompanhamento do planejamento da cidade.

30. Priorizar o pagamento de indenização ou o mecanismo de compra assistida para famílias com pessoas com deficiência.

31. Prestar, em cooperação com o estado e a União, atendimento psicológico para as famílias atingidas por desastres, inclusive por meio de instrumentos próprios da telemedicina.

32. Reforçar as estruturas existentes no Sistema Único de Saúde (SUS), buscando formar equipes, profissionais e estruturas capacitadas para atuar em situações de desastre, agindo de forma assertiva e coordenada no atendimento à população afetada, inclusive no que se refere ao atendimento psiquiátrico e psicológico.

33. Fortalecer a estratégia de arrecadação de recursos por meio de *tokens* não fungíveis (NFTs), tomando como inspiração o modelo inaugurado pela Lei Municipal nº 8.301, de 31 de março de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Estado do Rio de Janeiro:

1.Garantir recursos para a execução das cinco obras emergenciais de maior vulto e necessidade assumidas pelo estado.

2. Garantir os recursos necessários para a conclusão das obras de controle de inundações, drenagem e recuperação ambiental nas calhas dos rios Santo Antônio, Cuiabá e Carvão em Petrópolis.

3. Concluir o projeto, licitar a obra e garantir recursos para a reforma e ampliação do túnel extravasor do Rio Palatinato em cooperação, se e quando necessário, com os governos municipal e federal.

4. Envolver os municípios na confecção de mapas de riscos geológicos, hidrológicos e de incêndios florestais produzidos pela Defesa Civil estadual.

5. Fazer um levantamento dos terrenos transferidos pelo município e pela União ao estado para a implantação de projetos habitacionais de interesse social, inclusive terrenos na Mosela, em Benfica e no Vale do Cuiabá.

6. Atuar junto às instâncias responsáveis para a liberação de quantas unidades habitacionais for possível no terreno do Caititu, conforme projeto destinado a definir a melhor forma de ocupação do local, inclusive para a conservação e o uso sustentável dos bens ambientais lá presentes.

7. Cumprir a meta de contratualizar 3 mil unidades habitacionais em Petrópolis em 2022, por meio do Programa Casa da Gente.

8. Tendo em vista que trabalhadores rurais que desempenham atividades sazonais, particularmente quando o empregador provê temporariamente a moradia, vivenciam dificuldades na obtenção do benefício do aluguel social, considerar as necessidades dessas famílias na concessão do aluguel social.

9. Atualizar o valor do aluguel social pago aos beneficiários de tragédias anteriores, de modo compatível com o valor de mercado da localidade atendida.

10. Fortalecer o Serviço Geológico do Rio de Janeiro (DRM/RJ), para permitir que o órgão apoie os municípios do estado na identificação, mapeamento e monitoramento de áreas de risco, no caso específico da região serrana, trabalhando em conjunto com o centro de monitoramento e controle e o futuro Instituto Municipal de Geologia.

Ao Governo Federal:

1. Reavaliar a conveniência e a oportunidade de obrigar as concessionárias de serviços públicos a fornecer serviços públicos para novos moradores de áreas de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Regulamentar o art. 15-B da Lei nº 12.340, de 2010, para determinar que as empresas de telefonia exploradoras de serviço móvel pessoal transmitam alertas sobre risco de desastres, produzidos pelos órgãos competentes e transmitidos à população sob risco, perigo pelo serviço de mensagens Cell Broadcast (difusão celular), independentemente de cadastro prévio e com base em triangulação de sinal para localização precisa do usuário.

3. Ampliar a rede de instrumentação geotécnica e pluviométrica para o monitoramento em tempo real de áreas de risco.

4. Estudar estratégias de locação social envolvendo órgãos internacionais como o BID.

5. Criar programa específico para apoiar o município na reconstrução da sua imagem como importante destino turístico nacional.

6. Apoiar o município na restauração de livros históricos danificados pelas chuvas.

7. Suspender a exigibilidade de obrigações financeiras do município referentes a tributos federais, o que geraria uma economia mensal de aproximadamente R$1,1 milhão para o município.

8. Evitar o contingenciamento de verbas destinadas a ações de Defesa Civil.

9. Autorizar o emprego de verbas destinadas à reconstrução das áreas atingidas (MPV nº 1.102, de 24 de fevereiro de 2022, e outras que porventura se seguirem) na construção de moradias para as famílias atingidas.

10. Manter, pelo tempo que for necessário, o suporte às ações de saúde e de apoio psicossocial à população atingida.

11. Reabilitar o Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (Saips), responsável pela habilitação das unidades de saúde no nível municipal, e expandir as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSi).

12. Prestar assistência ao Município de Petrópolis para a liberação de recursos remanescentes do PAC das Encostas.

13. Contribuir para a recuperação da infraestrutura viária da cidade de Petrópolis, especialmente as pontes danificadas no desastre.

14. Formular e implementar um programa federal de transferência de recursos para ações estruturais e não estruturais de mitigação de riscos de desastres nos Município incluídos no cadastro nacional.

15. Fazer um levantamento dos terrenos de domínio da União no Município de Petrópolis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16. Promover as obras necessárias para prevenir a ocorrência de desastres em terrenos de domínio da União, em especial no Morro da Oficina.

À Caixa Econômica Federal:

1. Atender à solicitação de dilação de prazo para pagamento de financiamento contratado pelo município perante a instituição.

2. Acionar a construtora para que promova a regularização das deficiências do Conjunto Habitacional Vicenzo Rivetti.

Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):

1. Facilitar o acesso aos empresários atingidos pelo desastre às linhas de crédito especial concedidas pelo Banco, buscando formas alternativas de prestação de garantia.

À Universidade Federal Fluminense (UFF):

1. Criação do curso de Geologia, tendo como um de seus focos o estudo da estrutura geológica da Região Serrana do Rio de Janeiro

Às entidades de classe de arquitetura e engenharia:

1. Realizar levantamento de terrenos aptos à construção de moradias seguras, inclusive com o cruzamento de informações com bancos de dados (preferencialmente georreferenciados) federais, estaduais e municipais.

2. Contribuir para a concretização dos objetivos da Lei n° 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (Athis).

Recomendações de proposições legislativas:

1. Estabelecer critérios gerais para a demolição administrativa, com definição de prazos para que o poder público municipal promova a remoção completa das edificações impróprias à ocupação e estabelecimento de sistemática para dar destinação adequada à respectiva área: criação de parques ou reflorestamento, entre outras.

2. Regulamentar em âmbito federal os instrumentos da compra assistida, compra e retrofit de edificações para a acomodação de famílias ocupantes de áreas de risco ou atingidas por desastres.

3. Estabelecer ordem de prioridade para os beneficiários do Programa Casa Verde e Amarela, conforme identificados no art. 4°, III, da Lei 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Regulamentar em âmbito federal a locação social (a partir da identificação de imóveis ociosos que possam ser ocupados) e o benefício do aluguel social.

5. Regulamentar em âmbito federal o contrato de garantia entre prefeitura, beneficiário do aluguel social e proprietário do imóvel a ser locado.

6. Proibir uso do benefício do aluguel social para contratos de locação em área de risco.

7. Regulamentar o benefício de calamidade pública, inclusive para pagamento de aluguel social, conforme previsto no art. 22 da Lei nº 8.472, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

8. Permitir que recursos destinados a restabelecimento possam ser empregados em reconstrução de vias, pois restabelecer serviço de transporte público coletivo, por exemplo, depende muitas vezes de reconstrução de vias.

9. Incluir ações de prevenção de desastres nas competências do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

10. Por último, regulamentar, no âmbito federal, o atendimento psicológico via telemedicina.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Passo aqui a palavra ao Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Se me permite, muito obrigado pela sua contribuição direta, assim como o Senador Flávio, o Senador Esperidião Amin, a Senadora Leila, o Senador Jean Paul Prates, o Senador Carlos Viana – o Senador Carlos Viana também, membro desta Comissão. Quero registrar a presença também do Senador Wellington Fagundes, que foi o responsável pela iniciativa do requerimento desta Comissão.

Quero registrar, Senador Romário, a presença do Coronel Fernandes, que acompanha, desde o início, esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seja bem-vindo, Coronel!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Coronel Fernandes é justamente o agente da FAB que está em conversa conosco sobre o radar meteorológico mais preciso. Nós teremos, no princípio de junho, uma reunião no Rio de Janeiro. Eu quero convocar as defesas civis do Município de Petrópolis e do estado para participarem, porque, justamente além da identificação do melhor equipamento – que a FAB certamente já nos adiantou que há –, é preciso a localização desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamento, qual é a melhor localização; e será preciso, para manutenção e operação, convênio com o Município de Petrópolis ou com Estado do Rio de Janeiro ou com a Região Serrana, em consórcio dos municípios, de acordo com a abrangência. Não basta só, repito – inclusive por ter lido a matéria da *Tribuna da Imprensa* –, comprar o equipamento. Infelizmente, nada é tão simples. É preciso que haja um convênio; e os recursos, se não pelo próprio órgão de defesa do Governo Federal, também tanto por mim como pelos Senadores Romário e Flávio, na Comissão Mista, que abriremos uma ação específica se já não houver uma – parece que já tem uma, mas não necessariamente aquela –, para que não haja dúvida de que possamos alocar, se necessário também, nossa emenda de bancada. Vou sugerir isso para a bancada do Rio de Janeiro, porque sei que há muitos Deputados em uma Comissão da Câmara dos Deputados solidários à compra deste equipamento. É um esforço de todos, é um esforço coletivo.

Eu quero, com relação às recomendações, apenas fazer duas ressalvas, Senador Romário, porque, na revisão final, com o relatório já protocolado, nós ajustamos duas recomendações que deixo em registro aqui e que estarão no relatório que vamos protocolar... Já foi protocolado, não é? Vai ser protocolado, ao final desta sessão, o relatório final com essas duas recomendações, em que eu faço ressalva. São duas recomendações, uma ao Governo Federal e outra à Universidade Federal Fluminense.

Na recomendação, item 6.1.3, Recomendação n° 3 ao Governo Federal, a redação que consta será alterada pela seguinte, porque existe, Senador Romário, uma resolução da Aneel sobre o tema. Então, a recomendação foi substituída pela seguinte – vou ler –: Governo Federal: fiscalizar o cumprimento da Resolução Normativa Aneel n° 1.000, de 2021, que limita o atendimento definitivo de assentamentos urbanos irregulares aos casos de regularização fundiária de interesse social (art. 485) e exige concordância expressa do município para atendimento temporário nos demais casos do art. 506 – foi um tema que, inclusive, o Senador Flávio Bolsonaro destacou em sua fala.

A recomendação à Universidade Federal Fluminense, item 6.1.6, Recomendação n° 1, alterando a redação inicial. Como já existe – quero registrar – o Departamento de Geologia e Geofísica na UFF (Universidade Federal Fluminense), a recomendação foi substituída por: Universidade Federal Fluminense: promover, no âmbito do Departamento de Geologia e Geofísica, o estudo da estrutura geológica da Região Serrana do Rio de Janeiro, com o objetivo de prevenir desastres. E eu até acrescento, por favor, Tomé, se possível, levando esse curso de formação para a Região Serrana. Peço que inclua.

Antes de o Senador Romário, como Presidente, concluir, mais uma vez manifestando o nosso pesar e acreditando que, de forma construtiva, apresentamos recomendações objetivas para todos os entes da Federação, eu quero registrar que também há recomendações legislativas, ou seja, para nós próprios. E as nossas equipes, Senador Romário, como você já havia disponibilizado, já estão trabalhando, em conjunto com a assessoria do Senado, para que, nas recomendações que o relatório faz a nós próprios, ou seja, ao Senado Federal, possamos por lei avançar, regulando questões importantes como o aluguel social, regulando a compra assistida, a busca ativa, entre tantas outras. Então, são recomendações a diversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições, aos órgãos de Governo municipal, estadual e federal e ao próprio Legislativo. Assumimos já esse compromisso, e nossas equipes já estão trabalhando para que, até o final deste exercício, deste ano, a gente possa apresentar os projetos de lei que nós recomendamos.

Muito obrigado e parabéns pela sua condução, Senador Romário, muito presente e atuante, assim como o Senador Flávio e todos os outros Senadores, Leila, Carlos Viana, Jean Paul Prates, Esperidião Amin, entre outros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, perdão, e Wellington Fagundes, que foi quem iniciou, com o seu requerimento, esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Portinho, não só por esse brilhante relatório, mas por toda a sua participação ao longo desses dois meses. Em todos os sentidos, realmente mais uma vez mostrou aqui toda a sua capacidade, toda a sua vontade de ajudar, todo o seu espírito de querer sempre conduzir esses encontros da melhor forma possível. Eu posso dizer que a sorte é minha em tê-lo no mesmo partido, no mesmo estado e hoje considerá-lo um amigo aqui neste Senado, realmente um dos melhores e mais capacitados Senadores aqui deste Senado. Fico muito feliz em poder ter caminhado e muito mais feliz em poder estar caminhando com V. Exa. daqui para a frente. E quero me colocar sempre à disposição do que for possível para que a gente possa fazer sempre coisas positivas não só para Petrópolis, não só para os outros municípios do nosso Estado do Rio de Janeiro, mas para todo o nosso Brasil.

Parabéns! Realmente, um relatório perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente Romário...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nosso Senador Wellington Fagundes, que é responsável pelo início...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Wellington Fagundes, autor do requerimento...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele fecha.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... eu quero parabenizar V. Exa. e dizer que tudo isso começou pela sua ideia, pelo seu requerimento. E, não poderia ser diferente, V. Exa. teria que finalizar esses trabalhos com a sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Presidente Romário, nosso companheiro de partido, do PL, com o nosso Líder Carlos Portinho e também o Flávio Bolsonaro, quando eu apresentei esse requerimento, ele foi fruto também de uma experiência que nós vivemos lá no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com as queimadas do Pantanal, que foi algo que trouxe um prejuízo muito grande ao nosso meio ambiente. Claro, tivemos lá mortandade de animais, o desequilíbrio da nossa fauna e da nossa flora. Então, foi uma experiência rica em que o Senado da República pôde contribuir muito com visitas e com a presença, principalmente, da Marinha brasileira, dos voluntários, dos bombeiros. E conseguimos pelo menos minimizar o problema naquela época.

Depois daquilo, muitas ações conseguimos fazer, principalmente em parceria com todos os Senadores do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – em especial eu cito aqui o Senador Jayme Campos, mas também o Senador Carlos Fávaro, do meu estado, as Senadoras Simone Tebet e Soraya Thronicke, o Senador Nelsinho Trad –, todos nós colocando recursos para que a gente pudesse recuperar um pouco desse prejuízo que aconteceu. Implantamos Corpo de Bombeiros, conseguimos recurso com emenda aqui de minha autoria para aquisição de equipamento, maquinários para perfurar poços, porque um dos problemas do Pantanal foi que o mar de Xaraés chegou a secar ao ponto de não ter água para a população e para os animais beberem.

Devido a isso, eu tive a oportunidade de apresentar o Estatuto do Pantanal, que está tramitando aqui no Congresso Nacional, porque é a única região em que não temos ainda uma legislação específica, e aí não tem o que pode e o que não pode, principalmente no Mato Grosso. E isso fez com que o Pantanal fosse perdendo dentro da capacidade científica, principalmente da cultura milenar, secular do nosso pantaneiro, o homem pantaneiro, o indígena, o quilombola e o ribeirinho, que ficaram praticamente ali, de mãos atadas. Inclusive, o Procurador-Geral da República chegou a pedir uma ação para que o Pantanal fosse regido pela Mata Atlântica, e V. Exas. conhecem bem a Mata Atlântica: é uma situação totalmente específica. O Pantanal não, lá nós temos a pecuária, nós temos a convivência harmônica do pantaneiro com aquela riqueza natural que Deus nos deu, como a área mais alagada do mundo, que é o nosso Pantanal. Então esse Estatuto do Pantanal está aqui tramitando.

E eu quero, inclusive, pedir a V. Exas., meu Líder Carlos Portinho – também ao Senador Romário, com a força que V. Exa. tem aqui no Senado como uma liderança inconteste, ao Flávio Bolsonaro, a todos nós do nosso partido, porque felizmente hoje estamos todos juntos no mesmo partido, hoje sendo um partido extremamente importante, e eu falo aqui também como Líder do Bloco Vanguarda –, esse apoio a V. Exas.

Mas também quero aqui parabenizá-los: o Senador Romário, por ser Presidente dessa Comissão; o nosso Relator Portinho, que acaba de entregar esse brilhante relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é claro, as consequências que ainda virão por essa catástrofe, com certeza essa experiência que todos nós estamos tendo aqui para discutir... Nós tivemos o exemplo também lá de Brumadinho, aquele rompimento da barragem. Então, com esses desastres, nós temos que buscar também implementar uma política de Estado.

Eu tenho certeza de que com esse relatório do Senador Portinho... E ainda vamos continuar discutindo porque esse assunto não acaba aqui, não é? Pessoas morreram, padeceram, a economia da região... Por isso eu tenho certeza de que esse relatório não só faz parte da nossa história construída aqui, mas principalmente de V. Exas. – e nós do PL temos hoje os três Senadores do Rio de Janeiro no nosso partido; o Governador Cláudio também do nosso partido. Por isso eu disse, quando apresentei o requerimento, que a responsabilidade nossa, do PL, era muito maior, porque temos, então, toda essa confiança da população do Rio de Janeiro.

Eu sempre cito que o voto é uma confiança que o eleitor deposita no político. E a melhor forma que nós temos para retribuir essa confiança é o trabalho. Às vezes, a gente até não pode conseguir tudo, mas nós temos que lutar, perseverar, buscar, e é o que V. Exas. aqui têm feito por essa causa que realmente deixou todo o Brasil extremamente preocupado, mas, acima de tudo, solidário. Essa é a importância do nosso povo, um país continental, um país em que, felizmente, falamos a mesma língua, um país integrado. O Estado do Rio de Janeiro é algo de que todos nós brasileiros nos orgulhamos, assim como Petrópolis. Todos nós sabemos o que é aquela cidade, o potencial, a riqueza para o Brasil.

Então, eu quero aqui parabenizá-los e dizer que Mato Grosso se une ao Rio de Janeiro – o Pantanal Mato-Grossense, a nossa Amazônia mato-grossense, o Cerrado mato-grossense e a região do Araguaia – com a produção daquilo que é mais importante: alimentos. E hoje a estratégia qual é? É segurança alimentar. Guerras matam, mas a fome mata muito mais. Então, a solidariedade de todos nós brasileiros – eu tenho certeza – foi muito importante para ajudar Petrópolis.

E aqui no Congresso vamos já discutir, Senador Portinho, agora, o Orçamento que faremos no ano que vem, para que possamos alocar os recursos para minimizar muitos dos problemas que lá aconteceram.

Então, agradeço muito, Senador Portinho, Senador Romário, Senador Flávio Bolsonaro, nos colocando aqui como parceiros, porque o Brasil é este país integrado, um país solidário. E aqui todos nós estamos também tendo a oportunidade de fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Wellington, pela participação. Quero dizer que realmente é um grande prazer poder estar caminhando junto, especificamente nesta Comissão de Petrópolis, e poder estar hoje no mesmo partido é uma grande honra. É um grande prazer ter um Senador dessa proporção caminhando junto. Para mim realmente é sempre um motivo de aprendizagem. Muito obrigado por tudo.

Senador Portinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero registrar, inclusive, Senador Romário, que há poucos dias o Presidente Bolsonaro concedeu uma entrevista lá no Mato Grosso, numa cadeia de rádio, onde ele falava exatamente do papel nosso aqui de estar no Congresso, todos nós do PL, defendendo a governabilidade para que a gente possa suplantar esse momento de dificuldades por que o país passou: uma pandemia, agora a guerra. E, mesmo assim, o Presidente Bolsonaro e todos nós trabalhamos nesse sentido de criar políticas públicas permanentes.

Agora aprovamos aqui que o programa Ajuda Brasil deixa de ser um programa de Governo e passa a ser um programa de Estado. Todos os Presidentes que virão terão que ter essa sensibilidade e a obrigação de ajudar todos os desempregados do país.

Hoje o Presidente Bolsonaro, com o seu Governo, está atendendo mais de 17 milhões de pessoas que estão aí vivendo a consequência da pandemia. E, felizmente, o Brasil é o país que mais vacinou. Criamos programas aqui – um exemplo do nosso partido, proposto inicialmente pelo Senador Jorginho Mello: pela primeira vez o Brasil, através do programa Pronampe, tem crédito sem aval para o pequeno e micro, ou seja, o Governo passou a acreditar nas pessoas. Votamos aqui o Refis também das empresas, a renegociação do Fies, projeto que tive a oportunidade de apresentar, com mais de 1,2 milhão jovens brasileiros sendo atendidos.

Agora relatei o novo Prouni, mais 300 mil bolsas de estudo. Então, é com programas assim e com investimento na infraestrutura que nós vamos retomar a nossa economia.

E é aí que o Presidente Bolsonaro fazia o reconhecimento, Senador Romário, ao seu trabalho, ao meu trabalho, dizendo exatamente: o Governo Bolsonaro precisa da reeleição do nosso Senador Romário no Rio de Janeiro e da do Senador Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero aqui agradecer também, de público, a articulação toda do Presidente Bolsonaro e também do nosso Presidente do partido, o Valdemar, e do Líder Carlos Portinho, porque recebemos o Presidente Bolsonaro no PL, transformando o PL, hoje, no maior partido do Brasil, com 77 Deputados, somos aqui 10 Senadores – 9 Senadores, mas com mais um ou dois que já estão para vir. Claro, isso nos traz muita honra, mas nos traz muito mais responsabilidade.

Eu quero aqui testemunhar para o povo do Brasil, em especial para o do Rio de Janeiro, esse trabalho que V. Exa. faz aqui principalmente para aquelas pessoas que são portadoras da síndrome de Down. Em toda a área social, V. Exa. se destaca aqui. Nós aprovamos, inclusive, com o seu apoio e o do Senador Portinho, o projeto da lei Amália Barros para beneficiar os nossos monoculares, que o Presidente sancionou e que hoje já é lei, um trabalho que fizemos juntos. Portanto, essa sensibilidade de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também tem que ser destacada, porque o Brasil precisa, acima de tudo, da sua força econômica, mas também de não esquecer aqueles que mais precisam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado pelas palavras, Senador.

Passo aqui a palavra, agora, ao Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Antes do encerramento, rapidinho, Senador Romário, quero registrar a presença do Comandante Bruno, da Marinha do Brasil, e a gratidão da cidade de Petrópolis, eu não tenho dúvida, por tudo que a Marinha fez ao montar o hospital de campanha que atendeu centenas de pessoas na cidade de Petrópolis. Nosso agradecimento à Marinha do Brasil, assim como a todas as Forças Armadas. E eu já o fiz aqui à Aeronáutica, na pessoa do nosso Coronel Fernandes, que está nos ajudando, Comandante Bruno, a identificar o melhor equipamento, na localização desse equipamento, desse novo radar que pode ajudar na prevenção: quatro horas antes, o que será precioso, a gente poderá avisar com segurança à população onde estarão as chuvas. É um compromisso que nós assumimos. Estamos caminhando com as Forças Armadas – especialmente, nesse caso, com a Aeronáutica. Nossa gratidão também à Marinha e ao Exército Brasileiro.

Senador Romário, só para deixar claro a todos que nos assistem, este relatório, na sua forma final, que será republicado com os ajustes que fizemos durante esta sessão, durante a leitura, será encaminhado para o Governo Federal, especialmente – peço para a minha assessoria anotar – ao Ministério do Desenvolvimento Regional, ao Ministério do Turismo, ao Ministério da Saúde e a todos os órgãos aqui impactados pelas nossas recomendações; ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, ao Governador Cláudio Castro, para que faça chegar às suas Secretarias de Infraestrutura e Obras e de Saúde, dentre outras; à Prefeitura de Petrópolis, ao Prefeito, meu amigo também, Rubens Bomtempo, para que possa, dentro dessas quarenta e tantas recomendações à prefeitura, adotá-las – e têm aqui, no Senado Federal, o nosso apoio para que sejam efetivadas.

Vamos encaminhá-lo aos órgãos da sociedade civil, como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a CAU, aos nossos engenheiros e outros citados.

Também vamos encaminhá-lo ao Ministério Público – muito importante –, na pessoa da Promotora de Petrópolis, e à Defensoria Pública, especialmente de Petrópolis.

E vamos encaminhá-lo ao nosso próprio Presidente do Senado quanto às recomendações legislativas que fizemos aqui.

Muito obrigado, Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixo agora ao encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Portinho.

Após a realização da leitura, eu coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação do relatório.

Aqueles Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer nº 1, de 2022, desta Comissão.

Como Presidente desta Comissão, quero apenas dizer que, a partir de agora, vai se falar pouco sobre este tema e se fazer muito, cada um com as suas obrigações. Eu tenho certeza de que, no que depender desta Casa, principalmente desses Senadores que foram citados aqui, ao longo desta audiência, pelo Senador Portinho e por mim, nós vamos fazer todos os esforços possíveis para que tudo o que foi colocado dentro deste relatório realmente saia na prática, e, consequentemente, os moradores de Petrópolis e das cidades dali vizinhas sejam os maiores beneficiados.

Muito obrigado a todos pela sua participação.

Antes de encerrar, coloco em votação as Atas das 4ª e 5ª Reuniões e da presente reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela participação. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INVESTIGAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE E DE ATENTADOS NA REGIÃO NORTE. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. com a presença dos Senadores Eliziane Gama, Eduardo Velloso, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Humberto Costa. Deixam de comparecer os Senadores Telmário Mota, Leila Barros e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que se divide em quatro partes: **1ª Parte - Instalação**. **Finalidade:** Instalação e designação de Relator. **Resultado:** Comissão instalada. Designado o Senador Nelsinho Trad como relator. **2ª Parte - Plano de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação e apreciação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 1, de 2022** que : "Requer a convocação do Ministro da Justiça e da Segurança Pública, em reunião conjunta da Comissão Temporária Externa para e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para prestar informações. Aprovado como convite." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado como convite.. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 2, de 2022** que : "Requer audiência pública para debater as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 3, de 2022** que : "Requer convite ao prefeito de Atalaia do Norte para prestar as informações que considere relevantes relacionadas ao aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e jornalistas." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº 4, de 2022** que : "Requer a realização de diligência externa em Manaus e em Atalaia do Norte, AM, com o objetivo de investigar, "in loco" as causas do aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos e jornalistas na região Norte e em outros estados e acompanhar as investigações sobre os homicídios do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento Nº 5, de 2022** que : "Requer seja garantida proteção e segurança aos vigilantes indígenas que compõem a Equipe de Vigilância da Univaja e aos coordenadores da Univaja, principalmente os senhores Paulo Marubo, Eliésio Marubo e Eriberto Marubo, bem como aos colaboradores da EVU, entre eles Orlando Possuelo e vulgo Tataco, além dos servidores da Coordenação Regional Vale do Javari e da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, que atuam na Terra Indígena Vale do Javari, e outros a serem oportunamente indicados." **Autoria:** Sen. Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento Nº 6, de 2022** que : "Requer o compartilhamento automático e o acompanhamento dos trabalhos junto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **4ª**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parte - Eleição. **Finalidade:** Eleição do Vice-Presidente. **Resultado:** Eleito, por aclamação, o Sen. Fabiano Contarato como Vice-Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Randolfe Rodrigues
Presidente da Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/20

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 474, de 2022, que tem por objetivo investigar *in loco*, no prazo de 60 dias, as causas do aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas na Região Norte e em outros estados da Amazônia Legal, assim como fiscalizar e acompanhar as providências adotadas diante do desaparecimento do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips.

A presente reunião destina-se à instalação e à designação para o cargo de Relator, bem como à apresentação do plano de trabalho.

Tem apresentado o nome do Senador Fabiano Contarato para o cargo de Vice-Presidente. Pergunto aos colegas Senadores se podemos apreciar, aprovar por aclamação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a designação do Senador Fabiano Contarato como Vice-Presidente desta Comissão permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nos termos regimentais, então, designamos o Senador Nelsinho Trad como Relator desta Comissão, a quem convido de imediato para usar da palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Randolfe, Senador Humberto Costa, demais colegas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores que estão através do sistema remoto, confesso a V. Exa. que fui pego de surpresa, mas não vou fugir da responsabilidade de procurar, da forma mais transparente e verdadeira possível, levar ao conhecimento não só desta Casa, mas de toda a sociedade todos os desdobramentos referentes aos trabalhos que esta Comissão com certeza irá desenvolver.

Como dizia Santo Agostinho, tremo, mas não temo. Estou às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Nelsinho.

Então, de imediato, eleito Vice-Presidente desta Comissão o Senador Fabiano Contarato e designado para a condição de Relator desta Comissão o Senador Nelsinho Trad.

Temos alguns requerimentos primeiro para apreciação, para inauguração do trabalho desta Comissão. Enquanto nós estamos imprimindo o plano de trabalho cuja leitura eu queria passar para o Senador Nelsinho fazer logo em seguida, temos alguns requerimentos primeiro, sem embargo – estamos aqui no sistema *online* também com as presenças do Vice-Presidente desta Comissão, Senador Fabiano Contarato, e do Senador Eduardo – de mais algum requerimento que algum colega Senador queira aqui propor, encaminhar a esta Comissão.

Eu vou, então, inicialmente passar de imediato a palavra ao Senador Humberto Costa.

Nós temos cinco requerimentos para apreciação; em seguida, faremos a leitura do plano de trabalho e a apreciação dos requerimentos.

Senador Humberto Costa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos... Inclusive um dos requerimentos aqui é sobre o compartilhamento dos trabalhos com a Comissão de Direitos Humanos, até pela celeridade processual e pelos mecanismos que só a Comissão permanente da Casa pode trazer. Então, passo de imediato a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, primeiro queria informar que fiz um segundo requerimento, inclusive muito importante, a pedido da associação indígena daquela região, de proteção para algumas pessoas que estão ameaçadas. Houve já o encontro dos corpos do Bruno Pereira e do Dom Philips, mas outras pessoas vinculadas ao movimento indigenista, indígenas e pessoas que são militantes dessa causa estão sob ameaça. Eu apresentei um requerimento para que nós solicitássemos a quem de direito, à Polícia Federal, a garantia de proteção para essas pessoas.

Segundo, eu quero aqui elogiar V. Exa., que teve a iniciativa de apresentar essa proposta da criação desta Comissão Externa, não apenas pela gravidade dos fatos acontecidos recentemente: a morte de duas pessoas – mortes essas que comoveram o Brasil e o mundo, levando-nos, lamentavelmente, a um isolamento ainda maior em termos internacionais no que diz respeito à temática da defesa do meio ambiente, da defesa dos povos originários.

Mas mais do que isso, é motivo de muita preocupação a constatação que nós pudemos fazer a partir desse caso de que pelo menos aquela área do Brasil é uma área praticamente sem lei, não é? Todas as informações que nos chegam são que é uma área dominada pelo narcotráfico transnacional, envolvendo Peru, que faz fronteira com a região, a própria Colômbia também. Há denúncias, cujo teor eu não sei – cabe a nós, entre outras instituições, apurar –, de que outras atividades são financiadas pelo narcotráfico, com o objetivo não só de, digamos, disfarçar esse tipo de atividade, mas ter ao lado pescadores que trabalham na pesca ilegal, garimpeiros, enfim. Então, é um tema de muita gravidade e também que nos deixa estupefatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro, Senador, quando o Presidente da França, Macron, e quando a Primeira-Ministra da Alemanha à época, Angela Merkel, falaram da necessidade de nós buscarmos não somente a preservação da nossa Floresta Amazônica, mas também o respeito aos direitos dos povos originários, de que o Senhor Presidente da República e alguns dos seus seguidores e integrantes do Governo disseram que havia ali uma tentativa de desrespeito à soberania do Brasil, que havia países interessados em se apropriar do nosso território. Veja agora que coisa interessante: o Presidente da República e outros dizendo que não, que esse pessoal não poderia estar andando por ali, porque ali é terra de ninguém, é meio perigoso. E de quem é a responsabilidade de preservar as nossas fronteiras, de garantir que essas atividades criminosas não aconteçam no âmbito dessas fronteiras, se não é do próprio Governo Federal?

Então, é muito pertinente essa iniciativa. Eu também faço parte aqui da Comissão, mas, lá pela Comissão de Direitos Humanos, todas as iniciativas que forem necessárias para viabilizar o trabalho da Comissão nós faremos, e vamos trabalhar juntos para tentar realmente ter informações mais precisas, investigar e chegar a um conhecimento desses fatos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Senador Humberto, eu agradeço a V. Exa. O Senador Fabiano está pedindo a palavra. Já passo para o Vice-Presidente desta Comissão, de imediato. Mas eu agradeço V. Exa., sempre registrando que o trabalho desta Comissão, necessariamente – é um dos requerimentos que aqui, inclusive, está incluso –, terá que ser junto com a Comissão de Direitos Humanos, pelas atribuições que a Comissão de Direitos Humanos tem e pelos mecanismos, como Comissão permanente do Senado, que a Comissão de Direitos Humanos possui.

A Comissão de Direitos Humanos tem a possibilidade de convocar, por exemplo, e se for o caso, ministros de Estado para prestar esclarecimentos, e isso, inevitavelmente, será indispensável para o trabalho desta Comissão. Então, faço questão só de destacar que o trabalho desta Comissão não existirá sem que ocorra, paralelo e juntamente, com o trabalho da Comissão de Direitos Humanos.

Ato contínuo, então, passo já a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero parabenizar a instalação desta Comissão e faço aqui uma fala ao Presidente, Senador Randolfe, para que tenha discernimento, sobriedade e serenidade para conduzir os trabalhos desta conceituada Comissão.

Quero também aqui fazer o registro e parabenizar o Senador Nelsinho Trad por ser escolhido e aclamado como Relator desta Comissão.

Mando um abraço fraterno para o meu querido Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Humberto Costa, que hoje... Amanhã estarei aí em Brasília, se Deus permitir.

E quero fazer um alerta aos colegas, Sr. Presidente. Eu queria, particularmente, fazer uma reflexão com os colegas membros desta Comissão, porque muito me preocupa – aí eu quero colocar, Senador Randolfe, a minha experiência, com toda humildade, de 27 anos como delegado de polícia, apurando crimes, e mais de 20 como professor de Direito Penal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Processo Penal, para naquilo que eu puder, humildemente, contribuir – quando eu vejo uma declaração da Polícia Federal falando que já estaria concluída essa investigação. Isto é elementar numa investigação: nós não podemos encerrar nenhuma hipótese de investigação.

Então, é muito simples você atribuir a responsabilidade a um executor de um crime, mas existe, dentro do Direito Penal, aquilo que se chama codelinquência ou concurso de agentes ou concurso de pessoas, em que o autor é quem pratica a ação nuclear, o verbo do tipo, coautor é mais de um autor praticando a ação nuclear, mas existe a figura do partícipe, que pode ser o partícipe moral na forma de induzir, que é incutir, colocar a ideia, ou instigar, reforçar a ideia, ou o partícipe material na forma de auxílio. Mas o Código Penal é claro, no art. 29, quando diz que quem de qualquer forma concorre para o crime incide nas mesmas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Então, a nossa preocupação, enquanto membro e Vice-Presidente desta tão conceituada Comissão – eu quero aqui me colocar à disposição com relação àquilo que eu puder contribuir –, é que nós não podemos permitir nenhum juízo de prejulgamento antecipado para findar uma investigação sem esmiuçar todas as possibilidades possíveis, porque o que está acontecendo com as ONGs, com as pessoas que defendem o meio ambiente, com os povos indígenas e as comunidades tradicionais é muito grave, e já vem acontecendo desde o início do atual mandato do Chefe do Executivo.

Então, esta Comissão tem que ter um papel altivo, um papel de isenção, mas também de cobrar com rigor para que as autoridades apurem de forma a não deixar qualquer margem de dúvida para quem de qualquer forma tenha concorrido para a prática criminosa. Porque é muito simples você concluir um inquérito policial atribuindo autoria e materialidade a um executor, mas sem buscar a fundo o que está por trás daquilo ali, qual é o desmonte que houve na Funai, qual é o papel que a Funai vem desempenhando, que, infelizmente, não é aquele de proteger os povos indígenas e as comunidades tradicionais.

A minha preocupação, quando eu li essa informação de que a Polícia Federal já teria concluído isso, como uma investigação já conclusa dentro de um inquérito policial de um crime tão hediondo, tão bárbaro, e eu falo que nós temos que até analisar o caráter da competência dessa gravidade... Nós temos que ter esse papel aí de buscar as autoridades para não deixar margem de dúvida de quem possa ter concorrido para a prática desses crimes hediondos, que infelizmente...

Eu quero aqui publicamente externar o meu voto de solidariedade às famílias tanto do Dom Phillips como do Bruno. E me coloco mais uma vez à disposição desta tão conceituada Comissão. Sinto-me um privilegiado em fazer parte desta Comissão externa para apurar esses fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Desejo à Comissão e a todos os membros muita coragem e determinação para, independentemente de questão ideológica, partidária ou eleitoral, agirmos como manda a Constituição Federal na busca do papel efetivo, que é o Parlamentar, que é o Senado Federal.

Muito obrigado por confiar a mim a Vice-Presidência desta tão conceituada Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Senador Fabiano, sobre coragem, eu sei que é o que não falta, sobretudo a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui de fazer dois registros: a sua experiência como delegado de polícia e o trabalho exitoso que teve; e a sua atuação na Comissão Parlamentar de Inquérito da covid, que foi fundamental para a conclusão dos trabalhos dessa Comissão. Além de fazer um terceiro registro, aí de cunho pessoal, mas que é compartilhado por mim, por todos os colegas Senadores que estão aqui presentes e por todos que estão presentes aqui presencialmente na sala: V. Exa. hoje completa mais um ano, completa mais uma primavera, está de aniversário. Então, desejo a V. Exa. ... Eu sei que pela trajetória de V. Exa., pela sua contribuição – estão todos aqui batendo palmas para V. Exa. – e pelo que o senhor já fez aqui no Senado, o senhor tem uma vida em que deve muito olhar para os anos passados com gratidão e olhar para os anos futuros com muita esperança. Então, queríamos agradecer ao senhor e ao povo do Espírito Santo por compartilhar do seu convívio aqui conosco e com a contribuição que V. Exa. tem para o Brasil.

Então, toda felicidade e amor desta vida, Senador Fabiano, pelo seu aniversário.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Um beijo carinhoso em todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – De imediato, passamos para o Senador Nelsinho Trad para fazer a leitura do plano de trabalho e para nós encaminharmos as primeiras providências desta Comissão com a leitura e, em seguida, com a apreciação dos requerimentos.

Senador Nelsinho, se V. Exa. me permite, antes o Senador Eduardo Velloso está solicitando a palavra. Então, vou passar primeiro ao Senador Eduardo Velloso. Depois, passarei para o Senador Nelsinho para fazer a leitura do plano de trabalho e das primeiras providências desta Comissão. E a discussão do plano de trabalho e das primeiras providências desta Comissão, em seguida.

Senador Eduardo Velloso, V. Exa. está com a palavra.

O SR. EDUARDO VELLOSO (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Para discursar. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Primeiramente, eu quero parabenizar a Comissão formada pelos Senadores.

Quero dizer que, como médico, trata-se de um crime brutal. Nós somos formados a salvar vidas, e nós percebemos, pelo que aconteceu lá, que é um local onde as pessoas vivem com medo, largadas ao tráfego... à influência ali de coisas não positivas. E me solidarizo também com a família das vítimas.

Quero dizer que eu estou aqui, moro na Amazônia, sou filho da Amazônia e me coloco à disposição no que eu puder ajudar para que nós façamos um trabalho isento. Como falou o Senador Fabiano Contarato, nós precisamos dar uma resposta, sim, à nossa população e mostrarmos de forma bastante clara o que motivou, para que possíveis crimes dessa mesma magnitude não venham acontecer com os nossos brasileiros, pois todos nós somos brasileiros e merecemos ser respeitados.

Nós moramos no nosso local aqui da Amazônia e ficamos mais à mercê dessa influência de países vizinhos. E temos que também buscar um trabalho, uma trajetória para que possamos melhorar as nossas fronteiras, principalmente aquelas que têm maior habitação de pessoas nos locais e facilidade de entrada, tais como os nossos rios aqui da Amazônia.

Agradeço este momento e estou à disposição de toda a Comissão formada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Nós é que agradecemos, Senador Eduardo Velloso. V. Exa., como Senador da Amazônia e sobretudo do Estado do Acre, vizinho inclusive do local dos acontecimentos, poderá dar uma contribuição fundamental a esta Comissão.

É importante destacar o escopo ampliado do trabalho desta Comissão: além de conduzir e acompanhar as investigações sobre o caso Dom Phillips e Bruno Pereira, a razão desta Comissão é também acompanhar e apresentar um diagnóstico do aumento da violência contra indígenas, populações tradicionais, ribeirinhos, que tem ocorrido na Região Amazônica.

Antes de passar... Vamos passar agora para o Relator, Senador Nelsinho Trad, só que – eu acho que já foi destacado por vários colegas Senadores – eu queria propor a todos os colegas Senadores aqui presentes e a todos que estão no sistema remoto, enfim, a todos os presentes aqui, que, em homenagem a Dom e em homenagem a Bruno, antes da apresentação do plano de trabalho, nós concedamos um minuto de silêncio.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Senador Nelsinho Trad, para fazer a leitura do plano de trabalho e primeiras providências desta Comissão.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Plano de trabalho, Comissão Temporária Externa Norte, Senado Federal.

Apresentação:

Os desaparecimentos e as mortes agora confirmadas do indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, colaborador do jornal *The Guardian*, tornaram-se notícia no Brasil e no mundo, trazendo à tona o problema do aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas na Região Norte e em outros estados.

Segundo informações da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Bruno recebia constantes ameaças de madeireiros, garimpeiros e pescadores. Desde o início do Governo Jair Bolsonaro, foram denunciados o desmantelamento do aparelho estatal de repressão à criminalidade ambiental, de proteção às minorias, principalmente indígenas, bem como os ataques incessantes contra a imprensa, contexto que está intimamente relacionado com o caso de Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips.

Também segundo a nota, Bruno Pereira era experiente e profundo conhecedor da região, pois foi Coordenador Regional da Funai de Atalaia do Norte por anos. Eles viajavam com uma embarcação nova, de 40 cavalos, e 70 litros de gasolina, o suficiente para a viagem. Os dois se deslocaram com o objetivo de visitar a equipe de vigilância indígena que se encontra próximo à localidade chamada Lago do Jaburu, próxima da base de vigilância da Funai, no Rio Ituí, para que o jornalista visitasse o local e fizesse algumas entrevistas com indígenas.

Diz o texto da Univaja que, segundo o *The Guardian*, Phillips estava trabalhando em um livro sobre o meio ambiente, com o apoio da Fundação Alicia Patterson. Ele morava em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Salvador e também fez reportagem sobre o Brasil há mais de 15 anos para outros veículos como o *The Washington Post*, *The New York Times* e *Financial Times*.

A Polícia Federal encontrou os restos mortais enterrados na região onde estavam sendo feitas as buscas no dia 15. Policiais federais e outros agentes de segurança partiram de barco com um dos suspeitos presos para a área apontada onde estariam os corpos do indigenista e do jornalista. A identificação pericial confirmou a identidade das vítimas.

De acordo com a imprensa, fontes da Polícia Federal revelaram que Amarildo confessou que as mortes de Bruno e Dom Phillips possuem relação com as denúncias feitas pelos dois sobre a prática da pesca ilegal na região. O caso, desde o início, tem gerado comoção no Brasil e no exterior, assim como questionamentos a respeito das ações do Governo Federal para a proteção de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas, situação que se enquadra na situação de Bruno e Dom, que foram covardemente assassinados.

De 2012 a 2021, a Amazônia concentrou mais de 70% das mortes por conflitos fundiários no país. Segundo um levantamento da CPT (Comissão Pastoral da Terra), pelo menos 313 pessoas perderam a vida em disputas por terra na região. Os grupos mais vitimados, segundo os mesmos dados, foram: povos indígenas, 26% dos assassinatos; e quilombolas, 17% dos assassinatos. Só em 2021, segundo outro relatório da CPT, foram registradas ameaças de morte contra 32 lideranças indígenas ou servidores públicos que atuam em defesa dos territórios. A maioria da lista é composta de caciques e cacicas de comunidades locais, além de lideranças ativistas em defesa de povos indígenas.

A região do Vale do Javari está localizada na fronteira com o Peru e a Colômbia e tem acesso restrito por vias pluviais e aéreas. É maior do que a Áustria e abriga 6,3 mil indígenas de 26 grupos diferentes, sendo 19 deles isolados. Trata-se da maior concentração dos povos isolados do mundo.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um crescimento de 9,2% na violência letal, entre 2018 e 2020, em cidades de floresta na Região Norte do país. Isso inclui uma guinada na ocupação da área demarcada, no avanço do tráfico de drogas, na caça clandestina, na extração ilegal de madeira e também na mineração do ouro.

Requerimento.

O Requerimento 474, de 2022, solicitou a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de nove membros titulares, sendo três da Comissão de Meio Ambiente, três da Comissão de Constituição e Justiça, três da Comissão de Direitos Humanos do Senado, para, no prazo de 60 dias, investigar *in loco* as causas do aumento da criminalidade e dos atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas na Região Norte e em outros estados, assim como fiscalizar as providências adotadas diante do desaparecimento do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips, servindo como subsídio para eventual pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

O Requerimento 474, de 2022, foi aprovado pelo Plenário do Senado na data de 13 de junho de 2022.

Objetivos desta Comissão: investigar *in loco* as causas do aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas na Região Norte e em outros estados, com vistas a garantir uma melhor atuação do poder público na região; fiscalizar as providências adotadas diante do assassinato do indigenista Bruno Araújo e do jornalista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dom Phillips, apoiando a investigação dos crimes e sua possível relação com o esquema de pesca ilegal e narcotráfico; solicitar a retomada e a conclusão do inquérito do assassinato, em Tabatinga, em setembro de 2019, do Sr. Maxciel Pereira dos Santos, ex-Funai; levantar e acompanhar quais processos existem no âmbito da Polícia Federal e de outros órgãos do estado que tratam sobre a situação do narcotráfico na Região Norte e quais as medidas foram tomadas; solicitar o envio imediato de forças de segurança pública específicas para garantir a integridade física dos servidores da Funai em todas as bases de proteção do Vale do Javari – Quixito, Curuçá e Jandiatuba –, bem como as sedes da Coordenação Regional do Vale do Javari e da Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari (CFPE-VJ); solicitar o envio imediato das forças de segurança pública específicas para garantir a integridade física dos vigilantes indígenas que compõem a equipe de vigilância da Univaja, entre eles os Srs. Orlando Possuelo e Tatá, e dos coordenadores da Univaja, em especial dos Srs. Paulo Marubo, Eliésio Marubo, Eriberto Marubo, o Beto; solicitar o envio imediato da força-tarefa para apoio aos servidores nas atividades das CRs Alto Solimões e Vale do Javari, bem como da CPFE-VJ; preparar subsídio para eventual pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito, se esse for o caso.

Cronograma.

Propõe a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Senador Nelsinho Trad, se V. Exa. me permitir, é só um aparte.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP. Para apartear.) – No cronograma, tem a definição de datas. Como acho que temos um acordo aqui entre os membros da Comissão de não definir ainda a data da diligência, eu peço de V. Exa. somente a leitura da diligência, não necessariamente... Sem as datas e os procedimentos para deslocamento.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Perfeito.

- Fazer a oitiva do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União, do Gabinete de Crise de Manaus (Polícia Federal, Marinha, Exército, Secretaria de Segurança Pública), da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, que se reúnem todos os dias às 15h, e apresentar um balanço às 16h.

- Juíza Federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, da 1ª Vara Federal Civil do Amazonas, que ordenou que a União disponibilizasse, imediatamente, embarcações e equipes de busca, seja da Polícia Federal, seja das Forças de Segurança ou das Forças Armadas e do Comando Militar da Amazônia, para localizar o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips; equipes de buscas; tomada de depoimentos dos suspeitos dos assassinatos de Dom Phillips e Bruno Araújo: Amarildo da Costa Oliveira, o Pelado; Oseney da Costa de Oliveira, o Dos Santos, irmão de Amarildo; e Jeferson da Silva Lima, o Pelado da Dinha, terceiro suspeito. Amarildo confessou ter assassinado a dupla em razão de denúncia sobre esquema de pesca ilegal da região, indicando não haver mandante para o crime. Os suspeitos parecem não ter confessado.

- Tomada de depoimento dos suspeitos de auxílio na ocultação dos cadáveres.

Encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Envio de ofícios da Comissão solicitando proteção dos agentes públicos que estão atuando na região.

- Ouvir o Ministro de Justiça e Segurança Pública acerca das causas do aumento da criminalidade e de atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas na Região Norte e em outros estados, assim como em relação às providências adotadas diante do assassinato do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips.

- Ouvir o Prefeito de Atalaia do Norte do Amazonas, Denis Paiva, para prestar as informações que considere relevantes relacionadas ao aumento da criminalidade e aos atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas, em especial aos fatos relacionados ao assassinato do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips.

- Realizar audiência pública com a participação do Presidente da Funai, Sr. Marcelo Xavier, e de representantes da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) e da entidade Indigenistas Associados.

- Ouvir as famílias dos desaparecidos e fiscalizar como está sendo o suporte e os contatos com o Governo; Beatriz Matos, esposa de Bruno Pereira, e Alessandra Sampaio, esposa de Dom Phillips.

- Ouvir organizações da sociedade civil ligadas à proteção ambiental, à investigação dos crimes e à imprensa livre na região, organizações do Artigo 19, Instituto Vladimir Herzog, Repórteres Sem Fronteiras, Alianza Regional por la Libre Expresión e Información, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Associação de Jornalismo Digital (Ajor), Tornavoz e Washington Brazil Office (WBO), responsáveis pela ação que resultou em decisão da CIDH, Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), responsável pelo pedido que resultou em decisão do STF, do Ministro Barroso, repórteres que estão cobrindo a busca *in loco,* como Yan Boechat, da Band, por exemplo.

- A Amazônia Real, coletivo de jornalistas independentes locais, vai enviar um representante para o local, a jornalista Kátia Brasil, que dirige o *site*;

- Realizar diligência externa, em data oportuna, em Manaus e Atalaia do Norte.

E eu inseriria aqui, Sr. Presidente, com a vênia de V. Exa. e dos demais colegas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – ... a Procuradoria-Geral da República, face às notícias que tivemos do Procurador-Geral, o Dr. Augusto Aras, que já está em visita *in loco*, promovendo ele mesmo a função mister do órgão fiscalizador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Senador Nelsinho.

Feita a leitura do plano de trabalho, está em discussão o plano de trabalho da Comissão Externa Norte para acompanhar os desdobramentos do aumento da violência na Amazônia e os assassinatos de Bruno Pereira Dom Phillips.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu entendo apenas, até pela caracterização da nossa Comissão como Comissão Externa e até pela experiência que temos vivido com algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diligências que a Comissão de Direitos Humanos tem realizado, que nós podemos, entre algumas dessas audiências, fazer *in loco* algumas delas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... para que nós possamos... Isso tem um efeito importante porque representa uma pressão, especialmente sobre as autoridades locais e nacionais, para que as investigações sobre esse caso avancem e também para que as medidas necessárias para impedir que isso volte a acontecer também aconteçam.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Perfeito, Senador Humberto.

Eu queria somente incluir no plano de trabalho os seguintes requerimentos.

O primeiro é proposto aqui pelo Senador Humberto Costa.

3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 5
Requerimento Nº , de 2022

Requer seja garantida proteção e segurança aos vigilantes indígenas que compõem a Equipe de Vigilância da Univaja e aos coordenadores da Univaja, principalmente os senhores Paulo Marubo, Eliésio Marubo e Eriberto Marubo, bem como aos colaboradores da EVU, entre eles Orlando Possuelo e vulgo Tataco, além dos servidores da Coordenação Regional Vale do Javari e da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, que atuam na Terra Indígena Vale do Javari, e outros a serem oportunamente indicados.

Autoria: Senador Humberto Costa

Então, esse é o Requerimento nº 5, do Senador Humberto Costa, que solicita a incorporação ao plano de trabalho para ser aprovado junto, assim como o Requerimento nº 06, de minha autoria, que requer a participação e trabalho conjunto desta Comissão com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nos trabalhos desta Comissão.

3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 6
Requerimento Nº , de 2022

Requer o compartilhamento automático e o acompanhamento dos trabalhos junto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Além destes encaminhamentos... Bom, tem a realização da diligência e os demais já estão contemplados, me parece, no plano de trabalho.

Então, só quero solicitar que esses dois requerimentos, um apresentado pelo Senador Humberto e outro apresentado por mim, sejam incorporados para serem apreciados em conjunto com o plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho, alguma consideração?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer a V. Exa. que nós fomos contatados pelo Ministro da Justiça, que deve estar acompanhando esta sessão, e ele se colocou à disposição da Comissão para, na data a ser previamente agendada, que nós possamos, se assim for o encaminhamento desta Comissão, ir até o ministério, todos os membros da Comissão, numa reunião que pode ser semipresencial também, com a participação dos outros colegas, e lá ele reuniria todo o estafe da Polícia Federal, na pessoa do seu Diretor-Geral, Dr. Márcio, junto com seus colaboradores que estiveram nesse caso, para prestar todos e quaisquer esclarecimentos a respeito dessa matéria.

Então, está transmitido o encaminhamento que veio do Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu não tenho nada contra que nós possamos ir lá. Agora, nessa eventualidade, eu acho que é importante que venha, para participar também, um representante da associação dos indígenas de lá e de outras entidades também. Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Eu queria sugerir, Senador Nelsinho e Senador Humberto... Mais tarde, às 14h, temos reunião da Comissão de Direitos Humanos. Lá, inclusive, já como consequência dos trabalhos de acompanhamento, há requerimento para convidar o Sr. Ministro da Justiça a reunir-se, em conjunto, com a Comissão de Direitos Humanos e com esta Comissão.

Então, inicialmente, tínhamos proposto até inaugurar os trabalhos desta Comissão já na quarta-feira, ouvindo o Sr. Ministro da Justiça. Acatando os requerimentos do Senador Humberto, eu queria sugerir, então, que, à tarde, nós apreciaremos na CDH, nós já indicássemos, para quarta-feira, em uma audiência conjunta, CDH e esta Comissão externa, que ouvíssemos o Sr. Ministro da Justiça, o seu estafe, e já convidássemos, já determinaria à Secretaria desta Comissão que, de imediato, convidasse a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari para também estar presente. Se os colegas estiverem de acordo, poderíamos já fazer, na quarta-feira, às 14h, como inauguração dos trabalhos desta Comissão.

Senador Nelsinho, Senador Humberto.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Eu apenas faria a ressalva, que, por ser o deslocamento difícil, que dê a oportunidade da participação das pessoas elencadas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – ... através do sistema remoto, porque a gente otimizaria tempo e atingiríamos também o resultado que foi proposto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Deixa assim, até para facilitar e ver a possibilidade de deslocamento, vamos dar o seguinte encaminhamento. Eu acho que é necessário ter duas oitivas: uma primeira oitiva envolvendo os representantes da Univaja e uma outra ouvindo o Sr. Ministro da Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria sugerir, se os colegas Senadores assim concordarem, se o Sr. Relator e os colegas Senadores assim concordarem, na quarta-feira ouviríamos presencialmente, ou via remota, os representantes da Univaja, e, na quinta-feira, ouviríamos o Sr. Ministro da Justiça. Se for possível o deslocamento da Univaja, então, na quinta-feira, até os representantes da Univaja acompanhariam o depoimento, nesta Comissão e na CDH, do Sr. Ministro da Justiça.

De acordo com esse encaminhamento? Já iniciaríamos o nosso cronograma na quarta e na quinta.

Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, ao que consta, que chegou aqui, o Ministro da Justiça já está à nossa disposição...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – ... para levar qualquer esclarecimento a esta Comissão.

Eu penso que, se a gente estender isso muito, pode ficar um vazio nessa história. Nós temos amanhã e temos quarta para poder ouvi-lo. Então, eu pediria brevidade nessa questão, até porque eu sou Presidente do Parlamaz, Sr. Presidente, daí o motivo de eu estar aqui. O Parlamento Amazônico foi reativado. Desde 2011, estava adormecido. São oito países que compõem o Parlamento Amazônico, e eu fiquei impressionadíssimo com as demandas que eu recebi de diferentes Parlamentares querendo esclarecimentos, querendo saber notícia. E, na qualidade de Presidente desse Parlamento, eu preciso dar uma satisfação para esse colegiado que está extremamente atento, acompanhando essas questões.

Então, eu pediria, se todos concordassem, que a gente pudesse abreviar para amanhã ou para quarta a ida até o Ministério da Justiça ou a vinda do Ministro até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Diante disso, Senador Nelsinho Trad, parece-me que a gente tem umas circunstâncias de agenda tanto desta Presidência quanto de V. Exa. na quinta-feira. Vamos tentar compatibilizar com o seguinte: vamos tentar ouvir ambos, então, na quinta-feira; perdão, na quarta-feira. Poderíamos chamar os representantes da Univaja para a parte da manhã, às 10h da manhã, e, às 14h, o Sr. Ministro da Justiça. De acordo? (*Pausa.*)

Então, pronto. Então, iniciaremos os trabalhos quarta-feira com duas oitivas: a oitiva dos representantes da Univaja pela manhã da quarta-feira, às 10h da manhã, e, às 14h, a oitiva com o Sr. Ministro da Justiça.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – Não esquecendo, Sr. Presidente, pela ordem, de nós colocarmos também, no radar desta Comissão, a oitiva do Procurador-Geral da República...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – ... Dr. Augusto Aras...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Aí, eu acredito que nós podemos, eventualmente...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – ... que está *in loco* verificando a situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Então, nós poderíamos adotar a seguinte dinâmica: na sequência, na quinta ou na sexta, além de mim, V. Exa., o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Humberto e o Senador Fabiano, que constitui a direção desta Comissão...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Perfeito o desdobramento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – ... a Comissão de Direitos Humanos poderia detalhar, então, as datas, conforme o plano de trabalho apreciado.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – A gente já iniciaria, na quarta-feira, com essas duas oitivas.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Tudo bem pela Comissão de Direitos Humanos, Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Seria quarta-feira que horas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – Seria: 10h, Univaja; 14h, Sr. Ministro da Justiça.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Aqui?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/REDE/REDE - AP) – O senhor define a sala, porque aí faríamos em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos.

Colocamos, então, para a apreciação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os termos do plano de trabalho e com os requerimentos que foram apresentados, acrescentando ao plano de trabalho, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho, os requerimentos e os encaminhamentos primeiros da Comissão Externa para acompanhar as causas do aumento da violência na Região Norte do país. Da mesma forma, aprovado o início dos trabalhos, já na quarta-feira, com a oitiva dos senhores representantes da Univaja e com a oitiva do Sr. Ministro de Estado da Justiça, com o convite para a oitiva aqui do Sr. Ministro de Estado da Justiça.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião da Comissão Externa de acompanhamento do aumento da violência na Região Norte.

(*Iniciada às 11 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (25ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INVESTIGAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE E DE ATENTADOS NA REGIÃO NORTE. (2ª REUNIÃO), EM 22 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. com a presença dos Senadores Eduardo Velloso, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad, Leila Barros, Paulo Paim, Simone Tebet, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Telmário Mota e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 37/2022 - CDH, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Debater as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Participantes:** Fernando Vianna, Presidente do Indigenistas Associados - INA; Geovanio Pantoja Katukina, Coordenador-Geral de índios Isolados e Recém Contatados da Fundação Nacional do Índio; e Eliésio Marubo, Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari - UNIVAJA. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas que nos acompanham, Senadores e Senadoras presentes e também participantes por via remota, aos convidados e convidadas para esta audiência pública e a todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelas redes sociais.

Eu quero, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, declarar aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a 2ª Reunião da Comissão Temporária para investigar *in loco* as causas do aumento da criminalidade de atentados na Região Norte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária do Senado Federal da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 37, de 2022, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Humberto Costa, e do Requerimento nº 2, de 2022, CTE Norte, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, para debater sobre as causas do aumento da criminalidade e de atentados na Região Norte.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da ouvidoria 0800 0612211.

Antes de, rapidamente, ler aqui o requerimento que foi aprovado, eu queria só dar uma rápida palavra aqui sobre os fatos de que a sociedade tomou conhecimento no dia de hoje, com o aprofundamento de investigações realizadas pela Polícia Federal sobre denúncias de atos de corrupção no Ministério da Educação, o que resultou inclusive na prisão de alguns dos supostos lobistas que lá atuavam, intermediando interesses de Prefeitos e Prefeituras municipais, bem como na prisão do ex-Ministro Milton Ribeiro.

Não nos cabe nem temos elementos aqui para avaliar a justiça ou não dessas prisões. No entanto, com toda certeza, esse aprofundamento mostra que, de fato, as preocupações do Congresso Nacional com as denúncias que foram apresentadas repetidamente sobre a gestão do Ministério da Educação realmente devem ser motivo de um olhar mais próximo da parte desta Casa.

O Senador Randolfe Rodrigues, que está aqui conosco – eu sou membro suplente, mas ele é membro titular da Comissão da Educação –, é autor de um requerimento para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue essas denúncias.

O que eu gostaria de registrar aqui, no início da reunião, é que, mais do que nunca, se faz necessário que nós possamos aprofundar o debate sobre a realização dessa CPI e concluirmos a coleta das assinaturas necessárias para a sua implantação.

Gostaria de fazer esse registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Só completando, Presidente, se V. Exa. me permite, estamos apenas a duas assinaturas para que o requerimento seja apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A outra coisa é que nós tivemos a primeira reunião da Comissão Temporária Externa para tratar deste tema e tomamos algumas decisões em comum. Primeiro, elegemos, por aclamação, o Senador Nelsinho Trad como Relator da Comissão. Segundo, decidimos trabalhar em conjunto, a Comissão Externa e a Comissão de Direitos Humanos.

A Comissão de Direitos Humanos, sendo uma Comissão permanente, dispõe de uma série de instrumentos, de mecanismos que permitem o aprofundamento da investigação e que não constam das atividades ou atribuições ou prerrogativas das Comissões Externas. Então, vamos trabalhar em comum o tempo inteiro.

Hoje, nós temos o requerimento de audiência pública, que vai contar com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da Fundação Nacional do Índio.

Não sei se ele está aqui presente. Ele está presente remotamente.

Seja bem-vindo à nossa reunião.

São também convidados: o representante do grupo Indigenistas Associados, que ainda não chegou; e o representante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, Univaja, que também está *on-line*.

Justificação: a confirmação dos assassinatos na Amazônia do indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, colaborador do jornal *The Guardian*, no início de junho, na região do Vale do Javari, joga foco sobre uma questão que há muito tempo aterroriza a região: a criminalidade e atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas na região Norte e em outros estados.

Segundo informações da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Bruno recebia constantes ameaças de madeireiros, garimpeiros e pescadores.

Desde o início do Governo Jair Bolsonaro, foram denunciados o desmantelamento do aparelho estatal de repressão à criminalidade ambiental, de proteção às minorias, principalmente indígenas bem como os ataques incessantes contra a imprensa, contexto que está intimamente relacionado com o caso de Bruno Pereira e Dom Phillips.

O Governo falha em combater atividades criminosas e, estranhamente, ao mesmo tempo, tenta legalizá-las. O desmatamento amazônico, por exemplo, tem subido ano a ano. A área devastada, no ano passado, é mais de oito vezes superior à da cidade de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre 2012 a 2021, a Amazônia concentrou mais de 70% das mortes por conflitos fundiários no país. Segundo um levantamento da Comissão Pastoral da Terra, pelo menos 313 pessoas perderam a vida em disputas por terra na região.

Os grupos mais vitimados, segundo os mesmos dados, foram os povos indígenas (26% dos assassinados) e os quilombolas (17%).

Só em 2021, segundo outro relatório da CPT, foram registradas ameaças de morte contra 32 lideranças indígenas ou servidores públicos que atuam em defesa dos territórios. A maioria da lista é composta de cacicas e caciques, membros de comunidades locais, além de lideranças ativistas em defesa de povos indígenas. Por isso, a presente audiência pública se torna fundamental e urgente para um debate que tem tomado as principais manchetes dos veículos do Brasil e do mundo.

As entidades convidadas são as maiores especialistas no assunto e convivem de perto com as questões relacionadas.

Representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), dos Indigenistas Associados e da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari são atores adequados para que, juntos com a Comissão Temporária para Investigar as causas do aumento da criminalidade e de atentados na Região Norte e a Comissão de Direitos Humanos, possamos dar a devida resposta a esta grave situação que assola a Floresta Amazônica, patrimônio biológico de todos os brasileiros. Eu gostaria de agradecer aqui a presença das seguintes lideranças: tuxá, guarani caiová, guarani nhandeva, tupinambá, taurepangue, uapixana e macuxi. Gostaria de agradecer também à Univaja, à Coiab, ao Cimi, à OPI e à Apib.

E gostaria de refazer aqui o convite ao Sr. Eliésio Marubo, representante da Procuradoria Jurídica da Univaja.

Já chegou? (*Pausa.*)

Ainda não chegou.

Então poderíamos passar imediatamente a palavra ao convidado remoto, Geovanio Oitaia... Ao Presidente do INA (Indigenistas Associados), que é o Sr. Fernando Vianna.

O tempo para a exposição é de dez minutos e, quando estiverem faltando 15 segundos, haverá um aviso para que a pessoa possa concluir o seu raciocínio, com a devida tolerância por parte da Mesa.

Então, com a palavra o Presidente do INA (Indigenistas Associados), Fernando Vianna.

O SR. FERNANDO VIANNA (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Humberto Costa.

Vocês me ouvem bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

O SR. FERNANDO VIANNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, demais Senadores, demais convidados e lideranças indígenas presentes. Quero começar, evidentemente, manifestando a nossa solidariedade às famílias e aos amigos de Bruno Pereira e de Dom Phillips, depois desse trágico acontecimento na região do Vale do Javari, e externar aqui os posicionamentos, em nome da Indigenistas Associados, que é uma associação de servidores da Funai, também com colaboradores indigenistas externos.

Quero dizer que, desde o começo do desaparecimento, nós acompanhamos, com muita preocupação, o que estava acontecendo na região, sabedores de que não se tratava de um evento solto, tratava-se, na verdade, de algo que se situa num contexto muito mais amplo e muito mais preocupante.

Bruno e Dom foram assassinados barbaramente na mesma região em que, em 2019, também foi assassinado um colaborador da Fundação Nacional do Índio por conta de suas atividades. Maxciel era o nome desse colaborador que foi assassinado em 2019 na cidade de Tabatinga por conta de suas atuações na fiscalização, no combate às atividades ilícitas no interior da terra indígena Vale do Javari.

Ainda antes da morte do Maxciel, as bases da Funai no interior da terra indígena, onde os servidores ficam, durante um tempo, fiscalizando, monitorando o que acontece dentro da terra indígena, essas bases foram objeto de ataques a tiros seguidas vezes.

Então, há todo um quadro de invasão de pessoas que ingressam na Terra Indígena Vale do Javari para praticar atividades ilícitas. E a gente sabe também, as pessoas que acompanham, que, mais do que acompanham, relatam o que está acontecendo região do Vale do Javari, sabem que, junto com os crimes ambientais mais costumeiros, de, por exemplo, pesca e caça ilícitas, ilícitas por se tratar de não indígenas... Os recursos naturais no interior da terra indígena são de usufruto dos indígenas, conforme o que está na Constituição. Esses grupos que entram, que invadem para praticar, para se apoderar ilicitamente dos recursos naturais da Terra Indígena Vale do Javari estão, hoje em dia, articulados com criminalidades, com forças do crime muito mais complexas, muito mais amplas, que têm conexões com o narcotráfico internacional. Estamos tratando de uma terra indígena numa região de tríplice fronteira, com Peru e Colômbia, tráfico internacional de armas...

Há todo um contexto muito grave que vem sendo denunciado há muito tempo pela organização indígena que atua na região, a Univaja, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, junto a qual o Bruno vinha atuando. O Bruno era servidor da Funai, como eu, licenciado. Por que o Bruno estava licenciado? Porque o Bruno trabalhava como Coordenador-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato, um setor da Funai situado em Brasília que coordena toda essa política para índios isolados e de recente contato nas diversas regiões da Amazônia onde há essas populações com essas características, e o Vale do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Javari é onde há a maior presença concentrada de índios isolados. Então, um dos principais focos de atuação da coordenação sempre foi o Vale do Javari, como há outras também na Amazônia. E o Bruno vinha trabalhando nessa coordenação-geral, vinha fazendo o que tem que ser feito... Há várias situações que merecem esse combate por parte da Funai, das ilegalidades, por exemplo, de garimpo também, situações de garimpo que afetam essas terras indígenas, e isso requer uma articulação da Funai com outros órgãos para o combate a essas atividades ilícitas que afetam as terras com presenças de isolados e de indígenas de recente contato. O Bruno estava atuando, como sempre fez, quando foi exonerado do cargo. E o Bruno talvez tenha sido a pessoa que percebeu mais rapidamente o que estava em curso e que segue em curso hoje na Funai, que é uma gestão absolutamente comprometida com o contrário do que deveria ser a missão institucional do órgão indigenista.

Então, em várias frentes de atuação, e a política para índios isolados e de recente contato é uma delas, a atual gestão da Funai vem se mostrando comprometida não com os direitos indígenas e com aquilo que está na Constituição e com aquilo que deveria ser o seu trabalho, mas com os interesses econômicos e os interesses dos setores que disputam a posse da terra com os indígenas e que querem ingressar nas terras indígenas e se apoderar dos recursos naturais.

A gente sabe dos casos de garimpo: há pouco tempo estava no noticiário a explosão novamente do garimpo na terra, por exemplo, ianomâmi, na terra dos indígenas mundurucu, na região do Pará, na terra indígena dos caiapós, também no Pará e no Mato Grosso. Essas são terras com presença muito intensa de garimpo ilegal, e a gente tem todo um discurso, por um lado, um discurso de altas autoridades do país, incentivando essas práticas, defendendo a existência dessas práticas e, junto com isso, um afrouxamento da fiscalização ambiental e uma desproteção efetiva das terras indígenas. Isso gera um quadro de aumento dessas invasões, e é justamente por conta desse quadro que a Univaja, suprindo decididamente a ausência do Estado nessa frente de combate às ilegalidades na sua terra, tem organizado equipes destinadas a vigiar o seu território, equipes de vigilância da própria Univaja, e era esse trabalho que o Bruno tinha deixado – tinha pedido licença da Funai, uma vez que percebeu que ele não poderia fazer isso dentro da Funai, que não estava sendo bem visto agora, atualmente, na Funai esse tipo de preocupação. Ele teve que se dedicar diretamente aos indígenas lá na região, uma vez licenciado do órgão, numa prática de consultoria direta à Univaja. Era justamente nesse trabalho da Univaja, de vigilância do seu território, de denúncia das práticas ilícitas, que o Bruno estava engajado. E o Bruno tinha também, pensando numa outra dimensão –, a dimensão de comunicação, de exposição para a sociedade como um todo e até internacionalmente da situação tanto de invasão quanto do trabalho desenvolvido pelos indígenas para combater a invasão –, se articulado com o jornalista Dom Phillips, tinha levado o Dom Phillips para fazer esse trabalho.

Causa-nos muita indignação o fato de que, quando houve o desaparecimento, o que houve por parte do órgão no qual nós trabalhamos não foi a manifestação pública de preocupação com o desaparecimento, não foi dizer que o órgão Funai estava muito empenhado em proceder às buscas que eram necessárias naquele momento. O que a gente viu foi a presidência da Funai ir a público apresentar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discurso de que Bruno e Dom não deveriam estar no lugar onde estavam na hora em que desapareceram, e o que é mais indigno é que isso se fez com base em falsas informações. Então, foi apresentada uma versão de que Bruno e Dom teriam ingressado na terra indígena sem autorização para fazê-lo. Acontece que isto a Univaja já informou publicamente: eles não ingressaram na terra indígena, eles se encontraram com a equipe da Univaja fora da terra indígena.

Isso passou em rede nacional de televisão com descrição gráfica, mostrando onde estava a equipe da Univaja quando recebeu e foi conversar, recebeu a visita rápida do Jornalista Dom Phillips, que o Bruno levou até lá. Isso era fora da terra indígena. Aí a versão que passou a ser refeita, em vez de se retratar, de acolher a figura do indigenista que trabalhava na região há muito tempo, foi refeita a narrativa para dar conta de insinuar que a Univaja, Bruno, Dom Phillips e até os servidores da Funai da região tenham feito coisas erradas, teriam deixado de requerer do Bruno um PCR, apresentar uma comprovação de que não teria covid, por conta da pandemia, o que é absolutamente despropositado, tendo em conta que o Bruno e o Dom não ingressaram em terra indígena.

Bom, eu tenho muito pouco tempo. Eu só queria dizer que toda essa situação nos leva hoje a uma situação, Senador Humberto...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor tem uma tolerância nossa aqui para concluir seu raciocínio.

O SR. FERNANDO VIANNA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Eu só queria então concluir dizendo que toda essa situação nos traz hoje muita indignação, é uma situação que nos leva a um estado de greve. Nós estamos agora em estado de greve, temos uma paralisação nacional marcada para amanhã, temos aí uma pauta muito básica que envolve a retratação do Presidente da Funai diante do Bruno e Dom, diante dos servidores da região, diante da própria Univaja.

Consideramos muito importante que a Univaja esteja presente hoje nesta audiência para expor sua própria posição, a Univaja, que participou tão ativamente das buscas e não teve reconhecimento por parte do Governo Federal em relação a isso, e tem tanto a oferecer para esclarecer a realidade da região.

Queremos segurança para os servidores e para os indígenas que estão lá na ponta, continuam lá, e queremos uma força-tarefa, um reforço para esses poucos servidores que têm que fazer frente à criminalidade ainda agora, no momento atual, lá na região do Vale do Javari.

Muito sinteticamente é isso, Senador. Eu aproveito e agradeço a oportunidade de estar aqui falando e louvo a iniciativa de trazer a Univaja para apresentar fatos mais lá da ponta mesmo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Sr. Fernando Viana, Presidente do INA (Indigenistas Associados), pela sua exposição, sua manifestação enriquecedora para o nosso debate aqui.

Eu queria convidar a fazer parte da mesa o Sr. Eliésio Marubo, representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), para que possa também fazer uso da palavra. Em seguida, nós vamos ouvir o convidado Geovanio Pantoja Katukina, que é Coordenador-Geral de índios Isolados e Recém Contatados da Fundação Nacional do Índio.

Então, agora com a palavra, por dez minutos, o Sr. Eliésio Marubo, representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

O SR. ELIÉSIO MARUBO (Para expor.) – Senhoras e senhores, é sempre uma grande honra estar aqui na Casa, representação do povo, justamente para trazer informações de grande relevância para a sociedade brasileira que envolvem o assassinato cruel e brutal de Bruno e Dom, na forma como é conhecido pela sociedade brasileira e até pela sociedade fora do Brasil, dessa situação que ocorreu no Vale do Javari.

É importante que a gente fixe o entendimento aqui, Srs. Senadores, de que essa atuação do Bruno e do Dom, no Vale do Javari, diferentemente do que tem sido mencionado nos corredores por aí, sobretudo nos da Polícia Federal, está ligada à nossa atividade precípua de representação do nosso povo ali na região do Vale do Javari. Eu recebi a informação, no dia de ontem, de que Bruno não possuía qualquer vinculação com o movimento indígena naquela região, e, na verdade, essa informação é falsa. Bruno e Dom estavam realizando uma atividade de necessidade do movimento indígena naquela região, que era justamente, em parceria com a imprensa, dar condição para que a sociedade conhecesse o trabalho que a gente realiza naquela região, trabalho que culminou no desaparecimento, e, depois, descobriu-se que se tratava de homicídios de uma forma muito cruel como os que aconteceram ali na região.

Eu digo aos Srs. Senadores que o Bruno, dias antes, numa reunião com a Procuradoria da República, ali na região de Tabatinga, uma das últimas falas do Bruno – e eu estava presente, e o Beto, nosso representante aqui em Brasília, também estava... Eu lembro que uma das afirmações que eu fiz – e Bruno a confirmou –, naquele momento, foi: "Doutora, nós estamos, literalmente, no alvo do crime organizado na região. Nós vamos ficar aqui defendendo o nosso povo até o último índio. Se a gente tombar aqui, vai ser em razão do trabalho de defesa da nossa região". Olhei para o Bruno, e ele falou a mesma coisa.

E, infelizmente, nós tivemos, então, esse resultado horrendo, esse resultado terrível, sempre colocando como ponto central a ineficiência dos órgãos públicos, sobretudo da Funai. Eu gostaria muito de ouvir o que a Funai tem a dizer. Eu gostaria muito de ouvir do Ministério Público o que fez com as tantas denúncias que nós fizemos. Eu gostaria muito de saber... E é importante que haja esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento para que a gente dê respostas não só para a família do Bruno e para a do Dom, mas para que a gente dê resposta também para a sociedade. Que país é este em que nós estamos vivendo, Excelências? Que país é este? Será quantos mais brunos e quantos mais dons terão que morrer?

Todo mundo sabe – é público e notório – que a diretoria da Univaja toda está marcada com a mesma marca de Bruno e de Dom. Temos que andar com segurança, temos que andar com carro blindado, temos que andar... Isso não é vida! Nós não estamos num país em guerra. Nós não estamos pedindo nada demais. Nós queremos ter acesso a todas as garantias constitucionais que são trazidas ao povo brasileiro no documento maior do nosso país, Excelências. Eu acredito que isso não é crime, não.

Até onde eu sei, a atuação da Univaja é pautada na atuação em defesa do interesse das próprias comunidades. A EVU, que todo mundo tem conhecido muito, que está aí nos jornais, tem realizado exatamente isto: cuidando da sua própria casa, uma vez que o Estado se faz omisso naquela região; isso não é segredo para ninguém. Agora, a Univaja também está disposta a dialogar, como nós temos feito até aqui; dialogamos com as instituições, chamamos as instituições e coordenamos os trabalhos lá.

Nós não estamos a fim de... Não estamos atrás de reconhecimento, de forma alguma, mas nós gostaríamos de sentar à mesa e discutir todos os temas. Inclusive, a grande questão que nós temos na região, a grande conversa que nós temos ouvido da parte da Funai para a não realização da sua função teleológica na região é a de que não há recurso. Pois, então, vamos conversar com o Parlamento para ver um remanejamento de despesa, para fazer um destaque orçamentário, para fazer uma emenda, para fazer algo para que a Funai não tenha mais que dizer que não tem mais recurso.

Se a questão for recurso, nós já estamos falando, inclusive, de recurso financeiro há muito tempo. A Univaja, através de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do 5° Ofício de Manaus, pediu ingresso naquela ação, naquela ação civil pública, pasmem os senhores, para obrigar a Funai a receber a doação, dinheiro que nós recebemos de um parceiro e queríamos colocar à disposição da Funai, justamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – O senhor poderia detalhar essa ação?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Posso.

Eu vou compartilhar depois o número da ação, vou fazer formalmente para a Comissão, vou fazer a juntada formal do número da ação e da manifestação da Univaja naquela ação. Pedimos ingresso nessa ação. Ela objetiva o quê? Objetiva a reestruturação das bases, das frentes de proteção na Amazônia. Dentro dessa ação, há as bases ali do Vale do Javari. Então, como é interesse nosso, nós tínhamos um financiador. Chamamos o Ministério Público da Procuradoria de Tabatinga, para depois não dizerem que a gente está vendendo a Amazônia ou dando dinheiro das ONGs internacionais, chamamos para conversar o Ministério Público e também a Defensoria Pública da União, pedimos ingresso na ação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizemos uma proposta de acordo extrajudicial. A proposta consistia numa doação, a Univaja doando para a Funai, se não me falha a memória, um milhão e trezentos e poucos mil reais, já que a grande questão era não ter recurso. E a ideia seria o quê? Se falta barco, está aqui o barco com gasolina; se falta pessoal, está aqui um parente nosso, um parente indígena que veio da comunidade se voluntariar para dirigir o barco; se falta fiscalização, faça um remanejamento, traga um servidor para cá porque a estrutura já está pronta. A ideia era essa! E até hoje a Funai... Aliás, era uma doação da Univaja sob condições. Que condições? "Deixem-nos trabalhar com vocês, nós queremos ajudar vocês" – essa foi a nossa condição para a doação do dinheiro.

A Funai se manifesta no processo: "Eu quero saber quando vão doar, quanto vai ser". Fizeram um evento na cidade de Atalaia do Norte para expor um monte de coisa, fizeram promessa dizendo que teríamos um orçamento na Funai para fazer o serviço na região, na Serra do Javari, de até R$13 milhões. Também vou compartilhar o relatório que nós fizemos, a relatoria desse seminário lá, de que haveria, no orçamento, para o ano que vem, R$13 milhões para fazer as atividades precípuas da Funai. Também não tivemos notícia de nada ainda, nada de formalidades, nada daquilo que foi prometido aconteceu. O dinheiro continua na conta, à disposição da Funai. Até onde me consta, nos bastidores, o Presidente havia manifestado que não tinha interesse porque é dinheiro de ONG estrangeira. E o resultado é este: Bruno e Dom. O resultado é que vários companheiros da nossa diretoria estão ameaçados. A gente certamente vai ter muitos Brunos e Dons na região, primeiro, porque a Polícia Federal já está indicando que não quer investigar profundamente essa questão, já até nos manifestamos sobre isso também.

Certamente, nós vamos continuar no estado em que nós sempre estivemos naquela região: de cara limpa, brigando pelos nossos parentes, exigindo que o Estado cumpra com aquilo que já é garantido, assim não precisaríamos, em tese, colocar nossa vida em perigo para obter como contrapartida a atuação do Estado.

De forma muito resumida, Presidente, é isso.

A Univaja vai fazer juntada de algumas informações que nós já compartilhamos com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, que são: as denúncias – isso já está compartilhado desde o sumiço de Dom, compartilhamos com a imprensa, sobretudo, porque tinha que noticiar esse fato –; a ação civil, que eu mencionei; e a relatoria do evento que a Funai fez, que eles chamaram de Seminário para os Povos Indígenas Isolados – uma coisa assim –, na cidade de Atalaia do Norte, que, na verdade, foi um oba-oba que não gerou nada. Trouxemos as nossas preocupações, que também não foram ouvidas, assim como as outras que já levamos. O resultado foi essa catástrofe aí que nós tivemos no Javari, e, certamente, teremos mais – eu estou afirmando que nós teremos mais.

É importante que esta Casa atue. É importante que o Parlamento acompanhe essa situação, para que a gente não continue tendo esse tipo de resultado na região do Vale do Javari.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Sr. Eliésio Marubo, representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Muito importante aqui a sua manifestação e, principalmente, o alerta que V. Sa. faz de que outros casos semelhantes poderão se repetir.

Ao longo das indagações, nós poderemos buscar mais informações, mas quero lhe dizer que é interesse deste Congresso Nacional, é interesse do Senado. O próprio Presidente do Senado foi muito enfático no dia em que o Plenário aprovou a proposta do Senador Randolfe Rodrigues para a instituição desta Comissão Externa. Eu tenho convicção, certeza de que tudo será feito para que nós possamos evitar a repetição de fatos como esse.

Eu queria convidar agora também para, no espaço de dez minutos, com a devida tolerância, fazer uso da palavra o Coordenador-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Fundação Nacional do Índio, que participa do nosso evento, da nossa audiência remotamente.

Com a palavra o Dr. Geovanio.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite para participar desta mesa de discussões sobre o que aconteceu lá na região do Vale do Javari, que resultou nos homicídios de um indigenista licenciado da Funai e de um grande jornalista, o Dom.

As pessoas próximas a essas pessoas perderam um amigo, as suas famílias perderam uma pessoa querida e os filhos perderam um pai. É o que a gente resume dos dois, principalmente do Bruno, que trabalhou muito tempo na Coordenação de Índios Isolados, e eu tive o prazer de trabalhar juntamente com ele e com outros tantos indigenistas que temos no Brasil.

Um pouco do que aconteceu durante esse período de buscas. No domingo, como é sabido por todos, a Univaja iniciou as buscas, no domingo ainda, quando percebeu que os dois não tinham chegado a Atalaia do Norte. A Funai teve informações desse desaparecimento somente na segunda, às oito da manhã, através da Univaja, que informou o desaparecimento dos dois. A partir desse momento, eu já coloquei a Frente de Proteção para ajudar nessas buscas. Através da Frente de Proteção Vale do Javari, que foi coordenada pelo servidor indigenista especializado da coordenação lá da região, foram iniciadas as buscas através da base do Itaquaí, que teve o apoio da Força Nacional e de servidores da Funai. Fizeram esse traslado até Atalaia e já iniciaram as buscas na segunda-feira. Na terça, a gente aumentou o contingente de buscas, já tínhamos quatro equipes. Uma estava percorrendo toda a região do Quixito, que é um rio que desemboca no Itaquaí, e havia as equipes saindo de Atalaia, as equipes indígenas da Funai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que passaram no processo seletivo. Vale ressaltar o engajamento de todos, tanto da equipe da Univaja quanto da equipe da Funai, formada por indígenas servidores que trabalharam intensamente nessas buscas. A gente, a todo momento, tinha a ideia de encontrá-los vivos e sempre... À medida que a semana foi passando, que os dias foram passando, as angústias foram aumentando quanto a essa busca, que, acredito, era da sociedade também, que estava acompanhando todo esse processo. Então, a Funai esteve presente em todo o processo de busca e acompanhamento dessas equipes, juntamente com a Polícia Federal e outras instituições que estavam presentes. Basicamente é isso.

A ação na região do Vale do Javari... É bom que tenhamos em mente e tenhamos numa linha a atuação da Funai na terra indígena Vale do Javari através das bases de proteção. Hoje a gente tem em torno de seis servidores, através do processo seletivo da ADPF 709, com as barreiras sanitárias, que estão trabalhando na região. Em quase sua totalidade são indígenas da região, conhecedores da região, e, para a gente, foi muito gratificante fazer esse processo seletivo por meio do qual a gente conseguiu ter essa mão de obra qualificada.

Os trabalhos das bases continuam durante todo o ano, mas vale ressaltar que a parte administrativa, logística e estrutural dessa frente de proteção não é novidade para esse ano, não é? Na Frente de Proteção a gente sempre teve a necessidade de estruturação desses trabalhos, a gente sempre teve a necessidade... Para os senhores terem ideia: por um período de sete anos não se teve coordenador na Frente de Proteção Vale do Javari, sem continuidade com o trabalho de titularidade e o desenvolvimento do trabalho na região. Hoje temos cinco bases de proteção atuando no Vale do Javari. Pelo tamanho da região, temos que avançar em várias pautas, tanto na questão do monitoramento de índios isolados como na questão de entorno. Como é uma área de fronteira, acredito que é um trabalho conjunto de Estado, tanto a Polícia Federal, quanto o Ibama, quanto a Funai também têm que atuar juntos em todo esse processo. É basicamente isso.

Para os senhores terem uma ideia, em 2018, o orçamento que foi para a frente de proteção foi de R$205 mil. Hoje, com R$205 mil, a gente não consegue manter uma base de proteção ativada funcionando dentro de uma terra indígena.

A ideia dessa reestruturação desse trabalho de frente já se deu com a mudança da coordenação. Hoje, o coordenador que está à frente é servidor da casa, é indigenista especializado, conhecedor da região e a ideia é fazer essa reestruturação e todo esse processo de trabalho.

Eu tive acesso ao projeto da Univaja há dois anos, em que citava esse trabalho em conjunto com a Funai para os trabalhos de vigilância. No meu ponto de vista, eu acho que temos que avançar nesse processo de entorno, principalmente em trabalhar com essa mão de obra que são os indígenas, conhecedores da região, conhecedores do trabalho de monitoramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem essa ação civil pública, como foi falado, e a gente também pode repassar os documentos que temos aqui na Funai sobre todas essas tratativas junto a Univaja. Está aqui o representante da Univaja, o Dr. Eliésio, o qual eu tive o prazer de conhecer, muito aguerrido, dentre outros também da região.

Mas é isso, estou à disposição aqui para a gente dialogar da melhor forma possível e sentar, como o Eliésio comentou. Eu acho que é o momento de sentar com todas as instituições e conversar mesmo. A Casa tem um papel fundamental e, para mim, é uma felicidade gigantesca estar falando com os senhores e a gente poder estar apoiando as ações no Vale do Javari, que são superimportantes para o trabalho de monitoramento de índios isolados e a proteção territorial desses grupos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Muito obrigado, Dr. Geovanio Pantoja Katukina.

De imediato, vou passar a palavra ao nosso Relator, o Relator da Comissão Especial, para que ele possa fazer as suas perguntas e, posteriormente, os Senadores e as Senadoras aqui, presencialmente ou remotamente, também dirigirão as suas indagações aos nossos convidados.

Então, com a palavra, o Senador Nelsinho Trad, Relator da nossa Comissão Especial, para que possa dirigir as suas indagações.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Humberto Costa, acompanhado que está, na Mesa Diretiva, pelo Senador Randolfe e acompanhado que estamos pelos outros colegas Senadores que remotamente estão presentes.

Eu tenho três questionamentos a serem dirigidos a três pessoas que já proferiram as suas impressões.

Eu vou seguir a ordem cronológica das apresentações e a primeira pergunta vai para o Fernando Vianna, Presidente dos Indigenistas Associados (INA). A INA e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) acabaram de publicar um dossiê intitulado *Fundação anti-indígena*, que tece críticas no sentido de a atual gestão desmontar a política indígena para favorecer invasores e buscar abertura das terras indígenas para a exploração econômica. Isso foi apresentado nesse dossiê. (*Pausa.*)

Em algumas passagens, o dossiê remete a algumas acusações. Nós dizemos que estamos diante de divisões controversas, o que, no ambiente democrático, é legítimo. O Governo costuma afirmar que tem substituído a política de segregação pela busca da integração e que sua meta é dar verdadeira autonomia para que os indígenas possam ter liberdade de desenvolver as atividades econômicas que desejarem nas suas próprias terras, libertando-os da tutela do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu já reiterei, aparentemente, estamos diante de visões bastante distintas sobre como deve ser orientada a política indigenista, o que é reforçado pela parte final do dossiê, que contém propostas para, inclusive, a participação democrática que querem fazer – e isso é legítimo também – frente aos candidatos nas eleições vindouras.

Pergunto, portanto, ao Sr. Fernando Vianna se estamos apenas diante de visões radicalmente distintas, mas democraticamente legítimas sobre os rumos da política indigenista ou se os senhores veem indícios objetivos de irregularidades e até mesmo de atos ilícitos por parte da atual gestão da Funai. Essa é a pergunta que eu quero fazer para o Fernando Vianna.

Ato contínuo – eu pediria que o Sr. Fernando Vianna anotasse a pergunta –, eu vou fazer os questionamentos ao Sr. Eliésio Marubo, que está aqui presente, representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale Javari (Univaja). Seja bem-vindo! Eu pediria que V. Sa. anotasse as perguntas, até para, numa dinâmica otimizada, quando for respondê-las, após os questionamentos que eu vou fazer para o último palestrante, que o senhor não se perca no seu raciocínio.

O indigenista Bruno Pereira se licenciou da Funai e passou a trabalhar como colaborador da Univaja. A imprensa tem divulgado que essa escolha teria sido motivada por ele não conseguir proteger os indígenas dentro do próprio órgão indigenista.

As perguntas que faço ao Sr. Eliésio Marubo são as seguintes: Quais as mudanças que observou na atuação da Funai e dos órgãos de segurança na Terra Indígena do Vale do Javari desde 2019? Houve aumento da violência, das invasões à terra indígena nesse período? Se possível, citar números e responsáveis. Quais iniciativas de proteção territorial vinham sendo tomadas pela Univaja? E tinham apoio da Funai e dos órgãos de segurança? Em relação às ameaças já relatadas, inclusive no próprio testemunho de V. Sa., essas ameaças foram denunciadas aos órgãos de segurança competentes? Quais órgãos? Se possível, citar as pessoas e por quantas vezes. Se foram denunciadas, os órgãos que receberam as denúncias tomaram eles as devidas providências para proteger os ameaçados? Vocês conseguiriam identificar os controladores e financiadores das atividades ilegais, tanto de caça, pesca, tráfico de armas, drogas e garimpo?

Essas seis perguntas compõem a formação do nosso juízo diante daquilo que foi falado pelo Eliésio Marubo.

Quanto ao representante da Funai, Sr. Geovanio, que está remotamente nos acompanhando – as nossas boas-vindas também –, eu tenho as seguintes perguntas.

Consta, ao longo dos últimos anos, que a Funai tem sido alvo de críticas por supostamente ter abandonado a proteção das terras indígenas e passado a favorecer os interesses de agentes não indígenas, principalmente nessas áreas. Citam-se garimpeiros, madeireiros, grileiros, caçadores e pescadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Bruno Pereira, em 2019, foi exonerado da Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recém-Contatados e substituído por um missionário.

São algumas constatações para eu poder chegar às perguntas.

Além disso, a postura anterior da Funai, especialmente com relação aos isolados, que era de contenção e restrição de contato, deu lugar a iniciativas que visam integrar os indígenas à sociedade circundante, mediante desenvolvimento de atividades econômicas nas suas terras, como arrendamento, mineração e facilitação do acesso a missionários.

Os críticos apontam que esse estado de desproteção e estímulo à ocupação seriam responsáveis, em tese, ao menos parcialmente, pelo aumento da violência contra os indígenas e das invasões de suas terras, além de ataques às equipes da Funai e do Ibama.

Sr. Geovanio, que representa a Funai, diante dessas críticas, seguem quatro perguntas: Como V. Sa. responde a essa situação, em um caráter mais geral, sobre o suposto desmonte da política indigenista? O senhor poderia nos repassar o perfil profissional da Diretoria de Proteção Territorial? Quantos dos cargos de coordenação-geral e de coordenação das Frentes de Proteção Etnoambiental são ocupados por indigenistas da própria Funai? Qual foi a evolução das atividades de proteção territorial de terras indígenas em termos de números de operações e orçamento aprovado e executado desde 2019?

Sr. Presidente, esses são os questionamentos que o Relator necessita esclarecer para, diante da função que me designaram, montar um juízo a respeito das três oitivas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. e, conforme a demanda de V. Exa., vamos também passar diretamente aos representantes aqui presentes para que possam responder na mesma ordem em que as apresentações foram feitas.

Então, eu passo a palavra ao Presidente do INA, Indigenistas Associados, Fernando Vianna, que disporá aí de algo em torno de dez minutos para a sua resposta. Em seguida, os demais.

O SR. FERNANDO VIANNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Humberto Costa. Obrigado, Sr. Relator, Senador Nelsinho Trad, pelos questionamentos que me foram dirigidos. É uma oportunidade de falar de fato sobre esse dossiê que nós apresentamos e felizmente chegou às mãos do senhor.

De fato, eu tinha pouco tempo para falar, mas é importante a gente situar tudo isso no contexto de uma política mais ampla, que vem sendo implementada pela atual gestão da Funai e que nos gera, Sr. Relator, um sentimento de muita indignação. O conteúdo do dossiê, o dossiê tem cerca de 200 páginas –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é claro que eu não vou poder aqui entrar nos detalhes senão me perco no tempo –, mas eu queria dizer para o senhor que os conteúdos básicos são... Análise documental não é simplesmente tecer críticas, Sr. Relator, é apresentação de documentos, é apresentação de fatos que têm acontecido dentro da Funai, isso ao longo de 200 páginas, que apontam, por um lado, para isso que a gente expressa no título do trabalho, uma fundação anti-indígena, ou seja, que está sendo colocada para trabalhar contra o sentido da política indigenista brasileira tal como está fundamentada na Constituição brasileira – eu já volto a esse ponto -, e, por outro lado, é um sentimento de muita indignação porque o ambiente geral é um ambiente de perseguição, assédio, descaso, falta de diálogo, tanto com lideranças indígenas quanto com servidores. Isso nos gera um sentimento de muita indignação.

O evento trágico do Vale do Javari foi como uma gota d'água que chegou alimentando esse sentimento de indignação e nos colocou, então, nesse estado de greve a que eu fazia menção.

E queria aproveitar a oportunidade, Sr. Relator, demais Senadores membros da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão Externa também. Nós estamos necessitando abrir diálogo nesse movimento de greve em que nós estamos agora com o ministro da Justiça. Precisamos conversar, abrir negociação com o senhor Ministro da Justiça para tratar de toda essa situação que está acontecendo na Funai.

Muito obrigado.

Mas, assim, respondendo diretamente ao Sr. Relator, no que tange àquele... Trata-se simplesmente de visões diferentes ou trata-se de uma situação de irregularidade?

Olha, a Constituição brasileira é muita clara no que se refere à obrigação da União, do Estado brasileiro, de demarcar e proteger as terras indígenas, e que a posse e o usufruto dos recursos naturais dessas terras são dos indígenas.

O que a gente vê desde a campanha eleitoral é um discurso político dizendo que não vai demarcar um centímetro de terra indígena. Isso é um discurso inconstitucional.

Portanto, a prática desse discurso, que vem sendo a prática atual da política indigenista brasileira, é inconstitucional. Não pode não demarcar um centímetro de terra indígena. Tem que demarcar as terras indígenas e tem que protegê-las. Não pode deixar outros setores se apoderarem dos recursos naturais. E é isso que tem sido feito. A gente descreve diversas facetas de como isso tem sido feito não só na região do Vale do Javari, mas em todo o Brasil. Isso está no conteúdo de 200 páginas do relatório.

Portanto, Sr. Relator, a nossa visão, eu poderia aprofundar os pontos se for do interesse do senhor. Eu me coloco, desde já, à disposição da assessoria para a gente apresentar subsídios para o senhor, para o seu relatório, para a gente mostrar, em detalhe, como isso vem se dando, mas, de todo modo, é evidente, é evidente para nós que há irregularidades, porque não se pode gerir um órgão que tem por missão proteger

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e promover os direitos dos povos indígenas desprotegendo os direitos dos indígenas e promovendo o interesse daqueles que disputam a posse da terra com esses grupos indígenas. Isso tem diferentes manifestações ao largo do país, mas é isso que a gente mostra no dossiê.

Basicamente, era isso que eu gostaria de dizer.

Gostaria de pedir o apoio dos Srs. Senadores para essa necessidade de a gente abrir uma interlocução com o Ministro da Justiça para a gente avançar nessas reivindicações que nós apresentamos neste momento diante da situação de indignação dos servidores com uma Presidência do órgão que, diante do que aconteceu com um servidor licenciado, mas um servidor como o Bruno, age da maneira como agiu e segue agindo.

Muito obrigado, Sr. Senador, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra agora, pela mesma ordem, o representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, a Univaja, Eliésio Marubo.

O SR. ELIÉSIO MARUBO (Para expor.) – Sr. Relator, bem, de fato, Bruno pediu licença, sim, licença de tratamento de interesse particular em razão da perseguição que vinha sofrendo dentro da alta cúpula da Funai. Todo mundo é sabedor de que Bruno coordenou um dos maiores trabalhos de atuação contra o crime organizado/garimpo na região do Vale do Javari. Isso culminou, sim, com a sua exoneração do cargo, que, aliás, é ocupado agora pelo outro convidado, o Sr. Katukina.

Com o Bruno, quando passou a atuar como colaborador da Univaja, também não foi diferente. A própria Funai abriu um processo administrativo para investigar possível prática de conflito de interesse da parte do servidor licenciado. Esse tema eu conheço muito bem, porque auxiliei Bruno a fazer a sua defesa prévia naquele processo e nada daquilo que foi alegado da inicial como prática imputada a Bruno prevaleceu até hoje. O processo encontra-se parado. Vamos esperar qual vai ser a próxima manobra para, de alguma maneira, expor a memória e o trabalho que ele possui.

Bem, desde 2019, de fato, vem aumentando, Senador, vem aumentando o índice de violência na região. Nós não podemos esquecer de um outro servidor que foi cruelmente assassinado nas ruas de Tabatinga com tiros na cabeça e na nuca, tal qual apontou agora a perícia da Polícia Federal, que indicou que Bruno também levou um tiro na nuca. Então, tal qual Bruno, Maxciel foi morto, alvejado da mesma forma.

Nós não podemos esquecer também que, desde 2019, a base, a frente de contato, a frente de proteção ali do rio Ituí, uma das que existem ali no Vale do Javari, mencionado pelo representante da Funai, que ainda funciona, segundo ele, na região, foi alvejada também. Agora temos percebido que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmos grupos criminosos que atuam na região alvejaram algumas vezes, se não me engano, três ou quatro vezes, a base que representa o Estado brasileiro ali naquela região.

Fora isso, as muitas ameaças que não só Bruno como toda a equipe EVU tem sofrido desde então. Em que consiste, Senador, só para fazer um esclarecimento, em que consiste o trabalho da EVU hoje, Equipe de Vigilância da Univaja? Diante das muitas denúncias que nós fizemos para as autoridades competentes ali na região do Vale do Javari e Tabatinga, uma das coisas que a gente ouvia era: "Não mandem mais ofícios para a gente não, porque a gente vai investigar o que se vocês não mandam informações qualificadas?" Mandava a mesma coisa para o Ministério Público: "A gente vai abrir um procedimento aqui e depois vamos conversar sobre isso", e não tínhamos resposta. A partir de 2021 resolvemos então qualificar essas informações. Conseguimos doações de *drones*, de câmaras fotográficas, trouxemos o Bruno para ler mapa, ensinar os nossos companheiros indígenas a lerem mapas, a pilotar barco, a consertar motor quebrado. Esse consistia o trabalho de colaboração do Bruno ali na região. Então, passamos a fazer relatórios com detalhes preciosos, detalhes técnicos, com todas as qualificações, aptos para que fosse dado início a um inquérito policial ou oferecimento de uma denúncia. E, desde 2021, esses documentos já foram publicizados também e estão disponíveis em univaja.info, essas informações foram cedidas para a imprensa, para a sociedade de forma geral. Desde 2021, segundo semestre, nós estamos oferecendo essas informações qualificadas para o Ministério Público Federal, na pessoa das Procuradoras Dra. Aline, Dra. Nathalia, ali da Procuradoria da República de Tabatinga, para a Polícia Federal, na pessoa do Delegado Wesley, se não me engano, Wesley Santos.

Nós resolvemos fazer um ajuste – como eu disse, a Univaja preza pelo diálogo com as instituições –, fizemos um ajuste com os dois órgãos, Ministério Público e Polícia Federal, criamos um fluxograma de informação. Como são informações sensíveis, informações sigilosas, gerávamos as informações no relatório, enviávamos para a Polícia Federal. Em caso de urgência, quando houvesse a necessidade de tomar alguma providência urgente, Polícia Federal, e aí a Polícia Federal compartilhava com o Ministério Público; quando não, quando era uma informação também relevante, mas não exigia nenhuma atuação mais enérgica da parte do Estado, enviávamos então para a procuradoria, Procuradora Dra. Aline ou Dra. Nathalia, da região da Procuradoria da República em Tabatinga.

Então, houve sim, respondendo à pergunta de V. Exa., houve sim um aumento da violência na região, vertiginosamente, coisa que nunca tinha visto naquela região, porque não passavam das ameaças, e passamos a ter mortes já, e as mortes estão crescendo, crescendo ainda mais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Se me permite, poderia detalhar desde quando há esse aumento da violência, de que período.

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Precisamente, desde 2019. Precisamente. Foi a partir de 2019 que as bases foram alvejadas, que a nossa equipe passou a ser perseguida, que passamos a receber ameaças, bilhetes apócrifos no nosso endereço. Desde 2019, certamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande parte dessas ameaças nós formalizamos e levamos a conhecimento da autoridade policial, a depender das competências ali: ameaças, na Justiça Comum, quando fora da terra indígena; e, dentro da terra indígena, a competência é da Justiça Federal.

Então, houve, sim, um aumento da violência na região.

Em relação à proteção territorial, por parte da Funai, não há.

Eu, inclusive, já havia solicitado, formalmente, para a Funai juntar relatórios de atividades realizadas – não podem servir informações *fake* –, informações produzidas com as comunidades da região, que dão conta de que, de fato, aconteceu fiscalização ou atividade precípua da Funai na região que trouxesse algum benefício social para a nossa região. Até hoje não recebi.

Tivemos um evento da própria Funai, na região de Atalaia do Norte, para o qual também não fomos convidados formalmente, mas fomos lá. Inclusive, cedemos espaço para que eles fizessem uma das suas atividades. Fizemos alguns questionamentos também sobre essa questão; não recebemos informação até hoje.

Então, a parte da realização da proteção territorial por parte da Funai, não conheço.

Por parte da Univaja, não é papel da Univaja realizar a proteção territorial. Nós realizamos, sim, vigilância do território, o que, aliás, tem resguardo no ordenamento jurídico brasileiro. A própria Funai tem um manual em que reconhece e estabelece, conceitualmente, o que é a vigilância indígena. E é o que a gente faz.

Dentro das atividades de vigilância indígena, nós também fazemos esse levantamento de informações que nós chamamos de informações qualificadas, com mapas, com indicação georreferenciada, com informações de drones. Inclusive, temos como captar as pessoas que estão dentro da floresta durante a noite, com aquela imagem termossensível, se não me engano, para justamente qualificar essas informações e entregá-las nas mãos das autoridades e pedir providências, como temos feito desde então.

Então, a Univaja não realiza proteção territorial da forma que a Funai entende, uma vez que nós temos dado mecanismos e possibilidades para que a própria autoridade assim o faça, conforme também a competência.

Denúncias, como eu já mencionei no início, sim. Tivemos muitas denúncias, não sei precisar quantas.

Como eu já mencionei, em univaja.info, há um *link* com todas as denúncias que nós oferecemos neste fluxo: Polícia Federal, a depender da urgência, ou Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tivemos resposta formal desses pedidos e dessas denúncias que nós oferecemos, com essas informações, nessas condições técnicas que eu já mencionei.

Quem recebeu? Já mencionei também: Dra. Aline, Ministério Público Federal, ou Dra. Nathalia; e, na Polícia Federal, Delegado Wesley.

Aliás, dessa conversa, desse ajuste, quem participou dessa reunião foi, inclusive, o Bruno, a pedido da Procuradora.

Se nós podemos identificar as pessoas que realizam os malfeitos, que realizam os crimes na região, eu não tenho como identificar essas pessoas. Mas, se considerassem os relatórios produzidos pela Univaja que, como eu disse, são informações técnicas com qualificação de pessoas, de coisas, etc., há informações valiosas que também foram ofertadas para as autoridades no momento oportuno.

Eu espero que tenha, de fato, atendido os questionamentos de V. Exa., Sr. Relator, Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço ao Dr. Eliésio Marubo.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Geovanio Pantoja Katukina para que ele possa, também, responder às indagações do Senador Nelsinho Trad.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia novamente.

Fiz um levantamento acerca das ações na terra indígena Vale do Javari. Vou disponibilizar para os senhores também. São muitos dados. É a solicitação, desde 2019, que fala das ações. Mas, em resumo, houve várias ações da Funai com a PM, com a Força Nacional.

O fato que o Dr. Eliésio comentou, em 2019...A partir de 2019, a base Ituí teve a permanência da Força Nacional, que está até hoje lá. A gente tem uma base de quarentena...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Sr. Geovanio, o Sr. me escuta? É Randolfe Rodrigues, aqui da Comissão. O senhor está me escutando?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência*.) – Sim. Estou sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Só para acrescentar aos questionamentos do Senador Nelsinho Trad.

O senhor está no cargo desde quando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Eu estou no cargo de Coordenador de Política de Proteção de Índios Isolados há dois anos, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Foi o senhor que sucedeu o Bruno?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Não, não fui eu. Foi o...O anterior ao Bruno foi Ricardo Dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Quantas ações o senhor coordenou, no Vale do Javari, de repressão aos esquemas criminosos que lá existiam? O senhor poderia descrever? Em quantas dessas teve Polícia Federal, teve a participação da Polícia Federal, da Funai, do Exército, dos órgãos de controle?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Bom, no Vale do Javari a gente faz ações de fiscalização dentro do território indígena. Foram feitas ações, como eu vinha falando, junto com a Polícia Militar. É através de medida provisória que a gente consegue ter o acompanhamento de policiais nessas ações. A Funai não tem poder de polícia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Desculpe-me, senhor Geovanio, deixe-me reportar para a parte...Essa é a parte que a gente sabe, que a Funai não tem poder de polícia. Eu quero lhe perguntar a parte que eu não sei. A parte que eu não sei é a seguinte: a Funai tem poder de coordenação para a proteção dos povos indígenas. Essa é uma das atribuições da Funai, V. Sa. deve saber muito bem. A pergunta objetiva é: quantas ações de coordenação de combate ao crime instalado no Vale do Javari o senhor, como Coordenador do Índios Isolados, liderou? Quantas? Em quantas destas teve o apoio da Polícia Federal? Em quantas destas teve a participação do Exército? Em quantas destas, a Funai, através do seu...Vou ser mais claro na pergunta. Do serviço que o Bruno fazia – inclusive continuou fazendo sem apoio institucional nenhum –, a esse serviço, o quanto o senhor deu continuidade? Essa é a pergunta objetiva.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência.*) – Bom, eu estou aqui à frente, como substituto da Coordenação-Geral de Índios Isolados, desde janeiro, quando foi exonerado o Marcelo Torres. Então, se a gente for colocar de janeiro para cá, são seis meses de atividade que eu estou aqui à frente, como interino, no cargo. Mas o meu cargo atual é de monitoramento de índices isolados no país.

Dentro do Vale do Javari, todas as ações e ofícios que chegavam da Univaja ou de qualquer instituição, a gente encaminhava para a Polícia Federal e fazia as tratativas para as operações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Sr. Geovanio, eu acho que talvez eu tenha tido problema de falar no vernáculo, no português.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixa eu ser mais claro.

A parte de que o senhor é o coordenador nós sabemos. Eu quero saber assim, nesse período, seja seis meses, seja um ano, o Bruno morreu, Senador Nelsinho, licenciado do cargo dele, sem apoio institucional nenhum, coordenando ações com os povos indígenas de lá para evitar o crime.

O senhor está no cargo, o senhor está junto com a Funai. Eu quero saber quantas ações, à frente do cargo em que o senhor está, representando o Governo brasileiro, o Estado brasileiro, o senhor coordenou na região. Ou não tem crime nessa região? Ou foi do acaso que mataram o Bruno e o Dom?

Aliás, me diga mais uma coisa, pelo amor de Deus: onde é que o senhor está? O senhor está no Vale do Javari neste momento? O senhor está em Manaus? Está em Boa Vista? Está em Londres? Está por onde?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência*.) – Bom, Senador, eu estou em Brasília.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Então me diga uma segunda coisa: se o senhor está em Brasília, por que diacho o senhor não está aqui sentado?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência*.) – Bom, como eu falei anteriormente, eu estou à frente de uma coordenação dentro de várias diretorias dentro da Funai.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Não, não, espera aí. A pergunta é outra. Deixa eu tentar fazer aqui novamente. Eu acho que eu estou tendo dificuldade hoje, srs. colegas Senadores de me expressar. Ou talvez seja somente o Sr. Geovanio que não esteja me entendendo.

Estou querendo perguntar preliminarmente: se o senhor está em Brasília, por que, danado, o senhor não está aqui, como está o Sr. Eliésio Marubo, que veio lá do Vale do Javari para cá?

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência*.) – Bom, eu recebi esse convite e ele estava modo virtual. Por isso que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Não.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência*.) – Por isso que eu não estou aí. Eu tenho o convite aqui, o *e-mail*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Sr. Geovanio, deixe eu lhe dizer: o modo virtual é uma circunstância que esta Comissão faculta para quem estivesse no Vale do Javari, no meio da floresta, para quem estivesse fora do país, para quem está em Manaus. Para quem exerce cargo público e está aqui em Brasília... O senhor estar falando daqui é um desrespeito a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria, Presidente e Sr. Relator, não tem mais porque ouvir o seu Geovanio, a essa altura, primeiro porque ele está desrespeitando esta Comissão. Ele está aqui em Brasília, ele está aqui em Brasília falando conosco por via remota. Se esta Comissão não se der o respeito...

Então, eu queria sugerir ao Sr. Presidente, ao seu Relator, aos membros desta Comissão, para a gente começar logo o seguinte: vamos suspender aqui a fala do Sr. Geovanio e, quando ele puder vir aqui – aqui – e se sentar conosco, olhar nos olhos, falar com a gente aqui de perto, aí ele conversa. Agora não. À distância, estando aqui em Brasília, a alguns metros, na Esplanada dos Ministérios, aí não. Então, eu queria sugerir isso de minha parte, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Muito obrigado, Sr. Geovanio.

A gente espera o senhor aqui na Comissão.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – Não obstante entender, compreender a indignação do nobre colega autor dessa proposição, Senador Randolfe, eu gostaria, se V. Exa. assim anuísse, até para poder compilar o restante do meu juízo diante das perguntas que fiz, que o senhor Geovanio pudesse se ater a responder as três últimas questões que me foram outorgadas a fazê-lo; e, posteriormente, na fala do Senador Randolfe, ele possa colocar suas impressões e os seus desdobramentos.

É apenas esse pedido.

Muita calma nessa hora. Que ele possa realmente passar para nós aqui o que eu quero saber, nas três perguntas que ele deve ter anotado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, vamos aqui chegar a um meio termo.

Em primeiro lugar, eu queria registrar aqui uma coisa, Senador Nelsinho Trad e demais Senadores e Senadoras que participam remotamente desta reunião de hoje. O Senador Randolfe Rodrigues, na condição de integrante da Comissão de Direitos Humanos e também como Presidente da Comissão Especial, apresentou vários requerimentos no sentido de convocarmos para cá algumas pessoas, entre elas o Ministro da Justiça.

Atendendo a uma demanda de Senadores da base do Governo e do próprio Governo, nós todos aquiescemos em transformar a convocação, que seria, com toda certeza, aprovada, em um convite, para que assim o ministro pudesse aqui comparecer. No entanto, a informação que nós recebemos agora há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco é que ele não comparecerá à reunião de hoje e está indicando um representante da Polícia Federal para fazê-lo.

Eu quero fazer esse registro para dizer que a postura dos integrantes da base do Governo, do próprio Governo não foi uma postura adequada, não foi uma postura que corresponda à cortesia parlamentar, aos entendimentos que nós aqui sempre temos. Não sei se o ministro ficou um pouco impressionado com a ida dele lá na Câmara, mas aqui no Senado não há... O Senado não é a Câmara. O ambiente aqui é um outro ambiente completamente diferente do que existe lá.

Então, não será para mim nenhuma surpresa se o Senador Randolfe Rodrigues insistir na convocação do ministro. E dessa vez eu acho que não há razão para que nós possamos fazer qualquer tipo de acordo prévio, a não ser que o ministro, antes de isso acontecer, comunique à Comissão a sua presença na data que ele definir para vir como convidado.

Segundo, eu entendo que a fala do Senador Randolfe é pertinente porque, de fato, quando o convite é feito é um convite para a presença aqui na Comissão. É óbvio que ninguém vai deixar, neste momento – talvez isso até seja uma conquista importante –, de ouvir pessoas pelo sistema remoto quando isso não for possível. Mas, quando é possível, não se justifica.

Então a minha mediação nessa questão é que o Dr. Geovanio responda às perguntas de V. Exa. e, a partir daí, ele não participará mais da audiência: será convocado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Até haver o momento de chamá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... será convocado para estar aqui e responder sobre o seu trabalho e a sua coordenação.

É possível nós intermediarmos dessa maneira?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Bom, o que me interessa aqui é saber das respostas às minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Eu tenho aqui uma responsabilidade de fazer um relatório. E a nossa assessoria nos subsidiou para que essas perguntas fossem respondidas, e, se eu me sentir satisfeito, este assunto, para mim, está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra novamente ao Dr. Geovanio para que ele possa concluir sua fala e a resposta às indagações do Senador Nelsinho Trad, e, provavelmente, posteriormente, apresentaremos um pedido para que ele possa vir aqui, o que não é nenhuma agressão nem nada a S. Sa., mas, se nós, aqui, quisermos manter a ordem dos trabalhos e a autoridade da Comissão, precisamos realmente agir dessa maneira.

Então, com a palavra o Dr. Geovanio Pantoja para responder ao Senador Nelsinho Trad.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado por deixar eu falar sobre as ações que estão sendo executadas aqui pela CGIIRC.

No ano de 2019, até 2021, a CGIIRC operou e executou R$54 milhões em áreas de índios isolados e de recente contato. Hoje, a gente tem 33 terras indígenas com referência de índios isolados e de recente contato. Isso dá um aumento de 335% comparando 2016 com 2019. Dentre essas ações, foram diversas... Para os senhores terem uma ideia, só de monitoramento desses grupos isolados, durante esses três anos, a gente fez mais de 26 expedições de monitoramento de grupos isolados no país. Eu falo isto pela coordenação que eu estou ocupando agora.

Esse reflexo financeiro deu oportunidade de a gente avançar em várias frentes de proteção, com a construção de novas bases de proteção, fazer um trabalho de proteção mais efetiva junto com a Força Nacional, pois temos diversas portarias que colocam o emprego da Força Nacional nessas ações de fiscalização...

No Vale do Javari, nos últimos três anos, foram R$10 milhões investidos nos trabalhos com índios isolados e de recente contato. Se compararmos 2016 a 2019, foram R$4 milhões empregados durante todos esses anos.

Então, a coordenação está avançando nos protocolos de monitoramento, proteção territorial desses grupos.

Quanto às outras perguntas referentes à gestão da Diretoria de Proteção, eu acho que cabe ao diretor que está na pasta atualmente responder. Eu vou me ater aos dados da Coordenação de Índios Isolados, processo do qual o Vale do Javari faz parte, dessa terra indígena onde tem grupos isolados e de recente contato.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Eu queria agradecer a manifestação do Sr. Geovanio e dizer que duas perguntas aqui ficaram sem resposta. Se V. Sa. não puder responder, eu gostaria que nós arrumássemos um caminho para obter essas respostas, porque fazem parte aqui do contexto da elucidação das nossas dúvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o perfil profissional da Diretora de Proteção Territorial? Quantos cargos de coordenação regional e de coordenação das frentes de proteção etnoambiental são ocupados por indigenistas da própria Funai? São os dois questionamentos que ficaram sem resposta. Então, oportunamente, se for o caso, a gente convida ou convoca as pessoas dessas pastas para que elas mesmas possam respondê-los. Ainda temos tempo, porque estão se iniciando os trabalhos. Quanto às outras duas respostas, ele respondeu a contento daquilo que eu preciso anotar.

Apenas uma questão a respeito da audiência da tarde... Eu não estou aqui para defender ninguém. Eu sou uma pessoa sensata, justa e independente. Eu conheço o Dr. Anderson Torres, o nosso Ministro da Justiça, e tenho certeza absoluta, pelo que eu conheço dele, de que ele jamais se furtaria em vir aqui prestar qualquer informação que fosse necessária. Eu penso que deva estar havendo algum descompasso de entendimento. Posso procurar saber para trazer a informação na hora certa, porque nós estamos sofrendo por antecipação. Vai que ele vem aqui às 14h, não é? Muita calma nessa hora, de novo. Nós temos muita coisa para poder apurar para chegar à verdade que todo mundo quer.

Então, dessa forma, eu me dou por satisfeito, ainda deixando pendurados esses dois questionamentos que a nossa relatoria vai precisar saber.

É só, Presidente.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (*Por videoconferência*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Sr. Geovanio está pedindo a palavra. O senhor vai responder às questões que não foram anteriormente respondidas? Se for, sendo isso do interesse do Senador Nelsinho Trad...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... eu concedo a palavra a V. Sa.

O SR. GEOVANIO PANTOJA KATUKINA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu me esqueci mesmo de responder sobre a questão dos cargos.

Dentro da Coordenação-Geral de Índios Isolados, a gente tem 11 cargos de Coordenador de Frente de Proteção. Desses 11, todas as nomeações que foram feitas na CGiirc foram com perfil técnico voltado a esses trabalhos, com servidores que já atuavam nas frentes de proteção. Dentre esses cargos, a gente tem coordenadores que já estão há mais de 30 anos no cargo, como o coordenador de frente de proteção, e permanecem as ações, permanece o trabalho. Sobre as coordenações regionais, eu não tenho essa informação de quantos cargos; o que eu posso responder aqui é sobre a Coordenação-Geral de Índios Isolados e sobre os coordenadores de frente de proteção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Sa. e espero, em breve, poder contar com a presença de V. Sa. para nós aprofundarmos aqui as questões.

Eu gostaria de, rapidamente, ler aqui alguns registros, algumas perguntas que foram feitas pelos internautas.

Luís Felipe, de Santa Catarina: "A solução, relação da pobreza em relação com a criminalidade, a falta de oportunidades de crescimento diante de um aspecto socioeconômico"...

Sra. Vanessa Chamorro Ribeiro, do Paraná: "A criminalidade vem se expandindo cada dia mais. Será que existe uma solução? Ou talvez amenizar ou diminuir?".

Dr. Mellilo Dinis do Nascimento, do Distrito Federal: "Quais são as providências, em especial na CDH, para determinar que o Presidente da Funai, Dr. Marcelo Xavier, compareça ao Senado?".

Essa eu vou aqui responder porque, na verdade, inclusive, eu confirmava aqui com o nosso assessor. Do ponto de vista legal, a Comissão de Direitos Humanos e as Comissões permanentes aqui da Casa podem convocar aquelas pessoas que são diretamente subordinadas ao Presidente da República. No caso da Funai, que é vinculada ao Ministério da Justiça, em princípio, nós não teríamos o poder dessa convocação. No entanto, nós vamos fazer sim o convite e esperamos que o Presidente compareça. Nada mais óbvio do que, no debate sobre um tema tão grave, de repercussão mundial, que envolve a temática da preservação dos direitos dos povos indígenas, o Presidente da Funai, responsável pela implementação dessa política, aqui esteja. Aliás, dentro da ponderação feita pelo Senador Nelsinho Trad, se hoje nós tivermos a presença do Ministro da Justiça, ele poderá responder às indagações que nós faríamos eventualmente ao Presidente da Funai. Ou poderá ele próprio determinar ao Presidente da Funai que aqui compareça para uma sessão específica sobre o tema.

Cristiano Rodrigues, de Goiás: "O massacre contra indígenas continua real, forte e atual e cada vez mais banalizado".

Niuton Luís Fagundes da Silva, de São Paulo: "As causas são o desmonte de órgãos de fiscalização que atuam nesta região. A Amazônia foi abandonada nas mãos do crime organizado".

Felipe Fernandes de Araújo, do Rio de Janeiro: "Qual a correlação entre a pobreza e o aumento no número de crimes na Região Norte? Ela é significativa?".

"O fato de ONGs assumirem o papel do estado, com a conivência/omissão do próprio estado, gera essa sensação de insegurança/violência?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente que os nossos debatedores poderão responder a essas perguntas, mas eu queria fazer alguns questionamentos para o Dr. Fernando Vianna e para o Dr. Eliésio Marubo.

Aqui foi dito e os documentos falam na presença do crime organizado nessa região e em outras terras indígenas, enfim, especialmente nas regiões fronteiriças. Isso também, quando da nossa ida a Roraima para tratar do tema da mineração na área ianomâmi, foi abordado. Nessa oportunidade, todas as pessoas e até mesmo as entidades que representavam os ianomâmis afirmaram que, sim, havia presença de pessoas vinculadas ao crime organizado. Falava-se até de pessoas ligadas a facções que dominam presídios e que exercem atividades ilegais as mais diversas no país, mas diziam que essa era uma presença isolada. Parece-me que, no caso do Vale do Javari, pelas denúncias que nós vimos serem veiculadas, haveria, na verdade, uma estrutura de organização criminosa atuando: narcotraficantes, gente que trabalha em garimpo, gente que trabalha ilegalmente no comércio de madeira, pescadores ilegais... Inclusive, informações que foram dadas mostram, inclusive, que alguns envolvidos diretamente no crime chegavam a ter uma quantidade imensa de gelo, por exemplo, para garantir a preservação daquilo que foi pescado, e, obviamente, em quantidades extremamente maiores do que aquelas permitidas. Que outro tipo de crime organizado atua especificamente nessa região?

Para nós, isso é importante porque, eu me lembro de que, no momento em que tivemos manifestações da então Primeira-Ministra da Alemanha, Angela Merkel, discutindo a situação da Amazônia e discutindo, especialmente, o Fundo Amazônia, para o qual a Alemanha contribuía, ou quando vimos o diálogo entre o Presidente da França, Emmanuel Macron, e o Presidente Bolsonaro, este, Bolsonaro, chegou a dizer que havia uma tentativa de desrespeito à soberania do país, que, quando essas pessoas se manifestavam assim, estavam afrontando a nossa soberania, queriam internacionalizar a Amazônia. No entanto, foi o mesmo Presidente Bolsonaro que disse que o jornalista Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira estavam no lugar errado, quase dizendo que é uma terra sem lei. Ouvir o Presidente da República, que é a autoridade máxima do país e que tem a responsabilidade constitucional de defender as nossas fronteiras e que foi o mesmo que questionou Presidentes ou Primeiros-Ministros de outros países quando esses tentaram, entre aspas, "se imiscuir" no tema Amazônia, ele próprio declarar, mostrando a sua irresponsabilidade e incompetência em fazer o que a Constituição manda, que nessa área nós teríamos, praticamente, uma terra sem lei...

Então, eu queria dirigir este questionamento a ambos para que pudessem nos esclarecer, até para que a opinião pública – muitas vezes, as pessoas pensam: "não, mas é um coitado, um pobrezinho que está pescando ou é alguém que está ali fazendo o garimpo, mas quem ganha dinheiro é só o que financia o garimpo", enfim, coisas assim –, para que a população brasileira possa ter a verdadeira noção do que está acontecendo nessa área. O que está se discutindo aqui é também a presença do crime organizado atuando ali. Eu gostaria de ouvir de V. Sas. até porque, se o Ministro aqui estiver hoje, nós vamos procurar ouvir dele também a mesma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra ao Dr. Eliésio Marubo para que, nesses dez minutos, possa... Até porque algumas dessas perguntas também tratam desse tema, não é?

O SR. ELIÉSIO MARUBO (Para expor.) – Presidente, em verdade, acompanhando todo o desdobramento desse assunto, tanto na imprensa quanto em outros lugares, eu tenho percebido uma conceituação dessa junção de coisas ilegais ali na região. Eu gostei muito da expressão, que eu acredito que conceitualmente atenda melhor a esse conjunto de ilegalidades ali da região do Vale do Javari, que foi dita pelo Prefeito de Benjamin Constant quando questionado por determinada jornalista: ele disse que se tratava, em verdade, do "narconegócio".

O que é o narconegócio ou a vida comercial ligada às coisas ilegais? O que é isso? É garimpo, são a caça e a pesca ilegais, é o narcotráfico ou o tráfico transnacional. Nós sabemos que essa região do Vale do Javari, e isso é informação pública e notória já, tem sido rota para levar droga para o lado do Acre, que é onde tem estrada e também não tem fiscalização e, dali, se distribui para o Brasil inteiro, tal qual aconteceu um tempo atrás, segundo também informação pública e notória, em Pedro Juan Caballero, ou seja, é porta de entrada e de saída para coisas diversas. E naturalmente que, numa conjuntura de crime organizado mesmo, essas pessoas se organizam para dar cara de naturalidade para essa estrutura, que é uma estrutura ilegal, uma estrutura que alimenta o crime.

Falando de pescadores... Diferente do que foi dito em determinados lugares por determinadas autoridades – inclusive o Presidente Bolsonaro falou sobre esse assunto e o Vice-Presidente Mourão também mencionou esse assunto –, que se trata de um pobre coitado que, na verdade, está ali pescando e não tem alternativa nenhuma para gerar renda ou comida para sua família, na verdade não é isso. Excelência, os preparativos para uma ida simples, para uma viagem – essa viagem que está sendo publicada amplamente pelos jornais aí –, uma única viagem dessa, podem custar no mínimo R$250 mil – de preparação! O material utilizado para pesca a gente avalia que custe no mínimo R$60 mil a R$80 mil, são redes de pesca grandes, é um material pesado. Para levar para dentro da terra indígena gelo, muito gelo, muito sal, é preciso que se tenha uma estrutura muito grande, muito bem ordenada, gasolina em excesso, óleo e tudo mais para que essa estrutura funcione. Isso custa muito dinheiro! Numa conta simples, porque nós conhecemos mais ou menos a logística na região, gasta-se, no mínimo, R$250 mil para sair da comunidade onde aconteceu o fato e chegar dentro da terra indígena. E, quando volta – e aí também está relatado nesse conjunto de informações que a Univaja já compartilhou com a imprensa e com toda a sociedade e está à disposição desta Comissão –, o produto ilegal extraído da terra indígena – vou falar só do peixe e da caça ilegal – pode gerar, em uma viagem, até R$1 milhão a R$1,2 milhão.

Quer dizer, então, que um pobre coitado, um pescador ribeirinho, coitadinho, teria essa estrutura para investir numa ida dentro da terra indígena para explorar ilegalmente os recursos naturais, retornar para a cidade, vender de forma ordenada, exportar para a Colômbia e para o Peru, e viver uma vida simples, uma vida sem luxo? Também foi exposto pela imprensa nacional e internacional onde os acusados vivem, a estrutura que eles possuem. Aí é fazer vista grossa para não reconhecer que eles fazem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte de uma organização criminosa que atua num âmbito muito maior, que não é somente a pesca e a caça ilegal.

Eu gosto muito de utilizar, Excelências, a minha experiência, antes de ser procurador jurídico da Univaja, antes de ter dedicação exclusiva ao movimento indígena do Vale do Javari, eu gosto muito de usar minha experiência como advogado criminalista. Eu gosto muito de colocar essa experiência à disposição de tudo que nós temos tratado aqui e eu ouso afirmar e afirmo de fato, como nós já temos afirmado nos documentos oficiais concedidos às autoridades: trata-se, em verdade, de um grupo criminoso que explora ilegalmente a terra indígena não só para caça e pesca ilegal. É uma afirmação, isso já está comprovado em documentos concedidos às autoridades. As autoridades tiveram conhecimento pretérito dessa informação, e não se sabe o que aconteceu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Eliésio, você disse não só para caça e pesca ilegal.

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não só.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Além disso, o quê?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Além disso, infinitas possibilidades, inclusive o tráfico transnacional. São públicas e notórias essas informações, toda e qualquer pessoa que mora na região do Vale do Javari, Tabatinga, etc., sabe dessas informações. Eu fiquei conversando com a autoridade policial, quando realizava as atividades de investigação ali naquela região, e eu perguntava deles: "Doutor, me diga uma coisa, todo mundo sabe que A e B desempenham tais e tais atividades. Isso não é fofoca de cidade do interior, não. É pública e notória essa informação. Como é que todo mundo sabe disso e o senhor que está investigando não sabe?". Ele ria, ele dizia: "É, infelizmente, tem a questão da materialidade". Mas não, todas as pessoas sabem, na medida em que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Essa atuação do tráfico internacional tem conexão com a pesca ilegal?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Nós acreditamos que sim, não podemos afirmar, porque aí é necessário que se faça um trabalho de investigação. É quando nós nos manifestamos em contraposição com aquilo que a Polícia Federal mencionou: é necessário que se faça um trabalho de investigação sério, é importante que os delegados que estão à frente desse inquérito, fazendo os trabalhos de investigação ali, se afastem das suas conclusões pessoais sobre o tema e passem a fazer um trabalho de investigação sério, amplo, senão nós não vamos chegar ao desmantelamento de uma das quadrilhas que atuam na região.

Como eu disse no início, gostei muito da expressão utilizada pelo Prefeito de Benjamin Constant, quando citado por uma jornalista que o entrevistou e ele disse: "É o narconegócio", mencionando que era a junção dessas coisas, desse estado calamitoso de ausência do Estado para de fato o crime organizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

auferir riqueza, auferir renda, em nome dessa ausência do Estado na região. Certamente, isso traz resultados práticos e muito negativos para a sociedade – não preciso citar muitos casos; nós podemos apenas citar o caso do Maxciel, do Bruno e do Dom agora. Quantas pessoas mais, assim como os três, terão que morrer? Não vamos esperar muito, porque isso vai acontecer. Eu estou afirmando novamente: isso vai acontecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para completar, ainda continuando a indagação ao Eliésio.

Eliésio, poderia só detalhar para nós como era a sua relação com o Bruno? Desde quando conheceu o Bruno? Qual a sua relação com ele? Se conheceu o Dom? Desde quando tinha conhecimento das reportagens, das matérias que ele fazia lá no Vale do Javari?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – No desempenho da função de representação da nossa gente lá, a gente acaba atuando de uma forma muito próxima da imprensa.

Nós trabalhamos muito com os setores da imprensa, nós dialogamos muito com todos os setores e, naturalmente, que a gente conversa muito com a imprensa e eles manifestam muito interesse em fazer publicações de determinados assuntos.

A EVU, que é a Equipe de Vigilância da Univaja, estava tendo um sobressalto de informações, estava gerando informações que as autoridades não estavam visualizando, então foi necessário que começássemos inclusive a dialogar com os setores da imprensa e compartilhássemos essas informações, inclusive para dar vazão a tudo aquilo que nós estávamos levantando.

É nesse contexto que surgiu o interesse da imprensa nesse tema do Vale do Javari, contraposto com aquilo que o Bruno vinha levantando.

Eu possuía uma relação com o Bruno desde que ele passou a atuar ali na região. Ele fez o concurso – se não me engano, em 2013; não me lembro do ano exatamente –, foi para a região, passou a trabalhar juntamente com um irmão meu na Funai e a gente trocava muitas ideias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Estão lá há quanto tempo?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Uns dez, onze anos. O tempo que ele tem de cargo público na Funai é o tempo que a gente se conhece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Na região, a atuação... Assim, dez, onze anos, até ele ser exonerado.

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Exonerado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Ele foi exonerado em março de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Da função, sim, foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Em março de 2019.

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Foi, por volta desse mês.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Até, então, ele coordenava a questão, a atuação, acompanhava os povos isolados.

O SR. ELIÉSIO MARUBO – A vaga de concurso dele foi para a Frente de Contato, para a Frente de Proteção, mas aí ele acabou sendo reutilizado e foi Coordenador da regional da Funai lá no Vale do Javari. Depois, ele caiu para cima, como dizem, ele veio para Brasília, assumiu a CGIIRC e fez, tanto na Coordenação Regional quanto na CGIIRC, um trabalho primoroso, um trabalho com muitos resultados.

E, na verdade, tudo aquilo que foi publicado do trabalho que ele fez é de conhecimento público e notório. Então, a imprensa cuidou em numerar a produção do trabalho do Bruno nesse tempo, tanto na região como coordenador quanto como Coordenador da CGIIRC. Esse trabalho dele foi reconhecido em âmbito internacional, inclusive, quando a imprensa também acompanhou esse trabalho, sobretudo o trabalho de 2019, que teve um destaque internacional. Mas nós temos um outro trabalho junto com os corubos também, quando ele teve que fazer uma intervenção na região para salvar a vida dos corubos em relação a grande problema interno lá. Então, ele teve muitos trabalhos que deram muito resultado para a nossa região.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Eliésio, relate para nós aqui como foi a circunstância, como todo esse trabalho que o Bruno conduzia na região passou a ser conduzido após a exoneração dele? O que o Bruno passou a fazer? Como o Bruno passou a dar continuidade ao trabalho? E os sucessores dele na Funai o que fizeram para continuar o trabalho no âmbito do Vale do Javari?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Então, tão logo saiu a exoneração, ele conversava muito com a minha família, a gente conversava muito, sobretudo com um irmão que eu tenho, e ele sempre relatava que não haveria condição e que ele não iria ficar bem se continuasse no cargo em que ele estava, no cargo do concurso dele. Ele tinha sido exonerado da função de Coordenador da CGIIRC e teria que voltar para a região, mas mencionava muito que era perseguido dentro do próprio órgão ao qual prestava serviço. Ele mencionava, inclusive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Dentro da Funai?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Dentro da Funai.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Perseguido por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Ele dizia que era perseguido pela alta cúpula da Funai, em razão do trabalho que ele já vinha fazendo no passado, que era exatamente combatendo essas frentes de atuação ilegal lá no Vale do Javari.

Teve uma notoriedade muito maior...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Ele chegou a falar com você quais as razões da...

O SR. ELIÉSIO MARUBO – ... da perseguição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Como faziam a perseguição e, além dessa específica, que você aqui detalhou, quais as razões da perseguição?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não. Na verdade, o Bruno era uma pessoa muito reservada. Comigo, a gente tratava coisas de trabalho. Ele reclamava, em casa, na nossa casa, porque as famílias eram amigas. De algumas coisas, ele não chegava a entrar nos pormenores. Ele falava mais com esse meu outro irmão sobre as ações de perseguição dentro da Funai.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – O outro irmão é o Beto?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Sim. Mas ele enumerava muito bem essa questão da perseguição do hierárquico superior sobre o trabalho dele, em razão do que ele sempre tinha feito, que era combater essas frentes que geralmente têm o apoio de uma política mais institucionalizada atualmente, sobretudo o garimpo.

A parte da caça e pesca ilegal. Na caça e pesca ilegal – vou abrir parênteses aqui –, como já tem sido noticiado também, nessas atividades, de alguma maneira, tem interferência política também. Isso tem reflexo no mundo político, e, de alguma forma, essa pressão política também recai sobre os órgãos que atuam na região.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Qual o reflexo e qual era a pressão do mundo político?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Naturalmente, as pessoas que realizam essas condutas ilegais, embora condutas aparentemente simples, têm título de eleitor, elas votam. Geralmente, são famílias grandes e, nessa época de eleição, são famílias muito bem disputadas na região, e os políticos locais que têm os seus padrinhos que vão disputar as vagas aqui no Senado ou na Câmara e as outras vagas precisam demonstrar apoio político para os seus políticos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Tem ocorrência de garimpo ilegal na terra indígena?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Tem ocorrência na parte mais voltada para uma outra região, que é a região do Jutaí, e na região do Rio Curuena também, que foi uma região reportada pelo próprio Bruno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Isso era denunciado pelo Bruno e por vocês?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Sempre foi denunciado pelo Bruno, quando na Funai e, agora, através da Univaja.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Quando o Bruno foi exonerado, teve alguma justificativa pelo menos pública? Foi dita alguma coisa ou não?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Ele não mencionou de ter havido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Não, mas a Funai falou alguma coisa?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não, não, não. Não tive esse conhecimento. Não tivemos esse conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Tu atuas ainda lá no Vale do Javari?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Atuo na Procuradoria Jurídica da Univaja, e todas essas demandas passam pelo meu setor, quando a gente formaliza, ou busca informação, ou requer informação de órgãos públicos para subsidiar as nossas ações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Consideras, pelo que me relataste aqui, pelo que relataste aqui para os membros desta Comissão, que, pelo menos, desde 2019, ocorreu um desmonte das políticas de proteção dos povos do Vale do Javari e vocês ficaram mais expostos – pelo menos de 2019 até aqui. Você considera que ocorreu um abandono por parte do Estado brasileiro e das instituições de controle dos povos indígenas do Vale do Javari?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Certamente, não só no Vale do Javari, mas em todas as terras indígenas do Brasil. O caso dos ianomâmis é isso.

Mas, mencionando sobre o Vale do Javari, na medida em que os servidores saíram da região ou, de alguma maneira, pediram algum tipo de licença para não desempenhar sua função na região, por várias razões, são várias razões para isso...

Nós não tiramos inclusive a razão dos servidores que têm compromisso com a instituição. Agora há pouco, quando se iniciou a greve dos servidores, a Univaja manifestou publicamente apoio àqueles servidores, porque nós sabemos que são servidores dedicados. É um órgão que ainda tem serventia para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades indígenas, tem o seu papel, que, se fosse desempenhado tal qual é proposto lá no seu ordenamento, certamente serviria para trazer muito benefício para as populações indígenas, sobretudo para os povos indígenas isolados, que geralmente não têm quem fale por eles.

Agora, é também bom que se diga que a política atual tem sido nociva para esses órgãos. O Ibama deixou inclusive de existir lá na região, porque antes só tinha um único servidor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – A propósito disso, quantas bases a Funai tem na região?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Temos três bases. Funcionando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – A primeira parte da pergunta: quantas bases? Três. A segunda parte: funcionando?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Funcionando, nós temos uma mais ou menos, porque os servidores que estão lá, de fato não são servidores, são inclusive aqueles que foram contratados num concurso de temporários, que são indígenas que foram fazer essa função lá, mas servidores, de fato, não temos.

Foi mencionado que a Força Nacional está atuando juntamente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Tem base do Ibama, ICMBio?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não tem, não tem.

Foi mencionado que a Força Nacional estava atuando juntamente com eles...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Já existiu base do Ibama, do ICMBio lá?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Do Ibama, sim. Não existe mais. Do Incra, existia um servidor em Benjamin, de que também não ouvi mais falar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Do Ibama, existiu até quando?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Se não me falha a memória, até 2021. Não tenho certeza, mas acredito que foi até 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Só para entender então, se eu estiver errado, por favor, Eliésio, me corrija. Então, pelo visto, de 2019 para cá, houve um desmonte. Foi exonerado o servidor que cuidava e acompanhava a situação de vocês; as bases da Funai lá, na prática, deixaram de funcionar prestando apoio aos povos indígenas; e o Ibama deixou de funcionar. Essa afirmação é verdadeira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELIÉSIO MARUBO – É verdade. Em verdade, quando nós passamos a ter uma atuação, a Univaja passou a ter uma atuação mais eficiente na região, sob a perspectiva da proteção da terra, que eu mencionei que foi a partir do segundo semestre de 2021, foi justamente na época em que nós estávamos mais fragilizados com a ausência do Estado brasileiro ali na região.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Uma outra pergunta: tendo tudo isso, já falaste aqui de tráfico de drogas, de pesca ilegal, de pesca ilegal combinada com tráfico de drogas, de caça ilegal, de invasão de terras indígenas. Com tudo isso, nesses quatro anos, quantas operações ocorreram da Polícia Federal, em conjunto com o Exército Brasileiro, com o Ibama? Quantas ações ocorreram junto com a Funai, para coibir esse paraíso da criminalidade no Vale do Javari?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Nenhuma?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – De 2019 para cá, não tem conhecimento?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Era o que eu tinha de perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou passar ao Dr. Fernando Vianna.

Está aqui presente, também, o Senador Fabiano Contarato. Não sei se ele vai querer... Provavelmente vai querer fazer algum tipo de indagação.

Mas eu queria, daqui a pouco, abrir um espaço rápido para várias lideranças indígenas que aqui estão e que querem se manifestar em solidariedade ao povo que habita o Vale do Javari. Ao mesmo tempo, em solidariedade aos familiares tanto do jornalista Dom Phillips quanto do indigenista Bruno Pereira.

Então, passo a palavra ao Dr. Fernando Vianna.

O SR. FERNANDO VIANNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Eu queria, primeiro, começar fazendo um comentário mais geral ainda em resposta à própria pergunta que foi feita pelo Senador Humberto Costa. Claro que as colocações do Eliésio já esclarecem muito do que eu tinha a dizer também, porque não é mais do que... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O seu som está desativado.

Acho que ele não nos está vendo. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Sr. Fernando, nós não estamos ouvindo.

Sr. Fernando...

Sr. Fernando...

Sr. Fernando Vianna...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele não ouve a gente também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Sr. Fernando... (*Pausa.*)

Fala no *chat*. Fala no *chat*.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peça a ele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu já fiz, ele não está vendo.

Poderíamos passar a palavra ao Senador Fabiano Contarato para ele fazer as suas perguntas. Vocês mandam uma mensagem para ele, no *chat*, para que ele aguarde que nós vamos repor o tempo para...

Alguém conseguiu encaminhar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve aqui na minha manifestação.

Quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos na pessoa de V. Exa., parabenizar também o meu querido Senador Randolfe Rodrigues, que muito dignifica este Senado, e agradecer o comparecimento do Sr. Eliésio Marubo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, é uma questão bem simples. Eu estava acompanhando, porque eu estava presidindo outra Comissão. Eu acho de extrema importância esta Comissão solicitar o comparecimento do Sr. Geovanio Katukina presencialmente porque essa forma, no sistema remoto, eu acho que deixa um pouco a desejar e a gente não tem como fazer um questionamento mais claro. Eu, pelo menos, não me senti contemplado com a fala do Sr. Geovanio Katukina no sistema remoto. Então, eu acho que esta Comissão poderia solicitar que ele compareça aqui presencialmente, assim como o Presidente da Funai, o Sr. Marcelo Augusto Xavier.

Nós já sabemos da política deste Governo, de desmonte da pauta ambiental em todos os aspectos, mas a situação da Funai é muito grave. Ela é grave e ela está... Este Governo, com todo o respeito – mas nós temos de dizer aqui –, está armando grileiros, está estimulando a usurpação de terra pública e está enfraquecendo os órgãos de fiscalização. Tudo isso que o colega falou eu presenciei. Em todos os cantos do país. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, os índios guaranis caiovás estão sendo dizimados, cercados pelo sistema latifundiário de grão, soja, milho. A aplicação de agrotóxico lá é visível. A população indígena está sofrendo com febre, vômito, dor de cabeça, diarreia. Então, estão sendo dizimados. E os órgãos que deveriam estar ali atendendo esses povos indígenas, os povos tradicionais estão sendo sucateados. Ibama e ICMBio estão enfraquecidos.

Então, quer dizer, é o mesmo Governo que enfraquece os órgãos de fiscalização e que está estimulando a extração de minério em terra indígena, o garimpo, crimes ambientais. Basta você pegar, e isso tem em universidades federais, que têm esse levantamento, nas próprias instituições do Estado, o número de autos de infração reduziu sensivelmente. Claro, porque o Governo enfraquece os órgãos de fiscalização, não fiscaliza. Ele acabou com o Departamento de Educação Ambiental e nós temos uma legislação frágil no que tange à prática de crimes ambientais, que é a Lei nº 9.605, de 1998.

Então, a minha fala aqui é mais no sentido de que esta Comissão, tanto a Comissão de Direitos Humanos, como a CTE Norte, da qual nós fazemos parte, joguem luz, efetivamente, nesse desmonte, porque, com esse desmonte e o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização, que deveriam estar ali atendendo aos anseios da população, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, das comunidades quilombolas estão sendo vilipendiados e são quem está sofrendo com isso. Basta você ver o número de pessoas e de atentados que têm sofrido esses defensores da pauta ambiental, o que, no Brasil, infelizmente, passou a ser uma marca.

Então, o meu registro apenas é de que esta Comissão solicite, novamente, o comparecimento presencial do Sr. Geovanio Katukina, bem como o do Presidente da Funai, o Sr. Marcelo Augusto Xavier, porque aí, sim, olho no olho, nós podemos estar aqui. Nós temos que trabalhar com transparência e essas pessoas, quando exercem múnus públicos, têm que cumprir o que determina a Constituição Federal, que está lá no art. 37 – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Fabiano Contarato, nós já adotamos essa sua sugestão. O Dr. Geovanio já, ao que me parece, aquiesceu e nós vamos, novamente, convidá-lo para participar de uma sessão presencialmente, aqui no Senado Federal.

Eu quero registrar aqui a presença, também, do Senador Eduardo Velloso, do Acre.

Não sei se já foi restabelecida a conexão com o Dr. Fernando Vianna.

Então, vou aproveitar para chamar o representante tuxá, para, em dois minutos fazer aqui a sua...

Peço que os que vão falar se aproximem para poderem se manifestar. (*Pausa.*)

Guarani caiová, tem alguém? (*Pausa.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Sou liderança indígena guarani caiová. Atualmente, sou professor indígena do Estado do Mato Grosso do Sul.

Primeiramente, a gente se solidariza, a gente sente muito, como povo indígena, esse trágico acontecimento no Vale do Javari, ouvindo as falas das autoridades.

Essa situação não acontece apenas no norte do país. No Mato Grosso do Sul, também ocorrem esses fatos de uma forma, a gente percebe, bastante ordenada.

Aqui, nós temos a lista das pessoas assassinadas. São indígenas guarani caiovás, lideranças, mulheres e jovens, que vêm sendo sistematicamente assassinadas no nosso estado, porque são pessoas que buscam os seus direitos, que são garantidos na Constituição, e que desejam que sejam efetivados nesse processo da demarcação os territórios tradicionais guarani caiovás.

Por exemplo, eu quero ler essa lista aqui das pessoas assassinadas, para ser registrada neste momento, nesta Comissão, para que não seja esquecida a história.

Nós temos Marçal de Souza, Samuel Martins, Adriano Pires, Marcos Veron, Dorvalino Rocha, Dorival Benitez, Xurite Lopes, Ortiz Lopes, Oswaldo Lopes, Genivaldo Vera, Nísio Gomes, Denílson Barbosa, Hamilton Lopes, Teodoro Recalde, Simeão Vilhalva, Clodiodi Aquileu, Alex Lopes, que foi assassinado, inclusive, na semana passada, fazendo uma caçada ao redor da sua residência, nas comunidades indígenas.

Então, eu quero solicitar a esta Comissão, Senador Humberto, demais autoridades e Senadores, que levem em consideração essa situação que nós estamos vivendo como povo indígena aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado do Mato Grosso do Sul é um estado que mata as lideranças indígenas, mulheres, crianças, jovens. Eu sou professor indígena e sinto muito quando o meu aluno, por exemplo, o Alex Lopes, que está escrito aqui, como tem também outro que foi assassinado em 2016... A gente sente muito, muito forte, essa perda das pessoas.

A questão é a normalização desse processo. Então, as instituições públicas, como a Funai, como o Estado, como as instituições de segurança têm que assumir o papel de, primeiramente, no nosso caso, guarani caiovás, fazer a demarcação do território indígena no Mato Grosso do Sul, para que toda essa situação de violência não se torne uma normalidade. Tem que ser punido, tem que ser verificado e tem que se levar em consideração que esses atos são atos sistêmicos, um ato que acontece de uma forma pensada, articulada.

Então, como liderança indígena, como professor, em nome da organização Aty Guasu, do Estado do Mato Grosso do Sul, a gente vem dizer – e não é somente a minha palavra, estou aqui como mensageiro do nosso povo – que nós queremos justiça, e a justiça é trazer esses nomes, pessoas que foram assassinadas, que sejam colocadas como uma referência para que a demarcação da nossa terra seja efetivada e que as instituições públicas, no caso a Funai, assumam o seu papel nesse processo de uma forma muito forte.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui presente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado.

O representante guarani nhandeva. (*Pausa.*)

Vamos em frente.

Tupinambá.

Três minutos para gente poder ouvir o Fernando Vianna daqui a pouco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Eu me chamo Jaborandi, sou indígena tupinambá, que fica na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, entre as cidades de Ilhéus, Una e Buerarema.

A gente entende esse processo que aconteceu com o Dom e com o Bruno uma continuidade da colonização que vem desde 1500.

Esses processos vêm acontecendo em nossos territórios desde quando a gente passou a lutar e entender os direitos que nós tínhamos dentro da Constituição. A gente consegue compreender que todas as articulações que nós temos indígenas, de norte a sul do país, têm uma... que tenha uma participação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direta nessas questões, mas que as nossas comunidades tenham essas informações concretas, porque a Funai, a gente sabe que a morosidade e toda a mansidão com que a Funai vem tratando todos os processos de exploração de minério, que vem com o financiamento do Governo Federal, com esse Presidente que está aí; todos os processos de assassinato que têm a culpa e o dedo desse Presidente que está aí, através da Funai, quando ela se omite em não seguir a Constituição e em não cumprir aquilo que é ela deve estar cumprindo.

A gente tem... É claro que o povo tupinambá se sensibiliza e traz aqui o nosso repúdio perante a morte de Dom e de Bruno e dá todos os nossos sentimentos e nossos abraços às famílias e aos amigos desses dois guerreiros que, motivados por acreditar em uma vida melhor para nossos povos, se doaram e deram as suas vidas para nos ajudar.

Mas vale dizer diretamente aos representantes da Funai: eles não nos representam. O problema não é a Funai, o problema é essa atual gestão, que está de frente, fazendo de todas as formas com que a gente não seja enxergado e com que as nossas ações fiquem escondidas dentro de nossas bases.

Eles nos isolam, eles retiram a maioria das coordenações locais da Funai, eles retiram as coordenações do Ibama e de todos os setores que defendem e protegem o meio ambiente, para que a gente fique isolado e não consiga repassar nossas informações diante de tudo que está acontecendo.

Então, o nosso repúdio.

Viva Bruno, viva Dom, e que o marco temporal venha a ser acompanhado pelos senhores e que os senhores ajudem e intervenham para que a gente diga "não" e rejeite um projeto que visa à morte não só dos povos indígenas, mas de todos aqueles que lutam pela terra!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O representante taurepangue. (*Pausa.*)

Representante uapixana. (*Pausa.*)

Macuxi.

O SR. AMARILDO DA SILVA MOTA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Para quem não me conhece, sou Amarildo Macuxi. Venho do Estado de Roraima, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Como todos sabem, pela Constituição, é dever do Governo demarcar e proteger as terras indígenas, o que não está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos sabem que a Constituição diz que todos os povos indígenas devem ter as suas organizações sociais, como costumes, línguas, tradições. Então, nós estamos nos organizando da forma como queremos, fazendo a vigilância e a proteção territorial do nosso território, da nossa terra por causa do afastamento dos órgãos fiscalizadores, que hoje não estão fiscalizando, o que é dever do Governo, da Funai (Fundação Nacional do Índio), que poderia até trocar para fundação nacional do Bolsonaro e que não está fiscalizando os nossos territórios.

Nós viemos aqui repudiar a falta de respeito desses órgãos, que, hoje, não estão fazendo o trabalho de monitoramento ou de fiscalização dentro do nosso território.

Cada vez mais, o discurso do Presidente Bolsonaro está incentivando invasão dentro do nosso território, querendo a liberação de recursos minerais, de vários tipos de minério que há no nosso território.

Nós não vamos deixar a nossa terra ser devastada! Nós não vamos deixar a nossa terra ser invadida de qualquer jeito!

Nós estamos aqui, nesta Comissão, em frente aos Senadores, para trazer a nossa realidade, o que nós estamos sofrendo, em todos os cantos do país onde há os povos indígenas, porque a nossa terra está sendo invadida, os nossos rios, sendo contaminados, as nossas comunidades, sendo mortas e, muitas das vezes, sendo expulsas do seu território como se fôssemos invasores.

Também viemos mostrar aqui a nossa insatisfação com a retirada de pauta do julgamento da tese do marco temporal, que está no STF e que está servindo como repercussão geral. Queremos que se paute logo também esse julgamento porque, cada vez mais que demora, as nossas comunidades estão sendo mortas, aumenta a invasão dentro dos nossos territórios.

Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips foram executados por defender e proteger a vida dos povos indígenas do Vale do Javari, bem como de todos os povos indígenas do Brasil.

Nós temos aqui este documento para entregar aos senhores, um documento da 50ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pergunto se mais alguma liderança indígena vai se manifestar, em nome de alguma etnia.

Nós podíamos, agora, formalizar o recebimento não somente deste documento do representante macuxi, mas também o resumo aqui de todas as ações que foram desenvolvidas pela Univaja e que estão sem resposta.

Então, nós vamos receber os dois documentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Finalmente, aqui, o documento, o resumo de todas as iniciativas que foram tomadas pela Univaja, em relação às denúncias na região do Vale do Javari.

Eu queria inclusive antecipar, com a concordância do Senador Randolfe Rodrigues, que nós vamos dirigir, em nome das duas Comissões, um ofício a cada uma das autoridades que, em algum momento, foram comunicadas de algum tipo de denúncia e cobrar dessas autoridades o que foi feito a partir de então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, antes, eu acho, estamos caminhando para a conclusão, mas se V. Exa. me permite, só uma pergunta complementar ao Eliésio. Tem um documento, se eu não me engano, da Univaja, de 7 de abril de 2022, de 7 de abril deste ano. É um documento encaminhado à Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, da Funai, à Força Nacional de Segurança Pública de Tabatinga. No documento, parece-me que a Univaja relata o seguinte: Informações sobre a presença de pescadores e caçadores ilegais, nas proximidades da Base de Proteção Ituí, da Funai, na Terra Indígena do Vale Do Javari. No texto, é o Ofício 27, entre outras informações e outras denúncias que a Univaja, e me parece que V. Sa. também subscreve, diz o seguinte:

> Recebemos de nossos informantes na noite da última terça-feira (5) que uma equipe de infratores está pescando neste momento no lago do Bananeira, pouco acima da localidade Mário Brasil (aldeia Korubo), na margem direita do rio Ituí.
> A turma seria composta por seis pescadores armados com espingardas calibre 16 em canoas pequenas, com caixas de isopor e gelo. Quem comanda a equipe é o pescador conhecido pelo vulgo de "Pelado" [É exatamente Pelado que participa da execução de Dom e de Bruno posteriormente], residente em Benjamin Constant-AM e na comunidade de São Gabriel, abaixo da Base Ituí da Funai, no rio Itaquaí. Segundo informações o mesmo também é responsável por alguns dos atentados com arma de fogo realizados contra a Base da Funai nos anos de 2019 e 2020.

Então isto aqui é um ofício de abril, Sr. Presidente, destinado à Funai. Parece-me, Eliésio, que nesse ofício, quase se faz uma premonição. Tem um senhor de nome Pelado atuando.

Quero aproveitar que o Fernando inclusive parece que está de volta, se ele estiver nos ouvindo. Eu acabei de fazer o relato de um ofício da Univaja, de 5 de abril, Ofício 027, que me parece, esse ofício é endereçado à Funai, e esse ofício tem quase, assim, uma antecipação, uma premonição. Olha lá, ele diz quem é que está fazendo o tráfico ilegal, a pesca ilegal na região, está dizendo onde mora, na comunidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de São Gabriel, está dizendo como atua e está dizendo como está armado. É uma notícia-crime com detalhes às autoridades.

Essa notícia-crime é de abril. Abril, 5 de abril. Abril, maio, junho. Não demorou 60 dias. Mataram o Bruno e mataram o Dom. Não demorou 60 dias de um ofício que detalhava, praticamente dizia como o crime estava ocorrendo, estava se procedendo, e dizia que essas pessoas armadas estavam cometendo... alguns estavam, além de tudo isso, ameaçando quem estava denunciando os crimes deles.

Uma pergunta simples, eu vou tratar isso como uma notícia-crime: dessa notícia-crime, Eliésio, a Funai, a Polícia Federal, a Força Nacional, o Ibama, o Exército, alguém, pelo amor de Deus, do Estado brasileiro, alguém tomou alguma providência? Fez algo, fez alguma coisinha? Teve alguma providência depois disso?

O SR. ELIÉSIO MARUBO (Para expor.) – Não, Excelência. E por incrível que pareça, ao que tudo indica, a depender das informações colhidas no inquérito, a arma é a mesma que matou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Que vocês estão denunciando aqui nesse ofício?

O SR. ELIÉSIO MARUBO – Que matou Bruno. A canoa é a mesma que foi utilizada para abordar, todo o material é o mesmo. Curiosamente essa pessoa também fez uma ameaça, ainda no dia anterior, à equipe que estava recebendo o Bruno. Essa informação foi relatada à Funai, da ameaça, e infelizmente não tivemos resposta também.

Mas a conjuntura dos fatos narrados nesse Ofício nº 27, os itens indicados aí foram os mesmos itens, os mesmos utensílios utilizados para a prática do crime contra a vida de Dom e de Bruno tempos depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Presidente, isso é de uma gravidade gigantesca. O que nós estamos vendo aqui, Presidente, é que foram anunciados os crimes que estavam ocorrendo, e foram anunciados os outros crimes que poderiam ocorrer ao Estado brasileiro, e ninguém tomou nenhuma providência, ficou por isso.

Assim, esse relato, esse documento, esse ofício e o seu depoimento aqui, Eliésio... Na verdade, eu fiz até a pergunta protocolar, porque eu sabia que nenhuma providência havia sido tomada, porque, se tivesse sido tomada alguma providência, o Dom e o Bruno estariam vivos. Se tivesse sido tomada alguma providência, as armas teriam sido apreendidas, uma operação teria ocorrido e teria desarticulado o esquema da pesca ilegal. Os que portavam as armas e que depois, com essas mesmas armas, mataram o Dom e o Bruno estariam presos.

Isso aqui é o mais grave e o mais escandaloso acho de todo o seu depoimento, Eliésio: foi anunciado, não tinha 60 dias que foi anunciado que gente iria morrer e o Estado brasileiro não fez nada. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Funai, a instituição do Governo brasileiro não só prevaricou aqui, não só omitiu-se, prevaricou, tem um corolário – um corolário! – dos crimes do Código Penal, dos crimes de omissão que foram cometidos aqui a partir dessa comunicação.

Sr. Presidente, nós vamos chamar aqui o senhor, esse moço que estava aqui do lado, que podia ter vindo a pé daqui da Esplanada dos Ministério para cá – poderia ter pego um Uber – e falou de forma remota, nós temos que trazê-lo aqui para sentar, junto com ele o Presidente da Funai, para sentar, os dois têm que ser colocados aqui para sentar – não vai ser mais remoto, não!

Aliás, vamos parar com essa história, essa história de depoimento remoto é para quem está lá no Vale do Javari. Aliás, quem está no Vale do Javari, como o Eliésio, pegou 14 horas para vir para cá, tirou 14 horas, não sei, de barco, de avião e está aqui.

Os representantes da Funai, atravessando a rua, viriam para cá, e não vieram. Então, assim, vamos só deixar claro: essa história do remoto é para as partes hipossuficientes. Deixa eu traduzir: para as partes frágeis, para as partes que precisam de proteção. Não é para gente do Estado ficar em gabinete refrigerado, falando a um quarteirão de distância daqui, não.

Então, vamos só deixar claro e, com a sua aquiescência, Presidente Humberto – já que estamos trabalhando em conjunto esta Comissão Externa e a Comissão de Direitos Humanos –, não vai ter autoridade aqui que vai ficar falando de forma remota, através do conforto do ar-condicionado, dos assessores dela à distância mais, não. Não vai existir mais isso, não. A forma remota é para quem é frágil, para quem está exposto, para quem precisa de proteção. Não é para autoridade engravatada que está a uma quadra daqui.

Então, nós temos que ter aqui o senhor coordenador de povos isolados, presencialmente, e o Sr. Presidente da Funai, entre outras coisas, para explicar esse absurdo aqui que vocês viram, porque um ofício com 45 dias... Por que deixaram ocorrer um homicídio? Por que deixaram matar?

Os primeiros elementos que esta Comissão Externa tem, que a Comissão de Direitos Humanos tem, Presidente Humberto, é que as mortes de Dom e de Bruno foram processadas a várias mãos, e, no mínimo, com a prevaricação criminosa da parte do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, para que nós possamos caminhar para a conclusão da nossa audiência pública, eu dou a palavra ao Dr. Fernando Vianna, que teve o seu contato interrompido quando estava se manifestando para responder a minha pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Presidente Humberto, desculpe-me, só para ilustrar. É que cada vez é mais estarrecedor, Presidente. O ofício que a Univaja mandou tinha até foto do criminoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse filme foi exibido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/REDE/REDE - AP) – Tinha até foto, com antecedência, apontando os criminosos, de tão absurdo e grave que é.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu passo a palavra ao Dr. Fernando Vianna.

Peço a ele que seja breve.

Vamos tentar, no espaço de dez minutos, que ele possa responder às nossas indagações, para que nós possamos concluir a nossa reunião, porque, às 14h, já temos outra reunião aqui marcada.

Com a palavra.

O SR. FERNANDO VIANNA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Humberto Costa. De fato, eu estava tentando responder a V. Exa. e depois eu ia responder também a S. Exa., o Senador Randolfe Rodrigues, na interação que teve com o Eliésio.

Então, na parte em que V. Exa. perguntou sobre essa dimensão maior do crime na região, de fato, eu não tenho muito a acrescentar ao que foi falado, ao Eliésio. Eu ia só complementar com as ideias básicas de que isso é uma realidade que se passa em outras regiões do país. Foi mencionada a morte de um guardião da floresta, o Guajajara, o Paulino Guajajara, no Estado do Maranhão, na interação, neste caso, com madeireiros ilegais na Terra Indígena Arariboia.

Quero dizer que há outras situações em que, tanto indígenas, quanto servidores da Funai, permanecem, neste momento, em situações de alto conflito, altamente perigosas para a segurança de todos. E, da mesma forma como o Eliésio nos fala que ele tem certeza de que a coisa pode voltar a ocorrer, de que uma situação trágica pode voltar a ocorrer no Vale do Javari, a gente sabe que há outras situações que se configuram como barris de pólvora, desse ponto de vista do conflito, e da exposição de indígenas e de servidores da Funai à alta criminalidade em terras indígenas.

Portanto, as investigações têm que seguir em frente. Não podemos aceitar a ideia de que está tudo investigado e resolvido. Eu ia trazer rápidos elementos, dizendo que há coisas que foram muito estranhas no começo disso tudo, como o armamento pesado que foi encontrado com o principal envolvido, que acabou de ser mencionado pelo Senador Randolfe Rodrigues, um armamento pesado que nos mostra que não se trata simplesmente de um pescador; também o fato daquela demora que todos nós vimos, no começo de tudo, com o Comando Militar da Amazônia dizendo: Olha nós podemos atuar, mas temos que esperar uma ordem, hierarquicamente, que venha de cima, e essa ordem demorou a acontecer, de modo que, no início, as buscas eram feitas pelos próprios indígenas da Univaja, com pouquíssimo apoio das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades de Estado, que depois demoraram a chegar. Tudo isso enquanto o poder local manifestava uma proximidade, em relação aos principais suspeitos, muito estranha também.

Prefeitos, Procuradores de Municípios atuando como advogados da parte dos principais suspeitos... Tudo isso foi muito estranho no começo, o que sugere que as investigações têm que seguir adiante. Nós não podemos arredar pé disso.

Bom, para responder, na interação que o Senador Randolfe teve com o Eliésio foram tocados alguns pontos que eu queria muito rapidamente pontuar, porque acho que são importantes e são conteúdos do nosso dossiê.

Então, o Senador Randolfe resgata. Quando o Bruno foi exonerado? O Bruno foi exonerado já na gestão atual da Funai. Não foi no começo de 2019. Nós tivemos dois momentos muito claros, e isso é conteúdo do dossiê.

No começo do Governo Bolsonaro houve uma tentativa de tirar a Funai do Ministério da Justiça e tirar a área de demarcação de terras da Funai e jogar para o Ministério da Agricultura. Isso foi derrotado no Congresso Nacional, através das emendas à Medida Provisória nº 870; depois, o Supremo Tribunal Federal também impediu que o Governo Bolsonaro insistisse nessa ideia.

A partir do momento em que se mostrou que tudo ia ficar com a mesma configuração institucional, foi aí que houve uma troca na Presidência da Funai e veio para dentro da Funai essa gestão atual, que está comprometida não com os direitos indígenas, mas com uma agenda que lhe é ditada de fora, não lhe é... Essa agenda que é implementada hoje na Funai não ocorre na interação com as lideranças indígenas, com os indígenas das diferentes regiões, como deveria ser, como era o costumeiro. Ocorre que a agenda vem de fora, é a agenda que vem sobretudo da bancada dos ruralistas e desses setores de mineração que têm interesse nos minérios das terras indígenas. É essa agenda que está sendo implementada hoje na Funai, não é?

Então, o Bruno foi exonerado nesse contexto já dessa nova gestão, justamente por conta da sua atuação nessa área de índios isolados de recente contato. Ele foi perseguido por um... Senador Randolfe Rodrigues, como é a perseguição? A perseguição, no caso do Bruno, é aquela famosa geladeira. O Bruno se deu conta de que não ia mais ter acesso às coisas técnicas, aos assuntos com os quais ele estava acostumado a trabalhar, que ele iria ser colocado na geladeira.

Há outras formas de perseguição? Há, e a gente relata no dossiê. Nós temos pedidos de investigação criminal a servidores que executam o seu trabalho corretamente. O presidente, atualmente, da Funai é um senhor que é delegado, de origem, da Polícia Federal, de carreira. Então, nós dizemos que ele é um interventor na Funai, porque está justamente colocado na Funai para implementar essa agenda de fora, mas, como ele vem da Polícia Federal, ele submete lideranças indígenas e servidores que estão no exercício correto das suas funções a pedidos de investigação criminal. Nós narramos no dossiê – não vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui me alongar –, pelo menos, três casos muito gritantes e chamativos desse pedido de investigação a servidores, o que é uma maneira de criar um clima de perseguição, de constrangimento, para que ninguém mais se sinta à vontade para atuar da maneira correta como nós estamos acostumados a atuar, não é?

Bom, nomeação também. Na coordenação regional lá do Vale do Javari, o homem de confiança que foi colocado pela atual gestão foi um militar que foi gravado, pego falando em meter fogo nos índios isolados. No momento em que ele foi gravado falando isso – evidentemente, pegou muito mal para ele –, ele foi obrigado a pedir exoneração. Desde que ele pediu exoneração, mantém-se a coordenação regional do Vale do Javari sem coordenador regional titular. É uma situação de precariedade, de abandono da coordenação regional.

Há um outro cargo importantíssimo para fazer o trabalho de fiscalização, que é o chefe do serviço de gestão territorial e ambiental. Há muito tempo está sem titular. Os servidores estão lá na ponta desesperados para fazer seu trabalho. São poucos. Eles submetem o nome de um colega para ser nomeado, e a resposta da presidência da Funai é: "Não, não vamos nomear, porque não há oportunidade e conveniência nessa nomeação", sem nenhuma...

Respondendo um pouco também ao Senador Randolfe, que perguntou: "Qual é a justificativa para exonerar o Bruno? Qual é a justificativa para não nomear essa pessoa?", não se sabe. São critérios absolutamente ideológicos. Identificam que aquela pessoa é uma pessoa que está numa linha de atuação, do nosso ponto de vista, correta, então, não se nomeia ou exoneram essas pessoas.

Por fim, um último dado que eu acho importante mencionar também: é comum que se diga: "Ah, na Funai, existem lá cem indígenas que foram contratados". De fato, é muito importante a contratação que foi feita. Os indígenas são servidores temporários que estão ajudando muito, ajudaram nas buscas inclusive. Porém, omite-se... Quando se fala isso, às vezes, coloca-se um número: "A Funai hoje contratou um número [sei lá], aumentou o quadro de servidores em X [sei lá quantos] por cento". Omite-se que essa contratação só aconteceu porque o movimento indígena brasileiro, através da Apib, ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal, com uma ADPF, obrigando o Governo brasileiro a agir no contexto da pandemia. E foi nesse contexto que o Supremo emitiu uma determinação para que a Funai contratasse, portanto, os temporários. São servidores temporários – felizmente são indígenas que conhecem a região e contribuem muito –, porém são servidores temporários num regime precário que não satisfaz todas as necessidades da atuação de servidores. A gente não pode confundir as coisas e dizer que esse número de servidores foi uma grande conquista: primeiro, não foi uma conquista, foi uma determinação judicial; segundo, não resolve a situação.

Com isso tudo, eu queria reforçar, mais uma vez – vou terminar aqui, Senador; fique tranquilo, que eu não vou me exceder mais –, esse nosso sentimento de indignação. A partir do caso do Bruno e do Dom, a gente percebe que tem muitos elementos que são elementos que se reproduzem Brasil afora. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala das lideranças indígenas... Eu reconectei aqui a minha conexão, retomei a conexão num momento em que eu pude ouvir ainda algumas lideranças falando, não é? A gente sabe que Brasil afora a situação é gravíssima, tem diversas situações ocorrendo, todas elas nesse contexto de uma Funai levada a atuar no sentido contrário ao da sua missão institucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Eu queria agradecer a todos os que participaram desta audiência pública de hoje: ao Eliésio Marubo, representante da Procuradoria Jurídica da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari; ao Dr. Geovanio Pantoja Katukina, a quem nós reforçamos aqui o convite para que possa estar presencialmente numa próxima audiência pública que pretendemos realizar; e também ao Dr. Fernando Vianna, Presidente do INA (Indigenistas Associados) – agradecemos a sua presença também.

Quero agradecer aqui às lideranças tuxás, guaranis caiovás, guaranis nhandevas, tupinambás, taurepangues, uapixanas, macuxis, que aqui estiveram; aos representantes da Univaja, da Coiab, do Cimi, da OPI e da Apib.

Portanto, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente sessão e informo que, às 14h, sob a Presidência do nosso Senador Randolfe Rodrigues, que é o Presidente da Comissão Temporária Externa definida aqui pelo Senado Federal, teremos uma nova audiência pública para tratar do tema.

Muito obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA INVESTIGAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE E DE ATENTADOS NA REGIÃO NORTE. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e um minuto do dia seis de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. com a presença dos Senadores Eduardo Velloso, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Telmário Mota, Humberto Costa e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Discussão sobre os resultados da diligência realizada no Vale do Javari, diretrizes de trabalho da comissão, apreciação de requerimentos e relatório parcial sobre a diligência, do Senador Fabiano Contarato, designado como relator "ad hoc" para a diligência. **Resultado:** Reunião realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 7, de 2022** que : "Requer informações ao Ministério da Justiça a respeito das condições de trabalho da Funai." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 8, de 2022** que : "Requer informações ao Ministério da Justiça acerca da apuração de crimes na região do Vale do Javari." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 9, de 2022** que : "Requer informações ao Ministério da Justiça sobre critérios técnicos para nomeações na Funai." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento Nº 10, de 2022** que : "Convite a Jader Marubo, liderança indígena, a prestar informações à comissão." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento Nº 11, de 2022** que : "Requer o Ministério das Relações Exteriores solicite aos governos da Colômbia e do Peru o aumento de fiscalização na região do Vale do Javari." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento Nº 12, de 2022** que : "Requer sejam oficiados MP estadual, MPF, CNMP e Justiça Estadual de Atalaia do Norte sobre competência federal a respeito dos eventos apurados pela comissão." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento Nº 13, de 2022** que : "Requer ao Ministério da Justiça o aumento do número de colaboradores na Funai." **Autoria:** Sen. Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento Nº 14, de 2022** que : "Requer ao Ministério da Justiça a adoção de medidas para proteção dos servidores da Funai e indígenas." **Autoria:** Sen. Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento Nº 15, de 2022** que : "Requer ao Ministério das Relações Exteriores gestões junto à Colômbia e ao Peru para reforço à segurança das fronteiras e repressão de crimes na região." **Autoria:** Sen. Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento Nº 16, de 2022** que : "Requer à Casa Civil o imediato afastamento do Presidente da Funai Marcelo Xavier da Silva." **Autoria:** Sen. Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 -** "Relatório apresentado pelo relator "ad hoc" Senador Fabiano Contarato, relativo à diligência em Atalaia do Norte e Tabatinga realizada em junho de 2022" **Autoria:** Sen. Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado com alterações.. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento Nº 17, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2022 que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Marcelo Augusto Xavier da Silva, informações sobre as funções desempenhadas pelo senhor Bruno Araújo Pereira, ex-servidor daquela Autarquia." **Autoria:** Sen. Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Randolfe Rodrigues
Presidente da Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/06

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 474, de 2022, que tem por objetivo investigar, *in loco,* no prazo de 60 dias, as causas do aumento da criminalidade e de atentados contra os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, além de jornalistas na Região Norte e em outros estados, assim como fiscalizar as providências adotadas diante do desaparecimento do indigenista Bruno Araújo e do jornalista Dom Phillips.

A presente reunião destina-se à discussão sobre os resultados da diligência realizada no Vale do Javari e as diretrizes do trabalho da Comissão e à apreciação de requerimentos e do relatório parcial sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a diligência realizada na última semana no Vale do Javari, para o qual foi designado o Senador Fabiano Contarato como Relator *ad hoc*.

Temos alguns requerimentos em pauta para apreciação.

Eu pergunto se o Senador Fabiano está *online,* para fazer a leitura, primeiro, do relatório da visita desta Comissão ao Vale do Javari. (*Pausa.*)

Até o Senador Fabiano estar conectado... Vamos aguardar até que ele esteja conectado para fazer a leitura do relatório da viagem que esta Comissão processou na última semana ao Vale do Javari.

Então, antecipadamente, adianto a leitura e a apreciação dos seguintes requerimentos.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO N° 007, de 2022

Requer informações ao Ministério da Justiça a respeito das condições de trabalho da Funai.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO N° 008, de 2022

Requer informações ao Ministério da Justiça acerca da apuração de crimes na região do Vale do Javari.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO N° 009, de 2022

Requer informações ao Ministério da Justiça sobre critérios técnicos para nomeações na Funai.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO N° 010, de 2022

Convite a Jader Marubo, liderança indígena, a prestar informações à Comissão.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO N° 011, de 2022

Requer o Ministério das Relações Exteriores solicite aos Governos da Colômbia e do Peru o aumento de fiscalização na região do Vale do Javari.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO N° 012, de 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer sejam oficiados MP estadual, MPF, CNMP e Justiça Estadual de Atalaia do Norte sobre competência federal a respeito dos eventos apurados pela Comissão.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO N° 013, de 2022

Requer ao Ministério da Justiça o aumento do número de colaboradores na Funai.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Requer ao Ministério da Justiça o aumento do número de colaboradores na Funai, sobretudo no Vale do Javari.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO N° 014, de 2022

Requer ao Ministério da Justiça a adoção de medidas para proteção dos servidores da Funai e indígenas.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

2ª PARTE

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO N° 015, de 2022

Requer ao Ministério das Relações Exteriores gestões junto à Colômbia e ao Peru para reforço à segurança das fronteiras e repressão de crimes na região.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

2ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO N° 016, de 2022

Requer à Casa Civil o imediato afastamento do Presidente da Funai Marcelo Xavier da Silva.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO N° 017, de 2022

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Marcelo Augusto Xavier da Silva, informações sobre as funções desempenhadas pelo senhor Bruno Araújo Pereira, ex-servidor daquela Autarquia.

Autoria: Senador Humberto Costa

Coloco em apreciação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Aprovados os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ato contínuo, já passo, de imediato, a palavra ao Senador Fabiano Contarato, designado o Relator *ad hoc* desta Comissão, em decorrência da diligência que realizamos, na semana passada, no Vale do Javari.

ITEM 11

RELATÓRIO REFERENTE À DILIGÊNCIA EM ATALAIA DO NORTE E TABATINGA

Relatório apresentado pelo Relator "ad hoc" Senador Fabiano Contarato, relativo à diligência em Atalaia do Norte e Tabatinga realizada em junho de 2022.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Senador Fabiano, a palavra está com V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Escutamos V. Exa. Pode prosseguir.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Inicialmente, eu quero parabenizar V. Exa. pela condução desta tão importante Comissão Externa, assim como quero parabenizar também o nosso querido Senador Nelsinho Trad.

Sr. Presidente, eu achei de extrema importância essa diligência que nós efetuamos juntamente com a Comissão Externa da Câmara dos Deputados. E, na qualidade de Relator *ad hoc* designado por V. Exa., o que muito me honra, eu apresentei e já publicizei um relatório preliminar, só que esse relatório está extremamente extenso. Eu pediria permissão a V. Exa., se V. Exa. assim permitir e achar conveniente e oportuno neste momento, para passar a ler tão somente a parte conclusiva do relatório, porque ele é descritivo dos depoimentos, de tudo o que foi falado, das falas, inclusive, dos Parlamentares. Então, eu acho que, para a gente otimizar o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador. Pode prosseguir, pode fazer a leitura somente da parte conclusiva. V. Exa. fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência*.) – Algumas conclusões preliminares podem ser formuladas a partir dessa diligência, na qual foram ouvidas lideranças indígenas, indigenistas e representantes de órgãos públicos diretamente envolvidos nas investigações acerca dos crimes que vitimaram Bruno Pereira e Dom Phillips, há muito denunciados pela Univaja e pelos servidores da Funai.

Há uma gritante ausência do Estado brasileiro na região, cuja economia é, em grande parte, dominada pelo poder do tráfico de drogas e da exploração ilegal de recursos naturais das terras indígenas, tais como minerais, madeiras, pescado e caça. O crime organizado exerce um controle, de fato, sobre essas atividades, que envolvem o financiamento de expedições, cujos elevados custos com combustível, embarcações, mantimentos e demais insumos (gelo, armamento, material para pesca e caça, etc.) são demasiadamente elevados para que possam ser suportados pelos humildes habitantes da região que se envolvem nessas atividades em busca de sustento. Mesmo a morte e o ocultamento dos corpos e pertences de Dom e Bruno envolveram os esforços de várias pessoas, o que desperta justificado receio de que tenha havido coordenação e um mandante, o que resta ser investigado.

Há atualmente um frágil entendimento entre as autoridades envolvidas na investigação acerca da competência estadual ou federal, o que pode resultar em atrasos e perda de oportunidades ou mesmo prescrição dos crimes, como ocorreu em outros casos.

Aqui, Sr. Presidente, eu quero fazer uma ressalva – eu pediria a atenção dos colegas – no sentido de que, antes do fato, antes desse homicídio qualificado, que é crime hediondo, Sr. Presidente, existiu, em abril, uma denúncia formal de um crime ambiental em terra indígena, cuja competência é da Justiça Federal, praticado por um dos executores do duplo homicídio. Então, veja, em abril, ocorreu um crime ambiental em terra indígena praticado por um dos executores. Posteriormente a isso, houve uma ameaça – uma ameaça, vejam bem, uma ameaça! –, que infelizmente se transformou numa execução com duplo homicídio e, depois, na ocultação de cadáver. Então, há um liame subjetivo, uma conexão entre esses crimes.

Nós não podemos permitir... Aqui eu falo pela experiência como Delegado de Polícia e Professor de Direito Penal e Processo Penal. Nós não podemos separar estes fatos: falar que na ameaça a ação penal é pública condicionada à representação, à competência de uma esfera; falar que o crime praticado em terra indígena é da Justiça Federal; analisar tão somente o homicídio qualificado, o duplo homicídio com várias qualificadoras; e depois analisar a ocultação de cadáver. Por quê? A prova de um interfere obrigatoriamente na prova do outro, Sr. Presidente. Daí a importância...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, naquele momento da diligência, fiz a ressalva, falando para o Ministério Público estadual, que lá estava presente, bem como para o Delegado da Polícia Federal, de que nós não podemos ter a visão simplista de analisar esses fatos de forma isolada. Vou pegar um crime de ação penal pública condicionada à representação, como é o crime de ameaça previsto no art. 147, e falar que, para ameaça, a competência é esta, é infração penal de menor potencial ofensivo? Não, não é isso, porque a prova do crime praticado em terra indígena, que é de competência da Polícia Federal e, consequentemente, da Justiça Federal e do Ministério Público da União, está interligada, intersubjetivamente e também por conexão, com a ameaça, depois com o duplo homicídio e depois com a ocultação de cadáver.

Nós também não podemos descartar que, no inquérito que apura a prova do Maxciel lá, que também é competência da Justiça Federal, não possa ter havido uma correlação entre isso. Então, não podemos admitir...

Foi este o requerimento que eu fiz publicamente e que V. Exa. deferiu: o de esta Comissão fazer uma exposição de motivos cronológica, fazendo essa interligação subjetiva, essa conexão entre esses crimes, para provocar, para suscitar, para declarar a competência para apurar como sendo do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, da Justiça Federal, e não da Justiça estadual. Eu estou fazendo aqui essa ressalva neste momento da leitura da conclusão porque eu acho que esse é um ponto de fundamental importância. Nós não podemos ter uma visão simplista de um fato isolado do outro. Nós temos que entender que esse é um crime complexo que envolve outros crimes e daí essa análise.

Eu também entendo, pela minha experiência profissional como delegado, que, ao apurar a prova de um mandante – o art. 29 do Código Penal é claro quando estabelece o concurso de pessoas, ou a codelinquência, ou o concurso de agentes e diz que "quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade" –, é perfeitamente possível que, em assim sendo, a Polícia Federal conclua o inquérito do duplo homicídio com essa interligação subjetiva de que eu falei e com relação a executores, mas que se instaure imediatamente um novo inquérito para apurar a eventual participação de mandantes, ou seja, da figura de partícipes, quer seja um partícipe moral na forma de induzimento ou instigação, quer seja um partícipe material na forma de auxílio, para, ao final, indiciar quem deva ser indiciado.

Mesmo a morte e o ocultamento dos corpos e pertences de Dom e Bruno envolveram os esforços de várias pessoas, o que desperta justificado receio de que tenha havido coordenação e um mandante, o que resta ser investigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há, atualmente, um frágil entendimento entre as autoridades envolvidas na investigação acerca da competência estadual, o que pode resultar em atrasos e perda de oportunidades, ou mesmo prescrição dos crimes, como ocorreu em outros casos. Além disso, o parco efetivo de segurança coloca em risco todos que, de um modo ou de outro, contrariam os interesses de poderosos criminosos que atuam na região. É urgente que seja garantida segurança para a força-tarefa e que a competência investigativa seja definida claramente. Sugerimos iniciativas para definir rapidamente a competência federal sobre esse caso, tendo em vista a demora observada na investigação sobre o assassinato do servidor Maxciel, da Funai, em 2019, que ainda não foi minimamente elucidado. É um inquérito que se encontra em tramitação desde 2019, em que ninguém foi indiciado criminalmente.

Registre-se, sobretudo, o clamor unânime entre os indígenas por mais presença do Estado brasileiro na região. Pedem, a todo momento, que a soberania brasileira seja exercida de fato, que as leis sejam cumpridas, que as pessoas tenham seus direitos garantidos e que os indígenas possam viver em paz nas terras que já foram, inclusive, homologadas. Na ausência quase total das autoridades, os indígenas arriscam a própria vida para defender suas terras e o patrimônio da União contra invasores bem armados. Eles são tão mais defensores e tão mais presentes que o Estado, que foram eles que diligenciaram para encontrar os indícios que levaram à localização das vítimas fatais.

Esses defensores, verdadeiros patriotas, estão sujeitos a uma vida repleta de medo e violência, mas não esmorecem.

É urgente que o Estado brasileiro afirme a soberania de seu povo, impondo a lei e oferecendo projetos de desenvolvimento sustentável que permitam aos indígenas e aos não indígenas viver dignamente, em paz, em harmonia, sem que sejam postos em rota de colisão pela iniciativa de criminosos que afirmam o seu poder no vácuo do desmonte pelo qual passam os órgãos públicos.

Finalmente, é crucial que os maiores culpados por esse desmonte deliberado e pela consequente violação de nossa soberania, com a morte já acumulada de brasileiros – como Chico Mendes, Ari Uru-Eu-WauWau, Paulo Paulino Guajajara, Maxciel Pereira dos Santos e Bruno Pereira – e de aliados estrangeiros do nosso povo – como o jornalista Phillips e, no passado, a Irmã Dorothy Stang –, sejam identificados e responsabilizados.

Esta Comissão tem o compromisso de formular projetos e sugestões para reverter esse quadro lamentável e macabro. Nossa responsabilidade perante o povo brasileiro e perante o mundo não aceita nada menos do que a reversão total do contexto de desmonte institucional, o qual a Ministra Cármen

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, já nomeou – aspas – como "cupinização" do Estado, e do abandono do nosso povo, inclusive dos povos originários, à desassistência, ao desamparo e à violência.

Sr. Presidente, é essa a conclusão do relatório preliminar.

Mais uma vez, eu quero agradecer a confiança de V. Exa. que me foi depositada. Estou à disposição desta tão importante Comissão para acompanhar a elucidação desse caso. Volto a falar: nós não podemos permitir que esses crimes sejam analisados de forma isolada. Há uma conexão, há uma intersubjetividade entre eles. Nós não podemos correr o risco de ter uma visão positivista, napoleônica, imediatista e deixar de analisar o todo como uma grande máquina, uma grande mola propulsora, uma organização criminosa que está com a digital em todas essas mortes e em toda a violência que os povos originários, os povos indígenas, os nossos irmãos, os nossos parentes vêm sofrendo. É preciso que o Estado brasileiro se faça presente porque a omissão do Estado está diretamente relacionada com a responsabilização penal, civil e administrativa que lhe possa ser atribuída.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Eu que agradeço a V. Exa., Senador Fabiano Contarato, pelo trabalho detalhado amiúde, pela dedicação de V. Exa. tanto na diligência quanto na produção desse relatório *ad hoc* que foi produzido.

Eu queria, sobretudo, determinar...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Senador Randolfe, eu estou remotamente aqui.

Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Senador Nelsinho, com a palavra.

Após a leitura, eu iria colocar em discussão o relatório e de imediato, obviamente, já passo a palavra para o Relator desta Comissão, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – V. Exa. com a palavra, Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Eu queria parabenizar a iniciativa da nossa Comissão. Infelizmente eu não pude ir, mas felizmente o meu exame não deu nada, graças a Deus. Ele deu inconclusivo no dia da viagem, mas posteriormente foi feito um de sangue que não apresentou a questão da covid. Então, eu já tomei a quarta dose, já estou praticamente restabelecido do estado gripal que me acometeu.

Eu quero parabenizar a iniciativa da nomeação *ad hoc* do Relator, Senador Contarato, e dizer que isso vai ser de grande valia para o nosso trabalho.

Já avisei a nossa assessoria, que está acompanhando presencialmente aí a reunião, para poder agregar esse relatório dentro do nosso trabalho.

Quero dizer que eu estou aqui atento para poder, diante dos desdobramentos que haverá de acontecer nesta reunião, chegar ao denominador comum de avançar nessa questão dessa Comissão Especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Esta Presidência que agradece, Senador Nelsinho. Ficamos, particularmente e todos aqui, felizes em saber que V. Exa. está bem saúde e que não ocorreu a infecção.

Obviamente, após a apreciação do relatório da diligência Atalaia do Norte, produzido pelo Senador Fabiano, ficará incorporado ao relatório futuro que o Senador Nelsinho apresentará a essa Comissão; ficará incorporado o texto e os termos do relatório.

Eu queria, Senador Nelsinho, pedir a sua atenção para uma recomendação que o Senador Fabiano aqui destaca. Eu queria pedir, assim que for aprovado o relatório – o pedido é à assessoria – o encaminhamento, entre tantas recomendações do relatório, as recomendações relativas à competência para investigação do assassinato de Dom Phillips e de Bruno Araújo Pereira.

O Senador Fabiano, com a experiência de delegado que é, já na diligência, destacava que não haveria nem de se falar em federalização do caso, haja vista que o crime ocorrido tem conexão direta com um outro crime federal que estava sob investigação anteriormente. Então, com a experiência de delegado que é – eu acredito que isto inclusive está assinalado no relatório do Senador Fabiano Contarato, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinalado –, não há de se falar sequer em federalização, em transitar competência. A competência *per si* é federal.

Então, nos termos, após aprovados esses termos e esses encaminhamentos da parte do relatório *ad hoc* que foi produzido, eu queria que fossem tomadas todas as providências para oficiar todas as autoridades que necessitarem de serem oficiadas. Já o fizemos por requerimento; caso seja necessário, reiteraremos, seja Ministério Público Estadual do Amazonas, seja Ministério Público Federal, seja Justiça Federal, seja Conselho Nacional do Ministério Público, sejam tantas quantas as autoridades que forem necessárias oficiar para que a condução do caso da investigação do assassinato de Dom Phillips e de Bruno Araújo seja, de fato, competência federal, pelos notórios acontecimentos de que se tem notícia do caso.

Então, dado só esse encaminhamento, para reiterar...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Apenas um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Pois não, Senador Nelsinho, Sr. Relator, com a palavra V. Exa. (*Falha no áudio.*)

O senhor nos ouve, Senador Nelsinho?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Agora estou. A sua internet parece estar travada, mas estamos ouvindo V. Exa.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Agora ouvimos, alto e claro.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Eu estive, para agregar as informações ao andamento do nosso juízo, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurador-Geral, Dr. Augusto Aras, e ele me apresentou um subprocurador que ele designou para estar à frente dessa situação, uma pessoa que tem um conhecimento da região, se não me engano é o Subprocurador da República Dr. Frederico. Ele me disse nessa ocasião que há um questionamento no que tange à competência, já há questionamento judicial, e que estaria a cargo (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Senador Nelsinho, a sua conexão está falhando.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – ... uma sentença para poder definir a competência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Senador Nelsinho, se V. Exa. pudesse retomar...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – ... se é estadual ou se é federal, dessa situação. (*Falha no áudio.*)

Às vezes aqui o sinal não é muito bom. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Agora estamos. Se V. Exa. pudesse retomar de onde V. Exa...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Eu estive fazendo uma visita, para formatar a cristalização do meu juízo em relação a essa questão, ao Procurador Dr. Augusto Aras, Procurador-Geral. E ele me apresentou o Dr. Frederico, que é um Subprocurador da República que teve já uma atuação na região, e ele, nessa reunião, compartilhando as informações que eles já tinham recebido e da própria visita que ele fez lá também, presencial, ele me informou, e eu quero compartilhar isso com vocês, que há já um questionamento da competência relativa a essa questão, se vai correr na Justiça estadual, se na Justiça Federal. Inclusive, está para ser proferida a decisão do juízo em relação à questão da competência. E ele me disse que, nessa situação, todas as vezes que se tem uma dúvida, ela recai no organismo federal. Então, é apenas para compartilhar essa informação com V. Exas. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Nelsinho.

Diante, inclusive, do informe aqui trazido pelo Senador Nelsinho, se V. Exa. assim concordar, e de igual forma se o Senador Fabiano Contarato também concordar, eu queria sugerir uma reunião de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, não uma audiência, mas uma reunião de trabalho para ocorrer no dia 13, poderia ser à tarde. Estaremos chamando reunião, oitiva desta Comissão, na parte da manhã do dia 13, então, no dia 13, conforme as agendas dos senhores, à tarde, ou no dia 14, quinta-feira, eu queria sugerir, Senador Nelsinho, que V. Exa. agendasse, sendo possível, com o subprocurador designado por S. Exa. o Procurador-Geral Augusto Aras, uma reunião de trabalho, que poderia ser com todos os membros dessa Comissão, mas em particular... Eu convido todos os membros dessa Comissão, mas seria fundamental a presença, sobretudo, de V. Exa. e do Senador Fabiano Contarato, que esteve junto conosco na condição de *ad hoc* na missão ao Vale do Javari.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – Perfeito, Senador Randolfe. Eu não vejo óbice nessas datas, até porque, pelo que me foi transmitido pelo Procurador-Geral, a instituição está totalmente pronta para poder compartilhar com a nossa Comissão todas as informações colhidas.

Eu vou entrar em contato com o Subprocurador da República, que ele me apresentou lá na hora, para já organizar com ele a agenda da oitiva dele na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador, agradecemos a V. Exa.

O Senador Fabiano Contarato pede a palavra. (*Pausa.*)

Senador Fabiano, seu som está desligado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Eu também estou de acordo com esse andamento, mas quero aqui reafirmar a nossa disposição e a nossa recomendação da necessidade de esta Comissão fazer essa exposição de motivos com a vinculação desses fatos.

E digo mais, Sr. Presidente: eu acho que o delegado que está à frente da apuração da morte do Maxciel tem que estar trabalhando e acho que tem que ser requerida a extração da cópia integral do inquérito que apura a morte do Maxciel para juntar com o duplo homicídio do Dom Phillips e do Bruno, para ver se há uma correlação e para ver se existe também uma prova que de lá possa ser uma prova emprestada na apuração desse fato. Mas eu acho que, independentemente desse andamento...

E é óbvio que, dentro de um conflito de competências, *in dubio pro societate* – na dúvida, nós temos que firmar a competência para a Justiça Federal, porque, lá na frente, se se mantiver a competência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Justiça estadual, a defesa pode arguir a exceção de incompetência pela incompetência do juízo e anular todo o procedimento. E aí justiça atrasada não será justiça senão injustiça qualificada e manifesta.

Então, eu também estou de acordo com esse andamento, mas acho que a recomendação dessa exposição de motivos com essa interligação do fato que aconteceu em abril; a ameaça, posteriormente; depois, o duplo homicídio; depois, a ocultação de cadáver e a morte do Maxciel, nós podemos, sim... Esta Comissão vai demonstrar que está atenta a esse firmamento da competência que seja pela Justiça Federal. Mas eu volto a falar: acho que, nessa conversa, nós também temos que alertar sobre a necessidade de os delegados que apuram a morte do Maxciel ficarem diretamente em contato com quem for apurar o duplo homicídio do Dom Phillips e do Bruno.

Essa é a minha manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Senador Fabiano, só indago a V. Exa. se este encaminhamento que V. Exa. está apresentando já consta no relatório que produziu e de que acabou de fazer a leitura.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência*.) – Não, não consta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência*.) – No inquérito do Maxciel, não, porque esse inquérito do Maxciel está na Justiça Federal, está com autoria ignorada, mas eu acho que a análise dele lá pode, de qualquer forma, contribuir para a apuração do duplo homicídio, se houver a possibilidade de um mandante na figura do partícipe moral, seja por induzimento ou investigação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, quero determinar...

Senador Nelsinho... Senador Nelsinho, por gentileza, a palavra é de V. Exa. (*Falha no áudio.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – ... do Senador Contarato foi evidenciada na conversa que eu tive na Procuradoria-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral da República, e, com certeza, o Subprocurador Dr. Frederico vai abordar a partir do momento em que a gente o ouvir. Essa interligação foi abordada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Por videoconferência*.) – Eu só comunico a V. Exa. que eu vou complementar o meu relatório com essa sugestão de extração de cópia integral do auto que apura a morte de Maxciel para colocar nesse relatório preliminar que eu apresentei, a sugestão de que fosse extraída cópia integral, e de que os delegados se comunicassem para apuração desses fatos, havendo a possibilidade de aproveitamento de provas, como provas emprestadas que possam, de qualquer forma... Sejam provas de natureza objetiva, laudos, por exemplo, e perícias, sejam provas de natureza subjetiva, como depoimentos.

E vou apresentar uma complementação ao nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. *Por videoconferência*.) – De acordo, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Senador, para celeridade processual, eu queria, então, determinar à Secretaria que já apensasse esses últimos encaminhamentos do Senador Fabiano Contarato ao seu relatório, ou seja, tudo relativo ao caso do assassinato, do homicídio em relação ao servidor indigenista da Funai Maxciel, então, todas as relações de prova.

Então, eu determino à Secretaria que os encaminhamentos aqui apresentados oralmente pelo Senador Fabiano Contarato sejam apensados ao relatório ora lido por S. Exa.

Diante disso, após a realização da leitura e do apensamento dos últimos encaminhamentos apresentados pelo Fabiano Contarato, coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação do relatório.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado, então, o relatório *ad hoc* do Senador Fabiano Contarato da diligência ao Vale do Javari, a Atalaia do Norte e a Tabatinga, com o apensamento dos encaminhamentos finais feitos oralmente, ainda há pouco, por S. Exa.

Ato contínuo, então, coloco em votação as Atas da 1ª e da 2ª Reunião, dispensando as suas leituras.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Antes de declarar encerrada esta reunião, eu convoco as Sras. Senadoras membros desta Comissão e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a próxima reunião, a realizar-se no próximo dia 13 de julho, às 10h, com o objetivo de ouvirmos o líder indigenista Sr. Jader Marubo e também os familiares de Dom Phillips e de Bruno Araújo, para as oitivas marcadas para o próximo dia 13 de julho, às 10h, aqui na Ala Alexandre Costa, no Senado Federal.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA. DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Elmano Férrer, reúne-se a Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética. com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Daniella Ribeiro, José Aníbal, Eduardo Girão, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Carlos Viana, Carlos Portinho, Jean Paul Prates, Nelsinho Trad, Esperidião Amin e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Marcos Rogério e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e eleição do Presidente e do Vice-presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, foram eleitos para os cargos de Presidente o Senador Jean Paul Prates e Vice-presidente o Senador Veneziano Vital do Rêgo. Indicado para exercer a função de relator dos trabalhos o Senador José Aníbal. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº 1, de 2021 - CTECRHE** que: "Requer realização de Audiência Pública com o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque." **Autoria:** Sen. José Aníbal. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Elmano Férrer

Presidente Eventual da Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Fala da Presidência.) – Cumprimentamos todos os Senadores presentes e os que estão participando digitalmente, a distância.

Havendo número legal e regimental, declaro aberta a presente reunião destinada à instalação da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 1.749, de 2021, com a finalidade de averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética, criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro.

A presente reunião destina-se à instalação e à eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, bem como à indicação do Relator dos trabalhos.

Esclareço, por outro lado, que tenho a honra de presidir esta reunião, nos termos regimentais, por ser o Senador mais antigo presente na reunião, o velhinho trabalhador.

Instalada a Comissão, esclareço ainda que o uso da palavra para esta reunião semipresencial será feito de acordo com a ordem de inscrição dos presentes e, igualmente, por meio do uso da função "levantar a mão" do aplicativo, sendo que os primeiros que falarão serão os membros da Comissão titulares e suplentes e, em seguida, os demais membros, aliás, os não membros.

Passo agora à eleição para o cargo de Presidente.

Havendo um acordo, a indicação para presidir esta Comissão é a do nobre e estimado Senador Jean Paul Prates.

Consulto todos sobre essa indicação.

Os Parlamentares, se haverá outras indicações, que as façam, conforme estabelece o Regimento Interno.

Eu franqueio, então, a palavra aos Senadores presentes, bem como, sobretudo, aos que estão a distância. (*Pausa.*)

A palavra está franqueada.

Não sei se o meu nobre e estimado Jean Paul poderia iniciar, fazendo suas colocações e os esclarecimentos que se fizerem necessários.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não! Obrigado, Presidente Elmano Férrer. É com muita honra e com muita responsabilidade que recebo do senhor, como Parlamentar sênior nesta Casa, a quem muito respeito, mestre Elmano, essa missão, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também a recebo dos colegas, agradecendo a confiança de todos os Senadores e Senadoras que nos conferem esta missão de presidir a Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética.

Quero, antes de mais nada, salientar que esta Comissão terá um papel basicamente prospectivo e propositivo quanto a entender tanto os aspectos circunstanciais que nos levam a essa crise hoje quanto os aspectos estruturais do sistema elétrico brasileiro e também todas as suas decorrências, a origem as fontes que usamos para a energia em um País como o nosso, tão abençoado, Presidente Elmano!

É o bom problema de saber o que usar para gerar energia – tão abundantes são as nossas fontes – , como escolher essas fontes, como colocá-las em ordem para prover-nos energia, em um país que precisa de muita energia, que é o sangue da economia. E, quando falamos em energia, é energia no conceito amplo, englobando inclusive os combustíveis, o setor de petróleo e gás inclusive.

E também, pela outra ponta, o consumo: quantos novos tipos de consumo energético nós temos? Eu costumo dizer que, hoje em dia, até o objeto mais inerte das nossas casas tem algum tipo de versão que pode ser ligada na tomada. Um sofá pode ser ligado na tomada para, de alguma forma, se mover ali e fazer algum tipo de massagem ou reclinar, enfim. Se um sofá inerte pode ser ligado na tomada, imagine quantas outras aplicações... Basta olhar à nossa volta quantos objetos eletrônicos nos cercam hoje, no dia a dia, inclusive independentemente do local de trabalho, da casa... Enfim, isso mostra a importância da energia próxima de nós, individualmente, e, obviamente, para a economia, a importância de um bom planejamento, a importância da previsibilidade, a importância de uma tarifa módica, acessível e principalmente condizente com o que o Brasil propicia de recursos naturais, que nos levem à competitividade maior em função justamente de sermos um grande provedor de fontes renováveis e não renováveis, abundantes, como o Brasil.

Nós temos a intenção de atuar não apenas tendo em vista essa situação imediata, mas pensando justamente no futuro. Nós temos recorrências em crises energéticas, infelizmente. Lembramo-nos das últimas, em 2001 e 2002, quando tivemos um racionamento e risco de apagão. Aparentemente algumas lições ainda não foram aprendidas e, por isso, teremos que revisar esses cadernos, teremos que revisar pessoas e também novos entrantes, novos agentes, novos especialistas que fazem parte hoje desse setor.

Quero dizer também que não há ânimo aqui, Senador Elmano, de crucificar ninguém, nem culpar ninguém, nem utilizar a Comissão como objeto de discussão mais política do que técnica e econômica. É evidente que em tudo está a política, em tudo está, de alguma forma, um componente... Nós todos aqui somos políticos, mas todos aqui também somos racionais e sabemos que, acima de tudo, está o interesse de devolver ao Brasil e manter, consolidar a segurança energética, a nossa autonomia de fontes e principalmente fazer valer as nossas autossuficiências em vários setores e em várias áreas, inclusive no petróleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, estaremos discutindo aqui a configuração do atual modelo; o papel do Estado nessa situação; as agências reguladoras; o planejamento energético, volta e meia confundido como sendo uma função de agência reguladora e não o é, é um planejamento setorial a partir do ministério, das empresas de planejamento; a sua execução, principalmente o papel da Eletrobras, que neste momento está sendo amplamente também discutido; e, por fim, a inclusão e a transição de novas fontes e novas formas de utilização da energia.

Não vou me alongar demais, porque a ideia aqui hoje é só instalar o processo.

Gostaria, portanto, de convocar aqui, nos termos regimentais e após consultar as Lideranças partidárias, a Presidência, indicando... (*Pausa.*)

Perdão. Ele que veio aqui. O.k. Está bem.

Então, passo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Aníbal, dentro do sistema remoto implantado aqui no Senado.

Com a palavra o Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – V. Exa. me ouve, Presidente? Vocês me ouvem aí?

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Estamos lhe ouvindo muito baixo.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Eu queria começar...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Melhorou.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – ... cumprimentando o nosso Presidente, que se autodenominou, de uma maneira muito cheia de humor e de vitalidade, "o velhinho que trabalha". Elmano Férrer, isso é uma virtude, isso é uma prova de vida. Portanto, quero saudar você aqui, como responsável pela abertura dos trabalhos desta Comissão.

Saúdo também o Senador Jean Paul, que está presente; o Senador Carlos Fávaro, que está no modo virtual; o Senador Carlos Viana; o Senador Veneziano Vital do Rêgo. Eu já vi aqui também o Senador Angelo Coronel. Enfim, outros mais, certamente vão se juntar a nós. O Senador Carlos Viana está ao vivo agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, primeiro, da minha satisfação de ter sido escolhido como o Relator desta Comissão. Isso me impõe um compromisso com os Senadores membros desta Comissão, com o Senado e com o desafio que o País enfrenta nessa área.

Eu não sei se cabe a mim, Senador Elmano Férrer, mencionar o entendimento que fizemos para termos o Senador Jean Paul como nosso Presidente da Comissão. Indago-lhe isso, para poder continuar a minha fala, que será breve.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – A resposta é afirmativa. V. Exa. tem todas as prerrogativas, todas as condições de fazer a indicação decorrente, é bom que se esclareça... Estive há poucos instantes com o Líder Fernando Bezerra, o Líder do Governo no Senado, e ele tratou dessa questão, desse entendimento feito com todos os Senadores e as Lideranças dos blocos parlamentares com assento aqui no Senado.

Então, V. Exa. com a palavra.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Saúdo, mais uma vez, o Senador Jean Paul Prates, que falou antes de mim, com muita propriedade e mencionou um fato fundamental, que é a segurança energética.

Sr. Presidente, nós temos hoje um desafio que não é pequeno. Tanto o setor de energia quanto o setor hídrico, no Brasil, estão muito tensionados, e tensionados nos seus modelos regulatórios; num caso, em torno da implantação da lei do gás, e noutro caso sobre a modernização do setor elétrico. É preciso se modernizar, incorporar questões como a mudança climática, que é vital, novas tendências tecnológicas, maior participação e escolha dos consumidores, com diversidade e competição.

Hoje mesmo eu estava vendo a minha nova conta de luz da residência. Ela subiu 20% com relação ao mês anterior – mais ou menos isso. Esse impacto acontece com todas as famílias do Brasil que receberam as suas novas contas de luz. Isso é uma realidade e indica que a crise, apesar das chuvas que tivemos ultimamente, está longe de ser resolvida. Portanto, é preciso que haja mesmo uma responsabilidade na nossa Comissão em produzir um bom relatório, com diagnósticos e com aprendizados que contribuam, inclusive, com o debate sobre os rumos do País ao longo do ano que vem, e isso nós podemos fazer neste tempo que nos resta até o final do ano.

O propósito é claro no que se refere à energia: produzir energia renovável. O Brasil, provavelmente, tem a matriz energética mais limpa do mundo e está fortemente investindo em energia eólica, energia dos ventos, e investindo também em energia solar e em outras alternativas de produção de energia, com biomassa, com bagaço e palha de cana, com projetos de pequenas centrais hidrelétricas, com o uso mais intenso do gás nas emergências como um combustível de transição, mas é preciso que haja um maior planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu compromisso, Senadores e Senadoras, é preparar um plano de trabalho, que será apresentado numa próxima reunião da Comissão, e, se o Presidente Jean Paul concordar, daremos uma semana para os demais membros da Comissão enviarem suas sugestões de audiências públicas e de autoridades a serem convocadas. Na próxima semana poderíamos fechar o nosso plano de trabalho ou, pelo menos, um esboço de plano de trabalho que sirva de roteiro à atividade da Comissão. E, se houver consenso entre nós quanto a isso e se quisermos adiantar os trabalhos, podemos aprovar agora um requerimento para também ouvir o Ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia, após a aprovação do plano de trabalho. Ele é a autoridade mais indicada, claro, para um bom debate preliminar com a Comissão. Depois veremos outras autoridades a serem chamadas, convocadas, convidadas a falar à Comissão. No caso do Ministro de Minas e Energia, ele comanda o setor elétrico brasileiro e é o Presidente da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão da crise energética (Creg).

Portanto, Sr. Presidente, isso é o que me ocorre dizer agora, em uma reunião que é de instalação e de definição de um trabalho a realizarmos nos próximos dias, com as contribuições de todos os membros da Comissão – eu vou me dirigir pessoalmente a cada um. E, após a conclusão dessas contribuições, digamos assim, faríamos uma primeira reunião de trabalho, convidaríamos o Ministro Bento Albuquerque e também definiríamos o nosso plano de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Agradeço as palavras do nobre Senador José Aníbal.

Peço permissão... Aliás, para seguir o roteiro desta reunião de instalação, analisaremos o requerimento proposto após a votação dos membros indicados para Presidente e Vice-Presidente desta Comissão.

Portanto, eu consulto os membros da Comissão sobre a possibilidade de escolha do Presidente e do Vice-Presidente por aclamação.

A votação será, para Presidente, do nome do Jean Paul Prates, fruto de um consenso entre as Lideranças partidárias com assento aqui no Senado, e também, para Vice-Presidente, do nosso colega Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Então, em votação, por aclamação, esses nomes já citados.

Consulto os Senadores presentes a esta reunião e os que estão a distância através do sistema remoto se podemos considerar aprovada a presente indicação. (*Pausa.*)

Então, aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro eleitos, portanto, o Sr. Senador Jean Paul Prates, Presidente, e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, Vice-Presidente.

Convido, então, meu nobre e estimado Senador Jean Paul Prates para assumir a Presidência desta Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos.

Fiz, anteriormente, as minhas considerações iniciais em relação ao trabalho desta Comissão, portanto passarei direto aos termos regimentais.

Após consultar as Lideranças partidárias, a Presidência indicará, para exercer a função de Relator dos trabalhos, o Senador José Aníbal, PSDB, de São Paulo.

Informo também que, na próxima reunião, haverá a apresentação do plano de trabalho elaborado pelo Relator.

Temos também um requerimento – e eu consulto o Relator se poderíamos talvez votá-lo imediatamente – para convidar o Ministro Bento Albuquerque para ser o primeiro a ser ouvido aqui pela Comissão do ponto de vista explicativo e expositivo da situação atual. Se o Relator... Acho que poderia fazer as suas considerações, talvez a gente votasse logo o requerimento, com isso já poderíamos agendar e os demais convites poderiam seguir na ordem do plano de trabalho.

Também informo que nós temos, em relação à Agência Nacional de Energia Elétrica, a intenção de ir à sede da Aneel fazer reunião com todos os diretores logo no início do plano de trabalho, para a exposição do ponto de vista regulatório, do ponto de vista de quem controla de forma neutra e isenta o processo todo do setor energético elétrico. Ontem estive com o Diretor André Pepitone, justamente acertando essa ida lá. Nós, como membros, indo à Aneel para ouvi-los, a todos os diretores concomitantemente.

Sr. Relator, José Aníbal, por favor, suas considerações em relação ao plano de trabalho, em relação ao requerimento que poderemos votar imediatamente e, logo em seguida, passarei a palavra ao Senador Carlos Fávaro e ao Senador Veneziano, se estiver. O Senador Veneziano estava se movimentando entre João Pessoa e Campina Grande, não sei se vai estar conosco de novo, cortou a ligação.

O Senador Carlos Portinho estava aqui presente também, gostaria de registrar isso, presencialmente, pediu que registrasse aqui a solidariedade e felicitações pela instalação desta Comissão, dos demais lerei em seguida.

Com a palavra o Relator José Aníbal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Senador Jean Paul, eu concordo plenamente com esse requerimento. Acho que deve ser uma aprovação unânime da Comissão para que, na data em que a gente escolher, na próxima reunião, definamos o nosso plano de trabalho e o convite para que o Ministro de Minas e Energia compareça como primeiro convidado numa reunião da Comissão.

Também de acordo com essa visita à Aneel. Queria acrescentar a importância também de uma visita à Agência Nacional de Águas, a ANA, que é uma outra parte do nosso trabalho e uma parte que é convergente com o setor elétrico.

Portanto, estou de acordo com esses procedimentos e já me manifestei, é hora de ouvir os nossos companheiros e companheiras, os Senadores e Senadoras, para que a gente possa colher já as suas sugestões e ideias para o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Portanto, façamos a votação do Requerimento nº 1.

Relator, podemos fazer isso?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque só o sistema está acusando para chegar o documento, o documento de forma eletrônica.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Você quer que eu leia o documento?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se possível, seria bom, só para quem está nos assistindo saber os termos do requerimento.

Obrigado.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Vamos lá, exatamente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debatermos as causas e os efeitos da crise hidroenergética que assola o País e acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética, o aluído Creg, que é presidido pelo Ministro de Minas e Energias.

Proponho para a audiência a presença do Exmo. Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia e Presidente da Creg.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala da Comissão, 28 de outubro de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em votação o Requerimento nº 1 da Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética, convite ao Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para comparecer, em sua primeira exposição em relação ao tema, para orientação dos nossos trabalhos.

Os Senadores e as Senadoras que concordam e aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo que, na próxima reunião, haverá a apresentação do plano de trabalho elaborado pelo Relator.

Consulto se algum Senador gostaria de fazer uso da palavra.

Tenho aqui a inscrição do Senador Carlos Fávaro.

Com a palavra o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senador Jean Paul Prates, eu queria parabenizá-lo pela eleição como Presidente desta Comissão Extraordinária, assim como o Senador Veneziano Vital do Rêgo e o Senador José Aníbal, como Relator. Parabéns! Acho que é um trio muito competente para tocar esses trabalhos. Contem com o meu total empenho e dedicação, como também dos demais Senadores – do Senador Elmano Férrer, que aí está, liderou a instalação desta Comissão, do Senador Carlos Viana, do Senador Carlos Portinho, enfim, de todo o Senado Federal.

Neste momento de crise energética, o Senado Federal cumpre o seu papel com a população brasileira de debater e apresentar soluções. Independentemente de cor partidária, independentemente de eleição, nós estamos mostrando que temos que ter responsabilidade com o Brasil.

Gosto muito de uma frase, de um ditado popular lá do meu Estado de Mato Grosso que diz que esse tal de progresso é um cidadão muito enjoado, é uma pessoa enjoada. Ele não gosta de poeira, só anda em cima de asfalto e também não gosta de escuro. Precisamos de infraestrutura logística e precisamos de energia elétrica para fazer o progresso acontecer para os brasileiros poderem ter uma qualidade de vida melhor. Portanto, vamos cumprir um papel fundamental.

Faço uma sugestão ao nosso Relator, o caríssimo Senador José Aníbal, de incluir também, no plano de trabalho, um sincronismo com a Senadora Kátia Abreu, Relatora do projeto de lei que cria um novo marco no sistema de licenciamento ambiental brasileiro, porque, afinal de contas, um dos entraves para o desenvolvimento energético é a burocracia do licenciamento. Temos que respeitar o meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente, mas temos que ser mais ágeis e mais eficientes para que os empreendimentos aconteçam e a geração de energia possa gerar desenvolvimento a todos os Estados brasileiros.

Muito obrigado.

Mais uma vez, parabéns a todos os membros, principalmente à Presidência do Senador Jean Paul Prates nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Senador Carlos Fávaro, pelas suas generosas palavras, em função também do seu interesse nesse setor, que é, como eu disse no início, tão importante para todos nós e para toda a economia brasileira em geral, que vive neste momento a necessidade de que nós todos nos mobilizemos para ajudar, para acorrer com soluções e com o pensamento também voltado para o futuro do Brasil, para que tenhamos, de fato, soluções sustentáveis para as nossas fontes energéticas e para a sua utilização.

Eu quero, enquanto outros provavelmente podem se inscrever, ainda dando aqui um tempo, ler para quem está nos acompanhando remotamente a composição da Comissão Temporária Externa da crise hidroenergética: pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, Republicanos, PP), Eduardo Gomes, do MDB; Veneziano Vital do Rêgo, do MDB; Elmano Férrer, do PP.

Aproveito para agradecer, Senador Elmano, mais uma vez, pela sua presença aqui, por nos abastecer aqui com a sua inteligência, perspicácia e honra; por estar presente aqui entre nós para abrir esta Comissão, inclusive em nome de um Estado cuja energia vem transformando a realidade econômica, que é o Piauí, Estado hoje que se destaca, bem como também o Rio Grande do Norte e a Bahia, com as fontes renováveis, especialmente eólica e solar.

Suplentes do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil: Eduardo Braga, MDB; Fernando Bezerra Coelho, MDB; Daniella Ribeiro pelo PP.

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL: Soraya Thronicke, PSL; José Aníbal, PSDB, como titulares. Suplente, Eduardo Girão, Podemos.

PSD: Lucas Barreto e Angelo Coronel como titulares. Suplentes: Carlos Fávaro e Carlos Viana.

Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelos Partidos DEM, PL e, PSC: Carlos Portinho – esteve aqui presente também conosco, agora há pouco –, pelo PL, titular. Marcos Rogério, pelo DEM, também como titular. Suplentes: Jayme Campos, do DEM; e ainda está vaga a segunda suplência do Bloco Parlamentar Vanguarda.

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS). Titular, Senador Jean Paul Prates, do PT; Senador Jaques Wagner, suplente, pelo PT também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bloco Rede, PDT e Cidadania. Acir Gurgacz, pelo PDT, é o titular. A segunda vaga como suplente está ainda por indicar.

Consulto se algum Senador ou Senadora ainda gostaria de fazer uso da palavra.

Senador José Aníbal, como Relator desta Comissão. Por favor, com a palavra.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Primeiro, Sr. Presidente, para dizer que acaba de me ligar o Senador Fernando Bezerra, entusiasmado com a instalação em curso desta Comissão, ele próprio é membro da Comissão, e devemos a ele também um bom empenho para que essa reunião tenha se realizado hoje. E, segundo, dizer que a intervenção do Senador Carlos Fávaro deixou clara a amplitude do trabalho que temos pela frente, quando ele mencionou um sincronismo com o código ambiental, licenciamento, que está justamente com a Senadora Kátia Abreu, que vamos convidar logo, nas primeiras reuniões, para termos uma conversa com ela, da Comissão com a companheira Senadora, que está desempenhando essa importante tarefa, que sem dúvida nenhuma é crucial.

Era o que eu tinha a dizer. E no mais, mais uma vez agradecer pela indicação. E vamos trabalhar para corresponder à confiança dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador José Aníbal.

O Senador Veneziano voltou aí, talvez com alguma precariedade de sinal, mas acho que pode dar um alô para nós. Senador Veneziano, Vice-Presidente desta Comissão.

Obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Queria dar meus cumprimentos, minhas desculpas extensivas a V. Exa., ao nosso Presidente tão querido, longevo, para nossa graça, Senador Elmano; ao nosso Relator, Senador José Aníbal, com quem falei há poucos instantes.

Eu estou fazendo um deslocamento, Presidente, entre a capital do Estado e Campina Grande, e é essa a razão das dificuldades em alguns trechos para que eu permaneça conectado. Mas agradeço a distinção dos companheiros para, colocando-me na condição de seu companheiro, Vice-Presidente desta frente, poder, como disse já V. Exa., muito mais aprender, por força do conhecimento vastíssimo que tanto V. Exa. como o Relator e demais outros companheiros têm sobre esse tema relevantíssimo e que requer de nós sugestões e discussões para que não fiquemos apenas a vivenciar realidades que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrastam sem que produzamos. E é esse o propósito central desse trabalho que esta frente, esta Comissão externa se propõe a fazer.

Então, um grande abraço a V. Exa. Na próxima semana estarei presente, junto aos senhores, para poder, da melhor forma possível, colaborar, sempre dizendo que aprenderei muito mais.

Um abraço, Presidente Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Senador Veneziano, que faça uma boa jornada de trabalho pelo Estado da Paraíba, nosso vizinho querido, entre João Pessoa e Campina Grande.

Informando ao Relator e ao Vice-Presidente, estamos assinando já aqui a informação ao Exmo. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, sobre a instalação desta Comissão temporária externa, com a configuração da Presidência, Vice-Presidência, relatoria e composição, bem como também já solicitando ao Consultor-Geral do Senado a disponibilidade dos consultores técnicos desta Casa para nos auxiliar.

Aproveito também para agradecer à equipe de formação daqui da Comissão, na pessoa do Secretário Reinilson, que vai estar aqui trabalhando conosco: Camila, Renata, Erika, Anderson, Marcelo e Leandro, que é o Coordenador-Geral das Comissões Temporárias, pelo seu trabalho, pela dedicação e por fazer parte aqui conosco dessa equipe, que tem a urgência e a competência para trabalhar nessa questão.

Senador Elmano Férrer, saúdo-o também.

A Presidência informa ainda aos Senadores que a apresentação de proposições e documentos legislativos deve ser feita pelo sistema Sedol, vedada a entrega presencial de documentos, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

Bom dia.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (11ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA. (2ª REUNIÃO), EM 09 DE NOVEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Angelo Coronel, Carlos Fávaro, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Eduardo Girão e José Aníbal. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Elmano Férrer, Giordano, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Carlos Viana, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Acir Gurgacz e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 4/2021 - CI, de autoria Senador Dário Berger (MDB/SC), e REQ 25/2021 - CI, de autoria Senador Dário Berger (MDB/SC). **Finalidade:** Entender a profundidade dos problemas envolvendo a crise hídrica e quais soluções o Governo Federal vem adotando para se precaver de possíveis racionamentos de energia, além de debater os aumentos tarifários que atingem todos os brasileiros e saber do planejamento que a pasta está adotando para o próximo ano. Também ceder espaço ao Ministro de Minas e Energia e sua equipe para que possam prestar esclarecimentos acerca das obras e programas prioritários que estão sendo encampados pelo Governo Federal no âmbito do Ministério. **Participante:** Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Usaram da palavra os Senadores Esperidião Amin, José Aníbal, Carlos Fávaro e Chico Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Fala da Presidência.) – Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, Sr. Ministro de Minas e Energia, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Serviço de Infraestrutura conjunta com a 2ª Reunião da Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise energética hidrelétrica, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de todos os interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800-0612211.

A presente audiência pública destina-se à realização de audiência pública interativa com o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque, em atendimento aos Requerimentos nºs 4 e 25, de 2021, da Comissão de Serviço de Infraestrutura, e ao Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética, Comissão esta que é presidida pelo Senador Jean Paul Prates e tem o Senador José Aníbal como Relator.

Além do Ministro Bento Albuquerque, a quem quero saudar... E já comunico que S. Exa. se encontra sentado aqui ao meu lado direito. Quero agradecer a presença de V. Exa., cumprimentá-lo e agradecer-lhe a pronta e imediata marcação da nossa audiência, o que foi um ato de consideração e de respeito a esta Comissão no Senado. Preliminarmente, já agradeço a V. Exa. por essa iniciativa.

Além do Ministro de Minas e Energia, honram-nos com suas presenças aqui o Sr. Paulo Cesar Magalhaes Domingues, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético; o Sr. Christiano Vieira da Silva, Secretário de Energia Elétrica; o Sr. Domingos Romeu Andreatta, Secretário Adjunto de Energia Elétrica; o Sr. Rafael Bastos da Silva, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; o Sr. Pedro Paulo Dias Mesquita, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; e também o Sr. Pedro Hugo Teixeira de Oliveira Júnior, Chefe da Assessoria Parlamentar de S. Exa., o Ministro de Minas e Energia.

Em razão das limitações de ordem sanitária impostas pela pandemia, a presente audiência pública interativa será realizada em formato semipresencial, com a possibilidade de participação por meio do aplicativo Zoom. Então, os Senadores que desejam participar podem fazê-lo de forma remota, o que nós teremos imenso prazer de aceitar através do Zoom.

Eu não vou estabelecer tempo, porque uma indelicadeza tanto para o Ministro quanto para os próprios Parlamentares. Em todas as Comissões que presido eu procuro não estabelecer tempo, porque, muitas vezes, um minuto a mais ou um minuto a menos são importantes para ampliar o debate e as discussões. De maneira que, antes de passar a palavra a V. Exa., Ministro Bento Albuquerque, eu queria aqui fazer um registro que julgo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. me concede, logo depois, pela ordem, uma pequena intervenção, depois da sua fala?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

Quero fazer apenas uma manifestação que julgo pertinente e necessária, na condição de Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Eu digo que não é de hoje que o Brasil enfrenta crises hídricas e consequentes crises energéticas. Há muito tempo ouvimos falar que o Brasil precisa diversificar sua matriz energética, de modo a baratear o custo da energia à população e também para o setor produtivo brasileiro. E, para isso, é preciso que haja investimento maciço em infraestrutura. Segundo o estudo de competitividade do Brasil, publicado em 2020,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentre os 18 países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil ficou na última posição no quesito infraestrutura energética.

Estamos atrás de países como Colômbia, Peru, Argentina e Chile. O País tem o maior custo de energia elétrica para os clientes industriais e a segunda pior qualidade de fornecimento de energia elétrica.

Nos últimos 12 meses, a energia elétrica subiu quase 29%, sendo o segundo item que mais pesa no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Segundo o estudo elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o aumento de preço da energia elétrica resultará em uma queda que ultrapassa os R$8 bilhões do PIB deste ano em comparação com o que ocorreria se não tivéssemos a crise energética.

As previsões não são boas em relação ao emprego também. Estima-se que a crise energética tenha impactado a perda de quase 170 mil vagas de emprego em 2021, e o número pode chegar a 290 mil até o final de 2022.

O estudo ainda segue com os dados alarmantes. Em 2022, a previsão é de que as perdas do PIB ultrapassem a R$14 bilhões. O consumo das famílias se reduzirá em R$7 bilhões. As exportações terão perdas equivalentes a R$3 bilhões. O PIB industrial, que inclui indústrias extrativas, de transformação, serviços industriais e de utilidade pública e também a construção civil, deve se reduzir R$2,2 bilhões.

Desse modo e nesse cenário, é preciso que o Governo Federal aja o mais rapidamente possível e aponte caminhos para a superação desta crise, que já vem de anos. É preciso pacificar o País para que os investidores privados possam e passem a investir e se sentir confiantes e voltem a considerar o Brasil como um País para os seus respectivos investimentos.

Sabemos que, para a retomada econômica, os investimentos em infraestrutura, especialmente no setor energético, são importantes e fundamentais. E é nesse intuito de hoje a nossa reunião: saber exatamente, discutir especificamente como está o planejamento do Ministério de Minas e Energia, como está o atual cenário de fornecimento de energia e quais são os planos e os projetos, os programas e as ações do ministério para o final de 2021 e para o ano de 2022.

Feita essa introdução, eu ofereço a palavra então ao Senador Esperidião Amin, que a solicitou. Em seguida, eu ofereço a palavra ao Senador José Aníbal, que é autor também, conjuntamente, de um requerimento que nós apresentamos, e os autores do requerimento têm a preferência na fala. Em seguida, ofereço a palavra para V. Exa., para depois oferecer a palavra, se o Senador Carlos Fávaro quiser se manifestar antes, eu ofereço a palavra para V. Exa. também. Caso contrário, ofereço a palavra ao Ministro, para que ele faça a sua exposição, e depois nós possamos discutir e debater aqui os problemas e as soluções para o setor elétrico do Brasil e também de Santa Catarina, que é importante para nós, como representantes daquele Estado, cuja economia é forte e diversificada e depende muito da energia para ampliar a sua área de atuação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu serei muito conciso, quero fazer três rápidos comentários.

O primeiro, como eu vou ter que sair para participar da reunião do fórum da bancada catarinense... Até, se V. Exa. sair em bom estado daqui, sem nenhuma avaria na embarcação, será muito bem acolhido ali, no Plenário 9, onde a Bancada de Santa Catarina, no começo, desfalcada, pela ausência do Senador Dário Berger, estará reunida, tratando das questões do orçamento da União. Mas a mesma bancada e a Assembleia Legislativa também cobraram do Ministério, no ano passado e durante o primeiro semestre deste ano, com muita persistência, a busca de uma solução para o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. E eu próprio a considerava uma tarefa muito difícil de ser resolvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitamos que V. Exa. apresentasse relatórios mensais, e acho que foi uma boa experiência, porque, mensalmente, a gente recebia informações do grupo de trabalho – no Brasil, é costume dizer que grupo de trabalho não funciona; funcionou –, e o negócio, pelo que se sabe, resultou numa transação com boa parte dela liquidada e paga – boa parte.

Então, a gente tem voz para reclamar, para duvidar e deveria ter voz também para registrar quando uma questão difícil como essa chega a um termo, que não resolveu todos os nossos problemas, mas encaminhou um problema de difícil solução, em que o Governo não poderia ser o agente "fazejador", como diria Odorico Paraguaçu. Então, quero deixar isso consignado.

Segundo, eu e, certamente, outros aqui presentes fomos testemunhas dos problemas do apagão de 2001. Eu era Governador do Estado na época. O Dário Berger era Prefeito. Nós convivemos com aquele drama e estávamos nos preparando para um drama similar neste ano. A verdade é que o Brasil teve, nesses 20 anos, uma evolução satisfatória, no mínimo, razoável, ainda que não seja um paradigma absolutamente atual, mas teve uma solução, um conjunto, um arcabouço de medidas e dispositivos, que, salvo melhor juízo, causaram muito mais temor do que dano econômico ao País, que foi o resultado da estiagem, comprometendo, principalmente, a região mais rica e produtora do País, que é o Sudeste.

Eu acho que os dispositivos funcionaram, não de maneira a elidir todo o problema, mas a reduzir substancialmente tanto o temor quanto os danos, e é sobre isso que nós queremos ouvir o que é preciso fazer para aperfeiçoar isso. Afinal, é esse o escopo do requerimento do Senador José Aníbal, que todos nós aplaudimos. Então, é nesse sentido.

O terceiro ponto é um ponto muito localizado e diz respeito àquela discrepância de tarifa energética em partes de Municípios catarinenses, em função do não subsídio a pequenas empresas, que, na verdade, são antieconômicas, infelizmente. Tudo isso resulta de uma prorrogação absoluta de contratos de todo tipo havida em 2013.

Mas acho que o Ministério também está sendo solidário, e eu queria fazer esses três registros positivos, discrepando da minha tradição de sempre reclamar.

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar.) – ... Senador Dário Berger, ao Ministro, que está aqui conosco hoje, Bento Albuquerque, e ao Senador Esperidião Amin, que, com muita pertinência, falou antes de mim.

Ministro, nós temos, hoje, uma Comissão Especial para analisar a crise hidroenergética e nós gostaríamos muito de ter a sua presença lá. Há um sentimento comum de que houve falhas no planejamento energético brasileiro que nos colocaram diante de uma situação de emergência que tem um impacto muito expressivo na atividade econômica e também na vida das pessoas.

No orçamento doméstico, a conta de luz pesa, e as notícias sobre inadimplência são grandes. E eu sei que as próprias distribuidoras, quando cortam, não cortam com satisfação; cortam porque não podem admitir que realmente seja feito o fornecimento sem que haja retorno. Mas é uma coisa que é pungente em certas áreas: o brasileiro não tem energia em casa para o básico. E isso porque o custo da energia no Brasil é muito elevado, apesar de a matriz energética que nós temos ser uma das mais limpas do mundo.

Mas eu tenho aqui, inclusive, um caso em que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, criado no Governo Dilma, em 3 de junho, mencionava a elevada segurança energética que o Brasil apresenta com reduzido despacho de geração termoelétrica por ordem de mérito de custo, até porque o despacho termoelétrico é mais caro sempre no nosso caso. E, no dia 16 de outubro, quatro meses depois, eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informaram a deliberação pelo despacho de geração termoelétrica, fora da ordem de mérito, e importação de energia elétrica, sem substituição, a partir da Argentina e Uruguai, entre outras medidas emergenciais. Isso foi em 2020; não é agora.

Mas, agora, há uma inquietação sobre como anda a nossa capacidade de planejamento energético. Eu próprio, como Relator dessa Comissão, gostaria muito de logo ter o pessoal da EPE, que é uma empresa de reconhecida competência. Vocês viram ou não viram isso? Vocês tinham ou não tinham isso no radar?

Evidentemente que tinham. Então, como é que explicam esse alerta todo? Isso não é nem um alerta, isso é uma ação sistemática da EPE. Quem não ouviu? Quem desenhou? Quem não considerou relevante aquilo que estava sendo mostrado? Porque o nosso propósito é ver se a gente consegue uma boa reflexão para dar mais segurança ao setor energético. Estão sempre criando novos órgãos, novos... Esse Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico foi criado no Governo Dilma, que provocou, talvez, um dos maiores desastres do setor elétrico brasileiro, não é?

Eu insisti muito quando ela fez, conversei com ela: "Com isso aí você vai estar dando com uma mão pequena e vai tirar com uma mão grande, modicidade tarifária é bonito de falar; difícil de fazer, e o caminho que você está adotando não vai chegar". E, felizmente, nós conseguimos organizar – eu era o Secretário de Energia de São Paulo – uma frente de São Paulo, Minas e Paraná, e inviabilizou-se totalmente o projeto dela.

Agora, eu paguei R$10 bilhões, Ministro: R$6,2 bilhões de dívidas da Cesp liquidadas; R$3,8 bilhões de dividendos. Vendemos energia a quase R$1 mil o megawatt – R$980 –, e eu ficava imaginando: quem vai pagar isso é o povo brasileiro. Um erro grave de governo, e o povo brasileiro pagou por isso, tanto que apareceram todos esses recursos, para, nós vendedores de energia, que, no nosso caso, permitiu quitar a dívida da Cesp, que era uma grande empresa de geração de energia, e, ao mesmo tempo, distribuir dividendos, com a conta luz lá em cima.

Todos pagamos, na conta ou nos produtos, enfim, a conta chegou. Então, de novo, temos...Temos o apagão de 2001. O que não está funcionando bem no setor elétrico brasileiro, onde o Brasil é reconhecido por uma notória competência do ponto de vista de engenharia, de interligação, sistema interligado? Enfim, as alternativas todas, as energias alternativas estão se desenvolvendo... O que dificulta o Brasil ter um planejamento que seja mais antecipatório? Até porque nos preocupa: tem gente já dizendo que no ano que vem pode haver uma crise hídrica pior do que a deste ano. Se isso se realizar – Deus queira que não – é algo para o que a gente tem que se preparar desde já.

Então, são essas questões que nos ocupam na Comissão e, por isso, embora eu saiba que isso quebra um pouco a rotina do Ministro, nós gostaríamos de ouvi-lo quando for... A Comissão vai definir o seu plano de trabalho agora. Definido o plano de trabalho, a gente faz uma consulta com o Ministro, com o Ministério para ver o melhor momento de ele vir. E que hoje a Comissão de Infraestrutura tenha toda a condição de conversar mais com o Ministro, ver se o Senador está interessado – há outros Senadores aqui – e deixo... Nem vou franquear a palavra, é muito mais deles do que minha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou oferecer a palavra agora, Excelência, ao Ministro, para fazer a sua exposição.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu gostaria de, inicialmente, mencionar o que nós conversamos um pouco antes de começar esta audiência pública: eu considero a Comissão de Infraestrutura uma Comissão que é a extensão, no Legislativo, do Ministério de Minas e Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade, em 2019, de estar aqui, ainda no primeiro semestre de 2019, para poder justamente apresentar o planejamento do nosso ministério, as políticas públicas que seriam desenvolvidas, e, infelizmente no ano passado, nós não pudemos estar aqui presentes. Mas eu fico feliz de, em 2021, estar aqui no dia de hoje para realizar esse balanço, falar um pouquinho sobre o setor de energia e de mineração do nosso País não só no contexto internacional, mas também no contexto nacional.

Eu agradeço as manifestações do Senador Esperidião Amin e eu vou mencionar aqui também, durante a minha explanação, quão importante foi essa relação do Ministério de Minas e Energia com o Congresso Nacional e, particularmente, com as Comissões de Infraestrutura e de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, no decorrer desses quase três anos.

E também, Senador José Aníbal, eu gostaria de dizer ao senhor que a criação da Comissão Especial da Crise Hidroenergética, se não me falha a memória aqui do nome dela, é muito bem-vinda. Nós entendemos que isso pode contribuir em muito, agregar muito valor à nossa governança desse sistema interligado nacional – o senhor fez aí algumas menções – que é de um País continental. Eu não conheço outro país do mundo que tenha algo semelhante ao nosso. Nós costumamos dizer que cada país tem as suas próprias características, as suas vantagens competitivas, e o Brasil tem muitas vantagens competitivas – nós vamos ver isso também. E eu acho que isto só soma: a Comissão, a criação. O Ministério de Minas e Energia está de portas abertas, e eu terei o máximo prazer de comparecer à Comissão.

E hoje aqui, até por conta da sua manifestação e de o senhor ser o Relator da Comissão, nós preparamos algumas informações que eu acho que poderão esclarecer alguns pontos e também contribuir até para a condução dos trabalhos da Comissão.

Então, dito isso, eu vou tentar ser o mais breve possível, mas eu confesso que o setor de minas e energia, que é a base da infraestrutura brasileira, é de uma dimensão de que às vezes nós não nos damos conta.

Então, eu vou iniciar a nossa apresentação.

Peço a gentileza de colocar na tela, por favor. (*Pausa.*)

Bom, eu tenho que apontar para cá... (*Pausa.*)

Não está dando certo. Você passa para mim? (*Pausa.*)

Deixe-me ver... Deixe-me fazer mais uma tentativa. (*Pausa.*)

Também não deu certo.

Então, eu peço a gentileza de passar o eslaide, por favor.

Bom, é o contexto.

Vamos começar pelo contexto internacional. Como nós estamos inseridos no mundo, o setor de minas e energia?

Hoje, em 2021, nós somos o sétimo maior produtor de petróleo do mundo, sendo superado apenas pelos Estados Unidos, Rússia, Arábia Saudita, China, Iraque e Canadá. Somos também – passamos a ser – exportadores de líquidos de petróleo em 2019, em setembro de 2019, e hoje já somos o sétimo maior exportador de petróleo do mundo.

Somos o segundo maior produtor e mercado consumidor de biocombustíveis do mundo, sendo superados apenas pelos Estados Unidos. E somos o quarto maior mercado de combustíveis automotivos do mundo. Até o ano passado, nós éramos o terceiro, fomos ultrapassados pela Índia. Então, Estados Unidos, China, Índia estão na nossa frente, como mercado consumidor de combustíveis automotivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos o Sistema Interligado Nacional, que tem a sétima maior capacidade instalada do mundo. E somos o segundo maior em geração hidrelétrica do mundo, sendo superados apenas pela China. Daí a importância de uma crise hídrica como essa, como nos afeta no nosso sistema.

Somos o segundo maior produtor de minério de ferro do mundo, ultrapassado apenas pela Austrália e o nono maior produtor mineral do mundo. E temos um potencial muito grande. Temos mais de 80 tipos de minerais no nosso Território. Então isso mostra o potencial do nosso País.

Adiante por favor.

E vamos ver como nós fomos nos últimos três anos. O senhor falou em investimento, o senhor falou em questões que são importantes para um país em desenvolvimento como o Brasil e também da dimensão do nosso País, como vimos anteriormente.

Presidente, nós temos de investimento contratado, na carteira do PPI, nesses três anos, 460 bilhões, só no setor de minas e energia, que corresponde a 76% do setor de infraestrutura do País – isso de investimentos contratados, que são dados de relevância. Se nós formos ver aqui, no setor elétrico de transmissão e de geração de energia, nós temos 40 bilhões de investimentos. Se formos ver, no setor de petróleo e gás, que é o maior aporte disso, são 420 bilhões. E vamos ver o porquê disso muito em breve.

E ali, no setor de mineração, eu não estou falando dos investimentos, não, que são da ordem de 160 bilhões, nesses três anos, e os 198 bilhões, que serão até 2025, mas também começamos a abrir, depois de 50 anos, ofertas diárias, tanto da CPRM, do serviço geológico do Brasil, quanto da Agência Nacional de Mineração.

Então esses são os dados.

Adiante, por favor.

No que diz respeito a investimento estrangeiro direto. Quando é que o investimento estrangeiro vem? Quando a gente tem governança, segurança jurídica e regulatória, transparência e previsibilidade; aí os investimentos vêm. Então, nós podemos ver que os investimentos diretos de 186 bilhões vieram de dez países, de todos os continentes, exceto da África, e isso nos últimos três anos. E é ali, no setor de mineração, elétrico, de petróleo e gás, também de biocombustíveis. Tudo está sendo realizado. Esses são dados oficiais.

Adiante, por favor.

Bom, e o que nós temos pela frente, o balanço? O senhor falou muito em planejamento e vamos ver que planejamento é essencial.

Adiante, por favor.

Aqui, eu faço uma referência e uma reverência ao Congresso Nacional. Essas coisas aconteceram não só por meio das políticas públicas, mas principalmente pela interação que o Governo teve com o Congresso Nacional.

Nesses últimos quase três anos, nós aprovamos aqui no Congresso Nacional cinco medidas provisórias do setor elétrico – a última que foi aprovada aqui foi em 2016 –, nós aprovamos cinco medidas provisórias que proporcionaram isenção da conta de energia para consumidores de baixa renda, também alívio tarifário dentro dessa tarifa que foi citada aqui pelo Senador José Aníbal e também pelo senhor, no início. É uma das tarifas mais caras do mundo, e nós temos que trabalhar isso.

Também permitimos a manutenção e segurança do setor elétrico. Apesar da pandemia, nós não tivemos e fomos reconhecidos, inclusive, por agências internacionais de energia, como um dos primeiros países que tomaram providências para a estabilidade do setor, tendo em vista também a imprevisibilidade que nós tínhamos e ainda temos para o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realizamos, nesses três anos, doze leilões de geração de energia e transmissão de energia, proporcionando investimentos, como eu já mencionei, de R$40 bilhões, geração de mais de 50 mil empregos, o que mostra a atratividade do nosso setor, com deságio de 31% na geração e de quase 60% nos leilões de transmissão. E vamos realizar agora, no final do ano, o leilão de capacidade, de reserva de capacidade, que será fundamental, Senador José Aníbal, para que nós não enfrentemos futuras crises hídricas ou escassez hídrica que nós possamos ter, e também com geração de empregos, e por aí vai.

E ali, por fim, está a modernização do setor elétrico, que nasceu aqui, nesta Comissão, no ano de 2019, foi aprovada, por unanimidade, e agora está em tramitação final na Câmara dos Deputados e que vai permitir, sim, que as nossas tarifas, a modicidade tarifária seja o alvo principal desse projeto de lei.

Adiante, por favor.

Bom, eu falei do setor elétrico; agora, do setor de biocombustíveis.

Ali estão os programas principais que vêm do Conselho Nacional de Política Energética. Eu gostaria de destacar dois ali, o Reat (Reativação da Produção de Petróleo e Gás em Áreas Terrestres) e o Promar, que é um programa que visa à revitalização de poços maduros em áreas marítimas, *offshore*. Esses dois programas são fruto de desinvestimento da Petrobras.

E o que ocorreu com esses dois programas? Nós temos diversos campos no Nordeste, em área terrestre, e na Bacia de Campos, em área marítima, que mais do que dobraram a sua produção, e novas empresas entraram de pequeno e médio porte. Isso é muito positivo! E nós vemos que a arrecadação, no período de 2016 a 2018, em termos de *royalties* e de participações especiais, a nossa arrecadação foi de R$71 bilhões; nesses últimos três anos, foi de R$208 bilhões, ou seja, mais que triplicou.

Se nós formos ver agora os leilões, realizamos o leilão da cessão onerosa, que estava para ser realizado desde 2014, e só foi possível porque o Congresso Nacional aprovou uma PEC e um projeto de lei complementar, e aí realizamos o maior leilão de petróleo e gás do mundo, que foram os campos de Búzios e Itapu, em que houve a maior arrecadação de bônus do País: R$70 bilhões. Até 2019, nós arrecadamos, com todos os leilões de petróleo e gás no Brasil, R$60 bilhões; apenas em novembro de 2019, no dia 6 de novembro de 2019, foram R$70 bilhões. Com os outros leilões, foram R$84 bilhões arrecadados em bônus de assinatura. Também realizamos a maior transferência voluntária desses bônus, cerca de R$12 bilhões, para Estados e Municípios, ao longo de 2019 e 2020.

E o que nós temos pela frente, em 2021, agora, no dia 17 de dezembro? Vamos realizar o segundo maior leilão de petróleo e gás do mundo, que são os campos da cessão onerosa de Sépia e Atapu, que vai permitir investimentos da ordem de R$200 bilhões, vai aumentar as nossas reservas conhecidas em 12% e vai aumentar a nossa produção de petróleo e gás em 20%. Se hoje nós já somos o sétimo maior produtor de petróleo do mundo, em 2030, nós seremos o quinto maior produtor de petróleo e gás do mundo. E está aqui um leilão que vai ocorrer no dia 17 de dezembro, e vai haver uma transferência também para Estados e Municípios de R$7,7 bilhões.

Adiante, por favor.

No setor de mineração, também foram bastante exitosos os resultados. Nós podemos ver que a arrecadação da Cefem, que é o *royalty* da mineração, cresceu 133%: em 2019, foram R$4,5 bilhões; em 2021, R$10,5 bilhões. Se nós formos ver a produção – lógico, se a arrecadação aumentou, a produção tem que ter aumentado –, ela cresceu 15%, nesses três anos, e aumentou também o faturamento em 95%. Isso, evidentemente, está realizado.

Já falei dos leilões da CPRM e da ANP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mineração brasileira, particularmente o minério de ferro, passou a ser a primeira na balança comercial brasileira, nas exportações brasileiras. O primeiro é o minério de ferro, o segundo é a soja e o terceiro é o petróleo – os três principais itens das nossas exportações.

Adiante, por favor.

E o que nós temos pela frente, fruto do nosso planejamento, no nosso plano decenal de expansão da energia? O que vem pela frente? Investimentos de R$2,1 trilhões em exploração e produção de petróleo e gás; R$95 bilhões em gás natural; derivados de petróleo, R$22 bilhões; biocombustível, R$68 bilhões; num total de R$2,31 trilhões. E, somado tudo o que há ali no setor elétrico, são mais R$400 bilhões. E, para se ter ideia dos investimentos na mineração, que tem outra governança, no período até 2025, nós temos programado, como eu já tinha adiantado, R$198 bilhões.

Adiante, por favor.

Agora, vamos falar do preço dos combustíveis, que é um assunto que está na ordem do dia que eu não poderia deixar de mencionar na reunião aqui hoje. Vamos lá ao que ocorreu e que foi mencionado aqui, particularmente em 2021, como aumentou. Então, por que houve aumento nesses valores? Principalmente pela alta do petróleo, que, só em 2021, foi de 60%, e com tendência agora, com a chegada do inverno no hemisfério norte, de o preço do petróleo subir um pouco mais. Aí os senhores vão me perguntar ou poderiam me perguntar: "Mas, Ministro, o Brasil aumentou a produção dele". Mas a produção no mundo caiu. Os investimentos em petróleo e gás no mundo, nos últimos três anos, caíram 40%. E agora nós temos uma crise de oferta e demanda. A demanda é maior do que a oferta. Daí o aumento. Então, se nós formos ver ali, o preço saiu de US$66, em janeiro de 2020... O preço do barril de petróleo, em abril do ano passado, chegou a US$17, em abril de 2020, com a produção caindo, a produção caindo. Aí veio o aumento da demanda. Aí o valor dele subiu e hoje está na ordem ali dos US$84. E, se nós formos ver a desvalorização cambial, o nosso câmbio saiu, em janeiro de 2020, de R$4 e hoje está na ordem de R$5,55. Então, isso tudo leva a esse aumento no preço dos combustíveis.

Além disso – volte, por gentileza –, na questão tributária, que é uma coisa que está sendo discutida aqui no Congresso Nacional, o ICMS é *ad valorem*, ou seja, ele é calculado sobre o preço total do combustível. Da forma que o preço do combustível na refinaria vai subindo, ele vai crescendo numa proporção maior do que o preço na própria refinaria.

E o Brasil ainda é importador de derivados de petróleo. Nós importamos hoje cerca de 27% a 30% do nosso GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), importamos cerca de 25% do nosso óleo diesel e importamos de 6% a 8% de gasolina que consumimos aqui no Brasil, só lembrando que nós somos o quarto maior consumidor de combustíveis automotivos do mundo.

Adiante, por favor.

Aqui, para a gente ter noção desses números, o valor de mercado, em bilhões de reais, é de R$607 bilhões, que correspondem, por exemplo, a 50% da receita líquida da União em 2020. Isso é o comércio de combustíveis no Brasil, daí a importância deles para a União, para os Estados e até mesmo para os Municípios. É para a gente ter noção da grandeza desse mercado.

Ali eu botei apenas estes gráficos, sempre para mostrar quais são as alíquotas: há o produtor, o importador, quanto é que custa ali na parte azul; depois, nós temos o biocombustível no Brasil, que é um programa que se iniciou 50 anos atrás e que tem crescido, e isso tem sido muito bom, porque nós temos uma matriz de transporte que talvez seja considerada, em termos de tamanho de país, a mais limpa do mundo, por conta dos biocombustíveis, que têm uma importância grande; e ali há os impostos que são tributos estaduais e as margens de distribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiante, por favor.

Nós vamos agora falar... Mas como é que é esse preço? Fala-se muito do preço de paridade internacional, porque é que ele é praticado, porque é que a empresa...

Primeiro, não existe só uma empresa de petróleo e gás no Brasil; a maior delas é a Petrobras, mas há outras empresas, como nós vimos, que estão entrando no mercado. A Petrobras já se desfez de duas refinarias e está em processo com mais quatro, talvez, no final deste ano, no início do próximo ano. E outros agentes estão entrando.

Se a gente for à Lei do Petróleo, ao art. 61, que é a lei de 1997, a gente vê que a Petrobras é uma sociedade de economia mista. E isso é muito importante. A maior parte dos acionistas não é a União, 63% dos acionistas são privados – fundos de pensão do exterior, do Brasil... Então, a Petrobras é uma sociedade de economia mista que é vinculada ao Ministério de Minas e Energia e que, como está ali, é responsável pela pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte... E lá no §1º deste artigo: "As atividades econômicas referidas neste artigo serão desenvolvidas pela Petrobras em caráter de livre competição com outras empresas, em função das condições de mercado". É por isso que eu mencionei aos senhores, antes, as condições do mercado e, agora, estou citando o caso particular da Petrobras.

Adiante, por favor.

E aí nós vamos à Lei das S.As., que é de 1976, para mostrar que não pode haver interferência. E não há e nunca houve interferência na Petrobras ou no mercado de combustíveis, onde quer que seja.

Está ali, no seu artigo, §1º, na alínea "c": "promover alteração estatutária, emissão de valores mobiliários...", inclusive "que não tenham por fim o interesse da companhia e visem a causar prejuízo a acionistas minoritários...". Foi a esses que eu me referi, Presidente, que são os acionistas minoritários da própria Petrobras, aos que trabalham na empresa e aos investidores, aos investidores.

Adiante, por favor.

E agora a gente vem à lei das estatais, que é mais recente, de 2016.

> Art. 90. As ações e deliberações do órgão ou ente de controle [no caso, o Ministério de Minas e Energia, poderia ser o Conselho Nacional de Política Energética] não podem implicar interferência na gestão das empresas públicas [no caso, a Petrobras é uma empresa pública de economia mista] [...] a ele submetidas nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas.

Adiante, por favor.

O Estatuto da Petrobras diz:

> Art.3 º... §6º - Quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, a companhia somente assumirá obrigações ou responsabilidades...
> I - que respeitem as condições de mercado definidas.... [e]
> II - ... a União compensará, a cada exercício social, a companhia pela diferença entre as condições de mercado definidas e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida...

Adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, e o que fazer com tudo isso, com essa situação, com essa conjuntura? Temos temas em tramitação aqui no Congresso Nacional: a questão da monofasia para o ICMS; alíquotas *ad rem*, o que está no momento aqui no Senado Federal; a alteração da metodologia do preço médio ponderado a consumidor final, que é realizado hoje de 15 em 15 dias. Esse é outro ponto importante que tem que ser considerado, porque ele vai contribuir mais ainda para o aumento do preço final para o consumidor. No Executivo, também alguns tributos já foram reduzidos, outros estão em análise porque tem que haver compensação; o colchão tributário, que é uma medida que pode permitir que, ao longo do tempo, essas variações dos preços do petróleo e também dos combustíveis possam ser compensadas de alguma forma; e uma reserva estabilizadora de preços, que seria uma reserva de capital para ser aplicada quando houvesse uma volatilidade muito grande.

Adiante, por favor.

Senador José Aníbal, chegou agora a nossa parte em que vamos falar da situação hidroenergética.

Situação hidroenergética.

O que que nos levou, no ano de 2021, a ter que enfrentar esse grande desafio? É que nós tivemos a pior afluência histórica, de setembro de 2020 a setembro de 2021, dos últimos 91 anos. Essa foi a pior afluência que nós tivemos. Isso em todos os nossos subsistemas. Nós podemos dizer que temos o sistema Centro-Oeste/Sudeste, que é responsável por 70%; nós temos o da Região Nordeste, que é responsável aproximadamente por 17%; temos o da Região Sul, que é responsável por 8%, e da Região Norte, que é responsável por aproximadamente 5%. Então, nós tivemos a pior afluência em todos os subsistemas do País.

E começamos a adotar medidas de segurança, para garantir o fornecimento de energia elétrica tanto para o ano de 2021 quanto também – evidentemente vai impactar no ano de 2022 – para outubro de 2020. Nós vamos ver depois ali, numa linha do tempo, as medidas, as principais medidas que começamos a adotar desde então. Então, em setembro de 2020, quando nós observamos que nós tivemos a pior afluência dos últimos 91 anos, isso chamou a atenção e nos levou a começar a adotar medidas, por meio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.

Adiante, por favor.

Bom, como é que é a governança? O nosso Senador José Aníbal já mencionou algumas, mas, apenas para contextualizar, nós temos Conselho Nacional de Política Energética, que é composto por dez ministérios e é presidido pelo Ministério de Minas e Energia, que é o assessoramento direto ao Presidente da República e também é responsável por formulação de políticas e diretrizes de energia; temos o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, já mencionado aqui pelo Senador José Aníbal, que compreende o Operador Nacional do Sistema, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a Empresa de Pesquisa Energética, também já mencionada aqui, e a Agência Nacional de Energia Elétrica; e, quando necessário, a Agência Nacional de Petróleo, a Agência Nacional de Águas, o Ibama e outros órgãos que possam contribuir para a governança do setor elétrico. Então, esses são os membros principais.

E criamos, em caráter emergencial, a Câmara de Regras Excepcionais de Gestão Hidroenergética, que iniciou os seus trabalhos no dia 1º de junho, se eu não me engano, deste ano.

Adiante, por favor.

Agora é importante, não é? Falou-se aqui em 2001, em 2014 também tivemos um ano bastante rigoroso em termos de escassez hídrica, e agora, 2021. Então aqui nós estamos falando de capacidade instalada, de geração de energia no nosso País. Em 2001, nós tínhamos 81GW. Hoje nós temos 186GW.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também foi mencionada aqui a importância da complementariedade das fontes de geração energética. Se nós formos ver, em 2001, nós tínhamos apenas quatro fontes de geração de energia. Hoje temos nove – muito mais diversificada. A matriz hidráulica, que correspondia a 85% da nossa matriz em 2001, hoje representa 61%. E em 2030 representará, fruto do planejamento, 49%, ou seja, a nossa matriz está se tornando cada vez mais diversificada e cada vez mais complementar.

É bom que se diga também que, desde 2001, não é construída nenhuma hidrelétrica com reservatório. Tudo é a fio d'água. Belo Monte, por exemplo, que é a maior hidrelétrica brasileira, só produz energia de janeiro a maio.

Adiante, por favor.

E as linhas de transmissão também são fundamentais. Como eu disse, nós temos essa peculiaridade de ser um sistema interligado. Não sei se o senhor se recorda, acho que foi em fevereiro deste ano ou do ano passado, de que o Texas teve um apagão e ficou alguns dias com apagão, porque lá o sistema não é interligado com os outros Estados. E, se nós hoje passamos ou estamos passando por essa escassez hídrica sem ter racionamento e sem ter apagão, é também por conta de que o nosso sistema cresceu muito de 2001 a 2021.

Em 2001, nós tivemos que adotar o racionamento, entre outras razões, porque nós não tínhamos como transferir, por exemplo, a energia do sul do País para o centro de carga, que era o Sudeste. Nós não tínhamos linhas de transmissão suficientes. Neste ano, o Nordeste foi importantíssimo para que se transferisse energia para as Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Isso foi fundamental também para o enfrentamento dessa situação hidroenergética.

Então, esses números aí também são bastante significativos.

Adiante, por favor.

E qual é o nosso planejamento? O senhor já mencionou, o planejamento é fundamental, e nós temos, em termos de planejamento energético, dois planos. Um é o Plano Decenal de Expansão de Energia, que nós atualizamos ano a ano. A última atualização dele, antes de 2019, tinha sido em 2017. Nós já fizemos três atualizações do plano, em que o maior instrumento é a EPE – o senhor tem razão nisso. Nós o atualizamos a cada ano. Vamos apresentar agora, em fevereiro, o próximo. E temos também o nosso Plano Nacional de Energia, que não era atualizado, se eu não me engano, há 16 anos. Um País como o nosso não pode viver sem um plano de longo prazo, de 30 anos e que seja atualizado, até fruto do desenvolvimento tecnológico que ocorre, com o surgimento de novas fontes. Então, esse plano, depois de 16, 17 anos, foi atualizado, em 2019 e, agora, será atualizado a cada cinco anos ou quando se fizer necessário.

Então, é essa a expansão que a vemos, e, aqui, como eu falei para os senhores, em 2030, teremos apenas 49% de geração hidráulica.

Adiante, por favor.

Agora, Senador José Aníbal, o senhor me desculpa eu me dirigir ao senhor, mas é apenas para mostrar, naquela linha do tempo que eu havia mencionado, que foi a gestão da situação de escassez hidroenergética, e, se eu não me engano, o senhor até mencionou algumas medidas que foram adotadas, em junho, eu anotei aqui, em junho de 2020 e, depois, em outubro de 2020. Em junho, nós não utilizamos, fruto da reunião do CMSE, o nosso parque termelétrico, porque houve uma queda na demanda de energia muito grande, porque foi o ano da pandemia, ano passado, 2020, em junho. Então, a energia caiu, os nossos reservatórios estavam cheios. E nós não poderíamos prever o futuro, que, em setembro, teríamos a pior afluência dos últimos 91 anos. Aí, como eu falei, em outubro, como o Senador também mencionou muito corretamente, nós começamos o despacho da geração termoelétrica adicional, fora da ordem de mérito, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

também a importação de energia do Uruguai e da Argentina. Em dezembro de 2020, iniciamos uma campanha de uso consciente de água e energia. Em maio de 2021, criamos uma sala de situação. Tudo isso é extragovernança, tudo isso é extra-Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, tudo isso foi feito.

E aqui eu quero dizer que, nesse período, de abril a maio de 2021, eu estive com o Presidente do Senado Federal, com o Presidente da Câmara Federal, eu estive com o Presidente do STF, eu estive com o Procurador-Geral da República, eu estive com os Presidentes de todos os tribunais, apresentando a situação, como também conversei com diversos atores que conduziram o processo em 2001. Tive oportunidade de conversar com o Ministro Pedro Parente, tive oportunidade de conversar com o Diretor-Geral da Aneel e com outras consultorias que trabalharam e atuaram em 2001, que estão presentes hoje em dia e que deram grande contribuição à nossa gestão.

Então, dentro desse processo, também em maio de 2021, já começamos a antecipar a entrada de geração e transmissão de energia, trabalhando de forma coordenada com todos os agentes setoriais, porque isso não depende de um órgão só. A própria Creg foi criada, mas não houve limitação de competência de nenhum órgão, seja ele do meio ambiente, seja ele do setor elétrico.

Promovemos também ações mais técnicas para a flexibilização de restrições hidráulicas, flexibilização de intercâmbio de energia elétrica; desenvolvemos o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para consumidores regulados, o Programa de Resposta Voluntária da Demanda; redução do consumo de energia elétrica entre 10% e 20% dos órgãos públicos; realizamos um leilão também de contratação simplificada, já visando o período de 2022 a 2025. Ou seja, uma série de medidas foram adotadas ao longo do último ano para o enfrentamento dessa escassez hidroenergética.

Adiante, por favor.

Bom, e quais foram os ganhos que nós tivemos com essas medidas todas adotadas? Talvez, muitos dos senhores e das senhoras tenham lido na imprensa que, a partir do final de agosto, se iniciaria um racionamento de energia em nosso País. E é verdade se nós considerarmos apenas uma fotografia do que estava no início do ano: com 23,7% da capacidade de armazenamento, que foi, lá em outubro do ano passado, chegaríamos ali, em agosto de 2021, com 10% da nossa capacidade de armazenamento hidráulica.

Sabe o que isso significa? Perda de governança do setor elétrico. É racionamento e apagão. Com as medidas que nós adotamos, nós chegamos a agosto com 21%, chegamos a setembro com 16,7% e agora já estamos com 18,7%, ou seja, as medidas adotadas permitiram que o País permanecesse com a segurança energética e com o fornecimento de energia para todos os consumidores. E a nossa perspectiva para o final de novembro é 25,4%, ou seja, não há nenhuma indicação de que nós possamos ter qualquer problema em termos de racionamento ou mesmo apagão.

Adiante, por favor.

E para 2022, que é a grande questão colocada? Como será 2022? Como eu falei, as medidas que começaram a ser adotadas em outubro de 2020 visavam não só a 2021 mas também aos anos vindouros. Então, se nós observarmos ali, nessa linha do tempo, que vai de outubro de 2021 até maio de 2022, os senhores podem observar, se nós tivermos a mesma escassez hídrica, que foi a pior dos últimos 90 anos, nesse período úmido que começou agora, nós vamos chegar com 42,6%, em maio de 2022, o que nos permite a governança com certa tranquilidade em relação ao ano de 2022. E só lembro aos senhores que nós começamos abril de 2021 com 35,4%, e aqui nós estamos falando em 42,6%. E, se as condições forem iguais à média histórica, que é o que está mostrando aqui, nós vamos chegar a maio de 2022 com 51,1%, ou seja, em condições bem mais tranquilas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiante.

Bom, considerações finais. Eu peço desculpas, Presidente, por ter me alongado um pouquinho demais, mas é isso. O que nós temos procurado fazer é conduzir as nossas políticas públicas para que possamos alcançar os resultados que nós alcançamos e apresentamos aqui nesse período de três anos. Tudo isso, como eu falei para o senhor, só é possível com governança, segurança jurídica e regulatória, transparência e previsibilidade. E também aquilo que eu reforço muito: o Executivo e o Legislativo são fundamentais dentro desse processo, que foi o que permitiu que nós estabelecêssemos políticas emergenciais estruturantes e passássemos por esse período de pandemia.

E, por fim, essa reverência que eu faço ao Congresso Nacional, que foi fundamental para os setores de mineração e energia do nosso País nos últimos três anos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós que agradecemos a V. Exa. e o cumprimentamos pela apresentação.

Vamos, então, ao debate.

Pede-me a palavra o Senador Carlos Fávaro. Em seguida, eu vou passar a palavra para o Senador Mecias de Jesus, que está no Zoom, e, posteriormente, passarei a palavra, então, para o Senador Chico Rodrigues.

V. Exa. tem a palavra, Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Dário Berger.

Também queria cumprimentar o nosso Relator, Senador José Aníbal, que está ausente um pouquinho – está por aqui – desta importante reunião, deste debate, e cumprimentar o Senador Vanderlan e o Senador Chico Rodrigues e, em especial, o Ministro Bento. Quero agradecer-lhe pela presteza de vir a esta Comissão para debater, apresentar os números tão relevantes nessa crise energética que o nosso País vive, tanto na questão elétrica como também na dos combustíveis, como bem foi explanado pelo senhor.

Quero que me permita, primeiro, fazer algumas considerações com relação à sua apresentação, Sr. Ministro. A crise energética, sem sombra de dúvida, é a grande fonte geradora... A crise hídrica – desculpe-me –, a falta de chuvas no ano de 2020 é que foi a grande geradora dessa escassez de energia elétrica.

Eu entendo, como o senhor bem disse, que não era possível planejar ou prever a falta de chuva no verão nos anos de 2020 e 2021, mas o Executivo vive de previsibilidade, de antever as situações. É claro que uma questão climática dessas foi até extrapolada, com uma seca sem precedentes no ano de 2020, mas, em razão das consequências e, talvez, da tomada de decisão do enfrentamento, agora, como o senhor bem apresentou, estamos superando a iminência de uma escassez de energia e apagões. Fica claro que, graças a Deus e à competência que tiveram o senhor e sua equipe, nós vamos superar esse desafio. Mas a que preço?

Por isso, eu quero, primeiramente, entender qual foi a lógica da contratação de energia nessa reserva emergencial. No último leilão, por exemplo, foi lançada pelo Governo a compra de dois novos modelos para gás e biodiesel para termelétrica. É claro... Qual é a lógica? É que é mais rápido para se instalar e a resposta é muito mais rápida. Mas foi comprado o megawatt-hora a R$1,7 mil ou até mais que isso, e os brasileiros estão pagando essa conta – nós todos brasileiros estamos pagando essa conta. E por que não contratar, incentivar mais a biomassa, que também é rápida para se instalar? Nós temos matéria-prima pronta para se instalar e, nos mesmos poucos meses – em cinco, seis meses de instalação de uma termelétrica a gás ou a diesel –, poderíamos instalar mais usinas de biomassa, sendo contratada a R$345, e não a R$1,7 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o estímulo também, Sr. Ministro, para que nós possamos fazer investimentos em hidrelétricas. Nos leilões, há contratação de energia hidrelétrica hoje, Senador Vanderlan, a R$180, R$190. Se, estrategicamente, nós puxarmos o preço para R$300... "Ah, mas é caro, num futuro, para o brasileiro pagar R$300 o megawatt-hora". Mas e agora que estamos pagando R$1,7 mil? Se nós estimulássemos a construção de novas hidrelétricas ou PCHs a R$300, o mercado buscaria financiamento e começaria a aprovar projetos, e nós teríamos a certeza, num futuro muito próximo, de uma estabilidade de energia. Então, esse era o primeiro ponto. Queria entender a lógica. Eu sei que foi emergencial. "Vamos contratar energia a diesel e a gás a R$1,7 mil". Mas por que não estimular a de biomassa a R$345, que é cinco vezes mais barata?

O segundo ponto, Sr. Ministro, é um questionamento com relação aos combustíveis.

Também são fatores extragovernança nacional. Como o senhor bem disse, os preços do combustível, é óbvio, chegarem a US$17 o barril foi pela pauta de consumo. O mundo parou – o mundo parou! Houve momentos em que deram combustível, que estava boiando em águas internacionais; estavam dano combustível para alguém queimar. Aí, o preço médio caiu para US$17 em abril de 2020, mas a retomada, a volta da economia acelerada e, claro, o velho modelo de combustíveis, do cartel dos produtores de combustíveis mundiais, fez esse barril chegar a US$83, podendo, como o senhor mesmo disse, passar, ultrapassar esse preço de US$82, US$83 o barril.

Também, Sr. Ministro, nós temos que pensar nos brasileiros. Como o senhor mesmo disse, o Brasil produz gasolina – importa 6%, o que significa que 94% são produzidos aqui. E a Petrobras é uma empresa brasileira, dos brasileiros. Eu entendo a lógica, sou empresário, de que a formação de preço atrelado ao dólar traz um saneamento econômico à empresa, mas também traz dividendos a seus acionistas. Nós temos que pensar é nos brasileiros, que não estão aguentando pagar R$7, R$8 por um litro de combustível. Será que não é a hora de, nessa formação de preço – já que o custo de produção da Petrobras é em reais, o custo dos nossos trabalhadores, servidores da Petrobras, da companhia, da exploração, é feito em reais –, nós bancarmos esse preço para os brasileiros superarem este momento de crise e não transformamos isso em dividendos e em lucro, como a Petrobras está tendo, sem sombra de dúvida?

Quero também aproveitar, nessa mesma linha, para compreender um pouco a lógica do ministério em diminuir o incremento de biodiesel no diesel. O Brasil tem que ter estímulo para a sua produção. Como o senhor mesmo disse, nós temos uma política de biocombustíveis de 50 anos. Com o planejamento das empresas que se instalaram neste País, que investiram, acreditaram, era para nós estarmos já incrementando o B15 – 15% de biodiesel no diesel brasileiro –, um produto verde, ecologicamente correto, sustentável, que gera empregos, que não depende da importação. "Ah, mas o biodiesel, neste momento de *commodities* caros, da soja cara, do óleo de soja caro também, vai encarecer ainda mais a produção!" Mas apenas R$0,03. Foi reduzido de B13 para B10, para se economizarem R$0,03 no litro de biodiesel, colocando em risco, Sr. Ministro, mais de 100 mil empregos diretos. Nós não podemos fazer isso com os brasileiros, em detrimento de importar diesel S500. O S500 é um diesel sujo, poluente. Trazer isso para o Brasil e deixar de gerar empregos por R$0,03? São questionamentos que eu não consigo compreender, porque, se R$0,03 resolvessem o preço do diesel, eu iria dar a mão à palmatória e falar: "É hora de nós deixarmos um pouco a indústria brasileira". Mas economizar R$0,03 não resolve a carestia do preço do diesel e desemprega brasileiros, desestimula a indústria nacional a continuar investindo, inovando, preparando novas tecnologias, melhorando a condição do nosso biocombustível, para nós garantirmos um futuro próspero. Primeiro, combustível verde, renovável, que gera emprego; e autonomia aos brasileiros. São questionamentos simples, para entender a lógica do enfrentamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também reconheço o esforço do senhor, da sua equipe, do ministério, para enfrentar a questão e não deixar que o Brasil entrasse numa escassez sem precedente e, talvez, em um apagão elétrico, como já aconteceu no Brasil, e o senhor conseguiu, com competência, evitar.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu consulto se o Senador Mecias de Jesus está conectado. (*Pausa.*)

Não está.

Não estando conectado, então, Senador Chico Rodrigues, ofereço a palavra para V. Exa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, Senador Dário Berger, Sr. Ministro, meus colegas Senadores, o tema hoje desta audiência do Ministro Bento Albuquerque é basicamente em relação à crise hídrica. No entanto, eu gostaria de derivar para outros temas que também são importantes e relevantes para o País, para a Região Amazônica, para o meu Estado especificamente, e que são afetos ao Ministério de Minas e Energia.

Primeiramente eu gostaria de deixar uma pergunta ao Sr. Ministro em relação ao estágio em que se encontra a construção do Linhão de Tucuruí, um problema que vem se arrastando há muitos anos – e felizmente o Governo do Presidente Bolsonaro tem impulsionado o Ministério de Minas e Energia a fazer um esforço ingente no sentido de viabilizá-lo. Há uma série de condicionantes que atrapalham a construção desse linhão, mas, obviamente, enquanto isso a população fica desassistida de uma energia segura, apesar de outras energias que estarem sendo utilizadas e implantadas no nosso Estado. No entanto, o Linhão de Tucuruí é o grande fator de integração, porque nós somos o único Estado da Federação que não está interligado ao sistema nacional. Então, especificamente em relação ao tema energia, era isso.

Como segundo questionamento, Sr. Ministro, eu gostaria de solicitar a V. Exa. explicações e, ao mesmo tempo, um encaminhamento de solução sobre a viabilidade de nós podermos ter o potássio para a nossa agricultura atendida, visto que em Autazes, no Estado do Amazonas, há uma mina de mais de 3 bilhões de toneladas, e o potássio é um macroelemento importantíssimo para a atividade agrícola do nosso País. Na verdade, seu fornecimento começa a apresentar uma crise monumental por conta do maior fornecedor, que é a Bielorrússia, e isso tem causado problemas seríssimos, já ameaçando a produção de alimentos no mundo e especificamente nosso País.

O terceiro assunto de que eu gostaria de falar é exatamente em relação ao nosso Estado, que tem praticamente, Sr. Ministro, como V. Exa. sabe, a tabela periódica. Nós temos a tabela periódica. É claro, é evidente, é inquestionável que em um momento ou outro, agora ou mais tarde, essas riquezas deverão ser racionalmente exploradas. Há questões e condicionantes terríveis, principalmente com relação a organizações não governamentais, as ONGs, questões ambientais e de regularização. Nós vivemos num Estado pobre, miserável, sob um solo rico, com abundância de minerais estratégicos de toda ordem.

E apenas para citar alguns, nós temos as terras-raras, que são minerais cobiçado por todos os países do mundo. Nós as temos em vários locais já identificados, na Serra do Ajarani, no Repartimento, no Município de Caroebe, no Município de Mucajaí. Temos grafeno em quantidade abundante também e entendemos que tem de ser ordenada a sua exploração. Temos diamante nas rajas do Rio Mucajaí, do Rio Maú, na região da Serra do Sol. De ouro nem se fala! Por isso, temos mais de 30 mil garimpeiros na área dos ianomâmis, de forma ilegal, é bem verdade, mas porque a abundância de ouro ali é uma coisa inexplicável, bem como de vanádio, nióbio, fosfato, cassiterita, entre outros.

Então, o Ministério de Minas e Energia tem um arco e abriga vários segmentos de interesse da economia nacional. Na área específica dos minerais, nós entendemos que o Estado é um largo estuário em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se dirigem para todos os lados, de norte a sul, de leste a oeste, essas ocorrências minerais, e, no momento de crise em que vive a humanidade, em que vive o Brasil etc., deve-se explorar essas riquezas, o que seria importante para Roraima, para a Amazônia e para o Brasil.

Portanto, eu gostaria que V. Exa., apesar... Volto a dizer: o tema específico é o da crise hídrica; no entanto, esta é uma oportunidade que nós temos de ver, no Brasil, nessa televisão que hoje tem um alcance enorme, as explicações para essas questões que são recorrentes no momento atual em que vivemos.

Então, Presidente Dário Berger, perdoe-me por desviar do tema fundamental dessa apresentação do Sr. Ministro, mas tenho a certeza de que o Brasil inteiro deve olhar para este mapa aqui e ver que somos um Estado que merece uma atenção especial do Governo, dos Governos, obviamente, mas especialmente do Governo atual.

Muito obrigado, Ministro Bento e meu querido colega Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu é que agradeço a V. Exa.

Ministro, o Senador Wellington Fagundes, que é um homem da infraestrutura, deixou aqui algumas perguntas. Eu estava aqui observando, e me parece que a maioria delas o senhor já sanou na sua longa e brilhante apresentação.

Eu também fiz algumas perguntas aqui. Há um tema, vários temas. O tema principal que eu tinha abordado seria a crise hídrica vivida no Brasil agora, com as tarifas que subiram consideravelmente. O Senador Carlos Fávaro fez uma brilhante explanação a respeito do assunto, o que, certamente, vai me contemplar na resposta. Mas eu não poderia deixar de fazer uma pergunta para V. Exa. com todo o respeito.

A desestatização da Eletrobras foi alvo aqui de muitos debates, de ampla discussão, com algumas divergências de encaminhamento no Congresso Nacional e na própria sociedade, porque é um tema extremamente sensível e polêmico. Passados alguns meses da sua votação, qual é a sua visão? Qual é a expectativa que o ministério tem tido com relação aos investimentos privados? E como ficarão, na sua opinião, as tarifas de energia elétrica?

Esse tema é caro para o Brasil porque envolve a nossa soberania energética, e, pelo que eu tenho de informações e pelo que estudei da matéria, as economias mais destacadas do mundo inteiro, a maioria delas – se não quase todas, se não todas –, não abriram mão dessa autonomia pública, porque energia é vital para o desenvolvimento do país. O poder público... O lucro do poder público é o desenvolvimento do país, é a qualidade de vida das pessoas, enquanto a iniciativa privada – e eu sou da iniciativa privada – tem por objetivo único e principal o lucro. Se não for atraente, não se investe. Então, é uma questão que sempre me preocupou, continua me preocupando, porque envolve também a nossa soberania hídrica, já que a nossa matriz energética, preponderantemente, se dá pelo sistema das nossas águas e dos nossos rios – essa questão me preocupa bastante.

Então, acrescentando às perguntas que foram feita a V. Exa., eu gostaria de acrescentar essa questão da Eletrobras, que é um tema recorrente, que muito nos interessa a opinião do Governo, especialmente a opinião de V. Exa.

Eu ofereço a palavra a V. Exa. para responder.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Queria agradecer todas as perguntas, os comentários. Eu acho que poderão até, com as minhas respostas, complementar um pouquinho o que a gente apresentou aqui.

Em relação à gestão hidroenergética, que o senhor comentou, Senador Carlos Fávaro, do custo, o custo efetivamente aumentou. Para o senhor ter ideia, para nós alcançarmos aquela capacidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armazenamento que é fundamental para a nossa segurança energética, nós gastamos R$28 bilhões, e não tivemos, como sabemos, nem racionamento, nem apagão. Em 2001, houve também algo semelhante em termos de escassez hídrica, houve também uma gestão, e houve racionamento, alguns apagões, e se gastaram R$120 bilhões.

Então, os números são esses. Evidentemente, eu não estou aqui querendo fazer comparação, até porque a situação é completamente diferente. Em 2001, tínhamos uma realidade em termos de capacidade instalada e de capacidade de transporte de energia de uma região para a outra; hoje temos uma diferença. Mas é para a gente ter a noção dos custos disso. Realmente o custo é elevado.

No que diz respeito à biomassa, nós procuramos, até porque fomos procurados. E nós trabalhamos dessa forma bastante transparente com as associações, que têm contribuído muito para o desenvolvimento do setor, mas infelizmente os geradores de biomassa não conseguiram fazer as entregas que talvez pudessem ser feitas, por questões diversas. Às vezes até há capacidade de gerar, mas não há capacidade de colocar isso na rede. Nesse leilão a que o senhor se referiu, emergencial, por exemplo, só um de biomassa apareceu. Nós não fizemos apenas para geração termoelétrica a gás – só ganhou gás, não é? – ou a diesel, não; tudo aberto. Só apareceram dois de renováveis: um de fotovoltaica e um de biomassa. E eles não chegaram, porque, se eles tivessem chegado e tivessem condições dentro do edital do leilão, eles seriam... Agora, o senhor tem razão: R$1.700. Hoje nós chegamos a pagar R$2.450. Então, vai haver uma redução nisso.

E isso, no caso, a inflexibilidade... Aquilo que ele tem que gerar é de 60%, 63%, alguma coisa assim. Se nós tivermos boas condições, ele vai gerar isso. E aquilo que hoje em dia nós já despachamos superior a R$1.700 nós vamos deixar de despachar, e aí nós vamos ter um alívio, vamos dizer assim, para o consumidor.

E temos incentivado, sim, evidentemente dentro do planejamento, a geração de PCHs, que cresceu muito nos últimos anos. Mas não é só fazer o leilão em que ganha PCH; há o licenciamento, há uma porção de coisas que têm que ser feitas, e o nosso Senador Chico Rodrigues sabe disso.

A questão – desculpa, eu vou tentar responder agora em conjunto – do Linhão de Tucuruí é um empreendimento que teve o leilão 10 anos atrás, 11 anos atrás, e só agora conseguimos a licença de instalação. Em setembro fomos lá e vamos construir o linhão, mas foi um trabalho muito grande para a gente conseguir; levamos 11 anos. Imagina repactuar contrato... É uma coisa assim... E quanto isso teve de custo de oportunidade? Nós gastamos 2,5 bilhões de combustíveis por ano, que quem paga é o consumidor nacional, por conta de não haver esse Linhão de Tucuruí.

Agora, o primeiro leilão do Ministério de Minas e Energia em 2019 foi justamente para atender o Estado de Roraima, que foi no dia 31 de maio – leilão de biomassa, geração a gás natural. Isso está reduzindo já o custo para o consumidor nacional em 1 bilhão/ano, só por conta desse leilão.

Portanto, é um sistema complementar em que nós temos que considerar todas as frentes. E o Brasil é o segundo país com maior potencial hidráulico do mundo, só é superado pela Rússia.

Então, temos que incentivar isso, temos que ter políticas públicas, mas são políticas públicas que não demandam apenas do Governo Federal ou do Congresso Nacional. Isso depende de outros agentes, do Ministério Público, do próprio Poder Judiciário. E nós temos trabalhado isso, como vamos trabalhar nesta semana. Temos uma reunião na Procuradoria-Geral da República, em que vamos conversar com o Ministério Público Federal, em todas as esferas, em todas as áreas, para que a gente possa mostrar isto que o senhor falou, que há Estado que tem a tabela periódica, que o País tem uma dependência de 90% em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

fertilizantes, mas temos o potencial para ser autossuficientes em potássio, em nitrogênio, em fósforo, em tudo. Então, todos têm que fazer parte da solução. E a solução não vem apenas de um lado.

Quero garantir ao senhor, Senador Carlos Fávaro, que o programa de biocombustíveis – eu falo isso publicamente, nacionalmente e internacionalmente – é uma política do Estado brasileiro, talvez uma das políticas de que os brasileiros devam mais se orgulhar, como o senhor colocou aí a questão dos biocombustíveis. Foi reduzida temporariamente de 13% para 10% a questão do biodiesel não só pelo preço do diesel; muito pelo contrário, foi pela própria competição que estava havendo no próprio setor. No ano passado, nós tivemos que reduzir, porque não havia biodiesel. E o senhor imagina que, dentro de um país que é o quarto maior consumidor de combustível automotivo do mundo, o senhor não pode ficar mudando a mistura mês a mês, porque isso é todo um processo. Quem é encarregado da mistura, que hoje é de 10%, 12% e vamos a 13%... O CNPE está para decidir agora na reunião, se não me falha a memória, em 22 de novembro, quando nós vamos ter a reunião do CNPE, que é onde se decide, onde tem que ser decidido isso, de forma transparente, com a participação de todos, com o setor. E temos conversado, até porque é uma política de Estado, não é uma política de governo. E eu não tenho dúvida nenhuma de que isso ainda trará muitos frutos para o nosso País.

O senhor perguntou sobre a política de preço também, sobre a formação de preço, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Isso.

Vou falar para o senhor que, até 2016 – essa política de preço foi alterada em 2016 –, a Petrobras importava todo o combustível. Esses 27%, 25%, 6%, 8%, todo ele era importado pela Petrobras, junto com o que ela refinava, e aí era o preço. Houve efetivamente o controle de preço, que não só levou a Petrobras a pagar multas bilionárias para a Bolsa de Valores de Nova York, por exemplo, para investidores internacionais, mas levou a Petrobras também a ser a empresa de petróleo e gás mais endividada do mundo por conta dessa política de controle de preços que estava também contrariando o nosso próprio arcabouço legal, que, eu mostrei aqui, vem desde 1997.

Então, a nosso ver, é lógico que não pode deixar... Não é questão de deixar ou não deixar, mas o preço da energia cresceu no mundo todo, o preço dos combustíveis cresceu no mundo todo. O que nós temos que fazer é, de acordo com as nossas características e as nossas vantagens competitivas, estabelecer as nossas políticas públicas para que o consumidor brasileiro tenha o preço mais justo possível e minimizar os impactos socioeconômicos em nossa sociedade. Então, é isso que tem de ser feito, e eu acho que é isso que tem de ser construído junto com o Congresso Nacional e junto com todos os agentes setoriais para que a gente possa chegar lá.

As coisas não são tão simples assim. Ontem, eu fui à Itaboraí visitar o Comperj. Não visitar o Comperj, porque o Comperj, se as pessoas não sabem, é uma refinaria cuja construção começou em 2006 e deveria ter terminado em 2012, mas não foi concluída até hoje. E nem será concluída, mas lá agora vai ter uma unidade de processamento de gás natural que vai receber, a partir do final do ano que vem, início de 2023, 21 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, ou seja, vai permitir que diversas empresas, que já estão se instalando lá, possam utilizar o gás natural para os seus processos industriais e tudo. Então, eu fui lá.

Aquela refinaria... O senhor viu, eu falei 2006, 2012, que é o que normalmente leva de tempo para uma refinaria apta a refinar de 150 a 200 mil barris por dia entrar em operação. Sabe quanto se perdeu lá em recursos? R$28 bilhões – R$28 bilhões!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós poderíamos, com esses R$28 bilhões, em termos de políticas públicas, por exemplo, atender todos os brasileiros do Cadastro Único com gás liquefeito de petróleo por três anos, ou seja, temos que ter políticas públicas que possam efetivamente atender aquele que mais necessita dessas orientações por parte do poder público, no caso o poder concedente.

Senador Chico Rodrigues, eu acho que a questão de Autazes é uma questão que está no âmbito do ministério já desde 2019, como uma prioridade que pode tornar o nosso País autossuficiente em potássio. Em relação ao Linhão de Tucuruí, a implantação dos canteiros e início das obras se dará no início do ano que vem. Então, eu acho que isso é um ganho para o Estado de Roraima, é um ganho para o Brasil como um todo, que terá o seu País efetivamente totalmente interligado.

Eu acho que eu já respondi as coisas aqui no que diz respeito ao que nós estamos fazendo de trabalho junto ao Ministério Público para essa questão desses empreendimentos de mineração no País como um todo.

Agora, Senador e Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Dário Berger, a Eletrobras, que o senhor muito bem colocou.

Primeiro, eu gostaria de tranquilizar a todos. Em termos hídricos... A capitalização da Eletrobras, ou desestatização como o senhor colocou, ou vamos falar da privatização, porque a Eletrobras vai se tornar uma corporação: na realidade, ninguém terá mais do que 10% de poder de voto, a União permanecerá com cerca de 45% a 47% das ações, o que será muito bom para a própria União. Agora, no que diz respeito aos recursos hídricos, isso pertence à União. O operador de uma usina hidrelétrica não gera da forma como ele quer, utilizando os recursos hídricos como ele bem entender. E esse foi um dos processos em relação ao qual nós tivemos muita preocupação agora, durante a gestão dessa crise, porque nós temos as vazões mínimas, e os reservatórios têm que ser preservados. Quem controla tudo isso é a Agência Nacional de Águas, como quem controla também as tarifas é a Agência Nacional de Energia Elétrica. Isso tudo continuará sendo como vem sendo já há alguns anos, desde 1996 se eu não me engano, e isso vai continuar da mesma forma.

O que nós entendemos que será benéfico para a sociedade brasileira é que a Eletrobras, se não me falha a memória, deixou de participar de leilões desde 2010. Hoje ela tem cerca de 30% da geração de energia e 45% da transmissão de energia; há dez anos, era bem mais, ou seja, ela está cada vez perdendo mais participação do mercado brasileiro, e isso não é bom. Essa capitalização vai permitir que ela volte a realizar investimentos. Ela vai tornar o mercado mais competitivo. A Eletrobras é a maior empresa de energia renovável da América Latina, a quarta do mundo se eu não me engano, e ela precisa de investimentos para ter essa participação importante no mercado de energia. Então, ela vai trazer esse benefício.

E também a capitalização da Eletrobras vai permitir – e isso está no projeto que foi aprovado aqui – investimentos na recuperação das nossas bacias hidrográficas. Hoje o Ministério de Desenvolvimento Regional tem cerca de R$40 milhões para investir por ano; com a capitalização da Eletrobras, serão investidos R$8,5 bilhões na recuperação das nossas bacias hidrográficas. Além disso, na Região Norte do País, todos os sistemas isolados e a geração termoelétrica, óleo, combustível e diesel, serão substituídos por energias renováveis: biomassa, fotovoltaica e, se for o caso, eólica.

Então, esses são os benefícios da capitalização da Eletrobras. E, no nosso entendimento, Senador, o arcabouço legal existente me permite dizer ao senhor que nós não vamos perder soberania, nós não vamos ficar à mercê do capital para uma atividade que é essencial, que é a energia, para qualquer país do mundo. Então, nós temos, do nosso ponto de vista, todo um arcabouço legal que nos garante isso. E esperamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma empresa, uma corporação, como ocorre na maior parte do mundo, que possa trazer muitos benefícios e, principalmente, uma redução na geração da energia para o consumidor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Senador Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro, abusando da sua bondade e agradecendo sua presença, permita-me uma réplica e, depois, se possível, ouvi-lo na tréplica. O bom debate é que nos esclarece e nos faz dar respostas cada vez melhores à população.

Com relação à Petrobras, Sr. Ministro, não tenha dúvida, os brasileiros já deram a resposta, nós não queremos mais aquele modelo. O que levou a Petrobras àquela formação de preço foi a corrupção. Os brasileiros já deram a resposta nas urnas. Aquele modelo não nos interessa mais, temos que olhar para frente. Uma refinaria que era para ser construída em seis anos até hoje não ficou pronta e agora está sendo substituído seu objetivo inicial por objetivos mais sólidos, republicanos, de geração de gás. É isso mesmo que esperamos. E aí vêm os parabéns, é louvável a iniciativa.

Mas eu quero olhar para frente. O questionamento que fiz... É claro que eu sei o que gerou aquele controle de preços, a corrupção instalada. Mas, como disse e repito, os brasileiros já deram a resposta, não queremos mais aquilo lá não. E graças a Deus que superamos! E temos um Governo no qual eu não vejo uma fumaça de corrupção acontecendo, nem na Petrobras e nem nos outros órgãos, por isso tem todos os méritos.

Mas o questionamento – eu queria ouvir do senhor – é: se conseguimos evoluir, se nós temos lá aqueles números, 27, 25 e 26% de importação de combustíveis prontos e somos autossuficientes na produção de petróleo bruto, será que não seria a hora de essa empresa pública brasileira de capital misto, que tem, sim, que levar seus dividendos aos seus acionistas... Mas que possa falar: "Olha, vamos ganhar um pouco menos, porque os brasileiros estão pagando essa conta! Essa empresa é dos brasileiros!" A Argentina está vendendo gasolina a R$3,60, R$3,80, na divisa do Brasil. Então, será que não é a hora de nós, todos juntos, termos mais orgulho ainda do novo momento que a Petrobras vive? É preciso minimizar o impacto do preço para os brasileiros. Não é o momento de termos essa consciência, inclusive com os acionistas?

Com relação à geração de energia hidroelétrica na formação de preço, eu compreendo muito bem. Como o senhor disse, a instalação de usinas a gás e a diesel era o que nos restava para fazer o enfrentamento rápido, com poucos meses vão lá e instalam. Assim como a fotovoltaica dá essa resposta, a eólica também dá uma resposta mais rápida que a hidrelétrica, que demora. E nós sabemos da burocracia do licenciamento brasileiro, dos órgãos intervenientes.

E temos aqui nesta Casa a obrigação de votarmos o novo marco regulatório do licenciamento ambiental, que já foi feito pela Câmara, para que nós possamos não precarizar o meio ambiente, mas destravar a burocracia, Sr. Presidente. Está aqui com a relatoria da Senadora Kátia Abreu, com um combinado, um acordo de que isso venha à pauta ainda neste ano, para que nós possamos ter investimentos em estradas, em hidrelétricas, para fazer o Brasil crescer em infraestrutura sem o atrapalho da burocracia do licenciamento.

Nesse ponto, se o ministério lançasse mão de contratos de compra a, por exemplo, R$300, a iniciativa privada ia sair correndo atrás de projetos para aproveitar esses recursos hídricos tão abundantes, porque têm viabilidade econômica. Com isso, no futuro, pois o Brasil vai crescer, o Brasil está dando certo e vai dar cada vez mais certo, nós teríamos minimizado qualquer impacto de, a qualquer sobrepasso climático, ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que lançar mão de contratar termoelétrica a diesel a 1,7 mil, a 1,8 mil, porque nós teríamos abundância de hidrelétricas sendo geradas no futuro próximo.

Era mais ou menos nesse sentido o questionamento.

Parabenizo e reconheço todo o esforço e o avanço que tivemos. Eu não quero o modelo passado, não. Eu quero que daqui nós olhemos para a frente, cada vez melhor.

Muito obrigado pela paciência, Sr. Ministro, Sr. Presidente e demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sr. Ministro, Srs. Parlamentares, eu quero prestigiar aqui os nossos internautas que participam através do e-Cidadania e tenho quatro brasileiros que fizeram comentários e perguntas.

Primeiro comentário que eu queria tornar público é o do Pedro Modesto, do Espírito Santo. Ele faz um comentário, não faz pergunta, dizendo: "A energia fotovoltaica fará as usinas hidroelétricas economizarem grande quantidade de água nos horários de pico de consumo". É o comentário que ele faz.

A Anna Christina, de Minas Gerais, diz: "Precisamos de leis [mais] severas para reflorestamento e proteção de nossas florestas, criando maior número de RPPN possível".

As perguntas.

Vem de Santa Catarina uma, que certamente é uma questão interessante que eu queria abordar com o senhor: "Por que não combatem as causas que estão na devastação das florestas?". É uma afirmação que o Arlei David, de Santa Catarina, faz: "Grandes porções de florestas regulam as chuvas [...] por que continuar com uma matriz energética com dependência única nas chuvas? Por que não tem investimento na [energia] solar?". O senhor já falou sobre isso, mas eu quero prestigiar o internauta, porque eu acho muito importante as pessoas participarem. E, certamente, quando ele fez a pergunta, talvez o senhor não tenha abordado isso especificamente já naquele tempo.

Já a Erica Correia, de Goiás, pergunta: "Quais são as possíveis soluções para a atual e intensa crise hídrica?". Essa foi a primeira indagação do Senador Carlos Fávaro. E ela quer saber o que é mais importante para milhões de brasileiros: se a conta vai continuar alta do jeito que está, se existe possibilidade de reduzir a tarifa de energia elétrica.

Com essas derradeiras e talvez com a tréplica ao Senador Carlos Fávaro, nós vamos finalizando a nossa audiência pública de hoje.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. E quem sou eu para fazer tréplica, Senador? Mas é apenas um comentário.

Eu acredito que a Petrobras, pela governança dela e até pela forma como ela tem procurado cooperar com a sociedade brasileira, tem sensibilidade, sim, tanto que ela lançou diversos programas sociais para atender às famílias de mais baixa renda durante a pandemia e depois da pandemia. Agora está com um projeto, inclusive, social do gás etc.

A questão do combustível é aquilo que eu falei para o senhor: até 2016, a Petrobras importava todo o combustível. Então, os seus acionistas teriam que se reunir e dizer assim: "Vamos fazer esse esforço aqui e chegar a essa conclusão". Não somos nós que vamos... e não podemos, como vimos aqui.

E temos que ter uma preocupação agora muito grande com o desabastecimento, porque a importação do combustível que a gente pensa leva, no mínimo, 90 dias – para a pessoa fechar o contrato e tal, não sei o quê. Então, hoje nós temos uma parcela do mercado, cerca de 20% do mercado de combustíveis, que não é da Petrobras. Então, mudar qualquer coisa tem que ser uma mudança com bastante critério, com bastante transparência e governança, para que a gente possa atingir os objetivos. E eu não tenho dúvida de que todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos trabalhando nisso, o Congresso Nacional, o Executivo, para que a gente possa dar uma resposta à sociedade. Eu acredito que isso vá ocorrer.

No que diz respeito aos nossos leilões, a gente procura fazer a expansão, como eu procurei mostrar aqui, dentro de um planejamento que é atualizado anualmente. Esse planejamento dos nossos leilões são programados para três anos, e isso para dar previsibilidade. E, a cada ano, nós renovamos o planejamento, atualizamos o planejamento, para que a gente possa... e outras fontes entrem, e têm entrado. A própria biomassa tem entrado.

Falando das perguntas e dos comentários agora, Presidente, eu esqueci o nome de uma senhora que falou depois do Pedro ou fez algum comentário depois do Pedro, o Arlei e a Erica... Anna Christina, de Minas Gerais. E aqui a gente tem uma participação boa do Sul, do Centro-Oeste, do Sudeste... Então, eu fico feliz por isso. Todos comentários e perguntas superpertinentes e uma preocupação muito grande com o meio ambiente.

E, nesse aspecto, eu acabei de voltar, como o senhor sabe, da COP 26. Eu estava lá, na semana passada, cheguei no domingo cedo aqui. E o Brasil... lá nós tivemos oportunidade de mostrar essa nossa preocupação e assumimos determinados compromissos que foram muito bem recebidos pela comunidade internacional. Mas o mais importante é que essas pessoas aqui, o Pedro, a Anna, o Arlei e a Erica, que têm essa preocupação com o futuro do País, saibam que os brasileiros têm que não só assumir compromissos, mas realizá-los, executá-los, e nós assumimos o compromisso de não só eliminar o deflorestamento até 2028 como de fazer um reflorestamento também até essa data expressiva, para que a gente possa recuperar aquilo que foi devastado. Então, essa é uma preocupação.

A energia fotovoltaica é importantíssima e foi a que mais cresceu nos últimos três anos, mas ela não dobrou, não; ela triplicou! Quando eu mostrei ali a evolução da nossa matriz, em 2014, a solar era inexistente; a eólica, que é outra renovável, era 1% da nossa matriz. Hoje, as duas já são 16% da nossa matriz e, em 2030, as duas serão 25% da nossa matriz. A solar é a que mais cresce. O Pedro está certo quando ele diz que a energia solar pode aliviar o pico. Isso foi fundamental. Diga-se de passagem – eu citei aqui –, batemos recorde de geração eólica e solar agora nos meses de agosto, setembro e outubro principalmente na Região Nordeste e também no norte de Minas Gerais – a Anna é de Minas Gerais –, e isso foi fundamental para que a gente pudesse ter a estabilidade.

A pergunta que não quer calar é a questão de se a conta vai continuar alta ou não. Esse é o trabalho que nós fazemos permanentemente, é uma busca que não só o Governo, o Executivo, mas o próprio Congresso Nacional faz. Aqui vimos diversas iniciativas que estão em tramitação e que visam justamente a que o consumidor tenha cada vez mais tarifas mais baixas e que possa manter a sua segurança energética. Então, eu posso dizer que esse é o objetivo permanente do Governo Federal, do Ministério de Minas e Energia, de todos os agentes setoriais e também do Congresso Nacional, que não só nos cobra, mas também desenvolve políticas públicas aqui por meio de leis que efetivamente trarão benefícios aos consumidores brasileiros.

Então, Presidente, essas são as minhas palavras finais, agradecendo mais uma vez o convite. Como eu falei, eu considero a Comissão de Infraestrutura uma estação, no Senado Federal, do Ministério de Minas e Energia, e acredito que esse diálogo, esse debate é bastante profícuo para todos. É só nos convidar que estaremos aqui presentes com muito prazer e com muita honra. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Somos nós que agradecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos a nossa reunião de hoje, eu proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por fim, agradeço a presença especial dos nossos Parlamentares que aqui estiveram e indagaram S. Exa. o Ministro Bento. Agradeço à sua assessoria que se fez presente e, em especial, agradeço ao nosso convidado, que prontamente aceitou o nosso convite para aqui estar e fez uma longa e brilhante apresentação de um planejamento de curto, de médio e de longo prazo de um tema que, na minha opinião, é extremamente importante, extremamente relevante para o desenvolvimento do País que é a questão da energia. Sem energia, nós não chegaremos a lugar nenhum.

E nós não podemos poupar recursos nem investimentos para dotar o Brasil com a energia necessária para fomentarmos cada vez mais o crescimento, porque, se o País crescer, as pessoas crescem junto, e nós vamos ficar conscientes de que estamos cumprindo com a nossa responsabilidade.

Ministro, muito obrigado, mais uma vez, pela sua presença. Desejamos sucesso e êxito à frente do ministério, porque o sucesso do ministério é o sucesso do Brasil.

Muito obrigado.

Por aqui, dou por encerrada a nossa reunião de hoje.

(*Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA. DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética. com a presença dos Senadores José Aníbal, Eduardo Girão, Lucas Barreto, Carlos Fávaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Jaques Wagner, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Elmano Férrer, Soraya Thronicke, Angelo Coronel e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª e da 2ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Apresentação do Plano de Trabalho**. **Finalidade:** Leitura do Plano de Trabalho. **Resultado:** Lido o plano de trabalho. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento Nº 2, de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo.Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, informações referentes à atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1055, de 2021." **Autoria:** Sen. Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 3, de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo.Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, informações sobre o processo decisório que antecedeu a edição da Medida Provisória nº 1.055, de 2021, que instituiu a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País." **Autoria:** Sen. Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 4, de 2021** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar o cenário atual do Setor Elétrico, em virtude da Crise Hidroenergética. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • o Senhor Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); • o Senhor André Pepitone, Diretor-Geral da Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); • o Senhor Luiz Carlos Ciocchi, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); • o Senhor Rui Guilherme Altieri Silva, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)." **Autoria:** Sen. José Aníbal. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jean Paul Prates

Presidente da Comissão Temporária Externa para averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 1.749, de 2021, para, aspas, "averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro", fecho aspas.

Antes de iniciar os trabalhos, coloco em votação as atas da 1ª e da 2ª Reuniões da Comissão, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Esclareço que o uso da palavra nesta reunião semipresencial será feito pela ordem de inscrição dos presentes, igualmente por meio do uso da função "levantar a mão" do aplicativo, sendo que, primeiro falarão os membros da Comissão, titulares e suplentes, e, em seguida, os não membros.

A presente reunião terá como primeira parte a destinada à apresentação do Plano de Trabalho desta Comissão e a segunda parte será destinada à deliberação dos requerimentos.

Passo a palavra ao Senador José Aníbal, pelo tempo de 15 a 20 minutos, para a leitura do plano de trabalho e comentários sobre o plano de trabalho. (*Pausa.*)

Microfone. Abre.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Está aberto. Todos me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Como Relator.) – Acho que sim.

Sr. Presidente, bom dia, é uma satisfação estarmos tendo esta reunião aqui da Comissão. Eu queria começar agradecendo o presente que acabei de receber do Presidente Jean Paul, que é um livro sobre o episódio de 2001 e 2002 que se chama *Curto-circuito*. Eu já comecei a ler e parece que é muito bem escrito e fundamentado. Aliás, depois podemos presentear cada membro da Comissão com um livro deste.

Mas, Sr. Presidente, eu tenho aqui o plano de trabalho e ele tem 27 páginas. De qualquer maneira, ele está sendo distribuído para cada um dos membros da Comissão e eu farei um resumo do que está no plano de trabalho para que os Srs. Senadores da Comissão e quem mais se interessar possam ler, em sua totalidade, o texto completo do plano nos próximos dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há cerca de duas semanas, o Ministro de Minas de Energia, Bento Albuquerque, veio ao Senado e reafirmou que a atual crise energética decorre da pior conjuntura hídrica em 91 anos e não da falta de gestão por parte do Governo. Quer dizer, o Sr. Ministro atribuiu a crise à conjuntura hídrica e não à falta de gestão por parte do Governo. Na audiência, o ministro mostrou números de grandes investimentos e concluiu que, apesar da pandemia, o Brasil não sofreu apagão por causa dos investimentos feitos pelo Governo.

É verdade que os reservatórios do SIN não atingem sua capacidade máxima desde 2012, e eu aqui apresento, tanto neste texto como no plano de trabalho, um gráfico de 1950 a 2020, e neste gráfico se pode ver que nós estamos vivendo um dos piores momentos em matéria de crise hídrica. Mas é importante que a gente possa avaliar, de forma mais detida, o quanto o sistema elétrico brasileiro é vulnerável a longos períodos secos, principalmente se esse tipo de ocorrência climática passar a ocorrer com mais frequência, e tudo indica que estamos caminhando infelizmente nessa direção.

Eu chamo a atenção de todos para essa figura que está publicada no texto e no plano de trabalho, que demonstre, de forma inequívoca, o que está acontecendo com os reservatórios da Região Sudeste, a principal região produtora, que são fundamentais para o Brasil. Não há recomposição desde 2012. Na verdade, a predominância de anos seco sobre anos úmidos acentua-se em meados da década de 1980. Após 2012, ou seja, há nove anos, estamos sempre no eixo negativo, e a linha de tendência negativa está claramente se acelerando. Portanto, os gestores de uma área tão estratégica para o País não podem mais atribuir a crise somente a São Pedro e a falta de chuvas, que já deveria ter sido incorporada aos modelos de gestão e planejamento do setor.

A meu ver, os fatores que geraram a atual crise são múltiplos: I) aumento do consumo de água os reservatórios para outros usos além da geração d energia; II) imposição de restrições à gestão do defluxo dos reservatórios por questões ambientais ou ligadas aos usos múltiplos da água; III) redução da água (energia) afluente nos reservatórios por práticas, como o desmatamento, retirada de água dos rios para irrigação e a construção de pequenos açudes; e, finalmente, IV) redução das precipitações pluviométricas médias e aumento da ocorrência de eventos extremos de seca nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste – a caixa d'água do Brasil – causados pelo aquecimento global, como preveem os climatologistas.

O papel desta Comissão é ir fundo para dar respostas à população e cobrar maior seriedade do Governo Federal, que deve atuar de forma proativa. A verdade é que só não tivemos apagão neste ano porque a economia não cresce como deveria. Mesmo sem os apagões, a crise hidroenergética está cobrando um alto preço com os frequentes aumentos da conta de luz. Aliás, as previsões para o ano que vem estão difíceis. Para termos uma ideia, em 25 de outubro, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica contratou energia de reserva de capacidade, 1,2GW de potência ao preço marginal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$1.602,21 por megawatt-hora. O custo total de energia contratada foi de 40 bilhões e há previsão feita pela Aneel de um aumento, já para o ano que vem, de 21% na conta de luz.

Segundo relatório publicado pela Confederação Nacional da Indústria, as medidas emergenciais adotadas causarão ao PIB a queda de R$8,2 bilhões e R$14,2 bilhões, respectivamente, em 2021 e 2022. O que mais preocupa aí são os 166 mil empregos perdidos neste ano e 290 mil no ano que vem, num total de 450 mil empregos perdidos.

Portanto, é pertinente questionar sobre a eficiência e a economicidade do enfrentamento da crise energética.

Se o próximo período úmido, que se inicia agora, em novembro, seguir a tendência apresentada na Figura 3 – a que eu me referi, o gráfico na minuta do plano de trabalho, o racionamento em 2022 será provável. Nesse caso, a Creg terá de ser reinstituída e a conta de luz poderá aumentar ainda mais. A Creg é uma comissão proposta pelo Governo, através de uma medida provisória. Mas a medida provisória venceu e teria que ser reinstituída essa comissão, até porque o período em que ela funcionou foi exclusivamente para cuidar dos leilões de energia.

Se o próximo período úmido, que se inicia em novembro, seguir essa tendência, vamos ter que restituir a Creg – provavelmente.

Ao final dos nossos trabalhos, meu relatório deverá responder às seguintes perguntas – não é o meu relatório, o relatório da Comissão:

a) A crise energética é conjuntural ou estrutural?

b) A crise energética era previsível e evitável?

c) As decisões da Creg e do Ministério de Minas e Energia são corretas? Isto é, garantem a segurança energética ao menor custo possível?

d) Quais são os impactos das decisões do Governo Federal no curto, médio e longo prazo? No que tange a essa questão, deveremos propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro. Para tanto, esta Comissão precisará responder também: quais mudanças no planejamento do Sistema Elétrico Brasileiro são necessárias para afastar ou mitigar o risco de novas crises energéticas?

Se a Comissão concluir que a atual crise energética decorre de fatores estruturais, torna-se necessário sugerir linhas mestras para a futura expansão do Sistema Elétrico Brasileiro, de forma a torná-lo mais robusto frente aos cenários futuros de escassez hídrica e maior disputa pela água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, quais mudanças legislativas são necessárias para afastar ou mitigar o risco de novas crises energéticas?

O Sistema Elétrico Brasileiro é regido por um intrincado marco legal – sobre o qual nós vamos ter oportunidade de conversar aqui – que é constantemente alterado. Neste momento, tramitam no Congresso Nacional diversos projetos de lei que propõem mudanças significativas nesse arcabouço legal.

Esta Comissão, à luz de suas análises e conclusões, avaliará a possibilidade de alterar essas proposições ou apresentar seus próprios projetos de lei.

Também poderemos fazer indicações aos órgãos responsáveis quanto aos ajustes considerados necessários. Em matéria de porte regulamentar, por exemplo, os modelos computacionais utilizados para avaliar o risco ao fornecimento e o preço da energia elétrica no mercado à vista (Preço de Liquidação das Diferenças).

São essas as questões que julgamos mais relevantes para serem tratadas pela Comissão de Crise Hidroenergética até o momento.

Para consecução de seus objetivos, a Comissão fará audiências públicas – e aqui já temos a proposta de um primeiro núcleo de convocações do pessoal do setor, e faremos também, claro, visitas técnicas, que já começam a ser programadas após esta reunião.

A partir dessas contribuições, vamos consolidar o plano de trabalho para votação na próxima reunião, o qual sendo distribuído a todos os membros da Comissão.

Se o Presidente Jean Paul quiser avançar ainda mais e houver consenso entre os demais membros, podemos votar ainda hoje algum requerimento de audiência pública para aproveitar o quórum. Dessa forma, poderemos dividir a próxima reunião em duas partes: a primeira para votação do plano de trabalho, e a segunda para avançarmos nos debates.

É isso aí, Sr. Presidente. É um resumo muito breve do plano de trabalho, que tem 37 páginas e está aí à disposição dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Sr. Relator.

De fato, nós acabamos de voltar justamente da COP 26 e de outras discussões na Dinamarca e Noruega. Quero comentar rapidamente como nós temos países e gestores mundo afora que invejam a condição do Brasil pela diversidade e pela dimensão das fontes energéticas que nós temos a nossa disposição, renováveis e não renováveis – porque agora inclusive temos também gás natural, enfim, em profusão. Esse problema é aquele velho problema da seleção brasileira: quem escalar e em que posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um bom problema, mas é um problema e exige muita inteligência e muita capacidade de gestão e de diálogo, porque cada uma dessas fontes têm negócios por trás, têm grupos, têm investidores, têm interesses. Então, não é fácil manejar, como quem maneja um trilho ferroviário para cá e para lá; é uma coisa bastante complexa. E esse é um dos papéis justamente da Comissão. Essa parte final, de como garantir modicidade tarifária e como garantir segurança energética ao mesmo tempo, dispondo de todas as ferramentas e recursos que nós temos, é de fato um desafio bastante grande.

Quero alertar também que, apesar de certa tranquilidade pluviométrica, o mérito e a necessidade desta Comissão persistem em igual importância, porque nós, desde o primeiro momento, não nos propusemos apenas a analisar um caso específico, pontual, mas um problema, como o Relator mencionou desde o início, recorrente – nós temos tendência à recorrência em crises hidroenergéticas –, justamente em função da necessidade de gerir essas novas fontes que estão disponíveis para nós e que têm toda a cadeia, como eu disse, industrial, comercial e operacional por detrás.

Gostaria de comunicar aos Srs. Senadores a abertura de prazo – nós não vamos votar o plano de trabalho hoje, vamos abrir um prazo – para encaminhamento de sugestões e comentários ao plano de trabalho. Então, o prazo nós estamos estabelecendo até o dia 22 de novembro, próxima segunda-feira portanto, às dez da manhã. Então, o prazo para comentários, sugestões ao plano de trabalho é até dia 22 de novembro, às 10h da manhã. É a próxima segunda-feira.

Vamos aos requerimentos. E eu vou me permitir, aceitando a sugestão do Sr. Relator, também colocar um requerimento extrapauta, que seria o da primeira audiência pública aqui, de autoria do próprio Relator, Senador José Aníbal.

O Requerimento nº 2...

Há dois requerimentos de informação já acordados com o Ministério de Minas e Energia.

2ª PARTE

ITEM 1

REQ 02/2021-CTECRHE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, informações referentes à atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1055, de 2021.

Autoria: Senador Jean Paul Prates

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, base importante para o nosso trabalho – as informações em relação à atuação da Creg.

E o Requerimento nº 3/21, desta Comissão.

2ª PARTE

ITEM 2

REQ 03/2021-CTECRHE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, informações sobre o processo decisório que antecedeu a edição da Medida Provisória nº 1.055, de 2021, que instituiu a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

Autoria: Senador Jean Paul Prates

Esses dois requerimentos somam-se ao requerimento do Senador José Aníbal, na condição de Relator desta Comissão.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

Requerimento Nº , de 2021

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar o cenário atual do Setor Elétrico, em virtude da Crise Hidroenergética. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• o Senhor Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE);

• o Senhor André Pepitone, Diretor-Geral da Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• *o Senhor Luiz Carlos Ciocchi, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS);*

• *o Senhor Rui Guilherme Altieri Silva, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).*

Autoria: Senador José Aníbal

Pergunto se algum Senador deseja encaminhar a votação dos requerimentos apresentados. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar, comentar, coloco em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2020, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quinze minutos do dia doze de março de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jorginho Mello e Leila Barros, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Marcos do Val, Paulo Paim, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Eduardo Girão e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Audiência com os Srs. Ricardo Albacete e Marco Rocha Venegas, convidados nos termos do Plano de Trabalho da comissão. **Participantes:** Ricardo Albacete, Proprietário da aeronave e suposto sócio oculto da empresa LaMia; e Marco Rocha Venegas, Sócio-proprietário da LaMia. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 30 de 2020** que "requer que seja convidado um representante da Secretaria da Fazenda do Ministério da Economia." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello

Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2020/03/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, a comissão técnica e a diretoria da Chapecoense, assim como dos familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas naquele acidente, e também investigar e identificar os motivos pelos quais os familiares ainda não receberam as devidas indenizações.

A presente reunião tem por objetivo realizar audiência com: Ricardo Albacete, ex-Senador da Venezuela, proprietário da aeronave e suposto sócio oculto da empresa LaMia; Marco Rocha Venegas, proprietário da LaMia.

Ainda está prevista uma segunda parte para deliberação e apreciação de diversos outros requerimentos.

Solicito ao Sr. Ricardo que tome assento à Mesa, bem como seja ajustada a participação, em videoconferência, do Sr. Marco Rocha Venegas.

Esclareço que, nesta audiência pública, a palavra será franqueada ao convidado, para expor por dez minutos. Após, farão uso da palavra o Relator, o Presidente e os demais membros da Comissão, na ordem de inscrição, podendo interpelar o convidado.

A Presidência esclarece que a Sra. Loredana Albacete também foi convidada para estar nesta audiência pública, mas, por recomendação do seu advogado, recusou esse convite, inclusive optando por não participar da videoconferência. No entanto, a convidada se colocou à disposição para responder perguntas escritas eventualmente enviadas por esta Comissão.

Antes de passarmos a palavra aos convidados, a Presidência gostaria de solicitar de nossos convidados o seguinte. Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito com poderes próprios de autoridade judicial, criada para investigar, no prazo de 180 dias, fato determinado, no caso, a situação referente ao pagamento de indenizações aos familiares de vítimas do acidente. Agradecemos a disponibilidade dos nossos convidados para colaborar com a Comissão.

Saliento que o Sr. Ricardo Albacete, mesmo não sendo obrigado, veio com recursos próprios ao Senado Federal e tem demonstrado grande interesse em contribuir. O mesmo com relação ao Sr. Marco Rocha, que se disponibilizou a contribuir mediante videoconferência. No entanto, é fundamental que todas as informações prestadas por S. Sas. nesta audiência sejam verdadeiras e corretas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, eu pergunto: V. Sa. poderia prestar perante a Comissão, voluntariamente, o compromisso de dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado? Solicito ao Sr. Ricardo se é assim que procederá.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução consecutiva.*) – Sim, eu me comprometo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Passo a palavra... Senador Kajuru, para uma questão de ordem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Rápida questão de ordem. Jamais vou descumprir a nossa disciplina de perguntas pela ordem, mas, Presidente Jorginho Mello, amigo merecedor de meu respeito, assim como também o Relator desta CPI da Chapecoense, das vítimas dessa tragédia, Izalci Lucas, tenho uma informação aqui que não sei se já chegou ao conhecimento dos senhores. Eu vou, assim que chegarem os demais membros desta CPI, deixar uma cópia para cada um.

A notícia é: informo a esta CPI, o que julgo do interesse de todos, pois tem a ver com a empresa que mandou o representante à Comissão na semana passada aqui, aquele cidadão zaino, ridículo, que nos tratou aqui de forma desrespeitosa, pois nada esclareceu, aquele tal de Homburquer – creio que até o hambúrguer dele deve ser estragado –, que, segundo informações divulgadas pela imprensa nesta segunda-feira, 9 de março, a AON Benfield, Presidente Jorginho, segunda corretora de seguros do mundo, vai comprar a Willis Towers Watson, que é a terceira do mundo, e, assim, a AON se tornará a primeira do mundo, superando a Marsh & McLennan, até agora a maior do setor em receita. O valor do negócio, Relator Izalci Lucas: US$30 bilhões, quase R$150 bilhões. De acordo com o que saiu na imprensa, o diretor-presidente da AON, Greg Case, declarou que o negócio torna a empresa mais capaz de atender as necessidades dos clientes.

Então, a gente torce para isso, para ela atender de fato as necessidades dos seus clientes. E, se pode fazer um negócio valendo quase R$150 bilhões, a AON, agora a maior seguradora do mundo, não tem argumento nenhum para deixar de cumprir os seus compromissos com os familiares das vítimas da tragédia da Chapecoense.

Esta CPI tem a obrigação de cobrar, e sei que assim agirá, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Passo a palavra ao nosso Relator Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPIChape se reúne no dia de hoje para tomar o depoimento, então, do Sr. Ricardo Alberto Albacete Vidal, que é o nosso proprietário da aeronave que, infelizmente, caiu no dia 29 de novembro de 2016, na Colômbia. Ouve também o Sr. Marco Antonio Rocha Venegas, sócio da Companhia Aérea LaMia Corporation.

De acordo com os autos, a LaMia Corporation, empresa sediada na Bolívia e que operava a aeronave CP2933, é causadora direta do acidente aéreo, uma vez que a tripulação foi negligente e imprudente, pois tinha plena consciência do baixo nível de combustível e, mesmo assim, resolveu realizar o voo até o aeroporto de destino, sem reabastecê-lo. De outro modo, o Sr. Ricardo Alberto Albacete Vidal entende que a Aerocivil, órgão colombiano de controle aéreo, com a sua sistemática falha nos diferentes serviços de administração, controle, inspeção, certificação, segurança e controle aéreo, contribuiu e foi determinante para a ocorrência do acidente com a aeronave da LaMia, CP 2933.

Feito esse registro inicial, eu devolvo, então, a palavra ao Presidente, para que, após a manifestação inicial dos depoentes, eu possa dar início aos meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Concedo a palavra ao convidado Ricardo Albacete. O senhor tem a palavra.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Muito bom dia.

Meu nome é Ricardo Albacete Vidal, eu nasci na Venezuela e tenho dupla cidadania espanhola. Eu fundei a empresa aérea LaMia já faz dez anos.

Eu não quero perder tempo aqui explicando tudo. E, se vocês quiserem, eu posso explicar, não tem problema, mas eu gostaria de ir diretamente ao que é mais importante, mais concreto, no que vocês estão interessados, estão procurando, e eu estou aqui para responder. Então, tratarei de responder todas as questões; eu tratarei de responder aqui e explicar a situação do problema; utilizarei o tempo da maneira mais adequada possível.

Inicio aqui dizendo o seguinte: eu segui com atenção as decisões desta Comissão e eu felicito o Senado brasileiro por esta iniciativa. Primeiramente, eu me lembro que o Senador Amin, eu creio que estava aqui, perguntou a alguns dos convidados, que eram de *offside*, se eles tinham o registro, por WhatsApp, que havia sido feito da primeira viagem feita com a Chapecoense. E eu, sim; eu tenho aqui e gostaria de entregar aqui neste ato. Eu vou apresentar alguns documentos. Se vocês entenderem que é conveniente, eu vou fazer essa juntada de documentos. Aqui eu tenho o convite.

Eu gostaria de dizer o seguinte: o primeiro contrato de seguro que eu fiz, quando adquiri os aviões da empresa Air France, no ano de 2010, 2011, a compra foi feita de quatro aviões, porque, naquele momento, nós não tínhamos nenhuma autorização para operar, estávamos bem no começo das gestões do registro da operadora da Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós somente compramos os aviões quando nós temos o contrato que... A empresa filial da Air France assinou conosco um contrato de cooperação técnica até ponto... O Sr. Reagan, que era o CTO da Air France, era o chefe da operação... Eu nunca fui CEO nem da minha própria empresa, porque eu não sei e nem sabia... Agora eu sei um pouco, mas ainda tenho que aprender muito sobre esse assunto. E ele foi o CEO, e sempre a LaMia... Quando era LaMia Aruba, quando era LaMia Margarita, que foram três etapas que sucederam na Venezuela... Sempre houve alguém diferente de mim encabeçando a operação de registros. É que eu não sou um especialista na matéria, nem tenho habilitação ou qualificação para isso.

Existem leis, normas e regulamentos que regem a matéria da aeronáutica em todo o mundo que exigem que as pessoas que vão operar ou que façam alguma gestão do ponto de vista operacional tenham licença e tenham acreditação nos órgãos para que possam operar. Eu nunca tive e, por esse motivo, nos primeiros anos foi um senhor irlandês que esteve à frente da operação. Depois esteve um capitão, Vital, quando a operação estava em Margarita. Depois, em Aruba, já foi outra pessoa, um tal de Natan. Eu não me lembro da pessoa, também era holandês, encarregado do negócio.

Eu digo tudo isso porque, naquele momento, quando compramos a aeronave, a Air France, ao assinar comigo... Eu não tenho como registrar as aeronaves, porque eu não tenho como matriculá-las, e o acordo, o contrato, dizia que a aeronave ficaria alugada pela Air France. Ou seja, no primeiro ano e meio ficou alugada para a Air France por um euro ao mês. E elas se mantiveram sob o controle e vigilância da empresa KLM Norwich, que é a KLM-Air France, elas são sócias nessa operação, a operação aeronáutica.

Nesse formato estiveram dois ou três anos, e eu tive que voltar a pagar para que fizessem a manutenção, mesmo sem ter voado, porque as normas exigem isso. Isso foi consumindo uma quantidade grande de recursos. Isso não tem... Vocês não têm esse documento porque a apólice foi feita pela própria Air France. Eu gostaria que vocês tomassem nota, porque vocês me dão as instruções aqui caso tenham que me passar alguma informação.

O Sr. Graham Bailey – depois eu posso passar os dados exatamente – foi a pessoa que, pela AON Risk, em Londres... Foi a seção dela que nos atendeu, porque Graham Bailey era o corretor da AON para a Air France, ou seja, que o avião inicialmente esteve assegurado pela apólice da Air France.

Quero apenas fazer uma menção muito rápida aqui... Não foi aprovada a operação dela duas vezes, na Venezuela e em Aruba. Não foi aprovada porque o ministro do sistema aéreo me pediu a participação e, quando eu fui Senador, eu decidi nem seguir candidato por conta do nojo que eu tomei por tudo aquilo que estava acontecendo no meu país. Assim, eu não aceitei. Eu não aceitei jamais nada, nenhum tipo de envolvimento com corrupção. E vocês sabem, vocês imaginam o que acontece no meu País. Por isso, esse mascote chavista... Vocês imaginam a estirpe.

Bem, eu tenho todos os detalhes, todos os nomes. Eu posso dizer e não tenho absolutamente nenhum medo, nenhuma necessidade... Acho que isso nem vai ajudar. Depois, se quiserem, quando acharem conveniente, eu posso dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Aruba aconteceu algo que não é por corrupção. Mas existia outro venezuelano naquele momento que estava tentando registrar uma companhia aérea em Aruba, que havia apresentado outra solicitação. Então, esse senhor estava com muitas dívidas e me ligou o ministro do turismo de Aruba, que, em virtude daquele comportamento, eles precisavam que eu depositasse os seis meses de despesa de antecipação. E isso sem eu ter nenhum passageiro. Isso significa U$4 milhões, e queria que pagasse tudo para que não acontecesse a mesma coisa que aconteceu com o outro venezuelano, concidadão.

Eu fui assessor de vários ministros da economia, eu fui Senador. Atuei na seção de finanças e fui assessor de uma empresa chinesa na África durante dois anos e meio...

Agora até esqueci o que eu ia dizer. Deixe-me ver se me lembro.

Lembrei. Vamos lá.

Alguém me ligou de Margarita, um ministro amigo meu: "Estou assessorando aqui o governador de Margarita. M é de Mérida e é de Margarita também. Assim, nem alterei o nome da empresa. É uma pessoa muito simpática e chegou até mim. "Então, vamos lá, vamos começar de novo". Porque eu tenho um coração venezuelano, eu sou de bom coração, eu tenho vontade de fazer. "Então, vamos lá. Vamos começar a fazer as coisas". Eu já tinha chegado ao final, e nos negaram, porque não tivemos a competência para fazer. Não porque éramos ruins, porque éramos uma empresa ruim; não nos deram o registro. Não tem nada a ver com isso. Agora, a LaMia era uma empresa muito séria, muito bem formada e cumpria todos os requisitos exigidos. E mesmo porque era a empresa mais segura do mercado venezuelano. E assim foi reconhecida por todas as autoridades da Venezuela.

Mas, claro, eu não me dispus a pagar ali os 20% de corrupção, de propina para o oficial. Infelizmente, então, me mandaram suspender. Quer dizer que, quando suspenderam pela terceira oportunidade, a segunda vez lá na Venezuela, juntamente com esse meu amigo, o chinês, a quem eu me ofereci para que ele trabalhasse comigo. Ele trabalhou num país que falava português, na Angola, lá na África, São Tomé e Príncipe, todos esses países que falavam espanhol – espanhol e português são muito próximos –, e ele tinha muita confiança comigo. Eu gostaria de viver na Venezuela, mas quando a situação ficou assim e todo o meu patrimônio já estava comprometido naqueles aviões, então eu fui falar com ele e disse para ele: "Ó, eu já não dou conta mais de levar adiante com esses aviões, eu já gastei uma fortuna e já perdi meu patrimônio todo". E ele me falou: "Ah, então vem trabalhar comigo, e eu vou comprar os aviões e a gente segue junto".

Assumimos um compromisso, então, naquele momento, e então, naquele momento, quando tiram de mim a oportunidade, tiram a licença, tiram a oportunidade de operar o avião na Venezuela, naquele momento então me ocorre que eu tinha contratado já os pilotos da Bolívia – da Bolívia porque era o único país, ademais do Peru, que tinha pilotos com experiência com esse tipo de avião. Você não pode contratar um seguro; o seguro da aeronave não é feito se você não tem um piloto com duas, três ou mil horas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência. E esse foi o caminho que eu encontrei. Inclusive eles ajudaram muito no projeto lá de Aruba e no projeto de Margarita.

E quando chegou o momento de fazer outro serviço, quando fizeram o serviço na Inglaterra e depois na Venezuela... E cada vez tem que fazer o serviço outra vez. E disseram para mim que o melhor era fazer a manutenção lá na Bolívia porque a Força Aérea da Bolívia poderia fazer. E aí eu mandei. Quando os aviões estavam lá na Bolívia, aí ocorreu esse problema na Venezuela e nos tiraram a matrícula lá na Venezuela, quando esse ministro, num ato bárbaro, decidiu basicamente tirar o nosso passaporte, a cédula de identidade. E foi por isso que os aviões ficaram lá na Bolívia sem nenhum tipo de matrícula, sem nenhum tipo de licença, e legalmente nós não tínhamos nem como, nem sabíamos como operar.

Eu falei com a Força Aérea da Bolívia, e ela nos deu uma saída, de assinar um contrato conosco para que os aviões ficassem lá na Bolívia como se fossem de exposição. E eu dizia: "Não, não, eu já vendi, os aviões já não podem voar...". Eu dizia: "Eu já posso, já vendi, então eu não quero mais mexer com isso". E eles disseram: "Não, ele não pode nem voar mais".

Então os pilotos da Bolívia já tinham voltado para a Bolívia, eu seguia pagando para eles os salários, porque eles estavam ali cuidando dos aviões, mas, pelo fato de eles não terem que voar, então estava ficando mais barato para mim. Eles me ligaram e disseram: "Olha, eu não tenho uma solução". Então o que se resolveu, o que surgiu naquele momento foi a criação de uma empresa, e nós nunca poderíamos fazer isso se não tivéssemos o avião disponível. "Você segue, continua terminando de fazer a manutenção dos aviões e depois você vai fazer as entregas lá na África, e nós continuamos aqui com os outros aviões. É a maneira de manter os aviões aqui, porque de outra forma a gente não vai conseguir fazer". E eu falei com Aruba, e Aruba disse que não poderia nem receber os aviões de novo para poder matriculá-los outra vez.

Foi nesse contexto que surgiu esse acordo, em que os aviões foram alugados para uma empresa com outro nome que não era o nosso, que foi registrada na Venezuela, que tinha a mesma cor de Santa Cruz de la Sierra, que era de onde eles iam operar, e, ademais, era muito mais econômico.

Todas as normas de aviação são regidas por um acordo sul-americano que envolve todos os países da América do Sul. Todos esses livros, todos esses adornos, todos esses manuais que estavam nas bolsas, tudo isso estava lá com a LaMia, com este nome LaMia.

Assim, eu tinha esse sonho. E eu já nem tinha mais esse sonho. Se vocês quiserem dar sequência a isso, muito bem, vocês podem ir adiante!

Eu recebi, então, os depósitos das vendas de US$2,2 milhões. Isso serviu para pagar a manutenção, para comprar o trem de pouso, para comprar as peças, para que se possa voar, para que se possa matricular, para depois serem levados para a África.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso aconteceu, não sei bem quando foi. Em 2014 ou em 2015 eu acredito que isso tenha ocorrido.

Assim é que, tendo então o certificado de operador e da matrícula da aeronave, já havia um avião na Inglaterra que também estava pronto. Dos aviões, eram quatro na Inglaterra.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Sr. Ricardo, por gentileza... O seu tempo já se esgotou, e eu prorroguei por mais cinco minutos.

Agora eu quero registrar a presença de Marco Rocha Venegas, que é sócio-proprietário da LaMia, que está em videoconferência conosco. Quero lhe agradecer.

Pergunto a ele: o senhor assume o compromisso de dizer a verdade no que souber ou no que lhe for perguntado? (*Pausa.*)

Sim? Muito bem!

Peço que o senhor aguarde. Agora os membros da Comissão e o Relator vão fazer perguntas ao Sr. Ricardo. Depois, nós voltamos a falar com o senhor. Eu agradeço a sua disposição.

Com a palavra o nosso Relator Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu segmentarei, então, meus questionamentos por blocos de temas de interesse da investigação da CPI da Chapecoense.

No primeiro bloco, vamos falar sobre a participação da Aerocivil (Unidade Administrativa Especial de Aeronáutica Civil), da Colômbia, e de agências reguladoras.

De acordo com os autos, V. Sa. é parte de Ação de Reparação Direta em face da Aerocivil. Eu pergunto: V. Sa. poderia fazer um resumo sobre os erros cometidos pelos controladores aéreos do aeroporto de Rionegro, na Colômbia, no dia do acidente?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Sim, pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Seria um resumo sobre os erros cometidos pelos controladores aéreos. V. Sa. tem conhecimento disso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pode fazer um resumo sobre...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Como não?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... onde é que está o erro? Pode perceber alguma coisa...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Vamos lá! Os erros são muitos. Os aviões não caem em razão de apenas um erro, mas caem em razão de muitos eventos que acontecem ao mesmo tempo. O avião legalmente entrou na Colômbia; quem diz "legalmente" é a autoridade e também o seguro. Quando o avião entrou na Colômbia, deram a ele uma permissão que nunca deveriam ter dado. As autoridades colombianas, primeiro, fizeram mal em autorizar o voo saindo de Viro Viro para Medellín e Rionegro.

E logicamente, segundo a lei colombiana, nenhum avião pode decolar ou sair de algum aeroporto, que seria o último aeroporto, que seria o aeroporto internacional, sem a autorização da torre de controle. Isso foi pedido e foi um dos problemas que surgiu para que o avião saísse tarde: a autorização da Colômbia; e foi quando foi suspenso, eles suspenderam a aterrissagem ou a conexão em Cobija.

Portanto, em Cobija, ainda não havia esses tipos de equipamentos de iluminação em operação. Então, foi tomada uma decisão e eu não estava nesse momento, não tenho conhecimento de como foi tomada essa decisão. Mas o capitão da aeronave tomou a decisão juntamente com a aprovação das autoridades bolivianas. E com a aprovação final da autoridade colombiana, o avião decolou desde o seu último ponto do aeroporto de saída, neste caso, Biro Biro e não Cobija, como foi dado a essa estrutura inicialmente. Também o governo da autoridade colombiana o autorizou.

O avião, então, entrou no espaço aéreo colombiano e, bom, parecia que ele estava esperando se poderia entrar até Bogotá, mas não sabemos o porquê e não sei exatamente por que negaram a sua entrada aí, eu não entendo bem, mas de fato eles se decidiram diretamente a entrada a Medellin, ao espaço de Medellin, porque ali nós tínhamos um avião de outra empresa, que se chamava Leaver, que se chama, na Colômbia, e que voltou na rota que se chamava San Andrés. E ali, a efeito disso, havia uma suspeita de que era uma fuga de combustível, ou seja, escapavam-se os combustíveis.

Ali nós tínhamos um espaço de controle aéreo de Medellin e lá o avião aéreo comunicou à controladoria que já não tinha nenhum tipo de inconveniente. Obviamente se verificava que não tinha nenhum tipo de escape de combustível, mas ele pedia que se voltasse a Medellin por conta de gastar um combustível em relação a essa atitude.

Bom, por algum motivo, a senhora controladora Molina decidiu que o avião estava em emergência, quando na verdade ele não tinha pedido nenhum tipo de emergência, urgência, claramente, na nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terminologia da aviação. E aplicou todo o protocolo de emergência ali. E claro, quando nós chegamos ali em LaMia e encontrando ali a comunicação, ele faria; no entanto, quando se aplica a emergência, se eu tenho uma medida de emergência, é claro que eu vou ter que fazer. No entanto, o que foi dito é que se pudesse fazer ali algumas voltas, que o fizesse.

Então, nesse momento entrou um novo avião, de outra companhia de que eu não me lembro o nome, e também outra. E eles passaram ali a fazer voltas. Infelizmente, a tripulação de LaMia não insistiu com a operadora, com o controle aéreo, e não disse como emergência, de antemão, e prosseguiu fazendo os minutos de espera, nessa atitude aérea controlada de Medellin. E o que aconteceu é que quando a senhora, por algum motivo, disse que tinha um problema de combustível, e ela disse que teria prioridade, claro, sim, eu tenho isso aqui. Eu vou inclusive...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – A tripulação do avião pediu, informou que estava em emergência, ou não?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, claro que sim.

Veja, aqui há uma gravação que os advogados, os civis... Não sei como dizem exatamente. Primeiro, que o avião não se destruiu, quer dizer, não está constando que o avião estava danificado. Isso é uma questão intuitiva, porque nós estamos falando de vida humana. Quer dizer, eu não gosto que um representante do Estado colombiano vá a um tribunal e diga: "Bom, para nós não estava constando nada de que o avião tinha defeitos." Quer dizer, sim, sim, eu vou pedir que me entregue essa documentação se os últimos 10 minutos, não somente emergência, mas também eles pediam prioridade. Temos que fazer o seguinte: eu acredito que com isso foi colocado algo que antes não tinha sido colocado, quer dizer, a urgência foi pedida cinco minutos antes do que aconteceu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Essa declaração de que houve a informação da emergência não é uma questão mansa e passiva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, por isso que eu pedi aqui o documento.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Aí está a gravação e, outra coisa importante, eles, sim, pediam prioridade. A prioridade, quando você entra no manual de operação e você vê como se estabelece isso, isso é antes da emergência. Então, por tal motivo o outro avião, o avião de Viva Air tinha pedido também prioridade, mas não era emergência, ele já tinha aterrissado. Quer dizer, então o que disse a senhora? "Eu tenho que observar se tem combustível na pista." "Mas que combustível, senhora?" Dá para compreender? Ali criou-se um protocolo de emergência onde não existia, ou seja, havia um protocolo de urgência que não havia... E aí estava a declaração dizendo oficialmente que ele nunca entrou em estado de emergência. Quer dizer, quando o avião de Viva Air já tinha aterrissado, ele pediu para o avião de LaMia aterrissagem, para saber se tinha algum tipo de combustível na pista, esse poderia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser o problema, apesar de que o avião de LaMia também tinha pedido outras prioridades, mas não é dada a prioridade. Quer dizer, ali eles dizem um avião para entrar na fila do lugar do outro.

Então, desculpe, eu sou um homem sério já um pouco aqui tentando entender a situação. Eu queria entender por que que esse senhor que não tinha nenhum tipo de emergência poderia ter a prioridade. Não dá para entender isso, é algo que nunca foi feito em antemão e que a lei o proíbe. Quer dizer, quando nós temos pouco combustível, você então inclina o avião acima de cinco graus e ali você pode colocá-lo. O que aconteceu é que a Avianca estava esperando, colocou abaixo e ele vai descendo, ele foi descendo, descendo da altura e ali ele deu o pedido de prioridade e não LaMia. Quer dizer, o que aconteceu? A senhora não deixou entrar a voz do piloto da LaMia e ali o piloto da LaMia disse: "Bom, e agora, vou ter que colocar aí." Ele foi praticamente para cima do avião da Avianca. Quer dizer, ali o que aconteceu? Foi um ato de desespero dele.

Contudo, ali se ouviu que o piloto, ele vai meio que colocando o avião ali. E, no meio de tudo isso a senhoria disse: "Bom, negativo, voo para a pista" e foi. E ali, de base, se coincide de não ter muito combustível, tinha pouco combustível e eu posso mandar o manual que diz isso. Ao inclinar isso, as asas do avião onde estão os combustíveis, ele foi assim, adiante. E ali, quando ele voltava, então já se danificou. Quer dizer, o avião não estava sem combustível, mas ele não ficou sem combustível. Ele tinha pouco, mas não ficou sem combustível. Foi aí que ele perdeu o controle das asas. Então ele não fez o que deveria ser feito corretamente.

Desculpem, mas, nesse caso, foi o piloto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO ALBACETE (*Tradução simultânea.*) – Não, estou terminando de dizer. Se o senhor me permite, por gentileza. Esse é o maior esforço. Eu estou aqui com a maior intenção, com a maior das intenções.

Bom, esse senhor fez essa operação. E ele a fez por quê? Por duas razões: porque ela deu a prioridade a outro avião, e ele fica totalmente chateado, digamos.

Se nós vamos pensar em 0,1 mil, nós temos uma montanha que estava a 1.000 pés. Ali nós temos um controle de 1.000 pés. Veja, o.k.

Inicialmente ele disse: "Dobre à esquerda 10 graus e depois vire à esquerda". Como? Como à esquerda? Se ele vira à esquerda, ele vai ter que dar a volta assim e voltar para dez. Não! Vire à direita 0,1, zero.

Inclusive, ela cometeu um erro de direção, porque ela disse: "Corrija; corrija; três e cinquenta à esquerda". Quer dizer, dez graus para o outro lado. Ele não disse: "Corrija". Ela disse: "Capitão, três e cinquenta à esquerda". Quer dizer, o senhor disse: "O que eu estou fazendo? Estou descendo a dez pés, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

outro já está quase chegando na terra. E agora, o que eu vou fazer? O avião que está aí abaixo está perto da pista, já está mais perto, então, nós vamos ficar no escuro?". Nós ficamos sem equipe, sem equipamento, sem nada, ficamos somente com a questão da orientação, aonde ele pode ir. E a única pessoa que fica na terra, no Planeta Terra, é essa senhora que estava aí na comunicação. O único que ele podia ver era essa pessoa. E ele foi subindo ou descendo e tinha vetores, vetores e vetores. E ali ainda dizem que é um determinado tipo de designação que deveria determinar os vetores, mas ele vem por tal... "Vire a tantos graus para que você possa entrar na pista diretamente." Mas, olhem, ali nós temos um obstáculo. Não é tanto, mas pode se colocar em posição... Mas não! Ninguém disse sobre os vetores.

Bom, para ser um pouco mais curto, ao final de tudo isso, a senhora disse: "Capitão, o senhor está a 0,5 milhas". Quer dizer, uma milha seria 180m, daqui para a porta. Você sabe quanto tempo demora para essa velocidade? Segundos. Três ou quatro segundos talvez.

Então, depois que ela disse que já estava aqui, onde tinha montanha, e, depois, onde ela já estava vendo ali a parte mais plana, que seria mais baixa, ela poderia dizer: "Capitão, você está a oito vírgula um pouco, 8,2 de pista, ou seja, 2.000 pés sobre o terreno, a sete mil pés do terreno". Quer dizer... É quando ele vê as luzes. Mas que luz ele está vendo? A luz do aeroporto? Serão as luzes da pista, do início da pista? Mas não eram as luzes da pista. Eram as luzes que estavam ali, do bordo. Porque essa senhora, essa senhora se equivocou em duas milhas, e ele não sabia mais onde estava. Ele sabia a altura, mas não sabia onde estava diretamente na pista. E a senhora dizia: "O senhor está a duas milhas de diante de onde você pode pousar". E ele não podia ver, porque as únicas luzes que estavam ali eram as luzes da pista do aeroporto.

Então, o que ele fez, esse senhor? Procurar, procurar, procurar a pista. No entanto: "Eu estou agora, já... Não tenho mais potência, já estou passando da pista..." Passou por cima das luzes, procurando a pista... No entanto, ele disse: "Jesus! Cheguei". Porque é isto que eu digo – e sustento isto –, que a Sra. Molina os matou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Então, no entendimento de V. Sa., havia, então, combustível suficiente para um voo seguro, incluída a reserva técnica prevista nas normas de aviação? O entendimento seu é esse, então?

Dr. Ricardo...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Perdão. Desculpe-me. Eu não estava ouvindo. Desculpe-me.

Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Estou dizendo que, no entendimento de V. Sa., havia combustível, então, suficiente para um voo seguro, incluída a reserva técnica prevista nas normas de aviação. Havia combustível suficiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não. Não havia. Havia pouco combustível. Não cumpriam, exatamente, com as regras de aviação, mas havia pouco combustível. Infelizmente, eles não seguiam as regras aí, no meu conhecimento, porque eu acho que...

Eu tenho a minha opinião também, particular, mas eu quero dizer uma coisa: quando nós vamos aterrissar, se você está no avião, você coloca os motores e, então, ali, coloca "zero" no motor, e ali você coloca, digamos, um modo neutro, porque ali você está descendo, então você tem uma potência única da ANS. Quer dizer, você tem uma altura, velocidade, sem potência, e chega à pista.

De fato, o que os aviões fazem para aterrissar é planejar. O avião poderia, então, aterrissar, mas quando ele dizia "14,5 ou 15,5 milhas náuticas do aeroporto", que são nada na aviação... Estavam a 16 mil pés, e ela manda descer a 10 mil pés. "Então, olhe, capitão, o senhor pode ir por norte, 360, à pista que está ali, à frente. Pode continuar, pode vir diretamente, porque vou acompanhando". Quer dizer...

Nós, no juízo, vamos pôr aí um vídeo, onde temos um lugar para simuladores de voo, onde um especialista nisso vai mostrar que esse avião, quando estava a 16 mil pés, poderia chegar e passar por cima da pista e dar uma volta, para reconhecimento de voo. Então, ali nós temos um voo sem combustível praticamente, quando eles estão aterrissando. E ali, quando há altura suficiente para entrar até o início da pista, infelizmente, a senhora ignora esse procedimento e manda que ele vá às montanhas, e dê a volta, e que gire, e que... Bom, ali há um aparelho como se fossem luzes de Natal, aquelas luzes brilhantes, e ali foi o que ela fez, mandou que ele tivesse o piloto automático. Mas para que o piloto automático, se ele já estava desligado? Quer dizer...

"Eu estou desligado praticamente, eu estou sem combustível, sem nenhum tipo de equipamento...". O avião já estava praticamente apagado. Então, ela manda para que venha acima dessa área... Ali para quê? Para tirar uma foto, porque o avião já não tinha mais comunicação com a central de bordo.

Então, todas essas coisas fizeram com que, infelizmente, todos esses erros que cometeu, anteriormente, a senhora colocasse todo o erro. Infelizmente. Se fosse feito diferente, a tragédia talvez não fosse esse escândalo. Esse avião talvez não tivesse aterrissado.

Eu conhecia os articulantes, ou seja, os tripulantes, e ali, infelizmente, foram intrépidos, audazes, e, nesse dia, infelizmente, eu considero como se fossem – desculpa – idiotas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Confirma que a LaMia realizou 13 voos para a Colômbia...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... apesar da cláusula de exclusão geográfica da apólice? Por que razão autoridades colombianas receberam esses voos? Foram 13... Primeiro, quero saber se o senhor confirma isto: se houve 13 voos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Apesar da cláusula de exclusão geográfica da Colômbia?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, sim. Mas não somente fizeram voos de Colômbia, mas fizeram voos do Paraguai também, ou seja, no Paraguai... O Paraguai, eles deram autorização para ir à Colômbia, para um voo do time de Assunção, que foi a Barranquilla, para aterrissagem em Cobija. Na Venezuela, deram uma autorização para ir à Colômbia, com o time de La Vinotinto, ou seja, o time da Venezuela de futebol.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que o senhor acha que as autoridades autorizaram isso? Porque não tinha... Excluíram a...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – O destino.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não. Na verdade, os brasileiros também o fizeram. Os brasileiros também o fizeram. E, mais, fizeram, digamos, diretamente, porque, quando chegam as autorizações, que não somente chegam para trazer a equipe... O time do Messi, por exemplo: nós temos aí uma negociação entre o Brasil e a Argentina, onde nós temos uma liberdade a qual o avião tem a terceira viagem. Entre países A e B, eles têm isso aí diretamente negociado. No entanto, a Anac, quando chega... É claro, é eles que dizem isso. Quando inclusive um que estava aqui e que ouvi diria que estaria aprovado e que o voo seria o voo que seria continuado como aprovado. E aí vão dizer se vão aprovar ou não. Então, o que entra é que a Anac nunca disse, apesar de que para que se solicite uma autorização da Anac para ir de um ponto A para B, com tal escala, tem que cumprir com os requisitos, e os requisitos já estão na apólice de seguro. Então, o segundo requisito... O primeiro é autorização; o segundo é apólice. Então, a Anac não fez isso, não fez a revisão disso. Não revisou Paraguai, nem Argentina, não o Brasil, nem a Bolívia, e muito menos a Colômbia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu vou perguntar a V. Sa. sobre isso daqui a pouco.

As autoridades colombianas foram omissas e coniventes com as operações irregulares da LaMia? Poderia desenvolver esse raciocínio? Eles foram omissos então?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, totalmente. As autoridades colombianas são cúmplices disso, cúmplices. E não somente cúmplices porque permitiram, mas também cúmplices por terem conivência por Brasil e também desde a Bolívia de também ocultar tudo que foi realizado para esses voos. Cenipa, porque quando participou das pesquisas junto com a que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chama... Como se chama...? A Aerocivil. E também aos membros que são da comissão investigadora. A comissão investigadora de Senadores diz em uma das páginas – e aqui estão todos os documentos, e quando vocês quiserem consultar aqui estará e vai estar aqui também a apólice de seguro de US$415 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É isso que eu ia perguntar: qual a sua avaliação da investigação conduzida na Colômbia? Houve irregularidades? Pode citar essas irregularidades dessa investigação?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – A investigação vai pela Colômbia por Santíssima Trindade, ou seja, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. A Santíssima Trindade, que são aqueles que fazem as normas, as que gerem os aeroportos. E também, ademais disso... Além disso, são aqueles que pesquisam, investigam, e eles vão então... Na minha família, por exemplo, o meu advogado dizia: *sitan quae.* Ou seja, eu teria vergonha de aceitar isso durante muitos anos. Até que um dia eu decidi pedir e supliquei e vim falar com a família e dizer que eu tinha os documentos e que eu gostaria de ajudá-los. Aqui está Fabian, que o sabe.

E eu vim trazer todas essas questões e dizer: senhores, eu não fiz nada até que apareceu esse tipo de relatório mesquinho, fraudulento, totalmente cheio de armadilhas. É indigno. É um relatório que diz, por exemplo, para que vocês possam entender exatamente o que estão fazendo com os colombianos – claro, com a cumplicidade também da Bolívia –; eles dizem: "O CVR" – que é aquele que grava na cabine, o único que faz a gravação da cabine – "deixou de funcionar quando entrou no espaço aéreo colombiano". Esse, na história da aviação, é o único, digamos, controle que atua dessa forma. O que aconteceu aqui em Brasília foi a 6 mil metros de profundidade, e ali eles diriam que estaria intacto, mas em Cobija o que entrou na Colômbia não gostou de entrar na Colômbia, o Cockpit Voice Recorder. E ele foi o único. Ali, o que diziam esses senhores? Na narrativa de explicar o que foi que aconteceu e que ouvem perfeitamente quando o piloto dizia que havia coisas, passando por Bogotá, e que estavam prontos, ou seja, "vamos diretamente à Medellín". E, quando passavam por tal coisa, diziam outras coisas. E como sabem vocês? Como vocês sabem? Como vocês sabem, os senhores da investigação, que na cabine o piloto comentou determinadas coisas, e não aconteceu nada? Quer dizer, eu uso dos meus direitos, onde nós temos o controle da lei. E não levaram em consideração.

É uma contradição de tamanha magnitude, que nós fazemos a perícia para fazer determinado tipo de juízo, onde nós temos um relatório, onde nós temos um controle que não gravou e, depois, ele disse que gravou? Como é isso? E ele disse isso no mesmo relatório.

Eu diria, por Cenipa ou seja, por carta, onde nós tínhamos uma investigação em que eles, como país, haviam tal como direito, porque as normas eu pedi, e eles diziam "não". Então, houve outros, digamos, fatores, e nem sequer eles me responderam, os espanhóis. Eu sou espanhol. E eu, como espanhol, quero, como dono do avião, quero e tenho direito de que seja realizado isso. E eles me responderam que eles não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderiam tomar a decisão, teriam que ser convidados. E, novamente, eu não tenho nada a ver com o acidente. Isso seriam os países envolvidos: Brasil e, logicamente, Colômbia e Bolívia.

Então, esses senhores estão ocultando... Bom, a Sra. Molina já não continua no mesmo tipo de posto de trabalho. No entanto, nós temos que entender que ali, para fazer esse tipo de fato, tem que ser irresponsável. Ali nós tínhamos a gravação também, do dia 1º de dezembro, dia 30 de novembro, por aí. Nós temos várias gravações que são totalmente distorcidas, podemos dizer. Não sei como. Eu imaginei tudo e fui ali e mudei tudo, ou seja, as gravações são um ato de delito por parte do controle aéreo ao publicar e dar à imprensa isso. Isso está na lei e está proibido, ou seja, é proibido revelar isso em menos... Principalmente de um acidente. E nós víamos nas ruas todas as gravações. Vocês também as ouviram. E ali dizem basicamente como que essas gravações não poderiam ser ocultadas. Ali estão as evidências que foram equivocadas, e ali foram equívocos realizados. E ali, disse Diego, como disse em espanhol, ou seja, assim diz o Diego, ou seja, disse fulano, ou seja, forma culpável como a LaMia, todos são culpáveis, a Aon, ou também todas essas estruturas de máfias que estão governando nesse negócio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu perguntaria a V. Sa. se V. Sa. confirma que a Aerocivil tem uma apólice de seguro de cerca de US$400 milhões para cobrir os erros de seus controladores aéreos?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bom, eles sabem o que fizeram. Eles sabem o escândalo que isso produz, que o Governo colombiano, através dos seus representantes, está tapando um crime com essas características.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se tem esse seguro, por que razão, então, a Aerocivil ainda não indenizou as vítimas do acidente? Quem é o segurador, quem é o ressegurador dessa apólice de seguro?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Aí está dito, aí embaixo, na primeira página, aí está, a Aon.

O que acontece: não sei como começar a dizer isso, desculpem, eu estou falando em casa, sou convidado. Bom, a forma como as companhias de seguros, e resseguradoras, e o mundo da Oaci, que é a Organização da Aviação Civil Internacional, eu a chamo de organização criminal internacional, porque ela trabalha com resseguros. Que explicação tem no mundo que as vítimas de um acidente aéreo que vão sentar na parte de trás, que não tem a ver com o avião, subam, porque as autoridades estatais e os governos, os países dizem: "Subam, porque eu estou olhando, porque eu estou fazendo o meu trabalho; subam!"? E, então, as pessoas sobem e as pessoas morrem; está bom, morrem num acidente. E, então, dizem os países, os que fazem as leis, e estou falando das casas das leis da Venezuela, da Inglaterra, onde se trabalham esses negócios e determinam que não pode haver direitos especiais, que são US$167 mil e colocam preço às pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no Brasil, é menos que isso. Tristemente, porque as famílias não demandam no Brasil. Quando o Protocolo de Montreal estabelece no seu artigo que as famílias podem decidir, demandar onde elas vivem... Isso diz o acordo de Montreal, mas como demanda o Brasil se a lei do Brasil o que faz é uma miséria? E, na Colômbia, eram 25 gramas de ouro, US$1,4 milhão por pessoa. Isso é o que está no Código de Comércio e há umas resoluções, modificações na lei. E, hoje em dia, não chega nem a US$25 mil. Quer dizer, o que era US$1,4 milhão baixou para US$25 mil. E isso no século XXI. Eu não sou advogado. No século de garantias das ações, que nos proteja, que seja em benefício das pessoas, ocorre que na Colômbia se reduz o pagamento por indenizações aéreas a US$25 mil de US$1,450 milhão, que foi para 25 milhões.

Isso é triste, e aqui é muito pouco. Então, claro, as famílias não têm outra que dizer Estados Unidos. Como diz o comandante da Venezuela, ao império... A demandar para que indenize pelos danos punitivos, porque lá as leis protegem eles. Isso é triste, esse espetáculo.

E vou dizer uma coisa para que fique bem clara a imposição aqui. Nos Estados Unidos, esse juiz... Isso, sim, é possível. Isso acontece porque minha filha, que protejo como qualquer filho, é a que vai declarar que ela estava e está em Miami quando assinou o documento. É a única... O fio condutor disso.

E nós, minha família, está para ajudar as famílias. Não nos importa absolutamente mais nada. Quero dizer, é oportuno dizer... O Sr. Stovold, representante de Clyde & Co, me citou – e tenho a citação – a Bogotá. Eu não vou a nenhuma outra parte onde eu possa estar em Bogotá, porque eu não quero... Me citaram em Miami porque... Depois que eu dou todas as armas, depois que eu me presto para isso... Então, agora, me querem acusar e a minha família... Porque essa estratégia que eles utilizam é uma estratégia totalmente indigna, claro, de uma família que está se prestando para ajudar as famílias. Então, agora atacam a minha família e me colocam como se fosse o mau dessa história. A CNN me gravou e agora me coloca em branco em preto, e sai esse senhor passeando pelas tumbas, em azul, como se fosse um herói. Me colocaram a público...

Minha filha não consegue emprego, porque, cada vez que entra na internet, dizem "não, não, essa senhorita não; ela pode ter todas as titulações, mas não vamos dar emprego para ela". Esse, sim, o Stovold, que se reuniu com a minha filha, com o Sr. Neil Darvill, de Aon... Eles, que supostamente representam as resseguradoras, irmão da caridade que vem dar uma migalha às famílias. Esse senhor se reuniu com a minha filha, 13 ou 14 – tenho aqui os documentos –, em Madri, pedindo... E foram a Londres, Aon, e o representante de Tokio Marine com a minha filha... Cremades, advogado nosso, mandou o doutor que fala inglês, para falar com a minha filha. Não me convidaram, então eu mandei dois advogados. E foram para lá e disseram: "Olha Loredana, nós vamos atender esse caso, vamos pagar, mas necessitamos que você declare que você é LaMia Corporation". Nossos advogados disseram à minha filha: "Não, você não é LaMia Corporation, você nunca foi LaMia Corporation, desde o ponto de vista de que atuava como... E você fazia gestões, mas você nem é membro, nem paga e nem recebe salário, você não é nada, você não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode fazer isso." "Claro", o senhor disse a Loredana Albacete, "assina aqui que ela é LaMia Corporación..." E imediatamente nós dissemos "de acordo com a cláusula tal, colocamos assistência legal".

Quem são os amiguitos deles de Londres, o grupo deles? É a máfia. Então, colocavam o advogado deles, e o senhor dizia: "LaMia Corporation tem um advogado que é o mesmo advogado de Aon e é o mesmo advogado de Tokio Marine." E iam montar um teatro e dizer: "Bom, aqui está o dinheiro, mas assinem isso, assinem isso e assinem aquilo".

Eu falei para minha filha: "Você não é LaMia Corporation, você não pode se meter nisso."

Então, claro, esses senhores fizeram assim. O que fizeram quando viram que o galo era eu, disseram: "Estamos em uma reunião e nos vemos na Colômbia." Bom, decidimos não pagar pelo contrato; vamos pagar via um fundo monetário, porque evidentemente nós não fazemos nada com pagar as famílias, uma quantidade X para que depois nos apliquem o convênio de Montreal. É uma demanda posterior nos pedirem que paguemos a diferença, porque os direitos são denunciáveis... Isso como os trabalhadores... Acho que aqui também você pode depois assinar o que quiser, mas depois os direitos são denunciáveis. A mesma coisa com os direitos das vítimas, o acordo de Montreal, de 1999.

Bom, não podemos porque nos sentamos em Bogotá com o Sr. Marco Rocha e demos instruções que não falasse. "Mas você continua falando! Então, olha, aqui o que tem são US$25 milhões, que é o que foi depositado". Não sei qual é a palavra: o que paga, o que se encarrega de pagar, de fechar as negociações. "Então, a família está pedindo de 200, US$125 mil a US$13 milhões, mais do que a gente gastou. Há tensão daqui, os gastos nossos, e vão sobrar uns US$8,5 milhões, e assim pagamos vocês. Mas você tem que se comprometer em não seguir, porque tudo o que tiver essas pessoas..." Eles não sabem nem onde isso iria parar. Isso fez com que as pessoas começassem a falar. Então eu disse para eles: "Bom, primeiro de tudo: eu não nasci para isso. Em toda a minha vida, eu sofri as consequências de não aceitar isso. Eu vou dizer uma coisa: as famílias não vão receber vocês. Eu não vou me prestar a convencer as famílias disso. Eu acredito que o que convém aqui, o que vocês têm que ver é que Aon... Vocês estão falando de 25 milhões, mas não estou vendo um centavo. E há responsabilidades nisso. Então, vamos fazer uma reunião em Londres. Eu estou vivendo em Madri. Vamos fazer uma reunião em Londres e nos reunimos com a Aon e que ponha a diferença desse dinheiro, porque tem que pagar às famílias 150 milhões, US$300 milhões, como era anteriormente. Chegando a um acordo, evidentemente, que Aon coloque a diferença. Ela tem dinheiro para isso."

Bom, eles sabem que eles erraram nisso, não é? E eu tenho as provas aqui de Bisa, que é um *frontings* e cobrou US$1,5 mil. Eles não fizeram nada. Quem fez a apólice foi a Bisa, e eu tenho a prova também. Quem fez foi a Aon; me mandou a cópia. Eu vou buscar aqui e vou dar para que vocês vejam que foi a Aon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui está. Olhem a data: 8 de abril de 2016. Aqui está a Colômbia. Essas são as instruções que dá a Bisa. Quer dizer, quem exclui Colômbia, Peru e põe essa cláusula não é Bisa; é a Aon. Então, eles têm culpa, e você sabe que têm culpa. Então, aqui está. Aqui está a carta que você já tem, a carta onde que diz que vão pagar. Claro, falaram com a minha filha... Quando falam com a minha filha, muda o panorama. Por que mudam? Perguntaram: "Por que vocês disseram que iram pagar e depois não pagaram?" Eles dizem, os palhaços que vieram aqui antes de mim: "Eu não conheço, eu não sei nada, eu não sei como me chamo". Claro! Que vergonha, como diz o Senador... Que não eram brasileiros... O jogador Neto, eu acho que foi o Neto.

Bom, Simon Kaye é o pai da criatura. Aqui está tudo. Eu vou dar tudo isso para vocês. Bom, o senhor, então: "Vamos reunir-nos outra vez em Londres, mas com a Aon, para que a Aon coloque a diferença". É Simon, Simon, Simão em espanhol e Simon em inglês. Simon, como Bolívar.

Deixe-me terminar. Esse senhor disse: "Bom, nos vemos em Londres e eu falo com a Aon". Um dia me liga: "Vamos à Inglaterra". Não vou porque eu tenho um câncer de próstata, operei ano passado. Eu estava em tratamento então e disse: "Olha, eu não posso sair". Eles foram a Madri e disseram... Comigo, com a minha filha, com advogado – que disseram que tinha que estar presente – e chegaram com uma situação, com uma mudança de atitude, dizendo: "Olha, nós não pudemos falar com a Aon, então viemos ver o que você podia nos dizer". O que eu vou dizer? Isso está muito claro, eu entendo que... "Eu não vou fazer uma declaração para vocês, que é o que vocês pretendem. Vocês vêm com uma proposta?". "Bom, é que nesse momento não podemos, porque, claro, nós não falamos com a Aon, então...". "Saio por essa porta e não quero saber mais nada de vocês".

Eu quero dizer que eles estão conscientes, absolutamente, absolutamente conscientes de que eles atuaram de uma maneira canalha, e eles sabem. Foram comprar minha consciência, e eu disse que não. E nas cartas, vocês podem ver todas as cartas: "Olha, ou pagam às famílias ou não vou parar até que isso aconteça, porque eu não posso viver com isso". Alex esteve em pessoa, Alex esteve, e também tinha um magrinho, também da Clyde & Co, que ficou chateado porque eu falei alguma coisa para ele; ele se chateou e disse que Brexit não servia. Eles estiveram comigo dois meses e estiveram com a minha filha também, estiveram com o Marco Rocha em Bogotá e também convidaram o Marco Rocha. Ele pode confirmar. É uma quadrilha, é um bando. E me desculpem se utilizo muito fortemente as palavras, estou disposto a assumir minhas responsabilidades aqui e onde seja. E o que eles querem é deixar de pagar. Todos os anos, em todos os contratos que eu tive, eram US$300 milhões. Eu jamais quis que isso acontecesse.

E me disseram na minha cidade: "Por que comprou um avião com quatro motores, que é mais econômico?". Quatro motores, quatro problemas, porque nunca caiu um avião na minha vida, e eu não me meti nesse negócio senão porque jamais eu quero que aconteça uma coisa como essa, porque a vida é como é. Gastei demais, fiz todas as coisas e me arruinei, com a minha família tenho problemas, na minha casa, claro, porque estou aqui falando sem que eu tenha autorização da minha família. Minha família não está de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

acordo que eu esteja aqui. Eu renunciei a receber, ou pelo menos a ter uma vida mais decente. Não, não, não, eu não vou fazer isso. Sobre os cadáveres das pessoas? Não vou fazer isso. Não vou fazer.

E esses senhores falsificam as verdades. Eu sou realmente um cliente Aon, não na minha corporação; eu sou o dono do avião. Fui eu que contratei eles com esse Sr. Graham Bailey, que vocês têm que chamar e que trabalha em outra empresa. Eu vou dar todos os detalhes. Vocês têm que chamar Simon Kaye e Neil Darvill, da Aon. Vocês têm que... Bom, eu esqueço algumas coisas. Desculpem-me!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Há alguma coisa dizendo que o senhor era muito amigo do Simon ou conhecido.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – O quê?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Em algum lugar, alguém disse que o senhor tinha uma relação antiga, de muitos anos, com o Simon.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, eu tinha uma relação com Graham Bailey, inicialmente. Simon era como um chefe. Aquele com quem eu tinha uma relação era Graham Bailey, que era o coordenador da Air France. Mas ele se aposentou dois anos antes. Inclusive, o penúltimo seguro é de US$300 milhões, que é com Bisa também. Esse, quem coordenou fui eu.

Mas o que aconteceu quando o avião volta da África? Não me pagam o avião as pessoas... O avião fica em Beijing. Eu digo: "Não vou devolver o avião para a Bolívia". E é claro que minha filha... O piloto diz: "Bom, vamos colocar o avião para funcionar, senão vai ficar lá perdido". A autoridade boliviana diz: "Está há dois meses e pouco parado". Então aceitamos regressar com avião para lá, aceitamos regressar o avião. E não tenho nada a ver com isso mais.

É claro que não tinha dinheiro e teve que negociar o valor da apólice, porque fizemos uma apólice. E, como não foi paga, quando se submeteu a pagamento, essa apólice... As pessoas que estavam lá antes não estavam... E, quando foram fazer a nova, que estava vigente quando caiu o avião, fizeram de uma maneira muito mal... E colocaram coisa que jamais na vida me foi consultada. E também não foi consultada a minha corporação, porque, nesse caso, minha filha fazia negociação com as pessoas da Aon, com os agentes da Aon.

Então, não tinha dinheiro. Então, as autoridades bolivianas dizem: "São US$25 milhões". Minha filha chegou até a US$50 milhões. Então, decidiram por US$25 milhões e cobraram como US$50 milhões. Se vocês virem o valor da apólice que foi feita, a última apólice é quase a mesma da que foi pago *por prima*, que pagou US$300 milhões, quer dizer, não tem sentido. Então, o que acontece? A Aon fez um trabalho muito ruim, colocou coisas que não consultou. Ela não tinha que tomar decisão. A decisão quem tinha que tomar era o cliente. E eu não fui chamado. Então, eu não apareço na última apólice. Eu não tive acesso a essa última apólice. Foi negado esse acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Na negociação feita pela filha de V. Sa., passava-se cópia para o senhor. O senhor tem conhecimento de todas as conversas.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, quase tudo. Não posso dizer tudo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O senhor concordou com as negociações que foram feitas?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, eu nunca tive... Bom, vou dizer uma coisa: eu via os correios e mandava um arquivo. Eu não abria! Eu não abria porque o sentimento que eu tinha de frustração era muito grande. Quando ocorre isso... Caramba, o que aconteceu? Eu disse à minha filha: "Os meus aviões lá fora... Eu quero vender meus aviões. Eu tenho aviões na África. Eu quero vender, lamentavelmente". Eu devia estar mais metido nisso, com as minhas responsabilidades, mas eu tenho que confessar que eu não me dei conta disso, em alguma oportunidade. Mas eu jamais havia permitido que isso... Eu paguei US$300 milhões quando o avião voava! Que necessidade eu teria de ter um avião sem voar por US$300 milhões? A única coisa que eu poderia fazer seria que pisasse alguém na pista! Por que eu iria baixar esses 300 milhões quando eu tinha 300 milhões em um momento que não fazia falta?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Em algumas vezes ela assim: "Eu não tenho como pagar o seguro porque eu não posso voar; eu não posso voar porque não tenho seguro".

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O senhor acha que ela, em algum momento...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Li, em algum momento, também...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Em algum momento o senhor acha que a Loredana cedeu a algumas coisas com relação à Aon, aos corretores...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não. Loredana nunca cedeu em relação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... às exclusões geográficas?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ninguém questionou isso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não, não. A mim não me explicou. Ela, quando ficou sabendo, porque as pessoas de LaMia Corporation... Que essa exclusão geográfica não afetava. Então falaram da Estratégica, que representava, e a Estratégica disse: "Isso é como... Isso está escrito aí, mas não precisa se preocupar". Como se diz, com isso não precisa se preocupar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... Colômbia. Aí você exclui a Colômbia do...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Não. Eu?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não. Eles excluíram da apólice.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – O incrível é que aprovaram voos. Venezuela aprovou voos da Colômbia. Brasil aprovou voos da Colômbia, de LaMia, de Manaus, com a equipe colombiana, a Bogotá. A Sétima Liberdade também, mas esse voo não aconteceu. Eu tenho o documento.

Quer dizer, não sei por que dá impressão de que essa cláusula não era tida em consideração por nenhuma das autoridades aeronáuticas, nem por Venezuela, nem por Paraguai, nem por Brasil, nem por Bolívia, nem por Colômbia.

Você me fala... Bom, o senhor do seguro disse: "Não se preocupe. Com vocês avisando nos mande um correio, isso é suficiente". Então, ele mandou duas vezes, três vezes, porque eu não participo disso, mas dessa vez não foi enviado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bom, o senhor já falou alguma coisa, mas é só para reforçar aqui o relatório.

Qual é a sua avaliação acerca das responsabilidades das agências aeronáuticas? Do Brasil, a Anac; na Bolívia, o DGAC; e na Colômbia, a Aerocivil, nesse episódio? Houve erros de negligência? Pode enumerar para a gente quais foram esses erros da Anac, da DGAC e da Colômbia, com a Aerocivil?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Aqui uma permissão para voar 1.400 milhas náuticas. De todos os voos que foram feitos, o mais longo é o que foi feito, e o que foi feito várias vezes, várias vezes, entre Viru Viru e Medelín, e Medelín, Viru Viru, aprovado pela autoridade colombiana três vezes, quatro... Todas as vezes que foi, foi aprovado.

Eu quero dizer, desculpe-me, recapitulando um pouquinho: vocês imaginem que Colômbia diz que não deu esse preço. Sim, foi dado. Está no informe também. Foi dado. Claro que foi dado! Porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia decolar sem permissão. Mas deu permissão para ir a Cobija e com alternativa a Viru Viru. Então, como isso pode? Pode sair de Medelín direto a Viru Viru. E a distância é uma distância de "a" a "b" e de "b" a "a". Então, porque se dão permissão à LaMia para ir a Cobija, e se em Cobija por alguma razão não se pode pousar, sigam para Viru Viru. E assim fizeram em três oportunidades. Em alguma delas eu ia de passageiro e aí não faltou combustível.

Eu quero dizer aqui está a Anac, aqui está a Anac do Brasil, aqui está. Aqui está o combustível que foi colocado em Natal e sabe o que aconteceu nesse voo? A Anac, aqui está a permissão, pode ir na página, eu baixei na página onde diz na Anac. O voo saiu de Praia, de Cabo Verde, regressando da África, fez um salto até Natal. Bom, se você aplica as normas que diz o informe, esse fraudulento da Aerocivil, com o aval do Cenipa e da RAC, de Bolívia, que assinaram, você pode... Bom, não pode ser feito, mas o Brasil aprovou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Agora, especificamente com relação a esse voo, a Anac não autorizou?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Claro que sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, este da Colômbia, do Chapecoense. Aí foi via BoA, teve que ir para lá e de lá viajar. Qual é a avaliação a respeito da responsabilidade da empresa aérea boliviana, a BoA? Houve *coshore* com relação a este episódio?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Também tenho isso.

Aqui também está o de BoA, a avaliação de BoA. Desculpem, bom, aqui a avaliação. Bom, olhem: o Sr. Miguel Quiroga recebe um correio de Chinho, da Chapecoense, que acho que morreu. Confirme seu contato pelo *telefono* tal e coloquem a lista dos passageiros, que aqui está, que é a lista dos passageiros do acidente. Onde diz, olhem... Bom, falta uma folha, desculpem, está na folha. Imprimi, mas acho que não peguei. Bom, está na folha que o Sr. C. Moreno, de BoA, recebe a ordem. Eu vou me explicar, BoA... Vou dizer de alguma maneira. Honestamente, é uma responsabilidade desde o ponto de vista do voo. Do ponto de vista legal, eles têm responsabilidade. Por quê? O contrato foi feito com LaMia saindo de São Paulo com destino a Mendelín e regresso. O que acontece? O contrato está vigente. O Sr. Miguel Quiroga me manda um *e-mail*, acho que está aí, não sei se está aí ou não. Bom, contratamos a LaMia, a BoA... Para que a gente não esqueça, olhe, aqui está o *e-mail* que demonstra que Bisa é um *frontings*. Aí diz o senhor de Estratégica, que diz o que ele cobra, diz que tudo isso eles fazem, a Aon, mas que pagam US$9,5 mil à Bisa e explica o senhor representante de Bisa.

Desculpem, um momento, por favor. São muitos documentos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Miguel Quiroga é o piloto que faleceu, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... encarregado da BoA em São Paulo? Hein?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Então, o que acontece? O que acontece? O Sr. Quiroga se comunica com BoA, em Bolívia, e diz: "Tenho de 74 a 77 passageiros que vão voar, estou pedindo permissão para sair de São Paulo, e não me estão dando". Porque na primeira vez negaram; na primeira oportunidade, foi negada. Então, ele está negociando. Já amanhecendo, de domingo para segunda, ele negociou com a BoA e dizem que vai custar US$23 mil. Ele escreve um *e-mail*, deve estar por aqui em algum lugar, e esse *e-mail* diz... Me falta um...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Sr. Albacete, só para ficar claro, Senador Izalci, o Miguel Quiroga era o seu sócio que faleceu no voo da Chapecoense, correto?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Miguel Quiroga e Marcos Rocha eram sócios de LaMia Corporation. Miguel Quiroga, o coronel da Força Aérea e o capitão estavam em Portugal negociando um avião em substituição ao que eu ia levar, porque eu tinha decidido não continuar ali a partir de 31 de dezembro. Então, esse Sr. Marcos Rocha foi a Portugal para contratar... Portugal tem empresas muito grandes de *charter*, de contratação de equipamentos, de *leasing* de equipamentos aeronáuticos, aviões. Mas você perguntou... Bom, estamos de BoA; bom, bom...

O contrato de São Paulo à Colômbia. Quando Miguel Quiroga fica sabendo que negaram permissão na Anac, ele vê que tem um voo de São Paulo-Santa Cruz de la Sierra, de BoA, regular. Então, chama o capitão, que eu não lembro o nome, e diz... Porque depois ele comentou comigo... Miguel me despertou na madrugada e me disse que necessitava, que deram 75 postos nesse voo, lugares nesse voo. Então o que fez? Levantou de manhã. O voo que ia sair de Santa Cruz a São Paulo e regressar, mudaram, o 737, e mandaram um 767, que é Miami, que é um pouco mais largo, porque o número de passageiros que tinham vendido não chegava ao número de lugares. Então, mandaram um avião maior para que coubessem todas as pessoas da Chapecoense. Então, claro, vocês podem verificar o voo que fez BoA, fez com um avião maior? Não é usual. Obviamente, para dar lugar a todas as pessoas, ele me escreve, tenho aqui em algum lugar, ele me escreve que ele tem contratado com BoA, por US$23 mil, o transporte das pessoas. Sai mais caro, mas é melhor que com outra coisa, porque faz mais fácil o voo. Bom, isso, no Direito Aeronáutico, significa que é um...

E eles têm que responder. O seguro de voo tem que responder. É responsável. Porque todo mundo me fala: "Bom, você... A Colômbia é culpada. De Molina. Não sei quanto...

Você quer bagunçar tudo? Mas isto é verdade: se você busca todos os atores, de trás de todos esses atores, seja do seguro da Anac, do Brasil, seja do seguro do DAC, seguro Asana, seguro civil e o seguro da LaMia, por trás de todos eles, está a Aon, e possivelmente porque esse é um negócio... A Tokio Marine é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a maior do mundo nessa questão de seguros na aviação. Então, por trás de tudo isso, todas essas pessoas das quais se confabulou, todos, por detrás, estão seguros.

Isso é muito simples: se a culpa é da Aerocivl, quem paga é a Aon, Tokio Marine; se a culpa é da Anac do Brasil, quem paga é a Aon, Tokio Marine; se é a Bolívia quem tem a culpa, quem paga é a Aon, Tokio Marine. Então, claro que é necessário, claro que é importante que todo... Porque, se o dinheiro não chega... Da Bolívia, US$25 milhões, porque lá há 415 e aqui deve haver US$1 milhão. Então, pode ser que, na Colômbia, haja um seguro para controladores, e aqui haja outro. Então, claro, é preciso haver um controle.

Chamem as seguradoras que têm a ver com a Anac, porque a Anac foi a que menos fez, mas foi a que começou com a festa. Quando o avião voltou da África e entrou na América do Sul e fez tudo o que fez, quem recebeu foi a Anac. "Vem sim, venha. Vá a Cabo Verde. Não importa que não tenha dois números. Aqui a gente espera". E aí está.

Como é possível, digamos, que a culpa esteja em um piloto, em quatro senhores da tripulação... Não, a culpa é do sistema total.

E a gente tem que acordar, porque isso que acontece com os seguros, as normas que estabelecem as indenizações dos inocentes, é algo de canalhas, é algo indigno. Não é justo. Não é justo.

E aqui tem que sair não somente que as famílias sejam indenizadas, como é devido, mas também que se mudem as leis, que se mudem as normas, e que não se permitam esses canalhas que levam, lucrando no mundo...

De onde a Aon tira US$80 bilhões de capital? De tudo que tiram de todas as pessoas que fazem seguros, porque nos governos fazem obrigatórios esses seguros, e depois eles recebem e jamais, nunca pagam esse dinheiro. Que culpa têm as vítimas que estavam sentadas na parte detrás? Porque, no mesmo avião, pagam aos tripulantes. As famílias eram... Os tripulantes também não têm culpa de nada, mas as famílias dos tripulantes que também fizeram isso... Aqui estão uns US$650 mil em três meses. Por quê? Porque, enquanto o seguro da aeronave não deixava ir à Colômbia, os pilotos, sim, podiam ir à Colômbia. Parecia que era o tapete de Aladdin. Isso é insólito. É insólito.

Quer dizer, pagam aos que falam que são os criminosos, às famílias dos criminosos, por dizer de uma maneira – eu não penso assim. Desculpem-me. E que Deus me perdoe e as famílias deles, claro, porque eram só pessoas. Então, dizem: "As famílias dos inocentes que iam sentar atrás. Vocês não. Vocês não podiam ir à Colômbia, porque o avião não pode ir para a Colômbia". Agora, os que levavam sim: "Vocês... Vamos ver como fazemos".

Aqui, enquanto civis, o Cenipa e o DAC fizeram o milagre de ouvir umas gravações na cabine de um avião, a 28 mil pés de altura, sem estar aí e não funcionar a gravação... Bom, os senhores fizeram um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milagre também, de os pilotos poderem ir, mas o avião não. Claro, pagaram os passageiros a mesma companhia. No mesmo dia se fez o contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Sr. Ricardo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Senador Izalci, é rapidinho, só para não passar batido.

A gente tem visto aqui coragem do senhor em vários pontos. Está mostrando coragem.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Desculpe-me.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – A palavra "coragem" pertence ao senhor. Mas já que o senhor tem essa coragem, o senhor falou em "quadrilha", não falou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – É porque o senhor não está com o fone.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Eu falei que o senhor é corajoso, um homem de coragem.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Ah, coragem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Até agora em alguns pontos dessa sua entrevista, com os questionamentos do Senador Izalci.

Agora eu queria saber. O senhor falou em "quadrilha"? O.k.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – *Yo no sé que es* "quadrilha"?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Entre as suas respostas aqui, o senhor chegou a usar a palavra "quadrilha".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Não, não. "Quadrilha".

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Que é "quadrilha"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – "Quadrilha" é reunião de bandidos.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Sim, sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Uma máfia.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Sim, sim. Uma máfia.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Eu quero perguntar para o senhor: toda máfia e toda quadrilha têm um chefe; o senhor sabe quem é o chefe? Diga para nós. *Habla. Quien es el jefe?*

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Para mim, o chefe é essa reunião de pessoas de Aon em Londres, quer dizer, essa coisa que tem uma legislação, por isso estão todas as companhias seguradoras em Londres, no edifício, porque a legislação da Inglaterra está para proteger a eles. É um grande negócio. Inglaterra se beneficia muito disso. Esses senhores estão lá. Aqui não tem um chefe que maneja o seguro com Aon ou da agência de aeronáutica, não. Eu digo que o chefe é o sistema – é o sistema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Agora, é um modelo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – *No hay un jefe, hay un protocolo, un proceso, un sistema.*

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só, dando continuidade... O senhor falou sobre a Anac, falou sobre a Aerocivil lá da Colômbia. Com relação ao DGAC da Bolívia, tem alguma negligência? Poderia dizer os erros cometidos por eles, pelo DGAC da Bolívia?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O senhor falou da Anac e da Aerocivil.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Sim.

Para terminar, a Anac não devia negar a permissão de Bolívia. Não tinha motivo para negar essa permissão, porque tinha feito antes pior, que era negar Messi ir a Belo Horizonte. Esse era um voo de quarta liberdade e não de sétima, e esses fazem todos os dias todas as pessoas. E é incrível que LaMia, da Bolívia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com bandeira boliviana, não pode fazer voo, mas pode fazer a BoA de bandeira boliviana. Isso é insólito e absurdo. É discriminatório, totalmente.

Mas, bom, isso não tem importância. Falemos da Bolívia. Bom, imaginem, a mãe de tudo isso é a Bolívia, não é? Quer dizer, Bolívia nunca devia ter permitido esses voos, porque deu confiança às outras...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No plano de trabalho... Como é o nome dela? Esqueci o nome dela.... Ela identificou, no plano de trabalho, a questão do combustível.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Não, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No plano de voo.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Aprovou, aprovou, aprovou. No plano de voo... no plano de voo...

O plano de voo foi aprovado por todas as autoridades aeronáuticas da América Latina onde a LaMia esteve, nos mesmos conceitos. O que aconteceu... E tenho que dizer: algo bom das autoridades bolivianas é que eles atuaram. Eles buscaram, eles botaram o general da... Eles colocaram todos presos. Por outro lado, eles... Não sou especialista em questões aeronáuticas e não posso... A única coisa que eu posso dizer é que as vezes em que havia um voo entre esses dois pontos, chegou com combustível. A última vez não chegou. A diferença foi de Molina e Aerocivil. Essa é a verdade.

É claro que a Bolívia tem culpa, mas não tem a culpa como dizem. Desculpem dizer, essa é a minha opinião. O certificado de LaMia... Não, não... A LaMia cumpriu, creio que a LaMia cumpriu com as suas questões, porque eu olhei o que eles fizeram. As normas de procedimento da LaMia eram as que a CityJet... Nós o que fizemos foi quase uma cópia do que fazia a CityJet para ir a Londres. Não existe, absolutamente, nas normas dessa companhia, algo que estivesse irregular. É uma companhia muito pequena, onde uma pessoa fazia vários postos, mas era uma questão... Além disso, eu gostaria de dizer que a autoridade boliviana atuou imediatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nós vamos entrar agora na questão da Bolívia.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Bom, eu gostaria...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu vou fazer algumas perguntas com relação à Bolívia.

É o bloco dois agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autorização concedida à LaMia para operar nos voos não regulares pela Bolívia – aqui no eslaide nº 3 –, de acordo com esse eslaide, a LaMia obteve o certificado de explorador de serviços aéreos no dia 31 de julho de 2015.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Conforme se observa no eslaide, a vigência é – olhe lá a vigência – indefinida.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O General de Brigada Aérea Edgar Pereyra Quiroga foi quem o assinou, e ele aparece no documento como diretor executivo do DGAC.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Antes disso, a LaMia tentou se estabelecer na Venezuela e em Aruba, mas em ambas as situações não recebeu as autorizações para operar – o senhor já até falou alguma coisa sobre isso.

Eu pergunto: é comum autorização dessa natureza, assim, de prazo indefinido? É comum isso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – No caso da Bolívia, é assim, porque você dá indefinidamente, mas você vai apresentando e, quando, por alguma razão, você não cumpre, você tem isso suspendido. Mas você não tem que voltar a aplicar, senão você teria que começar do princípio. Mas você tem que manter o comportamento, senão você suspende. Isso é normal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O representante legal da LaMia era o Gen. Gustavo Vargas Gamboa, correto? Sim ou não?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre.*) – Sim, é o que eu entendo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ele é pai do Gustavo Vargas Villegas, correto?

O SR. RICARDO ALBACETE (*Tradução livre.*) – Sim, é o que eu entendo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Gustavo Vargas Villegas, por sua vez, era o diretor do Registro Aeronáutico Nacional da DGAC. Não é isso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Era advogado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Diretor. Diretor do Registro Aeronáutico Nacional da DGAC.

A DGAC é justamente o órgão boliviano responsável pela certificação de aeronaves e pela fiscalização e também regulação dos serviços aéreos na Bolívia, não é isso? O DGAC?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Responsável dos serviços aéreos na Bolívia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. confirma que foi o Gustavo Vargas Villegas que autorizou a internalização das aeronaves da LaMia na Bolívia, após a solicitação do seu pai, o Gen. Gustavo Vargas Gamboa, representante legal da LaMia? Quanto a isso, foi feito um comentário aqui pelo Procurador-Geral da Bolívia, que afirma isso, ou seja...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu não tenho conhecimento. É a minha opinião. O Gen. Gamboa é um senhor que eu considero que cometeu um erro no final da sua vida muito terrível ao autorizar e não anunciar a saída desse avião. Eu acredito que é um homem de honra. Até onde eu me lembre, nas visitas que fiz à Bolívia, ele nunca interveio e acho que não causou... Acho que causou o contrário, a inibição do filho do Gen. Gamboa para a certificação. A certificação demorou mais que outras, e isso nos prejudicou a todos.

E eu me lembro de ter falado com o Gen. Gamboa, quanto aos aviões, e disse: "Olha, eu tenho que entregar isso em Madagascar e Serra Leoa". E ele disse: "Bom, eu tenho que dizer uma coisa, eu não posso fazer absolutamente nada, porque eu cheguei a general, o meu filho tem as suas carreiras, eu não posso interferir nisso". E eu acho que o que ele fez foi participar e eu acho que não teria feito. Entre tantas outras pessoas que tiveram que aprovar isso, não é que ele aprovou isso; ele é uma das pessoas, desde o ponto de vista jurídico, que aprovou todas as coisas, como fez o Presidente, pela DGAC, nesse momento, que assinou tudo isso, uma das pessoas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O que V. Sa. tem a dizer, então, sobre a declaração do então Vice-Presidente da Bolívia, o Álvaro García Linera, de que teria havido uma negociata de funcionários da DGAC que permitiu à LaMia obter o certificado de operação aérea na Bolívia?

Aqui eu vou ler a declaração do Álvaro García. Ele disse assim:

> Foi uma negociata de funcionários intermédios que jamais nos comunicaram, porque sabiam que íamos negar a autorização. Houve negligência, desconhecimento das normas e condução arbitrária da capacidade de decisão do Estado. O caso da DGAC está claro, estamos diante de funcionários que usaram o seu cargo para fazer negócios pessoais. É um delito e deu lugar a um crime. Essas coisas não podem voltar a se repetir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma declaração do Vice-Presidente Bolívia, Álvaro García Linera.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Isso é uma canalhice desse Sr. Vice-Presidente, como tantas outras dele. Até onde eu tenho conhecimento, pelo contrário, Miguel Quiroga eu acho que é genro de um Senador boliviano que era inimigo do regime de Evo Morales. Ele teve que fugir e morar no Brasil; acho que morreu também. Não acho que houve influência. Se tivesse havido, e não tivesse gostado dessa aeronave, ou tivesse parecido estranha, não tivesse subido nessa aeronave três semanas antes, porque antes, se subisse... Antes do voo do Messi, foi o voo do Evo. O Evo também subiu nesse avião. Quer dizer, eu lembro que Marco Rocha me escreveu dizendo: "Sr. Ricardo, contratamos um voo para ir inaugurar um aeroporto que está num local novo e vão o Governador e o Presidente Evo". Bom, chegaram lá, fizeram um espetáculo e, quando terminou o espetáculo, Evo Morales disse: "Por que não vamos nesse?" E subiu o Sr. Linera, Evo e todos os executivos no avião da LaMia e foram a Trinidad. Então, um avião que supostamente não sabia nada dele... Bom, se subiram nele... Quer dizer, os colombianos escutam coisas à distância, porque... E o senhor, esse, não sabia e subiu duas semanas antes. Está na foto! Há fotos!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A LaMia não obteve nenhuma, por parte da DGAC, facilitação na expedição desse documento, desse ou de outros?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu não posso assegurar nem posso negar. Não sou LaMia Corporation, não estive metido nisso. Estou falando o que eu acredito, o meu convencimento. Eu acho que não, eu acho que não teve isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Então eu vou perguntar aqui: a LaMia tinha alguma espécie de acordo com o empresário chinês Sam? Tinha algum acordo?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – LaMia, não; Ricardo Albacete, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Tenho uma declaração aqui de V. Sa. se referindo ao chinês na formação da LaMia. Diz assim: "É uma empresa de todos os cidadãos de Mérida. Eu e minha família temos um capital inicial com o apoio de um investimento chinês. É um chinês amigo de muito poder aquisitivo que conheci há alguns anos. Já tive empresas na China. Eles nos apoiam um pouco com essa operação. Seu nome é Sam Pa, que investe em Angola."

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sr. Sam Pa emitiu um aval para que nos dessem um avião da empresa ATR. Assinei inicialmente no princípio, no ano de 2010, para comprar dez aviões ATR 72-500. Eram seis 72-500 e seis... Eram doze, na verdade. E 72-600... E quem deu o aval foi o Sr. Sam Pa, que é meu amigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse momento, nessa etapa da LaMia começando... Íamos começar com ATRs, com aviões novos, mas, lamentavelmente, houve outros inconvenientes e acabei terminando com os aviões ingleses.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O senhor saberia informar se esse investidor chinês, via LaMia, viabilizou algum negócio na Bolívia, aqui no Brasil ou na Inglaterra?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Não entendi a pergunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se o chinês, o Sam Pa, que é o investidor chinês... Se via LaMIa, ou por meio da LaMia, ele viabilizou algum negócio aqui no Brasil, na Bolívia ou na Inglaterra?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Não. Seus negócios eram na África fundamentalmente. Era sócio...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ...Bolívia, no Brasil nem na Inglaterra que você tenha conhecimento?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Na Inglaterra, sim. Ele é sócio de empresas muito grandes, empresas na Noruega... Não sei como se chama a petroleira na Noruega... Na Espanha, sim, tem, porque eu fazia negócios com ele na Espanha e na África. Na África, o Sr. Sam Pa... É sócio em Londres. E Catoca, que é a terceira maior mina de diamantes da filha do Presidente, Isabel dos Santos... Não é mina Catoca, é sócio de Abramovic, que é o dono do time de futebol inglês Chelsea, e sócio de Macri, do Presidente Macri.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Izalci, nós chegamos a duas horas, aqui, de um depoimento importante, de um dia marcante desta CPI, Presidente Jorginho, mas, assim...

Quem está ouvindo o senhor, acompanhando o senhor... O senhor falou em sistema. Com a ajuda, aqui, sempre precisa do Senador Amin, o senhor falou em sistema. Mas quem que monitora esse sistema? Quem que controla esse sistema?

E, por gentileza, pelo amor de Deus, pela sua filha: quem é que tem que pagar as indenizações, as 64. Quem é que tem que pagar? O senhor sabe quem. O senhor pode dizer?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Quem tem que pagar é a Aon.

(*Intervenção fora do microfone*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim. Também. A Tokio Marine também. E a Aon.

E, realmente, o intermediário é aquele que imprimiu o contrato, que introduziu o assunto e que tem a corretora. Fizeram um péssimo trabalho, mas depois eles desapareceram! Ou seja: nem sequer me ligaram para dizer "ah, eu vou me proteger" ou algo assim. Nem diziam nada. "Nem me conheciam", na verdade – diziam. Então, está tudo destruído. Então, não está constando.

Então, eles não me conhecem. Depois de pagar milhões e milhões, eles não me conhecem. Ou seja, aqui estão as contas: US$2.321.705 eu paguei à Aon

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Depois a gente passa, mas deixem-me entrar aqui, só nessa questão dos contratos aí da LaMia, para operar os voos regulares – no Eslaide nº 4.

De acordo com o eslaide nº 4, dia 28 de julho de 2015, às 20h35min, a Loredana comunica ao Simon, que é o corretor da Aon, que foi copiado para V. Sa., Ricardo, que a LaMia foi certificada como companhia aérea fretada não regular. Indaga algumas coisas sobre o seguro e informa que foram solicitadas para transportar um time de futebol em três jogos, no Brasil. Além disso, informa que foram convidados para transportar equipe de futebol para jogar em três lugares diferentes, entre Paraguai, Brasil e Bolívia. O Simon responde às indagações sobre o seguro e informa que, em relação às equipes esportivas, seria necessário garantir que as seguradoras estivessem cientes dessa exposição, além de obter autorização antes do início dos contratos de voos. Pede detalhes das equipes, para informar às seguradoras e, assim, garantir que a cobertura permanecesse em pleno vigor e efeito.

Eu pergunto: V. Sa. confirma que a corretora Aon e a resseguradora Tokio Marine e a seguradora Bisa tinham plenos conhecimentos das operações da LaMia, incluído o transporte de equipe de futebol por toda a América do Sul, especialmente para a Colômbia? Elas tinham esse conhecimento?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, eu acredito que sim. Eu acho que vai...

Nós temos outros *e-mails*, que indicam que "ah, estamos saindo assim", "isso não está funcionando por causa disso e disso...". Eu acho que falhou... Se eu lembro bem, inicialmente avisava-se, ouvia-se "ah, estamos saindo", "vamos saindo" – é o que se ouvia. E nós estamos, sim, conscientes disso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Só um minutinho, por favor, Senador Izalci.

O senhor tem documentos... O senhor falou que tem *e-mails* que comprovam que talvez eles tivessem conhecimento disso. O senhor pode apresentar para o nosso Relator esses documentos, esses *e-*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mails, essas trocas de *e-mails* sobre a possibilidade da Aon saber que a LaMia transportava equipes de futebol?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, sim, sim. É que eu era... Na verdade, tudo começou quando eu fui lá e que os advogados me atenderam, Fabian e também a sua pessoa, também tiveram o prazer de me atender. E eu posso... Claro, levei todos os documentos, eu os tenho. E, efetivamente, todos eles... Eles os têm também. Claro, o que eu vou entregar, porque... Claro, eu não sou muito bem nessa temática de *e-mails*, mas a minha filha tem tudo isso. E, por exemplo, ontem quando eu pedi a ela que me mandasse esse do voo que foi autorizado pela Anac, o combustível e tudo isso que foi pago à Petrobras quando chegaram lá em Natal e também no Brasil, em Cochabamba. Então, ela já tinha tudo aí. Então, é claro. Eu posso... Claro... Se aparecem novos documentos... Na verdade, eu não estive com eles, mas eu tenho todas as coisas aí, eu chamo a minha filha, e ela olha tudo, revisa, e ela tem tudo mais organizado. E eu estou certo de que nós temos muitos, muitos correios, muitos *e-mails* ali, e eu sei que Simon e Aon, que era aquele que governava toda a situação, administrava tudo isso, enquanto o Presidente, inclusive, que, como mencionava, o artífice, Simon Kaye ou Simon, como falamos, é o artista disso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Leila, com relação a esses *e-mails,* nós já temos. Lógico, se tiver mais algum, ótimo. Mas nós já temos esses *e-mails* no processo que demonstrado aqui na última...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Tá.

Mas é só uma pergunta, Izalci.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, é que eu tenho outro *e-mail* aqui. Desculpe. É um *e-mail* enviado pela Stovold a Marco Rocha.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Só uma última pergunta com relação a... O senhor poderia confirmar que as famílias dos tripulantes, funcionários da LaMia, receberam as indenizações das apólices de seguro? E qual o valor dessas indenizações? E por quem foram pagas? – porque as famílias dos tripulantes receberam, funcionários receberam.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Receberam essas indenizações de uma apólice de seguros. E qual foi o valor e por quem foram pagas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ele entregou a cópia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Ele nos entregou a cópia. Não há explicação. Pagaram US$150 mil. E eles pagaram imediatamente e pagaram também as pessoas que eram passageiros, não eram tripulantes. É uma coisa totalmente sem base, quer dizer, o Sr. Gustavo Encina, que vocês estão perguntando e também perguntavam sobre as coisas, de como funcionavam, que minha filha dizia também que tinha um contato com a Conmebol. O único contato que havia eu dizia à minha filha, que ela comentava... Gustavo Encina também morreu no acidente era um paraguaio que tinha... Que estava ali me causando uma péssima impressão infelizmente, para mim. Em Medellín, ele dizia: "Não, sou eu que vou construir isso melhor. Vão pagar mais, eles vão fazer mais barato", e todas essas coisas. Mas ele me comentou isso. No entanto, ele passou a fazer como se fosse um tripulante. E ele, supostamente, é aquele que fazia os contatos, tinha os telefones de cada clube. E eu... Efetivamente, para mim, era uma coisa de pouca organização e talvez seria pouco o montante desse valor. Então, Simon, como vocês chamam, ele negociou nesse dia. Em lugar de fazer uma apólice como era feito anteriormente, até o ano anterior, onde estavam os tripulantes, a família e também os civis, nesse momento ele dividiu em duas apólices, não se sabe exatamente por que fez isso.

E ele dizia: "Bom, fizemos essas coisas, mas não tem aí a instrução da Colômbia", quer dizer, foi feito isso a partir dos civis e toda essa questão, mas é como se fosse, como eu mencionei, o tapete de Alladin, ou seja, é uma coisa que vou te dar, paguei e acabou. Isso é uma coisa que eu não sei te explicar. Eu acho que isso não tem base.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Deixe eu continuar aqui na minha linha de raciocínio, para que eu possa ter algumas respostas pontuais com relação a isso que foi colocado.

V. Sa., por acaso, teria essas autorizações, que é a responsabilidade civil, US$300 milhões, correto, que é o inicial. O senhor tem essa autorização, que é essa responsabilidade civil de US$300 milhões? Não havia a exclusão geográfica para a Colômbia, correto, ou não? Nessa de 300 milhões, havia a exclusão da Colômbia?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, eu, de fato, estou esperando para fazer, porque nos Estados Unidos são seis anos, não é como nos nossos países. E, ao qual, inclusive, eu vou fazer uma solicitação, porque eles fizeram um péssimo trabalho em relação a isso e, claro, com um legado bem importante. E, ali, o prêmio ou primazia que foi paga é da minha *corporation*, é quase igual àquilo que pagávamos anteriormente. Há uma coisa que, claro, eu acredito que esse senhor, em um tribunal norte-americano de direitos diferentes, positivos como esse... No entanto, as coisas vão ser bem complicadas para eles.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Você, por acaso, teria as autorizações prévias da seguradora e da resseguradora para transportar a equipe de futebol? Poderia encaminhá-las aqui para a CPI, se tem, essas autorizações da seguradora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Como aerolíneas Aruba, Mérida, Margarita, como se chama, eu nunca transportava esses times de futebol. E esses transportadores, na verdade, não, nunca faziam nada. Uma só vez, estando em Aruba, nessa função de turismo, havia uma aerolínea que estava quebrando e chegou com os passageiros ali. Como vinham da Venezuela, aterrissou em Aruba. E ali eles estavam no avião e me pediram, por favor, que levasse os passageiros, e o fizemos gratuitamente. E os levamos, mas nunca transportamos passageiros e também nenhuma relação comercial.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – De acordo com o eslaide nº 5, no dia seguinte, em 29/07/2015, às 16h43, Loredana volta a falar com Simon, e foi copiado para V. Sa. Faz cinco indagações sobre o seguro e, entre elas, pergunta: "Se começássemos os riscos de voo completo, em 1º de agosto, para a aeronave E2348, da CP-2933, você poderia me informar sobre o aumento do prêmio?". Há um comentário aqui: "Registro que, naquela oportunidade, a apólice vigente, 10 de abril de 2015 a 10 de abril de 2016, cobria somente riscos em solo para quatro aeronaves. A apólice contemplava cobertura de responsabilidade civil de US$300 milhões e tinha a cobertura do casco de quatro e oitenta e cinco milhões de dólares para a aeronave CP-2933 e de US$4 milhões para as outras três aeronaves. Não havia exclusão geográfica para a Colômbia".

É o que há aqui no comentário. Então, eu pergunto isso.

Bem, além disso, o Simon responde às indagações da Loredana no dia 3 de agosto de 2015. Quanto ao aumento do prêmio, informa que, para os riscos efetivos do voo, entre 1º de agosto de 2015 a 10 de abril de 2016, o acréscimo seria de US$145,048 mil.

Eu pergunto: a apólice de 2015/2016, apesar de cobrir somente risco em solo, tinha cobertura de responsabilidade civil de US$300 milhões?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, claro.

Não é exatamente assim, mas a *aerolínea* não podia voar com passageiros, porque não tinha autorização. Mas, quando se faz seguro, que, digamos, seria um seguro tão seguro, se podemos dizer assim... Não sei se eu consigo explicar bem isso, mas não é que o seguro, digamos, perdão...

Há alguma coisa aqui que eu apertei...

Não é que o seguro... Há seguro para estar no solo. Certo? E não tem sentido que um avião só esteja no solo. Então, um avião que não voe? Claro. Quer dizer, evidentemente, seguro com responsabilidade civil também constava que podia voar. Em qualquer momento, ele podia ter um convite. Quer dizer, é isso que nós fazemos: voamos com convidados. E isso foi evidente.

E eu me lembro, quando nós viemos ao Brasil... Como se chama a cidade que está mais acima, perto da Venezuela? Como se chama a cidade de vocês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Rio Negro?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, a cidade que está pertinho da Venezuela, fronteira com Venezuela. Bom, nós fomos aí com esse avião e com o Governador de Margarita e também de Bolívar e também fomos até essa cidade – e não me lembro bem o nome dela. E aí está a Venezuela pertinho. Não me lembro do nome. Mas fomos até lá. Como é o nome? Não me lembro como se chama esse povoado com 100 mil habitantes que está perto de Manaus. Bom, eu não lembro.

Ali, já voávamos. Quer dizer, entende? Não se pode ter um seguro somente, digo eu, que seria quando você poderia deixá-lo inválido se você não vai voar. Quer dizer, eu não sei explicar isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Viu também que, nesses US$300 milhões, não havia exclusão?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não. Nunca houve. Somente a miséria, digamos, desse aéreo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que razão, então, a apólice seguinte, a outra, de 2016/2017, passou a ter cobertura de responsabilidade civil de apenas US$25 milhões tendo em vista que a aeronave passou efetivamente a voar? O risco não aumentou?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim. É algo bem interessante, inclusive, de responder. Eu não participei disso, infelizmente. Mas eu nunca aceitaria isso. Bom, eu vou explicar o que eu posso dizer como entendimento meu. Os seguros, digamos, têm armadilhas, porque nós chegamos a uma apólice de US$300 milhões. Mas, quando eles têm um problema, então eles vão até a lei e dizem: "Bom, já não é por aí". De US$25 milhões vamos a US$300 milhões. Então, seguros não vão pagar tal coisa, tal coisa e tal coisa. E, quanto mais você paga os seguros, mais eles vão dizendo, quando há negligência... Então, eles sempre vão cobrar por algo que, depois, eles não podem ser obrigados a pagar. Ou seja, eles vão cobrar, cobrar, cobrar.

Você chega à sua casa, por exemplo, ele diz: "Vou pagar tanto pelo seu banheiro". Se, de repente, der um problema no seu banheiro, há determinado tipo de, digamos, cobertura. Não importa o limite do seu pagamento, mas ali você vai ter o documento de convênio de Chicago e de não sei o quê, e ali você tem a aprovação do Senado do Brasil, e isto... Bom, é isso que temos, é o que dizem.

Então, o que acontece? Parece até mentira, mas é, digamos, uma idiotice, uma estupidez até, e passar isso por uma miséria de 10, 11 milhões de dólares, de fato, eu acho que isso...

Bom, mas eu acho que esse montante ou esse total não é tão importante; o importante é a exclusão. Ou seja, a exclusão é o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Quanto o senhor pagou pela apólice de 300 milhões e quanto o senhor pagou pela apólice de 25 milhões?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Se não me lembro bem, a anterior ... de Bolívia, 200 milhões de dólares... Desculpa, eu ia falar euros. E esses foram 169 mil. Mas, depois, se pagou a apólice das tripulações, que eu não me lembro exatamente quanto foi, se foi 15 mil a mais. Mas, no final, a apólice era de 170, 189, por aí, contra 212.

É uma coisa incrível.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Deixe-me fazer uma pergunta do Senador Espiridião, que ele pediu para eu reportar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Precisava que ele fizesse essas perguntas depois, porque eu tenho uma sequência...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Então, no final...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No final vai ser passado para vocês fazerem as perguntas, porque senão eu perco aqui o...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – No final eu vou fazer novamente a pergunta, porque o Espiridião pediu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Está bem.

Ainda nessa resposta em que você estava falando sobre a responsabilidade, esses US$25 milhões foram desconsiderados; e não só a natureza como a região de abrangência.

A Loredana talvez teria aceitado essa redução em função do valor da apólice? A Senadora Leila perguntou do valor que tem aqui na apólice, mas você acha que foi exatamente para obter o seguro e aí não se ateve a essa questão da região, da exclusão da região?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim. Bom, na verdade, a Loredana começou a perguntar por que essa apólice era tão cara. E, digamos, as pessoas, quando LaMia ficou sem apólice, a Coyete, que é uma empresa colombiana de transporte de passageiros, contratou LaMia em um *wet lease*, que é aquele que se chama um contrato de *leasing* aéreo, que está com controle de tripulação. E ali nós temos o transporte desses passageiros, um controle deles. Ali, como não tinha seguro, LaMia suspendeu por falta de pagamento inicialmente. E o que eles fazem? Utilizam o seguro de Coyete. Ou seja, quando a minha filha viu esse seguro que cobre tudo e que é mais barato, reclama, ou seja, solicita a esse senhor e diz a ele: "Porque que vocês estão cobrando isso, porque temos outro que cobre tudo e cobra tanto?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante dessa discussão, eles diziam que para que não se reconhecesse que eles estariam abusando dos preços, eles estariam se aproveitando da nossa inocência.

E ali eles dizem: "Não, mas se vocês querem nós podemos baixar esse preço para que fique mais econômico para vocês".

E a minha filha chega a dizer... e disse assim: "Por 50 milhões?" Ela perguntou. E eles diziam: "Sim, por 50 milhões é tanto..."

Aí, ela: "25 seria muita diferença". Então, eles não respondiam.

Um dia, ele emitiu a apólice, sem a aprovação da minha filha, de 25 milhões somente, e ela tinha dito 50. Mas 50 parecia o.k, mas ele não passou dessa forma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Esse diálogo de não concordar com 25 e concordar com 50... Eu não vi em nenhum momento.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para depor. *Tradução simultânea.*) – Bom, há um diálogo no qual eles dizem que averiguariam esses 25 mais e nunca responderam, ou seja, o que foi que aconteceu? Eles emitiram essa apólice, e nós não temos essa cópia, ou seja, temos uma cópia resumida, em duas páginas iniciais, que são aquelas que você tem inicialmente.

E, nessa apólice, estava a exclusão. E aí estava a pergunta da exclusão, e eles não fizeram nenhum tipo de objeção em relação a isso. Na verdade, eles nem consideraram isso, ou seja, diziam que nós não tínhamos que nos preocupar e somente que nos avisariam. Então, como ninguém disse isso e não nos avisaram, também a nossa filha, que não pertencia a essa equipe, ou seja, faltou a coordenação entre o voo da Chapecoense, que foi o último, quer dizer, a última hora. Essa contradição vinha já, digamos, na sexta-feira, e na segunda já estava voando.

Minha filha só soube disso porque ela disse: "Me faça, por favor, a fatura, o boleto, para que Alice possa levar até a Justiça dos Estados Unidos", porque a minha filha estava em Miami. Então, o que acontece é que, de acordo com essas leis de julgamento ou juizado dos Estados Unidos, afirmou-se, dentro de uma parte do Estado norte-americano, que pode ser eleito dentro dele e pode ser enviado a eles. Então é por isso que dá a ele o fórum conveniente às demandas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Dentro da Chapecoense e com a Bisa, que é o caso da seguradora, o contrato foi de US$50 milhões.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não é por 50, é...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eram 50 milhões o seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para depor. *Tradução simultânea.*) – Está de 50 o seguro. O.k, aqui está. Foi em dezembro de 2015, 27 dias depois. Aí está a Chapecoense pedindo a apólice de seguro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Loredana dizendo assim: "Não aceito de 25, tem que ser no mínimo de 50." Eu não vi isso.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para depor. *Tradução simultânea.*) – Não, não, é que elas acreditavam que eram 50 milhões. Eu não sei se consigo explicar isso. Loredana queria que fossem 50 milhões quando feito o contrato. Quando foi feito esse contrato, seria por 50 milhões. Não foi a Chapecoense que pediu 50 milhões. Mas a minha filha pensa que é 50.

E o que aconteceu? A Chapecoense aprovou. Dizia que estava muito bom. Então, ali não recebeu a apólice. A Chapecoense pede, 15 de dezembro, dezessete dias depois do acidente. Essa é uma outra questão da Anac. Como foi que a Anac fez isso, para poder analisar um frete de um voo *charter,* com um frete que não foi considerado? Há uma consideração da Anac, quer dizer, em nenhum país da América Latina – não conheço da aviação brasileira –, você pode fazer um contrato de um frete *charter* sem que a autoridade aeronáutica aprove o contrato, revise o contrato.

Então o que acontece é que naquele momento, a Aeronáutica do Brasil revisou o contrato da Chapecoense? Acredito que não. E ali entregou então essa apólice de seguro? E quando foi analisado, então, se daria ou não a permissão, se ia à Colômbia ou não, e o destino final era a Colômbia ou não? E se poderia permitir isso e começar, então, esse contexto brasileiro. E foi feito isso.

Então o que aconteceu foi que a Colômbia não revisou, e ali a Anac não avisa então a Chapecoense e a todo mundo. E todo mundo fala: "Como é que vocês vão para a Colômbia? Vocês não podem ir para a Colômbia, não podem ir para a Colômbia". Ninguém pode fazer isso. Ninguém se deu conta disso. E de que erro estamos falando? Ou seja, todos participaram do erro aqui. Ninguém se deu conta disso, nem a Anac. A Anac também. Então, nós temos aqui a apólice do seguro depois do acidente, 17 dias.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O senhor está colocando que a Loredana não sabia que, na cláusula do seguro, tinha a exclusão da Colômbia?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não falei isso. Eu falei que a Loredana não sabia... Ela sabia que havia a cláusula de exclusão porque diz na primeira página, quase na segunda, na primeira ou na segunda página da apólice. Isso está dito. E diz porque a apólice... Aon, que acabo de falar, diz na apólice, quer dizer, o contrato de resseguro é o que coloca a exclusão. É a Aon que coloca a exclusão. E, por essa cláusula, ela fica sabendo que não pode ir para a Colômbia e pergunta para Simon: "Olha, o que a gente faz aqui?". "Não se preocupe. Com que você diga antes de sair é suficiente". Um *e-mail*: estamos saindo para a Colômbia. E tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No seu entendimento, a corretora Aon não avaliou adequadamente os riscos envolvidos nas operações da LaMia quando da formatação da apólice 2016/2017?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Isso foi uma falha muito grave e sem desculpas por parte da Aon.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E cabe a ela esse cálculo? Não é quem está contratando?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Quem está contratando que tem que dizer. Lamentavelmente, a Aon não levou em consideração o cliente. E é isso que está acontecendo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Quando a gente contrata um seguro, qualquer pessoa, vem o contrato, e quem está contratando vai analisar esse contrato. No caso de vocês, não houve esse... Houve uma alteração e não houve uma conversa sobre essa alteração, uma revisão de quem está contratando?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – É que a minha filha não recebeu, nem eu. Nós não recebemos um contrato. Esse contrato nós não recebemos. Eu tenho a cópia de quando o Dr. Cremades, na Espanha, que é meu advogado, pede à companhia que, por favor, forneça o contrato. Ah, eu tenho aqui. A Aon responde... Simon responde que, lamentavelmente, ele não pode dar a carta – eu tenho aqui, não sei se já entreguei –, que não pode enviar porque isso é de responsabilidade da Bisa, e ele começa a me enrolar. Bom, eu tenho aqui em algum lugar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bom, eu vou entregar. Eu posso garantir que, em alguma parte, em algum lugar, eu tenho esse documento que tem a ver com... É um documento que diz, que responde... Simon responde ao meu advogado: que por isso – bom, como fazem os que estiveram aqui antes, não é? –, não, eu não sei nada, eu não posso dar nada, porque eu não posso, porque eu não posso, porque isso quem tem é a LaMia. Tem que pedir para a LaMia. Bom, aqui a LaMia, estão todos os documentos na fiscalização da Bolívia. Eles não têm nada de documento no escritório. Onde está a apólice de seguro? A gente nunca teve. A gente teve só a que foi passada para vocês. E aí fala dos 25 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Para V. Sa., então, foi feito um cambalacho – eu não sei se o senhor conhece essa palavra – apenas para permitir o retorno das operações da LaMia? Eu pergunto a V. Sa.: o senhor, então, concorda que foi feita uma tramoia, um cambalacho, um jeitinho apenas para permitir que a LaMia pudesse retomar as operações dela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque ela não tinha seguro, tiveram que dar um jeito para ela operar de qualquer jeito. Porque eram 300 milhões, 150 milhões; tinha uma proposta de 50 milhões. Mas aí deram um jeito de fazer uma de 25, somente para... Inclusive excluindo a Colômbia. Isso o senhor acha que foi feito só para a LaMia voltar a operar? A LaMia não podia operar porque estava atrasada, não tinha pago a apólice. Estavam atrasadas duas parcelas.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre.*) – Quando, em 2016? Ao final?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Antes desse voo, havia muita negociação da Loredana dizendo: "Nós estamos com perspectiva de pegar vários voos de futebol, mas a gente não consegue voar porque não temos seguro. E a gente não consegue pagar o seguro porque não estamos voando". Então, conseguiram fazer um de 25 milhões como se fosse um jeitinho para que coisa acontecesse.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, o que aconteceu foi o seguinte: quando se paga a apólice de seguro anterior, de 2015 e 2016, que eram 300 milhões... A última apólice não se pagou porque eu saí do negócio, porque eu não queria saber de mais nada disso. Então, tanto a minha filha quanto...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quem é que estava no período, então? Quem estava operando nesse período de não pagamento da apólice de 300 milhões?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – O avião estava em Serra Leoa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Estava arrendado?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, estava pré-vendido ao Sr. Sam Pa. Ele já me havia dado dois cheques.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Para quem? Quem comprou as aeronaves?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – O avião? A China Sonangol, uma empresa de Angola com a China.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Daquele chinês?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre.*) – Do chinês? Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas daquele amigo...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, de Sam Pa. Ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ele comprou as aeronaves?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas nesse período do acidente, então, a aeronave já era dele? Não era...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não, não, não. Não me pagaram e eu não pude fazer o traspasso. Eu entreguei as aeronaves em setembro. Quando eu enviei as faturas, em outubro – porque estavam na semana da pátria na China, em 9 de outubro, terminando a semana da pátria –, o Partido Comunista o prendeu e o avião ficou lá. Eu falei com Bryan Jinping, que é assistente do Presidente Koroma: "Bom, aqui estão as chaves. Entreguei as chaves ao Sr. Turiming, aquele que.... Ficou lá. Ficou em...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – As duas parcelas que estavam inadimplentes, as duas que estavam faltando, foram pagas por quem e quando?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – As parcelas, inicialmente, foram pagas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Dos 300 milhões faltavam duas parcelas.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não me lembro se coloquei dinheiro porque o dinheiro do Sam Pa, esses US$2,3 milhões, foram investidos em manter a operação de LaMia Corporation, no sentido fundamentalmente de que eu tinha que terminar os aviões. O problema grave é que a LaMia Corporation tinha os meus aviões alugados. Os aviões estavam sendo arrumados, estavam na fase de manutenção. O dinheiro que estava ajudando na manutenção era mandado para a LaMia e a LaMia fazia a área de manutenção. Então, nós não pagávamos diretamente... Como se chama a companhia da Força Aérea Boliviana? É uma companhia que faz a manutenção. E eles devolviam o dinheiro. Tinha que ser através da LaMia. A LaMia pagava a companhia que fazia a manutenção dos aviões.

Então, o que acontece é que, em outubro, novembro e dezembro de 2015, bom, como eu fiz o meu trabalho, tive os aviões na África, montei negócios em Portugal, montei negócios na Espanha, e agora acontece que os aviões estão presos e eu vai ficar com tudo montado? Eu montei os hangares para as minhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

operações. Eu estava na Turquia e mandei dois hangares para Madagascar e outro para Serra Leoa. Eu trabalhava com os presidentes dali. Eles me conheciam. Eu trabalhava com os Presidentes, eu almoçava com as esposas e eu trabalhava com muitos projetos de desenvolvimento econômico com os chineses. Eu, então, disse: "Não, como não vão pagar?". "Eu não pago mais nada. Os aviões ficam aí e, quando o Sr. Sam aparecer, ele vai me pagar. Mas eu fiz o meu trabalho. Eu entreguei meus aviões e aqui estão as chaves e assinados".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Qual foi o período? O dia?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Em 27 de setembro do ano de 2015, em Longport, eu entreguei as chaves ao Bryan Jinping, assistente do Presidente Koroma. E com a matrícula boliviana ficaram dois empregados bolivianos de uma empresa chamada Lacans, que prestava serviço de manutenção na LaMia Corporation, com o ebola. Naquela época, havia o ebola, não é? E eles ficaram lá.

A minha posição foi: "Eu entrego o avião, eles me pagam. Eu não tenho mais nada a ver com isso". Eu fiquei chateado, não é? Então, chegou dezembro, começou a pressão da empresa boliviana: "O que esse avião faz lá em Serra Leoa? O que faz essa gente lá?". Então, chegaram os dois pilotos, que morreram: "Bom, vamos lá! A gente coloca a trabalhar, senão vai ficar a perder. Com essa umidade, que tem aqui do mar, esses aviões vão se prejudicar aqui. Isso custa dinheiro". "O.k. Mas não me metam nisso. Eu não quero saber disso. Eu já estou cheio disso".

Esse era o problema. Bom, se eu estivesse, muito dessas coisas não tinham acontecido, porque eu sou um homem sério. Não que a minha filha não seja séria, mas é que a minha filha estava metida numa bagunça que não tinha fundo. Então, é claro, manda esses *e-mails* se pode contratar, se não tivesse isso ou aquilo. E as pessoas se aproveitaram disso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Desculpe-me. Eu termino.

Fizeram um contrato e o Simon disse à minha filha: "É por seis meses? É muito ruim o contrato. É muito mau o seguro". "Mas é o que tem. Foi o que eu consegui. E dentro de seis meses a gente muda". Terminaram os seis meses, e aí estão os *e-mails* dizendo: "Bom, que pena. Aqui tem uma solidariedade; então, no seguro, dizem que não vão fazer o resseguro, porque isso não é normal. Que continuem seis meses mais e depois a gente arruma". "Mas esse seguro é muito ruim" – minha filha disse. "Me obriga a estar avisando, tem muitas restrições. Eu quero mudar o seguro ao que a gente tinha anteriormente". E o Simon disse: "Não posso negociar. Não consigo, sou muito ruim e não consigo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Antes um pouco do acidente, durante o acidente, a Loredana ainda continuava operando nas negociações do seguro. Era a Loredana que fez tudo isso.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. já não estava mais no processo? Já tinha vendido as aeronaves?

O SR. RICARDO ALBACETE – Perdão. O quê?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Esses seguros todos foram trabalhados pela Loredana? Ela que fez toda a operação.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O senhor está dizendo que vendeu as aeronaves em 2015.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O acidente foi no dia 29 de novembro de 2016. Então, quando houve o acidente, o senhor não era dono das aeronaves?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não, não; eu continuo sendo dono, porque a venda não se materializou. Os aviões continuavam sendo meus. Ele me adiantou um dinheiro, mas ele deu para cobrir os gastos que foram ocasionados, os trens de aterrissagem, para a vida útil dos trens de aterrissagem, a gente tinha de fazer a manutenção. Nisso, foi US$1,2 milhão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim; nós recebemos US$1,2 milhão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não; para vender a aeronaves, falta ter fatura, transferir a propriedade. Eu fiz a fatura. Não me pagaram, não se transferiu a propriedade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Continuou de sua propriedade?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, minha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – A questão de fazer o seguro de US$25 milhões foi exatamente porque o de US$300 milhões tinha duas parcelas vencidas.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, as parcelas vencidas tinham que pagar o senhor chinês, as que faltava, mas o senhor chinês não apareceu porque estava preso; e eu decidi não pagar. Isso faz com que as apólices de seguro fiquem vencidas e que o seguro avise a companhia, a direção geral... E não procede. Então, falamos com a EcoJet, com a apólice de seguro da EcoJet, e, depois, negocia-se essa apólice de transição de seis meses, na qual não se colocou muita atenção, porque eu estava muito desgostoso com tudo isso.

Até dezembro, eu mandei o *e-mail*, terminando o contrato a 31 de dezembro, e mandei buscar os meus aviões, e contratei na Espanha, em Lérida, onde iam chegar as aeronaves.

Bom, de fato, quando vocês dizem que eu não contratei, eu falei com as pessoas de Celta de Vigo, com um argentino que era... Pareceu interessante para ele fazer um transporte de times de futebol na Espanha.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Só um minutinho...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O senhor acha que todos os envolvidos na formatação dessa apólice, que é uma apólice de um seguro arranjado, deveriam responder pelas indenizações das vítimas do acidente? O senhor entende isso? Ou seja, quem é que...

Bem, eu acho que...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Nós só estamos querendo interagir um pouquinho também.

Desculpa, Izalci. Eu sei que você...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Quando...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Eu sei que você tem um raciocínio, mas a gente também tem que... A gente tem de estar junto aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu sei, Leila, mas é porque há um Regimento que diz o seguinte: primeiro, o Relator; depois passa para os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Como Relatora.) – Não; o Relator... Por exemplo, poderia dar seis perguntas ao Relator e nós aqui, que também queremos interagir, poderíamos ter pelo menos uma ou duas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não; pode perguntar, eu só não quero perder...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Relator termina as indagações e eu passo para o Kajuru, para o Amin e para a Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – E as outras Comissões e o resto que a gente tem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não; se você quiser fazer as perguntas, todo mundo deixa. Não é normal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Não são todas as perguntas. A gente poderia interagir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pode interagir. Não há problema algum.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Eu sei que você tem um raciocínio...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se você pedir um aparte a ele, ele pode conceder, Senadora, sem problema.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Não; às vezes, eu tentei e ele disse: "Leila, deixa eu concluir o meu raciocínio". Eu estou esperando e estou tentando interagir. É só isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Leila, só para esclarecer, porque, talvez, seja falta de entendimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E eu acho que o Kajuru pensa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Deixe-me dizer a você. É porque... Lógico...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Não, não é falta de entendimento. É só conversar aqui, acertar e nós podemos, enfim, compartilhar este momento aqui, porque a gente também tem curiosidades. Eu tenho perguntas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu não tenho nenhuma dificuldade, não, gente. Eu só tenho... É porque a gente, como Relator – e eu já participei de dez CPIs –, no rito normal da CPI, faz um plano de trabalho e desenvolve. Como quem vai fazer o relatório sou eu, eu tenho de seguir um rito, só para não perder a minha...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu tenho dado...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas eu não tenho nenhuma dificuldade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Eu também... Você participou... A gente está querendo aqui é só interagir.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu tenho dado oportunidade de falar até a quem está na plateia. Então, eu tenho sido muito democrático, Senadora Leila.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pode fazer, pode ficar à vontade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Posso perguntar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode perguntar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Obrigada.

Considerando que as apólices de seguro da LaMia foram pagas às famílias dos tripulantes, eu pergunto ao senhor se o senhor poderia confirmar que não recebeu nenhuma compensação da seguradora, resseguradora ou do fundo humanitário pelo avião ou pelas perdas ou por outras perdas que o senhor teve? O senhor poderia...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu não recebi nada, simplesmente ameaças. A única coisa que eu recebi foram ameaças. Desse cara, o Alex Stovold. Me ameaçou e digo quando. Aqui o documento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – A última pergunta do Senador Esperidião Amin, que me pediu: a Aon sabia que a LaMia passaria a voar com risco aumentado – eu sei que o senhor já respondeu, mas eu gostaria mais uma vez de frisar –, transporte de jogadores de futebol, e ainda assim aceitaram reduzir o valor da apólice, que o senhor confirmou aqui, sim. E o senhor apresentou ao Relator provas. Com a sua experiência, eu pergunto ao senhor: com a sua experiência na aviação, não seria razoável que tivesse aumentado o valor da apólice,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerando que passaria a transportar atletas e jornalistas campões mundiais e tudo, de renome do futebol sul-americano e mundial? Pela sua experiência?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu nunca teria aceitado menos de US$300 milhões. Nunca. Jamais!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – O.k. Obrigada.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu quero dizer uma coisa, porque é uma pergunta do Relator, e eu gostaria de contestar. Ele diz: quem tem que pagar? Quando se contrata um seguro é porque, se tem um acidente... Bom, se você passar por um semáforo e tiver um acidente, você chama o seguro para pagar. Por isso você tem uma apólice de seguro. Pode ter muita gente culpada, eu não sei quem são, mas o seguro é quem paga. Para isso tem o seguro. O seguro está feito para quê? Para roubar o dinheiro das pessoas e dar oportunidade, quando tem um acidente, então, na letra pequena dizer: "Olha, tem que ter os olhos azuis", e não pagar? O seguro está para isso. Aqui tem muitos culpados, entre eles, eu, porque eu, lamentavelmente, sou o pai dessa criatura, que começou na Venezuela e terminou, lamentavelmente, com toda a dor da minha alma.

(*Interrupção do som.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... desse seguro arranjado, porque, na prática, a apólice deveria ser aquela inicial, como o senhor disse, de US$300 milhões.

Mas coloca para mim o eslaide número seis.

A primeira inadimplência da LaMia, em 2015, e o cancelamento da apólice de 2015 e 2016. De acordo com o eslaide que está aí, no dia 21 de setembro de 2015, às 13h47, o Darwin, que é o chefe de cobrança da corretora Estratégica, antiga Aon da Bolívia, escreveu para a Loredana para lembrá-la de que venceria a terceira parcela do prêmio no valor de US$67.449,29, no dia 26/09/2015. Nos dias 9/10 e 14/11/2015, respectivamente, o Darwin volta a cobrar o pagamento. A Loredana, então, só responde no dia 11/11/2015. Disse que enfrenta dificuldade para efetivar o pagamento, em razão dos custos de manutenção das aeronaves e da falta de operações. Informa que é cliente da Aon já há bastante tempo e que Simon conhece bem a trajetória e a seriedade da LaMia, com cópia também para V. Sa.

Somente em 10 de dezembro de 2015, a Loredana informa que está em condições de pagar a terceira parcela. Disse que permaneceu em contato com o Simon durante esse período e que ele conseguiu a extensão da cobertura por resseguradores. Aquilo que nós estávamos falando agora. Então, os resseguradores aqui... O Simon disse que conseguiu a extensão da cobertura com as resseguradoras, então, a Tokio Marine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 11/12/2015, o Jorge Henrique Londoño Pinto, que é o gerente geral da corretora Estratégica, antiga Aon boliviana, pede a Loredana, então, que informasse a data certa do pagamento. E disse que recebeu muita pressão da seguradora Bisa – também foi com cópia para V. Sa.

E, no dia 16/12/2015, às 10h03, a Loredana informa que fará o pagamento no dia 17 de dezembro de 2015 ou, no mais tardar, no dia seguinte. No entanto, o pagamento da terceira parcela, que foi vencida em 26/09/2015, e a quarta, vencida em 26/12/2015, parcelas do prêmio, não ocorre, então, não houve... E a apólice de 2015 e 2016 é cancelada, então, no dia 5 de janeiro de 2016. Ela foi cancelada.

E, no dia 11 de janeiro, o DGAC, após comunicado pela seguradora Bisa, suspende a operação da LaMia e ordena a permanência em solo da aeronave CP2933.

Então, eu pergunto: a aeronave CP2933 chegou a voar no segundo semestre de 2015? Quais os trechos e quem contratou? Tem conhecimento? No segundo semestre de 2015.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bom, o que eu posso dizer é: entendo, quando a aeronave voou em 14 de dezembro de 2015 para o Brasil... Até 14, em 2015, não estava no Brasil. A aeronave foi da Bolívia, em princípio, em meados de setembro de 2015, e regressou à Bolívia, por Natal, Cabo Verde e Natal, em 14 e 15 de dezembro de 2015. Quer dizer, a aeronave, sim, voava e estava voando. E creio que quando chegou à Bolívia de novo, não sei em que data, a Bisa suspendeu, porque não tinha pago a apólice. Eles começaram a voar com a EcoJet, com a apólice de EcoJet. Depois que se negociou essa apólice malfeita, que estava vigente no momento do acidente, lamentavelmente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que razão a seguradora Bisa só comunicou a inadimplência da LaMia à DGAC mais de três meses depois? A aeronave operou sem cobertura nesse período?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – A aeronave tem cobertura até que a autoridade aeronáutica não é comunicada de que está sem cobertura. Como se você compra uma geladeira e deixa de pagar a geladeira. A geladeira é sua. O que você tem é uma dívida. Ninguém pode tirar a geladeira de você porque você tem uma dívida. Isso quem tem que fazer é o tribunal. A cobertura do seguro está vigente enquanto o seguro não diga à autoridade aeronáutica, que é quem solicita se o seguro está vigente ou não está vigente. Por tal motivo, quando houve o acidente, o seguro estava vigente.

A Bisa pode dizer... É como dizer: o avião não está destruído, está escondido em alguma parte. Mas isso são besteiras, o seguro está vigente. Tanto está vigente que a DGAC não foi notificada. Não foi pago? Não foi pago. É uma dívida. E tem muita gente que tem dívida, que não paga. Não perde nem a geladeira nem o carro, até que seja discutido isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Qual é a relação existente entre a corretora Aon e a corretora Estratégica, antiga Aon Bolívia. Qual a relação deles?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bisa é um *fronting* e está no documento. Está no documento que eu passei. Aqui é onde diz. Eu ressaltei que a Bisa é um *fronting* e cobra US$2,5 mil. Está por aqui em alguma parte. Está o *e-mail* completo. Aqui está tudo. Estratégica, explico melhor. Aon foi ilegalizada, de alguma maneira, com alguns problemas na Bolívia. E como Aon teve que sair da Bolívia e tinha negócios na Bolívia, contrata a Estratégica como sua representante. Eu tenho os cartões do Sr. Londoño. E essas pessoas com a aon.com. Eles são aon.com. Londoño é um Aon. Estratégica é um Aon da Bolívia, mas sem o nome Aon, porque a Aon não podia estar lá, pois havia algum problema anterior. Não sei qual seria. O Sr. Londoño é Aon, não é outro. Não é que a Estratégica seja diferente da Aon, é um representante, é uma extensão da Aon, como a Bisa, que prestou certificado para ir entregar o seguro, porque a lei boliviana exige que seja uma seguradora boliviana que faça isso. É a Aon! São bonecos?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A seguradora Bisa tinha conhecimento das tratativas feitas pela Loredana diretamente com a corretora Aon? Quem repassava as informações à seguradora Bisa?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não. Loredana, fundamentalmente, a relação era com o agente da Aon diretamente. Em alguma oportunidade se comunicou com uma Sra. Agamúcio. Desculpe-me, Sra. Agamúcio, se algum dia sair na imprensa e isso possa custar o seu cargo. Ela manda à minha filha o contrato de seguros que eles nos negavam. Olha, eu vou fazer o possível... Depois do acidente, não é? Minha filha: "Vê se faz chegar o seguro de contrato para a gente". Eu tenho contato com ela, a gente se levava muito bem". Sra. Agamúcio ela se chama. Essa cópia... "Bom, você sabe, eu perdi, não sei onde consigo. Você pode conseguir a cópia do contrato para mim, por favor?". Então, a Sra. Agamúcio não consultou, buscou e disse: "Olha, aqui está o contrato". Foi quando a gente viu que tipo de apólice tinha. E aí foi quando a gente se deu conta do tipo de contrato que a gente tinha – minha filha e eu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – De acordo com...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só um pouquinho, Relator, eu quero fazer, antes que o senhor continue, o registro da presença que esteve aqui e meu pediu o Deputado Federal Marcelo Aro, que representa a Conmebol e deixou um documento aqui para ser entregue à CPI. Queria passar à mão de V. Exa.

Queria registrar a presença do advogado Marcel Camilo e da Sra. Fabiane Belle.

E gostaria também agora de solicitar que a Senadora Leila pudesse vir para cá para me substituir, porque eu terei que ir para o aeroporto.

A senhora pode vir para cá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Eu vou fazer só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está bem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – É rapidinho, Sr. Presidente.

Sr. Albacete, o senhor disse que não recebeu nenhuma compensação com relação ao acidente, nem fundo humanitário, nem de resseguradora. Mas o senhor disse que recebeu uma proposta. Eu gostaria de saber do senhor de quem foi essa proposta e de quanto foi o valor.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Fizeram-me uma proposta, o Alex, que poderia chegar a 8,5 milhões, que era o que sobrava. Ele fez uma conta. São 25 milhões. Fizeram-me uma proposta. Quem fez a proposta? Alex Stovold, Clyde&Co.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – E ele representa quem?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Alex Stovold é de uma empresa de advogados na questão do ramo de seguros. É alguém que é responsável por pagar. Ele é isso. Ele é o que está responsável que o dinheiro que depositaram para ele, que redepositaram para os advogados... Ele é o responsável pelo pagamento. E disseram: "Bom, são 25 milhões". Fizeram um cheque e depositaram na Clyde&Co. E vai lá convencer as famílias, isso é o que tem. E como eu estou fazendo barulho, eu vim trazer documentos e como eu não me dedico a essas coisas, então, claro... E quando viram que a minha filha...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – O senhor está falando que ele representa o fundo humanitário?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Sim, claro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – O.k.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eles disseram para mim: "Estamos oferecendo US$200 mil. Dá US$13 milhões. Gastamos 2 milhões... A 3 milhões não chega entre os aportes. Então, você faz as contas e fica com US$8,5 milhões mais ou menos, eu calculo. E isso é o que podemos utilizar para pagar a você e você nos ajuda a não fazerem mais barulho, a não molestarem mais, a não oferecerem mais documentos e a convencerem as famílias, e a gente sair disso".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Está nas notas aqui, V. Sa. tinha falado já sobre isso no início. Deixe-me só pegar o eslaide número sete.

Ainda um pouco antes do cancelamento da apólice de 2015/2016, a Loredana envia, no dia 28 de dezembro de 2015, uma mensagem para o Simon Kaye e informa que havia a intenção de vender a aeronave, mas que a pessoa interessada havia ficado indisponível repentinamente, que é o chinês.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Claro, estava preso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Estava preso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Claro! Estava preso em Beijing. O Sr. Sam Pa estava preso. Ainda continua preso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sabe o motivo da prisão, por que está preso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – O motivo é por causa do Partido Comunista. Agora, o motivo da prisão eu não sei exatamente. Eles têm um sistema judicial muito particular e não têm direito à defesa. Colocam na prisão e quando você tiver vontade de falar, você chama a gente. E, claro, não há julgamento, é um tribunal disciplinar.

Então, o senhor fez uns negócios na Angola, com exploração de petróleo, convenceu a maior empresa do mundo de petróleo da China, Sinopec, a adquirir umas... No mar de Angola... Que era da Shell, pagou bilhões de dólares e foi muito bem. Depois vendeu US$16 milhões, que o Governo da China pagou para Angola, e resultou que a coisa não era tão boa e já não tinha petróleo. Então, claro, botaram a culpa nele e o Presidente da Sinopec, que era Governador de Pujiang. Também está preso este senhor, claro, como uma espécie de cúmplice.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ainda no dia 3 de janeiro de 2016, a Loredana informa ao Simon que havia uma negociação em curso, mas que as autoridades bolivianas não aprovaram. Diz que o novo diretor assumiu o órgão dia 30 de dezembro de 2015 e que ele estaria comprometido com a LaMia, comentário que deve tratar-se do DGAC. Eu acho que quem não autorizou...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, o que ocorre, claro...

Bom, quando não pôde fazer o negócio com o chinês, tinha que salvar o avião, tinha que ter outra operação.

Eu preferiria perder o avião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Tinha uma pergunta aqui que eu acho que o senhor respondeu, mas não entendi: a empresa interessada em adquirir a aeronave da LaMia pertencia ao chinês, o senhor já falou, Sam Pa, e ele foi preso em 2015, por corrupção?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – O avião foi entregue em 27 de setembro de 2015, o primeiro avião.

Como não pagou, não entregamos aviões que estavam prontos para serem entregues.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas eu tenho que falar: ele foi preso por corrupção?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Esse senhor é meu amigo e eu o conheço bastante bem. Fez negócios com o Kushner, que é genro de Trump, dono do 42 Wall Street, da Lehman Brothers, em 2008 comprou o edifício da Lehman Brothers por US$150 milhões e depois comprou... O Kushner, que é um senhor, que é genro do Presidente dos Estados Unidos... Sam Pa... O Presidente não dá para fazer negócios. O genro do Presidente Trump, sim, pode fazer. E o que eles fizeram? Compraram o edifício do Lehman Brothers por 150 milhões de dólares, passaram a propriedade aos judeus, de Kushner, e, quando o dinheiro chegou na conta, a Fape congelou o dinheiro que provinha de Kushner, ao Sr. Sam Pa. Quer dizer, os americanos neste caso conseguiram permitir que a propriedade passasse, de um senhor que não podia fazer negócios da propriedade, passassem ao senhor genro de Trump, mas, por outro lado, o dinheiro, tomou a Fape, porque era sujo. Como o dinheiro era sujo? De quem? De Kushner?

Quando falam de corrupção, é uma palavra que se utiliza muito, de uma forma impiedosa contra os corruptos e contra os que não são também, porque os corruptos não importam que haja mais corruptos do que aqueles que não, para sujar aqueles.

Neste caso desse senhor, não defendo, são seus negócios. Ele é amigo pessoal meu, mas eu não compartilho os negócios que ele faz. Eu fui empregado dele e conheço que ele faz coisas muito grandes, de bilhões de dólares. E o que eu posso falar? Não conheço, porque ele sabe perfeitamente que eu não posso com isso.

E quando ele se reunia na Venezuela com o Ministro da Defesa e com todas essas pessoas, eu dizia: "Eu não participo dessas reuniões, eu não aceito que você esteja com negócio com essas pessoas". E ele sempre me respeitou e dizia aos amigos: "Na Venezuela tem muito Peter Pan. Albacete fazia assim, correto".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Coloca para mim, por favor, o eslaide o número oito, ainda com relação às tratativas da retomada das operações da LaMia no início de 2016, após o cancelamento da apólice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o eslaide que está aí, o oito, a Loredana encaminha uma mensagem para o Simon no dia 15 de janeiro de 2016, às 19h28. Informa que estão em discussão final e em processo de revisão contratual com a equipe esportiva do Paraguai, o Olimpia, para realizar dois voos, um para a Venezuela no dia 10/02/2016, e outro para o Equador dia 6 de março de 2016. Diz que está enviando cópia do contrato para revisão da Aon.

No final ela pergunta: como poderia restabelecer o seguro? O senhor foi copiado e informado. O Simon então responde e diz que iria consultar a seguradora sobre o risco da equipe esportiva. Solicita o número de passageiros e o nome da equipe esportiva. Todavia, avisa que a LaMia deveria liquidar as pendências financeiras anteriores primeiro.

Sobre o contrato enviado após a revisão, o Simon diz que analisou a seção seguros. Daí porque propõe, primeiro, um seguro de casco no valor previsto na apólice; um seguro de guerra e afins; e, terceiro, um seguro de responsabilidade civil de até US$250 milhões. Finaliza dizendo que, assim, não haveria preocupações sobre a cobertura e os limites exigidos, uma vez que a apólice, assim que é reintegrada, estaria em conformidade com o contrato. Comento: o limite da responsabilidade civil da apólice era de US$300 milhões.

Então, eu pergunto: V. Sa. saberia dizer se é comum a corretora propor um limite de responsabilidade civil no contrato inferior ao previsto na apólice e qual é a razão? Se era de 300, por que botaram 250. Sabe?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Mais uma vez vou dizer: não sei o tema, mas eu posso imaginar que, se você pode vender alguma coisa e pode vender algo de menor preço ao mesmo preço, você vai ganhar mais dinheiro com isso. Então, o que ele está fazendo é comercializando com a minha filha, que não tem ideia do que estava fazendo, lamentavelmente para mim, claro.

E eu também não sou especialista, mas eu tinha um pouco mais de olho para isso. O senhor diz: "Não, bom, tiramos 250 e você economiza um pouco". Claro, eles ganham dinheiro nisso. Nós não pagamos a Bisa e depois LaMia Corporation não pagava a Bisa, pagava a Aon. A Aon é que ganhava dinheiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – A profissão dela?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Minha filha é licenciada em administração de empresas e tem 40 anos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O senhor poderia nos informar por que razão os contratos firmados entre a LaMia e a Associação Chapecoense de Futebol não foram enviados para revisão da Aon, a fim de se verificar a compatibilidade com os termos da apólice vigente naquela oportunidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comentário: os contratos da Chapecoense estavam totalmente incompatíveis com a apólice de seguro vigente. Ou seja, o contrato como está aqui era US$50 milhões, e o seguro, de apenas US$5 milhões.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Deveria ter sido enviado, logicamente. Não sei por que não foi enviado. Mas posso dizer uma coisa: no último voo, em que aconteceu o acidente, ocorreram coisas incríveis. Por exemplo, o General Gamboa mandou um contrato e, depois, o Sr. Quiroga pediu à Loredana que enviasse outro contrato, porque tinham mudado o valor e as condições. Então, a minha filha manda o contrato. Esse contrato quem manda é minha filha. Ela manda desde Miami. Claro que ... Minha família tem alguma oportunidade de mandar dali, justamente por causa dessa desordem, por dizer de alguma forma. Então, o contrato, a minha filha manda, porque ele pediu. O que ele faz é copiar e pegar. Minha filha manda esse contrato no mesmo dia do acidente. Estamos falando de uma desordem, de uma falta de previsão terrível. Não tem explicação isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Izalci, Relator.

Uma curiosidade, Sr. Albacete: a empresa aérea LaMia transportou, em voo dela, a seleção da Argentina e, dentro desse voo, o craque Leonel Messi. Sim ou não?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Pergunto ao senhor: se tivesse caído o avião da seleção da Argentina, com o Messi no voo, na sua opinião sincera, as famílias seriam respeitadas e receberiam suas indenizações? Já estaria tudo resolvido? Ou estaríamos, como a gente está aqui, no Brasil, vendo esse retrato triste?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu respondo da seguinte maneira. Se tivesse caído na população brasileira, se o avião tivesse caído no Brasil, como caiu na Colômbia, e tivessem morrido, além do Messi, cem pessoas, outros famosos, se tivesse matado não só os jogadores, mas também a população brasileira, minha pergunta seria para a Anac: você teria uma apólice de US$25 milhões se Messi tivesse voado nesse avião e se voasse no espaço aéreo brasileiro, se tivesse caído na cidade de Belo Horizonte? Essa é a pergunta muito importante que tem que ser feita, porque aqui se fala muitas coisas, mas há grandes irresponsabilidades aqui, há uma grande irresponsabilidade.

Se o seguro teria pagado? Bom, se tivessem pagado e o escândalo estivesse grande... Se, no seguro, tivessem colocado não US$25 milhões, mas US$1 bilhão... Estamos falando de pessoas que têm bilhões de dólares, que acumulam dinheiro e fazem dinheiro sem produzir nem uma batata, nem um fruto. Fazem simplesmente por intermediações e fazem bilhões de dólares, e, quando chega a hora de pagar, eles não se importam com a miséria ou com a dor das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui. Podia ter cobrado e... Podia ter me prestado a essa manobra desse degenerado, e eu não me prestei a isso, e não vou me prestar a isso. Então, imaginem o problema que eu tive na minha casa, porque eu arruinei a minha família. Mas não vou receber dinheiro manchado de sangue, não vou receber, nem que venha o Papa.

Ou cobram da família ou eu cobro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Continuando aqui, nessa sequência ainda, vou falar antes de chegar à Argentina, estamos aqui, no Paraguai ainda.

De acordo com o eslaide nº 9, ainda dando sequência às tratativas de voo da equipe Olimpia do Paraguai, a Loredana envia uma mensagem ao Símon em 19 de janeiro de 2016. Diz que o time é de pouca projeção, equivalente a uma equipe universitária inglesa, e informa que a equipe esportiva ocuparia cerca de 30 assentos.

O Símon, então, responde que a contratação de uma nova apólice seria mais simples do que restabelecer a apólice existente. De qualquer forma, as pendências financeiras anteriores deveriam ser regularizadas antes. A Loredana, então, envia uma mensagem para o Símon, no dia 5 de fevereiro de 2016, e informa que o contrato do time do Olimpia não foi fechado.

Então, eu pergunto: quantos voos a LaMia realizou com equipes de futebol? Desses voos, quantos tiveram a Colômbia como destino?

V. Sa. poderia nos disponibilizar uma listagem de todos esses voos, especificando as datas, os destinos e as equipes esportivas? O senhor teria essa informação?

O SR. RICARDO ALBACETE (*Tradução simultânea.*) – Bom, eu posso buscar. Existe uma página que tem isso, em que você paga e baixa toda a informação do avião, tudo o que fez, quando fez, a que horas fez, quanto demorou voando, a que horas chegou, todas as incidências e, logicamente, a Anac, que é a empresa de vocês, o instituto brasileiro, tem toda essa informação também. Eu posso fazer, mas como uma pessoa normal. Não tenho...

Eu posso dizer... Todos os voos tinham destino à Colômbia. Existe um voo, que aprovaram aqui no Brasil, esse que eu já denunciei quando começou toda a rodada de regresso à América, que, segundo a forma de calcular, não podia ser feito. A Anac aprovou o de Cabo Verde e todos os voos que se fizeram da Venezuela, do Paraguai, da Argentina, do Brasil. Não foi nenhum direto. Aprovaram um, mas não foi efetuado, e da Bolívia. Todos foram à Colômbia, 13 voos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Anac talvez não tenha, porque... Esse último, por exemplo, a Anac não autorizou, mas, mesmo assim, foi feito o voo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Senador Izalci, me dirigindo ao senhor como Relator...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – ... e a quem está acompanhando, para entender por que eu fiz a pergunta na comparação da seleção da Argentina, com o Messi, e com o grande time da Chapecoense, que fazia uma campanha notável. Por quê? Porque, para mim, se acontecesse com a Argentina, o governo da Argentina entraria nisso, a confederação argentina de futebol entraria nisso, ao contrário da nossa, brasileira, da nossa CBF corrupta e bilionária que não presta contas do que arrecada, dos bilhões que ela tem – a Presidente Leila sabe muito bem disso. Tanto que a nossa CPI do Esporte está aí parada. O Presidente do Senado não admite fazê-la, porque não quer que se mexa com o futebol, ele quer que a CPI exista só para mexer com o esporte olímpico, futebol não pode entrar. Alguém consegue entender isso? Quer dizer, pode haver a CPI, mas não se pode mexer com o futebol... Vejam o poder!

Então, só para explicar, Presidente: para mim, lá entraria todo mundo e, aqui, Senador Izalci – o senhor concordou, na semana passada, com aquela sugestão que eu fiz –, aqui, nós desta CPI temos que ir até o Presidente da República Jair Bolsonaro. O Governo brasileiro tem que entrar nessa ferida, porque ele vai lá na Inglaterra, ele vai lá nessa empresa inglesa, nessa bandida aqui, Aon, sei lá o quê – eu quero que ela vá para Punta del Este! Enfim, o senhor entendeu Punta del Este, não é? O senhor não entendeu, depois eu explico para o senhor.

Então, eu acho que o Governo brasileiro, Relator Izalci Lucas, tem que entender o que está acontecendo e o tempo: são três anos de sofrimento dessas famílias. Então, algum Poder deste País tem que entrar nisso, porque nós aqui estamos fazendo um trabalho absolutamente inquestionável, e o senhor com questionamentos oportunos. Estamos chegando aí até a um pré-relatório se o senhor quiser. Hoje o senhor poderia fazer um pré-relatório.

E, para concluir, apenas dar satisfação ao povo: o presidente dessa operadora inglesa virá aqui na CPI?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, nós convocamos... Aliás, nós convidamos, porque eles não são obrigados, mas convidamos. Agora, eu tenho certeza de que, no final...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Porque ele precisa ser ouvido. O senhor concorda?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Posso fazer um comentário?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, pois não.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Vou sugerir que vocês chamem as suas instituições, como a Susep, a Anac, a Força Aérea, e perguntem: que companhia de seguros vocês têm quando vocês têm más práticas, quando vocês se equivocam? O povo do Brasil, através das suas instituições, paga apólices a essas companhias milionárias para que respondam. Quando eles erram, porque nós somos humanos... Essas pessoas.... Se a Colômbia tem US$415 milhões de cobertura, e nós estamos falando de 25, 25 para cá, 25 para lá, e desculpem que faça dessa maneira... Vocês têm US$415 milhões na Colômbia; DGAC tem US$100 milhões na Bolívia; e aqui US$1 bilhão nas apólices que tem contratadas a Anac.

E a Anac pode dizer: "Olha, tinha que ter advertido a Chapecoense que não fosse com essa linha..." Porque eu vi a apólice que foi consignada, não tem os requisitos próprios e não tem as condições necessárias para que seja considerado se aprova ou não aprova. Se essa apólice de seguro não dá para Colômbia, por que não pegou o telefone, chamou e disse: "Onde vocês vão com essa *aerolínea*? Vocês estão loucos? Vocês não podem ir! Não porque a cláusula é a quarta liberdade ou a sétima liberdade, é porque vocês não podem ir." Por que não fez isso? Por que não foi advertida? Porque, se não disse, então há uma responsabilidade da Anac. E quem paga quando a Anac se equivoca? A companhia de seguro. E quem é a companhia de seguro? E quem é resseguro? Olha, é a Tokio Marine? É a resseguradora de que seguro? Da Anac ou da Força Aérea ou do Cenipa?

Ele também ouviu a gravação, o Cenipa assinou e disse... Como é possível que o Cenipa tenha aprovado um relatório final de aviação onde se diz que escutaram o que não podiam escutar porque não funcionou a gravação e porque não entrou nada no escritório colombiano? Por que o Cenipa coloca coisas que são falsas? Por quê? O que faltou? Não dói à família brasileira? Como é que vocês colocam isso aqui? Isso não é verdade. Se desculpando? Claro. Aí é quando se perguntava: "Onde você está?" Isso é muito simples. Eu me tapo aqui, outro se tapa ali, se morrer... A culpa tem o morto, que não pode falar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sr. Ricardo, só para informar, Senador Kajuru: nós já chamamos e já ouvimos e, se for necessário, vamos ouvir novamente a Susep, a Anac. Eu não tenho nenhuma dúvida de que vamos chegar ao Governo. Assim como nós estamos fazendo a nossa parte, tenho certeza absoluta de que o Governo também fará. Por isso é que nós convocamos aqui e solicitamos informações dos contratos efetivados com a Petrobras, Caixa Seguros, Tokio Marine. Nós precisamos saber de tudo isso. Mas nós vamos chegar lá. Espero que a gente ainda consiga...

Esse relatório é para a gente aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, sim.

Eu só quero o eslaide nº 10, por favor.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sr. Relator, esse documento eu mandei ao Sr. Leandro, no qual exponho todos os pontos. Há muito mais pontos do que eu posso explicar, porque, claro, ali eu pude estar tranquilo, sentado. Esse documento é muito importante, porque fala muito mais coisas do que as que eu posso dizer hoje. Eu já disse bastante, claro, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Esse documento já consta da CPI, mas, se V. Sa. puder encaminhar mais detalhes, eu agradeço.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Aqui há outros documentos. Se vocês quiserem tomar nota, este documento... A minha *corporation* não quis, na Bolívia. Eu participei desse documento. É um documento que denuncia as autoridades dos seguros, a Aon e Alex Stovold, de um delito público. Quando eu disse a Alex Stovold em Madri: "Olha, não somente não vou ajudar como também vou denunciar." Então, ele pegou: "Olha, aqui você tem a cópia para que você saiba o que vai acontecer." Então, o homem olhou esse documento que eu tinha traduzido para inglês para dar para ele, porque eu estava preparado para a infâmia, e ele disse: "Se esse documento entra na Bolívia..." Sabe como ele ameaçou? "A gente não paga as famílias." Então, ele já sabia que comigo ele não ia poder, porque para mim é como se eu tivesse matado a minha... Ele disse: "A gente não paga as famílias." E esse documento não entrou. Eu coloquei março deste ano, porque eu quero colocar para ver o que diz o meu advogado, porque não tenho entidade jurídica ou algo assim para fazer isso.

Eu quero pedir ao Senado do Brasil, vocês que representam o povo do Brasil, as vítimas, que considere isso a fiscalização da Bolívia, porque, na Bolívia, o que fizeram esses senhores foi fazer assinarem essas famílias um documento de extorsão, em que as obrigam a ceder seus direitos. É algo que é um delito na Bolívia, não sei aqui, mas na Bolívia é.

E quero dizer outra coisa, por favor, para terminar isso e entregar outro documento: é uma reflexão sobre o documento, sobre o acordo transacional da Tokio Marine e Bisa com as famílias. Aqui está uma explicação bem importante.

E queria corrigir o procurador de Chapecó que esteve aqui, que vi pelo YouTube. Ele disse: "Tem os exonerados: LaMia Corporation, Ricardo Albacete e Kite Air." Não é verdade. Os únicos exonerados, quer dizer, não exonerados, o contrário, é a minha família. Esses senhores...

O que estou comentando e revelando hoje aqui, da tentativa de que eu me convertesse em extorquidor e acompanhasse suas façanhas num ato que ainda não consigo entender, porque eu estive na Inglaterra... Eles são fleumáticos, eles não cometem esses erros. Colocar num documento que liberam a LaMia Corporation, a Bolívia, a Colômbia, o Brasil, a todos eles liberam – eles assinam – para evitar qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida. Para fins do presente documento, os proprietários da aeronave, incluindo a Kite Air Corporation, que é a minha companhia, Ricardo Albacete, não incluindo como liberados... Quer dizer: "Nós não estamos nem aí para vocês." Como seguramos todos, Brasil, Anac... Claro, nos convém que tudo isso... A gente não fale disso. Então, como castigo, como repressão, vamos atrás do Albacete e da sua família, porque Albacete e sua família são os que fizeram que nós estejamos reunidos aqui hoje. E faço a consignação deste documento.

Este documento é do primeiro voo, quando a Chapecoense confirma o voo. Depois tenho esse... Cadê o outro documento?

Eu me perdi aqui; os meus óculos, não sei onde coloquei... Ah, encontrei, está aqui. Desculpe.

Esta aqui é outra petição que eu quero fazer a vocês. O que acontece é que a Susep boliviana decidiu não entregar os documentos correspondentes a todo esse seguro de que vocês perguntaram. E a APS da Bolívia sabe tudo, sabe quem é Aon, quem é o segurador, quanto é tal coisa, qual pessoa faz parte da Marine, como vocês já mencionaram. Então, pedimos isso a eles e eles nos negaram, mas depois uma delegação com o Marcel... Eles pediram também, com os seus advogados, mas...

Por gentileza, vocês, do Estado de vocês, com seus advogados, tentem esses documentos do artigo da APS. Com esse seguro, vocês vão descobrir coisas que nem eu sei também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nós vamos solicitar a cópia desses documentos. Eu pedi ao Leandro.

O SR. MARCEL CAMILO – Só uma informação: nós pedimos, nós reiteramos um pedido feito pela AFAV-C em 2017, e eles não nos responderam até agora. Isso tem mais ou menos 30 dias. Eles disseram que em sete dias responderiam, mas não responderam. Nós temos um advogado local que está correndo atrás disso e tivemos a informação de que o Itamaraty vai entrar no processo pedindo explicações. Mas, para corroborar o que o Albacete está dizendo: foi muito estranho... O comunicado que fizeram a eles e a resposta que estamos tendo lá: existe uma confluência de informação. Ou seja, eles estão segurando as informações mediante o que o Albacete solicitou.

Então, é só para ficar bem clara a formatação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Depois, se você puder me dar a cópia... Eu vou solicitar também, oficialmente pela CPI, cópia desses documentos para o Itamaraty também e lá na Bolívia.

O SR. MARCEL CAMILO – Eu solicitei à ... inclusive, Senador Izalci, na pessoa da Débora, que está nos acompanhando, esse tipo de informação também, de como a gente poderia prosseguir com a ... Então, envio ao senhor também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ótimo, obrigado.

Ricardo, eu tenho umas perguntas ainda.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bom, por favor, não somente peçam... Foi pedido na Bolívia, mas a Bolívia deixou fazer, e a Sara também, que são outras, digamos, identificações que temos. Ali é importante também a apólice do seguro; seria necessário pedi-la. Por quê? Porque ali vai aparecer Tokio Marine, e ali não é o último, então há outras seguradoras, porque é como se fosse um sindicato, como eles chamam.

Eu peço, por favor, que peçam também à Bolívia, à Colômbia e ao Brasil todas as seguradoras e também os assegurados e também aqueles que fazem parte, digamos, desse sindicato, e as apólices também, porque ali vocês vão descobrir exatamente que, por detrás de todas essas apólices, estão os miúdos, ou seja, daqueles que estavam por trás da apólice da LaMia. Por que não 25? Por que não 300? E por que a apólice da Anac, que também são milhões de dólares, não pode pagar os US$300 milhões que são os seguros?

E sabem como fazem isso? É uma questão bem simples. Que a Anac reconheça, como tem que reconhecer, de uma forma digna, que se equivocou, ou seja, não que se equivocou na autorização, mas, sim, num voo que não poderia ser feito. Se equivocou quando não advertiu a Chapecoense que não contratasse essa empresa, e que talvez essa não poderia ir à Colômbia; mas, como não fez e como se equivocou, deve pagar. E, como não vai pagar isso, porque há o seguro, então o seguro que pague.

E vocês têm essa força, têm a presunção. E devem ligar de estar pressionando a Colômbia, a Bolívia, com o senhor da Inglaterra, por exemplo, e o senhor da China, Sam Pa. Então, nós temos que também pressionar o seguro daqui, porque eles têm esse seguro e eles sabem, e têm que saber, que o pagador da apólice é a Anac, ou quem quer que seja, e esses dados civis têm que ser pagos. Ou seja: "Vocês terão que pagar esses US$300 milhões." Não façam isto: não recebam menos de 300. Não façam isso! Imponham isso, porque, depois, com esse dinheiro, fazemos, então, um mutuário mundial. E ali colocaremos várias bandeiras e, com segurança, poderemos, então, pagar as pessoas.

E eu estava lendo um pouco sobre isso e sobre uma iniciativa feita na Inglaterra há uns anos, mais ou menos ano de 1992, e que se chama A Mia, sem L, A Mia. E é digamos um movimento que foi feito, que queria ser feito e que não foi de uma companhia de seguro, mas em que você deposita o dinheiro, e ali foi apresentado um sinistro, e é pago às pessoas. Ou seja, o que está acontecendo é que... Se entrou para a esquerda ou que a pessoa disse que deveria descer ou subir... E o que importa tudo isso às vítimas? Que raios isso tem a ver com as vítimas? Ou seja, foi pago e, então, por que não foi feito? Isso é injusto.

E vocês estão aqui... Eu fui Senador também. E vocês estão aqui para defender os interesses das pessoas, da população. Então, vocês têm que dizer não somente que têm que defender a família chapecoense, mas também a família de todo mundo, dos seres humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso não deveria acontecer. E isso acontece todos os dias, diariamente acontece. Esses senhores são, digamos, uns malditos – desculpe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu ainda tenho algumas perguntas para concluir aqui ainda.

Coloca o eslaide nº 10, por favor.

Nós vamos retomar aqui.

A retomada das operações da LaMia e a emissão de uma nova apólice. Aqui vamos entrar, agora, já na nova apólice, de abril de 2016.

Bem, de acordo com o eslaide nº 10, a Loredana envia uma mensagem ao Simon, dia 30 de março de 2016, e informa que tem um contrato para transportar uma equipe de futebol da Bolívia até a Venezuela. Diz que a Copa Sul-Americana tem muitos jogos e que seriam os candidatos perfeitos para transportá-los. E complementa dizendo: "Não podemos operar sem seguro e não podemos pagar se não operarmos". A Loredana diz isso. Finaliza perguntando se poderia obter um seguro por viagem. O Simon então responde, no dia 31 de março de 2016, e diz que vai tentar buscar uma solução para que a LaMia retome as operações. Aí, no dia 1º de abril de 2016, a Loredana volta a escrever para o Simon e informa que precisa assinar o contrato, pois a viagem seria no dia 10 de abril de 2016. Desse modo, necessitava de um seguro para processar as licenças e liberar a aeronave. Finaliza dizendo: "Esse cliente é excelente potencial para nós. Eles trabalham com todas as equipes de futebol, e a temporada de jogos está começando. Ficaríamos muito tristes em passar essa oportunidade". O Simon, então, responde, no dia 2 de abril, e diz que precisaria apresentar uma proposta de pagamento das pendências financeiras anteriores à seguradora. E pede uma cópia do contrato para verificar os requisitos do seguro.

Eu pergunto então: a LaMia, na pessoa de V. Sa., de Loredana ou de algum outro parceiro, tinha algum tipo de acordo operacional com a Conmebol?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não acredito.

Eu volto e repito que todos tinham a razão e consentimento com o falecido, que fazia essa função de buscar os contratos ou fazer os contratos, eu acredito. E eu acho que essa mensagem é a mensagem que dava logicamente os donos da LaMia Corporation até conseguir realmente voar.

E, de fato, pode ser contratado, sim, um seguro por voo; de fato, quando nós trazemos os aviões, nós podemos contratar somente para o voo. Então, é um negócio que as pessoas... Teriam a fazer é cobrar, faturar... E ali é um voo, claro, que não é tão bom quanto os outros, mas é um seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quem seria, então, esse cliente, citado por Loredana, que trabalhava com todas as equipes de futebol? Porque ela diz aqui, olhe: "Finalizo dizendo que esse cliente é excepcional potencial para nós". Quem seria esse cliente?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu acho que era esse Sr. Encina, Gustavo Encina – eu acho que é esse o nome –, que morreu no acidente. Acho que é ele. Ele estava em tudo isso e, inclusive, parece que houve uma discussão com esse senhor em Medellín.

Se vocês quiserem, eu posso contar uma história que eu acho importante que vocês conheçam. E, bom, já que eu estou aqui, eu estou disposto a gastar o tempo que seja necessário para esclarecer...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ...sim, porque nós ainda temos um bloco.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Chegando com o voo... Eu fui... A Força Aérea Boliviana queria alugar os aviões, fretá-los. Então, eu fui à Bolívia e, como eles vinham num voo que ia para Medellín... Claramente eu viajei a Medellín. E lá eu fui a um avião, com o Nacional de Medellín, a um jogo que eles teriam que seria em La Paz.

Quando chegamos a Santa Cruz de la Sierra, esse voo foi feito da mesma forma, com a mesma distância que foi realizado esse mesmo voo do acidente. Eu me lembro de que eu estava lá na cabine, pertinho. Eu estava ali acordado porque... Quando aterrissamos ali em Cobija, já era a hora, então... E nós fomos depois a Santa Cruz porque esse voo estava autorizado e tudo. Então, chegando a Santa Cruz, nós falamos com os generais e também houve uma proposta tal entre eles.

Depois do jogo, voltamos. E, na madrugada, depois que terminou o jogo entre o Nacional de Medellín e Colômbia... Depois, quando chegamos a Medellín, diretamente disseram que nós tínhamos que voltar para buscar uma outra equipe da Bolívia para levá-los até Assunção. Eu disse: "Mas nós não podemos voltar, porque temos aí um outro voo de quatro dias, já estamos aí voando e vocês não podem voar novamente". Então, isso gerou uma discussão muito grande de alguma forma. E esse Sr. Gustavo Encina... Quando eu vi quatro senhores, eu disse: "Então, esse voo não será feito, eu não autorizo isso. Eu já digo para vocês que vocês já têm muitos voos voando. Então, não podem fazer um próximo". E eles estiveram de acordo. Nesse contexto, eles diziam: "Claro, realmente, o senhor tem razão em tudo. Isso seria muito inconveniente". Mas eu dizia: "Não façam esse tipo de inconveniente porque estão colocando em risco as pessoas".

Depois apareceram quatro pessoas, três rapazes e uma moça, e eles diziam: "Quem são vocês?" Eles diziam: "Somos passageiros. É porque nós estávamos em Barranquilla, de Barranquilla para aqui e depois vamos voltar". "E vocês vão como? Conosco?" "Sim, com vocês." "Mas como? Vocês pagaram a passagem num voo *charter*?" "Sim, viemos com o senhor." "Como?" E discutimos sobre isso. Esses rapazes eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem grosseiros. E eu depois chamei a atenção e disse a minha filha: "Veja, essas pessoas terão que voltar a Assunção". E, de fato, esse senhor... Eu paguei do meu bolso, mas eles não voaram.

Então, eu quero dizer que é um senhor infelizmente que era, digamos, pernicioso e estava em todas as operações e que seria aquele homem que tinha a tal influência, digamos. Eu não conheço mais do que isso e não acho que haja mais do que isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Conmebol já indicou a LaMia para alguma equipe de futebol? Quem indicou a LaMia para a Chapecoense? Como a LaMia chegou até a Chapecoense?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bom, vamos ver. Vejamos, eu me lembro de que quando começou isso, o Sr. Vacaflores, que também morreu no acidente, que é cunhado – não é genro, não – do senhor Marco Rocha, se dedicava a conseguir negócios, fechar negócios. E eu me lembro de que ele contratou a Chapecoense, que era um dos jogos que havia, e eles estavam ali jogando. Eu me lembro de que intervim e disse: "Nossa, que simpático esse tipo de time". Foi bem simpático. Esses jogadores foram bem simpáticos e eu fiquei meio que...

É bem interessante porque... Eu achava bem bonito aquele jogo ser ganho por essa equipe. E eu criei uma simpatia, mas eu não acho que tenha sido Chapecó que se comunicou com ele, mas, sim, Vacaflores que se comunicou com Chapecó para poder fazer esse negócio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Era comum a LaMia enviar contratos para revisão para a Aon? Em quantas oportunidades isso aconteceu?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bom, no meu caso, não, porque eu nunca voei. No caso deles, eu acho que sim. A cada tempo, enviavam coisas e faziam perguntas e havia uma comunicação extensa, avisavam a esse Sr. Simon de muitas relações coordenadas. E eu acho que havia uma determinada amizade nesse contexto. O correto é que eles se comunicavam entre si. "Estamos indo para aqui, depois para lá." E ali trabalhavam com Graham Bailey, que era um profissional de primeira. Inclusive, eu peço que vocês o citem, porque é uma pessoa que pode dizer muitas coisas importantes, porque, se vocês o conhecerem, com certeza ele pode dizer coisa muito importante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Depois eu gostaria que verificassem se convocamos esse senhor... Só o Simon? O Simon tem a convocação.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não. Simon Kaye. O outro é Graham Bailey. Aqui está: Graham Bailey. Se quiser anotar aí... Alex também, como queiram. O senhor seria bem interessante. Já o anotamos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por favor, coloque o eslaide nº 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, de acordo com o eslaide nº 11, ainda em relação à negociação do voo para a equipe boliviana, a Loredana enviou outra mensagem para o Simon, no dia 5 de abril de 2016. Informa que as parcelas vencidas da apólice anterior somavam US$134.898,58. Disse que poderiam pagar em duas vezes e informa que vai enviar a cópia do contrato para revisão da Aon e encaminha, inclusive, o plano de voo. A Loredana, então, comunica que se tratava do time Strongest e que ele ocuparia 88 assentos. Informa que o voo seria no dia 10 de abril de 2016, para a cidade de Valera, na Venezuela, e o retorno no dia 13 de abril de 2016. Diz ainda que gostaria de restabelecer o seguro operacional completo apenas para a aeronave CP-2933. Finaliza informando que, abre aspas: "Há mais três contratos para o mês de abril em andamento, principalmente viagens do Brasil a Bolívia. Estamos muito confiantes e queremos obtê-los. Acreditamos que estamos sendo testados por esse primeiro para Valera". O Simon, então, responde e diz que teria uma reunião com a seguradora principal – provavelmente fazia referência à Tokio Marine. Informa que a pendência apenas com o resseguro girava em torno de US$50 mil. Quanto ao contrato, diz que analisou e não detectou nenhum requisito específico relacionado ao seguro mantido pela LaMia. Para o Simon, bastaria atender os limites de responsabilidade exigidos pelo Strongest e pela Venezuela. Ele conclui dizendo que, em que pese a apólice anterior ter um limite de US$300 milhões, ele gostaria de oferecer opções de preços para limites de acordo com o contrato.

Pergunto, então: V.Sa. poderia nos esclarecer quem estaria testando a LaMia com o contrato para o time The Strongest? Seria a Conmebol, ou não?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para depor. *Tradução simultânea.*) – Não. Strongest era uma equipe que eu conhecia como seu advogado, que depois foi Secretário da Presidência da Bolívia agora. Ele era também jogador e era Strongest, e conhecia o Gen. Gamboa. Esse General Gamboa tinha uma relação de amizade, contrataram a Strongest, e eu acho que é por isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. confirma que foi a própria corretora Aon que tomou a iniciativa de oferecer esse limite de responsabilidade inferior aos US$300 milhões dessa apólice 2016-2017? Foram eles que tomaram essa iniciativa de propor para reduzir?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim. O que acontece é que, logicamente, esse tipo de trâmite feito pela minha filha, de fazer as coisas mais econômicas, porque havia mais apólices mais baratas... Havia uma que resolveu retirar características do contrato. É como se você comprasse um veículo... E o veículo ainda tem, por exemplo, buzina, tem faróis, tem determinados tipos de coisas que poderiam ser equipadas. E aí ela pensava em coisas mais baratas, e assim retirariam coisas da nossa apólice. E ali vocês estariam oferecendo, por exemplo, mecânicos e coisas do tipo. E ali o que aconteceram foram condições que foram colocadas. Infelizmente, o que eu posso dizer a vocês é que minha filha não é uma especialista nisso, de negociar compras, ou questionar, por exemplo, um seguro, porque se requer experiência e conhecimento nisso. Infelizmente, se aproveitaram dessa sua inocência, e eu acho que ali ela não poderia se dar conta de que poderia administrar dessa forma, porque a seguradora deveria ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

somente a segurança direta e a cobertura total, mas, por uma questão de preço, não alcançavam isso. Por uma posição profissional, deveriam diminuir então, e nem sequer solicitavam o risco do seguro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – De todas as negociações, de todas as comunicações que Loredana fazia, eram encaminhadas a V. Exa. cópias. Em nenhum momento, V. Exa., que é mais experiente do que ela, poderia ter questionado isso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, eu falhei. Eu falhei, não porque eu não li, não entendia. É porque eu não lia. Então, eu falhei. Eu não lia. Eu estava totalmente chateado, e eu não estava de acordo com o que poderia ter esse avião, eu estava cheio de coisas, eu tinha que pagar aos senhores. Então eu pensei no que o advogado falou, de ter uma situação como a Espanha. De fato, coloquei uma situação e... Eu exigia que me pagassem. Ali estavam as iniciais, mas, enquanto isso acontecia, o avião não podia ficar aí... E por parte da LaMia Corporation, e a minha filha... Talvez seria a minha culpa do avião na América, mas eu não quis saber de nada, e a minha filha, de forma respeitosa, fazia isso, me enviava as cópias, mas eu olhava e mandava para o arquivo, porque para mim é muito trabalho também. Então, por mim, é uma questão pessoal mesmo, emocional, porque eu sou uma pessoa também que tem muitos problemas. Nesse momento, para mim, eu já não estava preocupado em analisar isso. Uma vez meu pai disse que... A minha irmã me disse... Por que ela tinha namorado? Porque ele ainda não tinha esse conhecimento. Ou seja, a mesma coisa aqui aconteceu comigo. Eu não estava nem sabendo na verdade. Eu não estava sabendo. Eu recebia, mas eu não estava sabendo e, quando eu estava voando, eu estava emocionado. Ali, sim, eu estaria envolvido, mas, quando não, eu não estaria envolvido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quando eu perguntei a idade dela e a qualificação dela foi exatamente por isso. Eu acho – eu já não tenho dúvidas com relação a tudo que li até agora – que a questão foi econômica. Como é que eu faço para botar a aeronave para funcionar? O preço é o preço. Então, foi reduzido com consentimento. Ninguém admite diminuir de 300 milhões para 25 milhões por falta de experiência ou porque não conhecia e tal.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, até 25 não, porque faltariam 50. Ela aceitou... Eu revisei os documentos e, certamente, ela conveio que, se baixasse até os 50... Não respondeu e mandou por 25 sem perguntar. E depois não mandou a cópia. A gente não sabia que tinha sido 25. Eu estava inconformado com isso, e eram seis meses... Em seis meses ia ser mudado outra vez. A gente foi fraco nisso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – De acordo com o eslaide nº 12, a Loredana encaminha uma nova mensagem para o Simon no dia 5 de abril de 2016, para tratar ainda da viagem da equipe Strongest, que ocorreria no dia 10 de abril de 2016. Diz que precisa de um seguro. Simon então responde, ainda dia 5, e informa que a pendência financeira devida à corretora Aon seria de US$46.759,08, relativa à apólice anterior, 2015-2016. Loredana, então, liquida a dívida e envia o comprovante de pagamento para o Simon, no próprio dia 5. O Simon então agradece e informa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Loredana que, em conversas informais com as seguradoras, calculava um prêmio em torno de US$360 mil, para uma nova apólice de 12 meses com cobertura completa de voo. O Simon então explica que pode parecer um aumento significativo no valor do prêmio, mas pede para Loredana considerar o fato de que, na apólice anterior, a cobertura era apenas de risco em solo, pois a aeronave não estava voando.

Eu pergunto: como V. Sa. pode justificar um limite de responsabilidade de apenas US$25 milhões para uma aeronave que passou a operar regularmente em toda a América do Sul, incluindo aí os países andinos, transportando equipes de futebol? Esse mesmo limite de responsabilidade era de US$300 milhões quando a aeronave não estava voando.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Se você vir a apólice, e você conseguir aonde isso está dizendo, eu fico aqui trabalhando como escravo. Ou seja, é falso. Na apólice não aparece que os aviões vão estar no solo. O que aparece é na negociação. É por isso que ele fala. Como sabíamos que o avião estaria no solo, tínhamos esse valor tão bom.

Pegamos US$200 mil e tantos com risco zero. Ele faz uma apólice. Porque se se afoga numa piscina, e a casa não tem piscina... Compreende? Não é que o risco não existe. Claro que existe. E, se existe, é para que voe. Tem que voar. O que acontece é que, seguramente, quando você disse a ele "vou voar" ou "se você voar, você tem de pagar um extra", não sei. A apólice não fala. Quanto maior, melhor, para que ninguém compreenda e para, depois, poder negar o pagamento. Eu não acredito que exista uma apólice de 300 milhões que custe US$200 mil em que o risco é nenhum.

Que responsabilidade pode ter, civil, se você não pode levar passageiro, não pode voar? Quem pode morrer se o avião não sobe? Não sei se eu me expliquei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O anterior era de US$300 milhões. E estava parado. Não estou dizendo que o seguro foi feito para ficar parado, mas estava parado. Como é que, para sobrevoar com vários times, contratos, vários locais, inclusive os andinos aqui, como poderia ser de 25 milhões, um valor tão irrisório comparado ao que era antes?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Você está me perguntando ou está perguntando para a Anac? Porque a Anac não tem 25 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Porque a Anac não autorizou o voo aqui.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não, não. Não é verdade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ela negou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – A Anac, a lei, a Aeronáutica brasileira estabelece US$25 milhões. Quer dizer, não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas foi 50 milhões. Então, não poderia ser, em nenhum momento, menos de 50 milhões.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Por que baixou para 25? Porque não está autorizado. Que ele demonstre quem deu ordem a ele, por nossa conta, como dono ou por conta da LaMia Corporação, de baixar isso a 25. Que ele diga aqui, como eu coloquei todos os documentos. Você me diz: "É possível que voe?". Tanto é possível que o Governo brasileiro tem estabelecido assim, o Governo brasileiro, o Governo boliviano também. E isso é minha culpa? Isso não é culpa da LaMia. Isso é o sistema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se V. Sa. encontrasse a Loredana, talvez a Loredana possa também encaminhar ou informar...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – A Loredana vai dar mais informações que eu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que ela concordou com essa apólice? Eu não tenho dúvida nenhuma de que foi para botar o avião lá. Então, não tinha condições de pagar um valor maior, e foi diminuindo, com a concordância evidentemente ou até com a iniciativa do próprio corretor.

Coloca para mim o número 13. Já estou encerrando aqui com ele.

De acordo com o eslaide nº 13, ainda com relação à nova apólice de seguro que estava sendo formatada, o Jorge Henrique Pinto, da Corretora Estratégica, antiga Aon Bolivia, envia uma mensagem à Loredana no dia 5 de abril de 2016. Informa que os limites da apólice estavam em conformidade com a FAA, diz que a aviação, a Aon Benfield, da Argentina, e a Bisa Seguros estavam todos coordenados. Registre-se que todos atuarão com conformidade assim que tiverem a confirmação de Londres.

Ainda no dia 5, a Loredana então escreve para o Jorge Pinto, da Corretora Estratégia, antiga Aon Bolivia. Pergunta sobre os limites, diz que precisa dessa informação e pergunta se ele já havia enviado a informação para o Simon – e V. Sa. foi copiado neste momento, nessa mesma informação. Aí, o Jorge Pinto responde e diz que Simon estava a par dos limites. Informa que ele e Simon revisaram a página *web* da autoridade norte-americana (FAA) – novamente V. Sa. é copiado...

A cópia dos trechos das apólices 2015/2016 e 2016/2017 encontram-se anexadas. Eu tenho cópia da apólice aqui comigo, mas há uma ali também na apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto então: a definição dos limites da apólice de seguro 2016/2017 foi iniciativa das corretoras Aon e Estratégia, antiga Aon Bolívia? Estou correto ou não? Quem estabeleceu a definição dos limites da apólice, no entender de V. Sa.? Foi iniciativa da corretora Aon?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – O que eu li nos documentos, o que se estabelece é que a minha filha começou a negociar, porque os preços eram muito altos, e que não parecia que se fosse cobrar tanto e que não havia recursos para pagar isso. Então, tentou conseguir melhores tarifas, melhores preços, porque ela achou que a estavam enganando, cobrando muito. Então, começou a negociar, e o que eles fazem é dizer: "Você quer menos? Bom, então, vamos dar menos. Quer menos? Então, vamos dar menos, menos garantias, menos cobertura". Então, eles disseram: "Bom, por esse preço, o que a gente vai dar é um carro velho usado, não é?".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – A Aon não fez o seu trabalho.

Se você é médico, você não pode chegar a um senhor, que é paciente seu e que não é médico, e: "Olha, eu não quero fazer o tratamento, como você me fala, eu quero tomar sal de frutas, eu quero"... O médico diz: "Sabe como é a coisa? Eu não aprovo isso, porque eu sou o médico aqui, quem sabe de medicina sou eu". "Quem sabe de aviação sou eu, quem sabe de seguro sou eu." "Então, eu vou falar com o seu pai ou com quem seja. Você está assumindo riscos desnecessários por uma miséria de dinheiro. Então, eu faço o meu trabalho e eu não posso... O seu pai me pagou, durante seis anos, US$2,3 milhões e eu não posso dizer para o seu pai agora que, de última hora, eu não coloquei aquilo pelo que você tanto pagou". E, agora, vou mandar a Graham Bailey: "Olha, Graham Bailey, eu necessito de que você me faça o seguro, que você"... E ele me disse: "Ninguém na sua carreira pediu que colocasse aquilo que não fizesse falta". "Eu não quero que você me desproteja em nada". E ele disse: "Faça o *state of art* do documento". E ele fez o meu seguro e o de todos esses anos foram *state of art*, que se destruiu seis meses antes que acontecesse o acidente. Tragicamente assim é a vida. Eu não quis participar.

Esse senhor da Aon não deveria permitir que nem a minha filha, nem o Papa dissessem a ele que diminuísse aquilo que, desde o primeiro momento que eu contratei, pedi como condição necessária, isto é, que fosse total proteção, absolutamente toda. E eles desconheceram isso, tanto assim que eles disseram que eu não existo, não me copiaram, não me deram assistência legal, e eu não apareço no contrato. O último contrato que tem eu não apareço.

Eles me tiraram da Kite Air Corporation, da empresa que é seguradora, não me nomearam em nenhuma parte, e eu sou o dono da aeronave. Fazem o registro do casco, da estrutura, e não põem o dono da estrutura como cobertura. Não, ele não tem o seguro da estrutura, da fuselagem. Como não tem da estrutura, da fuselagem? E na primeira página dizem: "Bom, o valor da aeronave é de... E a fuselagem..." Não, não, ainda está na primeira página. Quer dizer, anteriormente, eu não apareço como dono. Há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cláusula que diz meu advogado: aquele que assinou o contrato do arrendamento da aeronave está coberto por isso. Eu estou indiretamente coberto, mas eles não me reconhecem. São uns farsantes.

Não é justo. Você não pode dizer a alguém, a uma família: "Olha, seu marido, seu filho faleceu porque nós fizemos caso com o seu cunhado". Como você deu atenção ao cunhado, que é advogado? "Sim, sim, sim. A gente trouxe ao hospital porque o médico"... Aliás, você tem obrigação de salvar. E como que você não fez? "Não, mas é porque o meu cunhado que é advogado que disse o que tinha que ser feito". Ué, mas ele não é médico, ele é advogado.

Lorena não tem certificado de controladora aérea, ela não é seguradora. Você pode perguntar tudo para ela, você pode contactar com ela e ela tem a mesma dignidade que tenho eu. Agora eu vou dizer uma coisa: ela não tem nada a ver com isso, a não ser que ela tenha feito erros ou falhas ou observações que não tomou a tempo ou tomou decisões erradas do ponto de vista administrativo, mas não tem nada a ver com a instância, com a equipe do avião, do piloto, da parte aeronáutica. A minha filha é uma pessoa alheia ao resultado final disso.

Claro que se sua filha não tivesse permitido... Se ela tivesse assinado uma apólice de 300 milhões, estaríamos falando de outra coisa, mas claro que estaria com a frota inglesa parada aqui frente à costa do Brasil para não pagar U$300 milhões.

Estaríamos falando de 300, mas eles não querem pagar 25. Sabe o que eu estaria fazendo agora? Em vez de me comprar por 8,5 milhões, eles me mandariam matar. É isso. Estamos falando errado, estamos errados. O inimigo está em outra parte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A seguradora Bisa, então, também tinha conhecimento desse limite. Correto?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, seguramente. Bisa se apresentou na foto e sorriu. A Tokio Marine também tinha conhecimento. A Tokio Marine tem que pagar, e não quer pagar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Queria saber quem é pior: se é essa Tokio Marine ou é a...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Uma é a corretora.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – A composição acionária da Tokio Marine: o Japão é dono de 100% aqui também. Eles não têm outro sócio. Aqui é outra seguradora. Não, não; é a mesma, com os mesmos donos, 100%! Aí não. Ela não pode operar aqui, teria que abrir uma empresa aqui. Desculpa. Sim, ela está operando. Vocês estão fracassando nesse sentido, porque vocês estão pedindo à Tokio Marine, a seguradora no Brasil, mas ela não tem nada a ver com isso. Você tem que pedir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Susep que mande a lista de todos os seguros de que participem a Aon, como operadora, e a Tokio Marine, como resseguradora. Vocês se surpreenderão com a quantidade de bilhões que vocês pagam a essas seguradoras. Vocês pedem às que não são... Vocês estão pedindo às seguradoras de veículos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. conhecia o Simon desde 2011, correto?, desde 2011.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim. Eu conheço toda essa gente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim. E ele sempre cuidou das apólices da LaMia, correto?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, foi Graham Bailey e Simon. Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. é amigo dele? É amigo mais do outro que o senhor disse, não é isso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não. Ele não é meu amigo e não será nunca. Eu, quando estive em Londres, Sean O'Regan me apresentou a Graham Bailey e com Graham Bailey... Simon é um tipo que está sentado lá e é o chefe, me cumprimentou: "Como é que você está?"...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Essa relação com ele interferiu na questão de a Loredana ter aceitado talvez reduzir, fazer essa...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não acredito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Você acha que é normal ou ele fez em especial porque a Loredana pediu, porque estava com problemas de operar, porque não tinha o seguro, e aí fizeram esse jeitinho?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O senhor teve alguma consideração por isso ou não?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não. Isso a gente não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eles fariam isso com qualquer um?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não. Essas pessoas não têm coração. Essas pessoas não têm coração. Isso não existe. Em absoluto... É absolutamente comercial.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – De acordo com o..., a Loredana envia uma nova mensagem ao Simon, no dia 28/09/2016, e informa que a segunda parcela do prêmio venceria em 02/10/2016. Disse que solicitou à corretora estratégica, a antiga Aon boliviana, o cancelamento da apólice vigente e uma nova cotação mais barata. A Loredana falando isso.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Claro, porque essa apólice...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Registra que a corretora estratégica demorava muito para resolver certos problemas e, por isso, resolveu fazer um contrato diretamente com ele. Pede para que o prêmio voltasse a ser parcelado em três vezes – na apólice atual o prêmio era parcelado em duas. V. Sa. foi copiado também.

No dia seguinte, dia 29 de setembro, o Simon pergunta à Loredana: "Gostaria de manter apenas a cobertura de responsabilidade civil, e para quantas aeronaves?". Sobre o parcelamento do prêmio, disse que tentará negociar para quatro vezes. Informa ainda que a apólice atual previa um prêmio de 80% – a Loredana havia pago somente 50%. Pede à Loredana a quantidade de voos realizados desde abril, para que pudesse avaliar o nível de exposição.

Ainda no dia 29 de setembro de 2016, a Loredana envia duas novas mensagens ao Simon – parece até duas pessoas: "Simon" e "Saimon", mas é a mesma, só para... – e informa que gostaria de segurar apenas a Aeronave CP-2933 e que a intenção era manter somente a cobertura de responsabilidade. Diz que futuramente adicionariam proteção de casco e guerra e incluiriam uma segunda aeronave. Reclama o valor do prêmio atual e pontua que os recursos da LaMia eram limitados.

Aí, na sequência, a Loredana envia uma segunda mensagem e informa que, de abril de 2016 até setembro de 2016, a LaMia fez 156 voos e que isso equivaleria a 180 horas de voo.

Então, eu pergunto: V. Sa. confirma que a apólice de 2016 e 2017 só cobria a responsabilidade civil? Por que não foi incluído o casco? Sabe?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não é certo. Não é certo. Eles defendem isso, mas, se você vir a apólice, tem o casco. A apólice de 300 ou a outra? Todas, todas, todas.

Você imagina que a minha filha diga: "Não, olha, segura terceiros e o patrimônio a gente não segura?". Não faz sentido isso. O preço é o mais barato de todos. Como é possível que você seja dono do veículo e você mesmo diz: "Olha, não faça o seguro para mim, assegure o que há dentro".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Porque quem manda a mensagem é a Loredana. Ela manda mensagem dizendo, mandou duas... Ela informa que gostaria de segurar apenas a aeronave CP-2933 – é uma mensagem – e que a intenção era manter somente a cobertura de responsabilidade. Ela que diz isso. Não é o Simon, é ela. E diz que futuramente – ela diz no *e-mail* – adicionaria a proteção de casco e guerra e incluiria uma outra segunda aeronave. É ela que está dizendo, não é o... Ela mandou *e-mail*.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Bom, se é assim... Bom, se foi ela que disse, me parece estranho. Imagino que significa isso um certo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Diminui o mínimo, é o mínimo possível. Quero pagar o mínimo possível, foi reduzindo, foi retirando, excluindo inclusive a Colômbia.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Minha filha falava vários idiomas, e isso é brilhante. Ela desprotegeu a aeronave por US$10 mil ou por US$5 mil? Não sei, não parece possível isso, não me parece possível isso. Bom, a única coisa que sei é que a apólice...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quem passou o *e-mail*...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu não sou Loredana, sou Ricardo Albacete. Eu estou falando o que eu penso, então eu estou respondendo o que ela respondeu.

Eu vou defender a minha filha e vou falar o que é correto, mas tudo que vocês estão fazendo de Loredana ela vai responder.

Mas eu vou dizer uma coisa: na apólice, na primeira página, aparece valor do casco da aeronave, o seguro cobre casco, responsabilidade civil e guerra. Na primeira página, está dito e diz porque eles enviaram, porque eles já tinham negado isso.

Você pode dizer que no *e-mail* declaravam amor, mas não se casaram.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quantos deles, se é que V. Sa. sabe, transportavam equipes de futebol? Quantos deles foram para a Colômbia? Todos foram para a Colômbia? Tudo isso com seguro de 25 milhões?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Há um voo que foi feito para o Brasil com US$25 milhões, como você falou, em que foi uma equipe de futebol da Bolívia jogar no Brasil, que foi para Natal, Fortaleza – eu acho que foi – e parou em Brasília. Esse voo foi para a Colômbia, e tem outro voo que foi para Valera, Venezuela, que você acaba de mencionar. Tem pouco tempo. Eu estava lá em Valera. E tem outro voo que foi da Venezuela a Cobija, que é um voo que fizeram por 1.297, um voo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Anac, o segundo em importância. O primeiro voo, de 1.600, 1.596 milhas náuticas, que foi o de Medelín. Depois, em longitude e trajeto, que aprovou a Anac do Brasil, e depois o que aprovou a Venezuela, todos esses voos aqui não poderiam ter sido feitos. Esses não podiam ter sido feitos, nem esse, nem esse, nem esse. E foram feitos.

Houve voos, por exemplo, o do Messi, da Argentina, que veio da Argentina para Belo Horizonte, e regressaram. Teve um voo também a Potosi, de uma equipe do Paraguai. O do Paraguai, que fizeram à Colômbia. Foram ao Peru também uma vez. O voo para o Peru. Também deixaram ir. Isso é incrível! Estão dizendo... Porque o seguro diz que foram à Colômbia, foram ao Peru e foram de todos os países da América Latina. E a todas as autoridades brasileiras, argentinas, paraguaias, bolivianas, venezuelanas e colombianas não pareceu importante que houvesse a exclusão da Colômbia. Esse é o argumento que utilizaram os donos. Isso é letra morta. Não deem importância a isso. Isso é....

Eu tenho hoje aqui os dias que vocês necessitem para defender isso, de verdade, mas que vocês prestem atenção que aqui está identificado exatamente quem fez todo esse mal. Perdeu o objetivo. Ramificar isso e tentar buscar na letra pequena as coisas, eu respeito muito, mas dos 156 voos que estão...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O senhor teria como disponibilizar o documento anexado no segundo *e-mail* da Loredana que detalhava esses 156 voos? Se tiver esse documento...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, não tenho. Não tenho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se o senhor conseguir e puder mandar para a gente, seria muito bom.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Mandei a vocês em agosto... Tenho aqui, já adverti tudo, mandei tudo que eu podia, não trouxe mais, mas o que vocês me pedirem eu vou enviar. Que vocês me peçam por escrito tudo o que vocês necessitem. E todas as perguntas que vocês tiverem para a minha filha façam...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O que V. Sa. tem a nos dizer sobre a orientação que a Loredana recebeu da Corretora Estratégica, em 13/09/2016, de que não haveria problema se eles, a LaMia, informassem toda vez que ficasse um voo sobre ou para estes países: Colômbia, Peru.

Em 13/09 informa o Simon, ironicamente inclusive, que, ironicamente, a apólice também exclui a Colômbia e o Peru, excluiu a Colômbia e o Peru, países fronteiriços com a Bolívia. E comenta que conversou com o grupo Estratégica e que não havia problema se eles informassem toda vez que fizessem um voo sobre ou para esses países. Solicitou que quando fosse analisar a nova apólice eles gostariam de olhar de perto os países excluídos. É só para ver isso, porque realmente excluíram a Colômbia e o Peru. V. Sa. já comentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. saberia nos dizer porque a LaMia comunicou esses voos previamente? Se a LaMia comunicou isso antes ou não?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu acho que sim, que fizeram. Bom, a desordem disso ocorreu porque não é uma questão: "Bom, te aviso que vou saindo"... Não é que tenham que fazer. "Eu dou permissão para que você vá". Bom, não acho que falaram isso. O que acontece é que você me avisa. Você manda um *e-mail*: estamos saindo. Estamos saindo para a Colômbia, Tudo bem,

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Se o senhor tiver um comprovante disso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Não, eu não sei, mas minha filha, talvez; o Sr. Marco Rocha, talvez. O Sr. Quiroga enviava ao gerente ou mandava... Alguém enviava... Nesse sentido havia uma desordem, porque o gerente de LaMia, que é quem tinha, logicamente, quem deveria fazer isso pode ser que tenha feito. Eu não sei. Minha filha talvez tenha feito alguma vez, mas talvez a administradora de lá, que se chama Miriam, ou o senhor gerente ou o piloto, ou o Marcos Rocha... A nenhuma autoridade aeronáutica, incluída a do Brasil, pareceu mau que fosse para a Colômbia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... a Loredana, no dia 4 de outubro de 2016, após o vencimento da segunda parcela da apólice, 2016/2017, ela pergunta ao Simon: "Como está o processo de cancelamento da apólice e a aquisição de uma nova?". Aí, no dia 8/10, o Simon responde à Loredana e diz assim: que a seguradora principal exigiu o prêmio mínimo de 80%, US$80 mil, caso a apólice fosse cancelada antes do prazo previsto contratualmente, em 10/04/2017. Ademais, informa que as seguradoras por ele consultadas não apoiaram uma apólice para o período compreendido até a renovação, 10/04/2017. O Simon então tenta demonstrar que o cancelamento não seria uma boa alternativa. Segundo ele, cancelar a apólice atual com um prêmio mínimo de US$80 mil significaria pagar um adicional de US$17.329 para cancelar a apólice de US$80 mil dólares, menos US$62.500 já pagos. Portanto, em teoria, o valor total para renovar a apólice agora seria de US$77.329 (US$17.329 mais US$60 mil), cotação mínima calculada. Por isso seria mais barato para a LaMia continuar a liquidar a segunda parcela, de US$62.671, com cobertura em vigor até 10/04/2017. Simon então informa ainda que a segunda parcela do prêmio, vencida dia 2/10/2016, poderia ser paga em duas vezes: a primeira em 10/11/2016 e a segunda em 10/02/2017. Registra que, caso a Loredana concordasse, caso ela concordasse, entraria em contato com a seguradora para obter o seu consentimento formal.

Aí, no dia 10/10/2016, a Loredana então responde ao Simon, pergunta, caso ela pagasse US$17.329 restantes para atingir o prêmio mínimo, quanto tempo teria de cobertura. Informa que entraria em contato com outras seguradoras locais e discutiria com o seu pai qual seria a melhor estratégia para a LaMia naquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto então: a LaMia aceitou a proposta de parcelamento do prêmio vencido em 2/10/2016? A LaMia realizou algum pagamento em razão do parcelamento do prêmio vencido em 2/10/2016? Quando e que valor foi pago? Se lembra disso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu tenho conhecimento. Me estranham esses documentos. Tenho conhecimento de que eles chegaram ao acordo, que a dívida que estava pendente dividiram em duas partes e pagaram 10/11 e 10/12, de dezembro. Isso foi o acordo.

Bom, com respeito ao anterior que você leu, que tem a ver com se o seguro não ia prorrogar ou se fosse prorrogar, porque era mais caro prorrogar, o conteúdo do que eu li e eu tenho na minha memória, e a ideia que eu fiz foi... E existe um *e-mail.* Acho que já enviei, ou não receberam. E nesse que eu enviei para vocês, o Simon diz que não consegue que os resseguradores tomem seguro porque existe um tipo de solidariedade entre os seguros, e que o seguro que tem um ano, que não pode terminar os seis meses, que, lamentavelmente, disse que "sim", mas que ele não conseguiria fazê-lo. Então, ele... E o que eu entendo é que ele não pode cumprir com a sua promessa de quando começou a apólice. Ia durar seis meses e, depois, mudar para uma que estivesse melhor. Em seis meses, a gente arruma. Então, nos seis meses, ele não pode arrumar isso. Então, ele começa a dizer: "Claro, se fizer, olha o que vai custar para você." Porque ele, na prática, não podia fazer ou não queria fazer ou não sei qual é o motivo. Ele faz o que convém a eles. Então, naquilo que eles podem tirar mais proveito... Então, possivelmente – e isso é uma especulação da minha parte, claro –, o que aconteceu foi... O Sr. Simon colocou as coisas de uma maneira complicada para a minha filha: "Não, não se preocupe. A gente divide em duas partes." Deixou de uma maneira mais fácil para que fosse conveniente para ela para ela não exigir que fosse mudado. O Simon se nega com estilo, não é? "Assim, olha, se você vai fazer, vai ficar mais caro, 80 para aqui, 10 para lá." E, depois, claro, em outra correspondência que vocês devem ter, aparece perfeitamente onde eles dizem que eles não conseguem para quem enviar essa apólice.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ...com o pai dela, com o senhor?

V. Sa. pode nos fornecer os detalhes dessa conversa? Como a Loredana conversou com V. Sa.? Como foi essa conversa? Lembra-se dela?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Minha filha, amo muito a ela, ela se parece muito comigo, então, somos muito duros, cabeças-duras. Então, claro, a gente é muito cabeça-dura discutindo as coisas. Ela toma as suas decisões. E a decisão ela tomou fundamentalmente com o Sr. Quiroga, os que iam pagar. Eu não ia pagar. Eles iam pagar. Eu imagino que a minha filha tentou fazer o seu melhor trabalho; tentou fazer e fez o que fez, lamentavelmente. Não acredito que ela sabia que eu não estava de acordo. Todos diziam à minha filha e à minha família: "O seu pai é um idiota. Como US$300 milhões? Que companhia na América do Sul?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero pedir uma coisa: por que vocês não pedem a apólice de seguro da GOL ou da TAM? Eu desafio vocês a isto: peçam a apólice de seguros da TAM e da GOL. Busquem a apólice de responsabilidade civil. Mas façam um favor: me notifiquem. Façam e notifiquem. Ninguém tem isso por 300 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que razão a seguradora Bisa não comunicou imediatamente a inadimplência da LaMia à DGAC? Foi por conta dessa negociação de dividir o prêmio restante em duas parcelas? Uma parcela, inclusive, venceria somente em 2/10/2017, ou seja, após o acidente.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – A Bisa não fazia nada. Era pau mandado. Era quem servia, quem trazia café e água. A Bisa não pinta nada aí. A Aon é quem manda. É só um *front*. Então, acontece que, se o senhor da Aon considerava que tinha que dar um pouco mais de tempo e não anunciar, porque seria como truncar a possibilidade de pagar, se a gente não paga, a gente não voa, então, é preciso que me paguem, porque estou aqui pelo dinheiro. Então, que eles voem, porque a gente precisa desse dinheiro. Então, esse senhor, que é especialista em risco aeronáutico, deve ter dito: "Bom, eu não posso fazer isso, porque estou colocando em risco. No dia em que acontecer um acidente, eu não sei, eu não conheço, não sei como me chamam."

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nesse caso então, a alegação da Seguradora Bisa de que a LaMia estaria inadimplente no momento do acidente é infundada?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Totalmente infundada, porque já disse o Ministro – claro, era o Ministro dos Transportes –, disse naquele momento: "Esse seguro está vigente", porque, segundo as leis bolivianas, quem exige o seguro, a cobertura quem pede é o DGAC e quem tem que cumprir é a DGAC. O seguro quem paga é o dono ou a operadora e quem dá é a seguradora. Mas quem pede sou eu. Então, você tem que notificar a mim, porque sou eu quem peço. Não deixo voar avião que não tenha seguro. Então, a Bolívia não falhou. A Bolívia deixou o seu avião porque a Bolívia disse que tinha. Só quem adivinha são os colombianos. Eles que adivinham, que falam desde a cabine, sem escutar. Mas não pode ser. Não é possível.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Havia um trajeto e agora que estou chegando na Argentina ainda. Estou perguntando aqui: V. Sa. confirma – já falamos sobre isso aqui, respondendo ao Kajuru – que a LaMia transportou a seleção argentina, inclusive com o Messi a bordo, para o jogo em Belo Horizonte, no dia 10/11/2016. Já foi confirmado, não é isso?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Isso sabe o Messi também. Sabe todo mundo. Sabem todos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Confirma também que a LaMia transportou a seleção boliviana para um jogo em Natal dia 06/10/2016...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim, fez também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... quando o seguro estaria vencido, de acordo com a seguradora Bisa?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – O avião, claro, não foi destruído. Deram voz na cabine sem o *cockpit*. Então, claro, não convém que essa apólice esteja vigente. Eles estão dispostos a dizer o que tenha que ter ser dito, contanto que não tenham de colocar um centavo em cima da mesa. Eles são capazes de negar que existe Deus. Essa gente é capaz de qualquer coisa. Dizem que a apólice tal, que tal... Claro! Por que não pergunta à Anac? Bom, a seleção boliviana... Não, o seguro não estava vencido. O seguro estava vigente. Não temos nenhuma, nenhuma notícia de que estava vencido, de que tinha que notificar, a autoridade aeronáutica não podia voar. Portanto, sim, poderia voar. É tão fácil como isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – De acordo com os autos, a Loredana escreve para o Simon no dia 18/10/2016 para perguntar se eles deveriam se preocupar em pagar no prazo o prêmio da apólice atual, 2016/2017. Indaga se não deveria pagar ao menos uma parte do prêmio vencido em 2/10/2016. Simon, então, disse que iria fornecer os valores dos prêmios devidos.

Pergunto: V.Sa. poderia explicar por que razão a Loredana esteve diretamente envolvida na negociação da última apólice da LaMia com o Simon? E qual a avaliação de V.Sa. acerca da assessoria prestada pela corretora Aon? As minhas últimas perguntas aqui.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu gostaria que vocês pudessem fazer essa pergunta para a minha filha. Eu não sei. Isso são negociações que foram feitas para pagar. Ele pedia dinheiro, não importavam os riscos, e isso era tudo o que ele fazia. Então, utilizaram a minha filha para ter mais dinheiro para os seus chefes, U$80 bilhões. Ele trabalhava por isso. Bom, muita gente trabalha assim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Encerro as minhas perguntas. Não sei se V. Exa. ou o Senador Kajuru querem fazer algum complemento para a gente entrar, na sequência, com o Marcos Rocha, que está aguardando.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Ele virou um eslaide. Há quase 5 horas ele está.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Senador Relator Izalci.

Vamos lá, Kajuru, com a palavra o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Presidente Leila, só para encerrar minha parte. Sr. Ricardo Albacete, com a experiência que o senhor tem, com a vida que o senhor tem, com o amor que o senhor mostrou aí que tem pela sua filha, por *su hija*, o senhor falou o nome dela várias vezes, então, em nome de Deus, o senhor pode dizer ao nosso País que tem certeza absoluta de que essas famílias, há três anos desrespeitadas, vão conseguir a indenização justa?

Um minuto de silêncio.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Se eu fosse Senador do Brasil, eu, sim, conseguiria. Então, espero que vocês que têm a responsabilidade e têm a força para fazer consigam fazer.

Vocês podem contar comigo, absolutamente, hoje, amanhã e sempre, para que as famílias sejam reabilitadas.

Não pensem que só morreram as pessoas. Há crianças que vão crescer, todos anos, perguntando pelo pai. Isso não se arruma com dinheiro.

Se vocês me perguntam se eu gostaria de ter o poder que vocês têm, eu o faria e espero que vocês façam. Eu estou fazendo o que eu posso. Eu estou diante da câmera dizendo que é um bandido, que é um sicário. E vocês sabem o que pode acontecer comigo, não é? Eu não ganhei nenhuma rifa, eu sou um homem sério, eu tenho conhecimento e sei os riscos que eu estou assumindo ao fazer isso. Se fosse por mim, já me haveriam cobrado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Faço só uma colocação aqui, Kajuru. (*Fora do microfone.*) Acho até que a Associação Chapecoense de Futebol já respondeu isso parcialmente, mas eu vou fazer isso aqui novamente.

A pergunta é a seguinte. De acordo com a legislação boliviana, a seguradora responde por todos os riscos segurados, devendo ser respeitadas as excludentes, porém desde que não desvirtuem o objeto do contrato. Cientes de que a excludente de responsabilidade da Colômbia desvirtua o próprio objeto do contrato, que é o seguro de transporte da companhia aérea que sabidamente praticava voos para Colômbia, qual foi a postura adotada pela Aon após o momento do acidente. Ela concordou com o pagamento do seguro?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre.*) – Sim, é claro!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Acho que o senhor disse isso. Depois desistiram, parece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Primeiro, o Sr. Simon escreve dizendo à Loredana que as companhias resseguradoras confirmaram que vão pagar e que ia levantar todas as discrepâncias da Colômbia e todas essas coisas. "Tem que se preparar, tem que se organizar, porque tem pagar e tem se organizar." Perfeito, é uma excelente notícia! O que colocou tudo a perder nessa operação? A reunião de 14 de dezembro de 2015, quando o Sr. Simon – não sei se foi Simon ou Neil Darvill –, junto com o Sr. Alex Stovold, Tokio Marine e Aon, foi à Espanha, na Praça Jacinto Benavente, no centro de Madri, onde eu vivo. Aí, no escritório de Clyde&Co, eles se reuniram. Eu passei os *e-mails* aí para vocês.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se puder deixar todo esse material aqui com a gente, isso é importante.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Eu vou deixar tudo isso, porque é tudo importante. Da Colômbia, há coisas importantes. Aí está tudo da Colômbia.

Então, o Sr. Alex Stovold, a representação da Tokio Marine, a resseguradora, o Sr. Simon e o Sr. Neil – não sei qual dos dois; agora não tenho aqui –, no encontro com Loredana, se apresentaram no escritório de Clyde&Co na Espanha. Lembro-me do Dr. David Cairns, do escritório de Bernardo Cremades. Eles entraram aí e pediram à Loredana: "Olha, como você negociou tudo, a gente gostaria que você fizesse uma declaração de que você representa a LaMia Corporation por tal motivo e de que você nos nomeia como advogados da LaMia Corporation". Então, minha filha falou: "Olha, eu fiz todas as negociações, mas eu não sou representante da LaMia. O que eu sou é alguém que ajudou a LaMia Corporation a fazer isso porque não teria com quem fazer. E, defendendo os interesses do meu pai, que é dono da aeronave, eu não posso assinar isso. Nós temos que assinar um contrato, e o que se revela aqui não pode ser divulgado". É claro que os senhores se sentiram mal e disseram: "Bom, estamos agora num problema. A gente ia pagar. Íamos reconhecer, mas é claro ia ser tudo do nosso lado. Os advogados da LaMia Corporation eram culpados. E nós que somos avalistas somos os mesmos. Faremos com que a LaMia reconheça sua culpa e terminamos com isso e pronto. Isso não pode ser divulgado. Pagamos US$25 milhões, sai barato, não pagamos quase nada. E a gente vai para casa". Quando eles viram... Eu mando um advogado meu, não é? Há mais esta: faço eles saberem, através do meu advogado, que isso que eles estão fazendo não é correto, que eles têm que pagar o que corresponde... Quando eles percebem que não podem pagar diretamente, eles inventam esse fundo monetário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu vou perguntar para V. Exa.: numa eventual necessidade futura de fazer uma acareação entre Tokio Marine, Aon e V. Exa., V. Exa. poderia participar?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Isso é que eu queria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Tem que buscar duas pessoas para que me paguem... Tem que haver alguém aqui. Até com o Papa... Onde vocês queiram.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Sr. Albacete, se o senhor estivesse aqui (*Fora do microfone.*) nesta CPI como Senador, qual a principal pessoa que o senhor acha que a gente ainda tem que ouvir?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre.*) – Qual é a pessoa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Qual a principal pessoa que esta CPI, que nós aqui temos que ouvir?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Graham Bailey. Eu acho que tem que ter uma pessoa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Já pedimos...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Por quê?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Ele é que foi o negociador junto com o Simon na apólice. O Simon era o chefe dele.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Esse Simon vai ser ouvido? Esse Simon "jogou um bolão" hoje aqui.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Graham Bailey não trabalha com ele. Eu tive um encontro com ele. Ele me disse que era um desastre. Mas não diga isso a eles, por gentileza. Tragam-no aqui.

E outra pessoa também que eu diria para que vocês a trouxessem para aqui se chama Meritxell Codina García.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Está anotando aqui.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Meritxell Codina Garcia é uma advogada espanhola catalã que é advogada no aspecto aeronáutico. Ela entende de Direito Aeronáutico e também, com outra conotação, é inspetora, ou seja, fiscal de acidentes aeronáuticos. Ela dá aula também para aquelas pessoas que investigam os acidentes. É uma pessoa que tomou esse caso de Chapecoense como um caso acadêmico e o está analisando em Barcelona, como professora de advogados. Eu acho que é uma pessoa que conhece a legislação aeronáutica e conhece como se trabalha no sistema de acidentes aéreos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela pode dizer que está faltando a Cenipa, a Aerocivil ou que aqui está faltando esse ou outro. E aí também tem o artigo da base que... Ela conhece tudo, então.

Vocês se lembrem de que as leis aeronáuticas, de um país para o outro, são bem similares. Quase todas as leis aeronáuticas são praticamente iguais, são aprovadas por países e são leis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Há um acordo do Canadá.

Há mais alguém que V. Sa. sugeriria?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Falou de dois até agora.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – É o que me recordo de memória.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – O Simon virá?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Já foi convocado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Esse Simon "jogou um bolão" aqui hoje.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Hem?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Esse Simon "jogou um bolão" aqui hoje...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas ele é que é o intermediário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – ... pelo tanto que nome dele foi citado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É. Parece até que virou dois: o "Simon" e o "Saimon".

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea*.) – Eu já não me lembro. Também tenho um...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu quero só agradecer, Ricardo, a sua presença. Quero contar com a sua colaboração no caso de acareação e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação de outros documentos. Se for necessário, a gente os encaminha também solicitando mais informações.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Tudo que necessitar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Ricardo, eu gostaria, em nome de todos os membros desta CPI do Senado, agradecer a presença do senhor e os esclarecimentos a esta CPI. Muito obrigada.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução livre*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Passo a palavra agora para o Sr. Marco Rocha, sócio proprietário da LaMia.

Sr. Marco, assim como o Sr. Ricardo Albacete, que prestou aqui esclarecimentos com o compromisso de dizer a verdade, eu pergunto ao senhor se presta esse compromisso de dizer a verdade do que lhe for perguntado. (*Pausa.*)

Só um minuto, porque estamos com um problema de áudio. (*Pausa.*)

Estamos esperando aqui a área técnica para nos ajudar. Estamos com dificuldade no áudio do Sr. Marco Rocha. (*Pausa.*)

Enquanto isso, eu vou só passar alguns comentários aqui do Portal e-Cidadania.

O Rayell Correia, de Tocantins, pergunta: "Todas [as famílias] foram devidamente indenizadas?". Bom, acredito que o Rayell já tenha as respostas, não é? Até o momento, o motivo desta CPI é justamente por causa das indenizações às famílias do acidente.

O Valdemagno Torres, de Pernambuco, diz: "Até agora não compreendo a equipe não ter voado pela Avianca, que tinha empresas nos dois países e equipamentos superiores ao avião da LaMia".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A grana, o preço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois é.

Ricardo Leite, do Acre, pergunta: "Como estão as investigações? Quem já foi responsabilizado?".

Se o senhor quiser falar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Ninguém ainda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não foi ainda. Estamos exatamente tentando contribuir para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Agradeço aos três que participaram.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Está nos ouvindo já, Marco? (*Pausa.*)

Não.

Marco, está nos ouvindo aí? (*Pausa.*)

Não está ouvindo, não, senão ele teria falado. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Estão ligando para lá? (*Pausa.*)

O problema está lá. Ele fechou o áudio do computador dele. A nossa assessoria está entrando em contato com ele para resolver o problema. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Alô? Oi?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Está ouvindo, Sr. Marco? (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Está com problema o seu computador aí. (*Pausa.*)

É o computador dele que está com problema? Ele está sabendo disso? (*Pausa.*)

Provavelmente, ele não está ouvindo a gente também, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Sr. Marco, o senhor está ouvindo? (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Responda com a cabeça. (*Pausa.*)

Aí, está o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Finalmente, ele mexeu alguma coisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É a questão do seu áudio, que está desligado. Há uma mensagem aí para você. Há uma mensagem no seu computador. Há uma mensagem para você, Marco, no seu computador. Abra o áudio. O seu áudio está fechado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Fale alguma coisa, Sr. Marco. Ele não fala. Está parecendo uma sessão espírita. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Você está ouvindo aí, Marco? Está ouvindo? Mexa com a cabeça positivamente ou negativamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ele está ouvindo. É a gente que está...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O seu microfone, o seu computador está... Tem que abrir o áudio. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Segundo a assessoria aqui, nós vamos suspender por cinco minutos a sessão até que nós possamos resolver essa questão técnica.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Ainda há sessão aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

(*Suspensa às 13 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 42 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Podemos reiniciar?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Está ouvindo bem aí, Marco? Você nos está ouvindo bem? Está ouvindo? Escuta bem?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução livre.*) – Sim, escuto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k.! Então, vamos começar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – No início desta sessão, Sr. Marco, nós perguntamos ao Sr. Ricardo Albacete sobre o compromisso de dizer a verdade.

Então, eu pergunto ao senhor se o senhor presta esse compromisso de dizer a verdade do que lhe for perguntado.

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, assim o farei.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu dou ao senhor, neste início, 15 minutos para usar da palavra. Depois, nós a passamos ao Relator.

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – O.k.!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pode falar.

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Muito boa tarde!

Para mim é uma grande honra poder participar desta Comissão. A minha intenção é declarar de forma ampla e esclarecer qualquer dúvida que vocês tenham em relação ao tema. Eu posso colaborar com algo para que possam esclarecer isso às famílias devidamente e compensá-las, talvez. Eu estou aqui para isso. Eu me coloco à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, vamos passar a palavra ao Relator, ao Senador Izalci, para ele fazer as perguntas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sobre a constituição da LaMia e a autorização concedida à LaMia para operar voos não regulares pela Bolívia nós vamos falar agora.

De acordo com os autos, em 18 de setembro de 2014, Miguel Quiroga e Marco Antonio Rocha constituem na Bolívia a empresa LaMia e nomeiam Gustavo Vargas Gamboa como representante legal da empresa. Em dezembro de 2014, Jorge Pinto, da Aon Bolívia, atual corretora estratégica, negocia, a pedido de Ricardo e Loredana, apólice de garantia aduaneira de carta de crédito para internalização das aeronaves na Bolívia.

Eu pediria para colocar o eslaide. Acho que não há problema, não é? Passe o eslaide nº 3, por favor, até para ele ver lá. É o eslaide nº 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o eslaide nº 3, a LaMia obteve o certificado de explorador de serviços aéreos no dia 31/07/2015. Conforme se observa no eslaide nº 3, a vigência é indefinida – está circulado lá.

O Gen. de Brigada Aérea Edgar Pereyra Quiroga foi quem assinou e aparece no documento como Diretor Executivo do DGAC.

Antes disso, a LaMia tentou se estabelecer na Venezuela e em Aruba, mas, em ambas as situações, não recebeu as autorizações para operar.

Então, eu pergunto: é comum uma autorização dessa natureza com prazo de vigência indefinido?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu gostaria de explicar-lhes em que consiste um processo de certificação aeronáutica. Um processo de certificação aeronáutica para uma empresa consta de cinco fases, em que a empresa que propõe operar em certo país, em qualquer país, tem que traçar um processo de certificação, o qual tem diferentes fases, que, como eu disse, cumpre cinco fases. O que eu tenho entendido do ponto de vista técnico, a certificação em Venezuela, a certificação em Aruba e, posteriormente, em Venezuela, ambas as certificações só chegaram à terceira fase, não podendo chegar à quarta e à quinta.

A quarta fase consiste na fase de demonstração, e a quinta fase viria a ser as especificações de operação propriamente ditas. E, em nenhuma das duas anteriores, tanto a da Venezuela, como a de Aruba, teve o avião um lugar para poder completar o processo de certificação.

Assim, os aviões são obrigados a voltar para um tema de manutenção. Aí isso acontece, por exemplo, quando já participamos de vários processos de certificação, com determinadas pessoas. É esse processo de certificação com uma empresa de voos *charter* e voos não regulares, porque essa é a medida.

Então, essa é a nossa capacidade nesse momento. Tínhamos um avião na Bolívia, tínhamos o conhecimento para poder certificá-lo e por isso nós analisamos a certificação na Bolívia, porque nós vemos que o mais importante para a certificação é o próprio avião.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O representante legal da LaMia é Gen. Gustavo Vargas Gamboa? Correto? Ele é o representante legal da LaMia?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ele é pai do Gustavo Vargas Villegas. Correto?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Gustavo Vargas Villegas, por sua vez, era Diretor de Registro Aeronáutico Nacional do DGAC. Correto?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O DGAC é justamente o órgão boliviano responsável pela certificação de aeronaves e pela fiscalização e regulação dos serviços aéreos da Bolívia. Correto?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – O senhor me pergunta pelo registro da aeronave?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, pergunto se o DGAC é justamente o órgão boliviano responsável pela certificação de aeronaves e pela fiscalização e regulação dos serviços aéreos da Bolívia. Só estou pedindo para confirmar se é ou não.

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, é a autoridade aeronáutica competente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. confirma que foi Gustavo Vargas quem autorizou a internalização das aeronaves da LaMia na Bolívia após a solicitação de seu pai, o Gen. Gustavo Vargas Gamboa, representante legal da LaMia?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não. Nós cumprimos todos os requisitos que a lei estabelece no regulamento aeronáutico para poder fazer interiorização de uma aeronave. Na realidade, ali estava o filho do General, que não influenciou em nada na determinação da DGAC em impedir que as aeronaves pudessem entrar na Bolívia. Então, cumprimos todos os requisitos estabelecidos de acordo com a regulamentação aeronáutica boliviana.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Diferentemente do que V. Sa. está falando, a Procuradoria-Geral da Bolívia afirma que sim.

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, isso é falso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O que V. Sa. tem a dizer sobre a declaração do então Vice-Presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, de que teria havido uma negociata, um jeitinho, uma negociação de funcionários da DGAC que permitiu à LaMia obter o certificado de operação aérea na Bolívia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sobre esse tema, faço um comentário honestamente político. Sobre o Vice-Presidente, saiu a relação que tinha com o Senador Pinto no Governo de Evo Morales.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não existe nenhum processo de apuração na Bolívia sobre isso? Existe algum processo de apuração se houve ou não alguma denúncia de negociata aí ou não?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, é somente um comentário, um exemplo... (*Falha na gravação.*)

O Vice-Presidente de um país tem que dizer "sim" ou "não", se a companhia tem autorização para funcionar ou não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, é porque o Vice-Presidente disse que houve essa negociata. O que eu perguntei é se existe alguma denúncia, alguma apuração por algum órgão sobre essa colocação do Vice-Presidente. Alguém denunciou?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não. Não, porque a estrutura da empresa contava com 14 trabalhadores, funcionários. E o representante... (*Falha na gravação.*)

Os papéis e tudo que havia no escritório... É que o governo inventou que havia uma combinação com a companhia LaMia. É uma questão internamente política entre o Senador... Digamos... (*Falha na gravação.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quando ocorreu a acusação pública de um vice-presidente contra a empresa, independentemente se o Senador é sócio ou não, a empresa, por si só, não providenciou nada, não entrou com ação nenhuma, não questionou, não declarou algo contrário ou alguma coisa assim? Não fez nada? Simplesmente aceitou?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Neste momento, justamente, todos os envolvidos na empresa foram orientados a que não dessem nenhum tipo de declaração para nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k.! Então, V. Sa. não reconhece nenhuma facilidade por parte dos funcionários da DGAC? Foi tudo correto? Não houve nenhuma facilitação? Foi tudo correto?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – O regulamento aeronáutico foi feito dentro do mesmo modelo de regulamento aeronáutico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A LaMia tinha alguma espécie de acordo com o empresário chinês Sam Pa?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Escutamos esse comentário, mas um conhecimento claro nós não temos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. saberia informar se esse investidor chinês, via LaMia, viabilizou algum negócio na Bolívia ou aqui no Brasil ou na Inglaterra?

(*Interrupção do som.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim. Perguntei se saberia informar se o investidor chinês, via LaMia, quer dizer, junto com a LaMia ou usando a LaMia, viabilizou algum negócio na Bolívia ou aqui no Brasil ou na Inglaterra?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, não. Na verdade, eu desconheço qualquer tipo de negócio desse senhor, qualquer tipo de atividade que ele já tenha realizado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Segundo os advogados de Ricardo Albacete, ele e Loredana não seriam sócios ou proprietários da LaMia. Os advogados afirmam que os únicos acionistas da LaMia são os Srs. Miguel Alejandro Quiroga e Marco Antonio Rocha Venegas. Reafirmam que a única relação de Ricardo com a LaMia é o contrato de arrendamento do tipo *dry-lease*, datado de 1º de janeiro de 2015, e sua prorrogação, restando hoje o contrato *resuelto* em decorrência do acidente. Ocorre, todavia, que estão acostadas nos autos da CPI inúmeras evidências que demonstram justamente o contrário, ou seja, que Ricardo e Loredana controlavam efetivamente toda a operação da companhia aérea LaMia em território boliviano. Há vários registros de trocas de *e-mails*, mensagens via *chats* e documentos que explicitam claramente o poder de mando de ambos sobre a LaMia.

Pergunto: se Ricardo e Loredana eram apenas os arrendantes da aeronave, por que razão então se envolveram com a parte operacional da LaMia e, inclusive, em mais de uma oportunidade, exigiram prestações de contas?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Bom, o que havia era que nós recebíamos alguns dinheiros que eram destinados para a reparação das aeronaves. Inicialmente, nós recebíamos um apoio para começar nossas operações. O que eles queriam controlar era que esses dinheiros que eles nos enviavam seriam adequadamente colocados naquilo para que eles enviavam, e uma parte disso... O que eles queriam era que, com o fluxo de operação que nós tínhamos, nós fôssemos devolvendo esse dinheiro que inicialmente eles tinham nos emprestado. É por isso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Loredana trabalhou muito em combinação, em conjunto com a diretoria administrativa, para poder ver se seriam pagos os provedores, os fornecedores e também as operações financeiras que tinham.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que razão então eles fizeram a gestão dos voos e dos contratos da LaMia?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Perdão! Poderia repetir a pergunta? Não a escutei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que razão, então, eles, Ricardo e Loredana, fizeram a gestão dos voos e também dos contratos da LaMia? Por quê?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Porque eles tinham que chegar até o exterior ou tinham que verificar o tema de administração das contas da parte do exterior, porque ainda nós não tínhamos conta nenhuma no exterior. Então, nesse sentido, eles administravam, controlavam isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que razão, então, as negociações das apólices de seguro foram conduzidas pessoalmente por Loredana?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eles eram os donos do avião.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que razão também o contrato da Chapecoense foi negociado nos Estados Unidos, em Miami?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Porque, por casualidade, Loredana estava ali. Eu acho que ele tinha outro sócio e pediu que colaborasse nesse sentido, já que eu não estava na Bolívia. Eu estava na Europa, e havia uma diferença de horário. Então, não nos permitia fazer determinados tipos de coordenação corretamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que razão, então, se utilizou de cartão de crédito americano para colocar combustível na aeronave?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Esses detalhes eu não conheço. Justamente para poder abastecer de combustível em qualquer lugar, nós realizamos através desse tipo de trâmite em uma companhia em nível mundial, que fornece esses combustíveis. Ela tem a sua central nos Estados Unidos. Para poder cancelar essa empresa... Nós entendemos que não tínhamos uma conta no exterior. Então, Loredana fazia. A partir daí, desses pagamentos que eram realizados, é que nós pedíamos a uma administradora o detalhe de gastos para saber exatamente que dinheiro correspondia a ela e qual correspondia à empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – De acordo com os autos da CPI, a Chapecoense contratou a LaMia em duas oportunidades: a primeira foi em outubro de 2016, para um jogo em Barranquilla, Colômbia; a segunda foi em novembro de 2016, para um jogo em Medellín, Colômbia. O primeiro contrato formal entre as partes contratantes ocorre em 4/10/2016, às 13h53. Loredana oferece o serviço à Chapecoense na pessoa de Emerson Di Domenico, que era o supervisor de futebol. O Ricardo Albacete é copiado. Tratava-se da primeira operação da LaMia com a equipe brasileira.

Pergunto: como a LaMia, na pessoa de Loredana, chegou até a Chapecoense? Quem é que indicou a Chapecoense para Loredana?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – O que nós fizemos é que... Fomos nós, já que fazemos um seguimento já bem próximo do que seria essa Copa Sul-Americana. E nós fomos aos primeiros jogos e víamos as partidas que classificavam e como eles iam se desenvolvendo nas chaves, quem ganhava, qual era classificada, a equipe que era classificada, que jogava ali. A partir dali, nós fizemos vendas para a Chapecoense, para poder realizar os voos à Colômbia, bem como fizemos também às outras equipes, que não consideraram ou não se importaram com a nossa proposta, e a Chapecoense sim, e por isso vendemos a eles.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Então vocês é que procuraram a Chapecoense, não foi a Chapecoense que procurou vocês?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não o quê? Vocês é que foram, ou eles é que vieram?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Nós é que fomos, nós é que os procuramos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Em um dos *e-mails* trocados entre a Loredana e a Chapecoense através do Emerson Di Domenico, que era supervisor de futebol, ela pergunta: "Como chegou até nós para fornecer esses aéreos? Você é da LaMia? Trabalha para essa empresa? Caso não seja da LaMia, que empresa você representa e onde está situada? No Brasil ou no exterior?".

Pergunta ainda sobre o plano de voo, autorizações, garantias e autorizações para sobrevoar o espaço aéreo de outros países, e faz mais outras perguntas.

Registre-se que o contrato foi assinado no dia 10 de outubro de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto: V. Sa. saberia nos informar se as indagações de Emerson Di Domenico foram respondidas pela LaMia? Onde estão as respostas?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – O que nós fazíamos era enviar um pacote com todas as informações da empresa. Era o que fazíamos, enviávamos nossos certificados de aeronaves e todas as vantagens que nós tínhamos para oferecer para as organizações de qualquer tipo de voo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas vocês chegaram a responder essas indagações? Houve perguntas de Emerson?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim. Elas foram feitas à Loredana. Depois elas é que deveriam responder, e elas o fizeram. Mas nós, inicialmente, enviávamos essas informações todas no momento de ofertar os nossos serviços.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Poderia mandar essas cópias dessas respostas para nós aqui ou não?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – É claro que sim!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Uma vez que havia excludente de destino à Colômbia na apólice de seguro vigente naquela oportunidade, qual foi a resposta oferecida pela LaMia quanto ao questionamento relativo às garantias e autorizações para sobrevoar o espaço aéreo de outros países? Essas informações foram sonegadas da Chapecoense?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Desculpem! Escutei o som entrecortado. Pode repetir, por gentileza?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Uma vez que havia excludente de destino na Colômbia na apólice de seguro vigente – o seguro excluía o destino, que é a Colômbia –, qual foi a resposta oferecida pela LaMia quanto ao questionamento relativo a garantias e autorizações para sobrevoar espaço aéreo de outros países? Essa informação ou essas informações foram sonegadas à Chapecoense? A Chapecoense sabia disso?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Nós enviávamos a apólice como nos entregavam. No tema da apólice também, da restrição da Colômbia, quando nós recebíamos a apólice, nós consultávamos, nesse caso, o Sr. Londoño e o Simon sobre essas restrições, e eles nos diziam que as apólices vinham dessa forma *by the fault*, ou seja, "com defeito", e que nós não devíamos nos preocupar, porque isso não estava vigente. O que tínhamos na verdade era somente a informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas tem esses documentos dizendo isso, ou não? Algum *e-mail*?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Normalmente, como todas as comunicações, a comunicação, quando é realizada, está com o Jorge Londoño. Eu pessoalmente com o Gen. Vargas fui ao escritório para consultar sobre elas, e ele me informou que ia consultar também a companhia.

E quais as normas com que nós tínhamos que nos preocupar, eu perguntava, e ele dizia que não havia nenhum problema. É assim que, quando nós nos apresentávamos com as nossas solicitações e perguntávamos se estava tudo correto, as apólices viriam depois, depois da solicitação de sobrevoo.

Para solicitação de sobrevoo, estavam certificadas as empresas, a aeronave também, e a qualidade, e o seguro, e as licenças, e também toda a checagem técnica. Essas coisas vão adiante em qualquer país para solicitar essas autorizações, essas permissões para qualquer voo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quanto a essas informações, ele tem algum documento informando a Chapecoense sobre essa informação de que a Colômbia estaria fora da apólice?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Conosco, no caso do seguro, nós temos uma representação por Jorge Londoño, e não havia nenhuma restrição. Nós não estamos restringidos para a Colômbia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que razão a corretora Aon não se pronunciou sobre os contratos firmados com a Chapecoense, uma vez que eram totalmente incompatíveis com a apólice vigente? Esses contratos foram enviados para revisão da corretora Aon?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Para a corretora... Não estou conseguindo entender a pergunta. Por gentileza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que razão a corretora não se pronunciou sobre os contratos firmados com a Chapecoense, uma vez que eram totalmente incompatíveis com a apólice vigente?

Esses contratos foram enviados para revisão da corretora Aon?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não. A primeira vez que nós fizemos um contrato com uma equipe de futebol, que eu me lembre, foi com o The Strongest. Enviamos o contrato para a Inglaterra para que eles vissem de que tipo de time se tratava e quais condições foram colocadas no contrato. Desde que fosse aprovado o contrato, no caso do seguro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não enviaríamos mais contratos à seguradora. Então, nós nos baseamos no mesmo texto para os seguintes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Tendo em vista a péssima experiência da Chapecoense na primeira contratação, haja vista o depoimento aqui do ex-jogador Neto nesta CPI, por que motivos a Chapecoense contratou a La Mia uma segunda vez? Foi só uma questão de preço ou aconteceu alguma interferência externa?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Como nós oferecemos às outras equipes, nós oferecemos novamente os nossos serviços. E eu acho que também seria pelo preço, porque estava bem abaixo de todos as outras que poderiam ser oferecidas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No depoimento do ex-jogador Neto, da Chapecoense, ele falou aqui: "A primeira vez que a gente viajou com a La Mia foi uma porcaria de voo". (*Pausa.*)

É essa a interpretação?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – A primeira vez... O que eu quero comentar é que nós contratamos uma empresa brasileira para levar a equipe até a fronteira com a Bolívia. Nós tínhamos, então, que pegar a Chapecoense na fronteira, mas houve um problema com a empresa aérea, porque nós não tínhamos um copiloto – eu acredito –, e depois foi feito em um dia, e depois... Eu acho que foi por isso, porque, depois, da nossa parte, não houve nenhum tipo de contratempo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Pois bem, dando sequência a uma das mensagens que a Loredana troca com a corretora Aon, em 1º de abril de 2016, pouco antes da emissão da apólice fraudulenta, em 10/04/2016, ela fez o seguinte registro: "este é um excelente cliente, que maneja todos os times de futebol. Os jogos estão começando e eles [La Mia] não gostariam de perder essa oportunidade". Ressalta, ainda, que "há vários jogos da copa sul-americana por acontecer" e que "eles seriam candidatos perfeitos para esses voos".

Então, eu pergunto: V. Sa. saberia nos dizer, por acaso, se Loredana fazia referência à Conmebol nessa mensagem trocada com a corretora?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, não. Eles estavam dando a entender aí nessa mensagem é que para nós seria uma boa, uma ótima oportunidade poder levar essa equipe e transportá-la e também fazer... ser conhecido com as demais equipes, já que estava começando a Copa Sul-Americana.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. poderia informar quem é esse cliente de que ela fala aqui, um "excelente cliente"?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Nesse caso, The Strongest.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Esse cliente maneja todos os times de futebol. A Strongest não fazia isso.

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, não. Talvez está mencionando alguém que talvez começou conosco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Tem ideia de quem pode ser?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Gustavo Encina era um paraguaio que contratava alguns voos *charters*. Talvez, pode ser ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A LaMia, nas pessoas de Ricardo e Loredana, tinha alguma entrada, algum contato na Conmebol? A Conmebol, de alguma forma, apoiou as iniciativas comerciais da LaMia?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, não. Talvez, quando fretamos a equipe venezuelana, o Sr. (*Ininteligível.*) pode talvez falar algo. Ele pode falar algo talvez. Depois nós desconhecíamos esse mundo do futebol.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Vicente? Quem é Vicente?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, não é Vicente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Qual é o nome dele?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, não dei nenhum nome.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Conmebol interferiu de alguma maneira na contratação da LaMia pela Chapecoense?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não; não conhecíamos ninguém da Conmebol.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – De acordo com os autos também da CPI, a LaMia realizou 156 voos entre abril e setembro de 2016. Somente para a Colômbia, a LaMia realizou 13 voos, apesar da cláusula de exclusão geográfica da apólice de seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na condição de sócio da LaMia e de piloto da companhia aérea em questão, eu pergunto: V. Sa. saberia nos explicar por que razão as corretoras Aon e Estratégica, em conluio com a seguradora Bisa e com a resseguradora Tokio Marine, atuaram de modo a favorecer a empresa seguradora, A LaMia, a fim de viabilizar o seu retorno às atividades? Por que razão aconteceu tudo isso?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Bom, o tema da Colômbia especificamente... Como foi dito, Sr Lodoño, nós reclamávamos e dizíamos: "Bom, nós vamos voar por toda a América do Sul e vamos nos restringir justamente a Peru e Colômbia?". E eles diziam: "Não, isso é antigo. Já vem por várias falhas de outras coisas", mas que não tínhamos que nos preocupar com a questão dessas restrições. E era assim que nós apresentávamos a todas as autoridades aeronáuticas da América do Sul: Argentina, Paraguai, Brasil, Colômbia... A nossa apólice era para a aprovação dos voos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas vocês têm algum documento, algum *e-mail* questionando essa questão da exclusão ou ficava somente na conversa?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu o fiz pessoalmente e acredito que a Loredana tinha que fazer reclamações ou solicitações a Simon em inglês. Eu não sei se o fez, mas a resposta seria contextual de que seria por defeito, ou essa restrição não existia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. tem esse documento onde V. Sa. manifestou sobre isso? E a resposta dele?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Como mencionei eu o fiz de forma oral, como estou falando aos senhores. Em uma conversa que tinha, eu fazia solicitações, e seria mais dessa forma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. saberia nos explicar por que razão, nas negociações da última apólice, a de 2016-2017, foram desconsideradas a natureza e a região de abrangência dos serviços prestados pela LaMia?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Bom, essas negociações foram mantidas por Loredana, no sentido de que tratávamos de manter a mesma apólice que tínhamos antes, mas por uma questão, antes de tudo, de dinheiro. E teríamos que aceitar as condições, uma redução desse tamanho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O que V. Sa. tem a nos dizer sobre a orientação que Loredana recebeu da corretora Estratégia, em 13/09/2016, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não haveria problema se eles, LaMia, informassem toda vez que fizesse um voo sobre ou para esses países, Colômbia e Peru?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, somente era comunicar a eles, e aquela restrição não existia. Era somente comunicá-los, e aí já estava.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. saberia nos dizer se a LaMia comunicou previamente esses voos? V. Sa. teria esses avisos? Poderia disponibilizar aqui para a CPI?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, eu não tenho especificamente essa informação, mas eu imagino que deveria ser uma comunicação talvez por carta, talvez por um *e-mail* normal. Teríamos que ver dentro das documentações que foram confiscadas pela companhia ou pela fiscalização boliviana para ver se esses documentos existem. Eu não sei, eu não tenho essa informação, mas, que se comunicava, isso, sim, acontecia. Eles sabiam muito bem o que estavam fazendo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Como V. Sa. justifica uma aeronave realizar vários voos para a Colômbia sem cobertura de seguro, transportando equipe de futebol, e as agências de controle aéreo dos países envolvidos, no caso, Bolívia, Brasil, Colômbia, Venezuela, não se pronunciarem em momento algum? Essa informação não deveria circular pelas agências? (*Pausa.*)

Oi! Pergunto aqui novamente.

Como V. Sa. justifica uma aeronave realizar vários voos para a Colômbia sem cobertura de seguro, transportando equipe de futebol, e as agências de controle aéreo dos países envolvidos, Bolívia, Brasil, Colômbia, Venezuela, não se pronunciarem em momento algum? Essa informação não deveria circular pelas agências?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sempre que uma empresa solicita um voo, neste caso, não regular, de um Estado para outro, tem que apresentar toda a documentação pertinente nesse momento. Um funcionário da Anac deve indicar qual é o procedimento para que concedam ou não concedam autorização.

Dentro dessa solicitação que faz a operadora aérea, no caso, a LaMia, à Colômbia, ao Brasil, envia um certificado de operador aéreo; envia o certificado de aeronavegabilidade do avião, que indica que o avião está em perfeito estado; a apólice do avião, em que indica o tipo de cobertura que tem da companhia que tem o avião; os pilotos, quem vai realizar o voo, se está ou não está qualificado; certificados médicos aeronáuticos dos pilotos, que dizem que estão em perfeito estado de saúde. Uma vez que a autoridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeronáutica recebe, toda essa informação é processada, neste caso na Anac, Aerocivil, e procedem a autorizar ou não autorizar.

Agora, no caso nosso, da Colômbia, nós perguntamos a um especialista. O especialista nesse caso era o nosso corretor de seguros, o Sr. Londoño. Foi perguntado a ele se tínhamos ou não tínhamos algum problema. Ele disse que não. Ele consultou a Inglaterra, a Simon, e disse que não, que não tinha nenhum problema. Enquanto fosse dito para ele, comunicasse ao corretor... E era o que a gente fazia. Em nenhum momento foi tratado como se nós não tivéssemos cobertura, nada disso.

Se o especialista nesse caso disse que não havia nenhum problema, então a gente entendeu que isso estava certo.

Quem estava indicando era um especialista, não era qualquer pessoa; era quem estava cuidando, justamente, de que nós não fizéssemos nada errado nesse sentido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – As agências de controle aéreo da Bolívia e da Colômbia tinham conhecimento dessa cláusula de exclusão geográfica da apólice de seguro? Por que razão, então, permitiram a realização do primeiro e do segundo voo da Chapecoense para a Colômbia?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Realizamos outros voos também. Voamos sobre a América; voamos duas vezes com o Atlético Nacional, de Medellín. Várias equipes. E apresentamos a mesma documentação em todas as oportunidades.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O DGAC, órgão responsável pela expedição da autorização de voo da LaMia, no CP 2933, em 25 de junho de 2016, uma vez que tinha conhecimento da apólice de seguro da LaMia, não compartilhou essa informação – a exclusão de destino – com a Anac, nem com a Aerocivil, órgão colombiano de controle aéreo? Não existe um protocolo para isso? As agências de controle aéreo não trocam informação?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – As agências recebem a mesma informação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E as agências não falaram nada, mesmo com essa exclusão de destino? Ninguém questionou?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por que a Anac não se posicionou sobre a excludente de destino prevista na apólice de seguro nas duas ocasiões em que negou a decolagem da aeronave da LaMia? Houve falha, na sua avaliação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu acho que houve, sim, uma falha. Como eu disse anteriormente, toda a documentação nós apresentamos, e eles tinham na mão deles.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Como justificar a atuação das agências de controle aéreo do Brasil, da Bolívia e da Colômbia, que permitiram que uma aeronave operasse, entre abril e novembro de 2016, de forma irregular, com pouco combustível, transportando equipes de futebol, incluindo aí a seleção da Argentina, com Messi abordo, para diversos países da América Latina, apesar das excludentes da apólice de seguro, com um seguro de US$25 milhões?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Nós apresentávamos o que nós tínhamos, e, justamente, era uma solicitação. Nós, em nenhum momento, forçamos nada. Nós apresentávamos as solicitações. E, claro, neste caso, as agências podem negar ou autorizar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No seu entendimento, há fragilidades no sistema de autorização e também de controle de voos fretados no Brasil e na América do Sul? Na sua avaliação, os protocolos de comunicação entre as agências de controle aéreo desses países estão funcionando adequadamente?

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Existe uma deficiência nos serviços aéreos corporativos na América Latina. E existe um vazio, na realidade, no tema, tanto de empresas como de legislação, porque é onde entram os convênios bilaterais, os convênios entre países, onde toda a aviação corporativa, de alguma maneira, não está bem claro como tem que administrar ou como tem que controlar. Eu acho que é em nível latino-americano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Estou satisfeito, Presidente.

Eu agradeço. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Marco Rocha.

Eu tenho alguns...

Pois não, Sr. Ricardo Albacete, o senhor quer falar?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Sim. Bom, boa tarde!

Eu gostaria de dizer o meu parecer. Eu dei tudo o que pude, tratei de explicar absolutamente tudo, diferentemente da maioria das pessoas, que trataram de não se envolver, de não dizer nada e de não estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metido. Bom, eu acho que o Marco Rocha fez o mesmo. Eu tenho que reconhecer isso. Ele se ofereceu à total colaboração para que isso se esclareça.

Eu gostaria de dizer que sinto que existe uma espécie de inclinação à coisa pequena, algo muito... O assunto não tem a ver com a novela, não é? É Simon, não é? Não é uma novela *à la* grande Simon. É um caso importante que tem que ser resolvido aqui. Falar da Loredana, do Simon, da exclusão da Colômbia; isso é colocar um véu que cobre realmente a verdade de tudo isso. A verdade de tudo isso é que esse sistema, esse mecanismo dos voos aéreos, seguros e tudo o que isso contém é um mecanismo muito perverso. É um mecanismo que tem que ser revisto a fundo, porque não está a serviço das pessoas; isso está a serviço das resseguradoras, das companhias, das máfias que governam tudo isso.

E isso que aconteceu com as famílias da Chapecoense é uma demonstração que serviu para descobrir toda essa imundície, toda essa coisa que acontece por debaixo. E, quando chega o momento de pagar, se revisa essa letra, se aqui foi feito isso, se aqui foi feito outra.

Bom, o que o Capitão Rocha... Difere um pouco do que eu disse, mas é claro que eu sustento a minha posição. Ele diz: "Qual é a exclusão?". Estava escrito, mas não existia, na realidade. Tanto não existia que nenhuma autoridade aeronáutica, em nenhuma das oportunidades que teve de dar essa permissão... Todas as autoridades deram essa permissão. Quer dizer, a teoria do Sr. Marco é interessante. Disse: "Bom, todos viram". A Anac, do Brasil, cada vez que pedia, não viu a exclusão; não viu a Venezuela, não viu a Colômbia, não viu a Bolívia, não viu o Paraguai, a Argentina também não viu. A explicação que ele diz é: "Bom, é claro que eles viram, mas isso não existia"; é como letra morta. Então, é claro, evidentemente, o argumento das companhias de seguro de que essa exclusão que não permite o pagamento da apólice é uma exclusão que não existe, é ilícita. E, por tal motivo, os seguros não têm absolutamente razão em não pagar, porque a diferença da apólice que pagaram às famílias da tripulação é que naquela apólice não está escrita a exclusão, e nessa, sim. Se partimos do pressuposto, da teoria do Sr. Marcs, que diz que essa exclusão não existia porque ninguém fez caso a ele... Ninguém pôs atenção nisso, nenhuma autoridade se importou com isso. Bom, isso foi falado, mas é como se não fosse, é como se não existisse. Então, por que não pagam as famílias? A única diferença entre uma apólice e outra, feitas no mesmo dia, pela mesma agência, pelas mesmas pessoas, mas separadas – uma que tinha responsabilidade civil, e a outra, responsabilidade das vidas, que tinha a ver com os tripulantes –, é essa cláusula. E, se é inexistente, então o pagamento tem que ser feito da mesma forma, como foi feito o pagamento das famílias das vítimas que eram dos tripulantes. Esse é um ponto muito importante.

E o segundo, para terminar – desculpem –: o problema aqui não é a letra pequena, o problema aqui é a causa grande. A causa grande são as pessoas, são as famílias; essa é a causa grande. E isso não é somente a causa grande. São as famílias que não vão sofrer as consequências do que poderia acontecer se isso continuar como está. Isso tem que mudar, tem que mudar definitivamente, porque quantas outras famílias sobem inocentemente nesses aviões e podem sofrer as mesmas consequências que essas famílias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chapecó sofreram? Então, por isso, isso não pode continuar da maneira que está. E isso deve ser reivindicado, tem que se plantar uma semente, porque isso tem que abrir um novo panorama, um novo panorama da aviação mundial, e o Brasil e a Chapecoense devem ser motivo para que comecem uma nova era, uma nova era responsável, séria, em que se responda às famílias como deve ser.

Desculpem, mas isso é o que eu gostaria de dizer.

Obrigado por me atender e obrigado por me aguentar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Excelência, já estou mandando providenciar o requerimento de convocação do... Qual o nome dele?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor.) – Grahan Beilein.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Grahan Beilein. Nós vamos convocá-lo.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Convoquem a Anac para que explique o voo que não deveria ser feito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Portanto, eu já pediria à Presidência para a gente botar em votação e apresento o requerimento na sequência para a gente poder já convocá-lo; tentar localizá-lo para, na próxima reunião do dia 17, ele poder comparecer aqui na Comissão, se possível; senão, na outra. Você vai preparando, então, já o convite, e a gente aprova formalmente a convocação na próxima...

O SR. RICARDO ALBACETE (Para expor. *Tradução simultânea.*) – Peço vênia, Senador. Citem as companhias e as seguradoras, a Anac e o Cenipa, por favor. Façam, citem as companhias e as seguradoras. Quando eles verem que estão descobertos e que eles são os mesmos que estão por detrás, serão mais considerados. Não deixe eles fora. Por favor, peça que tragam suas apólices de seguro para que vejam quanto é e o que elas cobrem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Com a palavra agora o Dr. Abel Dias, representante, advogado.

O SR. ABEL DIAS – Obrigado, Senadora Leila.

Marco, eu fique com uma dúvida com relação a alguma aproximação da seguradora, da resseguradora ou do fundo monetário. Assim como foi feita a pergunta para o Albacete, quero aproveitar a mesma pergunta. Você foi contatado pela seguradora, pela resseguradora ou pelo fundo humanitário para algum tipo de acordo? Quem o contatou? Que empresa representava? E, se foi proposto algum acordo, de quanto é esse acordo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO ROCHA VENEGAS (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – A única pessoa que me contatou com o tema do seguro foi Alex Stovold. Eu tive uma conversa longa, quando aconteceu o acidente, justamente na Colômbia. Assim que eu fiquei sabendo do acidente – eu em estava em Madri nesse momento –, em vez de pegar o avião para Lisboa, que era para aonde eu tinha de ir, eu fui diretamente a Medellín e coloquei-me à disposição das autoridades para ajudar com tudo o que fosse possível, na recuperação dos corpos, no reconhecimento dos corpos e de tudo o que se pudesse fazer nesse momento. Aí chegou Alex Stovold e falei com ele. A recomendação que me fez foi a de que eu não deveria fazer nenhum tipo de declaração, não deveria falar de nada, não deveria mencionar nada de nada, nenhuma apólice, nada. Contactou uma reunião com as pessoas da Bolívia, nesse caso com Vargas, indicou que não se realizasse nem um tipo de declaração, que se mantivesse à margem, que tudo seria encarregado pelo seguro.

E, ao contrário, permitiram que uma pessoa como Gustavo Vargas fosse preso, fosse submetido a vexames na prisão. E, nesse caso, o seu filho, o Dr. Vargas, foi silenciado. Na verdade, o que ele estava investigando era sobre matrículas clonadas. Esses aviões estavam sendo utilizados para o narcotráfico. Como ele era o chefe do registro e estava investigando o que estavam clonando, ele foi calado, como no caso da LaMia. Bom, ele ajudou a LaMia a se certificar, sendo que essa unidade – dentro do que é a certificação – não tinha nada a ver com o tema de certificação. Ele não tinha nem voz para dizer "sim, dei" ou "não dei" a certificação. Desse modo, foi calado. Fomos perseguidos, o meu pessoal...

Aproveito para agradecer – é a primeira vez que estou falando em público. Primeiramente, quero pedir desculpas e perdão a todas as famílias danificadas por tudo o que a LaMia pode causar. Eu me considero também vítima de tudo isso. Eu perdi minha profissão, minha vida, tudo, e todos os dias eu vivo ao lado da minha esposa, que lembra o seu irmão. Vejo a minha sobrinha, a minha cunhada, e sei que uma vida não pode ser reposta por nada.

Nesse sentido, eu peço a vocês que, se podem colaborar, se podem ajudar as famílias, para que, de alguma maneira, recebam consolo, um pouco de conforto para o resto de suas vidas... Uma vida não pode ser reposta, mas, pelo menos, uma qualidade de vida, algo que talvez vocês, sim, possam fazer; sim, possam ajudar. Esse é o meu objetivo. Minha vida não vai ser a mesma nunca mais, mas, se serve de consolo, que vocês possam de alguma maneira ajudar a todas essas famílias.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Agradeço suas palavras, Sr. Marco. Nós estamos aqui com esse papel, com essa missão de ajudar a todas essas famílias e fazer justiça.

Obrigada pela disponibilidade tanto do senhor como do Sr. Albacete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quórum... Havendo quórum – gente, depois que eu entrei para o Senado, é tira os óculos, coloca os óculos...

Havendo quórum, passamos à parte deliberativa.

Vou ler o Requerimento nº 30, de 2020.

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 30/2020

Requer que seja convidado um representante da Secretaria da Fazenda do Ministério da Economia.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Consulto se algum Senador deseja encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar, coloco a matéria em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Coloco também em votação a Ata da 6ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata também está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos os convidados nesta reunião de hoje. A próxima será realizada no dia previsto. Nós estamos aqui esperando os próximos passos, devido ao ato que o nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, baixou sobre, como todos sabem, a pandemia do coronavírus, então aqui nós estamos com acesso restrito, mas, em princípio, ela está marcada para o dia 17 de março, para ouvirmos o Sr. Satoru Komiya, Presidente da Tokio Holdings e representante da Tokio Marine, das seguradoras e resseguradoras Tokio Marine, Bisa e Aon.

Nada mais havendo a falar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e oito minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Paulo Rocha e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 31 de 2020** que: "Convocação Sr. Graham Bailey, funcionário da AON UK Limited, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 32 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor Pedro Duarte Guimarães, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 33 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobrás, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Retirado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 34 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor José Adalberto Ferrara, Presidente da Tokio Marine Seguradora S/A, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 35 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor Marcelo Homburguer, Presidente da AON Benfield Brasil Corretora de Resseguros LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 36 de 2021** que: "Requer a convocação do Senhor Leandro Martinez, Presidente da Chubb Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 37 de 2021** que: "Requer a convocação da Senhora Patrícia Chacon, Presidente da Liberty Seguros, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. Ainda, foi apresentado pelo Relator retrospectiva dos fatos apurados pela CPI.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello

Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/18

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, a comissão técnica e a diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas, e também investigar e identificar os motivos de os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

A presente reunião destina-se a apreciar os requerimentos constantes da pauta. De todos os requerimentos, o nosso Relator, o Senador Izalci Lucas, vai fazer a leitura logo após.

Comunicado.

Antes de dar início à apreciação dos requerimentos, gostaria de comunicar que esta Presidência convidou, nos termos do Requerimento nº 29, de 2000, o Sr. Satoru Komiya, Presidente da Tokio Marine Holdings, para participar da reunião desta Comissão para que pudesse prestar esclarecimentos necessários. A Tokio Marine Seguradora S.A. notificou integralmente.

Resposta ofertada pela Diretoria da Tokio Marine em março de 2020: informa não possuir conhecimento direito dos fatos investigados por esta Comissão, por essa razão, recusando o convite.

Esclareço ademais que a oitiva da Sra. Celia Castedo Monasterio, prevista para o dia de hoje, será reagendada em razão das diligências necessárias para a sua intimação e deslocamento ao Senado Federal. Ainda estão em trâmite junto às autoridades responsáveis.

Então, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, cumprimentando o Senador Izalci, nosso Relator... Eu falava há pouco com o Senador Kajuru e com o Senador Izalci que nós precisamos, agora – é a única CPI que está funcionando no Senado Federal –, retomar os trabalhos com serenidade, mas com a firmeza e com o compromisso de efetivamente ajudar as famílias, que estão passando por grande dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, houve essa paralisação por causa da pandemia. Tivemos a CPI da Pandemia, que tomou muito tempo. Eu participei, o Senador Izalci participou, todos os Senadores participaram. E, agora, sobre esta CPI, eu quero dizer às senhoras e aos senhores que nós vamos fazer de tudo para que consigamos, com justiça e com responsabilidade, fazer com que o trabalho seja muito efetivo e a gente tenha eficácia em todos as convocações e que a gente conclua esses trabalhos realmente com ganho, principalmente e exclusivamente para as famílias que estão passando por dificuldades da nossa querida Chapecoense.

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Izalci, para um retrospecto e leitura dos requerimentos que nós vamos deliberar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, primeiro eu quero pedir a autorização de V. Exa. e a compreensão dos colegas. Eu já tomei a terceira vacina, e aqui nós estamos respeitando o distanciamento, mas, para fazer a leitura, vou pedir permissão para fazer sem a máscara, obedecendo aqui o distanciamento.

Presidente, precisamos, de fato, buscar um entendimento e resolver essa questão. Dia 28 agora, Senador Kajuru, faz cinco anos que o seguro ou a resseguradora ainda não assumiram as suas responsabilidades. Então, nós não temos aqui nenhum interesse aqui, como foi dito aqui ao Presidente e a V. Exa., em dificultar, denegrir a imagem de nenhuma empresa, de ninguém; o que nós estamos buscando aqui é, de fato, resolver essas questões.

Nós temos aqui alguns requerimentos de convocação. Vou fazer a leitura dos sete itens, porque acho fundamental ouvi-los, não é? Há um deles, o item 3, que é a convocação do Presidente da Petrobras, e eu disse aos diretores que me procuraram ontem que nós não temos nenhuma intenção em prejudicar a Petrobras, muito pelo contrário; o que nós queremos é a colaboração da Petrobras, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, da Susep, para buscar um entendimento para a gente resolver essa questão.

Eu disse ontem ao pessoal da Petrobras: "Vocês fizeram o seguro com a resseguradora que é responsável e está sendo investigada aqui na CPI. Sobre esse seguro que vocês contrataram – e foi licitação, tudo bem –, vocês têm certeza de que se houver um incidente eles vão cumprir o que está na apólice do contrato? Porque aqui não estão cumprindo". Então, o que nós queremos é que a Petrobras, assim como Caixa Econômica, Banco do Brasil e outros possam buscar esse entendimento, porque, de fato, se um acidente como esse não foi ressarcido o pagamento da indenização, imagine se houver um acidente, como já houve, de uma plataforma da Petrobras. Será que foi avaliado corretamente? Será que esse valor que foi fechado é suficiente? Não há nenhuma cláusula, como há nessa aqui da Chapecoense, alguns detalhes na retrospectiva aqui, que foi feita intencionalmente para excluir depois o pagamento? Então, essas questões...

Eu vou retirar da pauta o da Petrobras, porque há um compromisso de fazer esse entendimento independente aqui na CPI, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Ela fez... Senador, desculpe-me. Ela fez um compromisso com o senhor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – ... de fornecer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou só retirar da pauta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque, se não fizerem, a gente bota na pauta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – A gente volta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E aprova depois.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Aproveitando, me permita, Senador Izalci, eu fiquei muito feliz com a conversa do Presidente Jorginho Mello – só esperava isso dele –, a preocupação que ele tem... Nós vamos ter um prazo até abril, não é isso? Esta CPI, não é? Até abril.

Então, o Senador Jorginho falava da situação dos familiares, são 80 crianças vivendo na penúria. É triste realmente e a sociedade brasileira espera de nós, Senador Izalci, as posições firmes que aqui, eu tenho certeza, teremos.

O senhor citou a Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal fez uma negociação com a empresa seguradora irresponsável, que não assumiu, que não cumpriu o que deveria ter cumprido com esses familiares dos mortos no voo da Chapecoense, de um 1,5 bilhão, uma parceria com a empresa Marine, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tokio Marine.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – É, a Tokio Marine. Um bilhão e meio, é uma irresponsabilidade de uma estatal brasileira negociar, como Senador Jorginho disse, com uma empresa dessa que deveria estar manchada. Não tem cabimento uma coisa dessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a minha observação, desculpe incomodar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Esse é o objetivo, Senador. A gente precisa... Evidente que nenhum passageiro, na hora de entrar na aeronave, perguntou como que é o seguro. Ninguém pergunta isso, todo mundo sabe que está segurado.

Com relação à Caixa, o que nós queremos é exatamente isso. Essa empresa simplesmente se negou a vir aqui. Está aqui, o Presidente acabou de dizer, não vieram, não se manifestaram, não mandaram as informações. Então, a gente vai ter que tomar alguma atitude, por isso que a Caixa é fundamental, Caixa, Banco do Brasil. E a Petrobras a gente espera que possa nos ajudar também.

Então, eu vou rapidamente ler aqui os requerimentos, Presidente.

Aqui o é o item 1. Requerimento nº 31, de 2020, convocando o Sr. Graham Bailey, funcionário da Aon UK Limited, para prestar depoimento perante esta Comissão. É importante ouvi-lo aqui, assim como quanto ao item 2.

Requerimento nº 32, a convocação do Sr. Pedro Duarte Guimarães, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar depoimento. Lógico, a gente está convocando o Presidente, lá deve haver os seus responsáveis que cuidam dessa área. Então, ele poderá vir acompanhado para tentar essa... esse negócio aqui. É o item 2.

O item 3, Requerimento 33. Esse eu vou pedir para retirar da pauta, que é o da Petrobras. Eu retiro da pauta. Se eles colaborarem, como disserem que vão fazer, a gente não convoca. Senão, a gente volta para a pauta. É a minha posição.

Item 4, Requerimento 34. Requer a convocação do Sr. José Adalberto Ferrara, Presidente da Tokio Marine Seguradora S.A., para prestar depoimento perante a Comissão, a CPI, já que não mandaram nenhuma informação, como tinham assumido.

Item 5, Requerimento 35. Requer a convocação do Sr. Marcelo Homburger, Presidente da Aon Benfield Brasil Corretora de Resseguros Ltda., para prestar depoimento também à CPI.

Item 6, Requerimento 36, de 2021. Requer a convocação do Sr. Leandro Martinez, Presidente da Chubb Brasil, para prestar depoimento também a esta CPI.

Requerimento 37, de 2021, item 7. Convocação da Sra. Patrícia Chacon, Presidente da Liberty Seguros, para prestar depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essas seguradoras estão sendo convocadas porque também estão no processo. E a gente... Então, não é só, há outras resseguradoras também envolvidas nisso aí. Então, esses são os requerimentos. Eu não sei se já tem o quórum para votar, mas, se não, eu já entro... Já tem o quórum? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, na sequência quero fazer uma retrospectiva, para todos que estão nos assistindo, em respeito aos telespectadores da TV Câmara, da Rádio Câmara, para que eles possam acompanhar, porque tem muito tempo que a gente suspendeu os prazos, para eles entenderem um pouco essa retrospectiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Agradeço o Senador Izalci.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor me inscreve, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com certeza.

Requerimentos nºs 31, 32, 34, 35, 36 e 37.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2020

Convocação do Sr. Graham Bailey, funcionário da AON UK Limited, para prestar depoimento perante a comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2021

Requer a convocação do Senhor Pedro Duarte Guimarães, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2021

Requer a convocação do Senhor José Adalberto Ferrara, Presidente da Tokio Marine Seguradora S/A, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2021

Requer a convocação do Senhor Marcelo Homburguer, Presidente da AON Benfield Brasil Corretora de Resseguros LTDA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2021

Requer a convocação do Senhor Leandro Martinez, Presidente da Chubb Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2021

Requer a convocação da Senhora Patrícia Chacon, Presidente da Liberty Seguros, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Izalci Lucas

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2021

Requer a convocação do Senhor Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobrás, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Izalci Lucas)

Eu consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos fazer a votação em bloco. (*Pausa.*)

Com o consentimento de todos os senhores, por unanimidade, não havendo objeção, coloco em votação os requerimentos.

Consulto se algum Senador deseja encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Coloco em votação, em globo, os Requerimentos nºs 31 a 37, com a exclusão do Requerimento nº 33.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Devolvo a palavra ao Senador Izalci.

Antes, concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, que pediu pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, apesar do seu *new look*, eu quero me congratular.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o meu medo é que fique muito mais bonito. É isso que me preocupa.

Também quero lhe desejar pronta recuperação do pequeno acidente que dificultou a sua locomoção nesses 40 dias.

Mas eu quero saudar o reinício das atividades. Lembro que, na companhia do Senador Izalci e de V. Exa. e do Senador Dario Berger, que é, salvo melhor juízo, Vice-Presidente da Comissão, fomos, junto com a Senadora Leila, pedir – Kajuru não estava aí, mas certamente espiritualmente estava conosco – a reativação desta Comissão.

Eu queria destacar dois objetivos: primeiro, o mais rapidamente possível, ouvindo o menor número de pessoas, terminar o relatório, e nesse término de relatório, abrir a porta para a solução negocial, sobre a qual já falei com V. Exa., já falamos juntos com o Presidente da República, quando em junho ele visitou o estádio Índio Condá. Estava presente o Presidente da Caixa Econômica Federal – Senador Izalci, já lhe disso isso –, Pedro Guimarães. Junto com a Petrobras, os dois, as duas companhias, são os dois maiores clientes da Tokio Marine Seguradora.

Ora, se é possível que um seguro não funcione num voo internacional notório e notável como é uma disputa da Sul-Americana... Vai haver agora a disputa da Sul-Americana, Atlético Paranaense e Maringá. São dois times brasileiros que vão disputar. Vamos imaginar que, num voo *charter* internacional, fosse disputar no Uruguai, como Flamengo e Palmeiras vão disputar... Quer dizer, o jogador vai saber se a apólice de seguro, se a empresa está em dia ou se não está em dia? Isso é uma arapuca. E é lógico que grandes clientes e grandes fornecedores têm que ter uma relação de confiança.

E nós já temos uma decisão – é verdade que não transitada em julgado; o senhor a conhece – em Miami que abre essa porta, Senador Nelsinho Trad, de uma negociação, que é o que sempre se buscou com a ajuda do Itamaraty, da Susep e do Ministério da Justiça. Se o assunto fosse preto no branco, tudo certo, nem haveria esses cinco anos de dor e sofrimento e nem essa CPI. É porque as coisas são obscuras, nebulosas: "Faltou isso, faltou aquilo...". E todo mundo vai se isentando, a emoção está acabando, e perdura aí o estado falimentar da Chapecoense. Às famílias, a dor, que não vai ser apagada nem vai ser satisfeita, mas que tem que ter pelo menos aquilo que a civilização criou, que é a redução de danos através do seguro, se não explicitamente garantido, mas negocialmente garantido, com toda a força que o Brasil tem, tanto diplomática quanto negocialmente, através das suas principais contratadoras, Petrobras e Caixa Econômica Federal, para agir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o objetivo, Presidente, me parece complicado, mas muito reduzido, simples, ou seja, terminar o relatório, ouvindo esses agentes tanto quanto aquela senhora que depende da liberação da Polícia Federal, que vai comprovar que havia irregularidade; ela vai confirmar que havia mais uma nuvem na relação negocial, o que fortalece ainda mais a via da negociação.

Então, desejando que V. Exa. possa bem conduzir essa reta final com a ajuda de todos aqui, saúdo novamente o Senador Nelsinho Trad, que sempre foi um parceiro solidário nessa questão, desde os tempos em que o assunto nasceu, na Comissão de Relações Exteriores, então presidida por S. Exa., e depois derivou para a CPI presidida pelo Senador Jorginho. Tomara que nós cheguemos a esse termo.

Eu agradeço a oportunidade de fazer este breve resumo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quero, Presidente, aproveitando a fala do Senador Esperidião, repetir aqui o que nós acordamos, eu e o Senador Nelsinho.

Nós aprovamos agora alguns requerimentos. Eu retirei o requerimento da Petrobras, porque eles estiveram comigo ontem – porque o nosso objetivo aqui não é denegrir a imagem de ninguém; nós queremos é resolver o problema –, e ficaram de colaborar, de ajudar. Eles fizeram uma licitação e contrataram a Tokio Marine como seguradora das plataformas. Eu disse, então: "Vem cá. Será que vocês têm certeza absoluta de que, se houver um acidente numa plataforma dessas, vocês terão o ressarcimento, terão a indenização? Porque essa mesma empresa que ganhou a licitação não cumpriu com a Chapecoense". Então, nós queremos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que é o que diz a decisão de Miami.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, por isso é que nós não podemos... Por isso é que eu quero fazer aqui uma fala no sentido de que nós não podemos encerrar a CPI dizendo "tem que pagar ou fazer isso". A CPI é um instrumento de pressão, exatamente... Se a gente encerra o negócio, morre o assunto. Eu acho que a gente tem que manter e negociar durante esse fechamento. Eu acho que a Caixa Econômica está sendo convocada agora, Banco do Brasil, Susep e também outras seguradoras, as quais apareceram em Miami, que a gente agora também está convocando.

A Celia, que está presa, depende só de burocracia da polícia, porque o ideal era estar aqui olho no olho. Então, o Presidente vai tomar as providências para trazê-la, para a gente poder...

Mas eu queria hoje aproveitar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... para convidar a fazer uma retrospectiva disso aí, porque nem todos sabem os detalhes do que aconteceu. E a gente quer demonstrar isso aqui de uma forma... O relatório está praticamente pronto, naquilo que nós conduzimos.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sem pressa, viu, Senador Izalci?

O relatório nós vamos fazer a todas as mãos aqui, mas sem pressa de nós o concluirmos, porque a nossa grande missão – foi feliz o Senador Esperidião quando disse – nasceu lá, com a interferência do Senador Nelsinho Trad, na Comissão de Relações Exteriores. O Senador Kajuru, o Senador Esperidião, V. Exa., a Senadora Leila, todos nós queremos uma solução, queremos uma solução para esse caso.

Infelizmente, a nossa querida Chapecoense está em último lugar do campeonato. Isso é tudo reflexo disso que desestruturou não só as famílias, como o próprio time. Reiniciar... Enfim, está em último lugar da tabela, caiu, não está mais na Série A. Então, nós temos essa grande responsabilidade.

Sem querer denegrir a imagem de ninguém, não é possível que empresas brasileiras estatais, do tamanho que são, não possam nos dar uma mão para nos ajudar para que a gente consiga ter êxito nessas indenizações. Foi muito feliz de dizer... Fez uma licitação, tudo bem; mas quem contratou tem que saber que, se der um problema numa plataforma, como da Petrobras, será que vai dar tudo certo? Porque aqui não deu, não honrou.

Então, esse é o nosso grande objetivo. Vamos fazer de forma muito responsável. Agora esta é a única CPI que está funcionando. Todos nós vamos nos dedicar. Eu quero pedir o empenho e a compreensão de cada um dos senhores para que a gente consiga, a bom termo, ter sucesso, ter eficácia em todos os depoimentos, no trabalho aqui.

E as empresas brasileiras vão ter que nos ajudar. Isso tem que ser um assunto de Governo. Nós precisamos ter essa grandeza e esse entendimento por parte desses órgãos.

Então, com a palavra V. Exa. para fazer uma recolocação de tudo o que foi feito até agora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Então, uma breve retrospectiva acerca dos eventos ocorridos antes e depois do acidente ora investigados pela CPI da Chapecoense.

Bem, para melhor compreender a investigação levada a efeito pelo Senado Federal na CPI necessária se faz a sua contextualização. Nesse sentido, segue a cronologia dos fatos relevantes havidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes e depois do acidente – antes do acidente sem autorização de voo, antes do acidente com autorização de voo e depois do acidente.

Pois bem, Sr. Presidente, eu vou projetar então todos os fatos já identificados e que são relevantes para a presente investigação da CPI da Chapecoense, de modo a facilitar o acompanhamento pelos que estão aqui presentes e que estão nos acompanhando também.

Por favor, o eslaide 3.

Bem, fatos anteriores ao acidente, sem autorização de voo.

No início de 2011, o empresário venezuelano Ricardo Albacete adquire quatro aeronaves da empresa CityJet Limited por intermédio da empresa Kite Air Corporation, sediada na China. A empresa Kite Air Corporation tem quatro sócios em partes iguais: Ricardo Albacete, a sua esposa, Maritza Albacete, e as duas filhas, Loredana e Tiziana Albacete.

De posse das aeronaves, Ricardo Albacete abre a companhia aérea LaMia CA, na Venezuela, e passa a negociar com a corretora Aon as apólices de seguro.

O relacionamento se estende até a constituição da empresa LaMia Corporation, na Bolívia, ao final de 2014, e prossegue até a ocorrência do acidente em... Aqui está 29, o meu querido Senador está dizendo que foi no dia 28, mas aqui, nas anotações, está 29 de novembro de 2016, na Colômbia.

Ressalte-se que a colocação dos seguros da companhia aérea LaMia foi sempre negociada diretamente com a corretora Aon.

A seguradora Bisa e a corretora Estratégica, ambas bolivianas, foram sempre meras prepostas da corretora Aon na operação.

Por favor, eslaide 4.

Pois bem, no período compreendido entre a aquisição da aeronave, em 2011, e o acidente, em 2016, cinco apólices de seguro foram colocadas para as companhias aéreas LaMia, Aruba LaMia e LaMia SRL. A primeira delas com vigência entre 10 de janeiro de 2012 a 10 de janeiro de 2013 tem, como segurado, a companhia aérea LaMia CA e cobre o casco, até do limite de US$6 milhões, e responsabilidade civil, até o limite de US$300 milhões.

No entanto, a companhia aérea LaMia CA não obteve o certificado de operação aeronáutica do Governo da Venezuela e, portanto, não operou nesse período. Justamente por isso, o Ricardo Albacete, em meados de 2012, estabelece uma nova companhia aérea no Caribe, a Aruba LaMia.

No início de 2013, a apólice de seguro é renovada. Como seguradas, constam as empresas aéreas LaMia CA e Aruba LaMia. Novamente, a apólice cobre o casco, até o limite de US$6 milhões, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade civil, até o limite de US$300 milhões, com período de cobertura que inicia dia 10 de janeiro de 2013 e termina em 10 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado até 10 de abril de 2014.

Próximo eslaide, por favor.

A exemplo da companhia aérea LaMia, a empresa era Aruba LaMia não recebe autorização do Governo de Aruba para operar. Por essa razão o Ricardo Albacete retorna para a Venezuela.

Em abril de 2014, a apólice de segurança é novamente renovada. Permanecem como seguradas empresas aéreas LaMia CA e Aruba LaMia. A apólice cobre o casco, até o limite de US$6 milhões, e a responsabilidade civil, até o limite de US$300 milhões. A cobertura abrange o período de 10 de abril de 2014 a 10 de abril de 2015.

Na vigência dessa apólice, mais precisamente em 18 de setembro de 2014, é constituída a companhia aérea LaMia SRL na Bolívia. Os pilotos Miguel Quiroga e Marcos Venegas são colocados como sócios da empresa, e General Gustavo Gamboa é indicado representante legal da citada companhia aérea.

Então, no final de 2014, após a internalização dos aviões na Bolívia, o empresário Ricardo Albacete firma contrato de arrendamento para a aeronave CP-2933. O arrendamento abrange todo o período de 2015.

Próximo eslaide, por favor.

Registre-se por relevante que o empresário Ricardo Albacete e a sua filha Loredana Albacete, mesmo após o arrendamento da aeronave CP-2933, permanecem na gestão efetiva da companhia aérea LaMia SRL.

Em abril de 2015, a apólice de seguro é, mais uma vez, renovada. Ricardo e Loredana Albacete negociam diretamente com a corretora Aon. Dessa vez, o segurado é a companhia aérea LaMia SRL. O seguro cobre o casco, até o limite de US$4,85 milhões, responsabilidade civil até US$300 milhões, a exemplo das apólices anteriores. Há uma limitação geográfica nesse caso... Não há limitação geográfica nesse caso. O período de cobertura estende-se até abril de 2016 nesse caso.

Cabe ressaltar nesse ponto que até o momento da renovação dessa apólice de seguro, em abril de 2015, a companhia aérea LaMia SRL não dispunha de autorização para realizar voo com passageiros, pois ainda não havia recebido o certificado de operador aeronáutico do Governo boliviano.

Próximo eslaide, por favor.

Agora, fatos anteriores ao acidente, com autorização de voo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 28 de julho de 2015 a companhia aérea LaMia SRL recebe autorização para operar como companhia aérea *charter* não regular. Nesse momento, apenas a aeronave CP-2933 estava em condições de voar. Portanto, Loredana Albacete solicita à corretora Aon para alterar a cobertura dessa aeronave para *full flight risk*, cobertura completa de voo, mantendo as demais cobertas apenas para *ground risk*... Desculpem a minha leitura aqui em inglês, que eu não sou craque nisso. Cobertura para risco em solo é a tradução.

Frise-se que, por ocasião dessa solicitação, a Loredana Albacete informa, pela primeira vez, à corretora Aon que havia inúmeros contatos com times de futebol para realização de voo para a realização de voos para diversos países da América do Sul, a exemplo de Brasil, Bolívia e Paraguai, ou seja, um ano e meio antes do acidente, já se cogitava sobre o transporte de times de futebol pela América do Sul.

No dia seguinte, no dia 29 de julho de 2015, a corretora Aon repassa à Loredana Albacete o valor adicional do prêmio da aeronave CP-2933, algo em torno de US$145 mil, que passaria, então, a contar com a cobertura completa de voo, a partir de 1º de agosto de 2015. A corretora Aon informa ainda que trataria do tema "times de futebol" com as resseguradoras, com os resseguradores.

Outro, por favor.

Portanto, a partir desse momento, a companhia aérea LaMia SRL passa a ter plenas condições para realizar voos *charter* não regulares. Ocorre, no entanto, que, ao final de setembro de 2015, a companhia aérea LaMia SRL fica inadimplente. A terceira parcela do prêmio, com vencimento no dia 26 de setembro de 2015, não é paga. Loredana Albacete informa à corretora boliviana Estratégica preposta da corretora Aon, que a companhia aérea LaMia SRL estava enfrentando problemas com o fluxo de caixa.

No início de novembro de 2015, apesar dos problemas financeiros da companhia aérea LaMia SRL, o contrato de arrendamento da aeronave CP-2933 é prorrogado por mais um ano, ou seja, até janeiro de 2017.

Registra-se que durante todo o período de arrendamento da aeronave CP-2933, a companhia aérea LaMia SRL não efetiva pagamento algum aos proprietários do avião. Isso denota a característica *pro forma* do ajuste.

Próximo eslaide.

Pois bem, é justamente por ocasião da renovação do contrato de arrendamento que a ideia inicial de Ricardo Albacete foi alterada. Até aquele momento, o plano era obter o certificado de aeronavegabilidade na Bolívia e vender a aeronave CP-2933 ao empresário chinês Sam Pa, amigo de Ricardo Albacete. Desse modo, a aeronave CP 2933 seria levada para operar na África, sob bandeira boliviana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, com a prisão de Sam Pa por corrupção, em 2015, a venda da aeronave CP-2933 não é concretizada. Para que não ficasse encostada, Ricardo Albacete decide renovar o pretenso contrato de arrendamento da aeronave CP-2933 para a companhia aérea LaMia SRL, que passaria, então, a buscar novos contratos de voos na América do Sul.

Ocorre que, ao final de dezembro de 2015, com duas parcelas do prêmio da apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL atrasadas, a corretora Aon informa a Loredana Albacete que o último prazo para o pagamento seria 05 de janeiro de 2016, sob pena de cancelamento da apólice.

Todavia, no início de janeiro de 2016, Loredana Albacete comunica à corretora Aon que a companhia aérea LaMia SRL não reunia condições financeiras para realizar o pagamento das duas parcelas pendentes do prêmio. Desse modo, no dia 5 de janeiro de 2016, a cobertura da apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL é cancelada pelos resseguradores.

Dias depois, em 11 de janeiro de 2016, a DGAC, órgão responsável pelo controle do transporte aéreo civil na Bolívia, determina a suspensão do certificado e a permanência da aeronave CP-2933 em solo, tendo em vista o comunicado da seguradora Bisa dando ciência de que a cobertura do seguro da mencionada aeronave estava suspensa por falta de pagamento do prêmio.

Portanto, em síntese, após conseguir a autorização do governo boliviano para realizar voos *charter* não regulares no final de julho de 2015, a companhia aérea LaMia SRL fica inadimplente em setembro de 2015 e tem a sua autorização de operador aéreo cancelada em janeiro de 2016, por falta de pagamento do prêmio.

Próximo.

Ainda impedida de voar, a companhia aérea LaMia SRL negocia, em meados de janeiro de 2016, dois voos com a equipe de futebol do Olímpia do Paraguai. Loredana Albacete entra em contato com a corretora Aon e pergunta sobre a possibilidade de reativar apenas o seguro da aeronave CP-2933. Informa que o Olimpia, do Paraguai, é um time sem expressão, comparável a uma equipe universitária de Londres.

Simon Kaye, corretor da Aon, que sempre esteve à frente das negociações das apólices das companhias aéreas LaMia CA, Aruba LaMia e LaMia SRL apresenta cálculo para a reativação do seguro da aeronave CP-2933 e informa que discutiria a questão envolvendo times de futebol com os resseguradores. Portanto, essa é a segunda vez que o assunto envolvendo equipes de futebol foi levantada aos resseguradores.

No início de fevereiro de 2016, o Simon, corretor da Aon, comunica a Loredana Albacete que não é possível a reativação da apólice. A alternativa seria a colocação de uma nova apólice, mas isso só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorreria caso houvesse o pagamento das pendências anteriores. A negociação não avança, e a apólice permanece cancelada.

Por favor.

No final de março de 2016, Loredana Albacete então volta a insistir com a corretora Aon Sobre a possibilidade de conseguir um seguro por voo, mais conhecido por *per trip based insurance*, pois a companhia aérea LaMia SRL não tinha um contrato para levar uma equipe de futebol até a Venezuela. O voo seria no dia 10 de abril de 2016. A partir deste momento, o tema envolvendo equipes de futebol ficaria mais rotineiro.

A Loredana Albacete informa a Simon, corretor da Aon, que a Copa Sul-Americana iria começar e que a companhia aérea LaMia SRL seria a candidata perfeita para esses voos. Loredana Albacete então sentencia sobre a seguinte dilema: não podemos operar sem seguro e não podemos pagar o seguro se não operarmos.

Aí, no início de abril de 2016, então, Loredana Albacete volta a cobrar uma posição da corretora Aon, uma vez que a data do voo para Venezuela se aproximava.

Para impressionar, Loredana Albacete informa que se trata de um excelente cliente, pois maneja todos os times de futebol. Finaliza dizendo que os jogos da Copa Sul-Americana estão começando e que a LaMia SRL não gostaria de perder essa oportunidade.

Próximo.

Portanto, é justamente a partir de abril de 2016 que o assunto envolvendo transporte de equipe de futebol passa a ser habitual nas comunicações trocadas com a corretora Aon.

Pois bem, Simon, corretor da Aon, informa a Loredana Albacete que a emissão de uma nova apólice dependeria do pagamento das pendências anteriores. De qualquer forma, Simon solicita mais informações sobre o voo para a Venezuela e pede uma cópia do respectivo contrato de voo para analisar. Desta vez, portanto, foi enviado inclusive o contrato de voo firmado com um time de futebol para análise da corretora Aon.

Loredana Albacete atende prontamente a solicitação de Simon e encaminha uma cópia do contrato de voo para a corretora Aon. Loredana Albacete ainda informa que a equipe de futebol em questão é o clube The Strongest, da Bolívia, e novamente solicita a Simon que estude a possibilidade de um seguro para viagem para a aeronave CP-2933, uma vez que a companhia aérea LaMia SRL ainda não dispunha de condições financeiras para liquidar as pendências anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registra-se que, mais uma vez, em uma tentativa de impressionar Simon, corretor da Aon, Loredana Albacete informa ainda que havia mais três contratos similares do Club Strongest em estudo para o mês de abril de 2016.

Na sequência, então, Simon, corretor da Aon, passa uma estimativa do valor do prêmio que a companhia aérea LaMia SRL devia apenas aos resseguradores, algo em torno de US$50 mil. Informa, ademais, que revisou o contrato do Club Strongest e não encontrou exigência alguma de limite de cobertura.

Desse modo, Simon, corretor da Aon, comunica a Loredana Albacete que gostaria de apresentar uma sugestão de limite de cobertura para "responsabilidade civil" que atendesse à legislação venezuelana e à exigência da própria companhia aérea LaMia SRL.

Percebe-se, portanto, que é justamente nesse momento que a corretora Aon, por intermédio de Simon, toma a iniciativa de apresentar uma proposta de cobertura de "responsabilidade civil" com valor inferior àquele limite de US$300 milhões que vinha sendo, até então, praticado.

A justificativa apresentada pela corretora Aon para alterar o valor de "responsabilidade civil" era tornar os limites de cobertura da nova apólice de seguro mais "aderentes" aos contratos de voo firmados pela companhia aérea LaMia SRL.

Registra-se por relevante que tal justificativa da corretora Aon, conforme será demonstrado mais adiante em parecer, não apresenta o menor fundamento técnico.

Pois bem, no dia 5 de abril de 2016, a companhia aérea LaMia SRL liquida as pendências financeiras relativas às parcelas pendentes do prêmio da apólice de seguro anterior. Simon, corretor da Aon, informa a Loredana Albacete que a nova cotação do seguro sofreria um reajuste significativo, uma vez que a apólice seria para cobertura completa de voo, ou seja, Full Flight Risk. Simon, então, calcula algo em torno de US$360 mil para o valor do prêmio.

No dia seguinte, em 6 de abril de 2016, Loredana Albacete, então, encaminha uma sugestão de cobertura para a corretora Aon. Informa que, após realizar várias pesquisas locais, entende que seria adequado um prêmio da ordem de US$170 mil para cobertura de "casco" e "responsabilidade civil", uma vez que se tratava apenas da aeronave CP 2933.

Simon comunica que os resseguradores não aceitaram a proposta apresentada por Loredana Albacete. Diz que há uma cotação da AIG para cobertura de "casco" até o limite de US$4,8 milhões e de "responsabilidade civil" até o limite de US$50 milhões, com prêmio de US$333 mil. Loredana, então, entende absurda a proposta.

É nesse momento, portanto, que surgia a sugestão de redução do limite de cobertura de "responsabilidade civil" para US$50 milhões, sugestão essa, aliás, da própria corretora Aon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, na sequência, a funcionária da corretora boliviana Estratégica Maria Daniela apresenta uma proposta alternativa, obtida também por Simon, de cobertura de "responsabilidade civil", de até US$50 milhões, com prêmio de US$120 mil. Loredana Albacete aceita a proposta apresentada e pede para incluir, se houvesse tempo, uma cobertura para a tripulação/pilotos, e, para o caso de guerra, a cobertura de casco não estava incluída na proposta.

Próximo eslaide.

É justamente por ocasião dessa negociação que Loredana Albacete pergunta a Simon, corretor da Aon, se o limite da responsabilidade civil poderia ser reduzido para US$25 milhões. Segundo ela, toda a América do Sul trabalhava com esse limite. Nesse caso, Loredana Albacete questiona se o valor do prêmio diminuiria, ou seja, Loredana Albacete pretendia, com a negociação, reduzir ainda mais o prêmio da nova apólice de seguro.

Percebe-se, portanto, que o principal motivo de preocupação nessa negociação era exclusivamente de caráter financeiro, pouco importando as demais variáveis de risco e limite de cobertura adequada.

Simon, corretor da Aon, informa a Loredana Albacete que formalizaria a proposta de cobertura securitária conforme orientação passada por ela e que verificaria o impacto sobre o prêmio do seguro, em razão da diminuição do valor da cobertura de 50 para US$25 milhões. Todavia, Simon comunica a Loredana Albacete que verificaria o limite de cobertura na Federal Aviation Administration, ou seja, FAA-US, independentemente do limite que estava em discussão.

Próximo.

No dia 7 de abril de 2016, Jorge Londoño Pinto, Gerente-Geral da Corretora Boliviana Estratégia, preposta da corretora Aon, informa a Loredana Albacete que o limite de cobertura securitária na nova apólice estava em conformidade com as regras da FAA-US. Londoño comunica ainda que, assim que os resseguradores de Londres aprovassem os termos da nova apólice, as corretoras Estratégia e Aon, bem como a seguradora boliviana Bisa, atuariam prontamente. Nota-se, portanto, que, em que pese a solicitação de redução de 50 para US$25 milhões para o limite de cobertura de responsabilidade civil na nova apólice de seguro, que, a partir de Loredana Albacete, a definição do referido limite foi estipulada e executada pelas próprias corretoras Aon e Estratégia.

Pois bem, no dia 10 de abril de 2016 é colocada uma nova apólice de seguro no mercado. A companhia aérea LaMia SRL segue como segurada. A cobertura só abrange responsabilidade civil até US$25 milhões. Ademais, a apólice passa a contar com uma cláusula de exclusão geográfica, em que a Colômbia e o Peru, países fronteiriços da Bolívia, estão incluídos. A vigência da nova apólice se estende até 10 de abril de 2017.

Próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quando da colocação da última apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL, em abril de 2016, todos os envolvidos – corretora, seguradoras e resseguradoras – tinham pleno conhecimento das operações que a mencionada companhia aérea pretendia realizar a partir daquele momento. Mesmo assim, eles concordam com a colocação de uma apólice de seguro completamente incompatível com o nível de risco dessas operações.

Prova disso é que, no dia 11 de abril de 2016, ou seja, no dia seguinte ao da colocação da nova apólice de seguro, o próprio funcionário da corretora Aon, o Simon, pergunta a Loredana Albacete sobre o voo realizado, no dia anterior, para a Venezuela com o Club Strongest, da Bolívia.

Pois bem, na sequência, em meados de junho de 2016, Loredana Albacete informa, por *e-mail*, às corretoras Aon e Estratégica que a companhia aérea LaMia SRL pretendia transportar a equipe de futebol de Rosário Central para um jogo em Medellín, na Colômbia. Loredana Albacete recebe o "de acordo" das resseguradoras, conforme comunicado enviado a ela por Maria Daniela, funcionária da corretora boliviana Estratégica.

Próxima.

Nesse ponto, aliás, vale ressaltar que foi a própria corretora Estratégica, preposta da corretora Aon, que orientou a companhia aérea LaMia SRL sobre a necessidade de um aviso prévio quando ocorressem voos para os países que estivessem na cláusula de exclusão geográfica. Segundo a companhia aérea LaMia SRL, tal comunicação prévia seria insuficiente para a superação da restrição contida na referida cláusula de exclusão geográfica.

Pois bem, após quatro meses de vigência da nova apólice de seguro, ainda no início de agosto de 2016, a companhia aérea LaMia SRL dá novos sinais de que não conseguiria pagar os prêmios. De qualquer forma, Loredana Albacete comunica que a companhia aérea LaMia SRL tinha um outro contrato de voo para o Paraguai. Simon, corretor da Aon, informa a Loredana Albacete que tentaria uma nova cotação para os resseguradores da empresa aérea Ecojet.

Em meados de agosto de 2016, Loredana Albacete volta a comunicar à corretora Aon que a companhia aérea LaMia SRL dispunha de um novo contrato para transportar uma equipe de futebol para os jogos na Venezuela e na Colômbia. No entanto, Loredana Albacete pondera que o nível de prêmio, o preço de prêmios da apólice de seguro em vigor estaria muito elevado e pergunta se havia tido algum avanço na cotação com os resseguradores da empresa aérea Ecojet.

Próximo.

Simon, corretor da Aon, informa que enviou a nova cotação para a corretora boliviana Estratégica, preposta da corretora Aon, pois ela iria acrescentar os impostos locais e a taxa de corretagem para então apresentar uma proposta definitiva à companhia aérea LaMia SRL. Loredana Albacete, após analisar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nova cotação, propõe uma alternativa com cobertura menor e franquia reduzida. Pois bem, em meados de setembro de 2016, apenas cinco meses após a emissão da última apólice de seguro, Loredana Albacete informa à corretora Aon a intenção de substituir a apólice de seguros da companhia aérea LaMia SRL, pontua que gostaria de manter na pretensa apólice apenas a cobertura de responsabilidade civil.

Registre-se que é justamente por ocasião dessa negociação que Loredana Albacete faz uma ironia em relação à cláusula de exclusão geográfica contida na apólice de seguro. Segundo ela, a apólice de seguro excluía voos para a Colômbia e para o Peru, países esses localizados na fronteira da Bolívia.

Próximo.

Sobre isso, aliás, Loredana Albacete comenta que recebeu orientação da corretora Estratégica, preposta da corretora Aon, de que isso não seria um problema desde que a companhia aérea LaMia SRL informasse previamente toda vez que realizasse voo sobre ou para esses países. Simon, então, corretor da Aon não teceu comentário algum a respeito dessa orientação.

Pois bem, no final de setembro de 2016, então, Loredana Albacete resolve definitivamente comunicar à corretora Aon que havia solicitado o cancelamento da última apólice de seguro à corretora boliviana Estratégica, isto é, passados menos de seis meses de vigência da última apólice de seguro, a companhia aérea LaMia SRL solicita o cancelamento de seguro por falta de condições financeiras. Loredana Albacete pede uma nova cotação, porém com valor do prêmio de 50% menor. Simon, corretor da Aon, informa Loredana Albacete que a apólice de seguro vigente exigia, em caso de cancelamento antecipado da cobertura, o pagamento mínimo de 80% do prêmio. Portanto, havia uma diferença a ser liquidada, pois a companhia aérea LaMia SRL não teria honrado 50%do prêmio até aquele momento.

Próximo.

Nas discussões subsequentes, Loredana confirma a intenção de manter apenas o limite de "responsabilidade civil" para a aeronave CP-2933 e informa que teria realizado 156 voos entre abril e setembro de 2016, totalizando 180 horas de voo. Oportuno ressaltar neste ponto que todos esses 156 voos realizados ainda na vigência da apólice de seguro colocada em abril de 2016 foram feitos com cobertura securitária totalmente incompatível com as operações realizadas pela companhia aérea LaMia SRL.

Acrescente-se a isso, por relevante, que, em outubro e novembro de 2016, foram realizados ainda os voos com as seleções da Bolívia e da Argentina, inclusive com o jogador Messi a bordo, assim como dois voos com a Associação Chapecoense de Futebol para a Colômbia.

Pois bem, após consultar os resseguradores de Londres, Simon, corretor da Aon, informa à Loredana que não havia encontrado cotações para o período restante de seis meses da última apólice de seguro, ou seja, de novembro de 2016 a abril de 2017. De qualquer forma, ele aproveita a oportunidade e apresenta cálculos matemáticos para demonstrar à Loredana Albacete que sairia muito mais barato para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companhia aérea LaMia SRL se ela mantivesse a apólice atual. Para reforçar o argumento, Simon propõe dividir a parcela restante de 50% do prêmio em atraso em dois pagamentos, em novembro de 2016 e fevereiro de 2017 respectivamente.

Próximo.

Importante, então, ressaltar, neste ponto, que a segunda parcela de 50% do prêmio da última apólice de seguro venceria somente no dia 2 de outubro de 2016. Portanto, ao final de setembro de 2016, Loredana já antecipa o procedimento de renegociação para evitar nova inadimplência. Tanto é assim que Loredana questiona Simon, corretor da Aon, se a companhia aérea LaMia SRL teria algum tipo de problema caso não efetivasse o pagamento do prêmio na data do vencimento. Ela pergunta, inclusive, se poderia ser efetuada apenas parte do pagamento.

A situação naquele momento era tão precária que, ao final de setembro de 2016, o Ricardo Albacete comunica à companhia aérea LaMia SRL, na pessoa de Gustavo Gamboa, a intenção de não mais renovar o contrato de arrendamento da aeronave, que venceria somente em janeiro de 2017. Registre-se, mais uma vez, por relevante, que todas as mensalidades do contrato de arrendamento estavam "em aberto", ou seja, não haviam sido pagas desde janeiro de 2015.

Na sequência, em meados de outubro de 2016, após o vencimento da segunda parcela de 50% do prêmio da última apólice de seguro, as corretoras Aon e Estratégica sugerem à Loredana Albacete que aceite a proposta apresentada de pagamento do prêmio restante em duas vezes, em novembro de 2016 e em fevereiro de 2017, e, assim, mantenha o seguro atual da companhia aérea LaMia SRL até o final do prazo de vigência da última apólice de seguro, ou seja, abril de 2017.

Próximo.

É justamente dentro desse contexto que a companhia aérea LaMia SRL foi contratada, numa primeira oportunidade, em meados de outubro de 2016, pela Associação Chapecoense de Futebol para um voo até Barranquilla, na Colômbia.

Esse voo enfrentou uma série de contratempos em razão da negativa da Anac em autorizar a saída da aeronave CP-2933 do aeroporto de Confins, em Belo Horizonte. Houve a necessidade de um deslocamento interno, por intermédio de uma outra companhia aérea, até a fronteira do Brasil com a Bolívia, em Corumbá/MS, atravessá-la de ônibus, para, então, embarcar na aeronave CP-2933 da companhia aérea LaMia SRL.

Nesse ponto, vale registrar, por oportuno, que é praxe, no mercado de aviação, a corretora de seguros e/ou resseguros revisar os contratos firmados por seu cliente para verificar a aderência de seus termos às cláusulas constantes da apólice de seguro e/ou resseguro. No entanto, no caso concreto investigado, é fato inconteste que a corretora Aon não revisa os contratos firmados entre a companhia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aérea LaMia SRL e a Associação Chapecoense de Futebol. Prova disso é que havia várias incompatibilidades entre o contrato de voo e a apólice de seguro.

Próximo.

Por exemplo, diferentemente do previsto no contrato de voo, a companhia aérea LaMia SRL não dispunha de cobertura de "casco" e "guerra". Ademais, o limite de "responsabilidade civil" previsto na apólice de seguro era de US$25 milhões e não de US$50 milhões, conforme constava do contrato de voo. Tudo indica que a companhia aérea LaMia SRL, intencionalmente ou não, "dourou a pílula" quando da formalização dos termos do contrato com a Associação Chapecoense de Futebol, uma vez que a solicitação de limite de US$25 milhões de "responsabilidade civil" da última apólice de seguro havia partido, inclusive, da própria Loredana Albacete.

Tal constatação é facilmente verificável no depoimento prestado por Ricardo Albacete aqui, na CPI da Chapecoense, quando assevera que, abre aspas: "Não, não, é que elas acreditavam que eram 50 milhões. Eu não sei se consigo explicar isso. Loredana queria que fossem 50 milhões quando feito o contrato. Quando foi feito esse contrato, seria por 50 milhões. Não foi a Chapecoense que pediu 50 milhões. Mas a minha filha pensa que é 50. E o que aconteceu? A Chapecoense aprovou. Dizia que estava muito bom". Próximo.

Outro ponto importante a ser destacado nesse contexto é que todos os atos de gestão da companhia LaMia SRL foram praticados por Loredana Albacete ou por Ricardo Albacete. A negociação das apólices de seguro, a contratação de voos, o recebimento de recursos e a cobrança e prestação de contas são exemplos típicos de atos de gestão em que Loredana e Ricardo sempre estiveram presentes.

Pois bem, no final de novembro de 2016, ocorre o segundo voo da Associação Chapecoense de Futebol, por intermédio da companhia aérea LaMia SRL. Dessa vez, o destino é Medellín, na Colômbia. A companhia aérea LaMia SRL solicita à Anac autorização para os seguintes trechos: Cochabamba, na Bolívia, a Guarulhos, Brasil; Guarulhos, Brasil, a Cochabamba; Cochabamba-Medellín, na Colômbia.

A Anac, por sua vez, nega autorização com a justificativa de que o voo deveria ser realizado por empresa brasileira ou colombiana.

Próximo.

Diante da negativa da Anac, a companhia aérea LaMia SRL ajusta o voo com a companhia aérea BoA, uma vez que essa empresa detém uma linha regular de Guarulhos até Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia.

Foi desse modo, portanto, que a equipe da Associação Chapecoense de Futebol se deslocou até Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. De lá, a Associação Chapecoense de Futebol embarcou na aeronave

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CP-2933, da companhia aérea LaMia SRL, com destino a Medellín, na Colômbia. No trajeto, infelizmente, ocorreu o acidente.

Registre-se por relevante que, em razão da proposta de parcelamento dos 50% restantes do prêmio da última apólice de seguro apresentada pelas corretoras Aon e Estratégica, a alegação da seguradora Bisa de que havia inadimplência no momento da tragédia para justificar o não reconhecimento do sinistro perde substância, uma vez que, à época do acidente, dia 29 de novembro de 2016, a apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL teria inclusive parcela de prêmio a vencer em fevereiro de 2017, razão pela qual muito provavelmente levou a seguradora Bisa a deixar de comunicar o referido atraso ao órgão de controle aéreo boliviano, o que impediria o trágico voo.

Fatos posteriores ao acidente.

O acidente com a delegação da Associação Chapecoense ocorre na madrugada de 29 de novembro de 2016. A aeronave CP-2933, da companhia aérea LaMia SRL, se choca contra o solo nas proximidades do Aeroporto Internacional de Rio Negro, em Medellín, na Colômbia, por falta de combustível. Dois dias após o acidente, mais precisamente no dia 1º de dezembro de 2016, Neil Darvill, Diretor da corretora Aon, confirma para Loredana Albacete a anuência dos resseguradores quanto ao pagamento das indenizações no limite de US$25 milhões estabelecido na apólice de seguro em razão da cobertura de responsabilidade civil.

Registre-se por oportuno que, durante esse mesmo mês de dezembro de 2016, ocorrem diversas tratativas entre Ricardo Albacete, proprietário da aeronave sinistrada, e os demais atores envolvidos no acidente.

Próximo.

Inicialmente, o Ricardo, no papel de proprietário da aeronave CP-2933, cobra da própria companhia aérea LaMia SRL o valor da aeronave sinistrada, algo em torno de US$4,85 milhões.

Para tanto, Ricardo Albacete cita os termos constantes da apólice de seguro e do contrato de arrendamento da aeronave CP-2933. Ademais, ainda no mês de dezembro de 2016, Ricardo Albacete, a exemplo de sua filha, Loredana Albacete, inicia as tratativas diretamente com a corretora Aon, com o objetivo de ser ressarcido pela perda da aeronave CP-2933. De igual modo, Ricardo Albacete reclama o sinistro junto à seguradora Bisa. Informa que é presidente da companhia aérea LaMia CA, que, por sua vez, é segurada adicional da apólice de seguro vigente à época do acidente.

Ocorre, no entanto, que a última apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL, negociada, inclusive, pela filha de Ricardo Albacete, Loredana Albacete, não cobre o "casco" da aeronave CP-2933. Ademais, no certificado de matrícula da aeronave CP-2933 consta apenas o nome de Ricardo Albacete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como proprietário, não aparecendo o nome da companhia aérea LaMia CA. Logo, nenhuma das iniciativas de Ricardo Albacete dá resultado.

Próximo.

De qualquer forma, no final de janeiro de 2017, a seguradora Bisa responde a reclamação de sinistro feita por Ricardo Albacete e solicita uma série de documentos para analisar. Registra-se, outrossim, que, no início de fevereiro de 2017, a própria companhia aérea LaMia SRL também reclama a cobertura do seguro junto à seguradora Bisa.

Pois bem, contrariando o posicionamento anterior da corretora Aon, expresso num *e-mail* de Neil Darvill, do dia 1º de dezembro de 2016, a seguradora boliviana Bisa nega, ao final de fevereiro de 2017, a cobertura do seguro para a companhia aérea LaMia SRL e, em conjunto com o ressegurador líder Tokio Marine Kiln e demais resseguradores, constitui, ao final de março de 2017, um pretenso Fundo de Assistência Humanitária.

Registra-se, por relevante, que, em meados de março de 2017, justamente no período compreendido entre a data em que a seguradora Bisa nega a cobertura do seguro e a data de constituição do pretenso Fundo de Assistência Humanitária, ocorre uma reunião na Argentina, com a participação dos familiares das vítimas, para comunicá-los sobre a decisão de constituição do retrocitado fundo.

Próximo.

Percebe-se, portanto, que, após a anuência ao pagamento das indenizações pelos resseguradores, "algo" inusitado acontece, que altera completamente o entendimento anterior. Conforme será apontado mais adiante em parecer, há, inclusive, a suspeita de tentativa de "suborno" por parte da corretora Aon.

Sobre esse fato, aliás, Ricardo Albacete, quando prestou depoimento aqui na CPI, registrou, entre outras coisas, que – abro aspas: "Fizeram-me uma proposta, Alex-Stovold, que poderia chegar a 8,5 milhões, que era o que sobrava. Ele fez uma conta. São 25 milhões. Fizeram-me uma proposta. Quem fez a proposta? Alex-Stovold...".

Pois bem, para negar a cobertura securitária, a seguradora boliviana Bisa alega que a empresa aérea LaMia SRL desrespeitou várias cláusulas da última apólice de seguro, a saber: primeiro...

Próxima.

- Exclusão do limite geográfico: exclusão do território da Colômbia;

- Prêmios em atraso: o prêmio não foi pago em 2 de outubro de 2016;

- Condições precedentes: violações das condições precedentes em relação à segurança nas operações aéreas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Agravação substancial de risco: a companhia aérea LaMia SRL deveria comunicar que estava transportando equipes de futebol;

- Exclusões gerais da AVS104B item 6: "6. Illegal or criminal [...]" – aqui em inglês.

Ressalte-se, por oportuno, que todas as justificativas apresentadas pela seguradora Bisa para negar o sinistro são refutáveis, como bem demonstrado na instrução que acompanha o parecer. Tanto isso é verdade que a própria Autoridade de Fiscalização e Controle de Pensões de Seguros (APS), espécie de Susep boliviana, reavalia todo o processo que culminou na rejeição da cobertura de seguros da seguradora Bisa.

Próximo.

De fato, todos os envolvidos na negociação da última apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL – seguradora, resseguradoras e corretoras – tinham pleno conhecimento das operações da citada companhia aérea, incluído o transporte de equipes de futebol por toda a América do Sul, especialmente para a Colômbia. Ademais, no momento do acidente, a apólice de seguro estava vigente, pois, para além de haver um procedimento de negociação em curso, a seguradora Bisa ainda não havia comunicado a mora da companhia aérea LaMia SRL à DGAC. Por fim, o acidente não foi premeditado ou intencional, mas fruto de imprudência da tripulação, especialmente dos pilotos da aeronave CP-2933, e imperícia dos órgãos de controle aéreo da Bolívia e da Colômbia.

Ocorre, todavia, que, desconsiderando todos esses fatos, os resseguradores passam a propor um pagamento "voluntário" e "humanitário" às vítimas e aos familiares das vítimas, sem qualquer assunção de responsabilidade decorrente desse pagamento e em conexão com o acidente.

Ademais, o não reconhecimento do sinistro pela seguradora e pelos resseguradores possibilita que o valor total das indenizações não corresponda exatamente ao limite estipulado na última apólice de seguro, uma vez que a definição do valor das indenizações passa a ser prerrogativa do pretenso Fundo de Assistência Humanitária.

Próximo.

Tanto é assim que o valor atualmente proposto pelo pretenso Fundo de Assistência Humanitária para as indenizações é de apenas US$225 mil por família da vítima. Esse valor é bem inferior aos US$367 mil que seriam devidos, caso se considerasse o valor constante da última apólice de seguro de US$25 milhões. A diferença seria ainda muito maior na hipótese das apólices de seguro de US$300 milhões colocadas entre os anos de 2012 e 2015.

Importante registrar, nesse contexto, que, diferentemente dos passageiros, toda a tripulação do voo CP-2933 da LaMia SRL, incluídos os pilotos, foi indenizada, ou seja, apesar de as circunstâncias do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acidente terem sido idênticas, tripulação e passageiros tiveram tratamentos diferenciados pela seguradora Bisa.

Pois bem, em meados de abril de 2017, as cotas de Maritza Albacete na empresa Kite Air Corporation são transferidas para Ricardo Albacete. Do mesmo modo, as cotas de Tiziana Albacete são transferidas para Loredana Albacete.

No final de maio de 2017, o Ricardo volta a tratar com a seguradora Bisa. Pede novamente o ressarcimento de US$4,85 milhões. Registre-se, mais uma vez, que a apólice de seguro vigente à época do acidente não cobria o casco da aeronave CP-2933. Ademais, em que pesa a companhia aérea LaMia CA ser beneficiária adicional da última apólice de seguro, no certificado de matrícula da aeronave CP-2933 não constava Ricardo Albacete como proprietário.

Próximo.

No final de junho de 2017, a seguradora Bisa volta a fazer contato com Ricardo Albacete para negar, mais uma vez, o ressarcimento. Para tanto, alega que não havia cobertura para o casco da aeronave CP-2933, bem como não existia pagamento de prêmios para esse tipo de cobertura. Registra, por fim, que foi justamente por essa razão que Ricardo Albacete não foi incluído na última apólice de seguro.

Em novembro de 2017, um ano após o acidente, a Associação Chapecoense de Futebol e alguns familiares das vítimas do voo CP-2933 ingressam com uma ação de indenização por danos materiais e morais, em face da companhia aérea LaMia SRL, da Bisa Seguros, da DGAC e da AASANA, todos eles domiciliados na Bolívia.

Registra-se que o DGAC e a AASANA são justamente os órgãos responsáveis pela certificação, fiscalização, operação e controle do tráfico aéreo com vista a garantir a segurança e a eficiência dos voos no território boliviano.

O valor total da indenização pleiteada é na ordem de um R$1.279.267.059,42 – algo em torno de US$250 milhões (cotação à época). A ação ainda está em andamento.

Penúltimo eslaide.

No início de outubro de 2018, ocorre uma reunião no escritório da seguradora Bisa para discutir, justamente, a questão da indenização. O representante da seguradora Bisa, Alejandro MacLean, informa que desconhecia as tratativas das corretoras Estratégica e Aon com a companhia aérea LaMia SRL.

Nesse ponto, cabe ressaltar, por relevante, que tal proceder das corretoras Estratégica e Aon contraria frontalmente o art. 23, inciso A, da Lei nº 1.883, de seguros, nesses termos: "Informar a entidade assegurada acerca das condições em que se encontram *riesgo* e assessorar o segurado, o tomador de seguro, sobre os *fines* de contratação da cobertura mais adequada a seus interesses".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dei uma tradução aqui.

De qualquer forma, mesmo que a informação seja verdadeira, tal fato não ampara a negativa da seguradora Bisa em reconhecer o sinistro e, portanto, proceder às devidas indenizações, nos termos estipulados na última apólice de seguro.

Pois bem, em meados de 2019, o Senado Federal, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores – está aqui o nosso Senador Nelsinho – promove duas audiências públicas com alguns dos atores envolvidos no acidente que vitimou, entre outros, atletas da Chapecoense. Tal acontecimento é relevante na medida em que fornece elementos adicionais para o Ministério Público Federal ingressar, posteriormente, com uma nova ação.

O último eslaide.

Em novembro de 2019, então, o Ministério Público Federal ingressa com uma ação civil pública, de natureza consumerista, para a tutela dos direitos individuais homogêneos, objetivando a condenação da companhia aérea LaMia SRL, da Bisa Seguros, da Aon e da Tokio Marine à obrigação de pagar o ressarcimento e/ou indenizações pelos danos materiais e morais sofridos pelas vítimas sobreviventes e familiares e/ou sucessores das vítimas falecidas do voo CP-2933.

A referida ação se encontra em andamento.

Por fim, no dia 11 de dezembro de 2019, é instalada, no âmbito do Senado Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Chapecoense (CPIChape) para identificar os motivos da demora para o pagamento das indenizações às vítimas e aos familiares das vítimas do voo CP-2933, uma vez que já se transcorreram mais de três anos do acidente sem que houvesse uma definição para o caso.

Portanto, esses são os principais fatos que moldam o contexto da presente investigação da CPI da Chapecoense.

Eu teria, na sequência, os questionamentos à Sra. Célia, que não compareceu, mas aqui uma retrospectiva, para que todos possam, a partir daqui, acompanhar. O que nós queremos, como foi dito no início, é buscar uma solução para esse episódio, que vai completar agora cinco anos.

Presidente, eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Cumprimento V. Exa. pelo arrazoado, pela sequência, pela lógica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pelo meu inglês... (*Risos.*)

Podia ter trazido a minha neta aqui, de quatro anos, para me ajudar, mas, infelizmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero cumprimentar V. Exa. pelo relatório, pela reconstituição muito bem-feita, com datas, enfim, precisa. Cumprimento V. Exa. por esse trabalho.

Coloco a palavra à disposição dos Srs. Senadores sobre o assunto.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra, cumprimentando o Senador Kajuru, o Senador Esperidião Amin, dois assíduos colegas que sempre participaram dessa causa. Cumprimento V. Exa. pelo trabalho e condução da CPI da Chapecoense e o Senador Izalci pelo belo trabalho. Imagino que deve ter tido realmente uma atenção toda focada em todos esses desdobramentos. É bom aqui recapitular algumas questões.

Quando a gente fez a audiência pública para definir um horizonte, uma luz nesse horizonte sombrio, a gente fez com a intenção de poder chegar a um denominador comum e resolver essa situação. Ocorre que o instrumento de convite das audiências públicas não é levado a sério como deveria ser. Daí surgiu a ideia de se transformar esse rito de investigação numa CPI, e assim foi feito. A partir do momento que isso foi devidamente encaminhado, através dos ritos legais aqui, da Casa, culminou, com várias oitivas e, infelizmente, em função da pandemia, teve aquela parada, como todas as outras Comissões tiveram. Estamos retomando agora, mas eu digo a V. Exas.: eu penso que o objetivo maior de toda essa história tem que ser perseguido. Nós não podemos deixar de tentar usar todos os nossos instrumentos que sejam correlatos às responsabilidades, apertando o torniquete daqueles que podem fazer influência junto aos órgãos seguradores, porque já deu para constatar a responsabilidade deles para com essa questão.

Mas eu encerro aqui com algo que me marcou profundamente em todo esse processo: o olhar dos familiares das vítimas daquele terrível acidente. Um olhar triste, um olhar desolador que, mesmo com um sorriso, estampa um choro de muitas lágrimas na face de cada um, além do depoimento extremamente forte do jogador Neto, sobrevivente. São coisas que eu vou carregar para o resto da minha vida enquanto eu por aqui estiver.

Então, baseado nessa questão, vamos fazer o que for possível e impossível para a gente tentar jogar um bálsamo nessa ferida cruenta que está no coração e na alma de cada um desses familiares e dos sobreviventes.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Cumprimento V. Exa. pela manifestação.

A palavra continua livre.

Ninguém mais quer fazer uso? Senador Esperidião quer fazer uso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero fazer um rápido comentário, fazendo minhas as palavras do Senador Nelsinho Trad, que mesmo não estando mais no comando da Comissão de Relações Exteriores. Quando ele se dedicou de maneira muito fiel e compromissada com esta causa, tivemos reuniões com todas as instâncias que ainda estamos procurando. A CPI praticamente seguiu a trilha do que foi desenhado sob a gestão do Senador Nelsinho Trad, mostrando com isso um sentimento humanitário, assim como o Senador Kajuru, a Senadora Leila, o Senador Romário, que destratou... Na época eu achei que era um exagero dele. Hoje, eu estou me convencendo de que ele usou palavras ruins mas cabíveis nesse enredo.

Mas eu queria, acima de tudo, cumprimentar o Senador Izalci, que realmente mostra o seu espírito público. Esse relatório é muito detalhado e correto. Eu só tenho uma observação a lhe fazer, quando assinala... Eu acho que é no antepenúltimo... Se o senhor pudesse colocar... Ainda dá para colocar? (*Pausa.*)

No antepenúltimo eslaide, quando fala da indenização da tripulação. Eu acho que é o antepenúltimo. Fala da assimetria de tratamento...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Antepenúltimo é a lâmina?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Antepenúltima, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu posso estar enganado, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas a realidade é essa, não é? Foi indenizado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É. Então, talvez seja a penúltima, não a última.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É na 35. Importante registrar que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a 35 de quantos? Vai até 39?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É 35 a lâmina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A lâmina. E quantas são no total aí, das apresentadas, é claro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – São 38.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então eu acertei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É. Está muito próximo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A antepenúltima.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bem de memória.

Essa é a 25. Essa aí é qual?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Veja que a CPU aqui está funcionando ainda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Esse aí é o 36. É porque o 35 também fala. O importante é registrar a desconfiança.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Apesar de terem sido idênticos, tripulantes e passageiros tiveram tratamento diferenciado pela seguradora Bisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso aí é que torna importante que nós tenhamos aqui a contribuição do Ministério das Relações Exteriores. Essa é a única contribuição que eu quero dar. Por quê? O Ministro das Relações Exteriores, que tem tido inclusive um desempenho acho que elogiável para todos nós, tem seis anos de experiência com a Bolívia, ele prestou serviços como diplomata brasileiro durante seis anos na Bolívia. E nisso aqui ele tem *expertise* pessoal. Eu falo isso porque foi a constatação. O seu representante estava lá na audiência que nós tivemos com o Ministro França.

Então, essa frase aí que mostra que a Bisa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deu um tratamento diferenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tratou diferente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E é seguradora boliviana de alto coturno pelo que se sabe do mercado de seguros do mundo – de alto coturno, ou seja, é uma seguradora expressiva, com cujo Governo o Brasil tem relações estratégicas em matéria de gás, recursos minerais e outros intercâmbios.

Eu acho que eu enviaria este texto para o Ministério das Relações Exteriores pedindo atenção pessoal do Ministro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E até para ver se a resseguradora também entrou nessa indenização. Pode ser, possivelmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim. Será que ela fez o negócio sozinha? Ela fez o negócio sozinha? Ou fez o negócio também envolvendo a Aon? Aí uma única colaboração: é galesa, da Inglaterra. Eu posso ver que o nome é Aon – não é fácil. Mas a Aon deve ter vínculos, na condição de corretora e resseguradora com a Bisa, que pagou. Ora, se não tinha apólice... Não tinha apólice do casco...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, não tinha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E valeu a apólice para fins de tripulantes que até não estavam mais especificados. Lembra?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Houve um momento em que deixou de haver um destaque no seguro de responsabilidade civil tripulação-passageiros. Depois ficou numa coisa só, ficou num grupo só a responsabilidade civil.

Então, este tópico eu enviaria ao Ministro com uma recomendação para que S. Exa. colocasse o seu foco de conhecimento acumulado de experiência pessoal, e me disponho, até na semana que vem, junto com o senhor e com o Senador Jorginho, a procurarmos um contato com ele, mas seria bom enviar esse material, porque aí a assessoria dele já disseca. Manda hoje isso pra ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E mande também para o Secretário- Executivo, para o Embaixador Achilles, por favor.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mandaremos.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A gente já colhe a sugestão do Senador Esperidião e solicita ao Senador Izalci que faça esse encaminhamento ao Ministro França e ao Achilles.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Achilles é o Secretário-Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E nós, Senador Izalci, depois desse envio, vamos fazer contato com o Ministro, para que possamos conversar com ele. Isso é importante, muito importante.

Continua livre a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Obrigado, querido Jorginho.

Senhoras e senhores, o Senador Amin se lembra... Desculpa! Depois daquele problema no Plenário, a minha memória recente não é a mesma. Mas o Amin estava, acho que a Leila também, naquela reunião nossa quando o então Ministro da Justiça era Sergio Moro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Perfeito?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – É verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – O Nelsinho foi também?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Fui.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Todos nós estávamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Você também estava?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu também estava lá, o Senador Nelsinho...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Desculpa, é por causa da minha memória!

Mas, enfim, eu bati muito durante o período da CPI e insisto – não sei se vocês vão concordar – que o Presidente da República, Jair Bolsonaro, deveria agir. Para mim, o caso da Chapecoense é um caso de governo, é um caso de justiça. Então, não pode, depois de todo aquele nosso trabalho, depois de tudo que mostrou aqui de forma irretocável o Relator, o Senador Izalci Lucas, o Governo não tomar nenhuma providência. Nós tivemos aquela audiência, mas nada aconteceu, a gente não viu o Governo colocar o dedo nessa ferida. Nós aqui vamos fazer o trabalho, é evidente, mas não temos o poder que o Governo teria de entrar para valer e não permitir, por exemplo, que a Caixa Econômica Federal, uma empresa estatal, seja parceira dessa seguradora irresponsável.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tem que desqualificá-la.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Tem que desqualificá-la. Isso não tem cabimento.

Concordo, Izalci: nós não estamos aqui para denegrir a imagem de uma empresa estatal, mas a imagem dela fica ferida. Como é que você faz um negócio de R$1,5 bilhão com uma seguradora que, até hoje, não teve a sensibilidade de entender o que representa para muitas famílias esse sofrimento, como bem colocou o Nelsinho aqui?

Aí vem a Petrobras também! É aquela história: "Diga-me com quem andas, que eu te direi quem és". Então, não tem cabimento a Petrobras, Presidente Jorginho, e a Caixa Econômica Federal serem parceiras de uma empresa irresponsável, para não dizer, como lembrou bem o Amin, as palavras do Romário naquela sessão inesquecível.

Então, era isto que eu queria colocar: que a gente também pedisse a compreensão do Governo Federal para isso. Se fosse um acidente com o Flamengo ou se estivesse um Neymar no voo, será que o Governo não iria se preocupar? Agora foi com a Chapecoense!

É só isso.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria aduzir, se o senhor me permite...

Eu não tive a delicadeza de passar essas informações que eu passei ao Senador Izalci antes ao meu amigo Kajuru. Isso, em síntese, nós dissemos no dia 26 de junho deste ano ao Presidente Jair Bolsonaro...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Lá em Chapecó...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... no vestiário do estádio Índio Condá...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Índio Condá, lá em Chapecó. Eu estava...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... ao lado do Presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu estava junto, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E ainda mencionei o exemplo do Flamengo.

Isso não é praga, não é... Pode ser um pouco de despeito...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se quiser chamar de inveja... Não se inveja uma coisa dessa.

Mas ainda mencionei: se fosse o Flamengo – eu bato aqui porque longe de mim praguejar –, certamente não seria assim. E disse isso para o Presidente da República. E disse para o Pedro Guimarães: Petrobras e Caixa podem perfeitamente considerar suspeitos e negar participação em licitação de quem é indiferente com um negócio desse e faz olhar de paisagem. É assim, em síntese. O senhor participou, ajudou a dizer isso.

Eu não quero que o Governo brasileiro seja culpado, não é nada disso, nem responsável, mas tem que participar. É a tal da "participação chapa branca" de que eu sempre falei. Porque são cinco anos! Emoção sobre isso ficou num grupo muito restrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é pressão, como disse o Senador Nelsinho, pressão negocial. Então... Está participando de uma licitação? Como é que é idônea? Para participar de licitação, tem que ser idôneo!

Eu tenho dúvidas, não estou acusando. Tenho dúvidas sobre a idoneidade de quem participa, via corretores, via *dealers*, dessa coisa. Então, desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mas eu aproveitei o que disse o Senador Kajuru, e peço desculpa por não ter colocado essa atualização antes para o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só desejaria, Presidente, como o Líder do Governo não está aqui, mas que o Líder do Governo pudesse, junto com V. Exa. e alguns Senadores que estavam inclusive lá na Chapecoense, recentemente, quando o Presidente estava presente, para que a gente pudesse fazer uma reunião, o Presidente com o Presidente da Caixa e Petrobras, juntos, lá no Palácio, sei lá, para resolver esse negócio. Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos tratar sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Acho que é uma boa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu determino à Secretaria da Comissão que encaminhe oficialmente o pedido de destaque, somente do relatório, por solicitação do Senador Esperidião Amin, ao Ministro Carlos França.

Senhores, mais alguém deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Não tendo, eu cumprimento mais uma vez o Senador Izalci pelo trabalho hercúleo, dedicado, que fez.

Antes de encerrar o trabalho, coloco em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura da ata.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada.

Nada mais havendo para tratar, agradeço a presença de todos e convido-os para a próxima reunião, a ser realizada na próxima quinta-feira, dia 25 de novembro, às 10h da manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado...

Com a palavra o Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu imagino que nós estamos com a questão do horário bastante apertado, mas, na quinta que vem, há a reunião de esforço concentrado da Comissão de Relações Exteriores e começa exatamente às 10h. Não sei se V. Exa. pode pôr um pouco mais para cedo essa reunião nossa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E fazer que horas? Às 9h, 8h?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Temos de ver se as pessoas estarão aqui na...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Não, é apenas uma contribuição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque se vier a Célia, vai despender um tempo maior.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A gente faz contato para comunicar a todos os senhores o horário exatamente.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Só para não ficar uma sessão esvaziada.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Porque lá teremos que ter presença obrigatória porque é voto digital.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agradeço a sua...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – E é bom que é aqui do lado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... informação.

Muito bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A gente faz um ajuste nisso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos verificar o horário para que não haja esse choque de reuniões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Leila Barros e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores não membros Marcos do Val, Marcelo Castro e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento por videoconferência. Oitiva do Celia Castedo Monastério, em atendimento ao requerimento 13/2020. **Resultado:** Realizada a oitiva da senhora Celia Castedo Monastério. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello

Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/11/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Muito bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras! Vamos iniciar mais uma audiência da nossa Comissão.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, a comissão técnica e a diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, assim como dos familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas, e também investigar e identificar os motivos pelos quais os familiares ainda não receberam suas indenizações.

A presente reunião, nos termos do Requerimento 13, de 2020, CPI da Chape, tem o objetivo de promover a oitiva da Sra. Celia Castedo Monasterio, inspetora da Administração de Aeroportos e Serviços Auxiliares da Navegação Aérea (Aasana) à época do acidente, para prestar depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esclareço que a depoente está sob custódia por decisão do Ministro Gilmar Mendes, o qual deferiu o pedido desta CPI para autorizar o comparecimento da cidadã boliviana, Sra. Celia, ao depoimento aprazado para o dia 25/11, mediante o uso do sistema de videoconferência, com as garantias inerentes à sua condição de investigada, tal como o direito de não comparecimento, ao silêncio, à assistência por advogado ou defensor.

Esclareço que, nesta oitiva, que será realizada por videoconferência, a palavra será inicialmente franqueada à convocada para realizar sua exposição por dez minutos; após, fará o uso da palavra o Relator, Senador Izalci, este Presidente e os demais membros da CPI, na ordem de inscrição, podendo interpelar a convocada pelo tempo de dez minutos cada.

Eu concedo a palavra, então, à Sra. Celia para, no prazo de dez minutos, poder fazer a sua manifestação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, se me permite, antes da fala da Sra. Celia, só um segundo.

Eu queria, primeiro, Presidente, deixar claro à depoente e também a todos os Senadores e Senadoras que o nosso objetivo hoje principal é buscar o ressarcimento, a indenização das vítimas, que completam agora, esta semana, cinco anos, Senador Kajuru.

Então, esta CPI não está aqui hoje com o objetivo de condenar ninguém, o que a gente precisa é de colaboração para que a Sra. Celia possa, de fato, nos passar exatamente o que aconteceu, porque nós temos esta missão aqui principal: fazer com que os familiares das vítimas possam, de fato, ter um tratamento, como foi feito pela própria tripulação com relação a esse acidente. Não é nossa intenção aqui fazer esta audiência para prejudicar ou comprometer ou condenar ninguém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço muito a colaboração para que ela fale com o coração mesmo, com a consciência de que muitos familiares estão hoje com necessidade, passando dificuldades por descumprimento com relação à seguradora e à resseguradora. Então, só pedindo a colaboração da Sra. Celia.

Presidente, peço desculpas, era só...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Sra. Celia, a senhora tem dez minutos para a sua manifestação.

Por favor, a senhora está com a palavra.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Bom dia, bom dia a todos.

Para dar início, eu quero ler uma carta onde eu explico várias coisas para que soubessem minha expressão, da minha pessoa, e soubessem o que aconteceu.

Então, 25 de novembro de 2021, aos senhores da Comissão Parlamentar de Investigação Chape, Chapecoense. Parlamento da República Federativa do Brasil. Brasília.

A minha maior consideração, que eu tenha sido Monasterio, quero me expressar pelo povo brasileiro, por intermédio da internet, com os seus representantes, o maior agradecimento pelos cinco anos que me permitiram viver.

Sou uma cidadã, a respeito dos estatutos, junto à República Federativa do Brasil.

Conjuntamente a esse agradecimento, junto a todos os brasileiros, eu tenho a obrigação de informar... a vocês que, como uma Comissão Parlamentar de investigação, assim como no Brasil, em especial nos meios de comunicação, que, na data 13 de maio de 2021, o 10º Tribunal de Sentença Policial aqui da Bolívia deu efeito a todas as medidas cautelares, como o departamento de apreensão, dentre outras, pelo efeito que teve, ao efeito do que eu fiz e do que foi acertado pelo tribunal.

Portanto, na Bolívia, na data de hoje, estou junto a liberdade restrita e estou plena para entender, me defender e mostrar a minha inocência e juntamente de maneira justa.

Precisamente, eu gostaria de falar sobre o acidente aéreo que aconteceu na Colômbia na data de 19 de novembro de 2016.

Eu gostaria de declarar que a minha decisão de voltar à Bolívia para defender a minha inocência junto ao Tribunal de Justiça foi assumida em 15 de dezembro de 2019. Nós temos a viagem autorizando um prazo de 90 dias a partir das datas para retornar ao Brasil. O caso que cumpria com a validade que estava se tornando ineficiente para sustentar os objetivos das autoridades policiais da Bolívia ter um curso, a minha intenção de continuar seguindo o meu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pandemia, desde 2019, paralisou as autoridades policiais do meu País durante esse ano e agora eu pude solicitar uma segunda licença para viajar. Eu tinha uma autorização com um prazo de 90 dias para retornar ao Brasil. Nós estaríamos aqui de março de 2021 até junho de 2021, e foi precisamente nesse período desse tempo que eu trabalhei juntamente ao tribunal, junto ao Distrito Judicial da Bolívia, acerca e me permitiu trazer o meu direito junto às autoridades intencionadas aqui no meu país.

Sem dúvidas, eu reconheço que esse aspecto é totalmente burocrático, e, de acordo com as datas, nós seguimos com o trâmite de deixar o aspecto da tradição que nós tivemos desde 2017, onde começou o Plano Nacional da Bolívia junto à República Federativa do Brasil, assim como o levantamento e o registro da Interpol.

Também queria indicar que na data 5 de agosto de 2021, como consequência dos interesses dos indicadores, em específico com determinação da República do Brasil, eu deveria assumir e respeitar o que me fosse apropriado, sem desrespeitar nada, e teria a resposta de que essa organização foi a que me permitiu, com esse momento, de ir ao meu país para ter os meus direitos sem nenhuma necessidade de precisar de algum tipo de proteção.

Para finalizar, eu gostaria de retornar às autoridades brasileiras, que têm consciência que a injustiça que está sendo cometida à minha pessoa, a denúncia dessa Comissão Parlamentar desse 13 de setembro de 2021. Temos dois meses, e temos a necessidade de voltar ao Brasil para trabalhar, o lugar que eu tenho permanecido durante todo esse tempo com um único objetivo de cumprir com a minha obrigação de terminar o contrato junto ao departamento que esteve me permitindo durante todo esse tempo. A Polícia Federal tem a oportunidade e a minha procura no meu domicílio. E nenhum instante foi me pressionado, imediatamente, junto à instância policial, para procurar, de boa-fé, por qual motivo me procuravam e se eu era necessária. Não tinham nenhum poder, eles me falaram que não sabiam nada a respeito, mas que, com certeza, eu estaria voltando e que eu deveria aguardar no departamento. Então eu gostaria de informar que nós temos essa indução, mas objetivamente, em menos de 30 minutos, a Polícia Federal me levou até o departamento, por ordem do Ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Gilmar Mendes, com o objetivo de cumprir um pedido de extradição na Bolívia desde 2017.

Portanto, eu deixarei bem claro que, estritamente, de maneira burocrática aqui na Bolívia, não foi comunicado de maneira correta às autoridades do Brasil os levantamentos de todas as medidas cautelares irrestritas ordenadas pelos mandatos judiciais do meu país.

Aqui hoje eu estou comparecendo a esta Comissão Parlamentar de investigação do caso da Chapecoense – estou presa aqui – através de videoconferência e, voluntariamente, através de *e-mail*... Desde a data de 22 de março de 2020 – tem mais de 20 meses –, eu estou aqui. A minha intenção é a de colaborar com o meu testemunho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E meu agradecimento a vocês, que provocaram essa luta da família brasileira e das famílias bolivianas. Eu sou uma das pessoas mais interessadas em conhecer a verdade e esclarecer tudo, colaborando. E de uma forma pública e de maneira oportuna agradeço, de forma final.

Na Colômbia, a existência da 1137, Griaa, emitida pelo Grupo de Investigação de Acidentes, a comunidade Administrativa Especial da Colômbia, sendo essas instâncias as únicas autorizadas a investigar esse acidente em questão, e a terceira via, que nos tem falado, como nós estamos falando da regulamentação, a Organização Internacional da Aeronáutica Civil.

Aqui mesmo devo me manifestar. Eu devo apresentar, na data de 19 de setembro de 2021, uma declaração voluntária para ser extraditada novamente à Bolívia de maneira imediata. Essa é uma decisão minha, que foi formalizada ao Supremo Tribunal Federal por meio de um pedido de providência para essa extradição voluntária e simplificada, de acordo com a Lei de Migração brasileira e o decreto de promulgação do Acordo de Extradição entre os Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e do Chile. Esse trâmite, em caráter de urgência na data, ainda não foi atendido porque esse é o meu direito.

Eu queria agradecer a referência e a atenção, a presença, estar aqui.

Com esse meu comparecimento a esta Comissão de investigação, expresso a todos os membros e Estados-membros a minha consideração, de maneira a entender isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero, Sr. Relator, pedir a V. Exa...

A senhora está ouvindo bem aí, Sra. Celia?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por gentileza, eu queria que a senhora falasse mais devagar, para que a tradutora pudesse fazer com precisão a tradução para nós. Quando a senhora for falar, fale um pouco mais devagar, mais lentamente, está bom? Muito obrigado.

Sr. Relator, eu concedo a palavra a V. Exa. para que possa fazer a inquirição.

Depois, esta Presidência também tem inquirições, mas eu as faço em um outro momento. V. Exa. tem a palavra agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quero pedir para colocar o eslaide 2. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, o depoimento da Sra. Celia Castedo Monasterio é importante para as investigações aqui da CPI da Chapecoense, na medida em que, à época do acidente, ela trabalhava na Administração de Aeroportos e Serviços Auxiliares da Navegação Aérea (Aasana), era técnica aeronáutica civil e foi a pessoa que analisou o plano de voo inconsistente que foi apresentado pela companhia aérea LaMia SRL, no aeroporto de Santa Cruz de La Sierra, da Bolívia.

Nesse contexto, ao menos três questões fundamentais precisariam ser definitivamente esclarecidas, a saber: a Sra. Celia Castedo Monasterio cometeu algum erro ou foi omissa ao desempenhar as suas competências? Caso contrário, ela poderia ter adotado alguma medida, mesmo que fora das suas competências, para evitar a decolagem da aeronave? Se afirmativo, por que razão a aeronave decolou?

Então, com o objetivo de tentar esclarecer essas questões, eu segmentaria as indagações em blocos.

Por favor, o terceiro eslaide.

Bem, o primeiro bloco das indagações: o plano de voo apresentado pela companhia aérea LaMia SRL no aeroporto de Santa Cruz da La Sierra, na Bolívia, quando da escala realizada para o embarque da equipe da Associação Chapecoense de Futebol, apresentava sérias inconsistências, por exemplo, a rota de voo não incluía uma saída *standard* por instrumentos (SID) desde Santa Cruz da Sierra, assim como não apontava um segundo aeroporto alternativo. Pior, o tempo de voo estimado em rota (EET) correspondia exatamente ao mesmo tempo de autonomia da aeronave, ou seja, 4h22 minutos. Ademais, o despachante da companhia aérea LaMia SR só havia assinado o plano de voo, sem que, no entanto, tivesse registrado o seu nome.

Não obstante todas as inconsistências do plano de voo apresentado e apesar da recusa do despachante da companhia aérea LaMia SRL em fazer as devidas correções, a aeronave AVRO 146-RJ85 CP-2933 decola, na noite do dia 28 de novembro de 2016, no aeroporto de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, com destino ao aeroporto de Rionegro, em Medellín, na Colômbia.

A funcionária responsável pela verificação do referido plano de voo da companhia aérea LaMia foi Celia Castedo Monasterio.

Então, eu indago... Eslaide nº 4. Pergunto, então, à senhora: a Administração de Aeroportos e Serviços Auxiliares à Navegação Aérea (Aasana), órgão boliviano responsável por verificar a correção das informações contidas nos planos de voo apresentados, aceitou, de forma tácita, o plano de voo da aeronave CP-2933, da companhia aérea LaMia SRL, mesmo ciente de que as informações neles contidas não estavam em conformidade com os regulamentos que regem a aviação civil da Bolívia? É a pergunta que faço a V. Sa. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está ouvindo? Ouviu bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Célia, a senhora ouviu a pergunta?

O SR. CELIA CASTEDO MONASTÉRIO (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, por favor, responda bem devagar.

O SR. CELIA CASTEDO MONASTÉRIO (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quer que eu repita a pergunta?

O SR. CELIA CASTEDO MONASTÉRIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Para iniciar, quero informá-los que eu queria declarar, como sempre eu falei sobre a minha pessoa, eu não sou inspetora, eu sou uma funcionária simples de trânsito aéreo da Aasana, eu não sou inspetora. Eu já deixei de ser. Essa é a única instituição que tem inspetores. Eu sou somente uma funcionária pública da Aasana, de apoio ao controle aéreo – serviço de informação da aeronáutica.

A Aasana trabalha somente com administração de aeroportos e serviços de navegação aérea. As partes de tráfego aéreo, controle aéreo, meteorologias, comunicação e serviços de informação aeronáutica que...

Eu trabalhava em serviço de informação aeronáutica. Eu tenho toda facilidade de falar juntamente com os pilotos das linhas aéreas sobre as documentações de aeroportos, ajudas e junto à meteorologia, com as pessoas que trabalham na oficina. Eu sou das informações meteorológicas e comunicações, e de uma parte de apoio ao tráfego aéreo que tem o plano de voo. Mas somente na parte de tráfego aéreo, onde está o registro da aeronave, onde estão as rotas, que é o que principalmente o que nós vemos junto com a Aasana.

Eu queria dizer que no espaço aéreo nós temos rotas, nós temos que guiar os pilotos, nós temos que guiar os espaçadores em casos de espaço aéreo. Então, esse é o meu trabalho: informar, assessorar, com tudo o que eles precisam, de acordo com a documentação de aeroportos. Essa é a minha função. E um apoio ao tráfego aéreo. Mas eu não sou inspetora, eu não sou autoridade, eu não tenho conhecimento do tipo do avião, das características de cada avião. Eu não tenho conhecimento, simplesmente pela documentação que me apresentam.

O plano de voo se divide em duas partes. A primeira parte é um serviço de tráfego aéreo, da Aasana, que tem esse apoio que dá o controle. Então, com isso, é o que nós chamamos de recepção, como um protocolo de recepção desse plano de voo. Mas não é uma autorização. Então, nós temos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verificar. Essa pessoa responsável pelo turno. Nós simplesmente vamos receber esse plano, nós vamos olhar, como um protocolo de ter recebido, onde havia constado todos os dados do voo, o que vai ser realizado, qual é o tipo do avião. E, em segunda parte, esse plano de voo para emergências. E somente isso. É esse conhecimento que responsabiliza o piloto e a linha aérea.

Então, a minha pessoa ou a pessoa que está trabalhando na parte de tráfego aéreo, que tem trabalhado junto, nós somente somos apoio, nós não temos conhecimento das características do avião, nós não temos conhecimento... E simplesmente é verdade que, se o piloto está botando o plano de voo, se ele está na aeronave, nós não temos conhecimento dessa segunda parte. Nós simplesmente realizamos, recebemos, observamos e recebemos essa pessoa, esse plano de voo, mas a competência de trocar, modificar esse plano ou de apresentar outro, no caso, se você tiver que fazer alguma troca, se não pode ter isso, se nós não estamos de acordo com esse plano de voo, é de outra pessoa.

Então, eu queria deixar essa observação, que é essa primeira, de que nós não tínhamos um procedimento de saída e se combina diretamente com a torre de controle. Isso, como eu estava dizendo, não é uma palavra... Eu estou procurando uma palavra para lhes informar. O piloto pode pedir uma saída direta, sem necessidade de ter uma saída. Isso acontece quando tem muito tráfego aéreo no local, então eles coordenam o tráfego e eles mandam essa saída instrumental.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – E assim é a observação que eu queria falar. Eu disse que isso é o que eu posso falar, eu posso observar e informar.

A segunda é que... Na segunda pergunta que você fez aqui, eu, como boa funcionária, porque eu assim me considero, eu pedi que colocasse uma segunda alternativa, mas não é necessário, porque os manuais indicam que só precisa colocar uma, mas eu indiquei, como era um voo muito longo, para ele colocar uma segunda alternativa, e ele não aceitou. Então, é uma responsabilidade dele, não é minha, porque ele é que toma a decisão, ele é que é o responsável. E o piloto que está a mando do avião tem permissão para aterrissar em qualquer aeroporto, por qualquer motivo por que precise fazer a descida. Essa é a segunda observação que eu gostaria de fazer.

Outra observação é de que... Todos estão falando da cor da aeronave: eu sabia que ela era verde e branca, depois me disseram que mudou, porque, para segurança, nós temos que ter toda essa informação, e ela tem que ser clara, tem que ser simples, para que nós possamos dar um conhecimento seguro.

A outra observação que eu posso fazer... O nome, eu não me lembro do nome do piloto, não me lembro do nome dele, mas vocês podem colocar de maneira mais clara o nome, que eu não me lembro, mas estava com a licença. Então, com a licença, nós temos uma segurança da direção da Aeronáutica Civil, porque eles precisam ter essa licença para ter todas as autorizações dos pilotos para levar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeronave. Então, eles têm essa responsabilidade dessa linha aérea, então, eles vão revisar essa documentação também.

Eu não tenho nenhum mal cometido, eu simplesmente fiz essas observações, porque no meu trabalho, na parte de tráfego aéreo, tudo estava muito claro: o plano de voo foi transmitido, porque eu recebo o plano de voo para ser imediatamente transmitido para as áreas de tráfego aéreo, para ver as rotas de voo, as velocidades, os pontos de... *checkpoints* do voo, a frequência, tudo isso estava muito claro. O voo deveria ter sido concluído com outro destino. Com o trabalho que fazemos junto à Aasana com o país de destino, quando ele passa a aeronave para outro país, nós recebemos tudo isso. Então, as outras informações sempre são de responsabilidade da linha aérea e do piloto, do despachante que tem essa informação, que tem esse conhecimento da Aeronáutica Civil. Eu, como funcionária da Aasana, não sou autoridade. Nós, como Aasana, somos prestadores de serviços de tráfego aéreo. A direção da Aeronáutica é que se tem que seguir; é uma instituição que autoriza, fiscaliza todas as aeronaves e os pilotos despachantes e que têm licença. Eles são aqueles que autorizam todos os tipos de voo.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k., Sra. Celia, só pedir para ser mais objetiva na resposta.

Eu perguntaria à senhora, que conhece bem essa questão: que medidas que a Aasana deveria ter adotado, mesmo que fora das suas competências, para impedir a decolagem da aeronave? – de uma forma bem objetiva?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Nenhuma. A Aasana não pode tomar nenhuma medida referente a isso. A Aasana somente presta o serviço de controle aéreo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

V. Sa. poderia nos esclarecer por que motivos então responde por negligência e por descumprimento de seus deveres perante o Ministério Público da Bolívia?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu cumpri mais do que a minha função no que eu tenho aqui no manual de funções que eu devo exercer. Se vocês têm essa informação de me acusar, eu não estou entendendo o porquê disso, porque de todas as minhas funções, que estão explícitas no meu manual, eu não tenho nenhuma autoridade para entender esse tipo de problema. Só faço assessoria da tripulação e dos pilotos, e qualquer informação aeronáutica eles que têm que proceder a respeito disso, não eu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Sra. Celia, ninguém aqui está acusando V. Sa. de nada, muito pelo contrário: nós queremos pedir a V. Sa. a colaboração, em função do conhecimento que V. Sa. tem, independentemente de ser uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

competência legal ou não. Tendo em vista o que V. Sa. presenciou, o acontecimento, a gente quer a colaboração no sentido de por que que outras autoridades, outras pessoas não impediram que a aeronave decolasse. Então, não há aqui nenhuma intenção de condená-la ou acusá-la de qualquer coisa, muito pelo contrário. Desculpe até se a gente está falando de uma forma que V. Sa. esteja entendendo que a gente está buscando comprometê-la. Não é isso. Nós queremos esclarecimento, em função do conhecimento que a senhora tem.

Eu pediria o eslaide 5, por favor. (*Pausa.*)

Bem, V. Sa. já registrou que, dentre todos os dados preenchidos no plano de voo, apenas as informações contidas na parte superior do formulário, a exemplo da identificação da aeronave, das regras de voo, do tipo de voo, do número e do tipo da aeronave, da categoria da esteira de turbulência, dos equipamentos, do aeródromo de saída na hora prevista de calços fora, da velocidade de cruzeiro, do nível de cruzeiro em rota, do aeródromo do destino do tempo em razão da rota que são transmitidos em trânsito aéreo.

Segundo a senhora, os demais dados contidos na parte inferior do plano de voo, conhecidos como informações suplementares, como por exemplo aeródromo de alternativa, autonomia, número total de pessoas a bordo, equipamento de emergência e sobrevivência e outros dados, são transmitidos apenas em caso de busca e salvamento, ou seja, em caso de acidentes. Logo as mencionadas informações suplementares que foram preenchidas de forma incorreta pela companhia aérea LaMia e que foram aceitas por V. Sa. não chegaram ao conhecimento dos demais setores do controle de tráfico aéreo boliviano, impossibilitando que outras instâncias de decisão pudessem interferir na autorização do Voo 2933, da citada companhia.

Eu pergunto a V. Sa. – eslaide nº 6 –: para além de V. Sa., alguém mais teve conhecimento das inconsistências do plano de voo antes que a aeronave decolasse? V. Sa. já disse que tomou conhecimento, mas conhece mais alguém que poderia ter evitado isso e que não observou isso?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu informei três vezes à pessoa responsável pelo voo para que falasse com o piloto. Referente à segunda parte do plano de voo, isso não é transmitido. Nós somente, como Aasana, transmitimos a primeira parte que é do tráfego aéreo; a segunda parte é somente para em caso de busca e salvamento. Quando é requerida essa informação, aí nós passamos essa informação para informá-los que a cópia do plano de voo também é dada junto à direção da aeronáutica civil e para a empresa e o piloto. Então, eles estavam com todas as informações na carteira de voo. E nós diretamente... Quando nós falamos de tráfego aéreo, isso é combinado junto à Aasana. A segunda parte somente é informada às pessoas que são correspondidas para que eles tenham alguma correção dessas ordens e somente através dessa responsabilidade da segunda parte, porque eu, como funcionária de tráfego aéreo, não conheço as equipes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

de salvamento, não conheço as ajudas que têm que fazer no caso de salvamento, eu não conheço quantas pessoas têm que ter, quanto à capacidade, o balanço dessa aeronave. E isso é o reconhecimento do...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas a senhora comunicou... V. Sa. disse aí que comunicou três vezes. A quem V. Exa. comunicou?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – À tripulação, ao despachante, à pessoa para requerer as informações de voo, para requerer as informações meteorológicas, e a terceira foi para recorrer à parte tecnológica.

Então, eu vi a necessidade. Eu perguntei se eles já tinham falado com o piloto, se eles já tinham conhecimento para que isso pudesse ter sido corrigido junto à tramitação, para que possa passar essa informação no voo. E ele me respondeu que já sabia, que o capitão já sabia e que tinha toda a troca ou toda a informação para fazer a troca por sequência e que eles iriam tomar essa decisão – no voo, não seria eu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Houve algum tipo de interferência para que o voo fosse realizado mesmo diante das inconsistências do plano de voo?

Alguém conheceu ou alguém fez essa interferência e tocou mesmo com essa inconsistência toda que V. Sa. alertou inclusive?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi decisão do piloto?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, senhor.

Somente decisão do piloto e da linha aérea, da comissão aérea. Toda a comissão do voo, as decisões que vão ser tomadas, são dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Esse tipo de problema era recorrente na LaMia? Tem conhecimento disso? Em outros voos?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não era recorrente ou não sabe?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu trabalhei no serviço de informação aeronáutica.

Não, senhor, em 30 anos nunca me passou uma situação como essa. Não é frequente isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O eslaide...

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Mas eu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Mas eu me informei sobre essas informações, porque a LaMia sempre teve esse tipo de problema, isso eu descobri depois.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E, nesses 30 anos que V. Sa. trabalhou, a senhora nunca viu um acontecimento como esse, da aeronave sair assim sem... totalmente inconsistente o plano de voo? Foi a primeira vez?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, nunca. Foi a primeira vez.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

V. Sa., ao ser questionada pelas autoridades bolivianas, insistiu em afirmar que sua função era apenas revisar o plano de voo, deixando claro que a competência da DGAC era adotar as medidas para impedir o procedimento de voo, nestes termos.

Vou aqui dizer o que a senhora disse lá na época:

> Sim, o DGAC conta com inspetores durante as 24 horas do dia no aeroporto de Viru Viru e são eles os responsáveis por verificar toda a informação técnica (plano de voo que inclui autonomia de voo, certificado da aeronave) e qualquer outra informação exigida sobre a tripulação ou qualquer outro aspecto, neste caso, antes da decolagem das aeronaves.
> Esses inspetores têm total acesso às aeronaves para verificar as licenças da tripulação a bordo, bem como para verificar o peso, balanços, autonomia de voo, aeroportos alternativos, a verificação de pesos, quantidade de passageiros e toda a informação referente às condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

técnicas das aeronaves. Além disso, é o único pessoal autorizado para deter ou permitir a saída dos aviões.

Então, foram essas as declarações de V. Sa.

Eu indago, então – eslaide nº 8 –: V. Sa. confirma que as únicas pessoas que teriam a responsabilidade de verificar a informação técnica contida no plano de voo, assim como checar as condições do avião e dos tripulantes seriam os inspetores da DGAC? Se afirmativo, isso aconteceu?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, isso é verdade.

A DGAC é a única autoridade que fiscaliza e autoriza, fiscaliza todas as linhas aéreas, pilotos, licenças, segurança. E a mesma coisa, que a Aasana nos fiscaliza, ela é autoridade máxima da aeronáutica civil. O meu escritório se encontra muito longe de onde estão os aviões, e a aeronáutica civil sabia, eles deveriam saber que eles teriam que verificar a aeronave. Então, parece que isso deveria ter sido... que isso não cumpriu com o regimento da aeronave, com a documentação que deveria estar a bordo – a carteira que vai a bordo, junto com a documentação de voo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

V. Sa. confirma que, previamente ao voo, seria obrigação da empresa aérea fazer uma solicitação à DGAC para obtenção da respectiva autorização do voo, e que nessa solicitação é que estaria contida toda informação para conseguir a mencionada autorização?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Antes de um voo, a tripulação, a linha aérea, as pessoas vão à DGAC para que tenham a permissão de autorização de voo, e eles recebem todas as informações do voo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Nesse caso, as informações contidas na autorização de voo teriam que ter sido transmitidas do aeroporto de Cochabamba, local da saída do avião, para o aeroporto de Santa Cruz de La Sierra, local da escala do avião para embarque da equipe da Chapecoense? Correto? Isso aconteceu? Sabe?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não. A DGAC não nos passava essa informação à Aasana, no controle aéreo. Restritamente, essa informação é responsabilidade dela e documentação da DGAC junto à linha aérea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. O.k.

V. Sa. confirma que essa autorização tramita apenas no âmbito da DGAC e que desse modo seriam os inspetores da DGAC os únicos responsáveis por verificar se as informações que suportavam a autorização do voo correspondiam exatamente àquelas constantes do plano de voo? Logo, elas seriam os únicos autorizados a cancelar o voo? Correto? Só a DGAC tinha esse poder?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim. Correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.. Então, por que razão... Se V. Sa. conhece, por que razão os inspetores da DGAC não impediram a decolagem da aeronave, dadas as inconsistências do plano de voo?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não sei, senhor. Eu não saberia dizer para você, porque, como eu disse, 24 horas nós temos inspetores no aeroporto, e eles têm a obrigação de verificar especialmente os voos especiais, os voos táxis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

V. Sa. sentiu assim, durante esse episódio, se houve alguma interferência para que isso ocorresse? Alguém forçou a barra ou alguém pediu para... insistiu para que esse plano de voo fosse desconsiderado?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não. Não, isso não ocorreu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, sabendo de todos os riscos envolvidos, por que razão V. Sa., mesmo que fugindo às suas responsabilidades, não tentou alertar a DGAC sobre as inconsistências do plano de voo antes que a aeronave decolasse? V. Sa. já havia sido pressionada alguma vez a não fazer esse tipo de alerta? Eu sei que não era responsabilidade de V. Sa., mas percebendo o que estava... a inconsistência do plano de voo, V. Sa. não teve como interferir, mesmo que não fosse obrigação?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, eu não teria como fazer isso. Eu não tenho comunicação com eles, eles sempre estão na parte de plataforma, onde estão colocados os aviões. E eu, como os inspetores ficavam na plataforma, eu não tinha acesso. O inspetor do turno estava na plataforma quando a aeronave... e também estava na plataforma. Eu queria deixar bem claro: onde estavam estacionando os aviões... Porque eu fico no escritório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – E a comunicação com isso não é bem simples, eles ficam do lado de fora da plataforma, eu não tinha acesso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sra. Celia, V. Sa., lá atrás, disse que alertou por três vezes o piloto. Se V. Sa. alertou três vezes é porque viu que realmente havia inconsistência, havia risco. V. Sa. não tentou ou buscou alguém para impedir que isso acontecesse, essa decolagem, em função do plano de voo inconsistente? Além do piloto, procurou mais alguém? Sentiu que podia dar algum problema?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – É... Eu informei, e isso está no meu manual de funções, isso na parte complementar, e eu insisti durante essas três vezes para que eles façam a troca dessa informação, especialmente na parte de combustíveis. Eu insisti três vezes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – E a principal função que eu tenho é a de informar o piloto porque o piloto é o responsável da aeronave de voo, ele é o único que pode tomar as decisões antes de decolar e durante o voo. Ele é o único responsável. Eu informei o despachante para que ele conheça o piloto e informe, e ele é o único que vai tomar essa decisão de troca, de corrigir essas informações complementares. Isso não nos diz respeito, à Aasana.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Desculpe eu estar insistindo aqui. V. Sa. disse que durante 30 anos nunca viu um fato como esse. A gente tem... Quando acontece um caso desse, a gente tem, assim, uma sensação, uma intuição de que algo pode acontecer. Então, eu sei que V. Sa. comunicou o piloto três vezes, mas em função da gravidade do que estava ocorrendo, V. Sa. não pensou em desabafar com alguém, correr atrás de alguém para não acontecer o que aconteceu? Teve pressentimento disso ou não?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Isso não está nas minhas funções. A primeira pessoa que eu tenho que informar é o piloto e o despachante. O piloto pode trocar o plano de voo, ele pode decidir. No caso do combustível, ele poderia parar em qualquer aeroporto, parar e carregar o combustível. Ele poderia parar em qualquer aeroporto para abastecer. A decisão é do piloto. Ele pode trocar em qualquer... Ele pode tomar qualquer decisão no voo e em rota. E isso é informado, em rota, à rádio de controle e...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dra. Celia, isso aí eu já entendi. Eu estou perguntando assim... Tendo em vista que foi um fato que ocorreu e V. Sa. confirmou: "durante 30 anos nunca aconteceu isso". V. Sa. se limitou apenas a falar com o piloto, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

como o plano de voo era totalmente inconsistente, V. Sa. não comentou com ninguém, não ficou preocupada, assim: "Poxa, o que é que está acontecendo?". Será que não avisou para mais ninguém? Deixou por conta do piloto, mesmo não tendo... Ou achou que estava tudo bem ir por aí, que o piloto ia resolver tudo? Assim... Eu queria saber não tecnicamente, porque eu sei que V. Sa. não tem obrigação – já comunicou, resolveu –, mas, se eu estivesse há 30 anos trabalhando e acontecesse um fato inusitado, único, grave, eu teria talvez procurado mais alguém. V. Sa. procurou mais alguém para falar sobre esse assunto?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não. Toda a documentação vem na carteira de voo, que vai estar disposta pelo piloto, pela Aeronáutica Civil, que vai realizar o plano de voo que vai ser apresentado pela linha aérea, pelo piloto, o balanço, o peso, o combustível, a conduta... E a DGAC é que vai verificar isso depois. Eu somente vou revisar o plano de voo. O avião... Eles é que vão revisar toda essa carteira do voo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Obrigado.

Por favor, o eslaide nº 9.

A responsabilidade, segundo a investigação conduzida pelas autoridades colombianas, para além de alcançar a tripulação do voo CP-2933, estendeu-se também para a própria companhia aérea LaMia SRL. De fato, a inépcia dos gestores da mencionada empresa aérea foi mais do que evidente, uma vez que tinham por hábito não cumprir as políticas de quantidade mínima de combustível, estabelecidas nas normas operacionais de aviação, para voos internacionais. Aliás, esse perigoso hábito de voar com pouco combustível foi confirmado num dos depoimentos prestados na CPI da Chapecoense, nestes termos:

> Nós estávamos na Colômbia – um detalhe importante para não esquecermos de perguntar para a Aerocivil –, fomos recebidos por um advogado dentro da Aerocivil, e ele fez um comentário, o de que alguém, lá da Colômbia, de um hangar, teria, logo depois do acidente, mandado para a mídia colombiana uma matéria dizendo [abro aspas]: 'Eu via essa companhia pousar aqui na Colômbia sempre com pouco combustível, pelo menos umas quatro ou cinco vezes'" – Josmieyr Oliveira.

Não foi por outro motivo, inclusive, que a companhia aérea LaMia SRL apresentou plano de voo cuja autonomia era idêntica ao tempo estimado de voo, sem previsão de escala técnica para reabastecimento. E, pior, a mencionada companhia aérea não corrigiu as gravíssimas falhas do plano de voo, mesmo após os alertas da Aasana.

Sobre esse episódio, aliás, V. Sa., quando prestou depoimento anterior, fez o seguinte registro – eslaide dez, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que o despachante e o piloto não lhe deram ouvidos, não aceitaram as suas observações?

A decisão final do pessoal operacional e da tripulação da LaMia de manter a informação apresentada no referido plano foi comunicada a mim pelo Sr. Alex Quispe 20 minutos antes da partida aeronave CP-2933, com destino a Rionegro, informando que correspondia a uma decisão tomada pelo capitão da aeronave, ficando, portanto, demonstrada a intransigência da linha aérea em não atender às observações apresentada por mim. O diálogo com o Sr. Quispe a respeito das duas observações foi – primeiro, com relação ao aeroporto alternativo –: "Me respondeu Alex Quispe: 'Assim mesmo, isso foi o que disse o 'Capi', deixe isso mesmo, Sra. Célia'.

A respeito da autonomia do voo: "Me respondeu Alex Quispe: 'Assim mesmo e assim me informaram e também o 'Capi'", ao se referir ao capitão da aeronave. "Assim mesmo, Sra. Célia, esses são os dados que me passaram para o FPL". "Não, Sra. Célia, essa 'autonomia' nos deram e alcança bem". "Assim mesmo é apresentado o FPL... fazemos o percurso em menos tempo, não se preocupe". "Tranquila, Sra. Célia, os dados estão corretos, vamos deixar assim, além disso, o voo já está autorizado pelo DGAC".

Então, eu indago – próximo eslaide –, eu pergunto então: V. Sa. confirma que solicitou em três oportunidades, já disse isso, a revisão e a correção do aeroporto, alternativa e autonomia de voo? Acho que V. Sa. já confirmou essas três solicitações.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por que razão, então, o despachante da companhia aérea LaMia insistiu em argumentar que a informação era correta e que a decisão de manter era do próprio comandante da aeronave, pois estavam autorizados pelo DGAC para voar assim? Isso acontecia com frequência nos voos da LaMia?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – É a primeira vez que eu estava atendendo um voo internacional. Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa., segundo depoimento prestado, informou que a decisão final de se manter o plano de voo como apresentado pela LaMia se deu 20 minutos antes da decolagem, correto? Mas antes disso, em duas outras oportunidades, V. Sa. tratou da inconsistência do plano de voo com o despachante da LaMia, correto?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O primeiro contato com o despachante da LaMia aconteceu quanto tempo antes da decolagem da aeronave? Durante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo esse período V. Sa. não entendeu que seria prudente comunicar alguém sobre o problema? Havia alguma orientação interna que a impedia de fazer isso?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, no nosso manual de funções, a minha função é ver corretamente o tráfego aéreo, assessorar. Em caso de que tenha que trocar algum dado ou se está faltando algum dado no plano de voo, eu tenho que comunicar diretamente à linha aérea, ao piloto e ao despachante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E V. Exa. então comunicou aos três: ao piloto, ao despachante e à companhia aérea?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, através do despachante, foi informado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

V. Sa., por acaso, tinha conhecimento de que um dos pilotos daquele voo tinha participação na Companhia Aérea LaMia? A Aasana ou o DGAC tinha ciência desse fato? Como é possível um conflito de interesse dessa magnitude passar despercebido pelo DGAC ou pela Aasana?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não. Eu não sabia. Eu não conhecia o piloto, eu não tinha nenhuma informação. Nós somente prestamos serviço de tráfego aéreo. Eu não conheço nem piloto, nem a linha aérea, ninguém, nem sabemos quem está a bordo da aeronave.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. disse que comunicou três vezes o piloto. Como é que foi essa comunicação? O piloto se apresentou? Falou? Como é que V. Sa. comunicou com o piloto?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Através do despachante aéreo da linha. Ele que acertou os trâmites e que informou a carteira de voo para o piloto. Ele vai e faz a comunicação com o piloto. Faz todas as perguntas junto ao plano de voo, com a autorização do piloto. Ele que faz isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, V. Sa. falou com o despachante e não com o piloto. Quem era esse despachante?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, somente com o despachante de voo, que é o encarregado do voo. Ele que fez os trâmites. Foi com ele que eu falei as três vezes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual o nome dele, do despachante?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Alex Quispe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah. O.k.

O outro eslaide, por favor.

V. Sa., quando prestou depoimento no Ministério Público Federal, após formalizar o pedido de asilo no Brasil, registrou que se sentia ameaçada pelas autoridades bolivianas, uma vez que tentaram forjar uma explicação para o acidente do voo CP-2933 que não condizia com a verdade. Segundo V. Sa., a LaMia tinha ligações com o governo boliviano, nestes termos, V. Sa. disse:

> [...] as duas autoridades hierarquicamente superiores a ela na instituição (diretor nacional e diretor regional da Aasana) são indicados politicamente pelo governo e pertencem ao MAS (partido do governo)".
> Afirma também que há um boato de que os verdadeiros proprietários da Aerolínea são ligados ao governo, o que já foi veiculado na imprensa.
> Informada de que o Gerente Geral da LaMia é o General Gustavo Vargas, que foi o piloto presidencial e instrutor do Grupo Aéreo Presidencial, comunica que o filho do general, que leva o mesmo nome, trabalha na Direção Geral da Aeronáutica Civil da Bolívia (DGAC), que é a instituição responsável por autorizar e permitir saídas de voo. Salienta que o DGAC é a única instituição que fiscaliza, autoriza e cria normas de aviação.
> Para corroborar a ligação entre o governo e a empresa LaMia, aponta que há notícias da imprensa de que a Força Aérea Boliviana realizava manutenção das aeronaves na LaMia.

Foi o que V. Sa. apresentou ao Ministério Público Federal.

Eu pergunto então – próximo eslaide –: V. Sa. poderia detalhar que tipo de ameaça sofreu pelas autoridades bolivianas, conforme depoimento prestado ao Ministério Público Federal?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – No dia do acidente, eu fui chamada para falar um informativo. Eu passei o informativo interno, informando, com palavras simples. Não era um informe técnico. E foi onde um superior me pediu que eu colocasse o meu informativo referente a essas informações, porque isso está dentro das minhas funções, referente à acusação que me disseram.

Sim, aqui no Ministério Público, eu tenho uma declaração, mas tudo isso foi reconhecido pela imprensa, porque a imprensa pegou informações referentes aos proprietários, às autoridades, aos diretores da Aasana, de altos cargos em cidades, como diretor nacional e o regional.

Então, tudo isso foi investigado, e me comunicaram por isso. Por isso que eu declarei no Ministério Público, aqui, todas essas coisas, porque essas mesmas pessoas que foram comunicadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

V. Sa. poderia detalhar que tipo de explicação as autoridades bolivianas estavam tentando forjar para justificar o acidente?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Foi somente uma vez que elas pediram que eu modificasse o informe que eu enviei para os meus superiores. Foi somente esse pedido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem é que pediu isso?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – O Diretor Regional de Santa Cruz, por ordem do Diretor Nacional.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. poderia detalhar que tipo de ligação a companhia aérea LaMia mantinha com o Governo boliviano?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu não sei te responder. Eu não sei nada referente a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

V. Sa. dispõe de alguma prova de que o DGAC facilitou a emissão da autorização de voo da LaMia?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, eu não tenho nada. Somente epassei uma cópia da autorização desse voo desse dia. Somente isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – E isso foi enviado a Corumbá por meio de uma pessoa que trabalhava comigo, e me pediram para tirar uma cópia da autorização do voo para a LaMia nesse dia. Somente isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

V. Sa. teria alguma informação sobre eventuais irregularidades cometidas no procedimento de certificação da LaMia pelo governo boliviano, DGAC?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, senhor. Eu não sei nada disso. Não tenho como lhe passar essa informação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. dispõe de alguma prova de que a Aasana sofreu algum tipo de interferência por parte da DGAC para facilitar as operações da LaMia?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não entendi. Poderia repetir?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. dispõe de alguma prova ou tem conhecimento de que a Aasana sofreu algum tipo de interferência por parte da DGAC para facilitar as operações da LaMia SRL?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom. O.k.!

Passe o outro eslaide, por favor.

Sobre a manutenção das aeronaves da companhia aérea LaMia, inclusive o próprio Ricardo Albacete confirmou, quando prestou depoimento aqui na CPI da Chapecoense, que a Força Aérea boliviana prestou esse serviço, nestes termos – é o depoimento dele, Ricardo Albacete:

> E disseram para mim que o melhor era fazer a manutenção lá na Bolívia, porque a Força Aérea da Bolívia poderia fazer. E aí eu mandei. [...] E foi por isso que os aviões ficaram lá na Bolívia sem nenhum tipo de matrícula, sem nenhum tipo de licença, e, legalmente, nós não tínhamos nem como ou nem sabíamos como operar. [...] Eu falei com a Força Aérea [...] boliviana, e ela nos deu uma saída, a de assinar um contrato conosco para que os aviões ficassem, lá na Bolívia, como se fossem de exposição.

Ricardo Albacete disse isso aqui na CPI.

Nesse contexto, aliás, V. Sa. já declarou que, após o acidente do voo CP-2933, da companhia aérea LaMia, teve conhecimento de que havia muitas irregularidades nas operações da citada companhia aérea. Porém, todas as informações foram ocultadas, inclusive a de que a aeronave que se acidentou não reunia condições para realizar voos internacionais, mas que, com a troca do diretor da DGAC, a autorização foi concedida.

Então, eu pergunto, indago a V. Sa.: V. Sa. saberia nos dizer se os serviços de manutenção das aeronaves da LaMia foram, de fato, realizados pela Força Aérea da Bolívia? (*Pausa.*)

V. Sa. poderia repetir? Deu um problema aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – O acesso está aberto?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não sabia?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, eu não tinha conhecimento de nada. Eu não tenho conhecimento da mecânica de nada disso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

V. Sa. saberia nos dizer se a DGAC realizava de forma adequada a fiscalização das condições de operacionalidade das aeronaves da LaMia ou de outras aeronaves? A DGAC sempre as fiscalizava de forma adequada?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, eu não saberia responder isso, se eles cumprem com todas as fiscalizações em todas as aeronaves, especialmente na LaMia. Essa não é minha competência. Eu não saberia responder isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quando V. Sa. disse que ficou lá 30 anos e que nunca viu algo semelhante, eu entendi que tudo transcorria normalmente e que, nessa operação, V. Sa. foi surpreendida. É isto que estou perguntando: a DGAC, então, realizava adequadamente a fiscalização sempre e, nesse momento, não a fez corretamente? É alguma coisa nesse sentido ou não? V. Sa. acha que a DGAC agiu corretamente, fiscalizou como deveria fazer?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Depois do acidente, eu entendi que deveria ter feito um registro de viagens, mas eu não sei que informação continha esse plano de voo. Eu insisto que eles deveriam, sim, fazer a fiscalização na linha aérea nova, especialmente para voos táxis internacionais. Toda informação que vocês têm junto à minha função, junto à imprensa, junto a todo o reconhecimento... Eu não conheço nada das manutenções, eu não tinha conhecimento sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por que razão a investigação realizada pelas autoridades colombianas, após o acidente, não identificou registro algum de inspeção realizada na área de operações da LaMia? Poderia nos explicar isso?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, eu não sabia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. poderia detalhar as irregularidades das operações da LaMia de que teve conhecimento após o acidente? Quem foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o responsável por ocultá-las? Depois do acidente, V. Sa. tomou conhecimento. Quem é que foi responsável de ocultar essas informações?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, eu não saberia. Seria a linha aérea, o piloto, porque a linha aérea e o piloto são os principais, e a DGAC, mas eu não saberia te passar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O próximo.

Bem, segundo análise do Cenipa, a aeronave da LaMia não possuía combustível suficiente para realizar o voo entre Santa Cruz de la Sierra e Rionegro, uma vez que a autonomia declarada pela tripulação era igual ao tempo planejado em rota, não levando em consideração o consumo adicional de combustível para a contingência de voo – desvios, esperas etc. –, prosseguir para o aeródromo de alternativa, em caso de impossibilidade de pousar em SKRG, e voar 30 minutos, como prevê o RAB 121.

Outrossim, o plano de voo da LaMia foi preenchido pelo despachante e assinado pelo comandante da aeronave, que, por sua vez, assumiu a responsabilidade de decolar com menos combustível do que o previsto no planejamento. Conforme a investigação, o plano de voo foi apresentado nas dependências do ARO-AIS, e, mesmo após a funcionária, V. Sa., ter realizado cinco observações a serem modificadas ou preenchidas no plano de voo, dentre elas, a autonomia, aeródromo de alternativa, o despachante confirmou que o plano de voo estava correto e que as informações eram fidedignas.

Desse modo, a senhora aceitou o plano de voo da aeronave da LaMia, mesmo sabendo que as informações contidas nele não estavam em conformidade com os regulamentos que regem a aviação civil da Bolívia.

Eslaide nº 17.

O Cenipa constatou ainda que, durante o preenchimento do plano de voo, no campo POB, foi preenchido o termo TBN. Esse termo é utilizado quando não se sabe corretamente a quantidade de pessoas que estarão a bordo da aeronave no momento do preenchimento do plano de voo. Nesse caso, é de praxe que os controladores questionem, antes da decolagem da aeronave, a quantidade de pessoas a bordo do avião, a autonomia de voo e o aeródromo de alternativa, quer dizer, o aeroporto alternativo. Tais questionamentos não constaram das transcrições das comunicações entre a Torre de Controle de Viru Viru, Santa Cruz de la Sierra, e a aeronave LaMia.

Então, eu pergunto: no caso concreto, não caberia à DGAC, em atuação conjunta com a Aasana, órgão que prestava o serviço de controle ao tráfego aéreo, o impedimento da decolagem do voo que resultou no lastimável acidente ocorrido? Por que razão nada foi feito para impedir a decolagem? Poderia falar sobre isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Primeiro, no contexto que está aqui, eu não aceito o plano de voo; eu só o recepciono e transmito ao sistema aeronáutico. E, quanto à DGAC, em ação conjunta com a Aasana, elas são diferentes: a Aasana presta serviço de controle aéreo e somente comunicação com a aeronave, pilotos e junto à (*Falha no áudio.*) ... por frequência, e a DGAC é quem fiscaliza todos nós. Então, eles têm que fazer o plano de voo, autorização, qual o tipo de avião, a linha aérea, o piloto, tudo isso. A Aasana somente presta o serviço de tráfego aéreo. É diferente. A DGAC é a única que pode impedir um voo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Por favor, o eslaide em sequência.

V. Sa., em depoimento ao Ministério Público Federal do Brasil, afirmou que sua função era apenas revisar o plano de voo, como V. Sa. acabou de dizer, deixando claro que caberia à DGAC impedir o prosseguimento do voo. Seguem alguns trechos do depoimento:

> [...] O que a senhora pode informar a respeito das irregularidades do plano de voo da Aviação LaMia acidentado na Colômbia?
> Era a minha [confirmando o que V. Sa. disse lá no Ministério Público Federal do Brasil] obrigação e atribuição (tal como estabelece o meu manual de funções) revisar minuciosamente todo o plano de voo que chegava ao meu escritório, para verificar que toda a informação fornecida pelos despachantes, tripulações e pessoal operacional das aerolíneas estivesse completa e que o conteúdo do formulário do plano de voo tivesse sido adequado e claramente preenchido.[...]
> [Ainda, o item 6] 6. A fiscalização do voo, então, era responsabilidade do Departamento Geral de Aviação Civil da Bolívia?
> [Perguntaram. E V. Sa. disse] Sim, o DGAC conta com inspetor durante 24 horas por dia no aeroporto de Viru Viru e são eles os responsáveis por verificar toda a informação técnica (plano de voo, que inclui autonomia do voo, certificação da aeronave) e qualquer outra informação exigida sobre a tripulação e qualquer outro aspecto, neste caso, antes da decolagem das aeronaves. Esses inspetores têm total acesso às aeronaves para verificar as licenças da tripulação a bordo, bem como para verificar o peso, balanços, autonomia de voo, aeroportos alternativos, a verificação de pesos, quantidade de passageiros e toda a informação referente às condições técnicas das aeronaves. Além disso, é o único pessoal autorizado para deter ou permitir a saída dos aviões, como V. Sa. acabou de confirmar.

Eslaide 19, por favor.

Ademais, segue o trecho do relatório produzido por V. Sa. Acerca do plano de voo da LaMia no dia seguinte ao acidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Quarta, dia 29 de novembro de 2016, às 14h20. Informe Recebimento FPL LMI2399
> Item: 3. Autonomia (EET – Tempo em trânsito era igual ao tempo de autonomia)
> Resposta despachante LaMia: É assim mesmo. Foi o capitão quem me disse também.
> Resposta Esp. ARO-AIS [V.Sa.]: Isso não é correto, consulte bem e altere o plano de voo.
> Resposta Despachante LaMia: É assim, Sra. Celia, essas informações foram passadas pelo FPL. [...]
> Resposta [de V. Sa.]: Mas é exato o EET e a autonomia o senhor errou e não quer mudar.
> Resposta Despachante LaMia: Não, Sra. Celia. Essa foi a autonomia que me informaram, alcança bem.
> Célia, V.Sa.: não, porque é igual ao tempo em trânsito.
> Resposta Despachante LaMia: Sim, assim se apresenta, fazemos em menos tempo, não se preocupe. É assim mesmo. Tranquila, isso está correto, deixe assim mesmo.

A senhora, então, disse: "não insisti mais perante a teimosia do despachante".

Foi quando eu perguntei lá atrás: mesmo diante de um diálogo como esse que nós estamos vendo aqui, a senhora tendo convicção absoluta de que estava completamente errado, que o combustível não dava, que havia uma série de incorreções, mesmo não sendo atribuição, pelos manuais, de V. Sa. essa responsabilidade, V.Sa. não sentiu assim: "Eu preciso avisar alguém, eu tenho fazer aqui alguma coisa diferente, para impedir que aconteça isso"? V. Sa. não pensou nisso, não procurou, sei lá, quem estava no aeroporto e tinha uma autoridade maior, o Presidente do DGAC, simplesmente deixou o despachante falar que estava tudo errado, mas estava tudo bem? É isso?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu insisti, mas ele toma a última decisão, porque o piloto manda junto à ordem do despachante. Então, eles podem materializar, como eu disse anteriormente, eles podem aterrissar em qualquer aeroporto na rota, para descer, por conta de alguma falha mecânica, por qualquer tipo de emergência combustível... Então, isso se deve sobre a decisão do piloto, porque o avião poderia voar com menos combustível, porque ele poderia parar em qualquer aeroporto para pegar combustível. Então, não se nega a nenhuma aeronave para descer em caso de alguma emergência, ou em caso de falha mecânica, para descer no aeroporto e abastecer para seguir em frente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Correto, correto.

Mas, não havia, no plano de voo, nenhuma previsão, nenhuma anotação de que teriam outra alternativa, não havia. V. Sa. confirmou isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu digo isto: eu tenho certeza de que, com a insistência que V. Sa. fez aqui com o despachante, V. Sa. tinha certeza absoluta de que estava com um problema aqui, que não poderia sair daquela forma. Eu entendo isso, senão V. Sa. não teria insistido tanto, deixaria por conta dele.

Eu perguntaria a V. Sa., na hora, nem intuição a senhora teve? "Olha, isso pode causar um acidente". Não teve essa intuição disso? Não procurou ninguém? Não falou mais com ninguém?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Nesse caso, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O próximo eslaide.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eles estariam revisando o voo. Eles são os responsáveis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Relator!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eslaide.

Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Senador Izalci, vou ser bem rápido.

A gente não pode saber o nome desse piloto?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, nós vamos chegar ao final. Nós vamos chegar lá.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Nós vamos chegar lá? Porque senão fica uma sessão espírita. Não é possível que ela não tenha o nome dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas a gente tem aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Ótimo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O eslaide próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outrossim, segundo V. Sa., o despachante da LaMia, que é o Sr. Alex Quispe, se recusou a alterar o plano de voo. Por conta disso, V. Sa. encaminhou o seguinte comunicado ao DGAC.

V. Sa., pelo que consta aqui:

> O despachante se recusou a alterar os planos de voo e explicou que, em relação ao mesmo tempo do EET e a autonomia, o tempo de voo real seria inferior ao plano de voo. O escritório do plano de voo apresentou o plano de voo por volta de 20h30, mas enviou um relatório ao escritório regional da DGAC dando detalhes do incidente, afirmando que sob os regulamentos, o escritório não tinha o poder para rejeitar o pedido.

Pergunto, então, a V. Sa.: as fiscalizações do DGAC ocorriam regularmente antes da decolagem de qualquer aeronave? Os inspetores do DGAC realizaram a inspeção de voo da LaMia? Os fiscais do DGAC produziram algum tipo de relatório sobre a inspeção realizada naquele voo? Pergunto.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Gostaria de declarar que eu não passei nenhum informe à DGAC. A minha informação é a linha aérea, piloto e despachante.

Sim, a DGAC funciona regularmente com a fiscalização das aeronaves. Eu não saberia dizer se elas fazem isso regularmente. Essa é uma pergunta direta que deve ser feita à DGAC.

Nós sabemos que nós temos 24 horas para autorizar, negar, para qualquer trâmite da documentação de aeronaves, pilotos, observações. Somos inspetores que têm um escritório que funciona 24 horas, mas não sabemos se eles não realizam 100% do serviço deles.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas eu pergunto aqui porque eu disse que V. Sa. encaminhou um documento para a DGAC. Eu li aqui.

Agora, V. Sa. chegou a trocar informações com o pessoal do DGAC sobre a inconsistência do plano de voo antes da decolagem da aeronave? Em que momento V. Sa. encaminhou o comunicado relatando que o despachante da LaMia se recusou a alterar o plano de voo ao DGAC? Qual foi a resposta do DGAC? (*Pausa.*)

Está me ouvindo? Ouviu ou não?

O SR. CELIA CASTEDO MONASTÉRIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu não comuniquei à DGAC. Eu não mandei nenhum informe à DGAC. Eu mandei no dia seguinte do acidente, porque aí, sim, começa a investigação. Eu mandei um informe interno e técnico à Aasana, aos meus superiores, não à DGAC.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Bem, depois do acidente, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo eslaide, por favor.

Documento acostado nos autos da CPI aqui da Chapecoense e que merece ser registrado é aquele que traz trecho da denúncia formulada pelo Ministério Público da Bolívia em desfavor de V. Sa.

Empregada da Aasana, como citado anteriormente, V. Sa. foi quem atendeu o despachante da LaMia hora antes da decolagem do avião para a Colômbia. Em que pesem todas as inconsistências do plano de voo, não houve adoção de medida alguma para se evitar a saída da aeronave do aeroporto de Santa Cruz.

Há aí, inclusive, a documentação da análise da denúncia, nos termos... do Alex...

O 22, por favor: estão aí essas informações.

De acordo com o Ministério Público da Bolívia, V. Sa. agiu de forma extratemporal, pois só comunicou os fatos irregulares aos seus superiores após o acidente, no dia 29 de novembro de 2016. Então, eu pergunto a V. Sa.: o que V. Sa. tem a dizer sobre a denúncia apresentada por Rubén Marcelo Chavez, Diretor Regional da unidade administrativa da Aasana, em Santa Cruz, contra V. Sa. pelo suposto cometimento de delito de não cumprimento de deveres e atentado contra a segurança dos meios de transporte?

Pergunto: o que foi essa denúncia? O que que V. Sa. pode nos responder.

O SR. CELIA CASTEDO MONASTÉRIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Marcelo Chavez era Diretor Regional de Santa Cruz. E aí tem a clara intenção de me acusar, como se eu não conhecesse o meu manual, mas eu conhecia muito bem meu manual de funções e minha função, porque eu trabalhei juntamente nessas dependências do escritório. Essa foi uma forma que não tem explicação, por conta dos meus superiores, como eu já declarei, porque, a princípio, ele defendia a minha pessoa e defendia a Aasana. E, logo, de um momento para outro, mudou tudo, e ele começou a me acusar, que se dirigia ao Ministério Público, como nós dissemos, às escondidas, apresentando acusação a minha pessoa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Então, eu vou eu vou repetir aquilo que eu perguntei lá atrás: houve de fato a ausência de ação esperada por parte de V. Exa. ao não informar oportunamente a seus superiores a inconsistência do plano de voo? Por que razão? V. Sa. só veio a se manifestar após o acidente? Eu perguntei a V. Exa. lá atrás. Trinta anos nunca aconteceu isso. Veio um plano de voo totalmente inconsistente. V. Sa. perguntou por várias vezes ao despachante, mostrando as inconsistências. E aí, por isso que eu perguntei a V. Sa.: V. Sa. não levou esse assunto para a instância superior, para o Presidente da República, para quem estivesse em algum lugar para impedir que isso acontecesse? É isso que o Ruben está dizendo. O que o Ruben está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denunciando é que V. Exa. só se pronunciou após o acidente. Por que não fez isso antes, essa é minha pergunta e minha insistência? V. Sa. acha que a Aasana tentou encobrir alguma coisa? O que seria?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Para informar-lhe que, durante 30 anos, se eu tenho alguma informação no plano de voo, que o piloto imediatamente vá, e troque, modifique e nos apresente outro plano voo, o que não ocorreu dessa vez. Mas eu não posso insistir para que eles modifiquem, porque eu não tenho essa autoridade. Isso corresponde à linha aérea, ao piloto e ao despachante. Por isso que nunca ocorreu isso antes em 30 anos. Nós temos essas observações ao plano, imediatamente ao piloto, ao despachante. Ele troca essa informação, caso necessário, no plano de voo, o que não aconteceu dessa vez.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Eu não sei se, de onde V. Sa. estava, tinha visão da aeronave, mas eu digo assim... V. Sa. diz: "Olha, esse combustível não vai dar, não está no plano de voo uma alternativa, o tempo – não é? – é exatamente igual ao consumo do combustível". E V. Sa., vendo a aeronave decolar, não sentiu aí que tinha que fazer alguma coisa, não? Achou que o piloto resolveria a questão do combustível? Como? Onde?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Do meu escritório, eu não vejo os aviões, mas, sim, era obrigação do piloto, para coordenar todos os voos, essa é a sua função, e ver em qual momento ele tem que reabastecer o combustível. Ele pode verificar se é suficiente para ele parar no aeroporto de Bogotá e seguir em frente ou não. Essa é função dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas a DGAC, por exemplo, não poderia permitir se há uma inconsistência no plano de voo. Não tem combustível: não é possível o piloto simplesmente decolar e ficar por isso mesmo. Então, alguém não fez o dever de casa, alguém não impediu que ela decolasse sem um plano de voo adequado, porque, por mais que tenha falado com o despachante, eu cito assim, alguém deveria ter sido comunicado: "Olha, alertei o despachante três vezes, quatro vezes, e ele disse que não, que não sei o quê, e eu acho que não, a aeronave não vai chegar ao destino, porque o combustível não é o suficiente". V. Sa. não falou com ninguém, só com o despachante?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, eu correspondo diretamente para dar essa informação e as observações ao despachante, se o piloto da linha aérea que estão fazendo o voo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A V. Sa. pergunto, mais uma vez: a Aasana... V. Sa. poderia responder se V. Sa., hoje, percebe que a Aasana está tentando encobrir alguma coisa? O que seria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Pode repetir?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Aasana, hoje, V. Sa. acha que estava encobrindo alguma coisa? Com essa denúncia do Rubens, estão tentando tirar a responsabilidade deles?

Me ouviu ou não?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, não ouvi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vou repetir então: houve a denúncia por parte do Sr. Rubén Marcelo Chavez, dizendo que a senhora só apresentou depois do acidente, só comunicou depois do acidente. Eu pergunto se a Aasana tenta, está tentando encobrir alguma coisa. O que seria na opinião de V. Sa.?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, eu não sei dizer se eles estão encobrindo alguma coisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, pelo menos, estão tentando jogar a culpa...

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu não estou surpreendida com essa acusação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estão tentando jogar a culpa em V. Sa.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, é como eu declarei também: que eles querem colocar a culpa em mim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O próximo eslaide por favor.

Olha, de igual modo, seguem mensagens eletrônicas que explicitaram as tratativas feitas por V. Sa. a partir do dia 29 de novembro, depois do acidente, após a decolagem da aeronave. Por exemplo, o *e-mail* que se segue cuida do relatório de recepção, o FPL LMI2399, despachante da LaMia, que foi enviado ao chefe de V. Sa. no dia 29 de novembro, às 14h20, ou seja, após a decolagem da aeronave.

O outro...

Teve esse... Não, espere, deixe aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está lá: "Tempo de trânsito igual tempo de autonomia".

Resposta do despachante: "Assim mesmo". Isto que colocamos, o diálogo entre... "Assim mesmo..." Foi o capitão que me disse também.

Resposta: "Isso não é correto, consulte bem e altere o plano de voo".

Resposta do despachante: "É assim, Sra. Celia, essas informações foram passadas pelo FPL".

Então, é aquele diálogo que nós vimos há pouco.

O segundo...

O próximo eslaide.

O segundo *e-mail*, ainda no dia 29 de novembro, às 16h54, V. Sa. acrescentou mais algumas informações sobre o diálogo, e pelo *e-mail* aí anterior, do item 3, tem mais aquelas informações que nós citamos há pouco.

"Assim disse o capitão [me disse]: deixe assim mesmo, Sra. Celia."

Eslaide 25.

Então...

O outro.

Aí já é aquele mesmo diálogo: "Não, porque é igual ao tempo de trânsito".

O despachante fala: "Sim, assim se apresenta. Fazemos em menos tempo. Não se preocupe, é assim mesmo, tranquila. Isso está correto, deixe assim mesmo. Aí não insisti mais perante a teimosia do despachante". V. Sa., então, entende que falou, falou, o despachante contestou, e aí acabou ficando do jeito que ficou.

O próximo eslaide.

A última mensagem, no dia 1º de dezembro de 2016, enviada ao Diretor Regional, o Sr. Rubén Marcelo Chavez Sierra. V. Sa. registrou que não competia a ela aceitar ou recusar o plano de voo apresentado pela LaMia. Informou ainda que a DGAC tinha conhecimento das informações.

Então, está aí no Viru Viru, que é o *e-mail*, onde está lá: "Compareceu a este escritório da ARO-AIS o despachante do voo da empresa LaMia, a fim de apresentar o plano de voo no FM/SLVR/SKRG (Rio Negro-Colômbia), correspondente a esse PLANO DE VOO."

O outro eslaide – só para confirmar aquilo que nós conversamos aqui. O outro eslaide tem lá:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] simplesmente se limita a receber e encaminhar a documentação. É tudo quanto posso informar à sua autoridade para fins pertinentes [...].

Então, é só para mostrar os eslaides com relação ao diálogo.

O 28... Para partirmos aqui...

No dia 28 de novembro de 2016, às 17h19, a aeronave LaMia decola para Cochabamba, Bolívia, com destino a Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, Aeroporto Internacional Viru Viru, justamente para que a equipe da Chapecoense embarcasse nela. Às 17h58, dia 28 de novembro de 2017, a aeronave aterrissa em Viru Viru. E, às 20h20 do mesmo dia 28 de novembro de 2016, o despachante da LaMia comparece ao escritório da Aasana, no Aeroporto Internacional Viru Viru, para apresentar o plano de voo. Às 22h08 do dia 28 de novembro de 2016, a equipe da Chapecoense embarca na aeronave. Na sequência, às 22h18 do dia 28 de novembro, a aeronave decola do Aeroporto Viru Viru (SLVR).

Próximo eslaide.

Tem aí a saída, a aterrissagem, o embarque...

Próximo eslaide.

A decolagem... Aí já vem exatamente o que nós colocamos aqui.

E aí, no dia 28 de novembro – está aí –, às 22h41... Dia 28 de novembro de 2016, às 22h43, no Aeroporto de Cobija, *cerro de la operación*, não ocorreu o reabastecimento. Não ocorre o reabastecimento.

Eslaide 31.

Bem, pergunto, então, a V. Sa.: de acordo com as mensagens, o despachante da LaMia compareceu ao escritório da Aasana às 20h20 do dia 28 de novembro de 2016 para apresentar o plano de voo, correto?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Segundo as investigações, a aeronave da LaMia decolou às 22h18 do dia 28 de novembro, correto?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por que razão nesse período de quase duas horas não se adotou providência alguma para impedir a saída da aeronave, dados os evidentes riscos que apresentava aquele voo? Duas horas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Teria essa pergunta que ser dirigida para a Direção da Aeronáutica Civil, não para mim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – DGAC.

V. Sa. não tem conhecimento nenhum do que aconteceu?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá.

Por que razão V.Sa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Relator...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para concluir aqui, e já lhe passo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É aí que entra, exatamente, antes de o senhor fazer essa pergunta, se for possível.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Portanto, isso caracterizaria a omissão da DGAC.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É esse o busílis da questão, porque isso é uma entidade governamental.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos chegar lá. Vamos chegar lá.

Por que razão V. Sa. não comunicou as autoridades competentes acerca das inconsistências do plano de voo antes da decolagem? Caso contrário, por que a DGAC não adotou providência alguma? V. Sa. já disse que cumpriu especificamente com o despachante e que V. Sa. não teria avançado, apesar da denúncia que foi colocada pelo Rubén Marcelo, de que V. Sa. só apresentou depois do acidente, mas V. Sa. disse que o Marcelo está tentando imputar a V. Sa. a responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo eslaide, por favor.

Outro documento que também foi acostado aos autos aqui da CPI da Chapecoense e é digno de registro é aquele que trata do termo de depoimento prestado por V. Sa. aí no Ministério Público do Município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, no dia 5 de dezembro de 2016, quando compareceu à sede da Procuraria da República para solicitar asilo ao Brasil. Entre outros detalhes, V. Sa. informou que sentia ameaçada pelas autoridades da Bolívia, uma vez que tentavam forjar uma explicação para o acidente, que não condizia com a verdade, como segue.

Por favor, passe o outro eslaide.

Bem, aí vem o depoimento de V. Sa.

O outro eslaide também, 34, pode passar; o 35 pode passar porque, na prática, V. Sa. já disse sobre essa questão aí do depoimento. Pode passar. Pode ir até o final da... O eslaide 41. Não... Isso.

Bem, percebe-se que V. Sa. voltou a asseverar que a sua função se limitava a revisar minuciosamente o preenchimento do plano de voo, podendo fazer também sugestões ao despachador ou ao comandante de voo, os quais poderiam ou não aceitar. Portanto, V. Sa. esclareceu que não teria qualquer autoridade para alterar o plano de voo, nem para autorizar o voo. Na verdade, em seu dia a dia V. Sa. limitava-se a alertar o comandante ou o despachador sobre alguma observação que tivesse sobre o preenchimento do documento.

Eu pergunto: as autoridades bolivianas responsáveis pela investigação do acidente tentaram proteger alguém? Quem seria essa pessoa e por que razão? V. Sa. poderia nos responder isso?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu não saberia lhe dizer sobre isso. Isso está a cargo da investigação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, V. Sa. não poderia nem, em função de todo o episódio, tudo o que nós falamos aqui, colaborar para dizer que mais alguém está envolvido, alguma instituição? Como eu disse aqui, mandaram a aeronave para a Bolívia como se fosse exposição, quem comandava era o general. Alguma coisa V. Sa. poderia... Não tem como acrescentar nada nisso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Relator, essa é a questão crucial.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela está pagando um preço que tudo indica que não é dela. Quem comprou a mercadoria não foi ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É evidente. Eu tenho denúncia contra V. Sa., mas V. Sa. está explicando realmente, e a gente está entendendo, mas eu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tanto é que deveria ser denunciado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É. Então, melhor perguntando aqui.

Quem V. Sa. acha que deveria estar sendo... respondendo por essa questão do acidente? Quem é que poderia estar respondendo neste momento?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Acredito que a DGAC e a empresa LaMia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. DGAC e empresa LaMia.

Mais adiante da recusa reiterada da LaMia em proceder às alterações no plano de voo, V. Sa. não teria que comunicar tal fato a seus superiores antes da decolagem? V. Sa. disse que só falou com o despachante. Como o despachante, por diversas vezes, contestou V. Sa., não seria o caso de ligar para o superior e dizer: "Olha, tem coisa aqui acontecendo. Eu avisei para o despachante e ele não quer fazer nada". V. Sa. falou com algum superior? Não?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – No manual de funções, caso se comente alguma troca, eu tenho que comunicar ao meu superior somente se é do tráfego aéreo, nada mais do que o tráfego aéreo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tudo bem. Então...

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Essa segunda parte do plano de voo, é comunicada ao piloto, linha aérea, despachante. Eles que têm toda essa informação, não eu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu entendi.

Mas V. Sa. insistiu tanto. Eu vi lá quatro ou cinco vezes V. Sa. falando com o despachante. E V. Sa. comunicou. No dia seguinte ao acidente, V. Sa. comunicou ao superior. V. Sa... O fato de ter comunicado no dia seguinte... Aliás, por que V. Sa. comunicou imediatamente após o acidente o que ocorreu? Não poderia ter feito antes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Assim que se faz na Bolívia quando você tem que fazer um informativo sobre uma aeronave que sofreu um acidente, teve algum percalço. E o informativo passa depois que isso aconteceu. Isso se passa um informe para os superiores. E nesse momento, quando temos as observações, não se passa nenhum informativo a nenhuma unidade superior. Isso que acontece depois, sobre os detalhes do espaço dessa aeronave que tem sofrido um acidente. Temos muitos passos, mas essas informações do plano de voo suplementário para emergência, busca e salvamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O próximo eslaide, por favor.

Bem, outro documento relevante que igualmente foi acostado aqui nos autos da CPI traz o resultado da videoconferência onde V. Sa. respondeu a 11 indagações que são essas...

Pode ir passando esse eslaide, que já... Foi o que nós perguntamos aqui. Pode passar até o 40... Não, está terminando. Pode passar para o 50, eslaide nº 50, porque tem toda transcrição aí.

Bem, alguns até V. Sa. já respondeu, que até o momento V. Sa. acumulava 30 anos de serviços prestados à Aasana. V. Sa. confirmou isso. Nesse longo período, V. Sa. também chegou...

V. Sa., nesse período de 30 anos, chegou a responder a algum procedimento administrativo pelo trabalho de V. Sa.? Nesses 30 anos, V. Sa. recebeu, chegou a responder a algum procedimento administrativo ou advertência? Alguma coisa assim?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Nenhuma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nunca? O.k. Ficha limpa.

Durante todo esse período, em situações semelhantes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... nunca aconteceu de a própria Aasana adotar procedimentos para impedir a decolagem de aeronave? Caso contrário, a comunicação à DGAC não deveria ter sido imediata?

Assim como V. Sa. nunca recebeu nenhuma advertência, a própria Aasana já adotou algum procedimento para impedir alguma aeronave alguma vez na vida? Alguma vez, nesses 30 anos?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nunca impediu.

Os inspetores da DGAC estiveram no interior da aeronave LaMia antes da decolagem, correto? A DGAC, eles estiveram no interior da aeronave antes da decolagem, correto? Eles não identificaram mais inconsistências no plano de voo? Por que razão permitiram a decolagem? Tem conhecimento disso?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não sabe?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu não saberia lhe dizer se eles entraram na aeronave naquele dia. Eu não poderia te responder isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso.

Por que razão V. Sa. só informou a observação de que havia feito num plano de voo aos seus superiores após o acidente? V. Sa. já respondeu essa questão: por que informou só no dia seguinte? É porque, em função do acidente, teve que comunicar imediatamente? É isso?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sofreu pressão por parte de seus superiores para alterar o relatório? Poderia detalhar tudo o que aconteceu após o acidente da LaMia, no âmbito da Aasana, e que fizeram V. Sa. pedir asilo ao Brasil? Podia detalhar um pouco isso?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Uns dois dias depois do acidente, eu fui chamada diante dos meus superiores e eu apresentei o informe técnico. E, quando eles leram o meu informe, eles pediram que eu trocasse algumas coisas. Eu não soube dizer quais eram as coisas, porque eu me neguei a trocar. Eu falei que eu não iria trocar nada, e isso aconteceu no dia em que eu entrei em contato com o despachante, eu não iria mudar nada no meu informe.

Com isso, eu pedi asilo ao Brasil, me coloquei aqui. Em três, quatro dias, chegou uma comissão da paz, onde, sim, tem a central de Aasana, onde se encontra o diretor nacional, e chegou uma comissão de advogados. Em um dia, me fizeram perguntas investigativas, às quais eu respondi durante um dia todo. Em meia hora, me apresentaram o processo administrativo interno, ao qual eu teria dez dias para apresentar a minha documentação da minha defesa. Então, depois disso, eu estava preparando, junto com os meus superiores, os meus colegas de trabalho, toda a documentação para apresentar na segunda-feira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem esperar muito tempo. Eles prepararam para que eu pudesse apresentar a minha documentação, a documentação para o processo administrativo interno da Aasana.

Então, nós continuamos trabalhando no Aeroporto Viru-Viru, quando nós recebemos uma chamada do diretor regional. Por ordem dos meus superiores, ele se dirigiu ao Ministério Público me acusando como responsável. Foi aí que eu nem sabia o que significava isso. Aí os meus amigos verificaram que eu teria que sair do aeroporto e não poderia me dirigir à minha casa, porque eles estavam tratando de me acusar de todo o acidente. Eu não sei por que eu me assustei. A minha família buscou um advogado, e logo eu recebi a visita do advogado, no dia seguinte. Aí ele me deu o conselho de que eu tinha que sair do país, porque eles estavam tentando deturpar tudo isso, para que eu pudesse me defender, porque a instituição só me deu dez dias para a minha defesa.

Então foi com isso que eu tomei a decisão, porque me avisaram que estavam tratando e estavam com ordem de me prender e que eu poderia ser levada presa. Isso foi o que me informaram. Então, eu tomei a decisão, pensando na minha família, de vir até Corumbá, para que eu pudesse fazer as declarações. Eu tenho muitas coisas que ouvi a respeito da empresa. Então eu queria dizer que não me deram a oportunidade de me defender nem de mostrar a minha documentação, como eu disse, aqui no Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.!

De igual modo...

Pode passar os eslaides aí.

De igual modo, a transcrição do depoimento da Sra. Celia foi juntada aos autos da CPI, como segue.

Pode ir direto para o eslaide 56, para encerrar. É o último o eslaide 56.

V. Sa. poderia nos explicar as competências da função que ARO-AIS exercia na Aasana? Qual a competência da função de ARO-AIS?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Vou ler. Aqui eu tenho o manual de funções, junto com a documentação, que eu gostaria de informar.

Oficial de ARO-AIS, funções: oferecer à tripulação do voo toda a informação necessária prévia ao voo, com a inclusão dos locais designados para o uso de transporte aéreo comercial, regular, não regular, nacional e internacional, assim como aeródromos de alternativa que são considerados como aeroportos de entrada e saída de voos internacionais; revisar de forma minuciosa o conteúdo do plano de voo apresentado pela tripulação do voo e assessorar os espaços pelo conteúdo do mesmo; determinar com essas atitudes quais são os limites das operações da aeronave conforme as cartas de voo que estão em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigência; proporcionar instruções das últimas horas completas fidedignas; cuidar e se preocupar em atualizar as informações aeronáuticas necessárias às rotas aéreas, as disposições relativas de entrada e saída da aeronave civil que realiza voos internacionais às aeronaves que podem utilizar essa navegação e informações referentes às saídas da navegação aérea e instalações de comunicação e serviço móvel, regulamentos de voo e procedimentos de controle de trânsito aéreo, meios de busca e salvamento, informação relativa à superintendência, como mapas e carteiras de aeronáutica, uma lista feita, inscrita ou impressa pelas regras em vigor, assim como outra informação de caráter urgente que não esteja junto às notas, junto às exposições da aeronave, incluso o estado do serviço e o funcionamento das ajudas visuais da aeronave.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

V. Sa. saberia declinar os nomes dos inspetores da DGAC que procederam à fiscalização do voo da LaMia no Aeroporto de Santa Cruz da La Sierra? O nome dos inspetores.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não saberia dizer quem estaria no noturno nesse dia, porque nós temos várias sessões, vários departamentos que cumprem a função durante essas 24 horas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – DGAC eu estou dizendo. Não é Aasana; a DGAC. Também não saberia?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Da DGAC eu não saberia te dizer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

V. Sa. confirma que os inspetores da DGAC não deveriam ter permitido a decolagem da aeronave sem que houvesse a correção das informações contidas no plano de voo? A decolagem.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. confirma que apenas o despachante da LaMia teve ciência das suas observações durante o período em que a aeronave esteve no Aeroporto de Santa Cruz de La Sierra?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. confirma que as situações semelhantes ao voo do LaMia, quando eram detectadas, sempre foram corrigidas pelas outras companhias aéreas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. teve conhecimento...

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – ... receberam as linhas aéreas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá.

Para encerrar, a última pergunta minha aqui: V. Sa. teve conhecimento de que apólice estava paga? A apólice de seguro. A apólice de seguro V. Sa. tomou conhecimento se estava paga ou não?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não tenho conhecimento da documentação e nem da licença do seguro. Nenhum tipo de conhecimento. Somente a DGAC que tem esse conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Teria que ter ou tinha conhecimento?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, eu não tenho. A DGAC que tem. Não é da minha competência, é somente da DGAC.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Independentemente da competência de V. Sa., V. Sa. tem conhecimento de que a DGAC teve conhecimento de que a apólice estava paga ou não?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Presidente, eram essas as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Quero pedir a compreensão dos senhores membros da CPI... Na inscrição aqui, o primeiro inscrito é o Senador Kajuru, o segundo é o Senador Esperidião Amin.

Eu quero fazer uma indagação à senhora, D. Celia.

A senhora sofreu ameaça e sofre ameaça? A senhora tem condições de dizer... A senhora imagina quem é que a está ameaçando ou a senhora tem clareza sobre quem a está constrangendo e ameaçando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Em princípio, a semana, nos meses do acidente, me chegavam mensagens no meu celular, o qual eu tive que trocar e deixar, para que eu não seguisse recebendo essas ameaças.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E a senhora sabe de quem essas ameaças eram... A senhora conseguiu identificar de quem eram?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, eu recebia de pessoas que apoiavam a Chapecoense, familiares, amigos, eles me escreviam através do WhatsApp, mensagens, SMS... Eu entendia as dores, eu entendia a confusão, eu entendia que eles não sabiam qual era o meu trabalho, tudo era confuso nessa época. Não se sabia a verdade a respeito da minha pessoa, da minha função, então, tudo acabou caindo sobre mim, e eu entendi muito. Eu nunca respondi. Eu só pedia para que tudo fosse acertado, em nome de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria perguntar: como é o nome do seu advogado, que a está assistindo aí, que está ao seu lado? (*Pausa.*)

O nome do advogado. Por favor. (*Pausa.*)

Como é o nome dele?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Rafael Vitor Villagra.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Essas ameaças que a senhora recebia eram na língua portuguesa ou em castelhano? Espanhol?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Havia em espanhol, como também havia em português.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu lhe pergunto agora: a senhora poderia ter feito diferente para evitar essa tragédia? A senhora poderia ter feito alguma coisa ou a senhora não poderia, na sua consciência? O que a senhora acha?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Acho que eu fiz o suficiente, porque eu observei, eu insisti nas minhas observações. Mas tudo é responsabilidade do piloto.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Diga-me uma coisa: na ocasião da sua prisão, em setembro deste ano, a sua defesa disse que o surgimento de novos fatos ocorridos, desde a época do acidente, poderia provar a sua inocência. Quais fatos seriam esses, não sendo de sua responsabilidade? A senhora poderia indicar quem foi o responsável pela tragédia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu não queria falar sobre quem é o responsável. Eu acredito que essa é a primeira vez que isso acontece de verdade comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Como é? Eu não entendi.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – É a primeira vez que eu estou aqui em Corumbá, eu nunca passei por isso na Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu não entendi ainda. Desculpe, mas eu não entendi. Os seus advogados dizem que conseguiram, que têm provas sobre a sua inocência por fatos novos. Que fatos novos são esses, por favor?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – O 10º Tribunal de Santa Cruz de La Sierra, aqui na Bolívia, determinou levantar todos os cargos e mandados de apreensão...

Onde está? Só um momento. Eu estou pegando a documentação. Só um momento que vão me entregar agora. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Izalci, atenção nisso. Atenção nisso que ela vai falar uma coisa nova.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Na data 13 de maio de 2021, o 10º Tribunal de Sentença do Distrito Judicial de Santa Cruz, Bolívia, deixou em seu aspecto todas as medidas e pilares, como datas de apreensão a cargas, entre outros. O prefeito... Da revelia e foi aceitado solicitar ao Tribunal. Portanto, na Bolívia, na data de hoje, eu sou uma cidadã que goza de liberdade irrestrita e de garantia plena para me defender e mostrar minha total inocência, a cargo justamente do que estou sendo acusada, relativamente, precisamente ao acidente desta aeronave e junto à LaMia. O advogado também apresentou o informe final e está preparando toda a minha defesa, essencialmente junto com o informativo final do acidente da LaMia aqui na Colômbia, onde eles declaram que eu atuei de maneira adequada.

Ela está mostrando o informe.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Eu queria que a senhora enviasse para a CPI essa documentação. O.k.? Compreendido? Pedir para o advogado fazer o envio à CPI.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Através do meu advogado, eu vou enviar este documento para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Senador Kajuru, V. Exa. tem a palavra por dez minutos.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Assim irei fazê-lo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Querido Jorginho Mello, nem preciso desse tempo todo. O Senador Izalci Lucas, o Relator, foi mais uma vez impecável em todos os questionamentos, e agora o senhor fez o mesmo.

Eu entendo que é aquela velha frase, quando você culpa o sofá.

O caso da Sra. Celia é mais ou menos aí, culparam essa senhora, que me parece inocente.

E eu gostaria de insistir na colocação que o Presidente Jorginho fez.

Sra. Celia, a senhora tem medo de voltar à Bolívia?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Celia.

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não, eu já fui, já me apresentei à Justiça, já fiz duas audiências, nas quais eu tenho entendido que, por ausência das pessoas que têm me acusado, eu não tenho problema.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Sra. Celia, a senhora se considera inocente?

E poderia dizer à gente quem, além do piloto, realmente deveria estar aí no seu lugar? Ou seja, presa?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu sempre me declarei inocente e eu estou mostrando e sempre demonstrei. Quem deveria estar aqui no lugar dos acusados é a tripulação, o piloto, os donos da linha aérea e toda a parte operacional que manejava a linha.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Perfeito.

A senhora colocou, então, quem deveria estar aí no seu lugar e não está e a senhora já, há quase cinco anos, vivendo essa vida.

A senhora falou várias vezes sobre o piloto. Por gentileza, o nome do piloto qual é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Capitão Miguel Quiroga.

Eu não o conhecia, não tenho certeza do nome completo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Capitão Miguel Quiroga?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Miguel Quiroga Murakami.

Eu não o conhecia.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Perfeito.

Obrigado, senhora; obrigado, Presidente Jorginho.

Entendo que esse piloto deverá ser convocado por nós e não a gente insistir nessa situação em que, eu concordo plenamente com o senhor da inocência dela e, dos verdadeiros culpados e tubarões, a gente ainda não ouviu.

O Senador Relator Izalci já tinha também o nome do piloto. Eu só não sei se aqui a CPI entende que ele deveria ser convocado.

Será convocado?

É isso?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Senador Kajuru, o piloto faleceu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Ah, o piloto que ela culpa faleceu?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É, o piloto morreu no acidente.

Ele não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – É um dos sócios.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É um dos sócios, aquele que a gente ouviu aquela fala dele. Na última frase, ele disse: "Meu Deus!"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Sócios entre aspas.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – E aí, no que tange a esse momento em que ouvimos tudo o que poderíamos ouvir dela, para o Presidente, para o Relator e para o querido Amin, a quem que a gente deveria chegar agora depois de tudo que ela falou?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nós vamos ouvir agora, Senador Kajuru, o Senador Esperidião.

Nós vamos... Eu acho que com o depoimento dela, os documentos que ela vai mandar nos informando de novas provas que ela tem, a gente avança efetivamente para conseguirmos chegar nos verdadeiros responsáveis e em quem tem responsabilidade com a indenização, que são as companhias de seguro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Perfeito.

Só rapidamente, então, Presidente Jorginho...

Sra. Celia, a senhora respondeu aqui a todas as perguntas que deveriam se fazer à senhora? Ou a senhora tem mais coisas para dizer sobre essa tragédia, e que ainda não disse?

O SR. CELIA CASTEDO MONASTÉRIO (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Não tenho mais nada a dizer. Simplesmente, eu queria agradecer a todas as autoridades do Brasil que me apoiaram, que me ouviram e que me têm convidado a ficar aqui neste País. Eu me senti sempre protegida aqui. Muito obrigada pela ajuda.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Obrigado.

Obrigado, Presidente Jorginho. Estou satisfeito e ansioso para ouvir o que pensa o Senador Esperidião Amim.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Concedo a palavra agora ao Senador Esperidião Amin por dez minutos.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Eu acho que nós tivemos uma reunião produtiva até agora. Queria cumprimentar o Senador Izalci pelo esforço didático que fez de, em ordem cronológica, ordenar as perguntas; cumprimentar o nosso querido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Kajuru e dizer que hoje ele vai receber graças, sim, da padroeira do dia, Santa Catarina de Alexandria, que é a padroeira do nosso Estado. O senhor, Senador Izalci, a Senadora Leila, que esteve aqui até para justificar a sua momentânea ausência – está presidindo uma sessão muito importante no Congresso –, o Senador Jorginho, o Senador Dário Berger, que é o nosso Vice-Presidente, acho que todos hoje estamos prestando contas das nossas ações para Santa Catarina de Alexandria.

E eu queria dizer para a D. Celia um complemento à pergunta do Senador Kajuru. Eu tenho brevê de planador. Tenho um pouquinho de conhecimento do que é um plano de voo, também um pouquinho de conhecimento do que é o papel do ordenador do voo. Se comparar com a Fórmula 1, quem é que dá a largada para o começo de uma corrida? Está faltando o nome deste, porque o que dá a largada verifica se a ordem do *grid* da largada está correta, se alguém que tinha que pagar alguma penitência voltou para trocar o pneu ou o motor ou pagar uma penalidade.

Então, tudo indica que a senhora não tinha a bandeira na mão. Nós queremos saber quem é que pode impedir o voo, porque, se uma inconformidade, uma incongruência, uma pedra, um caco, por exemplo, no volume de combustível para o padrão daquele voo, com a margem que a segurança internacional – aí é Iata, não é? – preconiza, se isso não está cumprido, a bandeira não pode ser baixada. E o que se percebe pelo seu esforço de dizer: "Olha, não está certo, tem que voltar", e a insistência do despachante, que também não tem a bandeira na mão dele; pelo contrário, ele é o representante do piloto que quer largar, mas a bandeira não está na mão dele, pode estar o acelerador no pé do piloto... Então, quem dá a largada e quem pode segurar a bandeira para a largada – não estou falando da corrida; aí há outros componentes –, sobre isso a senhora não nos disse quem era. E eu queria lhe dizer...

O SR. CELIA CASTEDO MONASTÉRIO (*Por videoconferência.*) – Para dar início a isso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só um minutinho, só um minutinho!

Eu queria lhe dizer que nós não queremos apenas identificar a responsabilidade. É que desta identificação deriva uma série de procedimentos jurídicos, inclusive no plano internacional, que nós queremos, para que aquelas mensagens em português que a senhora recebeu, que naturalmente eram a expressão da dor, sejam... Os que eventualmente até se excederam nesse momento possam ser, ao menos, confortados.

Finalmente, eu confio muito na consciência das pessoas. Você pode se afastar do parente mais íntimo, mas ninguém conseguiu ainda se afastar da própria consciência; ela dorme conosco, sonha conosco, nos traz pesadelos, às vezes, mas ninguém conseguiu alugá-la. Então, eu lhe faço um apelo humano para que a senhora nos ajude a encontrar o órgão e quem sabe até os possíveis responsáveis pela bandeirada de largada de um voo que tinha um caco de vidro dentro. Qual era o caco? O caco era a fragilidade da segurança do abastecimento do avião, acrescido do fato, para concluir, de que, já no voo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seleção da Argentina, tinha havido uma perigosa proximidade com o limite, pelo que consta desse somatório de informações.

Então, eu complemento com isso a pergunta do Senador Jorginho Mello, do Senador Kajuru – eu não estou fazendo uma pergunta nova –: nos ajude a achar o dono da bandeira, ou melhor, a pessoa que tem a responsabilidade da bandeirada.

E louvo, mais uma vez, a disciplina e o trabalho muito meticuloso desenvolvido – coisa de contador, não é? – pelo nosso Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senador.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só um detalhe importantíssimo aqui que eu queria levantar, e eu perguntei, mas acho que precisa ficar mais claro. Lógico, se alguém soubesse, ou alguém tivesse comunicado que a apólice estava com problema, não teria acontecido o voo. Então, fica claro e V. Sa. deixou claro que não tinha conhecimento. Então, é evidente que ela só decolou, porque tacitamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desculpa, ela deixou claro que isso não fazia parte do manual dela.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, mas o que eu quero deixar claro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, fazia parte do manual de outro. É este outro que nós...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, mas, se as seguradoras, resseguradoras tivessem comunicado que teria algum problema da apólice, o avião não decolaria.

Então é só para deixar claro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A bandeira estaria aqui, ó.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente. Por isso é que ela disse, eu perguntei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se por inadimplência ou pela questão... Inadimplência que o segurou pelo problema do combustível... Houvesse a comunicação, a bandeirinha....

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente. É só para deixar claro porque o mais importante...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... não seria manobrada por ela.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É.

O mais importante para nós aqui, que é o objetivo principal desta CPI hoje... É lógico que a Justiça vai cuidar da... mas a gente quer, inclusive, resolver essa questão da indenização. São cinco anos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está fazendo agora, segunda-feira, cinco anos que eles não recebem isso.

E está claro, e ela manifestou que não tinha conhecimento. Obviamente estava autorizado, porque senão a própria resseguradora ou a seguradora teria comunicado: "Olha, não pode porque não tem seguro". Então ficou claro pra nós aqui – e ela confirmou – que não havia nem conhecia essa questão da apólice. Então, é só pra deixar isso claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Senador Presidente, eu percebi daqui, embora com a minha visão um pouco debilitada, que ela gostaria de falar sobre as palavras aqui bem colocadas, como sempre, pelo Senador Esperidião Amin.

Sra. Celia, a senhora gostaria de falar sobre as colocações feitas aqui pelos nossos companheiros?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Para dar início, como nós fazemos aqui e registramos nos nossos registros o exemplo que você diz. Por exemplo, no carro de carreira de Fórmula l, o piloto... É diferente: eles têm que registrá-lo num lugar onde têm que estar todos os dados do carro, qual é a sua potência, a força, o combustível, o piloto tem que estar a cargo desse carro mecânico, tem que ter uma capacitação como na aeronáutica, com licença atualizada. Então, primeiro se começa por intuição, e aí nós temos um responsável que inscreva ele e que deixe isso sem falhas. Essa autoridade, então, na nossa aviação é a DGAC. E agora temos um momento na carreira, quando nós vamos abaixar a bandeira e começar, nós temos os inspetores, nós temos os mecânicos, todos os pilotos, nós temos uma pessoa que tem que ver a segurança desse... do trajeto desse avião. Os inspetores têm que verificar se tem o caminho limpo, se não tem nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no caminho. Como eu disse, como vem em primeiro no carro, nós temos o piloto, então tudo tem que estar limpo, tudo tem que estar... dos inspetores têm que realizar pra verificar, pra que cada carro, pra que cada piloto esteja correto, se ele tem licença, se ele tem seguro. E essa autoridade máxima na nossa carreira, na aeronáutica, seria a DGAC. O principal órgão responsável, uma vez quando deu a largada, seria o piloto do carro, porque se requer que qualquer parte esteja plena, esteja funcionando. Então, o piloto é o responsável, como se ele estivesse a bordo do avião. É ele que tem que verificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero pedir a atenção do Relator e dos Senadores. Eu vou permitir que a Dra. Graziele Lopes, advogada da Chapecoense e de algumas famílias, faça duas perguntas à nossa interrogada.

Por favor, a senhora tem a palavra.

A SRA. GRAZIELE BERNARDES LOPES (Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Na verdade, eu vou fazer apenas uma pergunta, porque a outra pergunta já foi satisfeita por um questionamento do Senador Esperidião Amin.

Sra. Celia, agradeço antecipadamente a sua colaboração; agradeço a todos os presentes na Comissão por darem essa oportunidade de voz à Associação Chapecoense de Futebol e também às famílias, aqui representadas por mim.

A senhora mencionou aqui no depoimento que a Aasana e a senhora faziam esse apoio documental, com relação aos documentos do voo, à regularidade dos documentos. E muito se falou do plano de voo. A minha pergunta é com relação à documentação relativa à apólice de seguro do voo: se a senhora fazia essa análise da apólice de seguro, ou seja, se a apólice estava vigente, se a cobertura geográfica estava correta... Se essa análise não era feita nos documentos que a senhora analisava, alguém dentro da Aasana fazia essa análise documental ou ela estava a cargo exclusivamente da DGAC? Porque... Até, se a senhora puder explicar melhor, com relação aos documentos da aeronave, da companhia aérea, quais documentos estariam comprometidos em relação a alguma irregularidade na apólice de seguro?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – A minha função se passa no tráfego aéreo. Eu não tenho nada de reconhecimento de apólice de seguro, licença ou qualquer coisa que é apresentada pela linha aérea referente à aeronave ou à segurança. Quem tem conhecimento de toda essa informação é a DGAC, porque eles vão inscrever essa aeronave, e, para fazê-la operável no País, a DGAC tem que seguir toda essa documentação para poder regulamentar essa linha aérea.

A SRA. GRAZIELE BERNARDES LOPES – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dra. Graziele, pode perguntar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GRAZIELE BERNARDES LOPES – Então, apenas mais um questionamento.

Eu sei que já foi perguntado aqui massivamente com relação a essa questão da responsabilidade da Aasana e da responsabilidade da DGAC, porém, a legislação aeronáutica boliviana traz uma responsabilidade de danos para a Aasana com relação a qualquer dano em relação a pessoas, aeronaves. E a legislação aeronáutica, inclusive, fala que essa responsabilidade da Aasana somente seria afastada se a entidade demonstrasse que praticou todos os atos suficientes para evitar o dano.

A minha pergunta é... E aí tem "n" dispositivos na legislação aeronáutica que trazem essa responsabilidade da Aasana junto com a DGAC. A minha pergunta é: se a senhora realmente mencionou que tinha que apontar esses equívocos, essas observações para o despachante ou para o piloto e que essas informações não deveriam ser direcionadas para mais ninguém, quem... Repito, eu sei que isso já foi muito perguntado, mas, se existe essa responsabilidade da Aasana, quem na Aasana responde, então, por eventuais inconsistências em um voo, já que ela responde junto com a DGAC perante qualquer dano que venham a sofrer pessoas, vítimas, no caso de um acidente aéreo?

A SRA. CELIA CASTEDO MONASTERIO (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – A Aasana é responsável pelo controle de tráfego aéreo, a não ser que a Aasana faça um outro serviço de tráfego aéreo, aí, sim, poderia ser a Aasana culpada, porque um controlador aéreo, ao fazer essa função de voo em circuito ou, por exemplo, tenha um acidente entre aeronaves por mal controle no ar e/ou durante a aterrissagem na terra... Então, a Aasana faz esse controle de tráfego aéreo, aí, sim, se ela tiver cometido uma falha, poderia, sim, ser da Aasana.

Muitas vezes, os pilotos, no ar, cometem muitas falhas e o que nós estamos mostrando nas gravações, em toda essa documentação é que isso não é da Aasana, isso são os pilotos que cometem as falhas. Mas eu gostaria de declarar que aqui parece que tem uma pequena confusão. A DGAC é a que fiscaliza, autoriza e a Aasana mesmo não fiscaliza. Nós temos cursos atualizados, equipes atualizadas e nós temos exames referentes, a cada três meses, aos nossos circuitos que nós temos que trabalhar. Ela é a autoridade máxima, a DGAC.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu quero só quero aproveitar a oportunidade, Senador Kajuru... Lógico, a gente vê claramente que a DGAC é a grande responsável. E, pelo que eu disse aqui no material, quem era o responsável pelo DGAC foi uma indicação, era filho do general. Então, só para alertar que políticas públicas... Aqui, no caso, nós temos aqui essa PEC 32, da reforma administrativa, para dizer que determinadas funções têm que ser carreira de Estado, não podem ser indicações políticas, exatamente o que a gente percebe que aconteceu. Porque tudo isso que foi perguntado... A DGAC é que tem toda a responsabilidade de fiscalizar isso, aquilo e tal. Consequentemente – e para ficar claro, que é o que nós o que nos interessa aqui –, em nenhum momento foi alertado que não havia seguro ou se tinha problema de seguro, não. Decolaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normalmente, até porque ainda tinha uma parcela a vencer, não foi rescindido nada. Então, é claro, nítido que as seguradoras e a resseguradora têm que indenizar claramente essa questão.

Então, a princípio, eu queria registrar isto, que é o que nós queremos: indenização aos familiares das vítimas do acidente. É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A Dra. Graziela teve a oportunidade de fazer a manifestação autorizada por esta Presidência.

Senadora... Vejo agora adentrar a nossa Senadora Leila e eu consulto a V. Exa. se deseja perguntar alguma coisa à Sra. Célia, que está aqui disponível, colaborando com esta CPI.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente Jorginho, Presidente desta CPI, Relator Senador Izalci, colega Kajuru, enfim, o Senador Esperidião com certeza esteve aqui, mais o Nelsinho, eu peço desculpas a vocês, porque eu estava comandando uma sessão solene conjunta do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, então não deu para participar da reunião de hoje, mas, assim, a minha assessoria acompanhou e disse que todos os questionamentos que a nossa equipe havia construído, de certa forma, os nossos colegas aqui, tanto o Kajuru como o Relator Izalci, já fizeram.

É só para externar mesmo o meu alívio por termos retornado o trabalho dessa CPI, sob o comando de V. Exa. e também da relatoria do Senador Izalci. E na expectativa de que todo esse trabalho que iremos concretizar aqui, nas próximas semanas, espero, que a gente consiga de fato dar uma resposta principalmente para as famílias, porque as vidas perdidas... A gente já sabe que esse sofrimento... Claro, tem a torcida da Chape, tem a direção, tem Santa Catarina, tem o Brasil, porque eram vidas, eram jornalistas, eram atletas, as famílias também. Todo mundo sofreu muito com essa história, com essa tragédia. E nós temos a obrigação de trazer respostas e solução.

Então, dizer a vocês que eu me junto a vocês nessa luta, como representante da Bancada Feminina também aqui dentro desta CPI, para que façamos justiça para essas famílias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Presidente, só rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Professora Graziele, eu preciso falar com a senhora depois.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Presidente, é rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Só um pouquinho de humor na vida triste que a gente vive todo dia.

Senadora Leila Barros, eu quero corrigi-la. Por favor, não me chame de colega, eu não sou seu colega, eu sou seu irmão.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Verdade. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senador Kajuru.

Senador Izalci, com V. Exa. como Relator, eu gostaria, depois, de falar um pouquinho, administrativamente, para que a gente possa ver as próximas convocações. E também com a advogada da Chapecoense, que está aqui, a Graziele, eu quero trocar duas palavras depois sobre uma reunião com quem representa as famílias, principalmente, e a Chapecoense, para que a gente possa fazer um contato.

Eu fui procurado ontem por um advogado que faz parte da defesa da companhia de seguro e falando de proposta que já fez e está à disposição... Para consultar então. Nós precisamos sentar e consultar, para ver o que a gente pode fazer de forma conjunta, está bom?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Certo.

Presidente, eu só quero, mais uma vez, aproveitando, e toda reunião eu farei isso, dizer que a solução dessa questão passa pelo Governo. Nós já convocamos o Presidente da Caixa Econômica Federal. Não aprovamos o requerimento da Petrobras a pedido da assessoria da Petrobras dizendo que iria contribuir. Mas precisamos buscar um entendimento com o Governo Federal para a gente ter um... Não tem sentido, e ficou claro isso aqui, a questão do seguro. Está provado, está muito claro que é devida a indenização. Então, quem garante a Petrobras, quem garante a Caixa Econômica... Mesmo que tenham sido feitos por licitação os seguros das plataformas, etc, quem garante que essa resseguradora vai cumprir, já que não cumpriu até agora a Chapecoense?

Então, eu peço a V. Exa., Presidente da Comissão, juntamente com os Senadores da base do Governo, que busquem também, para a gente fazer um entendimento rápido com o Governo Federal, principalmente a Caixa. Eu acho que o próximo deveria ser já a Caixa Econômica, porque já foi aprovado o requerimento. Mas podemos fazer a reunião administrativa para definir isso em conjunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Eu quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 8ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. E a ata está aprovada.

Não havendo mais nada neste momento, eu agradeço a presença de cada um e está encerrada a nossa audiência pública.

Agradeço à Sra. Celia, ao seu advogado Dr. Rafael Vitor Villagra por essa manifestação e saiba, Sra. Celia, que nós estamos aqui todos imbuídos de fazer justiça com esse caso, que nos causou um impacto muito grande. Tudo o que a senhora precisar... proteção, eu sei que a senhora está tendo das autoridades.

Nós desejamos à senhora proteção e, acima de tudo, proteção divina, para que a senhora consiga ficar firme e forte para fazer a sua defesa e, efetivamente, nós responsabilizarmos quem de direito, quem foi realmente – como diz o Senador Amin –, quem que estava com a bandeira erguida e baixou a bandeira para que o avião pudesse levar a nossa querida Chapecoense, que se foi.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia oito de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Paulo Rocha, Leila Barros, Vanderlan Cardoso e Eduardo Braga, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva do Sr. Robert Wilson. Oitiva do Robert Wilson, Diretor de Subscrição da Chubb Global Markets, em atendimento ao requerimento 36/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello

Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Muito bem. Muito bom dia.

Quero cumprimentar, saudar todos os Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhores representantes da família Chapecoense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, a comissão técnica e a diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar os motivos pelos quais os familiares ainda não receberam suas devidas indenizações.

A presente reunião, nos termos do Requerimento 36/2021, da CPI da Chape, tem por objetivo promover a oitiva do Sr. Robert Wilson, Diretor da Subscrição da Chubb Global Markets. Esclareço que o depoente substitui o Sr. Leandro Martinez, Presidente da Chubb Brasil, conforme pauta publicada.

Na oitiva, que será realizada por videoconferência, a palavra será inicialmente franqueada ao depoente para realizar sua exposição por dez minutos – prestando atenção a esse prazo. Após, farão uso da palavra o Sr. Relator, Senador Izalci, este Presidente e os demais membros da Comissão, por ordem de inscrição, pelo tempo de dez minutos.

Sr. Robert, V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber ou do que lhe for perguntado? (*Pausa.*)

Por favor, Sr. Robert.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Olá!

Consigo ouvi-lo claramente, mas não recebo a tradução.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Como é que é?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber ou do que lhe for perguntado?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – I do.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim.

A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203.

V. Sa. tem a palavra por dez minutos.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Gostaria de pedir que a tradução fosse moderada, num ritmo moderado, para facilitar aqui o entendimento do Sr. Relator e de todos os Srs. Senadores.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor pode falar, por favor, pelo tempo de dez minutos.

O SR. ROBERT WILSON (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – O.k. Obrigado.

Eu acho que vocês receberam uma declaração por escrito e eu gostaria de reiterar os pontos nesse texto, porque a Chubb está disposta a apoiar o Líder de Subscrição, apoiar as famílias das vítimas do acidente investigado por esta CPI, dentro dos limites do seguro. A Chubb já pagou US$280,4 mil para o fundo humanitário e está preparada para pagar US$281.250, até o limite, para apoiar essa iniciativa.

A Chubb nunca negou ou disputou a responsabilidade com relação ao seguro contratado e trabalha com a Tokio Marine para achar formas de compensação adequadas. A parte do risco da Chubb é relativamente pequena. Ela não é um parceiro que toma decisão com relação à subscrição desse risco ou a como lidar com as declarações. Eu acredito que o texto que eu comentei – já devem ter lido – resume muito bem a posição da Chubb nessa questão.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Som!

Por favor, é isso que V. Sa. quer falar? Não quer falar pelos dez minutos? Não tem mais assunto?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Eu não acredito que tenha algo a adicionar a essa declaração bem simples, mas é claro que eu estou feliz em responder a qualquer pergunta que os senhores tenham.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Passo a palavra, então, ao Relator, Senador Izalci. Já recebemos esse documento desses cinco itens que V. Sa. aponta e já vai ser anexado, juntado a todo o processo da CPI. Determino à assessoria que faça a juntada.

Com a palavra o Senador Izalci para fazer os questionamentos como Relator desta CPI.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado.

Eu pediria para colocar logo o eslaide nº 1. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, oitiva do Sr. Robert Wilson, que é o Diretor de Subscrição da Chief Underwriting Officer.

De acordo com os últimos documentos encaminhados e acostados aqui aos autos da CPI da Chapecoense, a Chubb Seguros Brasil S.A. participa como segurador ou cossegurador de cinco apólices firmadas junto à Petrobras.

Eslaide 2, por favor.

Nós temos aí, então, a participação. Segurador e ressegurador são cinco com a Petrobras.

Eslaide nº 3.

Bem, o detalhe da primeira apólice: Responsabilidade Civil Geral (RCG). A vigência vai até 30/11/2022. O líder segurador é a Tokio Marine Seguradora S.A., que tem a participação de 60%. Os demais seguradores, como a Chubb Seguros Brasil, têm a participação de 40%. Prêmio total de R$33,84 milhões. Limite de garantia: US$250 milhões.

Eslaide 4.

A outra apólice numerada. Risco de Transportes. Também vai até 30/11/2022, com a participação de 50% da Chubb Seguros e as demais seguradoras: Tokio Marine S.A., 15%; a Mapfre Vera Cruz, 35%. Total do prêmio: R$12,27 milhões. O limite de garantia: US$180 milhões por veículo/embarque e/ou acumulação. A importância segurada é de US$227,27 bilhões.

Eslaide 5.

A terceira apólice, a 16.56, tem o número também de Responsabilidade Civil do Transportador Aquaviário (RCA), vigente de outubro de 2021 até abril de 2023. A Chubb tem a participação de 40%. As demais seguradoras, Tokio Marine S.A. e a Mapfre, cada uma com 30%. O prêmio total: R$1,06 milhões. O limite de garantia: R$450 milhões. A importância segurada: R$2,25 bilhões.

Eslaide nº 6.

Quarta apólice, também UPGN, do Comperj, de junho de 2021 a 24/10/2022. A Chubb, nesse caso, tem a participação de 60%; a Tokio Marine, 40%. O prêmio é de R$19,55 milhões e o limite de garantia, a importância segurada: US$2,39 bilhões.

Eslaide 7.

Detalhe da quinta apólice – próximo –, a 01.34, é a Plataforma P-71, também de maio de 2014 vai até junho de 2021. Nesse caso, a vigência já... A seguradora Chubb tem 50%, tinha; a Mapfre, 35%; a Tokio Marine, 15%. O prêmio era de R$23,28 milhões. O limite de garantia (responsabilidade civil): US$50 milhões. Importância segurada (danos físicos): US$2,16 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, conforme documento encaminhado pela Petrobras no início de 2020, antes da suspensão dos trabalhos da CPI da Chape, a Chubb Seguros do Brasil ainda participava, naquela oportunidade, em mais duas apólices, como segue.

Eslaide nº 8.

A Chubb tinha participação ali, o risco operacional, com 50%, a Tokio Marine com 10, e a Mapfre com 40. E o cinco, a P-70, risco de engenharia, a Chubb tinha 50%, Tokio Marine 15, e a Mapfre 35.

Registre-se, conforme a nota técnica da Petrobras, que os contratos de seguro firmados pela companhia visam segurar unidades de produção da companhia, engenharia de obras, atividades de transporte e garantir a responsabilidade civil do transportador aquaviário da Petrobras perante terceiros, relacionados à sua atividade empresarial, e foram celebrados em conformidade com as leis vigentes, sobretudo a Lei 13.303, de 2016, a Lei das Estatais.

Ante esse exposto, então, no eslaide 9 – pode colocar –, eu pergunto... Pergunto a V. Sa.: desde quando a Chubb Seguros do Brasil atua no mercado securitário brasileiro? Desde quando? (*Pausa.*)

Sr. Robert...

O SR. ROBERT WILSON (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Eu não tenho certeza de que eu sei a resposta para essa pergunta. Eu estou aqui respondendo em nome da Chubb Ltda., e não consigo comentar sobre as atividades da Chubb Brasil especificamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, nós estamos aqui em uma CPI. A CPI é exatamente para apurar aquilo que nós entendemos e que é o nosso objetivo: esclarecer, apurar, verificar, não é?

E posso lhe dar um argumento forte: se a Petrobras, que é uma empresa brasileira, fez diversos seguros, não só com a empresa de V. Sa., mas com outras seguradoras e resseguradoras, e, em um acidente como o da Chapecoense, houve o sinistro e não houve o ressarcimento, quem garante – quem garante? – que a Petrobras será ressarcida com essa apólice que ela fez? É simples assim. O que nós queremos saber é até que ponto as seguradoras e resseguradoras de fato cumprem os seus compromissos ou os seus contratos. Por isso é que eu estou perguntando.

Essa é a primeira pergunta – nós faremos diversas perguntas. E a primeira é muito simples: só quero saber quando a Chubb Seguros do Brasil S.A. atua no mercado securitário brasileiro, desde quando? Desde... Bem, essa resposta é de V. Sa.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Obrigado pela pergunta. Eu não sei, mas posso descobrir facilmente. Eu vou reafirmar meu ponto original com relação à apólice da Chubb.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos dispostos a apoiar a Tokio Marine, a chegar a um acordo com as famílias; e já pagou uma grande proporção do seu limite para o fundo humanitário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Na prática, durante o início desta CPI, o Presidente perguntou a V. Sa. se V. Sa. estaria disposto a dizer a verdade daquilo que sabe com relação a tudo isso.

Essa é uma pergunta importante até para a gente verificar.

Eu sei que em 2014 foi celebrada uma apólice com essa que foi dita aqui, a quinta apólice, da plataforma P-71, junto à Petrobras. Lógico, junto à Petrobras eu não tenho nenhuma dificuldade de buscar informações, mas eu acho que não é uma pergunta que pode comprometer ninguém aqui. Não sei... Mas, se uma pergunta dessa não pode ser respondida, não adianta nem eu perguntar as demais, que são mais detalhes, não é?

Há alguma dificuldade em responder quando a empresa de V. Sa. atua no mercado brasileiro? Isso pode comprometer em alguma coisa a empresa, responder desde quando?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Eu não acredito que comprometeria a empresa, de forma alguma, responder isso, mas eu não tenho envolvimento com as operações da Chubb no Brasil. Podemos descobrir quando a empresa começou a atuar aí e enviar a resposta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo. Então, eu agradeço e peço a V. Sa. que, quando puder dar essa informação, que a encaminhe, por favor, aqui à CPI para que a gente possa registrar essa informação.

Bem, para além da Petrobras...

Pois não.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Seria meu prazer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Para além da Petrobras, a Chubb Seguros do Brasil mantém ou manteve apólices de seguro com quem mais aqui da administração pública? Foi só com a Petrobras ou tem outras instituições públicas no Brasil? Tem conhecimento?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Eu não tenho nenhum envolvimento nas operações da Chubb Brasil. E, novamente, podemos descobrir a resposta para a pergunta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Precisamos dessa informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à Petrobras, desde quando a Chubb Seguros do Brasil mantém relação securitária com a companhia? E com os demais clientes da administração pública?

Também V. Sa. não tem esse conhecimento agora. Pode nos informar depois?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Sim, com certeza, mandaremos a resposta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Vou fazer várias perguntas aqui, e talvez V. Sa. não tenha conhecimento imediato, mas nós gostaríamos de ter a informação.

Eslaide nº 10, por favor.

Qual foi a receita anual de prêmios de seguro da Chubb Seguros do Brasil nos últimos dez anos? Especificamente em relação à Petrobras, qual foi a receita anual com prêmios de seguro da Chubb Seguros do Brasil nos últimos dez anos?

Também é uma informação de que precisamos. Se V. Sa. puder assumir o compromisso de mandar, também seria importante. V. Sa. não conhece esse número ainda, não é?

Qual o valor...

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Sim, vamos descobrir essa informação para vocês e enviar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Qual o valor anual segurado pela Chubb Seguros do Brasil nos últimos dez anos? Desse valor, qual a participação de clientes públicos? As apólices da Petrobras responderam por quanto? Qual é o percentual, com relação às apólices de todo o atendimento aqui no Brasil; qual é o percentual da Petrobras?

E qual o valor do sinistrado assumido pela Chubb Seguros do Brasil nos últimos dez anos? Desse valor, qual a participação de clientes públicos? As apólices da Petrobras responderam por quanto?

Então, esses são dados que V. Sa. não tem aí, mas que gostaríamos de receber.

Documento recebido aqui pela CPI da Chapecoense revelou 12 novas empresas como responsáveis pelo seguro do voo da Chape. Tais companhias tentam na Justiça de Londres parar o processo de indenização que corre nos Estados Unidos. A indenização pode chegar a US$844 milhões, cerca de R$4,77 bilhões, segundo decisão do Juiz Martin Zilber, da Corte Estadual da Flórida, nos Estados Unidos. Portanto, a Tokio Marine Kiln não foi a única resseguradora do voo LaMia CP-2933. Os nomes das 12 novas empresas apareceram encabeçados pela Tokio Marine, na Inglaterra, para que o processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

aberto pela Justiça americana na Flórida fosse paralisado. No mercado de seguros, uma apólice pode ser dividida entre concorrentes, com percentuais diferentes entre elas. Caso as famílias das vítimas e sobreviventes ganhem o processo, as 13 empresas, incluída a resseguradora líder, a Tokio Marine, teriam de dividir a quitação da apólice. No entanto, ainda não está claro qual a porcentagem de cada uma das 13 empresas no resseguro da LaMia.

Registre-se que a própria corretora Aon também fez pleito na Inglaterra para que o processo americano fosse interrompido. A Aon afirmou que, como corretora, não seria sua atribuição pagar a apólice. Para as resseguradoras, a LaMia tornou o seguro inválido quando decidiu voar para a Colômbia. Pelo contrato, o país seria uma exceção territorial, e a LaMia não poderia ter decolado para lá. Ressalte-se que o valor do seguro caiu de US$300 milhões para US$25 milhões pouco antes de a LaMia passar a trabalhar com a equipe de futebol, o que deveria, na verdade, ter elevado o valor do seguro. O corretor da Aon Simon Kaye foi quem possibilitou as mudanças na última apólice de seguro.

Segue aqui o rol das resseguradoras que tentam paralisar o processo, no eslaide nº 11, por favor. Nós temos aí: Asta, Argo, Tokio Marine, Liberty Mutual, Starr, Canopius, QBE, Hiscox, Catlin, Chubb, Atrium, Agency e Beazley. Essas são as 13 resseguradoras que estão tentando paralisar o processo judicial.

Registre-se que a Tokio Marine criou o que chamou de "fundo humanitário" e ofereceu para cada família de vítimas US$225 mil, ou seja, R$1,27 milhão, com a condição de que esse seria o único valor devido pela empresa. Quem recebesse se comprometia a desistir de todas as ações judiciais abertas no Brasil ou em outro país.

Então, ante tudo isso – é o eslaide nº 12 –, eu pergunto... É o de nº 12, o eslaide 12. Qual o percentual do risco de resseguro assumido pela Chubb Underwriting Agencies no caso concreto ora investigado?

Em dólar quanto isso representa – o percentual de risco aí da resseguradora de V. Sa.?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – A Chubb tem uma posição que garante o resseguro de acordo com a parte não ativa ou que não esteve envolvida no processo de seguro e também não existe nenhuma obrigação que está definida no acordo. Não há envolvimento nenhum nesse processo, a não ser o apoio que damos na Tokio Marine para tentar chegar a um acordo adequado e pagar as quantias que foram solicitadas.

Para responder a essa pergunta específica, nossa parcela é muito pequena. Temos um 1,125% dos US$25 milhões, que é o limite. Isso corresponde a US$281.250.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o percentual do prêmio de resseguro repassado a Chubb em razão dessa apólice? Em dólar quanto isso representa? O percentual V. Sa. falou aí...

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Sim, eu posso informar a porcentagem. A porcentagem do prêmio seria a mesma que a porcentagem do limite, que é 1,125%. Eu não tenho a quantia em dólares no momento, mas podemos conseguir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Pois não.

Por que razão a Chubb aderiu ao pleito da Tokio Marine para tentar paralisar o processo de indenização aberto nos Estados Unidos?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – A Chubb não tem participação ativa, não é um participante ativo nesse processo. Estamos basicamente dando suporte ao mercado de Londres.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas V. Sa., a empresa de V. Sa. aderiu a este processo para paralisar o processo. Só me responde isto: houve essa adesão por parte de V. Sa., da empresa de V. Sa.?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – O contrato que a Chubb tem participado foi escrito de acordo com a lei inglesa, e nós não esperamos nenhuma disputa por conta disso na Corte inglesa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O eslaide nº 13, por favor.

Por que razão a Tokio Marine decidiu mudar de posicionamento alguns meses depois, visto que, logo após o acidente, declarou expressamente que iria arcar com as indenizações do seguro, conforme documentos acostados aqui nos autos da CPI da Chape? V. Sa. tem conhecimento de por que a Tokio Marine mudou esse posicionamento?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Sim. Essa não é uma decisão na qual a Chubb esteve envolvida. Não tenho conhecimento disto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

A Chubb participou dessa decisão de não indenizar as vítimas ou familiares das vítimas do voo CP-2933 da LaMia? Ou foi uma decisão unilateral da Tokio Marine junto às seguradoras Bisa? Vocês participaram disso?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – A Chubb está disposta e vai indenizar as vítimas de acordo com o fundo humanitário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por que razão a regulação do sinistro foi conduzida pela Tokio Marine e não pela seguradora Bisa? Seria porque a participação da seguradora Bisa era apenas uma exigência legal de se ter uma seguradora local no processo? Tem conhecimento disso?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Desculpe. O senhor poderia repetir essa pergunta, por favor?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por que razão a regulação do sinistro foi conduzida pela Tokio Marine e não pela seguradora Bisa? Seria porque a participação da Bisa era apenas uma exigência legal de ser uma seguradora local no processo?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Eu não creio que eu possa comentar quanto à relação entre a Tokio Marine e a Bisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. O.k.

Eslaide 14, por favor.

V. Sa. saberia nos dizer se a seguradora Bisa participou de fato das definições relativas à última apólice de seguro colocada para a companhia aérea LaMia SRL pela corretora AON?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não?

A Chubb participou da decisão de se constituir o suposto "fundo humanitário"? Se afirmativo – parece que sim –, como se deu a construção dessa ideia e por que motivos?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Nós damos apoio para qualquer esforço para indenizar e aliviar a dor das famílias, mas não nos envolvemos diretamente no processo de tomada de decisões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quando foi decidido construir esse fundo, a Chubb participou da reunião para chegar a essa conclusão – os valores e essa proposta – ou só foi comunicado pela Tokio dizendo que foi assim que foi decidido? Vocês participaram da decisão?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não; nós fomos informados da decisão, mas não participamos dela.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E concordou simplesmente, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. entende, como participante aí de resseguro, que é devida qual indenização para as vítimas aí? Qual o valor que a empresa de V. Sa. entende que é correto nessa indenização?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Então... Nós apenas estamos familiarizados com o limite da nossa política, que é o que estamos dispostos a pagar na apólice.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se definir que é um valor maior, V. Sa. entende que é devido e pagaria sem nenhuma dificuldade?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Sujeito ao limite da resseguração da qual participamos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. sabe qual deveria ser realmente o seguro correto? Porque foi feito aí um seguro... Tinha um seguro, depois foi feito um outro especificamente para esse voo. O que V. Sa. entende como correto, como justo para a indenização? Tem esse valor?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Como resseguro, não nos envolvemos muito nessa decisão em relação a quanto é coberto, quanto é vendido ou comprado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Coloca, por favor, o outro eslaide só para a gente ter uma ideia aqui.

Bem, aí tem a indenização, o fundo de assistência humanitária. Indenização por família, US$225 mil – 68... igual a US$15,3 milhões. Indenização por família, 367... E depende da apólice. Nessa primeira, o valor de uma apólice é de 25 milhões, previstos na apólice atual... Foi a última que foi feita. Tem a outra apólice de 50 milhões, que era o previsto no contrato, 50 milhões, o que daria, então, 367,6 mil por família, por indenização. E a apólice inicial, a apólice anterior, prevista na apólice anterior, era de 300 milhões, o que daria uma indenização de US$735,3 mil, o que daria indenização por família de US$4,4 milhões, pela última apólice, a anterior, a prevista na apólice anterior, o que daria US$4,4 milhões. Então, há a apólice de 300, a de 50 e a de 25. Quando começou toda a empresa, era de 300 milhões a apólice; depois, baixaram para 50 milhões; depois, para voo individual, botaram 25.

V. Sa. ou a empresa de V. Sa. teve conhecimento dessas variações todas das apólices?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Eu não estou ciente dessas diferenças e variações. E a Chubb, na posição em que se encontra, como mercado estrangeiro, é um consórcio que não tem atividade de seguradora, nem de resgate, de reclamações. Então, não temos todos os detalhes dessas informações o tempo inteiro, mas, como seguradora, estamos dispostos a pagar até o limite máximo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apólice. E nunca negamos a responsabilidade na política de resseguro e vamos apoiar a Tokio e todos os seus esforços para resolver isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pelo que eu entendi ou pelo que foi dito e eu estou entendendo, a empresa de V. Sa. estaria disposta a indenizar corretamente dentro da apólice inicial de 300 milhões, que era o inicial?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Então, a apólice que nós asseguramos como um participante não ativo, apenas acompanhando, US$25 mil, sendo 125% dessa parcela, estamos dispostos a chegar a essa quantia total.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A empresa de V. Sa. poderia explicar por que razão o valor proposto pela Tokio Marine para o suposto fundo humanitário se aproximou muito do valor estipulado pela Convenção de Montreal, que atualmente requer uma cobertura de US$15 milhões, ou seja, a indenização passou de 300 milhões para pouco mais de 15 milhões? V. Sa. entende que isso é correto? Acho até que não, pois V. Sa. está disposto, inclusive, a indenizar o percentual que compete a V. Sa. com a empresa, partindo do princípio, do correto que seriam 300 milhões. É isso?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Então, nós não estivemos envolvidos nessa decisão em relação a como são as quantias e a como o fundo é organizado. Então, não posso comentar quanto ao lado da Tokio Marine e suas atividades.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas V. Sa. sabe que existe uma divergência... É evidente que os atletas, as pessoas que estavam no voo não perguntaram, quando entraram no avião, quanto era a apólice, mas a apólice inicial, que se pretende cobrar, que é exatamente a que deveria estar vigorando, era de 300 milhões.

Houve alguma reunião discutindo isso entre os resseguradores? Nessas 13 resseguradoras, para discutir sobre isso, se eram 300, se eram 50, o valor a ser indenizado?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não.

Não nos envolvemos nesse processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para ficar claro para mim aqui que eu estou entendendo isso, a empresa de V. Sa., que tem o percentual de 1%, um por cento e alguma coisa, estaria disposta a cobrir esse percentual proporcional sobre a apólice de 300 milhões.

Se eu entendi bem, foi isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não, não está correto.

Estamos dispostos a pagar 1,125% dos US$25 milhões, que é o limite do resseguro que foi escrito da nossa parte.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, sim, o resseguro foi feito em cima de US$35 milhões, a apólice?

Porque eu tenho aqui...

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – US$25 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... uma apólice inicial de 300 milhões, depois a gente tem um outro aporte de 50 milhões e, depois, uma individual de 25 milhões.

Qual dessas apólices a empresa de V. Sa. participou?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Eu não tenho conhecimento dessas duas outras apólices. Nós participamos da de US$25 milhões que está no contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. poderia verificar se anteriormente, na apólice de 50 milhões ou na apólice de 300 milhões, a resseguradora tenha participado antes?

Eu sei que V. Sa. está falando da última, eu perguntaria se V. Sa. tem conhecimento de que nas anteriores, a de 50 e a de 300, V. Sa. participou com esse percentual também ou com um percentual diferente?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Isso é algo que eu teria que responder depois, porque eu não tenho conhecimento disso agora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu gostaria que V. Sa., então, se informasse e nos informasse aqui se nas apólices anteriores, na de 300 milhões e na de 50 milhões, a empresa de V. Sa. participou como resseguradora?

Se puder nos informar, agradecemos.

É importante essa resposta.

Eslaide 16, por favor.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Sim, irei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Chubb, como uma das resseguradoras, tinha plena ciência das tratativas feitas entre a corretora AON e a companhia aérea LaMia acerca da última apólice de seguro?

Pelo que eu entendi sim.

Nessa última, V. Sa. tem conhecimento que tinha ciência das tratativas feitas pela corretora e pela companhia aérea LaMia?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não está correto, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Nós estamos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deixa eu...

É porque há pouco V. Sa. disse que estaria disposto a pagar o valor que participou da apólice de 25 milhões.

Então, eu estou perguntando aqui como uma das resseguradoras tinha ciência dessas tratativas entre a corretora e a LaMia acerca dessa última apólice? Tem algum conhecimento de que foi acertado isso ou não?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Certo.

Por que razão, então, Simon Kaye, corretor da Aon, em vários momentos, declarou que iria levar o assunto "equipes de futebol" – que ele tratava dessa forma – ao resseguradores de Londres, conforme o documento que nós temos aqui, nos autos? O Simon era o corretor, e, quando foi questionado se poderia... A questão do voo. Ele disse: "Vou consultar as resseguradoras".

Em algum momento V. Sa. ou a empresa de V. Sa. foi perguntada sobre essa questão da equipe de futebol?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Todas as nossas atividades em Londres teriam sido realizadas pela Tokio, em nome desse consórcio, em nome das resseguradoras na verdade. E nós somos um consórcio com uma parcela muito pequena das ações. Então, nós não estamos envolvidos nessas discussões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Entendi. A Tokio Marine, então, é que praticamente decide essas questões.

V. Sa. sabe exatamente esse percentual desses 13? Qual era o percentual da Tokio Marine? Não?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Eu não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Se pudesse...

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Podemos verificar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Então, se vossa...

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Mas não é o tipo de informação a que eu tenho acesso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se V. Sa. puder verificar e nos informar, isso também pode nos ajudar.

A empresa de V. Sa. recebeu, em algum momento, informações sobre operações da LaMia, ou isso ficava apenas no âmbito da Tokio Marine? Parece que V. Sa. já respondeu que tudo isso, as operações todas eram com a Tokio Marine, que a participação de V. Sa. era pequena.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Só nas negociações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não entendi.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Todas as negociações foram com a Tokio Marine.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k., o.k.

Bom, seguem alguns registros colhidos nos autos daqui, da CPI, que comprovam que a seguradora Bisa, a corretora Aon e as resseguradoras de Londres tinham plena ciência das operações da companhia aérea LaMia, incluído o transporte de equipes de futebol da América do Sul, em especial para a Colômbia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O 17, por favor.

Em 28 de julho de 2015, Loredana Albacete informa a Simon, que é o corretor da Aon, que a LaMia recebeu autorização para uma companhia aérea *charter,* não regular. Questiona a Aon sobre qual seria a melhor forma de assegurar os riscos de uma operação como *charter,* não regular, e dá exemplos de que foram requisitados por um time de futebol para voar para três jogos no Brasil, e que também foram perguntados para outros três diferentes locais entre Paraguai, Brasil e Bolívia.

Em 29/07, Simon, corretor da Aon e principal negociador das apólices com a LaMia, informa a Loredana Albacete que irá conversar com os resseguradores sobre o transporte das equipes de futebol pela LaMia, pois eles poderiam ficar desconfortáveis devido aos altos pagamentos que teriam que fazer no caso de sinistro. Então, Simon disse isso, que teria que ter a concordância das resseguradoras, porque, no caso de time de futebol, o sinistro seria muito maior.

Eslaide 18, por favor.

No dia 15 de janeiro de 2016, a Loredana Albacete volta a falar com o Simon. Diz que ainda não tem condições de efetuar o pagamento das parcelas vencidas, o seguro 2015/2016, mas que gostaria de reativar a cobertura da aeronave CP-2933, uma vez que estão negociando dos voos para o Olimpia, do Paraguai (equipe de futebol). Loredana informa ainda que outros dois contratos similares estão sendo negociados, mas que somente a aeronave CP-2933 está em condições de aeronavegabilidade. O Simon, então, diz – que é o corretor –: "Apresento novo cálculo de prêmio para reativar apenas a cobertura da aeronave CP2933". E diz que conversará com os resseguradores a respeito do time de futebol.

E no dia 18 de janeiro de 2016, o Simon apresenta o cálculo de prêmio para reativar a apólice da aeronave CP-2933, o E2348 em *full flight risk.* O Simon informa para a Loredana que terá que discutir com os resseguradores sobre time de futebol, visto que esse seria um risco muito sensível, mas que só ocorrerá após o pagamento dos prêmios pendentes.

Aí, quando chega em 19 de janeiro, Loredana e Simon voltam a se falar. E Loredana diz: "O Olimpia é um time sem expressão, comparado a um time de faculdade em Londres".

Eslaide 19, por favor.

Estou fazendo um histórico aqui. Em 30 de março de 2016, a Loredana diz para o Simon, que é o corretor, que tem uma aeronave em condições de aeronavegabilidade, a CP-2933. Informa ainda que dispõe de um contrato de voo a ser realizado dia 10 de abril de 2016, para uma equipe de futebol. O voo sairia da Bolívia e iria até a Venezuela, retornando à Bolívia logo em seguida. Comenta que estão buscando contratos de longo prazo, mas que nesse meio-tempo existem várias opções de contratos como esse, e ressalta que há vários jogos da Copa Sul-Americana para acontecer e que eles seriam candidatos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

perfeitos para esses voos. Loredana Albacete usa o seguinte argumento: "Não podemos operar sem seguro e não podemos pagar o seguro se não operarmos".

Aí, no dia 1º de abril de 2016, a Loredana volta a insistir na proposta feita anteriormente, seguro por viagem, e diz ser uma grande oportunidade, pois o seu cliente – entre aspas – "maneja todos os times de futebol". Diz que os jogos estão começando e que eles, a LaMia, não gostariam de perder essa oportunidade. Provavelmente fez referência ao Conmebol.

Eslaide nº 20.

Em 2 de abril de 2016, o corretor Simon informa a Loredana Albacete que a emissão de nova apólice depende do pagamento das pendências anteriores. Aproveita a oportunidade para pedir informações sobre o voo: quantidade de passageiros, contrato e outras informações. A Loredana responde que poderão pagar os prêmios pendentes em duas parcelas, uma em final de abril e final de maio de 2016. Informa ainda que o cliente seria a equipe de futebol The Strongest, da Bolívia, e envia um contrato para análise da Aon.

Diz também que, em princípio, gostaria de restabelecer apenas a cobertura da aeronave CP-2933 (E2348), sob a modalidade *per trip based*. Por fim, ressalta que existem ainda três contratos em negociação para o mês de abril de 2016.

Aí, no dia 04 de abril, o corretor Simon informa o valor aproximado das pendências – cerca de US$50 mil (prêmio da apólice 2015/2016). Informa ainda que revisou o contrato com o Club Strongest, não encontrando nenhuma exigência quanto aos limites do seguro. Desse modo, o Simon sugere a adoção dos limites impostos pelo cliente e pelas leis da Venezuela – limites esses, a propósito, inferiores aos que vinham sendo praticados nas outras apólices (US$300 milhões). Portanto, a sugestão de alteração do limite de cobertura partiu da própria Aon.

O 21, por favor.

No dia 06 de abril, Loredana Albacete propõe um prêmio de no máximo US$170 mil para cobertura completa (casco e responsabilidade civil) da aeronave CP-2933. Aproveita para informar que estão fechando mais três contratos com times de futebol. O Simon informa a Loredana que os resseguradores não aceitaram a proposta de US$170 mil e apresenta cotação da AIG de US$333 mil (cobertura de US$50 milhões para responsabilidade civil e US$4,8 milhões para casco). Loredana acha a proposta absurda.

Ainda em 06 de abril, Maria Daniela, do Grupo Estratégica (corretora boliviana, antiga Aon Bolívia), apresenta a Loredana uma proposta alternativa, obtida por Simon, de cobertura de US$50 milhões apenas para responsabilidade civil e prêmio de US$120 mil. Loredana Albacete então aceita a proposta apresentada pelo Grupo Estratégica. Aproveita a ocasião para informar que conseguiu as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovações da Venezuela e da Bolívia para o jogo do Club Strongest, mesmo sem os certificados de seguro. Loredana solicita a inclusão de cobertura para tripulação/pilotos e guerra na apólice. Por fim, Loredana questiona se haveria a possibilidade de reduzir a cobertura de responsabilidade civil para US$25 milhões.

O eslaide 22.

Ainda em 06 de abril, o Simon responde que irá formalizar o contrato de cobertura, conforme orientações de Loredana, assim como verificar se haveria diminuição do prêmio pela redução da cobertura de responsabilidade civil para US$25 milhões. Diz ainda que, assim que tiver uma resposta, orientará o Grupo Estratégica (antiga Aon Bolívia) para a emissão da apólice e dos certificados. Percebe-se que o aspecto financeiro foi o que prevaleceu nessa negociação.

No dia 07 de abril de 2016, Jorge Pinto, do Grupo Estratégica, informa a Loredana que estão solicitando os limites da apólice 2016/2017, com base nas regras da Federal Aviation Administration (FAA).

Diz ainda que a Aon, Aon Benfield e Seguradora Bisa estão todos coordenados e atuarão rapidamente, assim que confirmada a cobertura por Londres (resseguradores), ou seja, todos participaram. Ainda que a solicitação de revisão do limite tenha sido feita pela Loredana, a definição do limite foi estabelecida e executada pela Aon, do grupo Estratégica.

Eslaide 23, por favor.

Em 10 de abril, a Apólice de Seguro 2000046 é emitida, ao prêmio de US$165.504,18, com as seguintes informações. Segurado: LaMia (não nomeia a Kite Air como segurada adicional); vigência: 10 de abril de 2016 a 10 de abril de 2017; cobertura principal: responsabilidade civil; limites: responsabilidade civil de US$25 milhões, limite único combinado; exclusões: limites geográficos, sujeitos à cláusula LSW617H, excluindo diversos países, entre eles, a Colômbia e o Peru.

Aí, no dia 11 de abril, o Simon, que é o corretor, questiona a Loredana como teria sido o voo para a Venezuela, supostamente o voo do time The Strongest. Loredana responde que foi tudo bem, mas que eles perderam; e complementa que a negociação com os outros times está avançando bem. Loredana, então, envia um *e-mail* informando que irão transportar a equipe do Rosario Central para jogo em Medellín, na Colômbia. Maria Daniela, do Grupo Estratégica, confirma a aceitação dos resseguradores e solicita algumas informações adicionais.

Eslaide 24, por favor.

Em 3 de agosto de 2016, Loredana informa a Simon que estão "estrangulados", mas que estão em posição de pagar o prêmio do seguro (2016/2017); informa que efetuarão voos para o Paraguai e solicita aumento de cobertura, pois as autoridades do Paraguai requerem o cumprimento da Convenção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Montreal. Simon explica que não é necessário, pois a Convenção de Montreal requer cobertura de US$15 milhões, e eles possuem a de US$25 milhões, que são suficientes para cumprir com a legislação paraguaia.

No dia 14 de agosto de 2016, Loredana informa a Simon que irão transportar outro time de futebol para jogos na Venezuela e Colômbia na próxima semana, mas que eles estão tendo que ser muito flexíveis com preço e, por isso, não podem pagar apólices nesse nível de prêmio; e questiona se ele avançou com os resseguradores da Ecojet.

Eslaide 25, por favor.

No dia 13 de setembro de 2016, Loredana informa a Simon, que é o corretor, que, ironicamente, a apólice também exclui Colômbia e Peru, países fronteiriços à Bolívia, e comenta que conversou com o Grupo Estratégica e que não haveria problema se eles informassem toda vez que fizessem um voo sobre ou para esses países; e solicitou que, quando fossem analisar a nova apólice, eles gostariam de olhar de perto os países excluídos. Simon não faz comentário algum.

Em 28 de setembro de 2016, a Loredana informa ao Simon que solicitou o cancelamento da apólice do Grupo Estratégica e sua substituição por outro, com um prêmio 50% menor.

Confirma também que foram 156 voos em 180 horas, desde abril até 29/09/2016.

O Simon, então, apresenta um novo plano de pagamento, dividindo a segunda parcela de 50% em dois pagamentos, e solicita confirmação para instrução ao Grupo Estratégica.

A Loredana agradece e questiona Simon se eles deveriam ficar preocupados em não pagar as apólices vigentes em dia e se eles poderiam efetuar parte do pagamento.

E aí no 26 – eslaide 26, por favor –, no dia 05/10/2016, a Loredana diz que, no mês anterior, levou a equipe "Vinotinto", da Venezuela, para jogar na Colômbia, sem que tivesse havido problema algum com as permissões.

A Loredana diz, ainda, que a LaMia estava transportando a seleção boliviana para jogar em Natal, no Rio Grande do Norte. E, no dia 11/10/2016, o Grupo Estratégica e a Aon sugeriram que a LaMia mantivesse as apólices atuais até o final de vigência com o pagamento do prêmio pendente, vencido dia 02/10/2016, em duas parcelas, novembro de 2016 e fevereiro de 2017.

As próprias corretoras propuseram a dilação do prazo, a dilatação do prazo, para o pagamento de prêmios pendentes. Uma das datas é, inclusive, posterior ao acidente, que é aquela que venceria em fevereiro de 2017.

Então, ante o exposto e tudo que coloquei aqui – por favor, o eslaide 27 –, eu pergunto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo eslaide.

Pergunto, então, a Chubb tinha ciência de que a companhia aérea LaMia operou por mais de seis meses transportando equipes de futebol em toda a América Latina, inclusive para a Colômbia, com a anuência da corretora Aon, da seguradora Bisa e dos resseguradores de Londres, conforme documentos acostados nos autos da CPI?

V. Sa. tem conhecimento ou acompanhou... A empresa de V. Sa. acompanhou todos esses documentos e esses acordos que foram feitos?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – A posição da Chubb sobre isso é um pequeno papel de apoio no consórcio liderado pela Limited com a Tokio Marine.

No meu entendimento, a Tokio Marine, só ela, teria sido responsável por essas discussões.

Então, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Obrigado.

Mais ou menos também aqui, na mesma linha, a Chubb tinha ciência de que a companhia aérea LaMia chegou inclusive a enviar contratos de voo firmados com a equipe de futebol para serem analisados pela corretora Aon, conforme documento acostado também na CPI?

A Chubb tomou conhecimento disso ou a Tokio Marine que cuidava de tudo?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – A Chubb não estava ciente disso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu estou perguntando, estou insistindo...

Eu sei que a participação é pequena, um ponto e alguma coisa, mas tudo o que a Tokio Marine fazia a Chubb endossava ou permitia, assim, sem discussão? Nunca questionou nada das irregularidades ou das pendências, alguma coisa assim?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não é só uma questão do tamanho da nossa participação; a estrutura pela qual aceitamos esse risco, em contratos de consórcio, nós delegamos toda a autoridade de subscrição em primeira instância para a Liberty, mas a Liberty que lidou com essa questão do resseguro. Eu não posso comentar sobre o nível de conhecimento deles, mas a Chubb era um participante silencioso, com uma pequena parcela.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para eu entender aqui, é evidente que, nessas resseguradoras – e eram 13, se não me engano, aqui –, normalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha uma líder. Pelo que eu vi, a Tokio Marine. Normalmente, as resseguradoras acompanhavam a liderança, no caso específico aqui, da Tokio Marine. Eles chegavam a discutir com as outras algumas questões, ou vocês confiavam 100% na líder e tocavam na confiança? Como é que funciona isso?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Então, nós não teríamos confiado na líder, porque havíamos delegado a autoridade para a Liberty. Então, a Liberty teria sido, na primeira instância, a resseguradora que confiaria na Tokio Marine. Nós já havíamos delegado a autoridade para a Liberty.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O 28 é o último. Está terminando aqui já, só tem mais dois.

Eu só gostaria que V. Sa. encaminhasse para nós – fundamental isso, não é? – se a empresa de V. Sa. participou das apólices anteriores. Isto, para nós, é fundamental: se a Chubb foi também resseguradora da apólice de 300 milhões, da de 50 milhões, porque, da de 25, V. Sa. já confirmou que participava. Para nós, é muito importante saber se participava também dessas anteriores, porque foram comunicadas, por diversas vezes, à Tokio Marine, que é a líder do processo, essas questões todas.

Então, por exemplo, o voo saiu; ninguém questionou o seguro. Então, estava perfeito; a própria Celia, que esteve aqui, conosco... Ninguém questionou sobre seguro, porque estava em vigor. Tanto é que ainda tinha uma parcela que venceria apena em fevereiro de 2017. Então, é inquestionável essa questão de ter ou não ter seguro. Então, já é pacífico, V. Sa. já confirmou que participou dessa de 25 e quer contribuir com a participação da empresa de V. Sa., mas é muito importante para nós, Presidente, saber se a Chubb participou ou não da de 300 milhões e da de 50 milhões.

Bem, a Chubb tinha ciência de que os pilotos da companhia aérea LaMia tinham participação ou eram sócios da empresa LaMia? Esse evidente conflito de interesses não deveria ter sido identificado pela seguradora, resseguradora e pelos corretores envolvidos? Vocês tomaram conhecimento disso ou a Tokio Marine nunca falou nada sobre isso?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Vamos fornecer a participação, se houver alguma, nas apólices anteriores, e eu creio a Tokio Marine não teria problemas para nos repassar os detalhes de como isso foi fundado e organizado, mas eu não tenho essa informação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

Então, como V. Sa. e a empresa de V. Sa. é parceira da Tokio Marine, o que nós gostaríamos muito aqui é de tomar conhecimento de toda essa relação ou toda a documentação, ou todos os episódios, todos os relatórios relacionados a esse acidente. Então, se a Tokio Marine comunicou alguma coisa com relação inclusive a essa participação dos sócios, essas mudanças de valores das apólices, essas autorizações de voo por parte das resseguradoras, porque toda hora o corretor disse que teria que consultar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

resseguradoras, então, aquilo que V. Sa. puder nos informar através da relação que tem V. Sa. com a Tokio Marine e outros parceiros, toda informação para nós é muito importante. Agradeço então a V. Sa.

A Chubb, como uma das resseguradoras, saberia nos explicar por que razão o valor da última apólice caiu de US$25 milhões, justamente quando a companhia aérea LaMia passou a transportar equipes de futebol por toda América do Sul, incluindo a Colômbia, com a anuência da corretora Aon, da seguradora Bisa e dos resseguradores de Londres? Tem conhecimento sobre isso, não? Por que diminuiu? Quando é jogador, é para...

Desculpa. Pois não.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não somos capazes de explicar por que esse limite foi oferecido ou estabelecido pela Bisa ou pela Aon.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Se V. Sa. então puder consultar e nos informar essa relação de informações entre a Chubb e a Tokio Marine, todas as informações para nós aqui são muito importantes.

A Chubb tem algum juízo formado a respeito do papel desempenhado pela corretora Aon nesse procedimento de colocar uma apólice de seguro completamente incompatível com as operações da LaMia? V. Sa., pelo que colocou até agora, não tinha relação com a Aon, era tudo através da Tokio Marine. É isso?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Correto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, o 29. É o último. Por favor.

A Chubb, caso venha a ser obrigada a indenizar as vítimas e/ou familiares das vítimas do voo 2933 da LaMia, estuda mover uma ação de regresso contra o Governo boliviano, mais precisamente em desfavor do Decea e da Aasana, pelas evidentes falhas incorridas, como permitir que a Companhia Aérea LaMia operasse normalmente por mais de seis meses? Se V. Sa., que já concorda em indenizar o percentual atribuído à empresa de V. Sa... Só uma pergunta: nesses casos, V. Sa. entraria... a empresa de V. Sa. entraria com uma ação regressiva, para cobrar dessas instituições também lá, que eram responsáveis pelo voo? Não?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Desculpe. Eu não tenho certeza se eu entendi muito bem a pergunta. Poderia, por favor, reformular?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. já admite que, nessa apólice de US$25 milhões, V. Sa. está disposto a indenizar proporcionalmente à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação da empresa de V. Sa., isso V. Sa. já falou. Eu pergunto: nesse caso específico de indenização, a empresa de V. Sa. entraria com uma ação de regresso ou para ressarcir a empresa de V. Sa. contra o Governo boliviano ou contra a Aasana? Porque eles tiveram várias falhas, várias irregularidades no voo. É comum? Vocês fariam isso? Vão fazer isso?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não, não existe plano de fazer isso, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não entendi.

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não existe um plano para fazer isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não há plano disso. O.k.

A Chubb sofreu algum tipo de intervenção por parte da Susep aqui do Brasil, em razão de um possível agravamento de risco de imagem, dados de desdobramentos havidos decorrentes da recusa pela seguradora e resseguradora, incluída aí a Chubb, em reconhecer a legalidade das indenizações? A Susep chegou a comunicar ou falar alguma coisa com a empresa de V. Sa.?

O SR. ROBERT WILSON (*Por videoconferência.*) – Não que eu esteja ciente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Então eu encerro, agradecendo a V. Sa. e solicitando que V. Sa. pudesse encaminhar a esta CPI tudo aquilo que nós conversamos e que V. Sa. não tinha a informação no momento. Todas as informações que V. Sa. se comprometeu a encaminhar são muito importantes aqui para o nosso trabalho.

Agradeço, Presidente.

Estou satisfeito com os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Srs. Senadores... Consulto o Senador Kajuru se V. Exa. deseja fazer uso da palavra.

Portanto, V. Exa. tem a palavra por dez minutos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Querido amigo, Presidente Senador Jorginho Mello; Relator Izalci Lucas, apenas peço desculpas aos dois e a todos porque a gente está simultaneamente com uma outra reunião lá na CCJ, hoje, com uma pauta muito forte. Então, eu deixei a minha assessoria aqui acompanhando todas as sempre precisas colocações, os questionamentos necessários feitos pelo Relator Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só tenho uma colocação, não sei se o senhor chegou a entrar nesta ferida. Eu gostaria de saber: se a Chubb Corporation é sediada em Nova Jersey, Estados Unidos, por que motivo questionar o acordo imposto por juiz da Flórida no valor de US$844 milhões para os familiares das 43 vítimas do acidente da Chapecoense e poucos sobreviventes? Essa é a primeira pergunta.

E concluo, seria essa manobra um ato de má-fé, como os advogados dos familiares vítimas e sobreviventes têm colocado? Se não for ato de má-fé, por que motivo não o seria? (*Pausa.*)

Pode responder à vontade.

O SR. ROBERT WILSON (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Sim, a nossa opinião é que os contratos que nós elaboramos são regulados pela jurisdição e pela lei britânica. Então nós esperamos que as ações... É claro que estamos dispostos a indenizar até o limite máximo da apólice determinada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para reforçar, Senador Kajuru, a Chubb tem uma participação pequena em todo esse processo. Quem liderou todo esse processo foi a Tokio Marine. Então, eu perguntei se a Chubb participou também, como resseguro, das apólices anteriores, da de 300 milhões, da de 50 milhões, porque eles estão dispostos, já mandaram um documento, a indenizá-los sobre a apólice de 25, que é a que ele tem. Eu pedi, não sabe informar, se na de 50 ou na 300 ele também era ressegurador. Então, essa informação ele vai nos dar aqui, mas o percentual, se ele participou da de 300, aí é a Tokio Marine a líder. Nós temos de ver agora com a Tokio Marine sobre isso, entendeu?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Entendi. E me pareceu que foi proveitoso o dia de hoje para nós, para começar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O Marcel quer fazer uma pergunta. Presidente, pode dar ao Marcel essa possibilidade de perguntar?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois não. Pode fazer.

O SR. MARCEL CAMILO (Para interpelar.) – Bom dia!

Eu sei que a todo momento o senhor reitera o fato de ter uma pequena participação na apólice de um 1,25, mas a sua empresa é uma empresa que faz seguros. Eu gostaria de saber do senhor, se no caso de a Aon, apresentar as mesmas situações apresentadas à Tokio Marine, se a Chubb se proporia a fazer esse seguro, ou seja, se o senhor fosse o segurador de US$300 milhões da mesma aeronave, sendo ela voando privadamente, e o senhor recebesse novamente uma proposta para seguros onde ela parta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

US$50 milhões e baixa US$25 milhões tratando-se de voos com times de futebol, se a Chubb faria esse seguro, assumiria o risco dessa apólice?

O SR. ROBERT WILSON (Para depor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Como já sabem, nós não nos envolvemos nem um pouco nessa situação. Então, por isso não é possível responder a uma situação hipotética assim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A ideia e a nossa esperança é que ele encaminhe para nós todas as informações que possam colaborar aqui.

Eu estou sugerindo também ao Presidente que a gente chame já, na próxima reunião, a Tokio Marine, que deveria estar aqui. Mas, se negar a participação, a gente vai chamar a Tokio Marine daqui, do Brasil, porque, de qualquer forma, há uma ligação. Nós queremos chegar à líder do consórcio, porque foi feito o consórcio de resseguro.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Mais algum Senador deseja fazer uso da palavra?

Se ninguém quer fazer uso da palavra, agradeço ao Sr. Robert pelo depoimento. Muito obrigado. Agradeço-lhe em nome de todos os Senadores. Ficamos aguardando os documentos que V. Sa. vai encaminhar o mais rapidamente possível.

Antes de encerrar esta sessão, convoco outra sessão para o dia 16, quinta-feira.

Solicitando a dispensa da leitura da ata desta reunião, os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Será convocada sessão para o dia 16, às 10h da manhã, para que a gente possa ouvir mais uma pessoa convocada, testemunha, para que a gente prossiga a nossa CPI.

Muito obrigado, Relator Izalci.

Está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Dário Berger, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Izalci Lucas e Jorge Kajuru, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Petecão, Paulo Rocha e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 38 de 2022** que: "Requer a convocação do Senhor Plínio David de Nes Filho, Ex-Presidente da Chapecoense, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 39 de 2022** que : "Requer a convocação do Senhor Nei Roque Mohr, Presidente da Chapecoense, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 40 de 2022** que: "Requeiro que seja convidado o Sr. Presidente da PETROBRAS, Joaquim Silva e Luna, para prestar depoimento perante esta CPI." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e seis minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello
Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/02/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número legal, regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, a comissão técnica e a diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, assim como dos familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e também investigar e identificar os motivos pelos quais os familiares ainda não receberam suas devidas indenizações.

Esta reunião trata da apreciação de requerimentos feitos pelo Relator, Senador Izalci Lucas, Requerimentos ns° 38 e 39.

Passo a palavra ao Relator, Izalci Lucas, para que justifique os seus requerimentos e possa fazer a sua manifestação e participação sobre o reinício do nosso trabalho, e agradeço a presença – vejo na tela – do Senador Esperidião Amin, que nos prestigia.

Então, concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, primeiro, quero informar a V. Exa., conversei com o nosso Senador Esperidião Amin: não estou aí presente; eu tive o teste positivo na segunda-feira, mas sem nenhum problema. Estou muito bem, mas eu não queria correr o risco de passar aí para os meus colegas. Então, eu acho que, até sexta-feira, faremos outro teste e, semana que vem, estaremos presentes.

Fiquei triste com essa questão da Chapecoense. Nós aprovamos, recentemente e praticamente por unanimidade, o novo sistema de associação Sociedade Anônima do Futebol, e a Chapecoense foi um dos que realmente se associou a essa nova modalidade, e infelizmente tivemos aí alguns problemas. Eu fiz um requerimento convocando o Sr. Nei Roque, Presidente da Chapecoense, para prestar depoimento aí, exatamente em função dessa questão dessas mudanças.

Agora, em dezembro de 2021, logo em seguida à eleição da nova diretoria do clube, uma das beneficiárias do acordo, a Sra. Aquinoan de Sousa Carvalho, deixou de receber um pagamento que era devido referente à 17ª parcela. Ela foi intimada a efetuar o pagamento, e a Chapecoense alegou a quitação da parcela sem comprovação. Na prática, não temos ainda essa comprovação.

No mês, ainda naquele mês, os conselheiros do clube aprovaram a transformação da Chapecoense em Sociedade Anônima do Futebol. Após a ciência pela imprensa de que acordos não haviam sido honrados, o Vice-Presidente de Marketing da Chapecoense, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, no dia 27 de janeiro, confessou não apenas o inadimplemento dos acordos, como também a utilização dos valores penhorados nos autos para destinações diversas. Segundo a reportagem da *Folha*, o Vice-Presidente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marketing, Alex Passos, afirmou que não foram feitos mais pagamentos porque o clube vive em situação financeira muito difícil e culpou a diretoria anterior pelos problemas. Parece que não é mera coincidência que os pagamentos tenham cessado logo após a posse da nova diretoria e a aprovação da transformação em Sociedade Anônima do Futebol.

Então, fiz aí o Requerimento nº 39, convidando o Sr. Nei Roque Mohr – no sentido de convocá-lo, aliás – e também o Sr. Plínio David de Nes Filho, que é ex-Presidente da Chapecoense, para prestar esse depoimento também, para a gente saber a real situação, porque a informação que nós temos é a de que deixaram de pagar. Parece que a Chapecoense, de fato, está com um problema sério, mas deixaram de pagar isso aí. Então, precisamos saber como é que está essa situação.

Por isso, então, peço a aprovação dos dois requerimentos, para que a gente possa aprovar hoje e já marcar para a semana que vem. É importante a vinda deles, mas também vamos reforçar a vinda da Tokio Marine. Não entendi ainda a negativa, se eles se negaram a vir, alguma coisa assim. Se se negaram, nós vamos ter que chamar, então, como a gente já tinha aprovado a Caixa Econômica, a Susepe e a própria Petrobras. Mas eu peço o apoio à aprovação dos dois requerimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Coloco em discussão os requerimentos. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para discutir os requerimentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Presidente, saudação em tê-lo aqui para presidir a nossa Comissão. E um abraço de solidariedade aqui ao meu amigo Izalci Lucas que, mesmo com a covid detectada anteontem, faz-se presente, cumprindo com exação, como sempre fez, com o seu dever de Relator – e um Relator muito diligente, perspicaz, que merece, neste momento, não só a nossa solidariedade, mas o apreço de todos os catarinenses, porque está se dedicando a este assunto com absoluta fidelidade e inteligência.

Na minha consideração, ao discutir esses dois requerimentos, Presidente, eu não posso negar o meu voto a favor, mas eu quero fazer um apelo em nome da anterioridade. Eu acho que o não cumprimento da estada entre nós da Tokio Marine está ao nosso alcance; Caixa Econômica Federal também já foi aprovada; e mesmo, Senador Izalci, a Petrobras, que, pelo que eu estou informado, manteve através de representante pelo menos uma interlocução com o senhor, confere? Então, a Petrobras, eu não diria que é revel, nem vou dizer que a Caixa é revel, porque não foi ainda aprazada a vinda. Agora a Tokio Marine, para mim, está se transformando em, digamos assim, não desejosa de nos ver, para usar assim uma linguagem bem suave. Então, eu defendo que a prioridade em termos de cronograma seja respeitada, ou seja, que a Tokio Marine seja intimada; a Caixa, convidada; e a Petrobras também. Por quê? Porque, com os últimos acontecimentos de que nós temos conhecimento, ocorridos na Justiça dos Estados Unidos, as seguradoras vão ser chamadas lá em juízo, em Miami – aliás, na Flórida. Agora aqui a Tokio Marine, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem, como suas duas preciosas clientes, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras... Eu quero dizer para os senhores o seguinte: se ela está sendo considerada como arrolada pela Justiça da Flórida, ainda que em primeira instância – repito: ainda que em primeira instância –, eu gostaria de nós termos, na oportunidade da vinda das três, alguém da consultoria do Itamaraty, do Ministério da Justiça e também da secretaria que cuida de resseguros, porque, *in extremis*, cinco anos e pouco já se passaram. Quero anunciar o seguinte: se a Justiça americana, ainda que em primeiro grau, considera que a Tokio Marine está arrolada no caso do não pagamento do seguro e da liberação para voo pelas autoridades competentes, do voo que ocasionou esse sinistro, eu não vejo por que nós vamos considerar que a Tokio Marine tem a sua conduta ilibada.

Senador Jorginho, eu não estou dizendo que ela é culpada, porque não transitou nada em julgado e muito menos na Justiça brasileira, mas, se lá fora há uma decisão judicial que arrola, entre outras, a Tokio Marine, e a Tokio Marine no Brasil tem esse desempenho extraordinário – e eu creio até que deve ser merecido – de avaliação...

E nós temos um gravíssimo problema agora com mais esse conteúdo humano, agudizado pelas informações que o Senador Izalci Lucas nos trouxe das consequências de transformação em SAF que motivam o seu requerimento, os seus requerimentos, nos quais eu voto a favor. Mas eu acho que nós temos que, na próxima reunião, priorizar a vinda da Tokio Marine, da Caixa Econômica Federal, da Petrobras. E a assessoria desta CPI deve convidar, para nos subsidiarem, representantes da assessoria jurídica – que nome tem? – do Itamaraty, do Ministério da Justiça e do Instituto de Resseguros. É o meu pedido, portanto.

Voto a favor, mas reiterando esta condição que eu considero irrevogável: a prioridade é ouvirmos a Tokio Marine. E, se a Tokio Marine não vier, eu vou propor que ela seja considerada uma entidade seguradora com qualificação discutível perante o Governo brasileiro e as suas empresas, dentre elas Petrobras e Caixa Econômica Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero colocar que o nosso Diretor José Adalberto Ferrara, da Tokio Marine, comprovou que não poderia estar aqui por motivo de viagem já adquirida no ano passado, enfim. Mas nós acordamos para oitiva dele o dia 24, às 10h30, aqui no Senado Federal. Então, quero comunicar ao Senador Esperidião que a convocação dele está mantida – ele virá aqui dia 24 de fevereiro, agora, às 10h30 –, para que a gente possa fazer a oitiva dele, informando também que nós estamos expedindo um convite ao Presidente da Caixa, Pedro Guimarães, para 17/02, às 10h30, para falar. Então, dia 17 com o Presidente da Caixa, e dia 24 com o Diretor da Tokio Marine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, prestadas essas informações, eu coloco em votação os requerimentos – os Requerimentos 38 e 39 –, da autoria do Relator Izalci Lucas, que convida, que convoca o Sr. Plínio David de Nes Filho e o Sr. Nei Roque Mohr.

1ª PARTE

ITEM 1

Requerimento N° 38/2022

Requer a convocação do Senhor Plínio David de Nes Filho, Ex-Presidente da Chapecoense, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 2

Requerimento N° 39/2022

Requer a convocação do Senhor Nei Roque Mohr, Presidente da Chapecoense, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Consulto o Sr. Senador Izalci e os outros Srs. Senadores se têm mais alguma indagação sobre as nossas deliberações.

A palavra está franqueada ao Senador Izalci, como Relator.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente, perfeito: dia 24, nós vamos ouvir a Tokio Marine. E acho que não justifica convocar a Petrobras ou a Caixa antes disso. Eu acho que a primeira, a mais urgente seria a Tokio Marine, até porque houve, inclusive, outras decisões lá fora, beneficiando, inclusive, aqueles que entraram com ação nos Estados Unidos. Então, acho que temos que ouvir a Tokio Marine.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, aprovados esses requerimentos, nós já podemos fazer, o mais rápido possível, essa reunião desses requerimentos já aprovados, tanto do Sr. Plínio quanto do Sr. Nei, que acho que poderiam ser no mesmo dia. Poderia ser feito antes da Tokio Marine, até para saber como está a situação atual depois da transformação em sociedade do futebol, sociedade anônima do futebol. A minha sugestão é que a gente possa fazer audiência com esses dois que nós aprovamos hoje; depois, na sequência, Tokio Marine; e, depois, se for o caso, Caixa Econômica e Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, a sugestão de V. Exa. é para que a Caixa Econômica fique depois, não dia 17. Primeiro, dia 24; antes do dia 24, os dois, o Presidente e o ex-Presidente da Chapecoense; e, depois, a Caixa Econômica. É isso?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, é porque a Caixa Econômica é em função da decisão do Tokio Marine. A Tokio Marine é que nós estamos buscando para que eles façam a reparação e a indenização, porque ela é a resseguradora, e a gente precisa conversar. Não há muito problema. Pode ser a Caixa também, mas a Caixa é muito mais uma alternativa se a gente não conseguir realmente resolver com a Tokio Marine.

Agora, com relação a esses dois requerimentos que nós aprovamos hoje, talvez fosse necessário ouvi-los logo, porque eles acabaram de assumir a direção da Chapecoense. Nós precisamos saber qual é a intenção deles, como está essa situação.

O Amin está levantando. Vamos ver a sugestão dele. Para mim, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Fale, Senador Esperidião, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Eu condicionei o meu voto claramente. Eu acho que a nossa prioridade é ouvir a Tokio Marine. Se já está pactuado que é dia 24, eu sou voto vencido. E acho que nada impede que se ouça a Caixa Econômica Federal no dia 17, se é a intenção. Eu já votei a favor dos requerimentos, mas eu acho que é um assunto muito mais atual. Então, que, no dia 17, se ouça o Presidente da Caixa, porque ele vai nos dizer, como cliente, o que ele pensa da atitude da Tokio Marine. A Petrobras também vai ter que nos dizer. Quais são os critérios que transformam uma seguradora – não vou mais falar o nome da seguradora, que tem a sua reputação no mercado –, o que faz com que alguém se credencie a ser seguradora da Caixa Econômica Federal? Um dos quesitos deve ser o da reputação ilibada. O que é ilibado no mercado de seguros? É o mundo! Desde o Lloyd que toca o sino quando um navio naufraga – felizmente faz tempo que não toca o sino! –, porque isso significa um impacto sobre uma seguradora ou sobre um grupo de seguradoras. Desde o Lloyd até...

Agora, voa um avião que tinha pactuado com a Tokio Marine, que tinha pactuado com a seguradora da Bolívia. Não tinha pagado? Se não tinha pagado ou estava parcelando, o fato é que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizado a decolar. E ninguém tem responsabilidade sobre isso? O mercado de seguros acha que isso é normal? É isto que eu vou perguntar para o Presidente da Caixa e perguntaria também para o Presidente da Petrobras: constitui reputação ilibada alguém que carrega esse fardo nas costas? É o único veio que sobrou para que esta CPI atue no seu objetivo original, e já faz mais de cinco anos. Agora, esse incidente da transformação da Chapecoense em sociedade anônima de futebol tem os seus aspectos sociais e é evidente que tem prioridade.

Então, minha sugestão: dia 17, Caixa Econômica Federal e os dois convocados propostos pelo Senador Izalci; e, no dia 24, Tokio Marine e Petrobras. Essa é a minha sugestão para que não haja dificuldades em termos uma agenda.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Mais alguma coisa, Senador Izalci?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O Senador Izalci concorda com a minha sugestão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Concordo plenamente. Hoje é dia 9 já, dia 17 é o próximo. Então, vamos fazer isto: vamos ouvir o que está previsto, a Caixa Econômica; podemos já ouvir os dois aqui também, no mesmo dia, que são coisas rápidas; e, dia 24, então, a Tokio Marine e a Petrobras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu acho que a presença da Petrobras e, talvez, o reconvite – reconvite – para a Caixa vai ser muito útil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – O.k., vamos convidar então, acho ótima essa pauta. Por mim, está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Então, fica já acertado o convite à Caixa Econômica Federal, a seu Presidente Pedro Guimarães, no dia 17/2 às 10h30min; na sequência, vamos convidar também, no mesmo dia, o Presidente da Petrobras, vamos marcar para 11h ou 11h30min, para que a gente possa ouvi-lo e também fazer indagações.

Então, ficam aprovados, por unanimidade, esses convites.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E a oitiva do José Adalberto Ferrara, da Tokio Marine, fica para o dia 24 às 10h30min.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Presidente, a minha sugestão foi outra: Caixa Econômica no dia 17, assim como os dois presidentes da Chapecoense; dia 24, Tokio Marine e Petrobras. Essa foi a minha sugestão, com a qual concordou o Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode ser, pode ser. Dia 24 fica Tokio Marine e a Petrobras então.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu peço a atenção da assessoria para fazer esses convites. Muito bem. Então, dia 17, a Caixa Econômica e os dois presidentes. Está aprovado.

Estão aprovados por unanimidade essas convocações e esses convites.

Mais alguma coisa, Srs. Senadores? (*Pausa.*)

Se não, agradeço a presença dos senhores, agradeço a presença de todos os que nos acompanharam.

E está encerrada a nossa reunião...

Antes de encerrar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 10ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro a reunião encerrada.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Leila Barros e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva. Oitiva do Plínio David de Nes Filho, Ex-Presidente da Chapecoense, em atendimento ao requerimento 38/2022; do Nei Roque Mohr, Presidente da Chapecoense, em atendimento ao requerimento 39/2022; do Antônio Carlos Ferreira de Sousa, Vice-presidente de Logística e Operações da Caixa Econômica Federal, em atendimento ao requerimento 32/2021; do Alex Passos, Vice-Presidente da Chapecoense, em atendimento ao requerimento 42/2022. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Realizar a oitiva dos depoentes, cujos convite e convocação foram aprovados durante a reunião. **Participantes:** Hebert Luiz Gomide Filho, Diretor de Governança e Riscos da Caixa Seguridade; e Alex Passos, Vice-presidente da Chapecoense. **Resultado:** A oitiva dos depoentes referidos nos Requerimentos nº 41 e 42/2022 - CPICHAPE, aprovados extrapauta, foi realizada nesta mesma reunião. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 41 de 2022** que : "Requer a convocação do Sr. Hebert Luiz Gomide Filho, Diretor de Governança e Riscos da Caixa Seguridade." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 42 de 2022** que : "Requeiro a convocação do senhor ALEX PASSOS, Vice-Presidente da Chapecoense, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito" **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello
Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, a comissão técnica e a diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, assim como dos familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e também investigar e identificar os motivos pelos quais os familiares ainda não tenham recebido suas devidas indenizações.

A presente reunião tem os Requerimentos 32/21, 38/22 e 39/22, com o objetivo de promover a oitiva dos Srs. Antonio Carlos de Sousa, Vice-Presidente de Logística e Operações da Caixa Econômica Federal, representando, então, o Sr. Pedro Duarte Guimarães, Presidente da Caixa Econômica Federal; Plinio David de Nes Filho, ex-Presidente da Chapecoense, e Nei Mohr, Presidente da Chapecoense.

Esta oitiva também será realizada por videoconferência.

A palavra está inicialmente franqueada aos depoentes para realizarem suas exposições por dez minutos. Após, farão uso da palavra o Relator, este Presidente e os demais membros desta Comissão inscritos.

Portanto, eu quero convidar o Sr. Antonio Carlos Ferreira de Sousa, Vice-Presidente de Logística e Operações da Caixa Econômica Federal, por favor.

E também quero convidar o Sr. Herbert Luiz Gomide Filho, Diretor de Governança e Riscos da Caixa Econômica, por favor. (*Pausa.*)

V. Sas. prometem, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souberem e lhes for perguntado? (*Pausa.*)

Sim?

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA (Para expor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu também quero registrar a presença do Vice-Presidente de Atacado, Sr. Celso Leonardo Barbosa, que também está aqui. O Antonio Carlos está aqui; a Magda Carvalho, Diretora Executiva, também está aqui, e Gryecos Valente Loureiro, Diretor Jurídico da Caixa Econômica Federal, aos quais nós rendemos nossas considerações.

A partir deste momento, V. Sas. estão sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Senador Kajuru, mesmo antes de ouvirmos o Sr. Antonio Carlos Ferreira, porque ele tem uma cirurgia no olho e precisa cuidar, porque ele tem o dom da palavra, uma língua boa, afiada e tem que ficar com o olho forte também para que ele possa enxergar e continuar fazendo esse trabalho que orgulha o Brasil.

Então, eu passo a palavra, antes do Relator e antes de V. Sa., para o Senador Kajuru, porque ele tem duas colocações para fazer e aí ele vai se retirar e nós vamos prosseguir.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Bom, Presidente, amigo, sabe da admiração que tenho pelo senhor, Senador Jorginho Mello, e pela sua postura sempre ética e independente na Presidência desta CPI da Chapecoense. O mesmo digo ao amigo que fiz neste Senado, o Relator, Senador Izalci Lucas. E, quando começa a fazer as perguntas, ele realmente as faz com propriedade, seguindo um comportamento de respeito.

Então, primeiro, eu gostaria de saber, Presidente Jorginho Mello, se o atual Presidente da Chapecoense, o Sr. Nei, se ele está nos ouvindo, se está à nossa disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Kajuru, ele está... Vai chegar dentro... Acabou de chegar. Acabou de chegar. O voo atrasou, acabou de chegar, está aqui conosco e vai ser ouvido.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Perfeito. Então, eu deixo a minha segunda parte com ele.

Eu vou começar, com todo o respeito, não vou ser deselegante com os senhores, nem motivo tenho. Mas eu gostaria que estivesse aqui o Presidente da Caixa Econômica Federal, o Pedro, porque todos nós aqui já apresentamos a nossa opinião, Senador Esperidião Amin, em relação ao que aconteceu comercialmente entre a Caixa Econômica Federal e a conhecida empresa Tokio Marine.

Eu vou fazer a colocação aqui para o Sr. Antonio e, repito, gostaria muito que o Sr. Pedro estivesse aqui, porque ele é o Presidente da Caixa Econômica Federal e ele, na minha opinião, é o responsável por essa barbaridade, por essa falta de ética de fazer um contrato com a Tokio Marine, exatamente a empresa que não foi responsável e até hoje ignora as viúvas da Chapecoense.

Foi noticiado, Sr. Antonio, que a Tokio Marine detém contratos de seguro com a Caixa Econômica Federal. Lembro que cabe ao Senado Federal fiscalizar as relações do Estado brasileiro, bem como das empresas por ele controladas, com quaisquer entes da iniciativa privada, especialmente no que tange à sua missão pública. E, como é sabido também, a Tokio Marine compõe o grupo ressegurador responsável por dar higidez e segurança jurídica à operação contratada para o fatídico voo da Chapecoense, mas que até hoje não efetivou o adimplemento da indenização objeto da contratação securitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, gostaria de saber: 1) se o senhor, como Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, vê algum problema ético ou mesmo comercial ao firmar contratos de seguro com companhias que decidem não honrar o pagamento, alegando tecnicalidades contratuais.

Para concluir, em caso positivo, se sim, entende, Sr. Antonio, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, que essas seguradoras poderiam influenciar negativamente a imagem da Caixa, uma vez que se recusam a indenizar as vítimas e seus familiares do acidente da Chapecoense?

É o resumo dessa minha única colocação ao senhor, com todo o respeito, mas repito: eu queria que respondesse o Presidente da Caixa, mas vou ouvi-lo prazerosamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Antônio, eu queria que V. Sa. respondesse. Depois o senhor vai ter dez minutos para discorrer sobre os assuntos que a gente vai falar, mas eu queria que respondesse pontualmente à indagação do Senador Kajuru, devido ao que eu já expliquei – ele vai ter que fazer uma cirurgia.

Então, a palavra está com V. Sa.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA (Para expor.) – Sr. Jorginho Mello, Presidente desta Comissão; Exmo. Sr. Izalci, Relator desta Comissão; Senador Jorge Kajuru, Sras. e Srs. Senadores, eu tenho uma fala que já contempla um pouco a resposta do Senador Kajuru, mas vou antecipar aqui, em função da pergunta.

A Caixa, como empresa pública, segue todas as regras de governança, definiu seu planejamento estratégico, já desde 2019, a expansão e a complementação de seus negócios...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Por favor, que o senhor pudesse falar mais próximo.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA – ... razão pela qual ela buscou parceiros estratégicos que tinham posicionamentos relevantes na atuação desses negócios complementares, e o negócio de seguros foi um deles.

Nessa busca de parcerias, a partir dessa definição estratégica, há um rito de governança estabelecido pelas companhias. Aí tanto a Caixa, que é a controladora, como a Caixa Seguridade, que é quem de fato fez a parceria com a Tokio Marine, com a Tokio brasileira.

Em relação ao contrato em especial das empresas relacionadas à Caixa, nenhum conglomerado conhece esse contrato nem é parte dele.

Na relação contratual de parceria com a Caixa e a Tokio Marine, todas as diligências de governança foram cumpridas, que preveem praticamente oito etapas. Na primeira, você define isso no seu planejamento estratégico, depois você torna pública essa competição ao mercado, através dos fatos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevantes de mercado. Isso é supervisionado pelos reguladores, Susep, no caso, o Banco Central, a Sest, que é a controladora das estatais, o TCU e a CGU acompanham esse processo.

Após o momento em que você joga isso ao mercado, os competidores, todos eles, de forma ampla e transparente, apresentam as suas propostas, e essas propostas, ao chegarem à Caixa, são submetidas ao conglomerado, a um rigoroso rito de devida diligência, de governança, para se identificar se há aspectos importantes que possam obstruir essa contratação.

A partir desse processo de devida diligência, seguem às áreas técnicas todas da Caixa. Com a competidora que chegar ao final com a melhor proposta, com melhores condições, é firmada essa parceria, dentro do rito de governança, aprovada em todos os ritos de governança e, a partir daí, também submetida a todos esses órgãos reguladores. Então, do ponto de vista comercial, todas as diligências de governança foram cumpridas.

E, no contrato específico de resseguro das companhias citadas, a Caixa não conhece contratos, não é parte, razão pela qual sequer pode se manifestar sobre isso.

De qualquer forma, eu vou discorrer um pouco mais na minha fala se me permitirem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Bem, Sr. Antonio, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, eu, por respeito e agradecimento pelo entendimento do Presidente Jorginho Mello e do Relator Izalci Lucas de que preciso me retirar daqui a pouco para retirar pontos do transplante de córnea que eu fiz... E é claro que, depois que eu chegar, eu quero assistir a tudo porque eu sei da postura inquestionável e irretocável do nosso Relator Izalci Lucas. Ele vai fazer questionamentos ao senhor sobre essa relação da Caixa Econômica Federal com a Tokio Marine, que pra mim – desculpe – foi um absurdo, foi um desrespeito total aos familiares do voo da Chapecoense, às viúvas, aos filhos. Uma empresa do Governo não poderia ter contrato com uma empresa que não está cumprindo com aquilo que deve e, pelo contrário, ignora completamente. E hoje aqui nós vamos ter, a partir das perguntas do Relator e também do Presidente, conhecimento de mais esclarecimentos do senhor, como Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal.

Pra concluir, eu deixo então esta posição: pra mim foi um absurdo o que o Presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro, fez nesse contrato gigantesco, financeiramente falando, com a irresponsável empresa Tokio Marine.

Muito obrigado pelas suas colocações.

E, pra ser justo, Presidente Jorginho Mello, eu só gostaria de colocar aqui se o atual Presidente da Chapecoense, o Nei Roque, está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está aqui. Já está ali do seu lado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Ah, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É o primeiro ali.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Tá.

Eu preciso fazer uma pergunta ao senhor, também com todo o respeito evidentemente: é verdade ou mentira que o senhor teve uma conversa com uma das viúvas da Chapecoense, por telefone, chamada Bárbara? O senhor teve uma conversa com ela?

O SR. NEI ROQUE MOHR – Bom dia a todos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Bom dia.

O SR. NEI ROQUE MOHR (Para depor.) – Bom dia, Senador Jorginho.

Eu não tive uma conversa, Kajuru, eu tive uma resposta, em que ela me cobrou, me perguntando se eu deitava na minha cama, com a minha cabeça sobre o travesseiro, se eu conseguiria dormir. Elas me... Muitas vezes eu fui citado em redes sociais, pesado, e me incomodou bastante, porque nós assumimos um clube que iria fechar as portas. E, pra você entender, era pra eu estar presente naquele voo. Eu não fui – até vou contar rapidinho – porque eu tenho uma filha de quatro aninhos, e na época tinha um balé, um dia antes do jogo, e eu abri mão na última hora. Então, no nosso retorno para o clube, é uma questão de honra ajudar essas famílias, essas vítimas, porque, se nós não retornássemos neste momento, o clube iria fechar as portas. Isso é uma certeza que eu dou a você. Então, eu só fiz um desabafo à Bárbara de que ela devia ter um pouco mais de consciência quando ela estivesse se referindo da forma como se referiu a mim, porque ela e o marido dela, que era o Ananias, eram todos meus amigos pessoais. Eles não eram... Não era uma relação de atleta e diretor, era uma relação entre famílias: eu ia ao aniversário dos filhos, eles iam ao aniversário da minha filha. Nós tínhamos uma relação de família. Então, eu me senti muito ofendido com as palavras, retornei a ela e citei que ela deveria me agradecer porque eu, no momento, seria o único que estaria disposto a assumir, tentar ajudá-la, a todas, porque não era só ela que era minha amiga e eles, meus amigos; eram todos, o grupo total, assim como os dirigentes e toda a imprensa local.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Presidente Nei, eu vou ser ético, por dever, e não apresentarei essa conversa sua com ela – eu tenho o áudio completo. Entendi a sua parte em que o senhor foi realmente ofendido, mas o áudio deixa claro também que o senhor a ofendeu e a outras viúvas com palavras fortes.

Eu vou entregar esse áudio ao Presidente Jorginho Mello e ao Relator Izalci Lucas. Caberá aos dois decidir se a gente deve ou não divulgar esse áudio para entender a indignação de algumas viúvas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram a colocar até... Com isso eu não sei se o senhor vai concordar. Acho difícil o senhor concordar, porque foi muito forte. As viúvas disseram que o senhor, como Presidente atual da Chapecoense, tem em conta que a maioria delas quer indenização porque são verdadeiras "marias-chuteiras". Isso procede ou não?

O SR. NEI ROQUE MOHR – O senhor ouviu algum áudio ou alguma...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – No áudio, o senhor não usa a palavra, mas dá a entender que elas...

O SR. NEI ROQUE MOHR – O áudio, se o senhor quiser reproduzir aqui, não tem problema.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Não tem problema?

O SR. NEI ROQUE MOHR – Não tem problema.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Eu vou entregar ao Relator, e ele tomará essa decisão, junto com o Presidente Jorginho Mello.

O SR. NEI ROQUE MOHR – A minha indignação foi só pela maneira com que elas estavam, a toda hora, em rede social... Eu não tenho rede social, Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Mas foi uma conversa dura. Eu a ouvi e fiquei assustado.

O SR. NEI ROQUE MOHR – Senador, o senhor larga a sua empresa... A minha empresa é uma pequena empresa. Eu não precisava estar ali, entendeu? Eu fui para tentar resolver, para ajudar, porque me senti na obrigação. E aí eu estou levando todo dia porrada de alguém nas redes sociais. Mas, em nenhum momento, eu me refiro a isso que o senhor falou. Eu quero que os relatores... Eles podem olhar, podem abrir aqui agora, se quiserem. Eu fui educado, usei um pouco... Vou dizer que fui um pouco rude nas palavras, mas sem intenção de ofender; muito pelo contrário. Inclusive, quando termina o áudio, ela faz com as mãozinhas assim. O que significa isso para o senhor? "Obrigado".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Sim.

O SR. NEI ROQUE MOHR – Então, o pessoal pode abrir o áudio. Por mim, não tem problema nenhum

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Muito obrigado.

Eu agradeço, Presidente Jorginho Mello e Senador Relator Izalci Lucas, e, assim que eu voltar da retirada dos pontos, se ainda houver reunião, venho para cá; do contrário, assistirei a tudo o que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer daqui para frente e entregarei em minutos esse áudio para postura dos senhores. Em respeito aos senhores, eu não vou colocá-lo sem antes ter o consentimento de ambos.

Muito obrigado, Presidente Jorginho Mello; obrigado, Relator; e obrigado, senhoras e senhores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, eu agradeço a V. Exa. e comunico ao Senador Izalci que vou conceder a palavra agora, por solicitação – porque quer aditar a sua fala –, ao Senador Espiridião Amin, por vídeo.

Peço à assessoria que providencie.

Com a palavra V. Exa., Senador Esperidião, para aditar o que V. Exa. está pedindo à fala do Senador Kajuru.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sim, e, se possível, Presidente, não sei se o Senador Kajuru poderia ouvir a minha indagação, que pretendo complementar a dele.

Não posso deixar, Presidente e Relator, Jorginho Mello e Izalci, de saudá-los, saudar a nossa querida Senadora Leila Barros, o Plinio de Nes Filho, o Maninho, que, apesar de todas as suas dificuldades pessoais, está aí, participando. Cumprimento V. Exa., Presidente, pela permissão para que ele pudesse estar remoto, até por razões de saúde. Acho que é uma questão cívica a participação dele e humanitária a forma como o senhor permitiu a participação dele.

Eu vou recorrer, para aditar à pergunta que o meu querido amigo Kajuru fez – é uma pergunta ao Vice-Presidente da Caixa –, vou recorrer a uma frase da Senadora Leila Barros, que me calou fundo no começo das nossas atividades. Ela, que embarcou tantas vezes num avião, nunca perguntou se tinha seguro. E ninguém pergunta, ninguém tem condições de perguntar quando vai participar de uma competição, seja pela Seleção Brasileira de Vôlei, seja por clube um de futebol; vai cumprir uma missão internacional.

Então, a minha pergunta objetiva deriva, Senador Jorginho, o senhor é testemunha, daquela colocação que nós fizemos ao Presidente da República e ao Presidente da Caixa Econômica Federal lá na Arena índio Condá, no dia 26 de junho, 25 de junho do ano passado. A Caixa Econômica Federal é uma empresa pública. Como disse o Kajuru, o Senador Kajuru, é nosso dever, como Congresso, aferir a higidez das normas de licitação e de contratação das empresas públicas. A higidez, no caso de um seguro, tem no primeiro lugar do pódio uma coisa chamada confiança, segurança jurídica e confiança.

As empresas, não só a Tokio Marine, já sofreram os primeiros revezes na Justiça da Flórida, Senadora Leila. Ou seja, já há responsabilização internacional não transitada em julgado, mas já existe. Numa relação baseada na confiança, na reputação e na segurança jurídica, isso conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não quero aqui condenar, mas quero convencer a Caixa Econômica Federal – a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito tem que convencer a Caixa Econômica Federal – de que não basta não ter sido condenada; basta que haja indícios de que a contratada deve – e deve há cinco anos... A emoção já passou. Esta é a palavra que eu gostaria de dizer: a emoção já passou – cinco anos e três meses. Aí, a gente assiste a isso que, lamentavelmente, aflora.

As famílias estão passando por dificuldade, a Chapecoense está passando por dificuldade, e as seguradoras, para concluir, fazem olhar de paisagem. E agora estão sendo tangidas pela Justiça internacional, porque seguram a relação globalizada; seja o transporte aéreo, seja o transporte marítimo, seguro segue regras internacionais. O avião decolou com autorização das autoridades da aviação civil, sejam da Bolívia, sejam da Colômbia, sejam do Brasil; as pessoas estavam lá de boa-fé. Houve negociações de parcelamento de dívida. O Senador Izalci fez um trabalho... O relatório que ele apresentou, quando reabrimos esta CPI, foi brilhante, porque focalizou todo o histórico, a linha do tempo, Izalci. Então, houve renegociação da dívida, reparcelamento que não foi cumprido, mas houve renegociações de dívida que permitiram a decolagem do avião. E as seguradoras não podem continuar a fazer olhar de paisagem. Esse é o nosso escopo, esse é o nosso objetivo. A Caixa Econômica Federal e a Petrobras têm que compreender esse papel na condição de principais clientes dessas seguradoras.

Isso é o que eu queria dizer, aditando à brilhante intervenção do meu querido amigo Kajuru.

Peço desculpas se me alonguei, mas este, Kajuru, é, no final das contas, como você é um erudito, um dos "x" da questão: empresa sobre a qual pesa desconfiança judicial tem que ser tratada como tal, ou seja, sob dúvidas. E sob dúvidas ela não pode continuar a ser considerada idônea para negociar com as principais empresas brasileiras, sejam elas públicas ou de capital aberto, como é o caso da Petrobras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu registro a presença do Senador Nelsinho Trad.

Concedo a palavra a V. Exa. por solicitação. Depois eu vou voltar a ouvir o nosso Antonio Carlos Ferreira de Sousa.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Jorginho Mello; nosso eminente Relator, Senador Izalci; Senador Kajuru, que está convalescendo desse problema – que V. Exa. fique bom logo! –; demais representantes, é apenas uma constatação das pesquisas que me coube fazer logo que vi agendada a reunião com a participação da Caixa Econômica e do Presidente da Chapecoense: por aquilo que eu pude ponderar – e eu gostaria de deixar isso registrado, até para que o Relator possa se aprofundar nessa questão –, ao que me consta, a Caixa Econômica não possui relação com a apólice securitária investigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A parceria da Caixa com a Tokio Marine é datada de mais de 20 décadas atrás, foi fruto de uma estratégia de longo prazo que resultou na criação de uma nova companhia seguradora, a XS3 Seguros S.A., empresa em que a Caixa possui 75% dos direitos econômicos. A seleção do parceiro societário seguiu critérios transparentes, e o acordo firmado recebeu todas as autorizações dos órgãos reguladores, Banco Central, Sest, Susep e Cade, atendendo a todas as exigências legais e regulatórias e normas de *compliance* e governança no âmbito nacional e internacional.

Eu quero fazer essa ressalva porque eu prezo muito as instituições brasileiras que dão certo e que vêm prestando um notável serviço à sociedade brasileira. A Caixa Econômica assim como o Banco do Brasil são exemplos dessa confiabilidade, dessa credibilidade. Eu não estou aqui para defender gestão de A, B ou C, mas, em todas as demandas que tive na gestão do atual Presidente Pedro Guimarães, as respostas sempre foram prontas, no momento oportuno, sempre ladeadas de muita ética e de muita confiabilidade. Então, eu temo que possa haver um viés em que se venha a imputar corresponsabilidades a quem não merece.

Eu queria deixar registrada essa minha fala, para que V. Exa. pondere na ocasião em que for terminar o relatório final.

Era o que eu tinha a dizer.

Sobre essas outras questões, esse é um assunto que machucou tanta gente, tanto o Presidente da Chapecoense e os seus conterrâneos quanto nós Senadores. Eu me lembro de que esse assunto foi levantado na nossa Comissão de Relações Exteriores quando eu era Presidente. Eu fui demandado pela viúva, se não me engano, do cronista esportivo Mário Sérgio e lembro que me chamou muito a atenção o olhar triste dela, e também não podia ser diferente. Qual foi a minha surpresa quando eu constatei – médico tem esta teimosia de querer constatar o olhar das pessoas, a aura das pessoas – que o olhar da filha do ex-Presidente ou o olhar das viúvas dos jogadores e do massagista era o mesmo olhar, um olhar de tristeza que forma uma lacuna que nunca mais vai ser preenchida!

Então o mínimo que a gente pode fazer aqui é tentar jogar um bálsamo nessa ferida que insiste em não cicatrizar.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Srs. Senadores... Senador Nelsinho Trad, eu cumprimento V. Exa. pela manifestação. Tenha a certeza absoluta de que, nesta CPI, tanto eu quanto o Senador Izalci e todos os seus membros não vamos apontar o dedo para ninguém – ninguém! – que não tenha responsabilidade e corresponsabilidade.

A Caixa Econômica é uma instituição, é o banco do povo do Brasil, que merece todo o nosso respeito, e a Petrobras, de igual forma, mas nós estamos... A CPI tem por obrigação tentar atingir o seu objetivo. Então, nós estamos – já disse isto à alta direção da Caixa e da Petrobras –, nós precisamos... Eles estão aqui como brasileiros para ajudar um time brasileiro para o qual as seguradoras viraram as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

costas. Sobre indenização... "Ah, porque não é legal..." Nós estamos pedindo – e já ficou muito bem claro – a participação ativa deles para nos ajudar a atingirmos o nosso objetivo. E nós vamos fazer isso com tranquilidade, disse a eles e repito aqui.

Concedo a palavra ao Sr. Antonio Carlos Ferreira, pedindo que fale próximo do microfone, por dez minutos, para fazer a sua indagação.

Antes disso, eu quero fazer a deliberação de um requerimento extrapauta.

Com base no art. 121 do Regimento Interno, incluo extrapauta o Requerimento 41/22, da CPI da Chape, de minha autoria, que convoca para essa oitiva o Diretor de Governança e Riscos da Caixa Seguridade, Sr. Hebert Luiz Gomide Filho, para que possamos apreciá-lo.

Consulto o Plenário se alguém tem alguma votação a encaminhar, alguma discordância. (*Pausa.*)

Não havendo, submeto à votação esse requerimento.

Os senhores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sr. Carlos, V. Sa. tem a palavra por dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA (Para expor.) – ... Jorginho Mello. Bom dia a todos novamente.

Em primeiro lugar, registro que o conglomerado Caixa e os seus colaboradores se solidarizam com as famílias que perderam seus entes queridos naquele trágico acidente aéreo, em novembro de 2016. Foram 71 vidas perdidas, 67 brasileiros, que tinham um futuro brilhante pela frente, entre eles jornalistas, jogadores, comissão técnica e dirigentes.

Como maior banco público brasileiro, a Caixa desempenha historicamente um importante papel social. E, para lembrar esse compromisso com os brasileiros, mais recentemente se mostrou fundamental na vida de milhões de pessoas durante a pandemia da covid-19. O banco foi o agente pagador do auxílio emergencial para mais de 67 milhões de brasileiros, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia no Brasil.

Como banco de todos os brasileiros, a Caixa, assim como as empresas do conglomerado, tem o compromisso de prestar serviços de qualidade para todos os seus clientes. Por isso, segue regras nacionais e internacionais para firmar contratos, estabelecer parcerias com seus diversos setores da economia, atos esses que são escrutinados pelos diversos órgãos de controle, fiscalização e regulação do país – TCU, CGU, Banco Central, a Sest, a Susep e a CVM especialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como resultado desse compromisso e avanço na gestão e governança do banco e do conglomerado nesses últimos anos, a Caixa foi reconhecida, esses compromissos foram reconhecidos por diversos órgãos de controle através, inclusive, de reconhecimentos e premiações recebidas durante todo esse período de gestão. Recebeu nota máxima pelo segundo ano consecutivo na avaliação do indicador de qualidade de governança pela Sest, que é a Secretaria que acompanha a governança das estatais; teve o melhor índice de governança e gestão públicas, o iGG, dentro das instituições financeiras estatais avaliadas pelo Tribunal de Contas da União. Esse foi o melhor resultado histórico da Caixa desde que esse tipo de avaliação foi criado, em 2017.

Em decorrência desse resultado, a Caixa também alcançou, em 2021, o primeiro lugar dentre as instituições da administração pública com o prêmio da Rede Governança Brasil entre a administração pública indireta. Teve nota máxima de qualidade da gestão de investimentos, com o conceito excelente, em agosto de 2021, pela agência Fitch, uma das três maiores agências de classificação de riscos do mundo, o que não ocorria desde 2016, e melhor *rating* histórico da empresa, da Caixa, do conglomerado, na avaliação do Sistema de Riscos e Controle do Banco Central do Brasil. Também é a melhor Ouvidoria dentre os dez maiores bancos e a segunda melhor entre todas as instituições do sistema financeiro.

Em janeiro de 2021, a Caixa Seguridade, empresa controlada pela Caixa, e a Tokio Marine S.A., que vou chamar aqui de Tokio Marine Brasil, fecharam um acordo comercial com a criação de uma nova seguradora para atuar no ramo de seguros habitacionais e residencial na rede de distribuição da Caixa para os próximos 20 anos. Com essa parceria, as duas instituições deram um importante passo para o fortalecimento na qualidade dos serviços prestados aos clientes da Caixa. Para tanto, todas as condições necessárias ao fechamento dessa operação foram cumpridas, especialmente aprovações regulatórias, constituindo-se, assim, uma nova seguradora, a XS3 Seguros S.A., Caixa Residencial. Para consolidar o acordo, a Tokio Marine subscreveu um aumento de capital na XS3 Seguros no valor total de 1,5 bilhão, o qual foi amplamente divulgado pelo mercado.

Portanto, afirmo que todas as parcerias seladas pelo conglomerado Caixa são feitas em estrita observância à legislação aplicável, sob as regras de governança e *compliance* que garantem o interesse público, o sucesso do acordo e a qualidade dos serviços prestados aos clientes Caixa.

Sobre o caso específico do tema da CPI, do resseguro da aeronave LaMia, envolvida no trágico acidente que vitimou jogadores e dirigentes da Chapecoense e jornalistas, quando se dirigiam à final da Copa Sul-Americana de 2016, na Bolívia, esclareço que nem a Caixa nem as empresas do conglomerado têm qualquer conexão com os contratos de seguros e resseguros em questão, desconhecem os termos e condições desse instrumento ou de qualquer outro acordo comercial firmado entre as empresas envolvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, gostaria de lembrar que a Caixa começou a atuar no mercado de seguro desde 1967, e sempre atuou com ética, observando os regulamentos de lei, seguindo as melhores práticas de governança corporativa e aperfeiçoando os serviços prestados aos seus clientes.

O compromisso da Caixa é levado a sério com todos os seus colaboradores e com o seu conglomerado.

A fim de esclarecer – aqui eu faço um item adicional, também em resposta ao Senador Kajuru; não uma resposta, mas uma informação –, o Presidente Pedro Guimarães está acompanhando a tragédia, os eventos da tragédia de Petrópolis, razão pela qual me designou para representar a Caixa Econômica Federal.

Aqui ao meu lado, para também responder as questões e ajudar a contribuir com esta Comissão sobre os aspectos relacionados à parceria firmada entre a Seguridade e a Tokio Marine para a constituição da XS3, está comigo aqui, acompanhando-me – o Presidente Jorginho já anunciou –, o Diretor Executivo da Caixa Seguridade, o Sr. Hebert Gomide, que também segue à disposição da Comissão para os aspectos técnicos relacionados à parceria entre a Tokio e a Caixa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Concedo a palavra ao Hebert para que ele possa também complementar a sua manifestação.

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO (Para expor.) – Bom dia a todos. Obrigado, Vice-Presidente Antonio Carlos.

Gostaria de me colocar à disposição.

Como o Antonio Carlos mencionou, sou Diretor de Governança e Riscos da Caixa Seguridade. A Caixa Seguridade é uma *holding* de seguros que cuida das participações de seguros da Caixa Econômica, o braço de seguros da Caixa Econômica.

Fico à disposição para tirar todas as dúvidas e prestar esclarecimentos para os senhores e subsidiar esta importante CPI. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Antes de passar a palavra ao nosso Relator Izalci, eu queria dizer à instituição da Caixa Econômica Federal que ninguém está colocando aqui em risco ou avaliação o desempenho da Caixa etc. Não vamos perder tempo com isso. Nós acompanhamos. O que nós estamos... Chamamos os senhores aqui para que os senhores fiquem indignados, como nós estamos, pelo não interesse e boa vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O *compliance* de V. Sas. na Caixa deve ser rigoroso com empresas que atuam no Brasil, empresas que prestam serviços nada mais nada menos do que para a Caixa Econômica Federal, do que para a Petrobras e que ganham muito dinheiro.

Nós queremos o olhar da Caixa Econômica e da Petrobras se indignando como nós estamos indignados para atender... "Ah, porque a legalidade..." Ninguém vai discutir aqui a *performance* da Caixa, extraordinária, a gente acompanha.

Quando foi convidado o Pedro Guimarães, que é o Presidente da Caixa... O Senador Kajuru até reclamou por ele não estar presente aqui, mas eu concordei com a presença dos senhores porque os senhores são de logística, que fazem o contrato. O Presidente Pedro responde pela Caixa, pela instituição. Se for necessário, a gente o convida, mas a conversa aqui, a nossa preocupação é que a gente alcance as famílias que foram ignoradas por empresas que fazem seguro, ganham fortunas!

Na hora de fazer é uma beleza, como dizia a Senadora Leila. Ela viajou pelo mundo todo e nunca perguntou, antes de colocar o pé dentro do avião: "Esse avião tem seguro? Está em dia?". Então, é esse o objetivo, só para a gente não desvirtuar.

Ninguém chamou a Caixa Econômica aqui, não virá a Petrobras aqui, para que a gente possa duvidar ou dizer do desempenho, da legalidade, enfim. Nós queremos a indignação dos senhores, como nós estamos indignados, para que a gente consiga chegar a bom termo, e esta CPI tem eficácia para fazer entender. É por isso que está aqui o Presidente da Chapecoense, está o ex-Presidente Plinio, lá em Chapecó, para quem vamos conceder a palavra daqui a pouquinho.

Então, eu quero fazer esse registro.

Senador Izalci, vamos ouvir o Presidente Plinio e depois o Nei Roque. Aí V. Exa. faz todos os devidos esclarecimentos.

Agradeço à Caixa Econômica, então, pela manifestação. Podem ficar exatamente onde estão.

Agora, peço à assessoria que providencie a oitiva de Plinio David De Nes Filho, que terá a palavra por dez minutos para falar sobre todo esse episódio.

Plinio, tem a palavra por dez minutos.

O SR. PLINIO DAVID DE NES FILHO (Para depor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Senador Jorginho Mello; Senador Izalci Lucas, que participa como Relator desta Comissão; especialmente uma saudação ao Senador Esperidião Amin, que há poucos minutos abordou o tema levantado pelo Senador Kajuru de uma forma, no meu entendimento, mais correta possível das análises sucintas feitas até aqui; Senadora Leila Barros; demais Senadores presentes a este encontro; Sr. Nei Maidana, Presidente da Chapecoense, presente ao encontro. Agradeço a concessão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer, através de uma videoconferência, a minha presença nesse encontro, em razão de motivos já explicitados através do nosso requerimento ao Senador Jorginho Mello.

A grande verdade de quem pôde tristemente – eu diria assim – ver aqueles momentos é algo que acolheu a todos nós com uma surpresa muito triste; algo que nos deixou completamente desorientados até aquele dia, por algumas horas. A gente não se esquece jamais daqueles momentos. Era para eu estar, inclusive, nesse voo, e eu, por razões de uma agenda em São Paulo, permaneci naquela segunda-feira e iria embarcar para a Colômbia na terça-feira.

Aquela família que nós tínhamos e com a qual nós convivíamos já de longa data representava para toda a comunidade de Chapecó, no oeste de Santa Catarina, um símbolo da luta, da determinação em busca de um objetivo que, aparentemente e inicialmente, parecia um sonho, mas que, aos poucos, foi se tornando realidade. O clube, que saiu da série C e foi para a B e, da B para a A, em não menos que três, quatro anos de vida, era muito bem presidido na ocasião pelo Sandro Pallaoro e por todos os demais componentes daquela diretoria da qual a gente fazia parte.

Repentinamente, em 2016, no mês de novembro se não me falha a memória, esse sonho desaba. É muito difícil expressar os nossos sentimentos naquela ocasião, pois a grande realidade é que a gente sofria terrivelmente as emoções e as tristezas de vermos 64 vidas partirem de um momento para o outro, vidas que buscavam a realização de um sonho, e esse sonho foi interrompido naquela noite.

Era eu o presidente, na ocasião, do Conselho de Administração Federativa. E, como presidente desse Conselho de Administração, coube a mim, por determinação de grupo de pessoas da nossa comunidade, administrar a crise instalada dentro da Chapecoense. O Vice-Presidente, então, que também permaneceu conosco, o Sr. Ivan Tozzo, assumiu a presidência-executiva enquanto nós administrávamos os problemas e a crise.

A primeira atitude que tomamos foi com relação às famílias. A primeira: o acolhimento e um esforço maior de dar a elas condições para poderem, naquele momento, suportar a dor que todos nós sentíamos, mas que, evidentemente, elas tinham muito mais dificuldade de entender. Eu não me esqueço de que, em muitas reuniões de que eu participei, eu não pude concluir, não pude continuar, em razão da minha tristeza.

O segundo ponto de que nós tínhamos que cuidar era dar continuidade ao sonho daqueles que partiram. Portanto, nós tínhamos que formar um time em 17 a 20 dias, de uma certa forma competitivo, para podermos honrar os guerreiros que haviam partido.

A comoção tomou conta do mundo, as homenagens foram feitas em todas as nações, mas, mais especificamente e claramente comovente, na cidade de Medellín, que prestou uma homenagem que jamais será esquecida por todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, a gente começou o trabalho do zero, com dois atletas remanescentes e tendo que iniciar o campeonato logo a seguir. Fizemos a contratação da área técnica da Chapecoense, trouxemos as pessoas, essas pessoas trabalharam dia e noite durante 15 dias, no mínimo, e o time foi montado com o apoio dos grandes clubes do Brasil, que entenderam a nossa situação e que foram solidários aos nossos pedidos.

Uns falavam de uma dívida de 600 milhões que nós estaríamos assumindo, de acordo com as orientações técnicas que se recebiam. A gente escutava algumas vozes para que a gente não participasse. Mas, não, nós fomos à luta com vontade e determinação e com o objetivo claro de atender as famílias, de reerguer o clube e de montar uma administração que pudesse acompanhar, a partir dali, aquilo que ficava para nós, responsáveis perante a comunidade, de uma forma que a gente pudesse no futuro, como agora, esclarecer.

Entendo que a Chapecoense, através da sua direção, da sua área jurídica, da sua diretoria e de seu conselho na ocasião, fez o que poderia fazer. Recebemos doações, sim, mas também distribuímos essas entre as famílias. Pedimos o apoio de muitos, o apoio chegou, outros não chegaram, mas eu entendo que a Chapecoense fez a parte dela com as famílias, foi solidária do início ao fim.

Caiu sobre a Chapecoense toda uma situação de responsabilidade. Na realidade, quando vejo falarem das seguradoras, eu quero esclarecer que, realmente, estas falharam com a Chape, deixaram a Chape sozinha, mas, mesmo assim, nós chamamos as famílias e, dentro de uma fraternidade, de uma amizade sincera, dentro de um respeito mútuo, o entendimento foi aos poucos acontecendo, as famílias foram entendendo e a sociedade foi entendendo a necessidade de um acolhimento a essas famílias. Esta era a primeira ordem dada por esta presidência a todos os demais colaboradores da Chapecoense: o atendimento às famílias. Nos abraçamos, choramos juntos e pudemos, então, iniciar esse entendimento com a participação da área jurídica.

Foram feitos muitos acordos, acordos com os quais esta direção, do início ao seu fim – também na sequência, quando eu saí e entrou o Pablo, que foi vitimado pela covid mais tarde – cumpriu com as famílias dentro de uma reconstrução, já que havia o clube caído para a série B. Assim, foi feita a reconstrução desse clube.

Acho que o Senador Esperidião Amin, o Senador Jorginho e o Senador Kajuru estão de acordo com aquilo que é o nosso pensamento. Se nós não tivermos a seguradora respondendo por aquilo que deve para as famílias e para a Chapecoense, vai ser difícil uma solução. Eu entendo muito claramente que as nossas ações... A nossa área jurídica, especialmente, procurou sempre encontrar a verdade, se deslocando para a Espanha, se deslocando para a Bolívia, se deslocando para a Colômbia, se deslocando para os Estados Unidos, sempre à procura de encontrar a verdade. Gastamos bastante, mas estamos tranquilos com a nossa consciência, porque eu acho que era o trabalho que tinha que ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No nosso período, nós fizemos acordo com aproximadamente 90% das famílias. Esse acordo era para dez anos, sendo que, nos primeiros dois anos, nós pagaríamos uma proporção maior do que nos demais anos, porque nós também tínhamos na nossa cabeça que um dia a Chapecoense poderia ter uma dificuldade maior na questão dos seus pagamentos. Por quê? Nós estávamos arcando com tudo. Nós gastamos aproximadamente R$46 milhões nesse acerto com as famílias.

E causa uma preocupação grande, a partir de agora, quando a gente vê que as coisas começam a perder aquilo que era a emoção inicial. É verdade, a tragédia foi há cinco anos, mas ela continua marcando a vida de todas as famílias que perderam os seus, e tem que se encontrar uma solução. E essa solução, eu quero crer, só pode acontecer, ou deve acontecer, se os Srs. Senadores, o Itamaraty e o Presidente da República acionarem o Governo da Bolívia, especialmente, porque foi lá que ocorreu o equívoco do voo, quando um plano, na minha opinião mal feito, levou todos os nossos amigos. Isso não pode ficar impune do ponto de vista jurídico, isso tem que ter um fim.

Acho que a solução está neste caminho, não vejo nunca outro tipo de solução: as seguradoras devem assumir aquilo que lhes cabe. O clube, já extenuado, fez o possível.

Então, seriam essas as minhas manifestações iniciais. Fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Dr. Plinio, agradeço a V. Sa. Desejo-lhe saúde, proteção divina e agradeço pela sua participação.

Concedo a palavra agora ao presidente atual da Chapecoense, Sr. Nei Roque Mohr, por até dez minutos.

O SR. NEI ROQUE MOHR (Para depor.) – Vou economizar, Senador.

Senador, eu trago a indignação, mas também a esperança, principalmente na sua pessoa, do povo de Chapecó, do povo do Brasil, porque não foi um acidente somente lá da minha cidade, foi um acidente que comoveu o Brasil porque tinha pessoas de todos os lados do nosso país.

O que causa a minha indignação – muitas vezes o nosso país trata dessa forma – é que a vítima passa a ser o culpado, e é esse o caso da Chapecoense. Até hoje, ela sempre foi quem respondeu moralmente e financeiramente pelo acidente, nunca ninguém deu um apoio financeiro ou até moral.

Nós assumimos o clube numa situação crítica. Se não houvesse a nossa chegada – tenho um vice-presidente junto comigo –, o clube fecharia as portas. Ninguém mais receberia um centavo sequer, os credores, e não são poucos, que estão lá.

Neste momento, muita gente acha que a Chapecoense quer dar o calote. Muito pelo contrário, a Chapecoense quer se organizar, quer fazer as coisas direitinho e honrar todos os compromissos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiares e com outros credores, mas, pra que isso aconteça, nós precisamos nos organizar, porque o orçamento é limitado, não comporta o que se deve.

E a nossa esperança em cima de V. Exa., é que o senhor consiga nos ajudar de alguma forma. Nós já montamos algumas ações, mas isso por conta, pra tentar ajudar os familiares. Estão caminhando algumas situações, pra que a gente possa, o mais rápido possível, ir assessorando-os na parte financeira. O que eu desejo, realmente, é que V. Exa. consiga ajudar a mim, ajudar ao clube e ajudar a todos que se envolveram nesse trágico acidente, que, agora no mês de novembro, chega a seis anos.

E infelizmente só há um culpado nessa situação: a Chapecoense. E hoje eu vim aqui, mas não seria eu que deveria estar sentado aqui, não é? Porque há muitas pessoas que teriam que estar aqui respondendo pelo ato ou pela tragédia ou pelo que aconteceu. Mas reafirmo: eu agradeço o que V. Exa. está fazendo pela Chapecoense, porque é uma forma – nos trazer aqui é uma forma – de nós mostrarmos o que está acontecendo neste momento lá e é uma forma, talvez, com que o senhor possa nos ajudar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu agradeço a participação do nosso Presidente atual, Nei Roque Mohr, da Chapecoense, acompanhado do nosso Dr. Alex Passos, que é o Vice-Presidente, nosso amigo...

O SR. NEI ROQUE MOHR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... lá da...

O SR. NEI ROQUE MOHR – ... e – desculpa interrompê-lo – eu tenho todos os números, principalmente da parte financeira, que é a pasta do doutor aqui. Se alguém tem qualquer dúvida, a gente está totalmente aqui à disposição para responder qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu vou, de forma excepcional, conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin, mas peço a compreensão dele, porque há outros Senadores também que querem falar – e ele está insistindo –, para dar oportunidade a todos. Eu concedo de forma rápida mais uma intervenção dele neste momento. (*Pausa.*)

Assessoria, pode providenciar a... (*Pausa.*)

Quem? Não vai dar? (*Pausa.*)

Então, concedo...

Senador Esperidião, V. Exa. tem condições de falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Creio que sim.

Deu?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Deu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Consegue me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu só quero fazer dois comentários, Presidente.

Primeiro, eu ouvi com muita atenção tanto a explanação do Dr. Plinio David De Nes Filho quanto a do Presidente Mohr, e o que nos move aqui é a busca de um bálsamo, como falou o Senador Nelsinho Trad, para a família chapecoense, que congrega desde as vítimas e seus familiares, evidentemente, até a comunidade catarinense, especialmente a do nosso oeste. E, na busca deste bálsamo, nós temos que reconhecer as dificuldades financeiras por que passa a Associação Chapecoense de Futebol e sempre entender que incriminar a Caixa Econômica Federal ou a Petrobras... Que isto fique bem claro: eu também considero que a gestão da Petrobras tem que ser respeitada, e a gestão da Caixa Econômica Federal, sob a direção do Dr. Pedro Guimarães, merece o nosso aplauso. Bastaria mencionar o esforço que a Caixa Econômica Federal fez para que o auxílio emergencial chegasse a dezenas de milhões de brasileiros com rapidez e fluidez.

Nós estamos aqui, nesta reunião especificamente, tratando da primeira responsabilidade das seguradoras. O nosso foco não é comprometer Caixa, nem comprometer Petrobras, mas sensibilizar, no sentido pleno da palavra, as seguradoras, que dependem da sua credibilidade e que já têm tido a sua responsabilidade reconhecida na esfera do Direito Internacional.

Então, nós não podemos deixar de manifestar isso à Caixa e à Petrobras, neste momento, em tom de pedido, assim como pedimos ao Ministro das Relações Exteriores, que tem seis anos de experiência na Bolívia, que nos ajude; ao resseguro brasileiro... Enfim, nós estamos procurando meios de transformar a nossa solidariedade moral numa solidariedade efetiva, materialmente palpável, que beneficie os familiares.

É isso que eu gostaria de aditar para que não fique aqui no ar nenhuma sensação de que nós estamos querendo, direta ou indiretamente, pressionar prestadores de serviços destas empresas brasileiras: uma empresa pública e uma outra de sociedade de economia mista. Acho que é importante esclarecer isto: as seguradoras não podem continuar a fazer olhar de paisagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Essa é a nossa preocupação. Acho que está muito bem claro isto – muito bem claro –: ninguém aqui está questionando, nenhum Senadora, nenhuma Senadora, a idoneidade e o desempenho da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, que são duas empresas que orgulham o Brasil. Nós estamos aqui chamando a participação dessas duas empresas brasileiras para que nos ajudem, porque as seguradoras sempre foram assim: na hora de fazer o seguro...

Eu fui bancário também, tive o privilégio de ser aprovado no concurso da Caixa Econômica Federal e no Banco do Estado de Santa Catarina. Fiz uma opção pelo banco do estado. Vendi muito seguro, fiz muito seguro nas agências, fui gerente campeão de vendas de seguro, e o seguro é muito bom para fazer na hora da venda; depois, tem umas letrinhas miúdas no contrato que ninguém lê, a que ninguém presta atenção.

Então, é neste sentido: solidariedade. As pessoas estão sofrendo, as famílias estão sofrendo, e pelo gigantismo de uma companhia de seguros dessa é que nós estamos pedindo para os brasileiros, a Caixa Econômica Federal, a Petrobras, nos ajudar, porque os senhores viram o depoimento do ex-Presidente Plinio, a emoção dele depondo, o nervosismo, a preocupação com a situação toda. O Dr. Alex também acompanhou e acompanha diariamente isso. O Presidente Nei, que deixa os seus afazeres, é um pequeno empresário que está dedicando parte da sua vida para salvar, ajudar a salvar um time que deu muito orgulho para todos nós e vai continuar dando, que é a Chapecoense.

Então, está muito bem claro, está muito esclarecido isso. Ninguém aqui está querendo apontar o dedo. Nós precisamos de ajuda, de força. É um problema do Brasil – do Brasil –, e essas empresas são empresas importantes que podem nos ajudar. Muito bem claro.

Concedo a palavra ao nosso Relator, Senador Izalci Lucas.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu fiz aqui algumas apresentações bem detalhadas com relação à Caixa e também com relação aos ex-Presidentes e ao Presidente atual da Chapecoense, mas eu vou tentar, na medida do possível, passar o mais rápido... Nós já temos toda a documentação; é só para algumas perguntas, que muitas delas já foram colocadas, mas, com relação à Caixa Econômica... Com relação ao Presidente, ontem mesmo eu disse que não seria necessária a presença dele; poderia ser alguém que pudesse responder às perguntas com relação a essa questão da parceria com a Tokio Marine. Então, não adianta chamar o Presidente, e o Presidente dizer que não sabe. Então, o que nos interessa aqui é conhecer os detalhes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz questão de perguntar ali, que não estava aqui anotado, quando nós começamos a CPI aqui da Chapecoense. Foi dia 11 de dezembro de 2019. O acordo com a Tokio Marine, da Caixa Econômica, foi feito dia 6 de janeiro de 2020; portanto, depois do início da CPI.

Eu vou pedir para passar rápido os eslaides, mas eu foi fazendo algumas perguntas, para ser bem sintético. Eu digo assim: nem sempre os objetivos, os fins justificam os meios. Então, o fato de ser um bom negócio para a Caixa, não sei o que, não tem muito a ver com a situação que eu vejo com relação à Tokio Marine.

Vamos passar para mim, por favor, o eslaide nº 1.

É a convocação aqui da CPI, da Caixa Econômica. Primeiro que é obrigação nossa, como Senadores, apurar, a gente poder identificar, esclarecer a respeito desses contratos – já foi encaminhada, inclusive, a documentação toda aqui para a CPI –, também explicar um pouco sobre o que houve com essas novas contratações após a data do envio desses documentos, vistos vultosos negócios envolvendo a Tokio Marine e a Aon Corretora. Cabe lembrar que as citadas seguradoras buscam se eximir da responsabilidade securitária para com as vítimas e familiares no caso do acidente aéreo envolvendo a Chapecoense.

No Brasil tem isso. Quando tem as Olimpíadas, eu falo sempre isto: todo mundo quer as medalhas. No dia da semana, é um negócio, assim, comovente, todo mundo chora, todo mundo tal. Passam duas semanas, três semanas, as pessoas já esquecem. Hoje você tem medalhista de ouro sem patrocínio, sem recurso.

A Chapecoense, quem acompanhou há cinco anos e três meses, como dito aí pelo Senador Esperidião, foi uma comoção nacional. Passa o tempo, todo mundo esquece, e a gente está aí agora em solidariedade com as famílias de Petrópolis, Minas também, com essas chuvas todas. Em 2011, aconteceu lá a mesma coisa, aí fizeram toda essa comoção, e agora, de novo, a mesma coisa. E quais são as providências que foram tomadas? É difícil a gente encontrar uma solução pra isso.

Então, esse é o objetivo.

Nós temos aqui já... Pode passar para mim o segundo, o eslaide dois, o motivo do convite aqui. Temos ainda o... Pode passar para mim.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eslaide dois, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O acordo que foi feito da associação. Pode passar.

Isso é para saber – o número três também – o acordo de acionistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O número quatro são as indagações que eu faço à Caixa para os... A Caixa pode ser tanto o Antonio Carlos como o Hebert, quem tiver mais condições de responder.

A Caixa Seguridade Participações S.A. e a Tokio Marine Seguradora S.A. assinaram, dia 6 de janeiro de 2020, portanto depois do início da CPI, inclusive, um contrato de sociedade em uma nova empresa para exploração de seguro habitacional e residencial na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal pelo prazo de 20 anos, como foi dito aqui já.

O que motivou essa reestruturação de operação de seguridade de balcão da Caixa Participações em 2019? Quais foram os fatores determinantes para a escolha da Tokio Marine Seguradora S.A., em parceria com a Caixa, em 2020? E quantas seguradoras participaram desse processo seletivo? Poderia nominar outras seguradoras ou resseguradoras que estavam participando disso?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A quem puder fazer a resposta está franqueada a palavra.

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO (Para expor.) – Senador Izalci, obrigado pelas considerações, Senador Jorginho.

Vamos lá para as respostas.

O que motivou a reestruturação da operação de seguridade de balcão da Caixa Seguridade Participações em 2019? Bom, decisões estratégicas nos últimos anos levaram à decisão de fazer uma reestruturação do braço de seguros da Caixa Econômica.

A Caixa Seguridade é uma empresa relativamente nova, foi criada em 2015, justamente pra tocar essa restruturação. Havia ali um razoável consenso de que precisávamos dar mais foco ao negócio de seguridade, ampliar a governança, e, com essas premissas, nós tocamos esse projeto de reestruturação.

Como todo processo de reestruturação estratégica, de parceria estratégica, a gente segue ali manuais normativos internos que são construídos seguindo orientações de órgãos fiscalizadores, a exemplo do TCU, da CGU e também da Sest, Secretaria do Ministério da Economia. E a gente, nesse manual normativo, nesse documento interno, constrói ali um passo a passo muito criterioso para seguir. São várias fases. Aí já entramos na resposta da pergunta B. A gente segue ali um passo a passo muito criterioso. E assim fizemos por meio de um processo competitivo amplo no mercado brasileiro. Há um chamamento. Então são fases que são vencidas nos mecanismos de governança da Caixa Seguridade, Comitê com Partes Relacionadas, Comitê de Auditoria, Conselho Diretor, Conselho de Administração, e por aí vai. Nesse passo a passo, entre eles, há a aprovação de estratégia e a aprovação de avaliação econômico-financeira, e há também um processo de checagem desses potenciais parceiros.

Dito isso, a gente fez um chamamento amplo no mercado brasileiro. Vieram "x" número de empresas. É importante demonstrar que criamos ali uma tensão competitiva, para maximizar o valor dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferta, que é exclusividade de produtos de seguros no balcão da Caixa Econômica. E aí a Tokio Marine, dentre os potenciais parceiros, dentro dos critérios estabelecidos e da checagem realizada, logrou-se vencedora desse processo competitivo.

Senador, em relação a quantas seguradoras participaram, esse seria um dado sigiloso para uma oitiva pública, mas ficaremos à disposição para, talvez, uma indagação formal parlamentar, por escrito. Eu avaliaria com o Jurídico se poderíamos dar essa informação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós vamos solicitar isso. Se V. Sa. já puder providenciar essa relação, para que seja encaminhada à CPI, para a gente isso é importante, para a gente saber exatamente quem são, porque, nessa questão de seguro, há vários.

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – Certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu sei que foi feito todo um processo, mas lembro que tudo isso foi feito depois, inclusive, da CPI. Portanto, todo mundo já sabia do acidente, do que aconteceu e tudo mais. Lá na frente, nós vamos chegar a esse ponto.

Por favor, passe o eslaide nº 5.

Nessa questão, nós sabemos que foi injetado, como foi dito aqui, R$1,5 bilhão para subscrever o capital. Então, eu não vejo nenhum risco. Não há nenhum problema com relação ao contrato. Acho que a Caixa fez muito bem a operação.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA – ... se o senhor me permite, há uma inquietação aqui se a gente pode dar publicidade ao contrato comercial. É uma dúvida que nos ocorreu. Acho que há regras de confidencialidade no contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com relação ao contrato?

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA – É. Talvez, se pudesse fazer uma narrativa e mandar as perguntas, já que acho que o contrato tem reserva de sigilo, isso serviria para a segurança da Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.! Eu vou até evitar então. Mas já vou fazer perguntas com relação a esse contrato.

Eu gostaria que V. Sas. encaminhassem para nós então, para a CPI... Eu preciso saber efetivamente, com relação à XS3 Seguros S.A., do grupo econômico da Caixa, desde a sua criação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também o tamanho dessa carteira de clientes, o valor da receita dos prêmios e seguros dessa nova empresa e, até o momento, qual foi o montante desembolsado pela nova empresa a título de sinistro. Preciso dessas informações.

Eu vou deixar de passar os eslaides para, de fato, não colocar publicamente tudo isso.

Mas – eu sei que V. Sa. disse aqui – eu pergunto por que razão, nos órgãos intervenientes do processo, porque tudo isso passou pela Susep, pela Caixa, pelo Bacen, não foram protocolados... Aliás, nenhum desses órgãos aqui, nenhum deles também foi provocado, digamos assim, para se manifestar sobre o reflexo do episódio do negócio que estava sendo formatado. A Caixa Econômica não identificou, nesse episódio da Chapecoense, possível risco à sua imagem ou, se identificou, que medidas a Caixa adotou para reverter essa situação? Porque todos sabiam já do acidente da Chapecoense e sabiam que a resseguradora, as seguradoras envolviam a Tokio Marine. Então, a gente perguntaria: por que razão, no episódio que envolveu a Chapecoense, de que esse grupo econômico do qual a Tokio Marine S.A. fez parte, não foi levado em consideração o termo de parceria firmado entre a Caixa Seguridade Participações e a Tokio Marine Seguradora? Só para lembrar que, lá na frente, eu ainda vou perguntar também... Porque a Tokio Marine Brasil é uma coisa; a Tokio Marine da Inglaterra é outra – é a desculpa que eles sempre colocam –, mas quem é dono de todas essas Tokio Marine no mundo todo é a do Japão. E, nesse episódio da Caixa, foi consultada, inclusive, a Tokio Marine do Japão. E não se fala, em nenhum momento, com relação a isso, sobre a questão da Chapecoense. Então, eu perguntaria a V. Sas.: ninguém falou nada? Porque é o que eu disse na introdução: os fins não justificam os meios. Então, não é por ser um bom negócio, uma coisa maravilhosa para a Caixa que essa questão da Chapecoense não deva levada em consideração. Pergunto se vocês, em algum momento, algum órgão do Governo ou a própria Caixa não apurou, não verificou que a Tokio Marine estava relacionada à questão da Chapecoense.

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – Sim, Senador. Nesse processo de diligência, que é uma etapa do processo competitivo, essa checagem foi feita. Ela foi feita no momento da assinatura, ela foi feita no momento do fechamento da operação também. E, dentro dessa checagem, não foi detectado nada que desabonasse a Tokio Marine Brasil. Ela cumpriu todos os critérios para que estabelecêssemos essa parceria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu entendo perfeitamente o que V. Sa. está dizendo no aspecto da Caixa. Eu estou perguntando... É que a Tokio Marine Brasil é uma instituição, é uma empresa como se fosse uma filial da Tokio Marine japonesa, que é a dona de todas as Tokio Marine do mundo, porque tem na Inglaterra e tal. Inclusive, aqui, quando se foi fechar com a Tokio Marine Brasil, foi consultada a Tokio Marine no Japão, exatamente porque o dono da Tokio Marine é do Japão. Não houve ninguém que falou nada sobre a Chapecoense? Porque é público, já havia inclusive a CPI instalada. A Caixa, a Susep ou Bacen, ninguém levantou nada disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – Não, não, não. Não foi levantado em nenhum momento dessas autorizações prévias dos órgãos reguladores.

Em relação a essa checagem que é feita seguindo os nossos manuais normativos dentro da legalidade, ela é feita junto à Tokio Marine Brasil, não há a necessidade de subirmos para o seu acionista no Japão. Essa checagem é feita com relação à empresa aqui no Brasil.

Só para esclarecer, a Tokio Marine Brasil é nossa sócia em uma empresa que criamos em conjunto. Então, nessa parceria que está sendo mencionada aqui, a Tokio Marine não tem contato com o balcão da Caixa Econômica. O que foi feito foi uma construção de uma empresa chamada Caixa Residencial, e essa empresa, sim, detém o direito de atuar no balcão da Caixa, 75% da participação dessa empresa, entre ações ordinárias e preferenciais, são da Caixa. Nós temos ali os mecanismos de governança para atuar dentro dessa empresa, além da própria Susep, que regula a Caixa Residencial. A Tokio Marine Brasil é apenas uma das acionistas dessa empresa, detendo 25% de participação entre ações ordinárias e preferenciais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Caixa, então, perguntando, assim, de uma forma mais objetiva: a Caixa respeitou as boas práticas de gestão de terceiros em relação à contratação da Tokio Marine?

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A área de *compliance* da Caixa fez um estudo relativo ao Programa KYP, "Conheça o seu parceiro"...

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – Perfeito, exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... antes de contratar Tokio Marine?

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Fizeram isso?

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – Fizemos isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas vocês sabiam que o dono da Tokio Marine Brasil, o acionista majoritário é a Tokio Marine Japão?

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – Sabíamos. Sim!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. ou alguém da Caixa conhecia que a Tokio Marine Inglaterra, que também, por sua vez, tem por sócia majoritária a Tokio Marine Japão, tinha relação com essa questão da resseguradora da Chapecoense?

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – Não, não sabíamos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, então, agora eu vou perguntar de uma forma...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só uma pergunta, Senador Izalci, quero aproveitar: ocorrendo um sinistro e a Tokio Marine brasileira não honrando, não tendo condições, quem honrará é a do Japão, é a empresa mãe, ou cada filial é responsável pela sua produção, pela sua responsabilidade civil, enfim? O senhor sabe dizer isso?

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – Nós não temos conhecimento dos contratos da Tokio Marine Brasil, de como é a dinâmica do sinistro da Tokio Marine Brasil, se se relaciona com a do Japão ou não. O que nós podemos dizer é sobre a estrutura da sinistralidade da empresa criada em conjunto com a Tokio Marine, que é a Caixa Residencial, que presta os serviços para o balcão da Caixa, fornecendo produtos de seguro habitacional e seguro residencial. A empresa vem atuando, desde janeiro de 2021, com excelência no atendimento aos clientes e excelência também nos produtos. E, de novo, aí, sim, na Caixa Residencial, nós, da Caixa Seguridade, enquanto uma *holding* de seguros, acompanhamos, por meio de mecanismos de governança, o dia a dia dessa empresa. Então, nós realmente aqui podemos falar da Caixa Residencial, que é onde a gente realmente atua e tem essa parceria, essa sociedade com a Tokio Marine do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas tem esse sócio que está devendo para a Chapecoense. O sócio é a Tokio Marine. Os senhores sabem disso, então? Os senhores têm consciência de que os senhores são sócios de alguém que, por "n" fatores, não está querendo cumprir, indenizar a quem deve, colocando nas costas dos outros? Os senhores têm consciência disso, então?

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – No processo de checagem, nós não detectamos. A Tokio Marine Brasil cumpriu todos os requisitos necessários e não foi detectado nada que desabonasse a Tokio Marine Brasil no espectro do objeto aqui de que estamos falando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, se me permite, deixe-me fazer aqui algumas ponderações. Por isso eu abri dizendo isto: que nem sempre os fins justificam os meios.

Essa questão da Caixa... Eu sei, por tudo que eu já li e já vi, que a Caixa não tem risco nenhum. Quem apostou no seguro está muito tranquilo porque o dinheiro está depositado, não tem problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum, não tem que... A análise de risco é zero. Mas foi colocado pelo Senador Jorginho, também pelo Senador Esperidião Amin e pelo Senador Kajuru: há uma cláusula no contrato – e eu também li o contrato – de rescisão: qualquer das partes pode rescindir a qualquer momento. Porque o que eu e nós aqui queremos é que haja realmente o pagamento, a indenização das vítimas desse acidente. E está claro, foi dito aqui que na Flórida já há decisões no sentido de que a Tokio Marine é responsável porque ela é resseguradora, e outras também, não sei exatamente qual é o percentual dela no resseguro. Por isso que eu quero saber: nesse convênio de vocês, quais outras há, para a gente saber se há outras também que não estão comprometidas com isso.

A nossa esperança – eu, como Relator, e o Senador Jorginho, como Presidente, e tenho certeza de que todos os Senadores – é de que a gente busque uma alternativa para que o compromisso seja honrado, porque, como foi dito aqui, foi parcelado, foi pago, não estava vencida ainda a segunda parcela. Então, o seguro estava valendo. Não adianta dizer que não estava, porque estava.

E a Tokio Marine Japão é a sócia majoritária de todas as Tokio Marine do mundo, porque tem na Argentina, no Brasil, pra todo lado.

Perguntei para a Petrobras, e vou lhe perguntar na próxima. A Petrobras fez realmente seguros também com licitação, tudo bonitinho, seguindo a regra do manual. Mas quem garante, se acontecer um incidente, como aconteceu já no Brasil, numa plataforma, que a Tokio vai honrar os compromissos, se não honraram com a Chapecoense?

Então, a pergunta que faço – e espero que o Presidente da Caixa e o Presidente da República analisem isso – é: sabendo hoje, mesmo que não esteja no manual, mesmo que não esteja... A Susep não falou nada, o Bacen não falou nada, mas é público e notório para todo lado, e já tinha a CPI. Sabendo que a Tokio Marine é a grande responsável, é a resseguradora de tudo isso e que o sócio majoritário é a Tokio Marine Japão, o que o Brasil, o que o Presidente da República, o que o Presidente da Caixa pode fazer com relação a isso?

Não é que... Ninguém está falando aqui, com relação a essas questões de insegurança jurídica, que não vai..., que o sinistro... Aqui na Caixa não tem isso. Está tudo certinho e tal. Mas o que Brasil – e foi dito aqui pelo Nelsinho –, Relações Exteriores, o que pode ser feito para que as famílias dessas vítimas recebam realmente aquilo que é direito delas da Tokio Marine Japão, que é a grande acionista da Tokio Marine do Brasil? Então, já falam: "Ah, se é a do Brasil, não tem nada com isso". Tem sim! Sócia majoritária da Tokio Marine Brasil é a Tokio Marine Japão.

Então, sei que talvez V. Sas. não vão poder responder, mas o apelo que eu faço, e tenho certeza de que é o do Presidente Jorginho, é este: o que o Presidente da Caixa Econômica, sabendo agora, se não sabia, mais detalhadamente... O que aconteceu? O que pode ser feito? O que o Brasil pode fazer para que a justiça seja feita? É isso que nós queremos. Ninguém aqui quer prejudicar a Caixa, muito pelo contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos orgulho da Caixa. Tenho orgulho da Petrobras, tenho orgulho de todas as empresas nossas, mas não podemos ter um parceiro... Só porque não tem risco ou porque o manual não diz nada, a gente vai aceitar uma parceria onde não honraram com a Chapecoense.

Então, essas eram as minhas ponderações, Presidente.

Se quiser fazer algum comentário, eu até gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu franqueio a palavra a todos os senhores para manifestação de forma bem clara, objetiva. Podem usar da palavra.

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO – O.k.

Como o Antonio Carlos já mencionou na fala dele, nós da Caixa Seguridade também nos sensibilizamos profundamente com as vítimas e familiares dessa tragédia.

Em relação aos contratos, como o senhor mencionou, um dos motivos dessa reestruturação que nós fizemos foi justamente trazer contratos mais modernos, mais parrudos, que trazem as cláusulas de praxe, de possibilidades de saída, com opções de compra, opções de venda, com cláusulas de multa e penalidades de forma recíproca, se necessário for acioná-las. Então, isso está no contrato. A gente não pode entrar muito nos detalhes aqui do contrato por questões de confidencialidade, mas já foi disponibilizado para os senhores. Em relação a essa questão, nós estamos avaliando.

Sem dúvida nenhuma, vamos envidar os melhores esforços dentro da legalidade para apoiar esta CPI.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, fico satisfeito, porque na prática é o que nós queremos. A solução desse processo passa pelo Governo Federal – o esforço do Governo Federal, o esforço da Caixa Econômica, que é do Governo. Eu não tenho nenhuma dúvida de que foi tudo... A Caixa não tem problema nenhum, muito pelo contrário. Podem fazer o seguro, está tudo seguro, não tem risco nenhum. Mas o sócio que manda mesmo – não é a Tokio Marine Brasil, é a Tokio Marine Japão – sabe do compromisso que tem e que deveria cumprir. Então, um sócio que não cumpre, eu tenho dúvidas.

Espero que na próxima semana, porque já estão enrolando há muito tempo para virem aqui... Está confirmada, na próxima reunião, a Tokio Marine Brasil. E já vou dizendo aqui que não adianta vir dizer que não tem nada a ver, que Brasil é Brasil. Não! Sócio majoritário, Tokio Marine Brasil, é Japão! Não conseguimos falar com o Japão ainda, mas eu espero que o Presidente da República, o Presidente da Caixa, o Presidente da Petrobras possam de fato nos ajudar. O que nós queremos aqui é que as vítimas, as viúvas, todas as famílias possam receber o que é de direito, a indenização, porque ninguém perguntou: "Tem seguro? Não tem seguro?". Tem seguro! Mesmo que tivessem perguntado e respondessem "não", a gente sabe que tinha. Pagaram a primeira parcela e a segunda não tinha vencido ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, com relação... Eu estou satisfeito.

Eu vou passar aqui a indagação também para o nosso Plinio, que é o ex-Presidente da Chapecoense, e o Nei, que também já falou aqui.

Vou fazer algumas perguntas. Desculpe-me se a gente for... Porque eu também fico emocionado, a gente fica também chateado com tudo o que aconteceu, mas a gente precisa esclarecer, até para uma questão de informação, como é que está a situação das famílias e tal.

Então, eu gostaria – há a apresentação aí – que colocassem para mim o eslaide 19.

Eu não vou repetir tudo aqui, porque isso já foi esclarecido bastante na fala. Eu vou apenas fazer aqui as indagações. Eu não vou entrar nos detalhes, porque isso aí todo mundo já está... Eu entrei em cada detalhezinho das datas e tudo mais, mas eu vou entrar direto...

O eslaide é o 19. Pode passar até para o 20, que já são as perguntas, que são as indagações que eu quero registrar no relatório depois. Se não tiver esses dados, Nei... No início, V. Sa. já disse que tinha até os dados, mas eu vou perguntar...

Pode passar para o 20, por favor, com as perguntas já, para a gente simplificar um pouco.

Quantas ações trabalhistas a Chapecoense responde na Justiça em razão do acidente com o voo CP-2933, da LaMia? Qual o valor total dessas ações? Qual o valor que está em atraso? Essas questões depois... Ou se já puder responder... Eu preciso dessas informações. Qual a receita com o programa de sócio-torcedor? Qual o reflexo do pedido de recuperação judicial feito na Justiça no andamento das atuais ações trabalhistas? E como está o projeto para tornar a Chapecoense uma Sociedade Anônima de Futebol? Qual é o investidor interessado? Quanto será o aporte de recursos? Essas são as primeiras indagações. Podem ser respondidas também tanto pelo Plinio quanto por V. Sa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Acho que cabe, Senador Izalci, ao Presidente atual fazer essas respostas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se ele não tiver condições de responder agora, pode enviar...

O SR. NEI ROQUE MOHR – Senador, eu trouxe o Dr. Alex, que é o Diretor Financeiro, que tem a capacidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode ser respondido por V. Sa.

O SR. NEI ROQUE MOHR – ... técnica de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX BOFF PASSOS (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia, Senador Jorginho, Senador Izalci, pessoal da Caixa.

Com relação às ações trabalhistas, nós temos hoje 42 ações ainda. Dessas ações, muitas estão em fase de recurso. Todas elas foram lançadas agora recentemente na nossa recuperação judicial. Antigamente elas estavam nos nossos balancetes como previsão, e agora a gente as lançou como valor de face, de quanto está sendo exigido. Então, nós temos aproximadamente R$80 milhões em ações, que não estão tramitadas em julgado, elas estão em trâmite de julgamento. São 42 ações. Nós temos alguns atletas, por exemplo, que têm três ações, entraram várias pessoas, isso com relação ao acidente.

A receita do programa sócio-torcedor oscila, há uma oscilação por conta da questão do time, uma série de situações, mas é uma média de R$230 mil a R$290 mil no mês. Por exemplo, nesse primeiro mês agora a gente fez uma promoção para que as pessoas antecipassem. Então, por isso que dá essa variação.

A recuperação judicial se fez necessária, Senador Izalci, porque nós tínhamos, nos três primeiros meses do ano, um fluxo de caixa de menos R$8 milhões, ou seja, o dinheiro que nós iríamos receber e o dinheiro que nós iríamos ter que pagar dava uma diferença entre o que entrava e o que saía de menos 8 milhões. Então, o time estava completamente inviável. Se nós não tivéssemos tomado essa medida, fatalmente teríamos que ter fechado o clube por conta de todas essas demandas. Nós tínhamos mais de 20 pedidos de bloqueio de renda, de arresto de rendas e assim por diante. Então, a nossa situação realmente era muito delicada e essa foi uma medida que a gente conseguiu fazer para quê? Para conseguir manter o time funcionando, para que a gente conseguisse pagar as pessoas. Nós temos lá 140 funcionários que dependem da Chapecoense.

Então, essa ação judicial foi extremamente necessária, foi muito debatida e envolve, inclusive, questões pessoais, porque nós temos muitas pessoas da comunidade envolvidas nesse processo.

Com relação à SAF, o que nós da Chapecoense entendemos neste momento? É muito recente a questão da Sociedade Anônima de Futebol, há muita controvérsia ainda com relação à legislação, e as questões trabalhistas que envolvem justamente a SAF vão ser alvo – penso, nós entendemos – de muita contestação judicial e assim por diante.

Então, nós temos, na constituição da SAF, mais à frente, quando a gente conseguir equacionar as dívidas da Chapecoense, conseguir pagar às pessoas, aí, sim, vamos constituir a SAF.

Senador Izalci, nós vivemos no berço do cooperativismo, do associativismo, e essa diretoria entende que a Chapecoense tem que continuar nesse modelo associativista, cooperativo, da comunidade, mas essa é uma decisão que não depende só da diretoria, depende do conselho deliberativo. Então, tudo isso a gente está construindo. Mas, neste momento, por conta da recuperação judicial, nós inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguramos a constituição da SAF pra, primeiro, conseguirmos ordenar a casa para depois fazermos novos passos.

Espero ter respondido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Respondeu, mas não sou eu que vou dar aqui a solução.

Mas eu digo assim: nós aprovamos aqui recentemente a SAF exatamente para que pudessem entrar novos investidores, como aconteceu com o Cruzeiro, que está devendo – estou falando do Cruzeiro porque eu sou atleticano –, entrou o Ronaldinho agora com 400 milhões, como tem acontecido. Não seria a solução exatamente para a Chapecoense, que hoje é conhecida no mundo todo, até em função mais dessa tragédia toda que aconteceu? Ninguém ainda apareceu com essa perspectiva no sentido de ajudar a Chapecoense e entrar na sociedade, na SAF? Alguém já?

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Nós temos inúmeras propostas de vários bancos, de vários escritórios, mas, efetivamente, alguma coisa concreta, não. E a leitura que a gente faz, Senador, é assim: pelo valor que foi negociado o Cruzeiro, a Chapecoense é um time pequeno, numa cidade de 250 mil habitantes, que teria uma exposição de mídia relativamente baixa, por conta da nossa localização, um time de Série B. Então, a gente imagina que esses investidores externos, aquele príncipe árabe que vem em cima de um cavalo branco comprar os times, antes de chegar a Chapecó, vai passar por uma série de times do Brasil. Eu diria um pouco mais até, essa questão de a gente tentar, primeiro, ordenar a nossa casa, acertar as nossas dívidas, tentar achar um equacionamento para esse problema, eu acho que inclusive ajuda a atrair novos investidores.

Então, o que a gente imagina nesse planejamento?

Efetivamente, fazer o quê? Fazer com que a gente consiga, primeiro, estruturar a nossa dívida. Como vamos pagar? De que forma vamos pagar? E, a partir daí, criar a SAF. Então, isso é mais ou menos o que a gente está delimitando por conta dessa situação que nós temos lá. E veja, Senador, que tanto o Nei quanto eu trabalhamos de forma gratuita e graciosa. Nós não temos nenhum tipo de... Não somos... Eu não sou profissional do futebol, sou aposentado e estou lá tentando ajudar a não fechar o clube, porque, se nós não tivéssemos assumido... Só para o senhor ter uma ideia, não houve chapa. A única chapa inscrita foi a nossa. Então, nós constituímos uma chapa e aceitamos esse desafio de manter o time em pé.

Só para o senhor ter uma ideia, antes de iniciar o campeonato, os jogadores iam à casa do Presidente pedir para ser emprestado, ser vendido, não queriam mais nem ficar em Chapecó. Então, a gente está fazendo um esforço hercúleo. Para quê? Para essa engrenagem girar, porque, à medida que essa engrenagem gira, nós conseguimos pagar um pouco para cada um, manter o time e, aí, sim, depois dessa estrutura, quem sabe, buscar um investidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu perguntei relacionado às dívidas trabalhistas, mas eu queria fazer uma pergunta com relação ao valor da dívida total. Vocês têm ideia, sem considerar essas questões judiciais, eu digo, assim, do aspecto da seguradora... Qual é o total da dívida hoje da Chapecoense?

O SR. NEI ROQUE MOHR (Para depor.) – Senador, é difícil... Por exemplo, tem vários atletas do ano passado que ainda não entraram com o pedido, porque eles não receberam acho que oito meses. E a gente sabe que gradualmente vai entrando. Vai levar algum tempo para você saber o total da dívida. O Alex pode ter algum percentual, mas eu tenho vários atletas que estão me cobrando hoje, que não entraram na Justiça e que ainda não cobraram judicialmente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas a Justiça...

O SR. NEI ROQUE MOHR – Eles ficaram sete, oito direitos de imagem sem receber.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É que a Justiça tem prazo de prescrição. Acho que até já está prescrita qualquer ação trabalhista, não é?

O SR. ALEX BOFF PASSOS (Para expor.) – Mas, Senador, a sua resposta é a seguinte: hoje nós temos uma dívida já entabulada na RJ de R$86 milhões, se não me engano, e temos uma dívida com o Fisco de R$22 milhões. A partir disso, conforme o Presidente falou, várias pessoas estão procurando o clube dizendo: "Olha, eu tenho para receber". O que a gente tem orientado? "Você tem que ir lá na RJ e dizer 'olha, tenho para receber', para que a gente consiga, como o nosso plano de recuperação que vai ser apresentado agora, nos próximos dias, ordenar para a gente entender como é que nós vamos equacionar essa situação."

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom. É porque a Chapecoense acabou sendo o segundo clube de muitos torcedores no Brasil todo. A gente torceu muito, não é? E a Chapecoense hoje é muito conhecida. Lamentavelmente, até agora foi para a Série B, não é? A gente gostaria muito que ela... Aliás, inclusive, foi a única que ganhou do Atlético no ano passado. Foi a Chapecoense que ganhou, que estava em último lugar.

Mas eu acho que, para solucionar, o ideal é arrumar um investidor agora, não é depois. Depois, como é que vocês vão pagar as dívidas se vocês não têm recurso? E o objetivo é exatamente este: trazer investidor. Espero até que a gente possa aqui, com esta audiência, atrair aí algum investidor. Quem sabe esse que você falou aí, o príncipe do cavalo branco, possa chegar, como chegou a vários clubes, inclusive ao Botafogo também, para poder... Eu acho que é possível, não é? Acho que...

O SR. NEI ROQUE MOHR – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Chapecoense é muito respeitada.

O SR. NEI ROQUE MOHR (Para depor.) – Senador, eu, particularmente, todo mundo que me procura a gente vai ouvir, principalmente os investidores, não é? A gente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O objetivo de vocês da diretoria atual é resolver ou vocês querem continuar com ela por questões...

O SR. NEI ROQUE MOHR – Nós queremos resolver para que fique bom para todos, principalmente para os credores, para as famílias.

Até antes dessa situação, nós tínhamos duas ações tramitando no clube. Uma é com uma empresa de *marketing* que vê uma imagem da Chapecoense muito interessante, em nível mundial, para captagem, está fechando uma parceria, ainda faltam alguns detalhes; e também há uma outra ação, da qual o Alex pode falar um pouco também, em que a gente, antes de fazer qualquer situação, a gente já procurou alguns caminhos para que a gente consiga dar andamento a algumas situações para tentar resolver o problema financeiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu ia perguntar isto: no caso dessa recuperação judicial, há já um planejamento de honrar esses compromissos, principalmente os trabalhistas e a questão da...

O SR. ALEX BOFF PASSOS (Para expor.) – Com certeza.

Senador, veja bem: a nossa diretoria, quando assumiu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já existe isso detalhado já, documentado?

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Não. Está sendo montado, porque a gente tem 60 dias para terminar o plano.

Mas, só para o senhor entender: se esta diretoria quisesse apenas empurrar o problema para frente, a gente teria registrado à SAF, teríamos migrado para a SAF, e, daqui a 18 meses, o problema voltaria. Então, o que a gente fez? A gente está tentando resolver o problema.

Quanto a isso que o Presidente colocou, só para o conhecimento desta CPI: nós estamos com um planejamento muito adiantado com o Rotary Club para fazer uma campanha em nível mundial de arrecadação com um fundo específico para as famílias das vítimas. Esse dinheiro não vai sequer entrar no clube. Nós temos uma fundação em Chapecó, chamada Fundação Vida, que foi criada justamente para esse fim, que será o elo entre a Chapecoense, os rotaryanos e essa campanha. Além disso, nós abrimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

uma porta de negociação com o pessoal da Fifa, da Fundação Fifa. Então, a gente também está encaminhando um planejamento para lá.

Então, esta diretoria não só tentou resolver o problema da Chapecoense, como é nossa obrigação – e nós temos ciência disso –, como tenta resolver o problema das vítimas, e estamos trabalhando com muito afinco para isso. Eu lhe asseguro que estamos realmente buscando uma solução para esse problema. Tanto estamos buscando, que estamos aqui, porque a gente entende que esta CPI pode ser um elemento fundamental nessa solução, principalmente no que diz respeito à responsabilização dos governos, como já foi falado aqui, principalmente do da Bolívia, não é? Mas, independentemente disso, esta diretoria está trabalhando com afinco para tentar achar soluções.

E veja: há 42 dias úteis estamos na Chapecoense.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É isto que eu ia perguntar: nessa recuperação judicial, é evidente que vocês colocaram o valor da dívida, para poder justificar... Qual o valor da dívida que vocês colocaram com relação a essa questão?

O SR. ALEX BOFF PASSOS – A dívida efetiva, real e cristalina.

Esta diretoria, desde que nós assumimos, nós temos como meta a transparência total e absoluta de todos os nossos atos. Não temos absolutamente nada, nada, nada para fazer de diferente do aquilo que é legal. Então, para a constituição do RJ, o que é que nós fizemos? Nós levantamos efetivamente o que o clube devia e, nessa questão, nós apuramos, por exemplo... Os nossos balanços...

Vou lhe dar um exemplo: determinado atleta tem uma ação que já está julgada em segundo grau no valor de 14 milhões. No nosso balancete estava lançada por 2 milhões. Então, nós atualizamos. Por quê? Porque novamente eu lhe digo: nós chegamos no clube num momento em que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, vocês fizeram um contingenciamento. Eu queria saber exatamente isto: quanto, no processo, disseram que vocês estavam devendo?

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Nós jogamos dentro do RJ, porque eu preciso dessa ferramenta para poder equacionar as dívidas do clube, nós jogamos efetivamente a realidade do clube. Tudo que nós tínhamos lançado foi para dentro do RJ. Agora, nós temos essas outras ações de que eu lhe falei, das quais a gente não sabe qual vai ser o desfecho.

Então, o que é que nós estamos fazendo? Dando total transparência, Senador – total transparência! –, porque a gente não quer absolutamente nada que não seja a verdade...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu só queria a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – No processo, na indicação do acordo judicial, da recuperação judicial, quanto vocês colocaram de dívida da Chapecoense? É isso que eu estou perguntando.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – O que nós temos de efetivo: são 86 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Oitenta e seis milhões?

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E já atualizou essas que têm segunda instância? Já ou...

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Não, porque ela não virou um crédito ainda pra...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas vocês fizeram a previsão no balanço?

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Sim. Dentro da RJ já tem esse aprovisionamento, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já tem essa previsão.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Aí, a nossa dívida vai a quase 180, tá? Só para o senhor saber.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com a previsão já...

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Com as dívidas, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... das ações de segunda instância?

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Sim, sim. Aí ela sobe bastante.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas vocês colocaram isso no processo?

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem uma questão do seguro de vida lá com relação a duas seguradoras, que pagou um valor menor, acho que era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1,18 milhão, um milhão e cento e oitenta mil. A Chapecoense pretende atuar, tendo em vista a decisão de segundo grau que identificou a presença do dano, de nexo de causalidade e de culpa patronal na ocorrência do evento danoso, entendendo, então, que a responsabilidade do time seria subjetiva? Quantas ações de responsabilidade civil a Chapecoense responde em razão disso? Mas eu acho que isso aí já está nesse plano de...

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Inclusive, eu trouxe um relatório. Se o senhor quiser, eu posso deixar com a CPI...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá, é melhor...

O SR. ALEX BOFF PASSOS – ...de todas as ações que a gente está respondendo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Que é a mesma que foi juntada na RJ.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo. Eu gostaria que V. Sa...

O SR. ALEX BOFF PASSOS – O balancete também dos últimos três meses...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – ... daquilo que eu lhe falei.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Solicito à assessoria que colha a documentação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essa documentação é importante para a gente, não é?

Bem, essa questão, então, está nessas informações...

Vocês ainda estão com o plano de trabalho. Se terminarem e puderem encaminhar para cá...

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Com certeza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos ver se ainda dá tempo, não é?

Tem uma questão que eu queria também... Só pra efeito de informação, já que a transparência é total – aí, se o Sr. Plínio ou você, Alex, puder responder –, com relação às receitas oriundas de vinculação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da tragédia da equipe – doações de TV, jogos beneficentes, doações pessoais –, tais valores foram repassados às vítimas na sua integralidade? Ou ficaram no clube essas questões vinculadas?

Porque tem uma questão, inclusive, que eu vi – não sei se foi num momento, assim, de desespero... Porque tem... Vocês no estádio têm lá toda a questão das vítimas e tal. E tem, inclusive, pedidos para a retirada disso do estádio. Como é que está essa situação? Só pra a gente entender um pouco isso.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Vamos lá.

Nós respeitamos o desejo dessas viúvas e das mães dessas crianças, mas nós vamos questionar, porque nós entendemos, Senador, que a história da Chapecoense... Isso faz parte da história da Chapecoense, faz parte da história do povo oestino, e a gente entende que você apagar essas pessoas da história não seria uma situação justa. Então, nós vamos questionar isso, porque faz parte da história de Chapecó, faz parte da história de Santa Catarina. Então, isso, num momento apropriado, a Chapecoense vai buscar fazer com que essas pessoas se sensibilizem e entendam que isso é uma homenagem àquelas pessoas que se foram. Nós, lá em Chapecó, temos o "momento 71", em que todo o estádio fica em pé e bate palmas em homenagem às pessoas que se foram. E a gente acha que é uma injustiça você terminar com essa homenagem a essas pessoas, mas isso, no momento apropriado, a gente vai discutir. O que é que a gente fez? Tão logo foi solicitado, foi retirado, mas a ideia é justamente esta: é manter a história, não só da Chapecoense como dessas pessoas, viva, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou fazer um pedido tanto ao Sr. Plinio quanto aos senhores, se tiverem essas informações, para mandá-las para cá para que elas façam parte do processo.

Eu precisava saber, primeiro: qual era o endividamento do clube quando o senhor assumiu, na época do Sr. Plinio, porque eu queria ter na sequência. É para o Sr. Plínio, mas, se vocês conhecerem isso... Eu preciso da informação.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Eu tenho tudo aqui, tenho os balanços desde 2017 até...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu quero o endividamento do clube quando o Sr. Plinio assumiu, logo após a tragédia. Se tem esses documentos, eu gostaria também de recebê-los. É lógico que aí deve ter a receita global da equipe do ano de 2016, a receita de 2017 e a de 2018, provavelmente.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Tenho todos os balancetes para fornecer ao senhor. É aquilo que eu falei: a nossa gestão é uma gestão de transparência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ótimo! Então, eu gostaria de recebê-los.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o Nei... O senhor era Vice-Presidente de Futebol no período de maior endividamento do clube?

O SR. NEI ROQUE MOHR (Para depor.) – É, eu fui Vice-Presidente de Futebol até ser afastado pelo atual Presidente justamente por não concordar muito com a gestão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, era isto que eu queria perguntar: qual era a real função mesmo que o senhor exercia no clube? Qual foi o motivo do afastamento dessas funções? A pergunta seria até para o Plinio, mas...

O SR. NEI ROQUE MOHR – Pode ser para mim e para ele.

Na época ele alegou que eu era muito amigo dos atletas – uma alegação meio estranha, mas tudo bem. Eu via de outra forma, não concordava com algumas coisas, com pagamentos, contratações e tal, mas eu não tinha poder nenhum. O Vice-Presidente de Futebol é meramente uma figura ilustrativa dentro da questão do clube.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É só para a gente saber qual era a relação mesmo com os familiares das vítimas, principalmente com as que não têm vínculo com a cidade e tal.

O SR. NEI ROQUE MOHR – A outra questão ali, Senador, colocando um detalhe a mais: todas as imagens não são de uso comercial, são de uso para a questão de tributo, de homenagem aos atletas e aos ex-dirigentes que estão lá. Então, também é um detalhe a ser considerado, porque a gente não usa a imagem somente para fazer homenagem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se tiver toda essa documentação, Alex, eu preciso, porque, mesmo aprovada em assembleia a autorização de acordos, até o montante de R$60 mil... Qual é o motivo de os acordos não terem sido feitos? Porque eles tinham sido autorizados. A não realização dos acordos acarretou condenações que levam a quase R$25 milhões na dívida do clube; quer dizer, se tivessem feito o acordo, não teriam essas coisas. Então, se tiver essas informações, para mim é importante também, não é? Você sabe de alguma coisa relacionada a isso, ou não?

O SR. ALEX BOFF PASSOS (Para expor.) – Essas dos não acordos eu não tenho hoje, mas eu consigo para o senhor, com certeza, tá? Foram autorizados pelo Conselho Deliberativo, na época, esses acordos, só que esses acordos dependiam também de que as famílias acertassem. Um acordo é quando os dois querem. Então, muitos não tiveram essa sensibilidade, eram valores diferentes. Mas eu consigo essa informação e lhe encaminho com certeza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a relação do clube com a Conmebol e com a empresa Off Side sobre a indicação da Lamia para o transporte do clube na época dessa tragédia? Tem conhecimento, Nei?

O SR. NEI ROQUE MOHR (Para depor.) – Não, eu... Quem fez, diríamos, essa contratação do serviço infelizmente perdeu a vida lá. Eu, particularmente, conheço os integrantes da Off Side, que sempre prestaram assessoria, na época, nas viagens pós-acidente. Agora, antes disso, Senador, eu fazia parte da direção, mas não com cargo no clube.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci, o ex-Presidente Plinio está pedindo a palavra, e eu concedo, até para contribuir na discussão.

Solicito à assessoria que coloque o ex-Presidente no vídeo.

O SR. PLINIO DAVID DE NES FILHO – Senador Izalci Lucas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. PLINIO DAVID DE NES FILHO (Para depor. *Por videoconferência*.) – Eu acabo de escutar a colocação do Presidente Nei com relação à sua participação na Vice-Presidência de Futebol da Chape na ocasião em que eu assumi o clube. Devo dizer ao senhor que não concordo com a colocação que ele faz neste momento. Em nenhum momento ele deixou de tomar conhecimento, como todos os demais membros da diretoria e do conselho gestor do clube, dos gastos que o clube tinha – em nenhum momento. Eu não escutei, da parte dele, em nenhum momento, contestação de pagamento por este ou por aquele atleta.

É evidente e muito natural que, em determinados momentos, nas contratações, você tenha acertos e erros, mas o nosso departamento de futebol é altamente qualificado nas suas contratações. Tanto é que, no nosso período – e o Sr. Presidente atual nos acompanhou em muitas viagens – nós giramos, em torno do mundo, 320 mil quilômetros levando a imagem institucional de um clube que havia sofrido uma tragédia, mas que se reergueu pelo esforço, pela determinação, pelo desejo e pela vontade daqueles que lutaram por esse clube.

Então, não posso aceitar jamais essa colocação que o Presidente Nei faz. E devo dizer ao senhor que a Associação Chapecoense de Futebol, no período em que eu estive à frente dela, foi com Abravic, com a Afav-C e, posteriormente, com a Fundação Vidas, que foi fundada também no nosso período... Tivemos um diálogo branco e franco no sentido de encontrarmos instruções, primeiro, para as famílias e, depois, para a Chapecoense. E nós encontramos essas soluções, e nisso nós fomos autorizados pelo conselho para gastarmos até R$60 milhões na questão dos acordos, e nós gastamos R$40 milhões, divididos em parcelamento de dez anos, com o trabalho muito assíduo dessas associações junto às famílias e de seus advogados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não posso – me desculpe, Presidente Nei – aceitar a sua colocação, porque ela não é verdadeira; a sua colocação é falha, a sua colocação deixa de dizer a verdade. O senhor esteve lá comigo, o senhor nos ajudou, o senhor nunca contestou, o senhor opinou e o senhor caiu fora, quando o senhor entendia que nós íamos ser rebaixados, e não fomos. Então, não faça isso. Acho que não é uma atitude correta. Eu estou lhe dando apoio, desejo que o senhor seja feliz na sua administração, mas não posso concordar com a inverdade, e isso não é verdade. O senhor nunca contestou. O senhor chegou à minha sala, em determinado momento da sua administração, em que o clube iria pra Série B do futebol catarinense, pedir o meu apoio, eu dei o apoio. O senhor registrou isso num livro por escrito. Então, não faça isso, não diga tamanha bobagem e mentira, porque esta Comissão é para ser respeitada. O senhor respeite a idade da minha pessoa, por tudo que eu pude contribuir com o senhor na época em que o senhor tinha dificuldades na Chapecoense.

Então, não tem...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Sr. Plinio.

O SR. PLINIO DAVID DE NES FILHO (*Por videoconferência*.) – ... em muitos momentos...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Entendemos.

Concedida a palavra a V. Sa.

Acho que o Senador Izalci pode continuar mais alguma indagação, se V. Exa. tem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Agora aumentam muito as minhas dúvidas, mas eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, é que, se tem alguma diferença entre diretoria anterior e diretoria atual, nós não podemos deixar que isso seja a tônica aqui.

O SR. NEI ROQUE MOHR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Até concedo a palavra ao Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu estou fazendo questão dessas coisas, porque, além da questão das seguradoras, havia as viúvas e as famílias...

O SR. NEI ROQUE MOHR – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que estavam recebendo da Chapecoense com dificuldade, mas estavam recebendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NEI ROQUE MOHR – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, pararam de pagar. Por isso é que eu estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci, só um pouquinho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. NEI ROQUE MOHR – Senador, não...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu gostaria de solicitar ao Presidente Nei que a gente não estabelecesse, não aumentasse essa discórdia...

O SR. NEI ROQUE MOHR – Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... mas, até por uma questão de justiça, eu concedo a palavra a V. Sa. para manifestação pública.

O SR. NEI ROQUE MOHR (Para depor.) – Senador, na realidade, nós viemos aqui para resolver um problema e não para criar outros. Isso aí está lá na história. Só lá em Chapecó tem escrito em jornais, recortes de jornais. Não adianta, porque nós vamos perder tempo com picuinhas. Então, vamos adiante, vamos esclarecer todas as dúvidas que o senhor tem aí, vamos responder, e, qualquer dúvida, tudo que fica registrado é fácil de comprovar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas eu ia perguntar exatamente isso. Eu vou fazer, porque isso está no meu roteiro e preciso perguntar, porque tem que fazer parte do relatório.

Bem, com relação a dívidas, já foi passado, mas eu tenho aqui em função até uma pergunta já que... Qual é a sua real função no clube como gestor? Na gestão do Sr. Plinio, o senhor falou, era Vice-Presidente de Futebol. Uma vez que a sua função eletiva seria Vice-Presidente de Futebol, este momento foi um dos períodos de maior endividamento clube.

O SR. NEI ROQUE MOHR – Certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tenho dúvida.

Então, eu queria saber qual era a tua participação efetiva nesse processo do endividamento e como é o relacionamento da sua gestão agora com os familiares das vítimas do acidente, que não estão vinculados à cidade e às questões do clube.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NEI ROQUE MOHR – Na realidade, Sr. Senador, na época, em 2017, foi contratado um executivo remunerado. Então, era ele que fazia as contratações, era ele que fazia todas as negociações. Eu era meramente um estatutário figurativo. Não era eu que determinava valor de contrato, comissão de agente, nada. Entendeu? Então, era desta forma aí: era apenas um estatutário acompanhando o trabalho de um profissional, mas era decidido por esse funcionário remunerado e pelo Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Essa recuperação judicial impactou, evidentemente, diretamente a vida das famílias, não é?

O SR. NEI ROQUE MOHR – Exato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Os valores que estavam sendo pagos foram suspensos, no mínimo, por 12 meses.

Então, eu perguntaria ao senhor, como Presidente: qual a estratégia do clube em relação a essas famílias que agora foram amplamente afetadas com essa decisão da recuperação judicial?

O SR. ALEX BOFF PASSOS (Para expor.) – Deixe eu lhe colocar o seguinte: nós chegamos em janeiro e tínhamos que colocar um time em campo. E a gente não tinha dinheiro para colocar o time em campo, nem para contratar as pessoas, nem para pagar as contas, para fazer nada. Então, nós tínhamos duas opções: ou a gente parava o processo e fechava o clube, ou a gente tentava fazer alguma coisa. Como falei para o senhor, o primeiro pensamento foi na SAF, e, depois, a gente viu que a SAF não seria suficiente nesse processo. Então, o que nós tentamos fazer? Tentamos, primeiro, colocar um freio de arrumação para a gente tentar saber o que nós poderíamos fazer.

Só para o senhor ter uma ideia, Senador, nós tínhamos, por exemplo, no acordo das vítimas, como garantia, o valor do sócio-torcedor. Por que o sócio-torcedor paga? Paga para ver o time no campo. Se nós tivéssemos o bloqueio dessa renda, eu não ia poder botar o time em campo. Se eu não coloco o time em campo, o sócio-torcedor para de pagar. Então, veja que é um ajuste fino e difícil.

Nós entendemos a situação das famílias. Assim como as famílias, nós temos outras pessoas que dependem dessas situações do clube. Mas o que nós estamos tentando fazer? Fazer a engrenagem girar, porque, se a engrenagem girar, nós conseguimos pagar um pouco para cada um.

Então, dentro desse plano de recuperação – depois faço questão de encaminhá-lo para cá –, o que a gente vai tentar fazer? Vai tentar fazer com que o clube continue funcionando, continue jogando, continue arrecadando. E, se a gente não fizesse essa ação, Senador, tudo ia parar. E as pessoas dizem: "Não! Os clubes não param!". Nós iríamos parar. Nós tínhamos mais de 20 pedidos de arresto. Nós estávamos com a ameaça de sermos bloqueados na CBF. Quando você faz negociações com jogadores, você tem que registrar na CBF. Lá existe uma câmara que bloqueia, e aí você não consegue fazer mais nada, e foi o que aconteceu com o Cruzeiro, por exemplo. Então, simplesmente, ia implodir tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que esta diretoria está tentando fazer, de uma forma realmente com muita vontade, com muita humildade, é tentar fazer com que o clube continue a existir, com que as coisas continuem a acontecer, porque senão, daqui a pouco, eu não tenho nenhuma SAF para vender. E aí essas famílias que hoje estão nessa situação não teriam mais nem previsão de futuro. Então, o que nós estamos tentando dar é um futuro para o clube e para essas famílias, e não só para essas famílias, porque nós também temos outros problemas, temos outros acordos com outros jogadores, nós temos uma série de coisas.

Depois, pela documentação que vou lhe encaminhar, o senhor vai entender o que estou falando. Esse processo não aconteceu nesses 42 dias em que nós estamos lá. Esse processo vem acontecendo há seis anos. E sabe o que me deixa tranquilo? Eu fui oposição nesses seis anos. Eu avisei aos quatro cantos que isso ia acontecer. E aconteceu! E, quando aconteceu, Senador, foram poucos os que foram lá para dizer: "Aconteceu, vamos tentar consertar". E é o que nós estamos tentando fazer.

Então, eu fico... Quando venho aqui... Nós saímos hoje... Nós fomos a Concórdia. Ontem jogamos em Concórdia. Ganhamos de 1 a 0 lá. Voltamos para Chapecó. Chegamos a casa à meia-noite e meia. Às 4 horas da manhã, a gente acordou para vir para cá. Por quê? Porque a gente acredita nesta CPI. A gente acredita que o que os senhores estão fazendo é para o bem da Chapecoense e, principalmente, para o bem das famílias, porque as outras dívidas da Chapecoense não estão nesta CPI.

Os nossos outros problemas, sejam eles financeiros ou paroquiais, nós vamos resolver. Mas esta CPI é importante pra resolver um problema que nos aflige, que é o problema das famílias. Tanto é verdade que eu vou encaminhar também para o senhor toda a documentação que eu tenho de todos esses projetos que nós já estamos fazendo, para o senhor entender que não são simples palavras. Nós estamos efetivamente trabalhando nisso.

Então, teve o Mundial de Clubes agora. Nós tínhamos um representante do Rotary tentando falar com o Presidente da FIFA, tentando falar com o Sheik de Abu Dhabi, porque a gente está tentando buscar solução pra quê? Primeiro lugar, justamente para as famílias. É isso que a gente está buscando. Só que as pessoas têm que entender que, se nós não fizéssemos isso... Como é que estaria a Chapecoense hoje se lá no dia 14 de dezembro a gente não tivesse assumido? A gente não sabe.

Então, a gente precisa primeiro desse voto de confiança das famílias, não é? Tanto é verdade que, na segunda-feira, eu me reuni com a Fundação Vidas e com a Abravic e me coloquei à disposição deles pra que, a hora que eles quiserem, a gente se reúna e mostre a estratégia que nós estamos montando.

Agora, o que eu não podia era simplesmente deixar acabar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tá.

Alex, de certa forma, eu vou até falar também como torcedor, como meu segundo time que é o Chapecoense – eu acho que é de muitos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma concreta, o que essa diretoria atual fez, através da CBF, através da FIFA ou através de alguém – você falou agora aqui –, pra ajudar as vítimas? Eu estou perguntando assim: concretamente, porque eu vejo, assim, que a solução para a Chapecoense economicamente agora não é fazer a SAF depois; acho que agora é o momento. Quais as ações que vocês fizeram no sentido de buscar a CBF, FIFA, Conmebol ou algum patrocinador, alguém que tenha interesse realmente em participar da empresa? Vocês têm interesse realmente em criar... Poderia criar agora ou vocês querem se manter como diretores do clube e o controle do clube?

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Deixe eu lhe explicar que essa decisão não é uma decisão de diretoria, não é? Nós temos um conselho...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, mas eu pergunto vocês.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Sim...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Especialmente o Nei.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Deixa eu passar dois momentos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Alex, eu acho que você pode... Mas talvez seja...

O SR. NEI ROQUE MOHR – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu quero saber por parte da diretoria atual: se V. Sa. quer realmente resolver o problema ou quer ficar como Presidente e comandar o clube. Porque tem essas questões, porque eu conheço futebol. Eu conheço bem futebol.

Eu entendo, por tudo que aconteceu na Chapecoense, pelo nome da Chapecoense, pelo carinho que todo mundo tem com a Chapecoense – não é só no Brasil, no mundo todo – em função dessa tragédia, eu não vejo... Assim, não é que eu não veja; eu vejo possibilidade de alguém buscar a Chapecoense como alternativa da SAF. Eu não sei se vocês estão dispostos ou estão querendo isso. Por isso, eu pergunto: existe alguma coisa, alguma iniciativa que vocês tomaram nesse sentido? Ou vocês acham: "Não, tem que resolver primeiro para depois fazer...", como foi dito aqui e que eu acho que não é a solução. Mas de qualquer forma eu pergunto: houve alguma iniciativa para buscar essa solução ou não?

O SR. NEI ROQUE MOHR (Para depor.) – É como eu te falei, Senador: nós estamos ouvindo a todos. Eu já convidei alguns. Me procurou essa semana, eu convidei a ir a Chapecó. Se realmente tiver uma oferta que resolva o problema da Chapecoense, nós vamos resolver. Nós queremos é resolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o senhor ter uma ideia, pra mim, eu só estou ali para tentar resolver, porque, financeiramente, pra mim, me atrapalha. Eu tenho uma pequena empresa, eu saio de manhã, pelas 8h da manhã, e volto às 8h da noite. Entendeu? Então, se nós conseguirmos resolver isso da melhor forma, para que realmente essas pessoas sejam, nós vamos fazer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É isso mesmo, Alex, é também essa a sua posição? Só, não querendo...

O SR. ALEX BOFF PASSOS (Para expor.) – Assim, a posição da diretoria é uma, a posição do conselho é outra. Nós não temos essa capacidade, entende, Senador, nós somos estatutários e nós não temos a capacidade para esse tipo de decisão, esse tipo de decisão eu sou obrigado a levar ao conselho. E novamente eu lhe digo: dentro dessa estratégia de tentar não deixar a engrenagem parar de girar, primeiro estamos reestruturando.

Nós já tivemos um fundo americano, teve uma reunião bem longa e eles têm interesse em vir para Chapecó, mas eles não querem assumir a SAF, eles querem fazer parceria no futebol, a exemplo do que tem, por exemplo, no Palmeiras hoje. Então, nós temos no mercado hoje várias possibilidades. A SAF vai acabar sendo criada na Chapecoense. O momento em que ela vai ser criada, quem vai decidir isso agora vai ser como é que essa recuperação judicial vai andar, como é que vai ser a assembleia de credores, como é que nós vamos conseguir montar esse processo. E, diante desse mercado todo, não tenha dúvida que, como o Presidente Nei, falou nós estamos ouvindo todo mundo, todo mundo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Se V. Sa. puder depois mandar toda essa documentação e, inclusive, proposta ao conselho ou à diretoria para que esse processo da SAF possa ser implementado, porque, sinceramente, eu sinto, Alex, principalmente da sua posição, que vocês não querem abrir mão da Chapecoense se houver um investidor. Eu senti isso, mas, se tiver algum documento, que vocês encaminharam – "Olha, fizemos uma proposta para o conselho para fazer isso ou aquilo, buscamos essas alternativas" –, seria interessante para nós também, porque a minha preocupação não é nem essa...

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Eu faço diferente, eu lhe encaminho as atas do conselho para o senhor ter uma ideia do que é discutido lá.

O SR. NEI ROQUE MOHR (Para depor.) – Senador, o que a gente não quer fazer é o que aconteceu com um clube brasileiro que eu não quero citar o nome agora: aportou um valor e agora, a cada pouco, aparecem mais valores. Então, para alguém vir, tem que resolver o problema das dívidas que tem hoje no clube. Resolvendo, o senhor pode ter certeza de que a gente vai resolver.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, não, eu sei, tem como preservar sem assumir responsabilidades. Mas isso aí não é o caso, eu só vou pedir a V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sas. que nos encaminhe toda essa documentação, esses balanços prometidos para que a gente possa fazer parte.

Mas eu quero fazer um apelo aqui, mais uma vez, para o Governo com relação à Caixa Econômica, à Petrobras, ao Governo Federal para que estude essa questão da seguradora, porque a minha preocupação maior agora é – eu acho que a Chapecoense vai procurar resolver – a indenização. Então, leve, por favor, ao Presidente Pedro, para que ele leve ao Presidente da República, que a Tokio Marine hoje, apesar de ser brasileira, a sócia majoritária é a Tokio Marine Japão, e ela também é resseguradora, junto com a Tokio Marine da Inglaterra, responsável por essa apólice aí, pela resseguradora.

Presidente, era isso, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, eu quero, para finalizar, Relator Izalci e todos os senhores, agradecer ao Nei e ao Alex – eu os conheço –, agradecer ao Plínio pela participação, agradecer a todo o corpo da Caixa Econômica Federal.

Antes de encerrar, eu vou conceder a palavra à Senadora Leila, mas gostaria de informar neste momento – os senhores do corpo diretivo da Caixa que estão aqui prestaram atenção, é claro – que todas essas discórdias, todas essas dificuldades, todo esse desespero têm uma origem, que foi a tragédia – foi a tragédia – que vitimou todas aquelas pessoas e desarrumou tudo.

O time passa por dificuldades de toda ordem: emocional, financeira, de organização. Então, se quem tinha que arcar com a sua responsabilidade, que é a Tokio Marine, tivesse feito isso tudo, talvez a Chapecoense – e eu não tenho dúvida em afirmar isso – não estaria nessa condição, estaria numa condição muito melhor. Agora, eles têm todas as famílias no cangote da diretoria, do conselho, com direito, desesperadas, precisando viver.

Então, eu gostaria de grifar essa questão para que a Caixa Econômica pudesse enxergar bem isto, e isto vai ser dito para a Petrobras também: se a Tokio Marine tivesse cumprido o seguro que fez, esses problemas não estariam acontecendo. Está acontecendo de tudo. "Ah, porque não vai... Vamos ter que... Quanto deve?" Para que alguém na SAF se interesse – não é, Senador Izalci –, dá-se uma olhada no passivo: "Eu vou herdar um passivo aí em que eu não sei quanto é que eu devo, não está nada claro".

Então, além da tragédia que levou as vidas, causou uma tragédia financeira, administrativa na própria Chapecoense.

Eu concedo a palavra à Senadora Leila, que nos honra com a sua presença.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – O senhor está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu cumprimento o senhor nesta tarde, Senador Jorginho, também o Relator, Senador Izalci, todos os Senadores presentes e acompanhando esta CPI e todos que estão acompanhando também a CPI.

Eu acompanhei o debate, as perguntas do Relator, Senador Izalci, e também a fala do Vice-Presidente da Caixa, o Antonio Carlos de Sousa, assim como a do Presidente da Caixa, o Nei – da Caixa, não; da Chapecoense.

Eu tenho algumas perguntas, que, enfim... Como vocês falaram aí – eu acompanhei a fala do Senador Esperidião –, nós não queremos condenar, nós queremos convencer e entender. Primeiro entender para depois convencer. A gente está aqui num dilema muito grande, até porque – como várias vezes tive a oportunidade de desabafar com vocês, eu fui atleta – a gente entrega a nossa vida a um clube, a uma confederação, enfim, a gente confia que essas pessoas vão zelar pela nossa integridade e, por uma conjuntura que a gente tem acompanhando desde o início desta CPI, houve essa tragédia. Claro, a gente vê o lado do clube, a gente tenta entender uma seguradora do tamanho que, por exemplo, é a Tokio Marine, mas a gente não pode esquecer que quem mais sangra, quem mais está sofrendo são os familiares dessas vítimas. Então, acho que o meu papel como ex-atleta e, agora, estando Senadora da República é questionar. É o que eu vou fazer agora e gostaria da atenção e das respostas do Sr. Antonio, que representa hoje a Caixa Econômica.

Uma delas. Diante de todas essas questões, eu pergunto ao representante da Caixa: de tudo o que já foi indagado pelo nosso Relator Izalci, foi dito nesta sessão que a Caixa se utilizou de um modelo muito criterioso para a definição da parceria que acabou tendo como escolhida ou vencedora a Tokio Marine. Eu pergunto: não constava em nenhum dos critérios da Caixa a exigência de um comportamento ético por parte da futura parceira? Porque, afinal, o que pensa a Caixa sobre as negativas da Tokio Marine em pagar a apólice de seguro relacionada ao voo da Chape? Isso é sério. Então, desculpe, eu preciso fazer esse questionamento. Nós temos o representante da Caixa, e eu gostaria de saber qual é a posição da Caixa nesse sentido.

A outra: o que podemos esperar dessa empresa, criada em parceria da Caixa com a Tokio Marine, a Caixa Residencial, no que se refere ao cumprimento das apólices que emitiram ou que ainda emitirão diante da conduta da empresa japonesa com o resseguro da apólice do voo da Chapecoense?

Outra pergunta: afinal, a Caixa confia nessa empresa, mesmo sabendo que não honraram a apólice da Chapecoense e que a Justiça americana – nós sabemos aqui – já considerou a Tokio Marine responsável pelo pagamento do sinistro como resseguradora da operação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim: a Caixa pode fazer alguma coisa para auxiliar no atendimento à justa demanda, Sr. Presidente, daqueles que esperam há mais de cinco anos? Famílias inteiras esperam há cinco anos pelo pagamento da apólice.

Essas são as minhas perguntas, primeiramente, ao representante, ao Vice-Presidente da Caixa Econômica, Sr. Antonio Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor pode responder.

O SR. HEBERT LUIZ GOMIDE FILHO (Para expor.) – Obrigado, Leila. É Hebert Gomide falando aqui. Eu estou respondendo aqui pelos aspectos mais técnicos, em nome da Caixa e da Caixa Seguridade.

Em relação ao processo competitivo, onde mencionamos aqui os critérios rígidos para a escolha do parceiro, realmente nós não detectamos, não foi encontrado nada que desabonasse a Tokio Marine Brasil. Foram cumpridos... Ela cumpriu todos os requisitos necessários e logrou êxito nesse processo competitivo. A partir daí, estabelecemos essa parceria. De novo, é uma parceria em que a Tokio Marine Brasil não tem um contato direto com o balcão da Caixa e, sim, uma relação de sócio em que criamos a Caixa Residencial; e a Caixa Seguridade detém 75%.

Em relação à sinistralidade e à venda de produtos da Caixa Residencial, ela é uma empresa independente, ela tem todas as suas instâncias de governança. Nós da Caixa Seguridade, enquanto *holding* de seguros, acompanhamos o dia a dia dessa empresa por meio dos mecanismos de governança, seja por executivos indicados pela Caixa Seguridade, seja por membros do conselho de administração, fiscal, partes relacionadas indicadas pela Caixa Seguridade. E essa empresa prima pela excelência, já tem um pouco mais de um ano de funcionamento, é uma empresa muito nova, mas tem uma excelência tanto de atendimento junto aos clientes da Caixa como também em relação aos produtos – lembrando que essa empresa não tem produtos de vida, é uma empresa de produtos de seguro residencial e seguro habitacional, certo?

Em relação às questões da Flórida, de processos, nós não temos conhecimento desses processos ou desses contratos fora do Brasil.

E, em relação ao que a Caixa e a Caixa Seguridade podem fazer para ajudar, nós vamos avaliar. Vamos envidar os melhores esforços, dentro da legalidade, para colaborar aqui com este importante trabalho da CPI.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu entendo essa linguagem técnica, jurídica. Eu estou falando de vida, gente! E desassociar a Tokio Marine, nessa parceria com a Caixa, criando a Caixa Residencial, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descartar, simplesmente descartar: "Olha, isso não é problema meu, porque a Tokio Marine é do Japão, e eu estou fazendo parceria em nível de Brasil; então, o problema... São coisas distintas". Não são!

Eu acho que existe um problema ético sério nisso tudo. Eu acho que nós estamos lidando com vidas de brasileiros, de pessoas. Tudo bem que há a instituição financeira, que tem que ter um pensamento, mas o negócio é muito sério. Eu não vou entrar muito nesse debate, mas vale uma reflexão aqui dos Senadores. Estão entregando a nós, enfim, contratos, prestando todas as informações ao nosso Relator, ao nosso Presidente, mas é muito sério, é muito sério tudo isso. Eu acho que está na hora de as autoridades do país olharem com mais respeito esses atletas, essas famílias. Isso é muito sério.

Então, eu vou considerar, porque não vou entrar no debate, já está estendendo a tarde, mas fica aí essa reflexão com relação a essa parceria, a esses critérios da Caixa, sobre esse comportamento de uma empresa que é internacional, que faz uma parceria aqui, cria outra e diz: "Olha, eu não tenho nada a ver com isso", e a Justiça apoia. Os Estados Unidos julgaram. "Eu também não tenho nada"... Claro que tem! São brasileiros, são atletas do país, que representam o país. Isso aconteceu conosco aqui.

Então, peço uma reflexão e peço uma avaliação do nosso Presidente Jorginho. Como estou falando, eu não quero condenar a Caixa, eu quero simplesmente que a Caixa nos ajude – nos ajude. O que nós estamos querendo aqui é convencer a Caixa a entender que esse parceiro não agiu certo com essas famílias. Ele negou e está se negando a pagar a apólice.

Então, enfim, fica essa reflexão, com todo o respeito à Caixa, aos representantes da Caixa, porque eu sei que eles só estão fazendo o trabalho deles, mas eu sou mulher e há um lado humano que a gente não pode desprezar. Existe a parte jurídica, a parte técnica, econômica – claro, é uma instituição financeira –, mas nós estamos falando de vidas. São cinco anos de luta dessas famílias. É muito sofrimento.

Outra coisa é com relação, agora, à Chapecoense. Eu escutei muito bem a fala do Sr. Nei Roque, atual Presidente da Chapecoense. Ele falou das dificuldades da Chapecoense. Nós entendemos, até porque a Chapecoense é um clube tradicional de Santa Catarina. Eu respeito isso. Eu joguei pelo Flamengo, joguei pelo Minas, joguei por clubes tradicionais, eu sei dessa paixão, dessa ligação visceral entre torcedor e clube, mas também existem, no meio dessa relação, vidas, famílias, atletas que entregaram as suas vidas confiando no clube, nas seguradoras, enfim, na empresa aérea, despediram de suas famílias, foram competir representando o Brasil.

Então, nós estamos falando que houve uma interrupção nos pagamentos. Eu pergunto, já que se tem um plano para se resgatar a situação financeira – tem a SAF no meio desse processo, uma previsão –, eu pergunto: existe, dentro desse contexto todo, alguma previsão de retomada para os pagamentos? Porque você simplesmente suspender, pedir recuperação judicial e suspender! Essas pessoas, hoje, basicamente, essas famílias, a grande maioria está sobrevivendo desse repasse, desse acordo trabalhista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Chapecoense. Então, eu certamente acredito que dentro desse plano também exista uma previsão de retomada de pagamento. Eu pergunto ao Presidente Nei se existe essa previsão. E quanto ainda falta ser pago? E como será feito o pagamento restante devido? A Chape pretende – tenho curiosidade – pedir a redução da dívida junto aos familiares, em virtude do pedido de recuperação judicial? A diretoria, aí, mais uma vez, querendo ou não... Eu me ponho no lugar dessas pessoas, porque deixei minha família várias vezes para competir. A diretoria acha justo, depois de tantos atrasos, de tanto sofrimento causado a essas pessoas, pedir uma redução dessa dívida junto aos familiares? Eu pergunto à Chape. E como se encontra – isso eu não acompanhei até o final – a situação da SAF, aprovada pelo conselho da Chapecoense.

Essas seriam as minhas perguntas iniciais e finais, porque eu sei que o senhor já está finalizando esta sessão.

Muito obrigada, Senador Jorginho.

O SR. NEI ROQUE MOHR – Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Nei, pode responder para a Senadora Leila.

O SR. NEI ROQUE MOHR (Para depor.) – Bom, primeiramente, eu não sei se ela acompanhou o início da nossa conversa. Quando nós começamos, eu deixei muito bem claro aqui que é uma questão moral nós resolvermos o problema das famílias, porque eles não eram apenas atletas, no meu caso, eles eram todos – todos eles: esposas, filhos – meus amigos pessoais. Então, é uma questão moral nós resolvermos a parte financeira das famílias.

Quanto à questão de prazo, o Alex até pode informar um pouco melhor. Mas, qualquer ação, qualquer aporte financeiro nós vamos resolver imediatamente.

E quanto à questão de colocar as famílias na RJ para eles receberem a menos, a gente não vai fazer isso, não. Entendeu? Eu acho que a gente tem outras formas, como o Senador falou aí, de outras pessoas ou outras empresas que realmente são os responsáveis – nós somos as vítimas... Então, nós esperamos realmente que, com a força que nós sabemos que a CPI tem, que o Senado tem, apareça alguém que realmente fez toda lambança e dê o aporte necessário para as famílias. O que depender de nós, da nossa diretoria, tudo que estiver ao nosso alcance nós vamos fazer. Isso é uma questão pessoal, pela amizade que eu tenho por todos eles.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Senadora, boa tarde. Alex Passos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX BOFF PASSOS (Para expor.) – Deixe-me explicar. Nós temos hoje já pagos para as famílias R$20,862 milhões; nós temos, em aberto, nos acordos, R$24,660 milhões, das situações em que nós já temos acordos.

Com relação aos outros que estão por vir, nós ainda não temos um número exato de quanto vão ser essas outras ações.

Com relação ao prazo, o prazo é o prazo legal de uma recuperação judicial. Então, nós temos 60 dias para apresentar o plano. Tão logo seja apresentado o plano, nós vamos estar encaminhando para a assembleia de credores, não é? A questão do deságio é inerente à recuperação judicial, e quem vai conduzir isso é o escritório que nós contratamos.

Com relação à questão das famílias, nós já externamos aqui que nós vamos efetivamente fazer o possível e o impossível para buscar outras formas de compensação, entre elas essas situações que nós já externamos, questão de campanhas com Rotary, com FIFA e outras coisas que nós estamos entabulando.

Então, a sua preocupação é a nossa preocupação, só que a grande questão nos pagamentos é que nós simplesmente, no mês de janeiro, não tínhamos fluxo de caixa para pagar; a mesma coisa no mês de fevereiro. Então, já deixei aqui junto à CPI o que nós recebemos de fluxo de caixa no mês de dezembro. E a questão da recuperação judicial foi realmente uma questão de buscar um socorro, de buscar uma forma de não deixar a Chapecoense parar.

E, nesse processo todo, nós vamos ter todo o encaminhamento legal, jurídico, vamos respeitar a lei em todos os momentos e, sempre que for possível, nós estaremos fazendo tudo o que está ao nosso alcance para ajudar as famílias. Só que nós chegamos a um ponto, Senadora, em que ou a gente fechava o clube ou a gente tomava uma decisão. E nós tivemos que tomar a decisão, que foi a recuperação judicial.

Com relação à SAF, já respondi ao Senador Izalci. Ela está autorizada, a criação dela, pelo conselho deliberativo do clube. E agora existe uma comissão, dentro do conselho deliberativo, que está acompanhando a criação da SAF. E nesta comissão, então, por conta da recuperação judicial, nós entendemos que vamos esperar os próximos movimentos da recuperação judicial para que a gente consiga, então, dar o encaminhamento necessário à SAF.

Espero ter respondido.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sim. Muito obrigada.

O que me alivia nas colocações aí é que, bom, pelo que eu entendi, foi ventilado que as famílias... Vocês não irão colocar as famílias, o acordo na recuperação judicial. Seria isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Não. Deixe eu lhe explicar. A lei, nós não poderíamos fazer isso, sob pena de cometermos um crime de fraude a credores, tá?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Todas as contas anteriores têm que ir para recuperação judicial. Então, elas estão na recuperação judicial. E, agora, qual é o próximo passo? Nosso próximo passo, então, é finalizar o nosso plano de recuperação para apresentar...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Só uma pergunta...

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Só uma pergunta: quando você fala do prazo de 60 dias, quando que vence o prazo de 60 dias? Qual é a data?

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Já deve estar faltando... Foi dia 24 o deferimento da recuperação judicial. Então, 24 de fevereiro, 24 de março.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Vinte e quatro agora... Está bom, o.k.

O SR. ALEX BOFF PASSOS – Então, até o dia 24 de março nós temos que apresentar em juízo esse plano de recuperação judicial. É um escritório que nós contratamos em Florianópolis. Por que contratamos em Florianópolis? Porque Chapecó é uma cidade pequena e nós não queríamos vinculação com absolutamente ninguém. Então, nós buscamos um escritório de fora, que está fazendo um trabalho técnico, que está fazendo um trabalho, assim, muito isento na questão de Chapecó, porque nós entendemos que a Chapecoense precisa dessa isenção. Então, esse escritório estará apresentando este plano e, em seguida, deve ser marcada a primeira assembleia de credores, onde as pessoas, inclusive as que não estão na RJ, têm o prazo pra se habilitar.

E tudo isso, eu me comprometi aqui com o Senador Izalci, nós vamos estar encaminhando essa documentação, porque – ratificamos – nós estamos à frente de um processo extremamente transparente e cristalino.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Senador Izalci, mais alguma coisa? (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só quero reforçar, Presidente, com relação à Caixa Econômica, só para ficar claro: a Tokio Marine, hoje, participa do conselho de administração, da diretoria executiva e do conselho fiscal, só para lembrar, porque a gente tem a impressão de que a coisa está, assim, separada, mas estão bem juntas. E, se olharem o estatuto desse sócio que está na diretoria, no conselho fiscal e no conselho de administração, o sócio majoritário é a Tokio Marine Japão, só para reforçar, porque essa é a principal informação, porque a gente precisa resolver exatamente sobre isso, viu, Presidente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero agradecer a participação de todos, reafirmar mais uma vez, em nome de todos os Senadores e Senadoras, que nós, a nossa grande preocupação é ir ao encontro das famílias que foram vítimas daquela tragédia. Não queremos só a letra fria da lei. Nós queremos sensibilidade, queremos um olhar humano, para que a gente consiga um encaminhamento.

Então, eu quero agradecer a participação da Caixa Econômica Federal, todas as participações dos Senadores, agradecer ao Dr. Alex, ao Presidente Roque, ao ex-Presidente Plinio De Nes, a participação de todos, e espero que a gente possa evoluir.

E faço um pedido veemente à Caixa Econômica Federal para que nos ajude. Ajude. Não meça esforços. Não fique só na letra fria da lei não, "o nosso contrato está legal, isso e aquilo". O parceiro não é um parceiro cumpridor das suas obrigações, tanto é que já foi condenado nos Estados Unidos.

Então, com essa avaliação, de forma muito respeitosa, eu agradeço a presença de cada um aqui e, antes de encerrar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 11ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro a reunião por encerrada.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e trinta e um minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Paulo Rocha e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Eduardo Girão e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva do sr. José Adalberto Ferrara, Presidente da Tokio Marine Seguradora S/A, em atendimento ao requerimento 34/2021; e do sr. Joaquim Silva e Luna, Presidente da PETROBRAS (que foi representado pelo sr. Ricardo Rodriguez Besada Filho, Executivo de Finanças da Petrobras) em atendimento ao requerimento 40/2022. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 43 de 2022** que : "Requer que seja convidado o Senhor Brad Irick, CEO da seguradora Tokio Marine Kiln." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello
Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense, assim como os familiares dos jornalistas e convidados, que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não receberam suas devidas indenizações.

A presente reunião, nos termos do Requerimento nº 34, de 2021, e 40, de 2022, que tem por objetivo promover a oitiva dos Srs. José Adalberto Ferrara, Presidente da Tokio Marine Seguradora SA, e Ricardo Rodriguez Besada Filho, Executivo de Finanças da Petrobras, representando o Sr. Joaquim Silva e Luna, Presidente da Petrobras.

Nesta oitiva, a palavra será inicialmente franqueada aos depoentes para realizar a exposição, por dez minutos. Após, farão uso da palavra o Relator, este Presidente e os demais membros desta Comissão, na ordem de inscrição, pelo tempo máximo de dez minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor me inscreve, então, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Estamos aqui já com a presença do Sr. Adalberto.

V. Sa. promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber ou o que for perguntado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado. A partir deste momento, V. Sa. está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Concedo a palavra a V. Sa., Sr. José Adalberto Ferrara, pelo tempo de até dez minutos.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – Boa tarde, Srs. Senadores!

Exmo. Sr. Presidente Jorginho Mello, em nome de quem cumprimento todos os demais integrantes desta CPI.

Antes de mais nada, reitero e estendo mais uma vez minha total solidariedade a todas as vítimas e famílias do acidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de enfatizar aos senhores que a Tokio Marine Brasil, empresa aqui representada por mim – sou Presidente da companhia há quase nove anos –, sempre esteve e sempre estará à disposição para auxiliar esta CPI no seu importante trabalho com o que estiver ao meu alcance.

Em 3 de março de 2020, portanto quase dois anos atrás, quando do meu primeiro depoimento nesta Casa, saí dessa audiência com um compromisso firmado com os senhores, que era o de viabilizar o contato desta CPI, viabilizar o contato desta CPI com representantes da Tokio Marine Kiln, que aqui eu passaria a chamar simplesmente de Tokio Marine da Inglaterra para facilitar a comunicação, e também facilitar a comunicação com a Tokio Marine do Japão, a nossa Tokio Marine Holdings. E assim foi feito, senhores, tanto que houve o contato com a matriz, com a nossa matriz no Japão, ocasião em que o Presidente do grupo, o nosso Presidente mundial, o Sr. Satoru Komiya, por meio de um porta-voz, indicou que a Tokio Marine da Inglaterra, Tokio Marine Kiln, é quem teria todos os detalhes acerca do seguro, do resseguro e demais informações correlatas ao ocorrido.

Logo em seguida a essa CPI que eu participei, lá em 3 de março de 2020, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, fez-se contato com a Tokio Marine da Inglaterra, por *e-mail*, que passo às mãos do Sr. Presidente Jorginho – vou passar todas as informações aqui.

E pela troca de *e-mail*, senhores, lá no dia... Foi três dias após a audiência que isso foi feito, no dia 6 de março de 2020, três dias após a minha audiência, ficou acertado que, no dia 31 de março de 2020, a Tokio Marine da Inglaterra iria participar dessa oitiva, em 31 de março de 2020, ficou acordado isso. E para tal, a Tokio Marine da Inglaterra iria comparecer naquela época, 30 de março de 2020, à Embaixada brasileira de Londres para uma audiência por videoconferência. Lembrando que aquela época era uma época em que a pandemia ainda estava, ainda não havia sido decretada a pandemia aqui no nosso Estado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A pandemia foi decretada no dia 14 de março.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Quatorze de março.

Então, eles iam fazer... e naquela época, Senador, o que eu quero dizer é que não era familiar a nós essas ferramentas de fazer videoconferência como hoje – não é? –, em que a gente tem uma penca de ferramentas nas nossas casas e até nos nossos celulares, naquela época não tinha isso.

Foi por isso que foi acordado utilizar-se da infraestrutura que o Brasil dispunha – dispõe ainda – na Embaixada brasileira de Londres. Os nossos colegas da Inglaterra iriam à Embaixada, com tradução simultânea para os senhores, participar da oitiva em 31 de março de 2020, está bom? Com isso tudo acordado, eis que, em meados de março, confirmando a data que o senhor falou, dia 14, sobreveio a pandemia, e os trabalhos desta CPI foram suspensos, trabalhos esses que só seriam retomados, eu entendo, no segundo semestre de 2021, em novembro do ano passado, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, eu cumpri, portanto, com o que havia me comprometido com os senhores, de fazer essa aproximação com os nossos colegas da Inglaterra, aproximação essa que seria feita no dia 30 de março de 2020 na Embaixada brasileira em Londres.

Continuando. Nós aqui da Tokio Marine Brasil, nós julgávamos que a CPI seria retomada exatamente de onde parou naquela época, em março de 2020, com a oitiva do nosso representante da Tokio Marine da Inglaterra e que poderia elucidar todas as dúvidas e prestar, com precisão, todas as informações sobre o seguro, o resseguro, sobre o sinistro em si e até mesmo sobre uma ação ajuizada por famílias e vítimas na Flórida.

Semana passada, eu escutei, participei – à distância, obviamente, remotamente –, por três horas, da oitiva do dia 17 de fevereiro, da última oitiva, Sr. Jorginho, em que eu vi que a Tokio Marine foi muito mencionada, inclusive com a operação, o juízo, a ação judicial que corre na Flórida.

Vale ressaltar que todas essas informações do processo, eu não sou advogado, mas muitos dos senhores são, elas são tratadas em sigilo de justiça – obviamente, não é? – e só mesmo quem figura nos contratos de seguro e resseguro é quem, de fato, as detém, detém essas informações. Muito bem.

No entanto, o processo desta CPI caminhou, porém, sem a oitiva do representante da nossa resseguradora inglesa e eu estou sendo chamado aqui, pela segunda vez, e vou tentar dar o máximo de informações que eu tenho, limitado ao meu conhecimento dessa operação na Inglaterra, porque eu me aproximei muito dessa operação para entender, efetivamente, o que estava acontecendo.

Srs. Senadores, a Tokio Marine Brasil é uma companhia brasileira, que opera no Brasil há 62 anos, desde 1959. Se não me engano, me corrija aqui, historicamente, Senador, acho que, em 1959, Brasília estava em construção, ainda na época em que o Presidente da República era o nosso querido Juscelino Kubitschek.

Estou certo ou errado? (*Pausa*.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nessa época, o Senador Izalci trabalhou durante a construção.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Trabalhou durante a construção aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Planejando.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Planejando. Que beleza!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu tinha dez anos, mas estava planejando.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Pois é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os senhores imaginem, desde aquela época, até a data de hoje, 62 anos, quantas mudanças políticas nosso país não teve! Eu sou uma pessoa de 67 anos. Então, eu participei disso ainda de criança, mas vi isso acontecer. Todas as mudanças políticas, principalmente mudanças econômicas, com planos econômicos do dia para a noite, divisão de moeda por mil, aquela loucura toda, e a Tokio Marine Brasil esteve presente, Senador, o tempo todo neste país. Sessenta e dois anos! Muitas multinacionais entraram e saíram do nosso país. A nossa companhia está firme e forte há 62 anos aqui, no Brasil, está certo? E ela é considerada – e faço questão de dizer isto, porque é muito orgulho para mim e para os nossos 2,6 mil colaboradores –, ela foi considerada... Inclusive, no dia 17, na última oitiva, à noite, nós fomos considerados, pelo nono ano consecutivo, como uma das melhores empresas para se trabalhar por um renomado instituto multinacional chamado *Great Place to Work*. Pelo nono ano consecutivo fomos considerados entre as empresas melhores para se trabalhar. Eu não estou falando entre as seguradoras; eu estou falando de todas as empresas. E a semana passada fomos ranqueados em primeiro lugar no Estado de São Paulo. E aí eu estou colocando bancos, indústrias, tudo que o senhor quiser, incluindo as seguradoras, tá bom?

Temos sucursais presentes em todas as unidades federativas. Tomamos serviços, mais de 35 mil corretores operam com a nossa seguradora, e temos mais de 20 mil prestadores de serviços que circundam no ecossistema da Tokio Marine.

No ano de 2021, senhores, a Tokio Marine pagou, em indenizações, aqui, no Brasil, R$3,6 bilhões em sinistros dos mais variados ramos, dados de fácil constatação quer pelos balanços publicados, quer pelos registros da Susep.

Possuímos sete milhões de clientes no Brasil, senhores! Somos, hoje, disputamos, cabeça a cabeça, o terceiro lugar na indústria de seguros de automóvel com a Bradesco. Somos ali uma das grandes presentes no mercado securitário de automóvel e em todo o mercado de grandes riscos. Daí, senhores, ressalto que a minha companhia e todas as companhias – e aí falo um pouco do Grupo Tokio Marine... Sei que os senhores vão me cobrar algum posicionamento sobre o grupo. Eu não me nego a dar informações do grupo, mas reconheçam, repito, que a minha alçada é limitada. A minha alçada Brasil é 100%. Brasil é 100%. Agora, minha alçada sobre a Tokio Marine da Inglaterra e, principalmente, sobre a nossa grande sócia, que é a Tokio Marine do Japão, o máximo que eu posso fazer é esse intercâmbio com eles, que é coisa que eu já comentei que fiz.

Muito bem. As companhias que pertencem à Tokio Marine não possuem – olhem bem o que eu vou afirmar aqui, senhores! Estou afirmando isto para os senhores, sob pena, como o senhor comentou aqui, de eu estar mentindo, e eu posso ser prejudicado por isso –, não possuem um caso sequer de ações transitadas em julgado em qualquer tribunal do mundo. Não estou falando do Brasil. Em qualquer tribunal do mundo. Nossa companhia opera em 46 países. Até seis meses atrás, eram 42 países; hoje são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

46 países que nós operamos no mundo. E não há sequer uma ação transitada em julgado em qualquer lugar do mundo que não tenha sido honrada.

Temos orgulho de nossa tradição de fazer negócios no Brasil e contribuir para o crescimento do nosso país, senhores. Temos orgulho de nossos estimados parceiros, incluindo a Petrobras, que participará desta oitiva também, e, mais recentemente, a Caixa Econômica Federal, que esteve aqui semana passada representando a Caixa Econômica, o Sr. Herbert, e o Vice-Presidente Antonio, para a Caixa, com quem firmamos contrato de 20 anos na criação de outra seguradora genuinamente brasileira. Não é uma companhia multinacional nem uma companhia governamental; foi criada uma companhia seguradora genuinamente brasileira chamada Caixa Residencial, que se dedica a fazer seguros residenciais e seguros habitacionais, que é uma parte sensível na população brasileira. O cidadão, quando faz um financiamento imobiliário pela Caixa, faz um seguro daquele financiamento; caso ele venha a falecer, a seguradora banca, paga as prestações a vencer. Então, se o cidadão fez um contrato de 30 anos com a Caixa e, após dois anos, ele faleceu, o seguro vai e paga os 28 anos de prestações a vencer para a Caixa Econômica, está certo? Então, é uma atividade importante que nós estamos fazendo aqui no Brasil: protegendo a vida das pessoas.

Se a Tokio Marine Brasil participa de grandes leilões e licitações públicas de grande vulto, nós só fazemos negócio com Petrobras desde que participemos e cumpramos todos os passos das licitações, cujo protocolo é extremamente complexo, com Petrobras, Caixa Econômica Federal e muitas outras empresas ligadas ao Estado, é porque possuímos capacidade técnica e financeira, sobretudo reputação ilibada, senhores. Volto a repetir: reputação ilibada. Temos orgulho daquilo que fazemos no Brasil e em 46 países em que fazemos negócio no mundo.

Por falar nisso, a Tokio Marine Japão, gente, é uma companhia centenária: 142 anos no Japão. A Tokio Marine da Inglaterra, senhores, tem 60 anos de negócios como resseguradora para o mundo. Ela é sediada na Inglaterra. É importante entender que na Inglaterra existe o Lloyds, uma espécie de quartel-general...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... – exatamente – que congrega todas as resseguradoras do mundo. Então, quando a atividade de seguro – nós aqui somos seguradora, não resseguradora –, quando nós fazemos um seguro aqui, a gente usa uma resseguradora, por exemplo, IRB Brasil, que vai pegar parte daquele risco e dividir com outras resseguradoras, que normalmente estão ali sindicalizadas no Lloyds. E ali tem seguradoras do mundo inteiro participando para dividir o risco de uma plataforma de petróleo, por exemplo, e por aí vai. Então, esse mundo do seguro é uma coisa muito complexa e emaranhada no mundo inteiro, não envolve só uma solução local, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Senadores, a Tokio Marine Brasil – eu faço questão de dizer, nunca é demais repetir – não teve nenhum envolvimento em nenhum dos acordos firmados. O seguro foi contratado junto a uma seguradora boliviana chamada Bisa, que repassou o risco para as resseguradoras britânicas, entre as quais a Tokio Marine da Inglaterra.

E aqui eu passo uma informação nova para os senhores que eu soube recentemente: a participação da Tokio Marine da Inglaterra, senhores, no resseguro, é de 30% – 30%, Senador Izalci, é a participação da Tokio Marine da Inglaterra no conjunto de resseguros, está bom? De todo o risco. E os demais 70% subdividem-se em outras resseguradoras, como expliquei agora há pouco, as quais são de conhecimento desta CPI.

Também posso dizer que é comum, no mercado ressegurador, ter vários resseguradores dividindo um determinado risco, quanto mais elevado for, principalmente, não é? E esse é um tipo de arranjo muito típico e importante no mercado de seguros. Ele permite que as companhias de seguros locais, como nós aqui, no Brasil, como a Bisa, lá na Bolívia, as companhias de seguros locais acessem os mercados internacionais. Sem acordos como esse, com os principais e respeitáveis mercados de resseguros internacionais, de que a Tokio Marine da Inglaterra faz parte há mais de 60 anos, grande parte da atividade econômica dos países, em especial dos países em desenvolvimento, não poderia acontecer, porque não há capacidade de capital para que uma única seguradora genuinamente local consiga bancar todos os riscos, principalmente grandes riscos de que nós estamos falando, está certo?

Então a gente tem que encarar, esta que é a realidade dos fatos, que os mercados internacionais de seguros, na prática, gente, eles são nossos parceiros. Não são nossos adversários. Isso é importante entender.

A Tokio Marine Brasil não poderia sequer atuar como uma seguradora de uma companhia boliviana para um voo que partiu do espaço aéreo da Bolívia, já que não possui autorização para operar naquele país. Além disso, a Tokio Marine Brasil também não está autorizada pela Susep, que é o nosso regulador, a operar com resseguros no país. A gente só opera com seguros. E só podemos operar apenas, exclusivamente com seguro e dentro da área territorial do Brasil. Isso, a Susep falou para os senhores. Então eu não posso fazer nenhum seguro com a Bolívia, diferentemente de outros países, em que é permitido. Por legislação, nós não podemos.

A Tokio Marine Brasil é proibida, por lei, de pagar também qualquer quantia relacionada a esse caso. Nós aqui no Brasil não podemos pagar nenhuma quantia relacionada a esse caso, pois caso o fizesse, por mera liberalidade – é importante entender isso – e sem ter a obrigação legal, eu teria contra mim, contra a minha pessoa, a acusação de crime de gestão temerária, tipificado na famosa Lei do Colarinho Branco, que é a Lei 7.492, de 1986, no seu art. 4º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já as razões pelas quais a seguradora Bisa, boliviana, e as resseguradoras britânicas recusaram a cobertura desse sinistro, somente elas podem trazer a público. É importante dizer isto: somente elas podem trazer a público.

Gente, a informação que tem circulado nas reuniões desta CPI, em especial na CPI de quinta-feira da semana passada, que eu, repito, assisti por três horas, de que a Tokio Marine foi condenada, de que a Tokio Marine foi condenada numa corte da Flórida, nos Estados Unidos, não tem procedência.

O que me foi repassado pelos meus colegas da Inglaterra e que está formalizado num documento enviado pela Tokio Marine da Inglaterra, o qual vou disponibilizar ao Presidente Jorginho, é que existe uma ação ajuizada contra a empresa LaMia, a companhia aérea, e o Sr. Ricardo Albacete, que eu acho que é um dos proprietários dessa companhia aérea, entre outras partes, cujo processo foi suspenso, por ordem da corte inglesa, quando os advogados dessa ação... Era uma ação contra a LaMia e contra o Sr. Ricardo Albacete, que é um dos proprietários da companhia aérea. Quando esse grupo de advogados tentou incluir a questão das seguradoras nessa ação, a corte inglesa falou: "Eu prefiro que isso venha ser julgado aqui no Reino Unido". E entrou com um processo de transferência daquele julgamento para a Inglaterra. Por uma razão muito óbvia: nesse documento, a Tokio Marine da Inglaterra confirma que nenhuma empresa, caro Jorginho, do Grupo Tokio Marine, é ré nessa ação ou em qualquer outro processo tramitado na justiça americana.

Por fim, gostaria de reiterar que o Grupo Tokio Marine continuará sempre aberto, como sempre esteve, para negociar acordo com as famílias. Caros Senadores, solicito ajuda, inclusive desta CPI, se possível, para organizar esse grupo de famílias e tudo o mais para que se possa sentar à uma mesa de negociação.

Eu me coloco à disposição para auxiliar o trabalho desta CPI de acordo com o que for do meu conhecimento e estiver ao meu alcance.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Esta Presidência quer fazer o registro da participação do Dr. Sergio Roberto de Oliveira. Também está aqui conosco o Dr. Pedro Jardim de Paiva Barroso, que acompanhará depois o depoimento do gerente da Petrobras. Registro, também, a presença do Dr. Luís Adams, que foi Advogado-Geral da União e que também advoga para uma das empresas.

Quero franquiar a palavra, agora, ao Relator, Deputado Izalci Lucas.

V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, não seria interessante se houver a fala da Petrobras também, já antes de eu entrar? Acho que o primeiro... Melhor fazer depois? O senhor quer fazer com ele primeiro?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, deixe-me fazer com ele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci, agora vamos esgotar com a Tokio Marine, depois nós vamos para a Petrobras.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, antes de iniciar propriamente, gostaria de apresentar alguns eslaides para contextualizar a importância desta audiência.

Por favor, o eslaide nº5.

O eslaide nº 5, por exemplo, traz aqui a posição da Susep relativamente à posição da empresa Tokio Marine Seguradora S. A., em grupo econômico com operação em vários países, encabeçadas pela empresa Tokio Marine Inglaterra. A Tokio Marine...Tem duas lá: uma *group* e outra *syndicates*. São da Inglaterra os dois. Informando que a Tokio Marine Seguradora S.A. está devidamente autorizada a operar com seguros e microsseguros de danos e de pessoas em território nacional.

A Tokio Marine S.A. tem como acionista a Tokio Marine do Japão, com 97,769%, e a Meiji Yasuda, com 2,152%, também do Japão. Então, a Tokio Marine S.A. tem esses acionistas.

O eslaide nº 6, por favor.

O nº 6, o eslaide, traz um trecho da correspondência da Tokio Marine Inglaterra, de março de 2020, em que confirma a participação da audiência na CPI da Chapecoense.

O 7, por favor.

O eslaide nº 7 traz um trecho de correspondência da Tokio Inglaterra, da Tokio Marine Inglaterra – é de março de 2020 –, em que confirma ao Itamaraty a participação em audiência da CPI da Chapecoense.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nº 8, o eslaide nº 8 traz um trecho também da correspondência da Tokio Marine Holdings, de março de 2020, em que declina do convite para participar. A Holdings é do Japão, é a dona de tudo, não é? Na prática, ela é que tem o comando de 97% da Marine S.A.

O nº 9, o eslaide nº 9... (*Pausa.*)

Volta, por favor, o 8.

O eslaide nº 8...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não pode oferecer nenhuma informação útil ao esclarecimento das perguntas, que serão feitas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não sabem nem o que eu ia perguntar.

Exatamente, que serão feitas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Chama-se *habeas corpus* preventivo. Melhor do que isso só o mero "Não é comigo".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Declinaram do convite.

Na prática, é só para contextualizar o que está acontecendo. E aí a Petrobras, também, por favor, entenda um pouco a nossa situação, para, depois, a gente fazer os questionamentos. Ninguém está aqui querendo prejudicar nem Petrobras, nem Caixa Econômica. Tudo foi feito legalmente, corretamente. Há umas indagações, que, aí, nós vamos fazê-las no momento oportuno.

O 9, por favor.

Conforme já apresentado em audiência da Petrobras, com o Presidente da Petrobras, traz a relação de apólice de seguro firmado entre a Petrobras e a Tokio Marine Seguradora. Lembrando que a Tokio Marine Seguradora, 97% dela é essa que respondeu lá no eslaide nº 8: "Olha, não vou. Não tenho nada com isso. Não vou informar nada".

O.k.

Então, é só para a gente entender, da Caixa e da Petrobras, para entender bem isso aí.

Então, o eslaide nº 9 traz isso. O seguro foi firmado entre a Petrobras e a Tokio Marine Seguradora.

O 10, o eslaide nº 10 aí traz um rol de intervenientes no contrato de seguro da companhia aérea LaMia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Número 11 – por favor, o eslaide –, por sua vez, o rol de intervenientes do contrato de resseguro da companhia aérea LaMia. Tem aí as resseguradoras. A Líder – olha lá, em vermelho. A Resseguradora Líder dessa operação chama-se Tokio Marine Kiln, da Inglaterra. Lembrando que a Tokio Marine Seguradora, 97% dela, pertence à Tokio Marine do Japão, que, consequentemente, deve ter 90% também, ou quase 100%, da Tokio Marine Inglaterra, e, por sua vez, V. Sa. disse que em 46 países, agora, 42 países. Mas é só um...

Eu estou contextualizando ainda, apenas, antes de perguntar.

Então, a LaMia, no 11.

Pois bem, após, então, essas apresentações desses eslaides, resta evidenciada a importância dessa oitiva. Nós não convidamos aqui ninguém à toa. Tem motivo de a gente estar chamando aqui.

Então, tem que ressaltar aqui que o Presidente da Tokio Marine Seguradora S.A., V. Sa., José Adalberto Ferrara, cumpriu a convocação, compareceu à audiência da CPI da Chapecoense no dia 3 de março, 3 de março de 2020.

Na ocasião, afirmou que não dispunha, naquele momento, de informações suficientes para prestar os esclarecimentos solicitados à CPI. Isso em março de 2020.

Nós estamos em março de 2022 já, ou seja, há dois anos V. Sa. esteve aqui e disse que naquele momento não podia informar. Então, é só para dizer... Eu sei que V. Exa. é o responsável pelo Brasil, etc., mas lembrando que, nessa Tokio Marine Seguradora, 96% dela pertencem ao Japão.

Bem, continuando.

Naquele momento, você não podia... Não tinha informação suficiente. Comprometeu-se, porém, naquele dia, de buscar tais informações junto às empresas do grupo econômico. Era um grupo econômico. A Tokio Marine Brasil, Inglaterra e outros países, V. Exa. diz que são 42, todos eles formam um grupo econômico. Quarenta e seis... Cujo grupo econômico é comandado pelo Japão, Tokio Marine Japão.

Então, isso está muito claro para todo mundo aqui e tal.

Bem, então, dois anos atrás, V. Sa. se comprometeu a buscar as informações junto às empresas do grupo econômico e fornecê-las em nova oitiva, por isso que V. Sa. está aqui novamente.

Independentemente de possível convocação do presidente mundial, independentemente disso, a esperança era de que V. Sa. pudesse esclarecer. Eu espero que a gente possa esclarecer aqui algumas coisas.

O eslaide 12, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O eslaide 12 traz algumas declarações prestadas por V. Sa. quando compareceu aqui em março.

Tem aí... V. Sa. falou algumas coisas, mas tem aí... V. Sa. lembra exatamente, a gente não avançou rápido, acho que todo mundo lembra do depoimento.

O eslaide 13 também traz todo o depoimento.

O 14 também, o 15, todos tratam do mesmo depoimento; ou seja, está aí o depoimento e tal.

Então, eu pergunto, primeiro...

Primeiro é o seguinte...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Izalci, o senhor volta? Volta, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Volta, por favor.

Ao eslaide nº 12.

Quer dar uma lida?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para chamar a atenção.

Ali, o próximo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O próximo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí.

O do meio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os 100%, que são o resseguro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Noventa e oito...

O segundo parágrafo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – São 98,3, com outras resseguradoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, ele cita percentuais de participação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, de resseguro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É importante dizer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que participante pode ser com um ou com 99%.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, com certeza.

E é isso que nós, daqui a pouco, vamos perguntar, se V. Sa. pode responder algumas coisas relacionadas a essas coisas.

Então, antes de iniciar minhas perguntas propriamente ditas, eu quero indagar a V. Sa. se V. Sa. tem condições de responder esses questionamentos que nós vamos fazer sobre a Tokio Marine Kiln? Isso que foi... Que há dois anos... Sim, sobre esse depoimento e as informações que a gente espera que V. Sa. tenha apurado ou alguém tenha mandado informação, porque, em dois anos, foi mais do que suficiente para...

Eu só quero saber se V. Sa. pretende responder?

Parece que V. Sa. deixou claro que não tem nenhuma dificuldade de responder, porque, se disser que vai responder, eu vou perguntar uma série de coisas, se disser que não vai, eu vou dizer outras.

Então, eu só queria perguntar se V. Sa. pretende responder as minhas perguntas com relação a isso? Só isso.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA (Para depor.) – V. Exa., obviamente, pode fazer as perguntas e eu vou tentar responder em cima do que é do meu conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Óbvio! Sim, com certeza.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu não tenho conhecimento no detalhe, porque muitas das informações, como eu bem disse, correm na Justiça em sigilo de justiça. Então, naturalmente, essas informações não são divulgadas nem para mim, que sou presidente de uma coirmã da Tokio Marine da Inglaterra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tudo bem. Mas só para lembrá-lo de que, há dois anos, V. Sa. esteve aqui, não pôde responder quase nada, porque não estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preparado, mas assumiu o compromisso com a CPI de que buscaria as informações. Como é o grupo econômico... Eu sou contador... Só para informação, eu sou contador, sou auditor, conheço como funcionam as *holdings*, as empresa, filiais, enfim, conheço tudo isso. Então, em dois anos, qualquer um, ainda mais V. Sa., que tem o comando aqui no Brasil, preocupado com a credibilidade que tem – eu não estou tirando a credibilidade da Tokio Marine Brasil não –, preocupado com a imagem, com a credibilidade... V. Sa. acabou de dizer aqui que ganhou o prêmio de eficiência etc., então V. Sa. deveria estar muito preocupado para buscar as informações.

Então, eu pergunto... Eslaide... Eu vou fazer em três blocos.

O Eslaide nº 18, por favor. O de nº 18.

Atuação da Tokio Marine Seguradora no mercado securitário brasileiro. Esses são os blocos que eu vou perguntar. Primeiro, é sobre isso, ou seja, a Tokio Marine... V. Sa. já falou algumas coisas. Eu vou dividir nesses três blocos. Vou falar sobre a Tokio Marine Seguradora, a Tokio Marine Inglaterra, chamado por V. Sa., e a repercussão da recusa em se reconhecer a legalidade dos processos de indenização na Flórida. Porque V. Sa. deixou muito claro: "não existe no mundo nenhuma ação com decisão definitiva".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Transitada em julgado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Transitada em julgado.

Não estou entrando no mérito se está... Nós sabemos que não está transitada em julgado, mas existem várias ações... Há a primeira instância... Aqui a gente sabe. No Brasil, há a segunda instância, recurso disso, recurso daquilo, mas que existe, existe. Então, é sobre essas questões que eu vou perguntar. Porque, na Tokio Marine Inglaterra, no processo de indenização das vítimas e dos familiares das vítimas do Voo 2933 da LaMia. Vou perguntar sobre os três blocos.

Então, eu pergunto (Bloco I): para além da Petrobras, a Caixa Econômica – e nós ouvimos a Caixa Econômica – também mantém relações securitárias com a Tokio Marine Seguradora; ou seja, ambas, tanto a Petrobras quanto a Caixa Econômica, que nós ouvimos outro dia.

Então, eu vou perguntar (Eslaide nº 19, por favor): desde quando a Tokio Marine Seguradora atua no mercado de seguros?

V. Sa. Já respondeu: há 62 anos, desde 1959.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Há 62 anos, desde 1959.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já está respondido então.

Para além da Petrobras e Caixa Econômica, a Tokio Marine Seguradora mantém ou manteve relações securitárias com quem mas na administração pública?

Além da Caixa e da Petrobras, há mais alguma empresa pública?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Olha, para toda licitação de órgão público, nós temos uma área especificamente dentro da companhia, que nós até chamamos de Sucursal Licitações, uma agência de licitações, que tem toda a documentação necessária e todo o preparo necessário...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas teve seguro? Consta...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Tem negócios com órgãos públicos, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quais? Pode citá-los?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Senhor?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Além da Caixa e da Petrobras, pode citar mais algum órgão público?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Posso! Vale do Rio Doce, por exemplo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Vale do Rio Doce.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vale do Rio Doce.

Mais algum, assim, relevante? (*Pausa.*)

É privada, mas é que já teve uma...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Tem várias, tem várias, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, órgão público.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu posso adiantar ao senhor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exemplo. Diz que tem várias. Quais várias?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu posso falar de volumes financeiros, que eu até trouxe aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essa é a outra pergunta, o volume. Mas, primeiro, quais são?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Veja...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O senhor pode auxiliar... Eu não sei se o advogado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ou manda para mim. São várias. Cite mais três, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Vamos fazer o seguinte, Senador: eu mando uma relação completa para o senhor depois...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tudo bem. O que eu quero é isso.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... porque, na realidade, são várias, várias empresas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas, tudo bem, manda para a gente.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... inclusive, seguros de vida, seguros de responsabilidade...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas com órgão público.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Sim, o.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode ser seguro de vida em grupo, mas de órgão público, não de empresa...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Vale é uma empresa privada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É porque, às vezes, era naquela época antiga, porque 59. Mas tem no... Tá. Então, V. Sa. poderia encaminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual foi a receita anual dos prêmios de seguro da Tokio Marine? Não precisa ser exatamente, mas... Ou manda depois por escrito.

Qual foi a receita anual de prêmio de seguros da Tokio Marine Seguradora nos últimos dez anos, especificamente em relação à Petrobras? Depois eu vou perguntar – e eles talvez possam informar – qual foi a receita anual com os prêmios de seguro da Tokio Marine nos últimos dez anos.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu tenho essa informação aqui, caro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo, se tiver melhor ainda.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Receita de prêmio nos últimos dez anos: a companhia teve num total de prêmios R$45,295 bilhões em dez anos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... dos quais, de órgãos públicos que o senhor está me perguntando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... que está pulverizado em várias companhias, mas desses 45,295 bilhões de dez anos, R$495,5 milhões vieram de licitações, de prêmios de seguros de órgãos públicos que correspondem a 1,1% do total.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Então, do total de prêmio da companhia, 1,1% vem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Da iniciativa privada.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – De órgãos públicos. E desses 495,5 milhões de prêmio, com a Petrobras, quase 41%, que dá 206 milhões de Petrobras.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Duzentos e seis milhões com a Petrobras. Está bom.

Obrigado.

Qual é o valor anual segurado pela Tokio Marine nos últimos dez anos? Quarenta e cinco, 495...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – De 45,2 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A participação de clientes públicos já está aqui, que você levantou 495 milhões. E da Petrobras, 206 milhões.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, qual o valor anual sinistrado, assumido pela Tokio Marine nos últimos dez anos?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Nos últimos dez anos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E desse valor qual é a participação de público também e da Petrobras, da mesma forma...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Então, vamos lá.

Dos 45,2 bilhões, que foi o faturamento em prêmios da companhia, 21,2 bilhões voltaram à sociedade brasileira em forma de proteção patrimonial ou proteção...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu quero dizer sinistro. Eu perguntei em termos de sinistro...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Sinistro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sinistro.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Foram 21,2 bilhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De órgão público?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – De órgãos públicos, dos 495 milhões, 175 milhões voltaram para os órgãos públicos em forma de sinistro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E na Petrobras?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Na Petrobras, de 206 milhões, aqui o que eu tenho é que 79,5 milhões foram pagos em sinistros para a Petrobras.

No total, gente, nós estamos falando assim, em prêmios, órgãos públicos correspondem a 1,1% – não é? – e desse 1,1 a Petrobras é meio por cento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu já entendi. Perfeitamente. Essas perguntas são exatamente por que será... Eu imagino se eu tivesse perguntado aqui qual era a receita da *holding* em termos dos 46 países. Devem ser trilhões.

E aí eu pergunto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – O senhor me permite acrescentar uma informação? Me permite?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não, lógico.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Desses 45 bilhões em dez anos...

Olha, se o número falar 45 bilhões, é um bom dinheiro, né?

É a quinta maior seguradora no Brasil hoje, senhor, nos ramos que operamos, que é o ramo de ramos elementares, que a gente fala, que são seguros patrimoniais e vida–risco, seguro de vida. Não vida acumulação, que é PGBL/VGBL, está bom?

O total de importância segurada, nesses dez anos, de importância segurada – o senhor, quando segura um carro, o senhor tem R$100 mil segurado e pagou, sei lá, R$2 mil, R$3 mil de prêmio. O total de importância segurada, nesses dez anos, refaz o montante de R$2 trilhões – R$2,2 trilhões de importância segurada. O resto é importância segurada, e a Tokio Marine faturou R$45,2 bilhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E pagou de sinistro R$21 bilhões.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É uma boa rentabilidade. Mas não é o caso aqui, o objetivo não é a gente debater essa rentabilidade.

Mas, no bloco 2...

Aliás, ainda tem aqui uma pergunta.

Nós falamos aqui do sinistro: qual é o percentual de risco assumido pela Tokio Marine nas atuais apólices da Petrobras? Qual percentual desse risco foi ressegurado e por quem? Como? O resseguro, quem fez o resseguro da Petrobras?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Olha, as operações da Petrobras, me corrija o Dr. Sérgio, se eu estiver enganado, mas o que eu saiba é: a maioria delas, que está ocorrendo neste momento, elas são cosseguradas. Cosseguradas é quando você faz a divisão de risco com outras seguradoras. Eu cosseguro com outras seguradoras.

Quando eu resseguro, eu uso os mercados IRB nacional e outras resseguradoras nacionais, que usam aquele mercado do Lloyd's, o mercado internacional de resseguro. As últimas operações da Petrobras, que me são do conhecimento, pode ser que eu esteja enganado, mas da maioria delas, da grande maioria, até o ano passado, nós participávamos como cosseguradores – não éramos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

seguradora líder da operação –, éramos cosseguradores, e pegávamos uma parte do cosseguro. E este ano nós passamos a emitir, a participar diretamente das licitações como seguradoras líder. E vamos colocar outras seguradoras no processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Desses 206 milhões, nos últimos dez anos...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É a parte que coube à Tokio Marine.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – À Tokio Marine como seguradora?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Como cosseguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Cosseguradora. Mas atualmente...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Este ano, praticamente, que temos aqui cinco apólices vigentes em 2021...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quanto?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Cinco apólices vigentes neste momento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Quanto é que dá em preço atual, vigorando, que está em vigor?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Neste momento aqui são 17,8 milhões de prêmio que nós temos, de dólares.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De dólares. Vinte e sete... Está bem.

Esses outros números que V. Sa. me passou eram em dólares também ou eram em reais?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Em reais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hein?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Reais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Este aqui é em dólar?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Este aqui é em dólar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Talvez cinco, mais ou menos?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – São valores altíssimos. É.

E neste agora nós temos uma apólice de risco de petróleo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Sim, meus colegas aí da Petrobras podem lhe informar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, por isso é que...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – E tem um de risco de engenharia, onde em risco de engenharia a Tokio Marine hoje é a primeira do mercado brasileiro de seguros, risco de engenharia. Temos muito orgulho disso.

Temos uma apólice...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso dá 90 milhões mais ou menos.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... internacional.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De R$90 milhões, em torno de R$100 milhões é a apólice. Em reais que eu estou dizendo.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – E temos também a apólice de transporte, que nós chamamos de...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Eu tenho aqui. Eu vou entrar nisso já, já.

Eu só quero perguntar. Nestes casos, você está dizendo que 100%, então, agora, neste caso, é da Tokio Marine. Não tem cosseguradora?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não. Nós procuramos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Neste agora.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Nós fazemos cosseguro com outras seguradoras. Mas nós estamos sendo seguradora líder. Até então, até o ano passado, nós operávamos como cosseguradora. Alguém era a líder. Provavelmente era a Chubb seguradora que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. E agora a Tokio Marine é...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Agora nós estamos liderando e vamos colocar outras cosseguradoras no processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E quem é a resseguradora disso aqui?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – A resseguradora a gente concentra uma boa produção nossa com o IRB, de seguros no Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, o líder. Quem é o líder de resseguradora dessa apólice da Petrobras, dessas últimas de 2021?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não há. Com a Petrobras, é basicamente com cosseguradoras. Não há resseguro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não há resseguro?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Que eu saiba, não. Que eu saiba, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas você pode se há com a Petrobras. É só para entender aqui. Mas tudo bem.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu posso estar enganado, mas, eu que saiba, no nosso caso, nós estamos trabalhando só com cosseguradoras e não estamos precisando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Petrobras deve saber disso. A Petrobras, para contratar, deve ter feito toda essa pesquisa aí.

Qual foi a receita de seguro de prêmio da empresa XS3 Seguros S.A. da qual a Tokio Marine Seguradora é sócia desde 2021?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – A operação da Caixa Residencial começou em janeiro do ano passado. Era uma companhia nova, começou do zero, não teve carregamento de carteira anterior. Ela começou do zero. O número exato, não tenho aqui, mas acredito que deve ter sido em torno de R$500 milhões o total de prêmios arrecadados no ano de 2021. Por volta de R$500 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Essa é a parceria que tem com a Caixa Econômica? É isso?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Essa é a parceria com a Caixa Econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A informação que eu tenho, pelo menos que eu entendi, é que houve uma integralização de R$1,2 bilhão....

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Do nosso investimento, o senhor está dizendo? Nós integralizamos R$1,52 bilhão nessa operação, por 25% dessa operação da Caixa Residencial, que é uma companhia brasileira, é uma seguradora genuinamente brasileira regulada pela Susep.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Entendi. Por isso fiz várias perguntas.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Por esses 25%, nós investimos R$1,52 bilhão, o que mostra...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E esses 500 milhões que V. Exa. está falando? O que é? Não entendi. Um bilhão, eu sei que foi investimento, 1,2 bilhão.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É que eu entendi... No primeiro ano, essa nova empresa, essa Caixa Residencial, que faz seguros residenciais, seguros habitacionais, teve uma arrecadação de prêmio, acredito eu, em torno de 500 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Correspondente aos 25%? Ou a 100%?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não, não, a companhia como um todo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é. Mas a companhia tinha 25%.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Se eu falar 25%, eu teria 25% disso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Disso? Esse é o total?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual é o potencial de risco assumido pela Tokio Marine S.A. nas operações do seguro habitacional residencial da Caixa Econômica? Qual o percentual de risco que foi ressegurado? Ou seja...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – A Tokio Marine não tem nenhum risco nessa operação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque o dinheiro já está...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – O risco é da companhia societária. É uma operação societária. A Caixa Residencial é uma operação que tem vida própria. E a Tokio Marine bem como a Caixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguridade têm quatro diretores nessa nova companhia, dois da Tokio Marine e dois da Caixa Residencial.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E há um negócio interessante que eu me lembrei depois. O Conselho de Administração tem ocupação da Tokio Marine.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Tem. O Conselho de Administração são esses quatro diretores estatuários...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É da Tokio Marine S.A. apenas ou há alguém também lá do Japão nisso?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não. É da Tokio Marine Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só Brasil?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É só a Tokio Marine Brasil que é sócia da Caixa Seguridade na Caixa Residencial. O nome da empresa é Caixa Residencial. Nós temos o diretor estatutário responsável pela área de produtos e pela área operacional. E a Caixa Seguridade nomeou o diretor-presidente da Caixa Seguridade e o diretor financeiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo. Eu tenho essas informações. A Caixa mandou para mim.

Mas quantos contratos já foram firmados da Caixa? E o valor dos seguros é este que o senhor falou, em torno de R$500 milhões?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – O total de prêmios arrecadados, em 2021, na parceria com essa nova empresa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – XS3?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – XS3 é o nome dela.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos para o bloco 2, então.

Documento que nós recebemos aqui na CPI revela 12 novas empresas como responsáveis pelo resseguro do voo CP2933, da LaMia. Tais empresas, aliás, tentam, na justiça inglesa, interromper o processo de indenização que tramita na Flórida.

Segundo decisão do Juiz Martin Zilber, da corte estadual da Flórida, nos Estados Unidos, a indenização pode chegar a US$844 milhões, cerca de R$4,77 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue aí, por favor, com o eslaide nº 20, que é o rol das resseguradoras que tentam paralisar o processo na Flórida.

Está aí, essas são as resseguradoras. Tem uma em vermelho, que é exatamente a Tokio Marine inglesa. Então, é isso que foi dito aqui. Eles foram lá, na Inglaterra, não sei se tem conhecimento... Eu gostaria muito de que, nesses dois anos... E eu tenho certeza de que V. Sa. fez um esforço danado para saber o que está acontecendo, para não ser surpreendido com o negócio, mas eu quero dizer que a Tokio Marine da Inglaterra intercedeu junto, como foi dito aqui mesmo, para levar o processo para a Inglaterra.

Então, não é bem assim, mas tudo bem. Vamos lá!

Então, são essas as empresas.

Outrossim, vale destacar quanto às operações da companhia aérea LaMia, especialmente no ano de 2016, que, nos autos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Relator, só para deixar bem claro o que consta. E eu intervenho, Sr. Presidente, apenas porque estou falando aqui em nome do Senador Jorge Kajuru. Ele deve ter mandado uma justificativa, ele está com ameaça de trombose...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hã-hã.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... em função do diabete.

Uma coisa pitoresca: chegou até a me enviar uma foto, demonstrando essa ameaça. Então, eu peço, em respeito a ele, que interfira na sua pergunta só para dizer o seguinte – a frase é dele –: a Tokio Marine entrou com um processo judicial em Londres, naturalmente foi a Kiln, para embargar os efeitos da decisão que não é transitada em julgado, mas é uma decisão...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... da Justiça de Miami, ou seja...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E, se ela não estivesse envolvida na operação, como dizem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... e a informação que foi dada aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... A pergunta dele, que eu associo à sua...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... é: qual a intenção da Tokio, no caso a Tokio Marine Kiln, com este processo na Europa, bloqueando essa via para a busca de um direito que as famílias estão perseguindo e, pelo menos, tiveram uma decisão satisfatória em primeiro grau.

Prossegue o Senador Kajuru, e, com isso, eu encerro a minha interferência: é para postergar ou para não pagar o que eventualmente deva?

Eu acho, Senador Jorginho, que é uma avaliação absolutamente conexa com a sua.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu acho que nós homenageamos o Senador Kajuru...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Kajuru.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que tem sido assíduo ao complementar a sua pergunta com esta dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu nem perguntei, não; vou perguntar agora sobre isso, que são as resseguradoras. A Tokio Marine Inglaterra entrou, então, no processo – não é? –, para jogar a indenização que tramita na Flórida para a Inglaterra. E eu pergunto aqui: vale destacar também, quanto às operações da companhia aérea LaMia, especialmente no ano de 2016, porque os autos da CPI da Chapecoense comprovam que a seguradora Bisa, a corretora Aon e as resseguradoras de Londres, notadamente a Tokio Marine Inglaterra, tinham plena ciência das operações da citada companhia aérea, incluindo o transporte de equipe de futebol por toda a América do Sul, em especial para a Colômbia... Então, eles tinham essa noção. Há nos documentos aqui da CPI que a Tokio Marine da Inglaterra sabia de tudo isso. De igual modo, ainda de acordo com os documentos juntados aqui na CPI da Chapecoense, com relação à exclusão geográfica da Colômbia prevista na última apólice de seguro, na última, tudo indica que ela já não existia a partir de maio de 2016, pois endossos foram feitos na apólice de seguro para, entre outras coisas, retirar a restrição. Aliás, sobre isso, a própria corretora Aon, por intermédio da sua afiliada na Bolívia, a corretora Estratégica, sinalizou, em diversas oportunidades, que bastava uma comunicação prévia da companhia aérea LaMia acerca do voo para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colômbia para que essa restrição fosse superada. E, assim, ocorreu em diversas ocasiões, com o conhecimento de todos os envolvidos: a seguradora Bisa sabia, a corretora Aon sabia, a Estratégica sabia, a resseguradora de Londres, notadamente a Tokio Marine Inglaterra também sabia. Ademais, quanto à alegação de que a última apólice de seguro não estava vigendo no momento do acidente, por falta de pagamento do prêmio, vale registrar que a própria seguradora Bisa já reformulou esse entendimento e afirmou às autoridades bolivianas que a última apólice de seguro estava em pleno vigor no momento do acidente do voo CP-2933 da LaMia. Nós já sabíamos disso, mas agora a própria seguradora confirmou lá isso aí.

Então, vou perguntar para V. Sa...

O eslaide 21, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se não souber, não há como responder, mas eu esperava sinceramente que, depois de dois anos, V. Sa. teria todas essas informações. Mas eu vou perguntar: por que razão a Tokio Marine Inglaterra tenta paralisar o processo de indenização nos Estados Unidos? Ninguém comentou nada ou V. Sa. pode ter algum conhecimento?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Me permite um... Como semana passada, na oitiva da semana passada, muito foi dito sobre essa ação da Flórida – e eu confesso ao senhor que, nesses dois anos, eu não falei em Flórida, nem sabia, eu fiquei sabendo disso nessa oitiva da semana passada, da qual, por três horas aqui, eu participei, ouvi –, procurei saber dos meus colegas da Inglaterra o que se passou na Flórida. Eles me mandaram por escrito, está aqui com o logo deles aqui, uma explicação aos senhores que eu posso deixar nas mãos dos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A primeira decisão de Miami – só para o senhor se situar – é de setembro 2020.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Isso.

Então, o que ele fala, o que ele explica nessa carta, a Tokio Marine Kiln diz o seguinte, em resumo: que, na ação ajuizada na Flórida, caro Senador, a Tokio Marine não foi mencionada nessa ação. Essa é uma ação, única e exclusivamente, contra a LaMia e o Sr. Ricardo Albacete. A Tokio Marine... Nenhuma empresa da Tokio Marine, do grupo Tokio Marine, quer seja a Tokio Marine da Inglaterra, muito menos a do Brasil, nem a do Japão, sequer foi mencionada nessa ação. Quando os advogados tentaram fazer, sim, a inclusão da função ou do negócio seguro nessa ação, aí, sim, eles recorreram à corte inglesa, por entender que a corte inglesa é a corte mais apropriada para julgar questões relativas a seguros, só por isso. E isso está escrito nessa carta que eu lhe deixei aí, Izalci, com as explicações para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, estou com a carta. Pois não, continuando... (*Pausa.*)

Não... O.k., mandaram essa informação.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Essa informação diz que, efetivamente, esse processo eles pediram para que fosse levado para a corte inglesa por entender que a corte inglesa é a sede de todas as resseguradoras que operam naquele Lloyd's, que eu comentei com o senhor, e eles entendem que é a corte mais apropriada para fazer a discussão. Eles estão arduamente tentando acelerar esse processo dentro da corte inglesa para dar continuidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. tomou conhecimento...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Mas não houve um prejulgamento em que nos obrigasse, alguém do grupo Tokio Marine, a pagar qualquer indenização na ação ajuizada na Flórida. Isso não procede.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, como eu disse antes das perguntas, eu disse assim: que tanto a corretora Aon, a seguradora e, inclusive, a Tokio Marine, a da Inglaterra, sabiam tudo relacionado a essa operação, inclusive sobre o parcelamento do seguro. Estou dizendo isso que está no processo, que está dentro do processo da CPI tudo isso. Inclusive, claro, eu já sabia antes, mas agora a própria seguradora Bisa reafirmou que realmente o seguro estava ainda em vigor, tanto é que pagou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, lógico. Nem teria isso.

Agora, é a pergunta que faço, então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quem não informasse que havia um seguro ou se alguém informasse que não havia seguro vigente, o avião não decolaria em aeroporto nenhum do mundo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, eu pergunto aqui, se puder responder: por que razão, então, a Tokio Marine inglesa, ao invés de tentar paralisar o processo aberto nos Estados Unidos, não enfrenta essa questão e apresenta seus argumentos? Porque é o que nós queremos. Está aqui. Nós só pedimos, mandamos *e-mail*, mandamos, e ninguém responde nada, não dá satisfação nenhuma; aliás, se recusou a vir, inclusive, à CPI.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Senhor, me permita...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Alguém não falou isso lá: "Olha, não fui por causa disso e tal"?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Permita-me um comentário aqui: foi enviado à Embaixada do Brasil em Londres, que foi convidada a participar, no dia 5 de março, dois dias após a minha oitiva aqui, que iriam participar com data agendada para 31 de março do ano passado, na Embaixada brasileira. A Tokio Marine Kiln, Tokio Marine na Inglaterra, se prontificou a ajudá-los e esperava até que nessa oitiva os senhores tivessem a oportunidade de chamá-los, não eu...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós chamamos, só que ninguém responde nada, muito pelo contrário.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem aqui, passa-me uma cópia do documento que nós entregamos.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Permita-me, Senador, entregar aos senhores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só um pouquinho, senhor...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Foi entregue a um secretário chamado Leandro Augusto de Araújo Cunha, que era o Secretário desta Comissão, de que haveria, sim, a participação dessa oitiva com a carta dos nossos colegas da Inglaterra, que iriam participar da Embaixada do Brasil em Londres, e foi enviado a um secretário da Comissão...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso em março de 2020?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso em março de 2020; nós estamos em 2022.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Caro Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci... Só um pouquinho. Esta Presidência, então, solicita para que a gente remarque...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Ótimo! Excelente!

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... essa oitiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu quero entregar só uma cópia da carta, do *e-mail*, que foi reencaminhado, e a gente não tem resposta. Eu estou dizendo isso.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Aqui o senhor tem todo o conjunto desde momento...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... em que foi enviado para o Sr. Leandro, à Embaixada brasileira, uma pessoa chamada...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Leandro?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Esse que era o consultor aqui?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não, Leandro era o assistente aqui à época. Isso foi no dia 5 de março...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – De 2020?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... de 2020... Uma coisa assim, Senado Federal, SCOM.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Leandro é assessor aqui da Comissão.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – O João Eduardo Gomes de Paula, que é uma pessoa, é o setor público e privado da Embaixada do Brasil em Londres, dizendo que a Tokio Marine havia se comprometido a participar. E os *facilities* – não é? –, o espaço físico da Embaixada brasileira ia ser utilizado pro ambiente, pra infraestrutura de videoconferência, até porque não era comum nas empresas naquela época ter estrutura de videoconferência como é hoje, não é?

Então, estava tudo marcado pra haver, sim, essa participação em 31 de março. E o documento que eu deixo com o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Olha, o Presidente já ponderou e já decidiu, e é isto que nós temos que fazer: nós queremos ouvi-los.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é porque o que nós temos é a correspondência aqui justificando – não é? – e não respondendo nada, vamos dizer assim. Mas não interessa isso aqui. Vamos esquecer o passado e vamos, então, convidá-los ou convocá-los... Convidá-los, não é? Porque não tem nem que...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – E eu me comprometo a ajudá-los a, mais uma vez, com que eles compareçam a essa oitiva. Não há o menor problema, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E logo após o carnaval, tá, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

Então, eu até já faço...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Por videoconferência, obviamente – não é, senhores?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu pediria a V. Exa. que já botasse em votação. Aproveitando aqui já boto o requerimento. Depois *ad referendum* a gente faz o requerimento, mas que V. Exa. já colocasse em votação e já aprovássemos, então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.?

Bem, eu não vou entrar nem mais nas questões, então, da Tokio Marine Inglaterra, porque... Mas eu quero saber: já que o senhor tem uma relação com a turma lá, vamos ver se já pode até adiantar algumas coisas, não é?

Qual o percentual de risco assumido pela Tokio Marine inglesa?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Trinta por cento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – No resseguro do voo CP...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Trinta por cento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo. Então, muito bom.

Trinta por cento do resseguro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Do resseguro. Cem por cento do resseguro, que na última apólice emitida era de 25 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Aliás, esse número eu sei no detalhe, e é um relatório excelente que foi entregue para os senhores pela Aon, em 30 de março também. O relatório estava aqui na minha mão até agora pouco... Ah, está aqui! O relatório da Aon que foi entregue. E isso é informação pública.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu sei.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu peguei aqui dos altos desta CPI.

Esse relatório, eu gostaria de enfatizar o que eu ouvi dos nossos colegas da Tokio Marine da Inglaterra. É importante isto, Senador Izalci: tudo que está escrito nesse relatório datado de 30 de março de 2020, que descreve todas as negociações da Aon da Inglaterra como corretora de resseguros com a seguradora LaMia e com o cliente, com a seguradora Bisa, desculpa, e com o cliente LaMia, a companhia aérea LaMia, está descrito nesse documento. E eu simplesmente imprimi esse documento dos autos aqui desta CPI. E a Tokio Marine da Inglaterra é 100% de acordo com esse documento.

E, olhando esse documento, que talvez muitas das perguntas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É o quê? O que é de acordo? A Tokio Marine inglesa?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Tokio Marine inglesa. Está aqui nesse...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ela reconhece...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Ela concorda 100% com o que a Aon escreveu aqui. É isso que eu estou dizendo.

E por que eu estou dizendo isso, Senador? – só pra se fazer um entendimento claro. Porque algumas das perguntas que o senhor fez – se o seguro está valendo ou não; se o seguro foi pago ou não – estão escritas aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Que está pago.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É matéria pública.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estava parcelado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Existia uma apólice de 25 milhões – está escrito aqui – de responsabilidade civil. A companhia estava em tanta dificuldade que ela exclui três propostas que foram enviadas: 25 milhões, a pedido deles; 50 milhões; e 300 milhões. É o que está escrito aqui. A Aon insistiu que 25 milhões eram muito baixos pra LaMia. Insistiu, mas eles quiseram fazer 25 milhões, porque eles se basearam numa companhia aérea que está escrita aqui chamada Ecojet, que é uma companhia boliviana que fez resseguro por 25 milhões. E eles insistiram em fazer por 25. E, para reduzir ainda mais o prêmio de seguro, eles tiraram do seguro o casco. Nunca vi isso! Com nove anos de Presidente de uma seguradora, nunca vi isso, porque não operamos muito forte com aeronáutica, mas eles tiraram o casco...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo menos priorizaram o humano.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É, priorizaram...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É por isso que nós estamos...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Mas mantiveram os 25 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deixe-me...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Agora, se foi pago ou não foi pago... A informação que eu tenho diverge da do senhor, mas quem pode esclarecer efetivamente são os nossos colegas da Inglaterra ou a própria Bisa poderia esclarecer...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, a gente tem tudo isso já. Eu posso até... É porque eu já fiz um... Aqui, na penúltima reunião, eu fiz, desde o início... Eu posso garantir a V. Exa. que a apólice inicial era de 350 milhões.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Que eu saiba...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, aí foi diminuindo, baixou...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... era apólice...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Uma para 50... Aí depois fizeram uma só da aeronave...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Depois, tiraram... Mas isso aí é o seguinte: quem é seguradora, quem é... Porque o atleta, a família, o jornalista que foi nesse acidente, o próprio piloto, mas principalmente quem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Buscaram, Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – "Olhem, venham cá: qual é o valor do seguro?"

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Buscaram uma excepcionalidade baseada no que teria acontecido com outro aeroplano boliviano, uma excepcionalidade, que a própria Aon achou estranho.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – A Aon, não! Quem disse isso foi a própria LaMia. É só ler esse relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, mas quem estranhou o valor...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu recomendo ler esse relatório, porque ele é bem detalhado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quem estranhou o valor... O senhor disse! Quem estranhou o valor foi a Aon.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não, a Aon achou que o valor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A corretora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi isso que eu falei!

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... era baixo. Ela diz isso claramente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi isso que eu falei!

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É por isso que ela insistia em fazer em pelo menos 50 milhões...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quem estranhou o valor, por ser baixo, foi a Aon.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Perfeito. E ela insistia e deu cotação para 50 milhões...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Usou a Ecojet como paradigma para uma inovação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Quem usou foi a LaMia, companhia aérea.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acabo de dizer isso.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Exatamente, mas o que eu digo é o seguinte: nesse nosso negócio de seguro, Senador, o senhor sabe que quem decide, na realidade, qual é a cobertura que quer comprar é o cliente final!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dentro de parâmetros!

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Parâmetros... A própria corretora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se alguém fizer um seguro da viúva por 1 bilhão, o senhor vai desconfiar!

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Caro Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, se fizer por 1 mil, também vai desconfiar!

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu não estou falando da... Não está nem envolvendo a resseguradora Tokio Marine da Inglaterra. Ela nem está envolvida nisso. Isso é uma conversa havida entre a Aon, corretora de resseguros, e o cliente final...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Aon é uma das grandes responsáveis com relação ao que aconteceu.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – E a Aon agiu corretamente, oferecendo um valor maior, falando: "Olhe, eu acho que é maior". Só que o cliente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, ao aceitar um menor, que não tinha outro paradigma de nível, a não ser o caso da Ecojet, ou seja...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, o parâmetro é muito ruim...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Seguro é uma coisa tão complexa que tem padrões.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por exemplo, eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se o sujeito faz o seguro, num sábado, da vida do sócio ou da sogra de R$1 bilhão e acontece um acidente... Isso... Já se conheceu muito história relatada nos relatórios do FBI. Então, há padrões...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É. Se o senhor me permite...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... padrões de época, padrões de valor, de vida, de renda, de patrimônio da pessoa.

Igualmente transportar 80 pessoas, 80 pessoas... Aceitar, porque é negócio, 25 milhões, tendo a apólice anterior, que apenas não foi adimplida... Ela teoricamente estava em vigor, só não foi paga. Aí eu aceito por 25? Isso não é padrão de comportamento no mundo do seguro. Tudo segue uma lógica, e, neste caso, não seguiu.

Perdão por interromper de novo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu acho interessante esta discussão. Apesar de nós termos essas informações, é importante pegar esse relatório para comparar aqui com os documentos que temos.

Eu gostaria de pedir também que fosse...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Esse relatório, senhor, caro Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Eu também.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Caro Senador, esse relatório eu já conheço dos autos, eu peguei dos autos aqui. Uma das coisas que menciona...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso que o pessoal foi protestar lá, na frente da Aon. Lembra? Os nossos?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É, deixa... Eu posso aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os representantes das vítimas...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Deixa eu falar: a informação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... fizeram um protesto na frente da Aon, em Londres.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Caro Senador, a informação que eu tenho é a mesma que os senhores têm e que está nesse relatório. Então, eu não consigo entrar no detalhe que o senhor quer, como é que fluiu a negociação, porque eu não estava presente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por isso a importância da presença dele aqui.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não tenho nada a ver com isso, mas, efetivamente, está descrito aí. Então, a informação, só para deixar claro, é que havia a obrigatoriedade de dizer para onde ia voar e tinha a obrigatoriedade de dizer, como o negócio da LaMia mudou para transporte de clubes de futebol, ela era, por contrato, obrigada a informar o grupo ressegurador de que clube está transportando. Uma coisa é transportar um grupo da segunda divisão; a outra é transportar um clube da primeira divisão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Seleção da Argentina, chefe!

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É diferente. Exemplo. Exemplo. Só que não fizeram nem um, nem outro: não avisaram nem para onde iam voar, nem, tampouco, avisaram que se tratava da Chapecoense.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nem aos passageiros.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nem os passageiros ficaram sabendo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Perguntaram, né? Mas deixa, só para eu concluir aqui. Depois a gente...

Eu digo assim: eu tenho várias perguntas aqui, que eu vou deixar para fazer também lá com a Tokio Marine inglesa, porque o percentual de risco assumido, o voo, especificamente, o que, inclusive... Tinha inclusive a exclusão da Colômbia no negócio. Quer dizer, exatamente para onde...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aterrissar na Colômbia?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, não tem sentido. Umas coisas, assim, absurdas, mas eles queriam fazer para voar de qualquer jeito. E aí, infelizmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

aconteceu... Parece que as pessoas acreditam que não vai acontecer nada – então, está tudo bem –; aí, quando acontece, a coisa complica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o raciocínio da seguradora é de que pode acontecer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por que... Passou quase... Bem, por que razão a seguradora Bisa – não sei se V. Sa. pode responder – repassou quase que integralmente o risco do seguro do voo CP-2933, da LaMia, para a resseguradora de Londres? Tem conhecimento do porquê?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não, não tenho conhecimento. Não sei. Eu não estava nesse negócio e não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É porque V. Sa. soube dos detalhes.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Agora, o que eu posso lhe dizer... Me permite?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já tem uma diferença: nós já sabemos um pouquinho mais do que o senhor sabe. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é bem todo mundo sabe a mesma coisa; nós sabemos um pouquinho mais.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Mas o que eu posso afirmar, se me permite: é muito comum, sim, as seguradoras, inclusive brasileiras, repassarem 100% do risco para as resseguradoras, onde elas têm oportunidade de ganhar um pedacinho disso em forma de comissão. É muito comum. Isso porque ela não tem capital.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, quem assume todo o seguro é a resseguradora?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Ás vezes, Senador... Só para entender...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Entendi.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Às vezes, ela não tem capital suficiente para, sequer, pegar meio por cento daquele risco, mas ela faz o papel de intermediação. É meio comum. Essa operação chama-se de *fronting*, ela faz o *fronting*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Foi ótimo. Essa informação foi muito importante pelo seguinte, vou dizer: a seguradora Bisa, que é a seguradora,...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É a seguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ...ela repassou praticamente a integralidade...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Cem por cento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... para a resseguradora, ou seja, a grande responsável pela indenização é a resseguradora.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – E ela não se nega a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não. Quem não se nega?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Desde que devido, né?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, mas aquela cláusula de que não podia ir à Colômbia já... Isso não existe.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – A cláusula da Colômbia é uma cláusula restritiva e que ela está pedindo somente para avisar, para obter a autorização para tal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Entendi.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É isso aí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, na realidade, em razão dos regulamentos bolivianos locais, a questão, a seguradora Bisa funcionou apenas, como foi dito aqui, como *fronting*.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – *Fronting*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para, talvez, receber uma graninha lá, ou seja, foi apenas um canal técnico burocrático pela relação securitária do fato que foi mantido pela LaMia.

Então, fica claro para nós. Isso ajudou muito hoje. Eu não tinha essa noção.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Ela faz uma operação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Tokio Marine-Inglaterra e as demais resseguradoras praticamente... A responsabilidade é de todos, é dos resseguradores. Então, não tem, nós vamos tirar, tirar, assim: na prática, eles passaram... A Bisa, apesar de ser seguradora, repassou a responsabilidade para todas as resseguradoras. Tanto isso tudo é verdade que a seguradora Bisa não recebeu prêmio de seguro algum da companhia aérea LaMia. Correto?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não sabe. O.k.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não sei, não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Portanto, o fato de a Tokio Marine inglesa, com o auxílio da corretora Aon, foi a principal responsável pela definição e colocação da última apólice de seguro da LaMia. Entendeu? Então, nós vamos perguntar aí para a Tokio Marine...

Coloque, por favor, o 22.

É evidente que o 21...

O senhor está dizendo que conhece os 25 milhões e até reconhece. A resseguradora não foge à responsabilidade de cumprir o que está no prêmio lá, com relação à apólice. O valor do prêmio, em razão de todas as apólices firmadas da companhia, desde 2011... Não tem conhecimento, não é? Porque foi um histórico: começou com 350, baixou para 50, baixou para 25. O senhor tem conhecimento com relação a isso ou não?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Esse é um histórico que consta nesse relatório...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nesse da Aon, da corretora?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... dos autos da Aon, da Aon,...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Da Aon.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... que está com os senhores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nesse daqui.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Nesse relatório que eu entreguei aí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, sim. Esse aqui, da Aon. O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Agora, é importante, Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... esclarecer, entender que a relação entre a seguradora e uma resseguradora – isso é no mundo inteiro, não é? –, a resseguradora considera a seguradora como... Para a seguradora, a resseguradora é uma cliente dela. Então, ela é o ponto focal, a seguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Ainda que ela tenha repassado 100% do risco financeiro, mas ela é quem faz o gerenciamento dessa apólice de seguro e é ela, a seguradora, que decide no caso de um sinistro, se o sinistro é devido ou não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou perguntar nessa linha...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É assim no mundo inteiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é, eu quero... Com o conhecimento técnico que V. Sa. tem, eu vou perguntar aqui; talvez tenha esse conhecimento: por que razão a Tokio Marine inglesa decidiu mudar de posicionamento cerca de dois meses depois da tragédia, visto que, logo após o acidente, ela declarou expressamente, por intermédio de *e-mail* da corretora Aon, aqui – ela declarou – que iria arcar com a integralidade das indenizações previstas na apólice de seguro?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aí, dois meses depois, ela mudou de opinião.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Esse é o tipo de pergunta para que eu não tenho informação detalhada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas perguntou na época? O senhor perguntou?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não tenho informação detalhada.

Não que eu não tenha perguntado, mas são informações que correm em segredo de justiça; é importante entender isso. Essas são as questões-chave de que o senhor está falando, que correm em segredo de justiça, e para que eu não tenho essas informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só perguntei, porque, como muita coisa o senhor está sabendo, eu acho que o senhor sabe muito mais do que eu achava que V. Sa. sabia. Então, está contribuindo.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Agora, como houve uma série de... Logo depois daquele fato que comoveu todos nós – e estamos comovidos ainda, não é? – ela...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... se prontificou a pagar e depois declinou, também está escrito nesse relatório da Aon, que eu lhe entreguei. Havia, sim, o compromisso de pagar, o que demonstra a boa-fé da seguradora, e, depois que houve a sindicância do fato gerador do acidente – e provavelmente combustível é um deles –, agravou, o risco foi agravado por falta de combustível, não havia combustível para fazer um plano alternativo de parada, caso encontrasse tráfego no plano A, pode ser – pode ser, não estou lhe afirmando que é –, pode ser um dos motivos pelos quais a Bisa seguradora chegou à conclusão de que o seguro não era devido.

Porém, eu prefiro manter a minha primeira posição aos senhores de que eu não conheço no detalhe, como, de fato, não conheço; se conhecesse, eu falaria para o senhor com todo o grado. É preferível que o senhor pergunte isso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, vou perguntar.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... ou para a Bisa, mais para a Bisa ou para a Tokio Marine da Inglaterra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com certeza, eu vou perguntar.

Agora, com que a gente fica indignado, vamos dizer assim, é porque nenhum atleta, ninguém chega à porta do avião e diz: "Vem cá, quanto é o seguro? Fez seguro? Tem seguro? Não tem seguro? Tem gasolina? Não tem gasolina?". Ninguém pergunta isso. Então, todo mundo que entra no avião tem certeza absoluta, porque senão nem entraria, de que tem seguro, de que tenha alguma garantia de alguma coisa. Então, essa responsabilidade alguém tem que... Mas vamos chegar lá. A Tokio Marine vai responder melhor. Mas eu já entendi um dos motivos desse questionamento, que é isso que nós queremos discutir um pouco.

Bem, essa decisão de não indenizar as vítimas e os familiares das vítimas do CP-2933 da LaMia, conforme estipulado na apólice de seguro, foi única e exclusivamente da Tokio Marine – eu estou perguntando – da Inglaterra? Qual foi a participação das demais seguradoras? Foram 30%? O senhor tem algum conhecimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – A Tokio Marine tem 30%.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dessa apólice de 25?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Dessa apólice. Isso. Os outros 70% foram divididos, é um *pro rata*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas a Líder...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – A Líder é a Tokio Marine Kiln.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – A responsável? Assim, a que cuida do processo?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E ela fala em nome de todo o grupo de seguradores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Fala em nome de todos eles.

Já esteve uma aqui inclusive, esteve uma aqui, de que eu não me lembro o nome dela agora,...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Chubb, Chubb.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que disse o seguinte: "Olha, a minha participação eu estou disposto a indenizar".

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É, é.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não sei se... Presidente, V. Exa. lembra: esteve aqui uma resseguradora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, o senhor me permite?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – "O que cabe a mim eu vou pagar, e, se a Líder disser é tanto, eu vou pagar."

Então, temos aí alguém...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Izalci, prometo que será a minha última intervenção.

Queria só chamar a sua atenção, como homem que lidera uma empresa da importância da Tokio Marine Brasil, que faz cinco anos e quase três meses do acidente. A emoção já passou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Infelizmente. Não passou a dor, nem passou o escândalo que é esse assunto. Isso é um escândalo! Não há paralelo no mundo! Um voo regular, não regular na frequência, mas regular, e que todos sabiam que o negócio, o *business* da LaMia era transportar times de futebol. Do ponto de vista econômico, é valor agregado, amigo! É mais do que um passageiro pura e simplesmente. E, se for seleção, imagina a da Argentina?!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Teve isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E houve, inclusive, um incidente no voo da Argentina: o avião chegou em Belo Horizonte no final do combustível.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Era praxe acontecer isso, era praxe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tinha o Messi lá dentro, senhor! Então... E se fosse com o voo da Argentina, o senhor acha que a Tokio Marine ia ficar de fora? Já tinha pactuado algum acordo, e aí é o caminho a que quero chegar, por isso que é a minha última intervenção hoje.

Em nome da reputação – foi uma das palavras que o senhor muito bem citou –, tudo que estivesse ao seu alcance o senhor procuraria satisfazer aqui as informações. O senhor reconhece que há um emaranhado nessas relações entre as empresas, cotas, liderança, participação. Há decisões, que não estão transitadas em julgado, que começam a brotar.

Eu lhe faço uma ponderação pública – e isto aqui não é conversa de camorra nem de esconde; eu não tenho nenhum interesse pessoal nisso –: como Senador por Santa Catarina, assim como o Senador Jorginho, eu não vou poupar esforços, usando de todos os instrumentos da Constituição, das leis e daquilo que eu entendo que é a ética e a moral para estimular, encorajar que a Tokio Marine e outras seguradoras promovam, neste caso, que é singular – não tem nenhum outro no mundo rodando aí igual, com essa característica –, tomem a iniciativa de tentar – e não ficarem esperando; não é de se colocarem à disposição, como o senhor falou –, tomem a iniciativa de procurar uma solução, que o senhor pode chamar de humanitária, e eu digo que é diferente, é uma solução ética, para que nós não fiquemos aqui ouvindo que, se fosse um outro time de futebol, teria havido solução.

Senador Jorginho Mello, se fosse – eu não vou dizer o nome do time – do...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Até porque já perdeu também, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... Brasil ou do mundo, isso não ficaria assim, e eu vou fazer todo o possível para que não fique.

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu queria... Inclusive, eu não sei se V. Sa. tem conhecimento... Se puder responder é até bom porque quem está assistindo depois já vem com as respostas do que eu estou perguntando: por que razão a Tokio Marine-Inglaterra convenceu a seguradora Bisa a não reconhecer o sinistro? Havia algum receio acerca das repercussões jurídicas e financeiras que o caso poderia provocar para as resseguradoras de Londres, notadamente para a Tokio Marine-Inglaterra? Tem algum conhecimento disso?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não tenho conhecimento dessa conversa, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom. O.k.

Por que razão – e aí talvez seja a Líder, não é? – a regulação do sinistro foi conduzida única e exclusivamente pela Tokio Marine inglesa e não pela seguradora Bisa?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu entendo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E nesse caso específico...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. acabou de dizer que quem nesse caso deveria conduzir o processo era a seguradora Bisa, mesmo que ela tenha repassado 100%.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – A informação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nesse caso, não foi ela, foi a Tokio Marine.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – A informação que eu tenho por escrito dos nossos colegas da Inglaterra é que foi uma decisão tomada pela Bisa em declinar o risco, junto, obviamente, com o apoio das seguradoras, com o grupo de resseguradoras dessa apólice. A Bisa tem, sim, participação no processo de declínio. Ela é a seguradora, junto com resseguradoras.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ela é a seguradora, mas, nesse caso específico, quem conduziu o processo todo do sinistro, quem assumiu – e inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convencendo a seguradora Bisa a não reconhecer – foi a Tokio Marine inglesa. Mas vamos ver com ela, não é?

Eu ia perguntar: por que razão a seguradora Bisa se recusou a defender a companhia aérea LaMia, aparentemente seu segurado – não é? –, no processo aberto na Flórida? A seguradora Bisa não fez, não é? O cliente era... O cliente, no caso aqui... A Inglaterra poderia ter feito essa, a Tokio Marine-Inglaterra, não é? A seguradora sequer defendeu lá a empresa ou foi lá participar e tal. Mas seria, de fato...

A seguradora Tokio Marine, com o auxílio da corretora Aon – porque Aon fez a corretagem –, foi a única responsável pela colocação e definição das condições da última apólice de seguro feita pela LaMia. Mas essa pergunta não é o fato... Espero que eles possam responder isso.

Quais seriam os verdadeiros motivos...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, não, isso é importante...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu solicito a V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Estou concluindo já.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... que não repita as perguntas que vai fazer depois, para nós ganharmos tempo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Eu quero... Houve uma pergunta... Houve uma ação que eu gostaria de... Talvez V. Sa. tenha conhecimento. Quais seriam os verdadeiros motivos para a constituição do suposto chamado Fundo de Assistência Humanitária pela resseguradora Tokio Marine Inglaterra? Eles comentaram com V. Sa.?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Eu só tenho conhecimento da existência desse fundo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O que foi dito aqui...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – ... mas o que os motivou a fazer isso eu não tenho essa informação, não tenho...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Inclusive, chegou a exigir que a cláusula... Quem entrasse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Nunca conversei com eles a este respeito: o que os motivou a isso. O que eu sei é que, logo após – isto está escrito no documento aqui – a negativa do sinistro, criou-se um fundo como uma contrapartida para ter uma negociação com as vítimas da família, dado que não havia cobertura securitária. Esse é o meu entendimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – No eslaide 23...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Esse é um padrão muito comum na Europa. Aqui pode se entender de uma forma um pouco pejorativa, um pouco...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Assistência humanitária.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É. Mas, lá fora, é muito comum se fazer isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aí está no eslaide 23 o seguinte: para além da resseguradora Tokio Marine inglesa, alguma outra resseguradora de Londres participou da constituição desse fundo ou foi só ela que...? Ou ela apresentou a proposta, e todo mundo concordou? Tem conhecimento disso? Alguém comentou?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Também não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Os critérios... Então, se não tem conhecimento, não sabe quais são os critérios. E também se é justo ou não... Não é o caso.

Aqui é o seguinte. No caso da indenização, foi priorizada a definição deste valor: U$225 mil por família. V. Sa., que está à frente aqui da Tokio Marine, acha que eles... Bem, é tradição da Europa, mas aqui, no Brasil, aconteceria isso? É tradição também criar um fundo? Eles agiram de forma correta? É isso ou não?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – No Brasil, não é uma prática, não, praticar isso. Lá na Europa, é meio comum, não é, Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aqui, no Brasil, não tem... Não tem conhecimento de que teve nada disso?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não, não, não, não, não.

Quando há algum acordo envolvendo sinistro em que pairam dúvidas e isso vai para Justiça, e a Justiça delega que, de fato, perdeu-se o risco, a seguradora paga imediatamente. Ela até faz uma reserva financeira, sim, que é... Quando há uma ação contra a companhia, caro Senador, quando há uma ação, imediatamente, a área jurídica – o Dr. Sérgio, que aqui está – qualifica qual a porcentagem de sucesso ou insucesso naquela ação; e se há uma porcentagem de insucesso muito grande, a gente já faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

100% da reserva enquanto há uma disputa judicial daquela ação em si. Então, sempre... Isso faz parte do processo de regulação da Susep. A Susep, que é o órgão que regula a indústria securitária no Brasil, cobra isso. E, todos os meses, ela tem a visão de todas as seguradoras do Brasil com relação à sua solvência, com relação ao seu nível de reservas para cumprir sinistros futuros.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Alguma informação sobre a questão da resseguradora Tokio Marine Inglaterra...? Houve algum comentário, ou V. Sa. sabe que a Tokio Marine Inglaterra tinha plena consciência de que a companhia aérea LaMia, por mais de seis meses, transportou equipes de futebol...? Inclusive, foi citado aqui: até a Seleção da Argentina, toda a América do Sul... Inclusive para a Colômbia, com a anuência, inclusive, da corretora e também da seguradora Bisa. Então, alguém comentou isso ou tem conhecimento de alguma coisa nesse sentido?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Se eles sabiam que a companhia estava começando a fazer o transporte de times de futebol, de clubes de futebol, eu não sei dessa informação.

De toda forma, o que está escrito nesse relatório da Aon, é que, foi dito isso ao grupo de resseguradores, sim, que eles começaram a fazer isso, de forma que estavam mudando a estratégia da companhia aérea, e iam começar a transportar. E o acordado, o que consta em contrato, são duas cláusulas muito importantes: você tem que nos avisar qual é o espaço aéreo que você vai voar, porque, no mundo, gente, isto não é só Colômbia, tem um monte de países em que, efetivamente, você não pode sobrevoar. Isso é uma coisa que está escrita, quem mexe com aviação sabe disso. Ele tem que desviar daquele espaço aéreo muitas vezes.

E a segunda coisa, no caso do contrato, é que eles tinham que avisar não só o espaço aéreo, mas também qual era o clube que estava transportando. Por quê? Porque, provavelmente, se o risco é maior, há um endosso na apólice de uma cobrança adicional de imposto, de prêmio, coisa do tipo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Há seis meses, eles já sabiam disso, que transportavam time de futebol.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Simon Kaye.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Simon.

Mas no 24...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Então é importante dizer que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eles sabiam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – É importante dizer que, pelo contrato que eu vi, que está escrito aí, na Aon, era uma cláusula que teria que comunicar.

Aí, se ia estar segurado ou não, era outra discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O corretor sabia, Simon Kaye, da Aon – Simon Kaye.

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Simon Kaye.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou é "ki" ou "kei". Da Aon. E há documento comprobatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – No eslaide 24, a seguradora Tokio Marine Inglaterra tinha ciência de que, inclusive, foi numa dessas análises realizadas pela corretora Aon que sugeria a alteração do limite de garantias da responsabilidade civil, na última apólice.

É comum em um caso desses, por exemplo, fazer o seguro e excluir essa responsabilidade civil dentro da apólice? Fazer só do... Tirar o casco, fazer só parcialmente disso?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Volto a dizer, a decisão do seguro, das coberturas e assistências que têm o seguro, qualquer seguro, inclusive de automóvel, isso é decidido pelo cliente, junto com o seu corretor. Isso é uma coisa comum. Então, se eles resolveram tirar o casco, no caso, é uma decisão deles.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se quiser fazer o seguro só do pneu e da roda...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Pode fazer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tem um padrão? A Susep não fiscaliza, não tem nada?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Existem padrões e existem paradigmas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Por isso é que a Susep do Brasil...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Mas como o senhor bem disse, o seguro principal, que é o seguro de responsabilidade civil, foi feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O casco, a companhia aérea falou: "Não vou fazer". E ela está plenamente consciente que, se houver uma queda do avião, ela não está coberta. Está certo? Foi uma decisão dela fazer isso. Compete a ela. E é isso que estava assegurado, pelo que eu entendi e que está escrito nesse relatório da Aon.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já entendi.

Mas essas perguntas nós vamos fazer à Tokio Marine quando vier aqui, porque tem muita coisa que a gente precisa esclarecer com relação a isso.

Por exemplo, a Tokio Marine, será que ela tinha ciência de que os pilotos da companhia LaMia tinham participação e eram sócios da empresa LaMia? Tem isso ainda. Quer dizer, esses evidentes conflitos, esses interesses que a gente precisa...

Por isso é que essas informações... Eu acho que esta audiência foi importante, daqui a pouco a gente vai entrar na Petrobras, e tem coisa aqui que pode ajudar a gente.

A resseguradora da Tokio Marine Inglaterra, sendo a resseguradora líder e seguradora, de fato, da última apólice, saberia explicar a razão do valor da última apólice de US$25 milhões, justamente quando a companhia aérea LaMia passou a transportar equipes de futebol de toda a América do Sul, incluindo a Colômbia, com a anuência da corretora e da seguradora Bisa?

Mas isso aqui eu vou fazer depois. É melhor a gente ver, porque aqui nós temos a questão da... Vamos deixar isso aqui para eles.

Bem, isso aqui não sei se V. Sa. pode nos informar. Aqui no Brasil, a Tokio Marine Seguradora já sofreu algum tipo de intervenção por parte da Susep em razão do agravamento de risco de imagem, dado o desdobramento decorrente da recusa da resseguradora da Tokio Marine inglesa em reconhecer a legalidade desse processo de indenização? Vocês chegaram... A Susep chegou a pelo menos a perguntar para vocês se tinha conhecimento...

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... de alguma coisa? A Susep não falou nada nesse processo?

O SR. JOSÉ ADALBERTO FERRARA – Não, porque não é uma apólice emitida no Brasil, não é? Nem posso emitir uma apólice na Bolívia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, mas eles sabem que a Tokio Marine Seguradora do Brasil, 97% dela é propriedade da Tokio Marine do Japão, que, consequentemente, também é sócia majoritária e dona da Tokio Marine inglesa. Então, provavelmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as formas... Isto eu vou perguntar para a Petrobras daqui a pouco: se quando ela contrata alguém... Mas deixa chegar na Petrobras.

O que a gente percebe nesse processo... Na prática, tem que ser... Eu vou aguardar a Tokio Marine inglesa para a gente fazer algumas perguntas aqui que V. Sa. não saberia pelo que já foi dito aqui. E a Susep, eu já tenho já as declarações que a Susep fez, que a gente percebe claramente que a Susep não atuou com relação a essas questões aí.

Mas, Presidente, com relação à Tokio Marine Brasil, foi esclarecido. Quer dizer, não tem isso.

Eu só vou perguntar rapidamente para a Petrobras. Aqui é só uma pergunta rápida. Aqui é simples. A pergunta aqui é... São duas perguntinhas só.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero, antes que V. Exa. faça a pergunta para a Petrobras, até pelos compromissos que nós temos na Casa, fazer o registro da presença do Dr. Moacir Machado, Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva de Santa Catarina. Obrigado pela sua presença.

E a presença também do Deputado Sargento Lima e do seu Chefe de Gabinete, o Jackson Furquim, e do Dr. Ralf Guimarães Zimmer Júnior. Muito obrigado pela honrosa presença de cada um.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu não vou nem apresentar aqui os eslaides sobre a questão dos contratos. Então, foi falado aqui dos contratos da Petrobras com a Tokio Marine Seguradora. Tenho certeza que a Petrobras agiu conforme o edital, publicou, etc. Então, vou direto nas perguntas aqui. Pode até...

O eslaide 3 para o pessoal acompanhar aí as perguntas.

Já posso fazer a pergunta direto lá ao Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Claro! Pode fazer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu acho que eu preparei a pergunta aqui para o Presidente da Petrobras, mas eu acho que o importante é a gente saber dos detalhes, não é?

Na gestão atual da Petrobras, que iniciou em 16 de abril de 2021, que foi quando assumiu o novo Presidente, portanto as quatro apólices atualmente vigentes não interessam aqui, mas foram assinadas já na gestão do novo Presidente. Só a título de prêmios foram desembolsados cerca de R$67 milhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

com relação a essa questão. Quer dizer, eu estou perguntando, mas são coisas assim que talvez eu possa adiantar. Mas é só dizer "sim" ou "não" só para... Está correto isso?

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO (Para expor.) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

Durante a gestão do nosso querido Joaquim Silva e Luna, houve algum sinistro? De abril de 2021 para cá houve já algum sinistro com relação à Petrobras?

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – Especificamente com a Tokio Marine não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, não. Com a Tokio Marine não teve nada até agora?

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – Não. Neste ano, nesta vigência, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas antes, então, pergunto, com a Tokio Marine.

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – Houve um acidente com unidades da P71, que estava em construção, duas unidades *top side* que naufragaram quando estavam sendo transportadas entre dois estaleiros, e esse sinistro foi pago pelo consórcio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Podia repetir para mim que eu não entendi?

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – Foi uma unidade, uma plataforma, a P71, duas unidades da plataforma que estavam sendo transportadas entre dois estaleiros, a balsa adernou, essas unidades naufragaram e, após os trâmites normais, o prêmio foi pago.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, sem problema?

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – Sem problema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quais foram os fatores determinantes para a escolha da Tokio Marine Seguradora como seguradora, corresseguradora da Petrobras?

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – A Petrobras segue três pilares para a contratação de seguros: o primeiro deles é a Lei das S.A., a Lei das Estatais, principalmente; o segundo são os nossos normativos internos; e o cadastro da Susep seria o terceiro. Os administradores da Petrobras não podem, de forma discricionária, sem nenhuma informação factual ou óbice legal, descredenciar ou não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixar participar alguma seguradora do certame, sob o risco de sermos questionados por órgãos de fiscalização, como o TCU e outras auditorias também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Aproveitando que V. Sa. conhece um pouco, então, essa questão da legislação e segue com rigor – porque no Brasil tem isso, não é? O que vale é o que está escrito, se é bom ou se é ruim, se tem resultado ou se não tem também, não se leva em consideração –, eu perguntaria: nessas normas da Petrobras, só se analisa a questão econômico-financeira, ninguém verifica se houve já algum problema com outros órgãos?

Porque, veja bem, quando foi contratada a apólice com a Tokio Marine, eu, que não sou especialista nessa área, eu posso dizer que a Tokio Marine existe desde 1959, é uma empresa... Os técnicos deveriam saber que a Tokio Marine é uma empresa do grupo de uma *holding* cujo dono – 97% – é do Japão e que já tinha acontecido o acidente e essa confusão. A própria CPI já estava funcionando há algum tempo. Ninguém, ninguém falou nada sobre isso, da Chapecoense? Assim: "Olha teve um acidente, o que é que aconteceu?". Ninguém falou nada?

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – A fiscalização, no caso, é da Susep. Se, por acaso, for descadastrado ou não constar no cadastro, a gente não participa da contratação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Me desculpa, me desculpa, se a Petrobras diz que o único instrumento é da Susep, sinceramente, se eu boto lá na Susep e faz um... Eles não têm a estrutura... Vamos dizer, estou dando um exemplo.

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu, como Presidente da Petrobras ou Diretor da Petrobras, uma empresa como a Petrobras, eu não vou contratar só porque a Susep... Só vou contratar as empresas da Susep! Mesmo sendo a Susep, que é um órgão responsável, é evidente, mas tem que ter mais alguma coisa, não é possível que a Petrobras... Porque eu vou dizer, porque eu vi o acidente, vi alguns acidentes, inclusive o da plataforma, P79, não sei, não me lembro bem.

Foi a pergunta que eu fiz aqui: se eu sei que tem uma CPI tramitando, todo mundo aqui, para você ter ideia, passando fome, porque até a Chapecoense também parou de pagar, porque era 225 a 226... Quase R$10 mil, acho que nem chegava a R$10 mil, e agora ninguém recebe mais nada.

Como é que a Petrobras, uma empresa orgulho para todos nós, vai contratar uma empresa sem saber que quem vai bancar isso se acontecer alguma coisa é uma empresa que, em princípio, não bancou? "Ah, mas é a do Brasil, não é a da Inglaterra!" Bem, 97% dos donos da empresa são japoneses. E isso não foi nada, não tem nada no processo sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – Senador, no caso, não existe nenhuma informação factual jurídica que possa fazer com que a gente não acate que ela participe, por exemplo, de uma licitação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O. k.

Aconteceu que, semana passada, um mês atrás, se descobriu que – vou falar outro nome – a ABC resseguradora deu um cano no mundo – está em todas as páginas dos jornais, na televisão e tal. Como ela não está na relação da Susep, a Petrobras contrataria essa empresa?

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – O nosso entendimento é que a Susep agiria, mas, mesmo assim, caso a Susep não agisse, a nossa área de riscos interna emitiria um parecer que daria resguardo para a gente não estar contratando essa seguradora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só em aditamento, Izalci – é a única intervenção.

E, se o Parlamento, através de uma moção ou de uma indicação, fizesse chegar, por exemplo, à Caixa, por exemplo, à Petrobras essas conclusões, parciais ainda, infelizmente... Uma CPI que está durando dois anos e meio quase, não é isso? Não é normal isso. É porque houve uma pandemia, e todas as CPIs, com exceção da CPI da Covid, inclusive a CPI da Fake News, foram suspensas – correta ou incorretamente, eu não vou entrar no mérito, mas foram. Não foi porque o Senador Jorginho, o Esperidião ou o Izalci não quiseram fazer; foram suspensas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, eu queria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se nós fizermos chegar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu quero complementar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... a uma estatal brasileira o andamento disso... Não há nenhuma decisão, não há nenhuma incriminação, mas há, no mínimo, nuvens, nuvens de dúvida e, o que é pior, um clamor bem objetivo. De todas as reuniões que nós temos aqui nós saímos emocionados. Eu, pessoalmente, saio com a sensação de impotência e inutilidade. Isso me faz muito mal e àqueles que acreditam em mim. Então, eu vou fazer alguma coisa nesse sentido para despertar. Eu já disse isso ao Presidente da República, no dia 26 de junho do ano passado, em Chapecó. Eu vou fazer alguma coisa dentro da lei para que essas nuvens cheguem ao conhecimento daquelas empresas com as quais eu tenho um vínculo de responsabilidade, seja ela a Petrobras, seja ela a Caixa ou qualquer outra empresa pública, sociedade de economia mista, empresa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A designação jurídica é o que menos interessa, mas, onde há chapa branca, velada ou ostensiva, eu me sinto no dever de não me omitir.

É só isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Amin, deixe-me só complementar nessa mesma linha, que isso aqui é importante.

Eu perguntaria para o Presidente, mas V. Exa. está respondendo aqui pela Petrobras.

Como Presidente da Petrobras, respondendo em nome da Petrobras, a Petrobras não enxergou o problema ético ou mesmo comercial quando autorizou a Petrobras a firmar esses contratos de seguro com empresa pertencente a um grupo econômico – todo mundo sabe, e eu já disse aqui – que decidiu não honrar os pagamentos, porque tem apólice e tal? Eu digo assim: não é possível, porque a nossa esperança, inclusive aqui da CPI, é que as vítimas, os familiares sejam indenizados. Agora, quem é que pode resolver isso? O Governo Federal, Caixa Econômica, Banco do Brasil, todo mundo que tem operação com essas empresas, porque, para a imagem dessas empresas, quando você tem uma situação como essa... Sinceramente, com relação...

Vou dizer, inclusive, aqui... No dia, a Susep, quando esteve aqui na CPI, ainda fez a seguinte declaração, César da Rocha Neves disse o seguinte:

> Isso pode, em algum momento, gerar um risco de imagem para uma seguradora sob nossa supervisão. Então, a gente, como supervisor, está acompanhando a solvência da Tokio Marine [estou lendo o que ele disse]. Se, por algum momento, alguns contratos deixarem de ser feitos em função desse risco de imagem, aí a Susep pode atuar e solicitar dessa seguradora algum tipo de aporte capital dos acionistas, mas para solvência dessa empresa, para resguardar os outros seguradores brasileiros envolvidos nos outros contratos do Brasil. [...] Agora, hoje, pela legislação atual, nós não temos jurisdição na *holding* japonesa. Nós temos jurisdição para colocar... Por exemplo, se na Tokio Marine Brasil houvesse um problema de solvência [...], a Susep pode requerer que os acionistas aportem recursos no Brasil para ela continuar solvente. Então, a gente vai para o conselho de administração da sociedade seguradora e requer que os acionistas aportem recursos para a sociedade continuar solvente.

O que a gente percebe é exclusivamente econômico-financeiro, não existe questão ética. Se o cara lá disse que não vai pagar, mesmo sabendo que ele é dono de 97% da empresa, isso não importa.

A Petrobras enxergou essa questão ética? A Petrobras não identificou nesse episódio da Chapecoense um possível risco da sua imagem? E, se identificou, que medidas a Petrobras já adotou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para mitigar isso? Nesse período em que abrimos a CPI, por exemplo, em que a gente está falando da Petrobras, da Tokio Marine, a Petrobras chegou a fazer alguma coisa? Pelo menos já fez uma reunião com a Tokio Marine: "Vem cá, que negócio é esse aí? Vocês, 97% do... O dono da Tokio Marine é japonês, que é dono da Tokio Marine inglesa. Está essa confusão toda. Será que isso não prejudica a imagem da Tokio Marine?". Vocês não têm como ajudar a resolver esse negócio, ou está todo mundo esperando a Justiça definir, daqui a 20 anos, e as pessoas morrendo de fome aqui? Não teve nenhuma discussão na Petrobras com relação a isso, mesmo depois da CPI?

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – Primeiramente, Senador, eu não tive oportunidade no começo, mas a gente gostaria de dizer que a Petrobras é solidária a toda dor que os familiares das vítimas passaram nesse acidente e que ela está contribuindo, colaborando. E a gente espera que esta CPI chegue a um bom grado ao final.

A gente monitora permanentemente o mercado e, à luz da fatos novos, a gente vai tomar as ações necessárias para manter os contratos passados, vigentes e futuros aderentes à legislação em vigor. Então, qualquer informação nova que surgir, seja ao fim dos trabalhos desta CPI, com o seu relatório, seja com outras informações factuais, jurídicas, que sirvam como subsídios para a gente tomar a nossa decisão, que seja aderente à legislação atual, a gente tomará prontamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, houve já, por parte da Petrobras, alguma conversa, com a Susep, por exemplo, para discutir sobre isso? Se não, eu sugiro que faça; se já, eu queria saber se houve e como foi.

Retire para mim essa transparência, por favor. Por favor, continue, só para... É a da Susep, com relação à Susep. Quem é que está mexendo no computador aí? Tire para mim, por favor, essa. Eu nem mostrei essa. (*Pausa.*)

Está bom. Por favor.

Houve alguma? Você sabe se houve?

O SR. RICARDO RODRIGUEZ BESADA FILHO – Senador, eu não sei responder a esta pergunta neste momento: se houve alguma reunião nesse sentido com a Susep ou com a Tokio Marine. Nosso entendimento é de que não a gente não costuma conversar com o órgão fiscalizador orientando fiscalização.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é só para dizer: dois anos de CPI, falando disso aqui todo dia e tal, e a Caixa, depois da CPI, contratou; a Petrobras, depois da CPI, contratou... Então, pelo menos com relação ao Senado Federal, que nós temos obrigação de fiscalizar, alguém teria que pensar: "Há uma CPI, que está tentando ver, não é? E nós temos aqui um seguro. E, se acontecer alguma coisa, será que o comportamento não pode ser o mesmo? Será que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

vão cumprir?". Aqui foi provado que, durante 62 anos, sempre cumpriu, mas 97% das ações dele são do Japão, que também é sócia da Inglaterra, não é? Pelo que está aqui, não foi falado nada com relação a isso.

Por conta desse episódio da Chapecoense, caso o grupo econômico Tokio Marine, aí especificamente falando sobre o da Inglaterra, que eu espero que venha aqui o mais rápido possível, insista em não reconhecer o justo direito da indenização do voo CP2933 – inclusive, ao praticar atos de litigância de má-fé, no entendimento nosso, na Justiça, mas isso já foi explicado parcialmente, e eu espero que, quando a Tokio Marine inglesa vier aqui, possa esclarecer um pouco melhor –, existe a possibilidade de a Petrobras rever esse sistema de apólice? Ou pelo menos tentar chamar aqui, através da Tokio Marine Brasil... Dr. José, V.Sa. é o Presidente aqui, nacional, responde por tudo aqui. Se houver um sinistro maior, na resseguradora, que é a dona da *holding*, será que eles vão dizer "Não, isso não é comigo, não, isso aqui é só com o Brasil"? Eu estou levantando aqui para ver se a Petrobras tem essa possibilidade, mas eu estou... Isso aí vocês vão avaliar, mas eu particularmente acho que precisava a Petrobras se dedicar um pouquinho a essa causa, para a gente ver como fazer isso.

Por fim, a Petrobras dispõe de algum instrumento, tendo em vista a apólice atualmente vigente com a Tokio Marine seguradora, que pudesse auxiliar as vítimas, os familiares das vítimas – que esperam já vai completar agora cinco anos e cinco meses – a receberem essas indenizações? Não há como a Petrobras, a Caixa Econômica, o Governo Federal, o Ministério das Relações Exteriores tomarem isso aqui como uma causa importante? Foi – todo mundo acompanhou aqui – uma comoção nacional. E aí? Acabou? Ninguém fala mais nada, ninguém...

Eu peço aqui, como Relator – tenho certeza de que é a mesma posição do Presidente –, que a Petrobras, que a Caixa Econômica, que o Governo Federal busquem um entendimento para que a Tokio Marine Brasil chame o seu chefe maior, com 97% das ações, diga "Olhe, aqui no Brasil, não é assim, temos que respeitar uma série de coisas" e chame a Tokio Marine inglesa para fazer alguma coisa. O que não pode é ficar sem nada. Não dá para ficarem as pessoas da forma como estão.

Presidente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu espero que venha aqui a Tokio Marine inglesa – V. Exa. já aprovou o requerimento – para que a gente possa, de fato, entender um pouco melhor essa situação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Já foi deliberada e aprovada a reconvocação da Tokio Marine inglesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a presença, aqui, do José Adalberto Ferrara, do Ricardo Rodriguez Besada Filho, da Petrobras, e de todas as pessoas que nos acompanharam.

Pós-Carnaval, nós vamos continuar ouvindo todas as pessoas convidadas e convocadas para que a gente consiga alcançar o objetivo a que se propôs esta CPI, que é o de não prejudicar a reputação de quem quer que seja, longe disso, mas o de ir ao encontro da dificuldade que as famílias da nossa querida Chapecoense passam ainda, gente com muita dificuldade. A gente quer ir ao encontro deles para amenizar isso.

É com esse sentido que eu agradeço, mais uma vez, a presença de cada um dos senhores aqui, que nos ajudaram e muito, na certeza de que nós vamos continuar firmes e fortes para apresentar um relatório ao Senado Federal e à sociedade que puxe a responsabilidade de quem quer que seja.

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa reunião... (*Pausa.*)

Antes de dar como encerrada, eu quero colocar em votação a Ata da 12ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

(*Iniciada às 13 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e oito minutos do dia dezoito de maio de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Sérgio Petecão e Paulo Rocha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: 1ª Parte - Oitiva. Finalidade: Oitivas de Mara Paiva, Vice-presidente da Associação de Familiares das Vítimas do voo da Chapecoense (AFAV-C), em atendimento ao requerimento 44/2022; e de Luís Inácio Lucena Adams, Advogado e mediador, em atendimento ao requerimento 44/2022. Resultado: Oitivas realizadas. 2ª Parte - Deliberativa. Finalidade: Deliberação do relatório final. Resultado: Lido o relatório. 3ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 44 de 2022 que requer: "Convite a Luís Inácio Lucena Adams e Fabienne Belle." Autoria: Senador Jorginho Mello. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 45 de 2022 que requer: "Convocação para comparecimento do Sr. Simon Kaye perante a CPI da Chapecoense." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 46 de 2022 que requer: "Convite para comparecimento dos procuradores do município de Chapecó perante a CPI da Chapecoense." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 47 de 2022 que: "Requer que sejam prestadas informações pela sra. Fabienne Belle." Autoria: Senador Jorginho Mello. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 48 de 2022 que: "Requer que sejam prestadas informações pelo sr. Luís Inácio Lucena Adams." Autoria: Senador Jorginho Mello. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello
Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento 994, de 2019, para apurar situações dos familiares de vítimas da queda do avião que transportava os jogadores e a comissão técnica da Associação Chapecoense de Futebol, assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas, e também investigar e identificar os motivos pelos quais os familiares ainda não tenham recebido as devidas indenizações.

A presente reunião divide-se em duas partes. Na primeira, realizaremos a oitiva de dois depoentes; em segundo, teremos a leitura ou a entrega do relatório preliminar da CPI, apresentado pelo nosso Relator, o nosso Senador Izalci Lucas.

Coloco em votação o Requerimento 44, de 2022, de minha autoria, que requer, nos termos do art. 51, §3º, da Constituição Federal, da Lei 1.579, de 1952, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Sr. Luís Inácio Lucena Adams, advogado e mediador, e à Sra. Mara Paiva, representando as vítimas do voo da Chapecoense, para prestarem depoimento perante esta Comissão Parlamentar de inquérito.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nesta oitiva, a palavra será inicialmente franqueada ao depoente a realizar exposição de dez minutos; se precisar de mais tempo, a gente concede, sem problema nenhum. Após, farão uso da palavra o Relator e os membros desta CPI, conforme as inscrições, por dez minutos.

V. Sa... Agora eu já inicio, Sra. Mara. V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, dizer a verdade, o que souber e o que lhe for perguntado?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Só queria me inscrever para depois da fala do Relator ou quando for possível estar inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Fique tranquilo, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Sra. Mara. A partir deste momento, os senhores estão sob compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Inicio a palavra pela Sra. Mara Paiva. A senhora tem o tempo de até dez minutos; se for necessário, a gente vai prorrogando.

A senhora tem a palavra, por favor.

A SRA. MARA REGINA PAIVA (Para expor.) – Gostaria de dizer que eu aceito o compromisso, aquele compromisso que o Presidente me pede, de dizer a verdade.

E queria também, em primeiro lugar, agradecer... Na realidade, eu não iria falar. Vai ser bem rápido. Eu estou aqui representando a Presidente da Afav-C, que é a Fabienne Belle, e também falo pelo nome da associação. Então, eu queria dizer, fazer só um breve histórico, não é? A Afav-C surgiu por uma indignação muito grande que nós tivemos com todas as questões que aconteceram no acidente. Num primeiro momento, nós sabíamos que aquela aeronave tinha caído porque ela não tinha... Por falta de gasolina. E depois, com o passar do tempo, criamos a associação e levantamos uma série de documentos. Os documentos que chegaram a nós foram todos entregues – a grande maioria – pelo Sr. Ricardo Albacete. Fizemos viagens para Colômbia, Bolívia, Miami, Londres. Um outro grupo de familiares, também capitaneando o mesmo objetivo, foi a Londres.

Enfim, eu quero dizer que essa associação surgiu de uma dor, dando vazão a uma dor e a uma indignação de uma série de más práticas, uma série de responsabilidades que redundaram na morte de 71 pessoas e 68 brasileiros. Eu gostaria que vocês prestassem atenção, por favor, porque eram 68 brasileiros que, na grande maioria – alguns; quer dizer, na verdade todos eles –, estavam ali pra disputar um campeonato internacional. Eles representavam o Brasil, eles não sabiam sequer se o avião tinha gasolina, se o avião tinha seguro, quais eram as condições. Eles simplesmente acataram um compromisso profissional, não é? Então, ali morreram jogadores, dirigentes, técnicos, jornalistas. Então, essa indignação acabou sendo a origem da Afav-C. Então, faço questão de falar a respeito disso, porque, não fosse a associação, nós não teríamos condição de lidar com todas essas dificuldades que nós temos encontrado nesses seis anos.

Quando aconteceu a nossa chegada a Brasília – e nós chegamos, primeiramente, pelas mãos do Senador Romário, que abriu o gabinete pra que nós viéssemos pra trazer aquilo que tínhamos de documentação –, eu não sei se no primeiro... Nesse dia, não, mas em outros dias que se seguiram conseguimos também audiências públicas. A primeira audiência pública que foi aberta pra gente foi do Senador Nelsinho Trad.

Numa reunião em que nós viemos aqui, depois de uma reunião de audiência pública, eu me lembro muito de que, eu e a Fabienne, nós fomos abordadas pelo Senador Kajuru e pelo Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jorginho Mello, que nos disseram: "Nós vamos conseguir uma CPI". Então, isso pra nós, isso me emociona, porque, na sequência, nós tivemos aí a presença do Senador Amin, da Senadora Leila, do Senador Romário, que também continuou, do Senador Izalci. E me desculpe se eu estou esquecendo o nome... Devo estar esquecendo o nome de um monte de gente, mas é porque eu estou emocionada. Toda vez que eu falo nisso, para mim é muito difícil, sabe? Enfim...

Então, na minha fala, além de contar um pouco a história da Afav-C, eu queria também agradecer muito ao Senado Federal em nome dessas pessoas que eu acabei de dizer. Não fossem essas pessoas, o esforço particular dessas pessoas, nós não teríamos conseguido dar voz a todos os documentos que nós conseguimos, permeados de muita dor, muita indignação e muita revolta. Então, o nosso trabalho agora também, com a continência dos Senadores, o nosso trabalho é um trabalho de resgate; resgate da dignidade dessas pessoas que morreram – eu faço questão de dizer: dessas pessoas que morreram –, porque entraram naquela aeronave para cumprir uma função profissional.

Então, essa é a parte do agradecimento. Não tenho palavras para agradecer.

E agora tem uma outra parte, que é a parte do lamento. Lamento por quê? Porque infelizmente todo o esforço desses Parlamentares, todo esforço das famílias pode vir por terra, porque nós temos agora o encerramento da CPI. Nós tivemos uma conversa que aconteceu com a Tokio Marine depois de seis anos. Depois de seis anos, nós somos chamados para conversar com a Tokio Marine. Qual não foi a nossa surpresa? Mais do mesmo. Eles nos disseram: "Olha, estamos muito consternados com a situação de vocês. E o que temos para oferecer para vocês é exatamente aquilo que vocês já sabem" – uma apólice subdimensionada para uma aeronave que carregava uma média de cem pessoas, com risco agravado porque carregava times de futebol. Mas recebemos os pesares da Tokio Marine. Eu só tenho a lamentar.

Mas eu acho que tudo que conseguimos até hoje – e tudo que o Senado Federal conseguiu para nós também – não cai por terra, porque a CPI pode terminar, mas a nossa luta não termina. Houve momentos em que eu pensei em abrir mão disso, por pressão familiar e por outras questões, mas depois, conversando com o jogador Neto, conversando com a Fabienne, que virou minha irmã, eu chego à conclusão de que o nosso trabalho tem que continuar, porque nós já conseguimos muito.

Então, lamentar, lamento. E agradeço muito do fundo do meu coração.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Sra. Mara.

Nós não... A nossa CPI, desde o primeiro momento, quando foi instalada, foi no sentido de acolher, de apoiar, de lutar em favor de todas as pessoas que nos deixaram. Eu quero que a senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

saiba que a nossa luta foi – a minha e a de todos os Senadores e Senadoras –, desde o primeiro momento, em apoiar. E não quer dizer que nós vamos encerrar a CPI. Nós não precisamos encerrar hoje obrigatoriamente a CPI, nós temos prazo.

O Senador Izalci construiu um relatório, que será apresentado hoje a todos os membros da CPI, será entregue. A gente vai ouvir, depois do encontro que foi feito com a Tokio Marine, de que a senhora participou e de que o Dr. Adams também participou. Visto e conhecido o relatório, entregue a todos os membros da CPI, nós vamos ver quais os próximos passos a serem dados, sempre com o objetivo de ajudar e proteger todas as famílias que lutam por justiça.

Eu quero agradecer à senhora.

A senhora tem mais alguma coisa para dizer sobre o encontro que contou com a sua participação? Há mais alguma coisa que a senhora queira colocar? Pode ficar bem tranquila.

A SRA. MARA REGINA PAIVA – Não. Só isso, Presidente, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

Concedo a palavra agora ao Dr. Luís Inácio Lucena Adams, por até dez minutos.

Por favor.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS (Para expor.) – Senador Jorginho Mello, Presidente desta CPI, muito obrigado. Minha saudação também ao Senador Izalci, aos Senadores Esperidião Amin e Kajuru, aqui presentes, e à Senadora Leila.

O meu informe aqui é basicamente um pouco do que eu e o Dr. Henrique Junqueira já apresentamos como mediadores. Nós funcionamos, eu e Dr. Henrique, como uma dupla, digamos assim, de trabalho, visando favorecer o entendimento e uma aproximação entre as partes. Nós realizamos reunião nos dias 6 e 7 de abril. Foi, no meu ponto de vista, uma reunião muito importante. Evidentemente, o que a gente vê nesses processos de negociação é o esforço 1) de entendimento, 2) de compreensão e 3) de aproximação. É um processo de alinhar entendimentos, entender as partes e chegar a uma aproximação do que é a solução adequada. Esse é o processo de negociação.

A negociação, evidentemente, demonstrou e colocou com maior clareza para as partes onde cada uma está posicionada no processo, porque isso tudo, de fato, me pareceu, não estava claro naquele processo, naquele momento, e isso acabou se estabelecendo. Ao final, foram apresentadas propostas. A empresa apresentou o pagamento dos US$25 milhões, que era o valor do seguro; as famílias rejeitaram, após muita discussão durante os dois dias, a proposta, entendendo que ela era aquém do que elas tinham de expectativa e propuseram uma contraposta de US$150 milhões, tendo por premissa basicamente a própria ação que estava nos Estados Unidos, que é a em que estava presente o Dr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Steven... Eu não me lembro o sobrenome... Steven Marks, que é o advogado americano, que estava presente naquela reunião, acompanhando o processo de negociação.

Ele é um empreendimento difícil. A Mara falou bem aqui, existe um esforço de catarse, existe uma catarse necessária. Faz parte da compreensão dos participantes compreender a situação de cada parte. Esse entendimento é essencial para chegar a uma aproximação. E nós estamos ainda naquela fase de aproximação, de chegar a um alinhamento comum desse entendimento. Infelizmente, esses elementos não são imediatos. Eles passam por um processo de continuidade de conversa.

Foi colocado pela empresa, pelo representante da empresa Leon Taylor, que é o advogado que veio representar a empresa na negociação, na contraproposta que foi apresentada pelo Steven de US$250 milhões, que a consideração dessa contraproposta precisava trazer mais um *player*, mais um ator que não está presente neste momento, que é a Aon, que é a corretora que operou esse processo. E, de fato, a TMK tem procurado, lá em Londres, sensibilizar a necessidade desse acordo. Agora, a Aon participar é uma condição por quê? Porque ela é um ator relevante, e o valor não é pequeno. Para a gente avançar no valor, esse ator tem que estar presente.

De qualquer maneira, eu só posso dizer que a negociação evoluiu com todas as dificuldades, e todas as dificuldades de uma negociação dessa natureza, que não são fáceis, são traumáticas, é necessário as pessoas ouvirem muitas vezes o que não querem, não gostariam, mas é necessário ouvir. E eu acho que isso foi feito, foi um espaço importante.

E a minha ponderação com esta CPI é que o relatório reconheça a necessidade de preservar esse esforço, a necessidade de que o esforço vá adiante, a necessidade de reconhecer e valorizar as partes que sentam à mesa. Então, eu faço essa ponderação, porque eu sempre digo: é muito mais fácil explodir uma ponte do que construir uma ponte. Construir uma ponte demora meses; explodir, alguns segundos, a pessoa apertar o botão detonador.

Então, esse esforço eu acho importante de construir e valorizar, acalentar o esforço de negociação, que se iniciou, não se finalizou e que deve continuar.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Doutor.

Eu já fiz a inscrição do Senador Amin, do Senador Kajuru e da Senadora Leila.

Passo a palavra agora para o nosso Relator, porque a forma com que nós estamos conduzindo a nossa reunião é ouvindo, então, a Sra. Mara e o Advogado Luís Inácio Lucena Adams. Agora, eu passo a palavra ao Relator e, posteriormente, a cada Senador, para que a gente possa discutir sobre os encaminhamentos da nossa CPI.

Senador Izalci, V. Exa. está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, senhores e senhoras, Senadores e Senadoras, como dissemos desde o início, o nosso objetivo aqui da CPI é buscar o entendimento para a indenização das vítimas e dos familiares das vítimas. E a gente fez aqui diversas reuniões na tentativa de buscar realmente uma solução para que essas pessoas sejam indenizadas.

É evidente que tentamos e foi feito um esforço já de um início de um trabalho de conciliação.

Já houve, inclusive, proposta concreta de acordo, mas fico feliz aqui de saber que ainda existe essa porta para continuar a discussão. Nós, inclusive, prorrogamos a CPI, mas só tem sentido ela ter continuidade se houver essa disponibilidade de acordo, de conversar mais um pouco, não é? Inclusive, foi feito um depoimento num determinado momento em que uma das resseguradoras, que tem uma participação pequena, não lembro exatamente o nome, que esteve aqui, se dispôs, inclusive, a indenizar a parcela correspondente à parte dela, porque essas seguradoras fazem um consórcio, não é? Então, acho que vale a pena, sim, buscar os outros atores e sócios da apólice, das resseguradoras, para a gente buscar viabilizar este acordo.

Bem, é uma operação que envolve vários países. Nós temos aí o Brasil, temos a Bolívia, temos a Colômbia, a Inglaterra, e vários atores também, como a Chapecoense, a LaMia, a Estratégica, a Bisa, a Aon e a Tokio Marine. Eu dividi o relatório: são 862 páginas o primeiro volume, o segundo volume com 285 páginas. Então, evidentemente seria muita pretensão entregar esse relatório hoje e já querer votar esse relatório, não é? Acho que nem com leitura dinâmica daria para ver. Mas, de qualquer forma, aqui tem detalhadamente tudo que aconteceu nas audiências, mas, para simplificar, Presidente eu coloquei as evidências, e cada evidência nós temos aí no relatório muito clara.

A primeira evidência é que o Ricardo Albacete e a Loredana Albacete gerenciavam, de fato, a LaMia. Está muito clara essa evidência, e nós tratamos disso no relatório.

A evidência nº 2 é que o sistema de logística falhou quando da contratação da LaMia. Tem muitas evidências e comprovações aí da falha da logística na contratação.

A terceira evidência é que o sistema de controle aéreo falhou também ao permitir as operações da LaMia. Então, quando permitiu já houve aí... E tem aqui evidências também dessas falhas.

A evidência nº 4 é a irresponsabilidade da tripulação e dos gestores da LaMia. Estão muito claras essas evidências, que depois podemos... Estão no relatório, mas tem também um resumo aqui, detalhando cada fato.

Evidência nº 5: o sistema de seguro e resseguro falhou ao avaliar o risco das operações da LaMia. Houve uma falha também na avaliação dos riscos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidência 6: o sistema de seguro e resseguro tinha conhecimento das operações da LaMia. Então, não adianta dizer que não conhecia, que não sabia. Então, esse sistema tinha conhecimento dessas operações.

Evidência 7: suspeita de ingerência indevida no processo de certificação. Também houve isso, tem lá evidências com relação à ingerência no processo de certificação.

Evidência nº 8: tentativa de suborno na negociação da indenização dos acidentes da LaMia. Houve, tem aí muitas evidências de que houve tentativa de suborno com relação às negociações.

E a evidência nº 9: o suposto envolvimento da Conmebol no agenciamento. Havia, sim, alguém agenciando essa questão da LaMia.

E a evidência 10, de que a gente trata também: uma possível litigância de má-fé e risco de imagem, de que a gente vai tratar no relatório.

Nós deixamos claro aqui que a nossa esperança era uma contribuição também do Governo Federal, através do Ministério das Relações Exteriores, através do Ministério da Justiça, através da Susep, através da Petrobras, através da Caixa Econômica, através do Banco do Brasil... Todos poderiam e podem contribuir no sentido de buscar esses entendimentos.

Tivemos reuniões – o Senador Amin, o nosso Presidente e eu estivemos na Caixa Econômica. Recebi as pessoas da Petrobras, e ficou claro que as contratações foram posteriores à CPI. Então, acho que tanto a Susep quanto a Caixa Econômica e a Petrobras poderiam, sabendo que já tinha sido instalada uma CPI, ter se informado um pouco melhor no processo de auditoria, de *compliance*. Mas, de qualquer forma, a gente está disponibilizando os relatórios – são dois volumes – para os nossos Senadores e Senadoras.

Senador Jorginho, a proposta é que a gente marque depois – como foi colocada aqui a possibilidade de se ampliarem as negociações –, trazendo outros atores para tentar buscar um entendimento nas indenizações. É um relatório preliminar sujeito, evidentemente, a acatar aqui todas as sugestões dos nossos colegas Senadores e Senadoras: da Senadora Leila, que participou desde o início; do Senador Kajuru; outro é o Nelsinho Trad, que não está aqui, mas também participou; o Amin também, em várias, participou praticamente de todas as reuniões; o Senador Romário, também, no início.

Então, a gente tem aqui toda disposição de receber contribuições, modificações para o aperfeiçoamento do relatório. Evidentemente que, não saindo acordo, este relatório servirá para mais trabalho com relação à Justiça, que poderá se respaldar em muitas coisas que foram feitas aqui.

Mas eu tenho certeza de que, com as palavras do Sr. Adams, com novos atores entrando no processo de negociação, a gente tem todas as condições de atender o nosso objetivo, que é realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

chegar a um acordo para a indenização dessas vítimas e familiares das vítimas que estão sofrendo há mais de cinco anos. Houve uma comoção nacional. Eu mesmo sou torcedor de Chapecoense, que é meu segundo time – o primeiro é o Galo, mas o segundo é o Chapecoense, que foi o segundo time de muitos brasileiros. E a gente fica triste realmente, vendo toda essa comoção, tudo aquilo que aconteceu, e cinco anos depois não tem nada resolvido.

Eu falei com a Senadora Leila quando ela fez o discurso nas Olimpíadas, não é, Leila? Quando chega a hora das Olimpíadas, todo mundo quer a medalha, todo mundo discute as medalhas; passa-se uma semana, há atletas que receberam medalha de ouro, que já não têm patrocínio, que estão com dificuldade, que não têm recurso para treinar. É a mesma coisa. Comoção nacional, e tem gente passando fome na Chapecoense, familiares passando dificuldades, crianças sem escola, sem alimentação...

Então, a gente precisa, de fato, buscar realmente esse entendimento. O que eu posso fazer como Relator estou fazendo e vou continuar disposto a fazer, viu, Presidente? Acho que é prudente a apresentação preliminar e, depois, acatar as sugestões de V. Exas., meus colegas Senadores e Senadoras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senador Izalci.

Recebemos o relatório, que vai ser franqueado a todos os Senadores e Senadoras.

Vamos ouvir agora os Senadores. Já ouvimos a participação da Sra. Mara e do advogado Adams.

Quero registrar para todas as pessoas que aqui estão, dizer da reunião que a gente teve na Caixa Econômica Federal – eu, V. Exa., o Senador Amin e tal. Tivemos o melhor, aliás, o único apoio recebido no sentido de ajudar na intermediação do acordo. Então, eu quero deixar registrada aqui a forma muito patriótica como fomos atendidos lá pelo Pedro Guimarães e toda a sua diretoria, corpo jurídico, no sentido de ajudar a encontrar caminhos.

Então, agradeço a V. Exa.

O relatório vai ser entregue a todos os Senadores, é um relatório preliminar.

Concedo a palavra, então, agora, ao primeiro inscrito, Senador Esperidião Amin.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, ao Senador Izalci, à D. Mara Paiva, ao Dr. Luís Inácio e aos queridos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companheiros de jornada, Senadora Leila e Senador Kajuru, ambos sempre muito ativos, que contribuíram muito para que nós não perdêssemos o grau de emoção que é necessário preservar para que se entenda que isto não pode ficar assim. As instituições fracassaram até aqui, nós todos – eu me sinto parte integrante de uma dessas instituições.

Mas eu quero ressaltar o que o Senador Jorginho Mello diz muito bem: nós tivemos, na Caixa Econômica Federal, a compreensão da Caixa de que ela tem que ser um dos braços do Governo para responder ao questionamento que Kajuru, Senadora Leila, todos nós temos feito. Não posso deixar de dizer que também foi muito eloquente o Senador Romário, num momento muito específico, e o Senador Nelsinho Trad, que, na fase pré-CPI, deu abrigo às primeiras reuniões, muito importantes. E quero destacar a atuação Ministério das Relações Exteriores, especialmente nesta gestão. O Chanceler França trabalhou seis anos na Bolívia e, por isso, tem uma expertise que não pode ser desprezada.

Sem dúvida, eu confio muito na capacidade de negociação do Presidente da Caixa, que estava presente quando o Senador Jorginho e eu, lá no Estádio Índio Condá, em Chapecó, fizemos um apelo veemente, no dia 25 de junho de 2021, para o Presidente da República. Até usamos uma frase do Senador Kajuru: não que se deseje, mas, se o time fosse o Palmeiras ou o Flamengo, não ficaria assim, por isso, não pode ficar assim.

E quero dizer o seguinte: sobre o relatório, Senador Izalci... Eu já participei de algumas CPIs. Aqui nesta sala, há 25 anos, eu participei da CPI dos Precatórios. Estava sentado ali o Senador Bernardo Cabral. O Relator era um pouco mais polêmico do que o senhor: Roberto Requião. (*Risos.*)

E aqui – viu, Dr. Luís Inácio? – foi dada a primeira voz de prisão a um depoente, que se chamava Ibrahim Borges Filho. IBF era a marca de patrocínio do São Paulo, lembra? Indústria Brasileira de Formulários. É apenas semelhança. E posso dizer – os *Anais* registram – que o Senador Bernardo Cabral acolheu... Na época, não existia Polícia Legislativa, era só segurança. E o pior de tudo é que a cela provisória seria o meu gabinete aqui embaixo. (*Risos.*)

Então, isso tudo me vem à mente neste momento, porque faz 25 anos. Era o meu tio que estava aqui, mas eu sei tudo o que aconteceu.

Eu acho que nenhum relatório foi melhor do que esse seu, nesses 25 anos de experiência, primeiro porque eu sei que as 850 primeiras páginas retratam os fatos, as atas das reuniões. E eu li, com a ajuda do Eduardo Siqueira, nosso paraquedista do gabinete – paraquedista mesmo; campeão mundial, na época, de salto em grupo, 72 entrelaçados, de mãos dadas...

Eu quero dizer o seguinte: eu tenho sobre as recomendações nove pontos, que não vou tratar hoje, mas tenho, acima de tudo, o requerimento, primeiro, porque eu quero expressar verbalmente. Não é conspiração, mas eu já falei com o Jorge Kajuru, que pensa mais ou menos como eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Mais ou menos, não; 100%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o que é mais ou menos perigoso.

Acho que a Senadora Leila nos deixou aqui muito motivados com uma frase muito singela. Quantas viagens assemelhadas ela fez? Ela nunca perguntou se tinha seguro.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Nossa! É muito chocante tudo isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não precisa dizer mais nada. Não pode ficar assim!

Então, o meu requerimento, Senador Jorginho, é o seguinte: o relatório está apresentado, mas há coisas a fazer. A primeira coisa a fazer é o prosseguimento disso aqui, respeitado o compromisso republicano. Nós não temos que discutir pelas partes. Eu não posso... Os modelos de negociação que eu conheço – eu falei isso com o meu colega de Universidade Federal de Santa Catarina Luís Adams, e eu me sinto muito bem conversando com ele, porque acho que ele fala objetivamente, e no meio da emoção você tem que ser objetivo, senão fica só na emoção... Não pode ficar assim. Esta negociação de 6 e 7 de abril eu não considero frustrada. Se for considerada como resultado final, aí é frustrante, porque todos os modelos de negociação partem do seguinte princípio: eu tenho que sair do lugar onde estou e me aproximar de você, e vice-versa, senão vira uma coisa do tipo da guerra da Ucrânia, não é?

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eles não sabem como terminar. Os dois estão doidos para terminar, como nós todos, mas não sabem como.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Daqui a pouco, vira a Guerra dos Cem Anos...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que faz parte da história. Porque aí eu começo a brigar pelos desaforos que a guerra trouxe para a minha família, para a minha cidade, e, então, não dá para parar, temos que continuar.

Então, se isso fosse o final da CPI ou o final da negociação, seria muito frustrante. Então, eu acho que nós temos que ter uma prorrogação, para que se assentem as bases da negociação.

Número dois: nós temos um requerimento reincidente. O último foi apresentado ou reapresentado pelo Senador Izalci, em fevereiro deste ano, para ouvir o senhor da Tokio Marine inglesa. Ele ia falar no dia 31 de março de 2020; não falou por causa da pandemia. Quando nós ouvimos o Sr. Ferrara – foi quando eu o vi pela primeira vez aqui, com um chapéu Marcatto...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Panamá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Panamá – o Marcatto é de Jaraguá do Sul, não é? Tenho que fazer alguma propaganda. (*Risos*.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Sempre!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu achei que poderia haver um passo adiante nessa negociação. Foi um instinto. E acho que isso não pode ser perdido.

Hoje eu ouvi o senhor falar aqui que nunca tinha ouvido alguma coisa que foi dita por você. Está lembrado? Então, há coisas por dizer na negociação. E todos os modelos passam por isso: o modelo da UnB, que se chama Zopa (zona de possível acordo); o de Harvard, *best alternative to a negotiated agreement*; todos os modelos de negociação exigem certo tempo para que as pessoas sintonizem.

Segundo, temos que ouvir o senhor da Tokio Marine – lá na embaixada, pode ser na embaixada em Londres, não há problema nenhum. Mas ele tem que falar, pelas razões que nós ouvimos do Sr. Ferrara. Ele não teve nenhum contato com a Tokio Marine Kiln?

Terceiro, eu acho que nós não podemos encerrar a CPI sem fazer um esforço para ouvirmos a Aon – o Senador Izalci inventou uma pronúncia diferente, que não consigo repetir. (*Risos*.)

Nem com o dicionário de inglês australiano, eu consegui... Nem com o dicionário de inglês australiano, eu consegui a pronúncia que o Izalci tem para Aon. (*Risos*.)

É com admiração que eu digo isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vocês sabem que quem fala árabe tem que aprender.

Eu estava recebendo agora um grupo. E eu tenho o privilégio de ter uma secretária que fala mandarim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Caramba!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E ela estava se fazendo entender com os chineses. Então, é uma coisa fantástica!

Então, é o depoimento da Tokio Marine Kiln, da Aon, especialmente – aí já, assim como se sabe quem é o CEO da Aon, da Tokio Marine – o Sr. Simon – aí a pronúncia tem que ser feita com muito cuidado, porque Simão tem várias pronúncias –, e o relatório que vai fazer parte do relatório do meu amigo Izalci, que fez um grande trabalho, que vocês vão ter que nos entregar; não no fim dos tempos, porque a CPI não pode durar o tempo das ações judiciais, o tempo que dura uma negociação. Nossa responsabilidade é apertar o *start*.

E eu ouvi uma sugestão, depois de anotar esses três pontos, que é um convite – um convite –, que seria o quarto evento antes do dia 11 de julho, que é quando vence o prazo da CPI – prazo já prorrogado –, para pedir para ouvir os promotores de justiça de Chapecó, ou seja, os promotores que complementam o extraordinário e oportuno trabalho do Dr. Prola. O Dr. Prola, teve a competência de dar entrada com a petição, na ação, em prazo que o Direito Civil estabelece, ou seja, dentro do prazo, senão daqui a pouco estaríamos com a questão cível não totalmente, mas parcialmente extinta.

Então, é para a realização desses quatro eventos... Nenhum deles é novo, Senador Izalci. O primeiro é um requerimento seu, que não resultou em diligência feita; o segundo é uma consequência do que nós temos ouvido. Olha, procurando ser didático: uma coisa é a responsabilidade pelo acidente, ou seja, do voo; a outra é a responsabilidade pela elaboração criativa de uma apólice que subdimensionava o risco e ao mesmo tempo não fora paga. Portanto, concretamente é uma apólice inexistente. Quer dizer, um artifício que provavelmente ninguém pode provar que existe passa a ser a base da negociação; aí uma coisa ou outra. Se ele existe, se ele não existia, como foi a primeira manifestação, dia 2 ou 3 de dezembro de 2016 – me corrija se eu estiver errado, acho que foi 3 de dezembro –, a apólice não existia, então ela é um artifício.

Para que se cumpra isso, eu reivindico e peço o apoio de todos, Senador Jorginho, do Izalci, mas especialmente da Senadora Leila e do Kajuru, para... Quer dizer, eu estou pedindo a prorrogação da CPI para quatro coisas: o depoimento, já aprovado em requerimento, do representante da Tokio Marine Kiln, seja em Londres, seja aqui. O de Londres tinha compromisso de fazer dia 31 de março de 2020. O segundo da Aon pode ser lá ou aqui, acho até que ele já esteve aqui, em outra ocasião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não chegou?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi Aon Brasil. Então, é Aon inglesa, Sr. Simon. A conclusão ou, pelo menos, um relatório das *démarches* da tratativa e um pedido de oitiva, nós queremos ouvir.

Muito preocupado com essa questão de interpretação da Mesa do Senado de que nós não podemos nos imiscuir em decisão judicial. Não é para ouvir decisão judicial; é para conhecer os fundamentos e o atual estágio da ação protocolada pelo Dr. Prola.

Então, é para cumprir essas quatro diligências que eu peço a prorrogação. Nosso limite é 11 de julho. Quanto tempo vai demorar isso? Como se dizia, na oficina de um borracheiro lá de Goiás, demora o tempo que leva, mas que seja o mais rápido possível.

Era isso, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, o requerimento da Tokio Marine já foi aprovado; ele se prontificou, inclusive, a fazer o depoimento. Agora, é óbvio que, depois da pandemia, com a tecnologia que temos dessa questão virtual, nada impede de ouvir não só o da Inglaterra, como até o do Japão, se for necessário, porque todas essas empresas, inclusive a brasileira, todas têm como sócio majoritário a Tokio Marine Japão. Cada com a sua autonomia, mas, no fundo, no fundo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, no DNA, é uma coisa só.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Exatamente.

Agora, como o Dr. Adams colocou aqui, a possibilidade de a Aon...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Traduzindo bem, Aon.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Aon! Ele colocou à disposição, no sentido de buscar também esse entendimento, não é, Dr. Adams? Eu digo assim, vamos trazer para...

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS (Para expor.) – Só para verificar, eu não tenho nenhuma relação com a Aon, não conheço o que houve, só reportei o que houve na reunião. Ao final da reunião de negociação, de mediação, quando foi apresentada uma proposta, a informação... Disse: "Olha, a proposta, estamos, de fato, muito desalinhados, muito diferentes. Para poder avançar, precisa de um outro ator nesse processo", é isso. Agora, a capacidade de trazer, evidentemente, eu não tenho. Não sei se até... Aí, é uma decisão da Aon separadamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bem, um dos responsáveis que estão também no relatório e acho que deveriam, sim, também participar para buscar esse acordo... Eu acho que alimenta, porque, de fato, a gente tem prazo, prorrogamos o prazo. A CPI, inclusive, impede outras CPIs de funcionarem, tem limite de CPIs aqui no Congresso. Então, é evidente, quanto mais rápido a gente puder concluir, melhor, mas atendendo ao objetivo, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, não tem nenhuma dificuldade, a não ser que... Eu achei que já estavam trabalhando, mas outros que participam da resseguradora também poderão participar dessa negociação para buscar realmente uma aproximação maior. Existe já, acho, o relatório. E essa reunião de abril trouxe alguns parâmetros, o parâmetro da proposta da resseguradora e a contraproposta das vítimas, dos familiares das vítimas. Então, como disse o Senador Amin, vamos buscar aproximar o máximo isso para a gente buscar esse entendimento.

Então, concordo plenamente. Eu não sei se... Acho que já existem os requerimentos... Dos procuradores, eu acho que não. Esse convite dos procuradores eu acho que não tem o requerimento. Se V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Permite-me, Presidente? Destes aqui, o da Tokio Marine já existe, totalmente formal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Já está, isso. Já foi aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O da Aon temos que formalizar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ótimo. Nós podemos aprovar inclusive, informar depois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aprovar... Eu tenho até pronto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas acho que o importante é que haja um acordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Depois se escreve.

O terceiro é um relatório que tem que ser produzido, digamos, dentro de um mês no máximo, porque o Relator vai ter que fazer menção a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Lógico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em no máximo, 30 dias, os senhores teriam que nos dizer em que ponto estão. Não é resolvemos ou não resolvemos; chegamos a esse ponto ou não chegamos a ponto algum, para que o Relator coloque no relatório. Ele não vai mudar o que vocês disserem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mas vai incorporar.

E o quarto, que eu acho o mais delicado e o mais necessário, é um ofício ao Dr. Prola, e acho que são três procuradores, para – se quiserem participar de uma audiência aqui, remota ou nós vamos lá – prestarem informação sobre a ação que, tempestiva e meritoriamente, deram entrada em... Como disse, antes de vencer o prazo de três anos da...

São os quatro pontos. (*Fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu acho que a ordem é importante, eu acho que é mais o importante porque a Tokio Marine já está sabendo, já está participando, já tem o conhecimento. Talvez o da Aon seja o mais importante, porque não está ainda dentro do processo, como o Dr. Adams disse, não tem nenhuma relação ainda com a corretora, que tem um papel fundamental nesse processo.

Então, se a gente conseguir convidar primeiro a corretora, acho que o processo adianta melhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero... Antes de ouvir os demais Senadores, eu acolho os requerimentos do Senador Esperidião Amin, o Requerimento 43, já da Tokio Marine, que já está protocolado pelo Senador Izalci, e acolho todos os quatro itens – este aqui mais três, quatro itens – e coloco em deliberação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós vamos tratar, de forma técnica, como é que nós vamos fazer essas convocações, marcar as audiências e a gente avisa assim que for feito o entendimento.

Concedo a palavra agora ao Senador Kajuru, se quiser fazer manifestação, e à Senadora Leila.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Bom, inicialmente, eu fico feliz. Eu não tinha nenhuma dúvida de que o Presidente Jorginho Mello e o Senador Izalci Lucas concordariam com essa nossa proposição apresentada pelo Senador Amin, com quem eu estive a manhã toda reunido, e, através de mensagem, pela Senadora Leila. Portanto, nós três usamos até uma frase: tempo e agenda. De repente, antes de 11 de julho, a gente já concluiria. Essa é a verdade. Então, eu fico feliz com essa satisfação à sociedade brasileira de que a CPI vai continuar.

E eu gostaria de fazer aqui, de forma objetiva, um pedido à Caixa Econômica Federal. Eu ouvi o Presidente Jorginho, ouvi o Senador Amin dizendo que a Caixa está contribuindo. A meu ver, pouco ainda – pouco –, porque ela é parceira da Tokio Marine. A palavra é muito forte: ela é parceira. Então, ela tinha o dever, na minha opinião, em função do que representa essa causa, de sugerir à Tokio Marine e não de a obrigar, porque isto mancha a Caixa Econômica Federal: a parceria com uma empresa que age nesses seis anos dessa forma. E aqui, inclusive, eu aplaudo a Caixa Econômica Federal com a postura dela na pandemia quando o auxílio emergencial... Ela foi brilhante. Eu não conheço o Presidente, o Pedro, mas o cumprimento. Só que aqui, agora, ele ainda não merece aplauso, não merece cumprimento, e, por enquanto, é muito pouco o que ele tem feito.

E, para concluir, Presidente Jorginho Mello, quando puder, eu gostaria de ouvir da Mara Paiva: qual o desfecho, na opinião dela, daquela reunião no Rio de Janeiro? De que forma é que você pode nos dizer ainda o que não ouvimos sobre aquela reunião importante no Rio de Janeiro, em 6 e 7 de abril?

É isso, e obrigado, Presidente Jorginho querido.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora Leila, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente Jorginho. Eu cumprimento o senhor, o Relator Senador Izalci, os meus colegas aqui, os Senadores Esperidião e Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mara é uma guerreira representante aí das famílias, conosco aqui praticamente em quase todas as audiências, nas reuniões. Então, parabenizo a sua resiliência, a sua força diante dessa tristeza, dessa dor. Você representa várias famílias, não só a sua relação com seu esposo, mas, assim, são 71 famílias que há seis anos esperam por uma resposta.

Sr. Adams, também seja bem-vindo aqui à CPI!

Eu confesso para vocês... Eu não vou falar muito como Senadora, não: vou falar agora como atleta. A gente sai do esporte, mas ele não sai da gente. Então, essa coisa de ex-atleta não existe, não é? A gente cresce dentro daquele ninho, a gente cria relações, a gente cresce como pessoa, como ser humano, forma família, cria sonhos... (*Pausa.*)

Desculpem-me. É muito difícil para mim assim. Toda vez que eu saio desta CPI eu imagino como é que foi todo esse processo. Quando a gente se aprofundou nessa investigação, a gente viu tanto descaso, tanto desrespeito, tanta omissão, que eu fico imaginando assim um atleta, ele... Esperidião Amin, vocês ouviram aqui. Cara, quantas vezes eu entrei num avião para representar meu país, para representar meu clube, para representar meu Estado? E nunca me preocupei.

Eu entreguei a minha vida àquelas pessoas, ao clube, aos dirigentes, ao país. Tipo: "Eles vão cuidar de mim, porque eu estou representando todos eles, literalmente; estou trazendo reconhecimento; estou trazendo títulos". E você vê a vida daquelas 71 pessoas banalizada nesse processo quando você começa a entender a dificuldade das pessoas de se sentarem numa mesa para indenizarem aqueles que ficaram. Sabe por quê? Não vão voltar aquelas vidas, as dores continuarão as mesmas, mas essas pessoas eram pais de famílias, mães... Enfim, eram pessoas ali que estavam trabalhando, fazendo o seu ofício, representando o seu país. E nós estamos entrando para o sexto ano, Senadores, para se fazer justiça a essas pessoas, a esses atletas, a esses profissionais jornalistas, dirigentes. É estarrecedor tudo isso. É revoltante – é revoltante.

Então, eu quero agradecer mesmo. Eu vim aqui para fazer esse apelo. Eu acho que eu me sinto extremamente contemplada com a fala de todos vocês: é uma questão de justiça. Nós não podemos iniciar esta CPI sem dar respostas a essas famílias, sem dar o mínimo de esperança para elas de que a justiça, por menor que seja, mais tardia que ela venha, será feita. Ela será feita. São filhos, são mulheres, são sonhos que foram ceifados.

E nós temos a obrigação, desde o primeiro momento, desde a primeira sessão em que nós estamos aqui, das reuniões... E aí eu falo: o Senador Esperidião foi incansável, Jorginho, o Relator Izalci, todos nós aqui, mas eu digo aos Senadores de Santa Catarina: vocês foram incansáveis – incansáveis – nesse trabalho. Então, nós não podemos agora realmente dizer: "Ó, parou. Paramos aqui, e a bomba está no colo de vocês". Não, agora, realmente, nós estamos naquele momento em que nós estamos atravessando a trincheira. Até aqui nós procuramos entender o que aconteceu. E nós temos a certeza de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

que houve tantos equívocos, tanto absurdo que nós agora pulamos essa trincheira e agora nós realmente estamos na guerra – a guerra no sentido de que nós temos que trazer o mínimo de esperança e de justiça a essas famílias. Então, acho que o Senador Esperidião foi perfeito quando ele fala assim: "Olha, o tempo... A gente não tem uma vida, mas nós vamos estar aqui sendo as vozes dessas famílias".

Então, eu quero agradecer ao Senador Jorginho, Presidente desta CPI, ao nosso Relator Izalci e a todos aqui. Nós estamos aqui não só por essas famílias, mas eu penso em todos os atletas, enfim, as famílias, os jornalistas, os dirigentes... Tem muita gente envolvida no meio esportivo que nem sabemos. Nós cidadãos comuns, a gente nunca se preocupou com isso, mas até nisso se abriu um alerta do quanto é importante a gente estar realmente a par do que está acontecendo com relação a essas questões de seguros nos aviões – os aviões que nós andamos aí. Quem é que está por trás de tudo isso? Quem é que está cuidando dessas vidas?

Então, vamos continuar. Vamos continuar. Eu acho que as sugestões do Senador Esperidião foram precisas. E nós estaremos aqui até o final desta CPI para dar resposta a essas famílias. E, se Deus quiser, esse acordo acontecerá, e esses filhos que ficaram, essas mulheres que ficaram verão a justiça sendo feita.

É isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado, Senadora Leila.

Todos nós, desde o primeiro momento, sempre atuamos de forma muito respeitosa e preocupada em conseguir ter forças para ajudar a fazer essa conciliação, fazer justiça.

Eu não tenho dúvida de que a nossa CPI alertou, V. Exa. disse, muitos atletas que estão voando neste momento, Senador Kajuru. Passaram a se preocupar os dirigentes, quem faz a logística, tudo, para saber como é que está isso. Como diz a Senadora Leila, você embarca no avião com a tua mochila, com a tua mala e se entrega. Você não vai perguntar lá: "Fez o seguro? Está em dia? Pagou a prestação? Não pagou? Abriga isso, não abriga aquilo?". Enfim, então tomara que a nossa CPI, além de ajudar as famílias a terem um mínimo acordo, consiga também... E tenho certeza de que a gente já abriu a que isso sirva pedagogicamente para que todas as pessoas digam: "Escuta aqui: vamos cuidar disso também, porque isso faz parte...".

Eu quero dizer que já acolhi todos os requerimentos feitos pelo Senador Esperidião, já estão aprovados. Vamos fazer os procedimentos.

Pergunto à Sra. Mara se gostaria de responder ao Senador Kajuru sobre a sua última impressão sobre o encontro lá no Rio de Janeiro com as partes, que dissesse isso como uma pessoa que está desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o primeiro momento e que sabe da nossa boa vontade de ligar as partes, de fazer convergir. Então, eu queria que a senhora respondesse à pergunta do nosso Senador Kajuru, por favor.

A SRA. MARA REGINA PAIVA (Para expor.) – Agradeço até a possibilidade de poder falar um pouco sobre isso, porque, *grosso modo*, pode parecer: "Olha, puxa vida! A Tokio Marine fez uma aproximação". Eu senti que, não fosse a força desta CPI e do Senado Federal, isso jamais teria acontecido. É claro que, num primeiro momento, foi um momento, foi um dia de catarse, porque as pessoas já há seis anos esperavam para falar das dores que elas tiveram e dos prejuízos que foram causados, das más práticas, das feridas.

Eu estava conversando com alguém aqui agora, talvez com o Josmeyr, com um dos nossos advogados ou talvez com o Adams, que é muito difícil, quando você tem uma carne exposta, quando você tem uma ferida aberta ainda, pisar de novo em cima do espinho, é muito doloroso. Para mim, foi um dos piores dias. Uma das piores experiências que eu tive foi o encontro com o pessoal da Tokio Marine. Eu acho que havia, sim, uma demanda reprimida, havia um tanto de emoção dentro das pessoas, e as pessoas realmente precisavam falar. Então, ao mesmo tempo em que isso foi catastrófico, eu acho que também ajudou a construir, porque as pessoas também... Acho que houve a possibilidade de a companhia, de a instituição ter um pouco de noção do que causaram para as famílias.

Mas, repito, eu tenho certeza de que isso não teria acontecido, esse primeiro passo, essa aproximação não teria acontecido, não fosse a exposição do nome Tokio Marine pela CPI, pelo Senado Federal. Se assim não fosse, isso não teria acontecido. Eles teriam dado de ombros, como não sabemos ainda o que vai acontecer, mas seis anos, seis anos!

Então, o que eu tenho para dizer é isto: que foi muito difícil, que nós temos a expectativa, e agora a esperança de novo reacende, quando vocês entendem e até colocam, sugerem ações para que a gente possa buscar um acordo. É claro que a gente sabe, as pessoas já morreram. Então, não há, não há como voltar. De fato, eles já morreram, mas a nossa dignidade hoje está na mão de algumas instituições. E infelizmente nós temos...

Eu peço a vocês encarecidamente que continuem a luta conosco, porque senão nós não vamos conseguir, porque são instituições grandes, instituições de renome, e nós somos só famílias, só 68 famílias brasileiras que perderam seus arrimos. E o grupo é um grupo muito heterogêneo, mas o ponto de contato de todos é a dor e que as famílias todas perderam os seus arrimos. Então, todos aí estão precisando se reinventar, e não só na questão financeira. Claro que é importante, sem dúvida nenhuma. Não vou dizer que não é importante, não; é importante. Agora, nós precisamos da indenização, mas também há a questão emocional. Como é que a gente vai lidar? Eu tive tanta dificuldade para lidar com meu filho de 18 anos, tive tanta dificuldade para lidar com o meu outro filho de 30 anos; imaginem os que têm crianças pequenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

Obrigada, Senador, para eu poder falar sobre isso.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Senador Jorginho, posso fazer só um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro que pode.

Sra. Mara, a gente sabe do papel que nós estamos fazendo aqui. A senhora pode ter certeza de que a gente está verdadeiramente ao lado de vocês.

A SRA. MARA REGINA PAIVA (*Fora do microfone.*) – Aí eu tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Verdadeiramente, cada Senador e Senadora que está aqui. O nosso Relator fez um relatório muito preciso, muito esclarecedor. E nós vamos... É um pré-relatório, nós vamos alterar, fazer sugestões, enfim, ele vai fazer, de forma que ele fique o mais correto possível.

Ouço também o advogado, Dr. Luís Inácio Adams.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É só uma reflexão. Eu acho que esta CPI evidentemente contribuiu, vocalizou fortemente essa dor que as famílias sentiram e que a Mara expressa aqui. Eu concordo com ela que essa catástrofe no dia sempre foi difícil ouvir, principalmente para quem fala e para quem ouve. Então, é um esforço muito grande.

Agora, eu insisto que todo o processo de entendimento tem uma dimensão de aproximação e eu sei que a CPI exerceu fortemente a pressão para permitir, iniciar esse processo. Agora, se a CPI somente trabalhar com a pressão, eu vou dizer a minha opinião: eu acho que acordo não sai, porque o acordo é um produto de entendimento, de compreensão e de aceitação.

Então, eu sei que as empresas são objeto de grande crítica aqui, mas é preciso também refletir sobre trazer e ter a participação delas. É só essa reflexão que trago: se o sistema funcionar apenas com a pressão, eu lamento, porque eu já conduzi muitas negociações, já participei – tributárias, inclusive, quando ninguém fazia negociação tributária, eu fiz negociação tributária com o Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Já negociei com as ex-vítimas do período da ditadura, que foram torturadas. Tinha 50 entidades, todas de pessoas que sofreram tortura, era difícil negociar. Eu era do Planejamento e eu estava tentando achar um acordo, que no final inclusive foi saudado pelo Congresso; quando o Ministro Paulo Bernardo veio ao Congresso informar do acordo que foi feito com aqueles milhares de pessoas, aquilo foi saudado pelo Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o grande desafio é você trazer essa aproximação. Então, eu só deixo essa reflexão porque é importante até um limite à pressão. No momento em que... Se ela se tornar só pressão, o Senador Esperidião vai dizer, aí não resolve, aí nós estamos afastando, e não aproximando.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Srs. Senadores...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Antes de encerrar, Presidente... Não sei se está encerrando...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, eu acho que a Mara falou muito bem. Quer dizer, esse início de entendimento só aconteceu exatamente em função da CPI. Então, Adams, não é... É lógico, tivemos que buscar a pressão para que a coisa acontecesse. E há o envolvimento de vários atores que não compareceram aqui e que poderiam estar nessa negociação. É evidente que não cabe aqui à CPI, como foi dito aqui, participar da negociação, o que nós queremos é que a coisa aconteça, em função do trágico acidente, que foi essa comoção nacional. Mas eu espero que a gente consiga evoluir nessa questão.

Mas eu quero dizer também que é muito simples você dizer: "Ah, a Justiça resolve". Não, a Justiça não resolve. Por isso é que nós temos outros atores e estamos aqui apelando para o Governo Federal, que tem que cuidar também dessas questões. Quando se fala do Governo Federal, isso envolve aí Ministério das Relações Exteriores, Caixa Econômica, Petrobras, todos aqueles atores que podem contribuir com isso.

Mas eu agradeço a colaboração, esse início de entendimento. Eu tenho certeza de que nós vamos conseguir melhorar a proposta, para que a gente possa de fato cumprir nosso objetivo aqui, que é exatamente trazer, como a Leila disse, justiça e uma indenização financeira, que não vai trazer de volta ninguém, acho que a gente... Agora, como foi dito, a maioria foi da Chapecoense, a maioria eram homens, eram jogadores de futebol e eram arrimos, como foi dito aqui. Eles é que mantinham a família, a parte financeira, muitos com criança, que não tem, às vezes, nem formação e não tem como sobreviver. Tentaram aquele auxílio humanitário, que foi uma forma... Aí eu acho que houve, de certa forma, uma tentativa de indenizar e matar o assunto, mas eu acho que a CPI cumpriu o seu papel.

Quero mais uma vez reforçar, Senadores e Senadoras, que esse relatório é um relatório preliminar, é evidente que está sujeito aqui à colaboração de todos. A gente buscou colocar aqui tudo aquilo que foi dito, tudo aquilo que foi levantado e comprovado, e acho que está bem, mas a gente precisa melhorar.

Por isso é que nós não vamos nem ler o relatório, só vou entregar hoje oficialmente, mas por favor, mandem as colaborações para a gente – viu, Leila? – também para melhorar aqui este relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim realmente foi motivo de alegria e honra mesmo poder apresentar um relatório como este, detalhado como foi.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Entendido, tudo compreendido. O nosso trabalho continua, segue.

Acolhidas todas as sugestões, nós vamos fazer as convocações, marcar as datas e vamos comunicar todos os envolvidos, os atores.

Havendo número regimental, coloco em votação a 13ª Ata da reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Agradeço a participação de todos.

Não havendo mais o que tratar, a Presidência declara encerrados os trabalhos desta Comissão de Inquérito, e comunicaremos a próxima reunião para tratar das oitivas.

Muito obrigado.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às treze horas e seis minutos do dia hum de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Lucas Barreto e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Eduardo Girão, Sérgio Petecão, Paulo Rocha e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitivas de depoentes. Oitiva do Carlos Humberto Prola Júnior, Procurador da República em Chapecó, em atendimento ao requerimento 46/2022; do Edson Restanho, Procurador da República em Chapecó, em atendimento ao requerimento 46/2022. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello
Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a nossa reunião, a nossa oitiva.

Solicito à Secretaria que conduza os convidados para que a gente possa começar a oitiva. (*Pausa*.)

Havendo número legal, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares de vítimas da queda do avião que transportava jogadores, comissão técnica, diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, familiares, jornalistas, convidados que perderam a vida e para investigar e identificar os motivos pelos quais as famílias ainda não receberam suas devidas indenizações.

A presente reunião, nos termos do Requerimento nº 46/2022, tem por objetivo promover a oitiva dos Srs. Carlos Humberto Prola Júnior e Edson Restanho, ambos Procuradores do Município de Chapecó.

Na oitiva, a palavra será franqueada pelo tempo de dez minutos e esta Presidência também franqueará mais tempo, se for necessário, até porque hoje, Senador Izalci, nosso Relator, o Plenário começa às 14h e há uma série de autoridades que nós temos que votar.

Agradeço a presença dos senhores para nos ajudarem aqui nesta nossa missão de encontrar caminhos, de encontrar uma solução para as pessoas, os catarinenses, os brasileiros que estavam naquela tragédia, para socorrer seus familiares, ajudar seus familiares. Nosso objetivo nesta CPI sempre foi e sempre será de composição, de entendimento, de procurar caminhos para que a gente não fique anos e anos e anos discutindo na Justiça muitas vezes algo que não virá.

Eu gostaria de franquear a palavra ao Dr. Carlos Humberto Prola Júnior, para que o senhor possa nos dizer como o senhor vê essa ação, o que o senhor está fazendo, qual a expectativa, no sentido de nos ajudar. Nós estamos chegando ao final da CPI e queríamos, sinceramente, sair com um ganho real para as famílias da nossa querida Chapecoense.

O senhor tem a palavra.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Boa tarde a todos, aos integrantes da mesa especialmente.

Como o Dr. Edson, Senador, é o Procurador natural do caso, em virtude de uma reestruturação do MPF em Chapecó, eu peço licença ao senhor para que ele inicie então e depois eu posso complementar algumas questões.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR – Eu continuo designado para auxiliar no caso, mas o Dr. Edson é atualmente o Procurador natural desse caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Edson, o senhor tem a palavra então, por favor.

O SR. EDSON RESTANHO (Para expor.) – Obrigado.

Primeiramente, boa tarde aos Senadores Jorginho Mello e Izalci Lucas, Presidente e Relator da CPI.

Eu quero, primeiro, agradecer ao convite para a gente prestar informações acerca do andamento processual da ação civil pública e fazer um breve resumo do andamento processual.

Esta CPI foi ajuizada no dia 19 de novembro de 2019 com uma série de pedidos, dentre os quais um pedido de tutela de urgência de bloqueio de valores, a fim de que aqueles valores que foram ofertados num denominado "fundo humanitário" fossem também disponibilizados para aquelas vítimas que não aceitaram se submeter aos acordos.

No dia 11 de dezembro de 2019, esse pedido foi indeferido. Argumentou-se que, em relação a esse bloqueio de valores, não haveria... O fundamento central do indeferimento foi de que não haveria o perigo de dano ou *periculum in mora*, uma vez que não foram apresentados indícios de lapidação do patrimônio ou tentativa pelas partes demandadas.

Aqui eu queria só abrir um parêntese: considerando que estamos frente a demandadas do porte do grupo econômico de Aon e Tokio Marine, empresas multinacionais com solidez patrimonial, fica, na prática, inviável demonstrar qualquer indício de lapidação patrimonial, porque, na verdade, não existe.

Não obstante, ingressamos com recurso, denominado agravo de instrumento, e a 4ª Turma do TRF da 4ª Região manteve o entendimento do juiz federal.

Bom, dia 18 de fevereiro de 2020, foi designada uma audiência de conciliação. Essa audiência contou com todas as partes, exceto Bisa e LaMia, que não tinham sido citadas e não participaram. Não houve acordo e, posteriormente, a Aon e a Tokio Marine ingressaram com recurso de agravo de instrumento perante o TRF da 4ª Região e obtiveram decisão, a reforma parcial dessa decisão, assegurando a elas que o início do prazo de contestação de todos os réus da demanda deveria iniciar-se na mesma data, reconhecendo que o prazo de resposta deveria ser efetivado depois da citação do último litisconsorte passivo e determinando que o juízo observasse a mesma data inicial, a partir da conclusão e da juntada de todas as citações.

Bom, passado isso, a partir do mês de março de 2020, tivemos que adotar medidas para que viabilizasse a citação das pessoas jurídicas estrangeiras na Bolívia. Então, isso foi desde a tradução das principais peças do processo e o encaminhamento para a autoridade central brasileira, que no caso é o DRCI, para que ele enviasse para a autoridade central boliviana congênere o pedido de auxílio no sentido da citação tanto da LaMia quanto da Bisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria deixar registrado que, infelizmente, decorreu um prazo bastante razoável até que se conseguisse concluir a citação. Dois fatores impactaram nesse tempo: primeiro, a pandemia do covid acabou demandando um tempo maior e, segundo, a Bolívia exige requisitos muito específicos.

A Bolívia não aceita que se dê uma tramitação eletrônica dos pedidos. Ela não aceita assinatura eletrônica dos pedidos. Enfim, então tivemos que estartar vários departamentos, seja da PGR, da Secretaria de Cooperação Internacional, quanto do DRCI.

As cartas rogatórias, ambas foram cumpridas. As duas empresas foram citadas, e elas foram juntadas aos autos apenas no dia 15 de março de 2022, ou seja, de fato, em todo esse período, eu diria que o andamento processual da ação civil pública ficou num estado de compasso de espera, porque nós tínhamos que citar todas as pessoas jurídicas que foram demandadas.

Pois bem, no dia 5 de abril de 2022, advieram aos autos as contestações de todas as demandadas, exceto da LaMia. Portanto, a LaMia é revel nesses autos.

No dia 30 de maio, protocolamos a réplica das contestações, ou seja, uma peça processual em que se rebatem todas as questões preliminares levantadas pelas partes. Os senhores imaginem demandadas do porte da Aon e Tokio Marine, que contrataram escritórios de advocacia bastante qualificados e com *expertise* na área. Então, levantaram dezenas e dezenas de questões preliminares a essa ação civil pública. Nós rebatemos uma a uma, entendemos que o feito deve prosseguir.

E, atualmente, ontem, o último impulso da ação civil pública foi a conclusão ao Poder Judiciário. E, agora, o Poder Judiciário vai ter que se pronunciar sobre essas questões preliminares levantadas. É um momento crucial do processo judicial porque, eventualmente, se acolhida alguma questão preliminar lá, e existem questões preliminares que, se acolhidas, poderão implicar, na prática, a extinção do processo, desde alegações como ausência de jurisdição internacional do Brasil no caso, ausência de competência da Justiça Federal, ilegitimidade ativa do Ministério Público Federal, prescrição da ação, enfim, são várias questões sensíveis e que, no atual momento, devem ser enfrentadas pelo Poder Judiciário, que é o próximo passo da ação.

Então, esse é o estado da arte, o quadro geral da ação.

O Dr. Carlos queria complementar com algumas questões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, só para seguir a sequência do raciocínio.

Portanto, as questões próximas são de natureza formal. Se a Justiça tem competência, se o Ministério Público, se a Justiça brasileira, enfim, tem competência, é isso?

O SR. EDSON RESTANHO – Senador, isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o Poder Judiciário, após a apresentação da réplica, vai ter que decidir essas questões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sobre essas questões formais...

O SR. EDSON RESTANHO – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma espécie de despacho saneador?

O SR. EDSON RESTANHO – Exato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Agora, antes de ele responder, o único processo que tem é esse em que estão tentando receber aquele auxílio humanitário para os demais que não concordaram na época? Esse é o processo? O objeto é esse só?

O SR. EDSON RESTANHO (Para expor.) – Não. Na verdade, esse foi um dos pedidos liminares para que no início do processo fosse concedido. A ação engloba outros pedidos além desse.

No início da minha fala, eu só quis deixar claro a respeito do... Eu fiz alusão ao bloqueio que constitui um dos pedidos só para deixar claras as dificuldades que nós temos, as dificuldades de que, passados mais de três anos da tramitação da ação, nós não conseguimos ainda nenhum resultado concreto que amparasse minimamente a expectativa das vítimas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Deixe-o falar e, depois, a gente pergunta.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Então, novamente, boa tarde.

Agradeço também este convite e esta oportunidade de esclarecer a atuação do Ministério Público Federal em relação a esse caso.

Senadores, Senador Esperidião Amin, também presente, eu acho que esse resumo que o Dr. Edson fez agora mostra bem a dificuldade na tramitação de uma ação dessas em nosso país. E a gente tem conversado e pensado se a situação fosse o inverso: se uma seguradora ou uma resseguradora brasileira estivesse envolvida numa situação dessas, em um acidente envolvendo, por exemplo, uma equipe de futebol da Inglaterra. Eu, pessoalmente – e essa é uma posição pessoal nossa –, acredito que essa situação já teria sido resolvida há muito tempo nesses outros países. Provavelmente, a Justiça da Inglaterra já teria dado uma resposta para esse caso. E aqui não vai nenhuma crítica à Justiça Federal, ao juízo que está atuando nesse caso, mas é o nosso sistema de justiça que, infelizmente, não consegue, para um caso tão grave como esse, dar uma resposta célere que o caso demanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui – e o Senador Amin sabe muito bem – há um ditado antigo: "Justiça tardia, na verdade, não é justiça, é injustiça". E a gente tem muito receio de que nesse caso aconteça exatamente isto: que essa ação tramite por muitos anos. Se a gente não conseguir uma tutela antecipada, uma tutela de evidência, uma liminar que atenda pelo menos parcialmente as vítimas, essa ação vai se eternizar, e, até se chegar ao trânsito em julgado disso, a gente pode talvez percorrer muitos anos em relação a isso.

Aqui eu gostaria de entregar-lhe, Senador Jorginho – eu não consegui reproduzi-lo em papel –, um *pen drive* em que tem a inicial dessa ação e a última réplica que nós apresentamos, e se pode ter uma compreensão bem ampla e detalhada desse caso na nossa perspectiva, lógico. As defesas questionam tudo que a gente aponta, mas, na nossa perspectiva, tem aí um resumo, e acho que a assessoria da CPI pode fazer uma análise para se inteirar em relação a esse caso.

Nós temos confiança em relação à ação. A gente entende que refutou todas os questionamentos formais e processuais que foram feitos e espera que o juízo dê andamento, e a gente avalie, inclusive, talvez, os próximos passos, para tentar buscar pelo menos que seja concedido às famílias o que nos parece, na nossa visão, pelo menos, ser incontroverso, porque nós afirmamos isso na ação.

Esse fundo dito humanitário, que foi criado, não tem nada de humanitário – ele não tem nada de humanitário. Ele foi criado para resolver essa questão de uma forma extrajudicial. No nosso entendimento, aqueles valores que são ofertados é o mínimo que os envolvidos entendem devidos às famílias que foram prejudicadas nesse caso. Então, a gente entende que essa parcela é incontroversa, porque eles ofereceram o que parece ser o entendimento do mínimo de reparação, na visão deles, que seria devida às várias famílias.

Depois da instauração da CPI, houve um movimento encabeçado pelo grupo Tokio Marine, que enviou uma pessoa para iniciar uma negociação.

A gente teve várias reuniões. Foram algumas reuniões mesmo, a gente tentou à exaustão chegar a um acordo nesse caso, mas não foi possível, não foi possível. Depois, logo em seguida, houve uma paralisação; logo em seguida, começou a pandemia; e não se teve mais nenhum avanço em relação a isso. Talvez agora, com o fim da pandemia, com o assunto voltando a ser debatido, inclusive aqui no Senado, a gente possa iniciar, se houver interesse por parte desses grupos econômicos envolvidos que são de porte, e fazer novas tratativas para chegar a algum acordo com relação a isso. Eu acho que seria a melhor solução para esse caso para atender minimamente o interesse das famílias que há muitos anos sofrem com essa situação e não tiveram ainda um retorno mínimo em relação a essa situação.

Eu acho que seria basicamente isso.

E nós colocamos à disposição – eu e o Dr. Edson – para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Recebo e passo para o nosso Relator este documento aqui, este *pen drive*, com todas essas informações.

Passo a palavra para o nosso Relator Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu fiz aqui um resumo, inclusive, da ação, um resumo rápido, a conclusão, vamos dizer assim, dessa investigação da CPI da Chape. Só vou ler os títulos e, depois, vou fazer algumas perguntas.

Ficou claro aqui que o Ricardo Albacete e a Loredana Albacete eram quem gerenciava de fato a LaMia – não vou entrar nos detalhes aqui, mas está mais do que comprovado isso.

O sistema de logística falhou quando da contratação da LaMia. Então, isso também está muito claro. A investigação entrou bem nesses detalhes aí. Então, houve essa falha.

O sistema de controle aéreo falhou ao permitir a operação da LaMia, que é a questão de deixar a aeronave sair sem... É a questão dos combustíveis, que acho que foi a principal causa.

Houve também a irresponsabilidade da tripulação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Há a questão da apólice.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Da apólice. Sim, vou chegar lá.

Aí, houve a irresponsabilidade da tribulação e dos gestores da LaMia. Ficou claro isso.

O sistema de seguro e resseguro falhou ao avaliar o risco da operação da LaMia. O sistema de seguro e de resseguro também tinha conhecimento das operações, eles tinham esse conhecimento.

Há suspeita de ingerência indevida no processo de certificação da LaMia. Tem aqui vários indícios.

Tem também essa tentativa de suborno de negociação de indenização, que foi o caso de oferecer esse auxílio humanitário condicionando a não entrar na Justiça, tudo isso.

Há o suposto envolvimento da Conmebol no agenciamento também da LaMia.

E há a possível litigância de má-fé e risco de imagem, que é essa questão que aconteceu...

O que eu perguntaria é o seguinte. Primeiro, um dos objetivos nossos, além de apurar, de buscar o entendimento, é também aperfeiçoar a legislação. Nós temos, inclusive, no relatório parcial já algumas sugestões de mudança na legislação. Então, eu pediria também a vocês, Procuradores, que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detectaram todos esses problemas que estão sendo questionados na ação – V. Sa. disse que, se fosse um time inglês, provavelmente já teria resolvido –, então, se V. Sa. puder sugerir, em função da dificuldade que tiveram, alteração em alguma questão legal, nós agradeceríamos, para a gente aperfeiçoar o marco desta questão, para que outros incidentes como este não aconteçam mais.

O senhor fez um resumo, no início, com relação a essa questão do auxílio miséria, vamos dizer assim. É miséria que chama? Fundo Humanitário. Há um programa alemão que chama assim, que é de auxílio aos mais pobres.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu fiz auditoria, trabalhei muito com isso.

Quanto às preliminares, você colocou alguns questionamentos que foram feitos.

Por isso a gente gostaria muito de ter sugestões para alterar para evitar esses questionamentos.

Bem, eles pediram essa inclusão, pelo que foi dito, a inclusão de pessoas que não aceitaram, na época, receber o auxílio humanitário.

Quais foram os outros pedidos da ação? Qual é a perspectiva com relação a isso? Chegou-se a negociar? Houve alguma proposta de acordo, nesse entendimento de vocês com as partes?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Houve várias tratativas, várias reuniões, tentando chegar a um consenso. Quanto à última oferta que foi apresentada, neste caso, não houve uma assunção de uma confidencialidade expressa, mas a gente entende que não se mostra adequado divulgar valores.

A última proposta que foi apresentada pelo Grupo Tokio Marine não atendia minimamente os interesses das famílias. Por isso a gente encerrou a negociação, porque foram várias reuniões, e não se chegava a um consenso.

Mas a gente acredita que é possível, sim. Acho que, se houver disposição por parte desses grupos econômicos envolvidos na ação, é possível, sim, se chegar a uma proposta que atenda minimamente segundo os padrões do nosso Judiciário.

É evidente, todos os envolvidos sabem disso, que, se esta ação tramitasse por exemplo num sistema chamado *common law*, nos Estados Unidos, na Inglaterra, as indenizações seriam muito superiores aos padrões que o nosso país fixa para casos similares. Isso é notório e evidente. Mas a gente também tem um patamar mínimo que nos parece intransigível. E a gente não pode transigir em relação a isso. Por isso a negociação não avançou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Nós temos aqui dois tipos de responsabilidade. A primeira é a responsabilidade contratual, indenização limitada ao valor estabelecido na apólice do seguro. Esta foi, inclusive, uma das propostas que foi feita na última reunião, em abril – duas reuniões foram feitas –: chegou-se a isso, a essa proposta da apólice, que era de US$25 milhões, mas bem distante daquilo que o pessoal reivindicava.

E há exatamente este outro item que é a responsabilidade extracontratual, que é a indenização medida pela extensão do dano.

A gente já chegou, em princípio, neste entendimento de indenizar pela apólice, que é uma indenização limitada ao valor estabelecido no contrato. Mas falta essa questão da extensão do dano, que é a responsabilidade extracontratual.

Na opinião – não sei se cabe aqui opinião – da Procuradoria é possível, por exemplo... V. Sa. acha que o juiz poderia chegar a indenizar valor superior à apólice, em função do risco da extensão do dano aqui?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR – Acho que o Dr. Edson pode fazer um resumo – não é? – dos pedidos para ficar mais claro, Senador. Nós temos vários pedidos sucessivos. Um pedido de maior valor, depois, não sendo acolhido aquele, mais uma outra tese, até um valor mínimo, que seria o mínimo cabível no nosso entendimento naquele caso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Esse é o pedido que vocês fizeram na Justiça então?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR – Na ação.

O SR. EDSON RESTANHO – Isso. Antes eu só queria complementar a questão das tratativas que realizamos.

Salvo engano, foi em fevereiro de 2020, fomos procurados pelo Sr. Alex Stovold, que estava representando a Tokio Marine. E a nossa ideia era: se obtivéssemos uma proposta minimamente aceitável, considerando o conjunto de pedidos e responsabilidades que estão postas na petição inicial, nós faríamos uma reunião com as vítimas, os representantes judiciais e apresentaríamos essa proposta. E aí, caberia a eles essa discussão, aceitação ou não.

Porque a nossa atuação nesse processo se dá representando os direitos individuais homogêneos, mas ela se dá na obtenção de um título executivo com valores globais. Nós não entramos nessa questão de individualização dos danos, como vai ser essa distribuição ou não. Então, só consideramos valores globais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa ação civil pública, em termos de indenização, ela biparte tanto numa responsabilidade contratual, por conta da apólice de seguro, quanto da responsabilidade extracontratual. Levamos em conta três patamares, e aí é duplicado: US$300 milhões para responsabilidade contratual e US$300 milhões para extracontratual. Porque, de 2011 a 2015, era o valor da apólice do seguro aeronáutico de responsabilidade civil. Seguro esse obrigatório.

Caso não acolhesse esse valor, se fixasse em US$50 milhões, ou seja, US$50 milhões para responsabilidade contratual e US$50 milhões para responsabilidade extracontratual. Por quê? Porque no contrato de afretamento da LaMia com a Chapecoense era esse o valor que estava posto em uma das cláusulas.

E, caso a Justiça Federal não acolhesse, o último pedido seria de US$25 milhões, considerando que era o valor efetivo da última apólice de seguro vigente à época do acidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Seriam US$25 milhões mais US$25 milhões então?

O SR. EDSON RESTANHO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O.k. É o contratual e o extracontratual. (*Fora do microfone.*)

Era 8.500... O fundo era 8.500.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nós estamos gravando, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para deixar consignado aqui nesse momento de comparações, o valor do fundo humanitário, se fosse...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O que foi oferecido foram 8,5 milhões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para o total.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ah, sim. Daqueles que não pediram também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De todas as vítimas, quanto seria? O número que o senhor falou acho que é o número do que foi efetivado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É, 8,5 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, para parte. US$8,5 milhões, portanto, isso compreende talvez um terço. O fundo humanitário, se fosse universalizado, pelo que eu sei, pelo que eu lembro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Mas ele está muito aquém.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele chegaria a uns US$25 milhões se fosse para todos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É possível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, o fundo humanitário, isso que eu quero deixar caracterizado ou não, seria uma versão negociada sobre esse título do limite de US$25 milhões.

E o segundo ponto que eu queria colocar, Presidente, é uma análise do nosso Relator junto aos Procuradores da correspondência que foi endereçada à Comissão pela representante das famílias das vítimas de que estaria presa a um termo de compromisso assinado nas reuniões de 6 e 7 de abril próximos passados, para não apresentar, participar do relatório que nós estabelecemos como necessário na última reunião. Nós combinamos que seria feito um relatório pela representação dos familiares das vítimas. O Dr. Luís Inácio Lucena Adams... Foi enviada uma carta da Comissão ao Relator dizendo que eles não podem falar sobre a negociação porque assinaram um termo nesse sentido. Eu acho que cabe à CPI quebrar o sigilo disso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem movimento nesse sentido?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São duas questões. Primeiro, o fundo humanitário, se fosse universalizado, chegaria aos US$25 milhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mesmo assim não chegaria?

Segundo, nesse acordo, nessa negociação em vista de um acordo, realizados nos dias 6 e 7, que foi coordenado pelo senhor...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, mas o senhor agora já está matriculado, já faz parte. Mas houve uma negociação, e a Mara, pelo que eu sei, assinou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse documento dizendo que não pode dizer em que ponto parou, porque existe um sigilo. Então, não temos nada que tratar disso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Mas CPI, deixe-me dizer para os senhores: CPI é para isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – CPI é para isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Porque se a gente não puder entrar nesses detalhes, a CPI serve para quê?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então nós temos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Agora, o que a gente percebe então é o seguinte, já foi divulgado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Era isso, Presidente. Muito obrigado.

Eu devolvo a palavra para o Relator.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – A proposta que foi feita e já foi divulgada é esta, que teriam sido ofertados US$25 milhões, que é o valor da apólice. Conforme dito aqui pela Procuradoria, esses 25 é o contratual, é o que está na apólice.

Mas houve pedido aqui, por parte, na Justiça, do mesmo valor para o extracontratual, que são os danos, aqueles danos que aí então, estão muito aquém de... Porque tem os 300 milhões, que era o inicial, os 50 milhões, que foi a segunda apólice, que depois ficou também sem pagamento, e aí fizeram a última, de 25, a que estava em vigor, inclusive parcelado, não estava pago, mas estava parcelado, é a de 25 milhões.

Então, Presidente, não tem jeito, quer dizer, a gente só aguarda agora mais os dois, a Tokio Marine, que está agendada, e a Aon, para ver se há condições de eles esticarem aí ou melhorarem a proposta. Senão, não tem como a gente... Aí tem que esperar a Justiça para ver o que é que decide.

Mas se V.Sa. puder encaminhar para a gente sugestões daqueles problemas sobre que vocês foram questionados juridicamente, nas preliminares aí, é bom para a gente alterar a legislação, para ficar mais eficaz, não é?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Permite-me, Senador? Esse caso específico envolveu um fretamento aéreo de uma companhia que basicamente tinha uma, resumia-se a uma aeronave, não é? A companhia praticamente acabou com aquele acidente, não é? Nesse caso, o seguro obrigatório é a única garantia que os passageiros têm em eventual acidente; os familiares, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

passageiros evidentemente, não é? Diferentemente de uma companhia aérea que opera voos regulares, que tem um patrimônio muito mais sólido, bens que podem ser depois objeto de penhora e outras medidas patrimoniais, não é? Nesse caso, a única garantia era o seguro, e ele foi estabelecido num nível muito abaixo do que seria o adequado. A própria corretora reconhece que alertou a companhia aérea em relação a isso, não é? Afirma que alertou.

E talvez o órgão de regulação de seguros, no nosso caso, a Susep, talvez deveria... Eu não sei exatamente como é o regramento dessa matéria, não é a nossa atuação usual no Ministério Público Federal, mas evidentemente não dá para tratar uma companhia como essa igual a como se trata a companhia que opera voo regular, como as que nós temos aqui no país, Azul, Gol, Latam e outras, não é?

Então acho que talvez esse fosse um objeto para ter uma atenção para um aperfeiçoamento da legislação, não sei se da regulação ou da própria legislação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O trabalho de vocês encerrou, porque a última conversa foi dia 7 de abril, coincidentemente no meu aniversário. Mas de lá para cá, quer dizer, vocês encerraram antes disso as negociações, e depois não se tocou mais nisso?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR – Foi antes da pandemia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Antes da pandemia.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR – Tem a data aí?

O SR. EDSON RESTANHO – Eu não tenho a data, mas foi final de fevereiro, início de março...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De 2020, no caso.

O SR. EDSON RESTANHO (Para expor.) – De 2020, isso. E deixamos aberta a possibilidade de que caso viesse com uma proposta minimamente digna e compatível com os valores que constam nos pedidos, estaríamos abertos a iniciar novas tratativas tendentes a tentar um acordo, que é a melhor solução para o caso.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR – E consultar as famílias...

O SR. EDSON RESTANHO – Sim.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR – ... que são os principais interessados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ok, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, o nosso Relator está satisfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Quando se fala na apólice, não há uma mensagem datada de 3 de dezembro de 2016 que informa que não havia apólice?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Está aqui uma apólice, como venceu, foi feita uma outra parcial.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas a mensagem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – A primeira era de 300 milhões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na mensagem que consta do seu relatório de 2 ou 3 de dezembro, ou seja, logo depois do acidente, não dá a entender que não havia apólice?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não, tem vários momentos que não só...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Depois do acidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Como havia, inclusive...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, depois do acidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ah, depois do acidente, tem que dar uma olhada, não sei de cabeça aqui, eu não lembro.

Mas qual é a implicação disso? Que não existia apólice?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a de que essa apólice foi muito mais...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não, depois...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... engendrada do que a existente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Foi feita uma apólice exclusivamente para aquele voo e que, mesmo assim, foi parcelada. Foram pagas a primeira e a segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcelas, atrasou, mas eles sabiam que estava atrasada e não impugnaram, vamos dizer assim, porque poderiam ter evitado o voo dizendo: "Não tem seguro". Mas deixaram.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não estava paga.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, quem cala, consente. Em princípio é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Agora é só agendar.

Está agendado já o dia?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero deixar a palavra ali ao Dr. Carlos e ao Dr. Edson.

Mais alguma coisa?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, se é antes de...

Eu quero agradecer a presença de ambos, intermediei em nome da CPI, depois da nossa última reunião, pessoalmente telefonei ao Dr. Prola, não cheguei a... Mas procurei também o Dr. Restanho, porque eu acho que nós devemos muito ao Ministério Público, até pela oportunidade de ingressar com essa ação, se não me engano, alguns dias antes de completar três anos do acidente. Isso foi muito importante para preservar a questão da caducidade e conjurar qualquer dúvida quanto à não caducidade do assunto.

Acho que o fato de ter sido evocado aqui pelo Dr. Prola esse apelo que deveria caber à Susep, isso a CPI tentou fazer. Nós contatamos com a Susep tanto antes quanto depois de constituir...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Antes e depois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de constituir e depois de constituir a...

Temos procurado, o Senador Jorginho pode fazer esse relato melhor do que eu, o Ministério de Relações Exteriores, contamos efetivamente com a ajuda do atual Ministro das Relações Exteriores e nós entendemos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Caixa Econômica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... é que, realmente, a Caixa Econômica Federal, mais até do que a Petrobras, pela parceria inexorável que ela tem com a seguradora no Brasil, tem um papel a cumprir nesse assunto.

Eu fiquei muito satisfeito por ouvir de um procurador da República esta expressão que eu mesmo disse ao Presidente da República: se fosse com outro time, em outro país, as coisas correriam de outra forma. E isso a gente diz com muito sentimento. Não é complexo de inferioridade, é um sentimento que aflora. Sempre que a gente faz a comparação é inevitável, porque é isto, vai fazer seis anos!

Então, eu quero transformar a minha palavra neste momento num agradecimento ao Dr. Prola e num agradecimento ao Dr. Edson Restanho, que é, digamos, o sucessor do autor da causa, mas são ambos companheiros de jornada, pela disposição de estarem aqui e prestarem essas informações, que eu acho que devem, Relator – e aí eu concluo –, tornar mais incisivo ainda o seu relatório diante dessa negativa de sensibilidade que o conjunto – empresa, seguradora e conjunto de resseguradoras – tem demonstrado em relação ao caso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero também, em nome da CPI, agradecer a presença do Dr. Carlos Humberto Prola e do Dr. Edson Restanho, na certeza de que os senhores contribuíram, não perdendo aquele prazo que foi fundamental. Agradeço a presença dos senhores aqui, e tudo que os senhores tiverem que possa nos ajudar, antes da conclusão do relatório, a gente gostaria muito. Então, agradeço-lhe – viu, Dr. Prola? – a presença, e o que tiver de sugestão para nós, por favor, nos ajude porque esse é o nosso grande objetivo.

Nós vamos ouvir agora, Senador Izalci, a Aon e a Tokio Marine, na próxima semana. Vamos convidá-las para ver se a gente avança mais um pouco, antes do final do prazo do nosso relatório final.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, primeiro, Presidente, o que o Relator avalia dessa manifestação de que tem que se respeitar o sigilo em função do acordo negociado entre as partes na negociação de 6 e 7 de abril? Acho que nós não podemos aceitar isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esse acordo pode ser um acordo particular deles, mas a CPI justamente é para desvendar isso, é para ajudar legalmente. Não tem nem sentido nós termos que obedecer a um acordo de sigilo das partes, com todo o respeito.

Então, eu registro a presença do nosso Senador Kajuru também. Nós estamos quase encerrando, Senador Kajuru, mas, se V. Exa. quiser fazer uso da palavra, eu a concedo, com muito prazer.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Meu amigo Jorginho, meu amigo Izalci, meu amigo Amin, os dois procuradores aqui respeitados presentes, eu só peço desculpas, porque acabou a reunião da CCJ agora, e do último item de pauta, a PEC 27, da Senadora Leila, eu fui o Relator.

Gostaria muito de ter estado aqui presente, mas tenho certeza de que a tudo que foi colocado aqui eu vou assistir depois no meu gabinete, e continuamos juntos nessa luta, que até hoje eu não consigo entender. Eu repito aquilo que tanto o Senador Jorginho, o Presidente, como o Senador Amin falaram diretamente para o Presidente da República Jair Bolsonaro. Eu não sei se os procuradores concordam com essa minha opinião, da qual eu não abro mão, de que o Governo Federal, ou seja, o Governo do Bolsonaro, o Itamaraty, mais diretamente o Presidente Jair Bolsonaro deveria estar à frente dessa situação terrível em que vivem, há quase seis anos, os familiares dos 71 mortos do voo da Chapecoense.

E concluo – sei que Amin e Jorginho concordam comigo – que, se fosse um acidente com o Flamengo, com o Palmeiras, com o Corinthians, eu tenho certeza de que o Governo entraria e já teria resolvido toda essa situação que nós, aqui na CPI, lideramos pelo Jorginho e pelo Izalci, estamos tendo essa responsabilidade. Se Deus quiser, vamos conseguir o acordo.

Concluo dizendo: se fosse o Flamengo, se fosse o Palmeiras, se fosse um time grande, a situação não estaria como está até hoje.

Obrigado, Presidente Jorginho Mello.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Kajuru.

Agradeço, mais uma vez, então, a presença do Dr. Carlos, do Dr. Edson.

Deixo a palavra livre. Se alguém quiser fazer mais alguma manifestação, por gentileza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Senador Amin, só para dizer... A pergunta que V. Exa. fez do seguro, se poderia chegar... Se todos recebessem, chegaria a 15 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Que é um acordo internacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Edson e Dr. Carlos, mais alguma manifestação?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Só agradecer pela oportunidade mesmo, Senador.

Acho que a CPI, como o Senador Kajuru mencionou, tem um papel importante, sim. Eu entendo que é um instrumento legítimo. O Governo brasileiro tem instrumentos que são legítimos também, que não são a nossa esfera de atuação, mas eu creio que há instrumentos legítimos, sim, para buscar a devida e adequada reparação dessas famílias que já há seis anos sofrem com a perda dos familiares e com dificuldades financeiras por perderem, na maioria dos casos, o principal provedor da família.

Muito obrigado.

O SR. EDSON RESTANHO (Para expor.) – Na mesma linha do meu colega, quero agradecer o convite, enaltecer a criação e a continuidade desta CPI, e dizer que o Ministério Público tem instrumentos legais, só que são limitados. Neste caso, enfim, até agora não conseguimos um resultado concreto que atendesse às expectativas das famílias. É alvissareira a criação e a continuidade da CPI para tentarmos um acordo ou, enfim, um resultado minimamente digno para oferecer a essas vítimas.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, muito obrigado.

Nós vamos...

Antes de encerrar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 14ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A próxima convocação é Aon e a Tokio Marine. Então, nós haveremos de comunicar à Secretaria da Comissão, ao Sr. Relator e a todos os Senadores e Senadoras.

Declaro encerrada a nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

(*Iniciada às 13 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e três minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jorge Kajuru e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Eduardo Girão, Sérgio Petecão e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 15ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Oitiva do sr. Brad Irick, CEO da seguradora Tokio Marine Kiln, em atendimento ao requerimento 43/2022, e do sr. Simon Kaye, Corretor de seguros da AON da Inglaterra, em atendimento ao requerimento 45/2022. **Resultado:** Reunião realizada sem a participação e oitiva dos Srs. Brad Irick e Simon Kaye. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello
Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 994, de 2019, para apurar a situação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, assim como dos familiares dos jornalistas e convidados que perderam as suas vidas, e também investigar e identificar os motivos de os familiares ainda não terem recebido as suas devidas indenizações.

A presente reunião tem por objetivo promover a oitiva do Sr. Brad Irick, da Tokio Marine da Inglaterra, nos termos do Requerimento nº 43/2022, e do Srs. Simon Kaye, corretor de seguros da Aon, da Inglaterra, nos termos do Requerimento nº 42/2022.

Inicialmente, cumpre a esta Presidência esclarecer que foram realizadas duas tentativas de tomar os depoimentos do Sr. Brad Irick e do Simon Kaye. A primeira se deu na reunião que foi agendada para o dia 22/6/2022 e a segunda na presente reunião.

Contudo, diante da recusa dos depoentes em atender ao chamado da Comissão, além das limitações impostas pelo ordenamento jurídico pátrio aos poderes deste colegiado, uma vez que se trata de cidadãos residentes no estrangeiro, nos termos da Nota Informativa 3.499, de 2022, da Consultoria Legislativa do Senado da República, as oitivas não ocorrerão na presente data.

Eu recebi aqui da Tokio Marine a seguinte resposta:

> Em resposta à comunicação recebida em 10 de junho de 2022, endereçada ao Sr. Brad Irick, para participar da audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 22 de junho, informamos, respeitosamente, a impossibilidade de atender o convite feito. Considerando que a matéria sob discussão é objeto de disputa judicial em curso nos Estados Unidos, Reino Unido e Brasil, e que a Tokio Marine é uma entre as 13 seguradoras do mercado envolvidas no caso, fomos informados de que não estamos habilitados a comentar publicamente o assunto no momento.
> A Tokio Marine está comprometida a respeitar e a defender a integridade dos procedimentos judiciais que estão em curso. Todavia, caso auxilie à Comissão Parlamentar de Inquérito, a Tokio Marine está disponível para receber os questionamentos específicos, por escrito, desta Comissão. Se a Comissão entender que isso seria útil, estamos preparados para avaliar se, conforme as circunstâncias, somos capazes de fornecer respostas a quaisquer das perguntas encaminhadas.
> Por outro lado, e de qualquer modo, respeitosamente, fazemos referência para a Comissão das informações relevantes que já foram prestadas por escrito tanto por nós quanto por outras partes interessadas, incluindo, mas não se limitando a, os apontamentos, de fato, detalhados em carta fornecida pela Aon a esta Comissão, em 30 de março de 2020. Acreditamos que essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> informações, que já foram prestadas pela Comissão, apresentam os antecedentes fáticos dos ajustes de seguro e resseguro, assim como outros termos relevantes. Por essas razões, não há informações adicionais que podemos prestar neste momento.
> Tokio Marine enfatiza que continuará, como já foi feito, a explorar todas as possibilidades para uma resolução amigável das partes pendentes junto às famílias das vítimas e dos sobreviventes do trágico acidente.
> Respeitosamente,

A Tokio Marine assina.

A outra resposta da outra pessoa – da Aon – nos informa o seguinte:

Referimo-nos à comunicação enviada pelo Simon, funcionário da Aon, datada de 10 de julho de 2022, em anexo ao Requerimento 45, de 2022, de 8 de maio de 2022, assinada pela Srs. Senadores Leila Barros e pelo meu amigo Jorge Kajuru: "Temos em consideração os motivos ali expostos para chamar o Sr. Kaye para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.".

> Conforme informações e conhecimentos da CPI, existem processos judiciais em curso, em diferentes jurisdições, a respeito do assunto, os quais limitam nossa capacidade de promover informações adicionais.
> Por essa razão, não é possível o Sr. Kaye comparecer à CPI.
> Agradecemos aos Srs. Senadores por sua atenção e compreensão.
> Nesta oportunidade, eu gostaria também de reafirmar informações públicas e já prestadas anteriormente à CPI e que seu papel na colaboração da apólice de seguro em referência foi da corretora do resseguro.
> Atenciosamente,
> Aon.

Então, Sras. e Srs. Senadores, as pessoas que a gente convidou para que pudessem vir, por duas ocasiões, não o fizeram e informaram por escrito.

Então, eu quero deixar agora a palavra livre.

Antes disso, quero dizer que não podemos aceitar encerrarmos esta CPI sem um avanço, uma conquista sobre direitos sagrados dessas pessoas que estão buscando as indenizações.

Então, eu quero comunicar, Senador Izalci, e convidar os Senadores, porque eu pretendo, até porque não vou aceitar, me dirigir à própria Inglaterra, a Londres, pedir ajuda do Parlamento, pedir ajudar da nossa Embaixada do Brasil para que a gente possa ir ao encontro dessas pessoas. Já que essas pessoas não podem vir, a gente pode ir ao encontro delas. A CPI tem esse propósito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos encerrar esta CPI sem avanços que ajudem a amenizar um pouquinho esse sofrimento, essa dor e essa falta de consideração com as vítimas, com as famílias da Chapecoense.

Diante disso, eu quero abrir a palavra a V. Exa., Senador Izalci, que é o Relator, e, depois, a todos os Senadores que queiram se manifestar.

A palavra está com V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Também acho uma desconsideração muito grande a ausência dos convidados, dos depoentes. Mas, independentemente disso, eu quero tornar público aquilo que foi preparado, inclusive as perguntas, caso eles queiram, depois, responder. Eu vou fazê-las publicamente para que todos conheçam exatamente com quem nós estamos lidando, tanto com a seguradora quanto com a corretora de seguros.

Então, eu vou pedir a V. Exa. que eu possa já fazer as minhas colocações e as indagações, que ficarão no ar, pelo menos para as pessoas saberem a nossa posição e os nossos questionamentos.

Presidente, com relação às iniciativas para a indenização, logo após o acidente, a corretora Aon, em correspondência anexada aos autos da CPI da Chapecoense, confirmou que a Tokio Marine Kiln e demais resseguradoras iriam indenizar as vítimas e os familiares das vítimas independentemente da circunstância do caso concreto, nos termos da apólice de seguro no valor de US$25 milhões.

Todavia, alguns meses depois, a seguradora Bisa, após tratativas mantidas com a Tokio Marine Kiln, não reconheceu o sinistro e isentou de qualquer responsabilidade a Tokio Marine Kiln e a corretora Aon.

Cabe registrar, neste ponto, que a seguradora Bisa nunca funcionou como seguradora de fato da operação. A seguradora Bisa serviu apenas como *front* da Tokio Marine Kiln, por exigência da legislação boliviana. Na verdade, a Tokio Marine Kiln assumiu, desde o início, a regulação do sinistro via escritório de advocacia.

Pois bem, na sequência a Tokio Marine Kiln resolveu constituir um fundo humanitário para indenizar as vítimas e os familiares das vítimas. O valor estipulado para a indenização foi de US$225 mil por família. Logo, o valor total da indenização chegaria a US$15,3 milhões de dólares. As 68 famílias, vezes US$225 mil, deu exatamente US$15,3 milhões.

Cabe registrar neste ponto que o valor total da indenização proposto pela Tokio Marine Kiln, via fundo humanitário, aproximou-se bastante do mínimo de US$15 milhões estabelecidos na Convenção de Montreal para apólice de seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se ainda que a adesão ao fundo humanitário tinha por contrapartida a isenção total da Tokio Marine Kiln e da Aon de qualquer responsabilidade.

Recentemente, no entanto, em reunião de conciliação, a Tokio Marine Kiln voltou a apresentar a proposta de indenização de US$25 milhões, ou seja, montante estabelecido na última apólice de seguro. Todavia não houve acordo.

As vítimas e os familiares das vítimas apresentaram uma contraproposta de US$250 milhões, e a Tokio Marine Kiln ficou de discutir a contraproposta com as demais resseguradoras e com a corretora Aon.

Oportuno também ressaltar que tanto o Ministério Público Federal (MPF) quanto a CPI da Chapecoense já encaminharam entendimento no sentido de que a Tokio Marine Kiln e a Aon são solidariamente responsáveis pela indenização das vítimas e dos familiares das vítimas do voo CP-2933, da LaMia SRL. Outrossim, tal responsabilidade desdobra-se em duas direções: uma contratual, pelo valor da apólice, e a outra extracontratual, pela extensão do dano.

Nesse ponto, inclusive, o Ministério Público Federal encaminhou três possibilidades.

A) US$25 milhões de dólares, valor da última apólice, mais US$25 milhões extracontratual.

B) US$50 milhões de dólares, valor do contrato de voo firmado pela Chapecoense, mais US$50 milhões extracontratual.

C) US$300 milhões, valor das apólices anteriores, mais US$300 milhões extracontratual.

De fato, a emissão da apólice de seguro, via corretora Aon, para a empresa aérea LaMia foi *condition sine qua non* do desastre aéreo, na medida em que a operação do serviço de transporte aéreo de passageiro só é permitida às companhias, pelos órgãos fiscalizadores, com a existência de seguro de responsabilidade civil.

A corretora Aon, por meio de seus representantes, esteve longe de guardar a diligência e a prudência necessária na condução da celebração do contrato de seguros.

A verdade é que buscou concluir uma proposta com cobertura subdimensionada aos riscos da atividade de transporte executada pela empresa LaMia. Outrossim, sendo a emissão do seguro *conditio sine qua non* da ocorrência do evento danoso, a anuência da Tokio Marine Kiln com essa irregular apólice de seguro representa coparticipação no insurgimento do desastre. Portanto, restou demonstrada a causalidade direta entre o dano e a atuação desses atores, se não por ação direta, por omissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, vale registrar igualmente que a Justiça da Flórida já proferiu sentença de primeiro grau estipulando uma indenização de US$844 milhões. Como a seguradora Bisa não compareceu em juízo, a Justiça da Flórida acionou a resseguradora Tokio Marine Kiln e a corretora Aon, e, nesse ponto, aliás, oportuno ressaltar que a resseguradora Tokio Marine Kiln e a corretora Aon tentam a todo custo levar o julgamento para Londres.

Então, o que tenho aqui são minhas indagações sobre isso.

Primeira: houve algum avanço nas negociações de indenização em razão da contraproposta apresentada na reunião de conciliação no Brasil? A Tokio Marine Kiln levou o assunto para a corretora Aon? Qual foi o posicionamento da corretora?

Isso é o que esperávamos aqui que alguém respondesse, mas fica aí a pergunta.

Segunda: por que razão somente após cinco anos do acidente – cinco anos! –, a Tokio Marine Kiln resolveu voltar atrás e concordar com a proposta inicial de indenização de US$25 milhões?

Terceira: por que razão a Tokio Marine Kiln concordou com a emissão de uma apólice de seguro com cobertura subdimensionada aos riscos da atividade de transporte executada pela empresa LaMia, tendo em vista que tinha pleno conhecimento das operações da referida companhia aérea? A Tokio Marine sempre soube, sempre teve conhecimento pleno do que aconteceu na companhia aérea.

Quarta: por que razão a corretora esteve longe de guardar a diligência e a prudência necessárias na condução da celebração dos contratos de seguro, mesmo porque tinha plena ciência dos riscos envolvidos nas operações da LaMia?

Quinta: na medida em que a operação do serviço de transporte aéreo de passageiro só é permitida às companhias pelos órgãos fiscalizadores com a existência de seguro de responsabilidade civil, sendo, no caso concreto ora investigado, a emissão do seguro *conditio sine qua non* na ocorrência do evento danoso, por que razão, então, a Tokio Marine Kiln e a Aon têm dificuldade de reconhecer a indenização contratual e extracontratual, dado que restou demonstrada a causalidade direta entre o dano e a atuação desses atores, se não por ação direta, por omissão?

Sexta: por que razão a Tokio Marine Kiln e a Aon não reconhecem a legitimidade dos juízos da Flórida e do Brasil? Por que razão insistem em levar o julgamento do caso para Londres? Por que razão a seguradora Bisa se manteve distante das discussões judiciais sobre a indenização? São perguntas que nós queremos saber, e espero que, mesmo que não venham aqui presencialmente, possam responder a essas indagações.

Das circunstâncias antecedentes à colocação da última apólice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente vale registrar que, no período compreendido entre a aquisição das aeronaves, em 2011, e o acidente, em 2016, cinco apólices de seguro foram colocadas para as companhias aéreas LaMia C.A., Aruba LaMia ou LaMia SRL pela corretora Aon. Primeira apólice: 2012 a 2013; segunda apólice: 2013 a 2014; terceira apólice: 2014 a 2015; quarta apólice: 2015 a 2016: quinta apólice: 2016 a 2017.

Ressalte-se, ademais, que a colocação dos seguros foi sempre negociada diretamente com a corretora Aon e com a anuência sempre também da Tokio Marine Kiln. A seguradora Bisa e a corretora Estratégica, ambas bolivianas, foram sempre meras prepostas delas na negociação.

Outrossim, compete também registrar que, diferentemente da última apólice, todas as outras quatro apólices sempre tiveram o valor de US$300 milhões para responsabilidade civil, em que pese as aeronaves terem permanecido em solo.

Ademais, todas essas quatro apólices não continham cláusula de limitação geográfica. Nesse ponto é importante ainda ressaltar que a companhia aérea LaMia SRL só recebeu a autorização para operar como companhia aérea *charter* não regular em 28 de julho de 2015, ainda na vigência da quarta apólice de seguro, ou seja, somente a partir de 1º de agosto de 2015, após negociar com a corretora Aon uma complementação do prêmio de seguro, a companhia aérea LaMia SRL passou a contar com a cobertura completa de voo e a ter plenas condições para realizar os voos *charter* não regulares.

Frise-se, por oportuno, que, por ocasião dessa negociação para a cobertura completa de voo, Loredana Albacete informou pela primeira vez à corretora Aon que havia inúmeros contratos com times de futebol para a realização de voos em diversos países na América do Sul, a exemplo de Brasil, Bolívia e Paraguai, ou seja, um ano e meio antes do acidente já se cogitava sobre o transporte de times de futebol na América do Sul. Sobre esse fato, aliás, a corretora Aon informou à Loredana Albacete que trataria do tema "times de futebol" com os resseguradores, então os resseguradores tinham conhecimento.

Ocorre, no entanto, que, no final de setembro de 2015, a companhia aérea LaMia SRL, ficou inadimplente e, ao final de dezembro de 2015, com duas parcelas do prêmio da quarta apólice de seguros da companhia aérea LaMia atrasadas, a corretora Aon informou à Loredana Albacete que o último prazo para pagamento seria 5 de janeiro de 2016, sob pena de cancelamento da apólice.

Na sequência, no início de janeiro de 2016, a Loredana Albacete comunicou à corretora Aon que a companhia aérea LaMia não reunia condições financeiras para realizar o pagamento das duas parcelas pendentes do prêmio. Desse modo, no dia 5 de janeiro de 2016, a cobertura da quarta apólice de seguro da companhia aérea LaMia foi cancelada pelos resseguradores. Dias depois, em 11 de janeiro de 2016, a DGAC, órgão responsável pelo controle do transporte aéreo civil na Bolívia, determinou a suspensão do certificado e a permanência da aeronave CP-2933 em solo, tendo em vista o comunicado da seguradora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bisa dando ciência de que a cobertura do seguro da mencionada aeronave estava suspensa por falta de pagamento do prêmio. Ocorre, todavia, que, ainda impedida de voar, a companhia aérea LaMia SRL negociou, em meados de janeiro de 2016, dois voos com a equipe de futebol do Olimpia, do Paraguai. A Loredana Albacete entrou em contato com a corretora Aon e perguntou sobre a possibilidade de reativar apenas o seguro da aeronave CP-2933. Simon Kaye, convidado que se negou a vir aqui, da corretora, que sempre esteve à frente das negociações das apólices das companhias aéreas LaMia C.A., Aruba LaMia e LaMia SRL, apresentou o cálculo para reativação do seguro da aeronave CP-2933 e informou que discutiria a questão envolvendo os times de futebol com os resseguradores. Portanto, essa foi a segunda vez que o assunto envolvendo equipe de futebol foi levado aos resseguradores.

No início de fevereiro de 2016, o Simon Kaye, esse que se negou a vir aqui, que é o corretor da Aon, comunicou à Loredana Albacete que não era possível a reativação da apólice. Segundo ele, a alternativa seria a colocação de uma nova apólice, mas que isso só ocorreria caso houvesse o pagamento das pendências anteriores. Resultado: a negociação não avançou e a quarta apólice de seguro permaneceu cancelada.

Portanto, em síntese, após conseguir autorização do Governo boliviano para realizar os voos *charter* não regulares no final de junho de 2015, a companhia aérea LaMia SRL ficou inadimplente, em setembro de 2015, e teve a sua autorização de operadora aérea cancelada em janeiro de 2016, exatamente por falta de pagamento do prêmio. Aliás, nesse período de pouco mais de seis meses em 2015, ainda na vigência da quarta apólice de seguro, a companhia aérea LaMia SRL realizou pouquíssimos voos.

Então eu pergunto aqui, espero que alguém responda: primeiro, por que razão as quatro apólices de seguro anteriores da LaMia tiveram cobertura para responsabilidade civil de US$300 milhões, em que pese as aeronaves terem permanecido em solo, e quando passou a operar transportando especialmente equipes de futebol por toda a América do Sul, tal cobertura de responsabilidade civil passou a US$25 milhões?

Segundo, por que razão as definições das condições e cláusulas da apólice de seguro da companhia aérea LaMia sempre foram feitas por intermédio da corretora Aon, com anuência da resseguradora Tokio Marine Kiln? Por que razão?

Por que razão a regulação do sinistro foi assumida por escritório de advocacia indicado pela Tokio Marine Kiln?

Que medida concreta foi adotada em relação ao tema transporte de equipes de futebol, uma vez que em ao menos duas oportunidades, ainda na vigência da quarta apólice de seguro, a corretora Aon levou o mencionado assunto à resseguradora Tokio Marine Kiln?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quinto, por que razão se aguardaram mais de três meses após o inadimplemento da LaMia para que a corretora Aon e a seguradora Bisa oficializassem o cancelamento da quarta apólice de seguro pelas resseguradoras? Qualquer acidente nesse período seria coberto?

Bem, das circunstâncias vigentes durante a última apólice. No final de março de 2016, a Loredana Albacete voltou a insistir com a corretora Aon sobre a possibilidade de conseguir um seguro por voo, mais conhecido por *per trip based insurance*, pois a companhia aérea LaMia tinha um contrato para levar uma equipe de futebol até a Venezuela. O voo seria no 10 de abril de 2016. Aliás, Loredana Albacete informou a Simon Kaye, corretor da Aon, que a Copa Sul-Americana começaria e que a companhia aérea LaMia SRL seria uma candidata perfeita para esses voos. Loredana Albacete sentenciou a situação com o seguinte dilema: "Não podemos operar sem seguro e não podemos pagar o seguro se não operarmos".

No início de abril de 2016, a Loredana Albacete voltou a cobrar uma posição da corretora Aon, uma vez que a data do voo à Venezuela se aproximava. Para impressionar, a Loredana Albacete informou que "se trata de um excelente cliente, pois maneja todos os times de futebol". Finalizou dizendo que "os jogos da Copa Sul-Americana estão começando" e que "a LaMia SRL não gostaria de perder essa oportunidade".

Portanto, foi justamente a partir de abril de 2016 que o assunto envolvendo o transporte de equipes de futebol passou a ser habitual nas comunicações trocadas com a corretora Aon.

Pois bem, Simon Kaye, corretor, aquele que recusou vir aqui, informou a Loredana Albacete que a emissão de uma nova apólice dependeria do pagamento das pendências anteriores.

De qualquer forma, Simon Kaye solicitou mais informações sobre o voo para a Venezuela e pediu uma cópia do respectivo contrato de voo para analisar. Desta vez, portanto, foi enviado – inclusive o contrato de voo firmado com um time de futebol para análise da corretora Aon. Aliás, Loredana Albacete informou que a equipe em questão era o Club The Strongest, da Bolívia, e, novamente, solicitou a Simon Kaye, aquele que não veio, que estudasse a possibilidade de um seguro por viagem para a aeronave CP-2933, uma vez que a companhia aérea LaMia SRL ainda não dispunha de condições financeiras para liquidar as pendências anteriores. Aliás, numa tentativa de impressionar Simon Kaye, corretor da Aon, Loredana Albacete informou ainda que havia mais três contratos similares com o Club The Strongest em estudo para o mês de abril de 2016. E aí, na sequência, Simon Kaye, corretor da Aon, passou uma estimativa do valor do prêmio que a companhia aérea LaMia devia apenas aos resseguradores, algo em torno de US$50 mil; informou, ademais, que revisou o contrato do Club The Strongest e não encontrou exigência alguma de limite de cobertura. Desse modo, o Simon Kaye, corretor que não veio a esta CPI, comunicou à Loredana Albacete que gostaria de apresentar uma sugestão de limite de cobertura para a responsabilidade civil que atendesse à legislação venezuelana e à exigência da própria companhia aérea LaMia SRL. Percebe-se, portanto, que foi justamente nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

momento que a corretora Aon, por intermédio de Simon Kaye, esse que não veio, tomou a iniciativa de apresentar uma proposta de cobertura de responsabilidade civil com um valor inferior àquele limite de US$300 milhões, que vinha sendo, até então, praticado. A justificativa apresentada pela corretora Aon para alterar o valor de responsabilidade civil era tornar os limites de cobertura da nova apólice de seguro mais aderentes aos contratos de voo firmados pela companhia aérea LaMia SRL.

Pois bem. No dia 5 de abril de 2016, a companhia aérea LaMia SRL liquidou as pendências financeiras relativas às parcelas pendentes do prêmio da apólice de seguro anterior. O Simon Kaye, corretor, que não veio, da Aon, informou Loredana Albacete de que a nova cotação do seguro sofreria um reajuste significativo, uma vez que a apólice seria para a cobertura completa de voo, ou seja, *full*... Simon Kaye calculou algo em torno de US$360 mil para o valor do prêmio.

No dia seguinte, dia 6 de abril de 2016, Loredana Albacete encaminhou uma sugestão de cobertura para a corretora Aon; informou que, após realizar várias pesquisas locais, entendia que seria adequado um prêmio na ordem de US$170 mil para cobertura de casco e responsabilidade civil, uma vez que se tratava apenas da aeronave CP-2933. Simon Kaye comunicou que os resseguradores não aceitaram a proposta apresentada por Loredana Albacete e disse que tinha uma cotação da AIG para cobertura de casco até o limite de US$4,8 milhões e de responsabilidade civil até US$50 milhões, com prêmio de US$333 mil. Loredana Albacete entendeu absurda a proposta. É nesse momento, portanto, que surgiu a possibilidade de redução do limite de cobertura de responsabilidade civil para US$50 milhões, possibilidade esta, aliás, encaminhada pela própria corretora Aon.

Pois bem. Na sequência, a funcionária da corretora boliviana Estratégica Maria Daniela apresentou uma proposta alternativa, obtida também por Simon Kaye, esse que não veio, de cobertura de responsabilidade civil até o limite de US$50 milhões, com prêmio de US$120 mil. Loredana Albacete aceitou a proposta apresentada e pediu para incluir, se houvesse tempo, uma cobertura para a tripulação/pilotos e para o caso de guerra. A cobertura de casco não estava incluída na proposta. Foi justamente por ocasião dessa negociação que Loredana Albacete perguntou, então, a Simon Kaye, que é o corretor, se o limite de responsabilidade civil poderia ser reduzido para US$25 milhões. Segundo ela, toda a América do Sul trabalhava com esse limite. Nesse caso, Loredana Albacete questionou se o valor do prêmio diminuiria, ou seja, Loredana Albacete pretendia, com a negociação, reduzir ainda mais o prêmio da nova apólice de seguro. Simon Kaye, corretor da Aon, informou Loredana Albacete de que formalizaria a proposta de cobertura securitária conforme a orientação passada por ela e de que verificaria o impacto sobre o prêmio do seguro em razão da diminuição do valor da cobertura para responsabilidade civil de US$50 milhões para US$25 milhões. Percebe-se, portanto, que o principal motivo de preocupação nessa negociação foi exclusivamente o de caráter financeiro, pouco importando as demais variáveis de risco e limite de cobertura adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 7 de abril de 2016, Jorge Londoño Pinto, Gerente-Geral da corretora boliviana Estratégica, preposta da corretora Aon, informou Loredana Albacete de que o limite de cobertura securitária da nova apólice, US$25 milhões, estava em conformidade com as regras da Federal Aviation Administration (FAA-US). Londoño comunicou ainda que, assim que os resseguradores de Londres aprovassem os termos da nova apólice, as corretoras Estratégica e Aon bem como a seguradora boliviana Bisa atuariam prontamente. Nota-se, portanto, que, em que pese a solicitação da redução de US$50 milhões para US$25 milhões para o limite de cobertura de responsabilidade civil da nova apólice de seguro ter partido de Loredana Albacete, a definição do referido limite foi estipulada e executada pelas próprias corretoras Aon e Estratégica, com a anuência da Tokio Marine Kiln.

Pois bem. No dia 10 de abril de 2016, foi colocada uma nova apólice de seguro no mercado. A companhia aérea LaMia SRL seguiu como segurada. A cobertura só abrangia responsabilidade civil até o limite de US$25 milhões. Ademais, a apólice passou a contar com a cláusula de exclusão geográfica em que a Colômbia e o Peru, países fronteiriços da Bolívia, estavam incluídos. A vigência da nova apólice se estendia até 10 de abril de 2017. Portanto, quando da colocação da última apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL, em abril de 2016, todos os envolvidos – corretoras, seguradoras e resseguradoras – tinham pleno conhecimento das operações que a mencionada companhia aérea pretendia realizar a partir daquele momento. Mesmo assim, eles concordaram com a colocação de uma apólice de seguro completamente incompatível com o nível de risco dessas operações. A prova disso foi que, no dia 11 de abril de 2016, ou seja, no dia seguinte à colocação da nova apólice de seguro, o próprio funcionário da corretora Aon Simon Kaye perguntou à Loredana Albacete sobre o voo realizado, no dia anterior, para a Venezuela do Club The Strongest, da Bolívia.

Pois bem. Na sequência, em meados de junho de 2016, Loredana Albacete informou, por *e-mail*, mandado para as corretoras Aon e Estratégica, que a companhia aérea LaMia SRL pretendia transportar a equipe de futebol Rosario Central para um jogo em Medelín, na Colômbia. Loredana Albacete recebeu o "de acordo" das resseguradoras, conforme comunicado enviado a ela por Maria Daniela, funcionária da corretora boliviana Estratégica. Nesse ponto, aliás, vale ressaltar que foi a própria corretora Estratégica, preposta da corretora Aon, que orientou a companhia aérea LaMia SRL sobre a necessidade de um aviso prévio quando ocorressem voos para os países que estivessem na cláusula de exclusão geográfica. Segundo a companhia aérea LaMia SRL, tal comunicação prévia seria suficiente para a superação da restrição contida na referida cláusula de exclusão geográfica.

Pois bem. Após quatro meses de vigência da nova apólice de seguro, ainda no início de agosto de 2016, a companhia aérea LaMia SRL deu novos sinais de que não conseguiria pagar os prêmios. De qualquer forma, Loredana Albacete comunicou que a companhia aérea LaMia SRL tinha um outro contrato de voo para o Paraguai. Simon Kaye, corretor da Aon, informou Loredana Albacete de que tentaria uma nova cotação com os resseguradores da empresa aérea Ecojet. Mais à frente, em meados de agosto de 2016, a Loredana Albacete voltou a comunicar à corretora Aon que a companhia aérea

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

LaMia SRL dispunha de um novo contrato para transportar uma equipe de futebol para jogos na Venezuela e na Colômbia. No entanto, Loredana Albacete voltou a ponderar que o nível de preço do prêmio da apólice de seguro em vigor estaria muito elevado e perguntou se havia tido algum avanço na cotação com os resseguradores da empresa aérea Ecojet. Simon Kaye, corretor da Aon, informou que enviou a nova cotação para a corretora boliviana Estratégica, preposta da corretora Aon, pois ela iria acrescentar os impostos locais e a taxa de corretagem para, então, apresentar uma proposta definitiva à companhia aérea LaMia SRL. Loredana Albacete, após analisar a nova cotação, propôs uma alternativa com cobertura menor e franquia reduzida.

Pois bem, em meados de setembro de 2016, apenas cinco meses após a emissão da última apólice de seguro, Loredana Albacete informou à corretora Aon a intenção de substituir a apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL e pontuou que gostaria de manter, na pretensa apólice, apenas a cobertura de responsabilidade civil. Aliás, por ocasião dessa negociação, Loredana Albacete fez uma ironia em relação à cláusula de exclusão geográfica contida na última apólice de seguro. Segundo ela, a apólice de seguro excluiu voos para a Colômbia e para o Peru, países esses localizados na fronteira da Bolívia. Sobre isso, inclusive, Loredana Albacete comentou que recebeu orientação da corretora Estratégica, preposta da corretora Aon, de que isso não seria um problema, desde que a companhia aérea LaMia SRL informasse previamente toda vez em que realizasse um voo sobre ou para esses países. Simon Kaye, corretor da Aon, não teceu comentário algum a respeito dessa orientação.

Pois bem, no final de setembro de 2016, a Loredana Albacete resolveu definitivamente comunicar à corretora Aon que havia solicitado o cancelamento da última apólice de seguro à corretora boliviana Estratégica, isto é, passados menos de seis meses de vigência da última apólice de seguro, a companhia aérea LaMia SRL solicitava o cancelamento do seguro por falta de condições financeiras.

Loredana Albacete pediu uma nova cotação, porém, com o valor do prêmio 50% menor. Simon Kaye, corretor da Aon, informou à Loredana que a apólice de seguro vigente exigia, no caso de cancelamento antecipado da cobertura, o pagamento mínimo de 80% do prêmio. Portanto, havia uma diferença a ser liquidada, pois a companhia aérea LaMia só teria honrado 50% do prêmio até aquele momento.

Aliás, nas discussões subsequentes, Loredana Albacete confirmou a intenção de manter apenas o limite de responsabilidade civil para a aeronave CP-2933 e informou que teria realizado 156 voos entre abril e setembro de 2016, totalizando 180 horas de voo. Oportuno ressaltar nesse ponto que todos esses 156 voos, realizados ainda na vigência da última apólice de seguro colocada em abril de 2016, foram feitos com coberturas securitárias totalmente incompatíveis com as operações realizadas pela companhia aérea LaMia SRL. Acrescente-se a isso, por relevante, que, em outubro e novembro de 2016, foram realizados ainda voos com as seleções da Bolívia e da Argentina, inclusive com o jogador Messi a bordo, assim como dois voos com a Associação Chapecoense de Futebol para a Colômbia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, após consultar as resseguradoras de Londres, Simon Kaye, corretor da Aon, informou à Loredana Albacete que não havia encontrado cotações para o período restante de seis meses da última apólice de seguro, ou seja, de novembro de 2016 a abril de 2017. De qualquer forma, ele aproveitou a oportunidade e apresentou cálculos matemáticos para demonstrar à Loredana Albacete que saía muito mais barato para a companhia aérea LaMia SRL se ela mantivesse a apólice atual. Para reforçar o argumento, Simon Kaye – esse que não veio –, propôs dividir a parcela restante de 50% do prêmio em atraso em dois pagamentos, ele é que fez a proposta: em novembro de 2016 e em fevereiro de 2017, respectivamente.

Importante ressaltar nesse ponto que a segunda parcela de 50% do prêmio da última apólice de seguro venceria somente no dia 2 de outubro de 2016. Portanto, ao final de setembro de 2016, Loredana Albacete já antecipou o procedimento de renegociação para evitar nova inadimplência. Tanto foi assim que a Loredana Albacete questionou Simon Kaye, corretor da Aon: se a companhia LaMia SRL teria algum tipo de problema, caso não efetivasse o pagamento do prêmio na data do vencimento. Ela perguntou, inclusive, se poderia ser efetuado apenas parte do pagamento.

Na sequência, em meados de outubro de 2016, após o vencimento da segunda parcela de 50% do prêmio da última apólice de seguro, as corretoras Aon e Estratégica sugeriram a Loredana Albacete que aceitasse a proposta apresentada por Simon Kaye, corretor da Aon, de pagamento do prêmio restante em duas vezes: em novembro de 2016 e em fevereiro de 2017; e, assim, mantivesse o seguro atual da companhia LaMia SRL até o final do prazo, até a vigência da última apólice de seguro, ou seja, abril de 2017.

Foi justamente dentro desse precário contexto que a companhia aérea LaMia foi contratada, numa primeira oportunidade, em meados de outubro de 2016, pela Associação Chapecoense de Futebol para o voo até Barranquilla, na Colômbia. Nesse ponto, vale registrar, por oportuno, que é praxe, no mercado de aviação, a corretora de seguro ou de resseguros revisar os contratos firmados por um cliente para verificar a aderência de seus termos às cláusulas constantes da apólice de seguro ou resseguro. No entanto, no caso concreto investigado, é fato inconteste que a corretora Aon não revisou os contratos firmados entre a companhia aérea LaMia SRL e a Associação Chapecoense de Futebol. Prova disso foi que havia várias incompatibilidades entre o contrato de voo e a apólice de seguro, por exemplo, diferentemente do previsto no contrato de voo, a companhia aérea LaMia SRL não dispunha de cobertura de casco e de guerra. Ademais, o limite de responsabilidade civil previsto na apólice de seguro era de US$25 milhões e não de US$50 milhões, conforme constava no contrato de voo.

Pois bem, no final de novembro de 2016, ocorreu o segundo voo da Associação Chapecoense de Futebol, por intermédio da companhia aérea LaMia SRL. Dessa vez, o destino foi Medellín, na Colômbia. A companhia aérea LaMia SRL solicitou à Anac autorização para os seguintes trechos: de Cochabamba (Bolívia) para Guarulhos (Brasil), de Guarulhos (Brasil) para Cochabamba (Bolívia) e de Cochabamba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Bolívia) para Medellín (Colômbia). A Anac, por sua vez, negou a autorização, com a justificativa de que o voo deveria ser realizado por empresa brasileira ou colombiana. Diante da negativa da Anac, a companhia aérea LaMia SRL ajustou o voo da companhia aérea BoA, uma vez que essa empresa detinha uma linha regular de Guarulhos até Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia.

Foi desse modo, portanto, que a equipe da Associação Chapecoense de Futebol se deslocou até Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. De lá, da Bolívia, a Associação Chapecoense de Futebol embarcou na aeronave CP-2933, da companhia aérea LaMia SRL, com destino a Medellín, na Colômbia. No trajeto, infelizmente, ocorreu o acidente.

Registro por relevante que, em razão da proposta de parcelamento dos 50% restantes do prêmio da apólice de seguro, apresentada pelas corretoras Aon e Estratégia, a alegação da seguradora Bisa de que havia inadimplência no momento da tragédia para justificar o não reconhecimento do sinistro perde substância uma vez que, à época do acidente, em 29 de novembro de 2016, a apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL teria, inclusive, parcela de prêmio a vencer em fevereiro de 2017, razão que, muito provavelmente, levou a seguradora Bisa a deixar de comunicar o referido atraso ao órgão de controle aéreo boliviano, o que impediria o trágico voo.

Nesse ponto, vale registrar que a própria seguradora Bisa já reconheceu que a quinta apólice do seguro estava vigente no momento do acidente.

As perguntas, então:

1) Em quantas oportunidades o tema "transporte de equipe de futebol" foi levado pela corretora Aon à resseguradora Tokio Marine Kiln durante a vigência da quinta apólice de seguro da LaMia? Que medida concreta foi adotada em relação a esse tema?

2) Por que razão a corretora Aon, ao analisar os contratos de voo da LaMia com equipes de futebol, foi negligente quanto aos riscos envolvidos nas operações, tendo em vista o valor da cobertura de responsabilidade civil estabelecida na quinta apólice de seguro?

3) A corretora Aon, ao propor a alteração da cobertura de responsabilidade civil na quinta apólice, justificou que tornaria os limites de cobertura da nova apólice de seguro mais aderentes aos contratos de voo firmados pela companhia aérea LaMia SRL.

Com isso, seria possível, tendo em vista os riscos envolvidos nas operações na mencionada companhia aérea, riscos esses, aliás, de conhecimento da própria corretora Aon... Será que a corretora Aon estava muito mais preocupada em recuperar os prêmios em atraso?

4) Por que razão a tripulação do voo CP-2933, da LaMia, foi prontamente indenizada e os demais passageiros, não, tendo em vista que as circunstâncias do acidente foram as mesmas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5) Por que razão a resseguradora Tokio Marine Kiln concordou com a emissão da quinta apólice de seguro da LaMia, com cobertura subdimensionada para a responsabilidade civil, tendo em vista que tinha pleno conhecimento dos riscos envolvidos nas operações da mencionada companhia aérea?

6) Durante a vigência da quinta apólice de seguro quantos endossos ocorreram para permitir voos da Colômbia pela companhia aérea LaMia? Por que razão esses endossos foram concedidos?

7) Esses endossos foram concedidos pela Tokio Marine Kiln com o conhecimento da corretora Aon, correto? Como a corretora Aon e a resseguradora Tokio Marine Kiln conseguem explicar 156 voos equivalentes a 180 horas de voo, com cobertura securitária totalmente incompatível com as operações realizadas pela companhia aérea LaMia?

8) Como a corretora Aon e a resseguradora Tokio Marine Kiln conseguem explicar voos da LaMia com as seleções da Bolívia e da Argentina – inclusive com o jogador Messi a bordo – com a cobertura securitária totalmente incompatível com os riscos envolvidos?

9) Por que razão a Aon propôs dividir a parcela restante de 50% do prêmio em atraso da quinta apólice de seguro da LaMia em dois pagamentos, em novembro de 2016 e em fevereiro de 2017, respectivamente? Portanto, no momento do acidente, a quinta apólice de seguro da LaMia estava em pleno vigor, correto?

10) Por que razão a corretora AON não revisou os contratos de voo firmados entre a LaMia e a Chapecoense, como é de praxe no mercado?

Essas são as perguntas que eu gostaria muito que esses convidados depoentes respondessem.

São essas, Presidente, as minhas indagações. Eu espero... o relatório, como V. Exa. sabe, já está praticamente concluído, se essas respostas vierem serão evidentemente adicionadas ao relatório final, mas aguardo a proposta de V. Exa. no sentido de buscar ainda algum entendimento.

Portanto, devolvo a palavra ao Presidente. (*Pausa.*)

Está tendo algum problema aqui na conexão? (*Pausa.*)

Senador Jorginho Mello, Senador Jorge Kajuru, Senador Mecias também está no... (*Pausa.*)

Vê se consegue falar com o nosso... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Senador Izalci, V. Exa. concluiu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Concluí e devolvi a palavra a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência*.) – Alô, Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim. Pois não, Jorginho.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência*.) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Estamos ouvindo aqui. Está tendo uma falha na sua...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Senador Izalci, agradeço a exposição minuciosa e competente de V. Exa., numa demonstração de compromisso, de zelo com o que estamos fazendo, até pelo que representa para todos nós esta CPI e esta tragédia que que se abateu sobre a nossa delegação de heróis, que se foram.

Concedo a palavra agora ao Senador Esperidião Amin, que fez a sua inscrição. (*Pausa.*)

Só um pouquinho, por favor.

Voltou.

Som aqui. Som, por favor.

Está me ouvindo, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, estou ouvindo. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

O senhor ouviu o comentário que eu fiz anteriormente?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu ouvi V. Exa. chamando o Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência*.) – O Senador Esperidião Amin está com a palavra então, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que a gente consegue a fala dele agora, a conexão?

Por favor, assessoria, se puder conseguir a fala do Senador Esperidião... (*Pausa.*)

Muito bem. A assessoria está informando aqui que ele não voltou.

Senador Izalci, V. Exa. continua com a palavra.

V. Exa. quer falar mais alguma coisa?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, Presidente. Eu fiz aqui as indagações e, se as empresas puderem responder, vai constar do nosso relatório. Se não, vai ficar como está.

V. Exa. anunciou, no início, que buscaria mais alguma tentativa. Eu aguardo a posição de V. Exa. para podermos, de fato, concluir o nosso relatório. Mas fico aguardando o posicionamento de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Senador Izalci, eu solicito à Secretaria que encaminhe para o Brad Irick e o Simon Kaye todas essas indagações que V. Exa. fez, que pudesse providenciar o mais rápido possível, entre hoje e amanhã, para que cheguem esses questionamentos que V. Exa. levantou com muita propriedade, com muita competência, para que eles possam nos responder por escrito.

Agradeço a sua participação, a participação de todos.

Antes de encerrar, coloco em votação a Ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada.

Não havendo mais do que tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a nossa reunião no sentido de estar cumprida mais uma etapa desse trabalho que todos nós estamos fazendo com muita responsabilidade, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

Muito obrigado.

Senador Izalci, o senhor tem sido um grande e competente Relator.

Um forte abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Jorginho.

(*Iniciada às 15 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, assim como dos familiares dos jornalistas e convidados que perderam as suas vidas, e também investigar e identificar os motivos de os familiares ainda não terem recebido as suas devidas indenizações.

A presente reunião tem por objetivo promover a oitiva do Sr. Brad Irick, da Tokio Marine da Inglaterra, nos termos do Requerimento nº 43/2022, e do Srs. Simon Kaye, corretor de seguros da Aon, da Inglaterra, nos termos do Requerimento nº 42/2022.

Inicialmente, cumpre a esta Presidência esclarecer que foram realizadas duas tentativas de tomar os depoimentos do Sr. Brad Irick e do Simon Kaye. A primeira se deu na reunião que foi agendada para o dia 22/6/2022 e a segunda na presente reunião.

Contudo, diante da recusa dos depoentes em atender ao chamado da Comissão, além das limitações impostas pelo ordenamento jurídico pátrio aos poderes deste colegiado, uma vez que se trata de cidadãos residentes no estrangeiro, nos termos da Nota Informativa 3.499, de 2022, da Consultoria Legislativa do Senado da República, as oitivas não ocorrerão na presente data.

Eu recebi aqui da Tokio Marine a seguinte resposta:

> Em resposta à comunicação recebida em 10 de junho de 2022, endereçada ao Sr. Brad Irick, para participar da audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 22 de junho, informamos, respeitosamente, a impossibilidade de atender o convite feito. Considerando que a matéria sob discussão é objeto de disputa judicial em curso nos Estados Unidos, Reino Unido e Brasil, e que a Tokio Marine é uma entre as 13 seguradoras do mercado envolvidas no caso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fomos informados de que não estamos habilitados a comentar publicamente o assunto no momento.

A Tokio Marine está comprometida a respeitar e a defender a integridade dos procedimentos judiciais que estão em curso. Todavia, caso auxilie à Comissão Parlamentar de Inquérito, a Tokio Marine está disponível para receber os questionamentos específicos, por escrito, desta Comissão. Se a Comissão entender que isso seria útil, estamos preparados para avaliar se, conforme as circunstâncias, somos capazes de fornecer respostas a quaisquer das perguntas encaminhadas.

Por outro lado, e de qualquer modo, respeitosamente, fazemos referência para a Comissão das informações relevantes que já foram prestadas por escrito tanto por nós quanto por outras partes interessadas, incluindo, mas não se limitando a, os apontamentos, de fato, detalhados em carta fornecida pela Aon a esta Comissão, em 30 de março de 2020. Acreditamos que essas informações, que já foram prestadas pela Comissão, apresentam os antecedentes fáticos dos ajustes de seguro e resseguro, assim como outros termos relevantes. Por essas razões, não há informações adicionais que podemos prestar neste momento.

Tokio Marine enfatiza que continuará, como já foi feito, a explorar todas as possibilidades para uma resolução amigável das partes pendentes junto às famílias das vítimas e dos sobreviventes do trágico acidente.

Respeitosamente,

A Tokio Marine assina.

A outra resposta da outra pessoa – da Aon – nos informa o seguinte:

Referimo-nos à comunicação enviada pelo Simon, funcionário da Aon, datada de 10 de julho de 2022, em anexo ao Requerimento 45, de 2022, de 8 de maio de 2022, assinada pela Srs. Senadores Leila Barros e pelo meu amigo Jorge Kajuru: "Temos em consideração os motivos ali expostos para chamar o Sr. Kaye para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.".

Conforme informações e conhecimentos da CPI, existem processos judiciais em curso, em diferentes jurisdições, a respeito do assunto, os quais limitam nossa capacidade de promover informações adicionais.

Por essa razão, não é possível o Sr. Kaye comparecer à CPI.

Agradecemos aos Srs. Senadores por sua atenção e compreensão.

Nesta oportunidade, eu gostaria também de reafirmar informações públicas e já prestadas anteriormente à CPI e que seu papel na colaboração da apólice de seguro em referência foi da corretora do resseguro.

Atenciosamente,

Aon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sras. e Srs. Senadores, as pessoas que a gente convidou para que pudessem vir, por duas ocasiões, não o fizeram e informaram por escrito.

Então, eu quero deixar agora a palavra livre.

Antes disso, quero dizer que não podemos aceitar encerrarmos esta CPI sem um avanço, uma conquista sobre direitos sagrados dessas pessoas que estão buscando as indenizações.

Então, eu quero comunicar, Senador Izalci, e convidar os Senadores, porque eu pretendo, até porque não vou aceitar, me dirigir à própria Inglaterra, a Londres, pedir ajuda do Parlamento, pedir ajudar da nossa Embaixada do Brasil para que a gente possa ir ao encontro dessas pessoas. Já que essas pessoas não podem vir, a gente pode ir ao encontro delas. A CPI tem esse propósito.

Nós não podemos encerrar esta CPI sem avanços que ajudem a amenizar um pouquinho esse sofrimento, essa dor e essa falta de consideração com as vítimas, com as famílias da Chapecoense.

Diante disso, eu quero abrir a palavra a V. Exa., Senador Izalci, que é o Relator, e, depois, a todos os Senadores que queiram se manifestar.

A palavra está com V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Também acho uma desconsideração muito grande a ausência dos convidados, dos depoentes. Mas, independentemente disso, eu quero tornar público aquilo que foi preparado, inclusive as perguntas, caso eles queiram, depois, responder. Eu vou fazê-las publicamente para que todos conheçam exatamente com quem nós estamos lidando, tanto com a seguradora quanto com a corretora de seguros.

Então, eu vou pedir a V. Exa. que eu possa já fazer as minhas colocações e as indagações, que ficarão no ar, pelo menos para as pessoas saberem a nossa posição e os nossos questionamentos.

Presidente, com relação às iniciativas para a indenização, logo após o acidente, a corretora Aon, em correspondência anexada aos autos da CPI da Chapecoense, confirmou que a Tokio Marine Kiln e demais resseguradoras iriam indenizar as vítimas e os familiares das vítimas independentemente da circunstância do caso concreto, nos termos da apólice de seguro no valor de US$25 milhões.

Todavia, alguns meses depois, a seguradora Bisa, após tratativas mantidas com a Tokio Marine Kiln, não reconheceu o sinistro e isentou de qualquer responsabilidade a Tokio Marine Kiln e a corretora Aon.

Cabe registrar, neste ponto, que a seguradora Bisa nunca funcionou como seguradora de fato da operação. A seguradora Bisa serviu apenas como *front* da Tokio Marine Kiln, por exigência da legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

boliviana. Na verdade, a Tokio Marine Kiln assumiu, desde o início, a regulação do sinistro via escritório de advocacia.

Pois bem, na sequência a Tokio Marine Kiln resolveu constituir um fundo humanitário para indenizar as vítimas e os familiares das vítimas. O valor estipulado para a indenização foi de US$225 mil por família. Logo, o valor total da indenização chegaria a US$15,3 milhões de dólares. As 68 famílias, vezes US$225 mil, deu exatamente US$15,3 milhões.

Cabe registrar neste ponto que o valor total da indenização proposto pela Tokio Marine Kiln, via fundo humanitário, aproximou-se bastante do mínimo de US$15 milhões estabelecidos na Convenção de Montreal para apólice de seguro.

Ressalte-se ainda que a adesão ao fundo humanitário tinha por contrapartida a isenção total da Tokio Marine Kiln e da Aon de qualquer responsabilidade.

Recentemente, no entanto, em reunião de conciliação, a Tokio Marine Kiln voltou a apresentar a proposta de indenização de US$25 milhões, ou seja, montante estabelecido na última apólice de seguro. Todavia não houve acordo.

As vítimas e os familiares das vítimas apresentaram uma contraproposta de US$250 milhões, e a Tokio Marine Kiln ficou de discutir a contraproposta com as demais resseguradoras e com a corretora Aon.

Oportuno também ressaltar que tanto o Ministério Público Federal (MPF) quanto a CPI da Chapecoense já encaminharam entendimento no sentido de que a Tokio Marine Kiln e a Aon são solidariamente responsáveis pela indenização das vítimas e dos familiares das vítimas do voo CP-2933, da LaMia SRL. Outrossim, tal responsabilidade desdobra-se em duas direções: uma contratual, pelo valor da apólice, e a outra extracontratual, pela extensão do dano.

Nesse ponto, inclusive, o Ministério Público Federal encaminhou três possibilidades.

A) US$25 milhões de dólares, valor da última apólice, mais US$25 milhões extracontratual.

B) US$50 milhões de dólares, valor do contrato de voo firmado pela Chapecoense, mais US$50 milhões extracontratual.

C) US$300 milhões, valor das apólices anteriores, mais US$300 milhões extracontratual.

De fato, a emissão da apólice de seguro, via corretora Aon, para a empresa aérea LaMia foi *condition sine qua non* do desastre aéreo, na medida em que a operação do serviço de transporte aéreo de passageiro só é permitida às companhias, pelos órgãos fiscalizadores, com a existência de seguro de responsabilidade civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A corretora Aon, por meio de seus representantes, esteve longe de guardar a diligência e a prudência necessária na condução da celebração do contrato de seguros.

A verdade é que buscou concluir uma proposta com cobertura subdimensionada aos riscos da atividade de transporte executada pela empresa LaMia. Outrossim, sendo a emissão do seguro *conditio sine qua non* da ocorrência do evento danoso, a anuência da Tokio Marine Kiln com essa irregular apólice de seguro representa coparticipação no insurgimento do desastre. Portanto, restou demonstrada a causalidade direta entre o dano e a atuação desses atores, se não por ação direta, por omissão.

Por fim, vale registrar igualmente que a Justiça da Flórida já proferiu sentença de primeiro grau estipulando uma indenização de US$844 milhões. Como a seguradora Bisa não compareceu em juízo, a Justiça da Flórida acionou a resseguradora Tokio Marine Kiln e a corretora Aon, e, nesse ponto, aliás, oportuno ressaltar que a resseguradora Tokio Marine Kiln e a corretora Aon tentam a todo custo levar o julgamento para Londres.

Então, o que tenho aqui são minhas indagações sobre isso.

Primeira: houve algum avanço nas negociações de indenização em razão da contraproposta apresentada na reunião de conciliação no Brasil? A Tokio Marine Kiln levou o assunto para a corretora Aon? Qual foi o posicionamento da corretora?

Isso é o que esperávamos aqui que alguém respondesse, mas fica aí a pergunta.

Segunda: por que razão somente após cinco anos do acidente – cinco anos! –, a Tokio Marine Kiln resolveu voltar atrás e concordar com a proposta inicial de indenização de US$25 milhões?

Terceira: por que razão a Tokio Marine Kiln concordou com a emissão de uma apólice de seguro com cobertura subdimensionada aos riscos da atividade de transporte executada pela empresa LaMia, tendo em vista que tinha pleno conhecimento das operações da referida companhia aérea? A Tokio Marine sempre soube, sempre teve conhecimento pleno do que aconteceu na companhia aérea.

Quarta: por que razão a corretora esteve longe de guardar a diligência e a prudência necessárias na condução da celebração dos contratos de seguro, mesmo porque tinha plena ciência dos riscos envolvidos nas operações da LaMia?

Quinta: na medida em que a operação do serviço de transporte aéreo de passageiro só é permitida às companhias pelos órgãos fiscalizadores com a existência de seguro de responsabilidade civil, sendo, no caso concreto ora investigado, a emissão do seguro *conditio sine qua non* na ocorrência do evento danoso, por que razão, então, a Tokio Marine Kiln e a Aon têm dificuldade de reconhecer a indenização contratual e extracontratual, dado que restou demonstrada a causalidade direta entre o dano e a atuação desses atores, se não por ação direta, por omissão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sexta: por que razão a Tokio Marine Kiln e a Aon não reconhecem a legitimidade dos juízos da Flórida e do Brasil? Por que razão insistem em levar o julgamento do caso para Londres? Por que razão a seguradora Bisa se manteve distante das discussões judiciais sobre a indenização? São perguntas que nós queremos saber, e espero que, mesmo que não venham aqui presencialmente, possam responder a essas indagações.

Das circunstâncias antecedentes à colocação da última apólice.

Inicialmente vale registrar que, no período compreendido entre a aquisição das aeronaves, em 2011, e o acidente, em 2016, cinco apólices de seguro foram colocadas para as companhias aéreas LaMia C.A., Aruba LaMia ou LaMia SRL pela corretora Aon. Primeira apólice: 2012 a 2013; segunda apólice: 2013 a 2014; terceira apólice: 2014 a 2015; quarta apólice: 2015 a 2016: quinta apólice: 2016 a 2017.

Ressalte-se, ademais, que a colocação dos seguros foi sempre negociada diretamente com a corretora Aon e com a anuência sempre também da Tokio Marine Kiln. A seguradora Bisa e a corretora Estratégica, ambas bolivianas, foram sempre meras prepostas delas na negociação.

Outrossim, compete também registrar que, diferentemente da última apólice, todas as outras quatro apólices sempre tiveram o valor de US$300 milhões para responsabilidade civil, em que pese as aeronaves terem permanecido em solo.

Ademais, todas essas quatro apólices não continham cláusula de limitação geográfica. Nesse ponto é importante ainda ressaltar que a companhia aérea LaMia SRL só recebeu a autorização para operar como companhia aérea *charter* não regular em 28 de julho de 2015, ainda na vigência da quarta apólice de seguro, ou seja, somente a partir de 1º de agosto de 2015, após negociar com a corretora Aon uma complementação do prêmio de seguro, a companhia aérea LaMia SRL passou a contar com a cobertura completa de voo e a ter plenas condições para realizar os voos *charter* não regulares.

Frise-se, por oportuno, que, por ocasião dessa negociação para a cobertura completa de voo, Loredana Albacete informou pela primeira vez à corretora Aon que havia inúmeros contratos com times de futebol para a realização de voos em diversos países na América do Sul, a exemplo de Brasil, Bolívia e Paraguai, ou seja, um ano e meio antes do acidente já se cogitava sobre o transporte de times de futebol na América do Sul. Sobre esse fato, aliás, a corretora Aon informou à Loredana Albacete que trataria do tema "times de futebol" com os resseguradores, então os resseguradores tinham conhecimento.

Ocorre, no entanto, que, no final de setembro de 2015, a companhia aérea LaMia SRL, ficou inadimplente e, ao final de dezembro de 2015, com duas parcelas do prêmio da quarta apólice de seguros da companhia aérea LaMia atrasadas, a corretora Aon informou à Loredana Albacete que o último prazo para pagamento seria 5 de janeiro de 2016, sob pena de cancelamento da apólice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, no início de janeiro de 2016, a Loredana Albacete comunicou à corretora Aon que a companhia aérea LaMia não reunia condições financeiras para realizar o pagamento das duas parcelas pendentes do prêmio. Desse modo, no dia 5 de janeiro de 2016, a cobertura da quarta apólice de seguro da companhia aérea LaMia foi cancelada pelos resseguradores. Dias depois, em 11 de janeiro de 2016, a DGAC, órgão responsável pelo controle do transporte aéreo civil na Bolívia, determinou a suspensão do certificado e a permanência da aeronave CP-2933 em solo, tendo em vista o comunicado da seguradora Bisa dando ciência de que a cobertura do seguro da mencionada aeronave estava suspensa por falta de pagamento do prêmio. Ocorre, todavia, que, ainda impedida de voar, a companhia aérea LaMia SRL negociou, em meados de janeiro de 2016, dois voos com a equipe de futebol do Olimpia, do Paraguai. A Loredana Albacete entrou em contato com a corretora Aon e perguntou sobre a possibilidade de reativar apenas o seguro da aeronave CP-2933. Simon Kaye, convidado que se negou a vir aqui, da corretora, que sempre esteve à frente das negociações das apólices das companhias aéreas LaMia C.A., Aruba LaMia e LaMia SRL, apresentou o cálculo para reativação do seguro da aeronave CP-2933 e informou que discutiria a questão envolvendo os times de futebol com os resseguradores. Portanto, essa foi a segunda vez que o assunto envolvendo equipe de futebol foi levado aos resseguradores.

No início de fevereiro de 2016, o Simon Kaye, esse que se negou a vir aqui, que é o corretor da Aon, comunicou à Loredana Albacete que não era possível a reativação da apólice. Segundo ele, a alternativa seria a colocação de uma nova apólice, mas que isso só ocorreria caso houvesse o pagamento das pendências anteriores. Resultado: a negociação não avançou e a quarta apólice de seguro permaneceu cancelada.

Portanto, em síntese, após conseguir autorização do Governo boliviano para realizar os voos *charter* não regulares no final de junho de 2015, a companhia aérea LaMia SRL ficou inadimplente, em setembro de 2015, e teve a sua autorização de operadora aérea cancelada em janeiro de 2016, exatamente por falta de pagamento do prêmio. Aliás, nesse período de pouco mais de seis meses em 2015, ainda na vigência da quarta apólice de seguro, a companhia aérea LaMia SRL realizou pouquíssimos voos.

Então eu pergunto aqui, espero que alguém responda: primeiro, por que razão as quatro apólices de seguro anteriores da LaMia tiveram cobertura para responsabilidade civil de US$300 milhões, em que pese as aeronaves terem permanecido em solo, e quando passou a operar transportando especialmente equipes de futebol por toda a América do Sul, tal cobertura de responsabilidade civil passou a US$25 milhões?

Segundo, por que razão as definições das condições e cláusulas da apólice de seguro da companhia aérea LaMia sempre foram feitas por intermédio da corretora Aon, com anuência da resseguradora Tokio Marine Kiln? Por que razão?

Por que razão a regulação do sinistro foi assumida por escritório de advocacia indicado pela Tokio Marine Kiln?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que medida concreta foi adotada em relação ao tema transporte de equipes de futebol, uma vez que em ao menos duas oportunidades, ainda na vigência da quarta apólice de seguro, a corretora Aon levou o mencionado assunto à resseguradora Tokio Marine Kiln?

E quinto, por que razão se aguardaram mais de três meses após o inadimplemento da LaMia para que a corretora Aon e a seguradora Bisa oficializassem o cancelamento da quarta apólice de seguro pelas resseguradoras? Qualquer acidente nesse período seria coberto?

Bem, das circunstâncias vigentes durante a última apólice. No final de março de 2016, a Loredana Albacete voltou a insistir com a corretora Aon sobre a possibilidade de conseguir um seguro por voo, mais conhecido por *per trip based insurance*, pois a companhia aérea LaMia tinha um contrato para levar uma equipe de futebol até a Venezuela. O voo seria no 10 de abril de 2016. Aliás, Loredana Albacete informou a Simon Kaye, corretor da Aon, que a Copa Sul-Americana começaria e que a companhia aérea LaMia SRL seria uma candidata perfeita para esses voos. Loredana Albacete sentenciou a situação com o seguinte dilema: "Não podemos operar sem seguro e não podemos pagar o seguro se não operarmos".

No início de abril de 2016, a Loredana Albacete voltou a cobrar uma posição da corretora Aon, uma vez que a data do voo à Venezuela se aproximava. Para impressionar, a Loredana Albacete informou que "se trata de um excelente cliente, pois maneja todos os times de futebol". Finalizou dizendo que "os jogos da Copa Sul-Americana estão começando" e que "a LaMia SRL não gostaria de perder essa oportunidade".

Portanto, foi justamente a partir de abril de 2016 que o assunto envolvendo o transporte de equipes de futebol passou a ser habitual nas comunicações trocadas com a corretora Aon.

Pois bem, Simon Kaye, corretor, aquele que recusou vir aqui, informou a Loredana Albacete que a emissão de uma nova apólice dependeria do pagamento das pendências anteriores.

De qualquer forma, Simon Kaye solicitou mais informações sobre o voo para a Venezuela e pediu uma cópia do respectivo contrato de voo para analisar. Desta vez, portanto, foi enviado – inclusive o contrato de voo firmado com um time de futebol para análise da corretora Aon. Aliás, Loredana Albacete informou que a equipe em questão era o Club The Strongest, da Bolívia, e, novamente, solicitou a Simon Kaye, aquele que não veio, que estudasse a possibilidade de um seguro por viagem para a aeronave CP-2933, uma vez que a companhia aérea LaMia SRL ainda não dispunha de condições financeiras para liquidar as pendências anteriores. Aliás, numa tentativa de impressionar Simon Kaye, corretor da Aon, Loredana Albacete informou ainda que havia mais três contratos similares com o Club The Strongest em estudo para o mês de abril de 2016. E aí, na sequência, Simon Kaye, corretor da Aon, passou uma estimativa do valor do prêmio que a companhia aérea LaMia devia apenas aos resseguradores, algo em torno de US$50 mil; informou, ademais, que revisou o contrato do Club The Strongest e não encontrou exigência alguma de limite de cobertura. Desse modo, o Simon Kaye, corretor que não veio a esta CPI,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunicou à Loredana Albacete que gostaria de apresentar uma sugestão de limite de cobertura para a responsabilidade civil que atendesse à legislação venezuelana e à exigência da própria companhia aérea LaMia SRL. Percebe-se, portanto, que foi justamente nesse momento que a corretora Aon, por intermédio de Simon Kaye, esse que não veio, tomou a iniciativa de apresentar uma proposta de cobertura de responsabilidade civil com um valor inferior àquele limite de US$300 milhões, que vinha sendo, até então, praticado. A justificativa apresentada pela corretora Aon para alterar o valor de responsabilidade civil era tornar os limites de cobertura da nova apólice de seguro mais aderentes aos contratos de voo firmados pela companhia aérea LaMia SRL.

Pois bem. No dia 5 de abril de 2016, a companhia aérea LaMia SRL liquidou as pendências financeiras relativas às parcelas pendentes do prêmio da apólice de seguro anterior. O Simon Kaye, corretor, que não veio, da Aon, informou Loredana Albacete de que a nova cotação do seguro sofreria um reajuste significativo, uma vez que a apólice seria para a cobertura completa de voo, ou seja, *full*... Simon Kaye calculou algo em torno de US$360 mil para o valor do prêmio.

No dia seguinte, dia 6 de abril de 2016, Loredana Albacete encaminhou uma sugestão de cobertura para a corretora Aon; informou que, após realizar várias pesquisas locais, entendia que seria adequado um prêmio na ordem de US$170 mil para cobertura de casco e responsabilidade civil, uma vez que se tratava apenas da aeronave CP-2933. Simon Kaye comunicou que os resseguradores não aceitaram a proposta apresentada por Loredana Albacete e disse que tinha uma cotação da AIG para cobertura de casco até o limite de US$4,8 milhões e de responsabilidade civil até US$50 milhões, com prêmio de US$333 mil. Loredana Albacete entendeu absurda a proposta. É nesse momento, portanto, que surgiu a possibilidade de redução do limite de cobertura de responsabilidade civil para US$50 milhões, possibilidade esta, aliás, encaminhada pela própria corretora Aon.

Pois bem. Na sequência, a funcionária da corretora boliviana Estratégica Maria Daniela apresentou uma proposta alternativa, obtida também por Simon Kaye, esse que não veio, de cobertura de responsabilidade civil até o limite de US$50 milhões, com prêmio de US$120 mil. Loredana Albacete aceitou a proposta apresentada e pediu para incluir, se houvesse tempo, uma cobertura para a tripulação/pilotos e para o caso de guerra. A cobertura de casco não estava incluída na proposta. Foi justamente por ocasião dessa negociação que Loredana Albacete perguntou, então, a Simon Kaye, que é o corretor, se o limite de responsabilidade civil poderia ser reduzido para US$25 milhões. Segundo ela, toda a América do Sul trabalhava com esse limite. Nesse caso, Loredana Albacete questionou se o valor do prêmio diminuiria, ou seja, Loredana Albacete pretendia, com a negociação, reduzir ainda mais o prêmio da nova apólice de seguro. Simon Kaye, corretor da Aon, informou Loredana Albacete de que formalizaria a proposta de cobertura securitária conforme a orientação passada por ela e de que verificaria o impacto sobre o prêmio do seguro em razão da diminuição do valor da cobertura para responsabilidade civil de US$50 milhões para US$25 milhões. Percebe-se, portanto, que o principal motivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação nessa negociação foi exclusivamente o de caráter financeiro, pouco importando as demais variáveis de risco e limite de cobertura adequada.

No dia 7 de abril de 2016, Jorge Londoño Pinto, Gerente-Geral da corretora boliviana Estratégica, preposta da corretora Aon, informou Loredana Albacete de que o limite de cobertura securitária da nova apólice, US$25 milhões, estava em conformidade com as regras da Federal Aviation Administration (FAA-US). Londoño comunicou ainda que, assim que os resseguradores de Londres aprovassem os termos da nova apólice, as corretoras Estratégica e Aon bem como a seguradora boliviana Bisa atuariam prontamente. Nota-se, portanto, que, em que pese a solicitação da redução de US$50 milhões para US$25 milhões para o limite de cobertura de responsabilidade civil da nova apólice de seguro ter partido de Loredana Albacete, a definição do referido limite foi estipulada e executada pelas próprias corretoras Aon e Estratégica, com a anuência da Tokio Marine Kiln.

Pois bem. No dia 10 de abril de 2016, foi colocada uma nova apólice de seguro no mercado. A companhia aérea LaMia SRL seguiu como segurada. A cobertura só abrangia responsabilidade civil até o limite de US$25 milhões. Ademais, a apólice passou a contar com a cláusula de exclusão geográfica em que a Colômbia e o Peru, países fronteiriços da Bolívia, estavam incluídos. A vigência da nova apólice se estendia até 10 de abril de 2017. Portanto, quando da colocação da última apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL, em abril de 2016, todos os envolvidos – corretoras, seguradoras e resseguradoras – tinham pleno conhecimento das operações que a mencionada companhia aérea pretendia realizar a partir daquele momento. Mesmo assim, eles concordaram com a colocação de uma apólice de seguro completamente incompatível com o nível de risco dessas operações. A prova disso foi que, no dia 11 de abril de 2016, ou seja, no dia seguinte à colocação da nova apólice de seguro, o próprio funcionário da corretora Aon Simon Kaye perguntou à Loredana Albacete sobre o voo realizado, no dia anterior, para a Venezuela do Club The Strongest, da Bolívia.

Pois bem. Na sequência, em meados de junho de 2016, Loredana Albacete informou, por *e-mail*, mandado para as corretoras Aon e Estratégica, que a companhia aérea LaMia SRL pretendia transportar a equipe de futebol Rosario Central para um jogo em Medelín, na Colômbia. Loredana Albacete recebeu o "de acordo" das resseguradoras, conforme comunicado enviado a ela por Maria Daniela, funcionária da corretora boliviana Estratégica. Nesse ponto, aliás, vale ressaltar que foi a própria corretora Estratégica, preposta da corretora Aon, que orientou a companhia aérea LaMia SRL sobre a necessidade de um aviso prévio quando ocorressem voos para os países que estivessem na cláusula de exclusão geográfica. Segundo a companhia aérea LaMia SRL, tal comunicação prévia seria suficiente para a superação da restrição contida na referida cláusula de exclusão geográfica.

Pois bem. Após quatro meses de vigência da nova apólice de seguro, ainda no início de agosto de 2016, a companhia aérea LaMia SRL deu novos sinais de que não conseguiria pagar os prêmios. De qualquer forma, Loredana Albacete comunicou que a companhia aérea LaMia SRL tinha um outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrato de voo para o Paraguai. Simon Kaye, corretor da Aon, informou Loredana Albacete de que tentaria uma nova cotação com os resseguradores da empresa aérea Ecojet. Mais à frente, em meados de agosto de 2016, a Loredana Albacete voltou a comunicar à corretora Aon que a companhia aérea LaMia SRL dispunha de um novo contrato para transportar uma equipe de futebol para jogos na Venezuela e na Colômbia. No entanto, Loredana Albacete voltou a ponderar que o nível de preço do prêmio da apólice de seguro em vigor estaria muito elevado e perguntou se havia tido algum avanço na cotação com os resseguradores da empresa aérea Ecojet. Simon Kaye, corretor da Aon, informou que enviou a nova cotação para a corretora boliviana Estratégica, preposta da corretora Aon, pois ela iria acrescentar os impostos locais e a taxa de corretagem para, então, apresentar uma proposta definitiva à companhia aérea LaMia SRL. Loredana Albacete, após analisar a nova cotação, propôs uma alternativa com cobertura menor e franquia reduzida.

Pois bem, em meados de setembro de 2016, apenas cinco meses após a emissão da última apólice de seguro, Loredana Albacete informou à corretora Aon a intenção de substituir a apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL e pontuou que gostaria de manter, na pretensa apólice, apenas a cobertura de responsabilidade civil. Aliás, por ocasião dessa negociação, Loredana Albacete fez uma ironia em relação à cláusula de exclusão geográfica contida na última apólice de seguro. Segundo ela, a apólice de seguro excluiu voos para a Colômbia e para o Peru, países esses localizados na fronteira da Bolívia. Sobre isso, inclusive, Loredana Albacete comentou que recebeu orientação da corretora Estratégica, preposta da corretora Aon, de que isso não seria um problema, desde que a companhia aérea LaMia SRL informasse previamente toda vez em que realizasse um voo sobre ou para esses países. Simon Kaye, corretor da Aon, não teceu comentário algum a respeito dessa orientação.

Pois bem, no final de setembro de 2016, a Loredana Albacete resolveu definitivamente comunicar à corretora Aon que havia solicitado o cancelamento da última apólice de seguro à corretora boliviana Estratégica, isto é, passados menos de seis meses de vigência da última apólice de seguro, a companhia aérea LaMia SRL solicitava o cancelamento do seguro por falta de condições financeiras.

Loredana Albacete pediu uma nova cotação, porém, com o valor do prêmio 50% menor. Simon Kaye, corretor da Aon, informou à Loredana que a apólice de seguro vigente exigia, no caso de cancelamento antecipado da cobertura, o pagamento mínimo de 80% do prêmio. Portanto, havia uma diferença a ser liquidada, pois a companhia aérea LaMia só teria honrado 50% do prêmio até aquele momento.

Aliás, nas discussões subsequentes, Loredana Albacete confirmou a intenção de manter apenas o limite de responsabilidade civil para a aeronave CP-2933 e informou que teria realizado 156 voos entre abril e setembro de 2016, totalizando 180 horas de voo. Oportuno ressaltar nesse ponto que todos esses 156 voos, realizados ainda na vigência da última apólice de seguro colocada em abril de 2016, foram feitos com coberturas securitárias totalmente incompatíveis com as operações realizadas pela companhia aérea LaMia SRL. Acrescente-se a isso, por relevante, que, em outubro e novembro de 2016, foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizados ainda voos com as seleções da Bolívia e da Argentina, inclusive com o jogador Messi a bordo, assim como dois voos com a Associação Chapecoense de Futebol para a Colômbia.

Pois bem, após consultar as resseguradoras de Londres, Simon Kaye, corretor da Aon, informou à Loredana Albacete que não havia encontrado cotações para o período restante de seis meses da última apólice de seguro, ou seja, de novembro de 2016 a abril de 2017. De qualquer forma, ele aproveitou a oportunidade e apresentou cálculos matemáticos para demonstrar à Loredana Albacete que saía muito mais barato para a companhia aérea LaMia SRL se ela mantivesse a apólice atual. Para reforçar o argumento, Simon Kaye – esse que não veio –, propôs dividir a parcela restante de 50% do prêmio em atraso em dois pagamentos, ele é que fez a proposta: em novembro de 2016 e em fevereiro de 2017, respectivamente.

Importante ressaltar nesse ponto que a segunda parcela de 50% do prêmio da última apólice de seguro venceria somente no dia 2 de outubro de 2016. Portanto, ao final de setembro de 2016, Loredana Albacete já antecipou o procedimento de renegociação para evitar nova inadimplência. Tanto foi assim que a Loredana Albacete questionou Simon Kaye, corretor da Aon: se a companhia LaMia SRL teria algum tipo de problema, caso não efetivasse o pagamento do prêmio na data do vencimento. Ela perguntou, inclusive, se poderia ser efetuado apenas parte do pagamento.

Na sequência, em meados de outubro de 2016, após o vencimento da segunda parcela de 50% do prêmio da última apólice de seguro, as corretoras Aon e Estratégica sugeriram a Loredana Albacete que aceitasse a proposta apresentada por Simon Kaye, corretor da Aon, de pagamento do prêmio restante em duas vezes: em novembro de 2016 e em fevereiro de 2017; e, assim, mantivesse o seguro atual da companhia LaMia SRL até o final do prazo, até a vigência da última apólice de seguro, ou seja, abril de 2017.

Foi justamente dentro desse precário contexto que a companhia aérea LaMia foi contratada, numa primeira oportunidade, em meados de outubro de 2016, pela Associação Chapecoense de Futebol para o voo até Barranquilla, na Colômbia. Nesse ponto, vale registrar, por oportuno, que é praxe, no mercado de aviação, a corretora de seguro ou de resseguros revisar os contratos firmados por um cliente para verificar a aderência de seus termos às cláusulas constantes da apólice de seguro ou resseguro. No entanto, no caso concreto investigado, é fato inconteste que a corretora Aon não revisou os contratos firmados entre a companhia aérea LaMia SRL e a Associação Chapecoense de Futebol. Prova disso foi que havia várias incompatibilidades entre o contrato de voo e a apólice de seguro, por exemplo, diferentemente do previsto no contrato de voo, a companhia aérea LaMia SRL não dispunha de cobertura de casco e de guerra. Ademais, o limite de responsabilidade civil previsto na apólice de seguro era de US$25 milhões e não de US$50 milhões, conforme constava no contrato de voo.

Pois bem, no final de novembro de 2016, ocorreu o segundo voo da Associação Chapecoense de Futebol, por intermédio da companhia aérea LaMia SRL. Dessa vez, o destino foi Medellín, na Colômbia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A companhia aérea LaMia SRL solicitou à Anac autorização para os seguintes trechos: de Cochabamba (Bolívia) para Guarulhos (Brasil), de Guarulhos (Brasil) para Cochabamba (Bolívia) e de Cochabamba (Bolívia) para Medellín (Colômbia). A Anac, por sua vez, negou a autorização, com a justificativa de que o voo deveria ser realizado por empresa brasileira ou colombiana. Diante da negativa da Anac, a companhia aérea LaMia SRL ajustou o voo da companhia aérea BoA, uma vez que essa empresa detinha uma linha regular de Guarulhos até Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia.

Foi desse modo, portanto, que a equipe da Associação Chapecoense de Futebol se deslocou até Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. De lá, da Bolívia, a Associação Chapecoense de Futebol embarcou na aeronave CP-2933, da companhia aérea LaMia SRL, com destino a Medellín, na Colômbia. No trajeto, infelizmente, ocorreu o acidente.

Registro por relevante que, em razão da proposta de parcelamento dos 50% restantes do prêmio da apólice de seguro, apresentada pelas corretoras Aon e Estratégia, a alegação da seguradora Bisa de que havia inadimplência no momento da tragédia para justificar o não reconhecimento do sinistro perde substância uma vez que, à época do acidente, em 29 de novembro de 2016, a apólice de seguro da companhia aérea LaMia SRL teria, inclusive, parcela de prêmio a vencer em fevereiro de 2017, razão que, muito provavelmente, levou a seguradora Bisa a deixar de comunicar o referido atraso ao órgão de controle aéreo boliviano, o que impediria o trágico voo.

Nesse ponto, vale registrar que a própria seguradora Bisa já reconheceu que a quinta apólice do seguro estava vigente no momento do acidente.

As perguntas, então:

1) Em quantas oportunidades o tema "transporte de equipe de futebol" foi levado pela corretora Aon à resseguradora Tokio Marine Kiln durante a vigência da quinta apólice de seguro da LaMia? Que medida concreta foi adotada em relação a esse tema?

2) Por que razão a corretora Aon, ao analisar os contratos de voo da LaMia com equipes de futebol, foi negligente quanto aos riscos envolvidos nas operações, tendo em vista o valor da cobertura de responsabilidade civil estabelecida na quinta apólice de seguro?

3) A corretora Aon, ao propor a alteração da cobertura de responsabilidade civil na quinta apólice, justificou que tornaria os limites de cobertura da nova apólice de seguro mais aderentes aos contratos de voo firmados pela companhia aérea LaMia SRL.

Com isso, seria possível, tendo em vista os riscos envolvidos nas operações na mencionada companhia aérea, riscos esses, aliás, de conhecimento da própria corretora Aon... Será que a corretora Aon estava muito mais preocupada em recuperar os prêmios em atraso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4) Por que razão a tripulação do voo CP-2933, da LaMia, foi prontamente indenizada e os demais passageiros, não, tendo em vista que as circunstâncias do acidente foram as mesmas?

5) Por que razão a resseguradora Tokio Marine Kiln concordou com a emissão da quinta apólice de seguro da LaMia, com cobertura subdimensionada para a responsabilidade civil, tendo em vista que tinha pleno conhecimento dos riscos envolvidos nas operações da mencionada companhia aérea?

6) Durante a vigência da quinta apólice de seguro quantos endossos ocorreram para permitir voos da Colômbia pela companhia aérea LaMia? Por que razão esses endossos foram concedidos?

7) Esses endossos foram concedidos pela Tokio Marine Kiln com o conhecimento da corretora Aon, correto? Como a corretora Aon e a resseguradora Tokio Marine Kiln conseguem explicar 156 voos equivalentes a 180 horas de voo, com cobertura securitária totalmente incompatível com as operações realizadas pela companhia aérea LaMia?

8) Como a corretora Aon e a resseguradora Tokio Marine Kiln conseguem explicar voos da LaMia com as seleções da Bolívia e da Argentina – inclusive com o jogador Messi a bordo – com a cobertura securitária totalmente incompatível com os riscos envolvidos?

9) Por que razão a Aon propôs dividir a parcela restante de 50% do prêmio em atraso da quinta apólice de seguro da LaMia em dois pagamentos, em novembro de 2016 e em fevereiro de 2017, respectivamente? Portanto, no momento do acidente, a quinta apólice de seguro da LaMia estava em pleno vigor, correto?

10) Por que razão a corretora AON não revisou os contratos de voo firmados entre a LaMia e a Chapecoense, como é de praxe no mercado?

Essas são as perguntas que eu gostaria muito que esses convidados depoentes respondessem.

São essas, Presidente, as minhas indagações. Eu espero... o relatório, como V. Exa. sabe, já está praticamente concluído, se essas respostas vierem serão evidentemente adicionadas ao relatório final, mas aguardo a proposta de V. Exa. no sentido de buscar ainda algum entendimento.

Portanto, devolvo a palavra ao Presidente. (*Pausa.*)

Está tendo algum problema aqui na conexão? (*Pausa.*)

Senador Jorginho Mello, Senador Jorge Kajuru, Senador Mecias também está no... (*Pausa.*)

Vê se consegue falar com o nosso... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci, V. Exa. concluiu?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Concluí e devolvi a palavra a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência.*) – Alô, Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim. Pois não, Jorginho.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência.*) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Estamos ouvindo aqui. Está tendo uma falha na sua...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

Senador Izalci, agradeço a exposição minuciosa e competente de V. Exa., numa demonstração de compromisso, de zelo com o que estamos fazendo, até pelo que representa para todos nós esta CPI e esta tragédia que que se abateu sobre a nossa delegação de heróis, que se foram.

Concedo a palavra agora ao Senador Esperidião Amin, que fez a sua inscrição. (*Pausa.*)

Só um pouquinho, por favor.

Voltou.

Som aqui. Som, por favor.

Está me ouvindo, Senador Izalci?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, estou ouvindo. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

O senhor ouviu o comentário que eu fiz anteriormente?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu ouvi V. Exa. chamando o Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência.*) – O Senador Esperidião Amin está com a palavra então, por favor.

Será que a gente consegue a fala dele agora, a conexão?

Por favor, assessoria, se puder conseguir a fala do Senador Esperidião... (*Pausa.*)

Muito bem. A assessoria está informando aqui que ele não voltou.

Senador Izalci, V. Exa. continua com a palavra.

V. Exa. quer falar mais alguma coisa?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, Presidente. Eu fiz aqui as indagações e, se as empresas puderem responder, vai constar do nosso relatório. Se não, vai ficar como está.

V. Exa. anunciou, no início, que buscaria mais alguma tentativa. Eu aguardo a posição de V. Exa. para podermos, de fato, concluir o nosso relatório. Mas fico aguardando o posicionamento de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

Senador Izalci, eu solicito à Secretaria que encaminhe para o Brad Irick e o Simon Kaye todas essas indagações que V. Exa. fez, que pudesse providenciar o mais rápido possível, entre hoje e amanhã, para que cheguem esses questionamentos que V. Exa. levantou com muita propriedade, com muita competência, para que eles possam nos responder por escrito.

Agradeço a sua participação, a participação de todos.

Antes de encerrar, coloco em votação a Ata da 15ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada.

Não havendo mais do que tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a nossa reunião no sentido de estar cumprida mais uma etapa desse trabalho que todos nós estamos fazendo com muita responsabilidade, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci, o senhor tem sido um grande e competente Relator.

Um forte abraço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Jorginho.

(*Iniciada às 15 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Dário Berger, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Leila Barros e Maria das Vitórias. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Girão, Sérgio Petecão e Paulo Rocha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 16ª e 17ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação do Relatório Final. ITEM 1 – Relatório final da CPI da Chapecoense.** **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o relatório final dos trabalhos que passa a constituir o parecer da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador JORGINHO MELLO
Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Muito boa tarde a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Boa tarde às pessoas que nos assistem, de forma especial às pessoas que representam as famílias da nossa querida Chapecoense.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, assim como dos familiares dos jornalistas e convidados que perderam as suas vidas e também investigar e identificar os motivos de os familiares ainda não terem recebido as suas devidas indenizações.

A presente reunião destina-se à deliberação do relatório final desta Comissão.

Antes de conceder a palavra ao Senador Izalci, eu quero trazer uma informação que considero relevante sobre a viagem que fiz a Londres.

Quero cumprimentar o Dr. Luís Inácio Adams, que se encontra aqui também.

Vou fazer um histórico da reunião que teve no Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de abril de 2022. Quem participou? Familiares e seus advogados, Tokio Marine da Inglaterra, Dr. Henrique e o Dr. Luís Inácio Adams.

A proposta da Tokio, que necessitava de aceite de 100% dos familiares, era no valor de US$25 milhões. A proposta das famílias, que necessitava do aceite de 100%, era de US$250 milhões. Zerou o acordo, porque não tinha 100% de aceite de ninguém receber os US$25 milhões de dólares.

Eu fiz uma viagem, representando a Comissão Parlamentar de Inquérito, no dia 1º. Saí de Floripa às 14h20, chegando ao Galeão às 16h50. Do Galeão, às 21h45, chegando a Amsterdã às 14h30 – lá são 5 horas a mais que no Brasil. Saída de Amsterdã às 17h30, chegando a Londres às 17h50, porque lá são quatro horas. Então, foi uma hora e vinte, mas quem vê aqui foram vinte minutos.

Muito bem. Total de voos: 23 horas. A volta, dia 6. Saída de Londres às 8h40 da manhã, chegando ao Brasil às 23h50. De forma a não desmerecer absoluta nada, custeado por recursos próprios. Lá estivemos reunidos com o CEO da empresa e a diretoria. Muito bem. O que aconteceu lá?

Eu quero agradecer aqui, de público, também à Embaixada brasileira, através do Sr. Marcelo, da Dra. Ana Claudia, do Embaixador Fred Arruda, pelo apoio que nos deram – locomoção, almocei na própria Embaixada, enfim, com tradutor junto, porque a gente tem um inglês do tempo da Irmã Paulina, lá do Cristo Rei, de Joaçaba. Então, foi muito necessária e importante a participação deles.

O que a gente conversou? Explicamos a eles, de forma muito respeitosa, sobre o aumento do valor, que aquele acordo não foi possível. Então, durante a discussão com o CEO da empresa, percebi que tinha espaço para que a gente pudesse pedir. E foi o que a gente fez. Eu pedi a ele se não podia... Como ele deixou claro que a apólice teria problema, porque ela criaria um precedente nas tratativas da empresa, o que pode fazer com que outros sinistros, com que ela está em atraso – é uma discussão que vai terminar não sei quando... Então, eu disse a ele que a gente não podia terminar esta CPI – e eu falava em nome do Senador Esperidião Amin, do Senador Kajuru, do Senador Izalci, de todos os Senadores, do Senador Dário, do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mecias, da Senadora Leila –, que nós precisávamos ter um final que fosse mais respeitoso em favor das famílias de Santa Catarina. Então, eu disse que poderia ser 30 milhões. Como ele disse que não podia ser indenização da apólice, aí eu fui para o lado do Fundo Humanitário. No Fundo Humanitário tem 15 milhões – tinha, não é? E aí pagar o preço da apólice no Fundo Humanitário, alterando US$10 milhões, que ficaria no total de 25 milhões, que é o valor da apólice.

Com isso, suspenderam a reunião, foram conversar, voltaram e eles concordaram – concordaram em colocar mais US$10 milhões para quem quiser fazer o acordo, ou seja, não se exige o aceite de 100% das famílias. As 24 famílias que já fizeram acordo vão ter um acréscimo de US$142 mil, valor de R$746.920 – ao valor do dólar agora. Receberam 225; receberiam mais 142. Somente para as 24 famílias, haverá um acréscimo, no total, de R$18 milhões, multiplicando os 746 pelas 24 famílias. As 44 famílias que não haviam feito acordo, agora podem fazer se quiserem e desejarem. O valor a receber será de US$367 mil, no valor de hoje R$1.930.420.

Pontos que eu acho importantes.

O acordo não exige o aceite de 100% das famílias, ou seja, quem quiser fazer o acordo poderá fazer sem a necessidade de que todos aceitem. Aceitando o acordo, as famílias não poderão acionar judicialmente a seguradora Bisa e as resseguradoras. É só sobre o seguro. As outras ações...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas todas as seguradoras?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E as resseguradoras, sim, todas.

O aceite no acordo não impede o prosseguimento das ações contra a AON e a GAS. As famílias que quiserem fazer o acordo deverão entrar em contato. A gente combinou lá, eles pediram que a gente ficasse de interlocutores para fazer um contato através de *e-mail*. O aceite é no prazo de até 30 dias – até 30 dias –, começando a contar do dia de hoje, e isso inclui as 24 famílias que já receberam os US$225 mil. O *e-mail* está aqui, o endereço é: lamia2933@dacbeachcroft.com. Depois a gente vai passar. Fica aqui, na CPI.

Sobre a possibilidade do aumento do valor, durante a discussão com o CEO da empresa e a diretoria – na presença estava também o Dr. Luís Inácio Adams, que é contratado da empresa, que estava lá –, percebi que há espaço para lutarmos por mais um pouco, aumentar o valor, na casa de US$30 milhões, no fundo humanitário. Contudo, para que isso ocorra, é necessário o aceite prévio de 100% das famílias. Sem que 100% aceitem o aumento no valor, entende-se que não há possibilidade de acordo. Para isso, peço que as famílias – se as famílias assim concordarem e desejarem – encaminhem, então, *e-mail* para o meu gabinete: henrique.junqueira@senado.leg.br, dizendo se aceitam – é o que ficou combinado lá –, ou não o acréscimo do valor para US$30 milhões. O prazo para que encaminhem o *e-mail*, com o aceite ou não, também será de 30 dias, a contar da data de hoje.

Feita essa...

henriquejunqueira@senado.leg.br

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Data de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito esse encaminhamento, essa explicação, eu quero dizer que fiz com muita boa vontade esse esforço em nome da nossa CPI, esforço de cada um que ajudou, debateu, se emocionou, enfim. E de forma muito transparente eu estou tentando fazer esse relato aqui para ser fidedigna a proposta que foi feita e a proposta que poderá acontecer. Isso não impede, isso não tem absolutamente nada de obrigatório, e todas as outras demandas judiciais poderão continuar.

Então, a nossa CPI tem prazo final no dia de hoje. A gente está cumprindo o que determina o Regimento Interno, fazendo tudo o que foi possível. Eu não tenho dúvida de que, pelo esforço de cada um, a gente fez o que foi possível, e as famílias compreendem isso – compreendem isso. E mesmo, encerrando-se a CPI, a gente vai ficar à disposição – eu e tenho certeza de que todos os gabinetes e os Srs. e as Sras. Senadoras – para que a gente... Não é um fim, é uma proposta que aconteceu, de verdade, efetivou-se, e nós encerramos a CPI, então, com essa participação.

Então, antes de... Estou passando agora a palavra para o nosso Relator, Senador Izalci, para proferir o seu relatório, a leitura do seu relatório final, com as devidas alterações, enfim, propostas por todo o Colegiado, para que a gente possa fazer a leitura dele e submetê-lo à deliberação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – ... eu gostaria de fazer um comentário rápido acerca das informações que o senhor trouxe aqui, até porque o relatório do Senador Izalci já foi apresentado, e os comentários que possam ser feitos a ele eu acho que devem ser feitos depois da releitura – Senador Izalci, certo? –, os comentários sobre o seu relatório depois da sua leitura atualizada de hoje.

O que eu quero falar diz respeito a essas informações que o senhor prestou aqui – refiro-me ao Presidente da Comissão, Senador Jorginho.

Em primeiro lugar, eu acho que é digno de registro o fato de o Senador Jorginho Mello, acompanhado de assessor, ter se deslocado para Londres, por conta própria, numa demonstração de preocupação pessoal, e com o apoio, é evidente, da nossa Embaixada, que sempre é muito competente em questões tais. Quero registrar aqui que já fiz vários agradecimentos ao serviço diplomático brasileiro por conta de questões que afligem brasileiros fora do país.

Para o senhor ter uma ideia, o senhor conhece, conheceu o Nilton de Brito, de Tijucas, e os graves problemas que ocorreram com o seu filho lá na Califórnia. O Nilton disse: "Já se foi, morreu". Mas pelo menos a transferência do filho dele para o Brasil ocorreu graças à assistência pessoal do Consulado do Brasil em Los Angeles. Nos incidentes mais recentes do avião que desapareceu, em que tragou provavelmente o Oceano Atlântico três catarinenses nossos, o próprio ministro, a Embaixada e o Consulado do Brasil na Argentina se mostraram muito solidários.

Então, mais uma vez, no caso, o serviço diplomático se revelou útil, acompanhando a sua diligência, que era do Brasil, na verdade – não só do Senado e nem sua, mas do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não posso deixar de mencionar também que, quando eu vim à reunião em que foi ouvido o Sr. Ferrara, da Tokio Marine Brasil – não é esse o nome? –, encontrei aquele chapéu, mais ou menos na mesma fileira de um usuário do chapéu, que suponho que seja da Marcatto. Acho que ele não iria nos fazer a desfeita de comprar esse chapéu no exterior, podendo comprá-lo em Jaraguá do Sul com palha da melhor qualidade, vinda evidentemente do Equador e não do Panamá. Mas eu acho que ele, que foi meu colega de Centro Socioeconômico e de Centro de Ciências Jurídicas lá em Santa Catarina, de alguma forma, deu a sua contribuição.

Então, não me cabe dizer se o acordo é bom ou ruim. O fato é que a sua visita, em consonância com todas as reclamações que foram feitas aqui por integrantes da Comissão... Não custa lembrar, além dos que o senhor mencionou: o Senador Romário; o Senador Nelsinho Trad, ainda no tempo das ações através da Comissão de Relações Exteriores; e os outros mencionados é *bis in idem*, não é? Repetir o nome do Senador Kajuru, o da Senadora Leila e o do Senador Dário Berger, que se destacaram na busca de uma solução mais humana e mais digna para o assunto. Então, não me cabe avaliar se esses números que o senhor apresentou e essas condições... Eu não conheço os contratos que vão ser feitos, os contratos de acordo. Não posso, portanto, emitir juízo de valor, mas acho que isso representa algo a mais do que seria de se esperar de uma CPI. O que se espera de uma CPI é que se apurem os fatos ocorridos e que se proponham ou se estabeleçam regras que devem ser obedecidas para reduzir a insegurança.

O relatório do Senador Izalci, que pode ser alterado hoje ainda, menciona uma série de provisões propostas, recomendações à Anac, ao Ministério da Justiça, ao Ministério de Relações Exteriores, à Conmebol e à CBF, até porque, Senador Izalci, tanto quanto eu sei, nenhuma regra de segurança adicional foi acrescentada aos padrões hoje praticados – hoje, seis anos depois – tanto na Sul-Americana, que era a competição disputada pela Chapecoense e vencida meritoriamente num gesto de grandeza dos colombianos, quanto na Libertadores da América.

Eu acho que, quanto ao passivo moral que nós todos temos em relação às vítimas, a sua viagem complementou os esforços, as palavras, os desaforos que nós dissemos ou pelo menos imaginamos – mais imaginamos do que dissemos, mas dissemos alguns – a propósito do fracasso total das instituições diante de um fato. Como disse a Senadora Leila: "Eu nunca perguntei se o avião onde eu estava tinha seguro. Supunha que as autoridades...".

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Se tinha combustível...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se tinha combustível para fazer a viagem com segurança... Enfim, isso é o que se apura. Responsabilidade civil, responsabilidade penal, negligência, tudo isso faz parte do olhar para trás, não é? O deus Jano, que tinha um rosto virado para a frente e outro para... Isso é o para trás. O para a frente são as proposições, e sobre elas eu não vou fazer nenhum comentário, porque o Senador Izalci pode trazer alguma inovação.

Mas fica aqui o meu registro de que eu acho que o fato de o Senador Jorginho Mello, presidindo a Comissão... Nós não tivemos como impedir que a Comissão ficasse dois anos inativa. Não houve maneira. Perdemos dois anos de atualidade, de emoção, de comprometimento. Mas eu acho que a sua viagem e esses números que o senhor trouxe... Não me cabe, eu repito, fazer juízo de valor, mas o empenho traduz o mérito, que é da Comissão – seu, pessoal também – e deve ser avaliado por quem de direito, ou seja, pelos familiares que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representam as 68 vítimas brasileiras. Vinte e quatro já fizeram acordo e poderão inovar, ou seja, novar no acordo. É assim que se diz, não é? "Novar", fazer uma novação num acordo já firmado. Está certo isso juridicamente?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS (*Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer dizer, o senhor atesta que a minha OAB 1.909 não está desatualizada. (*Risos.*)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E permitirá aos que não participaram também participarem se quiserem, se desejarem e se puderem – lamentavelmente, tenho que dizer isso também.

Essa é a minha intervenção, que, repito, não resume posição de avaliação de juízo de valor, mas eu não posso deixar de enaltecer o seu empenho pessoal ao procurar esta solução em Londres, com o apoio institucional da nossa missão diplomática. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Esperidião, pela manifestação – divido com toda a nossa CPI.

Quero passar a palavra agora ao Senador Kajuru, que me pede e eu a franqueio, por questão de ordem, a V. Exa. O senhor está com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, amigo querido Jorginho Mello, Presidente desta CPI.

Inicialmente eu quero pedir a compreensão de todos, pois é a primeira vez que eu não estou aí presencialmente. Eu nunca faltei a nenhuma sessão, e vocês sabem muito bem disso. Como pessoas que estão ao meu redor nesse final de semana pegaram o covid e hoje tive que fazer o teste ao meio-dia e sigo com um pouco de gripe e o nariz escorrendo, não quis, então, estar aí presente. Aliás, avisei o senhor pelo zap, mas, como eu não sou catarinense, o senhor não me respondeu.

Brincadeira à parte, claro, com o Senador Izalci eu conversei, pedi desculpas, porque eu gostaria de estar aí, Presidente, pessoalmente.

Rapidamente quero acompanhar cada palavra do amado Senador Esperidião Amin.

Eu concluo: fico feliz, porque eu não participei de uma CPI que termina em pizza, Jorginho Mello. Esta é a nossa conclusão: uma CPI que não termina em pizza. E não termina em pizza, graças à sua ação pessoal, de um espírito público raro – como colocou bem o Amin, a gente não pode deixar de registrar. Absolutamente de forma voluntária, sem nenhum dinheiro público, foi até lá para buscar o que a gente quis sempre nesta CPI: um acordo.

Vamos esperar a boa vontade de todas as famílias, e quem está fazendo esse registro de enaltecer a ação pessoal do Presidente, Senador Jorginho Mello, é exatamente Kajuru, que critica o fato de o Governo Bolsonaro não ter entrado para valer com uma ação do Governo, do Ministério das Relações Exteriores, que para mim resultaria em melhores números, respeitando as famílias dos mortos no voo da Chapecoense, como certamente o Governo do Bolsonaro respeitaria se fosse o voo da delegação do Flamengo.

Enfim, o que importa aqui é registrar este momento, de que é uma CPI que não termina em pizza. Como disse o Senador Jorginho, nós vamos, integrantes desta CPI, continuar à disposição dos familiares, para que, juntos, busquemos de repente o melhor acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, muito obrigado, um beijo a todos, em especial no Amin aí, evidentemente nos seus cabelos, e aguardo aqui o relatório do Senador Izalci Lucas.

Parabéns, Senador Jorginho Mello.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Senador Kajuru, pela sua manifestação. O senhor sempre foi um Senador assíduo e, sempre com sua posição clara, forte, determinada, contribuiu muito com os trabalhos desta CPI. Eu quero agradecer a V. Exa.

Passo a palavra agora para o nosso Relator, Senador Izalci, para que faça as suas considerações sobre as alterações do relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa de buscar, junto às resseguradoras, a Tokio, uma forma de viabilizar realmente uma proposta concreta. Por isso, parabenizo.

Já está disponível a nova versão com aquelas observações que foram colocadas aqui nessas últimas reuniões, mas eu quero antes esclarecer algumas questões práticas e concretas com relação à CPI.

1 - Graças a esta CPI, foi viabilizada, numa primeira oportunidade, uma reunião de conciliação entre vítimas, familiares de vítimas do voo CP 2933, da LaMia, e a resseguradora Tokio Marine Kiln na cidade do Rio de Janeiro, onde foi oferecida uma indenização de US$25 milhões (R$133,75 milhões) a ser formalizada via Fundo de Assistência Humanitária, valor esse superior aos US$15 milhões anteriormente oferecidos. Todavia, para ter direito à indenização, a adesão deveria ser pela totalidade das famílias, assim como a isenção de responsabilidade abrangeria todos os envolvidos no processo de indenização. Então, esse é o primeiro ponto.

2 - Graças à CPI da Chapecoense, foi viabilizada uma segunda oportunidade, uma reunião com a resseguradora Tokio Marine Kiln na cidade de Londres, onde V. Exa. esteve, onde foi oferecida então uma indenização de US$25 milhões (R$133,75 milhões) a ser formalizada via Fundo de Assistência Humanitária, valor esse superior aos US$15 milhões anteriormente oferecidos. No entanto, nessa oportunidade, foi franqueada a adesão individualizada de cada família, ou seja, para ter direito à indenização, não mais precisaria que todas as famílias envolvidas no processo aderissem ao acordo. Ademais, foi possibilitada a manutenção de ações judiciais em desfavor de outros atores importantes, como a corretora Aon, por exemplo, a seguradora, as resseguradoras e a corretora também: a) as 24 famílias que já receberam US$225 mil receberiam, cada uma, um adicional de mais US$142 mil; b) já as 44 famílias que ainda não aderiram ao acordo teriam a possibilidade de receber então US$367 mil.

3 - Graças à CPI da Chapecoense ainda, nessa segunda oportunidade, foi ventilada a possibilidade de novas negociações desde que houvesse a adesão da totalidade das famílias envolvidas no processo de indenização, como V. Exa. colocou aí no início da reunião.

4 - Graças à CPI da Chapecoense, o Ministério Público Federal, ao encaminhar ao juízo de Chapecó as últimas alegações atinentes à ação civil pública em tramitação, acatou e juntou a íntegra do relatório da CPI da Chapecoense para reforçar, entre outras coisas, o pedido de indenização pleiteado, que pode chegar a: a) contratual: US$25 milhões, e extracontratual: mais US$25 milhões; b) contratual: aquela alternativa de contratação da Chapecoense, US$50

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões, e extracontratual: US$50 milhões; e c) também contratual: US$300 milhões, e extracontratual: mais US$300 milhões.

5 - Graças à CPI da Chapecoense, alterações na legislação e nos protocolos operacionais dos órgãos de regulação aérea e das entidades esportivas envolvidas estão sendo propostos de modo a aperfeiçoá-los e, consequentemente, inibir a ocorrência de fatos semelhantes ao que foi investigado pela CPI, visto que: a) a companhia aérea LaMia operou por cerca de seis meses com todas as restrições securitárias apontadas sem que houvesse qualquer tipo de manifestação contrária por parte dos órgãos de regulação aérea envolvidos; b) a companhia aérea LaMia, empresa completamente descapitalizada e desestruturada, adentrou o mercado de futebol sul-americano, em especial o brasileiro, e transportou diversas equipes de futebol, incluídas as seleções de alguns países, sem que houvesse qualquer tipo de crivo por parte das entidades responsáveis pelos campeonatos.

6 - Graças à CPI da Chapecoense, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) está sendo provocada a se manifestar quanto à possibilidade de adoção de medidas administrativas e disciplinares, dada a tamanha falta de sensibilidade por parte da resseguradora Tokio e da corretora Aon, ressalvadas muitas vezes em condutas em que houve até má-fé.

7 - Graças à CPI, o Palácio do Planalto e o Ministério da Justiça estão sendo provocados, tendo em vista os esforços empreendidos por alguns dos atores envolvidos, em especial a resseguradora Tokio Marine e a corretora Aon, no sentido de negar ou restringir a cobertura de seguro e, consequentemente, impedir a justa indenização das vítimas e dos familiares das vítimas do voo CP2933 da companhia aérea LaMia.

8 - Graças à CPI da Chapecoense, o Ministério das Relações Exteriores, por intermédio dos canais diplomáticos competentes, está sendo demandado a manter contato com as autoridades bolivianas, colombianas e estadunidenses responsáveis pela investigação e/ou pelo ajuizamento de ações reparatórias, dada a evidente necessidade de indenizar, contratual e extracontratualmente, as vítimas e os familiares das vítimas do voo CP2933 da companhia aérea LaMia, assim como os de alcançar eventuais ilícitos penais administrativos por parte de algum dos atores envolvidos. A Justiça da Flórida, por exemplo, já decidiu, em primeira instância, por uma indenização de US$844 milhões.

9 - Graças à CPI da Chapecoense, o Ministério Público Federal, a Procuradoria da República do Estado de Santa Catarina e a Procuradoria da República no Município de Chapecó estão sendo notificados com vistas à adoção de medidas afetas ao seu múnus público.

10 - Graças à CPI da Chapecoense, a Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (Afav-C) e a Associação Chapecoense de Futebol estão recebendo um relatório investigativo, que, de algum modo, pode colaborar com as ações reparatórias movidas por eles nas diversas instâncias de jurisdição envolvidas.

Então, são algumas considerações que eu não poderia deixar de fazer, Presidente, mas quero dizer que, no relatório, que já está disponível, nós evidentemente adicionamos tudo que ocorreu de lá para cá, com aquelas observações. De fato, nós tivemos o cuidado, inclusive, de retirar, conforme foi solicitado na última reunião – tendo em vista a forma como a Caixa Econômica, a própria Petrobras e agora, inclusive, a resseguradora, o envolvimento e as considerações que foram feitas... –, aquilo que foi colocado na última reunião, principalmente com relação à Caixa Econômica. Nós tivemos a oportunidade aqui de trazê-los. E, para não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometê-los, até porque eles ajudaram muito na mobilização, e não comprometer a imagem da Caixa, que está totalmente segura com relação às garantias da parceria que foi feita – apesar de que deixamos claro que eles poderiam ter procurado a CPI, porque toda parceria e apólice também da Petrobras foram feitas posteriormente à implantação, ao início da CPI –, quero dizer, portanto, que nós retiramos essa parte do relatório.

Está disponível já. É muita coisa, são mil páginas, são 254 do parecer praticamente, mil duzentos e... Está disponível com as correções, com os ajustes que foram feitos.

Quero aqui dizer da minha alegria, da minha satisfação de a gente ter contribuído, de certa forma, para pelo menos viabilizar esse acordo que foi feito, reparando parcialmente, financeiramente, porque não há como reparar isso de outra forma, não tem como, não há preço para reparar as vítimas todas, mas, de qualquer forma, a gente deu aí mais uma esperança e uma participação, uma contribuição do fundo humanitário, que inicialmente era 15, foi para 25, podendo chegar ainda a 30, deixando aí o direito de todos os familiares das vítimas poderem ainda buscar uma outra solução jurídica.

Eu acho que valem muito também as contribuições aqui que recebemos para melhorar a legislação, a proposta que nós estamos fazendo, em nome da CPI. Eu tenho certeza de que todos os membros irão apoiar a mudança nessas medidas legislativas e também a Susep, em termos administrativos, para que ela possa também modificar esse processo de fiscalização do seguro.

Então, quero agradecer a V. Exa. pela confiança em me ter como Relator de uma matéria tão importante.

Eram essas as minhas considerações.

E o relatório está disponível aí para todos os membros.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Concedo a palavra agora de novo para o Senador Esperidião, só para um pequeno acréscimo na fala do Senador Esperidião Amin, e informo aos Senadores que estão lincados que, em seguida, vou conceder a palavra para quem queira fazer uso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – A minha fala agora é sobre o relatório (*Fora do microfone*.).

Eu tenho algumas dúvidas sobre algumas páginas do relatório. O senhor poderia repetir?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Repete tudo! (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Só para facilitar, Esperidião Amin, eu fiz aqui um mapa de controle de alterações, porque houve muita coisa que foi adicionada, como, por exemplo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas será que não mudou a página?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Mudou a página, com certeza. Houve mudança nas páginas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ah...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – É porque havia um relatório inicial, depois nós tínhamos um segundo relatório, e agora este relatório. Então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor não se preocupe. Eu conheço a sua exação.

Eu não posso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Isso aqui é em relação ao primeiro relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como eu não voto em Brasília, no Distrito Federal, eu não posso ter outra frase: eu queria ter um contador assim. (*Risos.*)

Mas antes eu queria ter o que contar, e eu não tenho, o que mereça um contador desse calibre.

Mas eu queria louvar a sua exação e a sua assessoria, porque, por melhor que o senhor seja, eu acho que, nesse caso, a assessoria foi melhor do que o senhor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Sempre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... pela capacidade de organizar as suas perguntas, aquela forma de indagação, sempre com muita precisão, de forma que, em termos de relatório, eu já participei de várias CPIs, já fui Relator... Fui Relator de uma CPI muito complicada, a CPI dos Crimes Cibernéticos, com quatro Relatores adjuntos, isso em 1916, 1917, quando os crimes cibernéticos começavam a nos assustar – agora estamos mais assustados ainda.

O que me preocupa é exatamente na questão do relatório, da conclusão do relatório e das proposições. O senhor veja: seis anos se passaram; dois anos de pandemia para obstaculizar o nosso trabalho; a emoção diminuiu, até porque outras desgraças aconteceram e estão acontecendo. Então, o que me preocupa é a urgência dessas medidas que constam do seu relatório, das propostas. Repito: pelo que eu sei, os voos para a Sul-Americana não diferem muito daqueles havidos em 2016, ou seja, nós continuamos com a atuação das agências reguladoras aquém disso.

Então, as coisas para o futuro são: seguro; cosseguro, que é uma proposição legislativa que já está em tramitação; e, acima de tudo, autorização para voar – não deixar voar se não estiver em ordem. E isso consta do seu relatório. Isso tem que ter eficácia, não apenas ficar no relatório.

É isso que eu queria compartilhar com os companheiros de CPI, para agendar com a Mesa as sessões próprias nas respectivas Comissões Permanentes. Por exemplo, uma convocação da Anac e do próprio Ministro, no caso, da Infraestrutura, ao qual ela está vinculada, para saber se essas providências estão sendo ultimadas. E idem nos outros respectivos: Ministério da Justiça, CCJ – da Comissão de Infraestrutura e do Ministério da Infraestrutura eu já falei –, Ministério das Relações Exteriores. Nas eventuais proposições futuras, já elaborarmos os requerimentos de reunião para a antecipação do que é matéria infralegal – a Anac é matéria infralegal; nós não vamos poder mexer nas matérias que são da competência da Anac baixar sob a forma de resolução –, com o impacto latino-americano, porque, primeiro, é Mercosul e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois, são as convenções internacionais, que têm que ser respeitadas e das quais nós somos signatários.

Então, queria pedir isto: um trabalho complementar, ainda a cargo da assessoria da Comissão, para os convites e convocações que possam ajudar na tramitação das recomendações infralegais. E quanto às de projeto de lei, requerimento de urgência, porque, repito, o tempo conspirou contra nós.

Mais uma vez quero louvar o seu trabalho, assim como o trabalho do Presidente e de todos os Senadores e Senadoras que participaram das nossas reuniões e dizer o seguinte: eu fico triste porque nós não podemos nem consertar o maior mal, que foi a perda de vidas – esse é irreparável –, nem podemos dizer... Eu não posso dizer que estou satisfeito com o acordo. Primeiro, eu não tenho autoridade ética para isso, eu não estou vivendo o drama que essas famílias vivem.

Agora, uma última frase – eu gosto muito da poesia Mar Português, do Fernando Pessoa, em que há uma frase, uma indagação – sobre a CPI: "Valeu a pena?".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – "Tudo vale a pena [...] [quando] a alma não é pequena."

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) –

> Se a alma não é pequena
> [...] [Para] passar além do Bojador
> [...] [É preciso] passar além da dor.
> Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
> Mas [foi] nele [...] que espelhou o céu.

Então, eu acho que não ter tido a CPI seria pior do que se tivesse tido, porque nós colocamos luz sobre um gravíssimo acidente com complexa conformação. São vários agentes; é um polvo. Quando você olha as raízes e as ramificações do problema, são muito complexas. E, se não tivéssemos realizado a CPI e ela não chegasse a esse ponto, eu creio que o direito, a sociedade, a busca da justiça estariam mais desservidos do que com a CPI.

Então, eu acho que, apesar de toda a dor, valeu a pena realizarmos esse esforço. E cada um de nós deve indagar perante a sua própria consciência. Nenhum de nós está satisfeito, porque era melhor que isso não tivesse sido necessário, mas eu acho que ter realizado foi melhor, em termos de cumprimento do dever institucional, do que se não tivéssemos feito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu quero também reforçar as palavras do Senador Esperidião Amin sobre a questão das audiências. Como, de fato, algumas medidas nós não podemos tomar por vício de iniciativa, nós vamos providenciar... A ideia é que a própria Comissão, junto com essas propostas que nós estamos fazendo, também prepare alguns requerimentos de audiência pública para tratar dessas matérias. Acho que é muito interessante.

Quero aproveitar também, Presidente, para agradecer a todos os servidores. Nós, Senadores, sabemos a competência dos nossos assessores, da Consultoria do Senado. No caso especial, quero agradecer ao Amadeu também, que é um especialista nosso que trabalha com a gente há muito tempo nessa matéria de CPI; a todos os servidores lá do gabinete e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Liderança; e também aos servidores aqui da Comissão, da CPI. Quero parabenizá-los e agradecer-lhes todo o apoio, toda a competência aí nesse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Coloco à disposição... Mais algum...

Senador Kajuru, V. Exa. quer fazer mais um adendo? (*Pausa.*)

Por favor. (*Pausa.*)

O som do Senador Kajuru não...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Por videoconferência*.) – Agora tudo bem, Jorginho querido?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tudo bem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, apenas rapidamente, até porque falar depois de Esperidião Amin é muito difícil, às vezes até impossível, eu só queria corrigir o catarinense Amin. Ele às vezes vai falando com a capacidade dele, mas comete algum erro. Ele disse que participou de CPI dos Crimes Cibernéticos em 1916. Calma, Amin, 2016; 1916, pelo amor de Deus! Mas... (*Risos.*)

Olha o Jorginho rindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para um homem... Para o Nasser imortal que você é – Nasser –, cem anos é um fiapo de história. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Por videoconferência*.) – Mas, aqui, o Amin colocou bem: nós só devemos ter orgulho de nossos trabalhos. No dia a dia de cada sessão, o Relator Izalci Lucas, nas suas perguntas longas – às vezes, eu ficava contrariado, porque demorava um tempão –, faço o reconhecimento da frieza, do preparo do Izalci. O Izalci certamente nasceu no Polo Norte, ele é glacial por natureza. Cada questionamento... Portanto, vou repetir as palavras do Amin. Eu gostaria de estar muito mais orgulhoso, não com a CPI, mas, repito, com a intervenção do Governo do Bolsonaro nesse assunto tão triste, tão melancólico, porque, se fosse, repito, o voo do Flamengo, o Presidente Bolsonaro teria entrado para valer e teria resolvido. Mas isso é minha opinião. Eu respeito a opinião de cada um. O que vale aqui é o que nós fizemos. E não tenho nenhuma dúvida de que cada um de nós está de cabeça erguida.

Volto a cumprimentar a ação pessoal, inquestionável, humana do Presidente desta CPI, o Senador Jorginho Mello.

Um abraço a todos e desculpem as brincadeiras, embora sinceras.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

O relatório está em discussão.

Mais algum Senador deseja se manifestar? (*Pausa.*)

Em votação.

Coloco em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

O resultado aprovado do relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer, mais uma vez, o trabalho do Senador Izalci, um Relator competente, diligente, preparado, um relatório que nos orgulha, pelo trabalho que foi feito aqui por todas as Sras. e Srs. Senadores. Eu quero louvar e agradecer o seu empenho. O senhor mostra a qualidade que tem o seu trabalho, o seu trabalho aqui dentro do Senado Federal. O senhor nos orgulha. O trabalho de cada um e de cada uma...

Quero agradecer a presença aqui, mais uma vez, da Sra. Fabienne Belle e agradecer, mais uma vez, a presença da querida Mara Regina D'Emílio Paiva, que estão superando a dor e sempre lutando pelo que elas acreditam, porque elas têm convicção em favor de muitas e muitas famílias que precisam de amparo, precisam de ajuda, precisam de conforto. Então, eu quero agradecer a presença honrosa de todas as duas.

Quero agradecer a presença do advogado Luis Inácio Adams, que é um homem, como diz o Senador Esperidião Amin, preparado. Já deu o privilégio à Santa Catarina de estudar lá, no nosso estado, fazer uma complementação na sua... Melhorou a sua qualificação com certeza. A sua participação, a sua preocupação, o seu empenho, representando a sua constituída, para que a gente pudesse avançar, avançar de forma respeitosa, de forma humana, compreendendo as dificuldades em muitas vezes.

Então, eu quero, do fundo do coração, agradecer, mais uma vez, a todas as Senadoras, a todas as pessoas que se envolveram, a assessoria, o Henrique Junqueira, que é meu assessor legislativo e não mediu esforços para correr atrás, fazer tudo o que foi possível fazer, sofrendo, vibrando. Agradeço à assessoria também da Comissão, a todos os colaboradores que fazem, com muita competência, o trabalho do Senado Federal, para nos auxiliar, à assessoria de cada Senador, que se dedicou, vindo, informando o seu Senador, enfim.

Então, eu quero, de forma muito respeitosa, agradecer a todos vocês – todos, todos –, quero dizer, de forma até emocionada, que me sinto feliz em estar aqui hoje, encerrando esta CPI, colocando em votação... A gente fez um esforço grande para que isso acontecesse. Como diz o Senador Kajuru, a nossa CPI não terminou em *pizza*, não. Quero reafirmar que, com certeza, o meu gabinete e os gabinetes de todos os Senadores vão continuar à disposição de todas as famílias que precisarem de apoio.

Portanto, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, agradeço.

Havendo número regimental, coloco em votação as Atas da 16ª e da 17ª Reuniões, solicitando a dispensa da leitura.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrados os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE MODERNIZEM O PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dezessete horas e três minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e dois, em reunião remota, sob a Presidência da Ministra Regina Helena Costa, reúne-se a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que modernizem o processo administrativo e tributário, com a presença dos senhores Valter Shuenquener de Araújo, Marcus Lívio Gomes, Bruno Dantas Nascimento, Gustavo Binenbojm, Andre Jacques Luciano Uchôa Costa, Adriana Gomes Rego, Valter de Souza Lobato, Alexandre Aroeira Salles, Aristoteles de Queiroz Camara, Patricia Ferreira Baptista, Flávio Amaral Garcia, Caio César Farias Leôncio, Maurício Zockun, Leonel Pereira Pittzer e Ricardo Soriano de Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação**. **Finalidade:** Reunião de instalação. **Resultado:** Instalada a comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de saudar, de maneira muito especial, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux; cumprimentar todos os demais membros desta Comissão de Juristas de processo administrativo e tributário nacional, instalada pelo Senado Federal; a Presidente da Comissão, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Regina Helena Costa; o Relator sobre o tema Processo Administrativo e Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Valter Shuenquener de Araújo; o Relator para o tema Processo Tributário e Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, Marcus Lívio Gomes; o Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Bruno Dantas Nascimento; o Secretário Especial da Receita Federal, Júlio Cesar Vieira Gomes; o professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Gustavo Binenbojm; o advogado, Dr. André Jacques Luciano Uchôa Costa; a Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Dra. Adriana Gomes Rêgo; o professor da Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente da Associação Brasileira de Direito Tributário, Dr. Valter de Souza Lobato; o advogado, Dr. Alexandre Aroeira Salles; o advogado, Dr. Aristóteles de Queiroz Câmara; a professora de Direito Administrativo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Procuradora do Estado do Rio de Janeiro, Patrícia Ferreira Baptista; o professor de Direito Administrativo da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Flávio Amaral Garcia; o advogado, Dr. Caio César Farias Leôncio; o professor de Direito Administrativo da PUC de São Paulo, Maurício Zockun; o advogado, Dr. Leonel Pereira Pfizer; e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Ricardo Soriano de Alencar.

A todos os meus cumprimentos. É uma satisfação tê-los reunidos nesta Comissão de Juristas instalada pelo Senado Federal.

Digo que, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Essa determinação, acrescentada à nossa Constituição Federal pela Emenda nº 45, de 30 de dezembro de 2004, nos cobra, desde então, medidas de racionalização do processo através do qual é garantido ao cidadão acesso à defesa de seus direitos, especialmente perante o Estado. Essa racionalização abarca várias frentes de trabalho que devem correr em paralelo e alcançar, simultaneamente, essa finalidade.

Cabe ao elaborador do texto legal aumentar a clareza com que se expressa, para que não reste dúvida ao cidadão sobre a determinação legal. De outro lado, caso a dúvida persista ou em caso de descumprimento das regras, os processos que permitam a defesa ou o contraditório têm de estar bastante azeitados para gerarem as respostas necessárias em tempo hábil.

A situação do nosso quadro legal não nos ajuda muito. Estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, divulgado no último trimestre do ano passado, mostra que, desde a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição de 1988 até aquele momento, já haviam sido editadas mais de 6,7 milhões de normas – 813 por dia útil.

Em tempos críticos ao bom funcionamento do Estado, como na matéria tributária responsável por gerar os recursos de sustentação de suas estruturas, o que garante o cumprimento pleno de suas funções, eram mais de 443 mil normas, das quais quase 31 mil estavam em vigor em 30 de setembro do ano passado – 2,21 normas criadas por hora, considerando os dias úteis.

Com esse volume extraordinário de normas, é bastante difícil manter a coerência, o que provoca conflitos, especialmente entre o cidadão e o Estado, e uma corrida pela judicialização dos conflitos, que deságua nos canais administrativos judiciais, cada vez mais abarrotados de processos.

Cabe ao Legislativo, ao Poder Legislativo, a simplificação e a racionalização das leis tributárias, razão pela qual o Congresso Nacional continua no seu esforço de discussão e tramitação de proposta de reforma tributária, inclusive no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em apreciação da PEC 110.

Esperamos contar com a colaboração da *expertise* dos notáveis, senhoras e senhores aqui reunidos, no sentido de sugerir, a partir de suas experiências e de seu vasto conhecimento, medidas que permitam o aperfeiçoamento do Código Tributário Nacional, atualmente regido pela Lei nº 5.172, do já distante ano de 1966, assim como o Código de Processo Administrativo, regido pela Lei nº 9.784, de 1999, e outras tantas normas.

Tais normas são fundamentais para o país, mas que não refletem ainda, da forma como estão os seus textos, aquilo que a sociedade espera. Há uma demanda por procedimentos mais ágeis que permitam rápida solução de conflitos.

Entre as novas tendências, deveria ser possível, por exemplo, realizar mais facilmente a composição das partes fora do estrito âmbito judicial, ajudando a desafogar o Judiciário, sempre às voltas com milhares de demandas, muitas das quais repetidas; ou o uso mais intenso de tecnologias de comunicação e informação que evitem custos extras desnecessários nas várias fases dos processos.

Eu agradeço, em nome da Presidência do Senado da República, à Ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça, por ter aceitado presidir esse novo grupo de trabalho, que vai materializar – e aqui digo com muita justiça –, materializar a visão do Ministro Luiz Fux, de diversos juristas brasileiros e a minha própria, como Presidente do Senado, de que é possível alcançarmos uma Justiça cada mais ágil, eficiente, efetiva e eficaz em prol das necessidades do cidadão brasileiro.

Sejam todos bem-vindos e que tenham um trabalho muito produtivo na formatação desse anteprojeto, cuja sequência será dada pela Presidência do Senado, no devido processo legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com o agradecimento penhorado a todas as senhoras e a todos os senhores que aceitaram integrar essa Comissão de Juristas, tenho o prazer de passar a palavra a S. Exa. o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, de quem foi a ideia original, numa conversa que tivemos no ano passado, em seu gabinete no Supremo Tribunal Federal, quando eu assumi a Presidência do Senado Federal, em que dizia o Ministro Luiz Fux da importância de se instituir esta Comissão de Juristas para entregar para a sociedade brasileira o seu bom proveito.

Com a palavra Ministro Luiz Fux. (*Pausa*.)

Está sem som, Ministro. Nós não estamos ouvindo o senhor.

O SR. LUIZ FUX – E agora estão ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. LUIZ FUX (Para expor.) – Então, muito boa tarde a todas e a todos já nominados aqui. Eu gostaria de saudá-los todos na pessoa do Presidente do Congresso Nacional, o Senador Rodrigo Pacheco, principalmente pela sua sensibilidade imediata em assimilar a ideia da criação do contencioso administrativo e tributário.

Como todos nós sabemos, a nossa Constituição é muito analítica e, no campo tributário, ela praticamente tem a metade do Código Tributário Nacional encartado nela própria, o que acaba gerando litigiosidade até a instância do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, o volume de litígios tributários que são carreados para os Tribunais Superiores e para o Judiciário em geral, que nem sempre apresentam uma *expertise* própria desse segmento da área jurídica, acaba, muitas vezes, tendo a solução desses litígios delongada, o que – digamos assim – se coloca na contramão daquilo que promete o ideário da nossa Nação, que é a Constituição Federal, que não é senão a duração razoável dos processos.

Então, tive sempre em mente que o importante não é que o processo todo tributário tramite na esfera judicial. Em vários países do mundo, há o contencioso administrativo e tributário e só se judicializa a questão jurídica tributária. Nela, sim, é importante que o Judiciário dê a sua última palavra, à luz daquilo que foi decidido por aqueles que têm maior *expertise* no âmbito tributário.

Na semana passada, quando nós decidimos que só se pode iniciar um processo de criminalização por lesão à ordem tributária depois do exaurimento da via administrativa, nós utilizamos como ônus argumentativo, muito fácil de ser veiculado, exatamente essa constatação de que a esfera administrativa é formada por economistas, técnicos em contabilidade, contabilistas, enfim, homens que têm a *expertise* necessária para lidar com a matéria fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, num exemplo muito claro, nós dissemos: o mais importante é que o Judiciário decida sobre se é juridicamente cabível que um tributo se encarte na base de cálculo de outro tributo. Se o tributo, que é o pagamento que o contribuinte faz, pode ser considerado uma receita. Isso é uma questão jurídica constitucional que merece a apreciação do Judiciário. Agora, todo trâmite tributário é muito melhor solvido na esfera em que se situam aqueles *experts* em matéria fiscal.

Então, essa foi a nossa ideia, porque a criação do contencioso administrativo e tributário com força de coisa julgada formal, permitindo a judicialização apenas da questão jurídica, vai purificar e utilizar sobremodo as soluções em matéria tributária.

Só que, no Supremo, nós temos praticamente 50% dos processos que envolvem matérias tributárias.

No âmbito das instâncias inferiores, inúmeras instâncias estão abarrotadas de processos tributários que são exatamente relegados a um segundo plano diante de questões morais, sociais que acodem ao Poder Judiciário.

Então, foi um momento de muita grandiosidade, de brasilidade em que S. Exa. o Sr. Presidente do Senado admitiu a nossa ideia de criação do contencioso administrativo tributário, que vai otimizar as soluções judiciais tributárias e vai desafogar o Poder Judiciário.

E nós fizemos questão de criar um grupo que, sem dúvida alguma, representa o *pool* da inteligência jurídica do país em matéria tributária, a começar pela nossa indicação da Ministra Regina Helena Costa.

Eu me permitiria, então, neste momento, apenas como uma demonstração de que cada um dos senhores está aí nesta Comissão por direito de conquista, porque são *experts*, apresentar a nossa Presidente, que reflete a cultura jurídica também dos membros integrantes desta Comissão.

A Ministra Regina Helena Costa é Livre-Docente em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desde 2006. Possui doutorado, em 2000; mestrado em 1992 em Direito do Estado, pela universidade. Atualmente, é professora associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde leciona Direito Tributário nos cursos de graduação e pós-graduação em direito. É professora orientadora do doutorado e mestrado, lecionando ainda como professora convidada em cursos de especialização de inúmeras instituições.

Sua especialidade nas áreas de direito tributário e direito administrativo credenciaram-na para a Presidência desta Comissão à medida que foi Procuradora do Estado de São Paulo, Procuradora da República, Juíza Federal e Desembargadora Federal.

Desde 2013, é Ministra do Superior Tribunal de Justiça, sendo notável especialista no tema, tanto que alguns livros de sua autoria são absolutamente imprescindíveis para conhecimento do tema. Cito:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Código Tributário Nacional Comentado em sua Moldura Constitucional, pela Forense, de 2021; *Curso de Direito Tributário, Constituição e Código Tributário Nacional*, 11ª edição, da Saraiva; *Imunidades Tributárias, Teoria e Análise da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*, 3ª edição, Malheiros, 2015; *Princípio da Capacidade Contributiva*, 4ª edição, São Paulo, Malheiros; e *Praticabilidade de Justiça Tributária - Exequibilidade da Lei Tributária e Direitos do Contribuinte*, 1ª edição, Malheiros, 2007.

Com essas credenciais, tenho absoluta certeza de que – o trabalho nem começou – eu já gostei, porque a excelência de tantos integrantes assim me permitam esse otimismo.

Como sou um homem que prego a espiritualidade mais elevada, suplico que Deus abençoe o trabalho de todos em prol da Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Presidente Luiz Fux, por suas palavras.

Eu gostaria de aderir, como Presidente do Senado, que o trabalho nem começou, mas, de fato, também gostei, especialmente após ler e ouvir o currículo da Ministra Regina.

De fato, não poderia estar em melhores mãos a Presidência desta Comissão e de todos os seus membros.

Quero dizer a cada um dos membros da Comissão que fiquem à disposição para sugerir à Presidência do Senado aspectos relativos à condução desta Comissão, inclusive o suporte técnico, administrativo, humano e material necessário, para o bom andamento desta Comissão de Juristas.

Vamos ouvir agora a Presidente Ministra Regina Helena Costa.

A SRA. REGINA HELENA COSTA – Muito obrigada.

Eu inicio cumprimentando a todos e desejando uma boa tarde.

Dirijo-me inicialmente, então, ao Exmo. Sr. Rodrigo Pacheco, digníssimo Presidente do Senado Federal, assim também ao Exmo. Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e demais senhoras e senhores que integram esta Comissão.

Mediante o Ato Conjunto dos Srs. Presidentes do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal n° 1, de 2022, foi instituída a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional, no prazo de 180 dias, a contar de sua instalação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cuida-se de tarefa de grande envergadura, porquanto as relações de Direito público, gênero no qual se inserem os vínculos de Direito Administrativo e de Direito Tributário, apresentam, como traço marcante, a presença de dois valores em constante tensão. De um lado, a autoridade do poder público e de outro a liberdade individual.

Outrossim, o poder público e suas diversas manifestações constituem um dos maiores litigantes do país ensejando um elevado grau de litigiosidade nessas relações, especialmente na seara judicial, o que torna morosa e mais difícil a solução de tais conflitos.

Diante desse cenário, que já é antigo, tem-se, portanto, excelente oportunidade para reflexão e apresentação de sugestões endereçadas ao aperfeiçoamento da disciplina normativa do processo administrativo nacional, bem como de temas inseridos no âmbito do chamado Direito Processual Público, com destaque para as medidas de redução de litigiosidade.

Nesse sentido, a atualização e a uniformização da legislação pertinente serão as tônicas a serem perseguidas no desenvolvimento dos trabalhos.

Eu agradeço imensamente aos Srs. Presidentes Rodrigo Pacheco e Luiz Fux a confiança em mim depositada para o desempenho de tão relevante atribuição, assim como também a confiança depositada nos demais integrantes desta Comissão, e posso asseverar que desempenharei essa tarefa com a firme convicção de que o trabalho da Comissão contribuirá para o aprimoramento do conjunto normativo relativo ao processo administrativo e ao processo tributário. Assim sendo, eu declaro instalada a Comissão de Juristas.

Vou fazer assim a suspensão desta sessão por alguns instantes, para então retornarmos apenas com os participantes e darmos início aos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Muito obrigado, Ministra Regina.

Mais uma vez, cumprimento a todos. Desejo boa sorte na condução da Comissão de Juristas e contem com a Presidência do Senado.

Minha saudação especial ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux.

Um abraço a todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Ministra, a senhora pode conduzir então, a partir daqui.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Pois não. Muito obrigada.

Muito bem.

Então, uma vez mais, quero saudar a todos e dizer que agradeço imensamente a disponibilidade e a disposição. São duas coisas diferentes, mas quando a gente as une, aí fica muito bom: a disponibilidade e a disposição de todos participarem desta Comissão, que, como já perceberam, tem um espectro muito amplo em relação ao que poderá se debruçar, os temas sobre os quais se poderá debruçar. E, então, nós temos assim bastante trabalho pela frente, embora pareça que nós tenhamos muito prazo, mas na verdade não é tanto tempo assim, tendo em vista os diversos pontos sobre os quais nós vamos trabalhar.

Embora o Presidente Rodrigo Pacheco já tenha efetuado uma brevíssima leitura da biografia de cada um dos senhores, eu vou me permitir fazê-lo novamente, muito rapidamente, apenas para que todos se conheçam bem. Então, vou fazer brevíssimas referências de cada um, porque todos são conhecidos, enfim. Mas vou começar, então, rapidamente.

Principio com o Ministro Bruno Dantas, a quem também faço uma saudação especial, nosso Ministro do Tribunal de Contas da União e também Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Também cumprimento o Dr. Carlos Henrique, que é Auditor Fiscal da Secretaria da Receita Federal, e que está representando o Dr. Julio Cesar Vieira Gomes, que é Secretário Especial da Receita Federal; o Dr. Ricardo Soriano Alencar, que é Procurador-Geral da Fazenda Nacional – também agradeço a presença –; o Dr. Valter Shuenquener, meu colega, Juiz Federal e Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, igualmente Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; o Dr. Marcus Lívio Gomes, Juiz Federal, igualmente meu colega e grande amigo de longa data, Secretário da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça, igualmente Professor da Uerj; a Dra. Patrícia Ferreira Baptista, Procuradora do Estado do Rio de Janeiro, Professora de Direito Administrativo da mesma Universidade Estadual do Rio de Janeiro; o Dr. Flávio Amaral Garcia, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Professor de Direito Administrativo da Fundação Getúlio Vargas daquele estado; a Dra. Adriana Gomes Rêgo, Conselheira e Presidente do Carf, também minha saudação; o Dr. Valter de Souza Lobato, conhecido de longa data também, Advogado e Presidente da Associação Brasileira de Direito Tributário e Professor na Universidade Federal de Minas Gerais; Dr. Alexandre Aroeira Salles, Advogado Especialista em Contencioso Administrativo e Judicial...

O SR. MARCUS LÍVIO GOMES – Ministra Regina, está mudo o seu áudio.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Aqui está liberado.

Estão me ouvindo?

O SR. LEONEL PEREIRA PITTZER – Eu ouço bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Estão me ouvindo.

Posso prosseguir? Então, vamos lá.

... o Dr. Andre Jacques Luciano Uchôa Costa, também Advogado, Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal de Minas Gerais; o Dr. Aristóteles de Queiroz Camara, Advogado, Pesquisador do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; o Dr. Caio César Farias Leôncio, Advogado, também aqui pela Fundação Getúlio Vargas de Brasília; o Dr. Gustavo Binenbojm, Advogado e Professor de Direito Administrativo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; o Dr. Leonel Pittzer, Advogado, também atuando na área de tributação e finanças públicas pela Uerj; finalmente, o Dr. Maurício Zockun, também grande amigo, Advogado e Professor de Direito Administrativo da mesma universidade que integra, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Portanto, nós temos aqui participantes de vários segmentos, com acúmulo de *expertises*, então, acredito que nós tenhamos aqui, como disse na minha brevíssima fala anterior, uma excelente oportunidade para apresentar contribuições de valia que serão submetidas, evidentemente, ao crivo do Senado Federal, no intuito de aprimorar o regramento de todas essas relações processuais no âmbito do direito do Estado, do direito público, administrativo e tributário, tanto em sede administrativa quanto em sede judicial e, até mesmo, porque o escopo da Comissão é esse, no sentido de trabalharmos e aperfeiçoarmos o regramento já existente no que tanja aos mecanismos de solução consensual, extrajudicial de conflitos nessa searas.

Pois bem, dito isso, eu vou prosseguir, dando continuidade aos nossos trabalhos. O primeiro ponto aqui seria apresentar o calendário da Comissão. Eu já tive várias reuniões preparatórias com os dois Relatores, que serão Relatores do que nós denominamos Subcomissões. Então, nós temos o Dr. Valter, que será Relator da Subcomissão de Direito Administrativo e o Dr. Marcus Lívio, que será o Relator da Subcomissão de Direito Tributário.

Então, primeiramente, nós estamos divulgando este calendário. Eu pediria... Não sei se é o Max que vai colocar para mim ou se é a Erika que está colocando. (*Pausa*.)

Pois bem, muito obrigada.

Aqui a está a pauta, o cronograma. Então, nós temos aqui, vejam só, a data de hoje, já estamos fazendo a instalação da Comissão. Muito bem.

Amanhã, já ocorrerá a primeira reunião das Subcomissões temáticas. Nesta primeira reunião, já se vai apresentar escopo, identificação de pontos controvertidos e indicação dos responsáveis por cada um dos temas. Então, esta reunião já vai ser bastante importante, porque se vai fazer a delimitação sobre o que se vai trabalhar e sobre quem serão os responsáveis por determinados temas. Eu penso que assim seja possível trabalhar com maior agilidade, com maior serenidade e, no fim, obviamente, todos terão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de examinar o que os demais, o que a outra Subcomissão também terá feito. Então, nós vamos começar dessa maneira, dividindo-nos em duas Subcomissões e imputando a cada um dos senhores ou a cada grupo de participantes essa indicação de temas.

Muito bem, depois, no dia 30, ainda neste mês, às 10h da manhã, nós vamos ter uma audiência pública. Entendemos que é importante ouvir a sociedade, ouvir representantes de órgãos e institutos, enfim, que sejam interessados nesses assuntos. Então, nós vamos ter manifestações de especialistas neste dia, a partir das 10h, com esta audiência pública.

Adiante, e isto, obviamente, corre paralelamente aos trabalhos das Subcomissões, do dia 21 de março ao dia 6 de maio, nós vamos ter a abertura e a fluência de uma consulta pública com o recebimento de propostas por *e-mail*. Então, a ideia é a de fazer isso com a maior transparência possível, de receber manifestações da sociedade, daqueles que quiserem, portanto, teremos esse período relativamente amplo de consulta pública para recebermos essas propostas.

No dia 26 de maio, nós também vamos fazer aqui uma reunião intermediária. Em 26 de maio, às 17h, apresentação das propostas aprovadas em relação a cada um dos temas, com o objetivo de votar o que será transformado em texto de projeto normativo – então, já uma reunião intermediária. E, no dia 23 de junho, a reunião... Nós estamos muito otimistas, como estão vendo, porque nós teremos prazo até agosto, mas nós estamos otimistas de poder encerrar e entregar nossa contribuição ao final do mês de junho.

Vejam que esse calendário é um calendário em que todos participarão. Então, todos nós – com a minha presença inclusive – estaremos participando. Evidentemente, o calendário de cada Subcomissão vai ser apresentado pelos respectivos Relatores, como eu já mencionei, o Dr. Valter, para o grupo de processo administrativo, Subcomissão de Processo Administrativo, e o Dr. Marcus Lívio, para a Subcomissão sobre os temas tributários, Subcomissão de Processo Tributário.

Eu também pediria à Erika que, se puder, recolocasse a tela, porque aqui eu gostaria que aparecesse o endereço eletrônico para que as pessoas pudessem enviar consulta pública. É bom que todos tenham ciência disso. Se puder recolocar. Logo abaixo do calendário que a gente acabou de ver há a indicação no que diz respeito a consultas públicas, às contribuições... Mais abaixo. Abaixo desse quadro...

Pode seguir. (*Pausa.*)

Não, abaixo. Depois desse quadro.

A SRA. ERIKA LEAL MELLO – Ministra, está logo acima.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Ah, então foi colocado aqui. É que eu tenho um texto aqui diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ERIKA LEAL MELLO – Isso. A gente alterou para ficar mais claro.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Ah, ficou melhor.

Muito obrigada, Erika.

Então, está aí. Como não é um endereço eletrônico muito fácil, eu disse que se eu ficar soletrando, vai ficar esquisito. Então, está aí, mas ele é a sigla da Comissão de Juristas Administrativos e Tributários seguido de @senado.leg.br. Então, esse será o endereço eletrônico que receberá as propostas dos cidadãos durante esse período já apontado de consulta pública.

Muito bem. Dito isto, tenham certeza de que, ao final, eu vou franquear a palavra a todos, estou apenas expondo já o que nós estabelecemos, eu e os Relatores, para direcionamento de trabalho, para que nós possamos avançar.

Primeiramente, há o escopo de trabalho da Subcomissão do Processo Tributário. Então, nós fizemos aqui uma divisão, primeiramente, em níveis legislativos, porque todos que militam no Direito Tributário sabem que nós temos essa hierarquização, nós temos, a par do que se estabelece na Constituição da República, e a disciplina constitucional é densa, como todos sabem, nós temos os níveis de lei complementar e de lei ordinária, sendo que o nível de lei complementar é extremamente importante no âmbito tributário, já que o Código Tributário Nacional tem esse *start* – somente pode ser veiculado mediante lei complementar ou alterado mediante lei complementar.

Então, o primeiro nível legislativo é esse, propostas de lei complementar, e nós estamos indicando aqui normas gerais de processo administrativo e tributário para inclusão no CTN, princípios, diretrizes, conceitos, fases, duplo grau. A ideia é... Penso que, se conseguirmos, será uma contribuição muito valiosa, uma vez que o Código Tributário Nacional, como sabem, não dedica nenhuma parte, nenhuma normatividade acerca do processo administrativo e tributário, e isso faz com que nós tenhamos muitos regimes jurídicos, mas, num país de federação, de tríplice ordem jurídico-política. Então, nós temos o estatuto federal, temos estatutos estaduais, municipais, temos municípios adotando estatuto federal, estatuto dos estados. Então, fica uma situação... Ou não adotando e adotando outro, enfim, essa seria uma grande contribuição no sentido de uniformizar, dar uma mínima uniformidade a todos esses regramentos concernentes ao processo administrativo tributário.

Também nós colocarmos aqui, nessa parte dentro de lei complementar, figurar um modelo ou um regramento mais coeso com relação às normas gerais de autocomposição tributária, ou seja, propostas e normas gerais sobre a solução consensual de controvérsia nessa seara, estimulando negociação, conciliação, mediação ou transação, e isso extensível, obviamente, à seara judicial, e a arbitragem, que muitos colocam separadamente porque temos aí um terceiro, que é chamado a disciplinar, regrar, decidir o conflito. Enfim, todos esses institutos, claro, já contêm regulamentos no ordenamento jurídico, mas aqui nossa preocupação seria apresentar uma proposta bastante coerente e unificada de como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

esses mecanismos podem atuar no âmbito tributário. Então, pensamos um *status* de lei complementar para tratar disso também e, com isso, guiar toda a legislação dos entes federativos. Essa seria a ideia também.

No âmbito da lei ordinária, em nível de lei ordinária, nós pensamos que primeiramente muito importante seria uma revisão da lei de execuções fiscais, Lei 6.830, de 1980, que todos conhecem, sabem, uma lei que é antiga, que tem muitos problemas, que já ensejou muita controvérsia judicial que nem todas foram resolvidas. E acredito que essa lei precise ser revista, quem sabe até com uma proposta ou de ajustes ou um novo diploma legal, se for possível, porque efetivamente se trata de uma categoria processual que simplesmente congestiona o Poder Judiciário no país inteiro. É pouco eficiente no que tange a resultados, é muito onerosa para a sociedade, para o Poder Judiciário, para o jurisdicionado. Então, nós gostaríamos de ter reflexões, sugestões, no intuito de aprimorar o regramento da execução fiscal.

Também aqui nos pareceu importante destacar, indicar como tópico no âmbito do processo tributário a questão da lei de custas do Poder Judiciário federal. A ideia também é estabelecer normatividade geral sobre a cobrança de custas e distribuições no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e territórios, bem como o controle de sua arrecadação. Esse é um assunto também muito antigo, está longe de ter uma solução, de ter um tratamento adequado. Portanto, como nós temos uma Comissão cujo objeto é bastante amplo, entendemos que este seria um assunto relevante a ser tratado, por isso que está indicado nesse item 2.2.

Não sei se estão acompanhando, estão com esse texto ou não? Então, seria ótimo, em vez de ficarem olhando para mim, seria muito bom colocar esse texto. Lamento, imaginei que estivessem com esse texto.

Se a Erika puder colocar, eu agradeço. (*Pausa.*)

A SRA. ERIKA LEAL MELLO – Ministra, por favor, a senhora pode repetir?

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Eu gostaria, Erika, que voltássemos ao roteiro, porque eu estou aqui lendo os tópicos, o escopo do trabalho...

A SRA. ERIKA LEAL MELLO – Certo. Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – ... e pensei que os participantes estivessem acompanhando de alguma outra forma, que tivessem já recebido esse texto. Como eles disseram que não, então a gente... Então, por favor, isso.

A SRA. ERIKA LEAL MELLO – Um minuto, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Mais abaixo. É logo abaixo, é isso mesmo. Pois não. (*Pausa.*)

A SRA. ERIKA LEAL MELLO – Um minuto, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Pois não. (*Pausa.*)

O Dr. Marcus Lívio está me informando que tudo isso será enviado aos senhores. A projeção é apenas para que acompanhem enquanto eu estou falando. Não há necessidade de maiores... Isso vai ser evidentemente, tudo, totalmente encaminhado a cada um. (*Pausa.*)

A SRA. ERIKA LEAL MELLO – Pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Pronto. Então vamos lá, Erika. É mais abaixo, então, disso. Depois do calendário. (*Pausa.*)

Isso, vamos lá para baixo. Pode começar aí, eu vou...

Então, está aparecendo aí, agora, sim, escopo do trabalho, processo tributário, aquilo que eu já mencionei, primeiramente em nível de lei complementar, normas gerais de processo administrativo tributário para inclusão no CTN, também normas gerais de autocomposição tributária, abrangendo todas as modalidades de solução de conflitos em caráter extrajudicial. Aí, no âmbito da lei ordinária. Como eu mencionava, a Lei de Execução Fiscal, não é isso? A Lei de Execução Fiscal, a proposta...

Não, agora abaixa um pouquinho, Erika. Agora você foi mais rápido do que eu, não é? Mais um pouquinho, pode abaixar um pouquinho mais, voltar um pouquinho mais. Isso, eu estava falando...

Pode parar aí. Obrigada.

Eu estava falando da Lei de Custas do Poder Judiciário Federal, também que institui em nível de lei ordinária. E finalmente, nesse âmbito da lei ordinária também, como mencionado, a proposta de revisão do Decreto 70.235, de 1972, que é o texto normativo, vejam, que orienta, ainda hoje, a disciplina do processo administrativo tributário no âmbito federal. Trata-se de um documento evidentemente antigo, vejam só, em caráter infralegal. É um mero decreto, não é nem sequer um decreto-lei.

Então, acreditamos que, embora ele já tenha sido alterado múltiplas vezes, que seria importante termos uma norma para o regramento do processo administrativo no âmbito da União, uma normatividade, uma disciplina normativa mais coerente, mais organizada do que o que se tem atualmente. Então, essas são as propostas para o processo tributário em nível de lei ordinária.

Então vamos seguir, Erika, pode passar mais para baixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos passar ao escopo de trabalho da Subcomissão de Processo Administrativo. Então, aqui o que é que nós arrolamos? Aqui a ideia é trabalhar sempre em nível de lei ordinária, porque não temos essa distinção que ocorre lá no direito tributário, com o *status* de código.

Então, aqui nós destacamos estes sete itens, que são: primeiramente, o regime jurídico do ato administrativo. Existem várias questões que podem ser aperfeiçoadas, em nosso sentir, e que obviamente serão detalhadas quando da reunião com a própria Subcomissão, o Dr. Valter presidindo. Vamos ter também silêncio da administração pública, parece-nos um tema muito importante. Não há um regramento propriamente dito, há muita discussão, há muita lição doutrinária, mas não temos um regramento. Penso que seria muito importante essa proposta, nós apresentarmos algo nesse sentido. Além do processo administrativo que está contido na lei 9.784, de 1999, também uma proposta de revisão, de aperfeiçoamento. Seria uma valiosíssima contribuição.

Adiante, também, destacamos o direito administrativo sancionador. Eu sou testemunha de quanto se debate direito administrativo sancionador no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, em vários contextos. Então, acho que seria muito importante ter essa normatividade acrescida no nosso direito positivo, uma proposta de regramento para tratar do direito administrativo sancionador no sentido de estabelecer princípios, diretrizes, definir conceitos. Acho que isso contribuiria imensamente para a segurança jurídica das relações nesse contexto da aplicação do direito sancionador em sentido amplo. Muito importante.

Também há os temas da audiência pública e da consulta pública no processo administrativo. Embora exista a disciplina, a ideia é também a de promover revisão, de poder apresentar ajustes, aperfeiçoamentos. Muito relevante.

Ainda há a análise de impacto regulatório. A ideia é a de introduzir um regramento, uma disciplina normativa sobre isso. Tema muito mais recente, portanto carente de normatividade no nosso ordenamento.

Finalmente, uma proposta de aprimoramento no que se diz como processo digital, nessa seara do processo administrativo.

Então, vejam que o escopo, tanto da Subcomissão de Processo Tributário quanto da Subcomissão de Processo Administrativo, é bastante arrojado, é bastante ousado. Acho que nós temos que aproveitar, como disse, a *expertise* e a criatividade de todos que estão aqui. São todos destacados nas suas atividades, nas suas searas. Temos que aproveitar para apresentar várias propostas bem inovadoras, coesas, fundamentadas para o Senado Federal, que obviamente decidirá o que entender a respeito. Mas acho que o importante é que partam desse grupo tão seleto importantes propostas, propostas que realmente venham a provocar reflexão, a não passarem despercebidas ou não serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas uma repetição de coisas que já foram ditas. Acho que seria muito interessante se nós conseguirmos isso, será muito bom se nós conseguirmos isso.

Adiante, eu trago aqui... E acredito que, se não todos, a maioria dos senhores já saiba a que Subcomissão pertence...

Não. A Erika subiu muito já. Pode voltar. Isso. Aí está bom.

Então, vejam lá. Primeiro a composição da Subcomissão de Processo Administrativo, que, como já disse mais uma vez, vai ser presida e relatada pelo Dr. Valter Shuenquener e dela participarão: o Dr. Gustavo Binenbojm, a Dra. Patrícia Baptista, o Prof. Maurício Zockun, o Dr. Flávio Amaral Garcia, o Dr. Alexandre Aroeira Salles e o Dr. Andre Jacques Luciano Uchôa Costa. Então, temos sete integrantes nessa Subcomissão. E, em consequência, a Subcomissão do Processo Tributário vai ser presidida e relatada pelo Dr. Marcus Lívio Gomes e terá, como participantes, o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Júlio Cesar Vieira Gomes, o Dr. Ricardo Soriano, Dra. Adriana Rego, Dr. Valter de Souza Lobato, Dr. Aristoteles de Queiroz Camara e Dr. Caio César Farias Leôncio e Dr. Leonel Pittzer.

Acredito que não tenhamos esquecido ninguém. Se, por acaso, ocorreu essa gafe, por favor, acusar, mas acredito que todos tenham sido nominados e, portanto, estão numa ou noutra dessas subcomissões.

Enfim, é claro que todo o detalhamento da dinâmica dos trabalhos vai ser desdobrado e complementado a partir da reunião que terão amanhã cada um em sua subcomissão. Então, esse andamento, a maneira de trabalhar, isso vai ser definido pelos Srs. Relatores, por delegação de minha parte, sempre no intuito de poder produzir o melhor trabalho e da melhor maneira possível.

Isso é o que eu tenho a dizer no nosso primeiro encontro. Eu gostaria, antes de encerrar, de franquear a palavra àqueles que o desejarem.

Então, agora a Erika pode tirar essa tela. A gente volta à nossa galeria.

Portanto, eu estou à disposição aqui para eventual indagação ou manifestação, se eu puder auxiliá-los em mais alguma coisa neste momento.

Então, fico aqui à disposição.

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Presidente Regina, Bruno Dantas.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Pois não.

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Eu tinha uma dúvida. Não seria endereçada a você, mas à Secretaria. A primeira etapa da instalação da Comissão, provavelmente, deve ter sido transmitida nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

canais oficiais do Supremo, do CNJ e do Senado, mas eu indago: esta reunião é transmitida ou ela é reservada a nós? Só para sabermos, também, onde estamos pisando.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Eu penso que o Dr. Marcus Lívio tem condição de responder com acuidade a essa pergunta. Sim? (*Falha no áudio.*)

A SRA. ERIKA LEAL MELLO – Eu posso interromper? (*Falha no áudio.*)

O SR. MARCUS LÍVIO GOMES – A voz do Ministro Bruno é tão empostada, que ela reverberou por alguns minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Ecoou como se fosse um... (*Risos.*)

O SR. MARCUS LÍVIO GOMES – Eu acho que a Erika pode nos dar essa informação, Ministra Regina.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Pois não.

Erika, pode nos informar?

A SRA. ERIKA LEAL MELLO – A gente está tentando resolver esse eco que está dando problema aqui.

De toda forma, acho que posso adiantar o retorno do Ministro Bruno Dantas.

Esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela... Ao vivo não, perdão, ela está sendo transmitida pela TV Senado, pelo canal da TV Senado no YouTube e a íntegra fica arquivada também, a íntegra do multimídia fica arquivada.

Então, é possível.

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Perfeito.

Presidente, então, permita-me apenas compartilhar um pouco da experiência que tenho.

Acho que pelo menos uma parte dos colegas sabe, durante mais de dez anos, eu fui servidor de carreira do Senado, Consultor Legislativo do Senado, e, nessa condição, participei de muitas comissões, inclusive uma com o Ministro Fux. Com muito êxito, escrevemos o anteprojeto do Código de Processo Civil que hoje está em vigor.

Lá em 2009, claro, sem tantos recursos tecnológicos, mas naquela época o Senado já oferecia para a Comissão a possibilidade de transmissão ao vivo das reuniões, pelo menos nos canais do próprio Senado, e houve uma deliberação da Comissão de que o ideal seria que as nossas reuniões internas não fossem transmitidas, não obstante possam ser gravadas para o fim de arquivamento e o fim de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaboração de registro histórico, porque essa transmissão ao vivo, sem qualquer crítica à transparência, mas, muitas vezes, pode causar embaraços nos debates que serão travados ao longo das próximas reuniões.

É apenas uma sugestão, não quero que essa matéria seja examinada agora, mas apenas uma provocação, uma concitação à Presidência para que reflita se, de fato, é isso que desejamos fazer, que essas reuniões sejam transmitidas em tempo real, ao vivo, porque, de fato, isso acabará em algum momento tendo consequências. Jornalistas acompanhando, a comunidade jurídica acompanhando e, muitas vezes, o ideal é que a Comissão fale pelo seu relatório que certamente, ao ser tornado público, conterá as principais intercorrências, as principais discussões que certamente serão levadas a efeito durante as nossas reuniões.

Então, apenas para reflexão da Presidência. Oportunamente isso poderá ser decidido, mas é um pouco do produto da minha experiência já de participação em Comissões desse tipo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Eu que agradeço, Ministro Bruno Dantas.

Entendo absolutamente pertinente a colocação que foi feita e, como amanhã já haverá a primeira reunião nas Subcomissões, acredito que esse tema já possa ser deliberado e depois me será trazido pelos Relatores, mas eu acredito que nessa linha que V. Exa. expõe é o que devemos fazer, quer dizer, é claro que todas as reuniões serão gravadas, mas acredito que nós possamos efetuar esse trabalho independentemente da transmissão ao vivo de todas as reuniões.

Aquilo que será mais importante vai ser, evidentemente, transmitido, as audiências públicas, isso certamente. Nós temos plena condição de garantir a publicidade de todos os trabalhos nessa medida.

Então, eu agradeço imensamente a sua observação e continuo à disposição se mais algum participante quiser fazer uso da palavra neste momento. (*Pausa.*)

Suponho que não.

Desse modo...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Estão desativando o meu som aqui.

Então, desse modo, já que não há mais ninguém, ninguém pretende mais se manifestar, pelo menos por enquanto, mas eu imagino que estejam reservando as manifestações para a partir de amanhã, muitas manifestações e muito debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou agradecer uma vez mais que tenham aceito o convite, que estejam com essa disponibilidade, porque sei que todos estão doando o seu tempo, as suas reflexões para o êxito dos trabalhos desta Comissão, para que nós possamos também, desse modo, porque todos já o fazem, mas também desse modo contribuir, ajudar o Brasil a ter uma disciplina jurídica mais aperfeiçoada, ajudar o Brasil a ter mais justiça, a ter justiça de mais qualidade. Então, façamos isso também por meio desta Comissão. Como eu disse, é uma grande oportunidade para que nós possamos uma vez mais ajudar o nosso país.

Então, agradeço imensamente. Certamente nos veremos, dentro daquele calendário, em breve.

Então, muito boa noite. Muito bom trabalho.

Obrigada.

(*Iniciada às 17 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE MODERNIZEM O PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e dois minutos do dia trinta de março de dois mil e vinte e dois, em reunião remota, sob a Presidência da Ministra Regina Helena Costa, reúne-se a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que modernizem o processo administrativo e tributário. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública - Processo Administrativo**. **Finalidade:** Destina-se a receber sugestões da sociedade civil para o aperfeiçoamento dos trabalhos da comissão. **Participantes:** José Roberto Pimenta, Procurador da República, Professor de Direito Administrativo na PUC/SP e Presidente do Instituto de Direito Administrativo Sancionador – IDASAN; Rita Tourinho, Promotora de Justiça no Estado da Bahia e Professora de Direito Administrativo na UFBA; Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Professora de Direito Administrativo na PUC/PR; Cristiana Fortini, Professora de Direito Administrativo na UFMG e Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA); Marcos Perez, Professor de Direito na USP; Paulo Modesto, Professor de Direito Administrativo na UFBA; Floriano Marques, Professor de Direito Administrativo na USP; Egon Bockmann Moreira, Professor de Direito Administrativo na UFPR; José Vicente Santos de Mendonça, Professor de Direito Administrativo na UERJ; Jacintho Arruda Câmara, Professor líder do Grupo de Regulação na PUC/SP; Alexandre Santos de Aragão, Professor de Direito Administrativo na UERJ; e Adler Anaximandro de Cruz e Alves, Advogado-Geral da União substituto e Secretário-Geral de Consultoria. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Audiência Pública - Processo Tributário**. **Finalidade:** Destina-se a receber sugestões da sociedade civil para o aperfeiçoamento dos trabalhos da comissão. **Participantes:** Heleno Torres, Professor de Direito Tributário na USP e Diretor Presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro - ABDF; Betina Treiger Grupenmacher, Professora de Direito Tributário na UFPR; Tathiane Piscitelli, Coordenadora do Núcleo de Estudos de Métodos Alternativos de Resolução de Disputas em Matéria Tributária na FGV-SP; Luis Eduardo Shoueri, Professor de Direito Tributário na USP e Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT); Cássio Scarpinella Bueno, Professor de Direito Processual Civil na PUC/SP; Renato Lopes Becho, Professor de Direito Tributário na PUC/SP; André Mendes Moreira, Professor de Direito Tributário na UFMG; Isabela Bonfá de Jesus, Professora de Direito na PUC/SP; Paulo Roberto Lyrio Pimenta, Juiz Federal e Professor de Direito Tributário na UFBA; Sérgio André Rocha, Professor de Direito na UERJ; Lucas Bevilacqua, Coordenador do Observatório da Macrolitigância Fiscal/IDP; Ricardo Almeida Ribeiro da Silva, Procurador do Município do Rio de Janeiro e Assessor Jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABARSF; e Carlos Ari Sundfeld, Professor de Direito Administrativo na FGV/SP e Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Púbico - SBDP. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito bom dia a todos!

Quero cumprimentar todos que estão participando deste evento e também todos que estão nos assistindo e declarar aberta a 2ª Reunião da Comissão de Juristas da Reforma do Processo Administrativo e Tributário, criada pelo Ato Conjunto dos Srs. Presidentes do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal nº 1, de 2022, que institui a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos e de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de receber sugestões da sociedade civil para o aperfeiçoamento dos trabalhos da Comissão.

Como forma de conferirmos mais clareza aos debates, a audiência será dividida em duas partes ao longo do dia: a primeira, das 10h ao meio-dia, tendo como foco o tema Processo Administrativo; e a segunda, das 14h às 16h, que será dedicada ao tema Processo Tributário.

É oportuno destacar que a reunião é realizada de forma remota e transmitida pelo canal da TV Senado no YouTube. Peço inclusive, a propósito disso, para que aqueles que forem se manifestar aqui nesta Comissão não deixem ligado o canal do YouTube porque isso interfere na transmissão do som pela TV Senado. Então, por favor, se estiverem logados no YouTube, saiam para poder, então, entrar na nossa reunião.

Os cidadãos interessados podem enviar suas contribuições, por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidaddania, ou pelo telefone 0800 0612211, que serão recebidas na forma de consulta pública até o dia 6 de maio de 2022. Também as perguntas... (*Falha no áudio.*)

O SR. MARCOS PEREZ – O meu áudio caiu aqui.

O SR. ALEXANDRE AROEIRA SALLES – O meu também.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Então, eu estou, portanto, destacando e enaltecendo a transparência dos trabalhos da Comissão e a importância de recebermos contribuições de toda a sociedade para que o resultado que nós possamos alcançar seja o mais legítimo e democrático possível. Por isso, exorto a todos os interessados a participarem conosco.

Muito bem, nesta audiência pública de hoje, quanto ao uso da palavra, eu primeiramente vou passar a palavra ao Relator da Subcomissão de cada tema por alguns minutos e depois, como todos os senhores já estão cientes, cada especialista terá o tempo máximo de dez minutos para expor as suas ideias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a presença de todos os integrantes da Comissão aqui presentes, igualmente das senhoras e dos senhores convidados como painelistas, para esse primeiro módulo dos trabalhos dedicado ao tema do Processo Administrativo.

Feito isso, eu vou então passar a palavra, primeiramente, ao Dr. Valter Shuenquener, que é o Relator da Subcomissão do Processo Administrativo, que é o tema da nossa manhã de hoje.

Então, passo a palavra ao Dr. Valter para aquilo que entender necessário.

Obrigada.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO – Inicialmente, bom dia a todos e a todas.

Muito obrigado, Ministra Regina Helena, Presidente da nossa Comissão de Juristas.

Eu, de maneira muito breve, gostaria de inicialmente cumprimentar todos os integrantes da Comissão de Juristas e, em especial, pela temática que será apresentada na manhã de hoje.

O Relator do Processo Administrativo Tributário é o Prof. Dr. Marcus Lívio Gomes, e os que estão na Subcomissão de Processo Administrativo são: Prof. Alexandre Aroeira Salles, Prof. Gustavo Binenbojm, Profa. Patricia Ferreira Baptista, Prof. Maurício Zockun, Prof. Flávio Amaral Garcia e Prof. Andre Jacques Luciano Uchôa Costa.

Faço também um agradecimento muito especial a todos os professores que aceitaram de imediato o convite para serem painelistas no dia de hoje. Tenho certeza de que a contribuição teórica de todos os senhores, que fazem parte – isso é preciso registrar – da elite intelectual brasileira nos temas do Processo Administrativo e do Processo Administrativo Tributário, será fundamental para o bom desenvolvimento das atividades da Comissão de Juristas criada conjuntamente pelo Senado Federal e pelo Supremo Tribunal Federal.

Todos sabemos que o Processo Administrativo brasileiro precisa urgentemente ser aprimorado. O recebimento de sugestões e o recebimento de propostas em um ambiente democrático e plural, como o desta audiência pública, contribuirá sobremaneira para o incremento da qualidade e legitimidade das propostas a serem apresentadas pela Comissão de Juristas ao Congresso Nacional.

Desejando a todos que o dia de hoje seja muito produtivo e muito enriquecedor, gostaria de devolver a palavra à Presidente da nossa Comissão para a condução dos trabalhos.

Um bom dia a todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Dr. Valter. Tenho certeza de que a relatoria da subcomissão está em excelentes mãos.

Vou passar, então, a palavra ao primeiro especialista que vamos ouvir hoje nesta manhã dedicada ao tema Processo Administrativo, Dr. José Roberto Pimenta, que é Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Procurador da República e Presidente do Instituto de Direito Administrativo Sancionador.

Com a palavra o Dr. José Alberto Pimenta, agradecendo a aceitação do convite para participação nesta audiência pública, pelo prazo de dez minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO PIMENTA – Bom dia a todos.

Minhas primeiras palavras são de agradecimento por poder participar desta audiência pública junto a esta Comissão que tem essa relevante função de aprimorar e atualizar as nossas normas gerais do processo administrativo.

Cumprimento todos os membros da Comissão na pessoa da nossa querida Presidente, Ministra do Superior Tribunal de Justiça e Professora Regina Helena, e também do Prof. Valter, nosso Relator da temática.

Cumprimento também todos os palestrantes na pessoa da nossa querida Rita, Profa. Rita, colega de Ministério Público, do Ministério Público da Bahia.

Vou segmentar a minha participação aqui com o tema do processo administrativo sancionador, na medida em que a legislação atual geral, a Lei 9.784, basicamente se dedica a um único dispositivo nessa matéria.

E me parece que, ao longo desses quase 34 anos de estado constitucional, hoje nós já temos maturidade, conhecimento e, inclusive, vivência do tema que nos permitam expandir e aperfeiçoar as normas gerais sobre o processo administrativo sancionador dentro do contexto desse futuro anteprojeto que vai tratar do tema em nível federal.

Então, parto da premissa de que o Direito Administrativo Sancionador, na atualidade, é reconhecidamente um campo relevante para efeito de tutela do interesse público, num contraponto com o Direito Penal, dentro da atividade sancionadora do Estado, de modo que, a meu ver, o anteprojeto pode seguir numa trajetória de estabelecer normas gerais sobre assuntos relevantes em matéria de Direito Administrativo Sancionador na esteira de várias legislações existentes.

Esse tipo de reforma não é uma novidade no próprio Direito brasileiro, porque o Direito brasileiro contém normas de processo administrativo geral, sobretudo em nível de estados, que trazem uma regulamentação maior, mais densa, mais extensa. E aqui eu cito, para homenagear, a legislação de São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo, de Pernambuco, do Amazonas, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro, da Bahia da Dra. Rita, do Pará, do Paraná do Prof. Egon, que trazem normas mais amplas, mais extensas sobre a matéria e podem inspirar certamente o trabalho da Comissão.

Da mesma forma, em termos de experiência mundial, nós também já temos diversas legislações que podem contribuir para essa reflexão no âmbito desta Comissão, e eu destacaria duas experiências relevantes, ambas do Direito espanhol. A primeira é a lei geral que trata do regime jurídico da instituição pública e do procedimento legislativo comum, e há também a lei específica de uma comunidade autônoma, que é uma lei geral de processo administrativo sancionador e que é muito interessante.

Também acredito que, no anteprojeto, após, vão ser lançadas as diretrizes gerais sobre dois grandes temas: sejam normas que tratam de direito material, da existência dessas competências produtivas, sejam normas que tratam da relação processual que vai ser estabelecida para a produção desse estado.

Então, acredito que é o momento de se lançar ali o conteúdo mínimo de princípios que todos nós sabemos que estão no plano constitucional, mas nada impede – pelo contrário, tudo recomenda – que, no plano infraconstitucional, essa nossa legislação geral possa trazer na medida em que isso possa encerrar ou contribuir para reduzir incertezas e controvérsias nas matérias que estão relacionadas com esses princípios constitucionais. Então, me parece, sim, que podemos pensar em uma regra geral que traga ao conteúdo desses princípios.

Do ponto de vista material, o princípio da legalidade, o princípio da tipicidade, a delimitação do princípio da culpabilidade – e aí você vê a excepcionalidade da responsabilidade objetiva –, o princípio da irretroatividade, o princípio da retroatividade da norma mais benigna – sabemos que, ao longo desse tempo, inúmeras legislações setoriais foram aprovadas em matéria de Direito Administrativo Sancionador; sabemos que hoje nós temos um problema seriíssimo de retroatividade da Lei de Improbidade Administrativa, mas nós não temos legislação geral que trate desse tema da retroatividade de forma genérica, permitindo uma melhor compreensão do tema –, normas materiais sobre a vedação ao *bis in idem*, normas materiais sobre a prescritibilidade das funções, tudo isso seria muito bem-vindo para conferir maior segurança jurídica nessa relação sancionadora entre o estado e a pessoa física ou a pessoa jurídica que vão ser sancionadas, como forma de tutelar interesses.

Também acredito que, nessa legislação geral, Exma. Ministra, nós possamos avançar também e deixar meramente aquela experiência de estabelecer um rito comum, como se vê em várias legislações estaduais gerais. Nós podemos avançar e podemos dissecar mais em termos gerais o próprio princípio do devido processo legal, essa procedimentalização, a ampla defesa e o contraditório, a boa-fé, a motivação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos também tratar do tema mais aprofundado da imparcialidade, do tema da vedação a provas ilícitas, do tema da garantia da presunção de inocência, tão importante, relacionado com o ônus da prova, do tema relacionado à segregação de funções, que é algo que está aí premente, uma demanda presente a se fazer, em termos de instrução e de julgamento desses processos sancionadores que precisam ser dirigidos para órgãos distintos, além de normas gerais sobre recursos e normas gerais, admitindo e procedimentalizando a consensualidade no campo do Direito Administrativo Sancionador.

Então, nesse tempo que me resta, eu destaco aqui alguns pontos interessantes. Por exemplo, da lei de São Paulo, eu destaco o tema necessário da disciplina de medidas cautelares; da lei de Pernambuco, eu destaco a necessidade de um capítulo para tratar do processo de execução das sanções, e não só um capítulo para a produção das sanções; da lei do Amazonas, eu destaco a participação do assessoramento jurídico de cada entidade no processo administrativo sancionador, acho isso de uma importância fundamental no Estado de direito; do Rio Grande do Norte, eu destaco a necessidade de uma melhor delimitação sobre publicidade e sigilo desse processo, já que não só a acusação, como o próprio ato sancionador produz um efeito importante na esfera jurídica que é sancionada; do Rio de Janeiro, há um capítulo magnífico que existe na lei estadual sobre dosimetria de sanções, Prof. Valter, há um capítulo magnífico da legislação estadual que pode muito bem ser espelhado e aprofundado nessa lei; da Bahia, há um tratamento cuidadoso de causas de unidade do processo administrativo sancionador, seria muito interessante de a gente ter; da lei do Pará, há o tema instigante e muito delicado das denúncias anônimas, que geram o início desse processo; e por último, da lei do Paraná, há um capítulo formidável que a lei do Paraná trouxe sobre o termo de ajustamento de conduta, que é o termo que trata da contextualidade, já que nesse momento nós estamos vivenciando um forte movimento de pragmatismo e de consequencialismo em toda a atividade administrativa, e isso se reproduz no Direito Administrativo Sancionador. Essas normas gerais desse anteprojeto certamente, em alguma medida, imagino que devam tratar desse tema do conceitualismo com muito cuidado.

Então, assim de forma muito clara e objetiva, eu imagino que, nos próximos anos, o Brasil ainda vai viver o fenômeno de despenalização e descriminalização, que ainda não viveu e que outros países já viveram, o que reforçou o Direito Administrativo Sancionador. Eu espero que, para enfrentar esse cenário futuro, nós tenhamos uma lei geral ao alcance dessa missão. E tenho a certeza de que esta Comissão terá êxito completo em cumprir essa tarefa de oferecer à sociedade brasileira um anteprojeto que possa lhe dar (*Falha no áudio.*)...

Então, eu quero agradecer novamente o convite. Para mim é uma honra poder estar aqui, ao lado de todos esses professores, renomados professores nessa matéria, também estar aqui revendo muitos desses professores e também revendo V. Exa., a quem eu devolvo a palavra, Ministra.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Nós é que agradecemos, Prof. José Roberto, por essas lições e essas chamadas, especialmente à legislação. Esse passeio pela legislação dos vários estados, com as contribuições, com os aspectos positivos, certamente nos será de muita valia. Muito obrigada pela sua participação.

Muito bem, eu vou, então, dar sequência.

E agora eu passo a palavra a Dra. Rita Tourinho, que é Promotora de Justiça do Estado da Bahia e Professora de Direito Administrativo na Universidade Federal do mesmo estado. Está com a palavra, Profa. Rita Tourinho, agradecendo, claro, uma vez mais, a aceitação do convite e relembrando-a do nosso exíguo prazo de dez minutos para manifestação.

Obrigada.

A SRA. RITA TOURINHO – Obrigada, Ministra.

Eu quero cumprimentar a todos e a todas, na pessoa da Ministra Regina Helena, e dizer que é um grande prazer estar aqui, entre grandes administrativistas, muitos amigos, inclusive; e também parabenizar por esse momento que permite uma democracia participativa. Acho que o Brasil caminha em direção a essa democracia participativa, essa democracia substancial. E momentos como este apenas refletem que isso efetivamente vem ocorrendo no nosso país.

Eu vou até deixar de me ater a alguns pontos que brilhantemente o Prof. Pimenta já colocou, até pela exiguidade do prazo.

Concordo que nós precisamos urgentemente de uma reforma da lei de processo administrativo federal – e quando nós observamos a amplitude das legislações, como elas caminharam e como ficou a lei de processo administrativo federal, isso é mais premente ainda. Eu acho que as legislações estaduais, inclusive, avançaram muito timidamente – talvez pela falta desse carro-chefe da lei de processo administrativo federal à frente dessas alterações.

Eu concordo plenamente com que o Prof. Pimenta falou com relação à necessidade da regulamentação do processo administrativo sancionador, inclusive dentro da própria lei de processo administrativo, no geral. E tenho, assim, algumas observações – eu vou deixar essa do processo administrativo sancionador para o final porque o Prof. Pimenta já fez excelentes observações –, mas algumas contribuições que eu acho importantes, alguns pontos que são de enfrentamento necessário para uma lei de processo administrativo moderna.

Primeiro, a questão da solução consensual de conflitos, que o Prof. Pimenta também traz. A administração pública pode estar à frente de conciliação, inclusive de mediação em processos administrativos. E, no termo de ajustamento de conduta, é importante que haja previsão – acho isso indispensável hoje, inclusive para estar em coerência com o próprio Código de Processo Civil, art. 126 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lindb, que traz. E inclusive até ponderamos se esse termo de ajustamento de conduta é realmente somente para prevenir ou corrigir legalidades, já que ele pode garantir também, dentro do próprio processo, uma maior eficiência da atuação administrativa e até a retirada de obscuridades – como está em consonância com o art. 26 da Lindb.

Outra coisa é a questão das regras do processo digital. O processo hoje é um processo todo digitalizado. Assim, nós temos que ter muito cuidado. Existe uma lei espanhola recente com relação à digitalização de processo que fala de que, quando se trata de pessoa física, esse processo ainda pode ser proposto em meio físico e digitalizado. E nós temos uma série de preocupações com relação, muitas vezes, à abertura de processo somente através de meios digitais. Então, isso é uma observação que eu gostaria de trazer.

Outra coisa também é a questão do negócio processual administrativo. Nós temos hoje negócios processuais atípicos do art. 190 do CPC, e eu acho que está na hora de nós pensarmos também nos negócios processuais administrativos – o Prof. Egon tem um artigo muito bom sobre isso. Isso também estaria em consonância com o art. 27, §2º, da Lindb.

Quanto à questão das audiências e consultas públicas, nós já temos uma previsão hoje na lei de processo administrativo federal. Eu acho que apenas se deve adaptar para questões digitais, mas eu acredito que, até pela questão da participação popular, poderia ser destacado um capítulo para as audiências e consultas públicas, diante da importância hoje no cenário nacional.

A questão do dever de decidir, o silêncio administrativo: vai existir alguma consequência para o silêncio? A Lei de Liberdade Econômica hoje já traz o silêncio positivo, e nós temos até uma situação interessante, porque, antes, a não decisão de processos administrativos, o não atendimento no prazo, muitas vezes levava até a uma representação de improbidade ou no Ministério Público ou na própria administração pública, o que hoje, inclusive, não é possível, pela reforma da Lei de Improbidade Administrativa.

Então, não seria o caso de se pensar em um silêncio, em uma consequência positiva, o chamado silêncio positivo, no caso de solicitações referentes a atos vinculados ampliativos de direito – é claro que isso estaria dentro de requisitos de instrução, que teriam de ser observados – e até mesmo na própria possibilidade de suspensão desse prazo em situações anômalas? A Lei de Liberdade Econômica traz situações bem interessantes, que acho que poderiam ser, sim, pensadas para a questão do processo administrativo.

Outra situação também que eu acho interessante é a questão de um capítulo que tem que falar da decisão... Na questão da fundamentação da decisão, a gente tem os arts. 20 e 21 da Lindb, mas eu acho que deve haver um esclarecimento de como devem ser decididos os processos administrativos. Nós temos uma deficiência nessa parte do processo. Eu acho que poderia ser feito um estudo, inclusive,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juntamente com o Código de Processo Civil. O art. 489 do CPC, §1º, traz o que não seria uma decisão fundamentada.

No caso do processo administrativo sancionador, Prof. Pimenta, nós temos ainda também a necessidade de individualização das sanções, que é uma prática, inclusive, que há pouco tempo foi realmente observada nos próprios processos administrativos, em processos judiciais, em processos de improbidade, que, efetivamente, até não traziam essa individualização que hoje traz a própria lei.

Também eu queria trazer um ponto aqui, que é o art. 27 da Lindb. O art. 27 fala em prejuízos anormais e em vantagens indevidas de processos, dos processos administrativos. A questão é: como é que a lei de processos administrativos federal chegará e trabalhará com esse art. 27? Simplesmente será omissa quanto a essa situação? Confesso que é um dispositivo com o qual tenho algumas dificuldades de trabalhar, mas eu trago isso aqui como ponderação também.

Com relação ao processo administrativo sancionador, eu concordo com o Prof. Pimenta. Acho que nós temos princípios específicos que devem ser observados, como o princípio da atipicidade, porque o da legalidade já é um princípio genérico. Mas há o princípio da atipicidade, o princípio da norma posterior mais benéfica, do *non bis in idem*, que também é uma questão muito importante, que é um princípio que tem que ser observado, bem como a forma de instauração, a possibilidade de representação para a instauração do processo administrativo sancionador, com observância dos requisitos. No caso de não observância dos requisitos, poderia ser rejeitado, mas lembrando também que, uma vez preenchidos os requisitos de uma representação no processo administrativo sancionador, necessariamente tem que haver essa apuração.

Há a questão das medidas cautelares. Quanto às medidas cautelares, eu abro até uma discussão mais ampla. As medidas cautelares, ou melhor, as tutelas provisórias administrativas estariam restritas ao processo administrativo sancionador? Ou eu poderia pensar em tutelas provisórias ou medidas cautelares, como queiram, administrativas para o processo administrativo federal de uma forma mais genérica? Eu acho que são pontos que, efetivamente, têm que ser enfrentados, porque, como se falou aqui, nós não podemos perder a oportunidade de enfrentamento de questões que não são tão simples, mas que necessitam efetivamente desse enfrentamento.

No processo administrativo sancionador, quanto à sindicância, no caso a sindicância investigativa, é importante que haja essa previsão. Muitas vezes, nessas representações, mesmo quando de ofício, você não tem elementos suficientes para o processo. Há uma necessidade desse processo.

Há a questão da defesa principalmente no processo administrativo sancionador, mas no processo administrativo como um todo. Nós falamos muito disso, do princípio do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, que são princípios genéricos do Direito Administrativo e do processo administrativo que não podem ser deixados de lado, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma situação também... Nós vamos aguardar esta definição se a improbidade administrativa será também apurada pela administração pública, na forma como houve a liminar recente do Supremo Tribunal Federal.

Entendo que, no caso da improbidade administrativa na forma colocada agora, necessária se fará uma atenção mais específica, mesmo porque nós estamos trabalhando com o elemento dolo no caso, não é? E lembre-se de que, na ação de improbidade, algumas vezes se fala, inclusive, em dolo específico, que não é a mesma coisa do dolo genérico, que se trabalhava anteriormente. Daí a necessidade de, avançando-se nessa situação, utilização da chamada prova emprestada, que também é um enfrentamento que vai ter que ser efetivado, enfim.

Eu trago... Inclusive quero dizer, Ministra, que eu fiz até alguns arrazoados, fiz alguns artigos, contra-arrazoados que eu posso passar, posteriormente, para a Comissão. De início, a pretensão foi trazer mesmo essas inquietações, que eu acho que não são só minhas, são de todas. Este é o momento de enfrentamento dessa questão. No que, efetivamente, nós pudermos crescer no caso do processo administrativo, e crescer até em algum momento de forma mais ousada, eu acho que ganha a administração pública, ganha a coletividade, ganha o Brasil, porque eu acho que a não judicialização, que é uma coisa que nós vimos que é tão importante, dentro dessa guerra de um processo administrativo eficiente, nós também teremos ainda essa vantagem.

Então, eu queria agradecer a todos e devolvo a palavra à Ministra Regina Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Profa. Rita Tourinho. Eu realmente estou impressionada com a quantidade e com a qualidade das ideias que V. Exa. nos trouxe aqui. Realmente é impressionante! Eu acho que essa contribuição vai ser muito, muito importante. Agradeço e espero mesmo que a senhora mande por escrito todo o material que já teria pronto para nos oportunizar. Muito obrigada.

Eu vou dar sequência, então, chamando outra professora, a Profa. Vivian Cristina Lima Lopes Valle, que é Professora Titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Agradeço também à Profa. Vivian a participação, a aceitação do convite. Sei que todos estão dispondo do seu tempo, das suas reflexões para poder participar. Agradeço-lhe uma vez mais, ressaltando também o prazo de dez minutos.

Muito obrigada.

A SRA. VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE – Inicio aqui, Sra. Ministra, agradecendo a oportunidade de poder colaborar com esta Comissão de Juristas criada para receber contribuições da sociedade civil sobre a reforma de processo. Acredito que é uma oportunidade importante de apontar, como sociedade civil e como interlocutora acadêmica, a necessidade de aperfeiçoamento da normativa federal, pelo que agradeço, em especial, o convite formulado. E, na sua pessoa, cumprimento todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais membros da Comissão também. Cumprimento os demais colegas professores, juristas e também todas as senhoras e senhores que nos assistem pela TV Senado.

Tentando ser aqui objetiva e imaginando o máximo aproveitamento deste momento, eu preparei algumas sugestões que são fruto da minha percepção enquanto Professora de Direito Administrativo e advogada, operadora do direito, atuante no processo administrativo em eixos temáticos.

Vou fazer o compartilhamento de tela para que a gente possa... Eu não tenho... Ah, está desativado o compartilhamento. Posso falar diretamente também, sem problemas, se ficar melhor.

O SR. MARCUS LÍVIO GOMES – Já está na tela.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Já está na tela. Nós estamos vendo.

A SRA. VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE – Já está na tela? Ótimo.

A proposta inicial – se puder passar, então, o primeiro eslaide...

O primeiro eixo é a administração pública digital.

Vejo como muito importante a necessidade de previsão e regulação dos processos administrativos digitais e da utilização de meios eletrônicos e de tecnologia, especialmente considerando regras de garantia de acesso universal, transparência e devido processo legal. É importante que a normativa federal olhe para as demais legislações que estão tratando, regulando tomada de decisão artificial, regulando processos eletrônicos. Essa é uma realidade que se coloca, e nós precisamos olhar com atenção a questão do acesso em especial.

Entendo ser importante que a lei trate dos processos de tomada de decisão assistidos por inteligência artificial, especialmente estabelecendo um regime jurídico que possa regrar o uso indevido da tecnologia, eventuais preconceitos e desvios.

O próximo eixo seria o da segurança jurídica.

Aqui me parece importante, assim como a Profa. Rita e o Prof. José Roberto mencionaram, a incorporação de regras de segurança jurídica previstas na Lei 13.655, de 2018, e trago também como exemplo a lei paranaense de processo administrativo. E aqui, em especial, destaquei dois pontos que me parecem importantes: a consideração das circunstâncias práticas que levam à tomada de decisão; e também a importância de a revisão, quanto à validade de ato, contrato, processo, respeitar orientações vigentes à época – isso também está na fala da Profa. Rita e do Prof. José Roberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo ser importante a nova normativa tratar da possibilidade de edição de ato administrativo normativo com efeitos vinculantes para aplicação de decisão judicial definitiva com efeitos *erga omnes*.

E ainda há necessidade de uma previsão de dever, e não de faculdade de convalidação dos atos, quando estamos tratando do regime de nulidades, lá no art. 55.

O próximo eixo é o do regime disciplinar.

Entendo como sendo bastante relevante uma... Assim com o Prof. José Roberto detalhou e fez uma explanação de toda a legislação brasileira e nos diferentes estados, entendo ser importante uma disciplina específica e diferenciadora do regime de sindicância do processo administrativo disciplinar – hoje isso não existe –, com uma definição de rito específico, com uma definição da composição dos membros da comissão processante, os requisitos e quais são suas atribuições.

Acho importante uma reflexão sobre a *reformatio in pejus*, prevista no art. 64 da lei, e as consequências aqui para o devido processo legal, entendendo que deveríamos retirar esse dispositivo da norma.

Acho importante também haver uma previsão de prazo para efeitos das consequências restritivas decorrentes da instauração de um PAD – há uma grande judicialização em relação a isso –, porque há efeitos em relação a férias, promoções, exoneração, aposentadoria. A regulação do prazo máximo em que esses efeitos podem estar vigendo é importante, e a disciplina de prazos máximos gerais dentro de um processo administrativo disciplinar.

E parece-me importante um melhor detalhamento do regime de sanções, com graduação e dosimetria definida.

O próximo eixo que me parece importante de ser pensado é o de controle e apuração de responsabilidade do gestor.

Aí, entendo importante um regramento sobre apuração de responsabilidades que traga os avanços que a Lei 13.655 pontuou no ordenamento jurídico e também que olhe um pouquinho para a normativa da improbidade, mais ou menos na esteira do que a Profa. Rita colocou. Também considero importante uma disciplina específica sobre tomada de contas especial junto ao Tribunal de Contas da União para normatizar as questões que envolvem o devido processo legal.

O eixo seguinte... No total são sete eixos, então eu estou quase... Ou eixo seguinte seria o eixo dos meios consensuais de resolução de conflitos, em que entendo importante uma disciplina, assim como a Profa. Rita pontuou, geral de celebração de termos de ajustamento de conduta, com definição de critérios mínimos para que isso aconteça. Hoje, nós temos ali diferentes normativas administrativas – e, em alguma medida, normativas que são, inclusive, conflitantes. Então, há necessidade de normas gerais estabelecendo aqui as hipóteses de consensualismo e de ajustamento de conduta. Aqui também me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parece importante uma regulação dos processos administrativos envolvendo mediação e autocomposição administrativa, trazendo um pouquinho da Lei 13.140, de 2015, numa perspectiva, inclusive, de regulação no ambiente regulatório, dos processos administrativos regulatórios.

E o último eixo seria o eixo do rito processual. Aqui, a minha sugestão, a minha contribuição seria: uma revisão do modelo de contagem de prazos para o estabelecimento de contagem de prazos em dias úteis; uma melhor disciplina da preclusão administrativa; uma previsão de comunicação de atos por meios digitais – *e-mails*, aplicativos de mensagens – com garantias mínimas, com o estabelecimento de formalidades, de modo a respeitar o devido processo legal. Há hoje uma utilização já em escala desses meios, com muito pouco regramento e certa fragilidade dos meios de defesa dentro desses processos.

Sugiro também uma alteração do art. 49 da lei para incluir responsabilidade em caso de omissão ao dever legal de decidir – a Profa. Rita apontou isso na sua fala também. Entendo importante a regulação dos efeitos da omissão na tomada de decisão administrativa, especialmente quando as decisões são benéficas – e aqui eu me alinho à Profa. Rita –, mas também nas situações em que há eventual prejuízo para os cidadãos; entendo importante um incremento no capítulo da motivação para a inclusão expressa da teoria dos motivos determinantes no regime de motivação previsto no art. 50; e considero, ainda, relevante a inclusão de uma disciplina para o incidente de falsidade documental, que já está prevista também na Lei de Processo e é relevante para o contexto da administração pública no ambiente processual.

Essas são, então, as minhas considerações gerais – e aqui poderia ser interrompido o compartilhamento da tela.

Eu procurei sistematizar em sete eixos, Ministra, com uma abordagem mais ampla, não apenas focando um determinado aspecto. O meu lugar de fala é de professora, há 25 anos, de Direito Administrativo e de advogada. Então, o meu olhar é um olhar daquele que litiga com a Fazenda Pública e encontra dificuldades no cotidiano dessa atuação.

É interessante que a Comissão é muito plural: nós temos o Ministério Público aqui representado, o Judiciário representado, a advocacia representada, a sociedade civil de maneira geral. Então, esses diferentes olhares vão, com certeza, produzir um resultado muito satisfatório.

Eu quero mais uma vez agradecer a oportunidade de estar aqui, como advogada e como professora, ao lado de colegas tão renomados, aprendendo também um pouco e escutando aquilo que está sendo proposto, e procurando contribuir aqui para o aperfeiçoamento da lei, parabenizando a Doutora e todos da Comissão.

Eu devolvo a palavra, então, e agradeço mais uma vez.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Profa. Vivian. É um prazer tê-la aqui na Comissão e a sua visão abalizada certamente irá acrescentar muito aos trabalhos da Comissão. Todos já estão percebendo que não faltam pontos sobre os quais nós teremos que refletir, no intuito de propor aperfeiçoamento a toda essa legislação.

Muito obrigada.

Eu passo então adiante e chamo mais uma professora, agora, Dra. Cristiana Fortini, que é Professora de Direito Administrativo da Universidade Federal de Minas Gerais e também Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), agradecendo a aceitação do convite, agradecendo sua colaboração, já de antemão, e recordando do prazo de dez minutos para manifestação.

Muito obrigada.

A SRA. CRISTIANA FORTINI – Obrigada, Ministra. Fico muito feliz de vê-la nos conduzindo, nos liderando, especialmente no mês da mulher. Fico realmente muito honrada de poder ser conduzida por V. Exa.

Quero também cumprimentar o Dr. Valter e meus colegas que me antecederam e que já apontaram uma série de sugestões que facilitam, obviamente, a minha exposição.

Eu quero focar em alguns pontos e ser extremamente objetiva. Quando nós falamos de processo administrativo, especialmente considerando o texto da Constituição, nós estamos falando não só em processos administrativos os quais podem gerar punições, e aí há uma necessidade óbvia de se reformular a Lei de Processo Administrativo, para que sejam incorporados todos os princípios do direito sancionador, como já expuseram os professores que me antecederam, mas nós também estamos falando em processos administrativos que são instaurados a pedido dos próprios cidadãos ou das pessoas jurídicas, que esperam um pronunciamento da administração pública. E uma das grandes mazelas que a gente percebe hoje no funcionamento da administração pública reside substancialmente nessa ausência de capacidade decisória de uma devolutiva àquilo que o cidadão postula junto à administração pública, ainda que a devolutiva seja uma rejeição ao pedido que foi formatado.

Nós precisamos avançar muito nessa matéria do dever de decidir, que foi tratada de maneira muito simplista pela Lei nº 9.784, entendendo-se também que àquela época a lei foi até onde era possível ir. Nós estávamos em 1999 e já evoluímos demais de lá para cá. Então, falar do dever de decidir, que uma vez descumprido gera uma responsabilização dos agentes públicos, é insuficiente, porque o que interessa, ao fim e ao cabo, para aquele que postula algo perante a administração pública, é uma resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos um avanço importante na Lei de Liberdade Econômica, não só na lei, mas no decreto que a regulamenta, que tentou preservar obviamente um espaço para que a administração pública, *a posteriori*, continue a fiscalizar o comportamento do particular, faça recomendações e até determine que o particular cumpra determinadas condições para o funcionamento da atividade econômica, já que é a isso que a lei se refere, e poderíamos, a partir daí, expandir esse olhar para uma regra geral de processo administrativo.

Portanto, eu acho que a gente precisaria focar neste artigo, no art.48, e no art. 49 como artigos que condensam essa matéria do dever decisório e também considerar o que diz o art. 42.

O art. 42, quando fala de pareceres vinculantes, pareceres não vinculantes, ou melhor dizendo, pareceres obrigatórios de natureza vinculante ou de natureza não vinculante, faz uma opção de paralisar o processo administrativo, o fluxo do processo administrativo no caso em que um parecer obrigatório e vinculante não seja emitido no tempo fixado para a sua deliberação. Então, o particular, que nada tem a ver com a letargia administrativa, que nada tem a ver com as dificuldades administrativas, fica à mercê de uma vontade ou fica à mercê dessas deficiências de composição administrativa porque o processo dele não vai caminhar considerando o que a lei hoje preconiza. Ela preconiza que, nesse caso do parecer obrigatório e vinculante, simplesmente se pare o processo administrativo e faz uma opção diversa para casos de pareceres obrigatórios e não vinculantes.

Ora, se os pareceres são obrigatórios, em tese, a gente poderia até cogitar que, de fato, não seria possível avançar no processo administrativo pela falta desse documento essencial, mas, se o legislador – e me parece correto – fez uma opção de que o processo vai avançar, sim, mesmo faltante o parecer obrigatório quando ele é não vinculante, o que justificaria que esse processo não avançasse no caso de pareceres obrigatórios vinculantes? O maior problema, o maior desafio não estaria na natureza vinculante ou não vinculante do parecer. Na minha avaliação, o maior desafio estaria na natureza de que o parecer é obrigatório, mas, se o legislador já avança quando é obrigatório e não vinculante, ele deveria também propor que o processo avançasse na hipótese de um parecer obrigatório e vinculante.

No que diz respeito aos acordos, que também já foram mencionados aqui pelos professores que me antecederam, nós temos que considerá-los, sejam acordos substitutivos de sanção, sejam acordos com outro viés, como institutos gerais do processo administrativo. Nós temos os acordos tratados em leis esparsas, temos os acordos inclusive referidos na Lindb, mas a Lindb fala de uma maneira geral e não avança, até porque houve veto específico no que diz respeito à questão da sanção, de maneira cristalina e de maneira textual para falar para os gestores, induzir os gestores, estimular os gestores a considerarem no seu dia a dia os acordos como uma alternativa de gestão.

É preciso municiar o administrador público de instrumentos, de ferramentas as mais diversas com as quais ele possa salvaguardar o interesse público, e o interesse público está na solução do problema, não necessariamente na aplicação de medidas unilaterais. E os problemas são das mais diversas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturezas; são sancionatórios, mas não são só sancionatórios. Pensarmos nos acordos como instrumentos gerais do processo administrativo significaria dizer para os gestores, do Oiapoque ao Chuí, que eles têm também esse ferramentão na prateleira de instrumentos a seu dispor. Isso geraria um conforto maior. As pessoas ainda têm muito receio de fazer acordos, porque ou eles estão em leis específicas ou eles residem lá na Lindb, e a Lindb soa – embora não devesse soar, embora tecnicamente não o seja – insuficiente para gerar esse ambiente de maior confiabilidade no uso.

No que toca a outros artigos específicos, eu seria até um pouco mais crítica com relação à redação de uns e outros que hoje a gente tem oferecida pela lei, a redação oferecida pela lei, e vou pontuar especificamente.

No que diz respeito ao 64, quando o 64 admite uma *reformatio in pejus*, assinalando que, na hipótese de a administração pública, diante de um recurso que a ela foi oferecido, vislumbrar que a situação pode se agravar, ela deve comunicar ao particular, no fundo, no fundo, essa comunicação já sinaliza que a administração pública vai agravar. Sabemos todos que a administração pública não emite sinais sonoros senão os já pendentes a materializar aquela decisão. E qual é o sinal? Qual é o significado disso? Um desestímulo ao recurso. O particular vai cogitar duas vezes se recorre ou não. E, se ele se sente ameaçado, de alguma forma, desestimulado a recorrer, a gente tem um problema gravíssimo, que é o de causar uma certa blindagem, um certo repúdio à participação desse cidadão na formulação, na formatação das decisões administrativas. Portanto, essa parte do 64, que, apesar de não fazer referência expressa, está, sim, consagrando a inconstitucional ideia da *reformatio in pejus*, precisaria ser decotada da lei.

A Profa. Vivian falou da questão do dever de convalidar como uma obrigação do gestor, obviamente, presentes as situações que permitem a convalidação. Portanto, alterar o 55 seria, sim, necessário – e eu diria que a alteração do 55 não pode ser sozinha, porque ela precisa casar com uma alteração do 53, porque o 53 é aquele que fala em dever de anular. Bom, evoluímos também muitíssimo para compreender que nem sempre anular é algo que acautela o interesse público. A anulação pode ser absolutamente danosa ao interesse público. E, se eu vou modificar o 55 para dizer do dever de convalidar, eu teria que também modificar o 53, para trazer tudo aquilo que a doutrina brasileira tão maravilhosamente construiu e que a jurisprudência também fala no que diz respeito a esse dever relativo de anular.

Finalmente, apenas a título de conclusão e já agradecendo a minha participação, alterar o art. 50 para tirar a palavra "quando", porque sugere que o dever de motivar só existe naquelas hipóteses que estariam ali taxativamente apresentadas.

Muito obrigada a todos; muito obrigada, Ministra, pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Agradeço, Profa. Cristiana, a contribuição. Tenho certeza de que todas essas ideias estão somando imensamente aqui às nossas reflexões. Muito obrigada.

Eu passo, então, a palavra ao Prof. Marcos Perez, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, também líder do grupo de projetos de pesquisa: Direito Administrativo da Infraestrutura e Impactos das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação no Direito Público, na mesma faculdade.

Agradeço ao Prof. Marcos Perez, a quem eu não via há muito tempo. Estou tendo o prazer de revê-lo aqui e tenho certeza de que o senhor está dispondo aí do seu tempo para nos ajudar muito.

Muito obrigada.

O SR. MARCOS PEREZ – Bem, primeiramente é um prazer, Ministra Regina, amiga, colega de muitos anos – não vou falar quantos, porque seria uma descortesia. É muito agradável, é um prazer imenso estar rodeado aqui de professores, de colegas professores e professoras, e de poder expor um pouco a respeito das minhas, digamos assim, angústias a respeito do processo administrativo, notadamente em função desse projeto de lei que se pretende redigir. Então, é uma honra, é um prazer estar aqui.

Bem, processo administrativo, sem querer reiterar o que os meus colegas e as minhas colegas disseram, é um dos pontos principais da agenda do Direito Administrativo não só no Brasil, mas no mundo. O processo tem relação direta com a segurança jurídica na perspectiva da racionalidade e da impessoalidade das decisões administrativas, como também tem relação com a agenda da qualidade da decisão administrativa incorporada àquilo que hoje se denomina boa administração ou direito à boa administração, o que nos ordenamentos europeus é um direito fundamental atualmente, o direito à boa administração.

A lei mais antiga a tratar de processo administrativo é uma lei espanhola, a Lei Azcarate, do final do século XIX, mas a lei que realmente influenciou a adoção do processo administrativo como instrumento é uma lei norte-americana, a lei de 1946, o APA (The Administrative Procedure Act) - desculpem a pronúncia.

Bem, a nossa lei, a Lei 9.784, de 1999, a se comparar com a lei americana, ela já chega com um atraso de mais de 50 anos, e, a se comparar com as primeiras leis europeias, ela já chega com um atraso de mais de 20 anos.

Enfim, há recentemente um surto, digamos assim, ou uma tendência a se editar novas leis de processo administrativo, há uma recomendação nesse sentido da OCDE, já de algum tempo, e tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

países europeus quanto a grande maioria dos nossos vizinhos na América Latina têm editado novas leis de processo administrativo.

A nossa lei, apesar de atrasada, apesar de que já ter tantos anos, é vista como uma lei que pegou pouco, mas é uma lei boa, não é uma lei ruim, a Lei 9.784 é uma boa lei. E talvez ela não tenha pegado como esperássemos que ela pegasse não pelos seus defeitos, mas por suas virtudes e pelo apego, na verdade, cultural, histórico da administração pública brasileira ao autoritarismo puro e simples.

Eu entendo que a edição de uma nova lei é bem-vinda. O aperfeiçoamento de uma lei que foi editada em 1999 é bem-vindo. Há muita novidade por aí que acho que essa nova lei pode incorporar, a atender um duplo movimento necessário: um movimento relacionado à globalização econômica... O capital global necessita de maior segurança jurídica, de maior previsibilidade nas decisões da administração, e o processo ajuda nisso. Não é por menos que a OCDE preconiza o processo administrativo como algo a ser editado pelas leis mundo afora, a ser criado e obedecido. Mas também o processo administrativo tem uma relação com uma outra globalização, que é a globalização dos direitos fundamentais, direitos fundamentais esses que necessitam de políticas públicas para a sua observância, políticas públicas que são editadas ao cabo ou em meio a decisões administrativas de alta complexidade, decisões administrativas essas que precisam de processo administrativo para serem bem tomadas.

A 9.784 tem defeitos? O que nós poderíamos dizer, além de tudo que já foi dito – e tenho grande concordância com o que as professoras e os professores disseram antes de mim; acho que foi só um professor, o Pimenta –, é que ela tem alguns defeitos. O primeiro delas, o grande defeito dela é não ser uma lei nacional. Então, nós precisamos de uma lei nacional.

Está bem, houve razões, a comissão de juristas que, na época, discutiu o anteprojeto da 9.784 tinha lá algumas visões, algumas disputas mesmo de concepção no seio daquela comissão que levaram a lei a ser uma lei somente aplicável à administração federal. Nós precisamos de uma lei nacional. Ainda que existam leis locais hoje nos estados, em alguns municípios... São quase 6 mil municípios no Brasil, e ninguém, percentualmente, segue regras mínimas de processo administrativo. Na verdade, estamos ainda na época do "fi-lo porque qui-lo" na grande maioria dos municípios brasileiros.

Então, a lei precisa ser nacional.

Em segundo lugar, ela precisa marcar com clareza a essencialidade do processo, de forma antecedente às decisões administrativas. O processo é essencial, é fundamental, é obrigatório. Ponto. Mas tem que ficar claro isso. É possível interpretar essa 9.784 nesse sentido, mas ela é quase que um poema, muito abstrata nesse ponto. É necessário marcar isso com clareza.

As normas quanto à instrução do processo e participação no processo – participação dos interessados – devem ser mais claras, mais claras, especialmente em relação aos processos mais complexos, como os processos normativos das agências reguladoras ou não, mas processos normativos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

os processos de nomogênese, de criação de norma, e os de elaboração, execução e controle de políticas públicas, no seio dos quais há decisões muito complexas sendo tomadas, e não só complexas, mas de grande impacto social e econômico.

É necessário então, em meio a essa reforma, incorporarem-se novas técnicas, como os estudos de impacto, os estudos de custo-benefício, isso no meio ali da instrução processual. A 9.784 não é atenta a isso, não é claro isso, embora possa também ser interpretada no sentido de que ela exija esse tipo de instrução processual, essa instrução mais precisa. Mas, já que queremos reformar a lei, seriam muito bem-vindas normas mais claras a respeito da instrução e a respeito da participação. Essa ideia de que a participação é facultativa, que de vez em quando há participação, de vez em quando não há, é obtusa, é anacrônica; não dá para pensar uma administração pública correta, atenta à boa administração, sem participação. Vai ser maior ou menor, a depender do caso, mas tem que haver participação, tem que haver abertura, tem que haver transparência.

As normas sobre motivação da lei são boas, mas também podem ser mais detalhadas, no meu modo de ver, de modo a ligar as disposições dessa lei com as disposições da Lindb, já mencionada aqui pela Profa. Cristiana, e com a grande evolução havida mundo afora na chamada Teoria dos Motivos Determinantes, antiga teoria lá do Direito Administrativo francês a especificar o que é erro, quando o administrador incide em erro, quando isso torna a decisão ilegal e que tipo de responsabilidade deriva disso, se há alguma responsabilidade a derivar.

As normas devem seguir – parto já para a conclusão – o modelo, no meu modo de ver, de norma quadro, as normas dessa nova lei, com relativa generalidade, permitindo, por exemplo, a adaptação de prazos e procedimentos às realidades locais. "Flexibilidade" me parece ser a palavra, dentro, porém, de um espectro de normas fundamentais das quais não se pode abrir mão: transparência, participação, instrução do processo baseada na ciência, na melhor técnica, instrução imparcial do processo e na oitiva da pluralidade dos interesses econômicos e sociais.

Eu sei que faltam alguns segundos – 15 segundos. São essas as minhas observações, Ministra Regina, meus caros e minhas caras colegas, reiterando a honra de estar junto a vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. Marcos Perez. Realmente nós nos conhecemos há muito tempo, mas, para não fazer prova contra nós mesmos, é melhor não dizer quanto. Então, realmente agradeço a sua percuciente participação, muito pontual, muito interessante. Vamos ter muita coisa sobre o que refletir, muita coisa boa sobre o que refletir pelo que estamos vendo. Muito obrigada.

Eu vou, então, passar a palavra a outro Professor de Direito Administrativo, no caso o Prof. Paulo Modesto, que também não vejo há muito tempo. É um prazer tê-lo aqui. Muito obrigada por ter aceitado o nosso convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Prof. Paulo Modesto, professor de Direito Administrativo, também da Universidade Federal da Bahia.

O SR. PAULO MODESTO – Muito obrigado, Ministra. É uma enorme alegria participar desta sessão. Agradeço o convite também ao Dr. Valter Shuenquener, que coordena os trabalhos nesta área.

É também um prazer, óbvio, reencontrar tantos amigos.

Eu tenho uma lista enorme também de coisas a falar, mas preferi focar num único tópico porque o tempo realmente é limitado. Fiz uma brevíssima apresentação aqui para focar num tópico que fosse útil e que já, de algum modo, tramita no Congresso Nacional. Eu vou focar no tema do silêncio – vi que hoje é interesse da Comissão – e esperar que isso possa atender a todos.

Bom, acho que agora finalmente entrou. Vamos lá.

Os agradecimentos já fiz.

Eu quero dizer que esse tema para mim é particularmente importante, porque eu tive a honra de participar da velha Comissão Caio Tácito, que elaborou a Lei 9.784; há, portanto, até um componente de envolvimento pessoal nisso.

O processo administrativo também é um tema de estudo constante e relevante por incluir múltiplas fontes, como todos sabem, múltiplas funções, não só de defesa, de garantia, de direção, de controle, de legitimação democrática, mas também de organização da própria estruturação da administração pública. Através dele é definido se a decisão vai ser colegiada, se a decisão vai ser mais ou menos acelerada.

Algumas lacunas do processo – e aqui vários que me antecederam já anteciparam questões que eu aqui abordo – permanecem até hoje: o tema do silêncio, que é o tema que eu pretendo aqui discutir; medidas cautelares e administrativas; regulação e emissão dos atos administrativos normativos – a lei silencia fortemente sobre isso –; o tema da simplificação; e o tema mais contemporâneo, da experimentação administrativa controlada, sobre a qual têm saído algumas decisões e algumas normas, geralmente regulamentares, mas falta uma disciplina geral em lei sobre ela – *sandboxes* regulatórios.

Essa temática do silêncio, curiosamente, tem sido sempre uma espécie de resposta preventiva à inatividade formal da administração pública, que silencia, deixa de atender aos prazos fixados, e há pouca consequência – a verdade é essa –, e fica o cidadão desprevenido e sem resposta, como aqui já foi colocado corretamente.

A resposta tradicional da ficção do silêncio negativo e positivo é uma resposta insuficiente e problemática muitas vezes, porque nem sempre é possível trabalhar com a ficção. É preciso, muitas vezes, que se faça a avaliação concreta do contexto fático e das consequências do agente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativo. A presunção pode até, muitas vezes, ser um álibi do gestor para deixar de assumir responsabilidades, de fazer uma avaliação concreta da situação a decidir.

Eu tenho proposto, nos últimos anos, a ampliação dessa técnica para incluir o que eu chamo de silêncio translativo e também ablativo, em que você tem não uma ficção pura de natureza material, mas especialmente uma técnica substitutiva processual. O agente perde o poder e perde, portanto, a possibilidade de editar um ato, e outro agente terá que editar o ato, sem, entretanto, deixar de responsabilizar o agente causador da demora, e, em alguns casos, é possível até suprimir a necessidade de manifestação daquela administração.

Como aqui foi destacado pela própria Cristiana, a norma atual da lei faz uma distinção, no caso dos pareceres, em obrigatórios vinculantes e não vinculantes; no vinculante, ela paralisa. No meu entender, não deveria paralisar, mas deveria, sim, usar a técnica do silêncio translativo, transferindo para a autoridade superior imediata a decisão da matéria administrativa. E, curiosamente, a própria lei já trata, no art. 42, §2º, de uma técnica do silêncio ablativo, porque o parecer obrigatório que não é vinculante, se é vencido o prazo, deixa de ser emitido, deixa de ser obrigatório portanto, e a administração perde a oportunidade de se manifestar.

Esse tema e essas duas novas espécies eu apresentei em dois artigos: um, em 2016, especialmente dedicado ao tema do silêncio translativo; e, depois, em 2022, agora, recentemente, no Conjur, eu apresentei uma ampliação do texto de 2016. O texto de 2016, entretanto, inspirou já um projeto de lei do Senado, o PLS 129, de 2017, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que foi aprovado já no Senado e seguiu para a Câmara, está lá desde outubro de 2019. Atualmente é o PL 5.473, que aguarda parecer. Há dois outros projetos que também tiveram curso no Congresso: o 267 e o 4.554, que basicamente fixam um prazo global para a decisão administrativa e um para a instrução. E me parece que essas normas, que já têm uma certa aceitação no Congresso Nacional, receberam já manifestação favorável pelo menos no Senado Federal, deveriam ser aproveitadas. E eu apresento aqui como sugestão minha, mas, na verdade, são texto do projeto do Dr. Anastasia, do Senador Anastasia, agora Ministro do TCU, e acrescento mais uma norma final para estabelecer um prazo para instrução, porque a Lei de Processo Administrativo da União fixa um prazo para a decisão final – 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias –, mas ela não fixou um prazo para a conclusão da instrução. Tendo em vista essa omissão... É um paradoxo: nós temos um prazo para decidir, mas não temos um prazo para concluir a avaliação para a decisão, para deixar um processo na mesa para decisão, e é isso também que cria um incentivo ao silêncio.

Como foi aqui também dito, é preciso mudar o art. 42. Se um parecer obrigatório e vinculante deixa de ser emitido no prazo fixado, em vez de paralisar simplesmente o processo, vai-se proceder à aplicação do §1º do art. 49, que eu sugiro a seguir, que é uma translação na verdade da competência de decidir:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> §1º Nos processos iniciados mediante requerimento do interessado, o silêncio após o decurso do prazo previsto no *caput* transferirá a competência [não é menos exercício; transfere a competência no concreto] para a autoridade imediatamente superior, que decidirá o processo, sempre que a lei não previr efeitos diversos, sem prejuízo da responsabilidade de quem deu causa ao atraso.
> §2º No caso do §1º, a autoridade que deveria ter decidido o processo poderá, a qualquer tempo, antes da decisão da autoridade superior, suprir a omissão. [E fica de fato evidenciada aí a omissão, porque a autoridade recebe a sinalização de que ganhou um processo novo por omissão da autoridade inferior].
> §3º A transferência de competência de que trata o §1º não afasta a necessidade de o processo ser adequadamente instruído com a realização de todas as etapas técnicas, previstas na legislação específica, anteriores à decisão [...]. [O que se fixa, entretanto, é a necessidade de se concluir isso, e isso vem em seguida depois].
> §4º Compete à autoridade superior providenciar a redação das etapas técnicas pendentes de que trata o §3º anteriormente à sua decisão final, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos fixados na legislação específica e pelos efeitos que decorrem de sua decisão.
> §5º Quando a decisão depender de manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, entidades ou autoridades, o processo seguirá para a próxima fase, sem prejuízo do disposto no §1º, mas o ato final só será considerado praticado após todas as declarações de vontade exigidas em lei.

E, por fim, nós temos a fixação de que, inexistindo disposição específica, o prazo para instrução do processo será de 60 dias, prorrogável uma vez, por igual período, por ato motivado da autoridade competente.

Esses preceitos muito singelos são um avanço. É preciso perceber que, na lei proposta, a Lei 9.784, havia uma diretriz muito clara (*Falha no áudio.*)... uma norma raiz, não uma norma código, uma norma dos conceitos básicos. E, para ser uma norma dos conceitos básicos, ela precisava ser sintética e não descer a detalhes que outras leis poderiam desdobrar.

Agradeço muito pela participação e devolvo a palavra à eminente Ministra. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. Paulo Modesto, agradeço imensamente. Esse tema do silêncio administrativo, que já tinha sido aventado por outros que o antecederam, é extremamente importante, e a Comissão tem ciência de que precisa apresentar proposta no sentido de aperfeiçoar essa disciplina. Muito obrigada!

Eu passo então, na sequência, a palavra ao Prof. Floriano de Azevedo Marques Neto, também Professor de Direito Administrativo da Universidade de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Prof. Floriano. Também faz tempo que não nos encontramos – não é? –, já que eu não fico mais em São Paulo; há alguns anos, eu fico só de passagem, só estou de passagem em São Paulo. Então, agradeço a aceitação do convite e a sua presença aqui conosco. Muito obrigada.

O SR. FLORIANO MARQUES – Ministra Regina Helena Costa – me permita chamá-la por Professora –, em sua pessoa, eu cumprimento todos aqui – só a nominata tomaria meus dez minutos. Eu fico só lamentando que essa audiência não seja presencial, porque me permitiria rever presencialmente tantos amigos e amigas que estão aqui hoje.

Eu trouxe dez pontos para serem postos como sugestão, mas falar depois de vários especialistas é, na verdade, o mesmo que tentar jogar o jogo de batalha naval com o formulário, com o papel já usado, quer dizer, não há muitos *destroyers* a derrubar, porque, para minha felicidade, muitos dos pontos que eu trouxe já foram abordados aqui e, também para minha felicidade, já foram abordados num sentido consonante com o que eu trouxe. Mas, de qualquer forma, a ponto de contribuir e reforçar alguns pontos, eu vou passar por eles, alguns talvez ainda não tenham sido ventilados, outros já foram, e eu só trago a minha concordância.

Primeiro ponto, Ministra e Profa. Regina, é que eu acho fundamental a Comissão refletir sobre a necessidade de dar à Lei de Processo Administrativo da União o caráter de uma lei nacional. Esse é um tema que ainda não foi enfrentado de maneira central pelo Supremo, foi enfrentado só de maneira tangencial, e eu acho que é hora de nós pensarmos em ter uma lei de processo administrativo nacional, que valha, nas suas normas gerais, para todos os entes da Federação. Eu vejo isso não só como útil e necessário, mas constitucionalmente adequado, porque a Constituição, no art. 22, prevê a competência da União para legislar sobre processo, e não só sobre processo civil ou processo penal, e não só sobre processo jurisdicional. Portanto, a competência que está na Constituição, a competência normativa da União, é para mim suficiente para que uma lei de processo administrativo, que é um ramo do tronco processo, seja disciplinada em lei nacional, até para resolver um problema, que é você ter mais de 5 mil entes federados e, se cada um tiver o seu regime de processo administrativo, a operação pelo administrado, a funcionalidade pelo administrado, é bastante mais limitada.

Eu faria essa prescrição de maneira objetiva no art. 1°, mudando, portanto, o conteúdo do regime do art. 1° da lei vigente, para que essa lei seja tratada como lei nacional, à semelhança de outras leis. Trago aqui o exemplo que é vivo na nossa mente – porque estamos acostumados – da Lei de Licitações, em que o que residirá para os entes subnacionais é apenas a competência subsidiária; ou disciplinar temas específicos desde que a lei contenha um dispositivo de que, na inexistência de lei estadual, distrital ou municipal, prevalece, na integralidade, a lei nacional. Primeiro ponto.

O segundo ponto, que é, na verdade, uma sugestão de atualização que já vivemos, é trazer mais amiudado, mais claro o regime de *amicus curiae* no processo administrativo. É verdade, ele já está contemplado, de certa maneira, no art. 9°, inciso II, da lei vigente, mas, desde a edição da lei, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançamos muito no regime de *amici curiae* ou de *amicus curiae*, e, em alguns processos administrativos, essa figura passa a ser bastante importante. Eu, então, como sugestão traria para a reflexão da Comissão o trazimento, ainda que com adaptações, da regra que me parece bem posta no art. 138 do Código de Processo Civil – no código já não mais novo, mas o código hoje vigente.

O terceiro ponto é concernente ao dever de decidir. Já foi tocado aqui pelos que me antecederam, mas eu retorno a ele para dizer, primeiro, que, no ponto três, é importante que você tenha fixado prazos para adoção de atos que estejam no bojo, no âmbito de um processo administrativo. E aí o paradigma que eu trago é o da lei paulista, da Lei Estadual 10.177, que é quase concomitante à lei nacional – um pouquinho antes, não é? A lei nacional é de 1999, no início, e esta lei é do final de 1998 –, prescrevendo prazos que podem ser variados conforme a vicissitude da administração, mas para a prática de atos específicos, o que já vem sendo uma tendência nas últimas leis, nas leis mais recentes. Eu acho que aqui o modelo ou a inspiração estaria no art. 32 da lei paulista, a Lei Estadual 10.177.

O quarto ponto é esse artigo que traz prazos para autuação, expedição de notificação, elaboração de informes, pareceres, decisões interlocutórias, decisões finais, etc. O quarto ponto – é difícil falar depois do Paulo Modesto, com essa belíssima exposição – é com relação aos efeitos da inação. Eu acho que é para mim muito claro que a administração pública não pode seguir sendo senhora do tempo. O administrado depende do provimento administrativo, seja aquele diretamente interessado, seja a comunidade que tem interesses reflexos atingidos pelo provimento, e a inação do poder público é muito – muito, muito! – pior do que se atribuírem efeitos positivos a esse silêncio.

O tema já foi superado, parece-me, na jurisprudência de forma definitiva, na decisão do Supremo que julgou a inconstitucionalidade ou constitucionalidade da Lei do Petróleo. E o Supremo decide, em relação ao artigo da Lei do Petróleo que prevê o silêncio positivo da ANP na omissão de analisar o pedido de autorização, pela constitucionalidade do silêncio positivo. Esse tema foi tateado pelo art. 3º, inciso IX, da Lei de Liberdade Econômica, ainda que de forma tíbia, e isso acabou esvaziado pelo modo com que o legislador o tratou.

Parece-me que atribuir efeitos positivos ao silêncio é algo fundamental para que o administrado tenha alguma previsibilidade e alguma estabilidade, no que tange, inclusive, ao princípio da celeridade constitucional no processo administrativo. Quanto mais não se chegar a um silêncio positivo, eu acho que pelo menos a regra do art. 33, de novo, da lei paulista, que diz que, não havendo provimento dentro do prazo máximo fixado, o particular pode presumir o requerimento, quando for um requerimento em que ele é interessado, como tendo sido tacitamente negado... Isso permite pelo menos o acionamento da via jurisdicional, que é o que não se quer. É o que não se quer!

Nesse sentido, o Prof. Paulo Modesto fez menção a dispositivo de projeto que tramita no Congresso e que traz solução bastante inteligente, dando efeitos positivos ao silêncio, mas permitindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a administração postule, até judicialmente, pela ampliação de prazo em casos em que isso se justifique, mas aí com o ônus da prova de que o silêncio é justificado.

O quinto ponto que eu trago é relativo a um tema – achei que o Paulo Modesto ia falar dele – que acho importante, que é o tema da decisão coordenada. O art. 49-A foi incluído na lei processual para permitir algo que é fundamental no sistema de múltiplas competências, como é o nosso, que é a decisão coordenada. Tratou já do tema, o que é um avanço, mas eu iria além, eu traria um regime semelhante ao que existe na Itália, o da *conferenza di servizi*.

Inclusive, Paulo Modesto, faço menção a um artigo que estava no anteprojeto da nova Lei Orgânica da Administração Pública há mais de dez anos e que acabou não prosseguindo, artigo esse que era de sugestão do Prof. Paulo Modesto, que compunha a comissão, e que traz um regime extremamente interessante, pelo qual, havendo multiplicidade de órgãos que têm que atuar no provimento, o órgão inicialmente provocado convoca os outros, que, se não vierem participar de um processo administrativo coordenado, passam a aceitar a decisão do órgão demandado. É uma solução existente em outros ordenamentos jurídicos, que é muito engenhosa e que permite avançar, para que o particular tenha uma decisão, e não uma miríade de decisões colidentes, o que é um problema do "caoticismo" do nosso sistema de múltiplas competências.

O sexto tema a Profa. Cristiana já trouxe, que é o tema da invalidação. Esse capítulo da lei de processo precisa ser atualizado. O art. 53 e seguintes tratam disso, mas tratam disso com uma visão de século XX. Nós precisamos trazê-la para o século XXI. Aí eu acho que o art. 21 da nova Lindb ou da Lei de Introdução atualizada pela Lei 13.655 tem que ser incorporado à lei de processo. Já seria vigente, é claro! A Lindb prevalece, é lei posterior. Mas acho que tratar disso na lei de processo tem um caráter pedagógico. E, de novo, acho que tem um tratamento melhor do que o da lei vigente atual, o que é feito pelos arts. 8 a 11 da lei paulista de processo administrativo.

O sétimo ponto diz respeito ao art. 65. Já foi falado de se revisitar o tema da *reformatio in pejus*.

Trago também uma sugestão para que, no art. 67, parágrafo único, os prazos sejam contados em dias úteis, como no Código de Processo Civil.

E faço duas menções: no art. 68, disciplinar o *bis in idem* sancionatório na esteira do que é dito pela nova Lei de Improbidade e pelo art. 22 da Lindb; e repensar o art. 69, para unificar um regime geral, porque é muito ruim essa abertura que, ao mesmo tempo que diz que existe uma lei de processo administrativo, abre margem para leis específicas que implodem o sistema de legislação processual única.

Era o que eu tinha para trazer, Profa. Regina Helena.

Muito obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Eu que agradeço, Prof. Floriano. Muito obrigada aqui pelas considerações.

Eu aproveito esta minha manifestação para dizer aos professores, para reiterar que, se assim desejarem, encaminhem por escrito essas propostas para nós, se quiserem refinar um pouco mais, especificar um pouco mais. Também àqueles que apresentaram os eslaides aqui nesta audiência, se quiserem nos enviar, que enviem ao Prof. Valter mais especificamente. Isso seria de grande valia para nós. Quer dizer, toda colaboração, toda ajuda é muito bem-vinda, porque o trabalho é grande e o tempo é curto. Então, se puderem disponibilizar textos, eslaides, todo material que tenham feito para essa manifestação, nós ficaremos agradecidos também. Muito obrigada.

Agora vou chamar o Prof. Egon Bockmann Moreira, Professor de Direito Administrativo da Universidade Federal do Paraná, cumprimentando-o e agradecendo a aceitação do convite e a sua participação aqui. Muito obrigada.

O SR. EGON BOCKMANN MOREIRA – Muito bom dia a todas e todos.

Eu agradeço imensamente o convite feito pela Ministra Regina Helena. Eu gostaria também cumprimentar o meu querido Secretário, o Prof. Valter Araújo. Para mim é uma satisfação revê-lo e participar desta Comissão.

Eu serei bastante breve. Eu vou falar rapidamente, na minha percepção ao menos, da alta qualidade da Lei 9.784 e da eventual necessidade, com o devido respeito, de serem feitas modificações pontuais nela e não uma nova lei que talvez não voe; da questão relativa ao impacto sofrido na 9.784 pelo novo Código de Processo Civil – nem tão novo, como disse o Floriano – e pela Lindb; e, ao final, eu vou trazer quatro sugestões bastante pontuais.

Parece-me, para dar início, que a Lei 9.784, de 1999, é uma lei que possui alta qualidade legislativa e dogmática; é uma lei cuja comissão... E aqui revelo um fato: havia duas comissões – uma no Ministério da Justiça, com o Ministro Nelson Jobim, e uma no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, com o Ministro Bresser Pereira –, e foi pelas mãos do Paulo Modesto que essas duas comissões foram unidas. Juntaram alguns dos principais administrativistas brasileiros de então e fizeram uma lei que é uma lei, salvo informação equivocada da minha parte, que passou por Câmara e Senado sem sequer alteração de uma vírgula, tamanha a qualidade técnica do documento legislativo, que obedece, à larga, à Lei Complementar 9.598. Ela é muito bem estruturada. Isso se deve também ao trabalho do Sr. Secretário, o nosso querido Paulo Eduardo Garrido Modesto.

Quais são as lacunas que eu consigo enxergar na lei? Nós temos uma solução que foi posta pelo art. 15 do Código de Processo Civil de 2015. Ele é expresso ao consignar aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil na ausência de normas que regulem processo administrativo. É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previsão expressa do Código de Processo Civil, ou seja, tanto para as lacunas normativas, na hipótese de novas incidências, como para as lacunas axiológicas, no caso de novas compreensões.

Então, nós já temos esse preenchimento normativo, por exemplo, no que respeita a precedentes, a decisão surpresa, a normas fundamentais, eventualmente a *amicus curiae*, ordem cronológica dos julgamentos. Isso – e aqui eu estou falando de princípio da legalidade – já está no processo administrativo brasileiro.

Em segundo lugar, eu gostaria de ressaltar aquilo que eu tenho com a incidência – que aqui não é nem supletiva nem imediata nem subsidiária –, a incidência imediata da Lindb, especialmente os arts. de 20 a 30, que foram incluídos pela Lei 13.655, de lavra originária do nosso querido Carlos Ari Sundfeld e de Floriano Marques Neto. Nós temos aqui critérios de aferição de validade de decisões administrativas em face de suas consequências e alternativas, como preceituado nos arts. 20 e 21; critérios de interpretação do ato administrativo, nos arts. 22, 23 e 24 da Lindb; competência – vou retornar a isso – discricionária negocial, no art. 26. Isso é muito importante e já foi tratado anteriormente aqui pelos professores que me antecederam. Porque é o seguinte: nós já temos esse arcabouço da 9.784, completado e expandido tanto pelo Código de Processo Civil, pela Lindb e por previsões legais expressas.

Quais seriam, nesse quadro, as minhas quatro sugestões pontuais?

À moda do art. 5º da 14.133, de 2021, a nova lei de processo administrativo, que fecha a enumeração de princípios com uma remessa expressa à Lindb, que parametriza, por conseguinte, a aplicação desses princípios, eu sugeriria, primeiro – tomando emprestado uma expressão que o meu querido José Vicente Santos de Mendonça já citou em mais de um artigo, ou seja, como no Brasil tem que ser tudo tim-tim por tim-tim, não basta haver a menção –, a inserção de um §2º no art. 2º da 9.784, transformando-se, por conseguinte, o parágrafo único em §1º, com esse §2º indicando que a ela se aplica imediatamente a Lindb e, de forma supletiva e subsidiária, o Código de Processo Civil.

Estamos reiterando previsões normativas, portanto? Sim, estamos deixando mais claro para o aplicador da lei que aquilo se aplica. Isso talvez seja mais preciso, mais específico e mais rápido do que pretender fazer um translado das previsões que podem ou não se aproveitar ao processo administrativo. Portanto, aqui nós teríamos a incorporação ainda mais expressa de um consequencialismo responsável, de normas processuais básicas, de respeito aos precedentes, de ordem cronológica dos julgamentos, de *amicus curiae*. Reitero, já existe essa previsão no art. 15 do Código de Processo Civil. Porém, ela nem sempre é lembrada. Esse é o problema. Talvez, organizando-se, por conseguinte, o art. 2º, que traz os princípios ali em parágrafo único, com um §2º, quem sabe essa questão fique mais fácil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me parece também – e isso foi tratado por mais de uma fala antes da minha – é que é importante dar melhores contornos e garantias àquilo que eu denomino de competência discricionária negocial, a discricionariedade administrativa em negócios jurídico-administrativos. E, como a Lei 9.784 é uma lei que trata, como todos nós sabemos, não só de temas processuais em sentido em estrito, mas também de temas materiais – como, por exemplo, sanções administrativas; como, por exemplo, invalidade; como, por exemplo, motivação –, esses são temas de direito material que estão incorporados à lei de processo administrativo.

Eu creio que seria interessante, se me permite, com a devida licença, fazer um dispositivo, pode ser incluído um capítulo 11-A, com um só artigo, o 50-A, com dois parágrafos e incisos, que regule, que discipline os negócios jurídicos materiais, os negócios jurídicos administrativos materiais – contratos, sanções, atos negociais, etc. – e os negócios jurídicos processuais, à luz do 190 do Código de Processo Civil, que já se aplica, porém seria interessante que fosse disciplinado no processo administrativo como isso funcionaria, inclusive por meio de uma blindagem da competência do agente que faz o negócio jurídico processual, imunizando-o quanto ao controle do mérito do negócio jurídico processual. Quem já fez negociações, quem já trabalhou em negociações sabe a diferença entre fazer um negócio e controlar um negócio. E mais: se um terceiro se imiscuir em um negócio feito, haverá um problema de *agent and principal* aqui, ou seja, a parte que negocia sabe que não está negociando com a pessoa certa, que tem que negociar com terceiro, porque a negociação feita, o dinheiro e a energia gasta aqui não servem para nada, porque há um terceiro que pode rever esse negócio.

Por conseguinte, parece-me ser de todo interessante um artigo ao menos – que pode ser aberto num capítulo 11-A, como eu já disse – que discipline a questão pertinente aos negócios jurídicos administrativos materiais e processuais.

Em terceiro lugar – isto já foi dito pela Profa. Vivian, pela Profa. Cristiana, pelo Prof. Paulo Modesto, pelo Prof. Marcos Perez, pelo Prof. Floriano, mais mares houvesse – é a questão do aperfeiçoamento ao dever de decidir. Isso, sim, daria máxima eficácia ao direito fundamental de petição. O direito de petição é o direito de protocolar petições, mas é o direito de ver o seu pedido decidido pela administração pública. Quem sabe... Eu ia falar alguma coisa, ia mencionar até o estudo do meu querido Paulo Modesto, mas ele já veio com o *menu* completo de dispositivos, inclusive já aprovados no Senado, então eu só enfatizo a necessidade de ser reforçada a questão do sistema de incentivos decorrente da transferência decisória. A transferência decisória, na verdade, impacta um estímulo para o agente para que ele decida o tempo certo; caso contrário, ele passará por uma situação vexatória de ser transferida a competência dele a um terceiro e, eventualmente, ser responsabilizado por isso.

Em quarto lugar, para encerrar, um tema que foi tratado aqui mais de uma vez: o tema da preclusão administrativa e, mais ainda, da coisa julgada administrativa. Eu acho muito importante, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

me permite, um capítulo específico que trate da autovinculação processual e material da administração pública aos seus próprios atos, porque senão se esvazia a razão do processo. A preclusão administrativa, como o Profs. Sergio Ferraz e Adilson Dallari consignam no seu *Processo Administrativo*, um belíssimo livro: a ausência de preclusão implica a *la donna è mobile qual piuma al vento* – decide-se de um jeito num dia e de outro jeito no dia seguinte. É preciso, portanto, reforçar a autovinculação processual e material da administração pública aos seus próprios atos.

Muitíssimo obrigado pela atenção. Agradeço mais uma vez imensamente o convite que me foi formulado e passo a palavra à Ministra Regina Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. Egon, que tratou de vários temas relevantíssimos.

Alguns temas, estamos percebendo, são recorrentes, o que demonstra que realmente precisam ser tratados, urge que sejam tratados, que haja reflexões sobre esses assuntos, e esse ponto da coisa julgada administrativa parece essencial – e V. Exa. mencionou –, é essencial; acho que nós não poderemos deixar de oferecer alguma contribuição nesse aspecto.

Muito obrigada.

Eu, então, prossigo passando a palavra agora ao Prof. José Vicente Santos de Mendonça, que é Professor de Direito Administrativo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e membro do Laboratório de Regulação Econômica da mesma universidade.

Agradeço ao Prof. José Vicente pelo tempo e pela disponibilidade de participar conosco no intuito de colaborar com os nossos trabalhos.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA – Agradeço o convite ao Senado e aos integrantes da Comissão, na figura de sua Presidente, a Ministra Regina Helena Costa.

Vou aqui fazer uma apresentação bastante breve.

Parece que a lei atual, fruto de uma comissão de notáveis juristas, é boa. Ela segue uma filosofia de ser uma lei-quadro, mas, como produto de seu tempo, ela pode e deve ser atualizada. Em todo caso, senhores e senhoras, sugiro que a filosofia minimalista seja mantida. É importante resistir à tentação de criar um código de processo administrativo. Teríamos aqui um monstrengo. A lei é boa, e não podemos baixar uma lei. Tudo bem. O Marcos Perez falou de um poema. Ela também não deve ser um regulamento, sob pena de ser alterada e de durar muito pouco. Então, parece-me que a Comissão... Minha sugestão geral, "metassugestão", é manter a filosofia minimalista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho, inclusive, que os problemas do processo administrativo não são tanto de redação legal quanto de governança das entidades e dos órgãos; acho que é um problema de prática. Acho que a gente poderia dizer que – perdoe-nos Otto Mayer – o processo administrativo passa, mas a prática do balcão permanece. Então, as alterações legais importam, mas são partes e resolvem apenas parte do problema.

Vou fazer aqui cinco sugestões de alterações bem pontuais dentro dessa filosofia minimalista.

Primeira sugestão: uma flexibilização de formalidades. A tônica do formalismo processual contemporâneo é um equilíbrio entre forma-garantia e forma-função. A lei fala, no art., 2°, inciso VIII, de exigir formalidades essenciais, mas, em outros legares, ainda expressa, ainda demonstra uma certa inflexibilidade. Além disso – e isso já foi falado –, as convenções dos negócios processuais são realidades na administração e vêm sendo celebradas com base em várias leis até para os processos judiciais. Sua admissibilidade no processo administrativo é pacífica, mas a lei não prevê expressamente a possibilidade. Sugestão: para deixar mais claro, puxar uma vírgula no art. 2°, inciso VIII, acrescentando: "permitidas flexibilizações casuísticas com respeito ao contraditório ou alterações operadas por convenções das partes". Essa é minha primeira sugestão.

Segunda sugestão: trânsito de técnicas processuais. Hoje há um trânsito das técnicas processuais previstas em leis de diversos procedimentos. Isso se dá entre o processo judicial e o processo administrativo; está lá, no art. 15, do CPC. Não faz sentido que as técnicas do processo administrativo não possam ser aplicadas, quando cabíveis, no processo judicial.

Terceira sugestão – essa é uma sugestão evolutiva –: processos repetitivos. Assim como no Judiciário, existem diversos processos administrativos que tratam de assuntos repetitivos, questões idênticas, pretensões similares, que podem se beneficiar de uma tramitação concentrada. A Lei 9.784 já se preocupa com isso nos arts. 7° e 8°, mas o tratamento pode ser um pouco refinado. Proposta: no art. 8°, a redação seria a seguinte. "Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, e a administração poderá instruí-los e decidi-los em bloco, aplicáveis as regras do Código de Processo Civil para a solução de casos repetitivos e de centralização de processo". Portanto, eu estou jogando as regras do CPC para o processo administrativo, porque acho que são regras boas, são uma evolução, uma construção jurisprudencial muito importante.

Quarta sugestão sobre coordenação de competências – essa eu não ouvi ninguém falando –: a coordenação de competências é hoje admitida pelo art. 49-A e seguintes, a decisão coordenada. Esses dispositivos, no entanto, parecem estar em relativa tensão com os arts. 11 a 17 da lei, que tratam de delegação e avocação de competências. Também não parecem fazer sentido algumas limitações na transferência das competências, como para atos normativos – uma coisa que já é feita no Judiciário, e já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

existem no Executivo, por exemplo, regulamentos conjuntos das agências reguladoras –, e também da competência recursal, o que pode mudar até por interações cooperativas entre as instâncias recursais.

Proposta: "Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação, avocação e coordenação legalmente admitidos".

Segunda proposta: revogação dos incisos I e II do art. 13, que fala da impossibilidade de se delegar competência normativa e de decisão de recurso administrativo. Já acontece. Precisa a lei acolher a realidade.

Processos normativos, minha última sugestão. A lei não prevê o conceito de processo administrativo, não foi uma preocupação da lei diferenciar processo administrativo em, no mínimo, duas espécies: processo subjetivo e processo, digamos, normativo objetivo, de construção de normas. Não existem ali, claramente, interessados ou sujeitos. A ausência dessa distinção poderia fazer sentido no momento da elaboração da Lei 9.784, de 1999, em que era outro o momento do poder normativo do Executivo – o momento atual é bastante distinto, senhoras e senhores. Normas recentes, como a Lei da Liberdade Econômica, as alterações da Lindb, o decreto da Análise de Impacto Regulatório, o decreto da Avaliação de Resultado Regulatório, vêm tratando de etapas desse processo administrativo normativo, buscando seu aprimoramento. É relevante que a lei mãe, vamos chamar assim, restrinja explicitamente sua aplicação nos processos de natureza objetiva e normativa, com a finalidade de deixar claro que a sua aplicação a esses processos é apenas no que for com eles compatível. Pode dar problema. Esses processos normativos têm uma dinâmica, uma lógica muito própria, de construção de regulamento, enfim, processos objetivos.

Proposta de inclusão no art. 1° da lei de um §3°: "Os preceitos desta lei se aplicam, no que couber, aos processos administrativos de natureza objetiva e normativa".

São propostas bem pontuais. Talvez a minha maior sugestão seja... Veja, muitas das sugestões que foram tratadas aqui já constam de outras normas. Acho que, talvez, exista um elemento simbólico de repeti-las numa lei de processo administrativo, mas a minha sensação é a de que menos é mais, de que a gente pode ajustar, alterar, fazer pequenas alterações que terão um impacto significativo.

A Lei do Processo Administrativo Federal é uma lei, como o Egon falou – aliás, Egon, esse tim-tim por tim-tim é do Seabra Fagundes, num artigo que comentava a Constituição de 88. Infelizmente não é frase minha –, que sofreu poucas alterações. Eu tenho um artigo com uma doutoranda em que a gente mostra isto, a Dr. Ana Calil: sofreu pouquíssimas alterações, uma alteração desde 1999. Teve uma alteração para colocar a prioridade do idoso, teve uma outra de que eu não me lembro e teve essa agora da decisão administrativa coordenada. Então, assim, a lei vem seguindo incólume. Ela foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovada com quase nenhuma alteração, nenhuma alteração – o Egon mencionou – e também foi objeto de poucas alterações até hoje. É uma lei, então, que vem resistindo ao teste do tempo.

As minhas sugestões são de alterações pontuais para incorporar negócio processual, remeter ao CPC, falar sobre resolver algumas inconsistências internas, mas não ousaria elaborar um código de processo administrativo incorporando muita coisa além do que já consta. Acho que realmente não é para ser um poema, mas também acho que não é para ser um regulamento, porque vai ter a dignidade normativa de um regulamento, vai ter que ser alterada daqui a um, dois anos. Não vai durar de 1999 a 2022 com duas ou três alterações.

Muito obrigado pela oportunidade. Saúdo aí os integrantes e devolvo a palavra a nossa ilustre Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. José Vicente. Agradeço. Suas ideias se contrapõem em parte a ideias que foram anteriormente apresentadas, é disso que nós precisamos, nós precisamos dessa pluralidade, dessa diversidade de ideias, porque isso só enriquece o debate e a reflexão. Muito obrigada.

Agora, então, passo a palavra ao Prof. Jacintho Arruda Câmara, também meu colega da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor de Direito Administrativo, líder do Grupo de Regulação na mesma universidade.

Professor Jacintho, muito obrigada, seja bem-vindo aqui a nossa audiência. Agradeço a sua participação.

O SR. JACINTHO ARRUDA CÂMARA – Obrigado, Ministra Regina Helena Costa, pelo convite. Gostaria também de agradecer aos membros da Comissão e compartilhar uma certa angústia que foi me gerando o passar do tempo, porque acho que depois de mim só há o Prof. Alexandre Aragão, e praticamente todos os assuntos foram abordados, e ainda mais falar para uma Comissão tão qualificada quanto esta, a impressão que dá é que a gente vai ficar falando chovendo no molhado.

Eu selecionei dois assuntos apenas. Vou até divergir um pouco do meu amigo e colega José Vicente de Mendonça, embora o diagnóstico seja o mesmo, em relação ao tema do processo administrativo de caráter normativo. Esse é um assunto que realmente discrepa do atual roteiro da Lei do Processo Administrativo Federal, mas é um tema comum na legislação de processo administrativo de outros países. E é um assunto, como o Prof. José Vicente de Mendonça ressaltou, com suas particularidades, é um assunto relevantíssimo, é assunto que toca também interesses legítimos. A lei atual, na parte de instrução, menciona instrumentos que têm sido adotados para auxiliar na procedimentalização da criação de normas pela administração pública – a questão da consulta pública e da audiência pública como faculdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Prof. Marcos Perez mencionou que deveria haver essa mudança para deixar de ser uma faculdade e passar a ser um dever. Aí eu compartilho da preocupação que o Prof. José Vicente de Mendonça levantou, de ser difícil tratar desse tema, talvez para o nível mais geral, com uma decisão só. Então, a minha sugestão é, no sentido contrário ao dele, não de deixar de lado e dizer que não se aplica, mas de trazer para a Lei de Processo Administrativo um capítulo sobre procedimento normativo, disciplinando, com aquilo que lhe for próprio, o interesse, por exemplo, de agir, de atuar nesse processo. Eu também sou um defensor do minimalismo legal, mas aqui nesse tema, especificamente, eu acho que vale a pena gastar tinta legislativa para padronizar essa produção normativa da administração pública.

Lembrando que, no nível federal, já existem regras relevantíssimas aplicáveis para as agências reguladoras, falando do estudo de impacto regulatório... Talvez seja possível, com esta Comissão, aperfeiçoar o tratamento que foi dado à matéria, dando um pouco mais de teor normativo e a previsibilidade para a administração, para saber quando será necessária ou não a elaboração desse estudo de impacto regulatório, porque a produção normativa, como bem acentuado também aqui há pouco, não está concentrada nas agências reguladoras; ela está concentrada no Chefe do Executivo. Ela está dispersa para várias entidades da administração de nível federal, enfim, e, se a lei tiver a pretensão de ser uma lei nacional, isso pode gerar efeitos muito positivos para toda a administração pública.

Então, a minha sugestão é a de que se reflita a respeito desse assunto do procedimento de produção de normas. Ele é maltratado na atual legislação, ele é omitido da atual legislação. Só com um certo esforço de interpretação é possível puxar alguma coisa da lei atual para tornar exigíveis algumas garantias de manifestação, de processo, o devido processo legal no campo da produção normativa, que hoje em dia é muito relevante no âmbito da administração pública. Em termos de número, é infinitamente superior à produção normativa do Congresso Nacional e dos Poderes Legislativos. Eu ousaria dizer que, em termos de efetividade, tende a ser também amplamente superior. E acredito que um capítulo que venha a tratar desse assunto, com base nas boas referências que hoje existem no direito positivo inclusive, em regulamentos de agências reguladoras, em normas que foram lembradas aqui, leis inclusive, lei da liberdade econômica, projeto de lei que está em tramitação no Congresso Nacional que, de alguma forma, aborda esse assunto. Acredito que isso seria um ganho para o produto final.

Um outro tema para o qual eu gostaria de chamar a atenção está relacionado à segurança jurídica e está relacionado à estabilização das decisões da administração pública, e nas leis, de um modo geral, costuma ser tratado de maneira muito breve, que é o tema da fixação de prazo para a estabilização das decisões administrativas. E a lei atual tem um dispositivo que trata do tema como decadência de cinco anos para os atos que sejam ampliativos de direito, se houver boa-fé. Existe, vamos dizer assim, uma omissão talvez deliberada do legislador para as outras situações, situações em que não sejam necessariamente ampliativas de direito. E aí há uma dificuldade interpretativa, porque as decisões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativas não são maniqueístas; elas às vezes ampliam o direito de um, prejudicam o direito de outro, enfim, há uma dificuldade de interpretação. Acho que o tema precisaria ser tratado com mais detalhamento, situações inclusive relacionadas a processo sancionador, e aí acredito que a Comissão terá certamente essa incumbência. Se for adotada ideia de incluir regras de processo sancionador, é importante trazer para a lei do processo a previsão de que há uma lei específica sobre prescrição do poder punitivo da administração pública federal. Isso também deve ser casado com uma eventual nacionalização dessas regras.

Eu chamaria a atenção também para um aspecto que é importante levar em conta: o direito comparado. Aqui no Brasil, cria-se um discurso, cultiva-se um discurso de que a fixação de regras de prescrição é a fixação de regras que inibem poderes da administração pública ou que inibem o controle da administração pública; como se, na inexistência de prazo, a possibilidade de revisibilidade fosse algo tolerável em sociedades minimamente civilizadas. A sugestão que eu faço é que se compare com países que tratam dessa matéria para saber se há a possibilidade jurídica de assuntos já sedimentados por decisões administrativas há décadas serem objetos de revisão pela própria administração pública.

Nós agora estamos vivendo ciclos. Esse ciclo do final dos anos 90 iniciou várias etapas novas, que agora estão sendo postas em teste. Uma delas são os contratos de longo prazo, os contratos de concessão. É impressionante que o número... Tenho certeza de que todo mundo aqui que tem atuação prática, seja na advocacia pública, seja na advocacia privada, deve estar com vários casos de reinterpretação e releitura de contratos assinados há 20, 25 anos, pela própria administração. Isso dá espaço para que o contratado também deixe de respeitar o que foi pactuado. Enfim, como se trata de ato jurídico que tem vigência muito prolongada no tempo, essa revisibilidade constante é muito prejudicial para o clima de segurança jurídica. Aquilo que foi interpretado na hora de assinar o contrato não vale mais na hora de concluir o contrato e de se fazer uma conta de chegada.

Acho que seria bastante relevante meditar sobre esse assunto e gastar também a habilidade de todo mundo para ver qual é a melhor decisão para o interesse público, de estabilização daquilo que foi pactuado, daquilo que foi decidido. Deem uma olhada, por exemplo, no sistema jurídico francês e quanto tempo se dispõe para questionar uma norma contratual. Não passa de seis meses. E isso não é porque o pessoal lá... É porque não é bom para o interesse público esse clima de instabilidade.

Muito obrigado. Para mim, foi uma alegria imensa ouvi-los e rever vários amigos que há muito tempo eu não via.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. Jacintho, pela sua contribuição muito, muito valiosa para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo, então, a palavra agora ao Prof. Alexandre Santos de Aragão, que é professor de Direito Administrativo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, enaltecendo o privilégio de tê-lo aqui conosco, a sua participação e a sua disponibilidade.

Muito obrigada.

O SR. ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO – Muito obrigado, Ministra Regina Helena.

Quero agradecer à senhora, agradecer ao Prof. Valter Shuenquener pelo convite, e fazer aqui algumas breves considerações. Alguns temas naturalmente já foram tratados, mas sobre alguns outros eu vou tentar trazer uma perspectiva de algumas cautelas que eu acho que podem ser tomadas e algumas reflexões para serem feitas não necessariamente já como opinião minha preconcebida, mas apenas como reflexões.

Primeiro, eu acho que sobre a lei do processo administrativo federal atual realmente seria bom ela se tornar expressamente uma lei nacional e ela também apreciar até que ponto ela seria uma consolidação de outras leis, até que ponto ela poderia trazer para o seu conteúdo leis esparsas, leis específicas – refletir sobre isso.

Dependendo do nível de exigências procedimentais que se coloque nessa reforma, eu acho que também pode se refletir sobre algum experimentalismo dessas novas normas, como, por exemplo, elas se destinando apenas a entes maiores, como algumas leis já fazem; por exemplo, na PPP, os municípios pequenos não estão sujeitos a determinadas regras. Há algumas leis nesse sentido.

Muitas vezes, nós imaginamos, nós estamos pensando na lei pensando na União e nos nossos estados, só que há municípios muito pequenos, muito desestruturados, há estados mesmo da Federação pequenos e desestruturados. Então, talvez ela pudesse ter algum mecanismo de experimentalismo só para os grandes entes em algumas matérias. Por exemplo, eu concordo plenamente com o Jacintho no sentido de que, na matéria de processo administrativo normativo, deve se colocar um capítulo minimalista sobre o tema, mas colocar um capítulo sobre o tema. E aqui vai ser um grande desafio não só para os entes menores como para colocar esse limite ao chefe do Executivo, que, por enquanto, ao contrário das agências reguladoras, os ministros e todos os entes da Federação estão completamente livres para editar os decretos que quiserem, sem maiores procedimentos a seguir.

Eu queria também tratar de alguns temas que eu acho que merecem uma disciplina, como as medidas cautelares administrativas, reforçar isso. Por exemplo, é espantoso que a intervenção em concessões de serviços públicos não demande nenhum prévio – pelo menos, pela jurisprudência – contraditório. Uma medida tão interventiva assim ser tomada sem nenhum contraditório é realmente espantoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A contagem do prazo de consolidação, por exemplo, de um termo aditivo apenas após o fim do prazo do contrato principal – vai começar a contar a partir dali, não a partir do termo aditivo – é uma questão que pode também ser resolvida.

Aqui eu queria colocar duas cautelas. As primeiras considerações que eu fiz foram do ponto de vista mais da proteção do administrado, e agora eu queria colocar aqui duas considerações de proteção não necessariamente do administrado. Coloco aqui um pouco uma outra visão, talvez usando o meu lado do cérebro de Procurador do estado. É o seguinte. Muitas vezes a gente conversando, às vezes até a imprensa, quando fala da administração, fala do gestor. Eu vejo muito isso em responsabilidade civil do Estado. "Não, então o Estado vai pagar. E esse gestor aí que fez a besteira também vai ver agora". Na verdade, no pagamento dessa sentença que está condenando o Estado, provavelmente esse gestor ainda vai estar até morto ou aposentado, ou o Governador já vai ter deixado de ser Governador há décadas. Então, quem vai pagar não é o gestor. Quanto a isso, em silêncio administrativo, eu sinto muito, eu acho que a intervenção no Paulo Modesto foi muito feliz.

E aqui eu trago uma visão de Direito Administrativo multipolar – o Floriano aí é professor de todos nós –, junto com a doutrina portuguesa, alemã. O silêncio administrativo não é assim: "Ah, o Estado não se pronunciou, então também agora é silêncio positivo, particular. Coitado daquele particular, vai ter o seu ato deferido", como se o problema fosse entre aquele particular pormenorizadamente considerado e o Estado e o gestor, mas não é, ainda mais num Direito Administrativo multipolar, que tem toda a sociedade envolvida, tem o vizinho, tem o bairro. Então, por exemplo, uma licença urbanística deferida por silêncio administrativo pode afetar a vida do bairro, pode afetar a vida dos vizinhos. Então, algum procedimento de chamamento ao processo talvez de possíveis interessados naquele silêncio administrativo poderia ser uma medida que acautelaria isso, porque realmente os riscos de decisões administrativas por silêncio administrativo são gigantescos, e eu acho que a gente tem que tirar um pouco da cabeça essa questão de: "Ah, o Estado não falou, então também vamos nos vingar do Estado. Vamos dar o silêncio administrativo". Se o problema fosse só para o Estado, para o agente público, seria ótimo, mas muitos atos administrativos não dizem respeito só ao Estado e ao particular requerente; diz respeito à sociedade como um todo.

Eu diria a mesma coisa em relação à consensualização, como se a consensualização fosse uma matéria apenas entre o Estado e o particular, e muitas vezes esse ato consensual vai afetar toda a sociedade. Então, no ponto de vista do Direito Administrativo multipolar, o silêncio administrativo e a consensualização têm que estar considerados também. E aqui, trazendo o princípio da realidade, do Prof. Diogo de Figueiredo Moreira Neto, a gente tem que ver que, muitas vezes, a administração não está equipada para atuar com tanta rapidez. Pode haver matérias técnicas em que ela tenha que contratar alguém, por dispensa, por urgência, para dar um laudo para ela. Toda grande organização – até organizações empresariais privadas, mas de tamanho gigantesco – tem dificuldade nos seus trâmites

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internos, ainda mais a administração, que está sujeita a tantos limites procedimentais, contratuais, licitatórios, de concursos públicos, etc.

Outra questão, aqui dentro do princípio da realidade, é que, da mesma forma que nós não podemos pressupor patologias no uso de consensualização, de silêncio administrativo, nós também não podemos pressupor que só agentes públicos probos e agentes empresariais éticos, bem-intencionados vão estar interessados nesses silêncios administrativos e nessas consensualizações administrativas. A história brasileira mostra o quão perversa e mal-intencionada, de parte à parte, é... Muitas vezes, atos administrativos consensuais, inclusive como termos aditivos, foram praticados por agentes privados e por agentes públicos. Então, nós estamos num país em que o nível de malversação do interesse público é elevado; nós também não podemos abstrair essa realidade.

Então, cautelas têm que ser feitas, eu acho, diante desses dois fatos, tanto de um Direito Administrativo multipolar – em que a consensualização e o silêncio administrativo estão longe de implicar apenas os administradores públicos e os particulares, individualmente considerados, que requereram determinada atitude –, como de uma administração que, muitas vezes, estruturalmente, juridicamente, não tem condições de agir tão rapidamente quanto se desejaria. E também, como afirma um relatório que o Departamento do Estado norte-americano, ainda da época do Governo Bill Clinton, fez sobre o Brasil, o Brasil tem uma corrupção endêmica. Então, nós devemos estar cientes dessas realidades ao tratar desses novos e alvissareiros institutos do Direito Administrativo, que têm que lidar talvez, infelizmente, com essa realidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. Alexandre, pelas suas pontuais observações e também por trazer essa visão do outro lado, como se diz, a visão do Estado, dos bastidores do Estado. Eu também fui Procuradora de Estado por muitos anos, e acho importante que essa visão seja colocada também, como as demais. Muito obrigada pela sua participação.

Eu, então, agora passarei a palavra ao último dos nossos palestrantes aqui, se é que se pode dizer que dez minutos é uma palestra, mas, enfim. Nos dias de hoje, em que a velocidade é respeitada e há limites de velocidade para tudo – aqui também –; então, nós vamos passar a palavra agora ao Dr. Adler Anaximandro de Cruz e Alves, que é Advogado-Geral da União Substituto, agradecendo a sua presença e a possibilidade de participação na contribuição aqui para os nossos trabalhos. Muito obrigada.

O SR. ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES – Boa tarde a todos.

Eu queria saudar a Ministra Regina Helena Costa, agradecer pelo convite, e agradecer ao Secretário Valter Shuenquener por ter sensibilizado a Advocacia-Geral da União a poder contribuir com esse debate. Eu costumo dizer, Ministra, que a Advocacia-Geral da União – e eu disse isso na semana passada no Fórum Permanente de Processualistas Civis – tem a felicidade de ser um importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

laboratório para processo civil e para processo administrativo, não é? Aqui, por conta da nossa competência constitucional, nós atuamos, tanto na assessoria e na consultoria jurídica das entidades, ministérios, autarquias no que pertine ao processo administrativo, como atuamos também na representação judicial – quando, muitas das vezes, falhas nesses processos administrativos são levadas ao conhecimento do Poder Judiciário. Então, nós conseguimos aqui, de certa forma, ter uma visão privilegiada sobre o que, no processo administrativo, pode funcionar e o que não pode funcionar.

Então, eu queria saudar a senhora, agradecer o convite e saudar todos os palestrantes. Foi extremamente enriquecedor aprender com cada um de vocês. E cumprimento todos os palestrantes, na pessoa da minha querida Profa. Cristiana Fortini, que me deu aula no início da carreira lá na Universidade Federal de Minas Gerais.

Eu queria começar minha exposição fazendo esta menção de que o olhar que eu trago aqui à Comissão é a prática que a AGU tem em relação a esse tema. Eu gostei muito da forma como os painelistas colocaram a realidade dual, de tratar o processo administrativo pela ótica normativa e pela ótica subjetiva. Mas aí eu vou pedir todas as vênias possíveis à academia: nós aqui na AGU tratamos o processo administrativo com uma outra taxonomia, não é? Nós aqui costumamos dividir os processos administrativos em sancionadores, em processos administrativos regulatórios, em processos administrativos de supervisão e em processos administrativos de solicitação. Estes, de solicitação, são aqueles processos basicamente em que o administrado vem, perante a administração, requerer algum tipo de benefício ou algum nível de licença, e esse é um processo que, dentro da nossa experiência, é o que mais leva a conflitos judiciais. Então, para cada um desses pontos desses processos – pedindo novamente vênia à academia pela forma como nós aqui na AGU resolvemos catalogar esses processos, para dar certa fluidez de interpretação a cada um desses ramos –, eu gostaria de chamar a atenção para como foram classificados aqui pela própria Advocacia-Geral da União.

Especialmente em relação ao processo administrativo regulador – e aqui eu faço um parêntese só para diferenciá-lo de por que não o chamamos de processo administrativo normativo, não é? –, nós chamamos aqui na administração pública federal o processo administrativo normativo de "processo comum de confecção de atos", sejam portarias, minutas de decretos, minutas de projeto de lei. Então, esses atos podem ou não ter um caráter regulador. Por isso, a gente o chama especificamente de processo administrativo regulador.

E aí, nesse aspecto específico, Ministra, eu chamo atenção para – assim como a banca que já chamou a atenção – a existência da Lei 13.874, que é a Lei da Liberdade Econômica, que, em seus arts. 4º e 5º, já faz algum nível de dimensão a procedimentos que devem ser observados e adotados pela administração pública quando da sua atividade regulatória.

Esse é um ponto extremamente importante, eu acho que qualquer evolução do texto da lei do processo administrativo precisa trazer em si uma consonância com o que já está na Lei de Liberdade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Econômica, seja ressalvando a aplicabilidade dessa lei que se tornaria especial, seja tratando a matéria de uma forma mais ampla para que não haja nenhum tipo de antinomia entre uma novel legislação e a Lei de Liberdade Econômica, não é?

Na questão propriamente do poder do processo administrativo de supervisão, eu faço coro aqui com os demais professores no sentido de que é importante tratarmos de questões cautelares e medidas que possam ser tomadas de antemão, uma vez que a administração tenha que agir na supervisão de hábitos. E isso é muito comum no Banco Central do Brasil, na Comissão de Valores Mobiliários. A supervisão demanda que, muitas das vezes, para que haja uma proteção de todo o sistema, medidas cautelares precisem ser tomadas em prol do interesse público. A supervisão tem essa especificidade.

Então, a Lei de Processo Administrativo... Quando esta Comissão aqui se debruçar sobre eventualmente a tratativa de medidas cautelares, é importante a gente ter atenção focada na questão do processo administrativo de supervisão, porque é um processo com algum grau de especificidade, e ele requer, muitas das vezes, atuações cautelares em detrimento do particular, para a manutenção da higidez de um sistema, não é? Isso é muito comum no sistema financeiro, isso é muito comum na questão relacionada a valores mobiliários, em que a atuação rápida da administração pública precisa ser feita e eventualmente homologada por outra instância colegiada, como é próprio desses setores, não é?

Especificamente na questão do processo administrativo sancionador, eu peço licença aqui para chamar a atenção para dois pontos bastante específicos. Eu já tive a oportunidade de presidir a Câmara de Recursos da Previdência Complementar, onde nós fazíamos o julgamento em grau recursal das sanções aplicadas aos gestores de previdência complementar, que são autuados pela Previc, a Superintendência de Previdência Complementar brasileira. E um tema que nós reiteradamente tratávamos nas nossas decisões era a discussão sobre a suficiência probatória.

Ninguém aqui questiona a importância da dilação probatória, a questão da ampla defesa, da possibilidade de o autuado usar todos os mecanismos lícitos de defesa, mas, em determinado momento, a suficiência probatória tem que ser entendida, porque, sem ela, a administração não consegue julgar. Então, invariavelmente, nas instâncias decisórias da administração pública, principalmente no que se refere ao direito sancionador, há uma invariável alegação de cerceamento de defesa.

Então, ali, naquele caso concreto, há sempre um pedido de uma perícia, há sempre um pedido de um depoimento pessoal, e a gente tem que entender que, em determinados momentos, a administração, enquanto órgão judicante, tem que formar a convicção sobre a suficiência probatória. Então, eu chamo a atenção para isso, porque talvez isso precise ser tratado... Quando a administração fundamentadamente entende que já há elementos para a tomada de decisão, ela pode, a bem da celeridade processual, a bem do tempo razoável de duração do processo, tomar na sua decisão a fundamentação de entender que há suficiência probatória para tomada de decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto que nos chama muita atenção na questão do direito administrativo sancionador é a questão de que, a partir do momento em que há o trânsito em julgado administrativo desse direito sancionador, abre-se um segundo processo administrativo de constituição do crédito.

E aqui, como nós estamos numa Comissão paralela, tratando também do processo administrativo tributário, eu chamo a atenção para o processo administrativo relativo a créditos não tributários, que, em sua grande maioria, surgem do Direito administrativo sancionador, mas também surgem por atos ilícitos, por fraudes, por questões contratuais. E é muito importante que talvez a lei faça menção a um regulamento que, de forma única, uniforme, consiga tratar, num ato regulamentar – obviamente isso não precisa estar na Lei 9.784 ou na lei que venha a substituí-la –, de uma maneira única, toda a forma de constituição de créditos administrativos decorrentes de créditos não tributários. Isso aí é algo de muito bom tom.

Entro agora, e já encaminhando para o final, na questão do processo de solicitação. É o processo para o qual eu chamei a atenção no início, em que o administrado busca, da administração pública, o requerimento de um benefício. E aí, o exemplo mais claro que nós temos aqui são os processos de requerimento de benefícios previdenciários.

Só para que todos tenham uma ideia, o INSS recebe mensalmente 1,8 milhão de requerimentos administrativos, e para que nós tenhamos uma adequada prestação de serviço, a questão do tempo de tomada de decisão tem que ser ponderada e tem que ser graduada, porque nós não podemos imaginar que uma autarquia que tenha pouquíssimas solicitações tenha que dar a decisão no mesmo tempo do INSS, que tem 1,8 milhão de processos a serem processados.

Então a questão da tomada de tempo, o tempo necessário para tomada de decisão precisa ser ponderado diante da enormidade de casos que nós poderemos ter.

Então eu finalizo aqui a minha fala, novamente agradecendo a atenção, o convite. E vamos, Ministra, encaminhar algumas sugestões formalmente, por escrito. Agradeço novamente o convite.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Dr. Adler. Nós esperaremos a contribuição da AGU, que é um órgão tão atuante, tão importante para o país. Então agradeço muito a sua disponibilidade e disposição para participar.

Muito bem, eu agora vou suspender a reunião de audiência pública, terminada essa primeira parte, não sem antes agradecer a todos que aqui se manifestaram hoje, pela sua valiosíssima contribuição, pelos diversos pontos de vista, pelas críticas, pelas sugestões. Eu tenho certeza de que todos que estão acompanhando a audiência pública ficaram impressionados e satisfeitos com o altíssimo nível das ideias que foram aqui colocadas, das exposições que foram efetuadas, não obstante o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exíguo prazo de dez minutos, porque nós discutimos muito qual seria o prazo, e dez minutos foi o prazo possível. Agradeço imensamente a participação de todos.

E também agradeço, porque vejo aqui a presença de alguns membros da Comissão, membros da Comissão que vai estudar todas essas propostas, que vai debater. Então agradeço aos membros que estão aqui acompanhando, vários deles, inclusive ao Prof. Gustavo Binenbojm, que já esteve em trânsito, já saiu do lugar, já andou de carro, já voltou, então é uma disposição total aqui para participar. Agradeço imensamente a sua presença.

Com isso...

O SR. GUSTAVO BINENBOJM – Ministra. Se me permite, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Pois não.

O SR. GUSTAVO BINENBOJM – Só para me justificar. Eu tive essa viagem a Brasília, do Rio de Janeiro, já marcada há algum tempo. De forma nenhuma, gostaria de soar indelicado com os nossos brilhantes expositores e expositoras, que nos brindaram com sugestões, comentários e insights muito valiosos para o trabalho da Comissão.

Então, eu queria cumprimentar V. Exa. e também ao Dr. Valter Shuenquener pela ideia dessa audiência inicial. Certamente foi a audiência pública mais qualificada da qual eu tive a honra de participar, na condição de expectador. Acho que a Comissão fará muito bom proveito de todos os comentários, sugestões, críticas, cada um com seu lugar de fala, cada um com a sua experiência, agregando a sua experiência e os seus conhecimentos valiosos para que os trabalhos da Comissão sigam em frente.

Peço desculpas por esse mau jeito do trâmite. O trânsito aqui pelo Santos Dumont – estou indo para Brasília...

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – De maneira alguma. Estou elogiando V. Exa....

O SR. GUSTAVO BINENBOJM – Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Estou elogiando V. Exa. porque nada foi capaz de detê-lo para participar, nada mesmo.

O SR. GUSTAVO BINENBOJM – Felizmente, pude ouvir todos.

Obrigada, Ministra. E parabéns pela condução.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada. Agradeço a participação de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, declaro suspensa esta audiência pública cujos trabalhos retornarão às 14h.

Muito obrigada e boa tarde a todos!

(Suspensa às 12 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Eu peço a gentileza da TV Senado para iniciar a transmissão em 20 segundos, por favor. (*Pausa.*)

Boa tarde a todos.

Eu declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão de Juristas da Reforma do Processo Administrativo e Tributário, criada pelo Ato Conjunto dos Srs. Presidentes do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal nº 1, de 2022, que institui a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos e de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional.

Eu reitero que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a finalidade de receber sugestões da sociedade civil para o aperfeiçoamento dos trabalhos da Comissão.

Como forma de conferirmos mais clareza e dinamismo aos debates, a audiência foi dividida em duas partes. Na parte da manhã, nós já tivemos como foco o processo administrativo. Foi uma audiência pública excelente, com muitas manifestações interessantes, com muitas colaborações e, agora, a partir das 14 horas, nós teremos esta segunda parte da audiência pública dedicada ao tema processo tributário.

Eu quero agradecer a presença dos integrantes da Comissão que estão aqui, bem como a dos senhores e senhoras convidados para se manifestarem na audiência pública como painelistas desta segunda parte dos trabalhos.

Eu também gostaria de destacar que esta reunião é realizada de forma remota e transmitida pelo canal da TV Senado no YouTube. Os cidadãos interessados podem enviar suas contribuições por meio do Portal e-Cidadania, endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. As perguntas serão encaminhadas a esta Presidência e ao conhecimento dos Srs. Relatores.

Também gostaria de esclarecer, quanto ao uso da palavra, que vou, inicialmente, passá-la ao Dr. Marcus Lívio Gomes, magistrado federal, Professor de Direito Tributário e, nesta Comissão, atuando como Relator da Subcomissão do Processo Tributário para essa introdução, e, depois, na ordem em que chamarei, cada especialista terá o prazo máximo de dez minutos para expor suas ideias. De todo modo, é claro, os exortamos a que, desde que o queiram, enviem para nós o material relativo às suas falas, quer sejam textos, quer sejam eslaides. Toda contribuição é muito valiosa para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, eu, agradecendo pelas contribuições que já foram enviadas, então, dou início a este segundo painel, passando, imediatamente, a palavra ao Dr. Marcus Lívio Gomes.

Obrigada.

O SR. MARCUS LÍVIO GOMES – Boa tarde a todos e a todas.

É uma imensa honra estar participando deste painel sobre a reforma do processo tributário.

Agradeço imensamente a confiança depositada pela Ministra Regina Helena Costa, Presidente da Comissão de Juristas.

Agradeço ao meu amigo e dileto colega de departamento, Dr. Valter Shuenquener, que é o Relator da Subcomissão de Processos Administrativos.

Tivemos debates muito interessantes pela manhã no processo administrativo. Com certeza, várias questões ali levantadas serão trazidas para o bojo do processo administrativo e do tributário.

Eu tenho absoluta certeza de que os painelistas aqui convidados, todos brilhantes e especialistas no tema, Profa. Betina, Profa. Tathiane, Prof. Heleno, Prof. Luís Eduardo Schoueri, Prof. Cassio Scarpinella Bueno, Prof. Renato Lopes Becho, Prof. André Mendes Moreira, Profa. Isabela Bonfá de Jesus, Prof. Paulo Roberto Lyrio Pimenta, Prof. Sérgio André, Prof. Lucas Bevilacqua e Prof. Ricardo Almeida, farão participações bastante assertivas e bastante colaborativas para o sucesso dos trabalhos.

Eu tenho absoluta certeza de que teremos êxito, sucesso e que daqui sairão propostas concretas que, com certeza, contribuirão para melhorar o processo tributário, o processo administrativo tributário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Obrigada, Dr. Marcus.

Então, eu vou, imediatamente, passar a palavra ao primeiro dos nossos expositores, o Prof. Heleno Torres, Professor de Direito Tributário da Universidade de São Paulo e Diretor Presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF).

Quero agradecer a sua presença, a sua disponibilidade para contribuir conosco, e tenho certeza de que só engrandecerá os trabalhos da Comissão.

Muito obrigada.

O SR. HELENO TORRES – Muito obrigado, Exma. Sra. Ministra Regina Helena Costa. É uma satisfação muito grande contribuir com esta Comissão. Parabéns! E cumprimento, em seu nome, todos os membros desta Comissão, sobre a qual depositamos as maiores expectativas para os avanços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessários no processo. Eu queria saudar a todas as integrantes desta Comissão, as que estão aqui, igualmente aos integrantes, e o faço justamente para dizer da minha satisfação e honra de estar ao lado de todos e todas que estão aqui presentes. Também quero saudar a audiência.

Esse é um grande tema. Eu diria que, hoje, é um dos maiores e mais importantes temas da grande reforma tributária de que o Brasil precisa. A reforma tributária brasileira não está focada apenas em mudar o ICMS, trocar rótulos de impostos ou de contribuições. Não; a grande reforma tributária está na simplificação de processos e de procedimentos, e é exatamente este, Ministra Regina Helena Costa, o conteúdo central desta Comissão importante que V. Exa. preside. Então, este é o momento que eu acho da maior elevação em termos de reforma tributária.

Sobre essa vertente, eu tenho debatido ao longo de muitos anos e, primeiramente, eu gostaria de estabelecer aqui alguns pontos centrais, porque o tempo é muito curto, sobre os quais eu acredito que a Comissão poderia dar uma enorme contribuição.

O primeiro deles diz respeito ao formato. Eu gostaria de ver, como resultado desses trabalhos, um processo de codificação. Logicamente, compete à União legislar em matéria de processo civil; e, tratando-se de processo judicial, é essa competência exclusiva do Congresso Nacional, vinculante para todos os entes da Federação, independentemente de ser em matéria tributária.

É lógico que aqueles conteúdos que, eventualmente, possam ter alguma relação com o crédito tributário poderão ser objeto de alguma reforma do Código Tributário Nacional, mas a matéria processual esta é exclusivamente de competência da União.

E, nesse sentido, a meu ver, quer dizer, na linha do próprio Código de Processo Civil, nós poderíamos ter uma codificação especial para a matéria tributária que consolidasse não apenas toda a legislação atinente a mandado de segurança e suas especificidades em matéria tributária, ações anulatórias e tantos outros procedimentos especiais, juntamente com a própria execução fiscal e uma parte geral que permita o trânsito do processo administrativo para o processo judicial que simplifique, facilite e reduza a litigiosidade.

Hoje, nós temos uma enorme litigiosidade decorrente do próprio processo. Veja, por exemplo, o caso das garantias. A meu ver, nós teríamos que, ao extinguir a Lei 6.830 – isso é um dever cívico nacional –, revogar a Lei 6.830, de 1980, que não tem hoje nenhuma eficácia em termos de efetividade em matéria de execuções fiscais – e, ao mesmo tempo, digo isso com ênfase na questão de garantias. São justamente essas exigências de garantias que hoje retiram do Poder Judiciário a discussão sobre grandes temas, grandes conteúdos, questões jurídicas importantes ou retardam essa discussão.

E por que retardam? Porque justamente a discussão sobre garantia assume um subcontencioso muitas vezes até mais demorado do que a própria discussão de fundo da questão tributária. Quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

mais simplificarmos o procedimento melhor será o resultado no aproveitamento da solução jurídica da matéria tributária de fundo. Então, essa é a questão das execuções, a meu ver.

Quando em 2009, em um enorme esforço do em um enorme esforço do Procurador-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, Luís Inácio Adams, foram propostos dois projetos: um de reforma da Lei 6.830 e outro que introduzia a Lei Geral de Transação. E ali, nesses dois projetos, já havia essa preocupação de acabar com essa exigência de garantias, salvo para casos obviamente onde as circunstâncias o exijam, a exemplo daquilo que acontece, por exemplo, na cautelar fiscal, situações excepcionais que, logicamente, exijam essa cautela por parte do Poder Judiciário.

Excetuado isso, creio que poderíamos resolver esse problema, porque hoje, Ministra, acredito eu que somente algo em torno de 2% dos processos em curso do Poder Judiciário estão garantidos efetivamente de modo total ou parcial. E total, salve engano, são 5% de todo o volume das execuções fiscais, que somam mais do que 37% de todos os 75 milhões de processos que estão em tramitação na esfera federal. No Estado de São Paulo, no Tribunal de Justiça, são 60% de todos os processos em curso no Tribunal de Justiça. Então, é lógico que isso precisa passar por uma grande reforma.

O outro aspecto diz respeito a, uma vez pensada essa codificação... Eu comparo sempre o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux ao nosso Teixeira de Freitas do século XXI: fez a codificação do processo civil geral, e eu acredito que a gestão dele poderia ficar marcada por essa nova proposta de um Código Tributário, que foi pensado lá atrás junto com o nosso Código Tributário – desculpem, um Código de Processo Tributário –, mas que, à luz da nossa Constituição de 1988, vejo que não precisaria vir por meio de lei complementar; poderia ser feito por lei ordinária, independentemente de alguns ajustes eventuais no próprio CTN.

Agora, ao lado dessas recomendações, eu gostaria de lembrar do trabalho que foi feito no Conselho Nacional de Justiça por uma comissão de juristas da qual eu tive a honra de participar ao lado de outros colegas que estão aqui presentes, a convite do meu querido amigo e irmão Marcus Lívio, que tem feito um trabalho magnífico, ao lado do Ministro Luiz Fux nesse sentido e, ao seu lado, Ministra Regina Helena Costa, que, com o seu brilhantismo, soube construir e arquitetar a Recomendação nº 120, de 28 de outubro de 2021.

Essa recomendação o que faz? Ela agrega todas as demais sugestões necessárias para o uso de medidas alternativas de soluções de conflitos. E nós precisamos implementar a conciliação em matéria tributária, implementar medidas que já estão no próprio Código de Processo Civil e ampliar o acesso à Lei Geral de Transação para os contribuintes, e, ao mesmo tempo também, pensar em novas medidas e em novas alternativas, como é o caso da arbitragem tributária.

Nós temos um projeto em tramitação no Senado Federal, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, ao lado também de outro também do então Senador Anastasia. Eu acredito que esse material possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

também contribuir muito para que a Comissão se preocupe fortemente em incluir, nesse Código de Processo Tributário, esta parte relativa às medidas especiais de conciliação em matéria tributária, de arbitragem em matéria tributária, de questões atinentes à transação e à mediação, tema tão caro ao Ricardo Almeida e a outros colegas, como à Tathiane Piscitelli, na Fundação Getúlio Vargas, que tem falado muito sobre esses grandes temas. E, ao longo dos últimos 20 anos, creio, tenho insistido muito em superarmos essas limitações de formalismos exagerados no âmbito do processo tributário.

Para concluir, eu diria que é exatamente nesta linha de pensarmos o processo tributário do futuro que, sem dúvida alguma, esta Comissão tem um espaço e, mais do que tudo, tem uma oportunidade extremamente relevante para fazer esta reforma tributária tão necessária em termos de simplificação, que não só atenda ao contribuinte, mas também a arrecadação tributária. Essa conjugação de esforços é fundamental e necessária, especialmente porque, com a solução dos conflitos, nós poderemos ter, obviamente, um melhor resultado fiscal e, lógico, com a redução da conflitividade em matéria tributária, a melhoria do ambiente de negócios, mais trabalho, mais emprego e mais oportunidades para todos.

Muito obrigado, Ministra.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. Heleno.

Agradeço imensamente a sua participação e por ter se disponibilizado, apesar de estar fora do Brasil, a participar aqui da nossa audiência pública.

Muito obrigada.

O SR. HELENO TORRES – É uma honra.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada.

Eu então passo a palavra imediatamente à Profa. Betina Treiger Grupenmacher, que todos conhecem também, que é Professora e agora titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Agradecendo também a sua participação, Profa. Betina, que também abrilhantará aqui os nossos trabalhos.

Tem a palavra por dez minutos.

A SRA. BETINA TREIGER GRUPENMACHER – Muito obrigada, Ministra Regina e Dr. Marcus Lívio. É uma alegria muito grande participar dessa audiência.

Na verdade, mais do que tudo, eu fiquei muito envaidecida com o convite, porque a oportunidade é muito relevante. É o momento em que a gente pode compartilhar experiências que a gente tem. Embora eu tenha uma atividade acadêmica intensa, eu sou advogada, e a gente identifica, no dia a dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

da gente, algumas situações que poderiam diminuir o nível de litigância, que poderiam trazer maior segurança jurídica para os contribuintes, enfim, para todos os envolvidos no processo tributário.

Como nós temos um tempo bastante exíguo, e eu, pessoalmente, tenho autoconsciência de que eu não sou confiável, resolvi fazer uma apresentação em PowerPoint para organizar o meu raciocínio e poder aproveitar bem estes dez minutos.

Então, eu vou tomar a liberdade de compartilhar a minha tela, para que a gente possa falar um pouco sobre isso.

A minha ideia foi, na verdade, dividir a minha fala em três blocos: sugestões de alterações no Código de Processo Civil; sugestões de alterações na Lei de Execução Fiscal; e sugestões de alterações no Código Tributário Nacional, todas elas voltadas ao processo tributário, a alterações no processo tributário.

Inicialmente, a primeira sugestão que eu daria, em relação uma possível alteração no Código de Processo Civil, diz respeito à questão do consequencialismo que nós temos observado hoje nas decisões judiciais em matéria tributária e que tem se mostrado um forte elemento de insegurança jurídica para os contribuintes não só em primeiro grau de jurisdição, mas também em segundo grau de jurisdição. A sugestão que eu daria seria para afastar esse consequencialismo que se manifesta, na verdade, quando as decisões invocam a proteção ao orçamento do Estado, o risco ao orçamento do Estado em determinadas decisões.

Esse argumento do risco orçamentário não é efetivamente um argumento jurídico e não é adequado, portanto, ao que está previsto no art. 11 do Código de Processo Civil, que diz que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentados sob pena de nulidade. Eu acresceria ou sugeriria um acréscimo de que essa fundamentação deve apontar argumentos de natureza jurídica, porque os argumentos de natureza orçamentária, definitivamente, não têm amparo jurídico.

Essa seria uma possível alteração no art. 11 ou, eventualmente, no art. 20 da Lindb.

Outra sugestão seria uma alteração no art. 927, §3º, do Código de Processo Civil, e no art. 27 da Lei 9.868, no que diz respeito à modulação dos efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal que invocam o interesse social e que, nessa medida, apontam como interesse social também os riscos ao orçamento público. Parece-me que necessário seria uma alteração no sentido de que o magistrado indicasse qual o interesse social protegido ou qual o excepcional interesse social também referido nas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Enfim, a ideia é mitigar ou diminuir esse consequencialismo das decisões, porque, pessoalmente, o que eu observo, inclusive no dia a dia da advocacia, é que esse tipo de decisão incentiva os maus pagadores no Brasil. O que o contribuinte pensa? "Como eu não tenho segurança de que eu vou receber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de volta aquilo que eu paguei indevidamente, eu vou deixar de pagar, vou aguardar o julgamento dos tribunais superiores e vou fazer esse pagamento no futuro." Então, isso é muito comum, é corriqueira no dia a dia a ideia do contribuinte de que não vale a pena pagar e de que o melhor é esperar, em razão dessas decisões que são consequencialistas. Essa seria uma primeira sugestão de alteração no Código de Processo Civil.

Ainda, acho necessário que se estabeleça uma previsão de que as decisões do Supremo Tribunal Federal vinculem mais pela sua *ratio* e não pela tese. O que eu quero dizer com isso? Em decisões como a do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, por exemplo, essas decisões poderiam ser estendidas a todos os demais casos em que se estivesse discutindo a inclusão de um tributo na base de cálculo de outro, sem a necessidade de que isso fosse totalmente novamente enfrentado pelos tribunais superiores. Então, acho que este também é um tema de extrema relevância: o reconhecimento de que o que vincula nas decisões dos recursos extraordinários é a *ratio* e não a tese.

Em relação às alterações na Lei de Execução Fiscal, são várias. Por isso, eu vou fazer brevemente algumas referências. Tenho certeza de que os colegas também enfrentarão alguns desses pontos.

Em primeiro lugar, o que eu sugiro é uma alteração para incluir a possibilidade de admissão, com efeito suspensivo automático, dos embargos, como ocorre no Código de Processo Civil, com uma alteração no art. 32, §1º, da LEF; e ainda a previsão de uma cautelar de antecipação de penhora. Acho importante que a gente tenha... A gente hoje tem essa previsão em alguns âmbitos fazendários, mas seria importante que a gente tivesse uma cautelar específica, que autorizasse essa antecipação de penhora, que, hoje, inclusive, é aceita, mas em razão de decisão em recurso repetitivo.

A possibilidade de liquidação de garantias apenas após o trânsito em julgado da decisão de embargos, liquidação de garantias como o seguro-garantia, a fiança bancária, etc.

Ainda acho necessária a alteração do art. 16, §1º, para prever a possibilidade da compensação realizada previamente aos embargos. Esse é outro problema que a gente encontra com frequência no dia a dia da advocacia tributária.

Penso também que seria interessante uma previsão no sentido de que a Fazenda, quando fosse, enfim, sucumbente, vamos assim dizer, no processo, devolvesse as despesas realizadas com a fiança bancária e também com o prêmio pelo seguro-garantia.

Ainda acho importante a alteração da Lei de Execução Fiscal para incluir os requisitos relativos à possibilidade da aceitação do seguro-garantia.

Essas seriam as alterações em relação à Lei de Execução Fiscal.

E, finamente, no que diz respeito às alterações que me parecem importantes no que concerne ao processo tributário, vamos assim dizer, de maneira genérica, é uma alteração no art. 151 para prever

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o seguro-garantia e a carta de fiança sejam causas suspensivas da elegibilidade do crédito tributário. Essa seria a alteração no art. 151. Já em relação ao art. 206, acho importante uma alteração no sentido de inserir uma previsão de que a ação de antecipação de garantia levaria à obtenção da CND para evitar esses problemas que usualmente ocorrem e que as empresas têm enfrentado. Enfim, essas são fundamentalmente as sugestões que eu faria em relação ao processo tributário.

Eu me ponho à disposição para reduzir isso a termo, enviar o material escrito se for necessário.

Ministra Regina, Dr. Marcus Lívio, obrigada pela oportunidade.

Eu estou à disposição para eventuais esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Profa. Betina. Sua contribuição denota esse trânsito que V. Exa. tem entre academia e prática processual tributária, porque foi muito pontual em relação aos problemas que nós verificamos no dia a dia daqueles que lidam com o contencioso judicial, tributário. Agradeço imensamente a sua participação. Evidentemente, essas propostas serão muito debatidas e muito analisadas. Muito obrigada.

Eu vou dar sequência à nossa audiência pública.

Agora eu vou chamar aqui – deixem-me só localizar aqui o meu papel, que não é um papel, é digital – a Profa. Tathiane Piscitelli, que é também Professora de Direito Tributário, Professora da Fundação Getúlio Vargas, especialista em soluções de composição extrajudicial. Então, eu gostaria também igualmente de agradecê-la por sua disponibilidade e sua participação aqui e dizer que certamente estamos envaidecidos com a colaboração que será prestada. Muito obrigada.

A SRA. TATHIANE PISCITELLI – Muito obrigada, Ministra Regina Helena Costa.

Boa tarde a todos e a todas!

Agradeço muitíssimo o convite e estou muito honrada de estar aqui nesta primeira audiência pública destinada à discussão de temas que são muitíssimos relevantes para a evolução institucional do direito tributário. Eu me sinto absolutamente envaidecida de estar aqui com tantos colegas igualmente competentes.

Dando início imediatamente à minha fala, eu gostaria de reforçar alguns pontos que foram já trazidos pelo Prof. Heleno Torres no que se refere à necessidade de se cogitar alterações processuais como forma de trazer mais racionalidade para o direito tributário em vez de nós só ficarmos discutindo intensamente a reforma tributária e a reforma tributária estrutural que certamente é muito mais difícil e dificultosa da perspectiva política e também da perspectiva normativa. Então, a minha ideia aqui, para além de reverberar essa fala de que, sem dúvida nenhuma, esta Comissão tem um papel muito importante, porque o foco dela está nisso, está numa racionalização do processo tributário, é que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vou concentrar as minhas considerações exatamente na adoção ou na ampliação de métodos adequados de resolução de disputa em matéria tributária, na medida em que, como a Ministra Regina Helena mencionou, esse tem sido um tema objeto de pesquisa já há alguns anos no contexto da Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. E aí eu gostaria de trazer algumas contribuições exatamente nesse sentido.

Eu vou pedir a autorização aqui para compartilhar a minha tela, para que eu possa, então, também... (*Pausa.*)

Agora, eu não estou conseguindo fazer o compartilhamento da tela. Vocês certamente não estão vendo ainda a minha tela. De todo modo – eu não gostaria de perder tempo com isso –, eu vou seguir sem o compartilhamento e depois eu... (*Pausa.*)

Ah, obrigada, Anderson, mas acho que a gente tem que voltar para o primeiro eslaide. Você consegue? (*Pausa.*)

Isso, perfeito. Se a gente pudesse voltar ao primeiro, estaria ótimo, ao primeiro de conteúdo.

Como eu mencionei, o meu foco seria tratar exatamente dos métodos adequados de resolução de disputa. Fazendo uma análise muito rápida, nós temos classicamente dois grandes instrumentos disponíveis: as medidas autocompositivas e as medidas heterocompositivas.

No contexto das medidas autocompositivas, naturalmente nós estamos falando de mediação e conciliação, e a transação tributária tem um papel central na realização dessas medidas autocompositivas e na implementação efetiva. Na minha perspectiva, a transação tributária, que foi criada, em 2020, pela Lei 13.988, pode ser objeto tanto de uma mediação quanto de uma conciliação e, nesse sentido, já está disponível para tornar o processo tributário mais racional e tornar o processo tributário mais efetivo em termos de acesso à jurisdição. Acho que esse deve ser o ponto central.

Quando a gente olha para as medidas heterocompositivas, naturalmente eu gostaria de focar a atenção na arbitragem. Em relação à arbitragem tributária, nós temos dois projetos de lei em andamento no Senado Federal, um de 2020 e outro de 2019, e agora um projeto recente, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei Complementar 17, de 2022.

A premissa fundamental para a gente tratar desses instrumentos e para entender como eles podem ser melhorados e o acesso a eles ampliado deve ser, da minha perspectiva, não a necessidade de combater a morosidade no Poder Judiciário, nem muito menos a necessidade de se trazer mais especialistas ou conter o crescimento da dívida tributária ou mesmo uma medida de arrecadação; o ponto central na adoção desses instrumentos é a ampliação do acesso à jurisdição. Nós não estamos falando aqui de uma medida cuja solução é contingencial; ao contrário, a solução é estrutural. Ela é estrutural, porque ela visa a realização de uma garantia fundamental do Estado social e democrático de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

direito no qual nós nos inserimos, que é, exatamente, a ampliação do acesso à jurisdição. Então, é a partir dessa chave que eu gostaria de fazer a análise dessas medidas e, especialmente, da grande medida existente que nós temos hoje que é a transação tributária.

Se a gente pudesse mudar de tela, por favor, eu agradeceria.

Quando a gente olha para a transação tributária, o que nós temos? Todos sabemos que a transação tributária é um método autocompositivo que pressupõe concessões mútuas entre Fisco e contribuinte. E a Lei 13.988, de 2020, quando disciplina finalmente, depois de muitas décadas, a transação tributária em matéria federal, prevê dois grandes modelos de transação: a transação por adesão e a transação individual. Em tese, essa transação poderia alcançar todo tipo de débito, débito inscrito em dívida ativa ou débito perante a Secretaria da Receita Federal, ainda, portanto, não sob a competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Aqui começam os nossos problemas, exatamente nesse modelo. E por quê? Porque, quando nós olhamos a fundo para a Lei 13.988 e para a disciplina normativa posterior e, portanto, regulamentar dessa lei, o que nós temos?

Se a gente pudesse mudar a tela, eu agradeceria.

Nós temos que um olhar para a transação individual – no próximo eslaide, por favor – nos mostra que a transação individual só pode ser utilizada na hipótese de débitos inscritos em dívida ativa, o que já é uma limitação importante, e, em segundo lugar, existe um piso de R$15 milhões para que eu possa acessar a transação individual. Como a gente pode ver no próximo eslaide, isso é um problema considerável em termos de acesso à jurisdição, porque eu crio uma determinada casta de contribuintes. Então, só os grandes contribuintes ou pelo menos os grandes devedores têm acesso a essa forma de resolução de conflito em que efetivamente eu tenho concessões mútuas entre Fisco e contribuinte na medida em que eu tenho a possibilidade de estabelecer uma negociação com o Fisco em relação à minha capacidade de pagamento, em relação à possibilidade de quitação daquela dívida tributária. Da minha perspectiva, isso ofende diretamente o princípio da isonomia, porque não há justificativa existente para esse discrime, e o mesmo se diga em relação apenas aos débitos inscritos em dívida ativa. Esse modelo de transação deveria ser possível, em primeiro lugar, para todo e qualquer débito inscrito em dívida ativa ou não, independentemente deste piso de R$15 milhões, porque também é importante a gente considerar que existe uma diferença regional importante no Brasil. O nosso país é um país de dimensões continentais em que, naturalmente, as dívidas tributárias assumem proporções diferentes nas diversas regiões do país. Então, esse é um ponto muito importante que precisa ser revisto.

Ao lado disso – e aí a gente pode ir para o próximo eslaide –, um olhar para a transação por adesão mostra o quê? Mostra que, na verdade, esse modelo de transação por adesão, que é essa transação por edital – a gente pode ir para o próximo –, acaba resultando na ausência da transação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como instituto pensado para viabilizar a concessão mútua entre Fisco e contribuinte para viabilizar a negociação. Na verdade, sendo por adesão, não há qualquer possibilidade de o contribuinte negociar com o Fisco, nem realizar concessões. Os instrumentos e, portanto, as condições e requisitos já são condições e requisitos dados, não existe possibilidade de negociação, os débitos são apenas débitos inscritos em dívida ativa. E, novamente, quando a gente pensa nas transações que estão efetivamente em curso e que foram implementadas, no final das contas, na minha perspectiva, o que nós temos aqui é a criação de parcelamento sem previsão legal, porque o que nós temos são portarias da Procuradoria da Fazenda Nacional criando essa modalidade de, entre aspas, "transação". E há um risco gigantesco nisso, porque a gente pode ter a replicação desse modelo que não é transação tributária e, sim, um parcelamento qualificado, um parcelamento que se aplica diante de algumas condições que estão ali estabelecidas, independentemente de as condições serem boas ou ruins. E esse tipo de modelo pode se espraiar pelo resto do Brasil como se transação fosse. Não se trata de transação. A bem da verdade, o que se pretendeu com essa transação por adesão foi combater as sucessivas renovações dos programas de parcelamento, que atingiam todos indiscriminadamente, sem que houvesse uma avaliação efetiva da necessidade ou da capacidade de pagamento dos contribuintes, mas a verdade é que essa substituição também esbarra em questões, primeiro, constitucionais, na medida em que eu tenho parcelamentos criados sem previsão legal, que evidentemente afrontam o Código Tributário Nacional, e, de outro lado, eu tenho também um modelo que não é transação tributária. Então, esses são pontos importantes.

A partir disso, a gente pode ir para o próximo eslaide, eu teria algumas propostas de aprimoramento, e muitas eu já mencionei aqui. Então, a revisão do piso de 15 milhões, a possibilidade de transação individual para todo tipo de débito, efetivação do princípio da publicidade com transparência quanto aos critérios e aos acordos, e a transação por adesão não pode ser regra.

E, apenas para finalizar, nestes últimos segundos que eu tenho, a gente pode ir para o próximo eslaide: a arbitragem tributária. A arbitragem tributária é um método que precisa ser discutido, em relação ao qual a gente já teve uma evolução institucional significativa, haja vista a existência dos projetos de lei. Em relação a ela, é importante que a gente reforce que não há renúncia ao crédito tributário; ela representaria uma possibilidade efetiva de implementação de um modelo multiportas diante de uma determinada celeridade e especialização. E, nesse aspecto, apenas para terminar, a gente pode até encerrar o compartilhamento de tela, é importante mencionar que a arbitragem também não deve ser vista como um método apenas para os grandes contribuintes. Se nós estamos cogitando uma ampliação de métodos adequados para resolução de disputa em matéria tributária, a chave para isso deve ser a ampliação do acesso à jurisdição. Então, esse tipo de debate, essa discussão pública com a academia e com profissionais da advocacia é absolutamente fundamental para que a gente possa avançar nesse sentido e agregar mais racionalidade ao sistema tributário.

Muito obrigada novamente. Fico absolutamente à disposição para outras colaborações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Agradeço, Profa. Tathiane. Sei que o tempo foi muito rápido e muito curto para falar tanta coisa, mas ficou muito clara a sua mensagem e certamente todas as suas ideias serão consideradas no nosso trabalho. Muito obrigada.

Imediatamente eu passo a palavra ao próximo especialista, que é o Prof. Luís Eduardo Schoueri, da Universidade de São Paulo, Professor de Direito Tributário da universidade e Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT).

Prof. Schoueri, nós que nos conhecemos de tanto tempo, é um prazer revê-lo. Gostaria que fosse presencialmente, mas, por ora, ainda não foi possível. Então, agradeço imensamente a disposição e a disponibilidade de colaborar com os nossos trabalhos. Seja bem-vindo! O prazo é de dez minutos também. Muito obrigada.

O SR. LUÍS EDUARDO SCHOUERI – Muito obrigado, Ministra e Profa. Regina Helena Costa, Prof. Marcus Lívio, Prof. Valter Lobato e todos os professores e companheiros aqui.

Eu vou tentar aproveitar ao máximo os meus 600 segundos. Então, para tanto, se me autorizarem, eu gostaria de compartilhar a tela. Estou tentando isso, parece que não pode; então estou esperando o favor de descontar os segundos, que são muito valiosos. Ainda não consegui, Ministra.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Está bem. Como eu já fiz isso, vou fazer essa concessão.

O SR. LUÍS EDUARDO SCHOUERI – É a quarta vez que tentei aqui e não consegui.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Só vou disparar o relógio depois que o senhor...

O SR. LUÍS EDUARDO SCHOUERI – Quinta vez, Ministra, e não consegui.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Não está conseguindo?

O SR. LUÍS EDUARDO SCHOUERI – Não estão autorizando. Vou tentar de novo.

Agora sim, viu, Ministra, basta pedir um pouquinho que a gente consegue as coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Pois não.

O SR. LUÍS EDUARDO SCHOUERI – Agora eu acredito que todos estão vendo uma tela que eu propus aqui. Ministra, com 600 segundos, eu acabei relacionando quatro temas que eu acredito que possam ser examinados, em temas que podem ser examinados da prática da advocacia. Claro, outros tantos poderiam, mas com esse tempo eu vou tratar desses cinco assuntos que me incomodam bastante, bem práticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro tema, Ministra, que deve ser enfrentado por esta Comissão é a questão da retroatividade. Por conta de uma decisão do então Ministro do STJ Luiz Fux, acabou se fazendo um chamado diálogo das fontes, de tal modo que se admitiu que a prescrição seja interrompida não como diz o Código Tributário Nacional, no momento do despacho do juiz, mas, sim, esse despacho retroage à propositura da execução, o que dá uma grande insegurança para o contribuinte com relação a quando, afinal de contas, ocorre a prescrição.

Ministra, o tema é de lei complementar. E a lei complementar, é bom lembrar, não é o Código Tributário Nacional original. Nós tivemos aqui a Lei Complementar 118, que tratou do tema da prescrição, a Constituição disse que cabe a lei complementar, e a lei complementar foi explícita dizendo que com o despacho do juiz é que se interrompe a prescrição. No entanto, acabou se fixando essa jurisprudência no STJ, com todo o respeito, me parece até contrariando o que diz a lei complementar.

Então, seria importante que a Comissão enfrentasse esse tema e determinasse agora, por lei, obediência àquilo que diz o CTN, fixando um prazo para dar segurança. Não é possível, Ministra, que a procuradoria proponha no último dia uma execução e o contribuinte, depois, venha a saber que não havia ocorrido a prescrição do caso dele, e aparece uma surpresa como essa. Em nome da segurança jurídica, é necessário que o contribuinte conte com esse prazo. Como diz o CTN, somente no momento do despacho do juiz é que se interrompe a inscrição.

O segundo tema que parece interessante aqui é com relação... Falamos tanto já de garantia, Ministra, veja como todos nos preparamos para o mesmo tema. É muito difícil essa questão. Veja que, embora o STJ já admita que, com uma penhora parcial, você possa ter esse embargo de execução, o Tribunal de São Paulo, por exemplo... E aqui é que o IRDR equivale ao recurso impeditivo no STJ. No caso do Tribunal de São Paulo, se diz que somente com a garantia total é que é possível propositura de embargos de execução.

Precisamos regular isso, Ministra, dizer em que momento eu posso propor os embargos, sob pena de, se o contribuinte não tiver condições de oferecer garantia total, e muitas vezes os débitos são enormes, aparecem multas impossíveis de se pagarem, o contribuinte não ter como oferecer a garantia total – oferece o que ele tem, e não consegue oferecer embargos. Aqui é negativa de jurisdição! Então, é importante que aquele entendimento que o STJ teve seja positivado em lei, assegurando que, oferecida garantia, mesmo que parcial, já se possa falar embargo de execução, já se possa começar a discutir o mérito da execução fiscal.

O terceiro tema é justamente com relação à garantia, é perguntar: o que é garantia parcial, o que é garantia total? E, no fundo, a grande pergunta que eu faria é: quem é que está sendo garantido? É o juízo ou é o credor? Ou seja, o juiz não pode no seu poder de cautela dizer: "Olha, olhando as circunstâncias, me parece que esse valor já é razoável". Essa visão de que a garantia é do juízo e não do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

credor, o credor não precisa ser ouvido, é o juiz que precisa ficar tranquilo com a garantia, poderia mudar muitas situações.

Eu insisto: têm sido da prática da advocacia aquelas situações em que o contribuinte não tem condições de oferecer garantia maior, mas ele tem que ter a possibilidade de discutir e dizer "eu tenho razão, quero discutir o mérito do meu débito". Então, uma outra proposta seria essa de se falar que é o juízo que quer garantia, que estará refutando a competência do juízo de dar-se por satisfeito e dizer "basta, para mim essa garantia já é suficiente, vamos ao que interessa, vamos discutir se existe ou não existe a dívida tributária". Seria uma terceira proposta que eu traria aqui.

A quarta questão já foi enfrentada pela Profa. Betina, mas é o que nós chamamos, na prática da advocacia, o limbo, Ministra. O limbo é a situação mais terrível. É a situação em que o contribuinte já terminou o processo administrativo, mas ainda não começou a execução. Então ele fica no limbo. Ele fica num período em que ele não consegue tirar nenhuma certidão. Ele fica torcendo, tomara que comece a execução, porque durante esse período, ele não tem muito o que fazer, ou seja, ele poderia entrar com uma anulatória, mas a anulatória exigiria um depósito do montante. Agora, o contribuinte, para os seus negócios, para o seu dia a dia, precisa conseguir uma certidão negativa.

Então esse período do limbo entre o fim do processo administrativo e o início da execução deve ser regulado. Eu devo modificar, portanto, o 206 do CTN para assegurar que eu consiga uma CND de outro modo. A Profa. Betina sugeriu que fosse com uma cautelar. Enfim, algum modo regulado para que o contribuinte possa oferecer as garantias que sejam no que tiver, no que puder, porque muitas vezes, ele não tem condições.

Eu quero insistir com esse ponto. A prática da advocacia tem mostrado que créditos tributários são enormes; muitas vezes, maiores do que a própria possibilidade de a empresa pagar ou não pagar. Mas eu não posso dizer, olha, só porque eu não consigo pagar tudo, eu não vou nem discutir? Então eu fico numa situação em que me é negada a jurisdição, pela minha incapacidade de pagar.

Nós temos que entrar nesse mérito e falar, discutir o quanto eu posso exigir de garantia e o que é que deve prevalecer aqui. Será que prevalece a tal da garantia do fisco, ou o que prevalece seria, e parece também importante aqui, o direito de defesa do contribuinte, de levar a sua questão ao Judiciário, o acesso ao Judiciário. Eu não posso, como estão fazendo hoje, negar acesso ao Judiciário a milhares de contribuintes.

Fica um jogo muito interessante para o Fisco. Quanto mais alto for o débito, maior a possibilidade de que não se discuta em juízo, já que o contribuinte não vai nem ter condições de discutir em juízo. É negativa de acesso ao Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Ministra, eu peço aos doutos integrantes dessa Comissão que enfrentem o tema da garantia diante do acesso ao Judiciário. É importante que o contribuinte tenha direito ao acesso ao Judiciário.

O quinto ponto que eu separei aqui é uma questão mais, agora, de processo administrativo tributário, que nós temos verificado situações, aqui também citei o TIT de São Paulo, veja que situação: nós sabemos que já foi decidido, pelo próprio STJ, que não constitui fato gerador de ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento. Isso é tema do 259, resolvido, súmula do STJ. No entanto, quando chegamos ao processo administrativo, aprendemos, no TIT, um entendimento diverso, permitindo essa tributação. Esse entendimento já foi adotado na Câmara Superior desse TIT: "Ademais, a jurisprudência citada pela recorrente, dos tribunais do Poder Judiciário, não possui efeito vinculante perante este colendo Tribunal de Impostos e Taxas", ou seja, os tribunais administrativos pelo país entendem que eles não se dobram à jurisprudência do STJ. O contribuinte fica dependendo de cada tribunal administrativo, se vai ou não vai tratar dessa matéria.

E aqui é um ponto importante, Ministra, que deve ser enfrentado, e me permita dizer, eu penso que é matéria de lei complementar. Eu penso que a Constituição, no art. 146, quando fala de normas gerais em matéria de legislação tributária, tirou aquela polêmica entre as correntes dicotômica e tricotômica. E eu vejo lá "especialmente sobre". E dentro do "especialmente", encontra-se inclusive prescrição e decadência, a denotar que o Constituinte entendeu que as normas gerais podem ir além das questões de conflito de competência, podem ir além das limitações do poder tributário.

E uma norma geral que trate do processo administrativo como um todo, para pelo menos exigir que todos os tribunais administrativos respeitem a jurisprudência dos tribunais superiores, parece-me mandatória.

Esses foram os temas que eu trouxe como apresentação. Mas não vou resistir à tentação, depois de ouvir os doutos, de falar um pouco, no tempo que me sobra, sobre a questão da arbitragem. Quero endossar a importância da arbitragem, dizer que seria um tema importante. A minha sugestão, apenas, que já publiquei num trabalho coordenado pela Profa. Tatiane, é que a arbitragem se faça no âmbito do Processo Administrativo, ou seja, o próprio Tribunal Administrativo que hoje tem o poder de tomar uma decisão e anular um auto de infração poderia ter câmaras arbitrais. Ou seja, a natureza da decisão arbitral seria a natureza de uma decisão administrativa. O mesmo Carf que hoje toma a decisão de um modo teria câmaras arbitrais e a decisão seria do Carf. Eu não vejo a arbitragem como algo feito por particulares, mas a arbitragem como algo feito no âmbito dos Tribunais Administrativos.

Por isso, dentro dos meus 600 segundos, agradeço a atenção de toda esta Comissão e também me coloco à disposição para qualquer discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. Shoueri. O Prof. Shoueri já é conhecido por falar rapidamente. Então, aqui, essa qualidade, essa habilidade, foi fundamental na exposição, extremamente proficiente e precisa, pontual. Muito obrigada, Prof. Shoueri. Certamente vai nos provocar muita reflexão; todas essas ideais vão ser analisadas pela Comissão.

Passo, então, ao próximo especialista, que é o Prof. Cassio Scarpinella Bueno, meu colega da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor de Direito Processual Civil e especialista no tema Poder Público em Juízo.

Muito obrigada, Prof. Cassio, por ter aceito o nosso convite para estar aqui se dispondo a nos ajudar.

O SR. CASSIO SCARPINELLA BUENO – Agradeço, Ministra Regina Helena Costa, meu muitíssimo obrigado pelo honroso convite que me foi dirigido e pela oportunidade de trazer algumas reflexões aos eminentes colegas desta Comissão. Também cumprimento o Dr. Marcus Lívio Gomes, que é o Relator desta Subcomissão de Processo Tributário. É uma honra muito grande para mim.

Sempre digo à Ministra e aos eminentes colegas da PUC, Prof. Renato Becho, Profa. Isabela Bonfá, que são colegas ao vivo e em cores da nossa PUC-SP, que eu sempre me sinto o patinho feito do Processo Tributário, porque eu realmente venho do Processo Civil, mas, por "n" razões, dou-me bem com o Direito Tributário. Como um bom filho da PUC desde a graduação, graças a Deus tive o privilégio de conviver com grandes tributaristas lá, inclusive com a Profa. Regina, em aulas, nas mais diversas circunstâncias. E eu acho que esse diálogo realmente é fundamental.

Então, trazendo aquilo que o Prof. Heleno já falou, Ministra, acho que essa iniciativa de V. Exa., do Presidente do Senado e do Presidente e Ministro Luiz Fux, de fazer uma Comissão pensando num Processo Tributário Jurisdicional – e estamos aqui, na parte da tarde – é absolutamente essencial. Eu digo isso como um processualista civil que convive diariamente com exemplos do Direito Privado, em situações de Direito Privado, mas o grande problema é: se eu tirar aqui o contrato e puser uma relação tributária, como é que fica a coisa julgada, por exemplo? Esse, talvez, seja um dos grandes desafios.

Como premissa, Excelências, depois eu me comprometo a passar a V. Exa. e a todos da Comissão as minhas anotações que eu não coloquei em *power point*, senão para mim daria o efeito contrário, eu demoraria muito mais do que 600 segundos, como disse o Prof. Shoueri. Só acho que precisamos, com a devida vênia, e falei isso na Comissão de Processo Civil, ter um cuidadinho grande aqui.

Vejam, se me permitem – e isso, inclusive, para o Processo Administrativo, e é uma questão muito clara para os colegas do Direito Tributário, é questão de competência legislativa –, a Constituição de 1988 inova em relação às outras constituições, falando que a competência da União é para processo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

para procedimentos em matéria processual, jurisdicionalmente falando. Essa competência é estadual e distrital. Então, eventualmente, isso pode nos levar a alguma reflexão no desenvolver dos trabalhos etc. e tal. Apenas faço esse alerta. E, o que talvez seja muito importante aqui para o processo administrativo, isso, evidentemente, vai ter que ser observado, o papel de uma lei federal em relação aos estados, aos municípios. Essa é uma grande verdade, é algo inerente à República Federativa.

Um detalhe do Direito Tributário: o que exatamente no CTN só pode ser modificado por lei complementar. E os senhores sabem muito melhor do que eu que isso é um tema complexo. Falar que é norma geral tributária, o.k., mas, por exemplo, isso já foi dito e eu engrosso o eco, o coro: suspensão de exigibilidade do crédito tributário é lei complementar mesmo ou é circunstancialmente lei complementar? Porque a Lei Complementar nº 104 é lei complementar e foi ela que, atualmente, inovou no 151, dizendo de liminar, de tutela antecipada.

Então, estamos de acordo aqui com o que já foi dito. Precisamos melhorar as hipóteses de suspensão da exigibilidade. Mas eu pergunto: tem que ser lei complementar ou pode ser lei ordinária? E, enfim, em time que se ganha, não se mexe. Talvez, precise ser lei complementar, porque, se for lei ordinária, os eminentes colegas da advocacia pública provavelmente vão questionar isso, a forma etc. e tal, e farão, ao meu ver, algo muito coerente. E, enfim, dentro da proposta, Ministra, da Comissão, quer dizer, não é exatamente, obrigatoriamente – pelo que eu entendi, posso estar errado –, um código de processo tributário.

Então, a meu ver, aqui há muitos caminhos importantes a serem seguidos, como uma lei complementar, um projeto de lei ordinária, um anteprojeto de código propriamente. Por isso que eu digo o seguinte: eu, é lógico, como processualista civil raiz, não veria problema nenhum de a gente modificar o CPC e colocar lá umas regrinhas a mais, como a Profa. Betina sugeriu, especificando situações do Direito Tributário. Eu acho até ótimo. A questão é só saber se isso será o suficiente ou se é o caso de se consolidar essas propostas num corpo avulso, certamente, mais didático, mais fácil de se manusear, além do CPC.

Eu digo isso, porque o art. 15 do CPC fala da subsidiariedade e da supletividade do CPC no âmbito do processo administrativo, porque, para nós brasileiros, e todos nós sabemos disso, processo tributário é processo civil, com aquelas regrinhas diferenciadas da Fazenda Pública em juízo – remessa necessária, prazo em dobro, tal – e o resto, a nossa criatividade e as nossas dificuldades.

Então, acho que isso é algo bastante interessante. E, é lógico, certo ou errado, temos hoje duas grandes leis do dia a dia, todos falarão e todos já falaram, da LEF, de um lado, e da Lei do Mandado de Segurança, de outro. Talvez algum projeto de lei, enquanto a nova LEF não vem, até porque isso é um tema à parte – e eu me sinto aqui muito bem representado pelo que se falou e, certamente, pelo que será falado pelo Prof. Renato – mas, na minha opinião, é um caso muito mais complexo. A mim não me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desagradaria que a gente inserisse uma ou outra modificação dentro da própria LEF, de 1980, apesar de outras considerações que já foram feitas.

Então, eu me contentaria, repito, olhando aquilo que nós temos, talvez, algo menos complexo de se fazer do que um código de processo tributário é introduzir lá modificações pontuais nas leis extravagantes, tendo em conta as especificidades do Direito Tributário material, inclusive no CPC.

E aí, algo que me ocorreu também, olhando a prática, eu sou um processualista que gosta de olhar a teoria na perspectiva da prática – acho que faz muito sentido para um processualista se preocupar com a prática forense efetivamente, buscando melhores resultados –, poderia haver uma disciplina, específica para o Direito Tributário, da tutela provisória antecedente, seja porque, com a devida venda, a tutela provisória antecedente no CPC, na minha humilde opinião, é certamente um desastre, é uma das piores partes do CPC, porque ou o juiz amplia o prazo, ou não funciona, e pode ser que o juiz não queira ampliar o prazo; seja porque, no âmbito do processo tributário, nós temos isso que o Prof. Shoueri colocou muito bem e que a Profa. Betina já havia falado, o limbo... E não fecha a conta na lógica do CPC, porque eu obtenho a liminar do juiz, eu tenho 30 dias para entrar com a minha ação principal, meu pedido principal, mas isso não funciona no Direito Tributário nessa transição, bem destacada pelos eminentes colegas, de processo administrativo para processo jurisdicional.

Então, talvez aí precise haver uma regra. Eu só vou apresentar o meu pedido principal, garantir o juízo tal, em um momento futuro e não em 30 dias, porque, vejam, simplesmente não dialoga com a atuação administrativa.

Diria, olhando a tutela provisória, que é um clássico do acesso à Justiça, outras hipóteses mais específicas de tutela provisória da evidência, que é o art. 311, ou seja, independentemente de *periculum in mora*. Precisar melhor dessas situações, certas posturas administrativas, decisões do Carf, decisões do TIT etc., que possam permitir ao magistrado jurisdicional definir uma tutela provisória, independentemente da pressa, independentemente do *periculum in mora* e, enfim, aqueles argumentos que, lógico, os bons advogados fazem, mas as provas, às vezes, são complicadas.

Do ponto de vista do CTN, engrosso aqui as considerações ou, melhor dizendo, adiro às considerações dos eminentes colegas que me antecederam. Na minha humilde opinião, temos que mexer no 151 para que ele seja mais realista. Na minha humilde opinião, valeria a pena mexer no 151 por lei complementar. A Comissão pode indicar que é uma lei complementar – lógico, o quorum etc., mas não vejo problema nenhum –, para dizer que não é só o depósito, é também a garantia, é também o seguro-garantia, é também a fiança e outras realidades que a prática forense vê e que, muitas vezes, os eminentes magistrados estaduais e/ou federais aceitam, mas que, todos nós sabemos e por razões absolutamente sustentáveis, no âmbito da advocacia pública, existe evidentemente uma grande desistência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a meu ver, a lei poderia flexibilizar o 151 no sentido de que, em última análise, fica todo mundo feliz: o contribuinte litiga com tranquilidade e o Fisco tem garantias efetivas de pagamento. Porque o grande problema, na minha humilde opinião, é você ter execução sem nenhum tipo de garantia, que é o problema da exceção de pré-executividade, que é na louca. O problema não...

Então, vamos melhorar o 151 e, aí, ao mesmo tempo... Não é a mesma coisa, mas entendam aonde a gente pode chegar com isso: se o 151 amplia a suspensão da exigibilidade fora da psicologia atual, nessa conversa com o Judiciário, com o administrativo, no limbo e tal, a gente automaticamente resolve o problema muito bem-posto, inclusive, pelo Prof. Shoueri, de garantia parcial, integral na execução fiscal. Porque, aí, não é só um problema de paralisar a execução, de suspender a execução; é um problema de não haver razão para a exigibilidade. É uma questão mais de ordem material do que de ordem processual. Então, a meu ver, isso resolveria muitas e muitas discussões importantes.

Nossa! Passa rápido mesmo, não é?

E outra questão – permitam-me nesses segundinhos que passam – é racionalizar. A palavra de ordem aqui, Sra. Ministra Regina Helena Costa, é racionalizar aquilo que a gente chama doutrinariamente, simpaticamente falando, de ações exacionais antiexacionais.

Veja, eu gosto do art. 38 da LEF, *I love* mandado de segurança, os colegas sabem que eu repito isso enfaticamente. Mas veja: a gente precisa talvez racionalizar os mecanismos de ingresso e os seus respectivos tempos de ingresso no Judiciário, otimizando, quase que unificando os momentos de questionamento. É como se falasse: "O contribuinte quer questionar? É um tiro só, tem que questionar tudo agora". E isso vai valer para tudo. Ou ganha ou perde, essa é a vida, toca para frente. Isso me parece muito relevante.

Também aperfeiçoar o sistema de prevenção jurisdicional, a se manter o que nós temos entre anulatórias, embargos, execução, etc. e tal – sabemos da luta que é isso dentro dos tribunais e tal –, mas também me parece bastante importante para que haja – também aqui a palavra de ordem – racionalização das intervenções jurisdicionais, sempre naquela perspectiva, Ministra Regina Helena Costa, de se obter um resultado de forma mais eficiente e de forma mais coerente.

Nesses 600 segundos ou dez minutos, eram esses os pontos que eu queria trazer.

Então, antes de acabar oficialmente, já que a máquina me deu mais quinze segundos, eu só agradeço mais uma vez pela atenção, pelo privilégio de participar dessa audiência pública, Ministra, e saiba que eu vou tomar a liberdade de formalizar essas minhas contribuições e mandar a V. Exa., ao Prof. Marcus Lívio Gomes e aos eventuais mais interessados, para contribuir ativamente com o debate.

O meu muito obrigado, agradecendo e devolvendo-lhe a palavra, Ministra.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Obrigada, Prof. Cassio.

Como sempre, com seu espírito crítico afiadíssimo. Era o que todos nós esperávamos ouvir.

Muito obrigada.

Eu vou, então, passar a palavra ao próximo especialista, que é também meu colega da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Prof. Renato Lopes Becho, Professor de Direito Tributário e conhecido especialista em processo tributário.

Então, agradeço também, Prof. Renato, pela disposição e pela disponibilidade para estar aqui conosco na tarde de hoje, e assim podermos ouvir as suas lições.

Muito obrigada.

O SR. RENATO LOPES BECHO – Boa tarde a todas e a todos.

Ministra e Professora Regina Helena Costa, não há o que agradecer; eu é que agradeço. É uma honra muito grande poder participar desta audiência pública. Como o tempo é escasso, cumprimento todos os colegas aqui desta banca virtual, desta mesa virtual na pessoa, e cumprimento também o estimado amigo Marcos Lívio Gomes, nosso colega, pedindo à assessoria para já colocar o PowerPoint no ar.

Isso. Senão, eu vou tentar aqui.

Eu vou ser muito rápido, mas me comprometo a oferecer à Comissão detalhamento do que eu vou falar aqui.

O primeiro eslaide, por favor.

O primeiro é a gente focar em execuções fiscais viáveis, um tema tão relevante e que foi mencionado aqui por diversas vezes. O primeiro ponto seria a extensão do Regime Diferenciado de Cobrança de Crédito (RDCC) da PGFN, que, desde 2016, revolucionou a cobrança das execuções fiscais e para muito melhor, porque reduziu o número de processos e aumentou o valor da arrecadação, como uma ordem legislativa para todos os exequentes. O segundo ponto, que eu acho que legislativamente é muito simples, mas com imensa repercussão fática, é a elevação do valor de alçada, o art. 34 da Lei de Execução Fiscal, que hoje está em R$327, ou seja, não se aplica mais o art. 34, e elevar esse valor em 60 salários mínimos, porque com isso desafogaria enormemente os tribunais de apelação – TJs e os TRFs. E terceiro, nessa ordem, uma expressa autorização legal para não ajuizamento de execução fiscal de baixo valor, em que a cobrança deveria ser feita ou deve ser feita exclusivamente por protesto de CDA.

O próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui, também legislativamente é simples. É apenas tirar a proibição fiscal na Lei dos Juizados para estender os juizados especiais também para as execuções fiscais. E a ideia é separar as execuções: as causas simples ficariam nos juizados, e causas complexas ficariam no Poder Judiciário. A grande vantagem de juizados é que não precisa ampliar o quadro da magistratura. Existem Turmas de Unificação Regionais e a Turma Nacional de Unificação de Jurisprudência, que retirariam essas causas mais simples, sem valor relevante e sem complexidade, do Poder Judiciário.

O próximo eslaide, por favor.

Ministra, V. Exa. logo falou da unificação do processo administrativo e do processo judicial, e a minha contribuição é aplicar o art. 513, §1º, do CPC, para o processo tributário, ou seja, que a execução fiscal passe a ocorrer nos autos do processo administrativo ou ao menos que ele seja juntado na execução fiscal.

Eu imagino o efeito. Se a petição inicial, na execução fiscal, acabar vindo não às primeiras páginas do processo, mas às páginas 700 do processo, e o juiz da execução fiscal vir que houve todo um andamento processual com julgamento de primeiro grau administrativo, julgamentos de segundo grau administrativo, eu acho que isso já vai mudar toda a sistemática de o Poder Judiciário verificar o que aconteceu no processo administrativo e manter muitas dessas decisões.

O próximo eslaide, por favor.

Execução fiscal boa é execução fiscal nova. Dizem que tributo bom é tributo velho, não é? Execução boa é execução nova. Mas o que é uma execução nova? É aquela que está próxima da caracterização da mora. Aqui o legislador sabia disso e colocou um prazo para que a Receita Federal do Brasil mande o processo administrativo, depois da mora, para a PGFN, que são 90 dias. O prazo, em 1967, era de 30 dias. Aqui, Ministra e Marcus Lívio, acho que o legislador precisa colocar uma punição para o desrespeito à aplicação dessa regra legal.

Há um trabalho fantástico da Controladoria-Geral da União, que eu vou passar para V. Exa. oportunamente, dizendo que o grau de aplicação dessa legislação por parte da Receita Federal é muito pequeno. E o legislador precisa colocar esse mesmo prazo e essa mesma punição, eventual punição, para a PGFN e para todos os demais exequentes, de forma, Ministra Regina, que as execuções fiscais que forem necessárias serem ajuizadas o sejam muito mais próximas da caracterização da mora do que a verificação da eventual prescrição. E com isso grandes problemas nossos deixariam de existir: problemas de prescrição – vejam a fala do Prof. Shoueri – e as questões de responsabilidade tributária, um dos meus temas de predileção, praticamente só ocorrem porque o processo é levado ao Poder Judiciário muito tardiamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa mesma linha, a outra proposta é uma paulatina redução dos prazos prescricionais, que poderiam ir, paulatinamente, até dois anos apenas, com uma compensação importante: ampliação das hipóteses de dolo, fraude e simulação.

V. Exas. sabem que eu acabo lecionando sobre o sistema tributário britânico, e, lá, nos casos de dolo, fraude e simulação, o prazo de prescrição passa a ser de 20 anos. Eu acho que isso é uma medida importante a ser adotada aqui no Brasil.

Próximo eslaide, por favor.

Assim como o Prof. Marcus Lívio conhece muito o Carf, eu conheço um pouquinho e peço licença para o meu olhar sobre o Carf. Primeiro, reorganização das turmas. Hoje, são oito julgadores, por conta da paridade. Eu proponho, assim como no Poder Judiciário, que as turmas tenham cinco julgadores e que a paridade vá para a escolha dos candidatos; e os da sociedade civil, que o façam por concurso público. E os membros do comitê de seleção e acompanhamento poderiam ser os membros dessa comissão de concurso, em que a sociedade civil estaria representada. Ali, também se ampliariam as prerrogativas da magistratura para os membros do Carf, com remuneração compatível.

Ministra, imagina que os julgadores do Carf, os Conselheiros, ficam dois anos, podendo ser reconduzidos por dois anos. Então, quando eles estão muito aquecidos como magistrados, eles acabam se retirando do Carf. Então, a minha proposta é fazer com que esses julgadores tenham mais esse perfil de juiz e possam ficar, talvez, 30 anos dentro do Carf.

Próximo eslaide, por favor.

Aí, há um conjunto de mudanças profundas, que eu reconheço que são, muitas delas, de difícil aplicação, mas não é por serem difíceis que nós não deveríamos tentar.

A primeira: admissibilidade de apelação, recurso especial e recurso extraordinário apenas quando houver efetiva citação e defesa em execução fiscal. Os meus 25 anos de execução fiscal me comprovam: é muito grande o número de apelações, recurso especial e recurso extraordinário em que não há as duas partes do processo. Naturalmente, os julgadores não têm condição de verificar toda a dimensão do problema jurídico que lhes foi apresentado.

Fico muito satisfeito em ouvir o Prof. Heleno Torres, o Prof. Shoueri, o Prof. Cassio, assim como eu, pedindo a revogação da Lei de Execução Fiscal. Eu só não substituiria por um Código de Processo Tributário porque não precisa. Na minha opinião, basta a aplicação do CPC.

Vejam: o Justiça em Números, do CNJ, comprova: execução não fiscal anda mais rápido do que a execução fiscal. Por quê? Porque a LEF acabou sendo muito leniente com a administração tributária. Então, se nós cancelamos, revogamos a LEF e vamos aplicar o CTC, vamos ter ganhos para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em terceiro lugar, expressa autorização legislativa para ações coletivas em matéria tributária. Se nós queremos reduzir, drasticamente, os 75 milhões de processos judiciais no Brasil, que nos colocam em primeiro lugar em litigiosidade do mundo – a Índia está em segundo lugar, com 45% do número de nossos processos, mas com três ou quatro vezes a nossa população –, nós temos que acolher as ações coletivas em matéria tributária.

E, por fim – e eu já escrevi –, é a criação do Conselho Nacional de Advocacia Pública para atuar, assim como o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, em benefício de toda a sociedade.

O próximo eslaide é o meu agradecimento. Fico contente de ter cumprido o tema. Então, próximo eslaide, por favor.

E, Ministra, agradeço enormemente este convite.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigado, Prof. Renato, por trazer sua visão e sua experiência, já de muito tempo, sobre o processo tributário, especialmente a execução fiscal. Eu penso que esse seja um dos temas sobre os quais a Comissão vai se dedicar dos mais urgentes no que tange à necessidade de aperfeiçoamento. Eu acho que realmente é um dos temas mais preocupantes hoje em dia, em matéria de processo tributário. Agradeço imensamente sua participação.

Eu passo agora a palavra ao próximo especialista, que é o Prof. André Mendes Moreira, que é Professor de Direito Tributário da Universidade Federal de Minas Gerais. Agradeço ao Prof. André também por ter aceito vir nos ajudar aqui nesta reflexão coletiva e plural que estamos fazendo acerca dos temas que foram propostos. Então, V. Exa. também tem dez minutos para a sua manifestação. Obrigada.

O SR. ANDRÉ MENDES MOREIRA – Cara Ministra e Profa. Regina Helena Costa, caro magistrado e Prof. Marcus Lívio Gomes, ilustres professores que me antecederam, é para mim uma elevada honra estar aqui no dia de hoje por inúmeras razões, dentre as quais também o fato de que, há mais de duas décadas, exerço a advocacia tributária contenciosa no Brasil. Já advoguei em todos os estados da Federação e advogo ainda. E, para além disso, há uma década, que se completou este ano, leciono como disciplina optativa, na Faculdade de Direito da UFMG, Direito Processual Tributário, que para mim deveria ser obrigatória. Portanto, essas duas razões me trazem algum conforto para compartilhar apenas dois pontos de vista que selecionei para trazer perante este colegiado, desde já adiantando que ambos os pontos já foram, para a minha satisfação e também tranquilidade, tratados pelos ilustres professores que me antecederam, em maior ou menor grau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro problema de dois que tratarei é o problema quantitativo das execuções fiscais. Sabe-se que quase 40% dos processos em curso no Poder Judiciário referem-se a execuções fiscais e que o índice de recuperação de créditos tributários em execuções fiscais é, em um cenário otimista, de 3%. Portanto, é preciso de duas uma: ou tornar eficaz o mecanismo ou reduzi-lo, mas a redução do número de execuções fiscais, por si só, colaborará para o aumento da sua eficácia. Com menos execuções a serem geridas – e essa é a palavra, porque, quando se trata de 20 mil, 30 mil processos numa Vara de Execuções Fiscais, fica difícil falar em julgamento de cada caso e, sim, em gestão de passivo, que me parece a palavra mais adequada –, eliminando todo esse passivo ou 90% dele, é possível ganhar qualidade, é possível ganhar celeridade.

E qual é a saída que eu trago aqui perante esta ilustre Comissão para reduzir o passivo? A saída já foi dada pelo Supremo Tribunal Federal quando legitimou o protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa.

O protesto extrajudicial foi adotado em Minas Gerais, em um projeto piloto, há pouco mais de cinco anos, e o índice de recuperação de créditos tributários protestados foi sete vezes superior ao índice de recuperação de créditos tributários ajuizados, com um detalhe: enquanto a execução fiscal tem um custo elevado para o Erário, o protesto extrajudicial, pelo menos em Minas Gerais, foi feito com custo zero, porque há interesse dos cartórios em protestar sem cobrar do estado, já que, para dar baixa, quando o débito é pago, consegue-se cobrar emolumentos daquele devedor que pagou o que devia. Portanto, é um mecanismo que se revelou gratuito e sete vezes mais eficaz que as execuções fiscais.

Dentro desse quadro, eu proponho aqui uma pequena alteração no Código Tributário Nacional, que está no item 1 deste quadro. Como reduzir o número de execuções fiscais? O art. 174 do CTN, que hoje tem um parágrafo único, passaria a contar como §1º, e esse §1º diria que a prescrição se interrompe, inciso II, pelo protesto judicial ou extrajudicial, porque, apesar de o protesto ser um mecanismo validado pelo STF, ele não é interruptivo da prescrição, pelo menos no CTN. E acresceríamos um §2º que diria ser vedado o aforamento de execução fiscal para cobrança de débitos cujo valor seja inferior a 60 salários mínimos. Norma geral vinculante dos três entes federados com valor de alçada extraído dos juizados especiais da Fazenda Pública. Portanto, essa modificação permite por si só que se elimine futuramente algo na ordem de 80% a quiçá 90% de novas execuções fiscais que seriam propostas.

O segundo tema que abordarei, segundo e derradeiro, é um tema de importância que me parece fundamental para o desenvolvimento do nosso país, porque para o desenvolvimento de qualquer nação é preciso que haja boa-fé no tratamento do cidadão e é preciso que haja segurança jurídica, já que hoje o capital é líquido, para usar uma expressão que não é minha, e, portanto, escolhe com muita facilidade se vai industrializar o Brasil ou o Paraguai, que muitas vezes tem ganhado essa queda de braço por novos investimentos com a nossa nação, que é um colosso. Portanto, há uma questão essencial que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu ver deve ser endereçada: é a questão relativa a cartas de fiança e seguros-garantia, que são mecanismos de garantia das execuções fiscais.

As empresas têm custos elevados, seja com a instituição bancária, seja com a seguradora, para contratar essas cartas de fiança. O que tem ocorrido em muitos casos: julgado o processo em segunda instância desfavoravelmente, mas sem trânsito em julgado, e apesar da impossibilidade de se levantar a fiança antes do trânsito em julgado – é irreversível esse levantamento –, tem sido pedido algo que parece muito singelo que é o levantamento da fiança ou do seguro-garantia para que o valor seja mantido depositado judicialmente.

Isso tem dois problemas. Primeiro, trata-se de execução antecipada, porque todos sabemos que, no âmbito federal, o depósito é direcionado à Conta Única do Tesouro, e, nos âmbitos estaduais, já existem leis que permitem aos estados se apropriarem de até 70% dos depósitos judiciais. Então, o depósito não fica necessariamente à disposição do juízo, ele é utilizado pelo ente público, pelo Poder Executivo, para as suas despesas correntes. Isso é um fato decorrente da legislação. E o segundo problema: quando uma empresa é chamada a arcar com os custos do levantamento de uma fiança ou de um seguro-garantia, muitas vezes, ela tem que realizar um desembolso naquele valor, porque as condições de contratação, seja da fiança, seja do seguro-garantia, são condições que não geram nenhum tipo de prejuízo para os bancos nem para as seguradoras, são condições que protegem os bancos e as seguradoras, e, no limite do acionamento da fiança ou do seguro, recai sobre o contribuinte o dever de depositar, para o banco ou para a seguradora, aquele valor. Quando muito, ao menos, o custo da fiança e da garantia aumenta, dada essa prática, sem falar no fato de que, em muitos casos, tem havido persecução penal contra administradores de empresas que pode ser suspensa com depósito do montante integral, mas que deveria sê-lo também por oferta de seguro-garantia ou de carta de fiança, já que a Lei de Execução Fiscal os trata, de algum modo, como equivalentes.

Por isso, a segunda e última proposta, nos 31 segundos que me restam, é a proposta de alteração do art. 151 do CTN. Suspenderão a exibilidade do crédito tributário o depósito em dinheiro, a fiança bancária ou o seguro-garantia equivalentes entre si para todos os fins de direito desde que suficientes para garantir a totalidade do crédito tributário.

Com essas considerações, eu agradeço penhoradamente a oportunidade de me manifestar e reitero a minha honra e a minha satisfação em estar aqui perante esta ilustre Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. André, pela sua valiosa contribuição, também com esses pontos específicos. Isto nos ajuda muito: que as propostas sejam bem pontuais e diagnostiquem o problema e proponham a solução. Isso nos ajuda imensamente. Muito obrigada, Prof. André. Eu, então, agora, passo a palavra à Prof. Isabela Bonfá de Jesus, igualmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha colega na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, advogada e professora especializada em processo tributário.

Muito obrigada por estar aqui conosco e se disponibilizar a nos auxiliar nessa tarefa tão difícil que é propor sugestões de aperfeiçoamento e aprimoramento do processo tributário.

Muito obrigada, Prof. Isabela.

A SRA. ISABELA BONFÁ DE JESUS – Boa tarde a todos e a todas, cumprimento, na pessoa da Ministra, e me permita chamá-la de Prof. Regina Helena Costa, e do Prof. Marcus Lívio.

Eu preciso dizer que os meus estudos mais recentes foram dedicados à solução dos meios alternativos adequados para a solução dos conflitos tributários.

Depois de ouvir os meus antecessores aqui, eu tenho uma sensação muito reconfortante porque alguns já passaram e já tocaram neste tema e é reconfortante. Eu faço questão de trazer isso, porque cada um no seu núcleo, cada um dentro do seu universo, da sua faculdade, então, a gente ouviu professores da USP, da FGV, eu na PUC de São Paulo, estudando esse mesmo tema e eu acho que o marco aqui é para que nos tornemos uma voz única no sentido de entender a importância e o momento agora de se implementarem esses meios alternativos.

Como a Tathiane bem falou, não é talvez para tentar dar vazão a essa quantidade de processos que nos assusta, a quem atua, mas é para abrir mesmo outras portas.

Eu não quero ser repetitiva, eu quero ser pontual aqui também.

Elegi aqui falar de transação, arbitragem tributária e mediação. A transação eu vou deixar de lado, porque já foi exposta pela Prof. Tathiane, e eu quero me concentrar, num primeiro momento, na arbitragem.

Quero realmente ser pontual, então, vou começar a falar sobre as sugestões de propostas que devem ser alteradas para que a arbitragem tributária seja realmente implementada e de uma maneira satisfatória, que haja menos questionamentos possíveis acerca do instituto.

Então, a primeira previsão é que realmente haja, no art. 151 do CTN, a previsão de suspensão da exigibilidade em face do processo arbitral. Eu concordo com o Prof. Cássio, acho que, se estamos nesse momento aqui tratando de propostas de projetos, é bom que seja por lei complementar, para evitar questionamentos, se possível for.

Da mesma maneira que o 151 teria que prever essa possibilidade de suspensão da exigibilidade em face do processo arbitral, o 156 do CTN também, no sentido de ter a previsão da sentença arbitral como forma de extinção do crédito tributário. Ainda que, a meu ver, fosse desnecessário por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equiparação à sentença judicial, mas eu acho que, nesse momento, até por ser um instituto novo no campo do Direito Tributário, seria relevante que houvesse essa expressa consignação no nosso CTN. E, mais especificamente, eu acho que caberia ou uma lei específica, uma lei própria ou juntamente com os outros meios, enfim, mas para tratar especificamente da arbitragem tributária.

Nós temos dois projetos de lei, um de 2019 e outro de 2020: o Projeto 4.257, de 2019; e o Projeto 4.468. Eles não são excludentes, são projetos que conversam entre si, porque são previsões de arbitragem tributária em momentos distintos da cobrança do crédito tributário. Um, na fase de pré-lançamento e, outro, numa fase onde a execução já foi proposta, já foi garantida e aí, por concordância das partes, se estabelece a arbitragem tributária.

A meu ver, esses projetos ainda são tímidos, quando se fala em arbitragem tributária, porque dá a sensação de que eles estavam preocupados por não ter a previsão do CTN de suspensão da exigibilidade e da extinção do crédito, eles ainda tentaram procurar fases da instituição da arbitragem e fases da cobrança do crédito tributário que não exigissem isso como pré-lançamento. Mas eu acho que a gente solucionando a inclusão do 151 e do 156, o projeto pode ser mais abrangente. Ele pode, a meu ver, sim, abranger todas as fases da cobrança do crédito tributário para se instituir a arbitragem.

E, mais do que isso, eu acho que aí, sim, nessa lei específica para tratar desse instituto, há alguns pontos que eu queria realmente ressaltar aqui que podem ser abordados, aliás, devem ser abordados. Então, definição de um prazo para se instituir arbitragem tributária, para a gente não ficar com a sensação da morosidade de demorar anos até vir uma solução; como será firmado o compromisso arbitral, o compromisso arbitral é o marco inicial em que as partes demonstram a vontade de ir para a arbitragem; a renúncia ou discussão judicial que aquela decisão vincula, não só a administração ao sujeito passivo, e não é passível de recurso para o Poder Judiciário, obviamente, salvo se existir alguma ambiguidade; que arbitragem é sim vinculada ao sistema de precedentes, nos termos do 927 do CPC; trazer previsão de efeitos, de garantias, se necessárias forem; definição de como serão os árbitros; as despesas, os honorários; os requisitos que têm que ser a motivação dessa sentença arbitral. Enfim, eu acho que todos esses pontos são preocupantes, geram dúvida e deveriam ser especificados.

Em relação à mediação tributária, a gente também já tem uma lei que trata da mediação tributária, apesar de que eu acho que existe um grande problema no art. 32 da Lei 13.140, de 2015, que autoriza a instituição de câmaras de resolução administrativa de conflitos, mas, logo após, no art. 38, veda a mediação para os tributos administrados pela Receita Federal. Eu acho que isso precisaria ser corrigido.

Nós temos já a primeira capital a estabelecer mediação tributária, o Município de Porto Alegre, na Lei 13.028, de 2022 – faz semanas que essa lei foi aprovada. Foi um esforço conjunto do município com a ABDF, com a Abrasf. É muito interessante, eu acho que é um projeto que pode servir de inspiração, mas também acho que tem que ser uma lei específica para tratar desse assunto. Seguindo a linha do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prof. Renato, eu entendo que a mediação também pode ser uma oportunidade para uma solução de conflitos em massa, esse é o histórico da mediação para relações de consumo dissidentes, por exemplo. Eu acho que no tributário pode existir uma mediação coletiva, desde que representada por órgãos de classe, por associações, mas acho que é viável. E, obviamente, com a concordância das partes, indo por esse caminho, acho que também pode abranger todas as fases do crédito tributário com vínculo aos precedentes, pedidos de adesão, por exemplo, que eu acho extremamente relevantes quando a gente trata de matéria tributária. O interessado que acha que lhe cabe aquela decisão apresenta prova do seu atendimento, os requisitos, as condições, ainda que parcialmente, ainda que seja uma parte da condição dele. Então, acho que também no quesito da mediação tem que haver essa previsão.

Deixo consignado aqui na minha fala que não haveria necessidade, diferente da arbitragem, de uma previsão, de uma alteração do 151 do CTN para prever suspensão e extinção. Na mediação não precisa, porque – a Profa. Tathiane já falou isso – ela cabe muito dentro da transação. Então, eu acho que essa preocupação não seria algo efetivo. Eu só acho que a gente pode também ter a previsão da combinação desses métodos, não é? É muito comum, antes que haja arbitragem, haver também uma mediação em que as partes sentam, pelo menos fazem o recorte e solucionam o que já pode ser ajustado. E aí parte-se para a arbitragem.

Muito bem. Eu vou usar aqui meu tempo final para agora encerrar esse assunto da solução de conflito e fazer coro com os professores que também me antecederam em relação à Lei de Execuções Fiscais. Eu acho importante fazer esse coro para demonstrar que temos aqui diversos professores e especialistas que estão repetindo alguns artigos, repetindo alguns problemas. Então, eu faço coro para a gente tentar realmente solucionar, não é?

Eu marquei aqui a questão da antecipação das garantias que o Prof. André, que recentemente foi o professor anterior, minuciosamente já expôs, mas eu acho importante essa liquidação antecipada das garantias. Fiança bancária, seguro garantia sem o trânsito em julgado para mim é algo muito complicado de atuar e, depois, de explicar em sala de aula. É o §2º do art. 32 da LEF.

Eu concordo com o Prof. Renato, eu acho que a LEF deveria ser revogada, mas a gente não sabe que caminho vai haver dentro dessa reforma do processo tributário. Então, não sendo revogada, eu acho alguns artigos têm que ser corrigidos.

Outro a que eu faço menção aqui é o art. 38 da LEF, o famoso artigo conhecido da discussão judicial via ação anulatória – vírgula –, esta precedida de depósito judicial. Eu acho que é uma boa oportunidade de se permitir a inclusão de outras formas de garantia, tal como descreve o próprio art. 9º da LEF. Tudo bem que o STJ já tem um entendimento firmado que autoriza a garantia no pedido da tutela, mas eu acho que, neste momento, é bom que se estabeleça isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, também, não sendo revogada a LEF, eu acho que a gente podia adequar a LEF ao que já está previsto no CPC. Então, alterar o art. 16 no sentido de ficar de acordo com o CPC para permitir a oposição de embargos independentemente de garantia, cabendo ao juiz depois analisar a atribuição dos efeitos suspensivos ou não.

Então, eu finalizo a minha fala agradecendo novamente o convite e a oportunidade de estar presente.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Obrigada, Profa. Isabela, que compartilha conosco essa sua experiência, essa sua visão prática dos problemas do processo tributário. Muito obrigada pela participação, pela contribuição. Muito obrigada.

Muito bem, vamos passar agora a palavra ao Prof. Paulo Roberto Lyrio Pimenta, que, como eu, também é magistrado federal, assim como o Prof. Renato Becho, que falou anteriormente. E é também o Professor de Direito Tributário da Universidade Federal da Bahia. Prazer revê-lo, Prof. Pimenta, ainda que remotamente. Faz muito tempo que não nos encontramos. Eu gostaria de agradecer uma vez mais a sua disposição de participar conosco aqui. Muito obrigada.

O SR. PAULO ROBERTO LYRIO PIMENTA – Boa tarde a todos. Exma. Sra. Ministra Regina Helena Costa, Presidente desta Comissão, Dr. Marcus Lívio, Relator... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Estamos com um pouquinho de dificuldade de ouvi-lo, Prof. Pimenta... O áudio está ruim.

O áudio está meio truncado e está muito baixo. Nós não estamos conseguindo ouvir. Não sei se a Secretaria pode dar alguma ajuda ao professor.

O SR. PAULO ROBERTO LYRIO PIMENTA – Melhorou agora?

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Parece que sim, parece que sim.

O SR. PAULO ROBERTO LYRIO PIMENTA – Pronto. Aumentei aqui.

Então, quero cumprimentar todos, em nome da Professora e Ministra Regina Helena Costa. Quero agradecer pelo convite que me foi direcionado para participar desta Comissão, que me deixou duplamente honrado, primeiro, pelo encargo que nos foi atribuído e, segundo, por estar aqui ladeado por grandes professores e especialistas de Direito Tributário e de Processo Civil. Quero parabenizar meus antecessores pelas falas, pelas importantes e interessantes sugestões, todas no intuito de melhorar o processo tributário em nosso país.

Eu penso que, quando se fala em reforma do processo jurisdicional tributário, o primeiro ponto que nós temos que definir é a finalidade que se deve buscar alcançar. Isso está muito claro no ato que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituiu esta Comissão, que é a modernização do processo tributário. Modernizar em que sentido? – e aí eu creio que os colegas que me antecederam, todos, estejam de acordo com um ponto: racionalizar esse sistema que tem se revelado, sem sombra de dúvidas, ineficiente. Os dados estão aí para comprovar essa minha assertiva.

No meu entendimento, para que isso seja alcançado, eu acho que nós podemos trabalhar com dois eixos de propostas que não se excluem. O primeiro eixo eu chamo de mudanças na estrutura judiciária da gestão dos processos de execução fiscal. Isso é muito importante, não é?

O que é que nós temos atualmente? Um sistema de duplicidade relacionado à competência para apreciar as ações tributárias exacionais e antiexacionais, segundo aí essa famosíssima classificação do grande Prof. Arruda Alvim, não é? Então, nós temos hoje as varas cíveis com competência para processar essas ações exacionais, ordinárias, mandados de segurança etc., e as varas de execução fiscal para processar os feitos de execução de créditos tributários, de créditos não tributários e ainda das execuções extrajudiciais.

Essa duplicidade gera alguns problemas, porque em muitas situações o feito no âmbito do processo de execução tem que ser suspenso por causa de uma ação anulatória que foi eventualmente ajuizada perante uma vara cível, em face da presença da conexão. Isso acaba, portanto, tumultuando o andamento de alguns processos de execução fiscal.

E outro problema: o juiz de execução fiscal não é um juiz com competência exclusivamente tributária, porque processa feitos de natureza não tributária, execução do crédito não tributário, da dívida ativa não tributária, que são basicamente as multas de natureza administrativa, e ainda as execuções extrajudiciais, nas quais se discute matéria de Direito Civil e de Direito do Consumidor. Há muitas dessas situações.

A minha proposta é eliminar esse sistema de duplicidade tributária para processar e julgar tanto as ações exacionais, portanto, ação de execução, quanto as ações antiexacionais. E, além disso, retirar dessas varas atuais de execução fiscal as execuções extrajudiciais, que deverão migrar para o seu o *ha*bitat natural, que são as varas cíveis, e também afastar das varas de execução fiscal a execução do crédito não tributário, a dívida ativa não tributária.

Esse modelo é um modelo parecido com o que existe hoje no TRF da 4ª Região. Eu acho que essa especialização, dentro de uma especialização que hoje já existe, facilitaria muito a gestão desses processos tributários em nosso país.

Então esse primeiro leque de sugestões que eu proponho vai nesse sentido de alterações na gestão, na condução desses processos jurisdicionais tributários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo eixo de sugestões que eu gostaria humildemente de apresentar diz respeito a mudanças nas regras do procedimento. Os colegas que me antecederam já mencionaram aí vários aspectos, e eu estou de acordo com muito do que foi defendido.

Então nós temos a possibilidade de modificação na Lei de Execução Fiscal (LEF), de 1980. Obviamente é uma lei desatualizada, mais de 42 anos de vigência, e, portanto, está ultrapassada com as situações modernas que surgiram posteriormente a esse período.

Então, alguns pontos aqui a gente pode tentar sugerir. O primeiro é a adaptação dessa cobrança ao novo Código de Processo Civil. Não sei se seria o caso de revogação ou de derrogação da LEF, mas ela precisa ser modernizada, isso é fato. Então, algumas novidades trazidas pelo processo civil poderão ser aplicadas ao processo tributário se nós atualizarmos essa legislação que atualmente regula a execução do crédito tributário em nosso país.

O professor... (*Falha no áudio.*)

... tratou do problema da tutela provisória, algo que não tem regulamentação. Nessa hipótese de regulamentar esses institutos, isso facilita a operação de execução fiscal.

Outro ponto que me parece interessante – do qual muitos colegas trataram e por ele demonstraram preocupação que me parece muito justa – é o problema da garantia nos embargos de execução. Isso acaba dificultando e até mesmo impossibilitando o executado de se defender no processo de execução fiscal.

Há uma saída para isso, que é regulamentar a exceção de pré-executividade, essa forma, essa modalidade de defesa que nos foi legada pelo gênio Pontes de Miranda, não é? A exceção de pré-executividade hoje tem cabimento basicamente com base numa súmula do Superior Tribunal de Justiça que diz que é admissível quando se tratar de matéria de ordem pública.

E o que é matéria de ordem pública? Várias matérias, várias questões têm sido já especificadas pela jurisprudência do STJ, mas me parece que, se nós pudéssemos regulamentar a admissibilidade, os efeitos da exceção de pré-executividade, o procedimento a ser adotado, eu acho que isso facilitaria muito a defesa do executado e acabaria com essa discussão quanto ao cabimento ou não cabimento da exceção de pré-executividade em muitas dessas situações.

Esse é um ponto sobre o qual eu acho importante a gente pensar, a modificação da cautelar fiscal, não é? Essa ação, surgida em 1990, também precisa ser melhor regulamentada. E por que eu digo isso? Porque a operacionalização dela é muito difícil na prática, na visão de quem está atuando como órgão jurisdicional, porque quando se defere, por exemplo, a indisponibilidade de bens, operacionalizar isso na prática do cartório com a secretaria é de um grau de dificuldade enorme, enorme. Isso acaba, portanto, dificultando a utilização e a efetividade dessa medida cautelar fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto em que eu gostaria de tocar, a Profa. Betina já mencionou, são as questões ligadas ao caso recente da inclusão ou não do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Eu penso que existem algumas especificidades da norma tributária, principalmente relacionadas aos efeitos que elas produzem – as normas tributárias e constitucionais –, que precisam ser consideradas na regulamentação da legislação que trata da matéria. Sendo assim, isso exigiria uma modificação tanto da Lei 9.868, de 1999, que regula o processo de julgamento de ADI e ADC, quanto da Lei 9.882, de 99, que regula a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Então, essas questões precisam ser mais bem equacionadas, principalmente para evitar os debates que têm surgido, tendo em vista as recentes situações em que a modulação dos efeitos da decisão de constitucionalidade foi adotada pelo Supremo Tribunal Federal.

Outro ponto que me parece importante ser assinalado é a utilização da penhora eletrônica, da penhora *on-line*, que se transformou em um instrumento utilizado de forma, muitas vezes, sem critério, de maneira abusiva. Então, a penhora *on-line* precisa ser mais bem regulada porque em muitos casos, quando o executado tem patrimônio, tem bens suficientes para garantir a execução, não se pode simplesmente invocar um dispositivo do Código de Processo Civil que põe a penhora em primeiro lugar para... (*Falha no áudio.*)

...os instrumentos desse tipo de garantia.

Outra questão – já finalizando – que me parece que deve ser codificada é inserir como princípio do processo tributário o Princípio da Proporcionalidade. Este que tem estatura constitucional, acho interessante que seja positivado como um princípio do processo jurisdicional tributário.

São essas as principais observações, as principais sugestões que eu gostaria de trazer para a discussão. Há muito o que ser debatido, há muito o que ser discutido.

Quero, mais uma vez, agradecer à Ministra Regina Helena Costa pela oportunidade, que muito me honra, de estar aqui nesta tarde compartilhando da companhia e da inteligência dos colegas que me antecederam.

Muito obrigado. Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. Paulo Roberto. Agradeço, também, a sua pontual exposição, fruto da sua experiência acadêmica e profissional, como magistrado, no âmbito do processo tributário. Foi muito enriquecedora. Muito obrigada.

Dito isso, o próximo especialista a ser ouvido aqui nesta audiência pública é o Prof. Sérgio André Rocha, professor de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Muito prazer em recebê-lo aqui também, Prof. Sérgio André. Faz tempo que não nos encontramos pessoalmente. Agradeço esse seu desejo de poder participar, a sua colaboração, a sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. SÉRGIO ANDRÉ ROCHA – Obrigado, Profa. e Ministra Regina Helena Costa. Saúdo, na sua pessoa, todos os que estão aqui conosco nesta audiência pública e que estão nos assistindo. Tomo a liberdade de deixar um grande abraço ao meu amigo, Prof. Marcus Lívio Gomes, com quem tenho a alegria de compartilhar o Departamento de Direito de Estado da UERJ.

O tema do processo tributário me acompanha academicamente há 20 anos. Então, é uma grande felicidade estar aqui e poder compartilhar algumas percepções.

Hoje nós estamos, todos nós aqui nesta audiência, mais do que cansados de debates sobre reformas, já que os últimos quatro anos foram excessivamente intensivos em discussões sobre reformas, no caso, principalmente, a reforma tributária.

Toda reforma tem desafios que são muito particulares, e acho que essa reforma do processo tributário não é diferente. Primeiro, os desafios do processo judicial tributário não são os mesmos desafios do processo administrativo tributário. Todos eles têm as suas microquestões e acho que muito do que nós ouvimos aqui essa tarde até agora trata de microquestões, seja do processo administrativo, seja do processo judicial. As questões dos processos de iniciativa dos contribuintes não são as mesmas questões, os mesmos desafios dos processos de exigência de crédito tributário, seja na sua fase administrativa, seja na execução fiscal. A gente tem questões específicas das esferas federal, estaduais, municipais. A gente tem questões relacionadas diretamente a esse traço do nosso direito tributário que é essa nossa hiperconstitucionalização do direito tributário brasileiro, que traz, para dentro do processo também, desafios monumentais. A gente tem desafios – e aí toca, talvez, muito no que nos falaram a Profa. Tathiane Piscitelli, a Profa. Isabela Bonfá – decorrentes da hiperlitigiosidade que marca o nosso sistema tributário. Então, há desafios, acredito, que são muito grandes. Esta Comissão vai ter um trabalho bastante desafiador de definir exatamente onde vai focar a atenção.

Dentro desse panorama e discutindo problemas e soluções, eu acredito também que a gente possa fazer uma divisão entre problemas pontuais e específicos do sistema atual – e, como eu disse, me parece que muito do que foi dito até aqui se refere a problemas pontuais e específicos do sistema atual –, e há a possibilidade de aproveitar que a gente tem uma Comissão cujos trabalhos estão apenas iniciando para a gente eventualmente ser um pouco mais ousado e pensar em reformas que são reformas do sistema como um todo, não são reformas específicas desse problema de garantia, daquele problema de penhora, mas são reformas do sistema.

Eu, há bastante tempo, sou crítico do desenho institucional do nosso sistema de solução de conflitos na esfera tributária e, portanto, vou usar os seis minutos e meio que me restam a provocar um pouco neste sentido: de uma reforma mais abrangente. Como eu disse antes: como são tão diferentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os diversos processos tributários, devo dizer que vou restringir as minhas considerações ao processo de exigência de crédito tributário.

O processo de exigência de crédito tributário, a meu ver, gera algumas questões sistêmicas interessantes, porque é no contexto do processo de exigência de crédito tributário que a gente tem a intercessão entre o processo administrativo e o processo judicial principalmente. Então, a gente tem todo o sistema de controle administrativo da legalidade dos atos de exigência de créditos tributários em todas as esferas e, na sequência, eventualmente, notadamente quando o contribuinte perde no processo administrativo, a gente tem um reinício de todo um debate da questão na esfera judicial. E essa sobreposição de instâncias é algo que há muito tempo me incomoda: é ineficiente, é burocrática e gera um desperdício de tempo e de recursos que, a meu ver, é monumental.

Ainda tentando delimitar o escopo da minha intervenção, como nós precisamos ter uma referência, um paradigma, as minhas considerações de agora em diante vão ter em conta o processo administrativo e o processo tributário na esfera federal.

Então, no sistema de hoje, o contribuinte que tem lá um auto de infração lavrado contra si pode impugnar o auto de infração perante as Delegacias da Receita Federal de Julgamento. Nós sabemos que, no caso de uma decisão desfavorável... Em algumas circunstâncias, mesmo com uma decisão favorável, a matéria sobe para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que tem dentro de si duas instâncias, em algumas situações a matéria sobe para a Câmara Superior de Recursos Fiscais e, na hipótese de uma decisão desfavorável ao contribuinte, diante do inciso XXXV do art. 5º, o princípio da inafastabilidade da jurisdição, tudo recomeça no Poder Judiciário.

Como eu disse, isso, a meu ver, é uma sobreposição de instâncias absolutamente inaceitável, ainda mais que, durante todas essas mais de décadas em que se discute o assunto, a gente nunca conseguiu evoluir num tema que se debateu na década de 60, na década de 70, que era, de alguma forma, o aproveitamento do processo administrativo na esfera judicial. A gente tem aquele célebre trabalho que foi feito pelo Gilberto de Ulhôa Canto, junto com a Fundação Getúlio Vargas, se não me engano na década de 70, em que ali se trabalhavam algumas ideias até de eventualmente se recorrer do processo administrativo direto para a segunda instância judicial, já que, em tese, a instrução já teria sido feita no processo administrativo.

Diante disso, há quase 20 anos eu venho advogando uma reforma de modelo em que basicamente a gente substituiria hoje a segunda instância administrativa, que simplesmente deixaria de existir nos seus moldes atuais – ou seja, o Carf, como existe hoje, deixaria de existir –, e, usando a mesma sequência que eu utilizei antes, diante de um auto de infração, o contribuinte teria o direito de impugnar aquele auto de infração para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento. Diante de uma decisão desfavorável da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, o contribuinte teria duas opções: ou levar a matéria para o Poder Judiciário como uma primeira instância judicial que, em decorrência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma alteração no art. 151, suspenderia a exibilidade do crédito tributário – então o contribuinte teria o direito de discutir a matéria em primeira instância com suspensão de exigibilidade do crédito –, ou então levar a questão para um novo órgão julgador, que eu defendo já, como disse, há basicamente 20 anos, que seria um órgão administrativo de julgamento, colegiado, com julgadores selecionados por concurso. Da maneira como eu defendo, esse órgão teria previsão constitucional; os julgadores teriam a estatura e as garantias de magistrados federais; obviamente, turmas, câmara de julgamento com números ímpares de julgadores – pelo amor de Deus! –, para evitarmos todos os debates que temos em função de órgãos julgadores colegiados com números pares de julgadores. E a grande novidade, talvez... E aí, Profa. Tathiane e meu querido Prof. Ricardo Almeida, que vai falar depois de mim, acredito que há uma intersecção entre essa posição que eu venho defendendo e a discussão sobre a arbitragem tributária. É que, no modelo que eu sustento, a decisão desse tribunal administrativo seria final para qualquer um.

Então, a partir do momento em que o contribuinte decide, em vez de levar a sua questão para o Poder Judiciário, levar a sua questão para esse órgão de julgamento, que nada mais é do que uma câmara arbitral com julgadores predefinidos, ou seja, a partir do momento em que se decide ir para esse órgão de julgamento, a decisão seria terminativa e definitiva tanto para a Fazenda quanto para os contribuintes, porque obviamente não tem nenhum sentido a gente investir pensamento, recursos para se criar um órgão julgador que teria essas características que eu estou sustentando aqui para ele proferir uma decisão e se recomeçar tudo no Poder Judiciário. Isso seria absolutamente esquizofrênico.

Então, como eu venho sempre dizendo, a nossa tarefa, na academia, é provocar com ideias. Eu não tenho nenhuma pretensão de que isso seja algo pronto e acabado para implementar amanhã, mas, como eu disse anteriormente, acho que, no nosso debate de hoje, a gente pode focar em microquestões ou focar no desenho do sistema. Eu acredito que nós temos um problema que é maior do que simplesmente resolver as pequenas questões que hoje assolam a advocacia tributária, seja a pública, seja a privada.

Então, deixo aqui essa provocação, Ministra Regina Helena Costa, meu querido Prof. Marcus Lívio Gomes, todos que nos assistem, todas que nos assistem.

Agradeço muitíssimo, mais uma vez, a oportunidade de estar presente aqui nesta audiência pública.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. Sérgio André, que é sempre provocativo. Desde o dia em que nos conhecemos, num evento lá no Rio de Janeiro, essa sua habilidade é extremamente valorizada. Muito obrigada pela sua contribuição, pelos pontos que suscitou aqui para a nossa reflexão coletiva. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo agora a palavra ao Prof. Lucas Bevilacqua, Professor de Direito Tributário e Coordenador do Observatório da Macrolitigância Fiscal do Instituto Brasiliense de Direito Público.

Quero agradecer também a sua participação aqui na Comissão, justamente nesta audiência pública. Temos certeza de que as suas reflexões vão colaborar para as nossas reflexões também.

Muito obrigada.

O SR. LUCAS BEVILACQUA – Boa tarde a todos.

Cumprimento primeiro a Professora e Ministra Regina Helena Costa, a quem dirijo, desde já, os parabéns pelo empenho no processo tributário, não de hoje, no Brasil. Cumprimento também os Profs. Marcus Lívio e Valter Shuenquener na condição de Sub-Relatores de cada uma das Comissões desta Comissão do Senado Federal.

O tema que eu aqui preparei para compartilhar com os colegas, na expectativa de contribuir com esta notável Comissão de Juristas, entre aqueles cinco pontos de trabalho desta Comissão, respeita justamente ao ponto cinco, a propósito da revisão do Código Tributário Nacional, com vistas à inserção de normas no processo administrativo tributário.

Eu tive a oportunidade de assistir parte dos trabalhos pela manhã. O Prof. Floriano de Azevedo Neto bem colocou a questão da necessidade de uma norma geral de processo; o Prof. Schoueri bem como o Prof. Heleno tiveram a oportunidade de compartilhar, na tarde de hoje, a necessidade premente que nós temos diante do grau de insegurança jurídica que temos na aplicação da lei processual tributária.

Em especial, diante da razão do convite que aqui me foi dirigido, em função dos trabalhos de pesquisa no âmbito da rede do Observatório da Macrolitigância Fiscal, no qual, nos dois últimos anos, nós estamos debruçados a estudar o processo de formação e aplicação de precedentes judiciais vinculantes em matéria tributária...

Em exposição anterior nesta tarde, tanto a Profa. Betina quanto o Prof. Schoueri tiveram a oportunidade de compartilhar aqui o desafio que representa a aplicação de precedentes judiciais vinculantes pelos tribunais administrativos tributários, a exemplo do próprio TIT, na tela antes compartilhada, no sentido de que, em matéria sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça – Súmula 166, posteriormente julgada em repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, também em ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente –, nós temos ainda que o Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo se revela resistente à aplicação dos precedentes judiciais vinculantes.

Não que eu pretenda aqui uma tratativa específica em matéria tributária para os precedentes, mas é importante nós termos em mente que o sistema de precedentes, muito antes do que racionalização e redução de feitos em trâmite no Poder Judiciário, ele tem como objetivo propiciar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança jurídica e isonomia, o que em matéria tributária são valores muito caros. E, nesse interregno da formação até a aplicação dos precedentes vinculantes em matéria tributária, nós constatamos um problema diante da ausência de técnicas de gerenciamentos de precedentes, seja por parte dos tribunais *a quo*, seja por parte dos próprios tribunais administrativos tributários a que eu aqui antes me referi – e não exclusivamente na aplicação dos precedentes, mas antes mesmo diante da afetação do tema em repercussão geral ou em sede de repetitivo.

Nós bem sabemos que o Código de Processo Civil de 2015 engendrou uma solução alternativa para garantia da eficácia do precedente a ser editado, que é justamente a técnica da suspensão nacional prevista nos arts. 1.030 e 1.035, §5°, do Código de Processo Civil. No entanto e infelizmente, o Supremo Tribunal Federal veio a fixar entendimento no sentido de que essa determinação de suspensão nacional dos processos estaria no âmbito da discricionariedade do ministro relator. E é interessante observar que entre os mais de 1,2 mil casos afetados em repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal, então em apenas 22 os ministros optaram por assim determinar o sobrestamento nacional.

Caso emblemático em matéria de recursos afetados em repercussão geral – e não determinada a suspensão pelo ministro relator – que bem evidencia essa dessincronia e essa falta de integridade do sistema foi o próprio tema 69, no qual, diante de uma flagrante instabilidade jurisprudencial, nós tivemos aí uma resistência ao cumprimento da própria decisão, tanto que, no âmbito do Carf, nós bem observamos essa hesitação por parte das diferentes turmas na aplicação da tese assim fixada, o que se deve também aos próprios atos expedidos pela Secretaria da Receita Federal, em descompasso com a própria Procuradoria da Fazenda Nacional, com vistas a furtar-se da aplicação da tese então fixada. E dessincronia ainda maior da falta de efetividade dessa regra de determinação da suspensão nacional dos feitos afetados em repercussão geral é o próprio fomento à litigiosidade fiscal, na expectativa quase certa do contribuinte de eventual modulação dos efeitos da decisão em casos outros. Isso termina por representar uma dessincronia dessa interseção a que o Prof. Sérgio André, que me antecedeu, referia-se diante da falta de interseção do processo administrativo fiscal com o próprio processo judicial tributário.

Muito antes de nós alcançarmos aqui essa interseção, eu devo falar também do processo, da questão processual dentro do próprio Poder Judiciário. A hesitação dos ministros relatores em determinar a suspensão nacional dos feitos a propósito daquela matéria afetada em repercussão geral termina por deixar a bola com as vice-presidências dos tribunais de justiça e dos tribunais regionais federais quando da admissibilidade dos recursos excepcionais assim interpostos perante si. O que eu costumo dizer é que na verdade se trata de um subgerenciamento da técnica do sobrestamento, a implicar uma ausência de uniformidade interpretativa sobre os critérios de gestão de demandas, e isso é notável no tema 69, na medida em que nós tínhamos TRFs que estavam suspendendo enquanto outros não, o que revela um prejuízo por si ao sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu falo em subgerenciamento da técnica de gestão dos precedentes no âmbito dos tribunais de justiça e no âmbito dos tribunais regionais federais, em que pese – devo registrar aqui – todo o esforço da Secretaria de Precedentes, tanto do STF quanto do STJ, com vistas a uniformizar o tratamento dado aos precedentes em formação, eu chego a dizer aqui, com todas as vênias, que há um negligenciamento da jurisprudência dos tribunais superiores pelos órgãos do contencioso administrativo tributário, o que eu assim faço com alguma tranquilidade na medida em que o tema foi já adiantado pelo Prof. Schoueri, que inclusive projetou uma decisão do TIT de São Paulo que revela um total menoscabo com a formação e a aplicação dos precedentes judiciais vinculantes.

Para tanto, eu entendo que esse sobrestamento dos temas deve se aplicar inclusive aos órgãos do contencioso administrativo tributário, como já esteve previsto no Regimento Interno do Carf, o que, infelizmente, terminou por ser revogado.

Essas são singelas contribuições orais que assim trago, me comprometendo já, em nome da Rede de Pesquisa, de instruir com documento formalizado perante esta Comissão.

Uma vez mais agradeço a oportunidade assim conferida, cumprimentando os colegas que assim me antecederam.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Eu agradeço ao Prof. Lucas Bevilacqua também pela sua participação, pela provocação pontual dessas questões tão relevantes.

E aproveito a oportunidade para reiterar, eu já havia dito isso, que é de grande interesse da Comissão que presido que os senhores mandem por escrito anotações que tenham feito e os eslaides que apresentaram aqui, se é que já não o fizeram. É muito importante para nós termos todo esse material, se for possível, disponibilizado para nossa consulta. É claro que esta sessão está sendo gravada, mas, de todo modo, se for possível, nós vamos agradecer, pois vai facilitar bastante o nosso trabalho.

Muito obrigado.

Com isso, eu passo a palavra ao Dr. Ricardo Almeida, que é Procurador do Município do Rio de Janeiro e Assessor Jurídico da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf).

Agradeço ao Dr. Ricardo por estar presente aqui conosco, para trazer a sua contribuição, a sua visão sobre esses problemas, sobre os muitos problemas que esses temas que estão postos à mesa para nossa apreciação suscitam.

Com a palavra, por dez minutos também, Dr. Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA – Boa tarde, Profa. Regina Helena Costa, a quem cumprimento. Fico feliz pela sua liderança também nesta Comissão. Tivemos oportunidade de trabalhar na comissão do CNJ, já dando frutos. Quero também saudar todos os presentes, e o faço na pessoa do meu querido amigo e Professor Marcus Lívio Gomes, que também vem liderando, à frente do CNJ, uma série de trabalhos, especialmente o diagnóstico do contencioso tributário, que já vem trazendo achados relevantíssimos no contencioso judicial e agora, em breve, no trabalho da ABJ, também sobre o contencioso administrativo.

Falar ao final tem suas desvantagens, mas, como o tema é muito vasto, eu acho que acabei saindo no lucro, porque muitas das contribuições relevantíssimas que foram trazidas aqui, com visões diversas e temas desde o micro, como muito bem colocou o Prof. Sérgio André, até o macro, nos ajudam a tentar endereçar essas questões.

Em primeiro lugar, eu queria sublinhar as observações do Prof. Heleno Torres, Presidente da nossa ABDF, de que aqui está a grande chave para a simplificação dos problemas tributários do Brasil: problemas de deveres instrumentais e de procedimentos são os que afligem mais o contribuinte do que simplesmente mudar rótulos de impostos, como se propaga na PRC 110, por exemplo, que está sob apreciação do Senado Federal neste momento. Parece que aqui nós conseguiremos dar respostas muito mais eficientes e rápidas a essas demandas.

Se olharmos para o "Doing Bussiness", aquela análise do tempo que as empresas gastam para cumprir obrigações tributárias no Brasil, metade daquele tempo está dedicado ao ICMS e a problemas instrumentais, a problemas procedimentais desse imposto. Então, temos de endereçar essas questões.

Eu gostaria também de sublinhar a questão federativa, que foi muito bem apontada pela Profa. Tathiane Piscitelli, a quem parabenizo também por liderar os trabalhos junto à FGV, de meio adequados de solução de controvérsias, e eu digo mais – esse é o meu ponto aqui hoje –: de prevenção de litígios, de disputas em conflitos tributários. Nós devemos, na minha opinião, endereçar esforços para prevenir. Lógico que melhorar, aprimorar, resolver problemas de garantia, de penhora, de celeridade, tudo isso é muito importante no processo judicial e administrativo, mas já teremos aí o litígio formado. Temos que evitar que esses litígios continuem se avolumando e gerando toda essa demanda de trabalho, todo esse custo Brasil, que é realmente insustentável, não é? Reflete-se nesse valor a que o Insper chegou novamente agora, em 2021, de R$5,5 trilhões, 75% do PIB. São valores acachapantes, não há o que argumentar contra isso.

Então, temos que, na minha opinião, endereçar esses temas, mas, sejam quais forem as soluções, e muitas delas passam por edição de normas gerais, e normas gerais são problemáticas tanto para o Direito Tributário quanto para o Direito Administrativo... Nós temos uma experiência no Direito Administrativo das normas gerais de licitação e contrato. Estamos até hoje sem saber exatamente o que é isso, se são normas quadros, se são balizas, diretrizes, princípios... Qual é o conteúdo? O Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal começa a importar, por exemplo, teorias americanas da *federal preemption*. Vamos adotar uma preempção federal? Mas só para o quê? Para o exercício da competência residual, ou supletiva, ou suplementar?

Então, nós temos que, ao propor alguma norma geral, principiológica, de regras matrizes, resolver, primeiro, o que é norma geral. Eu queria endereçar esse tema da questão federativa. O Prof. Cássio mencionou esse tema, a Profa. Tathiane Piscitelli também, em relação a valores nas transações. O Brasil é muito grande, é muito diverso. Então, tudo isso deve ser levado em consideração antes de sairmos com uma norma geral da cartola sem definirmos o que é a norma geral. Nós simplesmente continuaremos com a mesma disputa. "Não, mas isso, não; isso é ilegal, foi invasão, é uma norma heterônoma invadindo a competência de estados e municípios, afinal de contas, estamos numa Federação, e ela é cláusula pétrea na nossa Constituição". Eu queria sublinhar esse ponto.

Enfim, eu acho que a gente precisa, eu concordo, fazer um *reset* no sistema. A gente precisa não arrebentar com todas as estruturas, quebrar todos os nossos *hardwares*, mas mudar o *software* que está rodando, e não está rodando bem. A gente precisa mudar isso e, lógico, alguns ajustes na infraestrutura dos órgãos tanto administrativos quanto judiciários são fundamentais para acomodar melhor esse novo funcionamento.

Mas eu gostaria de endereçar o tema, voltando à questão da prevenção, a um instrumento que me parece fundamental para evitar, para prevenir, dentro da perspectiva da consensualidade. Eu tenho alguns eslaides, são poucos eslaides. Vou pedir para projetar, só para tornar um pouco mais claro.

Primeiro, essa mudança de mentalidade que nós já colocamos, não é? Todo o nosso processo, enfim, toda uma história do Direito, do *civil law*, é baseada na ideia da aplicação do Direito escrito, de que a lei resolveria os problemas todos. Nós sabemos que, mesmo com as teorias da justiça tentando endereçar aqueles problemas que não foram resolvidos pela legalidade, tipicidade, legalidade estrita, enfim, império da lei, com a adoção de modelos próprios do *common law*...

Se quiserem, eu acho que posso tentar aqui projetar, porque acho que não estão conseguindo. Eu estou ainda desabilitado para projetar os eslaides. Se me habilitarem, eu projeto aqui também.

Mas essa mudança de mentalidade é fundamental, porque nós fomos preparados para o litígio, não é? Todas as faculdades de Direito, toda a prática processual é uma prática conflituosa que está preocupada em provar quem está certo e quem está errado, um processo plenário em que se pode produzir todo tipo de prova e produzir uma coisa julgada inquestionável. Então, é um processo que olha para o passado; ele não olha para o futuro, ele não olha para a conciliação de interesses, para o melhor aproveitamento daquilo que pode ser construído como ponte, solucionando e, sobretudo, prevenindo litígios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se vai ser possível projetar os eslaides, Ministra, para o pessoal. Mas, enfim, eu vou avançando aqui para a gente não perder tempo – tinha seis minutos, tenho só mais quatro, não quero tomar mais tempo sobre isso.

O instrumento por excelência de formação de consensos na área tributária e que é tratado pontualmente, acidentalmente no Código Tributário Nacional é a consulta fiscal. A consulta fiscal hoje é simples pingue-pongue informal de perguntas e respostas. Não há um espaço para um efetivo diálogo entre fiscos e contribuintes. E a consulta fiscal poderia servir, sim, como esse ambiente dialógico de entendimento da aplicação da lei antes da lavratura de um ato de infração, antes da propositura de uma ação judicial ou de qualquer medida administrativa que o contribuinte possa manejar. A consulta fiscal pode, inclusive, ser objeto de mediação tributária, e essa é a proposta que nós desenvolvemos no projeto-piloto que foi implementado, está sendo implementado. Foi aprovada a Lei 13.028, lá no Município de Porto Alegre, agora, de 2022. É um projeto-piloto pioneiro de mediação tributária que também se aplica para consulta fiscal e que já amplia também a consulta não só para audiências públicas para o tratamento de consultas coletivas, de transparência da consulta, evitando que hoje a consulta seja um benefício individual de uma empresa que conseguiu uma resposta favorável, mas que ela possa ser multiplicada para situações análogas ou idênticas de outros contribuintes. Então, essa transparência é fundamental à priorização de situações coletivas que se repetem em consultas diversas e, sobretudo, à realização dessas audiências, que vêm mostrando, por exemplo, no Município de Belém, uma redução de recursos na ordem de 50% de ajuizamentos e na ordem de 80% dos lançamentos tributários. Vejam o que é essa abertura da porta da frente da administração pública para o contribuinte; ela é fundamental!

E o outro dado que eu trago, e acho que isso é revolucionário não só para resolver o litígio tributário, mas para dar segurança jurídica, é que a consulta fiscal também sirva para o investidor, para aquele que quer ampliar ou iniciar novas operações, novas atividades econômicas no país, ou no seu estado, ou no seu município. Que ele receba uma resposta formal sobre qual é o regime fiscal aplicável, quais são as incidências tributárias, claro, de acordo com as balizas que ele colocar na sua consulta, evitando que ele tenha que contratar pareceres ou mandar suas missões diplomáticas ou comerciais para tentar obter algum tipo de sinalização de qual tipo de regime a que ele estará submetido caso invista no país. O grande problema do Brasil é segurança jurídica, e a consulta fiscal ampliada... Hoje a consulta não se presta a isso. Há uma exigência, uma série de restrições formais de: primeiro, que as operações estejam já sendo realizadas; segundo, que elas sejam comprovadas por notas fiscais e contratos, ou seja, não se quer dar uma resposta nem mesmo para os contribuintes que estão já operando e que precisam de algum entendimento que previna o litígio. Nós temos que investir na prevenção dos litígios tributários e precisamos investir num instrumento que já temos, já conhecemos, que é a consulta, mas com uma outra perspectiva: uma perspectiva dialógica, transparente, de construção realmente de soluções consensuais e que se aplique a todos. Então, nós pacificaremos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

problemas tributários, porque às vezes as leis e as leis tributárias são complexas. Há dúvidas, e dúvidas de muita gente, muitas vezes legítimas, não apenas dúvidas fruto de artifícios, de tentativas de planejamentos fiscais arrojados, e a administração pública tem que estar aberta e capacitada a ter esse diálogo para construir e convencer o contribuinte a pagar o imposto ou não, de que ele tem direito a uma isenção ou a uma incidência ou, enfim, de que a incidência correta é outra, diversa do que se imaginava inicialmente.

Então, Ministra, eu acho que nós temos que apostar na consulta fiscal. Nós precisamos ampliar. Acho que esse primeiro caso lá de Porto Alegre é muito emblemático. Os números, por exemplo, de Belém – eu teria outros a trazer aqui, mas o tempo é curto, estou acabando aqui os meus dez minutos, eu não quero realmente ultrapassar – são muito eloquentes, mostrando como nós precisamos investir nisso. A Receita Federal, desde 2015, recuou nas consultas para Brasília, tirou das regiões fiscais.

A Receita Federal, desde 2015, recuou nas consultas para Brasília, tirou das regiões fiscais. Há um lado positivo em termos de uniformização, mas é uma porta única à qual os contribuintes podem bater para resolver suas dúvidas. E as respostas, infelizmente, são respostas formais, meio que antecipam os litígios, são quase que escaramuças tributárias argumentativas, e nós não temos esse diálogo que precisa ser desenvolvido.

Então, nós precisamos mudar a mentalidade e criar instrumentos, espaços institucionais para a construção de consensos. Isso tem que ser lá no início. Não adianta, ao meu ver... Lógico, é sempre positivo termos esses instrumentos de negociação direta, negociação assistida, mediação para casos mais complexos, sobretudo ao longo de todo o processo administrativo e na esfera judicial também, mas, se nós conseguirmos atacar isso de maneira muito eficiente no início, vamos reduzir e pacificar, vamos diminuir os custos de todos, do setor público e das empresas, para termos, aí sim, uma tributação mais eficiente e um país com um custo menor.

Eu agradeço mais uma vez e parabenizo pela iniciativa. Eu tenho certeza de que esta Comissão vai gerar resultados pela sua liderança, pela sua Presidência e pela grande capacidade de todos que estão aqui hoje e já acompanham a Comissão contribuindo.

Eu agradeço a oportunidade. Fico à disposição aqui representando também os municípios a trazer os exemplos positivos das boas práticas municipais que possam ser reproduzidas e aprimoradas nas outras esferas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Dr. Ricardo. Muito obrigada.

Eu acho que esse ponto da consulta fiscal é extremamente importante. É preciso investir nisso como um meio de prevenir futuros litígios, porque efetivamente hoje não se trata de algo eficaz – no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime atual, não se trata de algo eficaz –, é preciso aprimorar realmente a disciplina da consulta fiscal. Agradeço imensamente por ter tocado nesse ponto. Penso que anteriormente não se havia dito nada a respeito. Agradeço imensamente a sua colaboração.

Pois bem, os nossos especialistas de Processo Tributário todos já se manifestaram. Eu vou chamar, então, agora um especialista em Direito Administrativo que não teve a possibilidade de participar no período da manhã, que foi o momento em que a audiência pública se dedicou a esse tema.

Então, eu gostaria de passar a palavra ao Prof. Carlos Ari Sundfeld, que é, como todos sabem, Professor de Direito Administrativo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e também Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Púbico, a par disso, é meu amigo de longa data. Aqui menos ainda posso dizer de quando, porque é muito, muito tempo. Nós éramos muitos jovens – não é, Prof. Carlos Ari? – e começamos a nossa vida profissional juntos na Procuradoria do Estado de São Paulo. Então, é um grande prazer revê-lo ainda aqui remotamente, faz muitos anos que nós não nos encontramos pessoalmente. Então, agradeço muito ter conseguido ajustar a sua agenda para poder participar agora neste momento.

Eu vou solicitar a atenção de todos. Apesar de a parte do Administrativo ter findado, nós vamos ouvir, então, o Prof. Carlos Ari.

Muito obrigada.

O SR. CARLOS ARI SUNDFELD – Obrigado, Ministra Regina Helena Costa. É um prazer reencontrá-la. Somos parceiros de tantos anos pela caminhada do Direito Público.

Quero cumprimentar os colegas tributaristas que estão aqui e pedir perdão pela invasão, mas eu tive que atender a outros compromissos.

Eu queria ser bem objetivo na minha análise, em primeiro lugar, sobre um tema a que eu sei que se referiu bastante pela manhã, pelo relato que me fez o Dr. Valter Shuenquener, que é o tema do grau de abrangência da Lei de Processo Administrativo federal, se ela deve se tornar uma lei nacional.

Como as coisas se configuraram nesse tema? Lei federal de processo administrativo, lei federal de prescrição da ação punitiva, uma lei separada, que é a Lei 9.873, e a Lindb, mais recentemente, a Lindb.

A Lindb surge, nos seus dez novos artigos, como uma tentativa de sintetizar normas nacionais que valessem para todo o Direito Público, quer dizer, para as várias áreas, não só para temas previdenciários, temas tributários, temas ambientais, específicos, que são tratados nas leis da ação específica, mas que fosse para todas as áreas e para todos os entes da federação. E, ao fim, participei intensamente desse processo de construção e posso dizer da dificuldade enorme de conseguir um consenso, um alinhamento em torno de ideias e de preceitos. É um grande desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a pretensão de ter normas nacionais de processo que sejam transversais, isto é, se apliquem a mais de uma área fora do tributário, por exemplo, fora do regulatório, é uma pretensão que exige uma grande dose de modéstia – questão prática: grande dose de modéstia –, pela complexidade enorme que existe de fazer normas que sirvam para todas as administrações e todos os processos. E se nós conseguirmos ter propostas de normas nacionais e transversais, creio que o lugar de colocá-las é na Lindb e não na lei federal de processo administrativo.

Portanto, eu veria com muita cautela um certo entusiasmo por nacionalizar a lei federal de processo administrativo, porque esse fenômeno pode causar problemas. Eu mencionaria um que foi causado pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar inconstitucional um artigo da lei paulista de processo administrativo que precedeu a federal em relação ao prazo para anulação administrativa, invalidação administrativa. O Supremo reconheceu que a norma era constitucional mas julgou-a inconstitucional, porque no final das contas uma medida de pragmatismo jurídico entendeu que uma uniformização seria necessária. O que o Supremo não discutiu, não tratou, e é uma coisa fundamental, é que a divergência entre as duas normas não é só quanto ao prazo, não é que a lei paulista falava em dez anos e a lei federal falava em cinco, é que a lei federal só permite a aplicação do prazo do que chama de decadência, para anulação de ato administrativo, se não houver má-fé. Então, tem uma restrição muito vaga, mas tem uma restrição; e a lei paulista não tem. Por isso é que o prazo é maior.

Então, são normas substancialmente diferentes, e seria preciso, para considerar se é inconstitucional ou não, ou até se é conveniente ou não, que vai além da discussão sobre a inconstitucionalidade, saber da experiência desses anos todos de aplicação da lei paulista. Portanto, é preciso muito cuidado ao querer nacionalizar normas que foram concebidas para a Lei de Processo Administrativo federal. Mas há algumas que se podem nacionalizar, por exemplo a Lei n° 9.873, que trata da prescrição da ação punitiva administrativa federal, porque é possível transformar esta lei numa lei nacional com algumas adaptações – a lei pode melhorar, é tema de processo administrativo –, mas ela trata só de um aspecto, é o que a lei chamou de prescrição da ação punitiva administrativa. É um tema só. E, portanto, nós precisamos colocar isso na Lindb para evitar a extensão de uma norma que talvez seja inadequada. Vamos discutir esta lei, se ela pode ser nacionalizada, e melhorá-la.

Então, eu adotaria esta cautela: se conseguirmos dispositivos gerais transversais, em todas as áreas, e nacionais, Lindb, vamos completar a Lindb. Vários temas foram mencionados aqui, eu estava assistindo, são temas em que a Lindb tentou avançar, por exemplo, segurança jurídica, o tema das consultas no art. 30 e tal, no limite do consenso que se pode obter numa legislação com essa característica nacional e transversal. Então, Lindb.

Se nós temos pontos específicos de leis federais que podem ser nacionalizados, como eu acho que é a prescrição da ação punitiva da lei de 1999, federal, vamos discutir sobre nacionalizar isto. Nacionalizar em bloco a Lei de Processo Administrativo federal pode ser extremamente perigoso e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexo, até porque ela tem suas próprias insuficiências. Então, vou me referir agora a propostas de temas que merecem uma abordagem.

Primeiro tema. Art. 45 da lei de processo, dispositivo terrivelmente perigoso que vem sendo utilizado no âmbito da regulação, num sentido bastante amplo, que diz que: "Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado." – uma espécie de poder cautelar geral administrativo em qualquer matéria.

Bom, qual é o problema dessa norma? Ela, em termos de condicionantes, fala em risco iminente, fala em motivação e providências acauteladoras, mas não diz, por exemplo, que as providências acauteladoras são restritas àquelas competências que são dadas ou àquelas medidas para as quais a administração pública tem competência específica. E o que tem acontecido, por exemplo, é que agências reguladoras praticam atos que não têm base nenhuma em lei, tipos de intervenção que não têm nenhuma base em lei, e que eles não podem manter em definitivo. São intervenções que eles procuram ancorar no art. 45, como se fosse uma cláusula geral de apoderamento da administração pública para tudo que ela achar urgente, quer dizer, se ela achar que algo merece, tem um risco iminente, ela pode fazer qualquer coisa, em qualquer matéria, observado, claro, o âmbito temático de competência vagamente definido: previdência suplementar, saúde, vigilância sanitária, coisas assim, ou petróleo. Isso é muito pouco; o risco disso é enorme. É preciso adensar isso, e as regras de processo civil a respeito desse assunto nos ajudam a pensar, não é? Por exemplo, a ideia de verossimilhança do Direito, qual é a parte que teria que ser adaptada, etc. Então, o art. 45 é um problema; ele precisa ser aperfeiçoado e modernizado, e a inspiração no processo civil, no processo penal ajuda muito.

Outro tema em que há um problema de anacronismo total e absoluto é no Capítulo XIV, da anulação dos atos administrativos, a começar da expressão "anulação dos atos". A Lindb substituiu isso por "invalidação", que é uma expressão mais adequada e que foge dos riscos da ideia de nulidade absoluta, que é uma ideia totalmente ultrapassada. Os dispositivos da lei federal falam em dever de anular, pura e simplesmente, e de prazos máximos, mas, no fundo, não tratam do que interessa. A Lindb fala em princípio da conservação. Então, há o princípio de conservação ali; aqui, não há. Então, nós temos que trabalhar, essa é a grande questão com que o Judiciário se defronta, não é? Em que situações se conserva e não se conserva. Esse princípio de conservação foi adotado na nova lei de contratos administrativos; isso é preciso trazer para cá, para a lei federal de processo.

Medidas de regularização. Quando se discute invalidação ou não, a discussão não é sobre se uma coisa está compatível com a ordem jurídica; a discussão no fundo é outra: é como se faz para regularizar, o que se faz para regularizar. Grande parte das discussões acabam sendo abstratas e deixam para uma fase posterior aquilo que realmente importa. Resultado: grande parte dos debates são inócuos, vazios, porque tudo se resolve no final sem muito contencioso. E a transição entre a situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai ser invalidada, que vai ser atingida por uma medida de invalidação e de regularização, é uma nova situação, é a transição. Como é que se faz? Por que os defeitos da matéria, a anulação aqui na lei de processo? Porque se trabalha com a ideia de nulidade de pleno direito, que é assim: descoberta, sump! Tudo some. Isso não existe no mundo, isso é uma fantasia, sempre foi.

Então, esse é um campo em que é preciso modernizar. A Lindb ajuda, a Lei de Contratos Administrativos ajuda, há muita reflexão doutrinária, muita jurisprudência que pode servir de inspiração. E eu diria: a grande modificação que se deve fazer, a atualização, é neste campo da invalidação dos atos administrativos, além do tema que eu pontuei, que é o que está no capítulo da instrução, que é o do poder acautelador gigantesco e que não faz sentido e é muito perigoso.

Eu agradeço mais uma vez o privilégio de estar com todos aqui e de ser o último a dar aqui os meus palpites. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Muito obrigada, Prof. Carlos Ari. Nós é que temos que agradecer a sua intervenção, nós fizemos de tudo para poder contar com sua presença e com a sua exposição ainda hoje, então, foi muito feliz a possibilidade de termos sua participação aqui. E esse ponto da nacionalização da Lei de Processo Administrativo ou não é um ponto muito delicado. Agradeço ter se manifestado especificamente sobre isso porque, nas exposições pelo período da manhã, isso se revelou um dos pontos mais difíceis, porque nós tivemos expositores em posições antagônicas, com argumentos contundentes de um e de outro lado. Então, fico muito feliz que tenha abordado esse tema também.

Com isso, nós, então, estamos em condições de agradecer uma vez mais a todos que participaram aqui da audiência pública, que foi iniciada às 10h da manhã do dia de hoje, com uma suspensão, uma breve suspensão para o horário de almoço, a todos aqueles que vieram se manifestar e doar o seu tempo e a sua *expertise* para os trabalhos da Comissão.

Quero agradecer também aos membros da Comissão que acompanharam, que não teriam necessariamente a obrigação porque poderiam assistir posteriormente, mas fizeram questão de estar aqui ao vivo conosco desde o período da manhã. Então, quero agradecer a todos e dizer que todas as participações que foram efetuadas nos inspiram a buscar as melhores soluções, as melhores propostas para apresentar ao Senado Federal e para ajudar o Brasil a ter uma legislação mais moderna, mais aperfeiçoada.

Muito obrigada.

Eu declaro encerrada, então, esta audiência pública.

Um bom trabalho, um bom descanso a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE MODERNIZEM O PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e dez minutos do dia doze de abril de dois mil e vinte e dois, em reunião remota, sob a Presidência da Ministra Regina Helena Costa, reúne-se a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que modernizem o processo administrativo e tributário, com a presença dos senhores Valter Shuenquener de Araújo, Marcus Lívio Gomes, Adriana Rego, Alexandre Aroeira Salles, Flávio Amaral Garcia, Caio César Farias Leôncio, Leonel Pereira Pittzer, Maurício Zockun e Andre Jacques Luciano Uchôa Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Deliberar sobre a criação de subcomissões destinadas aos temas processo administrativo e processo tributário, além de deliberar sobre normas de votação. **Resultado:** A comissão aprovou a criação das subcomissões de processo administrativo e processo tributário, ficando a presidência de cada subcomissão ao cargo do respectivo relator temático. Antes de encerrar, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 1ª e 2ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/04/12

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa) – Bom dia a todos. Nós estamos aqui uma vez mais nos reunindo.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Juristas da reforma do processo administrativo e tributário, criada pelo ato conjunto dos Srs. Presidentes do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, Ato nº 1, de 2022, que institui a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional.

A presente reunião, que será brevíssima, destina-se a deliberar sobre a criação de subcomissões destinadas à elaboração de propostas a serem submetidas à apreciação da Comissão nos temas processo administrativo e processo tributário, além de deliberar sobre normas gerais de votação.

Muito bem, então eu consulto se algum dos membros tem considerações a fazer antes de passarmos à deliberação. (*Pausa.*)

Não havendo interesse em manifestação, eu coloco em votação a criação da Subcomissão de Processo Administrativo, sob a relatoria do jurista Prof. Dr. Valter Shuenquener, com apoio dos seguintes senhores juristas integrantes: Dr. Gustavo Binenbojm, Dra. Patricia Baptista, Dr. Maurício Zockun, Dr. Flávio Amaral Garcia, Dr. Alexandre Aroeira Salles e Dr. Andre Jacques Luciano Uchôa Costa.

Também, na mesma oportunidade, submeto à votação a criação da Subcomissão de Processo Tributário, sob a relatoria do jurista Prof. Dr. Marcus Lívio Gomes, com apoio dos seguintes senhores juristas integrantes: Dr. Bruno Dantas, Dr. Júlio Cesar Vieira Gomes, Dr. Ricardo Soriano, Dra. Adriana Rego, Dr. Valter de Souza Lobato, Dr. Aristoteles de Queiroz Camara, Dr. Caio César Farias Leôncio, Dr. Leonel Pittzer.

Submete-se ainda a este Colegiado que os relatores temáticos de que trata o art. 2º do ato conjunto mencionado acumularão as funções de Presidente e Relator na respectiva Subcomissão.

Postos os temas em votação.

Em votação.

As senhoras e senhores que apoiam a criação das Subcomissões, nos termos apresentados, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro aprovadas.

Parto já para o encerramento dos trabalhos.

Coloco em votação as Atas da 1ª e da 2ª Reuniões da Comissão, solicitando aos senhores presentes a dispensa de suas respectivas leituras.

As senhoras e senhores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão, portanto, igualmente aprovadas.

Não havendo nada mais a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, reiterando os meus agradecimentos por todo o trabalho que tem sido desenvolvido por todos os senhores, com a dedicação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o empenho que precisamos ter, tendo em vista tão alta atribuição que recebemos dos Srs. Presidentes do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

Também quero agradecer a toda a equipe de apoio do Senado Federal, à TV Senado, à assessoria, e o faço na pessoa da Erika, que tem sido muito gentil e muito prestativa com os nossos trabalhos.

Desejo um bom dia de trabalho a todos e aproveito também para desejar uma boa Páscoa, um bom feriado, e que nós continuemos trabalhando dessa maneira tão empenhada e profícua.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE MODERNIZEM O PROCESSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dezesseis horas e dez minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e dois, na Reunião Remota, sob a Presidência da Ministra Regina Helena Costa, reúne-se a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que modernizem o processo administrativo e tributário, com a presença dos senhores Valter Shuenquener de Araújo, Marcus Lívio Gomes, Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara, Maurício Zockun, Caio César Farias Leôncio, Flávio Amaral Garcia, Gustavo Binenbojm, Valter de Souza Lobato, Josiane Ribeiro Minardi, Aristóteles de Queiroz Câmara e Leonel Pittzer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação ao colegiado das propostas para o tema Processo Administrativo e para o tema Processo Tributário. **Resultado:** Reunião realizada. Antes de encerrar, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da 3ª reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela senhora Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Muito bem, pessoal, então vamos começar.

Eu reitero para aqueles que não estavam aqui presentes que não façam o *login*, não estejam logados aqui no Zoom e não estejam com o YouTube aberto para evitar a cacofonia, porque isso dá uma reverberação no som e ninguém consegue entender nada. Então, para não abrirem o YouTube, embora a gente vá transmitir por esse canal.

Então, eu vou solicitar à TV Senado que inicie a transmissão em 20 segundos, por favor. (*Pausa*.)

Boa tarde a todos.

Eu declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Juristas da Reforma do Processo Administrativo e Tributário, criada pelo Ato Conjunto nº 1, dos Srs. Presidentes do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, do ano de 2022, que institui a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional.

Inicialmente, eu vou registrar, em nome deste Colegiado, os nossos agradecimentos aos cidadãos, profissionais e instituições especializadas que participaram de forma tão criteriosa e aprofundada da consulta pública que nós abrimos e que se encerrou no último dia 6 de maio. Recebemos 50 contribuições, todas disponíveis na página da Comissão, no Portal do Senado Federal.

Pois bem, esta reunião destina-se à apresentação das propostas que foram já elaboradas, até este momento dos trabalhos da Comissão, pelas duas Subcomissões. Esta Comissão foi dividida em duas Subcomissões: uma para tratar do processo administrativo, de temas atinentes ao processo administrativo; e outra para tratar de temas atinentes à disciplina do processo administrativo tributário e também do processo judicial tributário.

Então, nesta reunião, nós estamos trazendo à apreciação de todos que integram a Comissão aquilo que já foi produzido por cada uma das Subcomissões, para que nós possamos aqui aprovar esses conteúdos.

Dito isso, eu vou passar a palavra, inicialmente, ao Dr. Valter Shuenquener, que é o Coordenador da Subcomissão do Processo Administrativo. Com a palavra, Dr. Valter.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente, Ministra Regina Helena, boa tarde. Boa tarde também ao meu colega Dr. Marcus Lívio, Professor. Cumprimento também todos os integrantes da nossa Comissão de Juristas e todos que estão nos assistindo pelo YouTube.

Eu, antes até de apresentar, Ministra, o texto que já é fruto das reuniões que tivemos na Subcomissão de Processo Administrativo, queria muito rapidamente destacar que a nossa metodologia partiu da premissa de que dividiríamos os trabalhos – cada Relator da Subcomissão, cada membro da Subcomissão de Processo Administrativo ficou responsável por um tema específico com o objetivo de alterar a Lei nº 9.784 – e, feita essa divisão, partimos para uma segunda etapa em que cada reunião era relatada por um dos integrantes sobre um tema específico.

A título de exemplo, a primeira reunião foi sob Gustavo Binenbojm, que aqui está presente, e teve como objeto de deliberação um texto sobre a novidade da análise de impacto regulatório. E assim nós fomos seguindo, de modo que, na terça passada, fechamos com mais um texto sobre audiência pública, participação popular, enfim, algumas questões também importantes para alterações no processo administrativo.

Eu vou pedir licença para compartilhar agora o texto que nós já produzimos e eu dividi esse texto em quatro grandes temas que na verdade representam a relatoria de cada um dos integrantes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

começando pela análise de impacto regulatório e destacando – isso é muito importante também – que os textos que eu vou apresentar já são textos objeto de um consenso de todo o grupo. Todos nós do grupo de processo administrativo concordamos com tudo que está escrito nesse texto que eu estou apresentando. Houve muitos debates, e nós deixamos eventuais divergências para um segundo momento, eventuais questões... Por exemplo, só para termos um exemplo, havia uma polêmica sobre o silêncio administrativo, se seria adotada a ideia do silêncio translativo ou do silêncio positivo. Nós deixamos isso para um segundo momento, sem prejuízo de colocarmos nesse texto aquilo que é consenso em relação à omissão, em relação ao silêncio da administração.

Portanto, sem maiores delongas, eu vou passando aqui o que nós já aprovamos. Deixe-me ver se eu... Os senhores imagino que estejam vendo aqui na tela. Não sei se o tamanho está adequado. Essa primeira parte é...

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Está adequado. Acho que tudo está bem claro.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Estão vendo, não é?

Foi uma proposta do Prof. Gustavo Binenbojm, muito moderna a ideia... Enfim, é a ideia de introduzir não só análise de impacto regulatório, mas também algo que é novidade: avaliação de resultados regulatórios, que seria aquela avaliação após a nova norma reguladora ser introduzida, como o Estado vai se posicionar e como isso será procedimentalizado na Lei do Processo.

Enfim, não sei se eu leria todo o texto. Eu posso ler. Não sei o que seria mais conveniente. Ou só passando...

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Eu acho que não haveria necessidade, Dr. Valter, até porque a gente ainda não está....

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Da leitura.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Isso está sendo apresentado, mas, como nós vamos ter uma outra plenária, e até lá pode até haver modificações, pode haver superveniência de leis, a gente ainda não sabe. Então, a ideia é apenas apresentar genericamente...

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – O conceito geral. Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Aqui, um ponto de destaque talvez fosse a menção de que a Lindb tem aplicação... Aliás, aqui não, perdão. Eu estou confundindo. É em outro momento que nós mencionamos isso. Aqui é a ideia de que a administração deveria, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

algumas circunstâncias, realizar essa análise de impacto regulatório, com toda a dinâmica, como é que seria o procedimento dessa análise, sempre com a preocupação de não tornar isso uma ferramenta que traga mais problemas para a administração do que soluções.

Deixe-me ir avançando aqui.

Isso não vincula o administrador, esse relatório de impacto em resultado regulatório subsidia a tomada de decisão, mas não tem força vinculante. E há estímulo também a que esses documentos sejam submetidos a uma consulta pública ou audiência pública, sempre procurando fortalecer a participação popular na tomada de decisão da administração.

Em relação ao segundo tema, ele surgiu em razão dos debates que tivemos sobre o silêncio administrativo. Essa proposta fui eu mesmo que apresentei, pelo seguinte: todos chegamos a um consenso no sentido de que a administração precisava resolver aquelas omissões reiteradas. Muitas vezes, o que nós temos na legislação são soluções para o silêncio individual. Então, quando um particular não tem o seu requerimento apreciado, muitas vezes a lei prevê a solução da aceitação tácita ou mesmo do indeferimento tácito, mas o problema é que a omissão continua a acontecer naquele órgão, e aí nós chamamos isso de omissão reiterada, como se fosse uma omissão estrutural. Aqui, a sugestão seria de a Lei 9.784 conter uma forma de evitar a perpetuação dessa omissão. Portanto, qualquer interessado poderia provocar um determinado órgão ou entidade para que ele resolvesse o problema de omissão reiterada no âmbito da sua estrutura, quer dizer, uma solução mais sistêmica, mais estruturante do que aquela do caso concreto. Seria uma novidade na legislação brasileira, porque nós não temos isso ainda no nosso direito positivo.

Em relação ao processo administrativo eletrônico, nós procuramos introduzir no texto da Lei 9.784, propusemos uma introdução no texto da Lei 9.784 que acomodasse aquilo que já está acontecendo, por exemplo, no processo judicial, estimulando a virtualização dos processos e incorporando tudo que é necessário em virtude dessa virtualização.

Eu destacaria aqui, por exemplo, alguns objetivos que o processo eletrônico deve atender, algumas diretrizes, parâmetros, por exemplo, a garantia da interoperabilidade. Isso é um problema frequente; no caso do processo eletrônico judicial, isso já é um problema, porque cada tribunal tem o seu sistema, e se buscou com essa norma evitar que os sistemas não se falassem, que, quando um determinado município ou estado vier a criar um sistema processual eletrônico, possa haver uma interoperabilidade, assinatura eletrônica, enfim, requisitos mínimos para estimular e viabilizar a disseminação do processo eletrônico.

Então, esta foi também uma premissa que a Subcomissão de Processo adotou, a de que não deveríamos tratar de tudo sobre processo eletrônico, a de que teríamos que deixar muito espaço para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentos, para atos posteriores, porque o objetivo aqui era o de apenas dar um pontapé inicial, mais geral, panorâmico, em relação a esse tema.

E, por fim, Presidente, este aqui já é mais extenso. Até coloquei como título "Princípios, consensualidade, negócio jurídico processual e extensão das decisões a terceiros", que foi uma proposta apresentada pelo Prof. Flávio Amaral, que está aqui conosco. Ele faz sugestões sobre tópicos variados. Por exemplo, o que está em vermelho são as novidades. Por exemplo, sugere a introdução do princípio da verdade material, que já é até um consenso da doutrina, mas para que isso ficasse claro no texto; estimula a negociação pela administração com o administrado; aqui, sim, prevê expressamente a aplicação imediata da Lindb nas normas processuais e a aplicação subsidiária do CPC. Tal como o CPC faz quando menciona que terá aplicação subsidiária em relação à Lei de Processo, essa previsão fortalece esse preceito do código, para que não haja dúvida de que a Lei de Processo tem o CPC como norma supletiva e subsidiária.

Esta parte aqui já existe. Em vermelho, está mais uma vez a preocupação com a participação, para que o cidadão tenha o direito de participar dos processos que possam, eventualmente, afetar os seus direitos. E é uma participação no sentido mais amplo possível, para participar não só apresentando alegações e recursos, mas de todas as maneiras que sejam viáveis, inclusive em audiências públicas, em consultas etc.

Aqui há o estímulo ao processo eletrônico. Há a ideia de que, quando se fizer uma consulta pública ou mesmo uma audiência pública, a administração só tome a decisão... Não é que só tome a decisão, mas que isso tudo aconteça antes da tomada de decisão, para que a audiência pública e a consulta pública não sejam um faz de conta em que a administração poderia eventualmente só fazer aquela audiência ou consulta para legitimar a sua decisão sem efetivamente considerar as razões e as manifestações que foram lançadas na audiência pública. E aqui nós já colocamos a possibilidade de a audiência ser realizada de forma presencial, remota ou híbrida, que é uma coisa que já ocorre – isso não estava previsto na redação original.

Há a ideia de que o procedimento da audiência pública possa ser regulamentado, mas que isso não seja obrigatório, porque, se for obrigatório, pode impossibilitar a realização da audiência sem que exista o regulamento. Então, estimula-se a regulamentação em cada município e em cada estado, mas sem condicionar a realização e a dinâmica da audiência à existência de um regulamento prévio.

Na fixação dos prazos para a apresentação de críticas e sugestões, bem como para o exame e respectivas respostas, o órgão deverá considerar a complexidade, a relevância e o interesse público da matéria, portanto empoderando o órgão que vai realizar a audiência, para que ele próprio decida sobre o prazo, sobre qual a duração para o recebimento dessas sugestões e críticas, sem que a lei que se presta a isso – a ideia é a de que seja uma lei nacional – cuide de todos esses temas, de todos esses prazos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa última parte, aqui, neste artigo que eu estava passando, que é importante também, sobre consensualidade – não tem número porque a gente não soube muito bem onde encaixar na lei –, a ideia é mais uma vez deixar bem claro que devemos estimular a negociação como uma possibilidade diante da necessidade de tomada de decisão. A decisão deve contar com a possibilidade de haver uma negociação prévia não só na esfera sancionadora como também em relação a outros temas.

E, nesse último capítulo, nessa última proposta – que são o art. 49-I, o art.49-J, enfim –, o objetivo aqui foi o de introduzir, na Lei 9.784, uma maneira de a administração ser obrigada a estender os efeitos de decisões judiciais no âmbito administrativo para casos similares, portanto, o fortalecimento dos precedentes, da força vinculante dos julgados, mas de uma maneira mais pontual, dizendo: "Olha, se o caso é semelhante, se já houve decisão judicial em determinado sentido, vamos então permitir que isso..." Nem só permitir; não só permitir, mas também obrigar a administração a ampliar os efeitos daquela decisão, para evitar a judicialização – um dos objetivos da nossa Comissão é reduzir a judicialização. Portanto, o propósito desse Capítulo XI-B foi basicamente isto: procurar impor à administração, digamos assim, essa necessidade de estender decisões iguais para casos semelhantes, muitas vezes em razão de decisões judiciais.

Eu tentei, Ministra, ser o mais objetivo e breve possível, até acho que esse é o nosso primeiro momento em relação à apresentação, principalmente para os que são da Subcomissão de Processo Tributário, mas sempre destacando que tudo isso foi fruto de muita reunião e conversa. E a gente chegou aí a um consenso do nosso grupo pequeno ali na subcomissão, sempre com a preocupação de não propor nada que seja muito fora do que é viável de aprovação, sendo até um pouco conservador, mas trazendo novidades importantes para a evolução da lei de processo. E a gente optou por concentrar esforços na alteração da Lei 9.784. Todas essas alterações são voltadas para modificar a Lei de Processo Administrativo.

Eu acho que era basicamente isso. Procurei aqui ser o mais sintético possível. Acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Dr. Valter. Eu lhe agradeço. O relato foi muito objetivo, muito preciso.

E quero dizer que o trabalho está excelente, a meu ver. Quero parabenizar os membros da Subcomissão de Processo Administrativo pelo que têm feito até aqui.

Nós ainda temos mais uma etapa pela frente, ainda temos mais coisas pela frente, mas, de qualquer maneira, já é uma contribuição muito interessante. Tenho certeza de que vai ser de grande valia para o Senado Federal.

Então, nós vamos prosseguir agora dando a palavra para o Dr. Marcus Lívio, que é o Relator da Subcomissão de Processo Administrativo, Tributário e Processo Judicial Tributário, enfim, de Processo Tributário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou pedir ao Dr. Marcus Lívio que, diversamente do que ocorreu aqui com a Subcomissão de Processo Administrativo, que trabalhou em cima de uma única lei, que é a Lei 9.784, sugerindo aperfeiçoamentos... Aqui no tributário nós temos mais de uma proposta de anteprojeto já, fora ainda o tempo que nós temos pela frente para concluir os trabalhos. Então, eu vou pedir para o Dr. Marcus Lívio ser bem objetivo em relação à apresentação do conteúdo, mas confesso que fui um pouco adiante.

E eu quero, antes de passar a palavra ao Dr. Marcus, perguntar se alguém, algum membro da Subcomissão de Processo Administrativo deseja fazer alguma consideração rapidamente. Embora eu entenda que o Dr. Valter tenha sido bastante objetivo e bastante abrangente, eu gostaria de saber se algum dos integrantes da Subcomissão de Processo Administrativo ou algum dos integrantes da comissão como um todo gostaria de fazer alguma referência em relação ao conteúdo que acabou de ser exposto.

Estão todos de acordo?

O SR. GUSTAVO BINENBOJM (*Por videoconferência*.) – Ministra...

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Pois não, Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO BINENBOJM (*Por videoconferência*.) – ... eu estou de pleno acordo e queria, ao fazer essa brevíssima consideração, apenas cumprimentar o Dr. Valter pela excelente condução dos nossos trabalhos e dizer que a exposição reflete, de maneira absolutamente fidedigna, o que nós temos procurado conversar e concordar a respeito das alterações de que cogitamos para a lei do processo administrativo brasileiro.

Acho que o Valter procedeu bem ao deixar de lado um ponto que é muito importante – e esse é o ponto do destaque – porque ele já aparece no dispositivo que me coube mais diretamente propor da Análise de Impacto Regulatório, que diz respeito – não é, Valter? – ao escopo de norma geral da lei. Eu acho que você deixou bem de lado, mas é um ponto em que eu acho que vai naturalmente ter um consenso do grupo, porque ele já aparece na proposta da Análise de Impacto Regulatório, e nós pensamos em colocar isso no próprio art. 1º da lei.

Só para explicar isso, Valter, muito brevemente, a nossa ideia – e isso já se reflete no dispositivo da Análise de Impacto Regulatório – é apenas, por uma questão estratégica, se eventualmente, no Congresso Nacional, o art. 1º não vier a ser aprovado, fica pelo menos na AIR, mas a ideia é dar à Lei 9.784 o caráter de uma norma geral de procedimento em matéria processual administrativa para que ela seja o parâmetro processual administrativo de toda a administração pública brasileira, em todos os níveis federativos, na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. E isso se faria com fundamento no disposto no art. 24, inciso XI, da Constituição, que confere uma competência concorrente à União e aos demais entes subnacionais para legislar em matéria de procedimentos sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

processos, procedimentos em matéria processual – e aqui seria matéria processual administrativa –, à União competindo fixar normas gerais. Não é isso, Valter?

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Perfeito.

O SR. GUSTAVO BINENBOJM (*Por videoconferência*.) – E aqui nós teríamos esse objetivo, algo que o STJ inclusive, Ministra, Corte que V. Exa. integra, já vem reconhecendo. Acho que é um consenso entre os publicistas brasileiros do grande avanço que já representou a Lei 9.784 desde 1999. Que ela possa ser também uma lei avançada em 2022 e que esse avanço seja não apenas para o processo administrativo federal, mas para todos os níveis da Federação brasileira.

Era apenas isso, Presidente, que eu queria acrescentar, dando parabéns pela condução ao nosso querido Professor e Secretário-Geral do CNJ, Valter Shuenquener.

Muito obrigado, Ministra Regina.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Professor Gustavo.

Dr. Valter, quer acrescentar alguma coisa?

O SR. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Primeiro, Presidente, quero agradecer ao meu colega, Prof. Gustavo. Acho que foi muito oportuna essa colocação. Estava aqui me lembrando – até acabei não comentando esse detalhe – de que, na primeira reunião, acho que todos, coincidentemente, na Subcomissão, começaram com essa preocupação de fazer uma proposta que tivesse um caráter nacional para a Lei 9.784, que, de certa forma, já vem sendo empregada dessa maneira. Era só meio que arrumar no texto como é que nós faríamos isso. Houve esse consenso e essa preocupação de que a mensagem aparecesse em mais de um texto, mais de um artigo, por conta de que, no eventual risco de algum texto não ser aprovado, pelo menos o espírito desse caráter nacional estaria presente ao longo de toda a lei. Era esse um ponto.

E aqui me lembrei também de uma coisa. Enfim, nós ainda temos muitos temas, nas cenas no próximo capítulo. Ainda vamos ter uma preocupação com a teoria das nulidades, a discussão sobre os efeitos dos atos da invalidação, um capítulo... O Prof. Maurício Zockun está aí se municiando de informações para apresentar o capítulo sobre direito administrativo sancionador na Lei 9.784. Então, tem muita coisa ainda que a gente pretende, nas reuniões, discutir. Eu até não comentei, porque ainda está para ocorrer, mas o próximo passo vai ser nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Valter. Tenho certeza de que muitas coisas boas ainda vão acontecer aqui na nossa Comissão. Muito obrigada a todos, então, da Subcomissão do Processo Administrativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, sim, no momento certo, eu vou passar a palavra ao Dr. Marcus Lívio para fazer a exposição do que até o momento se produziu e se discutiu no âmbito da Subcomissão que ele coordena. Muito obrigada. Dr. Marcus Lívio, por favor.

O SR. MARCUS LÍVIO GOMES (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

Saúdo primeiramente a Ministra Regina Helena, já enaltecendo e agradecendo a confiança depositada.

Com certeza, o desafio da Subcomissão de Direito Tributário e especialmente o meu, como Relator, é muito maior, porque a Presidência da Comissão é de uma das maiores especialistas em direito tributário do Brasil. Então, estamos cientes do desafio.

Nesta oportunidade, eu já deixo aqui o meu agradecimento especial aos membros da Subcomissão de Direito Tributário, que, de forma supercordial, leal e, eu diria, até disruptiva em termos de consenso, têm colaborado, de forma exemplar, para que nós possamos avançar com propostas que sejam de interesse da sociedade brasileira e que consigam trazer inovações que possam dinamizar o processo tributário.

Eu saúdo aqui também o meu amigo Valter Shuenquener, meu amigo, irmão, professor da UERJ e companheiro de CNJ. Eu diria que ele é o piloto desse Boeing e que eu sou o copiloto, como secretário especial, vendo a navegação.

Senhoras e senhores, farei aqui um breve relato sobre os trabalhos que estão em andamento na Comissão e sinalizando os trabalhos que virão.

Basicamente, nós dividimos, tal como a metodologia usada na Subcomissão de Direito Administrativo, os temas entre responsáveis temáticos, que são os membros da Comissão. Entre esses responsáveis temáticos, há sempre um representante da Fazenda e um representante dos contribuintes, para que nós tivéssemos uma paridade em termos de proposição do texto convergente com aqueles destaques que foram discutidos exaustivamente pelo grupo.

Até agora já realizamos, salvo engano, seis reuniões de três horas. Estamos aí beirando 20 horas de reunião, em face da complexidade dos temas e em face também do prazer de debater os temas do direito processual tributário, que são extremamente convidativos ao debate. Analisamos, então, dois projetos de lei: o projeto de lei de custas da Justiça Federal e o anteprojeto de lei de reforma do Decreto 70.235, de 1972, que seria a propositura de uma nova lei que trate do processo administrativo tributário federal, incorporando avanços da jurisprudência do STJ e do próprio Carf e outras medidas que foram sugeridas no bojo da consulta pública e da audiência pública, que muito bem trouxeram várias sugestões, muitas sugestões interessantes que, em sua imensa maioria, foram acolhidas pelo grupo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, com relação às custas judiciais da Justiça Federal, o Conselho Nacional de Justiça – fazendo um breve esforço histórico –, no passado, montou um grupo de trabalho para discutir o tema. Esse grupo de trabalho foi presidido pelo Ministro Cueva, do STJ. O grupo de trabalho chegou à conclusão de que havia necessidade de uniformização da legislação de custas para o Brasil como um todo, nacionalmente, mas que, antes, seria necessária a propositura de uma lei de normas gerais. Então, o grupo de trabalho propôs uma lei de normas gerais de custas que não descia ao detalhe das custas no nível da Federação. No mandato da Comissão de reforma do processo tributário, nós idealizamos uma lei ordinária que tratasse da Lei de Custas na esfera federal. Por quê? A Lei de Custas atual é baseada em Ufir, e os seus valores não são corrigidos há 20 anos. Então, isso provocou uma defasagem muito grande da lei, sem contar que havia outros problemas. Hoje, o limite mínimo para ingressar com uma ação judicial gira em torno de R$10, e o teto máximo gira em torno de R$1.915, ou seja, se uma ação tem como valor da causa R$1 bilhão, o seu valor de custas seria limitado a R$1.915. Espelhando-se na nota técnica do Conselho Nacional de Justiça, em que foram feitos os levantamentos sobre custas nos estados da Federação, foi constatado que a Lei de Custas da Justiça Federal é muito defasada. Em alguns estados da Federação e na sua média, o teto máximo, por determinação do Supremo Tribunal Federal, gira em 80, 70, 60 mil. Buscou-se um parâmetro, e o parâmetro seria o valor das custas do STJ, que é uma lei mais atual, de 2007, para isso servir como um piso, um valor de referência. E, com base nesse valor de referência, mantivemos a metodologia da lei anterior, ou seja, as custas são baseadas no valor da causa, tendo um valor mínimo e um valor máximo.

E não só isso, Ministra: houve uma preocupação dos membros da Comissão com relação ao impacto orçamentário dessa nova lei, ou seja, que não se fizessem reajustes que pudessem sobrepujar o valor necessário para a prestação jurisdicional. Então, eu pedi também ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) que fizesse uma nota técnica sobre o possível impacto da nova tabela proposta da Lei de Custas. Hoje, de acordo com o DPJ, as custas representam 1,2% do orçamento da Justiça Federal; a média dos estados está em torno de 21%, 21,5%, ou seja, a gratuidade de Justiça na Justiça Federal beira hoje 70,3%, gratuidade de Justiça e isenções em face da propositura de ações por entes públicos. E isso causa essa defasagem, mas, mesmo assim, nós teríamos aí um *gap* de quase 30% em relação ao valor das custas.

O DPJ elaborou essa nota técnica que já foi disponibilizada aos membros. E essa nota técnica constatou que esse percentual sairia de 1,2%, com o reajuste proposto, para 3,5%, ou seja, ainda estaria muito aquém da média dos estados, mas seria um valor de referência que provocaria um aumento na arrecadação. Sabemos que a alteração da Lei de Custas não vai resolver o problema da litigância, mas ela tem a intenção de propiciar ao Poder Judiciário federal melhores condições de prestar jurisdição.

O texto foi disponibilizado a todos os membros da Comissão, e a sua redação foi, por unanimidade, respaldada. Então, estamos falando aqui de uma convergência absoluta em relação a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

texto. Superada a questão do impacto orçamentário, eu diria que não há qualquer divergência sobre a proposta que ora se debate.

O segundo projeto de lei analisado pela Comissão foi o projeto de reforma do Decreto 70.235, de 1972, que seria uma nova lei do processo administrativo tributário federal. Bem, a lógica da Subcomissão foi buscar sempre soluções preventivas em vez de aumentar a litigância e também ter uma preocupação de um equilíbrio entre a celeridade e o princípio da verdade material, ou seja, a premissa foi que levasse para o processo administrativo todas aquelas questões que poderiam ser discutidas de forma exaustiva, evitando assim uma judicialização futura. Então, essa foi a premissa básica dos trabalhos da Comissão.

Com a participação efetiva dos membros que estão aqui, tivemos uma convergência, eu diria, muito grande, muito grande, com exceção de alguns pontos cuja redação precisará de alguns ajustes formais em termos de redação, uma revisão de técnica legislativa ou de ajuste de algum tema. Mas, de uma maneira geral, o projeto de lei que foi disponibilizado a todos os membros da Comissão foi aprovado com essas pequenas ressalvas de redação e alguns aspectos formais, ele foi aprovado e estaria hígido também para evoluir em termos de prosseguimento dos trabalhos da Comissão da reforma do Processo Tributário.

Ministra Regina, essas seriam as considerações mais relevantes. Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Dr. Marcus Lívio, pelo relato objetivo e também preciso.

Então, aqui nós temos já duas propostas de anteprojetos de lei, também, pelo que Dr. Marcus Lívio reportou, houve convergência em relação a todos os pontos, mas eu, de qualquer maneira, gostaria de perguntar se algum membro da Subcomissão de Direito Tributário gostaria de se manifestar e posteriormente se algum membro da Comissão mais amplamente gostaria de falar sobre o que foi debatido até o momento.

O SR. LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA (*Por videoconferência*.) – Ministra Regina, se V. Exa. me permitir, um minutinho.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Pois não, Dr. Bichara. Tem a palavra.

O SR. LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA (*Por videoconferência*.) – Muito brevemente, quero cumprimentar novamente V. Exa. e cumprimentar muito especialmente o Dr. Marcus Lívio, o Dr. Valter Shuenquener. O Dr. Marcus Lívio presidiu e, além do seu saber jurídico, emprestou toda a sua diplomacia e gentileza à nossa Comissão. Acho que muito em razão disso é que chegamos a um texto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

realmente de grande consenso. E acho que as divergências são naturais e insta a postura naturalmente adversarial, que sempre existirá um acordo entre contribuintes e Fazenda.

Mas há um único ponto, Ministro Regina, que eu gostaria muito brevemente de registrar, até porque me parece que ele configura uma esperança e um anseio de toda a comunidade jurídica, que é a questão alusiva à dosimetria das sanções tributárias, não é? Houve um consenso da nossa Comissão de deixar isso para um segundo momento, e eu queria, assim, muito respeitosamente registrar aqui, pedindo a máxima vênia a todos, uma divergência neste particular, porque realmente acho que quase todas as manifestações que recebemos da comunidade jurídica endereçavam esse assunto. Acho que este é um anseio muito grande dos contribuintes, que a gente possa ter um tratamento diferenciado e uma dosimetria que, sobretudo, segregue, separe aquele sonegador ou o contribuinte que faz um planejamento muito arrojado do bom contribuinte que eventualmente recebe um orçamento tributário. Tudo é teor do que já está previsto no CTN, no 112, no 108, enfim, que V. Exa. conhece muito melhor do que eu.

Então, eu queria aqui muito rapidamente só pedir licença para registrar essa muito respeitosa divergência no que tange ao tema da dosimetria, deixando claro, para ser bastante honesto, o Dr. Marcus Lívio nos endereçou a intenção de tratar desse aspecto no outro anteprojeto que será alusivo à arbitragem e à mediação, mas acho que eu e alguns colegas da Comissão discordamos desse ponto, por entender justamente que o tema da dosimetria talvez tivesse o seu *locus* adequado neste nosso projeto do PAF, na medida em que ele endereçará justamente sanções aplicáveis quando não houver uma solução alternativa de controvérsia quando o caso realmente desaguar para julgamento na esfera administrativa.

De maneira que eu queria agradecer a V. Exa. a gentileza de me conceder a palavra para fazer esse breve registro histórico, novamente cumprimentando V. Exa. e muito especialmente o Dr. Marcus Lívio pela excelência dos trabalhos desta Comissão, que realmente foram conduzidos com a maior maestria.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Agradeço. Agradeço ao Dr. Bichara a intervenção. É sempre muito importante estabelecer e colocar que efetivamente divergências são naturais e na Comissão, o que nós queremos é buscar a maior convergência possível. E, evidentemente, ressalvas a posicionamentos que eventualmente não venham a ser os majoritários constarão também do nosso relatório, porque esse é um trabalho democrático, não é? Então, aquilo que for a maioria vai ser encaminhado e o que for entendimento minoritário vai ser também direcionado, porque nosso propósito é contribuir com o Senado Federal e apresentar ideias, exortar reflexão. Então, quanto mais ideias acho que fica mais rico o resultado do nosso trabalho. Agradeço imensamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de saber se mais algum membro da Comissão pretende fazer alguma manifestação neste momento. (*Pausa*.)

Não?

Dr. Marcus Lívio, quer acrescentar algo mais?

O SR. MARCUS LÍVIO GOMES (*Por videoconferência*.) – Só corroborando o que ressaltou o Dr. Bichara, não é? As divergências são extremamente salutares quando a gente precisa construir algo novo. E o tema, assim, dentro de uma lógica de prevenção do litígio, naquele momento entendeu-se que isso poderia aumentar o litígio, porque o contribuinte poderia buscar o processo administrativo para ter uma redução da pena. Então, dentro de uma lógica de prevenção do litígio, o tema será incluído nas discussões sobre o projeto de lei de autocomposição de normas gerais e o projeto de lei de autocomposição na esfera federal.

Dentro desse projeto, nós trataremos do procedimento amigável, da cobrança amigável, autorregularização, dosimetria da pena, mediação, conciliação, possivelmente arbitragem, enfim, todos os temas que poderiam ser incluídos numa relação de autocomposição tributária, prevenindo litígio, ao invés de correr o risco de aumentar o litígio. Então, por esse motivo, nós deixamos para o momento posterior, tão somente deixamos para o momento posterior a discussão desse tema.

A SRA. PRESIDENTE (Regina Helena Costa. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Dr. Marcus Lívio.

Então eu penso que nossos trabalhos estão caminhando muito harmonicamente, estou muito feliz, acho que os resultados já são bastante expressivos. Já anuncio que nós teremos outra plenária no final do mês de junho.

Neste momento, eu gostaria primeiramente de colocar em votação a Ata da 3ª Reunião da Comissão, solicitando a dispensa de sua leitura.

Portanto, as senhoras e senhores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada.

Não havendo mais nada a tratar nesta reunião de hoje, eu agradeço a presença de todos que estão aqui, agradeço o suporte técnico do Senado Federal, na pessoa da Erika, e agradeço também àqueles que estão nos assistindo pelo YouTube.

Declaro a presente reunião encerrada.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 16 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI PARA ATUALIZAÇÃO DA LEI Nº 1.079, DE 1950, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2022, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência de Ricardo Lewandowski, Ministro do Supremo Tribunal Federal, reúne-se a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de lei para atualização da Lei nº 1.079, de 1950, com a presença dos membros Fabiane Pereira de Oliveira, Rogério Schietti Machado Cruz, Antonio Augusto Anastasia, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Fabiano Augusto Martins Silveira, Maurício de Oliveira Campos Júnior, Carlos Eduardo Frazão do Amaral, Gregório Assagra de Almeida e Pierpaolo Cruz Bottini, e ainda, do Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco. Deixa de comparecer Heleno Taveira Torres. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Finalidade:** Reunião solene de instalação. **Resultado:** Realizada a instalação da comissão. O senhor Marcus Vinicius Furtado Coêlho é indicado vice-presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Ricardo Lewandowski
Presidente da Comissão

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/11

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de lei para atualização da Lei n° 1.079, de 1950.

Cumprimento, de maneira muito especial, o Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, a quem agradeço pela aceitação da incumbência de presidir esta Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Juristas. Cumprimento também a Dra. Fabiane Pereira de Oliveira, que se incumbirá da relatoria e da compilação de todas as iniciativas dos demais membros desta Comissão de Juristas; o Exmo. Sr. Ministro do STJ Rogério Schietti Machado Cruz; o Exmo. Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Augusto Anastasia; e os Drs. Heleno Taveira Torres, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Luiz Fernando Bandeira de Mello, Fabiano Augusto Martins Silveira, Maurício de Oliveira Campos Júnior, Carlos Eduardo Frazão do Amaral, Gregório Assagra de Almeida e Pierpaolo Cruz Bottini. Cumprimento também o Sr. Senador da República por Minas Gerais Alexandre Silveira, que se encontra presente nesta reunião.

Poucos temas suscitam um grau tão acentuado de consenso acadêmico e prático quanto o entendimento de que é preciso reformular o marco legal da previsão dos crimes de responsabilidade das altas autoridades públicas e de seu processamento. Editada há mais de 70 anos, em 1950, ainda sob a égide da Constituição de 1946, a Lei nº 1.079, também conhecida como Lei do Impeachment, sente os efeitos inevitáveis do tempo e, mais do que isso, não se amolda integralmente à atual ordem constitucional.

A lei não foi, portanto, inteiramente recepcionada pela Constituição de 1988, circunstância que, por si só, bastaria para endereçar os melhores esforços do Poder Legislativo à sua repaginação, inclusive em atenção ao chamado inscrito no parágrafo único do art. 85 da Constituição Federal, dispositivo que atribui à lei a tarefa essencial de minudenciar as hipóteses de crime de responsabilidade e de estabelecer as regras de processo e julgamento.

O anacronismo da atual Lei do Impeachment, porém, tem sido afirmado e reafirmado empiricamente, em processos desgastantes e atribulados. Desde a redemocratização do país – sabemos todos –, foram dois os Presidentes da República destituídos do cargo ao fim dos caminhos turbulentos de um processo de *impeachment*, isso sem falar nos múltiplos pedidos, apresentados em todos os governos, e cada um deles a suscitar algum tipo, maior ou menor, de consequências políticas e jurídicas, com as diversas ações encaminhadas ao colendo Supremo Tribunal Federal.

O *impeachment*, portanto, senhoras e senhores, faz parte do *script* constitucional e da vida prática institucional brasileira. Ele traduz um instrumento da mais alta sensibilidade jurídica e política, figurando no centro das relações entre os Poderes e operando como o mais grave e drástico mecanismo de freios e contrapesos de nosso repertório constitucional.

Nessa medida, a conformação legislativa do instituto do *impeachment* é tarefa de extrema responsabilidade institucional. Exatamente por isso e fazendo uso do parágrafo único do art. 374 do Regimento Interno do Senado da República, instituí esta Comissão de Juristas exclusivamente dedicada a pensar e a formular um modelo normativo contemporâneo para o *impeachment*; um modelo que seja alinhado às mais atualizadas diretrizes teóricas e que também incorpore as lições práticas da nossa experiência brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos a contar, para tanto, com uma comissão cujos integrantes aliam a excelência acadêmica à mais elevada e intensa vivência profissional e institucional. Os trabalhos serão dirigidos pelo eminente Ministro Ricardo Lewandowski, responsável por presidir a fase de julgamento do último processo de *impeachment*.

Contaremos também com o protagonismo e com a *expertise* do Ministro do Tribunal de Contas da União, ex-Senador da República, Antonio Anastasia, Relator daquele mesmo processo, que ainda teve a participação central do Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello e da Dra. Fabiane Oliveira, à época, respectivamente, Secretário-Geral da Mesa e Assessora Especial para o processo de *impeachment*. Cumpre destacar que a Dra. Fabiane Oliveira será a Relatora dos trabalhos desta Comissão.

Com toda essa *expertise* reunida, à qual se soma o inestimável contributo do eminente Ministro Rogério Schietti e de todos os demais ilustres juristas que integram a Comissão, estou certo de que o Senado Federal poderá, no momento oportuno, examinar um projeto de lei do *impeachment* que nos permita encontrar a sintonia fina entre as duas dimensões desse instituto que é hibridamente jurídico e político.

Há de ser concebido, estou seguro, um projeto que nos habilite a conciliar, na medida certa, os valores que subjazem a cada uma dessas dimensões: no plano jurídico, e acima de tudo, a segurança jurídica, com o necessário grau de clareza normativa e rigor procedimental; já em termos políticos, a concepção de um modelo que nos permita superar crises institucionais e políticas profundas, mas preservando, ao mesmo tempo, a eficiência da ação governamental e o nível máximo de legitimação democrática.

Se abalos e sobressaltos fazem parte da dinâmica política, a figura do *impeachment* não deve operar como fator de seu agravamento. Seja com a sua mera previsão normativa, seja na hipótese extremada de sua aplicação prática, o *impeachment* deve ser solução, e não parte de um problema nacional.

Nesse sentido, senhoras e senhores, nada obstante a atenção cuidadosa do Supremo Tribunal Federal na definição dos contornos procedimentais do processo de *impeachment* em resposta a inúmeras provocações que lhe foram feitas nos dois processos pelos quais passamos, penso que, atendendo ao citado reclamo constitucional inscrito no parágrafo único do art. 85 da Constituição Federal, é o momento de o Congresso Nacional, mediante esta iniciativa do Senado Federal, tomar as rédeas desse assunto.

A primeira etapa desse trabalho é inaugurada a partir da instalação desta importante Comissão, que passa a se debruçar sobre cada um dos diversos aspectos que permeiam a temática: legitimidade para deflagrar o processo, competências monocráticas, competências colegiadas, a absoluta garantia do contraditório e da ampla defesa, a definição acurada e ponderada das hipóteses de crime de responsabilidade; tudo isso e mais outros tantos tópicos serão objeto da focada consideração técnica desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, senhoras e senhores, eu encerro agradecendo a disposição cívica de todos os integrantes da Comissão de Juristas em colaborar com esse importante passo que dá o Senado Federal e o Congresso Nacional e desejo um ótimo trabalho a todos.

Passo, neste instante, a Presidência desta reunião e da Comissão de Juristas ao Exmo. Sr. Ministro Ricardo Lewandowski, com os agradecimentos da Presidência do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Permita-me cumprimentá-lo, em primeiro lugar, como dono da Casa, como Presidente do Congresso Nacional, eminente Senador Rodrigo Pacheco.

Exmos. senhores membros desta Comissão, que enuncio por ordem alfabética – começo pelo eminente Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Augusto Anastasia; Dr. Carlos Eduardo Frazão do Amaral; Dra. Fabiane Pereira de Oliveira; Dr. Fabiano Augusto Martins Silveira; Dr. Gregório Assagra de Almeida; Prof. Heleno Taveira Torres; Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho; Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho; Dr. Maurício de Oliveira Campos Júnior; Dr. Pierpaolo Cruz Bottini, Professor da Faculdade de Direito, assim como o Prof. Heleno Taveira Torres; e o meu colega e Ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Rogério Schietti Machado Cruz –, Srs. Parlamentares porventura presentes, senhores e senhoras servidoras da Casa, senhores e senhoras jornalistas, é com grande honra que iniciamos hoje os trabalhos desta Comissão para dar conta da prestigiosa e, ao mesmo tempo, delicada tarefa que nos foi cometida pelo Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, de rever a Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, conhecida como Lei do Impeachment, de modo a compatibilizá-la com os preceitos da Constituição Federal de 1988.

Acionado por duas vezes na vigência da nova Carta Magna e em diversas ocasiões nos âmbitos estadual e municipal, o referido diploma normativo vem sendo alvo de recorrentes críticas por parte de juristas, políticos, jornalistas, cientistas políticos e até mesmo da cidadania em geral, que ressaltam que o seu manejo efetivo ou potencial, ao longo do tempo, tem contribuído mais para gerar crises e instabilidades políticas do que para superar impasses institucionais dentro da legalidade, frustrando, assim, a louvável intenção daqueles que a conceberam em um passado já remoto com esse último sentido.

De outra parte, a doutrina e a jurisprudência têm revelado que muitos dos dispositivos da Lei 1.079 não foram, como disse agora o Sr. Presidente do Congresso Nacional, o Senador Rodrigo Pacheco, recepcionados pela nova ordem constitucional, tendo, portanto, perdido a sua eficácia, razão pela qual se afigura imperioso sejam eles compatibilizados, dentre outros, com os postulados do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da razoável duração do processo.

É necessário ainda, em atenção ao princípio da estrita legalidade que rege o direito sancionador, aperfeiçoar a definição dos tipos correspondentes aos crimes de responsabilidade da Lei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Impeachment, de maneira a afastar a possibilidade de uma interpretação extensiva, especificando, então, com maior rigor técnico, as condutas dos agentes políticos aptas a atrair as graves penalidades nela previstas. E mais: em atenção ao princípio da individualização da pena e também aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, cumpre divisar fórmulas para calibrar as severas sanções estipuladas, considerada, tal como ocorre no direito penal comum, a gravidade das condutas e o grau de culpabilidade dos acusados. Convém, de outra parte, que, uma vez superados os óbices formais concernentes às denúncias formuladas pelos cidadãos contra agentes políticos, tenham elas efetivo curso, uma vez submetidas a um juízo prévio de admissibilidade por parte de um Colegiado composto por Parlamentares, liberando os chefes das duas Casas Legislativas do pesado ônus político de decidir monocraticamente se autorizam ou não o início do processo de *impeachment*. Em contrapartida, há que se prever uma punição adequada para aqueles que formulam acusações temerárias movidos por motivos pessoais subalternos ou por mero espírito de emulação, nos moldes daquela prevista para o crime de denunciação caluniosa.

Em suma, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, nós membros desta Comissão, agradecidos pela honrosa indicação, assumimos o solene compromisso de envidar nossos melhores esforços para cumprir a missão que nos foi delegada por V. Exa., esperando apresentar, no prazo assinalado, à elevada consideração dos integrantes do Congresso Nacional um anteprojeto de lei que possa contribuir para o fortalecimento de nossas instituições republicanas e do Estado democrático de direito, sob o qual vivemos e almejamos continuar vivendo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Sr. Ministro Lewandowski, eu gostaria de me dirigir a cada um dos membros uma vez mais para agradecer, pedir desculpas, porque eu vou precisar me ausentar em razão de uma agenda na cidade do Rio de Janeiro, e desejar muito boa sorte a todos os senhores e todas as senhoras. Aguardamos ansiosamente, pela Presidência do Senado, a conclusão dos trabalhos.

Permito-me ao final agradecer ao corpo técnico e de funcionários desta Casa, na pessoa do Secretário-Geral da Mesa, Dr. Gustavo Sabóia, da Diretora-Geral, Dra. Ilana Trombka, e do Diretor Jurídico da Presidência do Senado, Dr. Luis Claudio da Silva Chaves, cuja participação permitiu que houvesse a melhor instalação possível desta Comissão de Juristas.

Então, já com a autorização do Presidente Ricardo Lewandowski, eu vou me ausentar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Eminentes membros integrantes desta Comissão, eu renovo os cumprimentos a V. Exas., agradecendo a presença honrosa nesta sala da Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como antecipado, hoje nós simplesmente daremos início formal e protocolar aos trabalhos desta Comissão, até porque já estamos adiantados na hora, já avançamos para o término da manhã.

Eu queria apenas indagar de V. Exas. se estão de acordo em princípio com o cronograma de trabalhos que já fizemos distribuir a V. Exas., que consiste em reuniões virtuais a cada 15 dias e reuniões presenciais nesta Casa, no Senado Federal, uma vez por mês. É claro que esta agenda de trabalho é uma agenda flexível, muitos de nós temos compromissos, é possível que tenhamos que rever as datas. Então, a primeira indagação que faço é esta: se em princípio estão de acordo, estaremos abertos depois a promovermos eventuais alterações.

Posso ter este cronograma de trabalho como aprovado em princípio? (*Pausa.*)

Então, está aprovado.

Em segundo lugar, V. Exas., eminentes integrantes desta Comissão, já receberam – se não receberam, estão recebendo agora – o substancioso anteprojeto de lei já elaborado pelo eminente ex-Senador e atual Ministro do Tribunal de Contas Anastasia e também vários outros projetos que já tramitaram nesta Casa, para que V. Exas. possam se debruçar sobre ele.

Nós acordamos, na nossa primeira reunião virtual, de, num primeiro momento, levarmos os trabalhos de uma maneira um pouco informal, digamos assim, sem estabelecermos tarefas pré-determinadas para cada um de nós, sem, neste momento, organizarmos subcomissões temáticas, como, por exemplo, relativas ao procedimento, aos tipos penais e eventualmente a outros aspectos constitucionais, providência que eventualmente, se for de comum acordo, poderemos tomar num segundo momento.

Então, eu penso que, no prazo que medeia entre esta reunião e a nossa próxima reunião virtual, eu esperaria que V. Exas., debruçando-se sobre esse material de forma mais vertical, pudessem já estar prontos para apresentar algumas sugestões muito genéricas, na próxima reunião que teremos virtual, e eventualmente pensarmos no encaminhamento dos trabalhos de forma um pouco mais específica, de forma um pouco mais concreta.

Então, senhores membros desta Comissão, essas são as considerações que eu gostaria de fazer na manhã de hoje. Abrirei a palavra daqui a uns instantes para aqueles que dela quiserem fazer uso. Eu estava apenas cogitando, eminentes pares, da conveniência, da importância de nomearmos eventualmente, escolhermos um Vice-Presidente desta Comissão, porque muitas vezes o Presidente poderá ter compromissos – como eu tenho alguns internacionais já marcados neste semestre – que podem ou não eventualmente coincidir com os trabalhos desta Comissão. Então, eu gostaria de propor a V. Exas. que escolhêssemos um nome para ser um copresidente, um companheiro de bancada que possa me substituir em minhas faltas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO AUGUSTO ANASTASIA – Eu queria sugerir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Pois não.

O SR. ANTONIO AUGUSTO ANASTASIA – O senhor me permite? Aqui, Antonio Anastasia, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Sim.

O SR. ANTONIO AUGUSTO ANASTASIA – Se o Dr. Marcus Vinicius aquiescesse... Porque V. Exa. é do Judiciário e um vice representando os advogados eu acho que é uma composição até mais adequada. Uma sugestão que eu dou aqui aos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Eu acho que é uma indicação muito feliz, sem demérito de todos os demais que têm todas condições para também me coadjuvarem nessa tarefa. O Dr. Marcus Vinicius é um jurista de escol, foi Presidente da OAB, é uma pessoa pública onipresente, reside em Brasília, portanto tem todas as condições intelectuais, morais, pessoais e pragmáticas de nos ajudar nessa tarefa.

Se houver consenso, escolhemos então o Dr. Marcus Vinicius para nos ajudar a coordenar os trabalhos.

Está bem assim? (*Pausa.*)

Está bem.

Está aceito? Então, muito obrigado, Dr. Marcus Vinicius, por ter aceitado essa incumbência, esse encargo.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO – Presidente, aceito, de forma muito honrada, a incumbência. Aprendi no Senado que só dá preferência quem tem. Então, o Ministro Anastasia e o Ministro Schietti, que possuem a preferência e, ao conduzirem a indicação do nosso nome, não me cumpriria outra forma a não ser aceitar e ainda mais agradecer a todos os colegas pela aprovação unânime.

Muito obrigado pela indicação. Espero cumprir fielmente a missão do encargo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Muito obrigado.

Então está aberta a palavra e quem quiser dela fazer uso, por favor, faça. (*Pausa.*)

Pois não, Dr. Bandeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO – Presidente Ricardo Lewandowski, boa tarde. Cumprimento efusivamente todos os demais membros da Comissão, na pessoa do nosso Presidente Lewandowski.

Já falei da grande honra que é participar desse trabalho, da felicidade, da alegria de estar numa comissão de juristas com talentos tão evidentes. Temos neste grupo processualistas, penalistas, constitucionalistas.

Eu só entro aqui pela velha experiência que eu tive no ano de 2016, mas tenho certeza de que poderemos trabalhar juntos para resolvermos grandes problemas geradores de instabilidade política no país, que é a defasada Lei 1.079. Como falamos em outra ocasião, é uma lei montada para, naquela ocasião, ser usada em face do Presidente Getúlio Vargas, como de fato o foi. E ele venceu o *impeachment* quinze dias antes de cometer suicídio. Então, mas é uma lei que teve os seus tipos propositadamente ampliados para viabilizar uma ação política naquela ocasião, que justamente talvez agora mereça uma revisão.

Ao mesmo tempo, Presidente, em que agradeço e elogio os colegas aqui do Senado, do qual honrosamente faço parte, recebi essa bela compilação aqui dos projetos que foram apresentados e sei que estão sendo levantados nos *Anais do Senado* os debates parlamentares que chegaram à elaboração da Lei 1.079, que acho que é um material rico, que poderá nos subsidiar.

A título de sugestão, Presidente – e já vou encerrar por aqui –, nós já aprovamos o nosso cronograma e poderíamos oportunamente nos debruçar sobre ele, juntamente com nossa Relatora, para tentar colocar em cada uma dessas reuniões um tema, um objetivo, como está aqui na tabela, de forma que possamos nos preparar para cada reunião. "Olhe, nessa aqui vamos discutir a tipologia, por exemplo, dos crimes de instabilidade ou, naquela outra, já o processo na Câmara ou o processo no Senado", para que, de certa forma, nós possamos estudar aquele tema e fazer contribuições mais úteis.

Talvez um bom começo, quando possamos fazê-lo, seria começar pela tipologia, que eu acho que é uma coisa de mais fácil avanço, a partir, talvez, daqueles incisos que temos na Constituição, e, depois, entrarmos na discussão do processo.

É uma mera sugestão que eu apresento ao Sr. Presidente e a nossa Relatora e encerro por aqui, mais uma vez agradecendo a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Pediu a palavra.

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI – Ministro, primeiro, bom dia, boa tarde a todos. Queria agradecer o Ministro e o Presidente do Senado pela minha indicação também para fazer parte desse seleto grupo. Queria dizer que, na verdade, um dos locais em que a gente debateu a necessidade de alteração dessa lei foi no curso de pós-graduação na Faculdade de Direito da USP, não é, Ministro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos várias discussões a respeito disso e já houve, inclusive, alguma análise de alguns discentes em relação a isso, que é justamente no sentido de acrescentar e sugerir, na esteira do que foi feito aqui, que talvez nós pudéssemos agregar a esse material aquelas leis de alguns outros países, que nós até compartilhamos com a Comissão.

Eu acho que se fomos discutir nas próximas sessões a tipologia, seria muito interessante saber aquilo que já existe em alguns outros países, porque, de repente, nos ocorre algo em que nós não tínhamos pensado, algum tipo penal, porque a ideia é realmente trazer a taxatividade para a Lei do Impeachment – não é? –, para sair um pouco dessa insegurança que a gente vive hoje. Então, às vezes, a gente se depara com um tipo penal um pouco mais adequado. Se a gente puder também recorrer a essa experiência internacional...

Eu até – conversei com o Ministro – tomei a liberdade de pedir para alguns orientandos fazerem esse levantamento. Então, fico à disposição. A gente tem ali um grupo de orientandos na faculdade que podem fazer esse trabalho de mineração de dados internacionais para subsidiar os trabalhos desta Comissão.

Ministro, agradeço e parabenizo o senhor e o meu caro Marcus Vinicius, que agora acaba de tomar posse como Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Pois não.

Apenas uma observação: quanto à tipificação, nós temos uma novidade introduzida pela Constituição de 1988, que é a inclusão dos Comandantes das Forças Armadas nos crimes conexos ao Presidente da República, aos membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público e ao Advogado-Geral da União. Então, precisamos também pensar na tipificação dos crimes que eles porventura possam cometer. Mas acho excelente ideia essa ideia do eminente Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello estar aceita para que nós incorporemos no calendário, digamos assim, tópicos a serem decididos.

Eu apenas pensaria, Dr. Bandeira, que, talvez, nesta primeira reunião nossa, ainda pudéssemos manter uma certa generalidade na discussão, para que nós possamos, com uma certa liberdade, apresentar nossas ideias, e, a partir desta primeira reunião virtual, na segunda, nós então pudéssemos, até de comum acordo, escolher quais são os temas que merecem ser referidos antes.

Ministro Anastasia.

O SR. ANTONIO AUGUSTO ANASTASIA – Muito obrigado, Presidente, Ministro Lewandowski, mais uma vez cumprimentando V. Exa. e reiterando minha satisfação e alegria de estar uma vez mais sob a sua coordenação.

Saúdo o Dr. Marcus Vinicius, nosso Vice-Presidente, e a todos os nossos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu acho que a sugestão do Dr. Bandeira é muito adequada e se casa muito bem com a sugestão que V. Exa. também aqui aponta na primeira reunião.

Nós todos sabemos mais ou menos no nosso íntimo, digamos assim, os pontos sensíveis do processo de *impeachment*. V. Exa. abordou há pouco a questão da admissibilidade. É um espinho. Sabemos que a questão da tipologia, sabemos como é a questão do julgamento na Câmara... Então, de fato, a sugestão do Dr. Bandeira me parece muito didática e pedagógica, de nós debatermos em termos de conteúdo, e depois a redação viria como consequência.

Então, de fato, na primeira reunião, talvez, nós todos traríamos esses pontos sensíveis de cada um, de nossa concepção, digamos assim, debateríamos, vamos pinçar aqueles que são, de fato, os mais relevantes para distribuirmos ao longo da nossa jornada, sem prejuízo de outros que surgirem no meio do caminho, e aí teríamos reuniões mais temáticas mesmo, como sugeriu o Dr. Bandeira.

Acho muito bom o estilo pedagógico que V. Exa. imprime.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Que ótimo!

Pois não, Professor, com a palavra.

O SR. GREGÓRIO ASSAGRA DE ALMEIDA – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde com muita alegria!

Quero agradecer inicialmente ao Presidente do Senado a honra de estar aqui presente, saudar também o nosso Presidente e agradecer esta oportunidade.

Eu queria só complementar a fala do Bandeira sobre a necessidade, inicialmente, de as reuniões serem temáticas. E eu gostaria de propor, assim, inicialmente, a discussão de dois temas.

Primeiro, eu acho que seria importante discutirmos a estruturação da lei, porque é uma lei que deverá ser extremamente didática, precisa, para fins de segurança jurídica e proteção da nossa democracia, observando aí o devido processo legal.

O segundo ponto que eu acho que é importante diz respeito à discussão sobre a tipologia, porque nós poderemos optar por uma tipologia mais analítica, que tem um lado positivo, tendo em vista que a tipologia analítica serve como *standard* de boa *performance* para os gestores, para aqueles que poderão ser responsabilizados. Por outro lado, ela poderá – se é muito analítica – gerar muitas polêmicas e muitos pedidos de *impeachment*. Então, nós teríamos que discutir assim: vamos procurar colocar como tipos aquilo que é realmente ou verdadeiramente relevante ou impactante para a nossa Constituição? E discutir inclusive a questão do conceito de crime político. Eu tenho uma sugestão de que ele não é simplesmente político administrativo, mas político constitucional, tendo em vista as tipologias existentes, porque muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses crimes poderão ser praticados no exercício funcional de função jurisdicional, por exemplo, que não é uma atividade administrativa.

É só uma sugestão, Ministro Presidente, para a nossa próxima reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Pois não.

V. Exa. está dando uma sugestão muito oportuna, porque nós precisamos, penso eu também, decidir qual é o aspecto, do ponto de vista formal e estrutural, que nós vamos dar à lei. Esse aspecto, esse esqueleto – digamos assim – da lei atual é adequado ou será que ele não tem esse didatismo ao qual V. Exa. se refere? Eu tenho a impressão subjetiva e também prática, por ter atuado no último *impeachment*, de que realmente ela não é adequada do ponto de vista de um encadeamento lógico ou juridicamente, enfim, devido. Então, eu penso que a sugestão de V. Exa. é muito oportuna e talvez todos nós devamos refletir, talvez com base num paradigma de alguma lei que seja universalmente considerada boa, do ponto de vista de sua estruturação, e tentarmos apresentar. Primeiramente, refletirmos sobre esse esqueleto, esse aspecto externo e depois – digamos assim – rechearmos esse esqueleto com tecidos e com os órgãos necessários. Mas, muito bem, excelente sugestão.

Mais alguém quer se manifestar?

Eu apenas queria...

O SR. MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS JÚNIOR – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – ... antes de V. Exa. se manifestar...

Houve uma sugestão que me foi apresentada de nós permitirmos que estas sessões presenciais fossem mistas, que eventualmente admitíssemos também a participação virtual. Isso tem vantagens e tem desvantagens. Tem desvantagem porque... A vantagem é que aqueles que, por uma necessidade premente, profissional ou pessoal, não possam comparecer estarão conectados por meio virtual, mas eu temo – confesso a V. Exas. – que isto talvez possa esvaziar um pouco as reuniões presenciais. E eu penso que esse contato presencial, esse olho no olho, essa franqueza que se tem, própria desse tipo de reunião, é fundamental. Então, num primeiro momento – mas eu coloco isso para a consideração de V. Exas. –, eu faria uma distinção clara entre as sessões virtuais e aquelas presenciais. Se depois acharmos que podemos evoluir para as sessões mistas, ficaria a critério de V. Exas.

Concedo a palavra ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS JÚNIOR – Sr. Presidente, ao tempo em que registro também minha satisfação em participar desta Comissão, penso aqui numa contribuição do ponto de vista da dinâmica dos trabalhos.

Também compreendo como uma fórmula essencial e bastante produtiva a eleição de temas ou tópicos para serem discutidos, até porque, como dizia o Ministro Anastasia ainda há pouco, nem todos os temas no desenvolvimento de capítulos podem ser ou serão necessários para debate, ou seja, é preciso escolher temas que sejam relevantes para a discussão a cada reunião.

Mas, eventualmente, para a próxima reunião – ainda uma reunião genérica, um pouco mais geral, exatamente para a eleição de tópicos que sejam relevantes para esta Comissão –, eu sugeriria eventualmente tentar associá-los, na medida do possível, ao cronograma das reuniões, como forma de estabelecer minimamente algum tipo de disciplina no desenvolvimento do trabalho, sob pena de, eventualmente, termos mais tópicos do que o número de reuniões ou nos determos por muito tempo sobre um determinado tópico.

Aqui temos um calendário, é verdade, e V. Exa. já disse ainda há pouco que teremos mais reuniões ou menos reuniões conforme seja necessário, mas eu sugeriria que, a partir da próxima, eleitos esses tópicos, que eles pudessem ser programados a cada reunião e, com isso, associarmos mais reuniões, se necessário, em cada tópico. Acho que, dessa maneira, seria útil que o cronograma estivesse associado a pautas, por assim dizer, para discussão nos debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Concordo plenamente. Espero que, na próxima reunião virtual, nós já tenhamos uma pauta, digamos assim, mais ou menos definida ou até adequadamente definida.

Continua aberta a palavra.

Ministro Schietti.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Sr. Presidente, inicialmente, reforçando o meu agradecimento e a honra de estar sob sua liderança, é apenas uma dúvida que vejo aqui, lendo a proposta de agenda, se realmente não está prevista a reunião mensal para os meses de abril e maio, porque...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Eu tenho a impressão...

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Salvo engano, está prevista...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – ... de que isso foi estudado em função dos feriados

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – ... a próxima só em junho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Dra. Fabiane.

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Sim, no dia 21 de abril, em razão do feriado... No dia 22, havia a previsão de uma reunião presencial aqui neste plenário, mas, em razão do feriado, nós acabamos discutindo para transformá-la em reunião virtual. Talvez, então, tenhamos que readequar o calendário em razão disso.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Então a próxima presencial será em junho.

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Ou podemos trocar alguma de maio. Acho que valeria a...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Sim, estamos abertos a sugestões.

Nós percebemos que isso coincidiria com a extensão do feriado. Muitos de nós certamente viajaremos, então, haveria a possibilidade de participarmos virtualmente – aqueles que quisessem.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Pois não. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Mas tudo está em aberto.

Mais alguém?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, poderíamos, então, fazer a sessão seguinte, que seria virtual, presencialmente, para intercalar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Tudo bem, doutora? A senhora...

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Acho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Está bem. Todos de acordo?

Acho que caiu o celular de V. Exa.

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Em 6 de maio, reunião presencial, em 6 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Em 6 de maio, está bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Dr. Pier, nós, inclusive, temos o curso de pós-graduação – eu, V. Exa. e o Prof. Heleno – às sextas, e a nossa Fabiane...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Eu também estou lá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – ... é participante. Mas isso nós acertamos entre nós, não é?

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI – É só a questão do horário, Ministro, porque aqui estava prevista a virtual às 18h e, em regra, a presencial é às 11h, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Ah, é. Pode ser que uma ou outra coincida com as nossas aulas, mas, depois, nós nos revezaremos e faremos o possível.

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ (*Fora do microfone.*) – Sendo presencial...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Sim...

O SR. ROGÉRIO SCHIETTI MACHADO CRUZ – Sendo presencial – imagino que seja em dia de sexta-feira –, é melhor que seja de manhã mesmo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – De manhã não é mais conveniente para todos? E acho que é melhor até para o funcionamento da Casa, não é? Nós temos liberadas essas Comissões, as salas das Comissões, e a ideia é que nós, começando às 8h, avancemos por 1h, 1h30, no máximo 2h, e possamos estar liberados para o almoço e para as nossas obrigações vespertinas.

Muito bem.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Pois não, Dr. Fabiano.

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Só uma brevíssima intervenção para não perder a oportunidade de cumprimentá-lo, mais uma vez, pela Presidência, pela liderança neste trabalho, cumprimentar os meus colegas todos. É imensa a satisfação de estar ao lado de brilhantes profissionais, certamente todos imbuídos aqui da melhor das intenções, de realmente oferecer um anteprojeto de lei que o Parlamento possa discutir.

É natural que, no início dos trabalhos, haja alguma hesitação quanto ao caminho, Presidente, eu percebi isso aqui. Não digo hesitação, talvez não seja a melhor palavra, mas alguma ansiedade nossa de encontrar a melhor forma, que certamente será encontrada ao longo do trabalho. E estou certo de que, se nós escolhermos essa metodologia dos temas mais sensíveis, como foi proposto aqui pelo Ministro Anastasia e referendado por tantos outros, esse avião começa a decolar e, aí, chegaremos rapidamente ao voo de cruzeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092176/2022-75-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA – Então, um abraço a todos aqui. Foi uma satisfação enorme.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Lewandowski) – Vejo que ninguém mais quer fazer o uso da palavra.

Então, declaro encerrada esta sessão inaugural da nossa Comissão de revisão da Lei do Impeachment agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 530DD3A300474B82.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.